

**ROLLO**

**1439**



MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1439 (ET)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 17 de agosto de 1995.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1995.

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro. 001 Ref. a: Memorandum Nro. 229/94 de fecha 29/12/94/- Fs. 01/01.

OPERARIO/S: Sdo.lra. S.Mello. Sdo.lra. C.Pose.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: //////////////

PREPARACION DOCUMENTAL: //////////////

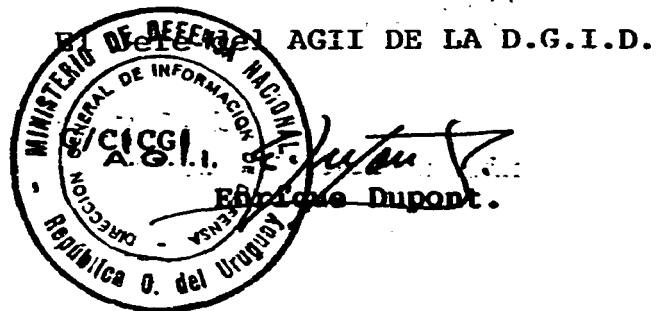
CONTROL: Personal del A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto.

Agustín Barboza.-



---

*Documentos D.G.I.D*

*Año 1995*

---

M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
300800DIC/94.

M E M O R A N D U M Nro. 229 / 94

EVALUACION : A-1

REFERENTE A: PORTO IGNACIO, José Carlos (Fr)

TEXTO : \* Fecha nacimiento: 06 de Noviembre de 1961 (Rivera)



\* C.I.: 1.686.075

\* C.C. Serie AAB N°7261

\* Trabaja en D.H.L. (Zabala 1377)

\* Estado civil: Divorciado

\* Hijo de : - PORTO Carlos

- IGNACIO TELES Nair (Fr)

C.C. Serie HAB N°24126

\* Padres e hijo se domicilian en:

Colón 1360 Ap.2 Tel.95 47 17

\* Hermano de : PORTO IGNACIO Elizabeth (Fr)

C.C. Serie Serie AAA N°6768

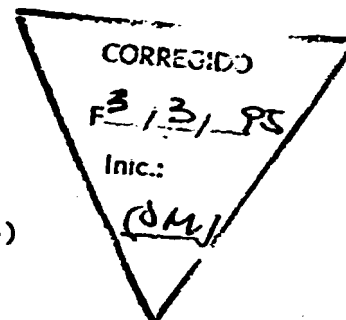
\* Se adjunta foto del causante.

DISTRIBUCION : ORIGINAL: Biográfico.

El Jefe de la Sección Biográfica y Antecedentes

Capitán

Norberto *[Signature]*  
C. P. Ingresi



001/1

FECHA 06/02/95 INICIAL (GS)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 02 ENE. 1995  
Para BIOGRAFICO  
Pr. de Or. [Redacted]

9300002

Nº DOCUMENTO 9500003

TÍTULO

Re. Russo sugere intensificar relações

PROCEDIMENTO

150090

21/10/94

com Brasil

CLASSIFICAÇÃO

507422

11164

11399

Russia

ENT: 6

CRUZ: 5



# Presidente russo sugere a FHC relação 'olho no olho'

Em encontro de meia hora, Ieltsin propõe canal pessoal de comunicação

O presidente russo, Boris Ieltsin, sugeriu ontem a seu futuro colega brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, que mantenham um relacionamento "olho no olho".



GOVERNO

A expressão foi empregada pelo presidente da Rússia para enfatizar a necessidade de intensificar, além das relações entre os dois países, o canal de comunicação pessoal entre seus chefes de governo.

Na mesma linha, Ieltsin propôs que se falassem por telefone sempre que necessário.

Fernando Henrique Cardoso concordou com idêntico entusiasmo, tanto que convidou Ieltsin a visitar o Brasil, depois de ter recebido sugestão para voltar à Rússia após a posse.

O encontro entre os dois durou meia hora, a partir das 12h (7h em Brasília), no edifício do Kremlin em que Ieltsin despacha, e não estava no programa de FHC, que viaja em caráter particular.

Mas não podia, como é óbvio, deixar de aceitar sondagem do presidente russo para um encontro.

FHC disse a Ieltsin que tem "grande interesse pessoal" na Rússia.

Os dois interlocutores trocaram as frases de praxe sobre a necessidade de incrementar o relacionamento bilateral, que, segundo Ieltsin, "não é tão intenso quanto seria necessário". De fato, não é: as trocas comerciais não vão além de

Concordaram, igualmente, em cooperar nos foros internacionais, até porque têm visões semelhantes a respeito da inserção de cada um de seus países.

Ieltsin disse que "Brasil e Rússia são dois grandes países, o que lhes dá especial responsabilidade", inclusive nos foros internacionais.

FHC devolveu: "Países continentais (caso de Brasil e Rússia) têm problemas comuns e afinidades na maneira de atacá-los".

Mais: por se tratar de países não-ligados aos blocos em formação no mundo, "aumenta muito a nossa responsabilidade, inclusive na cooperação internacional", disse o brasileiro.

US\$ 500 milhões/ano.

01-02

9500003

21/10/94

ZH/150029

## NOVO GOVERNO

# FH convida Yeltsin para visitar o Brasil

*Os presidentes se reuniram no Kremlin e falaram sobre problemas comuns dos dois países e cooperação econômica*

ZH 21/10.

VALDIR FROLOU, BANCO DE DADOS/ZH — 25/4/94

Moscou

**D**epois de mais de três dias de acordos prévios, o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, encontrou-se ontem com o presidente russo, Boris Yeltsin. A conversa de meia hora, no Kremlin, em Moscou, surpreendeu o brasileiro. "O estilo dele é muito agradável, caloroso", resumiu FH, que recebeu um forte aperto de mãos do corpulento Yeltsin.

O presidente russo aceitou o convite para visitar o Brasil em breve. "Tenho de ir porque o senhor já esteve quatro ou cinco vezes aqui e eu nunca estive no Brasil", respondeu Yeltsin, que convidou Fernando Henrique a voltar ao país depois de empossado. Empenhado em ativar a cooperação entre os dois países, FH informou que poderia levar empresários brasileiros a Moscou. "Sim, sim", animou-se Yeltsin. "Queremos abrir nossos mercados."

A conversa confundiu o tradutor oficial do Kremlin, a única pessoa, além do embaixador Sebastião do Rego Barros e o assessor para assuntos internacionais russo, Dimitri Rurikov, presente ao encontro. O tradutor disse que Fernando Henrique poderia levar economistas na visita oficial à Rússia, mas foi corrigido.

"Países continentais têm problemas e soluções comuns, além de muitas afinidades",



**Encontro amigável:** durante a conversa de meia hora, Yeltsin (D) mostrou-se agradável e caloroso com Fernando Henrique

afirmou Fernando Henrique, lembrando que esteve dois anos antes na Rússia e acompanhou a passagem do país da economia planificada para a economia de mercado, com o fim imediato de todos os subsídios. Neste momento, FH foi interrompido por Yeltsin. "O senhor é um grande economista e precisamos muito de sua ajuda",

declarou, enganando-se sobre a profissão do presidente eleito. Fernando Henrique é sociólogo.

**INDELICADEZA** — O presidente Itamar Franco reagiu ontem com irritação à notícia de que o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, teria convidado Fernando Henrique para dar início

imediatamente aos entendimentos entre os governos dos dois países. "A transição tem que ser feita aqui, o Brasil tem governo", disse Itamar em tumultuada entrevista coletiva durante a inauguração do 34º Salão do Automóvel, em São Paulo.

O secretário de Imprensa da Presidência, Fernando Costa,

informou que Itamar sabia desde quarta-feira do convite de Clinton a seu sucessor. "Não existe nada de oficial a respeito", explicou. Um ministro confirmou que a proposta do presidente norte-americano foi considerada "indelicada" por Itamar. "Uma atitude destas não contribui em nada", disse o presidente.

02-02

9500003

Nº DOCUMENTO 9400004

TÍTULO Cardoso defende "relação natural"

150538

21/10/94

sem agressões, com EUA

507482

11164

11399

65090

ENT. 00

CRUZ 00

## Eleito repele agressão a EUA

Do enviado especial à Rússia

Fernando Henrique Cardoso defendeu ontem uma "relação natural" com os Estados Unidos, ao comentar o telefonema da véspera que lhe dera o presidente norte-americano, Bill Clinton.

Por natural, FHC entende um relacionamento "sem agressões, que advém de um complexo de inferioridade, nem subserviência, que advém das mesmas razões".

O diálogo telefônico com Clinton acabou funcionando como uma maneira de FHC estender-se mais sobre um tema — a política externa brasileira — que ficou praticamente de fora da campanha.

Está claro que a grande linha é o relacionamento multilateral. "O Brasil não exclui um relacionamento unidirecional, mas não pode se limitar a ele", afirmou o presidente eleito.

Ou seja, as relações com os Estados Unidos serão apenas um dos eixos pelos quais passará a diplomacia brasileira. "Europa, Japão e a Ásia em geral continuam sendo fundamentais", diz FHC.

Mais fundamental é o Mercosul (associação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

Tão fundamental que FHC defendeu ontem que o relacionamento do Brasil com o Nafta (sigla em inglês de Zona de Livre Comércio Norte-Americana, formada por EUA, México e Canadá) se dê pela fórmula quatro mais um.

Traduzindo: os quatro países do Mercosul negociarão em conjunto com o Nafta.

No final da tarde, FHC viajou para São Petersburgo, a antiga capital imperial, que já foi chamada de Leningrado durante o período comunista.

Hoje, também no final da tarde, vai para Budapest (Hungria), cidade em que permanece até segunda-feira. Depois, Praga (República Tcheca) e a volta ao Brasil, via Paris, no dia 27.

(Clóvis Rossi).

9500004

01-01

Nº DOCUMENTO

TITULO

Cardoso representará a Brasil en Cumbre de las Américas.  
150483  
EO 7/25-10-94.  
507482  
11164  
11399  
11302  
Y 9500005

ENTRADA

CRUZ

Itamar Franco cede parte de su poder sin haber terminado su mandato

## Cardoso representará a Brasil en la Cumbre de las Américas 20 días antes de asumir

El presidente de Brasil, Itamar Franco, invitó a su sucesor electo Fernando Henrique Cardoso a representar al país en la Cumbre de las Américas, que se realizará en Miami del 9 al 11 de diciembre, anunció el gobierno.

EO 25/10

La iniciativa fue planteada por Franco en una conversación telefónica que mantuvo con Cardoso, quien se encuentra en Budapest en el marco de una visita privada, dijo el mandatario saliente en una nota difundida en la noche del domingo.

Según Franco la cumbre será muy cercana a la asunción de Cardoso que será el 1º de enero y no tendría sentido que el mandatario saliente represente a Brasil. Esto implica una clara concesión de Franco que inicialmente se negó siquiera a discutir el tema de ser reemplazado en ninguna de sus funciones antes del 1º de enero.

El anuncio fue un desmentido a informaciones difundidas el sábado de que Franco, quien había expresado malestar la semana pasada por un contacto telefónico entre el



Franco se despide

Considera que es mejor que Cardoso asista a la Cumbre de las Américas para que informe de los planes de su futuro gobierno

presidente estadounidense Bill Clinton y Cardoso, había retirado la invitación para que su sucesor lo acompañara a la cumbre. Sobre la posibilidad de que am-

bos concurren a la cumbre, Franco dijo que "el asunto quedó para ser resuelto más tarde, después de la evaluación política de ambos". Franco dijo que corresponde a

Cardoso hablar en nombre de Brasil en la reunión de Miami, dada la proximidad de su asunción, a la que asistirán todos los mandatarios de las Américas con excepción del cubano Fidel Castro.

Durante una exposición de automóviles en San Pablo, Franco respondió con irritación al ser consultado por periodistas sobre la llamada de Clinton a Cardoso invitándolo aparentemente a concurrir a la cumbre de Miami.

"La transición tiene que ser hecha aquí, Brasil tiene gobierno", dijo Franco en la oportunidad.

Pero en su nota del domingo buscó alejar cualquier indicio de fricción con Cardoso, su ministro de Hacienda hasta marzo y con quien mantiene una relación de amistad.

Indicó que sus declaraciones fueron en el sentido de que la transición del poder es un asunto de estricta soberanía de Brasil y debe hacerse entre "el presidente que finaliza su mandato y el presidente que asume".

"Cabe al presidente que termina su misión posibilitar al presidente electo todas las informaciones pertinentes".

"En nuestro caso, dadas las relaciones personales y políticas entre el actual jefe de Estado y su sucesor, esas informaciones vienen siendo naturalmente excelentes, sin necesidad de formalidades protocolares", dijo Franco.

### Podrían ir ambos

En una llamada telefónica que el presidente estadounidense le hizo el martes pasado a Cardoso, quien se encontraba en Moscú, Clinton aseguró que su gobierno estaba negociando con Itamaraty, sede de la Cancillería brasileña, la posible participación de los dos presidentes, el actual y el electo. ■ (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE y Reuter)

9500005

01-01

DOCUMENTO

TÍTULO

Brizola decide deixar comando do PDT.

150538

20/10/94

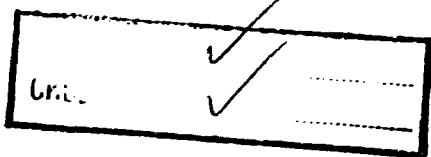
9500006

507482

11164

11304

PDT.



## Brizola decide deixar comando do PDT

TOP  
20/10 Da Sucursal do Rio

O candidato derrotado do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, afastou-se ontem da presidência do partido. O afastamento, segundo ele, será para um "período de reflexão".

Assume o comando partidário o jornalista Neiva Moreira, que já o ocupava interinamente.

Brizola deu ontem a primeira entrevista desde 3 de outubro. Disse que não esperava "derrota tão drástica" e que se recolheu em sua fazenda no Uruguai para "lamber as feridas".

O ex-governador do Rio, que ficou em 5.º lugar nas eleições, deixou claro que não pretende abandonar a política nem abrir mão de sua liderança no PDT.

Afirmou que o PDT vai lutar contra a venda de estatais no governo Fernando Henrique Cardoso, mas não fará uma oposição sistemática.

Segundo Brizola, a vitória de FHC foi um "golpe branco" do poder econômico e seu governo terá "estabilidade precária" porque está vinculado ao Plano Real e ao desempenho dos preços.

"Ele tem um caminho para se legitimar e adquirir firme estabilidade: inspirar-se no seu passado de intelectual progressista, voltado para a justiça social", declarou.

Ele comparou o sucesso eleitoral de FHC ao da Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido governista, no regime militar: "O povo foi sábio e decidiu esperar

passar o perigo".

Brizola não planeja ir a São Paulo atuar na campanha de Francisco Rossi (PDT). "Minha ajuda lá é muito pequena", afirmou, admitindo mudar de decisão se for "necessário".

Rossi já disse que não pedirá a ajuda de Brizola e também criticou o líder pedetista pela falta de apoio à sua candidatura.

"É um direito que ele tem", afirmou o ex-governador do Rio, para quem Rossi "está tendo um grande desempenho, sendo considerado especialmente pela população de São Paulo".

Brizola acenou para o apoio ao candidato do PT no Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, contra Antônio Britto (PMDB). Disse que estará ao lado "do interesse público", que não fica "onde está o senador Pedro Simon (PMDB)".

O PDT gaúcho ainda não definiu como pretende intervir no segundo da eleição no Estado.

No Rio, a aproximação com Anthony Garotinho (PDT), se for necessário, só ocorrerá nos últimos dias. Garotinho acompanhou a entrevista de Brizola, com quem trocou abraços e elogios.

Apesar da confraternização explícita demonstrada pelos dois pedetistas, no primeiro turno da eleição fluminense, Garotinho evitou vincular sua candidatura ao governo do Rio à de Brizola.

A iniciativa de Garotinho foi motivada pelo alto índice de rejeição do ex-presidenciável no Rio.

9500006

01-01



Nº DOCUMENTO

TÍTULO

Clinton propõe

Cardoso

início de

diálogo.

150538

20/10/94

79500007

AVULGACÕES

507482

11164

11349

65890

ENTRADA

CRUZ DO

# início de diálogo

em Moscou e sugere encontro de suas equipes

## Clinton propõe a FHC

Presidente dos EUA telefona para presidente eleito do Brasil

CLÓVIS ROSSI

TSP

Enviado especial a Moscou

20/10

O presidente norte-americano, Bill Clinton, sugeriu ontem a seu futuro colega brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, a abertura de um diálogo entre integrantes das respectivas equipes de governo.



GOVERNO

FHC achou boa a idéia, mas disse a Clinton que precisava antes consultar o atual presidente brasileiro, Itamar Franco.

A sugestão de Clinton foi feita em telefonema para a embaixada brasileira em Moscou, na qual se hospeda o presidente eleito do Brasil desde que chegou, na noite de domingo, à capital russa.

Conversaram por cerca de 12 minutos, a partir de aproximadamente 17h (12h em Brasília).

O pretexto inicial foi o óbvio: cumprimentar Fernando Henrique Cardoso pela vitória eleitoral. Mas Clinton estendeu-se algo além do puro protocolo ao manifestar o desejo de que as duas administrações cooperem estreitamente em assun-

Os dois não chegaram a acertar um encontro pessoal, mas Clinton se disse disposto ou a enviar um representante norte-americano a Brasília ou a receber, em Washington, um delegado de FHC, exatamente para abrir o diálogo entre as respectivas equipes.

Depois que desligou, o presidente eleito brasileiro telefonou para Itamar Franco, para transmitir o teor da conversação.

O telefonema de Clinton torna praticamente obrigatória a ida de FHC a Washington, no final de novembro, época em que pretende fazer um giro por algumas das principais capitais do mundo.

Antes de ligar para FHC, Clinton também telefonou para o presidente Itamar Franco para elogiar o processo eleitoral brasileiro.

Logo após a conversa entre Clinton e FHC, o assessor especial da Casa Branca Thomas McLarty telefonou para o embaixador do Brasil em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima. Disse que Clinton ficou "extremamente satisfeito" com a conversa.

Clinton havia tentado falar com FHC duas vezes desde a eleição de 3 de outubro. Mas problemas de agenda dos dois presidentes impediram a conversa.

Colaborou CARLOS EDUARDO LINS DA

9500007

01-01

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCE

F

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

1

2

3

4

5

6

7

8

9

ENTRADA  
CPL

SEGUNDO TURNO

# Lula defende alianças com o PDT e o PSDB

O líder nacional do PT prometeu não fazer oposição automática ao governo de Fernando Henrique Cardoso

Brasília 21/22/94

**E**m seu primeiro ato público no segundo turno das eleições, o candidato derrotado à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem a participação de seu partido em alianças com candidatos de outras siglas. "A eleição presidencial acabou em 3 de outubro, Fernando Henrique Cardoso não é mais o nosso inimigo", disse Lula numa reunião de apoio ao candidato do PT ao governo do Distrito Federal, Cristovam Buarque. Além dos partidos da Frente Brasil Popular (PT, PPS, PC do B, PSB, PSTU e PCB), Cristovam é apoiado em Brasília pelo PSDB e pelo PMN. "Precisamos fazer tudo para buscar também o PDT e ampliar a aliança", afirmou Lula. O adversário de Cristovam é Valmir Campelo (PTB), afilhado político do governador Joaquim Roriz (PP).

**MINISTÉRIO** — Registrando a presença do PSDB na reunião, Lula fez uma veemente defesa do apoio do PT ao candidato Mário Covas (PSDB) em São Paulo. "Eu conheço Covas e sei que ele é infinitamente mais sério do que todos os governadores de São Paulo até agora", declarou o petista. Numa espécie de autocritica diante do comportamento habitual do PT, Lula afirmou "que não se pode comparar Fernando Henrique a Fernando Collor. Quem não souber distinguir isso vai cometer erros", alertou. Lula também defende alianças com o PSDB em Minas Gerais, apoiando Eduardo Azeredo, e com o PDT no Rio, em favor de Anthony Garotinho.

O candidato derrotado negou que vá fazer oposição automática ao novo governo. "Vamos deixar o homem tomar



Eleição: Lula (D) e o candidato do PT no Distrito Federal, Cristovam Buarque

posse, organizar o ministério, ver a cor do governo, senão o povo vai dizer que o PT é contra qualquer coisa." Para Lula, o resultado da eleição mostra que "o eleitor em alguns casos fez uma salada de frutas". "Mas assim é a cabeça do povo, não é a direção nacional do PT que vai baixar uma portaria proibindo a salada de frutas", afirmou. Para o candidato derrotado, "o PT precisa fazer com que o povo vote mais nos partidos e menos nas pessoas".

**LEITE DERRAMADO** — Mesmo afirmando que vai "torcer para que o Brasil melhore" com Fernando Henrique, Lula criticou as últimas medidas da equipe econômica, defendidas por FH. "O governo continua achando que é melhor criar empregos no Exterior do que aqui dentro, e ainda prejudica os pobres com as restrições ao consumo", disse. "Não é preciso restringir o consumo, é necessário fazer com que milhões de excluídos entrem nele."

Fazendo um balanço sobre o resultado das eleições, ele afirmou que a "esquerda avançou muito", porque elegeu os governadores Dante de Oliveira (PDT) no Mato Grosso e Miguel Arraes (PSB) em Pernambuco. Além disso, levou para o segundo turno Cristovam Buarque, Olívio Dutra (PT-RS), Vitor Buaiz (PT-ES), Jackson Barreto (PDT-SE) e João Capiberibe (PSB-AP), além do próprio Mário Covas. "Não vou chorar sobre o leite derramado, ganhamos a oportunidade de ter governantes progressistas como nunca antes na história do Brasil." Lula visitará o Rio Grande do Sul segunda e terça-feira. Acompanhado de Olívio, o líder do PT irá a Farroupilha, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, além de Porto Alegre.

95000003

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

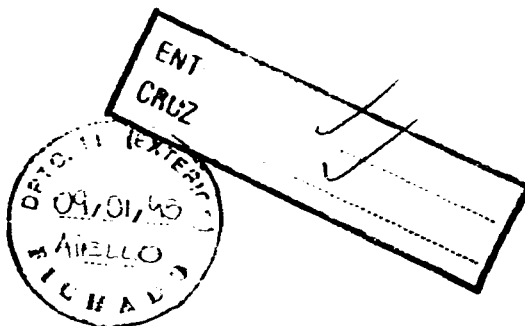
PROCESO

ONES

11164

11399

Rep. Tcheca / 504504



NOVO GOVERNO

## FH se reúne com presidente tcheco

*Fernando Henrique falou sobre economia e ouviu perguntas de Havel sobre a Amazônia*

Praga 26/10

**A** bordado ontem por turistas brasileiros enquanto caminhava pelo centro da capital da República Tcheca, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso respondeu com abraços, beijos e uma observação: "Quero ver se daqui a dois anos vou ter essa mesma popularidade." A pouco mais de dois meses de assumir o mandato, Fernando Henrique foi estimulado pelo presidente tcheco, Vaclav Havel, a aproveitar bem o passeio. Durante um encontro informal de meia hora em um castelo que abriga a sede do governo, Havel mostrou-lhe o gabinete cheio de livros e comentou: "Agora só posso ver o mundo atrás de uma janela apertada de um carro blindado."

Na conversa com o presidente tcheco, Fernando Henrique prometeu ampliar as relações entre os dois países e fez um relato otimista da economia brasileira. "Exportamos US\$ 40 bilhões por ano, baixamos a inflação de 45% para 2% ao mês e os investimentos estrangeiros vão crescer; precisamos agora encurtar as disparidades sociais e corrigir a concentração de renda", destacou. Fernando Henrique mostrou interesse pelo processo de implantação da



Visita: FH (D) e sua mulher, Ruth (ao fundo, de óculos), se reuniram com Vaclav Havel (E)

economia de mercado na República Tcheca. "O senhor leva uma vantagem porque entende de economia e eu confio mais nos sociólogos", afirmou Havel, muito interessado sobre a situação da Amazônia. FH garantiu que o país está avançando no controle do desmatamento da

região.

Fernando Henrique aproveitou o resto da manhã para passear a pé nas redondezas do castelo. Na catedral gótica de São Guido, o presidente eleito conheceu a capela de São Venceslau, patrono da Boêmia, construída no século XIV e que tor-

nou popular a expressão "segredo guardado a sete chaves". A capela tem uma porta que só pode ser aberta por sete chaves entregues a pessoas diferentes, entre elas Vaclav Havel. "O ministério está tão seguro quanto a coroa que está aí dentro", brincou o presidente.

01-01

9500009.

Nº DOCUMENTO

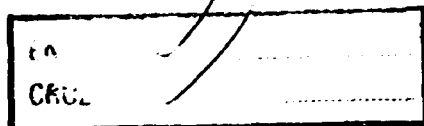
TÍTULO

DATA

NUMERO

507482  
11104  
11302

9500010



JUDICIÁRIO

## Senado aprova a indicação de Corrêa para ministro do STF

A data da posse será marcada pelo Supremo

LAURO RUTKOWSKI 27/10  
Brasília/Sucursal

**O** ex-ministro da Justiça que abusou da bebida no Carnaval carioca enquanto seu chefe e amigo, o presidente Itamar Franco, divertia-se ao lado da modelo Lillian Ramos, que estava sem calcinha, recebeu ontem o aval do Senado para se tornar ministro do Supremo Tribunal Federal. O senador Maurício Corrêa (PSDB-DF) foi questionado em uma espécie de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, por 13 votos a dois, foi considerado apto a ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do gaúcho Paulo Brossard, que completou 70 anos. A decisão foi confirmada pelo plenário por 48 votos a três. Agora o STF deve marcar a data da posse.

Apesar de ter recebido dois votos contra a sua nomeação na CCJ, Corrêa assumiu a aura de unanimidade jurídica. Nenhum de seus colegas à direita ou à esquerda fez críticas à sua aprovação. Como a votação foi secreta e todos que dela participaram elogiaram Corrêa no fi-

nal, foi impossível identificar os dois senadores que não concordaram com a nomeação do colega para o STF. "Ele é o homem certo para o STF", afirmava ontem o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL). "É indiscutível que o Maurício é um advogado da maior competência", repetia Eduardo Suplicy (PT-DF).

Foco das atenções, Corrêa se recusava a conversar com jornalistas. Ele acha que a imprensa denegriu sua imagem divulgando fotos e charges em que sempre aparece com aparência de bêbado. Algumas cenas chamaram a atenção de quem assistiu à sabatina. Eduardo Suplicy, que não participa da CCJ mas foi elogiar Corrêa, levantou-se subitamente, deu uma volta completa na sala e foi embora. Saldanha Derzi (PRN-MS) foi repreendido pelo presidente Magno Bacelar por perturbar com seus comentários em voz alta. Alheio a tudo, Pedro Simon (PMDB-RS) tirava breves cochilos, sendo acordado pelo deputado Victor Facioni (PPR-RS), interessado em receber seu autógrafo no livro sobre Alberto Pasqualini.

## Polêmica marcou carreira política

Polêmico e pouco comedido em atos e palavras, Maurício Corrêa reuniu à sua volta um elenco invejável de inimigos poderosos em 34 anos de carreira profissional e política. Entre eles estão os ex-presidentes João Figueiredo e Fernando Collor e o ex-governador Antônio Carlos Magalhães (PFL). Convidado para o Ministério da Justiça após a queda de Collor, Corrêa trombou de frente também com o então aliado Leonel Brizola, do qual recebeu uma definição pouco amistosa: "Ele se vende por um prato de lentilhas." Brizola queria o PDT na oposição, mas Corrêa preferiu atender o convite do amigo Itamar Franco.

Uma vez no governo, Corrêa foi obrigado a migrar para o PSDB. Como ministro, comproveu uma briga indigesta com os militares, ao insistir na defesa do projeto de indenização às famílias dos desaparecidos durante a ditadura. Até hoje, é considerado *persona non grata* nas casernas.

Corrêa adquiriu a fama de bom de copo, sendo várias vezes flagrado extrapolando os limites em recepções. Essa inclinação pela bebida foi confirmada no carnaval carioca deste ano. O ministro expôs-se em cenas constrangedoras que fizeram a festa dos fotógrafos: mal conseguia se manter em pé com um copo cheio de uísque.

01-01

9500010.

Nº. DOCUMENTO 9500011  
TÍTULO Paulo R. Souza  
P. COORDENADOR  
FECHA DE 3/11/87  
VINCULACIONES 507482  
11164  
11302

integrado Ministério do Cidoso

ENT (AD)	/
CRUZ (DD)	/

# vai para o governo

tucano e é amigo do presidente eleito desde o exílio

## 'Número 1' de FHC

Paulo Renato Souza, economista, coordenou o programa

**GABRIELA WOLTERS**  
Da Sucursal de Brasília  
**VINICIUS TORRES FREIRE**  
Da Reportagem Local

Apesar de afirmar que só decidirá os nomes de seus ministros em dezembro, o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, emite sinais claros de que o economista Paulo Renato Souza fica na equipe.



governo fhc

Esse gaúcho, de 49 anos, é tido hoje como o "número 1" de FHC. Ao lado de Sérgio Motta, secretário-geral do PSDB, é um nome certo para o futuro governo. Hoje, seu destino seria o Ministério do Planejamento.

O próprio presidente eleito definiu que a pasta será uma das mais importantes de seu governo. Cabe-lhe seu chefe coordenar a ação administrativa e acompanhar a execução do programa governamental.

Na política — ou, mais precisamente, na alta burocracia pública — Paulo Renato ganhou postos devido à sua capacidade administrativa.

Colegas de universidade e governo reconhecem seu poder de articulação, aglutinação de idéias e talento para a elaboração de planos de governo.

Um temperamento normalmente afável se torna mais sanguíneo quando o assunto é o Grêmio de Porto Alegre, time para o qual torce com fanatismo. Paulo Renato carrega outra marca do Sul: trata todas as pessoas por "tu".

Desde a arrancada de FHC rumo ao Planalto, sua função é exatamente esta: planejar. Foi convidado pessoalmente por FHC para ser o responsável pela elaboração do programa de governo.

A relação do presidente eleito com Paulo Renato data do tempo em que ambos se alinharam contra o regime militar.

### "Grupo do Chile"

Sua entrada definitiva na política se deu através dos intelectuais do MDB paulista. Em 1966, Paulo Renato foi assessor do hoje senador Pedro Simon (PMDB) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O economista foi para Santiago em 1968 fazer seu mestrado em economia. Na Universidade do Chile, foi aluno do senador eleito José Serra (PSDB-SP), que o apresentou a FHC.

ao eleitor menos esclarecido, uma espécie de "descamisado", celebrizado na era Fernando Collor.

"Não fazemos nada sem pensar no Abreu", afirmava sempre Paulo Renato. A eleição terminou, FHC saiu vitorioso, e o assessor de todas as horas permanece com a mesma função: planejar.

Enquanto FHC viajava pelo exterior, o economista percorreu os principais ministérios em busca de informações sobre a real situação dos órgãos do governo.

Ele se atém principalmente a dois aspectos: estrutura das pastas e Orçamento. Na semana retrasada, esteve no Ministério da Educação e no Itamaraty e manteve contatos telefônicos com o ministro da Saúde, Henrique Santillo, e com Romildo Canhim, da Secretaria da Administração Federal.

### Idéia fixa

A obsessão de Paulo Renato é o Ministério do Planejamento. Ele se reúne pelo menos uma vez por semana com o ministro Beni Veras para esmiuçar o Orçamento da União de 95 e definir as alterações necessárias.

Na área econômica, divide com o assessor-especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, a tarefa de encontrar soluções que conciliem o que tem sido difícil no Brasil: estabilidade econômica e desenvolvimento.

### Versátil

Os múltiplos talentos de Paulo Renato o fazem candidato a diversos cargos no governo FHC.

Disciplinado, atém-se à resposta convencional: "A decisão sobre o ministério é de competência exclusiva do presidente da República", declara. Presidente, aliás, que ele trata por "Fernando".

Ex-secretário de Educação da gestão de Franco Montoro em São Paulo (1982-1986) e ex-reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), também é cogitado para o Ministério da Educação.

Seus assessores mais próximos, no entanto, afirmam que ele relutaria em aceitar esta indicação. Defende teses polêmicas para a área, como a cobrança de uma taxa de alunos que tenham renda para estudar em universidades públicas.

Para estes mesmo assessores, Paulo Renato afirma que gostaria de chefiar o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Antes de ser chamado para coordenar o programa de governo de FHC, Paulo Renato foi gerente de operações do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Nome: Paulo Renato Costa e Souza  
Idade: 49 (10 de setembro de 1945)  
Família: casado há 26 anos com Giovanna Souza. Três filhos: Maria Tereza, 26, arquiteta, Renato, 24, economista, Maria Luiza, 21, psicóloga.

Formação: Bacharel em Economia, mestre em ciências econômicas (Universidade do Chile, 1974), doutor em economia

(Unicamp, 1980), professor-titular de economia aplicada (Unicamp, 1986)

Carreira: Gerente de operações do BID (1991-1994) reitor da Unicamp (1986-1990) Secretário da Educação de São Paulo (1984-1985) Professor da Unicamp (desde 1978)

No "grupo chileno" dos intelectuais de oposição, começa a história que levaria Paulo Renato a coordenar o plano de governo de FHC e a escrever os textos-base dos programas de TV tucanos.

Vistos à distância, os "chilenos" eram o embrião do PSDB.

Com o auxílio de grupos formados em praticamente todos os Estados, Paulo Renato fechou o programa de governo de FHC em dois meses e meio. Na opinião do presidente eleito, deu provas de agilidade e capacidade de articular idéias e opiniões.

Durante o horário gratuito, trabalhou com os "marketeiros" da campanha para que as metas de governo fossem traduzidas de uma forma clara ao eleitor.

### O "Abreu"

Foi em uma dessas reuniões que surgiu o "Abreu", apelido dado

em Washington. Presidiu também, entre 1981 e 1983, a Fundação Pedrosa Horta, chamada a "universidade peemedebista". A fundação se dividiu em dois grupos.

Os "chilenos" — o próprio Paulo Renato, Serra e FHC — ligaram-se a Franco Montoro. João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo (que orientou o doutoramento do principal assessor de FHC) se alinharam com Ulysses Guimarães, ficaram no PMDB e estiveram ao lado do candidato derrotado do partido, Orestes Quêrcia, nas eleições presidenciais deste ano.

Paulo Renato fez parte do grupo chefiado por Serra e que elaborou o plano para o governo de Franco Montoro (1983-87), equipe que recebeu o apelido de "Sorbonne" por reunir as principais cabeças das universidades paulistas.

9500011

27/10/94

*Es un ex rector de la Universidad estatal brasileña de Campinas*

## Cardoso designó a Souza como futuro ministro de Planificación

*El presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso designó a un educador y viejo amigo suyo en el ministerio más importante de su gabinete, informó ayer un diario local.*

**P**aulo Renato de Souza, ex rector de la Universidad estatal de Campinas, en San Pablo, ocupará el Ministerio de Planificación, dijo el Correio Braziliense, que atribuyó su información a un asesor del mandatario electo.

"La tarea será la de un capataz a cargo de vigilar la parte administrativa del gobierno", dijo el asesor.

Aun cuando designó a Renato como ministro de Planificación y

supervisor de su gabinete, Cardoso no desea que haya un ministro que se imponga sobre los otros miembros del gobierno, dijo el asesor del mandatario electo.

"No quiere un ministro de Economía omnipotente, como Delfin Netto (varias veces secretario durante la dictadura militar entre 1964 y 1985) o como él mismo lo fue bajo el gobierno de Itamar Franco", agregó.

### Acusación

Ernandes Amorim, que fue electo senador en los comicios generales del pasado día 3 del corriente está acusado de liderar una presunta banda de narcotraficantes que opera casi libremente en la región fronteriza de Brasil con Bolivia, informó ayer el diario Jornal do Brasil.

Amorim, del Partido Democrático de los Trabajadores (PDT, socialdemócrata) aparece citado como dedicado al tráfico de drogas en el estado de Rondonia en el informe sobre narcotráfico elaborado por una comisión parlamentaria y en la Enciclopedia Británica, indica el rotativo.

El senador electo que responde ante la Justicia a un total de 30 procesos penales por distintos delitos, fue alcalde del municipio de Ariquemes y es propietario de dos empresas que extraen ilegalmente oro en el yacimiento Bom Futuro, localizado en la región amazónica.

Una comisión especial del Congreso brasileño concluyó en 1993 que existen "pruebas evidentes" de la implicación de Amorim con el narcotráfico y recomendó su procesamiento por apología del delito y

exploración ilegal de minerales.

Amorim tomará posesión de su cargo de senador por un mandato de ocho años el primero de febrero de 1995.

Itamar Franco discutirá el lunes con el gobernador de Río de Janeiro, Nilo Batista, medidas de emergencia para acabar con la virtual "guerra civil" en la ciudad, donde bandas de narcotraficantes controlan grandes sectores, dijeron ayer fun-

cionarios.

Franco quien el 1º de enero entregará el mando al presidente electo Fernando Henrique Cardoso y quien se encuentra en visita privada en Europa del Este hace diez días, negó sin embargo que su gobierno intente decretar en forma unilateral un "estado de defensa" en Río de Janeiro. ■ (De la redacción de El Observador en base a EFE y Reuter)

02-02

9500011



Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDÊNCIA

VINCULAÇÕES

NOVO GOVERNO 24/25/10.

# FH consulta aliados para escolher

*Antes de fazer os convites aos novos ministros, o presidente eleito irá conversar com os*

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso pretende consultar o PFL e o PTB, aliados do PSDB na disputa presidencial, antes de nomear o ministério. "Ainda não tomei nenhuma decisão e só farei isso depois de ouvir os líderes de partidos aliados", anunciou ontem FH, que até então tratava da composição do futuro governo como uma escolha pessoal. Antes de fazer os convites, Fernando Henrique disse que quer debater com os aliados políticos o detalhamento do programa de governo divulgado durante a campanha eleitoral.

"Vamos transformar o programa em um plano de ação com metas definidas e só depois definir a estrutura do ministério e o perfil mais adequado para os ministros", explicou. Fernando Henrique adiantou que a condução do Plano Real e da política econômica será delegada ao ministro da Fazenda. "Vou fazer como o Itamar Franco fez e deixar isso na mão do ministro", afirmou. Tão importantes quanto os ministros serão os responsáveis por dois dos principais programas de governo: combate à fome e irrigação.

O programa "Comunidade Solidária" para combater a miséria terá investimentos de R\$ 4 bilhões por ano. O presidente eleito não quis confirmar nenhum dos nomes de ministros antecipados pelo noticiário durante sua viagem pelo Leste Europeu. Provocado, se limitou à observação sobre a possibilidade de indicar Nelson Jobim para a Justiça, Pedro Malan para a Fazenda e Reinhold Stephanes para a Previdência Social.

**PASSEIO** — Durante um passeio ontem, FH caminhou quase três horas no centro histórico da capital da República Checa, tomando muito cuidado para não escorregar nas ruas molhadas por uma garoa fina. "Só não posso levar um tombo aqui", brincou, enquanto andava pela cidade — a quarta escala de sua visita particular ao Leste Europeu. O passeio, à tarde, terminou com um pedido "secreto" ao Menino Jesus de Praga, que tem muitos devotos no Brasil e uma imagem do século XVI guardada na igreja barroca Nossa Senhora Vitoriosa.

## Presidente eleito viaja dia 2 para a Argentina

LUCIANE AQUINO

Sucursal/Brasília

A primeira viagem oficial de Fernando Henrique Cardoso como presidente eleito começará no próximo dia 2 de novembro. Num roteiro de pelo menos cinco dias, FH visitará os presidentes dos três países que, junto com o Brasil, integram o Mercosul: Argentina, Uruguai e Paraguai. A primeira escala será na Argentina.

O encontro com o presidente argentino Carlos Menem será na residência oficial de Olivos e está marcado para o dia da chegada. Fernando Henrique viajará para o Uruguai no dia 3, onde permanece pelo menos até o dia seguinte. A data exata da viagem para o Paraguai ainda não está definida. Também não foi decidido ainda se o Chile será incluído na viagem. FH morou no país como exilado político durante quatro anos.

O presidente eleito está na Europa Oriental, fazendo uma viagem particular com a sua mulher, Ruth, e deverá voltar ao Brasil no dia 28 de outubro. Até o dia da ida para a Argentina, FH deverá permanecer em São Paulo, e só dará início à instalação do governo de transição, em Brasília, depois do dia 7 de novembro.

## ministério

*líderes do PFL e do PTB*

9500012

9500013

ENTO

El gbo. acusa de omdos

El País

terroristas a empresarios.

27/10/94

907402

11164

11303

11392

11077

Brasil y sus Mercados Financieros

# EL GOBIERNO ACUSA DE ONDA TERRORISTA A EMPRESARIOS

BRASILIA, 28 (ANSA). — El ministro de Hacienda de Brasil, Ciro Gomes, acusó hoy a empresarios de lanzar una "onda de terrorismo" en los mercados financieros, después del fuerte rechazo a medidas de contención al consumo y al crédito, lanzadas para frenar el rebrote inflacionario que amenaza al plan Real. Las protestas causaron inquietud en el gobierno, porque el apoyo empresarial fue indispensable para el éxito inicial del plan Real, que frenó la hiperinflación y con ello hizo posible el triunfo del oficialista Fernando Henrique Cardoso en las elecciones presidenciales de comienzos de este mes.

Así, el presidente llamó a Franco convocó a Gomes para analizar el como dicen los empresarios, las medidas para mantener baja la inflación son necesarias.

El ministro negó terminantemente esa hipótesis, y señaló que la contención al consumo y al crédito, así como medidas monetarias y cambiarias, llevan la intención de dar un tiempo a la industria, para que pueda reanudar las inversiones para equilibrar y aumentar la producción para enfrentar la creciente demanda.

En ese sentido, el gobierno prevé anunciar la creación de líneas de financiamiento para el sector productivo para compensar el impacto del "pequeño de medidas anticonsumo" que repercutió en forma negativa en el mercado y en el sistema financiero en los últimos días.

Al término de la reunión con Franco, el ministro criticó las declaraciones de los empresarios, especialmente la Federación de la Industria del Estado de San Pablo (FIESP), porque constituyeron, dijo, una "onda de terrorismo" en el mercado financiero, destinada a afectar el plan de estabilización.

Realizó que las decisiones fueron adoptadas "en carácter preventivo" y con el objetivo de mantener la estabilidad de la economía y evitar la explosión del consumo, "adequando a las industrias brasileñas a las necesidades del mercado".

Gomes rechazó luego las críticas del presidente de la Federación Brasileira de Bancos, Alcides Tápia, que señaló que las nuevas medidas son "claramente necesarias y no tendrán mucho efecto para contener la inflación y el consumo, pero de estimularán la producción, con riesgo para el normal abastecimiento".

El gobierno prefiere por lo

menos 15 días para evaluar el impacto de las medidas que restringe el crédito y como una consecuencia, el consumo, para conocer la necesidad de profundizarlas o flexibilizarlas, agregó el ministro de Hacienda.

Añadió que las medidas fueron "imprescindibles" para proteger al plan Real, e incluyó a sectores comerciales y financieros dentro de un movimiento conjunto. Esos ajustes — concluyó — fueron efectuados para evitar el fracaso del Plan

9500013

01-01



Nº DOCUMENTO

TÍTULO

DESCRIÇÃO

COPIAS

*Brasil quer enfatizar economia na agenda para o encontro de Miami.*  
 50538  
 28/10/94  
 507482  
 1104  
 11399  
 79500014

ENT

CRUZ

## Brasil quer enfatizar economia na agenda para o encontro de Miami

JOÃO BATISTA NATALI

Da Reportagem Local

28/10

A exemplo de outras delegações da América Latina e Caribe, o Brasil quer enfatizar a discussão de temas econômicos durante o encontro programado para dezembro, em Miami, para o qual o presidente Bill Clinton convidou os governantes de todos os 33 países da região (exceto Cuba).

Ocorre que os EUA propõem a discussão de 14 pontos que excluem a economia e privilegiam assuntos como democracia e combate ao narcotráfico.

A divergência transpareceu na abertura do 2º Fórum Mercosul-Nafta, em São Paulo, promovido pela USP e pelo Parlatino.

O secretário-geral do Itamaraty, Roberto Abdenur, insistiu na importância da supressão, nos EUA, das barreiras comerciais e subsídios agrícolas. Também discorreu sobre a necessidade de agências como o Banco Mundial aumentarem seus investimentos nos programas de infra-estrutura do Continente e de acordos multilaterais para transferência de tecnologia.

Outro participante, o ex-presidente Raúl Alfonsín, afirmou, sem

nenhuma precaução diplomática, que "a reunião de Miami não será importante", mesmo porque ironizou: aquela cidade é "péssima" e seu clima pouco agradável.

A rigor, disse José Augusto Guilhon de Albuquerque, especialista na USP em assuntos internacionais, eles reforçam a idéia de que mecanismos de integração só se viabilizam com uma dose de oposição a interesses regionais dos EUA.

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, disse que, na América Latina, a democracia só será mantida com crescimento econômico.

01-01

9500014.1

Nº DOCUMENTO 9500015

TÍTULO Ricupero es nomeado

PROCEDIMENTO 28/10/94

RELACIONES

507402

11164

11302

11399

Italia

ENT	/
CRUZ U	/

Embaixador em Roma

## DIPLOMACIA

# Ricupero indicado para embaixada em Roma

Itamar Franco apresentou a indicação ao Senado depois de o ex-ministro ter recebido o 'agreement' do governo italiano

Brasília

O presidente Itamar Franco enviou mensagem ao Senado indicando o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália, onde deverá receber, entre salários e gratificações, cerca de US\$ 10 mil mensais. A indicação de Ricupero ocorre 54 dias depois de o ex-ministro ter entregue seu pedido de demissão do cargo de ministro da Fazenda. Até assumir o ministério da Fazenda, em substituição a Fernando Henrique Cardoso, que deixou o cargo para concorrer a presidente, Ricupero era embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

A queda de Ricupero do Ministério da Fazenda foi motivada pelas declarações feitas no dia 1º de setembro ao jornalista Carlos Monforte, da TV Globo. A conversa, informal, foi captada por antenas parabólicas em várias regiões do país. Sem saber que estava no ar, Ricupero admitia esconder informações que pudessem prejudicar a candidatura de Fernando Henrique. "O que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde", disse o ex-ministro, referindo-se ao índice oficial de inflação. A frase "eu

não tenho escrúpulos", pronunciada na conversa com Monforte, foi decisiva para a queda de Ricupero.

**CURRÍCULO** — Coube à Secretaria das Relações Exteriores preparar o currículo do ex-ministro na quarta-feira, um dia depois que o chanceler Celso Amorim enviou minuta de mensagem ao presidente Itamar Franco. O Planalto enviou a mensagem ao Congresso ainda na noite de quarta. O governo italiano concedeu o 'agreement' no dia 21 — a autorização para Rubens Ricupero ocupar o cargo de embaixador no país.

Esta é a segunda mensagem que o presidente envia ao Senado esta semana. O nome do senador Maurício Corrêa foi aprovado para a vaga do ministro Paulo Brossard no Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira, dois dias depois da indicação.

Ricupero será sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado em sessão secreta. Depois o nome do ex-ministro vai ao plenário do Senado. O atual embaixador do Brasil na Itália, Orlando Carbonar, terá 60 dias para desocupar o cargo caso o nome de Ricupero seja aprovado.

01-01

9500015.

Nº DOCUMENTO 9500016

TITULO

PROCURADOR

Secretário de Defesa de Los EE.U  
150538  
15/10/94  
Visita al Brasil.

507402  
11164  
11399  
65890  
11163  
13065

EM	✓
CRUZ	✓

#### DIPLOMACIA

### Secretário de Defesa dos EUA vem ao Brasil

76P De Washington  
13/10

O secretário da Defesa dos EUA, William Perry, viaja ao Brasil no mês que vem. Datas e agenda ainda estão sendo acertados entre os governos.

A Embaixada do Brasil em Washington disse à Folha que Perry não negociará um novo acordo militar entre os dois países.

Em 1977, durante o governo Geisel, o Brasil denunciou o acordo existente, em meio a dificuldades diplomáticas com os EUA, em razão do acordo nuclear brasileiro com a Alemanha e de acusações pelo governo Carter de violações de direitos humanos no país.

9500016.

01-01

150238

14/10/94

79500017

507482

11164

11304

901066

FAT. C  
JAN. 2

## PT — crescimento, derrota e perspectiva

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA

14/10 FSP.

Uma vez terminada a apuração dos votos, faz-se necessário refletir sobre o resultado e olhar para frente. Tentarei contribuir para isso analisando a situação do PT e discutindo minhas próprias perspectivas políticas.

Há um fato inquestionável nestas eleições: o PT sofreu uma derrota, que tem três razões principais: o Plano Real, a força material do adversário vitorioso e os erros cometidos pela direção do PT.

Muito já foi dito das duas primeiras razões. Seja como for, o Plano Real deu a vida das pessoas uma momentânea e relativa estabilidade, fazendo de Fernando Henrique beneficiário direto da vontade popular de ver o plano "dar certo", ou seja, impedir a volta da inflação.

No caso das forças que estiveram ao lado do candidato vitorioso, é inegável sua superioridade material, que apareceu nos recursos disponíveis para a campanha de rua, nos gastos evidentemente altos feitos no programa de TV e, principalmente, no avassalador apoio recebido da mídia e do governo.

Mas uma derrota como a que nós sofremos, isto é, sem a realização do segundo turno, não se explica apenas pela adversidade oriunda das circunstâncias ou ainda pela força do adversário. Uma derrota como a do PT tem responsabilidades no próprio PT.

Desde logo é necessário dizer que o PT cresceu. Nossa bancada federal aumentou bastante e nossas bancadas estaduais também cresceram. No que se refere ao Senado,

divemos sucesso em quatro Estados, além de nos termos credenciado para disputar o segundo turno para três governos estaduais.

Mas crescimento e derrota não se excluem.

O PT foi derrotado porque seu projeto de levar Lula à Presidência da República foi derrotado.

O PT não foi ao segundo turno numa eleição em que seu candidato apareceu como favorito — a ponto de muita gente ter contado com a vitória já no primeiro turno — porque a proposta que apresentamos se mostrou mais estreita do que a sociedade requeria e como que entorpeciu o potencial eleitoral do Lula.

O PT desde o início optou por uma política de alianças que excluía as forças de centro-esquerda e de centro-democrático e, depois, coerente com a exclu-



são inicial dessas forças, nossa campanha nacional não dialogou com a sociedade que come, dispõe de rede de água e esgoto e tem acesso, ainda que precário, a algum tipo de equipamento público.

A campanha falou apenas aos "excluídos", quando nossa matizada e classe média e nossa estratificada camada popular apresentam contrastes que requeriam uma campanha centrada não apenas na ideia de reparação social, mas num projeto de desenvolvimento.

Aqui em São Paulo nossa derrota foi mais significativa, pois, no Estado mais importante do país perdemos as três disputas majoritárias. O fato de José Dirceu ter ficado atrás de Rossi, candidato

cujos penetração política no Estado não pode ser comparada à do PT, e cujo tempo na TV era inferior ao nosso, dá uma medida de o quanto foi equivocada a linha política da nossa campanha majoritária.

O crescimento experimentado por nossas bancadas federal e estadual não se refletiu na votação para o governo, basta comparar as diferenças respectivas com as votações obtidas para os mesmos cargos nas eleições de 1990. Seja como for, o segundo turno nos oferece uma oportunidade para iniciarmos a correção do rumo.

Defendo que o PT não deve se omitir. Temos de emprestar apoio direto e engajado à candidatura Covas. Seria um desastre para o Brasil a eleição em São Paulo de um candidato sem nenhum compromisso com a democracia.

Cada um dos mais de 4 milhões de votos que recebi devo principalmente à militância do PT e, também, àqueles que, não sendo petistas, têm a democracia como valor permanente. Embora minha candidatura tenha obtido uma votação expressiva, a maior do PT no Estado nestas eleições, o fato de nosso partido não ter conquistado mais uma vaga no Senado ilumina de uma maneira adicional nossos equívocos: boa parte da campanha foi feita com um olho na sociedade e outro na luta interna do partido.

As perspectivas que se abrem para o PT no próximo período da vida brasileira — quando certamente seremos chamados a lutar para que a pretendida modernização não resulte em mais desemprego, menos investimentos na área social e na reiteração de velhos vícios clientelísticos — são a de um partido com suas energias voltadas para a sociedade.

De minha parte, tendo sido honrada com um apoio tão expressivo do povo de São Paulo, que em todos os cantos do Estado me deu uma votação que as dificuldades enfrentadas pela candidatura não permitiriam antecipar, só posso sair da batalha com o ânimo redobrado para enfrentamentos futuros.

O PT, como de outras vezes, encontrará em sua militância e em sua indestrutível vocação para ligar-se às forças vivas da sociedade a inspiração necessária para superar as limitações atuais e, num futuro muito próximo, reencontrar o caminho da vitória.

**A proposta apresentada  
pelo PT nestas eleições  
se mostrou mais estreita  
do que a sociedade queria**

01-01

9500017

Nº DOCUMENTO 9500018

TÍTULO Cardoso no confere por presença em

PROVINCIA

ZH

29/10/94

La cúpula de  
Las Américas

507402

11164

11302

ENTRADO

CP:Z-D

## Indefinida a participação na Cúpula das Américas

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso não quis confirmar ontem, em Praga, sua presença na Cúpula das Américas, a reunião de presidentes latino-americanos com o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que será realizada em dezembro, em Miami. Depois de quatro dias de mal-entendidos, FH ficou surpreso com a informação de que teria sido designado pelo presidente Itamar Franco para representá-lo na Cúpula das Américas. "Ele não me disse isso e ficamos de conversar sobre o assunto depois, quando eu voltasse ao Brasil", afirmou FH. A última conversa com Itamar foi sábado à noite.

O presidente telefonou para Budapeste, Hungria, para esclarecer que em nenhum momento havia "desconvidado" o pre-

sidente eleito para a reunião em Miami. A essa altura FH já declarava que preferia não ir à Cúpula das Américas. Achava "insólita" a situação de representar o Brasil um presidente em final de mandato e outro não empossado. "Tenho que discutir com o presidente antes", alegou. O encontro, entre os dias 9 e 11 de dezembro, foi convocado por Bill Clinton e não tem agenda definida.

A confusão começou na semana passada, quando Itamar Franco se irritou com as notícias de que o presidente dos EUA teria convidado FH para a reunião. Depois o presidente eleito, diplomaticamente, tratou de comunicar que não iria. Quase ao mesmo tempo o Palácio do Planalto divulgou uma nota oficial dizendo que Itamar não "desconvidou" FH. 74254

9500018

01-01

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

Sub ejercerá oposición constructiva al gobierno de  
El País Cardoso

26/10/94

VINCULACIONES

507422

11164

11304

11302

9500019

EN	✓
UP	✓

**Lula**  
BRASILIA, 25 (EFE).— El dirigente socialista brasileño y derrotado candidato a la presidencia del país Luiz Inácio Lula da Silva aseguró ayer, martes, que ejercerá una oposición constructiva al futuro gobierno del presidente electo, Fernando Henrique Cardoso, quien tomará posesión el próximo primero de enero.  
Lula, de 49 años, prometió a Cardoso y a la población que su Partido de los Trabajadores (PT) actuará con "serenidad", que no solicitará "un solo empleo" al Gobierno y que su grupo parlamentario respaldará aquellos proyectos de interés para la nación.

01-01

9500019

PARTIDOS

# Moderados conquistam espaço no PT

Os resultados das eleições abalaram os radicais, que ditaram os rumos da campanha de Lula à Presidência da República

LAURO RUTKOWSKI

Enviado Especial/São Paulo

O sucesso eleitoral dos petistas moderados e a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva — cuja campanha foi coordenada pelos xiitas — na disputa pela Presidência provocaram uma discussão interna no partido que chegou a poucas mas importantes conclusões. A primeira é a de que a ala moderada — formada majoritariamente por parlamentares e ex-ocupantes de cargos executivos — entende bem mais de eleição do que os radicais e está se articulando para ocupar os altos postos do PT em 1995.

Os petistas admitem também que, para vencer resistências do eleitorado, o partido terá de definir e divulgar propostas políticas voltadas para a classe média e a maioria desorganizada e silenciosa do país, e não apenas repetir à exaustão velhos projetos para os seus simpatizantes cativos. Se vingar a mudança de rumos preconizada pelos moderados, o PT também deve abandonar a pose de vestal na luta por cargos do Executivo e se aliar aos partidos com propostas afins, como o PSDB, o PDT e até mesmo o PMDB.

Somente após a vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno o PT começou a trilhar timidamente o caminho da moderação defendida pelos seus candidatos eleitos. Embora desgastados pela campanha confusa e carrancuda que contribuiu para a derrota de Lula, os radicais têm resistido em aceitar algumas alianças consideradas óbvias para o segundo turno das eleições estaduais — com o PDT no Rio de Janeiro e com o PSDB em São Paulo e em Mi-

nas Gerais, por exemplo. Os motivos dos xiitas são sempre os mesmos: eles temem que o jogo político de alianças termine por "corromper" o PT aos olhos do eleitorado e que, no futuro, o partido tenha de dividir a culpa por eventuais erros cometidos pelos aliados.

**ACORDO** — "As alianças têm de seguir uma linha programática e devem ser fechadas em torno de pontos comuns e não de cargos", afirma o presidente do PT, deputado estadual Rui Falcão (SP), radical, um dos mais criticados pelo deputado federal Paulo Delgado (MG), moderado. O parlamentar mineiro, consagrado nas urnas, é enfático ao defender um acordo imediato com o tucano Eduardo Azeredo em seu Estado. Candidato a governador, Azeredo disputa o segundo turno com o jornalista Hélio Costa, do PP.

As correntes políticas mais radicais tiveram suas convicções abaladas pelos resultados das urnas. Quando Lula era líder nas pesquisas de intenção de voto, os xiitas repeliram todos os esforços dos moderados para fechar uma aliança com o PSDB. Os dirigentes acreditavam que só a força do PT seria suficiente para eleger Lula presidente. Agora, sob risco de serem responsabilizados por derrotas também nos Estados em que o partido tem chances, grupos como o PT na Luta, do vice-presidente Luís Eduardo Greenhalgh, e o Hora da Verdade, de Rui Falcão, têm sido obrigados a acatar sugestões dos independentes e das correntes moderadas Democracia Radical, de José Genoíno (SP), e Unidade na Luta, do secretário-geral Gilberto Carvalho. Candidatos do PT chegaram ao segundo turno no Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Espírito Santo.

24 16/10



Articulações: com a derrota de Lula (D), ganham força nomes como o de Tarso Genro (E)

## AS COTAÇÕES NO PARTIDO

### EM BAIXA

- ☐ Grupos radicais puristas contrários a negociações com outros partidos, como O Trabalho (defensor do voto nulo no Rio), Democracia Socialista, Hora da Verdade e PT na Luta
- ☐ Rui Falcão, deputado estadual paulista e presidente nacional do partido, apontado como o principal responsável pelas críticas ao real antes mesmo de sua implantação
- ☐ Luiz Eduardo Greenhalgh, vice-presidente nacional do PT, e um dos coordenadores da campanha de Lula. Embora menos radical que Falcão, é identificado com os xiitas e pagará o ônus político pela derrota na disputa pela Presidência. Além disso, não conseguiu se eleger deputado federal por São Paulo

### EM ALTA

- ☐ Parlamentares como José Genoíno (SP), José Fortunati (RS), Paulo Paim (RS) e Paulo Delgado (MG) — reeleitos deputados federais com boa votação — e Benedita da Silva, futura senadora pelo Rio de Janeiro
- ☐ Gilberto Carvalho, secretário-geral do partido, do grupo moderado Unidade na Luta
- ☐ Aloizio Mercadante, que ganhou prestígio internamente por ter trocado uma reeleição certa por uma vice-presidência improvável. Mercadante substituiu o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) como candidato a vice
- ☐ Tarso Genro, elogiado por sua administração na prefeitura de Porto Alegre e cada vez mais influente no PT

01-01

9500020



El selecto grupo que comanda el

Z#

16/10/94

9500021

Parlamentar, temba  
puedas integrantes.

507402

1164

11302

CRUZ

CONGRESSO

# Confraria dos cardeais é renovada pela eleição

*O selecto grupo que comanda o Parlamento terá novos integrantes*

RUDOLFO LAGO ZH

Brasília/Sucursal 16/10

**Q**uando o ex-deputado Ulysses Guimarães era tetrapresidente (da Câmara dos Deputados, da Constituinte, do PMDB e interino da República nas ausências de José Sarney), os integrantes de um grupo de não mais de 50 deputados e senadores que decidia tudo no Congresso conquistaram a alcunha de "cardeais". Aos demais parlamentares, cabia apenas seguir a orientação que recebiam dos próceres partidários. Ulysses morreu, mas o termo se manteve, conjugado com o desejo de abandonar a "planície", expressão do Congresso para designar o terreno no qual, anonimamente, se movimentam os parlamentares de desempenho medíocre. Cridado pelos escândalos da CPI do Orçamento, o Congresso renovou-se e alguns dos antigos cardeais tiveram as carreiras ceifadas.

Agora, no período entre a eleição e o início da nova legislatura, desponta novamente o grupo que se candidata a ocupar os lugares de destaque no Legislativo e a comandar a vida dos companheiros que permanecerão na planície. "O eleitor brasileiro imitou o eleitor norte-americano: votou no presidente de um partido e formou o Congresso com parlamentares de outra legenda", compara o presidente do PMDB, Luiz Henrique, para explicar a maioria que seu partido continua a ter na Câmara e no Senado.

Para o cientista político Valder de Góes, essa é a equação que o novo governo precisará solucionar. "Embora tenha sido destroçado na eleição presidencial, o PMDB cresceu nas eleições proporcionais e continuará sendo o fiel da balança no Congresso", avalia. Assim, é natural que alguns dos líderes do PMDB acabem se destacando

como formuladores das opiniões e das articulações no Congresso. "O problema é que o PMDB cresceu quantitativamente e não qualitativamente", analisa o cientista político David Fleischer, observador das eleições brasileiras em nome da Organização dos Estados Americanos (OEA).

## Deputados e senadores de diversos partidos integram o clube dos grandes articuladores e formadores de opinião

Num PMDB fragmentado pela derrota de Oréstes Quércia, a vantagem numérica do partido pode não se refletir de fato — nada garante que o partido será capaz de agir de forma coesa. "O PMDB só funcionou como partido enquanto tinha lideranças carismáticas capazes de pôr ordem naquela salada", diz Fleischer. A escassez de líderes com perfil de oráculo estimula as pretensões de peemedebistas até então menos ilustres. No vácuo deixado por nomes como os dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Nelson Jobim (PMDB-RS) ou do senador Mauro Benevides (PMDB-CE), aparecem muitos candidatos, como Germano Rigotto (PMDB-RS).

Ainda que detestado pelo PMDB quercista e pelo grupo herdeiro do "MDB autêntico", o senador José Sarney (PMDB-AP) já desponta como um cardeal peemedebista. Sarney lidera a sua própria bancada, fez os dois senadores do Maranhão, elegeu seu filho, Sarney Filho, como o deputado maranhense mais votado e se cercará no Senado de alguns companheiros: os ex-governadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Jader Barbalho (PMDB-PA), ambos mi-

nistros fiéis em seu governo. Sarney quer a presidência do Senado. Poderá conseguí-la, apesar do PMDB.

Para Fleischer, caso se recupere logo da cirurgia que sofreu, Pedro Simon (PMDB-RS) deverá ser o principal contraponto às pretensões de Sarney. "O Senado é a grande novidade deste Congresso", analisa o cientista político. "Correu o risco de ser extinto, por inepto, na revisão constitucional e volta agora com chances de parecer mais importante que a própria Câmara." Fleischer está convencido de que a composição do próximo Senado será semelhante à de 1975, quando o plenário era frequentado por nomes como Paulo Brossard, Marcos Freire e Jarbas Passarinho. Entre os novos senadores, Fleischer destaca Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Roberto Freire (PPS-PE) e três ex-governadores: Jader Barbalho (PMDB-PA), Iris Rezende (PMDB-GO) e Vilson Kleintz (PFL-SC).

Pai e filho prometem ser os cardeais do PFL na Câmara e no Senado. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) alçou voo próprio na atual legislatura, foi forte candidato a vice-presidente da República de Fernando Henrique Cardoso e habilita-se com chances à presidência da Câmara. No Senado, seu pai, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), dispensa maiores apresentações. "Será certamente o maior polemista da nova bancada de senadores", acredita David Fleischer. Quanto a Roberto Freire, deverá transferir para o Senado qualidades de articulador já exibidas na Câmara. "Freire integrará uma interessante bancada de esquerda no Senado, que se comporá também pelos cinco senadores eleitos pelo PT. É uma novidade que poderá reduzir o ar vetusto e compenetrado do Senado de hoje", imagina Valder de Góes.



## OS CANDIDATOS A CARDEAL E SEUS PARTIDOS

Ficou menor no Senado e maior na Câmara, onde tem a maior das bancadas. Perdeu algumas estrelas, como os deputados gaúchos Ibsen Pinheiro e Nelson Jobim ou o senador cearense Mauro Benevides. O espaço vago será ocupado por novos e velhos atores:

- **Deputado Germano Rigotto (RS)** — Reeito com a segunda maior votação no Rio Grande do Sul, já avisou que pretende voar do Legislativo para o governo gaúcho. Articulador competente, pode ser o líder da bancada.
- **Deputado Odacir Klein (RS)** — Ex-líder do PMDB na Câmara, ganhou fama de ingênuo por sofrer derrotas tramadas nas sombras por companheiros de partido. Os espertos perderam suas cadeiras. Klein ficou, e ainda mais respeitado.
- **Deputado Luiz Henrique (SC)** — Presidente nacional do PMDB, reelegeu-se com grande votação e promete remover de vez o entulho quercista. Sonha com a presidência da Câmara.
- **Senador José Sarney (AP)** — Eleger os dois senadores pelo Maranhão, seu filho foi o mais votado entre os deputados federais e a filha Rosane pode ser governadora. Quer a presidência do Senado.
- **Senador Pedro Simon (RS)** — Líder do governo Itamar Franco, é a grande pedra no caminho de Sarney. É o preferido do PSDB e tem o apoio explícito do PT para presidir o Senado.

Dotado de um jogo de cintura que lhe tem permitido juntar-se a todos os governos, foi sócio do PSDB na vitória de Fernando Henrique Cardoso. Tem a segunda maior bancada da Câmara e uma vistosa constelação de caciques, liderados por uma dupla com o mesmo sobrenome:

- **Senador Antônio Carlos Magalhães (BA)** — É cardeal de carteirinha. Depois de ter controlado o PFL de longe, vai administrá-lo no Congresso. Bom de conversa e bom de briga, virtualmente acabou com a oposição na Bahia.
- **Deputado Luís Eduardo Magalhães (BA)** — Não foi vice de FH porque não quis. Quer a presidência da Câmara. Do pai, Antô-

nio Carlos Magalhães, herdou muitas virtudes e nenhum defeito grave.

É o partido do presidente, cresceu na Câmara, cresceu no Senado e dispõe de um punhado de parlamentares com brilho próprio:

- **Deputado Franco Montoro (SP)** — Ex-governador de São Paulo, um dos fundadores do partido, volta a Brasília com ares de patriarca e de olho na presidência da Câmara.
- **Senador José Serra (SP)** — Campeão de votos em São Paulo, amigo do presidente, é candidato congênito ao Ministério da Fazenda. Se não virar ministro, habitará um dos mais frequentados gabinetes do Congresso.
- **Senador Beni Veras (CE)** — Vem do grupo de empresários que, comandados por Tasso Jereissati e Ciro Gomes, encerraram no Ceará a era dos coronéis. De origem esquerdista, hoje dialoga com todos os partidos e tendências.

Apesar do interminável duelo entre moderados e xiitas, ficou maior. Terá cerca de 50 deputados e cinco senadores. Os destaques:

- **Deputado José Genoíno (PT)** — Líder dos moderados, provou que conversar com gente de todos os partidos não é pecado para os eleitores petistas. Volta das urnas de São Paulo com uma votação espetacular.
- **Deputado José Fortunati (RS)** — Como Genoíno, não se atrapalha no diálogo com interlocutores que falam com sotaques ideológicos distintos. Pode ser reeleito para a liderança do PT na Câmara.
- **Senador Eduardo Suplicy (PT)** — Vai liderar a bancada ampliada com o estilo hoje nacionalmente conhecido: fiscalização permanente sobre os atos do governo, muitas denúncias e, claro, algumas gafes antológicas.

Cresceu na Câmara e flerta sem constrangimentos com o futuro governo, disposto a afastar-se da tutela de Paulo Maluf. Tem al-

guns pesos-pesados:

- **Delfim Neto (SP)** — Bem-humorado, frasista notável, mantém-se atento à direção dos ventos. No momento, apóia o Plano Real. Se o plano desandar, será o primeiro a torpedeá-lo com declarações corrosivas.
- **Roberto Campos (RJ)** — Rival de Delfim no humor e nas frases de efeito, pretende vigiar de perto o programa de privatização e brigar pela abertura da economia ao capital estrangeiro.
- **Nelson Marchezan (RS)** — Há oito anos longe da Câmara, conhece todos os labirintos do Legislativo. Regressa a Brasília com o desembaraço de quem volta para casa.

A bancada federal diminuiu, mas o partido fez parte da coligação que elegeu Fernando Henrique. Pelo menos um cacique entra no Planalto sem bater:

- **Senador José Eduardo Andrade Vieira (PR)** — Ajudou Jaime Lerner a chegar ao governo do Paraná e ajudou Fernando Henrique a chegar à Presidência. Pode ser ministro.

É pequeno, mas faz barulho, como convém a comunistas que emergiram dos escombros do muro de Berlim. O chefe do partido já foi candidato à Presidência:

- **Senador Roberto Freire (PE)** — É o primeiro comunista — moderadíssimo — a chegar ao Senado desde Luís Carlos Prestes. Ex-líder do governo Itamar na Câmara, tem um discurso que ninguém consegue associar a foices e martelos.

Com o malogro dos trabalhistas nas urnas, o PDT deverá ser comandado por governadores distantes de Leonel Brizola e próximos de um parlamentar tarimbado:

- **Deputado Miro Teixeira (RJ)** — Um dos herdeiros presuntivos do espólio do PDT, pode transformar-se numa das estrelas da oposição. Terá um olho na Câmara e outro nas próximas eleições para o governo do Rio.

Nº DOCUMENTO 9500022

TÍTULO Bancada governista tem 221 integrantes.

Z#

14/10/94

507482

11164

11302

ENTRADA

CRUZADA

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

# Bancada governista terá 221 integrantes

MOACYR OLIVEIRA FILHO

Brasília/Sucursal

Embora tenha sido eleito no primeiro turno com 54,5% dos votos válidos — a maior votação da história republicana —, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu garantir a maioria absoluta na Câmara (257 votos) e no Senado (41 votos) apenas entre os partidos que apoiaram a sua candidatura. Com a apuração das eleições proporcionais praticamente concluída em todo o país, as projeções indicam que a bancada governista, formada pelo PSDB, PFL, PTB e PP, deve fazer 221 deputados e 30 senadores. Os cálculos se baseiam numa estimativa sobre os resultados do Rio de Janeiro e exclui a bancada do

Maranhão — ainda não definida oficialmente. Se as projeções se confirmarem, o novo governo precisará conquistar apenas mais 36 votos na Câmara e 11 no Senado para formar a maioria parlamentar.

Em tese, essa matemática revela que o governo FH pode conquistar uma folgada base no Congresso se conseguir atrair a bancada do PMDB — que pode chegar a 117 deputados e 23 senadores — ou as bancadas do PPR, do PL e dos nânicos PMN, PSC, PSD, PRP e PRN, que poderão somar 82 deputados e sete senadores. As articulações políticas voltadas para o governo, mas há uma incógnita: o perfil da nova bancada não é totalmente conhecido, sendo impossível medir, por exemplo, a força do

ex-governador de São Paulo Orestes Quercia.

**CRESCIMENTO** — A oposição, formada pelo PT, PDT, PSB, PC do B, PPS e PV, cresceu em relação ao Congresso que está terminando seu mandato, devendo atingir 110 deputados e 13 senadores. Esse crescimento é creditado ao PT, que passou dos atuais 36 deputados e um senador para 48 deputados e cinco senadores, com uma pequena ajuda do PC do B, cuja bancada cresceu de seis para 11 deputados, e do PSB, que passou de 10 para 15. O PDT e o PPS diminuiram de tamanho, passando, respectivamente, de 35 para 32 deputados e de três para dois deputados. O PPS elegeu, porém, seu primeiro senador — Roberto Freire, de Pernambuco.

## A FORÇA DOS PARTIDOS

Partido	Bancada atual	Deputados eleitos
PMDB	109	102
PFL	82	83
PDT	45	33
PDS	44	—
PRN	41	1
PSDB	38	61
PTB	37	30
PT	35	48
PDC	22	—
PL	16	13
PSB	11	15
PCdoB	5	10
PSC	5	2
PRS	4	—
PCB	3	—
PTR	2	—
PST	2	—
PMN	1	3
PSD	1	3
PV	0	1
PNT	0	—
PCN	0	—

\* Não há resultados do Maranhão

9500022

01-01

Nº DOCUMENTO 9500023

TÍTULO Diário Estado Unidense culpa a "Brasília" por los  
problemas del país.

24/150029  
14/10/94

VIN: 507482

11164

11302

11399

65890

ENT- 6  
CRUZ

## DIPLOMACIA

# Artigo provoca polêmica

O 'The Wall Street Journal' culpa Brasília pelos problemas do país

24 14/10

Washington

Um artigo publicado pelo diário americano *The Wall Street Journal* no dia 5 provocou polêmica e irritou a representação diplomática brasileira nos Estados Unidos. O texto afirma que o maior desafio do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso será enfrentar os burocratas da "mimada" Brasília, que não estariam dispostos a abrir mão de seus privilégios em prol do desenvolvimento econômico do país. O artigo, intitulado *Bearding the Beast — Brazil's New President Has a Monster to Tame: Bureaucracy in Brasília* (Barbeando a fera — o novo presidente brasileiro tem que domar um monstro: a burocracia em Brasília), é de autoria do jornalista Matt Moffett.

O embaixador do Brasil, em Washington, Paulo Tarsó Flecha de Lima, enviou ontem uma carta ao jornal, criticando a reportagem. O embaixador fi-

cou decepcionado ao constatar que o artigo é respaldado por opiniões de brasileiros como os ex-ministros da Fazenda Márcio Marques Moreira e Mailson da Nóbrega. Moffett critica severamente a obra de Juscelino Kubitschek, diz que os privilégios dos servidores públicos que vivem em Brasília são a causa dos problemas econômicos brasileiros e alega que o estabelecimento da nova capital criou uma "espiral inflacionária".

### O embaixador lembrou que Washington sofre críticas semelhantes

Quem lê a reportagem tem a impressão de que Brasília não passa de uma capital oportunista, um monstro insensível às amarguras nacionais. Matt

Moffett afirma que a capital "selvagemmente futurística", está longe da realidade brasileira e acusa Brasília de ter sido simpática ao golpe militar de 1964. Márcio Marques Moreira disse ao jornalista americano que a capital foi "o maior erro brasileiro", enquanto Mailson da Nóbrega afirmou que "Brasília foi um erro conceitual".

Flecha de Lima considerou o artigo um "mau serviço" aos leitores do jornal, pois além de não refletir a realidade da capital brasileira, não contribui com possíveis soluções para os problemas existentes. O embaixador lembra que Washington, a capital americana, sofre críticas semelhantes.

Ele compara o processo de desenvolvimento do interior do Brasil, que foi causado graças ao estabelecimento de Brasília, à colonização do Velho Oeste americano. O embaixador acrescenta que Brasília trouxe o governo federal mais próximo do povo.

01-01

9500023.

Nº DOCUMENTO 9500024

TÍTULO

por

nueva Composición de 6  
150538  
13/10/94  
Câmara do Senado.

507482

11104

11302

FNT- DU	✓
CHGZ DU	✓



9500024

01-01

CONGRESSO COMBATE DO PROBLEMA DO MONTENEGRO  
COM CARACTERÍSTICAS.

VINHA 507482  
1164  
11302.

ENT 30  
CRUZ 30

# Congresso troca nomes e mantém estilo

Nova configuração indica que parlamentares inclinados ao "é dando que se recebe" superam programáticos

FSP  
13/10 CLÓVIS ROSSI  
Da Reportagem Local

Uma primeira avaliação do novo Congresso indica que houve mais mudanças de pessoas do que de característica central do Parlamento federal: há mais parlamentares inclinados à prática do "é dando que se recebe", o chamado fisiologismo, do que deputados e senadores que votam seguindo linhas programáticas.

Essa avaliação sugere que a

maioria eventual a ser formada por uma ampla coalizão governista, que incorpore o PMDB, pode ser enganosa.

Nem mesmo os votos de todo o PFL e do PTB podem ser considerados certos, de antemão, a favor do governo, quando estiverem em votação medidas que eventualmente minem esquemas fisiológicos de parlamentares.

Em todo o caso, em termos estritamente numéricos, a situação do novo governo no Congresso fi-

cará extremamente confortável com o apoio do PMDB.

Os três partidos da coligação que apoiou Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL/PTB) elegeram 157 deputados (sem contar MA, PA e RJ, Estados em que a apuração não terminou) e 32 senadores (incluindo-se os que têm mais quatro anos de mandato e os senadores já definidos nos Estados em que apuração não terminou).

Mas é forçoso somar-se a eles os que foram eleitos por partidos

como PP e PL, que só não fizeram parte formal da coligação por atraso na definição.

PP e PL somam 43 deputados e 6 senadores. A soma geral dos cinco partidos teoricamente governistas iria, portanto, a 200 deputados e 38 senadores, em ambas as Casas abaixo da maioria absoluta (257 deputados e 41 senadores).

Com a ajuda em bloco do PMDB, o governo poderia contar com pelo menos 291 deputados e 61 senadores, superando com fol-

ga a maioria absoluta.

Se a avaliação for feita em termos convencionais de direita/esquerda, a esquerda cresce ligeiramente, na comparação com 1990.

Os partidos considerados de esquerda (PDT, PT, PSB, PC do B e PPS, então PCB) elegeram 99 deputados há quatro anos. Agora, foram 88 mais 16 praticamente certos no Rio de Janeiro, o que dá 104, sem contar com PA e MA.

Na prática, no entanto, o rumo do Congresso, como vem ocorren-

do desde a redemocratização, será dado pelos chamados formadores de opinião, parlamentares com poder de liderança.

Nesse ponto, a situação mudou pouco porque a maior parte deles foi reeleita. Exemplo: a bancada dos economistas, se perde o petista Aloizio Mercadante, ganha Antônio Kandir (PSDB-SP) e Maria da Conceição Tavares (PT-RJ).

Colaboraram PLÍNIO FRAGA, da Reportagem Local, e JOÃO LEIVA FILHO, editor-assistente da Cidade.

Editoria de Arte/Folha Imagem

## A COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

	Câmara		Senado	
	Número	%	Número	%
PT	35	6,95	1	1,23
PR	1	0,2	1	1,23
PSB	11	2,18	1	1,23
PCdoB	3	0,59	-	-
PCB	3	0,59	-	-
PSDB	38	7,55	10	12,34
PMN	1	0,19	-	-
PST	2	0,39	-	-
PRS	4	0,79	-	-
PDS	44	8,74	4	4,93
PSD	1	0,19	-	-
PL	16	3,18	-	-
PCN	-	-	-	-
PP	22	4,37	4	4,93

	Em 1994		Em 1990	
	Número	%	Número	%
PT	46	9,62	5	6,17
PV	1	0,2	-	-
PSB	15	3,13	1	1,23
PCdoB	9	1,88	-	-
PPS	2	0,41	1	1,23
PDT	32	6,69	6	7,41
PSDB	61	12,76	10	12,34
PMN	3	0,62	23	28,39
PFL	82	17,15	48	59,74
PPR	47	9,83	6	7,41
PSD	29	6,06	1	1,23
PL	3	0,62	-	-
PL	13	2,71	1	1,23
PRP	1	0,2	-	-
PRP	1	0,2	-	-
PP	36	7,53	5	6,17

\* Baseado em dados de 24 Estados e Distrito Federal. Não foram incluídos os dados de Mato Grosso do Sul e Pará.

NO DOCUMENTO 9500026  
 TÍTULO *Cardoso impulsará reforma de la*  
 EPPF REC 150090  
 FECH 20/10/94  
 VI U. C. M. 507482  
 11164  
 11302

ENTRADO  
 CRUZ DU

*Incluirá reformas tributarias, de seguridad social y normas sobre privatizaciones*

EU  
20/10

# Cardoso postergó su objetivo de impulsar una reforma de la Constitución para 1995

**Brasilia - El presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, afirmó que no es posible emprender este año un proceso de reforma de la Constitución de 1988 para incorporar sus propuestas sobre el sistema tributario y fiscal.**

Cardoso, quien tomará posesión el primero de enero próximo en sustitución de su amigo y aliado Itamar Franco.

El futuro jefe de Estado expresó que "es necesario buscar una convergencia y no creo que sea posible algo diferente sin consenso: no se puede dar un golpe a la Constitución" y agregó que proyecta comenzar la negociación antes de la

toma de posesión.

Cardoso, que resultó electo en las elecciones presidenciales, parlamentarias y estatales del 3 de octubre, subrayó la importancia de desarrollar una reforma de la Constitución sobre todo en lo referido a los sistemas fiscal, tributario y de seguridad social.

El programa de gobierno de Cardoso plantea la necesidad de

**L**a aprobación de cualquier enmienda constitucional en este año fue descartada durante el primer encuentro entre el presidente Itamar Franco y el presidente electo Fernando Henrique Cardoso.

Las reformas tributarias y de seguridad social consideradas esenciales para la sustentación del Plan Real (creado por Cardoso) fueron postergadas para 1995, luego que asuma la Presidencia el 1º de enero.

Cardoso dijo que los poco más de dos meses que restan del año son insuficientes para desarrollar una negociación amplia en el Congreso bicameral que posibilite la revisión constitucional y reconoció que si insiste en la iniciativa "acabaré perdiendo una batalla".

"Yo sé que Brasil tiene prisa, pero no se puede acelerar con una revisión constitucional: la Constitución es una cosa muy seria para alterarla sin negociación", declaró

remover obstáculos constitucionales al capital extranjero, incluso en la participación de monopolios y empresas estatales, como la de petróleo Petrobras, de carácter estratégico.

La aprobación de las enmiendas constitucionales sólo será posible con el respaldo de un mínimo de 351 de los 584 miembros del Congreso. La coalición de socialde-

mócratas y conservadores que respalda a Cardoso controla 200 escaños en la Cámara Baja y 40 en la Alta.

El equipo de transición del gobierno reestructurará el proyecto de presupuesto de 1995 con el propósito de sintonizarlo con las propuestas de Cardoso, entre las que se encuentran la extinción de dos de las 27 carteras ministeriales: Integración Regional y Bienestar Social.

El plan presupuestario calcula que habrá el próximo año un déficit fiscal de 10.000 millones de dólares, que según Cardoso, podrá ser compensado con la venta de empresas estatales y las reservas oficiales de café. (De la redacción de El Observador en base a Gazeta Mercantil y EFE)



Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROPOSTA \_\_\_\_\_

RELAÇÕES \_\_\_\_\_

NOVO GOVERNO

# FH sepulta revisão da Carta

*O presidente eleito não tentará aprovar a reforma fiscal e previdenciária às pressas.*

Moscou ZH 19/10

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso sepultou ontem a proposta de mudar a Constituição neste ano. "É inviável", afirmou FH numa conversa na embaixada brasileira em Moscou, deixando claro que não investirá numa reforma apressada.

Fernando Henrique garantiu que a estabilidade da economia não corre risco e o novo governo pode esperar para fazer em 95 as reformas fiscal e da Previdência. O tucano adiantou que não insistirá na votação de emendas pelo Congresso em final de mandato. "Vou acabar perdendo uma batalha que não quis travar?", perguntou, alegando dificuldades com o previsível esvaziamento do Congresso até a apuração dos votos do segundo turno da eleição dos governadores, em novembro.

**REDUÇÃO** — As medidas que o presidente eleito pretende negociar com Itamar Franco no período da transição, até janeiro, não incluem a reforma da Carta. Fernando Henrique negou ter defendido numa conversa com Itamar, na quinta-feira, um acordo para reduzir o número de votos necessários à aprovação de emendas, o que facilitaria os trabalhos.

Na avaliação do futuro presidente, não há motivo para tanta pressa. "Não se pode correr com a revisão, não é uma matéria para se impor de afogadilho", destacou. Fernando Henrique disse que é preciso buscar o consenso para aprovar as modificações e enfatizou: "Não se pode ter um golpe na Constituição." Fernando Henrique assegurou que o déficit no Orçamento do próximo ano, estimado em R\$ 9 bilhões, deverá ser coberto independentemente da reforma constitucional, com a privatização de empresas estatais e a venda de estoques de café.

**AMLA** — Encantada com um lenço de seda estampado com a reprodução de uma tela do pintor de vanguarda russo Kazimir Malevich, a mulher do presidente eleito, Ruth Cardoso, passou ontem por uma lição de economia em Moscou. "Não discuta economia comigo", disse Fernando Henrique diante da vitrine da loja do luxuoso Hotel Metropol, aconselhando a mulher a pagar a conta, de US\$ 90, com moeda americana. Ruth achava melhor pagar com cartão de crédito. "Como o dólar está caindo, pagarei menos reais", ponderou. "Cartão estimula o consumo, e o dólar não vai cair muito mais", contestou FH, preocupado em não gastar dinheiro. "Se é o ex-ministro da Fazenda que está falando, tudo bem", acatou a mulher. A lei russa atropelou a recomendação de Fernando Henrique, pois só permite pagamentos em rublos ou cartões de crédito. O resultado da saída às compras foi o lenço de seda e três cartões-postais. Os altos preços da Rússia impressionaram o casal.

## nesto ano

*deixando os projetos para 1995*

No passeio do início da noite de ontem, Fernando Henrique deixou escapar dicas sobre os rumos da economia. Sem adiantar medidas para conter o câmbio, explicou por que o dólar não poderá cair além do nível dos últimos dias. "Temos que preservar as exportações brasileiras." Admitiu também que o governo só dispõe imediatamente da redução das alíquotas de importação para segurar os preços em real. "A alternativa seria conter o consumo ou aumentar os juros", alegou, completando em seguida: "Isso levaria à recessão e nisso temos que ter cuidado porque economia também é política."

02-02

9500026

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

VINCULACIONES

9500028

Cardoso e Itamar Franco discutem reformas  
à Constituição

507482

11164

11302

NOVO GOVERNO

# FH e Itamar discutem

Os dois presidentes se encontraram a sós no Palácio do Planalto

ZH 14/10

ANTONIO CARLOS CAMPOS

Brasília/Sucursál

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso reuniu-se ontem com o presidente Itamar Franco pela primeira vez desde as eleições do dia 3. Na reunião de quase duas horas, os dois conversaram basicamente sobre a transição de governo e as propostas de reformas constitucionais, segundo assessores do tucano. Itamar e Fernando Henrique ficaram a sós no gabinete presidencial. O presidente eleito deve embarcar amanhã para Moscou e Estocolmo e quer deixar praticamente definida a equipe de transição.

Fernando Henrique chegou às 16h20min e entrou pela porta principal do Palácio do Planalto, deixando o local às 18h20min pela garagem privativa. O presidente eleito não quis dar entrevistas, e o assessor de imprensa da Presidência, Fernando Costa, disse que somente FH poderia divulgar o teor da conversa. Itamar fez um único comentário, através do assessor: "Conversamos sobre vários assuntos."

**AVISO** — O presidente eleito chegou ao Planalto acompa-

nhado por dois seguranças. Assediado por um batalhão de jornalistas, foi logo avisando que não daria entrevista. "Eu não dou entrevista e se insistirem peço para parar de filmar também", advertiu, caminhando em direção ao elevador que o levaria ao gabinete de Itamar. Fernando Henrique afirmou que até a sua posse pretende falar apenas mais duas vezes à nação: uma na sua despedida do Senado — possivelmente após a diplomação, que deve ocorrer no próximo dia 23 — e outra no dia 1º de janeiro, quando assumirá o cargo.

Fernando Henrique confirmou apenas que viajará a partir de amanhã para Moscou e Estocolmo. Ele acompanha a mulher, a antropóloga Ruth Cardoso, numa viagem definida por assessores como de interesse acadêmico. O presidente eleito não deu detalhes sobre a viagem, nem respondeu se incluirá outros países no roteiro. Fernando Henrique disse que viajaria hoje para São Paulo. Quando caminhava para o saguão do Planalto, FH se encontrou com o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Guilherme Afif Domingos, com quem trocou rápido aperto de mão.

## reformas

e não revelaram detalhes

## na Carta

da conversa de duas horas

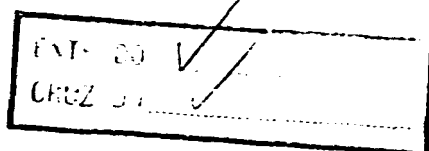
AG/ZH

01-01

9500028.1



Nº DOCUMENTO 9500029  
TÍTULO Tribunal Superior Eleitoral divulga os  
resultados finais da eleição.  
24/150029  
10/10/94  
LACOS 50748X  
1164  
11302



#### SUCESSÃO PRESIDENCIAL

## TSE divulga os números finais da eleição

24 10/10 Fernando Henrique Cardoso é o presidente escolhido com maior índice de apoio em toda a história brasileira

Nunca na história do Brasil um presidente se elegeu com tanto apoio popular como Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Os resultados finais da eleição (veja quadro), divulgados ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostram que FH superou inclusive o recorde de Jânio Quadros. Com sua campanha de moralização, simbolizada por uma vassoura, o ex-presidente recebeu em 1960 o apoio de 5.636.623 eleitores — ou 48% do total de votos válidos. Jânio venceu o marechal Lott, que recebeu 3.846.825 votos (32%). Os 34.377.198 votos de FH este ano representam 54,3% dos válidos.

Fernando Collor, após um jejum autoritário que interrompeu as eleições diretas por 29 anos, elegeu-se presidente no segundo turno de 1989 com 35.089.998 votos (53,06% dos

válidos). Luiz Inácio Lula da Silva, o segundo lugar, obteve 31.076.364 (46,97%). Em 1955, Juscelino Kubitschek ganhou 3.077.411 votos (36%) contra 2.610.462 (30%) do candidato da UDN, Juarez Távora. Na República Velha (1889-1930), o campeão das urnas era Washington Luís, que em 1926 obteve a maior votação em relação aos outros 13 presidentes do período.

### O percentual de votos de FH supera até o de Collor no segundo turno

Nas eleições de 3 de outubro, Fernando Henrique só não ganhou no Distrito Federal e em um Estado: o Rio Grande do Sul. Nos dois casos, o vencedor

foi o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. O terceiro colocado no país foi o líder do Prona, Enéas Carneiro, seguido do ex-governador paulista Orestes Quêrcia (PMDB). Em último lugar, ficou o almirante Hernani Fortuna (PSC). Dos 94.782.410 eleitores espalhados pelo país, 16.810.734 não votaram em outubro. A abstenção representou 17,74% do total.

No domingo, devidos as problemas na apuração no Rio, o TSE divulgou números incorretos sobre a eleição presidencial. Embora o juiz Luiz Fux, da 25ª Zona Eleitoral fluminense, e os mesários tivessem comemorado o final da contagem, os números não entraram nos computadores do TRE do Estado. O problema só foi solucionado ontem. Por essa razão, alguns exemplares da edição de ontem de Zero Hora circularam com números desatualizados.

### OS RESULTADOS FINAIS

Candidatos	Votação	sobre total de votos	sobre votos válidos*
FH	34.377.198	44,1	54,3
Lula	17.126.291	22,0	27,0
Enéas	6.672.026	6,0	7,4
Quêrcia	2.773.793	3,6	4,4
Brizola	2.016.386	2,6	3,2
Amin	1.740.210	2,2	2,7
Gomes	387.927	0,5	0,6
Fortuna	238.323	0,3	0,4
Branços	7.193.917	9,2	-
Nulos	7.445.605	9,5	-

Fonte: TSE

#### JUSTIÇA ELEITORAL

### TSE divulga números finais

O Tribunal Superior Eleitoral encerrou ontem a totalização dos votos das eleições de 3 de outubro. Fernando Henrique Cardoso (PSDB) elegeu-se presidente da República com 34.371.041 votos. Os demais candidatos fizeram um total de 28.947.760 votos. A diferença a favor de Fernando Henrique foi de 5.423.281 votos.

O presidente eleito teve 17.247.802 votos a mais que o segundo colocado, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que somou 17.123.239 votos. Fernando Henrique só não foi o mais votado no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Dos 94.782.410 eleitores espalhados em 283.475 seções, 16.826.493 não votaram no primeiro turno. A abstenção representou 17,75% do total de eleitores.

### O RESULTADO

CANDIDATO	VOTOS
Fernando Henrique	34.371.041 (54,3%) *
Lula	17.123.239 (27%)
Enéas	6.670.229 (7,4%)
Quêrcia	2.773.429 (4,4%)
Brizola	2.014.772 (3,2%)
Amin	1.740.008 (2,7%)
Carlos Gomes	387.855 (0,6%)
Almirante Fortuna	238.228 (0,4%)
Nulos	7.444.098
Branços	7.193.018
Total de votantes	77.955.917

\* Percentual sobre votos válidos

01-05

9500029.

# FHC é o presidente mais votado desde 45

*TSE fará a proclamação dos resultados até o dia 23; presidente eleito será diplomado até 19 de dezembro*

Da Redação e da Sucursal de Brasília

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) é o primeiro presidente desde 1945 a ser eleito com maioria absoluta dos votos válidos em um único pleito (até 1960 os candidatos precisavam apenas da maioria simples).

FHC obteve 34.377.198 votos, que correspondem a 54,3% dos votos válidos (isto é, excluídos os brancos e nulos). Em 1945, o general Eurico Dutra (PSD) superou essa marca: foi eleito com 55,4% dos válidos (3.251.507 votos).

Nenhum dos outros presidentes conseguiu obter a maioria absoluta em uma única eleição. Em 1950, Getúlio Vargas (PTB) venceu com 3.849.040 votos (48,7% dos válidos); Juscelino Kubitschek (PSD) obteve 3.077.411 (35,7%) em 1955; e Jânio Quadros (PDC) venceu em 1960 com 5.636.623 votos (48,3%).

Em 1989, Fernando Collor de Mello (PRN) alcançou 20.611.011 (28,5%) no primeiro turno de 1989. No segundo turno, Collor obteve 35.089.998 (53,0% dos votos válidos).

## Diplomação

O Tribunal Superior Eleitoral tem até o dia 23 para proclamar oficialmente o resultado da eleição presidencial. Ontem, o tribunal di-

vulgou o boletim definitivo.

O segundo colocado, Luiz Inácio Lula da Silva O segundo colocado, Lula (PT), alcançou 17.126.291 (27,0% dos válidos). Os brancos somaram 9,2% e os nulos 9,5% do total de votos. A abstenção foi de 17,7%.

Desde sexta-feira, o TSE só dependia do fim da apuração no Rio de Janeiro para anunciar o resultado. Os últimos números do Rio, onde a apuração foi tumultuada por fraudes, chegaram ontem de manhã ao TSE. A proclamação oficial do resultado acontecerá em sessão normal do TSE.

A diplomação dos eleitos deve ocorrer até 19 de dezembro. Quanto antes FHC fizer a prestação de contas da campanha, mais cedo poderá ocorrer a diplomação. A data-limite para a apresentação das contas ao TSE é 30 de novembro.

Os diplomas do presidente eleito Fernando Henrique e de seu vice Marco Maciel (PFL), que estão sendo confeccionados na Casa da Moeda, serão assinados pelos sete membros do TSE.

O atual presidente do TSE, Sepúlveda Pertence, pode não entregar o diploma aos eleitos. Ele vai deixar o cargo tão logo assuma a vice-presidência do STF e será substituído por Carlos Velloso.

## RESULTADO FINAL DA APURAÇÃO DO TSE

Candidatos	Votos	Percentual sobre votos válidos
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	34.377.198	54,28
Lula Inácio Lula da Silva (PT)	17.126.291	27,04
Enéas Carneiro (Prona)	4.672.026	7,38
Orestes Quêrcia (PMDB)	2.773.793	4,38
Leonel Brizola (PDT)	2.016.386	3,18
Esperidião Amin (PPR)	1.740.210	2,75
Carlos Gomes (PRN)	387.927	0,61
Hernani Fortuna (PSC)	239.323	0,38
Votos		
Branco	7.193.917	9,2
Nulo	7.445.605	9,5
Abstenção	16.810.734	17,7
Comparecimento	77.971.676	82,2
Eleitores	94.782.410	100

Editoria de Arquivo/Imprensa

## COMO FICOU O CONGRESSO

	Em 94	Em 90		Em 94	Em 90
PT	49	35	PT	5	1
PV	1	—	PSB	1	1
PSB	15	11	PPS	1	—
PC do B	10	5	PDT	6	6
PPS	2	3	PSDB	10	10
PDT	34	45	PMDB	23	24
PSDB	63	38	PFL	18	18
PMDB	107	109	PPR	6	—
PMN	3	1	PTB	5	8
PFL	90	82	PL	1	—
PPR	51	44	PP	5	—
PTB	30	37			
PSD	3	1			
PSC	3	5			
PRN	13	41			
PL	1	16			
PRP	1	—			
PP	37	—			

513

deputados

81

senadores

## Bancada de mulheres cresce no Congresso

Da Redação

O novo Congresso apresenta um perfil ligeiramente diverso do eleito em 1990. O número de mulheres aumentou na Câmara (de 28 para 33 deputadas) e Senado (de uma para cinco senadoras).

É a maior bancada desde que as mulheres obtiveram o direito de voto, em 1932. Nas eleições de 1933, foi eleita uma deputada por São Paulo e uma representante classista pelo Distrito Federal.

Em 1946, nenhuma mulher foi eleita. Desde então, a bancada evoluiu da seguinte forma: uma deputada em 1950, duas em 1954, uma em 1958, uma em 1962, seis em 1966, uma em 1970, uma em 1974, duas em 1978, oito em 1982, 26 em 1986 e 28 em 1990 (ano em que foi eleita também uma senadora).

### Idade

A média de idade no Senado sofrerá uma redução sensível no próximo ano. A média dos senadores eleitos este ano é pouco inferior a 52 anos.

52 anos. Já a bancada de senadores em fim de mandato tem uma média de quase 60 anos.

Essa tendência à redução já havia se manifestado em 1990. A bancada de senadores eleita naquele ano tinha uma média de idade de 54 anos.

### Partidos

O maior partido do Congresso continuará sendo o PMDB, com 107 deputados (menos do que os 109 eleitos em 1990) e 23 senadores (um a menos do que a bancada atual).

O segundo partido é o PFL, com 89 deputados (sete a mais do que os eleitos em 1990) e 18 senadores (a mesma bancada).

O PSDB cresceu e é agora o terceiro maior partido, com 63 deputados e 10 senadores. O PPR sofreu grande redução na sua bancada na Câmara, caindo de 66 para 52. O PPR tem seis senadores.

O quinto partido é o PT, que ampliou sua bancada na Câmara (de 35 para 49 deputados) e Senado (de um para cinco senadores).

9500029.

## CONHEÇA OS INTEGRANTES DO NOVO CONGRESSO

### ACRE

#### Senadores

Marina Silva (PT)  
Nabor Júnior (PMDB)

#### Deputados Federais

PMDB: Chicão da Costa, Mauri Sérgio Moura de Oliveira, Maria Zila e Francisco Diógenes de Araújo; PPR: Carlos Ailton Magalhães Santana de Souza, Célia Mendes e Ronivon Santiago; PP: João Maia da Silva Filho

### ALAGOAS

#### Senadores

Teotônio Vilela Filho (PSDB)  
Renan Calheiros (PMDB)

#### Deputados Federais

PSDB: Fernando José Torres e José Santos Cunha; PP: Dalvane Albuquerque; PMDB: José Tomaz Nonô Neto; PTB: Alberico Cordeiro; PSD: Luis Dantas; PPR: Moacir Lopes de Andrade; PFL: Benedito Lira; PSC: Augusto César Cavalcante Farias

### AMAPA

#### Senadores

Cilvam Borges (PMDB)  
Sebastião Rocha (PDT)

#### Deputados Federais

PFL: Fátima Lúcia Palzes, Sérgio Cerqueira Barcellos e Murillo Agostinho Pinheiro; PSB: Raquel Capiberibe e Gervásio Augusto de Oliveira; PPR: Eraldo da Silva Trindade; PP: Valdenor Guedes Soares; PTB: Antônio da Justa Feijão

### AMAZONAS

#### Senadores

Bernardo Cabral (PP)  
Jefferson Peres (PSDB)

#### Deputados Federais

PMDB: Luiz Fernando Sarmento Nicolau, Euler Esteves Ribeiro e João Thomé Verçosa de Medeiros Raposo; PPR: José Melo de Oliveira, Pauderney Tomaz Avelino e Alcir Valdelice Pires Evertton; PSDB: Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto; PFL: Azila Sidney Lins de Albuquerque

### GOIÁS

#### Senadores

Iris Rezende Machado (PMDB)  
Mauro Miranda Soares (PMDB)

#### Deputados Federais

PMDB: Lida de Araújo Quinan, Sandro Antonio Scodro, Sebastião Barbosa Neto, Rubens Cosac, Orsino Gonçalves, Josias Goniaga Cardoso e João Natal de Almeida; PPR: Roberto Egidio Balestra e Maria Valadão; PP: Marconi Ferreira Jr. e Pedro Chaves Canedo; PT: Pedro Wilson Guimarães; PFL: Vilar Rocha; PSDB: Jovair de Oliveira Arantes; PTB: Pedro Abrão Jr.; PC do B: Aldo Arantes; PRN: José Gomes da Rocha

### MARANHÃO

#### Senadores

Edison Lobão (PFL)  
Alexandre Costa (PFL)

#### Deputados Federais

PFL: José Sarney Filho, Davi Alves de Souza, Antônio Joaquim Araújo Filho, Francisco de Assis Milhomem Coelho, Mauro de Alencar Fecury, Eliseu Barroso de Carvalho Moura e Carlos César Branco Madeira; PMDB: João Alberto de Souza, Gastão Dias Vieira, Rami Abreu Trinta, Pedro Novais Lima e Roberto Coelho Rocha; PSC: Marcia Regina Serejo Marinho; PT: Domingos Francisco Dutra Filho; PSDB: Sebastião Torres Madeira e Jaime Manoel Tavares Neiva de Santana; PDT: Carlos Magno Duque Bacelar; PP: Eleotério Nan Souza

### MATO GROSSO

#### Senadores

Jonas Pinheiro da Silva (PFL)  
Carlos Bezerra (PMDB)

#### Deputados Federais

PMDB: Aparecida Maria Borges Bezerra; PSDB: Roberto França Aua; PT: Gilney Amorin Viana; PDT: Antonio Joaquim Rodrigues Neto; PPR: Rogério Lúcio Soares da Silva; PP: Augustinho Freitas Martins; PL: Wellington Antonio Fagundes; PTB: Manoel Antonio Rodrigues Palma

### PARANÁ

#### Senadores

Roberto Requião (PMDB)  
Osmar Dias (PP)

#### Deputados Federais

PFL: Reinhold Stephanes, Luciano Pizzatto, Ricardo José Magalhães Barros, Abelardo Luiz Lupion Netto, Antônio Ueno e Werner Wanderer; PTB: Paulo Roberto Cordeiro, José Rodrigues Borba, Wilson Santini e João Iensen; PMDB: Mauricio Requião Mello e Silva, Homero Morinobu Oguido, Elias Abrahão e Hermes Parcianello; PP: Dilceu Sperafico, Luiz Carlos Jorge Hauly, José Mohamad Janene, Valdomiro Meger, Renato Antonio Johnson e Nelsen Meurer; PT: Paulo Bernardo Silva, Roque Zimmermann e Nedson Luis Micheletti; PSDB: Flávio José Arns; PPR: Basílio Vilani e Afonso Alves de Camargo Neto; PDT: Max Rosemann, Odílio Balbinoti e Luiz Fernando Ribas Carli; PC do B: Ricardo Crachinski Gomide

### PERNAMBUCO

#### Senadores

Roberto Freire (PPS)  
Carlos Wilson (PSDB)

#### Deputados Federais

PFL: Roberto Magalhães, Inocência Oliveira, José Múcio Monteiro, Oswaldo Coelho, Mendonça Filho, Pedro Correa, José Jorge Vasconcelos, Salatiel Carvalho, Tony Gel, José Mendonça, Severino Cavalcanti e Roberto Fontes; PSB: Eduardo Campos, Sérgio Guerra, Luiz Piauhyano, Joca Colaço, José Chaves, Fernando Lyra e Gonzaga Patriota; PT: Humberto Costa e Fernando Ferro; PDT: Wolney Queiroz e Vicente André Gomes; PMN: Nilson Gibson; PSDB: Wilson Campos

### PIAUI

#### Senadores

Hugo Napoleão (PFL)  
Freitas Neto (PFL)

#### Deputados Federais

PMDB: Alberto Tavares Silva e João Henrique de Almeida Sousa; PFL: João Cesar de Carvalho Lima, Heráclito de Sousa Fortes, Mussa de Jesus Demeis, Jose Francisco Paes Landim e Ciro Nogueira Lima Filho; PPR: Jose Arimatea Martins Magalhães e Felipe Mendes de Oliveira; PP: Benedito de Carvalho Sá

### RONDÔNIA

#### Senadores

José de Abreu Bianco (PDT)  
Ernandes Santos Amorim (PDT)

#### Deputados Federais

PP: Silveriani Santos, Carlinhos Camurça; PL: Expedito Júnior; PSDB: Idemar Kissler, Emerson Pires (PSDB), Marinha Célia Rocha Raupp de Matos (PSDB); PMDB: Confúcio Moura; PDT: Euripedes Miranda Botelho

### RORAIMA

#### Senadores

Marluce Pinto (PTB)  
Romero Jucá Filho (PPR)

#### Deputados Federais

PTB: Moisés Sragowicz Lipnik, Luis Barbosa Alves, Alceste Madeira de Almeida, Francisco de Assis Rodrigues; PPR: Luciano Castro; PFL: Salomão Afonso de Souza Cruz; PSC: Elton da Luz Rohnei; PSDB: Roberto Bezerra de Araújo

### SANTA CATARINA

#### Senadores

Vilson Pedro Kleinubing (PFL)  
Casildo João Maldaner (PMDB)

#### Deputados Federais

PMDB: Luiz Henrique da Silveira, João Matos, Edison Andriano, Edson Bez de Oliveira, Neuto de Contop; PPR: Paulo Bauer, Mário Cavallazzi, João Pizzolati Júnior, Hugo Biele; PFL: José Carlos Vieira, Paulo Bornhausen, Paulo Gouvêa da Costa; PDT: Leonel Pavan; PT: José Fritsch, Milton Mendes de Oliveira; PDT: Antônio Venzon

9500029.

# BAHIA

## Senadores

Antônio Carlos Magalhães (PFL)  
Waldeck Ornelas (PFL)

## Deputados Federais

PFL: Luis Eduardo Magalhães, José Rocha, Benito Gama, Eraldo Tinoco, José Carlos Aleluia, Jorge Khoury, Jairo Aze, Jonival Lucas, Jairo Carneiro, Luiz Moneira, Aroldo Cedraz, Manoel Castro, Cláudio Calado, Leir Lomanto, Luiz Braga e Ursicino Queiroz; PMDB: Pedro Inácio, Simara Elery, Gédnel Vieira Lima, Nestor Duarte Neto, Fernando Gomes e João Almeida; PDT: Coriolano Sales, Sérgio Carneiro e Severiano Souza; PT: Alcides Modesto e Jacques Wagner; PPR: Prisco Viana; PSDB: Roberto Santos, Domingos Leonelli, João Leão e Mario Negromonte; PSB: Ubaldino Pinto Junior e Adalberto Leles; PL: Roland Lavigne e Eudácio Simões; PTB: Félix Mendonça; PP: Marcos Medrado; PC do B: Haroldo Lima

# CEARA

## Senadores

Lúcio Alcântara (PDT)  
Sérgio Machado (PSDB)

## Deputados Federais

PSDB: Antônio Balthian, Leônidas Cristino, Jackson Pereira, Ubiratan Aguiar, Pimentel Gomes, Firmo de Castro, Nelson Ocho, José Gerardo Arruda, Arnon Bezerra, Vicente Arruda e Rommel Feijó; PMDB: Gonzaga Mota, Marcelo Tebeira, Paes de Andrade, Anibal Ferreira Gomes e Pinheiro Landim; PFL: Roberto Pessoa e Antônio dos Santos; PP: José Linhares e Edson Queiroz Filho; PT: José Pimentel; PC do B: Inácio Arruda

# DISTRITO FEDERAL

## Senadores

Lauro Campos (PT)  
José Roberto Arruda (PP)

## Deputados Federais

PP: Wigberto Tartuce, Benedito Domingos e Joiran Freije; PT: Chico Vigilante e Maria Laura; PFL: Osório Adriano; PPS: Augusto Carvalho; PC do B: Agnelo Queiroz

# ESPIRITO SANTO

## Senadores

Gerson Camata (PMDB)  
José Inácio Ferreira (PSDB)

## Deputados Federais

PMDB: Rita Camata, Roberto Valadão Almonides e Nilton Gomes Oliveira; PDT: Luiz Cândido Durão e Luiz Bualz; PT: João Carlos Coser; PSDB: Jorge Alberto Anders e João Miguel Rosas; PSB: Adelson Antônio Salvador; PTB: Theodorico de Assis Ferraco

# FOLHA INFORMAÇÕES

224-4029

Ligue para saber da apuração de votos para presidente, governador e senador por São Paulo, Rio, Minas e Paraná

# MATO GROSSO DO SUL

## Senadores

Lúcio Martins Coelho (PSDB)  
Ramez Tebet (PMDB)

## Deputados Federais

PMDB: André Puccinelli, Marisa Monteiro Serrano e Dião Sperafico; PFL: Marilu Guimarães; PSDB: Saulo Queiroz; PTB: Nelson Trad; PDT: Oscar Goldoni; PP: Flávio Derzi

# MINAS GERAIS

## Senadores

Artur Porto Neto (PTB)  
Francelino Pereira (PFL)

## Deputados Federais

PMDB: Newton Cardoso, José Saraya Felipe, Maria Elvira S. Ferreira, Zaira Rezende, Silas Brasileiro, Fernando Alberto Diniz, Marcos Lima, Ronaldo Perlin, Genésio Bernardino, Antônio do Valle Ramos e Armando Costa; PFL: Eliseu Resende, Humberto Guimarães Souto, José Santana de Vasconcelos, Laef Varella, Mauro Ribeiro Lopes, Hugo Rodrigues da Cunha, Aracely de Paula e Jaime Martins Filho; PSDB: Danilo de Castro, Aécio Neves da Cunha, Ademir Lucas Gomes, Vítorio Medioti, Osmário Pereira de Oliveira, Carlos E.V. Mosconi, José Elias Murad e Eduardo Luiz Barbosa; PP: Odelmo Leão, Sérgio Naya, Mário de Oliveira, Raul Belém, Romel Anício, Márcio Reinaldo e Edson Soares; PTB: José Resende Andrade, Roberto Brant, Paulo Hesbender Couto, Bonifácio de Andrada, Phelomon Rodrigues da Silva e Leopoldo Pacheco Bessio; PT: Chico Ferramenta, Paulo Delgado, Tilden José Santiago, Nímário de Miranda, Sandra Meira Sarling e João Domingos Passarella; PPR: Ibrahim Abi-Ackel; PL: Maurício Campos; PC do B: Sérgio Miranda Brito; PDT: Sívio de Abreu; PMN: Herculano Anghinetti

# PARÁ

## Senadores

Jáder Barbalho (PMDB)  
Ademir Andrade (PSB)

## Deputados Federais

PMDB: Elcione Therezinha Zahluzh Barbalho, José Benito Priante Junior, Paulo Sérgio Rodrigues Titan, Antônio César Pinho Brasil, Nicias Lopes Ribeiro, Olívio Silva Rocha e Mário Martins; PPR: Raimundo José Pereira dos Santos, Anivaldo Juvenil Vale, Benedito Guimarães e Gerson dos Santos Peres; PT: Paulo Roberto Galvão da Rocha e Ana Júlia de Vasconcelos Carepa; PDT: Giovanni Corrêa Queiroz; PTB: Hilário Miranda Coimbra; PC do B: Maria do Socorro Gomes Coelho; PFL: Victor Pires Franco Neto

# PARAÍBA

## Senadores

Ronaldo José da Cunha Lima (PMDB)  
Humberto Coutinho de Lucena (PMDB)

## Deputados Federais

PMDB: Cláudio Rodrigues da Cunha Lima, Gilvan da Silva Freire, Ivandro Moura Cunha Lima, José Luiz Barbosa Ramalho Clerot, Armando Abílio Vieira, José Ademir Meireles de Almeida e Antônio Roberto de Sousa Paulino; PFL: Adauto Pereira de Lima, Efraim de Araújo Moraes e Álvaro Gaudêncio Neto; PDT: Wilson Leite Braga; PPR: Enivaldo Ribeiro

# RIO DE JANEIRO

## Senadores

Benedita da Silva (PT)  
Artur da Távola (PSDB)

## Deputados Federais

PSDB: Ronaldo Cezar Coelho, Márcio Fortes, Eduardo Mascarenhas, Vanessa Felipe Cunha, Alexandre José dos Santos, Laura Carneiro, Sívio Tebeira; PP: Francisco da Silva, Laprovita Vieira; PL: Nelson Bornier, José Egydio Tinoco, Álvaro Valle; PFL: Aldir Cabral de Araújo, Aroldo de Oliveira, Procópio Lima Netto, Rubem Medina; PDT: Miro Tebeira, José Maurício Linhares, Maria Aparecida Strauss, Edson Ezequiel de Matos, Itamar Fernandes, Fernando Lopes de Almeida, Márcia Cibília Viana, Carlos Alberto Campista; PTB: João Mendes, Fernando Folgado Gonçalves, Roberto Jefferson; PT: Milton Temer, Maria da Conceição Tavares, Carlos Santana; PC do B: Lindbergh Farias, Jandira Feghali; PPS: Sérgio Arouca; PSB: Alexandre Cardoso, Ronaldo Santos; PV: Fernando Gabeira; PPR: Francisco Dornelles, Jair Bolsonaro, Amaral Netto, José Carlos Lacarda, Roberto Campos, Simão Sessim; PMDB: Wellington Moreira Franco, Candido Pereira Mattos, Noel de Oliveira, Jorge Wilson de Matos

# RIO GRANDE DO NORTE

## Senadores

Geraldo Melo (PSDB)  
José Agripino Maia (PFL)

## Deputados Federais

PMDB: Henrique Eduardo Alves, Laíre Rosado; PFL: Carlos Alberto de Sousa, Iberê Ferreira de Souza (PFL), Carlos Alberto de Sousa Rosado (PFL), Augusto Carlos Garcia de Viveiros (PFL), Ney Lopes de Souza (PFL); PSDB: Cipriano Correia

# RIO GRANDE DO SUL

## Senadores

José Fogaça (PMDB)  
Emília Fernandes (PTB)

## Deputados Federais

PT: Paulo Renato Palm, José Alberto Reus Fortunati, Esther Pilar Grossi, Adão Pretto, Waldomiro Fioravante, Miguel Soldatelli Rossetto, Luis Fernando Mainardi; PMDB: Germano Antônio Rigotto, Nelson Luiz Proena Fernandes, Odacir Klein, Darcisio Paulo Perondi, Paulo Artur Ritzel, Eliseu Lemos Padilha, Jorge Alberto Mendes Ribeiro Filho, Wilson João Cignachi; PSDB: Yeda Rorato Crusius, Eládio Vaneli Pinheiro; PPR: João Augusto Ribeiro Narves, Nelson Marchezan, Adolfo Antonio Fetter Junior, Adylson Martins Motta, Jarbas de Melo e Lima, Telmo Jose Kirst; PTB: Hugo Simões Lagranha; PFL: Jair de Oliveira Soares; PDT: Carlos Renan Kurtz, Airton Langaro Dippi, Matheus José Schmidt Filho, Carlos Cardinal Oliveira, Enio Eson Bergmann Bacci; PTB: Osvaldo Anicetto Biolchi

# SÃO PAULO

## Senadores

José Serra (PSDB)  
Romeu Tuma (PL)

## Deputados Federais

PL: Robson Tuma, Valdemar Coraui Sobrinho, João Melão Neto, Valdemar Costa Neto, Vicente Fernandes Cascione; PMDB: Carlos A. Eugênio Apolinário, Luiz Carlos dos Santos, Ary Kara, Jorge Tadeu Mudalen, Wagner Rossi, José Aristodemio Pinotti, Marcelo Barbieri, Michel Temer, Jurandyr Pabão, Alberto Goldman, Carlos Nelson Bueno, Edinho Araújo, Helio Rosas, Aloysio Nunes; PSD: Marco Antonio Abi Chedid, Paulo Cesar Marques de Velasco; PSDB: Celso Russomano, André Franco Montoro, Fábio Feldmann, Antônio Kander, Ayres da Cunha Marques, Antônio Carlos Pannunzio, Zulait Cobra, José Masc de Abreu, Salvador Zimbaldi Filho, Régis Fernandes de Oliveira, Koyul Iha, José Anibal Peres de Pontes, Almino Afonso, Tuga Angerami, Sívio França Torres; PFL: Paulo Cesar Lima, Jorge Maluf Netto, Maurício Nagib Najjar; PT: José Genoino, Telma de Souza, Celso Daniel, Marta Suplicy, Helio Bicudo, José Augusto da Silva Ramos, Jair Meneguelli, Luiz Gushiken, João Paulo Cunha, José Machado, Eduardo Jorge, Arlindo Chingaglia, Ivan Valente, Eustáquio Zica; PC do B: Aldo Rebelo; PSB: Ushitaro Kania; PP: Eivaldo Vaido Gomes; PPR: Antonio Dellm Netto, Fausto Martello, Arnaldo Faria de Sá, Beto Mansur, Ricardo Izar, Welton Gasparini, Cunha Bueno, Wagner Amaral Sakutiano; PTB: Nelson Marquizezelli, Dulio Pisaneschi, José de Castro Coimbra; PDT: Carlos Fernando Zuppo, Antonio da Cunha Lima; PPR: Agnemar de Barros Filho

# SERGIPE

## Senadores

Antonio Carlos Valadares (PP)  
José Eduardo Dutra (PT)

## Deputados Federais

PPR: José Cleonando da Fonseca, José Teles de Mendonça; PMN: Jerônimo de Oliveira Reis; PP: João Bosco França Cruz; PFL: Carlos Magno Costa Garcia; PMDB: Adelson Rosendo Lima Ribeiro, José Wilson da Cunha; PT: Marcelo Deda Chagas

# TOCANTINS

## Senadores

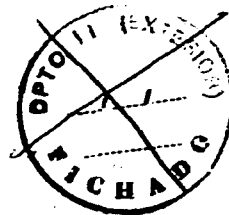
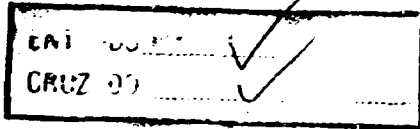
Leomar Quintanilha (PPR)  
Carlos Patrocínio (PFL)

## Deputados Federais

PPR: Paulo Sardinha Mourão, Antonio Jorge Godinho; PP: Osvaldo de Souza Reis, Maria das Dores Braga Nunes; PFL: João Batista de Jesus Ribeiro, Dardi Martins Coelho; PMDB: Edson Coelho Bandeira, José dos Santos Freire Junior



Nº. DOCUMENTO 9500030  
 TÍTULO *Cardoso inicia gira por Paraguay, Argentina y Uruguay.*  
 RPT. 152540  
 FECHA 3/11/85  
 VINCULACIONES 507482  
 11164  
 11302  
 11399  
 66960  
 66723



501066  
 11851

## Cardoso Iniciará el Miércoles Gira por el MERCOSUR

BUENOS AIRES, 29 (EFE).—  
 El presidente de Argentina, Carlos Menem, y su colega electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, estudiarán el próximo miércoles en Buenos Aires las relaciones bilaterales y la marcha del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), informaron hoy, sábado, fuentes diplomáticas.  
 "Se trata del primer viaje que Cardoso realiza al exterior y es la primera vez que llega a Buenos Aires, un mandatario brasileño antes de asumir formalmente su cargo", señalaron las fuentes.  
 El presidente electo de Brasil será recibido por el ministro de Relaciones Exteriores, Guido di Tella, y por el embajador de ese país en Argentina, Marcos Casariego de Azambuja, en el aeropuerto metropolitano "Jorge Newbery".  
**CON MENEM, CAVALLO Y DI TELLA**  
 Posteriormente, Cardoso se trasladará a la residencia presidencial de Olivos donde será recibido por el presidente Menem.  
 Participarán en el encuentro el ministro de Economía de Argentina, Domingo Cavallo, y el canciller Di Tella.  
 La visita de Cardoso está organizada como muy impor-

tante ya que contribuirá a "mejorar la sintonía con nuestro principal socio del sur", dijeron fuentes del Ministerio de Relaciones Exteriores.  
 El miércoles por la tarde, Cardoso expondrá cual será su futura política exterior en una sesión organizada por el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales.  
 Al día siguiente, el presidente electo de Brasil mantendrá una reunión de trabajo con empresarios argentinos y brasileños y el jueves por la tarde, antes de regresar a su país, ofrecerá una conferencia de prensa.

9500030

01-05

# Cardoso realizará una gira por los países del Mercosur

● Uruguay, Paraguay y Argentina recibirán al Presidente electo

El Presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, iniciará el miércoles una visita a Argentina, Uruguay y Paraguay, para reunirse con los mandatarios de los países integrantes del Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), trascendió ayer en la cancillería brasileña (Itamaraty).

BRASILIA / ANSA

Cardoso pronunciará diversas conferencias vinculadas a la economía brasileña, con vistas a la integración, en el Centro Argentino para las Relaciones Internacionales y en la Asociación de Dirigentes de Marketing de Uruguay. Además se reunirá con empresarios brasileños con inversiones en Argentina, y con políticos argentinos.

El mandatario electo -que regresará este fin de semana de su viaje al Este europeo- será recibido el miércoles 2 por el Presidente argentino, Carlos Menem, en su residencia de Olivos, poco antes del mediodía, y será agasajado allí con un almuerzo.

El programa prevé un encuentro con el Ministro de Relaciones Exteriores de Argentina, Guido Di Tella, en la sede de la embajada brasileña en Buenos Aires, y una disertación de Cardoso para miembros del Centro Argentino para las Relaciones Internacionales, que se realizará en el Alvear Palace Hotel.

Asistirá luego a un recital musical en el Teatro Colón, y participará de una reunión en la fundación Simón Rodríguez sobre el tema "la nueva realidad de Mercosur, economía y sociedad política".



Henrique Cardoso se reunió ayer en Praga con Vaclav Havel, Presidente checo.

## Inversiones en Argentina

El jueves 3, Cardoso encontrará a empresarios brasileños con inversiones en Argentina, y a líderes empresarios y políticos argentinos. También dialogará con la prensa argentina y extranjera, participará de una recepción en la embajada de Brasil y dará entrevistas a diversos medios de televisión, antes de viajar a Uruguay.

Aunque la agenda de actividades aún se encuentra en negociación con los respectivos gobiernos de Uruguay y Paraguay, trascendió que el Presidente uruguayo, Luis Alberto Lacalle, recibirá el jueves 3 a Cardoso en Colonia del Sacramento.

El Primer Mandatario uruguayo ofrecerá por la noche una recepción y tras ella, el Presidente electo de Brasil pernoctará en la residencia oficial de Lacalle.

El viernes 4 el futuro Mandatario brasileño se trasladará a Montevideo, donde pronunciará una conferencia para dirigentes de marketing, ofrecerá

una entrevista de prensa en la embajada de Brasil en Uruguay, y continuará su viaje con destino a Asunción de Paraguay. Allí intentará reunirse con el Presidente Juan Carlos Wasmosy, quien se encuentra en España, razón por la cual su itinerario puede modificarse.

Fernando Henrique Cardoso regresará el sábado 5 a Brasilia, para alojarse definitivamente, hasta asumir el mando, en el Palacio Presidencial de la Alborada, cedido por el Presidente Itamar Franco, donde instalará interinamente su gobierno de transición.

## Ayer en Praga

El Presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, concluyó ayer su visita de tres días a Praga, y su viaje privado a los países centroeuropeos del Este, que lo llevó también a Moscú, San Petersburgo y Budapest.

Cardoso declaró al diario checo Lidove Noviny, que "el próximo paso de las reformas económicas brasileñas, que comenzaron este año, serán medi-

das para incrementar las exportaciones. Desde este punto de vista, los mercados de Europa central son muy importantes para las empresas brasileñas".

Las relaciones bilaterales checo-brasileñas, incluyendo algunas hipótesis concretas de cooperación, y la experiencia checa en privatización de empresas estatales, fueron los temas centrales del encuentro que Cardoso tuvo hoy con el Premier local, Vaclav Klaus.

Ayer, el Presidente electo de Brasil se reunió con el Presidente checo, Vaclav Havel, con el que dialogó sobre los problemas ecológicos de las selvas lluviosas de Amazonas.

Un portavoz de la presidencia checa señaló que Cardoso expresó juicios tranquilizadores, afirmando que la lucha contra la destrucción de las selvas ya registra resultados positivos, entre otras cosas, también gracias a la colaboración de las Fuerzas Armadas de Brasil.

El futuro Presidente brasileño regresará mañana vía Londres a su país.

9500030.

# Cardoso realizará una gira por los países del Mercosur

● Uruguay, Paraguay y Argentina recibirán al Presidente electo

El Presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, iniciará el miércoles una visita a Argentina, Uruguay y Paraguay, para reunirse con los mandatarios de los países integrantes del Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), trascendió ayer en la cancillería brasileña (Itamaraty).

BRASILIA / ANSA

Cardoso pronunciará diversas conferencias vinculadas a la economía brasileña, con vistas a la integración, en el Centro Argentino para las Relaciones Internacionales y en la Asociación de Dirigentes de Marketing de Uruguay. Además se reunirá con empresarios brasileños con inversiones en Argentina, y con políticos argentinos.

El mandatario electo -que regresará este fin de semana de su viaje al Este europeo- será recibido el miércoles 2 por el Presidente argentino, Carlos Menem, en su residencia de Olivos, poco antes del mediodía, y será agasajado allí con un almuerzo.

El programa prevé un encuentro con el Ministro de Relaciones Exteriores de Argentina, Guido Di Tella, en la sede de la embajada brasileña en Buenos Aires, y una disertación de Cardoso para miembros del Centro Argentino para las Relaciones Internacionales, que se realizará en el Alvear Palace Hotel.

Asistirá luego a un recital musical en el Teatro Colón, y participará de una reunión en la fundación Simón Rodríguez sobre el tema "la nueva realidad de Mercosur, economía y sociedad política".



Henrique Cardoso se reunió ayer en Praga con Vaclav Havel, Presidente checo.

## Inversiones en Argentina

El jueves 3, Cardoso encontrará a empresarios brasileños con inversiones en Argentina, y a líderes empresarios y políticos argentinos. También dialogará con la prensa argentina y extranjera, participará de una recepción en la embajada de Brasil y dará entrevistas a diversos medios de televisión, antes de viajar a Uruguay.

Aunque la agenda de actividades aún se encuentra en negociación con los respectivos gobiernos de Uruguay y Paraguay, trascendió que el Presidente uruguayo, Luis Alberto Lacalle, recibirá el jueves 3 a Cardoso en Colonia del Sacramento.

El Primer Mandatario uruguayo ofrecerá por la noche una recepción y tras ella, el Presidente electo de Brasil pernoctará en la residencia oficial de Lacalle.

El viernes 4 el futuro Mandatario brasileño se trasladará a Montevideo, donde pronunciará una conferencia para dirigentes de marketing, ofrecerá

una entrevista de prensa en la embajada de Brasil en Uruguay, y continuará su viaje con destino a Asunción de Paraguay. Allí intentará reunirse con el Presidente Juan Carlos Wasmosy, quien se encuentra en España, razón por la cual su itinerario puede modificarse.

Fernando Henrique Cardoso regresará el sábado 5 a Brasilia, para alojarse definitivamente, hasta asumir el mando, en el Palacio Presidencial de la Alborada, cedido por el Presidente Itamar Franco, donde instalará interinamente su gobierno de transición.

## Ayer en Praga

El Presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, concluyó ayer su visita de tres días a Praga, y su viaje privado a los países centroeuropicos del Este, que lo llevó también a Moscú, San Petersburgo y Budapest.

Cardoso declaró al diario checo Lidove Noviny, que "el próximo paso de las reformas económicas brasileñas, que comenzaron este año, serán medi-

das para incrementar las exportaciones. Desde este punto de vista, los mercados de Europa central son muy importantes para las empresas brasileñas".

Las relaciones bilaterales checo-brasileñas, incluyendo algunas hipótesis concretas de cooperación, y la experiencia checa en privatización de empresas estatales, fueron los temas centrales del encuentro que Cardoso tuvo hoy con el Premier local, Vaclav Klaus.

Ayer, el Presidente electo de Brasil se reunió con el Presidente checo, Vaclav Havel, con el que dialogó sobre los problemas ecológicos de las selvas lluviosas de Amazonas.

Un portavoz de la presidencia checa señaló que Cardoso expresó juicios tranquilizadores, afirmando que la lucha contra la destrucción de las selvas ya registra resultados positivos, entre otras cosas, también gracias a la colaboración de las Fuerzas Armadas de Brasil.

El futuro Presidente brasileño regresará mañana vía Londres a su país.

9500030.



## Viene Cardoso: se Reunirá con Lacalle y los Líderes

### Abreu confirmó visita de Fernando Henrique Cardoso

LM 26/10

La Cancillería uruguaya está trabajando en todo lo referente a la estrategia que planteará Uruguay en la Cumbre de las Américas, a cumplirse en Miami, y convocada por el Presidente Clinton.

Según lo indicó el Canciller Sergio Abreu la elaboración de la propuesta, se está evaluando y analizando a nivel del Grupo de Río, interlocutor ante los Estados Unidos para esta Cumbre.

El Dr. Sergio Abreu y ante consulta expresa si el Presidente Lacalle invitará al candidato que resulte electo en los comicios de noviembre próximo, el jerarca dijo que, "es algo privativo del Presidente".

En otro orden de tema el Dr. Abreu confirmó la visita a nuestro país, del electo Presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, para los primeros días de noviembre próximo.

Dijo Abreu que dictará una conferencia en el Laboratorio Tecnológico del Uruguay, previo a una audiencia que mantendrá con el Presidente Lacalle, encuentro que se llevará a cabo en la estancia presidencial de Anchorena.

Otra de las actividades del Presidente Cardoso, será entrevistarse con los líderes políticos de los distintos partidos y sectores de nuestro país.

"Las discrepancias que se puedan plantear", dijo Abreu sobre las relaciones comerciales, a nivel del Mercosur, en el área del mercado automotriz y el arroz, dijo, "son temas sensibles y han sido creados grupos especiales relacionados con estas industrias". Agregó que "esto supone que la administración de determinadas políticas y características, son parte de las reglas del juego".

Las discrepancias que puedan existir no pueden interpretarse como obstáculos, sino más bien como un trabajo en conjunto para buscar un consenso, en áreas que son sumamente sensibles para nuestras economías, por ejemplo en el ámbito automotriz, como azucarero, afirmó el Canciller.

El presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, visitará Uruguay el 4 y 5 de noviembre con el fin de dictar una conferencia en el LATU, reunirse con el presidente Lacalle y los principales líderes políticos.

De acuerdo con lo trascendido en las últimas horas, Cardoso realizará una gira por los países miembros del MERCOSUR entre el 2 y el 6 de noviembre, visitando Argentina, Uruguay y Paraguay, en ese orden.

Informaciones recibidas en São Paulo indican que el Mandatario electo partirá desde esa ciudad el miércoles 2 de noviembre con destino a Buenos Aires, donde permanecerá hasta la mañana del viernes 4, teniendo previsto reunirse con el presidente Carlos Menem y otras autoridades argentinas.

Ese día, Cardoso viajará a Colonia por vía aérea y desde allí, por tierra hasta la Estancia Anchorena en donde se encontrará con el presidente Luis Alberto Lacalle, indicándose que pasará allí la noche.

El sábado 5, ambos dignatarios se trasladarán hacia Montevideo a primera hora de la mañana pues a las 9 está prevista la conferencia que el Presidente electo de Brasil dictará en el Laboratorio Tecnológico del Uruguay. Durante la jornada, habrá contactos también con líderes políticos uruguayos y una recepción ofrecida por Lacalle en honor del visitante.

Tras cumplir estas actividades, Fernando Henrique Cardoso se dirigirá al Aeropuerto Internacional de Carrasco para emprender vuelo hacia Asunción del Paraguay. En la capital guaraní compartirá una cena con el presidente Juan Carlos Wasmosy y la mañana siguiente viajará de retorno a São Paulo.

### Cardoso disertará en el LATU sobre la economía brasileña

El presidente electo de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, expondrá el próximo viernes 4 de noviembre sobre la situación de la economía de su país y su visión sobre la integración, en un acto académico organizado por la Asociación de Dirigentes de Marketing (ADM) que tendrá por sede la sala de conferencias del Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU), confirmaron a LA REPUBLICA voceros de la institución empresarial. Paralelamente, el futuro jefe de Estado brasileño pronunciará una conferencia de prensa en la embajada de su país en Uruguay, para luego continuar viaje con destino a Asunción del Paraguay.

Allí procurará reunirse con Carlos Wasmosy, quien se encuentra en España, razón por la cual el itinerario puede modificarse.

Antes de su arribo a nuestro país Cardoso será

recibido el miércoles en un almuerzo de trabajo por el presidente argentino, Carlos Menem, en su residencia de Olivos. El jueves, el impulsor del plan de estabilización económica brasileña mantendrá entrevistas con empresarios norteamericanos con inversiones en Argentina, antes de participar de un recital musical en el Teatro Colón bonaerense y luego de la reunión en la Fundación Simón Rodríguez, donde expondrá sobre "La nueva realidad del Mercosur".

Sin confirmación plena se encuentra el recibimiento del presidente electo de Brasil por el primer mandatario uruguayo, Luis Alberto Lacalle, el jueves en Colonia del Sacramento.

Fernando Henrique Cardoso regresará el sábado 5 a Brasilia para alojarse definitivamente, hasta asumir el mando, en el Palacio Presidencial de Alvorada, cedido por Itamar Franco.

9500030

em novembro

irá à Argentina, Uruguai e Paraguai

NOVO GOVERNO

## FH visita países do Mercosul

*Na primeira viagem oficial, o presidente eleito, que está em Moscou a passeio,*

Moscou 24/10/90

O primeiro compromisso oficial do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso no exterior será uma visita aos países do Mercosul. Fernando Henrique anunciou ontem que irá à Argentina, Uruguai e Paraguai uma semana depois da viagem ao Leste Europeu, no início de novembro. A agenda foi acertada com o presidente da Argentina, Carlos Menem.

A primeira viagem internacional de Fernando Henrique aconteceu logo após a eleição, durante as pequenas férias no Pantanal. A bordo de um barco, o presidente eleito cruzou a fronteira brasileira com a Bolívia, o que estava sendo mantido em sigilo. "Estava passeando e, quando vi, estava na Bolívia", contou Fernando Henrique ontem. Ao lado da mulher, Ruth, FH encontrou um destacamento com a bandeira boliviana. "Eu sou o presidente do Brasil", apresentou-se ao soldado, que, na dúvida, perfilou-se. "Pedi para mandar uma mensagem ao presidente da Bolívia, mas acho que o soldado não mandou; não deve ter acreditado", comentou o Fernando Henrique.

**RECONHECIDO** — Fernando Henrique, que chegou a Moscou no domingo à noite, enfrentou ontem um frio de sete graus para visitar os principais pontos turísticos da capital. Sem ser acompanhado por qualquer segurança, o presidente eleito não conseguiu, porém, passar por cidadão comum. No Mirante Lênin, foi reconhecido por um professor de ciência política japonês, Kenzo Takemi, que o cumprimentou pela eleição. Logo depois, um motorista russo quis posar ao lado dele para uma fotografia em frente à Universidade de Moscou.

Ruth, apresentada pela embaixatriz Maria Cristina como mulher do futuro

presidente do Brasil, ganhou um xale vermelho de presente de um vendedor no mirante Lênin, e aproveitou para comprar presentes, um xale de lã e uma boneca matrioska, do artesanato típico da região. Recusou um colar de âmbar depois de saber o preço: US\$ 200,00. "Ela é mais mão fechada do que eu", brincou o futuro presidente.

O embaixador Sebastião do Rego Barros, amigo de FH, reservou uma atração brasileira para o roteiro. Levou o presidente eleito para o Café Copacabana, de um russo naturalizado brasileiro, na tradicional Galeria Gum.

**PARENTE** — Fernando Henrique insistiu que quer descansar e passear, no máximo ler alguns "documentos oficiais" que trouxe, sem detalhar do que se tratava. Além de um concerto do violoncelista Mstislav Rostropovich, amanhã, o único compromisso agendado em Moscou é sentimental: o presidente eleito pediu ao embaixador brasileiro que encontrasse um parente chamado Sergei, neto do líder comunista Otávio Brandão, que era primo de sua mãe. "Já o localizamos", informou o embaixador. "Eu acho parente meu em qualquer lugar, até na Rússia", brincou, entusiasmado com a idéia de encontrar Sergei, filho de uma prima.

Três jornais russos e uma rádio noticiaram a visita do presidente eleito ao país. Preocupados com a inflação, os russos dão destaque ao plano de estabilização brasileiro. Uma frase de Fernando Henrique mereceu destaque: "Pertencço às esquerdas, mas não às obsoletas."

Embora não tenha comunicado oficialmente sua visita, FH recebeu uma carta do presidente Bóris Yeltsin. Além de parabenizá-lo pela eleição, Yeltsin disse que contava com o fortalecimento das relações entre os dois países.

## Tucanos evitam governo paralelo

LUCIANE AQUINO

Sucursal/Brasília

Aplicado em evitar a formação de um governo paralelo ao de Itamar Franco, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso conseguiu criar um governo virtual. A realidade virtual, usada em programas de computador, produz na mente do usuário imagens tridimensionais que na verdade não existem. O governo de transição de FH está parecido: todo mundo consegue vê-lo, mas não consegue encontrá-lo.

A estratégia usada por FH consiste em descentralizar os seus assessores e falar o mínimo possível. O comitê central de campanha, onde ainda despacham futuros nomes importantes no Palácio do Planalto, como o coordenador do programa de governo, Paulo Renato de Souza, está às moscas. Nenhum jornalista mais ocupa a antes lo-

tada sala de imprensa.

O comitê será desativado na próxima sexta-feira, e as assessorias técnica e de imprensa serão demitidas pela tesouraria de campanha, cujas contas devem ser encerradas no dia 23, e recontratadas pelo PSDB. No Palácio da Alvorada, onde deverá funcionar o escritório particular de FH, também trabalharão assessores diretos como o fiel escudeiro Eduardo Jorge Caldas e Paulo Renato. O resto do pessoal será instalado no Setor Comercial Sul de Brasília.

A viagem de FH para o Leste Europeu em companhia da mulher, Ruth, também contribuiu para despistar os caçadores de novos governantes: jornalistas e lobistas. O secretário-geral do partido, Sérgio Motta, provável homem forte no Palácio do Planalto, aproveitou a deixa e foi para São Paulo, onde deve ficar até o retorno de FH, no dia 26 ou 28 de outubro.

04

9500030.

LM  
22/10

## **Presidente electo de Brasil de visita**

"Es inminente" la visita a nuestro país del Presidente electo de la República Federativa de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, de acuerdo a lo que aseguraron a LA MAÑANA fuentes empresariales.

Los informantes, con amplia vinculación en sectores industriales y políticos brasileños, indicaron que la venida de Cardoso se realizará "a la brevedad", aunque dijeron no poder afirmar si se realizará antes o después de las elecciones nacionales.

Cuando se consultó acerca de los motivos de la visita, las fuentes señalaron que si bien "hay cosas que son obvias", añadieron que muy probablemente Cardoso cumplirá con "algún tipo de actividad académica".

Como se sabe, el recientemente electo Presidente de Brasil es un reputado sociólogo, de dilatada carrera, autor de numerosos libros, y que ha cumplido una destacada actividad profesional en ámbitos universitarios de varios países de la región y también en Europa.

En cuanto a la posibilidad que Cardoso venga a Montevideo después de las elecciones, las fuentes indicaron que se trataría de una "visita relámpago", muy condicionada por la "cumbre" del Mercosur.

En efecto, se trata de plazos muy acotados, porque está previsto que en los primeros días de diciembre se produzca la reunión de presidentes del Mercosur, quienes se han de encontrar en Ouro Preto (estado de Minas Gerais), para dar su aprobación a todos los documentos que habilitarán el funcionamiento de la unión aduanera.

Sugestivamente, la vigencia de este ámbito de integración regional se produce el 1 de enero de 1995, exactamente la misma fecha en la que Cardoso se instalará en el Palacio do Planalto en Brasilia, subrogando a Itamar Franco.

9500030.

05-05

9500031

AS COMISSÃO

TÍTULO *Ministro Paulo Brossard abandona o*

PROCESSO *ZH*

FECHA *24/11/77*

VINCULAÇÕES *507402*

*1164*

*11302*

ENTRADA ☒

CRUZADA ☒

*Supremo Tribunal Federal*

JUDICIÁRIO

# Chega ao fim a carreira de Brossard no Supremo

*A aposentadoria encerra a brilhante trajetória política do ex-ministro*

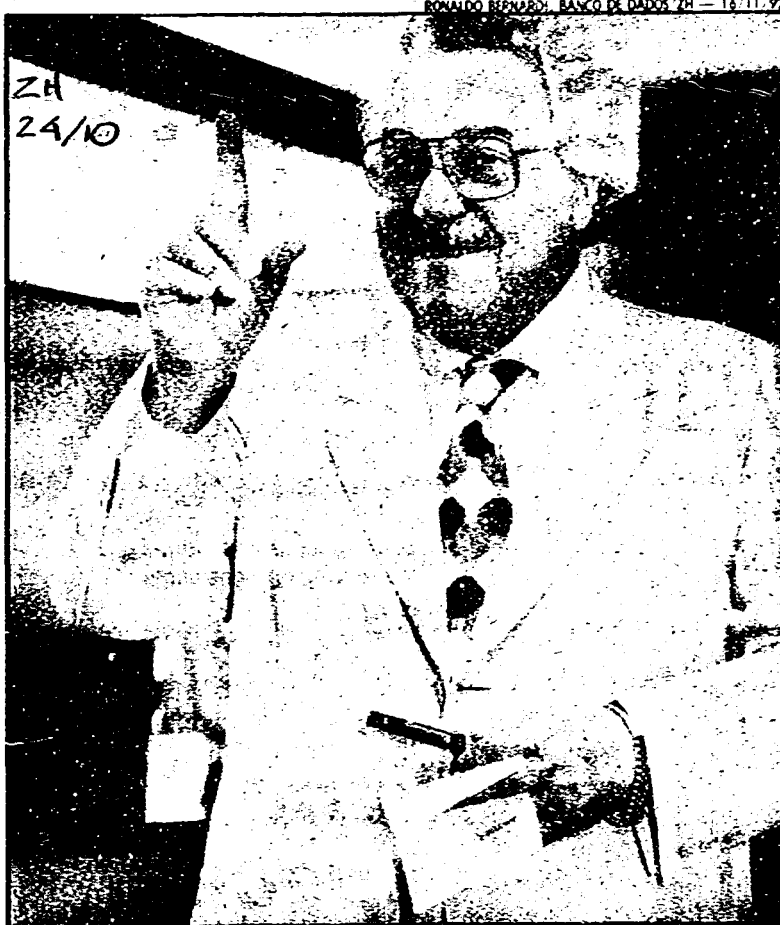
MOACYR OLIVEIRA FILHO

Brasília

**D**esde ontem, o plenário do Supremo Tribunal Federal está com uma cadeira vazia. O ministro Paulo Brossard de Souza Pinto completou 70 anos e foi aposentado, como determina a lei. Nos próximos dias, Brasília deixará de conviver com a impecável oratória e o indefectível chapéu de Brossard, que volta ao Rio Grande do Sul, dividindo atenções entre a fazenda em Bagé e sua cobiçada biblioteca.

A carreira política desse advogado de Bagé, iniciada em 1955, quando conseguiu se eleger deputado estadual pela primeira vez, depois de uma derrota na eleição anterior, aparentemente chega ao fim, depois de alternar momentos brilhantes com fracassos retumbantes. O maior deles, sem dúvida, foi a derrota para Daniel Krieger, na disputa por uma cadeira no Senado, em 1970, quando perdeu a eleição por uma diferença de apenas 30 mil votos. Além de enfrentar sozinho as duas sublegendas da Arena — Krieger e Mem de Sá — Brossard foi abastido por 300 mil votos em brancos, orientados do Uruguai por um inimigo histórico: Leonel Brizola. O mesmo que, antes do golpe de 1964, aplicou um mordaz apelido no desafeto — “Rui Barbosa em compota”.

Formado politicamente no antigo Partido Libertador e tendo em Raul Pilla seu mestre e inspirador, Brossard nem sempre foi um oposicionista. Em 1964, como secretário de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, apoiou o golpe. O apoio durou pouco. Seguindo os passos de Raul Pilla, Brossard rompeu com a ditadura e ingressou no MDB, levado pelas mãos do



**Estilo:** Brossard ficou conhecido pela oratória impecável

amigo Pedro Simon. Em 1967 se elegeu deputado federal.

Em outubro de 1969, na sessão do Congresso que homologou o nome do general Emílio Garrastazu Médici para presidente da República, Brossard entregou um voto escrito de protesto contra a farsa eleitoral e abandonou o mandato que só terminaria em 1970. Retornaria em 1975, eleito senador. Viveria seu melhor momento político, lutando contra o arbítrio.

Com o fim do AI-5 e o processo de abertura, Brossard perde um pouco a verve e o charme. Teve momentos de glória em 1977, quando conseguiu reverter a posição do MDB no Senado, fazendo com que os

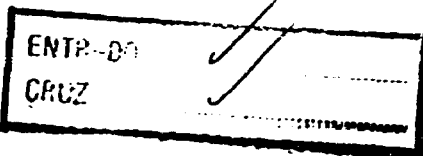
medebistas ficassem contra a reforma do Judiciário, proposta pelo governo e defendida na bancada pelo senador Tancredo Neves. O projeto do governo foi rejeitado e as consequências foram traumáticas. Irritado, Geisel fechou o Congresso, editou o Pacote de Abril e criou a tristemente célebre figura do senador biônico.

Antes de se transformar em consultor-geral da República, Ministro da Justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal, durante o governo Sarney, Paulo Brossard ainda iria amargar mais uma humilhante derrota eleitoral. Em 1982, perdeu a reeleição para o Senado para Carlos Chiarelli.

01-01

9500031

Nº 9500032  
TÍTULO Cardoso no quer participação do PT em  
PROCEDÊNCIA 4/150029  
FECHA DE 24/10/84  
VINCULAÇÃO: 507402  
11164  
11302



#### NOVO GOVERNO

### Fernando Henrique não quer a participação do PT no ministério

Budapeste 24 24/10

O PT não terá ministério no futuro governo. O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, descartou ontem a possibilidade de convidar petistas para sua equipe. "A participação do PT no governo não convém", explicou Fernando Henrique, disposto, porém, a negociar com o partido as reformas na Constituição. O presidente eleito espera contar com o apoio da bancada do PT para a aprovação de propostas polêmicas, como as reformas tributária e previdenciária.

A orientação política do governo de Fernando Henrique espera pelo resultado do segundo turno da eleição para governador. O presidente eleito anunciou que manifestará formalmente seu apoio aos candidatos do PSDB que disputam o governo: Mário Covas, em São Paulo; Eduardo Azeredo, em Minas Gerais; Marcello Alencar, no Rio; Almir Gabriel, no Pará; e Albano Franco, em Ser-

gipe. FH também deve apoiar Antônio Britto, do PMDB, no Rio Grande do Sul.

O resultado do segundo turno vai pesar na composição do Ministério e na indicação dos líderes do governo no Congresso. Disposto a se manter longe das pressões, Fernando Henrique se recusa a discutir nomes de sua futura equipe. "Ministério eu defino em 24 horas e os ministros serão avisados de última hora", avisou.

**CONVITE** — O presidente Itamar Franco convidou Fernando Henrique para representar o Brasil no Encontro dos Chefes de Estado da América, de 9 a 11 de dezembro em Miami (EUA). Os dois conversaram longamente por telefone no sábado à noite. Itamar argumentou que a reunião é muito próxima da posse de FH e não teria sentido o Brasil ser representado pelo presidente que vai deixar o poder. Fernando Henrique disse ontem que ainda não sabe se irá a Miami.

01-01

95000321

NO. 9500033

TÍTULO: Acercamiento político entre Lula y Brizola

PROCESO: LK/150023

FECHA DE FOLIO: 27/10/79

VINCULACIONES: 5 07462

11164  
11304  
PT  
11302

ENT. DJ. ☒  
CRUZ. DJ. ☒

# Acuerdo entre Lula y Brizola

\* Los petistas votarán por el candidato del PDT para la gobernación del estado de Río de Janeiro

Porto Alegre, Brasil (ANSA)

El candidato presidencial de izquierda derrotado en las elecciones del 3 de octubre, Luiz Inácio da Silva, Lula, reapareció haciendo campaña política para el candidato del Partido de los Trabajadores (PT) al gobierno de Río Grande del Sur, Olivio Dutra.

Lula y Dutra distribuyeron panfletos en la entrada de fábricas en la ciudad de Caxias do Sul, interior de Río Grande.

También se reunieron con sindicalistas y caminaron por las calles del centro de Caxias do Sul distribuyendo panfletos y conversando con los electores.

Dutra disputará el 15 de noviembre la segunda vuelta de las elecciones a gobernador de Río Grande del Sur con el candidato del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), Antonio Brito, quien apoyó la candidatura del presidente electo Fernando Henrique Cardoso.

Lula afirmó que el PT costará con el apoyo del Partido Democrático Trabalhista (PDT) en Río Grande del Sur y en el Distrito Federal, tras llegar a un acuerdo con el líder de esa agremiación, Leonel Brizola, otro frustrado candidato presidencial.

En el Distrito Federal, el candidato a gobernador del PT, Cristovam Buarque, es favorito en las encuestas para la segunda vuelta.

En base a ese acuerdo, el PT apoyará al candidato del PDT al gobierno de Río de Janeiro, Antony Garotinho, que disputa el segundo turno con Marcelo Alencar, del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB).

la colectividad del presidente electo, Fernando Henrique Cardoso.

## ACERCAMIENTO POLITICO ENTRE LULA Y BRIZOLA

Porto Alegre, por Martín Correa

Se concretó aquí en Porto Alegre la anunciada entrevista en la que participaron el líder del PT, Lula, el candidato de dicho partido a la gobernación del estado de Río Grande del Sur, Olivio Dutra, y el ex candidato del PDT de Brizola al mismo cargo, (y a la vez presidente entrante de dicho partido) Señero Chaise. Todos se comunicaron telefónicamente con el líder del PDT, Leonel Brizola, quien recién regresado de los Estados Unidos se hallaba en su residencia, en Copacabana, Río de Janeiro.

El diario Zero Hora de la capital "gaúcha", publica la nota bajo el título: "Llamada telefónica aproxima a Olivio y Brizola", con un subtítulo que dice: "Acompañado por Lula, el candidato del PT al gobierno del Estado visitó a la dirección regional del PDT".

Señala el rotativo que una extensa llamada telefónica al ex gobernador Leonel Brizola aproximó a los dirigentes petistas con el mencionado líder. Lula resolvió reunirse con Brizola después del segundo turno, para analizar la reestructuración partidaria y la ley electoral para 1996. En busca del apoyo del PDT, Lula y Olivio visitaron la sede del PDT en Porto Alegre.

Olivio dijo que Brizola le señaló

que "tiene simpatía por nuestra forma de hacer política". Chaise, por su parte, expresó que el PDT se ubica históricamente al lado de las fuerzas progresistas y populares.

Finalmente reveló el citado diario gaúcho, que esto le subrayó Olivio a Brizola: "Doctor Brizola, queremos tenerlo aquí como siempre, en el corazón y en la conciencia del pueblo de Río Grande del Sur, en un extenso hola, como es su hábito". Lula, entre tanto, expresó: "Aguardaremos con cariño la decisión del PDT de Río Grande del Sur, me parece que es una cosa muy importante".

9500033

01-01

9500034.  
 TÍTULO *Entrevista al Gnel. Newton Cruz.*  
 PERIODICIDAD *24*  
 FECHA DE PUBLICACIÓN *30/10/84*  
 VINCULACIONES *507482*  
*11164*  
*11302*  
*11163*  
*11328*

ENTRADO ☒  
 CRUZADO ☒

## ENTREVISTA

*24*  
*30/10*



### Newton Cruz

(General da reserva, 69 anos, ex-candidato a governador do Rio de Janeiro, teve 900 mil votos e foi o segundo colocado na Capital. Como foi o executor do estado de emergência em Brasília em 1983 e 1984, é o único brasileiro com experiência no ramo de medidas excepcionais dentro de um regime constitucional.)

— Se o presidente Itamar Franco decretar estado de defesa para o Rio de Janeiro, as coisas melhoram?

— Nada. Isso é tapeação. De uma hora para outra as pessoas ficaram ouriçadas, mas a situação do Rio de Janeiro hoje é a mesma do ano passado. Além disso, os poderes concedidos no estado de defesa não servem para nada no morro. Vão violar o sigilo das comunicações telefônicas? E boca-de-pó tem telefone? O estado de defesa não tem nada a ver com a manutenção da ordem pública. Isso é uma cambalhota política de quem não tem peito para fazer o que deve.

— O quê?

— Intervir no Estado. O causador dos problemas do Rio é o governador. Até bem pouco tempo o problema se chamava Leonel Brizola. Agora se chama Nilo Batista.

— Se a intervenção federal fosse decretada hoje, duraria pouco mais de dois meses, até a posse do novo governador. Adiantaria alguma coisa?

— Adiantaria mais que o estado de defesa, que não adianta nada e provocaria mais uma frustração. Permitiria que durante estes dois meses o interventor agisse de comum acordo com o governador eleito, lançando a base para uma política de segurança. De qualquer forma, vamos ficar combinados num ponto: se o governo federal acha que, decretando o estado de defesa, está fazendo alguma coisa, engana-se. Está tapeando. Mas não a mim.

01-01

9500034..



Nº. DOCUMENTO 9500035  
TÍTULO Das Assembleias legislativas eleitas  
REFERÊNCIA 150538  
DATA DE PUBLICAÇÃO 30/10/94  
VINCULAÇÕES 1507482

# Brasil tem apenas

## Só PMDB e PFL elegeram deputados estaduais

# dois partidos nacionais

em todos os Estados; PT está em mais assembleias que o PSDB

FERNANDO RODRIGUES  
e GUSTAVO KRIEGER  
Da Reportagem Local

Apenas dois partidos, o PMDB e o PFL, conseguiram eleger deputados estaduais em todas as assembleias legislativas do país na eleição de 3 de outubro.

Embora o resultado do Rio tenha sido anulado, já é possível dizer que o PMDB e o PFL confirmaram a condição de serem os dois únicos partidos de fato nacionais no Brasil.

O PMDB tem o maior número de deputados em 11 assembleias legislativas. O PFL lidera em outros sete Estados.

Mas mesmo PMDB e PFL têm dificuldades regionais. O PMDB, por exemplo, não conseguiu eleger nenhum deputado federal em Pernambuco, Brasília, Amapá e Roraima. O PFL ficou sem deputados federais no Acre, Espírito Santo, Mato Grosso e Rondônia.

Os outros grandes partidos brasileiros ficaram ainda mais longe de apresentar força nacional. O PPR não conseguiu vagas em assembleias de seis Estados.

O PT chegou mais perto de apresentar um perfil nacional. Está presente em 23 assembleias legislativas e deve eleger deputados também no Rio. Na eleição anulada do Estado, o PT obtivera cinco vagas na Assembleia.

O PSDB está presente em 20 assembleias e também deve eleger deputados estaduais no Rio.

A notícia ruim para peemedebistas e pefelistas é que, apesar da liderança, os dois partidos registram uma queda de suas bancadas.

Sem considerar o Rio, o PMDB caiu de 205 para 198 deputados estaduais. O PFL desceu de 165 para

157 deputados.

A eleição dos 1.045 deputados estaduais no Brasil também arranhou uma tese difundida largamente durante a eleição presidencial, segundo a qual Fernando Henrique Cardoso não precisaria ter se aliado ao PFL para se eleger.

### Plano Real

Os resultados mostram que os efeitos positivos do Plano Real não foram totalmente absorvidos pelos candidatos tucanos. Enquanto o PSDB elegeu 81 deputados, o PFL obteve quase o dobro (157).

É impossível dizer com segurança quantos votos de FHC vieram por causa do apoio desses candidatos a deputados estaduais vitoriosos do PFL.

Mas é errado afirmar que o presidente eleito não tenha se beneficiado da aliança feita com o PFL. Os candidatos locais são, tradicionalmente, puxadores de votos.

A eleição para a Câmara também demonstrou que os partidos se sustentaram em bases regionais, onde seus candidatos proporcionais foram ajudados por candidatos fortes ao governo do Estado.

Dos 46 deputados federais eleitos pelo PT (sem contar a eleição do Rio), 27 estão concentrados em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O PSDB elegeu 56 deputados federais e 34 deles estão no Ceará, Minas Gerais e São Paulo. Metade dos 45 deputados federais do PPR foi eleita em quatro Estados.

Todos os dados desta reportagem foram coletados diretamente com as assembleias legislativas, TREs, TSE e partidos. O processamento e cruzamento de informações foi feito pela Folha.

### Assembleia do Rio

Para essas 26 assembleias legislativas foram eleitos 979 deputados estaduais em 1990. Destes, 750 (76,6%) tentaram a reeleição.

Dos que tentaram a reeleição, 417 foram reeleitos. Esse 417 representam 42,5% do total de 90 e 55,6% sobre os que tentaram a reeleição.

A maior renovação aconteceu no Espírito Santo, onde foram reeleitos apenas seis dos 30 deputados estaduais.

Em São Paulo, só 37 deputados estaduais foram reeleitos, apesar de a Assembleia ter aumentado de 34 para 94 vagas. (FR e GK)

Em 90, o PMDB elegeu 205 deputados estaduais em 25 Estados e no Distrito Federal. Este ano, o partido conquistou 198 vagas.

O PFL também teve sua representação nessas assembleias reduzida, passando de 165 deputados eleitos em 1990 para 157 este ano.

Na eleição de 1990, o PDS e o PDC elegeram 131 parlamentares, sem contar o Rio. Os dois partidos se fundiram para criar o PPR, que elegeu apenas 106 deputados.

O PT aumentou de 76 para 87 (6,5%) o seu número de deputados estaduais, fora o Rio. A bancada do PSDB cresceu de 71 para 81 parlamentares (14%). (FR e GK)

## Renovação será de 57,5% em 95

Da Reportagem Local

Apenas 42,5% dos deputados estaduais eleitos em 1990 foram reeleitos para o cargo em 1994. A Folha apurou que 23,4% dos atuais deputados estaduais abandonaram a política ou disputaram outros cargos nesta eleição.

O levantamento feito pela Folha abrange 25 Estados e o Distrito Federal. Não foram incluídos os resultados da eleição anulada para a

## Grandes partidos perdem deputados

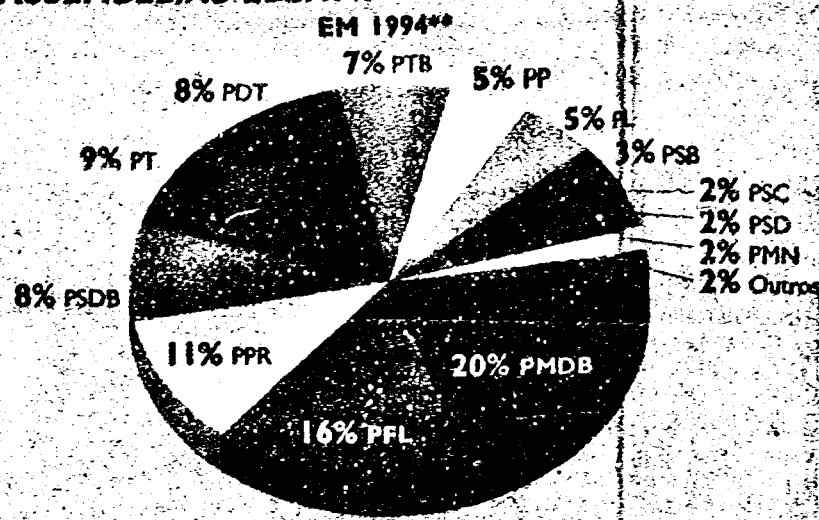
Da Reportagem Local

Os três maiores partidos do país elegeram menos deputados estaduais em 1994 do que nas eleições de 1990. PMDB, PFL e PPR perderam representação nas assembleias legislativas.

O levantamento feito pela Folha não computou os dados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro porque a eleição parlamentar de 1994 foi anulada no Estado.

9500035

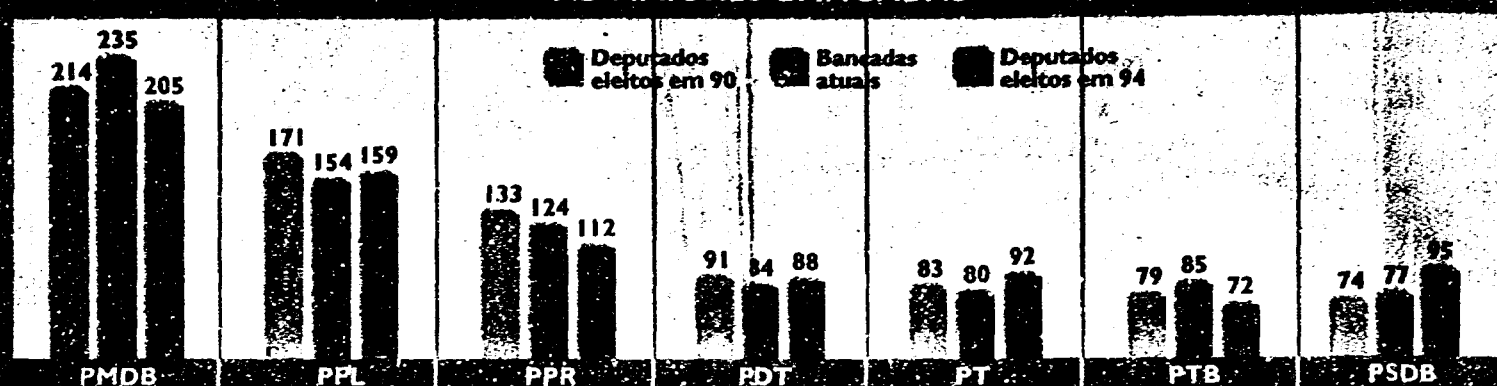
## AS BANCADAS NAS ASSEMBLÉIAS ELEITAS



(\*) Partidos com 15 ou menos deputados estaduais

1990

## AS MAIORES BANCADAS



(1) Não estão computadas as 70 vagas da Assembleia do Rio de Janeiro, onde a eleição foi anulada.

(2) Esse quadro atrela para o PPR em 1990 os deputados eleitos pelo PDC e PDS. Esses dois partidos se fundiram mais tarde, dando origem ao PPR.

## RESULTADO GERAL DAS ELEIÇÕES DE 1990

Acre	24	9	1	0	3	7	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alagoas	27	1	3	0	0	0	7	0	2	4	2	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	24	4	4	0	1	0	0	3	0	7	2	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Apará	24	0	6	3	1	1	2	1	0	0	4	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	63	16	22	2	3	0	1	6	6	6	3	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ceará	46	4	5	3	1	5	2	18	1	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0
Dist. Federal	24	0	2	5	5	1	0	1	0	1	2	0	4	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Espírito Santo	30	4	6	3	3	0	4	5	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiás	41	16	1	2	3	3	0	4	1	7	2	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Maranhão	42	3	15	1	2	1	1	0	4	9	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Minas Gerais	77	20	7	3	10	3	4	7	8	3	5	0	1	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0
Pião Grosso do Sul	24	3	1	4	1	0	7	3	1	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Pião Grosso	24	3	11	2	2	1	1	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pará	41	10	0	2	6	7	8	1	4	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraíba	36	8	9	8	1	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Pernambuco	49	8	15	6	2	1	1	2	5	0	4	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Piauí	30	10	13	0	1	2	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraná	54	16	6	6	3	0	5	5	10	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	70	9	6	21	7	2	3	3	4	4	3	0	3	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	24	10	5	1	1	3	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	24	4	2	0	2	1	7	1	3	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	24	2	1	0	0	3	6	4	2	0	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	55	12	2	13	5	13	8	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	40	11	7	1	4	10	0	1	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Sergipe	24	3	10	2	2	4	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
São Paulo	84	19	8	3	14	11	11	9	2	1	2	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	24	9	3	0	0	2	0	0	1	8	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Porcentagem sobre total no país	100	20.40	16.30	8.67	7.91	7.72	7.53	7.05	6.96	4.96	4.86	1.62	1.43	1.24	0.95	0.76	0.57	0.38	0.29	0.19	0.10	0.10	0.00	0.00	0.00
---------------------------------	-----	-------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

## RESULTADOS FINAIS DE 1994

[illegible]

Porcentagem sobre o total no país	100.00	19.62	15.22	10.72	9.09	8.80	8.42	6.89	5.17	4.78	3.16	1.91	1.82	1.72	0.77	0.67	0.38	0.29	0.29	0.19	0.10
-----------------------------------	--------	-------	-------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

1973	190	157	106	81	87	76	70	50	46	30	19	16	16	7	3	7	1	1	1
------	-----	-----	-----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	---	---	---	---	---	---

Porcentagem sobre total sem o Rio	100,00	20,31	16,10	10,78	8,31	8,92	7,79	7,10	5,13	4,72	3,08	1,95	1,64	1,64	0,72	0,72	0,31	0,21	0,10	0,21	0,10
-----------------------------------	--------	-------	-------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Obr. Essa tabela indica o tamanho da abstinência com demanda acordada no Rio que foi associada pela técnica Elmore. Nessa abstinência com demanda acordada, a abstinência com demanda acordada é de 16,10%.

Obs. Esta tabela inclui o resultado da eleição para deputado estadual no Rio que foi anulada pela Justiça Eleitoral. Nova eleição será realizada em 15 de novembro.

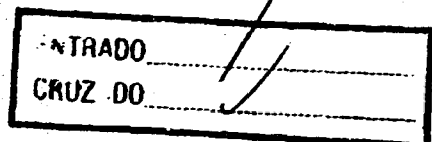
**Ford Administration**



03-03

9500035.

Nº. DOCUMENTO 9500036  
TÍTULO *Cardoso retorna de \**  
P. PROCEDÊNCIA 150029  
FECHA DE P. 31/10/94  
VINHULACIONES 507482  
11164  
11302



\* Europe começa  
a definir linhas de  
transição.

# FH volta ao país e começa a definir linhas da transição

Paulo Renato é o braço direito do presidente

24/31/10

LUCIANE AQUINO

Sucursal/Brasília

O governo do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso está começando. Dois meses antes da posse formal, o sinal para a deflagração das ações da transição foi emitido pelo tucano em Praga, e imediatamente obedecido no Brasil pelos seus assessores. Na última quinta-feira, o até então caladíssimo Paulo Renato de Souza deu início, em Porto Alegre, a uma série de viagens em que anunciará as primeiras medidas a serem tomadas por FH nos primeiros dias de 1995. Em Brasília, o deputado federal Nelson Jobim dá forma às emendas que, apresentadas ao Congresso em fevereiro, permitirão as reformas. E, no Brasil todo, o presidente do PSDB, Pimenta da Veiga, dedica-se a angariar apoio político para a futura administração.

A iniciativa demonstra que o anterior cuidado em evitar a formação de um governo paralelo para não melindrar o atual presidente, Itamar Franco, deixou de ter motivos fortes. Para evitar especulações, FH havia planejado várias viagens para desviar as atenções e uma equipe de transição espalhada por muitos escritórios. A pulverização do poder será mantida — a equipe técnica está sendo instalada num prédio comercial em Brasília, e FH, com mais dois ou três assessores próximos, ficará no Palácio da Alvorada. Na sexta-feira, FH disse que

tem pouco tempo e muitos assuntos a resolver no Brasil até o dia 31 de dezembro. Talvez um sinal de que as coisas tenham se arranjado melhor e mais rápido do que ele imaginava. A visita aos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) será mantida, e começará pela Argentina, no dia 2.

O único estremecimento entre Itamar e Fernando Henrique desde a eleição parece ter sido superado com louvor. Itamar ficou irritado porque, durante a viagem de Fernando Henrique à Rússia, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, convidou o tucano, por telefone, a participar da Cúpula das Américas, no começo de dezembro, em Miami. O encontro reunirá os presidentes dos países do continente americano.

Paulo Renato anunciou em Porto Alegre que a transição será como a implantação do Plano Real pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso: sem grandes surpresas. A maioria das diretrizes da próxima administração está listada no seu programa de governo, coordenado por Paulo Renato.

Pimenta da Veiga, por sua vez, tem se encontrado com líderes de outros partidos na tentativa de formar um bloco de sustentação ao governo no Congresso. O presidente dos tucanos quer atrair o apoio do PMDB, e formar, junto com os já aliados PFL, PP, PL e PTB,

## FH retorna da Europa e faz reuniões

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso chegou sábado, às 6h, a São Paulo, depois de duas semanas na Europa Oriental e pouco depois começou a trabalhar. Às 10h50min, o economista Eduardo Jorge chegou ao prédio na Rua Maranhão, em Higienópolis. Logo em seguida, foi a vez do economista Paulo Renato Souza, coordenador da equipe que prepara a transição. Houve muito entra-e-sai, mas poucas informações.

Uma delas é que o governo trabalha com uma projeção de

inflação de no máximo 3% este mês, afirmou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, ao sair do encontro com FH. Segundo Carvalho, o presidente eleito não tem nenhuma preocupação com um aumento da inflação. "Ele sabe que tudo está sob controle e que a população continua cumprindo sua função, que é a de não deixar os preços subirem", disse.

Carvalho chegou à casa de FH às 14h10min, 15 minutos depois da saída de Paulo Rena-

to, Luciano Martins e Eduardo Jorge, que não quiseram comentar os temas discutidos. Ontem, às 10h, Fernando Henrique recebeu a visita do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. O encontro, segundo Francisco Grazziano, assessor do presidente eleito, foi marcado a pedido do prefeito. Entre os malufistas, a expectativa é de que o prefeito discuta com FH os termos de seu apoio ao candidato Mário Covas. Maluf deve anunciar seu apoio em breve e espera apenas o término das consultas aos diretórios.

Nº. DOCUMENTO 9500037

TÍTULO

Cardoso se opone a proyecto de fijar en

PROC.

EO/150403

US\$ 100 el salario

FE. H.

22/10/94

mínimo.

VIS. UL. CLAVES

507402

11165

11436

11302

ENT JO

CAEZ DO

### Cardoso se opone a proyecto de fijar en US\$ 100 salario mínimo

RIO DE JANEIRO - El presidente electo de Brasil, el ex ministro de Hacienda Fernando Henrique Cardoso, anunció que se opone al proyecto de ley que aumenta a US\$ 100 el salario mínimo en este país.

Cardoso indicó a periodistas brasileños que seguían su gira por el Este europeo que la iniciativa aprobada por la Comisión

de Trabajo de la Cámara de los Diputados es "demagógica".

El proyecto, que deberá aprobarse en diversas comisiones de la Cámara Baja antes de pasar al Senado, incrementa en US\$ 30 el sueldo mínimo de los trabajadores brasileños, que una disposición gubernamental de setiembre pasado elevó a US\$ 70. (EFE)

9500037!

01-01



Nº DOCUMENTO 9500038

TÍTULO Elecciones octubre 1994: Resultados finales en

PROCESO 24

FECHA 20/10/94

VOTUL 1507482

1164

11302

ENTRADA

CRUZ

SUCESÃO PRESIDENCIAL

# Os resultados finais em todos os Estados

	Fernando Henrique	Lula	Enéas	Orestes Quêrcia	Leonel Brizola	Esperidião Amin	Carlos Gomes	
	90.132 (54%)	39.656 (23,8%)	12.636 (7,6%)	17.708 (10,6%)	2.238 (1,3%)	2.121 (1,3%)	1.640 (1%)	754
	Branco: 23.841			Nulos: 15.665			Abstencões: 56.769 (21,5%)	
AL	525.036 (76,2%)	84.929 (12,3%)	31.131 (4,5%)	24.675 (3,6%)	6.339 (0,9%)	6.615 (1%)	6.882 (1%)	3.558 (0,5%)
	Branco: 130.624			Nulos: 159.280			Abstencões: 177.921 (15,3%)	
AM	76.397 (59,1%)	34.623 (26,8%)	11.727 (9,1%)	2.955 (2,3%)	1.013 (0,8%)	1.459 (1,1%)	722 (0,6%)	356 (0,3%)
	Branco: 6.777			Nulos: 6.405			Abstencões: 54.737 (27,7%)	
AN	420.902 (60,5%)	161.820 (23,3%)	59.584 (8,6%)	31.150 (4,5%)	5.988 (0,9%)	9.325 (1,3%)	3.750 (0,5%)	3.219 (0,5%)
	Branco: 47.449			Nulos: 58.621			Abstencões: 304.198 (27,5%)	
AP	1.950.896 (52,4%)	1.310.723 (32,5%)	164.440 (4,4%)	167.361 (4,5%)	35.636 (1%)	29.712 (0,8%)	46.215 (1,2%)	18.445 (0,5%)
	Branco: 717.022			Nulos: 715.111			Abstencões: 1.875.863 (26,6%)	
CE	1.517.880 (61,2%)	669.432 (27%)	74.385 (3%)	110.702 (4,5%)	26.119 (1,1%)	23.218 (0,9%)	49.827 (2%)	9.046 (0,4%)
	Branco: 401.563			Nulos: 242.870			Abstencões: 881.491 (22%)	
ES	314.849 (38,7%)	364.376 (44,8%)	79.227 (9,7%)	21.151 (2,6%)	11.101 (1,4%)	17.103 (2,1%)	2.624 (0,3%)	3.523 (0,4%)
	Branco: 36.578			Nulos: 64.107			Abstencões: 167.898 (13,9%)	
MA	714.664 (60%)	331.585 (27,9%)	79.473 (6,7%)	31.386 (2,6%)	11.385 (1%)	13.473 (1,1%)	4.847 (0,4%)	3.407 (0,3%)
	Branco: 113.780			Nulos: 111.134			Abstencões: 294.919 (17,2%)	
MS	1.171.414 (67,5%)	322.880 (18,6%)	93.303 (5,4%)	107.605 (6,2%)	13.463 (0,8%)	15.814 (0,9%)	6.918 (0,4%)	4.534 (0,3%)
	Branco: 199.956			Nulos: 186.106			Abstencões: 500.218 (19%)	
PA	785.190 (62,2%)	292.042 (23,2%)	72.680 (5,8%)	48.764 (3,9%)	21.188 (1,7%)	17.502 (1,4%)	17.340 (1,4%)	6.744 (0,5%)
	Branco: 349.538			Nulos: 205.749			Abstencões: 798.708 (30,5%)	
PR	495.956 (64,3%)	147.307 (19,1%)	40.304 (5,2%)	39.214 (5,1%)	25.712 (3,3%)	15.704 (2%)	5.248 (0,7%)	1.968 (0,3%)
	Branco: 69.570			Nulos: 95.799			Abstencões: 342.260 (26,7%)	
RS	512.527 (63,6%)	179.296 (22,2%)	49.527 (6,1%)	31.206 (3,9%)	14.263 (1,8%)	13.471 (1,7%)	3.247 (0,4%)	2.413 (0,3%)
	Branco: 64.704			Nulos: 76.505			Abstencões: 213.895 (18,4%)	
SC	4.535.454 (64,8%)	1.532.134 (21,9%)	478.746 (6,8%)	232.422 (3,3%)	66.808 (1%)	79.377 (1,1%)	44.040 (0,6%)	27.563 (0,4%)
	Branco: 258.175			Nulos: 879.751			Abstencões: 1.723.246 (16,3%)	
SP	821.646 (54,6%)	457.573 (30,4%)	116.329 (7,7%)	60.645 (4%)	11.639 (0,8%)	15.767 (1%)	10.268 (0,7%)	9.881 (0,7%)
	Branco: 222.722			Nulos: 163.986			Abstencões: 891.901 (32%)	
TO	761.876 (63%)	311.142 (25,7%)	44.088 (3,6%)	56.407 (4,7%)	15.985 (1,3%)	8.285 (0,7%)	6.883 (0,6%)	3.741 (0,3%)
	Branco: 21.564			Nulos: 191.678			Abstencões: 571.857 (22,5%)	
MT	2.382.093 (60,3%)	898.230 (22,7%)	256.071 (6,5%)	102.058 (2,6%)	109.908 (2,8%)	167.981 (4,3%)	18.288 (0,5%)	13.920 (0,4%)
	Branco: 459.499			Nulos: 335.756			Abstencões: 1.002.593 (17,4%)	
GO	1.381.801 (53,8%)	949.908 (37%)	99.063 (3,9%)	62.819 (2,4%)	29.241 (1,1%)	20.029 (0,8%)	15.192 (0,6%)	9.710 (0,4%)
	Branco: 415.254			Nulos: 481.241			Abstencões: 943.966 (21,1%)	
DF	476.516 (51,5%)	296.154 (32%)	27.090 (2,9%)	82.912 (9%)	9.259 (1%)	9.162 (1%)	20.620 (2,2%)	3.460 (0,4%)
	Branco: 147.676			Nulos: 195.645			Abstencões: 362.667 (22,2%)	
AC	3.102.664 (47,1%)	1.689.772 (25,6%)	767.702 (11,6%)	702.182 (10,6%)	152.738 (2,3%)	91.535 (1,3%)	30.253 (0,4%)	39.422 (0,6%)
	Branco: 474.505			Nulos: 692.746			Abstencões: 1.385.814 (15,1%)	
RR	606.681 (64,3%)	227.252 (24,1%)	41.383 (4,4%)	37.590 (4%)	11.670 (1,2%)	8.038 (0,9%)	7.695 (0,8%)	3.324 (0,4%)
	Branco: 171.304			Nulos: 139.187			Abstencões: 236.988 (15,8%)	
MT	1.422.390 (29,6%)	1.610.379 (33,5%)	450.153 (9,4%)	179.210 (3,7%)	726.445 (15,1%)	393.752 (8,2%)	15.870 (0,3%)	12.261 (0,3%)
	Branco: 426.191			Nulos: 302.650			Abstencões: 746.740 (11,8%)	
RO	259.418 (63,4%)	89.838 (21,9%)	25.811 (6,3%)	17.085 (4,2%)	8.153 (2%)	5.365 (1,3%)	2.227 (0,5%)	1.575 (0,4%)
	Branco: 41.357			Nulos: 29.501			Abstencões: 211.747 (30,6%)	
MT	60.047 (71,6%)	11.470 (13,7%)	7.255 (8,7%)	2.218 (2,6%)	1.309 (1,6%)	1.082 (1,3%)	269 (0,3%)	211 (0,3%)
	Branco: 4.052			Nulos: 5.402			Abstencões: 25.986 (21,6%)	
SC	788.918 (33,2%)	630.849 (26,6%)	162.655 (6,8%)	191.741 (8,1%)	67.637 (2,8%)	517.317 (21,8%)	9.076 (0,4%)	7.812 (0,3%)
	Branco: 189.144			Nulos: 174.847			Abstencões: 416.859 (13,2%)	
MT	8.679.287 (47,1%)	4.205.527 (22,8%)	1.380.690 (7,5%)	895.318 (4,8%)	67.747 (0,3%)	247.152 (1,3%)	51.052 (0,2%)	43.547 (0,2%)
	Branco: 1.087.432			Nulos: 1.755.496			Abstencões: 2.361.743 (11,3%)	
SE	270.984 (47,4%)	211.320 (36,9%)	32.999 (5,8%)	35.268 (6,2%)	9.522 (1,7%)	5.490 (1%)	3.755 (0,7%)	2.704 (0,5%)
	Branco: 94.294			Nulos: 112.291			Abstencões: 163.619 (17,3%)	
TO	234.718 (68%)	55.003 (15,9%)	12.560 (3,6%)	30.964 (9%)	3.848 (1,1%)	3.784 (1,1%)	3.039 (0,9%)	1.141 (0,3%)
	Branco: 50.956			Nulos: 47.235			Abstencões: 204.825 (31,6%)	
Ext.	14.744 (52,9%)	9.872 (35,4%)	563 (2%)	333 (1,2%)	552 (1,9%)	436 (1,5%)	127 (0,4%)	71 (0,2%)
	Branco: 260			Nulos: 873			Abstencões: 11.536 (29,3%)	
TOTM	34.377.198 (54,3%)	17.126.291 (27%)	4.672.026 (7,4%)	2.773.793 (4,4%)	2.016.386 (3,2%)	1.740.210 (2,7%)	387.927 (0,6%)	238.323 (0,4%)
	Branco: 7.193.917			Nulos: 7.445.605			Abstencões: 16.810.734 (17,7%)	

\* Números sujeitos a mudanças em função de recontagem ou recursos na Justiça Eleitoral. Os percentuais dos candidatos se referem aos votos válidos

Nº DOCUMENTO 9500039  
 TÍTULO Desempenho do PRONA em eleições outubro/94.  
 PRON 150538  
 FE 16/10/94  
 VI. UL. 507482  
 11164  
 11302  
 11304

Enéas

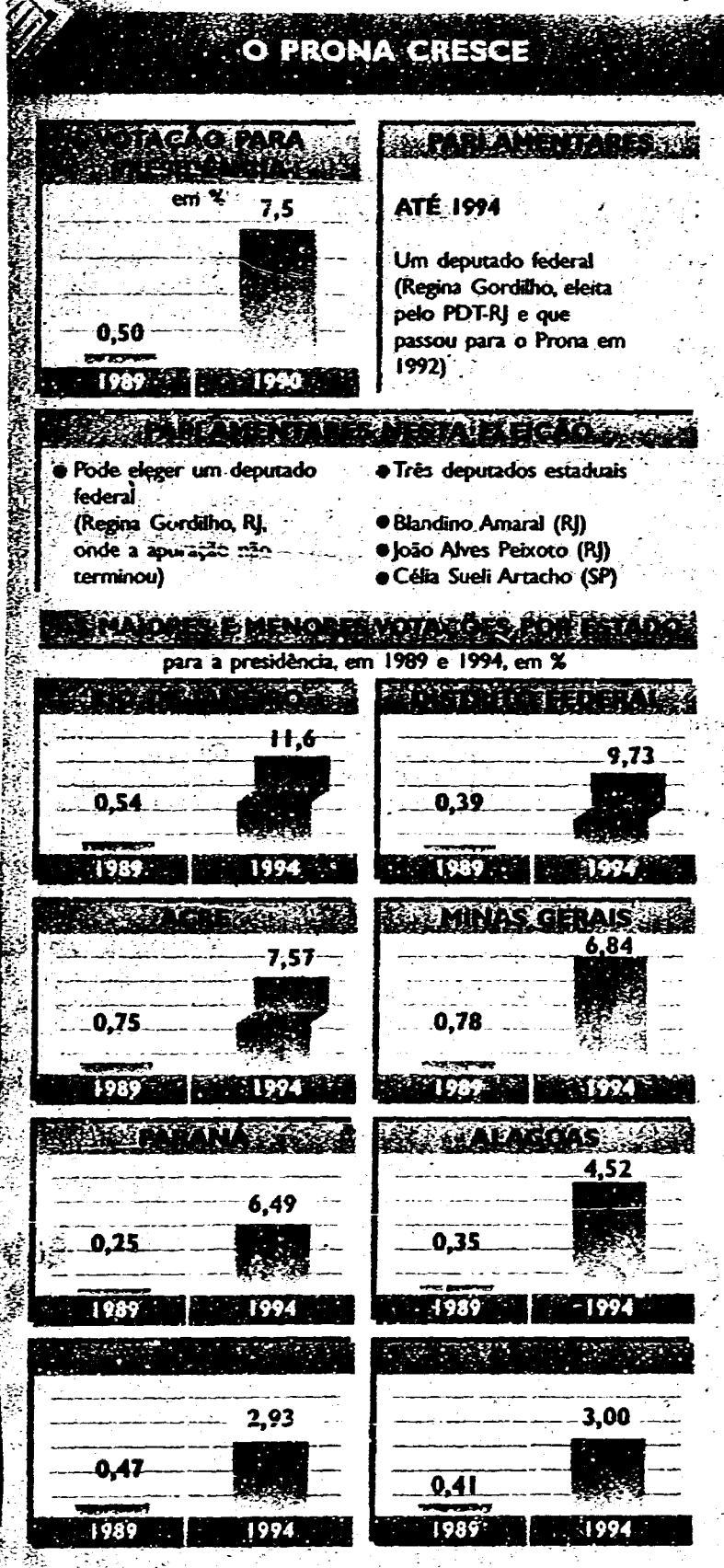
Prona elege três

NOVA DIREITA

# tem 15 vezes mais votos do que em 89

deputados estaduais, ganha de Brizola no Rio e lidera em São Paulo a votação na legenda

Edição de Arte Folha Imagem



Da Reportagem Local

O cardiologista Enéas Carneiro levou seu Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona) ao terceiro lugar na disputa pela Presidência, com uma votação quase 15 vezes maior do que a de 1989.

O Prona também elegeu pelo menos três deputados estaduais (dois no Rio, um em São Paulo) e na sexta-feira ainda tinha esperanças de reconduzir Regina Gordilho (RJ) à Câmara.

Até 23h de sexta ainda faltavam ser contados 2% dos votos no Rio. Além disso, segundo Gordilho, a fraude no Estado tirou votos do Prona suficientes para a reeleger.

Fraudes e apuração incompleta levaram Enéas a se calar sobre as perspectivas do Prona. Segundo Milton Melfi, do diretório regional paulista, ele só vai falar depois que conhecer a "verdadeira dimensão que as urnas vão dar ao partido".

As urnas podem dar dor de cabeça a Enéas, apesar dos seus 4,6 milhões de votos. O Prona teve este ano cinco vezes mais tempo no horário eleitoral devido à adesão de Gordilho, ex-PDT. Pode ficar sem a deputada e sem a fatia de TV que soube aproveitar bem.

Em 1989, Enéas disputou a Presidência com outros 21 candidatos. Teve 15 segundos na TV e 0,5% dos votos — 203 votos por segundo. Agora, o desempenho do cardiologista acreano foi proporcionalmente três vezes melhor.

Nesta eleição, Enéas também trocou a imagem folclórica e de fenômeno de marketing pela de líder de um partido com posições atribuídas à extrema-direita: Estado forte, ordem e nacionalismo.

Deu resultado. Conseguiu 11,6% no Rio de Janeiro, taxa próxima à média obtida nas capitais do Norte do país. O recorde no Rio é significativo. O general Newton Cruz (PSD), que disputou o governo do Estado com posições semelhantes, teve 14% dos votos.

A nova imagem também pegou no partido, se se considera o número de votos na legenda um indicador de adesão política. Em São Paulo, 96% dos votos para deputado federal do Prona foram na le-

genda. Faltaram dez mil deles para levar dona Diva (da Silva Nascimento, 5.586 votos) a Brasília.

Enéas também teve mais votos agora do que 15 presidentiáveis nanicos, ou nem tanto, de 89 — na lista estão Roberto Freire, Aureliano Chaves e Ronaldo Caiado.

Regina Gordilho nega que o partido seja direitista: "Somos um partido nacionalista e de cidadãos

—elegemos um pipoqueiro no Rio (Blandino Amaral). Não temos os vícios da política e somos votados por isso e não por protesto."

Para Gordilho, a fraude na eleição do Rio confirma o programa do Prona: "É preciso ordem para haver progresso, como está na bandeira nacional."

9500039

01-01



DOCUMENTO 9500040

Composición de la Cámara de Diputados

24/10/94

1507482  
11164  
11302

ENT 00  
CRUZ 00

El oficialista PSDB pasa de 45 a 65 diputados y el PT de 35 a 55

# La nueva Cámara Baja de Brasil muestra fuerte dispersión política

La futura composición de la Cámara de Diputados no podría ilustrar mejor lo que significó para el sistema político brasileño el insuceso de la reforma partidaria discutida, votada y aprobada en la última legislatura: el Parlamento sigue siendo una ensalada de partidos.

Un total de 19 partidos, el mismo número de la legislatura 1990-94, compone la nueva Cámara de Diputados. Formaciones partidarias que llegaron a figurar entre los mayores de la Cámara hoy son mínimas. Ese es el caso del PRN que, en el inicio del gobierno de Fernando Collor de Mello llegó a 40 escaños y ahora pasará a la cifra de dos diputados. Las minorías también aparecerán en el plenario de la Cámara: el

PV del periodista Fernando Gabeira, y el del paulista Adhemar de Barros Filho ha logrado un solo escaño. El estado con récord en materia de fragilidad partidaria es Mato Grosso, que tiene sus ocho escaños divididos entre ocho partidos: PSDB, PDT, PPR, PP, PT, PL, PMDB, y PTB. Entre los grandes partidos de la Cámara no hay sorpresas. El PMDB y el PFL mantienen las mayores bancadas.

El PMDB despojado de su mayoría parlamentaria tras la muerte del diputado Ulysses Guimarães en el industrial estado de San Pablo y el cese del presidente de la Cámara durante el gobierno de Fernando Collor de Mello y que cayera con él, Ibsen Pinheiro, tiene el poder de ser quien incline la balanza de la Cámara, con unos 108 diputados; la nómina y los partidos de sus integrantes aún no es clara. El PFL perderá dos escaños, de 89 a 87 diputados, pero los legisladores de la Cámara Baja de la región nordeste representados en la bancada del partido pasarán de 48 a 51.

## Crecimiento de Cardoso

La tercera bancada de la Cámara quedará conformada por el partido del presidente electo Fernando Henrique Cardoso. El oficialista PSDB pasa de 45 a 65 diputados. El PSDB en San Pablo prácticamente dobló su bancada pasando de 8 a 15 escaños. La segunda mayor bancada del PSDB es en el estado de Ceará, donde el partido pasó de 7 a 11 escaños. En la bancada de Río Grande del Sur el PSDB quedó en quinto lugar, con dos diputados, y en



Turismo  
El presidente electo Fernando Henrique Cardoso ayer en Budapest, durante su visita no oficial de dos días

Bahía no logró ningún representante. El Partido de los Trabajadores de Lula creció menos de lo que se esperaba, pero alcanzó una bancada que lo ubica como el cuarto partido de la Cámara, inclusive frente al PPR, que pasó del tercero al quinto lugar dentro de la Cámara. El PT pasaría con el final de los recuentos de 35 a 55 diputados. En algunos estados como en los casos

de Pernambuco, Ceará, Mato Grosso y Sergipe obtuvo una considerable representación que superó las expectativas previas. El PPR redujo su representación de 66 a alrededor de 50 diputados. En Río Grande del Sur, proporcionalmente, fue el partido que más declinó pasando de 10 a 6 escaños en la próxima formación parlamentaria. (Gazeta Mercantil, exclusivo para El Observador)

## Votos obtenidos por cada candidato y su partido

CANDIDATO	PORCENTAJE	SIGLOS
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	54.6%	PSDB Partido Social Demócrata Brasileño
Lula da Silva (PT)	27.2%	PT Partido de los Trabajadores (socialista)
Enéas Carneiro (Prona)	7.2%	Prona Partido Reedificación del Orden Social (ultraconservador)
Orestes Quercia (PMDB)	4.5%	PMDB Partido Movimento Democrático Brasileiro (centro)
Espendiao Amin (PPR)	2.9%	PPR Partido Progresista Reformador (conservador)
Leonel Brizola (PDT)	2.8%	PDT Partido Democrático de los Trabajadores (socialdemócrata)
Carlos Gomes (PRN)	0.6%	PRN Partido de la Reconstrucción Nacional (conservador)
Hermani Fortuna (PSC)	0.4%	PSC Partido Social Cristiano (conservador)

CI-CI

9500040

Nº DOCUMENTO 9 500041  
 TÍTULO Perfil do Pl. F. H. Cardoso  
 PRCP Correio Braziliense  
 FE H 7/08/94  
 VI. UL. CLAV. 507482  
11164  
11302

ENTRADO /  
 CÍZ. 00 /

# Acaso pesa mais que

Depois de escapar da carreira militar, queria estudar Direito, mas fez Sociologia

escolha na

vida de

FHC

Vera Loureiro  
Da Sucursal

São Paulo — O senador Fernando Henrique Cardoso é um homem de sorte. Sua vida tem sido determinada quase sempre pelas circunstâncias e o acaso, sem frustrá-lo. É escolhido, mais do que escolhe.

Quando criança, queria ser cardeal ou senador, mas se permanecesse no Rio de Janeiro, onde nasceu há 63 anos, certamente seguiria a carreira militar, tradição em sua família.

O hoje candidato à Presidência diz não acreditar em destino, mas aceita o acaso e as circunstâncias. "As coisas acontecem", resume.

Considerado o príncipe dos sociólogos brasileiros, ele nunca quis fazer Sociologia. Preferia Direito, mas foi reprovado em latim. Acabou convertido à profissão pelo professor Florestan Fernandes, ex-deputado pelo PT.

E foi outro ex-deputado, Ulysses Guimarães, falecido em outubro de 1992, quem o empurrou depois para a política. Era 1977,

ele se elegeu suplente de senador pelo MDB.

O titular da cadeira, Franco Montoro, trocou o Senado pelo governo paulista, e Fernando Henrique assumiu a vaga no Congresso.

**Azar** — Encerrado o regime militar que o obrigara a um auto-exílio, tornou-se, em 1985, uma espécie de querubim da Nova República, um candidato em potencial a tudo.

Lançou-se então à prefeitura paulistana e perdeu feio para Jânio Quadros, quando já se imaginava eleito. Chegou mesmo a sentar-se na cadeira de prefeito, posando para fotos às vésperas da eleição.

Otimista incorrigível, deu a volta por cima no ano seguinte, elegendo-se senador com quase sete milhões de votos.

Chegou a defender a adesão do PSDB ao governo Collor, que o assediou várias vezes para ocupar cargos. Obra do destino ou não, as denúncias explodiram antes que as negociações tivessem fim.

Com Itamar Franco no governo, chegou sua vez. Realizou o sonho de se tornar chanceler, assumindo o Ministério das Relações Exteriores, e cresceu como tal.

“O poder deve ser exercido com prazer, alegria, sem baixo-astrol”

“Não fico inseguro nem quando a pessoa é brilhante, sabe mais do que eu”

9500041

01-07

## Rachar esquerda e atrair direita

São Paulo — Tido como intelectual de esquerda — do que discordam seus críticos — Fernando Henrique Cardoso viu sua candidatura nascer como o "aula-Lula".

Seus patrocinadores acreditam que, com um perfil da centro-esquerda, a candidatura do senador tucano é a única capaz de dividir a esquerda, atrair o centro e ganhar a simpatia da direita. Além disso, o modelo agrada às elites.

Com imagem de político novo, credibilidade, experiência e passado limpo, Fernando Henrique enfrentou o primeiro obstáculo, quando decidiu-se pela coligação com o PFL.

Os tucanos precisavam dos votos de Antônio Carlos Magalhães no Nordeste, mas para muitos tucanos a aliança soou como algo espúrio. Intelectuais e o clero progressista esbravejaram.

Passada a tormenta, PFL e Guilherme Palmeira como vice assumidos, veio a bonança da tropa da moeda.

A campanha começava efetivamente, e o real, bem recebido pelos brasileiros, elevou rapidamente o nome de Fernando Henrique nas pesquisas eleitorais. Para sua maior sorte o desgastante episódio Bisl prejudicava os petistas e puxava Lula para baixo.

Mas veio nova derrapada. Denúncias pesadas contra Palmeira evidenciaram a necessidade urgente de substituí-lo. O candidato a presidente acreditou que poderia ter, então, um dos vices de seus sonhos: Gustavo Krause.

Mas, numa manobra rápida, as oligarquias pefelistas impuseram o nome do senador Marco Maciel, o notório colaborador do regime militar.

Fernando Henrique não queria Marco Maciel. Aceitou-o, em nome do programa da aliança. Engolido o sapo, voltam-se todos novamente para a campanha e para a trajetória do real.

Até onde se pode observar, são improváveis novas turbulências na campanha de Fernando Henrique. Aparentemente, a única ameaça que os adversários poderão fazer a Maciel é a de ser conservador.

As afirmações de que colaborou com o regime militar, Maciel tem respondido que foi um dos artífices da abertura política.

Coordenadores da campanha tucana ainda não descartam, porém, a possibilidade de os adversários apelarem para a baixaria.

## Muito otimista e autoconfiante

São Paulo — "O poder deve ser exercido com prazer, alegria, sem baixo-astrol". Esta é uma das máximas preferidas de Fernando Henrique Cardoso.

Otimista incorrigível, ele aponta como outra característica sua a autoconfiança: "Não fico inseguro nem quando a pessoa é brilhante, sabe mais do que eu".

É também coerente com o que pensa, e isso já lhe causou transtornos. Confessou, numa entrevista à revista Playboy, que já fumou maconha na década de 60.

Hesitou, em outra ocasião ao responder sobre se acreditava em Deus. Argumentou ser questão de foro íntimo. Jânio Quadros quase o crucificou por isso, em 1985.

**Dois lados** — Fernando Henrique tem fama de homem refinado, conhecedor de vinhos e de boa mesa, habitual turista em Paris, principalmente nos réveils.

Mas também tem seu lado simples, quando é mais um dos frequentadores da padaria Barcelona, no bairro de Higienópolis, onde mora, em São Paulo.

Quando tem tempo vai, acompanhado dos netos, consumir seus doces prediletos na Barcelona: sonhos recheados de creme.

Também gosta de sua casa de campo em Ibiúna (a 62 quilômetros da capital paulista), sem muros, com lareira e um escritório entulhado de livros.

O senador está sem tempo agora para ir à "República de Ibiúna", assim chamada porque são seus vizinhos o deputado José Serra, o ex-ministro Bresser Pereira e o governador Fleury, entre outros.

**Dona Ruth** — Fernando Henrique é casado com a antropóloga Ruth Cardoso desde 1952 e têm três filhos: um sociólogo, uma bióloga e uma pedagoga, que já lhe deram três netos.

Ruth Cardoso, em caso de uma vitória do marido, deverá ser muito mais do que uma primeira-dama. Atualmente chefia um grupo de programa de governo, no governo paulista.

## “Um novo JK é necessário”

São Paulo — Fernando Henrique deixou o PMDB em 1988, no passo mais arriscado de sua carreira até então. Na companhia de mais três dezenas de parlamentares, queria construir uma legenda que chegasse à Presidência da República.

“Um novo Juscelino Kubitschek é necessário. Não o JK de 1950, mas o de 1990”, disse na época.

Entre altos e baixos, o PSDB está perto de chegar lá, e hoje o próprio Fernando Henrique se candidatou a ser o sucessor político de JK.

Mas seu barco por pouco não tomou nesse percurso. Em 1991, não escondia que aceitaria participar do governo Collor para um entendimento nacional. Por pouco não aceitou ser seu ministro das Relações Exteriores.

O menino que aprendera a ler aos três anos de idade, e devorou todos os clássicos de literatura até adolescência escapou do naufrágio e sobreviveu politicamente para disputar a Presidência.

**Perseguição** — Filho de dona Mayde, nascida em Manaus de família alagoana, e do general Leônidas Cardoso, Fernando Henrique fez carreira acadêmica brilhante, mas foi perseguido pelo golpe militar de 1964 e indicado em Inquérito Policial Militar.

Exilado, trabalhou no Chile como diretor do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social da ONU, e em 1967 foi lecionar Sociologia

na Universidade de Paris.

Voltou ao Brasil em 1968 e foi aposentado compulsoriamente, como professor da Universidade de São Paulo (USP), cassado pelo AI/5.

Logo começou a perseguição do regime. Fernando Henrique foi encapuzado e interrogado e uma bomba jogada no Cebrap.

Ele só começou a tomar aulas práticas de política a partir de 1977, quando filiou-se ao MDB e passou a escrever os programas do partido.

Eleito suplente de senador de Franco Montoro em 78, assumiu em 83, quando o titular tomou posse no governo de São Paulo.

**Negociador** — Em 1985, o senador é indicado líder do governo Tancredo Neves no Congresso, cargo que mantém, até romper com o vice empossado, José Sarney.

No mesmo ano sofre humilhante derrota para Jânio Quadros na Prefeitura de São Paulo, mas em 86 dá a volta por cima, ao se eleger senador com quase sete milhões de votos.

No Senado, firmou-se como negociador habilidoso e tolerante e na Constituinte atuou como um dos principais redatores da Carta de 88, ajudando a desfazer as trapalhadas perpetradas por Bernardo Cabral.

Ministro das Relações Exteriores e posteriormente da Fazenda, em 1993, Fernando Henrique Cardoso disputa agora a Presidência da República.

## Falhas no início da campanha

São Paulo — Cultura e inteligência nem sempre são adjetivos aplicados de forma positiva para Fernando Henrique. Serviram para que seus adversários compusessem para ele um perfil de intelectual elitista.

Ele mesmo contribuiu para isso. Em 1978, candidato a senador, conseguiu o apoio dos metalúrgicos do ABC paulista, ironicamente com a ajuda de seu principal concorrente hoje, Luiz Inácio Lula da Silva.

“Ele vem aqui e não fala nada”, espantava-se o então diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Djalma Bom, que hoje lembra como a “peãozada” acha esquisito aquele candidato calado na porta das fábricas.

**Populismo** — A coordenação de campanha tentou dar uma imagem mais popular ao candidato e não foi feliz. Ele disse ser

“mulatinho” e ter “um pé na cozinha” e só conseguiu uma boa briga com movimentos negros.

Começar buchada de bode e montar em jéque no Nordeste podem não ter ajudado. Passou uma imagem de político populista.

Outra falha foi a reação irada contra fotografos que queriam registrá-lo cortando os cabelos numa barbearia em Brasília. Afastou-os de modo rude, alegando que sujariam sua roupa branca.

Mas tanto ele como a equipe reconheceram o erro de estratégia.

Agora só precisa ter cuidado com a ingenuidade política de sua mulher, Ruth Cardoso. Intelectual refinada como ele, ela quase fere de morte a coligação do marido, ao declarar outro dia que “se o PFL tem gente como Antônio Carlos Magalhães, também tem Gustavo Krause...”

## PASSADO VERDE-OLIVA

# Filho de militar, crítico do regime

Fernando Henrique tem fortes ligações com os militares. É filho, neto e sobrinho de general. Mas, ao contrário do seu vice, Marco Maciel (PFL-PE), o tucano ficou do lado oposto do regime que se instalou no País em 1964.

Sua formação de esquerda já vinha do berço. O pai, general Leônidas Cardoso, chegou a se eleger deputado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 40.

Leônidas Cardoso era coronel as passar para a reserva, quando teve direito à promoção ao posto de general-de-brigada. Ai se elegeu deputado pelo PCB e foi cassado, apesar da sua condição de interlocutor privilegiado do marechal Eurico Gaspar Dutra.

Na onda anticomunista que atingiu a esquerda nos anos 40 — mesma época em que nos Estados Unidos ocorria o início da campanha macartista — ele próprio se tornaria uma das vítimas da repercussão, no Brasil, da guerra fria.

**Três estrelas** — O mais ilustre militar da família Cardoso não foi, entretanto, o general Leônidas. O avô do candidato Fernando Henrique, general Maurício Cardoso, é considerado o oficial mais brilhante.

Chegou ao comando da 2ª Região Militar e ao posto de gene-

## OS OFICIAIS

### PAI

Leônidas Cardoso, general

### AVÔ

Maurício Cardoso, general

### TIOS

Carlos, Cel. de Infantaria

Maurício, Cel. de Infantaria

Cláudio, Cel. de Cavalaria

São Paulo por seu companheirismo.

**Influências** — Para um oficial do Exército que conheceu os militares da família Cardoso, Fernando Henrique mostra certa influência, natural, no corte do cabelo, em algumas posições conservadoras, apesar de sua cultura de esquerda, e no uso de expressões comuns entre os militares.

Depois que se tornou candidato à Presidência ele usou uma expressão que pode ser ouvida no Quartel-General de Brasília: “Isso é ver chifre em cabeça de cavalo”. Ou seja em linguagem mais popular: ver tempestade em copo d’água.

No regime militar, apesar de cassado, após ir para a França, em exílio voluntário, Fernando Henrique Cardoso não chegou a ser visto como um radical de esquerda.

Um general que conheceu a família — e vai votar no tucano — disse que ele nunca foi um comunista, mas sempre “um homem moderado”.

Opinião semelhante tem outro general que também se diz eleitor dele, o ex-ministro do Exército (governo Sarney) Leônidas Pires Gonçalves. “Comunista, bobagem! O senador Fernando Henrique não é um comunista”, garante o general.



O general Maurício Cardoso, avô de Fernando Henrique, recebe condecoração de Getúlio Vargas

9500041.



*"O Brasil mudou e o PT perdeu o rumo.  
Virou a vanguarda do atraso.  
Se tivessem lido Marx, como eu li,  
teriam entendido melhor as mudanças  
do mundo. Progresso é uma*

*coi. "O PT diz lá fora o que eu digo  
aqui dentro. Certa vez,  
brincando com o Lula em Paris,  
eu disse a ele: "Lula voce é  
um tucano de direita. Aqui fora  
voce diz coisas sensatas"*

**Correio** - Questões concretas. Por exemplo: qual será o valor do salário mínimo no seu governo?

**FHC** - Qual é o problema do salário mínimo do Brasil hoje? É a Previdência Social. Porque dos 14 milhões de pessoas que recebem o salário mínimo, 11,5 milhões ganham pela Previdência e os outros pelas prefeituras. Para você passar dos 70 para 100 reais, tem que ter R\$ 2.750.000.000,00 na Previdência. Se não tiver, você provoca déficit. Nesse caso, você estaria tirando com uma mão e dando com a outra. E isso produz a inflação. Então, é farisaísmo propor o aumento do salário mínimo e se opor à reforma da Previdência. Isso é demagogia. E eu me oponho à demagogia. Isso não quer dizer que não considere vergonhoso o salário mínimo no nível em que ele está.

**Correio** - Haverá dinheiro para a saúde?

**FHC** - A saúde é uma outra questão. Os recursos são insuficientes e serão sempre escassos num país como o nosso. Sempre. Os EUA resolveram seu problema de saúde com a generalização da saúde pública. Entre nós, o SUS não foi implementado na forma adequada. Há duas coisas, no mínimo, que temos de combater: a burocracia e o clientelismo. Além disso, o governo federal tem de aperfeiçoar, treinar e fiscalizar o sistema local. E o Ministério da Saúde não está aparelhado para isso. É, pois, um problema de reforma do Estado. Se quisermos melhorar a vida do povo brasileiro, temos que reformar o Estado.

**Correio** - É possível, mesmo, reformar o Estado?

**FHC** - Para reformarmos o Estado, temos que quebrar as burocracias e o corporativismo feroz existente em nosso país. Mas falta também mudar a estrutura para que os recursos possam ser usados de forma conveniente. Do total disponível para custeio e investimento do Estado, metade é reservada para a saúde. Isso prova que estamos no limite. Ou você aumenta a arrecadação, ou seja, aumenta o imposto, ou você simplifica a burocracia, ou faz as duas coisas ao mesmo tempo. Também é preciso ter regras. Existe muita fraude nos convênios dos hospitais. Você pode ver pelo interior que está se criando uma nova burguesia formadas pelos donos de hospitais, que vivem reclamando e pedindo mais dinheiro, aqui em Brasília.

**Correio** - O sr. é contra ou a favor do projeto de transposição das águas do São Francisco?

**FHC** - O Brasil nunca cuidou do problema da água como deveria. Nós sempre pensamos a água apenas em termos de barragem, em termos de geração de energia. O órgão encarregado da água é o DNAE, Departamento Nacional de Águas e Energia, que sempre desenvolveu uma concepção barrageira. E os interesses das empresas de barragem e das geradoras de energia, que são estatais, em muitos casos, mais os empreiteiros, tomaram conta da água. E isso não pode ser assim. Por isso é que considero, hoje, que essa discussão atual é falsa.

**Correio** - Mas o sr. aprova ou discorda do projeto atual?

**FHC** - O projeto atual é um projeto tópico e nós precisamos ter um projeto global. Mas, no fundo, a briga é menor. Pergunta-se se a água do São Francisco é da Bahia, de Minas e de Sergipe? Ou é de Pernambuco, da Paraíba e não sei mais onde? Ora, a água do São Francisco é de todo o Brasil. Temos que examinar se essa água dá vazão ou se não dá vazão e se a transposição é mesmo a melhor alternativa. Mas, repito, tem que haver um programa global. Aí então pode caber a possibilidade da transposição. Mas o "achismo" não é bom critério. Teremos que ter uma base técnica antes de fazermos isso.

**Correio** - A estabilidade não exclui muitos brasileiros da economia organizada?

**FHC** - Se nós não tivermos estabilidade, a exclusão estará garantida, porque é a inflação o que mais provoca exclusão. O que se contrapõe à estabilidade, não é a não estabilidade, não é a inflação. A inflação é o maior instrumento de concentração de renda. E o maior erro dos partidos que se opõem a mim é que eles não foram capazes de realmente defender o que interessa ao povo. Fizeram demagogia e não enfrentaram a inflação que mantém a concentração da renda e empobrece cada vez mais os mais po-

bres. Quem foi à raiz das questões fui eu. Ser radical é ir à raiz das questões. Pois radical sou eu. Eles ficaram com bobagem. Alegaram que era só uma manobra monetária, "conflito distributivo"... Não entenderam o processo. Agora, é óbvio que o combate à inflação é condição necessária, mas não é suficiente. Tem que haver uma ação do Estado que corrija a tendência excludente do mercado. Nessa matéria temos que ter políticas públicas, políticas de investimentos que levem em conta a questão do emprego, a distribuição regional da renda e assim por diante. Mas isso não se resolve em um dia, mas em anos.

**Correio** - Se o sr. fosse citar dez nomes importantes no governo Fernão Henrique, quem o sr. citaria?

**FHC** - Por enquanto, só eu.

**Correio** - O que o sr. mudaria na política externa?

**FHC** - O Mercosul já é uma realidade. Nós temos comércio de lado a lado, entre os quatro países, de dez bilhões de dólares. O Mercosul trouxe ganhos enormes para o Rio Grande do Sul. Aumentou muito a nossa exportação. Mas o Brasil, como se gosta de dizer no Itamarati, é um "global trader". Nós comerciamos com todo o mundo. Temos essa peculiaridade. Nossa corrente de comércio internacional não está ligada só aos Estados Unidos ou a Europa. Nós dividimos essa corrente, quase na mesma

proporção, que com os EUA e a Europa, com o Oriente Médio e a América Latina. Temos uma boa flexibilidade, o que nos dá uma certa independência na base econômica.

**Correio** - Mas que parceiros o sr. escolheria?

**FHC** - O desenvolvimento que vem aí no próximo século vai ser um desenvolvimento ligado à tecnologia. Então, os grandes mercados de tecnologia devem estar no centro do interesse brasileiro: Estados Unidos, Europa, Alemanha e Japão. Por outro lado, o Brasil tem que procurar novos parceiros que tenham grande dinamismo. O primeiro é a China. Como se dizia, "a China é vizinha". Eu tenho estado muito em contato com os chineses. Estive com o ministro do Exterior e o ministro da Economia. Ajudei muito para a assinatura do acordo tecnológico com a China. Apoiei muito a cooperação no campo dos foguetes. A China é muito importante. Nós tínhamos que fazer uma opção entre a China e a Índia; que não são compatíveis. E a opção foi pela China. Nossas opções preferenciais na Ásia são o Japão e a China.

**Correio** - Nessa questão do comércio, o grande mercado permanece sendo os Estados Unidos, não é?

**FHC** - Existem muitas alternativas hoje em dia. Na América Latina não existe só o Mercosul. Como chanceler, propus a "Iniciativa Amazônica" para estimular os

acordos bilaterais entre o Brasil e os outros países da América Latina. Somos também parceiros importantes dos outros países da região que não fazem parte do Mercosul. E deveremos ser mais ainda. Mas não podemos esquecer que o grande mercado consumidor de máquinas e equipamentos brasileiros é o Estados Unidos. Temos que levar a sério que o Brasil, sem ufa-

nismo, é uma das dez maiores economias do mundo. Não podemos ficar repetindo o câmbio de 1960 de que somos um país subdesenvolvido. O Brasil é um país desigual, injusto, mas nem tanto subdesenvolvido.

**Correio** - Como o sr. agiria com relação à África?

**FHC** - Minha visão sobre a África é a seguinte: Sempre quis uma parceria com a África do Sul, antes mesmo de ter havido o que houve. Aliás, quando ministro do Exterior, eu tinha marcado uma visita ao Botha. O Itamarati no começo ficou um pouco hesitante... Pois bem, considero um bom relacionamento com a África do Sul fundamental, se quisermos ter alguma presença estável na região. Até porque ela vai influenciar Angola. Hoje já posso contar um episódio. Eu sempre achei importante o relacionamento do Brasil com Angola. E, certa vez, quando fui aos Estados Unidos como chanceler, o Boutros Ghali, com quem eu tenho um certo relacionamento, me ligou. Ele queria que nós flexibilizássemos nossa posição sobre o Haiti. Eu disse: "Olha, vamos examinar com atenção o assunto, mas enquanto o sr. está preocupado com a migração de haitianos para os Estados Unidos, eu estou preocupado com a migração de angolanos para o Brasil". Também o Warren Christopher me falou do

tema. Eu lhe disse que íamos analisar o assunto e aproveitei para interceder por Angola. "Vocês foram lá, observaram as eleições e constataram a vitória do MPLA", disse a Christopher. E sustentei que os EUA deveriam reconhecer logo o novo governo. Voltei ao Brasil e fui nomeado Ministro da Fazenda. No dia seguinte, Warren Christopher me telefonou para me felicitar e informar que os EUA iriam reconhecer finalmente o governo de Angola. Os angolanos sabem como eu os ajudei. Acho que nós temos de nos desinibir no plano internacional.

**Correio** - A reforma agrária será uma prioridade no seu governo?

**FHC** - Reforma agrária no Brasil é uma questão social. O Brasil não tem falta de alimentos, tem uma enorme capacidade de produzi-los e uma agricultura que responde bem ao desafio. Não é por esses motivos, portanto, que temos que fazer a reforma agrária. Temos que fazer reforma agrária porque tem gente sem terra. Os governos passados conseguiram assentar, no máximo, 30 mil famílias por ano. Quando estava no Ministério da Fazenda destinei no Orçamento o dinheiro necessário, trezentos milhões de reais, para o assentamento no ano que vem de 50 mil famílias. Isso significa que no Orçamento atual existem recursos para assentarmos mais 50 mil. O problema não é só técnico e administrativo, mas de falta de competência política para acertar.

**Correio** - E no campo da comunicação? Há hoje cada vez mais presente na sociedade a idéia de que o controle e o acesso aos meios de comunicação, especialmente aos canais de televisão, devem ser democratizados. O sr. concorda?

**FHC** - Temos que implementar o que manda a Constituição. Infelizmente, também nisso o Congresso não está cumprindo a sua parte. O Congresso tem a faca e o queijo na mão. Todas as concessões têm que ser revista pelo Congresso. Devem ser estabelecidos critérios para as concessões. Sempre fui e continuo sendo favorável a isso. Como constituinte, defendi o Conselho Nacional de Comunicação formado por representantes da sociedade civil. Comunicação não deve ser uma atribuição só do Estado, porque gera esse protecionismo, essas concessões unilaterais.

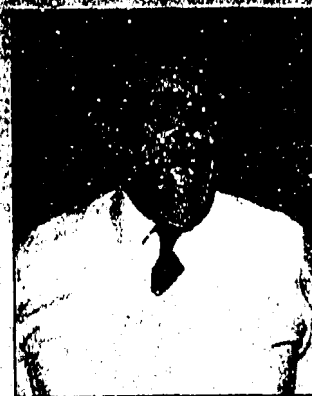
**Correio** - E como o sr. avalia a ação do ministro Ricupero?

**FHC** - Extraordinária. O ministro Ricupero tem desempenhado um papel equilibrador, tem transmitido ao povo confiança no real. Eu já queria Ricupero no Ministério da Fazenda desde o início do governo. Me lembro que o Itamar me ligou, me autorizando a convidar o Ricupero para ser o ministro da Fazenda. E ele, naquela oportunidade, só não foi ministro porque não quis. Isso mostra a apreciação que eu sempre tive do Ricupero. Só que eu não conhecia as suas qualidades de comunicador. E eu acho que um bom ministro da Fazenda, no caso do Brasil, tem que ser uma pessoa capaz de transmitir ao povo o que está acontecendo. E isso ele está fazendo de maneira admirável.

**Correio** - Então o sr. o manteria como ministro da Fazenda?

**FHC** - Se ele o desejar, sim. Só que como o conheço sei que o ministério da Fazenda é castigo para ele. Mas se ele quiser continuar no Ministério, por mim está feito.

*“O PT está amarrado ao novo clientelismo, à nova fisiologia, ao corporativismo. Eles são incapazes de promover a reforma. Estão ancorados em uma visão equivocada do Brasil. Já o PFL percebeu isso”*



*“O PFL não apresentou uma candidatura porque percebeu que a expressão da mudança não poderia ser simbolizada por eles, mas por nós. Já o PT representa a vanguarda do atraso”*

# “O Brasil deu um passo à esquerda”

Armando Rollemberg e José Negreiros

Animado pelos resultados das últimas pesquisas, que mostram sua campanha em ascensão e a de seu principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, em queda, o candidato da coligação PSDB-PFL-PTB, Fernando Henrique Cardoso, resolveu contra-atacar.

Segundo ele, quem tem um projeto para mudar o Brasil é ele, e não o PT, que o acusa de continuísmo, em virtude da escolha do senador Marco Maciel para vice de sua chapa:

“Lembro Getúlio. Logo que foi eleito ele compôs com a UDN. E o pessoal, à época dizia: “Mas meu Deus do céu, como o Getúlio vai mudar com a UDN?”. E ele respondia: “Presidente progressista, governo conservador”.

Fernando Henrique diz que só concordou em disputar o cargo após uma análise profunda do quadro sucessório. Chegou à conclusão de que o Brasil mudou muito politicamente, desde a última eleição presidencial.

“O Brasil deu um passo à esquerda. As duas candidaturas são comandadas por mim e por Lula. Isso é a prova maior de que o Brasil mudou”.

Para FHC, o seu passado é a garantia de que a pecha de “conservador” que os adversários tentam lhe atribuir, não funcionará.

Após uma longa análise dos problemas que terá pela frente até o dia do pleito, o candidato tucano fala de seus planos de governo e comenta como está sua situação eleitoral em vários estados.

“Não tenho compromisso com nenhum partido, nem com o meu, de fazer nomeações. Estão me elegendo para cumprir um programa” promete Fernando Henrique, ao rejeitar a hipótese de tornar-se prisioneiro das forças conservadoras que o apóiam.

Ele diz que não se sente constrangido em participar da mesma campanha na companhia do ex-governador Antônio Carlos Magalhães porque o comando do palanque será dele.

06

9500041.



**Correio Braziliense** - A escolha do senador Marco Maciel para vice de sua chapa significa que o senhor representa o continuísmo e que o governador Antônio Carlos Magalhães é que vai mandar e o senhor ganhar, conforme o PT está dizendo?

**Fernando Henrique Cardoso** - Olha, enquanto o PT não entender o Brasil vai perder sempre. O resto do Brasil percebeu que as coisas já mudaram. Não adianta ficar remoendo coisas do passado. Eu nunca entrei no passado do Lula. E podia. Se quisesse, teria elementos para entrar nisso. Mas não quero. Quanto ao meu passado, com relação à democracia sou insuspeito. Fui preso, exilado, perdi a cátedra. Lutei sempre. Não vou ficar repetindo isso, mas o Marco Maciel foi o homem que permitiu que houvesse a Aliança Democrática para acabar com o regime militar. Ele era o vice que o Tancredo queria. Só não foi por falta de condições técnicas. Essa "alegria" petista é alegria de pobre.

**Correio** - O Vicentinho disse que o senhor foi obrigado a engolir o Maciel...

**FHC** - O vice vai reforçar a nossa posição no Nordeste. Quando a gente muda de rumo, tem que mostrar que mudou. E o povo percebeu isso. O Brasil mudou e o PT perdeu o rumo. Virou a vanguarda do atraso. Não percebeu que o mundo mudou. Se eles tivessem lido Marx, como eu li, teriam entendido melhor as mudanças do mundo. Teriam percebido que o modo de produzir mudou. Que o sistema econômico é outro. Que as forças são outras. E que o progresso é uma coisa diferente do que eles estão pensando que é.

**Correio** - Mas como um homem como o senhor, que é um reformista, vai reformar o país tendo como aliados, políticos que, em geral, têm impedido as reformas?

**FHC** - E como foi que nós fizemos no governo Itamar? Essas mesmas pessoas hoje criticadas por estarem no meu palanque estavam no governo. A maior parte do governo Itamar era do PFL. E o que nós fizemos? Mudamos. Muda quem tem um projeto adequado ao momento, um projeto que expresse as forças do progresso. Quem não expressa isso, não consegue. Lembro Getúlio. Logo que foi eleito ele compôs com a UDN. E o pessoal, à época, dizia: "Mas meu Deus do céu, como o Getúlio vai mudar com a UDN?" E ele respondia: "Presidente progressista, governo conservador".

**Correio** - Então o sr. admite que fará um governo conservador?

**FHC** - Não. Estou me referindo ao "bê-a-bá" da política: para mudar

você tem que ter maioria. Se não tiver maioria, não consegue mudar, porque ocorre um impasse no Congresso. A grande mudança é que o candidato sou eu, do PSDB, que se aliou ao grande partido, em número, que é o PFL. E isso é a prova de que o país mudou. O PFL não apresentou uma candidatura porque percebeu que a expressão da mudança não poderia ser simbolizada por eles, mas por nós.

**Correio** - Mas o sr. não corre o risco de eleger uma bancada conservadora e se tornar prisioneiro dessa bancada?

**FHC** - Não. Porque essa bancada não se elegerá comigo. A bancada conservadora já teria eleição assegurada. Ela tem enraizamento, ela expressa uma parte do Brasil. Na verdade, há duas forças que poderiam sustentar alguma proposta. Uma, se houvesse uma candidatura conservadora com força popular. Não há. Mas mesmo se houvesse, não se elegeria, porque o Brasil atravessa um momento de mudança. A outra força é a representada pelo PT, que tem uma candidatura mas não tem condições de mudar nada porque está ancorado em uma visão equivocada do Brasil. Mais ainda, o PT está amarrado ao novo clientelismo, à nova fisiologia, ao corporativismo.

**Correio** - Como assim?

**FHC** - Qual é a diferença entre o clientelismo e o corporativismo? Clientelismo é você utilizar o Estado para fins privados, fora do Estado. Corporativismo é utilizar o Estado para fins privados, dentro do Estado. Mas são quase a mesma coisa. Se equivalem. São forças de deterioração da capacidade do Estado fazer o que tem que ser feito. E o PT é incapaz de fazer a reforma porque está ancorado nisso. Já o PFL percebeu uma nova realidade.

**Correio** - No plano psicológico, o sr. não se sente incomodado com essa aliança? Afinal, o sr. é um intelectual de esquerda. Estava em Paris em maio de 1968, atirou pedra no velho regime. Não é difícil subir no palanque com Antônio Carlos?

**FHC** - Eu não tenho qualquer constrangimento porque o discurso é o meu. A política é diferente do púlpito ou da cátedra. Na cátedra, você não deve fazer política. Deve fazer análise. Deve convencer pelo argumento e não pela emoção. No púlpito, usa-se o dogma. Você reafirma sempre que existem os bons e os maus. Na política, você tem que transformar quem é mau em bom. O político que imagina "aquele é ruim", e etiqueta, "este é bom", e etiqueta, é um aristotélico. Ele não vê a dinâmica, não entende a dialética. Quem está contra a aliança polí-

tica de agora tem uma visão escolástica, não vê a dinâmica. Não entende que a minha presença nesse palanque muda o palanque. Na prática, é assim que se faz política.

**Correio** - O sr. diz que muda o palanque, porque crê que comanda o palanque?

**FHC** - Eu comando o palanque, não porque tenha pretensão individualista. Mas porque eu represento uma força de mudança no Brasil. Se minha visão não coincidissem com a de outras forças da realidade, isso não aconteceria. Nem o PFL teria vindo me apoiar.

**Correio** - O sr. não teme que, no futuro, esse somatório de forças pressionando o tesouro - governadores de um lado, militares pelo outro, sindicalistas, etc - venha a paralisar completamente a máquina do governo...

**FHC** - Por isso é necessário formar uma maioria ao redor de um programa. Raciocínemos à luz do que aconteceu. Uma minoria se opôs à revisão constitucional, embora todos soubessem que é necessário uma revisão. Os que se opuseram,

sabem que serão incapazes de governar sem que seja feita a reforma da Constituição. E o Congresso ficou paralisado. Isso é um perigo. Para evitar essa situação, quero fazer uma maioria ampla. Mas eu tenho dito em todo lugar, inclusive nos comícios, que não tenho compromisso com nenhum partido, nem com o meu, de fazer nomeações. Eu digo isso o dia inteiro, na frente de todo o mundo. O apoio que vocês estão me dando é ao meu programa. Vocês estão me elegendo para cumprir um programa. Não peçam em troca para eu lotear o poder fisiologicamente.

**Correio** - Mas é razoável imaginar que o sr. vai sofrer uma pressão muito forte por parte de aliados como o Antônio Carlos Magalhães, que representa quem está acostumado a praticar a política do "é dando que se recebe"...

**FHC** - O Antônio Carlos é um político sagaz. Tão sagaz que não está praticando essa tese. Veja o que ele fez na Bahia. Ele escolheu como candidato um técnico, o Paulo Souto. Isso porque o ACM

entendeu o momento do Brasil. Se ele praticasse a tese do "é dando que se recebe" não teria a popularidade que tem.

**Correio** - Mas o sr. não teme a possibilidade de ainda ocorrer alguma mudança no páreo?

**FHC** - A esta altura as alianças políticas já foram feitas. Diante de uma mudança importante, o eleitorado simplesmente migrará. Eu sou sociólogo. Não analiso o pleito como se fosse uma disputa entre pessoas. Eu analiso as forças. E acho, efetivamente, que o Brasil deu um passo à esquerda. As duas candidaturas são comandadas por por mim e por Lula. Isso é a prova maior de que o Brasil mudou. Vão querer me chamar de conservador? Por que? Isso não cola. Isso não pega, porque não sou.

**Correio** - O sr. está seguro de que esta aliança é positiva?

**FHC** - Quando você faz uma aliança, não dá para fazer pela metade. Tinha que ser alguém que representasse o PFL. Política não se pode fazer de forma diferente. Eu tenho força intelectual. Estou habituado aos embates do mundo intelectual. Difícil foi tomar a decisão inicial.

**Correio** - A julgar pelo critério de escolha do Marco Maciel, são os nordestinos que decidem a eleição. São mesmo? Qual a expressão da sua candidatura no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais?

**FHC** - No Rio Grande do Sul existe uma situação especial, porque o Brizola, na eleição passada, teve cinquenta e tantos por cento dos votos. Hoje, onde o Brizola está mais forte é no Rio Grande do Sul. No Rio, eu estou mais forte do que ele. No Sul, você tem uma divisão. O PSDB, assim como o PFL, são fracos. O PMDB é forte, o PT é forte e o Brizola é forte. Então, no Rio Grande do Sul, vamos esperar pelo segundo turno. No Rio, não. No Rio de Janeiro eu tenho condições de enfrentar o Brizola, na base da política do Rio de Janeiro, que não é partidária. Existe uma rejeição ao Brizola, existe um lulismo muito grande, mas também existe o resto. E esse resto vai votar em mim. Na cidade do Rio de Janeiro eu estou na frente, sem ter

nenhuma grande base partidária lá.

**Correio** - Mas o sr. tem pesquisa que indique isso?

**FHC** - Tenho. Eu perco por pouco no interior, mas ganho na cidade do Rio de Janeiro. No Rio, se ganha o eleitor com o verbo.

**Correio** - E em Pernambuco?

**FHC** - Em Pernambuco, eu vou perder. Lá, existe o mito Arraes e tem o fato do Lula ser pernambucano...

**Correio** - Mas por que o sr. está tão convencido de que vai ganhar nesses Estados?

**FHC** - Porque acho que esses Estados representam bem esse Brasil que já mudou. Nesses Estados é a opinião pública quem manda.

**FHC** - E no Nordeste, não é a opinião pública quem manda?

**FHC** - Não nesse sentido de uma opinião desligada das estruturas do poder. Em Minas, eu tenho os dois lados. No Paraná, os lados também vieram para mim. Não havia outro jeito. O lado do Brizola, lá, vai acabar vindo também.

**Correio** - E no Pará?

**FHC** - No Pará, não sei. Temos lá como candidato o Almir Gabriel, que eu apóio. Mas lá é mais difícil.


**Correio** - E no Maranhão? O Sarney vai lhe apoiar?

**FHC** - Vai. Mas mesmo antes disso eu já estava para ganhar. Eu não sei bem como. Mas a minha diferença para o Lula lá no Maranhão era de dez pontos, enquanto no resto do Nordeste era de 25%. Já no Piauí, os dois lados estão comigo. Note bem que os efeitos das alianças que fizemos ainda não se fizeram sentir. Por enquanto, meu crescimento se deve ao real e à nossa proposta. E não às alianças.

**Correio** - Então o sr. se sente o favorito para sair em primeiro lugar no primeiro turno, não é?

**FHC** - Não, ainda não. Seria temerário pensar desse modo. É preciso esperar os efeitos da televisão.

*"É farisaísmo propor o aumento do salário mínimo e se opor à reforma da Previdência. Isso é demagogia. E eu me oponho à demagogia. Isso não quer dizer que não considere vergonhoso o salário mínimo no nível em que ele está"*



9500042  
 150538  
 12/10/94  
 507402  
 11161  
 11300 ✓✓

## IBGE apura menor inflação em oito anos

FSP  
 12/10 Da Sucursal do Rio

A inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ficou em 1,40% em setembro, a menor desde setembro de 1986 (1,19%).

Também o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) teve sua menor variação em oito anos, com 1,55%, contra 1,27% em junho de 86. No mês passado, o INPC variou 1,85% e o IPCA, 1,86%. Os dois índices foram divulgados ontem pelo IBGE.

O INPC e o IPCA medem a inflação de 1 a 30 de cada mês. O primeiro abrange o consumo de quem ganha até oito mínimos e o segundo, renda até 40 mínimos.

O aluguel foi o maior responsá-

vel pela alta dos dois índices — subiu 17,15% no INPC. Os alimentos caíram 0,14% e os artigos de higiene caíram 1,58%. Em outubro, os vilões serão roupas, carne e feijão.

A chefe do Departamento de Índices de Preços do IBGE, Márcia Quintsler, disse ontem que o órgão estuda uma fórmula para evitar os picos inflacionários provocados por altas de preços sazonais.

Ela disse também que é "tecnicamente impossível" mexer no método de cálculo do IPC-r para eliminar efeitos de altas "acidentais" como a do feijão.

O IBGE abriu seu departamento de cálculo de índices, no bairro de Mangueira (RJ), para visita de jornalistas. A "aula" incluiu coleta de preços em supermercado.

01-01

9500042

1/1

M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
801430DIC94

M E M O R A N D U M Nro. 230 / 94

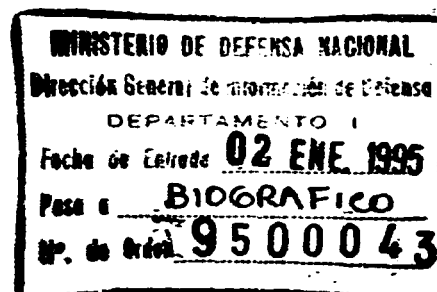
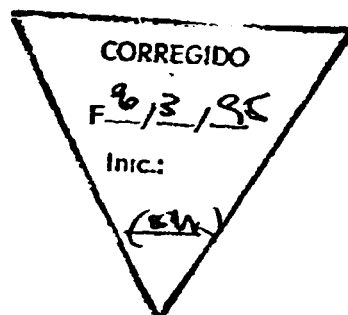
EVALUACION : A-1

REFERENTE A: BIEARBOURE ROSSINI Hugo (Fr.)

TEXTO : C.C. Serie ASA N°13126

DOM.: Avda ITALIA 2721 AP.201

TEL.: 812296.-



DISTRIBUCION : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfica y Antecedentes  
Capitán

Norberto Devincenzi

001/1

FECHA 01, 02, 95	INICIAL (65)
Procesado a Sistema DPX	
OBSERVACIONES	

M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
301435DIC94

M E M O R A N D U M Nro. 231 / 94

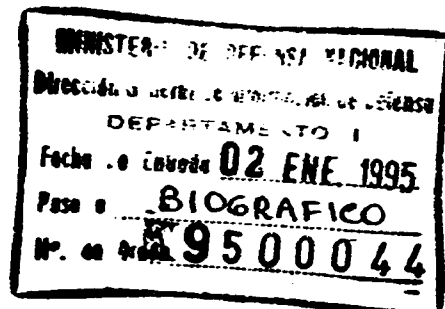
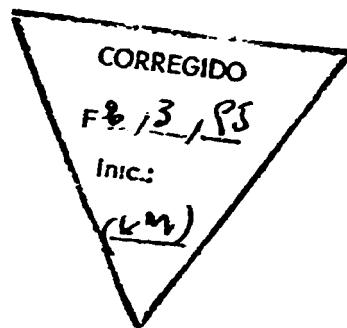
EVALUACION : A-1

REFERENTE A: MARTINEZ CARBAJAL Beatriz Ivonne (Fr.)

TEXTO : C.C.: SERIE AXB N°11062

DOM.: COLONIA 1372 Ap. 904

TEL.: 919118



DISTRIBUCION : BIOGRAFICO.-

El Jefe de la Sección Biográfica y Antecedentes

Capitán

Monforte Devincensi

001/1

01/02/95 (68)

Procesado a solicitud de...

OPORTUNIDADES

P.298.4

Montevideo, enero 2 de 1995

1)-

INFORMACION GREMLIALORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE PERSES(UCM): En conflicto desde la pasada semana debido al despido de un funcionario. Se realizará una Asamblea General mañana a la hora 14:00 en el local de MUCAN.-

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. Se encuentran en Asamblea Permanente y se instrumentan futuros paros sorpresivos.-

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE P.L.U.M.A.: Se encuentran en situación de pre-conflicto debido al proceso de privatización de la empresa y en denuncia de irregularidades cometidas por la empresa CANDYSUR en el servicio en tierra. En los primeros días de enero se realizará una asamblea para decidir la concreción de medidas de lucha, aunque se descartan paros por el momento.-

CONSTANCIA: El arribo de las delegaciones de funcionarios de Brasil y Argentina para tratar el tema "La aeronáutica Comercial en el MERCOSUR" se producirá el próximo 5/I.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY(BANCA OFICIAL): Se encuentran en situación de pre-conflicto motivado por el pasaje del Control del Comercio Exterior de manos del BROU a la Dirección Nacional de Aduanas a partir del 1/I/. Se prevén movilizaciones en el correr de la semana entrante.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	21/1/95
Pasa a	CDL
Nº de Identificación	9500045

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	04 ENE. 1995
Pasa a	ARCHIVO
Nº de Orden	9500045

DST. - Greiner

P.297.4

Montevideo, diciembre 30 de 1994

1)-

INFORMACION GREMIALORGANIZACIONES DE LA SAUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DEL C.A.S.M.U.: Al la hora 00:00 del día de la fecha se levantó el conflicto sostenido desde el 3/XII/ contra la privatización de los servicios de limpieza. Dicha medida fue tomada en una Asamblea en la que además se aprobaron otras dos resoluciones: la creación de una Comisión de funcionarios para controlar el convenio con la empresa Brill Ltda y proceder al pago de aguinaldos y haberes pendientes en un plazo no mayor de 72 horas.

O

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En la víspera se realizó un paro parcial entre las 10:00 y las 12:00 con concentración frente al CASMU N° 1.  
CONSTANCIA: La movilización anteriormente mencionada dio comienzo a la hora 10:45 aprox. y concurrieron unas 250 personas portando banderas gremiales, pancartas y elementos pirotécnicos. A la hora 11:32 hicieron uso de la palabra dirigentes de la Central y de la FUS, culminando el acto a las 11:50 horas, dispersándose los concurrentes en forma pacífica.--

2)-

INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/ contra la privatización de la empresa. El gremio se declaró en asamblea permanente e instrumenta futuros paros sorpresivos.--

UNION DE TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS: Continúan en conflicto por mejoras presupuestales. Realizan paros de una hora por turno.--

SINDICATO UNICO DE LA ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS: Continúa el conflicto contra las suspensiones de trabajadores. El gremio se encuentra instrumentando futuros paros sorpresa.

ASOCIACION DE EMPLEADOS PROFESIONALES DE CASINOS: Continúan trabajando a reglamento en reclamo de que se cubran 118 vacantes.--

DIS - Secoecia

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	21/1/95
Pasa a	SID I
Nº de Identificación	9500046

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	04 ENE 1995
Pasa a	ARCHIVO
Nº. de Orden	9500046

001/1



1/17

**COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION DE INTELIGENCIA NAVAL**

**RESUMEN SEMANAL**

**Nro. 49/94**

**RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA**

PERIODO DEL 20 DE DICIEMBRE AL 27 DE DICIEMBRE DE 1994.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	21/1/95
Pasa a	SID Int.
Nº de Identificación	9500047

*Det. Buog.*

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	04 ENE. 1995
Pasa a	BIOGRAFICO
Nº. de Orden	9500047

001/17

9500047

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL  
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 49/94

270800P DIC94

SITUACION

INTERIOR

1.- COMPONENTE POLITICO

a.- Izquierda radical y organización política.-

Análisis sobre la izquierda radical (MPP y PCU) y resultados de la votación del 27 de noviembre.-  
(Ver Anexo "ALFA").-

b.- SANGUINETTI decidido a mejorar la seguridad pública.-

Julio Ma. SANGUINETTI decidido a encarar acciones para mejorar situación de la seguridad pública ante los nuevos fenómenos de violencia. (Ver Anexo "BRAVO").-

2.- COMPONENTE SOCIAL

a.- Cuestionamientos a la reunión del Foro de San Pablo.-

Las controversias políticas surgidas por el anuncio de que Montevideo será escenario de la Sta. reunión del Foro de San Pablo en mayo próximo, parecen demostrar que el encuentro replantea antiguos debates que tradicionalmente enfrentaron a la izquierda y a la derecha.

Según declaraciones de una fuente del Foro Batllista "no es una presencia que nos agrada", pero reconoció que "no está" en el pensamiento de las autoridades que asumirán el 12 de marzo impedirle.

Miembros del Frente Amplio se conectaron con legisladores del sector colorado a efectos de explicarles los alcances del encuentro y asegurales que no habría de realizarse simultáneamente con la asunción del nuevo gobierno.- (BUSQUEDA - 22/XII/94).-

3.- COMPONENTE MILITAR

a.- Día de la Policía.-

El día 20 de diciembre se conmemoró el 165º aniversario de la Policía Nacional, el acto central se desarrolló a las 10.30 horas, en la Plaza de la Policía, ubicada en Avda. Agraciada y Lucas Obes.

Participó el Presidente de la República, Dr. Luis Alberto LACALLE, y el Ministro del Interior, Dr. Angel Ma. GIANOLA, además de Legisladores, representantes del Poder Judicial y altas autoridades del Instituto Policial. (EL PAIS - 21/XII/94).-

b.- Aprobación autorización para que el buque ROU. Vanguardia realice campaña Antártica 94/98.-

En la Cámara de Representantes, se aprobó la autorización para que el buque R.O.U. "Vanguardia" de la Armada Nacional zarpe a fin de realizar la campaña Antártica 94/98 y la autorización al Poder Ejecutivo para destinar dos millones de dólares para financiar la adquisición de equipamiento militar para las Fuerzas Armadas. (LA REPUBLICA - 21/XII/94).-

c.- Aniversario del Ministerio de Defensa Nacional.-

El Presidente Luis Alberto LACALLE participó el día 22/XII/94 de un nuevo aniversario del Ministerio de Defensa Nacional donde fue recibido por el Ministro y saludado por los oficiales superiores de esa cartera de Estado.

Por su parte el titular de defensa, Daniel Hugo MARTINEZ, entregó medallas a los funcionarios que pasaron a situación de retiro durante el año en curso. (EL OBSERVADOR - 22/XII/94).-

d.- VAZQUEZ quiere negociar con SANGUINETTI la nominación de los mandos de las FF.AA..-

Tabaré VASQUEZ sugirió incluir en el temario "la reestructura" de las Fuerzas Armadas y también "la designación de los nuevos mandos" que deberá realizar el Presidente electo, Julio María SANGUINETTI.

Añadió que "la opinión del (Encuentro Progresista)" debería "ser tenida en cuenta", pese a que blancos y colorados cuentan en el senado con los 2/3 de votos necesarios para aprobar las venias. (EL OBSERVADOR - 22/XII/94).-

e.- Ejército.-

El Comandante en Jefe del Ejército, Teniente General Daniel GARCIA, continuará en ese cargo hasta febrero del 1996, fecha en que pasará obligatoriamente a retiro y será subrogado por el actual General Raúl MERMOT.

SANGUINETTI y LACALLE negociarán antes del 14 de marzo el ascenso de varios oficiales de las Fuerzas Armadas.

La situación del General Oscar AGUERRONDO, involucrado en el caso de espionaje entre altos oficiales del Ejército que derivó a la remoción por parte de LACALLE del anterior comandante en jefe de la fuerza, Teniente General (R) Juan REBOLLO, también deberá ser resuelta en el marco de las negociaciones entre la presente y la futura administración de gobierno. Tras ser sancionado por su intervención en el caso.

AGUERRONDO pasó a prestar funciones como agregado militar en los Estados Unidos, pero es intención de SANGUINETTI que retorne al país pese a que cuente con la "confianza personal" del actual Presidente. (EL OBSERVADOR - 22/XII/94).-

f.- Bomberos tendrá a su cargo terminal Aérea.-

Los Ministros de Interior, Dr. Angel María GIANOLA y de Defensa Nacional, Dr. Daniel Hugo MARTINEZ, firmaron el 22 de diciembre un convenio entre ambas Secretarías de Estado para que la Dirección Nacional de Bomberos, en coordinación con la Dirección Gral. de Infraestructura Aeronáutica, tome a su cargo la prevención y combate de los siniestros que se registren en el Aeropuerto Nacional de Carrasco. Tendrá a su cargo la prevención y combate de toda siniestralidad que se registre en dicho aeropuerto, disponiendo para ello de un número importante de funcionarios especialmente capacitados y entrenados, fundamentalmente en materia de accidentes aéreos. (EL PAIS - 23/XII/94).-

g.- Suscribirán convenio entre el BHU y la Armada.-

El 29/XII/94 en la sala de sesiones del Directorio del Banco Hipotecario del Uruguay se procederá a la firma de un convenio de ahorro y préstamo entre la institución que preside el escribano Pedro W. CERSONIMO y el Comando General de la Armada representado por el Comandante en Jefe, Vicealmirante James COATES.

Mediante este convenio el BHU considerará como ahorristas, a los afectados del otorgamiento de las líneas de crédito vigentes o para la adjudicación de viviendas, a los integrantes de la Armada Nacional que ésta determine y de acuerdo con las normas generales que rigen para este tipo de operaciones. (ESTEDIARIO - 27/XII/94).-

3.- COMPONENTE MARITIMO

a.- Autorizan retiro de buques.-

Varias naves pesqueras fondeadas en nuestro puerto que por su estado de abandono constituyen un real peligro para la navegación, por dicho motivo el Poder Ejecutivo tomó la decisión de retirar las naves "Kira" y "Ligatna" de bandera Letonia, varado el primero en el antepuerto y el segundo con alto riesgo de hundimiento.

Con un decreto firmado por el Presidente de la República, el Poder Ejecutivo, comete al Comando General de la Armada, con el apoyo de la Administración Nacional de Puertos, la realización de las tareas tendientes a la extracción de dichos buques. (EL PAIS - 22/XII/94).-

b.- Nuevo barco superveloz para Buquebús.-

A fines de enero de 1995 estará surcando las aguas del Río de la Plata un nuevo barco denominado K-55 tipo

catamarán, desarrollando 55 nudos marinos, llevará la marca Aliscafos y será operado por Buquebús cubriendo la distancia entre Montevideo y Buenos Aires en una hora cuarenta y cinco minutos.

Antes del período estival 1995/96 el K-55 tendrá un compañero, el K-6, que alcanzará los 60 nudos marinos.-  
(Ver Anexo "FOXTROT").-

c.- Distinciones a defensores del Medio Ambiente.-

El licenciado en Historia Universal y Ecología, profesor Lucio MENDEZ MIGUEZ, integrante de la Universidad Libre Meso Ecologista del Uruguay (ULME) fundada en el año 1992 en el Museo Pedagógico de Montevideo donde funciona actualmente, destacó la potencialidad de los recursos marinos de Rocha, MENDEZ se refirió a la necesidad de la creación de la Universidad del Mar, en dicho departamento, con el objeto de explotar las riquezas que hay en el mar territorial rochense y de crear una fuente de trabajo y la posibilidad de la investigación científica para nuestros jóvenes.  
(ESTEDIARIO - 27/XII/94).-

d.- Canal Martín GARCIA

La licitación para adjudicar el dragado a 32 pies, balizamiento, señalización y mantenimiento de los canales Martín GARCIA "continúa el proceso normal" informó el Presidente de la Comisión Administradora del Río de la Plata (CARP), Juan Carlos PAYSE, luego que la titular del juzgado Contencioso Administrativo No.11 de Argentina, María José SARMIENTO, notificó al organismo binacional su decisión de retirar la suspensión adoptada por una medida de "no innovar". Las obras serán adjudicadas al consorcio belga Dredging, y se estima que a mediados del año que viene comenzarán a ser ejecutadas.- (BUSQUEDA - 22/XII/94).-

e.- Nueva directiva del Centro de Navegación

Carlos WEGIER preside la Comisión Directa del Centro de Navegación desde el lunes 19 de diciembre.

WEGIER es el titular de la única lista que se presentó a las elecciones de la agrupación de agencias marítimas, operadoras portuarias y playas de contenedores.

Por su parte, Hector BIANCO es el secretario, Mario BAUBETS es el tesorero y los vocales son Santiago DOWLING y Alex FELDMAN. (BUSQUEDA - 22/XII/94).-

005

9500047

## EXTERIOR

### 1.- ARGENTINA.-

#### a.- Pampa 2000.-

El avión Pampa fue excluido de la licitación internacional en los EE.UU. porque sus "cualidades de alta performance no son las adecuadas para un entrenamiento primario", de acuerdo con una comunicación oficial del Subsecretario norteamericano de Defensa, John DEUTCH.

DEUTCH señala que la Fuerza Aérea de los EE.UU. considera que "el Pampa 2000 tiene a su entender características que son compatibles con aeronaves diseñadas para pilotos más experimentados."

El Subsecretario de Defensa de los EEUU dijo finalmente que "estaría dispuesto a enviar representantes a mantener reuniones con sus colaboradores a fin de conversar sobre los puntos específicos a los que se refiere la evaluación de la Fuerza Aérea. Confío en que esta información le resulte de utilidad en sus futuros esfuerzos para encontrar compradores para el Pampa 2000."

El Ministro de Defensa argentino reconoció que las posibilidades de un cambio de decisión respecto del Pampa "son mínimas y hay que aceptarlo" pero reflexionó que "no por ello habría que renunciar definitivamente a algún beneficio que podamos lograr." (CLARÍN 20/XII/94).-

#### b.- Nuevos Oficiales.-

MENEM presidió el 20/XII el acto de egreso de los nuevos Subtenientes, Guardiamarinas y Alféreces de las Fuerzas Armadas, en el Patio de Honor del Colegio Militar. Junto al Presidente participaron el Ministro de Defensa, Oscar CAMILION, el Jefe del Estado Mayor Conjunto, Tte. Gral. Mario Cándido DÍAZ, y los tres titulares de las FF.AA. MENEM también presidió, la entrega de insignias a los Coroneles recién ascendidos a Generales.- (CLARÍN 21/XII/94).-

#### c.- La diplomacia y sus medios para recuperar Malvinas.-

Ya hoy en Buenos Aires, el ex Embajador Argentino ante el Reino Unido señala que hubo concesiones a los isleños en temas como pesca, comunicaciones e hidrocarburos, que no lograron modificar el desapego de los isleños" por Argentina. (Ver Anexo "CHARLIE")



Londres reiteró su soberanía sobre las Islas Malvinas y la decisión de avanzar sin consultar en la explotación petrolera alrededor de ellas.

"Gran Bretaña seguirá respaldando los derechos de los isleños a ser Gobernados bajo la bandera de su elección", aseguró el primer Ministro Inglés. MAJOR explicitó: "Entre nosotros tenemos que buscar la forma de desarrollar estas exploraciones petroleras sin crear dificultades insolubles con Argentina".

Argentina cuestionó la posibilidad que Londres y el Gobierno de las Malvinas concedan sin consulta con Buenos Aires licencias de exploración del petróleo submarino alrededor de las islas.

El Gobierno argentino amenazó con impugnar ante tribunales internacionales esas eventuales licencias inconsultas, y pretende formalizar un acuerdo con Londres, en la ronda de conversaciones bilaterales de alto nivel de marzo próximo, para establecer una política conjunta de exploración y explotación de las posibles cuencas petrolíferas de la región.

La versión sobre una solicitud ya concretada (la posibilidad de que el Gobierno Argentino solicite la mediación de los EE.UU. exclusivamente para el aspecto de controversia con Gran Bretaña sobre la explotación de recursos petroleros y pesqueros) fue desmentida por el Presidente Carlos MENEM, por el Canciller Guido DI TELLA y por el Embajador argentino en Washington Raúl GRANILLO OCAMPO. Pero los tres asumieron la posibilidad de que el pedido se haga en algún momento.

CLINTON sostuvo que, en la medida en que nunca había recibido el pedido, prefería "no hacer conjeturas sobre una mera hipótesis", un comentario que el Gobierno argentino recibió con satisfacción, porque deja las puertas abiertas para que la solicitud se formalice. (CLARÍN 26/XII/94).-

d.- Aprueban formar "Casco Blanco".-

La Asamblea General de las Naciones Unidas (ONU) aprobó el 20/XII por consenso la propuesta de MENEM para crear los llamados "casco blanco", un cuerpo internacional de voluntarios para prestar ayuda en situaciones de emergencia causadas por desastres naturales o conflictos armados.

La estructuración de este cuerpo de voluntarios que contará con la coordinación del Departamento de Asuntos Humanitarios de la ONU, tomará por lo menos un año según señaló el Embajador Argentino en ese Organismo, Emilio CARDENAS.

La resolución aprobada por la ONU invita a los países miembros a que contribuyan con fuerzas de voluntarios para asistir en la rehabilitación y desarrollo de los países afectados por un conflicto. Como primer paso, la ONU deberá trabajar en la elaboración de una base de datos en la que se

incluyan las propuestas de contribución de fuerzas de este tipo. La resolución solicita también la creación de un fondo especial para recolectar la asistencia financiera necesaria para poner a funcionar el proyecto, que podrá contar con la participación de gobiernos y aportes de privados, lo que constituye una iniciativa innovadora de la ONU:

- Los cascos blancos están proyectados como un cuerpo de voluntarios de veinte mil efectivos que dependerán del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.
- Actuarán en aquellas regiones del mundo que padezcan graves deficiencias alimentarias y sanitarias.
- También se prevé que participen en casos de desastres naturales o en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo.
- Cada gobierno deberá reclutar y entrenar a los efectivos de estos cuerpos de ayuda, que se integrarán fundamentalmente con civiles.
- Se financiará con aportes solidarios de países, particulares y entidades no gubernamentales.

En cuatro localidades de Salta se llevará adelante una prueba piloto durante todo el verano. (CLARÍN 21/XII/94).-

e.- Miami avanzó hacia la integración definitiva.-

Los lazos entre América Latina y los EE.UU. no son los mismos que cuando ocurrió en Punta del Este en 1967, la reunión de presidentes que sirvió como antecedente a la Cumbre que sesionó en Miami del 09 al 11 de este mes. El Embajador argentino ante los Estados Unidos revisa cómo esa relación se modificó hasta estar en uno de los mejores momentos de su historia, porque la deuda externa de América Latina disminuyó drásticamente, los flujos de capital se han tornado positivos hacia la región y el comercio se duplicó. Esto, sumado a que los EE.UU. se comprometieron en Miami a avanzar decididamente hacia la integración económica, asegura para el área un importante crecimiento para la próxima década. (Ver Anexo "DELTA").-

f.- Intentó desviar un avión.-

Una voz masculina interfirió las comunicaciones entre la torre de control del Aeroparque Jorge Newbery y los Comandantes de los aviones que intentaban aterrizar en Buenos Aires durante la tarde del 22/XII.

Durante 6 horas trataron de rastrear al hombre que interfirió las comunicaciones con los aviones y hasta buscó desviar uno al Aeropuerto de San Fernando. Las interferencias no son nuevas: sí, en cambio, el conocimiento técnico del intruso.

La Ley de telecomunicaciones y la Resolución 3102 de la Comisión Nacional de Telecomunicaciones (CNT) prohíben la interferencia en las frecuencias por parte de los operadores. "Pese a eso, colarse en las comunicaciones es común. La finalidad es divertirse, y el Estado no ejerce el control que establece la Ley" afirmó el Ingeniero Pablo BEDANO, Jefe del Área de Radioaficionados de la CNT.

Explicó que existe una "venta descontrolada" de equipos, incluso de los llamados de banda liberada, con los que se puede interferir cualquier red (Policía, Bomberos, SAME, Fuerza Aérea y otras). Agregó que si no son de banda liberada, igualmente son fáciles de liberar, con sólo desarmar el aparato siguiendo las instrucciones de un manual.

La falta de controles y la facilidad para adquirir sofisticados equipos importados hacen que la posibilidad de interferir esté al alcance de muchos. Un Oficial de la Fuerza Aérea empleado de la Jefatura en el Aeroparque confirmó los inconvenientes del 22/XII: "Generalmente se producen ruidos molestos en las comunicaciones entre las Aeronaves y la Torre de Control. Pero el 22 eran dos o tres voces que otorgaban autorizaciones para despegue y aterrizaje. No sirvió de nada que cambiásemos de frecuencia, porque las intromisiones se producían en todas las que tenemos otorgadas. (CLARÍN 24/XII/94).-

## 2.- BRASIL.-

### a.- Brasil en la mira del gas fueguino.-

La empresa petrolera francesa "Total" proyecta construir un gasoducto, paralelo al Gral. San Martín, para llevar al consumo las reservas de hidrocarburos que poseen el "Yacimiento Karina" en la jurisdicción marítima fueguina, es decir bajo el agua del Océano Atlántico.

Para el director de explotación y producción de la petrolera francesa, la posibilidades dependen del desarrollo del mercado en las grandes ciudades argentinas y de su colocación en el mercado brasileño dentro del marco del Mercosur. El gasoducto San Martín parte de San Sebastián llega por agua al continente, y sigue hacia Buenos Aires.

El abastecimiento del fluido dependerá casi exclusivamente de la construcción de este nuevo gasoducto ya que se descartó la comercialización mediante transporte marítimo por los costos de los fletes y porque es necesario contar con barcos especiales para el transporte de gas a bajas temperaturas.

El 25% de las reservas nacionales de gas está ubicado en Tierra de Fuego. Las reservas estimadas rondan los 150.000 millones de metros cúbicos. (CLARIN 26/XII/94).-

### 3.- INTERNACIONALES.-

#### a.- Nueva estructura institucional del Mercosur

El Protocolo de Ouro Preto aprobado en la Cumbre del Mercosur confiere personería jurídica internacional al bloque comercial y regirá los destinos del proceso de integración regional. (Ver Anexo "ECHO")

#### b.- Versiones sobre Golpe Militar.-

El Presidente del Paraguay, Juan Carlos WASMOSY, desmintió los rumores de golpe de Estado contra su gobierno, que cobraron fuerza el 18/XII debido a un supuesto enfrentamiento con el influyente y temido Jefe del Ejército, el Gral. Lino César OVIEDO.

Lo que algunos analistas militares denominaron "primera minicrisis" del Jefe de Gobierno civil en el Alto Comando del Ejército, comenzó el 15/XII cuando WASMOSY ordenó efectivamente el relevo de AYALA y lo envió a una distante unidad en el noroeste del país. Pero al día siguiente el Jefe del Estado anuló la orden y repuso en su cargo al Jefe de la División de Infantería.

El Gral. AYALA, un general alineado en el grupo de militares institucionalistas, habría sido difamado y acusado de "desleal" con sus Comandantes, por iniciativa del Gral. OVIEDO.

Algunas versiones señalaron que WASMOSY, quien se reunió durante tres horas con OVIEDO en la Residencia Presidencial, amenazó al Jefe del Ejército con pasarlo a retiro si desobedecía sus órdenes. Para reforzar el punto, el Mandatario le dijo que contaba con el respaldo de la Infantería, la Armada, la Artillería y la Fuerza Aérea, un argumento contundente para aplacar cualquier rebeldía de la Caballería Motorizada, el cuerpo principal de las huestes de OVIEDO.

La última crisis militar dirimida el 19/XII con una aparente victoria de WASMOSY muestra que el Presidente está dispuesto a enfrentarse con el poderoso OVIEDO. Pero esta inesperada disposición de WASMOSY a desafiar a OVIEDO sugiere que el Presidente puede temer que el Jefe militar esté dispuesto a llegar a cualquier punto, quizá hasta intentar un golpe para asegurarse la sucesión. (CLARIN 20/XII/94).-

El Parlamento paraguayo advirtió el 20/XII que ningún militar puede romper el flamante proceso democrático que experimenta el país, en una

declaración de respaldo al Presidente Juan Carlos WASMOSY tras la minicrisis castrense que enfrentó el pasado fin de semana. (CLARÍN 21/XII/94).-

c.- WASMOSY instó a las FF.AA. a luchar contra el narcotráfico.-

El Ministro del Interior del Paraguay, Carlos PODESTA, admitió que reforzó la seguridad en torno al Palacio de Gobierno a raíz de amenazas de muerte contra el Presidente Juan Carlos WASMOSY. El Jefe de Estado exhortó a las fuerzas armadas de su país a colaborar en la lucha contra "las mafias internacionales del narcotráfico, contrabando de armas y terroristas". (CLARÍN 26/XII/94).-

d.- España pide justicia a Chile.-

España dijo el 21/XII que espera que la Corte Suprema de Chile haga "plena justicia" en el caso SORIA. Carmelo SORIA, un español que trabajaba para la ONU para la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), fue secuestrado y asesinado en Santiago en 1976 y los principales sospechosos del crimen son Oficiales que pertenecieron a los Servicios de Inteligencia del gobierno militar encabezado por el Gral. Augusto PINOCHET. SORIA fue detenido en Santiago por una brigada de la DINA, los Servicios de Inteligencia del gobierno militar, el 14 de julio de 1976. Dos días después, su cadáver fue encontrado junto a su automóvil en un canal al oriente de la capital chilena. (CLARÍN 22/XII/94).-

Capitán de Fragata (CG).....  
Francisco VALINAS  
JEFE DE LA DIVISIÓN  
INTELIGENCIA NAVAL

011

19500047

**P**odría haber poderosamente la atención la valoración que los analistas «moderados» hicieron de la votación que obtuvo la izquierda radical —unánimemente la consideramos muy buena: tanto la del MPP como la del PCU—, si no fuera porque, en realidad, lo que pasó fue que contrastó fuertemente la realidad con sus expectativas previas. No esperaban más que unos pocos votos para el PCU y el MPP, a los que consideraban poco más o poco menos que grupúsculos aislados de la parte.

Su valoración estaba fuertemente relacionada con la expresión y la presencia en la prensa, más que en el análisis de la vida política entre la gente.

Y la izquierda radical aparece solamente en la medida en función de la expresión de los problemas internos de la izquierda, de los que la hacían responsable, así como accidentalmente responsabilizarlo el MPP de los hechos que tenían el más mínimo grado de violencia. Los llamados radicales fueron continuamente ignorados como generadores de este tipo de hechos políticos. Sarthou fue un navegante solitario que en las tormentas parlamentarias estuvo varado y en lucha al filo de la supervivencia, y obtuvo una reconocida de fuerza

Batle, que de tantos sesudos ensañados que ignoraron olímpicamente el hecho de que fue el único parlamentario que estuvo en consonancia con el 70 por ciento de la población que votó No a dicho proyecto de ley.

El MPP, cuando es disuelto el Mercosur en el FA y en el Parlamento Nacional, plantea la modificación del Tratado de Asunción, incorporando cláusulas de salvaguarda y el establecimiento de país de menor desarrollo relativo a Uruguay y Paraguay, entre otras modificaciones. Fueron tan ignoradas como destacado Sanguinetti, cuando después de reflexio, planteó públicamente como algunas modificaciones.

Hubo un alternático asentimiento de las posiciones de la izquierda radical, alternado de vez en cuando con la presentación pública de su caricatura. Luego los mismos caricaturizadores se sorprendieron cuando la caricatura se puso de pie ante la vida y obtuvo una votación mucho mayor que la que esperaba.

Hay que destacar, sin embargo, que esa votación menor que la realmente posible para los sectores tales. La votación radical tenía un techo. Este surge de la época que se vive. Intelectuales, dirigentes políticos y sindicales, militantes sociales y periodistas, han iniciado una importante peregrinación al centro político. Incluso se ha vestido esa peregrinación con los ropajes de la modernización; para encurtir —en muchos casos— han levantado y sostenido ideas tan viejas como el II Internacional. Entre los moderados hay quienes fuerzan sumamente consecuentes con sus ideas y los han sustentado siempre, encofriendo en este momento un eco mayor por las circunstancias internacionales que se han vivido. Pero el grueso de los llamados moderados son personajes que, en general, están de vuelta sin haber llegado. En conjunto, y con el cutizo de desengaño que todavía existe, han logrado atenuar la separación de la gente en un importante cambio social. Ese hecho tacha las posibilidades actuales de conciliar voluntades por parte de los sectores radicales. Sin embargo, ese techo está más arriba que los 44 mil votos del MPP, por lo menos: en la distancia entre votos recibidos y los

posibilidades reales de acumulación se encuentran las limitaciones políticas que se han tenido.

Esta izquierda reivindica su carácter de radical porque ve a la raíz de los problemas. Y esto, que no siempre es así, se confunde con el radical de los métodos que a veces, el no seré yo quien lo diga, pero no menos se justifican. Hoy, la raíz de los problemas está en las razones profundas que hay que levantar contra un modelo consumista que nos viene del mundo desarrollado y que se introduce en el consumo que atraen los partidos radicales para los sectores de la población que constituye el mercado elegido por el primer mundo, con todo el desplazamiento que significa para las grandes mayorías populares.

**L**a izquierda suele reaccionar ante este episodio, más que cuestionando su existencia, tratando de integrarlo al cuestionismo a mayores sectores de la población. Los radicales muchas veces también han caído en "pelar", con métodos duros, tras el objetivo de suplar el acceso al modelo comunista. De ese kurug no se ve a la raíz de los problemas. No se levanta un modelo realmente alternativo, que ponga al hombre en el centro de la escena y que centre su esfuerzo en la construcción de la sociedad desde abajo.

Los fines determinan a los medios y cuando los fines están claros, los medios se desvelan. En la lucha por un modelo alternativo se necesitan planes, programaciones, ideas, consignas comprensibles y tareas inmediatas, que se desprendan del programa y las consignas. La verdadera fuerza de un programa radica en las tareas inmediatas que de él surgen. En la década del '90 existe un punto programático que constituye una verdadera carta de presentación de la izquierda uruguayo: la Reforma Agraria. Pues bien la Reforma Agraria se expresó en determinado momento a través de la consigna *«la tierra para los que la trabajan»*, y alcanzó su máxima dimensión cuando se tradujo en un objetivo y una tarea inmediata: la expropiación de las 30 mil hectáreas de la Estancia Sève y Roeses, para entregársela a los trabajadores campesinos. La lucha por la expropiación constituyó la expresión más clara del deseo y la aspiración de un importante sector del pueblo uruguayo por poner en marcha la Reforma Agraria. En su momento hubo quienes afirmaron que la lucha por las 30 mil hectáreas eran una fuerte expresión de repulimiento; pues no era posible concretar esa aspiración en la realización previa de la Reforma Agraria. En realidad se trataba exactamente de lo contrario. La Reforma Agraria nunca se podrá llevar a cabo si los directamente interesados — asalariados rurales, trabajadores zafrales, productores, pequeños y medianos propietarios — no luchan con la base de consignas y tareas concretas que hacen el desarrollo y la concreción de la Reforma Agraria.

Esta graduación entre programas, consignes y objetivos o metas inmediatas también son impracticables hoy, para que la izquierda radical alcance y supere al techo de este epoch. Proyectándose al futuro con la fuerza que es necesaria para transformar esta sociedad y desarrollar un verdadero modelo alternativo. Existen varios planteamientos realizados que, los contradicciones, son necesariamente la base sobre la que hay que seguir construyendo: se trata, por ahora, de las cosas, de construir un modelo productivo, de casa a la gente, que proporcione fuentes de trabajo, salarios y las posibilidades de desarrollo para los trabajadores del país. Sin embargo, no es pensable la construcción de un modelo con esas características sin integrar la fuerza a la producción de riqueza. Y hoy

El Estado, a través del BROU, cuenta con una cartera de servicios muy importante que pueden ser la base de una gestión más eficiente, adaptándose a las necesidades y transformando el tiempo del Instituto Nacional de Colonización. Existe la posibilidad de recibir la producción de la Espinera, transformándola en un bien sin carácter de origen, sumando su valor en el mercado y estableciendo un ciclo que lleva nuevamente la posibilidad de aumentar el cultivo de café de la zona. Existe la posibilidad de ayudar a solucionar el problema de la vivienda. En caso de la "vivienda social" existen los Ayudas Básicas Evolutivas (Ayudas Evolutivas) que US\$ 14 mil por persona, destinadas a mejorar las condiciones del desarrollo de 2 por ciento de las viviendas para la construcción de viviendas sociales en las principales zonas de

Se crea la empresa y producción duplicando los ingresos de los productores y reemplazando los ingresos de los consumidores. Ellos son los propietarios de la empresa. Pero ahora son los propietarios de la empresa y los consumidores de la empresa.

the organization's mission, vision, and values. The organization's mission is to provide a safe and secure environment for its members. The organization's vision is to be a leading provider of services to its members. The organization's values are integrity, respect, and excellence.

[illegible]

La tarea de la izquierda es organizarse y organizarse a los que están por los cambios. Organizarse y hacer comprender la necesidad de los cambios. Organizarse y lograr la participación en tareas concretas e ideales que comprenden la necesidad de los cambios globales e íntimos. Organizarse y ampliar el espacio de los que, de una forma o de otra, van a intervenir en momentos de el proceso de lucha por los cambios.

Esto no le puede lograr quien se considere autosuficiente, sino quienes conocen sus propias limitaciones y saben que para chocar contra un enemigo tan poderoso como la oligarquía y el imperialismo necesitan de fuerzas que estén mucho más allá de sus propias.

En la raíz delos problemas éticos precisamente están los dos grandes dilemas, como siempre y para cada problema. De decir, «considera todos los aspectos, así como los cambios» todavía no sirven conclusiones de que están afectados las consecuencias de un mundo que se enfrenta con tales y tales, con grandes incertidumbres y con ignorancia de donde los países avanzados y donde los países en poder se dirigen.



## Sanguinetti decidido a encarar acciones para mejorar situación de la seguridad pública ante los nuevos fenómenos de violencia

La misma noche que ganó las elecciones — cuando sus partidarios no pudieron festejar y él mismo dejó la Casa del Partido Colorado segundos antes de un enfrentamiento a pedradas y tiros frente a la sede partidaria — el presidente electo Julio Sanguinetti decidió que las políticas de seguridad para enfrentar los nuevos fenómenos de violencia tendrían un lugar prioritario en su agenda política.

Decidido a adoptar medidas en este terreno una vez que asuma la Presidencia, Sanguinetti dejó conocer en los días siguientes en sus contactos con los líderes partidarios su preocupación por el surgimiento de este fenómeno.

Aunque el tema de la seguridad es de los que menos requiere de leyes para la acción del Ejecutivo "quizás sea lo que requiera más voluntad política porque éste es un tema que toca muchos resortes institucionales. La primera obligación de un Estado es mantener el orden", dijo Sanguinetti a Búsqueda tras su triunfo electoral.

Durante la campaña precomicial, manifestó reiteradamente su preocupación porque Uruguay está mostrando "tensiones sociales" pese a que sus índices de nivel de vida son, en general, bastante aceptables.

El lunes 19 se refirió al tema durante su visita a Buenos Aires. "Bajó la pobreza pero aumentó la marginalidad", dijo. Agregó que para que esa marginalidad que "se ha hecho agresiva" no se vuelva "inmanejable", los países "necesitan equilibrios macroeconómicos".

Los incidentes protagonizados la noche de la elección por grupos de simpatizantes del Frente Amplio y la creciente violencia en distintos ámbitos de la sociedad estuvieron sobre la mesa cuando el martes 29 de noviembre Sanguinetti se reunió con el presidente Luis Lacalle.

El jefe de Estado le dijo al futuro mandatario que los servicios de inteligencia le informaron de la existencia de un "nuevo tipo" de militantes radicales de izquierda afines a un sector del MLN-Tupamaros, indicaron fuentes políticas. Esta información fue confirmada por fuentes de inteligencia quienes señalaron no obstante que la disímil composición de los manifestantes hace difícil su encuadramiento social y político. (Búsqueda N° 770).

Lacalle transmitió además a Sanguinetti su preocupación por los niveles de

profesionalización y por la composición social de los cuadros de la Policía. Sanguinetti compartió esta preocupación y en sus primeros contactos con los líderes políticos les dijo que intentaría mejorar los salarios del personal policial.

Sin embargo, el lunes 19 el jefe de Policía de Montevideo, Máximo Costa Rocha, destacó la actuación de los policías en el esclarecimiento de delitos durante esta administración y afirmó que la cuestión de la seguridad no es un tema prioritario entre la población. No obstante, el jerarca policial reconoció que hay

"un cambio cualitativo en el accionar de los delincuentes, quienes despliegan una mayor violencia que en el pasado". (Ver página 12).

● Necesidad de estabilidad. Lo ocurrido la noche de los comicios ya no se puede considerar que haya sido simple "producto de una borrachera", le señaló Sanguinetti a algunos líderes con los que se reunió.

Sanguinetti fue particularmente enfático en torno a estos hechos durante la reunión que mantuvo con el presidente del Frente Amplio, Liber Seregni, a quien le pidió que la coacción controle a los sectores

radicales que alientan a estos grupos violentos.

"Todos estamos asistiendo a fenómenos profundos que no podemos ignorar, que son fenómenos de marginación social, básicamente de origen cultural y económico, que nos están acuciando", dijo el futuro mandatario durante la conferencia que brindó en la Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresas (ACDE) el 7 de diciembre.

"Es un tema que no podemos ignorar más", dijo. Recordó que antes "los fenómenos de violencia eran capaces de ser manejados por el Código Penal" o en

"los tiempos que discutimos entre revolución y evolución" como "fenómenos de violencia política".

"Hoy son temas de otra magnitud y otra diferencia. Ni encajan en aquel viejo concepto político ni tampoco encajan (...) dentro de lo que es un planteo de derecho penal", agregó el futuro mandatario.

Dijo que el país no puede ignorar este fenómeno "ni verlo como factor élfico" sino por "nuestra propia estabilidad".

"Es una sociedad sin seguridad es una sociedad que se daña a su propia capacidad de prever".

"BUSQUEDA" 22 al 28/XII/94

B - 1

000 013

I 9500047

OPINION POLITICA

LOS ISLEÑOS NO MODIFICARON SU DESAPEGO POR LA ARGENTINA PESE A TODO LO QUE SE LES CONCEDIO, DICE EL EX EMBAJADOR EN LONDRES

## La diplomacia y sus medios para recuperar Malvinas

El autor de la nota acaba de dejar su cargo como embajador argentino ante el Reino Unido, como resultado de sus diferencias con el canciller Guido Di Tella acerca de la política diplomática que este viene desarrollando para intentar recuperar las islas Malvinas. Ya hoy en Buenos Aires, el ex embajador señala que hubo concesiones a los isleños en temas como pesca, comunicaciones e hidrocarburos, que no lograron modificar el desapego de los isleños por nuestro país.

Por Mario Cámpora

**S**e me ha pedido que exponga de manera concreta qué medidas debieron tomarse para recuperar el ejercicio de los derechos argentinos en Malvinas, ya que hasta ahora han trascendido críticas a lo hecho sin señalarse cuál era la alternativa viable que no se siguió.

La premisa observada con gran acierto desde que se restablecieron las relaciones entre los dos países en febrero de 1990, que consistió en separar la cooperación bilateral entre la Argentina y el Reino Unido de la controversia sobre Malvinas ofrece el beneficio de evitar que esta última infecte la primera, y constituye la base de una saludable relación argentino-británica. Ella —la premisa— ha permitido desarrollar el comercio, las inversiones, el turismo, etc. entre los dos países para mutuo beneficio.

En el pasado, las islas Malvinas —heredadas por la Argentina de España— constituyeron un reclamo patrimonial sin que ellas tuvieran vínculos interdependientes reales con el continente. Su trasplante a la Argentina en imperturbado silencio con un único recurso vinculante con el exterior, que era la lana.

### Transporte y petróleo

Este cuadro ha cambiado de manera profunda como resultado de los adelantos tecnológicos en los transportes, las comunicaciones y explotación de recursos naturales. El nuevo cuadro demuestra que los recursos naturales son parte de una misma integridad geoeconómica, en particular, los cardúmenes que se desplazan dentro de un hábitat oceánico único en el Atlántico Sur y su explotación, que comenzó en 1986, necesita ser enfocada con criterio también único y no diversificada. El transporte, tanto marítimo como aéreo, ofrece a los isleños una conexión rápida con el continente americano para atender necesidades crecientes de intercambio de bienes y servicios. La presunción cierta de que el subsuelo —típicamente petrolífero— que

se orientan con dirección este-oeste, crea la necesidad de que su explotación y explotación no se aborden de manera separada. Nunca hasta ahora se había presentado un conjunto de temas que tan obviamente destaca la interdependencia de las islas y el continente, que es decir nuestro país.

Solo la disponibilidad de tales "triumfos" en la baraja argentina pudo habernos llevado a aceptar la fórmula del "paraguas" que, en la interpretación británica, equivale a decir que la cuestión de la soberanía ha quedado descartada.

La idea era que la utilización oportuna y pragmática de esos "triumfos" obligaría a abordar en la práctica la cuestión de la soberanía.

### Triunfos bloqueados

No es sencillo encontrar el motivo que bloqueó en nuestra diplomacia el empleo legítimo de aquellos "triumfos" a partir de 1991. Quizás una explicación posible es la vinculada con el declarado propósito del ministro de prestar una mayor atención al deseo de los isleños. Atender los deseos de los isleños supone ante todo no contradecirlos.

Es conocida la diferencia entre "deseos" e "intereses" que fundamenta la posición tradicional argentina. De acuerdo con las resoluciones de las Naciones Unidas, nuestro país de-

be atender los "intereses" de los isleños. De modo distinto, el Reino Unido sostiene que deben seguirse los "deseos" de los isleños, cosa que equivale a aceptar el principio de autodeterminación y otorgarles el derecho de decidir el futuro de las islas. Esta posibilidad contradice nuestro reclamo patrimonial, a menos que se entienda que es posible persuadir a los isleños para que expresen su voluntad de aceptar la soberanía argentina. Pareciera ser que esta última fue la empresa intentada por el ministro.

En efecto, de modo muy personal y directo, el ministro inició entonces una acción dirigida a abrir un canal de contacto con los isleños para discutir mano a mano las diferencias existentes. En las Naciones Unidas, en agosto de 1993, conversó con los isleños y aceptó como base de discusión los 14 puntos que estos habían presentado para definir su status de autonomía y de lealtad a la corona británica.

**Decisiones**  
Luego siguieron sus conversaciones telefónicas abiertas al público; el envío de 500 videocasetes "pingu" como regalo de Navidad 1993; la oferta de asumir el costo para limpiar posibles campos minados (operación que está próxima a comenzar), entre otras iniciativas menores. Pero tuvieron lugar, además, decisiones argentinas de mayor envergadura que paso a describir.

En 1992, el gobierno nacional reglamentó la pesca del calamar y estableció las bases para que su explotación repartiese beneficios a la economía nacional. Dicha política pesquera era también un instrumento de posible uso en la diplomacia del Atlántico Sur. En efecto, la actividad pesquera argentina podía condicionar en gran medida los volúmenes de pesca dentro de la zona bajo control británico en Malvinas e influenciar el precio internacional de acuerdo con la magnitud de la oferta. De más está señalar que esta nueva situación inquietó a los isleños, y por ello hicieron conocer sus deseos de que anteladamente nosotro volásemos de pesca. En atención a ello fue reducido el número de permisos en el régimen de "charter" de 100 barcos a solo 46.

En septiembre de 1992 se abrió a licitación la explotación de hidrocarburos en áreas marítimas de acuerdo con el plan argentino, pero en noviembre se postergó la licitación respecto de algunos de esos bloques entre el continente y las islas Malvinas, como resultado de una nueva expresión de deseos de origen isleño.

En 1993, las autoridades

de Chile y el Uruguay iniciaron gestiones para que dieran autorización a vuelos con las islas. De nuestra parte condicionamos la respuesta a que se hiciera escala en nuestro territorio, pero esto no fue aceptado por los isleños y, en consecuencia, los vuelos tienen lugar por el lugar (territorio argentino).

**Concesiones y fiasco**  
El resultado de la atención que el ministro dio a los "deseos" de los isleños se tradujo en concesiones importantes otorgadas durante casi cuatro años. Para medir el efecto que esta "diplomacia de seducción" había tenido en la población de las islas, fue encargada una encuesta con preguntas diversas sobre la actitud isleña respecto de nuestro país. Pero el aspecto más resonante de la encuesta fue el referido a las sumas de dinero que los isleños estarían dispuestos a aceptar frente a una transferencia de soberanía. Ya desde comienzos de este año había trascendido en las islas que los argentinos estaban dispuestos a hacer dichos aportes "compensatorios" que alcanzaban a montos importantes por cada isleño.

El resultado de la encuesta conocido el 2 de noviembre en torpe coincidencia con la inauguración del monumento al general San Martín, en Londres —fue un fiasco, pues constituyó la prueba más palmaria de que los isleños no han cambiado en un siglo su desapego hacia nuestro país, no obstante las numerosas concesiones que no los hicieron. Pudo apreciarse que la oferta de dinero los ofendió seriamente y que la "diplomacia de seducción" había sido ineficaz en su objetivo.

La encuesta reveló que fue un error centrar la acción diplomática sobre los isleños. El rechazo isleño —lo han dicho hasta el hartazgo— no variará hasta tanto la Argentina no abandone el reclamo de soberanía. Esta posibilidad debe, a su vez, descartarse ya que la reivindicación de las islas es ahora un precepto de la Constitución Nacional.

Mario Cámpora fue embajador argentino ante el Reino Unido.

de Chile y el Uruguay iniciaron gestiones para que dieran autorización a vuelos con las islas. De nuestra parte condicionamos la respuesta a que se hiciera escala en nuestro territorio, pero esto no fue aceptado por los isleños y, en consecuencia, los vuelos tienen lugar por el lugar (territorio argentino).

### Concesiones y fiasco

El resultado de la atención que el ministro dio a los "deseos" de los isleños se tradujo en concesiones importantes otorgadas durante casi cuatro años. Para medir el efecto que esta "diplomacia de seducción" había tenido en la población de las islas, fue encargada una encuesta con preguntas diversas sobre la actitud isleña respecto de nuestro país. Pero el aspecto más resonante de la encuesta fue el referido a las sumas de dinero que los isleños estarían dispuestos a aceptar frente a una transferencia de soberanía. Ya desde comienzos de este año había trascendido en las islas que los argentinos estaban dispuestos a hacer dichos aportes "compensatorios" que alcanzaban a montos importantes por cada isleño.

El resultado de la encuesta conocido el 2 de noviembre en torpe coincidencia con la inauguración del monumento al general San Martín, en Londres —fue un fiasco, pues constituyó la prueba más palmaria de que los isleños no han cambiado en un siglo su desapego hacia nuestro país, no obstante las numerosas concesiones que no los hicieron. Pudo apreciarse que la oferta de dinero los ofendió seriamente y que la "diplomacia de seducción" había sido ineficaz en su objetivo.

La encuesta reveló que fue un error centrar la acción diplomática sobre los isleños. El rechazo isleño —lo han dicho hasta el hartazgo— no variará hasta tanto la Argentina no abandone el reclamo de soberanía. Esta posibilidad debe, a su vez, descartarse ya que la reivindicación de las islas es ahora un precepto de la Constitución Nacional.

Mario Cámpora fue embajador argentino ante el Reino Unido.

TRAS LA CUMBRE, EE.UU. Y AMERICA LATINA CONSOLIDAN UNA EXCELENTE RELACION,  
DICE EL EMBAJADOR ARGENTINO

## Miami avanzó hacia la integración definitiva

Por Raúl Granillo Ocampo

**J**OHN William Fulbright, el renombrado y prestigioso senador por el estado de Arkansas que presidió la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado de los EE.UU. entre 1959 y 1974, publicó en 1964 un libro titulado "Old Myths and New Realities" o "Viejos mitos y nuevas realidades". En el mismo, Fulbright —gestor de las renombradas becas del mismo nombre— alertaba sobre los peligros de mantener y sustentar posiciones ideológicas basadas en viejos mitos en un mundo cambiante, que presentaba nuevas realidades que debían incorporarse al diseño o estrategia de la política exterior de los EE.UU.

Al momento de escribir este pensamiento, la relación de los EE.UU. con América latina se basaba en los postulados de la Alianza para el Progreso (1961). Los mismos postulados que inspiraron la Cumbre de Punta del Este de 1967, inmediato antecedente de la reunión que acaba de ocurrir en Miami.

América latina de la década de los 60 tenía una realidad distinta a la actual: gobiernos de facto, economías cerradas, crisis políticas, nacionalismo, antiimperialismo, relación conflictiva con los EE.UU., guerra fría, Cuba, conflictos ideológicos, son solo algunas de las características de la región en dicho período.

La Alianza para el Progreso nació como una respuesta política a una situación crítica en la región. Concebida como un mecanismo para recuperar la iniciativa política en América latina, incorpora la situación social de los países de la región como un dato, pero no como una meta con soluciones.

### Nuevas realidades

Comparar los posibles resultados futuros de Miami en el área de integración económica a la luz de las limitaciones encontradas para implementar los postulados iniciales de la Alianza para el Progreso y las propuestas posteriores de Punta del Este en 1967 es, ciertamente, ceñirse a viejos mitos, desconocer el alcance de las decisiones tomadas en 1967 y no tomar en cuenta las nuevas realidades.

Hoy, la relación de los EE.UU. con los países de la región atraviesa, para ambas partes, por uno de los mejores momentos de su historia. Esto no es casual. Emerge como uno de los resultados del complejo proceso de reacomodamiento del espacio económico internacional global en el período posguerra fría. Ambas partes han producido cambios muy significativos en sus posiciones en los últimos años, transformando la naturaleza y características de las relaciones de la región.

### Ajuste

En la década pasada asumió posiciones de decisión un creciente número de líderes políticos en América latina que han demostrado coraje político y una voluntad inquebrantable para aplicar políticas económicas de ajuste, difíciles, pero que produjeron crecimiento y reformas económicas estructurales. Los resultados en este campo están a la vista:

a) La deuda externa de la región ha disminuido dramáticamente de un 61% del PIB en 1986 a un 32% en 1994.

b) Los flujos de capital se han tornado positivos durante los últimos años. De 1983 a 1987, los flujos de capi-

Los lazos entre América latina y los Estados Unidos no son los mismos que se tensaban cuando ocurrió, en Punta del Este y en 1967, la reunión de presidentes que sirvió como antecedente a la Cumbre que sesionó en Miami del 9 al 11 de este mes. En esta nota, el embajador argentino ante los Estados Unidos revisa cómo esa relación se modificó hasta estar en uno de los mejores momentos de su historia. Porque, señala, la deuda externa de América latina disminuyó drásticamente, los flujos de capital se han tornado positivos hacia la región y el comercio se duplicó. Esto, sumado a que los Estados Unidos se comprometieron en Miami a avanzar decididamente hacia la integración económica, asegura para el área —según el embajador— un importante crecimiento para la próxima década.



Clarín

tal de los países de la región hacia fuera de la misma promediaron u\$s 17 billones por año. Desde 1990 el flujo promedio de capitales hacia la región totalizó u\$s 24 billones por año.

c) Los niveles tarifarios aduaneros de la región han disminuido de un 40/50% a principio de los años 80 a un promedio de 12% en 1994.

d) Durante el período 1987 a 1993 el comercio entre los EE.UU. y los países de la región prácticamente se duplicó. En 1993, las exportaciones e importaciones llegaron a una cifra récord de u\$s 78,5 y 77,8 billones respectivamente. Ocho de los principales veinte países adquirentes de bienes manufacturados de los EE.UU. son de la región, y en 1993 el 86% de las exportaciones de los EE.UU. a América latina fueron pro-

ductos manufacturados, buena parte de los cuales fueron bienes de capital.

e) La inversión directa de los EE.UU. en la región también ha crecido. Desde 1975 la inversión estadounidense en América latina se ha triplicado llegando a u\$s 102 billones en 1993.

### La próxima década

Por otra parte, el dramático aumento registrado en la actividad económica regional y los movimientos de integración subregional parecen representar una antecámara o prólogo a la evolución futura. Un reciente trabajo de DRI/McGraw Hill coloca a la región apenas detrás de Asia y por delante de Europa y el Japón, como las regiones de mayor crecimiento económico durante la pró-

xima década. De ahí que, a partir del año 2000, la región se convertirá en uno de los dos mercados emergentes más importantes para las exportaciones estadounidenses y, a su vez, en un creciente proveedor de bienes de menor costo y mayor sofisticación.

La cuestión central a consideración de los líderes democráticos de la región en Miami era la oportunidad histórica de consolidar las políticas económicas y sociales que en mayor o menor medida los gobiernos de la región vienen aplicando, y reforzar su voluntad política —incluida la de los EE.UU.— de mantener dichas políticas que han generado crecimiento económico y oportunidades para sus respectivos pueblos.

En este contexto la decisión de crear el "Área de Libre Comercio de las Américas" (ALCA) es un resultado lógico. Al mismo tiempo, representa un hecho sin precedentes para los países de la región, no solo para avanzar en el proceso de apertura de sus economías, sino también hacia la integración regional.

El desafío es enorme, pero el beneficio potencial es mayor aún: el Institute of International Economics ha estimado que el ALCA podrá generar un aumento de las exportaciones de la región del orden de los 130 billones de dólares y de u\$s 170 billones en sus importaciones para el año 2000.

Por primera vez, existe no solo un compromiso específico por parte de los EE.UU. y demás países de la región de consolidar las lecciones obtenidas a través de las políticas económicas aplicadas durante los últimos años, sino de avanzar rápidamente hacia la integración sobre la base de los acuerdos subregionales existentes.

### Señales

La Argentina no solo fue uno de los países que sostuvieron desde el inicio de las conversaciones precursores esta hipótesis de vinculación de los acuerdos subregionales, sino que también llegó por un plan de acción específica, que incluye metas y plazos y sobre todo incorpora pasos claramente definidos que se encuentran en una señal para la región.

La declaración de Miami, los valores compartidos y el plan de acción para crear el "Área de Libre Comercio de las Américas" han reafirmado la relación hemisférica.

Raúl Granillo Ocampo es embajador de la República Argentina en los Estados Unidos de América.

CLARIN DEL 21/XII/94.-

D - 1

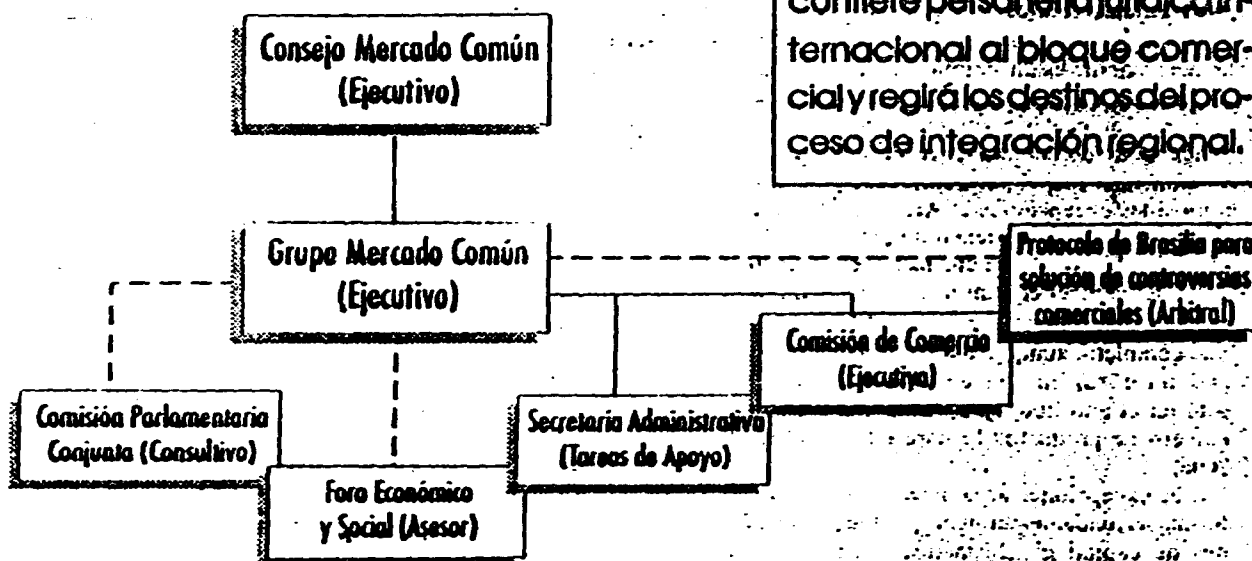
015

9500047

6 integración

## Nueva estructura institucional del Mercosur

El Protocolo de Ouro Preto, aprobado el sábado pasado en la VII Cumbre del Mercado Común del Sur (Mercosur), pero sujeta a la aprobación parlamentaria en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, confiere personería jurídica internacional al bloque comercial y regirá los destinos del proceso de integración regional.



De acuerdo a la clasificación de los juristas el Protocolo de Ouro Preto define la institucionalización del Mercosur con tres organismos de carácter resolutivo -el Consejo, el Grupo Mercado Común y la Comisión de Comercio- y tres de carácter consultivo o asesor: la Comisión Parlamentaria, la Secretaría Administrativa y el Foro Económico y Social.

1. Consejo Mercado Común: integrado por los cancilleres y Ministros de Economía de los cuatro países. Se reunirá en forma semestral en sedes rotativas. Ejercerá la personería jurídica y podrá así actuar en nombre del bloque en las negociaciones frente a terceros.

2. Grupo Mercado Común: formado por un segundo nivel de funcionarios gubernamentales a quienes se podrán sumar los presidentes de los Bancos Centrales de las cuatro naciones.

3. Comisión de Comercio: forma-

da por 16 miembros (cuatro de cada nación) y su misión será la de fiscalizar el respeto de la estructura arancelaria común y las reglas que rigen a la unión aduanera y la zona de libre comercio.

4. Comisión Parlamentaria Conjunta: contará con 64 parlamentarios de todos los países integrantes del acuerdo y asesorará en materia legislativa a los órganos ejecutivos del Mercosur.

5. Secretaría Administrativa: tendrá su sede en Montevideo y estará encargada de brindar apoyo administrativo a la estructura del Mercado Común, así como preparar, publicar y distribuir todos los documentos que emanen de los órganos ejecutivos. Contará con un presupuesto propio para su funcionamiento que será solventado en partes iguales por los cuatro países firmantes del Protocolo.

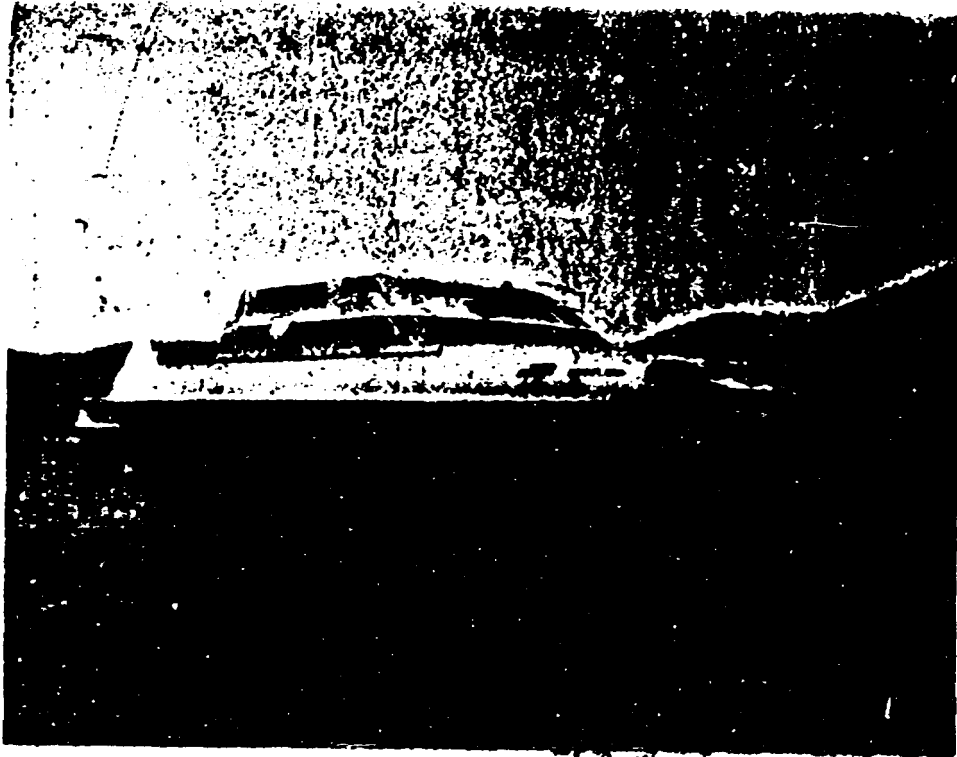
6. Foro Económico y Social: de

carácter consultivo, dará oportunidades al sector privado, trabajadores y empresarios para presentar propuestas al Grupo Mercado Común.

7. Protocolo de Brasilia: con sede en Asunción, sus integrantes tendrán a su cargo la resolución de controversias comerciales que surjan entre los Estados partes sobre la interpretación, aplicación o incumplimiento de los Acuerdos.

En el cónclave se resolvió además que los idiomas oficiales del Mercosur serán el español y el portugués y que se convocará a una "conferencia diplomática" en el momento que se crea oportuno modificar o revisar la estructura institucional dada por el Protocolo de Ouro Preto.

Este Protocolo tendrá duración indefinida y se pondrá en vigencia 30 días después de ser ratificado por los Parlamentos de los países integrantes del proyecto de integración.



Frente al astillero en Australia, luce su fina estampa el K-55 de Aliscafos-Buquebús.

## Nuevo Barco Superveloz Para la Flota del Plata



Momento de la botadura del K-55.

Cual si fuera un coche lanzado a más de cien kilómetros por hora, a fines de enero/95 estará surcando las aguas del Río de la Plata un nuevo barco denominado K-55, tipo catamarán, desarrollando 55 nudos marinos. Llevará la marca Aliscafos y será operado por Buquebús cubriendo la distancia entre Buenos Aires y Montevideo en una hora cuarenta y cinco minutos. Constituye la última expresión de una revolucionaria generación de naves súper veloces, muy calificada para extender servicios a puertos del Este uruguayo. Sin duda, una vez terminada la construcción del de Pirápolis, el K-55 Aliscafos-Buquebús traerá y retomará contingentes turísticos argentinos varias veces por día durante las temporadas veraniegas, presumiblemente a capacidad completa de 450 pasajeros y 70 autos.

Antes del período estival 1995/96 el K-55 tendrá un compañero, el K-6. Alcanzará los 60 nudos y en sólo dos horas cruzará el río de una a otra capital.

Dio comienzo a la era de los catamaranes rápidos el tesorero empuño del australiano Ing. Robert F. Clifford quien, en base a cambios

estructurales y motrices, obtuvo velocidades de 35 minutos. En ese preciso momento, cobra importancia para el astillero australiano donde se desarrollaba la experiencia el aporte de Juan Carlos López Mena, Presidente de Buquebús, quien viendo en esos catamaranes grandes posibilidades a futuro inmediato, interesó a la famosa Caterpillar, fabricante de motores de alto rendimiento y velocidad, quien aportó sus productos específicos. Así, con apoyo tecnológico de primera línea, botan la primera unidad de Buquebús bautizada Patricia Olivia, puesta en servicio en 1992.

Siguen perfeccionándose los motores y se incorporan adelantos tecnológicos de comando y navegabilidad cuyo exponente avanzado es el Juan I. Ingreso a la flota de Buquebús a fines de 1993. Ese "avión" bate récord de velocidad aunque temporariamente, porque nunca está dicha la última palabra. El K-55 y el K-60 están en puertas de demostrarlo.

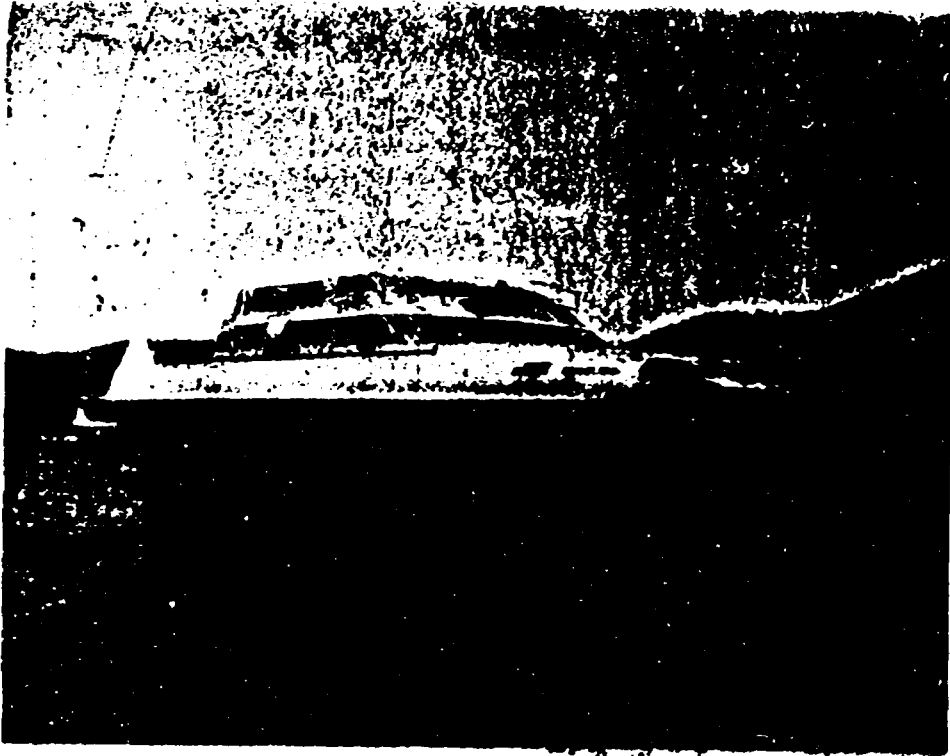
Ya flota sobre las tranquilas aguas del astillero australiano el primero de ellos. El 7 de enero hará sus pruebas

de mar y el 14 cruzará el Océano rumbo al Plata. Aquí se montarán asientos tipo avión fabricados en España, colocarán alfombras no americanas y alhajarán el Free Shop. A fin de enero, estará en servicio.

"EL PAIS" 26/XII/94.-

F - 1

9500047



Frente al astillero en Australia, luce su fina estampa el K-55 de Aliscafes-Buquebús.

## Nuevo Barco Superveloz Para la Flota del Plata



Momento de la botadura del K-55.

Cual si fuera un coche lanzado a más de cien kilómetros por hora, a fines de enero/95 estará surcando las aguas del Río de la Plata un nuevo barco denominado K-55, tipo catamarán, desarrollando 55 nudos marinos. Llevará la marca Aliscafes y será operado por Buquebús cubriendo la distancia entre Buenos Aires y Montevideo en una hora cuarenta y cinco minutos. Constituye la última expresión de una revolucionaria generación de naves súper veloces, muy calificada para extender servicios a puertos del Este uruguayo. Sin duda, una vez terminada la construcción del de Pirápolis, el K-55 Aliscafes-Buquebús traerá y retornará contingentes turísticos argentinos varias veces por día durante las temporadas veraniegas, presumiblemente a capacidad completa de 450 pasajeros y 70 autos.

Antes del período estival 1995/96 el K-55 tendrá un compañero, el K-6. Alcanzará los 60 nudos y en sólo dos horas cruzará el río de una a otra capital.

Dio comienzo a la era de los catamaranes rápidos el tesonero empeño del australiano Ing. Robert F. Clifford quien, en base a cambios

estructurales y motrices, obtuvo velocidades de 35 minutos. En ese preciso momento, cobra importancia para el astillero australiano donde se desarrollaba la experiencia el aporte de Juan Carlos López Mena, Presidente de Buquebús, quien viendo en esos catamaranes grandes posibilidades a futuro inmediato, interesó a la famosa Caterpillar, fabricante de motores de alto rendimiento y velocidad, quien aportó sus productos específicos. Así, con apoyo tecnológico de primera línea, botan la primera unidad de Buquebús bautizada Patricia Oliva, puesta en servicio en 1992.

Siguen perfeccionándose los motores y se incorporan adelantos tecnológicos de comando y navegabilidad cuyo exponente avanzado es el Juan L. Ingreso a la flota de Buquebús a fines de 1993. Ese "avión" bate récord de velocidad aunque temporariamente, porque nunca está dicha la última palabra. El K-55 y el K-60 están en puertas de demostración.

Ya flota sobre las tranquilas aguas del astillero australiano el primero de ellos. El 7 de enero hará sus pruebas de mar y el 14 cruzará el Océano rumbo al Plata. Aquí se montarán asientos tipo avión fabricados en España, colocarán alfombras norteamericanas y alhajarán el Free Shop. A fin de enero, estará en servicio.

"EL PAIS" 26/XII/94.-

F - 1

9500047



P.002.4

Montevideo, enero 3 de 1995

1)-

INFORMACION GREMIALORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE PERSES(UCM): En conflicto desde la pasada semana debido al despido de un funcionario realizado por la empresa aduciendo razones de servicio. En el día de la fecha se realizará una Asamblea General en el local de MUCAM(8 de octubre 2492) a las 14:00 horas.-

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 y se esperan nuevas medidas a partir de esta semana.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. Se encuentran en Asamblea Permanente y se instrumentan futuros paros sorpresivos.-

CONSTANCIA: En el día de mañana el Consejo Directivo se reunirá para evaluar la situación y evolución del conflicto.-

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE P.L.U.N.A.: Se encuentran en situación preconflictiva debido al proceso de privatización de la empresa y en denuncia de irregularidades cometidas por la empresa CANDYSUR en el servicio de tierra. En los primeros días de enero se realizará una asamblea para decidir medidas de lucha, aunque se descartan paros por el momento.-

CONSTANCIA: El arribo de las delegaciones de funcionarios de Brasil y Argentina para tratar el tema "La aeronáutica comercial en el MERCOSUR" se producirá el 5/I/-

ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY(BANCA OFICIAL): Se encuentran en situación de pre-conflicto motivado por el traspaso del control del Comercio Exterior de manos del BROU a la Dirección Nacional de Aduanas a partir del 1/I/. Se prevén movilizaciones en el correr de la semana.-

UNION DE TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS: Continúan realizando paros de una hora por turno en reclamo de mejoras en el presupuesto.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 03-1-95
Pasa a S.D.I.
Nº de Identificación 9500053

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Asesoría de Defensa
DEPARTAMENTO 1
Fecha de Recibo 04 ENE 1995
Pasa a Archivo
Nº de Orden 9500053

03-GEN-1995 13:03

DNII SECRETARIA PRIVADA

005982910319

P.01


**MINISTERIO DEL INTERIOR**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES**
**OFICINA DE**  
**RADIOGRAMA Nro.**  
**PROCEDENCIA**  
**DESTINO**

SECRETARIA

002/95

DIR. NAL. DE INF. E INTELIGENCIA

 RED NACIONAL (J.P.F. DE TODO EL PAIS Y DIRECCIONES  
 NALES.)-SIERRA 4-D.G.-I.D.

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPONICION	HORA DE DEPONICION	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº. CORRELATIVO
		03 01 95				
VIA	ORIGEN	FECHA	HORA	EMISOR	RECIPIENTE	
F A X		03 01 95		1-LAVECONJA		

**AMPLIACION DEL NUESTRO N° 1097 DE FECHA 23/12/94**
**"RELACIONADO CON OBTENCION DE DETONADORES DE TIEMPO POR PARTE SWL  
 HEZDOLLAH":**

- (1) RETARDADORES CLASICOS (DESCRIPCION FISICA): EXISTEN DOS MODELOS EXTERIORMENTE IDENTICOS SE PRESENTAN BAJO ASPECTO DE UN BLOCK. EN FORMA DE PARALELEPIPEDO COLOR BLANCO. SUS DIMENSIONES SON DE 55 X 20 X 14 MM. LAS INSTRUCCIONES DE EMPLEO EN ESCRITURA ARABE ESTAN IMPREGNADAS EN UNA ETIQUETA AUTOADESIVA PEGADA SOBRE EL FONDO DEL RETARDADOR. EN LA CARA SUPERIOR SE DETECTAN 4 CABLES QUE SALEN DEL SUSTRATO, UNO DE COLOR ROJO, UNO DE COLOR NEGRO Y DOS DE COLOR GRIS Y VERDE, CON LOS EXTREMOS PELADOS PARA PERMITIR LA CONEXION. EL CONJUNTO ES HOMOGENEO, ROBUSTO, NO HERMETICOS Y RELATIVAMENTE BIEN PENSADO PARA EL USUARIO (HACIENDO ABSTRACCION DE TODAS LAS REGLAS DE SEGURIDAD EN VIGOR EN LOS PAISES OCCIDENTALES)
- (2) RETARDADORES INDETECTABLES (DESCRIPCION FISICA): EL ARTEFACTO TIENE ASPECTO DE UNA GALLETA GRUESA DE COLOR GRIS DE 4,5 CM DE DIAMETRO Y DE 7 MM DE ESPESOR EN EL CENTRO. EL SUSTRATO ES UNA PASTA MOLDABLE DE TIPO "EPOXI" A 2 COMPONENTES. ESTE ARTEFACTO PARECE MAS RUSTICO QUE EL DETONADOR CLASICO, TANTO EN EL ASPECTO MECANICO COMO ELECTRONICO, ES MUY PELIGROSO, EN PARTICULAR PARA QUIEN LO UTILIZA PERO PUEDE FUNCIONAR.
- (3) OTROS ARTEFACTOS DE EMPLEO POSIBLE: ADEMAS DE LOS RETARDADORES DESCRIPTOS, DEBEN CONSIDERARSE OTROS ARTEFACTOS DE EMPLEO Y CONSUMO EN EL ORDEN NACIONAL, PARTICULARMENTE TODOS AQUELLOS RELACIONADOS CON LOS "TIMERS" QUE UTILIZAN DETERMINADOS ELECTRODOMESTICOS (LAVAPROVAS, VENTILADORES, FREEZERS, ETEC.) Y QUE PUEDEN OFICIAR DE REALES DETONADORES DE TIEMPO PARA CARGAS EXPLOSIVAS..

INSP. PPAL.

HILSON GINARES

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	3-01-95
Pase a	SDI - 080.111 - I
Nº de Identificación	9500054

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	04 ENF. 1995
Pase a	ARCHIVO - MIL -
Nº. de Brújula	9500054

001/1

370 P01

598\*2\*817118

DGID SEC GPAL

TOTAL P.01

01-03-95 13:04

M. D. N.

D. G. I. D.

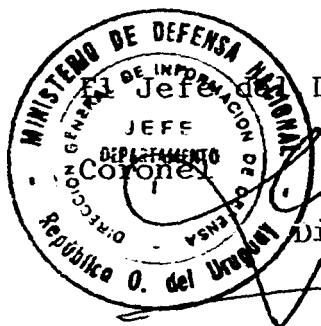
DPTO. I (INT)

031130ENE95

1/12  
Vh

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N°001/A/95

- I - EVALUACION : Se omite.-
- II - RESPONDE A : Información existente en esta Dirección General.-
- III - TEXT O :  
- Se adjunta.-
- IV - ACCION TOMADA : Confección del presente Parte.-
- V - DISTRIBUCION : ORIGINAL : ARCHIVO - DPTO. I - D.G.I.D.-  
COPIA 1 : SR.DIRECTOR DE LA E.I.E.-  
COPIA 2 : SR.JEFE DIVISION INTELIGENCIA NAVAL.-  
COPIA 3 : SR.DIRECTOR DEL S.I.F.A.-



Dpto. I (Int) de la D.G.I.D.

Diego W. Sader.

001/12

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Asesorías de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Emisión	04 ENE. 1995
Para	ARCHIVO
Nº. de Serie	9500055

9500055

U N I R

D I C I E M B R E 1 9 9 4

002

9500055

El presente trabajo integra la información básica y corriente sobre la alianza "UNIR", sus antecedentes, estrategia, locales, personalidades y actividades hasta el 27 de Noviembre de 1994.-

- A.- ANTECEDENTES
- B.- INTEGRANTES
- C.- ESTRATEGIA
- D.- PROGRAMA POLITICO
- E.- LOCALES
- F.- PERSONALIDADES
- G.- ACTIVIDADES

#### **A.- ANTECEDENTES**

Según propios voceros de la subcoalición, UNIR basa sus orígenes y ubica una de las vertientes de resurgimiento, en "el combate unitario y frenteamplista de Germán ARAUJO, UNIR comienza a gestarse en la decisiva embestida final contra la Ley de Extranjerización de Empresas Públicas".

Otro antecedente (por manifestaciones de sus integrantes) se encuentra en el Plenario Nacional del FA, realizado en 1991 en el Hotel del Lago, tratándose como tema primordial, las Privatizaciones.

A partir de ese entonces, un largo proceso de crecientes acuerdos fue pautando el gradual acercamiento entre los cuatro grupos integrantes de UNIR: CUF, PREGON, UP y el M26M.

Según declaraciones de la dra. Alba ROBALLO dirigente de PREGON, "UNIR, en su verdadero rol, es la continuación histórica de un gran Movimiento que significó la 'Corriente', abierto a todas las fuerzas, expresando la voluntad de unidad y de cambios reales".

#### **B.- INTEGRANTES**

##### **1.- PREGON**

Como vocero destacado de este Movimiento se encuentra al legislador Sergio PREVITALI, quien fuera propuesto por UNIR, a la Vicepresidencia en el último Congreso del Frente Amplio.

Como Movimiento PREGON no tiene fuerza relevante ni en militancia ni en infraestructura.

##### **2.- CORRIENTE DE UNIDAD FRENTeamPLISTA (CUF)**

Su figura más importante es Eduardo MENDEZ.

Luego de la realización de su Congreso, la CUF declaró que su postura es:

- Mantener las ideas de Germán ARAUJO.
- La unión del Frente Amplio.
- El apoyo total a la lista 3000, UNIR.

##### **3.- UNION POPULAR (UP)**

Como grupo independiente no tiene real significación y su figura principal es Enrique ERRO, quien participa de la actividad general de UNIR.

##### **4.- MOVIMIENTO 26 DE MARZO (M26M)**

Prácticamente se ha manifestado a través de UNIR, siendo ésta su creación y el M26M la fuerza hegemónica. Como tal responde al carácter revolucionario, antioligárquico y antimperialista, que



sostiene los pasos para la toma del poder, unificación de la vanguardia revolucionaria, fuerte organización de masas y en último paso, la etapa de las armas.

A la fecha el M26M es una organización de cuadros (alrededor de 3500). UNIR significa el paso a la unificación de la vanguardia y el salto a la organización de masas que se requiere.

#### C.- ESTRATEGIA

Tanto la UP, la CUF, PREGON como el M26M, coinciden en su estrategia revolucionaria, de unificación de los grupos de izquierda y en su "programa antioligárquico, antimperialista, nacional, popular y democrático".

Para esta nueva alianza, los acuerdos deben basarse en los principios establecidos en el 2º Congreso del Frente Amplio y "no pueden estar inspirados en el único objetivo de llegar al gobierno por el gobierno en sí".

Los cuatro grupos que integran UNIR comparten una determinada visión de la política de alianzas, de la Reforma Constitucional y la Ley de Partidos Políticos.

El M26M ha intentado buscar adeptos para ampliar la Alianza con el MLN-T y el PCU. Estas conversaciones no dieron resultado.

#### D.- PROGRAMA POLITICO

##### 1.- MERCOSUR

Las organizaciones integrantes de UNIR coincidieron en "denunciar al MERCOSUR como una integración para las multinacionales", negando de esta manera la creación del mismo.

No se opone a la integración ni a los mercados regionales "siempre y cuando sea una integración que le sirva a los pueblos; no es este el caso, dada la pérdida de empresas y mano de obra que significan para el país".

UNIR presentó una propuesta alternativa en tal sentido, al documento global de programa del FA.

##### 2.- DEUDA EXTERNA

Plantea una moratoria de los intereses de la deuda como forma de obtener recursos para inversiones.

##### 3.- FUERZAS ARMADAS

Sobre este tema UNIR sostiene que:

1.- El pueblo uruguayo es el único y verdadero titular de la defensa del país. Concepto de que el ejército es el "pueblo reunido y armado".

Luego de los hechos ocurridos el 24AGO94, con motivo de la extradición de los tres etarras, se observó una coordinación entre el MLN-T y el M26M.

A raíz de los mismos hechos, se radicalizaron las diferencias dentro del Frente Amplio.

La posición mayoritaria cuestiona la permanencia del MPP y UNIR en el FA.

En esta situación tratando de obtener representación parlamentaria en las próximas elecciones, se concretó un sublema técnico, "Por el Frente", con el fin de acumular votos entre UNIR (M26M, PREGON, UP y CUF), MPP (MLN-T, PST y PCR), IFI (Izquierda Frenteamplista Independiente) y el M20M (Movimiento 20 de Mayo).

Esta "alianza" es meramente electoral en principio, pero puede ser el indicio de una futura alianza más sólida, lo que quedará evidenciado en 1995 de acuerdo al resultado electoral de 1994.

1.- Limitarse a defenderse frente a ataques del exterior.

2.- La doctrina política de las FF.AA. debe ser la Constitución y las Leyes.

#### 4.- REFORMA CONSTITUCIONAL

UNIR sostiene que el FA "debe atenerse a lo resuelto en el Plenario Nacional del 19/OCT/93 sobre Reforma Constitucional y separar el tema de los tiempos electorales.

En primer lugar afirman que "la Reforma Constitucional se apruebe mediante una Asamblea Nacional Constituyente".

En segundo lugar, que se mantenga el principio de "representación proporcional integral" y asegurar en la nueva Constitución, garantías sociales, como la obligación de que el gobierno invierta determinada proporción del presupuesto en gastos sociales.

La reforma también debe incluir la posibilidad de que el Presidente "ponga en juego su cargo" ante un eventual conflicto de poderes con el Legislativo; que la posibilidad de disolución de las Cámaras y elecciones parlamentarias anticipadas incluya la elección presidencial.

En este sentido "UNIR hace más de un año que reclama la Asamblea Nacional Constituyente y en Enero de 1994 propuso que el tema Reforma pase a 1995, ya que los objetivos electorales deforman los objetivos reformistas".

Al mismo tiempo UNIR rechaza el proyecto de Reforma Constitucional redactado por el Grupo de los Cinco.

Para UNIR "es inaceptable" el voto cruzado -rechazado ya por el Plenario Nacional del FA y luego por la ciudadanía en el pasado plebiscito del mes de Agosto-, el reforzamiento del poder del presidente y la reducción del número de ediles en el interior, entre otras cosas.

#### 5.- MINIREFORMA Y PLEBISCITOS

En torno a estos temas, UNIR se manifiesta en contra, sostiene

que el contenido de la minireforma constitucional propuesto por Jorge BATLLE, los herreristas y otros sectores 'menores', es "absolutamente inapoyable" para el sector, pero que en la medida que se considera que fue parte de una "maniobra política es profeso, para crear complicaciones en el propio acto electoral del mes de Noviembre del presente año". En ese sentido UNIR llamó a votar en contra de la minireforma, dado que entiende que:

"El proyecto no contempla las definiciones sobre Reforma Constitucional asumidas por el FA en su II Congreso y en el Plenario Nacional realizado en Julio de 1993, donde reiterando su vocación reformista se establece que:

- El objetivo central de una reforma es 'resolver los problemas que preocupan mayormente a la gente', priorizando el capítulo sobre derechos individuales, sociales y económicos.

- Que un debate sobre la Reforma debe plantearse no sólo en el plano electoral sino que en mismo supone discutir sobre 'el país que queremos', constituyéndose en 'herramienta concientizadora del pueblo'.

- Que el proceso reformista debe separarse lo más posible de las instancias electorales, promoviendo la mayor participación de la gente, a través de la convocatoria a una Convención Nacional Constituyente".

Para el dirigente del M26M Eduardo RUBIO, la postura que cada sector adopta con respecto a los plebiscitos sobre la Enseñanza y la Seguridad Social, "muestra el perfil de su propuesta" al tiempo que afirmó que "este país no admite más de dos propuestas, una popular, encarnada por el Frente Amplio y otra la del neoliberalismo, representada por colorados y blancos".

#### 6.- ELECCIONES NACIONALES

En lo que tiene que ver con las Elecciones Nacionales realizadas el 27 de Noviembre de 1994, UNIR se presentó con la Lista 3000, sacando aproximadamente 7000 votos, no logrando ningún representante ni en la Cámara de Senadores ni en la de Diputados.

Por la Cámara de Senadores los titulares fueron:

Sergio PREVITALI (PREGON)  
Eduardo MENDEZ (CUF)  
María de los Angeles BALPARDA (M26M)  
Juan Carlos SENA MOREIRA  
Juan ABASCAL RELOQUI (PREGON)  
Julián GONZALEZ (M26M)  
Violeta Sofia ERRO PICAGNONI (UP)  
Dr. Jorge Miguel D'URSI OTTATI  
Dinorah FRANCO CARRACEDO  
Walter DIAZ MARRERO (M26M)  
Jorge OLIVERA LARROSA  
Rudyard VINOLES LAURIA (M26M)  
Ricardo DAHER (M26M)

Cámara de Representantes:

Sergio PREVITALI (PREGON)

Eduardo RUBIO (M26M)  
 Enrique ERRO (UP)  
 Alba BALLESTRINO (CUF)  
 Danilo ALVEZ NUÑEZ  
 Daniel PEREIRA (M26M)  
 Daniel CATTANEO ERRO  
 Ana MADERA DELFINO  
 Dra. Rosa PINELA DELFINO  
 Nelson CABRAL (M26M)  
 Wilman RONQUI REYES  
 Esc. Graciela PEREZ FERREIRA  
 Wilson RODRIGUEZ  
 Enriqueta PELLEJERO  
 Humberto DUARTE  
 Daniel ASTAPENCO (M26M)  
 Edison MUNIZ  
 María Elena SENA

Para estas Elecciones UNIR se agrupó bajo el lema "POR EL FRENTE", junto al MPP, el M20M y la IFI.

Según manifestaciones, se presume que UNIR posee un mayor relacionamiento con algunos grupos de el citado Lema, especialmente con el MLN-T, y actuarían más unidos formando el bloque radical a efectos de enfrentar las posiciones moderadas dentro del Plenario, las cuales hoy por hoy son mayoría.

Su estrategia a corto plazo se centrará en tres aspectos fundamentales:

- \* Mayor concentración y ampliación en materia de militancia.
- \* Aumentar la participación en los Comités de Base.
- \* Una mayor y mejor actuación en la IMM.

#### E.- LOCALES

UNIR ha inaugurado varios locales en el Interior del País y en Montevideo, ubicándose su Sede Central en la calle Rondeau 1509.

##### Montevideo:

- \* Agrup. "Germán Siempre Germán": Islas Canarias 5276/16A (Villa Teresa)
- \* Agrup. "Melchora Cuenca": Cno. Maldonado y Areguati
- \* Agrup. de la zona de la Coord. C (Local Cté. de Base "1º de Mayo"): Fomento y San Martín
- \* Agrup. de Colón (Coord. H): Durán 5736
- \* Agrup. Malvín/Punta Gorda (Coord. L, Local Cté. "Patria Nueva"): Solano López y Nancy
- \* Agrup. Barrio Municipal (Coord. O): Campiñas y Los Angeles
- \* Agrup. Euskal Erría: Cno. Carrasco y Estado de Israel
- \* Agrup. Barrio Sur: Durazno 1118
- \* Agrup. Buceo/Villa Dolores: Feliciano Rodríguez 2765
- \* Agrup. La Teja/Belvedere: Benito Riquet y Concordia
- \* Agrup. Coord. P: Aparicio Saravia 4669 esquina Sayago
- \* " " " : Casavalle y Manuel Fortet
- \* Agrup. Cerro : Grecia y Rep. Argentina
- \* Agrup. Piedras Blancas: Belloni y Manrubio
- \* Agrup. Cordon (Local "Carlos Zufriategui"): Dante y Arenal Grande

Interior:

Dpto. de Paysandú - Ciudad de Paysandú: calles Florida y Carlos Albo  
Dpto. de Artigas - Ciudad de Bella Unión  
Dpto. de Canelones- El Pinar  
Dpto. de Rivera - Ciudad de Rivera

Cabe destacar que todos los locales de los grupos integrantes de UNIR, son usados por la alianza (los del M26M, CUF, PREGON y UP).

F.- PERSONALIDADES

Entre las distintas personalidades que integran los cuatro grupos, se destacan las siguientes:

Eduardo RUBIO y Fernando VAZQUEZ por el M26M.

Eduardo MENDEZ por la CUF.

Sergio PREVITALI por PREGON.

Enrique ERRO por la UP.

Es de destacar que los mencionados dirigentes políticos, son los principales oradores en los diferentes actos de la subcoalición, además de integrar la Dirección Nacional de UNIR.

G.- ACTIVIDADES

04.02.94: Primer Plenario Quincenal de militantes, con la participación de: Fernando VAZQUEZ (M26M), Alba ROBALLO (PREGON), Eduardo RUBIO (M26M), Oscar GROBA, Alicia PINTOS, Milton SBARBARO (M26M) y Enrique ERRO (UP), Sergio PREVITALI (PREGON) y Eduardo MENDEZ (M26M).

18.02.94: UNIR inaugura local en el dpto. de Rivera, con la presencia de Enrique ERRO y Roberto GILARDONI (UP), Fernando VAZQUEZ y Nelson TAVAREZ (M26M), Sergio PREVITALI (PREGON) y Eduardo MENDEZ (CUF).

12.03.94: Acto de Presentación de UNIR en la ciudad de Bs.As., Argentina, concurriendo los principales dirigentes de la subcoalición Eduardo MENDEZ (CUF), Enrique ERRO (UP); Sergio PREVITALI (PREGON) y Fernando VAZQUEZ (M26M).

19.03.94: 23 Aniversario del M26M.

09.04.94: Inauguración de un local en el Dpto. de Canelones, contando con la presencia de Enrique ERRO (UP), Aníbal CAGLIOTTI (CUF) y Fernando VAZQUEZ (M26M).

13.05.94: Charla Abierta en Aparicio Saravia 4669.

21.05.94: Inauguración del local en el Dpto. de Artigas, con la participación del dirigente Sergio PREVITALI (PREGON) y de Fernando VAZQUEZ (M26M).

27.05.94: Acto en Feliciano Rodríguez 2765 (Pocitos), con la participación de los dirigentes Enrique ERRO, Eduardo RUBIO y Sergio PREVITALI.

Inauguración local en el Dpto. de Paysandú, con la participación de Alberto GARATEGUI (CUF), Fernando VAZQUEZ (26M) y Nelson TAVAREZ (26M).

- 15.06.94: Inauguración del Local Central en Rondeau 1509, con la participación de todos los dirigentes.
- 16.06.94: Inauguración de local en el Cerro, Grecia 3364.
- 27.06.94: Presentación de UNIR en Salto en el local ctal. del FA, concurriendo Enrique ERRO y Fernando VAZQUEZ, en representación de la Dirección Nacional.
- 28.06.94: Plenario Nacional en Sede Central.
- 16.07.94: Reunión de la Dirección Nacional en Sede Central.
- 31.07.94: Inauguración de la Agrupación "Germán siempre Germán", de Villa Teresa, calle Pérez de Rosas y José Durán.
- 20.08.94: Acto en la Agrupación "Dignidad", Martín Berinduague 429, Pueblo Victoria.
- 21.08.94: Inauguración de local en el barrio Municipal, Los Angeles y Campinhas.
- 27.09.94: Plenario Abierto en Villa Dolores, con la participación del dirigente Eduardo RUBIO.
- 30.09.94: Plenario Abierto en La Teja, Martín Berinduague y Concordia, y en Pocitos, Feliciano Rodríguez.  
Nelson TAVAREZ visita el Dpto. de Colonia.
- 01.10.94: José PERDOMO viaja al Dpto. de Flores a la inauguración del Comité de Base en Ismael Cortinas.
- 02.10.94: Fernando VAZQUEZ y Nelson TAVAREZ viajan a la Ciudad de Melo.
- 08.10.94: Acto homenaje al Che en local ctal. del M26M.
- 12.10.94: Visita de R. SENDIC a la ciudad del Chuy.
- 13.10.94: Sergio PREVITALI, Jorge VOITURET y Fernando VAZQUEZ visitan el Dpto. de Tacuarembó.
- 14.10.94: Fernando SENDIC y Germán PEREZ hablan en el Cerro.  
Eduardo MENDEZ y Eduardo RUBIO visitan Fray Bentos y viajan hasta la ciudad de Buenos Aires, a la Casa Cultural Uruguay.  
Acto del sublema "Por el Frente" (UNIR, MPP, M20M e IFI) en Antonio Machado 2089 (Jacinto Vera). Participaron: Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO (MPP), Alvaro ACERENZA (UNIR) y Lucas PITALUGA (M20M).  
Varias reuniones en Comités de Base con la concurrencia de distintos dirigentes.
- 15.10.94: Gira de S. PREVITALI y F. VAZQUEZ por el Dpto. de Artigas.
- 16.10.94: S. PREVITALI y María de los Angeles BALPARDA participan en una actividad en Colonia Nicolich.  
F. VAZQUEZ visita Paso de los Toros.



- 19.10.94:Eduardo RUBIO (26M) y Teresa VERA (CUF) visitaron la ciudad de Libertad, San José, junto con Sergio PREVITALI (PREGON).
- 21.10.94:Acto zonal de la Agrupación de UNIR en La Teja, Emilio Romero y Pedro Giralt. Participaron Eduardo RUBIO, Enrique ERRO y Germán PEREZ.
- 23.10.94:UNIR recorre Paso de la Arena, participando Alfonso CARRIQUIRI y F.SENDIC.
- 24.10.94:Visita de Fernando VAZQUEZ a la ciudad de Varela y Río Branco. Eduardo MENDEZ y Ricardo DAHER visitan Bella Unión. Inauguración de un local de UNIR en Peñarol: Casavalle entre Porté y Lamartine. Eduardo MENDEZ, César Ojeda, Alicia SORIA y Felipe CARBALLO recorren SALTO por la Lista 2000.
- 25.10.94:El barrio La Tablada del Dpto.de Salto recibe candidatos de UNIR: Eduardo MENDEZ, César OJEDA, Alicia SORIA y Felipe CARBALLO.
- 27.10.94:Sergio PREVITALI y Fernando VAZQUEZ visitan el Dpto.de Maldonado, mientras que Eduardo MENDEZ visita Florida, Paso de los Toros y Tacuarembó. María de los Angeles BALPARDA visita el Dpto.de Rocha y el Chuy.
- 28.10.94:Sergio PREVITALI viaja a la Ciudad de Buenos Aires y Rosario junto con la fórmula presidencial del FA. Actos zonales en: Mendoza e Instrucciones (Eduardo RUBIO, Luis GOMEZ y Juan A.SALDANHA) y en el local "Carlos Zufriategui" (E.ERRO y Raúl SENDIC).
- 29.10.94:Encuentro de Trabajadores de UNIR en Sede Central. Charla en el Barrio Sur: Durazno y Zelmar Michelini, E.ERRO y R.SENDIC. Acto zonal en Los Angeles y Campiñas, E.RUBIO, E.ERRO y Raúl SAAVEDRA. Caminata vecinal desde Lecoq y Aparicio Saravia hasta José B. y Ordoñez y Teófilo Díaz, participando E.RUBIO, Isabelino FLEITAS, Danilo ALVES y Leonel ACKERMAN. Charla vecinal en la Plazoleta del barrio La Isla (La Teja), con el candidato a la Junta Departamental, Germán PEREZ.
- 30.10.94:Caminata en la Coord.L desde Isla de Gaspar y Ramallo, E.ERRO, R.SENDIC, Luis GOMEZ e Isabelino FLEITAS.
- 30.10.94:Actividad en el Parque de los Aliados, organizada por la Agrup.de UNIR de la Coord."M", participando Cristina DIAZ y Alberto GARATEGUI.
- 03.11.94:Eduardo RUBIO da una charla en el Cté.de Base "La Paloma" (Coord."F"), Pasaje A esq. Pernambuco (Cerro). Angeles BALPARDA comienza una audición en CX36 dirigida a Depto.de Canelones (lunes a viernes de 11:45 a 12:00 h).
- 04.11.94:S.PREVITALI participa de una gira por Colonia (J.Lacaze y Rosario). A.GARATEGUI y E.RUBIO participan de la inauguración del Cté.de Base "La Garita", Holanda y Calle 6, Casabó.
- 05.11.94:Acto zonal en Plaza Vidella (Colón), hablan: E.ERRO, E.RUBIO y A.GARATEGUI.

Encuentro de MUJERES de UNIR en local central (Rondeau), participando María de los Angeles BALPARDA (M26M), Alba BALLESTRINO (CUF) y Lilián GONZALEZ (PREGON).  
Charla con Jorge VOITURET, Candelaria 1923 con una actividad en el barrio Ansina.

06.11.94: Caminata por Malvín Norte con los dirigentes Luis GOMEZ, E.ERRO y A.GARATEGUI.

Caminata por los barrios Tobogan y Artigas (Cerro), participando J.VOITURET y R.SENDIC.

Acto en Villa Teresa, en Plaza Tomás de la Sierra y Pérez de Rosas. S.PREVITALI y M.BALPARDA participan de acto en el Cté. "General del Pueblo", Solymar.

07.11.94: Plenario Nacional de UNIR.

09.11.94: La Dirección Nacional convoca a los militantes para participar en el acto del Encuentro Progresista en Industria y Gral. Flores.

Encuentro de la Dirección Nacional de UNIR con representantes de los vendedores ambulantes en el local central.

Inauguración de otro local de la lista 3000 en la Coord. "P", barrios Nueva Esperanza y Nuevo Leccoq, Continuación Albéniz, Pasaje "F", N°1545, participando E.ERRO y Rolf MULETABER.

10.11.94: E.RUBIO participa de una actividad en el Cté. de Base Andresito, García Peña y Antonio Machado (Coord. "C").

F.VAZQUEZ dará una charla en el Cté. de Base Los Orientales (Coord. "P"), Versalles e Islas Canarias.

Jornadas en ferias de la Costa de Oro.

12.11.94: Gran Jornada en Las Piedras. Kléver VAZQUEZ y Pablo FREIRE, integrantes de la plancha de suplentes de Angel SPINOGLIO, candidato a Intendente por el E.P. participarán de la misma junto a M.BALPARDA, Juan PRESSA y Carlos ALEJANDRO. Inauguración de local de UNIR en Garibaldi entre Ellauri y Aparicio Saravia, Las Piedras.

13.11.94: Acto de la Lista 3000 en la explanada de la Universidad.

16.11.94: María de los A. BALPARDA participa en una actividad en el Comité de Santa Rosa.

17.11.94: Sergio PREVITALI participa en un acto en el Comité de Base de San Jacinto, junto a Carlos ALEJANDRO.

Enrique ERRO participa en un acto en Melo.

Fernando VAZQUEZ visita Tacuarembó.

18.11.94: Fernando VAZQUEZ visita el Dpto. de Paysandú.

Sergio PREVITALI participa del acto de cierre de la campaña del FA en la Ciudad de Buenos Aires.

Eduardo MENDEZ participa en un acto en la Ciudad de Libertad.

19.11.94: Sergio PREVITALI participa del acto final en la Ciudad de Juan Lacaze, por las listas 609, 3000 y 205.

Eduardo MENDEZ habla en San Javier.

20.11.94: Eduardo MENDEZ visita la ciudad de Young.

9500055

012/12

9443940 9500056

NO. DOCUMENTO

TITULO Ola de arrestos a militares y religiosos opositores en Ir

PROCEDENCIA La Plana

FECHA DE RECEPCIÓN 22/11/94

VINCULACIONES 11876 -

507596 -

11164 -

11831 -

11163 -

Poco LEGIBLE

Ola de arrestos  
a militares y  
religiosos

opositores en Ir

El régimen de Saddam Hussein  
habría lanzado, en los últimos  
días, una amplia campaña de  
arrestos, de la que serían vícti-  
mas "un gran número de oficia-  
les del Ejército y de la aviación,  
además de numerosos religio-  
sos", en Bagdad y otras ciudades  
iraquíes, según denunció la oposi-  
ción.

NICOSIA/ANSA

La denuncia está contenida en  
un comunicado difundido desde su  
cuartel general en Salahuddin, Iraq,  
por el "Iraq Broadcasting Informa-  
tion" (IBC, órgano de información  
de la oposición al régimen de Hus-  
sein), recibido por la oficina de  
ANSA en Nicosia. Según el IBC,  
entre los arrestados estaría el coro-  
nel Mohammad Mazloum Al-Da-  
limi, comandante de la base aérea  
de Al-Bakr, que -como los otros-  
fue acusado "de oponerse al régi-  
men y de actuar para derrocarlo".

Según fuentes bien informadas  
citadas por el IBC, las personas  
arrestadas entre Bagdad, MOSUL  
Y Al-Ramadi serían alrededor de  
mil.

En las mismas ciudades y en la de  
Al-Faluja -prosigue el comuni-  
cado- fueron arrestados también  
muchos religiosos y predicadores  
islámicos responsables de haber  
crítico al régimen por la grave  
situación económica en la que se  
encuentra el país a causa del em-  
bargo decretado hace cuatro años  
por la Organización de las Nacio-  
nes Unidas, después de la invasión  
de Kuwait.

Las autoridades -concluye el  
IBC- arrestaron también a los fa-  
miliares de presuntos desertores  
para obligar a estos últimos a en-  
tregarse.

01-01

9500056

Nº. DOCUMENTO 9500057  
 TÍTULO China y Rusia impulsan el cese del bloqueo a Irak.  
 PROCEDENCIA La Nación  
 FECHA DE RECEPCIÓN 12/11/94  
 VINCULACIONES 11876 -  
 507596 -  
 507638 -  
 507294 -  
 11903 -

## Impulsan el cese del bloqueo a Irak

**Recompensa:** China y Rusia instaron a la UN a levantar gradualmente las sanciones a Bagdad, en respuesta al reconocimiento, por parte de Saddam, de la soberanía kuwaití. 12-11-94 LoNo

ROMA, 11 (ANSA).- Rusia solicitó a la UN que recompense con un gradual levantamiento de las sanciones contra Irak el gesto con el cual ayer Bagdad reconoció a Kuwait.

El canciller ruso Andrei Kozyrev declaró en una entrevista publicada hoy por la agencia Itar-Tass que Rusia "actúa para que el consejo de seguridad reaccione de forma adecuada ya en la próxima reunión".

Kozyrev, que ayer se presentó como promotor del acto de reconocimiento de Kuwait, subrayó la gran importancia política del gesto efectuado por Bagdad.

También China acogió hoy favorablemente el reconocimiento de Kuwait y, al igual que Rusia, lanzó un llamado a la comunidad internacional para que piense en un gradual levantamiento de las sanciones que se decretaron contra Irak.

"Nosotros acogemos el reconocimiento oficial de la soberanía de Kuwait y de la frontera iraquí-kuwaití por parte de Irak. Se trata de una etapa decisiva para concluir definiti-



Saddam

vamente la cuestión aún abierta de la guerra del Golfo", declaró Shen Guofang, vocero de la cancillería china.

### Interés económico

Por su parte, el gobierno ruso, además del deseo de volver a introducir a su propia diplomacia en los equilibrios políticos de la región, no escondió últimamente el fuerte interés económico en el levantamiento

de las sanciones decretas contra Irak en 1990.

Entre las sanciones figura la prohibición de vender crudo y sólo con las ganancias que Irak puede sacar con la venta de su petróleo, Bagdad se declaró capaz de pagar a Rusia deudas que ascienden a miles de millones de dólares de abastecimiento militar.

Asimismo, tras el levantamiento de las sanciones, se podrá poner en práctica el gran acuerdo de cooperación económica y comercial que ambos países firmaron durante el verano boreal.

### La versión árabe

La prensa árabe, en cambio, no comparte el optimismo de estas naciones y en sus artículos de hoy comentan con escepticismo y sarcasmo el reconocimiento iraquí.

En Líbano tanto el independiente An-Nahar como As-Safir, que refleja las posiciones de Damasco, se preguntan si el emirato "reconocerá a Irak, ahora que reconoció a Kuwait".

Por su parte, el diario saudita Al-Hayat, que se edita en Londres, escribe que el reconocimiento iraquí "no vale ni siquiera la hoja de papel sobre el cual está escrito".

El cotidiano concluye diciendo que el gesto "refleja la desesperada situación de Saddam Hussein y todos tendrían que entender que cualquier documento firmado por él no puede ser tomado en serio".

Nº. DOCUMENTO 9500058  
TÍTULO Negociaciones sirio-israelíes.  
PROCEDENCIA 150090  
FECHA DE PROCEDENCIA 30/11/94  
VINULACIONES 11876 -  
507603 -  
67190 -  
11879 -

## Establecen relaciones Israel y Jordania

AMMAN 28-11-94

AMMAN y JERUSALEN, 27 (EFE, AFP y AP). - Jordania e Israel anunciaron hoy el establecimiento de relaciones diplomáticas en el nivel de embajadores, por primera vez en la historia de los dos países, según un comunicado difundido simultáneamente en las capitales jordana e israelí.

"Los gobiernos del reino hachemita de Jordania y del Estado de Israel, de acuerdo con las previsiones del tratado de paz firmado entre ellos el 26 de octubre de 1994 (cláusula 5) y en su deseo de establecer y desarrollar una relación de amistad y cooperación, decidieron iniciar relaciones diplomáticas bilaterales en el nivel de embajadores a partir de hoy", señala el documento.

"Los dos países esperan que estas relaciones contribuyan a profundizar la paz y desarrollen la cooperación entre ellos, de modo tal que refuercen los vínculos bilaterales y contribuyan a la paz regional", agrega el texto.

El comunicado señala que Jordania e Israel intercambiarán embajadores "lo antes posible" y no menciona los nombres de los diplomáticos, pero fuentes oficiales jordanas confirmaron que Marwan Muasher será el primer jefe de la misión diplomática jordana en la capital israelí.

Israel estudia la designación del jefe de su estado mayor militar, Yehud Barak, como representante ante Amman.

Una delegación jordana encabezada por Omar Rifai, consejero de la Cancillería, visitará Tel Aviv el jueves a fin de hacer las gestiones necesarias para la apertura oficial de la Embajada jordana.

La delegación jordana también mantendrá contactos administrativos y diplomáticos relacionados con la apertura de la Embajada, incluida la elección de sedes apropiadas para la residencia del embajador y de la representación diplomática.

Algunas fuentes señalaron la posibilidad de que la delegación alquile una casa o bien la suite de un hotel de Tel Aviv, en vista del poco tiempo que tienen los dos países hasta el plazo del 10 de diciembre establecido en el tratado de paz para la apertura de las dos embajadas.

Jordania no reconoce a Jerusalén como la capital unificada de Israel, porque la parte Este árabe, ocupada por las tropas israelíes en 1967, fue parte del reino hachemita, y exige la retirada militar hebrea de esa ciudad.

Una delegación israelí encabezada por el asistente del canciller, Eitan Ben Tsur, debe llegar a Amman el jueves para efectuar una visita de dos días, durante la que mantendrá conversaciones con las autoridades jordanas acerca de la aplicación del tratado de paz, firmado el 26 de octubre.

## Rabin: "Negociaciones sirio-israelíes están paralizadas"

El Primer Ministro israelí, Yitzhak Rabin, dijo ayer que las negociaciones de paz entre su país y Siria están paralizadas respecto a los puntos principales: el alcance y fechas de la evacuación israelí de los alturas del Golán y las medidas de seguridad y normalización de las relaciones.

TEL AVIV/ANSA 30-11-94  
Siria, que suspendió las negociaciones con Israel en febrero pasado, después de que un extremista israelí mató a 30 palestinos en la Tumba de los Patriarcas en Hebrón, insiste en que la normalización sólo será posible después de la evacuación israelí de los alturas del Golán. Israel, en cambio, quiere antes normalizar las relaciones.

Replicando al Canciller sirio Faruk Shaara, que ayer recalcó en Bruselas la posición de su país, Rabin dijo que dicho Ministro se equivoca "si cree que Israel renunciará a sus exigencias de seguridad para satisfacer a Siria".

Para Rabin, la negociación con Siria quizás está destinada a terminar en la nada y, "si no se llega a un acuerdo en 1995, no será posible proseguir el proceso de negociación, porque 1996 será (para Israel) un año de elecciones du-



El Primer Ministro israelí Yitzhak Rabin explicó que las negociaciones están paralizadas en los puntos más importantes: las medidas de seguridad y la estabilización de las negociaciones.

rante el cual será difícil tomar decisiones arduas".

Con la intención de destrabar las negociaciones entre Israel y Siria, el Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, visitará Medio

Oriente del 6 al 8 de diciembre. En tanto, en los círculos gubernamentales israelíes se manifiesta descontento por la decisión de la Unión Europea de revocar el embargo a la exportación de material de guerra a Siria.

# Enérgica reacción de Siria ante acusaciones de Israel

25-11-94 La No.

**Contrataque:** Damasco denunció, en respuesta a recientes declaraciones de Rabin, que los judíos se quieren quedar con tierras que no les pertenecen.

DAMASCO, 24 (AP).- "La declaración de Rabin demuestra una vez más que Israel sigue aferrándose a su engaño para descarrilar el proceso de paz", señala el diario Al-Thawra, del gobierno.

La publicación agrega que las garantías que recibió esta semana Rabin en Washington de que continuará la ayuda financiera norteamericana le han hecho perder interés en la paz.

"Rabin, satisfecho con los resultados de sus conversaciones en Washington y con una promesa norteamericana de no cortar la ayuda a Israel, se retractó de su declaración anterior en la que anunciaba que no está listo para pagar el precio que Siria demanda para lograr la paz", dice Al-Thawra.

"Rabin debería comprender que sus intentos de chantaje no prosperarán mientras las posiciones sirias sean firmes y claras y que nadie puede arrastrarla a la trampa de los compromisos y las concesiones."

Pese a los acuerdos firmados con Jordania y los palestinos el año pasado, las conversaciones de paz de Israel con Siria y el Líbano siguen estancadas. Damasco exige el retiro total de las Alturas del Golán, que Is-

rael capturó en 1967. Israel solamente ha ofrecido un retiro parcial y paulatino.

Líbano, que es dominado por Siria, guarda un progreso en el frente sirio.

Otro diario controlado por el estado, Tishrin, dice que las declaraciones de Rabin en Washington demuestran que Israel "evalúa el proceso de paz por medio de lo que pudiera ganar a expensas de los derechos, territorios y dignidad árabes".

"¿De qué precio habla Israel?", se pregunta. "Cuando se retire del Golán y del sur del Líbano, no estará cediendo nada que le pertenezca... Israel ha ocupado nuestros territorios por la fuerza y la agresión y su retiro no debe ser materia de compromiso", acota.

## La negociación sirio-israelí se halla estancada

24-11-94 LA NACION

**Desánimo:** el gobierno de Assad habría rechazado medidas de buena fe y se negaría a determinados renunciamentos.

JERUSALEN, 23 (AP).- Dirigentes israelíes dijeron hoy que sus negociaciones de paz con Siria quedaron estancadas al rechazar el gobierno de Damasco varias medidas de buena fe y no renunciar a otras condiciones inaceptables.

"No tenemos impulso suficiente para progresar", dijo el ministro de Relaciones Exteriores Shimon Peres a The Associated Press.

"Básicamente, el problema es que Siria nos pide que cedamos a cual-

quier cosa que pidamos y luego negociaremos", añadió.

Esta valoración pesimista fue formulada mientras, según informaciones de prensa, Siria e Irán comenzaron a montar cohetes Scud de fabricación norcoreana.

El diario Davar dijo que según un funcionario de inteligencia israelí en Washington, Siria e Irán recibieron además material para fabricar por su cuenta la totalidad del cohete.

El modelo Scud-C tiene un radio de unos 500 kilómetros.

Disparados desde la frontera podrían alcanzar cualquier parte del territorio israelí.

**Otro paso**

El primer ministro Yitzhak Rabin dijo a los periodistas al finalizar su

recorrido que Siria debe dar ahora el paso siguiente en las conversaciones de paz.

"Siria no nos hace un favor cuando efectúa negociaciones de paz con nosotros", dijo Rabin en comentarios publicados hoy. "Siria debe comprender que, si realmente quiere la paz, debe hacer mucho más a fin de convencer a la opinión pública israelí de que busca la paz".

Siria, dijo el primer ministro, rechazó medidas propuestas por Israel y los Estados Unidos para demostrar su buena fe, como un encuentro entre un funcionario sirio y los padres de un soldado israelí desaparecido en el Líbano.

Otras propuestas incluyen un intercambio de periodistas, dijo Rabin.

Peres dijo que los sirios plantearon además condiciones inaceptables al exigir que Israel se declare dispuesta a devolver la totalidad de los Altos del Golán, que capturó en 1967, antes de iniciar de lleno las negociaciones.

"Dijimos que estamos dispuestos a retirarnos de los Altos del Golán, pero depende de la magnitud de la retirada", dijo Peres.

"No podemos comenzar aceptando lo que nos piden los sirios", agregó.

Rabin dijo que está dispuesto a desmantelar los asentamientos judíos y a entregar una parte significativa del Golán a cambio de paz con los sirios. Los israelíes piden a Assad que describa los detalles de la normalización de relaciones.

9500058

02-02



Nº. de DOCUMENTO

9500059

TÍTULO

Dificultades en el proceso de paz entre Israel y Siria

PROCEDENCIA

150090

FECHA DE RECEPCIÓN

30/11/94

VARIABLES

11876 -  
507603 -  
6790 -  
11879

## Siria Exige Retiro Israelí; "Acuerdos no Sobrevivirán"

13-11-94 EL PAÍS

DAMASCO, 12 (AP). — Siria pidió hoy a Israel que entregue los territorios ocupados para reducir los crecientes ataques de extremistas palestinos.

Los israelíes deberían sacar lecciones de los actuales atentados en los territorios ocupados y comprender que los acuerdos que acaban de concluir, bajo presión, con esta o aquella parte árabe, no sobrevivirán mucho debido a la creciente diferencia entre el contenido de esos acuerdos y las aspiraciones árabes", dijo el ministro gubernamental Tishrin en un editorial de primera página.

El comentario fue formulado tras el ataque suicida ocurrido ayer en la franja de Gaza, que mató a tres soldados israelíes e hirió a 11 personas, entre ellas una familia palestina. El grupo extremista islámico Jihad se atribuyó el atentado.

Un grupo opositor palestino con base en Siria, el Frente Democrático para la Liberación de Palestina, indicó que "el sangriento ciclo de violencia" no cesará "mientras continúe la ocupación israelí".

El Frente, que se opone al acuerdo de autonomía firmado

hace un año por el dirigente Yasser Arafat con Israel, advirtió en una declaración que la violencia no puede ser detenida "por medios militares o las órdenes del primer ministro israelí Yitzhak Rabin a Arafat para que libere una guerra" contra en la autónoma franja de Gaza.

Tishrin reiteró la posición siria en sus negociaciones con Israel, atascadas desde febrero, aunque los palestinos y Jordania firmaron acuerdos con Israel el año pasado.

Damasco exige la completa retirada israelí de los Altos del Golán, una meseta ocupada por Israel en 1967, y del sur libanés, donde Israel ocupa una franja de seguridad desde 1982.

Los israelíes ofrecieron una retirada parcial y escalonada de los Altos del Golán pero dieron a entender que podrían ofrecer más si Siria define el tipo de tratado de paz que está dispuesta a firmar.

El Líbano, controlado por Siria, no puede firmar la paz con Israel antes de que lo haga Damasco.

JUAN CARLOS CON HUSSEIN

Mientras tanto en Jordania, el rey Hussein y el monarca español Juan Carlos debatieron hoy el tratado de paz jordano-israelí y el desarrollo del proceso de paz de Israel con otros estados árabes, informó hoy la radio jordana.

La radio dijo que Juan Carlos, cuya nación fue sede de la conferencia de paz de 1991 que condujo a las negociaciones árabe-israelíes, manifestó apoyo al tratado de paz, que puso fin a casi cinco décadas de hostilidades con el estado judío.

Los monarcas, que mantienen relaciones amistosas, también debatieron los vínculos jordano-españoles en varios campos y la cooperación económica, dijo la radio.

## Israel no hará concesiones a Siria que hagan peligrar su seguridad

El primer ministro Yitzhak Rabin dijo ayer que no hará concesiones a Siria que puedan hacer peligrar su seguridad nacional, y ridiculizó las denuncias de Damasco de que el Estado judío tenga una actitud empecinada.

El ministro sirio de Relaciones Exteriores, Farouk Sharaa, culpó a Israel el lunes por el empantanamiento de las negociaciones bilaterales de paz.

Siria insiste en que Israel declare primero su voluntad de retirarse de la totalidad de las Alturas del Golán antes de iniciar en forma detallada las conversaciones de paz. Israel se opone.

Rabin, que habló en la víspera en la inauguración de un cruce de rutas, dijo que el próximo paso depende de Siria, no de Israel.

El Estado judío exigió que Damasco abra sus fronteras y tome ciertas medidas de seguridad antes que Jerusalén organice la ampliación de su repliegue.

"Insistimos en ciertas cosas que consideramos perentorias para la seguridad" de Israel, dijo Rabin.

"Si Sharaa espera que abando-



Posición israelí

Rabin señaló que el próximo paso en las negociaciones lo debe dar Damasco

nemos las Alturas del Golán inmediatamente, se equivoca de medio a medio", declaró el premier israelí. Israel conquistó el Golán en 1967.

Rabin ofreció a Siria una retirada en dos fases de esa estratégica meseta a lo largo de varios años, aunque la demarcación final de la frontera aún no está definida.

Rabin manifestó que si las negociaciones no producen resultados para fines de 1995, no tendrá

sentido continuar, y una nueva negociación quedaría en manos del nuevo gobierno israelí.

El Estado judío efectuará elecciones generales en 1996.

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, llegará la próxima semana al Medio Oriente para intentar destrabar el diálogo sirio-israelí y encontrar una solución a los varios puntos que quedan por acordar. (De la redacción de El Observador en base a fuentes de AP)

## Siria



- Superficie: 185.180 km<sup>2</sup> (incluyendo 1676 km<sup>2</sup> de las alturas del Golan)
- Capital: Damasco
- Religión: 86% musulmana, 12% cristiana, 2% otras religiones
- Moneda: libra siria (1 dólar=42 libras sirias)
- Idioma: árabe
- Presidente: Hafez al-Assad (desde 1970)
- PBI: 17.326 millones de dólares (1981)
- PBI per cápita: 1180 dólares
- Inflación: 14 por ciento anual
- Deuda externa: 17.000 millones de dólares
- Relaciones comerciales con la Argentina: el intercambio comercial es escaso y favorece ampliamente a nuestro país.
- Exportaciones argentinas a Siria: 37,1 millones de dólares en los diez primeros meses de 1983. Se venden cereales, alimento para animales, té, yute mato y especias.
- Importaciones argentinas desde Siria: apenas 400.000 dólares en el mismo período. Se compraron café, té, especias y calzado.

# Damasco, una postal en pleno movimiento

**Mezcla:** construcciones de seis siglos lindan con modernos edificios, entre un tránsito caótico y el canto de los almuácinos.

**DAMASCO** (De un enviado especial). Caótica, estresante, imponente, nueva y vieja a la vez, todas las mezclas parecen posibles en la capital siria, orgullosa de ser probablemente la ciudad más antigua que aún existe sobre la Tierra.

Una rápida recorrida por el centro de Damasco es suficiente para admirarse por varias cosas que, aunque puedan parecer incompatibles, acá se asumen como naturales y cotidianas. Construcciones de seis siglos de antigüedad, como la mezquita Omayyad, están a pocos metros de un edificio en vías de construcción, que abundan en el centro histórico.

Junto a una mujer de velo y chador hay muchas, otra vestida a la occidental, que también abundan; junto a mercados modernos se mantienen los viejos zocos donde negociar piastra a piastra es una tradición que se conserva; junto a autos último modelo, otros que harían las delicias de coleccionistas (aunque esto también es casi una regla en cualquier ruta del interior de la Argentina).

Lo que en nuestro país seguro que no se consigue es la historia milenaria, que en Damasco directamente se respira. Hititas, asirios, persas, romanos, califas, turcos, mamelucos egipcios, mongoles, cruzados, franceses, ingleses pasaron por estas tierras, dejando la mayoría su huella impresa en la cultura y en el desarrollo del país. Aquellas huellas de "crisol de razas" y "cuna de civilizaciones" parecen definidas en honor a este país.

Claro que, pese a todas esas mezclas, este es definitivamente un país árabe y musulmán. No a la manera iraní, fanática y ocurrentista, sino

casi de modo occidental, en una relación más directa con Alá y con menor necesidad de mostrar públicamente qué piadoso que es uno.

Cinco veces por día se puede comprobar. Son los momentos en que desde los minaretes que dominan la ciudad, los almuácinos convocan a las plegarias cotidianas de cara a La Meca. Para un recién llegado, como este cronista, la sorpresa es inmediata: absolutamente nadie se hinca de rodillas en la calle, saca su alfombra o estera y se pone a rezar, tal como uno siempre se imaginó. "Eso acá no existe", se reza pero en las casas o, si uno está afuera, en las mezquitas. Pero en la calle no, por favor, eso es para los fundamentalistas que en Damasco, por suerte, no hay", dijo a LA NACION una argentina residente en esta ciudad, donde escuchar hablar en castellano o en un inglés comprensible es un milagro.

No faltan, por supuesto, las mujeres con chador o vestidas de negro. Otras, aún con ropas occidentales, llevan el pelo cubierto, tal como se exige en el Corán. Pero la despreocupación por las normas religiosas que impliquen cuestiones cotidianas parece ser la regla en esta ciudad caótica, donde el verdadero milagro es que sus habitantes no mueran todos los días por accidentes de autos.

Lo que tampoco falta es la cara del Hermano Mayor, el presidente Hafez al-Assad, que desde retratos a todo color adornados con flores y guirnaldas, controla a todo el mundo desde las paredes, las calles, los balcones, los vidrios de los autos y hasta el lobby del Sheraton Hotel.

Ya en la ruta que separa al aeropuerto del centro de la ciudad, una docena de carteles, casi los únicos que hay, enseñan a los visitantes quien gobierna desde hace casi 25 años en el país. Algo que Menem, que mañana obligatoriamente los verá, seguramente envía en secreto.

Nº. DOCUMENTO 9500060

TÍTULO Damasco, el centro de una zona convulsionada.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE RECEPCIÓN 21/11/94

VINCULACIONES 11876-

67190-

10195-

11164

## Damasco, el ombligo de una zona convulsionada

21-11-94 Lo No

**Estratégica:** la capital siria se encuentra a 70 kilómetros de Beirut, a 200 de Tel Aviv y a 230 de Jerusalén: potencia militar.

**DAMASCO** (De un enviado especial). Si en muchos casos la ubicación geográfica es determinante en la influencia que un país puede tener en la zona que lo rodea, en Siria esto es más exacto que nunca.

Como construida a propósito en el medio de todo, Damasco es prácticamente el ombligo de este convulsionado Medio Oriente.

Veamos: apenas 70 kilómetros, casi la misma distancia que existe entre Buenos Aires y La Plata, separan a la capital siria de la agitada Beirut, lo que también explica la enorme influencia que el gobierno sirio tiene sobre El Líbano, sobre cuyas políticas hace y deshace a gusto desde hace más de una década.

Aunque un poco más lejos, Tel Aviv y Jerusalén también están prácticamente al alcance de la mano: a 200 y a 230 kilómetros, respectivamente.

Claro que, a diferencia de una zona "tranquila", esa distancia difícilmente se pueda recorrer en las dos horas que supone el trayecto.

De Siria a Israel es prácticamente imposible pasar porque en esas rutas debe existir, todavía hoy, la mayor densidad de armas y soldados por kilómetro cuadrado en el mundo entero. Resabios de una guerra que, aunque sin armas, aún perdura.

Y el mejor ejemplo de esto lo dan las propias fuerzas armadas sirias, que no tienen nada que envidiar a las mejores equipadas de occidente. Además de Israel, sólo Irán, cuando el sha era "el guardián del Golfo" podía pensar en hacerle sombra.

Aunque la realidad de sus fuerzas es un secreto muy bien guardado, las revistas militares occidentales que se ocupan de hacer los relevamientos de todos los ejércitos del mundo aseguran que las FF. AA. sirias tienen 408.000 efectivos en actividad y otros 400.000 en reservas, una cifra que, en los hechos, significa un hombre en armas cada 18 habitantes. En la Argentina, apenas como comparación de números ya que es imposible ha-

Clarín



Distancias aproximadas desde Damasco

Jerusalén	230
Beirut	70
Tel Aviv	200
Amman	100
Bagdad	720
Kuwait	1200
Chipre	300
Atenas	1200
El Cairo	600

Fuerzas Armadas

	Siria	Argentina
Tropas en actividad	408.000	100.000
Reservas	400.000	100.000
Aviones de combate	689 (250)	30 en actividad
Helicópteros armados	100	25
Blindados	4000	140
Cañones de artillería	2500	140

cerio en cuanto a la realidad de los dos países, esa relación es de un soldado cada 420 civiles.

En los demás rubros, la potencia militar se mantiene intacta, ya que Hafez al-Assad contaría con 689 aviones de combate (la Argentina tiene, en aptitud, sólo 30), 100 helicópteros (25), 4000 blindados (140) y 2000 cañones de artillería remolcada. Y esto es apenas lo que se conoce.

Ninguna de las fronteras de Siria es tampoco lo que se pueda decir un

oasis de tranquilidad o el lugar que uno elegiría para pasar en calma sus vacaciones. Veamos: al Norte, Turquía y el problema de los kurdos; al Este, el Irak de Saddam Hussein; Jordania, al Sur, y al Oeste, Israel (o Palestina, como acá se lo llama hasta en los folletos del Sheraton Hotel), el Mediterráneo y El Líbano.

Lo que se dice, y nunca mejor dicho, una verdadera "zona caliente".

## El complejo país que recibe al Presidente

21-11-94

CLARÍN

**DAMASCO** (Enviado especial). - En el barrio cristiano de Bab Tuma, nombre de la imponente puerta del siglo III que permite acceder a él, un joven vendedor de artesanía asegura en perfecto español que el turismo florece en Siria porque el presidente Hafez Assad "decidió buscar la paz", obvia alusión al conflicto árabe-israelí.

Todavía es difícil evaluar hasta qué punto el abrupto agravamiento de estos días del enfrentamiento en la franja de Gaza entre el gobierno autónomo de Yasser Arafat y los grupos palestinos más radicalmente opuestos al acuerdo con Israel pueden influir en la actitud política de Siria. Damasco tiene una relación fuerte con algunos de esos grupos, como el Hamas, protagonista principal de los enfrentamientos y volcado hacia concepciones integristas, y también con organizaciones de la izquierda de la OLP, como la de George Habbash, que cuestionan la actitud negociadora del Al Fatah de Arafat.

### La pacificación

Pero el aserto de aquel vendedor expresa la percepción de que Assad y su partido hegemónico en Siria, el Baath -Partido Socialista de la Resurgencia Árabe-, definieron en los últimos tiempos una estrategia global de pacifica-

ción, cuya primera expresión fue la decisión de entablar contactos informales con Israel a través de los embajadores de los dos países en Washington.

Todo indica que el ritmo de implementación de esa estrategia será extremadamente prudente, extendida en el tiempo, acomodada a los saltos del proceso del acuerdo entre israelíes y palestinos. También, estrictamente atada a la satisfacción de las reivindicaciones territoriales sirias -la devolución por parte de Israel de las alturas del Golan y de la franja que ocupa en el Líbano-, y por el criterio central de la unidad árabe con que, hacia 1940, Michel Aflaq fundaba el partido Baath.

La estrategia política -para la que, según se dice, Carlos Menem pedirá a Assad un poco más de velocidad por encargo del canciller israelí Shimon Peres- tiene un correlato económico.

Con una organización centralizada y gastos militares equivalentes a un tercio del presupuesto anual, Siria tiene una estructura productiva ligada en forma prioritaria a la agricultura y el petróleo, que implica el 26 por ciento de sus exportaciones. En los últimos años, y gracias al cambio cualitativo que significó su alineamiento contra Irak en la guerra del Golfo de 1991, se

formalizaron proyectos de crecimiento industrial a partir de facilitar inversiones japonesas y de Europa occidental.

El turismo es otra de las actividades impulsadas por el gobierno, en este juego convergente entre los signos de transición política y económica, en el que la tercera variable es la estabilidad política interna a partir del monolítico poder del Baath y de Assad, cuya presencia personal en la vida cotidiana de los sirios está asegurada por los innumerosos paneles con su figura visibles en todos lados.

El único punto de inquietud respecto de esta estabilidad surgió hace 10 meses con el trágico accidente que costó la vida de su hijo mayor -homenajeado con veneración en las calles con afiches y fotos tan repetidos como los de su padre-, a quien el presidente venía preparando larga y cuidadosamente como su sucesor. El luto por el primogénito va a influenciar esta noche el protocolo de la visita de Menem, porque obligará a que su hija Zulema quede ubicada lejos de su padre en la comida oficial en honor del visitante.

Si la dinámica palestino-israelí no cambia las cosas, no parece difícil que Siria alcance su objetivo de multiplicar rápidamente el millón de turistas extranjeros que la visitaron en el último año.

Ya Damasco se ofrece como una muestra del sincretismo cultural de un país en el que se sucedieron periodos de influencia cananea, asiria, persa, fenicia, romana, otomana, cristiana bizantina, de los cruzados del cristianismo occidental y que, en las últimas décadas, compartió con Egipto un lugar central de la concepción panárabe.

Hasta la jornada familiar del miércoles en Yabrud, esta Damasco prolífica, cambiante y bulliciosa -en la que en las calles no hay signos de miseria ni tampoco de la opulencia saudita o de los Emiratos- será el escenario del más ansiado y postergado viaje presidencial de Menem.

01-01

9500060

Nº. DOCUMENTO 9500061  
TÍTULO Visita del presidente argentino a Siria.  
PROCEDENCIA 150090  
FECHA DE PROCEDENCIA 25/11/94  
VINULACIONES 11876 -  
67190 -  
66960 -  
11164 -  
11399 ✓

# Menem culminó su visita a Siria

## ● Transmitió mensaje israelí a Presidente Assad

*El Presidente argentino Carlos Menem, declaró hoy en Damasco, que transmitió a su homólogo sirio Hafez al Assad un mensaje del Canciller israelí Shimon Peres, sobre las alturas del Golán, que dio pie a un malentendido derivado de la traducción de las palabras del Mandatario argentino.*

24-11-94 Redacción, ANSA y EFE  
LoMo (DAMASCO)  
Menem hizo esa revelación en Damasco durante una rueda de prensa al término de una visita oficial de tres días a Siria. Sin embargo, un error en la transcripción de las palabras del Presidente argentino, dio pie a una errada interpretación de sus declaraciones.

El Presidente no se habría referido a la disposición de Israel a retirarse totalmente de las alturas del Golán, sino a la total disposición de Israel a retirarse de las alturas del Golán. La errada interpretación provocó una reacción del Canciller israelí, Shimon Peres, quien precisó que esa "no es mi posición". El Primer Mandatario argentino dijo a los periodistas que mantuvo un encuentro semanas atrás con el Canciller Peres en Nueva York, al margen de la Asamblea General de Naciones Unidas. El Golán "volverá muy pronto a estar en poder de sus propietarios", aseveró Menem, que añadió que "existen todavía algunos obstáculos, pero creo que serán superados". "Sé que el Presidente Assad es capaz y que es posible que las tierras sean devueltas sin derramamiento de sangre", añadió. Argentina, explicó Menem, es de los países que están a favor de la resolución 242 de la ONU que

establece la devolución a Siria de los territorios ocupados por el estado israelí en la guerra de 1967.

"Argentina presidirá a partir del año que viene el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, añadió Menem, y hará todo lo posible para que se obtenga la paz en Medio Oriente". El Presidente argentino observó que su país está dispuesto a enviar soldados bajo la bandera de la ONU para participar en una eventual fuerza de paz entre Israel y Siria tras la firma de un acuerdo.

Por último, trascendió que los habitantes de Yabrud (a unos 80 kilómetros de Damasco), donde el Presidente argentino cuenta con numerosos parientes y amigos que lo consideran un "hijo", agasajaron a Menem, que hoy visitó la localidad por tercera vez. Menem estuvo en 1962 y en 1989 en Yabrud durante la campaña electoral. Hoy, el Presidente del Concejo comunal de la localidad, Youssef Qasous, lo saludo diciendo que "estamos orgullosos de que nuestro hijo sea ahora el Presidente de Argentina. Cuando vino aquí hace cinco años, nos dijo que volvería siendo el Jefe de Estado de la Nación Argentina (...) y ha cumplido con la palabra".

El Presidente argentino regresaba esta noche a Buenos Aires.

**En el primer acto público de su visita oficial a Siria, y ante el monumento a los muertos en las guerras de ese país, Menem ratificó ayer que la Argentina apoya la aplicación de las resoluciones 242 y 338 de las Naciones Unidas, que plantean la necesidad de que Israel se retire de las tierras árabes ocupadas en las guerras de 1967 y 1973. Menem reveló también que entregará a su colega sirio Hafez Al-Assad un mensaje del canciller israelí Shimon Peres,**

### Clarín EN SIRIA 22-11-94

DAMASCO (Enviado especial).-Tal vez el vicepresidente norteamericano Al Gore sepa si, como afirmaban anoche algunos voceros del Gobierno, Carlos Menem pidió en la noche de Damasco una llamada para comunicarse con él. Pero, en la delegación argentina, hasta anoche no se conocía el contenido concreto del mensaje para el presidente sirio Hafez Assad que, según confirmó el mismo Menem previamente, trajo de parte del canciller israelí Shimon Peres.

Precisamente en el momento en el que Assad y Menem tenían su primer tête-à-tête oficial, en Jerusalén Shimon Peres se encargaba -nadie puede creer que por casualidad- de oficializar desde Israel la gestión de Menem en Siria. "El presidente Menem -decía- está en inmejorables posibilidades para llevar mensajes de paz de Israel a Siria y de Siria a Israel", y recordaba la condición de descendiente de sirios del presidente argentino y su interés por comprometerse con el proceso paz en Oriente Medio. Es posible que hoy, en el desayuno, Menem dé alguna pista a los enviados que cubren su visita.

Lo que sí se supo tras la reunión de Menem con Assad -y tal vez dé una idea del espíritu global de la propuesta-, es que la Argentina, y por primera vez de manera tan contundente, aseguró formalmente a Siria que apoya la aplicación de las resoluciones 242 y 338 de las Naciones Unidas, que plantean la necesidad de la retirada israelí de las tierras árabes ocupadas tras las guerras de 1967 y 1973.

Además de decirse así a Assad -los gestos argentinos hacia Israel en 1992 tuvieron mucho que ver con el enfriamiento de las relaciones entre Buenos Aires y Damasco-, Menem eligió incluso un escenario simbólico para anticiparlo.

Recién llegado a Siria, el Presidente concurrió a homenajear a los mártires de

la guerra en el monumento-cementerio de Najha (véase recuadro). El monumento es para los mártires de todas las guerras sirias, pero hasta los alto relieves destacan, por sus ropas y armas, a aquellos que murieron en los enfrentamientos con Israel.

Fue allí mismo, cuando el Presidente confirmó que traía el "mensaje de paz de Peres" y explicó que no podía adelantar su contenido hasta que, algo más tarde, se lo transmitiera personalmente a Assad.

Y fue también allí cuando comentó que toda iniciativa de paz deberá "tener en cuenta la resolución 242 de las Naciones Unidas, esto es el criterio del cambio de paz por tierras". Más aún, precisó que, en el caso de Siria, la aplicación de esos criterios implica la devolución de las alturas del Golán, la meseta casi fronteriza ocupada por Israel en 1967, y caracterizó como "justo" ese reclamo de Damasco.

Si se tienen en cuenta la simultaneidad de la visita, la declaración de Menem, la de Peres y la eventual participación de Washington en esta operación, entre los argentinos era imposible, anoche, evitar las conjeturas. La más concreta, contabilizando además algunas declaraciones del premier israelí Yitzhak Rabin de la semana pasada sobre las realidades con las que tiene que contar su gobierno para negociar con Siria, implicaría que Jerusalén está dispuesto a empezar a hablar de la devolución del Golán.

Todo indica que el tema puede haber sido objeto de análisis aún más detallado en las reuniones que, paralelamente, sostuvieron el canciller Guido Di Tella con su par sirio Faruk Al Sharna. Después de la comida oficial de homenaje a Menem, resultó infructuoso comunicarse con Di Tella, con su secretario general Andrés Cisneros o con el subsecretario de Relaciones Exteriores y flamante designado embajador en Londres, Rogelio Pfirtner.

Carlos Eichelbaum  
Copyright Clarín, 1994

01-02

9500061

# Menem reveló que Siria rechazó la propuesta enviada por Israel

25-11-94 CLARÍN

**El presidente Carlos Menem, al volver ayer de ese país, reveló que Siria rechazó la propuesta que, por su intermedio, había mandado Israel al presidente Hafez Assad. Esa propuesta consistía en aumentar la jerarquía de los funcionarios que negocian la paz sirio-israelí actualmente en Washington.**

El presidente Carlos Menem reveló ayer que su colega de Siria, Hafez Assad, rechazó el mensaje de Israel, que él le había transmitido personalmente el martes en Damasco, en el sentido de aumentar lo máximo posible la jerarquía de los funcionarios que participan de las negociaciones de paz sirio-israelíes, que actualmente se desarrollan a nivel de embajadores acreditados en Washington.

Luego que el gobierno de Israel desmintió las declaraciones que las agencias internacionales atribuyeron a Menem en Damasco, en el sentido de que era portador de un mensaje según el cual Israel estaba dispuesto a ceder totalmente las alturas del Golan a los sirios, el propio Presidente -al regresar ayer- reveló el resultado de su gestión.

"El presidente de Siria me pidió que yo le dijera al señor Rabin que si con los funcionarios que actualmente están en el diálogo por conseguir la paz no hay ningún tipo de avance, mal puede entonces pretender elevar el nivel de la jerarquía de los funcionarios que están en el tema, si es que con esto no se hace absolutamente nada", dijo Menem a los periodistas en Buenos Aires.

La negativa de Assad a incrementar el nivel de las negociaciones fue rápidamente transmitida telefónicamente por el canciller Guido Di Tella -que se encontraba ayer en Bruselas participando de una reunión entre el Mercosur y la Unión Europea- a su colega israelí Shimon Peres,

quien había solicitado en setiembre pasado la gestión a Menem.

"Eso es todo", comentó Menem, molesto con los entredichos que provocaron sus declaraciones en Damasco.

Con la intención de bajar los decibeles que provocó la desmentida de Peres a las palabras de Menem en cuanto a las alturas del Golan, que Israel mantiene ocupadas desde la guerra de los Seis Días en 1967 (véase aparte), el encargado de América latina de la Cancillería israelí, Dov Schmorak, agradeció la gestión de Menem y negó que su país haya protestado por el equívoco que provocaron las interpretaciones de las palabras de Menem.

Schmorak confirmó a Radio Mitre que Peres le había pedido a Menem que "aprovechara la influencia que tiene en Damasco" gestionando un aumento del nivel de las negociaciones de paz, pero "sin hacer mención a la sustancia del conflicto", es decir, las alturas del Golan, cuya devolución Siria reclama como condición para negociar la paz.

Schmorak recordó que una reunión sirio-israelí al más alto nivel implicaría un reconocimiento mutuo entre ambos estados. Siria, al igual que otros países árabes, se niega a reconocer la existencia jurídica del Estado de Israel. "No se negocia con alguien que no existe", acotó el diplomático israelí.

"Antes de cualquier negociación las partes toman una posición que es la de partida, la inicial. Esta no debe ser exac-

tamente la posición al terminar las negociaciones, porque allí se va a hablar sobre seguridad, sobre garantías, sobre establecimiento de relaciones diplomáticas", explicó.

"Sería totalmente absurdo si alguna de las dos partes, antes de comenzar las negociaciones, pasara un mensaje a la otra diciendo que acepta su posición inicial" dijo Schmorak, refiriéndose a las declaraciones atribuidas a Menem sobre la supuesta disposición de Israel a devolver las alturas del Golan a los sirios.



Nº. DOCUMENTO 9500062  
 TÍTULO Jordania e Israel reanudaron los lazos diplomáticos.  
 PROCEDENCIA 150090  
 FECHA DE PROCEDENCIA 28/11/94  
 VINCULACIONES 11876 -  
 507605 -  
 507603 -  
 11164 -  
 11399 -

## Jordania e Israel Reanudaron los Lazos Diplomáticos Como se Preveía

AMMAN, Jordania, nov 27 (Reuters) - Jordania e Israel anunciaron hoy que establece-

rán lazos diplomáticos de acuerdo con el acuerdo de paz el mes pasado, tendiente a normalizar las relaciones después de 46 años de conflictos.

En un comunicado conjunto emitido en Amman y Jerusalén allanaron el camino hacia la apertura de embajadas en Amman y Tel Aviv antes del 10 de diciembre, tal como lo establece el tratado.

Un grupo de escolares jordanos viajará el lunes a Israel para participar en festejos en Haifa y serán los primeros jordanos que ingresan formalmente en Israel desde que ambos países acordaron permitir el acceso a visitantes el 14 de noviembre, dijeron funcionarios fronterizos.

Cientos de turistas israelíes ingresaron en Jordania en las últimas dos semanas.

## Hussein de Jordania y Rabin Ponen en Marcha Tratado Para la paz

JERUSALEN, 10 (EFE). — A tres semanas de su firma en el desierto de Arabia, el rey Hussein de Jordania y el primer ministro de Israel, Isaac Rabin, han intercambiado los instrumentos del tratado de paz hoy, jueves, y le han dado vigencia oficial.

El intercambio de los documentos, ya refrendados por los gobiernos y los parlamentos de Jordania e Israel, tuvo lugar en la institución cultural Beit Gavriel, a orillas del lago Genezareth, en el norte de Israel, donde celebraron una reunión de trabajo.

Se trata de la primera visita pública del rey Hussein a Israel, donde se reunió varias veces con sus autoridades en las últimas décadas, y también de su hermano, el príncipe heredero Hasan, que asistió a la ceremonia junto con el primer ministro El-Mayari.

"Esta es una paz honorable y que durará, pues así quisimos que fuera desde un principio", dijo el rey Hussein. Por ello "espero que también las generaciones venideras lo defiendan", agregó.

Este tratado de paz "fue aprobado por la gran mayoría del pueblo israelí, por un amplio consenso nacional, y por la simpatía que le profesan nuestro pueblo, antes de firmarlo", dijo de su parte el primer ministro Rabin.

"Ahora hay que llenar este tratado de contenido, y crear nuevas relaciones entre nuestros pueblos y países", afirmó. "Ahora debemos construir las relaciones de la paz, y puedo decirle que el pueblo de Israel está más que ansioso por hacerlo", agregó.

El rey Hussein expresó la esperanza de que "este acto sea uno de los muchos para concretar una paz global en esta zona", en tanto que Rabin

previó "un nuevo Medio Oriente de paz para todos".

Dentro de un mes, a partir de la fecha, y según lo estipulado, el reino Hashemí de Jordania e Israel intercambiarán embajadores, que tendrán su sede en Tel Aviv y Amán, respectivamente.

El tratado de paz, ahora también refrendado por el rey Hussein, fue firmado el pasado 26 de octubre por Rabin y su colega jordano Abed Salam el-Mayari, y por el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, que lo hizo en calidad de "testigo".

El último organismo de Gobierno en aprobarlo fue el Senado del Parlamento jordano, que lo sancionó el miércoles en Amán por 33 votos a favor en un total de 40 representantes.

La delegación jordana, recibida por el primer ministro Rabin y su comitiva, alanzó en dos helicópteros y fue saludada por dos mil niños israelíes con banderas de su país y jordanas.

Rabin acudió a la ceremonia en compañía de varios de sus ministros, entre ellos el de Asuntos Exteriores, Simón Peres, uno de los artífices de tratado de paz, y de otros varios de Gobierno.

Entre estos últimos estaba el posible primer embajador israelí en Amán, Efraim Halevy, uno de los principales negociadores del tratado y jefe de los Servicios Secretos (Mossad).

El intercambio de los instrumentos del tratado se hizo sobre una mesa del Hotel King David de Jerusalén, que fue trasladada a la institución Beit Gavriel junto al Mar de Galilea, desde donde Rabin y Hussein pudieron observar la confluencia de las fronteras de Siria, Jordania e Israel al sur de la meseta del Gólan.



**"No será fácil destruir el proceso de paz", aseguró la reina Noor, esposa del rey Hussein de Jordania. La rubia soberana, una arquitecta norteamericana que juega al tenis y lleva a sus hijos personalmente al colegio, recibió a "Clarín" en su palacio y admitió que existen dificultades en lograr una paz verdadera. Su influencia fue clave en el acuerdo jordano-israelí.**

# "Logramos un acuerdo, pero aún no hay una paz verdadera"

25-11-94 CLARÍN

## Clarín EN AMMAN

AMMAN, 24 (Enviada especial). - Es la reina de la paz y la mejor confidente del rey Hussein de Jordania, su marido. Su "lobby" en los Estados Unidos fue fundamental para llegar a un acuerdo entre Israel y Jordania con la venia de la administración Clinton.

La reina Noor aún conserva el espíritu liberal en que se educó en la Universidad norteamericana de Princeton y no ha olvidado su profesión de arquitecta: su máxima obra será ayudar a transformar este proceso de paz entre líderes en una "paz completa" que se extienda desde Jordania e Israel a todo el Oriente Medio.

Sonriente, natural, con el "look" de una ejecutiva norteamericana eficiente que mide sus palabras pero elabora diplomáticos análisis sin dejar de emitir juicios, la reina Noor recibió a Clarín en el palacio Moqar, donde vive y trabaja junto a su marido. Su figura rubia y alta -es hija de un sirio y una sueca aunque nació en los Estados Unidos- contrasta con el estilo islámico del palacio de piedra rosa.

**"En el mundo musulmán, la mujer es el centro del hogar. En la sociedad jordana, los problemas de las mujeres no son muy diferentes de los que existen en los Estados Unidos"**

En sus oficinas, todo es de un estético refinamiento tradicional árabe, simple y sin lujos sauditas. En unos sillones de almohadones turquesas y con la foto del rey Hussein, sus hijos y la reina Sofia de España en su escritorio, transcurrieron los 45 minutos de conversación. Cuidadosa de su imagen, la reina Noor solo aceptó que su fotógrafo personal trabajara después de terminada la entrevista.

No debe haber tarea más difícil que ser una reina en Oriente Medio. La reina Noor de Jordania aceptó el desafío 16 años atrás al casarse con el soberano hachemita el 15 de junio de 1978. Tiene cuatro hijos y con ellos viven otros dos chicos, hijos del tercer matrimonio del rey con la reina Alia, que murió en un accidente de helicóptero.

-¿Cuál ha sido su contribución al proceso de paz que se ha generado en la región?

-Yo creo que no puedo reclamar ninguna contribución. Ciertamente mi ayuda ha sido mi espíritu, mi decisión de ayudar al máximo a su majestad para crear una atmósfera en la que la gente pueda escucharse mutuamente para construir un futuro juntos. También he hablado mucho -especialmente en los Estados Unidos- para tratar de aclarar los malos entendidos

y explicar nuestra política en este conflicto. Hemos logrado firmar un acuerdo, pero todavía no está construida una paz completa, una paz verdadera.

-¿Usted cree que los últimos incidentes en Gaza ponen en peligro el proceso de paz?

-El proceso de paz se va desarrollando en etapas. Yo no creo que pueda ser destruido por estos incidentes. No será fácil. Lo que ha pasado en Gaza es trágico. Hasta puede decirse que será inevitable hasta que las autoridades puedan lograr un balance entre los diferentes grupos políticos, económicos y sociales. Es necesario buscar un consenso lentamente. Por eso no creo que el proceso esté amenazado. Considero que es uno de los muchos desafíos. La gente en nuestra área deberá ser fuerte para encontrarse, para progresar juntos. Yo estoy muy esperanzada.

-Usted trabaja mucho por la mujer en Jordania. En los países occidentales existen muchos preconceptos en torno de la mujer musulmana. ¿Cuál es exactamente su papel en esta sociedad?

-En todas las sociedades, la mujer es el corazón de la familia. En el mundo musulmán, ella es el centro del hogar. Aunque su rol cambia en cada uno de los países árabes de acuerdo a su historia y a sus oportunidades. En el Islam se garantizan igualdad de derechos entre hombres y mujeres. Su ejercitación depende de la educación, de la evolución de la sociedad. En la sociedad jordana, los problemas de las mujeres no son muy diferentes a los de otras sociedades como los Estados Unidos.

-¿Usted y el rey están tratando de combatir esta visión de que el Islam y el terrorismo son la misma cosa?

-¡Ahhh! No es una de nuestras prioridades porque creemos que la comunidad internacional está entendiendo mejor ahora el Islam. Terrorismo hay en muchos lugares y en muchas sociedades. No es solamente algo que puede asociarse con extremismos religiosos. El rey Hussein es profundamente religioso, cree que su rol temporal es ser jefe del Estado jordano pero también líder espiritual de los hachemitas como descendiente del profeta.

-¿El misterio es esencial para un monarca o usted prefiere un sistema más abierto?

-Es una buena pregunta. Nosotros siempre nos hacemos la misma pregunta y nos agota (carcajadas). Nuestra monarquía es más joven y muy diferente a otras casas reales. El rey está siempre abierto a la gente, es accesible. Al mismo tiempo estamos muy orgullosos de nuestras tradiciones y nuestra apertura a la gente.

**"El proceso de paz se está desarrollando por etapas y no creo que pueda ser destruido. No será fácil: hay que buscar consenso, pero progresar es nuestro desafío."**

No tenemos ni intrusiones de la prensa, ni imaginérfas, ni historias fantásticas alrededor de la familia. Tratamos de tener una vida más normal: yo manejo mi coche, llevo mis chicos al colegio, invito a mis amigos y salimos, buscamos tener una vida muy natural. El misterio está más en la imaginación y la mente de la gente que en la realidad.

-¿Por qué cree usted que la monarquía británica está bajo fuego?

-Cualquier respuesta mía sería un error. Para dar una respuesta habría que volver atrás en la historia, mirar el futuro, discutir el papel de los medios de comunicación. Hay miles de instituciones que habría que analizar (risa nerviosa).



El rey Hussein y la reina Noor, con Bill y Hillary Clinton, al firmarse la paz entre Israel y Jordania, el pasado 26 de octubre.

-¿Considera que un monarca puede tener vida privada?

-Sí, todos tenemos una vida privada. Mejor dicho, una vida personal.

Otra cosa es una vida secreta, en la que no creo. Los monarcas deben ser honestos y tener una vida ejemplar. Es una gran responsabilidad estar en esta posición: uno debe ser un ejemplo positivo. También desarrollar una devoción por un trabajo enérgico.

-¿Cómo quiere usted ser recordada por su pueblo?

-Soy muy joven para preguntarme cómo quiero ser recordada. Para mí lo más importante es ser una hermana, una madre, un "partenaire" de esta sociedad y ayudar a construir su futuro. Espero que la relación de mi marido y este pueblo pueda seguir creciendo.

Nº. DOCUMENTO

9500063

TÍTULO la financiación de la paz en Medio Oriente.

PROCEDENCIA P. 12

FECHA DE PROCEDENCIA 1/11/94

VINCULACIONES 11876 -

10195 -

11161 -

# La financiación de la paz

**EL PAÍS**  
de Madrid

(Por Ferran Sales, desde Casablanca, El País)

Los inversores privados deben ayudar a financiar y consolidar la paz en Medio Oriente y en el norte de África. Este es el llamamiento y una de las principales conclusiones a que han llegado los líderes políticos y financieros de más de 60 países, que desde hace dos días se encuentran reunidos en la ciudad marroquí de Casablanca, discutiendo y examinando planes y proyectos de desarrollo para la región. La Cumbre representa la búsqueda esperanzada del embrión de un futuro Mercado Común Árabe-Israelí, según se repite incesantemente en los debates de la conferencia.

Todos están de acuerdo. La inversión privada, sin olvidar la pública, debe ser la pieza fundamental que permita financiar el proceso de paz en Medio Oriente y ayudar al desarrollo del norte de África. Lo han reconocido en sus múltiples declaraciones la mayoría de los políticos y empresarios reunidos en Casablanca; desde el príncipe heredero de Jordania, Hasan Bin Talal, al ministro francés de Exteriores, Alain Juppe, pasando por el administrador principal del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), James Gustave Speth.

Este acuerdo unánime, que conlleva un llamamiento oficial a los inversores privados para que hagan afluir sus capitales en la región, quedará sin duda reflejado en la Declaración de Casablanca, que será aprobada hoy por los asistentes a la sesión de clausura, con la que se pondrá fin a tres días de trabajos agotadores.

Aunque las líneas generales de esta Declaración de Casablanca están ya pactadas por los principales protagonistas, subsistían anoche entre los asistentes serias discrepancias sobre los instrumentos a través de los cuales deben canalizarse estas inversiones, según se aseguraba en círculos diplomáticos. Uno de los puntos más importantes de discrepancia se ha centrado en el futuro Banco Regional para el Desarrollo, un proyecto israelí, que cuenta con el apoyo de Estados Unidos y de la Unión Europea pero que al parecer contó con la firme oposición de un sector de la banca francesa, de los países del Golfo y en especial de Arabia Saudita.

Los sectores más críticos aseguran que detrás de este futuro Banco Regional para el Desarrollo se encuentran camuflados los intereses económicos de Israel, que ensayan así una nueva forma de "imperialismo sionista". Irán, uno de los ausentes a la reunión de Marruecos, hacía

1-11-94 P. 12

sonar la señal de alarma a través de su prensa local, con el anuncio de que se inicia una nueva era en la que "las empresas sionistas y sus filiales norteamericanas establecerán un imperialismo económico en los territorios árabes, que se traducirá en un nuevo empobrecimiento del pueblo árabe".

Siria y Líbano rechazaron las invitaciones para asistir a esta cumbre, mientras que Irán e Irak no recibieron ni tan siquiera la invitación. Ayer, tras arduas discusiones, se acordó poner en marcha ese banco regional, además de una oficina de turismo y una Cámara de Comercio, como principales instrumentos que permitirán generar el desarrollo en la zona. Estos tres organismos son los embri-

nes de una futura comunidad económica árabe-israelí que tendrá como principal objetivo "mejorar de forma palpable las condiciones de vida de los habitantes de la región", según se desprende del borrador de la declaración que se filtró anoche a los medios periodísticos.

Al margen de las discusiones, en los corredores de la conferencia se multiplican los contactos y las negociaciones secretas entre los principales líderes políticos, en un intento de desactivar los problemas más urgentes de la región. Algunos de estos contactos estaban ya oficiosamente anunciados de antemano, como los que protagonizaron el domingo el primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, y el secretario de Estado norteamer-

cano, Warren Christopher. Esta reunión fue revelada ayer por un portavoz israelí poco después de que Rabin llegara a Tel Aviv.

Como si se tratara de un símbolo de este proceso de diálogo y coincidiendo con la apertura de la conferencia, llegó a Gaza el jefe de la oficina de coordinación de Marruecos en la zona, el coronel mayor Mohamed Abdeslam Sinacer. Se trata del primer delegado o embajador de un país extranjero en el territorio autónomo de Palestina. Todo esto sucede pocas horas antes de que en el barrio residencial de la capital marroquí se inaugure también la primera oficina comercial israelí en Marruecos, una forma eufemística y no declarada de abrir una Embajada de Israel.

# “Israel está logrando su objetivo de disolver el pueblo palestino”

Irán ve que Israel está logrando sus objetivos en Medio Oriente, al colocar a la OLP en trance de hacerle el trabajo sucio contra la resistencia palestina y al dejar a los países árabes sin unidad de acción, según especificó su embajador en Montevideo Muhammad Ali Sarmadi en diálogo con El Observador.

por Andrés Alsina

de la redacción de El Observador

1-11-94 OBSV.

Yo no quiero creerlo, pero veo a Israel yendo paso a paso hacia el logro de sus objetivos: seguridad para sus fronteras, un ejército poderoso con armas nucleares, relaciones económicas con los países vecinos y disolviendo el pueblo palestino”, afirmó el embajador de Irán ante Uruguay analizando las perspectivas de los acuerdos separados de paz de OLP y Jordania con Israel.

Ante esa situación, “no hay unidad entre los países árabes. Ahora, cada país árabe corre en una maratón tras la defensa de sus propios intereses vitales. La unidad (árabe) hoy no vale nada, no quiere decir nada”.

Esto no implica que Irán se sienta aislado o que considere interferir con esas políticas separadas de los países árabes. “Lo que hagan los países árabes es su asunto. Nuestra política de principios se basa en nuestra ideología. No obstaculizaremos a árabes o palestinos, pero no acompañaremos el proceso de paz”.

Respecto a las perspectivas de un acuerdo de paz entre Israel y Siria, el embajador Sarmadi evaluó que “Siria está resistiendo y lo hará hasta que reciba lo que perdió” en la guerra de 1967, la posición estratégica de las Alturas del Golán. Y lo lograrán. Son buenos diplomáticos y tienen una política firme”.

Ese proceso de paz no es estable, a criterio de Irán. “Los tratados de paz no están refrendados por los pueblos ni por la elite intelectual de cada país. En Jordania, por ejemplo, hubo manifestaciones masivas en contra” del acuerdo firmado por su rey Hussein.

A juicio de Teherán, la resistencia popular a un acuerdo de paz en estos términos continúa, y sigue siendo la llave del problema. La intifada “es una rebelión que aún sin armas fue y sigue siendo imposible de domar, pues su represión debe atender a esta cuestión fundamental: ¿cuántos palestinos es posible matar por día?”.

En la lectura que hace Irán de los acuerdos de paz entre palestinos e israelíes a partir de la Conferencia de Madrid, en setiembre de 1991, “hay un juego de artificio con los asuntos administrativos. Los asuntos vitales, como Jerusalén, los refugiados que produjo la ocupación israelí desde 1948 y el acuerdo respecto a las tierras ocupadas, son todos temas postergados”.

“Pero sí se estableció claramente que la fuerza policial palestina es la que debe controlar los ataques a Israel, lo que implica que los

palestinos deben luchar contra su propia gente. O sea, la Policía palestina debe frenar la intifada. Así, Israel obtuvo en la mesa de negociación lo que no logró en la guerra”.

La resistencia a ese acuerdo sólo le parece natural al embajador iraní. “Hay grupos de resistencia y uno de ellos es el famoso Hamas. Si los palestinos (de Arafat) los combaten, habrá una guerra entre palestinos. Israel no pudo apagar el fuego y está usando de bomberos a los palestinos”.

¿Lo hacen con apoyo de Teherán? “Nuestra política en el tema palestino es asistirlos en la recuperación de lo que les pertenece. Tenemos nuestro propio punto de vista en relación a Palestina y consideramos sus problemas como propios”.

La referencia a un punto de vista distinto pasa porque los países árabes están hoy reclamando por separado lo perdido en la guerra de 1967 con Israel. “No es ese nuestro

punto de vista. Nosotros queremos que los territorios palestinos sean reintegrados en su totalidad a su legítimo pueblo, el palestino”.

Esto implica desconocer todas las modificaciones a la soberanía territorial de la zona desde la creación del Estado de Israel en 1948. Explícitamente, Irán no reconoce la existencia del Estado de Israel.

En consecuencia, ¿es válida la conclusión de que Irán respalda los actos de terrorismo que distintos grupos palestinos desarrollan contra Israel?

“La expresión del apoyo de Irán a la legítima lucha del pueblo contra la ocupación extranjera o colonial ha sido etiquetada, por razones de conveniencia, como apoyo al terrorismo. El derecho a la lucha armada en defensa propia contra una fuerza de ocupación ha sido consistentemente excluida de las definiciones formales de terrorismo en las resoluciones de las Naciones Unidas”, afirmó Sarmadi.

“A ese respecto, han sido reafirmados los derechos de los pueblos combatiendo guerras de liberación nacional contra el racismo, la ocupación colonial o regímenes extranjeros”.

“Esa es la situación de aquellos que combaten la ocupación israelí del sur de Líbano, donde Israel se

arrogó a sí misma el derecho de apropiarse de tierra libanesa para establecer una “zona de seguridad”.

“La resistencia en los territorios ocupados es análoga y porque Israel y EEUU la encuentran inconveniente, la etiquetan de “terrorismo”.

En realidad, es la simple oposición a la ocupación israelí y el ilegítimo apoyo de EEUU a esa ocupación”.

La idea que articula la visión de Irán sobre la situación de los palestinos es que la resistencia a la ocupación israelí de lo que era originalmente su territorio cobra otro

carácter tras la revolución islámica, cuyas ideas articularon la intifada y la hacen invencible pese al potencial militar israelí.

“En los anales revolucionarios, ninguna revolución ha sacudido los fundamentos mismos de los valores occidentales y sus intenciones diabólicas en el golfo Pérsico como la revolución islámica que lideró el fundador de la República Islámica de Irán, imán Khomeini. La guerra que nos impusieron (con Irak, 1980-88) y sus ramificaciones hubieran reducido a cenizas a un pueblo con menos determinación”.

Nº. DOCUMENTO

9500064

TÍTULO

Apreciaciones del embajador de Irán ante

PROCEDENCIA

Observador

FECHA DE PROCEDENCIA

1/11/94

VINCULACIONES

11876 -

507597 -

507466 -

507603 -

11080 -

Uruguay

sobre Israel

01-01

9500064

Nº. DOCUMENTO

9500065

TÍTULO *Israel estaría dispuesto a dialogar con HAMAS.*

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 7/11/94

VINCULACIONES 11876 -

507603 -

5144107 -

# Israel está dispuesto a negociar con el movimiento terrorista pro iraní Hamas

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, desestimó ayer la posibilidad de que el grupo integrista palestino Hamas renuncie a la violencia y reconozca al Estado de Israel. Rabin atenuó así las declaraciones de su viceministro, Mordejai Gur, quien dijo que Israel está dispuesto a iniciar conversaciones con Hamas. Dirigentes de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) acusaron ayer a Rabin de demorar la aplicación de los acuerdos sobre autonomía para toda Cisjordania.

6-11-94 CLARN

JERUSALEN, 5 (Reuter, AP y ANSA). - Israel está dispuesto a negociar con el Movimiento de Resistencia Islámica (Hamas) si este grupo integrista palestino renuncia a la violencia y reconoce al Estado judío, dijo hoy el viceministro de Defensa israelí, Mordejai Gur.

En una entrevista transmitida esta mañana por Radio Jerusalén, Gur manifestó que su país conversaría con los dirigentes de Hamas si el grupo obtiene escaños en el futuro Consejo de Administración de la Autonomía Palestina.

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, precisó luego esas afirmaciones y dijo que "sería casi un milagro" que Hamas deje el camino del terrorismo y reconozca al Estado de Israel. "Sólo entonces podríamos negociar", advirtió Rabin en una rueda de prensa con la jefa de gobierno de Turquía, Tansu Ciller, en Jerusalén.

Junto a la Jihad Islámica, Hamas es el principal enemigo del acuerdo entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y niega el derecho a la existencia del Estado de Israel, contra el que ha lanzado una campaña terrorista que solo en octubre dejó un saldo de 25 muertos. Algunos de sus dirigentes podrían postularse en las elecciones municipales palestinas con el fin de participar en la administración de la autonomía en la franja de Gaza y Jerico.

"Hablaremos con ellos. Hace años dijimos que no negociaríamos con la OLP hasta que reconociera a Israel y se abstuviera de cometer actos terroristas. Finalmente la OLP reconoció a Israel y decidió abandonar el terrorismo", declaró hoy el viceministro Gur.

Esta semana, el primer ministro israelí había rechazado la posibilidad de todo diálogo con Hamas y, después del atentado terrorista de hace quince días, cuando una bomba explotó en un ómnibus y mató a 21 personas en Tel Aviv, le había declarado "una guerra sin cuartel".

Las relaciones se siguieron enturbianando cuando Hamas y la Jihad Islámica acusaron a los servicios secretos de Israel de estar atrás del asesinato, el miércoles pa-

sado, de un activista del segundo de estos grupos, en Gaza. Su muerte provocó asimismo la reacción de los extremistas contra el líder de la OLP, Yasser Arafat: durante el sepelio, miles de simpatizantes de esas organizaciones lo expulsaron al grito de "traidor".

Pero en las últimas horas se produjeron dos hechos significativos. Por un lado, Arafat recibió las excusas de representantes de Hamas y de la Jihad Islámica por los insultos y "humillaciones" del miércoles. Por otro, las autoridades israelíes mostraron una inédita predisposición al diálogo con los integristas.

De todos modos, el problema de la seguridad parece seguir empañando el proceso de paz entre la OLP e Israel. Mientras en El Cairo se celebran negociaciones para ampliar la autonomía de Gaza y Jerico a toda Cisjordania, representantes de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) en los territorios ocupados acusaron hoy a Rabin de demorar el cumplimiento de los acuerdos sobre la autonomía. Advirtieron además que un eventual intento de Israel de reabrir algunos puntos de los acuerdos de Oslo podría causar la interrupción del proceso de paz.

En 1993, Israel y la OLP celebraron negociaciones secretas en Oslo que culminaron con el reconocimiento mutuo, el 13 de setiembre de ese año, en Washington, y la firma de una Declaración de Principios para la paz. Pero Rabin dijo recientemente a la prensa que habría que "refaccionar" los acuerdos de Oslo, especialmente en cuanto a la seguridad de los asentamientos judíos de Cisjordania.

Gur reafirmó hoy la voluntad de Israel de respetar los acuerdos de Oslo, pero advirtió que Israel actuará "con pie de plomo" en cuanto al repliegue militar y a la seguridad de los más de 100 mil colonos israelíes de Cisjordania.

Rabin y Arafat se reunirán el martes próximo para seguir negociando la aplicación de la Declaración de Principios. "Creo que hallaremos los medios de resolver los problemas todavía planteados", aseguró hoy el premier israelí.

# Según Israel la violencia es el único diálogo posible con Hamas

El ministro de Relaciones Exteriores de Israel, Shimon Peres, dijo ayer que el único diálogo posible con el movimiento de resistencia islámica Hamas es la violencia, mientras el grupo insista en "hablarnos con rifles"

**H**asta ahora, Hamas nos ha hablado con rifles. ¿Qué clase de diálogo se puede tener con rifles?", indicó Peres a Radio Israel.

"Y mientras así sea, el diálogo que sostendremos, muy a mi pesar, será el diálogo violento", agregó el canciller.

Israel, afectado por el secuestro y asesinato el mes pasado de uno de sus soldados y el atentado explosivo contra un autobús en Tel Aviv, en el que murieron 22 personas, ambos hechos perpetrados por Hamas, prometió luchar contra los terroristas en cualquier lugar y en cualquier momento.

Pese a la dureza de sus palabras, algunos funcionarios israelíes han dicho que si Hamas cambia su política, Israel podría entrar en conversaciones.

Peres indicó que no esperaba que Hamas modificara su política pronto.

El primer ministro de Israel, Yitzhak Rabin dijo el sábado que se necesitaría un milagro para lograr que su gobierno negociara con Hamas.

Judíos y musulmanes protestan por las medidas de seguridad en la Tumba de los Patriarcas que hoy será reabierta en Hebrón.

La apertura fue aprobada ayer por el Consejo de Ministros de Israel, presidido por Yitzhak Rabin.

El santuario, venerado por unos y otros por creer que allí están enterrados los patriarcas bíblicos, está cerrado desde el 25 de febrero, cuando el extremista judío Baruj Goldstein mató a 29 palestinos mientras oraban en la mezquita Ibrahimi (Abraham).

Hamas amenaza con atacar contra los israelíes y anunció ayer, un paro de protesta en la ciudad, con 120.000 palestinos y 450 judíos.

Las autoridades militares israelíes informaron que el templo estará abierto por un período de prueba de 48 horas.

Los colonos de la Ciudad de Abraham, el barrio judío dentro de Hebrón, protegidos por tres batallones del Ejército, y los del vecino asentamiento de Kiriat Arba, con unos 5.000 habitantes,

se quejaron a la prensa de que el gobierno de Yitzhak Rabin, del que son opositores, "ha preferido favorecer a los musulmanes".

Según los palestinos la prohibición impuesta a los musulmanes en determinadas salas del templo tiene por único objetivo convertir la tumba en un santuario "exclusivamente judío".

Según las nuevas medidas de seguridad impuestas por las autoridades militares israelíes, musulmanes y judíos estarán completamente separados y sólo podrán orar un máximo de 300 personas de cada lado en sus mezquitas y sinagogas.

La vigilancia dentro del santuario estará a cargo de una guardia permanente de 24 agentes de la Policía de frontera con 16 cámaras de televisión.

En otro orden de cosas, el Parlamento jordano ratificó ayer el tratado de paz firmado con Israel dejando abierto el camino para restablecer relaciones diplomáticas entre ambos países.

Siria e Israel negociarán en Washington acuerdos de seguridad en la estratégica meseta del Golán con miras a un tratado de paz. (De la redacción de El Observador en base a AP, EFE y Reuter)

## A "NINGUN DIALOGO CON HAMAS" DIJO EL PREMIER RABIN

6-11-84 EL PAÍS  
JERUSALEN, 5 (ANSA). — El premier israelí Yitzhak Rabin declaró esta noche en Jerusalén que Israel luchará sin tregua contra los movimientos integristas islámicos como Hamas, que niegan al estado israelí el derecho a la existencia y propugnan el terrorismo.

Rabin hizo esta declaración durante una rueda de prensa con la premier turca Tansu Ciller, añadiendo que "Hamas y la Jihad Islámica son hoy enemigos de Israel y responsables del asesinato de judíos sólo por ser judíos. Mientras obran así —y por ahora no veo señales de un cambio— los combatiremos con todas nuestras fuerzas en el ámbito de la legalidad".

Con esta palabras Rabin ha querido aparentemente poner fin a algunas señales de apertura con Hamas expresadas por distintos exponentes gubernamentales, como el vice ministro de defensa israelí Mota Gur, quien esta mañana no descartó la posibilidad de un diálogo con exponentes del movimiento integrista islámico Hamas en caso que éstos participen en las elecciones para nombrar a los miembros de un consejo autónomo palestino en los Territorios Ocupados y resultasen elegidos.

En una entrevista transmitida esta mañana por Radio Jerusalén, Gur, si bien reafirmó la voluntad de Israel de respetar los acuerdos logrados con la OLP en Oslo, dijo que antes que sea posible llamar a elecciones generales en los Territorios Ocupados es necesario ponerse de acuerdo con la OLP respecto a varias cuestiones relativas a la seguridad.

Gur excluyó que Israel pueda aceptar la constitución de un consejo autónomo palestino que tenga también poderes legislativos, propios de un parlamento de un estado independiente, además de los administrativos.

Representantes palestinos de la Autoridad autónoma en Gaza y Jericó, como Saeb Erekat, ministro para los asuntos municipales, advirtieron que un eventual intento de Israel de reabrir algunos puntos de los acuerdos de Oslo podría causar la interrupción del proceso de paz.



Nº. DOCUMENTO 9500066

TÍTULO: Irak anuncia que puso fin al estado de guerra con Israel.

PROCEDENCIA: Clarín

FECHA DE RECEPCIÓN: 8/11/94

VINCULACIONES: 11876 -

507596 -

507603 -

11164 -

# El régimen de Irak anunció que puso fin al estado de guerra con Israel

8-11-94 CLARÍN

*El premier israelí Yitzhak Rabin afirmó que las recientes declaraciones de acercamiento del gobierno de Saddam Hussein solo buscan que se le levanten las sanciones económicas impuestas por la ONU. El viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, anunció que su país ya no está en guerra con Israel.*

PARIS, JERUSALEN, 7 (Reuter, EFE y ANSA). - Mientras el viceprimer ministro iraquí Tarek Aziz anunció que su país ya no está en guerra con Israel, el gobierno israelí negó hoy haber establecido contactos con Bagdad y anticipó que por el momento no se propone iniciar un acercamiento al régimen del presidente Saddam Hussein.

El canciller de Siria, Faruk al-Shara, afirmó que una eventual paz entre Bagdad y Jerusalén no significará una presión para que el gobierno de Damasco cambie su posición fren-

te a las condiciones que reclama para llegar a un acuerdo con Israel.

Durante una entrevista con el ex embajador francés en Libia, Eric Rouleau, Aziz afirmó que "su país no tiene un conflicto bilateral con Israel". El funcionario francés publicó las declaraciones en un artículo de la edición de noviembre de Le Monde Diplomatique.

Aziz explicó durante su conversación con Rouleau que "desde que nuestros hermanos árabes decidieron solucionar sus controversias con Israel a través de las negociaciones Irak no se considera ya más en

situación de enfrentamiento con ese país".

Cuando el ex diplomático francés preguntó al viceprimer ministro iraquí por qué Bagdad no se había pronunciado sobre el proceso de paz en Oriente Medio, este declaró: "consideramos que no tenemos que involucrarnos en un proceso en el que no hemos sido parte".

El ministro de Relaciones Exteriores de Israel, Shimon Peres, aseguró que no existe contacto alguno entre su país e Irak.

Peres, interrogado ayer por la prensa hebrea sobre las afirmaciones de Tarek Aziz, sostuvo que "Saddam durante la guerra del Golfo nos bombardeó con misiles chinos Scud sin motivo ninguno, por lo que no podemos confiar en él".

El canciller hebreo recientemente instruyó a sus embajadas para que manifestaran a los países con los

que Israel mantiene relaciones que se oponen a que se dejen sin efecto las medidas con las que el Consejo de Seguridad de la ONU se propuso castigar a Irak.

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, dijo que no había autorizado ninguna reunión con enviados de Irak que "solo busca un acercamiento con Israel para librarse de las sanciones que le impuso la Organización de las Naciones Unidas".

Fuentes oficiales hebreas citadas por el diario israelí Yedioth Ahronot destacaron que Israel no se apartará de la política aplicada por los Estados Uni-

dos a Irak, consistente en que sigan en vigor las medidas dispuestas por la ONU.

El canciller sirio, quien se encuentra realizando una visita oficial a Egipto, recalcó que las afirmaciones de Aziz "constituyen una posición exclusivamente iraquí y no creo que afecte o represente una presión para Siria".

Al Shara insistió en la posición del gobierno de Damasco según la cual los tratados de paz con Israel deben basarse sobre el intercambio de tierra por paz y, en consecuencia, en el caso de Siria deben comprender la devolución de las alturas de Golan.

9500066



Nº. DE FOLIO

9500067

TÍTULO *Temen un crecimiento de la crisis en Medio Oriente.*

PROCEDENCIA *La Manana*

FECHA DE PROCEDENCIA *9/11/94*

VOLÚMENES *11826 -*

*10195 -*

*11164 -*

*11163*

## Temen un crecimiento de la crisis en Medio Oriente



*9-11-94  
Lo Mo*

Rabin concretaría el traspaso total del poder en la zona de Cisjordania

Las perspectivas de una integración regional en Medio Oriente aún son oscuras y no pocos analistas temen un crecimiento de la inestabilidad, a pesar de los recientes acuerdos de Israel con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y Jordania.

ROMA / ANSA

Después de la conferencia de Casablanca y, sobre todo, tras los apretones de manos del Primer Ministro israelí Yitzhak Rabin con el Rey Hussein de Jordania y el líder de la OLP, Yasser Arafat, Medio Oriente parece haber entrado en la era del diálogo entre árabes e israelíes.

La situación mediorientista se trató ayer y hoy en Roma durante un encuentro de expertos de varios países, organizado por el Instituto de Asuntos Internacionales (IAI) en el ámbito de una investigación sobre "interdependencia global y futuro del Medio Oriente".

En medio de un cauto optimismo prevalecen los interrogantes aún sin respuesta, las contradicciones, la preocupación de que una mala administración de la actual fase, por parte de los actores locales y externos, pueda producir nuevas tensiones y guerras.

Arafat sueña con hacer de Gaza una nueva Singapur. Un "Medio Oriente-Singapur" sería una pacífica encrucijada de tráfico de todo tipo, y esperanza de todos.

Pero aún es prematuro decir que no existe el peligro de un "Medio Oriente-Somalia", agitado por conflictos incontrolables.

El fin de la guerra fría produjo la paz entre Israel y sus vecinos, pero faltan garantías de paz entre los países árabes", advierte Stephen Krasner, de la Universidad de Stanford.

El politólogo Stefano Silvestri ve el problema bajo el aspecto de la capacidad de la comunidad internacional y de Occidente en particular, de administrar las eventuales crisis medio-orientales.

La nueva situación -dice Silvestri- se caracteriza por el creciente riesgo de un debilitamiento de la capacidad de oponer persuasión como de administrar las crisis".

La integración sería el mejor antídoto ante un empeoramiento de la situación, sostienen los gobiernos de muchos países del área. Pero está parece más una fórmula mágica abstracta que un remedio concreto.

Es necesario evaluar completamente todos los costos de la integración, observa Pier Carlo Padoan, del IAI, y añade que sólo quien tiene ya un buen nivel de democracia y una economía orientada hacia el mercado puede mirar con tranquilidad los riesgos de la integración.

En esta óptica Padoan supone un "escenario optimista" con un grupo limitado de países que se integren en espera de una sucesiva ampliación: en síntesis, un Medio Oriente con dos velocidades.

Algunos expertos, por otra parte, dudan de que desarrollo e integración sean interdependientes.

Nº. DOCUMENTO 9500068

TÍTULO Libia manifestó su deseo de hacer la paz con Israel.

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 9/11/94

VINCULACIONES 11876 -

66333 -

507603 -

11164

## Libia haría la paz con Israel

9-11-94 CLARÍN

EL CAIRO y JERUSALEN, 8 (AFP y ANSA).- El líder libio Muammar Khadafi manifestó su deseo de poner fin al estado de guerra entre su país e Israel, según fuentes diplomáticas occidentales y de Oriente Medio citadas hoy por el diario egipcio "Al Shark al Awsat".

Las fuentes precisaron que Khadafi remitió un mensaje al gobierno del primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, a través de la jefa de Gobierno turca, Tansu Ciller,

quien visitó Israel la semana pasada, agregó el periódico de Egipto.

Las fuentes recordaron que Libia, al igual que Irak, "están tanteando el terreno con el propósito de normalizar sus relaciones con el Estado israelí".

El viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, dijo el domingo a la publicación francesa "Le Monde Diplomatique" que el gobierno del presidente Saddam Hussein considera concluido su estado de guerra con los israelíes.

Israel, al igual que los Estados Unidos, recelan de la actitud de Libia e Irak y, en ese sentido, el vicescanciller israelí Yosi Beilin comentó ayer en Mascate (Omán) que su país establecerá relaciones con todos los países árabes, con las excepciones de Irak, Libia y Sudán.

El gobierno del primer ministro Yitzhak Rabin, mientras tanto, avanza en su política de acercamiento a las naciones árabes moderadas.

Nº. DOCUMENTO 9500069

TÍTULO Gobierno israelí comenzaría una guerra total contra los integristas.

PROCEDENCIA Clarín

FECHA DE PROCEDENCIA 14/11/94

VINCULACIONES 11876 -

507603 -

514407 -

11339 -

# El gobierno israelí se apresta a una guerra total contra los integristas

14-11-94 CLARÍN

**Los servicios de seguridad israelíes fueron autorizados a torturar a los palestinos de la Jihad Islámica y de Hamas. Los organismos de seguridad judíos advirtieron ayer que habrá nuevos atentados de los fundamentalistas contra judíos en Israel y en cualquier punto del mundo. Refuerzan medidas de seguridad en Gran Bretaña y temen ataques en Francia. La aviación israelí bombardeó bases de Hezbollah en el Líbano.**

JERUSALEN y HEBRON, Cisjordania, 13 (AFP, EFE, Reuter y ANSA). - Después del asesinato de tres oficiales israelíes por la Jihad Islámica el viernes en Gaza, el gobierno del primer ministro Yitzhak Rabin se encamina hacia una guerra total contra los integristas palestinos. Los organismos de seguridad judíos pronosticaron que habrá nuevos ataques contra objetivos israelíes en todo el mundo, según dijeron fuentes diplomáticas.

Rabin dijo hoy al finalizar la habitual reunión dominical del gabinete que si el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) y líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, no logra detener la ofensiva de los grupos terroristas árabes se verá afectado el proceso de paz en Oriente Medio.

"Arafat está lejos de dominar con sus fuerzas policiales a los extremistas del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) y a la Jihad", puntualizó el jefe de Gobierno hebreo.

Los servicios secretos israelíes incre-

mentaron sus operaciones contra los grupos islámicos a los que acusaron de planear nuevos atentados contra objetivos judíos fuera de Israel.

Fuentes de las fuerzas de seguridad israelíes informaron hoy a la prensa que la policía de Gran Bretaña intensificó la vigilancia de las instituciones judías situadas en el Reino Unido, mientras en Francia, donde recientemente fueron arrestados integristas musulmanes de origen norafricano en posesión de armas y explosivos, se teme que pueda producirse una ola de golpes terroristas contra blancos hebreos.

Después de que el viernes un militante de la Jihad detonó en Gaza los explosivos que llevaba adheridos al cuerpo dejando un saldo de tres reservistas militares israelíes muertos y diez personas heridas, Rabin exigió al titular de la ANP el arresto de los dirigentes de esa organización terrorista.

Los servicios de seguridad palestinos detuvieron desde el viernes a cerca de 200

activistas de la Jihad, entre ellos Ismail Shami, hermano de su mentor religioso, el jeque Abdala Shami, prófugo como los demás dirigentes, según fuentes árabes de Gaza.

"Los tres oficiales muertos el viernes en Gaza no fueron los primeros y me temo que no serán los últimos", afirmó Rabin a un grupo de dirigentes femeninas de todo el mundo reunidas en Jerusalén.

"Por un lado combatiremos sin cuartel, pero dentro de las leyes, contra esos animales fanáticos y, por el otro, seguiremos con las negociaciones de paz con los palestinos; esas son las dos caras de la moneda en Israel", agregó el premier.

En una nueva acción de represalia, cazabombarderos israelíes atacaron hoy bases de Hezbollah en el sur del Líbano, destruyendo los objetivos que se habían fijado y regresando a salvo a sus bases.

Pero "la OLP y el presidente Arafat no son enemigos de la paz, sino que por el contrario colaboran con nosotros para alcanzarla", aclaró el jefe del Gobierno.

Nº. DE FOLIO 9500070  
 TÍTULO Israel tiene capacidad nuclear para destruir a todo Medio Oriente.  
 PROCEDENCIA La Nación  
 FECHA DE PUBLICACIÓN 16/11/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
 507603 ✓  
 10195 ✓  
 11892 ✓

## Israel tiene capacidad nuclear para destruir a todo Medio Oriente

**Prevenidos: un experto norteamericano reveló que el arsenal del Estado judío se encuentra oculto en lugares estratégicos.** 16-11-94

LONDRES, 15 (ANSA).— Israel tiene un arsenal nuclear capaz de destruir a todo Medio Oriente, pues dispone de un mínimo de 200 piezas atómicas entre bombas de gravedad, cabezas de misiles, elementos de artillería y minas, según calculó un famoso experto militar norteamericano, Harold Hough, en la prestigiosa revista británica Jane's Intelligence Review.

Hough realizó sus estimaciones a partir de una amplia variedad de fotografías de alta resolución, tomadas en los últimos años por satélites espías franceses y rusos.

La descripción del experto norteamericano indica que el programa nuclear israelí es gigantesco y está diseminado en todo el país.

El reactor nuclear y la planta para el enriquecimiento del plutonio están en Dimona, en el corazón del desierto de Negev. En Soreq —un centro en el Mediterráneo al sur de Tel Aviv— se efectúa el proyecto de las piezas que se experimentan en el polígono de Palikim, para ser luego montadas en Yodfat.

Los vectores misilísticos Jericó II —dice la revista británica en el informe sobre las armas secretas de Israel— se construyen en Beer Yaakov, y se despliegan cerca de Kefar Zekharya, entre las colinas de Judea, cerca de Jerusalén.

Las armas atómicas tácticas se guardan en depósitos en Eilabun, Galilea, no lejos de las alturas del Golán.

Harold Hough explica que Kefar Zekharya es un área ideal para desplegar elementos nucleares secretos, gracias a una numerosa red de cavernas excavadas en la roca calcárea. La base para armas nucleares estratégicas opera desde fin de los años setenta y está aún en expansión.

### Bombas atómicas

En la base, los vértices militares israelíes tienen un abundante stock de bombas atómicas de gravedad, para una cuadrilla de cazabombarderos F-4 y F-16, estacionada a pocos kilómetros al Norte.

Harold Hough dijo que por lo menos 50 modernos misiles Jericó II esperan en Kefar Zekharya.

El experto de los Estados Unidos está seguro de la ubicación del destacamento en un lugar oculto. "Los israelíes ubicaron los elementos en el centro del país, en un área defendible, que sería una de las últimas en caer en manos enemigas", sostuvo.

Hough piensa que Israel no desarrolló armas de destrucción masiva para usarias de primera intención, sino que las considera "un remedio extremo" si el país corriese riesgo de aniquilación.

Subraya que los satélites-espía —"objetivos y verificables fuentes de información"— confirman la credibilidad del ingeniero israelí Mordechai Vanunu, que está en la cárcel, en su patria desde 1987, por revelaciones sobre colosales esfuerzos atómicos realizados por Israel.

Nº. DOCUMENTO

9500071

TÍTULO *La autorización israelí para aplicar la tortura asombra al mundo.*

PROCEDENCIA *La Juventud*

FECHA DE PUBLICACIÓN *16/11/94*

VINCULACIONES *11876 -*

*507603 -*

*11245 -*

*11337*

# Asombro mundial: la autorización israelí para la aplicación sistemática de la tortura

Las autoridades emplean el eufemismo de «poder excederse de solo una presión física moderada». Organizaciones de DD.HH preguntan si es posible en un estado de derecho combatir el terrorismo con la aplicación de tormentos a los detenidos. La medida ha sido permitida durante tres meses.

Los servicios secretos del Estado de Israel denominados Shabak o Shin Bet, fueron autorizados a excederse en la prescripción legal que autorizaba a sus investigadores solo «una presión física moderada» en los interrogatorios.

La autorización para aplicar torturas durante el interrogatorio de integrantes islámicos fue dada por un comité ministerial que supervisa las tareas del Shabak y que preside -ni más ni menos- el premier israelí Yitzhak Rabin, según informó la radio estatal.

La emisora estatal hebrea indicó que a partir de este momento, el gobierno israelí considerará que «todos los integrantes islámicos pertenecientes a Hammas y a la Jihad Islámica, serán considerados como bombas de tiempo y sobre ellos será lícito aplicar presiones físicas».

En ocasiones anteriores esa expresión fue criticada por lo

16-11-94 L.Jo



**Se firma la paz pero se autoriza la tortura a los detenidos**

organismos de defensa de los derechos humanos en Israel y también internacionales, con el argumento de que esto no era más que un eufemismo para referirse a la más cruel

sistematización de la tortura.

La autorización a los investigadores del Shabak es, por el momento, por tres meses, indicó la radioemisora estatal.

Inmediatamente, no solo en

el mundo árabe y en el palestino en particular - los directamente afectados por la «humanitaria» decisión de las autoridades israelíes- han surgido reacciones y quejas. Varias redes de

organismos defensores de los DD.HH europeos han exigido al gobierno de Israel una explicación detallada de los verdaderos alcances de la orden y permisividad impartida a los integrantes de los servicios secretos.

La argumentación esgrimida por los organismos de los DD.HH es que no es posible en un marco de derecho, utilizar la misma violencia que se aduce combatir, con una práctica igual y contraria en un toma y aca cuya única variación es la potencia del mismo.

Una organización sueca se interrogaba, luego de conocida la macabra noticia, si es posible combatir al terrorismo de las organizaciones integristas islámicas Hammas y Jihad Islámica con la aplicación de la tortura. Peor aún, sostienen, es que se trate de inocular en la población israelí y mundial la idea de que la tortura es un método al cual debe recurrirse toda vez que los alcances de la democracia estén en peligro o sean insuficientes. Por otra parte deben preverse, en los siguientes tres meses, una dureza ilegal inimaginable en contra de cualquier ciudadano palestino sospechoso de integrar a las dos organizaciones musulmanas fundamentalistas en cuestión.

Nº. DOCUMENTO 9500072

TÍTULO *Apreciaciones del ex canciller israelí sobre negociaciones de paz con los palestinos.*

PROCEDENCIA *Blair*

FECHA DE RECEPCIÓN 19/11/94

VINCULACIONES 11876 -

507603 -

66708 -

11080 -

## Nubarrones en el horizonte

**El ex canciller israelí Abba Eban, que en los últimos años dio impulso decisivo a las negociaciones de paz con los palestinos, analiza en exclusividad para "Clarín" el actual proceso. Dice que se ha llegado a un punto de no retorno.**

Por Abba Eban

AP-11-94 CLARÍN

JERUSALEN, 18 (Por Abba Eban, de "Los Angeles Times", especial para Clarín). - En 1968, como ministro israelí de Relaciones Exteriores, abrí un diálogo de alto nivel con Jordania que mis colegas y sucesores han continuado año tras año. Por ello es natural ahora que vea la firma del tratado de paz entre Jordania e Israel con profunda satisfacción. El "puente de la paz" que une ambas orillas del río Jordán ha logrado que el proceso de paz en Oriente Medio avance más allá del punto de no retorno.

La actual situación de los asuntos internacionales se opone a la existencia de jurisdicciones que no se basen en el consentimiento mutuo. Desde Sudáfrica hasta los territorios donde regirá el autogobierno palestino, desde Irlanda hasta Haití y a lo largo de los territorios que conformaron la ex Unión Soviética, la idea del gobierno por consentimiento está en ascenso.

Este proceso de paz ha dado a Israel la oportunidad de poner en un mismo sitio sus políticas y principios domésticos. La Declaración de Principios firmada en Washington en 1993 asegura a los palestinos que alcanzarán el autogobierno con el claro objetivo de lograr una forma más próxima a la independencia en una fase posterior.

Un tratado de paz describe la situación que sus signatarios esperan crear. A menos que se comprenda su aspecto vi-

sionario, es probable que haya una desilusión prematura. Los tratados de paz son trasfondos de pugna, pena y pérdida que se traducen en una sola celebración.

Pero el tratado de Jordania con Israel no hubiera pasado de la mesa de negociación a la firma con tanta rapidez si los líderes de ambos países no hubieran evaluado seriamente sus intereses mutuos.

Puede parecer pesimista señalar las nubes sobre un horizonte tan promisorio. Pero si no lo hacemos ahora, ¿cuándo lo haremos? La verdad es que debe haber una mayor armonía y confianza que la existente entre las tres partes involucradas. El proceso de paz es demasiado frágil para soportar antagonismos en las cuestiones centrales. Los israelíes deben leer las observaciones del rey Hussein sobre el problema palestino con realismo. El monarca de Jordania es un maestro de su propia lengua árabe y la utiliza con precisión. Ha dejado en claro que no habría firmado el tratado de paz con Israel si la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) no le hubiera liberado de la responsabilidad de representar la causa palestina, firmando la Declaración de Principios el 13 de septiembre de 1993.

Ya que la iniciativa de Arafat disparó paradójicamente el status internacional de Israel, nuestros líderes deben evitar dar la impresión de que consideran con aversión y disgusto al sector palestino de la negociación. Israel no tiene interés de agravar las tensiones que pueda haber entre Jordania y Palestina.

Cuando el rey Hussein reiteró que la doctrina de que la OLP es "la única representante legítima del pueblo palestino", lo dijo en un Parlamento que tenía casi tanto palestinos como jordanos.

Nos guste o no, Israel está en el centro de una relación triangular. Cualquiera que sea la estructura que emerja en el futuro, siempre habrá tres y no dos partes en esta compleja ecuación. Las tres podrían beneficiarse al comprender este hecho con mayor profundidad.

Mientras los líderes de Israel, Jordania y Palestina suben esta alta montaña, van inextricablemente atados. Ni la geografía ni la historia ni el interés les permite escapar de un hecho irreversible: su proximidad. No se sirve a ningún interés israelí demorar un mayor avance para llevar a efecto la declaración de principios.

Ninguno de los tres pueblos podrá encontrar un futuro brillante si viven en guetos herméticamente sellados. Este pensamiento ilustra la urgencia de mayores esfuerzos palestinos para evitar nuevos actos terroristas de Hamas, que han debilitado gravemente la concepción regional.

Puede que nuestra región haya sobrepasado su cuota de cumbres espectaculares, pero una, que bien podría mediar el presidente norteamericano, Bill Clinton, sería entre los líderes de Israel, Jordania y Palestina, todos quienes reconocen el papel de Norteamérica para traer al proceso de paz a su fase actual.

La solidaridad fue un elemento esencial en la filosofía de los fundadores del Estado de Israel. Sabemos que Israel no podía vivir permanentemente fuera del orden internacional que imita las pretensiones del poder unilateral. A finales de los años 40 pusimos a nuestra nación en un cambio en el cual las oportunidades sobrepasaban a los peligros.

Estamos de nuevo en este rumbo. Con la apertura de los estados árabes y musulmanes, uno a uno, a los contactos israelíes, la idea de un nuevo Oriente Medio ya no es una ilusión.

Abba Eban fue ministro israelí de Relaciones Exteriores y embajador de Israel en Estados Unidos y ante las Naciones Unidas.



Nº. DOCUMENTO 9500073

TÍTULO Rabin se reunió con Clinton y Christopher.

PROCEDENCIA la Rep.

FECHA DE PROCEDENCIA 22/11/94

VINCULACIONES 11876 -

507603 -

65890 -

11164 -

11399 -

## Rabin se reunió con Clinton y Christopher

Washington (ANSA) 22-11-94 LOR  
■ El primer ministro israelí Isaac Rabin pidió a EEUU ayuda económica para su viejo enemigo Yasser Arafat.  
Rabin dijo al secretario de Estado Warren Christopher y al

presidente Bill Clinton que si la OLP no recibe rápidamente la ayuda prometida por occidente corre el riesgo de ser superada por los integristas musulmanes.

El futuro es problemático para Rabin, que comprometió su prestigio en el proceso de paz y tiene necesidad del apoyo que le pueda dar la diplomacia norteamericana.

Las tratativas con Siria marcan el paso y las perspectivas para la autonomía de los territorios palestinos no son buenas.

Los sangrientos incidentes de estos días en Gaza dan una idea de la oposición que enfrentará Arafat cuando se le pida que garantice el orden también en el resto de los territorios.

Al ser entrevistado por el corresponsal de la radio israelí de Washington, Rabin llamó "criminales e irresponsables" a los extremistas de su país, que se aprovechan de la tensión para boicotear el proceso de paz.

Ese lenguaje da idea de la gravedad de la situación que enfrentan tanto él como Arafat.

Clinton le expresó su simpatía, y se confirmó que Warren Christopher volverá a Medio Oriente para acelerar las tratativas con Siria. Sin embargo, el

presidente norteamericano no puede hacer mucho en este período. La derrota electoral le ha atado las manos. La nueva mayoría republicana quiere limitar las ayudas al exterior, y se opone al envío de tropas a la frontera entre Siria e Israel, en caso de un acuerdo entre esos países.

EEUU y otros países occidentales prometieron 2.400 millones de dólares a los territorios palestinos, en préstamos del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional.

Pero esos organismos internacionales tienen reglas severas, y antes de prestar dinero quieren verificar la contabilidad de la administración de Yasser Arafat.

Rabin destacó que el compromiso norteamericano es indispensable para las negociaciones entre Israel y Siria.

Los sirios ponen como condición de paz el retiro inmediato y total de los israelíes de las alturas del Golán, ocupadas en 1967. Israel se opone por razones de seguridad.

La condición para cualquier compromiso es la intervención de una fuerza multinacional en la frontera, y Rabin pidió que soldados norteamericanos inte-

gren ese contingente.

La prensa israelí dijo que tres exponentes del partido de derecha Likud hacen campaña entre los diputados norteamericanos para que se opongan al envío de las tropas.

"Estos israelíes —declaró furibundo Rabin— son irresponsables de manera criminal. Su comportamiento no sólo es estúpido, es la encarnación de la hipocresía".

Tras el coloquio de la Casa Blanca, el primer ministro israelí se reunió con el senador Bob Dole, jefe de la nueva mayoría republicana, a la que debe rendir cuentas ahora.

La política exterior no es prioritaria para los recién electos, y la tarea de Rabin iba a ser difícil aún sin el sabotaje de la derecha israelí.

Jesse Helms, nuevo jefe de la Comisión de Exteriores del Senado, se pronunció claramente contra el envío de las tropas.

"Todo el proceso de Medio Oriente —dijo— es confuso. Siria no quiere la paz. Sólo quiere el Golán. Quiere meter sus manos en los bolsillos de los contribuyentes norteamericanos. Pero nuestra tarea no es ser la Policía del mundo".

Nº. DOCUMENTO 9500074  
 TÍTULO La Unión Europea levanta el embargo de armas a Siria.  
 PROCEDENCIA La Nación  
 FECHA DE PROCEDENCIA 29/11/94  
 VINCULACIONES 11876 -  
67190 -  
12640 11019 -  
11903 -

## Levantán un embargo de armas a Siria

BRUSELAS, 28 (ANSA) - La Unión Europea revocó el embargo de armas que mantenía sobre Siria, según decidieron hoy en Bruselas los cancilleres de los doce países miembros. La medida de los Doce tiene en realidad consecuencias modestas sobre el comercio de armas entre Europa y

Siria, que es cliente casi exclusivo, en este sector, de Rusia.

En cambio, tiene un importante reflejo político, ya que con la revocación del embargo, los Doce readmiten a Damasco a pleno título en la comunidad internacional y le quitan de en-

cima la "etiqueta" de país que fomenta el terrorismo.

Por su parte, el ministro de Relaciones Exteriores israelí, Shimon Peres, se preguntó "si los sirios están buscando la paz, ¿por qué deberían comprar armas?"

Nº. DOCUMENTO 9500073

TÍTULO *Habría comicios pronto en Gaza y Jericó.*

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PRESENTACIÓN 26/11/94

VINCULACIONES 11876 -

66708 -

11164 -

11437 -

507603

## Rabin y el líder de la OLP intentan aproximar posiciones sobre elecciones

26-11-94 Oviedo, España (AFP)

El primer ministro israelí, Isaac Rabin, y el presidente de la Autoridad Palestina (AP), Yasser Arafat, se esforzaron en Oviedo (noroeste, capital asturiana) en aproximar sus posiciones ante la convocatoria de elecciones generales palestinas, indicaron fuentes diplomáticas israelíes y españolas.

Arafat calificó de "positiva y fructífera" su entrevista de algo menos de una hora con Rabin, mientras que el dirigente israelí manifestó que la semana próxima continuarán las "negociaciones" entre las dos partes.

Los dos dirigentes se abstuvieron de dar mayores detalles sobre el contenido de sus conversaciones, la primera desde que se sucedieron los violentos choques entre palestinos la semana pasada en Gaza.

Arafat y Rabin viajaron a España para recibir el Premio Príncipe de Asturias de la cooperación internacional, considerado como el Nobel del mundo hispano y que les fue entregado conjuntamente por "sus esfuerzos" en favor de la paz.

Fuentes diplomáticas israelíes precisaron ayer que los dos dirigentes abordaron la cuestión de un "repliegue" de las tropas israelíes en Cisjordania, condición que según Arafat es indispensable para la realización de elecciones transparentes.

Arafat y el ministro israelí de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, volverán a abordar este tema el lunes próximo en Bruselas, afirmaron las fuentes.

En su discurso en Oviedo, Arafat destacó que "uno de los medios más importantes para reforzar la paz consistía en facilitar al pueblo palestino la libre elección de sus representantes y parlamentarios, a través de elecciones transparentes bajo supervisión internacional".

La cuestión de las elecciones, previstas para julio pasado pero postergadas, dominó también

las conversaciones de Arafat y Rabin en Madrid, el mediodía del jueves, con el presidente del gobierno español, Felipe González.

González estimó que estas elecciones deben realizarse "lo antes posible", para poder medir la relación de fuerzas en el seno palestino y especialmente la representatividad de los integristas palestinos de Hamas.

España propuso enviar observadores a la consulta, según la presidencia española.

El líder palestino, que reprochó a Israel retrasar estas elecciones en Cisjordania y en Gaza, indicó en Madrid que esperaba "llegar a un acuerdo sobre este tema" con el primer ministro israelí.

Por su parte, Rabin se limitó a afirmar que Israel "apoyaba la decisión de Arafat de organizar las elecciones", pero advirtió que "era su problema", en declaraciones al término de la entrevista con González.

"Nosotros no intervendremos en tanto que estas elecciones sirvan para crear un órgano político tal como quedó definido en nuestro primer acuerdo, la declaración de principios", añadió.

"Para poder aplicarla, necesitamos llegar a un acuerdo global (...) concerniente a un arreglo provisional en Cisjordania", explicó Rabin.

Arafat y Rabin aprovecharon su estancia de doce horas en España para pedir mayor ayuda económica a los palestinos, quienes deben sentir "el cambio para que aumente su apoyo al proceso de paz", advirtió Arafat. El primer ministro israelí lamentó por su parte la lentitud de las transferencias de capitales a Gaza y Jericó.

El líder de la OLP acusó finalmente a Irán de intentar sabotear el proceso de paz y de "desestabilizar" a la Autoridad Palestina y habló de la "conspiración iraní y su implicación en los problemas" de la semana pasada en Gaza.

ISRAEL ANALIZA UNA OPCIÓN PARA LOS PALESTINOS

## Habría comicios pronto en Gaza y Cisjordania

26-11-94 CLARÍN

El ejército israelí se retirará por tres días de la Cisjordania ocupada, si prospera el proyecto que está analizando el premier de Israel, Yitzhak Rabin, para que se celebren en breve las postergadas elecciones palestinas. Los comicios son para elegir los miembros del Consejo de la Autonomía Palestina.

TEL AVIV, 25 (ANSA, AFP, Reuter). - El premier israelí Yitzhak Rabin reveló hoy que está estudiando un proyecto que permita celebrar en breve elecciones palestinas en Gaza y Cisjordania.

El proyecto, señaló la radio militar, se basa en la evacuación del ejército israelí de los principales centros urbanos palestinos de Cisjordania por tres días. Transcurrido ese período, los militares israelíes volverían a ocupar sus posiciones.

Los palestinos reaccionaron en principio con frialdad al plan de Rabin, que ayer se entrevistó en Oviedo, España, con el presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat.

"Indudablemente estamos interesados en celebrar elecciones lo antes posible", dijo por la radio militar Sufian Abu Zaida, dirigente de la OLP y colaborador de Arafat, "pero al mismo tiempo queremos que el nuevo despliegue del ejército israelí en Cisjordania se realice lo antes posible. Es inconcebible que haya elecciones y que después el ejército vuelva como si nada hubiera pasado", agregó.

Es precisamente la cuestión de la retirada la que crea preocupación en la cúpula militar israelí, por los riesgos a los que quedarían expuestos los casi 120.000 colonos judíos de Cisjordania.

El acuerdo sobre autonomía prevé que el ejército se retire de los principales centros urbanos de Cisjordania antes de la realización de los comicios en los que serán electos los miembros del Consejo de la Autonomía.

Al finalizar anoche su reunión, Arafat y Rabin se abstuvieron de dar detalles sobre el contenido de sus conversaciones. El líder palestino calificó de "positiva y fructífera" su entrevista de algo menos de una hora con Rabin, mientras que el dirigente israelí manifestó que la semana próxima continuarán las "negociaciones" entre las dos partes. Arafat y el canciller israelí, Shimon Peres, volverán a abordar este tema el lunes próximo en Bruselas.

En su discurso en Oviedo, Arafat destacó que "uno de los medios más importantes para reforzar la paz consistía en facilitar al pueblo palestino la libre elección de sus representantes y parlamentarios, a través de elecciones transparentes con supervisión internacional".

Las elecciones estaban previstas para julio pasado, pero luego fueron postergadas por conflictos internos palestinos y desacuerdos sobre la retirada militar israelí.

La reunión de Oviedo fue el primer encuentro de los dos líderes desde que se sucedieron la semana pasada los violentos choques entre la policía palestina y manifestantes fundamentalistas en Gaza.

Los palestinos se encuentran divididos por profundos conflictos internos. El movimiento islámico Hamas, opuesto a los acuerdos de paz con Israel, decidió aplazar hoy indefinidamente una gigantesca manifestación en Gaza, que se esperaba que fuera una demostración de fuerza del grupo, principal rival de la OLP.

Nº. DOCUMENTO 9500073

TÍTULO Habría comicios pronto en Gaza y Jericó.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCESAMIENTO 26/11/94

VINCULACIONES 11876 -

66708 -

11164 -

11437 -

507603

## Rabin y el líder de la OLP intentan aproximar posiciones sobre elecciones

26-11-94 Oviedo, España (AFP)

El primer ministro israelí, Isaac Rabin, y el presidente de la Autoridad Palestina (AP), Yasser Arafat, se esforzaron en Oviedo (noroeste, capital asturiana) en aproximar sus posiciones ante la convocatoria de elecciones generales palestinas, indicaron fuentes diplomáticas israelíes y españolas.

Arafat calificó de "positiva y fructífera" su entrevista de algo menos de una hora con Rabin, mientras que el dirigente israelí manifestó que la semana próxima continuarán las "negociaciones" entre las dos partes.

Los dos dirigentes se abstuvieron de dar mayores detalles sobre el contenido de sus conversaciones, la primera desde que se sucedieron los violentos choques entre palestinos la semana pasada en Gaza.

Arafat y Rabin viajaron a España para recibir el Premio Príncipe de Asturias de la cooperación internacional, considerado como el Nobel del mundo hispano y que les fue entregado conjuntamente por "sus esfuerzos" en favor de la paz.

Fuentes diplomáticas israelíes precisaron ayer que los dos dirigentes abordaron la cuestión de un "repliegue" de las tropas israelíes en Cisjordania, condición que según Arafat es indispensable para la realización de elecciones transparentes.

Arafat y el ministro israelí de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, volverán a abordar este tema el lunes próximo en Bruselas, afirmaron las fuentes.

En su discurso en Oviedo, Arafat destacó que "uno de los medios más importantes para reforzar la paz consistía en facilitar al pueblo palestino la libre elección de sus representantes y parlamentarios, a través de elecciones transparentes bajo supervisión internacional".

La cuestión de las elecciones, previstas para julio pasado pero postergadas, dominó también

las conversaciones de Arafat y Rabin en Madrid, el mediodía del jueves, con el presidente del gobierno español, Felipe González.

González estimó que estas elecciones deben realizarse "lo antes posible", para poder medir la relación de fuerzas en el seno palestino y especialmente la representatividad de los integristas palestinos de Hamas.

España propuso enviar observadores a la consulta, según la presidencia española.

El líder palestino, que reprochó a Israel retrasar estas elecciones en Cisjordania y en Gaza, indicó en Madrid que esperaba "llegar a un acuerdo sobre este tema" con el primer ministro israelí.

Por su parte, Rabin se limitó a afirmar que Israel "apoyaba la decisión de Arafat de organizar las elecciones", pero advirtió que "era su problema", en declaraciones al término de la entrevista con González.

"Nosotros no intervendremos en tanto que estas elecciones sirvan para crear un órgano político tal como quedó definido en nuestro primer acuerdo, la declaración de principios", añadió.

"Para poder aplicarla, necesitamos llegar a un acuerdo global (...) concerniente a un arreglo provisional en Cisjordania", explicó Rabin.

Arafat y Rabin aprovecharon su estancia de doce horas en España para pedir mayor ayuda económica a los palestinos, quienes deben sentir "el cambio para que aumente su apoyo al proceso de paz", advirtió Arafat. El primer ministro israelí lamentó por su parte la lentitud de las transferencias de capitales a Gaza y Jericó.

El líder de la OLP acusó finalmente a Irán de intentar sabotear el proceso de paz y de "desestabilizar" a la Autoridad Palestina y habló de la "conspiración iraní y su implicación en los problemas" de la semana pasada en Gaza.

ISRAEL ANALIZA UNA OPCIÓN PARA LOS PALESTINOS

## Habría comicios pronto en Gaza y Cisjordania

26-11-94 CLARIN

El ejército israelí se retirará por tres días de la Cisjordania ocupada, si prospera el proyecto que está analizando el premier de Israel, Yitzhak Rabin, para que se celebren en breve las postergadas elecciones palestinas. Los comicios son para elegir los miembros del Consejo de la Autonomía Palestina.

TEL AVIV, 25 (ANSA, AFP, Reuter). - El premier israelí Yitzhak Rabin reveló hoy que está estudiando un proyecto que permita celebrar en breve elecciones palestinas en Gaza y Cisjordania.

El proyecto, señaló la radio militar, se basa en la evacuación del ejército israelí de los principales centros urbanos palestinos de Cisjordania por tres días. Transcurrido ese período, los militares israelíes volverían a ocupar sus posiciones.

Los palestinos reaccionaron en principio con frialdad al plan de Rabin, que ayer se entrevistó en Oviedo, España, con el presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat.

"Indudablemente estamos interesados en celebrar elecciones lo antes posible", dijo por la radio militar Sufian Abu Zaida, dirigente de la OLP y colaborador de Arafat, "pero al mismo tiempo queremos que el nuevo despliegue del ejército israelí en Cisjordania se realice lo antes posible. Es inconcebible que haya elecciones y que después el ejército vuelva como si nada hubiera pasado", agregó.

Es precisamente la cuestión de la retirada la que crea preocupación en la cúpula militar israelí, por los riesgos a los que quedarían expuestos los casi 120.000 colonos judíos de Cisjordania.

El acuerdo sobre autonomía prevé que el ejército se retire de los principales centros urbanos de Cisjordania antes de la realización de los comicios en los que serán electos los miembros del Consejo de la Autonomía.

Al finalizar anoche su reunión, Arafat y Rabin se abstuvieron de dar detalles sobre el contenido de sus conversaciones. El líder palestino calificó de "positiva y fructífera" su entrevista de algo menos de una hora con Rabin, mientras que el dirigente israelí manifestó que la semana próxima continuarán las "negociaciones" entre las dos partes. Arafat y el canciller israelí, Shimon Peres, volverán a abordar este tema el lunes próximo en Bruselas.

En su discurso en Oviedo, Arafat destacó que "uno de los medios más importantes para reforzar la paz consistía en facilitar al pueblo palestino la libre elección de sus representantes y parlamentarios, a través de elecciones transparentes con supervisión internacional".

Las elecciones estaban previstas para julio pasado, pero luego fueron postergadas por conflictos internos palestinos y desacuerdos sobre la retirada militar israelí.

La reunión de Oviedo fue el primer encuentro de los dos líderes desde que se sucedieron la semana pasada los violentos choques entre la policía palestina y manifestantes fundamentalistas en Gaza.

Los palestinos se encuentran divididos por profundos conflictos internos. El movimiento islámico Hamas, opuesto a los acuerdos de paz con Israel, decidió aplazar hoy indefinidamente una gigantesca manifestación en Gaza, que se esperaba que fuera una demostración de fuerza del grupo, principal rival de la OLP.

TÍTULO *Peres y Arafat se reúnen en Bruselas.*

PROCEDENCIA *150090*

FECHA DE RECEPCIÓN *29/11/94*

VINCULACIONES *11876 -*

*507603 -*

*66708 -*

*11164 -*

*11399 -*

## Shimon Peres y Yasser Arafat en reunión en Bruselas

El Canciller israelí Shimon Peres y el presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat, se encuentran ayer en Bruselas, donde ambos se reunieron tras entrevistarse por separado con cancilleres de la Unión Europea.

*29-11-94 Lo Ho* BRUSELAS/ANSA

Peres y Arafat, que al comenzar la reunión se saludaron con gran cordialidad, debían discutir ante todo la puesta en marcha de una nueva fase en los acuerdos de paz palestino-israelíes.

Ambos políticos debían abordar asimismo la problemática de la ampliación de la autonomía palestina, las elecciones libres en Gaza y Cisjordania, y la retirada del ejército israelí de los territorios.

Arafat y Peres llegaron en la mañana de hoy a Bruselas y antes de reunirse celebraron encuentros con los cancilleres europeos y con el presidente de la Comisión Europea, Jacques Delors. A poco de llegar, Arafat se reunió con los cancilleres de la Troika comunitaria, es decir, Grecia, Alemania y Francia, y con el vicepresidente de la Comisión, Manuel Marín, responsable para las ayudas al desarrollo. Tras el encuentro, Arafat departió con el Primer Ministro belga, Jean Luc Dehaene.

Por su parte, Peres se reunió con sus homólogos de Francia, Alain Juppe y de Gran Bretaña, Douglas Hurd, y con Marín. Peres y Arafat pidieron a la Unión Europea que mantuviera su promesa de otorgar ayudas financieras a los territorios autónomos.

Precisamente para hoy está prevista una reunión del comité de conexión, que preside Noruega, encargado de coordinar las ayudas a los palestinos. Ante todo se deberá examinar un programa de inversiones preparado por el Banco Mundial y por los mismos palestinos.

## Arafat y Peres renuevan compromiso de paz

**\* El canciller israelí se asombra por el hecho de que los cancilleres europeos hayan decidido revocar el embargo de armas a Siria**

El presidente de la Autoridad Autónoma Palestina, Yasser Arafat, afirmó ayer que para el futuro del Estado palestino existen sólo dos alternativas: convertirlo en Singapur o en Somalia.

Bruselas (ANSA)

Arafat hizo estas declaraciones al término de una reunión con los cancilleres de la Unión Europea en Bruselas y en vísperas del encuentro que tendrá lugar hoy con representantes de los países que ayudan económicamente al desarrollo del Medio Oriente.

A su lado, el canciller israelí Shimon Peres, también en Bruselas para reuniones con los ministros de la UE, confirmó la voluntad de paz de su país, subrayando que "la cuestión palestina sigue estando al centro de la negociación de paz".

Peres reiteró que el tratado de paz con Jordania no se hizo "como alternativa" al alcanzado con los palestinos, porque ambos son necesarios y complementarios, afirmó.

Sin embargo, el canciller israelí puntualizó que la "cuestión palestina" es "más difícil" sobre todo este primer año.

Por eso, tanto Peres como Arafat calificaron de "extremadamente útil" la reunión que se celebró ayer.

El líder palestino añadió sin embargo que ahora es el momento de entrar en posesión de los fondos pro-

metidos.

"Hasta este momento sólo llegaron a su destino 60 millones de dólares de los 700 prometidos para 1994", dijo Arafat, subrayando que se trata sólo del 8 por ciento de la cifra esperada. "La situación económica es muy difícil", puntualizó Arafat, recordando que el desempleo en Gaza y Jericó alcanza el 58 por ciento.

Arafat reconoció que las mayores ayudas llegaron hasta ahora de la Unión Europea, que se comprometió a entregar 500 millones de Ecu en cinco años.

Peres corroboró la opinión de Arafat, diciendo que "Europa tuvo un papel de primer plano en el proceso de paz entre Israel y los palestinos", por lo cual tiene ahora una obligación moral de ayudar este proceso.

El canciller prosiguió diciendo que "nosotros no nos detendremos pero es necesario ayudar a los palestinos. Hoy esperamos poder movilizar los medios".

Para hoy está previsto en efecto, siempre en Bruselas, un encuentro presidido por el vicescanciller noruego John Egeland—de los países que



Yasser Arafat e Isaac Rabin en Bruselas. (Telefotos de AFP)



ayudan económicamente al proceso de paz en Medio Oriente, en el que participarán además de la UE, Estados Unidos y Rusia.

A pesar de las preguntas de los periodistas, no se dijo nada sobre la fecha de las elecciones en la Autoridad Palestina, ni sobre la eventual participación en ellas del grupo musulmán fundamentalista Hamas.

Arafat se limitó a decir que "esperamos celebrar pronto elecciones libres en los territorios" y añadió que

"la prensa, incluida la israelí, da demasiada importancia a Hamas", precisando que "el sábado en Gaza no había 5.000 sostenedores de Al Fatah, como se escribió, sino cien mil".

Aunque reconoció que en ambas partes existen "extremistas que intentan retrasar el proceso de paz" afirmó estar seguro de que "la determinación israelí y la palestina llevarán al proceso de paz a concluir positivamente".

Hablando de paz, Peres mostró su estupor por el hecho de que precisamente ayer los cancilleres europeos hayan decidido revocar el embargo de armas a Siria.

Para el ministro israelí se trata de una contradicción, pues dijo "no veo por qué la decisión no podía aplazarse", admitiendo además que "Israel considera que es una decisión equivocada".



R.E.Nº.....

ASUNTO:.....

PROCEDENCIA:.....

EVALUACION:.....

DISTRIBUCION:.....

SICOLÓGICA

BIOGRÁFICO

OBSERVACIONES:.....

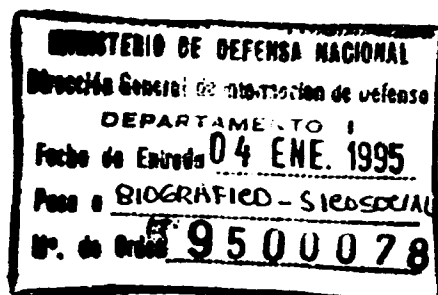
RELACIONAR POR ASUNTOS

Firma:.....

CAP.

NORBERTO BERNARDINI

FECHA: 31 DIC. 1994



00 1/5

9500078



TFP—SOCIEDAD URUGUAYA DE DEFENSA  
DE LA TRADICION, FAMILIA Y PROPIEDAD

## Las Américas rumbo al tercer milenio: convicciones, aprensiones y esperanzas de las TFPs del continente

Con motivo de la realización de la Cumbre de las Américas —magno evento que reúne a todos los primeros mandatarios del Continente, con la merecida excepción cubana— las Sociedades de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad— TFPs de las tres Américas juzgan oportuno emitir una declaración conjunta para manifestar sus convicciones, aprensiones y esperanzas con relación al presente y al futuro del hemisferio.

Las TFPs constituyen un vasto conjunto de entidades cohermanas y autónomas existentes en los cinco continentes. Se basan ellas en la enseñanza tradicional de la Iglesia. El fundador de la TFP brasileña (en 1960) e inspirador de las 26 TFPs y bureaux - TFP es el eminente pensador católico y hombre de acción brasileño Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, quien, durante más de seis décadas de intachable vida pública, viene combatiendo doctrinariamente las múltiples manifestaciones de la Revolución anticristiana en la sociedad actual.

Así, esas entidades han dirigido su actuación contra el comunismo, el izquierdismo en la Iglesia, las reformas de estructura socialistas y confiscatorias y las nuevas formas de revolución cultural post-comunistas, como también contra los "kerenskys", o sea, los políticos centristas que pavimentan el camino a la Revolución anticristiana.

La eficacia de la lucha ideológica de las TFPs es reconocida por apologistas y adversarios. Más de 500 libros publicados en todo el mundo —varios de ellos escritos por 'scholars' de gran prestigio— documentan el papel pionero del Prof. Plinio Corrêa de Oliveira en el desenmascaramiento del progresismo dentro de la Iglesia, desde la década de los años treinta hasta nuestros días, así como el decisivo papel que cupo a las TFPs para evitar la caída de importantes naciones latinoamericanas en las garras del comunismo.

Las TFPs han estado empeñadas, desde 1993, en la difusión de la más reciente obra del Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, "Nobleza y élites tradicionales análogas en las alocuciones de Pío XII al Patriciado y a la Nobleza romana", que cuenta con cartas de elogio de tres Cardenales de la Curia Romana, así como teólogos e historiadores de fama mundial. Esta obra, con ediciones lanzadas simultáneamente en portugués, español, inglés, francés e italiano constituye un verdadero programa positivo que el eminente autor ofrece para enfrentar los numerosos factores de desagregación y caos de la sociedad contemporánea; y contiene un llamado a las élites tradicionales para que cumplan con su papel histórico en el reerguimiento de la Civilización Cristiana.

Este auténtico capital de credibilidad autoriza a las TFPs a presentar a Vuestras Excelencias la siguiente Agenda de problemas continentales, sin cuya solución adecuada se corre el riesgo de frustrar los legítimos anhelos de concordia y prosperidad, manifestados en nuestro continente por todos los gobernantes y gobernados. Sería como edificar la "casa sobre tierra sin poner cimientos", de que nos habla el Evangelio, "contra la cual embistió el torrente, y luego cayó, y fue grande su ruina" (San Lucas 6, 49).

La mencionada Agenda, de autoría del Prof. Plinio Corrêa de Oliveira, Presidente del Consejo Nacional de la TFP brasileña, fue refrendada por la TFP uruguaya así como por las demás TFPs cohermanas y autónomas de las tres Américas.

Dr. Alberto Arcos Pérez

Presidente de la Sociedad Uruguaya de  
Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad



## **Las TFPs de las tres Américas**

### **I - expresan preocupación**

\* por la enigmática indiferencia, lenidad y hasta complicidad de ciertas esferas políticas, intelectuales, eclesásticas, publicitarias y económicas del Continente, en relación al fracasado régimen comunista vigente en la antigua "Perla de las Antillas" y a su viejo inspirador y jefe Fidel Castro;

\* por la incongruente política de dos pesos y dos medidas de varios organismos y gobiernos de la región en relación a los regímenes de Haití y de Cuba: actuaron con el máximo rigor diplomático contra el primero, mientras vienen haciendo, desde hace décadas, concesiones liberales y hasta lisonjeras en relación al segundo;

\* por la hábil metamorfosis que se ha operado después de la caída del muro de Berlín en numerosas figuras de la extrema izquierda: sin renegar de su pasado y de sus metas igualitarias, y apenas cambiando de rótulos y métodos de acción, han alcanzado importantes posiciones políticas;

\* por el uso que esas figuras vienen haciendo del poder político para promover una verdadera revolución cultural que anestesia las sanas reacciones de la opinión pública, mientras se asestán golpes radicales contra los principios básicos de la Civilización Cristiana;

\* por el potencial destructivo y detonador de caos socio-económico que han demostrado en América Latina grupos terroristas y guerrilleros respaldados por conexiones internacionales;

\* por la continuidad de la crisis que —en el plano espiritual, pero con inevitables reflejos en el orden temporal— afecta a la Santa Iglesia Católica, Apostólica y Romana, con el paralelo avance de sectas dichas "cristianas", de religiones animistas y hasta de movimientos satanistas.

### **II - deploran**

\* la arrogancia con que movimientos homosexua-

les reivindican, en diversos países americanos, pseudo "derechos" radicalmente contrarios a la Ley de Dios y al orden natural;

\* las inconcebibles presiones de algunos organismos internacionales y de sectores sociales de diversas naciones del Continente en favor del aborto y del control de la natalidad (cfr. Conferencia de El Cairo), del divorcio, del concubinato, de la eutanasia y de otras medidas que conducen a la extinción de la familia;

\* las experiencias de manipulación genética que envuelven embriones humanos, desconociendo principios religiosos y éticos elementales;

\* el aumento del tráfico y consumo de drogas y las tentativas de legalizar ese consumo;

\* la colaboración ominosa de importantes medios de comunicación social para la difusión de anti-valores que corroen la Civilización Cristiana hasta sus fundamentos.

### **III - manifiestan acentuadas reservas**

\* ante la precipitación con que algunos sectores políticos desean llevar adelante procesos de integración hemisférica, con ritmos y condiciones que en la práctica podrán desgastar, si no abolir, las necesarias fronteras nacionales, las características peculiares de cada país y hasta sus propias soberanías

\* ante el desconocimiento, por parte de esos sectores, de los resultados tan discutibles de experiencias similares, como el Tratado de Maastricht, en Europa, cuestionado por millones de europeos;

\* ante las expectativas exageradas —y hasta la verdadera fascinación despertada en el espíritu de las multitudes por tantos órganos de los mass media—

con relación al desarrollo económico, presentado como una panacea para todos los problemas de nuestro tiempo; mientras queda relegada a un segundo plano la profunda crisis espiritual y moral que afecta, en forma creciente, al tejido social en toda Amé-

rica;

- \* ante las esperanzas frenéticas con que algunos encaran el surgimiento de una pseudocivilización cibernética, sin pesar todos los riesgos ni los inconvenientes graves e indudables de las transformaciones psicológicas, morales y culturales que ella acarrea;

- \* ante la creciente influencia que van teniendo en el campo político, social y económico, determinadas organizaciones no gubernamentales (ONGs), muchas de las cuales poseen programas nítidamente revolucionarios, (por ejemplo, reivindicaciones tendientes a favorecer un indigenismo retrógrado y contrario a la Civilización Cristiana) como quedó patente en la ECO '92 realizada en Río de Janeiro; así como delante del vasto financiamiento internacional que ese tipo de ONGs viene recibiendo;

- \* ante el proceso de asfixia económica y de obsolescencia de nobles Fuerzas Armadas del hemisferio, con ilusorio fundamento en nuevas realidades nacionales e internacionales;

- \* en relación a aquellos que acusan a algunas Fuerzas Armadas de haber violado los Derechos Humanos de los guerrilleros, mientras se muestran sospechosamente negligentes en denunciar los crímenes que éstos cometieron, y continúan cometiendo en importantes países como Colombia y Perú contra poblaciones urbanas y rurales.

#### IV - apelan

- \* a los preclaros participantes de la Cumbre de Miami para que —sin temor a discrepancias y debates, que son fecundos— aborden con profundidad éstos y otros temas, delicados y urgentes, de la realidad interamericana;

- \* a los líderes de la Cumbre de Miami para que presenten soluciones efectivas a los mencionados problemas, en armonía con las tradiciones cristianas del Continente, interpretando así los legítimos anhelos de la opinión pública de las tres Américas;

- \* a los referidos participantes de la Cumbre de Miami para que adopten, con la indispensable urgencia, medidas políticas, económicas y publicitarias capaces de hacer viable la inmediata normalización de la situación del pueblo cubano.

#### V - ven con esperanza

- \* la saludable repulsa hacia múltiples formas de Revolución anticristiana que va despuntando —notoriamente en las clases populares— en considerables sectores de la opinión pública interamericana;

- \* las justificadas y crecientes desconfianzas con que esos sectores de la opinión continental ven la acción de ciertos medios de comunicación social —en especial la TV— por ser vehículos de una agresiva inmoralidad, particularmente nociva para la infancia y para la juventud;

- \* el fracaso electoral de candidatos presidenciales ostensivamente izquierdistas en países como Brasil, México, Colombia, Perú, Argentina y El Salvador;

- \* el total descrédito incluso en los estratos más modestos de la población, de la así llamada "Teología de la Liberación", y de las comunidades eclesiales de base (CEBs) en ésta inspiradas;

- \* el debilitamiento de la obsesión ideológica igualitaria que impregnó durante décadas la mentalidad occidental, en beneficio del socialismo y del comunismo;

- \* las excelentes perspectivas de colaboración, —sobre sólidas bases cristianas— que se abren entre América Latina y los Estados Unidos y Canadá con los fenómenos descritos en este ítem.

#### Concluyendo

##### Las TFPs de las tres Américas

- \* afirman su profunda convicción de que, cuando los hombres resuelven cooperar con la gracia de Dios, el curso de la Historia genera maravillas: es esta la lección que nos fue legada por la Europa premedieval y medieval la cual, a partir de poblaciones latinas decadentes y de hordas de invasores bárbaros, llegó, bajo todos los puntos de vista, a un nivel religioso, cultural y económico sin precedentes;

- \* manifiestan por la tanto la certeza de que, más allá de las tormentas morales, de las dificultades materiales y de las celadas de toda especie que van siendo preparadas en el continente por los enemigos de la Iglesia y de la Civilización Cristiana, habrá en las Américas un resurgir de la cristiandad, de acuer-

do con lo previsto por Nuestra Señora de Fátima en  
1917, cuando anunció:

"¡Por fin, mi Inmaculado Corazón triunfará!"  
San Pablo, 5 de Diciembre de 1994

Plinio Corrêa de Oliveira  
Presidente del Consejo Nacional de la  
Sociedad Brasileña de Defensa  
de la Tradición, Familia y Propiedad - TFP

Este comunicado también es suscrito por los pre-  
sidentes de las Sociedades de Defensa de la Tradi-  
ción, Familia y Propiedad - TFPs de las tres Améri-

cas, existentes en Uruguay, Argentina, Bolivia, Ca-  
nadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Esta-  
dos Unidos, Paraguay, Perú, y Venezuela.

005/5

9500078



M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
280910DIC94

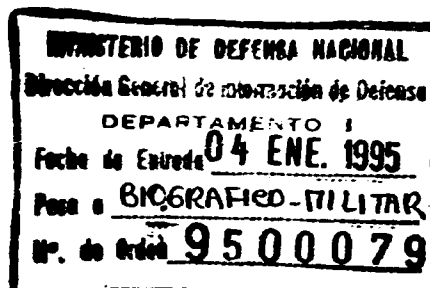
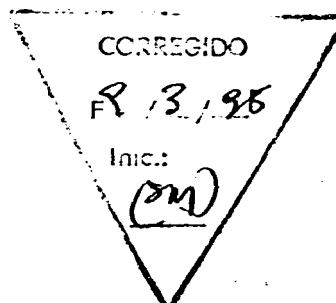
M E M O R A N D U M Nro. 001/ 95

EVALUACION : A-1

REFERENTE A : Ciudadanos palestinos residentes en BsAs.

TEXTO :

Se adjunta.



DISTRIBUCION : - BIOGRAFICO  
- CAMPO MILITAR

El Jefe del Campo Militar Dpto. I / D.G.I.D.  
C/C (CG)

Jorge Saravia

001/2

9500079

RABBANY MOHSEN:

DNI. 52560131

FECHA DE NAC. 23-12-52

NACIONALIDAD -- IRANI

RESIDE EN ARGENTINA

-----  
RABBANY GHODSEYEH:

DNI 92869014

Fecha de nac. 24-4-89

Nacionalidad--- IRANI

Reside en la ARGENTINA

Sexo--- FEMENINO

-----  
RABBANY FATEMEH:

DNI. 92558322

Fecha de nac. 20-7-80

Nacionalidad--- IRANI

Reside en la ARGENTINA

Sexo--- FEMENINO

-----  
RABBANY TAYEBEH:

DNI. 29558332

Fecha de nac. 23-3-64

Nacionalidad--- IRANI

Reside en la ARGENTINA

Sexo--- FEMENINO

-----  
RABBANY MASOMEH:

DNI. 92746003

Fecha de nac. 23-2

Nacionalidad--- IRANI

Reside en la ARGENTINA

Sexo--- FEMENINO

FECHA 08/03/95 INICIAL TE

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES \_\_\_\_\_

002/2

9500079

HE3

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.  
(Uso interno de la D.G.I.D.)

1/1  
JFM

E.E.I. Nro. 01.....

FECHA:.....03/01/95.....

REFERENCIA:

ORIGEN:

DIFUSION: DPTO. III

ANEXOS:

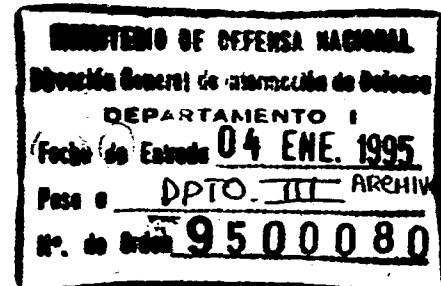
INFORMACION CONOCIDA: Está previsto para el día 10/01/95 una Asamblea General extraordinaria en la Casa de la Cultura y Amistad Uruguay-Cuba. La misma comenzará a la hora 20.00 en el local de la calle Soriano 840.

E.E.I.:

Se requiere saber:

- Cantidad de concurrentes
- Identificación de personas
- Cualquier otro dato que resulte de interés.

PLAZO:



001/1



ORIGINAL

1/2

04-GEN-1995 11:15

DIII SECRETARIA PRIVADA

005982910319 P.C.

FAX N°012/95



*Ministerio del Interior*

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

SECRETARIA

Montevideo, enero 4 de 1995.

SE INFORMA SITUACION ACTUAL EN LA COMPAÑIA DEL GAS

Ubicación y Jurisdicción Policial de cada una de las Plantas de la Cía. del Gas, como también el local sindical:-

- a) Oficinas Centrales: 25 de Mayo 706. (Secc. Pol. 1ra.)--
- b) Planta de Producción: Río Negro 1029 casi Rambla.  
(Secc. Pol. 2da.)--
- c) Gasómetro: José M. Roo 1000 esq. G. Ruíz. (Secc. Pol. 2da)
- d) Planta de Compresores: Rambla Naciones Unidas 800 y  
Ciudadela. (Juri. P.N.N.)--

Local sindical: Convención 1131. (Secc. Pol. 2da.)--

Tel: 91.67.65.--

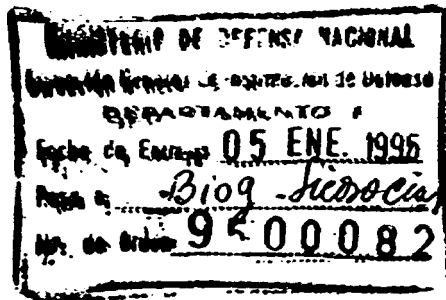
"DIRIGENCIA SINDICAL"

Presidente:	Miguel VELA	(MPP- misma línea de PUIG).
Srio. Gral.	Luis A. PUIG CARBAJAL.	(MPP). <u>QUP</u>
SUPLENTES:	Walter SUAREZ	(s/a).
	Miguel VARELA	(s/a).
	Arquimedes SANCHEZ	(s/a).
	Ricardo TEJERA.	(s/a).
	Alfredo CAPELLA.	(s/a).
	Ricardo VICO.	(s/a).

El día 21/12/94 se realizan las elecciones, quedando la nueva directiva conformada como se muestra anteriormente, pasando Luis A. PUIG CARBAJAL de Presidente a Secretario Gral. quedando Miguel VELA como Presidente del gremio.--

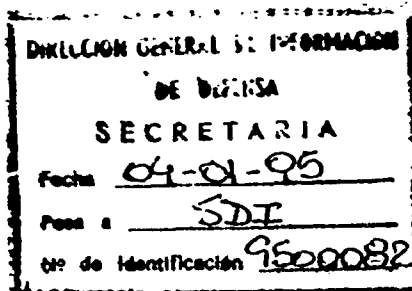
El día 19/12/94, se lleva a cabo la asamblea gral. la que resuelve:

- 1.- Resistir el traspaso de la Cía. a CASEBA.--
- 2.- Mantener el conflicto en todos sus términos.--
- 3.- Denunciar que no a actuado la Comisión Investigadora del Parlamento.--



Don. Bios

001/2



...///

Hoja N°2.

4.- Facultar a la Directiva que surja de las elecciones del 21/12/94, a instrumentar medidas de lucha.-

5.- R<sup>al</sup>izar el 28/12/94, a la hora 10.30 un Acto de desagravio al Gral. Artigas en Plaza Independencia.-

6.- En caso de que GASEBA se haga cargo, paro gral. de inmediato y asamblea gral.-

7.- R<sup>al</sup>izar declaraciones de los Ministros GALAN y GIA NOLA.-

8.- Solidaridad con los trabajadores del CASMU y apoyo del paro propuesto por el PIT/CNT de 24 horas.-

9.- Solidaridad con CX 44.-

El 28/12/94, tal como estaba previsto, a la hora 10.30 se hicieron presentes en Plaza Independencia unas 70 personas del gremio, con 2 Pabellones Nacionales, una bandera del Sindicato y una ofrenda floral con la leyenda: "Sabremos Cumplir"- "Sindicato del Gas. PIT/CNT" la que fué depositada al pie del Monumento al Gral. José Artigas; luego que los concurrentes entonaron las Estrofas del Himno Nacional. Luego de ello próximo a la hora 11.10 abandonaron el lugar, dirigiéndose al local de Cía. del Gas. (25 de Mayo 706), donde efectuaron golpeteo de palmas y canticos referidos al conflicto, a la hora 11.25 se dispersan en forma pacífica.

En el día de la fecha (03/01/95), se mantuvo contacto con el Jefe del DIVIN de la PNN, estableciéndose que:

\* Gaseba se haría cargo de la Cía. en el correr de la 2da. Semana de Enero.

\* Gaseba viene manteniendo contactos con AEOGAS.-

\* Jueves 05/01, en horas de la mañana las autoridades de Gaseba visitarán la Planta de Rambla Naciones Unidas N° 800.-

Mediante otras averiguaciones practicadas se pudo establecer que en el día de mañana 04/01 se reúne el Consejo Directivo de AEOG. Se ampliará.-

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA  
INSPECTOR GENERAL  
SAUL HUMBERTO CLAVERIA

#### DISTRIBUCION

- SR. INSPECTOR NACIONAL DE POLICIA.
- SR. JEFE DE POLICIA DE MONTEVIDEO.
- SR. DIRECTOR DE LA D.G.I.D.

002/2

9500082

TOTAL P.02

01-04-95 11:17

1/7

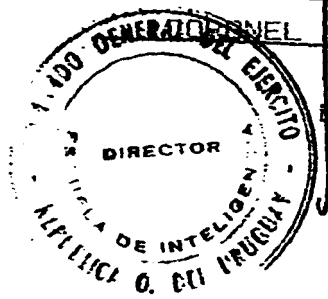
E. I. E.  
021200ENE995.

Señor Director General de la D.G.I.D.:

Adjunto al presente remito a Usteo, resumen semanal correspondiente al período del 23 al 29 de diciembre de 1994 y un documento.

Sin otro particular, saluda a Ud. atentamente.

El Director de la E.I.E. y Jefe de la Ca.C/Inf.E.



LEONARDO GARCIA.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
EJ. DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha:	4-1-95
Por:	SDI
Nº de Identificación:	9500084

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Inteligencia y Seguridad	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada:	05 ENE 1995
Por:	archivo
Nº. de Orden:	9500084

001/7

RESUMEN SEMANAL DEL 23 AL 29 DE DICIEMBRE DE 1994.

I.- EXTERIOR.

A.- MUNDIAL.

1.- MEDIO ORIENTE.

- En Jerusalem un terrorista del Grupo Hamas murió al estallar 10 kgs. de explosivos que tenía en su cuerpo, causando 12 heridos, dos de ellos de gravedad. El ataque se produjo frente a una parada de autobús, fracasando en su intento de detonar la carga dentro del vehículo que transportaba Oficiales de la Fuerza Aérea israelí.

- El Hezbolah considera que el Islam sufrió un nuevo ataque con la intervención armada rusa en Chechenia.

El Vice-secretario del Hezbolah, Namir KAMEN afirmó que "los pueblos de esta región pasaron por el capitalismo, el socialismo y la anarquía que no dieron satisfacción a sus aspiraciones y descubrieron la salvación en el Islám".

2.- RUSIA.

- El Presidente Boris YELTSIN, dijo que la primera etapa de la operación militar en Chechenia estaba llegando a su fin y que Moscú planeaba establecer sus propios órganos de gobierno en la región.

- En Grozny el Vice-Presidente Zelikhan YANDARBIQEV manifestó que Chechenia estaba lista para negociar con Moscú, incluso mientras los soldados rusos estén en su territorio.

- Según versiones no oficiales el Sub-Comandante del Ejército ruso al mando de las tropas en Chechenia se habría negado a seguir atacando Grozny. Fue apoyado por el Jefe del Estado Mayor, el Comandante militar del Cáucaso Norte y el Vice-Ministro de Defensa. Esto provocó que el Ministro de Defensa los relevara y regresaran a Moscú.

3.- EX-YUGOSLAVIA.

- Desde el sábado 24DIC94, entró en vigencia el cese del fuego negociado a través del delegado de EE.UU., J. CARTER, se ha reducido la intensidad de los combates.

#### 4.- ARGELIA.

- Un avión de Air Fance, colmado de pasajeros fue secuestrado en Argel por terroristas musulmanes, quienes exigían la liberación de dos líderes máximos del Frente Islámico de Salvación (FIS), que están bajo arresto domiciliario. Vencido el plazo, la exigencia no se cumplió, sólo pidieron el libre despegue del avión, que fue autorizado y aterrizó poco después en Marsella, sur de Francia. Allí irrumpió un Comando Antierrorista francés después que los terroristas asesinaron a 4 rehenes. En la operación los 4 secuestradores murieron y 25 personas resultaron heridas. El atentado fue reivindicado por el G.I.A. (Grupo Islámico Armado), destinado sobre todo a interrumpir la ayuda del gobierno francés.

- La decisión del gobierno de cancelar las elecciones en el año 1992 inició una guerra civil que dejó como saldo 20.000 muertos.

- Cuatro religiosos católicos (tres franceses y un belga) fueron asesinados en Argelia. Aunque ningún grupo se atribuyó el atentado; se presume que fue el GIA.

#### 5.- ITALIA.

- El Presidente italiano, Oscar LUIGI SCALFARO, busca una solución a la crisis de gobierno que permita evitar la convocatoria de elecciones generales anticipadas solicitada por el Primer Ministro saliente. Su deseo es resolver la crisis dentro del Parlamento.

Sin embargo BERLUSCONI, sostiene que él es el mejor para conducir el país y confía en salir de la crisis con un nuevo mandato.

#### B.- CONTINENTAL.

##### 1.- MEXICO.

- El ejército comenzó a cerrar el paso a la zona controlada por la guerrilla, ubicando efectivos en Amparo Agua, Tinta y Flor de Café, localidades éstas que se encuentran a poca distancia de las comunidades zapatistas.

- Los obispos hicieron un urgente llamado al diálogo entre el gobierno y la guerrilla para evitar "una guerra fratricida".

Uno de los comandantes del EZLN advirtió que no se

replegarán a sus bases en la selva, lo que acentuó los temores de inminentes choques armados.

- La liberación del tipo de cambio, anunciado sorpresivamente por el gobierno mexicano para intentar estabilizar la economía provocó en su primer día de implementación una nueva, rápida y dramática devaluación del peso.

## 2.- HAITI.

- El ejército estadounidense sofocó un intento de rebelión de militares y ex-militares haitianos que protestan por su eventual cese de actividades en el organismo castrense y reclaman una indemnización del Estado.

## 3.- NICARAGUA.

- La Presidente Violeta CHAMORRO, designó al General Joaquín CUADRA LACAYO como nuevo Jefe del Ejército.  
Es la primera vez que ocurre que el máximo Jefe militar sea nombrado por un mandatario civil; asumiría su cargo en el mes de febrero próximo.

## C.- REGIONAL.

### 1.- PARAGUAY.

- El Presidente Juan C. WASMOSY exhortó a las FF.AA. a colaborar en la lucha contra las "mafias internacionales del narcotráfico, del contrabando de armas y del terrorismo".  
Asimismo admitió que la crisis militar hizo peligrar la democracia. La policía reforzó la seguridad del Palacio de Gobierno ante la repetición de nuevas amenazas contra el Presidente.

### 2.- BRASIL.

- En el proceso de desindexación de la economía se aprobó la extinción de la Unidad Patrón de Financiamiento (UPF), que actualizaba el valor de financiación de la compra de inmuebles y se facilitaron medidas para renegociar las deudas de empresas públicas con los Bancos del Estado.

- El próximo Ministro de Justicia, Nelson JOBIM, proyecta la creación de la Secretaría Nacional de Seguridad, que tendría como argumentos principales para su creación: la reestructura de la Policía Federal y la racionalización de los proyectos para combatir la violencia.



- El gobernador electo de Río Grande del Sur, Antonio BRITTO, pretende modificar la estructura del Estado, realizando la extinción de organismos públicos y reducción de cargos de confianza, entre otras.

- La crisis mejicana debido a la desvalorización del peso frente al dólar, provocó que el Banco Central debiera intervenir para evitar especulaciones en el valor del dólar frente al real. Asimismo las acciones de la Bolsa de San Pablo sufrieron una baja del 6,09% y en Río de Janeiro 5,59%.

- Un destacamento especial de la Brigada Militar de Uruguayana, fue elevada a 30 Escuadrón de Policía Montada Independiente. Este cambio creará las condiciones para la creación de un Pelotón de Choque con 30 soldados y un Pelotón de Comando y Servicio, además se ampliarán las sedes y se nombrarán nuevos Oficiales. El comandante del 30 Escuadrón es el Mayor Vanderlei GONCALVES.

- El Presidente electo Fernando Henrique CARDOSO, asumirá su cargo el próximo 1 de enero de 1995; ya dio a conocer su gabinete, en el cual mantuvo el equipo económico que diseñó el Plan Real.

### 3.- ARGENTINA.

- La Cámara de Diputados convirtió en Ley el Presupuesto para 1995, de esta manera se puso fin al año parlamentario, las sesiones se reanudarán en Febrero de 1995.

- El Partido Comunista se propone formar un Frente Amplio de Oposición, para las elecciones de 1995 que agrupa a la izquierda, a peronistas y radicales disidentes y a socialcristianos.

- Los condenados por el intento de copamiento del Reg. de Infantería de La Tablada, integrantes del Movimiento Todos por la Patria (MTP), suspendieron la huelga de hambre que realizaban desde hace 36 días, ante la promesa del Diputado socialista Alfredo BRAVO, de que presentará un proyecto de ley de amnistía.

- En la Provincia de San Juan, en medio de una grave crisis política y financiera, la Suprema Corte Sanjuanina restituyó a Jorge ESCOBAR como Gobernador, el que era investigado por corrupción, esta medida aleja la posibilidad de que el gobierno

central intervenga dicha Provincia.

- El J.E.M.G.E., Tte.Gral. Martín BALZA, negó que haya militares en actividad o retiro como asesores de militares y policías mexicanos que enfrentan a guerrilleros del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZL).

- Autoridades del Ministerio de Defensa admitió que se está trabajando en un proyecto de Ley de Reestructuración Militar, el cual estaría terminado en el próximo mes de febrero.

- En Santa Fé, 260 presos alojados en la cárcel de Las Flores, intentaron una fuga seguida por un violento motín el que fue sofocado por efectivos policiales, hubo 16 heridos entre ellos un guardiacárceles.

- Como consecuencia de la devaluación mexicana, inversores extranjeros fugan con sus capitales, El Banco EXTRADER se declaró insolvente, otras entidades financieras, estarían en crisis, esto se vio reflejado en el mercado; cayó la Bolsa en 5,4% y las tasas de interés alcanzaron el 40%.

#### D.- NARCOTRAFICO.

##### 1.- COLOMBIA.

- EL Consejo Nacional de Estupefacientes (CNE), aprobó la "Operación Resplandor", que propone la erradicación en los próximos dos años de los cultivos de hojas de coca y amapola. Se invertirán U\$S 150 millones, cien hombres de la policía se sumarán a los actuales, además de los tres aviones que se utilizan para fumigar las plantaciones se usarán cinco helicópteros artillados y doce aviones norteamericanos.

- El narcotráfico paga en las rutas de El Guaviare un "peaje" a las FARC, para poder usar los caminos y pistas clandestinas.

##### 2.- BRASIL.

- Un grupo de narcotraficantes con fusiles AR-15, dispararon contra tropas del Ejército en la favela Cruzeiro (norte de Río de Janeiro), las cuales fueron convocadas para contener un tiroteo entre bandas rivales.

- Las acciones de la "Operación Río", se extendieron fuera de la ciudad de Río de Janeiro, en

busca de traficantes escondidos en las favelas de Niteroi. Se encontraron armas, municiones, un uniforme del Ejército y un kilo de cocaína ya envasada.

- La aeronáutica comandó por primera vez la ocupación de dos favelas de la Isla del Gobernador, cerca del Aeropuerto de El Galeao y la Bahía de Guanabara; esta zona es considerada estratégica para el tráfico internacional de armas y drogas.

### 3.- ARGENTINA.

- Fueron decomisados 35 kgs. de cocaína de máxima pureza, deteniendo a 2 personas, en la localidad de La Salada, cerca de Rosario, por la policía de Santa Fé.

- En varios operativos realizados por Gendarmería Nacional, en las localidades de Salvador Mazza, Aguaray y Cabeza de Buey, en Salta; fueron incautados 11 kgs. de cocaína de máxima pureza y 55 kgs. de hojas de coca, se detuvo a 8 personas entre ellas un ciudadano boliviano.

007/7

9500084

1/9  
mu

Montevideo 28 de Diciembre de 1994

M E M O R A N D U M Nº072/ANA/994

ASUNTO: Actualización sobre Factor Militar al 29-DIC-94

I.- INTRODUCCION

Las O.O.R.R. que operan en nuestro país desarrollan actividades en los ámbitos político y social. A su vez es necesario distinguir a aquellos grupos integrados al Frente Amplio y los que actúan fuera de él, pues éstos últimos al carecer de perspectivas electorales, resultan más proclives a adoptar métodos al margen de la ley.

Por su parte las organizaciones pertenecientes al F.A. mantienen un perfil propio, de tipo principista, que frecuentemente condiciona la capacidad negociadora de sus aliados "moderados", generándose situaciones conflictivas en el propio seno de la coalición.

A lo anterior debe sumársele un alentador resultado electoral que les permite mantener su parcela de poder en las estructuras frenteamplistas y asimismo proponerse disputar espacios a nivel de dirigencia en el Movimiento Sindical a partir de 1995. De concretarse este hecho, es probable que se produzca un sensible incremento en la conflictividad laboral, fenómeno que se complementaría con eventuales movilizaciones por parte de diversas organizaciones sociales.

En el ámbito internacional se destaca la integración y activa participación en el Foro de SAN PABLO de todos los grupos frenteamplistas y del Movimiento Revolucionario Oriental (M.R.O.).

II.- DESCRIPCION DE LAS PRINCIPALES O.O.R.R.

A.- ACTUAN DENTRO DEL F.A.

1.- MOVIMIENTO 26 DE MARZO (M26M)

a.- Principales Dirigentes

Eduardo	RUBIO
Raúl F.	SENDIC
Fernando	VAZQUEZ
María de los Angeles	BALPARDA
Jorge	VOITURET
Ricardo	DAHER
Julián	GONZALEZ
Ruben	VERA

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
EL DEFENSOR
SECRETARIA
Fecha 4-1-95
Por SDI
Nº de Registro 9500085

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 ENE. 1995
Pase a Gios Militar.
Nº. de Orden 9500085

001/9 Don. Bias

**b.- Tendencia ideológica**

Marxista-Lenninista-Castrista

**c.- Situación**

El sub-lema frenteamplista UNIR creado el 09DIC93 a instancias del M26M e integrado además por los grupos menores Corriente de Unidad Frenteamplista (C.U.F.), Movimiento PREGON y Unión Popular (U.P.), se presentó a las elecciones nacionales bajo la Lista 3000 obteniendo 7000 votos.

Este resultado implica un revés político pues el sector pierde la única banca legislativa que ocupaba (Dip. S.PREVITALI/PREGON).

Se estima que a raíz de esta situación, en el futuro la bancada del Movimiento de Participación Popular (controlado por el M.L.N.-T) será quien canalice, en el ámbito parlamentario, las inquietudes del M26M y sus aliados menores. Como contrapartida, el M26M respaldará la tarea a través de sus medios de comunicación, es decir el diario "La Juventud" y la radioemisora CX-36 "Centenario".

El M26M continuará desarrollando su actividad en el ámbito social en todo el país, y en particular en Montevideo mantendrá su actitud de apoyo crítico a la administración municipal frenteamplista.

Cabe destacar que esta organización es, dentro del Frente Amplio, la más definida ideológicamente y con una mayor infraestructura, combinando medios de comunicación y comercios mediante una gestión orgánica de propaganda y finanzas.

**d.- Estrategia**

El M26M se caracteriza por dirigir su mayor esfuerzo hacia "los sectores de la población no organizados" con el objetivo de integrarlos al proceso de acumulación de fuerzas.

Este grupo considera imprescindible el desarrollo de mecanismos populares para defender las conquistas sociales y políticas.

A tales efectos estableció a nivel nacional una red de organismos destinados a atender a los sectores carenciados:

- centros de la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (A.M.U.L.P.) relacionados con toda la problemática de la

002

9500085

mujer.

- Centros Asistenciales Solidarios de A.M.U.L.P (C.A.S.A.), de atención integral al núcleo familiar.
- Organización de Pioneros José Artigas (O.P.J.A.) dedicada a los niños desde los 3 años hasta la adolescencia.

e.- Otras consideraciones

Como consecuencia de fallas de seguridad detectadas en su funcionamiento interno, se dispuso un sistema basado en los llamados "Grupos de Control", integrados por cuadros seleccionados a quienes se les reservan tareas de carácter compartimentado de la organización.

El M26M a través de sus medios de comunicación tuvo un especial protagonismo en el caso de la extradición de los presuntos integrantes de la organización terrorista vasca ETA. En la oportunidad (AGO94) se promovió una serie de movilizaciones que culminaron con graves incidentes en las inmediaciones del Hospital Filtro, donde se encontraban internados los ciudadanos españoles. Posteriormente el Poder Ejecutivo decretó la clausura por 24 horas de la emisora CX-36, propiedad del Movimiento.

2.- MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR (M.P.P.)

a.- Principales Dirigentes.

Helios	SARTHOU
Eleuterio	FERNANDEZ HUIDOBRO
José	MUJICA
Jorge	ZABALZA
Marcos	ABELENDIA
Jorge	QUARTINO

b.- Tendencia Ideológica.

Marxista - Leninista, con aportes Trotskistas.

c.- Situación.

Luego de la crisis surgida a raíz del alejamiento del Partido Por la Victoria del

003

9500085



Pueblo (P.V.P.), el M.P.P. quedó integrado por el Movimiento de Liberación Nacional (M.L.N.-T), el troskista Partido Socialista de los Trabajadores (P.S.T.), el maoísta Núcleo del Partido Comunista Revolucionario (N.P.C.R.) y un grupo de dirigentes "independientes" (SARTHOU, ABELENDA, etc.).

El grupo se presentó a las Elecciones Nacionales bajo la lista 609 obteniendo 44.000 votos, adjudicándose un senador (H.SARTHOU) y dos diputados (J.MUJICA y M.ABELENDA), lo cual le permitirá mantener una parcela de poder en la interna frenteamplista y a su vez continuar desarrollando su tarea de penetración en los sectores marginados a través de políticas sociales. Esto incluye, a nivel de Montevideo, un respaldo de carácter condicionado a la futura Intendencia, con denuncias o acusaciones cuando se entienda el caso.

c.- Estrategia

Definida por su principal integrante el M.L.N.-T, basada en un concepto principista en función del programa fundacional del F.A. del año 1971.

3.- MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL (M.L.N.-T.)

a.- Principales dirigentes.

Eleuterio	FERNANDEZ HUIDOBRO
José	MUJICA
Jorge	ZABALZA
Jorge	QUARTINO
Julio	MARENALES
Oscar	SUAREZ MOYANO
Leopoldo	LAFERRANDERIE
Carlos	HALLER

b.- Tendencia Ideológica.

Marxista, con aportes de E.Guevara, James Petras, Martha Harnecker, asimilando experiencias de procesos revolucionarios latinoamericanos.

c.- Situación.

Es el grupo rector del M.P.P., a quien utiliza

004

9500085

públicamente para mantener un perfil bajo como M.L.N.-T.. A pesar de atravesar serios problemas financieros, orgánicos y de relacionamiento con otros sectores frenteamplistas, logró retener un caudal electoral considerable; mientras que en 1989 había logrado 45.000 votos, ahora obtuvo 44.000 debiéndose tener en cuenta la deserción de su principal aliado en el M.P.P., el P.V.P., quien en esta oportunidad consiguió 6.600 votos.

En la próxima legislatura que se iniciará el 15-FEB-95, el M.L.N. ocupará por primera vez en su historia una banca parlamentaria (dip. J.MUJICA), estimándose que desde ella comenzará la práctica de un nuevo estilo de hacer política, con un fuerte contenido polémico y contestatario.

En el campo sindical, el M.L.N. intentará capitalizar el revés sufrido por las corrientes "renovadoras" en el plano electoral. Dentro del F.A. disputará, con otros grupos radicales, el control de las bases, aprovechando el hecho de que el sector mayoritario (Asamblea Uruguay - D.ASTORI) carece de estructura organizativa para hacerlo.

d.- Estrategia.

A partir de un núcleo definido ideológica y orgánicamente, desarrollar un trabajo combinado político y social en un proceso de acumulación de fuerzas, cuyo referente electoral en esta etapa es el Frente Amplio, y a través del cual se intenta acceder al gobierno nacional. Para ello es necesario crear las condiciones más favorables en cuanto a asegurar mayorías parlamentarias y, paralelamente, el más amplio respaldo posible del Movimiento Social que permitan la concreción de los "cambios radicales que el país necesita". De la adecuada consolidación del "gobierno popular" dependerá la siguiente etapa hacia el "poder popular".

e.- Otras consideraciones.

- El M.L.N.-T. a través de sus órganos de prensa "MATE AMARGO", "TUPAMAROS" y en ese entonces CX-44), dedicó profundos y extensos análisis al levantamiento de CHIAPAS (MEXICO), en los que no disimulaba su satisfacción por los éxitos políticos del fenómeno armado. Además

005

9500085

de justificar el hecho, se le proyecta a todo el continente, aduciendo que constituye la "última y única reacción de los oprimidos y postergados frente al neoliberalismo salvaje impuesto desde el primer mundo".

- En otro orden, se ha insistido en el tratamiento de temas militares nacionales, exhibiendo nitidamente una actitud de aproximación hacia las FF.AA..
- El M.L.N.-T. (junto al M.26 M.) tuvo una activa participación en los hechos acaecidos en torno a la extradición de los presuntos etarras, lo que en primera instancia le valió la clausura definitiva de su radioemisora (CX-44) y ahora se aguarda el fallo de la Justicia por el cual posiblemente se dicte el procesamiento de algunos de sus dirigentes.

**B.- ACTUAN FUERA DEL F.A.**

**1.- FRENTE DE IZQUIERDA Y DE LOS TRABAJADORES (F.I.T.).-**

**a.- Principales dirigentes.-**

Juan VITAL ANDRADA  
Rafael FERNANDEZ  
Rúben SASSANO

**b.- Tendencia ideológica.-**

Trotskista (IV Internacional).-

**c.- Situación.-**

*Organizado*

El F.I.T. surge a instancias del Partido de los Trabajadores (P.T.) luego que este se constituyera en la segunda fuerza del Sindicato de la Construcción (S.U.N.C.A.). En él convergen algunos cuadros disidentes de otros grupos radicales, que entendieron que el Frente Amplio ya no constituía "la herramienta de cambios profundos que el país reclama". A las Elecciones Nacionales se presentaron con la Lista 1917 obteniendo apenas 370 votos. A partir de ahora se proponen seleccionar cuadros para formarlos sindicalmente de manera de ganar espacios en ese ámbito. Este grupo se opone tanto al Frente Amplio como

... 006

9500085

a la dirección "burguesa" del PIT-CNT.

**d.- Estrategia.-**

Contruir un Frente de contenido revolucionario y de amplias bases a partir de un polo radical, con el objetivo de sustituir el actual sistema.

**e.- Otras consideraciones.-**

Algunos de sus cuadros intervinieron en los desórdenes originados en las inmediaciones del Hospital Filtro, donde se encontraban internados los presuntos etarras. Inclusive uno de los primeros lesionados, resultó ser Rúben SASSANO (ex-M.L.N./Candidato a Edil por el F.I.T.)

**2.- MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO ORIENTAL (M.R.O.)**

**a.- Principales dirigentes**

Mario ROSSI GARRETANO  
Sergio NAPOLI  
José MANEIRO  
Walter ARTOLA  
Walter BURGUI

**b.- Tendencia Ideológica**

Marxista-Lenninista, con fuerte componente castrista.

**c.- Situación**

El M.R.O. luego de abandonar al Frente Amplio, intentó reunir en su entorno a pequeños grupos radicales extra-frenteampelistas, pero por divergencias funcionales solo logró conformar una expresión menor llamada Frente Obrero y Popular (F.O.P.) que ni siquiera llega a presentarse a las Elecciones Nacionales, a pesar de habérselo planteado en sus inicios.

**d.- Estrategia**

Se propone la conformación de una "alternativa revolucionaria" de corte socialista, a través de una política de expansión de masas que opere en los frentes de trabajadores, estudiantes, organizaciones sociales, etc.

007

9500085

El M.R.O. afirma la vigencia del leninismo y la necesidad de cambiar los distintos métodos de lucha. Asimismo asume su compromiso de solidaridad con el régimen cubano.

e.- Otras consideraciones

Esta organización es propensa a la ejecución de asaltos y otras acciones delictivas ya sea de carácter financiero y/o político.

3.- PARTIDO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO - ARTIGUISTA (P.R.P.- A)

Esta organización irrumpe publicamente en JUN74 al adjudicarse la autoría de un atentado explosivo contra las oficinas de la empresa constructora "Alvaro Palenga S.A."

Sus actividades fueron detectadas en 1990, pero se desarrollaron de manera muy irregular y más bien resumidas al plano teórico.

El P.R.P. se auto-define como marxista-leninista y plantea una estructura clandestina "político militar". Se han establecido puntos de contacto orgánicos con el Movimiento Revolucionario Oriental (M.R.O.).

4.- FEDERACION ANARQUISTA DEL URUGUAY (F.A.U.)

a.- Principales Dirigentes

Juan Carlos MECHOSO MENDEZ  
José IMAZ  
Juan PILO YANEZ

b.- Tendencia Ideológica

Anarquista-libertario

c.- Situación

Historicamente no se presenta a las Elecciones Nacionales y rechaza los Frentes Populares. Por hechos puntuales se han detectado contactos con dirigentes de otros grupos radicales.

008

29500085

### III.- CONCLUSIONES Y PERSPECTIVAS

Las O.O.R.R. que operan en nuestro país lo hacen en los ámbitos político y social. Aquellas que no integran el F.A., por carecer de perspectivas electorales resultan más proclives a utilizar métodos ilegales. Sin embargo, en general, los diversos grupos exhiben una tendencia a promover y/o capitalizar situaciones conflictivas, políticas o sociales en cuyo desarrollo pueden alcanzar niveles de desestabilización. En otro orden es necesario resaltar la significación del llamado "Foro de San Pablo", como ámbito de coordinación de las principales organizaciones continentales y de enlace con numerosos grupos políticos del resto del mundo.

009/9

9500085

87 1/3  
EJERCITO NACIONAL

S. I. E.

SECCION II INF.

MONTEVIDEO

02ENE95.-

SOLICITUD DE ANTECEDENTES No. 05/95.-

- I. EVALUACION: Omitida.-
- II. RESPONDE A: Información solicitada por este Servicio.-
- III. TEXTO: Se agrega lista.-
- IV. ACCION TOMADA: Confección de la presente solicitud.-
- V. DISTRIBUCION: 1 ejemplar D.G.I.D.  
1 ejemplar archivo.-



EL DIRECTOR GENERAL DEL S.I.E.

Cnel. *Walter H. Silva*  
WALTER H. SILVA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 5/1/95  
N. 004

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 4-1-95  
Pase a SDI  
Nº de Identificación 9500086

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 05 ENE 1995  
Pase a ANTECEDENTES  
Nº de Orden 9500086

001/3



SECRET

*fl* - BERNAL LARROSA, LAURA GUADALUPE 260 3058

Fecha de nacimiento: 31OCT58 ✓ Montevideo

C.I.: 1.533.312-9 ✓

C.C.: BDA 71136 ✓

*fl* - LARROSA GARCIA, SOFIA NELLY 260 3066

Fecha de nacimiento: 06AGO32 ✓ Treinta y Tres

C.I.: 890.519-7 ✓

C.C.: CMA 27567

BDA 69185 ✓

✓ - FAGUNDEZ PELAEZ, MARIA CECILIA

Fecha de nacimiento: 28OCT69 Montevideo

C.I.: 2.837.716-2

C.C.: AFB 2953

IAC 49101

RODRIGUEZ DE ALMEIDA SILVEIRA, MIGUEL ANGEL

Fecha de nacimiento: 18OCT68 Artigas

C.I.: 3.621.548-3

C.C.: AFB 2954

✓ - FAGUNDEZ FAGUNDEZ, JUAN EUCLIDES

Fecha de nacimiento: 15MAY36 Artigas

C.I.: 1.426.901-6 ✓

C.C.: IAC 43761

✓ - PELAEZ TORRES, DOLORES VITALINA 260 3074

Fecha de nacimiento: 21DIC46 Montevideo

C.I.: 1.123.640-4

C.C.: IAC 43760 ✓ *sur egba*

✓ - FAGUNDEZ PELAEZ, JUAN RAMON FROILAN

Fecha de nacimiento: 13ABR72 Montevideo

C.I.: 2.837.818-8

C.C.: IAC 55996

FECHA <u>28/5/85</u>	INICIAL <u>(64)</u>
Procesado a Sistema DPX	
OBSERVACIONES	

002

9500086

✓ - LISTON MOSQUERA, ADRIANA MONICA

Fecha de nacimiento: 13FEB64 Montevideo

C.I.: 1.477.318-4

C.C.: BMB 24766

✓ LISTON VAZQUEZ, JERONIMO

Fecha de nacimiento: 23MAY31 España

C.I.: 638.344-0

C.C.: BLA 14895

FECHA 28/5/75	INICIAL (H)
Procesado a Sistema DPX	
OBSERVACIONES	

✓ MOSQUERA ALVAREZ, PURA CARMEN

Fecha de nacimiento: 07DIC35 Montevideo

C.I.: 733.113-1

C.C.: AGB 5123

✓ LISTON MOSQUERA, GRACIELA CARMEN

Fecha de nacimiento: 12JUL73 Montevideo

C.I.: 2.796.316-4

C.C.: BMB 28491

✓ LISTON MOSQUERA, FERNANDO MANUEL 260 3082

Fecha de nacimiento: 16JUN60 Montevideo

C.I.: 1.477.570-6

f/1 - IZQUIERDO MIRABALLE, JULIO WASHINGTON 260 3090

Fecha de nacimiento: 02ENE48 Montevideo

C.I.: 1.454.969-6

J - CABRERA, JUAN R.

C.I.: 2.564.220-7

003/3

9500086

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
 DNI SECRETARIA PRIVADA  
 DEPARTAMENTO I  
 Fecha de Entrada 05 ENE. 1995  
 Para ARCHIVO  
 N° de Orden 9500088

ARCHIVO

005982910319

P.01/01

P.003.4

Montevideo, enero 4 de 1995

1)-

INFORMACION GREGALORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas y se esperan nuevas medidas a partir de esta semana.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE FLUNA: Se encuentran en situación de pre-conflicto debido al proceso de privatización de la empresa y en denuncia de irregularidades cometidas por la empresa CANDYSUR en el servicio de tierra. En los primeros días del corriente mes se realizará una asamblea para decidir medidas de lucha, aunque se descartan paros por el momento.

CONSTANCIA: El arribo de las delegaciones de funcionarios de Brasil y Argentina para tratar el tema "La aeronáutica comercial en el MERCOSUR se producirá el 5/I/-

ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (BANCA OFICIAL):

Se encuentran en situación de preconflicto motivado por el traspaso del control del Comercio Exterior de manos del BROU a la Dirección Nacional de Aduanas a partir del 1/I/. Se prevén movilizaciones en el correr de la semana.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. Se encuentran en Asamblea Permanente y mantienen contactos con la empresa adjudicataria (GASEBA). Para el día de la fecha se encuentra convocada una reunión de la directiva del gremio.-

3)-

INFORMACIONES VARIASAMENAZAS DE ARTEFACTO EXPLOSIVO

I) En la víspera, a la hora 18:55 se recibió en la sede del ING BANK (Misiones 1352) una llamada en la cual por una voz femenina se expresó "Colocamos una bomba" para cortar de inmediato. Inspeccionado el lugar por Bomberos, los resultados fueron negativos.-

II) A la hora 19:30 del día de la víspera se recibió en el Banco Pan de Azúcar (Rincón 518) una llamada en la cual una voz joven masculina expresó: "Colocamos una bomba y en quince minutos va a explotar" cortando de inmediato. Inspeccionado el lugar por efectivos policiales y de Bomberos el resultado obtenido fue negativo.-

DIST. - General  
 Militar

⑦

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
 DE DEFENSA  
 SECRETARIA  
 Fecha 4-1-95  
 Para SDI  
 N° de Identificación 9500088

001/1

9500088

Copia Nro.  
Pagina

de  
de

Ejemplares.  
Paginas.

7h 1/2

**RESERVADO**

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL

SOLICITUD DE INFORMACION Nro. 130/94.-

AGENCIA:.

D I N T E I

FECHA 5/4/95

INICIAL GY

FECHA:

29 de diciembre de 1994-9PX

ASUNTO:

Solicita informacion.

REFERENCIA:

SE OMITE

ORIGEN:

SE OMITE

AREA / PAIS:

R. O. del URUGUAY

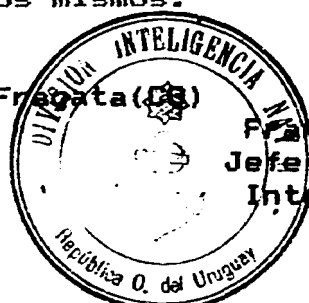
DIFUSION ANTERIOR: N E G A T I V O

DISTRIBUCION : D.G.I.D - ARCHIVO.

ANEXOS:

TEXTO: Solicito investigacion de las 31 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son promitentes ingresos a la Armada y familiares de los mismos.-

Capitan de Fragata (CS)



Francisco VALINAS  
Jefe de la Division  
Inteligencia Naval

**RESERVADO**

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
EN DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 4-1-95  
Pres a GDI  
No de Identificación 9500089

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Direccion General de Informacion de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 05 ENE 1995  
Pres a ANTECEDENTES  
No. de Orden 9500089

001/2

Page No. 1  
12/29/94

APELLIDO	NOMBRES	LEDM - EDAD	CEDULA	CRED.CIV. DOMICILIO
CARVALLO GOMEZ ✓	TEODORO	ART.		MELO Y RINCON S/N (YOUNG - R.N)
CARVALLO SILVEIRA	SERGIO EDUARDO	220223 R.N.	3.454.489-8 AAA	7881 MELO Y RINCON S/N (YOUNG - R.N
CASTRO AGUIRRE	MARIA ELISA			CALLE 1 S/N (RIO BRANCO - C.I.)
✓ COIMBRA COIMBRA	LANETTI	271148 MDEO.	3.366.404-7 EER	3924 ECO.DE LOS SANTOS 218 (CHUY)
DUTRA TECHERA	ELODINA	290648 ROC.	3.863.495-2 EEC	2230 CALLE ITALIA 378 (CHUY - ROC)
FERNANDEZ MOTT	RAMONA ESTHER	300346 SOR.	4.189.708-2 NAR	17229 FERNANDO CARRALLO 2543 (COL)
GUGOU OLIVER	NELCIS ARACELI	040240 SOR.	3.770.279-6 MCA	13342 SORIANO Y CNEL.VELEZ (DOLORES)
MEGUT COIMBRA	JAI DY	270674 ROC.	3.143.962-2 EER	9764 ECO.DE LOS SANTOS 218 (CHUY)
MEGUT LARENA	NELSON ARTEL	MDEO.		ECO.DE LOS SANTOS 218 (CHUY)
MONTIEL CORREA	JULIO CESAR	140645 SOR.	3.368.709-5 MCA	15514 SORIANO Y CNEL.VELEZ (DOLORES)
MONTIEL GUGOU	JESSIE JULMAR	300876 SOR.	4.183.917-3 MCA	27274 ASENCIO Y LAVALLEJA (DOLORES)
MOREIRA MONZON	ANGELA	011010 SAL		BLANES 604 (SAL)
NIEVE DIAZ	BLANCA	050840 ROC.	1.105.911-4 EER	6472 BVAR.ESPANA 229 (CHUY - ROC)
OLIVERA DUTRA	SANDRA BEATRIZ	020475 ROC.	4.457.242-9 EEC	2113 CALLE ITALIA 378 (CHUY - ROC)
✓ OLIVERA GONZALEZ	LINO ARTURO	230938 ROC.	2.507.534-7 EEC	1529 CALLE ITALIA 378 (CHUY - ROC)
PEREIRA CORBO	JULIO ANTONIO	130637 ROC.	1.493.464-1 EER	4931 BVAR.ESPANA 229 (CHUY - ROC)
✓ PEREYRA DIAZ	JULIO CESAR	050462 MDEO.	3.432.434-3 EER	4909 BVAR.ESPANA 229 (CHUY - ROC)
✓ PEREYRA GONZALEZ	RONALDO HONESTO	211244 SOR.	1.427.020-1 MCA	15551 GOMENSORO Y MINT (DOLORES-SOR)
PEREYRA SOLARI	RUBEN MARCELO	151074 SOR.	3.612.294-5 MCA	24884 GOMENSORO Y MINT (DOLORES-SOR)
SANTURIO FERNANDEZ	ALIS PAULA	250134 ROC.	3.172.419-2 EEC	716 CALLE ITALIA 378 (CHUY - ROC)
SENA PEREIRA	VERA LUCIA	BRASIL		BVAR.ESPANA 229 (CHUY - ROC)
SILVA	WILEREDO			CALLE 1 S/N (RIO BRANCO - C.I.)
SILVA BARBITA	JUAN ESTEBAN	111041 SOR.	1.682.418-7 NAR	16107 FERNANDO CARRALLO 2543 (COL)
SILVA CASTRO	WASHINGTON JAVIER	140974 CAN.	3.513.253-1 GDA	16686 CALLE 1 S/N (RIO BRANCO - C.I.)
SILVA FERNANDEZ	ROSANA YANETI	040247 SOR.	3.934.482-5 NGR	6341 FERNANDO CARRALLO 2543 (COL)
SILVEIRA	PAULO CIRIACO	100609 SAL		BLANES 604 (SAL)
✓ SILVEIRA MOREIRA	NELIDA SUSANA	080539 SAL	1.420.202-4 LBD	3398 PEREZ BUTLER M.151 S.4 PAR.10
SILVEIRA SILVEIRA	AMABELITA	030551 R.N.	3.718.684-3 LBD	4420 MELO Y RINCON S/N (YOUNG - R.N
SOLARI MANEIL	MARIA CRISTINA	051253 SOR.		MCA 19312 GOMENSORO Y MINT (DOLORES-SOR)
✓ VIERA PEREZ ✓	HERIBERTO	210328 ROC.	4.093.904-9 EEC	716 CALLE ITALIA 378 (CHUY - ROC)
✓ VIERA SANTURIO ✓	NIRIA RAQUEL	161248 ROC.	3.370.005-1 EEC	1707 CALLE ITALIA 378 (CHUY - ROC)

002/2

9500089

FECHA 5/4/95 INICIAL 64

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

RESUMEN QUINCENAL 16/DIC/94 AL 04/ENE/95

74/13

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Protección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO	05 ENE. 1995
Fecha de Entrada	ARCHIVO
Nº. de Origen	9500090

**I.- CAMPO POLITICO**

**A.- PARTIDO NACIONAL**

- El Dr. Luis Alberto LACALLE, marcó pautas de la oposición futura que sostendrá el Herrerismo durante el mandato próximo del Dr. Julio M. SANGUINETTI, manifestando su negativa a los grupos que constituyen el Foro de San Pablo, por ser agrupaciones dedicadas a actividades políticas que no son de su agrado.

- El 18/DIC 94 partió hacia Ouro Preto (Brasil) el Presidente Dr. Luis A. LACALLE para participar de la firma del tratado final del Mercosur que entró plenamente en vigencia el 01/ENE/95.

- Los sectores confluencia Herrero - Wilsonista y Propuesta Nacional que promovieron la fórmula Alberto VOLONTE-Alvaro RAMOS, presentarán al nuevo gobierno electo del Dr. SANGUINETTI, un proyecto de descentralización, consistente en que el interior de la República y especialmente los Departamentos fronterizos, tengan un papel relevante en vista de la nueva situación geopolítica con vistas al Mercosur.

- La agrupación que lidera la Diputada Matilde RODRIGUEZ LARRETA que se identifica con la Lista 1971, pasó a ser una agrupación independiente dentro del Partido Nacional, dicho grupo militaba dentro del Movimiento Nacional de Rocha.

- El ex-Intendente de Rivera, Martín PADERN designado por su agrupación como principal negociador con el próximo Gobierno Departamental, manifestó no estar dispuesto a negociar con el Intendente electo Walter RIESGO, en tanto éste, no aclare las acusaciones vertidas sobre él y su partido en el transcurso de la campaña electoral.

**B.- PARTIDO COLORADO**

- El presidente electo Dr. Julio Mº SANGUINETTI, completó en la ciudad de Asunción la gira que esta realizó por Argentina, Brasil, donde se reunió con los Gobernantes de esos Países sobre los procesos de Integración Regional, así como asuntos de interés Bilateral.

- El 01/MAR/95 asumiran la Secretaría de Prensa y Difusión de la Presidencia de la República (SEPRODI), dos militantes foristas, nombrados por el Dr. Julio Mº SANGUINETTI. Ellos son: Anibal GARDERES, como SubDirector y

9500090 1

001/13

como titular Mario ZANOCHI.

- La primera Edila del Foro Batllista, Milka BARBATO, afirmó que colaboraran con el Intendente electo Mariano ARANA (E.P.), apoyando aquellas iniciativas que crean convenientes.

- Diana SARAVIA que fuera Edila en el año 85, Diputada en el 89, es la única de las siete Diputadas de esta legislatura que fue reelecta. Integra el Foro Batllista de Treinta y Tres, se postuló a la Intendencia Municipal por dicha Departamento, perdiendo por pocos votos.

- El Dr. Julio MO SANGUINETTI, aceptó que miembros del Encuentro Progresista puedan integrar los Organismos de Contralor.

- El Batllismo Radical (Lista 15) apoyará al Gobierno del Dr. SANGUINETTI para resolver los problemas fundamentales del país, pero hizo hincapié en que marcará el perfil propio, por lo que se convocará para el mes de marzo un Congreso Nacional.

- El Dr. Julio MO SANGUINETTI, incorporó al economista Eduardo ACHE (U.C.B), al equipo económico de su futuro gobierno.

- El 20/DIC 94 coordinados por Mario CARMINATTI, la agrupación de gobierno del Foro Batllista empezará a trabajar en los caminos de apoyo-técnicos y políticos al Gobierno Municipal del Encuentro Progresista, a su vez el Intendente electo Mariano Arana, insiste con su solicitud de apoyo económico al Gobierno Nacional.

- El PGP creó una comisión para contribuir a que el acuerdo que alcanzó con el Foro Batllista se concrete en el Gobierno, para colaborar desde ya en la elaboración, coordinación y seguimiento de las políticas a aplicar. La comisión la integraran el ex secretario de la juventud del PGP, Fernando BRACO, Carlos GARRAMON, Wilder MAGALLANES y Tabaré VERA.

#### C.- NUEVO ESPACIO

- El 17/DIC/94 el electo Senador por el Nuevo Espacio, Rafael MICHELINI, presentó oficialmente a la prensa a los cinco Diputados electos por su agrupación: Iván POSADAS, Gabriel COURTOISE, Gabriel BARANDIARAN, Ricardo FALERO, Heriberto SOSA, y a los dos Ediles por Montevideo: Andrés DOMINGUEZ y Miguel CEJAS.

- Rafael MICHELINI, afirmó que su agrupación



colaborará con el gobierno electo pero no aceptará cargos en el gobierno colorado.

#### D.- ENCUENTRO PROGRESISTA

- El Encuentro Progresista conformó su Coordinadora con quince integrantes, de los cuales ocho dirigentes son del F.A., cuatro de la fuerza no frentista y los tres candidatos comunes, Tábare VAZQUEZ, Nin NOVOA, Mariano ARANA. Por otra parte, Jorge RODRIGUEZ (PDC), José Luis VEIGA (CPI) y Alberto ROSELLI (F.A.) integrarán la Secretaría de dicha Coordinadora.

- También se nombró la comisión que elaborará las propuestas que serán elevadas al Dr. SANGUINETTI. Dicha comisión quedó integrada por Alberto COURIEL (VA), Reynaldo GARGANO (PS), Marina ARISMENDI (PCU), DIAZ MAYNARD (Lista 78) y Mario CAYOTA (PDC).

- El último análisis de las votaciones dan como ganador en todos los barrios de Montevideo al Encuentro Progresista.

#### 1.- Frente Amplio

- El F.A. reclamó cargos en los Directorios de los Entes Autónomos, dicho reclamo fue hecho por el Diputado de la Vertiente Artiguista, José BAYARDI.

- El Senador Danilo ASTORI y el Diputado Guillermo ALVAREZ fueron nombrados como coordinadores de la bancada del F.A. en el Senado y en la Cámara de Diputados, respectivamente.

- Fue denominado el nuevo Organo de Conducción Política del F.A. que asumirá el 18/ENE/95. Dicho Organo tendrá 19 miembros y estará integrado por su presidente Liber SEREGNI, Tábare VAZQUEZ, Mariano ARANA, tres representantes de Asamblea Uruguay, dos representantes del Partido Socialista, uno de la Vertiente Artiguista, uno por UNIR, uno por el MPP, dos por el FIDEL, uno por el grupo de Hugo CORES, tres representantes de las Coordinadoras de Montevideo, dos de las Coordinadoras del Interior (con excepción de Canelones) y uno por la Departamental de Canelones.

- En la víspera de un nuevo aniversario del Triunfo de la Revolución Cubana, el F.A. condenó el bloqueo de la isla y reafirmó el apoyo a la Revolución.

- El Presidente del F.A., Liber SEREGNI, dijo que el F.A. participaría en los órganos de contralor pero no aceptaría ningún Ministerio.

9500090 3

- Tabaré VAZQUEZ alertó en una reunión del MPP sobre los intentos de la "derecha" de dividir al Frente Amplio entre "moderados y radicales" y calificó al Dr. Julio MA SANGUINETTI de ser el gran "divisor"; a su vez se mostró en contra del sistema de previsión social mixto.

- El Dr. VAZQUEZ hizo saber al Frente Amplio que dentro de las negociaciones con el gobierno electo se debería incluir la nominación de los mandos de las FF.AA y su reestructura.

- Legisladores electos por Asamblea Uruguay firmaron su renuncia sin fecha debido a que sus bancas "son de este proyecto político y por lo tanto estamos todos comprometidos con él", afirmó el líder del sector, el senador Danilo ASTORI.

- La Dra. MA Julia MUNOZ fue nominada como la Secretaria General de la IMM para el próximo gobierno, por el Intendente electo Arq. Mariano ARANA. Dicha designación ha despertado hondo malestar en la interna frentista, por considerar a la Dra. MUNOZ como una de las figuras más "intransigentes" de la administración VAZQUEZ.

- El Intendente electo Arq. ARANA encontró dificultades para acceder a la información de la IMM, porque funcionarios vinculados al Partido Socialista cercenan dicha información.

## 2.- I . M . M.

- Salvador SCHELOTTO, ex-director de Planeamiento Urbano de la IMM, asumió como intendente interino de Montevideo por la licencia de Tabaré GONZALEZ.

## II.- CAMPO SICOSOCIAL

### A.- SECTOR GREMIAL

#### 1.- Central Sindical (PIT-CNT)

- Una disímil posición entre los integrantes del Secretariado Ejecutivo se notó en la reunión del 27/DIC/94 ante la discusión sobre el papel de los asesores. El cuestionamiento a las actividades profesionales del asesor económico Juan Manuel RODRIGUEZ, surgió a raíz de la participación del mismo en un proyecto financiado por el BID que se llevará a cabo en la Universidad Católica, provocando un pedido de informes por parte del dirigente Alberto MELGAREJO.

Dirigentes afines al PCU (Julio GARCIA - AUTE y Edgardo

CLAVIJO - UNOTT) se opusieron a la participación del asesor. Estos hechos abren una nueva instancia de discusión sobre el rol que deben cumplir los asesores en el movimiento sindical.

## **2.- Sector Público**

### **a.- UAEOGAS**

El Ministerio de Industria y Energía firmó en el presente mes un contrato de arrendamiento de la Compañía del GAS durante 30 años con la empresa GAZ DE FRANCE. Los trabajadores manifestaron su rechazo a la firma de dicho contrato, manifestando su posición de continuar con medidas contra la privatización y exigiendo la designación de la comisión investigadora que fuera votada en el mes de octubre en Diputados. El gremio ratificó en su última asamblea que en el momento en que GASEBA- GAZ DE FRANCE asuma el control de la empresa se paralizarán actividades, ocupando las instalaciones de la misma.

## **3.- Sector Privado**

### **a.- Asociación de Funcionarios del CASMU (ASFCASMU)**

- A partir del 03/DIC se llevó a cabo la ocupación de los locales del centro asistencial a raíz de la contratación de una empresa de limpieza. El SMU ha ofrecido su respaldo a la Comisión Directiva del Centro Asistencial, cuestionando duramente la actitud del gremio y exigiendo la inmediata devolución del patrimonio institucional a sus legítimos dueños. El 29/DIC/94 la asamblea de AFCASMU aceptó la fórmula de solución al conflicto y luego de 27 días levantó la huelga y ocupación. La fórmula presentada por el MTSS sobre la base de la aceptación de la contratación de la empresa de limpieza y de la discrecionalidad de la Junta Directiva en materia de administración de los centros asistenciales, permite que los trabajadores controlen el desempeño de la empresa contratada y les otorga un plazo de 90 días para la readecuación de los servicios.

### **b.- Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU)**

El Poder Ejecutivo promulgó el 02/ENE/95 un decreto que pasa a la órbita de la Dirección Nacional de Aduanas las tareas de valoración e identificación de productos importados. La aprobación de dicho decreto puede convertirse en el inicio

de un conflicto sindical, ya que AEBU se opuso al mismo. El sindicato afirmó que no adoptará medidas que puedan afectar la operativa de comercio exterior, pero los trabajadores se encuentran en estado de alerta.

## **B.- EDUCACION**

### **3.- Universidad**

El decano de Medicina Eduardo TOUYA, citó a todos los órdenes de la Facultad y al Sindicato Médico, proponiendo el estudio de mecanismos tendientes a limitar o racionalizar el ingreso a la carrera y crear nuevas orientaciones en ésta ciencia.

El 17/DIC/94 fué firmado por jóvenes docentes y profesionales, un documento denominado "Bases para la discusión"; el mismo fué presentado para la creación de nuevas universidades estatales coordinadas por un Consejo de Educación Superior integrado por rectores y representantes del gobierno, para modificar la ley orgánica universitaria y discutir el cobro de la matrícula.

Los cuatro países del MERCOSUR reconocerán los certificados de estudio de Primaria y Secundaria y habilitarán a los estudiantes a reiniciar los cursos en el nivel correspondiente en caso de cambio de residencia o para acceder a niveles superiores.

## **C.- MEDIOS DE COMUNICACION**

Las empresas adjudicatarias de T.V. por CABLE presentaron ante la Intendencia Municipal de Montevideo un recurso de revocación contra la norma que establece el cobro de 50 UR por manzana de cableado, dinero que será destinado por la IMM. Los cerca de 4100 pesos exigidos por manzana donde se instale la TV Cable serían pagos en forma semestral. El cobro mensual que deben pagar las empresas es de 683 pesos por manzana.

## **D.- ETNICOS**

En la segunda quincena de diciembre, representantes de las comunidades negras de todo el continente, estuvieron presentes en Montevideo en el 1er. Seminario sobre Racismo y Xenofobia, estableciendo a Mundo Afro como sede de la Red. Las resoluciones principales a las que se arribó en dicho Seminario fueron: el llamado a impulsar la conformación de sus similares regionales con las organizaciones afro del Cono Sur, Pacto Andino, Centro América, Norte América y Las Antillas; la celebración de una reunión del Comité Provisorio de la Red

Uruguay-Brasil en Santa Ana do Livramento en el mes de abril de 1995 y el funcionamiento de la sede provisoria de la Red Continental en Montevideo.

Durante la ceremonia de apertura, el director general de Mundo Afro, Romero Jorge RODRIGUEZ, señaló que el encuentro "será sin dudas histórico porque somos nosotros los negros, los propios protagonistas, quienes pongamos sobre la mesa nuestra historia, nuestras realidades, nuestras perspectivas y donde aprendamos juntos a complementarnos y también a trasitar un camino distinto".

Las delegaciones reunidas en el 1er. Seminario, "dieron su apoyo al pueblo cubano ante la eventualidad de una acción armada por parte de Estados Unidos contra la isla", también pidieron que "se apoye al pueblo haitiano en horas tan duras y decisivas para que no queden relegados".

### **III.- CAMPO ECONOMICO**

- El BID está dispuesto a estudiar el apoyo financiero a la reforma del régimen de Seguridad Social que se instrumente en Uruguay y abrirá líneas de crédito de cooperación técnica por un monto superior a los 600 millones de dólares.

- El 1/ENE/95 nació oficialmente la Organización Mundial de Comercio (OMC), que sustituirá al Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT) en la función de administración del comercio internacional.

- El 17/DIC/ se reunieron los mandatarios de los países integrantes del Mercosur para ratificar el documento conocido como Protocolo de Ouro Preto. La estructura institucional se compone de la siguiente forma:

**a) órganos con capacidad de decisión**

Consejo del Mercado Común  
Grupo del Mercado Común  
La Comisión de Comercio

**b) órganos consultivos y ejecutivos**

El Foro Consultivo Económico Social  
La Secretaría Administrativa  
El Tribunal Arbitral

Este Protocolo tendrá vigencia indefinida y sus instrumentos de ratificación serán depositados ante el Gobierno de Paraguay.

-A partir del 1/ENE/95, los países miembros, conformaron una Unión Aduanera Restringida (UAR). Este bloque económico se convirtió en una zona de libre comercio, entre los mismos y una unión aduanera frente al resto del mundo.

- Los precios al consumo aumentaron 3,2% en diciembre y la inflación anual terminó el año en 44,1%, casi nueve puntos menos que el año anterior.

- El Salario Real aumentó un 1,4% en NOV/94 con respecto a DIC/93. A partir del 01/ENE/95 los salarios de los funcionarios públicos aumentarán un 10.5% al igual que el salario mínimo nacional que pasará a \$ 525.00.

- La devaluación del peso en el mes de diciembre fue de 1,6%.

- El valor de la U.R a partir del 01/ENE/95 fue fijado en \$ 83,65.

#### **IV.- CAMPO MILITAR**

##### **A.- PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY (PCU)**

- El Comité Central del PCU ante la realización de la llamada "Cumbre de Miami", expresa:

"Su más absoluto rechazo a esta reunión de Presidentes de Estados Americanos, convocada por el gobierno de los EE. UU con la expresa exclusión del Presidente de Cuba".

"Deplora y denuncia la condenable duplicidad de actitudes del Presidente uruguayo que, mientras en primera instancia, acatando una política exterior del Estado Uruguayo, reivindica el derecho a la libre determinación de los pueblos, la no injerencia en sus asuntos internos y reafirma la posición del bloqueo, votada por nuestros Representantes en la ONU".

- Como resultado de las Elecciones Nacionales, en el Departamento de Río Negro, la lista 1001 no solamente reeligió a su Edil Marcos GEREZ, sino que obtendría un segundo Representante, el Profesor Carlos DI PASCUA.

##### **B.- MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR (MPP)**

- La Dirección Nacional del MPP, tras analizar el resultado de las pasadas Elecciones Nacionales y valorando como "muy buena" la votación obtenida por esta subcoalición, demandó al FA que sus postulados "históricos" no estén ausentes en las negociaciones de "gobernabilidad" con el gobierno electo.

- El dirigente Helios SARTHOU, recientemente electo Senador, en declaraciones para CX 30 Radio Nacional, manifestó que se vuelve a plantear el tema de la "gobernabilidad" ante el resultado terciado de la elección, "lo que sin duda provoca modificaciones del cuadro político. El FA se enfrenta a un dilema, ya que tiene como objetivos crecer cambiando por mimetización o crecer más lentamente manteniendo la identidad".

El llamado de J. M. SANGUINETTI fue catalogado por SARTHOU

como "una penetración inadmisible de la derecha que quiere crear interlocutores a su imagen y semejanza".

- El día 18/DIC/94 se reunió el MPP en el Hotel del Lago para evaluar en cinco talleres, el resultado electoral y trazar perspectivas.

- El ex candidato presidencial Tabaré VAZQUEZ, llamó al MPP a "defender la unidad jaqueada de la izquierda". VAZQUEZ dijo en la pasada reunión del MPP el 18 /DIC/94, que "la unidad de la izquierda puede estar jaqueada, puede tener problemas. Tenemos que defender la unidad de las fuerzas de izquierda de los embates que vamos a recibir de afuera, de la derecha, que va a querer dividirnos",

#### 1.- Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T)

- El Director de la Corporación Nacional para el Desarrollo (CND) Washington ABDALA, manifestó su preocupación por la posición "antisistema" del MLN-T y dijo que la misma "pone trabas en la posibilidad de entendimiento entre las fuerzas políticas".

El diputado se refirió a declaraciones realizadas por el dirigente tupamaro Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO, quien puso en duda la limpieza de los comicios realizados el pasado 27/NOV.

ABDALA sostuvo que la posición de los tupamaros "debe ser revisada por que no significa un punto de unión" agregando que da lástima ver nuevamente al MLN formando parte del sistema, pero al mismo tiempo queriendo quedar fuera de él, por que la lectura que hace es típicamente antisistema".

- El dirigente tupamaro José MUJICA reconoce que no tiene "madera para parlamentario", pero asegura que como diputado podrá ayudar "al pueblo orillero que tiene tierra para trabajar".

#### C.- UNIR

##### 1.- Movimiento 26 de Marzo (M26M)

- La Organización de Pioneros José Artigas (OPJA), despidió el año y se prepara para las actividades de verano. Durante la primer semana de febrero los Pioneros se van de campamento, más de 100 niños, entre los dos locales de Barrio Sur y La Teja comparten estudio, trabajo y recreación. Consultada Adriana BERRONI, una de las responsables de la Organización, comentó que "desde hace años, Pioneros realiza su trabajo en plazas, lugares públicos o diferentes espacios



cedidos por particulares.

#### D.- OTROS

##### Foro de San Pablo

- El Presidente del Frente Amplio Liber SEREGNI, dijo estar "sorprendido" al ver que "se quiere hacer aparecer al Foro de San Pablo como una unión para fabricar bombas o tirar cohetes. La imagen que se quiere dar es esa, pero en realidad es una reunión para buscar modelos alternativos al neoliberalismo, capaces de corregir los problemas de pobreza que hoy acusa a América Latina". Por último afirmó que el Frente Amplio no participará como tal sino que sólo lo harán algunos de los grupos de la coalición.

- En su visita a la ciudad de Rivera el pasado 16/DIC, el Presidente Luis Alberto LACALLE manifestó entre otras cosas con respecto a la reunión del Foro de San Pablo que "en estos días nos ha preocupado mucho esa reunión que se va a hacer, de agrupaciones dedicadas a actividades políticas que no son las que nos gustan".

##### Hospital Filtro

- La decisión judicial que viene siendo analizada por el Fiscal y el Juez intervinientes sobre los hechos del Filtro, podría afectar el futuro político de tres dirigentes del MLN-T: Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO, José MUJICA y Jorge ZABALZA. Estos no podrían acceder a sus respectivos cargos en caso de ser procesados por un delito cuya pena a recaer sea de dos años o más.

- Fuentes judiciales manifestaron a la prensa, que la justicia que investiga los incidentes ocurridos en los alrededores del Hospital Filtro, dará "las máximas garantías" a todas las partes involucradas, en caso que la indagatoria arroje culpabilidades y se determinen en consecuencia, procesamientos.

- En medios judiciales se comenta que la indagatoria ha llegado a su "parte más delicada" y es presumible que "novedades de fondo" ocurran en el mes de febrero, en virtud de la complejidad del caso y la proximidad de la Feria Judicial, aunque aún es prematuro afirmar si habrá o no procesamientos.

Asimismo la Justicia cuenta con elementos suficientes como para afirmar que se "cometieron excesos policiales" en "la puesta en práctica" del operativo de extradición de los tres ciudadanos vascos.

9500090

- La Justicia, que investiga los hechos sucedidos alrededor del Hospital Filtro, podría determinar nuevas citaciones a mandos medios policiales en el marco de la "ampliación de pruebas", requerida por el Fiscal Eduardo FERNANDEZ DOVAT.

#### E.T.A.

- El Presidente de la Suprema Corte de Justicia, Luis Alberto TORELLO, afirmó que la ciudadana vasca DELGADO IRIONDO, "cuenta con todas las garantías, si se presenta a juicio como cualquier ciudadano de este país, y además, lógicamente, si se plantea el recurso, tendría que tener efecto suspensivo sobre la decisión del Poder Ejecutivo de expulsión en seis horas". Por su parte, el Dr. Gustavo PUIG, abogado que ejerció la defensa de los vascos, reiteró que "si la Justicia me garantiza que el Poder Ejecutivo no se la lleva en seis horas, ella declara a partir de la fecha en que me sean notificadas esas garantías".

- El Ministerio del Interior, Angel M. GIANOLA, dijo a la prensa tener la convicción de que la ciudadana vasca Rosario DELGADO IRIONDO está oculta en nuestro país: "No tengo ninguna duda de que está en territorio nacional.

- "Rosario DELGADO no huyó, ella está dispuesta a presentarse y enfrentar un juicio para revocar esa decisión de expulsión del país que pesa sobre ella", fueron palabras del Abogado defensor Gustavo PUIG, agregando que "el problema es que no tengo ninguna garantía de que el juicio pueda realizarse, por eso aconsejé a mi cliente que no se presentara".

#### Atentados y Amenazas

- Las medidas de vigilancia sobre instituciones y personalidades israelíes, así como el control del ingreso de personas, a través de las fronteras de nuestro país, se mantienen incambiadas desde el atentado a la AMIA en Buenos Aires el 18/JUL, aunque en los últimos días se han adoptado "mayores precauciones" a partir del anuncio de un eventual ataque terrorista en la vecina orilla. Existirá además, una especial coordinación entre los servicios policiales con los servicios de Inteligencia del Ejército, para el arribo del Primer Ministro Israelí Shimon PEREZ, el próximo 13/ENE/95.

- Un atentado perpetrado el día 19/DIC/94 contra la inmobiliaria de Alejandro PASSADORE (Garzón 1989), fue vinculado por éste a la denuncia que realizó días atrás sobre dirigentes políticos que habrían financiado su campaña

electoral con dinero del narcotráfico. A pesar de la agresión sufrida, PASSADORE afirmó que mantendrá la denuncia "hasta las últimas consecuencias. En el país hay una gran corrupción política y sindical,. Nosotros decimos desde hace varios años, que la voluntad política está viciada, partiendo de las campañas electorales".

- Como consecuencia de la denuncia realizada y aparecida en LA REPUBLICA el día 14/DIC/94, en la cual se alertaba que algunos políticos habrían utilizado dinero proveniente del narcotráfico para financiar sus campañas, Milka Iris FERNANDEZ PINATARES recibió una amenaza de muerte vía telefónica, sobre la cual expresa que "las amenazas comenzaron luego de la publicación de la denuncia.

#### E.- INSTITUTO POLICIAL

- Al participar en la Ciudad de Maldonado del lanzamiento del "Plan Atlántico", para seguridad de la zona balnearia, el Ministro del Interior Angel M. GIANOLA reclamó que el próximo gobierno mejore las remuneraciones de los Policias, al tiempo que desafió a la futura administración para que supere lo realizado en equipamiento y obras en las Jefaturas de todo el país. Asimismo enfatizó la necesidad que tiene Montevideo de 2000 policías más para llegar a niveles aceptables de seguridad.

- El 15/DIC/94 la Comisión Pro-Colaboración Policial de la Comisaría de Menores entregó al Ministerio del Interior la planta alta previamente equipada del nuevo edificio destinado a la mencionada Comisaría.

- El Ministro del Interior desestimó las denuncias hechas por el Centro Comercial de Colón, al ex candidato a la Intendencia Canaria Yamandú CASTRO. Sostuvo que se dio demasiada importancia al hecho, y atribuyó "motivaciones oscuras" desconocidas a las acusaciones a las que calificó de "disparates".

- Los comerciantes de Colón declararían "persona no grata" al Ministro del Interior, manifestando que "las expresiones del Ministro son agraviantes e intolerables".

- El Ministro del Interior, calificó de "actos subversivos" a los conflictos que están emprendiendo los maestros, los trabajadores de la Compañía del Gas y los del CASMU, por distintas reivindicaciones.

9500090

#### F.- FUERZAS ARMADAS

- El Comando General del Ejército continúa con la serie de nominaciones de unidades de la Fuerza, decretadas por el Poder Ejecutivo.

En la ciudad de Colonia se le da el nombre de "Oriental" al Batallón de Infantería Nro. 4, en San José se llama "Capitán Manuel Artigas" al Batallón de Infantería Nro. 6; en Artigas "Guayabos" al Regimiento de Caballería Nro. 10; en Tacuarembó "Misiones" al Regimiento de Caballería Mecanizada Nro. 5; en Paso de los Toros "Las Piedras" al Grupo de Artillería Nro. 3 y en Salto "Ituzaingó" al Batallón de Infantería Nro. 7.

- El Presidente Electo J. M. SANGUINETTI hizo conocer al Presidente LACALLE su aspiración de que no sea cubierta en febrero la vacante que dejará el Gral. Ricardo GALARZA al pasar a retiro.

- El 16/DIC/94 regresaron de Mozambique efectivos militares pertenecientes al Batallón Nro. 5 de la ciudad de Mercedes, los cuales integraban el tercer contingente del Batallón "Uruguay II".

- Los integrantes del grupo de observadores internacionales destacados por la ONU partirán en los primeros días del mes de enero con destino a Angola.

- En el diario LA JUVENTUD aparece un artículo titulado "Un secreto militar muy guardado: a 20 años de la Masacre de Soca y del asesinato de TRABAL en París", en el cual se relata sobre los siguientes temas; "La conspiración para ocultar los móviles del asesinato del Cnel. TRABAL provocó la masacre de Soca; Todos los asesinados allí fueron secuestrados un mes antes en Buenos Aires; El ex Jefe del SID se sentía amenazado por sus pares".

- Un nuevo elemento de tensión interna en el Frente Amplio y con la nueva administración del Dr. Julio M. SANGUINETTI, introdujo el ex candidato presidencial Tabaré VAZQUEZ, en la reunión de la dirección del Encuentro Progresista, al plantear introducir condiciones para negociar la designación de los mandos de las Fuerzas Armadas en las conversaciones con el Presidente Electo. Este tema mereció una evaluación diferente del Gral. (R) Victor Manuel LICANDRO (FA) y una respuesta del Senador Luis HIERRO LOPEZ (Foro Batllista).

13/13

29500090

Nº DOCUMENTO 9500091  
 TÍTULO 7º SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUÍMICAS  
 PROCEDENCIA CICAD

PROGRAMA 6-9 Dic 94

VINCULACIONES 11176 500889 11351  
6592 11606 65890  
50400 11243 11603  
10001 11225 11214  
11360 11354 150150  
11356 11602 11349  
11608 11233  
11005

## ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

**cicad**

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
 PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
 PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUÍMICAS  
 Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
 Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
 CICAD/PRECUR-UR/doc.1/94  
 9 diciembre 1994  
 Textual

### LISTA DE DOCUMENTOS REGISTRADOS POR SECRETARÍA HASTA EL 9 DE DICIEMBRE DE 1994

<u>Clasificación</u> <u>CICAD/PRECUR-UR/doc.</u>	<u>Título</u>	<u>Idioma</u>
doc.1/94	Lista de Documentos	Textual
doc.2/94	Temario	E
doc.3/94	Calendario	E
doc.4/94	Químicos utilizados en la preparación clandestina de estupefacientes	E
doc.5/94	Productos empleados en la producción ilícita de la heroína	E
doc.6/94	Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos	E
doc.7/94	Proceso de producción de la cocaína	E
doc.8/94	Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas	E
doc.9/94	Aspectos de las investigaciones químicas	E
doc.10/94	Auditoría de Compañías Químicas Ejercicio práctico	E
doc.11/94	Operación "Breakthrough" de la DEA	E
doc.12/94	Peligros en los Laboratorios químicos	E

# ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

**cicad**

**SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay**

**OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.2/94  
10 noviembre 1994  
Original: español**

## PROYECTO DE TEMARIO

### OBJETIVOS

- A. Perfeccionar el adiestramiento y asesorar en el control de precursores y sustancias químicas, de funcionarios oficiales de Uruguay que tienen responsabilidad en dicha área.
- B. Presentar el Reglamento Modelo sobre el control de precursores y sustancias químicas, máquinas y elementos, de la Organización de los Estados Americanos (OEA).

### PROGRAMA DOCENTE

- 1. Panorama mundial sobre el desvío de químicos
- 2. Legislación sobre el control de químicos y tratados internacionales
- 3. Métodos y rutas de desvío
- 4. Producción de cocaína y heroína en laboratorios clandestinos
- 5. Descripción, identificación, análisis, peligros, seguridad y destrucción de químicos
- 6. Establecimiento de un programa de control de químicos
- 7. Operaciones sobre el control de químicos, investigaciones e inteligencia

02

9500091

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

**cicad**

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.13/94  
9 noviembre 1994  
Original: español

PALABRAS DEL SEÑOR RODOLFO GARCIA,  
REPRESENTANTE DE LA CICAD



**PALABRAS DEL SEÑOR RODOLFO GARCIA,  
REPRESENTANTE DE LA CICAD EN EL  
SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS**

Un cordial saludo para cada uno de los participantes en este importante evento patrocinado por el Gobierno de Uruguay y la CICAD, con el apoyo financiero del Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas (PNUFID) y de los Estados Unidos de América. Aprovecho la oportunidad para expresar a ustedes la importancia que atribuyen la Organización de los Estados Americanos y la CICAD al trabajo que ustedes iniciarán en el día de hoy.

El Presidente de la CICAD, Lic. Gustavo Villalobos Sepúlveda de Chile, me acompaña en dar la bienvenida a los participantes y agradecer al Gobierno de Uruguay por su iniciativa que resultó en la convocación de esta reunión y, a la vez, por su hospitalidad para la celebración de la misma.

Hoy, bajo los auspicios de la CICAD, se inicia en este Seminario, un diálogo entre los participantes, sobre medidas prácticas que ustedes pueden identificar y ejecutar cooperativamente entre unos y otros, que resultaría en un control más eficiente de precursores y sustancias químicas, máquinas y elementos que son esenciales para la manufactura de cocaína, heroína y otros estupefacientes y sustancias psicotrópicas. El propósito fundamental de este seminario es una discusión franca del problema de precursores, con el objeto de definir medidas precisas

04

9500091

de cooperación que faciliten la prevención de un delito, es decir, tomar las debidas precauciones requeridas para que estas sustancias esenciales no se desvíen del comercio legítimo al tráfico ilícito de drogas.

## I

La CICAD considera de alta prioridad el control de los precursores y sustancias químicas, máquinas y elementos, y a la prevención del desvío del comercio legítimo al tráfico ilícito de drogas, porque es evidente que negando acceso a estos insumos los narcotraficantes tendrían que dejar de producir la cocaína y la heroína.

Bajo estas consideraciones, los 34 Estados miembros de la OEA, cuando prepararon y adoptaron el Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro Contra el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, asignó una alta prioridad a la materia, en su capítulo 2., punto operativo 3, con el siguiente texto:

- "3. El establecimiento de controles rigurosos sobre la fabricación, importación, exportación, transporte y comercialización de los solventes, precursores y productos químicos esenciales para la elaboración de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;"

Con este mandato, la CICAD desde su primera sesión de trabajo en marzo de 1987, dedicó especial atención a las medidas que se deben tomar en el continente para enfrentar el problema de precursores y, después de analizar varias alternativas, instruyó a la Secretaría Ejecutiva en 1989, para que convoque el Grupo de Expertos para preparar un reglamento modelo sobre la materia, con el fin de proveer una legislación armónica en la región interamericana, que sea consistente con las normas y procedimientos establecidos en los Artículos 12 y 13 de la Convención de las Naciones Unidas de 1988 sobre el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas.

Para orientar el trabajo de la CICAD en esta materia, la CICAD convocó al Grupo de Expertos en 1989.

El resultado de su trabajo en 1989-1990 fue la preparación del Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos y el éxito que tuvo, estimuló a la CICAD a crear el Grupo de Expertos sobre lavado de bienes en 1990 y la creación de otro sobre Armas y Explosivos en el transcurso del próximo año.

El Grupo de Expertos se reunió cinco veces, desde el mes de septiembre de 1989 hasta el mes de marzo de 1990, y preparó el Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos.

06

9500091

El Reglamento Modelo fue aprobado por la CICAD en su séptimo período ordinario de sesiones y por la Asamblea General de la OEA, en su XX período ordinario de sesiones. A la vez, la Asamblea General recomendó a todos los Estados miembros de la CICAD que lo adopten como parte de su legislación nacional vigente y su debida aplicación.

La CICAD inició un amplio y coordinado programa de acción en todo el hemisferio para promover la adopción y aplicación del Reglamento Modelo. La CICAD recibió una donación del Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas (PNUFID), y de fondos del Gobierno de los Estados Unidos destinados al control de precursores para financiar estas actividades.

En la primera fase, la CICAD auspició cuatro seminarios de alto nivel para divulgar al nivel político, sus principios y alcances, en Jamaica, Bolivia, México y Argentina. En el de Argentina se incluyeron representantes de los países productores de químicos de Europa y América, de los sectores públicos y de la industria.

En la segunda fase, con el apoyo de la DEA del Gobierno de los Estados Unidos y la Real Policía Montada del Canadá, se auspició cursos de adiestramiento para funcionarios nacionales en Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México y Venezuela, que complementaron con cursos bilaterales impartidos por la DEA en estos y otros

07

9500091

países americanos. Hay un curso nacional más, programado para el primer trimestre de 1995, en la República Dominicana.

En la tercera fase, se patrocinaron seminarios multinacionales que además de impartir los conceptos centrales del control de precursores, promueven la cooperación operacional entre los países vecinos en la prevención del desvío. Se han celebrado cuatro seminarios multinacionales hasta la fecha: en Buenos Aires, Argentina, para los países del Cono Sur; en Cochabamba, Bolivia, para los países limítrofes de Bolivia; en Trinidad y Tobago, para los países caribeños de habla inglesa; y en San Pedro Sula, Honduras, para los países centroamericanos.

De acuerdo con las informaciones recibidas de los Gobiernos interamericanos, los resultados de estos esfuerzos indican que los siguientes dieciocho países tienen legislación compatible con el Reglamento Modelo o han adoptado y están aplicando el Reglamento Modelo hasta la fecha, aun como ley básica o por medio de reglamentos emitidos por el poder ejecutivo: Argentina, Las Bahamas, Barbados, Bolivia, Canadá, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Guatemala, Jamaica, los Estados Unidos, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Perú, la República Dominicana y Venezuela.

Además, nos han informado que en Brasil, Chile, Trinidad y Tobago y Uruguay, sus respectivos Congresos están muy adelantados en el proceso legislativo.

08

9500091

## II

En mayo de este año, en la sede de la OEA, en Washington, D.C., la CICAD reconvocó el Grupo de Expertos sobre Precursores, para solicitar la actualización de los consejos de dicho Grupo sobre las futuras actividades de la CICAD en esta materia. Y, una de sus recomendaciones está relacionada con la debida y efectiva aplicación del Reglamento Modelo --la debida y efectiva aplicación de las normas y procedimientos requeridos para reducir y progresivamente eliminar el desvío de los precursores y sustancias químicas.

Lo que la CICAD y el Gobierno de Uruguay esperan de este seminario, además de informar, y según corresponda, adiestrar a los presentes sobre algunos tópicos del Temario, es intercambiar experiencias y al respecto lograr un efecto multiplicador a fin de que propaguen entre sus colegas en cada institución, lo que resulte de las deliberaciones del mismo, incluyendo propuestas concretas y prácticas.

09

9500091

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.8/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés

CONVENCION DE LAS NACIONES UNIDAS  
CONTRA EL TRAFICO ILICITO DE ESTUPEFACIENTES  
Y SUSTANCIAS PSICOTROPICAS

10

9500091



NACIONES UNIDAS

CONSEJO ECONOMICO  
Y SOCIAL



19 de diciembre de 1988

CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA  
LA APROBACION DE UNA CONVENCIÓN CONTRA  
EL TRAFICO ILICITO DE ESTUPEFACIENTES  
Y SUSTANCIAS SICOTROPICAS

Viena (Austria), 25 de noviembre a 20 de diciembre de 1988

CONVENCIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA EL TRAFICO ILICITO  
DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS SICOTROPICAS

Aprobada por la Conferencia en su sexta sesión plenaria,  
celebrada el 19 de diciembre de 1988

Las Partes en la presente Convención.

Profundamente preocupadas por la magnitud y la tendencia creciente de la producción, la demanda y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, que representan una grave amenaza para la salud y el bienestar de los seres humanos y menoscaban las bases económicas, culturales y políticas de la sociedad,

Profundamente preocupadas asimismo por la sostenida y creciente penetración del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas en los diversos grupos sociales y, particularmente, por la utilización de niños en muchas partes del mundo como mercado de consumo y como instrumentos para la producción, la distribución y el comercio ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, lo que entraña un peligro de gravedad incalculable,

Reconociendo los vínculos que existen entre el tráfico ilícito y otras actividades delictivas organizadas relacionadas con él, que socavan las economías lícitas y amenazan la estabilidad, la seguridad y la soberanía de los Estados,

Reconociendo también que el tráfico ilícito es una actividad delictiva internacional cuya supresión exige urgente atención y la más alta prioridad,

Conscientes de que el tráfico ilícito genera considerables rendimientos financieros y grandes fortunas que permiten a las organizaciones delictivas transnacionales invadir, contaminar y corromper las estructuras de la administración pública, las actividades comerciales y financieras lícitas y la sociedad a todos sus niveles,

Decididas a privar a las personas dedicadas al tráfico ilícito del producto de sus actividades delictivas y eliminar así su principal incentivo para tal actividad,

Deseosas de eliminar las causas profundas del problema del uso indebido de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, comprendida la demanda ilícita de dichas drogas y sustancias y las enormes ganancias derivadas del tráfico ilícito,

Considerando que son necesarias medidas de control con respecto a determinadas sustancias, como los precursores, productos químicos y disolventes, que se utilizan en la fabricación de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, y que, por la facilidad con que se consiguen, han provocado un aumento de la fabricación clandestina de esas drogas y sustancias,

Decididas a mejorar la cooperación internacional para la supresión del tráfico ilícito por mar,

Reconociendo que la erradicación del tráfico ilícito es responsabilidad colectiva de todos los Estados y que, a ese fin, es necesaria una acción coordinada en el marco de la cooperación internacional.

Reconociendo también la competencia de las Naciones Unidas en materia de fiscalización de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y deseando que los organos internacionales relacionados con esa fiscalización actúen dentro del marco de las Naciones Unidas,

Reafirmando los principios rectores de los tratados vigentes sobre fiscalización de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y el sistema de fiscalización que establecen,

Reconociendo la necesidad de fortalecer y complementar las medidas previstas en la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes, en esa Convención enmendada por el Protocolo de 1972 de Modificación de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes y en el Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas de 1971, con el fin de enfrentarse a la magnitud y difusión del tráfico ilícito y sus graves consecuencias,

Reconociendo también la importancia de robustecer e intensificar medios jurídicos eficaces de cooperación internacional en asuntos penales para suprimir las actividades delictivas internacionales de tráfico ilícito,

Deseosas de concertar una convención internacional que sea un instrumento completo, eficaz y operativo, específicamente dirigido contra el tráfico ilícito, en la que se tomen en cuenta los diversos aspectos del problema en su conjunto, en particular los que no estén previstos en los tratados vigentes en la esfera de los estupefacientes y sustancias sicotrópicas,

Convienen en lo siguiente:

Decididas a privar a las personas dedicadas al tráfico ilícito del producto de sus actividades delictivas y eliminar así su principal incentivo para tal actividad,

Deseosas de eliminar las causas profundas del problema del uso indebido de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, comprendida la demanda ilícita de dichas drogas y sustancias y las enormes ganancias derivadas del tráfico ilícito,

Considerando que son necesarias medidas de control con respecto a determinadas sustancias, como los precursores, productos químicos y disolventes, que se utilizan en la fabricación de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, y que, por la facilidad con que se consiguen, han provocado un aumento de la fabricación clandestina de esas drogas y sustancias,

Decididas a mejorar la cooperación internacional para la supresión del tráfico ilícito por mar,

Reconociendo que la erradicación del tráfico ilícito es responsabilidad colectiva de todos los Estados y que, a ese fin, es necesaria una acción coordinada en el marco de la cooperación internacional,

Reconociendo también la competencia de las Naciones Unidas en materia de fiscalización de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y deseando que los órganos internacionales relacionados con esa fiscalización actúen dentro del marco de las Naciones Unidas,

Reafirmando los principios rectores de los tratados vigentes sobre fiscalización de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y el sistema de fiscalización que establecen,

Reconociendo la necesidad de fortalecer y complementar las medidas previstas en la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes, en esa Convención enmendada por el Protocolo de 1972 de Modificación de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes y en el Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas de 1971, con el fin de enfrentarse a la magnitud y difusión del tráfico ilícito y sus graves consecuencias,

Reconociendo también la importancia de robustecer e intensificar medios jurídicos eficaces de cooperación internacional en asuntos penales para suprimir las actividades delictivas internacionales de tráfico ilícito,

Deseosas de concertar una convención internacional que sea un instrumento completo, eficaz y operativo, específicamente dirigido contra el tráfico ilícito, en la que se tomen en cuenta los diversos aspectos del problema en su conjunto, en particular los que no estén previstos en los tratados vigentes en la esfera de los estupefacientes y sustancias sicotrópicas,

Conviene en lo siguiente:

Artículo 12

**SUSTANCIAS QUE SE UTILIZAN CON FRECUENCIA EN LA FABRICACION  
ILICITA DE ESTUPEFACIENTES O SUSTANCIAS SICOTROPICAS**

1. Las Partes adoptarán las medidas que estimen adecuadas para evitar la desviación de las sustancias que figuran en el Cuadro I y el Cuadro II, utilizadas en la fabricación ilícita de estupefacientes o sustancias sicotrópicas, y cooperarán entre ellas con este fin.

2. Si una de las Partes o la Junta posee datos que, a su juicio, puedan requerir la inclusión de una sustancia en el Cuadro I o el Cuadro II, lo notificará al Secretario General y le facilitará los datos en que se base la notificación. El procedimiento descrito en los párrafos 2 a 7 del presente artículo también será aplicable cuando una de las Partes o la Junta posea información que justifique suprimir una sustancia del Cuadro I o del Cuadro II o trasladar una sustancia de un Cuadro a otro.

3. El Secretario General comunicará esa notificación y los datos que considere pertinentes a las Partes, a la Comisión y, cuando la notificación proceda de alguna de las Partes, a la Junta. Las Partes comunicarán al Secretario General sus observaciones acerca de la notificación y toda la información complementaria que pueda serle útil a la Junta para elaborar un dictamen y a la Comisión para adoptar una decisión.

4. Si la Junta, teniendo en cuenta la magnitud, importancia y diversidad del uso lícito de esa sustancia, y la posibilidad y facilidad del empleo de otras sustancias tanto para la utilización lícita como para la fabricación ilícita de estupefacientes o de sustancias sicotrópicas, comprueba:

a) que la sustancia se emplea con frecuencia en la fabricación ilícita de un estupefaciente o de una sustancia sicotrópica;

b) que el volumen y la magnitud de la fabricación ilícita de un estupefaciente o de una sustancia sicotrópica crean graves problemas sanitarios o sociales, que justifican la adopción de medidas en el plano internacional, comunicará a la Comisión un dictamen sobre la sustancia, en el que se señale el efecto que tendría su incorporación al Cuadro I o al Cuadro II tanto sobre su uso lícito como sobre su fabricación ilícita, junto con recomendaciones de las medidas de vigilancia que, en su caso, sean adecuadas a la luz de ese dictamen.

5. La Comisión, teniendo en cuenta las observaciones presentadas por las Partes y las observaciones y recomendaciones de la Junta, cuyo dictamen será determinante en cuanto a los aspectos científicos, y tomando también debidamente en consideración otros factores pertinentes, podrá decidir, por una mayoría de dos tercios de sus miembros, incorporar una sustancia al Cuadro I o al Cuadro II.

6. Toda decisión que tome la Comisión de conformidad con el presente artículo será notificada por el Secretario General a todo los Estados y otras entidades que sean Partes en la presente Convención o puedan llegar a serlo y a la Junta. Tal decisión surtirá pleno efecto respecto de cada una de las Partes a los 180 días de la fecha de la notificación.

7. a) Las decisiones de la Comisión adoptadas con arreglo al presente artículo estarán sujetas a revisión por el Consejo, cuando así lo solicite cualquiera de las Partes dentro de un plazo de 180 días contados a partir de la fecha de la notificación de la decisión. La solicitud de revisión será presentada al Secretario General junto con toda la información pertinente en que se base dicha solicitud de revisión.

b) El Secretario General transmitirá copias de la solicitud de revisión y de la información pertinente a la Comisión, a la Junta y a todas las Partes invitándolas a presentar sus observaciones dentro del plazo de 90 días. Todas las observaciones que se reciban se comunicarán al Consejo para que éste las examine.

c) El Consejo podrá confirmar o revocar la decisión de la Comisión. La notificación de la decisión del Consejo se transmitirá a todos los Estados y otras entidades que sean Partes en la presente Convención o que puedan llegar a serlo, a la Comisión y a la Junta.

8. a) Sin perjuicio de las disposiciones de carácter general del párrafo 1 del presente artículo y de lo dispuesto en la Convención de 1961 en su forma enmendada y en el Convenio de 1971, las Partes tomarán las medidas que estimen oportunas para vigilar la fabricación y la distribución de sustancias que figuren en los Cuadros I y II que se realicen dentro de su territorio.

b) Con este fin las Partes podrán:

- i) controlar a todas las personas y empresas que se dediquen a la fabricación o la distribución de tales sustancias;
- ii) controlar bajo licencia el establecimiento y los locales en que se realicen las mencionadas fabricación o distribución;
- iii) exigir que los licenciarios obtengan la autorización para realizar las mencionadas operaciones;
- iv) impedir la acumulación en posesión de fabricantes y distribuidores de cantidades de esas sustancias que excedan de las que requieran el desempeño normal de las actividades comerciales y las condiciones prevaletientes en el mercado.

9. Cada una de las Partes adoptará, con respecto a las sustancias que figuren en el Cuadro I y el Cuadro II, las siguientes medidas:

a) establecer y mantener un sistema para vigilar el comercio internacional de sustancias que figuran en el Cuadro I y el Cuadro II a fin de facilitar el descubrimiento de operaciones sospechosas. Esos sistemas de vigilancia deberán aplicarse en estrecha cooperación con los fabricantes, importadores, exportadores, mayoristas y minoristas, que deberán informar a las autoridades competentes sobre los pedidos y operaciones sospechosos;

b) disponer la incautación de cualquier sustancia que figure en el Cuadro I o el Cuadro II si hay pruebas suficientes de que se ha de utilizar para la fabricación ilícita de estupefacientes o sustancias sicotrópicas;

c) notificar, lo antes posible, a las autoridades y servicios competentes de las Partes interesadas si hay razones para presumir que la importación, la exportación o el tránsito de una

sustancia que figura en el Cuadro I o el Cuadro II se destina a la fabricación ilícita de estupefacientes o sustancias sicotrópicas, facilitando, en particular, información sobre los medios de pago y cualesquiera otros elementos esenciales en los que se funde esa presunción;

d) exigir que las importaciones y exportaciones estén correctamente etiquetadas y documentadas. Los documentos comerciales como facturas, manifiestos de carga, documentos aduaneros y de transporte y otros documentos relativos al envío, deberán contener los nombres, tal como figuran en el Cuadro I o el Cuadro II, de las sustancias que se importen o exporten, la cantidad que se importe o exporte y el nombre y la dirección del importador, del exportador y, cuando sea posible, del consignatario;

e) velar por que los documentos mencionados en el inciso d) sean conservados durante dos años por lo menos y puedan ser inspeccionados por las autoridades competentes.

10. a) Además de lo dispuesto en el párrafo 9, y a petición de la Parte interesada dirigida al Secretario General, cada una de las Partes de cuyo territorio se vaya a exportar una de las sustancias que figuran en el Cuadro I velará por que, antes de la exportación, sus autoridades competentes proporcionen la siguiente información a las autoridades competentes del país importador:

- i) el nombre y la dirección del exportador y del importador y, cuando sea posible, del consignatario;
- ii) el nombre de la sustancia que figura en el Cuadro I;
- iii) la cantidad de la sustancia que se ha de exportar;
- iv) el punto de entrada y la fecha de envío previstos;
- v) cualquier otra información que acuerden mutuamente las Partes.

b) Las Partes podrán adoptar medidas de fiscalización más estrictas o rigurosas que las previstas en el presente párrafo si, a su juicio, tales medidas son convenientes o necesarias.

11. Cuando una de las Partes facilite información a otra Parte con arreglo a lo dispuesto en los párrafos 9 y 10 del presente artículo, la Parte que facilita tal información podrá exigir que la Parte que la reciba respete el carácter confidencial de los secretos industriales, empresariales, comerciales o profesionales o de los procesos industriales que contenga.

12. Cada una de las Partes presentará anualmente a la Junta, en la forma y de la manera que ésta disponga y en los formularios que ésta suministre, información sobre:

a) las cantidades incautadas de sustancias que figuran en el Cuadro I y el Cuadro II y, cuando se conozca, su origen;

b) cualquier sustancia que no figure en el Cuadro I o el Cuadro II pero de la que se sepa que se emplea en la fabricación ilícita de estupefacientes o sustancias sicotrópicas y que, a juicio de esa Parte, sea considerada lo bastante importante para ser señalada a la atención de la Junta;

c) los métodos de desviación y de fabricación ilícita.

13. La Junta informará anualmente a la Comisión sobre la aplicación del presente artículo, y la Comisión examinará periódicamente la idoneidad y la pertinencia del Cuadro I y del Cuadro II.

14. Las disposiciones del presente artículo no se aplicarán a los preparados farmacéuticos, ni a otros preparados que contengan sustancias que figuran en el Cuadro I o el Cuadro II y que estén compuestos de forma tal que esas sustancias no puedan emplearse o recuperarse fácilmente por medios de sencilla aplicación.

Artículo 13

**MATERIALES Y EQUIPOS**

Las Partes adoptarán las medidas que consideren adecuadas para impedir el comercio y la desviación de materiales y equipos destinados a la producción o fabricación ilícitas de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y cooperarán a este fin.

Artículo 33

**TEXTOS AUTÉNTICOS**

Los textos en árabe, chino, español, francés, inglés y ruso de la presente Convención son igualmente auténticos.

Artículo 34

**DEPOSITARIO**

El Secretario General será el depositario de la presente Convención.

EN TESTIMONIO DE LO CUAL los abajo firmantes, debidamente autorizados para ello, han firmado la presente Convención.

HECHA EN VIENA, en un solo original, el día veinte de diciembre de mil novecientos ochenta y ocho.

ANEXO

Cuadro I

Acido lisérgico  
Efedrina  
Ergometrina  
Ergotamina  
1-fenil-2-propanona  
Seudoefedrina

Las sales de las sustancias  
enumeradas en el presente  
Cuadro siempre que la existencia  
de dichas sales sea posible.

Cuadro II

Acetona  
Acido antranílico  
Acido fenilacético  
Anhídrido acético  
Eter etílico  
Piperidina

Las sales de las sustancias  
enumeradas en el presente  
Cuadro siempre que la existencia  
de dichas sales sea posible.



**NOTA:** La COMISION DE ESTUPEFACIENTES DE LAS NACIONES UNIDAS en las sesiones celebradas en Viena (Austria) del 6 al 15 de abril de 1992, aprobó el control de los siguientes productos en el Cuadro indicado.

Cuadro I

Acido N-acetilnranílico  
Isosafrol  
3,4-metilendoxifenil-2-propanona  
Piperonal  
Safrol

Cuadro II

Acido clorhídrico\*  
Metil etil cetona (2-butanona; MEC)  
Permanganato potásico  
Acido sulfúrico\*  
Tolueno

\* - Las sales de estos productos fueron excluidas de control.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.6/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés

REGLAMENTO MODELO PARA EL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS,  
MAQUINAS Y ELEMENTOS

18

9500091

**REGLAMENTO MODELO PARA EL CONTROL DE PRECURSORES  
Y SUSTANCIAS QUIMICAS, MAQUINAS Y ELEMENTOS**

**INTRODUCCION**

Considerando las disposiciones de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes enmendada por el Protocolo de 1972 Modificación de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes, el Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas de 1971, la Conferencia de Quito sobre los Productos Químicos Esenciales para la Producción de la Cocaína de 1987 y la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas de 1988, la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos (OEA) recomienda a los Estados miembros, de conformidad con las disposiciones fundamentales de sus respectivos ordenamientos jurídicos internos, la adopción de las siguientes medidas para controlar los precursores químicos y otros productos químicos específicos, máquinas y elementos que se utilizan en la producción, fabricación, preparación, importación, exportación, distribución y/o cualquier otro tipo de transacción ilícita de estupefacientes y sustancias psicotrópicas u otras de efecto semejante.

**I. PROPOSITO Y AMBITO DE APLICACION**

- A. La presente norma tiene por objeto controlar la producción, fabricación, preparación, importación, exportación, distribución y/o cualquier tipo de transacción, tanto nacional como internacional, de precursores químicos y otros productos químicos específicos, máquinas y elementos, que se utilizan para la producción, fabricación, preparación o extracción de estupefacientes, sustancias psicotrópicas u otras sustancias de efecto semejante.
- B. Esta norma se aplicará en todas las jurisdicciones nacionales, incluidas las zonas y puertos francos u otras operaciones aduaneras.

**II. DEFINICIONES**

Salvo indicación expresa en contrario, o que el contexto exija otra interpretación, las siguientes definiciones se aplicarán con exclusividad a todo el texto del presente reglamento modelo de legislación:

**REGLAMENTO MODELO PARA EL CONTROL DE PRECURSORES  
Y SUSTANCIAS QUIMICAS, MAQUINAS Y ELEMENTOS**

**INTRODUCCION**

Considerando las disposiciones de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes enmendada por el Protocolo de 1972 Modificación de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes, el Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas de 1971, la Conferencia de Quito sobre los Productos Químicos Esenciales para la Producción de la Cocaína de 1987 y la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas de 1988, la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos (OEA) recomienda a los Estados miembros, de conformidad con las disposiciones fundamentales de sus respectivos ordenamientos jurídicos internos, la adopción de las siguientes medidas para controlar los precursores químicos y otros productos químicos específicos, máquinas y elementos que se utilizan en la producción, fabricación, preparación, importación, exportación, distribución y/o cualquier otro tipo de transacción ilícita de estupefacientes y sustancias psicotrópicas u otras de efecto semejante.

**I. PROPOSITO Y AMBITO DE APLICACION**

- A. La presente norma tiene por objeto controlar la producción, fabricación, preparación, importación, exportación, distribución y/o cualquier tipo de transacción, tanto nacional como internacional, de precursores químicos y otros productos químicos específicos, máquinas y elementos, que se utilizan para la producción, fabricación, preparación o extracción de estupefacientes, sustancias psicotrópicas u otras sustancias de efecto semejante.
- B. Esta norma se aplicará en todas las jurisdicciones nacionales, incluidas las zonas y puertos francos u otras operaciones aduaneras.

**II. DEFINICIONES**

Salvo indicación expresa en contrario, o que el contexto exija otra interpretación, las siguientes definiciones se aplicarán con exclusividad a todo el texto del presente reglamento modelo de legislación:

- A. **Precursores químicos** (en adelante "precursores"): sustancias que pueden utilizarse en la producción, fabricación y/o preparación de estupefacientes, sustancias psicotrópicas o de sustancias de efectos semejantes y que incorporan su estructura molecular al producto final, por lo que resultan fundamentales para dichos procesos.
- B. **Otros productos químicos específicos** (en adelante "otros productos químicos"): sustancias que no siendo precursores químicos, tales como solventes, reactivos o catalizadores, pueden utilizarse en la producción, fabricación, extracción y/o preparación de estupefacientes, sustancias psicotrópicas o sustancias de efectos semejantes.
- C. **Máquinas y elementos**: equipos para procesar materias sólidas, semi-sólidas o líquidas en presentaciones tales como polvos y cristales, cápsulas, tabletas, comprimidos o píldoras en diversas formas comerciales u otras, de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas, así como los materiales utilizados en esas elaboraciones.
- D. **Producción**: La extracción de precursores de organismos naturales.
- E. **Fabricación**: Procesos mediante los cuales se obtienen precursores u otros productos químicos, incluidos la refinación y la transformación de unos en otros y se construyen máquinas y elementos.
- F. **Distribución**: Transferencia de un precursor u otros productos químicos o máquinas y/o elementos, de una persona a otra.
- G. **Importación y exportación**: en sus respectivos sentidos, son la entrada o salida de precursores, otros productos químicos, máquinas y/o elementos, a/o desde un territorio aduanero. *CEE*  
*trans. aduanera que se registra aduana*
- H. **Tránsito aduanero**: Régimen aduanero que ampara, bajo control de la Aduana, a precursores, otros productos químicos, máquinas y elementos, transportados de una oficina de aduanas a otra, en el mismo territorio aduanero o constituyendo una operación aduanera interterritorial.
- I. **Trasbordo**: Régimen aduanero que ampara, bajo control de la Aduana, el traslado de precursores, otros productos químicos, máquinas y elementos, desde el medio de transporte utilizado para su importación a aquél destinado a la exportación y que se realiza en la jurisdicción de una oficina de aduana que constituye a la vez la oficina de entrada y de salida.

- J. **Usuario:** Destinatario final que utiliza precursores, otros productos químicos, máquinas y elementos.
- K. **Preparación:** Acción y efecto de disponer las operaciones necesarias para obtener precursores, otros productos químicos, estupefacientes, sustancias psicotrópicas o sustancias de efecto semejante.

### III. CUADROS DE QUIMICOS

- A. Los Precursores y otros Productos Químicos se identificarán con sus nombres y clasificación digital con que figuran en la Nomenclatura del Consejo de Cooperación Aduanera (N.C.C.A.) y en el Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías (S.A.). Estos sistemas de clasificación se utilizarán, además, en los registros estadísticos y en los documentos relacionados con su importación, exportación, tránsito, trasbordo, con otras operaciones aduaneras y con zonas y puertos francos.

Nomenclatura de  
Consejo de Coop  
Aduanera

Cuadro I

B.A. "PRECURSORES"

<u>N.C.C.A.(1)</u>	<u>S.A.(2)</u>	<u>NOMBRE</u>	<u>SINONIMOS</u>
29.02	29.03.	Cloruro de bencilo	
29.13	29.14.	1-Fenil-2-propanona	
29.13	29.14.	3,4 Metilenodioxifenil-2-propanona	
29.14	29.16.	Acido Fenilacético y sus sales	
29.23	29.22.	Acido o-aminobenzoico y sus sales	Acido antranílico y sus sales
29.23	29.22.	Acido n-acetilantranílico y sus sales	
29.23	29.22.	Fenilpropanolamina y sus sales	
29.27	29.26.	Cianuro de bencilo	
29.27	29.26.	Cianuro de bromobencilo	Bromobencenoaceto nitrilo
29.35	29.33.	Piperidina	
29.42	29.39.	Acido lisérgico	
29.42	29.39.	Efedrina, sus sales, isómeros ópticos y sales de sus isómeros ópticos	
29.42	29.39.	Ergometrina y sus sales	Ergonovina y sus sales
29.42	29.39.	Ergotamina y sus sales	
29.42	29.39	Seudoefedrina, sus sales, isómeros ópticos y sales de sus isómeros ópticos D.C.I.(3)	

(1) N.C.C.A.: Nomenclatura del Consejo de Cooperación Aduanera.

(2) S.A.: Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías.

(3) D.C.I.: Denominación Común Internacional publicada por la Organización Mundial de la Salud (O.M.S.).



Cuadro II

C. "OTROS PRODUCTOS QUIMICOS"

<u>N.C.C.A.(1)</u>	<u>S.A.(2)</u>	<u>NOMBRE</u>	<u>SINONIMOS</u>
22.08-22.09	22.07-22.08	Alcohol etílico	Alcohol. Etanol
28.06	28.06.	Acido clorhídrico	Acido muriático.
			Cloruro de hidrógeno
28.08	28.07.	Acidos sulfúricos	Vitriolo y Fumante
28.15	28.13.	Sulfuro de carbono	Disulfuro de carbono
28.16	28.14.	Amoníaco anhidro o en disolución acuosa	
28.17	28.15.	Hidróxido de potasio	Potasa cáustica
28.17	28.15.	Hidróxido de sodio	Soda cáustica
28.38	28.33	Sulfato de sodio	Sulfato disódico
28.42	28.36	Carbonato de potasio	Carbonato neutro de potasio
28.42	28.36	Carbonato de sodio	Carbonato neutro de sodio. Soda solvay
28.47	28.41	Permanganato de potasio	
29.01	29.02	Benceno	
29.01	29.02	Tolueno	Metil benceno
29.02	29.03	Cloruro de metileno	Diclorometano
29.02	29.03	Cloroformo	Triclorometano
29.02	29.03	Tricloroetileno	
29.08	29.09	Eter etílico	Eter sulfúrico
			Oxido de etilo
			Eter dietílico
29.13	29.14	Acetona	Propanona
29.13	29.14	Metil etil cetona	Butanona
29.14	29.15	Acido acético	
29.14	29.15	Anhidrido acético	

(1) N.C.C.A.: Nomenclatura del Consejo de Cooperación Aduanera.

(2) S.A.: Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías.

D. Las autoridades competentes podrán incluir, suprimir o trasladar los precursores y otros productos químicos en los Cuadros respectivos.

Estas decisiones se notificarán al Secretario General de las Naciones Unidas (ONU), al Secretario General de la Organización de los Estados Americanos (OEA), y al Secretario Ejecutivo de la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), así como al Secretario Ejecutivo del Acuerdo Sudamericano sobre Estupefacientes y Psicotrópicos (ASEP), en su caso.

#### IV. LICENCIAS E INSCRIPCIONES

- A. Quienes produzcan, fabriquen, preparen, importen, exporten, distribuyan, usen y/o efectúen cualquier tipo de transacción de los precursores incluidos en el Cuadro I y de las máquinas y elementos, se sujetarán a un régimen de autorización, de licencias o similares.

Las autoridades competentes llevarán una nómina de las autorizaciones, licencias o similares otorgadas, rechazadas o revocadas.

- B. Quienes produzcan, fabriquen, preparen, importen, exporten, distribuyan, efectúen cualquier tipo de transacción y/o usen masivamente los otros productos químicos incluidos en el Cuadro II se inscribirán ante las autoridades competentes a fin de que se conozca la naturaleza y alcance de las actividades que realizan.

- C. Las licencias e inscripciones de que habla este artículo deberán ser renovadas periódicamente.

#### V. REGISTROS

- A. Quiénes se encuentren comprendidos en los literales A y B del artículo precedente deberán llevar, en su caso, registros de inventario, producción, fabricación, adquisición y distribución de aquellas sustancias, máquinas y elementos, de acuerdo a las formalidades que se establecen a continuación.

2. 1. Quiénes produzcan, fabriquen y/o preparen las sustancias incluidas en los Cuadros I y II, máquinas y elementos, deberán mantener un inventario completo, fidedigno y actualizado de cada uno de los mismos.

2. Asimismo, deberán mantener un registro completo, fidedigno y actualizado de los movimientos que experimenten tales sustancias, máquinas y elementos y, como mínimo, la siguiente información:

- a) Cantidad recibida de otras personas y/o empresas.
- b) Cantidad producida, fabricada o preparada.
- c) Cantidad procedente de la importación.
- d) Cantidad utilizada en la fabricación o preparación de otros productos.

- e) Cantidad distribuida internamente.
  - f) Cantidad exportada.
  - g) Cantidad en existencia.
  - h) Cantidad perdida a causa de accidentes o subtracciones.
3. El registro de las transacciones que se mencionan en los literales 2a, c, e y f, deberá contener, por lo menos, la siguiente información:
- a) Fecha de la transacción.
  - b) Nombre, dirección y número de licencia o inscripción, de cada una de las partes que realizan la transacción y los del último destinatario, si fuere diferente a una de las que realizaron la transacción.
  - c) Nombre, cantidad y forma de presentación del precursor u otro producto químico o la marca, modelo y número de serie de las máquinas y elementos.
  - d) El medio de transporte y la identificación de la empresa transportista.
- C. 1. Quienes distribuyan, importen y/o exporten las sustancias incluidas en los Cuadros I y II, máquinas y elementos, deberán mantener un inventario completo, fidedigno y actualizado de cada una de las mismas.
2. Asimismo, deberán mantener un registro completo, fidedigno y actualizado de las transacciones relativas a tales sustancias, máquinas y elementos y, como mínimo, la siguiente información:
- a) Fecha de la transacción.
  - b) Nombre, dirección y número de licencia o inscripción de cada una de las partes que realizan la transacción y los del último destinatario, si fuere diferente a los que realizaron la transacción.
  - c) Nombre, cantidad y forma de presentación del precursor u otro producto químico o la marca, modelo y número de serie de las máquinas y elementos.
  - d) El medio de transporte y la identificación de la empresa transportista.

#### VI. INFORMES

- A. 1. Quienes produzcan, fabriquen, preparen, distribuyan, transporten, almacenen, importen o exporten precursores u otros productos químicos incluidos en los Cuadros I y II, máquinas y elementos, deberán informar de inmediato a las autoridades competentes sobre las transacciones o transacciones propuestas de que sean parte cuando tengan motivos razonables para considerar que aquellas sustancias, máquinas y elementos podrían utilizarse en la producción, fabricación, extracción o preparación ilícita de estupefacientes, sustancias psicotrópicas u otras de efectos semejantes.
2. Se considerará que existen motivos razonables, especialmente, cuando la cantidad transada de aquellas sustancias, máquinas y elementos, la forma de pago o las características personales del adquirente sean extraordinarias o coincidan con la información proporcionada de antemano por las autoridades competentes, en su caso.
3. Asimismo, deberá informarse a las autoridades competentes de las pérdidas o desapariciones irregulares o excesivas de aquellas sustancias, máquinas y elementos que se encuentren bajo su control.
- B. El informe deberá contener toda la información disponible y deberá ser proporcionado a las autoridades competentes tan pronto se conozcan las circunstancias que justifiquen la sospecha por el medio más rápido, y con la mayor antelación posible a la finalización de la transacción.
- C. Verificada la información, las autoridades competentes deberán notificar a las del país de origen, destino o tránsito, tan pronto como sea posible, proporcionándole todos los antecedentes disponibles.

#### VII. REQUISITOS DE IMPORTACION O EXPORTACION

- A. Además de los requisitos de licencia o inscripción, y sin perjuicio de otras autorizaciones derivadas del respectivo régimen del comercio exterior, quienes importen o exporten sustancias incluidas en el Cuadro I, máquinas y elementos, deberán obtener un permiso de importación o exportación de la autoridad competente.

Dicha autoridad competente podrá someter las importaciones o exportaciones de todas o algunas de las sustancias del Cuadro II al mismo sistema anterior.

La autoridad competente determinará cuáles de las sustancias incluidas en el Cuadro II estarán sujetas a notificación.

En todos los casos la solicitud de permiso o notificación deberá presentarse por el importador o exportador al menos con treinta días de antelación a la fecha proyectada para cada operación.

- B. El permiso de importación o exportación caducará, en su caso, a los 180 y 90 días, respectivamente, de emitido, será utilizado una sola vez y amparará exclusivamente a una sustancia, máquina o elemento.
- C. La solicitud o declaración de importación o exportación deberá incluir, como mínimo, la siguiente información:

1. Nombre, dirección, número de licencia (de registro), número de teléfono, de telex y de fax del importador o exportador.
2. Nombre, dirección, número de teléfono, de telex y de fax del agente de importación o exportación y agente expedidor en su caso.
3. Nombre y número de identificación de cada producto indicado en el Cuadro I (Cuadro II), así como la descripción que aparece en la etiqueta de los bultos o envases y del contenedor.

En el caso de que los bienes importados o exportados sean máquinas y elementos, una descripción de los mismos, incluyendo su marca, modelo, número de serie y número de identificación utilizado por la nomenclatura aduanera.

4. Peso neto del producto en kilogramos y fracciones.
5. Cantidad y peso bruto de los bultos o envases.
6. Cantidad de contenedores, en su caso.
7. Fecha propuesta de embarque y de importación o exportación. Lugar de origen, puntos de embarque, de escala, de ingreso al país y de destino.
8. Los medios de transporte y la identificación de la empresa transportista.
9. Nombre, dirección, número de teléfono, de telex y de fax del proveedor.

- D. Las autoridades competentes podrán denegar un permiso de importación o exportación de sustancias del Cuadro I (Cuadro II), máquinas y elementos, cuando existan razones fundadas para estimar que serán utilizadas en la producción, fabricación, extracción o preparación ilícita de estupefacientes, sustancias psicotrópicas u otras de efectos semejantes.

#### VIII. REQUISITOS DE TRASBORDO Y TRANSITO

El tránsito aduanero y el trasbordo de sustancias incluidas en el Cuadro I (Cuadro II), máquinas y elementos, estarán sometidos al mismo régimen establecido en el artículo precedente.

#### IX. DELITOS

Serán considerados delitos los siguientes actos:

- A. La producción, fabricación, preparación, distribución, transporte, almacenaje, importación, exportación, posesión y cualquier otro tipo de transacción de precursores u otros productos químicos incluidos en los Cuadros I y II, máquinas y elementos, con el propósito de cultivar, producir, fabricar, extraer o preparar estupefacientes, sustancias psicotrópicas u otras de efectos semejantes, en cualquier forma prohibida por la ley.
- B. La organización, la gestión o la financiación de los delitos señalados en el párrafo anterior.
- C. La instigación o inducción pública, por cualquier medio, para cometer alguno de los delitos tipificados en el presente artículo.
- D. La participación en la comisión de alguno de los delitos tipificados en el presente artículo, el encubrimiento, la asociación y la confabulación para cometerlos, la tentativa de cometerlos y la asistencia, la incitación, la facilitación o el asesoramiento en relación con su comisión.

**EL GRUPO DE EXPERTOS RECOMIENDA A LOS GOBIERNOS DE LOS  
ESTADOS MIEMBROS DE LA ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS:**

- A. Que cada país establezca una legislación, o adecúe la ya existente, para el control de precursores y otros productos químicos, máquinas y elementos, en las transacciones nacionales e internacionales. Dentro de lo posible, dicha legislación debería ser armónica con la de los demás países, teniendo en cuenta el Reglamento Modelo elaborado por el Grupo.

De este modo, cada país debería establecer una legislación y procedimientos que:

1. Establezcan graves sanciones penales, civiles y/o administrativas aplicables a quienes cometan intencionalmente algunos delitos indicados en el artículo IX del Reglamento.
2. Establezcan sanciones penales, civiles y/o administrativas aplicables a quienes no se atengan a los procedimientos administrativos establecidos.
3. Aseguren el establecimiento de sistemas de comunicaciones nacionales y/o internacionales para el intercambio de información relativa a transacciones de precursores, otros productos químicos, máquinas y elementos.
4. Adopten un sistema administrativo ágil para la inclusión, supresión o traslado de precursores y otros productos químicos en los Cuadros respectivos, así como para las comunicaciones que procedan.
5. Requieran que los registros de las actividades contempladas en el artículo V del Reglamento se mantengan y estén a disposición de las autoridades pertinentes por períodos no menores de 3 años.
6. Establezcan las cantidades de cada uno de los productos incluidos en el Cuadro II, que en cada actividad estarán exceptuados del régimen que se regula por el presente reglamento.
7. Aseguren la aplicación de procedimientos de vigilancia sobre el posible movimiento de precursores y otros productos químicos, máquinas y elementos en pasos y fronteras, a través del tránsito vecinal o el comercio fronterizo.



8. Aseguren que las autoridades encargadas del control de fronteras actúen ejerciendo vigilancia sobre grandes cantidades de productos químicos estacionados allí y que no se destinan a consumo en la zona o a su transacción legal.
- B. Que cada Estado debería designar y comunicar a los demás Estados miembros de la OEA las autoridades competentes que actuarán como enlace autorizado para los esfuerzos cooperativos de los Estados miembros encaminados a controlar las transacciones de precursores, otros productos químicos, máquinas y elementos y para realizar investigaciones y facilitar el intercambio oportuno de información.
- Asimismo, deberían responder con prontitud a todo pedido concreto de información que les presenten las autoridades y los servicios competentes de otros países.
- C. Que las autoridades competentes investigarán los presuntos desvíos ilícitos de los precursores u otros productos químicos, máquinas y elementos que solicite otro país e informarán de los resultados con prontitud.

Finalmente, al presentarse este trabajo los Expertos dejan constancia que el reglamento modelo no pretende agotar el tema relacionado con esta materia, teniendo en cuenta su magnitud.

Que es necesario estudiar aspectos como el almacenamiento y destrucción no riesgosos así como la reexportación de tales productos. De igual manera podría abordarse el tratamiento de la legislación sobre algunas sanciones.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.9/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés

ASPECTOS DE LAS  
INVESTIGACIONES QUIMICAS

31

9500091

## **Aspectos de las investigaciones químicas**

**Documento preparado por la  
Administración de los Estados Unidos  
para el Control de los Estupefacientes  
Junio de 1993**

### **INTRODUCCION**

Los organismos coercitivos saben desde hace tiempo que, con el objeto de elaborar clandestinamente la mayoría de las drogas ilícitas, los narcotraficantes tienen que adquirir diversos productos químicos de uso farmacéutico e industrial, y que los adquieren casi exclusivamente de la industria lícita. En consecuencia, los países del mundo y las legislaturas de algunos de ellos, particularmente en aquellos donde es más grave la crisis de la droga, han promulgado leyes para controlar la distribución de los productos químicos precursores y esenciales.

Los objetivos principales del Artículo 12 de la Convención de Viena de 1988, los reglamentos 3677/90 y 900/92 del Consejo de la Comunidad Europea, las gestiones del Grupo de Acción Química y otros instrumentos análogos nacionales y regionales, son los siguientes: asegurarse de que los narcotraficantes no desvien los productos químicos que pueden emplearse para elaborar sustancias ilícitas; descubrir los desvíos mediante el examen de las diversas constancias y sistemas de rendición de cuentas exigidos, e identificar, detener y enjuiciar a los responsables del desvío, ya sea por negligencia o por la comisión de actos delictivos. Las entidades reguladoras y coercitivas se enfrentan a la tarea de formular sistemas y procedimientos de control que a la vez sean eficaces y logren esos objetivos sin estorbar el comercio lícito.

Este documento describe brevemente los diversos medios empleados por los narcotraficantes para obtener productos químicos y evadir los control oficiales; trata de las medidas que deberían tomar los gobiernos para controlar eficazmente el desvío de esos productos; enumera los pasos concretos que hay que dar para comprobar la licitud de los envíos, entre ellos los que pueden adoptar las autoridades y las empresas exportadoras e importadoras de productos químicos, y estudia los principios de los tratados internacionales y otros instrumentos por los que se pueden suspender determinados envíos.

## **I. METODOS DE DESVIO**

En los países donde no se fiscalizan los productos químicos, los laboratorios clandestinos pueden obtener esos productos con muy poco riesgo. Toman solamente las precauciones justas para asegurarse de que las autoridades no puedan seguir la pista de los productos químicos que adquieren y transportan. En los países donde no sólo se fiscalizan los productos químicos, sino que también tienen programas coercitivos eficaces, a los narcotraficantes les es difícil comprar esos productos químicos y deben recurrir a medidas más complicadas para obtenerlos.

**A. Métodos usados.** Los narcotraficantes se esfuerzan, principalmente, por evitar que las autoridades los reconozcan y sigan la pista de los productos químicos que adquieren. Para ello recurren a varios métodos como, por ejemplo:

1. Nombres y direcciones ficticias: Los traficantes usan nombres y direcciones ficticias para que las autoridades no sepan quiénes son.
2. Pagos en efectivo: Este método consiste en pagar los productos químicos con dinero en efectivo. De esa manera no se deja una estela de documentos que conduzcan a las autoridades al laboratorio clandestino.
3. Transferencia controlada de los productos químicos. A fin de evitar a los transportistas comerciales y no dejar constancias del transporte de los productos químicos, los laboratorios clandestinos a veces hacen arreglos especiales para el transporte de esos productos.
4. Destrucción de documentos. Con el objeto de no dejar pruebas que caigan en manos de las autoridades y de proteger a sus proveedores, los laboratorios clandestinos destruyen facturas, hojas de embalaje, etiquetas u otros documentos que pudieran dar a conocer la proveniencia de los productos químicos.

**B. Planes de desvío.** Los laboratorios clandestinos obtienen los productos químicos que necesitan para elaborar estupefacientes ilícitos, principalmente, en la industria lícita. Para ello tienen que recurrir a una serie de ardides a fin de desviarlos. Estos ardides se emplean en cualquier punto de la red de distribución de los productos químicos: fabricación, distribución, transporte, usuario final, reciclaje o eliminación. Esos esquemas de desvío comprenden:

1. Las empresas ficticias: Los narcotraficantes pueden valerse de "empresas ficticias" (compañías que existen en el papel solamente) para facilitar la compra de productos químicos. Este método es eficaz si el proveedor no puede o no desea averiguar quién es el cliente antes de efectuar la venta.

2. Las empresas fantasmas o empresas deshonestas: Las "empresas malhechoras" son empresas deshonestas que, a sabiendas, venden productos químicos a los narcotraficantes. Las empresas fantasmas dan la apariencia de ser lícitas pero, en realidad, son financiadas por el narcotráfico. Los directivos corruptos de esas empresas aceptan sobornos para robar productos químicos, enviarlos por rutas diferentes, modificar los inventarios, ponerles rótulos nuevos a los envases y cometer otros actos ilícitos para lograr el desvío de esos productos. Esas empresas se pueden dedicar incluso a la elaboración ilícita de los estupefacientes. Algunos de los métodos utilizados por las empresas deshonestas para ocultar el desvío son:

- a. Inventarios falsos (dos juegos de libros)
- b. Informes falsos de ventas, compras y uso
- c. Denuncias falsas de robos
- d. Informes falsos de pérdidas (por ejemplo, vertido y evaporación de productos químicos)

3. Coacción de las empresas lícitas: Algunos narcotraficantes coaccionan a las empresas lícitas para obtener productos químicos.

4. Los intermediarios (revendedores): Los narcotraficantes se valen de intermediarios, tales como revendedores, para obtener productos químicos e impedir que las autoridades sepan quiénes son los verdaderos destinatarios.

5. Compras a varias empresas: Este método consiste en comprar los productos químicos que les hacen falta a diversos proveedores, para evitar sospechas.

6. Compras a las empresas usuarias: Las empresas que utilizan productos químicos para fabricar una mercancía pueden adquirir más de los necesarios. Algunas veces, los empleados sin escrúpulos venden ese excedente a los laboratorios clandestinos. Esas empresas entonces modifican sus inventarios para indicar que todos los productos químicos se utilizaron efectivamente en sus propias manufacturas.

7. Rutas indirectas para los envíos: A veces usan proveedores distantes o múltiples o diversos intermediarios (por ejemplo, revendedores) para que las autoridades no puedan seguir la pista a los productos químicos desde su origen hasta su destino final.

C. Evitar la fiscalización aduanera. Los narcotraficantes a veces se ven obligados a adquirir productos químicos de proveedores extranjeros. En esos casos, tienen que hacerlos pasar por la Aduana de su país. Si el Servicio de Aduana está bien capacitado y equipado, puede interceptar eficazmente los productos químicos precursores y esenciales destinados a los laboratorios clandestinos. En consecuencia, los narcotraficantes recurren a varios métodos de desvío destinados específicamente a evadir la fiscalización aduanera. Esos métodos son:

1. Uso de etiquetas incorrectas o nombres genéricos. Para obstaculizar la inspección aduanera, los narcotraficantes ponen etiquetas falsas u ocultan o modifican el nombre del producto que lleva el envase. Algunas veces usan nombres genéricos para confundir a los inspectores inexpertos y ocultar que se trata de acetona o éter o algún otro producto químico esencial. Por ejemplo, ponen:

- a. Disolvente
- b. Hidrocarburos aromáticos
- c. Productos químicos inocuos
- d. Disolvente de limpieza

2. Uso indebido de las zonas francas: Para introducir los productos químicos de contrabando en un país, los narcotraficantes utilizan a veces las zonas francas aduaneras, donde los importan y almacenan a fin de retirarlos posteriormente.

3. Envases ocultos: Los envases que contienen productos químicos controlados pueden mezclarse con los de otras mercancías, particularmente los que contienen productos químicos no controlados.

4. Circunvalación de la Aduana (contrabando): Los narcotraficantes se aprovechan de los puntos débiles de las patrullas aduaneras para transportar los productos químicos a sus laboratorios a través de fronteras y redes fluviales sin vigilar.

D. Explotación de los puntos débiles del sistema de fiscalización. En los países donde se fiscaliza la distribución de productos químicos pero donde los programas de control son ineficaces, los narcotraficantes recurren a los siguientes métodos para explotar los puntos débiles de las medidas de control:

1. Venta de documentos oficiales: Las empresas autorizadas para recibir productos químicos pueden vender esos permisos a los traficantes. Estos los utilizan para obtener los productos químicos y luego pagan una "comisión" a la empresa.

2. Uso repetido del permiso: Si no se fiscaliza cuidadosamente el permiso, el laboratorio clandestino puede usarlo varias veces para adquirir productos químicos.

3. Falsificación de firmas: Los narcotraficantes pueden falsificar las firmas de los funcionarios autorizados a fin de obtener productos químicos.

4. Documentos falsos: La falsificación puede variar en complejidad desde la simple fotocopia de un original hasta el grabado y la impresión de permisos. Los narcotraficantes usan cualquiera de esos métodos para obtener productos químicos.

5. Documentos robados: Los laboratorios clandestinos también roban documentos oficiales.

6. Información falsa: Los documentos oficiales se usan indebidamente cuando se proporciona información incorrecta como, por ejemplo, nombres, direcciones, cantidades o productos químicos falsos.



7. Sobornos: Otro método para adquirir productos químicos consiste en sobornar a los funcionarios o a los empleados de las empresas de productos químicos.

8. Adquisición de productos químicos de proveedores no controlados: Si el gobierno comienza a fiscalizar una fuente de productos químicos, el laboratorio clandestino recurrirá a otras que no están fiscalizadas.

9. Compra y transporte en pequeñas cantidades: Los narcotraficantes evaden los reglamentos al adquirir los productos químicos en varios lotes por debajo del límite o umbral fijado por el gobierno. Asimismo, esos productos se transportan en pequeñas cantidades para impedir que las autoridades vigilen los envíos.

10. Sustitución de productos químicos: Cuando se controlan ciertos productos químicos, los laboratorios clandestinos usan productos sustitutivos o formas sustitutivas del producto original.

E. Otros métodos para obtener productos químicos. Los narcotraficantes saben que las autoridades se esfuerzan por negarles el acceso a los proveedores lícitos de productos químicos. Por consiguiente, han inventado métodos para obtenerlos y frustrar las gestiones de fiscalización. Algunos de esos métodos son los siguientes:

1. Almacenamiento prolongado: Los traficantes saben que las autoridades pueden vigilar un cargamento de productos químicos o colocar un dispositivo de seguimiento en los envases. Por tanto, algunas veces guardan los productos ya envasados en almacenes por un largo periodo, para frustrar la vigilancia o para que se descarguen las pilas de cualquier dispositivo de seguimiento.

2. Acumulación de reservas: La acumulación de reservas se utiliza como protección contra los reglamentos oficiales, ya que de esa manera el narcotraficante dispone siempre de un inventario seguro de productos químicos.

3. Elaboración clandestina de productos químicos: Como resultado de la severa fiscalización impuesta a la distribución de productos químicos en algunos países, los traficantes han recurrido a varios métodos para aprovechar más los productos químicos que utilizan e incluso para elaborar sus propios productos. Esos métodos son:

a. Reuso: Esta práctica común consiste en volver a usar ciertos productos químicos hasta que se agota su eficacia.

b. Reciclaje: Este método consiste en reciclar los productos químicos por varios medios (por ejemplo, la destilación) para purificarlos y poder aprovecharlos de nuevo.

c. Elaboración: Se sabe que algunos narcotraficantes se han dedicado a elaborar los productos precursores y esenciales, a partir de productos químicos no controlados.

**F. Ejemplos de ardides de desvío.** Los siguientes son ejemplos de los métodos de desvío utilizados por los laboratorios clandestinos. Por motivos de seguridad, se han tachado de ellos los nombres de países, personas y empresas.

*Ejemplo 1:* Según un informante, se preparaba un envío de productos químicos pero la empresa destinataria que figuraba en el documento de importación no existía. Se decomisó el envío en los Estados Unidos y se encontró que el nombre original del producto químico (acetona) se había rociado con pintura y encima se había escrito "sustitutivo de la trementina". La empresa ficticia había recibido permiso para importar acetona en un documento oficial de importación.

*Ejemplo 2:* Un método común de desvío, según un informante, consiste en que el comprador viaje a un país que elabora productos químicos y adquiera un producto químico controlado, como la acetona. Luego, ese comprador soborna a la empresa para que rotule de nuevo los envases y les ponga otro nombre, por ejemplo, alcohol. El comprador regresa a su país y solicita un permiso para importar alcohol, que no está controlado, y entonces importa la acetona rotulada falsamente como alcohol.

*Ejemplo 3:* En un país latinoamericano, los narcotraficantes contratan a campesinos para que transporten pequeñas cantidades de productos químicos a través de fronteras faltas de vigilancia. Esos campesinos reciben una pequeña suma por cada cargamento que llevan y pueden hacer varios viajes al día.

**Ejemplo 4:** En una nación latinoamericana utilizada como trasbordo por un país vecino, la policía no puede controlar el contrabando en los vagones de los trenes precintados por la Aduana. Se ha comprobado que los narcotraficantes se aprovechan de esas restricciones que impone la Aduana para introducir contrabando, por ejemplo, productos químicos.

**Ejemplo 5:** Se sabe que en algunos países los funcionarios de Aduana sólo pueden examinar los conocimientos de embarque o manifiestos de un buque para comprobar el contenido de los envases almacenados en las zonas francas. Los narcotraficantes importan los productos químicos controlados a las zonas francas y no declaran debidamente el contenido de los envases en los conocimientos de embarque. Luego, retiran los productos químicos clandestinamente de las zonas francas.

## **II. ELABORACION DE UN PROGRAMA EFICAZ DE CONTROL DE PRODUCTOS QUIMICOS A NIVEL NACIONAL E INTERNACIONAL**

La Convención de Viena y otros instrumentos que tratan del desvío de productos químicos dependen de la colaboración mutua y la confianza en que cada país hará lo posible por cumplir con sus obligaciones de impedir el desvío. La fuerza del Artículo 12 de la Convención se basa en la noción de que la responsabilidad de confirmar la licitud o ilicitud de un importador o exportador de productos químicos deben compartirla todas las partes en la Convención.

Hay una serie de cuestiones o dificultades que deben tratarse en cualquier programa de control de productos químicos para que sea eficaz. Esas cuestiones o dificultades se estudian a continuación.

### **A. Falta de información acerca del desvío y uso indebido de los productos químicos.**

Uno de los factores principales que ayuda al desvío de productos químicos es que las autoridades (y otros interesados) adolecen de un gran desconocimiento en esta materia, así como acerca de los productos químicos que suelen utilizar los narcotraficantes. Esa ignorancia pudiera disminuir apreciablemente por medio de la colaboración entre las entidades pertinentes a nivel nacional e internacional, la participación en programas de capacitación y el intercambio de información sobre las nuevas tendencias y circunstancias del desvío de productos químicos.

- B. La necesidad de que los manipuladores comerciales de productos químicos se aseguren de la licitud de los clientes en todos los puntos de la cadena de distribución.**

Puesto que la industria internacional de productos químicos es muy compleja, hay oportunidades de desvío en cada transacción. Por consiguiente, es indispensable que antes de comerciar con los productos químicos, el vendedor se asegure de que el comprador es lícito y no un testaferro de los narcotraficantes. Si el vendedor no está seguro de la licitud del cliente, puede recurrir a las autoridades y entidades reguladoras pertinentes del país. El vendedor puede consultar también con las asociaciones comerciales de productos químicos o, en el caso de una exportación, con las autoridades del país destinatario. Si esas comprobaciones se hicieran siempre, el desvío de productos químicos sería mucho más difícil.

- C. La necesidad de que las autoridades y entidades reguladoras pertinentes sepan cuáles son las empresas que comercializan los productos químicos esenciales y precursores.**

Para ello, los países tal vez habrían de llevar a cabo encuestas nacionales de la industria química. Esa encuesta dará a conocer cuáles son las empresas que producen, distribuyen, importan, exportan, etc., los productos químicos controlados. En la medida de lo posible, esas empresas deben ser visitadas por las autoridades pertinentes e informadas de sus obligaciones con respecto a las transacciones con productos químicos controlados. De esa manera también se obtienen muchos otros datos valiosos.

- D. La necesidad de constancias suficientes relativas a la importación, la exportación, el trasbordo y el tránsito de productos químicos.**

Sin las debidas constancias, a las autoridades pertinentes les es difícil reconocer los envíos sospechosos. Los documentos exactos y fáciles de hallar ayudan a las autoridades a identificar y decomisar los cargamentos sospechosos.

- E. La necesidad de informar con antelación a las autoridades pertinentes acerca de ciertos envíos de productos químicos.**

La Convención de Viena de 1988 y los reglamentos sobre productos químicos de la Comunidad Europea disponen que un país, a petición de las autoridades de otro país, puede con antelación acerca de su intención de exportar cargamentos de productos químicos controlados. Es claramente, es un instrumento poderoso para controlar el desvío de esos productos, ya que da a las autoridades del país destinatario la oportunidad de saber con anticipación todos los pormenores acerca de un cargamento. De ese modo, las autoridades se pueden asegurar de la buena fe de la importación antes de que los productos químicos entren en el país exportador. Ese mecanismo regulador puede utilizarse para descubrir los permisos de importación falsos u obtenidos indebidamente.

**F. La necesidad de que las autoridades tengan la facultad necesaria para suspender los envíos y embargar los productos químicos.**

Esa autoridad es fundamental en todo programa nacional de control de productos químicos. Si las entidades coercitivas llegan a la conclusión, después de una investigación, de que cierto cargamento va a ser desviado, deben tener la facultad de suspender ese envío antes de que se realice. Si, por ejemplo, la investigación de un nuevo cliente extranjero revela que pide productos químicos que no se usan, generalmente, en su presunto negocio, entonces, debido a la gran posibilidad de desvío, debe poderse suspender ese cargamento.

**G. La dificultad de establecer un control eficaz en zonas y puertos francos.**

Esas zonas se establecen con el objeto de simplificar el comercio internacional. Deliberadamente se ejerce en ellas un menor control. Los que desvían productos químicos suelen aprovecharse de las zonas y los puertos francos para evitar los trámites aduaneros, rotular indebidamente los productos, etc. Los países exportadores y de trasbordo deben llevar su vigilancia respecto al desvío de productos químicos hasta las zonas y los puertos francos. El Artículo 18 de la Convención de Viena afirma: "Las Partes [en la Convención], a fin de eliminar, en las zonas y puertos francos, el tráfico ilícito de estupefacientes, sustancias sicotrópicas y sustancias que figuran en los Cuadros I y II adoptarán medidas no menos estrictas que las que apliquen en otras partes de su territorio". Este Artículo dispone que las Partes vigilen el movimiento de

bienes y personas en las zonas y los puertos francos, establezcan y mantengan sistemas para descubrir los envíos sospechosos de contener estupefacientes, y establezcan y mantengan sistemas de vigilancia en esas zonas.

H. La necesidad de una colaboración internacional eficaz a nivel organizativo, coercitivo y jurídico, en particular acerca de notificar de un país a otro las transacciones sospechosas.

Esa colaboración puede usarse para comprobar la existencia de una empresa, saber si tiene antecedentes delictivos, identificar a sus socios y clientes, indicar la licitud de las subsidiarias y las sociedades inversionistas, y averiguar cómo se financian los envíos. Esa colaboración puede tomar la forma de comunicaciones directas con los colegas extranjeros, los servicios de los agregados comerciales del país exportador en el país destinatario, y la comunicación con los agregados policiales, con los organismos internacionales interesados (tales como la OIPC/Interpol), y la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes.

### III. INVESTIGACION Y COMPROBACION

Las pruebas de posibles intentos de comprar productos químicos y de desviarlos hacia el tráfico ilícito de estupefacientes pueden descubrirse en cualquier punto de la cadena de distribución. Cada autoridad nacional, esté en el punto de compra, envío, tránsito o recibo, tiene la oportunidad de descubrir hechos y circunstancias que pueden dar "motivos justificados para sospechar el desvío". A continuación se presentan ejemplos de las pruebas e investigaciones que pueden hacer las autoridades nacionales y los exportadores de productos químicos para establecer la licitud de cada envío.

A. Consejos para las autoridades nacionales de los países exportadores. Las autoridades nacionales de los países exportadores pueden tomar las siguientes medidas y decisiones para no suministrar los productos químicos que se utilizan para la elaboración clandestina de estupefacientes:

1. Averiguar la licitud de la empresa exportadora o del intermediario: Averiguar los antecedentes delictivos de las empresas, intermediarios y personas. Los traficantes ilícitos en productos químicos suelen tener antecedentes por infracciones en materia de tráfico de estupefacientes, lavado de dinero y aduana.

2. Guardar y examinar las constancias y bases de datos comerciales anteriores: Examinar a las empresas sospechosas y sus envíos, comparando el volumen y a frecuencia de las exportaciones anteriores.

3. Recopilar información en el extranjero y comprobar las constancias extranjeras: Establece un vínculo con las autoridades extranjeras, es decir: la policía, los organismos de control de estupefacientes y el servicio de aduana; comprobar las constancias con la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes de las Naciones Unidas y la Int .pol.

4. Comprobar los permisos extranjeros:

- a. ¿Tiene el cliente extranjero el permiso oficial requerido?
- b. ¿Parece auténtico el permiso?
- c. ¿Especifica el permiso la clase y cantidad de productos químicos que pueden importarse?

5. Establecer relaciones con los colegas extranjeros: Notificar a los colegas los envíos pendientes; compartir cualquier información que haga dudar aún más acerca de determinadas empresas y personas sospechosas.

B. Comprobación efectuada por la empresa exportadora de productos químicos. Las empresas exportadoras deben estar particularmente alertas a los siguientes indicios del desvío de cargamentos de productos químicos:

1. Métodos extraños de pago: Los traficantes suelen pagar con dinero en efectivo o usan otros métodos de financiamiento que difieren de las formas corrientes.

2. Con respecto a las relaciones comerciales anteriores:

- a. ¿Es la empresa o intermediario extranjero un cliente regular?
- b. ¿Despierta sospechas la clase y volumen del cargamento de productos químicos?
- c. ¿Tiene la empresa extranjera el permiso de importación requerido?

43

9500091



3. En el punto de venta:

- a. ¿Actúa el cliente de manera sospechosa?
- b. ¿No puede o no desea el cliente proporcionar información exacta y completa?
- c. ¿Acompaña al pedido la solicitud de enviar, entregar o rotular los productos químicos de manera extraña?
- d. ¿Es compatible el supuesto propósito de los productos químicos con su uso industrial normal?
- e. ¿Hay la impresión de que se trata, intencionalmente, de enviar los productos químicos a través de rutas indirectas de trasbordo?

C. Investigación y comprobación en el punto de tránsito.  
A continuación se presentan algunos de los métodos comunes de desvío que deben conocer los servicios de aduana o autoridades conexas para comprobar la licitud de un cargamento de productos químicos antes de llegar al punto de tránsito o en ese mismo punto:

- 1. Uso de etiquetas equivocadas o falsas en los envases.
- 2. El envío intencional a través de países sospechosos de trasbordo.
- 3. Las infracciones previas de aduana cometidas por las empresas o intermediarios relacionados con el envío.
- 4. La comprobación de los envíos a almacenes o negocios en zonas francas donde la mercancía puede ser reempacada, rotulada de nuevo y reexpedida.

D. Consejos para las autoridades nacionales de los países importadores. Las autoridades nacionales de los países importadores pueden tomar las siguientes medidas y averiguaciones para reducir apreciablemente el desvío de productos químicos.

1. Investigar la existencia y el funcionamiento de la empresa: Comprobar si el importador existe y funciona en realidad. A menudo, esas empresas solamente existen en el papel, con el objeto de enviar a las autoridades aduaneras cuando importan cargamentos de productos químicos.

2. Recoger información y verificar los antecedentes penales: Por medio de la policía, los organismos de control de estupefacientes y de aduana del país así como de la Interpol, averiguar las relaciones delictivas de las empresas y de sus intermediarios y directivos.

3. Confirmar el propósito de la importación de los productos químicos:

- a. ¿Quién es el destinatario final?
- b. ¿Justifica la capacidad de producción la cantidad de productos químicos solicitados?
- c. ¿Tiene el destinatario constancias que demuestren ese nivel de uso?
- d. Si el destinatario es un distribuidor, ¿quiénes son sus clientes? ¿Tiene alguno de los clientes antecedentes penales o mala fama? ¿Se justifican las compras?

E. Comprobación de parte de las empresas importadoras de productos químicos. Las empresas importadoras deben estar particularmente alertas a los siguientes factores que pudieran indicar el desvío de cargamentos de productos químicos:

1. Métodos extraños de pago: Los traficantes suelen pagar con dinero en efectivo, cartas de crédito falsas o usan diversos métodos extraños de pago.

2. Uso de instrucciones específicas o extrañas:

- a. La solicitud de que se le notifique por teléfono cuando el cargamento de productos químicos llegue al puerto.
- b. La nueva rotulación del cargamento.

- c. La reducción de la cantidad importada por debajo de un umbral determinado, para evitar la inspección de Aduana.
- d. El envío de los productos químicos a través de rutas indirectas de trasbordo.

3. ¿Es compatible el presunto propósito de los productos químicos con el uso industrial normal?

#### IV. LA SUSPENSIÓN DE LOS ENVÍOS INTERNACIONALES DE PRODUCTOS QUÍMICOS

Es principio fundamental de todo sistema que impida el desvío de productos químicos que las autoridades competentes tengan la facultad jurídica y administrativa para adoptar medidas eficaces antes de que el producto químico entre en la cadena de distribución. La aplicación de ese principio requiere que las naciones exportadoras promulguen leyes que permitan específicamente que un organismo coercitivo o regulador nacional suspenda la exportación de un producto químico reglamentado cuando hay motivos para creer que puede ser desviado. Eso dará a las autoridades la oportunidad de investigar con más detalle el envío en cuestión, en caso necesario.

La suspensión de los envíos de productos químicos es un principio que se encuentra en todos los documentos internacionales importantes que tratan del control de esos productos. Es común a todos esos documentos que esa medida debe tomarse cuando parezca que el cargamento de productos químicos puede desviarse. Por ejemplo, el párrafo 4 del Artículo 4, reglamento 900/92 de la Comunidad Europea, menciona tres circunstancias independientes conforme a las cuales se puede denegar el permiso de exportación. La más importante se refiere a la presencia de motivos fundamentados para sospechar que las sustancias en cuestión se destinan a la elaboración ilícita de estupefacientes o sustancias sicotrópicas. La denegación del envío es, de hecho, una suspensión.

El Reglamento Modelo de la Organización de los Estados Americanos (OEA) dispone que los exportadores e importadores soliciten el permiso al menos con 30 días de antelación a la fecha prevista de exportación o importación. Las autoridades competentes tienen facultades implícitas para suspender cualquier cargamento, puesto que no se les fija un plazo específico para aprobar o denegar la solicitud de permiso. El Artículo VII.D de los Reglamentos Modelo dispone

específicamente que los permisos pueden denegarse "cuando haya motivo fundamentado para creer" que los productos químicos van a ser desviados.

La Convención de 1988 de las Naciones Unidas ofrece directrices generales al respecto. El párrafo 1 del Art. 12 dispone: "Las Partes adoptarán las medidas que estimen adecuadas para evitar la desviación de las sustancias que figuran en el Cuadro I y el Cuadro II..." En los incisos a y b, párrafo 9 del Artículo 12, se dispone que las Partes establezcan y mantengan un sistema para vigilar el comercio internacional, a fin de facilitar el descubrimiento de operaciones sospechosas, y notificar a las demás Partes en la Convención si hay razones para suponer que el cargamento va a ser desviado. El énfasis en la Convención sobre la prevención reconoce implícitamente la necesidad de suspender los cargamentos e impedir su desvío.

La cuestión de suspender los cargamentos de productos químicos fue estudiada detalladamente por el Grupo de Acción Química (CATF), que incorporó las siguientes recomendaciones en su informe final (Recomendación 12): "El CATF recomienda que los Gobiernos, de acuerdo con sus propia legislación, establezcan la autoridad y los medios de suspender los cargamentos cuando haya pruebas de que puede ser desviado para la elaboración ilícita de ... estupefacientes". Esto se relaciona directamente con la recomendación concerniente a la autorización de exportaciones que se encuentra en la Parte IV.B.4. del Informe Final del CATF: "En vista de toda la información concerniente a la licitud del cargamento propuesto...el país exportador autorizará o denegará la exportación".

Las leyes de los Estados Unidos autorizan también la suspensión de envíos. La Sección 6053 de la Ley de Desvío y Tráfico de Productos Químicos (Sección 971 c)1) del Título 21, Código de los Estados Unidos), dispone lo siguiente: "El Secretario de Justicia podrá ordenar la suspensión de cualquier importación o exportación de un producto químico que figure en las listas...si dicho producto puede ser desviado para la elaboración clandestina de una sustancia controlada..." Según la experiencia de los Estados Unidos, la existencia de esta prerrogativa y su ejercicio por las autoridades ha obligado a la industria a estudiar más detalladamente los pedidos antes de someterlos a la aprobación de las autoridades. Eso se demuestra por el hecho de que los Estados Unidos han ejercido la autoridad de suspensión solamente 24 veces en los tres años y medio transcurridos desde que se estableció esa autoridad.

El carácter preventivo de esta autoridad, tanto por su efecto en la industria como por su aplicación por las autoridades, es un elemento decisivo en cualquier iniciativa eficaz de control de productos químicos.

#### **CONCLUSION**

Los legisladores y las autoridades coercitivas deben tomar medidas energicas para impedir el desvío de productos químicos. Los narcotraficantes seguirán explotando los casos de control oficial ineficaz o inexistente en la distribución nacional e internacional de productos químicos precursores y esenciales. Las autoridades deben, asimismo, estar alertas puesto que los traficantes se fijarán en cualquier punto débil de los programas de control y lo explotarán. Por último, las autoridades nacionales deben colaborar con otros países para asegurar que los traficantes no utilicen el comercio internacional para aprovisionarse de los productos químicos que necesitan para elaborar estupefacientes ilícitos.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.11/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés

OPERACION "BREAKTHROUGH" DE LA DEA

49

9500091



# Operación BREAKTHROUGH

La plantación de la coca y la producción de base de cocaína en Bolivia

*Drug Intelligence Report*

**DEA**  
Intelligence Division



Julio 1994  
DEA-94070

50

9500091





Drug Enforcement Administration

---

## **Operación BREAKTHROUGH**

**La plantación de la coca y la producción de base de cocaína en Bolivia**

*Drug Intelligence Report*

*Julio 1994*

51

9500091

## **INDICE DE MATERIAS**

---

iii	<b>Resumen ejecutivo</b>
1	<b>Introducción</b>
3	<b>Metodología</b>
3	<b>Recolección de hojas de coca</b>
4	<b>Procesamiento de la base cocaína</b>
5	<b>Producción de hojas de coca</b>
11	<b>Contendio de alcaloide de cocaína</b>
13	<b>Procesamiento de la base de cocaína</b>
15	<b>Modelo de producción de cocaína</b>
17	<b>Conclusion</b>

## RESUMEN EJECUTIVO

La operación BREAKTHROUGH estima que para 1993 la producción anual de base de cocaína en Bolivia fue de 197 toneladas métricas. El cálculo de la operación BREAKTHROUGH sobre la producción de base de cocaína difiere de las estimaciones oficiales realizadas previamente en cuanto al potencial máximo de producción de cocaína que tiene Bolivia. Según se informó en el informe de 1992 llamado Informe del Comité sobre el Consumidor perteneciente a la Inteligencia Nacional sobre Narcóticos (National Narcotics Intelligence Consumer Committee (NNICC) Report), la estimación sobre el potencial de producción de cocaína de Bolivia oscilaba entre 245 y 410 toneladas métricas. Este cálculo, por diseño, da por sentado que todo cultivo de coca madura en Bolivia, incluida la coca lícita de Yungas, se procesa y transforma en cocaína. La operación BREAKTHROUGH sugiere que es posible hacer un cálculo más preciso. Mediante la definición clara de los elementos críticos que comprende la producción de cocaína, presenta una forma de generar una estimación sobre la producción real de cocaína de Bolivia, en oposición a la potencial. El modelo de producción de cocaína elaborado por la operación BREAKTHROUGH, que incorpora cálculos reales de la cantidad de hojas de coca que se dedican a la producción ilícita de cocaína en cada una de las regiones bolivianas en las que se cultiva coca, sustenta una estimación que refleja mejor la producción boliviana de cocaína.

El cálculo que aquí se presenta con respecto a la producción anual de base de cocaína se fundamenta en los resultados de las investigaciones de la operación BREAKTHROUGH, las cuales determinaron lo siguiente:

- Se estima que la producción anual promedio de hojas de coca en Chapare es de 2,7 toneladas métricas por hectárea, en tanto que la de Yungas se calcula en 1,8 toneladas métricas por hectárea.
- El contenido promedio de alcaloide de cocaína de las hojas de coca de Chapare llega a 0,72 por ciento y el de las hojas de coca de Yungas a 0,85 por ciento.
- La tasa de eficiencia (es decir, la eficiencia con la cual el alcaloide de la cocaína se extrae de las hojas para producir base de cocaína) es de 45 por ciento. En la práctica, se requieren 390 kilogramos (cerca de 860 libras) de hojas de coca de Chapare para producir 1 kilogramo de base de cocaína pura.

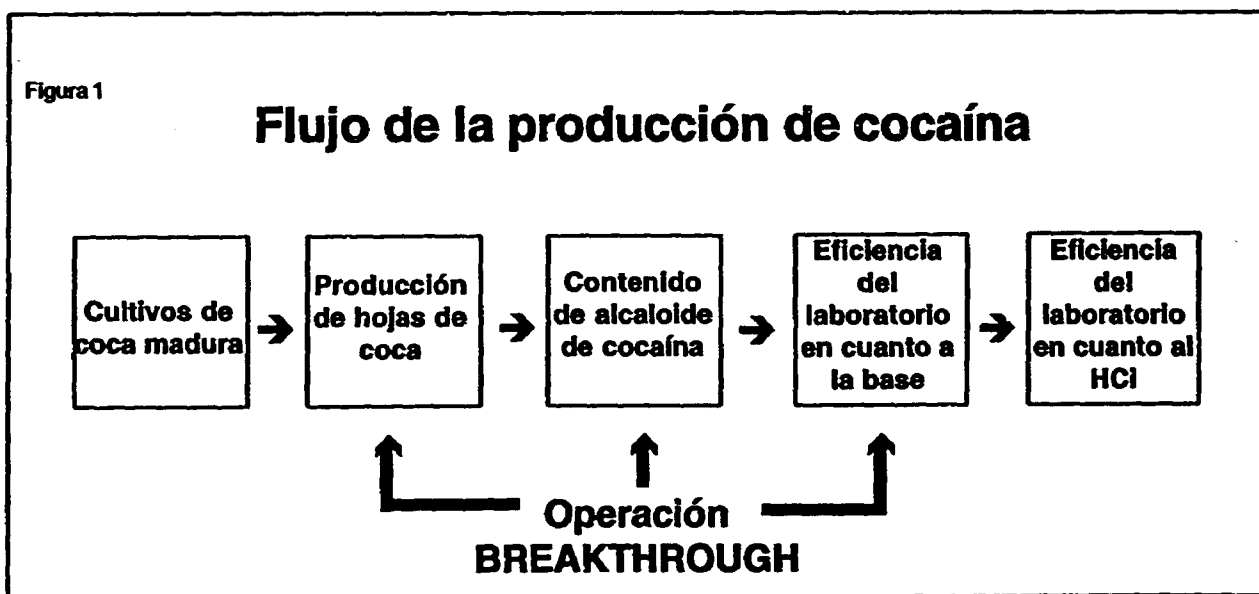
## INTRODUCCION

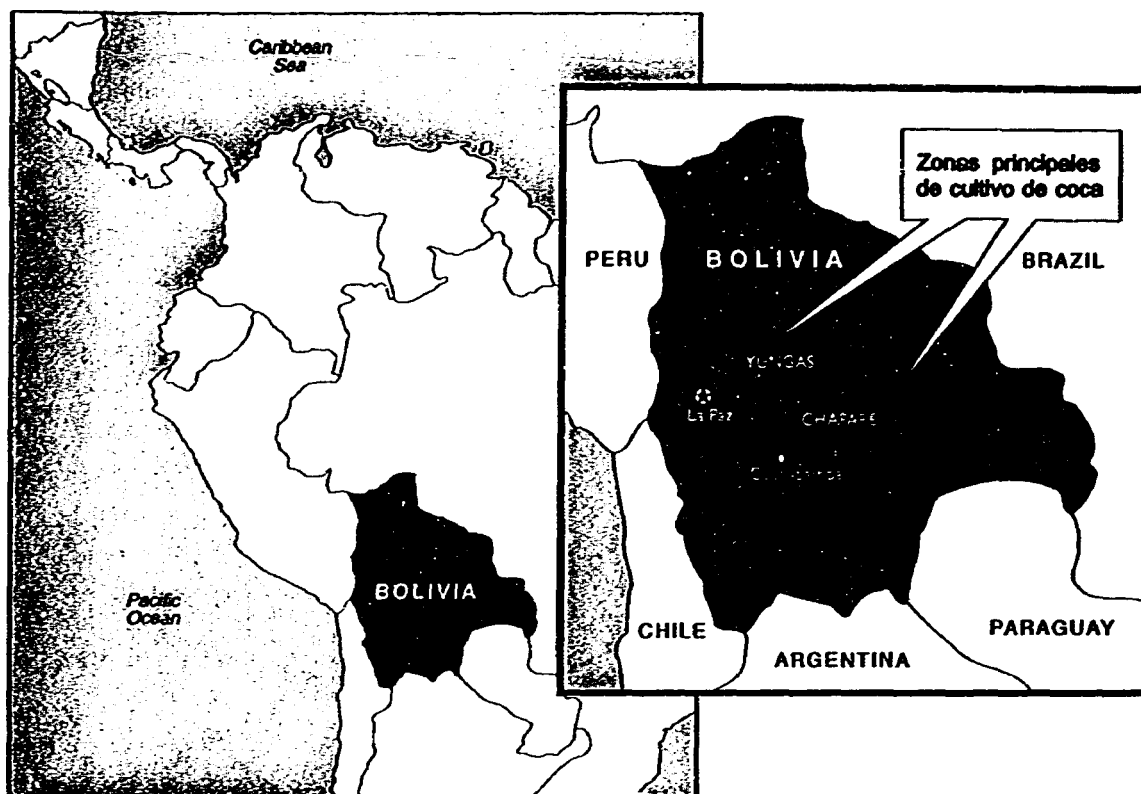
La operación BREAKTHROUGH es un amplio proyecto de investigación sobre la plantación de la coca y el procesamiento de la base de cocaína. El propósito del proyecto es establecer estimaciones confiables sobre la producción de los cultivos de coca de la zona andina y sobre el contenido de alcaloide de las hojas, así como medir la eficiencia de los métodos de procesamiento de la cocaína en Bolivia, Colombia y Perú. La meta general del proyecto es proporcionar información suficientemente detallada, a través de la aplicación de análisis de laboratorio y de metodologías científicas en cuanto a reconocimientos topográficos, para poder determinar con exactitud la amenaza que representa la producción de cocaína y proporcionar estos datos a los responsables de adoptar decisiones sobre políticas tanto nacionales como internacionales. En lo que respecta a su diseño y ejecución, la operación BREAKTHROUGH representa el primer esfuerzo exitoso por medir científicamente todos los elementos críticos necesarios para llegar a un cálculo confiable con respecto a la producción de cocaína.

Los elementos críticos que se precisan para lograr estimar la producción de cocaína son los siguientes:

- 1) el número de hectáreas destinadas al cultivo de la coca;
- 2) la producción de hojas de coca por hectárea;
- 3) el contenido de alcaloide de cocaína de las hojas;
- 4) la eficiencia con la cual el alcaloide de cocaína de las hojas se convierte a base de cocaína; y
- 5) la eficiencia con la cual la base de cocaína se convierte a clorhidrato de cocaína (HCl).

El primero tanto como el último elemento, la plantación de la coca y la eficiencia con la cual se transforma la base de cocaína en HCl, están bien definidos. Se consideran confiables los métodos que actualmente se emplean para medir el número total de hectáreas dedicadas al cultivo de la coca y, además, los procesos químicos empleados para convertir la base de cocaína a HCl han sido analizados lo suficientemente como para permitir emplear, con confianza, la proporción 1:1 para la conversión. Sin embargo, los tres elementos restantes, la producción de hojas de coca, el contenido de alcaloide de cocaína de las hojas y la eficiencia en el procesamiento de la base de cocaína, no están tan claramente definidos. Hasta que se llevara a cabo la operación BREAKTHROUGH, los cálculos sobre la producción de los cultivos de coca se basaban en gran medida en datos anecdóticos. En los últimos diez años, las estimaciones sobre el contenido de alcaloide de las hojas de coca han mostrado una variación que llega al 300 por ciento, en tanto que las eficiencias que se han citado con respecto a la producción clandestina de base de cocaína han oscilado entre el 20 y el 90 por ciento. En consecuencia, para poder elaborar una estimación creíble sobre la producción de cocaína, la operación BREAKTHROUGH se enfoca en la definición de estos elementos (Figura 1).





*Regiones de cultivo de coca en Bolivia.*

Lanzada en 1993, la operación BREAKTHROUGH primero examinó la producción de cocaína de Bolivia, el segundo cultivador de hojas de coca del mundo luego de Perú y la fuente abastecedora de por lo menos un cuarto de la cocaína del mundo. En Bolivia la coca se cultiva en dos regiones principales: Yungas y Chapare. En 1993, la región de Yungas tenía alrededor de 12.800 hectáreas de cultivos maduros, la gran mayoría de los cuales la legislación boliviana permite usar de manera lícita. Se estima que el 95 por ciento de los cultivos ilícitos de coca en Bolivia se encuentran en Chapare. Esta región, aproximadamente delimitada por el río Isiboro en el oeste, el río Ichilo en el este y los faldeos de los Andes en sudoeste, contenía cerca de 26.100 hectáreas de plantas maduras de coca en 1993, casi todas destinadas a la conversión ilícita a cocaína. Las metas de la operación BREAKTHROUGH en Bolivia fueron desarrollar una amplia estimación de la producción de cocaína en Chapare y proporcionar un cálculo preliminar de la producción potencial de Yungas.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> No se estudió Apolo, una región más pequeña de cultivo de coca situada al norte de Yungas, la cual en 1993 se estimó que tenía 1.109 hectáreas de cultivos maduros. No obstante, se incluye la producción de hojas de coca de Apolo en los cálculos sobre la producción total de cocaína de Bolivia (ver el Modelo de Producción de Cocaína).

Para la consecución de estos objetivos, la operación BREAKTHROUGH aprovechó la gran experiencia y talento que se encuentran dentro de la Drug Enforcement Administration (DEA) y de la comunidad relacionada con la política sobre drogas dentro del gobierno federal. Financiada por la Oficina de Política Nacional sobre el Control de Drogas [Office of National Drug Control Policy], el trabajo en el terreno realizado por la operación BREAKTHROUGH estuvo dirigido por la Sección de Operaciones Técnicas [Technical Operations Section] de la DEA y contó con la participación de personal del Laboratorio de Investigaciones y Análisis Especiales [Special Testing and Research Laboratory] de la DEA y de su División de Inteligencia [Intelligence Division], así como también con la colaboración de expertos del Centro de Ingeniería Topográfica [Topographic Engineering Center] del Ejército de los Estados Unidos, del Departamento de Agricultura de los Estados Unidos y del gobierno de Bolivia. Estos esfuerzos se vieron beneficiados por la ayuda de la Oficina de la DEA en La Paz, de la Oficina Permanente en Cochabamba, de SNOWCAP y, en especial, de la Sección de Asuntos de Narcóticos de la Embajada de los Estados Unidos en La Paz.

## METODOLOGIA

La investigación realizada por la operación BREAKTHROUGH comprendió dos programas diferentes de recopilación de datos. El primero se ocupó de asuntos relacionados con la producción de hojas de coca y el contenido de alcaloide, en tanto que el segundo analizó la eficiencia de los laboratorios ilícitos dedicados al procesamiento de base de cocaína.

### Recolección de hojas de coca

Con el objeto de determinar la producción de hojas de coca y el contenido de alcaloide, se llevó a cabo un programa directo de recolección/medición de hojas en la región de Chapare durante tres de los cuatro períodos tradicionales de cosecha. (El trabajo en el terreno en 1993 se realizó en marzo, julio y octubre en Chapare, en tanto que en Yungas se obtuvieron hojas de coca dos veces, en marzo y en octubre). Los equipos recolectores de hojas - que contaron con representantes de la Sección de Operaciones Técnicas de la DEA, el Centro de Ingeniería Topográfica del Ejército de los Estados Unidos, del Servicio de Investigación [Research Service] del Departamento de Agricultura de los Estados Unidos y del gobierno de Bolivia - visitaron un total de 90 plantaciones de coca en Chapare. La recolección de hojas en Yungas se limitó a 14 plantaciones. Debido a la gran extensión geográfica cubierta, las plantaciones de Chapare se estratificaron de acuerdo a cinco cortes transversales practicados en las principales zonas de cultivo y abarcaron una gama completa de formas terrestres, elevaciones, prácticas de cultivo, tipos de suelo y cantidad de lluvia. Entre los criterios principales que se emplearon para la selección de las plantaciones de coca se encuentran los siguientes:

- representatividad de la plantación dentro del corte transversal;
- presencia de hojas maduras (de 90 días) dentro de la plantación; y
- autorización del agricultor para trabajar en la plantación.

Dentro de cada una de las plantaciones de coca de Chapare, el equipo recolector de hojas escogió al azar entre tres y cinco lotes de 5 metros, los cuales típicamente contienen 10 plantas de coca. (En las plantaciones de Yungas, los lotes de 5 metros por lo general contienen 60 plantas). Se realizó una detallada descripción física de cada lote, se determinó su ubicación mediante fotografías de



*Agrónomo boliviano marcando la coca para su recolección.*

posición sacadas por satélite, se hizo una ficha fotográfica y en video de cada lugar, se documentó la existencia de cultivos intercalados destinados a la subsistencia o al comercio y se tomó una muestra del suelo. Además, en los casos pertinentes, el equipo recolector entrevistó al agricultor con respecto al uso de fertilizantes, herbicidas e insecticidas en la plantación de coca. Asimismo se recopiló información sobre las enfermedades y la edad de las plantas de coca.

Luego de finalizado el levantamiento topográfico, cada uno de los agricultores cosechó los cultivos seleccionados según los medios empleados en la región. El equipo encargado de recoger las hojas llevó la cosecha de coca al campamento base de la DEA-Unidad Móvil de Policía Rural (UMOPAR) en Chimore. Las hojas de coca cosechadas fueron secadas a 70 grados centígrados de acuerdo a las técnicas agronómicas usuales de medición y luego pesadas. (El equipo también recogió 77 muestras de hojas en cuatro mercados de hojas de coca en Chapare para medir el contenido de humedad de las hojas locales secadas al aire). De esta forma, los equipos reunieron hojas de coca provenientes de 338 lotes ubicados dentro de las 90 plantaciones de Chapare seleccionadas.<sup>2</sup> (En Yungas, la muestra abarcó 42 lotes en 14 plantaciones de coca). Se midió la superficie exacta de cada lote a fin de permitir que los datos sobre la producción de hojas de coca pudieran convertirse al número de toneladas métricas por hectárea.

<sup>2</sup> Si los lotes fueran dispuestos en una hilera, ésta tendría 2 kilómetros de largo y contendría 6.336 plantas de coca.

La acumulación de datos sobre la producción de hojas de coca provenientes de numerosos lotes permitió que, al contar con un amplio número de muestras, se normalizara la variabilidad entre lote y lote, con lo cual se fortaleció la base para el cálculo de la producción de hojas de coca.

Todas las muestras de hojas de coca fueron puestas en bolsas plásticas selladas, las cuales contenían un secante para evitar que las hojas volvieran a hidratarse con la humedad atmosférica. Las muestras fueron llevadas al Laboratorio de Investigaciones y Análisis Especiales de la DEA, donde se realizaron análisis con gas cromatográfico para determinar el contenido de alcaloide de cocaína. Además, el Departamento de Agricultura de los Estados Unidos analizó las muestras de hojas para evaluar las características taxonómicas de la coca. Los análisis de las muestras de suelo tomadas en las plantaciones de coca determinaron los efectos de las plantas de coca sobre la fertilidad del terreno.

#### **Procesamiento de la base de cocaína**

La investigación realizada por la operación BREAKTHROUGH en relación al procesamiento de la base de cocaína que se hace localmente exigió un enfoque de completa verificación. En primer lugar, a través de entrevistas con los procesadores locales se identificó el método principal empleado en Chapare para la producción de base y luego se lo duplicó en un ambiente enteramente realista aunque controlado. Además, a través de las observaciones realizadas en laboratorios incautados y de las muestras provenientes de ellos se obtuvo confirmación adicional con respecto al proceso de conversión.

En enero de 1993, durante la fase inicial de la investigación realizada por la operación BREAKTHROUGH, un equipo de 3 miembros, que incluía a un químico forense del Laboratorio de Investigaciones y Análisis Especiales de la DEA, entrevistó a 30 individuos cooperadores en el campamento base de la DEA-UMOPAR en Chimore y en la Oficina Permanente en Cochabamba con respecto a su conocimiento sobre la producción de cocaína en el



*Agricultores cosechando coca en lotes de 5 metros.*

valle de Chapare. El equipo también visitó cuatro laboratorios operacionales incautados y uno no operacional. La información que se obtuvo a través de estas entrevistas y de las observaciones practicadas en los laboratorios indican que predominantemente se emplea una sola metodología para la producción de base de cocaína en toda la región de Chapare.

Durante abril de 1993, en la segunda fase del proyecto, un grupo de 5 observadores, que esta vez incluía a dos químicos forenses del Laboratorio de Investigaciones y Análisis Especiales de la DEA, puso en práctica en siete ocasiones la producción controlada de base de cocaína en el campamento base de Chimore. El procesamiento de la base de cocaína fue hecho por personas cooperadoras con experiencia en la producción de base de cocaína, quienes utilizaron hojas de coca, materiales y químicos obtenidos localmente, en un laboratorio representativo de los que típicamente se emplean en la región para las operaciones de procesamiento de base de cocaína. El equipo de observación supervisó cada uno de los procedimientos y se tomaron muestras en cada etapa del proceso, las cuales fueron etiquetadas y luego analizadas en el Laboratorio de Investigaciones y Análisis Especiales. Además, los integrantes del equipo visitaron tres laboratorios operacionales de base de cocaína que habían sido incautados, en los cuales reunieron muestras adicionales de químicos y de productos de coca para su posterior análisis. A fin de complementar su investigación aún más, el equipo obtuvo muestras de productos de cocaína provenientes de incautaciones realizadas por la UMOPAR en puestos de control instalados en las carreteras y en laboratorios clandestinos.



## PRODUCCION DE HOJAS DE COCA

Las dos regiones principales de cultivo de coca en Bolivia, Chapare y Yungas, muestran patrones ostensiblemente diferentes en cuanto al cultivo de la coca (Tabla 1). En base a la investigación realizada por la operación BREAKTHROUGH, se estima que en Chapare la producción anual de hojas de coca es de 2,70 toneladas métricas por hectárea (Figura 2), cálculo que se corresponde con la cifra de 2,70 toneladas métricas por hectárea citada en el informe del Departamento de Estado llamado Informe sobre la Estrategia con Respecto al Control Internacional de Narcóticos [International Narcotics Control Strategy Report (INCSR)]<sup>3</sup>. Para Yungas, se estimó que la producción anual de hojas de coca es de 1,8 toneladas métricas por hectárea. El INCSR en la actualidad emplea la cifra 1,0 toneladas métricas por hectárea para describir la producción de coca de Yungas. Debido a que el muestreo de Yungas es relativamente limitado, la estimación hecha por la operación BREAKTHROUGH sobre la producción de hojas de coca en esta región es preliminar.

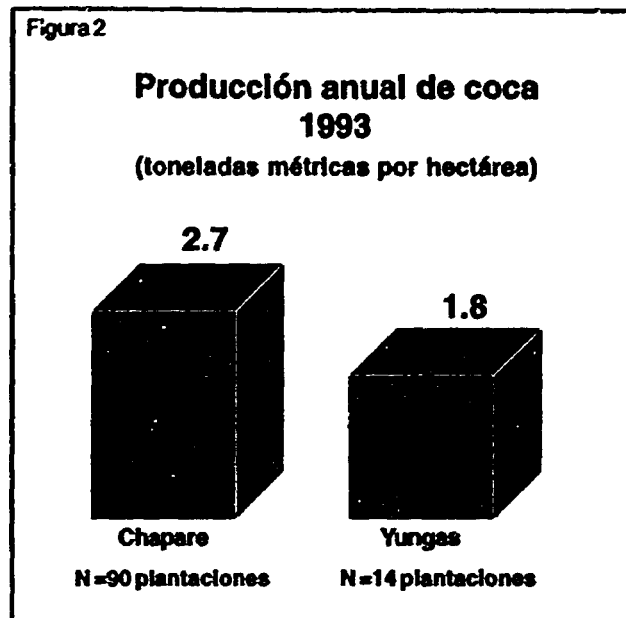
Se estima que la producción anual de hojas de coca en Chapare es de 70.470 toneladas métricas, lo cual se deriva multiplicando los cultivos maduros de coca (26.100 hectáreas) por la producción promedio por hectárea de hojas secadas al aire usando la práctica tradicional (2,70 toneladas métricas). El cálculo oficial hecho en 1993 por el gobierno de los Estados Unidos con respecto a la producción de hojas de coca de Chapare es de 68.900 toneladas métricas.

Tabla 1

RESUMEN DESCRIPTIVO DE LOS CULTIVOS DE COCA		
	Chapare	Yungas
Número de cosechas	4	3-4
Edad de las plantas (años)	8.4	6.4
Plantas vivas (%)	97	99
Densidad de las plantas (por ha)	26,971	165,690
Espaciamiento de las hileras (m)	0.9	0.9
Espaciamiento dentro de las hileras (cm)	48	8
Altura de las plantas (m)	1.4	0.7
Diámetro del follaje (m)	0.8	0.3
Diámetro de los tallos (mm)	29	10

<sup>3</sup> La cifra de 2.70 toneladas métricas por hectárea también concuerda con los resultados de un estudio realizado en 1988 por la DIRECO, el ente boliviano encargado de erradicar la coca.

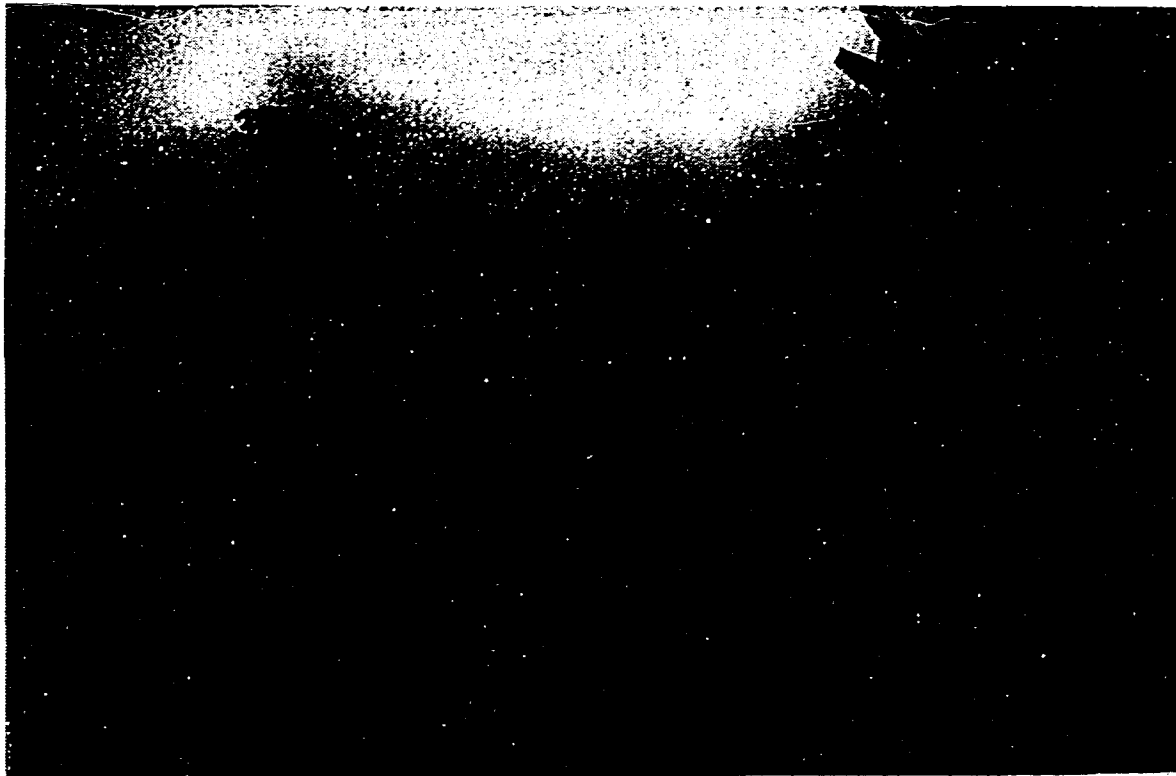
Figura 2



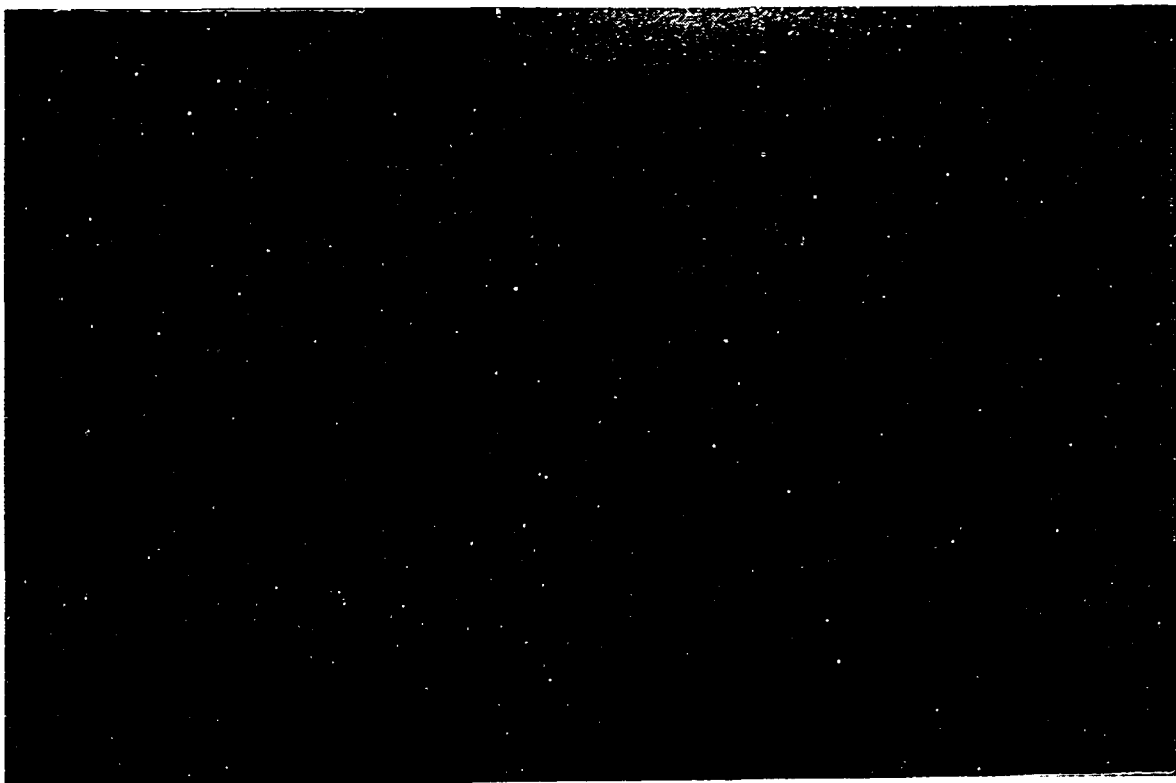
Los resultados preliminares de la operación BREAKTHROUGH indican que el cálculo oficial de 12.800 toneladas métricas hecho en 1993 por el gobierno de los Estados Unidos con respecto a la producción de hojas de coca en Yungas está por debajo de dicha producción. Si se emplea el cálculo de 1,8 toneladas métricas hecho por la operación BREAKTHROUGH para la producción anual de hojas de coca, entonces la estimación sobre la producción anual total de hojas de coca en Yungas es de 23.040 toneladas métricas, o 1,8 multipl. por 12.800 hectáreas.

Los esfuerzos realizados por la operación BREAKTHROUGH para estimar las producciones anuales promedio de hojas de coca resultaron ser un ejercicio directo e intenso. Se recolectaron numerosas muestras de hojas, se calculó el promedio de las producciones y luego se extrapoló este cálculo para llegar al número de toneladas métricas por hectárea. Sin embargo, los esfuerzos destinados a identificar y a aislar los factores que tienen consecuencias importantes para la producción de hojas de coca resultaron ser más difíciles. La variable más importante para la productividad de las plantas de coca tiene que ver con la estación.<sup>4</sup> La producción de hojas de coca de Chapare muestra una variación de hasta el 30 por ciento entre una estación y otra (Figura 3). La influencia de la estación en la producción de hojas de coca durante los tres periodos de cosecha cubiertos por la operación BREAKTHROUGH pone de manifiesto que para llegar a un cálculo anual de la producción de hojas de coca es necesario realizar varias recolecciones de hojas en distintos momentos del año calendario.

<sup>4</sup> La importancia del efecto de la estación también se indica en el estudio sobre la producción de hojas de coca realizado por la DIRECO en 1988.

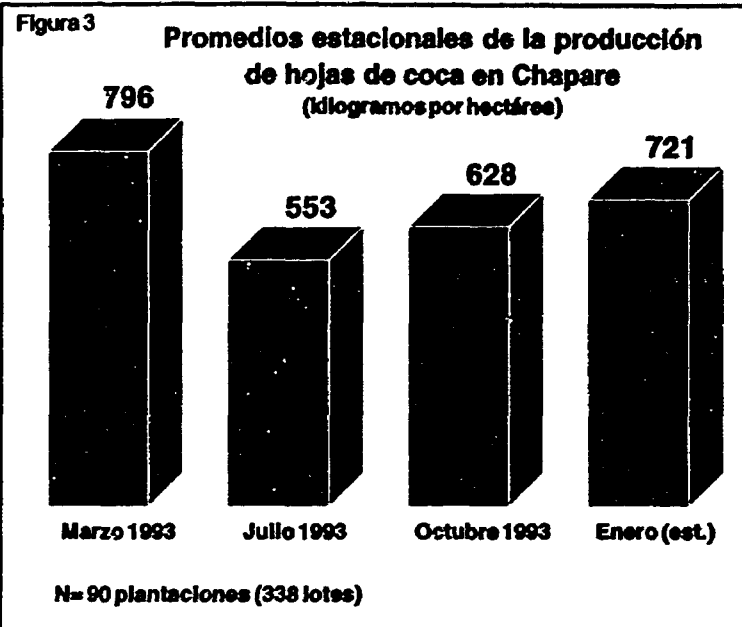


*Cultivo de coca en Chapare.*

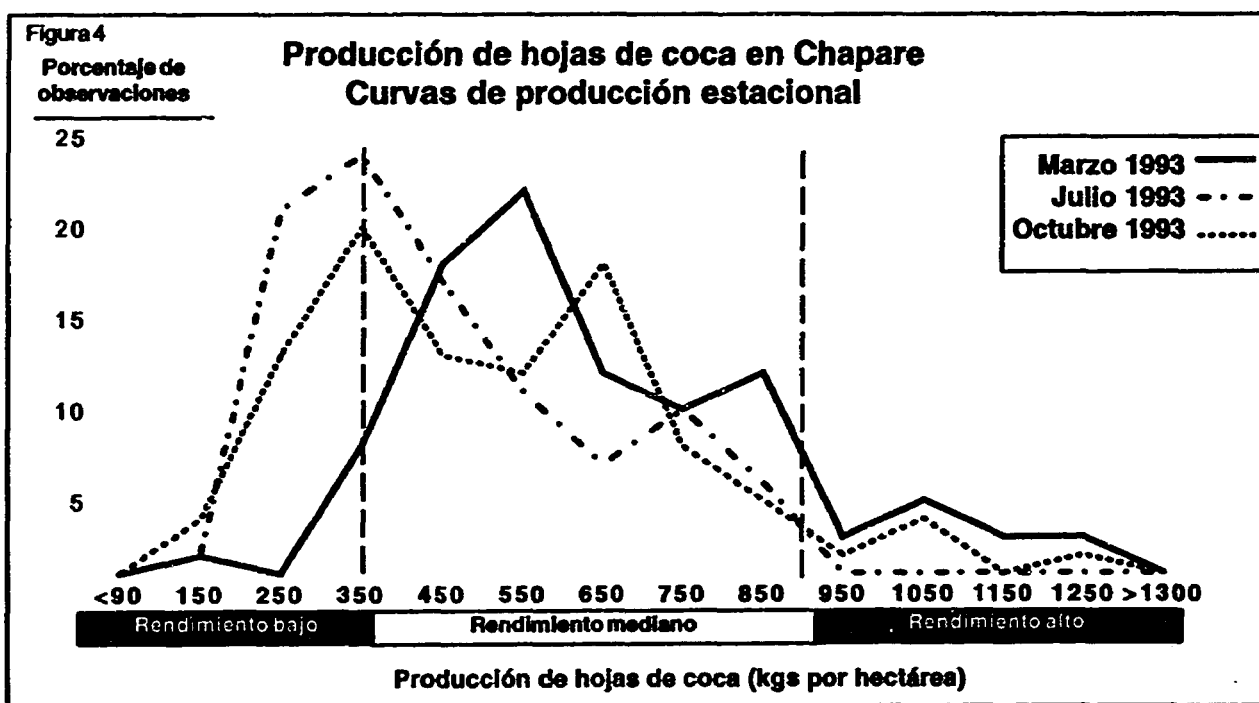


*Cultivo de coca en Yungas.*

La producción de hojas varía considerablemente entre una plantación y otra como consecuencia de la relativa pericia del agricultor. (En la Figura 4 se muestra el espectro completo de la variación y de la frecuencia de la producción de hojas de coca en Chapare). Esta conclusión sugiere la siguiente estratificación de las plantaciones de coca en Chapare: de bajo, mediano y alto rendimiento. La identificación de distintas «clases» de agricultores de coca en Chapare conlleva posibles consecuencias para las estrategias relativas a la erradicación de la coca y su sustitución por otros cultivos. Por ejemplo, puede que los agricultores cuya producción de coca es baja (cosechas estacionales de hojas por debajo de 350 kilogramos por hectárea) acojan bien un programa de cultivos alternativos que sustituyan la coca. En el otro extremo, los agricultores que tienen un rendimiento alto (cosechas estacionales de 900 kilogramos o más por hectárea) representan una amenaza tecnológica. En caso de que ellos compartan sus técnicas y métodos de cultivo con los agricultores de menos éxito, pueden aumentar la producción de coca de estos últimos. En las futuras estrategias relativas a la erradicación de la coca y a los cultivos de sustitución será necesario contemplar mecanismos de incentivo para atraer la participación de los agricultores de coca cuyo rendimiento es alto.



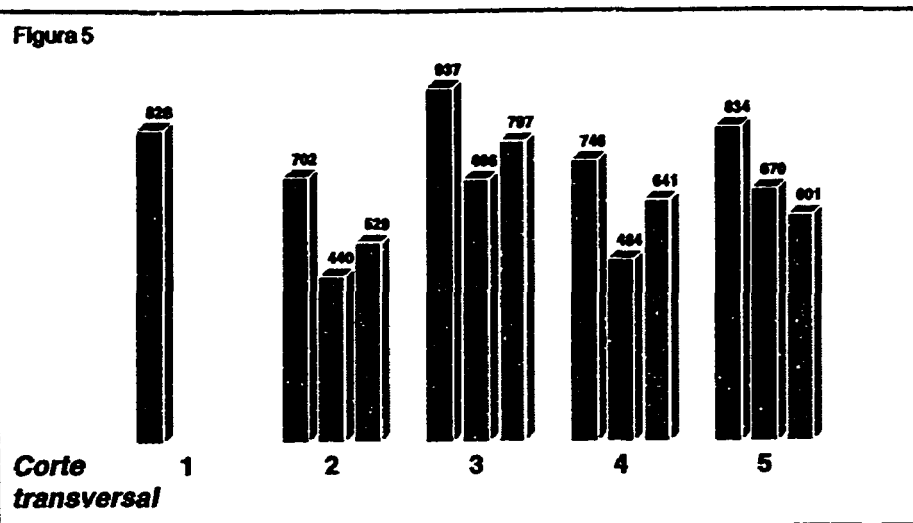
La pericia del agricultor evidentemente influye sobre la producción de hojas de coca. Se observó el crecimiento de malezas en el suelo, la poda del follaje y el uso de fertilizantes, herbicidas e insecticidas químicos, sin embargo, a partir de los datos recopilados no se llegó a ninguna conclusión evidente en cuanto al efecto de ninguno de estos elementos sobre la productividad.



60

9500091

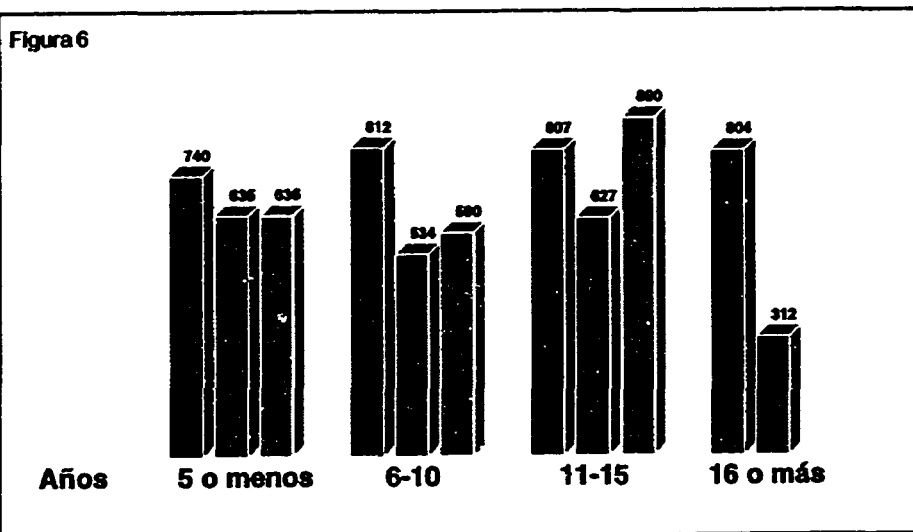
Figura 5



Producción de hojas de coca en Chapare por corte transversal (kilogramos por hectárea)



Figura 6



Producción de hojas de coca en Chapare por edad de las plantas (kilogramos por hectárea)

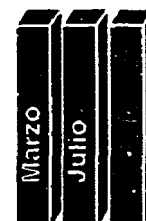
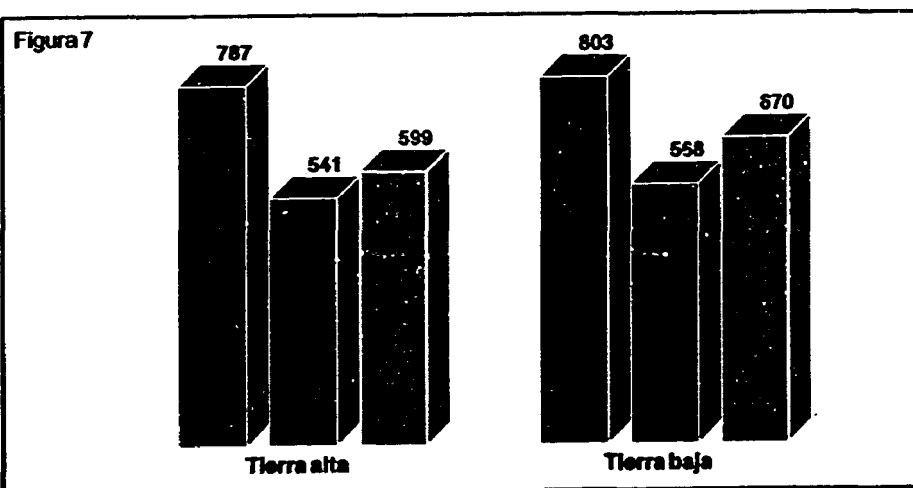


Figura 7

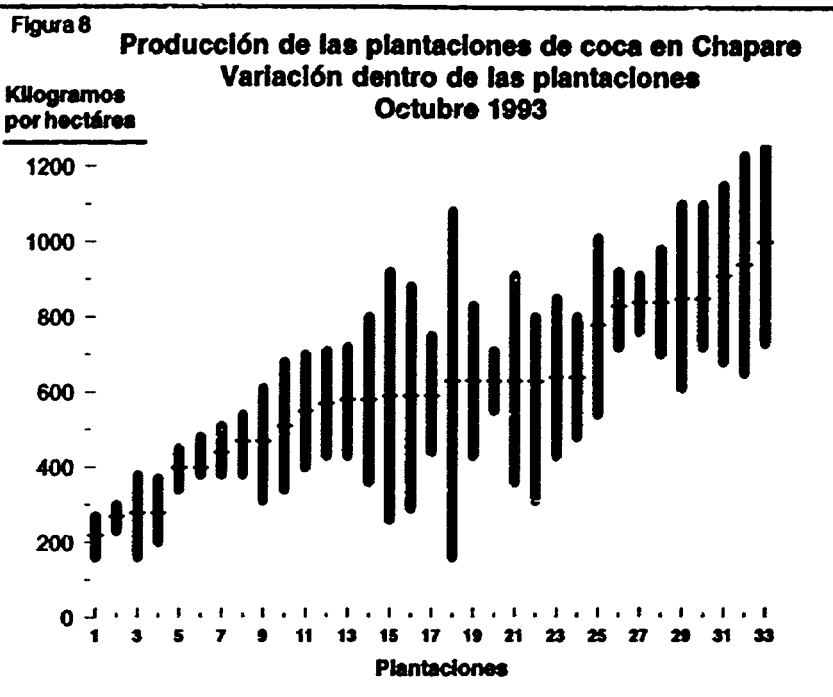


Producción de hojas de coca en Chapare según la forma terrestre (kilogramos por hectárea)



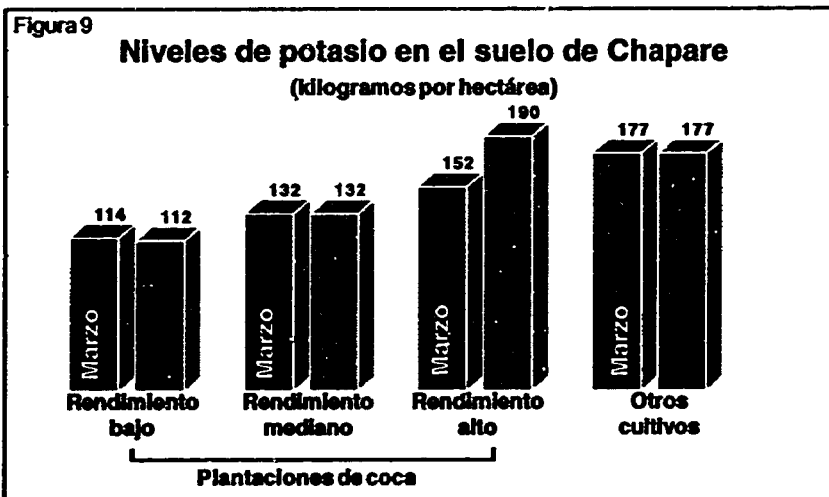
Se evaluaron las relaciones entre los factores de predicción para realizar los cálculos relativos a la producción de hojas de coca (Figuras 5, 6 y 7). El diámetro del follaje así como la densidad de las plantas fueron útiles para estimar la producción de hojas de coca. Sin embargo, las influencias geográficas no fueron tan evidentes, ya que la producción de hojas en las cinco regiones donde se practicaron cortes transversales fue marcadamente similar. Quedó demostrado que el contenido de nutrientes y la acidez del suelo, ya sea individualmente o en combinación con otras variables, son limitadas como variables predictivas de la producción de hojas de coca. Se encontró que la producción de hojas es variable dentro de algunas plantaciones, lo cual ilustra la inherente variabilidad que frecuentemente acompaña las diferencias micro-ambientales dentro de una plantación, así como la necesidad de contar con numerosas muestras para poder calcular la producción de hojas de coca de la plantación (Figura 8).

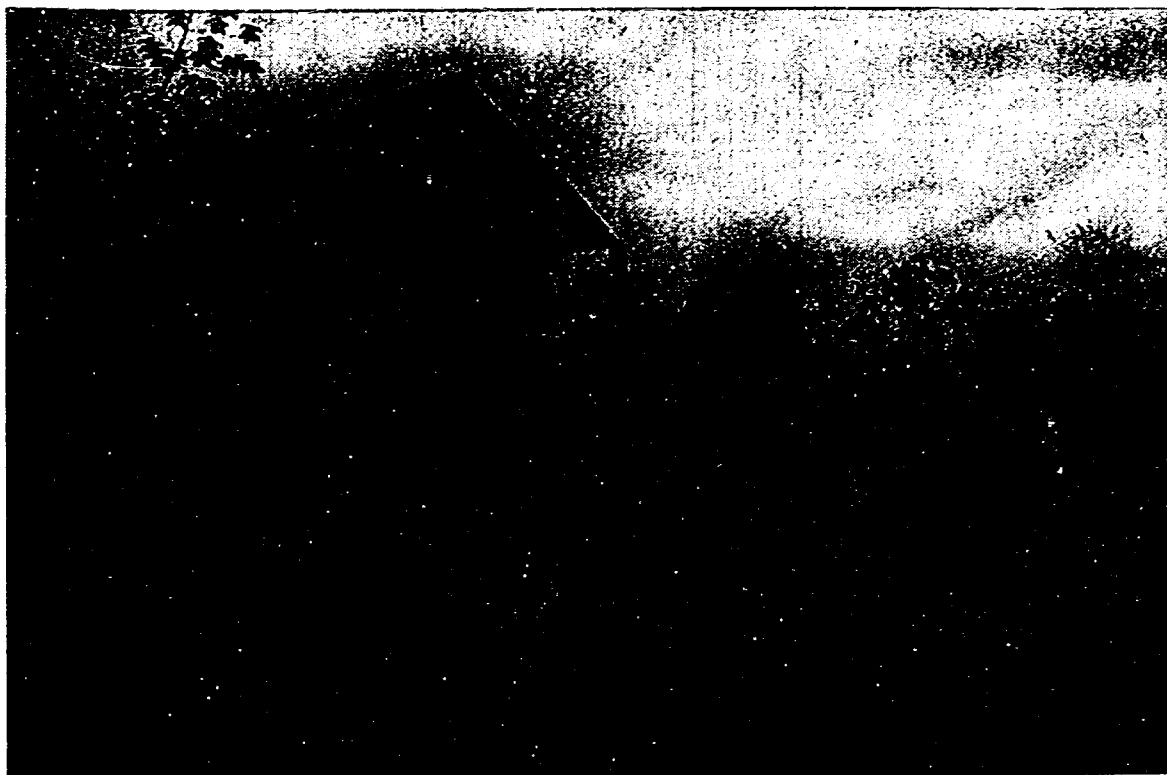
Los análisis químicos de las muestras de hojas de coca provenientes de Chapare y de Yungas determinaron que la única coca que se cultiva en ambas regiones es la *Erythroxylum coca*, variedad coca. Los análisis no sustentan las diferencias que se ha informado existen dentro de estas regiones y entre ellas. Las características de las hojas muestran variación entre algunas plantas, lo cual podría dar cuenta de las especulaciones con respecto a la existencia de diferencias entre las especies. Las variaciones en el aspecto físico de las hojas no mostraron ir acompañadas de ninguna variación en el contenido de alcaloide ni en la producción de hojas.



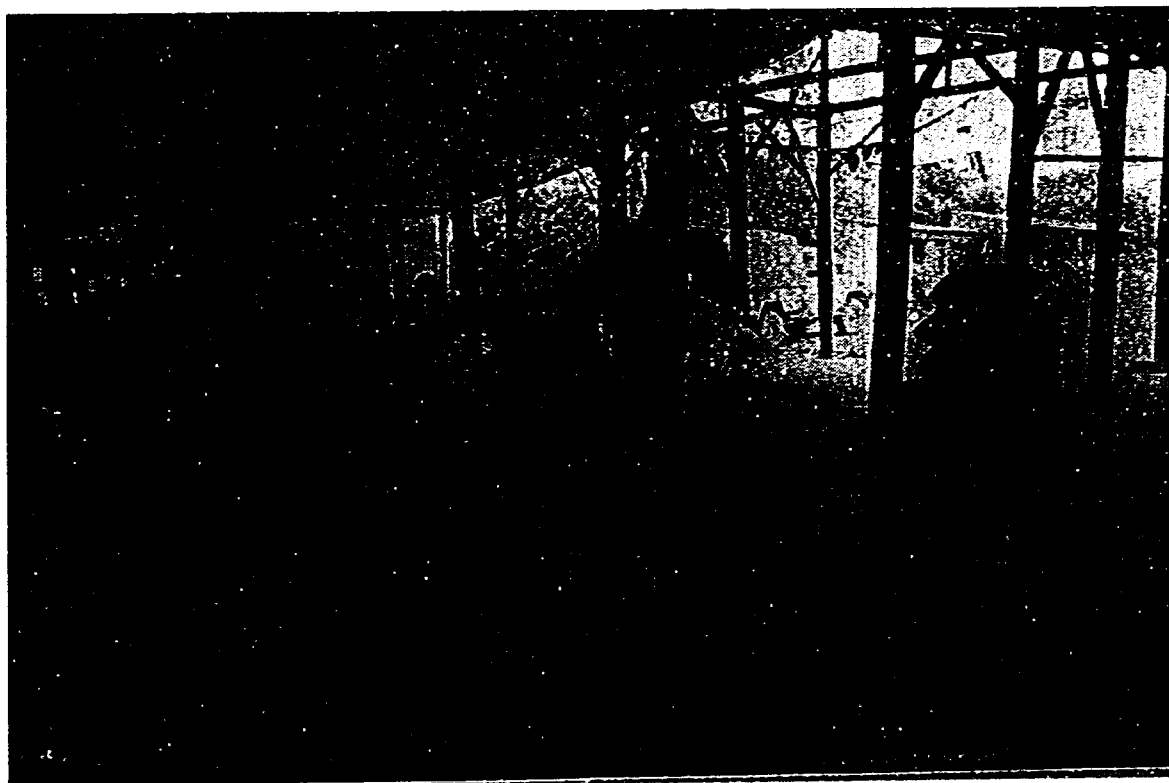
Los análisis químicos practicados al suelo de Chapare indican que los cultivos de coca experimentarán ciertas deficiencias de nutrientes que pueden limitar tanto el crecimiento futuro de las plantas como la producción de hojas. Los presupuestos sobre nutrientes predicen deficiencias de potasio y de fósforo en la cosecha de hojas de coca a largo plazo. La reposición de nutrientes proveniente de minerales residuales que se encuentran en el suelo no satisfará las futuras necesidades de las plantas en cuanto a su crecimiento. El agotamiento del fósforo y del potasio de la tierra podría empezar a limitar gravemente la producción de hojas de coca en Chapare dentro de 13 a 24 años, a menos que se empleen fertilizantes de manera regular o que las plantaciones se dejen sin cultivar durante varios años. Los bajos niveles de nutrientes que hay en la tierra están teniendo

consecuencias notables, por ejemplo, los terrenos de cultivo de coca de rendimiento bajo contienen el 25 por ciento menos potasio que los suelos de cultivo de coca de rendimiento alto (Figura 9). Los asuntos relativos a la deficiencia de nutrientes en la tierra claramente merecen una mayor consideración.





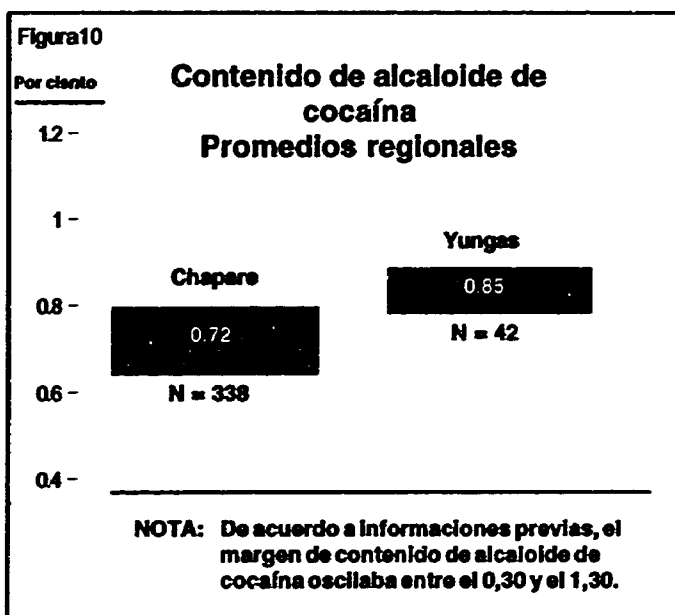
*Patio para secar las hojas de coca.*



*Mercado de hojas de coca en Sinahota, Chapare.*

## CONTENIDO DE ALCALOIDE DE COCAINA

La investigación realizada por la operación BREAKTHROUGH determinó que el promedio de contenido de alcaloide de cocaína de las hojas de coca de Chapare es de 0,72 por ciento, en tanto que el de las hojas de coca de Yungas es de 0,85 por ciento (Figura 10). Dos tercios de todas las observaciones practicadas en Chapare mostraron una variación máxima del 0,07 por ciento, o una desviación estándar del promedio. A diferencia de la producción de hojas de coca, la influencia de las estaciones sobre el contenido de alcaloide de cocaína es muy pequeña (Figura 11).

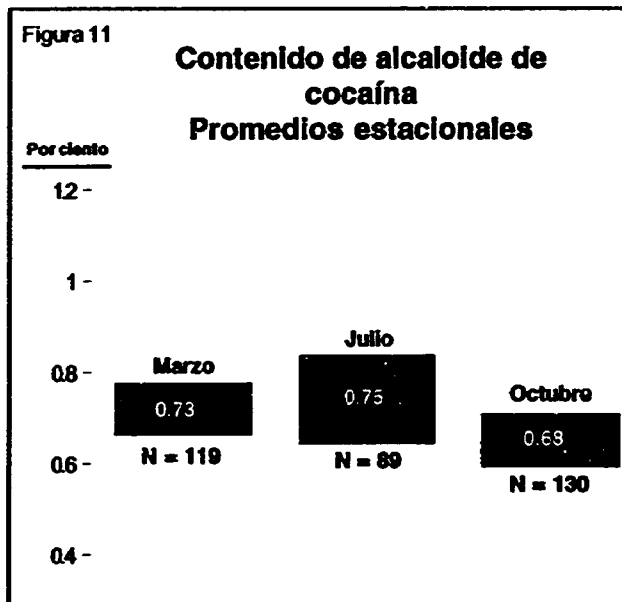


Con anterioridad a la operación BREAKTHROUGH, los estudios realizados sobre las hojas de coca bolivianas habían informado que el promedio de contenido de cocaína oscilaba entre el 0,30 y el 1,30 por ciento. Estos contenidos reflejan las dificultades que enfrentaron las investigaciones previas para obtener muestras apropiadas, tomar disposiciones adecuadas para almacenar y transportar las muestras de hojas, así como para aislar el alcaloide de cocaína de los otros alcaloides presentes en las hojas de coca. El sistema de recolección empleado por la operación BREAKTHROUGH se concentró en la superación de estos problemas. A fin de evitar que se viciaran los análisis sobre el contenido de alcaloide, se dedicaron recursos considerables al almacenamiento y al manejo adecuados de las muestras de hojas de coca. Estas fueron recolectadas en el curso de todo un año, abarcando distintas fuentes: para Chapare, las mediciones en cuanto al contenido de alcaloide de

cocaína fueron hechas en muestras provenientes de 90 plantaciones de coca, además, se recogieron 77 muestras adicionales de hojas en cuatro mercados de coca de Chapare y, finalmente, se obtuvieron 47 muestras en patios donde los agricultores estaban secando las hojas siguiendo el método tradicional. En la mayoría de los casos se efectuaron dos y tres análisis, que totalizaron más de 900 mediciones separadas del contenido de cocaína a fin de asegurar la exactitud de las mediciones y la posibilidad de repetirlas. Las mediciones del contenido de alcaloide de cocaína resultaron ser prácticamente iguales para las hojas de coca provenientes de cada una de las tres fuentes.

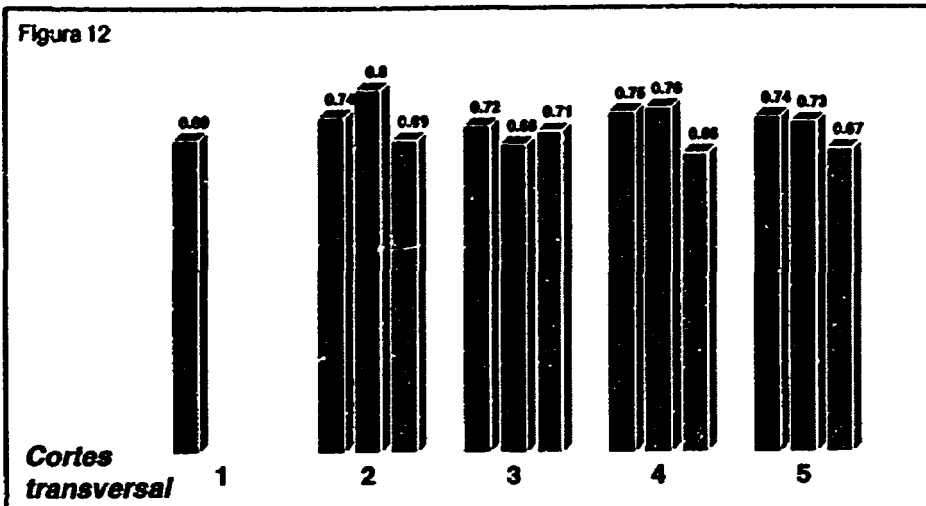
Ningún factor en particular, ya fuera la acidez del suelo, los niveles de nutrientes, la forma terrestre ni la edad de las plantas, como tampoco ninguna combinación de factores, predijo el contenido de alcaloide de cocaína de las hojas de coca (Figuras 12, 13 y 14). Es importante destacar que el contenido de alcaloide de cocaína no varía según la producción de hojas.

Parece improbable que en Bolivia exista el potencial para cultivar genéticamente plantas de coca a fin de aumentar el contenido de alcaloide de cocaína, como se ha visto, por ejemplo, entre los cultivadores de cannabis en los Estados Unidos en fecha reciente. El costo y las complejidades que esto implica sobrepasan los medios actuales de las capacidades bolivianas de investigación agrícola en la región. Lo más probable es que la producción adicional de coca que sea necesaria no provenga del empleo de sofisticados programas genéticos ni del uso de fertilizantes caros, sino del aumento de la cantidad de tierra dedicada al cultivo de la coca.

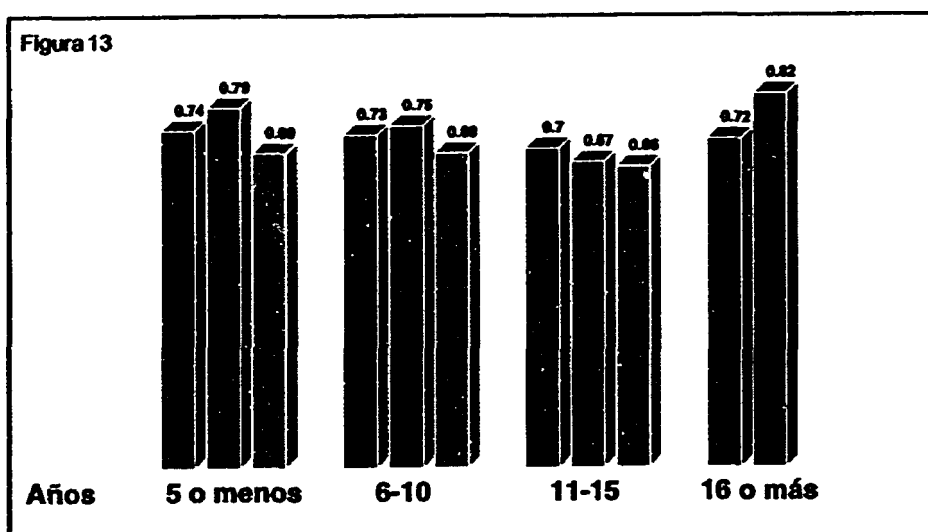


64

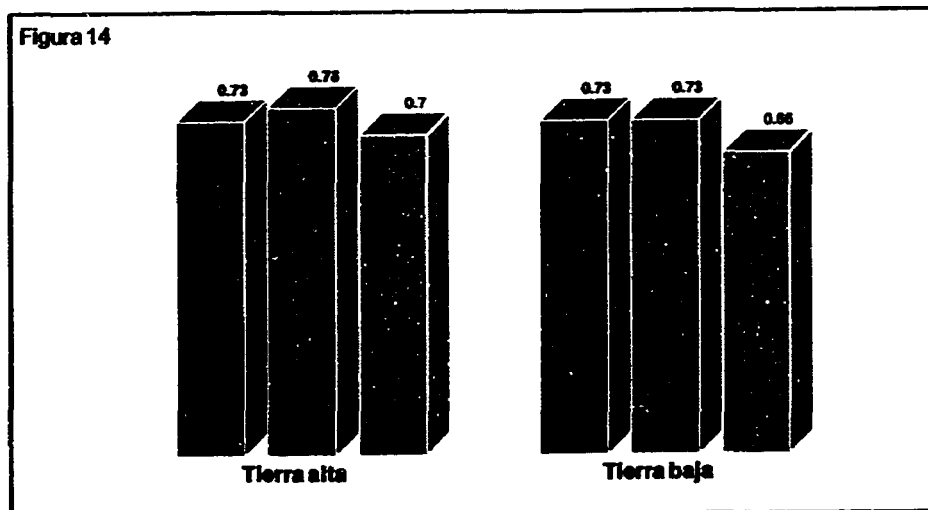
9500091



**Contendio de alcaloide de cocaína de las hojas de Chapare por corte transversal (porcentaje)**



**Contendio de alcaloide de cocaína de las hojas de Chapare por edad de las plantas (porcentaje)**



**Contendio de alcaloide de cocaína de las hojas de Chapare según la forma terrestre (porcentaje)**

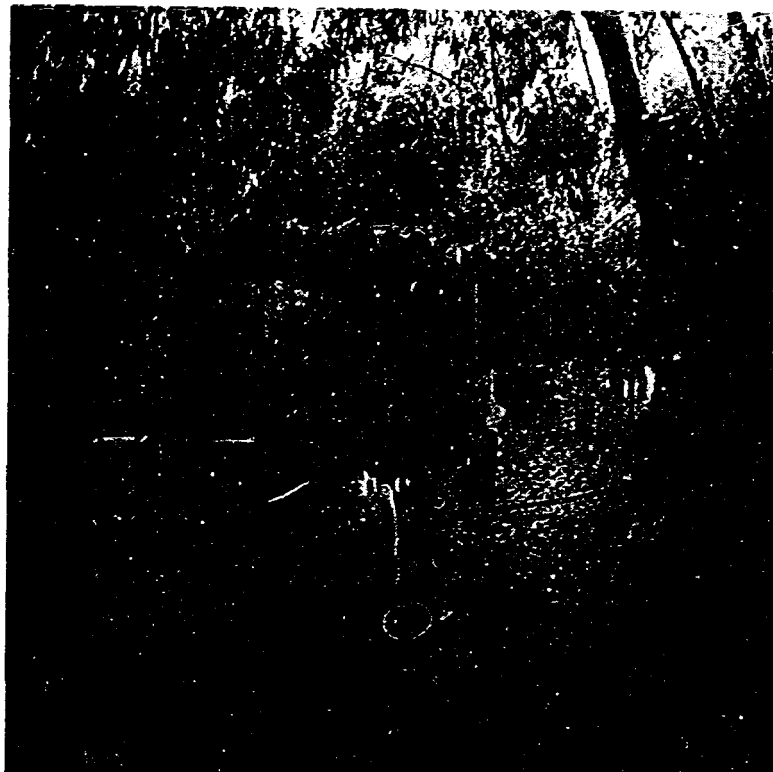




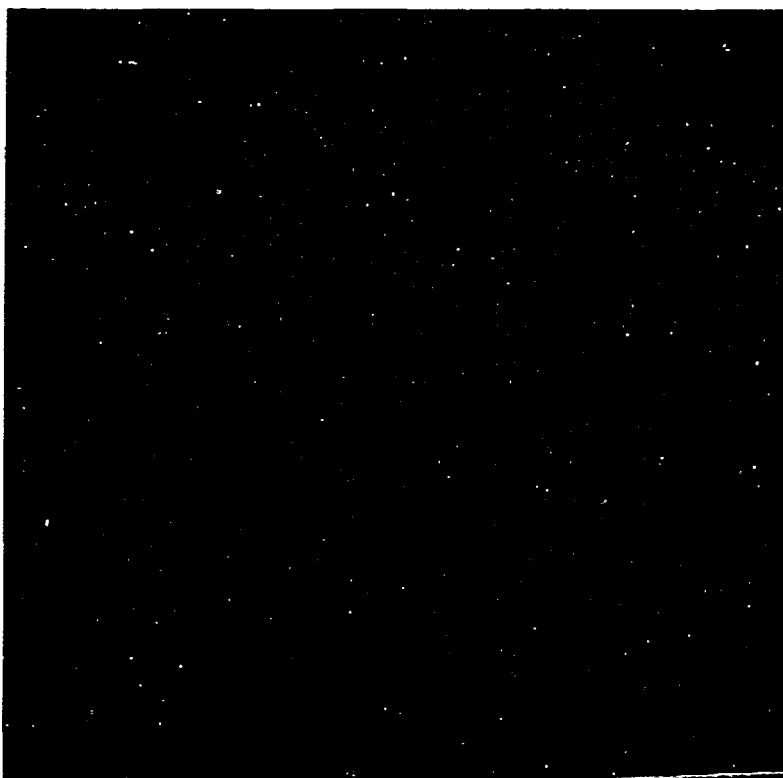
## PROCESAMIENTO DE LA BASE DE COCAÍNA

Las entrevistas con los procesadores, las inspecciones de laboratorios y las observaciones practicadas durante la realización de operaciones de procesamiento confirman que en Chapare sistemáticamente se emplea una sola metodología para la producción de base de cocaína, mediante la cual los operadores de laboratorios clandestinos producen la base de cocaína sin convertir primero las hojas de coca a pasta de coca.

Los análisis efectuados revelan que el procesamiento de la base de cocaína es más bien ineficiente. La tasa de eficiencia, es decir, la eficiencia con la cual se extrae el alcaloide de cocaína de las hojas de coca para producir la base de cocaína, es del 45 por ciento. En la práctica, se precisan 390 kilogramos (alrededor de 860 libras) de hojas de coca para producir un kilogramo de base de cocaína pura.



*Lugar de procesamiento de base de cocaína.*



*Muestra de base de cocaína puesta a secar.*

Sin embargo, la cantidad de hojas que normalmente se procesan a la vez es de 230 kilogramos (aproximadamente 500 libras), que rinden 600 gramos de base de cocaína pura (Tabla 2).

Otras conclusiones claves a las que llegó la investigación realizada por la operación BREAKTHROUGH en relación al procesamiento de la base de cocaína son las siguientes:

- El «agua rica» es una solución acidógena de agua que contiene cocaína y que forma parte integral de la metodología actualmente empleada en Chapare para la producción de base de cocaína. Los análisis empíricos revelan que la relación de la conversión es de 40 litros de «agua rica» por 1 kilogramo de base de cocaína.

66

9500091<sup>13</sup>

Tabla 2

## Eficiencia del procesamiento de la base de cocaína

Laboratorio	Peso de la hoja en el mercado	Total de cocaína en la hoja	Cocaína recuperada	Porcentaje total recuperado	Pureza del kilogramo
1	237 kg	1.42 kg	.470 kg	33 %	64.6 %
2	227 kg	1.26 kg	.719 kg	57 %	93.8 %
3	234 kg	1.24 kg	.603 kg	49 %	88.1 %
4	237 kg	1.38 kg	.674 kg	49 %	70.2 %
5	226 kg	1.37 kg	.538 kg	39 %	93.0 %
6	234 kg	1.36 kg	.599 kg	44 %	84.1 %
7	232 kg	1.39 kg	sin terminar	sin terminar	sin terminar
Promedio	232 kg	1.36 kg	.601 kg	45 %	82.3 %

- Los químicos que normalmente se usan en Chapare para producir 1 kilogramo de base de cocaína son los siguientes:

ácido sulfúrico (concentrado): 3 litros  
 cal: 10 kgs  
 queroseno (o sustitutos): 60-80 litros\*  
 permanganato de potasio: 200 gramos  
 amoníaco (concentrado): 1 litro

- \* Se pierden 10 litros en el procesamiento, pero el resto se vuelve a usar.

- Las muestras de base de cocaína que han sido incautadas contienen niveles de impurezas relativamente altos, los cuales probablemente son consecuencia del hecho que los procesadores emplean un mínimo de permanganato de potasio en la fase de oxidación de la producción de base. La mala calidad de la base de cocaína proveniente de Chapare explica que hayan surgido laboratorios de «re-oxidación» en otras regiones de Bolivia, así como también en Colombia, donde se vuelve a procesar la base de cocaína con cantidades adicionales de permanganato de potasio.

### MODELO DE PRODUCCION DE COCAINA

La operación BREAKTHROUGH estima que para 1993 el potencial máximo de producción de base de cocaína en la región de Chapare en Bolivia llegó a 194 toneladas métricas. Esta cifra se basa en el siguiente modelo lineal:

<b>Cultivos de coca madura (ha)</b>	<b>X</b>	<b>Producción de hojas de coca (mt/ha)</b>	<b>X</b>	<b>Contenido de alcaloide de cocaína</b>	<b>X</b>	<b>Eficiencia de los laboratorios</b>	<b>=</b>	<b>Base de cocaína (mt)</b>
26.100		2,30		0,0072		0,45		194

- Se estima que los cultivos de coca maduros existentes en Chapare en 1993 llegaron a 26.100 hectáreas (en base al cálculo oficial del gobierno de los Estados Unidos).
- La producción anual promedio de hojas de coca en Chapare, tradicionalmente secadas al aire y al sol, es de 2,70 toneladas métricas por hectárea. Este cálculo con respecto a la producción incorpora un contenido promedio de humedad del 16 por ciento, según lo revela el análisis de 77 muestras de hojas recogidas en mercados de coca de Chapare. El peso correspondiente de esta producción de hojas luego de remover el agua es de 2,30 toneladas métricas por hectárea (2,70 menos el 16 por ciento).
- El contenido promedio anual de alcaloide de cocaína en las hojas de coca provenientes de Chapare es de 0,72 por ciento.
- La eficiencia del procesamiento de la base de cocaína en Chapare, es decir, el índice de extracción de alcaloide de cocaína de las hojas de coca para producir base de cocaína tiene un promedio aproximado de 45 por ciento.

Empleando la misma metodología, la operación BREAKTHROUGH calcula que el potencial máximo de producción de base de cocaína en Yungas es de 73 toneladas métricas. Los elementos críticos se definen de la manera siguiente:

- Se estima que los cultivos de coca maduros existentes en Yungas en 1993 llegaron a 12.800 hectáreas (en base al cálculo oficial del gobierno de los Estados Unidos).
- La producción anual promedio de hojas de coca en Yungas, tradicionalmente secadas al aire y al sol, es de 1,8 toneladas métricas por hectárea. El peso correspondiente de esta producción de hojas luego de remover el agua es de 1,50 toneladas métricas por hectárea (1,8 menos el 16 por ciento).

- El contenido promedio anual de alcaloide de cocaína en las hojas de coca provenientes de Yungas es de 0,85 por ciento.
- El método de producción de base de cocaína documentado en Chapare se practica en todo Bolivia, por lo tanto, se postula que la eficiencia del procesamiento en Yungas es del 45 por ciento.

Es preciso destacar que estos cálculos representan el potencial máximo de producción de cocaína y dan por sentado que el 100 por ciento de los cultivos de coca están destinados a la producción ilícita de cocaína, lo cual no sucede en Bolivia. Como se mencionó anteriormente, los cultivos de coca en Yungas están autorizados por ley y, si bien parte de estos cultivos se desvía a la producción ilícita de cocaína, la mayor parte de ellos se destina a usos lícitos, tales como hojas para mascar, té y otros productos de la coca. Incluso en Chapare, donde prácticamente todos los cultivos de coca están destinados a la producción ilícita de cocaína, no es exacto suponer que el 100 por ciento de la coca cultivada es convertida a cocaína. Una pequeña cantidad de la coca proveniente de Chapare se compra legalmente y, además, ciertas cantidades se pierden debido al consumo local y a que se pudren durante su manejo. Estas «desviaciones» de la producción ilícita de cocaína corresponden tan sólo a un porcentaje bajo de los cultivos de coca de Chapare, no más del 5 por ciento, pero constituyen la diferencia entre la estimación del potencial máximo de producción de cocaína y la estimación de la producción real de cocaína.

Para ilustrar esta distinción: si se utilizan las conclusiones de la operación BREAKTHROUGH para estimar el potencial máximo de producción de cocaína en Bolivia, suponiendo que el 100 por ciento de la coca de todas las regiones de cultivo se conviertan a base de cocaína, el cálculo es de 273 toneladas métricas.

Cálculo de la cocaína boliviana: Potencial máximo de producción			
	Chapare	Yungas	Apolo <sup>5</sup>
Cultivos de coca maduros (ha)	26,100	12,800	1,100
Cultivos de coca empleados en la producción de cocaína (%)	100	100	100
Producción de hojas de coca (mt/ha)	2.30	1.50	1.50
Contenido de alcaloide de cocaína (%)	0.72	0.85	0.85
Eficiencia del procesamiento de base de cocaína (%)	45	45	45
Producción de base de cocaína (mt)	194	73	6

Sin embargo, si la estimación se basa en una evaluación realista del porcentaje de cultivos de coca que realmente se destinan a la producción de cocaína, el cálculo es de 197 toneladas métricas.

Cálculo de la cocaína boliviana: Producción real			
	Chapare	Yungas	Apolo
Cultivos de coca maduros (ha)	26,100	12,800	1,100
Cultivos de coca empleados en la producción de cocaína (%) <sup>6</sup>	95	10	95
Producción de hojas de coca (mt/ha)	2.30	1.50	1.50
Contenido de alcaloide de cocaína (%)	0.72	0.85	0.85
Eficiencia del procesamiento de base de cocaína (%)	45	45	45
Producción de base de cocaína (mt)	184	7	6

En su informe preliminar, la operación BREAKTHROUGH estimó la producción real de cocaína en 193 toneladas métricas. Este cálculo preliminar ha sido actualizado a fin de que incorpore los datos sobre la producción resultante del procesamiento final de las hojas de coca y el contenido de alcaloide. Además, en base a información proporcionada por la Embajada de los Estados Unidos en La Paz y por funcionarios del gobierno boliviano, el modelo de producción ha sido reformulado a fin de que muestre la desviación del 10 por ciento, en lugar del 20 por ciento, de las hojas de coca de Yungas a la producción ilícita de cocaína. El cálculo final de 197 toneladas métricas refleja la capacidad real de producción de cocaína de Bolivia. Este cálculo difiere de estimaciones oficiales previas sobre el potencial máximo de producción de cocaína de Bolivia. Según se informó en el informe de 1992 llamado Informe del Comité sobre el Consumidor perteneciente a la Inteligencia Nacional sobre Narcóticos [NNICC], se calcula que el potencial boliviano para la producción de cocaína oscila entre 245 y 410 toneladas métricas. No obstante, tras haber definido claramente los elementos críticos que abarca la producción de cocaína, la operación BREAKTHROUGH llega a un cálculo más preciso en cuanto a la producción real en oposición al potencial máximo de producción.

<sup>5</sup> Como se mencionó en la nota 1, Apolo es una región pequeña de cultivo de coca situada en la parte norte de Yungas. Debido a su proximidad geográfica a Yungas y a las similitudes en los patrones de cultivo de la coca, la producción de hojas de coca de Apolo, así como su contenido de alcaloide, se fijan al mismo nivel que los de Yungas.

<sup>6</sup> Las estimaciones regionales sobre los cultivos de coca que se dedican a la producción ilícita de cocaína se basan en consultas realizadas con la Embajada de los Estados Unidos en La Paz, en evaluaciones de los datos de inteligencia y en las observaciones practicadas por los equipos de la operación BREAKTHROUGH.

## CONCLUSION

La operación BREAKTHROUGH llega a un cálculo exacto y confiable de la producción anual de cocaína en Bolivia. Sin embargo, la importancia de la operación BREAKTHROUGH no radica solamente en la cifra - si bien la estimación de 197 toneladas métricas para la producción boliviana de base de cocaína en 1993 es considerablemente más baja que las anteriores - sino en la certeza que la sustenta. Se ha eliminado la necesidad de emplear «mejores conjeturas» y amplios márgenes para la «producción potencial de cocaína» que forzosamente formaron parte de los cálculos efectuados anteriormente.

A través de la ejecución de un proyecto de investigación amplio y sin precedentes, la operación BREAKTHROUGH realizó un completo análisis de los elementos claves que determinan la producción de cocaína en Bolivia y que hasta la fecha habían sido comprendidos tan sólo de manera vaga: la producción de hojas de coca, el contenido de alcaloide de cocaína de las hojas de coca y la eficiencia del procesamiento de la base de cocaína. Apoyándose en esta investigación, la operación BREAKTHROUGH confiadamente presenta un método para estimar la producción de cocaína que, cuando se lo adapte para que abarque las estimaciones reales sobre la cantidad de hojas de coca producida en cada una de las regiones bolivianas de cultivo de coca destinada a la producción ilícita de cocaína, será el mejor reflejo de la capacidad real de Bolivia para producir cocaína.

Al establecer un método para medir estos críticos elementos de la producción de cocaína, la operación BREAKTHROUGH ha demostrado su mayor validez. Cuando se traslade a Perú en 1994 a fin de realizar la misma investigación, la operación BREAKTHROUGH proporcionará un cálculo exacto de la producción de cocaína de dicho país y, al hacer esto, estará más próxima a la estimación exacta de la producción total de cocaína de la región andina.

De esta forma la operación BREAKTHROUGH dará la primera respuesta confiable a la eterna pregunta sobre la cantidad de cocaína disponible en Sudamérica para ser exportada. Al contar con cálculos confiables en relación a la producción de cocaína, las autoridades estadounidenses encargadas de formular políticas podrán evaluar con mayor precisión la amenaza que la cocaína representa a nivel nacional, las consecuencias de su intercepción y otros asuntos fundamentales para la formulación de una política nacional sobre el control de narcóticos. Más específicamente, al mejorar la comprensión sobre el cultivo de la coca en Bolivia, la operación BREAKTHROUGH proporciona conocimientos relativos a la economía del cultivo de la coca y sugiere posibles enfoques para mejorar las estrategias de erradicación y de cultivos sustitutos.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

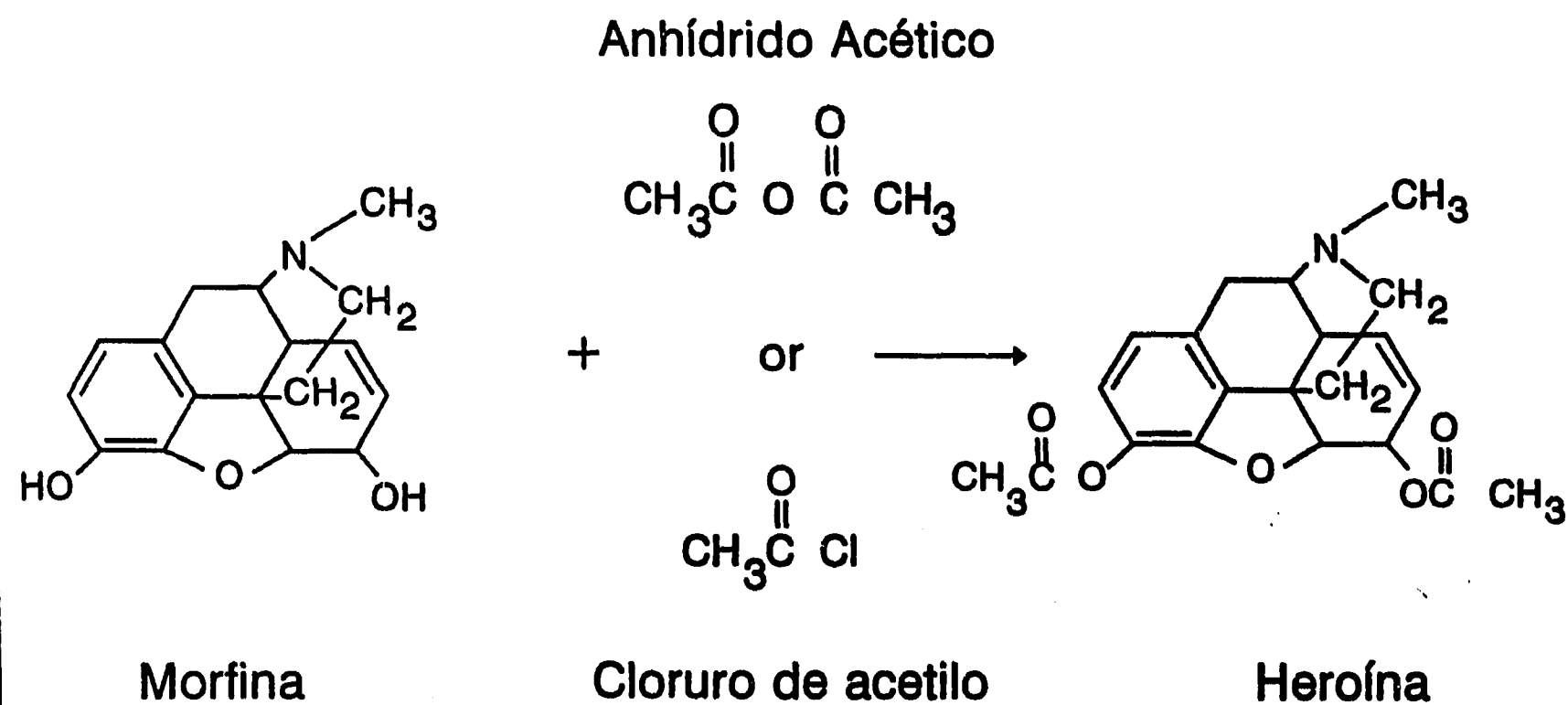
OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.5/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés

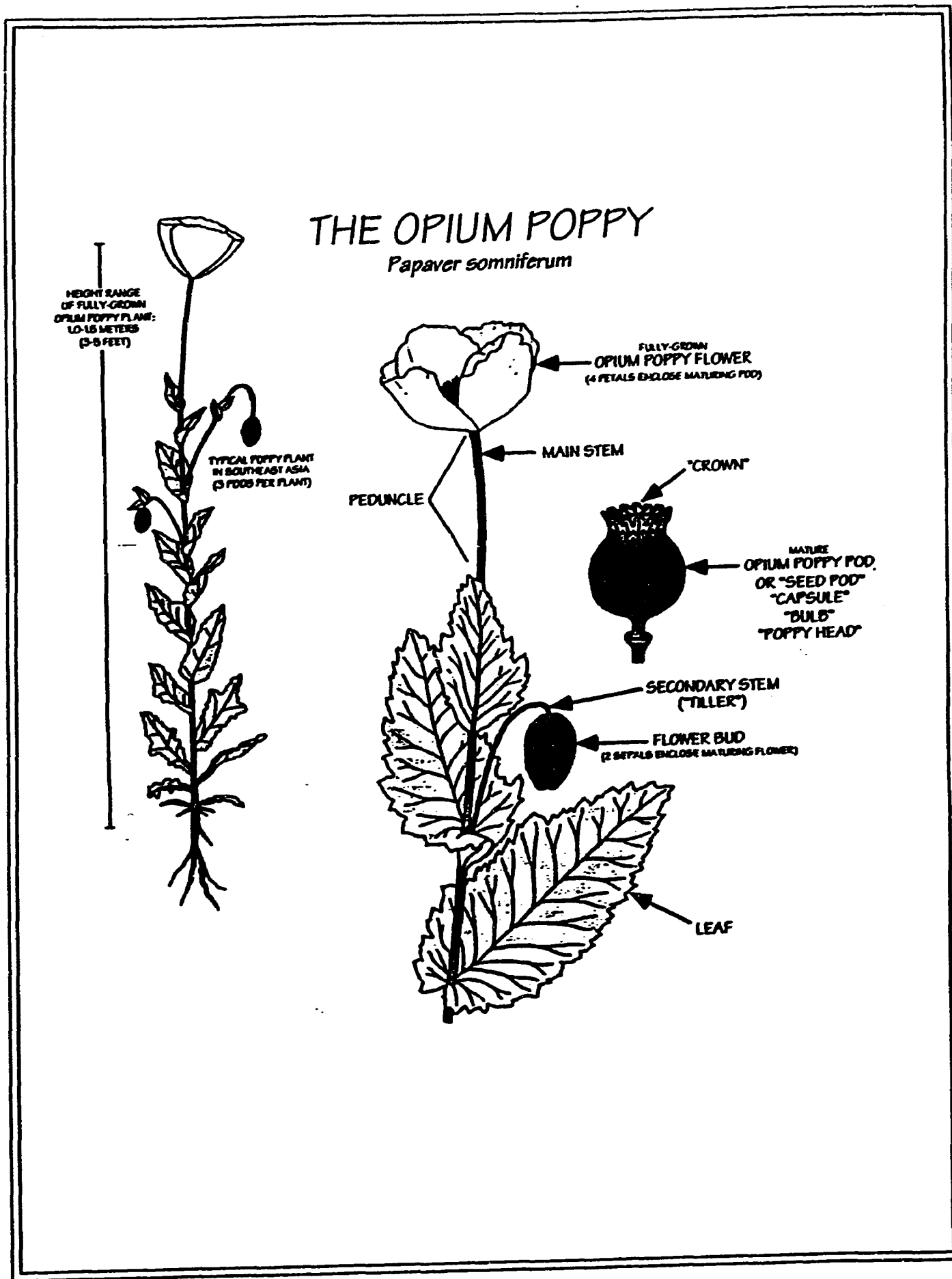
PRODUCTOS EMPLEADOS EN LA PRODUCCION  
ILICITA DE LA HEROINA

71

9500091

# HEROINA







## **ANALISIS TIPICO DE LA GOMA DEL OPIO**

---

**ALCALOIDES  
(20-30)**

**25%**

**ACIDO  
MECONICO**

**ACIDO LACTICO**

**AZUCAR**

**RESINAS &  
CERAS**

**HUMEDAD**

**12-25%**

74

9500091

## **PRINCIPALES ALCALOIDES DEL OPIO**

---

**MORFINA** 10-16%

**NOSCAPINA** 4-8%

**CODEINA** 0.8-2.5%

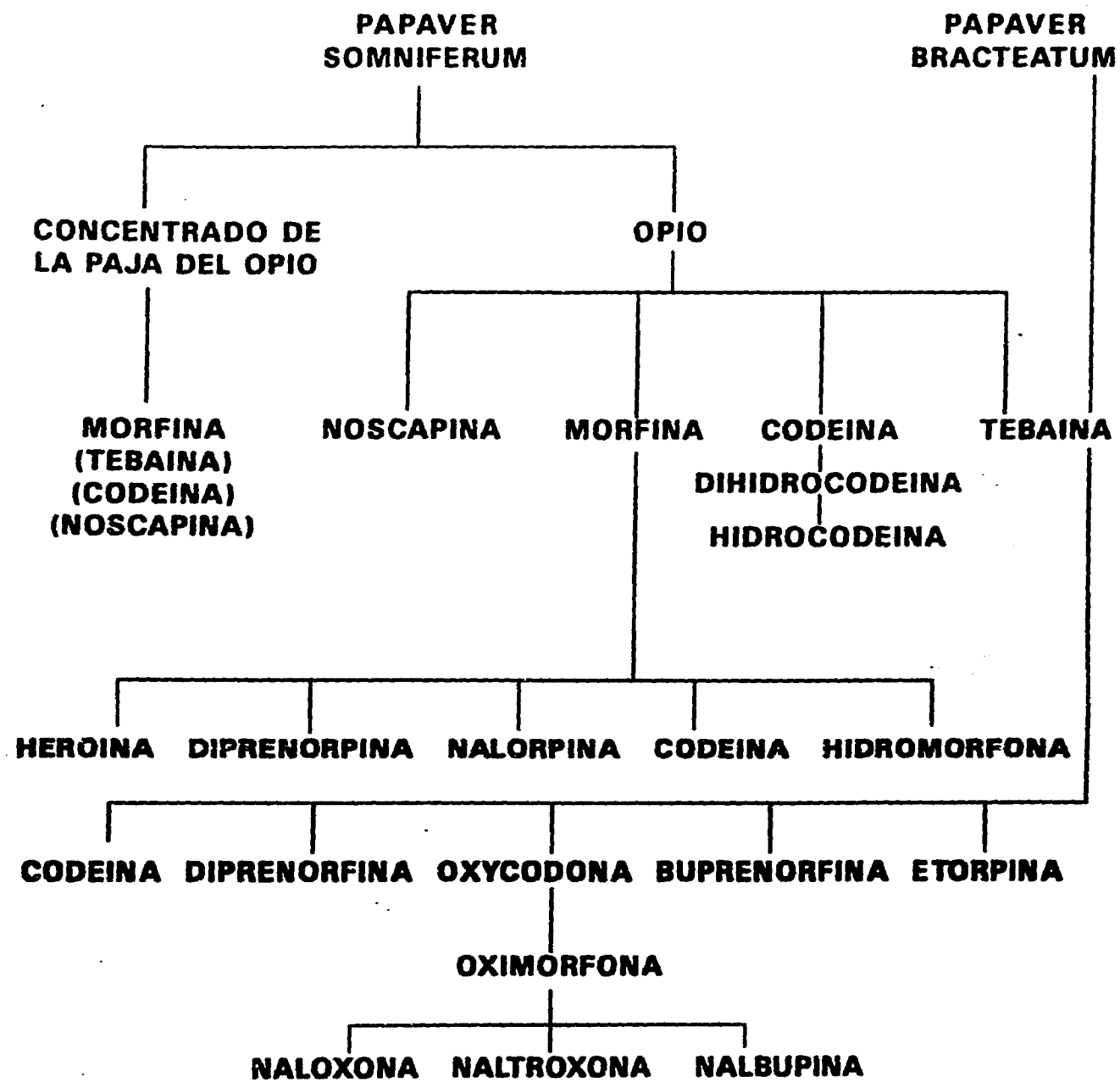
**PAPAVERINA** 0.5-2.5%

**TEBAINA** 0.5-2%

75

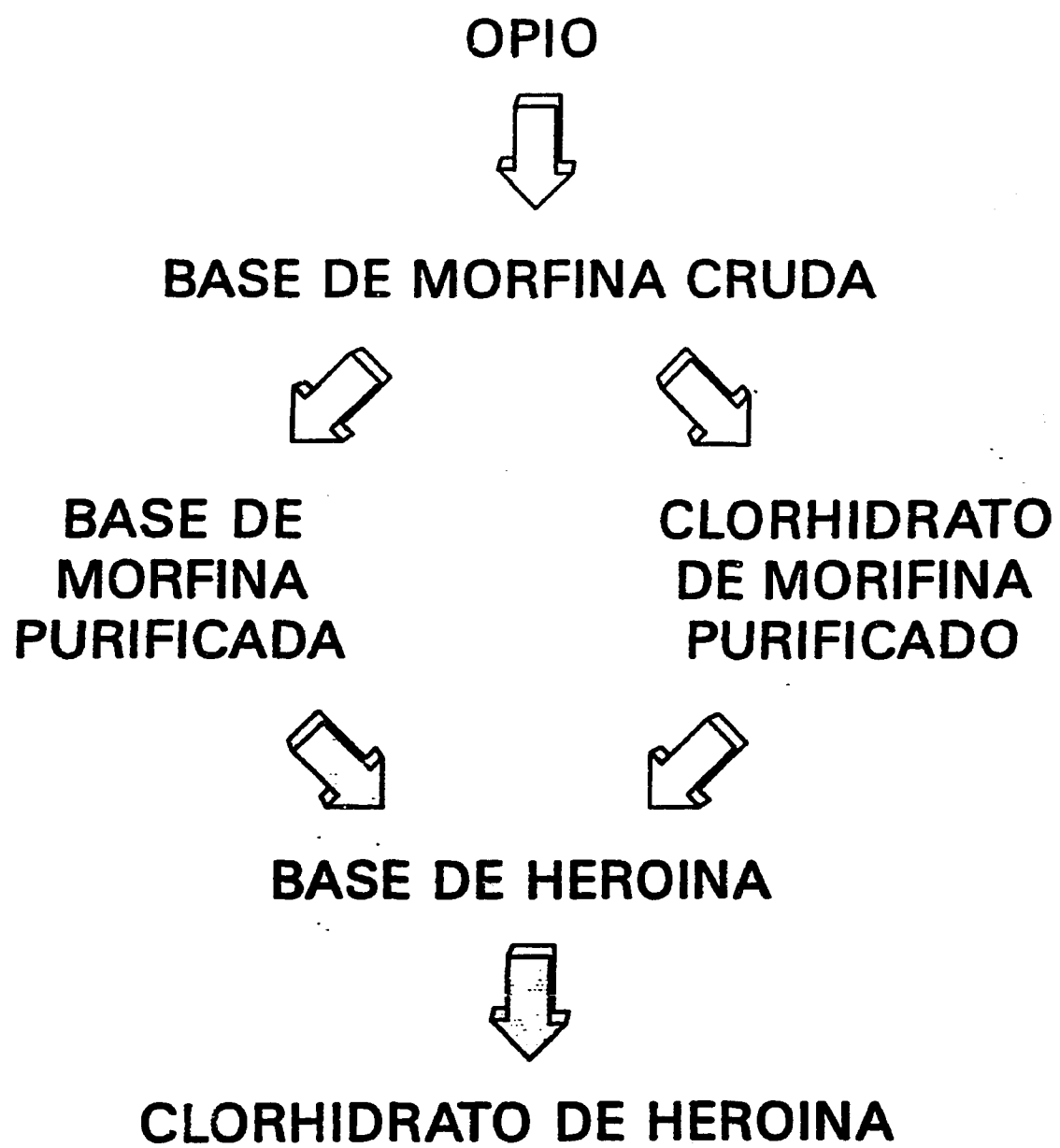
9500091

# DROGAS DERRIVADAS DEL PAPAVER SOMNIFERUM L. Y EL PAPAVER BRACTEATUM L.

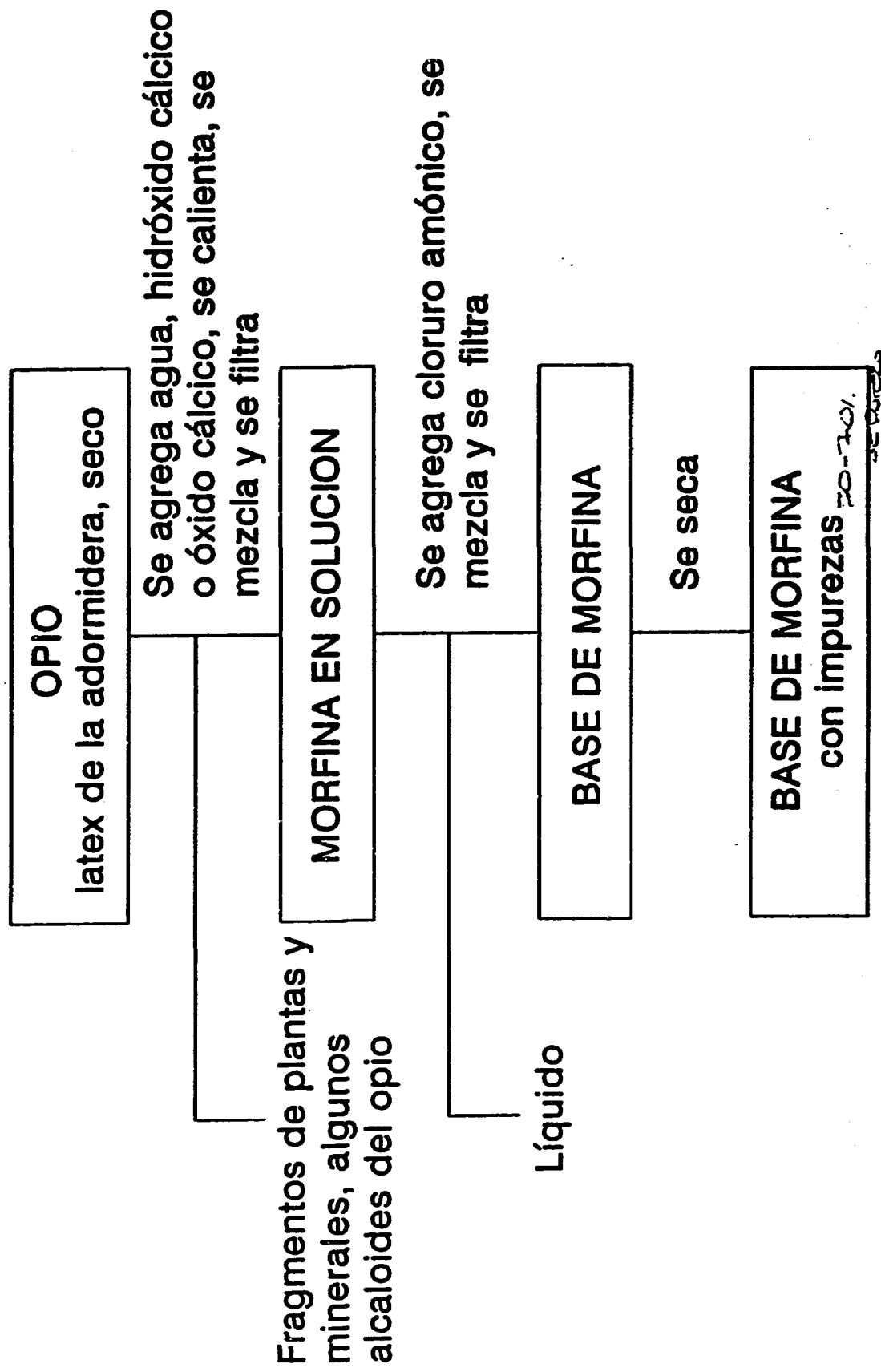


## PROCESAMIENTO DEL OPIO PARA OBTENER HEROINA

---



## EXTRACCION DE MORFINA DEL OPIO



## PURIFICACION DE LA BASE DE MORFINA

BASE DE MORFINA  
con impurezas

Se lava con acetona y se filtra

BASE DE MORFINA  
impura

Se agregan agua, ácido tartárico y  
carbón activo, se calienta, se  
mezcla, se enfría y se filtra

BITARTRATO DE  
MORFINA en solución

Se agrega hidróxido amónico,  
se mezcla, se filtra y se seca

BASE DE MORFINA  
purificada para  
síntesis de HEROINA

Líquido

Sólidos

Líquido

79

950091

## PRODUCCION DE HEROINA

BASE DE MORFINA seca

Se agrega anhídrido acético o cloruro de acetilo, se calienta y se mezcla

HEROINA en solución

Se enfría y se agrega agua

ACETATO DE HEROINA o CLORHIDRATO DE HEROINA en solución

Se agrega solución de carbonato sódico, se mezcla y se filtra

Se seca.

Líquido

BASE DE HEROINA para conversión en CLORHIDRATO DE HEROINA

80

9500091

## PRODUCCION DEL CLORHIDRATO DE HEROINA

BASE DE HEROINA SECA

Se agrega acetona o eter y  
carbón activo, se mezcla y se filtra

Sólidos

HEROINA EN SOLUCION

Se agrega ácido clorhídrico  
en acetona, se mezcla y se  
filtra

Líquido

CLORHIDRATO DE HEROINA

Se seca

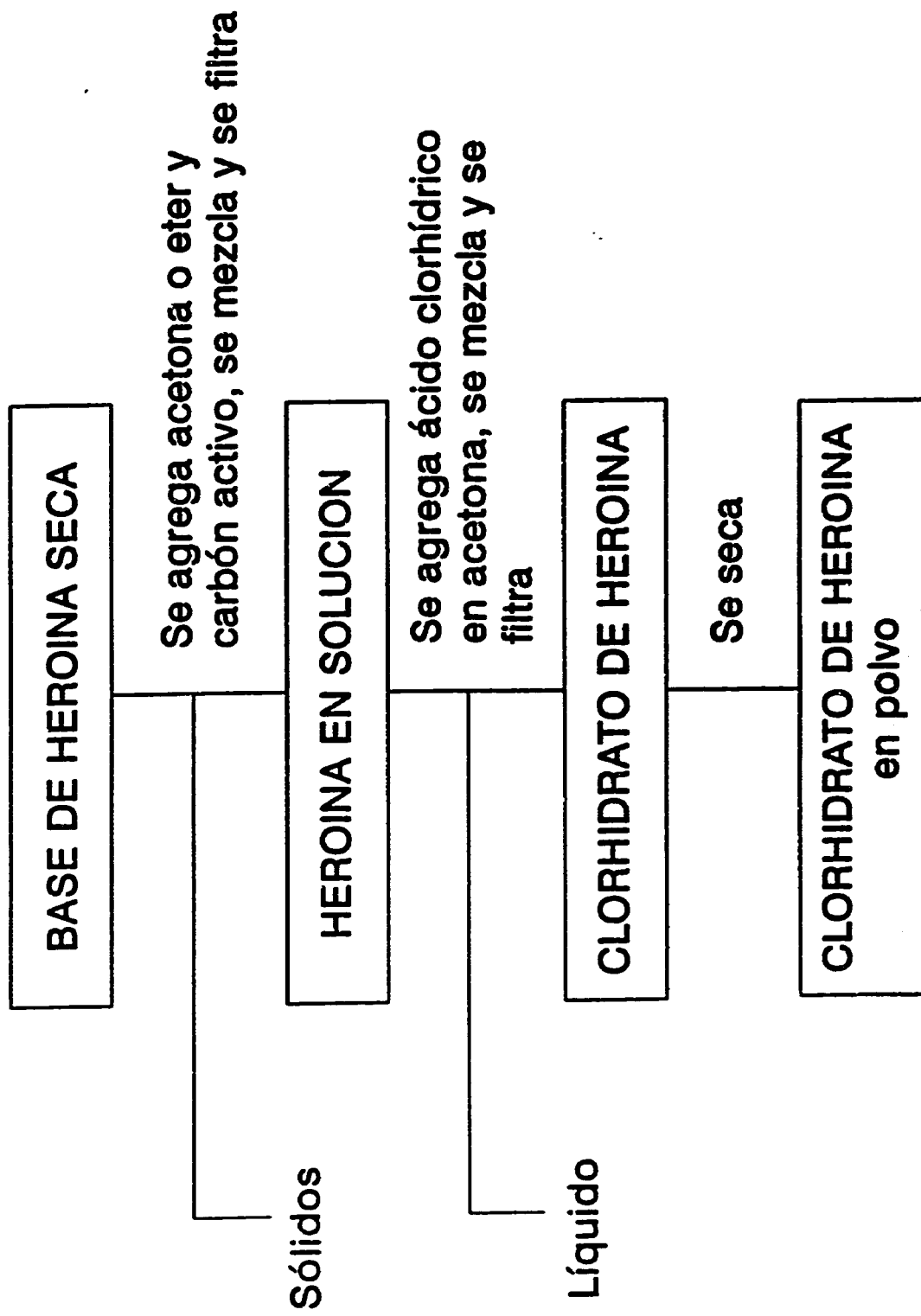
CLORHIDRATO DE HEROINA  
en polvo

81

9500091



## PRODUCCION DEL CLORHIDRATO DE HEROINA

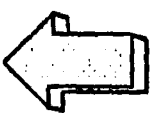


81

950091

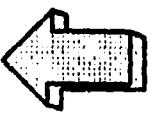
# PRODUCCION DE HEROINA NUMERO 3

BASE DE HEROINA



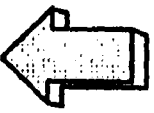
Concentración de  
Acido clorhídrico  
y agua

CLORHIDRATO DE HEROINA  
en solución



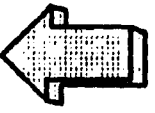
Cafeína  
Estricina  
Quinina

PASTA



Secado  
parcial  
Granulación

GRANULOS



Secado final

HEROINA NUMERO 3

82

9500091

## **TIPOS DE PRODUCTOS QUIMICOS UTILIZADOS EN LA PRODUCCION DE HEROINA**

**SOLVENTES - Acetona, Eter Etílico, Tolueno, Alcohol, Metil  
Etil Cetona (MEC)**

**ACIDOS - Acido Sulfúrico, Acido Tartárico, Anhídrido Acético,  
Cloruro de Acetilo, Cloruro Amónico**

**BASES - Oxido Cálcico, Carbonato Cálcico, Carbonato  
Sódico, Agua Amónica**

**CARBON**

# **PRODUCTOS QUIMICOS NECESARIOS PARA PRODUCIR UN KILOGRAMO DE HEROINA**

- \* 3 Kg Hidróxido Cálcico
- \* 3 Kg Cloruro Amónico
- \* 10 L Etanol
- \* 500 MI Acido Clorhídrico
- \* 2.5 L Anhídrido Acético
- \* 1 L Acetona

**Se necesitan 10 Kg de Opio para producir 1 Kg de Heroína**

## **PRODUCCION DEL CLORHIDRATO DE HEROINA**

OPIO (el látex o zumo de la adormidera, seco)



Se agregan agua y óxido cálcico; se calienta

SOLUCION DE LA SAL DE CALCIO DE LA MORFINA



Se agrega cloruro amónico; se mezcla, se filtra y se seca

MORFINA SOLIDA IMPURA



Se agregan agua, ácido tartárico y carbón activado; se calienta

BITARTRATO DE MORFINA EN SOLUCION



Se agrega hidróxido amónico; se filtra y se seca

MORFINA SOLIDA PURIFICADA



Se agrega anhídrido acético; se calienta y se mezcla

HEROINA EN SOLUCION



Enfriamiento; se agrega agua

ACETATO DE HEROINA EN SOLUCION



Se agrega una solución de carbonato sódico; se mezcla, se filtra y se seca

HEROINA SOLIDA



Se agrega ácido clorhídrico en acetona; se mezcla, se filtra y se seca

CLORHIDRATO DE HEROINA

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

**SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay**

**OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.4/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés**

**QUIMICOS UTILIZADOS EN LA  
PREPARACION CLANDESTINA DE  
ESTUPEFACIENTES**

86

9500091

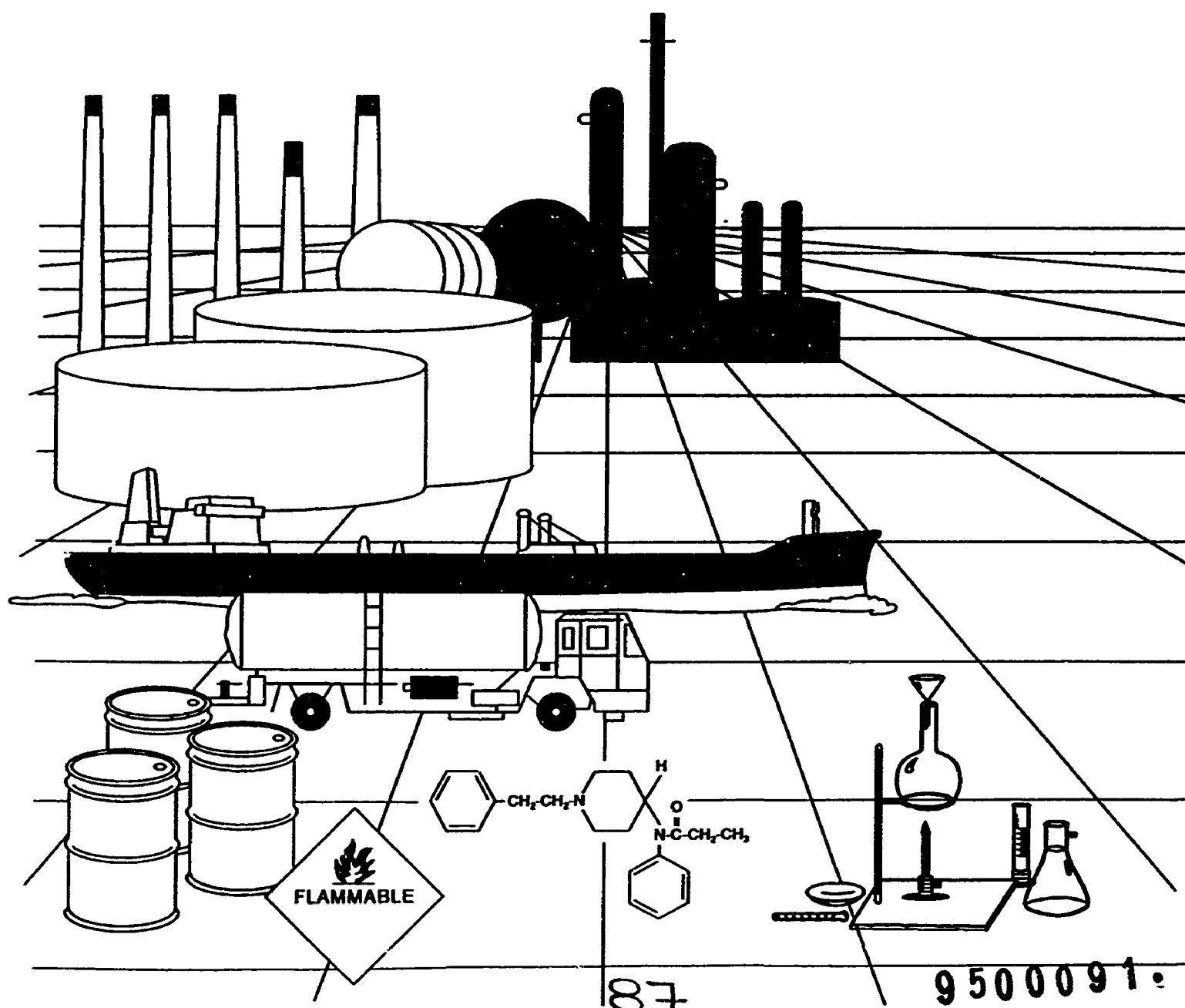
Julio de 1993

Departamento de Justicia  
Administración de Control de Drogas  
Dirección de Control de Desviaciones



# Químicos Utilizados en la Preparación Clandestina de Estupefacientes

*Sólo para uso de las autoridades*



---

**Productos Químicos  
empleados en la preparación clandestina de  
estupefacientes**

*Departamento de Justicia  
Administración de Control de Drogas*



## PRÓLOGO

En las páginas que siguen hallarán una recopilación de información acerca de las sustancias químicas precursoras y esenciales que se usan, o pueden usarse, en la síntesis o extracción de drogas ilícitas. En la presente recopilación por "sustancia precursora" se entiende un compuesto, necesario para la síntesis, que se incorpora a la molécula de la droga sintetizada. Las "sustancias esenciales" se requieren para la síntesis o la extracción de la droga pero, por lo general, no quedan incorporadas a la molécula del producto final. Las sustancias esenciales son los solventes, los catalizadores, los oxidantes y los reductores, los ácidos y las bases. Las sustancias esenciales no suelen ser específicas, o sea, que para obtener el mismo producto final se pueden sustituir algunas de ellas por otras en los procedimientos de extracción y síntesis.

Cada producto químico se ha incluido en este folleto por una de las razones siguientes:

1. Está fiscalizado según la CSA o la CDTA.
2. Ha sido señalado por la OEA como sustancia esencial o precursora.
3. Aparece en el Cuadro I o en el Cuadro II del Convenio de 1988.

4. Se ha hallado en laboratorios clandestinos, según los informes de laboratorio y de confiscación de la DEA.

5. Se calcula que, por sus propiedades, pudiera sustituir fácilmente a una sustancia fiscalizada.

Los datos acerca de cada producto químico se dividen en las siguientes categorías:

1. En **Otros nombres** se indican los nombres genéricos; cuando son los corrientes, también se dan nombres comerciales o extranjeros.
2. En la **Fórmula molecular** se muestra la composición elemental de la sustancia; el **Peso molecular** representa la suma de los pesos atómicos de los elementos que forman la molécula de la sustancia.
3. Las **Propiedades**, la **Densidad**, y los **Puntos de Ebullición y Fusión** (o **Congelación**) se facilitan con el fin de informar al lector acerca de algunas de las propiedades físicas de estas sustancias, así como de los peligros que representa su contacto o manipulación.
4. Por **Usos ilícitos** se entiende la preparación de las sustancias fiscalizadas para cuya elaboración se emplea clandestinamente cada sustancia

"esencial" o "precursora". En la mayoría de los casos se explica en qué paso de la preparación se emplea la sustancia en cuestión.

5. Bajo Fiscalización se indica si la sustancia figura en la Ley estadounidense de Sustancias Fiscalizadas (CSA), la Ley de Desvío y Tráfico de Sustancias Químicas (CDTA), los Reglamentos Modelo de la Organización de los Estados Americanos (OEA) o el Convenio de 1988 de las Naciones Unidas.

6. Por Usos lícitos se entiende los productos finales o las operaciones para cuya obtención o realización se emplea cada sustancia. La cantidad de la sustancia que se produce suele depender de los usos lícitos.

7. Los datos de Producción anual son de varias procedencias. La mayoría de las cifras efectivas de producción para los Estados Unidos y México se han obtenido directamente de la Comisión de Comercio Exterior ("U.S. International Trade Commission") o de Chemical and Engineering News (números del 8 de abril y del 9 de septiembre, 1991). Estos datos son más fiables que los que figuran en The Petrochemical Industry Handbook: Its Technology, Plants, Markets, Economics and Outlook, de 1991. Los cálculos aproximados de capacidad de producción se han obtenido de

las Guías de 1991 de la Industria Química de los Estados Unidos, Asia Oriental y Europa Occidental. Como estas guías no abarcan el mundo entero, no se puede determinar la capacidad total de producción. En ciertos casos, cuando en los Estados Unidos una sustancia determinada sólo la produce un fabricante o dos, estos datos están reservados.

8. Las Exportaciones e Importaciones anuales de los Estados Unidos, para los períodos que se mencionan, provienen de PIERS (Port Import/Export Reporting Service). Para las sustancias fiscalizadas conforme a la CDTA, se utilizan los datos de CHEMS (Chemical Handlers Enforcement Management System Report). Este último informe sólo se refiere a las operaciones por cantidades que superan el umbral fijado por la CDTA.

9. La lista de Fabricantes se ha obtenido principalmente de las Guías de la Industria Química de los Estados Unidos, Asia Oriental y Europa Occidental. En el caso de los Estados Unidos, se mencionan las empresas fabricantes, salvo cuando son muy numerosas; en ese caso se indican sólo las principales. Para Asia, Europa Occidental y Sudamérica, únicamente se mencionan los países productores. No se dan datos para el mundo entero.

10. En las Observaciones se comenta acerca del uso clandestino de esta sustancia y de sus posibles sustitutivos. Se explican las propiedades de la sustancia que la hacen más o menos conveniente en los laboratorios clandestinos. También se dice si sólo se encuentra en esos laboratorios o si se produce en ellos.

La información de este folleto ha sido recopilada por el personal de la Sección de Estudio de Drogas y Productos Químicos ("Drug and Chemical Evaluation Section"), de la Dirección de Control del Desvío ("Office of Diversion Control") de la DEA. Se les pueden hacer preguntas o comentarios por medio del teléfono (202) 307-7183.

## ÍNDICE

### REGLAMENTACIÓN ACTUAL DE LOS PRODUCTOS QUÍMICOS

#### BIBLIOGRAFÍA

#### SIGLAS Y SÍMBOLOS

#### PRODUCTOS QUÍMICOS (en orden alfabético)

Acetato butílico normal  
Acetato de etilo  
Acetona  
Ácido acético  
Ácido N-acetilantranílico  
Ácido antranílico  
Ácido clorhídrico  
Ácido fenilacético  
Ácido fórmico  
Ácido lisérgico  
Ácido sulfúrico  
Ácido tartárico  
Ácido yodhídrico  
Alcohol butílico normal  
Alcohol butílico secundario  
Alcohol etílico  
Alcohol isobutílico  
Alcohol isopropílico  
Alcohol metílico  
Anhídrido acético  
Anhídrido propiónico  
Benceno  
Benzaldehído  
Bicarbonato de sodio  
Carbonato de calcio  
Carbonato de potasio  
Carbonato de sodio  
Cianuro de bencilo  
Cianuro de potasio  
Cianuro de sodio  
Ciclohexano  
Cloroformo  
Cloruro de acetilo  
Cloruro de amonio  
Cloruro de bencilo  
Diacetona alcohol  
Diacetato de etilideno

### PRODUCTOS QUÍMICOS (continuación)

Diclorometano  
Dietilamina  
Disulfuro de carbono  
Efedrina  
Ergonovina  
Ergotamina  
Éter de petróleo  
Éter etílico  
Etilamina  
N-Etilefedrina  
N-Etilseudofedrina  
Fenilpropanolamina  
Fenil-2-propanona  
Formamida  
Formiato de amonio  
Fósforo rojo  
Hexano  
Hidróxido de amonio  
Hidróxido de calcio  
Hidróxido de potasio  
Hidróxido de sodio  
Isosafrol  
Metilamina  
N-Metilefedrina  
3,4-Metilenodioxifenil-2-propanona  
Metiletilcetona  
Metilisobutilcetona  
N-Metilseudofedrina  
Nitroetano  
Norseudofedrina  
Óxido de calcio  
Permanganato de potasio  
Peróxido de hidrógeno  
Piperidina  
Piperonal  
Queroseno  
Safrol  
Seudofedrina  
Sulfato de sodio  
Tolueno  
Tricloroetileno  
Urea  
Xilenos  
Yodo

# REGLAMENTACIÓN ACTUAL DE LOS PRODUCTOS QUÍMICOS

SUBSTANCIA QUÍMICA	SUBSTANCIA PRODUCIDA	REGLAMENTADA SEGUN*
SUBSTANCIAS PRECURSORAS		
Ácido N-acetilantranílico	Metacualona	CDTA/OEA/NU
Ácido antranílico	Metacualona	CDTA/OEA/NU
Ácido fenilacético	Fenil-2-propanona	CDTA/OEA/NU
Ácido lisérgico	LSD	CSA/CDTA/OEA/NU
Ácido yodhídrico	Metanfetamina	CDTA
Anhidrido propiónico	Fentanil [análogos]	CDTA
Benzaldehido	Anfetamina/ Fenil-2-propanona	
Cianuro de bencilo	Metanfetamina	CDTA/OEA
Dietilamina	Dietiltriptamina/ LSD	
Efedrina	Metanfetamina	CDTA/OEA/NU
Ergonovina [ergometrina]	LSD	CDTA/OEA/NU
Ergotamina	LSD	CDTA/OEA/NU
Etilamina	Etilanfetamina/MDE	CDTA
N-Etilefedrina	N-Etil-N-metilanfetamina	CDTA
N-Etilseudoefedrina	N-Etil-N-metilanfetamina	CDTA
Fenilpropanolamina	Anfetamina/4-Metilaminorex	CDTA/OEA
Fenil-2-propanona [P-2-P]	Anfetamina/metanfetamina	CSA/OEA/NU
Isosafrol	MDA/MDMA/MDE	CDTA/NU
Metilamina	Metanfetamina/MDMA	CDTA
N-Metilefedrina	N,N-Dimetilanfetamina	CDTA
3,4-Metilenodioxifenil- 2-propanona	MDA/MDMA/MDE	CDTA/OEA/NU
N-Metilseudoefedrina	N,N-Dimetilanfetamina	CDTA
Nitroetano	Fenil-2-propanona/ anfetamina/MDA	
Norseudoefedrina	4-Metilaminorex	CDTA
Piperidina	Fenciclidina [PCP]	CDTA/OEA/NU
Piperonal	MDA/MDMA/MDE	CDTA/NU
Safrol	MDA/MDMA/MDE	CDTA/NU
Seudoefedrina	Metanfetamina	CDTA/OEA/NU

SUBSTANCIA QUÍMICA	SUBSTANCIA PRODUCIDA	REGLAMENTADA SEGUN*
SUBSTANCIAS ESENCIALES		
Acetato butílico normal	Cocaína	
Acetato de etilo	Cocaína	
Acetona	Cocaína/heroína/otras	CDTA/OEA/NU
Ácido acético	Fenil-2-propanona	OEA
Ácido clorhídrico	Cocaína/otras	CDTA/OEA/NU
Ácido fórmico	Anfetamina/MDA	
Ácido sulfúrico	Cocaína/otras	CDTA/OEA/NU
Ácido tartárico	Heroína	
Alcohol butílico normal	Cocaína	
Alcohol butílico secundario	Cocaína	
Alcohol etílico	Cocaína/otras	OEA
Alcohol isobutílico	Cocaína	
Alcohol isopropílico	Cocaína	
Alcohol metílico	Cocaína	
Anhídrido acético	Heroína/metacualona/ fenil-2-propanona	CDTA/OEA/NU
Benceno	Cocaína	OEA
Bicarbonato de sodio	Cocaína/heroína/otras	
Carbonato de calcio	Cocaína/heroína	
Carbonato de potasio	Cocaína	OEA
Carbonato de sodio	Cocaína/heroína/otras	OEA
Cianuro de potasio	Fenciclidina/otras	
Cianuro de sodio	Fenciclidina/otras	
Ciclohexano	Cocaína	
Cloroformo	Cocaína/heroína/otras	OEA
Cloruro de acetilo	Heroína	
Cloruro de amonio	Heroína	
Cloruro de bencilo	Metanfetamina	CDTA/OEA
Diacetato de etilideno	Heroína	
Diacetona alcohol	Cocaína	
Diclorometano [cloruro de metileno]	Cocaína/heroína/otras	OEA
Disulfuro de carbono	Cocaína	OEA
Éter de petróleo	Cocaína/otras	
Éter etílico	Cocaína/heroína/otras	CDTA/OEA/NU
Formamida	Anfetamina/MDA	
Formiato de amonio	Anfetamina/MDA	
Fósforo rojo	Metanfetamina	
Hexano	Cocaína	
Hidróxido de amonio	Cocaína	OEA
Hidróxido de calcio	Cocaína/heroína	

SUBSTANCIA QUÍMICA	SUBSTANCIA PRODUCIDA	REGLAMENTACIÓN SEGUN*
Hidróxido de potasio	Cocaína/otras	OEA
Hidróxido de sodio	Cocaína/otros	OEA
Metiletilcetona [MEK]	Cocaína	CDTA/OEA/NU
Metilisobutilcetona	Cocaína	
Óxido de calcio	Cocaína/heroína	
Permanganato de potasio	Cocaína	CDTA/OEA/NU
Peróxido de hidrógeno	Cocaína	
Queroseno	Cocaína	
Sulfato de sodio	Cocaína/otras	OEA
Tolueno	Cocaína	CDTA/OEA/NU
Tricloroetileno	Cocaína	OEA
Urea	Cocaína	
Xilenos	Cocaína	
Yodo	Metanfetamina	

\* CSA indica que la sustancia está fiscalizada según la Controlled Substance Act ("Ley estadounidense de Sustancias Fiscalizadas").

CDTA indica que la sustancia está fiscalizada según la Chemical Diversion and Trafficking Act ("Ley estadounidense de Desvío y Tráfico de Sustancias Químicas").

OEA indica que la sustancia aparece en los Reglamentos Modelo para el Control de Precursores Químicos y Sustancias Químicas, Maquinarias y Materiales, aprobados por la Organización de los Estados Americanos.

NU indica que la sustancia aparece en el Cuadro I o en el Cuadro II del Anexo al Convenio de las Naciones Unidas Contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas.

## BIBLIOGRAFÍA

Merck Index, Ediciones 10ª y 11ª, Merck & Co., Rahway, New Jersey.

Directory of Chemical Producers ("Guía de la Industria Química"), Estados Unidos, SRI International, Menlo Park, California, 1991.

Directory of Chemical Producers ("Guía de la Industria Química"), Europa Occidental, SRI International, Menlo Park, California, 1991.

Directory of Chemical Producers ("Guía de la Industria Química"), Asia Oriental, SRI International, Menlo Park, California, 1991.

"La producción de la industria química de los Estados Unidos", Chemical and Engineering News, 37-40, 18 de junio, 1990.

Chemical Handlers Enforcement Management System Report, U.S. Export of Regulated Chemicals ("Exportaciones estadounidenses de sustancias químicas reglamentadas", 1/1/90 al 31/8/90).

Preliminary Report on U.S. Production of Selected Synthetic Organic Chemicals ("Informe preliminar sobre la producción estadounidense de determinadas sustancias sintéticas orgánicas"), U.S. International Trade Commission, Washington, D.C., febrero de 1991.

Major Petrochemicals and Industrial Organic Chemicals ("Principales sustancias petroquímicas y orgánicas industriales"), Princeton Advanced Technology, Inc., Princeton, New Jersey, 1989.

Ullmann's Encyclopedia of Industrial Chemistry, Vol. A1-A10, W. Gerhartz y Y. Stephen Yamamoto, comp., 5ª edición, 1987.

Medical Toxicology: Diagnosis and Treatment of Human Poisoning ("Diagnóstico y tratamiento de las toxicosis en los humanos"), M. Ellenhorn y D. Baruloux, comp., Elsevier, Nueva York, 1988.

Chemyclopedia: The Manual of Commercially Available Chemicals ("Guía de las sustancias químicas comerciales"), vol. 6, J. Runey, comp., American Chemical Society, Washington, D.C., 1988.

## SIGLAS Y SÍMBOLOS

CDTA	Chemical Diversion and Trafficking Act ("Ley estadounidense de Desvío y Tráfico de Sustancias Químicas")
CSA	Controlled Substance Act ("Ley estadounidense de Sustancias Fiscalizadas")
EE.UU.	Estados Unidos
Kg	Kilogramo
LSD	Dietilamida del ácido lisérgico
MDA	3,4-Metilenodioxianfetamina
MDMA	3,4-Metilenodioximetanfetamina
MDE	3,4-Metilenodiox-N-etilamfetamina
MEK	Metiletilcetona
MIBK	Metilisobutilcetona
NU	Naciones Unidas
OEA	Organización de los Estados Americanos
PCC	1-Peiperidinociclohexanocarbonitrilo
P2P	Fenil-2-propanona
PCP	Fenciclidina

PRODUCTOS QUÍMICOS

## PRODUCTOS QUÍMICOS

## ACETATO BUTÍLICO NORMAL

Otros nombres: Éster butílico del ácido acético; acetato de n-butilo

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{COO} \cdot (\text{CH}_2)_3\text{CH}_3$   
Peso molecular: 116,16 ( $\text{C}_6\text{H}_{12}\text{O}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro de olor agradable.

Densidad: 0,88

Punto de ebullición: 125-126°C

Usos ilícitos: Solvente de posible empleo en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Colombia.

Usos lícitos: En la fabricación de laca, cuero artificial, película fotográfica, plástico, vidrio inastillable; ingrediente de ciertos diluyentes de pinturas.

Producción anual:

EE.UU.: 93.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 108.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 38.700 TM (2/89 a 1/90).

Obtención: Reacción del ácido acético con el alcohol butílico normal.

Transporte y almacenamiento:

Garrafas de vidrio, barriles o bidones metálicos; vagones cisterna; vagones de carga provistos de válvulas de seguridad.

Fabricantes:

EE.UU.: BASF, Tennessee Eastman, Hoechst Celanese, Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, España, Francia, Italia, Reino Unido, Suecia, Suiza.

Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: Sustancia hallada en muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en EE.UU. Como solvente tiene propiedades parecidas a las del éter etílico, salvo que es menos volátil.



## ACETATO DE ETILO

Otros nombres: Éter acético; éster etílico del ácido acético; éster etiloacético; etanoato de etilo.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{COO}\cdot\text{CH}_2\text{CH}_3$   
Peso molecular: 88,1 ( $\text{C}_4\text{H}_8\text{O}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro e inflamable, de olor agradable a fruta.

Densidad: 0,90

Punto de ebullición: 77°C.

Usos ilícitos: Solvente de posible empleo en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Colombia.

Usos lícitos: Solvente de diversas sustancias (nitrocelulosa, barnices, lacas); en la preparación de aromas artificiales de frutas; en la fabricación de pólvora sin humo, cuero y seda artificiales, y perfumes.

Producción anual:

EE.UU.: 93.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 293.000 TM (cap., 1991).

Asia: 248.000 TM (cap., 1991).

México: 85.000 TM (cap., 1991).

Sudamérica: 77.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 36.900 TM (efectiva, 2/89 a 1/90).

Obtención: Por reacción de oxidorreducción del acetaldehído en presencia de alcóxidos de aluminio o sodio. Subproducto de la oxidación del butano y de la formación del polivinil butiral. Por esterificación directa del ácido acético.

Transporte y almacenamiento: Garrafas de vidrio o bidones o barriles metálicos; vagones cisterna; vagones de carga provistos de válvulas de seguridad.

Fabricantes:

EE.UU.: Eastman Chemical, Hoechst Celanese, Monsanto.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, Francia, Italia, Reino Unido, Suiza.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Taiwán.

Sudamérica: Argentina, Brasil, Colombia, Perú.

Observaciones: Desde 1989, esta sustancia se viene encontrando en los Estados Unidos en muchas muestras de cocaína, por lo general junto con otros solventes. Desde el punto de vista de la elaboración de la cocaína, tiene propiedades parecidas a las del éter etílico. El acetato de etilo se produce fácilmente mediante la reacción entre el ácido acético, el alcohol etílico y el ácido sulfúrico.

## ACETONA

Otros nombres: Dimetilcetona; propanona; 2-propanona.

Fórmula:  $(\text{CH}_3)_2\text{CO}$   
Peso molecular: 58,08 ( $\text{C}_3\text{H}_6\text{O}$ )

Propiedades: Líquido incoloro, movedizo e inflamable, de olor algo penetrante y aromático. La acetona no se suele considerar tóxica pero el vapor, en concentraciones elevadas, irrita los ojos y la nariz.

Densidad: 0,79

Punto de ebullición: 56,5°C

Usos ilícitos: Solvente en el tratamiento del opio para elaborar heroína; solvente en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); Naciones Unidas; OEA.

Usos lícitos: Solvente e intermedio en la elaboración de una gran variedad de sustancias: plásticos, pinturas, lubricantes, fármacos, cosméticos, productos agrícolas, grasas, aceites, ceras, resinas, caucho, lacas, barnices y pegamentos de caucho. Se emplea en la extracción de diversas sustancias de los tejidos de animales y plantas; en ciertos quitabarnices; en la purificación de parafina, y en el endurecimiento y la deshidratación de tejidos. También se emplea para la producción de metilisobutylcetona, óxido de mesitilo, ácido acético, diacetona alcohol, cloroformo, bromoformo, yodoformo, explosivos, rayón, película fotográfica e isopreno.

Producción anual:

EE.UU.: 1.008.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 1.156.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 425.000 TM (cap., 1991).

México: 55.000 TM (efectiva, 1990).

Sudamérica: 250.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 67.400 TM (1/90 a 8/90).

Importación anual: 53.600 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por fermentación del almidón de maíz y de la melaza. Por síntesis química, a partir del isopropanol y a partir del cumeno. Subproducto de la obtención del fenol. Por oxidación del propeno.

Transporte y almacenamiento: La acetona se transporta en bidones de acero, camiones cisterna y vagones de carga. Se almacena en depósitos de acero. En cantidades menores debe guardarse en recipientes cerrados, alejados de las llamas, las chispas y el calor. Debe usarse con ventilación adecuada.

Fabricantes:

EE.UU.: Unas 15 empresas, entre ellas, Allied-Signal, Aristech Chemical, Dow Chemical, General Electric, Shell Oil.

Europa Oc.: Alemania, España, Finlandia, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

México: Pemex

Sudamérica: Argentina, Brasil, Ecuador, Venezuela.

## ACETATO DE ETILO

Otros nombres: Éter acético; éster etílico del ácido acético; éster etiloacético; etanoato de etilo.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{COO}\cdot\text{CH}_2\text{CH}_3$   
Peso molecular: 88,1 ( $\text{C}_4\text{H}_8\text{O}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro e inflamable, de olor agradable a fruta.

Densidad: 0,90

Punto de ebullición: 77°C.

Usos ilícitos: Solvente de posible empleo en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Colombia.

Usos lícitos: Solvente de diversas sustancias (nitrocelulosa, barnices, lacas); en la preparación de aromas artificiales de frutas; en la fabricación de pólvora sin humo, cuero y seda artificiales, y perfumes.

Producción anual:

EE.UU.: 93.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 293.000 TM (cap., 1991).

Asia: 248.000 TM (cap., 1991).

México: 85.000 TM (cap., 1991).

Sudamérica: 77.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 36.900 TM (efectiva, 2/89 a 1/90).

Obtención: Por reacción de oxidorreducción del acetaldehído en presencia de alcóxidos de aluminio o sodio. Subproducto de la oxidación del butano y de la formación del polivinil butiral. Por esterificación directa del ácido acético.

Transporte y almacenamiento: Garrafas de vidrio o bidones o barriles metálicos; vagones cisterna; vagones de carga provistos de válvulas de seguridad.

Fabricantes:

EE.UU.: Eastman Chemical, Hoechst Celanese, Monsanto.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, Francia, Italia, Reino Unido, Suiza.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Taiwán.

Sudamérica: Argentina, Brasil, Colombia, Perú.

Observaciones: Desde 1989, esta sustancia se viene encontrando en los Estados Unidos en muchas muestras de cocaína, por lo general junto con otros solventes. Desde el punto de vista de la elaboración de la cocaína, tiene propiedades parecidas a las del éter etílico. El acetato de etilo se produce fácilmente mediante la reacción entre el ácido acético, el alcohol etílico y el ácido sulfúrico.

## ACETONA

Otros nombres: Dimetilcetona; propanona; 2-propanona.

Fórmula:  $(\text{CH}_3)_2\text{CO}$

Peso molecular: 58,08 ( $\text{C}_3\text{H}_6\text{O}$ )

Propiedades: Líquido incoloro, movedizo e inflamable, de olor algo penetrante y aromático. La acetona no se suele considerar tóxica pero el vapor, en concentraciones elevadas, irrita los ojos y la nariz.

Densidad: 0,79

Punto de ebullición: 56,5°C

Usos ilícitos: Solvente en el tratamiento del opio para elaborar heroína; solvente en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); Naciones Unidas; OEA.

Usos lícitos: Solvente e intermedio en la elaboración de una gran variedad de sustancias: plásticos, pinturas, lubricantes, fármacos, cosméticos, productos agrícolas, grasas, aceites, ceras, resinas, caucho, lacas, barnices y pegamentos de caucho. Se emplea en la extracción de diversas sustancias de los tejidos de animales y plantas; en ciertos quitabarnices; en la purificación de parafina, y en el endurecimiento y la deshidratación de tejidos. También se emplea para la producción de metilisobutilcetona, óxido de mesitilo, ácido acético, diacetona alcohol, cloroformo, bromoformo, yodoformo, explosivos, rayón, película fotográfica e isopreno.

Producción anual:

EE.UU.: 1.008.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 1.156.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 425.000 TM (cap., 1991).

México: 55.000 TM (efectiva, 1990).

Sudamérica: 250.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 67.400 TM (1/90 a 8/90).

Importación anual: 53.600 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por fermentación del almidón de maíz y de la melaza. Por síntesis química, a partir del isopropanol y a partir del cumeno. Subproducto de la obtención del fenol. Por oxidación del propeno.

Transporte y almacenamiento: La acetona se transporta en bidones de acero, camiones cisterna y vagones de carga. Se almacena en depósitos de acero. En cantidades menores debe guardarse en recipientes cerrados, alejados de las llamas, las chispas y el calor. Debe usarse con ventilación adecuada.

Fabricantes:

EE.UU.: Unas 15 empresas, entre ellas, Allied-Signal, Aristech Chemical, Dow Chemical, General Electric, Shell Oil.

Europa Oc.: Alemania, España, Finlandia, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

México: Pemex

Sudamérica: Argentina, Brasil, Ecuador, Venezuela.

## ACETONA (continuación)

Observaciones: La acetona se usa muy a menudo de solvente en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína; también se emplea para la purificación de la morfina básica en la producción de la heroína. Se puede obtener a partir de la diacetona alcohol, bien haciéndola reaccionar con un álcali (como el hidróxido de sodio), bien en presencia de un catalizador como el óxido de cinc o la alúmina.

## ÁCIDO ACÉTICO

Otros nombres: Ácido etanoico; ácido del vinagre.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{COOH}$

Peso molecular: 60,05 ( $\text{C}_2\text{H}_4\text{O}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro y corrosivo, de olor penetrante.

Densidad: 1,05

Punto de ebullición: 118°C

Punto de congelación: 16,6°C

Usos ilícitos: En la preparación clandestina de la fenilacetona (1-fenil-2-propanona o P-2-P), que a su vez se emplea en la síntesis de la anfetamina y metanfetamina. También es posible que se utilice para producir anhídrido acético con el fin de elaborar la heroína.

Fiscalización: OEA

Usos lícitos: Fabricación de acetato de vinilo (45%), acetato de celulosa (20%), anhídrido acético, fibra de acetato, plásticos y caucho; en curtidurías; en el estampado del percal y teñido de la seda; en la conservación de alimentos; solvente de gomas, resinas, aceites esenciales y muchas otras sustancias; en diversas síntesis orgánicas.

Producción anual:

EE.UU.: 1.703.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 1.725.000 TM (capacidad, 1991).

Asia Or.: 674.000 TM (cap., 1991).

México: 144.000 TM (efectiva, 1990).

Sudamérica: 543.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 109.900 TM (efectiva, 7/90 a 6/91)

Obtención: Por reacción catalítica del metanol con monóxido de carbono. Por oxidación directa de hidrocarburos saturados. Por oxidación del acetaldehído.

Transporte y almacenamiento: En recipientes forrados de acero inoxidable, vidrio o polietileno.

Fabricantes:

EE.UU.: Air Products, American Acetyls, Borden Chemicals & Plastics, DuPont, Hoechst Celanese, Quantrum Chemical, Sterling Chemicals, Tennessee Eastman, Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, España, Finlandia, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido, Suecia, Suiza.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Taiwán.

México: Pemex.

Sudamérica: Argentina, Brasil, Colombia, Venezuela.

Observaciones: El uso conjunto de los ácidos acético y fenilacético para producir fenilacetona no es corriente en los laboratorios clandestinos de los Estados Unidos. La mayoría de los fabricantes estadounidenses de ácido acético lo convierten en acetato de vinilo o de celulosa. Al parecer, el ácido acético se ha usado en el Asia Sudoriental para producir anhídrido acético, haciéndolo reaccionar con la cetena. El ácido acético, por sí solo, no transforma la morfina en heroína.

## ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO

Otros nombres: Ácido orto-acetilaminobenzoico; ácido N-acetil-2-aminobenzoico.

Fórmula:  $(\text{CH}_3\text{CONH})\text{C}_6\text{H}_4(\text{COOH})$   
Peso molecular: 179,18 ( $\text{C}_9\text{H}_9\text{O}_3$ )

Propiedades: Polvo cristalino fino, de color blanco o amarillento y sabor dulzón.  
Punto de fusión: 184-186°C

Usos ilícitos: En la producción de metacualona y meclocualona.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos), OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Intermedio en la fabricación de fármacos, productos químicos especializados y plásticos.

Producción anual:  
EE.UU.: Ninguna.  
Europa y Asia: Se desconoce.

Obtención: Reacción del ácido antranílico con el anhídrido acético.

Transporte y almacenamiento: Se transporta en bidones de fibra de 45 kilogramos (100 libras). Se almacena en recipientes herméticos, en lugares frescos y secos.

Fabricantes:  
EE.UU.: Ninguno.  
Europa Oc.: Alemania, Bélgica, Reino Unido, Suiza.  
Asia: No se conocen.

Observaciones: El ácido N-acetil-antranílico es el precursor inmediato que se emplea en la síntesis de la metacualona y meclocualona. A su vez, se prepara a menudo del ácido antranílico.

## ÁCIDO ANTRANÍLICO

Otros nombres: Ácido ortoaminobenzoico; 1-amino-2-carboxibenceno; vitamina L1; ácido 2-aminobenzoico; orto-carboxianilina.

Fórmula:  $(\text{NH}_2)\text{C}_6\text{H}_4(\text{COOH})$   
Peso molecular: 137,13 ( $\text{C}_7\text{H}_7\text{NO}_2$ )

Propiedades: Polvo cristalino, blanco o amarillento, de sabor dulzón.  
Punto de fusión: 144-146°C

Usos ilícitos: En la síntesis del ácido N-acetil-antranílico, para la producción de metacualona y meclocualona.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Intermedio en la fabricación de tintes (índigo), fármacos y perfumes; en síntesis orgánicas.

Producción anual:  
EE.UU.: Información reservada.  
Europa y Asia: Se desconoce.

Obtención: Por reacción del anhídrido isatoico con álcalis. Por reducción del ácido orto-nitrobenzoico.

Transporte y almacenamiento: En bidones de fibra de 68 kg (150 lb), peso neto; también, en polvo a granel. Se guarda en recipientes herméticos en lugares secos y frescos.

Fabricantes:  
Estados Unidos: PMC.  
Europa Oc.: Alemania, Dinamarca, Países Bajos.  
Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: El ácido antranílico se emplea para la síntesis del ácido N-acetil-antranílico, que a su vez es la materia prima para la producción clandestina de la metacualona y meclocualona.

## ÁCIDO CLORHÍDRICO

Otros nombres: Ácido muriático; cloruro de hidrógeno en solución acuosa.

Fórmula: HCl

Peso molecular: 36,46

Propiedades: El ácido clorhídrico es una solución acuosa de cloruro de hidrógeno gaseoso (HCl puro). Es corrosivo, incoloro (pero a veces amarillento, por la presencia de rastros de hierro, cloro y materia orgánica) y fumante. La calidad de reactivo contiene del 36,5 al 38% de HCl. El contacto con las soluciones concentradas causa quemaduras graves y daña permanentemente la vista. Si se ingiere, corroe las membranas mucosas, el esófago y el estómago, y puede causar el colapso circulatorio y la muerte. Densidad: 1,20 (solución al 39,1% de HCl).

Punto de ebullición: 108,6°C (al 20,2% de HCl).

Usos ilícitos: En la obtención de los clorhidratos de algunas sustancias fiscalizadas que se producen clandestinamente, entre ellas, la cocaína.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: En la producción de cloruros y clorhidratos; para la neutralización de medios alcalinos; como catalizador y solvente en síntesis orgánica.

Producción anual:

EE.UU.: 6.224.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 4.398.000 TM (cap., 1991).

Asia: 2.002.000 TM (cap., 1991). México: 282.000 TM (efectiva, 1989).

Estados Unidos:

Exportación anual: 3.800 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Industrialmente, por reacción del cloruro de sodio con el ácido sulfúrico; también, a partir de cloruro de sodio, dióxido de azufre y vapor de agua. Es subproducto de la síntesis de los hidrocarburos clorados.

Transporte y almacenamiento: En concentraciones no superiores al 20% de HCl, en garrafas que se transportan en cajas, o en cubetas portátiles de acero forradas de polietileno. En concentraciones no superiores al 30%, en vagones cisterna. En concentraciones aún mayores, en vagones de carga forrados de caucho o de algún material de parecida resistencia a los ácidos. Se guarda en damajuanas de vidrio, recipientes de polietileno o bidones metálicos forrados.

Fabricantes:

EE.UU.: Unas 40 empresas, entre ellas, Allied-Signal, BASF, Dow Chemical, DuPont.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, Dinamarca, España, Finlandia, Francia, Grecia, Irlanda, Italia, Noruega, Países Bajos, Portugal, Reino Unido, Suecia, Suiza.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Malasia, Singapur, Tailandia, Taiwán.

Sudamérica: Bolivia, Colombia.

## ÁCIDO CLORHÍDRICO (continuación)

Observaciones: Para la producción de sales solubles de las sustancias fiscalizadas hace falta un ácido; en lugar del clorhídrico se pueden emplear el sulfúrico o el fosfórico, entre otros. Sin embargo, la sal más común de la cocaína es el clorhidrato. Se exporta una pequeña proporción del ácido clorhídrico que se produce. Se adquiere fácilmente al por menor (como ácido muriático). En los laboratorios clandestinos se puede preparar el ácido clorhídrico por la reacción del cloruro de sodio con el ácido sulfúrico.

## ÁCIDO FENILACÉTICO

Otros nombres: Ácido bencenoacético; ácido alfa-toluico.

Fórmula:  $C_6H_5(CH_2COOH)$

Peso molecular: 136,14 ( $C_8H_8O_2$ )

Propiedades: Polvo blanco cristalino de olor penetrante y muy desagradable. Se suele repartir en forma de sus sales de sodio o potasio, en solución acuosa al 50%.

Densidad: 1,09

Punto de fusión: 76-77°C

Punto de ebullición: 265,5°C

Usos ilícitos: En la producción clandestina de anfetamina, metanfetamina y fenilacetona (P-2-P).

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Fabricación de perfumes, ésteres fenilacéticos, herbicidas, penicilinas y diversos fármacos; aromatizante de bebidas y alimentos edulcorados.

Producción anual: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 60 kg (efectiva, 1990).

Importación anual: 46 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Hidrólisis del cianuro de bencilo por medio del ácido sulfúrico.

Transporte y almacenamiento: Se suele distribuir en partidas de 15.400 litros (4.000 galones), que se envían a granel en vagones o camiones cisterna. También se reparte en forma de la sal de sodio o de potasio en bidones de acero al carbono de 208 litros (55 galones). La sal de sodio requiere calefacción, pues congela a los 10°C. El ácido fenilacético como tal debe almacenarse en botellas de vidrio oscuro y en lugar seco y fresco.

Fabricantes:

EE.UU.: Givaudan, Penta.

Europa Occ.: Alemania, Dinamarca, España, Francia, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: El ácido fenilacético se usa en los dos métodos más comunes para la producción clandestina de la fenilacetona, que a su vez se usa en la síntesis de la anfetamina y metanfetamina. Los ésteres del ácido fenilacético (por ejemplo, el éster etílico) se convierten fácilmente en ácido fenilacético si se calientan en presencia de la solución acuosa de un ácido o un álcali.

## ÁCIDO FÓRMICO

Otros nombres: Ácido metanoico; ácido hidrógeno carboxílico.

Fórmula:  $HCOOH$

Peso molecular: 46,02 ( $CH_2O_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro de olor penetrante; poderoso agente reductor.

Densidad: 1,22

Punto de ebullición: 100,5°C

Punto de congelación: 8,3°C

Usos ilícitos: En la producción de anfetamina y MDA.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Agente descalcador; agente reductor en el teñido permanente de la lana; en curtidos, en la depilación e hinchamiento de los pellejos; en galvanizado; en la coagulación del látex natural; en la regeneración del caucho usado; en análisis químico.

Producción anual:

EE.UU.: Se desconoce.

Europa Occ.: 245.000 TM (cap., 1991).

Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 1.652 TM (7/90 a 6/91).

Obtención: Por reacción entre el monóxido de carbono y el hidróxido de sodio, al calor y bajo presión; el formiato de sodio resultante se descompone por medio del ácido sulfúrico.

Fabricantes:

EE.UU.: Hoechst Celanese, Union Carbide.

Europa Occ.: Alemania, Finlandia, Italia, Noruega, Reino Unido, Suecia.

Asia: Corea, Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.

Observaciones: El ácido fórmico es cáustico para la piel; la absorción crónica causa albuminuria y hematuria. Se usa junto con el amoníaco como sucedáneo del formiato de amonio en la reacción con la fenil-2-propanona o con la 3,4-dimetileno-dioxifenil-2-propanona para formar anfetamina o MDA.

## ÁCIDO LISÉRGICO

Otros nombres: Ácido 9,10-di-deshidro-6-metilergolín-8-carboxílico; ácido hexahidro-7-metil-indolquinoleína-9-carboxílico.

Fórmula empírica:  $C_{16}H_{16}N_2O_2$   
Peso molecular: 268,32

Propiedades: Material cristalino, poco soluble en agua y en solventes orgánicos neutros.  
Punto de fusión: 240°C (con descomposición).

Usos ilícitos: En la síntesis de la LSD (N,N-diethylisergamida, o sea, la dietilamida del ácido d-lisérgico).

Fiscalización: CSA (substancia fiscalizada de la Lista III, Estados Unidos); CDTA (Estados Unidos); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: En síntesis orgánica.

Producción anual:  
EE.UU.: Ninguna (1990).  
Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:  
Exportación e importación anuales: Ninguna (1990).

Obtención: Por hidrólisis alcalina de los alcaloides del cornezuelo, como la ergotamina o ergonovina. Por fermentación de cultivos de *Claviceps purpurea* o de *Aspergillus clavatus*.

Fabricantes: Se desconocen.

Observaciones: El ácido lisérgico es la materia prima principal en dos métodos (al menos) de síntesis de la LSD; a menudo se obtiene a partir del cornezuelo de centeno o de sus alcaloides. Aparece en los catálogos de varios proveedores de reactivos, tanto japoneses como estadounidenses. Sin embargo, que se sepa, en los Estados Unidos en 1990 no hubo producción, exportación ni importación de ácido lisérgico.

## ÁCIDO SULFÚRICO

Otros nombres: Aceite de vitriolo; sulfato de hidrógeno.

Fórmula:  $H_2SO_4$   
Peso molecular: 98,08

Propiedades: Líquido aceitoso, transparente, incoloro e inodoro, bastante más viscoso que el agua. El ácido sulfúrico concentrado es una solución acuosa cuyo contenido de  $H_2SO_4$  varía entre el 93 y 98%. El ácido sulfúrico concentrado es sumamente corrosivo y quema los tejidos vorazmente. El ácido concentrado al 98% presenta las siguientes constantes:  
Punto de ebullición: 290°C  
Punto de congelación: 3°C  
Densidad: 1,84

Usos ilícitos: Se usan soluciones diluidas (al 5-10%) en la extracción de la cocaína de las hojas de coca, y en la conversión de la pasta de coca en cocaína básica. También se emplea en la formación de los sulfatos de diversas sustancias fiscalizadas.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); Naciones Unidas; OEA.

Usos lícitos: En la fabricación de abonos, explosivos, tintes, otros ácidos, papel y cola; en la purificación del petróleo; en la oxidación de metales y otros materiales; como secante. Es uno de los ingredientes de los

detergentes para baños, limpiadores de cañerías y metales, compuestos antioxidantes, y fluidos de los acumuladores de automóviles.

Producción anual:  
EE.UU.: 39.382.000 TM (efectiva, 1989); 43.165.000 TM (capacidad, 1990).  
Europa Oc.: 28.575.000 TM (cap., 1990).  
Asia Or.: 11.996.000 TM (cap., 1990).

Estados Unidos:  
Exportación anual: 63.000 TM (2/89 a 1/90).

Obtención: Por oxidación catalítica del dióxido de azufre en trióxido de azufre, que a su vez se convierte en ácido sulfúrico por el "método de contacto". Por reacción del dióxido de azufre, oxígeno, vapor de agua y óxidos de nitrógeno en cámaras de plomo ("método de las cámaras de plomo").

Transporte y almacenamiento: Substancia corrosiva. Se transporta en garrafas de vidrio metidas en cajas; cubetas portátiles de acero; camiones y vagones cisterna, y en barriles y bidones de metal, según la concentración del ácido sulfúrico.



## ÁCIDO SULFÚRICO (continuación)

### Fabricantes:

EE.UU.: Unas 64 empresas, entre ellas, Cargill, CF Industries, Climax Chemical, DuPont, Farmland Industries, Freeport-McMoRan, IMC Fertilizer, Occidental Petroleum, Rhone-Poulenc, Texasgulf, Tosco.  
Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, Dinamarca, España, Finlandia, Francia, Grecia, Italia, Noruega, Países Bajos, Portugal, Reino Unido, Suecia.  
Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.  
Sudamérica: Colombia, Bolivia, Perú.

Observaciones: Es la sustancia química que se produce en mayor cantidad en el mundo. El ácido sulfúrico se fabrica y reparte en casi todas partes; la exportación estadounidense es baja relativa a la producción. Es esencial disponer de un ácido para la elaboración de la cocaína (producción de pasta de coca y de cocaína básica). Se pueden usar otros ácidos (nitríco, clorhídrico, fosfórico) pero el preferido es el sulfúrico. Cada vez es más común en Sudamérica que los alcaloides de la cocaína se extraigan de las hojas de coca sin uso de solventes orgánicos (generalmente, el queroseno). En su lugar, se maceran las hojas de coca en ácido sulfúrico diluido, a fin de convertir los alcaloides de la cocaína en sulfatos, los cuales, por su solubilidad, se extraen luego en solución acuosa.

## ÁCIDO TARTÁRICO

Otros nombres: Ácido dihidroxisuccínico; ácido 2,3-dihidroxibutanodioico.

Fórmula:  $(\text{COOH})(\text{OH})\text{HC}\cdot\text{CH}(\text{OH})(\text{COOH})$   
Peso molecular: 150,09 ( $\text{C}_4\text{H}_6\text{O}_6$ )

Propiedades: Cristales transparentes o polvo cristalino blanco, de fino a granular; inodoro; fuerte sabor ácido. Se presenta en cuatro formas (isómeros ópticos): dextro-tartárico, levo-tartárico, meso-tartárico y tartárico racémico.

Punto de fusión: 167-169°C (dextro- y levo-tartárico); 206°C (racémico); 140°C (meso-tartárico).

Usos ilícitos: En la purificación de la morfina básica antes de su conversión en heroína; en la preparación de tartratos de heroína y de otras sustancias.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: En la elaboración de gaseosas, dulces, pan, postres de gelatina; en fotografía, curtiduría y alfarería; en la preparación de tartratos; en productos farmacéuticos, como tampón.

Producción anual: Se desconoce.

### Estados Unidos:

Exportación anual: 9,5 TM (efectiva, 1990).

Obtención: El ácido levo-tartárico se presenta naturalmente en muchas frutas; se deposita en forma de la sal de potasio en la fermentación del zumo de uva. El ácido tartárico se prepara a partir de esa sal, por neutralización con carbonato de calcio y tratamiento posterior con ácido sulfúrico.

### Transporte y almacenamiento:

Substancia inocua que se reparte en bidones y sacos de 22,5 y 45 kg (50 y 100 libras, respectivamente).

### Fabricantes:

Estados Unidos: Ashland Chemical, Milljac, Tri-K Industries.  
Europa Oc.: Alemania, España, Francia, Italia, Reino Unido, Suiza.  
Asia: Japón.

Observaciones: El ácido tartárico se ha hallado en algunos laboratorios de elaboración de la heroína, donde no es indispensable pero sirve para purificar el producto final.

113 9500091

114 9500091.



## ÁCIDO YODHÍDRICO

Otros nombres: Yoduro de hidrógeno en solución acuosa.

Fórmula: HI

Peso molecular: 127,91

Propiedades: Líquido corrosivo y sumamente tóxico que irrita la piel y los ojos. Es incoloro cuando está recién preparado pero al exponerse a la luz y al aire se vuelve amarillento o pardusco. Se produce comercialmente en varias concentraciones, entre ellas, al 47 y al 57% de HI.  
Densidad: 1,5 (al 47%); 1,7 (al 57%).  
Punto de ebullición: 127°C (al 57%).

Usos ilícitos: Reductor en la preparación clandestina de la metanfetamina a partir de la efedrina o pseudoefedrina.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos).

Usos lícitos: Síntesis de compuestos orgánicos e inorgánicos del yodo; desinfectante; en química, como reactivo; en farmacia, como suplemento (jarabe de ácido yodhídrico) de las dietas deficientes en yodo.

Estados Unidos:

Exportación anual: 4 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por reacción de los gases de yodo e hidrógeno en presencia de un catalizador, y posterior absorción en agua. Por tratamiento del yodo con ácido sulfhídrico en solución acuosa.

Transporte y almacenamiento:

Guárdese al abrigo del aire y de la luz, a temperaturas inferiores a 30°C.

Fabricantes:

EE.UU.: Calabrian, Columbia Organic, Deepwater, Matheson Gas Products, White Chemical Corp.  
Europa Oc.: Alemania.

Observaciones: El ácido yodhídrico es el reductor que más se usa en la síntesis de la metanfetamina, pero hay substitutivos. En los laboratorios clandestinos a veces se prepara el ácido yodhídrico por reacción del ácido sulfúrico con el yodo.

## ALCOHOL BUTÍLICO NORMAL

Otros nombres: Alcohol butílico; 1-butanol; n-butanol; hidróxido butílico; 1-hidroxibutano; n-propilcarbinol.

Fórmula:  $\text{CH}_3(\text{CH}_2)_3\text{OH}$

Peso molecular: 74,12 ( $\text{C}_4\text{H}_{10}\text{O}$ )

Propiedades: Líquido incoloro de vapor irritante.

Densidad: 0,81

Punto de ebullición: 117-118°C

Usos ilícitos: Solvente de la cocaína básica y del ácido clorhídrico en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Colombia.

Usos lícitos: Solvente de grasas, ceras, resinas, gomas laca, barnices y gomas; se usa en la fabricación de lacas, rayón y detergentes.

Producción anual:

EE.UU.: 575.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 541.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 169.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 68.000 TM (2/89 a 1/90, efectiva).

Obtención: Por hidrogenación del butaldehído normal.

Transporte y almacenamiento: En bidones de acero dulce sin tratar, de acero esmaltado o, a veces, de acero inoxidable.

Fabricantes:

EE.UU.: BASF, Hoechst Celanese, Shell Chemical, Texas Eastman, Union Carbide, Vista Chemical.  
Europa Oc.: Alemania, España, Francia, Reino Unido, Suecia.  
Asia: Corea del Sur, Japón.

Observaciones: Aunque esta sustancia no se ha encontrado en el clorhidrato de cocaína confiscado en los Estados Unidos, otra muy parecida, el alcohol isobutílico, se halla con frecuencia.

9500091

715

9500091.

716

## ALCOHOL BUTÍLICO SECUNDARIO

Otros nombres: 2-butanol;  
2-hidroxibutano; metiletilcarbinol.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{CH}_2\text{CH}(\text{OH})\text{CH}_3$   
Peso molecular: 74,12 ( $\text{C}_4\text{H}_{10}\text{O}$ )

Propiedades: Líquido incoloro de vapor irritante.

Densidad: 0,81

Punto de ebullición: 99,5°C

Usos ilícitos: Solvente de la cocaína básica y del ácido clorhídrico en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Síntesis de agentes de flotación, sabores, perfumes, tintes, humectantes; fabricación de detergentes industriales y de quitapinturas; solvente de resinas naturales y de aceites de linaza y ricino.

Producción anual:

EE.UU.: 316.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 335.000 TM (cap., 1991).

Asia: 256.000 TM (cap., 1991).

Obtención: Por hidratación del 2-butenol.

Transporte y almacenamiento: En bidones de acero dulce sin tratar, de acero esmaltado o, a veces, de acero inoxidable.

Fabricantes:

EE.UU.: Arco Chemical, Exxon Chemical, Shell Chemical.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: El 95%, aproximadamente, del alcohol butílico secundario producido en los Estados Unidos se usa para la obtención de la metiletilcetona por deshidrogenación; el 5% se emplea en solventes y en la obtención de sustancias químicas intermedias. El alcohol butílico secundario no se ha encontrado en las muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en los Estados Unidos.

## ALCOHOL ETÍLICO

Otros nombres: Etanol; alcohol; alcohol anhidro; hidróxido de etilo.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{CH}_2\text{OH}$  (también,  $\text{C}_2\text{H}_5\text{OH}$ )  
Peso molecular: 46,07 ( $\text{C}_2\text{H}_6\text{O}$ )

Propiedades: Líquido incoloro, transparente e inflamable, de olor agradable.

Densidad: 0,79

Punto de ebullición: 78,3°C

Usos ilícitos: Solvente que se emplea en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Bebidas alcohólicas; solvente industrial; aditivo antidetonante de la gasolina; perfumaria; síntesis orgánica; elaboración de productos farmacéuticos.

Producción anual:

EE.UU.: 5.538.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 615.000 TM (cap., 1990).

Asia: 292.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: Se desconoce.

Obtención: Por fermentación de féculas, azúcar y otros carbohidratos. Por hidratación del etileno.

Transporte y almacenamiento:

Vagones y camiones cisterna; bidones y recipientes más pequeños de vidrio o de metal; en ciertos casos, los bidones van forrados de resina fenólica.

Fabricantes:

EE.UU.: Unas 21 empresas, de las cuales las principales son Archer Daniels Midland, Quantum Chemical y Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, Reino Unido, Suecia.

Asia Or.: Corea del Sur, Japón, Tailandia.

Observaciones: El alcohol etílico se ha hallado en muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en los Estados Unidos. Este alcohol no es indispensable como solvente en la producción de la cocaína, puesto que se pueden usar en su lugar otros alcoholes, como el metílico, el isopropílico, etc. En los laboratorios clandestinos, el alcohol etílico se emplea en combinación con solventes insolubles en agua. Hay abundante información de que la reacción del alcohol etílico con el ácido sulfúrico para preparar éter etílico encuentra aplicación en Sudamérica.

## ALCOHOL ISOBUTÍLICO

Otros nombres: Isobutanol;  
2-metil-1-propanol; isopropil-  
carbinol; 1-hidroximetilpropano.

Fórmula:  $(CH_3)_2CHCH_2OH$  (también,  
 $C_4H_9OH$ )  
Peso molecular: 74,12 ( $C_4H_{10}O$ )

Propiedades: Líquido incoloro e  
inflamable.

Densidad: 0,81

Punto de ebullición: 108°C

Usos ilícitos: Solvente de posible  
uso en la conversión de la cocaína  
básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: En la síntesis de  
ésteres para preparar aromas  
sintéticos de frutas; como solvente  
en la fabricación de pinturas  
y quitabarnices.

Producción anual:

EE.UU.: 74.600 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 176.000 TM (capacidad,  
1991).

Asia: 67.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 11.800 TM (2/89  
a 1/90).

Obtención: Por extracción del  
aceite de fusel. Por fermentación  
de carbohidratos. Por  
hidrogenación del aldehído  
isobutírico.

Transporte y almacenamiento:

Botellas y bidones de polietileno;  
vagones metálicos.

Fabricantes:

Estados Unidos: BASF, Eastman  
Kodak, Hoechst Celanese, Shell  
Oil, Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, España,  
Francia, Reino Unido, Suecia.

Asia: Corea del Sur, Japón.

Observaciones: Se usa para solubi-  
lizar el ácido clorhídrico en los  
solventes que se emplean en la  
producción del clorhidrato de  
cocaína; sin embargo, no es  
indispensable, ya que lo pueden  
sustituir otros alcoholes  
(metílico, etílico, isopropílico,  
etc.). Se ha hallado en muestras  
de clorhidrato de cocaína  
confiscadas en los Estados Unidos.

## ALCOHOL ISOPROPÍLICO

Otros nombres: 2-propanol;  
isopropanol; alcohol propílico se-  
cundario; dimetilcarbinol;  
petrolol; IPA.

Fórmula:  $(CH_3)_2CHOH$  (también,  
 $C_3H_7OH$ )

Peso molecular: 60,09 ( $C_3H_8O$ )

Propiedades: Líquido incoloro e  
inflamable, de sabor ligeramente  
amargo.

Densidad: 0,78

Punto de ebullición: 82,5°C

Usos ilícitos: Para la recrystali-  
zación de los clorhidratos de  
ciertas sustancias fiscalizadas  
producidas clandestinamente; como  
solvente en la conversión de la  
cocaína básica en clorhidrato de  
cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Solvente,  
extractador, anticongelante,  
descongelante y desinfectante. Se  
emplea como materia prima en la  
producción de acetona y de otros  
compuestos. El alcohol  
isopropílico de primera calidad se  
usa para componer productos  
higiénicos, entre ellos, cremas de  
la piel, preparados para el  
cabello y pulitura de las uñas.

Producción:

EE.UU.: 626.000 TM (efectiva,  
1991).

Europa Oc.: 842.000 TM (capacidad,  
1991).

Asia: 279.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 163.000 TM  
(2/89 a 1/90).

Obtención: Por oxidación del  
propileno con ácido sulfúrico.  
Por hidrogenación de la acetona.

Transporte y almacenamiento:

Frascos y bidones de polietileno;  
cubetas metálicas.

Fabricantes:

EE.UU.: Exxon, Lyondell Petroleum,  
Shell Oil, Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, España,  
Francia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón,  
Singapur, Taiwán.

Sudamérica: Argentina, Brasil,  
Perú, Venezuela.

Observaciones: El alcohol isopro-  
pílico sirve para solubilizar el  
ácido clorhídrico en los solventes  
que se emplean en la elaboración  
del clorhidrato de cocaína; en esa  
función se puede sustituir por  
otros alcoholes, como el metílico,  
etílico o isobutílico. Este  
solvente, en combinación con  
otros, se ha hallado en muestras  
líquidas obtenidas en Sudamérica y  
en clorhidrato de cocaína  
confiscado en los Estados Unidos.

## ALCOHOL METÍLICO

Otros nombres: Metanol; carbinol; alcohol de madera.

Fórmula: CH<sub>3</sub>OH

Peso molecular: 32,04 (CH<sub>4</sub>O)

Propiedades: Líquido movedizo, transparente, incoloro, inflamable y tóxico; al arder, da una llama azulada.

Densidad: 0,79

Punto de ebullición: 64,7°C

Usos ilícitos: En la recristalización de los clorhidratos de algunas sustancias fiscalizadas de producción clandestina; solvente en la conversión de la cocaína básica en el clorhidrato.

Fiscalización: Colombia.

Usos lícitos: Solvente industrial; anticongelante; aditivo antidetonante de la gasolina; para la desnaturalización del alcohol etílico (etanol); materia prima para la producción de formaldehído y de los ésteres metílicos de los ácidos orgánicos e inorgánicos; solvente de uso en farmacia.

Producción anual:

EE.UU.: 5.062.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 3.240.000 TM (cap., 1991).

Asia: 1.320.000 TM (cap., 1991).

México: 210.000 TM (efectiva, 1990).

Sudamérica: 2.445.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 330.000 TM (7/90 a 6/91).

Obtención: Por destilación al vacío de la madera. Por reducción catalítica del monóxido de carbono (o del dióxido) por el hidrógeno. Por oxidación de hidrocarburos. Asimismo, es subproducto de la producción del tereftalato de polietileno, cuando se usa como materia prima el tereftalato de dimetilo.

Transporte y almacenamiento: En recipientes herméticos, alejados del calor, las chispas y las llamas abiertas.

Fabricantes:

EE.UU.: Air Products & Chemicals, Ashland Oil, Borden, DuPont, Eastman Kodak, Georgia Gulf, Hoechst Celanese, Lyondell Petrochemical, Quantrum Chemical, Sterling Chemicals, Texaco, Tenneco.

Europa Oc.: Países Bajos, Reino Unido, Suiza.

Asia: Indonesia, Japón, Malasia, Tailandia, Taiwán.

Observaciones: Se usa para disolver el ácido clorhídrico en la preparación del clorhidrato de cocaína. El metanol no es indispensable, puesto que en su lugar se pueden emplear otros alcoholes, como el etílico, el isopropílico, etc. El metanol se emplea junto con solventes insolubles en agua.

## ANHÍDRIDO ACÉTICO

Otros nombres: Óxido acético; anhídrido del ácido acético; óxido de acetilo; anhídrido etanoico.

Fórmula: (CH<sub>3</sub>CO)<sub>2</sub>O

Peso molecular: 102,09 (C<sub>4</sub>H<sub>6</sub>O<sub>3</sub>)

Propiedades: Líquido incoloro, de olor penetrante y sofocante, fumante en el aire húmedo. Los vapores son sumamente irritantes para los ojos, la nariz y la garganta.

Densidad: 1,08

Punto de ebullición: 139°C

Usos ilícitos: Como acetilante en la preparación de la heroína, la fenilacetona y el ácido N-acetil-antranílico.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); Naciones Unidas; OEA.

Usos lícitos: En química, como agente acetilante y deshidratante. Aproximadamente el 80% se emplea en la acetilación de la celulosa. También encuentra aplicación en la producción de poli(metilacrilamida) ("espuma dura"), plastificantes acetilados, explosivos, ciertos fluidos para frenos hidráulicos, fluidos de perforación, activadores para detergentes de blanqueo al frío, tintes (principalmente junto con el ácido nítrico), intermedios orgánicos, fármacos (como aspirina, acetanilida, acetofenetidina, teofilina), alimentos (acetilación de grasas animales y vegetales), herbicidas, aromas y fragancias.

Producción anual:

Estados Unidos: 1.049.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 592.000 TM (cap., 1991).

Asia: 146.000 TM (cap., 1991).

México: 288.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 46.500 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 15.000 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por deshidratación del ácido acético. Por carbonilación del acetato de metilo.

Transporte y almacenamiento: En recipientes forrados de acero inoxidable o etileno.

Fabricantes:

EE.UU.: Eastman Chemical, Hoechst Celanese, Fibers and Film, Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Reino Unido, Suecia, Suiza.

Asia: India, Japón, Tailandia.

México: Pemex.

Observaciones: La reacción del anhídrido acético con la morfina produce heroína; con el ácido antranílico, ácido N-acetil-antranílico (precursor inmediato de la metacualona y la meclocualona); con el ácido fenilacético, fenil-2-propanona (fenilacetona o P-2-P, precursora de la metanfetamina y la anfetamina).

95000912

95000912

## ANHÍDRIDO PROPIONICO

Otros nombres: Anhídrido del ácido propiónico; anhídrido propanoico.

Fórmula:  $(CH_3CH_2CO)_2O$   
Peso molecular: 130,14 ( $C_6H_{10}O_3$ )

Propiedades: Líquido incoloro y tóxico de olor picante.

Densidad: 1,01

Punto de ebullición: 167°C

Usos ilícitos: En la preparación del fentanil y sustancias análogas.

Producción anual:

EE.UU.: Información reservada.

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos).

Usos lícitos: Esterificante de la celulosa, de aceites de perfumería y de grasas; en la producción de resinas alquídicas, tintes y fármacos; deshidratante en reacciones de sulfonación y nitración.

Obtención: Por deshidratación del ácido propiónico. Por carbonilación de ésteres del ácido propiónico. Por oxidación catalítica del propanal. Por reacción del monóxido de carbono con el etanol.

Transporte y almacenamiento: En recipientes oscuros, secos y cerrados herméticamente, para prevenir la descomposición que causa la humedad; en vagones cisterna.

Fabricantes:

EE.UU.: Eastman Kodak.

Europa Oc.: Alemania.

Asia: Japón.

Observaciones: El anhídrido propiónico es uno de los precursores que se usan en la síntesis del fentanil y sustancias análogas.

## BENCENO

Otros nombres: Benzol; ciclohexanotrieno.

Fórmula:  $C_6H_6$  [cíclica]  
Peso molecular: 78,11

Propiedades: Líquido transparente, incoloro y sumamente inflamable.

Densidad: 0,88

Punto de ebullición: 80,1°C

Usos ilícitos: Solvente de posible empleo en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Solvente de ceras, resinas y aceites; preparación de etilbenceno, cumeno y ciclohexano; fabricación de barnices y lacas; ingrediente de ciertos combustibles de motores.

Producción anual:

EE.UU.: 5.379.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 7.529.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 5.352.000 TM (cap., 1991).

México: 320.000 TM (efectiva, 1990).

Estados Unidos:

Exportación anual: 163.000 TM (efectiva, 7/90 a 6/91).

Obtención: Por descomposición térmica de la nafta a presión, en presencia de catalizador de platino. Por hidrogenación (con separación del azufre) de la gasolina de pirólisis (a su vez, subproducto de la obtención del etileno). Por hidrodesalquilación o transalquilación del tolueno. En pequeña escala, por coquización del carbón.

Transporte y almacenamiento: En bidones y cisternas de acero, provistos de la debida ventilación.

Fabricantes:

EE.UU.: Unas 26 empresas, entre ellas, Exxon Chemical, Occidental Chemical, Shell Chemical, SOHIO.

Europa Oc.: Alemania, Austria,

Bélgica, España, Finlandia,

Francia, Italia, Países Bajos,

Portugal, Reino Unido, Suecia.

Asia: Corea del Sur, Indonesia,

Japón, Singapur, Taiwán.

México: Pemex

Observaciones: El benceno se puede usar para la extracción inicial del alcaloide de la hoja de coca, pero no es la sustancia idónea, por su inflamabilidad y toxicidad elevadas. Se encuentra algunas veces en muestras confiscadas de cocaína, pero no está claro cuándo se usa como tal en la elaboración de la cocaína y cuándo es sólo una impureza del disolvente principal.

## BENZALDEHIDO

Otros nombres: Aldehído benzoico; aceite sintético de almendras amargas.

Fórmula:  $C_6H_5CHO$   
Peso molecular: 106,12 ( $C_7H_6O$ )

Propiedades: Líquido incoloro y muy refringente, que se vuelve amarillento al conservarse; olor de aceite de almendras y fuerte sabor aromático.

Densidad: 1,05

Punto de ebullición: 179°C

Usos ilícitos: Se emplea en la producción de anfetamina y de fenil-2-propanona (fenilacetona o P-2-P).

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Fabricación de tintes y perfumes; obtención de los ácidos cinámico y mandélico; solvente; preparación de aromatizantes.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Por hidrólisis del dicloruro de bencilo (clorobenzal). Por oxidación catalítica parcial del tolueno.

Fabricantes:

EE.UU.: Kalama Chemical.

Europa Oc.: España, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Al parecer, ninguno.

Observaciones: Se oxida en el aire y convierte en ácido benzoico. Reacciona con el nitroetano y la butilamina para dar un producto intermedio de nitropropeno, que a su vez se convierte en fenil-2-

propanona o en anfetamina. Esta reacción se efectúa en los laboratorios clandestinos de fenilacetona y de anfetamina.

## BICARBONATO DE SODIO

Otros nombres: Carbonato ácido sódico; sosa de cocer.

Fórmula:  $NaHCO_3$   
Peso molecular: 84,00

Propiedades: Polvo (o gránulos) blanco cristalino; la calidad comercial U.S.P. tiene una pureza del 99,9%. Al calentarse, se convierte en carbonato de sodio, con pérdida de dióxido de carbono a partir de los 50°C.

Usos ilícitos: Material alcalino que se puede emplear en la producción de pasta de coca, cocaína básica y otras sustancias.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: En la obtención de sales de sodio; generación de dióxido de carbono; preparación de polvos de cocer, sales y bebidas efervescentes; en extintores de incendios y material de limpieza; en medicina y veterinaria, como antiácido (alcalificante) sistémico y de la orina; asimismo, en veterinaria, como tópico para las quemaduras y para disolver mocos, exudados y costras.

Producción anual:

EE.UU.: 530.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: Se desconoce.

Asia: 117.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 10.600 TM (7/90 a 6/91).

Obtención: A partir de carbonato sódico, agua y dióxido de carbono.

Transporte y almacenamiento:

Material inocuo que se vende en sacos de 22,5 y 45 kg (50 y 100 libras). Se reparte a granel en vagones tolva y camiones.

Fabricantes:

EE.UU.: Church & Dwight, FMC, Kerr-McGee, Natrium Products, North American Chemical, Riverside Products, Rhone-Poulenc..

Europa Oc.: Alemania, Italia, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

Observaciones: El bicarbonato sódico se ha hallado en algunos laboratorios dedicados a la elaboración clandestina de la cocaína. Para esa operación hace falta un material alcalino; entre los que se emplean para este fin, además del bicarbonato de sodio, están los carbonatos de sodio, potasio y calcio, el hidróxido de sodio y el óxido de calcio.



## CARBONATO DE CALCIO

Otros nombres: Sal de calcio del ácido carbónico; se presenta en la naturaleza como aragonita y calcita.

Fórmula:  $\text{CaCO}_3$   
Peso molecular: 100,09

Propiedades: Polvo blanco o cristales incoloros; inodoro; incombustible; se descompone a  $825^\circ\text{C}$ ; casi insoluble en agua pero soluble en ácidos diluidos.  
Densidad: 2,93 (aragonita); 2,71 (calcita).

Usos ilícitos: Material alcalino usado en la elaboración de la cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Agente neutralizante; en la fabricación de pintura, caucho, plásticos, papel, insecticidas, tinta. Como rellenedor en la producción de adhesivos, fósforos, lápices, lápices de tiza, linóleo, compuestos aislantes y varillas para soldadura. Como antiácido y complemento dietético del calcio; desacidificante de los vinos; en productos cosméticos, fármacos y antibióticos.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: El carbonato de calcio comercial se produce a partir de la piedra caliza natural, que se purifica por elutriación.

### Fabricantes:

EE.UU.: Continental Lime, ECC America, Finch Pruyn, General Electric, GFS Chemicals, GTE, J.M. Huber, Mississippi Lime, OMYA, Pfizer, Proctor and Gamble, Whittaker, Clark & Daniels.

Europa Occ.: Alemania, Austria, España, Finlandia, Francia, Irlanda, Italia, Noruega, Países Bajos, Portugal, Reino Unido, Suecia, Suiza.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.

Observaciones: El carbonato de calcio está entre los compuestos alcalinos (al igual que los carbonatos de sodio o potasio) que se usan en la producción de la cocaína y otras sustancias.

## CARBONATO DE POTASIO

Otros nombres: Cenizas de perla; sal tártara.

Fórmula:  $\text{K}_2\text{CO}_3$   
Peso molecular: 138,2

Propiedades: Polvo granular (o gránulos) inodoro, blanco y delicuescente; la solución acuosa es fuertemente alcalina; casi insoluble en alcohol.  
Punto de fusión:  $891^\circ\text{C}$   
Densidad: 2,29

Usos ilícitos: Alcalificante en la preparación de pasta de coca, cocaína básica y otras sustancias de elaboración clandestina.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: En la fabricación de jabón, champú líquido, vidrio, loza, esmaltes; obtención de sales potásicas; grabado y litografía; curtido y acabado del cuero; deshidratante de líquidos orgánicos; alcalificante.

Estados Unidos:  
Exportación anual: 816 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por reacción del hidróxido potásico con dióxido de carbono. A partir del cloruro de potasio, calentándolo a presión con carbonato de magnesio, agua y dióxido de carbono.

Transporte y almacenamiento:  
Recipientes de vidrio y polietileno; bidones de fibra.

### Fabricantes:

EE.UU.: Armand Products, LCP Chemicals, Occidental Chemical, J.T. Baker.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

Observaciones: Para la elaboración de la cocaína hace falta un material alcalino. Entre los que se usan para este fin están, además del carbonato de potasio, los carbonatos de sodio y de calcio, el hidróxido de sodio y el óxido de calcio.

## CARBONATO DE SODIO

Otros nombres: Ceniza de sosa; sosa calcinada; sosa de Solvay; carbonato sódico anhidro.

Fórmula:  $\text{Na}_2\text{CO}_3$   
Peso molecular: 106,00

Propiedades: Forma cristales transparentes o polvo blanco cristalino; es inodoro, higroscópico, soluble en agua pero casi insoluble en alcohol.  
Punto de fusión: 851°C; comienza a descomponerse con pérdida de  $\text{CO}_2$  a los 400°C.

Densidad: 2,53

Usos ilícitos: Material alcalino que se puede emplear para preparar pasta de coca, cocaína básica y otras sustancias.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Preparación de sales de sodio; fabricación de vidrio y jabón; blanqueo del hilo y del algodón; lavado de telas; detergente de uso general; en la industria fotográfica y en química analítica.

Producción anual:

Estados Unidos: 9.780.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 7.085.000 TM (cap., 1991).

Asia: 1.954.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 2.189.000 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Se presenta en la naturaleza en forma de los minerales termonatrita (el hidrato), natrita (el decahidrato), y trona (bicarbonato y carbonato de sodio). Se obtiene también por el método de Solvay (método de la sosa al amoniaco).

Transporte y almacenamiento:

Material inocuo que se reparte en sacos de 11, 22,5 y 45 kg (25, 50 y 100 libras), en bidones de 125 y 180 kg (275 y 400 libras), y al granel en vagones tolva y camiones. La solución acuosa al 58% se reparte en latas de 1,8 kg (4 libras) o recipientes de 11 kg (25 libras). No hay que tomar precauciones especiales.

Fabricantes:

EE.UU.: FMC, General Chemical, Rhone-Poulenc, Tg Soda Ash.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Portugal, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón.

Observaciones: El carbonato sódico se ha encontrado en laboratorios dedicados a la elaboración clandestina de la cocaína. Para esa operación hace falta un material alcalino. Entre los que se usan para este fin están, además del carbonato de sodio, los carbonatos de potasio y de calcio, el hidróxido de sodio y el óxido de calcio.

## CIANURO DE BENCILO

Otros nombres: Acetonitrilo de benceno; 2-fenilacetónitrilo; alfa-tolunitrilo; cianotolueno.

Fórmula:  $\text{C}_6\text{H}_5\text{CH}_2\text{CN}$   
Peso molecular: 117,14 ( $\text{C}_8\text{H}_7\text{N}$ )

Propiedades: Líquido aceitoso incoloro de olor aromático; insoluble en agua pero soluble en alcohol y en éter; se absorbe rápidamente por la piel y es tóxico a causa del radical de cianuro que contiene.

Densidad: 1,02

Punto de ebullición: 233,5°C

Usos ilícitos: Preparación de la fenil-2-propanona.

Fiscalización: CDTA (Estados Unidos); OEA.

Usos lícitos: En síntesis orgánica, especialmente la del ácido fenilacético, que se emplea para obtener penicilina.

Producción anual: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 47 kg (efectiva, 1990).

Importación anual: 766 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por reacción del cloruro de bencilo con cianuro de sodio o de potasio.

Fabricantes:

EE.UU.: No se conocen.

Europa Oc.: Dinamarca, Francia, Reino Unido.

Asia: Japón (Mikuni Pharmaceutical).

Observaciones: El cianuro de bencilo se usa (aunque raras veces) como punto de partida en la síntesis de la fenil-2-propanona.

95000912

129

130

95000915



## CIANURO DE POTASIO

Otros nombres: Sal de potasio del ácido cianhídrico.

Fórmula: KCN

Peso molecular: 65,11

Propiedades: Polvo blanco, granular, higroscópico; olor débil a almendras amargas (cianuro de hidrógeno); sumamente venenoso. Puede envenenar por ingestión o inhalación del cianuro de hidrógeno gaseoso liberado por la acción del CO<sub>2</sub> o de los ácidos sobre el cianuro de potasio.

Densidad: 1,52

Punto de fusión: 634°C

Usos ilícitos: Preparación de la fenciclidina (PCP) y sus análogos.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Parecidos a los del cianuro de sodio: en galvanizado, endurecimiento de superficies metálicas; síntesis orgánica e inorgánica; extracción de oro y plata de sus minerales; fumigante de los cítricos y otros árboles frutales.

Producción anual: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 23 TM (7/90-6/91).

Obtención: Por reacción del hidróxido de potasio en solución con el cianuro de hidrógeno líquido o gaseoso (método de Costner).

Transporte y almacenamiento:

En bidones de acero almacenados en lugares secos y protegidos de la corrosión. Las soluciones deben guardarse en recipientes de acero o acero inoxidable.

Fabricantes:

EE.UU.: DuPont, W.R. Grace.

Europa Occ.: Alemania, Italia, Reino Unido.

Asia: No se conocen.

Observaciones: El cianuro de potasio, mezclado con ácidos, genera cianuro de hidrógeno gaseoso, el cual resulta mortal a los pocos minutos en concentraciones de no más de 300 partes por millón. El cianuro de potasio, junto con la piperidina, la ciclohexanona y el metabisulfito de sodio, produce un intermedio de la fenciclidina; ese intermedio (PCC), a su vez, reacciona con el bromuro de fenilmagnesio (reactivo de Grignard) para producir la fenciclidina (PCP). En la síntesis de la fenciclidina es más común que se emplee el cianuro de sodio que el de potasio.

## CIANURO DE SODIO

Otros nombres: Sal de sodio del ácido cianhídrico.

Fórmula: NaCN

Peso molecular: 49,02

Propiedades: Gránulos incoloros, higroscópicos, de olor débil a almendras amargas (cianuro de hidrógeno); sumamente venenoso. Puede envenenar por ingestión o inhalación del cianuro de hidrógeno gaseoso liberado por la acción de ácidos o del CO<sub>2</sub> sobre el cianuro de potasio; asimismo, por la absorción del cianuro de hidrógeno a través de lesiones cutáneas.

Punto de fusión: 563°C

Usos ilícitos: Preparación de la fenciclidina (PCP) y sus análogos.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Extracción de oro y plata de sus minerales; fumigación de cítricos y otros árboles frutales; preparación del ácido cianhídrico y de muchos cianuros; en síntesis inorgánica.

Producción anual:

EE.UU.: Se desconoce.

Europa Occidental: 112.000 TM (cap., 1991).

Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 40.200 TM (7/90 a 6/91).

Obtención: Por reacción del hidróxido de sodio en solución con el cianuro de hidrógeno líquido o gaseoso (método de Costner). Por reacción al calor entre carbonato de sodio, carbón en polvo y nitrógeno, en presencia de un catalizador de hierro. Por fusión del cianuro de calcio con carbonato de sodio y carbono.

Transporte y almacenamiento:

En bidones de acero almacenados en lugares secos y protegidos de la corrosión. Las soluciones deben guardarse en recipientes de acero o acero inoxidable.

Fabricantes:

EE.UU.: Cyano Co., Dow Chemical, DuPont, FMC, Sterling Chemicals.

Europa Occ.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

Observaciones: El cianuro de sodio, mezclado con ácidos, genera cianuro de hidrógeno gaseoso, el cual resulta mortal en pocos minutos en concentraciones de tan solo 300 partes por millón. El cianuro de sodio, junto con la piperidina, la ciclohexanona y el metabisulfito de sodio, produce un intermedio de la fenciclidina; a su vez, ese intermedio (PCC) reacciona con el bromuro de fenilmagnesio (reactivo de Grignard) para sintetizar la fenciclidina (PCP).

## CICLOHEXANO

Otros nombres: Hexahidrobenceno, hexametileno, hexanafteno.

Fórmula:  $(CH_2)_6$  [cíclica]  
Peso molecular: 84,16 ( $C_6H_{12}$ )

Propiedades: Líquido inflamable de olor picante.

Densidad: 0,77

Punto de ebullición: 80,7°C

Usos ilícitos: Solvente que se puede emplear en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Solvente de lacas y resinas; en quitapinturas y quitabarnices; en la obtención de compuestos orgánicos; combustible para hornillos de campaña; en la extracción de aceites esenciales; en la preparación de fungicidas.

Producción anual:

EE.UU.: 1.119.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 1.009.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 922.000 TM (cap., 1991).

Sudamérica: 56.000 TM (cap., 1991).

Estado Unidos:

Exportación anual: 94.000 TM (efectiva, 2/89 a 1/90).

Obtención: Por hidrogenación del benceno.

Transporte y almacenamiento:

Garrafas de vidrio; barriles o bidones metálicos; vagones cisterna; vagones de carga provistos de válvulas de seguridad.

Fabricantes:

EE.UU.: Aro Chem International, Champlin Refining, Chevron, DuPont, Phillips Petroleum, Sun Refining, Texaco Chemical, Union Oil.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

México: Pemex.

Sudamérica: Brasil.

Observaciones: El ciclohexano se ha hallado en muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en los Estados Unidos. Como solvente para la preparación de la cocaína, tiene propiedades similares a las del tolueno.

## CLOROFORMO

Otros nombres: Triclorometano.

Fórmula:  $CHCl_3$

Peso molecular: 119,39

Propiedades: Líquido incoloro, incombustible y muy volátil, de olor dulzón característico.

Densidad: 1,48

Punto de ebullición: 61-62°C

Usos ilícitos: Solvente de posible uso en la producción de cocaína y en la síntesis de muchas otras sustancias de elaboración clandestina.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Solvente de grasas, aceites, caucho, alcaloides, ceras, resinas; detergente; en la obtención del clorodifluorometano.

Producción anual:

EE.UU.: 256.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 271.000 TM (cap., 1991).

Asia: 78.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 17.400 TM (1990).

Obtención: A partir del metanol, cuya reacción con el ácido clorhídrico da cloruro de metilo, que a su vez se trata con el cloro para obtener diclorometano, cloroformo y tetracloruro de carbono.

Transporte y almacenamiento: En recipientes de hierro o acero, o de acero inoxidable para el cloroformo muy puro.

Fabricantes:

EE.UU.: Dow Chemical, Hanlin Group, Occidental Chemical, Vulcan Materials.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: Esta sustancia se ha hallado en muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en los Estados Unidos. No es conveniente para la preparación de la cocaína, puesto que disuelve a la vez la cocaína básica y el clorhidrato. El cloroformo se usa extensamente en la preparación de productos químicos para las operaciones de purificación y lavado. Aproximadamente, el 93% del cloroformo que se produce en los Estados Unidos se dedica a la obtención del clorodifluorometano (el refrigerante "fluorocarburo-22"). El cloroformo irrita la piel y los ojos; los vapores deprimen gravemente el sistema nervioso central. Tal vez también sea cancerígeno.

## CICLOHEXANO

Otros nombres: Hexahidrobenceno, hexametileno, hexanafteno.

Fórmula:  $(CH_2)_6$  [cíclica]  
Peso molecular: 84,16 ( $C_6H_{12}$ )

Propiedades: Líquido inflamable de olor picante.

Densidad: 0,77

Punto de ebullición: 80,7°C

Usos ilícitos: Solvente que se puede emplear en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Solvente de lacas y resinas; en quitapinturas y quitabarnices; en la obtención de compuestos orgánicos; combustible para hornillos de campaña; en la extracción de aceites esenciales; en la preparación de fungicidas.

Producción anual:

EE.UU.: 1.119.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 1.009.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 922.000 TM (cap., 1991).

Sudamérica: 56.000 TM (cap., 1991).

Estado Unidos:

Exportación anual: 94.000 TM (efectiva, 2/89 a 1/90).

Obtención: Por hidrogenación del benceno.

Transporte y almacenamiento:

Garrafas de vidrio; barriles o bidones metálicos; vagones cisterna; vagones de carga provistos de válvulas de seguridad.

Fabricantes:

EE.UU.: Aro Chem International, Champlin Refining, Chevron, DuPont, Phillips Petroleum, Sun Refining, Texaco Chemical, Union Oil.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

México: Pemex.

Sudamérica: Brasil.

Observaciones: El ciclohexano se ha hallado en muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en los Estados Unidos. Como solvente para la preparación de la cocaína, tiene propiedades similares a las del tolueno.

## CLOROFORMO

Otros nombres: Triclorometano.

Fórmula:  $CHCl_3$   
Peso molecular: 119,39

Propiedades: Líquido incoloro, incombustible y muy volátil, de olor dulzón característico.

Densidad: 1,48

Punto de ebullición: 61-62°C

Usos ilícitos: Solvente de posible uso en la producción de cocaína y en la síntesis de muchas otras sustancias de elaboración clandestina.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Solvente de grasas, aceites, caucho, alcaloides, ceras, resinas; detergente; en la obtención del clorodifluorometano.

Producción anual:

EE.UU.: 256.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 271.000 TM (cap., 1991).

Asia: 78.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 17.400 TM (1990).

Obtención: A partir del metanol, cuya reacción con el ácido clorhídrico da cloruro de metilo, que a su vez se trata con el cloro para obtener diclorometano, cloroformo y tetracloruro de carbono.

Transporte y almacenamiento: En recipientes de hierro o acero, o de acero inoxidable para el cloroformo muy puro.

Fabricantes:

EE.UU.: Dow Chemical, Hanlin Group, Occidental Chemical, Vulcan Materials.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: Esta sustancia se ha hallado en muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en los Estados Unidos. No es conveniente para la preparación de la cocaína, puesto que disuelve a la vez la cocaína básica y el clorhidrato. El cloroformo se usa extensamente en la preparación de productos químicos para las operaciones de purificación y lavado. Aproximadamente, el 93% del cloroformo que se produce en los Estados Unidos se dedica a la obtención del clorodifluorometano (el refrigerante "fluorocarburo-22"). El cloroformo irrita la piel y los ojos; los vapores deprimen gravemente el sistema nervioso central. Tal vez también sea cancerígeno.

## CLORURO DE ACETILO

Otros nombres: Cloruro de etanoilo.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{COCl}$

Peso molecular: 78,5 ( $\text{C}_2\text{H}_3\text{ClO}$ )

Propiedades: Líquido incoloro y fumante, de olor penetrante; irritante de la piel y de los ojos; reacciona violentamente con el agua; el vapor forma mezclas explosivas con el aire.

Usos ilícitos: Acetilante en la conversión de la morfina en heroína.

Fiscalización: Hong Kong; Tailandia.

Usos lícitos: Síntesis de fármacos y tintes; determinación de la proporción de agua en líquidos orgánicos; fabricación de lubricantes y de caucho; reacciones de polimerización.

Producción anual:

EE.UU.: Menos de 500 TM.

Europa Oc. y Asia Or.: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: Se desconoce.

Obtención: Por reacción del anhídrido acético con cloruro de hidrógeno. Por reacción del ácido acético con cloruro de fósforo, o 1,1,2-tricloroetileno, o 1,1,1-tricloroetano, o subcloruro de azufre u oxiclорuro de azufre.

Transporte y almacenamiento:

Bidones forrados de polietileno; se guarda en lugares secos, frescos y bien ventilados.

Fabricantes:

EE.UU.: White Chemical.

Europa Oc.: Alemania, Italia, Reino Unido, Suiza.

Asia: Japón.

Observaciones: El reactivo más corriente para la conversión de la morfina en heroína es el anhídrido acético; el cloruro de acetilo se puede usar en su lugar pero con el inconveniente de su mayor peligro.

## CLORURO DE AMONIO

Otros nombres: Sal amoníaco.

Fórmula:  $\text{NH}_4\text{Cl}$

Peso molecular: 53,5

Propiedades: Cristales incoloros o polvo granular blanco; inodoro; sabor salino; algo higroscópico; tiende a apelmazarse.

Usos ilícitos: En la preparación de heroína y metilamina.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Fundente para recubrir el hierro de cinc; en estañado, pilas secas, tintorería, mezclas anticongelantes, galvanoplastia, limpieza de soldadores; en explosivos de seguridad; para teñir; para dar lustre al algodón; en detergentes; para retardar la fusión de la nieve en las pistas de esquí.

Obtención: Por reacción directa del ácido clorhídrico con el amoníaco. Por reacción del amoníaco con dióxido de carbono en solución acuosa de cloruro de sodio.

Producción anual: Se calcula que la producción mundial anual es de más de 1.500.000 TM.

Estados Unidos:

Exportación anual: 27.400 TM (1990).

Transporte y almacenamiento: En sacos o bolsas de papel o polietileno; en vasijas o cubetas revestidas de resinas epoxídicas o fenoxídicas.

Fabricantes:

EE.UU.: Cambrex, Courtney, Proctor and Gamble, G. Frederick Smith Chemical, Zalcron.

Europa Oc.: Alemania, España, Francia, Italia, Reino Unido.

Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: Se utiliza para ajustar la acidez (pH) en la extracción de la morfina del opio, para la posterior elaboración de la heroína, pero no es indispensable porque en su lugar se pueden usar otros compuestos ácidos, como el ácido acético.

## CLORURO DE BENCILO

Otros nombres: Clorometilbenceno; alfa-clorotolueno.

Fórmula:  $C_6H_5CH_2Cl$   
Peso molecular: 126,58 ( $C_7H_7Cl$ )

Propiedades: Líquido incoloro, fumante en el aire húmedo; olor penetrante; insoluble en agua; soluble en alcohol, cloroformo, éter. Irrita las membranas mucosas y los ojos; sumamente lacrimógeno.

Densidad: 1,10

Punto de ebullición: 179°C

Usos ilícitos: En la preparación de fenilacetona (P-2-P), anfetamina y metanfetamina.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA.

Usos lícitos: En la obtención de plastificantes, alcohol bencílico y ácido fenilacético. En menor escala se emplea para obtener sales cuaternarias de amonio (utilizadas para producir desinfectantes y catalizadores), ésteres de bencilo (ingredientes de aromatizantes y perfumes), tintes de la serie del trifenilmetano, disulfuro de dibencilo (antioxidante de lubricantes), bencilfenol y bencilaminas.

Producción anual:

EE.UU.: 56.800 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 86.000 TM (cap., 1991).

Asia: 13.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 253 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 350 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por cloración del tolueno.

Fabricantes:

EE.UU.: Akzo America, Monsanto.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Italia, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: El cloruro de bencilo se emplea en uno de los métodos de preparación de la fenilacetona, sustancia precursora de la metanfetamina y anfetamina. Este método no es el más común.

## DIACETATO DE ETILIDENO

Otros nombres: 1,1-diacetoxietano; diacetato de 1,1-etanodiol; diacetato del acetaldehído; dietanoato de etanal.

Fórmula:  $CH_3CH(CH_3COO)_2$   
Peso molecular: 146,14 ( $C_6H_{10}O_4$ )

Propiedades: Sustancia líquida que huele fuertemente a fruta.

Densidad: 1,06

Punto de ebullición: 167-169°C

Punto de congelación: 18,9°C

Usos ilícitos: En la acetilación de la morfina para producir heroína.

Fiscalización: En algunos países del Asia Sudoriental.

Usos lícitos: Fungicida de uso agrícola; intermedio en la obtención del acetato de vinilo.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Por reacción del ácido acético con acetileno en presencia de sales de mercurio. Por reacción del acetaldehído con anhídrido acético, al calor.

Observaciones: El diacetato de etilideno se emplea en la acetilación de la morfina para obtener la diacetilmorfina (heroína). Aunque no es en sí acetilante, al calentarse con ácido sulfúrico se descompone y produce el anhídrido acético, que lo es. El diacetato de etilideno se ha encontrado en laboratorios clandestinos de heroína.

## DIACETONA ALCOHOL

Otros nombres: Diacetona;  
4-hidroxí-4-metil-2-pentanona;  
4-hidroxí-2-ceto-4-metilpentano;  
diacetonalcohol.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{COCH}_2\text{C}(\text{OH})(\text{CH}_3)_2$   
Peso molecular: 116,16 ( $\text{C}_6\text{H}_{12}\text{O}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro de olor agradable.

Densidad: 0,94

Punto de ebullición: 168°C

Usos ilícitos: Solvente de uso posible en la preparación de acetona para la producción de cocaína.

Fiscalización: Colombia.

Usos lícitos: Solvente de diversas sustancias (acetato de celulosa, nitrocelulosa, grasas, aceites, ceras, resinas); en la conservación de fármacos; en soluciones anticongelantes y fluidos hidráulicos; intermedio en la preparación de óxido de mesitilo, metilisobutilcetona y hexilenglicol.

Producción anual:

EE.UU.: 14.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: Menos de 100 kg.

Obtención: Por condensación de la acetona en presencia de un catalizador alcalino.

Transporte y almacenamiento:  
Camión o vagón cisterna.

Fabricantes:

EE.UU.: Hoechst Celanese, Shell Oil, Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Japón, Taiwán.

Sudamérica: Brasil.

Observaciones: Parece demostrado que la diacetona alcohol se ha utilizado para producir acetona. La diacetona alcohol se descompone en acetona en presencia de álcalis (por ejemplo, el hidróxido de sodio) o de catalizadores (como el óxido de aluminio o el de cinc).

## DICLOROMETANO

Otros nombres: Cloruro de metileno; bcloruro de metileno.

Fórmula:  $\text{CH}_2\text{Cl}_2$

Peso molecular: 84,94

Propiedades: Líquido transparente e incoloro; el vapor no se inflama y la mezcla con el aire no es explosiva.

Densidad: 1,36

Punto de ebullición: 39,7°C

Usos ilícitos: Solvente de posible empleo en la producción de cocaína, clorhidrato de cocaína y otras sustancias.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Solvente del acetato de celulosa; fluido desengrasador y detergente; solvente usado en la elaboración de alimentos (por ejemplo, el café) y en quitapinturas y quitabarnices.

Producción anual:

EE.UU.: 302.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 406.000 TM (cap., 1991).

Asia: 70.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 29.800 TM.

Obtención: Por cloración del metano o del cloruro de metilo.

Transporte y almacenamiento: En recipientes herméticos de vidrio, metal o plástico; también, en bidones metálicos.

Fabricantes:

EE.UU.: Dow Chemical, Hanlin Group, Occidental Chemical, Vulcan Materials.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: Se encuentra con frecuencia, mezclado con otros solventes, en muestras de cocaína. Por sus propiedades, el diclorometano en sí no sirve para la preparación de la cocaína, puesto que es también disolvente del clorhidrato de cocaína. Probablemente se emplea sólo como ingrediente de una mezcla de solventes. El diclorometano (cloruro de metileno) también se puede usar para separar y purificar otras sustancias fiscalizadas.



## DIETILAMINA

Otros nombres: Amina dietilica.

Fórmula:  $(C_2H_5)_2NH$

Peso molecular: 73,14 ( $C_4H_{11}N$ )

Propiedades: Líquido incoloro e inflamable, fuertemente alcalino y de olor amoniacal.

Densidad: 0,71

Punto de ebullición: 55,5°C

Usos ilícitos: En la obtención de la dietiltriptamina y de la dietilamida del ácido lisérgico (o sea, la LSD).

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: En la producción de aceleradores de la vulcanización, agentes de flotación, resinas, tintes y fármacos.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: A partir del etanol y amoníaco, bajo calor y presión.

Transporte y almacenamiento: En recipientes de acero al carbono o de acero inoxidable; en pequeñas cantidades se conserva en vasijas de vidrio o loza.

Fabricantes:

EE.UU.: Air Products and Chemicals, Atochem North America, Hoechst Celanese.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observación: Esta sustancia precursora no se encuentra a menudo, puesto que pocas veces se descubren en los Estados Unidos laboratorios clandestinos donde se elabore la dietiltriptamina y aún

menos, la LSD. La LSD que se descubre en los Estados Unidos se elabora en el país sólo en lo que se refiere a la preparación de las dosis de consumo (tabletas, papel secante).

## DISULFURO DE CARBONO

Otros nombres: Sulfuro de carbono.

Fórmula:  $CS_2$

Peso molecular: 76,14

Propiedades: Líquido incoloro o algo amarillento, de olor desagradable.

Densidad: 1,26

Punto de ebullición: 46,3°C

Usos ilícitos: No se conocen.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Fabricación de rayón, tetracloruro de carbono, celofana, productos de celulosa y reactivos empleados en la producción del caucho.

Producción anual:

EE.UU.: 318.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 380.000 TM (cap., 1991).

Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: Ninguna.

Obtención: Por reacción del metano con vapor de azufre. Por reacción del carbón con el azufre.

Transporte y almacenamiento: Se almacena en depósitos de acero, situados al descubierto y protegidos por diques, o colocados en fosos de hormigón inundados. También se puede almacenar en recipientes de hierro, aluminio, vidrio, porcelana o teflón.

Fabricantes:

EE.UU.: Akzo Chemicals, Atochem North America, PPG Industries.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Reino Unido.

Asia: Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.

Observaciones: Aunque esta sustancia figura en la Ley Modelo de la OEA, por sus propiedades no parece conveniente para la obtención clandestina de estupefacientes. Por su elevada inflamabilidad y facilidad de explosión exige que se manipule con sumo cuidado. El vapor del disulfuro de carbono es más pesado que el aire, se inflama con facilidad, y la mezcla con el aire es explosiva en proporción del 1 al 50% de  $CS_2$ . También es muy tóxico y causa náusea, vómito, desvanecimiento y convulsiones fatales.

## EFEDRINA

Otros nombres: Alfa-[1-(metilamino)etil]bencenometanol; alcohol alfa[1-(metilamino)propilbencílico; 2-metilamino-1-fenil-1-propanol; 1-fenil-1-hidroxi-2-metilaminopropano; alfa-hidroxi-beta-metilamino-propilbenceno.

Fórmula:  $(C_6H_5)CH(OH)CH(NHCH_3)CH_3$   
Peso molecular: 165,23 ( $C_{10}H_{15}NO$ )

Propiedades: La racefedrina (efedrina racémica), así como sus correspondientes sulfato y clorhidrato, consiste en cristales blancos; la 1-efedrina, en cristales, fragmentos o gránulos blancos o incoloros, higroscópicos y untuosos; el clorhidrato y el sulfato de 1-efedrina, en agujas ortorrómbicas que se descomponen a la luz.

Punto de fusión: 34-42°C (1-efedrina); 79°C (racefedrina).  
Punto de ebullición: 255°C (1-efedrina).

Usos ilícitos: Obtención de metanfetamina y N-metilcatinona.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); Naciones Unidas; OEA.

Usos lícitos: La 1-efedrina se usa en medicina como adrenérgico (broncodilatador).

Producción anual:

EE.UU.: Ninguna.

Europa Oc.: Se desconoce; la producción de Alemania es de 700 TM (de efedrina y pseudoefedrina).

Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 596 kg (efectiva, 1990).

Importación anual: 253 TM (efectiva, 1990).

Obtención: La 1-efedrina se extrae de varias plantas del género *Ephedra*. La 1-efedrina se obtiene también por síntesis mediante la fermentación de una mezcla de benzaldehído y melaza, seguida por deshidrogenación en solución de metilamina (método de Meubery). Asimismo se puede sintetizar por hidrogenación catalítica de la (-)-1-fenil-2-metilamino-1-propanona.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc.: Alemania.

Asia: Se desconocen.

Observaciones: La efedrina es la sustancia precursora que más se emplea en los Estados Unidos para obtener la metanfetamina, por reducción con ácido yodhídrico en presencia del fósforo rojo. Se trata de una reacción relativamente sencilla y de alto rendimiento. La efedrina entra en la composición de diversos medicamentos y estimulantes que se expenden sin receta. No hay fabricantes de efedrina en los Estados Unidos.

## ERGONOVINA

Otros nombres: Ergometrina; ergobasina; ergotocina; ergostetina; ergoclinina; 1-2-propanolamida del ácido d-lisérgico; 9,10-dideshidro-N-(2-hidroxi-1-metiletil)-6-metil-ergolin-8-carboxamida.

Fórmula empírica:  $C_{19}H_{23}N_3O_2$   
Peso molecular: 325,39

Propiedades: Cristales blancos, que se oscurecen y descomponen a la luz; el clorhidrato, el maleato y el tartrato también son cristalinos.

Punto de fusión: 162°C

Usos ilícitos: Sustancia precursora del ácido lisérgico y de su dietilamida, la LSD.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Poderoso estimulante uterino (oxitócico), empleado en obstetricia. Como vasoconstrictor, a veces se aplica al tratamiento de la migraña.

Producción anual:

EE.UU.: No se produce en grandes cantidades.

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: Menos de un kilogramo (efectiva, 1990).

Importación anual: 319 kg (efectiva, 1990).

Obtención: Por extracción del cornezuelo de centeno. Por síntesis a partir del ácido dextrolisérgico y del (+)-2-amino-1-propanol.

Transporte y almacenamiento: En recipientes herméticos de color de ámbar, en lugares secos y frescos.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc.: Suiza.

Asia: India.

Observaciones: La ergonovina se usa para obtener la dietilamida del ácido lisérgico (LSD), directamente o mediante la síntesis previa del ácido. Como la LSD en pequeñas cantidades (incluso inferiores a los 100 microgramos) es poderosamente alucinógena, basta con muy poca ergonovina para preparar un gran número de dosis de LSD.

443

95000912

444

9500091.



## ERGOTAMINA

Otros nombres: 12-hidroxi-2-metil-5-alfa-(fenilmetil)-ergotam-3,6,18-triona.

Fórmula empírica:  $C_{33}H_{35}N_5O_5$   
Peso molecular: 581,65

Propiedades: Cristales blancos e higroscópicos que se oscurecen y descomponen al aire, la luz y el calor. El clorhidrato, succinato y tartrato también son cristalinos.  
Punto de fusión: 212-214°C (con descomposición).

Usos ilícitos: Sustancia precursora de la dietilamida del ácido lisérgico (LSD).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Vasoconstrictor, de uso específico en la migraña; en obstetricia, como oxitócico.

Producción anual:  
EE.UU.: Ninguna  
Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:  
Exportación anual: Menos de un kilogramo (efectiva, 1990).  
Importación anual: 64 kg (efectiva, 1990).

Obtención: Por extracción del cornezuelo de centeno.

Transporte y almacenamiento: Se transporta en polvo a granel; se guarda en recipientes herméticos de color de ámbar en lugares frescos y secos.

Fabricantes:  
EE.UU.: Ninguno.  
Europa: Suiza.  
Asia: India.

Observaciones: La ergotamina sirve para producir ácido lisérgico, que a su vez se emplea en la síntesis de la LSD; también sirve para producir LSD directamente. Como la LSD en pequeñas cantidades (incluso inferiores a los 100 microgramos) es poderosamente alucinógeno, basta con muy poca ergotamina para preparar un gran número de dosis de LSD.

## ÉTER DE PETRÓLEO

Otros nombres: Nafta; nafta de petróleo; petróleo; bencina.

Fórmula: Mezcla de las fracciones ligeras del petróleo, compuestas principalmente de pentanos ( $C_5H_{12}$ ) y hexanos ( $C_6H_{14}$ ).

Propiedades: Líquido transparente, incoloro, no fluorescente, volátil y sumamente inflamable. Desde el punto de vista químico no es un éter sino una mezcla de hidrocarburos de bajo peso molecular.  
Densidad: 0,62-0,66  
Punto de ebullición: 35-80°C

Usos ilícitos: Solvente para obtener aceite de hachís a partir de la marihuana; también, en la producción de la cocaína.

Fiscalización: Perú.

Usos lícitos: En farmacia, como solvente.

Obtención: Por destilación del petróleo.

Transporte y almacenamiento: En recipientes herméticos, en lugar fresco al abrigo del calor y las llamas.

Fabricantes: Los productores de petróleo.

Observaciones: Pudiera emplearse para extraer la cocaína de las hojas de la coca, pero para ello es menos conveniente que el queroseno por su mayor inflamabilidad y volatilidad. También pudiera emplearse en la conversión de la cocaína básica en el clorhidrato de cocaína.

## ÉTER ETÍLICO

Otros nombres: Éter; óxido dietílico; éter sulfúrico; éter anestésico; éter dietílico.

Fórmula:  $(C_2H_5)_2O$   
Peso molecular: 74,12 ( $C_4H_{10}O$ )

Propiedades: Líquido incoloro, muy volátil, sumamente inflamable, de olor dulce y penetrante y de sabor ardiente. Los vapores del éter son más densos que el aire. El éter causa sopor e irrita la nariz y la garganta.

Densidad: 0,71

Punto de ebullición: 34,6°C

Usos ilícitos: Solvente para la conversión de la heroína y cocaína básicas en clorhidrato de heroína y cocaína, respectivamente.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); Naciones Unidas; OEA.

Usos lícitos: Buen solvente o extractor de grasas, ceras, aceites, tintes, perfumes, resinas, gomas y alcaloides; resulta particularmente útil en la fabricación de municiones y plásticos. También se usa para desnaturalizar el alcohol etílico, en análisis químico, como combustible de arranque de motores de gasóleo, y como anestésico general en cirugía. También se emplea como materia prima en la producción de etileno cuando no se dispone de los gases de refinado del petróleo.

Estados Unidos:

Producción anual: 25.400 TM (capacidad, 1991).

Exportación anual: 448 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 6 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por deshidratación del etanol (alcohol etílico). Por hidratación del etileno. En los dos métodos, las reacciones se efectúan en presencia del ácido sulfúrico.

Transporte y almacenamiento: Recipientes metálicos, bidones, vagones cisterna y vagones cerrados de carga. El éter etílico se almacena en lugares frescos, oscuros y bien ventilados, en recipientes herméticos de material inerte; el período de almacenamiento debe ser breve por el peligro de explosión que presenta el éter cuando se conserva prolongadamente.

Fabricantes:

EE.UU.: Eastman Kodak, Quntrum Chemical.

Europa Oc.: Alemania, España, Francia, Noruega, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: El éter etílico (llamado comúnmente, "éter") se usa como solvente en la conversión de la cocaína básica en el clorhidrato, y en la preparación clandestina de otros clorhidratos. Se encuentra con mucha menos frecuencia que anteriormente en las muestras de clorhidrato de cocaína que se confiscan en los Estados Unidos.

## ETILAMINA

Otros nombres: Monoetilamina; aminoetano; etanoamina.

Fórmula:  $CH_3CH_2NH_2$   
Peso molecular: 45,08 ( $C_2H_7N$ )

Propiedades: La etilamina es gaseosa a temperatura ambiente pero se licua por debajo de 16°C. Gas de fuerte olor amoniacal y líquido inflamable y corrosivo. El clorhidrato y el yodhidrato forman cristales higroscópicos. La etilamina irrita gravemente la piel, las membranas mucosas y las vías respiratorias.

Usos ilícitos: Sirve, junto con la fenilacetona (P-2-P), para la síntesis de la etilamfetamina; junto con la 3,4-metilenodioxifenil-2-propanona, para la síntesis de la 3,4-metilenodioxil-N-etilamfetamina (MDE). La dietilamina también se emplea para la preparación de la dietiltriptamina (DET).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA).

Usos lícitos: Producción de herbicidas; estabilizante del látex del caucho; producción de tintes, fármacos y resinas.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Por reacción del cloruro de etilo con amoníaco alcohólico, bajo calor y presión.

Transporte y almacenamiento: Se suele transportar y almacenar en recipientes de acero al carbono o acero inoxidable; en pequeñas cantidades se conserva en vasijas de vidrio o loza. Puesto que la etilamina es gaseosa a temperatura ambiente, se tiene que almacenar bajo presión. Para facilitar el transporte y almacenamiento, la etilamina muchas veces se prepara en soluciones al 50 o al 70%. Se puede guardar prolongadamente si se tiene bajo nitrógeno (a fin de prevenir el contacto con el dióxido de carbono y el vapor de agua de la atmósfera).

Fabricantes:

EE.UU.: Air Products & Chemicals, Atochem North America, Hoechst Celanese.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, Francia, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: En los laboratorios clandestinos, la etilamina se usa junto con la fenilacetona y la 3,4-metilenodioxifenil-2-propanona para la síntesis de la etilamfetamina y de la 3,4-metilenodioxil-N-etilamfetamina (MDE), respectivamente. Sin embargo, no se halla con frecuencia en el tráfico ilícito; desde hace algún tiempo, se descubren pocos laboratorios clandestinos dedicados a preparar etilamfetamina o MDE.

## N-ETILEFEDRINA

Otros nombres: Etafedrina;  
1-N-etilefedrina.

Fórmula:  
 $(C_6H_5)CH(OH)CH(N[CH_3][C_2H_5])CH_3$

Peso molecular: 193,26 ( $C_{12}H_{19}NO$ )

Punto de fusión: 183-184°C

Usos ilícitos: En la preparación  
de la N-etil-N-metilanfetamina.

Fiscalización: Estados Unidos  
(CDTA); California.

Producción anual: Se desconoce.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc.: Alemania (Knoll).

Asia Or.: Se desconoce.

Observaciones: En los Estados Unidos no ha habido compras ni confiscaciones comprobadas de esta sustancia ni de su producto ilícito, la N-etil-N-metilanfetamina. En los Estados Unidos no hay productores ni distribuidores de la N-etilefedrina.

## N-ETILSEUDOEFEDRINA

Fórmula:  
 $(C_6H_5)C(OH)HCH(N[CH_3][C_2H_5])CH_3$   
Peso molecular: 193,26 ( $C_{12}H_{19}NO$ )

Usos ilícitos: En la preparación  
de la N-etil-N-metilanfetamina.

Fiscalización: Estados Unidos  
(CDTA); California.

Producción anual: Se desconoce.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc. y Asia: Se desconocen.

Observaciones: En los Estados Unidos no se han documentado compras ni confiscaciones de esta sustancia ni de su producto ilícito, la N-etil-N-metilanfetamina. En los Estados Unidos no hay productores ni distribuidores de la N-etilseudofedrina.

## FENILPROPANOLAMINA

### Otros nombres:

Alfa-(1-aminoetil)bencenometanol;  
alcohol alfa-(1-aminoetil)bencilico;  
dl-norefedrina; 2-amino-1-fenil-1-propanol; alfa-hidroxi-beta-aminopropilbenceno.

Fórmula:  $(C_6H_5)CH(OH)CH(NH_2)CH_3$   
Peso molecular: 151,18 ( $C_9H_{13}NO$ )

Propiedades: Material cristalino de olor parecido al del ácido benzoico; con frecuencia se halla en forma del clorhidrato.

Punto de fusión: 194°C (clorhidrato).

Usos ilícitos: En la síntesis de la anfetamina y del 4-metilaminorex.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA.

Usos lícitos: El clorhidrato se usa para preparar vasconstrictores y descongestivos de las membranas mucosas; también, como anorético en preparados que se expenden sin receta.

### Producción anual:

Estados Unidos: Información reservada.

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

### Estados Unidos:

Exportación anual: 28 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 117 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por reacción de la propiofenona con un alquilnitrito, seguida por hidrogenación en presencia de catalizador de paladio o platino.

### Fabricantes:

Estados Unidos: Aceto Corp.

Europa Oc.: Alemania.

Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: Es infrecuente la obtención de la anfetamina a partir de la fenilpropanolamina (norefedrina). La fenilpropanolamina es la sustancia precursora principal en la síntesis del metilaminorex, estimulante del sistema nervioso central parecido a la anfetamina.

## FENIL-2-PROPANONA

### Otros nombres:

1-fenil-2-propanona; fenilacetona; bencilmetilcetona; metilbencilcetona; P-2-P.

Fórmula:  $(C_6H_5)CH_2COCH_3$   
Peso molecular: 134,18 ( $C_9H_{10}O$ )

Propiedades: Líquido transparente y algo viscoso.

Densidad: 1,02

Punto de ebullición: 214°C

Usos ilícitos: En la preparación de anfetamina y metanfetamina.

Fiscalización: Estados Unidos (CSA, Lista II, como precursor inmediato); Naciones Unidas; OEA; otros países.

Usos lícitos: Preparación de anfetamina, metanfetamina y propilhexedrina; síntesis orgánica.

### Producción anual:

EE.UU.: Información reservada.

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

### Estados Unidos:

Exportación anual: 1,1 kg (efectiva, 1990).

Importación anual: 3 TM (efectiva, 1990).

Obtención: De los ácidos fenilacético y acético. A partir del cianuro de bencilo, a través del alfa-fenilacetoacetnitrilo. Por reacción del benzaldehído con el nitropropeno, obtenido a su vez a partir del nitroetano.

### Transporte y almacenamiento:

En recipientes herméticos que se guardan en lugares frescos y secos; bidones de 208 litros (55 galones) que contienen 209 kg (460 lb), peso neto.

### Fabricantes:

EE.UU.: Smith Kline Beckman Co.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Italia.

Asia Oc.: Se desconocen.

### Observaciones:

En los Estados Unidos, la fenil-2-propanona era la sustancia precursora que se usaba más comúnmente en la síntesis de la anfetamina y metanfetamina hasta que en 1980 quedó incorporada a la Lista II de la CSA. En su lugar, ahora es más corriente que se emplee la efedrina, pero la fenil-2-propanona se encuentra aún en la tercera parte de los laboratorios clandestinos de anfetamina y metanfetamina. Por lo general, esos laboratorios sintetizan su propia fenil-2-propanona.

## FORMAMIDA

Otros nombres: Metanamida.

Fórmula:  $\text{HCONH}_2$   
Peso molecular: 45,04 ( $\text{CH}_3\text{NO}$ )

Propiedades: Líquido algo viscoso, incoloro, inodoro e higroscópico. Las calidades industriales a veces huelen ligeramente a amoníaco.

Densidad: 1,13

Punto de ebullición: 210,5°C (con descomposición)

Punto de congelación: 2,5°C

Usos ilícitos: Substancia precursora en la producción de anfetamina y MDA.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos licitos: Solvente ionizante; preparación de ésteres fórmicos; reblandecedor del papel; en colas animales y gomas solubles en agua.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: A partir del monóxido de carbono y el amoníaco, a presión y temperatura elevadas.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc.: Alemania.

Asia: Japón.

Observaciones: Irrita moderadamente la piel y las membranas mucosas.

## FORMIATO DE AMONIO

Otros nombres: Formiato amónico, sal de amonio del ácido fórmico.

Fórmula:  $\text{HCOONH}_4$   
Peso molecular: 63,06 ( $\text{CH}_5\text{NO}_2$ )

Propiedades: Polvo cristalino (o gránulos) delicuescente.

Densidad: 1,27

Punto de fusión: 119-121°C

Usos ilícitos: En la producción de anfetamina y MDA.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos licitos: En análisis químico, especialmente para precipitar los metales ordinarios de las sales de los metales nobles (como oro o platino).

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Por reacción del ácido fórmico (o del formiato de metilo) con el amoníaco.

Transporte y almacenamiento: Se guarda en recipientes herméticos.

Fabricantes:

EE.UU.: Cambrex Corp.; Heico Chemicals; GFS Chemicals; RSA Corp.

Europa Oc.: Alemania, Italia,

Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: Substancia precursora en la producción clandestina de la anfetamina y MDA. En su lugar, a veces se emplean el ácido fórmico y el amoníaco.

## FÓSFORO ROJO

Símbolo atómico: P  
Peso atómico: 30,97

Propiedades: Polvo rojo o violeta, insoluble en los solventes orgánicos.

Usos ilícitos: En la preparación de la metanfetamina.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: En pirotecnia; fabricación de fósforos de seguridad; en síntesis orgánica; obtención del ácido fosfórico, la fosfina, el anhídrido fosfórico, y el tricloruro y pentacloruro de fósforo; fabricación de fertilizantes, plaguicidas, granadas incendiarias, bombas fumígenas y balas trazadoras.

Producción anual:

EE.UU.: 396.000 TM (capacidad, 1991; comprende todas las formas elementales del fósforo).

Europa Oc.: 200.000 TM (cap., 1991; comprende todas las formas elementales del fósforo).

Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: Se desconoce.

Obtención: A partir de fosfatos minerales (apatitos de flúor y cloro, vivianita, fosforita), en reacción en el horno eléctrico con arena y coque.

Fabricantes:

EE.UU.: FMC, Monsanto, Occidental Petroleum, Rhone-Poulenc.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Italia, Países Bajos.

Asia: Japón.

Observaciones: El fósforo se presenta en tres formas alotrópicas: el fósforo blanco, el rojo y el negro.

## HEXANO

Otros nombres: Hexano normal; n-hexano; hidrido de caproilo; hidrido hexílico.

Fórmula:  $\text{CH}_3(\text{CH}_2)_4\text{CH}_3$   
Peso molecular: 86,17 ( $\text{C}_6\text{H}_{14}$ )

Propiedades: Líquido incoloro, inflamable y muy volátil, de suave olor característico.

Densidad: 0,66

Punto de ebullición: 69°C

Usos ilícitos: Solvente de posible aplicación en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Colombia.

Usos lícitos: Determinación del índice de refracción de minerales; líquido capilar para termómetros; preparación de adhesivos de secado rápido y de pegamento de caucho; extracción de aceites vegetales.

Producción anual:

EE.UU.: 308.000 TM (efectiva, 1988).

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 10.800 TM (efectiva, 2/89 a 1/90).

Obtención: Por destilación fraccionada del petróleo.

Transporte y almacenamiento: Vagones y camiones cisterna; bidones de acero.

Fabricantes:

EE.UU.: Humphrey Chemical, Exxon Chemical, Penzoil, Phillips Petroleum, Hill Chemical, Texaco Chemical.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Portugal.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

Observaciones: El hexano no se ha descubierto en las muestras de clorhidrato de cocaína confiscadas en los Estados Unidos. Como solvente para la obtención de la cocaína es parecido al tolueno, salvo que es más volátil.

## HIDRÓXIDO DE AMONIO

Otros nombres: Agua amoniacal; hidrato amónico; amoniaco acuoso.

Fórmula:  $\text{NH}_4\text{OH}$

Peso molecular: 35,0 ( $\text{NH}_4\text{O}$ )

Propiedades: Líquido incoloro de olor penetrante y sofocante. El hidróxido de amonio consiste en una solución acuosa que contiene del 25 al 30% de amoniaco.

Usos ilícitos: Sustancia alcalina para la producción de la pasta de coca y de la cocaína básica; alcalificante de soluciones empleadas en síntesis química.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Detergente; quitamanchas y blanqueador; estampado del algodón; extracción de colores y de alcaloides de las plantas; obtención de sales de amonio y de tintes de anilina.

Producción anual (en amoniaco gaseoso anhidro):

EE.UU.: 15.264.000 TM (efectiva, 1989).

Europa Oc.: 16.497.000 TM (capacidad, 1989).

Asia: 6.391.000 TM (cap., 1989).

Estados Unidos:

Exportación anual:

2.486 TM (efectiva, 2/89 a 1/90), en amoniaco gaseoso anhidro.

Obtención: La reacción bajo presión del nitrógeno con el hidrógeno, en presencia de un catalizador, produce amoniaco

gaseoso; el hidróxido de amonio, a su vez, se obtiene por disolución del amoniaco en agua.

Transporte y almacenamiento: Para el hidróxido de amonio, en recipientes de acero (a veces, de acero inoxidable) y botes de polietileno. Para el amoniaco anhidro, licuado bajo presión en recipientes esféricos o cilíndricos o en cisternas cilíndricas provistas de aislamiento.

Fabricantes:

EE.UU.: Mallinckrodt Specialty Chemicals, General Chemical, J.T. Baker, Trade Mark Nitrogen.

Observaciones: Se encuentra con frecuencia en los laboratorios donde se elabora la cocaína, pero hay muchas otras sustancias, tanto líquidas como sólidas, que pueden emplearse en lugar del hidroxido amónico con el mismo propósito. Aproximadamente, el 80% del amoniaco gaseoso que se produce en los Estados Unidos se usa para fabricar abonos.

## HIDRÓXIDO DE CALCIO

Otros nombres: Hidrato cálcico; hidrato de cal; cal hidratada; cal cáustica; cal apagada.

Fórmula:  $\text{Ca}(\text{OH})_2$

Peso molecular: 74,1

Descripción: Polvo cristalino blanco y blando, inodoro, de sabor alcalino amargo; ligeramente soluble en agua; absorbe el dióxido de carbono del aire y se transforma en carbonato de calcio. Punto de fusión: Se descompone al calor en óxido de calcio.

Usos ilícitos: Material alcalino empleado en la producción de pasta de coca, cocaína básica y otras sustancias.

Fiscalización: Bolivia.

Usos lícitos: En diversos materiales para la construcción y pavimentación, tales como argamasas, cementos y yesos; en lubricantes, fluidos de perforación, plaguicidas, recubrimientos incombustibles, pinturas al agua; en el tratamiento de aguas; en la fabricación de pulpa de papel.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Por hidratación de la cal (óxido de calcio).

Estados Unidos:

Exportación anual: 1.952 TM (efectiva, 2/89-1/90).

Transporte y almacenamiento: En recipientes secos y herméticos.

Fabricantes:

EE.UU.: Continental Lime, A.P. Green Lime, Whittaker, Clark & Daniels.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, Dinamarca, España, Finlandia, Francia, Irlanda, Italia, Países Bajos, Suecia, Reino Unido. Asia: Japón, Malasia, Taiwán.

Observaciones: Se ha hallado en laboratorios de elaboración de cocaína en América del Sur. Para la obtención de la cocaína se pueden emplear en su lugar muchos otros materiales alcalinos.



## HIDRÓXIDO DE POTASIO

Otros nombres: Potasa cáustica; lejía; hidrato de potasio.

Fórmula: KOH

Peso molecular: 56,1

Propiedades: Terrones, barras o nódulos blancos o ligeramente amarillentos. Sumamente corrosivo. Destruye los tejidos rápidamente.

Punto de fusión: 360°C; 380°C, la forma anhidra.

Usos ilícitos: Material alcalino que se puede emplear en la producción de pasta de coca, cocaína básica y otras sustancias fiscalizadas.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Fabricación de jabón líquido, quitapinturas y quitabarnices; en galvanoplastia y fotograbado; alcalificante (en farmacia); para tintas de imprenta; absorbente del CO<sub>2</sub>; mordiente de la madera.

Estados Unidos:

Producción anual: 406.000 TM (capacidad, 1991).

Exportación anual: 38.900 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por electrólisis del cloruro potásico.

Transporte y almacenamiento:

Recipientes de vidrio, metal, plástico o fibra vulcanizada; cajas de fibra vulcanizada con sacos de plástico; bidones de fibra o plástico; cisternas de fibra de vidrio o caucho; camiones y vagones cisterna a prueba de posamiento; a granel, en vehículos con tolva.

Fabricantes:

EE.UU.: Lin Chem, Occidental Chemical, Vulcan Chemicals.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Francia, Italia, Suecia.

Asia Or.: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

Observaciones: El hidróxido potásico se ha encontrado en laboratorios de elaboración clandestina de la cocaína. En esa elaboración hace falta un material alcalino. Entre los que se usan para este fin están, además del hidróxido potásico, los carbonatos de sodio, potasio y calcio, el hidróxido sódico y el óxido de calcio, entre otros.

## HIDRÓXIDO DE SODIO

Otros nombres: Sosa cáustica; lejía de sosa; cáustico blanco; hidrato de sodio.

Fórmula: NaOH

Peso molecular: 40,01

Propiedades: Polvo o copos blancos y deliquescentes; se presenta también en láminas, terrones y barras; absorbe con avidez el agua del aire. Se reparte en soluciones acuosas al 15%, 27% y 31%, así como en sólidos al 50% o al 97-98% de NaOH. El hidróxido sódico concentrado es sumamente corrosivo para los tejidos del cuerpo; genera mucho calor cuando se disuelve en el agua y aún más, en los ácidos.

Punto de fusión: 318°C

Usos ilícitos: Material alcalino que se puede emplear en la producción de pasta de coca, cocaína básica y otras sustancias.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Las soluciones se usan para neutralizar ácidos y preparar sales de sodio, por ejemplo, en el refinado del petróleo para extraer los ácidos sulfúrico y orgánicos. Se emplea para tratar la celulosa en la fabricación del rayón por el método de la viscosa y para la fabricación de la celofana; la disolución de telas para la recuperación de caucho; la fabricación de plásticos; la hidrólisis de grasas, para formar jabones; la precipitación de alcaloides (sustancias básicas tales como la cocaína) y de muchos metales de las soluciones acuosas de sus sales (con formación de hidróxidos); en la preparación de supositorios de glicerina.

Producción anual:

EE.UU.: 10.627.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 11.903.000 TM (capacidad, 1991).

Asia Or.: 5.863.000 TM (cap., 1991).

México: 429.000 TM (efectiva, 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 2.474.000 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por electrólisis del cloruro sódico. Por reacción entre el hidróxido cálcico y el carbonato sódico. Por reacción al frío del sodio metálico con el vapor de agua.

Transporte y almacenamiento:

Material sumamente corrosivo. El hidróxido sódico sólido es higroscópico y ha de guardarse en recipientes herméticos de vidrio, metal, plástico o fibra vulcanizada. Se reparte en sacos de 22,5 kg (50 libras) y en bidones de 45, 200, 230 y 340 kilos (100, 450, 500 y 750 libras, respectivamente). A granel se reparte en vagones y camiones cisterna y en barcas. El líquido se reparte en la solución al 50% en tambores de 57 y 208 litros (15 y 55 galones), y en vagones y camiones cisterna.

Fabricantes:

EE.UU.: Unas 20 empresas, entre ellas, Atochem North America, Dow Chemical, Occidental Petroleum, Olin y PPG Industries.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, Dinamarca, España, Finlandia, Francia, Grecia, Irlanda, Italia, Noruega, Países Bajos, Reino Unido, Suecia, Suiza.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.



## HIDRÓXIDO DE SODIO (continuación)

Observaciones: El hidróxido sódico se ha encontrado en laboratorios de elaboración clandestina de la cocaína. En esa elaboración hace falta un material alcalino. Entre los que se usan para este fin están, además del hidróxido sódico, los carbonatos de sodio, potasio y calcio, y el óxido de calcio, entre otros.

## ISOSAFROL

Otros nombres: 1,2-(metilenodioxo)-4-propenilbenceno; 5-(1-propenil)-1,3-benzodioxol.

Fórmula:  $(\text{CH}_2\text{O})\text{C}_6\text{H}_3(\text{CH}=\text{CHCH}_3)$   
[bicíclica]

Peso molecular: 162,18 ( $\text{C}_{10}\text{H}_{10}\text{O}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro de olor fragante a anís. Existe en dos formas isómeras, *cis* y *trans*. El *trans*-isosafrol es más estable, pero las dos formas se suelen encontrar mezcladas.

Densidad: 1,12

Punto de ebullición: 253°C (*trans*)

Usos ilícitos: En la preparación clandestina de 3,4-metilenodioxianfetamina (MDA), 3,4-metilenodioximetanfetamina (MDMA), 3,4-metilenodioxo-N-etilanfetamina (MDE) y N-hidroxi-3,4-metilenodioxianfetamina (N-hidroxi-MDA).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA), Naciones Unidas.

Usos lícitos: En la preparación de perfumes, fragancias y sabores de bebidas gaseosas; en diversas síntesis orgánicas.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Reacción del safrol con hidróxido potásico alcohólico.

Fabricantes:

EE.UU.: Penta International.

Europa Oc. y Asia: Se desconocen.

Observaciones: El isosafrol se usa tanto para la síntesis de la 3,4-metilenodioxifenil-2-propanona como la del piperonal (3,4-metilenodioxibenzaldehído); ambos son intermedios en la síntesis de MDMA, MDE y N-hidroxi-MDA. El isosafrol se ha encontrado en los Estados Unidos en laboratorios clandestinos de MDA y MDMA. Se puede comprar de ciertos proveedores estadounidenses, como Aldrich.

161 95000912

162

9500091.

## METILAMINA

Otros nombres: Monometilamina; aminometano.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{NH}_2$   
Peso molecular: 31,06 ( $\text{CH}_5\text{N}$ )

Propiedades: A presión y temperatura ordinarias es un gas inflamable de fuerte olor amoniacal; licuado por congelación en mezcla frigorífica es un líquido corrosivo e inflamable. Se reparte comúnmente en solución acuosa al 33-40%. El clorhidrato se presenta en forma de cristales tetragonales delicuescentes. La metilamina irrita sumamente la piel, las membranas mucosas y las vías respiratorias.

Usos ilícitos: De la metilamina, combinada con la fenil-2-propanona, se obtiene metanfetamina; combinada con la 3,4-metilenodioxifenil-2-propanona, se obtiene 3,4-metilenodioximetanfetamina (MDMA).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); California y otros estados.

Usos lícitos: Producción de insecticidas (36%), explosivos (31%), y de N-metilpirrolidina (solvente y aditivo de aceites lubricantes, 15%).

Producción anual (de mono-, di- y trimetilamina):

EE.UU.: 160.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 205.000 TM (cap., 1991).

Asia: 115.000 TM (cap., 1991).

Obtención: Por reacción del metanol con el amoníaco. Por reacción al calor entre metanol, cloruro amónico y cloruro de cinc. Por reacción al calor del cloruro amónico con el formaldehído.

Transporte y almacenamiento: Se almacena en recipientes de acero al carbono o acero inoxidable; en pequeñas cantidades, en vasijas de vidrio o loza. A temperatura ambiente la metilamina pura ha de conservarse a presión; en cualquier caso, debe tenerse bajo nitrógeno para evitar el contacto con el dióxido de carbono (con el que forma carbonatos) y la humedad.

Fabricantes:

EE.UU.: Air Products & Chemicals, DuPont, GAF Corp., Pitman Moore.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, España, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Taiwán.

Observaciones: El método de la metilamina y la fenil-2-propanona es el utilizado en la tercera parte de los laboratorios clandestinos que se allanan judicialmente en los Estados Unidos. La metilamina, sustancia indispensable para la obtención de la MDMA, se adquiere fácilmente en los Estados Unidos de numerosos proveedores.

## N-METILEFEDRINA

Otros nombres:

Alfa-[1-(dimetilamino)etil]bencenometanol; alcohol alfa[1-(dimetilamino)propilbencílico; 2-dimetilamino-1-fenil-1-propanol; 1-fenil-1-hidrox-2-dimetilaminopropano; metilefedrina; N,N-dimetilnorefedrina.

Fórmula:  $(\text{C}_6\text{H}_5)\text{CH}(\text{OH})\text{CH}(\text{N}[\text{CH}_3]_2)\text{CH}_3$   
Peso molecular: 179,25 ( $\text{C}_{11}\text{H}_{17}\text{NO}$ )

Punto de fusión: 86-87°C

Usos ilícitos: En combinación con el ácido yodhídrico sirve para obtener la N,N-dimetilanfetamina.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); California.

Usos lícitos: Ninguno en los Estados Unidos

Producción anual:

EE.UU.: Ninguna.

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Obtención: El isómero levógiro de esta sustancia se extrae de varias especies de plantas del género *Ephedra*.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc.: Alemania (Knoll).

Asia: Ninguno.

Observaciones: La N-metilefedrina se consigue en los Estados Unidos de diversos proveedores de sustancias químicas, entre ellos, Aldrich Chemical, Sigma Chemical, Lancaster Synthesis, Fluka Chemical, Alfa Products.

### 3,4-METILENODIOXIFENIL- 2-PROPANONA

Otros nombres: 3,4-metilenodioxifenilacetona; 3,4-metilenodioxibencilmetilcetona; piperonilmetilcetona.

Fórmula:  $(\text{CH}_2\text{OO})\text{C}_6\text{H}_3(\text{CH}_2\text{COCH}_3)$   
[bicíclica].  
Peso molecular: 178,19 ( $\text{C}_{10}\text{H}_{10}\text{O}_3$ )

Propiedades: Líquido incoloro o amarillento; irritante de la piel y los ojos.

Densidad: 1,20

Punto de ebullición: 120-122°C

Usos ilícitos: En la preparación clandestina de 3,4-metilenodioxianfetamina (MDA), 3,4-metilenodioximetanfetamina (MDMA), 3,4-metilenodiox-N-etilanfetamina (MDE) y N-hidroxi-3,4-metilenodioxianfetamina (N-hidroxi-MDA).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Como reactivo en síntesis orgánica.

Producción anual: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 135 kg (efectiva, 1990).

Importación anual: 218 kg (efectiva, 1990).

Obtención: Por reacción del isosafrol con ácido fórmico, peróxido de hidrógeno y ácido sulfúrico.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc.: Alemania.

Asia: Se desconoce.

Observaciones: La 3,4-metilenodioxifenil-2-propanona es el reactivo principal en la síntesis directa de la MDA y sustancias análogas. Con el mismo propósito, también se sintetiza a partir del safrol o isosafrol.

### METILETILCETONA

Otros nombres: 2-butanona; butanona; etilmetilcetona; MEK.

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{COCH}_2\text{CH}_3$   
Peso molecular: 72,1 ( $\text{C}_4\text{H}_8\text{O}$ )

Propiedades: Líquido inflamable, de olor parecido al de la acetona.

Densidad: 0,81

Punto de ebullición: 79,6°C

Usos ilícitos: Solvente en la preparación del clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Producción de cuero sintético, papel transparente, tintas de imprenta, papel de aluminio, lacas, revestimientos, quitagrasas, pólvora sin humo; extracción de grasas, aceites, ceras y resinas sintéticas y naturales.

Producción anual:

EE.UU.: 282.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 335.000 TM (cap., 1991).

Asia: 265.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 38.500 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 28.600 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por deshidrogenación del alcohol butílico secundario. Por oxidación catalítica de los butenos normales.

Transporte y almacenamiento: Para el transporte y para el almacenamiento a corto plazo sirven los recipientes de acero al carbono; para el almacenamiento a largo plazo se recomienda el acero inoxidable o los recipientes forrados de estaño.

Fabricantes:

EE.UU.: ARCO Chemical, Exxon, Hoechst Celanese, Shell Oil.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: La metiletilcetona figura como sustancia química esencial en la lista de la CSA (Estados Unidos). Se usa como solvente en la conversión de la cocaína básica en el clorhidrato, y sigue hallándose en las muestras de cocaína que se confiscan.

## METILISOBUTILCETONA

Otros nombres: Isopropilacetona; hexona; 4-metil-2-pentanona; MIBK.

Fórmula:  $(CH_3)_2CHCH_2COCH_3$   
Peso molecular: 100,16 ( $C_6H_{12}O$ )

Propiedades: Líquido incoloro, inflamable y tóxico, de olor agradable parecido al de la acetona y el alcanfor.

Densidad: 0,80

Punto de ebullición: 117-118°C

Usos ilícitos: Solvente empleado en la producción del clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Solvente de gomas, resinas, lacas de nitrocelulosa; producción de recubrimientos y adhesivos; en síntesis orgánica.

Producción anual:

EE.UU.: 86.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 82.000 TM (cap., 1991).

Asia: 78.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 15.900 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 3.200 TM (efectiva, 1990).

Transporte y almacenamiento: Para el transporte y para el almacenamiento a corto plazo sirven los recipientes de acero al carbono; para el almacenamiento a largo plazo se recomienda el acero inoxidable o los recipientes forrados de estaño.

Obtención: Hidrogenación cuidadosa del óxido de mesitilo.

Fabricantes:

EE.UU.: Eastman Kodak, Shell Oil, Union Carbide.

Europa Oc.: Alemania, Francia, Italia, Países Bajos, Reino Unido.

Asia Or.: Japón, Taiwán.

Observaciones: Junto con otros solventes, la metilisobutilcetona se halla a veces en las muestras de cocaína que se confiscan. Como solvente, tiene propiedades que la hacen apta para la conversión de la cocaína básica en el clorhidrato de cocaína.

## N-METILSEUDOEFEDRINA

Fórmula:  $(C_6H_5)C(OH)HCH(N[CH_3]_2)CH_3$   
Peso molecular: 179,25 ( $C_{11}H_{17}NO$ )

Usos ilícitos: En presencia del ácido yodhídrico, da la N,N-dimetilanfetamina.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); California.

Producción anual:

EE.UU.: Ninguna.

Europa Oc. y Asia Or.: Se desconoce.

Fabricantes:

EE.UU.: Ninguno.

Europa Oc. y Asia Or.: Se desconocen.

Observaciones: Aunque la N-metilseudoefedrina se podría usar para sintetizar la N,N-dimetilanfetamina, en realidad nunca se ha hallado en los laboratorios clandestinos.

## NITROETANO

Fórmula:  $\text{CH}_3\text{CH}_2\text{NO}_2$   
Peso molecular: 75,07 ( $\text{C}_2\text{H}_5\text{NO}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro y aceitoso de olor agradable. Soluble en metanol, etanol, éter. Irritante de los ojos y las membranas mucosas.

Densidad: 1,05  
Punto de ebullición: 114-115°C

Usos ilícitos: En la preparación del nitropropeno, intermedio en la síntesis de la fenil-2-propanona (P-2-P) y la anfetamina.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Solvente de nitrocelulosas, grasas, ceras y tintes; en síntesis orgánica; experimentalmente, como líquido propulsor.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Reacción del etano con ácido nítrico.

Fabricantes:  
EE.UU.: Angus Chemical, W.R. Grace.  
Europa Oc. y Asia Or.: Se desconocen.

Observaciones: El nitroetano, por reacción con el benzaldehído y la butilamina, se convierte en un derivado del nitropropeno, que a su vez se transforma en fenil-2-propanona o en anfetamina. Esta reacción se encuentra cada vez más en los laboratorios clandestinos de fenil-2-propanona y anfetamina. La reacción del

nitroetano con el piperonal conduce a la MDA o MDMA; la reacción del nitroetano con derivados del benzaldehído conduce a otros análogos de la anfetamina.

## NORSEUDOEFEDRINA

Otros nombres: Catina (la d-norseudoefedrina); seudonorefedrina; treo-1-fenil-1-hidroxi-2-aminopropano; treo-2-amino-1-hidroxi-1-fenilpropano.

Fórmula:  $(\text{C}_6\text{H}_5)\text{CH}(\text{OH})\text{CH}(\text{NH}_2)\text{CH}_3$   
Peso molecular: 151,20 ( $\text{C}_9\text{H}_{13}\text{NO}$ )

Propiedades: Material cristalino de forma laminar; el clorhidrato cristaliza en prismas.  
Punto de fusión: 78°C (la base).

Usos ilícitos: Síntesis de la anfetamina y del 4-metilaminorex.

Fiscalización: La d-norseudoefedrina (catina) es una sustancia fiscalizada que figura en la Lista IV de la CSA (Estados Unidos) y en la Convención de las Naciones Unidas sobre Sustancias Psicotrópicas; los otros isómeros figuran como precursores en la CDTA (Estados Unidos).

Usos lícitos: Análisis químico; anorético (en medicina).

Producción anual: Se desconoce.

Estados Unidos:  
Exportación e importación anuales: Ninguna (1990).

Obtención: Por extracción de las hojas de la planta *Catha edulis*.

Fabricantes:  
EE.UU. y Asia: Se desconocen.  
Europa Oc.: Alemania (producción efectiva en 1989, 1,1 TM), Suiza.

Observaciones: La norseudoefedrina y su isómero, la fenilpropanolamina, se emplean (aunque raras veces) para sintetizar la anfetamina.

## ÓXIDO DE CALCIO

Otros nombres: Cal viva; cal; cal fundente.

Fórmula: CaO

Peso molecular: 56,08

Propiedades: Polvo granular o cristales blancos o blanco-grisáceos; absorbe dióxido de carbono y agua del aire; las calidades comerciales a veces son amarillentas o parduscas.

Densidad: 3,40

Punto de fusión: 2572°C

Usos ilícitos: Materia alcalina que se emplea en la preparación de pasta de coca, cocaína básica y otras sustancias.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: En materiales para la construcción; preparación de productos químicos industriales; producción de acero, aluminio y magnesio; fabricación de vidrio, fungicidas, insecticidas, fluidos de perforación y lubricantes; tratamiento de aguas y de aguas de albañal.

Producción anual:

EE.UU.: 15.818.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: Ninguna.

Obtención: A partir de la piedra caliza (carbonato cálcico natural).

Transporte y almacenamiento: En recipientes secos y herméticos.

Fabricantes:

EE.UU.: Continental Lime, General Electric, APG Lime.

Europa Oc.: Alemania, Bélgica, Dinamarca, España, Finlandia, Francia, Irlanda, Italia, Países Bajos, Suecia, Reino Unido.

Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: La cal viva se ha hallado a veces en los laboratorios clandestinos de Sudamérica, donde se usa como material alcalino para la preparación de la cocaína. Se puede sustituir por muchas otras sustancias. Es muy cáustica e irrita gravemente la piel y las membranas mucosas.

## PERMANGANATO DE POTASIO

Otros nombres: Permanganato de potasa; sal de potasio del ácido permangánico; camaleón mineral [cuando está en solución].

Fórmula:  $\text{KMnO}_4$

Peso molecular: 158,03

Propiedades: Cristales de color violeta oscuro, de reflejos metálicos azules. Sabor dulce y astringente; inodoro. Soluble en agua y acetona; el etanol lo descompone. Debe tratarse con mucho cuidado pues puede hacer explosión si entra en contacto con sustancias fácilmente oxidables, como suelen ser las orgánicas. La solución diluida irrita ligeramente, pero la concentrada es cáustica.

Densidad: 2,70

Punto de fusión: 240°C

Usos ilícitos: Oxidante para extraer impurezas de la pasta de coca.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Blanqueo de resinas, ceras, grasas, aceites, paja, algodón, seda y diversas fibras; colorante de la madera; estampado de telas; fabricación de aguas minerales; fotografía; fabricación de insecticidas; curtido del cuero; purificación del agua; desinfectante; reactivo muy común en química analítica y en síntesis orgánica. En medicina, como bactericida y fungicida; para el tratamiento de las alergias a la planta *Rhus radicans* y similares; para el tratamiento de la ingestión oral de barbitúricos, de hidrato de cloral y de muchos alcaloides.

Estados Unidos:

Producción anual: Información reservada.

Exportación anual: 961 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 1.613 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por oxidación electrolítica del manganato de potasio, que a su vez se prepara por fusión de la pirolusita (óxido de manganeso) con el hidróxido de potasio.

Transporte y almacenamiento: Frascos y bidones herméticos, a temperatura ambiente y en lugares bien ventilados.

Fabricantes:

EE.UU.: Carus.

Europa Oc.: España, Francia.

Asia: Japón. Taiwán.

Observaciones: Se emplea para extraer la cinamoilcocaína y otros alcaloides oxidables de la cocaína. El permanganato de potasio es la sustancia más corrientemente empleada con este propósito puesto que su color violeta en solución sirve como indicador. También se usa para oxidar la efedrina en efedrona (N-metilcatinona), estimulante del sistema nervioso central.

## PERÓXIDO DE HIDRÓGENO

Otros nombres: Agua oxigenada; dióxido de hidrógeno; bióxido de hidrógeno.

Fórmula:  $H_2O_2$

Peso molecular: 34,02

Propiedades: Líquido incoloro, cáustico y muy inestable, de sabor amargo. Generalmente, se reparte en soluciones acuosas de distintas concentraciones, del 3 al 90% (por peso). Sin diluir, quema la piel y las membranas mucosas.

Densidad: 1,11 (solución al 30%); 1,45 (anhidro puro).

Punto de ebullición: 152°C (anhidro puro).

Punto de congelación: -0,4°C

Usos ilícitos: Oxidante en la preparación de la cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Propulsión de cohetes (la solución al 90%); blanqueante y oxidante de alimentos; en la industria de la pulpa y del papel; antiséptico tópico (en solución diluida); en preparados farmacéuticos, enjuagues y lociones sanitarias.

Producción anual (equivalente en peróxido de hidrógeno puro):

EE.UU.: 248.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 614.000 TM (cap., 1991).

Asia: 271.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 16,6 TM (2/89 a 1/90).

Obtención: Reducción catalítica de la 2-etilantraquinona; electrólisis del ácido sulfúrico concentrado.

Transporte y almacenamiento: Se guarda en lugar fresco en recipientes que no se llenan del todo, provistos de respiraderos. También se guarda en botellas de vidrio de ámbar y en bidones de aluminio de no más de 110 litros (30 galones), provistos de respiraderos en la tapa. Se transporta en recipientes de polietileno provistos de respiraderos; en vagones cisterna y vagones de carga hechos de aluminio.

Fabricantes:

EE.UU.: Degussa, DuPont, FMC, Interlox America.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, España, Finlandia, Francia, Italia, Países Bajos, Portugal, Reino Unido, Suecia.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.

Observaciones: El peróxido de hidrógeno se usa para sustituir al permanganato potásico en la oxidación de la cinamoilcocaína. Como es incoloro, resulta más difícil de dosificar; a pesar de ello, se ha encontrado en algunos laboratorios clandestinos.

## PIPERIDINA

Otros nombres: Hexahidropiridina; pentametilenamina.

Fórmula:  $(CH_2)_5NH$  [cíclica]

Peso molecular: 85,15 ( $C_5H_{11}N$ )

Propiedades: Líquido incoloro, inflamable y muy irritante, de olor a pimienta y tacto jabonoso; las sales (clorhidrato, nitrato, bitartrato, fosfato) son cristalinas.

Densidad: 0,86

Punto de ebullición: 106°C

Punto de fusión: -9°C

Usos ilícitos: En la síntesis de la fenciclidina (PCP).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: Preparación de anestésicos locales, analgésicos y otros fármacos, humectantes y germicidas; intermedio en la vulcanización del caucho; en el curado de resinas epoxídicas; solvente; catalizador en reacciones de condensación.

Producción anual:  
Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 256 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 1,5 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por reducción catalítica de la piridina. Por reacción al calor de la piperina con el hidróxido potásico alcohólico. Se extrae en pequeña cantidad de la pimienta negra.

Transporte y almacenamiento:

Se transporta en bidones y se guarda en recipientes herméticos en lugares frescos y secos.

Fabricantes:

EE.UU.: Air Products & Chemicals, Reilly Industries, Sigma-Aldrich.

Europa Oc.: Alemania, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: La piperidina, junto con el cianuro de sodio, la ciclohexanona y el metabisulfito sódico, se emplea en el primer paso del método más común para la obtención de la fenciclidina. Si se la sustituye por sustancias parecidas (tales como la morfolina o la pirrolidina), se obtienen productos análogos, farmacológicamente, a la fenciclidina.

## PIPERONAL

Otros nombres: Heliotropina; 3,4-(metilenodioxo)benzaldehído; aldehído piperonílico.

Fórmula empírica:  $\text{CH}_2\text{O}(\text{C}_6\text{H}_3)\text{CHO}$   
[bicíclico]

Peso molecular: 150,13 ( $\text{C}_8\text{H}_6\text{O}_3$ )

Propiedades: Cristales brillantes, incoloros, aciculares, de olor característico a heliotropo.

Punto de fusión: 37°C

Punto de ebullición: 263°C

Usos ilícitos: En la preparación de 3,4-metilenodioxianfetamina (MDA), 3,4-metilenodioximetanfetamina (MDMA), 3,4-metilenodioxin-etilfetamina (MDE) y N-hidroxi-3,4-metilenodioxianfetamina (N-hidroxi-MDA).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); Naciones Unidas.

Usos lícitos: Perfumería; confección de aromas de cereza y vainilla; síntesis orgánica.

Producción anual: Se desconoce.

Obtención: Por oxidación del isosafrol con dicromato sódico y ácido sulfúrico. A partir de la vanillina, por reacción con el cloruro de aluminio y el diclorometano (o dibrometano) en presencia de la dimetilformamida (o del sulfóxido de dimetilo).

### Fabricantes:

EE.UU.: Se desconocen.

Europa Oc.: Austria, España, Francia, Italia.

Asia: Japón, Taiwán.

Observaciones: El piperonal es el punto de partida para producir MDA (o sus análogos, MDMA, MDE y N-hidroxi-MDA) vía una sustancia intermedia de nitroestireno. Este método se ha usado en los Estados Unidos en laboratorios clandestinos y es un sustitutivo satisfactorio de la síntesis que parte de la 3,4-metilenodioxifenil-2-propanona. Para el método del piperonal también hacen falta nitroetano y un reductor energético (como el hidruro de litio y aluminio). El piperonal se puede adquirir de diversos proveedores estadounidenses de sustancias químicas, como Aldrich. Los Estados Unidos importan cantidades apreciables de China y de otros países.

## QUEROSENO

Otros nombres: Keroseno; kerosina; petróleo lampante.

Propiedades: Líquido transparente, movedizo, inflamable, aceitoso, entre incoloro y amarillento. Está constituido por una mezcla de hidrocarburos, principalmente parafínicos (saturados).

Densidad: 0,8 (aproximadamente).

Usos ilícitos: En la extracción de la cocaína de las hojas de coca.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Combustible para motores de aviación, cocinas y lámparas; desengrasador y limpiador; solvente para la preparación de cosméticos e insecticidas.

Producción anual: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 18.670 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Por fraccionamiento del petróleo.

Fabricantes: Las refinerías de petróleo.

Observaciones: El queroseno es el líquido orgánico que se usa más comúnmente en la extracción de la cocaína de las hojas de coca. Se pueden emplear otros líquidos, como la gasolina, pero suelen ser menos convenientes que el queroseno; por ejemplo, la gasolina es demasiado inflamable y volátil.

fs. 177 NO  
APORTA INFORMACIÓN



## SAFROL

Otros nombres: 1,2-(metileno-dioxi)-4-alilbenceno.

Fórmula:  $\text{CH}_2\text{OO}(\text{C}_6\text{H}_5)\text{CH}_2\text{CH}=\text{CH}_2$   
[bicíclico]

Peso molecular: 162,18 ( $\text{C}_{10}\text{H}_{10}\text{O}_2$ )

Propiedades: Líquido incoloro o algo amarillento, de olor a sasafrás.

Densidad: 1,10

Punto de ebullición: 233°C

Punto de congelación: 11°C

Usos ilícitos: En la preparación clandestina de 3,4-metilenodioxianfetamina (MDA), 3,4-metilenodioximetanfetamina (MDMA), 3,4-metilenodiox-N-etilamfetamina (MDE) y N-hidroxi-3,4-metilenodioxianfetamina (N-hidroxi-MDA).

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); Naciones Unidas.

Usos lícitos: Fabricación de perfumes, aromas y jabones; obtención del piperonal.

Producción anual:

EE.UU.: Información reservada.

Europa Oc. y Asia: Se desconoce.

Obtención: Por separación del aceite de sasafrás (el 75% del cual es safrol) o del aceite de alcanfor. A partir del 3,4-metilenodioxibenceno, vía un intermedio bromado.

Fabricantes:

EE.UU.: Polarome.

Europa Oc.: Francia.

Asia: Taiwán.

Observaciones: El safrol sirve para la síntesis del isosafrol, el piperonal y la 3,4-metilenodioxifenil-2-propanona, sustancias todas transformables en MDA, MDMA, MDE y N-hidroxi-MDA. El safrol se ha encontrado en laboratorios clandestinos dedicados a la preparación de MDA y sustancias análogas; se puede adquirir de diversos proveedores estadounidenses, como Aldrich.

## SEUDOEFEDRINA

Otros nombres:

2-metilamino-1-fenil-1-propanol;  
1-fenil-1-hidroxi-2-metilaminopropano; d-isoefedrina.

Fórmula:  $(\text{C}_6\text{H}_5)\text{C}(\text{OH})\text{HCH}(\text{NHCH}_3)\text{CH}_3$

Peso molecular: 165,23 ( $\text{C}_{10}\text{H}_{15}\text{NO}$ )

Propiedades: La pseudoefedrina forma placas rómbicas; sus sales (clorhidrato y sulfato) también son cristalinas.

Punto de fusión: 117-119°C

Usos ilícitos: En la preparación de la metanfetamina.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); OEA; Naciones Unidas.

Usos lícitos: En farmacia, como descongestivo nasal y dilatador de los bronquios (adrenérgico).

Producción anual: Se desconoce.

Estados Unidos:

Exportación anual: 13,8 TM  
(efectiva, 1990).

Importación anual: 247,4 TM  
(efectiva, 1990).

Obtención: Por extracción de varias especies de plantas del género *Ephedra*. A partir de la efedrina.

Fabricantes:

EE.UU.: Ganes Chemicals, Wykoff.

Europa Oc.: Alemania.

Asia Or.: China (República Popular), Hong Kong, India, Japón.

Observaciones: La pseudoefedrina se usa igual que la efedrina en la síntesis clandestina de la metanfetamina, pero no con tanta frecuencia. Se produce en los Estados Unidos a partir de efedrina importada. La pseudoefedrina entra en la composición de diversos medicamentos (tales como "Sudafed") y estimulantes que se expenden sin receta.

## SULFATO DE SODIO

Otros nombres: a) En la forma anhidra: sulfato sódico anhidro; sulfato sódico desecado; torta de sal; thenardita [mineral]. b) En la forma hidratada: sulfato sódico decahidratado; sal de Glauber; mirabilita [mineral].

Fórmula:  $\text{Na}_2\text{SO}_4$  [forma anhidra];  $\text{Na}_2\text{SO}_4 \cdot 10\text{H}_2\text{O}$  [forma hidratada].  
Peso molecular: 142,06 [forma anhidra]

Propiedades: Forma anhidra: polvo o cristales blancos e inodoros (ortorrómbicos bipiramidales). Forma decahidratada: gránulos o cristales blancos, eflorescentes e inodoros (clinorrómbicos).

Densidad: 2,7 (forma anhidra)  
Punto de fusión: 800°C (aproximadamente; forma anhidra)

Usos ilícitos: En forma anhidra, para el secado de solventes orgánicos, con el fin de reciclarlos en los laboratorios clandestinos.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Para colorear y estampar tejidos; normalización de tintes; mezclas frigoríficas; reactivo de laboratorio; fabricación de vidrio y pulpa de papel; secante de líquidos orgánicos (la forma anhidra).

Producción anual:

EE.UU.: 909.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 1.906.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 56.700 TM (efectiva, 1990).

Obtención: Producto natural; también, subproducto de la obtención del ácido clorhídrico, del dicromato sódico y del rayón.

Transporte y almacenamiento: Recipientes de vidrio y polietileno; bidones de fibra.

Fabricantes:

EE.UU.: Aproximadamente 18 empresas, entre ellas, Atochem North America, Climax Chemical, Occidental Chemical.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, España, Finlandia, Francia, Grecia, Italia, Países Bajos, Portugal, Noruega, Suecia, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.

Observaciones: Se halla algunas veces en los laboratorios clandestinos de Sudamérica. No es sustancia indispensable en la elaboración de la cocaína, pero se usa para secar solventes (éter, acetona, etc.) a fin de aprovecharlos de nuevo.

## TOLUENO

Otros nombres: Metilbenceno; toluol; fenilmetano.

Fórmula:  $\text{C}_6\text{H}_5(\text{CH}_3)$   
Peso molecular: 92,13 ( $\text{C}_7\text{H}_8$ )

Propiedades: Líquido inflamable y refringente, de olor parecido al del benceno.

Densidad: 0,87

Punto de ebullición: 110,6°C

Usos ilícitos: Solvente en la producción del clorhidrato de cocaína y de otras sustancias fiscalizadas.

Fiscalización: Estados Unidos (CDTA); Naciones Unidas; OEA.

Usos lícitos: Obtención de ácido benzoico y benzaldehído; producción de explosivos, tintes y muchas otras sustancias orgánicas; solvente de pinturas, lacas, gomas y resinas; en la extracción de diversas sustancias vegetales; como aditivo de la gasolina; como sustitutivo del benceno en los laboratorios; en la producción del diisocianato de tolueno, para hacer espumas de poliuretano y otros elastómeros. Alrededor del 45% del tolueno que se produce en los Estados Unidos se convierte en benceno.

Producción anual:

EE.UU.: 3.182.000 TM (efectiva, 1990).

Europa Oc.: 2.448.000 TM (capacidad, 1991).

Asia: 2.743.000 TM (cap., 1991).

México: 368.000 TM (efectiva, 1990); 465.000 TM (cap., 1991).

Sudamérica: 534.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 333.000 TM (efectiva, 1990).

Importación anual: 336.000 TM (efectiva, 1990).

Obtención: A partir del aceite de alquitrán o del petróleo.

Transporte y almacenamiento:

Garrafas de vidrio; barriles y bidones metálicos; cajas de fibra vulcanizada forradas de vidrio o loza. Vagones y camiones cisterna, barcasas y buques cisterna.

Fabricantes:

EE.UU.: Unas 22 empresas, entre ellas, Amerada Hess, Amoco, Exxon, BP America.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Portugal, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Tailandia, Taiwán.

Sudamérica: Argentina, Brasil, Colombia, Chile.

Observaciones: Solvente que se usa en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína. Se ha hallado en muestras de cocaína confiscadas en los Estados Unidos. También se encuentra en combustibles de hidrocarburos.

## TRICLOROETILENO

Otros nombres: Tricloroeteno.

Fórmula:  $\text{ClHC=CCl}_2$

Peso molecular: 131,40 ( $\text{C}_2\text{HCl}_3$ )

Propiedades: Líquido incoloro, movedizo, pesado, incombustible, de olor parecido al del cloroformo; el producto industrial contiene estabilizadores (estereato de trietanolamina y cresol).

Densidad: 1,47

Punto de ebullición: 86,7°C

Usos ilícitos: Solo o con otros solventes sirve para la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: OEA.

Usos lícitos: Solvente de grasas, ceras, resinas, aceites, caucho, pinturas y barnices; solvente de ésteres y éteres de celulosa; se usa en muchas industrias (café, especias) para la extracción de solventes; en lavado en seco y como quitagrasas; en la fabricación de productos orgánicos químicos y farmacéuticos, como el ácido cloroacético.

Producción anual:

EE.UU.: 290.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 407.000 TM (cap., 1991).

Asia: 98.000 TM (cap., 1991).

Estados Unidos:

Exportación anual: 9.650 TM (2/89 a 1/90).

Obtención: A partir del tetracloroetano simétrico por tratamiento con cal en presencia de agua. Por descomposición térmica del vapor

de tetracloroetano en presencia de cloruro cálcico.

Transporte y almacenamiento: Debe guardarse en tubos o ampollas cerradas de vidrio opaco; no se debe exponer demasiado tiempo al calor excesivo. Se transporta en bidones de 208 litros (55 galones), vagones, camiones, barcasas y barcos cisterna.

Fabricantes:

EE.UU.: Dow Chemical, PPG Industries.

Europa Oc.: Alemania, Austria, España, Francia, Italia, Reino Unido.

Asia: Japón.

Observaciones: Por sus propiedades como solvente, los laboratorios de elaboración clandestina del clorhidrato de cocaína podrían usar el tricloroetileno (solo o combinado con otros solventes), pero en realidad nunca se ha encontrado en ellos. Para usos domésticos e industriales se tiende a sustituirlo por compuestos menos tóxicos (como el tricloroetano y el diclorometano). En dosis moderadas causa intoxicación; las dosis altas deprimen el sistema nervioso; las muy altas causan el colapso hepático y renal y la muerte. A veces, la exposición al tricloroetileno causa defunciones súbitas, probablemente por fibrilación ventricular. Tal vez sea cancerígeno en las personas; debe usarse con ventilación adecuada. Tiende a descomponerse si se expone demasiado a la luz o al calor.

## UREA

Otros nombres: Carbamida.

Fórmula:  $\text{CO}(\text{NH}_2)_2$

Peso molecular: 60,06 ( $\text{CH}_4\text{N}_2\text{O}$ )

Descripción: Cristales tetragonales incoloros, de ligero olor amoniacal; soluble en agua y alcohol, casi insoluble en éter y cloroformo.

Densidad: 1,32

Punto de fusión: 132,7°C

Usos ilícitos: Materia alcalina que puede emplearse para la producción de pasta de coca y cocaína básica; asimismo, para la síntesis del ácido barbitúrico.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: La mayor parte de la urea (el 73% de la producción) se usa como abono (por su alto contenido de nitrógeno (46%)). El resto se dedica a piensos (6,5%); fabricación de resinas (urea-formaldehído, 5%) y plásticos (melamina, 2,5%), fabricación de papel (para ablandar la celulosa), y como diurético.

Producción anual:

EE.UU.: 7.094.000 TM (capacidad, 1991).

Europa Oc.: 6.403.000 TM (cap., 1991).

Asia: 8.603.000 TM (cap., 1991).

México: 3.168.000 TM (cap., 1991).

Sudamérica: 5.587.000 TM (cap., 1991).

Obtención: El amoníaco y el dióxido de carbono líquidos reaccionan al calor y alta presión para formar carbamato amónico, que

al bajar la presión se deshidrata y da urea. Asimismo, por hidrólisis de la cianamida. La urea es producto natural del metabolismo de las proteínas.

Transporte y almacenamiento: Substancia inocua; se reparte en sacos de 22,5 y 45 kg (50 y 100 libras); bidones de 90 kg; vagones cisterna y de tolva y camiones cisterna. También se reparte en soluciones acuosas al 50% y al 73%.

Fabricantes:

EE.UU.: 20 empresas, entre ellas, Arcadian, CF Industries, Freeport-McMoRan, Unocal.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, España, Finlandia, Francia, Irlanda, Italia, Noruega, Países Bajos, Portugal, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Indonesia, Japón, Tailandia, Taiwán.

Sudamérica: Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Perú, Venezuela.

Observaciones: La urea se ha hallado en algunos laboratorios de cocaína. Es una de las diversas sustancias alcalinas (como los carbonatos sódico, potásico o cálcico, el óxido cálcico o el hidróxido sódico) que se pueden usar en la preparación de la cocaína y otras sustancias; es indispensable contar con una de ellas. Las exportaciones de los Estados Unidos son relativamente bajas. La urea se encuentra dondequiera que se utilizan abonos agrícolas.

## XILENOS

Otros nombres: Dimetilbenceno; xilol; xilenos mixtos. El xileno se presenta en tres formas: orto-xileno (1,2-dimetilbenceno); meta-xileno (1,3-dimetilbenceno); para-xileno (1,4-dimetilbenceno).

Fórmula:  $C_6H_4(CH_3)_2$   
Peso molecular: 106,16 ( $C_8H_{10}$ )

Propiedades: Los xilenos son inflamables e irritan la piel, las membranas mucosas y las vías respiratorias. Por "xileno" se entiende la mezcla de dos o más de sus tres isómeros o cada uno de esos isómeros por separado. El xileno comercial es una mezcla de los tres isómeros y suele contener pequeñas cantidades de tolueno, etilbenceno, fenol, trimetilbenceno y otras sustancias.  
Características: xilenos mixtos, líquido movedizo; orto- y meta-xilenos, líquidos incoloros; para-xileno, placas o prismas incoloros que se funden a 13° C, transformándose en un líquido incoloro.

Densidad: 0,86

Punto de ebullición: 137-140°C

Usos ilícitos: Solvente en la conversión de la cocaína básica en clorhidrato de cocaína.

Fiscalización: Se desconoce.

Usos lícitos: Los xilenos mixtos se emplean como antidetonantes en la gasolina y los combustibles de aviación. El orto-xileno se emplea en la obtención del anhídri-

do ftálico (para producir fibras de poliéster) y la fabricación de plaguicidas. El meta-xileno se emplea en la obtención del ácido isoftálico, que a su vez se usa en la fabricación de pinturas, acabados y resinas, y en la obtención del nitrilo isoftálico (de uso en productos agroquímicos). El para-xileno (el más importante de los tres, comercialmente) se emplea principalmente en la obtención del ácido tereftálico (que se usa en la fabricación de poliésteres); en menor escala también se emplea como solvente y en la fabricación de revestimientos y plaguicidas.

### Producción anual:

#### EE.UU.:

Xilenos mixtos: 2.994.000 TM (efectiva, 1990); 5.890.000 TM (capacidad, 1991).

Orto-xileno: 527.000 TM (cap., 1991).

Para-xileno: 2.726.000 TM (cap., 1991).

#### Europa Oc.:

Xilenos mixtos: 2.825.000 TM; Orto-xileno: 784.000 TM; Para-xileno: 1.512.000 TM, (capacidades, 1991).

#### Asia:

Xilenos mixtos: 5.469.000 TM; Orto-xileno: 472.000 TM; Para-xileno: 3.080.000 TM, (capacidades, 1991).

México: 404.000 TM (efectiva, 1990).

#### Estados Unidos:

Exportación anual: 807.000 TM (todos los xilenos; de 2/89 a 1/90).

## XILENOS (continuación)

Obtención: Los xilenos mixtos se obtienen de la reformación catalítica del chorro aromático de las refinerías de petróleo; el tolueno, entre otros compuestos aromáticos, se puede convertir en xileno. Cada isómero puro se obtiene a partir de la mezcla de xilenos por reacción bajo hidrógeno a alta temperatura, en presencia de un catalizador metálico.

### Transporte y almacenamiento:

Líquido inflamable; se transporta en garrafas de vidrio, barriles y bidones metálicos y cajas de fibra vulcanizada forradas de vidrio o loza. Se reparte en bidones de 208 litros (55 galones), vagones y camiones cisterna, barcasas y barcos cisterna.

### Fabricantes:

EE.UU.: Xilenos mixtos: Unas 20 empresas, entre ellas: Amerada-Hess, Amoco, Chevron, Exxon, Kerr-McGee, Phillips Petroleum, Sun, USX-Marathon, Unocal.

Orto-xileno: AroChem, Exxon, Koch, Lyondell Petrochemical, Mobil, Phillips Petroleum.

Para-xileno: Amoco, Chevron, Exxon, Koch, Lyondell Petrochemical, Mobil, Phillips Petroleum, St. Croix Petrochemical.

Europa Oc.: Alemania, Austria, Bélgica, España, Francia, Italia, Países Bajos, Portugal, Reino Unido.

Asia: Corea del Sur, Japón, Singapur, Taiwán.

México: Pemex.

Observaciones: En los Estados Unidos se ha encontrado xileno (generalmente mezclado con otros solventes) en muestras confiscadas de cocaína. Como solvente, el xileno tiene propiedades parecidas a las del tolueno. No se ha encontrado xileno (salvo, tal vez, como combustible de aviación) en los laboratorios de elaboración de cocaína que se han allanado judicialmente. El xileno es tóxico y en dosis elevadas provoca la depresión respiratoria y el coma.

## YODO

---

Fórmula:  $I_2$

Peso molecular: 253,82

Propiedades: Escamas o láminas negroazuladas, de olor característico y fuerte sabor acre; al sublimarse, da un vapor corrosivo de color violeta.

Densidad: 4,93

Punto de ebullición: 113,6°C

Usos ilícitos: En la producción de metanfetamina.

Fiscalización: Desconocida.

Usos lícitos: En la producción de compuestos del yodo, germicidas y antisépticos; para reducir la fricción de superficies duras (acero inoxidable, vidrio, etc.); reactivo importante en química analítica.

Estados Unidos:

Exportación anual: Se desconoce.

Obtención: Del nitrato sódico extraído del caliche de Chile. A partir de las algas marinas.

Fabricantes:

EE.UU.: Deepwater, Iochem, North American Brine Resources, Woodward Iodine.

Europa Oc.: Países Bajos, Reino Unido.

Asia: Indonesia, Japón.

Observaciones: El yodo y el agua, mezclados con sulfuro de hidrógeno (ácido sulfhídrico), forman el ácido yodhídrico; éste, a su vez, es el principal agente reductor en la síntesis de la metanfetamina.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

**cicad**

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECURUR/doc.12/94  
9 diciembre 1994  
Original: español

PELIGROS EN LOS LABORATORIOS QUIMICOS

PELIGROS EN LOS LABORATORIOS QUÍMICOS

WAYNE K. JEFFERY

A/C de la SECCIÓN DE TOXICOLOGÍA

LABORATORIO FORENSE DE LA  
REAL POLICÍA MONTADA DE CANADÁ

VANCOUVER, C.B.

188

9500091.

En esta conferencia, trataremos los siguientes temas:

1. Asesoramiento del peligro
2. Conocimientos necesarios
3. Tipos de trampas explosivas
4. Equipamientos de seguridad
5. Los químicos y la seguridad
  - problemática de la seguridad en el laboratorio
  - la salud, la inflamabilidad y el nivel de reactividad de los químicos
  - precauciones generales para la manipulación segura de químicos
  - ácidos
  - base
  - disolventes
6. Efectos tóxicos de los químicos
7. Eliminación de materiales peligrosos
  - reciclaje
  - eliminación
    - incineración de materiales inflamables
    - dilución e incineración posterior
    - neutralización

9500091.

189



### PROCEDIMIENTOS EN EL LABORATORIO DE QUÍMICA

1. Los peligros más inmediatos en el laboratorio radican en los incendios, las explosiones, la inhalación de químicos y el contacto cutáneo con los químicos.
2. La mayoría de los químicos que se encuentran en el laboratorio son corrosivos, explosivos o inflamables bajo la mayoría de condiciones.
3. Advertencia: no huela o pruebe químicos/ drogas, ni fume, beba o coma en un laboratorio clandestino.

### ASESORAMIENTO DEL PELIGRO

1. Una amplia gama de químicos
2. Una amplia gama de equipamientos químicos
3. Varios procesos químicos y varios productos farmacológicos
4. Es posible que las observaciones preliminares no indiquen qué que químicos o fármacos se ven involucrados.
5. Existe la posibilidad de que los químicos hayan sido mal etiquetados.

190

9500091.

El asesoramiento del peligro se hace difícil, mismo cuando los químicos han sido etiquetados y se conoce la vía de fabricación, porque existe la posibilidad de que los peligros no hayan sido determinados. Es necesario suponer que todo laboratorio es potencialmente peligroso hasta que se haya comprobado lo opuesto. También, es necesario mantener un mínimo de normas de seguridad. No deje de observar las precauciones de seguridad porque éstas sean inconvenientes, molestas o porque Vd. piense que no sean necesarias. Podrían llegar a salvarle la vida.

#### PELIGROS COMUNES

1. El calor. Ácido + agua: base + agua.
2. Fuego. Disolventes.
3. Explosiones: acumulación de disolventes
4. Escape de gases tóxicos, HCL concentrado
5. Derivados tóxicos: ácido clorhídrico + permanganato  
potásico produce gas de cloro.
6. Sustancias sensitivas a los cambios bruscos.

791

9500091.

**CONOCIMIENTOS NECESARIOS**

1. Cómo manejar una situación potencialmente peligrosa.
2. Conozca los químicos que se utilizan en el proceso y los peligros involucrados.
3. Conozca las vías de fabricación y los peligros involucrados.
4. Si no esta seguro/a, consulte con alguien que sepa.
5. Use un equipo especializado en laboratorios clandestinos, los que han tenido un entrenamiento más intenso.

**TRAMPAS EXPLOSIVAS**

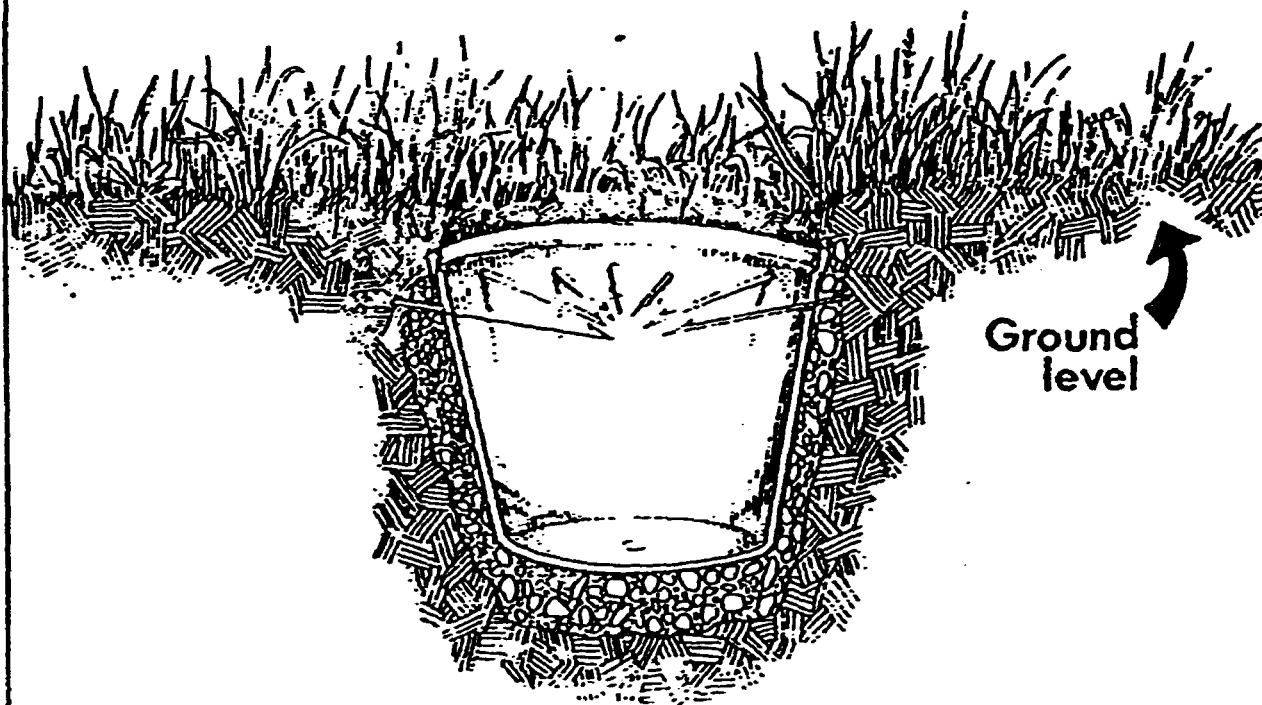
Al igual que muchos otros tipos de trampas, éstas no están diseñadas para matar sino que sólo para mutilar.

192

9500091

## Venus Fly Trap

This device can be made from an old flower pot planter or a steel pot. Barbs can be sharpened steel spikes or even fishhooks that are bent straight. The pot is buried and then covered in order to appear natural. It may be anchored in concrete.

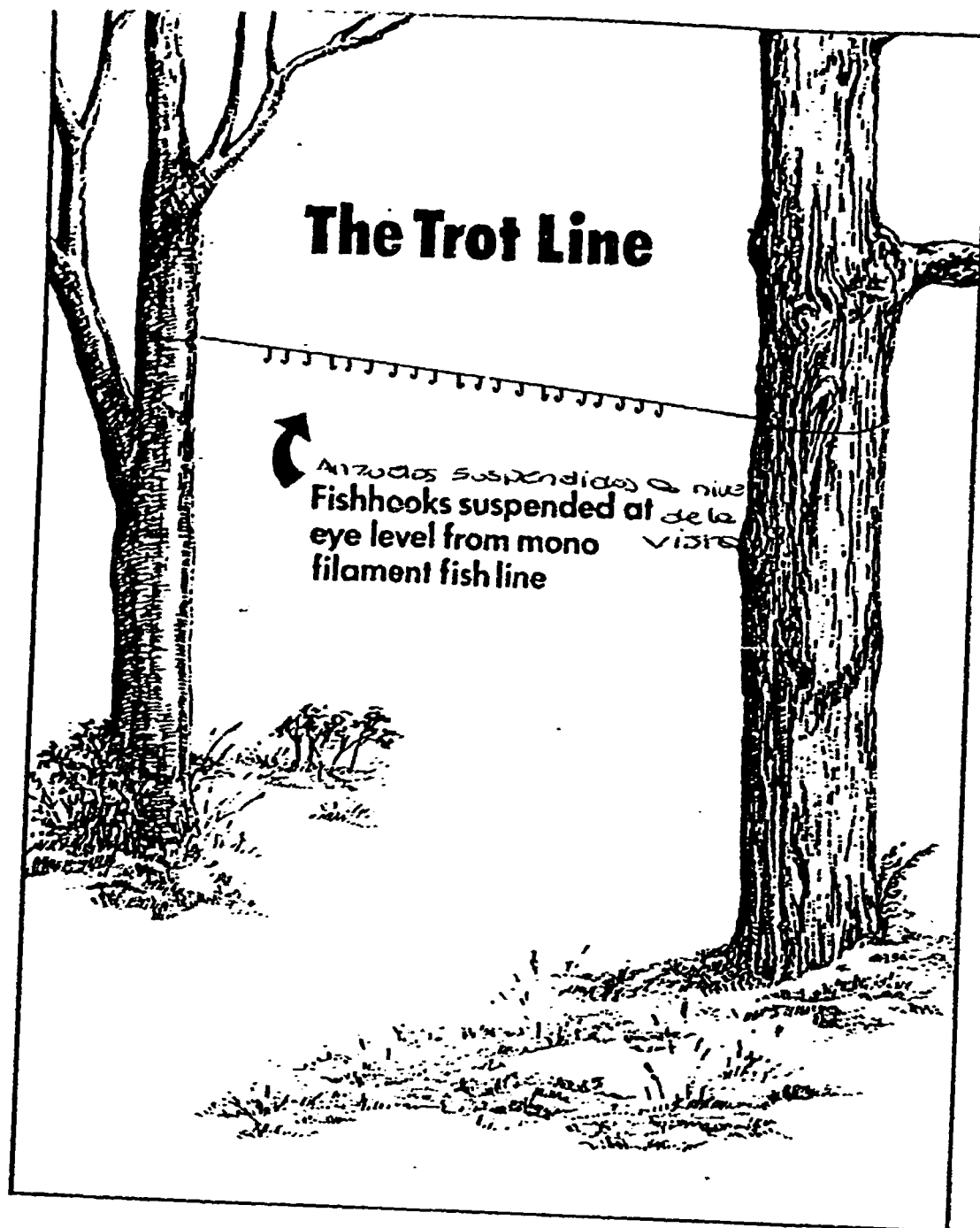


To escape from this trap — either break spikes or bend them downward. Never attempt to pull foot out! Seek medical help immediately.

As with many of the other types of traps, it is not designed to kill, only to maim.

193

9500091.



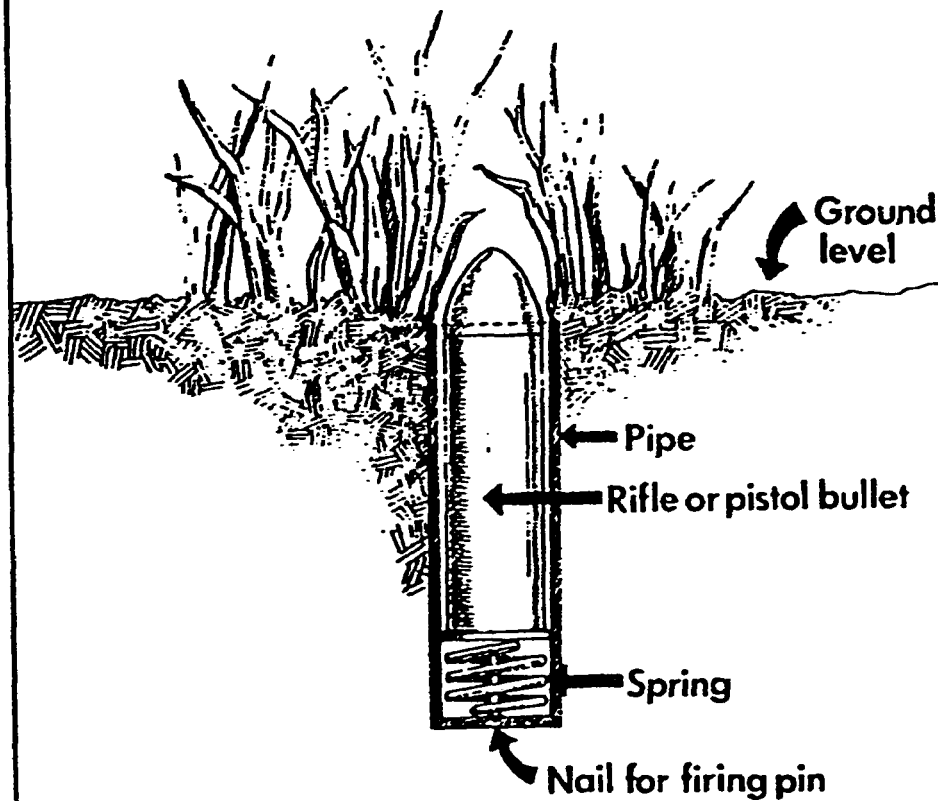
**The Trotline** This trap is inexpensive, easy to manufacture, and extremely effective. The trap consists of a monofilament fishing line strung between two trees at eye level. Anchored on the line are numerous fishing hooks, which injure the intruder. This trap is almost impossible to see, even under the best of lighting conditions.

194

9500091.

## Foot Breaker

Downward pressure causes firing pin to strike bullet, firing it into victim's foot!



Steel shank boots will generally stop this one.

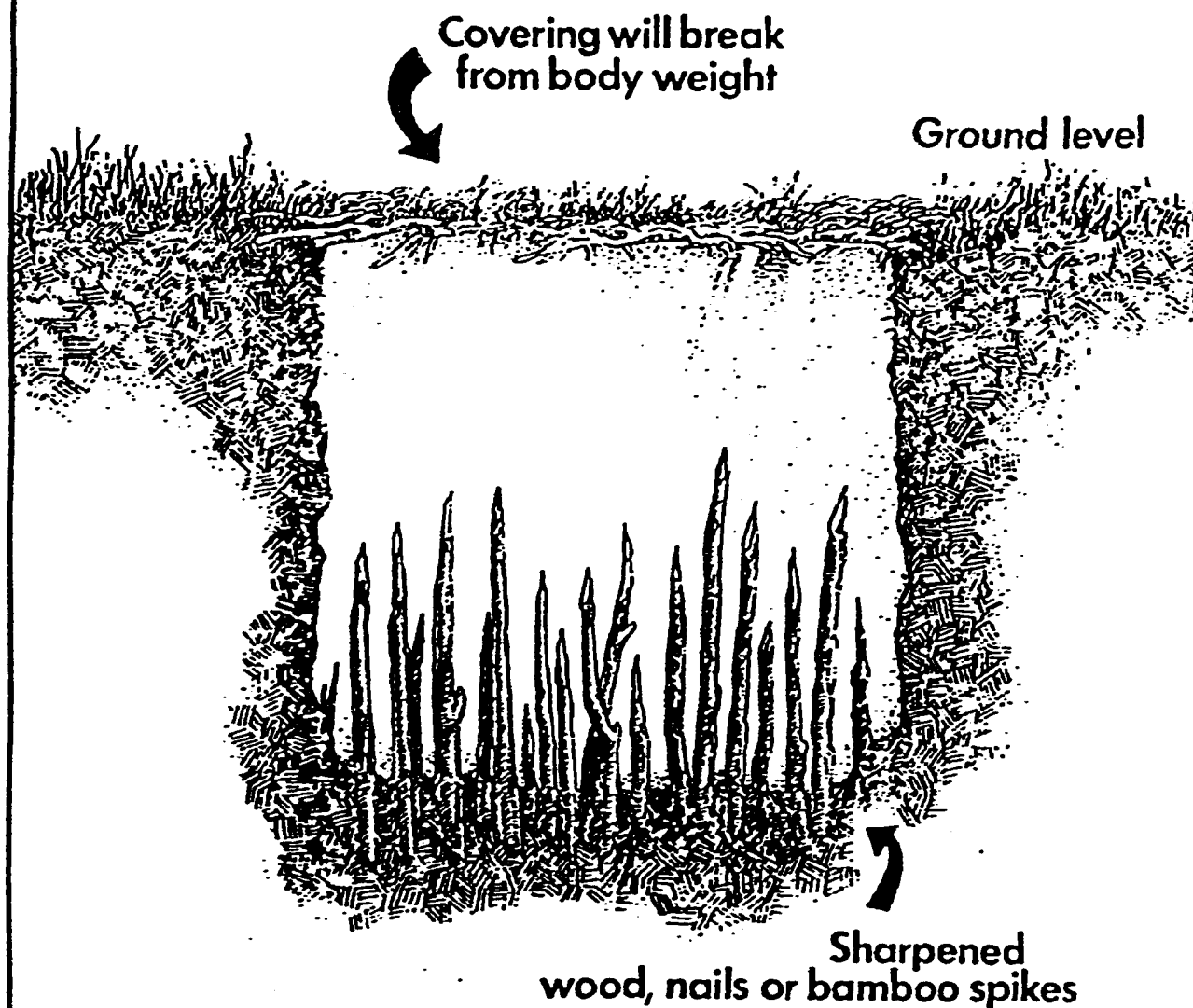
**The Foot Breaker.** This device can be manufactured by the perpetrator or purchased through some mail order survivalist-type magazines. It consists of a metal pipe, which is used to house a .22 or .25 caliber bullet. The bullet is placed inside with a spring-loaded firing pin at the base of the pipe. The pipe is then anchored in the ground. When it is stepped on, the weight of the victim activates

the firing pin and shoots the bullet into the victim's foot. Although this device is not designed to kill the intruder, it will wound sufficiently to remove the officer from the assault team. Officers who wear boots with steel-shank soles may find these are sufficient to stop the bullet. This trap is difficult to detect, and it will most likely be located on the entry path to the target area.

195

9500091.

## The Punji Pit



*The Punji Pit.* A standard in guerilla warfare, the punji pit was widely used in World War II and Vietnam. The punji pit is a large, deep hole in the ground containing many bamboo spikes or rusty nails, which are coated commonly with feces, urine, antifreeze, or other substances designed to promote infection and cause discomfort for the victim. The punji pit is difficult to spot because it is covered with leaves and small tree branches. The intruder steps on the covering and his or her body weight breaks the branches, dumping the victim into the pit. Investigators should look for leaves and branches that are dead and obviously not part of the surrounding greenery, or for anything in the road that does not seem to fit in the environment. Sometimes dead animals are nailed to or hung from trees to distract the attention of the intruder, or to lure him or her to the trap.

196

9500091.

## Interior Traps

**Magazine Bomb.** This device is a magazine that has had a portion of the inner pages removed so a mouse trap will fit inside unobtrusively. The mouse trap is affixed to a blasting cap, which will detonate when the magazine is opened. X-rated magazines are normally used to lure the victim. Magazine bombs can cause injury to the face, loss of fingers, or even death.

**Hot Light.** This is an incendiary device consisting of a standard light bulb that has been filled with a combustible liquid such as ether, kerosene, or gasoline. When the light switch is turned on, the device detonates, creating an explosion, and possibly igniting the victim's clothing. Variations of this trap include hand grenades that have been affixed to light sockets in place of light bulbs.

**Armstrong's Mixture.** Armstrong's mixture is a fairly new device, usually found in methamphetamine laboratories operated by outlaw motorcycle gangs. The device is made from a mixture of red phosphorous and potassium chlorate. After the explosives are made, they are then rolled up in an aluminum foil ball. Once the chemicals are mixed together and put in the foil, they are immersed in alcohol to render the material harmless. When the alcohol dries, the chemicals become volatile.

The devices are designed to look like packages of drugs wrapped in foil. When an officer attempts to open the package to check its contents, the tin foil activates the chemicals by rubbing against them, thereby triggering an explosion. The balls usually come in three sizes, and the extent of injury will depend on the size of the ball: (a) marble sized: loss of fingers or eyesight, and facial damage; (b) egg sized: loss of hand or part of an arm, loss of eyesight, facial damage, possible fatality; (c) baseball sized: always fatal.

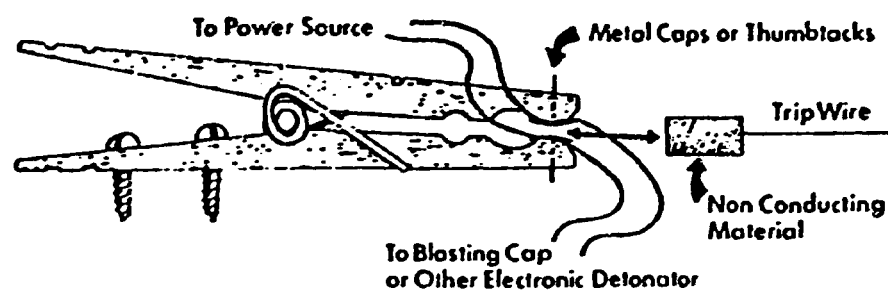
**The Mouse Trap.** The mouse trap is designed to kill and maim. It consists of a standard mouse trap, which is used as a firing pin for a shotgun shell that is attached to the trap. A trip wire activates the catch on the mouse trap, thereby detonating the shotgun shell. These traps are commonly attached to trees at both knee and head level. Although the trap is usually fatal, sometimes they are used merely to warn suspects of intruders.

197

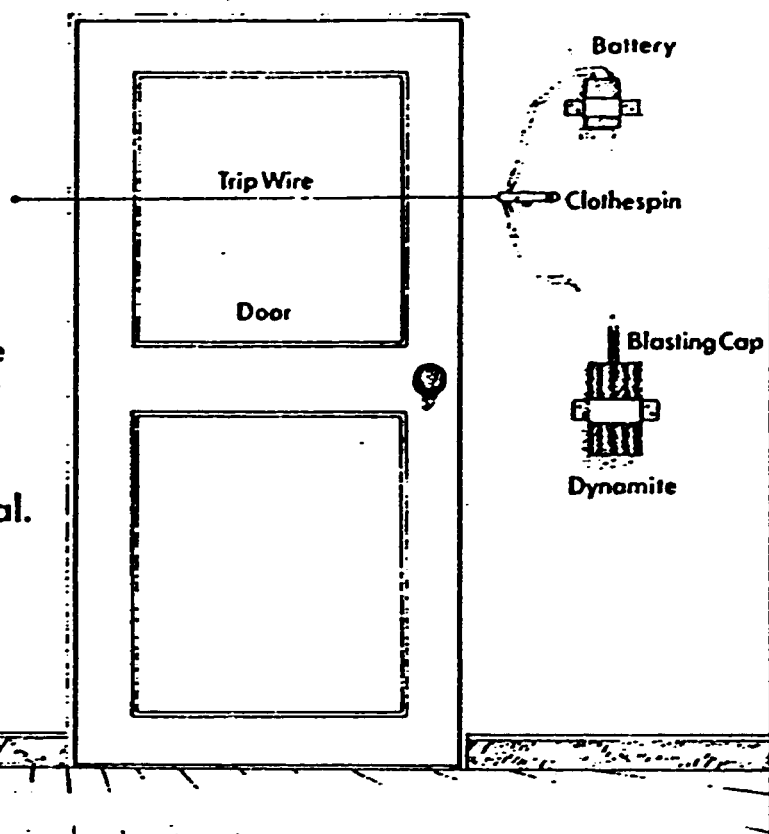
9500091.

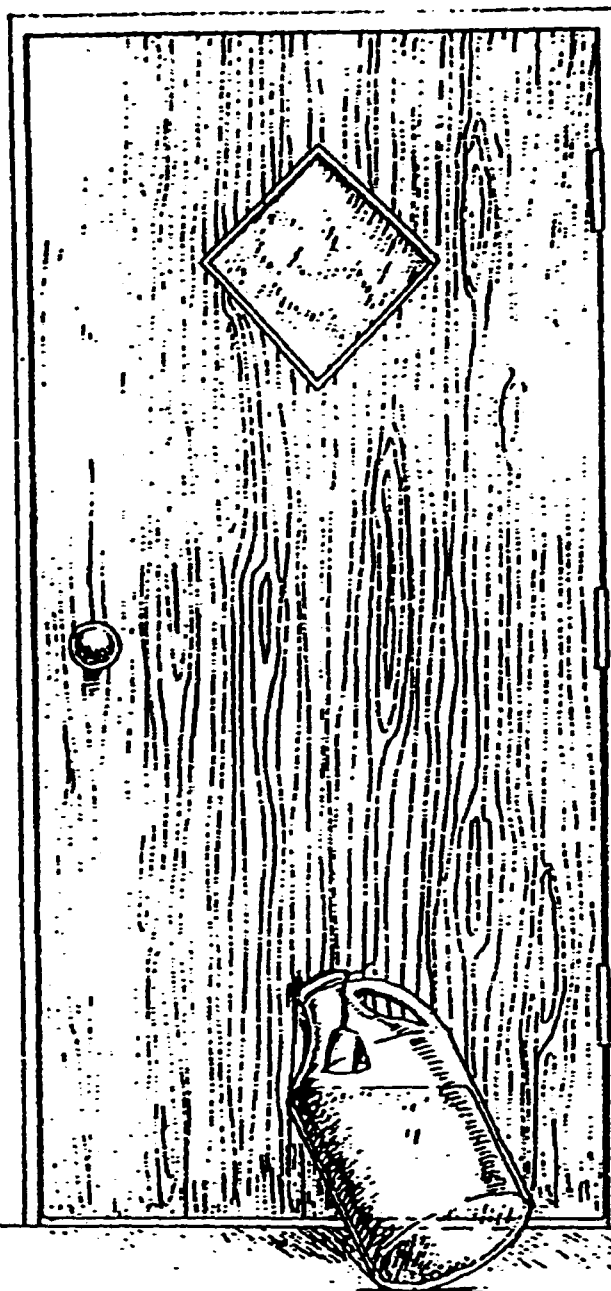


## The Clothespin Bomb



This device can be used on a door or gate, and can be used with any explosive material.





## Flash Fire Bomb

2-liter bottle contains  
concentrated  
sulfuric acid and  
gasoline

Tea bag contains  
potassium chlorate  
and sugar

199

9500091.

**SEGURIDAD:**

200

9500091.

## **Niveles de protección**

### **Nivel A**

#### **Completamente encapsulado**

- **Protección contra materiales altamente corrosivos y tóxicos que presentan peligros agudos y severos cuando entran en contacto con la piel o por medio de absorción de gases o vapores a través de la piel.**
- **Estos materiales no han sido identificados.**

- 1. SCBA**
- 2. Traje completamente encapsulado a prueba de químicos**
- 3. Guantes a prueba de químicos**
- 4. Botas de seguridad a prueba de químicos**
- 5. Equipo emisor y receptor**
- 6. Casco**

**Niveles de protección**  
**Nivel B**

**Es necesario el nivel más alto de protección respiratoria pero se considera que el ambiente no es agudamente tóxico en cuanto al contacto con la piel o a la absorción de gases o vapores a través de la piel.**

- 1. Mascarilla SCBA que cubra toda la cara**
- 2. Vestimenta a prueba de químicos**
- 3. Guantes a prueba de químicos**
- 4. Botas de seguridad a prueba de químicos**
- 5. Casco**
- 6. Equipo emisor y receptor**

## **Niveles de protección**

### **Nivel C**

Rigen los criterios que indican la necesidad de utilizar protección respiratoria y no se considera que el ambiente sea tóxico por medio de contacto cutáneo.

1. Mascarilla de respiración que cubra toda la cara, equipada con cartucho purificador de aire que.
2. Vestimenta prueba de químicos
3. Guantes a prueba de químicos
4. Botas a prueba de químicos
5. Casco
6. Equipo emisor y receptor

### **Niveles de protección**

#### **Nivel D**

Cuando la atmósfera no contenga peligros conocidos, las funciones laborales excluyan la posibilidad de salpicaduras y no exista el potencial de inhalar o entrar en contacto con niveles peligrosos de químicos:

1. Delantal
2. Botas de seguridad
3. Anteojos de seguridad
4. Casco
5. Mascarilla

203

9500091.

**EQUIPAMIENTO DE SEGURIDAD:****1. Vestimenta de seguridad:**

- anteojos de seguridad
- delantales descartables *Seranax*
- guantes
- cobertura para calzado
- botas de goma

Use camisas de algodón de mangas largas y jeans debajo del delantal.

**2. Mascarillas de respiración**

- filtros que cubran la cara entera
  - vapores orgánicos y ácidos
  - amoníaco y amina de metilo

Éstos no pueden utilizarse simultáneamente. No han sido diseñados para uso con químicos que pueden poner la vida en peligro.

**3. Aparatos autónomos de respiración.****EQUIPAMIENTO DE SEGURIDAD PERSONAL**

Delantales o uniformes de faena catalogados como a prueba de químicos y fuego (*Saranex, Nomex, Chemklos, Cellulosic*). Antojos de protección para salpicaduras de químicos (*Encon 160, Monogoggles*). Guantes a prueba de químicos (*neoprene, nitrile, PVC nitrile*). Botas de seguridad a prueba de químicos. Mascarilla de respiración (cartucho químico, filtro para mascarilla antigás, aparatos autónomos de respiración). Cordón de seguridad, casco protector y linterna a prueba de explosiones.

**EQUIPAMIENTO DE SEGURIDAD  
PARA USO EN EL LUGAR DEL HECHO**

Cordón de barricada, olfateador *TLV*, detector y tubos *Matheson/Kitagawa*, herramientas que no desprendan chispas al trabajar con ellas, carteles de «Prohibido Fumar», matafuegos (químico seco  $\text{Co}_2$  halón), una frazada a prueba de fuego, lámpara fluorescente a prueba de explosiones, tapas para todo tipo de recipientes, cortaplumas, cordón de seguridad y linterna a prueba de explosiones.

204

9500091.

## EQUIPAMIENTO PARA UNIDADES DE REACCIÓN RÁPIDA QUÍMICOS PELIGROSOS

Trajes (de cuerpo entero) *Tyvek*, cascos y coberturas para zapatos y botas; guantes *PVA*; guantes de látex y vinilo; cartuchos para mascarillas de respiración (gas ácido, orgánico, combinación), mascarillas de respiración descartables; anteojos de seguridad de repuesto, casco y mascarillas de respiración de repuesto (todos tipos).

### Mascarillas de respiración Cartuchos químicos

1. Vapor orgánico
  - Éter, acetona, etc.
  - Para uso en interiores y a la intemperie
2. Cartucho para gas ácido
  - Ácido sulfúrico, etc.
  - Interiores y para la intemperie
3. Combinación de 1 y 2
  - Uso de vapores orgánicos y ácidos.

Intemperie = área bien ventilada  
Interiores = químicos en recipientes sellados.

### Filtros antigás

- Código color amarillo
- Utilice con químicos específicos
- Intemperie = área bien ventilada.
- Interiores = químicos en recipientes sellados.

### Aparatos de respiración autónomos

- Para áreas bien ventiladas.
- Para interiores, si los químicos no están sellados.
- Áreas deficientes en oxígeno
- Hoyos
- Fosos
- Alta concentración de químicos.

205

9500091.



- Pérdidas de químicos.
- Si no se está seguro con otro tipo de mascarilla de respiración.

### LOS QUÍMICOS Y LA SEGURIDAD:

**Reactivo:** Una sustancia que se utiliza con varios fines porque ocurre en una o más reacciones químicas o procesos biológicos.

**Precursor:** Una sustancia a partir de la cual se forma otra.

**Disolvente:** Una sustancia capaz de disolver una o más sustancias.

### DEFINICIONES DE LA DEA

**Reactivo:** Un reactivo reacciona químicamente con uno o más precursores pero no forma parte del producto final.

**Precursor:** Es una materia prima utilizada en una sustancia de uso restringido que forma parte del producto final.

**Disolvente:** Éstos no reaccionan químicamente con un precursor o un disolvente ni tampoco forman parte del producto terminado. Los disolventes son utilizados para disolver precursores o reactivos, para diluir mezclas reactivas y para separar y purificar otros químicos.

### ASUNTOS DE SEGURIDAD

#### 1. El trabajo en el laboratorio clandestino.

- verificar la existencia de diversos vapores: orgánicos, hidrocarburos y gases.
- Ventile el área: abra todas las puertas y use ventiladores.
- Retire toda sustancia inflamable.
- No fume o coma, ni tampoco encienda llamas.
- Evite el uso de chispas eléctricas (cámaras con flash).

206

9500091.

- Gases comprimidos: primero cierre la válvula del tanque (localizada en la parte superior del mismo); luego cierre el regulador al costado del tanque.
- Cierre las bombas de vacío.
- Apague las fuentes de calor externas.
- Enfríe todas las reacciones.
- Si ha habido un derrame en el laboratorio, utilice arena y bicarbonato de sodio, luego vertiéndolo dentro de un balde.

#### **CATALOGACIÓN DE LA REACTIVIDAD E INFLAMABILIDAD EN MATERIA DE LA SALUD**

##### Catalogación del nivel peligro para la salud

4. Unas pocas vaharadas del gas o vapor podrían causar la muerte. El gas, vapor o líquido podría ser fatal al penetrar la vestimenta protectora. Se debe usar la vestimenta protectora específica.
3. El material es extremadamente peligroso para la salud, pero se puede ingresar al área con extrema cautela. Se debe usar vestimenta protectora completa. No se debe exponer ninguna superficie cutánea.
2. El material es peligroso para la salud, pero se puede ingresar al área libremente con SCBA.
1. Material es sólo un poco peligroso para la salud. Sería aconsejable usar SCBA.
0. No existe peligro alguno.

207

9500091.

Reactividad

4. Materiales que son en sí capaces de detonar o que son susceptibles a la descomposición o reacción explosiva en temperaturas y presiones normales.
3. Materiales que son en sí capaces de detonar o que son susceptibles a la descomposición o reacción explosiva, pero que necesitan una fuente iniciadora fuerte. Están incluidos los materiales que son sensitivos a los cambios bruscos térmicos o mecánicos en temperaturas y presiones elevadas o que reaccionan explosivamente con el agua sin la necesidad de calor.
2. Materiales que son normalmente inestables y se ven sujetos con facilidad a cambios químicos violentos pero que no estallan. Están incluidos los materiales que reaccionan violentamente con el agua o que pueden formar mezclas potencialmente explosivas con el agua.
1. Materiales que normalmente son estables pero que pueden tornarse inestable a temperaturas y presiones levadas. Pueden reaccionar con el agua y liberar cierta energía, aunque no violentamente.
0. Materiales que normalmente son estables, mismo bajo condiciones en que hay fuego, y que no son reactivos con el agua.

Algunos químicos no han sido catalogados.

208

9500091.

Inflamabilidad

4. Gases muy inflamables, líquidos inflamables muy volátiles y materiales que, en forma de polvos o vapores, forman fácilmente mezclas explosivas cuando se dispersan por el aire.
3. Líquidos que pueden encenderse bajo casi todas las condiciones presentes bajo temperaturas normales. Todo material que se enciende espontáneamente en el aire bajo temperaturas normales.
2. Líquidos que hay que calentar antes de que se enciendan. Sólidos que desprenden vapores inflamables.
1. Materiales que deben ser precalentados antes de que se enciendan.
0. Materiales que no se encienden.

**CATEGORÍAS DE MATERIALES PELIGROSOS  
SEGÚN NACIONES UNIDAS**

- |                         |                                   |
|-------------------------|-----------------------------------|
| 1. Explosivos           | 6. Venenos                        |
| 2. Gases                | 7. Material radioactivo           |
| 3. Líquidos inflamables | 8. Corrosivos                     |
| 4. Sólidos inflamables  | 9. Sustancias peligrosas diversas |
| 5. Agentes oxidantes    |                                   |

**GUÍA GENERAL PARA LA MANIPULACIÓN SEGURA  
DE QUÍMICOS CONFISCADOS****CINCO CATEGORÍAS DE PELIGROS:**

1. Líquidos inflamables. Ejemplo: éter etílico
2. Ácidos (corrosivos). Ejemplo: ácido hidrocórico
3. Bases (alcalinos). Ejemplo: hidróxido de sodio
4. Oxidantes fuertes. Ejemplo: permanganato potásico
5. Tóxicos (carcinógenos). Ejemplo: Benceno

Muchos de los químicos que se encuentran en laboratorios clandestinos han sido mal etiquetados o no etiquetados a fin de evitar su identificación. Use extrema cautela cuando manipule material desconocido.

209

9500091.

1. La manipulación y el transporte de químicos deben ser realizados sólo por personal científico habilitado.
2. Dentro de lo posible, el material debe ser transportado empacado en los recipientes originales.
3. Separe los recipientes para evitar que se rompan.
4. Separe los materiales por categorías de peligro.
5. El transporte debe realizarse acorde a la ley que rige al transporte de materiales peligrosos.
6. Los químicos no deben ser almacenados o manipulados por más tiempo que el período estrictamente necesario.
7. Conserve sólo los químicos que sean necesarios para aducir como evidencia.
8. Etiquete con exactitud todas las muestras.
9. Haga que el personal habilitado destruya el resto.
10. Dentro de lo posible, almacene químicos incompatibles en lugares diferentes.
11. Almacene los químicos en gabinetes a prueba de incendios y de explosiones.
12. Almacene los ácidos en gabinetes a prueba de ácidos e indique que son «CORROSIVOS».
13. Almacene a los alcalinos en un gabinete a prueba de agua y humedad.
14. Almacene a los oxidantes en un gabinete con interior no combustible e indique que son «OXIDANTES».
15. Los demás compuestos pueden ser almacenados juntos.
16. Tenga a su disposición equipamiento de seguridad.
17. Utilice lógica.

270

9500091.

18. Lea las etiquetas.
19. Nunca mezcle químicos.
20. Trabaje siempre con un compañero/a.

**SÍMBOLOS PARA INDICAR EL TIPO DE CONTENIDO  
EN LOS RECIPIENTES**

Diamante rojo	=	inflamable
Diamante blanco	=	corrosivo
Diamante amarillo	=	inflamable sólido, agente oxidante
Veneno	=	veneno

**SÍMBOLOS PARA INDICAR EL TIPO DE CONTENIDO DE  
GARRAFAS**

**(MOVER CON EXTREMO CUIDADO)**

Diamante rojo	=	gas inflamable
Diamante verde	=	gas no inflamable

211

9500091.



U.S. Department of  
Transportation  
Research and  
Special Programs  
Administration



# DOT CHART 9

## Hazardous Materials Marking, Labeling & Placarding Guide

This Marking, Labeling and Placarding Guide will assist shippers, carriers, fire departments, police, emergency response personnel, and others in complying with, and enforcing the regulations governing the safe transport of hazardous materials by highway, rail, water and air.

The information and illustrations presented in this Guide are intended to serve as an introduction to regulations governing hazardous materials transportation. The Guide should be read in conjunction with the Hazardous Materials Regulations (HMR; 49 CFR 100-199). Published annually, and amended periodically, the HMR are the key to compliance and contain the information needed to comply with the requirements for the safe transport of hazardous materials.

Hazardous materials markings, labels, placards, and shipping papers serve to communicate the hazards posed by materials in transportation. Hazard communication is the key to effective emergency response, and is also used to alert transportation workers and the general public of the presence of hazardous materials, insure that non-compatible materials are not loaded together in the same transport vehicle, and provide the necessary information for reporting hazardous materials incidents. The purpose of this Guide is to explain and identify the markings, labels and placards which appear on packages, freight containers and transport vehicles containing hazardous materials.

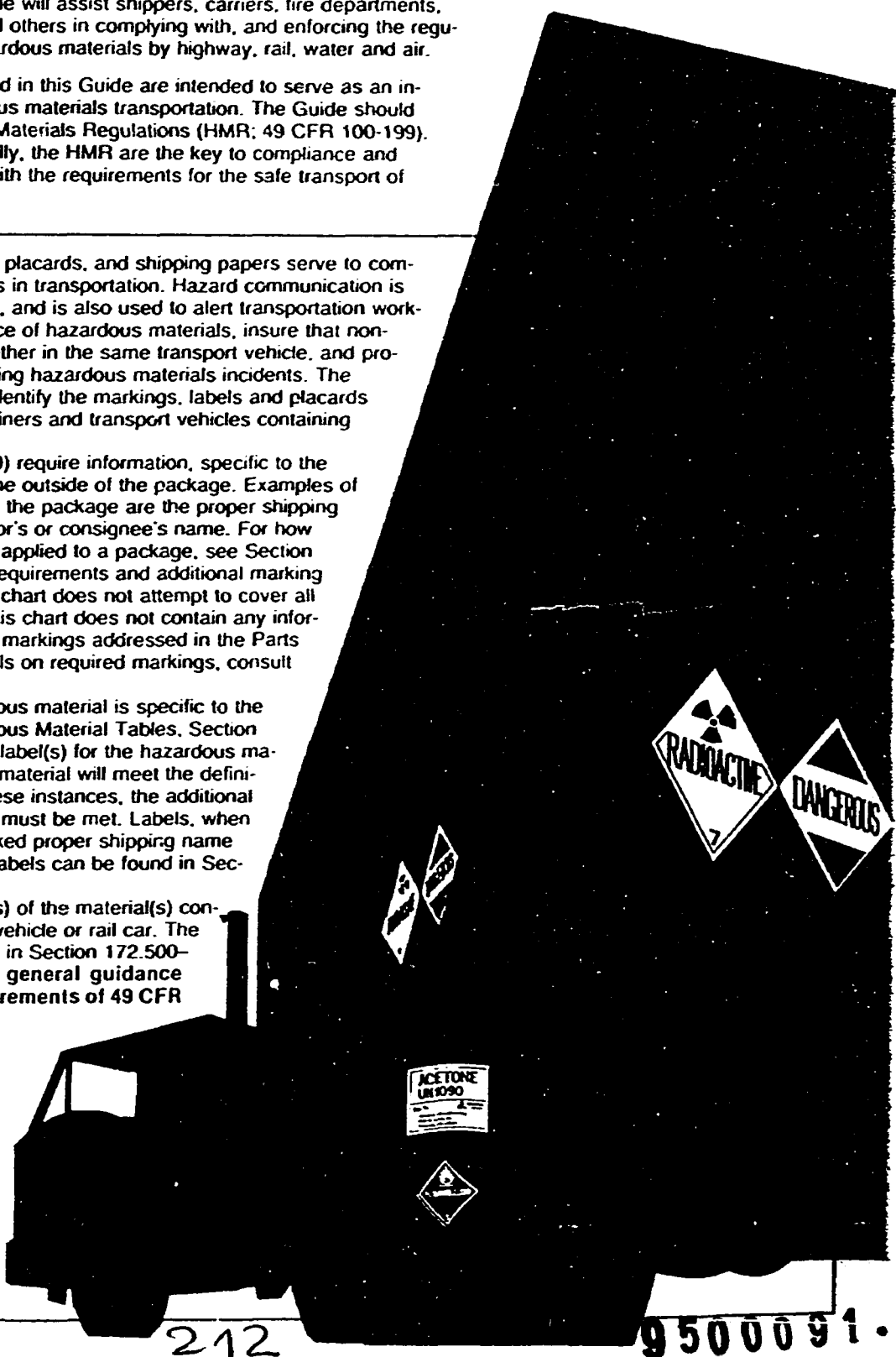
Marking regulations (Section 172.300) require information, specific to the hazardous material, to be "marked" on the outside of the package. Examples of the information required to be marked on the package are the proper shipping name, identification number and consignor's or consignee's name. For how markings required by the HMR are to be applied to a package, see Section 172.304. For exceptions to the marking requirements and additional marking requirements, see Section 172.300. This chart does not attempt to cover all the marking requirements. In particular this chart does not contain any information related to specification packaging markings addressed in the Parts 178 and 179 of 49 CFR. For further details on required markings, consult the appropriate sections in the HMR.

The Labeling of a package of hazardous material is specific to the hazard class of the material. The Hazardous Material Tables, Section 172.101 and 172.102, identify the proper label(s) for the hazardous material listed. In some cases, a hazardous material will meet the definition of two or more hazard classes. In these instances, the additional labeling requirements of Section 172.402 must be met. Labels, when required, must be placed next to the marked proper shipping name (Section 172.406). The requirements for labels can be found in Section 172.400-172.450.

Placards represent the hazard class(es) of the material(s) contained within the freight container, motor vehicle or rail car. The requirements for placarding are contained in Section 172.500-172.558. NOTE: This document is for general guidance only and is not a substitute for the requirements of 49 CFR 100-199.

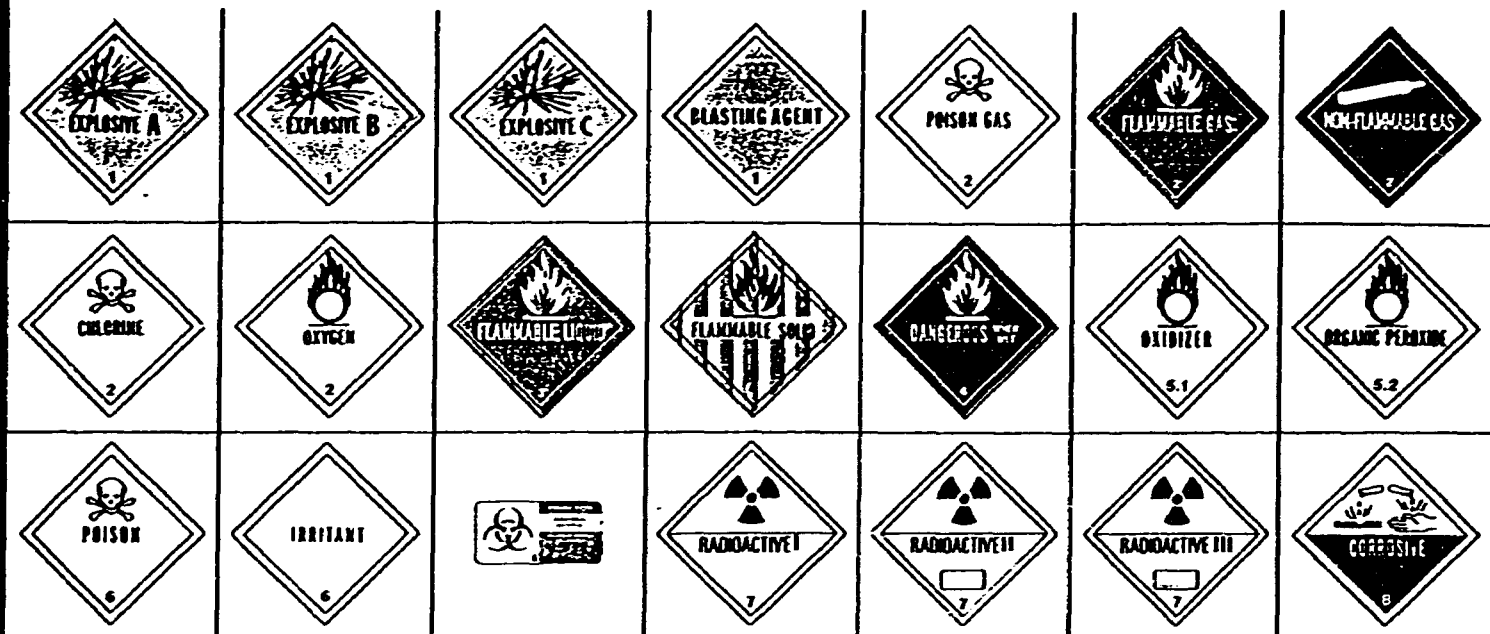
### Response begins with identification.

*A transport vehicle carrying 1 package of Radioactive Material labeled Yellow III, 500 pounds of Flammable Liquid and 600 pounds of Corrosive Materials would be placarded with both RADIOACTIVE and DANGEROUS placards.*



# Hazardous Materials Warning Labels

## DOMESTIC LABELING



### General Guidelines on Use of Labels (CFR, Title 49, Transportation, Parts 100-177)

- Labels illustrated above are normally for domestic shipments. However, some air carriers may require the use of International Civil Aviation Organization (ICAO) labels.
- Domestic Warning Labels may display UN Class Number, Division Number (and Compatibility Group for Explosives only) [Sec. 172.407(g)].
- Any person who offers a hazardous material for transportation MUST label the package, if required [Sec. 172.400(a)].
- The Hazardous Materials Tables, Sec. 172.101 and 172.102, identify the proper label(s) for the hazardous materials listed.
- Label(s), when required, must be printed on or affixed to the surface of the package near the proper shipping name [Sec. 172.406(a)].
- When two or more different labels are required, display them next to each other [Sec. 172.406(c)].
- Labels may be affixed to packages (even when not required by regulations) provided each label represents a hazard of the material in the package [Sec. 172.401].

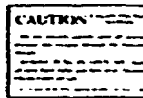
Check the Appropriate Regulations  
Domestic or International Shipment

### Additional Markings and Labels

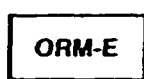
#### HANDLING LABELS



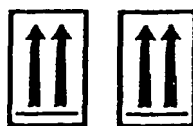
Cargo Aircraft Only  
172.402(b)



Bung Label  
172.402(e)

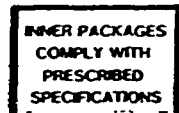


172.316

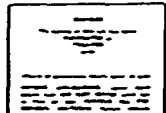


172.312(a)(c)

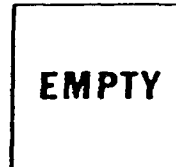
Package  
Orientation  
Markings



173.25(a)(4)



Fumigation  
173.9



173.427

Here are a few additional markings and labels pertaining to the transport of hazardous materials. The section number shown with each item refers to the appropriate section in the HMR. The Hazardous Materials Tables, Section 172.101 and 172.102, identify the proper shipping name, hazard class, identification number, required label(s) and packaging sections.

### Poisonous Materials



172.505



172.301

Materials which meet the inhalation toxicity criteria specified in Section 173.3a(b)(2), have additional "communication standards" prescribed by the HMR. First, the words "Poison-Inhalation Hazard" must be entered on the shipping paper, as required by Section 172.203(k)(4), for any primary capacity units with a capacity greater than one liter. Second, packages of 110 gallons or less capacity must be marked "Inhalation Hazard" in accordance with Section 172.301(a). Lastly, transport vehicles, freight containers and portable tanks subject to the shipping paper requirements contained in Section 172.203(k)(4) must be placarded with POISON placards in addition to the placards required by Section 172.504. For additional information and exceptions to these communication requirements, see the referenced sections in the HMR.

Keep a copy of the DOT Emergency Response Guidebook handy!

213



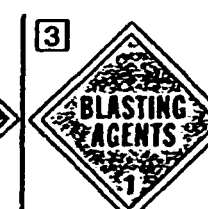
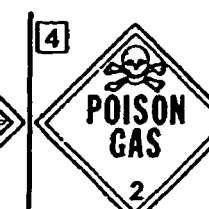
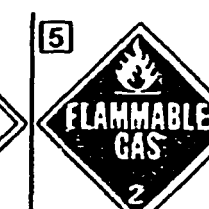
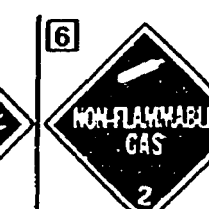
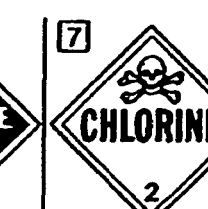
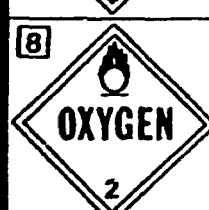
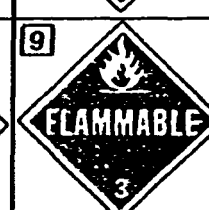
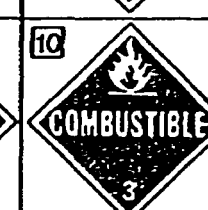
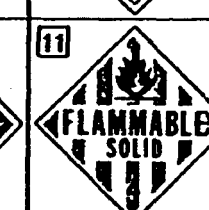
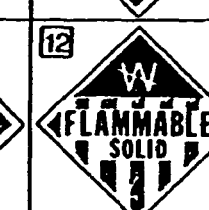

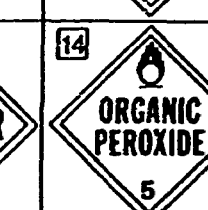
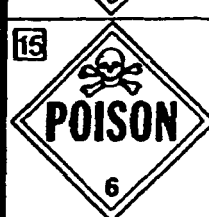
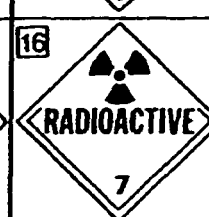
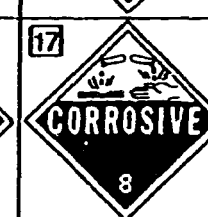
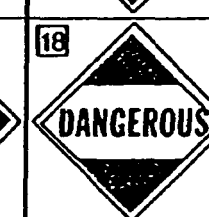
500091



# Hazardous Materials Warning Placards

## DOMESTIC PLACARDING

Illustration numbers in each square refer to Tables 1 and 2 below.

						
						
				<b>WHITE SQUARE BACKGROUND FOR PLACARD HIGHWAY</b> • Used for "HIGHWAY ROUTE CONTROLLED QUANTITY OF RADIOACTIVE MATERIALS." (Sec. 172.507) <b>RAIL</b> • Used for RAIL SHIPMENTS "EXPLOSIVE A," "POISON GAS" and "POISON GAS RESIDUE" placards. (Sec. 172.510(a))		

### Guidelines

(CFR, Title 49, Transportation, Parts 100-177)

- Placard any transport vehicle, freight container, or rail car containing any quantity of material listed in Table 1.
- Materials which are shipped in portable tanks, cargo tanks, or tank cars must be placarded when they contain any quantity of Table 1 and/or Table 2 material.
- Motor vehicles or freight containers containing packages which are subject to the "Poison-Inhalation Hazard" shipping paper description of Section 172.203(k)(4), must be placarded POISON in addition to the placards required by Section 172.504 (see Section 172.505).
- When the gross weight of all hazardous material covered in TABLE 2 is less than 1000 pounds, no placard is required on a transport vehicle or freight container.
- Placard freight containers 640 cubic feet or more containing any quantity of hazardous material classes listed in TABLES 1 and/or 2 when offered for transportation by air or water (see Section 172.512(a)). Under 640 cubic feet see Section 172.512(b).

TABLE 1

Hazard Classes	No.
Class A explosives	1
Class B explosives	2
Poison A	4
Flammable solid (DANGEROUS WHEN WET label only)	12
Radioactive material (YELLOW III label)	16
Radioactive material: Uranium hexafluoride fissile (Containing more than 1.0% U-235)	16 & 17
Uranium hexafluoride, low-specific activity (Containing 1.0% or less U-235)	16 & 17

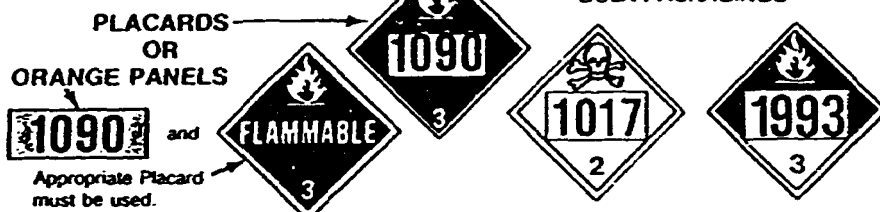
Note: For details on the use of Tables 1 and 2, see Sec. 172.504 (see footnotes at bottom of tables.)

TABLE 2

Hazard Classes	No.
Class C explosives	18
Blasting agent	3
Nonflammable gas	6
Nonflammable gas (Chlorine)	7
Nonflammable gas (Fluorine)	15
Nonflammable gas (Oxygen, cryogenic liquid)	8
Flammable gas	5
Combustible liquid	10
Flammable liquid	9
Flammable solid	11
Oxidizer	13
Organic peroxide	14
Poison B	15
Corrosive material	17
Irritating material	18

### UN or NA Identification Numbers

MUST BE DISPLAYED ON TANK CARS, CARGO TANKS, PORTABLE TANKS AND BULK PACKAGINGS



- When hazardous materials are transported in Tank Cars (Section 172.330), Cargo Tanks (Section 172.328), Portable Tanks (Section 172.326) or Bulk Packagings (Section 172.331), UN or NA numbers must be displayed on placards, orange panels or, when authorized, plain white square-on-point configuration.
- UN (United Nations) or NA (North American) numbers are found in the Hazardous Materials Tables, Sections 172.101 and 172.102.
- Identification numbers may not be displayed on "POISON GAS," "RADIOACTIVE," or "EXPLOSIVE A," "EXPLOSIVE B," "BLASTING AGENTS," or "DANGEROUS" placards. (See Section 172.334.)
- In lieu of the orange panel, identification numbers may be placed on plain white square-on-point configuration when there is no placard specified for the hazard class (e.g., ORM-A, B, C, D, or E) or where the identification number may not be displayed on the placard. See Section 172.336(b) for additional provisions and specifications.
- When the identification number is displayed on a placard the UN hazard class number must be displayed in the lower corner of each placard (see Section 172.332 (c)(3)).
- Specifications of size and color of the Orange Panel can be found in Section 172.332(b).
- NA numbers are used only in the USA and Canada.

### Additional Placarding Guidelines



A transport vehicle or freight container containing two or more classes of material requiring different placards specified in Table 2 may be placarded DANGEROUS in place of the separate placards specified for each of those classes of material specified in Table 2. However, when 5000 pounds or more of one class of material is loaded therein at one loading facility, the placard specified for that class must be applied. This exception, provided in Section 172.504(b), does not apply to portable tanks, tank cars, or cargo tanks.

**CAUTION:** Check each shipment for compliance with the appropriate hazardous materials regulations — Proper Classification, Packaging, Marking, Labeling, Placarding, Documentation — prior to offering for shipment.

In an emergency, call Chemtrec, 1-800-424-9300

214

500091

## Examples of Canadian and International Placards and Labels

The shipment of hazardous materials internationally is governed by one or more regulatory bodies with regulations that may be similar to domestic regulations or radically different. Canada, for example, has adopted wordless placards and labels because their country is bilingual. Canada also requires cargo and rail tanks to use retro-reflective placarding. However, Canada and the United States have reciprocity regarding the use of wordless and worded placards and labels.

Several international organizations govern the transportation of hazardous materials according to the mode of transportation. If a shipment is going by water, the International Maritime Organization (IMO) has authority. The International Civil Aviation Organization (ICAO) is concerned about the safe shipment of dangerous goods

(i.e., hazardous materials) by air. Transport Canada (TC) is the Canadian counterpart to the U.S. Department of Transportation (DOT).

The United Nations publishes "Recommendations for the Transport of Dangerous Goods," a publication that is used by many nations of the world when promulgating regulations. Since the safe transport of hazardous materials is of concern to people everywhere, the work done by the United Nations is of critical importance world-wide. Labels and placards used in the Canadian, IMO, and ICAO regulations are generally based on the U.N. Recommendations, although Canada has some labels and placard designs that vary from the U.N. White borders are optional on International Placards.

### Examples of Wordless Placards and Labels

Pictured here are typical wordless placards and labels required for use in Canada and many other countries around the world.

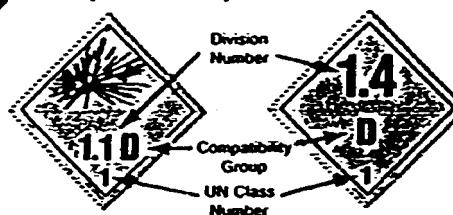
### Examples of International and Canadian Placards and Labels

Spontaneously Combustible and Keep Away From Food placards and labels are used internationally and in Canada. The Corrosive Gas placard and label are used exclusively in Canada. Most placards and labels used internationally are similar (color and symbols) to those required by DOT regulations.

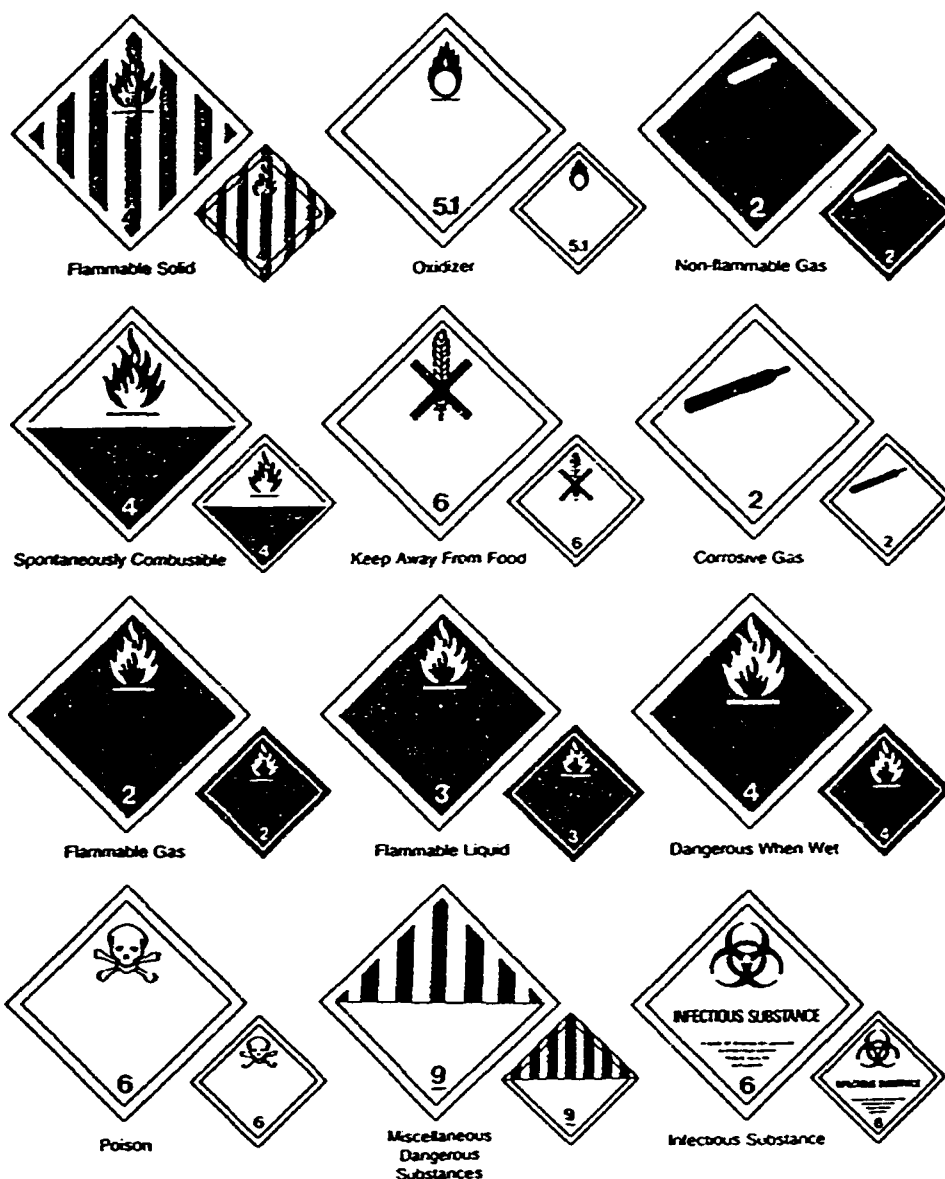
### UN Class Numbers

- Class 1: Explosives
- Class 2: Gases (compressed, liquified or dissolved under pressure)
- Class 3: Flammable liquids
- Class 4: Flammable solids or substances
- Class 5: Oxidizing substances, Division 5.1, Oxidizing substances or agents, Division 5.2, Organic peroxides
- Class 6: Poisonous and infectious substances
- Class 7: Radioactive substances
- Class 8: Corrosives
- Class 9: Misc. dangerous substances

### Examples of Explosive Labels



The Numerical Designation represents the Class or Division. Alphabetical Designation represents the Compatibility Group (for Explosives only). Division Numbers and Compatibility Group combinations can result in over 30 different "Explosives" labels (see IMDG Code/ICAO).



For complete details, refer to one or more of the following:

- Code of Federal Regulations, Title 49, Transportation. Parts 100-199. [All modes]
- International Civil Aviation Organization (ICAO) Technical Instructions for the Safe Transport of Dangerous Goods by Air [Air]
- International Maritime Organization (IMO) Dangerous Goods Code [Water]
- "Transportation of Dangerous Goods Regulations" of Transport Canada. [All Modes]



U.S. Department of Transportation  
Research and Special Programs  
Administration

Copies of this Chart can be obtained by writing  
OHMT/DHM-51, Washington, D.C. 20590.

CHART 9  
REV. NOVEMBER 1988

2151

9500091

### ÁCIDOS INORGÁNICOS

- |                  |   |                   |
|------------------|---|-------------------|
| 1. Tapa azul     | = | ácido clorhídrico |
| 2. Tapa amarilla | = | ácido sulfúrico   |
| 3. Tapa roja     | = | ácido nítrico     |

#### PRECAUCIONES AL MANIPULAR [LOS ÁCIDOS INORGÁNICOS]

- Pueden causar quemaduras severas de la piel.
- No inhale los vapores debido a que pueden causar irritación de las membranas mucosas y de los ojos.
- Lávese con agua y bicarbonato de sodio.
- Al manipularlos, use guantes, una capa protectora para la cara y mantenga el lugar bien ventilado.

### ÁCIDOS ORGÁNICOS

- |   |   |                  |
|---|---|------------------|
| 1. Tapa marrón                                | = | ácido acético    |
| 2. Tapa blanca/transparente                   | = | ácido fosfórico  |
| 3. Tapa negra<br>(botellas de 1 pinta/0,57l.) | = | ácido perclórico |
| 4. Tapa negra<br>(botellas color de ámbar)    | = | ácido yodhídrico |

Estos ácidos son menos peligrosos que los ácidos inorgánicos

#### CARACTERÍSTICAS DE LOS ÁCIDOS

1. Se evaporan muy lentamente.
2. El papel de tornasol cambia a rojo.
3. Cuando se les agrega carbonato en polvo, se forma espuma.
4. Ácido + agua = calor
5. Al mezclarlos, siempre agréguele el ácido al agua.
6. Queman los tejidos cutáneos.
7. Carbonizan el papel y queman al punto de hacer agujeros en la ropa.

216

9500091.

**8. Prueba de ácido clorhídrico:**

Los vapores de HCL concentrado más los vapores de amoníaco concentrado forman vapor blanco.

**9. El gas HCL puede obtenerse con cloruro de sodio y ácido sulfúrico, haciéndolo burbujear al gas en agua.****CARACTERÍSTICAS DE LOS ALCALINOS**

- |                        |   |                          |
|------------------------|---|--------------------------|
| 1. Hidróxido de sodio  | = | gránulos sólidos blancos |
| 2. Hidróxido de potasa | = | gránulos sólidos blancos |
| 3. Hidróxido amónico   | = | líquido con tapa verde   |

**PRECAUCIONES AL MANIPULAR ALCALINOS**

- Son corrosivos y causan quemaduras severas en la piel. El lavarse con agua sólo propaga la quemadura. Por lo tanto, es necesario lavarla con una solución de vinagre diluido.

**CARACTERÍSTICAS DE LOS ALCALINOS**

1. El papel tornasol cambia a azul.
2. Los sólidos son generalmente blancos y tienen la semblanza de jabón.
3. El líquido (amoníaco) es un líquido incoloro transparente con olor fuerte y punzante.
4. El amoníaco puede obtenerse haciendo reaccionar urea (fertilizante) con hidróxido de sodio, haciéndolo burbujear al gas en agua.

217

9500091.

**LOS DISOLVENTES MÁS PELIGROSOS**

1. Éter etílico	=	extremadamente inflamable
2. Éter de petróleo	=	extremadamente inflamable
3. Acetona	=	inflamable
4. Tolueno	=	inflamable
5. Alcohol metílico o metanol	=	inflamable y tóxico
6. Tetrahidrofurano	=	inflamable y extremadamente tóxico
7. Dicloruro de metileno o diclorometano	=	Tóxico
8. Benceno	=	inflamable y carcinógeno
9. Cloroformo	=	carcinógeno

**OLORES COMUNES DE LOS DISOLVENTES**

Acetona:	olor dulce y agradable, parecido al de la acetona que se utiliza para quitar esmalte para uñas.
Éter:	olor dulce, habitual en los hospitales.
Acetato etílico:	olor frutal agradable.
Cetona etílica metílica:	parecida a la acetona.
Tolueno:	olor a gasolina.
Alcoholes:	generalmente inodoros.

Propiedades del éter:

Peligros:

- Altamente inflamable
- Los vapores forman una mezcla explosiva con el aire.
- Tóxico si se lo inhala o absorbe a través de la piel.
- Si se lo almacena por largos períodos de tiempo, forma peróxidos explosivos y sensitivos a los cambios bruscos.
- Hierve a los 95°F (35°C). La temperatura ambiente en climas cálidos puede ser superior a ésta.

Precauciones:

- Manténgalo alejado de las llamas y del calor.
- Asegúrese de que no hayan cristales blancos alrededor de la tapa (peróxidos).
- Asegúrese de que no haya líquido oscuro cerca del fondo del recipiente (peróxidos).
- Si existen peróxidos, no lo sacuda.
- Manténgalo alejado de los oxidantes (permanganato potásico).

219

9500091.

### Propiedades de la acetona

1. Líquido transparente con olor dulce y punzante a quemado.
2. Muy inflamable
3. Los vapores forman una mezcla explosiva con el aire.
4. Es tóxico si se lo inhala. Produce un estado de embriaguez.
5. Evite su manipulación cerca del calor.
6. Puede disolver compuestos de goma y plástico.
7. Evite el contacto con piel y ojos.
8. Evite inhalar los vapores.

### CARACTERÍSTICAS DE LOS OXIDANTES

#### PERMANGANATO POTÁSICO:

Es un sólido color púrpura que puede presentarse tanto en polvo fino como en pedazos sólidos. Es inodoro y se torna marrón sobre papel cuando expuesto al aire. Se disuelve fácilmente en agua dando como resultado una solución una solución color púrpura.

#### PERÓXIDO DE HIDRÓGENO (AGUA OXIGENADA):

Es un líquido incoloro e inestable que tiene propiedades cáusticas sobre la piel. Cuando no está diluido, enciende materiales inflamables espontáneamente.

### LOS QUÍMICOS MÁS PELIGROSOS DEL LABORATORIO CLANDESTINO

#### 1. HIDRURO ALUMÍNICO DE LITIO:

Se utiliza en la fabricación de la metanfetamina, la mescalina y *D.M.T.*

Reacciona violentamente con el agua, liberando gas de hidrógeno que puede encenderse y explotar. Almacénese en recipientes a prueba de humedad.

Asegurarse de que no entre en contacto con la piel. No utilizarlo con metanol y etanol debido a que estos disolventes contienen agua. Está siendo reemplazado por el vitridio, ya que éste es más estable. No obstante, trátelo con la misma cautela. ¡Elimínese muy cuidadosamente con éter saturado con agua!

221

95000914



**2. CLORURO OXALÍLICO:**

Se utiliza para fabricar triptamina dimetífica. Es extremadamente tóxico y muy corrosivo. Puede ser neutralizado con bicarbonato de sodio.

**3. REACTIVO GRIGNARD:**

Se utiliza en la fabricación de la fenciclidina. Es parecido al hidruro aluminico de litio. Por lo tanto, evítese su contacto con la humedad o los alcoholes.

**4. O-TOLUDINA:**

Se utiliza en la fabricación de la metacualona. Es extremadamente inflamable y muy tóxica. Puede ser absorbida por la piel o inhalada.

**5. CIANURO DE SODIO (POTÁSICO):**

Se utiliza en la fabricación de fenciclidina (PCP). Cuando entra en contacto con ácidos, suelta gas de cianuro de hidrógeno. Al utilizarlo, ventílese bien el local.

**6. SULFATO DIMETÍLICO:**

Se utiliza en la fabricación de la mescalina. Causa irritación intensa varias horas después de haber sido uno expuesto a él, siendo fatal 3 o 4 agonizantes días después.

**7. CLORURO ALUMÍNICO:**

Se utiliza en la fabricación de *P-2-P*. Es un polvo blanco que forma gas de *HCL* al reaccionar con agua.

**8. CLOROACETONA:**

Se utiliza en la fabricación de *P-2-P*. Es muy irritante en las membranas mucosas.

222

9500091.

**9. NÍQUEL DE RAINEY:**

Se utiliza en varias reacciones químicas. Se enciende al estar seco y entrar en contacto con el aire. Por lo tanto, debe mantenerse mojado.

**10. OXICLORURO DE FÓSFORO (TRICLORURO):**

Se utiliza en la fabricación de la metacualona. Es altamente tóxico y corrosivo a las vías respiratorias.

**11. ÉTER ETÍLICO (ÉTER):**

Es muy inflamable y forma mezclas explosivas con el aire. Si se almacena por largos períodos de tiempo, forma peróxidos sensitivos a los cambios bruscos. Hierve a los 95°F (35°C) y por lo tanto debe tenerse en cuenta que en climas calientes la temperatura ambiente podría ser superior a ésta. Es tóxico si se inhala o si se absorbe a través de la piel. Las siguientes precauciones son importantes: 1) manténgaselo alejado de las llamas y del calor, 2) téngase cuidado de que no hayan cristales blancos alrededor de la tapa (peróxidos), 3) téngase cuidado de que no hayan líquidos oscuros cerca del fondo del recipiente (peróxidos), 4) no se lo sacuda si hay peróxidos presentes y 5) manténgaselo alejado de los oxidantes (perman-ganato potásico).

**12. ACETONA:**

Es un líquido transparente con un olor punzante y dulce a quemado. Es un líquido altamente inflamable y su vapores forman mezclas explosivas con el aire. Es tóxico al inhalarse y produce un estado de embriaguez. Las siguientes precauciones son importantes: 1) evítese su manipulación cerca de fuentes de calor, 2) puede disolver goma y plástico, 3) evítese el contacto con la piel y los ojos y 4) evítese inhalar vapores.

**13. ANHÍDRIDO ACÉTICO Y CLORURO ACETÍLICO:**

Tiene un fuerte olor a vinagre. Es incompatible con los siguientes compuestos: ácidos, alcalinos, humedad, alcohol y agentes oxidantes y reductores. Tiene la siguiente toxicidad: destructivo en los tejidos de las membranas mucosas, vías respiratorias superiores, ojos y piel. Su inhalación puede resultar siendo fatal. Los síntomas que resultan al haber sido uno expuesto son los siguientes: sensación de quemazón, tos, resuello y laringitis. Como primeros auxilios, enjuáguese con agua. ESTÁ CLASIFICADO EN NÚMERO 2 EN MATERIA DE SALUD E INFLAMABILIDAD.

**COMBINACIONES POTENCIALMENTE EXPLOSIVAS  
DE ALGUNOS REACTIVOS COMUNES  
QUE SE ENCUENTRAN EN EL LABORATORIO DE COCAÍNA**

1. Acetona + cloroformo cuando hay alcalinos presentes (hidróxido amoníaco).
2. Amoníaco + cloro (bromo o yodo).
3. Éter dietílico + cloro.
4. Etanol + hipoclorito de calcio.

**QUÍMICOS INCOMPATIBLES QUE SE ENCUENTRAN EN  
EL LABORATORIO DE COCAÍNA**

1. Líquidos inflamables y peróxido de hidrógeno.
2. Peróxido de hidrógeno y materiales orgánicos o líquidos inflamables.
3. Permanganato potásico y ácido sulfúrico.
4. Ácido sulfúrico y permanganato potásico o alcalinos.
5. Alcalinos y ácidos.

224

9500091.

Propiedades del anhídrido acético y del  
cloruro acetílico

Olor: fuerte olor a vinagre

Incompatibilidad:

- |            |                     |
|------------|---------------------|
| -ácidos    | -alcohol            |
| -alcalinos | -agentes oxidantes  |
| -humedad   | -agentes reductores |

Toxicidad:

-Destruye los tejidos de:

- las membranas mucosas
- vías respiratorias superiores
- ojos
- piel
- su inhalación puede resultar fatal.

Síntomas de exposición:

- sensación de quemazón
- tos
- resuello
- laringitis

Primeros auxilios:

- enjuáguese con agua

Nivel de peligro/salud: 2

Nivel de peligro/inflamabilidad: 2

Usos: síntesis de fármacos

225

9500091.

**OTROS QUÍMICOS INCOMPATIBLES:****QUÍMICOS**

Ácido acético

Metales alcalinos (aluminio, magnesio, sodio, potasio)

Amoníaco (anhidro)

Nitratos de amoníaco

Líquidos inflamables

Peróxido de hidrógeno

Permanganato potásico

**EVITAR EL CONTACTO  
CON**

Ácido nítrico, compuestos  
hidroxílicos, ácido  
perclórico, permanganato

226

9500091.

Agua e hidrocarburos  
clorados

Hipoclorito de calcio, yodo,  
bromo

Ácidos, cloratos, líquidos  
inflamables, material  
combustible

Nitrato amoníaco, ácido  
crómico, per-óxido de  
hidrógeno, ácido nítrico

Todo material combustible

Glicerina, etilenglicol, ácido  
sulfúrico

#### PRUEBA DE PERÓXIDO:

Para llevar a cabo la prueba con 1 ml. de la sustancia, agregue 100 mg. de yoduro de sodio en 11 ml. ácido acético cristalizado.

COLOR AMARILLO = baja concentración de peróxidos

227

9500091.

COLOR MARRÓN = alta concentración de peróxidos

También puede utilizar el papel para pruebas comercialmente disponible.

#### TRANSPORTE O ELIMINACIÓN SEGURA DE LOS PERÓXIDOS

1. Agregue 10 ml. de una solución de 5% de sulfato ferroso.  
o
2. Agregue 6 gramos de sulfato ferroso (hidratado) y 6ml. de ácido sulfúrico concentrado en 11 ml. de agua.  
o
3. Agregue 3,5 gramos yoduro de sodio en 70 ml. de ácido acético cristalizado.

228

9500091:

**HAGA PRUEBAS DE ÉTER DIETÍLICO Y  
CETONA METÍLICA ISOBUTÍLICA CADA 6 MESES**

**ELIMINACIÓN DE MATERIAL PELIGROSO:**

**RECICLAJE:**

1. Haga reciclar los químicos que no se hayan utilizado en los laboratorios universitarios y escolares.

2. Déselos a plantas industriales:

Industria petrolera	Industria papelera
Fábricas de pintura	Industria gomera
Industria farmacéutica	Frigoríficos
Agricultura	Industria del plástico
Fábricas de cosméticos	Fábricas de municiones
Imprentas	Fábricas de tinturas
Fábricas de fertilizantes	Fábricas de jabón
Fábricas de perfume	Fábricas de cerámicas
Industria de la construcción	Fábricas de vidrio

3. Déselos a laboratorios químicos de buena reputación:

Privados  
Gubernamentales  
Industriales

229

9500091.



## INCINERACIÓN

QUÍMICOS	H	F	R
Acetona	1	3	0
Benceno	2	3	
Acetato N-butílico			
Acetato 2-butílico			
Alcohol 2-butílico			
Disulfuro de carbono			
Ciclohexano			
Diacetona de alcohol			
Acetato etílico		1	3
Alcohol etílico	0	3	0
Éter etílico	2	4	1

## INCINERACIÓN (continuación)

QUÍMICOS	H	F	R
Hexano	1	3	0
Alcohol isobutílico	1	3	0
Alcohol isopropílico	1	3	0
Keroseno		0	2
Alcohol metílico	1	3	0
Cetona metílica etílica			
Cetona metílica isobutílica			
Éter de petróleo	1	4	
Tolueno	2	3	
Xilenos	1		

230

9500091.

## MEZCLE CON DISOLVENTE COMBUSTIBLE E INCINERE:

## QUÍMICOS

	H	F	R
Cloroformo	2		
Cloruro de metileno	2	3	
Ácido oxálico			
Carbonato potásico			
Tricloroetileno			
Urea			

231

9500091.

Incineración en fosos

1. Elija un lugar adecuado.  
(Lugar de baja altura con viento en contra de alta elevación.)
2. Prepare el foso.
  - Dentro de lo posible, utilice bidones de 45 galones (180 litros).
  - Cave el foso.
  - Retire el material que se pueda quemar (árboles, etc.)
3. Vierta el líquido dentro del foso.
  - Llene una tercera parte de su capacidad.
  - Utilice equipamiento de seguridad.
4. Encienda el material.
  - Utilice un detonador con mecha larga.
  - Utilice señales pirotécnicas.
5. Observe la incineración durante todo su transcurso
6. Antes de retirarse del área asegúrese de que las llamas se hayan apagado.

232

9500091.

Eliminación del éter

1. Si es nuevo, recíclelo
2. Transporte de desechos
3. Se pueden evaporar hasta 4 litros.
4. Los volúmenes más grandes pueden ser incinerados, diluido con solventes menos volátiles.
5. Pruebas de peróxidos

Si está presente, elimínelo según se ha descrito. Si no lo logra descomponer, llame a la brigada de desactivación de explosivos para que lo hagan detonar.

Eliminación de la acetona

1. Reciclaje
2. Transporte de desechos
3. Se puede evaporar hasta 1 galón (4 litros)  
Manténgase alejado del fuego
4. Volúmenes grandes:  
Incínere en fosos

233

9500091.

Procedimiento para diluir  
y neutralizar los ácidos

1. Diluya los ácidos concentrados en agua proporción de 1 a 10  
- Los ácidos diluidos son menos peligrosos.
2. Seleccione un material básico
  - Bicarbonato de sodio
  - Bicarbonato potásico
  - Bicarbonato de calcio
  - Carbonato cálcico
  - Alcalinos fuertes (al hidróxido de sodio y al Hidróxido potásico  
hay que diluirlos en proporción de 10 galones (40 litros) de  
agua por cada libra (453 gramos).
3. Procedimiento de neutralización
  - Agréguele el ácido diluido a una de las soluciones descritas en  
la sección 2.
  - Hágalo lentamente.
  - Siempre haga un seguimiento del nivel de pH.
4. Continúe con el proceso hasta obtener un nivel de pH de entre 6 y 8.
5. Diluya aún más las solución en proporción de un galón a 10 galones  
de agua.
6. Deshéchelo en un foso.

Pequeñas cantidades:

- Diluya 1 galón en 100 galones de agua.
- Dilución adicional:  
1 a 10. El pH debe ser de entre 6 y 8.
- Deshéchelo
- Foso
- Entiérrelo
- En un arroyo con caudal veloz.

234

9500091.

**DILUYA EN AGUA, AJUSTE EL NIVEL DE pH A NEUTRAL Y  
ELIMINE A TRAVÉS DE LAS CLOACAS**

<b>QUÍMICOS</b>	<b>H</b>	<b>F</b>	<b>R</b>
Hidróxido de amoníaco			
Ácido hidrolórico	3		
Hidróxido potásico	3	0	1
Bicarbonato de sodio			
Carbonato de sodio			
Hidróxido de sodio	3	0	1
Sulfato de sodio			
Ácido sulfúrico	3	0	2

**EL PROCESO DE NEUTRALIZACIÓN PUEDE CAUSAR CALOR  
¡UTILICE EXTREMA CAUTELA!**

235

9500091.

**Eliminación del**  
**permanganato potásico**

1. Disuelva 450 gramos (1 libra) en 8 litros de agua.
2. Prepare un foso que esté, como mínimo, a no menos de 50 pies (15 metros) de fosos inflamables.
3. Ponga hojas verdosas en el foso.
4. No utilice material seco o combustible.
5. Vierta la solución dentro del foso de la siguiente manera:
  - Poco a poco
  - Debe cambiar de color púrpura a marrón.
  - Puede generar calor.
  - Regule la velocidad con que la vierte a fin de que toda la solución se torne marrón.
6. Observe la reacción
  - Es posible que tenga que agregar más material verdoso.
  - Asegúrese de que el color púrpura desaparezca (lo que significa que la reacción ha terminado).
7. Agréguele agua al foso. Si el color es púrpura, agregue más material verdoso.
8. Tape el foso con tierra una vez que haya terminado.
9. Una solución diluida de bisulfato de sodio neutraliza una solución de permanganato potásico.

236

9500091.

**PROCESOS ESPECIALES:**

Llegue a un nivel de acidez de pH 2 con ácido sulfúrico y agregue un 50% de exceso de bisulfito de sodio ácuo. La temperatura comenzará a incrementar. En caso contrario, agregue más bisulfito de sodio. Ajuste el nivel de pH a 7 y elimine a través de las cloacas.

**QUÍMICOS****H F R**

Hidróxido de calcio

Peróxido de hidrógeno

2

Permanganato potásico

1

**ENTIERRE EN UN VERTEDERO DE BASURAS****QUÍMICOS****H F R**

Óxido de calcio

**MECANISMOS POR LOS CUALES UNO SE EXPONE A  
LOS QUÍMICOS**

1. Inhalando
2. Por absorción
3. Por ingestión

237

9500091.



**FACTORES QUE INFLUENCIAN EL NIVEL DE TOXICIDAD****1. En los químicos:**

- Composición      -Propiedades
- Concentración      -Interacciones

**2. Exposición:**

- Vía      -Duración
- Cantidad      -Número de exposiciones
- Tiempo

**3. El individuo:**

- Edad      -Sexo
- Estado de salud

**4. El ambiente:**

- Interacciones químicas      -Condiciones ambientales

238

9500091.

EFFECTOS TÓXICOS

CIANUROS

AL ENTRAR EN CONTACTO  
CON ÁCIDOS,  
LOS CIANUROS SÓLIDOS  
EMITEN

GAS DE  
CIANURO DE HIDRÓGENO

Fallo pulmonar  
Coma  
Muerte

Cianuro de sodio  
Cianuro potásico  
Cianuro de bencilo  
Cianuro de hidrógeno

239

9500091.

## Efectos Tóxicos-2

### Irritantes y corrosivos

#### Vapores volátiles:

##### Ojos

- Irritación de los ojos
- Lagrimeo
- Conjuntivitis
- Daño de la córnea

##### Inhalación

- Irritación de la nariz y garganta
- Irritación pulmonar
- Dolores en el pecho
- Falta de aliento
- Edema pulmonar
- Vómito de sangre
- Enfermedad pulmonar crónica

240

9500091.

Efectos Tóxicos-3  
Irritantes y corrosivos

Alta concentración

-Irritación de la piel

Otros efectos:

-Dolores de cabeza

-Mareos

-Náuseas

-Ansiedad

La fosfina puede explotar

El contacto directo con corrosivos  
causa:

-Quemaduras severas de la piel

Ácido fórmico:

-Daño al hígado y los riñones

Tetrahydrofurano y ácido perclórico:

-Forman cristales explosivos

241

9500091.

Efectos Tóxicos-4  
Disolventes

Inhalación:

- Irritación leve a severa de los ojos, oídos, nariz y garganta
- Síntomas de intoxicación: somnolencia y falta de coordinación
- Pérdida del conocimiento
- Muerte
- Daño al hígado y riñones

Compuestos carcinógenos:

- Benceno
- Cloroformo
- Tetracloruro carbónico
- Dioxana
- O-toluidina
- Cloruro de metileno

242

9500091.

## Efectos Tóxicos-5 Metales/sales

1. Sodio y metal potásico, sodio e hidróxidos de litio:

Extremadamente corrosivos cuando hay humedad presente.

2. Hidrido aluminico de litio y metales de sodio, potasio y magnesio:

Son extremadamente reactivos con el aire y el agua; pueden encenderse y explotar.

3. El torio es radioactivo

4. La sobreexposición al plomo o al mercurio causa:

nauseas y vómitos. La exposición prolongada puede afectar el sistema nervioso central y causar daño al hígado y a los riñones.

5. Si el fósforo rojo se contamina con fósforo blanco puede explotar al entrar en contacto, o al haber fricción o calor.

243

95000912

Efectos Tóxicos-6  
Otros peligros

Fentanilo: Narcótico muy tóxico en dosis bajas

9  
8  
7  
6  
5  
4  
3  
2  
1  
MPTP, MPPP: Narcótico y derivado diseñado artificialmente. Causa parkinsonismo

Ácido fenilacético: irritante

Fenil-2-propanona: irritante  
(Fenilacetona)  
(P-2-P)

Piperidina: irritante

Gas de hidrógeno: Inflamable y explosivo

Ciclohexanona: irritante

SÍNTOMAS  
DE EXPOSICIÓN A QUÍMICOS

Contacto con la piel y ojos

- Irritación de los ojos; producción de lágrimas y sensación de quemazón
- Ceguera, daño permanente y cicatrización
- Piel seca y rajada
- Erupción cutánea

Inhalación

- Irritación de nariz y garganta que produce tos
- Somnolencia, vómitos y estado inconsciente
- Falta de coordinación, náuseas
- Dolores de cabeza
- Fluidos en los pulmones
- Muerte



Peligros crónicos y reproductivos  
para el personal:

Se sabe muy poco con respecto a los peligros para la salud o riesgos reproductivos a largo plazo que causa la exposición a las drogas callejeras y a los químicos precursores utilizados en los laboratorios clandestinos.

Hay agentes judiciales y policiales cuya minusvalidez ha involucrado la exposición a ciertos químicos, drogas y precursores.

El PCP y sus precursores causan trastornos neurológicos en niños cuyas madres se vieron expuestas a PCP, ya sea en el trabajo o como usuarias.

Por lo tanto, siempre debe emplearse extrema cautela. El uso de VESTIMENTA Y equipamientos protectores adecuados es un factor clave para todos los trabajadores.

9500091.

246

Planta de coca  
Descripción

Zona: subregión andina.

Clima: laderas húmedas de las montañas, de 1500 a 5000 pies (457 a 1500 metros) de altura.

Altura: 6 a 8 pies (1,80 a 2,40 m.)

Tronco: áspero, con corteza brillante, rojiza.

Flores: pequeñas, generalmente blancas o verde-amarillentas.

Hojas: elípticas, con ápice en forma de punta, verde oscuro.

Rendimiento: 3 a 4 cosechas por año.

Yungas (Bolivia)

- 100 libras (45 Kg.)/acre/año

Chapare (Bolivia)

- 1800-2600 (libras 810-1170 Kg.)/acre/año

240 Kg. de hojas rinden:

1,9 Kg. de pasta  
1 Kg. de base  
1 Kg. de HCL

247

9500091.

Rendimiento de la cocaína

1 arbusto rinde 4 onzas (113 gr.) de hojas mojadas o 2,5 onzas (71 gr.) de hojas secas.

7000 plantas por acre  
1080 libras (486 kg.) por cosecha  
3240 libras (1458 kg.) por año

300 kg. de hojas rinden 2,5 kg. de pasta de coca, 1 kg. de base y 1 kg. de cocaína HCL.

Modo de ingestión

Inicio	Euforia (duración)	Intensidad
Al fumarse el efecto es inmediato (3 segundos)	corta - 5 a 10 minutos	5-7
IV	20 a 30 minutos	3-5
Al aspirarla por la nariz el efecto no es súbito	45 minutos	1

248

9000091

**MATERIAL OBTENIDO DE:**

1. *Practical Drug Enforcement Procedures and Administration*  
[Gestión y procedimientos en materia de narcóticos] de Michael  
D. Lyman, Elsevier Science Publishing Co. Inc.  
655 Avenue of the Americas, New York, New York 10010.  
(Material sobre trampas explosivas)
2. *Drug Enforcement Agency* [Agencia para el Cumplimiento de  
la Ley de Narcóticos], manuales sobre laboratorios  
clandestinos.

249

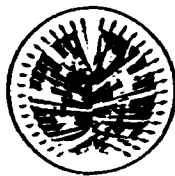
9500091.

**PROCEDIMIENTO PARA PROCESAR GOMA  
CRUDA Y OBTENER LA HEROINA.**

**10 KILOGRAMOS DE GOMA, 2 KILOGRAMOS DE CAL, 40 LITROS DE AGUA. SE REVUELVE Y SE DEJA REPOSAR POR 6 HORAS, SE CUELA CON TRAPO Y SE EXPRIME CON PRENSA, LA TIERRA QUE QUEDA EN EL TRAPO SE TIRA Y SE APROVECHA EL AGUA, SE LE PONE SAL DE CLORURO DE AMONIO, 100 GRAMOS POR CADA KILOGRAMO DE GOMA SE REVUELVE POR DIEZMINUTOS Y SE LE AGREGA ALCOHOL DE CAÑA, MEDIO LITRO POR CADA KILOGRAMO DE GOMA, SE DEJA REPOSAR POR CUATRO HORAS, SE CUELA EN UN TRAPO Y LO QUE QUEDA EN EL TRAPO, ES LA BASE PARA LA HEROINA, EL AGUA SE TIRA Y A LA BASE SE LE COCINA EN UNA BANDEJA Y SE LE PONE ANHIDRIDO ASCETICO, UN LITRO POR CADA 5 KILOGRAMOS DE GOMA, SE COCINA APROXIMADAMENTE MEDIA HORA HASTA QUE QUEDA CHICLOSA SE DEJA SECAR HASTA QUE SE HAGA VIDRIOSA.**

**10 KILOGRAMOS DE GOMA = UN KILOGRAMO DE HEROINA.**

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

**cicad**

**SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay**

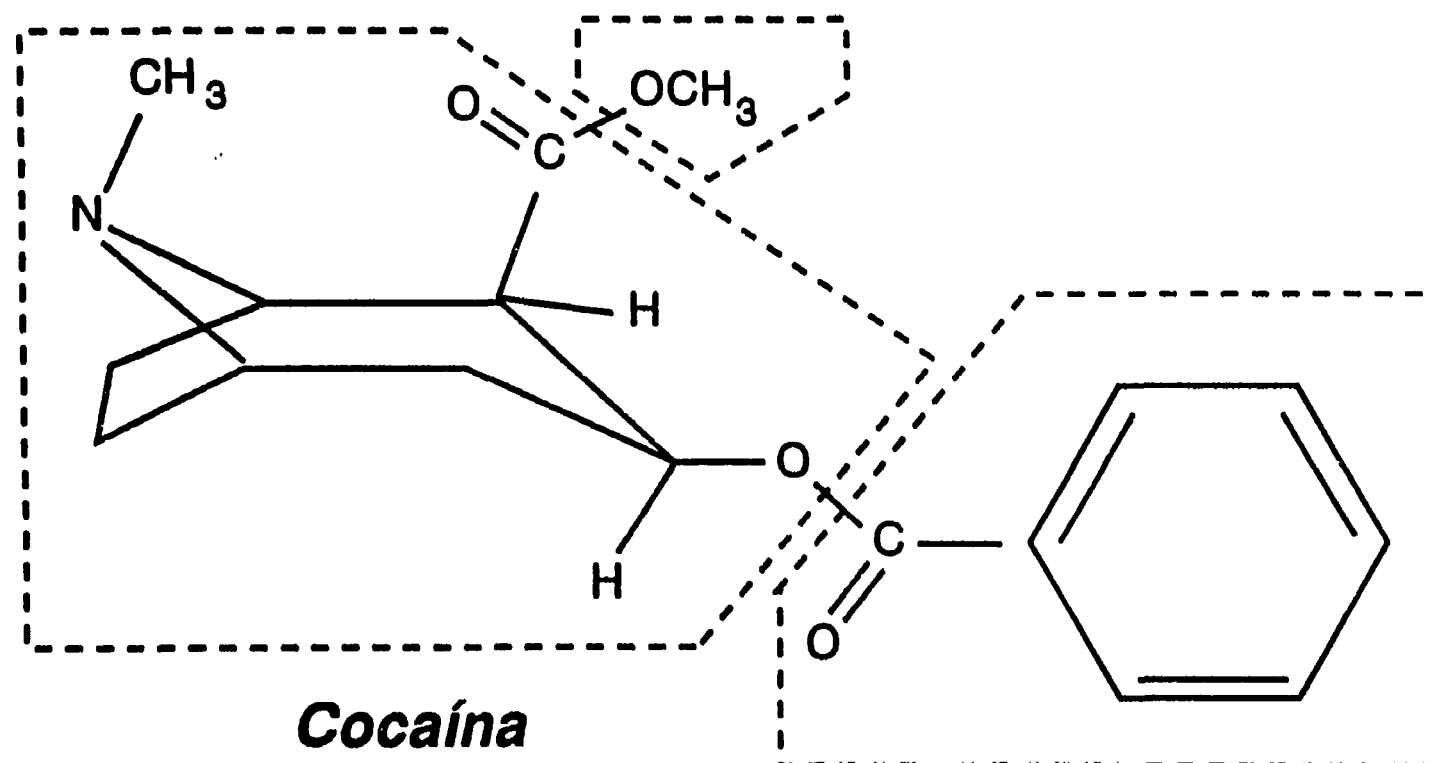
**OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.7/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés**

**PROCESO DE PRODUCCION DE LA COCAINA**

251

0500091.

## ESTRUCTURA QUIMICA DE LA COCAINA



**Cocaína**

La molécula de coca tiene tres bloques constitutivos. Si las condiciones químicas son demasiado ácidas o demasiado básicas, la molécula de coca se quiebra en tres pedazos fácilmente.

### **ANALISIS TIPICO - HOJAS DE COCAINA**

---

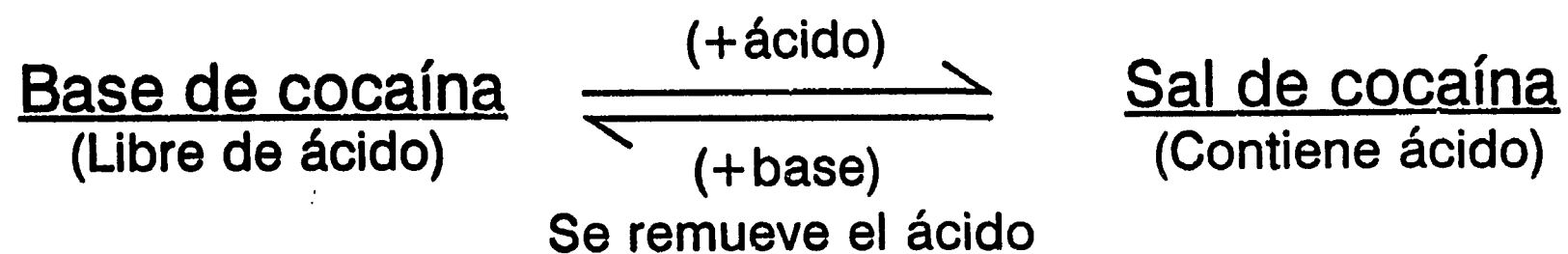
ALCALOIDES	0.5 - 1.5%
OLEOS VOLATILES	2.0%
AZUCAR	12 - 15%
ALMIDON	35%
FIBRA	25 - 30%
PROTEINA	7 - 8%
COLORACION	1%
CENIZA	6%
HUMEDAD	6%



### ALCALOIDES EN LA HOJAS DE COCAINA

L-COCAINE	L-ECGONINE
CINNAMOYLCOCAINES	NORECGONINE
CINNAMOYLECGONINES	TROPACOCAINE
TROPINE	PSEUDOTROPINE
BENZOYLECGONINE	METHYLECGONINE
TRUXILLINES	NICOTINE
CHOLINE	HYGRINE
HYGROLINE	CUSCOHYGRINE
DIHYDROCUSCOHYGRINE	

## SOLUBILIDAD



(ej. Pasta de cocaína,  
base de cocaína)

(ej. Clorhidrato de cocaína,  
sulfato de cocaína)

Insoluble en agua ( $H_2O$ )  
Soluble en solventes orgánicos

Soluble en agua ( $H_2O$ )  
Insoluble en solventes orgánicos

Solventes orgánicos = kerosina, eter, acetona, etc.

255

9500091.

**PRODUCCION ILICITA DE COCAINA  
CUATRO ETAPAS**

COLECCION DE HOJAS  
DE COCA

PRODUCCION DE PASTA DE COCA  
PROCESO SOLVENTE  
PROCESO ACIDO

PRODUCCION DE LA BASE  
DE COCAINA

PRODUCCION DEL  
CLORHIDRATO DE COCAINA

256

9500091

## PRODUCCION DE LA PASTA DE COCA PROCESO SOLVENTE

HOJAS DE COCA  
se mezclan con cal y agua

Se añade querosene  
Se mezcla  
Se filtran y se separan

Solución de querosene  
con COCAINA

Se añade ácido sulfúrico diluido  
y se filtra

Solución acuosa con  
SULFATO DE COCAINA

Se añade amónico o  $\text{Na CO}_3$   
Se filtra  
Se seca

PASTA DE COCA

257

9500091.

## PRODUCCION DE LA PASTA DE COCA PROCESO ACIDO

HOJAS DE COCA

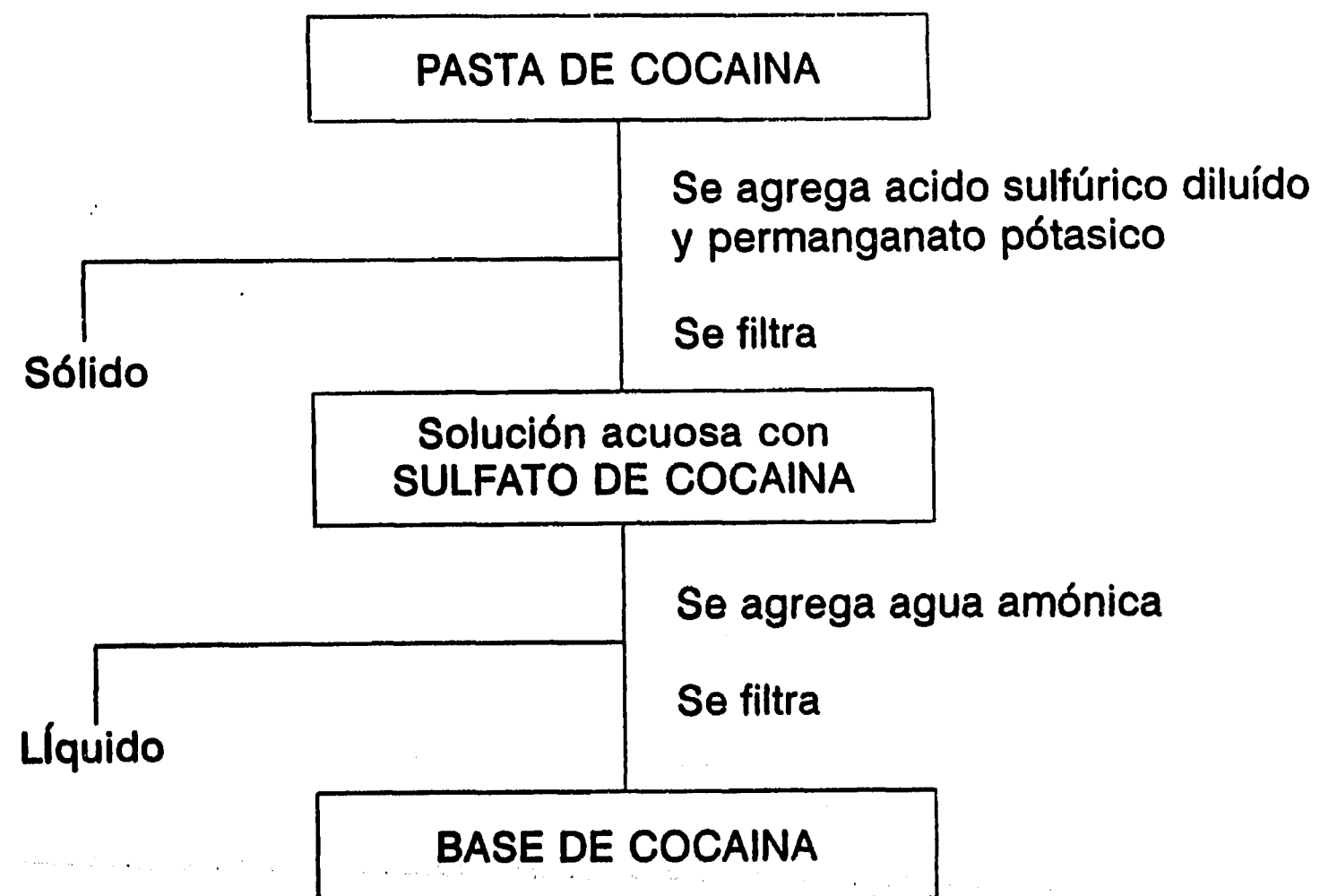
Se agrega ácido sulfúrico diluído  
se mezcla  
Se filtra

Solución acuosa con  
SULFATO DE COCAINA

Se añade amoníaco o  $\text{Na}_2\text{CO}_3$   
Se filtra  
Se seca

PASTA DE COCA

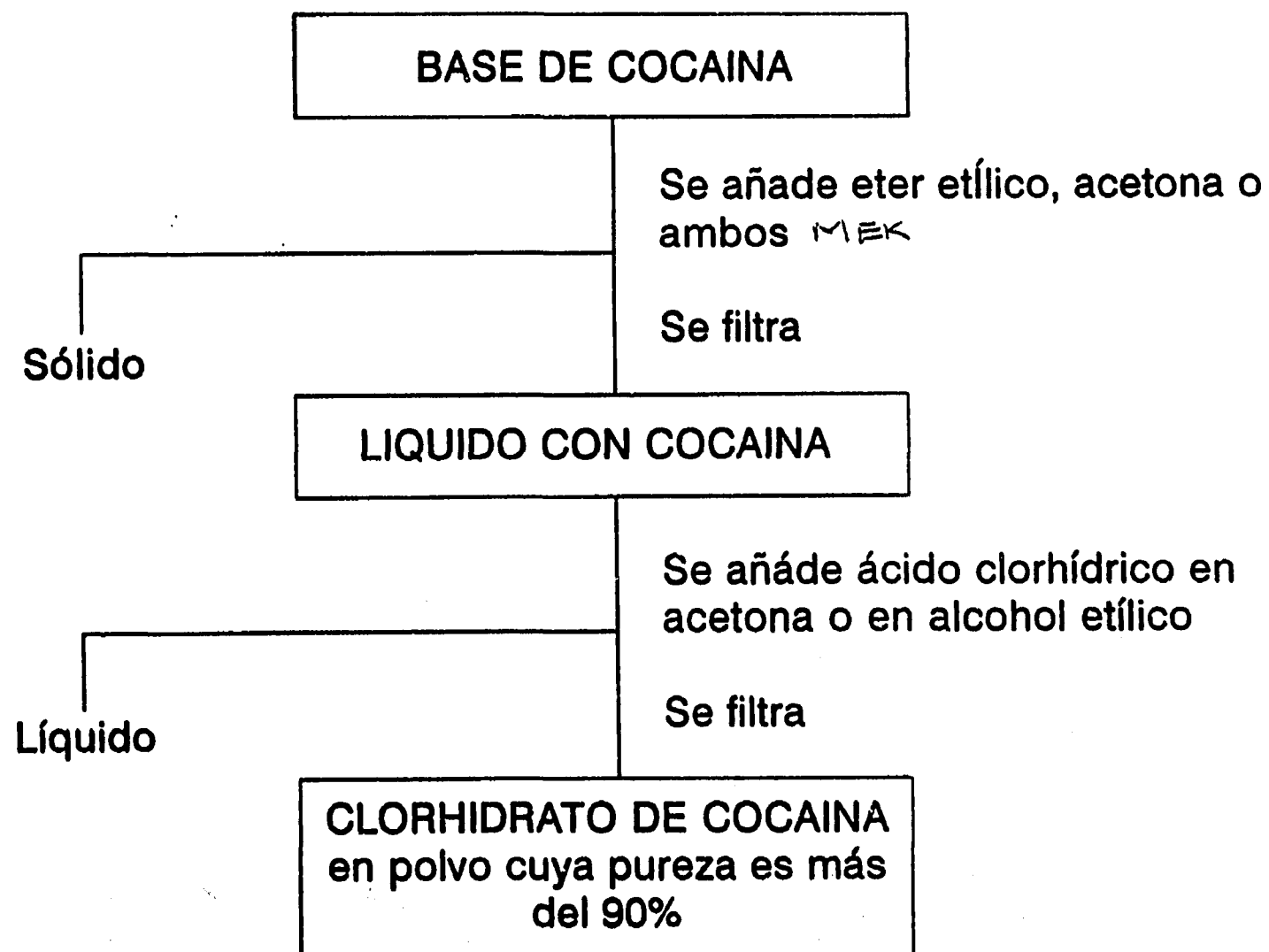
## PRODUCCION DE LA BASE DE COCAINA



259

9500091

## PRODUCCION DEL CLORHIDRATO DE COCAINA



## **PRODUCCION DE LA COCAINA**

---

**HOJAS DE COCA HUMEDECIDAS CON AGUA O CAL**

Se agrega queroseno



**SOLUCION DE COCAINA EN QUEROSENO**

Se agrega una solución de ácido sulfúrico en agua



**SOLUCION ACUOSA CON SULFATO DE COCAINA**

Se agrega una solución acuosa de cal viva, piedra caliza, o amoníaco y se filtra



**PASTA DE COCA (Cocaína Impura)**

Se agrega una solución ácida y permanganato pótasio



**SOLUCION ACIDA DE COCAINA (Sin las Impurezas)**

Se agrega agua amoniacal y se filtra



**COCAINA**

Se agrega éter, acetona y ácido clorhídrico. Se filtra y se seca



**CLORHIDRATO DE COCAINA**



## PRODUCCION

	HOJAS SECAS	PASTA DE COCA	BASE DE CLORHIDRATO COCAINA DE COCAINA	
PESO	240 KG	1.9 KG	0.96 KG	1 KG
% PRODUCCION (BASADA EN LAS HOJAS)	N/A	0.87%	0.4%	0.4%

262

9500091.

**TIPOS DE PRODUCTOS QUIMICOS USADOS  
EN LA PRODUCCION DE LA COCAINA**

---

**SOLVENTES** - ACETONA, ETER, METIL ETIL  
CETONA (MEC), TOLUENO

**ACIDOS** - ACIDO SULFURICO, Y ACIDO  
CLORHIDRICO

**BASES** - OXIDO CALCICO, CARBONATO  
CALCICO, CARBONATO SODICO,  
CARBONATO POTASICO, Y AGUA  
AMONIACAL

**OXIDANTES** - PERMANGANATO POTASICO

263

9500091.

## **EQUIPO NECESARIO PARA LA PRODUCCION DEL CLORHIDRATO DE COCAINA**

---

- A. RECIPIENTE PARA DISOLVER LA BASE DE COCAINA  
- ENVASE GRANDE DE PLASTICO**
- B. MEDIOS PARA FILTRAR EL CLORHIDRATO DE COCAINA  
- FILTRO GRANDE, PAPEL, PAÑO, SABANAS**
- C. APARATO PARA SECAR EL PRODUCTO - SOL, LAMPARA  
DE CALOR, HORNO MICROONDA**
- D. PRENSA GRANDE PARA PRODUCIR LADRILLOS DE UN  
KILO DE CLORHIDRATO DE COCAINA AL EMPAQUETAR  
(OPCIONAL)**

264

9500091.

## **PRODUCTOS NECESARIOS PARA ELABORAR UN KILOGRAMO DE COCAINA**

Para obtener un kilogramo de clorhidrato de cocaína se utiliza:

Querosene	Por lo general, de 250 a 500 litros, según la condición de la hoja de coca.
Acido sulfúrico	10 litros
Carbonato potásico (o carbonato sódico o hidróxido amónico)	50 gramos* (50 gramos)* (50 mililitros)*
Permanganato potásico	100 gramos (cada kilo de permanganato potásico sirve para elaborar unos 10 kilos de clorhidrato de cocaína)
Acido clorhídrico	250 mililitros
Eter etílico, acetona o los dos	15 litros

**NOTA:** Se usan o pueden usar otros solventes, junto con los anteriores o en su lugar. El uso de estos productos químicos y las cantidades que se emplean dependen también de la pericia de los técnicos del laboratorio.

\* Estos productos químicos son intercambiables

## PRODUCCION DE LA COCAINA "CRACK"

Solución de  
CLORHIDRATO DE  
COCAINA en agua

Base y bicarbonato sódico

COCAINA

Se filtra y se seca

COCAINA "CRACK"

266

9500091.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.16/94  
9 diciembre 1994  
Original: español

DOCUMENTO INFORMATIVO DEL EXPOSITOR  
DE LA INFANTERIA DEL EJERCITO NACIONAL

SECRETARÍA GENERAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, WASHINGTON, D.C. 20006

267

9500091.

**EJERCITO NACIONAL**  
*Servicio de Material y Armamento*  
**DIVISION EXPLOSIVOS**

**ROLES**

**Ministerio de Defensa Nacional :**

- \* Certificaciones de Despacho Aduanero.

**Servicio de Material y Armamento :**

- \* Fiscalización Técnico-Administrativa
  - Registros de Usuarios y Tráfico.
  - Habilitaciones.
  - Inspecciones.
- \* Producción.
- \* Depósito de Productos Controlados.
- \* Operaciones.

**Unidades de Fuerzas Armadas y Policía :**

- \* Custodia de Explosivos ( Almacenamiento, Transporte ).

**USUARIOS**

- \* Organismos Oficiales.
  - UU. de Combate de las FF.AA.
  - Policía.
  - Entes.
  - Administraciones Municipales.
- \* Ambito Privado
  - Minería.
  - Construcción
  - Procesos Industriales diversos.
  - Consumo masivo ( Cartuchería, Pirotécnicos, otros).

9500091.

**EJERCITO NACIONAL**  
*Servicio de Material y Armamento*  
**DIVISION EXPLOSIVOS**

**División Explosivos Cometidos :**

...."Contralor a Nivel Nacional de todo lo relativo a la Fabricación, Venta, Almacenamiento, Transporte y empleo de Sustancias Explosivas".

**Areas, por propósito de consumo:**

- \* Material Bélico.
- \* Explosivos Industriales.
- \* Cartuchería
- \* Pirotécnia.
- \* Productos Químicos agresivos diversos.

**Mercancías Peligrosas:**

- Clase 1 : EXPLOSIVOS
- Clase 2 : GASES
- Clase 3 : LIQUIDOS INFLAMABLES.
- Clase 4.1 : SOLIDOS, Inflamables.
- Clase 4.2 : Propensos a combustión espontánea.
- Clase 4.3 : Que en contacto con agua desprenden gases inflamables.
- Clase 5 : OXIDANTES Y PEROXIDOS ORGANICOS.
- Clase 6 : TOXICOS E INFECCIOSOS.
- Clase 7 : RADIATIVOS.
- Clase 8 : CORROSIVOS.
- Clase 9 : PELIGROSOS DIVERSOS.



**EJERCITO NACIONAL**  
*Servicio de Material y Armamento*  
**DIVISION EXPLOSIVOS**

NOMBRE	SINONIMOS	NUMERO	CONSTANTE
Alcohol Etilico	Alcohol Etanol	1170	3. _____
Acido Clorhídrico	Acido Muriático; Cloruro de Hidrógeno	1789	8. _____
Acidos Sulfúricos	Vitriolo; Fumante	1831	8. 6.1
Sulfuro de Carbono	Disulfuro de carbono	1131	3. 6.1
Amoníaco Anhidrido o en disolución acuosa		1005	2.3 _____
		2672	8. _____
		2073	2.2 _____
Hidróxido de Potasio	Potasa Cáustica	1813	8. _____
Hidróxido de Sodio	Soda Cáustica	1823	8. _____
Sulfato de Sodio	Sulfato Disódico	2837	8. _____
Permanganato de Potasio		1490	5.1 _____
Benceno		1114	3. _____
Tolueno		1294	3. _____
Cloruro de Metilo	Diclorometano	1593	6.1 _____
Cloroformo	Triclorometano	1888	6.1 _____
Tricloroetileno		1710	6.1 _____
Eter Etilico	Eter sulfúrico; Oxido de Etilo; Eter Dietilico	1155	3. _____
Acetona	Propanona	1090	3. _____
Metil Etil Cetona	Butanona	1193	3. _____
Acido Acético		2789	8. _____
		2790	8. _____
Anhidrido Acético		1715	8. _____

Fuente :

Acuerdo para el Transporte Terrestre de Mercancías Peligrosas en el ámbito del MERCOSUR, 1994.

- 270 -

9500091

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.17/94  
9 diciembre 1994  
Original: español

DOCUMENTO INFORMATIVO DEL EXPOSITOR  
DE LA ASOCIACION DE INDUSTRIAS QUIMICAS DEL URUGUAY

SECRETARÍA GENERAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, WASHINGTON, D.C. 20006

- 271 -

9500091.

ACETONA CONSUMO ANUAL 2000.000 LITROS IMPORTACION 100%

\*\* FABRICACION DE PINTURAS Y TINTAS  
\*\* FABRICACION DE DILUYENTES (THINNERS)  
\*\* INDUSTRIAS VARIAS (COMO SOLVENTE)  
\*\* LABORATORIOS  
\*\* DROGUERIAS Y FARMACIAS

TOLUENO CONSUMO ANUAL <sup>1.000.000</sup>~~1000.000~~ LITROS IMPORTACION 100%

\*\* FABRICACION DE PINTURAS Y TINTAS  
\*\* FABRICACION DE DILUYENTES (THINNERS)  
\*\* FABRICACION DE CEMENTOS DE CONTACTO  
\*\* ENSAMBLADO DE MANUFACTURAS PLASTICAS  
\*\* DROGUERIAS

METIL ETIL CETONA (MEC) CONSUMO ANUAL 600.000 LITROS IMPORTACION 100%

\*\* FABRICACION DE PINTURAS Y TINTAS  
\*\* FABRICACION DE DILUYENTES (THINNERS)

AMONIACO CONSUMO ANUAL 400 TONS. IMPORTACION 100%

\*\* REFRIGERACION  
\*\* SOLUCIONES AMONIACALES  
\*\* DETERGENTES

ACIDO ACETICO CONSUMO ANUAL 400 TONS. IMPORTACION 100%

\*\* PRODUCCION DE ACETATOS VARIOS  
\*\* INDUSTRIA ALIMENTICIA  
\*\* INDUSTRIA TEXTIL  
\*\* DROGUERIAS

- 272 -

9500091.

ACIDO SULFURICO CONSUMO ANUAL 36000 TONS. PRODUCTOR ISUSA

- \*\* PRODUCCION DE SUPERFOSFATOS
- \*\* PRODUCCION DE SULFATO DE CROMO
- \*\* PRODUCCION DE SULFATO DE ALUMINIO
- \*\* PRODUCCION DE SULFATO DE COBRE
- \*\* SULFONACION DE DODECILBENCENO
- \*\* FABRICACION DE BATERIAS
- \*\* RECONSTRUCCION DE BATERIAS
- \*\* CURTIEMBRES
- \*\* PRODUCCION DE PAPEL
- \*\* INDUSTRIAS METALURGICAS
- \*\* INDUSTRIA DE ALIMENTACION
- \*\* DROGUERIAS Y FERRETERIAS
- \*\* EXPORTACION

ACIDO CLORHIDRICO CONSUMO ANUAL 2500 TONS. PRODUCTOR EFICE

- \*\* PRODUCCION DE OXICLORURO
- \*\* PRODUCCION DE CLORURO DE CALCIO
- \*\* INDUSTRIA METALURGICA
- \*\* INDUSTRIAS LACTEAS
- \*\* AGROINDUSTRIAS AZUCAR , FRUCTOSA
- \*\* DROGUERIAS , FERRETERIAS , BARRACAS
- \*\* LIMPIEZAS QUIMICAS

HIDROXIDO DE SODIO CONSUMO ANUAL 80000 TONS PRODUCTOR EFICE  
IMPORTACION

- \*\* PRODUCCION DE DETERGENTES
- \*\* FABRICACION DE JABONES
- \*\* LIMPIEZA DE ENVASES EN FABRICAS DE REFRESCOS
- \*\* LIMPIEZA DE DEPOSITOS Y ENVASES EN BODEGAS
- \*\* FABRICACION DE HIPOCLORITO DE SODIO
- \*\* PRODUCCION DE PAPEL
- \*\* REFINACION DE GRASAS
- \*\* INDUSTRIA FRIGORIFICA
- \*\* TRATAMIENTO DE AGUA
- \*\* INDUSTRIAS EN GENERAL
- \*\* DROGUERIAS Y FERRETERIAS

CARBONATO DE SODIO CONSUMO ANUAL 13000 TONS. IMPORTACION 100 %

- \* FABRICACION DE DETERGENTES
- \* FABRICACION DE VIDRIO
- \* TRATAMIENTOS DE AGUAS Y EFLUENTES
- \* LAVADEROS DE LANA
- \* FABRICACION DE SODA CRISTAL
- \* INDUSTRIA EN GENERAL
- \* DROGUERIAS

SULFATO DE SODIO CONSUMO ANUAL 2500 TONS. IMPORTACION 100%

- \* FABRICACION DE DETERGENTES
- \* FABRICACION DE VIDRIO

- 273 -

9500091.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.10/94  
9 diciembre 1994  
Original: inglés

AUDITORIA DE COMPAÑIAS QUIMICAS  
EJERCICIO PRACTICO

- 274 -

9500091.

NOMBRE DE LA COMPAÑIA: \_\_\_\_\_

NOMBRE DEL PRODUCTO: ACETONA

ADQUISICIONES Y/O RECIBOS

FECHA	SUPLIDOR	NUMERO	NUMERO FACTURA	PERMISO IMPORTACION	CANTIDAD RECIBIDA
2/67	Quimico America	—	3102	—	50 +m

TOTAL: \_\_\_\_\_

VENTAS, USO Y/O TRANSFERENCIAS

FECHA	COMPRADOR	NUMERO	NUMERO FACTURA	PERMISO EXPORTACION	CANTIDAD DESPACHADA
4/6	Quimico Grande	—	0002	—	25 +m
13/6	Productos Quim		0007		40 +m
16/6	Quimico Narco	—	0009		30 +m
20/6	Prod. Quim	—	0010		25 +m
24/6	Prod. Quim	—	0012		25 +m
					5

- 275 -

TOTAL: 145 +m

9500091. 6

NOMBRE DE LA COMPAÑIA: \_\_\_\_\_

NOMBRE DEL PRODUCTO: METIL ETIL CETONA

ADQUISICIONES Y/O RECIBOS

FECHA	SUPLIDOR	NUMERO	NUMERO FACTURA	PERMISO IMPORTACION	CANTIDAD RECIBIDA
1/6	Quim. Nac	—	2401	—	200tm
30/6	Quim Nac	—	2402	—	100tm

TOTAL: <sup>100</sup>~~300~~tm

VENTAS, USO Y/O TRANSFERENCIAS

FECHA	COMPRADOR	NUMERO	NUMERO FACTURA	PERMISO EXPORTACION	CANTIDAD DESPACHADA
2/6	S. Grande	—	0001	—	10tm
5/6	P. Q	—	0003	—	20tm.
7/6	Q. G.		0004		10tm.
8/6	P. Q	—	0005	—	15tm.
12/6	Quim Nac	—	0006	—	50tm
15/6	Q. G	—	0008	—	5tm.
28/6	P. Q	—	0011	—	60tm
					120

- 276 -

TOTAL: 120tm.

9500091.

NOMBRE DE LA COMPAÑIA: \_\_\_\_\_

NOMBRE DEL PRODUCTO: PERMANCANATO POTASO

ADQUISICIONES Y/O RECIBOS

FECHA	SUPLIDOR	NUMERO	NUMERO FACTURA	PERMISO IMPORTACION	CANTIDAD RECIBIDA
5/6	Q. A. L. A. N. I. C. O.	—	3101	—	5 kg.

TOTAL: 5 kg.

VENTAS, USO Y/O TRANSFERENCIAS

FECHA	COMPRADOR	NUMERO	NUMERO FACTURA	PERMISO EXPORTACION	CANTIDAD DESPACHADA
4/6	Q. M. C. O. B. R. A. N. D. E.	—	002	—	500 kg.
6/6	Q. M. N. O. R. C. O.	—	008	—	125 kg.
20/6	P. Q.	—	0010	—	2500 kg.
21/6	P. Q.	—	0011	—	75 kg.

- 277 -

TOTAL: 3.200 kg.

9500091.



## HOJA DE COMPUTOS

FECHA: 3/7/91  
HORA: apertura  
REALIZADO POR: Fernando / Gabriel / Estel

NOMBRE CIA: \_\_\_\_\_  
DIRECCION: \_\_\_\_\_  
TELEFONO: \_\_\_\_\_

[illegible]

-278-

95000912

# I. INVENTARIO INICIAL:

Fecha: 1 de junio de 1991 (cierre)

Producto	Cantidad
Acetona	125.0 tm
Acido sulfúrico	300.0 tm
Metil isobutil cetona	175.0 tm
Metil etil cetona	200.0 tm
Permanganato potásico	1.0 tm

# II. COMPRAS:

Fecha	Producto	Cantidad	Compañía	Factura
1 de junio	Metil etil cetona	200 tm	Químicos Nacionales	2401
5 de junio	Permanganato potásico	5 tm	Química America	3101
5 de junio	Metil isobutil cetona	150 tm	Química America	3101
30 de junio	Metil etil cetona	100 tm	Químicos Nacionales	2402
2 de julio	Acetona	50 tm	Química America	3102

# III. VENTAS:

Fecha	Producto	Cantidad	Compañía	Factura
2 de junio	Metil etil cetona	10 tm	Química Grande	0001
4 de junio	Acetona	25 tm	Química Grande	0002
4 de junio	Permanganato potásico	500 kg	Química Grande	0002
4 de junio	Acido sulfúrico	10 tm	Química Grande	0002
5 de junio	Metil etil cetona	20 tm	Productos Químicos	0003
7 de junio	Metil etil cetona	10 tm	Química Grande	0004
9 de junio	Metil etil cetona	15 tm	Productos Químicos	0005
12 de junio	Metil etil cetona	50 tm	Química Narco	0006
13 de junio	Acetona	40 tm	Productos Químicos	0007
15 de junio	Metil etil cetona	5 tm	Química Grande	0008
15 de junio	Metil isobutil cetona	35 tm	Química Grande	0008
16 de junio	Acetona	30 tm	Química Narco	0009
16 de junio	Permanganato potásico	125 kg	Química Narco	0009
20 de junio	Acetona	25 tm	Productos Químicos	0010
20 de junio	Permanganato potásico	2500 kg	Productos Químicos	0010
21 de junio	Metil etil cetona	10 tm	Productos Químicos	0011
21 de junio	Permanganato potásico	75 kg	Productos Químicos	0011
24 de junio	Acetona	25 tm	Productos Químicos	0012

# IV. INVENTARIO FINAL:

Fecha: 3 de julio de 1991 (apertura)

Producto	Cantidad
Acetona	75.0 tm
Metil etil cetona	130.0 tm
Permanganato potásico	2.8 tm

- 279 -

9500091.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

**cicad**

**SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay**

**OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.15/94  
9 diciembre 1994  
Original: español**

**INFORME FINAL**

SECRETARÍA GENERAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, WASHINGTON, D.C. 20006

280

9500091.

## INDICE

	<u>Página</u>
I. ANTECEDENTES .....	1
II. SESION DE APERTURA, SESIONES DE TRABAJO Y SESION DE CLAUSURA .....	1
III. AUTORIDADES Y CONFERENCISTAS PARTICIPANTES .....	2
IV. CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES .....	2
V. AGRADECIMIENTOS .....	3

### ANEXOS:

- I. Temario
- II. Calendario de Actividades
- III. Lista de Documentos
- IV. Directorio de Participantes

## I. ANTECEDENTES

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), aprobó en su séptimo período ordinario de sesiones, el Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos, elaborado por el Grupo de Expertos en Precursores y Productos Químicos Esenciales, creado por la propia CICAD en su cuarto período ordinario de sesiones (CICAD/PRECUR/doc/4/89). Dicho Reglamento Modelo fue aprobado por la Reunión Ministerial "Alianza de las Américas contra el Narcotráfico" en la Declaración y Programa de Acción de Ixtapa (OEA/Ser.K/XXVIII.2.1RM/NARCO doc.29/90) y por la Asamblea General de la OEA (AG/RES.1045/XX-0/90) y asimismo fue enviado a las Naciones Unidas y recomendada su adopción a todos los Estados Miembros de la CICAD el 26 de julio de 1990.

El Gobierno del Uruguay a través de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas acogió con beneplácito el ofrecimiento, que en vista de su interés, le hiciera la CICAD para el asesoramiento y adiestramiento de funcionarios de la Dirección General de Represión del Tráfico Ilícito de Drogas, la Dirección General de Infraestructura Aeronáutica, la Escuela de Inteligencia del Ejército, la Dirección Nacional Naval, la Administración Nacional de Puertos, la Dirección Nacional de Aduanas, las Zonas Francas de Río Negro, de Florida, de Colonia Suiza y de San José, el Servicio de Material y Armamento y el Instituto Técnico Forense del Poder Judicial.

Asimismo, estuvieron presentes representantes de las siguientes entidades privadas: de Center, S.A., de Ensiluz, S.A., así como del Instituto Mateo Orfila y de la Facultad de Química de la Universidad del Uruguay.

La Administración de Control de Estupefacientes de los Estados Unidos (DEA), que fue miembro activo del Grupo de Expertos que elaboró el Reglamento Modelo de la CICAD/OEA, ofreció un significativo aporte con la preparación y presentación de un equipo docente que pudiera satisfacer los requerimientos del Gobierno del Uruguay y permitiera la aplicación y seguimiento del Reglamento Modelo en los Estados miembros de la Organización de los Estados Americanos, así como la Policía Real Montada del Canadá (RCMP) que aportó un experto químico. Asimismo la propia CICAD aportó su asesor técnico, quien había participado también en el Grupo de Expertos que elaboró el Reglamento Modelo, para colaborar con la CICAD, la DEA y la RCMP.

De esta manera, en cumplimiento del Artículo 3 (d), Capítulo IV del Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro contra el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas de 1986, se cumple en la coordinación y la cooperación de la OEA con otros Organismos Internacionales y con la preparación y realización de este Seminario de Adiestramiento para Funcionarios Encargados del Control de Precursores y Sustancias Químicas en Montevideo, Uruguay. El Seminario se llevó a cabo en la sede de la Presidencia de la República, entre el 6 y el 9 de diciembre de 1994.

## II. SESION DE APERTURA, SESIONES DE TRABAJO Y SESION DE CLAUSURA

De acuerdo con el Calendario de Actividades preparado para este Seminario (CICAD/PRECUR-UR/doc.3/94), durante la mañana del martes 6 de diciembre de 1994 tuvo lugar la Sesión de apertura en el Salón de Actos de la Presidencia de la República. Hicieron uso de la palabra el Embajador Luis Macchiavello, Director de la Oficina de la OEA en el Uruguay, el señor Rodolfo García, Representante

de la CICAD, en nombre de los Organismos Internacionales Copatrocinadores: Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), el Programa de Control de Drogas de las Naciones Unidas (UNDCP), la Administración de Control de Drogas de los Estados Unidos (DEA), y la Policía Real Montada del Canadá (RCMP), y la Dra. Irene Traibel, Secretaria Ejecutiva de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas, quien dio la bienvenida a los presentes y declaró inaugurados los trabajos de este séptimo Seminario-Taller.

A continuación se celebraron 6 sesiones de trabajo en las que se cumplieron los objetivos del Seminario contenidos en los distintos puntos del Temario (CICAD/PRECUR-UR/doc.2/94)

Durante el evento se realizaron diversos tipos de ejercicios prácticos, tales como identificación y familiarización de diversos productos químicos y ejecución de auditorías empresariales. Se observó una activa participación en la elaboración de los trabajos y en la discusión o foro final.

En la Sesión de Clausura se entregaron los certificados de participación correspondientes y en horas de la tarde del día 8 de diciembre de 1994 hicieron uso de la palabra, el Dr. Amadeo Luis Farías, Asesor Técnico de la CICAD en nombre de los Representantes de los Organismos Internacionales; y asimismo con la intervención de la Dra. Irene Traibel, se dio por clausurado el séptimo Seminario Nacional de Adiestramiento.

### III. AUTORIDADES Y CONFERENCISTAS PARTICIPANTES

El Gobierno del Uruguay designó como Coordinadora Nacional del Seminario a la Dra. Irene Traibel y Subcoordinadora a la Sra. Laura Regueiro mientras que el señor Rodolfo García, Especialista Principal de la Secretaría Ejecutiva de la CICAD estuvo a cargo de la coordinación internacional del evento.

Como conferencistas internacionales intervinieron el Dr. Amadeo Luis Farías, Asesor Técnico de la CICAD, el Sr. Frank Moreno, Analista de Programas de la Administración de Control de Estupefacientes de Estados Unidos (DEA), el Sr. Douglas Snyder, Químico (DEA) y la Sra. Susan Peters, Investigadora de Desvíos (DEA), así como el Sr. Wayne Jeffery, Químico Farmacéutico de la Real Policía Montada del Canadá (RCMP). Por Uruguay expusieron el Teniente Primero de Infantería del Ejército Nacional Juan Antonio Guadrado y la Sra. Blanca Rosa Pimienta Beron, Química Farmacéutica del Ministerio de Salud Pública (División Química y Medicamentos).

También expuso por la industria química privada: el Ingeniero Oscar L. Rufener, Representante de la Asociación de Industrias Químicas del Uruguay (ASIQUUR).

### IV. CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

El Temario, que contiene los objetivos y el programa docente del Seminario de Adiestramiento para Funcionarios Encargados del Control de Precursores y Sustancias Químicas, fue diseñado por la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas, por la Secretaría Ejecutiva de la CICAD, por la DEA y por la RCMP, en una sesión de coordinación celebrada el lunes 5 de diciembre de 1994.

La presentación del "Reglamento Modelo sobre el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos" de la OEA (CICAD/PRECUR-UR/doc.6/94) permitió recomendar su adopción y cumplimiento dada su utilidad para alcanzar los siguientes objetivos:

- a. La aplicación de los Tratados Internacionales convenidos;
- b. Dictar, actualizar o perfeccionar la legislación y los reglamentos nacionales;
- c. Aumentar la coparticipación entre los países, con el aseguramiento de la información, en especial sobre transacciones comerciales;
- d. Estrechar la coparticipación nacional en los procedimientos (Policía y Aduana, etc.);
- e. Aquilatar la profesionalidad de la función a ejercer;
- f. Detectar modalidades y cambios sospechosos en la producción y comercialización de precursores y sustancias químicas.

De igual manera, se apreció que la enseñanza recibida entrañaba para los participantes los siguientes compromisos:

- a. Aplicar los programas y métodos aprendidos;
- b. Multiplicar "in-situ" dicho conocimiento;
- c. Aportar la información y experiencia de que sean dueños para sumar al material de estos Seminarios.

A este respecto, se invitó a los participantes durante todas las sesiones de trabajo a efectuar preguntas, así como a ofrecer sus ideas, opiniones y recomendaciones que pudieran comprender aspectos de aplicabilidad del contenido docente.

#### V. AGRADECIMIENTOS

En la sesión de clausura y de entrega de certificados, los participantes manifestaron su agradecimiento a los Organismos Internacionales y Nacionales que copatrocinaron, organizaron y desarrollaron el Seminario.

(UR-15.ESP)

- 284 -

9500091.

# ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

**cicad**

**SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay**

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.2/94  
9 noviembre 1994  
Original: español

## TEMARIO

### OBJETIVOS

- A. Perfeccionar el adiestramiento y asesorar en el control de precursores y sustancias químicas, de funcionarios oficiales de Uruguay que tienen responsabilidad en dicha área.
- B. Presentar el Reglamento Modelo sobre el control de precursores y sustancias químicas, máquinas y elementos, de la Organización de los Estados Americanos (OEA).

### PROGRAMA DOCENTE

- 1. Panorama mundial sobre el desvío de químicos
- 2. Legislación sobre el control de químicos y tratados internacionales
- 3. Métodos y rutas de desvío
- 4. Producción de cocaína y heroína en laboratorios clandestinos
- 5. Descripción, identificación, análisis, peligros, seguridad y destrucción de químicos
- 6. Establecimiento de un programa de control de químicos
- 7. Operaciones sobre el control de químicos, investigaciones e inteligencia

- 285 -

9500091.



## ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.3/94rev.1  
9 noviembre 1994  
Original: español

## CALENDARIO DE ACTIVIDADES

Día y HoraLugarMartes, diciembre 6

Salón de Actos  
Edificio Libertad  
(Presidencia de  
la República)

8:30 a.m. a Inscripción de Participantes  
5:00 p.m.

9:00 a.m. a Sesión de Apertura  
9:30 a.m.

1. Palabras del Embajador  
Luis Macchiavello,  
Director de la Oficina  
de la OEA en el Uruguay
2. Palabras del Sr. Rodolfo García,  
Representante de la CICAD
3. Palabras de la Dra. Irene Traibel,  
Secretaria Ejecutiva de la Junta  
Nacional de Prevención y Represión  
del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo  
de Drogas

9:30 a.m. a Receso  
10:00 a.m.

10:00 a.m. a Primera Sesión de Trabajo  
12:30 p.m.

10:00 a.m. a Contribuciones de la OEA al Control  
11:15 a.m. de Químicos:

Reglamento Modelo de la CICAD

-286-

9500091.

<u>Día y Hora</u>		<u>Lugar</u>
11:15 a.m. a	Panorama del desvío de Químicos	<u>Salón de Actos</u>
12:30 p.m.	Definición del desvío de Químicos	
	La historia del desvío de Químicos:	
	a. Mundialmente	
	b. En los Estados Unidos	
12:30 p.m. a	<u>Almuerzo</u>	
2:00 p.m.		
2:00 p.m. a	<u>Segunda Sesión de Trabajo</u>	
5:30 p.m.		
2:00 p.m. a	Métodos de desvío	
3:00 p.m.	Vías Mundiales del desvío de Químicos	
	Tendencias en el Tráfico de Químicos	
3:00 p.m. a	<u>Receso</u>	
3:30 p.m.		
3:30 p.m. a	Convenios y Tratados sobre el control	
5:30 p.m.	del desvío de Químicos:	
	Naciones Unidas (Artículo 12)	
	Unión Europea (Regulaciones del	
	Comercio)	
	Grupo G-7 de Acción Especial sobre	
	Químicos	
	Leyes de los Estados Unidos (CDTA)	

Miércoles, diciembre 7

9:00 a.m. a	<u>Tercera Sesión de Trabajo</u>
12:30 p.m.	
9:00 a.m. a	Laboratorios clandestinos
10:30 a.m.	Proceso de producción de la
	cocaína y heroína
10:30 a.m. a	<u>Receso</u>
10:45 a.m.	

<u>Día y Hora</u>		<u>Lugar</u>
10:45 a.m. a 12:30 p.m.	Químicos para la producción de la cocaína Descripción de la propiedad Substitutos químicos Reciclaje y manufactura	<u>Salón de Actos</u>
12:30 p.m. a 2:00 p.m.	<u>Almuerzo</u>	
2:00 p.m. a 5:00 p.m.	<u>Cuarta Sesión de Trabajo</u>	
2:00 p.m. a 3:30 p.m.	Químicos Peligros Seguridad Descarte Explosivos	
3:30 p.m. a 4:00 p.m.	<u>Receso</u>	
4:00 p.m. a 5:00 p.m.	Ejercicios sobre familiarización con químicos utilizados en la elaboración de cocaína	

Jueves, diciembre 8

9:00 a.m. a 12:30 p.m.	<u>Quinta Sesión de Trabajo</u>	
9:00 a.m. a 9:30 a.m.	Químicos (continuación) Video sobre explosivos	
9:30 a.m. a 10:45 a.m.	La industria química en Uruguay Estructura y funcionamiento de la industria de químicos Expositores de la industria uruguaya de químicos	
10:45 a.m. a 11:15 a.m.	<u>Receso</u>	
11:15 a.m. a 12:30 p.m.	Investigaciones sobre el desvío de químicos	

<u>Día y Hora</u>	<u>Lugar</u>
12:30 p.m. a 2:00 p.m.	<u>Almuerzo</u> <u>Salón de Actos</u>
2:00 p.m. a 5:00 p.m.	<u>Sexta Sesión de Trabajo</u>
2:00 p.m. a 3:00 p.m.	Auditoría de compañías químicas (Ejercicio práctico)
3:00 p.m. a 4:00 p.m.	Asuntos concernientes al control de químicos:
	Establecimiento de un Programa de Control de Químicos
	Coordinación de las Agencia de Operaciones de Control
	Elementos necesarios para el seguimiento del comercio de químicos
	Recopilación de información y datos
	Intercambio de información
	Estadísticas gubernamentales
	Uso de computadoras en el control de químicos
4:00 p.m. a 4:30 p.m.	<u>Receso</u>
4:30 p.m. a 5:30 p.m.	<u>Sesión de Clausura</u>
	Palabras del Dr. Amadeo Luís Farias, Asesor Técnico de la CICAD En nombre de los Organismos Internacionales
	Palabras del Dra. Irene Traibel, Secretaria Ejecutiva de la Junta Nacional de Prevención y Represión del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas
	Presentación del Informe Final y Certificados de Participación
6:00 p.m.	Cóctel de Despedida

## ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.1/94  
9 diciembre 1994  
Textual

LISTA DE DOCUMENTOS  
REGISTRADOS POR SECRETARIA HASTA EL  
9 DE DICIEMBRE DE 1994

<u>Clasificación</u> <u>CICAD/PRECUR-UR/doc.</u>	<u>Título</u>	<u>Idioma</u>
doc.1/94	Lista de Documentos	Textual
doc.2/94	Temario	E
doc.3/94	Calendario	E
doc.4/94	Químicos utilizados en la preparación clandestina de estupefacientes	E
doc.5/94	Productos empleados en la producción ilícita de la heroína	E
doc.6/94	Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos	E
doc.7/94	Proceso de producción de la cocaína	E
doc.8/94	Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas	E
doc.9/94	Aspectos de las investigaciones químicas	E
doc.10/94	Auditoría de Compañías Químicas Ejercicio práctico	E
doc.11/94	Operación "Breakthrough" de la DEA	E
doc.12/94	Peligros en los Laboratorios químicos	E

doc.13/94	Palabras del representante de la CICAD	E
doc.14/94	Directorio de Participantes	E
doc.15/94	Informe Final	E
doc.16-94	Documento informativo del expositor de la Infantería del Ejército Nacional	E
doc.17-94	Documento informativo del expositor de la Asociación de Industrias Químicas del Uruguay	E

ANEXO IV

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

SEPTIMO SEMINARIO NACIONAL DE ADIESTRAMIENTO  
PARA FUNCIONARIOS ENCARGADOS DEL CONTROL DE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS  
Del 6 al 9 de diciembre de 1994  
Montevideo, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.7  
CICAD/PRECUR-UR/doc.14/94  
9 diciembre 1994  
Original: español

DIRECTORIO DE PARTICIPANTES

SECRETARÍA GENERAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, WASHINGTON, D.C. 20006

- 292 -

9500091.

**DIRECTORIO DE PARTICIPANTES**

**JUNTA NACIONAL DE PREVENCION Y REPRESION DEL TRAFICO ILICITO Y USO  
ABUSIVO DE DROGAS**

Irene Traibel  
Secretaria Ejecutiva y Coordinadora Nacional  
Presidencia de la República  
Edificio Libertad  
Av. Luis A. de Herrera 3350, 2do. piso  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 47 21 10, Int. 1225/1226  
Fax (598-2) 47 53 68

Laurita Regueira  
Secretaria Administrativa y Subordinadora Nacional  
Presidencia de la República  
Edificio Libertad  
Av. Luis A. de Herrera 3350, 2do. piso  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 47 21 10, Int. 1225/1226

Luis Jaunsolo  
Asesor Técnico  
Prefectura Nacional Naval  
D'España 254 C.P 70 000  
Colonia, Uruguay  
Tel. (598-522) 2020/2109  
Telefax (598-522) 2037

**ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS**

Isabel Busca  
Asesora de Calidad  
Rambla 25 de Agosto s/n, 2do piso  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 19 01 10/11/12  
Fax (598-2) 96 17 04

**BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY**

Francisco Illarze  
Subgerente Div. Contralor Comercio Internacional  
Cerrito y Zabala  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 95 19 57  
Fax (598-2) 96 35 53

Alvaro Grille Chelala  
Jefe de Mesa Técnica de Importaciones  
Cerrito y Zabala  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 95 19 57  
Fax (598-2) 96 35 53



**COMANDO GENERAL DEL EJERCITO**

Luis Pedro Aranco  
Instituto Militar de Estudios Superiores (IMES)  
Soriano y Paraguay  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 90 30 36 - 92 03 47  
Fax (598-2) 90 19 83

Juan Antonio Cuadrado  
Servicio de Material y Armamento  
División Explosivos  
Av. de las Instrucciones 1925  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 35 34 34  
Telefax (598-2) 35 41 53 - 39 37 02

**DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA**

Rafael Fariello  
Departamento de Narcotráfico  
Av. Luis A. de Herrera 2738  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 47 22 10  
Fax (598-2) 81 96 85

Fernanda Terzaghi  
Analista  
Av. Luis A. de Herrera 2738  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 47 22 10  
Fax (598-2) 81 96 85

Stella Romero  
Analista  
Av. Luis A. de Herrera 2738  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 47 22 10  
Fax (598-2) 81 96 85

**DIRECCION GENERAL DE INFRAESTRUCTURA AERONAUTICA**

César Rodríguez  
Jefe del Departamento Norte de la División Regionales  
Aeropuerto Internacional de Carrasco  
Cno. Carrasco 5519  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 61 19 72 - 61 13 05  
Fax (598-2) 61 19 72

**DIRECCION GENERAL DE REPRESION DEL TRAFICO ILICITO DE DROGAS**

Héctor Alves Da Silva  
Delmira Agustini 1082  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 38 51 18/19  
Fax (598-2) 38 51 18/19

- 284 -

9500091.

Juan Tipoldi Scarpa  
Delmira Agustini 1082  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 38 51 18/19  
Fax (598-2) 38 51 18/19

Hugo Pallas  
Delmira Agustini 1082  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 38 51 18/19  
Fax (598-2) 38 51 18/19

Rodolfo González Collazo  
Delmira Agustini 1082  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 38 51 18/19  
Fax (598-2) 38 51 18/19

Beatriz Calzada  
Delmira Agustini 1082  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 38 51 18/19  
Fax (598-2) 38 51 18/19

Marco Rodao Santana  
Delmira Agustini 1082  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 38 51 18/19  
Fax (598-2) 38 51 18/19

Heriberto Prieto  
Analista de Sistemas  
Delmira Agustini 1082  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 38 51 18/19  
Fax (598-2) 38 51 18/19

DIRECCION NACIONAL DE ADUANAS

Pablo De Cicco  
Subdirector Depto. Contralor de Tránsito  
Paraguay 2009  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 94 71 72  
Fax 8598-2) 94 71 72

Juan Carlos Martínez  
Inspector Depto. Contralor de Tránsito  
Paraguay 2009  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 94 71 72  
Fax 8598-2) 94 71 72

- 295 -

9500091.

Omar Fernández  
Inspector Depto. Contralor de Tránsito  
Paraguay 2009  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 94 71 72  
Fax 8598-2) 94 71 72

Ricardo Pascual  
Inspector Depto. Contralor de Tránsito  
Paraguay 2009  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 94 71 72  
Fax (598-2) 94 71 72

Aurelio Bianchi  
Supervisor Salón Pasajeros (Puerto)  
Rambla 25 de Agosto 1825 esq. Yacaré  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 96 03 30 - 96 52 07  
Fax (598-2)

Adelio Pacheco  
Subdirector de Departamento Dirección Gral. de Vigilancia y Operaciones.  
Rambla 25 de Agosto 1825 esq. Yacaré  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 96 03 30 - 96 52 07  
Fax (598-2)

Darcy González Vega  
Fiscal 2º-Departamento de Vigilancia y Operaciones  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 61 17 16

Bazán Gonzalez  
Director de Departamento  
Receptoría de Aduana de Artigas  
Gral. Rivera y Baldomir  
Artigas, Uruguay  
Tel. (598-642) 4436  
Fax (598-642) 5088

Juan Ramos Brun  
Especialista IX-D3  
Receptoría de Aduana del Chuy  
Samuel Priliac s/n  
Rocha, Uruguay  
Tel. (598-474) 2182  
Fax. (598-474) 2725

Jorge Olpa  
Administrativo I  
Receptoría de Aduana Colonia (Zona Franca)  
Puerto Colonia s/n  
Colonia, Uruguay  
Tel. (598-522) 2196  
Fax. (598-522) 2932

- 296 -

9500091.

Mario Gilardoni Di Fabio  
Supervisor  
Receptoría de Aduanas Fray Bentos  
L.A. de Herrera y 25 de Mayo  
Río Negro, Uruguay  
Tel. (598-535) 2931/2935  
Fax. (598) 3033

Sergio Volpi Urrutia  
Administrativo X  
Receptoría de Aduanas Paysandú  
Pte. Vica y Avda. Brasil  
Paysandú, Uruguay  
Tel. (598-722) 2569

Mario Roberto Díaz  
Fiscal  
Dirección Nacional de Aduanas Punta del Este  
Maldonado, Uruguay  
Tel. (598-42) 41 921 - 44 494  
Fax (598-42) 41 921

Rodolfo Maldonado  
Especialista X Gdo. D2  
Receptoría de Aduanas Rocha  
25 de Agosto y J. Graña  
Rocha, Uruguay  
Tel. (598-474) 3103

Hebert Fernández Suárez  
Guardia Aduanero  
Receptoría de Aduanas Salto  
Rep. Italia esq. Brasil  
Salto, Uruguay  
Tel. (598-37) 32430  
Fax. (598-37) 26677

ESCUELA DE INTELIGENCIA DEL EJERCITO

Sergio García Sanjurjo  
Víctor Haedo 2020  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 483342  
Fax. (598-2) 483342

Omar Rodríguez González  
Víctor Haedo 2020  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 483342  
Fax. (598-2) 483342

Gerardo Molina  
Eduardo V. Haedo 2020  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 48 23 24  
Fax (598-2) 48 25 52

- 297 -

9500091

FACULTAD DE QUIMICA DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

Nelly Mañay Larrosa  
Prof. Adjunto Encargado  
Cátedra de Toxicología  
Gral Flores 2124  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 941809/941851 Interno 31  
Fax. (598-2) 941906

MINISTERIO DE SALUD PUBLICA

Blanca Pimienta Beron  
Jefe Fiscalización Estupefacientes y Psicotrópicos  
División Química y Medicamentos (DIQUIME)  
18 de Julio 1892  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 406407/491205  
Fax. (598-2) 415891

MINISTERIO DE TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS

José Larramendi  
Ingeniero Asesor  
Dirección Nacional de Transporte  
Rincón 575 5to. piso  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 953763  
Fax. (598-2) 953763

Araceli Acosta  
Ayudante Ingeniero  
Dirección Nacional de Transporte  
Rincón 575 5to. piso  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 953763  
Fax. (598-2) 953763

PREFECTURA NACIONAL NAVAL

Fernando Carrere Silva  
Prefectura del Puerto de Colonia  
Colonia, Uruguay  
Tel. (598-522) 2020  
Tel. (598-522) 2037

Walter Videla Souza  
División Inteligencia e Investigaciones (Narcóticos)  
Montevideo, Uruguay  
25 de Agosto de 1825 y Maciel  
Tel. (598-2) 960277  
Fax. (598-2) 963969

- 298 -

9500091.

Daniel Machado  
División Inteligencia e Investigaciones (Narcóticos)  
Montevideo, Uruguay  
25 de Agosto de 1825 y Maciel  
Tel. (598-2) 960277  
Fax. (598-2) 963969

Ruben Medina  
División Inteligencia e Investigaciones  
Montevideo, Uruguay  
25 de Agosto de 1825 y Maciel  
Tel. (598-2) 960277  
Fax. (598-2) 963969

ZONAS FRANCAS

Sara Blechman  
Escribana  
Zona Franca Florida S.A.  
Cerrito 427  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 957833-4  
Fax. (598-2) 962594

ASOCIACION DE FARMACIAS DEL INTERIOR

Hugo Rodríguez Giacossa  
Presidente  
Guaná 1911  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 49 99 19  
Fax 8598-2) 49 98 76

ENSILUZ S.A.

Dr. Guido Rattaggi  
Antonio Machado 1443  
Director  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 23 00 54/55  
Fax (598-2) 28 39 20

INSTITUTO "MATEO OFILA"

Alberto Jorge Galasso  
Director Técnico  
Br. Artigas 1632  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 47 13 21  
Fax (598-2) 47 13 21

Juan R. Arnaiz  
Subdirector  
Br. Artigas 1632  
Montevideo, Uruguay  
Tel. (598-2) 47 13 21  
Fax (598-2) 47 13 21

288-  
9500091.

**ASOCIACION DE INDUSTRIAS QUIMICAS DEL URUGUAY (ASIQUR)**

Ingeniero Químico Oscar L. Rufener  
Av. del Libertador 1672  
Tel. (598-2) 92 34 02  
Fax (598-2) 92 25 67

Ingeniero Químico Luis Rodríguez  
Av. del Libertador 1672  
Tel. (598-2) 92 34 02  
Fax (598-2) 92 25 67

**CAPACITADORES**

**ADMINISTRACION DE CONTROL DE DROGAS DE ESTADOS UNIDOS (DEA-USA)**

Susan Peters  
Diversion Investigator  
DEA  
Quito Country Office  
Tel. 0115932230053

Frank Moreno  
Analyst  
DEA  
Washington DC 20537 USA  
Tel. 202 307 7191  
Fax 202 307 4102

Douglas Snyder  
Drug Science Specialist  
DEA  
Washington DC 20537 USA  
Tel. 202 307 7178

**REAL POLICIA MONTADA DEL CANADA (RCMP)**

Wayne Jeffery  
Scientist  
5201 Heatherst  
Vancouver CB  
V5Z 3L7  
Tel. (604) 264-3501  
Fax (604) 264-3499

**ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)**

**OFICINA DE LA SECRETARIA GENERAL DE LA OEA EN URUGUAY**

Embajador Luis Macchiavello  
Director  
18 de Julio 1435  
Tel. (598-2) 411201  
Fax (598-2) 415431

- 300 -

9500091.

COMISION INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS  
(CICAD)

Rodolfo García  
Especialista Principal  
1889 F ST. N.W. (RM 845 D)  
Washington DC 20006 USA  
Tel. (202) 458 6216  
Fax (202) 458 3658

Amadeo Luis Farías  
Asesor Técnico  
Gaspar Campos 1539 Vicente López 1678  
República Argentina  
Tel. (541) 797 8206  
Fax (541) 343 8267

Sofía Kosmas  
Asistente Bilingue/Documentos  
1889 F ST. N.W. (RM 845 H)  
Washington DC 20006 USA  
Tel. (202) 458 3807  
Fax (202) 458 3658

- 301/301

9500091.



Nº DOCUMENTO 9500092

TITULO FARC Y su vinculación con el Narcotráfico.

PROCEDENCIA Sección NARC.

FECHA DE PROC... 24/04/7

VINCULACIONES

11176	11663	11019	51508+
65092	11224	11670	591173
65592	11671	10184	500788
514593	11226	65890	60801
11225	501782	11351	66603
11354	514397	11352	507511
11662	11512	66718	
		001(A)/7	

FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA

Y SU VINCULACION CON EL

NARCOTRAFICO

# FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA (FARC)

## CONTENIDO

- I.- GENERALIDADES
- II.- SITUACION INICIAL DE LAS FARC AL VINCULARSE CON EL NARCOTRAFICO
- III.- ACTIVIDADES DE LAS FARC EN LA PRODUCCION Y COMERCIALIZACION DE DROGAS

**FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA (F.A.R.C.)**  
**Y SU VINCULACION CON EL NARCOTRAFICO**

**I.- GENERALIDADES**

Es el grupo guerrillero más involucrado en el tráfico de narcóticos, además de ser la organización subversiva, más vieja y mejor preparada de todo el país.

Buscando una mejor cobertura para sus actividades los traficantes fueron estableciendo sus instalaciones en las regiones selváticas, en zonas donde se encontraban las bases de operaciones de la guerrilla. Esa cobertura pronto dejó de ser efectiva ya que las fuerzas gubernamentales realizaban misiones de contrainsurgencia.

En un principio los traficantes negociaron la obtención de seguridad con la guerrilla (FARC), proporcionándole ésta protección armada a los laboratorios, pistas y otras instalaciones clandestinas, a cambio de un porcentaje, que luego era volcado a sus actividades revolucionarias.

Sin dejar de lado sus actividades revolucionarias, las FARC extendieron sus actividades a la producción propia de cocaína, en una primera instancia, y posteriormente también de heroína realizando cultivos de amapola opiácea.

**II.- SITUACION INICIAL DE LAS FARC AL VINCULARSE CON EL NARCOTRAFICO**

La expansión de la actividad de los narcotraficantes coincidió con áreas controladas o dominadas por los grupos guerrilleros, en especial de las FARC. Sus relaciones tenían por características:

- a) Los narcotraficantes "contrataban" protección y seguridad.
- b) El grupo guerrillero cobraba impuestos y regalías por las actividades que se desarrollaban en su zona. Se estima entre el 10% y el 30% de lo producido por los cultivadores, es decir de sus ganancias.

Durante la VII Conferencia Guerrillera (1982) las FARC ordenaron incrementar la obtención de recursos financieros. A cada Frente (eran 30 o 35 en esa época), se les impuso una cuota de acuerdo a las características de su zona de acción y se les dio libertad para manejar sus relaciones con los traficantes locales.

A consecuencia de ello se intensificaron y diversificaron las relaciones existentes y la participación de las FARC en el control de la producción. Este control pasó a ser responsabilidad del Frente de Finanzas reestructurado con ese fin.

La magnitud de los fondos obtenidos permitieron a las FARC desarrollar sus propios cultivos de obtención de efectos de cultivos logísticos sin depender del apoyo circunstancial del narcotraficante. Por otra parte los intereses económicos en juego originaron los siguientes problemas:

a) los elementos guerrilleros reclamaban una mayor participación en la distribución de ganancias.

b) las FARC comenzaron a desarrollar su propio negocio (cultivo, procesamiento y comercialización de drogas), adquiriendo cada vez mayor autonomía respecto a los narcotraficantes.

Estos problemas derivaron en cruentos enfrentamientos con una importante cantidad de bajas para ambos bandos y ocasionaron que, los narcotraficantes entrenaran a sus propias estructuras de autodefensa para su seguridad y mantener o recuperar el control de áreas de interés; y que estos narcotraficantes fueran a su vez desplazados de esas áreas por la fuerza por las FARC.

### III.- ACTIVIDADES DE LAS FARC EN LA PRODUCCION Y COMERCIALIZACION DE DROGAS

- La penetración vertical de las FARC en el negocio del narcotráfico originó lo que a partir de 1988 se denomina el Cartel de las FARC, el cual actualmente:

\* ocupan el tercero puesto entre los carteles colombianos, en 1990 los carteles de Cali y Medellín monopolizaban el 80% de la producción colombiana, y el restante 20% correspondían a las FARC y a otros carteles menores (actualmente la situación ha cambiado debido al debilitamiento del Cartel de Medellín, lo que ha beneficiado a los anteriormente mencionados).

\* posee su propias áreas de cultivo y elaboración de PBC en las zonas de los LLANOS, selva del SE y GUAJIRA.

\* dispone de sus propios laboratorios de procesamiento cocaína y amapola opiácea.

\* opera sus propias rutas de tráfico ilícito con medios de transporte también propios.

- El Cartel de Cali al igual que las F.A.R.C. mantiene desde el 90 cultivos de amapola en 12 de los 26 Departamentos de este país (SANTANDER, CUNDINAMARCA,

BOYACA, CALDAS, HUILDAS, PUTUMAYO, CAQUETA, NARIÑO, VALLE, META, CAUCA y TOLIMA).

- La Narcoguerrilla ha venido incrementado notoriamente sus actividades desde principios de los 90, pese a las sucesivas medidas de excepción que el gobierno ha adoptado a partir de fines de 1992. La misma está compuesta por las F.A.R.C., el E.L.N. y un sector disidente del E.L.P., todos los cuales se agrupan en la "Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar", que sustenta su actividad con el dinero que recolecta por concepto de extorsiones, secuestros, participación en el tráfico de drogas y asaltos, estimando los Servicios de Inteligencia colombianos que, por tales conceptos perciben unos 300 millones de dólares al año. Según el ex-Presidente CESAR GAVIRIA, "la participación de las guerrillas terroristas de las F.A.R.C. y el E.L.N. en el tráfico de estupefacientes se presente en muy diversas formas. En algunas casos aparecen como productores tanto de la hoja de coca como de amapola. En otros desempeñan labores de vigilancia, encargándose de proteger cultivos, laboratorios y pistas de los narcotraficantes.

- Han intentado y con éxito desarrollar su estructura a nivel internacional y a similitud de otros Carteles existentes (Cali y Medellín), pero manteniendo una imagen de organización revolucionaria. Pretenden preparar política y militarmente a los mandos medios y guerrilleros de base a fin de enfrentar y recuperar el control de las mencionadas áreas de interés donde los grupos citados tengan presencia. Además de continuar monopolizando a los productores independientes y someter a los cultivadores a fuertes tasa de impuestos.

- El cultivo de la amapola opiácea es posterior en el tiempo al procesamiento de cocaína. El mencionado cultivo es muy conveniente para los guerrilleros dado el elevado precio que sus derivados tienen en el mercado negro internacional, principalmente en EE.UU. y EUROPA (EUROPA ORIENTAL es un mercado "atractivo" dada la crisis política y económica que sufre esa región). Ambas actividades se realizan paralelamente, ejemplos de que así sucede son los operativos realizados por el Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) y la Policía de Antinarcóticos y otras instituciones de represión de delitos:

\* en la operación "GAVIOTA", se descubrió el mayor y más moderno laboratorio de cocaína, ubicado cerca de la población de El Billar en la zona selvática del Departamento de CAQUETA (450 kms. al sur de BOGOTA). El mismo producía 3 toneladas de drogas semanales. Este centro de producción pertenecía al Cartel de Cali, y era custodiado por miembros de las FARC (jun/jul94).

\* el Servicio de Protección Institucional de PANAMA no descartó la posibilidad de que las 200 hás. de coca descubiertas en el cerro de Tacaruna,

Provincia de DARIEN, pertenecen a las F.A.R.C. que opera en la región (frontera con COLOMBIA)(dic.93).

- El Cartel de la Amapola al cultivo de amapola para la producción de morfina y heroína, se extiende por COLOMBIA con la activa participación de las guerrillas izquierda. En una investigación realizada por el DAS, indica que casi todos los cultivos que ocupan unas 25.000 has., están en zona de influencia de las FARC y el ELN (Ejército Nacional de Liberación).

- Es importante mencionar el papel que juega en estas actividades delictivas e ilícitas la producción y tráfico de armas, vinculados ambos al tráfico de drogas y a la guerrilla obviamente.

- Analistas de la INTERPOL aseguran que está aumentando la producción de armas. Una evidencia de ello constituye la localización, el 18 de febrero de 1992, de una fábrica de armas en Timbío. Desde donde se abastecía al Frente XIX de las FARC, se incautaron carabinas, revólveres y escopetas de diferentes calibres. Las autoridades están de acuerdo en establecer que las características de los mercados ilegales de armas son similares a los del tráfico de droga, incluso se utilizan las mismas cadenas de contactos y puntos de distribución, siendo éste uno de sus principales elementos de vinculación.

- COLOMBIA es un país propenso al tráfico de armas debido a la existencia de grupos guerrilleros, carteles de narcotraficantes, delincuentes comunes y paramilitares, todos ellos conectados entre sí. Los narcotraficantes pagan con armas a la guerrilla sus servicios. Esto se ha confirmado al realizar incautaciones a las FARC y al ELN.

- Luego de una extensa operación antinarcóticos, denominada "OPERATIVO IMPERIAL", realizada por la Policía Nacional colombiana en la selva de Amazonas para desactivar una organización de narcoguerrilleros que operaba en COLOMBIA y PERU se constató, en mayo de 1992, que a la mencionada organización estarían vinculados insurgentes de los grupos SENDERO LUMINOSO y el MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO TUPAC AMARU conjuntamente con las FARC, quienes trabajarían en estrecha cooperación en esta zona.

De las acciones emprendidas se concluyó que habría un accionar conjunto de la narcoguerrilla colombiana y la insurgencia peruana. Esta organización operaría con una red de pistas clandestinas de aterrizaje, laboratorios y cultivos mimetizados en la selva. Los cerebros de la misma habrían sido narcotraficantes pertenecientes al Cartel de Medellín. Los puntos de embarque de pasta básica e insumos, estaban

ubicados entre VILLA FLOR (COLOMBIA) y BUFEQ (PERU), ubicados en las márgenes del río PUTUMAYO. Se incautó gran cantidad de insumos de éter y gasolina de origen brasileño y se detectaron cerca de 10 pistas clandestinas.

- Según informes recibidos por agencias amigas, las FARC han cooperado con las organizaciones de la mafia en EUROPA ORIENTAL mediante el envío de cocaína en contenedores a GDANSK (POLONIA) y el recibo de armas a cambio. Se ha mencionado que los grupos serbios y rusos están involucrados también en este negocio "cambista". Se considera la posibilidad de que algunos cargamentos de armas se hayan obtenido de NICARAGUA y EL SALVADOR.

- Las F.A.R.C. tienen vinculaciones con:

- \* el Ejército de Liberación Nacional (E.L.N.) de línea castrista leninista.
- \* Movimiento 19 de Abril de línea nacionalista en sus comienzos, pero comunista luego.
- \* Ejército Popular de Liberación (E.P.L.) maoísta.
- \* Movimiento Pro Indigenista Quitin Lame.

Nº DOCUMENTO 9500093

TITULO

PROCEDEFICIA

Junta Nac. 13308

FECHA

29/7/94

VOLUMEN

11126

11369

65092

11360

501466

Escuela de Inteligencia

10001

13308

- 01-04 -



Presidencia de la República Oriental del Uruguay  
Junta Nacional de Prevención y Represión  
del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas

*"Segundo Curso de Información General  
sobre la Problemática del tema Droga"*

25 al 29 de julio de 1994  
Escuela de Inteligencia del Ejército  
Montevideo, Uruguay

- 02 -

9500093.



*del Lunes 25 al Viernes 29 de julio*

## **PROGRAMA**

---

### **Lunes 25**

**08:00hs.** Apertura del Curso.  
Palabras del Director de la Escuela de  
Inteligencia del Ejército.  
(Cnel. Leonardo García)

Presentación de la Junta Nacional.  
(Dra. Raquel Magri)

**08:30hs.** Situación Mundial del Narcotráfico.  
(C/N (CG) Juan Miguel Herrera)

**10:00hs.** Receso

**10:30hs.** Situación Continental y Regional del  
Narcotráfico.  
(Cnel. José Nigulez)

---

### **Martes 26**

**08:30hs.** Métodos Operativos Internacionales para la  
detección de drogas, precursores, sustancias  
químicas y laboratorios clandestinos.  
Posibilidad de su aplicación a nivel nacional.  
(C/C (CP) Luis Jaunsolo)

**10:00hs.** Receso

**10:30hs.** Situación Nacional con respecto al consumo y  
tráfico de Drogas.  
(Inspector Nelson Rodríguez Rienzo)

**9500093.**

**Miércoles 27**

08:30hs. *Ley, Jurisprudencia y Doctrina sobre el tema drogas en el Uruguay.*  
(Dr. Miguel Langón)

10:00hs. Receso

10:30hs. *Las drogas efectos y sus consecuencias. Función de un Servicio de Toxicología Clínica en el Campo de la fármaco-dependencia. Tendencias.*  
(Dra. Cecilia Dell'Acqua)

---

**Jueves 28**

08:30hs. *Objetivos de la prevención. Niveles de prevención educativa. Estrategias actuales para la asistencia y rehabilitación de fármaco-dependientes.*  
(Psic. Virginia Esmoris)

10:00hs. Receso

10:30hs. *Bancos y Casas de Cambio. Normativa Nacional sobre Narcotráfico en referencia al Lavado de Dinero y Activos.*  
(Dr. Bernardo Serwiansky)

---

**viernes 29**

08:30hs. *Precursores*  
(Dr. Alvaro Eguren)

10:00hs. Receso

10:30hs. *Sustancias Químicas, Fiscalización de Estupefacientes y Psicotrópicos.*  
(Quim. Blanca Pimienta)

12:00hs. *Ceremonia de Clausura. Entrega de Certificados.*

9500093.

- 04-04 -

Nº DOCS

TITULO

ORIGEN Junta Nacional 13508

PRECEDENCIA

11176	13065	11369	11226
65092	11349	11227	507482
507466	11351	11342	66723
10001	11343	11663	66960
11360	11648	11421	65592
Esc de Inteligencia	11341	11354	66817
	11662	11225	

-01-39-



Presidencia de la República Oriental del Uruguay  
Junta Nacional de Prevención y Represión  
del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas

**"Primer Curso  
de Actualización de la Información General  
sobre la Problemática del tema Droga"**

14 al 18 de noviembre de 1994  
Escuela de Inteligencia del Ejército  
Montevideo, Uruguay

9500094.

-02-

## **PROGRAMA**

**del Lunes 14 al Viernes 18**

---

### **Lunes 14**

**08:30hs. Apertura del Curso.  
Palabras del Director de la Escuela de Inteligencia  
del Ejército.  
(Cnel. Leonardo García)**

**Presentación de la Junta Nacional.  
(Dra. Irene Traibel)**

**09:00hs. Situación Mundial del Narcotráfico.  
(C/N (CG) Juan Miguel Herrera)**

**10:00hs. Receso**

**10:30hs. Situación Continental y Regional del Narcotráfico.  
(Cnel. José Miguelez)**

---

### **Martes 15**

**09:00hs. Ley, Jurisprudencia y Doctrina sobre el tema drogas  
en el Uruguay.  
(Dr. Miguel Langón)**

**10:00hs. Receso**

**10:30hs. Situación Nacional con respecto al consumo y tráfico  
de Drogas.  
(Inspector Nelson Rodríguez Rienzo)**

---

**9500094**

### **Miércoles 16**

09:00hs. **Métodos Operativos Internacionales para la detección de drogas, precursores, sustancias químicas y laboratorios clandestinos. Posibilidades de su aplicación a nivel nacional.**  
(C/C Luis Jaunsolo)

10:00hs. **Receso**

10:30hs. **Las drogas efectos y sus consecuencias. Aspectos Epidemiológicos desde un Servicio de Asistencia.**  
(Dra. Cecilia Dell'Acqua)

---

### **Jueves 17**

09:00hs. **Objetivos de la prevención, niveles de prevención educativa. Estrategias actuales para la asistencia y rehabilitación de fármaco-dependientes.**  
(Dra. Teresa Lorenzo y Losada)

10:00hs. **Receso**

10:30hs. **Actualización sobre Normativa Financiera en referencia al Lavado de Dinero y Activos.**  
(Dr. Bernardo Serwiansky)

---

### **Viernes 18**

09:00hs. **Sustancias Químicas. Fiscalización de Estupefacientes y Psicotrópicos.**  
(Quim. Blanca Pimienta)

10:00hs. **Receso**

10:30hs. **Banco de Datos Regional e Información Estadística Junta Nacional.**  
(Sr. Raúl Fernández - Sr. Heriberto Prieto)

11:30hs. **Ceremonia de Clausura. Entrega de Certificados.**

---

9500094.

**"PRIMER CURSO DE ACTUALIZACION  
DE LA INFORMACION GENERAL  
SOBRE LA PROBLEMÁTICA DEL  
TEMA DROGA".**

**14 al 18 de noviembre de 1994.-**

**9500094.**

I. - [REDACTED]

PRESENTAR INFORMACION SOBRE  
LA SITUACION DEL NARCOTRAFICO  
EN EL PLANO CONTINENTAL.

II. - [REDACTED]

A. - INTRODUCCION

B. - SITUACION EN AMERICA

- EE.UU.

- MEXICO

- VENEZUELA

- COLOMBIA

- PERU

- BOLIVIA

- CHILE

C. - SITUACION EN EL AMBITO REGIONAL

- PARAGUAY

- BRASIL

- ARGENTINA

D. - CONCLUSIONES

9500094.

[REDACTED]

500 Kg. HOJA	U\$S	500
--------------	------	-----

2.5 Kg. PASTA BASICA	U\$S	750
----------------------	------	-----

1 Kg. COCAINA	U\$S	1.500
---------------	------	-------

CLOHIDRATO DE COCAINA	U\$S	4.000
-----------------------	------	-------

1 Kg. EE.UU.	U\$S	18.000
--------------	------	--------

VIA PUBLICA 1 Kg. POLVO COCAINA 55 % PUREZA	U\$S	200.000
--	------	---------

9500094.



COLOMBIA

MEXICO



II  
O  
L  
A  
N  
D  
A

INGRESA

COLOMBIA 75 %  
BOLIVIA 15 %  
PERU 5 %

ARGENTINA  
BRASIL  
PARAGUAY  
ECUADOR

5 %

PAQUISTAN BIRMANIA COLOMBIA  
IRAN LAOS GUATEMALA  
AFGANISTAN THAILANDIA MEJICO

PRODUCE

96/100 % PURA

9500094.

1994

U\$S 13 MIL MILLONES.  
REFORZAR LEGISLACION.  
DISMINUIR CONSUMO.

COORDINAR LUCHA

INTELIGENCIA.

REPRESION

EDUCACION.



1995

U\$S 3 MIL MILLONES.  
PREVENCION TRATAMIENTO ADICTOS.  
NIÑOS NIVEL ESCOLAR.

9500094.

PRODUCTOR

CANNABIS

ADORMIDERA

CARTELES

JUAREZ

TIJUANA

MATAMOROS

SINALOA

JALISCO

GOLFO: ATENTADOS POLITICOS

NIÑOS

SIEMBRA

COSECHA

TRANSPORTE

VENTA

U\$S 100 ————— 5/6 Kg. FRONTERA EE.UU

9500094.

- 10 -

CONSUMO

20 % PEA CONSUME DROGA  
COCAINA  
MARIHUANA

LAVADO DE DINERO

U\$S 4,5 MIL MILLONES CARTELES COLOMBIA  
U\$S 21 MIL MILLONES

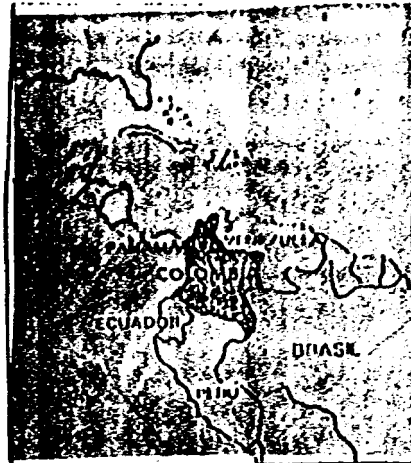
TRANSITO

DESDE COLOMBIA



11- 9500094

PRODUTOR:



COCAINA	1er. MUNDIAL.
HOJA DE COCA	10 % MUNDIAL.
HEROINA	10 % MUNDIAL.

CARTEL DE  
MEDELLIN

CAQUETA  
PUTUMAYO  
NORTE DE GUAJIRA  
SUR DE CORDOBA  
ANTIOQUIA  
META MAGDALENA

CARTEL  
CALI

CAUCA  
CAQUETA  
VALLE DEL CAUCA  
Intendencia de PUTUMAYO



1 HECTAREA RINDE:

MAIZ ——— U\$S 1500

COCA ——— U\$S 7500

AMAPOLA ——— U\$S 23000

CONTAMINACION DESTRUYO 3000 Has. AMAZONAS.

INCREMENTO CULTIVO ADORMIDERA

HUILA  
TOLIMA  
CUNDINAMARCA  
BOYACA  
CAUCA

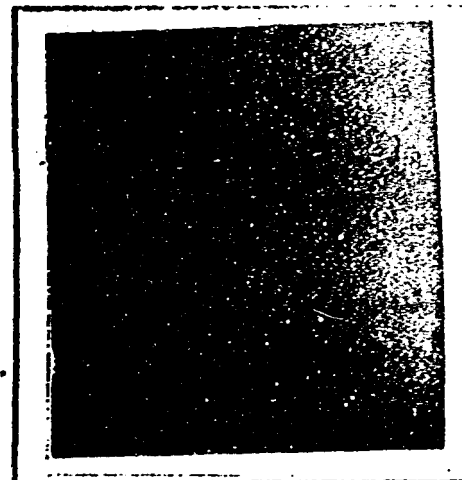
CARTEL CALI  
CARTEL FARC

LAVADO DE DINERO

DISTORSIONA ECONOMIA

REVALUA PESO COLOMBIANO





PRODUCTOR:

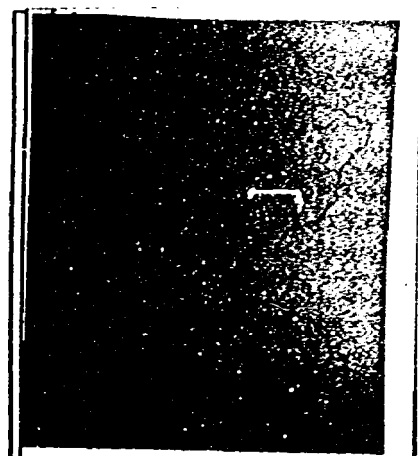
HOJA DE COCA 1o. MUNDIAL  
1 Kg. PBC. U\$S 400  
S.L. RECIBE U\$S 720 MILLONES.

CONSUME:

BASUCO PASTA DE COCA /  
TABACO O CANNABIS.

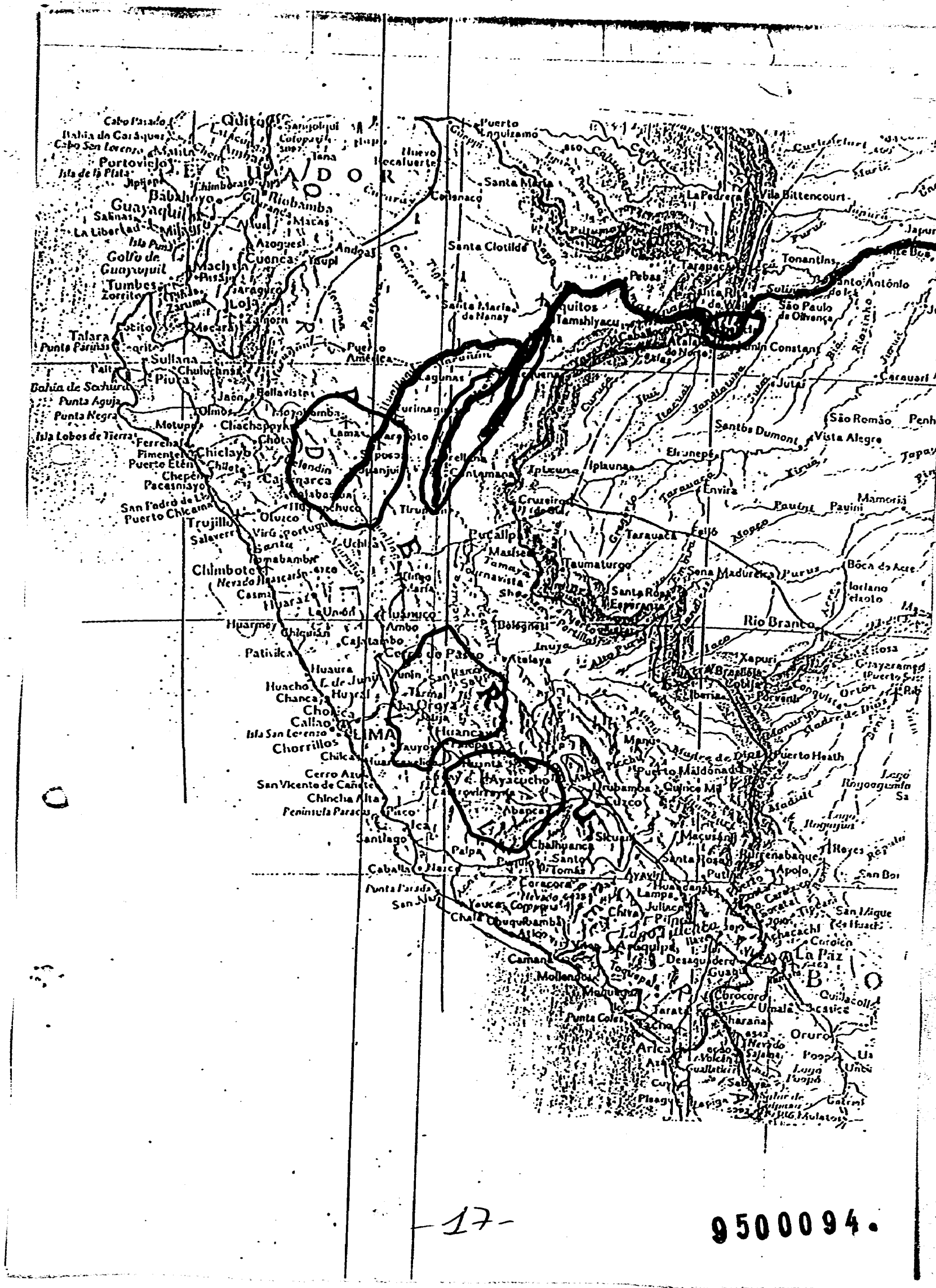
CONTAMINACION DESTRUYO 5 MIL Has.  
DE LA AMAZONIA.

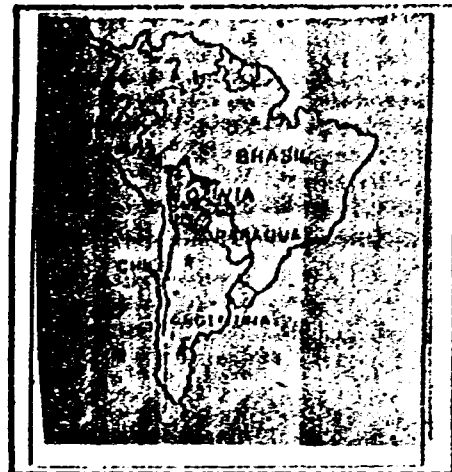




### CUADRO COMPARATIVO.

DROGA INCAUTADA	1991	1992	1993	1994 al 30ABR.
PBC	5.264	7.471.861	8.431.389	5.908.933
CLORIHDRATO DE COCAINA	595	184.764	440.900	55.929
MARIHUANA	375	119.369	423.812	9.135



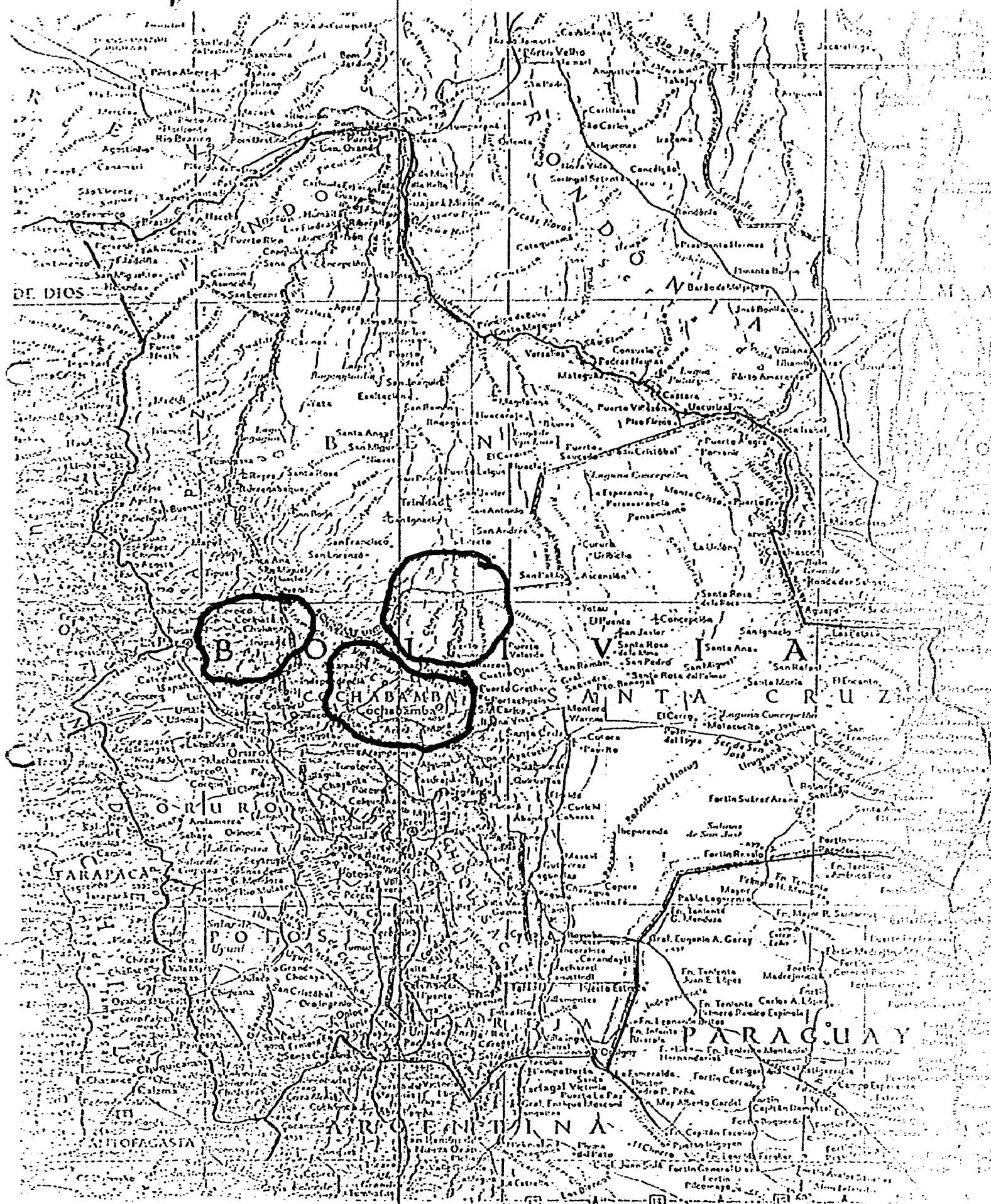


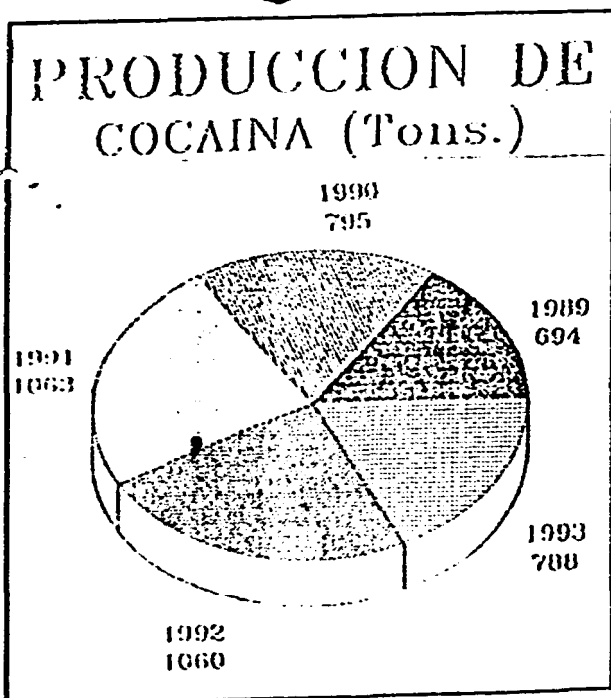
PRODUCTOR:

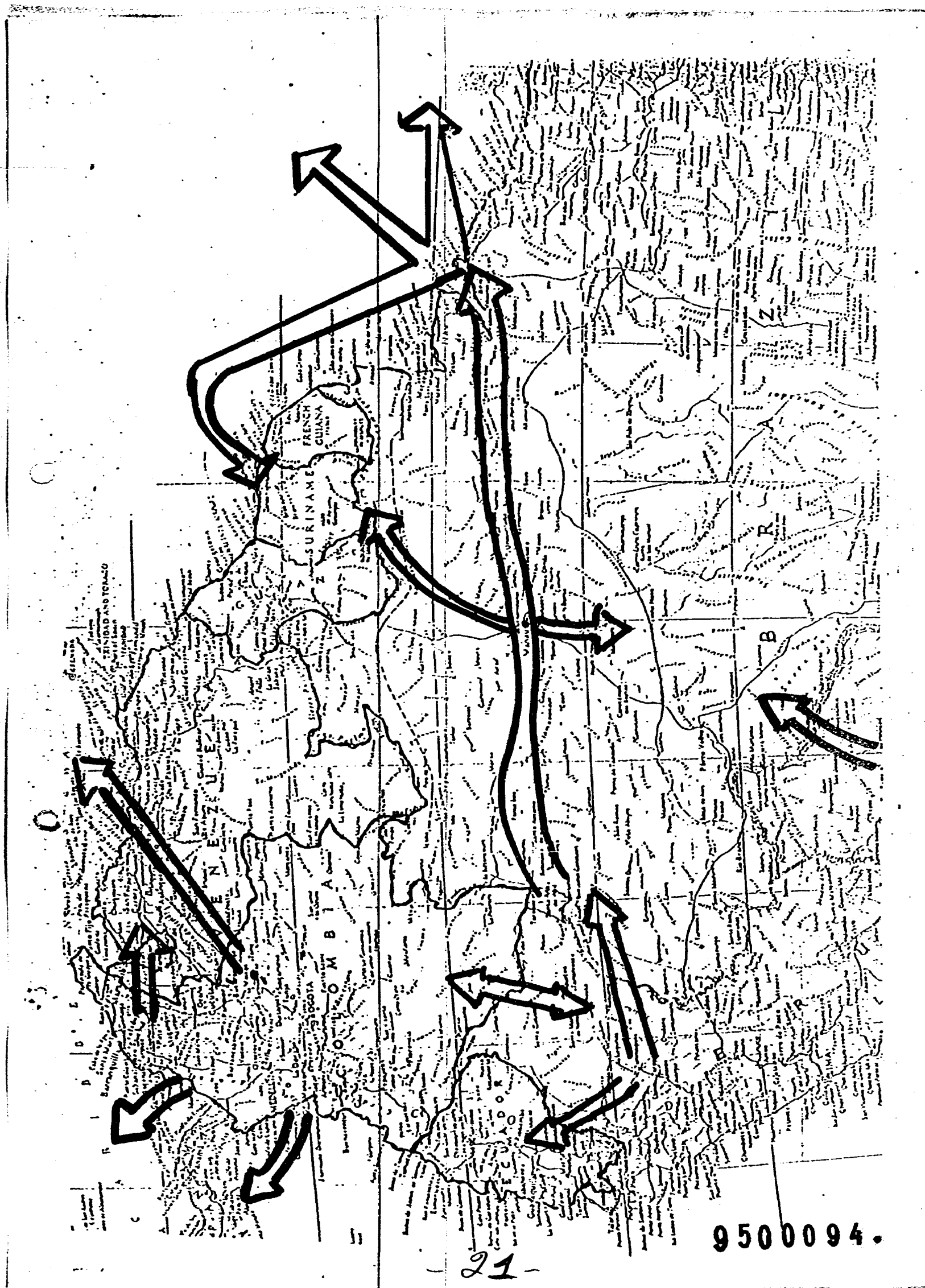
HOJA DE COCA — SOSTEN DE LA ECONOMIA  
MARCHA DE COCACOLEROS.

YUNGAS DE LA PAZ  
YUNGAS DE VANDIOLA (COCHABAMBA)  
CHAPARE

CONSUMO: BASUCO







9500094.

TRANSITO:

BOLIVIA PERU



ARICA  
IQUIQUE



VALPARAISO  
SANTIAGO  
PUNTA ARENAS



EE.UU.  
EUROPA

CONSUMO:

LABORATORIOS AL NORTE

ECONOMIA ABIERTA  
INVERSIONES  
SECRETO BANCARIO  
BLANQUEO NO ES DELITO

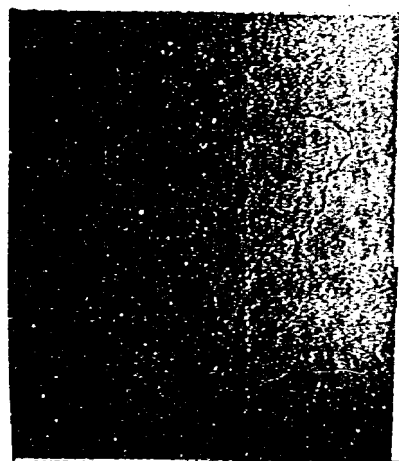
LAVADO DINERO — U\$S 50/SEMANALES



ARICA  
IQUIQUE  
PUNTA ARENAS

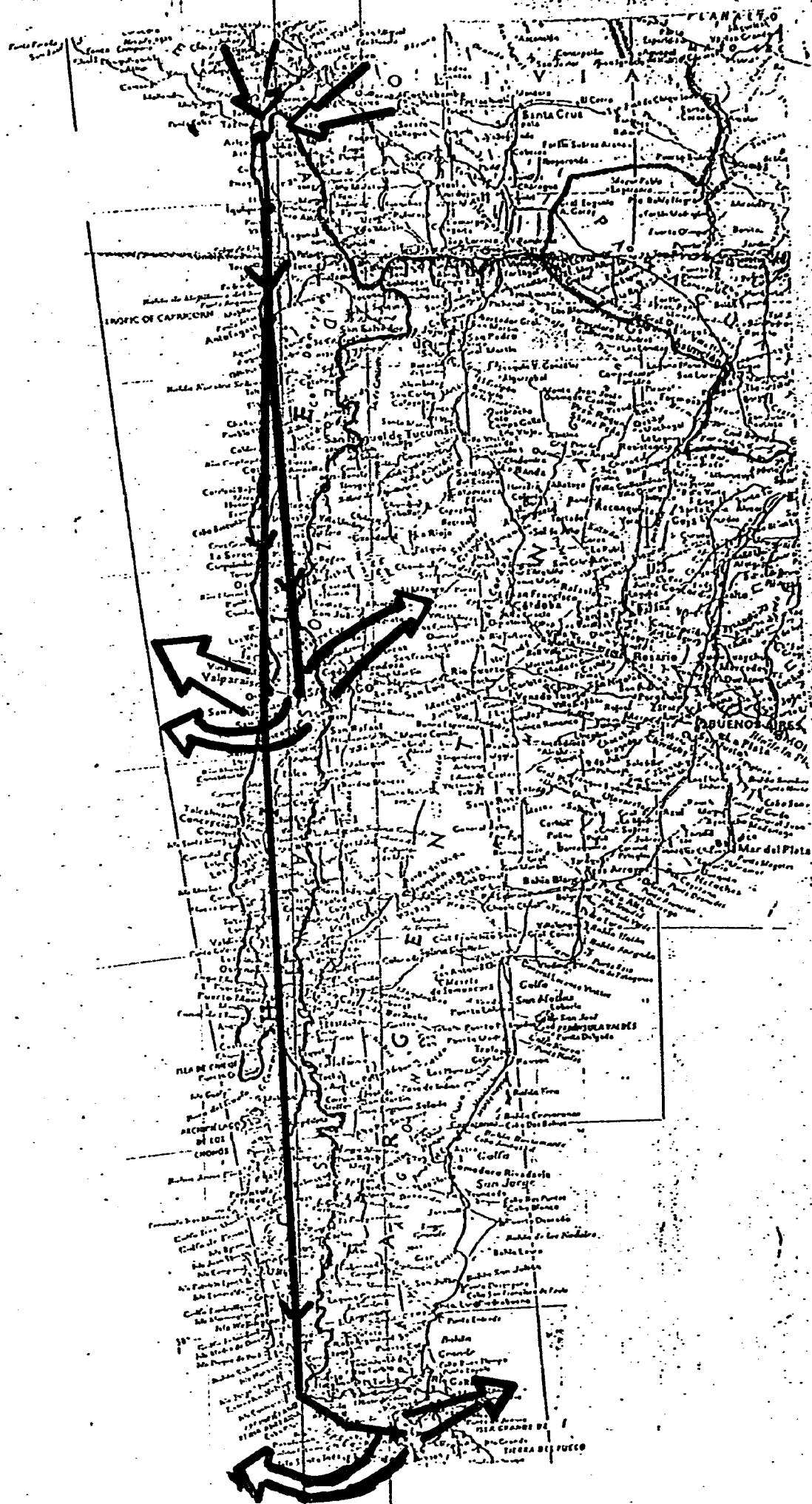


ZONA FRANCA



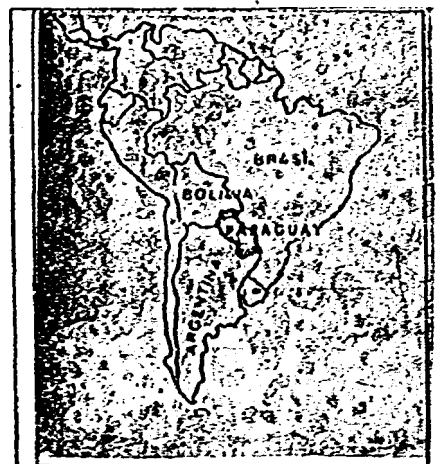
9500094.






9500094.

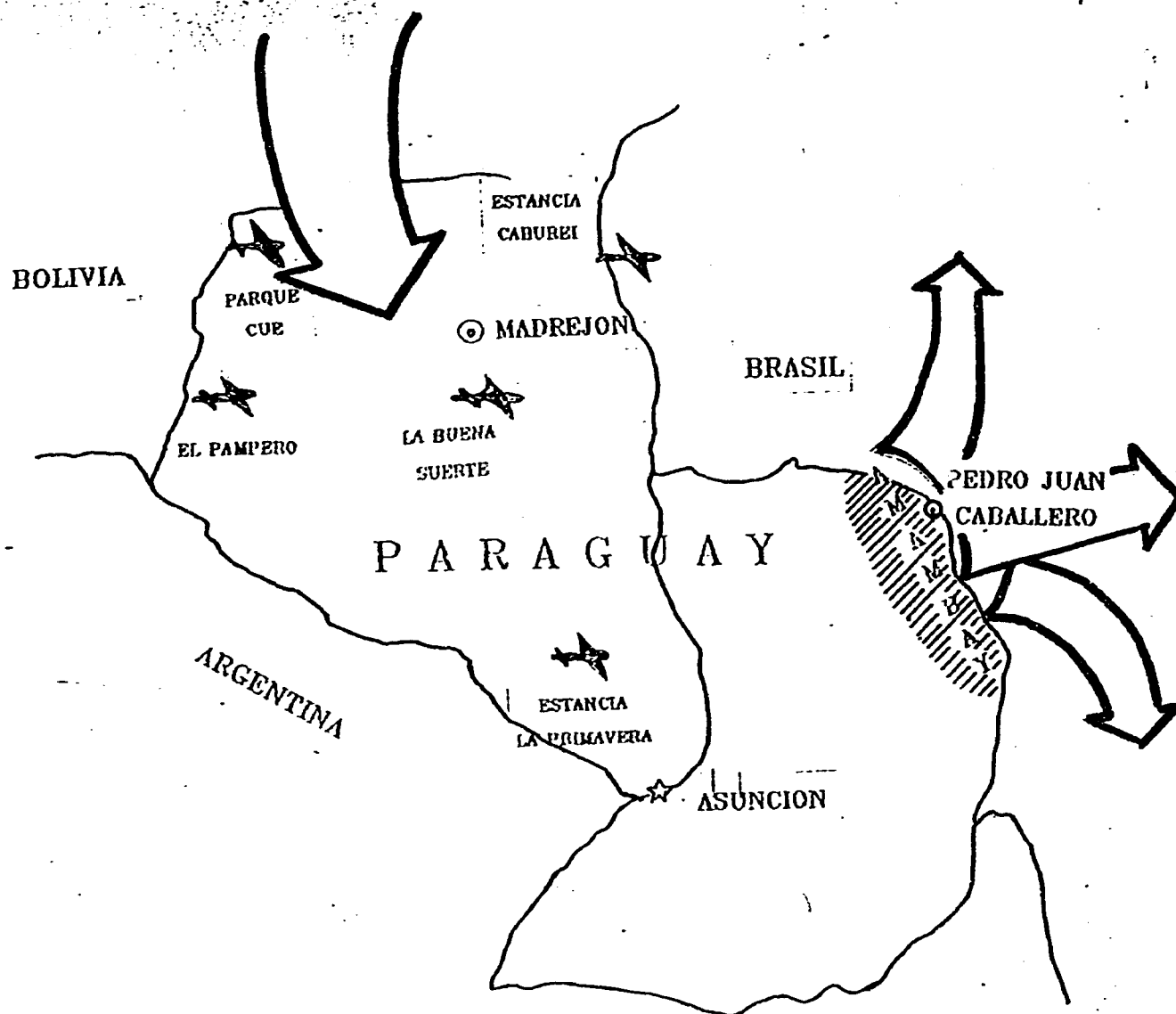


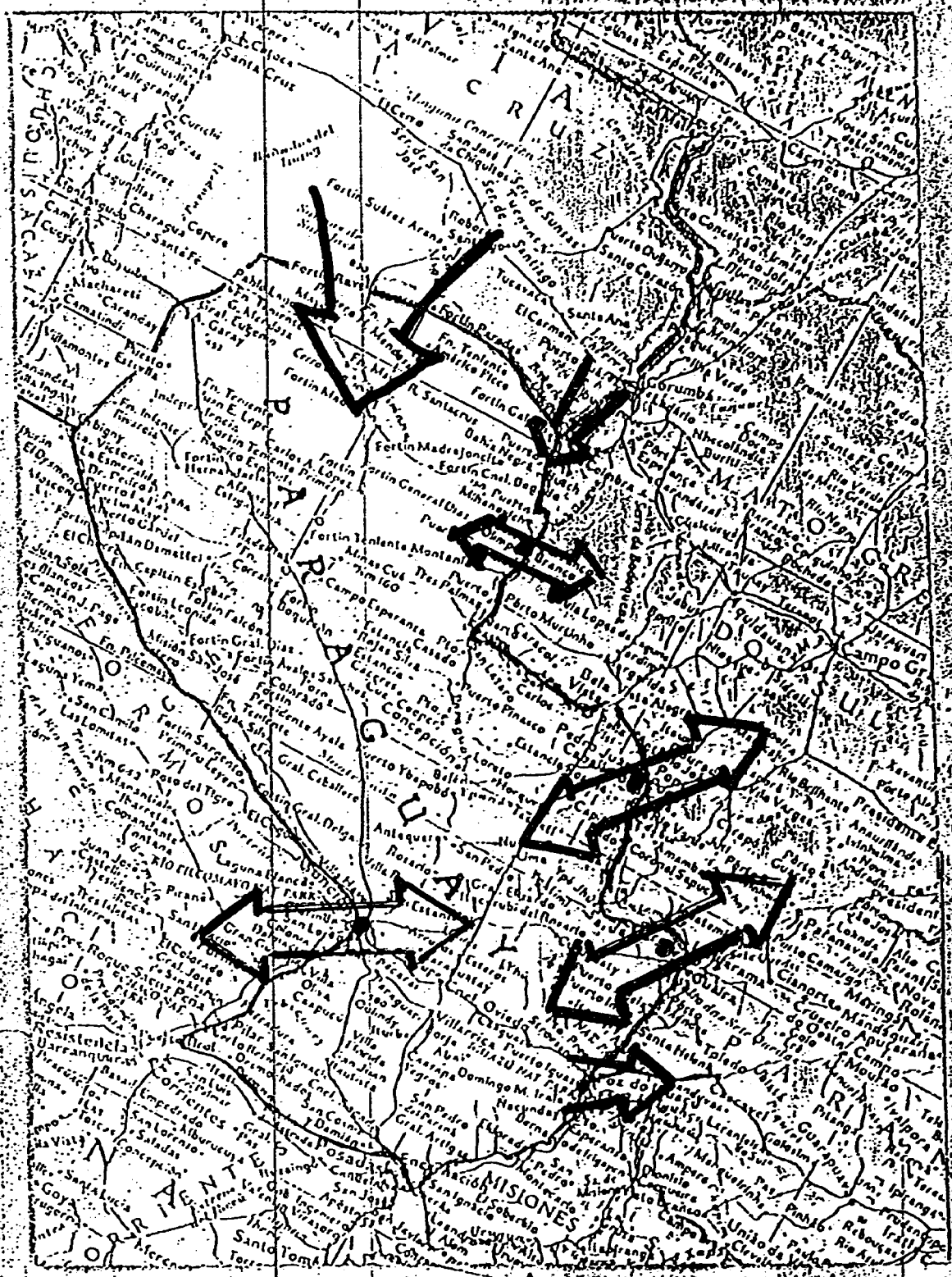


### GRAN CENTRO DE DISTRIBUCION:

- BOLIVIA
- AUTOS ROBADOS || 
  - ARGENTINA
  - BRASIL
  - R.O.U.
- C. DEL ESTE MOVILIZA U\$S 8 MIL MILLONES ANUALES.
- CARTEL GUARANI.

9500084.



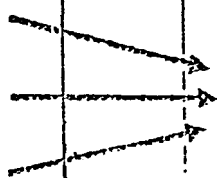




PERNAMBUCO

MARANHAO

BAHIA



MARIHUANA

ACRE

RONDONIA

RIO DE JANEIRO

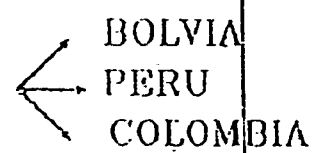
SAN PABLO

MATTO GROSSO DO SUL



LABORATORIOS

FRONTERA



ETER

ACETONA

ALCOHOL

ACIDO SULFURICO

ACIDO CLORIDRICO

AMONIACO



PRECURSORES  
QUIMICOS


COLOMBIA

PERU

BOLIVIA

9500094.

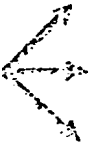
## I. - CONSUMO

1 - INHALANTES  COLAS  
SOLVENTES  
ESMALTES

2 - DROGAS ILICITAS (REMEDIOS, JARABES)

3 - MARIHUANA

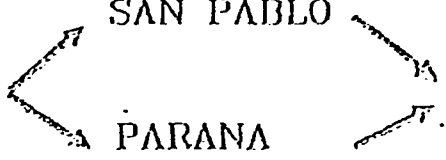
4 - COCAINA Y/O CRACK

COCAINA  RIO DE JANEIRO  
SAN PABLO  
RUTAS DE TRANSITO

CRACK PERISFERIA CENTROS URBANOS

BASUCO ZONA FRONTERA

MARIHUANA POBLACION MAS HUMILDE

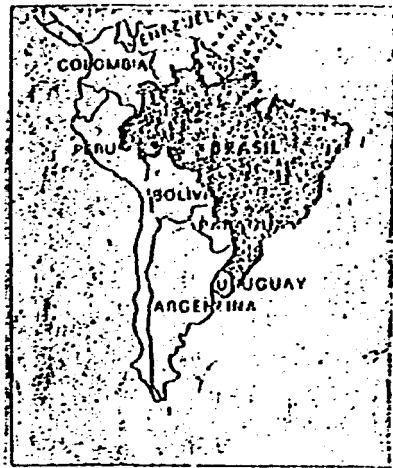
HEROINA  SAN PABLO  
PARANA LIBANESES AMPLIAN MERCADO

II. - Favelas Rio de Janeiro.

III. - LAVADO DINERO 17 % MUNDIAL:

JOGO DO BICHO U\$S 10 MIL MILLONES SEMANALES EN RIO  
ESCOLAS DO SAMBA.

FUTBOL.



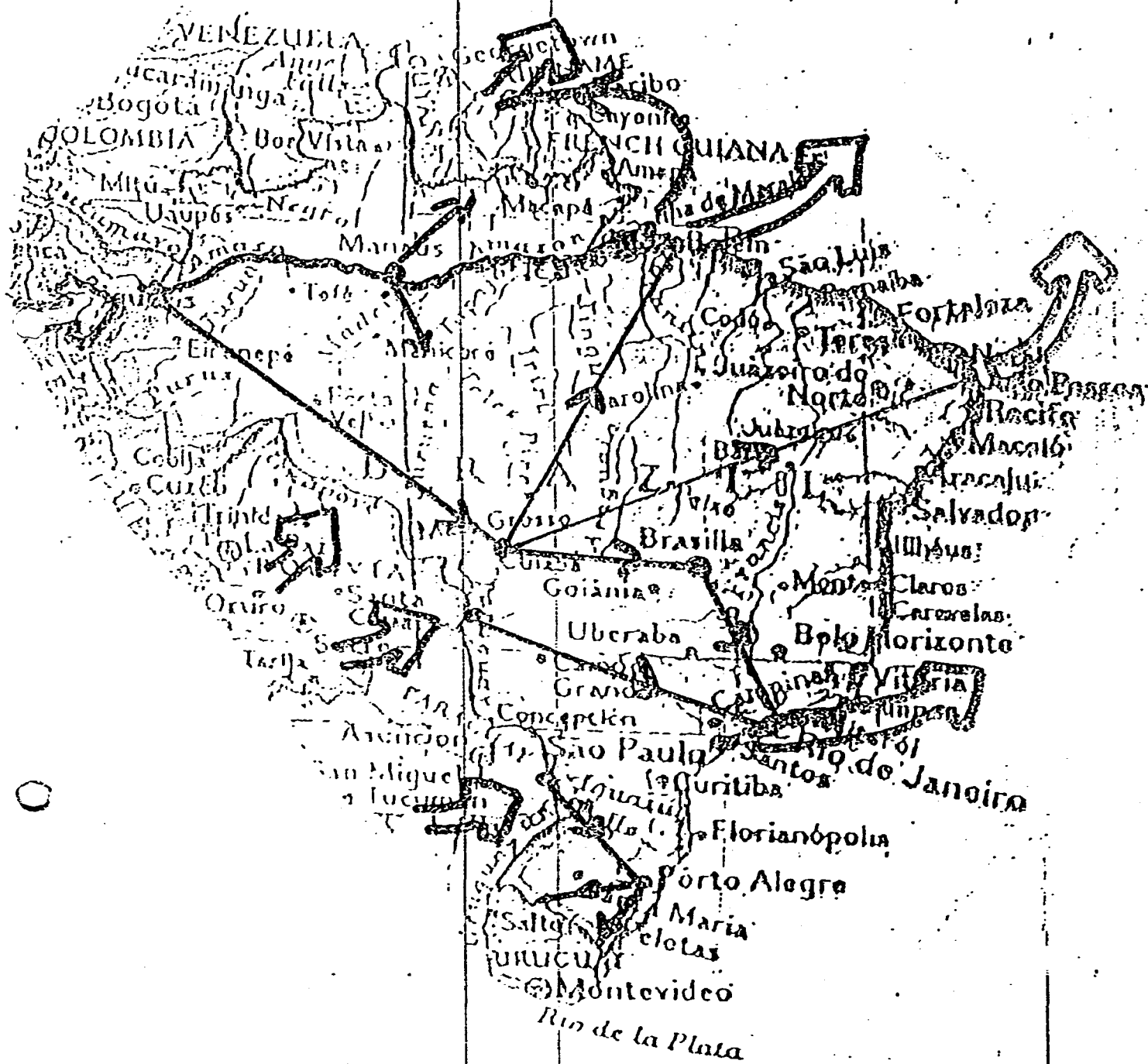
9500094.

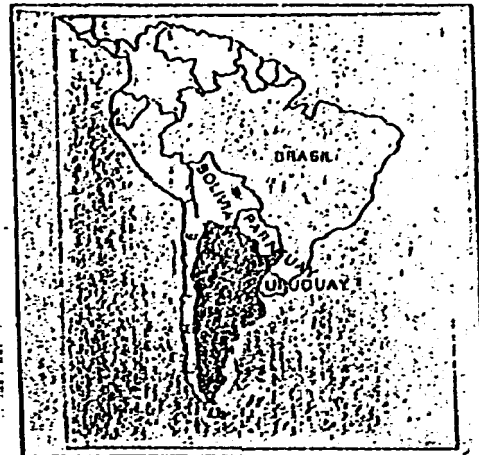
## CUADRO COMPARATIVO.

CONSUMO ENTRE ESTUDIANTES DE 1o. Y 2o. GRADO.			
CIUDAD	1987	1989	1993
Belem	13,5	21,6	17,8
Belo Horizonte	21,6	34,2	26,2
Brasilia	26,3	24,0	22,2
Curitiba	15,6	20,7	20,5
Fortaleza	17,6	21,5	23,8
Porto Alegre	21,1	24,3	23,1
Recife	23,5	28,8	27,1
Rio de Janeiro	25,6	29,3	23,4
Salvador	22,5	25,6	22,5

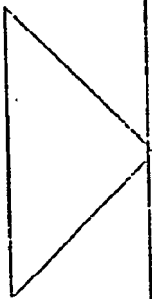
DROGAS MAS CONSUMIDAS.			
CIUDAD	PRIMERA	SEGUNDA	TERCERA
Belem	INHALANTES	MARIHUANA	ESTIMULANTES
Belo Horizonte	INHALANTES	SICOFARMACOS	MARIHUANA
Brasilia	INHALANTES	MARIHUANA	ESTIMULANTES
Curitiba	INHALANTES	MARIHUANA	ESTIMULANTES
Fortaleza	INHALANTES	SICOFARMACOS	MARIHUANA
Porto Alegre	INHALANTES	MARIHUANA	ESTIMULANTES
Recife	INHALANTES	ESTIMULANTES	MARIHUANA
Rio de Janeiro	INHALANTES	ESTIMULANTES	SICOFARMACOS
Salvador	INHALANTES	ESTIMULANTES	SICOFARMACOS

9500094.

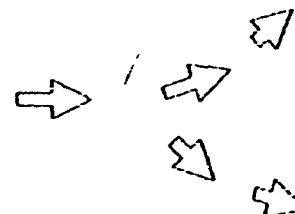




BOLIVIA  
PERU  
COLOMBIA



TRANSITO



EE.UU.

EUROPA

PRODUCTOR

PRECURSORES QUIMICOS

ETER  
ACETONA  
ALCOHOL  
ACIDO SULFURICO  
ACIDO CLORHIDRICO  
AMONIACO

9500094.



CONSUMO.



MARIHUANA

PSICOFARMACOS

ALCOHOL



MAYOR

||

COCAINA

L.S.D.



ADULTOS  
ADOLESCENTE  
(colegios)



— POCO CONTROL DEL TERRITORIO.

— FALTA DE ELEMENTOS  
TECNICOS.

AVIONES  
RADARES

— ELECTRIFICADO Y GAS:

BAJO COSTO PRODUCCION PASTA BASICA

— PRODUCTOR INSUMOS.

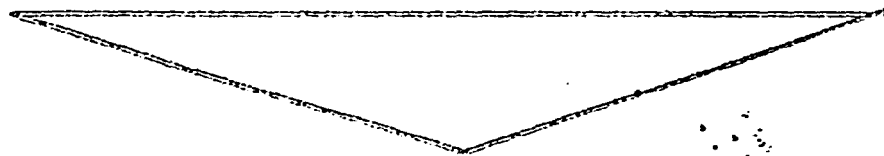
— PRIVATIZACION Y DEMANDA CAPITAL

FACILITAN:

INVERSIONES Y LAVADO:

- Operacion Silvia, U\$S 70 millones/5 años
- Operacion Chimborazo, U\$S 50 millones  
semanales/ Cali.

— POTENCIAL CONSUMIDOR.



LABORATORIOS

# CUADRO COMPARATIVO CON PORCENTAJES.

TOTALES GENERALES				
ITEMS	1991	1992	1993	
DROGA INCAUTADA				
HOJA DE COCA (Kg)	47790.99	80209.32	52983.48	
PASTA BASICA (Kg)	10.41	6.01	119.86	
CLOHIDRATO DE COCAINA (Kg)	1259.27	1204.04	1922.10	
MARIHUANA PLANT. (un)	1063	1056	3968	
MARIHUANA PIC. (Kg)	1351.00	3769.75	2547.30	
L.S.D. (dosis)	448	8815	47873	
DETENIDOS Y PROCEDIMIENTOS				
DET. POR TRAFICO	1845	3998	4400	
DET. POR TENENCIA	4109	6224	6535	
TOTAL DE DETENIDOS	5954	10222	10935	
PROCEDIMIENTOS	3989	6196	6387	



9500094.

### CONCLUSIONES

EL AMBITO CONTINENTAL SE VE SEVERAMENTE  
AFECTADO POR EL ACCIONAR DEL NARCOTRAFICO:

- EE.UU. y Europa demandan enorme cantidad de estupefacientes.
- En America Latina la produccion de drogas es un fenomeno ligado al subdesarrollo de la region.
- Se constata un incremento en el consumo y lavado de dinero.
- Conjuntamente con el trafico, hay un crecimiento de la corrupcion.
- Ha aumentado notoriamente la violencia derivada del narcotrafico.

ABUSO DE DROGAS:

NOS REFERIMOS AL USO GENERALMENTE POR AUTOADMINISTRACION, DE CUALQUIER DROGA, DE MODO QUE SE APARTA DE LAS FORMAS MEDICAS O SOCIALES DENTRO DE UNA CULTURA DADA.

CONSUMIDOR: es un individuo que usa con frecuencia un fármaco o sustancia química para obtener un efecto determinado . (no médico)

USO EXPERIENCIAL O ACCIDENTAL: aquel que toma contacto con la droga como una experiencia o por una circunstancia accidental, pero que no ha continuado su uso.

CONSUMIDOR OCASIONAL O RECREATIVO :aquel que frente a una situacion similar de consumo anterior lo repite;por ej. presion de grupo, disponibilidad de la droga , factores sociales.

CONSUMIDOR HABITUAL (ABUSADOR) :Aquí existen factores personales que lo predisponen al uso y factores sociales y culturales que lo determinan.Se desarrolla dependencia psíquica.

Los patrones de uso , no estan en funcion de las circunstancias ocasionales , sino que es el propio usuario que elabora dichas situaciones.

FARMACODEPENDIENTE : Individuo que depende física y o psíquicamente de una droga , como consecuencia de la administracion en forma continua o periodica.Presenta ademas, tolerancia y síndrome de abstinencia.

9500094:

## DROGA O FARMACO

TODA SUSTANCIA QUE INTRODUCIDA EN EL ORGANISMO VIVO PUEDE MODIFICAR UNA O MAS DE SUS FUNCIONES. (O.H.S.).

## ABUSO DE DROGAS

USO GENERALMENTE POR AUTOADMINISTRACION, DE CUALQUIER SUSTANCIA DE UN MODO QUE SE APARTA DE LAS FORMAS MEDICAS O SOCIALES APROBADAS DENTRO DE UNA CULTURA DADA.

- 2) CONSUMO AGUDO O CRONICO DE CUALQUIER SUSTANCIA DISTINTA DEL ALCOROL QUE NO RECONOCE UN USO MEDICO O AQUELLA QUE TIENE USO MEDICO, PERO ES UTILIZADA EN FORMA INAPROPIADA EN SU INDICACION O DOSIS.

## DEPENDENCIA

ESTADO DE SUBORDINACION A UNA DROGA PSICICA O FISICA O AMBAS QUE SE INSTALA COMO CONSECUENCIA DE LA ADMINISTRACION DE UNA DROGA SOBRE UNA BASE CONTINUA O PERIODICA

## DEPENDENCIA FISICA

ESTADO DE ADAPTACION DEL ORGANISMO QUE CUANDO SE INTERROMPE LA TOMA DEL FARMACO PRODUCE INTENSOS TRASTORNOS FISICOS QUE CONSTITUYEN EL SINDROME DE ABSTINENCIA. (O.H.S.)

## DEPENDENCIA PSQUICA

ESTADO EN EL QUE UN FARMACO O DROGA PRODUCE SENSACION DE BIENESTAR Y UN IMPULSO PSQUICO QUE LLEVA A CONSUMIRLA PERIODICA O CONTINUAMENTE PARA EXPERIMENTAR PLACER O EVITAR MALESTAR. (O.H.S.)

## TOLERANCIA

FENOMENO DE ADAPTACION ORGANICA POR EL CUAL DEBE AUMENTARSE LA DOSIS DE UNA DROGA PARA OBTENER EL MISMO EFECTO



Nº DOCUMENTO

9500095

TÍTULO

1º. Seminario de Estrategias Actuales con relación a las Drogas

Inte Vac. 13508  
6-9 JUN 94 11349 11227 11224 507672  
11233 11005 11169 10024  
11176 10184 11688 11555 11421  
65092 500145 11663 507294 507555  
507466 11235 11354 66861 507186  
10001 11342 11341 65201 507694  
11360 11226 11019 66170 507183  
11648 11345 11670 507656  
13508 11662 65373

- 01/946 -

9500095

PARA CAP. HERRERA



Presidencia de la República Oriental del Uruguay  
Junta Nacional de Prevención y Represión  
del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas

**"Primer Seminario de Estrategias Actuales  
con Relación al Problema de las Drogas"**

6 al 9 de junio de 1994  
Montevideo, Uruguay

**"PRIMER SEMINARIO DE  
ESTRATEGIAS ACTUALES CON RELACION AL  
PROBLEMA DE LAS DROGAS"**

del 6 al 9 de junio de 1994

COORDINACIÓN GENERAL: DRA. RAQUEL MAGRI

**Día 6 de junio**

- 13:45hs. Inauguración, Presentación de Expositores.
- 14:00hs. Organización y métodos de trabajo de los  
Servicios Alemanes <sup>Karl Völs</sup>  
La Dirección 16D en el BND. <sup>Klaus Lütch</sup>  
<sup>AMA</sup>
- 15:00hs. Uruguay a nivel del Tráfico Sudamericano.  
(C/N Miguel Herrera).
- 15:45hs. Debate.
- 16:00hs. Receso
- 16:15hs. La Legislación alemana respecto a las drogas y  
el narcotráfico.  
Implicación e influencias de las drogas en los  
Estados Europeos.
- 17:15hs. Comparaciones Legales (Dr. Miguel Langón).

**Día 7 de junio**

- 14:00hs. Nuevas Tendencias y Perspectivas,  
Nuevas drogas.
- 15:00hs. Nuevas tendencias y nuevas drogas en el  
Uruguay (C/C Luis Jaunsolo - Dra. Cecilia  
Dell' Acqua).
- 15:45hs. Debate.
- 16:00hs. Receso

Presidencia de la República Oriental del Uruguay  
Junta Nacional de Prevención y Represión  
del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas

16:15hs. Maneras de actuar en contra del Narcotráfico, Estrategias del BND/Dualidad entre Lucha e Investigación.

17:15hs. Lucha e Investigación en el Uruguay. (Insp. Nelson Rodríguez Rienzo).

**Día 8 de junio**

14:00hs. Drogas Sintéticas, Efectos, Nuevos Mercados.

15:00hs. Drogas sintéticas en el Uruguay y precursores (Dr. Alvaro Eguren - Quim. Blanca Pimienta).

15:45hs. Debate.

16:00hs. Receso

16:15hs. Panorama Global del Narcotráfico Internacional.

17:15hs. Panorama de Uruguay en el Narcotráfico Internacional. (Cnel. Pedro Aranco).

**Día 9 de junio**

14:00hs. El Lavado de dinero. Formas, Consecuencias, Posibilidades de la Lucha.

15:00hs. Bancos y Casas de Cambio, en el lavado de dinero (Dr. Bernardo Serwiansky).

16:00hs. Debate.

16:15hs. Receso

16:30hs. Conclusiones. Entrega de Certificados.

17:00hs. Cocktail.

## ALEMANIA

### HEROINA

- Los principales centros de abuso de drogas se encuentran en las grandes ciudades. Un ejemplo de ello lo constituye la ciudad de Frankfurt, considerada la capital de la droga (posee un importante aeropuerto internacional).

- Casi los 2/3 de la heroína incautada proviene de TURQUIA, es decir la mayoría. TURQUIA es punto de tránsito de las rutas que provienen de ASIA ORIENTAL (Triángulo de Oro).

- A pesar de la guerra entre Bosnia - Herzegovina el tráfico continúa en la región, habiéndose detectado por tal motivo un corrimiento en las rutas HUNGRIA-AUSTRIA-ALEMANIA.

- Existe en Alemania una gran comunidad de turcos (aprox. 2 millones), es utilizada por las conexiones de la droga. Además de los traficantes turcos, también son importantes los yugoslavos y los marroquíes.

### COCAINA

- Es la segunda droga peligrosa en ALEMANIA. Es considerada una droga de lujo, consumida por la alta sociedad, no como la heroína que es una droga más corriente ("de pobres").

- La mayoría de los traficantes detenidos son de PANAMA, COLOMBIA (pertenecientes al Cartel de Cali) y de ESPAÑA, ITALIA; ambas organizaciones se encuentran vinculadas entre sí.

La mitad de las incautaciones se han realizado en aeropuertos internacionales, se observa una mayor tendencia de tráfico a través de embarcaciones y puertos en los últimos procedimientos.

- En 1993 se realizaron menos incautaciones que durante 1992.

Incautaciones 25 ton. drogas duras

11.5 ton. drogas blandas (mayoría cannabis)

se incautó un 24% y 22% respectivamente menos que en 1992.

Las principales causas que determinaron que disminuyeran las incautaciones:

a- En el narcotráfico mundial han aparecido nuevos mercados por la saturación de los mercados occidentales.

Entre esos nuevos mercados se encuentran principalmente los países de EUROPA ORIENTAL (países comunistas).

b- Trabajo efectivo de la INTERPOL.

I. Se detienen los cargamentos antes de llegar a EUROPA.

## II. Nuevas estrategias.

---

**HEROINA** → es la droga más peligrosa.  
→ posee una pureza del 30% al 40%.  
→ es la que provoca la mayoría de muertes, entre 26 y 30 años.  
→ se adquiere fácilmente por el consumidor.  
→ la heroína pura no existe. Por lo general se la mezcla con otras sustancias para estirla; esto es muy peligroso ya que puede provocar muertes al no saber con exactitud la pureza de la misma.

---

### LEGISLACION ANTIDROGA EN ALEMANIA CARL FRANK

- La ley prohíbe el consumo.
- Existen 4 leyes para luchar contra el narcotráfico:
  - I.- Ley sobre el manejo de estupefacientes.
  - II.- Código Penal.
  - III.- Ley sobre el combate al narcotráfico flicito y otros tipos de delincuencia organizada.
  - IV.- Ley sobre investigación de delitos graves (blanqueo, delitos vinculados al narcotráfico).
- I. Del cap. 1 a 3 establece que es estupefaciente en el sentido de la ley.
  - Cap. 2 → regula el uso legal de las drogas, quienes pueden vender, portar, etc.
  - Cap. 3 → contiene todas las reglas que deben seguirse para la exportación, importación, fabricación de drogas (productos químicos). Regula la entrega y la venta.
  - Cap. 4 → regula quienes son los responsables del manejo de estos estupefacientes. Control.
  - Cap. 5 → Regula la intervención de las autoridades: Ejército Federal, Policía Federal de Fronteras, Policía antidisturbios, etc.
  - Cap. 6 → Delitos e infracciones que pueden ocurrir en el territorio y están penados por el Código Penal.
  - Cap. 7 → Delicuentes y Drogodependientes. Explica la posibilidad de jueces y fiscales de no penalizar y enviarlos a clínicas especializadas y de rehabilitación.

Cap.8 Disposiciones de como debe cumplirse la ley

II y III. Las autoridades gubernamentales se dieron cuenta de la insuficiencia del Código Penal, por lo que se amplió con una nueva ley (Art.261). En esta ley por primera vez se penaliza a las personas por pertenecer a grupos involucrados con la droga.

IV. Entro en vigor el 25 de octubre de 1993. Investiga delitos graves que abarca el lavado de dinero, prostitución, trata de blancas, y otros involucrados con el narcotráfico.

Art.1 define negocios e instituciones financieras.

- Los bancos deben identificar aquellas transacciones superiores a 30.000 marcos.

- El fiscal debe mostrar la evidencia de que la persona ~~esta~~ involucrada en el lavado de dinero. En EE.UU. por el contrario es la persona involucrada quien tiene que demostrar que no esta implicado en el asunto.

- Dificulta en cierta forma el proceso el secreto bancario (muy fuerte en toda EUROPA), a pesar que ciertas cuentas se deben de identificar, como ya se menciono.

---

TRAFICO

- Amsterdam y Hamburgo ya nos son tan utilizados como antes en el tráfico, ya que en estos puntos los controles han aumentado. Por lo tanto los traficantes tratan de dirigirse a zonas de más fácil tránsito como por ej. los países bálticos.

- Las incautaciones de crack han aumentado, generalmente lo trafican los africanos de NIGERIA. En 1993 las incautaciones aumentaron un 15% más que el año anterior.

- Las incautaciones de cannabis bajaron de 12 ton. a 11.3 ton. (1992-1993), lo que significa estabilidad en el mercado.

- POLONIA cumple un papel importante en el tráfico dada su ubicación geográfica (frontera con ALEMANIA). El narcotráfico se ha infiltrado con gran fuerza en su sociedad.

- Las drogas sintéticas la mayoría proviene de HOLANDA (legislación permisiva).

- El nivel de consumo es muy superior en ALEMANIA FEDERAL que en la ORIENTAL, los comunistas dicen que la droga es un mal de las sociedades capitalistas. Durante 1993 se registro un

menor número de muertos por drogadicción. Ello se ha debido: ha un mejor trabajo de prevención y tratamiento médico, ha aumentado la profilaxis en la educación, y las personas ha tomado conciencia de las adicciones (droga, alcohol y tabaco).

- La cocaína incautada en EUROPA proviene principalmente de COLOMBIA, de TRINIDAD y TOBAGO, y los países caribeños.

#### NUEVAS TENDENCIAS 7 de junio - KLAUS LEICHT

- La caída del bloque comunista (pacto de Varsovia) significó la posibilidad de que las organizaciones mafiosas se pudiesen infiltrar u organizarse en esta zona.

Se destacan en importancia en la región la mafia polaca y la rusa, ambas conectadas con las mafias italianas.

- En 1993 por primera vez en la ciudad de FRANKFORT (no el principal) hubo una importante reunión entre RUSIA, CHECOSLOVAQUIA, POLONIA, etc., con el fin de intercambiar opiniones e información sobre el narcotráfico. Desde julio de 1993 existe el fuerte impulso de crear una especie de F.B.I. para EUROPA ORIENTAL, que cumpla funciones similares a las de INTERPOL, estaría constituido por la mayoría de los países europeos, con el propósito de luchar contra el crimen organizado.

Cabe mencionar la organización EUROPA 2000 que entraría dentro de este marco.

- Como se menciona con anterioridad se están utilizando más los puertos bálticos, que los más conocidos internacionalmente, por los controles con que los mismos cuentan.

#### PAISES BALTICOS

- \* no tienen gran consumo de estupefacientes.
- \* la droga principal es el alcohol.
- \* no ha ingresado verdaderamente el flagelo, no lo conocen cabalmente. Sería fácil reprimirlo, pero la policía no tiene experiencia.

#### ESTONIA

\* importante presencia de la mafia rusa. La cual se dedica al cultivo de amapola, producción de opio y cultivo de cannabis. Lo producido lo trasladan a ESCANDINAVIA o EUROPA CENTRAL.

\* Presenta un bajo nivel de consumo, siendo la marihuana la droga principal.

\* constituye un punto de tránsito en las rutas, y al parecer también en el lavado de dinero.

#### LITUANIA

\* se produce amapola, pero de diferente pureza comparada con la común que circula por los mercados occidentales. Se utiliza para elaborar una droga sintética denominada "sopa polaca".

\* el BND (servicio exterior alemán) aporta asistencia material para ayudar en la prevención.

#### REPUBLICA CHECA

\* existe una mafia checa que cuenta con gran apoyo por parte de la población. Su sede central radica en PRAGA

\* su principal negocio es el tráfico desde TURQUIA-LEJANO y CERCANO ORIENTE hacia EUROPA CENTRAL.

\* se estima en 100.000 el número de adictos.

\* se consume drogas a base de codeína ("brown") que son de fácil adquisición.

\* la heroína y la cocaína tienen un mercado incipiente.

\* las organizaciones delictivas están vinculadas en el exterior con otras radicadas en la costa oriental de América del Norte (CANADA) formando carteles locales. Se vinculan con PRAGA para el tráfico. En nov/92 se realizó una reunión de estas organizaciones, (las mafias: rusa, polaca, checa, de ucrania, italianas, etc.), intercambiaron información, realizaron negocios y estrecharon sus vínculos para una mayor cooperación que les permita trabajar mejor el mercado. Existen indicios de que los carteles sudamericanos han establecido contacto con estas agrupaciones y han extendido sus conexiones en EUROPA (cartel de Cali principalmente).

\* se estima que en PRAGA hay 3.000 rusos radicados ilegalmente, la mayoría dedicados a negocios ilícitos. La apertura de las fronteras facilita ese tipo de negocios (HUNGRIA, AUSTRIA, ex-URSS).

#### HUNGRIA

\* los problemas con las drogas datan desde los '70.

\* en el 84/85 habían 30.000 adictos, hoy en día no existen cifras exactas pero el número se aproximaría a los 50.000.

\* también cumple un importante papel en cuanto a organizaciones delictivas, se congregan allí las agrupaciones mafiosas. Cabe destacar la presencia de 8.000 chinos (en BUDAPEST) pertenecientes los 2/3 a las triadas chinas. Existe un barrio habitado por ellos, una especie de "chinatown".

También en BUDAPEST hay sucursales centrales de los carteles colombianos y la mafia rusa.



\* desde fines de 1992 esta ocupando el tercer puesto en la fabricación de las drogas sintéticas. Se fabrica principalmente anfetaminas.

\* existe una estrecha colaboración entre los países orientales en la lucha contra el narcotráfico, el problema radica en la falta de recursos. En 1991 la KGB pidió ayuda a la inteligencia de los húngaros para combatir este flagelo, por ejemplo.

#### RUMANIA

\* el consumo no presenta altos índices.

\* es un país de tránsito hacia HUNGRÍA y luego ALEMANIA, se utilizan los ríos Rin y DANUBIO hacia países de EUROPA ORIENTAL.

\* no existen informaciones sobre la existencia de grupos mafiosos.

#### ESLOVENIA

\* es un país de tránsito para cualquier tipo de drogas, vía aérea desde ESPAÑA y MARRUECOS hacia EUROPA CENTRAL.

#### ALBANIA

\* se constata la presencia de organizaciones delictivas (conexión de Albania").

#### BULGARIA

\* es un país muy vinculado al tráfico no solo de droga, sino también de armas. Intercambian armas con la OLP por drogas, para luego distribirlas en EUROPA OCCIDENTAL.

\* presenta un bajo nivel de consumo, el alcohol es la principal adicción.

\* su ingreso al mercado de las drogas sintéticas es reciente (anfetaminas y otros), la "exportan" hacia el Cercano y Lejano Oriente.

POLONIA

- Es uno de los productores más importantes de drogas sintéticas. Un 10% de las drogas de mercado europeo provienen de POLONIA, y un 15% de ALEMANIA.

- Comparando su droga con la de los Países Bajos y Escandinavia, es de gran pureza.

- La producción de las drogas esta bajo el poder de los grupos mafiosos, que se han dividido el mercado.

- Los centros de producción se encuentran en VARSOVIA, LOSCH, PANSIK y toda la zona norte.

- Los traficantes en cierta forma han trasladado su producción a BIELORUSIA y UCRANIA para reorganizar la infraestructura de su organización.

Luego de que la policía K17 realizara en set/93 un gran operativo desbaratando uno de los más grandes laboratorios, el cual tenía como fachada un shopping: se le dio un golpe fuerte a la mafia de

- Se ha observado cierta competencia entre la mafia polaca con sus redes en Rusia, y la propias organizaciones rusas.

- Existen varios laboratorios grandes, la información es diferente según su fuente unos estiman 8 o 9 , otros 15, y algunos 200. Poseen equipos de muy moderna tecnología, reciben ayuda de la industria estatal química que funciona bajo el gobierno de Polonia. Tal vez sin esta ayuda no existirían.

- También hay pequeños laboratorios de anfetaminas, a cargo de químicos particulares para aumentar sus ingresos.

- En el mismo país se produce en grandes toneladas el precursor químico de las anfetaminas.

- Las anfetaminas tienen como destino EUROPA DEL ESTE ( Países Bajos, Escandinavia), a través de los puertos de POLONIA, las rutas balcánicas, y los países de la ex-URSS.

- Se produce tráfico de precursores químicos en los PAISES BAJOS, HUNGRIA, desde BELGICA y SUIZA.

- Las transacciones de mayor importancia se efectuan con los países escandinavos y ALEMANIA.

- Aproximadamente el número de adictos asciende a 1 millón:

50% sopa polaca

20/25% calmantes, barbitúricos

7% LSD

el resto consume inhantes (gente joven sin recursos)

- En VARSOVIA el mercado para distribuir las anfetaminas está dividido con los ucranianos. Es importante la presencia de los gitanos en la venta de drogas. Se ha constatado que los soldados rusos se han dedicado a la venta de drogas.

- Se observa la aparición en el mercado de un nuevo opiáceo sintético de gran potencia (más que el común), Tres Metil Fentanyl (nombre vulgar fentanyl); presenta un alto número de consumidores.

- El servicio del interior de POLONIA intenta luchar contra el narcotráfico, se quejan de la poca colaboración de la policía, dada la competencia que existe. Han intensificado la legislación, pero no penalizan ni el consumo propio, ni la tenencia, si la comercialización. Los países de la CEE han presionado para que ratifiquen la Conv/88. Ha procurado acuerdos y convenios con otros países. Han creado una especie de Secretaría en la lucha contra el narcotráfico.

#### RUSIA

- Los principales centros son MOSCU y SAN PETESBURGO, tienen grandes laboratorios de drogas sintéticas (metadona y metilfenalina). Durante 1992 se descubrieron 152 laboratorios de droga sintéticos. En AZERDBAIJAN se encuentran laboratorios de gran importancia.

- Se ha producido un aumento en el consumo de anfetaminas.

- Se puede acceder a las drogas con facilidad, en las farmacias por ejemplo (Metadona y Fentanyl).

- El ingreso de las drogas de diseño, como la metadona y el fentanyl, se produjo en 1991. Estas drogas de diseño tienen una eficacia de 1.100 más que la morfina común. Las utilizan por vía intravenosa.

- El tránsito de las drogas de diseño y de las demás drogas sintéticas se realiza por LITUANIA, pasando por los puertos de RUSIA a POLONIA y luego a EUROPA DEL ESTE.

- Se estiman 3 millones de drogadictos.

- El 3 Metil-Fentanyl para el mercado local tiene un precio elevado (U\$s 2), pero al exportarlo se encuentra con un vasto mercado ya que su precio es considerado bajo.

- Las drogas sintéticas abundan en el mercado de esta parte de EUROPA dada la facilidad con que se obtienen los precursores químicos, además de que para su elaboración solo se necesitan conocimientos básicos de química.

- En Rusia, al igual que en los ex-países comunistas de la región el narcotráfico se ha extendido más fácilmente debido a la gran crisis económica y política que atraviesan.

Al despedir funcionarios con experiencia de los servicios especializados estos pasaron a formar parte de la agrupaciones mafiosas. Existen aprox. de 15.000 a 20.000 narcotraficantes trabajando para esas organizaciones .

- Según informes existirían 1.5 millones de adictos (con excepción de los heroínomas), el BND estima la cifra en 3 millones.

- Utilizan material oficial ruso para el tráfico evitando así el control, su infraestructura , por ejemplo los grandes centros de almacenamiento militar, para luego pasar la mercancía hacia el resto de EUROPA ORIENTAL.

Es común la venta de armas para obtener dinero (fusiles AK-47).

- La mafia rusa comercia principalmente hachís, marihuana, y heroína. Se han extendido también a ALEMANIA.

- Las mafias italianas y los carteles colombianos utilizan las rutas del mar báltico hacia San Petesburgo por su fácil acceso.

- La organización kung-cha cuenta cuenta con 25.000 personas dedicadas al comercio de la heroína. Han tomado contacto con las triadas chinas cooperando entre sí.

- Las triadas para distribuir su droga utilizan a personas que se encuentran en ESPAÑA.

- La yacuzza ingresa droga sintética a EUROPA, lo que podría llamarse su "sucursal" más importante se encuentra en HOLANDA.

Es muy común que utilicen los restaurantes como centros de distribución.

- Los grupos fundamentalistas también se han involucrado con el narcotráfico, ya que obtienen armas y recursos a cambio de drogas.

#### SOPA POLACA

→ Tiene como base la amapola.

→ Es una mezcla de sustancias.

→ Es inyectable.

→ Luego de dos o tres dosis la persona se vuelve adicta.

→ Es de muy bajo precio de 3 a 8 dólares la dosis.

→ Es muy consumida por gente de bajos recursos, principalmente por los soldados.

→ Han tratado de extender el mercado al exterior sin

\*\*\*\*

→ lograrlo.

El índice de mortalidad por su consumo es superior al de los que se inyectan heroína. Ello se debe a que la droga resulta de una mezcla que no tiene siempre la misma pureza, las sustancias utilizadas no son siempre de la misma calidad. Lo que provoca que un adicto pueda morir por sobredosis al ignorar que tal vez la "sopa" sea más potente que la que consumió con anterioridad.

Paulatinamente al aumentar el consumo, aumentan los infectados con el virus HIV, según se ha observado en las zonas de mayor riesgo.

# CICAD

COMISION INTERAMERICANA  
PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

b. ESTATUTO Y REGLAMENTO  
DE LA COMISION  
INTERAMERICANA  
PARA EL CONTROL DEL ABUSO  
DE DROGAS (CICAD) Y  
PROGRAMA INTERAMERICANO  
DE ACCION DE RIO DE JANEIRO

Octubre 1991

SECRETARIA GENERAL  
ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS  
WASHINGTON, D.C.

## CONTENIDO

I.	ESTATUTO DE CICAD .....	5
	CAPITULO I.....	5
	De la Naturaleza Principios y Objetivos	
	Artículo 1 y 2	
	CAPITULO II.....	5
	De la Composición	
	Artículos 3 - 8	
	CAPITULO III.....	6
	Del Quórum y Votación	
	Artículos 9 - 11	
	CAPITULO IV.....	6
	Del Modo de Elección	
	Artículos 12 - 16	
	CAPITULO V.....	7
	De los Deberes	
	Artículos 17 y 18	
	CAPITULO VI.....	7
	De las Funciones	
	Artículo 19	
	CAPITULO VII.....	8
	De la Sede y Reuniones	
	Artículos 20 y 21	
	CAPITULO VIII.....	8
	De la Secretaría	
	Artículo 22 - 27	
	CAPITULO IX.....	9
	Del Estatuto y Reglamento	
	Artículos 28 - 31	

II. REGLAMENTO DE LA COMISION INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS (CICAD)..... 10

CAPITULO I.....10

Naturaleza y Composición  
Artículos 1 - 3

CAPITULO II.....10

Miembros  
Artículos 4 - 9

CAPITULO III.....11

Representantes de los Organos, Organismos y Entidades de la OEA,  
Observadores Permanentes en la Organización e Invitados Especiales  
Artículos 10 - 13

CAPITULO IV.....11

Presidente y Vicepresidente  
Artículos 14 - 18

CAPITULO V.....13

Secretaría  
Artículos 19 - 22

CAPITULO VI.....14

Funcionamiento de la CICAD  
Artículos 23 - 28

CAPITULO VII.....14

Gastos  
Artículos 29 y 30

CAPITULO VIII.....15

Relaciones con Otros Organismos  
Artículos 31 y 32

CAPITULO IX.....15

De la Reforma del Reglamento  
Artículos 33 y 34



<b>III. PROGRAMA INTERAMERICANO DE ACCION DE RIO DE JANEIRO CONTRA EL CONSUMO, LA PRODUCCION Y EL TRAFICO ILICITOS DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTROPICAS .....</b>	<b>15</b>
Principios y Objetivos	
<b>CAPITULO I. ....</b>	<b>16</b>
Recomendaciones a los Estados Miembros de medidas para prevenir la demanda y el uso indebido de estupefacientes y sustancias psicotrópicas	
<b>CAPITULO II. ....</b>	<b>17</b>
Recomendaciones a los Estados Miembros de medidas para combatir la producción y la oferta ilícitas de estupefacientes y sustancias psicotrópicas.	
<b>CAPITULO III. ....</b>	<b>18</b>
Recomendaciones a los Estados Miembros de medidas de carácter general contra el consumo, la producción y el tráfico ilícitos de estupefa- cientes y sustancias psicotrópicas	
<b>CAPITULO IV. ....</b>	<b>19</b>
Recomendaciones de la Conferencia	
<b>1. A la Asamblea General. ....</b>	<b>19</b>
a) El establecimiento de la Comisión InterAmericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD)	
b) La adopción de mecanismos de financiación. Posible estableci- miento de un fondo regional	
<b>2. Al Comité Jurídico Interamericano. ....</b>	<b>19</b>
a) Adopción de instrumentos bilaterales o multilaterales	
b) Procurar armonización de las legislaciones nacionales en tráfico	
c) Coordinación a nivel nacional de procedimientos judiciales, policiales y aduaneros.	
d) Fomentar la cooperación judicial, policial y aduanera regional	
<b>3. A la Secretaría General de la OEA. ....</b>	<b>19</b>
a) El establecimiento de un banco de datos en la sede	
b) Creación de centros interamericanos de adiestramiento	
c) La creación de un centro de documentación sobre drogas en la sede	

d) Coordinación con los órganos pertinentes

- \* Naciones Unidas
- \* Acuerdo Sudamericano para el Control de Estupefacientes y Psicotrópicos (ASEP)
- \* La Comunidad del Caribe (CARICOM)
- \* Otras entidades subregionales

e) Preparación de los proyectos de Estatuto y Reglamento de CICAD

f) Preparación de un Informe Anual que será sometido a los Estados Miembros de CICAD

g) Presentación al decimosexto período ordinario de sesiones de la Asamblea General estudio de mecanismo de financiamiento. Posibilidad de creación de fondo regional

4. A los Organismos Especializados Interamericanos..... 20

Cooperación en la Implementación de este Programa de Acción:

- a) Instituto Indigenista Interamericano
- b) Instituto Interamericano del Niño
- c) Comisión Interamericana de Mujeres
- d) Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura
- e) Organización Panamericana de la Salud

**ESTATUTO DE LA COMISION INTERAMERICANA PARA EL CONTROL  
DEL ABUSO DE DROGAS (CICAD)\***

**CAPITULO I**

**DE LA NATURALEZA, PRINCIPIOS Y OBJETIVOS**

**ARTICULO 1**

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) (en adelante "la Comisión") es una entidad de la Organización de los Estados Americanos que goza de autonomía técnica y ejerce sus funciones en el marco del Programa de Acción de Río de Janeiro contra el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas (en adelante "el Programa de Acción de Río de Janeiro") y de acuerdo con los mandatos de la Asamblea General de la Organización.

**ARTICULO 2**

La Comisión se orienta por los principios y objetivos del programa de Acción de Río de Janeiro, el cual figura como anexo al presente Estatuto.

**CAPITULO II**

**DE LA COMPOSICION**

**ARTICULO 3**

La Comisión se integra con un máximo de 22 Estados Miembros elegidos por la Asamblea General.

**ARTICULO 4**

Cada uno de los Estados miembros de la Organización elegidos para integrar la Comisión nombrará un Representante Titular. Podrá también nombrar un Representante Suplente y los asesores que juzgue conveniente. La ausencia de un Estado miembro en dos periodos de sesiones consecutivos de la Comisión implicará la pérdida de su condición de miembro.

**ARTICULO 5**

Los Estados miembros de la Organización que no formen parte de la Comisión tendrán derecho a participar con voz, pero sin voto, en las sesiones de la Comisión.

**ARTICULO 6**

Los representantes de los Estados miembros a que se refiere el artículo 5 podrán participar en las actividades de la Comisión, de conformidad con el Reglamento a que se refiere el Capítulo IX.

**ARTICULO 7**

La Comisión reglamentará la participación en sus actividades de los Observadores Permanentes ante la Organización.

**ARTICULO 8**

Los gastos de la Comisión serán sufragados por la Organización. Cada Estado miembro de la Comisión costeará los gastos de sus representantes.

**CAPITULO III**

**DEL QUORUM Y VOTACION**

**ARTICULO 9**

La presencia de la mayoría de los Estados miembros de la Comisión constituye quórum.

**ARTICULO 10**

Cada Estado miembro de la Comisión tiene derecho a un voto.

**ARTICULO 11**

La Comisión adoptará sus decisiones por la mayoría de votos de los Estados presentes y votantes, cuando no fuere posible tomar decisiones por acuerdo de todos sus miembros.

**CAPITULO IV**

**DEL MODO DE ELECCION**

**ARTICULO 12**

El Secretario General notificará a los Estados miembros que la Asamblea General elegirá a los miembros de la Comisión en su próximo período ordinario de sesiones con una antelación no menor de 90 días a la fecha en que se inicie el período de sesiones. En su notificación, el Secretario General citará el texto del artículo 13 siguiente sobre interés en ser miembro de la Comisión y de los artículos 17 y 18 relacionados con los deberes de los miembros.

**ARTICULO 13**

Los Estados miembros interesados en integrar la Comisión informarán al Secretario General por escrito con una antelación no menor de 30 días a la fecha en que se inicie el período de sesiones de la Asamblea General en que se realizará la elección de los miembros.

Al presentar su candidatura, el Estado miembro deberá expresar su decisión de contribuir activa y plenamente en el trabajo de la Comisión y de cooperar para llevar a cabo las actividades de la misma, conforme al Programa de Acción de Río de Janeiro contra el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas.

El Secretario General informará con prontitud a los Estados miembros del recibo de dicha expresión de interés.

**ARTICULO 14**

La Asamblea General, informada de las candidaturas formalizadas por los Estados interesados, procederá a la elección de los miembros de la Comisión, por votación secreta, de acuerdo con su Reglamento.

#### ARTICULO 15

Una vez elegidos los Estados miembros de la Comisión, los Gobiernos respectivos harán conocer al Secretario General, a la brevedad posible, el nombre de su Representante Titular y, en su caso, el del Suplente.

#### ARTICULO 16

Los Estados miembros de la Comisión serán elegidos por un período de dos años. El mandato se contará a partir del 1.º de enero del año siguiente al de la elección.

#### CAPITULO V

##### DE LOS DEBERES

#### ARTICULO 17

Los Estados miembros de la Organización cooperarán con la Comisión en la consecución de los objetivos de ésta.

#### ARTICULO 18

Los Representantes de los Estados miembros que integren la Comisión deberán asistir y participar en las reuniones ordinarias y extraordinarias que celebre la Comisión y cumplir los mandatos que se les encomienden.

#### CAPITULO VI

##### DE LAS FUNCIONES

#### ARTICULO 19

La Comisión tendrá las siguientes funciones:

- a) Servir como cuerpo consultivo y de asesoramiento de la Organización de los Estados Americanos sobre el uso indebido, la producción y el tráfico ilícitos de drogas.
- b) Asistir a los Estados miembros, mediante la cooperación regional, para ejecutar las acciones y adoptar las medidas enunciadas en los capítulos I, II y III del Programa de Acción de Río de Janeiro y, a este efecto, preparar estudios y someter propuestas para aumentar la eficacia de la lucha contra el uso indebido, la producción y el tráfico ilícitos de estupefacientes y sustancias psicotrópicas en la región.
- c) Cumplir los mandatos de la Asamblea General.
- d) Considerar y aprobar el anteproyecto de su programa-presupuesto.
- e) Estudiar los informes, planes y programas anuales de trabajo que le fueren sometidos por el Secretario Ejecutivo.
- f) Dar mandatos al Secretario Ejecutivo, dentro del marco de las atribuciones de este último.

- g) Presentar a la Asamblea General un informe anual y los informes especiales que considere conveniente.
- h) Realizar actividades de cooperación técnica a solicitud de uno o más Estados miembros de la Organización.
- i) Establecer relaciones de cooperación sobre la materia con otras organizaciones internacionales y con los Observadores Permanentes ante la Organización.
- j) Recomendar las medidas que considere convenientes para el funcionamiento de la dependencia especializada a que se refiere el artículo 24.

## CAPITULO VII

### DE LA SEDE Y REUNIONES

#### ARTICULO 20

La sede de la Comisión será la de la Secretaría General de la Organización.

Todo Estado miembro de la Organización podrá invitar a la Comisión a reunirse en su territorio. La Comisión decidirá lo relativo a las invitaciones para reunirse fuera de la sede por el voto de la mayoría de sus miembros.

#### ARTICULO 21

La Comisión celebrará anualmente dos períodos ordinarios de sesiones. También celebrará períodos extraordinarios de sesiones cuando la propia Comisión lo decida en vista de la importancia y urgencia del asunto o los asuntos que deba examinar.

## CAPITULO VIII

### DE LA SECRETARIA

#### ARTICULO 22

La Comisión contará con el apoyo de la Secretaría General. El Secretario General, en consulta con la Comisión, designará un Secretario Ejecutivo.

El cargo de Secretario Ejecutivo de la Comisión tendrá la calidad de cargo de confianza.

#### ARTICULO 23

El Secretario General establecerá una dependencia especializada que cuente con personal profesional y administrativo cuya dirección le estará encomendada al Secretario Ejecutivo.

#### ARTICULO 24

La dependencia administrativa a que se refiere el artículo anterior funcionará de conformidad con las atribuciones que le otorga el presente Estatuto y con las directivas del Secretario General.

**ARTICULO 25**

El Secretario Ejecutivo deberá ser persona de reconocida competencia en la materia.

**ARTICULO 26**

El Secretario Ejecutivo es responsable de la actividad de la dependencia administrativa a su cargo y asiste a la Comisión en calidad de Secretario. Cumplirá sus funciones con sujeción al presente Estatuto y al Reglamento.

**ARTICULO 27**

Corresponde, además, al Secretario Ejecutivo:

- a) Realizar las actividades técnicas y administrativas que le encomiende la Comisión dentro del marco de las normas de la Organización;
- b) Cooperar con el Secretario General en el desarrollo de las actividades previstas para la Secretaría General en las recomendaciones del Programa de Acción de Río de Janeiro;
- c) Asesorar a la Comisión en relación con el desempeño de sus funciones;
- d) Preparar el anteproyecto de programa-presupuesto de la Comisión;
- e) Someter informes a la Comisión sobre las actividades de la dependencia especializada a su cargo, y
- f) Transmitir al Secretario General las decisiones adoptadas por la Comisión para que, a través de las Misiones Permanentes, se remitan a los Gobiernos de los Estados miembros de la Organización.

**CAPITULO IX**

**DEL ESTATUTO Y REGLAMENTO**

**ARTICULO 28**

La Comisión se rige por el presente Estatuto y por su Reglamento.

**ARTICULO 29**

El presente Estatuto, aprobado por la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos, sólo podrá ser modificado por ésta.

**ARTICULO 30**

La Comisión adoptará su Reglamento de conformidad con este Estatuto y lo presentará a la Asamblea General con su primer informe anual.

**ARTICULO 31**

El presente Estatuto entrará en vigor en la fecha de su aprobación por la Asamblea General.

**REGLAMENTO DE LA COMISION INTERAMERICANA PARA EL  
CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS (CICAD)**

**CAPITULO I**

**NATURALEZA Y COMPOSICION**

**ARTICULO 1**

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), (en adelante "la Comisión") es una entidad de la Organización de los Estados Americanos que goza de autonomía técnica y ejerce sus funciones en el marco del Programa de Acción de Río de Janeiro contra el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas (en adelante "el Programa de Acción de Río de Janeiro") y de acuerdo con los mandatos de la Asamblea General de la Organización.

**ARTICULO 2**

La Comisión se rige por su Estatuto y el presente Reglamento.

**ARTICULO 3**

La Comisión se compone de veintidós Estados miembros elegidos en votación secreta por la Asamblea General, por un período de dos años.

**CAPITULO II**

**MIEMBROS**

**ARTICULO 4**

Cada Estado miembro de la Organización elegido por la Asamblea General para integrar la Comisión, comunicará al Secretario General de la Organización el nombre de su Representante Titular y, en su caso, del Representante Suplente así como de los asesores que juzgue conveniente designar. El Secretario General informará de estas designaciones a los Estados miembros de la Organización.

**ARTICULO 5**

Los Representantes titulares de los Estados miembros de la Comisión o sus suplentes deberán asistir y participar en los períodos ordinarios y extraordinarios de sesiones que celebre la Comisión y cumplir con los mandatos que ésta les encomiende.

**ARTICULO 6**

En los casos de cambio del Representante Titular, o del suplente de un Estado miembro, el Gobierno respectivo lo comunicará al Secretario General para que éste informe al Presidente de la Comisión y a los Estados miembros de la Organización de los Estados Americanos.



#### ARTICULO 7

Los Representantes de los Estados miembros de la Comisión gozarán de los privilegios e inmunidades que establece el Artículo 140 de la Carta de la Organización de los Estados Americanos.

#### ARTICULO 8

Los Estados miembros de la Organización que no formen parte de la Comisión tendrán derecho a participar con voz, pero sin voto, en las sesiones de la Comisión.

#### ARTICULO 9

El Secretario General de la Organización, o su Representante, podrá participar con voz pero sin voto en las reuniones de la Comisión.

#### CAPITULO III

##### REPRESENTANTES DE LOS ORGANOS, ORGANISMOS Y ENTIDADES DE LA OEA, OBSERVADORES PERMANENTES EN LA ORGANIZACION E INVITADOS ESPECIALES

#### ARTICULO 10

Podrán concurrir a los períodos de sesiones que celebre la Comisión, los Representantes de los órganos, organismos o entidades de la Organización cuyas esferas de competencia estén relacionadas con los temas que se consideren, con excepción de aquellas sesiones que tengan carácter privado.

#### ARTICULO 11

Las entidades a que se refiere el punto IV-3 (d) del Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro, podrán ser invitadas para concurrir a los períodos de sesiones de la Comisión con excepción de las sesiones de carácter privado.

#### ARTICULO 12

Podrán concurrir también a los períodos de sesiones que celebre la Comisión, con excepción de las sesiones de carácter privado, los Observadores Permanentes ante la Organización y podrán hacer uso de la palabra, a invitación del Presidente de la Comisión.

#### ARTICULO 13

La Comisión podrá invitar a sus sesiones en calidad de invitados especiales a profesionales o técnicos de reconocida competencia en los temas que se consideren en dichos períodos de sesiones.

#### CAPITULO IV

##### PRESIDENTE Y VICEPRESIDENTE

#### ARTICULO 14

La Comisión tendrá un Presidente y un Vicepresidente. La elección de estos cargos se efectuará anualmente, el primer día del primer período ordinario de sesiones correspondientes de la Comisión. La elección será secreta.

#### ARTICULO 15

El Presidente y el Vicepresidente serán elegidos por mayoría de votos de los miembros que integran la Comisión. Si resultare necesario efectuar más de una votación, se eliminarán sucesivamente los candidatos que reciban menor número de votos.

#### ARTICULO 16

Son funciones del Presidente:

- a) Planificar y someter a la consideración de la Comisión el programa de trabajo de la misma;
- b) Representar a la Comisión ante otros órganos de la Organización y ante otras instituciones;
- c) Convocar a períodos ordinarios y extraordinarios de sesiones de la Comisión, de conformidad con el Estatuto y el presente Reglamento;
- d) Dirigir las sesiones de la Comisión y someter a su consideración las materias que figuren en el programa de trabajo aprobado para el correspondiente período de sesiones;
- e) Conceder el uso de la palabra a los Representantes en el orden en que la hayan solicitado;
- f) Decidir las cuestiones de orden que se susciten en los debates de la Comisión;
- g) Someter los asuntos a votación, de acuerdo con las disposiciones del Estatuto y de este Reglamento;
- h) Rendir un Informe escrito a la Comisión, al iniciar ésta sus períodos de sesiones ordinarias o extraordinarias, sobre la forma en que durante los recesos de la misma ha cumplido las funciones que le confiere el Estatuto y el presente Reglamento. Dicho informe será considerado por la Comisión para los efectos de dar cumplimiento al Artículo 20 g de su Estatuto;
- i) Asistir a los períodos de sesiones de la Asamblea General de la Organización y, cuando así lo autorice la Comisión, a las reuniones de otras entidades dedicadas a los temas relacionados con el ámbito de trabajo de la Comisión;
- j) Integrar las subcomisiones o grupos de trabajo permanentes o especiales creadas por la Comisión, en consulta con sus Miembros, con el objeto de cumplir cualquier mandato relacionado con su competencia, y
- k) Ejercer las otras funciones conferidas por el Estatuto y en el presente Reglamento.

#### ARTICULO 17

El Vicepresidente sustituirá al Presidente en caso de ausencia, impedimento o renuncia.

12  
- 27 -

9500095.

#### ARTICULO 18

El Presidente podrá delegar en el Vicepresidente o, en su defecto, en otro miembro de la Comisión las funciones previstas en los literales b) e i del Artículo 16.

#### CAPITULO V

#### SECRETARIA

#### ARTICULO 19

El Secretario General de la Organización, en consulta con la Comisión, designará un Secretario Ejecutivo. Nombrará asimismo un Secretario Ejecutivo Adjunto, y el personal profesional y administrativo que bajo la dirección del Secretario Ejecutivo prestará servicios de secretaría a la Comisión.

#### ARTICULO 20

Además de las funciones previstas en el Estatuto de la Comisión, el Secretario Ejecutivo tendrá las siguientes:

- a) Cumplir los mandatos que le encomiende la Comisión o el Presidente de ésta.
- b) Dirigir, planificar y coordinar los servicios de secretaría de la Comisión;
- c) Preparar, en consulta con el Presidente, el proyecto de programa de trabajo para cada período de sesiones;
- d) Asesorar al Presidente y a los miembros de la Comisión en el desempeño de sus funciones, cuando así le sea solicitado;
- e) Rendir un informe escrito a la Comisión sobre las labores cumplidas por su dependencia administrativa en el período que medie entre cada período de sesiones, así como sobre aquellos asuntos de carácter general que puedan ser de interés de la Comisión.

#### ARTICULO 21

El Secretario Ejecutivo Adjunto sustituirá al Secretario Ejecutivo en caso de ausencia o impedimento.

#### ARTICULO 22

El Secretario Ejecutivo, el Secretario Ejecutivo Adjunto y el personal profesional y administrativo deberán guardar la más absoluta reserva sobre todos los asuntos que trate la Comisión.

## CAPITULO VI

### FUNCIONAMIENTO DE LA CICAD

#### ARTICULO 23

La Comisión celebrará anualmente dos períodos ordinarios de sesiones. También celebrará períodos extraordinarios de sesiones cuando la propia Comisión lo decida en vista de la importancia y urgencia del asunto o los asuntos que deba examinar.

#### ARTICULO 24

Las sesiones de la Comisión se celebrarán en la sede de la Organización. Sin embargo, la Comisión podrá decidir reunirse en otro lugar por invitación del Gobierno de un Estado miembro de la Organización.

Cuando el período de sesiones de la Comisión se celebre fuera de la sede, el Gobierno del país en que se realice la misma, proporcionará los servicios y facilidades que se especifiquen en un acuerdo de sede de la Reunión que para el caso se firme.

#### ARTICULO 25

Los períodos de sesiones que celebre la Comisión se regirán por el presente Reglamento y supletoriamente por las disposiciones pertinentes del Reglamento del Consejo Permanente de la Organización de los Estados Americanos.

#### ARTICULO 26

La presencia de la mayoría de los Estados miembros de la Comisión constituye quórum. Cada Estado miembro de la Comisión tiene derecho a un voto.

Las decisiones de la Comisión se tomarán por la mayoría de votos de los Estados miembros que la integran.

#### ARTICULO 27

La Comisión podrá establecer las Subcomisiones o Grupos de Trabajo, permanentes o especiales, que considere necesarios.

#### ARTICULO 28

De toda sesión se levantará un acta resumida en la que constará el día y hora, los nombres de los miembros presentes, los asuntos tratados, las decisiones tomadas y cualquier declaración especialmente hecha por los Representantes para que conste en acta.

## CAPITULO VII

### GASTOS

#### ARTICULO 29

Los gastos de la Comisión serán sufragados por la Organización. Cada Estado miembro de la Comisión sufragará los gastos de sus Representantes.

#### ARTICULO 30

La Comisión presentará al Secretario General, para los efectos del Artículo 118(c) de la Carta, su programa de trabajo para cada período fiscal. La consulta a que se refiere esa disposición de la Carta, será hecha a la Comisión y si ésta no estuviere reunida, al Presidente de la misma.

#### CAPITULO VIII

##### RELACIONES CON OTROS ORGANISMOS

#### ARTICULO 31

En el desarrollo de sus actividades y con el propósito de conseguir la mayor cooperación y coordinación de trabajos, la Comisión colaborará mediante los acuerdos y contactos que estime pertinentes, con organismos técnicos, gubernamentales, no gubernamentales e intergubernamentales que se ocupen de actividades similares, previstas en el Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro.

#### ARTICULO 32

Cuando las actividades de la Comisión se relacionen con la responsabilidad técnica de un Organismo Especializado Interamericano, los órganos subsidiarios, organismos, y las otras entidades del Sistema Interamericano, la Comisión solicitará su cooperación para llevar a cabo tales actividades.

#### CAPITULO IX

##### DE LA REFORMA DEL REGLAMENTO

#### ARTICULO 33

El presente Reglamento podrá modificarse por acuerdo de la mayoría de los miembros de la Comisión. Tales modificaciones deberán presentarse a la Asamblea General, junto con el informe anual correspondiente.

#### ARTICULO 34

El presente Reglamento entrará en vigor en la fecha de su aprobación por la Comisión.

#### PROGRAMA INTERAMERICANO DE ACCION DE RIO DE JANEIRO CONTRA EL CONSUMO, LA PRODUCCION Y EL TRAFICO ILICITOS DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTROPICAS

##### PRINCIPIOS Y OBJETIVOS

El presente Programa de Acción se basa en los siguientes principios, los cuales también inspiran sus metas y objetivos generales:

1. La meta principal del desarrollo socioeconómico consiste en el mejoramiento de los niveles y de la calidad de vida; las políticas adoptadas para la reducción de la demanda y la prevención del uso indebido de estupefacientes y la lucha contra su tráfico ilícito deben, en última instancia, encaminarse igualmente a esa meta principal.

2. El desarrollo socioeconómico no puede prosperar en la ausencia de condiciones que promuevan la dignidad individual, la democracia y la seguridad de los Estados.

3. La prevención del uso indebido de drogas y la lucha contra su tráfico ilícito y el desarrollo socioeconómico se relacionan entre sí: lo primero puede influir en lo segundo y ser influido por él; la adopción del presente Programa de Acción refleja el reconocimiento por la comunidad interamericana de la importancia de esa relación recíproca.

4. Las políticas de reducción de la demanda y de prevención del uso indebido de drogas y la lucha contra su tráfico ilícito deben figurar en el contexto de las políticas de desarrollo socioeconómico de los Estados Miembros; al igual que ser compatibles con los derechos humanos, las prerrogativas básicas de las libertades y derechos individuales reconocidos nacional e internacionalmente, el respeto a las tradiciones y costumbres de grupos nacionales o regionales y la preservación del medio ambiente.

5. Las recomendaciones del Programa de Acción se formulan teniendo en cuenta el imperativo del respeto a la soberanía de las naciones en la determinación de sus políticas de reducción de la demanda y de prevención del uso indebido de drogas y la lucha contra su tráfico ilícito, la diversidad de las condiciones internas de los países americanos y las características regionales específicas existentes en cada país.

6. El tráfico ilícito de drogas constituye un fenómeno global que puede amenazar la soberanía de los Estados y la integridad e identidad de los pueblos.

7. La cooperación internacional, ya sea bilateral o multilateral, es cada vez más importante para la eficaz reducción de la demanda y la prevención del uso indebido de drogas y la lucha contra su tráfico ilícito; es de interés común a todos los países productores, consumidores o de tránsito de drogas que esa cooperación se desenvuelva libre de presiones de cualquier naturaleza.

Inspirados por estos principios, los principales objetivos del Programa son ampliar y fortalecer la capacidad de los Estados Miembros para reducir la demanda, prevenir el uso indebido de drogas y combatir eficazmente su producción y tráfico ilícitos, así como promover una respuesta interamericana apropiada, mediante el aumento de las actividades regionales en materia de investigación, intercambio de información, capacitación de personal especializado y prestación de asistencia mutua.

#### CAPITULO I

La Conferencia Especializada Interamericana sobre Narcotráfico recomienda a los Estados Miembros de la OEA las siguientes medidas para prevenir la demanda y el uso indebidos de estupefacientes y sustancias psicotrópicas:

1. Asignar la más alta prioridad a las medidas para reducir la demanda y el uso indebidos de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;

2. Llevar a cabo estudios epidemiológicos y otros estudios relevantes para identificar las causas e incidencia del uso indebido de drogas, en los distintos grupos por edades y segmentos sociales de la población de cada país, teniendo en cuenta sus características regionales;

3. Promover estudios que permitan ampliar el conocimiento de las formas más adecuadas para concientizar a la sociedad respecto de las causas y consecuencias del uso indebido de drogas, teniendo en cuenta las características regionales de cada país;

4. Promover programas destinados al tratamiento y la recuperación de los farmacodependientes, contando para ello con la colaboración de los organismos especializados Interamericanos, en especial la Organización Panamericana de la Salud;

5. Promover campañas de prevención primaria, por intermedio de las instituciones de educación, previsión social, salud y otros órganos competentes, encaminadas a obtener la máxima participación de la comunidad;

6. Crear mecanismos en los distintos órganos gubernamentales competentes, que tengan por objetivo disciplinar y controlar la producción, comercialización y uso de drogas lícitas, en el contexto de las políticas nacionales;

7. Promover estudios sobre la prescripción médica de drogas que actúan sobre el sistema nervioso central y las repercusiones sociales en cuanto al consumo autoadministrado, y

8. Realizar estudios sobre los efectos nocivos resultantes del uso de inhalantes y sobre mecanismos de control de su venta sin descuidar las soluciones sociales exigidas por este problema.

## CAPITULO II

La Conferencia también recomienda a los Estados Miembros de la OEA las siguientes medidas para combatir la producción y la oferta ilícitas de estupefacientes y sustancias psicotrópicas:

1. El desarrollo y ampliación de mecanismos para el intercambio de información sobre las estructuras de la comercialización ilícita y cualesquiera otros aspectos del tráfico ilícito de drogas entre las naciones afectadas;

2. El estudio y la ulterior aprobación de proyectos de ley cuyo efecto sea:

2.1 Fortalecer la capacidad de los órganos competentes para investigar el tráfico ilícito de drogas y procesar a sus responsables, incluso su capacidad de detectar el origen de los recursos depositados en instituciones financieras u otras instituciones comerciales y las transferencias hechas entre éstas por los traficantes de drogas;

2.2 Decomisar los bienes provenientes del tráfico ilícito de drogas o utilizados para el mismo, independientemente de donde haya tenido lugar dicho tráfico, y

2.3 Tipificar como delito la adquisición, posesión, uso o el llamado blanqueo de bienes que se sepa sean directa o indirectamente producto del tráfico de drogas, independientemente de dónde haya tenido lugar dicho tráfico, y posibilitar el decomiso de dichos bienes;

3. El establecimiento de controles rigurosos sobre la fabricación, importación, exportación, transporte y comercialización de los solventes, precursores y productos químicos esenciales para la elaboración de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;

4. El establecimiento de mecanismos de cooperación judicial, policial y aduanera entre los Estados Miembros, a fin de tomar más eficaces las medidas tomadas en este campo;

5. La sustitución, en condiciones apropiadas, de los cultivos ilícitos de plantas de las cuales se puedan extraer estupefacientes y sustancias psicotrópicas, cuando las condiciones socioeconómicas predominantes en las zonas de cultivo lo requieran;

6. La erradicación, a través de métodos que sean biológica y ecológicamente aconsejables, de cultivos ilícitos—de acuerdo con la definición de cada Estado—de plantas de las que puedan extraerse estupefacientes o sustancias psicotrópicas;

7. La realización de investigaciones con vistas al desarrollo de métodos biológicos para la erradicación de cultivos ilícitos;

8. La formulación y aplicación de controles eficaces para la concesión de licencias, clasificación, comercialización, importación y exportación de la producción lícita dentro de los límites cuantitativos determinados anualmente por la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes, y

9. La realización de investigaciones sobre nuevos usos lícitos para plantas de las cuales se puedan extraer sustancias estupefacientes y psicotrópicas, siempre y cuando las sustancias se encuentren bajo control oficial.

### CAPITULO III

La Conferencia recomienda, además, a los Estados Miembros de la OEA las siguientes medidas de carácter general contra el consumo, la producción y el tráfico ilícitos de estupefacientes y sustancias psicotrópicas:

1. Crear un órgano central, a nivel nacional, encargado de formular los respectivos planes, políticas y programas nacionales sobre estupefacientes, así como ejercer la coordinación general, supervisión, control y fiscalización de las actividades relacionadas con el uso indebido y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;

2. Estimular contactos entre los órganos centrales arriba mencionados y organizaciones públicas y privadas, a nivel nacional, regional o municipal, dedicados a la prevención del uso indebido de drogas y el tratamiento de los farmacodependientes;

3. Crear un fondo nacional para la prevención del uso indebido de drogas y para la lucha contra su tráfico ilícito, fondo que podrá ser constituido por, de entre otras fuentes:

3.1 Contribuciones voluntarias de origen público o privado;

3.2 Asignaciones presupuestarias gubernamentales específicas, y

3.3 Fondos y bienes vinculados con el tráfico de drogas que sean confiscados por las autoridades nacionales competentes, y

4. Promover esfuerzos para facilitar la puesta en práctica de las recomendaciones y sugerencias del Primer Seminario sobre Tráfico Ilícito para Agentes de la Ley del Caribe de Habla Inglesa, celebrado en Nassau, Bahamas, del 22 al 31 de marzo de 1983, con referencia especial a medidas que posibiliten reducir la vulnerabilidad de la subregión del Caribe al tráfico ilícito mediante tránsito aéreo y marítimo.



#### CAPITULO IV

Con el objeto de ayudar a los Estados Miembros, mediante la cooperación regional, a ejecutar las acciones y adoptar las medidas enunciadas en los capítulos I, II y III, la Conferencia recomienda:

##### 1. A la Asamblea General de la OEA

- a) La creación de una Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), integrada por representantes de Estados Miembros, con atribuciones para desarrollar, coordinar, evaluar y efectuar el seguimiento de las medidas prescritas en el presente Programa de Acción y someter propuestas para aumentar la eficacia de la prevención del uso indebido y de la lucha contra el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas en la región, y
- b) Considerar la adopción de mecanismos de financiación, inclusive la posible creación de un fondo regional para fomentar actividades y programas para prevenir el uso indebido en la región y combatir el tráfico ilícito de drogas, teniendo especialmente en cuenta las posibilidades ofrecidas por el Fondo de las Naciones Unidas para la Fiscalización del Uso Indebido de Drogas y tomando como base el estudio que realizará la Secretaría General de la Organización.

##### 2. Al Comité Jurídico Interamericano

- a) Adoptar instrumentos bilaterales o multilaterales específicos sobre determinados aspectos del uso indebido y del tráfico ilícito de drogas, inclusive mecanismos de extradición y cooperación entre las autoridades judiciales, policiales y aduaneras de los Estados Miembros, de modo que sea posible una acción más eficaz contra todos los traficantes de drogas;
- b) Procurar la armonización de las legislaciones nacionales sobre el tráfico ilícito de drogas;
- c) Coordinar los procedimientos judiciales, policiales y aduaneros a nivel nacional relativos al tráfico ilícito; y
- d) Fomentar la cooperación judicial, policial y aduanera regional en lo que respecta al tráfico ilícito.

##### 3. A la Secretaría General de la OEA

- a) La creación de un banco de datos en la sede de la Organización, sobre el uso indebido y el tráfico ilícito de drogas, que esté a disposición de todos los Estados Miembros y sea compatible con sistemas semejantes ya existentes;

- b) La creación de centros interamericanos de adiestramiento para la capacitación de personal y la formación profesional en materia de educación, tratamiento y recuperación, así como de acción policial y de fiscalización, con miras a la prevención del uso indebido y la lucha contra el tráfico ilícito de drogas en los Estados Miembros, aprovechando las estructuras nacionales o subregionales ya existentes;
- c) La creación, en la sede de la Organización, de un centro de documentación sobre drogas, para estimular los esfuerzos interamericanos coordinados en esta materia;
- d) La intensificación de la coordinación y la cooperación de la OEA con los órganos pertinentes de las Naciones Unidas, con el Acuerdo Sudamericano sobre Estupefacientes y Psicotrópicos (ASEP), con la Comunidad del Caribe y con otras entidades subregionales de manera que sus actividades sean compatibles y complementarias;
- e) La realización de los estudios necesarios para la preparación de los proyectos de Estatuto y Reglamento de la CICAD y su presentación, a la brevedad posible, al Consejo Permanente para su examen y ulterior presentación a la Asamblea General;
- f) La preparación de un informe anual que será sometido a los Estados Miembros, por intermedio de la CICAD, sobre el problema del uso indebido y el tráfico ilícito de drogas en la región, y
- g) La presentación al decimosexto período ordinario de sesiones de la Asamblea General de un estudio sobre mecanismos de financiamiento inclusive la posible creación de un fondo regional para fomentar en la región actividades y programas de prevención del uso indebido y de lucha contra el tráfico ilícito de estupefacientes, teniendo en cuenta especialmente las posibilidades que ofrece el Fondo de las Naciones Unidas para la Fiscalización del Uso Indebido de Drogas.

#### 4. A los Organismos Especializados Interamericanos

El aporte de su cooperación en la ejecución del presente Programa de Acción, dando especial relieve a la asistencia que puedan proporcionar a tal efecto el Instituto Indigenista Interamericano, el Instituto Interamericano del Niño, la Comisión Interamericana de Mujeres, el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura y la Organización Panamericana de la Salud.

(\*) La Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos mediante la Resolución AG/RES. 813 (XVI-0/86) estableció la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas y mediante la misma Resolución aprobó su Estatuto. Posteriormente, mediante la Resolución AG/RES. 906 (XVIII-0/88), se enmendó el Estatuto de la CICAD. Finalmente, en el Vigésimo período ordinario de sesiones de la Asamblea General, mediante la Resolución AG/RES. 1032 (XX-0/90) se modificó el artículo 3 del Estatuto para elevar el número de Estados miembros de la CICAD a 22.

-35-

9500095

Servicio de Asesoría  
Legal

Ley sobre el combate al narcotráfico ilícito y otros  
tipos de delincuencia organizada

de 15 de julio de 1992  
(Gesetz zur Bekämpfung des illegalen Rauschgift Handels und anderer Erscheinungsformen der  
Organisierten Kriminalität : OrgKG).  
El Parlamento Federal, con anuencia del Consejo Federal, aprueba la  
siguiente ley:

Artículo 1

Enmienda del Código Penal (Strafgesetzbuch : StGB)

El texto del Código Penal publicado el 10 de marzo de 1987 y  
modificado por el art. 1 de la ley del 14 de julio de 1992 se  
modificará de la siguiente forma:

19. Tras el Art. 260a se incluye el Art. 261 que reza lo siguiente:

"Artículo 261 StGB"

"Blanqueo de capitales"

Se impondrá pena de privación de libertad de hasta  
cinco años o pena pecuniaria

(1) a quien ocultare un objeto o la procedencia de un objeto o  
desbaratarse o perjudicare la investigación de la procedencia,  
el descubrimiento, el comiso, la incautación o el secuestro  
de un objeto procedente de

1. un delito grave perpetrado por otra persona,
2. un delito simple perpetrado por otra persona contemplado  
en el Art. 29.1.1 de la Ley de Estupeficientes, o
3. un delito simple perpetrado por un miembro de una  
asociación delictiva (Art. 129 del Código Penal),

(2) Las mismas penas se impondrán a quien

1. para sí mismo o para otra persona procurar o
2. tomare en custodia o utilizare en el interés propio o  
de otra persona

un objeto de los especificados en el párrafo (1) si en el  
momento de obtenerlo tiene conocimiento de la procedencia  
del mismo.

(3) La tentativa es punible.

- (4) En casos de especial gravedad la pena impuesta será de privación de libertad de entre seis meses y diez años. En general se considerarán casos de especial gravedad aquellos en que el delincuente hubiere delinquido profesionalmente o como miembro de una banda formada al efecto del reiterado blanqueo de capitales.
- (5) Se impondrá pena de privación de libertad de hasta dos años o pena pecuniaria a quien en los casos especificados en los párrafos (1) y (2) por temeridad no percibiere que el objeto procede de un acto ilícito de los especificados en el párrafo (1), cometido por otra persona.
- (6) El hecho no será punible conforme al párrafo (2) cuando una tercera persona, sin incurrir en delito, hubiere adquirido el objeto con anterioridad.
- (7) Los objetos relacionados con el delito podrán ser incautados. Se aplicará el Art. 74a. Los Art. 43a y 73d se aplicarán en tanto que el delincuente hubiere actuado como miembro de una banda formada al efecto del reiterado blanqueo de capitales. También se aplicará el Art. 73d cuando el delincuente hubiere delinquido profesionalmente.
- (8) A los objetos especificados en los párrafos (1), (2) y (5) se equiparán aquellos procedentes de hechos cometidos fuera del ámbito geográfico de vigencia de la presente ley siempre y cuando dichos hechos fueren punibles también en el lugar de su comisión.
- (9) No incurrirá en pena por blanqueo de capitales quien
  1. voluntariamente denunciare o hiciere denunciar el delito a la autoridad competente a no ser que en el momento de la denuncia el delito ya hubiere sido total o parcialmente descubierto y el delincuente tuviere conocimiento de o contare - tras madura reflexión - con la posibilidad de tal extremo;
  2. en los casos especificados en los párrafos (1) o (2) y en las circunstancias señaladas en la frase anterior causare la incautación del objeto relacionado con el delito.
- (10) En los casos contemplados en los párrafos (1) a (5) el tribunal podrá atenuar discrecionalmente la pena (Art. 49.2) si el delincuente, revelando voluntariamente sus conocimientos de los hechos, contribuye sustancialmente al esclarecimiento del delito más allá de su propia participación o de un acto ilícito

de los especificados en el párrafo (1), cometido por otra persona."

...

## Artículo 2

### Enmienda de la Ley de Estupefacientes (Betäubungsmittelgesetz:

La Ley de Estupefacientes de 28 de Julio de 1981, enmendada por el <sup>BtmG)</sup> Art. 1 del Reglamento de 28 de Febrero de 1991, se modifica de la siguiente forma:

1. El Art. 1 se modifica como a continuación se expresa:

a) Tras el párrafo (2) se incluye el siguiente párrafo (3):

"(3) El Ministro Federal de Sanidad queda facultado para incluir, en casos urgentes y al efecto de mantener la seguridad o el control de la circulación de estupefacientes, por decreto y sin anuencia del Consejo Federal en los Anexos I a III sustancias y preparaciones que no son medicamentos en tanto que ello resulte necesario dado el alcance de su uso ilícito o su peligro inmediato o mediato para la salud. Los decretos promulgados en base a esta disposición expirarán transcurrido un año."

b) El párrafo (3) se convierte en (4).

2. El Art. 29 se modifica como a continuación se expresa:

a) en el párrafo (1) se sustituye "hasta cuatro años" por "hasta cinco años".

b) en el párrafo (3.2) se tachan los números 3 y 4.

3. Tras el Art. 29 se incluye el Art. 29a que reza lo siguiente:

### "Artículo 29a

#### Delitos

(1) Se impondrá pena de privación de libertad de no menos de un año a quien

1. habiendo cumplido los 21 años

a) entregare sin el permiso contemplado en el Art. 3.1.1, administrare contrariando el Art. 13.1 o dejare para uso inmediato estupefacientes a una persona menor de 18 años, o

b) indujere a una persona menor de 18 años a traficar con estupefacientes sin el permiso contemplado en el Art. 3.1.1, a introducirlos, sacarlos del país, enajenarlos, entregarlos o ponerlos en circulación de otra forma sin traficar con

ellos o a fomentar cualquiera de dichas actividades, o

2. traficare con estupefacientes en cantidades no insignificantes sin el permiso contemplado en el Art. 3.1.1, los produjere o entregare en cantidades no insignificantes o los poseyere sin tener para su obtención un permiso conforme al Art. 3.1.

- (2) En casos de menor gravedad la pena impuesta sera de privación de libertad de entre tres meses y cinco años."

4. En el Art. 30.1.2 se sustituye "Art. 29.3.3" por "Art.29a.1.1".

5. Tras el Art. 30 se incluyen los Art. 30a, 30b y 30c que rezan lo siguiente:

"Artículo 30a

Delitos

- (1) Se impondrá pena de privación de libertad de no menos de cinco años a quien, sin el permiso conforme al Art. 3.1.1, cultivare, elaborare, traficare con, introdujere o sacare del país estupefacientes en cantidades no insignificantes (Art. 29.1.1) actuando como miembro de una banda formada al efecto de la reiterada comisión de tales delitos.
- (2) En casos de menor gravedad la pena impuesta sera de privación de libertad de entre seis meses y cinco años.

Artículo 30b

Delitos

El Art. 129 del Código Penal también se aplicará cuando una asociación formada al efecto de o dedicada a la distribución y venta de estupefacientes en el sentido del Art. 6.5 del Código Penal no esté o sólo en parte esté asentada en el territorio nacional.

Artículo 30c

Pena pecuniaria

- (1) En los casos especificados en el Art. 29.1.1, 29.1.4, 29.1.5, 29.1.6 y 29.1.10 se aplicará el Art. 43a del Código Penal, a excepción de los casos en los que el delincuente enajena, entrega, adquiere u obtiene de cualquier otra manera estupefacientes sin traficar con ellos.
- (2) En los casos especificados en los Art. 29a, 30, 30a y 30b se aplicará el Art. 43a del Código Penal."

9500095.

3: 0-21A SCRIPT A1 VM/ESA CONVERSATIONAL MONITOR SYSTEM

6. En el Art. 31.2 se sustituye "Art. 29.3, Art. 30.1" por "Art. 29.3, Art. 29a.1, Art. 30.1, Art. 30a.1".

7. El Art. 33 se modifica como a continuación se expresa:

a) El título reza:

"Comiso ampliado e incautación".

b) Se incluye el siguiente nuevo párrafo (1):

"(1) se aplicará el Art. 73d del Código Penal

1. en los casos especificados en Art. 29.1.1, 4, 5, 6 y 10 si el delincuente actúa profesionalmente, y

2. en los casos especificados en los Art. 29a, 30 y 30a."

c) El hasta ahora párrafo único se convierte en párrafo (2), sustituyéndose en él "Art. 29 o 30" por "Art. 29 a 30a".

8. El Art. 34 se modifica como a continuación se expresa:

"Artículo 34

Libertad vigilada

En los casos contemplados en los Art. 29.3, 29a, 30 y 30a el tribunal podrá disponer la libertad vigilada (Art. 68.1 del Código Penal).

4  
CASOS CLINICOS POR SUSTANCIAS DE ABUSO

C.I.A.T 1987

PERIODO OCTUBRE - DICIEMBRE

79 Consultas

34 Casos Clinicos

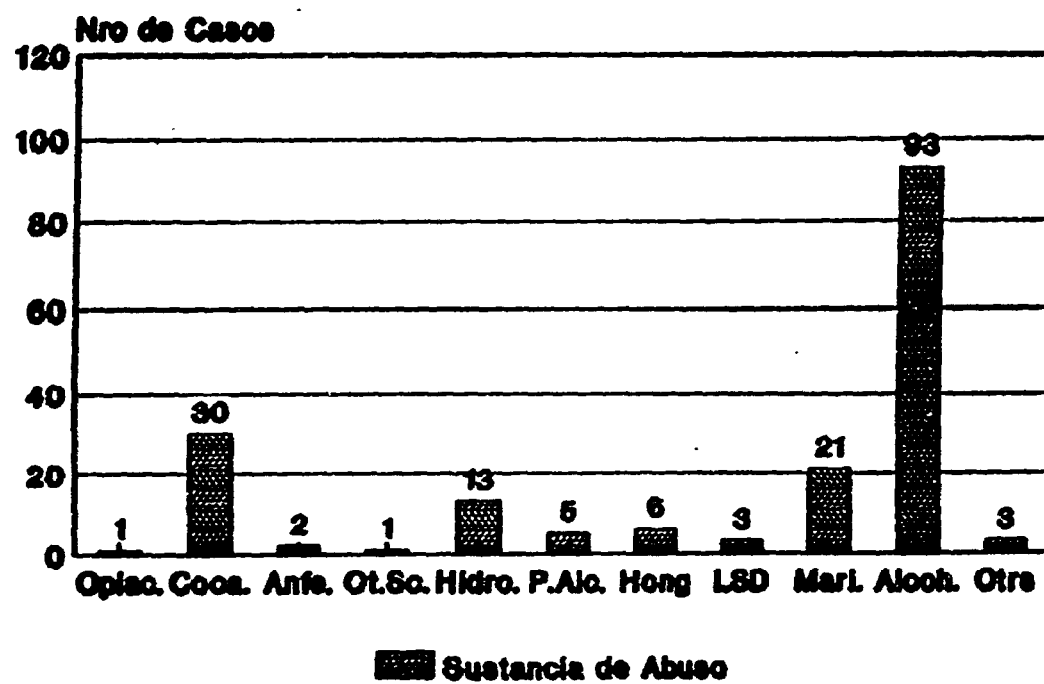
○ PRINCIPALES DROGAS CONSUMIDAS

MARIHUANA: 64.7%  
HIDROCARBUROS: 38.2%  
ANFETAMINAS: 32.2%  
OTROS ALUCINOGENOS: 26.5%  
COCAINA: 23.5%  
PSICOFARMACOS: 4.8%

9500095.



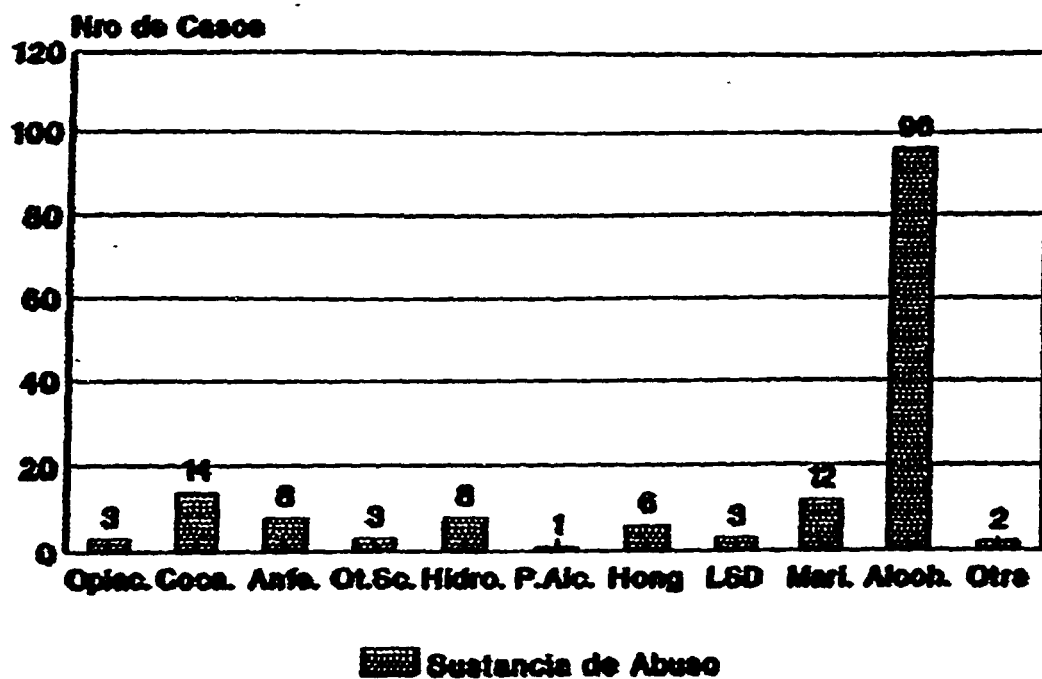
### Casos Clínicos por Sust. Abuso - 1993.



Fuente: C.I.A.T. - Estadística Anual.

(2004)

### Casos Clínicos por Sust. Abuso - 1991.



Fuente: C.I.A.T. - Estadística Anual.

(2004)

16D

Übersetzung

Betr.: Betäubungsmittelgesetz

Comentario a la Ley sobre el Manejo de Estupefacientes  
del 28 de julio de 1.981, revisado por el decreto 1.987 de  
reforma de los procedimientos penales del 27 de enero de 1.987

A. Texto de la Ley

Indice

Capítulo Primero

Definiciones

Estupefacientes Art. 1

Otras Definiciones Art. 2

Capítulo Segundo

Permisos y Trámites para su Obtención

Permiso de manejar Estupefacientes Art. 3

Excepciones de la obligación de solicitar permisos Art. 4

Denegación de permisos Art. 5

Conocimientos técnicos Art. 6

Solicitudes Art. 7

Decisiones art. 8

Restricciones, temporalidades, condiciones y encargos Art. 9

Retiradas y revocatorias Art. 10

Capítulo Tercero

Deberes en el Manejo de Estupefacientes

Importaciones, Exportaciones y Tránsito Art. 11

9500095. - 2 -

Entrega y Adquisición	Art. 12
Prescripciones y Ventas según prescripciones	Art. 13
Etiquetado y Publicidad	Art. 14
Medidas de Seguridad	Art. 15
Destrucción	Art. 16
Registro	Art. 17
Avisos	Art. 18

#### Capítulo Cuarto

##### Control

Organismo responsable	Art. 19
Autorización especial para casos de crisis o de conflicto armado	Art. 20
Participación de otras autoridades	Art. 21
Medidas de Control	Art. 22
Toma de Muestras	Art. 23
Obligación de Tolerancia y Cooperación	Art. 24
Costos	Art. 25

#### Capítulo Quinto

##### Disposiciones para las Autoridades

Ejército Federal, Policía Federal de Fronteras, Policía Anti-Disturbios y Protección Civil	Art. 26
Avisos e Informaciones	Art. 27
Informe Anual a las Naciones Unidas	Art. 28

#### Capítulo Sexto

##### Delitos e Infracciones

Delitos	Art. 29
Delitos	Art. 30
Atenuantes o Exención de Pena	Art. 31

9500095. - 3 -

Infracciones	Art. 32
Decomiso	Art. 33
Custodia	Art. 34

#### Capítulo Séptimo

##### Delincuentes Drogodependientes

Aplazamiento del Cumplimiento de la Condena	Art. 35
Abonos de Medidas de Rehabilitación y Libertad Condicional	Art. 36
Renuncia a la Persecución Penal	Art. 37
Menores y Adolescentes	Art. 38

#### Capítulo Octavo

##### Disposiciones Transitorias y Finales

Permisos mantenidos en Vigencia	Art. 39
Manejo de Estupefacientes nuevos y Preparaciones Excluidas de la presente Ley	Art. 40
Manejo de otros Estupefacientes nuevos y Preparaciones Excluidas de la presente Ley	Art. 40a
Gláusula de Berlín	Art. 41

Capítulo Primero

Definiciones

Artículo 1 Estupefacientes

(1) Estupefacientes en el sentido de la presente ley son las sustancias y preparaciones mencionadas en los anexos I - III.

(2) Se autoriza al Gobierno Federal a modificar o complementar los anexos I - III mediante un decreto-ley oídos los paritos y obtenida la aprobación del Consejo Confederal, si fuera necesario

1. a raíz de los conocimientos científicos, por el efecto que tenga una sustancia, sobre todo cuando cause dependencia,
2. por la posibilidad existente de producir estupefacientes de una sustancia o utilizando una sustancia, o
3. para asegurar o controlar el manejo de estupefacientes u otras sustancias y preparaciones a causa de las proporciones del uso indebido y por el peligro directo o indirecto que tenga para la salud.

En el decreto-ley mencionado en el párrafo segundo se pueden excluir total- o parcialmente de la aplicación de la presente ley, o de un decreto promulgado basándose en esta ley, sustancias o preparaciones determinadas mientras que se mantenga la seguridad y el control garantizado del manejo de estupefacientes.

(3) El Ministro Federal para la Juventud, la Familia y la Salud está facultado para modificar los anexos I - III, o los decretos promulgados a base de la presente ley, por decreto-ley, sin aprobación del Consejo Confederal, si fuera necesario por los cambios efectuados en los anexos de la Convención Unica de 1.961 sobre estupefacientes en la versión publicada el 4 de febrero de 1.977 (Boletín

Oficial II, página 111) y el Convenio de 1.971 sobre Sustancias Sicotrópicas (Boletín Oficial de 1.976 II, pág. 1477) (Acuerdos Internacionales sobre Estupefacientes y Sicotrópicos) respectivamente en sus versiones vigentes en la República Federal de Alemania.

Artículo 2 Otras Definiciones

(1) En el sentido de la ley se considera

1. sustancia

una planta, parte de una planta o un elemento integral de una planta procesado o sin procesar, así como una sustancia química con su éster, éter, isómeros, enlaces moleculares y sales químicas - en estado crudo o depurado - y también las mezclas y soluciones naturales de los mismos;

2. preparación

una mezcla de sustancias o la solución de una o varias sustancias, aparte de las mezclas y soluciones naturales, en cualquier estado de agregación;

3. preparación excluida

una preparación especificada en los anexos I - III excluida total o parcialmente de las normas reguladoras para el manejo de los estupefacientes;

4. producir

obtener, fabricar, preparar, tratar o procesar, depurar o transformar

(2) Cualquier entrada o salida de una sustancia equivale a una importación o exportación, respectivamente, de la misma al o del ámbito de vigencia de esta ley.

{ Capítulo Segundo  
Permisos y Trámites para su Obtención }

Artículo 3 Permisos para el Manejo de Estupefacientes,

(1) Requiere un permiso de la Oficina Federal de Sanidad cualquier persona que

1. quiera cultivar, producir, traficar, importar sin traficar, exportar, entregar, vender, introducir al mercado de otra forma, adquirir estupefacientes o

2. producir preparaciones excluidas de la presente ley (véase artículo 2, párrafo 1, número 3).

(2) La Oficina Federal de Sanidad sólo puede dar un permiso excepcional para el manejo de los estupefacientes especificados en el anexo I cuando éste se solicite para fines científicos u otros de interés público.

Artículo 4 Excepciones de la Obligación de solicitar Permisos

(1) No requiere un permiso según art. 3, párrafo 1, quien

1. en el marco de los servicios prestados por una farmacia pública o por una institución de tal índole en un hospital

a) produzca estupefacientes de los especificados en anexos

II o III o preparaciones excluidas de estos anexos de la ley

b) adquiera estupefacientes de los especificados en anexos

II o III

c) haga entrega de estupefacientes especificados en anexo III

según prescripciones facultativas de médicos, médicos-dentistas o médicos-veterinarios o

- d) devuelva estupefacientes de los especificados en anexos II o III a portadores de permisos para adquirir tales estupefacientes, o los traspase al farmacéutico-sucesor en la farmacia
2. en el marco de los servicios que ofrece un botiquín veterinario
- a) produzca estupefacientes de los especificados en anexos II o III o preparaciones excluidas de estos anexos de la ley
  - b) adquiera estupefacientes de los especificados en anexos II o III
  - c) haga entrega de estupefacientes especificados en anexo III para el tratamiento de un animal al que haya asistido o
  - d) devuelva estupefacientes de los especificados en anexos II o III a portadores de permisos para adquirir tales estupefacientes o los traspase al sucesor del farmacéutico-administrador del botiquín veterinario
3. adquiera estupefacientes de los especificados en anexo III
- a) según prescripciones facultativas de médicos, médicos-dentistas o médicos veterinarios o para
  - b) su aplicación en un animal por parte de una persona que trate a este animal o que administre un botiquín veterinario
4. haya adquirido estupefacientes de los especificados en anexo III
- a) en su calidad de médico, médico-dentista o médico-veterinario en el marco de la prestación de servicios transfronterizos o
  - b) según prescripción de un médico, médico-dentista o médico-veterinario los exporte o importe como provisiones de viaje o



5. esté involucrado por su oficio

- a) en el transporte de estupefacientes entre personas autorizadas a manejar estupefacientes o en el almacenamiento y el depósito de estupefacientes en el marco de un transporte o para una persona autorizada a manejar estupefacientes o
- b) en el envío o el proporcionamiento del envío por terceras personas de estupefacientes entre personas autorizadas a su manejo.

(2) Las autoridades federales y regionales así como los organismos encargados por ellas de examinar los estupefacientes no requieren permiso según artículo 3 para el ámbito de sus actividades de servicio.

(3) El que quiera participar en el manejo de estupefacientes sin que requiera permiso según los artículos 4.1.1 y 4.2 tendrá que avisar a la Oficina Federal de Sanidad con antelación. Tal aviso debe incluir

1. nombre, apellido y dirección (o direcciones) de la persona que avise tal como la dirección de la farmacia o del botiquín veterinario
2. fecha de expedición y autoridad que haya otorgado la licencia para establecer una farmacia o la aprobación como médico veterinario y
3. la fecha a partir de la cual se quiere participar en el manejo de estupefacientes.

La Oficina Federal de Sanidad informará inmediatamente a la superior autoridad regional correspondiente en cuanto al contenido de los avisos, si éstos se refieren a botiquines veterinarios.

Artículo 5 Denegación de Permisos

(1) Se denegará el permiso según artículo 3 en el caso de que

1. no se pueda garantizar que en el establecimiento, y por si acaso existan más establecimientos en otros municipios no vecinos, en cada uno de éstos se halle una persona encargada y responsable de la observancia de las disposiciones respecto a la ley sobre el manejo de estupefacientes y el cumplimiento de las instrucciones impuestas por los órganos de control (el responsable). El mismo solicitante puede ser el responsable;

2. el responsable previsto no tenga los conocimientos necesarios o no pueda cumplir las funciones asignadas a él permanentemente;

3. existan hechos causantes de dudas en cuanto a la confiabilidad del responsable, del solicitante o de su representante legal, o, en el caso de personas jurídicas o de uniones de personas sin capacidad jurídica, del facultado por la ley, el estatuto o la escritura constitutiva de la sociedad para la gestión y la representación de la misma;

4. no estén los locales, las instalaciones y seguridades adecuados para el manejo de estupefacientes o la producción de preparaciones excluidas de la presente ley;

5. no se puedan garantizar ni la seguridad ni el control del manejo de estupefacientes o de la producción de preparaciones excluidas de la presente ley por otras razones que las mencionadas en párrafos número 1 a 4;

6. la índole y el fin del manejo solicitado no corresponda a la intención de esta ley de garantizar la atención médica necesaria para la población pero también de suprimir el uso indebido de estupefacientes o la producción indebida de preparaciones exclui-

das de la presente ley así como el comienzo o mantenimiento de una drogodependencia en lo posible; o

7. haya reclamaciones en cuanto a los expedientes de la solicitud y el punto reclamado (o los puntos reclamados) no se rectifique(n) dentro del plazo concedido (véase art. 8, párrafo 2).

(2) Se podrá denegar el permiso, si está contrario al cumplimiento de los Convenios Internacionales sobre Narcóticos o de decisiones, ordenamientos o recomendaciones por parte de instituciones interestatales de control de drogas o si tal denegación resulta conveniente a raíz de los actos jurídicos de los órganos de la Comunidad Europea.

#### Artículo 6    Conocimientos Técnicos

(1) Servirá de prueba de los conocimientos técnicos necesarios (véase Art. 5.1.2)

1. en el caso de la producción de estupefacientes o preparaciones excluidas de la presente ley, que son medicamentos, un documento que certifique los conocimientos adecuados para el puesto de jefe de producción o jefe de control según lo estipulado en la ley sobre los medicamentos;

2. en el caso de la producción de estupefacientes, que no son medicamentos, un documento que certifique los estudios universitarios terminados por un examen <sup>en</sup> las asignaturas de biología, de química, de farmacología, de medicina humana o veterinaria más un certificado de actividades prácticas en el campo de la producción o del control de estupefacientes realizadas durante el período de un año como mínimo;

9500095-11-

3. en el caso de hacer uso de tales conocimientos para fines científicos, un documento que certifique los estudios universitarios terminados por un examen en las asignaturas de biología, de química, de farmacología, de la medicina humana o veterinaria

4. en cualquier caso un documento que certifique la formación profesional terminada como comerciante mayorista o exportador en el ramo de la química o la farmacología y otro que certifique las actividades prácticas en el manejo de estupefacientes realizadas durante el período de un año como mínimo.

(2) En cada caso particular la Oficina Federal de Sanidad puede prescindir de los requisitos en cuanto a los conocimientos técnicos mencionados en el párrafo 1, si la seguridad y el control del manejo de estupefacientes o de la producción de preparaciones excluidas de la presente ley están garantizados.

#### Artículo 7 Solicitudes

La solicitud para obtener un permiso según el artículo 3 ley que presentarla en duplicado con la Oficina Federal de Sanidad, la cual remitirá un ejemplar a la autoridad suprema del Land (=estado considerado) correspondiente. Hay que adjuntar a la solicitud los datos y expedientes siguientes:

1. apellidos y nombres o empresa y las direcciones del solicitante y de los responsables;
2. en caso de los responsables los documentos que certifiquen los conocimientos necesarios así como una declaración que revele si y bajo qué circunstancias están en condiciones de cumplir permanentemente las funciones asignadas a ellos;

9500095.

3. una descripción de la ubicación de los establecimientos, es decir, el lugar (si se diera el caso también la indicación de la parcela), la calle y el número de la casa, el edificio y la parte del mismo tal como el tipo de construcción;
4. una descripción de los mecanismos de seguridad existentes que eviten el desvío de estupefacientes por personas no autorizadas;
5. la clase del manejo de estupefacientes (véase art. 3, párrafo 1);
6. la clase y la cantidad anual prevista de los estupefacientes que se producirán o se necesitarán;
7. en el caso de la producción (véase art. 2.1.4) de estupefacientes o de preparaciones excluidas de la presente ley, una descripción breve del proceso de producción mencionando el tipo y la cantidad de las sustancias o preparaciones básicas, de los productos semielaborados y finales, incluso cuando ni las sustancias o preparaciones básicas ni los productos semielaborados, o finales sean estupefacientes; refiriéndose a preparaciones partidas además los porcentajes de peso, en preparaciones partidas las cantidades de estupefacientes contenidas en cada unidad y
8. cuando se use para fines científicos u otros de interés público una explicación de tales fines haciendo referencia a la literatura científica correspondiente.

#### Artículo 8 Decisiones

(1) La Oficina Federal de Sanidad debe decidir dentro de tres meses a partir de la fecha de entrega de la solicitud si otorga el permiso o no. Informará inmediatamente a la autoridad suprema del Land de la decisión tomada.

(2) Si la Oficina Federal de Sanidad le da al solicitante ocasión de corregir errores cometidos en la solicitud, el plazo mencionado en el párrafo 1 se suspenderá hasta que se hayan efectuado las correcciones o hasta el vencimiento del plazo fijado para efectuarlas. . Empieza la suspensión en la fecha de notificarse al solicitante el deber de corregir los errores.

(3) El portador del permiso está obligado a dar parte inmediata a la Oficina Federal de Sanidad de cualquier cambio de los datos comprendidos en el artículo 7. Por si acaso se trate de una extensión en cuanto al tipo de estupefaciente o del manejo de estupefacientes o se produzca un cambio de persona portadora del permiso o de la ubicación de los establecimientos, a no ser que se efectue dentro del mismo edificio, habrá que solicitar otro permiso nuevo. En los demás casos se <sup>(modificará)</sup> el permiso. Se informará inmediatamente a la autoridad suprema del land sobre <sup>(la modificación)</sup> <sup>(de permiso)</sup>.

Artículo 9 Restricciones, temporalidades, condiciones y encargos

(1) El permiso tiene que ser restringido a las necesidades respectivas por motivos de seguridad y de control sobre el manejo de los estupefacientes o sobre la producción de preparaciones excluidas de la presente ley. Tiene que regular sobre todo:

1. el tipo de estupefaciente y de manejo de estupefacientes
2. la cantidad anual prevista y las existencias de estupefacientes
3. la ubicación de los establecimientos y
4. el proceso de producción incluyendo los productos básicos, semielaborados y finales aunque no sean estupefacientes.

(2) El permiso puede ser

1. a plazo, concedido bajo ciertas condiciones o con encargos de

-55-

9500095. - 14 -

minados o

2. modificado después de la concesión conforme al art. 9.1.2 o  
sometido a otras restricciones o encargos,

cuando fuere necesario por razones de seguridad o de control sobre  
el manejo de los estupefacientes o sobre la producción de prepara-  
ciones excluidas de la presente ley o si el permiso estuviere con-  
trario a la puesta en práctica de lo estipulado en los convenios  
internacionales de estupefacientes o a resoluciones, disposiciones  
o recomendaciones de instituciones interestatales de control de  
estupefacientes o si esto pareciera oportuno por los actos jurídi-  
cos encaminados por los órganos de las Comunidades Europeas.

Artículo 10 Retiradas y Revocatorias

(1) El permiso puede ser retirado también si no se hace uso de él  
en el plazo de dos años. Se puede prolongar el plazo demostrando  
un interés legítimo.

(2) Se informará inmediatamente a la autoridad suprema del land  
sobre la retirada o la revocatoria del permiso.

{ Capítulo Tercero  
Deberes en el Manejo de Estupefacientes }

Artículo 11 Importaciones, Exportaciones y Tránsito

(1) Cualquier persona que en determinado momento quiera importar  
o exportar estupefacientes necesitará un permiso de la Oficina  
Federal de Sanidad aparte de la autorización obligatoria según  
artículo 3. Exento de esto queda el transporte de la o a la Repúb.

ca Democrática Alemana o Berlín (Este). Los estupefacientes deben atravesar el ámbito de vigencia de esta presente ley solamente bajo control aduanero y sin otra demora que la necesaria para el cargamento o el transbordo sin que el estupefaciente esté a la disposición efectiva del transportador o de una tercera persona en ningún momento durante todo el período del transporte. Las preparaciones excluidas de la presente ley no deben ser exportadas a países que han prohibido su importación.

(2) Se autoriza al Gobierno Federal de regular por decreto-ley, sin aprobación por parte de la Cámara de los Estados Federados, el procedimiento de concesión de permisos y de dictar las normas de importación, exportación y tránsito en cuanto sean necesarias por razones de seguridad o para el control del manejo de estupefacientes o del cumplimiento de los convenios internacionales sobre narcóticos y de actos jurídicos encaminados por los órganos de las Comunidades Europeas. En particular se puede

1. limitar la importación, la exportación o el tránsito a determinadas drogas y cantidades y prohibir su importación, exportación o tránsito a, de o por determinados países;
2. permitir excepciones a lo estipulado en el párrafo 1 para el turismo y el envío de muestras en el marco de la cooperación internacional;
3. convenir arreglos sobre los estupefacientes que pueden ser llevados por médicos, médicos dentistas y médicos veterinarios en el marco de la prestación de servicios transnacionales y
4. determinar la forma, el contenido, la producción, la expedición y el almacenaje de los respectivos formularios a utilizar.



Artículo 12 Entrega y Adquisición

(1) Sólo se pueden entregar estupefacientes a

1. personas o asociaciones de personas portadoras de un permiso de adquisición según art. 3 o dueños de una farmacia o de un botiquín veterinario,
2. las autoridades o los establecimientos mencionados en art. 4.2 o en art. 26,
3. personas o asociaciones de personas de la República Democrática Alemana o de Berlín Este, si las autoridades competentes allí han autorizado la adquisición.

(2) El entregador está obligado a dar parte inmediato de cualquier entrega indicando el adquirente tal como el tipo y la cantidad del estupefaciente a la Oficina Federal de Sanidad. El adquirente tiene que acusar al entregador el recibo de los estupefacientes. Por si acaso se trate de una adquisición de estupefacientes de la República Democrática Alemana o de Berlín Este el adquirente tiene que comprometerse a avisar la adquisición indicando el entregador así como el tipo y la cantidad de los estupefacientes inmediatamente a la Oficina Federal de Sanidad.

(3) Queda exenta de las normas de párrafos 1 y 2

1. la entrega de los estupefacientes especificados en anexo III
  - a) según prescripciones facultativas de médicos, médicos-dentistas o médicos-veterinarios dentro de los servicios prestados por una farmacia,
  - b) en el marco de los servicios que ofrece un botiquín veterinario para el tratamiento de un animal por el dueño del mismo,

2. la exportación de estupefacientes y

3. la entrega y la adquisición de estupefacientes entre las autoridades o los establecimientos mencionados en art. 4.2 o en el art. 26.

(4) Se autoriza al ministro federal a regular por decreto-ley, sin aprobación por parte de la Cámara de los Estados Federados, los trámites de aviso y acusación de recibo, sobre todo en cuanto a la forma, el contenido, la expedición y el almacenaje de los respectivos formularios a utilizar se refiere, cuando fuere necesario por razones de seguridad o de control sobre el manejo de estupefacientes.

Artículo 13 Prescripciones y entregas con prescripciones

(1) Los estupefacientes especificados en anexo III deben ser prescritos por médicos, médicos-dentistas y médicos-veterinarios exclusivamente y solamente aplicados para el tratamiento médico, médico-dentista o médico-veterinario o entregados a otra persona para su uso inmediato, si tal aplicación en el cuerpo humano o animal está justificada. La aplicación no está justificada sobre todo cuando se podría llegar a los mismos resultados con otros medios. Los estupefacientes especificados en anexos 1 y 2 no deben ser ni prescritos ni administrados ni entregados a terceros para su uso inmediato.

(2) Los estupefacientes prescritos según párr. 1 sólo se deben entregar en el marco de los servicios prestados por una farmacia y contra entrega de la prescripción. En el marco de los servicios prestados por un botiquín veterinario sólo está permitido entregar los estupefacientes especificados en anexo III y solamente para su apl

-59-

9500095.

cación en el tratamiento de un animal por el dueño del botiquín.

(3) Se autoriza al Gobierno Federal a regular por decreto-ley con aprobación de la Cámara de los Estados Federados la prescripción de los estupefacientes especificados en anexo III, su entrega con prescripción, el registro de su paradero y de las reservas existentes con médicos, médicos-dentistas, médicos-veterinarios, en farmacias, botiquines veterinarios, hospitales y clínicas veterinarias cuando fuere necesario por razones de seguridad o de control sobre el manejo de estupefacientes. Sobre todo se puede

1. limitar las prescripciones a determinadas preparaciones, destinos o cantidades,
2. determinar la forma, el contenido, la producción, la expedición, el almacenaje y la devolución de los respectivos formularios a utilizar para las prescripciones y para el registro de los paraderos y de las reservas y
3. decretar excepciones de lo dispuesto en art. 4.1.1c en cuanto al equipo de los buques mercantes.

#### Artículo 14 Etiquetado y Publicidad

(1) En el manejo de estupefacientes hay que etiquetar los estupefacientes utilizando las denominaciones cortas mencionadas en los anexos. El etiquetado debe hacerse en letra clara, en alemán y de forma perdurable.

(2) El etiquetado debe incluir además

1. en el caso de estupefacientes crudos, no depurados y no partidos el porcentaje del peso y en el caso de estupefacientes partidos el peso de la sustancia pura contenida,

2. en los envases de los estupefacientes y - si existe - en el embalaje externo de las sustancias y preparaciones no partidas el peso del contenido, en el caso de preparaciones partidas. el número de piezas; los depósitos de almacenamiento en los laboratorios científicos así como envases pequeños y ampollas destinados para la entrega están exentos de esa disposición.

(3) Las disposiciones de los párrafos 1 y 2 no se aplican cuando se trate de depósitos de almacenamiento en farmacias y botiquines veterinarios.

(4) Las disposiciones de párrafos 1 y 2 se aplican mutatis mutandi también para la descripción de estupefacientes en catálogos, lista de precios, anuncios publicitarios o productos impresos destinados a los medios especializados que intervienen en el manejo de estupefacientes.

(5) No está permitido hacer publicidad para los estupefacientes especificados en el anexo I. Para los especificados en anexos II y III solamente está permitido hacer publicidad en los medios competentes de la industria y del comercio así como con personas y asociaciones que administren farmacias o botiquines veterinarios, <sup>(que)</sup> tras los estupefacientes especificados en el anexo III también se pueden propagar con médicos, médicos-dentistas y médicos-veterinarios.

#### Artículo 15 Medidas de Seguridad

Cada persona que participe <sup>en)</sup> (el manejo de estupefacientes está obligada a guardar los estupefacientes en su posesión en un lugar aparte y a asegurarlos contra desvíos no autorizados. La (ficina Federal de Sanidad <sup>puede)</sup> imponer medidas de seguridad en cuanto lo re-

- 61 -

9500095 - 20 -

quieran el tipo o el volumen de los estupefacientes manejados, el grado de peligro o la cantidad de los estupefacientes.

Artículo 16 Destrucción

(1) El propietario de estupefacientes ya no negociables está obligado a destruirlos por su cuenta en presencia de dos testigos de tal forma que quede excluida cualquier posibilidad de recuperar ni siquiera parcialmente los estupefacientes y que garantice la protección de las personas y del medio ambiente contra efectos nocivos. La destrucción debe ser documentada y el documento guardado durante un período de 3 años.

(2) La Oficina Federal de Sanidad o la autoridad competente del land (estado federado) en los casos mencionados en art.19.1.3 puede exigir de los propietarios que envíen los estupefacientes por su cuenta a dichas autoridades para su destrucción. Por si acaso el propietario de los estupefacientes o no exista o sea ilocalizable o no cumpla con su deber de destruir o no responda a la invitación de enviar los estupefacientes según art. 16.2.1 dentro de un plazo de 3 meses determinado con antelación, las autoridades mencionadas en art. 16.2.1 tomarán las medidas necesarias para tal destrucción. El propietario o poseedor de los estupefacientes está obligado a entregar éstos a las personas encargadas de su destrucción o a tolerar su aprehensión.

(3) Los art. 16.1.1 y 16.2. y 16.3 respectivamente, se aplican también cuando el propietario quiera eliminar estupefacientes que ya no son necesarios.

9500095

- 21 -

- 62 -

Artículo 17 Registro

(1) El portador de un permiso según art. 3 está obligado a mantener el registro continuo de cualquier llegada y partida para cada uno de los establecimientos y estupefacientes por separado. Tales registros deben incluir:

1. la fecha
2. el nombre o la empresa y la dirección del proveedor o del destinatario o demás datos sobre el origen o el paradero
3. la cantidad llegada o partida y las reservas que resultan
4. cuando se trate del cultivo, además la ubicación y la extensión de la zona de cultivo y la fecha de la siembra
5. cuando se trate de la producción, además los estupefacientes empleados o producidos, las sustancias no acogidas a la ley o tipos y cantidades de las preparaciones excluidas de la presente ley y
6. cuando se trate de la entrega de preparaciones excluidas de la presente ley por parte de su productor, además el nombre o la empresa y la dirección del destinatario.

En vez de los registros mencionados en el número 6 se pueden archivar las copias de las facturas originales, destacando en ellas las preparaciones excluidas de la presente ley, de manera continua según las fechas de tales facturas.

(2) Las cantidades a incluir en los registros o facturas son

1. el peso en el caso de sustancias y preparaciones no partidas
2. el número de unidades en el caso de preparaciones partidas

9500095 - 22

(3) Hay que guardar aparte los registros o las copias de las facturas durante un período de 3 años a partir de la fecha del último registro o de la última factura.

Artículo 18 Avisos

(1) El portador de un permiso según art. 3 está obligado a avisar a la Oficina Federal de Sanidad de la cantidad de cualquier estupefaciente para cada uno de los establecimientos por separado que

1. se ha obtenido por cultivo, mencionando la ubicación y la extensión de la zona de cultivo;
2. se ha producido especificando los productos de base
3. se ha empleado para la producción de otros estupefacientes especificando éstos últimos
4. se ha empleado para la producción de sustancias no acogidas a la ley especificando estas sustancias
5. se ha empleado para la producción de preparaciones excluidas de la presente ley especificando tales preparaciones
6. se ha importado especificando los países de exportación
7. se ha exportado especificando los países de importación
8. se ha adquirido
9. se ha entregado
10. se ha destruido
11. se ha empleado para otros fines distintos de los mencionados bajo los números 1 a 10 especificando estos fines y
12. al final de cada semestre civil se quedaba como reserva.

(2) Las cantidades a incluir en los avisos son

- 54 -

9500095 - 23

1. el peso en el caso de sustancias y preparaciones no partidas

2. el número de unidades en el caso de preparaciones partidas.

(3) Hay que enviar a la Oficina Federal de Sanidad los avisos según art. 18.1.1 a 12 . a más tardar el 31 de enero y el 31 de julio respectivamente para el semestre pasado mientras <sup>(lo más tarde)</sup> que los avisos según art. 18.1.1 se enviarán el 31 de enero para el año civil pasado.

(4) Para los avisos especificados en el párrafo 1 se deben utilizar los respectivos formularios emitidos por la Oficina Federal de Sanidad .

{ Capítulo Cuarto }  
{ Control }

Artículo 19 Organismo Responsable

(1) El control del manejo de estupefacientes y de la producción de preparaciones excluidas de la presente ley corre a cargo de la Oficina Federal de Sanidad . Dicha oficina también es responsable de la producción, la emisión y el análisis de los respectivos formularios a utilizar para la prescripción de estupefacientes. El manejo de estupefacientes por médicos, médicos-dentistas y médicos-veterinarios y en farmacias, botíquines veterinarios, hospitales y clínicas veterinarias está sometido al control de las autoridades correspondientes de los estados federados.

(2) La Oficina Federal de Sanidad al mismo tiempo figura como administración especial a los efectos de la Convención Unica sobre Estupefacientes.

9500095.

- 65 -

- 24 -



Artículo 20 Autorización especial para casos de crisis o de conflicto armado

(1) Se autoriza al Gobierno Federal a modificar por decreto-ley, si aprobación de la Cámara de los Estados Federados, esta ley o los decretos dictados a base de esta ley para fines de defensa, para mantener el suministro de estupefacientes en el marco de la atención médica a la población, si la seguridad y el control del manejo de estupefacientes y de la producción de preparaciones excluidas de la presente ley quedan asegurados. Sobre todo se puede

1. delegar al ministro federal según esta ley y por decretos dictados a base de esta ley las tareas de la Oficina Federal de Sanidad  
2. adaptar el manejo de estupefacientes y la producción de preparaciones excluidas de la presente ley a la situación especial definida en la frase n° 1 y

3. exigir informes sobre las reservas de

- a) estupefacientes
- b) preparaciones excluidas de la presente ley
- c) insumos o preparaciones necesarias para la producción de estupefacientes aunque tales insumos o preparaciones no figuren como estupefacientes.

En el decreto también se puede comprometer a la persona autorizada a disponer de las reservas mencionadas en frase 2 n° 3 a entregar tales sustancias a determinadas personas u organismos.

(2) El decreto-ley según art. 20.1 sólo se debe aplicar conforme a art. 80a.1 de la Ley Fundamental.

(3) Párrafos 1 y 2 no tienen vigencia en el estado federado de Ber

9500095.

-66-

Artículo 21 Participación de otras Autoridades

(1) El ministro federal de Hacienda y los servicios de Aduanas encargadas por él participan en el control de la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes. Para el área del puerto franco de Hamburgo el ministro federal de Hacienda podrá encargar a la Capitanía del puerto franco con esta tarea poniéndose de acuerdo con el Senado de la Ciudad Libre y Hanseática de Hamburgo. El artículo 14.2 de la Ley sobre la Hacienda Pública del 30 de agosto de 1971 (Bol. de Estado I, pág. 1426, 1427) se aplicará correspondientemente.

(2) El ministro federal de Hacienda de acuerdo con el ministro federal del Interior y el ministro del Interior del Estado Libre de Baviera podrá confiar las tareas que según párr. 1 corresponden a los servicios de Aduanas a los funcionarios de la Policía Federal de Fronteras que dependen de la Dirección de la Policía Federal de Fronteras o a los funcionarios de la Policía bávara de Fronteras, respectivamente. Si los funcionarios mencionados en la frase n° 1 se encargan de estas tareas, se aplicará art. 67.2 de la Ley sobre la Policía Federal de Fronteras del 18 de agosto de 1972 (Bol. de Estado I, pág. 1834) correspondientemente. Las frases 1 y 2 referentes al encargo de funcionarios de la Policía Federal de Fronteras no tienen vigencia en el Estado federado de Berlín.

(3) Cuando surja la sospecha de que se infrinjan las prohibiciones y restricciones de esta ley en el despacho, las autoridades cooperantes informarán a la Oficina Federal de Sanidad inmediatamente.

Artículo 22 Medidas de Control

(1) Las personas encargadas del control están autorizadas para

- 67 -

9500095 - 26 -

1. consultar los documentos sobre el manejo de estupefacientes o la producción o la comercialización de preparaciones excluidas de la presente ley después de su producción y sacar copias de éstas cuando fuere de importancia por razones de seguridad o de control sobre el manejo de estupefacientes o sobre la producción de preparaciones excluidas de la presente ley,
2. exigir todos los datos necesarios de personas naturales y jurídicas así como de pluralidades de personas sin personalidad jurídica
3. entrar en e inspeccionar inmuebles, edificios, cuerpos de edificios, instalaciones y medios de transporte en los cuales se realice el manejo de estupefacientes o la producción de preparaciones excluidas de la presente ley, cerciorándose las personas encargadas de que se respeten las disposiciones sobre el manejo de estupefacientes o la producción de preparaciones excluidas de la presente ley. Con el fin de evitar peligros inminentes para la seguridad y el orden público, sobre todo cuando se trate de un intento de obstaculizar el control del manejo de estupefacientes <sup>del</sup> o la producción de preparaciones excluidas de la presente ley, se tiene permiso de entrar en estos locales incluso fuera de las horas de servicio o de despacho y se puede pasar aun a casas-vivienda restringiéndose <sup>el</sup> ~~el~~ el derecho fundamental de la inviolabilidad del domicilio (artículo 13 de la Ley Fundamental) a tal efecto. Cuando se trate de establecimientos industriales y mayoristas, tales inspecciones deben realizarse como regla general cada dos años;
4. tomar medidas de seguridad cautelar en cuanto sean necesarias para evitar peligros inminentes para la seguridad o el control del manejo de estupefacientes o de la producción de preparaciones excluidas de la presente ley. Al mismo efecto también se les permite prohibir total o parcialmente la continuación del manejo de estupe

facientes o de la producción de preparaciones excluidas de la presente ley y precintar las existencias de estupefacientes o de preparaciones excluidas de la presente ley. Le corresponde a la autoridad competente (art. 19,1 ) tomar una decisión determinante sobre estas cantidades existentes en el plazo de un mes después de que se hayan adoptado las medidas de seguridad cautelar.

(2) La autoridad competente puede tomar las medidas según art. 22. y 22.1.2 también por escrito.

Artículo 23 Toma de muestras

(1) En cuanto lo requiera la aplicación de las disposiciones sobre el manejo de estupefacientes o la producción de preparaciones excluidas de la presente ley, las personas encargadas del control están autorizadas a pedir o retirar muestras a su discreción con el fin de analizarlas siempre que firmen una boleta-recibo. Como regla general hay que dejar una parte de la muestra o, si la muestra no puede ser dividida en partes de idéntica calidad, la división pone en peligro el análisis, una segunda unidad que reúna las mismas características que la muestra retirada, a no ser que se renuncie a ello expresamente.

(2) Las pruebas a dejar hay que precintarlas oficialmente o sellarlas. Además hay que poner la fecha de retirada de la muestra y la fecha del día que marca el vencimiento del plazo de precinto o sel.

(3) Hay que pagar una indemnización justa para las muestras retiradas a no ser que se renuncie a ello expresamente.

Artículo 24 Obligación de tolerancia y cooperación

(1) Cualquier participante en el manejo de estupefacientes o cualquier productor de preparaciones excluidas de la presente ley está obligado a tolerar las medidas según artículos 22 y 23 y a apoyar a las personas encargadas del control en el cumplimiento de sus tareas, sobre todo a enseñarles <sup>(su)</sup> a petición los locales en los que se efectúe el manejo de estupefacientes o la producción de las preparaciones excluidas de la presente ley, abrirles inmuebles cercados, edificios, salas, contenedores y depósitos, darles informaciones y facilitarles la lectura de documentos y la retirada de muestras.

(2) Las personas obligadas a dar informaciones pueden negarse a contestar <sup>a)</sup> preguntas cuando con esto se expusieran a sí mismos o a sus familiares, tal como están definidos en el artículo 383.1.1 a 3 de la Ley de Enjuiciamiento Civil, al peligro de persecución criminal o de procesamiento según la Ley sobre Infracciones.

Artículo 25 Costos

(1) La Oficina Federal de Sanidad impone costes (tasas y gastos) para sus actuaciones, análisis e investigaciones conforme a la presente ley y los decretos-ley dictados a base de esta ley.

(2) Se autoriza al ministro federal a tipificar más detalladamente por decreto-ley, sin aprobación por parte de la Cámara de los Estados Federados, los hechos tasables fijando al mismo tiempo las tasas o tasas-margen.

{ Capítulo Quinto Disposiciones para las Autoridades }

Artículo 26 Ejército Federal, Policía Federal de Fronteras,  
Policía Anti-Disturbios y Protección Civil

(1) La presente ley se aplica correspondientemente, con excepción de las disposiciones sobre los permisos según artículo 3, a las instalaciones que sirven para el suministro del Ejército Federal y de la Policía Federal de Fronteras con estupefacientes y a la acumulación de reservas y existencias de los estupefacientes incluidos en anexos II o III para la Protección Civil.

(2) En los áreas del Ejército Federal y de la Policía Federal de Fronteras la ejecución de la presente ley y el control del manejo de estupefacientes corre a cargo de las unidades y peritos competentes de tales organismos. En el área de la Protección Civil la ejecución de la presente ley corre a cargo de las autoridades federales y autónomas (regionales) competentes para las reservas y existencias de material sanitario.

(3) El ministro federal de Defensa de acuerdo con el ministro federal puede conceder excepciones de la presente ley y de los decretos ley dictados a base de esta ley en casos individuales para su área de responsabilidades, si éstas no son contrarias a los convenios internacionales sobre <sup>narcóticos</sup> y si razones apremiantes de defensa lo requieren.

(4) La presente ley se aplica correspondientemente, con excepción de las disposiciones sobre los permisos según artículo 3, a las instalaciones que sirven para el suministro de estupefacientes a los cuerpos autónomos (regionales) de Policía Anti-Disturbios.

(5) Los párrafos 1 a 3 no tienen vigencia en el estado federal de Berlín.

Artículo 27 Avisos e Informaciones

(1) Hasta el 31 de marzo de cada año la Oficina Federal de Investigación Criminal informa a la Oficina Federal de Sanidad de los decomisos de los tipos y las cantidades de estupefacientes llegados a su conocimiento durante el pasado año y a su utilización respectivamente. En el caso de su utilización hay que facilitar el nombre y apellido o la empresa y la dirección del adquirente.

(2) Las autoridades mencionadas en artículo 26 tendrán que informar a la Oficina Federal de Sanidad a petición de ésta sobre el manejo de estupefacientes en sus áreas de responsabilidad, si esto se requiere para cumplir con lo estipulado en los convenios internacionales sobre narcóticos.

Artículo 28 Informe Anual a las Naciones Unidas

Todos los años el Gobierno Federal redactará un informe anual sobre el cumplimiento de lo estipulado en los convenios internacionales sobre <sup>(narcóticos)</sup> durante el pasado año civil basándose en un formulario aprobado por la Comisión de Estupefacientes de las Naciones Unidas y lo pasará al Secretario General de las Naciones Unidas hasta el 30 de junio de cada año. Las autoridades competentes de los estados federados participan en la redacción de tal informe entregando sus contribuciones referentes al año civil pasado hasta el 31 de marzo de cada año a la Oficina Federal de Sanidad. En el caso de no poder reunir los datos exigidos en el formulario hay que poner estimaciones.

(2) Se autoriza al Gobierno Federal a determinar por decreto-ley, con aprobación por parte de la Cámara de los Estados Federados, las personas y entidades que tienen que entregar informes, a saber cuadros estadísticos y demás datos e informaciones, necesarios para el cumplimiento de los convenios internacionales sobre narcóticos. El decreto puede incluir disposiciones en cuanto a la modalidad, la forma, la fecha y al destinatario de los informes.

#### Capítulo Sexto Delitos e Infracciones

##### Artículo 29 Delitos

(1) Se dicta una pena privativa de libertad de hasta cuatro años de duración o una multa contra cualquier persona que

1. cultive, produzca y trafique estupefacientes sin permiso según art. 3, 1.1, los importe sin traficarlos, los exporte, venda, traspase, los introduzca al mercado de otra forma, los compre o adquiera de otra forma,

2. produzca preparaciones excluidas de la presente ley (véase art. 2.1.3) sin permiso según art. 3. 1.2

3. posea estupefacientes sin haberlos adquirido a base de un permiso según art. 3, 1

4. ponga a disposición de otra persona dinero u otros bienes para el tráfico ilícito de estupefacientes o su producción ilegal,

5. transporte estupefacientes de tránsito contrario a lo estipulado en art. 11, 1.3

6. a) prescriba

b) almacene o entregue estupefacientes para su uso inmediato contrario a lo estipulado en art. 13, 1

9500095.



7. entregue estupefacientes en una farmacia o en un botiquín veterinario contrario a lo estipulado en art. 13. 2 ,

8. haga publicidad para estupefacientes contrario a lo estipulado en art. 14. 5

9. dé información falsa o incompleta para conseguir la prescripción de un estupefaciente para sí mismo o una tercera persona o para un animal,

10. informe en público o por interés propio de una ocasión para el uso indebido, la adquisición o la entrega ilícita de estupefaciente <sup>(o de)</sup> facilite tal ocasión a otra persona o incluso la incite al uso indebido de estupefacientes o

11. actúe contrario a un decreto-ley según art. 11. 2. 1

o art. 13. 3. 2. 1.6 3 , con tal de que se refiera a esta disposición penal para un determinado hecho delictivo.

(2) En los casos mencionados en párr. 1, números 1, 2, 5 y 6b también es punible la tentativa.

(3) En casos de extrema gravedad se dictarán penas de privación de libertad de no menos de un año. Como regla general se tratará de un caso de extrema gravedad, cuando el delincuente

1. ejerza lo mencionado en párr. 1, números 1, 4, 5, 6 o 10 de forma profesional,

2. ponga en peligro la salud de varias personas por las actividades mencionadas en párr. 1, números 1, 6 o 7,

3. siendo una persona de más de 21 años de edad, entregue, administre o ponga estupefacientes a la disposición de otra persona menor de 18 años o

4. trafique, posea o entregue estupefacientes en grandes cantidades

(4) Si el delincuente comete una negligencia en los casos descritos en párr. 1, números 1, 2, 5, 6b o 10, se dictará una pena privativa de libertad de hasta un año o una multa.

(5) El tribunal puede prescindir de una pena según párrafos 1, 2 y 4, si el delincuente cultiva, produce, importa, exporta, traspasa <sup>(de otra forma)</sup> compra o adquiere o posee los estupefacientes en cantidades reducidas para su propio uso.

(6) Las disposiciones especificadas en párrafo 1, número 1 también se aplicarán, en cuanto se refieran al tráfico, a la entrega o a la venta, si se trata de actividades con sustancias o preparaciones que no son estupefacientes pero que se hacen pasar por tales.

Artículo 30    Delitos :

(1) Se dictará una pena privativa de libertad de por lo menos dos años contra cualquier persona que

1. cultive, produzca o trafique estupefacientes (véase art. 29, 1.1) sin permiso según art. 3.1.1

actuando en calidad de miembro de un bando que se ha formado con el fin de cometer tales delitos continuamente,

2. actúe de forma profesional a los efectos de art. 29, 3. 3

3. entregue estupefacientes, los administre a otra persona o los deje para el uso inmediato de tal persona causando con esto irresponsablemente su muerte o

4. importe estupefacientes en cantidades considerables sin permiso según art. 3. 1. 1

(2) En casos menos graves se dictarán penas privativas de libertad de entre tres meses y cinco años.

#### Artículo 31 Atenuantes o Exención de Pena

El tribunal puede atenuar la pena a su discreción (véase art.

49. 2 del Código Penal) o incluso prescindir de una pena según art. 29. 1, 2, 4 ó 6 , si el delincuente

1. ha contribuido considerablemente al descubrimiento del delito más allá de su propia parte en el mismo por su declaración voluntaria o

2. ha revelado su conocimiento a las autoridades a tiempo, de modo que se podrá evitar delitos según art. 29. 3 y art. 30. 1

de cuyos proyectos él sabía.

#### Artículo 32 Infracciones

(1) Comete una infracción cualquier persona que a propósito o por razones de negligencia

1. no comunique su participación en el manejo de estupefacientes contrario a lo estipulado en art. 4. 3. 1

2. ponga datos incorrectos o adjunte documentos incorrectos a una solicitud según art. 7,

3. no comunique un cambio inmediatamente o lo haga de forma incorrecta o incompleta, contrario a lo estipulado en art. 8, 3. 1

4. contravenga un encargo a cumplir según art. 9. 2 ,
5. importe o exporte estupefacientes sin permiso contrario a art. 11. 1. 1
6. contravenga un decreto-ley según art. 11. 2. 2. 2 a 4 , art. 12. 4 , art. 13. 3. 2. 2 art. 20. 1 o art. 28. 2 , en cuanto se refiera a esta disposición sobre la <sup>imposición</sup> de multas para determinados tipos delictivos,
7. entregue estupefacientes contrario a lo estipulado en art. 12. 1 o no avise inmediatamente de la entrega o la compra o lo haga incorrecto o incompletamente o no acuse el recibo de estupefacientes contrario a lo estipulado en art. 12. 2 ,
8. no etiquete los estupefacientes conforme a lo prescrito contrario a lo estipulado en art. 14, 1 a 4
9. contravenga un encargo a cumplir según art. 15, frase 2,
10. no destruya los estupefacientes conforme a lo prescrito, no documente la destrucción o no guarde el documento contrario al art. 16. 1 o no envíe los estupefacientes para su destrucción contrario a art. 16, párr. 2, frase 1, también en relación a art. 16.
11. no mantenga el registro, o lo mantenga incorrecto o incompletamente, contrario a lo estipulado en art. 17. 1 ó 2 , o no guarde ni los registros ni las copias de las facturas, contrario a lo estipulado en art. 17. 3 ,
12. no pase los avisos correctamente, completamente o inmediatamente contrario a lo estipulado en art. 18, 1 a 3
13. no cumpla con su deber de tolerancia o de cooperación, contrario

a art. 24. 1 o

14. adjunte estupefacientes a un envío postal aunque tal envío está prohibido por la Convención Postal Universal o por un acuerdo de la Unión Postal Universal. En tal caso el secreto postal según art. 10. 1 de la Ley Fundamental se restringirá para los fines de persecución y castigo de la infracción.

(2) Una infracción puede ser castigada con una multa elevándose hasta los 50 mil marcos alemanes.

(3) Como autoridad administrativa a los efectos de art. 36. 1. 1 de la Ley sobre Infracciones figura la Oficina Federal de Sanidad, en la medida que le corresponde a esta oficina poner la ley en práctica.

#### Artículo 33 Decomiso

Se pueden decomisar objetos relativos a un delito según artículos 29 y 30 o a una infracción según artículo 32. Se aplicarán los artículos 74a del Código Penal y 23 de la Ley sobre Infracciones respectivamente.

#### Artículo 34 Custodia

En los casos descritos en artículo 29. 3 y artículo 30 el tribunal puede dictar custodia (véase artículo 68. 1 del Código Penal).

{ Capítulo Séptimo  
Delincuentes Drogodependientes }

9500095. - 37 -

- 78

Artículo 35 Aplazamiento del Cumplimiento de la Condena

(1) Si una persona ha sido condenada a una pena privativa de libertad de no más de dos años por un delito cometido y si se deduce de los considerandos de la sentencia o si está evidente que la persona en cuestión cometió el delito por su drogodependencia, la autoridad ejecutiva podrá aplazar, con aprobación del tribunal de primera instancia, la ejecución de la pena, de un resto de la pena o el internamiento en un centro de desintoxicación para 2 años como máximo, si el condenado se encuentra a raíz de su dependencia en un tratamiento que fomente su rehabilitación o si promete someterse a tal tratamiento en una fecha determinada. Como tratamiento también se considera la estancia en un establecimiento reconocido por el Estado que sirva a deshabituarse de la droga o de contrarrestar su reincidencia en la delincuencia.

(2) Lo estipulado en párrafo 1 también vale analógicamente, si

1. se ha dictado una pena total de no más de dos años o
2. se ha dictado una pena privativa de libertad o pena total de privación de libertad de más de dos años y un resto de tal pena privativa de libertad o pena total de privación de libertad que queda por cumplir no excede los dos años

y además se han cumplido los requisitos mencionados en el párrafo 1 para la mayor parte de los delitos juzgados.

(3) El condenado está obligado a hacer constar el inicio y la continuación del tratamiento en las fechas determinadas por la autoridad ejecutiva; cada interrupción del tratamiento será comunicada a la autoridad ejecutiva por parte de las personas o los establecimientos que le atienden.

9500095.-<sub>38</sub>

-79-

(4) La autoridad ejecutiva revocará el aplazamiento de la ejecución, si el tratamiento no se ha iniciado o continuado o si el condenado no documenta tal tratamiento según lo estipulado en párrafo 3. Se puede prescindir de tal revocación, si el condenado comprueba posteriormente que se <sup>encuentra</sup> sometido a un tratamiento. Una revocación según frase 1 no impedirá que se aplase de nuevo la ejecución.

(5) Se revocará el aplazamiento de la ejecución también, si

1. al dictar una pena global posteriormente, la ejecución de ésta según párrafo 1 no se aplaza también con referencia a párrafo 2
2. otra pena privativa de libertad o medida de privación de libertad en plan de reforma y de prevención dictada contra el condenado está aun sin cumplir.

(6) Una vez que la autoridad ejecutiva haya revocado el aplazamiento está autorizada a dictar una orden de captura y prisión para que el condenado cumpla la pena privativa de libertad o ingrese en un centro de desintoxicación. Contra la revocación se puede recurrir al tribunal de primera instancia. No se impedirá la ejecución de la pena por el recurso al tribunal. Se aplicará el artículo 462 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal analógicamente.

Artículo 36 Abonos de medidas de rehabilitación y libertad condicional

(1) Una vez que se haya aplazado la ejecución de la pena y el condenado se haya sometido a un tratamiento en un establecimiento reconocido por el Estado, en el cual la libertad configuradora de la vida está restringida considerablemente, se le abonará el tiempo

- 80 -

9500095. - 39 -

documentado de su estancia en este establecimiento hasta que, incluyendo el abono, haya cumplido las dos terceras partes de su pena. El tribunal decidirá sobre el abono al mismo tiempo que sobre su aprobación según art. 35. 1 . Si con el abono se han cumplido las dos terceras partes de la pena o si aun antes ya no hace falta tratar al condenado en el establecimiento, el tribunal concederá la remisión condicional del resto de la pena, cuando se pueda asumir la responsabilidad de someter al condenado a prueba para ver si ya no comete ningún delito más.

(2) Cuando se ha aplazado la ejecución de la pena y el condenado se ha sometido a un tratamiento diferente del determinado en el párrafo 1 contra su dependencia, el tribunal concede la remisión condicional de la pena privativa de libertad o del resto de la pena cuando se pueda asumir la responsabilidad de someter al condenado a prueba para ver si ya no comete ningún delito más.

(3) Si el condenado después de haber cometido el delito se ha sometido a un tratamiento de su dependencia, el tribunal puede dictar, si no se cumplen los requisitos mencionados en párrafo 1, frase que el tiempo del tratamiento se abone total o parcialmente en la pena, si esto parece adecuado considerando los requisitos que el condenado había tenido que cumplir durante el tratamiento.

(4) Los artículos 56a hasta 56g del Código Penal valen analógicamente.

(5) El tribunal de la primera instancia tomará las decisiones según párrafos 1 a 3 sin vista de la causa dictando un auto. Tendrá que oír a la autoridad ejecutiva, al condenado y a las personas o representantes de los establecimientos que le atienden. Es posible presentar recurso inmediato contra las decisiones. Para las deci-



siones según párr. 1, frase 3 y según párr. 2 se aplicará el artículo 454, 3, de la Ley de Enjuiciamiento Criminal analógicamente mientras que el tribunal explicará la remisión condicional del resto de la pena.

Artículo 37 Renuncia a la Persecución Penal

(1) Si existe la sospecha<sup>de</sup> que el inculcado haya cometido un delito a raíz de su drogodependencia y no es de esperar que la pena privativa de libertad dictada exceda los dos años, el ministerio fiscal con aprobación del tribunal responsable para la apertura del plenario puede prescindir de momento de presentar la acción pública, si el inculcado comprueba que desde hace por lo menos tres meses está sometido a un tratamiento tal como queda descrito en el artículo 35. 1 y se prevé su reinserción social. El ministerio fiscal determina las fechas en las que el inculcado tendrá que documentar la continuación del tratamiento. El procedimiento seguirá, si

1. no se continua el tratamiento hasta su final previsto,
2. el inculcado no presenta la documentación exigida en frase 2,
3. el inculcado comete un delito manifestando de esta forma que no ha cumplido los requisitos en los cuales se basaba la renuncia a la acción pública, o
4. se prevé una pena privativa de libertad de más de dos años a causa de nuevos hechos o pruebas.

En los casos a los que se refiere la frase 3, números 1 y 2, se puede prescindir de seguir el procedimiento, si el inculcado comprueba posteriormente que sigue sometido a tratamiento. Ya no se puede perseguir el delito, si no va a seguir el procedimiento en

un plazo de 4 años.

(2) Una vez presentada la acción pública, el tribunal podrá sobreseer el procedimiento temporalmente hasta el final del plenario, durante el cual se pueden verificar por última vez los reales hechos constatados. Se toma la decisión mediante auto irrevocable. Vale el párrafo 1, frase 2 a 5, analógicamente. También la constatación de que no seguirá el procedimiento (véase párrafo 1, frase es irrevocable.

(3) Las regulaciones determinadas en art. 172. 2. 3

y art. 467. 5 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal referente a art. 153a de la misma Ley valen analógicamente.

Artículo 38 Menores y Adolescentes

(1) Si se dicta una pena para menores, se aplicarán los artículos 35 y 36 mutatis mutandis. En el caso de una pena juvenil de duración indefinida la aplicación de los artículos 35 y 36 se sujeta a la duración máxima de la pena. Aparte de la promesa del menor según art. 35, 1. 1, también hace falta el consentimiento del educador y del representante legal. En un caso del art. 35. 6. 2, se aplicará mutatis mutandis el artículo 83. 2. 1 y 83. 3. 2 de la Ley de Tribunales de Menores. Por derogación del artículo 36. 4, analógicamente valen los artículos 22 a 26a de la Ley de Tribunales de Menores. Para tomar decisiones según artículo 36. 1. 3 y 36.1.2., aparte del artículo 454. 3 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal deben ser aplicados supletoriamente los artículos 58, 59. 2 a 4 y artículo 60 de la Ley de Tribunales de Menores.

-83-

9500095-

-42-

(2) El artículo 37 mutatis mutandis también vale para menores y adolescentes.

#### Capítulo Octavo

#### Disposiciones Transitorias y Finales

##### Artículo 39 Permisos mantenidos en vigencia

(1) Un permiso concedido según art. 3. 1 y 3. 2 en la versión vigente hasta el 31 de diciembre de 1981, <sup>que</sup> siguió vigente en esa fecha, seguirá vigente en todo su alcance como permiso a efectos del art. 3. 1. 1, hasta la fecha de caducación puesta como máximo hasta el 31 de diciembre de 1984. Una excepción concedida según art. 9, frase 2, en la versión vigente hasta el 31 de diciembre de 1981, seguirá vigente en todo su alcance como permiso excepcional a efectos del art. 3. 2 hasta la fecha de caducación constatada, como máximo hasta el 31 de diciembre de 1985.

(2) El artículo 10 vale analógicamente. Hay que revocar un permiso vigente hasta una fecha posterior, si no se han cumplido los requisitos mencionados en art. 5. 1. 1 y 2 en relación con el artículo 6 hasta el 1 de enero de 1985.

##### Artículo 40 Manejo de Estupefacientes Nuevos y Preparaciones Excluidas de la presente Ley

(1) Cualquier persona que a partir del 1 de enero de 1982 participe en el manejo de estupefacientes (véase art. 3. 1. 1) no considerados como tales hasta esa fecha, o en el manejo de preparaciones excluidas de la presente ley (véase art. 3. 1. 2) quedará autorizada a hacerlo hasta el 31 de marzo de 1982.

- 84 -

9500095 - 45

Si solicita un permiso según art. 3. 1 antes del 1 de abril de 1982, se prolongará tal autorización hasta la denegación irrevocable o firme de la solicitud.

(2) Quien como portador de un permiso según párr. 1 guarde estupefacientes allí mencionados en la fecha del 1 de enero de 1982, está obligado a

1. avisar a la Oficina Federal de Sanidad sobre los tipos y las cantidades de tales estupefacientes,
2. entregar estos estupefacientes a un portador de un permiso según art. 3. 1, al dueño de una farmacia o de un botiquín veterinario o a venderlos, si no quiere solicitar un permiso según art. 3. 1

hasta el 31 de marzo de 1982.

Cualquier persona que adquiere estupefacientes según frase 1, núm. 2, tendrá que avisar a la Oficina Federal de Sanidad hasta el 30 de junio de 1982 sobre el entregador así como sobre los tipos y las cantidades de los estupefacientes adquiridos.

(3) Si los estupefacientes mencionados en párr. 1 están embalados para su entrega a los consumidores sin que el embalaje cumpla los requisitos mencionados en art. 14, se podrán entregar en tales embalajes hasta el 31 de diciembre de 1983.

(4) Si los estupefacientes mencionados en párr. 1 no están guardados y asegurados de la manera exigida en art. 15, hasta el 31 de diciembre de 1983 se puede seguir guardándolos de la manera permitida hasta la fecha. Frase 1 no vale para los depósitos en farmacias, en botiquines veterinarios y en buques mercantes.

- 85 -

9500095

(5) Para las preparaciones no excluidas de la presente ley mencionadas en el anexo III, parte B, que antes del 1 de enero de 1982 no se consideraron como estupefacientes, seguirán vigentes las disposiciones para preparaciones excluidas de la presente ley del anexo III, parte B, hasta el 31 de diciembre de 1983.

Artículo 40a Manejo de otros Estupefacientes Nuevos y de Preparaciones excluidas de la presente Ley

(1) Cualquier persona que el 31 de julio de 1986 participe en el manejo de estupefacientes (véase art. 3. 1. 2 ) con las sustancias mencionadas a continuación, sus isómeros, ésteres, éteres, enlaces moleculares y sales:

- |                    |                    |                 |
|--------------------|--------------------|-----------------|
| 1. alprazolam      | 13. ethyloflazepat | 25. nimetazepam |
| 2. bromazepam      | 14. fenetyllin     | 26. nitrazepam  |
| 3. camazepam       | 15. fludiazepam    | 27. nordazepam  |
| 4. clordiacetóxido | 16. flunitrazepam  | 28. oxazepam    |
| 5. clobazam        | 17. flurazepam     | 29. oxazolam    |
| 6. clonazepam      | 18. halazepam      | 30. pinazepam   |
| 7. clorazepat      | 19. haloxazolam    | 31. prazepam    |
| 8. clotiazepam     | 20. ketazolam      | 32. temazepam   |
| 9. cloxazolam      | 21. loprazolam     | 33. tetrazepam  |
| 10. delorazepam    | 22. lorazepam      | 34. triazolam   |
| 11. diazepam       | 23. lormetazepam   |                 |
| 12. estazolam      | 24. medazepam      |                 |

o produzca preparaciones excluidas de la presente ley (véase art. 3. 1. 2 ), quedará autorizada a hacerlo hasta el 31 de octubre de 1986. Al solicitar antes del 1 de noviembre de 1986 un permiso según art. 3. 1 se prolongará su autorización

hasta la denegación irrevocable o firme de la solicitud. El autorizado según frases 1 ó 2 estará obligado a respetar todas las disposiciones de esta ley y de los decretos complementarios promulgados al igual que un portador de un permiso, a partir de la puesta en vigor de este decreto.

(2) Si los estupefacientes mencionados en párr. 1 están embalados para su entrega a los consumidores, sin que el embalaje cumpla los requisitos del art. 14, se podrán entregar en tales embalajes hasta el 30 de junio de 1987.

(3) Si los estupefacientes mencionados en párr. 1 no están guardados y asegurados de la manera exigida en art. 15, se podrá seguir guardándolos de la manera permitida hasta la fecha hasta el 30 de junio de 1987. Lo dicho en frase 1 no está vigente para los depósitos en farmacias, botiquines veterinarios y en buques mercantes.

#### Artículo 41 Cláusula de Berlín

Conforme al artículo 13. 1 de la Tercera Ley Transitoria esta presente ley también tendrá vigencia en el land (estado federado) de Berlín. Futuros decretos-ley promulgados a base de esta ley tendrán vigor en el land de Berlín según el artículo 14 de la Tercera Ley Transitoria.

Anexo I (referente a art. 1, párr. 1)

(estupefacientes no manejables)

en su versión del 23 de julio de 1986

acetorfin  
acetildihidrocodeína  
acetilmetadol  
allilprodina  
alfacetilmetadol(o)  
alfameprodina  
alfametadol(o)  
alfaprodina  
anileridina  
bencetidina  
benzofetamina  
bencilmorfina  
betacetilmetadol(o)  
betameprodina  
betametadol(o)  
betaprodina  
becitramida  
cannabis (marihuana)

plantas y partes de las plantas pertenecientes a la especie de cannabis, a excepción de

- a) sus semillas
- b) aquellas plantadas como franja de protección a los cultivos de remolacha y destruidas antes de echar flores o
- c) que el manejo de ellas (aparte del cultivo) sirva para la producción o el procesamiento de fibras para fines industriales;

resina de cannabis  
(hachís)

la resina separada obtenida de las plantas pertenecientes a la especie de cannabis

catinon  
clonitaceno  
N-oxicodeína  
codoxima

-88-

9500095. - 47 -

desomorfin  
diamorfina (heroína)  
diapromida  
dietiltiambuteno  
dietiltriptamina (DET)  
dimenoxadol  
dimefeptano  
dimetoxianfetamina  
dimetoxibromoanfetamina (DOB)  
dimetoxi etilanfetamina (DET)  
dimetoximetilanfetamina (DOM)  
dimetilheptilpirano (DMHP)  
demitiltiambuteno  
dimetiltriptamina (DMT)  
butirato de dioxafetilo  
dipipanona  
drotebanol  
etilmetiltiambuteno  
etilpiperidilbencilato  
eticiclidina  
etonitaceno  
etoxeridina  
furetidina  
hidromorfinol  
hidroxipetidina  
lefetamina (SPA)  
levometorfán  
levofenacilmorfán  
lisergida (LSD)  
meclocualona  
mescalina  
metazocina  
metoxianfetamina  
metoximetilenodioxianfetamina (MDA),  
metildesorfina  
metilenodioxianfetamina (MDA)  
metilenodioximetanfetamina (MDMA)  
metildihidromorfina



metilpiperidilbencilato  
metorpón  
morferidina  
N-oximorfina  
mirofina  
nicomorfina  
noracimetadol  
norcodeína  
norlevofanol  
normorfina  
norpipanona  
oximorfona  
parahexilo  
fenadoxona  
fenampromida  
fenazocina  
fenciclidina  
fenomorfán  
fenoperidina  
piminodina  
proheptacina  
properidina  
psilocina  
psilocina-(eth)  
psilocibina  
psilocibina-(eth)  
racemeterfán  
roliciclidina  
sufentanil  
tenociclidina  
tetrahidrocannabinol  
trimeperidina  
trimetoxianfetamina (TMA)

- los isómeros de las sustancias mencionadas en este anexo, si no están específicamente excluidas y la existencia de tales isómeros en el término químico determinado es posible;

- los ésteres, éteres y composiciones moleculares de las sustancias

cionadas en este anexo, si no figuran en otro de los anexos y si la existencia de tales ésteres, éteres y composiciones moleculares posible;

- las sales de las sustancias mencionadas en este anexo, si la existencia de tales sales es posible;

- las preparaciones de las sustancias mencionadas en este anexo, si no

para  
a) sirven fines exclusivamente diagnósticos o analíticos, sin ser aplicadas en el cuerpo humano o en un animal, y si su contenido de uno o varios estupefacientes no excede un 0,001 por ciento respectivamente o

b) están específicamente excluidas.

Anexo II (referente a art. 1, párr. 1)

(estupefacientes manejables pero no prescriptibles)

en su versión del 23 de julio de 1986

cetobemidona

codeína

- excluyendo preparaciones que sin contener otra sustancia incluida en los anexos I - II (con excepción de amobarbital, barbital, ciclobarbital, etilmorfina, meprobamato, metilfenobarbital, pentobarbital, fenobarbital, sécorbarbital) contengan hasta un 2,5 por ciento de codeína como base o hasta 100 miligramos por unidad

hojas de coca

hojas de plantas pertenecientes a la familia de eritroxilum (erythroxylum)

dexanfetamina

dextropropoxifeno

- excluyendo preparaciones que sin contener otra sustancia incluida en los anexos I - II contengan, aplicadas oralmente, hasta un 2,5 por ciento de dextropropoxifeno o hasta 135 miligramos por unidad como base

difenoxina

- excluyendo preparaciones que sin contener otra sustancia incluida en los anexos I - II contengan hasta 0,5 miligramos de difenoxina por unidad y con referenci a esta cantidad un mínimo de 0,5 por ciento de sulfato de atropina

dihidrocodeína

- excluyendo preparaciones que sin contener otra sustancia incluida en los anexos I - II (con excepción de barbital) contengan hasta un 2,5 por ciento de dihidrocodeína como base o hasta 100 miligramos por unidad

dihidromorfina

9500095 - 51 -

dihidrotebafina

difenoxilato

excluyendo preparaciones que sin contener otra sustancia incluida en los anexos I - III contengan hasta 2.5 miligramos de difenoxilato por unidad y con referencia a esta cantidad un mínimo de un 1 por ciento de sulfato de atropina

ecgonina

etilmorfina

excluyendo preparaciones que sin contener otra de las sustancias incluidas en los anexos I - III (con excepción de la codeína) contenga hasta un 2,5 por ciento de etilmorfina o hasta 100 miligramos de la misma por unidad como base

isometadona

levoanfetamina

levomoramida

levorfanol

metadona

intermediario de  
la metadona (premetadona)

concentrado de paja = el material que se obtiene procesando plantas de adormidera y partes de las mismas pertenecientes a la familia de papaver somniferum para concentrar los alcaloides

intermediario de la  
moramida (premoramida)

nicocodina

nicodicodina

papaver bracteatum plantas y partes de las mismas con excepción de las semillas que pertenecen a la familia de papaver bracteatum - excluyendo las que se usa como plantas de ornamento

intermediario A de la petidina (prepetidina)

intermediario B de la petidina (norpetidina)

intermediario C de la petidina (ácido de petidina)

fendimetracina

folcodina

excluyendo preparaciones que sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III contengan hasta un 2,5 por ciento de folcodina o hasta 100 miligramos de la misma por unidad como base

propiramo

excluyendo preparaciones que sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III contengan hasta 100 miligramos de propiramo y por lo menos la misma cantidad de celulosa metilica

racemorfan

racemoramida

tetrahidrotebaína

tebacón

tebaína

- los isómeros de las sustancias mencionadas en este anexo, si no están específicamente excluidas y la existencia de tales isómeros en el término químico determinado es posible;

- los ésteres, éteres y <sup>(composiciones)</sup> moleculares de las sustancias mencionadas en este anexo, si no figuran en otro de los anexos y si la existencia de tales ésteres, éteres y composiciones moleculares es posible;

- las sales de las sustancias mencionadas en este anexo, si la existencia de tales sales es posible;

- las preparaciones de las sustancias mencionadas en este anexo, si no

a) <sup>(para)</sup> sirven fines exclusivamente diagnósticos o analíticos, sin ser aplicadas en el cuerpo humano o en un animal, y si su contenido de uno o varios estupefacientes no excede un 0,001 por ciento respectivamente o

b) están específicamente excluidas.

Anexo III (referente a art. 1, párr. 1)

(estupefacientes manejables y prescriptibles)

en su versión del 23 de julio de 1986

Parte A

(de la Convención Unica sobre Estupefacientes de 1961 y de la lista del anexo II del Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas de 1971)

alfentanil

anfetamina

buprenorfina

cocaína

dextromoramida

etorfina

fenetilin

fentanil

hidrocodona

hidromorfona

levometadona

metanfetamina

metacualona

metilfenidato

morfina

nabilona

normetadona

opio

el latex coagulado de las plantas pertenecientes a la familia papaver somniferum

- excluyendo las preparaciones producidas según un procedimiento homeopático, sobre todo según los procesos contenidos en la parte homeopática de la farmacopea, si la concentración final no excede la sexta potencia decimal

• oxicodona

• papaver somniferum  
(amapola adormidera)

plantas y partes de las mismas, con excepción de las semillas, pertenecientes a la familia papaver somniferum

- excluyendo las plantas y partes de las mismas que se usan en plan de ornamento (p.e. la paja de la adormidera), si la morfina contenida en ellas les había sido sacada según un procedimiento autorizado por la Oficina Federal de Sanidad; en este caso las disposiciones correspondientes de la Ley sobre el Manejo de Estupefacientes sólo se aplicarán a la importación, la exportación y el tránsito

- excluyendo las preparaciones producidas según un procedimiento homeopático, sobre todo según un proceso contenido en la parte homeopática de la farmacopea, si la concentración final no excede la cuarta potencia decimal

petidina

fenmetrazin

piritramida

tilidina

- excluyendo preparaciones que sin contener otra de las sustancias incluidas en los anexos I - III contengan hasta 615 miligramos de tilidina por unidad como base y con referencia a esta cantidad por lo menos un 7,5 por ciento de hidrocloreuro de nalaxona. Para estas preparaciones hay que respetar, sin embargo, las disposiciones vigentes para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.



Parte B

(de la lista del anexo III del Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas de 1971)

amobarbital

- excluyendo las preparaciones que sin contenga otra de las sustancias incluidas en anexos I - III (con excepción de la codeína)

a) contengan hasta 100 miligramos de amobarbital por unidad o

b) junto con otra sustancia incluida en anexo I partes B o C, no contengan cantidad mayor de estupefacientes que la cantidad menor establecida para una de las sustancias (con excepción de la codeína) utilizadas para las preparaciones excluidas.

Para la importación, la exportación y el tránsito de tales preparaciones hay que respetar las disposiciones <sup>legales</sup> sobre el manejo de estupefacientes.

ciclobarbital

- excluyendo las preparaciones que sin contenga otra de las sustancias incluidas en anexos I - III (con excepción de la codeína)

a) contengan hasta 200 miligramos de ciclobarbital por unidad o

b) junto con otra sustancia incluida en anexo partes B o C, no contengan cantidad mayor de estupefacientes que la cantidad menor establecida para una de las sustancias (con excepción de la codeína) utilizadas en las preparaciones excluidas de la presente ley.

Para la importación, la exportación y el tránsito de tales preparaciones tendrán que respetarse las disposiciones legales sobre el manejo de estupefacientes.

glutetimida

- excluyendo preparaciones que sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III

a) contengan hasta 250 miligramos de glutetimida por unidad o

b) junto con otra sustancia de las mencionadas en anexo III, partes B o C, no contengan estupefacientes en cantidades mayores que la menor cantidad establecida para una de las dos a utilizar en preparaciones excluidas de la presente ley.

Para tales preparaciones habrá que respetar las disposiciones vigentes para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

pentazocina

pentobarbital

secobarbital

- excluyendo preparaciones que sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III (con excepción de la codeína)

a) contengan hasta 120 miligramos de secobarbital por unidad o

b) junto con otra sustancia de las mencionadas en anexo III, partes B o C, no contenga estupefacientes en cantidades mayores que la menor cantidad establecida para una de las dos (exceptuando la codeína) a utilizar en preparaciones excluidas de la presente ley.

Para tales preparaciones habrá que respetar las disposiciones vigentes para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

Parte C

(de la lista del anexo VI del Convenio sobre Sustancias Psicotrópicas de 1971)

alprazolam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III, contengan hasta 1 milígramo de alprazolam por unidad. Para tales preparaciones seguirán vigentes las disposiciones legales sobre la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

anfepramona

- excluyendo preparaciones sin acción retardada que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 25 miligramos de anfepramona por unidad y en preparaciones con acción retardatriz hasta 75 miligramos.

barbital

- excluyendo preparaciones que sirven exclusivamente para fines diagnósticos o analíticos, sin ser aplicadas en el cuerpo humano o en un animal y que contengan hasta 25 miligramos de barbital o barbital sódico o una mezcla de estas dos sustancias.

bromazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 12 miligramos de bromazepam por unidad. Para estas preparaciones seguirán vigentes las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

camazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 20 miligramos de camazepam por unidad. Para estas preparaciones seguirán vigentes las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

9500095. -59

clordiazepóxido

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III, contengan hasta 40 miligramos de clordiazepóxido por unidad.

Para estas preparaciones seguirán vigentes las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

clobazán

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III, contengan hasta 30 miligramos de clobazán por unidad.

Para estas preparaciones seguirán vigentes las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

clonazepam

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III, contengan hasta un 0,25 por ciento de clonazepam en solución de goteo, pero no excediendo los 250 miligramos por paquete o hasta 2 miligramos por unidad.

Para estas preparaciones seguirán vigentes las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

cloracepato

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias incluidas en anexos I - III, contengan hasta 50 miligramos de cloracepato dipotásico por unidad

y hasta 100 miligramos como sustancia seca exclusivamente para la aplicación parenteral. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

clotiazepán

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 20 miligramos de clotiazepán por unidad.

Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

clonazepam

delorazepam

diazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta un 1 por ciento de diazepam como jarabe o solución de goteo no excediendo, sin embargo, los 250 miligramos por paquete, o hasta 20 miligramos por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

estazolam

etclorvinol

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III contengan hasta 250 miligramos de etclorvinol por unidad.

etinamato

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 500 miligramos de etinamato por unidad.

loflazepato de etilo

fludiazepam

flunitrazepam

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 2 miligramos de flunitrazepam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

- lormetazepam - excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 2 miligramos de lormetazepam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.
- mazindol - excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 1 miligramo de mazindol
- medazepam - excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 10 miligramos de medazepam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.
- meprobamato - excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III (con excepción de la codeína), contenga  
a) hasta 500 miligramos de meprobamato por unidad o  
b) junto con otra sustancia de anexo III, partes B o C, no más estupefacientes que la cantidad menor fijada para una de las sustancias (con excepción de la codeína) utilizadas en preparaciones excluidas de la presente ley.
- metilfenobarbital - excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III (con excepción de la codeína), contenga  
a) hasta 200 miligramos de metilfenobarbital por unidad o  
b) junto con otra sustancia de anexo III, partes B o C, no más estupefacientes que la cantidad menor fijada para una de las sustan-

flurazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 30 miligramos de flurazepam por unidad . Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

halazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 120 miligramos de halazepam por unidad .. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

haloxazolam

ketazolam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 45 miligramos de ketazolam por unidad . Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

loprazolam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 2,5 miligramos de loprazolam por unidad . Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

lorazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 2,5 miligramos de lorazepam por unidad . Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

cias ( con excepción de la codeína) utilizadas en preparaciones excluidas de la presente ley.

met. iprilona

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - II contenga hasta 200 miligramos de met. iprilona por unidad.

nimetazepam

nitrazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - II contengan hasta un 0,5 por ciento en solución de goteo, no excediendo, sin embargo, los 250 miligramos de nitrazepam en cada paquete, o hasta 10 miligramos por unidad.

Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y tránsito de estupefacientes.

nordazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - II contengan hasta un 0,5 por ciento de nordazepam en soluciones de goteo, no excediendo, sin embargo, los 150 miligramos en cada paquete, o hasta 15 miligramos por unidad.

Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y tránsito de estupefacientes.

oxazepam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - II contengan hasta 50 miligramos de oxazepam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

oxazolam

- excluyendo preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - II contengan hasta 20 miligramos de oxazolam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.



ción, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

fenobarbital

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III (con excepción de la codeína), contengan:
  - a) hasta un 10 por ciento o hasta 300 miligramos de fenobarbital por unidad o
  - b) junto con otra sustancia de anexo III, parte B o C, no más estupefacientes que la cantidad menor fijada para una de las sustancias (con excepción de la codeína) utilizadas en preparaciones excluidas de la presente ley.

fentermina

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 16 miligramos de fentermina por unidad.

pinazepam

prazepam

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 20 miligramos de prazepam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

pipradol

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 1,5 miligramos de pipradol por unidad ..

temazepam

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 20 miligramos de temazepam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de los estupefacientes.

tetrazepam

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 50 miligramos de tetrazepam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

triazolam

- excluyendo las preparaciones que, sin contener otra de las sustancias mencionadas en anexos I - III, contengan hasta 1 miligramo de triazolam por unidad. Para estas preparaciones rigen las disposiciones legales para la importación, la exportación y el tránsito de estupefacientes.

- los isómeros de las sustancias incluidas en este anexo, si no están específicamente excluidas y la existencia de tales isómeros en el término químico determinado es posible;
- los ésteres, éteres y <sup>composiciones</sup> moleculares de las sustancias incluidas en este anexo, si no figuran en otro de los anexos y si la existencia de tales ésteres, éteres y <sup>composiciones</sup> moleculares es posible;
- las sales de las sustancias incluidas en este anexo, si la existencia de tales sales es posible;
- las preparaciones de las sustancias incluidas en este anexo, si no
  - a) sirven para fines exclusivamente diagnósticos o analíticos, sin ser aplicadas en el cuerpo humano o en un animal, y si su contenido de uno o varios estupefacientes no excede un 0,001 por ciento respectivamente o
  - b) están específicamente excluidas.

9500095.

-107-

#### ANOREXIGENOS

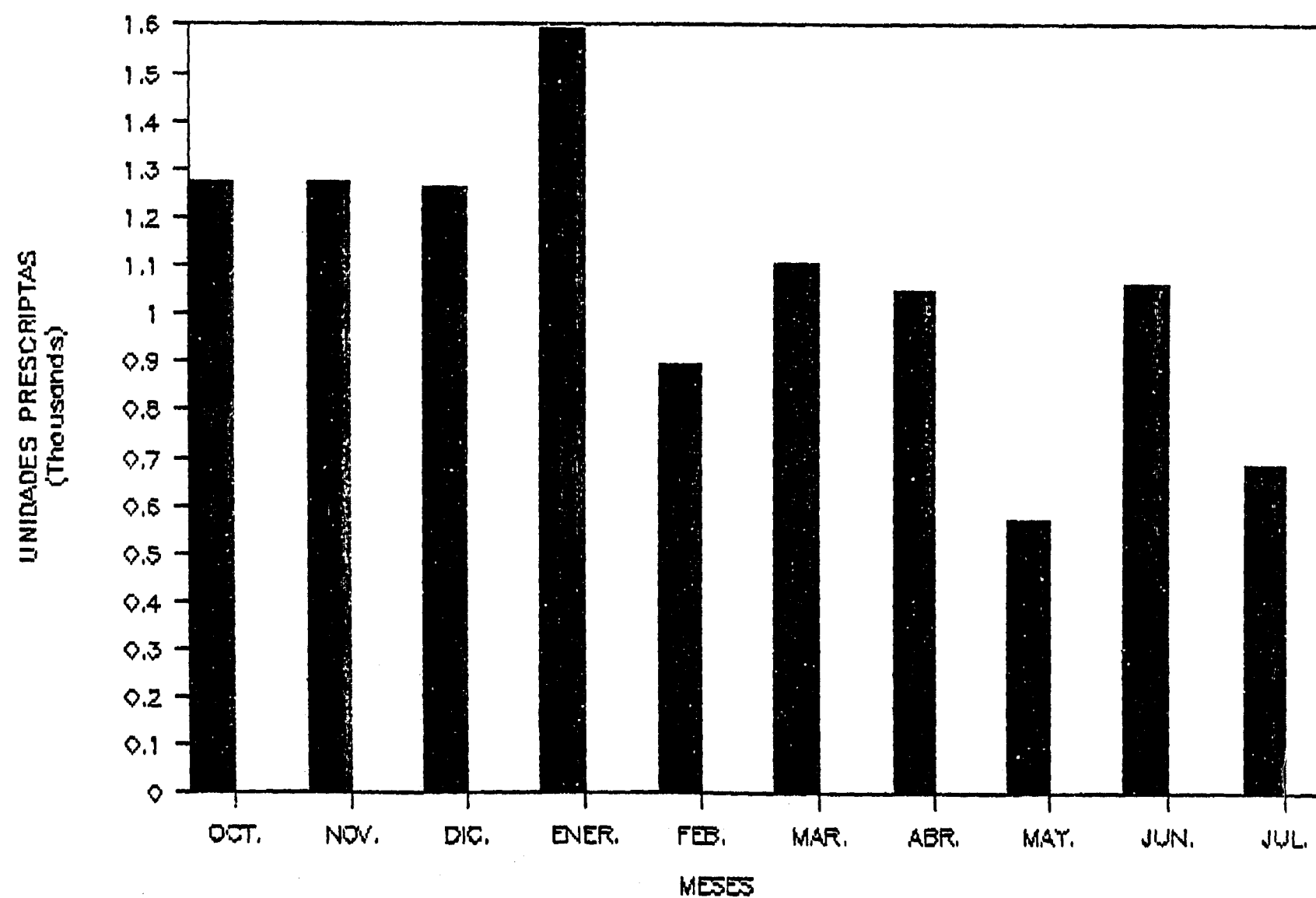
Anteriormente se hizo mención a que en general se tuvo una disminución en el consumo de Anorexígenos. Por ejemplo se mencionó que la Fenmetracina se había discontinuado en la mayoría de las especialidades y que la única que quedaba en plaza iba a sufrir una discontinuidad temporaria por no disponerse de materia prima.

Debido a éste hecho el mismo Laboratorio dispone de una especialidad, donde cada comprimido de liberación prolongada contiene 50 mg. de Clorhidrato de Fenilpropanolamina y esta indicada como coadyuvante en tratamientos médicos de la obesidad.

Cuando se dictó la Ordenanza Nº 1/88 dicho principio activo no quedó incluido en el régimen de que la especialidad que lo contuviera fuera prescrita en receta triplicada; por lo que se ha hecho un seguimiento al movimiento en plaza, no tomándose hasta el momento una resolución en cuanto al cambio de recetario para su prescripción.

Año	Mes	Unidades Prescriptas
1992	Octubre	1275
1992	Noviembre	1275
1992	Diciembre	1265
1993	Enero	1590
1993	Febrero	895
1993	Marzo	1105
1993	Abril	1046
1993	Mayo	571
1993	Junio	1062
1993	Julio	688

# FENILPROPANOLAMINA CLORHIDRATO



9500095

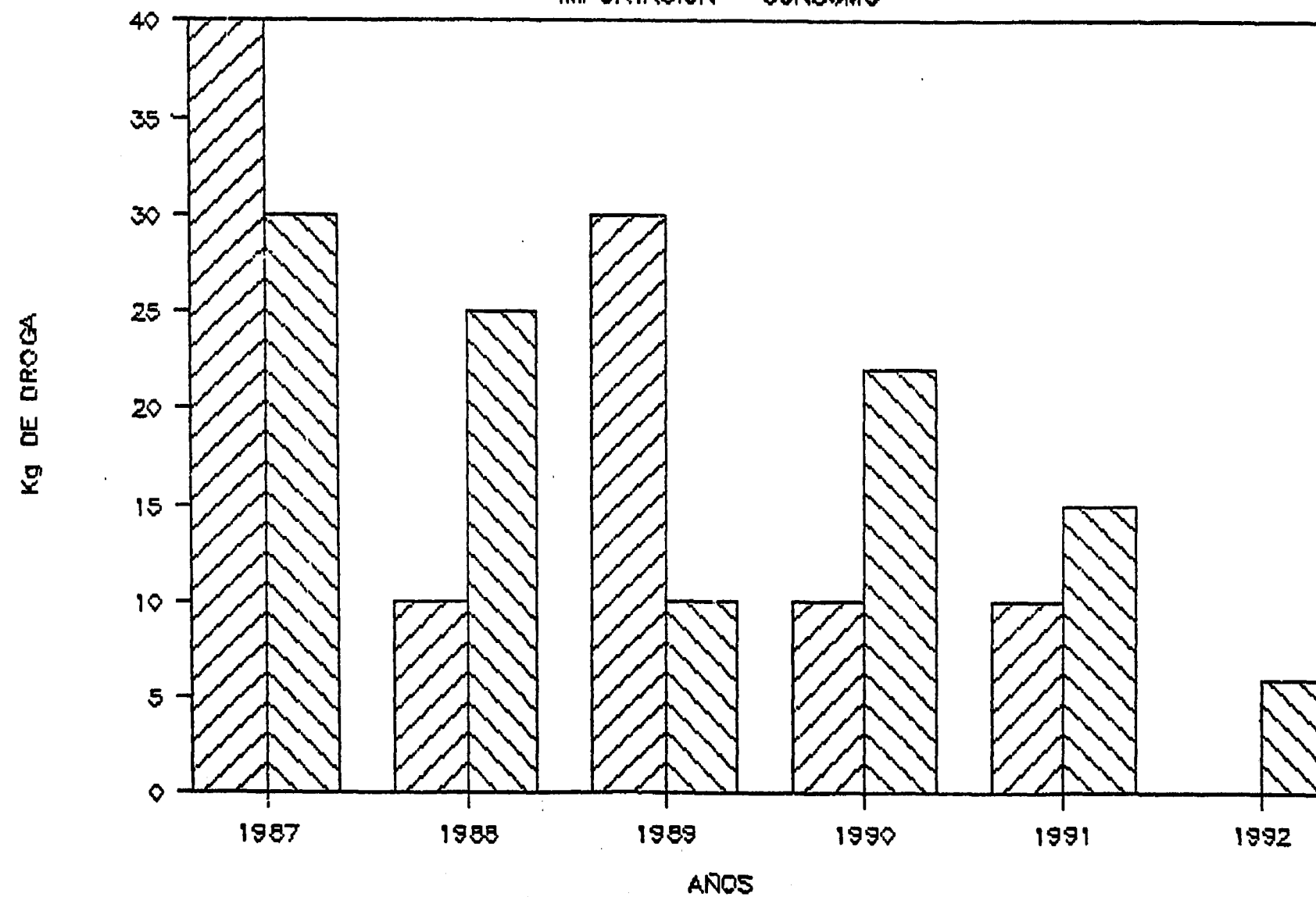
- 109 -

109

9500095

# FENMETRACINA

IMPORTACION - CONSUMO



9500095.

1-110-

110

9500095

### Fenproporex

Se mantienen dos especialidades

### Elepsin

Cada comprimido contiene Clorhidrato de Fenproporex 12 mg. equivalente a 10 mg. de base, indicado en todas las formas de obesidad.

Estimula el centro de la saciedad hipotalámica por lo que, disminuye la ingesta de alimentos. Por su escasa repercusión cardiovascular puede utilizarse en hipertensos y/o cardíopatas.

Su movimiento es el siguiente:

Año	Mes	Unidades prescriptas
1992	Octubre	457
1992	Noviembre	559
1992	Diciembre	465
1993	Enero	414
1993	Febrero	546
1993	Marzo	198
1993	Abril	444
1993	Mayo	425
1993	Junio	328
1993	Julio	542

### Digur

Fenproporex base 23 mg., excipiente en microgránulos, de acción prolongada.

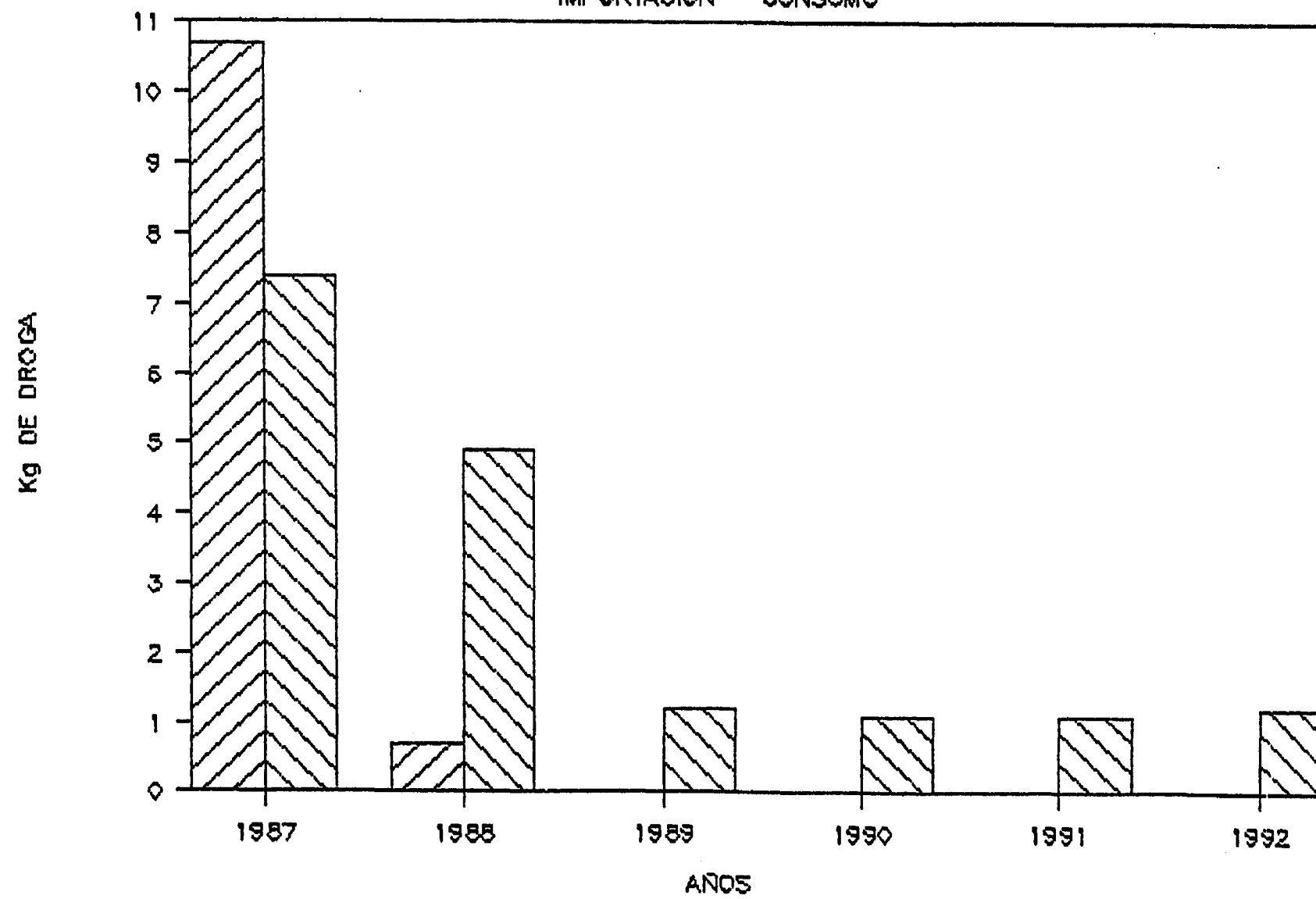
Actúa como depresor del apetito ejerciendo su acción en forma selectiva sobre la estructura hipotalámica sin provocar excitación cortical.

Como lipolítico activando la movilización y combustión de las grasas fundamentalmente de las de reserva sin interferir en el resto de los otros metabolismos.

111- 9500095.

# FENPROPOREX

IMPORTACION - CONSUMO

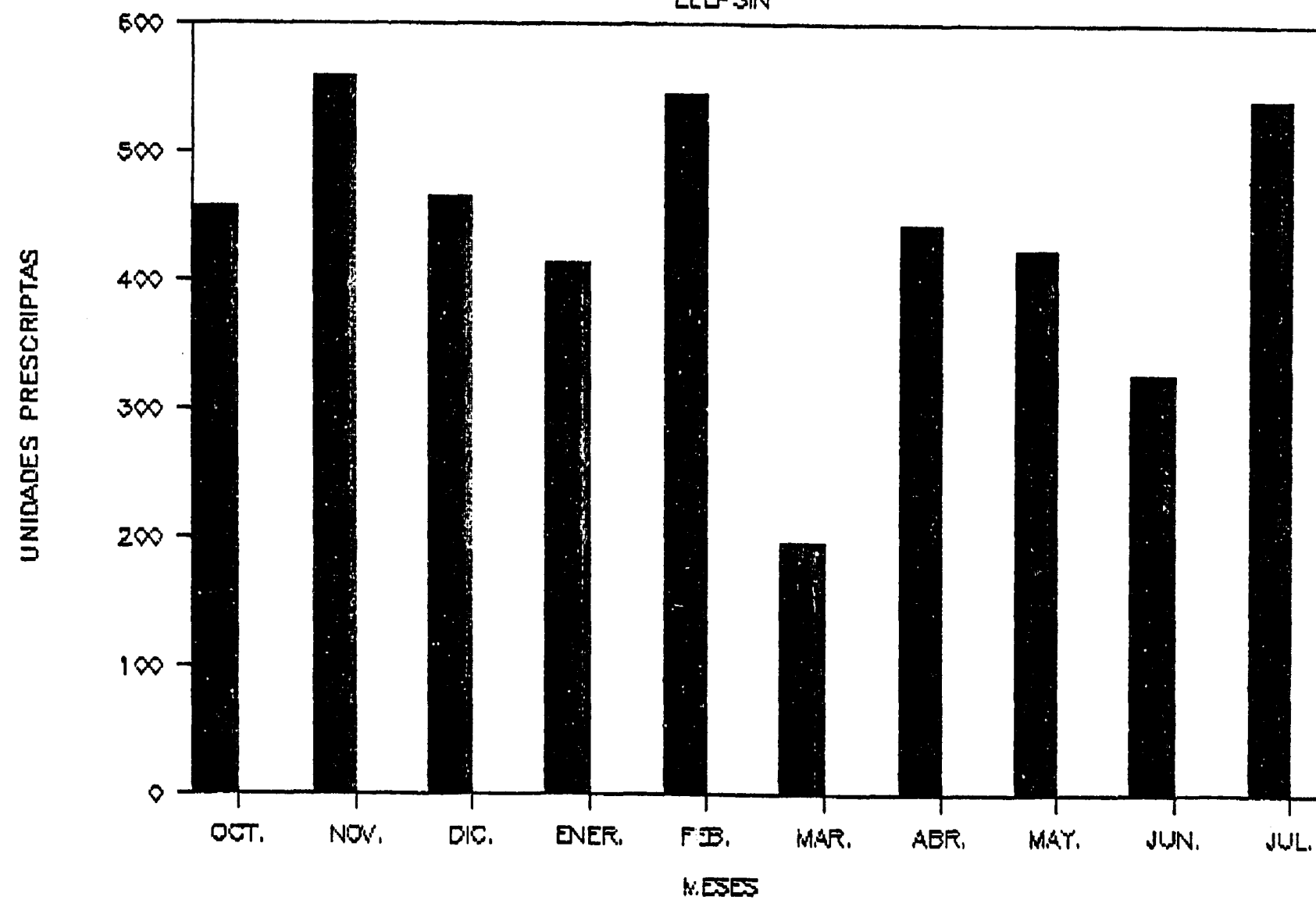


- 142 -

9500095.

# FENPROPOREX

ELEPSIN

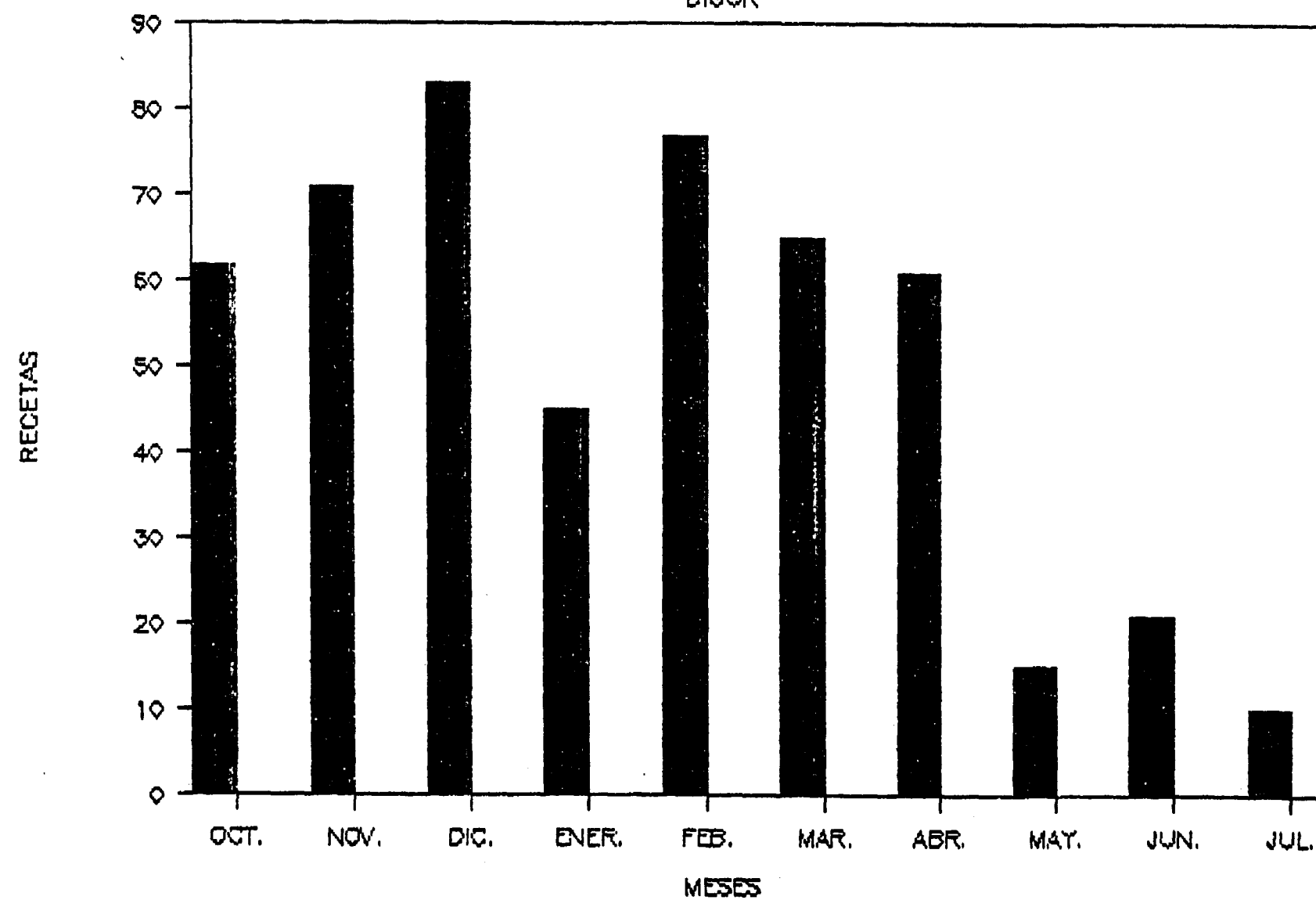


844-113

9500095.



FENPROPOREX  
DIGUR



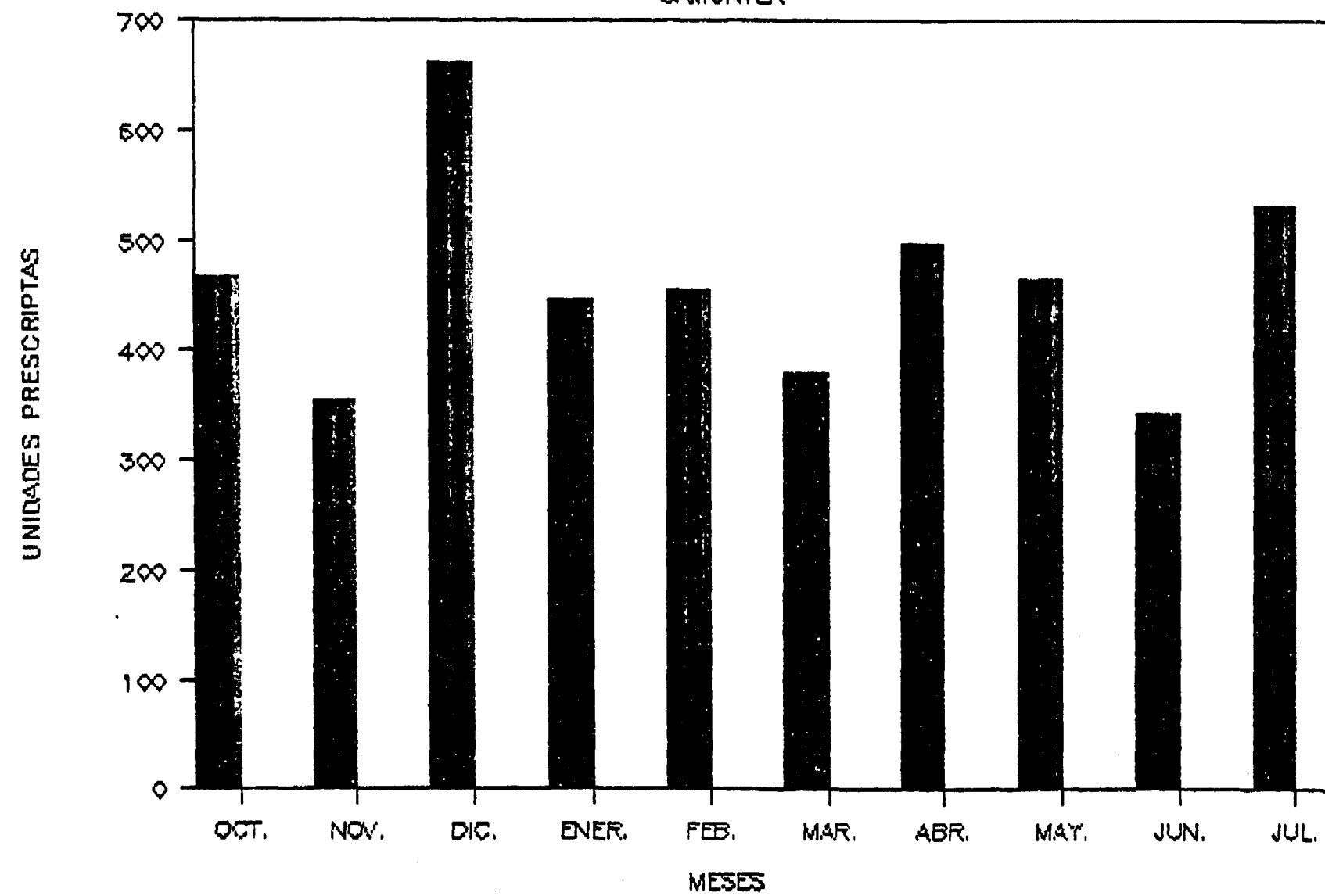
9500095-

- 114 -

114

9500095

MAZINDOL  
SAMONTER



-145-

9500095.

Su movimiento es el siguiente:

Año	Mes	Unidades prescriptas
1992	Octubre	62
1992	Noviembre	71
1992	Diciembre	83
1993	Enero	45
1993	Febrero	77
1993	Marzo	65
1993	Abril	61
1993	Mayo	15
1993	Junio	21
1993	Julio	10

Samonter

Anorexígeno no anfetamínico, cada comprimido contiene Mazindol 1 mg.

Actúa sobre el sistema límbico (área septal) influyendo en las uniones neuronales ubicadas por encima del hipotálamo, careciendo por lo tanto de acción sobre el sistema neurovegetativo.

Su actividad como liporredutor induce una reducción gradual y sostenida de los triglicéridos.

Su movimiento es el siguiente:

Año	Mes	Unidades prescriptas
1992	Octubre	468
1992	Noviembre	355
1992	Diciembre	662
1993	Enero	448

9500095.

1993	Febrero	457
1993	Marzo	380
1993	Abril	498
1993	Mayo	465
1993	Junio	344
1993	Julio	532

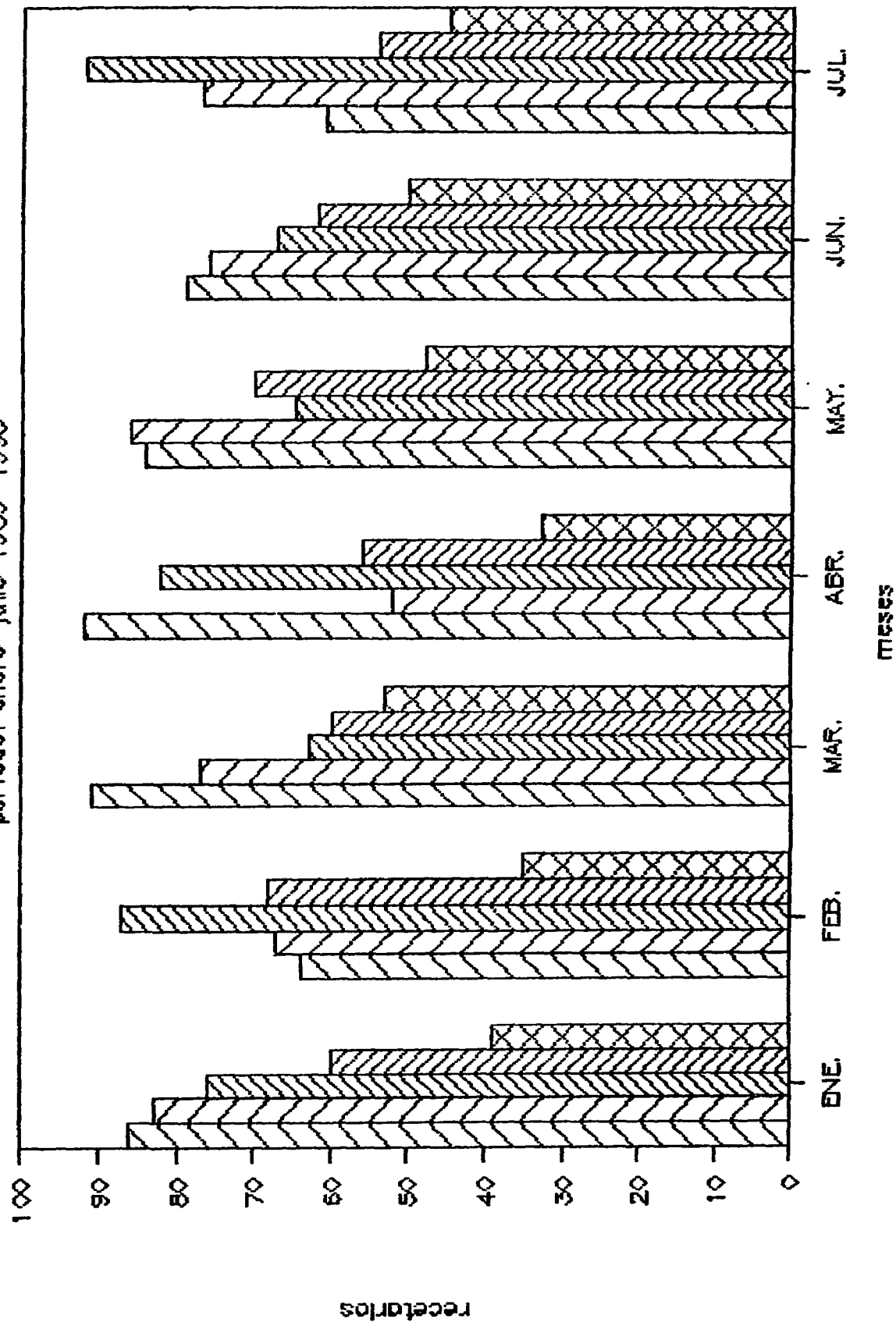
El movimiento de recetarios triplicados que habían tenido un incremento en los años 1989, 1990 y 1991 muestran una marcada disminución en el año 1992 y aún más en el transcurso de 1993.

El siguiente cuadro muestra el movimiento de dichos recetarios:

9500095.

# movimiento de recetas triplcadas

período: enero-julio 1989-1993



9500095.

-118

## DOCTRINA

# Ley No. 14.294: de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas (\*)

por el doctor

MIGUEL LANGON CUÑARRO

Fiscal Letrado Deptal. de Rivera

La Ley Nº 14.294, que regula la comercialización y el uso de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y establece medidas punitivas contra el comercio ilícito de drogas, de fecha 31 de octubre de 1974, fue publicada el 11 de noviembre del mismo año (Diario Oficial Nº 19.396) entró en vigor, atento a lo dispuesto en su artículo 52, a los 60 días de su publicación, esto es, el día 10 de enero de 1975.

El texto legal provocó dos derogaciones importantes en el ordenamiento jurídico vigente:

- a) El art. 44 derogó el art. 223 del Código Penal que establecía, entre los delitos contra la Salud Pública, el de "comercio de la coca, opio o sus derivados".
- b) el art. 53 derogó, por su parte, todas las disposiciones que se opongan a la nueva Ley, y especialmente, a texto expreso, derogó la ley Nº 9692 de 11 de setiembre de 1937, que estableció el monopolio del Estado en la importación de estupefacientes, plasmando al decir del Prof. Bayardo Bengoa (Derecho Penal Uruguayo T. V. p. 290) un "Atisbo de Codex Medicamentarius".

El nuevo ordenamiento consta de VIII Capítulos irregularmente divididos en 53 artículos, y un agregado (parte integrante de la ley, art. 1) contenido de las Listas Internacionales de la Convención única de Nueva York de 1961 (Lista I y II ratificadas por ley Nº 14.222 de 11 de julio de 1974), y de las sustancias enumeradas en las Listas del Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas realizado en Viena el 21/2/71 (se publican cuatro listas cuando el artículo 1º se refiere solo a la primera).

Como se expresa en el Mensaje del Poder Ejecutivo de fecha 3/9/74, relacionado con el Convenio de Viena mencionado, esa enumeración

\* N. de R. — Versión adaptada para su publicación, de la conferencia dictada por el autor, el 28/V/75, en el Colegio de Abogados de Rivera. Subtítulos de Redacción: El texto legal íntegro, se publica a continuación del presente estudio.

119 9500095

de extensas series de sustancias está graduada en función de su peligrosidad decreciente, por lo cual los controles fueron graduados del mismo modo. Y fue intención expresa de la Comisión Asesora del Consejo de Estado, como expresó su Miembro informante Dr. Mario Gaggero, el de incluir las listas del Convenio de Viena "de manera que al recibir sanción legislativa —ya que forman parte de la ley— cobran vigencia simultáneamente con ella". Y esto por cuanto este convenio, contrariamente a lo que ocurre con el de Nueva York, no ha recibido aún ratificación parlamentaria (ver Diario de Sesiones del Consejo de Estado 83ava. Sesión Ordinaria 23/X/74 N° 82, T. - 7, p. 442).

El tema que vamos a desarrollar refiere fundamentalmente al capítulo IV de la ley atento a que en los artículos en él contenidos se legislan nuevos tipos delictivos, particularmente en los artículos 30, 31, 32, 33 y 34.

Es de especial significación el art. 35 de la ley por cuanto establece como delitos, la violación de las disposiciones de la ley en materia de importación, exportación, producción, elaboración, comercialización o suministro de las sustancias contenidas en ciertas listas de los convenios internacionales referidos. Es decir que, por esta vía, se amplía el elenco de delitos encartando también situaciones estipuladas en el capítulo I referente al monopolio del Estado y a la producción, venta, etc. de los productos de que se trata. Al respecto ya decía CARRARA (Programa Bogotá 1973 - Themis - T. 8 N° 3173/74 p. 264) con su genial intuición jurídica que en materia de delitos contra la salud pública hay "dos escollos igualmente peligrosos: uno de ellos, en el que suelen naufragar los legisladores penales, consiste en confundir las contravenciones de policía con los delitos... (el otro es elevar a categoría de ciencia las medidas extraordinarias tomadas en caso de epidemia y de pestes)". Y entre nosotros BAYARDO BENGEOA (ob. cit. p. 291) refiriéndose al art. 10 de la ley 9692 de 1937 afirmó que "se incorporaron al derecho penal uruguayo situaciones cuya descripción legal objetiva podría no despertar reparos al nivel del derecho sanitario, pero que en cuanto a tónica represiva concierne, resultaron polimorfos y de muy discutible técnica". La medida, en que la nueva ley sorteó estas dificultades, o recayó en los mismos errores, surgirá del relato en su conjunto, donde se discutirá caso a caso, la procedencia y alcance de cada figura.

Esto nos lleva, necesariamente, a dar un panorama general del texto legal sin perjuicio de la concreción, luego, de los nuevos tipos.

#### MONOPOLIO DEL ESTADO

Se declara monopolio del Estado la importación y exportación de las sustancias mencionadas en ciertas listas (no todas) de los Convenios de N. York y Viena, y también de las que en el futuro el Poder Ejecutivo resuelva incluir en las mismas. El Ejecutivo también podrá trasladar a ciertas sustancias de una lista a otra e incluso excluir algunas de las mismas, esto es, aunque no lo diga la ley expresamente, está facultado para decretar su libre entrada y salida del país. No otro pue-

9500095.

-120-

de ser el significado de la expresión "excluir" del art. 1 por cuanto carcería de sentido que se declare monopolio del Estado la importación y exportación de sustancias que el P. Ejecutivo resuelva excluir de las listas.

A los efectos de controlar las existencias y manejo de las sustancias estupefacientes y sicotrópicas, la ley prohíbe "la plantación y el cultivo de cualquier planta de la que puedan extraerse sustancias que determinen dependencia física o síquica" con la sola excepción de las que se realicen con fines de investigación científica (art. 3 inc. 1). La redacción no es feliz por cuanto el tabaco, por ej., podría entenderse comprendido en la prohibición lo cual no ha sido evidentemente querido por el legislador. Lo que obliga a realizar un esfuerzo de interpretación para determinar su alcance.

Y digo esto porque la prohibición no se refiere a ciertas plantas determinadas o a plantas de las que se extraigan determinados productos sino genéricamente a cuanto vegetal (planta en sentido amplio. árboles, tubérculos, leguminosas etc.) produzca "sustancias que determinen dependencia física o síquica." Pues bien, puede no ser sencillo determinar que se quiso decir con el giro empleado. Sin duda existe una comprensión intuitiva, si se quiere vulgar o común, de su significado, pero, del punto de vista técnico-jurídico, el punto dista de ser sencillo. El sentido natural y obvio de las palabras (art. 18 C.C.) no basta, en el caso, para desentrañar su sentido.

Del punto de vista médico legal el Dr. Rogelio Coll me informa que "se dice que hay dependencia física frente a un medicamento o droga cuanto al cesar su ingestión aparecen perturbaciones que traducen la alteración de algún órgano o sistema. Estas sustancias —agrega— pueden ser de índole variada: alcohol, aspirina, sicofármacos, barbitúricos, opiáceos etc." Y la dependencia síquica "significa que hay habituación o formación de un hábito, o sea que el sujeto tiene necesidad de origen síquico que lo hace ingerir la droga ya que esta alivia la tensión emocional, la angustia, la depresión síquica. Pero la administración o ingestión repetida lleva a la tolerancia o sea a un efecto cada vez menor con la misma dosis de droga, lo cual lleva como de la mano a aumentar la dosis cada vez más, para obtener el efecto necesario o buscado por el drogadicto. Se produce entonces una especie de acostumbamiento de los tejidos frente a la droga, y es así que cuando el sujeto no puede conseguirla, o cuando es internado y no se le administra, se produce un estado psicológico anormal con una serie de síntomas o signos que traducen el sufrimiento de un aparato o sistema". Y ejemplifica "cuando un morfinómano deja de tomar la droga, se producen bostezo, la grimen, secreción de mucus o líquido aguachento por la nariz, carne de gallina, que traducen el sufrimiento del sistema nervioso llamado autónomo y que está constituido especialmente por los nervios neumáticos y el sistema simpático, y otros síntomas como espasmos musculares, insomnio, presión arterial y alta fiebre que traducen una irritabilidad general del sistema". De ahí la compulsión que sufre el enfermo en proveerse por cualquier medio, de la droga.

121 -

9500095



Los síntomas de la intoxicación narcótica, dice MATA Pedro (Tratado de Medicina y Cirugía Legal, T. 4 Toxicología — Madrid 1875 p. 494) en el siglo pasado, son en general nerviosos y reina entre los adictos la postración, el aplanamiento, lo que les da un cierto aspecto estúpido, somnolencia, vértigos, delirio, dolores, gritos, convulsiones, parálisis, náuseas".

Este fenómeno de la habituación es muy conocido siendo un lugar común referirse a él en las obras de medicina legal. Así VIBERT Charles (Précis de Médecine Légale Paris 1911 p. 712) dice que, como las dosis deben ser constantemente aumentadas para producir el mismo efecto se ven individuos que llegan a tomar diariamente muchos gramos de cloridrato de morfina", lo cual, en situaciones normales podría ocasionar graves trastornos e incluso la muerte del paciente. La descripción que este autor hace del estado que denomina de "abstinencia morfinica" es tan notablemente clara que me resisto a no reproducirla. Y es así que —dice, cuando por cualquier razón se suspende la administración de la droga "sin hablar de los desórdenes somáticos (colapsos, desórdenes gástro-intestinales parecidos al cólera) y de los accesos de manías, histeria, epilepsia, etc.), el enfermo manifiesta el deseo más intenso, más imperioso de morfina. Este deseo responde a un llamado apremiante del organismo... es como el hambre y la sed, una manifestación del instinto de conservación, y es al mismo tiempo un deseo síquico que se convierte en obsesión; una impulsión en la que concentra todo lo que le queda de sus facultades intelectuales" (ob. cit. p. 713).

#### IMPRECISION DE LA TERMINOLOGIA

Véase lo impreciso que es el giro de la ley: la vid, por ejemplo, es una planta de cuyo fruto puede extraerse una sustancia (el vino) que determina dependencia física o síquica. Lo mismo, ya lo vimos, puede decirse del tabaco y de otras producciones.

El sentido de la disposición, parece claro, debe buscarse limitativamente en la propia ley y en su historia fidedigna. No es respecto de todas las plantas que producen sustancias que causan dependencia de las que se ocupa la ley, sino sólo de un grupo o familia de ellas. El Consejo de Estado que trató este tema en sus sesiones Nos. 22, 24, 48, 55, 66, 69 y 83, lo hizo bajo el rubro de "sustancias estupefacientes y sicotrópicas"; el Diario Oficial al publicar la ley 14.294 anuncia, como vimos que por ella se regula el comercio de las sustancias mencionadas: esta ley deroga el art. 223 del Código Penal que refiere al comercio, tenencia o depósito de sustancias estupefacientes; se deroga, porque se sustituye totalmente, la ley 9692 del año 1937 que estableció el monopolio del Estado de la importación de sustancias que a pequeñas dosis, tengan acción estupefaciente. Y, en fin, del contenido de las disposiciones legales surge el mismo criterio rector.

De donde el monopolio del Estado queda reducido al comercio de sustancias estupefacientes y sicotrópicas. Con lo cual, si bien reducimos el campo de investigación, no hacemos sino trasladar el problema

9500095.

122

a otro distinto. Y si, como dice Heidegger "la palabra es la casa del ser", no será inútil dispendio de energía desentrañar el sentido de aquellas.

Con acierto expresa el Prof. Bayardo Bengoa (Temas de Derecho Penal, Mdeo. 1962 p. 113) que la designación o denominación de los respectivos títulos responde a la pertinente objetividad jurídica, esto es, a la naturaleza del interés protegido por la ley penal.

De todos modos las dificultades son grandes.

Afirma la Dra. Adela Reta (Derecho Penal 2do. 1964 T. II p. 49/50) refiriéndose al derogado artículo 223 del C. P., que el objeto material está constituido por las llamadas sustancias estupefacientes... (de las que) según los técnicos es imposible hacer una enumeración, ni siquiera dar una definición de las mismas. Por consiguiente —concluye— es menester atenerse a lo que establecen las disposiciones reglamentarias. Esta posición escéptica, extrema, no encuentra hoy acogida, cuando en el plano internacional, donde no se improvisa y con el placet de los mejores cerebros del mundo, se han formulado las Listas correspondientes, tildadas por la autora mencionada, como imposible intento. Pero queda en pie la dificultad de definición y, surge de lo ya expuesto, la verdad del hecho que, en definitiva, serán consideradas estupefacientes aquellas sustancias que el reglamento o la ley en su caso digan que lo son.

Y en este sentido es obvia la ventaja de la ley especial sobre la formulación rígida de los Códigos, por cuanto al decir de Florian citado por Reta "es más fácilmente modificable" de acuerdo a la "evolución y progreso de la ciencia" (ob. cit. p. 34). Este principio halla su máxima expresión cuando la ley especial, como es el caso en estudio, se remite para la integración del precepto a un elemento futuro que fijará la administración, lo que constituye un típico caso de ley penal en blanco.

Puede decirse que en el Uruguay es una verdadera tradición en materia de Salud Pública, el resolver los problemas por medio de leyes especiales, y en este sentido pueden citarse leyes de farmacia de 1910 y 1937; la ley orgánica de Salud Pública de 1934; la ley del año 1937 sobre estupefacientes, etc.

Para Bayardo Bengoa (Derecho Penal Uruguayo T. V. p. 286) la ausencia de una cláusula de reenvío en el citado art. 223 del C. Penal determina al Juez a que —caso por caso— establezca si la sustancia... tiene la condición de estupefaciente" ya que la disposición legal no remite al derecho sanitario vigente (leyes citadas) sino que son sólo una "guía" para el Juez.

Y, citando a Ranieri, afirma que sustancia estupefaciente son todas las que tienen acción estupefaciente incluso si no estuvieran incluidas en ningún elenco oficial. Acción estupefaciente dice "es la que pudiendo a veces provocar euforia, imprime siempre a los centros o conductores nerviosos la extinción o la notable disminución de las funciones del sistema nervioso (y) puede operar mediante depresión sobre ciertas facultades como inteligencia, sensibilidad y movimiento".

El Art. 204 del C. P. argentino en su redacción anterior que fue

9500095.

- 123 -

modificada por las leyes 11309 y 12331, hablaba de alcaloides y narcóticos que, al decir de Fontan Balestra (Manual de Derecho Penal — parte Especial. - Bs. Ar. 1955 T. 2, p. 593) "solo abarcan una parte o especie de estupefacientes (pero) ha de entenderse que... se refiere a toda clase de drogas estupefacientes, entendiéndose por tales las drogas sedantes que provocan euforia y que son susceptibles de producir hábito".

El Dr. Gaggero, miembro informante del Consejo de Estado, expresó: "es importante hacer la distinción entre estupefacientes y sicofármacos. En oportunidad de realizarse la Convención de Nueva York en 1961, las referencias a las toxicomanías tenían relación con el hábito del alcohol y de los estupefacientes, sustancias que, como su nombre lo dice, provocan sopor y cuyo tipo es el opio y sus derivados. Luego, al progresar la tecnología farmacológica, ésta lanzó al mercado, y lo sigue haciendo en forma cada vez más acelerada, una serie de sustancias que tienen una acción sumamente activa sobre el sistema nervioso central y la síquis, excitándola o deprimiéndola... dichos fármacos (mal usados) determinan un fenómeno similar al que producen los estupefacientes, o sea, la dependencia síquica (la cual) según los expertos de la Organización Mundial de la Salud, significa el estado producido por el uso repetido de estupefacientes o sicotrópicos que hace que el sujeto cuando interrumpe su administración sienta un impulso, un anhelo de tomarlo que lo lleva otra vez a ingerirlo o a administrárselo".

#### EL PUNTO DE VISTA MEDICO

El Dr. Coll me facilitó un esquema que, por lo claro, voy a reproducir gustoso atento a lo poco accesible que pueden ser estas informaciones para los profesionales del derecho.

Del punto de vista médico, se consideran estupefacientes a aquellas sustancias capaces de producir al ser incorporadas al organismo, un estado cercano al estupor, entendiéndose por tal, la supresión total o el entecimiento extenso de los movimientos voluntarios y de la mímica, mutismo, falta de reacción a los estímulos exteriores pero con conservación de los denominados reflejos posturales. Se les llama narcóticos porque en ciertas dosis pueden inducir el sueño. Químicamente son sustancias nitrogenadas que tienen las características de las sustancias denominadas bases. En forma natural se encuentran en los vegetales como sales de ácidos orgánicos. Son las llamadas sales de estupefacientes. Así por ejemplo, las cápsulas verdes de la adormidera, que técnicamente se llaman "papaver somniferum", planta indígena del Asia Menor, generan un jugo que desecado y pulverizado constituye el polvo de opio. Este producto natural contiene los denominados alcaloides del opio, los cuales derivan de dos grupos químicos distintos: la morfina, codeína y tabaina y la papaverina, narcotina y narceína. La morfina también se obtiene sintéticamente, esto es en el laboratorio (C35 - H2O - NO6) y de ella se extraen varios derivados la dionina, la heroína o diacetilmorfina y otros menos conocidos y sin uso medicinal. Sus prin-

9500095.

-124-

cipales acciones medicinales consisten en: 1) analgésico o calmante del dolor y 2) inducción al sueño.

Las sustancias sicotrópicas o sicofármacos son aquellos medicamentos que tienen su acción específica sobre la síquis y se pueden dividir en tres grandes grupos: a) psicotomiméticos: son sustancias que perturban el cerebro aún de personas normales, provocando trastornos similares a una sícosis o enfermedad mental; b) psicoestimulantes: estimulan la corteza cerebral pero no del hombre normal sino del deprimido, es decir cuando hay un estado patológico de inactividad, apatía, fatiga, tristeza que puede llegar al suicidio.

c) tranquilizantes: que se usan para calmar la ansiedad, la angustia. Se usan en determinadas neurosis que son enfermedades de la personalidad que inhiben las conductas sociales del individuo.

Ahora bien, desde otra perspectiva, los estupefacientes pueden considerarse venenos. Si aceptamos la definición que nos da ORFILA citado por Faustin Hélie et. A. Chaveau (*Théorie du Code Pénal* Paris 1887 T. 3 p. 562) que es la que recoge Irureta Goyena J. (*El delito de Homicidio Mdeo.* 1928 p. 193) y es aceptada moderadamente por Bayardo Bengoa (ob. cit. p. 252) tendremos que admitir con él, que veneno es "toda sustancia que destruya la salud o acabe completamente con la vida, desde que es tomada o aplicada de cualquier manera que sea sobre un cuerpo viviente y a pequeñas dosis". Irureta agrega la condición de que opere químicamente, para excluir los medios mecánicos (por ej. ingestión de vidrio molido).

MATA (ob. cit. p. 148) tilda a esta definición de Orfila de empírica, proponiendo en su sustitución la que él llama definición racional del concepto veneno, considerando tal a "toda sustancia que, puesta en contacto con los sólidos, líquidos o gases del cuerpo vivo, sea capaz de determinar por su propia naturaleza y bajo ciertas condiciones, fenómenos químicos y fisiológicos anormales e incompatibles con la salud y la vida".

Tan es cierto que los estupefacientes son considerados venenos que en la Convención para limitar la fabricación y reglamentar la distribución de estupefacientes de la Sociedad de Naciones del 13 de julio de 1931 se empleó el término estupefacientes porque es el que "puede designar de una manera general un veneno de propiedades sedantes que provoca euforia y que llega a producir el hábito" (cit. por SOLER S. *Derecho Penal Argentino* T. VI T.E.A., Bs. Aires. 1973 p. 570). Por ello ante un eventual resultado muerte, será necesario descubrir la voluntad del agente para tipificar exactamente las figuras. Pues será homicidio agravado por la insidia implícita en el uso del veneno, o bien cualquiera de los delitos que fueron legislados en esta ley agravado por el evento muerte.

Queda pues, prima facie, firme, la apreciación de que el monopolio del Estado se extiende a todas las sustancias capaces de producir dependencia (física o síquica) en cuanto y en tanto puedan esas sustancias ser incluidas en la categoría de estupefacientes o sicotrópicos. Y siempre que ellas sean de las mencionadas en las Listas I y II de la Convención

Unica de Nueva York de 1961; Lista I del Convenio de Viena de 1971 y todas aquellas que el Poder Ejecutivo previo los asesoramientos del caso resuelva incluir en las mismas.

#### ANALISIS DEL CAPITULO I

Existen en este Capítulo I además de la implantación del monopolio y la prohibición de ciertas plantaciones y cultivos algunas otras disposiciones que merecen atención pero que, dada la extensión que naturalmente debo dar a este trabajo, sólo voy a enumerar.

En el citado art. 3 referente a cultivos y plantaciones se establece en su inc. 3 que "toda plantación no autorizada deberá ser inmediatamente destruida con intervención del Juez Letrado de Instrucción que entienda en la causa". Esto se refiere al primer delito que estudiaremos, que está previsto en el art. 30. Pero, ¿cuál es el carácter de esta "intervención?" No lo dice la ley y no surge claro si el Magistrado será el que debe disponer la destrucción, previa constatación de los hechos o si, simplemente, será requerida su presencia para avalar y controlar el procedimiento administrativo. Tampoco se establece qué medio se empleará en la destrucción. No obstante, no habiendo dudas sobre la competencia que corresponde al "Juez de Instrucción de la causa" yo me inclino a pensar que, como garantía elemental al derecho de propiedad e intereses en juego, el Juez deberá ser quien, comprobada "prima facie" la infracción ordene la destrucción de las plantaciones en infracción.

La norma legal establece también que solo pueden adquirir del Estado las sustancias determinadas en el art. 1, los dueños de droguerías y laboratorios autorizados (no las farmacias).

Y, en cuanto a las drogas establecidas en las listas II, III y IV de Viena y en la I y II de N. York (art. 5) sólo pueden ser utilizadas con fines terapéuticos o de investigación científica, prohibiéndose su venta sin previa presentación de receta médica, odontológica o de veterinario, todo de acuerdo a lo que establezca la reglamentación, a la que se comete la regulación del punto.

Los arts. 6, 7 y 8 regulan la importación y exportación de las sustancias en cuestión, prohibiendo determinadas exportaciones (las dirigidas a un aparato postal; a un Banco); regulando la tenencia de drogas en los medios de transporte internacionales (cantidades limitadas para primeros auxilios y casos de urgencia durante el viaje).

Del art. 9 al 14 se regula la actividad de droguerías, farmacias y laboratorios en lo referente a sus relaciones recíprocas de compra-venta; al expendio al público; se establece la obligatoriedad de llevar un libro en que consten las compras y cantidad de sustancias empleada en la elaboración de específicos; se regula la actividad en la especie de las sociedades privadas de asistencia médica; se impone la obligatoriedad de cautela respecto de armarios y vitrinas en que se conserven drogas así como de la documentación pertinente; se comete al Ministerio de Salud Pública la organización de un Registro de médicos, veterinarios y

9500095.

126

odontólogos cuya posesión se impone obligatoriamente a laboratorios, farmacias y droguerías a los efectos de poder controlar posibles falsificaciones de recetas.

#### ORGANOS DE ASESORAMIENTO Y REPRESION

El capítulo II atribuye competencias en la materia, al M.S.P. creándose la Unidad Ejecutora denominado "Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías", uno de cuyos principales cometidos, en lo que importa respecto a este análisis, es el de "proponer al M.S.P. las modificaciones a las disposiciones legales y reglamentarias vigentes que estime necesarias (art. 19, C).

El Capítulo III atribuye diversos cometidos al Ministerio del Interior relativos a la represión, prevención y control de la delincuencia vinculada a la toxicomanía, creándose una "Comisión Honoraria" y una "Dirección General de Represión del Tráfico Ilícito de Drogas" cuyas competencias discrimina, y de las cuales destaco, referidas a la Dirección General citada, la formación de una Brigada Nacional Antidrogas y de un Registro de Delincuentes en este rubro; la organización de un laboratorio de análisis de sustancias sospechosas y la supervisión del control aduanero que será efectuado por personal altamente capacitado.

#### LOS DELITOS TIPIFICADOS POR LA LEY 14.294

El Capítulo IV, finalmente, es el que motiva el núcleo de este trabajo.

La Ley N° 14.294, pues, cumple en la esfera del derecho interno con las dos líneas de acción que el Dr. Manuel A. Vieira (El delito en el Espacio - Derecho Penal Internacional y derecho internacional Penal— cap. VIII - Tráfico de estupefacientes F.C.U. 1969, p. 253) señalaba como propios de la evolución internacional, esto es, atendiendo, en primer término al control de la producción de esas sustancias cuya destrucción total es imposible por cuanto su uso medicinal y científico es altamente beneficioso para la humanidad, y, en segundo lugar, atendiendo, como corolario de lo primero, a la organización de la represión del tráfico clandestino dictándose sanciones de carácter penal. Paso pues, al análisis de las distintas figuras delictivas de que se trata.

Si bien estamos ante una ley especial, es indudable que el bien jurídico protegido es la Salud Pública.

CARRARA (ob cit. p. 262 y 273) que reducía los tipos de delitos contra la salud pública a los títulos de violación de sepulcros y al envenenamiento de peligro común, definía a ese género de figuras como "todos los actos por medio de los cuales ciertas sustancias que sirven para la nutrición, para el mantenimiento de la vida de un grupo de hombres y en general para sus necesidades cotidianas, llegan a corromperse, a convertirse... en causa de enfermedades y aún de muerte para un número indefinido de ciudadanos y posiblemente de todos".

127

9500095

En la doctrina rioplatense se admite sin disputa que los delitos contra la salud son ontológicamente delitos contra la seguridad (RETA A., ob. cit. p. 31; BAYARDO BENGEOA Temas... cit. p. 115; SOLER S. ob. cit. p. 553). Y así ocurría en nuestro Código Penal de 1889 en el cual estaban encartados en el Título VI (Delitos contra la Seguridad Pública) en la Sección III como Delitos Contra la Salud y Alimentación, si bien ese Código no trataba de los estupefacientes, como tampoco lo hacía el Tratado de Derecho Penal celebrado ese mismo año en Montevideo. RETA (ob. cit. p. 31) señala que del mismo modo se entendió en el derecho italiano tanto en el Código de 1889 como en el de 1931 (encartados como delitos contra la incolumidad pública); en el derecho español de 1944 e incluso en el código penal Soviético.

La característica de estos delitos es la de ser de común peligro.

Esto es que "se trata de conductas que generan un peligro no referido a las personas sino a un número indeterminado de personas" (RETA ob. cit. p. 32, Conf. Soler S. ob. cit. p. 553).

Según la nítida definición de BAYARDO BENGEOA (Temas... p. 112) "la noción de común peligro debe determinarse con un criterio objetivo: esto es como probabilidad (que es el grado inmediato de la certeza de un hecho) de ser causa de un evento dañoso. Pero —advierte tal concepto no puede suponer nunca la exclusión del elemento subjetivo, toda vez que siempre es necesario un juicio sobre la existencia del peligro". O sea que el peligro es la objetiva probabilidad de un daño al bien jurídico de la tutela. Y, debe tenerse presente que el art. 21 del C.P. edicta que dolo y culpa se presumen en esta clase de delitos, sin perjuicio, es obvio, de la prueba en contrario.

Con estas precisiones, pues, entraremos al estudio del articulado. Art. 30. — Siembra, cultivo, extracción, fabricación, preparación o producción de materias primas o sustancias de que trata el art. 1 de la ley o que sean determinadas por el Poder Ejecutivo.

#### A) Objeto jurídico y sujetos del delito

En cuanto al objeto jurídico del elenco delictivo en examen me remito a lo dicho precedentemente. Es, sin duda, la salud pública, entendida, según definición de BAYARDO (ob. cit. p. 251) como "el estado de exención de aquellos fenómenos mórbidos que por su potencia expansiva (extensibilidad) pueden llegar a dañar a un grupo indeterminado de personas (grupo social)".

El sujeto pasivo no puede ser otro que la Sociedad, y en cuanto al sujeto pasivo el mismo es indeterminado, usándose por la ley, la habitual expresión "el que".

#### B) Figura delictiva

a) Núcleo: el mismo está regido por seis verbos a saber: sembrar, cultivar, extraer, fabricar, preparar y producir.

El origen de esta disposición desconocida para el C. P. y para la

9500095.

128

ley 9692 de 1937 se encuentra en el actual art. 204 ter. del C.P. argentino el cual en su No. 2 edicta que "será reprimido con prisión de uno a 6 años... el que "sin estar autorizado produjera, elaborare o fabricare estupefacientes o las materias primas destinadas a su preparación". Como se ve la ley oriental agrega dos verbos "cultivar" y "extraer" y sustituye "elaborar" del C. Argentino por el verbo "preparar".

No veo del caso extenderme en cuanto a su conceptualización por cuanto resulta clara de la simple lectura del artículo. Y si alguna expresión está superflua (pues por ej. todo el que cultiva produce) y en buena técnica pudiera criticarse este hecho, no existe inconveniente a mi juicio, en hacer las precisiones que efectuó la ley. Estas deben interpretarse como comprensivas de todas las etapas de producción y elaboración de las sustancias estupefacientes o sicotrópicas que producen o son susceptibles de producir dependencia física o síquica. La voluntad del Legislador ha sido la de cortar de raíz el mal atacándolo en sus propias fuentes, ya que no podría haber tráfico de drogas si éstas no existieran en alguna parte. Por otra parte la expresión legal "de cualquier manera" concuerda con esta interpretación. b) Objeto material: son las sustancias ya referidas que como vimos puede ser determinadas en el futuro por el Poder Ejecutivo de acuerdo con el art. 15 de la ley. Se trata de una típica ley penal en blanco por cuanto el Legislador ha creado un precepto genérico que debe concretarse en un elemento futuro, el cual como es muy obvio, debe ser previo a la comisión del delito. Siendo el precepto y la sanción establecidos por ley, es inconcuso que las posibles tachas de inconstitucionalidad que contra las leyes en blanco previera el Prof. Bayardo (ob. cit. T. I p. 82 y ss.) no se den en el caso. De la redacción dada al art. 30 que comentamos podría deducirse que no fueran todas las sustancias contenidas en las listas del art. 1 los que sean objeto de estos delitos, sino sólo aquellas que, además de estar incluidas en las listas produzcan o sean capaces de producir dependencia síquica o física. Es decir que, para ser objeto material de este delito las sustancias deben cumplir —podría sostenerse— un doble requisito acumulativo: 1) por un lado estar incluidas en las listas, y, 2) por otro, y además de lo primero, ser capaces de producir dependencia. Según mi interpretación, y atento a todo lo que vengo diciendo, debe entenderse que la ley se refiere a estupefacientes y sicotrópicos, los cuales, por definición, producen dependencias, y que todas y cada una de las sustancias mencionadas en las listas incluidas en el art. 1 pertenecen a ese grupo. Y que la expresión legal debe entenderse para las futuras posibles inclusiones que realice el Poder Ejecutivo. Este poder del Estado sólo está autorizado a incluir en las listas sustancias que produzcan hábito, dependencia. De otro modo se daría al Juez facultad para entender que, algunas sustancias pudieran eventualmente estar incluidas en las listas y, al no producir dependencia, no estaría interdicto respecto de ellas plantarlas, cultivarlas, producirlas.

c) Consumación: Se produce tan pronto se siembra, se cultiva, se prepara, se extrae, se fabrica o se producen las materias primas o

129  
9500095.



sustancias referidas. No es preciso un daño efectivo de la vida o de la salud de nadie, bien que tales hechos configurarían un agravante.

Estos delitos, como todos los delitos de peligro, no admiten tentativa que sería como admitir un peligro de peligro. Por eso no es aplicable el inc. 1 del art. 37 al cual nos referiremos más adelante, pero sí, el inc. 2, en cuanto castiga los actos preparatorios, insistiendo en una técnica legislativa que va paulatinamente avanzando en el itinere de los diversos delitos, con las consecuencias propias de tal situación, ya que la nota característica de los actos preparatorios es su equivocidad. El hecho de preparar la tierra, la compra de semillas (cuando por sí sola no constituya delito) la construcción de un alambique y todos aquellos actos externos previos a la ejecución del delito, que perfilan para nuestro derecho el acto preparatorio (art. 7 C. P.) serán castigados con la tercera parte a la mitad de la pena prevista para el delito consumado.

d) Requisito condicionante: La norma legal establece como requisito condicionante de la figura el que los hechos mencionados se realicen sin la debida autorización. Se castiga, pues, la producción no autorizada. Es interesante señalar que el C. argentino castiga con la misma pena e incluye en el mismo artículo el caso de la persona autorizada, que lo haga en "áreas, lugares, calidades o cantidades distintas de las autorizadas". Esto es, distingue la producción clandestina y la producción irregular. Entre nosotros es de aplicación el art. 35 que prevee estas situaciones pero con un abatimiento de pena muy importante.

#### C, Culpabilidad

No estando previsto expresamente el castigo de las posibles formas culpables del delito, atento a los principios generales y a lo dispuesto por los arts. 20, 21 y 17 del C. Penal, se persiguen a dolo directo. Esto es: se requiere voluntad de actuar algunos de los verbos nucleares con conciencia de la ilicitud de la conducta y de la naturaleza de las materias primas o sustancias.

El dolo en estos delitos, como edicta el art. 20 del C. Penal se debe apreciar con relación a los actos prohibidos y no al bien jurídico que se pretende salvaguardar. Esto es, no se requiere voluntad de dañar la salud pública sino de cultivar, fabricar, etc. El precepto secundario implícito en la norma es el de "no sembrar"; "no cultivar", etc.

#### D) Penalidad

Los guarismos son más altos que en el derecho argentino y de una extrema rigurosidad. Para aquel derecho vimos que la pena oscilaba entre uno y seis años. El art. 30 de la ley 14.194 impone un mínimo de tres años de penitenciaría y un máximo de 10.

Sin desconocer el auge de este tipo de delitos y el peligro que suponen para la pureza de la raza humana señalados por Vieira (ob. cit. p. 252) entiendo excesivo ese mínimo atento a la diversidad de figuras que comprende el artículo, alguna de las cuales por sí sola no

9500095.

130

parece tener tanta gravedad como para fulminar con tamañas penas. Nótese que el verdadero flagelo internacional es el tráfico de drogas, y si bien su producción permite aquel tráfico, es inconcuso que no necesariamente son los grandes delincuentes internacionales quienes producen a lo menos en nuestro país, que por sus condiciones climáticas no es productor en gran escala por lo menos. Y, dentro del espectro de personas que siembran, cultivan, etc., sería conveniente, pienso, dejar librado al arbitrio judicial la posibilidad excarcelatoria que el mínimo de penitenciaría hace imposible. El cultivador puede ser un peón o jornalero con lo cual queda claro el sentido altamente constructivo de las observaciones que pretendo hacer a este aspecto de la legislación.

—oOo—

**ART. 31:** Importación, exportación, introducción en tránsito, distribución, transporte, tenencia, depósito, almacenaje, posesión, ofrecimiento en venta, o negociación de cualquier modo de las materias primas o sustancias referidas en el art. anterior (Nº 30).

**A) Objeto jurídico y sujetos del delito**

A este respecto nada tengo que agregar a lo dicho respecto de la primera figura analizada. El sujeto activo es indeterminado, puede ser cualquiera. El sujeto pasivo es la Sociedad y el bien jurídico protegido lo es la Salud Pública.

**B) Figura delictiva**

a) Requisito condicionante: todas estas acciones se castigan siempre que se realicen "sin la debida autorización legal".

b) Núcleo: está regido por los 10 verbos mencionados.

Los tres primeros refieren a importación, exportación e introducción en tránsito de los estupefacientes o sustancias sicotrópicas. Estas figuras tienen que ver con la represión del tráfico de alcaloides y no estaban específicamente comprendidas en el C. P. salvo que se entendiera que tales conductas significaban "ejercer el comercio". La ley Nº 9692 que según CAMAÑO (Tratado de los Delitos Mdeo. 1967 p. 230) derogó el art. 223 del C. Penal, estableció el monopolio de importación del Estado siendo reglamentada el 27/IV/38 no previó tales hipótesis, sin embargo, como figuras autónomas sino que se derivaban los delitos de la disposición del art. 10 que estableció penas de 1 a 2 años de prisión a "los infractores de las disposiciones contenidas en los artículos anteriores". Fue delito, pues, sólo la importación de "toda sustancia que, a pequeñas dosis tenga acción estupefaciente".

Los tipos actuales corresponden perfectamente, y ya están abarcados por las leyes de represión del contrabando. En estos casos se pueden dar hipótesis de concurso aparente de leyes o, según la situación fáctica, de concurrencia formal o ideal entre ambas figuras siendo de aplicación la pena de la ley especial por ser la mayor (art. 57 C. Penal).

El legislador argentino previendo el caso, especialmente tratándose

131 -

9500095.

de materias primas de un ingreso legítimo al país, puso especial énfasis en castigar la introducción siempre que fuere "con destino ilegítimo", hipótesis en la cual según Soler (ob. cit. p. 575) habría una reiteración real. La ley del vecino país quiso de este modo distinguir los casos de introducción clandestina, previstos por las leyes de contrabando, del ingreso con destino ilegítimo.

El capítulo IV de la ley 14.294 fue aprobado por unanimidad en el Consejo de Estado sin que al respecto se produjera discusión parlamentaria alguna, de igual modo que se hizo con los demás capítulos excepto el VIII en que se discutió el problema de la fecha de entrada en vigencia de la ley. Esta circunstancia impide al intérprete considerar la voluntad del legislador porque el mismo, en el momento de votar la ley no hizo manifestación alguna al respecto y el Miembro informante no se refirió a ello en su ponencia, lo cual nos obliga, a esos efectos, a realizar un estudio comparativo con la derogada ley N° 9692 de 1937.

El art. 9 de la ley del 37 consideraba infracción "la existencia de sustancias estupefacientes en poder de personas no autorizadas", lo que llevaba al profesor BAYARDO BENGEOA a calificar esta figura como "un modelo de heterodoxia técnico-legislativa" que abarcaba a la vez la tenencia en poder y el ser depositario a que se refería el art. 223 del Código Penal (ob. cit. p. 299). "Tenencia" significa la detentación dentro de su esfera de señorío pero de suerte tal que la relación fáctica con la cosa, hace posible la disponibilidad de la misma en todo tiempo; implica, pues, su disponibilidad" (Bayardo ob. cit. p. 285). Basta la simple tenencia, no se requiere que esté gobernada por un fin determinado como por ejemplo el de ejercer el comercio u otro.

El art. 31 que estudiamos se refiere también al ser depositario, ser poseedor, al almacenador de la cosa, lo cual, evidentemente, quiere significar una independencia total de cualquier relación dominial o propietario con la misma. La calidad de propietario no importa a los efectos penales y se responderá a cualquier título siempre que se tenga una relación de inmediatez con la sustancia en cuestión.

El Cód. Penal se refería junto a las figuras del depositario y del tenedor a la del que ejerciera el comercio fuera de las circunstancias previstas reglamentariamente, lo cual era criticado por cuanto dejaba fuera del campo penal al intermediario que no suele tener la cosa en su poder; que no es depositario ni comercia directamente, sino que su función es la de vinculación del cliente con el comerciante (RETA ob. cit. p. 50). Ejemplo típico de intermediario es el de la persona que —sin ánimo de lucro— presta su local como antro del vicio. La ley argentina dedicó un numeral del art. 204 para comprender al que "facilitare local —aunque sea a título gratuito— para que concurran a él personas con el objeto de consumir sustancias estupefacientes. La nueva redacción legal termina con este estado de cosas pues se refiere no sólo a la oferta en venta sino a todo "quel que "negociare de cualquier modo" lo cual incluye toda forma de comercio y, por supuesto, la compra "para lucrar con ella ofreciendo su enajenación" (BAYARDO ob. cit. p. 284).

También comete delito quien "distribuyere" o "transportare" estas

9500095.

139

sustancias. Evidentemente se trata de figuras muchas de las cuales están superfetadas lo que merece idéntico comentario al ya formulado anteriormente.

#### RESPONSABILIDAD PENAL DEL DROGADICTO

El problema más interesante a tratar respecto de estas figuras es el de la responsabilidad penal del drogadicto.

En el sistema de nuestro Código Penal si bien del texto del art. 223 se podía inferir que tal hipótesis caía en las previsiones del mismo, si nos referimos al bien jurídico de la tutela, que lo es la Salud Pública, la doctrina entendía que no era posible considerar tal situación como delito porque quien tiene la droga para sí, jamás puede poner en peligro la salud pública según afirmaba Emilio PEDEMONTTE (v. Comentarios del Código Penal Montevideo 1941 P. 259; Conf. RETA A. Ob. cit. p. 52).

La ley de 1937 por el juego de los arts. 8 y 10 contempló, sin dudas, como actividad ilícita el consumo de drogas lo que hizo decir magistralmente a BAYARDO BENGIOA que "la ley 9692 entraña una forma abierta de castigar un vicio... (y que) contra tal tesis ha concordado siempre la buena opinión de la ciencia médica con las razones jurídicas" (ob. cit. p. 295).

Así, en el Código italiano la tenencia para consumo personal resulta impune. Como afirma FONTAN BALESTRA (ob. cit. p. 296) "no es la cárcel lugar para curar enfermos", ya que no otra cosa es el drogadicto. Por otra parte, SOLER (ob. cit. p. 576) da una razón técnica de mucho peso, afirmando que la tenencia para uso personal no debe ser alcanzada porque no es punible la autolesión para la cual la tenencia del tóxico constituiría un acto preparatorio". Sería siguiendo este razonamiento, penar el acto preparatorio de un hecho que no es considerado delito, penar un iter previo a la consumación de un acto lícito.

Contra este absurdo establecido por la ley anterior se levantó el Consejo de Estado disponiendo en el inc. 2 del art. 31 la exención de pena al que tuviera en su poder una cantidad mínima destinada exclusivamente a su consumo personal". Obsérvese que, no obstante, la ley consagra una cierta incongruencia porque si al decir del Dr. GAGGERO, miembro informante, "todo drogadicto debe ser considerado no como un delincuente sino como un enfermo" es inconcuso que su conducta no debía considerarse delictuosa. La ley, en cambio, la declara impune.

Para que esto ocurra deben cumplirse dos condiciones:

- 1) Que se trate de cantidades mínimas y,
- 2) Que estén exclusivamente destinadas a su consumo personal.

El texto normativo argentino, fuente de nuestra disposición, se refiere a la tenencia de cantidades que excedan a un uso personal. El toxicómano, es obvio, además de ser tal, puede incurrir en delito en cuanto se dedique al acopio o almacenaje de cantidades no destinadas a su uso. Y esto claro porque el enfermo puede, además, ser delincuente.

La cantidad de droga que cada toxicómano puede tener en su poder es una cuestión de hecho, cuya apreciación corresponderá al Juez te-

133-  
9500095.

niendo presente las necesidades mínimas de uso del drogadicto de que se trate. Por que caso a caso deberá estudiarse, atento a lo dicho al comienzo, respecto de la necesidad de un aumento creciente de las dosis, si lo que la persona tiene en su poder es la cantidad mínima que precisa para satisfacer su compulsión, o si, por el contrario posee droga en exceso de ese mínimo que pueda constituir tenencia o depósito punible. Por eso, conceptúo mejor la descripción argentina que la nuestra, porque la inclusión del término "mínimo" puede crear confusiones ya que un drogadicto determinado puede requerir para su consumo dosis relativamente apreciables de estupefacientes, y uno de mucha solvencia económica adquirir relativamente grandes cantidades para usar durante un período más prolongado.

El art. 40 de la ley edicta que el drogadicto, cuando fuere descubierto, deberá ser puesto a disposición del Juzgado Ldo. de Instrucción correspondiente, a fin de que éste ordene un examen del detenido por el médico de la Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías y por el médico forense, quienes producirán su informe en las primeras 24 horas. Siempre que fuera un drogadicto, el Juez impondrá la internación compulsiva para su tratamiento, en establecimiento público o privado, pudiendo ser también en libertad ambulatoria cumplido el tratamiento mencionado. Todo ello con la garantía que establece la ley N° 9581 de 8 de agosto de 1936 conocida como "Ley de Sicópatas".

—oOo—

**ARTICULO 32:** Organización o financiación de cualquiera de las actividades descriptas en los artículos precedentes, aun cuando éstas no se cumplan en el territorio nacional.

Este artículo es absolutamente novedoso en derecho uruguayo, y no conozco que existan disposiciones semejantes en el extranjero. Por el mismo, alcanza máxima expresión el concepto de que este tipo de delitos atenta contra la Humanidad en su conjunto. Son delitos contra la raza humana y la ley oriental vela, con sus disposiciones de derecho interno, por la salud pública mundial.

El art. 14 del Tratado de Derecho Penal de Montevideo de 1940, ratificado por Uruguay y Paraguay, estableció que entre otros (piratería, trata de blancas, destrucción de cables submarinos) el tráfico de estupefacientes queda sujeto a la jurisdicción y ley del Estado aprehensor cualquiera sea el lugar de comisión del delito sin perjuicio del derecho preferente de este Estado a solicitar la entrega de los reos por vía de extradición.

Se trata de castigar a los grandes capitalistas, "los zares" del tráfico internacional por la simple organización o financiación, desde territorio uruguayo, de actividades delictivas cumplidas en el extranjero. Pienso que lo que se quiere es desalentar a estos personajes a que, aprovechándose de la benignidad de nuestras leyes, utilicen el país estratégicamente ubicado en una de las llaves geográficas de América Latina, como punto de apoyo de un posible tráfico a nivel continental. El problema es que, habiendo nuestra ley ampliado tanto el espectro de estos delitos, retrocediendo en el itinere criminal, abarcando incluso los actos

9500095.

134

preparatorios, es bien factible que se castigue severísimamente la organización y financiamiento de actividades absolutamente lícitas en el país de su realización. Por ejemplo en Brasil no se castiga la roturación de la tierra con ánimo de sembrar en ella estupefacientes o plantas que los produzcan. Pero si esa actividad fuera planeada desde nuestro país el agente incurriría en delito.

La penalidad es severísima: de 6 a 18 años de penitenciaría.

—oOo—

**ART. 33:** Realización de actividades tendientes a la introducción ilegal de estas sustancias a países extranjeros.

No alcanzo a descubrir un caso en que la actividad de que se trata, no esté comprendida en los artículos anteriores. Pero, dada la amplitud de su redacción cualquier "actividad" realizada con tal fin quedaría encartada en esta figura. No creo que pueda entenderse que la simple proposición o conspiración en tal sentido, configure el delito estudiado. Se requiere actividad, o sea, por lo menos actos externos aunque sean previos a la ejecución.

Creo que es criticable la inclusión de esta figura por cuanto "realizar actividades" tendientes a la exportación ilegal es una expresión demasiado lata que por decir mucho tal vez no diga nada, dando lugar a serias dudas interpretativas. Porque, en principio, el art. 31 castiga la exportación ilegal de estupefacientes y si el art. 37 penaliza el acto preparatorio, reitero que no se me ocurre en qué casos no previstos pueda entrar a jugar el artículo 33, salvo por ejemplo que se tratara de la actividad desplegada desde el Uruguay para introducir ilegalmente a la Argentina mercadería que estuviera en Brasil y fuera exportada de este último país, lo que en este rebuscado caso, igual caería en lo previsto por el art. 32 en cuanto a organización de actividades consideradas delictivas por Uruguay aunque se realicen en territorio extranjero.

La pena es severa: de dos a ocho años de penitenciaría.

—oOo—

**Art. 34:** Suministro, aplicación, entrega de sustancia, promoción, inducción o facilitación de su consumo.

Esta figura tiene su antecedente en el art. 14 de la ley de 1937 que se refería a los que facilitaren ilegalmente el uso de estupefacientes, a los que forzaren, indujeren o en cualquier modo excitaren o estimularen el uso indebido de los mismos, edictando penas de uno a dos años de prisión.

BAYARDO BENGGOA enseña que con este artículo, la ley pretendía abarcar lo que llamaba el uso indebido de estupefacientes, la cual comprendería 5 modalidades entre las cuales, la facilitación ilegítima de su uso y el forzamiento, inducción, excitación o estímulo del uso indebido.

Las demás figuras establecidas por el derogado art. 14 hacían referencia a formas de coparticipación erróneamente introducidas en la disposición comentada.

La norma de derecho argentino pertinente (art. 204 en su redacción actual) refiere al que, sin autorización, entregare, suministrare o

135-  
9500095.

aplicare estupefacientes lo cual "comporta —dice SOLER— una ampliación considerable de la figura anterior que solamente se refería a la venta" (ob. cit. p. 546).

Sujeto activo puede ser cualquiera; se establece el requisito condicionante habitual de que la conducta se realice "sin la debida autorización legal", siendo indiferente que se haga a título oneroso o gratuito.

La figura no admite tentativa, pues las distintas conductas no son fraccionables en itinere en los casos de promoción, inducción o facilitación del uso, pero pueden darse hipótesis de tal, cuando se trata de suministro, aplicación o entrega donde es concebible un comienzo de ejecución cuya progresión puede ser interrumpida por causas independientes de la voluntad del agente.

Como expresa BAYARDO refiriéndose a la facilitación ilegítima del uso de estupefacientes, en la ley 9692 "el delito se consuma en el lugar y momento en que se hace posible (en que se facilita) el empleo del estupefaciente. Y es el caso que ese hecho implica un verdadero avance en el itinere delictual, pues parifica a la consumación, hechos que ontológicamente suponen un conato; mayormente porque la especie que es de común peligro no exige típicamente el uso de la sustancia para consumarse".

Es conveniente señalar que el médico que actúa estos verbos nucleares en cumplimiento de su función de tal, actúa autorizado legalmente, esto es, su conducta es atípica, pues se limita a hacer lo no prohibido. O, como dice Bayardo refiriéndose al texto anterior, más claro que el presente pues se refería a la legitimidad del acto, en tales casos, estaría ausente el elemento normativo del tipo por lo que su acción resultaría atípica (ob. cit. p. 305).

La pena es de dos a ocho años de penitenciaría.

5

—oOo—

Art. 36: Violación de las disposiciones de esta ley en materia de importación, exportación, producción, elaboración, comercialización y suministro de sustancias contenidas en las listas III y IV de Nueva York y II, III, IV de Viena.

Como vimos, la producción y elaboración (bajo el nombre de preparación) fue prevista en el art. 30. La importación, exportación y comercialización (bajo el rubro de negociación de cualquier modo que se realizare), lo fue en el art. 31 y el suministro en el art. 34 recientemente estudiado.

Pues bien:

Los artículos mencionados se refieren a las listas incluidas en el art. 1, esto es, a la lista I y II de Nueva York y a la lista I de Viena.

Este art. 35 viene a penar esas conductas referidas a los productos o sustancias no incluidas en el art. 1 de la ley, cumpliéndose con lo que decía el Dr. GAGGERO en cuanto a la peligrosidad decreciente de las diversas sustancias lo que llevaba a colocarlas en distintas listas: atribuyéndose atento a esa peligrosidad de las sustancias, de distinta manera, la responsabilidad del agente. En efecto, en la especie, la pena oscila entre 24 meses de prisión y 4 años de penitenciaría:

9500095.

136 -

Ahora bien, véase que en los artículos anteriores se castigaba la comisión de los actos de producción, suministro, exportación, etc., siempre que se hicieran sin la debida autorización legal.

El artículo en estudio tiene una proyección enorme sobre el resto del articulado y principalmente sobre todo lo establecido en el Cap. I por cuanto se refiere a "el que violare las disposiciones de esta ley", esto es, por ejemplo: el que, contrariando lo dispuesto por el art. 7 realiza una exportación dirigida a un apartado postal; las farmacias que suministraren sicofármacos sin receta médica etc. De donde, caso a caso, deberá remitirse el intérprete a lo dispuesto por la ley para ver si estamos o no frente a un hecho delictuoso. Debe observarse que en el art. 35 no se encartaron la totalidad de los verbos nucleares a que se refieren los artículos anteriores.

La derogación total de la ley de 1937 puede tener consecuencias inesperadas, por ej., la ley actual no tiene una disposición similar a la del art. 7 de la anterior que establecía "los médicos, odontólogos y veterinarios solo podrán formular... recetas con fines terapéuticos y con dosis... que no sobrepasen las indicadas por la reglamentación". Que, por el juego del art. 10 que penaba a los infractores de las disposiciones precedentes se creaba un delito a sujeto calificado, que era el expendio de recetas sin fines terapéuticos y en dosis que sobrepasaran las establecidas en la reglamentación. Claro que la modalidad puede configurar un caso de "facilitación" previsto por el art. 34 o encartarse en lo dispuesto en el a. 5 de la ley. Pero estimo que hubiera sido prudente derogar sólo las disposiciones que se opusieran a la nueva ley y no toda la ley anterior.

El Código Argentino mantiene una norma expresa que encarta la conducta del médico que receta estupefacientes en dosis que exceden la necesidad terapéutica, así como la de los que los suministran sin receta médica o en dosis que exceden las necesidades terapéuticas.

Estas conductas, a mi juicio, pueden ser consideradas criminales. También en nuestro país, solo que habrá que hacer un trabajo de integración de distintas normas para ver si el hecho puede ser encartado en la figura del art. 35.

#### AGRAVANTES ESPECIFICAS

Se prevén en el art. 36 agravantes específicas para todos los delitos, elevándose, por su sola presencia, los guarismos de pena entre 4 años y quince de penitenciaría. Estos agravantes son: 1) el suministro etc. a persona menor de 21 años o privada de discernimiento y voluntad; 2) si esas personas contraen una enfermedad grave; 3) si sobreviene la muerte; 4) si se aplicare el estupefaciente sin consentimiento de la víctima; 5) cuando el delito se cometiera mediante el ejercicio abusivo o fraudulento de una profesión sanitaria o cualquier otra sujeta a autorización o vigilancia en razón de salud pública; 6) cuando el delito se cometiera en las inmediaciones o en el interior de establecimientos de enseñanza, sanitario, cárceles, clubes deportivos, culturales

9500095

137



o sociales, recintos donde se realicen espectáculos o reuniones públicas por ej. templos).

Quiero simplemente llamar la atención sobre los conceptos de "enfermedades graves", "profesiones sanitarias" y la referencia a las "inmediaciones de determinados lugares", por su vaguedad y difícil determinación. Pienso, simplemente a punto de idea, de que no basta una cercanía o proximidad física con el lugar, sino que el resto deberá, de algún modo, estar vinculado a ese centro que se pretende proteger. El concepto de profesión sanitaria es amplísimo y alcanza a mi juicio a los enfermeros, instrumentistas, practicantes, etc.

En cuanto a la agravante de la "enfermedad grave", quiero significar que, seguramente por inadvertencia, sólo se edictó respecto de menores e incapaces. Por lo cual si sobreviene este tipo de enfermedad en una persona mayor de 21 años no jugará la agravante específica. En cuanto a su concepto, siguiendo a Bayardo, debe ser suministrado en función de un criterio legal penal y no médico, acudiendo para ello al art. 317 C. Penal (lesiones graves) (v. ob. cit. p. 309).

#### PENAS Y MEDIDAS ACCESORIAS

Se establecen penalidades y medidas accesorias que voy a enumerar atento a su importancia:

1) Si el agente ejerciere una profesión o arte que hubiera servido de medio para cometer el delito o lo hubiera facilitado se le impondrá además una pena de inhabilitación especial por un plazo de hasta 10 años (a. 38).

2) Se confiscarán los bienes de cualquier naturaleza que el agente (el diario Oficial dice "la gente" art. 42) haya adquirido con dinero proveniente de las acciones delictivas, siempre que no hayan sido enajenados a terceros de buena fe.

3) Si los partícipes (en cualquier grado) fueren extranjeros, luego de cumplida la pena serán expulsados del territorio nacional (art. 43).

4) Las sustancias que hayan constituido el objeto material de alguno de estos delitos serán ocupadas y entregadas al Ministerio de Salud Pública quien procederá a destruirlas siempre que no tenga un uso terapéutico o científico.

Quiero también destacar que, en mérito a la tantas veces mencionada derogación de la ley de 1936, han quedado sin aplicación la obligación de publicar las sentencias a que se refería el art. 18 de aquella y especialmente la abolición de los beneficios de suspensión de condena y libertad anticipada que vuelven a tener vigencia en lo que fuere pertinente.

9500095.

138 -

**PROYECTO DE APOYO A LA SUBSECRETARIA DE  
JUSTICIA PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA ADMINISTRACION  
DE JUSTICIA EN MATERIA DE SUSTANCIAS CONTROLADAS  
AD/BOL/90/416**

**II Seminario de Capacitación Especializada para  
Jueces y Fiscales en Materia Penal**

**"Estudio de los reglamentos modelo sobre delitos de lavado  
de dinero relacionado con el tráfico ilícito de drogas  
y delitos conexos y para el control de precursores  
y sustancias químicas, máquinas y elementos"**

**Presentado Por:**

**Prof. Dr. Miguel Langón Cuñarro**

**Mayo de 1992**

**1**

**-138-**

**9500095.**

#### PLAN GENERAL DE LA EXPOSICION

- A) El narcotráfico y los delitos conexos como exponentes de casos de verdadera macrodelincuencia que supone crímenes de lesa humanidad y las consecuencias de esta concepción.
- B) La necesidad de complementar el arsenal represivo de los Estados, dictándose, en consecuencia, una nueva legislación. La necesidad de incrementar la eficacia de la ley estableciendo mecanismos adecuados tanto en el derecho sustantivo como en el procesal.
- C) Las disposiciones generales que resultan de la Convención de Viena de 1988 y las Naciones Unidas contra el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, con especial referencia a las propuestas de nuevos tipos penales.
- D) Estudio detallado de los Reglamentos Modelo preparados por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas, de la Organización de los Estados Americanos, sobre Lavado de Dinero y Control de Precursores químicos y otras sustancias.
- E) Consideraciones sobre aplicabilidad de la esencia de los Reglamentos Modelo por parte de los países que aún no han incorporado las reformas a su legislación. Análisis comparativo entre los Reglamentos Modelo y la Ley 1008 de 1988 sobre Régimen de la Coca y Sustancias Controladas de la República de Bolivia.

- A) El narcotráfico y los delitos conexos como exponentes de casos de verdadera macrodelincuencia que supone crímenes de lesa humanidad y las consecuencias de esta concepción.

UBICACION GENERAL DE LAS CONDUCTAS CRIMINALES REFERIDAS  
AL NARCOTRAFICO

La Convención de Viena de 1988 ha establecido que la producción, la demanda y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, "representan una grave amenaza para la salud y el bienestar de los seres humanos y menoscaban las bases económicas, culturales y políticas de la sociedad".

Este instrumento, vigente desde el 11 de noviembre de 1990, reconoció, además, que los vínculos que existen entre el tráfico ilícito y otras actividades delictivas organizadas relacionadas con él, "socavan las economías lícitas y amenazan a la estabilidad, la seguridad y la soberanía de los Estados".

Que el tráfico ilícito "es una actividad delictiva internacional cuya supresión exige urgente atención y la más alta prioridad", y que genera considerables rendimientos financieros y grandes fortunas que permiten a las organizaciones delictivas transnacionales invadir, contaminar y corromper las estructuras de la administración pública, las actividades comerciales y financieras lícitas y la sociedad a todos sus niveles", por lo que la Comunidad Internacional se declaró decidida a "privar a las personas dedicadas al tráfico ilícito del producto de sus actividades delictivas y eliminar así su principal incentivo para tal actividad".

Tal postura frente a los delitos de tráfico ilícito de drogas y delitos conexos ha sido expresada en numerosas otras ocasiones, entre ellas, en la *Reunión Ministerial sobre el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas - Alianza de las Américas Contra el Narcotráfico*, que aprobó la "Declaración y el Programa de Acción de Ixtapa" (México, 17 al 20 de abril de 1990).

Partiendo de la base de que estamos ante un delito que afecta a toda la humanidad y del principio de la responsabilidad compartida entre los Estados, donde se produce la droga y aquellos en que se consume, esta Declaración aprobada por la *Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos* en su vigésimo periodo ordinario de sesiones celebrado en Asunción, Paraguay, del 4 al 9 de junio de 1990, enfatizó la necesidad de establecer Reglamentos Modelo que establecieran el control sobre los precursores químicos y otras sustancias químicas, así como los delitos de comercialización no controlada y de lavado de activos financieros.

Por su parte, los Presidentes de los países que integran el Grupo de Río, en la IV Cumbre del Mecanismo Permanente de consulta y concertación Política, celebrado en Venezuela el 11 y el 12 de octubre de 1990, dispusieron, a través de la "Declaración de Caracas", la necesidad de diseñar un marco legal penal que sirviera de base para armonizar la legislación nacional contra el narcotráfico en todos los países miembros.

Como se ve, a través de estos documentos internacionales, que se ofrece, a vía demostrativa, ya que no son los únicos que refieren a la materia, se ha avanzado bastante desde la consideración de este tipo de conductas como lesivas de la salud pública, hasta su consideración actual como delitos de lesa humanidad.

Las conductas criminales referidas al narcotráfico constituyen lo que se ha dado en llamar actos de macodelincuencia, en general de tipo organizado, que afectan no sólo a la salud pública, sino a la propia seguridad nacional, que amenazan la integridad social en lo referente a la vigencia de los derechos humanos, al bienestar de los pueblos, la estabilidad democrática, el desarrollo económico y la paz, tratándose, muchas veces, de actividades internacionales que exigen la cooperación entre los diferentes miembros de la comunidad internacional.

Este tipo de delitos que, en buena medida, participan de algunas de las características de los delitos de cuello blanco descritos por Edwin Sutherland, se diferencian de la criminalidad convencional, entre otras notas, por el grave daño social que producen, la gran cantidad de víctimas que provocan y los enormes beneficios que acumulan sus actores, que les permite, en no pocas ocasiones, colocarse por encima de la ley y, a través de actos de corrupción, lograr una intolerable impunidad.

Si esto es así, las consecuencias inmediatas deben ser las que dotarán a los arsenales represivos de los Estados, de los instrumentos legales precisos que les permitan llevar adelante una política criminal acorde con el desafío que enfrentan, y establecer los mecanismos de cooperación internacional indispensables para luchar contra estas poderosas organizaciones transnacionales de delincuentes.

- B) La necesidad de complementar el arsenal represivo de los Estados, dictándose, en consecuencia, una nueva legislación. La necesidad de incrementar la eficacia de la ley estableciendo mecanismos adecuados tanto en el derecho sustantivo como en el procesal.

#### ASPECTOS DE LA NUEVA LEGISLACION

El derecho penal clásico se ha demostrado insuficiente en cuanto al tratamiento eficaz respecto de este tipo de conductas criminales, por lo cual, sin renunciar a los principios garantistas del derecho penal, liberal y democrático; pero reconociendo la excepcionalidad de la actividad delictiva en cuestión, se hace necesario considerar el establecimiento de un derecho penal de excepción, recogiendo, cuando así sea indicado, institutos ya existentes en las legislaciones vigentes; pero, dándoles carácter de normas generales en cuanto al tratamiento del abuso ilícito de drogas.

La tarea principal de la política criminal ha sido, desde siempre, establecer una relación de tensión entre los intereses de la comunidad en general a la seguridad y los derechos del justiciable frente a las pretensiones punitivas del Estado.

Es que se trató siempre de equilibrar la balanza de la justicia, protegiendo al individuo sospechoso de un acto criminal, frente al Leviatán del Estado. Es así que se formaron históricamente las disposiciones materiales y formales que protegen al individuo frente a los poderes del Estado.

Este esquema garantista se vuelve, en no pocas ocasiones, en contra de la sociedad que queda desprotegido, cuando se trata de enfrentar, no ya a un individuo aislado, sino a organizaciones muy poderosas que se aprovechan de todos los resquicios de las leyes, para conculcarlas y lograr, en el caso de ser detenidos, en definitiva, la impunidad.

La legislación penal en esta materia debe estar orientada a la prevención del delito y la eficacia, de modo de lograr los mejores resultados para la sociedad en general.

En esta búsqueda de eficacia en la lucha contra la criminalidad, es posible que sea necesario establecer disposiciones que, en general, son consideradas excepcionales en el derecho tanto sustantivo como procesal.

Enfrentados a poderosísimas organizaciones criminales, que actúan incluso sobre las fronteras de los Estados en forma sincronizada y que no tienen reparos en llegar a cualquier extremo en la búsqueda de sus finalidades de lucro, no existe otra opción

que la de disponer de los medios adecuados para enfrentar este riesgo, de igual modo que el derecho penal tradicional adopta, en todos los sistemas, normas de excepción, cuando se trata de combatir conductas que afectan bienes jurídicos fundamentales de la sociedad.

Es así que los Códigos Penales suelen castigar etapas anteriores al comienzo de ejecución (conspiración, actos preparatorios, incluso la mera proposición criminal), cuando las circunstancias así lo exigen.

Del mismo modo, en ocasiones, se admite que los Jueces juzguen según su libre convicción y no de acuerdo a un férreo sistema de prueba legal previamente tasada por el legislador.

Del mismo modo, y no sin grandes debates, se ha ido admitiendo una nueva manera de considerar el principio de inocencia, entendiéndose que no se vulneraba el mismo si se admitían una serie de presunciones serias contra el sospechoso (sistema de obtención de la plena prueba a través de indicios numerosos, concordantes y de importancia), de modo tal que éste, en esos casos, debería acreditar plenamente su inocencia, produciéndose de tal modo lo que da en llamarse la inversión de la carga de la prueba.

Por supuesto que es imprescindible también la admisión de todo tipo de prueba lícita, lo que supone la cuestión de admitir, es estos casos, con toda la amplitud que sea posible y sin perjuicio de las garantías de judicialidad (es decir, medidas dispuestas por un Juez de un Poder Judicial independiente) medidas de interceptación de todo tipo de comunicación de sospechosos, intromisión en sus organizaciones de agentes de la autoridad, estableciendo el llamado sistema de la entrega vigilada (art. 11 de la Convención de Viena) u otras medidas que sean conducentes al mismo fin.

Es obvio que disposiciones internas de cada Estado, como las referidas al secreto bancario, deben ser flexibilizadas de modo de permitir un seguimiento planetario de estos delincuentes y de los beneficios que procuran adjudicarse y que son, en definitiva, el objetivo de todo su esfuerzo criminal.

En un derecho penal de culpabilidad, como es el de la mayoría de los países contemporáneos, es obvio que la determinación de la intención criminal toma una importancia destacable al punto de que, por ejemplo, si no se da por probada la intención de matar, ante un disparo de revólver, cuyo proyectil para cerca del cuerpo de la víctima, asistiremos a una condenación por disparo de arma y otra figura y no por tentativa de homicidio, porque, en definitiva, si el reo no verbaliza su mens rea, no hay modo de conocer cuál fue su verdadera intención, debiéndose conformar, el juzgador, con inferencias objetivas que resulten del caso y de su propia



experiencia de cómo se producen en el mundo, ordinariamente, los acontecimientos de la vida.

Es por eso que en esta materia, como en otros campos de la macrodelincuencia (como el de la criminalidad económica, ambiental o contra el consumo), se postula la regla de la objetivación de la intensión de acuerdo a las circunstancias del caso, según el criterio del Juez, que tiene una discrecionalidad reglada en orden a la solución de este punto.

La mayoría de estos principios están encartados en el texto de la Convención de Viena, y subyacen en el texto de los Reglamentos Modelo objeto de consideración.

Las finalidades de la nueva legislación se establecen claramente en el artículo 3, No 6 de la Convención, que dice: "Las partes se esforzarán por asegurarse de que cualesquiera facultades legales discrecionales, conforme a su derecho interno, relativas al enjuiciamiento de personas por los delitos tipificados de conformidad con lo dispuesto en el presente artículo, se ejerzan para dar la máxima eficacia a las medidas de detección y represión respecto de esos delitos teniendo debidamente en cuenta la necesidad de ejercer un efecto disuasivo en lo referente a la comisión de esos delitos".

El mismo artículo, pero en su No 3, dispone: "El conocimiento, la intención o la finalidad requeridos como elementos de cualquiera de los delitos enunciados... podrán inferirse de las circunstancias objetivas del caso".

En el derecho sustantivo, también se observa en esta materia, una incidencia mayor de soluciones que, en el derecho común, tienen carácter de excepcionalidad o, por lo menos, son utilizadas con menor frecuencia.

Y es que, para combatir eficazmente al narcotráfico y delitos conexos, se hace necesario un amplio uso, por ejemplo de disposiciones penales en blanco (como las que permiten al Poder Ejecutivo incluir o excluir sustancias de las listas de sustancias controladas, como es el caso del art. 33 lit. a) de la Ley 1008/88 de Bolivia), las cuales, como es sabido, fueron en su momento cuestionadas por eventual inconstitucionalidad, atento al principio de reserva de la ley o de legalidad, resumido en el conocido apotegma del "nullum crimen, nulla poena sine lege".

En no pocas ocasiones se tipificará delitos de peligro y de peligro abstracto, que en alguna medida se contraponen con el principio de exterioridad de la acción o figuras denominadas de resultado cortado o de mera actividad, todo lo cual supone serios enfrentamientos con el derecho penal tradicional, que mira a la protección del individuo aislado frente al Leviathan del Estado, y



no considera la potencialidad ofensiva de las organizaciones criminales del narcotráfico.

En buena medida, el viejo tema de la responsabilidad penal de las personas jurídicas o las teorías del autor detrás del autor, formas de responsabilidad objetiva de directores o administradores, se vuelven a poner sobre la mesa de discusión con respecto a estas figuras penales.

En muchas ocasiones se tipificarán conductas omisivas, en mérito a la posición de garantes que se les otorga, por ejemplo a las instituciones financieras en el *Reglamento Modelo* (R.M.) sobre lavado de dinero (artículos 9 y ss.) o a las empresas que fabriquen productos químicos, precursores, máquinas o elementos, en el R.M. sobre el control de estas sustancias.

Es en esta perspectiva que debe verse la propuesta a establecer nuevas figuras delictivas sobre el lavado, el control de precursores y otras que resultan de los R.M., pues, nuevas formas delictivas, han surgido y es necesario que las legislaciones se adecúen a las mismas y, al mismo tiempo, den respuesta a la necesidad de perseguir a los delincuentes donde más daño puede hacerseles, que es impidiéndoles materializar el lucro que es el motor de su actuación.

No podemos olvidar, finalmente, en este capítulo, que, contrariamente a lo que postula la doctrina tanto penal como criminológica en lo que respecta a la criminalidad convencional, sobre descriminalización, depenalización y penas alternativas a las penas de reclusión, en esta materia se afirma la necesidad de tipificar nuevas figuras delictivas, de establecer para sus autores penas privativas de la libertad, de real severidad, de promover la prisión preventiva y de dificultar los beneficios excarcelatorios de cualquier tipo, y también, de fijar términos elevados de prescripción, así como dar pasos hacia una especie de jurisdicción mundial.

La coordinación, cooperación internacional y el régimen de extradición son piezas fundamentales en la lucha global de la humanidad frente a este desafío transnacional, como lo define el art. 145 de la ley boliviana 1008/88, que califica al narcotráfico como "un delito transnacional de lesa humanidad y contrario al derecho internacional".

- C) Las disposiciones generales que resultan de la Convención de Viena de 1988, las Naciones Unidas contra el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, con especial referencia a las propuestas de nuevos tipos penales.

LAS DISPOSICIONES DE ORDEN INTERNACIONAL QUE FIJAN EL MARCO LEGAL EN LA LUCHA CONTRA EL NARCOTRÁFICO Y DELITOS CONEXOS.

Es posible que, en los últimos tiempos, el cuerpo normativo más importante a considerar, especialmente en lo concerniente a la creación de nuevas incriminaciones delictivas, sea la *Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas*, que fija el rumbo en esta materia para la comunidad de las Naciones.

No es posible realizar, en esta circunstancia, un estudio completo de la misma, pero nos hemos referido a ella, en lo referente a la naturaleza del bien o bienes jurídicos objetos de la protección penal, y a algunas de las características que debería tener la legislación adjetiva y sustantiva que regule el tema de las drogas ilícitas y la aspiración de que se legisle, de modo tal, que se prive del beneficio económico que buscan, quienes se dedican a esta actividad, y que se adopten medidas de control sobre los precursores químicos y disolventes que se utilizan en la fabricación de estupefacientes y sicotrópicos, así como en la importancia de la cooperación internacional.

Si observamos la estructura general de la Convención, veremos hasta qué punto los R.M. han seguido, como era su cometido, las recomendaciones y propuestas del instrumento madre aprobado en la Sexta Sesión Plenaria de la Conferencia de Naciones Unidas, el 19 de diciembre de 1988, y en vigor desde noviembre de 1990.

La parte normativa de la Convención se divide en 32 artículos (hay dos disposiciones finales no sustantivas, sino de orden sobre idiomas de los textos auténticos y designación de Depositario del Convenio), los cuales, a los efectos de este estudio, podemos agrupar como sigue:

- I) Definiciones y alcance de la Convención (art. 1 y 2)
- II) Delitos y Sanciones (art. 3)
- III) Competencia o Jurisdicción nacional (art. 4)
- IV) Decomiso (art. 5)
- V) Normas de Cooperación Internacional:
  - a) Extradición (art. 6)
  - b) Asistencia Jurídica recíproca (art. 7)
  - c) Remisión de actuaciones penales (art. 8)
  - d) Otras formas de cooperación y capacitación (art. 9)

- e) Cooperación internacional y asistencia a los Estados de tránsito ( art. 10)
- f) Entrega vigilada (art.11)
- VI) Normas sobre precursores y materiales y equipos (arts. 12 y 13)
- VII) Medidas:
  - a) Para erradicar el cultivo ilícito de plantas y eliminar la demanda ilícita (art.14)
  - b) Respecto de los trasportistas comerciales (art.15)
  - c) Sobre documentos comerciales y etiquetas de las exportaciones lícitas (art. 16)
  - d) Sobre tráfico marítimo (art.17)
  - e) Sobre zonas y puertos francos (art.18)
  - f) Sobre utilización de servicios postales (art.19)

El resto refiere a labor y funciones de la Comisión de Estupefacientes del Consejo Económico y Social y de la Junta de las Naciones Unidas (arts. 20 a 23) y a cuestiones tales como la firma, ratificación, adhesión, entrada en vigor, denuncia, enmiendas y solución de controversias (arts. 26 a 32).

Dos disposiciones de interés son las de los artículos 24 y 25 que regulan respectivamente el caso de que los Estados adopten y apliquen medidas más estrictas que las establecidas por la Convención y el efecto no derogatorio que ella tiene sobre anteriores derechos y obligaciones convencionales.

En el fundamental artículo 3 sobre delitos y sanciones la Convención, además de los que podemos llamar delitos clásicos sobre tráfico de estupefacientes y delitos conexos que refieren a la producción, fabricación, extracción, preparación, oferta, distribución, venta, entrega, corretaje, envío, transporte, importación, exportación, cultivo, posesión, adquisición, organización, gestión o fianaciación, todas ellas, conductas típicas en general ya establecidas por las legislaciones vigentes de los Estados Parte, se fijan las bases para la creación de nuevos tipos penales en los derechos internos de los Estados, a saber, los delitos de lavado de dinero, los de ocultación o encubrimiento de bienes, los de posesión o desvío de precursores químicos, equipos o materiales y la figura de la instigación a delinquir.

El objeto de estas exposiciones es lo que tiene que ver con las figuras de nueva creación, por lo cual, sólo incidentalmente nos referiremos a los que hemos denominado, sólo por facilidad de lenguaje y para englobarlos juntos, *delitos clásicos sobre tráfico*.

Dentro del rubro de los delitos de lavado de dinero se puede, a mi juicio, realizar una división entre lo que llamaremos delito de lavado strictu sensu y delito de lavado en sentido amplio, que, en puridad, son formas especiales del encubrimiento.

Los Estados que han ratificado la convención se han obligado a adoptar las medidas que fueren necesarias para tipificar como delito "la conversión o la transferencia" de bienes a sabiendas de que tales bienes proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con la Convención, o de un acto de participación en ellos, con el objeto de ocultar o encubrir el origen ilícito de los bienes o de ayudar a cualquier persona que participe en la comisión del delito a eludir las consecuencias jurídicas de sus acciones (arts.3,3,b),i).

Como el estudio pormenorizado de las figuras lo haremos en relación a los Reglamentos Modelo, sólo nos limitaremos ahora a señalar brevemente las características principales de los tipos.

El delito de lavado strictu sensu, consiste pues, según sus verbos nucleares, en "convertir" o "transferir" bienes procedentes del tráfico ilícito de drogas. Convertir es invertir, transformar o de cualquier forma transmutar los efectos del delito, especialmente el dinero que de él proviene, incorporándolos o sustituyéndolos por otros bienes de procedencia en principio lícita, como es el caso de utilizar el dinero obtenido en el tráfico de estupefacientes para adquirir una vivienda o un avión.

La transferencia es la remisión, el cambio de titular, de esos bienes, hacia otros destinos o personas. El caso típico es el de las empresas que realizan operaciones financieras, o de los Bancos, lo que lleva como consecuencia ineludible a reglamentar este tipo de actividades. La utilización por parte de los delincuentes de hombres de paja o empresas de fachada debe, por tanto, poder ser detectada y combatida eficazmente.

Este delito, en la formulación de la Convención, sólo puede ser cometido a título de dolo directo, esto es, de intención criminal ajustada al resultado. Requiere conciencia y voluntad de delinquir. Y esto, no sólo porque en el acápite del artículo 1 se exige geréricamente para todos los delitos que se "cometan intencionalmente", sino también porque en el cuerpo del tipo se requiere que esta conversión o transferencia se realice "a sabiendas", lo que excluye la culpa y el dolo eventual.

La formulación, en cierto modo restrictiva, se ve acentuada por la exigencia de un requisito subjetivo del tipo, que lo es, indudablemente, la finalidad de que la conducta se lleve a cargo "con objeto" de ocultación, encubrimiento del origen ilícito de los bienes, o de ayuda al delincuente. Esta reacción cubre los modos tradicionales del encubrimiento real y del personal, y con buen criterio, deja fuera la figura de la receptación, pues, todo encubrimiento habitual, sin duda alguna, configuraría actos de coparticipación, en el delito principal de que se trate, y se castigaría, por un principio de especificidad, con las penas del delito más grave.

El delito de lavado strictu sensu consiste, pues, en esencia, en convertir o transferir bienes de procedencia ilícita con finalidad de encubrimiento.

El segundo de los delitos de lavado o de lavado en sentido amplio, encarta a los tipos de "ocultar" o "encubrir" la naturaleza, el origen, la ubicación, el destino, el movimiento o la propiedad reales de bienes, o de derechos relativos a tales bienes, a sabiendas de que proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de acuerdo a la Convención, o de un acto de participación en tal delito o delitos:

En este caso, la ocultación o encubrimiento se autonomizan y toman la forma de un delito autónomo, no de referencia subjetiva del tipo como en el caso anterior.

Los terceros, adquirentes de bienes de procedencia ilícita o los que vendan propiedades o servicios a los narcotraficantes, o que actúen como prestanombres, con o sin beneficio personal (porque el ánimo de enriquecimiento no se exige por la figura), pueden incurrir en este delito que desplaza, por un razón también de especificidad, a las normas generales que se incluyen en los códigos penales sobre el encubrimiento, ya sea como una forma de la coparticipación criminal o como un delito independiente.

El texto de la Convención, como los anteriores sobre la materia, han optado (en igual temperamento siguen los R.M.) por incluir una serie grande de verbos típicos, lo que plantea problemas de determinación de a qué figura corresponden las conductas concretas objeto de juzgamiento. Esto se explica, y debe ser considerado en la perspectiva de la Convención, que naturalmente tuvo que elaborar un texto aceptable para diferentes culturas y tradiciones, de modo que, cada legislador pueda tomar, de la misma, los elementos que sean más acordes con su propio sistema.

Expresamente se señala, en este sentido, en el artículo 3.1 que "las partes adoptarán las medidas necesarias, comprendidas las de orden legislativo y administrativo, de conformidad con las disposiciones fundamentales de sus respectivos ordenamientos jurídicos internos".

Es por eso que se debe ser cuidadoso al legislar y adoptar estas propuestas a los derechos de cada país, tratando de reducir al mínimo las posibilidades de duplicación de disposiciones u otras perplejidades que luego puedan producir dudas a los encargados de aplicar la ley y puedan servir a los intereses de los delincuentes que siempre buscarán en las lagunas de la ley y los intersticios concernientes a sus intereses.

Es por todo esto que, en el literal c) del artículo 3, se establece que, a reserva de sus principios constitucionales y a los conceptos fundamentales de su ordenamiento jurídico, las Partes tipificarán también como delito *"la adquisición, la posesión y la utilización de bienes, a sabiendas, en el momento de recibirlos, de que tales bienes proceden de alguno o algunos de los delitos"* previstos o de un acto de participación en tal delito o delitos.

Es este artículo, el que llevará luego al *Reglamento Modelo* sobre lavado, a regular la situación de los terceros de buena fe, en la forma que se considerará infra.

En lo que refiere a la sustancia del R.M. sobre Precursores Químicos y otros, la Convención de Viena previó el delito de *"fabricación", "transporte" o "distribución"* de equipos, materiales o de las sustancias a que se refieren los cuadros I y II anexos al texto, a sabiendas de que se van a utilizar en el cultivo, la producción o la fabricación ilícitos de estupefacientes o sustancias sicotrópicas o para dichos fines.

En rigor, estas serían formas de coparticipación en los delitos clásicos de tráfico ilícito de drogas, que vienen ahora a autonomizarse con lo que, en buena medida, se pueden evitar argucias y dificultades en el momento de juzgar a estos delincuentes.

Los cuadros incluidos en el R.M. para el Control de Precursores y otras sustancias, son mucho más completos que los de la Convención de Viena y serán considerados en su momento.

Otra figura prevista por la Convención, consiste en la *"posesión de equipos o materiales o sustancias ennumeradas en el Cuadro I y en el Cuadro II, a sabiendas de que se utilizan o se habrán de utilizar en el cultivo, la producción o la fabricación ilícitos de estupefacientes o sustancias sicotrópicas o para tales fines"*.

En definitiva, cuatro verbos nucleares: *"fabricar, transportar, distribuir y poseer"* equipos, materiales o sustancias de los cuadros I y II, rectoran todo lo referente a Precursores y Anexos, siempre que tales conductas se realicen *"a sabiendas"* del destino ilícito del producto.

Peró, como entre esas sustancias están por ejemplo, el éter, la acetona (y hasta el alcohol y la soda cáustica en el R. M.), solventes de amplio uso legal y como su simple posesión puede ser criminal, se hace imprescindible una rigurosa reglamentación que coloque exactamente en su posición de garantes a los productores, fabricantes, importadores y otros sujetos dedicados a este tipo de actividad.

Por eso, el artículo 12 de la Convención, se refiere expresamente a las "sustancias que se utilizan con frecuencia en la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas", estableciendo que las Partes deberán adoptar medidas "para evitar la desviación de las sustancias que figuran en los cuadros I y II", en cuyo mérito deberán vigilar la fabricación y distribución de las mismas, estableciendo incluso un sistema de vigilancia de su comercio internacional.

Las normas generales para todos los delitos, referidas a la "instigación" o la "inducción" públicas, por cualquier medio, para cometerlos, alcanzan, como es natural, a las figuras de lavado y sobre prescursores.

La exigencia de la publicidad de la instigación o inducción es un severo límite para la aplicabilidad de esta disposición como norma específica. La razón que vemos para ello es que, estas conductas realizadas en forma no pública, quedan atrapadas por formas de coparticipación criminal, ya sea como autores mediatos (según la teoría del dominio del hecho) ya sea como coautores, en todo lo cual, rigen los principios generales del derecho penal.

La inducción refiere a la excitación del impulso criminal a una persona determinada, mientras que la inclinación se hace a un número indeterminado de personas, al público en general, de modo que cualquiera pueda verse inclinado a delinquir.

Va de suyo que el castigo excepcional que se prevé para la participación, la asociación, la confabulación, la tentativa, a asistencia, la incitación, la facilitación o el asesoramiento (art. 3. c) iv), rigen en toda su intensidad para los delitos específicos de nueva factura que consideramos en esta exposición.

El antecedente más directo de los R.M. en consideración, lo constituye la "Declaración y el Programa de Acción de Ixtapa" aprobado en la *Reunión Ministerial sobre el Consumo, la Producción y el Tráfico ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas -Alianza de las Américas Contra el Narcotráfico*, celebrada en esa ciudad de México, del 17 al 20 de abril de 1990.

La Asamblea General de la O.E.A., por su parte, en el vigésimo período ordinario de sesiones celebrada en Asunción, Paraguay, del 4 al 9 de junio de 1990, recomendó a los Estados Miembros, la adopción de las medidas establecidas en el Programa de Acción de Ixtapa, que enfatizó la necesidad de una legislación que tipifique como delito toda actividad referente al lavado de activos relacionados con el tráfico ilícito de drogas y que posibilite la identificación, el rastreo, la aprehensión, el decomiso y la confiscación de esos activos, lo que supone el control estricto sobre Bancos e instituciones financieras, para impedir que, a través de ellos, se lleven a cabo las maniobras que se pretenden



interdictar, así como una reformulación de los sistemas sobre el secreto bancario de modo de no entorpecer la aplicación efectiva de la ley.

Hubo, en Ixtapa, una recomendación expresa, adoptada por la Asamblea General, que encomendó a la CICAD (Comisión Interamericana para el Control y Abuso de Drogas), la integración de un grupo interamericano de expertos para elaborar reglamentos modelo que podrían adoptar los Estados de conformidad con la *Convención de Viena de las Naciones Unidas*, de 1988, de cuyo fructífero y esmerado trabajo resultaron los dos Reglamentos que tenemos a consideración.

Retificando esta tendencia en el área americana debe señalarse que los Presidentes del Grupo de Río, en la IV Cumbre del Mecanismo Permanente de consulta y Concertación Política, celebrada en Venezuela del 11 al 12 de octubre de 1990, dispusieron, a través de la "Declaración de Caracas", la creación de una Comisión de Expertos Juristas para que diseñaran un *marco legal* penal que sirviera de abase para armonizar la legislación nacional contra el narcotráfico en todos los países miembros.

El Informe Final de la Primera Reunión del Comité de Juristas designado por aquellos Gobiernos, reunidos en Bogotá, Colombia, el 12 y 13 de septiembre de 1991, dijo que es urgente adecuar la normativa vigente en materia de estupefacientes y sicotrópicos a las nuevas situaciones delictivas que plantea el narcotráfico, intensificando los esfuerzos para diseñar un marco legal penal que incorpore, entre otras, normas contra el lavado de dinero.

Al momento actual, si bien estas figuras no están tipificadas en todos los países, la tendencia, por lo menos en el área americana, es a incorporarlas en el arsenal represivo de los Estados, como lo han hecho, por ejemplo, en materia de lavado: Bahamas (Estatuto de Detección y Recomiso de ganancias provenientes del tráfico de drogas de 6.1.87); Canadá (Código Penal de 1988); Costa Rica (Ley del 2.5.88); Ecuador (Ley del 17.9.90); México (Código Fiscal de la Federación de 1.1.90); Estados Unidos (Leyes de 1986 y sus enmiendas de 1988 y 1990), y Venezuela (Ley Orgánica Sobre Sustancias, Estupefacientes y Sicotrópicas de 17.7.84).



I. Breve Análisis de algunas Normas en el Continente Americano sobre el Delito de Lavado de Dinero.

Ofrecemos a continuación, algunas referencias sobre la legislación de los países antes mencionados, que tienen tipificado como delito el lavado de dinero.

Para Bahamas, se tipifica como delito el acto de facilitar el control y la retención de bienes de una persona por otra, como en el caso del encubrimiento. Es delito la celebración o participación en un arreglo, por el cual, se facilite la retención o el control de las ganancias provenientes del tráfico de drogas o través del que se utilicen, en beneficio de alguien, para adquirir bienes. En cuanto a la intencionalidad de la conducta, se requiere el conocimiento de la comisión de un acto de narcotráfico o de la procedencia ilícita de los bienes, pero es suficiente la mera sospecha de esas situaciones, lo que daría cabida a hipótesis de dolo eventual, amplificando la exigencia clásica del dolo directo.

En Canadá, se castiga cualquier tipo de gestión destinada a ocultar o convertir bienes procedentes de ciertos delitos (no sólo del narcotráfico), siempre que se hiciera con conocimiento del origen ilícito de los bienes, fijándose una pena de hasta 10 años de reclusión.

Costa Rica considera criminal todo acto de adquisición, posesión o transferencia tendiente a ocultar el origen de los bienes procedentes de actividades de narcotráfico y conexas, lo que se castiga con pena de 8 a 15 años de prisión, rigiendo el principio de que nadie puede alegar ignorancia de la ley, respecto de la intencionalidad de la acción.

Ecuador tipificó como delito la conversión o transferencia de bienes o valores que procedan de la ejecución de las actividades relativas al narcotráfico y la utilización, blanqueo o lavado de los recursos obtenidos de la producción o tráfico ilícito de las sustancias sujetas a fiscalización, según su reglamentación, castigándose con una pena conjunta de prisión de 4 a 8 años y multa.

En México es delito todo tipo de transacción para ocultar el origen o destino de los bienes, lo que se castiga con reclusión de 3 a 9 años.

Los Estados Unidos definieron como delito, toda transferencia financiera por más de US\$10,000 con conocimiento del origen ilícito de los bienes, así como para las instituciones financieras, el eludir la obligación de reportar toda transferencia superior a los US\$10,000, lo que se castiga con penas de prisión y de multa conjuntamente.

Finalmente, en Venezuela se castiga el comercio ilícito, todo tipo de intervención y de beneficio económico que se obtenga del producto de la comercialización ilícita de sustancias sicotrópicas o estupefacientes a que se refiere la ley especial, lo que se castiga con prisión de 10 a 20 años. Estas figuras pueden ser ejecutadas por el propio agente o por interpuesta persona, considerándose tales a aquellas que, sean naturales o jurídicas, aparezcan como propietarias o poseedoras de dinero, títulos, acciones, valores, derechos reales o personales, cosas muebles o inmuebles, cuando surja la presunción grave de que fueron adquiridos con el producto de la comercialización ilícita de las sustancias o las materias primas a que se refiere la ley de estupefacientes.

II. El Reglamento Modelo sobre Delitos de Lavado de Dinero relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas y Delitos Conexos.

a) Antecedentes

En Punta del Este, Uruguay, se desarrolló, del 10 al 13 de marzo de 1991, el undécimo período de sesiones de la CICAD, donde se consideró y se dispuso elevar a la Asamblea General de las Naciones Unidas, el *Reglamento Modelo sobre Delitos de Lavado de Dinero relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas y Delitos Conexos*, elaborado por un Grupo de Expertos, según lo que consignamos con anterioridad.

Se cumplimentó de tal modo lo dispuesto por la Asamblea General de la OEA, en su vigésimo período de sesiones (Asunción, Paraguay 1990), que recomendó a los Gobiernos la adopción de las medidas indicadas en el "Programa de Acción de Ixtapa" (México, 1990), así como la ratificación o la adhesión, según el caso, de la *Convención de las Naciones Unidas Contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas* (Viena, 1988) para todo lo cual, encomendó a la CICAD, la constitución de un Grupo de Expertos para elaborar los *Reglamentos Modelos* del caso.

Estos postulados y principios, reiteran los objetivos del Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro, de la Declaración de Guatemala "Alianza de las Américas Contra el

"Narcotráfico" y de las prioridades establecidas en la Resolución (AG/RES.935) *Declaración y Acuerdos de Cartagena*, en la *Declaración Política y Programa Mundial de Acción* dedicado a la cuestión de la cooperación internacional contra la producción, oferta, demanda, tráfico y distribución ilícitos de estupefacientes y sicotrópicos aprobados en la XVII Sesión Extraordinaria de la Asamblea General de las Naciones Unidas y por la Conferencia Cumbre Ministerial Mundial para reducir la Demanda de Drogas y Combatir la Amenaza de la Cocaína.

El Grupo de Expertos celebró seis Reuniones desde el 26 de noviembre de 1990, hasta el 6 de marzo de 1992, cuatro de ellas en la ciudad de Washington y, las dos últimas, en San José, Costa Rica y en Montevideo, Uruguay, respectivamente, al cabo de cuyo fructífero trabajo, produjo el *Reglamento Modelo* que es objeto de nuestra consideración.

b) Consideraciones generales y estructura del Reglamento Modelo

Este *Reglamento Modelo* ha tenido en cuenta, muy especialmente, los distintos sistemas jurídicos imperantes en la región interamericana, tratando de conciliarlos en lo posible, o permitir, por lo menos, que le mismo, tuviera tal flexibilidad que pudiera ser adaptado a cada situación en particular.

Los expertos trataron de que sus disposiciones no colindaran con ninguno de aquellos sistemas (anglosajones, continentales europeos y mixtos) y permitieran, al mismo tiempo, a cada uno de los Estados, adaptar las disposiciones y sugerencias del Reglamento a sus respectivos sistemas jurídicos, tradiciones y necesidades.

Resulta así, un texto armónico, pero no cerrado, que permite conciliar, dentro de un plan general de lucha contra el narcotráfico y conductas conexas, las necesidades propias de los distintos países, considerando, además, las particularidades sustantivas y adjetivas de los sistemas de origen anglosajón y continental europeo, sin perjuicio de los diferentes sistemas mixtos que en el curso de los años se han ido formando en los países americanos.

El Reglamento consta de 19 artículos, que podemos agrupar de la siguiente manera:

I) Definiciones (art.1)

II) Delitos:

- 1) De lavado (art.2)
- 2) De las instituciones financieras incumplidoras (art. 14.3)

III) Normas sobre Decomiso de bienes (art. 4 a 8)

IV) Regulación de Instituciones y Actividades Financieras (arts. 9 a 17 y 19)

V) Normas sobre Cooperación Internacional (art. 18)

c) Definiciones operativas

El Reglamento Modelo sigue, en este artículo 1, las pautas de la *Convención de las Naciones Unidas Contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas*, suscrita en Viena, Austria el 20 de diciembre de 1988, y que entró en vigor el 11 de noviembre de 1990, en orden a establecer una serie de definiciones que "salvo indicación en contrario" se aplicarán con exclusividad a todo el texto del Reglamento como señala el acápite del art. 1.

Algunas de ellas son idénticas a las establecidas en la "Convención" (definida a su vez en el numeral 2 del artículo 1). En tal caso, encontramos los términos:

"bienes" (art. 1, g) de Viena; art. 1,1 R.M.)  
"decomiso" (art. 1, f) Viena; art. 1,3 R.M.) y  
"embargo preventivo" o "incautación" (art. 1,1 Viena; art. 1,4 R.M.)

Otras tienen apenas pequeñas variantes de redacción a saber:

"producto" o "productos" (art. 1,p) Viena; art. 1,7 R.M.)  
"tráfico ilícito" (art. 1,m) Viena; art. 1,7 R.M.)

Hay dos términos objetos de definición que son absolutamente novedosos con respecto a la "Convención". Ellos son:

"instrumentos" (art. 1,5 R.M.) y  
"personas" (art. 1,6)

El más interesante de ellos, por su novedad y aspectos que involucra es, naturalmente, el de "persona", por la cual se entiende a "todos los entes naturales o jurídicos susceptibles de adquirir derechos o contraer obligaciones, tales como una corporación, una sociedad colectiva, un fideicomiso, una sucesión, una sociedad anónima, una asociación, un sindicato financiero, una empresa conjunta u otra entidad o grupo no registrado como sociedad".

Esta definición abarca a los individuos de la especie humana y a los entes morales en toda la extensión imaginable, incluyendo a cualquier sociedad de hecho y cualquier agrupación de individuos.

También cabe mencionar, por su trascendencia en el contexto del reglamento el amplísimo contenido de la expresión "bienes" concebidos como los "activos de cualquier tipo, corporales o incorporeales, muebles o raíces, tangibles o intangibles y los documentos o instrumentos legales que acrediten la propiedad u otros derechos sobre dichos activos".

d) El delito de lavado.

El *Reglamento Modelo* describe en su artículo 2, las conductas que tipifican los diferentes "delitos de lavado", los cuales, junto con el delito previsto en el artículo 14. No 3, respecto de las instituciones financieras, constituyen la parte medular de esta exposición.

De lo que se trata, siguiendo los lineamientos de la "Convención", es de "privar a las personas dedicadas al tráfico ilícito del producto de sus actividades delictivas y eliminar así su principal incentivo para tal actividad". ya que, como es sabido "el tráfico genera considerables rendimientos financieros y grandes fortunas que permiten a las organizaciones delictivas transnacionales invadir, contaminar y corromper las estructuras de la administración pública, las actividades comerciales y financieras lícitas y la sociedad a todos sus niveles".

Los delitos de lavado reconocen tres modalidades principales, que involucran nueve verbos típicos. A saber: a) convertir, transferir; b) adquirir, poseer, tener, utilizar; c) ocultar, encubrir o impedir la determinación de bienes producto de un delito de tráfico ilícito o delitos conexos, los cuales, aparecen descritos en los numerales 1, 2 y 3 del citado art. 2.

El delito de lavado, propiamente dicho, o lavado strictu sensu, como lo hemos denominado más arriba al estudiar la fuente directa de esta disposición que proviene del art. 3.1, b) i), de la Convención; consiste en convertir o transferir dichos bienes a sabiendas de su procedencia ilícita.

Las diferencias más notorias, respecto de su fuente original, en un sentido de mayor severidad, consisten en que, para el *Reglamento Modelo*:

a) en cuanto al elemento subjetivo del tipo, el mismo se amplía a otras posibilidades diferentes del simple dolo directo, ya que, el delito, se puede cometer a sabiendas, pero, también, "debiendo saber o con ignorancia intencional". La expresión "debiendo saber" coloca el juicio en la cabeza del Juez. es éste, al juzgar la conducta, el que debe apreciar, según lo que enseña la común experiencia, de acuerdo con los criterios de un hombre medio, si el sospechoso al tiempo del acto, "debía saber" que los bienes convertidos o transferidos eran producto de un delito de tráfico o conexos. El giro "ignorancia intencional" fue introducido para lograr el consenso con delegaciones procedentes de países de derecho anglo-sajón, pues, esta expresión, <sup>equivalente a la del</sup> "debiendo saber", se adaptaría mejor a su jurisprudencia y tradiciones. <sup>El</sup> ejemplo manejado fue el siguiente: el propietario de una empresa de aviones de alquiler que no toma las medidas adecuadas para conocer las rutas, los arrendatarios y la carga que se llevará en sus aparatos, habría preferido no saber que se llevaba, pongamos por caso, un cargamento de coca a un aeropuerto clandestino, lo que configuraría un típico caso de "ignorancia intencional". En realidad, a nuestro juicio, toda la teoría de los delitos de omisión y, en especial, lo que se refiere a la posición de garante de ciertas personas, respecto a la incolumidad del bien jurídico cubren con holgura esta situación, por lo que recomendamos, a los países de tradición continental europea, la adopción de la primera fórmula, esto es, la que refiere a "debiendo saber".

En un proyecto de ley uruguaya, de la que soy coautor (junto con el Dr. Alvaro Eguren, nuestro experto en la CICAD) definimos la figura del siguiente modo: "El que, conociendo o debiendo conocer su procedencia ilícita, convirtiera o transfiriera bienes, productos o instrumentos procedentes de cualquiera de los delitos previstos por esta ley o delitos conexos" será castigado con tal pena.

La ampliación que comentamos, dispuesta en el Modelo elaborado por la CICAD, es de extrema importancia, especialmente en lo que se refiere a los Bancos y empresas financieras, cuyas actividades, que serán reguladas con minuciosidad, permitirán suponer que "debieron conocer" aplicando un mínimo de celo en su trabajo, la procedencia de los bienes. Si deben conocer es porque existe una obligación y un deber de conocer, el cual, puede derivar de la profesión que se ejerce, del régimen de autorizaciones y licencias bajo el que funciona, de un contrato o de un hacer precedente. Todo ello, como es lógico, sin perjuicio de la prueba en contrario que destruya la presunción de conocimiento impuesta por la ley, lo que involucra, en cierto sentido, un grado de inversión de la carga de la prueba.

En puridad lo que podría probar el indagado no es que no sabía, sino que *no debía saber*, que respecto de su persona no existía una obligación de garantizar la seguridad del bien jurídico protegido.

b) La otra modificación, respecto de lo dispuesto por la Convención, es no exigir una finalidad específica de ocultación o encubrimiento, bastando el convertir o transferir a sabiendas, o debiendo conocer, para perfeccionar la figura, sean cuales fueren los motivos, intenciones o finalidades del actor.

El segundo de los delitos de lavado, incluido en el *Reglamento Modelo*, tiene por fuente el delito previsto en el art. 3,1.c), i) de la Convención, siguiéndose también aquí el formulismo ya comentado sobre que la acción debe cometerse "*a sabiendas, debiendo saber o con ignorancia intencional*" la procedencia ilegal.

El delito consiste en adquirir, poseer, tener o utilizar dechos bienes, los cuales, según la definición de "bienes" del art. 1,1), son los "activos de cualquier tipo, corporables o incorporables, muebles o raíces, tangibles o intangibles, y los documentos o instrumentos legales que acrediten la propiedad u otros derechos sobre dichos activos".

Se agrega un verbo nuclear "*tener*" y no se especifica que el conocimiento deba existir "en el momento de recibir" los bienes.

La primera modificación es explicativa y trata de cubrir las situaciones en que las legislaciones dan un término preciso a la vez "*poseer*" en el sentido civil o privatístico de la palabra "*posesión*". Es posible que sea redundante, pues, todo el que posee tiene, pero no es menos cierto que la profusión de verbos típicos en este tipo de leyes (y más si se trata de Reglamentos Modelo o Reglamentos Tipo), tiene por finalidad cubrir todas las posibilidades o modalidades de acción, por lo cual, el sentido de la propuesta es muy claro y no cabe dar lugar a ninguna duda. El solo hecho de tener en su poder por parte de una persona, de bienes de procedencia del tráfico de estupefacientes y conexos, es declarado criminal, siempre que se tuviera conocimiento o se debiera saber esta situación ilícita.

La eliminación de la exigencia de que ese conocimiento exista "en el momento de recibir" los bienes, es, a mi juicio, correcta, toda vez que el delito debe consumarse con la conjugación del verbo nuclear, siendo intrascendente el momento de recepción efectiva de los bienes. La más ajustada redacción del *Reglamento Modelo* permite castigar etapas anteriores al Comienzo de ejecución, con lo que la confabulación (o conspiración) para adquirir, poseer, tener o utilizar estos bienes, quedaría también atrapada en mérito al mecanismo amplificador del No 4 del art. 2 del R.M. que veremos infra.



El tercer delito de lavado, se adapta a lo que hemos denominado delitos de lavado en sentido amplio, cuya fuente es la Convención en su art. 3,1,b),ii) y lo comete la persona (en el sentido del R.M.) que "oculte, encubra o impida la determinación" real de la naturaleza, el origen, la ubicación, el destino, el movimiento o la propiedad de bienes, o de derechos relativos a tales bienes, a sabiendas, o con ignorancia intencional, de que son procedentes del tráfico ilícito.

Se agrega la expresión relativa al impedimento de la determinación de los bienes, lo que tiene, a nuestro criterio, una razón aclaratoria, pues, quien impide, oculta o encubre, por lo que la disposición tiene por finalidad excluir todo tipo de interpretación o argucia que busque, en los intersticios de la ley, aludir el castigo.

Al establecerse estas figuras con autonomía de los tipos comunes encartados en el Código Penal sobre el encubrimiento, se darán casos de concurso aparente de leyes, por cuanto prevalecerá la figura especial sobre la general y, seguramente, el tratamiento punitivo será mucho más severo.

El numeral 6 del art.2 establece, en cuanto a la concurrencia eventual con delitos de tráfico ilícito, lo siguiente: *"Los delitos tipificados en este artículo, serán investigados, enjuiciados, fallados o sentenciados por el Tribunal, o la autoridad competente como delito autónomo de los demás delitos de tráfico ilícito o delitos conexos"*.

El numeral 4 considera delito la participación, la asociación o la confabulación; la tentativa, la asistencia, la incitación pública o privada; la facilitación o el asesoramiento respecto a cualquiera de los delitos previstos en el artículo 2, así como la ayuda a cualquier persona para eludir las consecuencias de sus acciones.

Esta disposición comprende acciones propias del encubrimiento personal, en su modalidad de ayuda para que el delincuente pueda eludir las consecuencias de sus acciones, esto es, una actividad posterior a la consumación, sin concierto previo, por la que se propende asegurar el beneficio o el resultado a estorbar las investigaciones de las autoridades, a sustraerse a la persecución de la justicia o a eludir el castigo.

También quedan atrapadas *todas las formas de coparticipación criminal* (autoría mediata, inmediata, coautoría o complicidad), la asociación para cometer delitos de lavado de dinero tanto strictu como amplio sensu e incluso momentos anteriores al comienzo de ejecución como son los casos de conspiración o confabulación, como establece este apartado del Reglamento.



La incitación pública o privada a realizar este tipo de conductas, también queda configurada como figura autónoma, siguiendo, lo que ya es clásico en la lucha contra el abuso de las drogas, la tentativa queda parificada a la consumación.

Los demás verbos "asistir", "facilitar" y "asesorar" deben ser vistos en el apectiva apuntada más arriba, como normas residuales que atrapen a todas las conductas que no sean de coparticipación, asociación, confabulación o ayuda, si es que esto es posible, debiendo, el legislador de cada Estado, considerar incluir la fórmula amplia del R.M. aunque resulte superfetada y superabundante, o bien, optar por una redacción quizás más depurada técnicamente, de acuerdo a cada tradición y modalidad legislativa o sistema jurídico de cada nación.

Y esto, porque bien puede decirse que es difícil imaginar casos en que puedan aplicarse estos verbos autónomamente, toda vez que quien asiste, facilita o asesora es un verdadero partícipe del hecho del princeps, y en puridad su situación se podría resolver sin mayores dificultades, según las reglas generales del concurso de delincuentes.

Razones de índole procesal pueden aconsejar, como lo creemos, el temperamento seguido por el Grupo de Expertos que tan cuidadosamente han elaborado este Reglamento. En efecto, el numeral 6 del art. 2, que comentamos, establece expresamente: *"Los delitos tipificados en este artículo, serán investigados, enjuiciados, fallados o sentenciados por el tribunal o autoridad competente como delito autónomo de los demás delitos de tráfico ilícito o delitos conexos"*. Habrá entonces, reiteración de delitos (o cualquier otra modalidad del concurso de delitos) y las legislaciones podrán enjuiciar estas figuras por tribunales económicos, allí donde existan, o tribunales especializados que se creen al efecto.

Además, el juicio de estos delitos, no requiere el enjuiciamiento de los delitos de tráfico por los tribunales del mismo país. Por ejemplo, un delito de lavado de dinero en el país A, puede ser enjuiciado por sus tribunales, aunque la producción y el consumo de estupefacientes se hayan producido en terceros países. Sólo se requerirá colaboración internacional para obtener las pruebas del origen ilícito del dinero, pero es perfectamente concebible que los traficantes sean juzgados en una jurisdicción y los "lavadores" en otra. A esto se refiere específicamente el art. 3 sobre la competencia.

Finalmente, dentro del art. 2, debe señalarse el importantísimo numeral 6, que estatuye que *"el conocimiento, la intención o la finalidad requeridos como elementos de cualesquiera de los delitos previstos en este artículo podrán inferirse de las circunstancias objetivas del caso"*.

De tal modo, los Jueces tendrán elementos de común experiencia para poder determinar si el sujeto sabía, o debía saber, el origen espúreo de los bienes de que se trata. Harán un juicio de razonabilidad y no quedarán aherrojados por las declaraciones tendenciosas interesadas de los indagados, los cuales, difícilmente admitirán que actuaron con mens rea.

Es obvio, en tal caso, a nuestro juicio, que los justiciables tendrán oportunidad de probar su desconocimiento efectivo, recayendo sobre ellos la carga de la prueba de su inocencia.

Esto no vulnera el principio de inocencia por cuanto sólo cuando exista indicios poderosos de culpabilidad, de acuerdo a circunstancias objetivas, realmente existentes en el caso, los jueces podrán inferir el conocimiento, la intención o la finalidad requeridas por la ley. Y, cuando ello ocurra, el indiciado podrá destruir esa inferencia, acreditando fehacientemente su ignorancia, su falta de intención o su falta de intención criminal.

e) Delito a cargo de las instituciones financieras

El artículo 14, No 3, del R.M. establece: "*Comete delito penal la institución financiera, sus empleados, funcionarios, directores, propietarios u otros representantes autoidizados que, actuando como tales, deliberadamente no cumplan con las obligaciones establecidas en los artículos 10 a 13 del presente Reglamento, o que falseen o adulteren los registros o informes aludidos en los mencionados artículos*".

El delito consiste, entonces, en el incumplimiento intencional de obligaciones o en el falseamiento o adulteración de registros o informes.

Esta norma de segundo grado se complementa, obviamente, con el resto de las disposiciones que regulan la actividad de este tipo de instituciones, quedando claramente establecida, especialmente en la primera modalidad, la posición de garantes que asumen dichas instituciones y sus responsables, respecto de la salvaguarda del bien jurídico protegido en la amplia acepción que indicamos al comienzo de esta exposición.

Cada legislación podrá adoptar, respecto del sujeto activo, la formulación que sea más adecuada a su sistema. Así, los países que reconocen como un principio básico el del societas delinquere non potest, o sea, en de la irresponsabilidad penal de los entes morales o personas jurídicas, podrán adoptar esta disposición refiriéndola a las personas físicas responsables, sean ellos directores, propietarios, gerentes, administradores o simples empleados o funcionarios, siempre que actúen deliberadamente, esto es, con dolo o intención criminal.

El concepto de instituciones financieras está dado por el art. 9 en una formulación amplísima que comprende no sólo las instituciones financieras propiamente dichas, como los Bancos, casas de corretaje y negociación de valores o casas de cambio o venta de divisas, sino también por las personas que realicen actividades financieras, las que se asimilan a dichas instituciones, tales como los que se dedican a canje de cheques, operaciones con giros postales, transferencias de fondos o, en definitiva, a "cualquier otra actividad sujeta a supervisión por las autoridades bancarias o financieras".

Con estas figuras delictivas se pretende cumplir con el Punto 6 de la "Declaración y Programa de Acción de Ixtapa" que postulaba que en el R.M. se incluyeran normas para "impedir el uso de los sistemas financieros para el lavado, conversión o transferencia de activos relacionados con el tráfico ilícito de drogas".

Las obligaciones a cargo de las instituciones financieras, cuyo incumplimiento configura delito, refieren fundamentalmente a:

- 1) Identificación de los clientes y mantenimiento de los registros (art. 10)
- 2) Disponibilidad de los registros (art. 11)
- 3) Registro y notificación de transacciones en efectivo (art. 12)
- 4) Comunicación de transacciones financieras sospechosas (art. 13)

Sin que esta lista pretenda ser taxativa, pueden identificarse como delitos de las instituciones financieras los siguientes:

- mantener cuentas innominadas, anónimas o bajo nombre ficticio (a. 10,1)
- no registrar ni verificar la identidad de los clientes (a. 10,2)
- no asegurarse de la verdadera identidad de los clientes en caso de duda de que actúen en beneficio ajeno (a. 10,3)
- no informar a las autoridades en los plazos fijados (a. 11,1)
- revelar ilegalmente que se les ha solicitado información por parte de la autoridad (a. 11,2)
- no registrar las transacciones en los formularios diseñados por la autoridad (a. 12,1 y 2)
- no comunicar a la autoridad las transacciones sospechosas (a. 13)

El art. 15 establece un programa mínimo de cumplimiento obligatorio, bajo sanción administrativa y no penal, por parte de las instituciones financieras, para precaver y detectar los delitos de lavado previstos en el art. 2, que incluyen normas sobre nivel

de integridad de su personal, sistemas de evaluación y capacitación del mismo y un mecanismo de auditoría para verificar el cumplimiento de los programas.

Las sanciones, en estos casos, van desde la multa hasta la revocación de la licencia de funcionamiento (art. 14,4)

El delito penal de falseamiento o adulteración de registros o informes, no plantea dificultades especiales, siendo la falsificación, la confección de los citados instrumentos en su totalidad en forma no legítima, mientras que la adulteración, consiste en la alteración de instrumentos verdaderos.

f) Normas sobre incautación y decomiso de bienes

Es evidente que, más allá del castigo de los delincuentes, si los Estados logran privar a las grandes organizaciones de sus ganancias, hacer vano su esfuerzo, inútil su riesgo y nulo su beneficio, el negocio del tráfico ilícito de estupefacientes, perderá todo sentido y se habrá logrado el éxito final sobre el delito.

De allí que el "Programa de Acción de Ixtapa" recomendó "dotar a las autoridades de los medios necesarios para identificar, rastrear, aprehender, decomisar y confiscar activos relacionados con el tráfico ilícito de drogas".

El art. 4 del R.M. establece la potestad de los tribunales, de disponer medidas cautelares sobre los bienes, productos o instrumentos, encaminados a preservar la disponibilidad de los mismos para su eventual decomiso.

La principal de estas medidas es la incautación de esos efectos referidos a delitos de tráfico ilícito o conexos, que también puede designarse con los nombres de embargos o secuestros.

El art. 5, por su parte, dispone lo referente al decomiso de bienes, productos e instrumentos, que comúnmente se conoce como efectos civiles del delito y que supone la confiscación de dichos bienes.

El "decomiso" es, precisamente definido por el R.M., como la "privación con carácter definitivo de algún bien" por decisión del Tribunal competente.

Cuando, por cualquier circunstancia, resultado de cualquier acto u omisión del condenado, no pudieren ser decomisados, el tribunal ordenará el decomiso o confiscación de otros bienes del condenado, por un valor equivalente, u ordenará al mismo que pague una multa por dicho valor.

Estas medidas, tanto la incautación preventiva como el decomiso definitivo, podrán incluso ser dispuestos respecto de bienes situados en la jurisdicción territorial del tribunal, cuando estén relacionados con un delito de tráfico ilícito o conexo, cometido en la jurisdicción nacional, también fuera, considerado como tal, según dispone el art. 8 del R.M.

Es decir que, a reserva del principio de la doble incriminación y, "conforme a derecho", un Estado puede colaborar con otro disponiendo este tipo de medidas por delitos cometidos fuera de la jurisdicción nacional. Para regular estas situaciones sería conveniente que se establecieran normas internacionales de cooperación internacional, tal como se sugiere en el art. 18, especialmente, en sus numerales 2 y 3, debiendo establecerse claramente cuál será el destino final de los bienes en estos casos.

El R.M. dispone también, cuál debe ser el destino de los efectos decomisados, en el caso de que no deban ser destruidos ni resulten perjudiciales para la población, previendo en el art. 7 varias posibilidades:

- retenerlos para uso oficial o transferirlos a las entidades públicas que hayan participado en el embargo o decomiso
- venderlos para luego disponer, como se indicó del producto, o depositarlos para el uso de las autoridades competentes en la lucha contra las drogas y también para el tratamiento y rehabilitación de drogadictos
- aplicar bienes, o el producido de la venta, en favor de entidades privadas dedicadas a prevención, tratamiento o rehabilitación
- transferir, según acuerdos internacionales, en favor de otro país que haya participado en la incautación o decomiso
- transferirlos a organismos intergubernamentales especializados.

De particular interés, resulta ser el art. 6, que preve la situación de los terceros de buena fe, respecto de los bienes a incautar o decomisar.

El principio general, para la aplicabilidad de los arts. 4 y 5 es que, medidas y sanciones "se aplicarán sin perjuicio de los derechos de los terceros de buena fe".

De tal modo se garantiza su derecho a la comparecencia en juicio, notificándose a todos aquellos que pudieren alegar un interés jurídico legítimo sobre los bienes, productos o instrumentos.

Pero, siguiéndose un criterio equivalente al utilizado respecto del conocimiento, la intención o la finalidad (art 2.5) que pudiera tener el delincuente, en los casos de delitos de lavado de dinero, se dispone que *"la falta de buena fe del tercero podrá inferirse a juicio del tribunal de las circunstancias objetivas del caso"*.

El Juez fallará por libre convicción, según una discrecionalidad reglada, de acuerdo a las pruebas y circunstancias del caso, debiendo disponerse la devolución a los terceros reclamantes cuando resulte su buena fe o, cuando el reclamante, hubiera acreditado fehacientemente que tiene un interés legítimo, que no tuvo participación criminal, que desconocía el uso ilegal de los mismos, que no le usó como testafierro u hombre de paja.

En puridad, a nuestro juicio, los cinco literales del numeral 4 del art. 6. son enunciativos, no acumulativos, y plasman hipótesis de casos claros de tercerías de buena fe.

A nuestro criterio, cuando, a juicio del tribunal, resulte acreditada la buena fe del reclamante, el Juez deberá disponer la devolución de los bienes. Si, a su juicio, existen dudas al respecto, procede el secuestro y decomiso, salvo que el tercero acredite los extremos a que se refieren los diferentes literales del artículo 4 mencionado.

g) Cooperación internacional y reserva o secreto bancario

El R. M. establece un marco muy amplio de colaboración internacional en materia de delitos de tráfico y conexos, debiendo, los Estados, cooperar tomando por parte de sus autoridades competentes, las medidas apropiadas a fin de prestarse asistencia (art. 18).

Ya hemos visto lo referente a recibir solicitudes y tomar medidas en cuanto a identificación, detección, embargo, incautación y decomiso de bienes, productos e instrumentos, al punto de que se establece específicamente que *"una orden judicial o sentencia firma*

que condene al decomiso expedida por un tribunal competente de otro Estado...podrá ser admitida como prueba de que los bienes, productos o instrumentos a que se refiere tal orden o sentencia pudieran ser sujetos a decomiso conforme a derecho".

Se trata, como se puede apreciar, de la eficacia de una sentencia de condena dictada en el extranjero, dentro de la jurisdicción territorial del país donde se encuentran los bienes.

En cuanto al *secreto o reserva bancaria* debe decirse que el R.M. lo regula en su artículo final, el No 19, diciendo: "las disposiciones legales referentes al secreto o reserva bancaria no será un impedimento para el cumplimiento del presente Reglamento cuando la información sea solicitada o compartida por un tribunal o autoridad competente, conforme a derecho".

También en este punto del Reglamento adopta el "Programa de Acción de Ixtapa" que aconsejaba "reformular los sistemas legales y reglamentarios para asegurar que las leyes sobre secreto bancario no impidan la aplicación efectiva de la ley".

En otras dos oportunidades el Reglamento se refiere a la reserva o secreto bancario: a) para decir que las disposiciones legales que lo regulan no serán un impedimento para el cumplimiento de la obligación que tienen las instituciones financieras de tener los registros a disposición de las autoridades (art. 11 No 4) b)) para edictar que dichas disposiciones no impedirán la cooperación internacional (art. 18.5).

- D) Estudio detallado de los Reglamentos Modelo preparados por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas, de la Organización de Los Estados Americanos, sobre Lavado de Dinero y Control de Precursores químicos y otras sustancias.

#### I. ANTECEDENTES

La Asamblea General de la OEA ha recomendado a los Estados Miembros, conforme a las disposiciones fundamentales de cada uno de ellos, la adopción de las medidas encartadas en este Reglamento Modelo, para controlar los precursores químicos, otros productos químicos, máquinas y elementos utilizados en la producción, fabricación, preparación, importación, exportación, distribución o cualquier otro tipo de transacción ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y otras de efecto semejante.



culo 1º. de esta ley, deberán previamente integrar la totalidad de la responsabilidad patrimonial neta mínima fijada por el Banco Central del Uruguay, dentro de los treinta días siguientes a la notificación de la autorización respectiva. De no realizarse la integración dentro de este plazo, quedará sin efecto la autorización otorgada.

Art. 13. Sin perjuicio de lo establecido en la ley 14.701, de 12 de setiembre de 1977, el Banco Central del Uruguay podrá establecer los caracteres materiales y las enunciaciones mínimas que deberán contener los documentos que utilicen las empresas e instituciones comprendidas en los artículos 1º. y 2º. de esta ley.

Art. 14. Con respecto a las empresas e instituciones comprendidas en el artículo 1º. de esta ley, el Banco Central del Uruguay podrá:

- a) Dictar normas para la registración de sus operaciones así como para la confección de los estados de situación patrimonial y demostrativos de resultados;
- b) Requerir que le brinden información con la periodicidad y bajo la forma que juzgue necesaria;
- c) Establecer una fecha única para el cierre de sus ejercicios económicos.

#### CAPITULO IV

##### Control, Orientaciones en el Funcionamiento

##### Limitaciones y Prohibiciones

Artículo 15. Las empresas e instituciones comprendidas en el artículo 1º. de esta ley, estarán sometidas al control del Banco Central del Uruguay, anterior, concomitante y posterior a su gestión.

El Banco Central del Uruguay ejercerá a su vez, por los medios que juzgue más eficaces, la vigilancia y orientación de la actividad financiera privada, fiscalizando el cumplimiento de las leyes y decretos que rijan tal actividad, así como las normas generales e instrucciones particulares que dicte. Para el ejercicio de tales cometidos no le será oponible lo dispuesto en el artículo 25 de la presente ley.

Con respecto a las instituciones comprendidas en el artículo 2º. de la presente ley, el Banco Central del Uruguay podrá ejercer las mismas facultades señaladas en el presente artículo y en el anterior, limitadas a la actividad de intermediación financiera, sin perjuicio de las que correspondan a los órganos constitucionales de control de su gestión financiera.

Para el cumplimiento de todos los cometidos que las disposiciones legales y reglamentarias confieren al Banco Central del Uruguay, este: a. Dispondrá de exámenes, inspecciones y de e. inspecciones; b. Sus funcionarios tendrán iguales fac. por los de la D. 1 y por el art. 53 de la ley 12.500.

Ley

9500095.



haber contribuido a provocar el desequilibrio señalado.

El Juzgado podrá disponer el levantamiento del embargo cuando considerare insuficientes los fundamentos aportados por el Banco Central del Uruguay o cuando en el plazo de sesenta días no se aportara la prueba de los hechos que le dieron mérito o cuando el embargado acredite, en cualquier momento la inexistencia de los hechos que motivaron la medida.

D. Ley 15.322

#### CAPITULO VI

##### Secreto Profesional

Artículo 25. Las empresas comprendidas en los artículos 1º. y 2º. de esta ley no podrán facilitar noticia alguna sobre los fondos o valores que tengan en cuenta corriente, depósitos o cualquier otro concepto, pertenecientes a persona física o jurídica determinada. Tampoco podrán dar a conocer informaciones confidenciales que reciban de sus clientes o sobre sus clientes. Las operaciones e informaciones referidas se encuentran amparadas por el secreto profesional y sólo pueden ser reveladas por autorización expresa y por escrito del interesado o por resolución fundada de la Justicia Penal o de la Justicia competente si estuviera en juego una obligación alimentaria y en todos los casos, sujeto a las responsabilidades más estrictas por los perjuicios emergentes de la falta de fundamento de la solicitud.

29 J  
PCC

No se admitirá otra excepción que las establecidas en esta ley.

Quienes incumplieren el deber establecido en este artículo, serán sancionados con tres meses de prisión a tres años de penitenciaría.

#### CAPITULO VII

##### Bolsa de Valores, Mercados a Término, Compañías de Seguros

Artículo 26. El Banco Central del Uruguay podrá reglamentar y controlar la organización y el funcionamiento de los mercados a término. La organización y el funcionamiento de las bolsas de valores serán reglamentados por el Poder Ejecutivo con asesoramiento del Banco Central del Uruguay.

Art. 27. El Banco Central del Uruguay podrá reglamentar y controlar la actividad financiera de las empresas de seguros.

9500095.

- 170 -

acta, pudiendo dejar las constancias que estime conveniente; si se negare a firmarla, así se hará constar por el funcionario actuante.

**Art. 46. (Información sumaria).** — Los actos hechos u omisiones constitutivos de infracción serán objeto de una información instruida por funcionario autorizado.

Si la existencia de la infracción no ofreciera dudas a juicio de la Dirección del organismo recaudador, se dará vista al interesado con término de quince días para deducir sus defensas y producir pruebas. Si el interesado no compareciera en plazo o lo hiciera sin solicitar diligencias probatorias, la Dirección resolverá sin más trámite; si hubiere ofrecido y producido pruebas, éstas se diligenciarán en un plazo no mayor de treinta días.

Lo dispuesto en este artículo no regirá en los casos de mora.

*CODIGO TRIBUTARIO: Ley 14.306 de 23.11.74*

**Art. 47. (Secreto de las actuaciones).** — La Administración Tributaria y los funcionarios que de ella dependen, están obligados a guardar secreto de las informaciones que resulten de sus actuaciones administrativas o judiciales.

Dichas informaciones sólo podrán ser proporcionadas a la Administración Tributaria y a los Tribunales de Justicia en materia penal, de menores, o aduanera cuando esos órganos entendieran que fuera imprescindible para el cumplimiento de sus funciones y lo solicitaren por resolución fundada.

La violación de esta norma aparea responsabilidad y será causa de destitución para el funcionario infidente.

**Art. 48. (Fecha de los escritos).** — La fecha de presentación de los escritos se anotará por el organismo recaudador en el acto de su recepción en una copia de los mismos que quedará en poder del interesado. A falta de esa constancia se estará a la fecha establecida en la nota de cargo.

**Art. 49. (Plazos).** — En los plazos mayores de 15 días se computarán días hábiles o inhábiles. Si durante su transcurso

9500095.

-171-

ANEXO VII

(Viene de p. 19 de Conf.  
de Serwiansky).



~~INSTITUTO DE ESTUDIOS ECONÓMICOS DE MONTEVIDEO~~

Mesa Redonda Sobre  
LA REFORMA DEL SISTEMA  
DE INTERMEDIACION FINANCIERA

Montevideo, 19 de noviembre de 1992

172 -

9500095.

TEXTO ORDENADO DEL DECRETO-LEY N° 15.322  
DEL 17 DE SEPTIEMBRE DE 1982 CON LAS MODIFICACIONES  
INTRODUCIDAS POR LA LEY N° 16.327 DEL 11 DE NOVIEMBRE DE 1992.(\*)

CAPÍTULO I

Actividades y Empresas Comprendidas

Artículo 1º. Toda persona pública no estatal o privada que realice intermediación financiera quedará sujeta a las disposiciones de esta ley, a los reglamentos y las normas generales e instrucciones particulares, que dicte el Banco Central del Uruguay para su ejecución.

A los efectos de esta ley, se considera intermediación financiera la realización habitual y profesional de operaciones de intermediación o mediación entre la oferta y la demanda de títulos valores, dinero o metales preciosos.

Art. 2º. Las instituciones estatales que por la índole de sus operaciones queden comprendidas en esta ley, estarán igualmente sujetas a sus disposiciones, a los reglamentos y a las normas generales e instrucciones particulares que dicte el Banco Central del Uruguay.

Para la aprobación o modificación de las cartas orgánicas y demás normas que rijan la actividad de las instituciones financieras del Estado, se oír previamente al Banco Central del Uruguay.

Art. 3º. Queda prohibido el uso de las denominaciones "banco", "bancario", derivados o similares, a las empresas privadas que no hubieran obtenido la autorización para realizar las operaciones del artículo 17 de esta ley.

La denominación que utilicen las empresas financieras no deberá dejar dudas acerca de su naturaleza e individualidad, a juicio del Banco Central del Uruguay.

El Banco Central del Uruguay podrá proponer al Poder Ejecutivo las medidas correctivas correspondientes frente a cualquier empresa, financiera o no, cuya denominación ofrezca dudas acerca de su naturaleza o posible actividad financiera.

(\*) Las modificaciones introducidas por la ley N° 16.327 aparecen en bastardilla.

173 -

9500095

*El Banco Central del Uruguay podrá disponer la clausura temporal de las empresas en infracción o su clausura definitiva, previa autorización del Poder Ejecutivo.*

Art. 4º. Las empresas financieras que tengan por exclusivo objeto la realización de operaciones de intermediación entre la oferta y la demanda de títulos valores, dinero o metales preciosos radicados fuera del país, estarán exoneradas de toda obligación tributaria que recaiga sobre su actividad, las operaciones de su giro, su patrimonio o sus rentas.

Su funcionamiento será regulado por la reglamentación que dicte el Poder Ejecutivo con el asesoramiento del Banco Central del Uruguay.

Art. 5º. *(El inciso primero fue derogado por el art. 3 de la ley Nº 15.768 del 13 de setiembre de 1985).*

Se faculta al Poder Ejecutivo a disponer la aplicación anticipada, total o parcial, del régimen establecido en el artículo 19 del Título 2 del Texto Ordenado 1979 a las empresas comprendidas en el artículo 1º. de esta ley. Asimismo, el Poder Ejecutivo queda facultado a aplicar para la liquidación de los impuestos a la Renta de la Industria y Comercio y al Patrimonio, los criterios de castigo y previsiones sobre malos créditos, de devengamiento de intereses de los mismos y de ajuste por inflación, establecidos por el Banco Central del Uruguay.

## CAPITULO II

### Autorización para Funcionar

Artículo 6º. *Las empresas comprendidas en el artículo 1º requerirán para funcionar autorización previa del Poder Ejecutivo, el que deberá resolver con la opinión favorable del Banco Central del Uruguay. Deberán contar, asimismo, para poder instalarse, con habilitación otorgada por el Banco Central del Uruguay. Para dicha autorización así como para la citada habilitación se tendrán en cuenta razones de legalidad, de oportunidad y de conveniencia. Los actos deberán ser fundados, apreciando especialmente la solvencia, rectitud y aptitud de la empresa solicitante.*

*Para la apertura de sucursales de las entidades de intermediación financiera ya autorizadas deberá recabarse exclusivamente la autorización previa del Banco Central del Uruguay. Si este no se pronunciara sobre el particular en un plazo de noventa días, se tendrá por concedida tal autorización.*

Art. 7º. Simultáneamente con la solicitud de autorización para instalarse, las empresas comprendidas en el artículo 1º. de esta ley depositarán en el Banco Central del Uruguay el equivalente al 20 por ciento (veinte por ciento) de la responsabilidad patrimonial neta mínima fijada por dicho Banco, de acuerdo con lo establecido en el

950095

174-

Artículo 11 de esta ley. Este depósito será devuelto, concédase o no la autorización solicitada, al tomarse resolución sobre la misma.

Las empresas autorizadas deberán iniciar su actividad dentro de los ciento ochenta días siguientes a la notificación de la resolución que autoriza su funcionamiento, quedando sin efecto dicha autorización si así no lo hicieran.

Art. 8º. Las autorizaciones para la instalación en el país de sucursales o agencias de empresas constituidas en el extranjero, que desarrollen algunas de las actividades previstas en el artículo 1º. de esta ley, estarán sujetas al requisito de que sus estatutos o reglamentos no prohiban a ciudadanos uruguayos formar parte de la gerencia, consejo de administración, directorio, o cualquier otro cargo superior, empleo o destino en la institución, dentro del territorio del Uruguay.

Art. 9º. Las fusiones, absorciones y toda transformación de las empresas comprendidas en el artículo 1º. requerirán autorización previa del Poder Ejecutivo al mero efecto de la prosecución de actividades o confirmación del giro. Deberá recubarse, asimismo, respecto de tales actos, el consentimiento previo y expreso del Banco Central del Uruguay.

Art. 10º. El número de autorizaciones para el funcionamiento de nuevos bancos no podrá superar anualmente el 10 por ciento (diez por ciento) de los existentes en el año inmediato anterior.

### CAPITULO III

#### Responsabilidad Patrimonial, Documentación, Contabilidad e Información

Artículo 11. El Banco Central del Uruguay fijará las responsabilidades patrimoniales netas mínimas que deberán mantener las empresas comprendidas en el artículo 1º. de esta ley, la forma de determinarlas y demás condiciones de aplicación.

El Banco Central del Uruguay fijará las responsabilidades patrimoniales netas mínimas que deberán mantener las empresas comprendidas en el artículo 1º. de esta ley, la forma de determinarlas y demás condiciones de aplicación.

El Banco Central del Uruguay sólo podrá fijar diferentes montos en atención a la especialidad de las operaciones que realicen las diversas empresas.

Dichas responsabilidad patrimonial neta mínima deberá radicarse necesariamente en el país y aplicarse a su giro.

Art. 12. Para poder comenzar a funcionar las empresas comprendidas en el artí-

500095

-175

Al 1º de esta ley, deberán previamente integrar la totalidad de la responsabilidad patrimonial neta mínima fijada por el Banco Central del Uruguay, dentro de los treinta días siguientes a la notificación de la autorización-respectiva. De no realizarse la integración dentro de este plazo, quedará sin efecto la autorización otorgada.

Art. 13. Sin perjuicio de lo establecido en la ley 14.701, de 12 de setiembre de 1977, el Banco Central del Uruguay podrá establecer los caracteres materiales y las enunciaciones mínimas que deberán contener los documentos que utilicen las empresas e instituciones comprendidas en los artículos 1º. y 2º. de esta ley.

Art. 14. Con respecto a las empresas e instituciones comprendidas en el artículo 1º. de esta ley, el Banco Central del Uruguay podrá:

- a) Dictar normas para la registración de sus operaciones así como para la confección de los estados de situación patrimonial y demostrativos de resultados;
- b) Requerir que le brinden información con la periodicidad y bajo la forma que juzgue necesaria;
- c) Establecer una fecha única para el cierre de sus ejercicios económicos.

#### CAPITULO IV

##### Control, Orientaciones en el Funcionamiento

##### Limitaciones y Prohibiciones

Artículo 15. Las empresas e instituciones comprendidas en el artículo 1º. de esta ley, estarán sometidas al control del Banco Central del Uruguay, anterior, concomitante y posterior a su gestión.

El Banco Central del Uruguay ejercerá a su vez, por los medios que juzgue más eficaces, la vigilancia y orientación de la actividad financiera privada, fiscalizando el cumplimiento de las leyes y decretos que rijan tal actividad, así como las normas generales e instrucciones particulares que dicte. Para el ejercicio de tales cometidos no le será oponible lo dispuesto en el artículo 25 de la presente ley. (Sector Financ.)

Con respecto a las instituciones comprendidas en el artículo 2º. de la presente ley, el Banco Central del Uruguay podrá ejercer las mismas facultades señaladas en el presente artículo y en el anterior, limitadas a la actividad de intermediación financiera, sin perjuicio de las que correspondan a los órganos constitucionales de control de su gestión financiera.

*Para el cumplimiento de todos los cometidos que las disposiciones legales y reglamentarias confieren al Banco Central del Uruguay, este:*

9500095

-176-

*Dispondrá de amplias facultades inspectivas y de fiscalización e investigación.*

- b) *Sus funcionarios tendrán, debidamente autorizados al efecto, iguales facultades, en lo pertinente, que los de la Dirección General Impositiva, pudiendo especialmente ejercer las prerrogativas y facultades establecidas en el artículo 53 de la Ley N° 12.804, de 30 de noviembre de 1960, en la redacción dada por el artículo 1° de la Ley N° 13.032, de 7 de diciembre de 1961.*

Art. 16. Con respecto a las empresas e instituciones comprendidas en los artículos 1° y 2° de esta ley, el Banco Central del Uruguay podrá:

- a) *Establecer un encaje mínimo obligatorio sobre los depósitos. El encaje sólo podrá estar constituido por la tenencia efectiva de billetes y monedas en circulación, por depósitos en el Banco Central del Uruguay y por la tenencia de metales preciosos;*
- b) *Reglamentar las modalidades de captación de recursos;*
- c) *Dictar normas generales e instrucciones particulares tendientes a mantener la liquidez y solvencia de las empresas así como a limitar el riesgo que éstas pudieran asumir fijándoles los topes correspondientes y exigir a dichas empresas la presentación de un plan de adecuación, entre otros, en los siguientes casos:*
  - 1°) *Cuando se registraren deficiencias en los encajes bancarios durante los períodos y condiciones que determine el Banco Central del Uruguay.*
  - 2°) *Cuando se incurriere en reiterados incumplimientos a los límites o relaciones técnicas establecidas.*
  - 3°) *Cuando no se mantuviere la responsabilidad patrimonial mínima exigida para su clase, ubicación o características determinadas. El Banco Central del Uruguay podrá exigirles la presentación de un plan de saneamiento inmediatamente de detectarse, a juicio del citado ente público, que el patrimonio de tales empresas es inferior en un 25% (veinticinco por ciento) con relación a su responsabilidad patrimonial mínima, dando cuenta al Poder Ejecutivo.*

Art. 17. Los Bancos deben organizarse bajo forma de sociedades anónimas, excepto que sean sucursal de una sociedad extranjera. Las cooperativas de intermediación financiera podrán ser autorizadas a transformarse en Bancos cooperativos, en cuyo caso se les aplicará las mismas disposiciones de carácter fiscal y bancocentralistas que a los demás Bancos.

*En materia de aportes a la seguridad social, los Bancos cooperativos optarán por continuar con el régimen que se le aplica a las cooperativas de ahorro y crédito o pasar al correspondiente a los restantes Bancos.*

Art. 17 bis. Sólo los Bancos y las cooperativas de intermediación financiera



drán:

- a) *Recibir depósitos en cuenta corriente bancaria y autorizar que se gire contra ellos mediante cheques.*
- b) *Recibir depósitos a la vista.*
- c) *Recibir de residentes depósitos a plazo.*
- d) *Las cooperativas podrán asociarse con instituciones de similar naturaleza pertenecientes a los países signatarios del Tratado de Asunción, en los términos de la reglamentación que dicte el Banco Central del Uruguay.*

Art. 18. Las empresas comprendidas en el artículo 1º. de esta ley que realicen actividad de intermediación financiera, no podrán:

- a) Realizar operaciones comerciales, industriales, agrícolas o de otra clase, ajenas a su giro;
- b) Conceder préstamos con garantía de su cuota de capital, o destinados a la integración o ampliación, del mismo;
- c) Conceder créditos o avales a su personal superior, ya sea Directores, Síndicos, Fiscales, asesores o personas que desempeñan cargos de dirección o gerencia en las mismas, así como a empresas o a instituciones de cualquier naturaleza en las que estas personas actúen en forma rentada u honoraria, como Directores, Directivos, Síndicos, Fiscales o en cargos superiores ya sea en Dirección, Gerencia o Asesoría, sea esta situación directa o indirecta a través de personas físicas o jurídicas de cualquier naturaleza;
- d) Efectuar inversiones en acciones, obligaciones y otros valores emitidos por empresas privadas. Podrán, sin embargo, adquirir acciones o partes de capital de instituciones financieras radicadas en el exterior del país o de empresas que realicen las actividades previstas en el artículo 4º. de esta ley, en ambos casos, con autorización del Banco Central del Uruguay;
- e) Tener bienes inmuebles que no fueren necesarios para el uso justificado de la institución y sus dependencias.  
Se exceptúan de las prohibiciones establecidas en los literales a), d) y e) aquellas operaciones que las empresas realicen exclusivamente y por el tiempo indispensable para la defensa o recuperación de sus créditos de acuerdo con las normas que al respecto establezca el Banco Central del Uruguay. Asimismo, se exceptúan de la prohibición establecida en el literal d) las operaciones de refinanciamiento de emisión de obligaciones o las de acciones que impliquen su tenencia transitoria con fines de capitalización de la entidad emisora.

Art. 19. Todas las instituciones públicas, estatales o no estatales, deberán efectuar sus depósitos en los bancos del Estado.

178  
9500095.

drán:

- a) *Recibir depósitos en cuenta corriente bancaria y autorizar que se gire contra ellos mediante cheques.*
- b) *Recibir depósitos a la vista.*
- c) *Recibir de residentes depósitos a plazo.*
- d) *Las cooperativas podrán asociarse con instituciones de similar naturaleza pertenecientes a los países signatarios del Tratado de Asunción, en los términos de la reglamentación que dicte el Banco Central del Uruguay.*

Art. 18. Las empresas comprendidas en el artículo 1º. de esta ley que realicen actividad de intermediación financiera, no podrán:

- a) Realizar operaciones comerciales, industriales, agrícolas o de otra clase, ajenas a su giro;
- b) Conceder préstamos con garantía de su cuota de capital, o destinados a la integración o ampliación, del mismo;
- c) Conceder créditos o avales a su personal superior, ya sea Directores, Síndicos, Fiscales, asesores o personas que desempeñan cargos de dirección o gerencia en las mismas, así como a empresas o a instituciones de cualquier naturaleza en las que estas personas actúen en forma rentada u honoraria, como Directores, Directivos, Síndicos, Fiscales o en cargos superiores ya sea en Dirección, Gerencia o Asesoría, sea esta situación directa o indirecta a través de personas físicas o jurídicas de cualquier naturaleza;
- d) Efectuar inversiones en acciones, obligaciones y otros valores emitidos por empresas privadas. Podrán, sin embargo, adquirir acciones o partes de capital de instituciones financieras radicadas en el exterior del país o de empresas que realicen las actividades previstas en el artículo 4º. de esta ley, en ambos casos, con autorización del Banco Central del Uruguay;
- e) Tener bienes inmuebles que no fueren necesarios para el uso justificado de la institución y sus dependencias.  
Se exceptúan de las prohibiciones establecidas en los literales a), d) y e) aquellas operaciones que las empresas realicen exclusivamente y por el tiempo indispensable para la defensa o recuperación de sus créditos de acuerdo con las normas que al respecto establezca el Banco Central del Uruguay. Asimismo, se exceptúan de la prohibición establecida en el literal d) las operaciones de refinanciamiento de emisión de obligaciones o las de acciones que impliquen su tenencia transitoria con fines de capitalización de la entidad emisora.

Art. 19. Todas las instituciones públicas, estatales o no estatales, deberán efectuar sus depósitos en los bancos del Estado.

-178

9500095.

El Poder Ejecutivo, por resolución fundada, podrá autorizar excepciones.

*Art. 20. Las personas privadas que infrinjan las leyes y decretos que rijan la intermediación financiera o las normas generales e instrucciones particulares dictadas por el Banco Central del Uruguay serán pasibles, sin perjuicio de la denuncia penal si correspondiera, de las siguientes medidas:*

- 1º) Observación.
- 2º) Apercibimiento.
- 3º) Multas de hasta el 50% (cincuenta por ciento) de la responsabilidad patrimonial neta mínima establecida para el funcionamiento de los Bancos.
- 4º) Intervención, la que podrá ir acompañada de la sustitución total o parcial de las autoridades. Cuando la intervención vaya acompañada de la sustitución total de autoridades, implicará la caducidad de todas las comisiones o mandatos otorgados por ellas y la suspensión, durante veinte días hábiles, de todo tipo de plazo que pueda correrle a la empresa intervenida.
- 5º) Suspensión total o parcial de actividades con fijación expresa de plazo.
- 6º) Revocación temporal o definitiva de la habilitación de las empresas financieras.
- 7º) Revocación de la autorización para funcionar.

*Las medidas previstas en los numerales 1º) a 6º) serán aplicadas por el Banco Central del Uruguay.*

*Las medidas establecidas en los numerales 4º) y 5º) así como las demás respecto de la señalada en el numeral 3º) serán acumulables.*

*La revocación de la autorización para funcionar será resuelta por el Poder Ejecutivo y deberá contar además en forma concurrente con expreso consentimiento en tal sentido del Banco Central del Uruguay. Ello sin perjuicio de la facultad de este último órgano público de proponer dicha revocación al Poder Ejecutivo por razones de legalidad o de interés público.*

*En todo momento el Banco Central del Uruguay mantendrá las facultades respecto de las instituciones públicas de:*

- a) Realizar inspecciones periódicas a efectos de relevar la situación financiera de la institución oficial.
- b) Elevar al Poder Ejecutivo, en lo pertinente, los respectivos antecedentes e informaciones con relación a la o a las conductas infractoras a efectos que dicho Poder se sirva adoptar, de así estimarlo pertinente, las medidas de control ajustadas.

*tadas a derecho que pudieran corresponder, de conformidad con los artículos 197 y 198 de la Constitución de la República.*

Art. 21. Toda vez que el Banco Central del Uruguay presuma que una persona física o jurídica está ejerciendo la actividad a que se refiere el artículo 1º de esta ley, podrá exigirle la presentación dentro de diez días, de documentos y otras pruebas o informaciones a efectos de comprobar la índole de su actividad.

*2º inciso de esta*

Basado en esa presunción el Banco Central del Uruguay podrá, sin perjuicio de la aplicación de las medidas establecidas en el artículo 20, ordenar por resolución fundada el cese de cualquiera de las actividades previstas en el artículo 1º. Llevadas a cabo sin autorización. En caso de no acatarse la orden de cese, el Banco Central del Uruguay lo comunicará al Poder Ejecutivo quien podrá ordenar la clausura temporal o definitiva de las empresas en infracción.

Art. 22. El Banco Central del Uruguay podrá solicitar medidas de no innovar ante Juez competente, quien deberá pronunciarse dentro de las 24 horas. Serán responsables de desacato los directores, gerentes o administradores en virtud de cuyas decisiones se haya alterado la situación que se ordenó mantener incambiada.

Art. 23. Los representantes, directores, gerentes, administradores, mandatarios, síndicos y fiscales de las empresas privadas comprendidas en la presente ley, que en el desempeño de sus cargos aprueben o realicen actos o incurran en omisiones que puedan implicar o impliquen la aplicación de las sanciones previstas en los numerales 3º) u 7º) del artículo 20 de la presente ley, podrán ser pasibles de multas entre UR 100 (cien unidades reajustables) y UR 10.000 (diez mil unidades reajustables) o inhabilitados para ejercer dichos cargos, hasta por diez años, por el Banco Central del Uruguay.

También podrán ser inhabilitados para el ejercicio de dichos cargos los concursados comerciales y civiles, los inhabilitados para ejercer cargos públicos, los deudores morosos de empresas de intermediación financiera y los inhabilitados para ser titulares de cuentas corrientes.

La aplicación de la inhabilitación deberá resolverse previa instrucción de un sumario, que no se considerará concluido hasta tanto el imputado haya tendido oportunidad de presentar sus descargos y articular su defensa.

La aplicación de la multa deberá resolverse previa vista de las respectivas actuaciones al interesado por diez días hábiles.

Art. 24. El Banco Central del Uruguay por resolución fundada, podrá solicitar como medida cautelar ante el juzgado competente, quien decretará de plano y sin más trámite, el embargo sobre los bienes, créditos, derechos y acciones de las empresas privadas comprendidas en esta ley, cuya estabilidad económica o financiera estuviera afectada y sobre los de aquellas personas físicas o jurídicas que, en nombre propio o integrado el Directorio de dichas instituciones o el de otras sociedades, hubieran participado en operaciones presuntivamente dolosas que directa o indirectamente pudieran

9500095.

haber contribuido a provocar el desequilibrio señalado.

El Juzgado podrá disponer el levantamiento del embargo cuando considerare insuficientes los fundamentos aportados por el Banco Central del Uruguay o cuando en el plazo de sesenta días no se aportara la prueba de los hechos que le dieron mérito o cuando el embargado acredite, en cualquier momento la inexistencia de los hechos que motivaron la medida.

## CAPITULO VI

### Secreto Profesional

Artículo 25. Las empresas comprendidas en los artículos 1º. y 2º. de esta ley no podrán facilitar noticia alguna sobre los fondos o valores que tengan en cuenta corriente, depósitos o cualquier otro concepto, pertenecientes a persona física o jurídica determinada. Tampoco podrán dar a conocer informaciones confidenciales que reciban de sus clientes o sobre sus clientes. Las operaciones e informaciones referidas se encuentran amparadas por el secreto profesional y sólo pueden ser reveladas por autorización expresa y por escrito del interesado o por resolución fundada de la Justicia Penal o de la Justicia competente si estuviera en juego una obligación alimentaria y en todos los casos, sujeto a las responsabilidades más estrictas por los perjuicios emergentes de la falta de fundamento de la solicitud.

No se admitirá otra excepción que las establecidas en esta ley.

Quienes incumplieren el deber establecido en este artículo, serán sancionados con tres meses de prisión a tres años de penitenciaría.

## CAPITULO VII

### Bolsa de Valores, Mercados a Término, Compañías de Seguros

Artículo 26. El Banco Central del Uruguay podrá reglamentar y controlar la organización y el funcionamiento de los mercados a término. La organización y el funcionamiento de las bolsas de valores serán reglamentados por el Poder Ejecutivo con asesoramiento del Banco Central del Uruguay.

Art. 27. El Banco Central del Uruguay podrá reglamentar y controlar la actividad financiera de las empresas de seguros.

9500095.

-181

## CAPITULO VIII

## De las Cooperativas de Ahorro y Crédito

Artículo 28. Las empresas comprendidas en esta ley que se organicen como sociedades cooperativas se regirán, además y en lo pertinente, por lo dispuesto en los artículos 1º. a 9º., 10, inciso 1º. y 14 de la ley 10.761, de 15 de agosto de 1946 no rigiendo para estas cooperativas la prohibición establecida en el artículo 11 del decreto de 5 de marzo de 1948.

Dichas sociedades gozarán del plazo de 24 meses para adecuarse a las disposiciones de esta ley.

La prohibición establecida en el literal c) del artículo 18 de esta ley no se aplicará a los socios que integren cargos de dirección, fiscalización o asesoramiento de las empresas a que se refiere este artículo.

Art. 29. Las cooperativas de ahorro y crédito no comprendidas en las disposiciones de esta ley, en cuanto no reciben depósitos de sus socios ni de terceros, se regirán por lo dispuesto en los artículos 1º. a 9º., 10 inciso 1º. y 14 de la ley 10.761, de 15 de agosto de 1946, no rigiendo para estas cooperativas, la prohibición establecida en el artículo 11 del decreto de 5 de marzo de 1948.

Art. 30. Las sociedades a que refiere este Capítulo mantendrán las exoneraciones tributarias vigentes para el régimen cooperativo. *(El párrafo final fue derogado por el art. 5º de la ley N° 16.327)*

## CAPITULO IX

## Disposiciones Transitorias.

Artículo 31. El Poder Ejecutivo podrá fijar el plazo de que dispondrán las casas bancarias en funcionamiento para adecuarse a lo establecido en el artículo 3º. de esta ley o disolverse y liquidarse. Dicho plazo no podrá ser inferior a diez años a partir de la vigencia de la presente ley.

Las casas bancarias que cambien de denominación o que se disuelvan y liquiden, dentro del plazo de dos años a partir de la vigencia de la presente ley, estarán exoneradas de los tributos que se generen a esos fines.

Igual exoneración gozarán las adjudicaciones de bienes que se hagan a los socios o accionistas en pago de sus haberes dentro del plazo referido en el inciso anterior.

Art. 32. Los recursos que integran el Fondo Especial de Garantías creado por

9500095.

- 182 -

## I E E M

El artículo 9º. de la ley 13.330, de 30 de abril de 1965, serán vertidos en la cuenta Tesoro nacional.

Art. 33. Las empresas comprendidas en el artículo 1º., autorizadas a funcionar con anterioridad a la fecha de promulgación de esta ley, deberán regularizar las situaciones existentes que colidan con la prohibición establecida en el literal c) del artículo 18 antes del 31 de diciembre de 1982. Dichos créditos o avales deberán ser convertidos a dólares americanos a la cotización cambiaria establecida por el Banco Central del Uruguay al 27 de agosto de 1982, generando la tasa media de interés del mercado de operaciones corrientes del crédito bancario vigente a dicha fecha.

### CAPITULO X

#### Derogaciones

Artículo 34. Deróganse las siguientes leyes: 9.756, de 10 de enero de 1938; 10.421, de 16 de abril de 1943; 11.885, de 2 de diciembre de 1952; 12.373, de 15 de enero de 1957; 13.330, de 30 de abril de 1965; artículo 37 de la ley 13.608, de 8 de setiembre de 1967; artículo 82 de la ley 13.728, de 17 de diciembre de 1968; 13.988, de 19 de julio de 1971 (salvo el inciso tercero de su artículo 2º en la redacción dada por el artículo 1º de la ley 14.919, de 15 de agosto de 1979 y el artículo 6º, siempre que las cooperativas se organicen de acuerdo con lo dispuesto por las leyes 13.988 o 10.761, de 15 de agosto de 1946); inciso segundo del literal E) del artículo 68 de la ley 14.306, de 29 de noviembre de 1974 (Código Tributario); y 15.207, de 6 de noviembre de 1981.

### CAPITULO XI

#### *Situación de crisis en las instituciones financieras*

#### *Medidas preventivas y liquidación administrativa*

Artículo 35. Será, además, función del Banco Central del Uruguay la adopción de medidas preventivas que pueden llegar a la intervención o a la inmediata suspensión de actividades de las instituciones comprendidas el artículo 1º de la presente ley, informando a la brevedad al Poder Ejecutivo. Para las actuaciones de esta índole podrá solicitar el auxilio de la fuerza pública, si ello fuere necesario.

Art. 36. El Banco actuará como prestamista de última instancia respecto de las instituciones de intermediación financiera y, en tal carácter, en los términos y condiciones que el Directorio determine, podrá comprar, vender, descontar y redescantar a las instituciones de intermediación financiera:

- a) Letras de cambio, vales y pagarés girados o ejecutados con fines comerciales,

9500095.

-183-

## IEEM

industriales o agrícolas, que lleven dos o más firmas autorizadas, de las cuales por lo menos una sea la de una institución de intermediación financiera y que venzan dentro de los ciento ochenta días siguientes a la fecha de su adquisición por el Banco.

- b) Letras de Tesorería u otros valores emitidos o garantizados por el Gobierno, que formen parte de una emisión pública y que venzan dentro de los trescientos sesenta y cinco días siguientes a la fecha de su adquisición por el Banco.
- c) Valores emitidos por el Banco Central del Uruguay.

Art. 37. Asimismo, y en igual carácter, el Banco podrá, en las condiciones que en cada caso determine el Directorio, conceder adelantos a las instituciones de intermediación financiera, por plazos no superiores a los noventa días, siempre que ellos sean adecuadamente garantizados por:

- a) Algunos de los instrumentos previstos en el artículo anterior.
- b) Cualquier otro valor emitido o garantizado por el Poder Ejecutivo y que forme parte de una emisión pública.
- c) Certificados de depósitos y documentos de título emitidos con respecto a productos básicos y otros bienes debidamente asegurados.
- d) Tenencia de los activos que el Banco pueda legítimamente comprar, vender o negociar.
- e) En casos excepcionales, el Banco podrá, asimismo, realizar tales adelantos con garantías reales distintas a las previstas en este artículo o con garantías personales. La resolución respectiva deberá contar con el voto conforme de la unanimidad de los miembros del Directorio del Banco.

Art. 38. Las operaciones previstas en el literal a) del artículo 36 y en los literales a) y e) del artículo 37 de la presente ley, en su conjunto, no podrán superar un monto equivalente al 100% (cien por cien) de la responsabilidad patrimonial neta de la institución asistida.

Art. 39. En caso que una institución de intermediación financiera hubiese sido destinataria de la asistencia prevista en los artículos 36 y 37 de la presente ley y solicitare prórroga del crédito recibido, por encima de los plazos pactados originariamente, deberá presentar ante el Banco un plan de recuperación y el directorio podrá acceder a la prórroga gestionada, requiriéndose para ello el voto conforme de todos sus miembros.

Art. 40. En caso que la empresa intervenida haya recuperado su solvencia, el Banco Central del Uruguay estará facultado a reincorporarla a sus titulares, pudiendo exigir las cautelas y garantías que estime necesarias en cada caso.

0500095.

- 184 -



*Al operarse la citada reincorporación a los titulares, el Banco Central del Uruguay verificará efectivamente la previa recuperación de todos los préstamos y adelantos que hubiera realizado y de los costos incurridos en el proceso de la intervención.*

*Cuando la intervención haya sido declarada por el mal desempeño de las funciones de los Directores, si se procediera a la venta de la entidad intervenida no podrán ser adquirentes las personas integrantes o representantes del grupo accionario mayoritario que hubiera participado de la administración o dirección de la entidad intervenida, así como las entidades formales o integradas, total o parcialmente por tales personas o por las sociedades controladoras, controladas o vinculadas con ellas.*

*Art. 41. El Banco Central del Uruguay será liquidador, en sede administrativa, de las empresas integrantes del sistema de intermediación financiera y de sus respectivas colaterales. A tal efecto, determinará las empresas que se consideran colaterales.*

*La disolución de las sociedades y el consiguiente estado de liquidación serán declarados por el Banco, en los casos en que proceda conforme a la ley, rigiendo en cuanto a los procedimientos de liquidación los principios generales y preceptos de la legislación vigente en materia de liquidación de sociedades, en todo aquello que no se oponga a la presente ley.*

*El Banco Central del Uruguay dispondrá de los más amplios poderes de administración y disposición, sin limitaciones de especie alguna, sobre los bienes, acciones, derechos y obligaciones de las sociedades o empresas comprendidas en la liquidación, a cuyo efecto podrá levantar los embargos e interdicciones trabados. Le compete, igualmente, la verificación de créditos, la definición de masa solvente e insolvente, la conversión de obligaciones en moneda nacional o extranjera o en unidades reajustables, la determinación del orden de preferencia en los pagos, el prorrateo de los fondos y demás competencias que sean necesarias para el logro de sus fines.*

*Las resoluciones del Banco Central del Uruguay dictadas en su carácter de liquidador serán apelables en la forma prevista en el artículo 480 de la Ley No. 13.892, de 19 de octubre de 1970.*

*Las resoluciones del Banco Central del Uruguay por las cuales se liquiden créditos de las empresas en liquidación contra terceros, consentidas por el deudor o confirmadas en la forma prevista en el inciso anterior, constituirán título ejecutivo.*

*Art. 42. El Estado no es responsable por cualquier incumplimiento en que puedan incurrir las instituciones financieras no estatales. Estas deberán advertir a clientes de tal circunstancias en los términos que reglamentará el Banco Central del Uruguay.*

3500095.

185

CAPITULO XII

*De las sociedades anónimas que desarrollen actividades de intermediación financiera.*

**Artículo 43.** *Las sociedades anónimas que desarrollen actividades de intermediación financiera deberán consagrar preceptivamente en sus estatutos que sus acciones serán obligatoriamente nominativas.*

**Art. 44.** *Dentro del término que fije la reglamentación, dichas sociedades deberán tener aprobadas por el Poder Ejecutivo las modificaciones estatutarias necesarias para dar cumplimiento con lo establecido en la presente norma.*

*A tal efecto, estarán exoneradas del pago de todo tributo que se devengue por dichos actos.*

**Art. 45.** *Las sociedades anónimas a que refiere el artículo anterior deberán, asimismo:*

- a) *Declarar ante el Banco Central del Uruguay a quién pertenecen sus acciones a los efectos que el mismo lleve un registro actualizado de tales declaraciones. En el caso de los representantes de las entidades financieras constituidas en el extranjero, sean o no sociedades anónimas, deberán registrarse ante el Banco Central del Uruguay en las condiciones que establezca la reglamentación.*
- b) *Solicitar al Banco Central del Uruguay autorización previa para transferir acciones precisando en tal solicitud la identidad del nuevo titular.*
- c) *Obtener la autorización del Banco Central del Uruguay previamente a toda transferencia de acciones so pena de nulidad.*

**Art. 46.** *Tanto el registro en el Banco Central del Uruguay como las actuaciones antes referidas tendrán carácter reservado. Al considerar las solicitudes, las resoluciones del Banco tendrán por fundamento razones de legalidad, de oportunidad y de conveniencia.*

CAPITULO XIII

**Artículo 47.** *Las entidades a que refiere el artículo 17 del Decreto-Ley N° 15.322, de 17 de setiembre de 1982, en la redacción dada por el artículo 2° de la presente ley, que lo soliciten, quedan autorizadas a poseer acciones de Bancos de inversión.*

9500095.

186-

000004

REPÚBLICA ORIENTAL  
DEL URUGUAY

A. b. N° 10680

ANTECEDENTE	N°						
Serie							

RESIDENCIA DE LA REPUBLICA

PROYECTO DE LEY

ARTICULO 12.- Sustitúyese el art. 15 del Decreto Ley N° 14.294, de 31 de octubre de 1974, el que quedará redactado de la siguiente manera:

Artículo 152.- El Poder Ejecutivo podrá modificar el contenido de las Listas y Tablas a que refiere esta ley, y que se consideran parte integrantes de la misma, incluyendo o excluyendo sustancias o trasladándolas de una a otra, previamente a los asesoramientos que en ella se determinan.

ARTICULO 29.- Modifícanse los artículos 30 al 37 del Decreto-Ley N° 14.294 de 31 de octubre de 1974, los que quedarán redactados de la siguiente manera:

Artículo 30.- El que sin la debida autorización legal sembrare, cultivare, extrajere, fabricare, preparare o produjere de cualquier manera las materias primas o las sustancias capaces de producir dependencia psíquica o física, contenidas en las listas a que se refiere el artículo 12, precursores químicos u otros productos químicos contenidos en las Tablas 1 y 2 de esta ley, así como las que determinare el Poder Ejecutivo de acuerdo con el artículo 15 de la presente ley, será castigado con pena de veinte meses de prisión a diez años de penitenciaría.

Artículo 312.- El que, sin la debida autorización legal, importare, exportare, introdujere en tránsito, distribuyere, transportare, tuviere en su poder, fuere depositario, almacenare, poseyere, ofreciere en venta o negociare de cualquier modo alguna de las materias primas, sustancias, precursores químicos u otros

9500095.

187-

SIQUE	Nº						
Serie							

productos químicos mencionadas en el artículo anterior será castigado con la misma pena prevista en dicho artículo.

Quedará exento de pena el que tuviere en su poder una cantidad mínima destinada exclusivamente a su consumo personal.

A los efectos de la determinación de este último extremo los jueces tendrán libertad para apreciar la prueba con arreglo a la libre convicción que se formen al respecto, según las particularidades personales del consumidor con relación a la cantidad de sustancias incautadas y al destino personal y exclusivo de las mismas, fundamentando expresamente el fallo.

Artículo 329.- El que organizare, gestionare o financiare alguna de las actividades delictivas descritas en esta ley, aun cuando éstas no se cumplieren en territorio nacional, será castigado con pena de dos a dieciocho años de penitenciaría.

Artículo 330.- El que, desde el territorio nacional, realizare actividades tendientes a la introducción ilegal a países extranjeros de las sustancias mencionadas a esta ley, será castigado con pena de veinte meses de prisión a ocho años de penitenciaría.

Artículo 340.- El que, sin la debida autorización legal a título oneroso o gratuito, suministrare, aplicare o entregare las sustancias mencionadas en esta ley o promoviere, incitare indujere o facilitare su consumo, será castigado con pena de veinte meses de prisión a ocho años de penitenciaría.

El propietario, inquilino u ocupante a

-188-

9500095.  
9500095.

ANTECEDENTE	Nº						
Serie							

BOLETA DE LA REPUBLICA

cualquier título de un local comercial abierto al público que consintiere la utilización de sus instalaciones o dependencias para el consumo en cualquiera de sus formas, de las sustancias mencionadas en esta ley, salvo que su conducta configure un delito más grave, será considerado autor del delito de facilitación del consumo previsto en el inciso anterior.

**Artículo 352.-** El que violare las disposiciones de esta ley en materia de importación, exportación, producción, elaboración, comercialización o suministro de las sustancias y preparados contenidos en las lista III de la Convención Unica de Nueva York de 1961, así como las comprendidas en las listas II, III y IV del Convenio de Viena, será castigado con pena de doce meses de prisión a seis años de penitenciaría.

**Artículo 362.-** Son circunstancias agravantes especiales de los delitos previstos en los artículos anteriores:

- 1) Que la víctima fuere menor de 18 años o estuviere privada de discernimiento o voluntad.
- 2) Cuando la sustancia fuese suministrada o aplicada sin el consentimiento de la víctima.
- 3) Cuando el delito se cometiere mediante el ejercicio abusivo o fraudulento de una profesión sanitaria.
- 4) Cuando el delito se cometiere en el interior o en las inmediaciones de un establecimiento de enseñanza o sanitario o de cárceles o de instalaciones deportivas o de espectáculos públicos sobre personas vinculadas de algún modo a dichos establecimientos.
- 5) Cuando del hecho resultaren lesiones o la muerte

9500095.

189-

SIGUE	Nº						
Serie							

de la víctima.

**Artículo 372.-** La forma tentada de cualquiera de los delitos previstos por esta ley, se castigará con la misma pena que la del delito consumado, quedando no obstante facultado el juez para disminuirla hasta la mitad, atento al grado de peligrosidad demostrado.

La proposición, la conspiración y los actos preparatorios para cometer cualquiera de los delitos previstos por esta ley, se castigará con la tercera parte de la pena que corresponda por el delito consumado, pero el juez podrá elevarla hasta la mitad, tomando en cuenta la gravedad del hecho cometido y la personalidad del agente.

**ARTICULO 39.-** Agrégase al artículo 38 del Decreto-Ley 14.294 de 31 de octubre de 1974, el siguiente inciso:

"El profesional de la salud que, valiéndose abusivamente de su profesión, recetare a alguien, más allá de sus necesidades terapéuticas, o sin necesidad terapéutica alguna cualquiera de las sustancias mencionadas en la presente ley, será castigado con pena de tres meses de prisión a tres años de penitenciaría e inhabilitación especial por un término que estará comprendido entre el de la condena principal y diez años."

**ARTICULO 40.-** Sustitúyese el art. 502 del Decreto-Ley N° 14.294 de 31 de octubre de 1974, por el siguiente:

**ARTICULO 502.-** Toda autoridad pública que proceda a incautar cualquiera de las sustancias estupefacientes o sicotrópicas y preparados que hayan constituido el objeto material de alguno de los delitos previstos en esta ley deberá, sin perjuicio del cumplimiento de las funciones inherentes a sus propios

9500095

190

ANTECEDE	N°						
Serie							

POENCIA DE LA REPUBLICA

cometidos:

A) Levantar un acta donde se señale con precisión:  
a) fecha, lugar y circunstancias en que se produjo el decomiso; b) nombres, apellidos, cargos y dependencias de los funcionarios intervinientes; nombres, apellidos, nacionalidad, sexo, edad y número de documento de identidad de los detenidos; c) una descripción de las sustancias incautadas con indicación de la cantidad, peso y tipo de envase que las contiene.

B) Introducir la totalidad de las sustancias incautadas, a su vez, en un nuevo envase que se precintará y enviará, sin más trámite al Instituto Técnico Forense conjuntamente con una copia autenticada del acta referida en el literal precedente para la pericia técnica y su posterior remisión al Juzgado competente.

C) Remitir a la justicia competente el acta prevista en el literal A dentro de las veinticuatro horas de ocurrido el hecho.

D) Guardar debida constancia de todas las actuaciones en que haya tomado intervención, así como del recibo detallado del envío de las sustancias remitidas al Instituto Técnico Forense.

El Juzgado en cuanto determine que las sustancias incautadas no son necesarias para el esclarecimiento del delito, lo hará saber a la Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías, a los efectos de que ésta disponga el destino de las mismas si tuviesen uso terapéutico o de investigación científica. En caso contrario ordenará su destrucción la que se efectuará en la sede del Instituto Técnico Forense en presencia de un

500095.

-181-

SIGUE	Nº						
Serie							

funcionario de la Comisión y de un escribano público que proporcionará el Ministerio de Salud Pública, debiéndose labrar el acta correspondiente.

ARTICULO 52.- Incorpóranse al Decreto-Ley 14.294, de 31 de octubre de 1974, las Tablas 1 y 2 que figuran anexas a esta ley y que se considerarán parte integrantes del mismo.

ARTICULO 62. Incorpóranse los siguientes Capítulos al Decreto-Ley Nº 14.294, de 31 de octubre de 1974.

#### Capítulo IX

Artículo 542.- El que, conociendo o debiendo conocer su procedencia ilícita, convirtiera o transfiriera bienes, productos o instrumentos... procedentes de cualquiera de los delitos previstos por esta ley, o delitos conexos, será castigado con pena de veinte meses de prisión a diez años de penitenciaría.

Artículo 55.- El que conociendo o debiendo conocer su procedencia ilícita, adquiriere, poseyere, tuviere en su poder, utilizare de cualquier manera, o realizare cualquier tipo de transacción sobre bienes, productos o instrumentos procedentes de cualquiera de los delitos previstos por esta ley o delitos conexos, o que sean producto de tales delitos será castigado con una pena de 20 meses de prisión a 10 años de penitenciaría.

Artículo 562.- El que, conociendo o debiendo conocer su procedencia ilícita, suprimiere, ocultare, alterare los indicios, o de cualquier manera impidiere la determinación real de la naturaleza, el origen, la ubicación, el destino, el movimiento, o la propiedad de bienes, productos o instrumentos... procedentes de cualquiera de los delitos previstos por esta ley, o

9500095.



ANTECEDENTE	N°						
Serie							

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA

delitos conexos, o de los derechos relativos a tales bienes, productos o instrumentos resultantes de las actividades penadas en los dos artículos anteriores, será castigado con una pena de doce meses de prisión a seis años de penitenciaría.

Artículo 572.- El que, conociendo o debiendo conocer, la actividad criminal cumplida por el o los agentes, cualquiera fuere su grado de participación, principal o secundaria, en los delitos previstos por esta ley, o delitos conexos, lo ayudare a asegurar el beneficio o el resultado, a estorbar las investigaciones de las autoridades, a sustraerse a la persecución de la justicia o a eludir el castigo, o le prestare cualquier tipo de auxilio, ayuda, asistencia o asesoramiento, será castigado con una pena de doce meses de prisión a seis años de penitenciaría.

Artículo 582.- La finalidad de obtener un provecho para sí o para un tercero, de los delitos previstos en los artículos 562 y 572 de esta ley, será considerada una circunstancia de agravación y la pena se elevará en un tercio.

Artículo 592.- Cuando la comisión de cualquiera de los delitos previstos por esta ley se hubiere realizado mediante la organización de una asociación destinada a preparar, facilitar u obtener la impunidad, la pena será aumentada hasta la mitad.

Artículo 602.- El conocimiento, la intención o la finalidad requeridos como elementos de cualquiera de los delitos previstos por esta ley, podrán inferirse o deducirse de las circunstancias objetivas del caso, teniendo el juez libertad para apreciar la prueba con

9500095.

-193-

SIGUE	Nº						
Serie							

arreglo a la libre convicción que se forme al respecto, debiendo fundamentar expresamente, tanto en el auto de procesamiento como en la sentencia de condena, en su caso, las razones que le permitieron formar esa convicción.

#### Capítulo X

Artículo 61.- Sin perjuicio de lo establecido por el Código del Proceso Penal (artículos 812 a 832 y 1592 a 1622) el juez de la causa podrá, en cualquier momento, sin noticia previa, dictar una orden de incautación, secuestro, embargo preventivo o cualquier otra medida cautelar encaminada a preservar la disponibilidad de los bienes, productos o instrumentos, utilizados o destinados a ser utilizados, en cualquiera de los delitos previstos en esta ley, o delitos conexos, para su eventual confiscación.

Artículo 62.- En toda sentencia de condena el juez, o el Tribunal, en su caso, dispondrá que los bienes, productos o instrumentos de cualquiera de los delitos previstos en esta ley, o delitos conexos, sean confiscados y se disponga de ellos conforme a derecho.

Cuando los bienes, productos o instrumentos suprarreferidos no pudieren ser confiscados, como resultado de cualquier acto u omisión del condenado, el juez ordenará la confiscación de cualesquiera otro bien del condenado, por un valor equivalente, o dispondrá que el mismo pague una multa de idéntico valor.

Artículo 63.- Lo dispuesto en los artículos 612 y 622, es sin perjuicio de los derechos de los terceros de buena fe.

Artículo 64.- Todos los que alegaren tener un

9500095.

-194-

ANTECEDENTE	N°						
Serie							

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA

interés legítimo sobre los bienes, productos o instrumentos, podrán comparecer ante el juez de la causa, el que los escuchará en audiencia conforme con los principios del debido proceso legal, con noticia de la Defensa, en su caso, y del Ministerio Público, los que podrán comparecer en ese acto.

Artículo 659. - El juez deberá disponer la devolución al tercerista de los bienes, productos o instrumentos, cuando a su juicio resulte acreditada su buena fe.

Artículo 660. - La falta de buena fe del tercerista podrá inferirse o deducirse por el Juez, según su libre convicción, de las circunstancias objetivas del caso.

En este caso, o cuando existan indicios o razones suficientes para creer, según la libre convicción del juez, que no existe buena fe por parte del tercerista, éste deberá probarla.

Artículo 670. - Toda vez que se confisquen bienes, productos o instrumentos conforme con lo dispuesto en el artículo 629, que no deban ser destruidos ni resulten perjudiciales para la población, el juez los pondrá a disposición del Poder Ejecutivo el cual les dará destino, pudiendo optar según las características de los bienes, productos o instrumentos, lo que sea más conveniente y oportuno en el caso concreto, por:

a) retenerlos para uso oficial o transferirlos a cualquier entidad pública que haya participado directa o indirectamente en la incautación o decomiso de los mismos;

b) venderlos y transferir el producto de esa enajenación a cualquier entidad pública que haya participado directa o indirectamente en su incautación;

9500095-

-195-

FIGURA	Nº						
Serie							

c) transferir los bienes, productos o instrumentos o el producto de su venta a cualquier entidad privada dedicada a la prevención del uso indebido de drogas, el tratamiento, la rehabilitación y reinserción a la sociedad de los afectados por el consumo;

d) transferir el producto de la venta a rentas generales.

Artículo 689.- En caso de existir indicios o sospechas fundadas de la participación de una persona en la comisión de algunos de los delitos previstos en esta ley, el juez competente podrá disponer la interceptación de las comunicaciones, fijando en cada caso la extensión del término de la misma.

#### Capítulo XI

Artículo 690.- Son precursores químicos a los efectos de esta ley las sustancias que pueden utilizarse en la producción, fabricación y preparación de estupefacientes, sustancias sicotrópicas y que se incorporan en su estructura molecular al producto final, por lo que resultan fundamentales para dichos procesos.

Son otros productos químicos, a los efectos de esta ley, las sustancias que no siendo precursores químicos, tales como solventes, reactivos o catalizadores, pueden utilizarse en la producción, fabricación, extracción o preparación de estupefacientes o sustancias sicotrópicas.

Artículo 700.- El Poder Ejecutivo creará un Registro en el que deberán inscribirse quienes produzcan, fabriquen, preparen, importen, exporten, distribuyan, usen o efectúen cualquier tipo de transacción de precursores químicos y otros productos químicos incluidos en las Tablas 1 y 2.

9500095.

-196-

ANTECEDE	N°						
Serie							

SIENCIA DE LA REPUBLICA

Solamente podrán efectuar las actividades referidas en el inciso precedente con precursores químicos quienes hayan obtenido la correspondiente licencia del Poder Ejecutivo.

Artículo 719.- Las personas físicas o jurídicas comprendidas en el artículo anterior deberán llevar y conservar registros de inventario, producción, fabricación, adquisición y distribución de las sustancias incluidas en las Tablas 1 y 2 en la forma que determine la reglamentación que dicte el poder Ejecutivo.

Esta reglamentación fijará las cantidades máximas de cada uno de los productos incluidos en la Tabla 2 que en cada actividad estarán exceptuados del régimen que se regula en la presente ley.

#### Capítulo XII

ARTICULO 720. Las instituciones o empresas que realicen actividades financieras, comprendidas en los artículos 12 y 22 del Decreto-Ley N° 15.322 de 17 de setiembre de 1982, en la Ley N° 16.131 de 12 de setiembre de 1990 y en el artículo 702 de la Ley N° 16.170 de 28 de diciembre de 1990, deberán ajustarse a las reglamentaciones que dicte el Poder Ejecutivo y el Banco Central respecto de la información que deberán exigir a sus clientes, con el objeto de evitar la realización de las actividades descriptas en los artículos 542 a 572 de esta ley.

El incumplimiento de los preceptos contenidos en dichas reglamentaciones deberá ser apreciado por el Juez de acuerdo con los procedimientos previstos en el art. 602 de esta ley, a fin de determinar la responsabilidad de los directores, gerentes, administradores o funcionarios de las referidas

9500095-

-197-

SIUUR	Nº						
Serie							

instituciones o empresas.

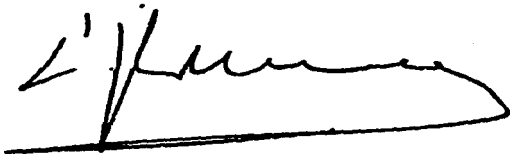
#### Capítulo XIII

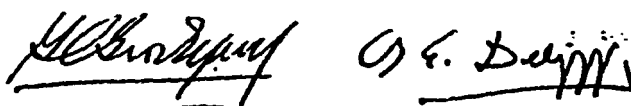
Artículo 739. - Las solicitudes de cooperación jurídica internacional formuladas por autoridades competentes extranjeras en materia de delitos de tráfico ilícito de drogas o delitos conexos, ya sea de mero trámite, probatorias o cautelares, se recibirán por la Autoridad Central de Cooperación Jurídica Internacional del Ministerio de Educación y Cultura, la que, conforme con los tratados, convenios, acuerdos o convenciones internacionales vigentes, las remitirá a la autoridad competente para su diligenciamiento.

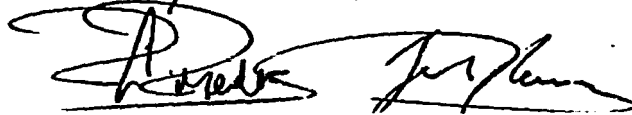
Artículo 79. - Agrégase al artículo 479 del Código Penal el siguiente numeral:

169) (Ejecución bajo la influencia de estupefacientes o sustancia sicotrópicas) Cometer el delito, siendo imputable, bajo la influencia de cualquier estupefaciente o sustancia sicotrópica previstas en las Listas contenidas en el decreto-Ley N° 14.294, de 31 de octubre de 1974 y sus modificativas.

Artículo 89. - El Poder Ejecutivo dispondrá, a través del decreto reglamentario correspondiente, la fecha de entrada en vigor de las disposiciones contenidas en los artículos 709 y 719 del Decreto Ley N° 14.294, de 31 de octubre de 1974, agregados por esta ley.



 M. E. D. C.



9500095.

-198-



ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS

COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

UNDECIMO PERIODO ORDINARIO DE SESIONES  
Del 10 al 13 de marzo de 1992  
Punta del Este, Uruguay

OEA/Ser.L/XIV.2.11  
CICAD/doc.372/92  
29 enero 1992  
Original: español

Mar 10/3/92  
Cicad

C INFORME A LA ASAMBLEA GENERAL SOBRE EL ESTUDIO DEL CONTRABANDO  
DE ARMAS Y EXPLOSIVOS Y SUS VINCULOS CON EL NARCOTRAFICO  
EN LA REGION AMERICANA

(Punto 7 del Temario)

Mar 10/3/92 -

- *Alleg. americana:*

- "Taller piloto con un grupo de países"
- Intercambio de experiencias, *fora clave.*

*Propone posponer formac. de grupos de expertos.*  
*Discrepan Costa Rica.*

3064a

- 199 -

9500095.

#### I-ANTECEDENTES

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD) somete a la Asamblea General el presente informe de acuerdo a lo expresado en el mandato de la Asamblea General doc AG/RES. 1115 (XXI-0/91), INFORME ANUAL DE LA COMISION INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS Y SOBRE EL CUMPLIMIENTO DE LAS DISPOSICIONES DEL PROGRAMA DE ACCION DE IXTAPA (Resolución aprobada en la undécima sesión plenaria, celebrada el 8 de junio de 1991), la cual en su punto 15 dice:

"15. Recomendar a la CICAD que informe a la Asamblea General en su vigésimo segundo período ordinario de sesiones sobre los adelantos hechos en el cumplimiento de los Programas de Acción de Río, de Ixtapa y de Quito y sobre las conclusiones de su estudio acerca de la situación actual del contrabando de armas y explosivos en el Hemisferio y de sus vinculaciones con el tráfico ilícito de drogas, así como sobre las observaciones y recomendaciones de los Estados miembros con respecto al informe de la CICAD."

Anteriormente, en su vigésimo período ordinario de sesiones, la Asamblea General, aprobó la Declaración y Programa de Acción de Ixtapa en su Resolución AS/RES 1045 (XX-0/90), que dispone en el punto operativo:

"12. Recomendar a todos los Estados que revisen cuanto antes sus legislaciones nacionales y demás procedimientos administrativos, a fin de garantizar un efectivo control sobre la producción, adquisición, venta y distribución de armas y explosivos, tomando medidas para impedir que se desvien hacia actividades ilícitas. Se le solicitará a la CICAD que elabore un estudio sobre la situación actual del contrabando de armas y explosivos en el Hemisferio, así como sus repercusiones y vínculos con el narcotráfico, para lo cual se exhorta a los Estados miembros a que coadyuven con el suministro de la información pertinente."

Basado en esta resolución, la Secretaría Ejecutiva preparó una propuesta para un estudio y solicitó las opiniones de los Estados miembros. El estudio o Encuesta Preliminar, cuya copia se anexa, comprende la recopilación de información de los Estados miembros sobre sus legislaciones, sus



mecanismos de represión y la situación de hecho que cada uno confronta. Así se indicaron los componentes que dicho estudio podría incluir:

1. La Legislación relacionada con el uso, venta y exportación de armas;
2. Las Agencias Administrativas que hacen cumplir la Ley, las Reglamentaciones y los procedimientos, así como las recomendaciones de medidas adicionales;
3. Información por parte de los Estados miembros, incluyendo datos estadísticos disponibles, y
4. Las recomendaciones de los Estados miembros de las medidas que pudieran adoptarse regionalmente para reforzar los esfuerzos en parar el contrabando de armas utilizadas por los narcoterroristas.

La CICAD a pesar de las limitaciones financieras y de personal, realizó una Encuesta Preliminar que se incluye como anexo. Su propósito fue obtener información de carácter general sobre los principales aspectos del problema. A pesar de haberse obtenido respuestas únicamente de 13 países ellas se prestan a las conclusiones indicadas en seguida.

## II-CONCLUSIONES DE LA ENCUESTA PRELIMINAR

De la Encuesta Preliminar se pueden resumir las siguientes conclusiones:

1. Existe en todos los países una Legislación vigente que permite el control de la producción, el comercio y la distribución de armas;
2. Un alto porcentaje de los Instrumentos Jurídicos utilizados para el control de la producción, el comercio y la distribución de armas, es una Ley;
3. Un promedio de vigencia o existencia de estos Instrumentos Jurídicos de 21.6 años con datos de diez países que respondieron, indica que es necesaria una revisión de estos, sobre todo con el propósito de actualizarlos al momento, en el cual la situación del problema drogas es diferente al de hace 20 años. Para el cálculo de este promedio de vigencia no se incluyen las cifras de Estados Unidos, por contar este país con una Ley que data desde el año 1934 y otras más actualizadas;
4. Que existen controles para permitir la portación de armas, mediante la obtención de un permiso;

201

9500095.

4

III-ACCIONES DE LA CICAD Y RECOMENDACIONES A LA  
ASAMBLEA GENERAL

La CICAD, en su décimo y undécimo períodos ordinarios de sesiones, consideró la Encuesta Preliminar y sus conclusiones y determinó:

1. Recomendar a la Asamblea General la elaboración de un estudio más completo y profundo sobre el tema por su importancia no solamente al control del narcotráfico sino a la paz y bienestar de la región interamericana y cada uno de los países miembros de la OEA;
2. Presentar la Encuesta Preliminar al Consejo Permanente de la Organización para que, en su estudio sobre el problema de armas, se pueda utilizar la información disponible y, a la vez, solicite su cooperación y la coordinación en las futuras actividades sobre el problema del vínculo entre el tráfico clandestino de armas y el narcotráfico; que realiza la CICAD;
3. Aprobar la organización y la celebración de seminarios-talleres de técnicos y especialistas de los Estados miembros, para facilitar el intercambio de información sobre la legislación vigente y su administración, asimismo para adiestrar a los funcionarios de los gobiernos encargados del control del contrabando de armas y explosivos vinculados al narcotráfico;
4. Recomendar a la Asamblea General que autorice a la CICAD la convocatoria de un Grupo de Expertos de los países miembros para elaborar un Reglamento Modelo para el Control del Contrabando de Armas y Explosivos y sus Vínculos con el Narcotráfico en la Región Interamericana una vez completados uno o más talleres.

LSA propone  
ponerlo

La CICAD solicita a la Asamblea General su autorización para tomar estas cuatro medidas que se estiman convenientes para cumplir con los mandatos de la Asamblea General y el Programa de Acción de Ixtapa.

Con objeto de que la Asamblea General tenga una información completa acerca de los trámites hechos por la Secretaría Ejecutiva de la CICAD para obtener la información pertinente de parte de los Gobiernos de los Estados miembros, se adjunta al presente documento el "Informe de la Secretaría Ejecutiva sobre el Resultado de la Encuesta Preliminar para un Estudio del Contrabando de Armas y Explosivos y sus Vínculos con el Narcotráfico en la Región Interamericana (CICAD/doc.328/91 add. 7 rev. 1). (ANEXO)

5. Que entre los principales requisitos para extender un permiso para la portación de armas, el que debe considerarse más importante como es la demostración de la "Necesidad de portar armas" es uno de los de menos frecuencia entre estos requisitos;

6. Que existiendo según esta encuesta, todo tipo de control en cuanto a las Instituciones o Compañías productoras de armas y/o explosivos, como son la existencia de autoridades encargadas de los registros y controles, existencia y control de inventarios, identificación de los productos por número de serie, modelo, etc., controles sobre la compra y utilización de las materias primas utilizadas para la fabricación de estas. Se debe pensar en la existencia de intermediarios que permiten la venta clandestina o ilícita de estos productos, y por lo tanto es necesaria la revisión de estos controles y la puesta en práctica de nuevos sistemas que permitan reducir este escape;

7. Con relación a las exportaciones e importaciones, existe una regulación de estas en todos los países por medio de una legislación, con excepción de un sólo país que dice no tener legislación que controle y regule las exportaciones;

8. No es posible determinar si el movimiento clandestino o ilegal de exportaciones, tuvo un incremento o decremento en el periodo investigado 1988-1989, debido a las pocas respuestas, sin embargo la aseveración de un incremento por parte de 3 países es digna de tomarse en consideración y reflexionar para tomar o mejorar las medidas de control existentes. Si además se piensa en que hubieron afirmaciones de que existe un problema sobre el contrabando de armas y explosivos y las exportaciones clandestinas, y que también asimismo, se tuvieron afirmaciones de que existe una relación entre la exportación clandestina y el narcotráfico, y

9. No es posible determinar si el movimiento clandestino o ilegal de importaciones, tuvo un incremento o decremento, en el periodo investigado 1988-1989, debido también a la pobreza en el número de respuestas, sin embargo también existen opiniones afirmativas de que este tuvo un incremento. Además, un grupo de 7 países afirmaron que existe un problema sobre el contrabando de armas y explosivos y las importaciones clandestinas; lo mismo que hay cinco 5 países que confirman una relación entre las importaciones clandestinas con el narcotráfico.

203

9500095.



COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

DECIMO PERIODO ORDINARIO DE SESIONES  
Del 22 al 25 de octubre de 1991  
Washington, D.C.

OEA/Ser.L/XIV.2.10  
CICAD/doc.328 add.7 rev. 1  
29 enero 1992  
Original: español

INFORME DE LA SECRETARIA EJECUTIVA SOBRE EL RESULTADO DE  
LA ENCUESTA PRELIMINAR PARA UN ESTUDIO DEL CONTRABANDO DE ARMAS  
Y EXPLOSIVOS Y SUS VINCULOS CON EL NARCOTRAFIQUEO EN  
LA REGION INTERAMERICANA

(Punto 7. iv. c del temario)

2470a

-204-

9500095.

## INDICE

	Página
ANTECEDENTES . . . . .	9
ANALISIS DE LOS RESULTADOS . . . . .	12
Capítulo I. Legislación Nacional. . . . .	12
Capítulo II. Control de la Producción . . . . .	17
Capítulo III. Venta y Distribución. . . . .	22
Capítulo IV. Exportación Clandestina o Ilegal . . . . .	22
Capítulo V. Importación Clandestina o Ilegal. . . . .	26
Capítulo VI. Decomisos de Armas y Explosivos Ilegales . . . . .	29
CONCLUSIONES . . . . .	30
ANEXO: Cuestionario utilizado para la Encuesta Preliminar . . .	33

2470a

-205-

9500095.

## INDICE

	Página
ANTECEDENTES . . . . .	9
ANALISIS DE LOS RESULTADOS . . . . .	12
Capítulo I. Legislación Nacional. . . . .	12
Capítulo II. Control de la Producción . . . . .	17
Capítulo III. Venta y Distribución. . . . .	22
Capítulo IV. Exportación Clandestina o Ilegal . . . . .	22
Capítulo V. Importación Clandestina o Ilegal. . . . .	26
Capítulo VI. Decomisos de Armas y Explosivos Ilegales . . . . .	29
CONCLUSIONES . . . . .	30
ANEXO: Cuestionario utilizado para la Encuesta Preliminar . . .	33

2470a

9500095.

-205-

**ESTUDIO DEL CONTRABANDO DE ARMAS Y EXPLOSIVOS Y SUS VINCULOS  
CON EL NARCOTRAFICO EN LA REGION INTERAMERICANA**

**ANTECEDENTES**

**El mandato para la CICAD**

El mandato para la realización de este estudio proviene de la Resolución AG/RES. 1045 (XX-0/90) de la Asamblea General, que se basa en la Declaración y Programa de Acción de Ixtapa.

Comienza la Declaración de Ixtapa con esta intruducción:  
"Los representantes de alto nivel de los Estados miembros de la Organización de los Estados Americanos, responsables del control del tráfico ilícito y abuso de drogas, reunidos en Ixtapa, Mexico, del 17 al 20 de abril de 1990, en la Reunion Ministerial sobre el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas-- Alianza de las Américas contra el Narcotráfico:"

Después de esta introducción la Declaración de Ixtapa hace mención en primer lugar a los derechos y deberes de los Estados consagrados en la Carta de la OEA. Luego a las metas y objetivos del Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro contra el consumo, la producción y el tráfico ilícitos de estupefacientes y sustancias psicotrópicas.

Expresa su preocupación por el aumento en el Hemisferio de la demanda, el cultivo, la producción, la oferta, el transito, la distribución y el consumo ilícito de estupefacientes y psicotrópicos y de las sustancias que se utilizan en la fabricación de aquellos, así como del lavado de dinero que proviene de esas operaciones ilícitas, que cada vez se vinculan más con el tráfico clandestino de armas y el terrorismo.

La Asamblea General, en su vigésimo período ordinario de sesiones aprobó la Declaración y Programa de Acción de Ixtapa, en la Resolución AS/RES 1045 (XX-0/90), que dispone en el punto operativo:

"12. Recomendar a todos los Estados que revisen cuanto antes sus legislaciones nacionales y demás procedimientos administrativos, a fin de garantizar un efectivo control sobre la producción, adquisición, venta y distribución de armas y explosivos, tomando medidas para impedir que se desvien hacia actividades ilícitas. Se le solicitará a la CICAD que elabore un estudio sobre la situación actual del contrabando de

armas y explosivos en el Hemisferio, así como sus repercusiones y vínculos con el narcotráfico, para lo cual se exhorta a los Estados miembros a que coadyuven con el suministro de la información pertinente."

En este punto solicitan a la CICAD que elabore un estudio sobre la situación actual del contrabando de armas y explosivos en el Hemisferio, así como sus repercusiones y vínculos con el narcotráfico, y exhorta a los Estados miembros a que coadyuven con el suministro de la información pertinente.

Al respecto, la CICAD consideró en su octavo período ordinario de sesiones e instruyó a la Secretaría Ejecutiva; lo siguiente: "Con relación a la preparación de un estudio sobre el Contrabando de Armas y su Impacto y Vinculación con el tráfico de Drogas (CICAD/doc.247/90 add.1), se acordó lo siguiente:

- La Secretaría Ejecutiva, enviará antes del 15 de noviembre de 1990 un cuestionario a los Estados miembros sobre diversas informaciones del movimiento de armas ilícitas que se indican en el informe de la Secretaría Ejecutiva (CICAD/doc.247/90 add.1).
- Los Estados miembros dentro del plazo de 30 días enviarán a la Secretaría Ejecutiva observaciones y sugerencias a dicho cuestionario.
- La Secretaría Ejecutiva coordinará las diversas observaciones y enviará un cuestionario revisado a los Estados miembros de la Organización tan pronto sea posible, a fin de que los gobiernos de los Estados miembros lo consideren y lo devuelvan con la información pertinente dentro de un término de 90 días.
- La Secretaría Ejecutiva preparará un documento con las informaciones recibidas para su distribución entre los Estados miembros de CICAD."

Basado en estos lineamientos, la Secretaría Ejecutiva preparó una propuesta para un estudio y solicitó las opiniones de los Estados miembros sobre sus alcances y se les pidió sus recomendaciones. El estudio comprende la recopilación de información de los Estados miembros sobre sus legislaciones, sus mecanismos de represión y la situación de hecho que cada uno confronta. Es así como se señalan los componentes que el estudio podría incluir:

1. La Legislación relacionada con el uso, venta y exportación de armas;

207

9500095.



2. Las Agencias Administrativas que hacen cumplir la Ley, las Reglamentaciones y los procedimientos, así como las recomendaciones de medidas adicionales;
3. Información por parte de los Estados miembros, incluyendo datos estadísticos disponibles, y
4. Las recomendaciones de los Estados miembros de las medidas que pudieran adoptarse regionalmente para reforzar los esfuerzos en parar el contrabando de armas utilizadas por los narcoterroristas.

Asimismo, la Secretaría Ejecutiva informó que tiene un personal muy limitado para poder realizar un estudio amplio y de la envergadura adecuada a la importancia del tema y también que actualmente tampoco tiene recursos disponibles para financiar a especialistas que lleven a cabo dicho estudio.

La Secretaría Ejecutiva tratando de cumplir con este compromiso, diseñó la Encuesta Preliminar que investigara las generalidades relacionadas con el tema, que aprobó la CICAD en su noveno período ordinario de sesiones.

La encuesta piloto tiene el propósito de obtener alguna información de carácter general sobre los aspectos del problema que permitan algunas conclusiones y que indiquen la necesidad de elaborar un estudio más completo y profundo.

Para levantar esta encuesta se diseñó el Cuestionario anexo titulado "Información para un Estudio del Contrabando de Armas y Explosivos y sus Vínculos con el Narcotráfico en la región Interamericana". Este presenta la siguiente estructura que comprende la identificación y seis capítulos así: I. Legislación Nacional; II. Control de la Producción; III. Venta y Distribución; IV. Exportación Clandestina o Ilegal; V. Importación Clandestina o Ilegal, y VI. Decomisos de Armas y Explosivos.

Hasta el 20 de septiembre de 1991, solamente doce (12) países contestaron al cuestionario, a pesar de los repetidos esfuerzos de la Secretaría Ejecutiva para estimular las respuestas solicitadas. Los doce países que contestaron son: Bahamas, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Estados Unidos, Jamaica, México, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela.

## ANALISIS DE LOS RESULTADOS.

Como se ha dicho, esta es una Encuesta Preliminar que trata en cada capítulo del Cuestionario de obtener información de carácter general, sin embargo y a pesar de sus limitaciones, los resultados permiten conclusiones que pueden determinar la necesidad de profundizar más en los aspectos investigados, y estas conclusiones y tendencias examinadas a pesar de la información muy limitada contenidas en las respuestas, el bajo número de ellas, si son concluyentes en algunos casos.

A continuación se presenta un análisis descriptivo sobre el contenido de los siete cuadros estadísticos anexos, resultantes de la encuesta, lo mismo que se anexan cinco gráficas producto de esos cuadros.

### Capítulo I Legislación Nacional

Con relación a este capítulo se pretende conocer sobre la existencia de una legislación en el país que permita el control de la producción, el comercio y la distribución de armas, lo mismo que el tipo de instrumento jurídico que se utiliza.

Para el caso los trece países que respondieron al cuestionario informaron que tienen una legislación. Diez de ellos o sea el 77%, señalaron que tienen una ley como instrumento jurídico, ver Cuadro No.1 (Gráfico 1). Estos instrumentos jurídicos de estos 10 países, tienen una vigencia o existencia promedio de 21.6 años, sin incluir a los Estados Unidos. Por lo cual, puede considerarse la necesidad de una revisión y actualización de estos ya que en la actualidad el problema drogas es más severo y la situación es diferente y surge la necesidad de utilización de estos instrumentos con más regularidad.

En el Cuadro No.2 (Gráfico 2), se tiene el resultado sobre las regulaciones existentes para obtener un permiso o autorización especial que permita la portación de armas, el tipo de autoridad que extiende estos permisos y los principales requisitos exigidos para obtener dicho permiso.

Todos los países respondieron afirmativamente en cuanto a que es necesario un permiso o autorización especial para la

209

9500095.

Cuadro N.1

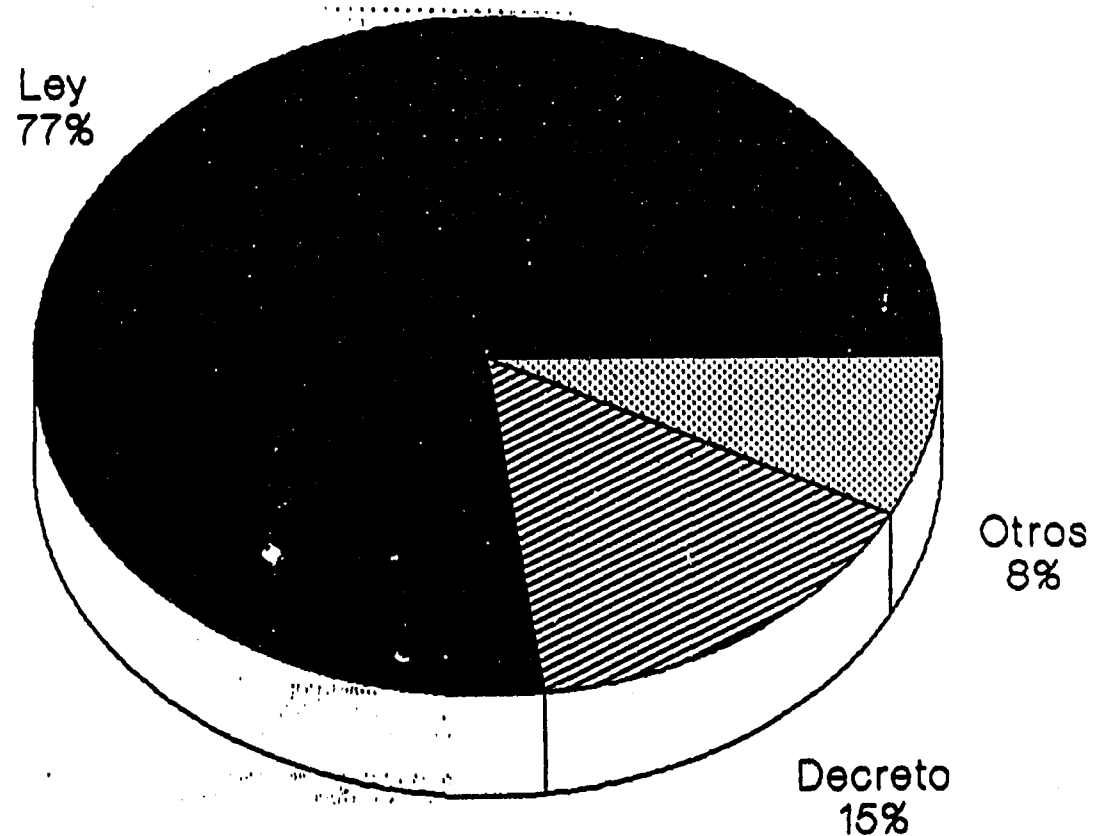
ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS  
Legislación Nacional: Legislación existente y  
Tipo de Instrumento Jurídico utilizado

País	Legislación Existente		Tipo de Instrumento Jurídico utilizado		
	Si	No	Ley	Decreto	Otros
Total	13	-	10	2	1
Barinas	X	-	X	-	-
Chile	X	-	X	-	-
Colombia	X	-	-	X	-
Costa Rica	X	-	X	-	-
Ecuador	X	-	X	-	-
Estados Unidos	X	-	X	-	-
Jamaica	X	-	X	-	-
México	X	-	X	-	-
Panamá	X	-	-	-	-
Paraguay	X	-	-	X	-
Perú	X	-	X	-	-
Uruguay	X	-	-	-	X
Venezuela	X	-	X	-	-

Fuente: Cuestionario de CICAD sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región inter-americana".

9500095.

# TIPO DE INSTRUMENTO JURIDICO utilizado por los paises para el control de las armas



Fte: Encuesta sobre armas y explosivos  
CICAD

116

9500095.

## ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS

Legislación Nacional: Permiso o autorización para portación de armas,  
tipo de autoridad que extiende los permisos y principales requisitos exigidos

País	Permiso o autorización para portación de armas		Tipo de autoridad que extiende los permisos o autorizaciones			Principales requisitos exigidos para obtener un permiso o autorización para portar armas					
	Si	No	Ministerio o Secretaría de Estado	Fuerza Armada o Institución Militar	Otro tipo de autoridad	Solicitud	Record Policial	Certificado Psiquiátrico	Constancia de trabajo	Necesidad de portar armas	Otros requisitos
Total	13	-	6	6	-	12	9	6	3	3	12
Bahamas	X	-	-	X	-	X	X	X	-	-	X
Chile	X	-	-	X	-	X	-	X	-	X	X
Colombia	X	-	-	X	-	X	X	-	X	-	X
Costa Rica	X	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X
Ecuador	X	-	-	X	-	X	X	X	-	-	X
Estados Unidos	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jamaica	X	-	-	X	-	X	X	X	-	-	X
México	X	-	X	-	-	X	X	X	X	X	X
Panamá	X	-	X	-	-	X	X	-	-	-	X
Paraguay	X	-	X	-	-	X	X	-	-	X	X
Perú	X	-	X	-	-	X	X	-	-	-	X
Uruguay	X	-	-	X	-	X	-	-	-	-	X
Venezuela	X	-	X	-	-	X	X	X	X	-	X

Fuente: Cuestionario de CICAD sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región Interamericana".

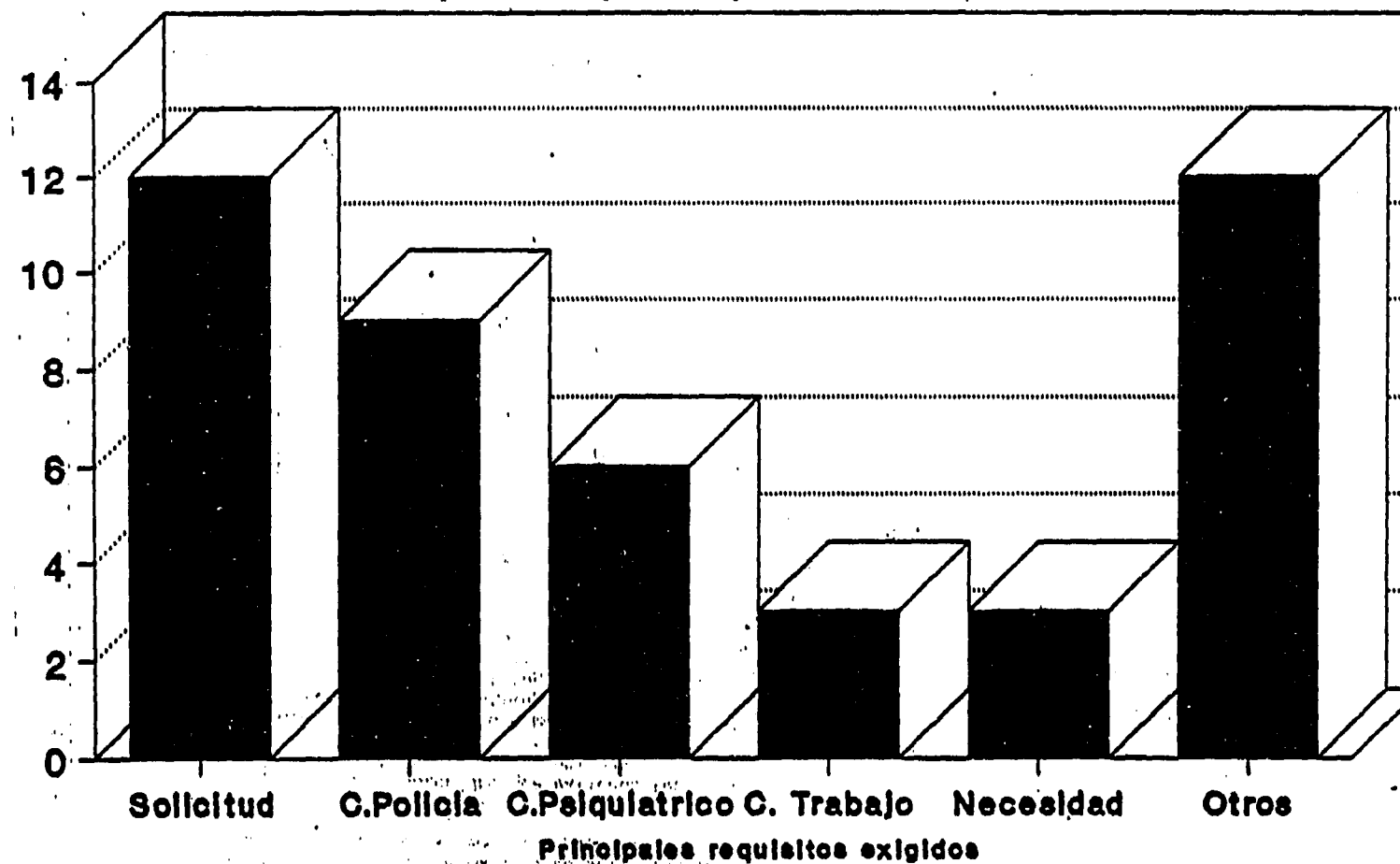
9500095.

213

95000954

# PRINCIPALES REQUISITOS EXIGIDOS para la portacion de armas

Numero de respuestas por requisito



Fte: Encuesta sobre armas y explosivos  
CICAD

portación de armas, e indicaron que existe una autoridad encargada del control de esos permisos con excepción de uno que no respondió, así el 50% declararon que dicha autoridad u oficina es un Ministerio o Secretaría de Estado, el resto de países el 50% afirmaron que es la Fuerza Armada o una Institución Militar la encargada.

Los requisitos exigidos son variados en los países, pero para efectos de tabular los más sobresalientes se agruparon en los siete grupos que aparecen en el Cuadro No.2 (Gráfico 2). Así se puede observar que todos los 12 países que respondieron a esta pregunta exigen el llenado de una solicitud; el 75% exige un record policial; el 50% un certificado psiquiátrico; un 25% exige una constancia de trabajo, y solamente un 25% exige demostrar la necesidad para portar armas, con lo cual puede especularse que lo menos importante, es cumplir con el objetivo básico como es el propósito por el cual existe esa necesidad.

## Capítulo II Control de la Producción

Confirman la existencia en once países, de instituciones o compañías productoras de armas y/o municiones y explosivos Cuadro No.3. Asimismo, que el control de estas compañías productoras se encuentra en manos de los Ministerios o Secretarías de Estado en un 40% y que el otro 50% es controlado por la Fuerza Armada o una Institución de carácter militar, el 10% corresponde a otro tipo de autoridad (Gráfico 3).

Se confirma la existencia de 34 Instituciones o Compañías productoras, sin incluir las 8,836 que afirma tener Estados Unidos; el 68% de estas 34 instituciones se ubican en dos países, debido a la existencia de muchas fabricas de explosivos (Gráfico 4).

Del total de once países que dicen tener alguna compañía productora, cinco de ellos o sea el 45% producen armas; nueve de ellas que representan el 82% producen municiones, y los once países o sea el 100%, producen explosivos.

Prácticamente en todos los países productores existen controles reglamentarios sobre la producción Cuadro No.3A, como lo son los inventarios de esta, la identificación de los productos por número de serie, modelo, etc. y un control de inventario sobre la compra y utilización de las materias primas utilizadas en la fabricación de armas y/o municiones y explosivos.

9500095.

-214-

## ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS

Cuadro N.º 3

Control de la Producción: Instituciones productoras,  
autoridad encargada del registro y control, número de instituciones  
productoras y productos elaborados en cada país.

País	Instituciones productoras		Autoridad encargada del registro y control			Número de instituciones productoras	Productos elaborados en cada país		
	Si	No	Ministerio o Secretaría de Estado	Fuerza Armada o Institución Militar	Otro Tipo de autoridad		Armas	Muníciones	Explosivos
Total	a/11	2	4	5	1	b/34	5	9	11
Bahamas	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Chile	X	-	-	X	-	14	X	X	X
Colombia	X	-	-	X	-	1	X	X	X
Costa Rica	X	-	X	-	-	1	-	-	X
Ecuador	X	-	-	X	-	2	-	X	X
Estados Unidos	X	-	-	-	X	-	X	X	X
Jamaica	-	X	-	-	-	-	-	-	-
México	X	-	X	-	-	3	-	X	X
Panamá	X	-	X	-	-	1	-	X	X
Paraguay	X	-	-	X	-	1	-	X	X
Perú	X	-	X	-	-	9	X	X	X
Uruguay	X	-	-	-	-	1	-	-	X
Venezuela	X	-	-	X	-	1	X	X	X

Nota: a/ Este total no coincide con el número de autoridades encargadas del registro y control, debido a que un país productor no indicó la autoridad correspondiente.

b/ Este total representa el número de instituciones productoras y no debe coincidir necesariamente con la suma de los totales de los productos elaborados en cada país. No incluye 1,011 productoras de armas y 7,825 productoras de municiones y explosivos de los Estados Unidos.

Fuente: Cuestionario de CICAD sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región Interamericana".

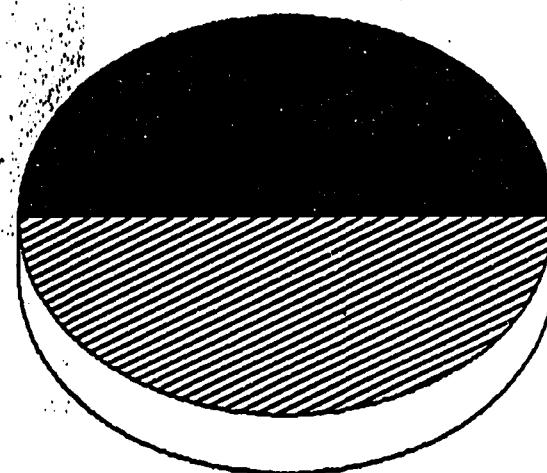
9500095.



# TIPO DE AUTORIDAD encargada de los permisos para la portación de armas y de su producción

Extiende los permisos

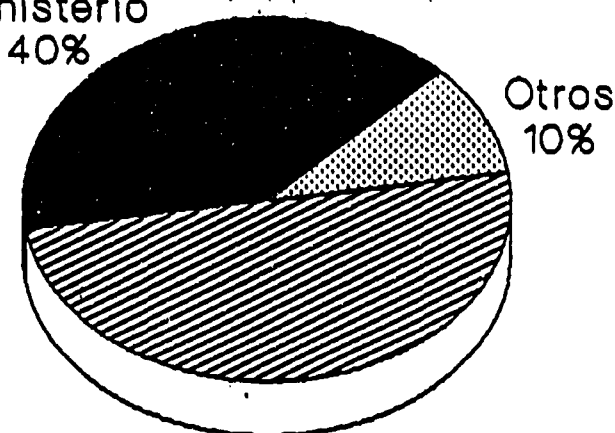
Ministerio  
50%



Fuerza Armada  
50%

Controla la producción

Ministerio  
40%



Otros  
10%

Fuerza Armada  
50%

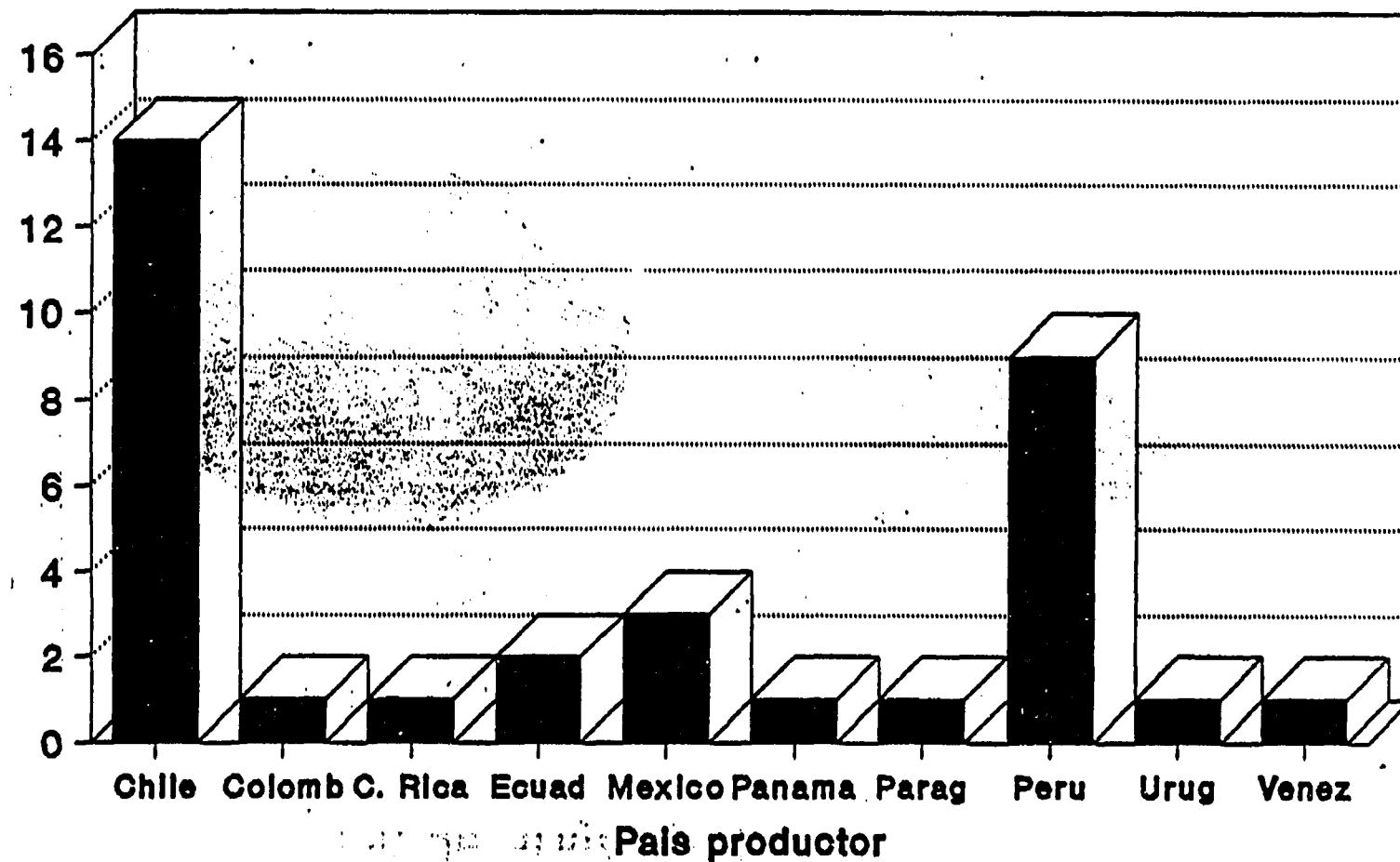
Fte: Encuesta sobre armas y explosivos  
CICAD

9500095.

926

# NUMERO DE INSTITUCIONES PRODUCTORAS de armas y/o municiones y explosivos

No. de instituciones productoras



Fte: Encuesta sobre armas y explosivos  
CICAD

- 217 -

9500095.

## ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS

Cuadro 3A

Control de la Producción: Existencia de inventario,  
identificación de los productos y control de inventario sobre  
las materias primas utilizadas en la producción.

País	Control de la Producción					
	Existe un inventario para el control de la producción		Se identifica cada producto terminado con un número de serie modelo, etc.		Existe un control de inventario sobre la compra y utilización de materias primas para la producción	
	Si	No	Si	No	Si	No
Total	9	1	10	-	9	1
Bahamas	-	-	-	-	-	-
Chile	X	-	X	-	X	-
Colombia	X	-	X	-	X	-
Costa Rica	X	-	X	-	X	-
Ecuador	X	-	X	-	X	-
Estados Unidos	-	X	X	-	-	X
Jamaica	-	-	-	-	-	-
México	X	-	X	-	X	-
Panamá	X	-	X	-	X	-
Paraguay	X	-	X	-	X	-
Perú	X	-	X	-	X	-
Uruguay	-	-	-	-	-	-
Venezuela	X	-	X	-	X	-

Fuente: Cuestionario de CICAD sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región Interamericana".

-218-

9500095.

### Capitulo III Venta y Distribución

En cuanto a la venta y distribución existe un control o legislación sobre las compañías clasificadas como compradores al por mayor, en 12 de los países que responden o sea el 92%, para la distribución y/o exportación o importación de las armas, municiones y explosivos. Solamente uno respondió que no existen en el país compañías clasificadas como compradores al por mayor.

El 50% de estas compañías son controladas por una autoridad a nivel de Ministerio o Secretaría de Estado, el 42% por la Fuerza Armada o una Institución de carácter militar y solamente una dice tener otro tipo de autoridad.

### Capitulo IV Exportación clandestina o ilegal

En el Cuadro No.4 se observa que existe en todos los países informantes una autoridad que se encarga del registro y control de la exportaciones. El 69% de los países respondieron que el control de las exportaciones es ejercido por la Fuerza Armada o una Institución militar, mientras que solamente un 23% confirmaron que su control lo ejecuta un Ministerio o Secretaría de Estado; uno de ellos informó de la existencia de otro tipo de autoridad (Gráfico 5).

Un 92% afirmaron tener una legislación para la regulación de las exportaciones, esta legislación es una ley en el 69% de los casos.

Con el fin de examinar los controles internos sobre el movimiento de las exportaciones clandestinas de armas y explosivos durante los años 1988 y 1989, se pidió calificar ese movimiento, ver Cuadro No.5, obteniéndose muy pocas respuestas, cinco en total, tres de ellas, es decir 60%, decían al calificar el movimiento de las exportaciones que este, "había tenido un aumento"; las otras dos opinaban lo contrario es decir, que "habían tenido un descenso".

Con relación a las otras preguntas importantes (Cuadro No.5), sobre si el Gobierno consideraba que "existe un problema sobre el contrabando de armas y explosivos y las exportaciones de estas", el 73% respondieron en forma negativa.

- 219 -

9500095.

## ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS

Exportación clandestina o ilegal: Autoridad encargada del registro y control de la exportación, legislación y tipo de instrumento jurídico utilizado

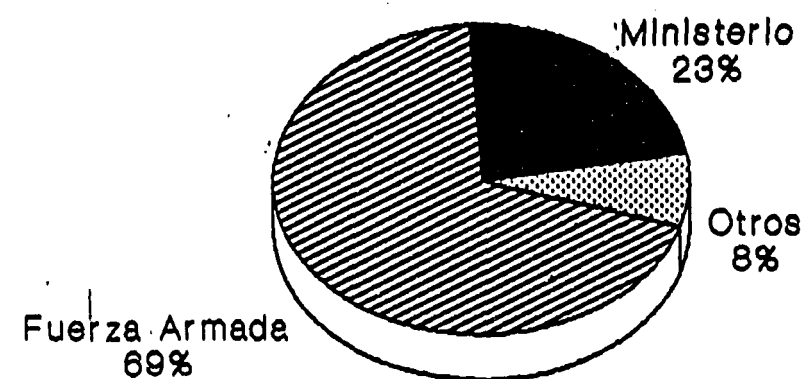
País	Autoridad encargada del registro y control			Legislación para regular las Exportaciones		Tipo de Instrumento Jurídico utilizado		
	Ministerio o Secretaría de Estado	Fuerza Armada o Institución Militar	Otro Tipo de autoridad			Ley	Decreto	Otro
				Si	No			
Total	3	9	1	12	1	9	2	2
Bahamas	-	X	-	X	-	X	-	-
Chile	-	X	-	X	-	X	-	-
Colombia	-	X	-	X	-	-	X	-
Costa Rica	X	-	-	X	-	X	-	-
Ecuador	-	X	-	X	-	X	-	-
Estados Unidos	-	-	X	X	-	X	-	-
Jamaica	-	X	-	X	-	X	-	-
México	X	-	-	X	-	X	-	-
Panamá	-	X	-	-	X	-	-	X
Paraguay	-	X	-	X	-	-	X	-
Perú	X	-	-	X	-	X	-	-
Uruguay	-	X	-	X	-	-	-	X
Venezuela	-	X	-	X	-	X	-	-

Fuente: Cuestionario de CICAD sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región Interamericana".

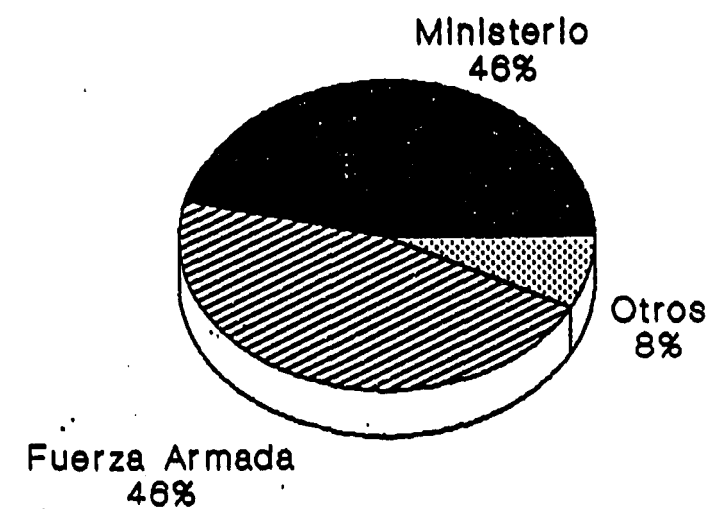
9500095.

**AUTORIDAD ENCARGADA DEL CONTROL  
de las Exportaciones e Importaciones de  
armas y/o municiones y explosivos**

Control de las Exportaciones



Control de las Importaciones



Fte: Encuesta sobre armas y explosivos  
CICAD

991-

9500095.

Cuadro N.5

**ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS**  
**Exportación clandestina o ilegal: Calificación del movimiento**  
**de las exportaciones y consideraciones**

País	Calificación sobre el movimiento de las exportaciones clandestinas durante los años 1988/89			Consideraciones:			
	Tuvo un aumento	Se mantuvo estable	Tuvo un descenso	Existe un problema sobre el contrabando de armas y explosivos y las exportaciones clandestinas		Existe una relación entre la exportación clandestina de armas y explosivos con el Narcotráfico	
				Si	No	Si	No
Total	3	-	2	3	8	4	6
Bahamas	-	-	-	-	-	-	-
Chile	-	-	-	-	X	-	-
Colombia	-	-	-	-	X	-	X
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	-
Ecuador	X	-	-	-	X	X	-
Estados Unidos	X	-	-	X	-	X	-
Jamaica	-	-	X	-	X	-	X
México	-	-	-	-	X	-	X
Panamá	-	-	-	X	-	X	-
Paraguay	-	-	X	-	X	-	X
Perú	-	-	-	X	-	X	-
Uruguay	X	-	-	-	X	-	X
Venezuela	-	-	-	-	X	-	X

Nota: La suma de los totales no coincide con el número de países, debido a la falta de respuestas de algunos países.

Fuente: Cuestionario de CICAQ sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región interamericana".

-222-

9500095.

Luego al considerar "si existe una relación entre la exportación clandestina o ilícita de armas y explosivos con el narcotráfico", el 60% afirmaron que no existía relación alguna.

Se observa al examinar lo anterior, que en las respuestas positivas, sobre si existe un problema y una relación, son exactamente los mismos países en ambos casos, Estados Unidos, Panamá y Perú, con excepción de uno de ellos Ecuador, que solo figura en una respuesta.

#### Capítulo V Importación clandestina o ilegal

Respecto a la importación clandestina o ilegal en el Cuadro No.6, se tiene que un 46% de los países afirman que es un Ministerio o Secretaría de Estado la autoridad encargada del control de la importación de armas y explosivos. En el 46% de ellos es la Fuerza Armada o una Institución de carácter militar la que controla las importaciones, y solo un país informa tener otro tipo de autoridad.

Todos los países respondieron que tienen una legislación que regula las importaciones y el 69% de estos indican que se trata de una ley el instrumento jurídico que utilizan.

Al calificar el movimiento de las importaciones clandestinas o ilegales, solo se tuvo respuesta de diez países, dos de ellos es decir 20%, respondieron que "tuvo un aumento"; cuatro de ellos es decir 40%, dijeron que "se mantuvo estable" el movimiento, y los cuatro restantes es decir 40%, confirmaron que "tuvo un descenso" (Cuadro No.7).

Sobre las consideraciones en el mismo Cuadro No.7 se observa una distribución algo semejante de respuestas en ambas preguntas, sobre si "existe un problema" y sobre si "existe una relación". De un total de doce países que respondieron seis de ellos, es decir 58% respondieron afirmativamente confirmando la existencia de un problema.

Asimismo sobre la existencia de una relación entre la importación clandestina de armas y explosivos con el narcotráfico, el 55% respondieron negativamente.



Cuadro N-6

## ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS

Importación clandestina o ilegal: Autoridad encargada del registro y control  
de la importación, legislación y tipo de instrumento jurídico utilizado

País	Autoridad encargada del registro y control			Legislación para regular las importaciones		Tipo de instrumento jurídico utilizado		
	Ministerio o Secretaría de Estado	Fuerza Armada o Institución Militar	Otro Tipo de autoridad	Legislación para regular las importaciones		Tipo de instrumento jurídico utilizado		
				Si	No	Ley	Decreto	Otro
Total	6	6	1	13	-	9	3	1
Bahamas	-	X	-	X	-	X	-	-
Chile	-	X	-	X	-	X	-	-
Colombia	X	-	-	X	-	-	X	-
Costa Rica	X	-	-	X	-	X	-	-
Ecuador	-	X	-	X	-	X	-	-
Estados Unidos	-	-	X	X	-	X	-	-
Jamaica	-	X	-	X	-	X	-	-
México	X	-	-	X	-	X	-	-
Panamá	X	-	-	X	-	-	X	-
Paraguay	-	X	-	X	-	-	X	-
Perú	X	-	-	X	-	X	-	-
Uruguay	-	X	-	X	-	-	-	X
Venezuela	X	-	-	X	-	X	-	-

Fuente: Cuestionario de CICAD sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región Interamericana".

9500095

Cuadro N-7

## ENCUESTA SOBRE ARMAS Y EXPLOSIVOS

Importación clandestina o ilegal: Calificación del movimiento  
de las importaciones y consideraciones

País	Calificación del movimiento de las importaciones clandestinas durante los años 1988/89			Consideraciones:			
	Tuvo un aumento	Se mantuvo estable	Tuvo un descenso	Existe un problema sobre el contrabando de armas y explosivos y las importaciones clandestinas		Existe una relación entre la importación clandestina de armas y explosivos con el Narcotráfico	
				Sí	No	Sí	No
Total	2	4	4	7	5	5	6
Bahamas	-	-	-	-	-	-	-
Chile	-	-	X	X	-	-	-
Colombia	X	-	-	X	-	X	-
Costa Rica	X	-	-	X	-	X	-
Ecuador	-	-	X	-	X	-	X
Estados Unidos	-	X	-	X	-	-	X
Jamaica	-	-	X	X	-	X	-
México	-	-	-	X	-	X	-
Panamá	-	X	-	-	X	-	X
Paraguay	-	-	X	-	X	-	X
Peru	-	-	-	X	-	X	-
Uruguay	-	X	-	-	X	-	X
Venezuela	-	X	-	-	X	-	X

Nota: La suma de los totales no coincide con el número de países debido a la falta de respuestas de algunos países.

Fuente: Cuestionario de CICAD sobre: "Información para un estudio del contrabando de armas y explosivos y sus vínculos con el narcotráfico en la región Interamericana"

-995-

9500095:

**Capitulo VI**  
**Decomisos de armas y explosivos ilegales**

Las preguntas de este capitulo prácticamente no fueron respondidas en su totalidad por la mayoría de los países, y una de las pocas preguntas que si respondieron fue la que se refiere a la existencia de una institución policial que se encarga de la vigilancia y control sobre las armas y explosivos ilegales o clandestinas. Once de las respuestas fueron afirmativas y un país señalo que no tiene una institución policial para este tipo de control.

9500095.

#### CONCLUSIONES

1. Existe en todos los países una Legislación vigente que permite el control de la producción, el comercio y la distribución de armas;

2. Un alto porcentaje de los Instrumentos Jurídicos utilizados para el control de la producción, el comercio y la distribución de armas, es una Ley;

3. Un promedio de vigencia o existencia de estos Instrumentos Jurídicos de 21.6 años con datos de diez países que respondieron, indica que es necesaria una revisión de estos, sobre todo con el propósito de actualizarlos al momento, en el cual la situación del problema drogas es diferente al de hace 20 años. Para el cálculo de este promedio de vigencia no se incluyen las cifras de Estados Unidos, por contar este país con una Ley que data desde el año 1934 y otras más actualizadas;

4. Que existen controles para permitir la portación de armas, mediante la obtención de un permiso;

5. Que entre los principales requisitos para extender un permiso para la portación de armas, el que debe considerarse más importante como es la demostración de la "Necesidad de portar armas" es uno de los de menos frecuencia entre estos requisitos;

6. Que existiendo según esta encuesta, todo tipo de control en cuanto a las Instituciones o Compañías productoras de armas y/o explosivos, como son la existencia de autoridades encargadas de los registros y controles, existencia y control de inventarios, identificación de los productos por número de serie, modelo, etc., controles sobre la compra y utilización de las materias primas utilizadas para la fabricación de estas. Se debe pensar en la existencia de intermediarios que permiten la venta clandestina o ilícita de estos productos, y por lo tanto es necesaria la revisión de estos controles y la puesta en práctica de nuevos sistemas que permitan reducir este escape;

7. Con relación a las exportaciones e importaciones, existe una regulación de estas en todos los países por medio de una legislación, con excepción de un sólo país que dice no tener legislación que controle y regule las exportaciones;

8. No es posible determinar si el movimiento clandestino o ilegal de exportaciones, tuvo un incremento o decremento en el periodo investigado 1988-1989, debido a las pocas respuestas, sin embargo la aseveración de un incremento por parte de 3 países es digna de tomarse en consideración y reflexionar para tomar o mejorar las medidas de control existentes. Si además se piensa en que hubieron afirmaciones de que existe un problema sobre el contabando de armas y

explosivos y las exportaciones clandestinas, y que tambien asimismo, se tuvieron afirmaciones de que existe una relación entre la exportación clandestina y el narcotráfico, y

9. No es posible determinar si el movimiento clandestino o ilegal de importaciones, tuvo un incremento o decremento, en el período investigado 1988-1989, debido tambien a la pobreza en el número de respuestas, sin embargo tambien existen opiniones afirmativas de que este tuvo un incremento. Además, un grupo de 7 países afirmaron que existe un problema sobre el contrabando de armas y explosivos y las importaciones clandestinas; lo mismo que hay cinco 5 países que confirman una relación entre las importaciones clandestinas con el narcotráfico.

Anexo: Cuestionario utilizado para la encuesta.

9500095.

ANEXO  
CUESTIONARIO UTILIZADO PARA LA ENCUESTA

2470a

- 228 -

9500095.

INFORMACION PARA UN ESTUDIO DEL CONTRABANDO DE  
ARMAS Y EXPLOSIVOS Y SUS VINCULOS CON EL  
NARCOTRAFICO EN LA REGION INTERAMERICANA

País: \_\_\_\_\_

Institución que informa: \_\_\_\_\_

Nombre del funcionario responsable: \_\_\_\_\_

Fecha: \_\_\_\_\_

**I. LEGISLACION NACIONAL**

1.0 Existe en el País una Legislación que permita el control de la producción y el comercio y la distribución de las armas

SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_

1.1 Señale con una (X) si se trata de una Ley \_\_\_\_\_, Decreto, \_\_\_\_\_, u Otro \_\_\_\_\_

1.2 Si existe, indique a continuación cual es esa ley, decreto, etc. por su nombre, e indique el o los artículos específicos y en la fecha en que entró en vigencia esta ley o decreto.

Nombre de ley o decreto: \_\_\_\_\_

Artículos específicos: \_\_\_\_\_

Fecha de vigencia: \_\_\_\_\_

500095.

- 1.3 Se necesita un permiso o autorización especial para la portación de un arma SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_
- 1.4 Si es afirmativa la respuesta anterior, nombre la autoridad que se encarga de extender estos permisos o autorizaciones:
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 1.5 Indique a continuación cual o cuales son los requisitos exigidos para obtener un permiso o autorización para portar armas: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 1.6 Indique a continuación cual es el paso o pasos a seguir para tramitar ante la autoridad correspondiente un permiso o autorización para la portación de un arma:
1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

## II. CONTROL DE LA PRODUCCION

- 2.0 Existen en el País compañías que se dedican a la producción de Armas y/o municiones y explosivos: SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_

- 231 -

9500095.



- 1.3 Se necesita un permiso o autorización especial para la portación de un arma SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_
- 1.4 Si es afirmativa la respuesta anterior, nombre la autoridad que se encarga de extender estos permisos o autorizaciones:
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 1.5 Indique a continuación cual o cuales son los requisitos exigidos para obtener un permiso o autorización para portar armas: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 1.6 Indique a continuación cual es el paso o pasos a seguir para tramitar ante la autoridad correspondiente un permiso o autorización para la portación de un arma:
1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

## II. CONTROL DE LA PRODUCCION

- 2.0 Existen en el País compañías que se dedican a la producción de Armas y/o municiones y explosivos: SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_

2.1 Si existen, indique por su nombre quien es la institución o autoridad competente que se encarga de su registro y control:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.2 Indique de acuerdo al numeral 2.0, el número de empresas productoras y el tipo de armas y/o municiones y explosivos producidos:

Número de empresas productoras: \_\_\_\_\_

Tipos de armas producidas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Tipos de municiones producidas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Tipos de explosivos producidos: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.3 Existe por parte de la autoridad competente para el control de la producción de las armas, municiones y explosivos, un control de inventario continuo de las compañías productoras:

SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_

9500095.

Se le da a cada producto independientemente su correspondiente número de identificación, serie, modelo, tipo, etc., al ser producido:

SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_

- 2.4 Existe por parte de la autoridad competente para el control de la producción de las armas, municiones y explosivos, un control de inventario continuo sobre la compra y utilización de las materias primas utilizadas para la fabricación de estos productos: SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_

### III. VENTA Y DISTRIBUCION

- 3.0 Existe un control sobre las compañías clasificadas como compradores al por mayor para la distribución y/o exportación o importación de armas, municiones y explosivos:

SI \_\_\_\_\_, NO \_\_\_\_\_

- 3.1 Si la respuesta anterior es afirmativa indique el nombre de la autoridad competente que tiene a su cargo este control:
- \_\_\_\_\_

- 3.2 Indique de acuerdo al numeral 3.0 cuales son los pasos para que estos compradores al por mayor puedan obtener una licencia, permiso o autorización de compra al por mayor para la distribución y/o exportación o importación de esos productos:

233

9500095.

---



---



---

**IV. EXPORTACION CLANDESTINA O ILEGAL**

**4.0** Existe en el País un Organismo o Institución encargada del control de la Exportación de Armas y Explosivos:

SI\_\_\_\_, NO\_\_\_\_

**4.1** En caso afirmativo indique a continuación, por su nombre completo este organismo o institución:\_\_\_\_\_

---



---

**4.2** Existe en el País alguna ley, decreto u otro tipo de reglamentación que regule la Exportación de Armas y Explosivos:

SI\_\_\_\_, NO\_\_\_\_

**4.3** En caso afirmativo indique a continuación por su nombre completo esta legislación, decreto o reglamentación:\_\_\_\_\_

---



---

-234-

9500095.

4.4 Según los controles internos del País, se considera que la Exportación Clandestina de Armas y Explosivos, durante los dos últimos años (1988 y 1989), han tenido (Señale con una X):

Un aumento \_\_\_\_

Se ha mantenido estable \_\_\_\_

Ha tenido un descenso \_\_\_\_

4.5 Considera el gobierno de este país que existe un problema sobre el contrabando de Armas y las exportaciones de éstas:

SI \_\_\_\_, NO \_\_\_\_

4.6 Considera el gobierno de este país que existe una relación entre la exportación clandestina o ilícita de Armas y Explosivos con el narcotráfico: SI \_\_\_\_, NO \_\_\_\_

#### V. IMPORTACION CLANDESTINA O ILEGAL

5.0 Existe en el País un Organismo o Institución encargada del control de la importación de Armas y Explosivos: SI \_\_\_\_, NO \_\_\_\_

5.1 En caso afirmativo indique a continuación, por su nombre completo este organismo o institución: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS

COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS

cicad

REUNION DEL GRUPO DE EXPERTOS ENCARGADO  
DE EVALUAR EL REGLAMENTO MODELO SOBRE  
PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS,  
MAQUINAS Y ELEMENTOS  
Del 24 al 27 de mayo de 1994  
Washington, D.C.

OEA/Ser.L/XIV.2  
CICAD/PRECUR/doc.27/94  
27 mayo 1994  
Original: español

- INFORME FINAL  
(Versión Provisional)

SECRETARÍA GENERAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, WASHINGTON, D.C. 20006

-236-

9500095.

## INDICE

	Página
I. ANTECEDENTES . . . . .	1
II. SESIONES DE APERTURA, DE TRABAJO Y DE CLAUSURA . . . . .	4
III. AUTORIDADES, PARTICIPANTES Y OBSERVADORES . . .	4
IV. DOCUMENTACION . . . . .	5
V. CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES . . . . .	5
ANEXOS:	
I. Mandato	
II. Calendario de Actividades	
III. Lista de Participantes	
IV. Lista de documentos	

## **I. ANTECEDENTES**

La Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), en su Tercer período ordinario de sesiones celebrado en la Ciudad de Guatemala del 7 al 11 de marzo de 1988, solicitó a la Secretaría Ejecutiva preparar un documento informativo sobre las recomendaciones aprobadas en la Conferencia de Quito sobre los "Productos Químicos Esenciales para la fabricación de la cocaína", Quito, Ecuador 14 al 17 de julio de 1987. La Secretaría Ejecutiva preparó el indicado documento informativo y lo presentó a la consideración de la Comisión en su cuarto período ordinario de sesiones.

La CICAD en su Cuarto período ordinario de sesiones (CICAD/doc.131/88 corr. 1) al respecto, acordó lo siguiente:

### **B. INFORME SOBRE PRECURSORES Y SUSTANCIAS QUIMICAS ESENCIALES**

Con relación a este mandato, la Comisión tomó conocimiento del Informe preparado por la Secretaría Ejecutiva (CICAD/PRECUR/doc.4/89) y acordó crear el Grupo de Expertos, para lo cual dicha Secretaría Ejecutiva debe consultar con los Estados miembros, solicitar la cooperación de otros órganos del sistema, como el Comité Jurídico Interamericano y preparar un documento informativo completo, así como estudiar la posibilidad de realizar la primera reunión de dicho Grupo en el último semestre de 1989 o el primer trimestre de 1990. Al respecto la Secretaría Ejecutiva anunció que contará con el financiamiento requerido para las primeras actividades. Por otra parte, la Comisión recomendó al Grupo de Expertos que no preparara un anteproyecto de Convención Interamericana sobre precursores y sustancias químicas esenciales, sino más bien una ley modelo o un Reglamento Modelo para tratar la armonización de las legislaciones en los Estados miembros.

Este Grupo de Expertos fue creado por la CICAD en 1989 para orientar el trabajo de la CICAD en esta materia prioritaria. El resultado de su trabajo en 1989-1990 fue la preparación del Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos. Se debe señalar, además que la CICAD atribuye la más alta importancia a la materia del control de los precursores y sustancias químicas, máquinas y elementos, y a la prevención del desvío del comercio legítimo al tráfico ilícito de drogas, porque es evidente que negando acceso a estos insumos los narcotraficantes tendrían que dejar de producir la cocaína y la heroína.

Bajo estas consideraciones, los 34 Estados miembros de la OEA, cuando prepararon y adoptaron el Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro Contra el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, en 1986, se asignó una alta prioridad a la materia, en su Capítulo 2., punto operativo 3, con el siguiente texto:



- "3. El establecimiento de controles rigurosos sobre la fabricación, importación, exportación, transporte y comercialización de los solventes, precursores y productos químicos esenciales para la elaboración de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;"

Con este mandato, la CICAD desde su primer período de sesiones de trabajo en marzo de 1987, dedicó especial atención a las medidas que se deben tomar en el Continente para enfrentar el problema de los precursores y después de analizar varias alternativas, instruyó a la Secretaría Ejecutiva en 1989, para que convoque el Grupo de Expertos para preparar un Reglamento Modelo sobre la materia, con el fin de proveer una legislación armónica en la región interamericana, que sea consistente con las normas y procedimientos establecidos en los Artículos 12 y 13 de la Convención de las Naciones Unidas de 1988 sobre el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas.

El Grupo de Expertos se reunió cinco veces, desde el mes septiembre de 1989 hasta el mes de marzo de 1990, y preparó el Reglamento Modelo para el Control de Precursores y Sustancias Químicas, Máquinas y Elementos. El Grupo eligió como Presidente del Grupo, al Lic. Ignacio González de Chile, y como Relator, al Dr. Amadeo Farías de Argentina.

El Reglamento Modelo fue aprobado por la CICAD en su Séptimo período ordinario de sesiones y por la Asamblea General de la OEA, en su XX período ordinario de sesiones. A la vez, la Asamblea General recomendó a todos los Estados miembros de la CICAD que lo adopten como parte de su legislación nacional vigente y su debida aplicación.

Se debe señalar además, que la CICAD inició un amplio y coordinado programa de acción en todo el hemisferio para promover la adopción y aplicación del Reglamento Modelo. La CICAD recibió una donación del Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas (PNUCID), de fondos del Gobierno de los Estados Unidos destinados al control de precursores para financiar estas actividades.

En la primera fase, la CICAD auspició cuatro Seminarios de alto nivel para divulgar al nivel político, sus principios y alcances, en Jamaica, Bolivia, México y Argentina. En el de Argentina se incluyeron representantes de los países productores de químicos de Europa y América, de los sectores públicos y de la industria.

En la segunda fase, con el apoyo de la DEA del Gobierno de los Estados Unidos y la Real Policía Montada del Canadá, se auspició seminarios de adiestramiento para funcionarios nacionales en Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México y Venezuela, que complementaron con seminarios bilaterales impartidos por la DEA en

estos y otros países americanos. Hay dos Seminarios nacionales más, programados para el segundo semestre de 1994, uno en la República Dominicana y el otro en Uruguay.

En la tercera fase, se patrocinaron Seminarios multinacionales que además de impartir los conceptos principales del control de precursores, promueven la cooperación operacional entre los países vecinos en la prevención del desvío. Se han celebrado cuatro Seminarios multinacionales hasta la fecha: en Buenos Aires, Argentina, para los países del Cono Sur; en Cochabamba, Bolivia, para los países limítrofes de Bolivia; en Trinidad y Tobago, para los países caribeños de habla inglesa; y en San Pedro Sula, Honduras, para los países centroamericanos. El quinto se celebrará en Cartagena, Colombia, en la segunda semana de junio de este año con Colombia y sus países limítrofes.

De acuerdo con las informaciones recibidas de los Gobiernos interamericanos, los resultados de estos esfuerzos indican que los siguientes trece países tienen legislación compatible con el Reglamento Modelo o han adoptados y están aplicando el Reglamento Modelo hasta la fecha, aún como ley básica o por medio de Reglamentos emitidos por el poder ejecutivo: Argentina, Las Bahamas, Canadá, Colombia, Costa Rica, Ecuador, los Estados Unidos, México, Nicaragua, Panamá, Perú, la República Dominicana y Venezuela.

Además, se ha informado que en Chile y Honduras, sus respectivos Congresos están muy adelantados en el proceso legislativo, y en Guatemala, la Ley Básica sobre Drogas de 1993 establece las bases para un Decreto Ejecutivo sobre la materia.

Sobre la base de esta experiencia, la CICAD decidió en 1992 que sería conveniente consultar una vez más al Grupo de Expertos para analizar el progreso realizado y proponer las medidas adicionales que la CICAD debe promover para profundizar los esfuerzos hemisféricos para controlar los precursores y sustancias químicas y, a la vez, ampliar la cooperación interamericana y mundial en esta materia.

Para orientar las labores del Grupo de Expertos, la CICAD en su Décimoquinto período ordinario de sesiones adoptó los términos de referencia que se anexan al presente Informe Final.

Además, la CICAD enfatizó que el problema de precursores no es solamente un problema hemisférico, sino mundial, y recalcó la importancia de una política de estrecha cooperación entre los países americanos y los productores y exportadores de químicos de otras regiones del mundo.

La CICAD ha invitado al presente Seminario de Expertos a los colegas del PNUCID, JIFE, INTERPOL, CCC, la Comisión de la Unión Europea y varios países europeos y asiáticos.

Finalmente, durante el Décimoquinto período ordinario de sesiones de la CICAD, celebrado en Mar del Plata, Argentina, del 8 al 11 de marzo de 1994, ésta acordó reiterar la necesidad de convocar nuevamente al Grupo de Expertos para evaluar y actualizar el Reglamento Modelo.

## II. SESIONES DE APERTURA, DE TRABAJO Y DE CLAUSURA

La sesión de apertura de esta Reunión se celebró en horas de la mañana del 24 de mayo de 1994, en el Salón Padilha Vidal del Edificio de la Secretaría General de la Organización (GSB). Hizo uso de la palabra el Dr. Samuel A. Echalar, Secretario Ejecutivo Adjunto de la CICAD, para dar la bienvenida a los Delegados y Observadores y declarar abiertos los trabajos.

Durante esta Reunión se celebraron 6 sesiones de trabajo, de acuerdo con lo previsto en el Calendario de Actividades, que también se anexa a este Informe Final, en las que se trataron los diversos puntos del Mandato así como las propuestas, sugerencias, observaciones y recomendaciones formuladas por los participantes para aprobar los acuerdos adoptados que se incluyen en este Informe Final.

La Reunión de Clausura tuvo lugar el 27 de mayo de 1994, y en la misma hicieron uso de la palabra el Secretario Ejecutivo de la CICAD señor Irving G. Tragen y el Presidente de la Reunión, Doctor Alvaro Eguren, Delegado del Uruguay, quien declaró clausurados los trabajos.

## III. AUTORIDADES, PARTICIPANTES Y OBSERVADORES

Los siguientes Estados miembros designaron expertos para esta Reunión: Argentina, Brasil, Canadá, Colombia, Chile, Ecuador, Estados Unidos, Jamaica, México, Perú, Trinidad y Tobago y Uruguay.

En la primera sesión Plenaria de trabajo del día 24 de mayo de 1994, se eligió por unanimidad como Presidente de la Reunión del Grupo de Expertos al Dr. Alvaro Eguren, Delegado de Uruguay.

Asistieron en calidad de Observadores, España, Francia, Reino Unido, UNDCP, INTERPOL, el Consejo de Cooperación Aduanera y la Comisión de Comunidades Europeas.

Los nombres de los Expertos y Observadores participantes y funcionarios de la Secretaría Ejecutiva de la CICAD, en esta Reunión figuran en el Anexo III al presente Informe Final.

**IV. DOCUMENTACION**

Para realizar los trabajos de esta Reunión, se consideraron los documentos que se señalan en el Anexo IV de este Informe Final.

**V. CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES**

### CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Luego de realizadas las siete Sesiones de Trabajo el Grupo de Expertos ha llegado a las siguientes conclusiones:

Reiterar la naturaleza transnacional de esta actividad y destacar la importancia que tiene la cooperación entre los estados miembros y con otras regiones del mundo.

En este sentido se ha intentado compatibilizar las legislaciones de los estados miembros para facilitar dicha cooperación.

El Reglamento Modelo ha servido como instrumento fundamental para cumplir con este propósito, teniendo en cuenta como antecedente inmediato la Convención de Viena de 1988.

Como consecuencia de ello, algunos países ya han adoptado en sus legislaciones las normas contenidas en el Reglamento Modelo y otros se encuentran con proyectos en proceso de sanción legislativa.

Es imperioso entonces que los países que aun no tengan legislación en la materia incorporen a la misma las normas contenidas en el Reglamento Modelo.

Ha llegado además el momento que se realicen los esfuerzos tendientes a lograr la debida aplicación de las disposiciones del Reglamento Modelo con la mayor urgencia posible.

A tal fin el Grupo de Expertos recomienda a la CICAD que adopte las siguientes medidas:

1. Instar a los países que aún no han incluido en sus legislaciones nacionales materias relacionadas con el control y la sanción del desvío de productos químicos y precursores impulsen, con la aceleridad posible, la elaboración de tales legislaciones, tomando como base el Reglamento Modelo.
2. Incrementar las facilidades de la Secretaría Ejecutiva para que responda a las solicitudes de los Estados miembros que requieran asesoramiento para elaborar dichas normas jurídicas.
3. Propiciar la cooperación internacional fortaleciendo el área de las comunicaciones entre los países y entre éstos y los organismos internacionales, así como la efectiva implementación del procedimiento de preaviso al país importador por parte de la autoridad competente del país exportador.
4. Poner en marcha entre los Estados miembros un sistema uniforme y compatible de intercambio de información, en el que se incluirá las nuevas tendencias que surjan en la materia.
5. Actualizar los cuadros I y II del Reglamento Modelo de acuerdo con los cambios ya introducidos en las tablas de la Convención de Viena de 1988 y establecer un sistema para ajustarlo de acuerdo con las tendencias que se verifiquen en los países en materia de utilización de cualquier producto químico para la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias psicotrópicas.
6. Establecer procedimientos especiales para la aplicación de controles más estrictos a una amplia gama de sustancias químicas, máquinas y elementos en lugares próximos a las zonas donde se fabrican narcóticos ilícitos, pero donde existen pocas o ninguna

industria legítima.

7. Preparar y mantener actualizado un Directorio de las empresas en todos los Estados miembros que contenga como mínimo aquéllas que importen o exporten los productos incluidos en los Cuadros I y II.

8. Preparar normas y programas modelo que promuevan una efectiva relación de cooperación entre las autoridades gubernamentales responsables de la fiscalización de las sustancias químicas y las empresas legítimas dedicadas a la exportación, la importación y la venta interna de sustancias químicas controladas.

A tal fin se sugiere tener en cuenta las Directrices para uso de las autoridades nacionales, a fin de evitar el desvío de precursores y sustancias químicas esenciales (CICAD/PRECUR/doc.13/94).

9. Facilitar a los Estados miembros programas de formación, capacitación y perfeccionamiento a los funcionarios encargados del control y fiscalización de los precursores y otros productos químicos, máquinas y elementos.

10. Encargar a la Secretaría Ejecutiva de la CICAD que prepare un manual que incluya la nómina de los productos incluidos en los Cuadros I y II conteniendo su nombre científico, sus marcas comerciales, nombres de uso corriente y lícito e ilícito. Dicho manual se elaboraría en colaboración con la JIFE.

11. Proponer a la CICAD que actúe como autoridad encargada de recibir y distribuir a los países la información que sea enviada por los miembros de la OEA u otros organismos internacionales.

- 245 -

9500095.

12. Solicitar a cada Estado miembro que designe la autoridad competente para recibir y distribuir información de acuerdo con lo previsto en la recomendación anterior.

Identificar a todas las autoridades que tengan competencia en esta materia, según sus atribuciones y establezca un sistema para la debida distribución de la información a dichas autoridades.

Estas autoridades deberían ser puestas en conocimiento de la CICAD y de la JIFE.

13. Facilitar la cooperación entre los Estados Americanos con los Estados Extracontinentales.

Proponer al respecto que la CICAD, utilizando los servicios de un Grupo de Expertos nacionales, lleve a cabo las gestiones técnicas y administrativas con las Comunidades Europeas con el fin de acordar elementos básicos para acuerdos de cooperación entre las Comunidades Europeas y los Estados miembros de la OEA para el control del desvío de la producción y comercialización de precursores y sustancias químicas, máquinas y elementos. A tal efecto se podría considerar la posibilidad de preparar un acuerdo modelo sobre la materia.

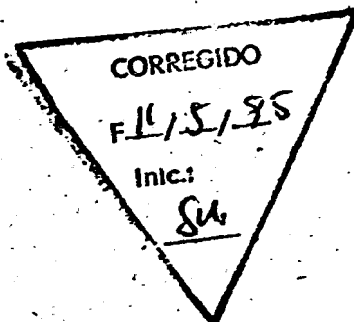
14. Instruir a la Secretaría Ejecutiva de la CICAD para que en colaboración con la JIFE ayude a los Estados miembros en la compilación y defusión a los mismos de datos esenciales de productos químicos como parte de su sistema estadístico uniforme, para ayudar a la CICAD y a la JIFE en el análisis del seguimiento de las tendencias en el desvío y comercio de químicos.

246-246

9500095.



1/1



8 Nada de sustitutos", en el futuro equipo de gobierno municipal

## Voceros afirman que Burgueño mantendrá a la mayoría de los actuales directores municipales

"Burgueño mantendrá a sus directores", dijo a nuestra redacción una fuente cercana al intendente electo. El vocero indicó que no son más que rumores las versiones que abundan en Maldonado acerca de quienes conformarían el gabinete municipal a partir del 15 de febrero de 1995. De todas maneras, en la calle son varios los nombres que se manejan. La Secretaría General que ocupa el contador Ricardo Alcorta es al día de hoy la única responsabilidad

que está confirmado cambiará de titular, puesto que Alcorta renunciará en los primeros días de enero. Los nombres de varios de los ediles electos por el Partido Nacional, y en especial por la Lista 20, que apoyó la reelección del electo Domingo Burgueño Miguel, figuran entre los nombres que no ocuparían sus bancas en el legislativo comunal, para ocupar cargos en la Intendencia Municipal, de acuerdo a las versiones. De igual modo el nombre de un

alto dirigente blanco que apoyó la candidatura a la presidencia de Carlos Julio Pereyra. La semana pasada incluso se confirmó que en contactos informales Burgueño exploró la posibilidad de que el actual diputado Ramón Guadalupe vaya a la Dirección de Cultura de la IMM. La fuente reiteró que "no hay nada de eso". Ayer en la mañana el intendente electo se instaló en la Casa de la Cultura de la calle Pérez del Puerto.

ESTE DIARIO...  
21/12/84

FECHA 11/5/95	INICIAL LP
Procesado a Sistema DEX	
OBSERVACIONES	

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de ingreso	05 ENE. 1995
Pass	BIOGRAFICO
Nº de expediente	9500097

Nº DOCUMENTO 9500098  
TÍTULO Brasil: Tropas do Exército deixam as ruas em 1/1/PS.  
PROCEDENCIA Agregado Militar Brasil

PROCEDENCIA: 16/12/94

ACIONES 11176 11224

65092 11

50482

11351 11319 1

13005

ENTRADO	<u>11</u>
CRUZADO	<u>11</u>

## Tropas deixarão morros

As Forças Armadas deverão ser afastadas das incursões aos morros do Rio a partir de 1º de janeiro.

No novo convênio entre a União e o governo estadual para o combate ao crime organizado, que deverá ser renovado pelo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, a atuação das Forças Armadas ficará restrita ao apoio na reorganização das polícias e controle das fronteiras.

A informação foi dada ontem pelo coordenador do Movimento Viva Rio, o antropólogo Rubens Cesar Fernandes, após audiência de mais

de uma hora com Fernando Henrique, no Palácio da Alvorada.

A assessoria de imprensa do presidente eleito, no entanto, limitou-se a informar que Fernando Henrique recebeu o pedido do Viva Rio, mas qualquer decisão só será tomada em conjunto com o governador eleito, Marcello Alencar.

Na audiência com o presidente eleito, os representantes do movimento defenderam a unificação, em nível nacional ou pelo menos no caso do Rio, das polícias Civil e Militar. A unificação depende da reforma constitucional.

## Traficantes fazem pagode

Luis Turiba e Antonio Carlos Fontes  
Envio de Especiais

Rio — O samba "Overdose de cocada" dos compositores brasileiros Ivan Mendonça, sargento da Aeronáutica, e Dinho, cabo da PM, foi a música mais cantada ontem no pagode que integrantes do Comando Vermelho (CV) fizeram na ladeira dos Tabajaras, em Copacabana.

Sem soltar foguetes nem fazer alvoroço, eles comemoravam com música o fim do cerco do Exército ao morro dos Cabritos e a volta do funcionamento da boca-de-fumo. "Cocada boa, não é? É cocada boa", diz o refrão do samba gravado por Bezer-

ra da Silva.

"O bicho pegou mas já está liberado", disse um dos 23 soldados do CV que dominam as bocas do morro.

"Nós não descemos atrás de ninguém para oferecer o produto. Eles que sobem para comprar", disse ele com um copo de cerveja na mão.

Apesar da comemoração, a ação do Exército surtiu efeito, pois até meados da tarde nenhum comprador apareceu para adquirir drogas.

Os soldados do Comando Vermelho só permitiram a presença da reportagem do Correio Braziliense no morro depois de uma tensa negociação e com o compromisso de não haver fotos.

9500098

OS - OS

9500099

NR DOCUMENTO

TITULO EEW: lo tenista Capriati fue detenido por posesión de marihuana. -

PROCEDENCIA Rec. Prensa

FECHA DE PROCEDENCIA 5-6-94

VINCULACIONES 11176 ✓ 11341 ✓

11241 ✓ 05890 ✓

11229 ✓

11422 ✓

11351 ✓

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓



Capriati y un juicio por el que le pedirán 9 millones de dólares

## Demanda a Capriati

MIAMI (ANSA).- No son tiempos gratos para la tenista norteamericana Jennifer Capriati, alejada del circuito desde hace nueve meses. Pocas semanas después de haber sido arrestada en un hotel de Coral Gables por posesión de marihuana, ahora sufrirá una demanda al ser acusada de provocar la reincidencia en el mundo de los estupefacientes de un ex drogadicto.

Ellis Rubin, abogado de Nathan Wilson, uno de los jóvenes que pasó con Capriati la noche previa

a su arresto, dijo que demandará a la jugadora por 9.000.000 de dólares.

Según Rubin, "Capriati sedujo a Nathan y le hizo olvidar su cura desintoxicante, que había terminado recientemente, y retomar la adicción. Jennifer no es la pequeña víctima inocente con malas compañías. Ella organizó y financió todo".

Capriati ofrecerá una conferencia de prensa para dar a conocer su versión de los hechos.

101 07103.

4. la información, fue es un conocimiento específico, parcial y localizado sobre personas, ambientes, hechos, acciones o cosas, que no ha sido sometido a ningún proceso intelectual, salvo el de su obtención, es la materia prima esencial de la inteligencia.

5. la inteligencia es, en primer término, el conocimiento resultante del proceso de la información. Por Sherman Kent, en su clásica obra Inteligencia Estratégica es "el conocimiento que nuestros hombres, civiles y militares, que ocupan cargos elevados, deben poseer para salvaguardar el bienestar nacional". De acuerdo con el proyecto de ley sobre ley Orgánica de Información e Inteligencia a estudio del Congreso argentino, inteligencia "es el conocimiento resultante del proceso

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCESO

CLAREN

17-5-74

ENTRADO

CRUZADO

## TENENCIA DE MARIHUANA

# Arrestaron a Jennifer Capriati

**CORAL GABLES, EE.UU. (AP).** - La ex niña prodigio del tenis femenino, Jennifer Capriati, fue detenida ayer en este suburbio de Miami por posesión de marihuana, luego que la policía acudió a su habitación de hotel siguiendo la pista a una menor fugada de su casa.

Según pudo saberse, Capriati, de 18 años, estaba sola en su habitación del Coral Gables Inn cuando durante un registro del cuarto los agentes hallaron una cantidad no determinada de marihuana. Pero el asunto no terminó ahí, ya que un rato más tarde, cuando la joven fugada y un hombre de 19 años residente de Miami llegaron a la habitación, fueron también arrestados por tenencia de drogas.

A Capriati le abrieron una causa por posesión de marihuana y la dejaron al rato en libertad bajo la supervisión de su abogado, John Ross. Mientras tanto su agente, Linda Dozoretz, de la firma International Management Group (IMG), no hizo público ningún comentario hasta el momento.

En tanto, la joven de 17 años, cuya identidad no fue dada a conocer por su edad, fue acusada de posesión de dos paquetes de heroína. Y el hombre, identificado como Tom Wineland, fue acusado de posesión de la cocaína sintética conocida por "crack".

### Antecedentes

Capriati -consagrada como la gran esperanza del tenis femenino estadounidense- cuando destintó al mundo en 1989 con apenas 14 años- había sido multada en diciembre por la policía de Tampa, Florida, luego que su agente dijo que la tenista salió de un centro comercial llevándose un anillo plateado de 15 dólares por el que no había pagado. En aquel entonces la policía no pudo encausar el incidente ya que Capriati, que entonces tenía 17 años, era menor de edad.

La tenista llegó a ocupar el sexto puesto del ranking mundial y fue medalla de oro en los Juegos Olímpicos de Barcelona. No ha jugado un torneo profesional desde que perdió en la primera ronda del Abierto de Estados Unidos en agosto pasado. Abandonó el circuito debido a una lesión a un codo, y en enero dijo que no volvería hasta haber terminado la escuela secundaria, en junio.

02-02

9500099

## CAPITULO 2

## EXPOSICION DE MOTIVOS

Principios generales que nos aporte la Historia.

Si bien la actividad de inteligencia es tan antigua

- como el hombre, es a partir de la invención de la escritura que comienzan a configurarse los testimonios que nos hablan de ella a través de la Historia.

De esa manera, diferentes crónicas y documentos nos dan cuenta de su existencia, de su razón de ser, de su desarrollo y de los fines a los cuales ha servido, desde los más

- lejanos tiempos de la Antigüedad:

- los ejércitos persas en la época de Darío, por ejemplo, habían desarrollado un sistema de estado mayor que incluía a los así llamados "oficiales de inteligencia".

- en Alejandro el Magno, tuvo origen la censura militar.

- el braman Kautilya aconsejaba a los gobernantes de la antigua India, que un servicio de inteligencia altamente organizado era esencial para el Estado y de primera im-

Nº DOCUMENTO 9500 A00  
TÍTULO Colombio: Samper y sus posibles vínculos con el Narcotráfico.  
PROCEDENCIA EL OBSERVADOR  
FECHA DE PROCEDENCIA 21.6.94  
VINCULACIONES

11176	65892	11213	11269	11049	11226	11512	11224	11228	11075
65592	11349	11213	11269	11049	11226	11512	11224	11228	11075
65092	11349	11213	11269	11049	11226	11512	11224	11228	11075
11660	11349	11213	11269	11049	11226	11512	11224	11228	11075
11514	11349	11213	11269	11049	11226	11512	11224	11228	11075

ENTRADO  
CRUZADO

El presidente electo de Colombia desmintió así las últimas insinuaciones de su rival Pastrana

## Samper negó vínculos con el narcotráfico

El presidente electo de Colombia, Ernesto Samper, aseguró ayer que en su campaña política no hubo dinero del narcotráfico, como lo insinuó su derrotado rival conservador Andrés Pastrana.

Yo he sido estricto a lo largo de toda mi campaña, publiqué un código de ética, nombré un fiscal ético para que, entre otras cosas, vigilara el origen de los recursos de la campaña y obviamente todas las cuentas de la campaña y los dineros que fueron recibidos fueron fiscalizados de esta manera", dijo Samper.

Samper se refirió a una polémica afirmación hecha el domingo de noche por Pastrana, quien al reconocer el triunfo de su oponente liberal, les manifestó a sus simpatizantes que "el presidente que haya recibido dinero del narcotráfico no tiene título moral para conducir a su pueblo".

La revista Time informó recientemente que fuentes del departamento de Estado de EEUU habían expresado su preocupación por la posible presencia de dinero del narcotráfico en las campañas de los candidatos presidenciales.

Samper Pizano, economista liberal de 34 años, fue elegido presidente de Colombia para el periodo constitucional 1994-98, en una de las más reñidas votaciones de la historia.

Samper derrotó a Pastrana apenas por un 1,7% de votos, según



### UN VISTAZO A LA ECONOMIA

- \* Samper no proyecta cambios drásticos en materia macroeconómica, fiscal o monetaria.
- \* Planea superar una meta de 6,5% de crecimiento anual promedio del PBI.
- \* Contempla un fuerte apoyo al sector agropecuario mediante subsidios a los agricultores y créditos blandos a través de una entidad estatal especializada que no privatizará.
- \* Pretende crear 1,5 millones de empleos productivos durante los próximos cuatro años.
- \* Su política comercial es interpretada por analistas como proteccionista.
- \* No considera prioritario el ingreso de Colombia al Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (TLC).
- \* Buscará consolidar la integración con Venezuela y Ecuador.

cómputos oficiales. La Registraduría Nacional del Estado Civil informó que Samper obtuvo 3.679.632 votos, un 50,3%, y Pastrana 3.553.146 votos, un 48,6%, tras contabilizarse el 98,3% de los sufragios.

Samper anunció ayer que co-

### Alegría de Samper

Su rival Pastrana afirma que lo invitó a "hacer un juramento en el que se comprometieran a no tener vínculos con el narcotráfico", pero Samper nunca contestó.

menzará de inmediato los preparativos para el traspaso del poder con el gobernante saliente, César Gaviria. Indicó que comenzaría "inmediatamente" la labor de enlace con Gaviria, de cuya administración fue ministro de Desarrollo y embajador en España.

### Predicciones

Un astrólogo que predijo la muerte del jefe del cartel de Medellín, Pablo Escobar, y que es consultado por altos funcionarios gubernamentales, vaticinó ayer que Samper deberá cuidarse de posibles ataques de los rebeldes.

Dijo que Samper tendrá contactos favorables con la guerrilla en busca de su política de paz, aunque le recomendó cuidarse de posibles ataques de los rebeldes o de enfrentamientos con el poder militar. (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE y Reuter)

9500100

OA-22.

14687

M. D. N.  
D. G. I. D.  
SECRETARIA  
MONTEVIDEO  
271500DIC93

**ORDEN N° 61 / 93**  
=====

**I. PERSONAL**

**A. PERSONAL SUPERIOR**

- A partir de la fecha 06 de enero de 1994 y hasta nueva Orden el Escalafón de Jefes de Servicio estará integrado por los siguientes Jefes y Oficiales.-

- Tte.Cnel. Douglas E. Duarte.
- Tte.Cnel. Roberto A. Irazabal.
- C/F (CG). Luis A. Canelli.
- Tte.Cnel. Ricardo R. Casco.
- Tte.Cnel. Orosmán Pereira.
- C/F (CG). Pablo F. Pangallo.
- May. Hector R. Etchevers.
- May. Julio Silva Ledesma.
- C/C (CG). Julio A. Ambrosioni.
- May. Oscar R. Baladán.
- May. Oscar E. Silva.
- Cap. Norberto Devincensi.
- T/N (CG). Enrique H. Dupont.
- A/N (CG). Alvaro Togni.

El Director General de Información de Defensa.



LUIS A. ABRAHAM.

AUTENTICA:



DE SECRETARIA DE LA D.G.I.D.

DOUGLAS E. DUARTE.



Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

LA NACION

FECHA DE RECEPCIÓN

24.6.94

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

*Presuntos aportes del narcotráfico en la campaña presidencial*

# Peligra la ayuda norteamericana para combatir la droga en Colombia

**Escándalo: el distanciamiento con los Estados Unidos sería inevitable si se comprueba que el presidente electo, Ernesto Samper, recibió dinero ilegal para financiar su acción proselitista.**

WASHINGTON, 23 (AP). - La cooperación de Estados Unidos con Colombia en la lucha contra las drogas podría sufrir contratiempos si se verifican las versiones de que se utilizó dinero del narcotráfico para financiar la campaña del presidente electo de Colombia, Ernesto Samper.

La cooperación entre ambas naciones había sido ya minada con la decisión norteamericana de suspender un programa que proveía a Colombia y Perú de información sobre el rastreo de aviones civiles cargados de droga.

La incertidumbre sobre el futuro de la cooperación se agudizó hoy cuando los medios de prensa colombianos difundieron una grabación que da indicios de que la campaña

de Samper había aceptado dinero de la droga.

Si las alegaciones son ciertas, la capacidad del gobierno colombiano de continuar su colaboración anti-drogas con Estados Unidos "se vería afectada negativamente", dijo Alexander Watson, secretario de Estado para asuntos interamericanos.

Según versiones publicadas, miembros del Congreso norteamericano recibieron información de funcionarios de la administración Clinton de que Samper no sólo aceptó el dinero sino que lo solicitó.

La campaña de Samper dijo hoy que no recibió dinero de "dudosa procedencia". El candidato electo es abogado y economista y formó parte del gabinete del presidente saliente César Gaviria.

Watson dijo que "seguimos seriamente preocupados. Esperamos que las autoridades colombianas investiguen a fondo. Es un asunto de gran preocupación para nosotros".

Mucho antes de que se hicieran públicas las grabaciones, las autoridades norteamericanas habían oído versiones de que dinero de la droga estaba siendo "sifoneado" a la cam-

## Aplicación

Ernesto Samper se reunió hoy con el embajador norteamericano en Colombia, Morris Busby, en medio del escándalo por la presunta infiltración de fondos del narcotráfico en su campaña. La entrevista duró dos horas y fue a puerta cerrada. Se especula que Samper reafirmó su determinación de enfrentarse a los narcotraficantes y evitar que el episodio afecte un distanciamiento con Washington.

paña electoral de Samper, dijo Watson.

Pero agregó que dirigentes de la campaña negaron esas versiones.

Hasta hace poco, Estados Unidos y el gobierno de Gaviria colaboraron estrechamente en la lucha contra los narcotraficantes.

Bajo el régimen de Gaviria, el cartel de Medellín quedó considerablemente debilitado. Actualmente, Cali quedó convertido en centro del tráfico de drogas.

Watson dijo que desconocía si se ha hecho algún contacto formal sobre el caso con Gaviria, quien se encontraba en California para la Copa Mundial de fútbol.

Pero los indicios de que Colombia ha estado entrando en vaivén en su campaña antidrogas dieron lugar a que Washington suspendiera los comienzos de año su programa de compartir evidencias con autoridades colombianas.

Luego, el 1º de mayo, el Ministerio de Defensa, sin media, cortó un sistema de radar usado al rastreo de vuelos de del narcotráfico en los Andes. La decisión se debió a preocupaciones sobre las implicaciones de la complicidad de Estados Unidos en el derribo de aviones.

Ayer, la administración Clinton aprobó la aprobación de que permitiera a Estados Unidos la provisión de esos datos que se evite la responsabilidad norteamericana en esas acciones.

10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200

9500100

R E S E R V A D O

6

**B.- BOLIVIA**

- El Coronel FAUSTINO RICO TORO, ex Comandante de la Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico (FELCN), detenido en forma preventiva en la ciudad de COCHABAMBA, fue acusado por EEUU de haber formado parte de las bandas de traficantes de drogas que operan entre BOLIVIA y el mencionado país. Por su parte, el Embajador de EEUU en LA PAZ, CHARLES BOWERS, ratificó la solicitud de extradición de RICO TORO ante la cancillería boliviana para que sea procesado ante tribunales norteamericanos.

El Coronel fue designado Comandante de las FELCN en enero de 1991 por el ex Presidente PAZ ZAMORA, permaneciendo en ese cargo apenas una semana por las presiones de los organismos de defensa de los derechos humanos y de la propia Embajada de los EEUU.

De acuerdo con las pruebas contra RICO TORO, este fue el jefe de una banda de traficantes que comercializaba cocaína en EEUU cuando ocupaba el cargo de Comandante de la FELCN. Otra de las pruebas es que el Coronel mantuvo relaciones comerciales en 1983 con ISAAC "OSO" CHAVARRIA, ex Capitán del Ejército boliviano considerado como uno de los más grandes traficantes de drogas de este país, actualmente detenido.

**C.- BRASIL**

- El Director del FOLHA DE SAN PABLO en BRASILIA, Premio UNICEF 1993 y finalista del Premio Príncipe de ASTURIAS 1994 de Comunicación y Humanidades, GILBERTO DIMENSTEIN, afirmó que el crimen organizado está detrás de las matanzas de las que son víctimas los llamados "niños de la calle" de BRASIL, que, según datos oficiales, rondan actualmente los siete millones, dándose el mismo fenómeno en COLOMBIA y en menor medida en los ESTADOS UNIDOS.

Asimismo, DIMENSTEIN informó que "hemos verificado que estos menores son utilizados por los narcotraficantes y posteriormente asesinados cuando ya no les sirven". Paralelamente subrayó, que "el escenario que los envuelve es el crimen organizado y la conexión internacional de venta de droga que pasa por BRASIL, COLOMBIA, PERU y BOLIVIA, y tenemos una lista de policías involucrados".

- Un grupo de 15 hombres encapuchados y fuertemente armados invadió el hospital policial GETULIO VARGAS, ubicado en el barrio PENHA, RIO DE JANEIRO,

R E S E R V A D O

**B.- BOLIVIA**

- El Coronel FAUSTINO RICO TORO, ex Comandante de la Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico (FELCN), detenido en forma preventiva en la ciudad de COCHABAMBA, fue acusado por EEUU de haber formado parte de las bandas de traficantes de drogas que operan entre BOLIVIA y el mencionado país. Por su parte, el Embajador de EEUU en LA PAZ, CHARLES BOWERS, ratificó la solicitud de extradición de RICO TORO ante la cancillería boliviana para que sea procesado ante tribunales norteamericanos.

El Coronel fue designado Comandante de las FELCN en enero de 1991 por el ex Presidente PAZ ZAMORA, permaneciendo en ese cargo apenas una semana por las presiones de los organismos de defensa de los derechos humanos y de la propia Embajada de los EEUU.

De acuerdo con las pruebas contra RICO TORO, este fue el jefe de una banda de traficantes que comercializaba cocaína en EEUU cuando ocupaba el cargo de Comandante de la FELCN. Otra de las pruebas es que el Coronel mantuvo relaciones comerciales en 1983 con ISAAC "OSO" CHAVARRIA, ex Capitán del Ejército boliviano considerado como uno de los más grandes traficantes de drogas de este país, actualmente detenido.

**C.- BRASIL**

- El Director del FOLHA DE SAN PABLO en BRASILIA, Premio UNICEF 1993 y finalista del Premio Príncipe de ASTURIAS 1994 de Comunicación y Humanidades, GILBERTO DIMENSTEIN, afirmó que el crimen organizado está detrás de las matanzas de las que son víctimas los llamados "niños de la calle" de BRASIL, que, según datos oficiales, rondan actualmente los siete millones, dándose el mismo fenómeno en COLOMBIA y en menor medida en los ESTADOS UNIDOS.

Asimismo, DIMENSTEIN informó que "hemos verificado que estos menores son utilizados por los narcotraficantes y posteriormente asesinados cuando ya no les sirven". Paralelamente subrayó, que "el escenario que los envuelve es el crimen organizado y la conexión internacional de venta de droga que pasa por BRASIL, COLOMBIA, PERU y BOLIVIA, y tenemos una lista de policías involucrados".

- Un grupo de 15 hombres encapuchados y fuertemente armados invadió el hospital policial GETULIO VARGAS, ubicado en el barrio PENHA, RIO DE JANEIRO,

LA NACION

21-6-74

CENTRAL

CRUZADO

# Samper apunta una pesada artillería contra los narcos y la drogadicción

Por Mariano de Vedia  
(Enviado especial de LA NACION)

21/6/74

**Factor maligno:** el nuevo mandatario colombiano ve al tráfico de narcóticos como el hilo conductor de todos los tipos de violencia en su país.

BOGOTÁ.- En sus primeras palabras como presidente electo, Ernesto Samper se preocupó por transmitir un mensaje tranquilizador a los observadores internacionales.

Al dirigirse a los partidarios que se reunieron para saludarlo, pocos minutos después de su consagración, dijo que su gobierno cumplirá estrictamente todos los compromisos internacionales y que encontrarán en él a un gran aliado para luchar por la integración latinoamericana y del Caribe.

Los dos temas estuvieron presentes en el debate caliente de la campaña electoral, pero fueron los primeros a los que se refirió el nuevo mandatario una vez definido el pronunciamiento de las urnas.

La deducción es clara. En la campaña, Samper debía captar el voto de un electorado preocupado por cuestiones internas y necesidades sociales. Ahora, frente a la inminencia de formar gobierno, necesita transmitir señales inequívocas de estabilidad política e institucional, para poder insertarse sin conflictos en la comunidad internacional.

## La droga y el narcotráfico

En ese contexto se entiende el compromiso de desmontar los mecanismos del narcotráfico, al que Samper concibe como "el hilo conductor de todas las formas de violencia registradas en Colombia en los últimos diez años".

Mantiene firme, además, su oposición a la despenalización del consumo personal de drogas, admitido por la Corte Constitucional, y esa misma postura sustenta en el plano internacional, al reclamar una es-

Colombia: cómputos finales		
Candidatos	Votos	%
Samper	3.595.745	55,41
Pastrana	3.563.446	48,60
Abstención		57 *
Votos en blanco	72.504	0,98
Anulados	48.149	0,65
Total de votos	7.379.844	43

\* Es el segundo más alto índice de abstención en la historia, tras el 66 por ciento registrado en las elecciones de 1961.

trategia uniforme en los distintos países, para enfrentar el flagelo. Recientemente, insistió en que "de nada sirve reprimir la producción y el tráfico de drogas si no se combate el consumo".

Para combatir la violencia y la delincuencia urbana, el nuevo mandatario impulsará la centralización de los servicios de inteligencia que hoy practican en forma dispersa distintos organismos de la Policía y de las Fuerzas Armadas.

## El margen de la victoria

Distintos elementos ayudan a interpretar la intención de Samper de transmitir una imagen de prudencia y de equilibrio, tras su elección presidencial.

Si bien triunfó con el respaldo mayoritario de la población y tendrá un amplio dominio en las dos cámaras legislativas, Samper accede al gobierno tras la victoria más ajustada lograda por un candidato liberal en la historia de Colombia.

Poco más de 120.000 votos lo separaron de Andrés Pastrana Arango, una diferencia menor a la registrada en 1978, cuando el liberal Ju-

lio César Turbay Ayala superó al conservador Belisario Betancur por 147.000 sufragios.

Consciente de ello, y con la intención de ampliar las bases de consenso para su futuro gobierno, el presidente electo expresó su reconocimiento a Pastrana, a quien, dijo, "le extiendo mi mano amiga y lo felicito por haber hecho una campaña innovadora".

Dejó abierta la puerta, así, para incorporar en su gabinete a dirigentes cercanos a Pastrana, que consolidó su fuerza política en el Partido Conservador.

## La apertura económica

Tras confirmar su consagración, Samper procuró despejar dudas acerca de la continuidad de las transformaciones iniciadas por el actual mandatario, César Gaviria, las que seguirán, sin embargo, a un ritmo distinto y con matices diferenciados.

Abogado y economista, el presidente electo se autodefinió como un liberal a secas, comprometido con una política social, alejado del neoliberalismo.

Nadie olvida que nuevo mandatario fue el primer ministro de Desarrollo en la gestión de Gaviria y, como tal, uno de los impulsores del proceso de apertura económica. Disconforme con el excesivo giro neoliberal que, a su juicio, tomó la política económica, se alejó del Gobierno y fue designado embajador en España, cargo que abandonó en mayo del año último para lanzarse de lleno a su postulación presidencial.

Samper, que llegará al Palacio de Narino el 7 de agosto, cuatro días después de cumplir 44 años, reconoció expresamente los éxitos de la apertura económica de Gaviria, al afirmar que "su visión y su valor le dieron a Colombia un gran impulso modernizador que vamos a continuar decididamente".

Pero también señaló, pensando en el frente interno que lo aportó los votos, que había recibido un mandato social, que desarrollará cabalmente en los próximos cuatro años.

La reactivación de la actividad agropecuaria y la constitución de un fondo de subsidios serán las primeras medidas que adoptará en su gestión, durante la cual aspira a crear un millón y medio de empleos productivos, según prometió en la campaña.

## ¿Y la abstención?

El resultado electoral en Bogotá, donde el presidente electo nació el 3 de agosto de 1930, fue decisivo para la consagración de Samper. Logró más de 570.000 votos y aventajó por 74.000 a Pastrana.

En todo el país, el candidato liberal obtuvo 3.595.745 votos (55,41 %), contra 3.563.446 (48,60 %) de Pastrana. Votaron 7.379.844 colombianos y, si bien aumentó la concurrencia en casi un millón y medio de personas respecto de la primera vuelta, la abstención fue del 57 %, el segundo índice más alto en las elecciones presidenciales de los últimos 25 años.

# Se coordinará la lucha con los EE. UU.

BOGOTÁ (Del enviado especial).- Ernesto Samper anunció que promoverá la constitución de un organismo binacional con los Estados Unidos para asegurar una mayor efectividad en la lucha contra el narcotráfico.

Señaló que la comisión desarrollará una acción coordinada y permanente para revisar los diversos programas en materia policial, repressiva, preventiva y de rehabilitación.

"La droga sólo puede combatirse mediante una política global, que tenga en cuenta todas y cada una de

las fases de la cadena, como el consumo, la producción de materias primas, la desviación de productos químicos, la transformación, el lavado de dinero y la distribución", expresó a periodistas extranjeros.

Samper reformó su posición contraria a la despenalización del consumo de drogas en dosis personales, en abierta oposición al fallo de la Corte que admitió esa figura.

"El consumo de drogas no es un derecho constitucional y tampoco se corresponde con el derecho al libre desarrollo de la personalidad", señaló el presidente electo.

Samper aseguró que abrir las puertas de la legalización de la droga, en un mercado que tiene una oferta tan amplia, sería condenar a la drogadicción a todos los jóvenes colombianos.

El futuro presidente liberal se mostró partidario de consultar sobre este tema a la población colombiana, mediante el referéndum propuesto por el actual mandatario, César Gaviria. Si el plebiscito se realiza, Samper promoverá la prohibición del consumo personal de drogas por vía legislativa.

Al referirse a las acciones impulsadas por los Estados Unidos para eliminar las plantaciones de drogas, señaló que "toda ayuda externa será bienvenida en la medida en que se trate de acciones complementarias y esfuerzos en áreas en las que Colombia no tiene desarrollado un alto nivel de complejidad".

Dijo que la cooperación permanente con los EE. UU. estará orientada a impulsar una acción clara, efectiva y coordinada en la lucha contra el narcotráfico.

03

03

95001500

- La policía detuvo en LA PLATA a dos narcotraficantes argentinos y un brasileño, quienes en el baúl, laterales y asiento trasero de un automóvil, llevaban escondidos 80 kgs. de marihuana, la que era ingresada desde PORTO MEIRA, Estado de PARANA, BRASIL, y luego era vendida en el GRAN BUENOS AIRES.

- En un operativo llevado a cabo en ROSARIO, realizado en la ruta 34 a la altura de SAN LORENZO, se secuestraron en un vehículo unos 44 kgs. de cocaína de máxima pureza, deteniendo a dos personas. La droga estaba escondida en el baúl y el asiento trasero del auto, el que procedía del norte del país.

- En un operativo realizado en la jurisdicción de ESPERANZA, a 150 kms. de ROSARIO, la Policía incautó 50 kgs. de cocaína, los que estaban distribuidos en 60 panes ocultos en los tanques de combustible; y se logró la detención de los tres ocupantes de los vehículos. *de los automóviles*

- En dos procedimientos realizados en MISIONES la Gendarmería Nacional secuestró más de 18 kgs. de marihuana y detuvo a una persona. Uno de los operativos se realizó en las cercanías del Cerro CORA, donde fue interceptado un automóvil en cuyo baúl se encontraron 11 kgs. de la droga y se detuvo a su conductor. Luego, en los parajes YARARE PATICUA y PATICUAI, se encontraron algo más de 7 kgs. de marihuana.

- En un operativo realizado en la localidad de MONTE CRISTO, CORDOBA, la Policía detuvo a uno de los principales proveedores de drogas incautándole 10 kgs. de marihuana, mientras que a otros cuatro traficantes se les incautó un total de 410 grs. de cocaína de máxima pureza.

- La Delegación de SAN PEDRO de la Provincia de JUJUY detuvo en la Terminal de Omnibus a un individuo a quien se le secuestraron 2,600 kgs. de cocaína, procedente de ORAN, SALTA. El traficante había pertenecido durante 14 años a la Gendarmería Nacional, habiendo sido dado de baja hace un tiempo.

**B.- BOLIVIA**

- El Comandante de la Policía, Gral. LUIS ROCHA MARTINEZ, manifestó que la policía boliviana aún no tiene pruebas que constaten la presencia y actividad



Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TITULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA LA NACIÓN  
FECHA DE PROCEDENCIA 23-6-74  
VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO  
CRUZADO

## Sospechan que el narcotráfico pagó la campaña proselitista colombiana

**Voces:** existen grabaciones de diálogos telefónicos, con jefes del Cartel de Cali, que rozan a tres importantes candidatos, entre ellos el electo; la Justicia estudia el gasto electoral del oficialismo.

BOGOTÁ, 22 (AP).— El Cartel de Cali, la organización de narcotraficantes más poderosa del mundo, estaba dispuesta a financiar la campaña presidencial en Colombia con objeto de tener puestos claves en el próximo gobierno.

Los datos proceden de tres conversaciones telefónicas de los hermanos Gilberto y Miguel Ángel Rodríguez Orejuela, los jefes fugitivos del cartel cuyas transcripciones textuales fueron publicadas hoy por la prensa colombiana.

Según las conversaciones, la campaña del presidente electo, Ernesto Samper Pizano, necesitaba 3000 millones de pesos (3,7 millones de dólares) y los jefes del cartel manifestaron: "Esos los hay. Eso está definido".

### Nadie recibió nada

El interlocutor de los hermanos Rodríguez Orejuela es el periodista Alberto Giraldo, que según el libro "Los Jinetes de la cocaína", publicado hace cuatro años, sería el jefe de relaciones públicas del Cartel de Cali. Giraldo confirmó al noticiero CMI de televisión que los diálogos telefónicos son auténticos, pero aclaró que finalmente ninguna campaña recibió los dineros prometidos.

El presidente electo Samper Pizano puso en manos de la fiscalía los libros de contribuciones a su campaña para demostrar que no hubo ingresos de dineros del narcotráfico.

Las grabaciones indican que la campaña de Andrés Pastrana, que perdió el domingo la presidencia por un estrecho margen de 120.000 votos, se negó a recibir las contribuciones del Cartel de Cali, lo cual en-

colerizó a Rodríguez Orejuela, quien acusó al líder conservador de haber recibido "dos millones de dólares o algo así" de parte de otro grupo de narcotraficantes.

El objetivo de las gruesas contribuciones ofrecidas por los líderes del Cartel de Cali era obtener puestos en el gabinete del presidente electo Samper Pizano.

### Puestos claves

"Hay cinco puntos ahí que son unos nombramientos que son fundamentales", dijo el periodista Giraldo a Rodríguez Orejuela, al indicarle que esa sería la cuota del Cartel de Cali en el nuevo gobierno.

En las grabaciones Rodríguez Orejuela pregunta al periodista Giraldo cómo ve la perspectiva de un triunfo de Samper y éste respondió: "Está en manos de ustedes, qué cosa tan curiosa".

### La narcodemocracia

Al comentar este fragmento de las conversaciones telefónicas, el diario conservador La Prensa, de oposición, dice hoy que "comenzó la narcodemocracia".

Las cintas revelan también que Samper Pizano y el ex candidato presidencial Miguel Maza Márquez se reunieron en la residencia del periodista Giraldo para acordar el apoyo al candidato oficialista después que Maza Márquez fue derrotado en la primera vuelta.

Giraldo también aparece solicitando dinero a los jefes del cartel de Cali para Maza Márquez, quien durante varios años fue el jefe de la policía secreta y combatió frontalmente al Cartel de Medellín, aunque fue acusado de no haber hecho algo parecido con el Cartel de Cali. Maza Márquez rechazó las insinuaciones de haber recibido dinero del Cartel de Cali y recordó que su campaña la adelantó con "muy escasos recursos".

### Pastrana recibió las cintas

La cinta con las grabaciones fueron entregadas en Cali por personas no identificadas al candidato con-

servador Andrés Pastrana la semana pasada, quien las puso en manos del presidente César Gaviria Trujillo. Este a su vez la remitió a la fiscalía para que inicie la investigación.

Después de conocer el texto de las grabaciones, 48 horas antes de la elección presidencial, Pastrana le envió un mensaje a Samper Pizano proponiéndole hacer un público ju-

ramento de que ninguna de las dos campañas había recibido dineros del narcotráfico.

Le solicitó también que el ganador, en caso de comprobarse que recibió dinero del narcotráfico, se comprometiera a renunciar a su cargo. Samper Pizano nunca respondió ese mensaje.

## Pastrana exige a Samper que presente la renuncia si se prueban los hechos

BOGOTÁ, 22 (AP).— El ex candidato presidencial conservador Andrés Pastrana exigió hoy que el presidente electo Ernesto Samper Pizano presente la renuncia a su cargo, si se comprueba que recibió fondos de narcotraficantes para financiar su campaña electoral.

"Para claridad de la opinión pública nacional e internacional no es suficiente poner a disposición los libros de contabilidad de las campañas", dijo Pastrana en una declaración escrita, aludiendo a lo hecho en ese mismo sentido por el presidente electo, Ernesto Samper.

El líder conservador también rechazó insinuaciones formuladas por Rodríguez Orejuela, de que habría recibido 2 millones de dólares de un supuesto Cartel del Norte del Valle para financiar su campaña presidencial.

"Con reacción airada y palabras de grueso calibre, el señor Rodríguez Orejuela se refiere al rumor de que el denominado por él 'Cartel del Norte del Valle' había ofrecido una suma en dólares por mi campaña", dijo Pastrana.

En esas condiciones, afirmó, la investigación del fiscal debe concentrarse exclusivamente en quienes dirigieron la campaña del presidente electo.

Pastrana recordó que fue él mismo quien entregó al presidente César Gaviria la cinta con la grabación de las conversaciones sostenidas por los líderes fugitivos del Cartel de Cali con el periodista Alberto Giraldo, quien según la transcripción trabaja para ellos bajo comisión.

"Cuando yo entregué la cinta al presidente iba al frente de las encuestas y tenía la posibilidad de ser elegido presidente de Colombia, a pesar de lo cual me comprometí públicamente a renunciar a mi cargo si se comprobaba que había recibido dineros del narcotráfico, porque estaba totalmente seguro de que no ingresaron dineros de ese origen a mi tesorería. Espero que el doctor Samper haga lo mismo", dijo Pastrana.

Por otra parte, reiteró que el tesoro de su campaña, Hernán Beltré, rechazó un ofrecimiento, hecho a través de Giraldo, de aportes de fondos a cargo de "personas no identificadas de Cali", que según la cinta eran los jefes del Cartel.

Pastrana había recibido la cinta grabada cuatro días antes de las elecciones, y dijo que no la quiso utilizar como arma electoral por no tener la seguridad de que quienes hablaban eran los hermanos Rodríguez Orejuela.

9500100

- A raíz de un procedimiento realizado en FORTALEZA (Estado de CEARA), donde se incautaron 2,5 kgs. de cocaína, el Director de la Policía Civil del mencionado Estado, JORGE LUIS OLIVEIRA, manifestó que se descubrió una nueva ruta en el tráfico de drogas la cual proviene de BOLIVIA entrando por RONDONIA, de allí es transportada por vía terrestre al MATO GROSSO, GOIAS, MARANHAO y PRANI, hasta FORTALEZA donde se distribuye a otras ciudades.

D.- COLOMBIA

- La Corte Constitucional de COLOMBIA legalizó el consumo y porte de dosis personales de drogas, en un fallo que autoriza el porte de 20 grs. de marihuana, cinco de hachís o uno de cocaína. Según la Corte, que aprobó el fallo por cinco votos contra cuatro, penalizar el consumo personal o el porte de droga para ese consumo constituye un acto contra los derechos de la intimidad, la autonomía y el libre desarrollo de la personalidad de los ciudadanos, consagrados como garantías fundamentales en la Constitución vigente.

La Iglesia Católica, dirigentes de empresa y candidatos presidenciales reaccionaron contra esta decisión y pidieron una consulta popular para que se pronuncie al respecto, pero, la Registraduría Nacional, que controla las actividades electorales y de consulta, informó que "no es posible la realización, por ahora, de una consulta popular", debido a que no existe una ley que la reglamente. Por su parte, el Presidente CESAR GAVIRIA manifestó que "acata, pero no comparte la decisión de la Corte", mientras que los EEUU manifestaron su malestar por la decisión de la Corte. El Director Nacional de la Campaña Antidrogas LEE BROWN, manifestó su "extremo desánimo", mientras que el Jefe del Departamento estadounidense antidrogas (DEA), THOMAS CONSTANTINE, calificó la medida colombiana como "un paso atrás".

- El Presidente CESAR GAVIRIA manifestó que las diferencias existentes entre el Fiscal General GUSTAVO DE GREIFF con EEUU por la política de rebaja de penas a los narcotraficantes están originando un conflicto lesivo para los intereses de COLOMBIA. Asimismo, GAVIRIA rechazó por "insultantes" las afirmaciones de DE GREIFF, que calificó de "servil" la política colombiana contra el narcotráfico ante EEUU.

, GAVIRIA, dijo que "nosotros sabemos bien que en estos países latinoamericanos todo enfrentamiento con EEUU genera cierta solidaridad ciudadana, pero creemos que lo

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA EL PAIS

FECHA DE PROCEDENCIA 23/6/89

VERIFICACIONES

ENTRADO

CRUZADO

Revuelo en Colombia Afecta a Samper y Pastrana

## DINERO DE NARCOS EN CAMPAÑAS POLITICAS

### Una Caseta Grabada por un Personaje Conocido Revelaría Presunto Escándalo

SANTA FE DE BOGOTÁ, 22 (EFE). — Las grabaciones que revelan supuestas conversaciones entre el narcotráfico y los candidatos a la presidencia de Colombia en las elecciones del pasado domingo han desatado un escándalo nacional. El líder de 47 años para que asuma el cargo de presidente electo, el liberal Ernesto Samper, quien sustituirá el 7 de agosto próximo a César Gaviria (también liberal), es el más directamente implicado por las grabaciones, que ya han provocado indignación tras revelar que el mismo fue víctima de un atentado de la mafia por cinco años.

Samper, que conoció al país, comenzó al mismo tiempo cuando el entonces candidato conservador, Andrés Bello, derrotado por Gaviria en las elecciones, entregó una cinta a un periodista de la ciudad que para la democracia colombiana suponían los cargos.

La grabación, que Gaviria hizo llegar al ministro de Defensa, Rafael Pardo, y que éste trasladó al fiscal general, Gustavo de Greiff, contiene unas supuestas conversaciones entre el periodista Alberto Giraldo y un interlocutor que se asegura es Miguel Rodríguez Orejuela, hermano del presunto jefe del "cartel de Cali", Gilberto Rodríguez Orejuela.

Este último estuvo preso en España y, tras ser deportado a Colombia en 1987, fue puesto en libertad por el juez colombiano, a pesar de las

peticiones de captura de Estados Unidos, que considera al "cartel de Cali" responsable del 80 por ciento de la cocaína que se exporta a su país.

#### LA CONVERSACION

En la conversación, Giraldo, que ha admitido que la voz grabada es la suya, dice a Miguel Rodríguez Orejuela que Samper necesita 5.000 millones de pesos (seis millones de dólares) para financiar su campaña y ganar los comicios.

Preguntado sobre "¿Cómo ves la cosa de Samper?", el periodista señalado como interlocutor de los mafiosos contesta: "Pues está en manos de ustedes. ¿Qué cosa tan curiosa!"

El periodista, conocido en el medio profesional como "el loco Giraldo", trabajó en varias cadenas radiofónicas colombianas.

Aunque está parcialmente retirado del periodismo activo, es accionista de un telenoticiero y escribe una columna sobre política local en un diario conservador.

En la grabación, salpicada de lenguaje soez e insultos, Giraldo insta al presunto Rodríguez Orejuela a que le dé un dinero, al parecer, por el pago de gestiones bilaterales.

Subraya que de los 5.000 millones de pesos que necesita la campaña de Samper, ya tienen 2.000 y les faltan los 3.000, que el presunto "capo" garantiza que serán facilitados.

Aunque la revelación de la cinta podría aparecer como un acto de venganza de Pastrana contra Samper, el mismo rechazó esa posibilidad, ya que la grabación fue descubierta antes de que se supiera el ganador de las elecciones.

Además, la conversación sugiere por igual que se ofreció dinero a los tesoreros de ambas campañas, el ex ministro Hernán Beltz en la conservadora,

de Pastrana, y el coleccionista de antigüedades Santiago Medina en la liberal, de Samper.

#### PASTRANA RECHAZA

Pastrana aseguró que Beltz jamás ha tenido tratos con emisarios del "cartel del Norte del Valle del Cauca" (cerca de Cali), como lo sugiere Rodríguez Orejuela.

Santiago Medina, a su vez, ha afirmado que nunca recibió dinero del "cartel de Cali", el grupo de los Rodríguez Orejuela.

Según la grabación, en la casa del periodista Giraldo se reunieron directivos de la campaña de Samper con el ex jefe de la policía secreta y general retirado Miguel Maza Márquez, que fue uno de los 12 candidatos inscriptos en la primera vuelta de las elecciones celebradas el 29 de mayo, y que después se sumó a la campaña liberal para los comicios del pasado día 19.

Maza Márquez ha negado las acusaciones de que su campaña hubiera recibido dinero del "cartel de Cali" y también ha recordado que él sobrevivió a atentados de la mafia.

Sin embargo, algunos comentarios periodísticos recuerdan que el ex alto oficial fue criticado porque supuestamente combatió al "cartel de Medellín", de Pablo Escobar (muerto por la policía en diciembre pasado), pero no al grupo de Cali.

El diario bogotano "La Prensa", propiedad de la familia del ex presidente Misael Pastrana, padre del candidato conservador, publica en primera página una fotografía de gran tamaño de Samper y señala que, tras este escándalo, el país aparece como una "narcodemocracia", como se afirmó hace dos meses en el Congreso de Estados Unidos.

El presidente electo, Ernesto Samper, indignado por el escándalo, ha pedido al fiscal de Greiff una investigación exhaustiva.



El presidente electo de Colombia que ganó la finalísima electoral el domingo pasado, Ernesto Samper, aparece en la capital Bogotá. (Laserfoto de Reuters)

9500100.



NO DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PROCEDENCIA 25-6-94

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

EL CARTEL DE MEDELLIN ASEGURA QUE EL PRESIDENTE ELECTO, ERNESTO

ER, NO PODRA ASUMIR

# Tensión en Colombia por la amenaza de muerte "narco" a altos funcionarios

**"No debemos dejar que los carteles de la droga triunfen en lo que constituye su objetivo principal: dividir a los aliados en la lucha contra las organizaciones criminales", afirmó ayer el presidente electo, Ernesto Samper, y las denuncias Gaviria, saliendo al cruce de las amenazas contra el presidente electo, Ernesto Samper, y las denuncias sobre la colaboración del narcotráfico en su campaña electoral. El Cartel de Medellín, reorganizado tras la muerte de su jefe, Pablo Escobar, amenazó de muerte a Samper, al técnico de la selección de fútbol, Francisco Maturana, y a varios altos funcionarios de gobierno. Clima de tensión en todo el país.**

BOGOTÁ, 24 (EFE, Reuters y AFP). — Las amenazas de muerte lanzadas por el Cartel de Medellín contra el presidente electo, Ernesto Samper, el técnico de la selección nacional de fútbol, Francisco Maturana, y otras importantes personalidades colombianas han desatado una guerra de nervios en el país. Samper está involucrado en un escándalo por presunto financiamiento de su campaña electoral con dinero del Cartel de Cali.

El presidente César Gaviria, en un intento por descomprimir la crisis, emitió hoy una firme declaración en la cual advirtió que los narcotraficantes intentan dividir a quienes están aliados contra ellos y en la que dio todo su respaldo a Samper.

En un acto oficial para instalar a la comisión pro referéndum para la penalización del consumo de drogas, Gaviria dijo que los cárteles del narcotráfico han vuelto a atacar, "no por el poder de la violencia sino por el intento de corrupción".

Un oficial de los servicios de inteligencia de la policía, que habló con la prensa bajo condición de anonimato, dijo hoy que se ha establecido que "el Cartel de Medellín se encuentra en proceso de reorganización, que ha declarado la guerra a sus rivales de Cali y que pretende cometer ataques contra altos funcionarios del gobierno, incluido el presidente electo".

"Estamos en estado de máxima alerta y ya se han aumentado las medidas de seguridad en Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla y en el departamento del Valle", dijo el oficial.

El portavoz agregó que al frente del nuevo Cartel de Medellín se encuentran ahora ex miembros de la policía que fueron expulsados de la institución por mala conducta.

Fuentes de seguridad identificaron al nuevo jefe militar de la organización como Félix Antonio Chitiva, un suboficial policial expulsado por mala conducta hace unos años.

La noticia sobre el Cartel se conoció después que el jueves una persona que se identificó como el tercer hombre de esa organización llamó telefónicamente al noticiero de televisión QAP.

El individuo amenazó de muerte al presidente electo, a funcionarios gubernamentales, al fiscal general Gustavo De Greiff y al técnico de la selección colombiana de fútbol, por supuestas amistades con el cartel de Cali.

"El señor Samper nunca tomará el poder, él el agua donde él, él no tomará el poder. Estamos seguros de que el mundo quedará con la boca abierta, porque vamos preparados", dijo el supuesto portavoz del Cartel de Medellín, que aseguró contar con más de 160 hombres y moderno armamento.

"Conocemos los puntos débiles del señor Samper. Sabemos dónde está localizada toda su familia, comenzando con su querido hermano Daniel", agregó.

El Cartel de Medellín, aparentemente desarticulado luego de la muerte de su máximo líder, Pablo Escobar, en diciembre pasado, se ha reorganizado bajo el nombre de "Muerte al Cartel de Cali" (MUCALI).

La policía dijo que investiga la autenticidad de la llamada en la que el individuo declaró una guerra al Cartel de Cali y cuestionó a las autoridades por la falta de resultados contra esa organización.

Las fuerzas armadas de Colombia persiguen desde comienzos de 1994 a los miembros del Cartel de Cali con una unidad de élite, pero hasta ahora no han logrado capturarlos.

Samper, quien ganó en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales realizadas el domingo pasado, venció a su opositor Andrés Pastrana, se encuentra involucrado en un escándalo luego que se revelaron grabaciones en las que los jefes del Cartel de Cali ofrecían millones de dólares a su campaña.

Samper, que asumirá el próximo 7 de agosto, admitió que los líderes del Cartel de Cali, Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, ofrecieron dinero a su campaña, pero afirmó que nunca lo aceptó.

El Cartel de Cali, organización a la que se le atribuye controlar un 80 % del mercado mundial de la cocaína, y el de Medellín, mantienen una vieja disputa por el mercado mundial de las drogas y en años anteriores libraron una guerra que dejó decenas de muertos en los dos bandos.

Las amenazas a Samper, De Greiff y Maturana se conocieron un día después que se desató una ola de falsos rumores en la nerviosa ciudad de Bogotá.

Banqueros, diplomáticos y empresarios llamaron constantemente a organizaciones noticiosas para confirmar si De Greiff había sido asesinado, que un ministro había sido muerto o que una bomba había estallado.

Ninguno de los rumores fue verdadero, pero ello no impidió que algunos trabajadores evacuaran sus oficinas en el distrito financiero y se complicara el tráfico cuando la policía investigaba el engaño de bomba.

## Respaldo de los empresarios a la democracia

BOGOTÁ, 24 (EFE). — Los presidentes de catorce organizaciones empresariales de Colombia afirmaron hoy viernes que la elección del nuevo presidente, Ernesto Samper, fue "limpia y transparente" y rechazaron la presunta infiltración del narcotráfico en los comicios del domingo pasado.

En una declaración conjunta, los empresarios expresaron su preocupación por los efectos que tendrá sobre la imagen de Colombia la revelación de la existencia de una cinta, en la que se mencionan ofertas de dinero del Cartel de Cali a los candidatos presidenciales que participaron en los comicios.

Los presidentes de las organizaciones empresariales manifestaron que "el proceso democrático para la elección de presidente de la república ha sido limpio y transparente y ha permitido la expresión de la voluntad ciudadana".

Expresaron, además, su "profunda preocupación sobre las graves y negativas consecuencias que para el país ha significado la forma como se ha adelantado la investigación sobre la supuesta vincu-

lación de dinero del narcotráfico" y pidieron "ecuanimidad, mesura y ponderación" mientras se investigan los hechos.

Los dirigentes económicos coincidieron con grupos políticos en que el incidente de la supuesta oferta de dinero de los traficantes le causará un daño casi irreparable al prestigio de la nación, y que la información ha tenido fuerte repercusión en la prensa internacional.

El llamado escándalo del "narcocasete" estalló tras las elecciones del domingo, después que el candidato derrotado por Samper, el conservador Andrés Pastrana, reveló que un desconocido le había entregado la grabación en Cali.

9500100

MI DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE RECEPCION

25-6-74

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

EL CARTEL DE MEDELLIN ASEGURA QUE EL PRESIDENTE ELECTO, ERNESTO

ER, NO PODRA ASUMIR

# Tensión en Colombia por la amenaza de muerte "narco" a altos funcionarios

"No debemos dejar que los carteles de la droga triunfen en lo que constituye su objetivo principal: dividir a los aliados en la lucha contra las organizaciones criminales", afirmó ayer el presidente colombiano, César Gaviria, saliendo al cruce de las amenazas contra el presidente electo, Ernesto Samper, y las denuncias sobre la colaboración del narcotráfico en su campaña electoral. El Cartel de Medellín, reorganizado tras la muerte de su jefe, Pablo Escobar, amenazó de muerte a Samper, al técnico de la selección de fútbol, Francisco Maturana, y a varios altos funcionarios de gobierno. Clima de tensión en todo el país.

BOGOTA, 24 (EFE, Reuters y AFP). — Las amenazas de muerte lanzadas por el Cartel de Medellín contra el presidente electo, Ernesto Samper, el técnico de la selección nacional de fútbol, Francisco Maturana, y otras importantes personalidades colombianas han desatado una guerra de nervios en el país. Samper está involucrado en un escándalo por presunto financiamiento de su campaña electoral con dineros del Cartel de Cali.

El presidente César Gaviria, en un intento por descomprimir la crisis, emitió hoy una firme declaración en la cual advirtió que los narcotraficantes intentan dividir a quienes están aliados contra ellos y en la que dio todo su respaldo a Samper.

En un acto oficial para instalar a la comisión pro referéndum para la penalización del consumo de drogas, Gaviria dijo que los cárteles del narcotráfico han vuelto a atacar, "no por el poder de la violencia sino por el intento de corrupción".

Un oficial de los servicios de inteligencia de la policía, que habló con la prensa bajo condición de anonimato, dijo hoy que se ha establecido que "el Cartel de Medellín se encuentra en proceso de reorganización, que ha declarado la guerra a sus rivales de Cali y que pretende cometer ataques contra altos funcionarios del gobierno, incluido el presidente electo".

"Estamos en estado de máxima alerta y ya se han aumentado las medidas de seguridad en Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla y en el departamento del Valle", dijo el oficial.

El portavoz agregó que al frente del nuevo Cartel de Medellín se encuentran ahora ex miembros de la policía que fueron expulsados de la institución por mala conducta.

Fuentes de seguridad identificaron al nuevo jefe militar de la organización como Félix Antonio Chitiva, un suboficial policial expulsado por mala conducta hace unos años.

La noticia sobre el Cartel se conoció después que el jueves una persona que se identificó como el tercer hombre de esa organización llamó telefónicamente al noticiero de televisión QAP.

El individuo amenazó de muerte al presidente electo, a funcionarios gubernamentales, al fiscal general Gustavo De Greiff y al técnico de la selección colombiana de fútbol, por supuestas amistades con el cartel de Cali.

"El señor Samper nunca tomará el poder, de él aquí donde él, él no tomará el poder. Estamos preparados de que el mundo quedará con la boca abierta cuando lo vemos preparado", dijo el supuesto portavoz del Cartel de Medellín, que aseguró contar con más de 160 hombres y moderno armamento.

"Conocemos los puntos débiles del señor Samper. Sabemos dónde está localizada toda su familia, comenzando con su querido hermano Daniel", agregó.

El Cartel de Medellín, aparentemente desarticulado luego de la muerte de su máximo líder, Pablo Escobar, en diciembre pasado, se ha reorganizado bajo el nombre de "Muerte al Cartel de Cali" (MUCALI).

La policía dijo que investiga la autenticidad de la llamada en la que el individuo declaró una guerra al Cartel de Cali y cuestionó a las autoridades por la falta de resultados contra esa organización.

Las fuerzas armadas de Colombia persiguen desde comienzos de 1994 a los miembros del Cartel de Cali en una unidad de elite, pero hasta ahora no han logrado capturarlos.

Samper, quien ganó en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales realizadas el domingo pasado, verificó a su opositor Andrés Pastrana, se encuentra involucrado en un escándalo luego que se revelaron grabaciones en las que los jefes del Cartel de Cali ofrecían millones de dólares a su campaña.

Samper, que asumirá el próximo 7 de agosto, admitió que los líderes del Cartel de Cali, Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, ofrecieron dinero a su campaña, pero afirmó que nunca lo aceptó.

El Cartel de Cali, organización a la que se le atribuye controlar un 80% del mercado mundial de la cocaína, y el de Medellín, mantienen una vieja disputa por el mercado mundial de las drogas y en años anteriores libraron una guerra que dejó decenas de muertos en los dos bandos.

Las amenazas a Samper, De Greiff y Maturana se conocieron un día después que se desató una ola de falsos rumores en la nerviosa ciudad de Bogotá.

Banqueros, diplomáticos y empresarios llamaron constantemente a organizaciones noticiosas para confirmar si De Greiff había sido asesinado, que un ministro había sido muerto o que una bomba había estallado.

Ninguno de los rumores fue verdadero, pero ello no impidió que algunos trabajadores evacuaran sus oficinas en el distrito financiero y se complicara el tráfico cuando la policía investigaba el engaño de bomba.

## Respaldo de los empresarios a la democracia

BOGOTA, 24 (EFE). — Los presidentes de catorce organizaciones empresariales de Colombia afirmaron hoy viernes que la elección del nuevo presidente, Ernesto Samper, fue "limpia y transparente" y rechazaron la presunta infiltración del narcotráfico en los comicios del domingo pasado.

En una declaración conjunta, los empresarios expresaron su preocupación por los efectos que tendrá sobre la imagen de Colombia la revelación de la existencia de una cinta, en la que se mencionan ofertas de dinero del Cartel de Cali a los candidatos presidenciales que participaron en los comicios.

Los presidentes de las organizaciones de la producción y el comercio afirmaron que "el proceso electoral para la elección de presidente de la república ha sido limpio y transparente y ha permitido la expresión de la voluntad ciudadana".

Expresaron, además, su "profunda preocupación sobre las graves y negativas consecuencias que para el país ha significado la forma como se ha adelantado el proceso sobre la supuesta vincu-

lación de dineros del narcotráfico" y pidieron "ecuanimidad, mesura y ponderación" mientras se investigan los hechos.

Los dirigentes económicos coincidieron con grupos políticos en que el incidente de la supuesta oferta de dinero de los traficantes le causará un daño casi irreversible al prestigio de la nación, ya que la información ha tenido fuerte repercusión en la prensa internacional.

El llamado escándalo del "narcocasete" estalló tras las elecciones del domingo, después que el candidato derrotado por Samper, el conservador Andrés Pastrana, reveló que un desconocido le había entregado la grabación en Cali.

R E S E R V A D O

4

- INTERPOL detuvo en VILLA LUGANO al narcotraficante argentino JOSE FALAVELLA, correo de la "Conexión ROMA", reclamado por la Justicia italiana. En la casa donde lo detuvieron, se encontraban escondidos en un placard 14 botellas que contenían cada una un litro de cocaína diluida en un líquido especial, que mantiene el estado de pureza y la calidad de estupefacientes <sup>la droga sería</sup> ~~siendo~~ posteriormente ~~la droga~~ despachada a ROMA o MILAN.

- Una patrulla del Escuadrón 10 de EL DORADO, MISIONES, sorprendió a un grupo de personas que con pesados bultos en sus cabezas caminaban a un costado de la ruta nacional 12 en las cercanías del Parque CAA-GUATAY (zona boscosa que finaliza en el río PARANA), con quienes se originó un tiroteo, pudiéndose detener a dos personas, mientras que otras tantas lograron abordar una lancha y cruzar al PARAGUAY. En el lugar del tiroteo, se logró secuestrar 98,300 kgs. de marihuana, los que estaban acondicionados en 29 paquetes prensados, dentro de bolsas de alpiyera.

- En un operativo denominado "Noches Verdes", realizado a pocos kilómetros de la represa de SALTO GRANDE, en el ingreso a la ciudad entrerriana de CONCORDIA, <sup>avinda de Entre Ríos,</sup> el Departamento Narcotráfico y Operaciones Especiales de la Prefectura Naval incautó 187 kgs. de marihuana, acondicionada en ladrillos, la que era transportada en tres vehículos de matrícula paraguaya. Los coches <sup>partieron</sup> ~~salieron~~ a ~~medianoche~~ desde la ciudad paraguaya de ENCARNACION, cruzaron hacia POSADAS por el Puente Internacional y luego fueron hacia ENTRE RIOS, siguiendo por la ruta 14 hacia CONCORDIA, ~~donde fueron detenidos.~~ <sup>A</sup> Fueron detenidas diez personas (seis hombres, tres mujeres y una niña de ocho años) de nacionalidad paraguaya, quienes se hacían pasar por turistas de clase elevada, traficando la droga desde ASUNCION hasta el GRAN BUENOS AIRES.

- Efectivos de Gendarmería Nacional, en un operativo realizado en el paraje MARIA ANTONIA, de la localidad de SAN IGNACIO, incautaron más de 19 kgs. de marihuana, cuando traficantes provenientes del PARAGUAY intentaban ingresar la droga a MISIONES a través del río PARANA.

- Inspectores del Servicio de Sanidad Animal (SENASA), destacados en el paso de frontera CARDENAL SAMORE, a unos 100 kms. de SAN CARLOS DE

R E S E R V A D O

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA *LA Juventud*

FECHA *26/6/94*

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

Mientras gobierno de Clinton acusa al electo Samper Pizano, prensa de Miami cuestiona credibilidad de pruebas esgrimidas por Departamento de Estado

## **“¿DONDE ESTAN LAS PRUEBAS?” EXIGE PRENSA NORTEAMERICANA**

*26/6/94*  
El diario estadounidense “The Miami Herald” publicó ayer sábado, un extenso editorial en el que pide al gobierno que preside Bill Clinton que aclare el tema de las supuestas contribuciones del narcotráfico en el mundo político colombiano.

### **A**TAQUE OFICIAL NORTEAMERICANO CONTRA NUEVO PRESIDENTE DE COLOMBIA

“El gobierno de los EE.UU. adopta un gran riesgo al acusar al presidente electo de Colombia, Ernesto Samper Pizano, de haber aceptado amplias donaciones para su campaña electoral, procedentes del Cartel de Cali”, comienza diciendo el artículo, que se titula “¿Donde están las pruebas?”.

“La principal base pública de las alegaciones estadounidenses es una cinta grabada que hemos escuchado y que de ninguna forma incrimina al Sr. Samper Pizano”, agrega el citado diario.

Añadiendo que “en la sección de cartas al diario, el Sr. Samper y el hombre a quien derrotó, Andrés Pastrana Arango, niegan haber aceptado ninguna contribución para sus campañas procedente de intereses relacionados con la droga”.

“En informaciones del jueves y de ayer, altos funcionarios del Departamento de Estado dijeron que habían advertido a los dos que no aceptasen fondos procedentes del Cartel”, señala el editorial, para agregar: “Washington insiste en que ‘pruebas creíbles’ vinculan al Sr. Samper, por lo menos, con el dinero relacionado con la droga”.



### **MIAMI HERALD: SI LAS PRUEBAS NO ESTAN DEBEN PRESENTARSE PUBLICAS DISCULPAS**

“Si es así, subraya el editorial, es imperativo que Washington revele la naturaleza de sus pruebas creíbles y de no ser así, el Sr. Samper está en gran desventaja para defenderse contra inválidas alegaciones, algo que le afecta a él como a las relaciones entre Estados Unidos y Colombia”, sostiene el Herald.

“¿Por qué Washington filtró cargos tan graves contra el Sr. Samper después de la elección? Parte de la respuesta, por lo menos reside en una cinta grabada que Washington presenta como incriminatoria del Sr. Samper, pero la cinta sólo incrimina al Cartel de Cali, no al presidente electo”, destaca el diario.

El editorial señala también que dicha cinta “tan solo prueba que el Cartel de Cali quería contribuir a la campaña del Sr. Samper y no ofrece ninguna prueba de que el Sr. Samper aceptase el dinero”.

El artículo dice que el gobierno de Estados Unidos parece convencido de que “el Cartel de Cali tiene

ya al Sr. Samper en su bolsillo” y que, por lo tanto, los narcotraficantes colombianos se han apuntado “una victoria en la guerra contra las drogas, tanto si las acusaciones de Washington tienen base o no”.

“Si esa cinta es la mejor prueba

estadounidense, entonces Washington le debe presentar sus excusas al Sr. Samper Pizano, y si hay otras pruebas más creíbles, entonces Washington le debe a Colombia el que se den a conocer”, concluye el Herald.

9500100.





COLOMBIA ENVUELTA EN LOS CARTELES DE LA DROGA

# Olor a coca

Los narcotraficantes vuelven al primer plano con "contribuciones" a políticos y amenazas al técnico de la Selección.

Por **CLAUDIA BERMUDEZ**  
(Desde Bogotá)

**H**oras después de que los colombianos escogieran a Ernesto Samper como nuevo presidente del país, en una jornada democrática calificada como transparente por los observadores internacionales, estalló un escándalo político sobre una presunta intervención del narcotráfico en las campañas presidenciales.

Una cinta magnetofónica en la que se consignan varias conversaciones del reconocido periodista Alberto Giraldo con Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, jefes del narcotraficante Cartel de Cali, fue divulgada a la opinión a través de varios medios de comunicación. En ésta, los hermanos Rodríguez manifestaron al periodista la intención de apoyar la campaña del liberal Ernesto Samper con 3,5 millones de dólares.

El "narcocasete", como fue "bautizado" por los medios de comunicación, le había sido entregado al también candidato presidencial Andrés Pastrana —quien perdió la presidencia en segunda vuelta electoral— por uno de sus seguidores. Pastrana, tres días antes de los comicios generales, personalmente se lo entregó al presidente de la república César Gaviria para que éste determinará lo que se debía hacer. Ante esta situación, el

**EL TRIUNFADOR** Samper (arr.) y el derrotado Pastrana (ab.). En una grabación, ambos fueron implicados en un escándalo por recibir contribuciones del cartel de Cali para sus campañas presidenciales.

94 - NOTICIAS - 26 DE JUNIO DE 1994

DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA: *Noticias*

FECHA DE RECEPCIÓN: *26/6/94*

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

9500100

OB

candidato Andrés Pastrana envió una carta a su contendor político, Ernesto Samper para solicitarle que ambos realicen un juramento público que en las respectivas campañas no existían dineros provenientes del narcotráfico y que de comprobarse se comprometían a renunciar a la Primera Magistratura. Por su parte, el presidente Gaviria junto con el ministro de Defensa, Rafael Pardo, realizaron la comprobación de voces y entregaron al fiscal general Gustavo De Greiff el casete y los resultados de las primeras indagaciones, para que él, como autoridad competente, realice la investigación. Las dos campañas presidenciales, tanto la de Ernesto Samper como la de Andrés Pastrana, rechazaron las afirmaciones contenidas en la cinta magnetofónica.

La aspiración presidencial de Ernesto Samper recibió el respaldo público del Grupo Santodomingo (agrupación económica de gran poder tanto a nivel político como social en el país) que también financia y comercializa a la selección colombiana de fútbol. En un aparte de la cinta magnetofónica, el periodista

Giraldo indicó a uno de los hermanos Rodríguez Orejuela que la campaña de Samper necesitaba US\$ 6 millones, de los cuales ya el Grupo Santodomingo había ofrecido US\$ 2,5 millones y le solicitaba lo que faltaba. La revelación del casete provocó un gran revuelo político tanto a nivel nacional como internacional. Las reacciones no se hicieron esperar y una vez más la imagen de Colombia se vio gravemente lesionada. Las relaciones con Estados Unidos, deterioradas por acusaciones del Congreso norteamericano sobre una supuesta "favorabilidad" a los narcotraficantes con la aplicación en Colombia de la política de sometimiento a la Justicia, que condujo a la suspensión de la colaboración judicial de ese país, se vieron nuevamente afectadas.

Sin embargo, el pasado jueves el embajador norteamericano acreditado ante el gobierno colombiano, Morris Busby se entrevistó con el presidente electo, Ernesto Samper, a quien manifestó que Estados Unidos está dispuesto a seguir colaborando con la lucha antidrogas que desde hace más de una década libra el país y que ha cobrado la vida de más de 100 mil personas.

Las denuncias sobre dineros del narcotráfico no sólo en las campañas políticas, sino también en el deporte no son nuevas. Sin embargo, su comprobación es casi imposible. El episodio del "narcocasete" se debe aclarar. Es una petición unánime no sólo de los implicados en el escándalo, sino de la clase política, empresarial e industrial, porque este hecho, sin duda, además de afectar la imagen de Colombia en el exterior, puede perjudicar las relaciones comerciales con otras naciones y la inversión foránea. Mientras se espera el resultado de la investigación por parte de la Fiscalía, el presidente electo Ernesto Samper realiza reuniones de empalme con el presidente César Gaviria, a quien sucederá en el cargo el próximo 7 de agosto.

La autora es editora de "El Nuevo Siglo de Bogotá".  
Fotos: A1 y Allsport.

## El narcofútbol

**D**os amenazas anónimas, provenientes presuntamente del narcotráfico colombiano, terminaron por resquebrajar el estado psicológico del cuerpo técnico y de los jugadores de la selección colombiana de fútbol.

Horas antes del partido ante la selección estadounidense, en el que los colombianos perdieron

2-1, en el hotel Marriott de Los Angeles el director técnico, Francisco Maturana (foto a la derecha), recibió un mensaje telefónico en el que se le comunicaba que si el mediocampista Gabriel Jaime Gómez era alineado (foto a la izquierda), la familia de éste y del entrenador serían

victimias de atentados. En la habitación del entrenador se encontraba un fax que reiteraba las amenazas.

En Colombia, muchos acusaban que Gómez había sido convocado por ser el hermano del director técnico alterno de la selección. Además, fue criticado por ser un jugador "lento y viejo" luego de la derrota ante Rumania.

Se sospecha que los equipos de fútbol de Colombia están financiados por los carteles de la droga, aunque esto nunca se pudo comprobar. La mayoría de los jugadores de la selección provienen del Atlético de Cali, donde el cartel de Cali tendría mucha influencia.

Ante esta situación, Maturana se reunió con los integrantes del equipo para comunicarles el hecho. Aunque Gómez se ofreció a jugar, haciendo caso omiso de las amenazas, el técnico optó por protegerlo.

Para muchos colombianos, las amenazas fueron la principal causa de la pobre actuación del seleccionado. Para otros, la culpa fue de la prensa deportiva que los "agrandó" después de la victoria a Argentina por 5-0 en las eliminatorias del Mundial. Y para otros, la excesiva comercialización del equipo, patrocinado por Bavaria, empresa del Grupo Santodomingo, que representaba grandes ventajas económicas para los jugadores, hicieron que en éstos primara el dinero sobre el sentimiento patriótico.

Por las amenazas, Maturana primero anunció que abandonaría inmediatamente su cargo, aunque luego se rectificó y aceptó permanecer hasta que finalice la actuación de Colombia en el Mundial USA '94. Luego viajará a España donde dirigirá el club Atlético de Madrid.



NO DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE PROCEDENCIA 27-6-94

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

POR LAS DENUNCIAS DE DINERO DEL NARCOTRAFICO EN LAS CAMPAÑAS PRESIDENCIALES

# El embajador de EE.UU. advirtió de un deterioro en las relaciones con Colombia

Fuentes cercanas al presidente electo colombiano dijeron que Ernesto Samper se propone, apenas asuma su mandato (en agosto), emprender una fuerte acción policial y militar contra el Cartel de Cali. El embajador estadounidense en Bogotá, Morris Busby, advirtió que el escándalo de las grabaciones que involucran a Samper con el narcotráfico pueden dañar las relaciones bilaterales. El diplomático admitió que Washington conocía el contenido de las cintas desde antes de las elecciones, pero que no podía intervenir porque hubiera sido una injerencia en los asuntos colombianos.

BOGOTÁ, 26 (EFE y AP). — El embajador de los Estados Unidos en Colombia, Morris Busby, dijo hoy que su representación diplomática conoce las grabaciones que citan la supuesta oferta de dinero del Cartel de Cali a los candidatos presidenciales colombianos, y advirtió que ese escándalo puede dañar las relaciones bilaterales. El presidente electo colombiano, Ernesto Samper, partió hoy hacia los EE.UU. y Europa en un viaje "de descanso" que seguramente buscará contactos políticos para apaciguar los ánimos, y aseguró que su futuro gobierno combatirá el "narcoterrorismo" y enmendará el daño causado a la imagen del país por la supuesta infiltración de dineros de la mafia de las drogas en la política.

El embajador Busby confirmó que el jueves se reunió durante dos horas con Samper, quien ganó los comicios del día 18, y que ambos hablaron de las grabaciones, que son objeto de investigaciones oficiales.

Los líderes del Cartel de Cali, Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, habrían acordado aportar 8,7 millones de dólares a la campaña del liberal Samper, según se desprende de una cinta que presuntamente registra una conversación de los dos hermanos con un periodista.

De acuerdo con esa grabación, los jefes mafiosos admiten que sus ofrecimientos fueron rechazados, tanto por Samper como por el candidato conservador Andrés Pastrana. Ambos disputaron hace una semana la sucesión del actual mandatario, César Gaviria, en una segunda vuelta electoral, después de haber sido los más votados en el primer turno.

"Este es un asunto sumamente serio para nosotros", dijo el representante de Washington en Bogotá en una entrevista publicada este domingo por los diarios "El Tiempo" y "El Espectador", ambos de la capital colombiana.

"Tenemos nuestras inquietudes y, como lo adelantaba la Subsecretaría (de Estado) para Asuntos Latinoamericanos, esto podría tener implicaciones para las relaciones", agregó Busby, quien está como representante de los EE.UU. en Colombia desde 1991 y termina su misión diplomática en el país este mes.

El embajador dijo también que no tiene "ninguna idea" de que la cinta haya sido grabada por la Drug Enforcement Administration (DEA, la agencia anti-drogas norteamericana), tal como se afirma en Colombia, aunque reconoció que la embajada de los EE.UU. conocía el problema antes de las elecciones, pero no podía intervenir en asuntos internos colombianos.

El diplomático rehusó referirse a una publicación del diario The Miami Herald, que afirma que la Agencia Central de Inteligencia norteamericana (CIA), tiene pruebas de que la campaña del presidente electo colombiano recibió dinero de la mafia.

El presidente electo Samper, quien el 7 de agosto sustituirá a (también liberal) César Gaviria, partió en viaje que incluirá unos días en Nueva York y posteriores visitas a España y Francia.

"Vamos a enmendar el daño que se ha causado a la imagen de la nación", declaró Samper antes de su partida, y advirtió que su país no permitirá el regreso del "narcoterrorismo".

Aunque en su breve comunicado Samper no habló sobre ninguna acción inmediata, fuentes allegadas al futuro jefe de Estado dijeron que se propone iniciar, inmediatamente después de su posesión, una acción militar y policial contra el Cartel de Cali, que según las autoridades norteamericanas controla alrededor del 80 por ciento del mercado mundial de la cocaína.

El presidente electo para el periodo 1994-98 dijo que los colombianos demostrarán que la suya "es una nación digna y valerosa, que como ningún otro pueblo en el mundo ha luchado contra el narcotráfico, pagando un alto costo por ello".

Tras agradecer la solidaridad que le han expresado empresarios y medios de comunicación, Samper dijo que "la situación que se ha presentado no favorece sino a los enemigos de esta lucha".

9500100

RESERVADO

*de edad, además de personas<sup>11</sup>  
como mujeres embarazadas,*

cualquier lugar donde haya menores ~~como mujeres embarazadas, menores de edad,~~ pilotos, choferes de autobuses, médicos y odontólogos, según lo establece un decreto por el cual se sistematizan, coordinan y reglamentan algunas disposiciones en relación con la posesión y consumo de estupefacientes y sustancias sicotrópicas. Este decreto de 40 artículos combina normas de los Códigos de Policía, del Menor, del sustantivo de trabajo, el de tránsito y la ley del deporte.

PANAMA

- El Pentágono, a través del Comando Sur de ~~PARANA~~, dio la orden de suspender a partir del 19 de mayo las operaciones de los dos radares ubicados en ARARACUARA y LETICIA, en el Estado oriental de AMAZONAS.

El hecho fue comunicado oficialmente al Ministerio de Defensa por un oficial de la Fuerza Aérea colombiana que estaba al mando de la operación de los equipos e informó que, sin explicación alguna, los militares estadounidenses suspendieron el suministro de información sobre vuelo de aeronaves, a través de los radares.

Por su parte, el Gobierno colombiano no tomará una decisión definitiva, hasta que EEUU dé una explicación formal. Además, es de destacar que en el último mes se han incrementado los vuelos de aviones del narcotráfico, a causa de la ausencia absoluta de control en el área amazónica, el sector por donde ingresa a COLOMBIA la droga, procedente de BOLIVIA y PERU; un reporte oficial señala que en 1993 fueron detectados 375 vuelos ilegales, y en lo que va de 1994 habían sido reportados 200 vuelos.

Los radares están en territorio colombiano desde el acuerdo de CARTAGENA, firmado por BOLIVIA, COLOMBIA, EEUU y PERU, que estaban autorizados para que, en condiciones especiales, interceptaran y derribaran aviones que se encontraban en situación hostil. Según el WASHINGTON POST, EEUU no estaría de acuerdo con derribar los aviones que no reporten plan de vuelo, matrícula, procedencia y destino, según lo ~~determinan~~ <sup>determinaron</sup> los Ministerios de Defensa y Justicia colombiana hace tres meses.

Mientras tanto, en PERU, tanto el oficialismo y la oposición al régimen del Presidente ALBERTO FUJIMORI, solicitaron a EEUU que asuma la responsabilidad que su mercado tiene en la existencia del narcotráfico en los países andinos. Por su parte, fuentes de la Fuerza Aérea Peruana (FAP), negaron que el Gobierno peruano haya tomado al respecto algún tipo de represalia, como prohibir que los aviones AWACS y ORION estadounidenses sobrevuelen el espacio aéreo peruano, como había informado la prensa norteamericana.

RESERVADO



Nº DOCUMENTO

TITULO Colombia: Iglesia católica pide respeto para el Pte. electo.

PROCEDENCIA EE

FECHA DE PROCEDENCIA 28.6.74

VINCULACIONES

1176

65092

65332

500711

11514

11671

ENTRADO

CRUZADO

## Iglesia Colombiana Pide Respeto Para Presidente Electo

SANTAFE DE BOGOTA, 27 (EFE). — La Iglesia Católica de Colombia pidió respetar al Presidente electo de este país, el liberal Ernesto Samper, a quien se ha acusado, sin pruebas, de haber recibido dinero de las mafias del narcotráfico para su campaña política, informa hoy la prensa local. El presidente de la Conferencia Episcopal y obispo de Cali, monseñor Pedro Rubiano Sáenz, dijo que el nombre de Samper "no debe ponerse en entredicho" por la existencia de unas denuncias sobre las cuales las autoridades competentes no se han pronunciado. "No se debe poner en tela de juicio el nombre de Ernesto Samper, quien, como actual presidente electo, merece todo el respeto para que en la opinión pública no quede la sensación de que ya se está condenando a una persona cuando no existe ninguna evidencia sobre su responsabilidad", dijo monseñor Rubiano Sáenz. El prelado opinó que al país "no le conviene" que, debido a este tipo de situaciones, "a través de interrogantes, sospechas y chismes, se cree un clima de incertidumbre". La semana pasada, dos días después de que Samper fuera elegido nuevo presidente de los colombianos el domingo 19, se divulgaron unas cintas magnetofónicas en las que se escuchaban que el "cartel de Cali" quería financiar las campañas presidenciales. Las denuncias de la supuesta infiltración generaron en Colombia y en EE.UU. una aguda polémica tras revelarse en las conversaciones entre el periodista Alberto Giraldo y los hermanos Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, considerados jefes del "cartel de Cali", un eventual acuerdo para abandonar la campaña de Samper. El Presidente electo prácticamente rompió relaciones con el candidato conservador, Andrés Pastrana —a quien apoyó en los comicios—, por divulgar las cintas, lo que —a juicio de Samper— ha causado un grave daño a la imagen internacional de Colombia. Las cintas con los diálogos entre Giraldo y los hermanos Rodríguez Orejuela fueron entregadas a Pastrana en Cali por un desconocido cuatro días antes de la segunda vuelta de las elecciones presidenciales.

9500100

- Dos hombres fueron detenidos en el Aeropuerto Internacional de EZEIZA por parte de la Policía Aeronáutica cuando estaban a punto de embarcarse en un vuelo hacia EUROPA, incautándoseles 6.000 dosis de LSD, las que estaban acondicionadas en 11 pastillas, escondidas en distintas cajas acondicionadas especialmente.

- En un operativo denominado "Panes del Señor" la Policía Federal detuvo en la CAPITAL FEDERAL a todos los miembros de una red de narcotraficantes que traía cocaína desde BOLIVIA y dejaba una parte en ARGENTINA, mientras que el resto se enviaba a EUROPA. En el procedimiento se incautaron 40 kgs. de cocaína de máxima pureza, 100.000 dólares, armas y documentos falsificados.

- Personal de la Delegación de la Policía Federal de SALVADOR MAZZA, SALTA, detuvo a dos ciudadanos bolivianos cuando intentaban ingresar al país 10 tarros de leche en polvo, los que contenían 15 kgs. de cocaína.

- Efectivos de la Gendarmería Nacional detuvieron en la localidad de AGUARAY, SALTA, a dos mujeres que en el tanque de su automóvil llevaban 20,5 kgs. de cocaína envuelta en cinta adhesiva. La detención se produjo en un control vehicular de rutina, quedando las detenidas a disposición de la Justicia Federal de SALTA.

- Efectivos de la Gendarmería Nacional detuvieron a cuatro personas e incautaron unos 11 kgs. de cocaína de alta pureza, en tres procedimientos realizados en las localidades salteñas de AGUARAY, EMBARCACION y COLONIA SANTA ROSA.

#### B.- BOLIVIA

- Tras las denuncias manifestadas por parte de políticos y la Iglesia Católica sobre la presunta "intromisión" de ESTADOS UNIDOS en la lucha contra el narcotráfico en BOLIVIA, el Gobierno anunció la posibilidad de que se reformulen las relaciones entre ambos países.

El Secretario de Relaciones Internacionales JAIME APARICIO, precisó que el Gobierno boliviano puso en revisión los convenios bilaterales con EEUU "para actualizarlos

R E S E R V A D O

4

- Dos hombres fueron detenidos en el Aeropuerto Internacional de EZEIZA por parte de la Policía Aeronáutica cuando estaban a punto de embarcarse en un vuelo hacia EUROPA, incautándoseles 6.000 dosis de LSD, las que estaban acondicionadas en 11 pastillas, escondidas en distintas cajas acondicionadas especialmente.

- En un operativo denominado "Panes del Señor" la Policía Federal detuvo en la CAPITAL FEDERAL a todos los miembros de una red de narcotraficantes que traía cocaína desde BOLIVIA y dejaba una parte en ARGENTINA, mientras que el resto se enviaba a EUROPA. En el procedimiento se incautaron 40 kgs. de cocaína de máxima pureza, 100.000 dólares, armas y documentos falsificados.

- Personal de la Delegación de la Policía Federal de SALVADOR MAZZA, SALTA, detuvo a dos ciudadanos bolivianos cuando intentaban ingresar al país 10 tarros de leche en polvo, los que contenían 15 kgs. de cocaína.

- Efectivos de la Gendarmería Nacional detuvieron en la localidad de AGUARAY, SALTA, a dos mujeres que en el tanque de su automóvil llevaban 20,5 kgs. de cocaína envuelta en cinta adhesiva. La detención se produjo en un control vehicular de rutina, quedando las detenidas a disposición de la Justicia Federal de SALTA.

- Efectivos de la Gendarmería Nacional detuvieron a cuatro personas e incautaron unos 11 kgs. de cocaína de alta pureza, en tres procedimientos realizados en las localidades salteñas de AGUARAY, EMBARCACION y COLONIA SANTA ROSA.

#### B.- BOLIVIA

- Tras las denuncias manifestadas por parte de políticos y la Iglesia Católica sobre la presunta "intromisión" de ESTADOS UNIDOS en la lucha contra el narcotráfico en BOLIVIA, el Gobierno anunció la posibilidad de que se reformulen las relaciones entre ambos países.

El Secretario de Relaciones Internacionales JAIME APARICIO, precisó que el Gobierno boliviano puso en revisión los convenios bilaterales con EEUU "para actualizarlos

R E S E R V A D O

ARABE-ISRAELI, PARA PREVENIR SITUACIONES COMO LAS QUE SE VIENEN PRODUCIENDO EN OTRAS PARTES DEL MUNDO.

- FINALMENTE, NO PODEMOS DEJAR DE DESTACAR LA IMPORTANCIA QUE CONTINUA TENIENDO LA AMENAZA LATENTE DE LOS PROCESOS INSURRECCIONALES. A NUESTRO ENTENDER, HECHOS Y SUCESOS TALES COMO LOS ALTOS INDICES DE POBREZA EXTREMA, LA CORRUPCION, EL NARCOTRAFICO, EVENTUALES PROCESOS INSURRECCIONALES, CHIAPAS, EL MOVIMIENTO SIN TIERRA (BRASIL), EL FORO DE SAN PABLO, LA TEOLOGIA DE LA LIBERACION, ASI COMO LAS EVENTUALES CONEXIONES DE ALGUNOS DE LOS MENCIONADOS CON EL CRIMEN ORGANIZADO, EL TRAFICO DE ARMAS Y LA SUBVERSION, ETC., SON ELEMENTOS QUE MERECE LA MAS DILIGENTE ATENCION DE LOS ORGANISMOS DE INTELIGENCIA DE CADA PAIS Y UN FLUIDO INTERCAMBIO DE INFORMACION BILATERAL Y MULTILATERALMENTE, TANTO DENTRO DE LA REGION COMO CON SUS SIMILARES DE OTRAS PARTES DEL MUNDO, ATENDIENDO AL CARACTER TRANSNACIONAL Y GLOBAL DE VARIAS DE LAS AMENAZAS SEÑALADAS.

20mpe

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA LA MANANA

FECHA DE PROCEDENCIA 30-6-94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO  
CRUZADO

El Presidente electo de Colombia, Ernesto Samper, se reunió ayer en Nueva York con funcionarios del departamento de Estado para buscar aclarar, según reveló una fuente norteamericana, las alegadas vinculaciones entre su campaña presidencial y el narcotraficante Cartel de Cali.

## Samper estuvo con Clinton para aclarar legitimidad de campaña

WASHINGTON/ANSA. El vocero del departamento de Estado, Mike McCurry, declaró que "deseamos algunas aclaraciones bien precisas sobre recientes denuncias y versiones de prensa efectuadas contra él". Consultado McCurry sobre qué haría Estados Unidos si las versiones llegaran a ser ciertas, expresó que "se trata de un asunto muy grave y no

quiero especular en este momento acerca de lo que podríamos hacer". Samper, el político liberal que triunfó en las recientes elecciones de su país y que asumirá la presidencia de Colombia el 7 de agosto próximo, cumple una visita privada a Estados Unidos. De acuerdo con las versiones publicadas por la prensa norteamericana, Samper se vio envuelto en el

mayor escándalo político en décadas, después de las acusaciones de que el Cartel de la cocaína de Cali ofreció una donación de 3,6 millones de dólares para su campaña, a cambio de una promesa de futuro trato benévolo. El Presidente electo declaró que los líderes del Cartel de Cali, los hermanos Rodríguez Orejuela, ofrecieron dinero para su campaña, pero

no se había tomado. Las autoridades federales norteamericanas desbarataron una banda que importaba cocaína y marihuana a Estados Unidos a través de una compañía aérea de transporte de mercaderías, anunció la procuraduría de Chicago. En los últimos doce años, la banda hizo ingresar a Estados Unidos, Canadá y América Central partidas de drogas por "miles de millones de dólares".

"Es el primer golpe directo de la magistratura norteamericana contra las compañías de carga al servicio de los Carteles de la droga colombianos", dijo el procurador James Burns.

La operación antidroga empezó el mes pasado con el arresto, en la isla caribeña de Aruba, de Luis Herrera Lizcano, de 41 años, acusado de haber trabajado al servicio de los Carteles colombianos.

Fueron inculpadas, además, otras ocho personas, y citadas a juicio 17 compañías, acusadas de asociación para delinquir y reciclaje de dinero sucio.

Los acusados pueden ser condenados a cadena perpetua, sin la posibilidad de gozar, alguna vez, de libertad condicional. Además de las detenciones se confiscaron "toneladas" de cocaína, se destruyó un laboratorio para la refinación de esta droga en Colombia y se secuestraron aviones por un valor de 22 millones de dólares.

LA INTELIGENCIA EN LA HISTORIA

- POSIBLEMENTE POR EL RASGO INSTINTIVO ANTERIORMENTE MENCIONADO, ES QUE LA INTELIGENCIA, EN SUS TRES CONNOTACIONES ~~O SIGNIFICADOS~~, ES TAN ANTIGUA COMO EL HOMBRE. SIN EMBARGO, NO FUE HASTA LA INVENCION DE LA ESCRITURA QUE COMENZARON A CONFIGURARSE LOS TESTIMONIOS QUE LLEGARIAN HASTA NUESTROS DIAS.

- ASI ES QUE A TRAVES DE LAS OBRAS DEL NOTABLE HISTORIADOR HERODOTO, O DEL BRAMAN KAUTILYA (ANTIGUA INDIA), O DEL GENERAL SUN WU-TZU (ANTIGUA CHINA) Y DE MUCHOS OTROS AUTORES, ALGUNOS MAS CONOCIDOS QUE OTROS, COMPROBAMOS LA EXISTENCIA DE <sup>DE ESTA ACTIVIDAD</sup> [LO QUE MODERNAMENTE DENOMINAMOS INTELIGENCIA DESDE LOS MAS REMOTOS TIEMPOS DE LA ANTIGÜEDAD.

ES DE DESTACAR QUE

- QUIZA MUCHOS DE LOS HOMBRES COMUNES NO HAN TENIDO OPORTUNIDAD DE ACCEDER A ESAS OBRAS Y CONSIDERARLAS CON SENTIDO ANALITICO EN LO QUE A ESTA MATERIA CONCIERNE. POR ESE MOTIVO, DIREMOS QUE UNO DE LOS MAS ANTIGUOS Y PROBABLEMENTE MAS CONOCIDOS REGISTROS DE TALES ACTIVIDADES FIGURAN EN LA BIBLIA, COMPENDIO CUASI MITICO DE TODAS LAS ACTIVIDADES DE LA HUMANIDAD EN SU PASADO, SU PRESENTE Y SU FUTURO.

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

LA NACIÓN

FECHA DE RECEPCIÓN

12-7-94

VINCULACIONES

Scaper

## Otra grabación compromete una vez más a Samper

**Escándalo:** nuevamente se reactivó el escándalo por presuntos apoyos del narcotráfico al presidente electo de Colombia, al divulgarse una grabación que lo desacredita.

BOGOTÁ, 11 (Reuter).— El escándalo suscitado en Colombia por el apoyo que el cartel de Cali habría dado a la campaña del presidente electo, Ernesto Samper, se reactivó hoy al divulgarse otra grabación en la que un miembro de ese grupo sugiere que se hicieron aportes económicos.

La grabación, cuya autenticidad no ha sido confirmada por las autoridades, fue enviada a agencias internacionales de prensa. En ellas aparecen como interlocutores Jorge Eliécer Rodríguez Orejuela y un hombre identificado como Omar.

"No, no, no, eso es falso. Totalmente falso. No le dimos ni un peso a Pastrana. Por mi parte, de mi bolsillo no han salido ni cincuenta centavos", dice Rodríguez Orejuela en la grabación cuando su interlocutor le pregunta sobre aportes económicos a las campañas.

Jorge Eliécer Rodríguez Orejuela, hermano de Miguel y Gilberto, máximos jefes del cartel de Cali, se refiere al derrotado candidato conservador Andrés Pastrana, de quien dice: "Así lo queríamos ver, perdiendo".

Rodríguez Orejuela, miembro del cartel de Cali, organización que controla un 80 por ciento del mercado mundial de la cocaína, sugiere en la conversación que efectivamente se apoyó económicamente la campaña del candidato liberal y presidente electo, Ernesto Samper.

"Claro, el ganador. El ganador, no más. Es que no estamos con perdedores", agrega Rodríguez Orejuela.

Ernesto Samper, que ganó la presidencia el 19 de junio al derrotar a su rival conservador Andrés Pastrana, negó haber recibido aportes del narcotráfico en su campaña.

El presidente electo solicitó a la Fiscalía General de la Nación una investigación y anunció que, independientemente de las sanciones penales, separará de su gobierno a quienes resulten implicados.

Sin embargo, los resultados de la investigación aún no se conocen, a pesar de que la Fiscalía y las autoridades de la policía reconocieron la autenticidad de las voces de las dos grabaciones divulgadas con anterioridad.

La nueva grabación fue enviada por un grupo autodenominado Colombianos Honorables, quienes advierten que no están interesados en deteriorar la imagen de Colombia en el exterior.

ENTRADO

CRUZADO

CO R D E N N° 14/991

I. PERSONAL

A. PERSONAL SUPERIOR

1. DESTINOS

- Para su conocimiento y demás efectos se transcribe de la Resolución N° 69922 inserta en el Boletín M.D.N. N° 8968 ANEXO, lo siguiente:
  - El Presidente de la República, Resuelve: 1° - Designanse para prestar servicios a los siguientes Señores Oficiales Superiores...en los destinos que a continuación se mencionan:  
EN EL MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
    - A los señores Coroneles don Walter W. Pérez y don Luis P. Aranco.
    - ...
  - EN EL COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
    - ...
    - A los señores Coroneles don...Jorge R. Gímenez...para prestar servicios.

2. DESTINOS INTERNOS

- Designase para prestar servicios en el Estado Mayor Personal a los señores Coroneles don Walter W. Pérez y don Luis P. Aranco.

B. PERSONAL SUBALTERNO

1. ALTAS

- Con fecha 1° de abril de 1991
  - Como Soldado de Segunda
    - Marcelo David SANTANA NOBLE. . . . .Voluntario contratado por 2 años.
    - Analía FERNANDEZ SANDES. . . . .Voluntaria contratada por 2 años.
    - Gabriela de LAHOZ COLINA . . . . .Voluntaria contratada por 2 años.

2. DESTINOS INTERNOS

- En el Departamento II
  - Sdo.2da. Analía Fernández Sandes. . . . .Por ingreso el 01.04.91
  - Sdo.2da. Gabriela de Lahoz Colina . . . . .Por ingreso el 01.04.91
- En el Departamento III
  - Sdo.2da. Marcelo David Santana, en comisión permanente en el Departamento IV, por ingreso el 01.04.91

3. MUTACIONES

- Con fecha 1° de abril de 1991.
  - A Soldado de Primera
    - Sdo.2da. Rafael Chamorro

II. INSTRUCCION Y OPERACIONES

A. SERVICIOS

1. JEFES DE SERVICIO

Día 12. . . . .	Capitán (ST)	Julio Silva Ledesma
Día 13. . . . .	Capitán	Emilio Sequeira
Día 14. . . . .	C/F (CG)	Juan Herrera
Día 15. . . . .	Tte.Cnel.	Alexis Parodi
Día 16. . . . .	Capitán	Héctor L. Volpe



Nº DOCUMENTO Cartel de Cali en forma sobre el rechazo de sobornos por los candidatos...

TÍTULO Colombia: N

PROCEDENCIA LA JUVENTUD

FECHA DE RECEPCIÓN 14-7-84

CULACIONES 11176 65870

65002 11514

65370 507512

11670 11422

11686 11214

11227

ENTRADO

CRUZADO

Las ofertas fueron denegadas, afirmó el «Cartel de Cali»

## LOS NARCOS SOBORNARON CANDIDATOS

*Las supuestas ofertas de dinero hechas por el «cartel de Cali» a los candidatos colombianos que participaron en los comicios presidenciales del mes pasado fueron rechazadas por estos, afirmó hoy el presunto jefe de ese grupo de narcotraficantes, Gilberto Rodríguez Orejuela.*

La afirmación la hizo Rodríguez Orejuela en una carta enviada al fiscal general, al procurador y a los jefes de las campañas presidenciales, en la que afirma que las llamadas «narcocintas» anónimas que destaparon un grave escándalo fueron «editadas» por los remitentes. En los comicios de junio, en los que participaron el liberal Ernesto Samper y el conservador Andrés Pastrana, ganó el primero, que tomará posesión el

próximo 7 de agosto en sustitución de César Gaviria, también del Partido Liberal.

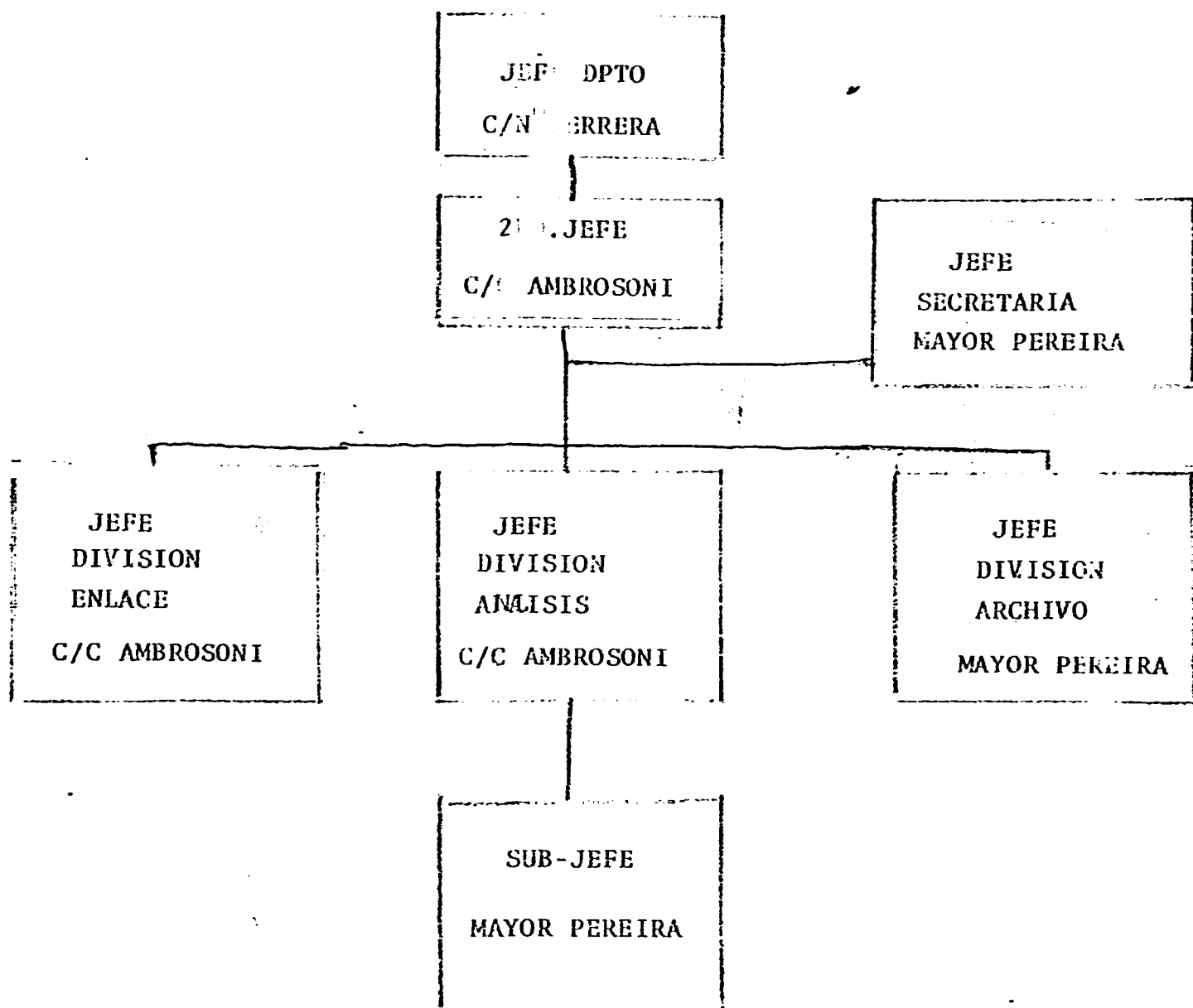
La aparición de las cintas causó un grave escándalo en Colombia, ya que en las conversaciones telefónicas grabadas entre Rodríguez Orejuela y el periodista Alberto Giraldo se mencionaba la posible infiltración financiera de los mafiosos en la oficina del presidente electo, Ernesto Samper. Además marcó el punto más crítico de una tensión diplomática con EEUU, que la semana pasada envió un documento a Santafé de Bogotá en el que se pone en duda la lucha colombiana contra las drogas, especialmente contra el «cartel de Cali».

Sin embargo en la misiva, Rodríguez Orejuela subraya que el periodista

le pidió dinero para la campaña de Pastrana y en menor cantidad para las de Samper y el ex director de la Policía secreta, el general retirado Miguel Maza, quien fue uno de los candidatos eliminados en la primera vuelta electoral del 29 de mayo. Aunque la prensa y las autoridades han recibido copias de al menos cuatro cintas distintas, el remitente todavía no ha sido identificado, y algunos medios de comunicación han publicado que las grabaciones fueron hechas por funcionarios antidrogas de EEUU. La carta de Gilberto Rodríguez le pide disculpas a las personas involucradas en las conversaciones grabadas y advierte que a las cintas les fueron mutilados los apartes en los que Giraldo subraya que ningún candidato quiso recibir las ofertas de dinero. También

reitera que no existe ni en el país ni en el extranjero ninguna condena contra él o contra su hermano Miguel y que, por eso, les favorece la «presunción de inocencia» consagrada por las leyes colombianas. El Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA) considera desde la década pasada a los Rodríguez Orejuela como «capos» de la organización de cocaína de Cali, a la que le atribuye el contrabando del 80 por ciento del tráfico hacia EEUU. Gilberto Rodríguez estuvo preso en España en 1986 y después de ser deportado a Colombia, contra una petición de extradición presentada por EEUU, un juez le dejó libre a los pocos días. Desde entonces se sospecha que vive en mansiones de Cali sin ser capturado.

ORGANIGRAMA DEL DEPARTAMENTO II



Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA

CLARIN

FECHA D' \_\_\_\_\_

14.7.94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

COLOMBIA: CARTA DE LOS LIDERES DEL NARCOTRAFICO AL FISCAL GENERAL

# El Cartel de Cali negó haber intentado sobornar las campañas presidenciales

BOGOTÁ, 13 (AFP, AP y DPA). - Los jefes del Cartel de Cali, los hermanos Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, negaron que hubieran financiado las pasadas campañas presidenciales colombianas, según afirman en una carta que enviaron al fiscal general de Colombia, Gustavo de Greiff, y que hoy fue dada a conocer.

La desmentida de quienes, según la Agencia Antidrogas Norteamericana (DEA) son los jefes de la mayor organización narcotraficante colombiana, está referida a cuatro grabaciones que se conocieron a través de la prensa y que indicaban que el Cartel de Cali pretendió infiltrar financieramente las campañas presidenciales del conservador Andrés Pastrana, del general Miguel Maza y del electo presidente liberal Ernesto Samper.

En la carta, fechada el 6 de julio, los hermanos Rodríguez Orejuela admiten que el periodista Alberto Giraldo les solicitó en principio auxilios económicos para la campaña de Pastrana, y posteriormente para las de Maza y Samper.

Aseguran que ninguna de las campañas aceptaron los ofrecimientos económicos de Giraldo.

Además, piden disculpas al país y a las personas involucradas en los "narcocasetes", de los cuales dicen que fueron editados (manipulados), borrando las frases de Giraldo en las que este les comunicaba que ninguna de las campañas aceptaron la ayuda económica.

Los cuatro "narcocasetes" empezaron a ser enviados en forma anónima y progresiva a los medios de comunicación nacionales y extranjeros desde el 22 de junio, tres días después que se celebrara la elección presidencial que le dio el triunfo a Samper, quien asumirá el gobierno el 7 de agosto.

Las cintas magnetofónicas registran conversaciones te-

*Tensión en las relaciones entre los Estados Unidos y Colombia debido a que Washington no confía en que las autoridades colombianas hayan hecho lo suficiente en la lucha contra el narcotráfico. Los jefes del Cartel de Cali desmintieron que hayan financiado las pasadas campañas presidenciales. La DEA suspendió una reunión prevista para la semana que viene con funcionarios colombianos.*

léfónicas entre Gilberto Rodríguez y el periodista Giraldo, que hablan sobre la presunta financiación de las campañas presidenciales.

Un equipo técnico de la policía que analizó las grabaciones, y que se conoció hoy también, indica que las cintas fueron editadas, y aseguró que no constituyen prueba judicial.

Aún se desconoce el origen de las cintas, cuyo envío a los medios de comunicación se lo atribuye un grupo clandestino y desconocido denominado "Ciudadanos Honorables", que aseguran luchar por una Colombia sana y no corrupta.

En la cuarta cinta se involucra al director de la Policía Nacional en un presunto soborno que sería la causa de la negativa de las autoridades de los Estados Unidos a recibir al funcionario colombiano.

En esta grabación, Rodríguez Orejuela le indicaría a Giraldo que se estaba gestando el pago de dinero al general Octavio Vargas Silva para retrasar las investigaciones y acciones policiales contra el Cartel de Cali.

"Estoy tranquilo con mi conciencia. No he roto mi jura-

mento y nunca lo voy a romper", dijo Vargas Silva a los periodistas, tras reunirse con el fiscal de Greiff. El jefe policial agregó que solicitó una investigación porque "no se puede atacar la honestidad y el honor de las personas".

La cinta donde se lo involucra a Vargas Silva fue entregada al Ministerio de Defensa y al director de la DEA en Colombia por el propio jefe policial, antes de su viaje a Washington.

Luego de conocer el contenido de la cinta, el jefe de la DEA en Bogotá, Joe Toffi, le confirmó a Vargas Silva que la invitación continuaba en pie y que la agenda no tenía variación, afirmó un comunicado del Ministerio de Defensa.

Sin embargo, cuando el jefe de la policía colombiana se aprestaba a iniciar el lunes sus conversaciones con funcionarios norteamericanos, la invitación fue cancelada.

cualquier tipo que ocurran en el mundo, y en cada SUMI se incluirá una relación de las acciones ocurridas en el período que abarca el mismo,

**f. Sección Organismos Internacionales**

Organismos y organizaciones internacionales, gubernamentales y no gubernamentales, que puedan afectar al URUGUAY en cualquiera de sus campos y, particularmente en el factor militar.

**4. Coordinaciones**

Antes de emitir cualquier documento se deberá coordinar entre las SECCIONES toda la información existente al respecto, a fin de que el producto final asegure la consideración de la mayor y más completa información disponible.

El Sub-Director de Exterior de la D.G.I.D.  
Cnel. (Av.)

  
-----  
HORACIO SASSON

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

La Nación

FECHA DE

14-7-74

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

## Un jefe policial bajo sospecha

**Narcotráfico: la grabación de una presunta conversación con líderes del cartel de Cali compromete ahora a la cúpula de la policía nacional colombiana.**

BOGOTÁ, 13 (AP).— El espionaje telefónico a los líderes del cartel de Cali, que ha revelado infiltraciones de los narcotraficantes en la policía y la Justicia, implica ahora al director de la policía nacional en un presunto soborno que sería la causa de la negativa de las autoridades de los Estados Unidos a recibirlo.

Una cuarta cinta grabada de una conversación telefónica de Gilberto Rodríguez Orejuela, líder del cartel de Cali, con su jefe de "relaciones públicas", el periodista Alberto Giraldó, indica que se estaba gestando el pago de dinero al general Octavio Vargas Silva para retardar las acciones de la policía contra el cartel.

La transcripción de la cinta que publican hoy dos diarios colombianos, no menciona específicamente al jefe policial, sino a un coronel España, que aparentemente era el intermediario para recibir el soborno.

### Conciencia tranquila

"Estoy tranquilo con mi conciencia. No he roto mi juramento y nunca lo voy a romper", dijo hoy Vargas Silva a los periodistas, después de reunirse con el fiscal general Gustavo de Greiff.

Agregó que pidió una investigación porque "no se puede atacar la honestidad y el honor de las personas ligeramente. No se me puede colocar a mí en las condiciones de alguien que está delinquiendo. Eso es algo que nos duele en el alma".

La cinta fue entregada al Ministerio de Defensa y al director de la agencia antinarcóticos de los Estados Unidos (DEA), en Colombia, por el propio Vargas Silva el viernes último, antes de su viaje a Washington, informó el ministerio anoche.

Luego de conocer el contenido de la cinta, el jefe de la DEA en Bogotá, Joe A. Toff, "le confirmó a Vargas Silva que la invitación continuaba en pie y que la agenda no tenía variación", agregó el comunicado.

Sin embargo cuando Vargas se alistaba el lunes para iniciar sus conversaciones con funcionarios norteamericanos, la invitación fue cancelada con la explicación de que en la prensa se le había dado una equivocada connotación "diplomática y política".

El presidente César Gaviria calificó de "insatisfactoria" esta explicación y la del Ministerio de Defensa. Si bien dejó en manos de la fiscalía la investigación del caso, dijo que Vargas Silva se ha distinguido por "su incuestionable labor en la lucha contra el narcotráfico".

En las cintas se dice que el cartel estaba dispuesto a entregar millones de dólares a los candidatos presidenciales Ernesto Samper, que ganó, Miguel Maza Márquez y Andrés Pastrana. Los candidatos lo negaron.

S E C R E T O

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA  
SUB-DIRECCION EXTERIOR  
MONTEVIDEO, 16 DE AGOSTO DE 1993

ORDEN PARTICULAR Nº 02/93

Organización del Departamento II (Exterior)

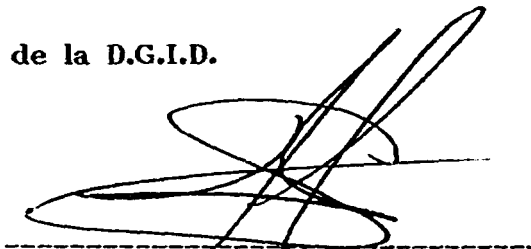
1. Integración de las Divisiones

a. Por cambio de destino según lo establecido en la Orden Nº 35/93 de la D.G.I.D., con fecha 5 de agosto de 1993 cesa en sus cargos el Sr. Mayor don Oscar H. GRANE.

b. Designase al Sr. Capitán de Corbeta (CG) don Julio AMBROSONI para desempeñarse como Subjefe de la División Análisis y Jefe de la División Enlace y la División Archivo.

El Sub-Director de Exterior de la D.G.I.D.

Cnel. (Av.)



HORACIO SASSON

Nº DOCUMENTO

TITULO Colombia pretende superar crisis con EE.UU.—

PROCEDENCIA EL OBSERVADOR

FECHA DE RECEPCIÓN 25-7-94

VINCULACIONES 11176

65092 11626

65092 11042

65092

11626

ENTRADO

CONTRADO

El gobierno de Samper quiere "desnarcotizar" la relación con Washington

## Colombia pretende superar crisis con EEUU

**Una misión del futuro gobierno del presidente electo de Colombia, Ernesto Samper, viajó ayer a los Estados Unidos para analizar las relaciones bilaterales con las autoridades norteamericanas.**

Los narcotraficantes colombianos lograron utilidades de entre 1.150 millones y 1.580 millones de dólares en 1993 por la venta de heroína y cocaína, indican cifras oficiales.

La misión la conforman los ministros designados de Relaciones Exteriores Rodrigo Pardo, de Justicia, Néstor Humberto Martínez y de Defensa Fernando Botero, quienes se entrevistarán con funcionarios de la Dirección de Lucha contra las Drogas (DEA), el Departamento de Estado y de otros organismos del gobierno de los Estados Unidos.

"Es una visita que no se enmarca únicamente dentro del tema del narcotráfico", dijo el ministro de Defensa Fernando Botero.

El ministro explicó que es propósito del presidente electo de Colombia que las relaciones con los Estados Unidos tengan un carácter muy amplio y que no se limiten al tema del narcotráfico exclusivamente: "que se desnarcotice", dijo.

Las relaciones entre Bogotá y Washington sufrieron una crisis luego que el departamento de Estado criticó la lucha antidrogas de Colombia y el gobierno de Bogotá reaccionó enérgicamente diciendo

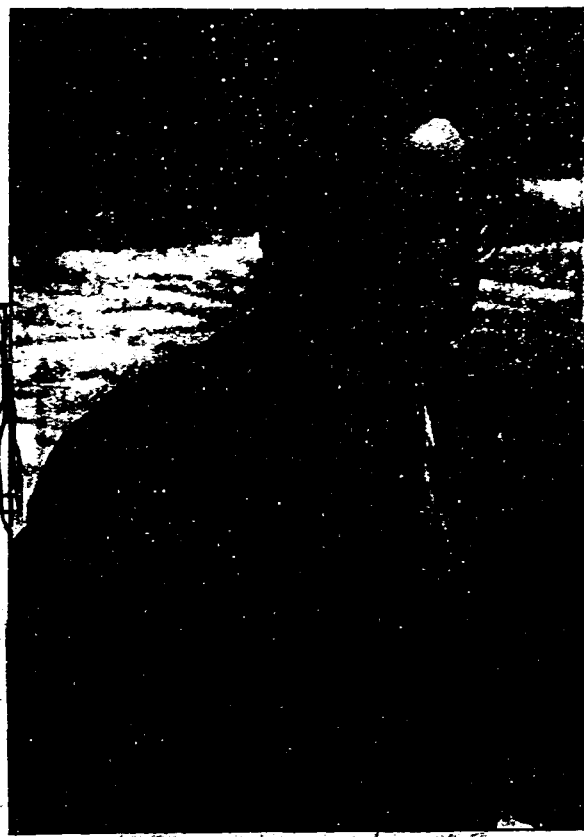
que no aceptaba la imposición de pautas para combatir el narcotráfico.

La situación se agravó luego que la DEA canceló una visita de una misión policial y que el Senado norteamericano votó a favor de condicionar la ayuda económica a Colombia para la lucha antidrogas y el gobierno colombiano advirtió que si eso sucede rechazaría unilateralmente la ayuda.

Sin embargo, las relaciones mejoraron en la última semana cuando la Cámara de Representantes aprobó el restablecimiento de la cooperación judicial y el suministro de información de radares a las autoridades colombianas.

"Consideramos que es indispensable desnarcotizar las relaciones con Estados Unidos", explicó Botero al hablar del motivo del viaje de la misión del nuevo gobierno a los Estados Unidos.

Agregó que dentro de la visita se hablará de comercio, integración y cooperación en diferentes frentes. ■ (De la redacción de El Observador en base a fuentes de Reuter)



**Misión**  
El presidente electo de Colombia, Ernesto Samper, envió a miembros destacados de su futuro gabinete a renegociar las relaciones con Clinton.

LO  
CEDENCIA CLARIN  
CHA DE PROCEDENCIA 8-8-94  
NCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

COLOMBIA: EL NUEVO JEFE DE ESTADO PROMETIÓ UNA FUERTE INVERSIÓN EN LO SOCIAL

# Samper asumió la presidencia y pidió un diálogo con la guerrilla

En su discurso de asunción, el presidente Ernesto Samper Pizano afirmó ayer que Colombia no permitirá que ningún otro país le diga cómo combatir el narcotráfico. El primer mandatario tomó posesión del cargo ante la Asamblea Legislativa y frente a más de 4.000 invitados especiales. Llamó a la guerrilla a dialogar y aseguró que en lo económico priorizará lo social. El gran ausente fue el pueblo, que debido a las impresionantes medidas de seguridad no tuvo acceso al lugar.

## Clarín EN BOGOTÁ

BOGOTÁ 7 (Enviado especial). - Ernesto Samper Pizano, economista y abogado de 44 años, asumió hoy como 65° presidente en la historia de Colombia durante una prolija ceremonia en la Plaza de Bolívar de esta capital. Su discurso de presentación como jefe de Estado mantuvo los dos ejes de la campaña electoral: un llamado al diálogo a la guerrilla y la búsqueda del "salto social".

Samper tomó posesión del cargo ante la

Asamblea Legislativa reunida a pleno en la histórica plaza bogotana y frente a más de 4.000 invitados especiales, entre los que se contaron ocho presidentes latinoamericanos, 17 cancilleres y delegaciones de la Argentina, Francia, España, Inglaterra, Alemania y los Estados Unidos, entre otras.

A pesar de los gestos y declaraciones de reconciliación del nuevo presidente, el único ausente en la fiesta fue el pueblo de Colombia, virtualmente corrido de la escena a fuerza de un impresionante despliegue de seguridad.

Aunque en menor escala que hace ape-

nas un año, la violencia política regresó en las últimas horas al país, como una señal de cuáles serán los desafíos para la Colombia de la era Samper. Unos 25.000 colombianos murieron en el último año a raíz de la violencia de los grupos políticos y los carteles de la droga.

Edgardo de Jesús Londoño, alcalde de la ciudad de Salgar, en el departamento de Antioquia, fue asesinado ayer por un comando del Ejército de Liberación Nacional (ELN), una de las guerrillas que actúan en el país. Las otras dos son la histórica Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el Ejército Popular de Liberación (EPL).

El flamante presidente colombiano llegó esta tarde a pie a la Plaza de Bolívar desde la sede del Palacio San Carlos, sede de la Cancillería.

"Cómo superar una paradoja de tener un país con un amor casi irracional por la vida mientras nos matamos unos a otros", dijo parafraseando a García Márquez. "No desestimaré ninguna voz ni esfuerzo en favor de la paz. Pero advierto que la negociación será responsabilidad excluyente del presidente de la república. Y solo negociaré cuando esté seguro de que existen señales inequívocas de paz", indicó.

La misma iniciativa demostró en el terreno económico. "Seguiremos la línea aper-

turista. Pero nuestro gobierno se compromete a dar el gran salto social con un plan que genere nuevos empleos productivos, la construcción de infraestructura y la reactivación del sector agrícola".

El presidente también trazó una línea clara para su política exterior cuando dijo que la decisión de luchar contra el narcotráfico "no será resultado de ninguna imposición", en directa alusión a los Estados Unidos. "Ningún país del mundo tiene la autoridad moral para enseñarle a Colombia cómo se combate el narcotráfico", dijo.

Samper recibió una bofetada a solo dos días de su elección, en junio pasado, a raíz de la divulgación de una casete en la que los jefes del Cartel de Cali supuestamente ofrecieron dinero para financiar su campaña. El escándalo llevó a las relaciones entre Bogotá y Washington a un estado de deterioro, según palabras del propio embajador norteamericano, Morris Busby.

Clarín tuvo oportunidad de conversar ayer con Samper sobre este tema.

- Los EE.UU. enviaron una delegación de bajo nivel a la ceremonia de su asunción. ¿Las cosas siguen mal?

- Podría haber sido peor, contestó el presidente. Al menos no mandaron funcionarios de la DEA -agregó, con proverbial ironía.

Walter Curia  
Copyright Clarín, 1994

## Mensaje a Gaviria

BOGOTÁ, 7 (AFP y Reuter). - Los Estados Unidos enviaron hoy un mensaje de congratulación al ex presidente colombiano César Gaviria por su contribución a la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo.

Gaviria, que hoy entregó el gobierno a su sucesor, Ernesto Samper, logró desarticular el temido cartel de narcotraficantes con sede en Medellín y abatir al jefe de esa banda, Pablo Escobar.

"A todo lo largo de este período de cooperación extraordinaria entre los Estados Unidos y Colombia, usted demostró repetidamente su compromiso y coraje personal al combatir el tráfico de drogas y las organizaciones terroristas", sostiene una carta que envió a Gaviria el presidente norteamericano Bill Clinton.

El mandatario estadounidense también remitió una nota al nuevo presidente colombiano, en la que afirma que "espera continuar su colaboración con la soberana república de Colombia y seguir reforzando la amistad entre los pueblos colombiano y norteamericano".

9500100



Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA *La Mañana*

FECHA DE PROCEDENCIA *13-8-84*

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

# Samper: "Una salida que logre pacificar a toda Colombia"

*El Presidente electo de Colombia, Ernesto Samper Pisano, que tomará posesión de su cargo el pasado 7 de agosto, desplegó en su discurso conceptos de real importancia en torno a la lucha contra la pobreza y el narcotráfico en su país. Brindamos a nuestros lectores la parte medular de dicha exposición.*

"Desde que nacimos como república independiente hemos procurado, sin conseguirlo del todo, dejar la violencia como recurso de solución de los conflictos. Hace 120 años un Presidente de Colombia, liberal como yo, afirmaba <desmentimos nuestra pretensión de ser tenidos por pueblo civilizado, moral y digno cuando por los más fútiles pretextos apelamos a las armas o procedemos a ejecutar actos de violencia>. Lamentablemente, este pensamiento de don Manuel Murrillo Toro también podría haber sido escrito ayer. Como todos mis antecesores también tengo el sueño de poder avanzar, durante mi Gobierno, en la búsqueda definitiva de la paz para Colombia.

Esta tarea, por esquivada que parezca, no puede dejar de ser un propósito nacional. Es cierto que las acciones recientes de los grupos alzados en armas contra lo que ellos piensan están alejando las posibilidades de reconciliación. Pero no por ello vamos a renunciar al derecho de todos los colombianos a pensar en un futuro libre de violencia.

## Condenados a la incertidumbre

Cómo aceptar que nuestro final sea el de quedar condenados a vivir en medio de la incertidumbre que produce la inseguridad.

Ese anhelo de paz tuvo la

oportunidad de sentirlo en los últimos meses cuando recorría varias veces el país. Lo sentí en la angustia reflejada en los rostros de las viudas de Urabá, en el desconsuelo de la pobreza de una familia chocona, en la mirada de quienes acompañan el féretro en Ocaña y en los fervientes deseos de volver a casa de unos jóvenes soldados en Villavicencio.

Mi Gobierno trabajará para que los niños puedan ir tranquilos a los parques y las madres duerman en paz mientras sus hijos están fuera de casa.

Para que los campesinos trabajen su tierra sin temor y los empresarios puedan regresar a atender sus fincas. Para que todos podamos recorrer las calles de nuestras ciudades sin temor a las acechanzas criminales.

Vamos a crear un nuevo modelo de sociedad, el de la convivencia democrática donde encontremos finalmente la forma de vivir con nuestras diferencias.

No es posible que nuestra gran riqueza, el pluralismo la diversidad se haya convertido en nuestra gran tragedia, la de seguir enfrentados por el solo hecho de ser diferentes. El Ministerio de Cultura, que impulsaremos para recuperar nuestra identidad, será el instrumento para alcanzar esas sociedades del próximo siglo.

De otra parte, la paz también



Una lucha firme contra el narcotráfico propiciará el nuevo Gobierno colombiano.

tiene que ver con nuestra capacidad para imponer el orden.

Nuestra tarea inmediata será la de asegurar el monopolio legítimo de la fuerza en cabeza del Estado a través de sus Fuerzas Armadas y desarrollar un eficaz sistema nacional de inteligencia para prevenir los hechos de violencia.

Los violentos quedan notificados de que, en ningún caso, nuestra voluntad de reconciliación implica que durante el próximo gobierno se vaya a bajar la guardia que tenemos desde este momento montada frente a la subversión, el narcotráfico, el terrorismo, el paramilitarismo y la delincuencia callejera. La fuerza es condición necesaria para que el diálogo sea útil.

## La fuerza del estado

Para que la fuerza que ejerce el Estado sea legítima tiene que ser justa y lo será en la medida en que Colombia haga realidad su compromiso de defensa y respeto de los derechos humanos.

Rechazo el terrorismo en todas sus expresiones. No negociaré con terroristas: me declaro moralmente impedido para hacerlo.

Nuestra política de paz tendrá éxito solo mejorando los sistemas de administración de justicia hasta ganar la batalla contra la impunidad. La impunidad es el mayor cómplice de la violencia.

En el camino de conseguir paz no desestimaré ninguna voz ni esfuerzo que pueda contribuir a crear un clima de entendimiento para conseguirla.

Solo me sentaré a la mesa de negociaciones, cuando esté seguro de que existen condiciones reales para una paz permanente y duradera, como la quieren todos los colombianos. Por ello, cada avance en el proceso deberá estar precedida de señales inequívocas de paz por parte de los alzados en armas.

La paz no llegará sola ni gratuita.

se entre todos aceptando, cada quien, su cuota de sacrificio. El Alto Comisionado para la Paz asumirá el encargo y antes de cien días deberá presentar ante la opinión un primer informe sobre el estado de la paz.

## Lucha contra el narcotráfico

La lucha contra el narcotráfico, la corrupción y el crimen organizado seguirán ocupando atención prioritaria durante mi Gobierno. Continuaremos la línea de acción desarrollada en estos frentes por los Gobiernos anteriores. Colombia es modelo de un país que, con grandes costos y sacrificios, ha logrado estructurar y poner en marcha una política coherente y permanente contra el narcotráfico.

Combatiremos y seguiremos combatiendo el tráfico de drogas por convicción, por el grave daño que le ha causado a la sociedad colombiana por su impacto sobre nuestras instituciones y porque compartimos el anhelo universal de que exista una juventud libre de la amenaza de la droga.

La política de sometimiento voluntario se mantendrá como una salida no violenta para los narcotraficantes pero aumentando sus penas y racionalizando la aplicación del sistema de beneficios.

Mi Gobierno será tan claro y decidido en la erradicación de los cultivos y la persecución del narcotráfico como categórico en la exigencia de acciones efectivas por parte de los países consumidores en la reducción de la demanda y el control del lavado de dólares.

Porque no queremos que nuestra lucha sea inútil.

Porque no aceptamos que el recuerdo de las vidas de los que han caído en esta guerra pase a la historia como una simple reminiscencia solicitaremos a la comunidad internacional una solidaridad efectiva en esta tarea que es de todos y para beneficio de todos.

9500100

20

- Efectivos de las Policías de ARGENTINA y PARAGUAY detuvieron a una camioneta en la localidad fronteriza de argentina FERNANDO DE LA MORA, incautando en un compartimiento oculto de ésta 200 kgrs. de marihuana, tras ser inspeccionada por un perro adiestrado. Parte de esta droga procedente de PARAGUAY estaba destinada a ser distribuída en MONTEVIDEO y otras capitales departamentales del URUGUAY.

- En un procedimiento realizado por personal del Escuadrón 52 Tartagal de la Gendarmería Nacional en las inmediaciones de la ruta nacional 34, jurisdicción de la localidad salteña de CORONEL CORNEJO, se detuvo a un traficante argentino y se incautaron 28 kgrs. de cocaína.

- En un procedimiento enmarcado dentro de la Operación "Tormenta Verde", personal de la Gendarmería Nacional descomisó en CONCORDIA (ENTRE RIOS), 200 kgrs. de marihuana que al parecer estaban siendo preparados para embarcarlos a URUGUAY, siendo detenidas nueve personas. La ciudad de CONCORDIA, es fronteriza con el Departamento de SALTO, por lo que los traficantes podrían haber elegido esta ciudad para desde allí llevar el embarque hasta MONTEVIDEO, y luego enviarlo a EUROPA.

Paralelamente, la Policía realizó allanamientos en la Capital, incautándose otros 38 kgrs. de la droga, y se detuvo a otras siete personas.

- Tras un procedimiento realizado por la Gendarmería Nacional Argentina de Puerto IGUAZU en la zona denominada TRES FRONTERAS, se desarticuló una organización dedicada al robo de autos en URUGUAY y ARGENTINA, que luego eran trasladados a PARAGUAY para posteriormente canjearlos por cocaína. El Comandante de la Gendarmería Nacional Argentina, CELSO ALBERTO BARRAZA, informó que los autos robados son llevados a CIUDAD DEL ESTE y PEDRO JUAN CABALLERO, fronteras entre PARAGUAY y BRASIL, donde los comercializan a cambio de partidas de cocaína provenientes de BOLIVIA, y luego hacen el camino inverso para proveer a los traficantes de drogas del resto del continente. Asimismo, explicó que actualmente se investiga una probable conexión entre traficantes de CIUDAD DEL ESTE y de JUAN PEDRO CABALLERO con traficantes de armas y heroína que abastecen RIO DE JANEIRO y SAN PABLO. La mafia china (los tongs) instalada en CIUDAD DEL ESTE, controla a su vez a un grupo minoritario de tailandeses especializado en la venta de armas de guerra y heroína que ha tomado estrecho

Nº DOCUMENTO .....

TÍTULO .....

PROCEDENCIA **EL TIPS**

FECHA DE PROCEDENCIA **14.8.94**

VINCULACIONES .....

ENTRADO .....

CRUZADO .....

Los Retos del Nuevo Presidente Colombiano Ernesto Samper

# "SE ACABO EL NARCOTERRORISMO PERO INGRESAMOS EN LA NARCOCORRUPCION"

Como parte de las entrevistas exclusivas que se difunden en los periódicos integrantes del "Grupo de Diarios América", brindamos hoy un reportaje al nuevo Presidente de Colombia, el liberal Ernesto Samper. El sucesor de César Gaviria enfrentó ya en los primeros días de su gobierno, los desafíos pendientes en Colombia: la violencia guerrillera y la guerra con el narcotráfico.

Ernesto Samper asegura que su gobierno comparte las bases institucionales dejadas por Barco y Gaviria, pero él mostrará nuevos caminos a la gente en temas como la paz, los derechos humanos y el cambio social en la política económica.

Hoy, con 44 años recién cumplidos, Ernesto Samper Pizano asume la Presidencia de la República. No le han tocado tiempos fáciles. Tiene el desafío de reemplazar a César Gaviria, uno de los jefes de Estado más populares de la historia reciente del país, y fijar sin embargo, sus diferencias tanto en las políticas que emprenda, como en el estilo de gobierno. Llegó, luego de aguantar un charrón de proporciones internacionales, por las acusaciones, sin prueba, de que su campaña habría recibido dinero del narcotráfico. Las tensiones con los Estados Unidos han cedido, pero la presión de Washington es aún severa, y el tiempo de espera para que "muestre progresos" en su lucha contra los traficantes de droga parece ser muy corto.

En el frente interno, a pesar de que el remozamiento institucional y la apertura de la economía han allanado nuevos caminos para el

Sobre sus retos, su estilo, su equipo... el nuevo presidente de los colombianos habló con EL TIEMPO. Esta es una síntesis de la conversación.

—¿Cómo recibe usted el país?

—Lo recibo con problemas de vieja data. Se acabó el narcoterrorismo, pero estamos entrando en una etapa de narcocorrupción. El tema de orden público sigue siendo preocupante. Hay una mayor fragmentación de los alzados en armas, lo cual puede ser positivo o negativo, según se mire. La economía está en buenas condiciones. Las cifras generales son satisfactorias. Pero voy a tener que hacer grandes esfuerzos para corregir problemas sociales graves. No sólo existe pobreza, sino que desde hace una década venimos en un progresivo empobrecimiento. También recibo una nueva Constitución que espero desarrollar, y la internacionalización de la economía, que hay que continuar con algunos ajustes.

—Durante la campaña usted criticó con vehemencia la política social del gobierno Gaviria y prometió un giro grande en este sentido. Pero ahora, su tono es más moderado. ¿Será su gobierno continuista? ¿El cambio social será gota a gota?

La primera función de un Presidente es tirar línea. Una propuesta fundamental de mi gobierno será mostrarle caminos a la gente: el de la dignidad en nuestras relaciones internacionales, el del compromiso en temas como el de la paz o la defensa de los derechos humanos, el de la recuperación de valores, y el cambio social en la aplicación de la política económica.

nejo relativamente ortodoxo de la economía. Eso le ha permitido a Colombia resistir a pesar de la tempestad de violencia que le pasa por encima.

Entonces, hay que defender la base, loscimientos, y sobre ellos yo espero construir una nueva política social. Quiero demostrar que en América Latina sí hay posibilidades de un modelo alternativo al desarrollo.

—¿Su estilo va a ser distinto al de Gaviria?

—El estilo mío es un estilo de diálogo, de concertación, de no atropellar. Siempre juego con las cartas sobre la mesa. Eso me puede traer, de pronto, más problemas que beneficios, pero he tenido siempre la norma de que si uno gobierna con sinceridad, la gente entiende los errores y se suma a los aciertos.

—Usted dijo que esperaba un voto programático de los parlamentarios que lo apoyaron, a la hora de presentar sus propuestas al Congreso. ¿No es esto pedirle al legislativo que se supedita a la voluntad del Ejecutivo?

—No, de ninguna manera. De lo que se trata es que espero que los parlamentarios que conocieron mi programa y lo defendieron regionalmente, lo apoyen en el Congreso. Espero un compromiso sobre lo fundamental, sin que esto implique que no esté a salvo su capacidad de deliberar sobre el programa, enriquecerlo o complementarlo.

—Al presidente Gaviria se le criticó el hecho de que obtuviera el respaldo de los congresistas a algunos de sus proyectos, a cambio de otorgar favores, puestos, desayunos, etc. ¿Usted continuará esta costumbre?

Gaviria haya establecido ese sistema. Me parecía absolutamente inapropiado que fuera esa la manera de convencer a un parlamentario, pero además sería una ofensa.

—El ministro Hommes dijo que para realizar la reforma social que usted propone, hay que hacer otra reforma tributaria. ¿Esto es así?

—No. Primero porque la política social que hemos definido no es una política de corte tradicional asistencialista que llevaría simplemente a incrementar cautivamente los presupuestos. Es un nuevo esquema de política social, más eficiente con mayor participación inclusive en algunas áreas del sector privado a través de las ONGs. Segundo, es que la política social es no solamente un problema de más plata: la idea es demostrar que se puede hacer política económica con criterios sociales, así como se debe hacer política social con criterios económicos. Finalmente hay unos mecanismos de control de la evasión y de eficiencia del recaudo de los impuestos que igualmente va a permitirnos, sin aumentar los impuestos, poder disponer de más recursos.

## EL LAVADO DE DOLARES

—No es misterio que hoy se están lavando dólares del narcotráfico mediante la importación de bienes sobre facturas, lo que afecta también la producción nacional. ¿Qué hacer sobre este problema?

—La apertura en muchos casos se está utilizando para el lavado de dólares, y aquí tenemos que restablecer unos controles mínimos de aduanas, al no faltar

una cacería de brujas en un país cuya economía puede estar muy permeada por el lavado de dólares?

—Tenemos, en primer lugar, una propuesta para tipificar en Colombia el delito de lavado de dólares. Sin embargo, esta medida no sirve si no se obtiene colaboración internacional porque el delito al lavado de dólares es generalmente bilateral o multinacional. Se debe perseguir internacionalmente con el cruce de informaciones y la acción conjunta de las autoridades.

—Se habla de 4 millones de hectáreas compradas por el narcotráfico, eso es lavado de dólares; hay muchísimas industrias, ya absolutamente legales, compradas por el narcotráfico. ¿Cuando usted habla de perseguir a los lavadores de dólares quiere decir poner al descubierto todas estas operaciones, o es hacer adelante?

—Hay que hacerle un seguimiento a los dineros, tienen que venir de alguna parte y llegar a otra parte. Si no se establece de dónde vienen no se puede determinar el carácter ilícito, entonces por eso repito este es un tema eminentemente de coordinación, de cooperación entre los países.

## POLITICA INTERNACIONAL

—¿En el campo internacional, cómo piensa su gobierno mejorar la deteriorada imagen de Colombia?

—Vamos a desarrollar una forma de diplomacia preventiva. No podemos esperar a que nos estallen

los problemas en las manos para dar explicaciones. Los embajadores colombianos deben estar explicando los esfuerzos que se están haciendo en materia de derechos humanos, en la defensa del medio ambiente, el papel que estamos cumpliendo en la lucha contra el narcotráfico.

—¿Pero luego la imagen no es producto de la realidad? ¿Cómo queremos cambiar una imagen si la realidad no ha cambiado?

—En este momento somos un país más interesante para los medios de comunicación, acabada la

guerra fría y solucionado el problema de los derechos humanos en Centroamérica, y con todos los movimientos verdes en Europa y el nuevo giro que está tomando el papel de las organizaciones de defensa de los derechos humanos a nivel internacional (y no decaído, que en muchos casos la propia presión de ciertos intereses comerciales que se están escudando en temas como este de derechos humanos o la defensa del medio ambiente para establecer barreras al libre comercio). Todos esos factores han confluído en

que Colombia tenga que rediseñar totalmente su política internacional en términos de ser mucho más activa y mucho más dinámica.

—¿Usted cree que la invasión a Haití debe ser un hecho por parte de Estados Unidos?

—Colombia nunca ha apoyado el uso de la fuerza para propósitos internacionales. Eso como principio. En el caso de Haití no se han agotado todos los espacios de entendimiento y reconciliación antes de tomar siquiera una decisión de fuerza.

En el frente interno, a pesar de que el remozamiento institucional y la apertura de la economía han allanado nuevos caminos para el desarrollo colombiano, recibe un país con más pobres absolutos, con diversas y complejas manifestaciones de la violencia en campos y ciudades; y con altos niveles de corrupción e impunidad, entre los principales problemas.

Sobre sus retos, su estilo, su equipo... el nuevo presidente de los colombianos habló con EL TIEMPO. Esta es una síntesis de la conversación.

21

la paz o la defensa de los derechos humanos; el de la recuperación de valores, y el cambio social en la aplicación de la política económica.

Lo segundo, es que yo efectivamente tengo, no de ahora, sino de hace tiempo, mi propio proyecto político. Creo que hay unas bases fundamentales que compartimos con los gobiernos

le dan al país una especie de solvencia institucional. Con ellas no se puede jugar. Es una misma línea en aspectos como el comportamiento civilista de las Fuerzas Armadas; el ma-

de sus proyectos, o cambio de otorgar favores, puestos, desayunos, etc. ¿Usted continuará esta costumbre?

—Lo que se sabe es el contacto del presidente con el Congreso. No me parece que sea malo que el Presidente hable con el Congreso sobre los proyectos, que les haga ver la impor-

ley. Y si eso lo hace en un desayuno pues tampoco es pecado.

—¿Y la repartija de puestos también es legítima?

—No, y no creo sinceramente que el presidente

casos se está utilizando para el lavado de dólares aquí. ¿Tiene usted alguna experiencia en este tipo de operaciones? ¿Por lo menos en Colombia? Así, por ejemplo, establecer precios de referencia: sabrán hay fenómenos de sub o sobre facturación. No podemos mantener el régimen totalmente abier-

—En carta a varios congresistas norteamericanos usted decía que era necesario crear una red de fiscalías a nivel binacional para perseguir el lavado de dólares. ¿No sería destar

21

9500100

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE PROCEDENCIA 17-8-94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENTRADO	_____
REVISADO	_____

## Dictaminó la Justicia que la campaña de Samper no contó con dinero de la droga

BOGOTÁ, 16 (AP).— Una investigación judicial estableció que la tesorería de la campaña electoral del presidente Ernesto Samper no recibió un aporte de 3,6 millones de dólares ofrecido por los narcotraficantes del cartel de Cali, informó hoy el fiscal general Gustavo de Greiff.

"Quedó claro, de acuerdo con la investigación, y por fortuna para la democracia colombiana, que no hubo donaciones de dinero de dudosa procedencia a las campañas electorales", dijo el fiscal en una conferencia de prensa.

El caso salió a la luz a fines de junio cuando se conocieron graba-

ciones de conversaciones telefónicas de los hermanos Gilberto y Miguel Ángel Rodríguez Orejuela, presuntos jefes del cartel de Cali, en las cuales anunciaban su propósito de donar dinero no sólo a la campaña de Samper, sino a la de los candidatos presidenciales Andrés Pastrana y Miguel Maza Márquez.

Según las cintas, el tesoro de Samper habría aceptado la oferta de 3,6 millones de dólares, mientras que la tesorería de Pastrana habría rechazado la propuesta del cartel.

"Se estableció que sí hubo ofrecimientos de dinero para las campañas electorales, pero al no haber aceptación ello no constituye delito", comentó De Greiff.

9500100



Jueves 29 de Setiembre de 1994

Mañana

REGION / 23

# Misión imposible boliviana sobre la coca

## ● Sánchez de Lozada intentará convencer al mundo de despenalizar el consumo de hojas

El Presidente boliviano, Gonzalo Sánchez de Lozada, inició la segunda ronda de conversaciones sobre el tema del circuito coca-cocaína, con una misión casi imposible: convencer a la comunidad internacional de la importancia de despenalizar a nivel mundial el consumo de hojas de coca.

LA PAZ / ANSA

El Primer Mandatario recibió en el Palacio de Gobierno a representantes de 15 organismos internacionales y seis embajadores de países desarrollados, con el objetivo principal de explicarles cuáles son las características de la lucha antidrogas en el país, y pedir mayor colaboración.

Cumpliendo el mandato de la primera ronda de sesiones del debate sobre coca-cocaína, mantenido hace una semana con representantes de los sectores sociales bolivianos, el Presidente se reunirá entre con representantes extranjeros para iniciar una estrategia tendiente a lograr la despenalización internacional del consumo de la hoja de coca.

En Bolivia, el tema de la coca es muy sensible. Los sectores que asistieron a la primera parte del debate exigieron consensualmente la necesidad de despenalizar internacionalmente a la hoja de coca, bajo el argumento de que su industrialización con fines médicos y alimenticios podría ser un mecanismo para luchar contra el narcotráfico más eficaz que la erradicación forzosa de los cultivos actuales.

Analistas consideran que si la coca pudiera exportarse masivamente para la preparación de infusiones, pasta dentífrica, cosméticos, etc. -productos que existen en el mercado boliviano- ésta ya no se destinaría al narcotráfico.

### Prohibida mundialmente

Según la Convención de Viena de 1988, el consumo y tenencia, aunque sea de productos "legales" proveniente de la hoja de coca, es prohibida mundialmente, con excepción de los países andinos, donde su uso es tradicional.

Esa disposición prohibió, por ejemplo, que en el pabellón de Bolivia de la Feria Internacional de Sevilla, de 1992, se exhibieran hojas de coca, de consumo muy extendido en Bolivia y otros países andinos en forma de infusiones o

medicinalmente. Sánchez de Lozada recibió en Palacio a los embajadores de España, Italia, Irlanda, Estados Unidos, Japón y Alemania y los representantes del Banco Mundial (BM), Organismo Contra de la Drogas de la ONU (UN-DCP), Corporación Andina de Fomento (CAF), Banco Interamericano de Desarrollo (BID), y Cooperación Internacional de Japón (JICA).

Diversos analistas han aseverado que la tarea de despenalizar la hoja de coca es poco menos que imposible. La Convención de Viena fue firmada por 150 países de todos los continentes y su declaración expresa que "coca y cocaína son elementos cercanos e interrelacionados". El anterior gobierno, presidido por Jaime Paz Zamora, enarbó la denominada "diplomacia de la coca" bajo la consigna de que "coca no es cocaína como uva no es vino", pero con escaso éxito.

LUNES Y  
JUEVES

21:30 Hs.

MAS ALLA DEL HORIZONTE

# Volver

El amor pudo más.  
Enrique anuncia su regreso a  
Santa María y la esperanza  
vuelve a renacer.

Restaurante

Nº DOCUMENTO 9500101

TITULO Argentina Drogas en los Colegios

PROCEDENCIA ELA R.N.

FECHA DE PROCEDENCIA 14-8-94

VINCULACIONES 11176 1132 11463

65092 11341

66960 11226

11351 11421

ENTRADO

CRUZADO

EN CUATRO DE CADA DIEZ ESCUELAS HAY PROBLEMAS CON LA DROGA

# COMO SE MUEVE LA DROGA EN LOS COLEGIOS

La reciente operación llamada Tormenta Verde —que logró capturar 1.000 kilos de marihuana, cuya principal "clientela" eran los alumnos secundarios de Capital y Gran Buenos Aires— permitió poner sobre la mesa una realidad nada agradable: los colegios son, hoy por hoy, uno de los sitios preferidos por los narcotraficantes para distribuir la droga. La clave para que llegue a los alumnos son los distribuidores barriales. Esa droga entra a los colegios de la mano de alumnos que consumen y que ofrecen a sus amigos: uno de cada tres alumnos secundarios tiene un amigo que usa drogas y tres de cada diez han sido invitados por sus amigos a consumirla. Los datos indican que en cuatro de cada diez escuelas hay problema de drogas. Las propias autoridades de los colegios secundarios reconocen esta realidad y aseguran tomar medidas para combatirla, a través de la concienciación y la ayuda a los chicos, pero nunca a través de la denuncia, porque ese es campo de la Policía. Sin embargo, las fuerzas de seguridad no tienen ningún área específica destinada al problema de la droga en las escuelas. Además, hasta los 16 años los chicos son inimputables y de los 16 a los 18 se encuadran en la ley de drogas, que los puede someter a proceso, pero manteniendo el medio familiar. Pese a esta realidad inocultable, una experta en el tema sostiene que la escuela, como institución, no realiza ninguna labor preventiva sistemática.

En la puerta del Colegio Nacional de Buenos Aires: —Hola, estoy haciendo una nota sobre la droga en la escuela.

—¿Droga? Bárbaro, ningún problema. ¿Cuánto querés? El chico solo estaba haciendo una broma. Se revelaría luego como alguien que jamás las probó y que entiende que aquellos que usan drogas "seguro que tienen poca comunicación con sus viejos". Pero la broma se asienta en una verdad: la droga —la marihuana, sobre todo— no aparece como un elemento extraño en los pupitres colegiales.

Una noticia reciente le da volumen al asunto. En el operativo policial llamado Tormenta Verde se secuestró droga suficiente como para armar un millón de cigarrillos de marihuana o "porros", como los llaman. Según el juez Roberto Marquiechi, la última parada en la ruta de los narcotraficantes eran 250.000 consumidores, principalmente estudiantes de colegios secundarios de la Capital y el Gran Buenos Aires. Es un hecho, entonces, que la droga corre en la escuela secundaria.

Pero, ¿cómo entra? Llega a través de los distribuidores barriales, pero no entra a las escuelas llevada por una mano extraña: los que la acercan son los mismos alumnos que usan drogas y que, al ampliar el mercado, comienzan a sacar algunas diferencias ("rescates", le dicen), que luego transforman en más droga para consumo propio. Esta hipótesis está avalada por un muestreo de la especialista Victoria Bitar de Fernández, quien invitó por sus amigos a consumir droga.

La escuela, por supuesto, no trata el tema como lo haría la Policía. Cuando detecta un chico en problemas, trata de contenerlo. "Hablamos del tema con la familia y, si es necesario, lo derivamos para su tratamiento", explica Celia Menoyo, directora del área de Educación Media municipal, con 120 colegios y 94.233 alumnos bajo su órbita. "El trabajo que hacemos, uno de los tantos que la sociedad nos está encargando en detrimento de nuestro rol principal, es el pedagógico, puertas adentro; la Policía es la que debe trabajar puer-

tas afuera. Nosotros tratamos a los alumnos como enfermos, adictos, pero no como delinuentes. Por lo tanto no nos corresponde informar lo que detectamos a las fuerzas de seguridad".

Esta realidad —la de la droga en la escuela— es bien conocida por la mayor parte de los dos millones de estudiantes secundarios del país. "Uno de cada tres chicos tiene algún amigo usuario de drogas", se afirma en una investigación realizada por la profesora Bitar de Fernández.

Tampoco niegan esta realidad los responsables de los colegios. La vicedirectora de la Escuela Media N°6 de Vicente López, Elvira Rodríguez, encuentra la responsabilidad mayor en la sociedad —"la escuela no es un oasis"— y de este modo extiende indirectamente su confirmación a aquellas instituciones que la van de immaculadas: "Cuando un directivo dice "acá no hay droga" es porque no conoce su escuela", dice Rodríguez.

"La realidad nos oprime". Roberto Beltramo, vicerrector de la Enet N° 6 Fernando Fader, habla de Flores, donde se encuentra su escuela, como de un "barrio rojo". Quioscos y videojuegos son, desde su mirada, lugares peligrosos. Horacio Sanguinetti, rector del Colegio Nacional de Buenos Aires, considera que "dentro del colegio hay control; en 11 años solo tuvimos tres casos, pero tenemos 4.000 alumnos y sabemos que es un mal generalizado. Por eso nos preocupa la conducta de los chicos en los viajes de egresados o en los campamentos: ahí la cosa se pone pesada. Porque ellos, en teoría, saben todo, pero a la hora de llevarlo a la práctica... tengo mis dudas".

## La historia de Mariano

Mariano L. tiene 16 años y fumó marihuana por primera vez en el patio de su colegio, una escuela estatal de Caballito. "Los pibes están en un patio donde uno ve al preceptor por lo menos 30 segundos antes de que llegue al lugar —cuenta—. Aquella vez, bueno, prendieron un porro, que es como el mate —se pasa de mano en mano— hasta que me llegó. Tenía una gran expectativa, pero, la verdad, quedé defraudado".

En su caso se resumen dos de las motivaciones que los teóricos encuentran en aquellos que se animan a dar el primer paso. La curiosidad, esa esperanza de encontrar el pasado mágico hacia un mundo desconocido y feliz, es la primera de ellas. La otra es la presión grupal. Héctor Raffo,

juez de Menores de Morón, traza un paralelismo entre el cigarrillo de hace 30 años y la droga de hoy: "En mi época fumábamos un cigarrillo para creernos más vivos —dice—. Hoy se fuma marihuana".

Pero no es yerba mate. Carlos Greco, psicólogo del equipo interdisciplinario de toxicología del hospital Fernández, indica que "los chicos tienen la fantasía de que la pueden controlar. El problema es cómo van incorporando la droga en sus vidas, qué importancia le dan. Y no hay que olvidar que toda droga, incluida la marihuana, intoxica".

En general, los chicos no conocen en profundidad las consecuencias que tiene el consumo prolongado de drogas, a pesar de que es una de sus preocupaciones adolescentes, junto con el sida y la sexualidad. Julieta, estudiante de 5° año, se queja: "El tema se toca apenas en dos materias, Biología y Educación para la Salud, pero no dicen nada importante, no especifican los problemas de cada droga".

Mariano, aunque frustrado, siguió siendo lo que los entendidos llaman "experimentador" o "probador", y llegó a tomar cocaína, siempre dentro del colegio. "Pontamos 5 o 6 pesos cada uno, comprábamos una par de "papeles" y tomábamos entre todos".

La complicada realidad destruye la ingenua historia del caramelito con droga que contaban los padres treinta años atrás. El rector del Colegio Nacional de Buenos Aires, contó que "hace poco denunciaron a un sujeto de unos veintipico de años que venía a vender a la puerta del colegio. Desapareció".

A pesar de esto, la acción preventiva dentro de la escuela, bien decía Julieta, no está sistematizada: la información sobre el uso indebido de drogas no forma parte de la currícula escolar. A nivel oficial seguimos tapándonos los ojos", considera Bitar de Fernández.

Mariano, con 16 años, no pasó de ser un probador de drogas. "Tomé cocaína un par de veces pero nunca más, por dice, sin haberlo nunca con sus padres —harían un escándalo—", salió del problema. "El doble empleo, la madre fuera del hogar, la vida moderna han llevado a que muchos padres consideren a la escuela como un depósito de adolescentes", reflexiona la vicedirectora Rodríguez. Es probable que los padres de Mariano, metidos en el estrés de su mundo, jamás se enteren de que su hijo, cada tanto, entra en contacto —en su propia escuela— con otro mundo: el de la droga.

Investigación y textos:  
Gabriel Giubellino

01-03

10500101

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA \_\_\_\_\_

FECHA DE PROCEDENCIA \_\_\_\_\_

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

## Los chicos y la Justicia

Para la Justicia, los menores de 16 años son **inimputables**. Esto significa que, aunque se lo encuentre con droga en su poder, no se lo somete a proceso. Cada juez evalúa su situación de riesgo y, de considerarlo necesario, puede derivarlo a algún instituto para su atención.

"No se lo va a juzgar por el hecho del consumo, pero está sujeto a medidas de tipo tutelar, como el control de su conducta en la vida cotidiana", explica Héctor Raffo, a cargo del juzgado de Menores Nº 3 de Morón.

Con los chicos de entre 16 y 18 años, la cosa cambia. Raffo apunta que "si su conducta se encuadra dentro de la ley de drogas, se lo somete a proceso pero puede seguir manteniendo el mismo medio familiar". Por su parte Florencio Varela -ex juez de Instrucción, ex director de Minoridad y Familia y ex secretario del Menor y la Familia- aclara que "puede ser eximido de pena si pone en evidencia una corrección, una modificación a la conducta delictual, y está bien que así sea: la adolescencia es una etapa mucho más peligrosa e inestable que la adultez".

En cuanto a la represión, la Policía Federal no tiene ningún área especializada en atacar el tema de la droga en la escuela. "De eso se encarga Drogas Peligrosas y las comisarías de cada lugar. Lo que tenemos es la División Docencia Social, que da charlas y conferencias", dijo un vocero policial.

## Otra forma de encarar el tema

"No tenemos estudios, pero notamos una demanda de los chicos para trabajar en el tema adicciones. Pero como para nosotros es una problemática nueva, abrimos el juego."

Ana Escandel, vicerrectora de la Escuela Superior de Comercio Carlos Pellegrini, explica de qué se trata la experiencia piloto que están haciendo con el Servicio de Adolescencia del Hospital de Clínicas.

Para empezar, el centro de estudiantes está distribuyendo entre los 2.500 alumnos una encuesta sobre el tema.

"¿Te interesa el tema?" "¿Cómo te gustaría trabajarlo?" son algunas de las preguntas que le hacen a los chicos.

"Sobre la base de las respuestas -cuenta Escandel- decidiremos, entre todos, los pasos a seguir. Conoceremos las necesidades de esta comunidad en este espacio y en este tiempo, y entre todos, con los padres, los docentes y los administrativos, cada uno aportando su saber, intentaremos resolverlo."

"Partimos de la idea -explica- de que éste no es un problema circunscripto a un par de disciplinas o que deba tratarse exclusivamente dentro del aula. Vamos a involucrarnos todos porque se trata de una pulseada permanente contra uno de los negocios más grandes del mundo: el del narcotráfico."



Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VENTILACIONES

ENTRADO

CRUZADO

## "La escuela no hace una tarea preventiva"

La profesora Victoria Bitar de Fernández -que asesoró, entre otras instituciones, a la Organización de Estados Americanos, escribió cuatro libros sobre la relación entre droga, familia y adolescencia, y ha obtenido varios premios por su trabajo en este campo- comenzó en 1985 a estudiar la actitud del adolescente frente a la droga.

Un primer muestreo, realizado entre 1985 y 1988 a partir de las respuestas anónimas de 2400 chicos, arrojó que "de cada diez colegios, cuatro tienen problemas de consumo de drogas".

En la segunda etapa, que abarcó desde 1990 a 1992 (contestaron 8.250 alumnos de colegios secundarios públicos y privados), resultó que uno de cada tres estudiantes tienen algún amigo usuario de drogas, y que tres de cada diez adolescentes de nivel secundario han sido invitados por sus amigos a consumir drogas. "El tener amigos usuarios de drogas es lo que en mayor medida determina su uso", dice Bitar.

También se agrega en el estudio, se percibió la inquietud de los chicos que intentan "resistir" la presión del grupo, pero no saben cómo hacerlo.

La escuela -dice- realiza una labor preventiva sistemática.

Ahora bien, ¿por qué se empieza a usar drogas? El 44 por ciento de los chicos de 4° y 5° año (16 a 19 años) responde que lo hace "por curiosidad"; apenas el 2,5 por ciento lo hace por "necesidad". Claro que en el consumo posterior los porcentajes se revierten: el 8,7 habla de curiosidad y el 58,7, de necesidad. "Se evoca el deseo de evasión, de rechazo a una sociedad y su sistema de valores. En fin, hay tantas respuestas como consumidores".

03-03

9500101

Nº DOCUMENTO 9500102  
 TITULO Brasil: El narcotráfico manda en 10 favelas en Río  
 PROCEDENCIA La República  
 FECHA DE PROCEDENCIA 29.8.94  
 VINCULACIONES 11176 / 11019 / 11224  
65042 / 11510  
507482 / 11421  
11888 / 11334  
11345 / 11344

ENTRADO ☒  
 CRUZADO ☒

## El narcotráfico manda en 10 favelas de Río

Río de Janeiro (ANSA)

■ La existencia de un verdadero "estado paralelo" en diez favelas de Río de Janeiro, dominadas por narcotraficantes, fue denunciada por el semanario Isto E.

En un extenso artículo titulado "El lugar más seguro de Río"

el semanario señala que "la omisión del Estado permite que el narcotráfico monte su "estado" paralelo en un complejo de diez favelas".

La denuncia se refiere al Complejo del Alemão, que abarca una zona suburbana de Río de Janeiro, dominada por los traficantes Celino, Nem Mahuco y

Carlinhos.

La publicación revela que en las tortuosas callejuelas del nuevo "estado", donde los traficantes se esconden "no hay asaltos ni robos ni abusos sexuales, delitos que nadie se atreve a cometer porque sabe que será condenado a muerte, único artículo previsto en el código penal de aquel lugar".

Más adelante señala que los 190.000 habitantes de las diez favelas del Complejo del Alemão cambian "seguridad" por otro tipo de violencia cotidiana, encubierta como protección o asistencia.

En la "República del Alemão" los jefes del tráfico de dro-

gas dictan y ejecutan las leyes. Tienen sus secuaces, sus "soldados" y los menores de edad hacen de correo. Los jefes también gustan mostrarse con sofisticadas armas, que incluyen la AR-15 de la guerra del Golfo.

En la zona se fuma marihuana y cocaína sin mayores ceremonias, y se abastece de tóxicos a gran parte del norte de Río y a la vecina ciudad de Niterói.

"Ese estado paralelo tiene —informó Isto E— un presupuesto de casi un millón de dólares por mes, fruto de la venta de los tóxicos, que garantiza empleo a más de 200 personas, desde el cohe-

tes la presencia de extraños, hasta la cocinera".

Pero la tranquilidad de los dominios del narcotráfico desaparece cuando llega la policía. Una mujer comentó que "los traficantes nunca maltrataron a los habitantes. Miedo tengo de la policía".

Meses atrás, el Complejo vivía bajo las órdenes de "Orlando Jugador", quien fue muerto junto con otros 12 secuaces en una guerra entre traficantes por el control de las favelas y puntos de venta del tóxico. Pero genio de Orlando, que actuó en otras favelas, reconquistó el lugar.

9500102.

01-01

Nº DOCUMENTO 9500103  
 TITULO ARGENTINA: Incautos en Ezeiza 13kg. de cocaína.  
 PROCEDENCIA Par / 12  
 FECHA DE PROCEDENCIA 1-9-94  
 VINCULACIONES 1113601135  
62072  
62072  
11351  
11351

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

### 13 kilos de cocaína

Cuatro personas fueron detenidas en Ezeiza con 13 kilos de cocaína y nueve armas de guerra de colección en su poder. La primera en ser arrestada fue una mujer que estaba por abordar un vuelo a España. En su equipaje se descubrió un doble fondo en el que estaban disimulados varios kilos de cocaína. Luego, fue el turno de dos hombres que iban a subir al mismo avión. También en sus valijas la policía encontró droga. En otro procedimiento fue detenido un hombre que había escondido armas de colección en el doble fondo de sus valijas.

DOCUMENTO

9500104

TITULO

EEUU: Aparece en el mercado de los drogas llamada

cosi para "China Cat". -

PROCEDENCIA

La REPUBLICA

FECHA DE PROCEDENCIA

1-9/94

VINCULACIONES

11115/1

111214

111676

111676

111676

ENTRADO

CRUZADO

## El "gato chino" siembra la muerte en Nueva York; trece víctimas en cinco días

Nueva York (ANSA)

Se llama "gato chino", la heroína más pura que jamás se haya vendido en Estados Unidos, y provocó la muerte de trece personas en cinco días en Nueva York.

Es mortalmente fuerte. Y bajo sus efectos cayeron desde un toxicómano sin hogar, hallado muerto en la calle, hasta un afinador de pianos a quien nadie le conocía su vicio, y que apareció en posición fetal sobre la alfombra de su lujosísimo departamento.

"Estamos tratando de advertir a los heroínómanos que su próxima dosis puede matarlos", declaró Martin O'Boyle, jefe de la división narcóticos de la policía de Manhattan.

A su escritorio llegan las denuncias de los casos mortales: ocho solamente en la jornada del domingo, en barrios como el Harlem —donde la droga es un flagelo social— hasta otros como el Upper East Side, donde vive la burguesía rica.

El Instituto de Medicina Legal confirmó que nunca se había visto en circulación tanta droga potente en la ciudad. "Regularmente —explicó la portavoz, Ellen Borakove— una persona muere cada día en Manhattan por sobredosis. Pero ahora está ocurriendo algo anormal".

En los años ochenta, lo que se vendía en Nueva York contenía el cinco por ciento de heroína, pero con el correr de los años los adictos de la ciudad se acostumbraron a mezclas más fuertes. Hoy, la calidad media va del 40 al 60 por ciento.

Pero cualquier vendedor puede ahora dar a probar el nuevo producto, de calidad "superior" y hasta un noventa por ciento de heroína.

"Creemos —dijo Ellen Borakove— que las víctimas de estos días utilizaron todos la misma droga. La hipótesis fue hasta ahora confirmada por cuatro análisis".

En febrero de 1991, 17 personas murieron en Nueva York por haber consumido una heroína sintética llamada "fantasy", cien veces más fuerte que la natural.

05-00

9500104

9500105  
TITULO Brazili: Bando de traficantes distribuya marihuana en las escuelas (Rid).  
PROCEDENCIA EL +015  
FECHA DE PROCEDENCIA 1-9-94  
VINCULACIONES 11776 11675

65092

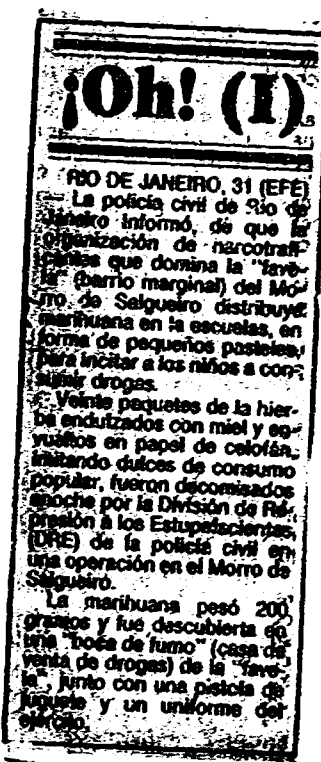
507482

11226

11341

ENTRADO /

CRUZADO /



CA - CA

9500105

Nº DOCUMENTO

9500106

TITULO ARGENTINE: Nuevo casos de doping de atletas extranjeros -

PROCEDENCIA Pagina 12

FECHA DE PROCEDENCIA: 1-9-94

VINCULACIONES

1175  
6500  
6600  
11806  
1121

ENTRADO	
CRUZADO	

## MAS CASOS

# El doping sigue en alza

La obsesión por la victoria a cualquier precio en el deporte se está traduciendo en una ola de casos comprobados de doping. Al anuncio de la Unión Argentina de Rugby admitiendo un segundo caso de doping en una semana, se sumó la confirmación del positivo en la contraprueba de la atleta británica Diane Modahl, una de las mejores de las islas, que podría marginar a su país de la Copa del Mundo, y la sospecha que ahora pesa sobre el ciclista suizo Toni Rominger, quien, como el español Miguel Indurain, habría ingerido salbutamol a lo largo de una prueba en Francia, territorio en el que el consumo de esa droga está penado.

Después de que la semana pasada la UAR reconociera que Ariel Gajani, jugador de Curupayti, diera positivo en un testeo y se constituyera en el primer caso comprobado de doping en el rugby argentino desde que se instalara el control, en 1989, se supo de la existencia de un nuevo caso protagonizado por un rugbier (cuya identidad fue mantenida en reserva por cuestiones legales) que actuó en el encuentro Olivos-Pucará, jugado el 16 de julio. La sustancia detectada es heptaminol, un estimulante cardíaco no incluido en medicamentos de uso común, y mucho menos asentado en la planilla llena previa al partido. Diane Modahl, especialista en los

800 metros, fue encontrada culpable del consumo de testosterona "en un nivel cuarenta veces superior a lo normal", según afirmó el vocero de la Federación Internacional de Atletismo (IAAF) y corre riesgos de ser suspendida por cuatro años. La prueba fue tomada luego de una carrera disputada en Lisboa el 18 de junio, y crecen las sospechas de que Modahl también hubiese participado dopada en los 800 metros de la Copa de Europa, corridos después de esa fecha, victoria que permitió a su país, Gran Bretaña, clasificarse para el Mundial. La Federación Rusa espera saber si los ingleses renuncian voluntariamente a la Copa tras el escándalo Modahl, porque en ese caso les correspondería participar.

El posible positivo de Rominger encierra la misma polémica que el caso Indurain (que hoy intentará batir el record mundial de la hora, en Bordeaux), revelado a comienzos de semana. El salbutamol, ingerido por ambos ciclistas, que padecen asma, no es considerado doping por el COI y sí por la Federación Francesa de Ciclismo.

Mientras el ex campeón olímpico Edwin Moses pidió ayer al movimiento olímpico que siga luchando "con rigor" contra las drogas, el príncipe Alexandre De Merode, presidente de la Comisión Médica del COI, reconoció que la posibilidad de doparse sin ser descubierto "siempre existe".

Nº DOCUMENTO

9500107

TÍTULO

MEXICO: Afirman que Colosio fue asesinado por la mafia del narcotráfico.

PROCEDENCIA

LA Nación

FECHA DE PROCEDENCIA

1-9-94

VINCULACIONES

11176 11170 11214  
65092 11514 11214  
507623 11224  
11686 1133 11686  
20448

ENTRADO

CRUZADO

## Afirman que Colosio fue asesinado por la mafia del narcotráfico

**Denuncia:** un diario indicó que, según la CIA y la DEA, el extinto candidato presidencial mexicano iba a iniciar una ofensiva contra la droga ilegal, lo que inquietó a políticos corruptos.

MEXICO, 31 (AFP).— Luis Colosio, candidato presidencial del Partido Revolucionario Institucional (PRI) fue asesinado por la mafia del narcotráfico "con la complacencia o la complicidad de los políticos narcocorruptos", aseguró este miércoles el periódico El Financiero, sobre la base de informes de la CIA y de la DEA.

Según el periódico, "sectores de inteligencia de Estados Unidos, incluida la DEA", sabían que, en caso de llegar a la presidencia de México, Colosio planeaba "dar un golpe espectacular contra el narcotráfico".

Colosio fue asesinado de dos balazos el 23 de marzo último en Tijuana. Su matador confeso, Mario Aburto, no ha revelado los motivos del crimen.

El gobierno mexicano nombró un fiscal especial para el caso y posteriormente lo reemplazó, pero las investigaciones no han conducido al esclarecimiento del asesinato.

### Investigación cerrada

"Los narcotraficantes sabían que Colosio iba a intentar destruirlos,

que no jugaría con ellos. La investigación que se realizaba en nivel estatal por el comandante Carlos Benítez ya tenía buenas pistas, además de pruebas. Benítez fue asesinado y todo se acabó. Algunos datos que había recabado quedaron en manos de la CIA y de la DEA", aseguró El Financiero.

Benítez era un joven abogado que dirigía la policía municipal de Tijuana, en Baja California. Fue asesinado a balazos cuando su coche fue emboscado por otros dos automóviles en pleno centro de la ciudad.

En palabras que el periódico atribuye a la CIA, el asesinato de Colosio es la "expresión más dramática de cómo partes de México están bajo el control del narcopoder".

Tras el asesinato de Colosio, el PRI designó a Ernesto Zedillo candidato a la presidencia, que triunfó en los recientes comicios.

Dos días después de su asesinato, Colosio tenía prevista una entrevista con un ex funcionario de la Procuraduría de Justicia, Eduardo Valle, quien desde Washington —donde se asiló— hizo en los últimos meses declaraciones a la prensa y al consulado mexicano sobre posibles vinculaciones de altos funcionarios con narcotraficantes.

En la última de las versiones oficiales sobre el crimen, se aseguró que Aburto actuó sólo y que no hubo complot en el asesinato.

9500107

0A - 03

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VENCIMIENTO

LA REPUBLICA  
2-9-84

ENTRADO

CRUZADO

Surge nuevo grupo armado en Chiapas

## Según la CIA, narcotraficantes mataron a Colosio

México (AFP)

■ Luis Donaldo Colosio, candidato presidencial del Partido Revolucionario Institucional (PRI) fue asesinado por mafias del narcotráfico "con la complacencia y/o complicidad de los políticos narcocorruptos", aseguró el periódico *El Financiero*, en base a informes de la CIA y la DEA (agencia antidroga estadounidense).

Según el periódico, "sectores de inteligencia de Estados Unidos, incluida la DEA", sabían que, en caso de llegar a la presidencia de México, Colosio planeaba "dar un golpe espectacular contra las mafias del narcotráfico".

Colosio fue asesinado de dos balazos el pasado 23 de marzo en la ciudad fronteriza de Tijuana, tras concluir un mitin de campaña, y su asesino confeso, Mario Aburto —detenido de inmediato—, no ha revelado los motivos del crimen.

El gobierno mexicano nombró un fiscal especial para el caso y posteriormente lo reemplazó, pero las investigaciones —que prosiguen— no han conducido al esclarecimiento del asesinato.

"Los narcotraficantes sabían que Colosio iba a intentar destruirlos, que no jugaría con ellos. La investigación que se realizaba a nivel estatal por el comandante (Carlos) Benítez ya tenía buenas pistas, además de pruebas. Benítez fue asesinado y todo se acabó. Algunos datos que había recabado quedaron en manos de la CIA y de la DEA", aseguró *El Financiero*.

Benítez era un joven abogado que dirigía la policía municipal de Tijuana, ciudad que pertenece al estado de Baja California, el primero en gobernar un partido de oposición, y fue asesinado a balazos cuando su coche fue emboscado por otros dos automóviles en pleno centro de la ciudad.

Dos días después de su asesinato, Colosio tenía prevista una entrevista con un ex funcionario de la Procuraduría de Justicia, Eduardo Valle, quien desde Washington —

donde se asiló— hizo en los últimos meses declaraciones a la prensa y al consulado mexicano sobre posibles vinculaciones de altos funcionarios con narcotraficantes.

En declaraciones al mismo periódico y sobre el caso Colosio, Valle pidió "que se investigue a todos y cada uno de los que integran el equipo de seguridad, logística, rutas, valías, vehículos: a todos y cada uno, pero con deseos de llegar a la verdad y no con la consigna de cerrar los ojos a las evidencias sobre una maquinación del crimen, sobre un complot".

En la última de las versiones oficiales sobre el crimen, se aseguró que Aburto actuó sólo y que no hubo complot en el asesinato.

### EJERCITO INSURGENTE DEL SURESTE

Otro supuesto grupo armado ha venido a animar las ya de por sí movidas aguas del sureño estado mexicano de Chiapas: el Ejército

Insurgente Revolucionario del Sureste (EIRS) se presentó el martes en sociedad con un comunicado redactado en una cuartilla en el que, además de especificar sus principios, detalla el uniforme que llevará, especialmente diseñado para sus causas.

Con el EIRS, son ya cinco las guerrillas nacidas a finales de este territorio, cuna del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), que desde sus posiciones en la Selva Lacandona no ha pronunciado sobre la prescancia de estos extraños "hermanos pequeños" —el Frente Revolucionario Campesino Obrero Mexicano del Sureste, el Movimiento Popular de Liberación Nacional, el Ejército Popular Zelote y la Unión Campesina Popular Francisco Villa—, decididos todos a subirse al carro de la revolución.

En su comunicado, el EIRS dice ser un grupo armado heterogéneo, constituido por campesinos, obreros, indígenas, estudiantes y "de más sectores desprotegidos".



Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA LA MANANA

FECHA DE CALIFICACION 3-9-94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

# Nuevas pruebas sobre asesinato de Colosio

● La vinculación de los narcos queda evidenciada

*El anuncio de Eduardo Valle, ex asesor de la Procuraduría General de la República (PGR), de presentar más "pruebas" sobre vínculos de jefes del narcotráfico con el asesinato del candidato oficialista a la presidencia Luis Donaldo Colosio, amenaza con hacer crecer el escándalo político generado por sus denuncias.*

MEXICO/ANSA

Valle, de 47 años, ex asistente del procurador general para asuntos del narcotráfico, declaró hace una semana a medios de prensa mexicanos que el Ministro de Comunicaciones y Transportes, Emilio Gamboa, estaría vinculado con la mafia de las drogas.

Asimismo, entregó documentación sobre presuntos nexos de jefes de las drogas con el gobierno a una comisión pluripartidista mexicana en Washington, pero la PGR desestimó la validez de sus pruebas y Gamboa rechazó enérgicamente las acusaciones en su contra.

En un comunicado, la PGR descalificó las acusaciones de Valle en sentido de que el llamado "Cártel del Golfo" había infiltrado al equipo de seguridad de Colosio, ejecutado durante un mitin de campaña el 23 de marzo.

La PGR señaló la "carencia de elementos para determinar responsabilidad alguna en contra de los servidores públicos que menciona" Valle. Gamboa, por su parte, dijo ser un "hombre limpio y honesto" y siempre haber "actuado con profundo respeto a las instituciones de la República".

El diario local El Financiero citó esta semana informes de la DEA y de la Agencia Central de Inteligencia estadounidense según los cuales Colosio pretendía desarticular los nexos del narcotráfico con funcionarios del gobierno en caso de llegar a la presidencia y desmantelar las mafias de las drogas.

Valle aseguró en una entrevista al semanario mexicano Proceso que "a

Colosio lo quisieron copar los narcotraficantes" e incluso sus coordinadores de campaña llegaron a organizarle un almuerzo donde iba a asistir el hermano de Juan García Abrego, jefe del poderoso Cártel del Golfo.

Sin embargo, él descubrió las maniobras y ordenó eliminar de la lista de invitados a esta persona, además de comenzar a "dar pasos para librarse de los narcos y de los narco-políticos, pero se le adelantaron" y lo mataron, dijo Valle.

En la entrevista con Proceso, a mediados de agosto, Valle dijo que Gamboa estaría vinculado con "la principal red mexicano-colombiana de la cocaína", es decir, el Cártel del Golfo de México, por medio de una mujer llamada Marcela Bodendstedt, integrante de esta organización que es socia del oficial mayor de esta cartera y amiga del Ministro.

Bodendstedt, quien estaría siendo investigada también por la DEA norteamericana, fue policía federal y es la mujer de Marcelino Guerrero, ex agente judicial que trabaja para Oscar Malherve, uno de los capos al servicio de Juan García Abrego, el principal introductor de cocaína a Estados Unidos y reconocido como el jefe del Cártel del Golfo, según dijo Valle, apodado "El Buho".

El viernes Valle reiteró que Gamboa no puede ser ajeno al control de aeropuerto por parte de la mafia del narco-

tráfico en el norte del país y dice que una sola persona maneja casi medio centenar de aeropistas en el estado de Nuevo León a partir de 1993.

Valle, ex rey político, ex Diputado de izquierda y ex líder estudiantil durante la revuelta de jóvenes que sacudió al país en 1968, renunció el 1 de mayo pasado a su cargo de asesor de la PGR denunciando que México era una "narcodemocracia".

## "Redoblar los esfuerzos"

El Presidente electo Ernesto Zedillo, ex jefe de campaña de Colosio, declaró antes de los comicios del 21 de agosto su intención de "redoblar los esfuerzos" para evitar que el narcotráfico se apodere de las calles y hasta de las instituciones públicas y privadas.

El jueves en Washington, Valle dijo que "la PGR está actuando políticamente al descartar la veracidad de la información" que les presentó sobre los presuntos vínculos entre funcionarios del gobierno y miembros del narcotráfico y advirtió que

hará pública información adicional en su poder.

García Abrego y un hombre llamado Amado Carrillo, jefe del Cártel del Pacífico, son los "dos brazos en México" del Cártel de Cali, según dice Valle. Cada año García Abrego introduce a Estados Unidos entre 150 y 200 toneladas de cocaína, afirma.

Valle también aseguró a Proceso que Malherve --a quien identifica como enlace entre el Cártel de Cali y el del Golfo-- "llamaba y recibía llamadas de tres teléfonos de la Presidencia de la República", uno de ellos correspondiente al General Arturo Salgado, coordinador de las giras del primer candidato presidencial del PRI.

Lograron infiltrar la seguridad del ex candidato del PRI

9500107

03-03

Nº DOCUMENTO 9500108  
TITULO Colombia: Lavado de dinero de los narcos.

PROCESADO EL 12-8  
2-9-74

FECHAS 11776 11665

65092

65092

11227

11511

ENTRADO

CRUZADO

## Colombia: Lavan Dólares de los Narcotraficantes

BOGOTÁ, 1º (Reuter).—Los carteles colombianos de la droga lavan anualmente en la economía de Colombia entre 1.000 y 3.000 millones de dólares, reveló hoy el superintendente bancario, Jorge Castellanos.

En toda la economía colombiana, incluyendo el sector financiero y otras actividades, se lavan estimativamente entre 1.000 y 3.000 millones de dólares anualmente, dijo Castellanos en un seminario interno sobre detección y prevención de movimiento de capitales ilícitos en el sistema bancario.

El superintendente, que reveló por primera vez los cálculos oficiales del blanqueo de capitales en el país, admitió que el mayor volumen de lavado de dinero proviene del narcotráfico, aunque existen otras actividades como la corrupción administrativa y las apuestas ilegales.

Agregó que muchos recursos del narcotráfico se canalizan a través del sistema financiero.

Pero, "Es razonable pensar que tarde o temprano, cualquiera sea el mecanismo utilizado, los recursos ilegales fluirán hacia el sistema financiero".

Pero el cálculo de Castellanos es inferior a cifras extraoficiales que manejan entidades de gobierno y centros de estudios económicos privados, que colocan la cifra en hasta 5.000 millones de dólares.

Castellanos reveló que los principales mecanismos usados en Colombia para el lavado de dólares son la financiación del contrabando, el reintegro de divisas a través de la cuenta de servicios y de transferencias de la balanza de pagos y la venta directa de dólares en el mercado libre o negro.

Agregó que otras formas son la sobrefacturación de exportaciones, subfacturación de importaciones, exportaciones

ficticias, los pagos contraídos en el exterior y la realización de depósitos bancarios para la compra de activos financieros o reales.

Sin embargo, aceptó que existen otros mecanismos de difícil detección y estimación.

El funcionario propuso mecanismos jurídicos de control para excluir el uso del sistema financiero para el lavado de dólares.

Afirmó que las entidades financieras deben constatar la idoneidad de sus clientes, denunciar operaciones sospechosas y prohibir determinadas operaciones.

Por su parte, el fiscal de Colombia, Alfonso Valderrama, dijo que hay limitaciones para combatir el lavado de dólares.

Me parece que todavía el país no tiene la suficiente organización, la cohesión de las acciones para enfrentar a verdaderas organizaciones delictivas", explicó Valderrama.

Anotó que es necesario aplicar las normas que existen y no permitir que se sigan aplicando.

9500108

02-04

Nº DOCUMENTO 9500109  
 TITULO PARAGUAY: Aviones americanos buscan en las fronteras rutas del NT.  
 PROCEDENCIA La Nación  
 FECHA DE RECEPCIÓN 2-9-94  
 VINCULACIONES 11136 11343 11350 11356  
65092 65093 11356  
66723 66860 11356  
11686 11225 66817  
11351 11356

ENTRADO  
 CRUZADO

## Aviones norteamericanos buscan en la frontera rutas del narcotráfico

**Suspechas: la DEA busca, a bordo de un Boeing 707 con radares Awacs, rutas aéreas del narcotráfico que pasarían por nuestro país.**

ASUNCION (De un enviado especial).— Pese a que algunos funcionarios insisten todavía en que nuestro país es sólo un territorio de tránsito de la droga, para los organismos norteamericanos de lucha contra el narcotráfico parece que no es tan así, pues en los últimos días aviones de la Fuerza Aérea de los Estados Unidos patrullan, entre otros lugares, la frontera paraguayo-argentina.

La primera evidencia de ello estaba posada hace menos de una semana en el aeropuerto internacional de la capital asuncense.

Un poco alejado de la estación aérea y a un costado de la pista principal, la vista de este enviado tropezó con un enorme avión gris plomo dotado en su lomo del novedoso sistema de radar de alerta temprana Awacs (Airborne warning and control system) y con otra aeronave de transporte de similares dimensiones, ambas con la inscripción en letras negras a los costados de sus fuselajes: "U.S. Air Force".

Los extraños visitantes fueron catalogados por los observadores locales como una reciente colaboración logística, puesta en práctica desde hace unos tres años, que los Estados Unidos ofrece al Paraguay para combatir el narcotráfico en el Cono Sur.

El territorio guaraní, según los expertos antidrogas, no es muy importante en la producción de cocaína, pero sí en cuanto a la marihuana, ya que se cultivarían importantes parcelas en la región norte del departamento Amambay.

Se puso de relieve que el espacio aéreo paraguayo es un punto de paso muy caliente para el tránsito de aeronaves del narcotráfico.

Tal es así, agregaron informantes locales, que gran parte de la cosecha de marihuana de Amambay es llevada vía aérea al Brasil y a la Argentina, cuestión que habría motivado serias investigaciones del organismo de control antidrogas norteamericano DEA (Drug Enforcement Administration).

Como dato sobresaliente, en la operación *Tormenta Verde*, en la que se destruyó hace pocas semanas en nuestro país un cargamento de más de 1200 kilogramos de marihuana, pudo establecerse que la droga provenía de campos de cultivo de Ciudad del Este, en Paraguay.

### La DEA en acción

La intervención de la DEA en territorio paraguayo no es una novedad para el continente americano. Washington ha establecido en los últimos años distintos tratados de cooperación con Perú, Colombia, Ecuador y ahora Paraguay.

Las prestaciones del gobierno norteamericano, en el caso de Paraguay —que recibe anualmente en asistencia antidrogas unos 400.000 dólares—, se limitan a efectuar trabajos de inteligencia mediante vigi-

lancias aéreas con Boeing 707 de la fuerza aérea norteamericana dotados de los poderosos radares Awacs, que fueron utilizados con éxito en la Guerra del Golfo. El propósito es detectar las aeronaves del narcotráfico y los aeródromos o pistas clandestinas que utilizan.

Distinto es lo que ocurre en Perú, donde los Awacs, cuyo radio de detección alcanza a los 400 km de distancia, informan de inmediato la ubicación de aeronaves sospechosas las que, en pocos minutos, son interceptadas por los aviones de combate Tucano de la fuerza aérea peruana.

### Resistencia argentina

La DEA también tuvo en su lista a la Argentina para prestarle estos servicios al comienzo de la gestión del presidente Carlos Menem. En aquella ocasión, según los observadores castrenses, hubo una fuerte oposición del entonces titular de la Fuerza Aérea, brigadier general José Juliá.

El jefe aeronáutico habría argumentado en aquella ocasión que su fuerza tenía los medios suficientes para realizar las operaciones que ofrecía la DEA junto con la USAF.

Pero, añadieron los mismos informantes, detrás de la opinión de Juliá existía una decisión política que habría partido de Balcarce 50. Nunca se supo si la Fuerza Aérea cumplió con esas misiones de patrullaje, como tampoco se dieron a conocer los fundamentos de aquella medida de impedir esta especial colaboración norteamericana que, hoy por hoy, aún subsiste.

Ricardo Larrondo

9500109

Nº DOCUMENTO 9500110  
 TITULO URUGUAY: Desarticulación de red de narcotráfico con 1Kg. de cocaína...  
 PROCEDENCIA LA MANAÑA  
 FECHA DE PROCEDENCIA 29.94  
 VINCULACIONES 11176 11352  
6592 11354  
501466 11615  
10001 11226  
11351

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Desarticulada red de narcotraficantes

Casi un kilogramo de cocaína, fue requisada por efectivos del departamento de Hurtos y Rapiñas, en un procedimiento que comenzó en el Parque Batlle y finalizó, en su primera etapa, en la Unión.

Los funcionarios de la Brigada de Asaltos, que estuvieron muy activos en las últimas horas, también lograron el arresto de cuatro individuos que estaban dentro del narcotráfico.

Una comisión policial de los hombres dirigidos por el Subcomisario Silvio Gómez, en la intersección de Av. Italia y Francisco Simón, lograron detener a J.A.E.M. de 39 años y a J.A.E.M., de 58 (con antecedentes), los que se encontraban en la mencionada esquina, realizando una transacción de drogas.

Los funcionarios actuantes lograron requisar en la oportunidad diez gramos de cocaína, en el momento de concretarse la operación.

Trasladados los sujetos a dependencias de la calle Yf, luego

de los interrogatorios de rigor, establecieron que no era ajeno al hecho, A.B.P.R., de 35.

### Detenido un "capanga"

Luego de las indagaciones de este último individuo, saltó a la luz, el nombre de un llamado "pez gordo", que se encargaba de la distribución en una vasta área de nuestra ciudad.

Con la autorización del Magistrado en lo Penal de vigésimo turno, y bajo la supervisión del Comisario José F. Lepore, llegaron hasta una finca ubicada en la barriada de la Unión, realizaron un allanamiento.

Allí un artesano, identificado como E.M.E.F. de 44 años, sin antecedentes por ninguna causa, tenía entre sus pertenencias casi un kilogramo de cocaína.

En artesanías de madera, se encontraba escondida la droga, la que iba a ser distribuida entre otros sujetos, que eran los encargados de entregarlas a diferentes "correos".

Nº DOCUMENTO 9500111

TITULO FRANCIA: FIFA se adhiere a la lucha contra el doping.

PROCEDENCIA CLARIN

FECHA DE RECEPCIÓN 3.9.84

Nº DE FOLIOS 11776

10181

65963

11386

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Más control para el doping

PARIS (AFP). - La Federación Internacional de Fútbol (FIFA) cedió en su postura de no adecuarse al resto del mundo deportivo en la lucha contra el doping. El secretario general del organismo, Joseph Blatter, anunció ayer que el fútbol aceptará utilizar, en los Juegos Olímpicos, la lista de sustancias prohibidas elaborada por el Comité Olímpico Internacional (COI).

El COI viene insistiendo desde hace un tiempo para que todas las federaciones deportivas internacionales unifiquen sus listas de sustancias prohibidas así como también los parámetros para sancionar a los atletas que incurran en doping.

La FIFA, junto con la Federación Internacional de Tenis y la de Ciclismo, era hasta estos momentos una de las más reacias a cumplir con esa aspiración del COI. El máximo organismo del fútbol mundial no está dispuesto a ceder el manejo de la lucha contra el doping en ninguna competencia, excepto en los Juegos Olímpicos.

Blatter comentó ayer en París que la FIFA demostró su voluntad de luchar contra el doping con la suspensión de 15 meses que le aplicó a Diego Maradona. Y además reconoció que a la FIFA le conviene mantener la misma actitud que el Comité Olímpico, porque tiene mayor experiencia en el control del doping en el deporte.

0A - 0A

9500111

Nº DOCUMENTO 9500112

TÍTULO Bolivia: En operación "Nuevo Amanecer" capturan jefe del NT y a

PROCEDENCIA LA Nación

noro colombiano

FECHA DE PROCEDENCIA 3-8-84

VINCULACIONES 11476 11422 11433 66960

65092 11351 11354 315087

507480 11226 11686

11214 11670 10184

11229 65070 66224

ENTRADO

CRUZADO

## Detuvieron al jefe del narcotráfico boliviano

**Extradición:** sería pedida por los EE. UU., donde se acusa a Marco Antonio Percy Roca Alf, arrestado en Bogotá, de introducir dos toneladas de cocaína por mes.

LA PAZ, 2 (AP).—El principal narcotraficante de Bolivia, Marco Antonio Percy Roca Alf, fue detenido en Santa Fe de Bogotá el miércoles último en un operativo realizado por los organismos colombianos de lucha contra el tráfico de drogas, informaron hoy las autoridades bolivianas.

El secretario nacional de Defensa Social Mario Soliz dijo que Roca Alf, ciudadano boliviano, era buscado desde principios de año como el número uno del narcotráfico en este país.

Soliz explicó que Roca Alf es medio hermano del narcotraficante Jorge Roca Suárez, detenido en diciembre de 1983 en la ciudad norteamericana de Los Angeles y condenado a 30 años de prisión.

Roca Alf, que había heredado de su medio hermano las conexiones y redes del negocio de los estupefacientes, encabezaba una banda que operaba junto con miembros del Cartel de Cali para comercializar cocaína en el mercado norteamericano, agregó el funcionario.

Su detención se produjo tras varios meses de operaciones coordinadas por unidades anti-narcóticas de Bolivia y de Colombia, en un llamado departamento del norte de Bogotá, explicó Soliz.

### Delitos internacionales

Estados Unidos ha presentado a la justicia boliviana una solicitud de extradición de Roca Alf, dada la orden

de arresto emitida en marzo de 1982 en el estado norteamericano de California, por tráfico de drogas.

El ministro de Gobierno, Germán Quiroga, adelantó que no se extraditará a ciudadanos bolivianos a los EE. UU., en tanto no se firme un tratado de extradición con ese país, cuyo texto será analizado en breve en el seno del Poder Ejecutivo.

Sin embargo, el jefe de extranjería del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS), Ramón Augusto Chávez dijo: "Tenemos una orden de extradición de Roca de los EE. UU. y vamos a darle prelación al pedido".

El gobierno colombiano se encuentra a la espera de que sus homologos de Bolivia y los EE. UU., presenten la solicitud.

### Dos toneladas por mes

Soliz informó que "Roca Alf exportó desde 1980 aproximadamente dos toneladas de clorhidrato de cocaína por mes desde Bolivia a Estados Unidos".

Voces de la DEA aseguraron que era buscado por organismos antinarcóticos de varios países por delitos de exportación mensual de cocaína desde Bolivia, tanto a los EE. UU. como a Europa y Japón.

Junto con Roca Alf fue arrestado el colombiano Henry Serrano Echeverry, que tiene procesos por tráfico de drogas en Argentina y en Colombia, dijeron informes policiales.

El secretario nacional de Defensa Social, principal responsable de la lucha contra el narcotráfico en Bolivia, dijo que la captura de Roca Alf es fruto de una operación de grandes alcances, denominada Nuevo Amanecer, iniciada en este país hace dos meses y en la que fueron desarticuladas varias organizaciones del narcotráfico.

9500112

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA LA MANANA

FECHA DE PROCEDENCIA 3-9-84

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

## Cae en Bogotá uno de los mayores traficantes de droga buscados

La Policía Internacional (INTERPOL) informó ayer de la detención, el miércoles en Bogotá, del boliviano Marco Antonio Persi Roca Ali, considerado uno de los más grandes traficantes de droga de su país.

**BOGOTÁ/ANSA**

Según informó la INTERPOL, la detención se produjo en Bogotá y en colaboración con las autoridades colombianas.

Roca Ali, heredero de toda la infraestructura montada por su medio hermano Jorge Roca Suárez, detenido actualmente en los Estados Unidos, será puesto a disposición de la Fiscalía General de Colombia, hoy en Bogotá.

El detenido está sindicado de enviar a Estados Unidos, Europa y Japón aproximadamente 1,5 toneladas de cocaína, en conexión con el poderoso Cártel de Cali, considerado responsable del 80 por ciento de la cocaína que ingresa a territorio norteamericano.

Sindicado también de mantener vínculos con los miembros del Cártel de Cali, Roca Ali fue capturado junto con el colombiano Henry Serrano Echeverry, quien tiene procesos por narcotráfico en Argentina y Colombia.

Según informaciones procedentes de Bolivia, Roca Ali no será extraditado a Estados Unidos, pero tampoco se ha precisado si será llevado a su país.

Pero INTERPOL dijo que Roca Ali no tiene ningún cargo en Colombia, por lo que es posible entonces su extradición a Bolivia o a Estados Unidos.

La cancillería colombiana se mantenía hoy expectante por la captura del narcotraficante, ya que hasta ahora no ha recibido solicitud alguna de extradición del gobierno boliviano.

En tanto, en Bolivia, el secretario nacional de la Defensa Social, Mario Solís, dijo que el narcotraficante es reclamado en extradición por las autoridades de Estados Unidos.

02-02

9500112

Nº DOCUMENTO 9500 113

TITULO Colombia: Detención al ZAR de la droga de Venezuela.

PROCEDENCIA EL Pops

FECHA DE PROCEDENCIA 4-9-94

VINCULACIONES 11176 11229 11351

65022 11422 11354

67390 5-5-94 11354

11351 504480 11433 (2 pps)

11214 11224

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input type="checkbox"/>

## Cayó el Zar de la Droga de Venezuela

SANTAFÉ DE BOGOTÁ (EFE). La policía de Colombia detuvo el sábado en Santafé de Bogotá al narcotraficante venezolano Larry Tovar Acuña, informa hoy sábado el diario bogotano "El Tiempo".

La captura del narcotraficante venezolano, que en 1993 huyó de su país, tras ser indultado por el ex presidente de Venezuela Ramón Velásquez, se produjo en el barrio Bolívar, en el noroccidente de la capital colombiana, por agentes del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS, policía secreta) en coordinación con la INTERPOL. Venezuela ya pidió su extradición.

Tovar Acuña es considerado el jefe de la organización del tráfico de drogas denominada "Conexión Euroamericana", que dependía directamente del fallecido narcotraficante colombiano José Gonzalo Rodríguez Gacha ("El Mexicano").

El narcotraficante venezolano salió de la cárcel en octubre pasado, después de ser indultado por el entonces presidente de Venezuela Ramón Velásquez.

Tovar Acuña cumplió condena por tráfico de drogas, tras encontrarse 26 kilos de cocaína.

La firma del indulto provocó una fuerte crisis ministerial y gran escándalo en Venezuela.

015-02

9500113



Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE PROCEDENCIA 4-9-94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO	_____
CRUZADO	_____

### Cae otro narcotraficante

BOGOTÁ, 3 (Reuter). La policía secreta de Colombia capturó el viernes por la noche a Larry Salvador Tovar Acuña, considerado uno de los principales narcotraficantes de Venezuela, informaron fuentes del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS).

Según un miembro de la policía secreta colombiana que participó en el operativo, Tovar sería deportado hoy a Venezuela, de acuerdo con una petición expresa del gobierno de Caracas.

Tovar fue indultado erróneamente por el gobierno venezolano en 1993 y desde entonces se sumó en la clandestinidad y huyó hacia Colombia.

02-02

9500113

Nº DOCUMENTO 9500114

TÍTULO ~~Descubren Red Delictiva~~ Descubren Red Delictiva: Canjean autos por droga (Ruta del Rolo) --

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 4.9.84

VINCULACIONES 11176 11226 11019  
65092 11354 11602  
507466 66960 11224  
507480 11351 507482  
66723  
11345

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Descubren Red Delictiva: Canjean Autos por Droga



Las actividades de una organización delictiva dedicada al robo de automóviles en Uruguay para su posterior traslado a Bolivia, donde eran canjeados por cocaína, quedaron al descubierto merced a una investigación desarrollada por la Gendarmería Nacional de Policía de Puerto Iguazú de Argentina en la zona denominada Tres Fronteras.

Los delincuentes, tal cual era rutina, tenían pensado primero pasar las flamantes unidades hurtadas en Montevideo, a territorio paraguayo a través del Puente de la Amistad. En Ciudad del Este aguardaban los contactos para llevar los vehículos a La Paz, previa escala en Pedro Juan Caballero, donde se iba a concretar la transacción.

Como resultado del operativo cayeron presos dos uruguayos, al tiempo que los investigadores lograron recuperar tres automóviles cero kilómetro.

EL PAÍS estuvo presente en la zona durante los operativos y mantuvo contactos con policías uruguayos que viajaron a la localidad de El Dorado, donde se concretó la aprehensión de los integrantes de la organización, así como también con inspectores del Banco de Seguros del Estado que, munidos de las correspondientes órdenes judiciales, iniciaron de inmediato los trámites ante la justicia federal para proceder a la repatriación de los automóviles.

(Informe Especial en la Cuarta Sección, páginas 1 y 2)

9500114

02-04

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECIBO

VINCULACIONES

ENTRADO

ENTRADO

EL PAIS Presenció Operativo en las Tres Fronteras

## CIUDAD DEL ESTE: EL PASO OBLIGADO DE AUTOS ROBADOS

Con el jefe de la  
Gendarmería  
Nacional  
Argentina,  
comandante Celso  
Alberto Barraza

Hace 5 años EL PAIS llevó a cabo una investigación especial denominada "La Ruta del Robo" dirigida a establecer con precisión los senderos elegidos por las organizaciones de traficantes para trasladar a Asunción los automóviles hurtados en Uruguay. El recorrido realizado por los periodistas incluyó el norte de nuestro país, de Argentina y un buen trecho guaraní y permitió dejar en claro la operativa utilizada por los ladrones asociados. A partir de ese momento las autoridades policiales uruguayas tomaron las providencias del caso y la fuga de vehículos por

dicha vía comenzó a mermar significativamente. La rigurosidad de los controles obligó a los traficantes a trazar un nuevo plano para seguir adelante con su fabuloso negocio. A partir de mediados del año 1993 ya se vislumbraba al Chuy como una salida ideal por las facilidades que ofrecía la frontera seca. Se agregaba a ello la novedad de que los traficantes comenzaban a aceptar a cambio de las unidades robadas, determinadas partidas de cocaína de manos de narcos conectados con Bolivia y afincados en Pedro Juan Caballero y Ciudad del Este. En aquel entonces

sin embargo, esos dos nombres de ciudades eran virtualmente desconocidos para los investigadores de Uruguay.

Las rutas, pues, se han alargado, y seguirán haciéndolo. Tal como están dadas las cosas y después de esta nueva investigación realizada en Ciudad del Este o "la Saigón de América Latina", queda demasiado en claro que las policías del Cono Sur, trabajando aisladas, no podrán enfrentar a los delincuentes organizados.

POR CARLOS LEMOS  
foto: HECTOR DEVIA

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECIBO

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

**EL PAIS Presenció Operativo en las Tres Fronteras**

## **CIUDAD DEL ESTE: EL PASO OBLIGADO DE AUTOS ROBADOS**

Con el jefe de la  
Gendarmería  
Nacional  
Argentina,  
comandante Celso  
Alberto Barraza

Hace 5 años EL PAIS llevó a cabo una investigación especial denominada "La Ruta del Robo" dirigida a establecer con precisión los senderos elegidos por las organizaciones de traficantes para trasladar a Asunción los automóviles hurtados en Uruguay. El recorrido realizado por los periodistas incluyó el norte de nuestro país, de Argentina y un buen trecho guaraní y permitió dejar en claro la operativa utilizada por los ladrones asociados. A partir de ese momento las autoridades policiales uruguayas tomaron las providencias del caso y la fuga de vehículos por

dicha vía comenzó a mermar significativamente. La rigurosidad de los controles obligó a los traficantes a trazar un nuevo plano para seguir adelante con su fabuloso negocio. A partir de mediados del año 1993 ya se vislumbraba al Chuy como una salida ideal por las facilidades que ofrecía la frontera seca. Se agregaba a ello la novedad de que los traficantes comenzaban a aceptar a cambio de las unidades robadas, determinadas partidas de cocaína de manos de narcos conectados con Bolivia y afincados en Pedro Juan Caballero y Ciudad del Este. En aquel entonces,

sin embargo, los dos nombres de ciudades eran virtualmente desconocidos para los investigadores de Uruguay.

Las rutas, pues, se han alargado, y seguirán haciéndolo. Tal como están dadas las cosas y después de esta nueva investigación realizada en Ciudad del Este o "la Salgón de América Latina", queda demasiado en claro que las policías del Cono Sur, trabajando aisladas, no podrán enfrentar a los delincuentes organizados.

POR CARLOS LEMOS  
Foto: HECTOR DEVIA

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDIMIENTO

VINCULACIONES

ENTRADO

CRUZADO

## Requisaron Tres Vehículos Ultimo Modelo que Habían Hurtado en Montevideo

Walter Hermes Silvera, el otrora gran jugador de básquetbol de Welcome, pasaba su corpulencia por las Tres Fronteras. Lo acompañaban dos oficiales de policía uruguayos que advirtieron no con poca sorpresa la presencia de los periodistas de EL PAIS allí, a más de 1.300 kilómetros de Montevideo. El muchacho conocido como "Hermes Silvera", en su calidad de inspector del Departamento de Aeropuertos del Banco de Seguros, se mostró reacio en principio a dar información, pero cuando la cámara fotográfica de Héctor Devia comenzó a registrar esos tres vehículos de última generación procedentes de Uruguay adonde que estaban embarcados en un amplio operativo de rescate de autos robados.

Estamos culminando los trámites con la policía argentina para llevarnos estos tres autos (un Mitsubishi del año 84, un Nissan Sentra del 84 y un Mercedes Benz también último modelo) evaluados en su conjunto en 200 mil dólares", dice Silvera.

El Mercedes Benz fue recuperado en Ciudad del Este y los otros dos en la ciudad argentina de El Dorado. Estos tres también iban a ser llevados a Paraguay a través del Puente de la Amistad", revela uno de los funcionarios uruguayos de la Dirección de Investigación.

De acuerdo con la información proporcionada, dichos funcionarios tenían en su poder una orden de rescate impartida por el juez uruguayo

José Lobelcho dirigida al juez federal argentino Mario Achilo Doy. Como resultado del operativo montado en conjunto por fuerzas argentinas y brasileñas, se logró la detención de dos uruguayos que integraban una de las muchas organizaciones delictivas dedicadas al tráfico de autos robados en el Cono Sur.

En entrevista mantenida con el jefe de la Gendarmería Nacional Argentina, Comandante Celso Alberto Barraza, a cuyo cargo estuvo el procedimiento se conocieron detalles sobre la operativa; habitualmente instrumentada por los delincuentes que alargando la "ruta del robo" (investigada por EL PAIS hace 5 años) ahora llevan los autos último modelo robados en Argentina y Uruguay a Ciudad del Este y luego a Ciudad de Pedro Juan Caballero, también frontera entre Paraguay y Brasil, donde los comerciantes a cambio de partidas de cocaína (proveniente de Bolivia) que luego hacen el camino inverso para proveer a los traficantes de drogas del resto del continente.

El comandante Barraza explica que actualmente se investiga una probable conexión entre traficantes de autos de Ciudad del Este y Juan Pedro Caballero con traficantes de armas y heroína que abastecen Río de Janeiro y San Pablo, dos grandes mercados consumidores. "La mafia china (los tongs) instalada en Ciudad del Este controla a su vez un grupo minoritario de tailandeses especializado en venta de ar-

mas de guerra y heroína que ha tomado estrecho contacto con traficantes "normales" de autos (delincuentes de los cuatro países del MERCOSUR) que conocen las rutas de entrada y salida de las tres fronteras como las palmas de sus manos", comenta el jerarca policial.

Barraza admite que después del atentado del 18, desde Buenos Aires comenzó la presión para que se reforzaran los controles sobre el puente Tancredo Neves, que une Argentina con Brasil. "Para dar facilidad de paso a los turistas que cruzan las fronteras, se había establecido un acuerdo de tránsito que se vio afectado por el atentado, con las consiguientes molestias para los visitantes. Hoy que tomar en cuenta que por este puente entran a Brasil 100 mil personas por mes, con un pico máximo de 200 mil en Semana Santa y vacaciones de julio, se ven las cosas de otra manera", dice Barraza.

9500114

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA \_\_\_\_\_

FECHA DE PROCTO \_\_\_\_\_

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO	_____
CRUZADO	_____

## Brasil y Paraguay Enfrentan Tráfico de Autos Robados

Los presidentes de Brasil y Paraguay, Itamar Franco y Juan Carlos Wasmosy, firmaron un acuerdo el pasado viernes, en Brasilia, que prevé la restitución inmediata de vehículos robados en ambos países. El acuerdo se sustenta en un trabajo conjunto de fiscalización y de investigación de las autoridades policiales brasileñas y paraguayas y deja abierto el camino, a través de una futura negociación, para la instrumentación de un registro único de automotores para todos los países del Cono Sur.

El memorándum de devolución de autos robados está compuesto por siete páginas y hace especial hincapié sobre el tráfico en el Puente de la Amistad que une a la ciudad brasileña de Foz de Iguaçu con la paraguaya Ciudad del Este (ex Puerto Stroessner), escenario de operación de las organizaciones delictivas más importantes del continente.

El acuerdo firmado por ambos mandatarios determina que los vehículos sin documentos o que presenten indicios de irregularidades serán apresados y entregados a las autoridades aduaneras. Para recibir la devolución, el propietario de un rodado robado deberá presentar el reclamo ante las autoridades judiciales del territorio donde se haya realizado el procedimiento, con un plazo que se extenderá, como máximo, hasta 20 meses después de efectuada la denuncia de robo.

El trámite de devolución por vía judicial exige que el propietario presente el certificado de propiedad del vehículo y una copia de la denuncia policial. En caso de que el damnificado haya presentado la denuncia de robo en forma inmediata, las autoridades policiales son habilitadas para efectuar la devolución del vehículo por vía administrativa.

04-04

9500114

Nº DOCUMENTO 950011.5  
 TITULO Brasil: Ministerio de FF.AA. acusa a traficantes de infiltrarse en el Ejército.  
 PROCEDENCIA EL PDS  
 FECHA DE PROCEDENCIA 4.9.94  
 VINCULACIONES 11176 11514  
65092 11663  
501482 11345  
13065  
11019

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

# Los Militares Brasileños Admiten que Narcotráfico ha Infiltrado a las FF.AA.

RIO DE JANEIRO (ANSA). — El ministro jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas (EMFA), almirante Arnaldo Pereira, admitió que los traficantes de drogas han infiltrado las filas militares, principalmente en los cuarteles del Ejército en Río de Janeiro.

En conferencia de prensa, Pereira dijo que los grupos de crimen organizado dedicados al comercio de drogas infiltran sus elementos en las Fuerzas Armadas con el objetivo de entrenarlos y para que roben armas de los cuarteles.

Según auditorías de la justicia militar, en los últimos tres años han sido robadas cerca de 300 armas, entre metralletas, revólveres, granadas y fusiles, y cerca de 60.000 balas y decenas de uniformes de campaña.

Sin embargo, el almirante Pereira afirmó que "las armas robadas son pocas y los infiltrados muchas veces se regentan dentro de los cuarteles".

Por su parte, el jefe del EMFA, general Luciano Casales, matizó que las infiltraciones en los cuarteles por parte de "soldados" del narcotráfico son "infimas" y afirmó que "es imposible de evitar ese fenómeno, ya que se trata de seres humanos sujetos a cometer errores".

Casales informó que ese tipo de infiltración en las Fuerzas Armadas también ocurre de manera similar en las filas de la Policía Federal y en el Poder Judicial.

El almirante Pereira reiteró que una eventual intervención de las Fuerzas Armadas para combatir el narcotráfico en Río de Janeiro, sólo ocurrirá a solicitud de las autoridades regionales con el aval del Presidente, conforme determina la Constitución.

La Policía Militar de Río de Janeiro incautó el viernes drogas, armas, equipos y uniformes del Ejército en la favela o villa pobre de Andaraí.

0A-CA

9500115

Nº DOCUMENTO 9500116  
 TITULO Chile: Apresan narcos con 18 kg. de cocaína.  
 PROCEDENCIA EC. País  
 FECHA 5-9-84  
 VINCULACIONES 11185 11351  
11214  
11227  
66817  
11352 11226

ENTRADO ☒  
 CRUZADO ☐

**Apresan Narcos con 18 Kilos de "Coca"**  
 SANTIAGO DE CHILE, 4 (AP).— Agentes antinarcoóticos de la ciudad fronteriza de Arica decomisaron 18 kilos de cocaína en dos operaciones en que fueron detenidos un peruano y dos peruanos, informó hoy la policía.  
 Según el informe policial, en un valle cercano a esa ciudad en el extremo norte del país fue detenido el boliviano Amparo Mamani, en cuyo poder hallaron 14 kilos de la droga.  
 Luego fueron detenidos en la ciudad los peruanos Arcadio Sánchez y Teófilo Vilca, incautándoseles unos 4 kilos de cocaína. La policía dijo que ambos son residentes de la ciudad fronteriza peruana de Tarma.  
 La policía no informó del valor de la droga en el mercado legal. EC. País 5-9-84

9500116

07-0A



Nº DOCUMENTO 4500117  
 TITULO Procesos por suministro a juveniles de teneridos en Londres...  
 PROCEDENCIA LA NATANA Rec  
 FECHA DE PROCTO 5-8-94  
 VINCULACIONES 1176 11341  
65092 10001  
504406  
65461  
11351

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Narcotraficante procesado otros seis quedaron libres

Procesaron por el delito de suministro, a un sujeto de 23 años, oriundo de San José, mientras que otros seis detenidos recobraron su libertad.

En un operativo realizado en la ciudad de La Paz, personal de la Brigada Nacional Antidrogas, logró la detención de siete personas, hombres y mujeres, incautando una importante cantidad de marihuana.

Los policías tenían la certeza que entre los detenidos, se encontrarían personas dedicadas al suministro de drogas en una vasta zona

del departamento de Canelones. Luego de prestar declaración en la sede del Prado, los arrestado fueron puestos en la órbita judicial y luego de la audiencia respectiva, el Magistrado actuante procesó con prisión, por hallarlo incurso en un delito de suministro (Art. 35 de la Ley 14.294) a R.A.P.S., oriental, soltero, de 23 años, domiciliado en el departamento de San José.

Otros seis quedaron en libertad, pero pasaron a la órbita de la Comisión Nacional de Lucha Contra las Toxicomanías.

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDENCIA 7-9-54

VINCULACIONES \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

**TRAFICANTE PROCESADO**

Como consecuencia de un procedimiento antidrogas realizado en la ciudad de La Paz, fue procesado un narcotraficante, mientras que otras doce personas detenidas recuperaron la libertad.

En ese procedimiento, personal de la mencionada repartición logró las detenciones de trece personas entre hombres y mujeres, incautando una importante cantidad de marihuana.

Luego de prestar declaración ante la Justicia competente, el magistrado dispuso el procesamiento con prisión de RAPS, soltero, de 23 años, domiciliado en la ciudad de San José; a quien halló incurso en un delito de suministro de drogas, de acuerdo con el artículo 35 de la Ley 14.294. Las otras doce personas recuperaron la libertad, pero pasaron a la órbita de la Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías.

02-02-

9500117

Nº DOCUMENTO 9500118

TÍTULO Brazil - En Riveiro Preto (SP) mujeres comandando tráfico de drogas.

PROCEDENCIA FOLHA

FECHA DE PROCEDENCIA 5-9-94

VINCULACIONES 111+6

65002

501434

11226

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

**Mulheres comandam tráfico de drogas**  
A Dis (Delegacia de Investiga-  
ções sobre Entorpecentes) de Ri-  
beirão Preto (319 km ao norte de  
São Paulo) afirma que pelo me-  
nos 20 mulheres mantêm suas  
próprias "bocas" de drogas na  
cidade. Elas estão assumindo o  
controle do tráfico devido à  
morte ou prisão de seus mari-  
dos, namorados ou amantes.

QUINA

by  
a.  
in  
B  
10/1

02-0A

9500118

Nº DOCUMENTO 9500119

TITULO Red boliviana y brasileña congecha autos por cocaína

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDENCIA 6:9:84

VINCULACIONES 11776 11214 11019

65092 11224

50448 11422

11345 11110

50480 11224

ENTRADO	
CRUZADO	

## Por cocaína cambiaban autos en red boliviana y brasileña

Itapetininga, Brasil

■ Un ajuste de cuentas con dos muertos permitió desmantelar el lunes un sistema que, después de adquirir cocaína en Bolivia pagándola con autos robados en Brasil, alimentaba a los narcotraficantes de las regiones de Sorocaba y Campinas, importantes ciudades del interior paulista, igual que esta ciudad situada a 170 km al oeste de San Pablo.

De acuerdo con Ivan Scott, delegado (comisario) de la división lucha contra los estupefacientes de la policía estadual, que investigaba las acciones de la banda desde un año atrás, la

crisis estalló con un enfrentamiento entre el comerciante Nilson Panariello Moura, 34 años, jefe de la banda, y José Salles do Nascimento, 44, que pretendía sucederlo al frente del grupo.

El conflicto quedó en apariencia zanjado con la muerte de Salles y del menor Almir Rogério Leonel Ferreria, ultimados en Itapetininga después de una celada tendida por el profesor Vaher Antunes, 44, detenido más tarde junto con el abogado Luis Francisco Monteiro, que daba cobertura legal a las acciones.

Ivan Scott descubrió que los asesinados tenían la tarea de robar los autos, que luego entregaban al trabajador autónomo Re-

nato Vieira de Oliveira, 24 y el comerciante Jefferson Domizete Lourenço de Camargo, 29, para maquiillarlos y crear documentación ficticia.

Luego llegaba el turno de Fernanda Castelhamo Osaki y María Dolores de Souza, que entregaban los vehículos a un contacto —el comerciante José Antonio Alves Martins, 30 años, ahora prófugo como la primera de las mujeres—, que viajaban a Corumbá y regresaban en ómnibus, casi siempre acompañadas por una tercera viajera encargada de "cargar" con las consecuencias si se descubría el cargamento de cocaína.

La tarea de acondicionar y encaminar la droga corría por cuenta de Walter Antunes, que trabajaba asociado con Gabriela Fernanda Ribeiro, y con quien fue detenido en flagrante delito, así como el abogado Monteiro, la conductora María Dolores y dos menores que se ocupaban de abastecer de armas y proyectiles a la banda.

El delegado Paulo Stefani Neto, máximo responsable policial de Itapetininga, indicó que los seis integrantes de la pandilla aún prófugos deben ser detenidos a breve lapso, y que también solicitó la colaboración de sus colegas bolivianos para identificar a los implicados del otro lado de la frontera, así como la red de narcotraficantes y los vehículos transportados dolosamente.

Nº DOCUMENTO 9500120  
 TITULO BRASIL en Logística en destino Londres y  
 PROCEDENCIA LA REPUBLICA Subvenciones  
 FECHA DE PROCEDENCIA 6-9-94  
 VINCULACIONES 11176 11354 10104 11176  
65202 11214 64823  
50748 11229 50748  
11351 11422 11351  
11352 11226 50748

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input type="checkbox"/>

**Latas contenían polvo blanco**  
 Recife, Brasil (AFP)

■ Sorprendido cuando trataba de pasar 4,9 kilos de cocaína disimulados en latas de ejoadas el plato típico brasileño, el inglés Darren Owen, 24 años, fue detenido el fin de semana pasado en el aeropuerto de Guararapes por agentes de la Policía Federal de Pernambuco, anunció el lunes Joaquín Neto, portavoz de esa dependencia.

Lo curioso del caso resultó que en el mismo avión donde Owen embarcaba para Lisboa, los mismos agentes descubrieron minutos más tarde otro cargamento de 1,1 kilos de la misma droga en un doble fondo de la bolsa de mano que llevaba una sudafricana, Ganyane Noko Damaris, 28 años.

Owen y Damaris tienen rumbos diferentes, porque el inglés pensaba tomar en la capital portuguesa una conexión hacia Londres, donde pensaba vender la carga comprada en San Pablo por 4.850 dólares, en tanto la sudafricana, que aseguró ignorar su carga, regresaba vía Lisboa y Maputo a Johannesburgo, donde reside y se dedica a fabricar zapatos y carteras.

El vuelo Recife-Lisboa-Maputo ya comienza a ser conocido, también por la Policía Federal pernambucana, que en los diez últimos días se incautó de 23 kilos de cocaína, siempre transportada por los extranjeros.

Como en este caso, dos nigerianos y un inglés detenidos días atrás negaron conocerse entre sí, y estimaron que sólo coincidieron en la elección del vuelo. También el azar podrá reunirlos más tarde en algún presidio brasileño, porque los delitos en que también concordaron pueden significarles -a los cinco- de 3 a 15 años de prisión.

Nº DOCUMENTO 9500121

TITULO RIO DE JANEIRO: Niños de la calle se inyectan droga y  
arcilla y barro.

PROCEDENCIA EL PAPS

FECHA DE PROCEDENCIA 6-9-94

VINCULACIONES 11176 11663

65002

507482

11421

11840

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input type="checkbox"/>

**¡Oh! (II)**

RIO DE JANEIRO, 4 (EFE).— Las autoridades sanitarias de Brasil descubrieron que varios de los llamados "meninos de rua" —niños abandonados que duermen en las calles de las principales ciudades brasileñas— se inyectan lodo en las venas con el objeto de drogarse, según informó hoy, domingo, el diario "O Globo". El médico Assis Santos Rocha, director del Hospital Aerolano Lima de Recife, que ya atendió a varios de los menores que recurren a la desafortunada práctica, dijo que estos "respan arcilla o barro, le agregan agua, colocan el lodo en la jeringa y se lo inyectan en el brazo. Sólo se inyectan lodo en las venas debido a que no pueden comprar otro tipo de estupefaciente", agregó la psicóloga Loinete Maria Ulisses, quien coordina el departamento de tratamiento a usuarios de drogas en el mencionado hospital.

9500121

015-015

Nº DOCUMENTO 9500122  
TÍTULO Incidente em Minas de Gerais 100kg de cocaína  
PROCEDENCIA FOLHA DE SAO PAULO  
FECHA DE PROCEDIMENTO 6.9.94  
VINCULACIONES 11351 11176  
11352 65770  
11354 501182  
11605

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

**60**  
Quilos de cocaína foram apre-  
endidos anteontem pelas Polícias  
Civil e Militar de Minas Gerais.  
A droga estava em um avião no  
aeroporto de Conselheiro Lafai-  
ete (98 km de Belo Horizonte) e  
duas pessoas foram presas.

9500122

OS - OS

Nº DOCUMENTO. 9500123

TITULO URUGUAY: En la Blanqueada y el Cerro jóvenes se drogaba con marihuana.

PROCEDENCIA LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDEN. 7. 9. 94

VINCULACIONES 11176 11341

65092

507466

110001

11421

ENTRADO

CRUZADO

#### FUMAMAN MARIHUANA

Una veintena de detenidos por unidades de Radio Patrulla en las zonas de La Blanqueada y el Cerro, recuperaron la libertad tras comparecer ante la Justicia competente, ya que solamente se le encontraron pocos gramos de marihuana que podría implicar el consumo de la droga pero no justifica un enjuiciamiento por distribución y tráfico. No obstante ello, la lucha iniciada por la Policía contra las pandillas que realizan "fumatas" en plena vía pública continúa a ritmo intenso, ya que estos individuos, después que se drogan, suelen cometer toda clase de tropelías, siendo el consumo de la marihuana un vehículo para otros delitos.

Autoridades de la Brigada de Narcóticos, señalaron que en estos casos lo que importa es saber de dónde sacaron los muchachos la marihuana para poder capturar a los traficantes que son los únicos delincuentes de este sucio comercio. En la noche del domingo, unidades de Radio Patrulla realizaron un procedimiento en la zona de La Blanqueada, concretamente en la calle Carlos Anaya, al ser alertados de que varios individuos promovían desórdenes. Una vez en el lugar, los patrulleros sorprendieron a siete jóvenes, quienes al ver a los policías se desprendieron de unos cigarrillos.

Para la maniobra fue advertida a los papales que recordaron a

dos los "porros" de marihuana. Cuando se les pasó revista para ver si portaban armas, se incautaron más gramos del alucinógeno, por lo que los siete adictos fueron conducidos a dependencias de la Brigada Nacional Antidroga. En la víspera, los siete detenidos recuperaron la libertad pero quedaron anotados como adictos al consumo de marihuana.

CA-02

9500123



Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TITULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA LA REPUBLICA  
FECHA DE PROCEDIMIENTO 7-9-54  
VINCULACIONES \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

#### TAMBIEN EN EL CERRO

Otro caso similar se registró en la zona del Cerro, cuando en la noche del domingo la Mesa Central de Operaciones fue alertada de que en el cruce de Suecia y Vizcaya, varios individuos estaban provocando desórdenes y molestando a los transeúntes.

Dos unidades de Radio Patrulla fueron despachadas al lugar y al arribar, los policías advirtieron que los revoltosos estaban como drogados, lo que se comprobó minutos después de las detenciones, al incautarse cigarrillos armados con el alucinógeno.

Como en el caso anterior, los diez detenidos en esta oportunidad, fueron llevados a la Brigada de Narcóticos, donde se les interrogó a los efectos de conocer la identidad del traficante que les proporcionó la droga. Enterada la Justicia competente de este nuevo caso, se dispuso la libertad de los detenidos, quedando registrados como consumidores.

Nº DOCUMENTO 9500124

TÍTULO Brasil: Incauto. em 1000 30 kg de maconha.

PROCEDENCIA 220 1628

FECHA DE PROCEDENCIA 7.9.94

VINCULACIONES 11176 11341

650 11226

507482 11214

11331 11229

11352 11222

ENTRADO

CRUZADO

TORRES

## Maconha em ônibus

Torres

Uma operação de rotina da Secretaria da Fazenda e da Brigada Militar resultou na apreensão de 30 quilos de maconha, num ônibus de linha, e na prisão em flagrante de duas pessoas. A operação ocorreu às 6h de ontem, na BR-101, em Vila São João, perto de Torres, na divisa com Santa Catarina.

A maconha estava em duas sacolas de náilon, misturada às roupas de Jair Batista Brum, de 23 anos, e de C.R.S.P., 16 anos. Eles foram presos em flagrante quando viajavam de Florianópolis para Porto Alegre, num ônibus da empresa União Cascavel. Ambos têm antecedentes por envolvimento com drogas. Jair Brum foi para o presídio de Torres.

9500124

05-0A

Suíça

# O pico à luz do dia

*Droga liberada atrai multidões de viciados a Zurique, que já pensa em recorrer à repressão*

A nova atração turística da Suíça nada tem a ver com montanhas cobertas de neve, recantos bucólicos nem com restaurantes cheirando a fondue. A menos de 1 quilômetro da Bahnhofstrasse, a rua do comércio chique em Zurique, funciona a céu aberto o único supermercado de drogas do planeta, o lugar onde se mata lentamente (ou depressa, por overdose) uma parcela da juventude de um dos países mais ricos do mundo. Graças a uma legislação liberal, a maior cidade suíça criou uma área especial — Letten, uma estação de trens desativada — onde é possível comprar e usar heroína em plena luz do dia. Milhares de pessoas se drogam diariamente no lugar, que, se fosse no Brasil, se chamaria drogashopping e serviria como mais um exemplo da selvageria nacional. A frequência cresce nos finais de semana, quando Letten é visitada também por franceses, italianos e alemães, que viajam à Suíça para se reabastecer. Os mais desesperados se picam na própria estação. Quando os braços e as mãos não suportam mais as agulhas, procuram alguma veia em qualquer outra parte do corpo — no pescoço, na perna, nas axilas e até na língua.

É um espetáculo degradante. Chapados pela heroína — um opiáceo derivado da morfina que causa forte dependência —, os junkies, como são chamados, ficam estendidos num chão coalhado de seringas usadas, chumaços de algodão, sangue e excrementos. Um odor nauseante de heroína, misturado ao de urina, espalha-se pelo ar, espantando os curiosos que, do alto de uma ponte, observam o zoológico humano. Letten tomou-se a prova viva de que a abordagem tolerante das autoridades de Zurique em relação às drogas é um fiasco completo. Vizinhos da estação querem mudar de bairro por causa dos tiroteios entre traficantes e dos junkies que, depois de se drogar, perambulam pelas ruas feito zumbis.

**SERINGAS GRÁTIS** — A coalizão de socialistas e ecologistas que governa Zurique achou que, confinando os drogados, teria maior controle sobre eles. A tese da liberação das drogas para viciados tem defensores mundo afora, inclusive entre políticos e intelectuais conservadores. Na prática, os suíços estão descobrindo seus efeitos dele-

térios. Desde 1992, quando os junkies se mudaram da Platzspitz, uma praça no centro da cidade, para Letten, o consumo não pára de crescer — um fato atestado pelas 15 000 seringas descartáveis distribuídas diariamente na velha estação. (A única vantagem é que a distribuição reduziu o ritmo de disseminação da Aids.) Agora, a prefeitura já pensa em aceitar a oferta do governo, que se dispôs a mobilizar o Exército para pôr fim ao festival das drogas. A extrema direita suíça, fortemente racista, aproveitou-se do fato de que 85% dos traficantes são estrangeiros para propor uma nova lei, que deverá ser submetida a plebiscito em dezembro. Se aprovada, a polícia poderá prender qualquer estrangeiro por até um ano, sem necessidade de prova.

Cerca de 250 traficantes, na maioria libaneses e albaneses, circulam com desenvoltura entre os drogados em Letten. Nunca carregam mais de 12 gramas de heroína para não infringir o limite que separa o usuário (tolerado pelas autoridades) do traficante. O preço do grama, de 7 a 70 dólares, oscila ao sabor da guerra entre as gangues de traficantes. Com coletes à prova de bala e cães, os policiais visitam Letten três vezes por dia. O tráfico continua. ■



As imagens degradantes de Letten, o território livre dos junkies no centro de Zurique: os viciados se drogam numa estação abandonada, repleta de lixo, sangue e excrementos; quando as mãos e os braços não suportam mais as agulhas, muitos passam a injetar a heroína no pescoço. Os traficantes agem livremente, apesar das frequentes batidas policiais



52  
UEJA 7/9.

Nº DOCUMENTO 9500125  
TÍTULO SUÍÇA: Letten y la liber. 20 años del consumo  
PROCEDENCIA UEJA  
FECHA DE PROCEDENCIA 7-9-89  
VINICULACIONES 11176 11177  
11178 11179  
11180 11181  
11182 11183  
11184 11185  
11186 11187  
11188 11189  
11190 11191  
11192 11193  
11194 11195  
11196 11197  
11198 11199  
11200 11201  
11202 11203  
11204 11205  
11206 11207  
11208 11209  
11210 11211  
11212 11213  
11214 11215  
11216 11217  
11218 11219  
11220 11221  
11222 11223  
11224 11225  
11226 11227  
11228 11229  
11230 11231  
11232 11233  
11234 11235  
11236 11237  
11238 11239  
11240 11241  
11242 11243  
11244 11245  
11246 11247  
11248 11249  
11250 11251  
11252 11253  
11254 11255  
11256 11257  
11258 11259  
11260 11261  
11262 11263  
11264 11265  
11266 11267  
11268 11269  
11270 11271  
11272 11273  
11274 11275  
11276 11277  
11278 11279  
11280 11281  
11282 11283  
11284 11285  
11286 11287  
11288 11289  
11290 11291  
11292 11293  
11294 11295  
11296 11297  
11298 11299  
11300 11301  
11302 11303  
11304 11305  
11306 11307  
11308 11309  
11310 11311  
11312 11313  
11314 11315  
11316 11317  
11318 11319  
11320 11321  
11322 11323  
11324 11325  
11326 11327  
11328 11329  
11330 11331  
11332 11333  
11334 11335  
11336 11337  
11338 11339  
11340 11341  
11342 11343  
11344 11345  
11346 11347  
11348 11349  
11350 11351  
11352 11353  
11354 11355  
11356 11357  
11358 11359  
11360 11361  
11362 11363  
11364 11365  
11366 11367  
11368 11369  
11370 11371  
11372 11373  
11374 11375  
11376 11377  
11378 11379  
11380 11381  
11382 11383  
11384 11385  
11386 11387  
11388 11389  
11390 11391  
11392 11393  
11394 11395  
11396 11397  
11398 11399  
11400 11401  
11402 11403  
11404 11405  
11406 11407  
11408 11409  
11410 11411  
11412 11413  
11414 11415  
11416 11417  
11418 11419  
11420 11421  
11422 11423  
11424 11425  
11426 11427  
11428 11429  
11430 11431  
11432 11433  
11434 11435  
11436 11437  
11438 11439  
11440 11441  
11442 11443  
11444 11445  
11446 11447  
11448 11449  
11450 11451  
11452 11453  
11454 11455  
11456 11457  
11458 11459  
11460 11461  
11462 11463  
11464 11465  
11466 11467  
11468 11469  
11470 11471  
11472 11473  
11474 11475  
11476 11477  
11478 11479  
11480 11481  
11482 11483  
11484 11485  
11486 11487  
11488 11489  
11490 11491  
11492 11493  
11494 11495  
11496 11497  
11498 11499  
11500 11501  
11502 11503  
11504 11505  
11506 11507  
11508 11509  
11510 11511  
11512 11513  
11514 11515  
11516 11517  
11518 11519  
11520 11521  
11522 11523  
11524 11525  
11526 11527  
11528 11529  
11530 11531  
11532 11533  
11534 11535  
11536 11537  
11538 11539  
11540 11541  
11542 11543  
11544 11545  
11546 11547  
11548 11549  
11550 11551  
11552 11553  
11554 11555  
11556 11557  
11558 11559  
11560 11561  
11562 11563  
11564 11565  
11566 11567  
11568 11569  
11570 11571  
11572 11573  
11574 11575  
11576 11577  
11578 11579  
11580 11581  
11582 11583  
11584 11585  
11586 11587  
11588 11589  
11590 11591  
11592 11593  
11594 11595  
11596 11597  
11598 11599  
11600 11601  
11602 11603  
11604 11605  
11606 11607  
11608 11609  
11610 11611  
11612 11613  
11614 11615  
11616 11617  
11618 11619  
11620 11621  
11622 11623  
11624 11625  
11626 11627  
11628 11629  
11630 11631  
11632 11633  
11634 11635  
11636 11637  
11638 11639  
11640 11641  
11642 11643  
11644 11645  
11646 11647  
11648 11649  
11650 11651  
11652 11653  
11654 11655  
11656 11657  
11658 11659  
11660 11661  
11662 11663  
11664 11665  
11666 11667  
11668 11669  
11670 11671  
11672 11673  
11674 11675  
11676 11677  
11678 11679  
11680 11681  
11682 11683  
11684 11685  
11686 11687  
11688 11689  
11690 11691  
11692 11693  
11694 11695  
11696 11697  
11698 11699  
11700 11701  
11702 11703  
11704 11705  
11706 11707  
11708 11709  
11710 11711  
11712 11713  
11714 11715  
11716 11717  
11718 11719  
11720 11721  
11722 11723  
11724 11725  
11726 11727  
11728 11729  
11730 11731  
11732 11733  
11734 11735  
11736 11737  
11738 11739  
11740 11741  
11742 11743  
11744 11745  
11746 11747  
11748 11749  
11750 11751  
11752 11753  
11754 11755  
11756 11757  
11758 11759  
11760 11761  
11762 11763  
11764 11765  
11766 11767  
11768 11769  
11770 11771  
11772 11773  
11774 11775  
11776 11777  
11778 11779  
11780 11781  
11782 11783  
11784 11785  
11786 11787  
11788 11789  
11790 11791  
11792 11793  
11794 11795  
11796 11797  
11798 11799  
11800 11801  
11802 11803  
11804 11805  
11806 11807  
11808 11809  
11810 11811  
11812 11813  
11814 11815  
11816 11817  
11818 11819  
11820 11821  
11822 11823  
11824 11825  
11826 11827  
11828 11829  
11830 11831  
11832 11833  
11834 11835  
11836 11837  
11838 11839  
11840 11841  
11842 11843  
11844 11845  
11846 11847  
11848 11849  
11850 11851  
11852 11853  
11854 11855  
11856 11857  
11858 11859  
11860 11861  
11862 11863  
11864 11865  
11866 11867  
11868 11869  
11870 11871  
11872 11873  
11874 11875  
11876 11877  
11878 11879  
11880 11881  
11882 11883  
11884 11885  
11886 11887  
11888 11889  
11890 11891  
11892 11893  
11894 11895  
11896 11897  
11898 11899  
11900 11901  
11902 11903  
11904 11905  
11906 11907  
11908 11909  
11910 11911  
11912 11913  
11914 11915  
11916 11917  
11918 11919  
11920 11921  
11922 11923  
11924 11925  
11926 11927  
11928 11929  
11930 11931  
11932 11933  
11934 11935  
11936 11937  
11938 11939  
11940 11941  
11942 11943  
11944 11945  
11946 11947  
11948 11949  
11950 11951  
11952 11953  
11954 11955  
11956 11957  
11958 11959  
11960 11961  
11962 11963  
11964 11965  
11966 11967  
11968 11969  
11970 11971  
11972 11973  
11974 11975  
11976 11977  
11978 11979  
11980 11981  
11982 11983  
11984 11985  
11986 11987  
11988 11989  
11990 11991  
11992 11993  
11994 11995  
11996 11997  
11998 11999  
12000 12001  
12002 12003  
12004 12005  
12006 12007  
12008 12009  
12010 12011  
12012 12013  
12014 12015  
12016 12017  
12018 12019  
12020 12021  
12022 12023  
12024 12025  
12026 12027  
12028 12029  
12030 12031  
12032 12033  
12034 12035  
12036 12037  
12038 12039  
12040 12041  
12042 12043  
12044 12045  
12046 12047  
12048 12049  
12050 12051  
12052 12053  
12054 12055  
12056 12057  
12058 12059  
12060 12061  
12062 12063  
12064 12065  
12066 12067  
12068 12069  
12070 12071  
12072 12073  
12074 12075  
12076 12077  
12078 12079  
12080 12081  
12082 12083  
12084 12085  
12086 12087  
12088 12089  
12090 12091  
12092 12093  
12094 12095  
12096 12097  
12098 12099  
12100 12101  
12102 12103  
12104 12105  
12106 12107  
12108 12109  
12110 12111  
12112 12113  
12114 12115  
12116 12117  
12118 12119  
12120 12121  
12122 12123  
12124 12125  
12126 12127  
12128 12129  
12130 12131  
12132 12133  
12134 12135  
12136 12137  
12138 12139  
12140 12141  
12142 12143  
12144 12145  
12146 12147  
12148 12149  
12150 12151  
12152 12153  
12154 12155  
12156 12157  
12158 12159  
12160 12161  
12162 12163  
12164 12165  
12166 12167  
12168 12169  
12170 12171  
12172 12173  
12174 12175  
12176 12177  
12178 12179  
12180 12181  
12182 12183  
12184 12185  
12186 12187  
12188 12189  
12190 12191  
12192 12193  
12194 12195  
12196 12197  
12198 12199  
12200 12201  
12202 12203  
12204 12205  
12206 12207  
12208 12209  
12210 12211  
12212 12213  
12214 12215  
12216 12217  
12218 12219  
12220 12221  
12222 12223  
12224 12225  
12226 12227  
12228 12229  
12230 12231  
12232 12233  
12234 12235  
12236 12237  
12238 12239  
12240 12241  
12242 12243  
12244 12245  
12246 12247  
12248 12249  
12250 12251  
12252 12253  
12254 12255  
12256 12257  
12258 12259  
12260 12261  
12262 12263  
12264 12265  
12266 12267  
12268 12269  
12270 12271  
12272 12273  
12274 12275  
12276 12277  
12278 12279  
12280 12281  
12282 12283  
12284 12285  
12286 12287  
12288 12289  
12290 12291  
12292 12293  
12294 12295  
12296 12297  
12298 12299  
12300 12301  
12302 12303  
12304 12305  
12306 12307  
12308 12309  
12310 12311  
12312 12313  
12314 12315  
12316 12317  
12318 12319  
12320 12321  
12322 12323  
12324 12325  
12326 12327  
12328 12329  
12330 12331  
12332 12333  
12334 12335  
12336 12337  
12338 12339  
12340 12341  
12342 12343  
12344 12345  
12346 12347  
12348 12349  
12350 12351  
12352 12353  
12354 12355  
12356 12357  
12358 12359  
12360 12361  
12362 12363  
12364 12365  
12366 12367  
12368 12369  
12370 12371  
12372 12373  
12374 12375  
12376 12377  
12378 12379  
12380 12381  
12382 12383  
12384 12385  
12386 12387  
12388 12389  
12390 12391  
12392 12393  
12394 12395  
12396 12397  
12398 12399  
12400 12401  
12402 12403  
12404 12405  
12406 12407  
12408 12409  
12410 12411  
12412 12413  
12414 12415  
12416 12417  
12418 12419  
12420 12421  
12422 12423  
12424 12425  
12426 12427  
12428 12429  
12430 12431  
12432 12433  
12434 12435  
12436 12437  
12438 12439  
12440 12441  
12442 12443  
12444 12445  
12446 12447  
12448 12449  
12450 12451  
12452 12453  
12454 12455  
12456 12457  
12458 12459  
12460 12461  
12462 12463  
12464 12465  
12466 12467  
12468 12469  
12470 12471  
12472 12473  
12474 12475  
12476 12477  
12478 12479  
12480 12481  
12482 12483  
12484 12485  
12486 12487  
12488 12489  
12490 12491  
12492 12493  
12494 12495  
12496 12497  
12498 12499  
12500 12501  
12502 12503  
12504 12505  
12506 12507  
12508 12509  
12510 12511  
12512 12513  
12514 12515  
12516 12517  
12518 12519  
12520 12521  
12522 12523  
12524 12525  
12526 12527  
12528 12529  
12530 12531  
12532 12533  
12534 12535  
12536 12537  
12538 12539  
12540 12541  
12542 12543  
12544 12545  
12546 12547  
12548 12549  
12550 12551  
12552 12553  
12554 12555  
12556 12557  
12558 12559  
12560 12561  
12562 12563  
12564 12565  
12566 12567  
12568 12569  
12570 12571  
12572 12573  
12574 12575  
12576 12577  
12578 12579  
12580 12581  
12582 12583  
12584 12585  
12586 12587  
12588 12589  
12590 12591  
12592 12593  
12594 12595  
12596 12597  
12598 12599  
12600 12601  
12602 12603  
12604 12605  
12606 12607  
12608 12609  
12610 12611  
12612 12613  
12614 12615  
12616 12617  
12618 12619  
12620 12621  
12622 12623  
12624 12625  
12626 12627  
12628 12629  
12630 12631  
12632 12633  
12634 12635  
12636 12637  
12638 12639  
12640 12641  
12642 12643  
12644 12645  
12646 12647  
12648 12649  
12650 12651  
12652 12653  
12654 12655  
12656 12657  
12658 12659  
12660 12661  
12662 12663  
12664 12665  
12666 12667  
12668 12669  
12670 12671  
12672 12673  
12674 12675  
12676 12677  
12678 12679  
12680 12681  
12682 12683  
12684 12685  
12686 12687  
12688 12689  
12690 12691  
12692 12693  
12694 12695  
12696 12697  
12698 12699  
12700 12701  
12702 12703  
12704 12705  
12706 12707  
12708 12709  
12710 12711  
12712 12713  
12714 12715  
12716 12717  
12718 12719  
12720 12721  
12722 12723  
12724 12725  
12726 12727  
12728 12729  
12730 12731  
12732 12733  
12734 12735  
12736 12737  
12738 12739  
12740 12741  
12742 12743  
12744 12745  
12746 12747  
12748 12749  
12750 12751  
12752 12753  
12754 12755  
12756 12757  
12758 12759  
12760 12761  
12762 12763  
12764 12765  
12766 12767  
12768 12769  
12770 12771  
12772 12773  
12774 12775  
12776 12777  
12778 12779  
12780 12781  
12782 12783  
12784 12785  
12786 12787  
12788 12789  
12790 12791  
12792 12793  
12794 12795  
12796 12797  
12798 12799  
12800 12801  
12802 12803  
12804 12805  
12806 12807  
12808 12809  
12810 12811  
12812 12813  
12814 12815  
12816 12817  
12818 12819  
12820 12821  
12822 12823  
12824 12825  
12826 12827  
12828 12829  
12830 12831  
12832 12833  
1283

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA EL PAPS

FECHA DE PROCEDENCIA 7-9-84

VINCULACIONES \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

## ¿ES LOCURA O LUCIDEZ?

Las autoridades municipales de la ciudad de Zurich, Suiza, han implementado un plan piloto de despenalización gradual de la droga. En el marco del mismo, será el gobierno regional quien tendrá a su cargo la distribución de la droga y la proporcionará a los adictos.

De este modo, los iniciadores del programa esperan controlar o prevenir el SIDA e impedir los actos de violencia entre bandas delictivas que compiten por la venta de las drogas.

Para los contrarios al plan, se trata de una

iniciativa peligrosa, que sólo contribuirá a incrementar la drogadicción, convirtiéndola en algo respetable. Para sus adeptos, en cambio, se trata de un acto de lucidez y no de locura.

A su juicio, se logrará minimizar los daños de la droga, reducir su difusión y popularidad y evitar la acción de grupos delictivos que lucran con este ponzoñoso negocio.

No cabe la menor duda de que la experiencia de Zurich, será seguida con interés en el mundo entero.

Nº DOCUMENTO 9500126

TÍTULO BRAS. Policia incauta 133 kg de cocaína munda e drog

PROCEDENCIA FOLHA DE São Paulo.

4ª zona de ca. - Pol. de...

FECHA DE PROCEDENCIA 7.9.94

VINCULACIONES 11136 11400

6520 11351

501436 11351

11214 11351

11229

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input type="checkbox"/>

## Polícia apreende 133 kg de cocaína em fazenda

Da Agência Folha,  
em Campo Grande

As polícias Federal e Militar prenderam o dono da fazenda Beira-Rio, Valtér Viana, 48, e Maurício César Marques Rodrigues, 38, com 133,3 quilos de cocaína. Eles foram presos na fazenda, localizada em Inocência (326 km a leste de Campo Grande), no Mato Grosso do Sul.

Segundo a polícia, a fazenda estava sendo usada como entreposto pelos traficantes. A polícia chegou à droga após quatro meses de in-

vestigações.

Segundo o delegado federal de Três Lagoas (a 339 km de Campo Grande), Roque Bonfim, a cocaína era jogada de um avião perto da sede da fazenda. Depois, era transportada para São Paulo de carro.

A Agência Folha não conseguiu falar com Viana e Rodrigues, que estão presos em Inocência. O advogado Jesus Teodoro de Freitas, que os acompanhou durante o interrogatório, não foi localizado em sua casa.

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.

(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro. 02/A/95.....

FECHA: 05/01/95.....

REFERENCIA:

ORIGEN: CAMPO SICOSOCIAL/SECTOR GREMIAL

DIFUSION: DPTO. III/DGID

ANEXOS:

INFORMACION CONOCIDA: Se tiene conocimiento que ante la entrega a la empresa GASEBA de la Compañía del Gas, los obreros pasarían a ocupar las plantas de la misma.

E.E.I.:

Se requiere:

- Posible actitud de los trabajadores de la Compañía del Gas, ante la entrega de la misma a la Empresa GASEBA y ante la posibilidad del desalojo de los trabajadores de las plantas.

PLAZO:

Antes del martes 10/ENE/95

MINISTERIO DE ECONOMIA NACIONAL	
Dirección de E.E.I.	
Fecha:	05 ENE. 1995
Por:	DPTO. III
Nº. de Orden:	9500127

001/1

9500127



Nº DOCUMENTO 9500128

TÍTULO ARGENTINOS: utilizan medios de audio y video para la prevención de adicciones

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE PROCEDENCIA 8-9-84

VINCULACIONES 11136 11205

6500128  
669100  
11305  
11349

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input type="checkbox"/>

## Las radios comunitarias en la prevención de adicciones

LA PLATA.- "Buscamos incluir los sistemas comunicacionales comunitarios en el programa 10.000 Líderes para el Cambio, para que junto a la red escolar, la de salud y la de organizaciones sociales potencien la vida familiar", dijo el titular de la Secretaría de Prevención y Asistencia de las Adicciones, Juan Alberto Yaría.

El funcionario realizó esas declaraciones durante la jornada de capacitación denominada Rol de las radios comunitarias en la prevención de adicciones, que se llevó a cabo en el Círculo Policial de La Plata, donde estuvieron presentes numerosas emisoras del conurbano bonaerense.

En la oportunidad, el doctor Yaría advirtió que "esta posibilidad de incorporar las emisoras dentro de las redes era una asignatura pendiente de la secretaría. Elegimos las radios locales de frecuencia modulada porque buscamos la formación de líderes; pretendemos generar un movimiento de solidaridad social".

"Hay mucha gente abandonada; el hombre sufre una crisis interior que lo lleva a conductas adictivas, a la comisión de delitos y a diversos fenómenos de autodestrucción. Lo faltante en esta sociedad es la formación

de recursos humanos y es por eso que impulsamos este tipo de capacitaciones", agregó.

Tras una conferencia brindada por el titular del Ente de Reparación Histórica del Conurbano, Antonio Accuri, y por el doctor Yaría, los participantes se volcaron a las mesas de trabajo.

En esos grupos, se debatieron las bases necesarias para la aplicación del programa preventivo en cada radio.

### El ente

Sobre la función del ente en la tarea preventiva, Yaría informó que "está promoviendo todo lo inherente a las comunicaciones barriales, como forma de generar también un mejor desempeño en la infraestructura social".

"Por el momento trabajaremos con emisoras del conurbano, Mar del Plata y Bahía Blanca. Hay que concentrar los esfuerzos porque allí no sólo están los puntos más oscuros de la realidad, sino también los más claros: inteligencia, centros universitarios y muchos recursos", concluyó el secretario de Prevención y Asistencia de las Adicciones.

01-012

9500128

Nº DOCUMENTO 9500129  
TITULO BRASIL: MATAM 2 POLICIAS. EN VIGARIO GERAL.  
PROCEDENCIA FOLHA DE SAO PAULO  
FOLHA DE PROCEDENCIA 8/9/94  
VIGILACIONES 11176 11224

65092  
507482

11888  
11019

ENTRADO \_\_\_\_\_  
CRUZADO \_\_\_\_\_

## Dois policiais são mortos em Vigário Geral

SERGIO TORRES

Da Sucursal do Rio

Dois policiais civis foram mortos a tiros, anteontem à noite, em frente ao principal acesso da favela de Vigário Geral (zona norte do Rio).

Parentes e policiais creditam o duplo homicídio a traficantes. Eles disseram que membros da quadrilha de Flávio da Silva, o Flávio Negrão, costumam parar carros no local onde os policiais foram assassinados.

"Aquilo ali é um local superperigoso. Um bando costuma parar carros para assaltar. Quando eles identificam um policial, não tem jeito, matam mesmo", disse o delegado Renato Soares, titular da 39ª Delegacia de Polícia (DP), na Pavuna (zona norte).

Os detetives Júlio César Santos, 37, e Paulo César Queiróz Lima, 47, receberam dezenas de tiros de escopeta calibre 12 e fuzis AR-15 e 762. Eles foram mortos dentro do carro. Nenhum dos dois estava trabalhando.

O crime ocorreu às 20h30, na rua Bulhões Marcial, junto à passarela sobre a ferrovia que liga a favela ao bairro de Vigário Geral.

Há um ano, na mesma favela, o assassinato de quatro policiais mi-

litares originou um dos maiores massacres já ocorridos na cidade. Vinte e um moradores foram mortos para vingar o assassinato dos PMs (leia texto ao lado).

Responsável pelo inquérito, o delegado-adjunto Edgar Rumaní, da 39ª DP, apresentou uma versão diferente. Ele disse que os policiais foram perseguidos por traficantes após saírem de um bar onde bebiam.

Rumaní afirmou que, segundo testemunhas, os traficantes, em um carro não-identificado, fecharam o Fiat dos policiais, que bateli em uma árvore.

De acordo com o delegado, os detetives não tiveram tempo de saltar. Os homens cercaram o carro e dispararam dezenas de vezes. A lataria e o para-brisa foram atingidos por 30 tiros, segundo a perícia.

Os parentes das vítimas também culpam os traficantes, mas repudiaram a versão de que os detetives bebiam em um boteco.

O detetive Júlio César Santos trabalhava havia dois anos na 24ª DP. Paulo César Queiróz Lima estava lotado na Secretaria de Polícia Civil à espera de remanejamento para uma delegacia.

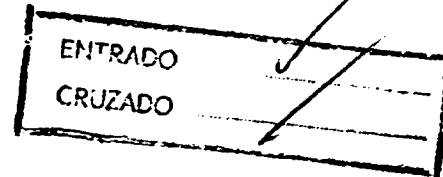
Lima e Santos foram enterrados ontem à tarde no cemitério São Francisco Xavier (zona norte).

9500129.

01-01



Nº DOCUMENTO 9500130  
TÍTULO MEXICO Banquero defraudador vinculado al PRI...  
PROCEDENCIA LA REPUBLICA  
FECHA 8. 9. 84  
VOLUMEN 11746



## Banquero defraudador vinculado al PRI

6

México (ANSA)  
por Roberto Hernández

Los vínculos del magnate financiero Carlos Cabel Peniche, acusado de un monumental fraude, con prominentes miembros del oficialismo, entre ellos Patrocinio González Garrido, ministro del Interior hasta el 10 de enero pasado, han despertado la sospecha de los mexicanos.

Cabel Peniche, de 38 años, es buscado por la justicia mexicana por un fraude de al menos 700 millones de dólares cometido por el grupo Cremi-Unión, del cual es su presidente, y que, según versiones extraoficiales, podría ascender hasta los 2.000 millones de dólares.

Mientras tanto, el Ministerio de Hacienda inició acciones para detectar posible lavado de dinero proveniente del narcotráfico en el sistema bancario nacional.

"Hemos hecho auditorías e investigaciones y procedido contra cinco individuos, hasta hoy, por ese delito", dijo a la prensa nacional el ministro de Hacienda, Pedro Aspe, quien ha sido objeto de elogios por parte de los analistas locales por su empeño en demostrar que, "cuando menos en el sector financiero", no hay impunidad en México.

El asombro e indignación de los mexicanos radica en el hecho de que el magnate es identificado por columnistas especializados como miembro del "complejo burocrático-empresarial" que encabeza el actual ministro de Agricultura, Carlos Hank González.

Se trata de un maestro rural que llegó a convertirse en importante empresario e influyente militante del gubernamental Partido Revolucionario Institucional (PRI).

Entre sus 1.200 socios financieros figuran, además de Patrocinio González, cuatro ex gobernadores de su natal Tabasco, estado mexicano del sureste del país, y un hijo del ex presidente Miguel de la Madrid Hurtado, según información de la Comisión Nacional Bancaria. Influencias políticas que, según "vox populi", habrían permitido a Cabel Peniche agrandar su emporio fi-

nanciero.

El emporio de Cabel incluye el grupo empresarial Agrícola Mexicano y Del Monte Fresh Produce, además de ser accionista mayoritario de otras 20 empresas, entre ellas granjas, fincas, aserraderos, hoteles, trailers, buques, restaurantes y asesorías en servicios.

Se inició en el mundo empresarial en 1988, con la Plantanera San Carlos en una extensión de 243 hectáreas.

Hoy controla más de 92.000 hectá-

reas para la producción de frutas. En noviembre de 1991 compró el Banco de Crédito Hipotecario (BCH), hoy Banco Unión, en 878,4 millones de nuevos pesos (260 millones de dólares).

A fines de 1993 adquirió el 76 por ciento de las acciones de Banca Cremi. El grupo Cremi-Unión fue intervenido gerencialmente la noche del lunes luego de que las autoridades hacendarias descubrieron que Carlos Cabel se "aprovechaba" grandes sumas de dinero.

Nº DOCUMENTO 9500131

TÍTULO **ESPAÑA**: Piden cárcel para cantante involucrado en el Narcotráfico.

PROCEDENCIA **CLARIN**.

FECHA DE PROCEDENCIA 8-9-94

VINCULACIONES

11176

507313

11214

ENTRADO

CRUZADO

## EX FIGURA DE LA CANCION ESPAÑOLA

# Piden once años de cárcel para Joselito por tráfico de drogas

*Lejos del ángel con que se mostraba en "El pequeño ruiseñor", José Jiménez Fernández, Joselito, tiene que enfrentar por segunda vez en pocos años una condena por vender cocaína. A los 47 años, el ex niño cantor que estuvo en Buenos Aires en 1958 cayó en una trampa que le tendió un policía antinarcóticos. En su primera condena por el mismo delito, Joselito se dedicó a escribir su biografía, a la que tituló "No tenían jaulas para el ruiseñor".*

VALENCIA, España, (AFP). - Un fiscal pidió ayer 11 años de cárcel para el ex cantante José Jiménez Fernández, que se hizo famoso en la década del 50 como Joselito, por haber intentado vender medio kilo de cocaína. El artista andaluz, mundialmente conocido por el papel que tuvo en la película "El pequeño ruiseñor", acaba de cumplir una condena por tráfico de drogas, pero deberá afrontar en breve, el 28 de octubre, otro juicio por el mismo motivo.

La fiscalía acusa al artista, conocido en los tiempos de gloria como "el pequeño ruiseñor", de intentar colocar una cantidad de cocaína valuada en casi 20.000 dólares.

Los hechos ocurrieron en octubre del año pasado, mientras Joselito se encontraba cumpliendo condena por tráfico de drogas en régimen abierto.

Un policía que le fue presentado por un compañero de prisión sirvió para atraparlo. El investigador antinarcóticos se hizo pasar por mecánico desocupado y se mostró interesado en entrar al mundo de la droga. No pasó mucho tiempo para que "Joselito", según la fiscalía, le ofreciera 481 gramos de cocaína.

Pero la defensa del cantante sostiene otra tesis. El abogado Jesús Sánchez-Tello argumenta que fue inducido por la policía a cometer el delito y que la droga siempre estuvo bajo control policial.

Joselito visitó la Argentina en 1958, cuando tenía solo 10 años y ya era un famoso "cantor". Nacido en la localidad andaluza

Báez de Segura (Jaén), para ese entonces había participado en dos películas: "El pequeño ruiseñor" y "Saeeta". Sus compatriotas ya lo habían calificado como "la voz de oro".

Su fama fue creciendo durante su adolescencia. En 1966 se conoció en Buenos Aires la película "Joselito se enamora", un adolescente que ya no cantaba solo coplas flamencas.

Luego, su vida fue menos lírica. Después de abandonar la actividad artística, tuvo un hotel y una discoteca y en 1983 se llegó a decir de él que combatía como mercenario en Angola. La versión fue desmentida por el actor en retiro forzoso: "En Angola yo solo cantaba para el ejército portugués", dijo.

Pero en agosto de 1991, a los 41 años, la Guardia Civil observó en Yátova como "Joselito" arrojaba desde un automóvil en marcha un paquete con 85 gramos de cocaína.

Tras la detención le encontraron una pistola calibre 22. "Joselito" entonces reconoció que tomaba cocaína, pero aseguró que no estaba enganchado con los narcotraficantes. También dijo que había ganado más de 20 millones de dólares durante su carrera artística, "lo que me permite vivir bien sin dedicarme a la droga".

La Audiencia Provincias de Valencia igual lo condenó en diciembre de 1991 a 5 años de prisión. Entre rejas, comenzó a escribir su biografía, titulada "No tenían jaulas para el ruiseñor".

Nº DOCUMENTO 9500132  
 TITULO EE.UU. Presión a go argentino para aprobar la  
 PROCEDENCIA Par/12 nueva legislación.  
 FECHA DE PROCEDENCIA 8-9-94  
 VINCULACIONES 1111  
6500132  
66900  
11242  
65001

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## PRESION DE WASHINGTON

# Por una ley para arrepentidos

La administración de Bill Clinton ayer volvió a presionar al gobierno de Carlos Menem para que impulse sin demoras la sanción en el Congreso de las leyes del arrepentido y el agente encubierto, entre otras iniciativas que permitirían, a criterio de Estados Unidos, enfrentar con mayor efectividad al terrorismo, la corrupción y el narcotráfico. La sugerencia norteamericana es respaldada oficialmente por la Casa Rosada, pero los legisladores oficialistas aún no recibieron una orden formal para empujar estos proyectos en el Parlamento. Los hombres del Presidente temen que un arrepentido pueda complicar la situación del Poder Ejecutivo, a escasos ocho meses de las

elecciones generales, y por eso aseguran en privado que las iniciativas solicitadas dormirán hasta que haya pasado la campaña electoral.

La presión norteamericana fue exhibida en una reunión que tuvo como protagonistas principales al ministro del Interior, Carlos Ruckauf, el titular de la supersecretaría (SS), brigadier Andrés Antonietti, y el jefe de la Policía Federal, Adrián Pelacchi, entre otros funcionarios argentinos, además del embajador James Cheek, el subjefe del Centro de Contraterrorismo de la CIA, Winston Wiley, y el coordinador de la oficina de Contraterrorismo del Departamento de Estado, Phil Wilcox, como figuras más destacadas de una nutrida delegación de Estados Unidos.

"Se buscó acercar procedimientos, intercambiar inteligencia e información, y se analizaron medidas de prevención contra el terrorismo", afirmó Ruckauf frente a los periodistas. Asimismo el ministro del Interior aseguró que "los norteamericanos toman realmente con mucha seriedad la posibilidad de que se incrementen las acciones terroristas en el mundo".

Aunque acepta en la intimidad que su acompañamiento a las iniciativas respaldadas por Estados Unidos no tendrá correlato en las Cámaras legislativas, Ruckauf recor-

dó que propuso "cuatro vías parlamentarias para ayudar a la investigación del narcotráfico, la corrupción y el terrorismo: la recompensa, el agente encubierto, el arrepentido y el mecanismo de protección de testigos".

El ministro del Interior planteó estos proyectos cuando protagonizó una interpelación en Diputados, donde informó sobre la investigación del atentado a la AMIA, pero a tres semanas de ese debate poco se ha hecho en el Parlamento.

"Los expertos norteamericanos insistieron en el establecimiento de la recompensa y exhibieron cajas de fósforos que reparten gratuitamente en su país, donde se comunica a los ciudadanos la posibilidad de colaborar contra el terrorismo cobrando recompensas", dijo el jefe de la cartera política.

Si el Parlamento aprobara la ley del arrepentido, por ejemplo, el ex amigo y funcionario de Carlos Menem, Mario Caserta, podría acogerse a esa legislación y cambiar su libertad por revelar bajo juramento las relaciones comerciales que unieron a los familiares del Presidente con una banda de narcotraficantes. La Casa Rosada no descarta esta posibilidad y por eso no quiere hacer olas: los proyectos, si finalmente van al recinto, serán sancionados después de las elecciones del 14 de mayo de 1995.

Nº DOCUMENTO 9500133

TÍTULO Brasil: Tiroteio entre narcos, polícia e morte (Rio).

PROCEDENCIA FOLHA DE SÃO PAULO

FECHA DE PROCEDIMENTO 9.9.94

VINCULAÇÕES 11116 11117

6500 11118

501182 11119

11214 11215

11229 11230

11231

ENTRADO

CRUZADO

### Tiroteio mata traficante

Da Sucursal do Rio

O colombiano Valquir Moraz Couzo, 28, apontado como um dos chefes do tráfico de drogas na Cidade de Deus (zona oeste do Rio), foi morto em troca de tiros com policiais da 18ª BPM na noite de anteontem.

Ele voltou a comandar o tráfico na favela em dezembro de '93, segundo policiais da 32ª DP (Jacarepaguá).

Couzo pertencia à facção criminosa Comando Vermelho. O tiroteio teria ocorrido por volta das 23h de quarta, depois que um carro da PM foi alvejado por traficantes.

Na manhã de ontem, com a notícia da morte de Couzo, o Destacamento de Policiamento Ostensivo da Cidade de Deus recebeu ameaças de que haveria um ataque por parte dos traficantes. A PM reforçou a segurança do local.

01-01

9500133

Nº DOCUMENTO 9500134  
 TITULO Brasil: Realiza 10 6ª manifestação de caceres em Recife  
 PROCEDENCIA FOLHA DE SÃO PAULO  
 FECHA DE PROCEDENCIA 9-9-94  
 VINCULACIONES 11176 11254 11251  
65400 11229  
11251 11226  
11252 112604

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Recife prende 6º estrangeiro com cocaína

Da Agência Folha,  
em Recife

O canadense Richard Leveille, 32, é o sexto estrangeiro preso por porte de cocaína no aeroporto internacional dos Guararapes, em Recife (PE), desde 23 de agosto.

Ele foi preso na terça quando tentava embarcar para Roma num voo da TAP.

Leveille levaria, segundo a polícia, 3,4 kg de cocaína no fundo falso da mala e numa lata de atum.

O canadense disse que havia recebido a mala de um amigo em São Paulo, a mesma justificativa dada pelos outros estrangeiros presos como traficantes nos dias 23 e 26 de agosto e 2 de setembro.

Nos últimos quinze dias, a Polícia Federal apreendeu 27 kg de cocaína no aeroporto, o que reforça a suspeita de que Recife está na rota do tráfico internacional.

9500134

05-01

Nº DOCUMENTO 9500135

TÍTULO Brasil: Remanera aeronaves utilizadas por el Narcotráfico.

PROCEDENCIA Folha De São Paulo.

FECHA DE PROCEDENCIA 10-9-94

VINCULACIONES 11916 11917

6500  
5000  
11916  
11917

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Secretaria de Entorpecentes leiloa aeronaves usadas pelo narcotráfico

CLAUDIO JULIO TOGNOLLI  
Da Reportagem Local

A Secretaria Nacional de Entorpecentes anunciou ontem a realização do primeiro leilão nacional de aeronaves confiscadas de traficantes internacionais de cocaína, no Brasil, nos últimos dez anos.

O leilão vai ocorrer no próximo dia 14, às 10h, no pátio da Infraero (Infra-estrutura Aeroportuária), no Campo de Marte, em Santana, na zona norte de São Paulo.

Serão leiloadas nove aeronaves. Com elas a Secretaria Nacional de

Entorpecentes estima arrecadar US\$ 400 mil.

Essas aeronaves pertenceram aos maiores traficantes já passados pelo Brasil. Cada uma delas transportava, em média, 500 quilos de cocaína — o suficiente para comprar cinco aeronaves.

As aeronaves leiloadas são quatro Senecas Dois, um Piper Navajo, dois Cessnas Centurion, um Sertanejo e um Bonanza.

O leilão vai ser acompanhado por um leiloeiro oficial da Receita Federal, que não vai cobrar os 5% oficiais exigidos tradicionalmente

pelos leiloeiros profissionais. No local haverá um despachante para oficializar os documentos dos aviões adquiridos.

Depois dessa fase, a Secretaria Nacional de Entorpecentes vai promover o segundo leilão, em Bagé (RS), também de aeronaves confiscadas do narcotráfico.

Os leilões serão coordenados pelo médico legista Nelson Massini, do Ministério da Justiça. Em leilão anterior, realizado a dois meses, obteve-se US\$ 300 mil com carros também apreendidos de narcotraficantes.

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA FOLHA DE SÃO PAULO

FECHA DE PROCEDENCIA 15-9-84

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

## Avião de tráfico rende R\$ 280 mil em leilão

Da Reportagem Local

A Secretaria Nacional de Entorpecentes faturou R\$ 280 mil em leilão de nove aeronaves, realizado ontem no Campo de Marte, na zona norte de São Paulo.

Os aviões foram apreendidos nos últimos dez anos em poder de arcotraficantes.

Dessa verba, 40% será revertida para a PF e empregada no combate ao arcotráfico.

Os 60% restantes serão destinados a programas nacionais de prevenção ao uso de drogas.

O delegado Roberto Precioso Jr., da PF, responsável direto pela apreensão dessas aeronaves, considerou o leilão um "sucesso absoluto".

Precioso informa que no próximo dia 16 ocorrerá um outro leilão de aviões, em Bagé, no Rio Grande do Sul.

O avião mais lendário leilado ontem foi um Piper norte-americano. Ele foi apreendido por Roberto Precioso Jr. em 91, em Itu (SP), com um carregamento de 200 kg de cocaína. A aeronave pertencia ao traficante Ivanildo da Rocha.

DOCUMENTO

TITULO

PROVENIENCIA ZERO HORA

F 15/8/94

VINCULAC OES

ENTRADO

CRUZADO

## Avião usado em tráfico vai a leilão

DEVA RODRIGUES

Correspondente/Bagé

A Justiça de Bagé vai leiloar amanhã o avião Piper Seneca II encontrado abandonado em novembro de 1990 a 15 quilômetros da BR-153, no município de Dom Pedrito. O avião continha 170 quilos de cocaína. Na época, a Polícia Federal de Bagé não localizou o piloto do Seneca, que teria abandonado o avião provavelmente

depois de uma pane. Os documentos do avião não foram encontrados e a aeronave nem tinha prefixo.

O leilão está marcado para as 10h no aeroclube, com lance mínimo de R\$ 25 mil. A verba do leilão será repassada para o combate e apreensão às drogas e recuperação de drogados. Este é o primeiro leilão do gênero no Estado. Os policiais, na época, desconheciam que a droga seria levada para o Exterior, tal a quantidade apreendida.



Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA *LA República*

FECHA DE PROCEDENCIA *20/9/94*

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

## Remataron aviones requisados a narcos

PORTO ALEGRE. (Por Pedro E. Pascual). - El Consejo Federal de Estadísticos y la Policía Federal de Brasil remataron por primera vez en el país, aviones capturados pertenecientes a traficantes de drogas.

Los nueve aviones que estaban en poder de la Policía Federal después de distintos procedimientos en la lucha contra el narcotráfico, fueron a remate por decisión judicial.

La mayoría de los aparatos necesitan de reparaciones, y hasta algunas reformas, para quedar en condiciones de vuelo, según se informó en la capital paulista.

El remate fue realizado en el aeropuerto de Campo de Marte, en las afueras de la capital paulista, y atrajo inversionistas de varias partes de Brasil.

Todos los aviones fueron vendidos en menos de dos horas, y según se anunció, el dinero recaudado será utilizado específicamente en la lucha contra el tráfico de drogas en todo el país. La suma total de la subasta ascendió a 280 mil reales.

El Consejo Federal de Estadísticos ya anunció que, en breve, estará colocando a remate otros treinta aviones que fueran intervenidos en procedimientos policiales federales.

El próximo remate será en la ciudad próxima a nuestro país, Bagé, a 350 kilómetros de esta capital y a 60 de la frontera con Argentina.

Asimismo, la justicia brasileña ya liberó más de 400 camiones que estaban intervenidos por la Policía Federal y también estarán siendo

04-04

9500135

Nº DOCUMENTO 9500136

TITULO GRUPO Y. Copinon tropicon de cañe y marihuana proveniente de  
PROCEDENCIA EL P. 13 Brazil.

FECHA DE PROCEDIMIENTO 10-9-94

VINCULACIONES 11176 11354 11019

65092 11352

50466 11341

10001 11226

11351 50482

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Narcotraficante Capturado con Cocaína, Marihuana y Armas

Un conocido narcotraficante, que desde tiempo atrás tenía a la policía pisándole los talones, fue finalmente detenido en las últimas horas, tras un importante operativo montado por personal de la Dirección Nacional Antidrogas. En el transcurso del procedimiento, se le requisaron casi un cuarto kilo de cocaína, marihuana y un poderoso armamento.

Puesto a disposición de la Justicia, el sujeto resultó procesado en las últimas horas de la tarde de ayer.

Los efectivos de la mencionada repartición antidrogas tenían hace tiempo la información sobre el traficante, quien operaba en amplias zonas de la capital.

Sin embargo, todas las acciones realizadas anteriormente a efectos de lograr su detención habían sido vanas, ya que solamente se había podido llegar hasta algunos consumidores.

En las últimas horas, un discreto seguimiento permitió localizar al sujeto buscado cuando se encontraba en su vivienda, y en ese lugar se practicó un allanamiento, logrando la

detención del traficante y de una mujer que en ese momento lo acompañaba.

En la vivienda, se encontraron dos paquetes, que contenía poco más de cien gramos de cocaína cada uno, y una importante cantidad de marihuana.

Trasladados a dependencias de la Dirección Antidroga, donde fue interrogado, el sujeto admitió que se trasladaba periódicamente hasta la ciudad de Bagé, en Brasil, donde adquiría la cocaína y la marihuana, para posteriormente introducirla en nuestro país y distribuirla.

Poco después del mediodía de ayer, el sujeto fue puesto a disposición del Juez de turno, quien tras la audiencia respectiva determinó su procesamiento con prisión por el delito de infringir el "artículo 31 de la Ley 14.294, importación en la hipótesis de tenencia de estupefacientes." Mientras tanto la mujer que había sido sorprendida junto al traficante, quedó en libertad por disposición judicial.

Nº DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA

LA REPUBLICA

FECHA DE PROCEDIMIENTO

11-9-94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

## Cocaína y armas de gran poder incautó la Brigada Antidrogas

■ Otro golpe al narcotráfico asestó la Brigada Nacional Antidrogas al lograr la captura de un traficante que tenía en su casa abundante cantidad de cocaína y marihuana además de armas y 50 proyectiles para fusil automático.

Los procedimientos que derivaron en la captura del "narco" se realizaron en las zonas del Hipódromo de Maroñas y en Punta de Rieles.

Los efectivos de la mencionada repartición recibieron datos concretos que señalaba a un sujeto como dedicado en forma intensa al tráfico de drogas en las zonas mencionadas.

Luego de una serie de operativos y seguimientos discretos se logró la captura de varios consumidores y sus declaraciones sirvieron para identificar al distribuidor, un sujeto carente de antecedentes penales y que se domicilia en una finca de la calle 12 de Octubre.

En la tarde del jueves, los efectivos de Narcóticos concurren a su domicilio munidos de la orden de allanamiento expedida por el juez actuante. Tras sorprender al sospechoso en su casa, se efectuó una minuciosa revisión, hallándose en lugares ocultos casi un kilo de cocaína pura, marihuana, una importante suma en dólares, armas y gran cantidad de proyectiles.

El sujeto no pudo establecer la procedencia del arsenal, por lo que fue puesto a disposición de la Justicia, tras establecerse que desde hace tiempo se dedica a la distribución de la droga que re-

cibe de otra persona que la trae del Brasil.

Mientras el hombre declara ante el juez se prosiguen las in-

vestigaciones, estimándose que en el curso de las próximas horas podrán surgir novedades sobre el caso.

Nº DOCUMENTO 9500137

TÍTULO Brazil: Incatun en San Caetano drogas y armas.

PROCEDENCIA FOLHA DE SAO PAULO

FECHA DE PROCEDENCIA 10-9-94

VINCULACIONES 11976 11341 11422

65092 11354

50482 11019

11351 11214

11352 11229

ENTRADO	<input checked="checked" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="checked" type="checkbox"/>

**Homens são presos  
com drogas e armas**  
A polícia apreendeu antecorrem,  
em São Caetano (Grande São  
Paulo), cocaína, maconha, uma  
balança de precisão e três revól-  
veres calibre 38 que estavam em  
poder do desempregado Daniel  
Pereira, 27, e do mecânico Fa-  
bio de Castro, 23. Os dois foram  
arrestados em São Paulo no 1º DP.

OL - OA

9500137

Nº DOCUMENTO 9500138

TITULO BRASIL: PF de Pernambuco (Rauze) triplica número de objeto  
 PROCEDENCIA FOLHA DE SÃO PAULO en el Aeropuerto de GUARAPES.

FECHA DE PROCEDENCIA 10-9-88

## VINCULACIONES

[illegible]

ENTRADO  
CRUZADO

## PF de Recife amplia combate a traficantes

Da Agência Folha, em Recife

O Departamento de Polícia Federal de Pernambuco triplicou o número de agentes que trabalham no aeroporto internacional dos Guararapes.

O reforço na segurança foi montado a partir da constatação de que o tráfico de cocaína para a América do Norte, Europa e África estabeleceu uma rota alternativa através de Recife.

Desde 23 de agosto, a Polícia Federal apreendeu 27 kg de cocaína no aeroporto. A droga estava sendo transportada por seis estrangeiros. Todos eles estão presos. A polícia suspeita que...

A polícia suspeita que o canadense Richard Leveille, detido desde terça-feira, faça parte de um grupo de traficantes que atuam na Nigéria.

Segundo a Polícia Federal, ele carregava 3,4 kg de cocaína no fundo falso da mala e trazia dois passaportes, um com o nome de Peter Ewen.

01-01

9500138

Nº DOCUMENTO

9500139

TÍTULO BRASIL Comitiva mexicana deve desviar rota por tiroteio de

PROCEDENCIA Zero 14025 Traficantes -

FECHA DE REGISTRO 10-9-84

VINCULAÇÕES 11176

65012

10-1-84

10-1-84

10-1-84

CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

## Traficantes alteram trajeto de mexicanos

NELSON SOARES

AE/Rio de Janeiro

O Exército confirmou ontem que o trajeto da comitiva do presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, um dos 14 chefes de Estado que participam da VIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, no Hotel Glória, teve de ser desviado da Linha Vermelha para a Avenida Brasil. O motivo: um tiroteio entre traficantes da favela Parque União, no bairro de Bonsucesso, às margens da via expressa.

O Comando Militar do Leste negou que os criminosos tenham atraído os soldados que faziam o patrulhamento da área. Um diplomata me-

xicano, que participa da conferência, disse que ninguém da comitiva percebeu qualquer anormalidade no percurso do aeroporto até o Hotel Glória.

Segundo o coronel Ivan Cardoso, no momento do tiroteio o oficial que coordenava a segurança da Linha Vermelha entrou em contato com a equipe que estava de plantão no aeroporto da Base Aérea do Galeão avisando que, por medida de segurança, a comitiva deveria seguir para o Hotel Glória, onde as autoridades estão hospedadas, pela Avenida Brasil.

**SEM ALTERAÇÃO** - O oficial disse ainda que por determinação dos superiores os militares não responde-

ram aos disparos dos traficantes, mas helicópteros das Forças Armadas sobrevoadaram a favela durante alguns minutos e vários soldados vasculharam os becos tentando localizar os criminosos.

O traficante estivessem recebendo um carregamento de drogas no momento da chegada do avião do presidente mexicano à base aérea. Apesar do incidente, o Comando Militar do Leste, não pretende alterar o esquema de segurança dos chefes de Estado nem o patrulhamento da Linha Vermelha. Dezenas de soldados e um tanque do Exército foram colocados de frente para a favela em posição de ataque para o caso de haver novos tiroteios.

Nº DOCUMENTO 9500139

TITULO BRASIL Comitiva mexicana deve desviar rota por tiroteio de

PROCEDENCIA ZERO 14023 Traficantes -

FECHA DE EMISSÃO 10-9-84

VINCULAÇÕES 11116

650111

10-9-84

11116

11116

ENTRADO	/
CRUZADO	/

## Traficantes alteram trajeto de mexicanos

NELSON SOARES

AE/Rio de Janeiro

O Exército confirmou ontem que o trajeto da comitiva do presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, um dos 14 chefes de Estado que participam da VIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, no Hotel Glória, teve de ser desviado da Linha Vermelha para a Avenida Brasil. O motivo: um tiroteio entre traficantes da favela Parque União, no bairro de Bonsucesso, às margens da via expressa.

O Comando Militar do Leste negou que os criminosos tenham atirado nos soldados que faziam o patrulhamento da área. Um diplomata me-

xicano, que participa da conferência, disse que ninguém da comitiva percebeu qualquer anormalidade no percurso do aeroporto até o Hotel Glória.

Segundo o coronel Ivan Cardoso, no momento do tiroteio o oficial que coordenava a segurança da Linha Vermelha entrou em contato com a equipe que estava de plantão no aeroporto da Base Aérea do Galeão avisando que, por medida de segurança, a comitiva deveria seguir para o Hotel Glória, onde as autoridades estão hospedadas, pela Avenida Brasil.

**SEM ALTERAÇÃO** - O oficial disse ainda que por determinação dos superiores os militares não responde-

ram aos disparos dos traficantes, mas helicópteros das Forças Armadas sobrevoadaram a favela durante alguns minutos e vários soldados vasculharam os becos tentando localizar os criminosos.

O traficantes estivessem recebendo um carregamento de drogas no momento da chegada do avião do presidente mexicano à base aérea. Apesar do incidente, o Comando Militar do Leste, não pretende alterar o esquema de segurança dos chefes de Estado nem o patrulhamento da Linha Vermelha. Dezenas de soldados e um tanque do Exército foram colocados de frente para a favela em posição de ataque, para o caso de haver novos tiroteios.

Nº DOCUMENTO 9500140  
TITULO PROBLEMA SITUACION MUNDIAL : Organismo P. S. G. 2000.  
PROCEDENCIA 20031  
14/11/94

VINCULACIONES

<u>11176</u>	<u>10034</u>	<u>11235</u>	<u>11662</u>
<u>11224</u>	<u>10184</u>	<u>11349</u>	<u>507672</u>
<u>11345</u>	<u>11214</u>	<u>65592</u>	<u>11019</u>
<u>63092</u>	<u>11676</u>	<u>11226</u>	<u>61190</u>
<u>204182</u>	<u>11227</u>	<u>11510</u>	
<u>66224</u>	<u>65963</u>	<u>11512</u>	
<u>507604</u>	<u>61228</u>	<u>11670</u>	
<u>63112</u>	<u>500145</u>	<u>11214</u>	
	<u>05658</u>	<u>11229</u>	
		<u>11422</u>	

01/18

9500140

# PROBLEMATICA DEL NARCOTRAFICO

## SITUACION MUNDIAL

## CRIMEN ORGANIZADO

1994



## SITUACION MUNDIAL: CRIMEN ORGANIZADO

### CAPITULO 1

#### INTRODUCCION

Para este primer curso avanzado sobre la problemática del narcotráfico, se ha considerado de interés abordar con mayor profundidad uno de sus factores: el **CRIMEN ORGANIZADO**.

El crimen organizado constituye actualmente una de las graves amenazas a la seguridad interna e internacional. Tradicionalmente, las organizaciones mafiosas han sido peligrosas por su capacidad de acceso a las instancias de decisión en las cuestiones políticas, administrativas, judiciales y policiales del Estado, desnaturalizando su finalidad. Dicha peligrosidad hoy se ve incrementada por la incursión de tales organizaciones delictivas en el narcotráfico.

En este último sentido, debemos recordar lo expresado en el Informe de la JIFE correspondiente a 1993:

Están aumentando el poder económico y la influencia política de los cárteles de la droga. Paralelamente a la "globalización" del uso indebido de drogas, han aumentado también la internacionalización y la cooperación entre los cárteles de la droga. Hay también pruebas concluyentes de que las organizaciones de traficantes que intercambian diferentes tipos de drogas. Los sindicatos de narcotraficantes están participando cada vez más en otras formas de delincuencia organizada y violenta, utilizando técnicas complejas y modernos sistemas de comunicaciones. Las organizaciones delictivas controlan las drogas desde las fases de cultivo y producción hasta las de almacenamiento y distribución. Grandes cantidades de drogas se almacenan provisionalmente en determinados países para aprovechar sus legislaciones débiles e ineficaces. Hay pruebas de que las organizaciones dedicadas al narcotráfico utilizan con frecuencia los territorios de países a) que no son Partes en los tratados de fiscalización internacional de estupefacientes; b) que han ratificado oficialmente las convenciones sin aplicar sus disposiciones; c) que se ven afectados por guerras civiles, actividades terroristas, inestabilidad políticas, conflictos étnicos, depresión económica o tensiones sociales; d) que no están en condiciones de garantizar el control del gobierno sobre algunas partes de sus territorios; e) que no son capaces de garantizar el cumplimiento de la ley ni mantener servicios aduaneros y de control farmacéutico adecuados.

Para nosotros, el tema reviste interés en razón de que prácticamente todas las organizaciones mafiosas de nivel mundial tienen, en mayor o menor grado, presencia en esta región, particularmente en BRASIL.

El objetivo de esta exposición es explicar las características comunes a este tipo de organizaciones. Posteriormente no referiremos a las mafias italianas, que son las que tienen mayor presencia en la región, así como también a la YACUZA japonesa y a las TRIADAS chinas, que teniendo presencia en el área son menos conocidas.

## CAPITULO 2

### NATURALEZA DE LAS ORGANIZACIONES MAFIOSAS

#### Introducción

Las organizaciones delictivas que distinguimos con la denominación de "crimen organizado" o "mafias", difieren grandemente de las "bandas" comunes y corrientes de delincuentes. Entre las principales diferencias, se destacan las siguientes.

#### Carácter permanente

Una banda no es más que la asociación temporaria de un grupo de malhechores orientadas por un "jefe", la cual desaparece una vez que dicho jefe es muerto o apresado. Las organizaciones mafiosas, en cambio, son permanentes y están estructuradas para funcionar en ausencia temporal o definitiva de su jefe.

#### Carácter sectario

Las organizaciones mafiosas son sociedades secretas, compartimentadas y jerarquizadas, dotadas de reglas rígidas de las que nadie se aparta sin peligro de muerte, destacándose entre éstas el "código de silencio" y la imposibilidad de abandonar la organización una vez que se ingresó a ella. Alguien puede ingresar a una banda común por amistad o afinidad, pero en estas asociaciones se ingresa por co-optación familiar, después de cumplido un ritual.

#### Poder territorial y económico

Otras diferencias esenciales con la delincuencia ordinaria son el carácter marcadamente territorial del poder de estas organizaciones, así como el colosal poder económico o financiero. La primera característica le permite imponerse al poder político y la segunda les permite intervenir, de acuerdo con sus intereses, en la vida de las comunidades en donde actúan.

#### Diversidad de actividades

Finalmente, podemos destacar que estas organizaciones se dedican a diversas actividades delictivas y también legales, estas últimas, en muchos casos, para servir de fachada o encubrir actividades ilegales. Antes o después, sin embargo, todas han ingresado en el tráfico de drogas, con tendencia a convertirse en la actividad principal debido a sus enormes réditos. Las grandes sumas de dinero obtenidas por este concepto, por otro lado, ha servido para aumentar su poder, así como para adquirir y emplear armas, equipos y técnicas cada vez más poderosas y sofisticadas.

9500140

### CAPITULO 3

#### LAS ORGANIZACIONES ITALIANAS

##### Introducción

Las organizaciones mafiosas italianas, en orden decreciente de importancia son: la COSA NOSTRA, la CAMORRA, la N'DRANGHETA y la SACRA CORONA UNITA. Antes de referirnos a ellas, examinaremos en general aspectos de la situación que ellas han creado en ITALIA y en EUROPA, así como algunos aspectos de sus vinculaciones con la región latinoamericana.

##### Situación General: Italia

Las organizaciones mencionadas han constituido y constituyen el problema Nº 1 de la sociedad italiana. Como consecuencia del asesinato de los jueces antimafia PAOLO BORSELLINO y GIOVANNI FALCONE, la fiscalía italiana puso en marcha en noviembre de 1992 la más importantes operación contra la mafia desde 1984. La OPERACION "LEOPARDO" fue dirigida fundamentalmente contra la COSA NOSTRA y ha tenido varios éxitos, siendo el más resonante la captura de su Nº 1, TOTO RIINA, luego de haber permanecido oculto durante 23 años. Este y otras acciones internas e internacionales que han tenido lugar en los tres últimos años, asestaron duros golpes a las organizaciones mafiosas, pero el problema dista mucho todavía de tener una solución definitiva.

##### Situación General: Europa



9500140

Las mafias italianas comenzaron a establecerse e implantar actividades en otros países europeos. Hacia fines de 1993, se habían detectado actividades en FRANCIA (inversiones directas), en SUIZA (finanzas y blanqueo de capitales), en CROACIA (tráfico de armas y estupefacientes) y de manera más sistemática en ALEMANIA (intentos para crear una estructura similar a la existente en los EEUU, así como una base logística para atentados en otros países). De esa manera, la mafia italiana se ha convertido en una de las amenazas más graves, en términos de seguridad, también para la COMUNIDAD EUROPEA. Por tal razón, ésta creó en setiembre de 1992 el GRUPO EUROPEO PARA LA LUCHA CONTRA LA MAFIA, con el cometido de diseñar una estrategia paneuropea y lograr que la misma tenga aplicación inmediata en los distintos países.

Otras conexiones: América del Sur

Las ramificaciones internacionales de las organizaciones mafiosas italianas son varias, como también lo son con el narcotráfico en nuestra región. En este sentido cabe destacar la operación "HIELO VERDE", la cual dejó en evidencia la alianza entre la COSA NOSTRA, la CAMORRA y la N'DRANGHETA, y su acuerdo con el CARTEL DE PEREIRA (COLOMBIA), para convertir a ITALIA en la base única de importación de cocaína y su distribución al por mayor en toda EUROPA.

## A. LA COSA NOSTRA

### Otras denominaciones

"Mafia" y "Mafia Siciliana".

### Origen/significado del nombre

"Mafia" es una denominación concebida para el "gran público", que designaba originariamente a la COSA NOSTRA. Apareció por primera vez en un documento siciliano de 1658.

### Origen/Creación

La organización como se la conoce actualmente, surgió a fines del siglo pasado.

### Importancia

Es la más poderosa de las organizaciones mafiosas italianas

### Poder territorial

Palermo y Sicilia, originalmente.

### Poder económico

Mueve unos 25 mil millones de dólares al año (1993).

### Capacidades

- Domina la técnica de los atentados con coches-bomba, que comenzó a practicar en 1963.
- En los últimos dos o tres años ha adquirido armas en el ex bloque soviético, pagando generalmente con cocaína o heroína. Le han sido incautado explosivos, granadas, rifles AK-47 y lanza cohetes antitanque.
- Han procurado contratar los servicios de expertos del ex bloque soviético, en actividades tales como criptografía, informática de punta y biotecnología (para aplicar nuevas técnicas a la refinación de estupefacientes).

### Estructura de la organización

Después de las declaraciones de algunos "arrepentidos", el principal de los cuales fue TOMASSO BUSCETTA en 1984, las autoridades italianas pudieron tener una concepción más clara de las estructuras hasta entonces secretas de la organización. Cada familia o "COSCA", de las cuales se han podido identificar 142 solamente en SICILIA, controla un territorio muy cuidadosamente delimitado. Comisiones superiores arbitran los diferendos entre familias y velan por el respeto

de las reglas de juego. Una comisión interprovincial interviene en los casos en que la COSA NOSTRA como organización puede estar en peligro.

Relación de principales hechos

1984 - Es detenido en BRASIL, TOMASSO BUSCETTA, constituyéndose en la primera figura de peso de la COSA NOSTRA en romper el código de silencio. Sus declaraciones permitieron desarrollar investigaciones que culminaron con el "maxiproceso" de Palermo en 1987, cuando se juzgó a más de 300 miembros de esta organización.

Notas. La respuesta de la organización contra BUSCETTA ha sido única en el mundo hasta hoy. La mafia asesinó a sus padres, a su mujer, a sus tres hijos, sus hermanas, sus hermanos, primos y primas, sobrinos y sobrinas, tíos, tías, cuñados y cuñadas y los hijos de éstos, además de sus amigos íntimos, totalizando 32 personas.

1992 - Asesinato de BORSELLINO y FALCONE. OPERACION "HIELO VERDE", OPERACION "LEOPARDO".

1993 - Detención de TOTO RIINA.

1994 - Luego de una investigación que llevó cuatro meses, en la que participaron autoridades colombianas, británicas e italianas, en los primeros días de enero de 1994, culminó la OPERACION "ANGELO 2", que puso al descubierto las conexiones entre el CARTEL DE CALI y la COSA NOSTRA, para la adquisición y distribución de cocaína en EUROPA.

Otras actividades relacionadas con el narcotráfico

Ha establecido lazos sólidos con la mafia turca. En TURQUIA se obtiene la morfina-base que se transforma en heroína para el mercado europeo en laboratorios sicilianos.

## B. LA CAMORRA

### Otras denominaciones

"Mafia napolitana", "Camorra Napolitana".

### Origen/Creación

Surgida en NAPOLES a principios del siglo XIX, como asociación de grupos delictivos de barrio.

### Importancia

Es la segunda en poderío de las organizaciones italianas.

### Poder territorial

Nápoles y la región de la Campania, originalmente.

### Actividades

Hasta la década de los 50 se dedicó a una delincuencia de nivel menor (extorsiones, robos, mercado negro, contrabando de cigarrillos y tabaco). Contactos con gangsters italoamericanos la hicieron acceder progresivamente a papeles mayores en el tráfico internacional de drogas.

### Estructura de la organización

A pesar de algunos intentos de organización centralizada a comienzos de los 80, sigue siendo esencialmente una federación informal de un centenar de clanes. El clan en ascenso es el Clan Alfieri, de NOLA, que hoy extiende su influencia sobre las familias LICCIARDI, GIULIANO, CONTINI LO RUSSO y MARIANO. En conjunto, conforman el polo delictivo de mayor actividad.

09  
9500140

### C. LA N'DRANGHETA

#### Otras denominaciones

"Mafia calabresa".

#### Origen/significado del nombre

"N'DRANGHETA" proviene de la expresión griega "ANDRAGATHOS", que significa "hombre valiente".

#### Origen/creación

Surgió a fines del siglo XIX, como federación horizontal de unas 140 "familias", las "ndrine", a menudo desgarradas por "vendettas" seculares sin redención.

#### Importancia

Se ubica detrás de la Costa Nostra en cuanto a "prestigio" y detrás de la Camorra, en cuanto al número de adeptos. Ultimamente está en ascenso debido a las circunstancias desfavorables de sus socios, principalmente debido a los golpes asestados contra la Cosa Nostra y la Camorra. Según la policía italiana, es "más secreta y feroz" que su hermana mayor, la Cosa Nostra.

#### Poder territorial

Originaria de las provincias de Reggio di Calabria y Catanzaro. En los dos últimos años logró monopolizar la actividad delictiva en la zona industrial de Milán, aprovechando las colisiones entre la Cosa Nostra y la Camorra, por la "politización" de sus "capos". La importante emigración de calabreses al norte de Italia (Milán) y Francia (Alpes Marítimos), le permitió establecerse en el extremo europeo de la "conexión balcánica" del tráfico de drogas hacia Europa Occidental. Sigue la tendencia de las otras organizaciones, en cuanto a extender su influencia en Europa. Las últimas operaciones han puesto en evidencia sus conexiones con los carteles sudamericanos, en alianza con otras organizaciones italianas (Operación "Hielo Verde" - 1992), así como la extensión de sus operaciones a Argentina y Medio Oriente (1994).

#### Poder Financiero

Sin datos cuantitativos concretos.



#### Influencia Política

Sus más notorios "padrinos" se mostraron ardientes partidarios de "Forza Nostra", de Silvio Berlusconi, en los comicios de 1994, apuntando a ocupar el peldaño antes reservado a la Cosa Nostra.

#### Miembros

Aglutina unos 500 miembros activos y a un número diez veces mayor de adherentes, entre los que se cuentan profesionales de todas las esferas, políticos y magistrados.

#### Principales actividades

- Comercialización de drogas ilícitas.
- Comercialización de armas y explosivos.
- Secuestros y asesinatos por encargo.
- Blanqueo de dinero sucio.

#### Ultimos golpes contra la organización

15/9/92. Arresto en Marsella de Doménico Libri, de 58 años, permitiendo conocer las inversiones directas de su "familia" en Francia.

29/9/92. Operación "Hielo Verde" (Clan "Pironalli").

15/10/92. Arresto de Alfonso Di Marcio, de 35 años, quien era buscado desde hacía más de un año por los delitos de asociación de tipo mafioso, narcotráfico y secuestro de personas. Era el encargado de blanquear el dinero obtenido del tráfico de cocaína y heroína y el "capi" de la organización que planeó y ejecutó 17 secuestros en Italia en los últimos años.

25/5/94. Arresto de 15 integrantes de la familia de los "Mancuso" (Limbardi-Catanzaro), dedicada al reciclaje de decenas de millones de dólares de dinero sucio proveniente del tráfico de drogas y armas a través del triángulo Argentina-Medio Oriente-Suiza. Los capitales sucios (dinero en efectivo) eran llevados en valijas por correos de la organización que partían de Roma con destino a Buenos Aires. Uno de los detenidos, un abogado de Bruherio, localidad cercana a Milán, tenía vinculaciones de alto nivel en la Argentina, que permitieron convertir a este país en la base desde la cual se dirigían las operaciones de reciclaje.

#### D. SACRA CORONA UNITA

##### Otras denominaciones

No se conoce.

##### Origen/Creación

Es de reciente creación. Fue fundada por GIUSEPPE ROGOLI a fines de los años '70.

##### Poder territorial

TARENTO y BRINDISI. Tiene bases en el exterior, especialmente en MUNICH.

##### Importancia

La posición estratégica del territorio donde actúa (frente a los BALCANES MERIDIONALES, ALBANIA, MACEDONIA, etc.) le ofrece una buena base para el tráfico de armas, drogas y el contrabando de cigarrillos.

##### Otras consideraciones

Es conocida por su rigurosa disciplina interna y por no utilizar intermediarios en el tráfico de drogas. Envía a sus integrantes a AMERICA LATINA y a HOLANDA para montar conexiones para el tráfico de cocaína, así como también a TURQUIA y SIRIA en busca de heroína para el mercado europeo.

Posee el grupo FAMIGLIA DEL 5, brazo armado de la SACRA CORONA UNITA, que tiene la función de ejecutar los atentados y asesinatos para la organización.

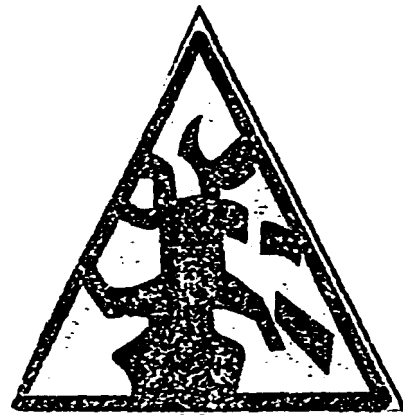
## CAPITULO 4

### LAS TRIADAS

#### Origen del nombre

A fines del siglo pasado, la policía de HONG KONG acuñó la denominación "triadas", como consecuencia de los emblemas y símbolos de forma triangular que identifican a estas organizaciones.

#### Símbolo tradicionales



El símbolo tradicional que ha dado su nombre a las triadas representa la armonía entre el hombre, el cielo y la tierra.

#### Composición

Hay triadas de todo tipo, desde las absolutamente honorables -sociedades de ayuda mutua o filosóficas- hasta asociaciones delictivas.

En HONG KONG -capital de las triadas- existen actualmente una cincuentena de ellas, de las cuales 15 son importantes asociaciones delictivas. La más poderosa es la triada SUN YEE ON.

#### Régimen interno

Las triadas mejor estructuradas tienen una jerarquía y una dirección que controla adhesiones y promociones de acuerdo con la disciplina más brutal.

Estas organizaciones son, por definición, secretas: tienen rituales complejos, ceremonias de iniciación y un conjunto de juramentos a cumplir por parte del iniciado, que pueden llegar a 36, los que ingresan no pueden abandonar la organización con vida y los que rompen el código de silencio son ajusticiados. La dirección superior jamás se involucra directamente en asuntos delictivos, pero el jefe o "Cabeza de Dragón", cuida del personal que hace el trabajo de campo (equipo de delincuentes), asegurándoles respaldo financiero de acuerdo con el instituto del

GWAN SI (reparto), protegen a sus miembros y familias y les aseguran contactos y relaciones.

El "CABEZA DE DRAGON" planifica emprendimientos conjuntos con otras organizaciones mafiosas. Asimismo administra y asigna recursos que otros ponen en manos de legisladores y policías corruptos.

#### Rubros de actividades

La actividad tradicional por excelencia ha sido el control del juego ilegal, la prostitución y la "protección".

Posteriormente han incorporado otras: las triadas producen las mejores tarjetas de créditos falsas en el mundo y se dedican a la lucrativa piratería de audio y video.

Una nueva actividad que depara fortunas a las triadas es el tráfico de emigrantes chinos ilegales destinados a EUROPA y AMERICA DEL NORTE, que no deja de ser una variante siglo XX del tráfico de esclavos.

Pero el principal negocio en la actualidad es la droga. Los químicos del TRIANGULO DE ORO, que producen desde hace más de cuatro años la heroína No 4, conocida también como CHINA WHITE, son chinos, y los que regulan su tráfico son las triadas.

### LA TRIADA SUN YEE ON

#### Origen/Creación

Fue fundada en 1919 por la familia HEUNG CHIN, a la cual sigue perteneciendo.

#### Importancia

Es la más poderosa de todas las triadas y es considerada la organización mafiosa mayor y mejor estructurada del mundo.

#### Efectivos

Sólo en HONG KONG, cuenta con 45.000 miembros y 1.700 cuadros activos. En todo el mundo chino superan los 60.000, estimándose que para el año 2000 contará más de 100.000.

#### Poder territorial

HONG KONG y toda la CHINA MERIDIONAL.

En HONG KONG domina territorialmente y se han infiltrado en los consejos municipales, la bolsa, la banca, los partidos políticos, el turf, el transporte y la

industria. Utiliza uno de sus fuertes -la industria cinematográfica y el show-business- para encubrir el tráfico de drogas entre ASIA y AMERICA DEL NORTE.

Supo anticiparse a la apertura económica de la R.P.CHINA, y depuró su Consejo de Administración para incluir únicamente a miembros políticamente neutros, es decir, sin vínculos que pudieran ofender a las autoridades de BEIJING. Luego invirtió fuertes sumas en cines, tiendas de discos y videos, restaurantes y bares de la "Zona Económica Especial" china de SHENZEN. También emprendió joint ventures de clubes y burdeles con funcionarios locales corruptos, así como centenares de millones de dólares en instalaciones estratégicas en CANTON y hasta en BEIJING.

#### Régimen interno y estructura

Es una tríada tradicional en materia de reglas, disciplina y controles.

La presidencia dirige estrechamente los ascensos. El jefe, poéticamente denominado "OCUPANTE DEL TRONO EN LA SALA COMERCIAL", se rodea de un consejo superior de cuatro personas. Luego viene un directorio de doce miembros. Por debajo están los "COMANDANTES DE DISTRITO", que cubren todo HONG KONG y luego los "JEFES DE EQUIPO", por debajo de los cuales están los llamados "49", "SOLDADOS" que cumplen órdenes ignorando quiénes están más allá de sus jefes directos.

#### Otras consideraciones

Entre los dirigentes de esta tríada hay empresarios, estrellas de cine chino y personalidades del show-business local, que poseen además considerables intereses en negocios de exportación e importación, la industria del espectáculo, el video y el cine.

La tríada dispone de batallones de abogados de alto poder y asigna recursos para pagar hasta las mayores fianzas cuando alguno de sus miembros tiene que comparecer ante la justicia.

Se dice que sus 1.700 cuadros principales, se benefician de jubilación con fondo de retiro, servicio de asistencia médica y un sistema de seguros y asignaciones familiares.

## CAPITULO 5

### LA YACUZA



Palabra YACUZA en japonés

#### Origen del nombre

La palabra YACUZA designa el peor resultado posible en el milenar juego de cartas conocido como HANAFUDA (cartas de flores). En este juego, pierde el participante que quede con una combinación de cartas que sume 20 puntos. La peor secuencia es la formada por los números 8-9-3. La pronunciación de esos tres números en japonés son parecidos a la palabra YA-CU-ZA. El término comenzó a ser usado por las primeras agrupaciones delictivas formadas por jugadores profesionales. Entre ellos, la palabra servía para denotar alguna cosa inútil. Más tarde, ella pasó a ser usada para designar a los propios jugadores, como si ellos fueran inútiles para la sociedad, nacidos para perder. El término se fue popularizando y hoy es sinónimos de agrupación delictiva y mafia japonesa.

#### Composición

La YACUZA comprende 3.300 agrupaciones delictivas con cerca de 90.000 miembros.

La organización más poderosa es la YAMAGUCHI-GUMI, que cuenta con 26.000 miembros distribuidos en 944 grupos.

Le siguen en importancia la INAWA-KAI, con 8.000, y la SUMIYOSHI-KAI, también con 8.000 miembros.

#### Origen/Creación

La YACUZA comenzó a surgir en JAPON en la década de 1920, pero su origen es incluso anterior al de la mafia siciliana, remontándose a la era TOKUGAWA, en el 1604, año que marcó el fin de la época feudal en el país. Sus primeros integrantes fueron una mezcla de los HATAMOTO-YAKKO (Samurais desempleados que se volvieron bandidos y asaltantes) con los MACCHI-YAKKO, o servidores de la ciudad, grupo de jóvenes que se unían para combatir a los HATAMOTO.

#### Régimen interno y estructura

La YACUZA tiene similitudes con las mafias ya vistas, particularmente en los ritos que sustentan, en el código de honor basado en la fidelidad, el silencio y la subordinación al OYABUN (equivalente al PADRINO italiano).

A diferencia de la mafia italiana, sin embargo, la YACUZA está prácticamente institucionalizada dentro de la sociedad japonesa. Su institucionalización se prueba a través de sintomáticos signos: no se ocultan y sus actividades sólo tienen un leve tinte clandestino. Más aún, sostienen con la policía un particular statu-quo, que pasa por permitir a las autoridades cierto control sobre sus actividades públicas.

Siguen la estructura OYABUN-KABUN (maestro y aprendiz) y poseen una fina cadena de mandos.

#### Rubro de actividades

En general: tráfico de drogas, prostitución, juego, contrabando, comercio, pornografía y tráfico de armas.

YAMAGUCHI-GUMI: especulación bursátil e inmobiliaria, directamente conectada con todos los escándalos políticos y financieros del JAPON.

INAGWA-KAY: no se alejó del todo de la metodología violenta y de los negocios tradicionales: extorsión, prostitución, tráfico de drogas y, en la última década, lavado de dinero.

#### Presencia en el exterior

EEUU (N. YORK, SAN FRANCISCO, LOS ANGELES, HAWAI y NEVADA), COREA DEL SUR, HONG KONG, TAIWAN, FILIPINAS, AUSTRALIA, y SUDESTE ASIATICO (TAILANDIA y TAIWAN) y BRASIL (tráfico de cocaína hacia Japón y extorsión a tres de las 45 empresas japonesas allí establecidas).

#### Poder financiero

Su capacidad de recaudación en 1991 fue cercana a los 12.000 millones de dólares. Según cálculo de la policía, en 1989 superó las ganancias de SONY.

#### Otras consideraciones

Sus miembros reúnen las siguientes características físicas:

- el 75% posee algún tatuaje en el cuerpo (generalmente desde los hombros hasta las rodillas.
- el 42% no tiene la falange del dedo meñique izquierdo, que ha sido mutilada como forma de restaurar un error.
- cabellos cortos rente.
- usan autos americanos, preferentemente Cadillacs y Lincolns.
- usan lentes oscuros.

Además, son ultranacionalistas, tienen aversión al extranjero, reverencian el pasado e idolatran al emperador.

#### Ley antimafia

El 8 de marzo de 1992 entró en vigor una ley aprobada por la administración nipona, que permitirá a la policía clasificar a siete asociaciones mafiosas como "organizaciones delictivas" y reducir su margen de maniobra y sus ingresos relacionado con el juego, la intimidación, los préstamos con usura o la mediación en demandas judiciales civiles. Se confía que su progresiva ilegalización, facilite consecuentemente el alejamiento de los políticos de las fuentes de financiación sospechosas de connivencias con el delito organizado.

Se destaca que algunos analistas estiman que la presencia de la YACUZA en AMERICA LATINA en los últimos tiempos, obedece a que estarían buscando nuevos campos de actuación que les permita eludir las disposiciones de la ley mencionada.



SECRETO

- Ejemplar No. 2 <sup>1/3</sup>  
- Copia No. 1  
- M O N T E V I D E O.-  
- BN.ING.CBTE.No.1.-  
- 050900ENERO1995.-

PEDIDO DE INFORMACION No.001/S-2/995.-

**1.- FECHA ANTE LO CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:**

- Lo antes posible.-

**2.- INFORMACION EXISTENTE:**

- A.- EVALUACION: Emitida.

- B.- T E X T O: De acuerdo a tareas de Contra-información enmarcadas en Directivas Particulares de Información No.4/D-2/988 se elevan datos de aspirantes a ingreso.-

**3.- INFORMACION SOLICITADA:**

- Toda información que se considere de interés sobre dichas personas.-

**4.- DISTRIBUCION:**

FECHA 17/4/95 INICIAL (01)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

- 1.- Ejemplar.....Cte.D.E.I.(Original).-
- 1.- Ejemplar.....D.G.I.D.(Copia 1).-
- 1.- Ejemplar.....Archive 3-2(Copia 2).-

MINISTERIO DE DEFENSA  
Dirección General de Información  
DEPARTAMENTO  
Fechas de Estado 9/01/95  
R. 95006



el Jefe del Bn.Ing.Cbte.No.1.-

El Jefe.-  
Mayor:

ALVARO MISA.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 5-1-95  
Pasa SDI  
No de Identificación 950041

SECRETO

001/3

MINISTERIO DE DEFENSA REGIONAL  
Dirección General de Información  
DEPARTAMENTO  
Fecha de Emisión 09 ENE. 1995  
Pasa ANTECEDENTES  
Nº. de Orden 9500141

9500141

- **Í N D I C E :**

- **PRIETO FERRAZ, Alicia.**

C.I: 1.702-726-9

C.C: BAA.26428

F.N: 23/2/62.

E.Civ: Casada.

Dom: Prudencio Vasquez y Vega 1124.

Especialidad: Post-Grade de Pediatría.-

-----  
- **SOSA, Raúl Suidemar.**

C.I: 3.519-001-4

C.C: BDA.96259

F.N: 10/4/75.

E.Civ: Soltero.

Dom: Cesar Batlle Pacheco 4181(P.Blanco).

-----  
- **PEDROZO GONZALEZ, Pablo Nelvy.**

C.I: 3-607-534-6

F.N: 29/12/74 (Rivera).

E.Civ: Soltero.

Dom: Florencio Sanchez 1742(Rivera).

-----  
- **MACHADO, Osean.**

C.I: 3-773-491-9

C.C: HAB.30772

F.N: 4/6/55(Rivera).

E.Civ: Casado.

Dom: Rivera.

MADRE: MACHADO, Alda.

Ocupación: Ama de Casa.

Dom: Rivera.

ESPOSA: BRUM MACHADO, Nilsa Mabe.

C.I: 3-777-589-6

F.N: 12/59(Rivera).

Ocupación: doméstica.

FECHA 17/4/85 INICIAL 61

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

-----  
- **MARQUEZ NETTO, Juan Alberto.**

C.I: 2.648-942-0

C.C: HBA.19150

F.N: 2/5/60(Rivera).

E.Civ: Soltero

Dom: Barrio Mandubí (Rivera).

-----  
- **GONZALEZ OLIVER, Richard José.**

C.I: 4.135-293-3

C.C: BDB.65684

F.N: 30/1/76.

E.Civ: Soltero

Dom: Cerralta 2083 (Rivera).

U.Trabajo: Ex-Soldado de Bat.Florida.

PADRE: GONZALEZ GODOY, José Julio.

Dom: Cerralta 2083 (Rivera).

HERMANA: GONZALEZ OLIVER, Lucía Beatriz.

F.N: 29/6/74.

Ocupación: Estudiante

Dom: Rivera.

- CARBALLO GALEANO, Freddy.

C.I:2.589-485-6

C.C:HAB.49832

F.N:9/4/64.

Est.Civ: Concubino

Dom:Dr.Ugón y Vía Ferrea(Rivera).

PADRE: CARBALLO OLIVERA, Pablo.

F.N:27/9/44

Dom:José P.Varela 535 (Rivera).

Ocupación: Retirado Militar.

MADRE: GALEANO MARTINEZ, Elvira Esther.

F.N:30/4/40

Dom:Ellauri y Espínola(San José).

Ocupación:Ama de Casa.

CONCUBINA:PAEZ, Gladys Raquel.

Ocupación:Ama de Casa.

Dom:Dr.Ugón y Vía Ferrea(Rivera).

HERMANA:CARBALLO GALEANO, Mari Esther.

Ocupación:Auxiliar de Enfermería.

Dom:San José.

---

○ PEREIRA CISNEROS, Pedro Marcos.

C.I:2.847-247-1

C.C:HAA.15631

F.N:20/2/50.

Est.Civ: Casado

Dom:Rivera

ESPOSA: CIMOY, María Roselia

Ocupación: Enfermera.

Dom:Luis B.Berres 486 (Rivera).

HERMANO:PEREIRA, Antonio.

Ocupación:Retirado Militar.

---

003/3

9500141

05-GEN-1995 09:12

DNI: SECRETARIA PRIVADA

005982910319 P.01/01

P.004.4

Montevideo, enero 5 de 1995

1)-

INFORMACION GRENIAL

ORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas y se esperan nuevas medidas a partir de esta semana.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PUENA: Se encuentran en situación de pre-conflicto debido al proceso de privatización de la empresa y en denuncia de irregularidades cometidas por la empresa CANDYSUR EN EL servicio en tierra. En los primeros días del corriente mes se realizará una asamblea para decidir medidas de lucha, aunque se descartan paros por el momento.

CONSTANCIA: En el día de la fecha se producirá el arribo de los funcionarios de Brasil y Argentina para tratar el tema "La zona náutica comercial en el MERCOSUR".-

ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY(BANCA OFICIAL): Se encuentran en situación de pre-conflicto motivado por el traspaso del control del comercio exterior de manos del DROU a la Dirección Nacional de Aduanas a partir del 1/1/. Se prevén movilizaciones en el correr de la semana.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y CHORROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. Continúan en estado de alerta y en asamblea permanente. En el día de la fecha presentan una denuncia ante la Comisión de Legislación del Trabajo de la Cámara de Diputados por no ajustarse a la convenido referente al Sector Cobranza.-

CONSTANCIA: En el Consejo Directivo de la víspera se planteó que el día de la asunción de la empresa adjudicataria(GASERA) se realizará un paro de actividades para realizar una asamblea en la que se instrumentarán otras medidas a tomar.

ASOCIACION REFERENTE A ABEHU(BANCA OFICIAL): En el día de la fecha realizarán un paro de 10 minutos para leer una proclama referida al tema del traspaso del comercio exterior.-

3)-

INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO

I) En la víspera, a la hora 01:10 se recibió una llamada en el Cine Trocadero, en la cual una voz femenina expresó "Hay una bomba y detonará en momentos". Inspeccionado el lugar por personal de la Secc. 2a. y Bomberos, los resultados fueron negativos.  
II) En la víspera, a la hora 15:10 se recibió una llamada en la imprenta sita en Mariano Moreno 2708 entre 8 de octubre y Gral. Urquiza, en la cual una voz masculina expresó "En quince minutos estallará una bomba". Inspeccionado el lugar por personal de Secc. 9a. y Bomberos, los resultados fueron negativos.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información y Documentación  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de ingreso 09 ENE. 1995  
Pase a ARCHIVO  
Nº de Orden 9500142

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 05-1-95  
Pase a SDI  
Nº de Identificación 9500142

(POCO LEGIBLE)

DET. - GRENIAL  
MILITAR

001/1

9500142

TOTAL P.01

01-05-95 09:14

565 P01

5982+475770

TUC

1/17

**COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION DE INTELIGENCIA NAVAL**

**RESUMEN SEMANAL**

**Nro. 01/95**

**RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA**

**PERIODO DEL 27 DE DICIEMBRE AL 03 DE ENERO DE 1995.-**

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 5-1-95
Para: SDI
Nº de Identificación 9500143

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 09 ENE. 1995
Para: Archivo
Nº. de Orden 9500143

8

001/17

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL  
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 01/95

030800P ENE 95

SITUACION

INTERIOR

1.- COMPONENTE MILITAR

a.- Demora en reparación de embarcación de rescate.-

La ROU 70 embarcación perteneciente a la Prefectura del Puerto de Maldonado, la única de sus características con que cuenta dicha Prefectura, que ha participado en innumerables salvatajes y rescate de navíos en sus 40 años de servicio, sufrió la rotura de sus motores tiempo atrás, cuando en una de sus habituales misiones se había trasladado hacia la zona de Laguna José Ignacio para colaborar en la búsqueda de tres personas que habían desaparecido.

El inicio de la temporada preocupa por la carencia de una embarcación de las características de la ROU 70, ya que no se cuenta con otra similar para un eventual caso de emergencia. (EL PAIS - 28/XII/94).-

b.- Campaña Antártica.-

El Poder Ejecutivo autorizó la salida de aguas jurisdiccionales del buque ROU Vanguardia, este buque saldrá de las aguas territoriales con el objeto de realizar la campaña antártica 94/95, a partir del 3 de enero del año entrante y con una duración aproximada de treinta días.- (EL PAIS - 28/XII/94).-

c.- Policía del Mercosur reclama legislación adecuada.-

El primer Congreso Regional de Policías del Mercosur que reunió a representantes de Paraguay, Uruguay, Brasil y Argentina, decidió bregar por la creación de una comisión Regional de Seguridad Policial en el Mercosur.

Una vez concretados los acuerdos que permitirán dar comienzo al funcionamiento del Mercosur, los cuerpos policiales de los cuatro países manifiestan su preocupación por el control de fronteras y los inconvenientes de la legislación actual respecto al nuevo funcionamiento regional. (LA REPUBLICA - 27/XII/94).-

d.- Cuatro Oficiales Generales de las FF.AA. pasarán a retiro en febrero/95.-

Cuatro Oficiales Superiores de las Fuerzas Armadas pasarán a retiro obligatorio en febrero próximo, al cumplirse para ellos las condiciones establecidas en la Corte Orgánica de las Fuerzas Armadas.

En la Armada dejarán su carácter de activos el actual Comandante de la Fuerza, Vicealmirante James COATES, y los Contralmirantes Ricardo MURIALDO, Comandante de la Flota Naval y Mario MARTINEZ Director de Personal Naval. Fuentes navales no descartaron la posibilidad de que en la Marina de Guerra una de las tres vacantes que se producirán sea cubierta por un oficial propuesto por el Frente Amplio. (EL OBSERVADOR - 29/XII/94).-

e.- Prefectura: Operación "Verano Seguro Costa de Oro".-

En un acto de lanzamiento del "Operativo Verano Seguro 95 Costa de Oro", se hizo entrega a Prefectura de Canelones de 60 contratos de salvavidas firmados por la ICM, los que actuarán debidamente equipados en vestimenta e implementos de señalización de playas, aros y lanzaderas salvavidas, tres equipos de comunicación manual y cuarenta torres miradores provisorias por este año.

Estuvieron presentes el Ministro de Turismo, Mario AMESTOY; el Intendente de Canelones Julio RIVERA, y el recientemente electo Intendente Tabaré HACKENBRUCH. Asimismo estuvieron presentes el Prefecto Nacional Naval Contralmirante Raúl RISSO; el Prefecto de Canelones, C/C Anibal DEL RIO, y el Prefecto Jefe de Circunscripción del Río de la Plata C/N Alberto BRAIDA, entre otros.

A través de un convenio con la Intendencia, Montevideo Refrescos S.A., compró dos botes inflables totalmente equipados, un vehículo todo terreno, cartelería de señalización y dos equipos de comunicaciones manuales, que pasaron a pertenecer a la IMC para uso exclusivo de la Prefectura de Canelones. ANTEL facilitó 25 teléfonos celulares, en préstamo por la temporada, para facilitar la coordinación de las bases con los salvavidas y las emergencias móviles, y otorgó un número de tres cifras para la Sub Prefectura de Solymar, el 106. El Ministerio de Turismo, por su parte, hizo entrega de dos botes inflables y un helicóptero. El MSP donó una ambulancia para la zona y convenio de chofer y equipamiento de la misma. Cuentan con una camioneta de la empresa SEVEL S.A. en préstamo para la interconexión entre salvavidas. (LA REPUBLICA - 29/XII/94).-

Toda nuestra costa estará bajo la vigilancia de un nuevo dispositivo que incluye helicópteros y una red de comunicaciones que permitirá un contacto permanente con los salvavidas y la zona portuaria, con ambulancias estratégicamente ubicadas en puntos claves.

En Maldonado, el helicóptero de la Armada Nacional patrullará la zona de playa teniendo su base en la punta de

Salinas en la península, cuatro ambulancias custodiaran la playa Mansa y habrá una para La Brava, otra para La Barra y una tercera para el Aeropuerto de Laguna del Sauce.  
(EL PAIS - 31/XII/94).-

f.- Banco Hipotecario premia a Egresados Militares.-

El Presidente del Banco Hipotecario del Uruguay, escribano Pedro W. CERSOSIMO, asistió a los festejos de fin de cursos de las Escuelas Militar, Naval, Aeronáutica y Nacional de Policía, para hacer entrega de los premios instituidos por el Banco, a cadetes graduados en el presente año.

Dichos premios consisten en una plaqueta alusiva y una cuenta de ahorro y préstamo en Unidades Reajustables a los alumnos mejor calificados.

En la Escuela Militar, el escribano CERSOSIMO entregó el premio al Alferez Pedro Martín GOMEZ DE LUCA; en la Escuela Naval, dos premios, uno a cada uno de los Guardiamarinas (CG) José DOMINGUEZ y Frederick FONTANO por tener calificaciones similares; en la Escuela Militar de Aeronáutica, el Alferez (NAV) Richard Hugo GONZALEZ GARCIA y en la Escuela de Policía el Oficial Sub Ayudante Alejandro Marcelo SELLANES.  
(LA REPUBLICA - 30/XII/94).-

g.- Laguna del Sauce.-

Un equipo de balizamiento de última generación ya fue instalado en la pista norte-sur del Aeropuerto Internacional de Laguna del Sauce. Los flamantes equipos contribuyen, a hacer más seguras las operaciones de las aeronaves en la aproximación a tierra y facilita que operen los aviones en las condiciones climáticas más apremiantes.

Por otra parte, ya comenzó la construcción de la sede de la nueva Escuela de Pilotos de la Aviación Naval y hangares complementarios. (EL PAIS - 31/I/94).-

h.- Las Fuerzas Armadas y su misión.-

Las Fuerzas Armadas y su misión, un reto para SANGUINETTI. (Ver Anexo "ALFA").-

2.- COMPONENTE MARITIMO

a.- Se completó ratificación del Tratado de la Hidrovía.-

El Congreso de Brasil aprobó el Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovía Paraguay-Paraná y sus protocolos adicionales que fuera aprobado el 7 de julio de 1992 en Argentina. De esta forma quedó terminado el proceso de ratificación del acuerdo por parte de los parlamentos de los países integrantes de la Hidrovía. Los países signatarios del documento se reconocen mutuamente la libertad de navegación en toda la Hidrovía a las embarcaciones de sus respectivas banderas y acuerdan brindar un tratamiento idéntico al otorgado a las nacionales en materia de tributos,



tarifas, tasas, gravámenes, derechos, trámites, practicaaje, remolque, servicios portuarios y auxiliares. Bolivia, Uruguay y Paraguay fueron los primeros estados cuyos parlamentos aprobaron el acuerdo y este año lo hizo Argentina. (EL OBSERVADOR 26/XII/94).-

**b.- Salvaguardia de la vida en el mar.-**

En febrero de 1996 Montevideo será la sede de la XVII Conferencia Mundial para la Salvaguardia de la Vida Humana en el Mar.

Está previsto que al evento internacional, declarado de interés nacional por el Poder Ejecutivo, concurren más de un centenar de representantes de asociaciones de salvamento voluntarias y organismos estatales de Australia, Bahamas, Reino Unido, Canadá, Nueva Zelanda, Holanda, Alemania, Italia, China, Bolivia, Japón, Perú y Sudáfrica entre otros.

El Presidente de la República Luis Alberto LACALLE, realizará el discurso inaugural y se estima que se llegará a una cifra récord de exponentes.

La conferencia es organizada por la "International Lifeboats Federation" y la Asociación Honoraria de Salvamentos Marítimos y Fluviales del Uruguay (AOES), consultora de la Organización Marítima Internacional de la Organización de Naciones Unidas (ONU)

La institución trabaja en colaboración con la Armada Nacional que coordina las operaciones del grupo BYR, de búsqueda y rescate. (BUSQUEDA - 29/XII/94).-

**c.- Expansión de estación granelera depende del canal Martín García.-**

Corporación Navíos es la más importante terminal marítima que Uruguay tiene en Uruguay, pero en gran medida estará subordinada a la construcción del Canal Martín García. (Ver Anexo "BRAVO").-

**d.- Proyecto de estudiantes de ingeniería.-**

Tres estudiantes de ingeniería presentaron un proyecto de explotación de los remolques portuarios montevideanos que sugiere incorporar dos nuevas embarcaciones. Pablo Santos, Favio DOMINGUEZ y Germán AGUIRREZABALA consideran que es necesario para ello una inversión de U\$S 3.09 millones, de los cuales U\$S 2,83 son amortizables en caso de que se construyan dos remolcadores nuevos, si se adquieren dos remolcadores usados el total a invertir llegaría a U\$S 1,6 millones, de los cuales U\$S serían amortizables.

Las prestaciones de los remolcadores que actualmente funcionan en el Puerto de Montevideo son veinte en total brindados por tres empresas. Los tres remolques más potentes de la ANP serán concedidos próximamente. (EL OBSERVADOR - 03/I/95).-

a.- Planes maestros en puertos del interior.-

Un total de 14 empresas de consultoría nacionales e internacionales se presentaron a la licitación convocada por la Administración Nacional de Puertos (ANP) para seleccionar una firma que elabore los planes maestros de Juan Lacaze y Colonia por un lado, y de Nueva Palmira y Fray Bentos por otro.

Esta licitación es considerada la última convocatoria de importancia que realizará el actual Directorio de la administración portuaria. Abarca a los puertos del interior del país que siguen en la órbita de la ANP tras los cambios introducidos en la materia el año pasado, cuando algunas terminales pasaron a la Dirección Nacional de Hidrografía. (EL OBSERVADOR - 03/I/95).-

3.- COMPONENTE ECONOMICO

a.- MERCOSUR.-

La integración regional del MERCOSUR comenzó a regir desde el 1/I/95.

Los Presidentes de los cuatro países miembros del MERCOSUR se reunirán a partir del 2/I/95 en Brasilia con sus colegas de Chile y Bolivia, para considerar las posibles vías de ingreso de estas dos naciones al acuerdo regional. (EL PAIS - 2/I/95).-

b.- Salarios públicos aumentarían 10,5%. -

Los salarios de los funcionarios públicos aumentarían un 10,5 a partir del 1/I/95, al igual que el salario mínimo nacional que pasaría a \$ 525.- (EL PAIS - 31/XII/94).-

006

9500143

## EXTERIOR

### 1.- ARGENTINA.-

#### a.- Búsqueda de Petróleo en Malvinas.-

El Secretario General de la Cancillería Andrés CISNEROS dijo, "Nosotros no creemos que el Reino Unido finalmente vaya a consumir en marzo una política unilateral en el tema del petróleo porque sería un grave error, no sólo para los intereses argentinos sino también para los británicos".

La posición de la conducción de la diplomacia argentina se conoció después que el Primer Ministro británico John MAJOR, en su tradicional mensaje navideño a los Kelpers, afirmó que intentará buscar formulas de exploración y explotación petrolera "sin crear dificultades insolubles con Argentina".

CISNEROS basó su optimismo en que "cualquier política que lleve a cualquiera de las partes a extremar las posiciones y entorpecer el diálogo perjudica a ambas partes". Se refirió así a la posibilidad de que Gran Bretaña autorice en marzo, si fracasa la última ronda de negociaciones, a los Kelpers a iniciar la exploración petrolera en las aguas que rodean a las Malvinas en forma unilateral. Los malvinenses realizaron la prospección sísmica sin el acuerdo de Argentina y tienen todo listo para llamar a licitación pública internacional y otorgar licencias para la exploración, la fase anterior a la explotación. Les falta la autorización de Londres.

"Nos consta que las principales compañías petroleras del mundo, que son las candidatas naturales a adquirir permisos o concesiones de petróleo, están procurando que los dos países lleguen a un acuerdo. Para ellos no es indiferente que Argentina esté en contra de una exploración unilateral británica".

Una nueva vuelta de su política de "seducción de los Kelpers" dio el Canciller Guido DI TELLA al llamar por teléfono a influyentes habitantes de las Malvinas para desearles personalmente felices fiestas. Los llamados telefónicos los hizo después de haber mandado una tarjeta de fin de año a cada uno de los 530 jefes de familia de los 2.200 isleños. (CLARÍN 27/XII/94).-

Los Kelpers no saben nada de los saludos de fin de año que les envió el Canciller Guido DI TELLA, que atribuyó a la "falta de comunicaciones directas" entre el continente y las Malvinas, a que no hubieran llegado a las islas tarjetas que envió la semana pasada a los isleños.

El responsable del gobierno de las islas GERR, dijo al "The Times", de Londres, que hasta el 27 "nadie aquí ha recibido tarjetas de Navidad (de DI TELLA). DI TELLA envió saludos a través del Correo que envía la correspondencia a Punta Arenas, Chile, desde donde salen dos vuelos por semana a Malvinas. El Canciller presume que las cartas se encuentran demoradas. (CLARÍN 29/XII/94).-

b.- Visita a Chipre.-

El Jefe de la Armada, Alte. Enrique MOLINA PICO, arribó a Chipre para visitar al contingente de militares argentinos que cumple una Misión de Paz de las Naciones Unidas en esa isla.

MOLINA PICO se trasladó al Cuartel General de la Fuerza Internacional en Chipre, donde saludó al personal destacado en el lugar y realizó reconocimiento de las distintas áreas en que actúa el grupo militar argentino de los Cascos Azules.

El 31 se trasladará al Comando de la Compañía de Infantería de Marina, donde el Jefe de la dependencia, Teniente de Navío Eduardo NIETO, comentará las misiones que desempeñan los Oficiales argentinos. (CLARÍN 31/XII/94).-

c.- CAMILION le hace la venia al Ajuste.-

El Ministro de Defensa, Oscar CAMILION, afirmó que el recorte global de gastos dispuesto por el Gobierno no afectará la incorporación de aspirantes al Servicio Militar Voluntario. "La incorporación de aspirantes la vamos a mantener como prioridad; veremos como ajustarnos en otra área".

El Gobierno dispuso una reducción global de 1.000 millones de pesos y de ese total, a la cartera de Defensa le corresponde una disminución de 136,4 millones de pesos, teniendo en cuenta las cifras del Presupuesto '95 aprobado por el Congreso.

CAMILION dijo que cumplirá con el recorte porque "en este momento la mejor defensa para el país es presentar un cuadro financiero y presupuestario lo más claro posible". "Nosotros apuntamos al primero de marzo para tener las incorporaciones iniciales porque para ese entonces habrá un porcentaje sustancial de bajas de soldados de la clase '75". (CLARÍN 31/XII/94).-

2.- BRASIL.-

a.- "Un chiste sin gracia".-

La Marina descubre que su proyecto del submarino de propulsión nuclear se convirtió en un gran lío e investiga sospechas de corrupción. (Ver Anexo "CHARLIE").-

b.- Brasil compra armas a Rusia.-

Fiel al hábito, el Ministerio de Aeronáutica rodeó de secreto el aterrizaje, el día 14/XII en Moscú, de un avión de transporte de la Fuerza Aérea Brasileña (FAB), del tipo KC 137. La FAB va a ir a Moscú a buscar para el Ejército un lote de misiles livianos tierra-aire por valor de 8 millones de dólares.

Es el primer negocio que se tiene noticia de compra de material bélico ruso por las Fuerzas Armadas Brasileñas y del avance de entendimientos políticos para ampliar la cooperación ruso-brasileña en el campo militar. (VEJA 14/XII/94).-

c.- Inquietud en Brasil.-

La crisis económica que soporta México, con un inesperado derrumbe del peso y los temblores y preocupación que causó en Buenos Aires, es seguida de cerca por los economistas brasileños. La preocupación se justifica. Ellos temen que el llamado "efecto tequila" repercuta en el camino del Plan Real de estabilización económica, puesto en marcha por Fernando Henrique CARDOSO en junio, cuando ocupaba el Ministerio de Hacienda.

El "efecto dominó" de la Bolsa de Valores mexicana (mediante la cual una situación determinada en un país repercute inmediatamente en los otros) viene afectando a los mercados bursátiles de Río de Janeiro y de San Pablo, que sufrieron fuertes bajas, aunque en la segunda mitad del año venían ofreciendo buenos rendimientos. (CLARÍN 29/XII/94).-

d.- "Los reyes del Mambo".-

MENEM siente la ascensión de Fernando Henrique CARDOSO como una amenaza a su estrellato y hace de todo para brillar más. (Ver Anexo "DELTA").-

e.- Nuevo Presidente en Brasil.-

Horrorizado por la pobreza, la miseria, la ignorancia y el hambre, según sus propias palabras, Fernando Henrique CARDOSO asumió el 1ro. de enero como el Presidente número 38 de la República Federativa del Brasil. (CLARIN 02/I/95).-

3.- INTERNACIONALES.-

a.- Organización del Comercio.-

El titular del GATT y su heredera, la Organización Mundial del Comercio que nacerá el 1ro. de enero, Peter SUTHERLAND, recibió de los EE.UU., el Canadá y la Unión Europea las credenciales ratificatorias de la Ronda Uruguay, que en abril anunció un nuevo

escenario para el comercio mundial.

SUTHERLAND, dijo que esto, junto al aval del Japón, es un "buen augurio, pues los agentes líderes del mercado mundial son así miembros fundadores".

La OMC debuta, en rigor, el 02 de enero, con 76 socios, casi la mitad de los que tiene el GATT. De América Latina faltan aún, Bolivia, República Dominicana, Guatemala, Nicaragua, El Salvador y Cuba. (CLARÍN 31/XII/94).-

b.- Reflexiones sobre la Cumbre de Miami.-

La Cumbre de Miami arrojó resultados dispares para sus participantes. (Ver Anexo "ECHO").-

c.- Amnistía para CONTRERAS.-

Una Sala de la Corte Suprema chilena dictó el 27/XII, la amnistía definitiva para el ex Jefe de la Policía Secreta, el General retirado del Ejército Manuel CONTRERAS, y de otros ex militares por el caso de 70 detenidos - desaparecidos.

De esta manera, queda definitivamente cerrada esta causa, calificada por los organismos de derechos humanos como la más importante por el número de casos de detenidos-desaparecidos y que afectaba al Jefe de la disuelta Dirección de Inteligencia Nacional (DINA). (CLARÍN 28/XII/94).-

d.- Paraguay: los militares no tendrán aumentos.-


El Presidente del Paraguay, Juan Carlos WASMOSY, cedió en su propuesta de aumentar las remuneraciones de los militares y promulgó el presupuesto de la Nación para 1995, con lo que evitó una crisis de imprevisibles consecuencias con el Parlamento.

El Presidente había pedido una recategorización del sueldo de los militares, para equiparar el del General de División con el que perciben Ministros del Poder Ejecutivo y Parlamentarios, y una mejora también en todos los niveles del escalafón militar.

Un General de División gana actualmente unos 1.400 dólares y la propuesta del Gobierno era elevarlo a 1.950 dólares en 1995, y a 2.375 en 1996.

El Congreso, con mayoría opositora al Gobierno, había denegado el incremento para los militares, basándose en la política de austeridad proclamada por el Poder Ejecutivo en relación con sectores de muy bajos recursos, como los de maestros, médicos y enfermeras de hospitales públicos. (CLARÍN 02/I/95).-

Capitán de Fragata (CG).....  
Francisco VIZCARRA  
JEFE DE LA DIVISIÓN  
INTELIGENCIA NAVAL



010

9500143

OSCAR LEBEL, MIEMBRO DEL COMITÉ  
EJECUTIVO NACIONAL DEL PGF

## Las Fuerzas Armadas y su misión, un reto para Sanguinetti

Si como dice el diccionario de la Real Academia: "Axioma es un principio o sentencia tan claro que no requiere explicación", parece buena cosa recurrir a algunas sentencias para este primer abordaje al tema de la problemática militar. Helas aquí:

- "Las FFAA ni se borran por prejuicio ni se mantienen para entretenimientos color castrense". No tenemos un Ejército porque es lindo verlo desfilar. Tampoco podemos justificar su eliminación porque "no nos gustan los militares".

En tal sentido, hay quienes no gustan de los militares, quienes no gustan de los abogados, quienes de los obreros, quienes de los funcionarios públicos. Con tal razonamiento de eliminar lo que no nos gusta, terminaríamos despojando al Uruguay.

Esta lógica no sirve porque es voluntarista y prejuiciada. Además de falsa.

- "Las FFAA son lo que son sus mandos".

El general Gutiérrez Mellado fue quien impuso la impronta democrática al Ejército español a la salida de la dictadura, aunque él mismo hizo toda su carrera durante el período franquista.

Fueron los militares quienes trajeron la democracia a Portugal, cuando desfilaron con un clavel en el cañón de sus fusiles.

Aquí, en Uruguay, después de 12 años de "proceso", que en términos de carrera militar significa tres grados en el escalafón, no hay quien no tenga -de Mayor para arriba- la huella del receso institucional en sus galones.

Como el tiempo no pasa en vano, hoy día, los actuales mandos nombrados por el poder civil son garantes de ese poder, dentro de la ley.

- "Allí donde los ejércitos se transformaron en entidades diferentes o se anularon, hubo una ecuación

de fuerzas. Una fuerza mayor impuso su voluntad a una fuerza menor y el cambio tuvo lugar".

Lo primero ocurrió con el Ejército zarista, que sobre la marcha se transformó en el Ejército Rojo, manteniendo su estructura funcional.

Lo segundo se dio en Cuba y Nicaragua, pero mediante la eliminación de los ejércitos profesionales.

- "Nuestros más encendidos antimilitaristas, puestos en cubanos, israelíes o vietnamitas, no dudarían en girar la ecuación y defender a las FFAA".

Pues tanto a Cuba, como a Israel, o a Vietnam le va la vida en ello. No es a las FFAA a quienes odian nuestros antimilitaristas, sino a lo que fueron llevadas en determinado tiempo histórico.

Lo cierto es que las Fuerzas Armadas están ahí.

Luminosas según algunos, ominosas según otros. Pero están. Y desde siempre.

Como algo que preexiste, cuya necesidad no ha requerido ser confirmada por texto constitucional alguno.

Aunque mentira parezca. Porque en ninguna de las constituciones -de 1830 a la fecha- hay un solo párrafo que diga taxativamente que la República Oriental del Uruguay debe contar con un ejército. No obstante, en la carta de 1830, artículos 79 y 80, se lee: "Al Presidente le corresponde el mando superior de todas las fuerzas de mar y tierra".

En el otro extremo, en la Constitución de 1967 (actual), artículo 85, inciso 8 (Asamblea General) se lee que a ésta corresponde:

"Designar todos los años la Fuerza Armada necesaria", y en el artículo 163 numeral 2, que al presidente de la República: "Le corresponde el mando superior de todas las FFAA".

En síntesis, la existencia del instituto militar ha sido soslayada elípticamente a lo largo de la historia por el constituyente.

Pero -parafraseando a Galileo Galilei- "Eppur, si muove".

Falta saber para qué. Pero eso será motivo de una próxima nota. Que todo sea para bien.

Corporación Navíos de Nueva Palmira

## EXPANSION DE ESTACION GRANELERA DEPENDE DEL CANAL MARTIN GARCIA

La Corporación Navíos es la más importante terminal marítima vendedora de servicios portuarios que Uruguay tiene en Nueva Palmira desde finales de la década de los años 60.

Desde ese tiempo una prestigiosa empresa multinacional especializada en el movimiento de granos, eligió el puerto de Nueva Palmira para el manejo de un gran negocio que solo era de futuro y allí en el kilómetro cero del río Uruguay o del río de la Plata levantó un puerto a la medida de sus necesidades, una formidable estación marítima que en gran medida ha contribuido a ese puerto un reconocido prestigio en el exterior que se ha ido incrementando con el tiempo.

Obviamente, las actuales, no son las primitivas instalaciones que la empresa internacional montó en sus comienzos para manejar aquellos incipientes y primeros embarques de mineral de hierro sino que estas instalaciones han ido sufriendo modificaciones estructurales de refuerzos y de modernización.

Se puede decir que Corporación Navíos ha sido una empresa de vanguardia que siempre se ha mantenido dinámica frente a los cambios tecnológicos, a la eficiencia y a las exigencias operativas de la carga y de las naves.

Hasta el año pasado los cambios y transformaciones fueron constantes como oportunamente lo informamos en el caso de la ampliación de capacidad de anclaje, pero Corporación Navíos ha sido una de las compañías que invierten en Uruguay y que siguiendo los lineamientos nacionales ha respondido con proyectos concretos al desafío de las inversiones porque ha confiado en el futuro de la región y en particular de ese puerto.

Hece algunos meses dimos amplia información de la incorporación de una poderosa grúa para el manejo de cargas y ahora en nuestros días Corporación Navíos está en camino de realizar un nuevo plan de transformaciones con la finalidad de ser más eficiente, menos costoso y continuar prestando en el exterior la estación marítima de Nueva Palmira.

Para conocer detalles de tales transformaciones que insuflarán más de un millón de dólares, nuestra página entrevistó al Ingeniero Pablo Soler, director gerente de Corporación Navíos del Uruguay quien expresó entre otros los siguientes conceptos:

"En esta terminal granalera desde que se construyó a fines de los años 60 jamás se ha dejado de invertir en modernizar los equipos en parte para seguir las líneas dinámicas de orientación de la empresa matriz pero en gran medida para ofrecer al comercio mundial servicios eficientes y competitivos mediante el empleo de máquinas de último diseño y tecnologías operativas de vanguardia que todos conocemos como el famoso "know how".

### ACTUAL CAPACIDAD DE ALMACENAMIENTO

En estos momentos "Corporación Navíos" tiene como capacidad estática de almacenamiento de granos por hora tres mil de 25 mil toneladas cada una haciendo un total de 75 mil toneladas. Para almacenar minerales tenemos un espacio abierto para 50 mil toneladas que por el momento ha demostrado ser suficiente aunque a veces hoyamos colmado esa capacidad.

Nuestros equipos son aptos para manejar granos tanto desde barcaza a ellos como directo a barcos y desde ellos a barcos o a barcazas, es decir son equipos multivalentes aptos para importación como exportación, trasbordo o tránsito.

Advertimos que nuestra capacidad de recibir de carga desde barcazas alcanza rendimientos satisfactorios por el momento para cuyas operaciones disponemos de dos muelles interiores y un gran muelle exterior para navíos de gran porte.

### RENDIMIENTOS

Sin embargo no estamos satisfechos con nuestra capacidad operativa ya que estamos manejando unas 400 toneladas de granos de ellos o barcazas y eso no nos parece suficiente para las operaciones del cuando actual o por lo menos de la región.

Es así entonces que estamos en la víspera de desarrollar un nuevo programa de expansión que nos permitirá llevar esta cifra a 1.000 toneladas por hora. Y esto sí, no solo dará prestigio a nuestra estación granalera sino al puerto de Nueva Palmira porque podrá ofrecer servicios más eficientes a los barcos, más competitivos, más atractivos para los armadores o consignatarios de carga lo cual se traducirá sea y finalmente en una menor estadía del buque en el puerto y con ello se eliminará cualquier posible espera de los barcos en rada aguardando turno para entrar al puerto.

Esto pone a Corporación Navíos dentro de la región — continúa diciendo el Ingeniero Soler — en mejores condiciones de competencia porque con 1.000 toneladas por hora nos acercará a las principales terminales granaleras de Argentina en cuanto a capacidad operativa de carga.

### DETENCION DE ACTIVIDADES

Para realizar esta transformación vamos a desarrollar un programa de trabajos que necesariamente nos obliga a clausurar transitoriamente la estación a partir del próximo 23 de enero que es justamente el período de operaciones menos activo del año.

De acuerdo con el cronograma, estos trabajos que insuflarán cuando menos una inversión de un millón de dólares se prolongarán algo así como 60 días. La única operación que no se interrumpirá será la descarga de la barcaza directa a bacos de ultramar.

La modernización implica el cambio de la cinta transportadora por una más ancha y de los rodillos a 45 grados de inclinación pero todo estos cambios tienen también una proyección mayor y es que Corporación Navíos está pensando para el futuro. En consecuencia para ello se ha dotado a la planta entre otros cambios la incorporación de motores de dos velocidades lo que será de enorme ventaja porque le permitirá manejar CHIPS DE MADERA, y aquí está como decimos el futuro.

### TAMBIEN CHIPS DE MADERA

Estos equipos entonces, quedarán aptos para manejar chips de madera lo cual le dará a la terminal una mayor versatilidad operativa. De esta forma podremos cargar los barcos con ese mercadería o completar el cargamento cuando venga de otros puertos como podría ser por ejemplo Fray Bentos o Paysandú, eso lo dirá el tiempo. Queda claro entonces que Corporación Navíos estará pronta para manejar chips ya sea producidos en Nueva Palmira o que arriben a Nueva Palmira en tránsito, para trasbordar.

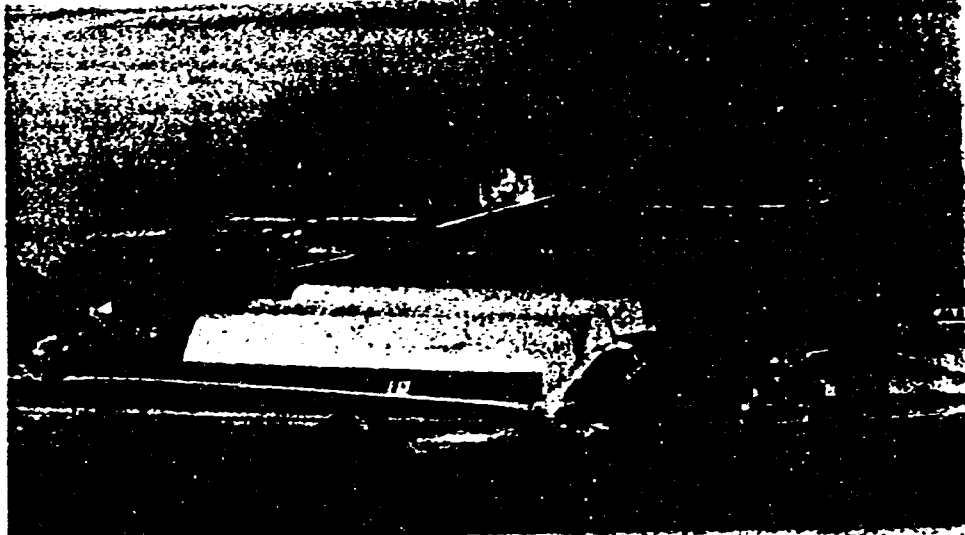
### CANAL MARTIN GARCIA

Con el cierre de este puerto no tenemos problemas, más importante y acaso fundamental nos resulta la construcción del canal Martín García para dar acceso a Nueva Palmira o salida directa de los grandes buques de ultramar.

Contra con esta línea directa al océano será sin duda de gran ventaja para los armadores del mundo, y para la carga vía directa sin contratiempos.

Corporación Navíos, —nos dice nuestro entrevistado— es una empresa de servicios que aquí en Nueva Palmira jamás dejará de invertir toda vez que sea necesario para dotar a esta terminal de lo último para seguir compitiendo en entrega de servicios.

Sin embargo conviene señalar como lo hemos dicho, Corporación Navíos es una empresa de servicios en constante ex-



Impresionante vista aérea de la Estación Granalera de Corporación Navíos en el puerto de Nueva Palmira, donde se aprecia en primer plano los silos seguidos de la propia estación y al fondo se puede ver la costa argentina sobre el río Uruguay y el Delta del Paraná.

panción y esta idea de implementación de su infraestructura o de modernización continuará en pausa pero en gran medida estará subordinada a la construcción del canal Martín García y de esta decisión dependerá entonces la continuación de nuestros proyectos que ya están siendo elaborados.

### CARGAS DEL BRASIL

Más adelante el Sr. Soler se refirió a que existen potenciales perspectivas de manejar las cargas del Mato Grosso y por ejemplo tenemos noticias que Puerto Murinho ya se está preparando para sacar por allí importantes volúmenes de carga (granos) hacia el exterior por la Hidrovía y que nosotros podríamos captar parte para traer en Nueva Palmira. Y aquí cuando se habla de granos nunca es menos de 300 mil toneladas. Esto es de futuro pero muy cercano en el tiempo y para eso hay que estar preparado".

EMILIO CAZALA

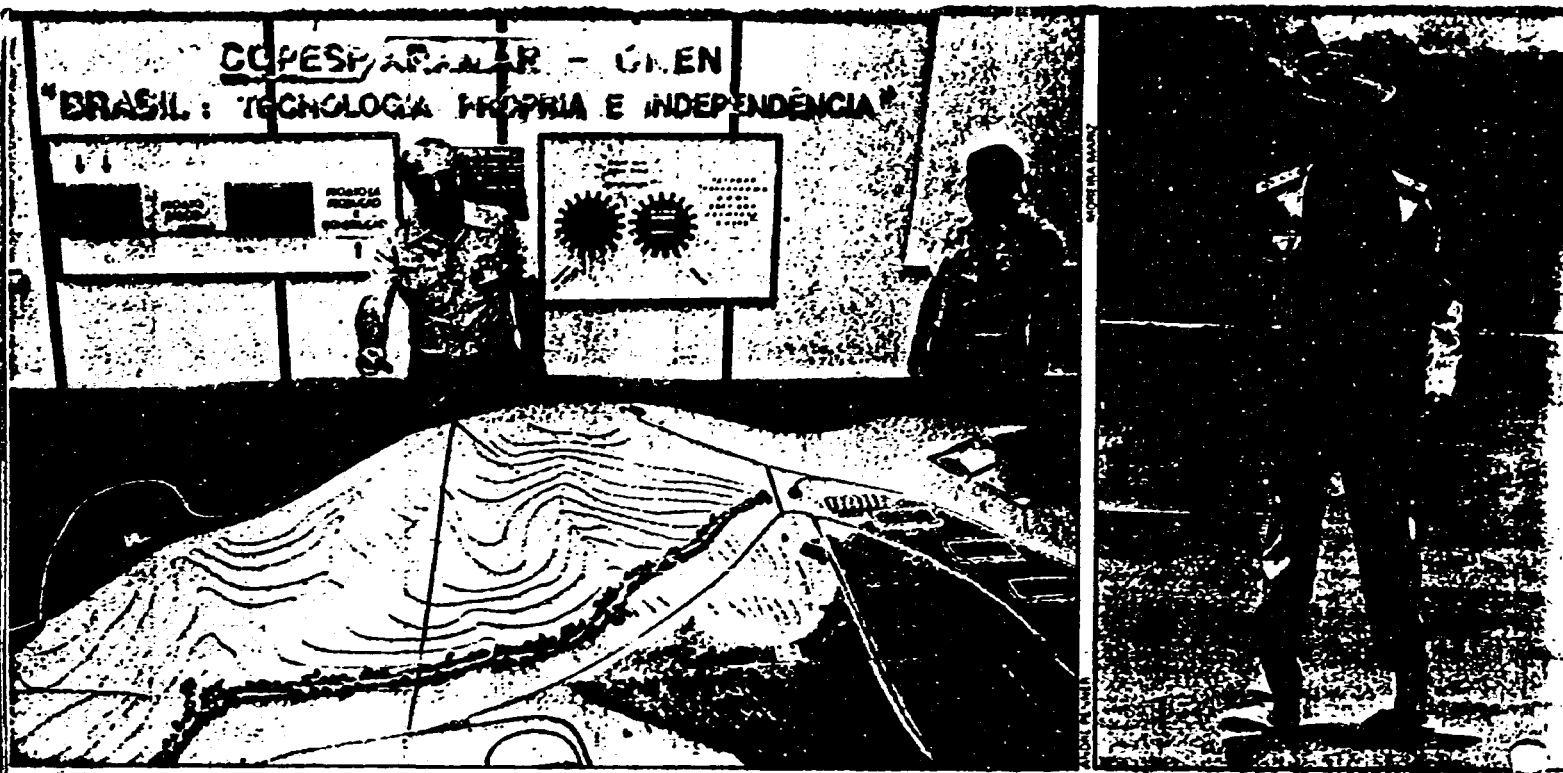


Esta es otra imagen de la terminal granalera palmarina que desde 1962 sirve de paso entre la Hidrovía y ultramar, entregando servicios de tránsito y transporte.

EL PAIS - 2/I/95.-

(Doc. OSCURO-FOTOCOPIA)





Othon Silva, afastado do comando do projeto (à esq.), e o ministro Ivan Serpa, da Marinha, investigações

ARMAMENTOS

## Uma piada sem graça

*A Marinha descobre que seu projeto de submarino virou uma grande trapalhada e investiga suspeitas de corrupção*

ELIANA SIMONETTI

Nos últimos quinze anos, a Marinha brasileira trabalhou no projeto de um submarino nuclear que se transformou numa das mais caras piadas nacionais. O projeto, para o nível tecnológico do país, era mirabolante. Nesses anos, a história do submarino consumiu mais de 1 bilhão de dólares. Na semana passada, o barco estava encalhado e um graduado oficial da Marinha que investigou o projeto admitiu a VEJA que o impasse é total. "Podemos desistir de vez do submarino ou então comprar um motor, que não conseguimos desenvolver. Mesmo assim, teríamos de gastar mais 2 bilhões de dólares para ter o submarino funcionando em 2010", diz o oficial.

A situação atual do projeto define bem o que foi essa aventura de almirantes desmiolados. Fisicamente, o submarino não existe, mesmo tendo custado 1 bilhão de dólares. Há apenas uma maquete do barco enfeitando a Copesp, uma estatal da Marinha que funciona no campus da Universidade de São Paulo, USP. Na cidade de Iperó, no interior de São Paulo, existe um reator experimental que seria aperfeiçoado para

funcionar como o motor do submarino. O reator funciona, mas os cientistas não conseguiram transformá-lo em motor. Em Iperó também estão 680 máquinas centrífugas, que servem para enriquecer urânio. O urânio é o combustível do motor. Para garantir o suprimento do submarino seriam necessárias muito mais máquinas dessas. O projeto está numa desordem, como se vê.

CHALANA — Duas investigações começaram em junho, por ordem do ministro da Marinha, Ivan Serpa. Uma delas está analisando os problemas técnicos do projeto. Segundo um almirante que conhece o assunto, essa investigação pode gerar um livro grosso de anedotas. A outra trata do velho problema de tantas ações com dinheiro público. Há suspeita de corrupção e compras irregulares. Há um tempero extra no cozido. Almirantes da ativa estão brigando com almirantes da reserva. O pessoal de pijama quer o submarino, porque em volta do casco há muitos empregos. A ativa prefere gastar o seu orçamento mingüado em coisas com futuro mais sólido.

O projeto Chalana, como é chamado o plano de construção de um submarino nuclear nacional, surgiu no tempo do governo militar, como parte de um esforço que estava sendo feito pelas Forças Armadas para desenvolver tecnologia nuclear no país. Na mesma época, a Aeronáutica deu força ao projeto de construção de mísseis do brigadeiro Hugo Piva, o Exército montou um centro de pesquisas para o enriquecimento de urânio no Rio de Janeiro, e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, ligada ao Serviço Nacional de Informações, SNI, desenvolveu um trabalho semelhante.

As pesquisas do Exército foram suspensas quando se descobriu que a tecnologia escolhida não levava a lugar nenhum. O brigadeiro Piva desistiu de seus mísseis. A última notícia que se tem dele é de que vende pimenta-do-reino. A CNEN conseguiu operar alguns reatores, que hoje produzem material para tratamento radioativo de doenças como o câncer. A Marinha foi mais longe. "Os almirantes são mais insistentes quando se trata de pedir dinheiro para suas pesquisas e o projeto andou em marcha acelerada", diz Nelson Düring, um especialista em armamentos que presta consultoria para revistas estrangeiras.

Na década de 80, e especialmente depois da Guerra das Malvinas, os almirantes conseguiram convencer o presidente José Sarney da importância de o país ter um submarino nuclear. Durante pelo menos cinco anos foram gastos 100 milhões de dólares por ano, na compra de equipamentos e no contrabando de tecnologia. Neste ano a Marinha despejou 70 milhões de

dólares no projeto. "A maior parte do que se conseguiu foi trazido para o país através de espionagem industrial e reengenharia de velhos protótipos, e isso custou muito dinheiro", diz um almirante que trabalhou no projeto. Entre 1985 e 1989, havia 400 professores, engenheiros e técnicos pendurados no projeto Chalana. O único resultado de seu trabalho foi conseguir enriquecer urânio — um feito anunciado com grande pompa pelo ex-presidente Sarney em 1987.

O enriquecimento de urânio era uma parte crucial do programa. Com ele, seria possível, em tese, chegar à produção de uma bomba atômica. Havia suspeitas de que esse era, na verdade, o objetivo final do projeto. O submarino seria apenas a desculpa. Se a intenção era mesmo construir a bomba, nada deu certo, e os inimigos do Brasil podem ficar tranquilos. As centrífugas de Iperó não conseguem purificar urânio num grau suficiente para transformá-lo em bomba. "Com urânio enriquecido a 20% não se consegue explodir nada. Ele só pode mesmo ser usado como combustível", diz o físico Rogério Cerqueira Leite, professor da Unicamp.

**TRAPALHADAS** — As suspeitas de que o Brasil estaria tentando a construir uma bomba atômica foram muito fortes na década de 80, porque o país investia muito em pesquisa nessa área e recusava-se a assinar o tratado internacional de não proliferação de armamentos nucleares. As desconfianças não tão fortes, dentro e fora do país, que o Brasil foi impedido de comprar supercomputadores, que poderiam servir para fazer os cálculos complicados necessários à construção da bomba. Hoje, isso está superado. O Brasil assinou um acordo que permite o controle internacional sobre suas pesquisas e ratificou um outro, que bane as armas nucleares da América Latina. A partir deste ano, os centros de pesquisa e os estoques de urânio são inspecionados

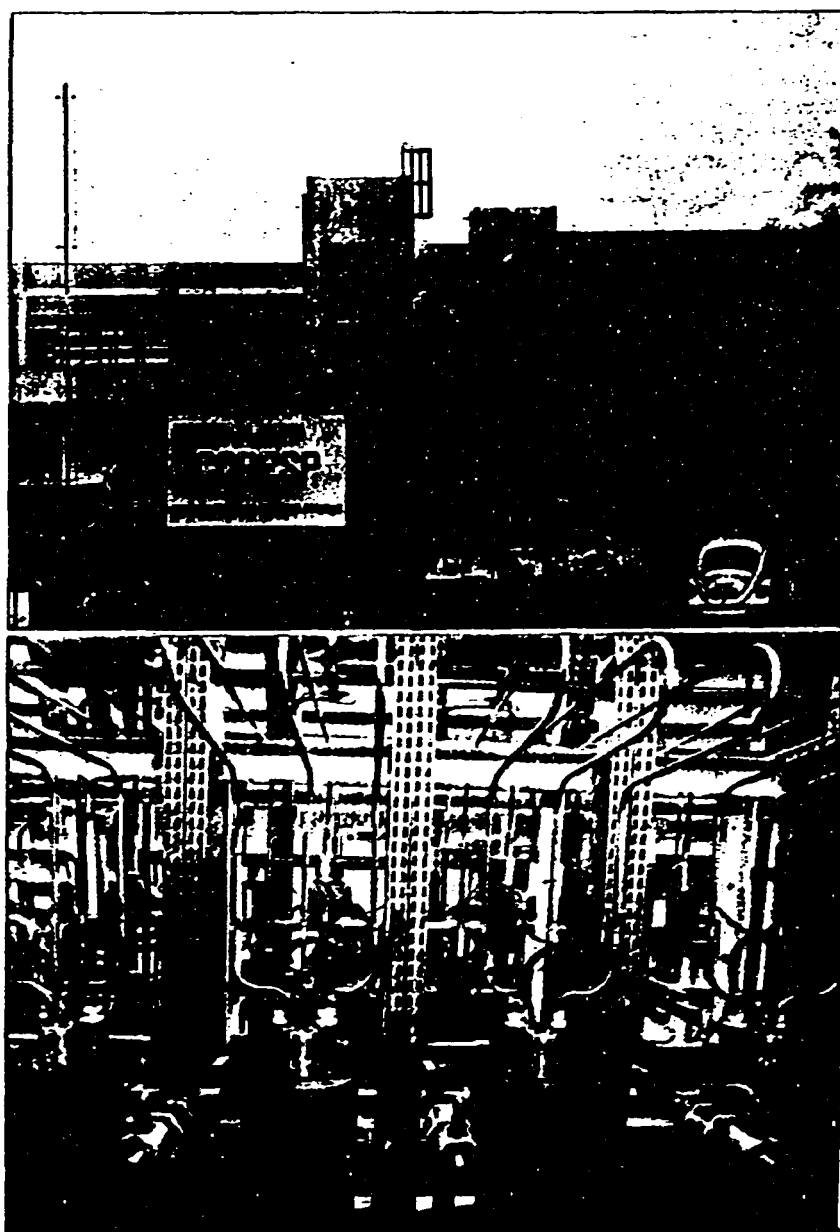
regularmente por organismos internacionais. Já há dois supercomputadores operando em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No dia 16 de novembro, seis inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica estiveram em Iperó. "A conclusão desses técnicos foi de que o Brasil não pode ser considerado um país perigoso como a Coreia ou o Iraque", diz o presidente da CNEN, José Mauro Esteves dos Santos.

O Brasil não é perigoso porque não consegue fazer urânio puríssimo, já não esconde tanto suas pesquisas e faz tantas trapalhadas técnicas que, aparentemente, jamais conseguirá construir sequer o submarino projetado. A idéia inicial era construir o submarino nuclear a partir do corpo de um submarino convencional. Foi feito um acordo com uma empresa alemã, a IKL, que deveria jumborizar o navio, ou seja, cortá-lo ao meio para que o reator fosse instalado na barriga do submarino. Esse acordo foi rompido e a Marinha decidiu prosseguir por

conta própria. Nada deu certo. O reator, que seria transformado em motor, não cabe no casco projetado para o submarino. Portanto, a Marinha decidiu aumentar o tamanho do casco. Surgiu um outro problema. O reator ficou impotente para empurrar um submarino maior. "O problema foi crescendo em cascata e agora parece insolúvel", diz um almirante que trabalhou no projeto.

**RESERVA** — Uma parte dos dólares perdeu-se no submarino por causa desses enganos. Outra parte, segundo a suspeita dos investigadores, deve ter mergulhado no bolso de desonestos, via operações de superfaturamento e contratos desnecessários. Em julho, o chefe do projeto, o subalmirante Othon Pereira da Silva, foi afastado. Formalmente, explica-se o seu afastamento porque Othon cumpriu seu tempo de serviço na Marinha e foi para a reserva. A história pode ser outra. Os investigadores descobriram que Othon terceirizou muitos serviços do projeto do submarino nuclear. Comprava equipamentos a preços muito altos e contratava parte de seu pessoal através de empresas montadas especialmente para isso. A Mitas e a Engevix, duas dessas empresas prestadoras de serviços, estão sendo investigadas. O pessoal contratado através delas recebia um salário muitas vezes maior que o previsto pela Marinha.

A investigação continua, mas o subalmirante e alguns de seus colegas prepararam-se para instalar-se num outro ramo das atividades nucleares. Querem um emprego no Instituto de Pesquisas em Energia Nuclear, Ipen, que é uma entidade civil. Passaram num exame e esperam a nomeação. Os cientistas do Ipen não gostaram da incursão dos submarinistas. Nem a CNEN, que decidiu não nomeá-los baseada numa decisão do Supremo Tribunal Federal que impede militares e funcionários públicos aposentados de ser efetivados em empresas do governo. O submarino afundou. A tripulação singra os mares no bote salva-vidas.



A sede do projeto e as centrífugas: 1 bilhão de dólares

DIPLOMACIA

# Os reis do mambo

*Menem sente ascensão de FHC como ameaça ao seu estrelato e faz de tudo para brilhar mais*

**A**lguém pode imaginar Fernando Henrique Cardoso dirigindo um carro conversível em alta velocidade? É tão difícil como pensar que Carlos Menem seria capaz de dedicar uma tarde inteira à leitura de Max Weber. FHC e Menem são personagens tão diferentes que se torna fácil compará-los. O difícil é prever como será a reação química entre os dois egos a partir de 1º de janeiro, data da posse do novo presidente brasileiro. À frente dos dois países mais importantes da América do Sul, o acadêmico de olheiras intelectuais e o milongueiro espalhafatoso terão de administrar um relacionamento em que a camaradagem e a rivalidade se alternam ao longo da História. Na época da dobradinha José Sarney e Raúl Alfonsín, Brasil e Argentina, ambos reconstituídos de ditaduras, viveram uma lua-de-mel regada a hipocrisia e desastrosos pactos heterodoxos. Depois, sob Carlos Menem e o Ramon Franco do pré-real, veio um período curioso, em que os dois países se aproximaram como nunca, no âmbito do Mercosul, o que não evitou desastrosos trocadouros em público entre o Cosletta e o Topete.

Na sexta-feira passada, em Ouro Preto, todos os olhares estavam voltados para Menem e FHC, reunidos, junto com seus colegas Juan Carlos Wasmosy, do Paraguai, e Alberto Lacalle, do Uruguai (e também Itamar, claro), para a aprovação da união alfandegária entre os quatro países do Mercosul a partir de 1995. Os sorrisos e rapapés não disfarçaram o mal-estar causado pelas declarações do ministro argentino da Economia, Domingo Cavallo, no início da semana. A uma plateia de empresários, em Buenos Aires, Cavallo disse que "a Argentina, terá, no Mercosul, o mesmo papel que tem a Alemanha na União Europeia" — ou seja, será a locomotiva da região. "É uma bela aspiração deles", ironizou o chanceler brasileiro Celso Amorim. Na opinião de Amorim, seria mais apropriado imaginar o contrário, ou seja, que o Brasil é a Alemanha e a Argentina, a França, "até porque eles têm uma economia mais agrícola do que industrial". Outro diplomata brasileiro, protegido pelo sigilo, comprou a briga de frente: "Se eles são a Alemanha, nós somos o Japão".

No encontro de Ouro Preto, Fernando Henrique manteve sua pose habitual de olimpíca cordialidade, sem emitir nenhum sinal de disputa na parada. Menem, enquanto isso, desdobrou-se para receber a festa, repetindo sua performance de Miami, no fim de semana anterior, durante a reunião dos presidentes do continente na Cúpula das



Fernando Henrique: "Ele é Garde"



Menem: abraço à porta da igreja

Américas. A diferença é que, em Miami, Menem chegou um dia mais cedo e disputou manchetes corajando os barulhentos exilados anticomunistas. No tempo da inconfidência, ele se comportou como uma noiva: fez os presidentes dos outros três países do Mercosul esperar vinte minutos diante da igreja de São Francisco de Assis, onde assistiram a um recital de música barroca, para então aparecer, loquaz e reluzente, recém-saído de uma sessão com o cabeleireiro que o acompanha em todas as viagens.

**GARGALHADAS NO JANTAR** — Diferentes em tudo, Menem e FHC compartilham uma ambição: a de ocupar um lugar de destaque no cenário internacional. Menem já se acostumou ao papel de estrela solitária na América do Sul. É o presidente que, enquanto o Brasil patinava, conseguiu o milagre de controlar a inflação, implementando um plano econômico que se converteu em modelo para toda a região. Menem não teve dificuldade em brilhar diante de um Fernando Collor a caminho do impeachment ou de um opaco Itamar. Até que surgiram, de uma tacada só, Fernando Henrique e seu Plano Real. "A crise política havia relegado o Brasil a um lugar secundário", opina Roberto Russell, um renomado especialista argentino em relações internacionais. "Mas agora o país tem todas as condições de recuperar a liderança regional que lhe pertence por razões objetivas."

As declarações de Russell espelham a forte atração exercida por FHC sobre os argentinos — especialmente os intelectuais. Esse fascínio ficou evidente no início de novembro, durante uma breve passagem do presidente eleito do Brasil por Buenos Aires, em viagem pela área do Mercosul. Um importante economista portenho, que prefe-

riu não ter seu nome revelado, chegou a compará-lo com o ídolo máximo da telenovela: "Fernando Henrique é Garde", exclamou-se. Um incidente demonstra com clareza a impressão deixada pelo brasileiro em Buenos Aires. FHC foi a um jantar oferecido por um velho amigo, Torcuato di Tella, um sociólogo que é irmão do chanceler argentino, Guido di Tella. Na presença dos intelectuais mais conhecidos da Argentina, Torcuato di Tella desmanchou-se em elogios ao seu convidado. Sem se dar conta, mencionou todas as coisas que separam Fernando Henrique de Menem: seus méritos acadêmicos e sua devoção aos livros, entre outras. Ao terminar o discurso, o anfitrião concluiu: "Estamos orfãos de nosso presidente". Diante do silêncio sepulcral, Torcuato di Tella se sentiu obrigado a esclarecer que se referia ao presidente eleito do Brasil. Nem seu irmão chanceler conseguiu evitar a gargalhada.

No mesmo dia, Fernando Henrique havia almoçado com Menem na Quinta de Olivos, a residência oficial do presidente argentino. Segundo testemunhas ouvidas por VEJA, o almoço foi cordial, mas muito protocolar. Menem tem o hábito de praticar seus apertos favoritos com os convidados — ele desparta simpatias ou com aqueles que quer seduzir. Jogou várias vezes elos com George Bush e golfe com o príncipe Andrew, da Inglaterra. Fernando Henrique é um dos poucos dirigentes estrangeiros que passaram por Buenos Aires sem receber um convite de Menem para praticar um esporte. "Menem mal que não tenta, porque a única coisa que Fernando Henrique joga bem é pôquer", comentou um velho amigo argentino. "E ele gosta de ganhar", acrescentou com malícia. Na Argentina, todos sabem que Menem é um péssimo perdedor. ■

su acercamiento al TLC, sólo Chile recibió como distinción el anuncio de la apertura de negociaciones que podrían culminar con la incorporación de este país al Tratado de Libre Comercio.

Sin duda este es el resultado de una paciente y cuidada negociación implementada por Chile, pero también un gesto de reconocimiento hacia uno de los países que más efectivamente habían llevado a cabo las reformas económicas y un programa de inserción en la Economía mundial, a tono con el modelo de Economía liberal que consensuadamente los Estados Unidos, los países industrializados y las organizaciones internacionales han promocionado en América Latina y en el mundo.

Chile ha comenzado a recibir las ventajas de un modelo de Economía de mercado y abierto sus exportaciones de productos y bienes industriales, comienza a ser cada vez más importante y también su capacidad de atraer inversiones.

Chile comprendió y aplicó rápidamente el nuevo modelo de funcionamiento de la Economía, en el cual las empresas y las inversiones son herramientas de expansión y crecimiento.

Los Estados Unidos fueron requeridos para expresar mediante la invitación de negociar un reconocimiento al progreso de la Economía chilena y fijar una clara señal sobre el ejemplo a seguir.

Aunque el camino por recorrer sea aún dificultoso, Chile resulta un exitoso beneficiario de la Cumbre y accederá al segundo hito de participación en los grandes mercados del mundo.

Cabrá a Chile dilucidar a través de negociaciones cómo compatibilizará sus compromisos frente a un eventual ingreso al Mercosur.

Esta puede ser una difícil gestión que pondrá a prueba la coherencia de los socios del Mercosur.

Países como Argentina que han desplegado en un tiempo menor un gran esfuerzo por acomodarse al nuevo orden económico a través de una política más diversificada de inserción en el Primer Mundo, asumiendo un rol de aliado confiable de los Esta-

dos Unidos y la que se la mencionaba como candidata al TLC, deberá esperar una nueva oportunidad.

La Argentina, a través de sus innegables progresos, adquirió una estatura de portavoz latinoamericano, lo que originó recelos en las relaciones con otros países, cuyo caso más expresivo es Brasil cuya figura internacional estaba opacada por su complejo contexto doméstico.

Brasil ha sido desde antiguo un país de referencia para la política estadounidense con América Latina que perdió relevancia y peso en la medida que el funcionamiento de su Economía, pautada por un fuerte proteccionismo y un deformado sistema de administración económica y fiscal, se convirtió en el mal ejemplo de América Latina.

El caso fue agravado por una persistente alta inflación y un desconcierto en la conducción política, luego de la defenestración de Fernando Collor de Melo.

Sin embargo el buen suceso del Plan Real y la democrática y afortunada elección de Fernando Henrique Cardoso, hombre de ideas y estatura política e intelectual, sumada a una clara gestión diplomática, dieron prioridad a cambiar rápidamente el nivel de las relaciones con los Estados Unidos.

Prestamente se advirtió que no sería posible avanzar con suficiencia en un entendimiento con América Latina, si es que los gestos de política de los Estados Unidos no distinguían a Brasil reconociendo su importancia política y económica.

Es así que simultáneamente con los preparativos y aún durante la Cumbre de Miami, los Estados Unidos y el Brasil buscaron alejar sospechas recíprocas mediante negociaciones de alto nivel.

Asesores presidenciales del señor Clinton expresaron haber establecido las bases para una relación más productiva con el Brasil.

En noviembre pasado el asesor de Clinton, Thomas McLarty viajó a Brasilia a entrevistarse con el presidente Itamar Franco y con el electo Fernando Henrique Cardoso, reconociendo fácilmente el rol principal que Brasil tiene para los Estados Unidos en las relaciones con América Latina y la importancia de este país, a quien se reconoce como la "China de Sudamérica" en la Economía del mundo.

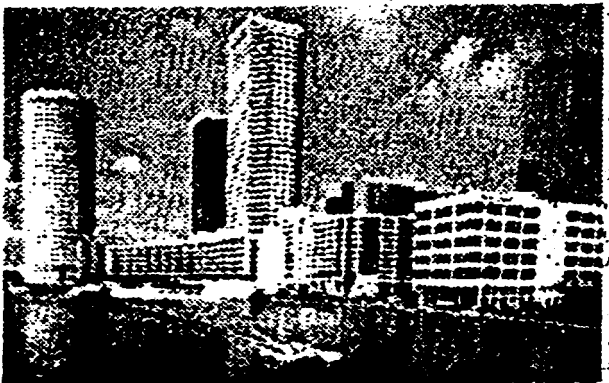
Sin un adecuado nivel de relaciones con Brasil, los propósitos buscados a través de la Cumbre de Miami y en general la acción política de los Estados Unidos, se vería dificultada y esto llevó a reafirmar la prioridad de las relaciones del país del Norte con el Brasil.

La Cumbre de Miami ha sido sin duda un hito importante en las relaciones hemisféricas, que ha abierto la posibilidad de que gradualmente se establezca una relación especial entre los Estados Unidos y América Latina, lo que el propio presidente Clinton admitió como probable en declaraciones al Grupo de Diaria de América (GDA), reestableciendo así un estilo de relaciones que no se conocía desde tiempos de la "Alianza para el Progreso".

Las negociaciones del ingreso de Chile al TLC creará un marco de interesantes negociaciones simultáneas, ya que el deseo de Chile de participar en el TLC y el Mercosur obligará a compatibilizar preferencias entre las dos asociaciones subregionales y es posible que encuentre en el Mercosur un pedido de reciprocidades exigentes.

Brasil, que en su momento lanzó la iniciativa de una Zona de Libre

Comercio Sudamericana, conoce su propia importancia política y económica y la que le agrega su pertenencia al Mercosur. Desde este posicionamiento seguramente deseará asumir un rol protagónico en el diseño y en la implementación del Plan de Acción de la Cumbre y sin duda, algunos de los ejes importantes de la relación Estados Unidos - América Latina pasarán por Brasilia.



017/17

E9500143

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA.

SITUACIÓN ACTUAL EN LA COMPAÑIA DEL GAS.-

En la recorrida efectuada por el representante de GASEBA se dedicó a apreciar aspectos técnicos de la Planta, no realizando ninguna diligencia con el personal. Esta visita se realizó sin registrarse ningún indidente.-

Se maneja como fecha posible, sujeta a confirmación, para que GASEBA se haga cargo de la Compañía del Gas, el día Martes 10 de enero de 1995.-

Se ampliará.-

EL DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA  
DIRECTOR GENERAL

**CORREGIDO**

165,95

**Inic:**

Sim

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 9/4/95  
Pase a SOT.  
No de Identificación 9500144

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Emisión: 09 ENE. 1995  
Pasa a: *Bio. Suwawal*  
Nº. de Orden: 9500146

FECHA 16, 5, 85 INICIAL SP  
Procesado a Sistema DPX  
OBSERVACIONES \_\_\_\_\_ 001

9500 1-44

R.E. Nº

ASUNTO: GRANA CODURI Ana Eme.

PROCEDENCIA: DNI

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

OBSERVACIONES:

FIRMA:

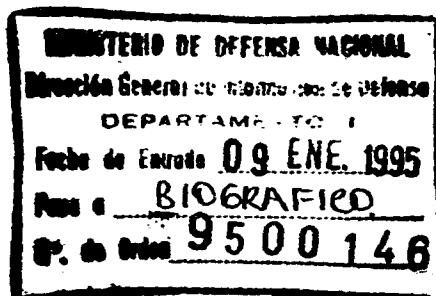
CAP.

NORBERTO REYNOLDS

FECHA: 09 ENE, 1995

001/2

9500146



1/2

09-GEN-1995 09:21

DNII SECRETARIA PRIVADA

005982910319

P.01



**MINISTERIO DEL INTERIOR**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES**

OFICINA DE  
 RADIOGRAMA: Nro.  
 PROCEDENCIA  
 DESTINO

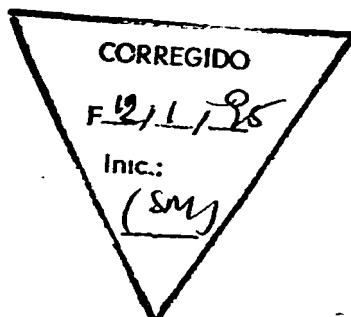
DEPARTAMENTO III.-  
021/95  
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA.-  
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION Y DEFENSA. (Dpto.I).-

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO	HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	Nº. CORRELATIVO
		09   01   95				
VIA	FORMA	FECHA	HORA	EMITIO	RECIBIO	

**TEXTO:**

REFERENTE A SU SOLICITUD, SE REGISTRA:

GRASA CODURI, Ana Rosa, C.I: 3.837.666-1, con  
fecha de nacimiento: 29-11-1954, en el Dpto. de Rocha.-  
Hija de: Flores y de Floramy.-  
Domiciliada en: Rincón 1191, Iascano, Sec. Policial; Bra.-  
Datos del 28-02-1987.-



Saluda a Ud. Atte.-

Por el Jefe de D-III:

Of. Ppal. C. IRRAZABAL.-

FECHA <u>9/1/95</u>	INICIAL <u>(GL)</u>
Procesado a Sistema DPX	
OBSERVACIONES _____	

002/2

9500146

TOTAL P.01

01-09-95 09:22



1/1

M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
09ENE123095

M E M O R A N D U M Nro.002 / 95

EVALUACION : A-1

REFERENTE A : MASCHETZKO FARIAS Daniel Estevan (Fr.)

TEXTO : C.C.: BUB N°18960

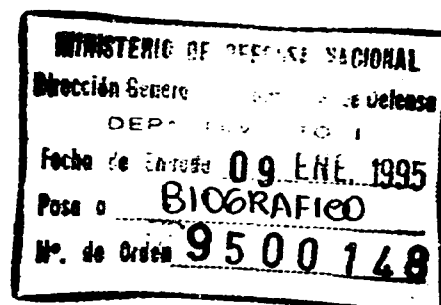
DOMICILIO: Calle LOS PINOS y SAUZAL (Lomas de Solimar Manzana22  
Solar 12

TEL.:57133

PROPIETARIO del VEHICULO: Mat.754709 (Mdeo.)

MARCA: FIAT rojo Mod. 124

07-01-95. El vehículo de referencia posee en su parabrisas el  
logotipo del M.P.P. -



DISTRIBUCION : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitan

Norberto Devincenzi

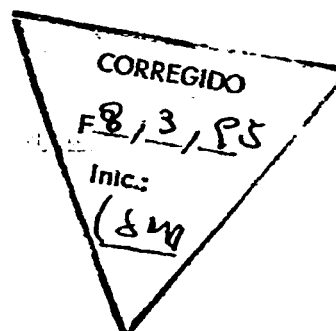
001/1

9500148

FECHA 01, 02, 95 INICIAL (GS)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES





7/1

M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
09ENE123095

M E M O R A N D U M Nro.002 / 95

EVALUACION : A-1

REFERENTE A : MASCHETZKO FARIAS Daniel Estevan (Fr.)

TEXTO : C.C.: BUB N°18960

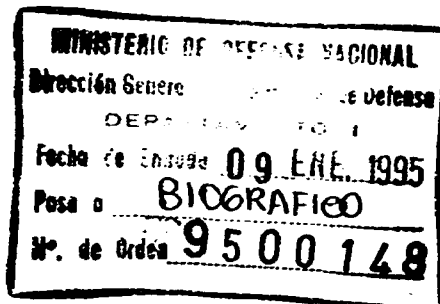
DOMICILIO: Calle LOS PINOS y SAUZAL (Lomas de Solimar Manzana22  
Solar 12

TEL.:57133

PROPIETARIO del VEHICULO: Mat.754709 (Mdeo.)

MARCA: FIAT rojo Mod. 124

07-01-95. El vehículo de referencia posee en su parabrisas el  
logotipo del M.P.P. -



DISTRIBUCION : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitan

Norberto Devincenzi

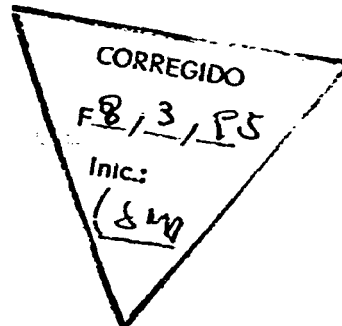
001/1

9500148

FECHA 01/02/95 INICIAL (GS)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES



1/1  
M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
091230ENE95

M E M O R A N D U M Nro. 003 / 95

EVALUACION : A-2

REFERENTE A : TOMA CONSUMOS DE UTE QUE CONCURREN EL 05-01-95 A LA DGID.-

TEXTO : PUCHERELLI RODRIGUEZ Wellington German (Fr.)

C.I.: 663.952

C.C.: SERIE BVA N°34034

TELECHEA ARAUJO Daniel (Fr.)

C.I.: 1.413.275-0

C.C.: SERIE: BDA N°73463

\* AMBOS MOSTRARON UNA ACTITUD INTERESADA POR LAS DEPENDENCIAS Y LOS  
MOVIMIENTOS DE LAS MISMAS.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de 09 ENE. 1995  
Pase a BIOGRAFICO  
Nº. de Orden 9500149

DISTRIBUCION : BIOGRAFICO

El Jefe de la Sección Biográfico y Antecedentes

Capitan

Norberto Davincenci

CORREGIDO

8/3/95

Inic:

(S)

001/1

9500149

FECHA 02, 02, 95

INICIAL

(GS)

Procesado a Sistema DFX

OBSERVACIONES

9500150

SECRET

1/93  
ORIGINAL

MEMORANDUM No. 950001... ReI/Fecha: 09-01-95

I: ASUNTO: INFORMACION POLITICA Y SINDICAL

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

ADJUNTA:

- ✓ Transcripción con información política y sindical.
- ✓ Publicación No. 11 "EL MUNICIPAL".
- ✓ Documento de la Embajada de USA "Semanario Regional sobre Cooperación Laboral Gerencial".
- ✓ Acta de Resolución de la Mesa Rep. del PIT-CNT del 22/12/94.
- ✓ Acta de Resolución de la Mesa Rep. del PIT-CNT del 27/12/94.
- ✓ Nota del SMU a AEBU.
- ✓ Publicación "Noticias Buenas y de las Otras".
- ✓ Nota del Dr. Raúl VARELA a AEBU.
- ✓ Informe a la Mesa Rep. del 7/12/94.
- ✓ Reflexiones de la Dirección de AEBU sobre los Comicios Nacionales de Fecha 7/12/94.
- ✓ Acta de Resolución de la Mesa Rep. del 9/12/94.
- ✓ Nota del Comité de Reconversión Laboral de COFE.
- ✓ Mapa Geo-político del conflicto de FUS.
- ✓ Nota del SIMA al PIT-CNT.
- ✓ Nota del Sr. Germelino ALVAREDO a AEBU.
- ✓ Gremios deudores del PIT-CNT a 001/94.
- ✓ Acta de resolución de la Asamblea General de AFCASMU del 16/12/94.
- ✓ Resolución del Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT del 19/12/94.
- ✓ Decisiones de la Conferencia Sindical del MERCOSUR del 17/12/94.

*Paso solo  
Jallo*  
#DOE. CON PARTES  
PORO LEGIBLES  
POR SER COPIAS

MINISTERIO	GENERAL
DIRECCIÓN GENERAL	DE ASISTENCIA
DEPARTAMENTO	DE ASISTENCIA
Fecha de Emisión	10 ENE. 1995
Por	1209 S. S. S. S.
Nº. de Oficio	9500150

001/93

9-1-95  
Dpt. I.  
950014

9500150

## ENTREVISTA

1: La situación gremial en el último mes de diciembre, ¿ha sido bastante atípica? ¿Porque en reuniones del Secretariado no se han resuelto un carajo de la vela ¿no?

2: No. Yo he ido a las reuniones del Secretariado y no se ha resuelto nada.

1: Lo que ha quedado pendiente son los conflictos de los maestros por un lado y después el tema del CASMU.

2: El tema del CASMU, que es el más interesante de todos y el que más novedades tiene, y son muy importantes las novedades porque de alguna manera está palpada la línea que de alguna manera existe dentro de los movimientos sindicales.

Hubieron dos o tres secretariados que lo único que hicieron fue dar cuenta de algunas entrevistas que se habían hecho, estas entrevistas la única que hicieron fue radicalizar aún más los ánimos, hasta que después del 25 de diciembre interviene el Ministro en el Ministerio de Trabajo, habla con las partes separadamente y saca una fórmula que en definitiva fue la que aceptaron los funcionarios. Todo esto trajo aparejado una discusión interna en el movimiento sindical, donde evidentemente nuevamente las líneas se mantienen, los radicales por un lado y los moderados por el otro y hay un montón de gente en el medio que fluctúa sobre todo desde el punto de vista político, que fluctúa hacia un lado o hacia el otro. Fueron interesantes las dos mesas representativas que se hicieron, estuve en ellas durante todo el tiempo

y bueno, alguna otra cosita más. En el conflicto del CASMU se jugaron muchas cosas, se jugó el tema de lo que llaman la tarserización, porque ellos decían que era la privatización, porque todo este tipo de administración colectiva o de administración gremial, da la sensación de que son empleados públicos, es una manera de ser empleados públicos pero con vicios privados, porque ellos no visualizan un patrón, visualizan un jefe, de repente un jefe bueno, malo, regular, pero no un patrón y además tienen otra cosa que a esta altura es el germen principal de la burocracia, no solo acá sino en otros países como Argentina o Chile y todos los demás, que es el tema de la seguridad en el trabajo, por qué uno aspira a ser funcionario público aunque gane muy poco, porque le da seguridad y sabe que no va a perder el trabajo y eso es lo que pasa en el CASMU. Parecería que la gente de izquierda que entra a determinados puestos de poder no tiene el respeto que se le tiene a otra gente, no genera hacia abajo respeto. Uno habla, por ejemplo, con los funcionarios de la Intendencia y lo primero que dicen es - no acá vienen a mandar, cuatro burocratas que no saben nada y que vienen a mandar- lo dicen casi todos los empleados de la Intendencia y los tipos no pueden hacer nada, porque ganan como nunca han ganado, de alguna manera es lo mismo que pasaba en el Sindicato Médico, las otras sociedades no ganan (los funcionarios de abajo) lo que ganan en el Sindicato Médico, y no es un problema de salario, tampoco es un problema de desocupación, porque a nadie van a echar, es un problema de relacionamiento, que los de abajo quieren llegar a arriba y los de arriba no tienen la autoridad suficiente como para que no se les enfrenten. En este conflicto estuvo palpado eso y lo mismo pasa en la Intendencia. Los sindicatos que son los que tienen que estar en el medio y calmar la situación, los sindicatos ni en ADEOM ni en el CASMU existieron, es más cuando vieron gente que dialogaba y que le decía a

la gente que tenía que trabajar, cuando hubo una dirección sindical que le dijo a la gente: nosotros lo que tenemos que conseguir es que conseguir aumento y categorías por productividad, la gente se les puso de punta y los echó del sindicato; por supuesto que corrientes ultras que propiciaron esas desperdiciaron, les dijeron de todo a todo un montón de cosas, por ej. "estos que están en los sindicatos dicen esto porque se acomodan", "estos porque son burocratas", "los que quieren que todos nos callemos la boca y que nadie luche y nadie diga nada" eso es lo que dicen en contra, y llegaron a hacer una asamblea donde la ganaron, donde tiraron abajo a la dirección y no hacía 15 días, porque se instalaron prácticamente enseguida de la asamblea, se instalaron casi inmediatamente, la asamblea fue de la FUS y la asamblea de la FUS también eligió los delegados, porque antes el sindicato de la FUS se elegía mediante voto secreto, todas las sociedades elegían por voto secreto y había una única dirección que generalmente la ganaba el CASMU, La Española y algún otro más del Círculo Católico, pero anteriormente la "Federación de la Salud" que se llamaba así porque cada lugar de trabajo tenía sus delegados y esos delegados elegían una dirección, es decir cada sociedad médica mandaba sus delegados, eso pasaba antes, después vino el voto secreto para todo el mundo y ahora en una asamblea volvieron a la junta de delegados, entonces la dirección que existía en la FUS se cayó abajo e inmediatamente los delegados que formaron el CASMU de las distintas secciones del CASMU, formaron una nueva dirección, todo se hizo en cuatro semanas dejaron solo un fin de semana suelto, que fue el día de las elecciones, dos fines de semana antes de las elecciones hicieron una asamblea en la que ganaron hacer nuevamente las elecciones por delegados, la semana siguiente hicieron la elección en el CASMU, la semana siguiente fueron las elecciones nacionales y a la semana siguiente plantearon el conflicto, un conflicto que con la anterior dirección estaba todo arreglado, los tipos iban a venir iban a limpiar y el CASMU se ahorrraba más de 60 mil dólares contratando una empresa, que las empresas estas pagan poco, si yo se que pagan poco, pero también todo el mundo sabe que si pagan poco es porque hay demanda de trabajo, pagan no se si 5 pesos la hora o una cosa así, que anda alrededor de los 800 o 900 pesos al mes, trabajando 8 horas. Sin embargo la empresa SUR que hace años que esta acá, dicen que paga menos que la Intendencia, sin embargo la empresa SUR que hace años que está no ha podido hasta ahora formar un sindicato, puede ser que los persigan, yo no se, pero nadie a intentado ni de afuera ni de adentro formar un sindicato, en casi todas las empresas de servicios, es decir empresas de contratación de servicios, en la actualidad no existe nada, pero es posible que existan, si existen, en definitiva estaban en contra de gente que estaba desocupada, porque si estaba trabajando ahí estaba desocupada, es decir estaban contra la fuente de trabajo, ellos a su vez decían "no, nosotros lo único que defendemos es la fuente de trabajo", pero el CASMU en ningún momento estuvo en desacuerdo con la fuente de trabajo. El otro hecho es que la primera medida que tomaron fue in a la ocupación, que les resultó fatal porque fue una medida muy grave y muy desgastante y la segunda medida, que es espantosa, que no tiene nombre, que solo la hacen mentes infantiles es decirle a los cobradores que no fueran a cobrar y murieron por la misma boca por la que empezaron.

Y además el momento en el que la hicieron, la hicieron en diciembre donde tenían aguinaldo. Fue una huelga con una espontaneidad muy grande, con un lenguaje duro, machista; ganaron dos de las asambleas que se hicieron a una de las cuales fueron 500 personas y en la segunda asamblea que fueron alrededor de 400 personas ganaron ellos por seguir la huelga y seguir la ocupación por alrededor de 64 que fueron los últimos que votaron. Cuando las asambleas fueron numerosas (fueron más de 1000) la ganaron a una por más de 50 votos, en una discusión muy fea, donde prácticamente a la oposición no se la dejaba hablar, pero donde por ejemplo los ex-dirigentes como el "Fiko" GOMENSORO y como Elio DA SILVA y otra muchacha que en estos momentos no me acuerdo como se llama, cuando hablaban, cuando pedían la palabra eran completamente silbados y no se los dejaba oír, entonces tuvo que hacerse un trabajo de abajo, hablar con toda la gente para que fueran a la última asamblea, que en definitiva en la última asamblea se quedaron con 200 personas que eran quienes dominaban generalmente todas las asambleas y 1000 votaron a favor, fueron más o menos 1000 a 200. La fórmula estuvo planteado el segundo día del conflicto. ¿Por qué esta gente eligió la ocupación? eligieron la ocupación porque ellos pensaron que iban a dominar todo, iban a cobrar los tickets, porque la medida de no sacar a los cobradores fue como consecuencia de que a cuatro funcionarios que estaban en la administración les pidieron las máquinas y les pidieron las claves de las máquinas y ellos se negaron y en una de las asambleas los expulsaron del sindicato, pero esas personas, que tienen sus cargos, cargos muy importantes, los echaron del sindicato, no se donde están en la actualidad, pero fueron expulsados del sindicato, porque no dieron la clave, entonces como consecuencia de no dar la clave, ellos pensaban pagar los sueldos, cobrar los tickets, cobrar y administrar ellos el dinero. No les iba a servir ningún arreglo, porque en el fondo ellos no iban contra la empresa BRILL, que era la que tenía que limpiar las escaleras y la vereda, iban sobre todo contra el hecho del Acto Médico, ustedes se acuerdan la huelga del año pasado de los médicos? donde se aprobó el Acto Médico, bueno eso trajo aparejado que los médicos que antes no ganaban nada, o ganaban muy poco en el Sindicato Médico pasaran a ganar determinado salario decoroso, es decir no era un problema de las órdenes, las órdenes y el tickets quedó para el médico de Medicina General. El Acto Médico fue la categorización dentro de los propios médicos, es decir los que ganaban más eran los Cirujanos, los profesores, los que tienen orden en la Universidad, primero y segundo grado, estos cobran determinado tipo de arancel, digamos, los otros cobran un poquito menos, pero la gente de este sindicato, de esta dirección estaba contra eso, porque ustedes se acuerdan la huelga de los anestesiólogos que ellos pidieron lo mismo debido a la responsabilidad que tenían en las operaciones y porque siempre debían estar respondiendo en juicios y se encontraban desamparados y lo mismo pasó con otros especialistas, y esto dicen ellos que es el problema, yo sé que esto encareció el servicio médico.

- 1: Porque este sistema es distinto al que aplica La Española. Esta decía, por ejemplo, "yo no tengo ningún problema en pagarle 25 o 30 mil dólares al cirujano que le haga una operación similar a la que le hicieron a Germán ARAUJO", pero el costo de una operación de esta índole se equipara con el costo de cuatro operaciones de corazón abierto, a 10 de vejícula y a

20 operaciones de apendicitis, es decir lo pagan de la misma manera, paga el mismo dinero, pero la forma de repartirlo es diferente.

2: Bueno en este conflicto estaba el tema de la autoridad y el tema del Acto Médico, en el cual todos los médicos tenían que ganar igual y por consiguiente ahí se rebajarían los costos, se rebajarían las cuotas, sería una etapa de salud popular y todo lo demás. Entonces los médicos que están afiliados al SINDICATO MEDICO, el cual esta dirigido por un grupo de médicos que se llama el grupo de la FOSALBA, que son gente del FRENTE AMPLIO gente de izquierda, etc., esta gente en dos asambleas hablaron y rechazaron la fórmula de los gremiales, de AFCASMU (la federación del CASMU), ellos estaban en contra de la ocupación y todo lo demás. Pero les quiero decir lo siguiente, en la última asamblea del CASMU, a la que fueron más de 1000 personas (800 médicos) PRADERI, que es la lista contraria a la del CASMU, ustedes saben que PRADERI durante el régimen de Facto estuvo dirigiendo el CASMU, fue el Interventor del CASMU; PRADERI saca una moción en contra de los huelguistas y gana por una diferencia de 400 votos. PRADERI decía que si no se deja entrar a las salas de operaciones "nos vamos a una sala de operaciones de un sanatorio al que le podemos pagar el alquiler de la Sala de Operaciones y chau, y operamos a la gente y la atendemos".

Todo esto se discutió en la Mesa Representativa, sobre todo en la segunda Mesa Representativa, además les quiero decir que estaba muy ordenada la mesa y había un grupo de dirigentes que son afines al PARTIDO COMUNISTA y que vuelve a tener ingerencia dentro de la Mesa la gente del P.C. siendo los sindicatos esos como visagra entre posiciones moderadas y radicales. Los sindicatos que están en esa actitud y que llevan sobre todo la voz cantante son : Julio GARCIA de AUTE y CASTELLANOS de FUECI estas son las cabezas que aparecen siempre mocionando en posiciones intermedias, que fueron las mociones que salieron.

Después la "negra" María tuvo un fuerte enfrentamiento con la gente de AFCASMU, que es del Hospital de Clínicas, a la Maestra PINTOS que es del Magisterio, que es un poco la cabecilla y la que dirige toda la cosa, a SANCHEZ de COFE, y algún otro más que no me acuerdo, la gente esta fue la que más se movía en todo eso, después pensándolo bien voy a tener que hacer un resumen con los nombres de las personas que estaban.

Quiero hacer una culminación, ellos planteaban en la última asamblea, la gente radical, la gente de AFCASMU, la gente del GAS, ADEOM, todos planteaban que estaban de acuerdo con el paro, hasta que surge la posibilidad de una moción, bancarios llevan una posición contraria diciendo que solamente 3 sindicatos pueden votar en esa asamblea porque son los que están al día y en segundo lugar cada vez que sale un paro de 24 horas el reglamento dice que hay que plantearlo con 15 días de anticipación, porque lo tenemos que estudiar en todos los demás sindicatos, pero no obstante eso si hubiera una movilización parcial durante el día bancarios estaría dispuesto a apoyarla; así es que sale el paro de 10 a 12 que se hizo en el Obelisco, al que yo concurrí y conté las personas que habían, habían 336 personas, donde tenía que haber estado toda la salud. Lo peor del caso es que el compañero de ADEOM, Ubertil HERNANDEZ viene diciendo que el renunciaba al cargo del PIT-CNT porque el fue y le dijo a la dirección de ADEOM que había apoyado el paro y la dirección de ADEOM le dijo que no paraba, por consiguiente el dice que ~~no~~ <sup>está</sup> autorizado de una posición que

9500150

planteó. Lo que pasa es que con Uberfil tuvimos una discusión en la mesa donde él pensaba que si que había que parar y yo le decía que yo comprendía lo que estaban pasando los de AFCASMU pero que se sacara de la cabeza, que condiciones no habían, que eso era imposible en cualquier sindicato, porque estábamos en plenas fiestas y porque habían un montón de cosas y

porque tenía que subsistir una posición muchísimo más elevada de conflictividad de la que en estos momentos se planteaba.

Uberfil me lo dice ahora, "yo creo que me equivoqué" y bueno renunció porque ADEOM no lo apoyó.

Esto es más o menos todo lo que ha pasado en esta semana

Ahora, se dice que el 11 de enero se iba a recomponer el secretariado

Si, el 11 de enero se va a recomponer el Secretariado porque como la compañera Cristina GONZALEZ perdió en la FUS (perdió en las elecciones de la dirección de la FUS) salió del Secretariado, era una de las tres personas del triunvirato, bueno a ella la fuimos a ver, ella tuvo mucho que ver en la última asamblea del CASMU, bueno ahora se va a replantear que ella tiene que ir a ser delegada del MERCOSUR por el PIT-CNT y aparentemente ella estaría dispuesta a volver. Bueno Cristina seguramente será candidata del MERCOSUR y trabajará en ese sentido, pensando un poco en los cambios que

puedan haber dentro del movimiento sindical tienen que ser acompañados por cambios que puedan haber en la Dirección de la Empresas, es decir yo creo que también va a haber una crisis en la construcción, otra crisis de esas que son cíclicas.

Que comentarios hay a nivel sindical de todo lo que se está hablando, del tema de la apertura comercial a partir del 1ro. de enero entre los cuatro países del MERCOSUR. Por ejemplo, la casa de las telas se deshizo de todas las telas, porque va a traer telas.

Yo el tema que más conozco es el tema de FUNSA, ellos están muy preocupados, porque habían conseguido que tuvieran un pequeño arancel las cubiertas que venían de importación, pero FUNSA de alguna manera acomodó el cuerpo y va a distribuir la cubierta FUNSA y va a distribuir cubiertas de otro lado.

Pero como de alguna manera la vida subió mucho en ARGENTINA y en BRASIL, muchas de estas cosas todavía no van a tener tanta incidencia, todavía van a haber productos uruguayos que van a poder competir con los otros. Aunque no quieran creer en la ARGENTINA, por ejemplo, el tema de la carne ha bajado que eso nos puede acarrear muchas cosas, ha bajado el precio de los chacinados y ustedes saben por ejemplo el tema de los pollos que los chilenos son los que han dominado todo el panorama y hay pollos por todos lados y barato, que son productos primarios, como son la carne, el pollo y los chacinados, yo creo que hay que tener un ojo, nos está salvando BRASIL, también creo que vamos a tener un balance favorable, el gobierno nuevo va a recibir un buen gobierno, con una balanza comercial bastante favorable.

Hasta ahora en el PIT-CNT existen expectativas incluso está la posibilidad de la exportación de coches que de alguna manera son armados acá, que de aquí hasta el año 2000 los podemos exportar. Es decir frente a la crisis ARGENTINA y frente a la situación de BRASIL, aunque ustedes no lo quieran creer, el URUGUAY es el que está hoy, este mes, porque hay que decirlo así, es el que está mejor posicionado frente al MERCOSUR, porque la economía del URUGUAY está totalmente dolarizada, casi el 90 o el 95% de los depósitos



que existen en los bancos están en dólares, nadie ahorra en pesos uruguayos y tiene la suerte de tener un peso uruguayo que mantiene una devaluación paulatina, estamos en el peligro, también, de lo que le pasó a MEXICO, porque MEXICO aguantó al dólar, cuando el verdadero dólar que tenía MEXICO estaba como acá, no tenía nada que ver con la realidad que era, y entonces en MEXICO pasó lo mismo, cuando se escapó el dólar, porque la presión de los que querían exportar, era muy grande, entonces no tuvo más remedio que correrla, acá no hay ese tipo de cosas y además el Gobierno uruguayo tiene la suerte de que tiene mucho impuesto para cobrar, porque tanto en MEXICO como en ARGENTINA hubo liberación de impuestos, a la gente le quitaron los impuestos, lo primero que se hizo fue quitarle a la Industria y a la Empresa los impuestos, pero resultó que después se quedó el Gobierno sin cobrar, se quedó sin fuentes de recursos.

Con todo el panorama es favorable, siempre hay rompe huevos en todos lados creo que en el movimiento sindical hay muchísimos y bueno los radicales van a seguir insistiendo.

¿Desde el punto de vista político?

Desde el punto de vista político, ahora están de licencia. Hay si una situación difícil dentro del FRENTE AMPLIO. El Frente tendría que estar loco de la vida, festejando, no lo está haciendo así, culpa de un tipo como Tabaré VAZQUEZ que creyó que ganaba y después no lo reconoció ni lo reconoce, todavía, aparentemente. El tema más importante es una situación interna que va a venir, y que ya existe y que va a ser en la Intendencia, porque los que están de Directores de la Intendencia no quieren irse, quieren permanecer.

Por ahí escuché que el Departamento ese, el superministerio, el superdepartamento del "TOTO" lo dividen en seis.

Claro eso es para ver si se pueden acomodar, igual, ustedes no se olviden que la VERTIENTE, que es la de ARANA, hizo un acuerdo con el SOCIALISTA y además hizo un acuerdo con la CONFA. Y bueno el "TOTO" es de la CONFA, ARANA es de la VERTIENTE y los "Tata" que tienen muchos directores no van a querer largar la cosa, y aparentemente va a bancar, él dice que eso es un desgaste y que poco a poco esa gente se va a ir desgastando. Hay una preocupación sobre el tema de autoridad, que no se le ve mucho a ARANA, la autoridad ¿no?, VAZQUEZ tal vez era excesivamente autoritario.

El tema interno es una caldera, ahora le van a sacar el subsidio a los boletos y bueno yo no sé en que va a parar eso, el subsidio se lo saca el que esta ahora, para no dejárselo a ARANA y el "TOTO" con mucha delicadeza dice que bueno que ya se cumplió, que ya hubo renovación de flotas y por consiguiente ya no es necesario seguir con el subsidio, pero si el boleto sube mucho, la gente carenciada, ve aunque ustedes no puedan creer en algunos barrios el tema del boleto era un tema de plataforma de los oradores en la época de las elecciones, bueno vamos a ver que pasa en los barrios, como estamos en el primer año puede pasar cualquier cosa, pero vamos a ver. Hay un grupo dentro de ADEOM que se adhirió a ASAMBLEA URUGUAY, que pretende ganar las elecciones dentro de los municipales, pero si se tira PLATERO me parece que no tiene suerte. De todas formas hay que esperar que pase el 15 de enero, porque este hombre está de licencia.

1: De acuerdo a como viene la cosa, entonces el 11 capáz que no se resuelve nada

2: Puede haber un atisbo de reorganización, sobre todo de hombres

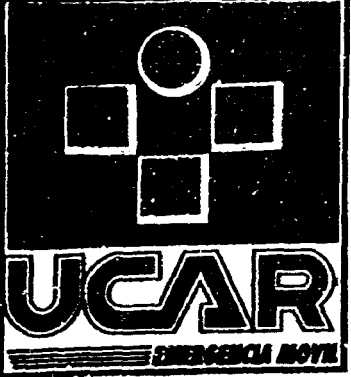
1: ¿Dónde se va a hacer eso?

2: Se va a hacer en el PIT-CNT, se va a hacer una Asamblea General, pero solo se van a dar algunos nombres de personas que puedan ocupar cargos, es decir, se va a organizar la Comisión de Conflictos, que es la que realmente trabaja más, es la que se desgasta más; se va a organizar el tema de las Finanzas que están bastante bien, y es el tema de LACUESTA DUARTE, porque no se sabe que hacer porque no tiene plata y ahora con el tema de ITALIA que estaba jodida la cosa, pero no existe un panorama claro. Es decir, el hombre que de a poco se está acomodando en el PIT-CNT es MELGAREJO el de ASU y bueno, este botija, CLAVIJO y Julio GARCIA son elementos nuevos, lo mismo que CASTELLANOS, son elementos nuevos que los reflató el PARTIDO COMUNISTA y bueno, vamos a ver que pasa.

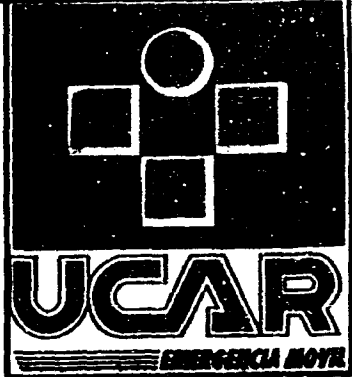
El FRENTE AMPLIO ha mandado a todos sus legisladores a estudiar las dos reformas, una es la Reforma de la Constitución y la otra es la Reforma de la Seguridad Social, dijeron que en Enero iban a hacer unas reuniones u que iban a dar posiciones. Y adelantó un poco Tabaré VAZQUEZ sobre la posibilidad del nombramiento de una ASAMBLEA GENERAL CONSTITUYENTE, esa Asamblea tendría que ser electa, por consiguiente tendría que haber una especie de elecciones para nombrar la Constituyente, como se hizo en la ARGENTINA, y bueno hay que esperar a ver que pasa. Yo lo que se que acá hay algunos sectores a los que se le debería aumentar el sueldo porque sino vamos a tener conflictos, uno de ellos es la Policía y el otro es el tema de la Enseñanza, porque hay sectores dentro de la Enseñanza que pretenden no comenzar las clases, ya están trabajando en ese sentido. También para Abril están las elecciones internas del FRENTE AMPLIO, donde todos se afilan creyendo tener mayoría de Delegados, ya que la mayoría electoral no la pudieron conseguir quieren conseguir mayoría de delegados de base.

1: ¿Se sabe algo sobre si hay contra-marchas, o contra-festejos o algo?

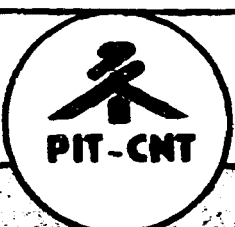
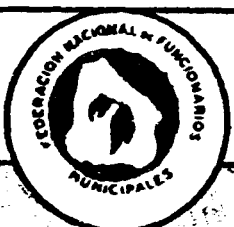
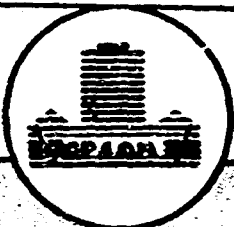
2: No, yo hasta ahora no he escuchado nada. Yo lo que he escuchado es que mucha gente se había jugado al hecho de ¿cómo se llama? al hecho de que el FORO DE SAN PABLO se iba a reunir acá, y especuló mucho sobre el tema, aprovechando que era el cambio de gobierno, venían una pila de Presidentes y Gobernadores de otros países, pero eso concretamente fue deshechado, yo creo que fue hablado por SANGUINETTI directamente con SEREGNI. SEREGNI dijo que había que postergarlo, porque creo que SEREGNI es un poco la voz cantante del tema del FORO DE SAN PABLO, claro que habían otros elementos que lo querían hacer, tampoco ha salido y no va a salir durante este mes porque estamos en el receso, no ha salido el tema del FILTRO, así que no pasa nada, y menos esta semana.



# El Municipal



ORGANO OFICIAL DE ADEOM  
REDACTOR RESPONSABLE:  
R. TUALA



NOVIEMBRE 1994 Nº 111  
12.000 EJEMPLARES

## AHORA...

✓ **POR  
NUESTROS  
HIJOS**

✓ **POR  
NUESTROS  
PADRES**

✓ **POR NOSOTROS**



### CONVENIO

Atención a niños y adultos con equipos y personal altamente especializado.

Servicio de políclínica  
las 24 horas

Consulta médica  
telefónica

**SN**

**CARGO**

- Atención Oftalmológica
- Tomografía computada
- Emergencias odontológicas las 24 hs.
- Seguro de viaje regional

Radiografías, ecografías

Exámenes de laboratorio

Controles cardiológicos

**Funcionarios  
y familiares  
afiliados a  
ADEOM  
\$37**

Afiliarse por los teléfonos 47 47 24 y 47 09 02

# ¡¡¡Ante todo... El Si al Uruguay!!! Si al futuro

**C**uando esto está en juego (El Uruguay, nuestro futuro) y existen riesgos, peligros que amenazan y atentan contra estos principios y los valores que estos sustentan no tenemos dudas del papel protagónico que jugará nuestro pueblo.

Independientemente de la voluntad política de cada uruguayo, de la voluntad político partidaria en la que crea o esté seguro, convencido que esa será su mejor opción, más allá de con qué medios llegamos, contamos para equilibrar la balanza que nos llevó a tomar tal o cual opción partidaria, tal o cual proyecto de gobierno modelo de país con todos los componentes, objetivos y subjetivos que dicha decisión supone.



Por encima, muy por encima de una opción de gobierno está el país. Qué es un país, sino su gente, la que trabaja, la que construye diariamente y esa gente que precisa de leyes que garanticen las medidas mínimas fundamentales que aseguren, fuera de la subordinación de la voluntad política del gobierno de turno, esas garantías que protejan a quienes a pesar de ser las grandes mayorías nacionales, que construimos diariamente al país, que generamos las riquezas nacionales, cuando llega el momento de la distribución de ese bien común, se recorte o se intente recortar del presupuesto por el lado más fino.

¿Qué será de nosotros como país si se siguen rebajando los rubros de inversión en los planes educativos?

Que será de nuestros niños, de nuestros jóvenes, qué país tendremos de cara al 2.000 sin invertir y poder desarrollar la investigación científico-técnica, prácticamente nula hoy en el país por falta de rubros.

Qué será de nosotros como país si reducimos más aún lo que un trabajador, luego de aportar toda su vida recibe al jubilarse, que ya hoy lleva padeciendo a cientos de miles de ancianos uruguayos, sufriendo insostenibles penurias para llegar a fin de mes.

Convocamos a todos los trabajadores municipales y a la ciudadanía en general a decirle SI, al futuro, SI, al Uruguay.



# Los Municipales ante los Plebiscitos

-Los gremios de la Enseñanza y las Asociaciones de Jubilados vienen impulsando, mediante los plebiscitos del próximo 27 de noviembre, normas a incluir en la Constitución.

Una de ellas es la que establece que deberá destinarse a la enseñanza pública un porcentaje no menor al 27% del Presupuesto Nacional.

- La segunda prohíbe la inclusión en las Rendiciones de Cuentas de modifi-

caciones al régimen de Seguridad Social y deroga las normas en ese sentido incluidas en la última Rendición.

La Federación Nacional de Municipales en su Congreso Extraordinario realizado en Trinidad, el 6 de octubre pasado, resolvió por unanimidad aconsejar a los trabajadores municipales de todo el país el voto por SI a ambos plebiscitos y asumió el compromiso de trabajar en ese sentido.

VOTO POR

**SI**

el proyecto de Reforma Constitucional por el que se agregan incisos a los Arts. 214, 215 y 220 de la Constitución de la República referidos a los presupuestos de la enseñanza estatal.

Noviembre 27 de 1994

## EL PLEBISCITO DE LA ENSEÑANZA

El primer fundamento del plebiscito de la enseñanza es que la educación es el sustento del desarrollo.

Desde el punto de vista social, la educación permite la igualdad de oportunidades y desde la óptica económica el desarrollo económico depende de la calificación de los recursos humanos y esto sólo se logra mediante la educación.

El segundo fundamento es que desde 1965, la participación del gasto educativo en el presupuesto total del Estado o del Producto Bruto Interno (PBI), ha venido decreciendo permanentemente, mientras la cantidad de alumnos ha aumentado en más de un 50%. Esto implica que el dinero destinado a la educación de cada alumno se haya reducido a la mitad.

El programa electoral del partido Colorado del año 85-89 prometía el 5% del PBI. En el programa de gobierno del Partido Nacional, se prometió fijar el 28% del Presupuesto. Nada de eso se cumplió; actualmente lo destinado a la enseñanza es un 18% del Presupuesto.

Por lo tanto votamos por incluir en la Constitución el 27% ya que las promesas electorales nunca se cumplieron y es derecho del pueblo decidir cómo gastar sus recursos.

-La situación de emergencia y el mínimo del 27% para la educación la hace viable, porque si no desaparece la educación pública.

¿Qué van a hacer los hijos de los trabajadores que son el 85% de la totalidad de los alumnos del país?

¿Qué va a hacer el 50% de la población del interior que viene a Montevideo por problemas de salud si el Hospital de Clínicas deja de funcionar?

### La financiación

Los sectores que se oponen al plebiscito de la enseñanza buscan sus argumentos en el tema de su financiación. Sostienen que de aprobarse sólo sería posible mediante un aumento desmesurado del IVA y de la inflación.

-Nosotros decimos que no es así; el aumento en el porcentaje dedicado a la enseñanza puede financiarse de distintas maneras:

-Atacando la evasión fiscal

-Reduciendo otros gastos del Presupuesto, como el del Poder Legislativo o los gastos de la Presidencia (al contrario de lo ocurrido con la enseñanza, estos gastos no sólo no se han reducido sino que han aumentado su participación en el Presupuesto).

-Haciendo que paguen más quienes tienen más. Por ejemplo, impuestos a los depósitos bancarios elevados, a las tierras improductivas, a la importación de artículos suntuarios, etc.

VOTO POR

**SI**

el proyecto de Reforma Constitucional por el que se declara Inconstitucional toda modificación de Seguridad Social, Seguros Sociales o Previsión Social que se contenga en leyes presupuestales o rendición de cuentas.

Noviembre 27 de 1994

## EL PLEBISCITO DE LA SEGURIDAD SOCIAL

En lo que respecta al régimen de Seguridad Social, este último que incluyó en la Rendición de Cuentas es el cuarto intento del gobierno de Lacalle y el décimo desde el gobierno de Sanguinetti, de modificarlo reduciendo drásticamente las prestaciones.

Esta modificación realizada poco después que un proyecto en el mismo sentido había sido rechazado en el Palamento, implica:

\* recortar y eliminar derechos jubilatorios y el Seguro de Enfermedad (DISSE).  
\* rebajar los beneficios jubilatorios como consecuencia del alargamiento del período básico que se considera para calcular las jubilaciones, que se llevó de los últimos tres a los últimos diez años y de la rebaja de los porcentajes que se aplican para determinar las jubilaciones.

Por ejemplo antes una mujer con 55 años de edad y 35 de trabajo se jubilaba con el 70% del sueldo, ahora solamente recibirá el 57.5%. Antes un hombre con 60 años y 40 de trabajo se jubilaba con el 70% del sueldo, ahora sólo con el 60%.

A eso se suma la exigencia de que la responsabilidad por lo que se aporta o no, pasa a ser del trabajador y no del patrón que es el que hace la retención.

Quiere decir que un trabajador que sabe que su patrón no aporta, se encontrará ante la disyuntiva de denunciarlo ante la Caja, y probablemente ser inmediatamente despedido, o callarse y por lo tanto perder esos años para su jubilación, o no acceder al seguro de Paro, a la Licencia Maternal, o a la atención Médica. Esto significa que miles de uruguayos no podrán, de hecho, jubilarse nunca. Rebajaron, también, los porcentajes para obtener jubilaciones por las causales de imposibilidad física y se impide obtener otra jubilación por edad avanzada.

Para que las promesas de recursos para la enseñanza pública dejen de ser eso, simples promesas que nunca se cumplieron, el 27 de noviembre, conjuntamente con las listas de su Partido incluya la papeleta amarilla del SIALA EDUCACION PUBLICA.

Para derogar las normas jubilatorias incluidas "de contrabando" en la Rendición de Cuentas, el 27 de noviembre y para que la Reforma de la Seguridad Social no se haga a costa de los trabajadores de ayer y de hoy, conjuntamente con las listas de su Partido incluya el 27 de noviembre la PAPELETA ROSADA DEL SI A LA PREVISION SOCIAL.

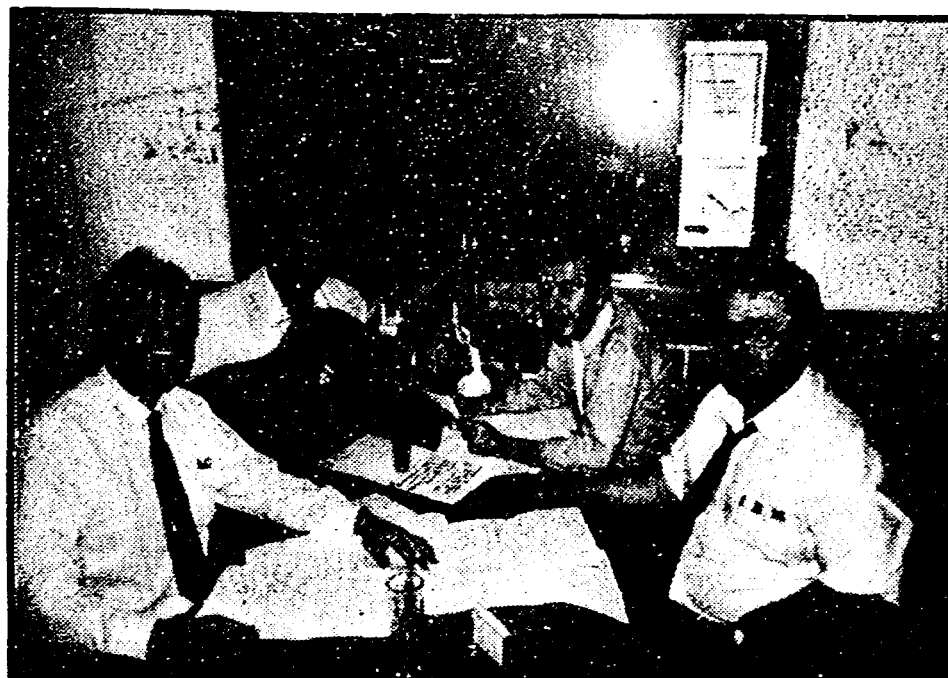
ADEOM

FEDERACION NACIONAL DE FUNCIONARIOS MUNICIPALES

PIT - CNT

# Las "Voces" de ADEOM

**C**omunicarse ya es bastante difícil. Hacerlo dentro de un Gremio tan numeroso como lo es el municipal, no lo hace más fácil. Porque a pesar de tener una raíz laboral única -la Intendencia- tenemos diferencias muy grandes. Por ejemplo la diversidad de tareas que van desde algo tan insalubre como las de Necrópolis, Limpieza o Saneamiento, a algo tan científico como el Planetario, las Policlínicas o el manejo de computadoras; desde algo tan artesanal como es la jardinería o algo tan mecánico como es manejar maquinaria pesada o conducir vehículos; desde algo tan material e impersonal como es un trámite administrativo o contar dinero a algo tan artístico como actuar, hacer música o enseñar. De ahí a los niveles intelectuales de cada compañero, a su educación, a



El equipo de los jueves a la mañana: Luis Lage, Roberto Tuala, José Luis Benetillo y Jorge Di Paulo.

su edad, a su situación particular o sus gustos. Todo esto, más la ubicación geográfica o los diferentes horarios de trabajo, hace muy difícil comunicarse con todos y cada uno de los compañeros municipales. Para mantener un contacto informativo -herramienta imprescindible para que todos logremos unidad y conocimiento e información- contamos con "El Municipal" y las dos ediciones diarias de "La Voz de ADEOM" en CX 40. Por su frecuencia el encuentro radial se transforma en fundamental porque ahí se puede informar lo cotidiano, lo urgente, lo que debemos conocer para actuar y decidir con las pautas que el sindicato marca, pero la lucha diaria y las importantes decisiones que sobre diferentes problemáticas adopta el Ejecutivo, no son toda la vida del Gremio. También existe deportes, salud, beneficios, convenios, festejos que todos debemos estar informados. Por todos estos motivos: llegarle a más gente, darle una sonrisa para distender un rato su tarea e informarle de toda la actividad, los hechos del Uruguay y del mundo es que "La Voz de ADEOM" cambió su estilo.

Por supuesto no olvidamos -y vaya desde aquí nuestro reconocimiento- a los trabajadores de la emisora, Juan Cruz el popular "Charly" del turno de la mañana y a Oscar Hernández del turno de la noche. Ambos locutores y operadores que siempre colaboran desde los controles para hacer más fácil la no tan fácil tarea de la diaria comunicación.

De acuerdo a los concursos que hemos realizado a través de la vía telefónica, constatamos que cada día le estamos llegando a más sectores de trabajadores municipales como así también a oyentes -amantes de la radio- que no lo son.

Eso nos obliga a redoblar esfuerzos por mejorar nuestro mensaje hacia el vecino que nos sintoniza, habiendo comprobado -a través de sus propias palabras- que los ha ayudado a cambiar de concepto, equivocado que tenían de los funcionarios municipales.

Como responsable de la Secretaría de Prensa y Radio deseo destacar la colaboración "militante" del Cro. José Luis Pouchulo quien nos acompaña en la primera edición de la mañana y del compañero Walter Noble en la segunda edición de la hora 21.

Ellos son las "voces" de ADEOM.

Roberto Tuala

Secretaría de Prensa y Radio

## Cobradores El éxito de la unidad en la lucha

Mucho se ha dicho en torno al papel de los trabajadores.

Desde la recuperación democrática, los cobradores venimos haciendo propuestas de mejorar y elevar el rendimiento de la cobranza.

Luego de años, hoy llegamos a este presente; la creación de la Unidad de Cobranza Domiciliaria, que está integrada por dos cargos de dirección que saldrán del cuerpo de cobradores.

La Administración luego de idas y venidas logró entender y aceptar la justeza de los planteos de los trabajadores. Estos pasos se vieron anteceditos por la estructura iniciada hace un par de años, donde también tuvieron participación activa los cobradores, consiguiéndose una mayor justicia social por la equidad en la tarea y mejor distribución económica. Estas instancias nos obligan doblemente: 1) profundizar nuestro compromiso de mejoramiento en el sistema de cobranza para demostrarlo en la práctica y 2) que la administración viendo que esta experiencia sale positivamente adelante la extienda a otros sectores de la intendencia, favoreciéndose el conjunto del gremio.

Este doble compromiso nos obliga a estar actuando con responsabilidad en todas nuestras tareas y a estar pensando cómo mejorar y superar los niveles actuales donde los trabajadores, la administración y los montevideanos salgan beneficiados. Y esto se logrará manteniendo la unidad de TODOS los cobradores, sintetizando en la mesa representativa los planteos de los trabajadores.

La relación entre la mesa y la dirección tendrá que ser fluida, donde existirán encuentros y desencuentros, pero que la existencia de las dos partes en la comunicación será pieza fundamental ante la administración.

Cada uno de nosotros y en conjunto pasamos a ser actores fundamentales, vienen tiempos de grandes compromisos, no dudamos que lo lograremos.

Mesa Representativa de Cobradores

## Biblioteca Informa

### ES LA HORA COMPAÑEROS DE PONERLOS SOBRE AVISO DE DOS COSAS:

1º) Que el 27 de noviembre vamos de frente a votar SI al Plebiscito del B.P.S. y SI A LA ENSEÑANZA, y ya que hablamos de Enseñanza, a no olvidarse que hay que devolver los libros.

Sabemos que al momento de recibir "El Municipal" algunos cursos han terminado y que el 15 de diciembre culminan los demás. Ah! no se preocupen porque estemos cerca de las fiestas, porque los compañeros que militamos en la Biblioteca los esperamos gustosos.

ALFREDO GONZALEZ

# Secretaría de deportes

## INFORMA

### PAPIFÚTBOL

Se prolongó el período de inscripción del Papifútbol a pedido de algunos compañeros, que no pudieron organizarse debidamente, hasta el jueves 1º de diciembre hora 17.00 indefectiblemente.

La fecha de inicio del Campeonato será el domingo 10 de diciembre. Esperamos contar con la mayor cantidad de equipos, ya que durante mucho tiempo, muchos compañeros han preguntado cuándo salía el campeonato de Veteranos, el tiempo ha llegado; tiempo de organizarse hubo; por eso largamos. Tenemos canchas, tenemos jueces y tenemos organización y ganas ¿Qué más se precisa? Nada por eso el 10 de diciembre nos vemos en el Velódromo.

Aclaración: Para el Fútbol, el Ciclismo será en circuito o en carretera.

### FÚTBOL 5:

A pesar del entusiasmo demostrado por muchos Sectores para participar en esta especialidad del fútbol, son muy pocos los equipos que se han inscripto (con los \$250) en nuestro Sindicato.

Por esto es que decidió prolongar el plazo de inscripción hasta el jueves 1º de diciembre a las 17.00 horas.

### BOCHAS:

Y... el 1er. Campeonato de Bochas de ADEOM en su historia. Término. Culminó de la mejor manera, pleno de confraternidad, compañerismo y amistad. Ganaron los mejores, pero a su vez, ganamos todos, ya que por este campeonato conocimos y se conocieron muchos compañeros, que sólo las bochas nos podían arrimar. Esta vez fueron 18 parejas, que dirimieron fuerzas; para lograr el trofeo "Jorge -Pelado- Duarte", fueron 36 compañeros que

pusieron lo mejor en capacidad y sapiencia, pero dieron lo mejor que tenían en compañerismo, solidaridad y amistad, para poder culminar el 1er. Campeonato de Bochas, organizado por nuestro Sindicato. También debemos reconocer que tuvimos algunos errores de organización; pero fueron llevados a buen término por todos los participantes; porque sabían ellos que éramos novatos en la organización de la bocha, también tuvimos el apoyo incondicional de Clubes de Bochas, que nos cobijaron para poder lograr el desarrollo del Campeonato. Estos Clubes fueron: El Lucero, Bage, Elba, La Granja, Peña Vecinal Vivir, a ellos nuestro agradecimiento, asimismo queremos acordarnos de Clubes que prestaron sus canchas pero por organización no pudimos utilizarlas: Club Zorzal, Club Universal y Club Fortaleza, y en tren de agradecimientos queremos hacerles llegar el nuestro a una compañera que nos brindó todo su conocimiento y apoyo para poder realizar nuestro campeonato de Bochas: a Marinella Civetta: GRACIAS, esperando contar contigo en el próximo Campeonato, sabemos que como bochófila ya te tenemos y como organizadora también.

Resultado del Campeonato de Bochas Jorge "Pelado" Duarte:

Campeones: Andrés Balbín y Luis Orge

Vice Campeón: Mariela Civetta y Dantes

3er. puesto: Alberto Coitino y Luis Cordero

4to. puesto: Alberto Gómez y Daniel Costa

¿Cuándo largamos el 2do. campeonato?

Ya estamos en el umbral del verano y qué mejor que empezar pedaleando.

Tenemos un grupo de compañeros que corren por los Veteranos, una cuarteta de compañeros de Casino que realizan Competencias cada mes y están desafiando. Por otro lado otro Compañero, preparador físico se acercó para brindarnos su apoyo, su conocimiento y su oficio para estos eventos que pensamos realizar. Bindaará su conocimiento trayendo a todos los ciclistas municipales que conozca para que sea una competencia de una jerarquía tal como ADEOM se merece.

Pedimos a todos los compañeros que quieran anotarse en esta competencia que lo hagan antes del 2 de diciembre.

Así podemos reunirnos el día 5 de diciembre para hablar de los siguientes temas:

- 1º) Inscripción
- 2º) Circuito
- 3º) Día a competir
- 4º) Bases de la competencia

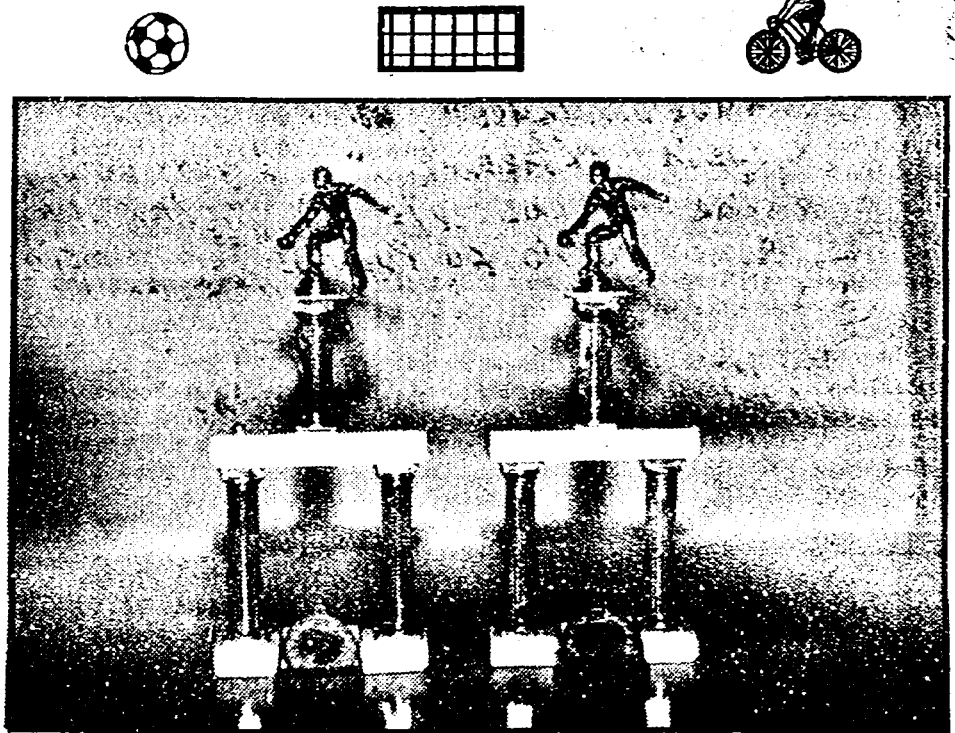
En una de tus pealeadas venite a ADEOM (Canelones 1330) pero si no te acordás de nuestra dirección inscribete y después conversamos; pero acordate, que tenés que ser socio de ADEOM para participar, por eso te pedimos fotocopia del recibo DE COBRO DEL MES ANTERIOR.



La pareja campeona del 1er. Campeonato de Bochas Jorge "Pelado" Duarte. Los compañeros de Locomoción del Palacio, Balbín y Orge, ¡FELICITACIONES!



Momento en que los compañeros de Locomoción le hacen entrega de hermosas medallas en reconocimiento por la obtención del Campeonato



Hermosos trofeos y medallas ganados en "Buena Ley" por Balbín y Orge



# Club de donantes de ADEOM informa:

## PRIMERA CITACION:

Por la presente, citamos a los abajo nombrados a hacer efectiva su donación antes del 30/12/94. Deberán concurrir al Servicio Nacional de Sangre, sito en 8 de Octubre 2720 casi Garibaldi, en ayunas y antes de las 7 de la mañana, luego deberán traer la constancia de donación a nuestro sindicato.

Nombre Padrón

José Luis Verdara Jubilado

Dante Carmelo Briozzo

14.031

Juan Raúl Suárez 14.972

José Facciolo 18.072

Giberto Sico 18.612

Moisés García 18.886

Eduardo Molina 22.242

Armando Guzzo 22.457

Heber Pérez 22.516

Olga Monteiro 22.873

Raúl de los Santos 24.338

Ricardo Vega 24.657

Angela Santos 24.765

Luis A. Zaballos 24.878

Nelson García 25.099

Miguel Martínez 25.194

Ruben Benítez 25.334

Juan Izquierdo 25.478

Nelson Borges 25.746

Enrique Briso

Colso Silva 27.093

Francisco Fissolini 27.238

José Ramos 27.315

Oscar Pingaro 27.336

Juan Angel López 27.375

Rosario Aguillos 27.841

Gardo Cordero 27.997

Alcides Pizarro 28.126

Blanca Irigoin 28.651

Luis Fernández 28.849

Jorge Yacco 28.881

Adelberto Cardozo 28.919

Ramón Caetano 28.932

Andrés Rodríguez 29.038

Carlos C. Díaz 29.619

Eusebio Barboza 29.624

Juan Sánchez 29.675

Rafael Parada 30.030

Silvia Muñoz 31.139

José M. Liberatto 31.527

Félix Naleiro 32.232

Luis Álvarez 32.234

Elba Caballo 32.315

Edu Cuña 32.402

Wilson Barla 32.414

Gustavo Franco 32.622

María Brusco 32.672

Susana Martín 32.723

Lidia Ponquette 32.919

Sara Magano 33.093

Alvaro Ferro 33.213

Gladys Pereira 33.247

Leonardo De Matteis 33.255

Margarita Pedrosa 33.302

Lilán Hernández 33.364

Eraldo Martínez 33.387

Hugo Padilla 33.474

José Servente 33.682

Ismael Silveira 33.724

Guillermo Cardozo 33.755

Juan Ariel Suárez 33.823

José Guillaume 33.841

Luis A. Morales 33.850

Mario Chavez 34.016

Roberto Delgado 34.128

Carlos Pomio 34.191

Mario A. Aguirre 34.251

Ricardo Servente 34.254

Pedro Hernández 34.280

Sosa Álvarez 34.295

José María Martínez 34.298

Férris Orivio 34.329

Ramón Sosa 34.331

Francisco Cisneros 34.458

Heber Velazco 34.684

Oscar Maestri 34.734

Jaceli Cheble 34.786

María Bernazza 34.864

Alvaro Domínguez 34.913

Washington Georgetown 35.040

Teresa González 35.057

Raquel Boado 35.188

Gerardo Espinosa 35.520

Mario Cabastu 35.781

Nelson Parada 36.304

Stanley Falcón 36.320

Luis González 36.363

Alvaro Medina 36.439

Luis Fleitas 36.450

Eduardo Reyes 36.542

Walter Charlo 36.638

Carlos Álvarez 36.660

Roberto Fontes 36.805

Washington Grecca 36.819

Edgardo Pintos 36.825

Jorge Luis Silva 36.939

Alberto Vidal 36.966

Edison Vicente 36.967

Carlos Varzi 37.085

Mario Barreiro 37.118

Walter Aguilar 37.181

Algemiro Lemos 37.285

Omar Muñoz 37.323

Oscar Moirón 37.474

Rodolfo Tortorolo 37.486

Luis Spinel 37.546

Alfredo Angulo 37.549

Mario Rodríguez 37.579

SEGUNDA CITACION:

Asimismo citamos a los abajo nombrados en segunda citación a hacer efectiva su donación correspondiente a nuestro Club antes del 30/12/94 en el mismo lugar de la primera citación.

Padrón Nombre

11.943 R. O. Rocha Cabrera

16.569 Bruno Battini

17.234 Raúl Vellozo

17.807 Ruben Bebelacqua

17.820 Obilio Parnille

18.417 Polonio Muñiz

18.443 Fernández Morales

18.857 Casimiro Alonso

19.033 Gladis Coltri

19.416 Julio Savio

19.441 Wilton Rijo

20.271 Marcelino Fernández

21.351 Ursula Bentancourt

22.359 Renée Rodríguez

22.534 Ramón Porras

22.696 Ramón Rodríguez

22.755 Ma. Teresa Hourcade

22.846 Sylvia Fabiani

22.885 Carlos Brasesco

23.859 Luis Cardeza

24.668 María T. Gil

25.018 Hugo Gaba Blanco

25.323 Ariel Bentaberry

25.420 Eduardo Elizalde

26.145 Andrés Patrón

26.253 Godofredo Rívero

27.007 Ivonne Estrada

27.153 Nelson Lapuente

27.191 Orlando Taborda

27.413 Carlos Bazzano

27.467 Nelson Sosa

27.530 Héctor Iparogoirra

28.086 Carlos Olivera

28.100 Julio C. Humar

28.861 Estela Sampaio

28.994 Walter Rey

29.258 Washington Peña

29.290 Luis O. Tabárez

29.667 Alcides Colman

30.548 Hugo A. Piccardo

31.039 Miguel Núñez

31.292 Francisco Oliveras

32.022 Eugenio Guillén

32.074 Oscar Berrutti

32.330 Celia E. Ferraro

32.554 Ruben D. Pérez

32.642 Washington Rasetti

32.700 Mirta Sosa

32.736 Eisa Balea

33.087 Lesibel Juárez

33.217 José Hernández

33.315 Miriam Irago

33.435 José Morelli

33.774 Juan Lesalume

33.848 Carlos Figueredo

33.999 Osvaldo Saldías

33.924 Ernesto Sobera

33.992 José A. Alonso

34.087 Carlos Piedad

34.205 Julio Sosa

34.398 Alberto Soroa

34.414 Héctor Cejas

35.094 Mario Pita

35.124 Jorge Di Paulo

35.210 Jacqueline Folgueira

35.246 Jorge Núñez

35.274 Alvaro Milán

35.401 Gelsen Toyos

35.776 Roberto Leal

36.974 Yolanda Dieguez

36.986 Elida Moirano

36.248 Laura Sere

36.341 Luis Benítez

36.436 Alicia Raggio

36.481 Juan Ma. Vanel

36.578 Roberto Rose

36.585 Fritz Zimmer

36.729 Walter Benales

36.807 Alejandro Auyanet

36.816 Luis A. Alcina

36.895 María de los Angeles

Blanco de Brandaris

36.945 Omar E. Cerchig

36.847 Alfredo Sanguinetti

37.114 Miguel Darrosa

37.157 José Luis Arrúa

37.305 Gerardo G. Rodríguez

37.311 Luis Nilson

37.345 Mingo Vemengo

37.346 Gustavo R. Com

37.351 Edgardo L. Sánchez

37.400 Carlos M. Pouey

37.461 Julio R. González

37.472 Raúl Bauzá

37.516 Heber Cúneo

37.528 Ramón Rosas

37.694 Edinson A. López

37.736 Carlos Gatti

37.753 Ruben Rodríguez

37.800 Miguel E. Britos

37.919 William Perera

37.999 Carlos Más

38.485 Antonio Chávez

38.654 Fernando Barboza

38.686 Alfredo M. Acosta

38.741 Arturo Lagelan

38.782 Blas Chiarelli

38.810 Carlos Machado

38.372 M. Abal Yurramendi

39.585 Sergio Ríos

39.764 Ruben Martínez

39.871 Pablo Cantara

40.150 Ramón Sobrera

40.366 Miguel A. Santurio

40.468 Mirta N. Mercader

40.600 Susana Bovio

40.658 Teresa Carbajal

40.703 Esther Otaduy

40.471 Oscar Pérez

40.735 Juan A. Wyszynsk

40.770 Juan C. Antúnez

40.884 Beatriz Pérez

41.042 Raúl H. Hermida

41.102 Raquel Yocco

41.340 Luis A. Rodríguez

41.352 Carlos Velando

41.395 Ruben Huerta

41.843 Erigardo B. Figueroa

42.169 Salvador Schelotto

42.195 Benjamin Liberoff

42.223 Miguel Cadepon

42.226 Gerardo Badano

42.230 Selva Vega

42.296 Mónica García

42.358 Mariela Pintos

42.440 Silvia Fonseca

43.168 Gladys Villasanté

43.536 Gabriel Mancini

43.378 Richard Luján

TERCERA CITACION Y ULTIMA

Debido a problemas gremiales que están teniendo los compañeros del Ministerio de Salud Pública es que hacemos por única vez esta tercera citación a los compañeros que se detallan a continuación que de no concurrir serán dados de baja el titular y sus beneficiarios.

27.977 José Sangiovanni

28.069 Omar Cabrera

29.965 Carlos Suárez

30.286 Humberto Leder

31.031 Olga Gómez

32.195 Sara Nogueira

33.797 Mario Perdigon

33.803 Gustavo Pintos

33.816 Elías Álvarez

33.818 Regino Benítez

33.835 Rafael García

33.853 Luis Larrosa

33.954 Luis Demelo

33.970 Julio Salazar

33.998 Julio Torrez

34.033 Cusini Aguilar

34.066 Héber Quintela

34.086 Washington Mosteiro

34.099 Guariberto De Vicente

34.116 Luis Rodríguez

34.193 Gabriel Sáez

34.816 Gustavo De Los Reyes

34.927 Carlos De La Vega

35.070 Garo Kechkerian

35.247 Nelly Fernández

35.491 Elena Ambroso

35.528 Roberto Rodríguez

35.547 Susana de Vilas

35.558 René Mainente

35.542 Eduardo Reyes

35.544 José A. Manmora

35.558 César Spósito

35.598 Héctor Aloy

36.611 W. Montero

36.688 Humberto Moreno

36.991 M. Krawtzysyn

36.992 Paul Sena

37.058 Aquilino Fernández

37.120 Javier González

37.322 Enrique Berardo

37.348 Raúl C. Paz

37.355 Antonio Imbrenda

37.619 A. D. Gorgoroso

37.636 Luis Chagas

37.640 Walter Regueiro





## VIVIENDA

# CO.VI. ADEOM 94

## Compañeros Aspirantes

Como toda organización, nuestra, CO.VI.ADEOM 94 no deja de tener que experimentar momentos de desprendimientos y de nuevas incorporaciones.

No debemos desesperarnos porque haya algunos que no han podido asumir su rol dentro de CO.VI.ADEOM 94 y hayan preferido ir desapareciendo.

Como toda organización tenemos que crecer no tanto cuantitativamente, sino más bien cualitativamente.

Qué quiere decir esto, que los desprendimientos que estamos sufriendo no son malos sino buenos porque sentimos y vemos que los que estamos quedando tenemos las cosas claras y la firmeza necesaria para llevar la empresa adelan-

te.

Así como hay un número significativo que por diferentes motivos ha optado por desvincularse, hay también un número doblemente más significativo que se ha sumado a la organización, que está metiendo tiempo y sacrificio y esto es un salto cualitativo. Porque cada vez somos más a proponer y a hacer, a pensar y a debatir y eso es lo bueno. Pero basta de perorata. Los que se fueron, se fueron: pero tenemos que suplantarlos o mejor dicho ha quedado el espacio para que otros ingresen.

Esto genera cambios, porque los que ingresen van a saber dónde se meten, van a participar de charlas con dirigentes de FUCVAM y CO.VI.ADEOM 94, van a

tener un panorama más claro.

Así que van a tener un mejor ingreso, más informado y meditado que nosotros.

Estos son los compañeros citados para integrar la lista de suplentes de CO.VI.ADEOM 94:

Nombre	Padrón
Ramón Ricardo Curbelo	43.251
José Temes	38.394
Ana Jauregui	42.905
Washington Scarziani	39.108
Ademar Schipani	39.133
Juan Ramón Larrañaga	23.731
Alfredo Sánchez	43.552
Miguel Ángel Peña	41.520
Raúl Medina	34.092
Mario Daniel Sosa	

36.391

Mrio Vernengo	37.345
Gabino Rodolfo Yaque	40.414
José Quiroga	36.960
Rubens Di Prisco	31.843
Pedro Falcón	32.201
Freddy Conde	37.690
Fernando Pérez	33.671
Juan C. Acosta	35.766
Joaquín Cardozo	39.872
Mario Martínez	33.125
María Lía Balparda	36.477
Ines Nin	41.078
Elizabeth Rey	34.615
Regina Elizalde	34.981
Jourdan García	38.359
Francisco López	39.494

Todos estos compañeros deben concurrir a FUCVAM: Eduardo Víctor Haedo 2219 el 2 de diciembre a las 19 hs.

Esto es a fin de que pue-

dan participar en una charla sobre Cooperativismo y Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua, donde se podrán hacer preguntas a los panelistas. La jornada será obligatoria y se compondrá de una segunda etapa en ADEOM donde deberán llenar una ficha socioeconómica y participarán de una pequeña charla sobre CO.VI.ADEOM 94. El sábado 3 de 14 a 16 hs. (el horario del sábado se determinará el viernes 2 en FUCVAM)

Para la ficha socioeconómica deberán presentari

- 1 - Número de integrantes del núcleo familiar.
- 2 - Cédula de Identidad de cada uno.

3 - Credencial Cívica de cada uno.

4 - Comprobantes de sueldo de cada uno.

De estas dos jornadas deberán participar los siguientes compañeros suplentes:

Diego Sandoval	33.749
José Bizo	34.123
Alicia Biancuyo	36.490
Alvaro Laferra	37.341
Héctor Cuello	37.808
José Rosa	37.637
José Rivero	39.137
Gabriel Marín	39.484
Jorge Ramos	43.693

Recordamos a los compañeros que nuestra asamblea se realizará el 10 de diciembre y será en carácter de Asamblea General Extraordinaria. No faltes.

## COOPERATIVA MUNICIPAL

### BENEFICIOS INMEDIATOS

#### Ofertas a descontar en ENERO

##### SUPERMERCADO

##### 2 Artículos por el precio de Uno

Tomate pelado 1 kg.	
Paquete FIDEOS "LAS ACACIAS"	\$U 11.90
Deter Aluvión 1 Lt.	
Desodorante 1 Lt.	\$U 11.50
Mermelada 450 Grs.	
Galletas Saladas 200 Grs.	\$U 9.00
Pulpa Tomate 1 kg.	\$U 8.90

##### ARTICULOS PARA HOMBRES

Vaqueros	3 CUOTAS DE \$U 53
Camisas Sport	3 CUOTAS DE \$U 49
Pantalón Informal	3 CUOTAS DE \$U 36
Deportivo Importado	3 CUOTAS DE \$U 49

### RESERVE SU CORDERO CON ANTICIPACION

Los socios que no registren atrasos en sus pagos deberán reservar con anticipación los corderos antes del día

**10 DE DICIEMBRE DE 1994**

### CREDITOS AL INSTANTE

**SE ACERCAN LAS FIESTAS  
COOPERATIVA MUNICIPAL  
YA ESTA PENSANDO EN USTED  
CREDITO ESPECIAL  
EN 4 CUOTAS SIN RECARGO**

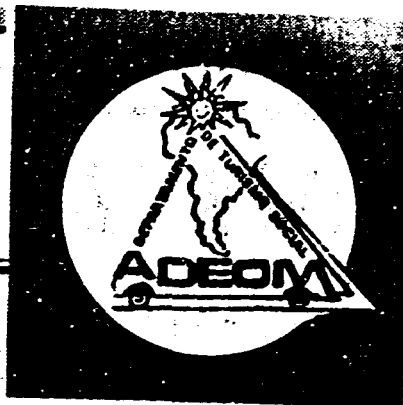
A los asociados que están atrasados en sus pagos, el Crédito Especial, será estudiado en forma particular, exhortándolos a abonar por caja a cuenta del mismo o autorizando a descontar a la Cooperativa Municipal del Aguinaldo una cantidad del mismo.

#### YA ESTAN A LA VENTA!

**JUGUETES IMPORTADOS DIRECTAMENTE POR  
COOPERATIVA MUNICIPAL AL MAS BAJO PRECIO.  
VENGA Y COMPRUEBE.**

### NUESTROS BENEFICIOS NUESTRAS VENTAJAS

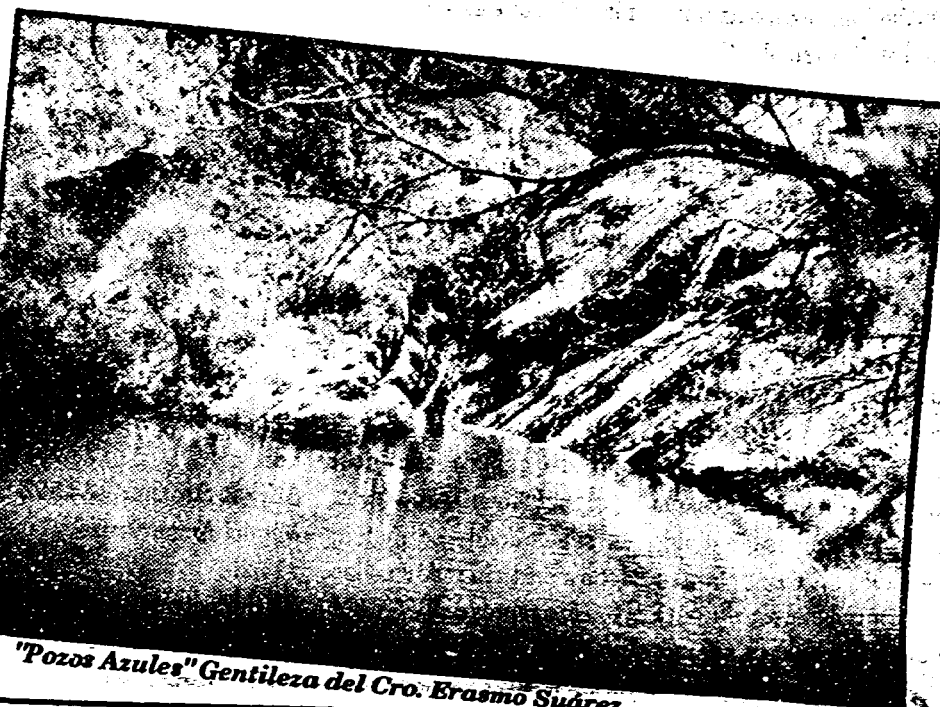
- Derechos totales inmediatos.
- Créditos hasta en 14 cuotas.
- En toda financiación, la primera cuota se descuenta a fin del mes siguiente de efectuada la compra.
- Compras al contado con un 35% de descuento, y con tarjeta joven un 45%.
- Red de casas afiliadas que prestan a los asociados servicios externos.
- Ventas especiales con excepcionales descuentos (escolar y liceal, fin de año y Reyes) en 4 cuotas sin recargo.
- Asesoría jurídica gratuita.
- Panteón Social gratuito.
- Cursos de dactilografía y portugués.
- Salón de fiestas.



## Pozos azules: una aventura con final feliz



*El merecido descanso... (foto gentileza de E. Suárez)*



*"Pozos Azules" Gentileza del Cro. Erasmo Suárez*

El domingo 23 de octubre salimos en dos ómnibus desde ADEOM hacia el departamento de Maldonado, Sierra de las Animas, para realizar una excursión ecológica a los Pozos Azules.

En primer lugar hicimos base en el Camping "El Mesón de las Flores" desde donde el Prof. Francisco Rial y el Encargado del Camping Sr. Juan A. Fernández dieron las explicaciones de los caminos para llegar a nuestro destino. De manera que se crearon dos grupos: el del camino corto por la ruta 110 (5 km. por camino llano) y el del camino largo (8 km. ascendiendo la sierra hasta el ex mirador nacional en el Cerro de las Animas, 501 mts. de altura, para descender por la Quebrada de los Pozos Azules).

Como dicen los jóvenes, fue alucinante, especialmente el ascenso de la sierra, que iba abriendo miradores naturales hacia los cuatro puntos cardinales descubriendo las características de la penillanura cristalina, sus bosques serranos; las ciudades balnearias del departamento como Piriápolis, Pan de Azúcar y Punta del Este. Luego se desciende en forma abrupta hacia donde la tupida vegetación natural nos indica la presencia de cañadas o arroyitos, en nuestro caso hacia el Este, la Cañada Colorada donde se encontraban los Pozos buscados.

A medida que se acerca hacia el esperado destino, una vegetación enmarañada abre un túnel vegetal compuesto de talas, coronillas,



*Inicio de la Ascensión a la Sierra de las Animas*

laurel negro, tarumán, helechos, arueras, etc., llegando a una bifurcación donde a izquierda y derecha salen dos caminos sin ninguna indicación. Allí hay que tomar a la izquierda y casi inmediatamente se alcanza el Pozo Azul.

Cuando el último grupo llegó al destino, Mercedes y Elena, esposa e hija del compañero

José Miguel Maldonado, preguntan por su padre y resulta que los primeros en llegar creían que este venía con su familia que ya había llegado con sus compañeros de trabajo. En fin, Maldonado no había llegado. De ahí se formó un grupo de rescate y con megáfono en mano salimos a desandar el camino suponiendo que había tomado por el otro camino posible; cuando ya habían pasado dos horas y cuando estábamos muy preocupados, llegó Maldonado, que había tomado hacia la derecha, había llegado a una estancia en Pan de Azúcar, había conseguido caballo para volver con el hijo del estanciero y finalmente estaba en el destino común. Evidentemente, Maldonado no había optado ni por el camino corto, ni por el camino largo, sino por el camino larguísimo.

De regreso al Camping "El Mesón de las Flores", Dina nos esperaba con un apetitoso chocolate con tortas, festejamos cumpleaños y en medio de juego de globos, cornetas, pitos, etc. regresamos a Montevideo. No podemos terminar estas líneas sin destacar la camaradería reinante entre integrantes que iban desde abuelos hasta las pequeñas Rocío y Lucía González Quintana de apenas 5 años, que se caminaron todo y siempre a las risas. Gracias a Juan, Dina y sus hijos por el recibimiento; al Prof. Rial por sus observaciones y a los choferes de Sierramar y SEF SRL.



# EUROPA '96 CON ADEOM

## 24 días de viaje

### Visitando:

- España
- Francia
- Inglaterra
- Suiza
- Liechtenstein
- Austria
- Italia

## Hoteles previstos\*

- Praga  
 París: Mercure (Le Lac)  
 Londres: Arcade  
 Londres: Kennedy  
 París: Ibis Bercy  
 Madrid: Florida  
 Innsbruck: Austrotel  
 Venecia: Plaza (Mestre)  
 Florencia: Monginevro  
 Roma: Fleming  
 Niza: Arcade  
 Barcelona: Regina

\*U otros de similar categoría

Valor aproximado  
 régimen media  
 pensión  
 Dólares 2.850

## PROXIMAS EXCURSIONES

SEPTIEMBRE

### 11: AL LITORAL FEDERAL Y NATURAL

La viernes 9 a las 24.00 horas. Llegada a Guayaquil en las primeras horas del sábado 10. Día libre para baños termales. A las 16.00 horas se continúa viaje hacia Salto, haciendo parada para visitar la Meseta de Artigas. En la ciudad de Salto alojamiento en Hotel Uruguay. El domingo 11 luego de un desayuno partida hacia Concordia, Argentina, cruzando el río Grande. Se proseguirá camino por Ruta 14 hacia el Parque Nacional "EL PALMAR". Luego del almuerzo se sigue hacia la ciudad de Concepción del Uruguay para ir al Palacio San José, ubicado a 33 km. por ruta 131, fuera residencia del Gral. Justo José de Urquiza desde su asesinato en 1870. Este palacio tiene especial importancia para los uruguayos ya que Urquiza fue un gran mecenas de nuestro pintor Juan Manuel Blanes y se encuentran así como son de su autoría los frescos de la sala de la capilla del Palacio. Es una joya que reúne valores artísticos de alto valor.

ORTE DE LA EXCURSION U\$S 65.

Se Omnibus superpullman con baño y guía acompañante durante todo el recorrido. 1 noche de hotel, 1 desayuno en el Palacio San José y al Palacio San José. Incluye servicio de guía local en ambos sitios. Incluye comidas.

Reserva hasta viernes 2/12.

### Itinerario:

Día 1º (vie.) Madrid  
 Llegada a Madrid. Asistencia en el aeropuerto y traslado al hotel. Alojamiento.

### Día 2º (sáb.) Madrid

Desayuno y alojamiento. Por la mañana, visita panorámica de la ciudad, recorriendo la Ciudad Universitaria, Parque del Oeste, Plaza de España, Palacio Real, Parque del Retiro, etc. Tarde libre. Se aconseja realizar una excursión opcional a Toledo o El Escorial y Valle de los Caídos.

### Día 3º (dom.) Madrid - Burgos

#### Burdeos

Desayuno y salida hacia Burgos, importante e histórica ciudad castellana. Tiempo libre para visitar su Catedral gótica. Continuación hacia la frontera con Francia. A través de la región de Las Landas, llegada a Burdeos, importante ciudad portuaria situada a orillas del Garona. Alojamiento.

### Día 4º (lun.) Burdeos - Valle del Loira

#### Rouen

Desayuno. Salida hacia Poitiers y Tours, tras un recorrido por el Valle del Loira. Llegada a Chartres para contemplar su Catedral de estilo gótico, con sus magníficas vidrieras. Continuación hacia Rouen, donde el recuerdo de Juana de Arco envuelve las calles de la ciudad. Alojamiento.

### Día 5º (mar.) Rouen - Clais - Canterbury

#### Londres

Desayuno. Salida hacia Calais, donde se embarcará en el Ferry para cruzar el Canal de la Mancha con destino a Dover, cuyos impresionantes acantilados blancos darán la bienvenida a la isla. Desembarque y continuación a Canterbury, donde se dará tiempo libre para visitar su famosa Catedral. Seguimos hacia Londres. Llegada y alojamiento.

### Día 6º (mié.) Londres

Desayuno y alojamiento. Por la mañana, visita panorámica de la ciudad, incluyendo el Parlamento, Torre Big Ben, Abadía de Westminster, Palacio de Buckingham, Piccadilly Circus, Oxford Street, etc. Tarde libre, que se podrá dedicar a visitar algún museo o bien ir de compras por Oxford Street.

### Día 7º (jue.) Londres

Desayuno y alojamiento. Día libre. Se aconseja realizar una excursión opcional al Castillo de Windsor.

### Día 8º (vie.) Londres - París

Desayuno y salida hacia Dover, donde se embarcará nuevamente para llegar a Calais. Ya en territorio continental, se continuará en bus hacia París. Llegada y alojamiento.

### Día 9º (sáb.) París

Desayuno y alojamiento. Por la mañana, visita panorámica de la ciudad, incluyendo Campos Elíseos, Arco del Triunfo, Plaza de la Concordia, Notre Dame, Barrio Latino, Torre Eiffel, etc. Tarde libre. Se sugiere una visita nocturna opcional, incluyendo un recorrido por el Río Sena, con asistencia al famoso espectáculo del Molino Rojo.

### Día 10º (dom.) París

Desayuno y alojamiento. Día libre. Posibilidad de realizar una excursión opcional al Palacio de Versalles.

### Día 11º (lun.) París - Zurich

Desayuno. Salida hacia la frontera suiza, atravesando la región de la Borgoña, importante zona vitivinícola. Continuación hacia Basilea y llegada a Zurich. Alojamiento.

### Día 12º (mar.) Zurich

Desayuno y alojamiento. Por la mañana, visita panorámica de la ciudad, el más importante centro financiero y comercial de Suiza. Por la tarde, posibilidad de realizar una excursión opcional a Lucerna, ciudad situada junto al lago de los Cuatro Cantones.

### Día 13º (mié.) Zurich - Liechtenstein - Innsbruck

Desayuno y salida hacia el pequeño Principado de Liechtenstein, y desde su capital, Vaduz, se podrán admirar su Castillo y hermosos paisajes. Continuación hacia la frontera austriaca, para descender por el Valle del Inn y llegar a la capital del Tirol, Innsbruck. Alojamiento.

### Día 14º (jue.) Innsbruck - Cortina d'Ampezzo - Venecia

Desayuno. Salida a través de la espectacular cadena montañosa de los Dolomitas para llegar a Cortina d'Ampezzo, principal estación invernal de esquí. Continuación hacia Venecia. Alojamiento.

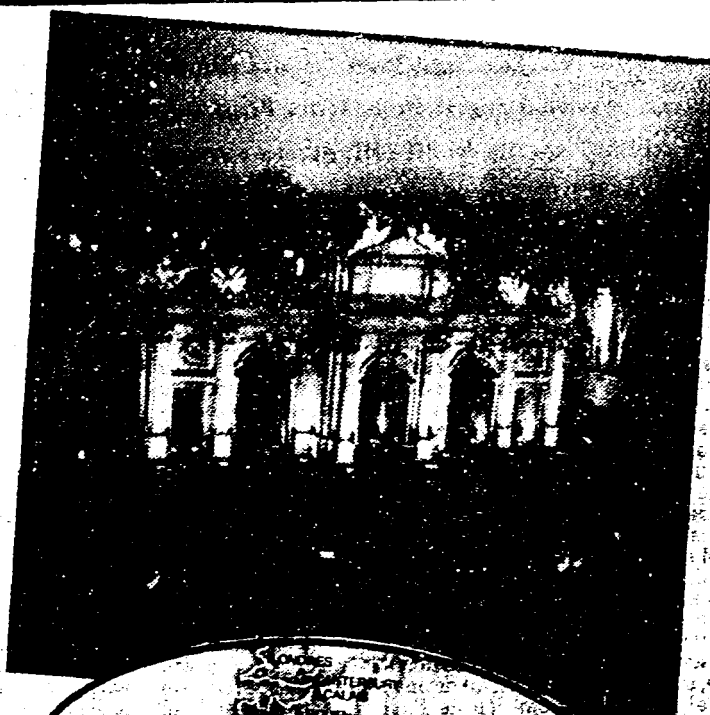
### Día 15º (vie.) Venecia - Padua - Florencia

Desayuno. navegando en "vaporetto" por el Gran Canal, se llegará a la Plaza de San Marcos para iniciar la visita de la ciudad a pie, incluyendo Puente de los Suspiros, Basílica de San Marcos, Puente Rialto, etc. Por la tarde, salida hacia Padua, donde se efectuará una parada para visitar la Basílica de San Antonio. Continuación hacia Florencia, ciudad donde los mecenas y artistas encontraron el marco perfecto para expresar el amor por su arte. Alojamiento.

### Día 16º (sáb.) Florencia

Desayuno y alojamiento. Por la mañana, visita panorámica de la ciudad, incluyendo la Catedral, el Baptisterio con su famosa Puerta del Paraíso, Plaza de la Señoría e Iglesia de la Santa Croce. Se disfrutará de una maravillosa vista desde la Plaza de Michelangelo. Tarde libre para pasear por esta bella ciudad.

### Día 17º (dom.) Florencia - Asís - Roma



Desayuno. Salida hacia la ciudad religiosa de Asís para visitar sus Basílicas, en cuya cripta se encuentran los restos de San Francisco. Continuación hacia Roma, la Ciudad Eterna. Alojamiento.

### Día 18º (lun.) Roma

Desayuno y alojamiento. Por la mañana, visita panorámica de la ciudad, recorriendo la Plaza de Venecia, el Coliseo, Foro Romano, Basílica de San Pedro, etc. Se sugiere realizar una visita opcional a los Museos Vaticanos y la Capilla Sixtina.

### Día 19º (mar.) Roma

Desayuno y alojamiento. Día libre. Se aconseja realizar una excursión opcional a Nápoles, Pompeya o Capri.

### Día 20º (mié.) Roma - Pisa - Niza

Desayuno y salida hacia Pisa. Tiempo libre para visitar la Plaza de los Milagros, magnífico conjunto monumental con su Catedral, Baptisterio y la famosa Torre Inclinada. Continuación por la Riviera italiana para llegar a Niza, capital de la Costa Azul. Alojamiento.

### Día 21º (jue.) Niza

Desayuno y alojamiento. Día libre para disfrutar de un descanso en esta aristocrática y bella ciudad. Por la tarde se podrá realizar una excursión opcional al Principado de Mónaco y Montecarlo.

### Día 22º (vie.) Niza - Barcelona

Desayuno y salida hacia el Valle del Rodano, Nîmes y Montpellier, para cruzar la frontera española. Llegada a Barcelona. Visita panorámica de la ciudad, incluyendo la Sagrada Familia, Ramblas, Plaza de Cataluña, Barrio Gótico, Palacio de la Generalidad, etc. Alojamiento.

### Día 23º (sáb.) Barcelona - Zaragoza - Madrid

Desayuno y salida hacia Zaragoza, donde se efectuará una parada para visitar la Basílica del Pilar. Continuación hacia Madrid. Llegada y alojamiento.

### Día 24º (dom.) Madrid

Desayuno.

### FIN DE NUESTROS SERVICIOS

Reunión del grupo de viaje

Sábado 17 de diciembre - hora 18

En Carlos Quijano 1216 (Ex YI) esq. Canelones.

No se pierda esta oportunidad de viajar

### BONO DONACION

\$ 20

### GRUPO DE VIAJE

## EUROPA '96 CON ADEOM

Los poseedores de los bonos cuyas tres últimas cifras coincidan con alguno de los tres primeros premios de la última lotería de diciembre '94, se harán acreedores a:

- 1er. premio 2 pasajes aéreos a Porto Alegre
- 2do. premio 1 maletín ejecutivo
- 3er. premio 1 set de agendas

HOJA CORTADA  
 EN EL BORDE

017

9500150

# Actas Consejo Ejecutivo

12/7/84

Presentes: Peña, Lolo, Seguí, Tuala, Traversa, Hernández, Porras, Nogueira.

Suplentes: Ordorica, Rodríguez, Noble, Torres, Braga, García.

Orden del Día: Propuesta del PIT-CNT, Asuntos entrados, Entrevista con el Intendente. Se aprueba.

Propuesta del PIT-CNT, convocando a un paro el jueves 14/7 con concentración, frente al Sindicato de Cutce, a las 10 y 17 horas, de media hora cada uno.

García propone que se pare 24 horas.

Se ponen a consideración las dos mociones. A favor de la propuesta del PIT-CNT 12 votos, por el paro de 24 horas, 1 voto (García).

Se aprueba por unanimidad, propuesta de Lolo de que participen en la concentración los señores que puedan hacerlo por su cercanía, el resto parará simbólicamente, con carteles, tocando bocina los camiones, de forma de estar solidarizándose con los trabajadores de Cutce. Buscar lugares de concentración y que desde allí salgan camiones contratados por ADEOM.

Nogueira plantea que se ponga camión para la tarde para Palacio y que se trabaje con la gente para ir. Se aprueba con el gasto de los camiones.

Asuntos entrados: Solicitud del local para elecciones de COVIA-DEOM el 17/7 de 9 a 15 hs. Se aprueba por unanimidad.

Nos damos por enterados de: Declaración del PIT-CNT por atentado a UNOTT.

Información del BPS sobre tarjeta dorada, pasando el tema a los jubilados de ADEOM.

Se discute propuesta de pago de horas extras a la compañera Teresa, si exceden los Ejecutivos de uno por semana. Se recuelve pasar el tema a la Comisión de Funcionarios, revisando el contrato existente con los funcionarios de ADEOM.

Entrevista con intendente: Tuala propone aceptar los espacios de participación que propone la Intendencia, en lo que tiene que ver con el convenio con la OIT, Carrera Funcional, etc. Siguiendo con Asambleas Sectoriales, fijando fecha de concentración en la explanada. Hacer la contrapropuesta por escrito para entregar al Intendente. Agregar la propuesta de pago de aguinaldo completo que fue aprobada y no se planteó.

Lolo propone que la Comisión estudie las cifras y las presente. Que se reúna el 13/7, haga una propuesta por escrito para discutirla en el Ejecutivo el 14. Ver además los temas de cursos y concursos para el ascenso; Circunscripción Única, Estructura de Cargos, Vacantes, Cese de Intervenciones, el funcionamiento de la UPT y de las Bipartitas y propuesta de cuarto intermedio para el 14/7 a las 19 horas.

Porras plantea que el Intendente fue claro porque dijo que no habrá aumento porque no hay dinero. Respecto a los restantes temas fue positivo porque se pudo lograr algunas cosas positivas.

Nogueira plantea que hay que aceptar el ofrecimiento de participar, hay un camino de apertura con el Intendente, propone replantear el tema de la compensación unificada y volver a discutirlo.

Rogelio Braga, Paulino Porras y Julio García se retiran a las 22 y 50.

Hernández plantea que se degradó la bipartita, se dejó como si fuera una comisión y los temas se van a resolver con el Intendente.

Lolo plantea oponerse a los interinatos que no sean los que correspondan adjudicarse por necesidad del funcionamiento de los Servicios y adjudicados a los funcionarios con mayor derecho al ascenso.

Se acuerda con propuesta de pasar a cuarto intermedio para el jueves 14 a las 19 horas, realizándose el trabajo por la comisión.

Siendo las 23 y 15 se levanta la sesión.

14/7/84

Presentes: Rodríguez, Lolo, Traversa, Nogueira, Tuala, Noble, Porras, Braga.

Preside: Lolo

Entraron en calidad de suplentes: Torino, Di Prisco, Gutiérrez por ser cuarto intermedio.

Previos: Gutiérrez informa traslado arbitrario del compañero Liber González del CCZ 12 al CCZ 13, considerándolo como persecución sindical. Se aprueba solicitar una entrevista con Roselli e ir al CCZ 12 a hablar con los compañeros.

Solicitud de los compañeros de Turismo a estudiar el cierre del Servicio y el traslado de los funcionarios, ya que pierden beneficios por viáticos y horas extras. Se aprueba solicitud de Entrevista con Roselli.

Contrapropuesta a la IMM

Propuesta de la Comisión para discutir:

1) a) Aceptar la participación en un Seminario sobre políticas Municipales.

b) aceptar integración en comisión de estudio de incidencia de las compensaciones y los espacios de discusión propuestos.

2) dimensionado de cargos, vacantes, carrera funcional.

3) Compensaciones al sueldo base.

4) Pago del 5% de recuperación salarial adeudado desde el año 93.

5) Aguinaldo entero para el 12/94.

6) Eliminación de la Unidad de Apoyo de Recursos Humanos y Materiales.

7) Eliminación de las Intervenciones de los Servicios.

8) Adelanto a cuenta del Fondo de Vivienda.

9) Relacionamento, Comisión Bipartita.

10) Funcionamiento de las Comisiones de Protección al Trabajador.

11) Privatizaciones de Servicios.

12) Respeto a la carrera funcional.

Nogueira plantea que al no haber participado en la reunión de la Comisión traen sus propuestas: aceptar todas las instancias de participación fijando el temario; prioridad al nombramiento de los delegados de ADEOM a los Tribunales de Calificación, reclamando la definición de las vacantes; estudiar la reglamentación de la compensación unificada; aceptar la discusión salarial sobre la base de lo que el gremio quiere, del 5% reclamado saben que no se les va a sacar nada a la IMM, proponen \$ 250 \$ 300 de partida fija para Enero 95, por una única vez, para liquidar el conflicto y aceptarlo en lugar del 5%.

Nogueira informa sobre reunión bipartita de Vivienda, en la participaron la Contadora Diana Marcos y Nopicht por la Intendencia, la IMM tiene interés en participar de los proyectos arrendo del Agrícola antes de terminar la Administración, se que el adelanto a cuenta del Fondo de Vivienda es de un de dólares para instalar el inicio de las obras del Agrícola pero actual del Fondo sería para financiar las obras del

Alianza.

Braga plantea ver el tema de integración al sueldo de la asiduidad y que de hacerlo debe ser llamada de otra forma. Respecto al aumento de sueldo, está de acuerdo con el IPC más un 1% de recuperación. Solicita Asamblea General para la semana próxima para que los trabajadores resuelvan si quieren seguir el conflicto o no.

Porras expresa que salvo el tema salario con los demás coincide con lo propuesto. No está en desacuerdo con el aumento salarial sino con pelear por nada, el precio a pagar es demasiado alto para lo que se consigue. Hoy se debería plantear al gremio que la IMM dijo no al salario para que resuelvan qué hacer. Con respecto a las Bipartitas propone que las mismas lleven Actas a efectos de saber qué se discute y qué se resuelve.

Gutiérrez: están marcadas las Asambleas informativas en los Sectores hasta la semana próxima, por lo que no corresponde fijar la Asamblea esa semana. Es necesario que el gremio evalúe, pero estamos en tratativas elaborando la contrapropuesta que la IMM pidió.

Propone replantear en el próximo Ejecutivo el tema de las movilizaciones, es necesaria la Asamblea General pero está resuelta la realización de dos semanas de movilizaciones, por lo que hay que seguir las negociaciones y las movilizaciones previamente.

Lolo propone hacer un destaque particular del tema de las privatizaciones de los Servicios, realizar un volante a la población, spots televisivos y la propaganda resuelta no realizada. Propone el 30% por asiduidad y la unificada integrados al sueldo a efectos de lograr unificar los sueldos.

Plantea que de acuerdo a lo expresado considera correcto que si existen compañeros del Ejecutivo que discrepan con lo resuelto lo digan públicamente porque debe existir el derecho a discrepar, aunque debe acatarse en los planteos a la IMM lo resuelto por la mayoría del Ejecutivo.

Braga acuerda con posición de Lolo respecto a posibilidad de expresión pública de las discrepancias y reitera el pedido de Asambleas General ya que se está creando una falsa expectativa en el gremio, hace mención del Estatuto de ADEOM por el cual se puede llamar a Asamblea.

Torino expresa la importancia de que los dirigentes escuchen lo que dice el conjunto de los trabajadores en los diferentes sectores, por eso son importantes las recorridas por los mismos.

Respecto a la unificada expresa que el presentismo se impuso en la dictadura y ADEOM debe rechazarlo. Hay que recalcar el rechazo a las privatizaciones de los servicios como el de Hoteles. Debe existir una vigilancia organizada en los sectores como única forma de parar el derrumbe de los servicios y así parar la privatización.

Tuala pide se fije el día de la concentración en la Explanada. Se pone a consideración las mociones y se votan.

1) Participación: a) aceptar la participación ofrecida para la realización de un Seminario sobre políticas municipales.

b) Aceptar la integración a la Comisión propuesta que estudiará la incidencia de las compensaciones en el rubro retribuciones personales, así como también todos los espacios de discusión que se nos proponga, incluyendo aquellos reclamados por ADEOM: PGR, OIT, revisión del Tomo III del Digesto Municipal, Política de Descentralización.

Se aprueba por unanimidad.

2) Dimensionado de cargos, vacantes, carrera funcional:

a) reclamo del proyecto de nuevo dimensionado de cargos para estudiar y fijar posición a la brevedad.

b) criterios para proveer la cantidad de vacantes planteadas por la Administración.

c) estructura de cargos de los servicios.

d) presupuestaciones pendientes de contratados.

e) interinatos a aquellos con mayor derecho de acuerdo al digesto.

Se aprueba por unanimidad.

3) Integración de las Compensaciones al Sueldo Base

a) aceptar la integración al sueldo de los 15% y 25%

b) Integración al sueldo base de asiduidad y unificada, integración al sueldo base de la compensación por mayor dedicación de cargos de dirección.

Se aprueba por unanimidad.

c) rechazo de la reglamentación de la compensación unificada en el marco de los literales anteriores por ser contradictorio.

Afirmativos 9 votos, Abstenciones 2 votos (Nogueira y Di Prisco)

4) Pago del 5% de recuperación salarial adeudada desde el año 93:

reconocimiento de la deuda, se proponen dos opciones:

a) que se divida en porcentajes escalonados debiendo comenzar el pago en el corriente año.

b) el monto total distribuido en partes iguales entre todos los funcionarios, pago en forma mensual.

Afirmativos 9 votos, negativos 2 votos (Braga y Porras)

5) Aguinaldo entero en Diciembre 1994

Se aprueba por unanimidad.

6) Unidad de Apoyo: Suspensión de la Unidad hasta que no estén definidos y aprobados con el sindicato, los objetivos, así como el personal necesario para su funcionamiento.

Se aprueba por unanimidad.

7) Intervenciones de los servicios: Cese de las actuales intervenciones antes de finalizar el corriente año.

Se aprueba por unanimidad.

8) Adelanto a cuenta del Fondo de Vivienda a efectos de la construcción de los proyectos en marcha.

Se aprueba por unanimidad.

9) Relacionamento Comisión Bipartita: a) aceptar la discusión en la misma de todos los temas Sectoriales, reclamando la presencia de los Directores de Departamento, de acuerdo al Sector o Servicio de que se trate.

b) que la Comisión tenga carácter resolutivo

c) llevar actas de las resoluciones tomadas.

Se aprueba por unanimidad.

10) Comisión de Protección al Trabajo: a) reclamar el cumplimiento de la conformación de la comisiones y su desarrollo

b) resolver los informes realizados por el equipo multidisciplinario ante cada situación planteada que no se haya resuelto.

Se aprueba por unanimidad.

11) Respecto de la Carrera Funcional: en el caso de excedentarios incorporados.

Se aprueba por unanimidad.

Di Prisco plantea que se ponga como tope máximo para el pago del 5% el mes de enero.

Afirmativos 2 votos (Nogueira, Di Prisco), negativos 7 votos, Abstenciones 2 votos (Braga y Porras).

Braga propone que se realice Asamblea General la semana próxima, el viernes 22.

Afirmativos 4 votos (Braga, Porras, Nogueira, Di Prisco), Negativos 7 votos.

Siendo las 23 y 15 horas se levanta la Sesión.

18/7/84

Presentes: Lolo, Traversa, Nogueira, Hernández, Tuala, Seguí, Peña, Lequio

Suplentes: Silva, Tuya, Noble, Braga.

Previos:

- Sara Nogueira informa que la Comisión del Frente Amplio que trata el tema de los gremios invita a los Directivos de ADEOM a una reunión el miércoles 20 a las 15 y 30 horas en el local del Frente Amplio, para tratar el tema del conflicto.

Se toma conocimiento

- Conflicto:

Se informa que se realizó la carta de respuesta al Intendente y la contrapropuesta pedida, aún no ha existido contestación. Se propone terminar el informe a la población, para ponerlo a consideración del Ejecutivo. Faltan los spots televisivos y los programas radiales largos. Falta fijar las fechas de las Asambleas Sectoriales y la Concentración en la Explanada. Se propone realizar 2500 murales sobre el Congreso para salir de pegatina el lunes o martes de la próxima semana.

Se aprueba calendario de recorridas y asambleas sectoriales.

Afirmativos 10 votos, Abstenciones 2 votos (Braga y Seguí)

Lolo propone hacer concentración en la Explanada el martes 26 de 12 a 14 hs. con parlantes, música y repartiendo volantes. Una jornada de agitación e información, ruido y difusión. Que los turnos de la mañana paren a la última hora y los de la tarde a la primera hora.

Afirmativos 8 votos, Abstenciones 3 votos (Braga, Seguí, Nogueira).

Lolo propone realizar Asamblea General el miércoles 27/7 a las 11 horas en el Palacio Peñarol. Hacer control de entrada y seguridad interna con los delegados de los Comités de base.

Afirmativos 9 votos, Abstenciones 1 (Braga).

Lolo informa que el miércoles a las 15 horas hay entrevista con Sara López por el tema de la situación de Turismo. Participarán en la entrevista compañeros de Turismo y Lequio, Nogueira y Lolo por el Ejecutivo.

Liber González informa que su traslado fue resuelto, luego de una entrevista realizada con Silva Braselli.

Secretaría y Comisiones

Nogueira como Secretaria de Local solicita que previo a realizar una propuesta se debería definir en el Ejecutivo qué se va a hacer con el local, si repararlo o hacerlo nuevo. Si fuera repararlo se debería hacer en dos etapas 1) desde la entrada hasta el local del fondo, viendo los desagües porque se inundan, 2) encasar humedades de cimientos 3) colocación de un lambriz, 4) fachada, revoques, rajaduras, pintura en general, pisos de madera nuevos en las tres primeras piezas, arreglo de puerta de entrada.

En una etapa más avanzada: patio del fondo, pedir proyecto por reciclaje, poner una cafetería, un lugar apropiado para biblioteca, arreglo de baños.

Lolo plantea que gastar dinero en mantener el local es tirarlo, hay que ver posibilidad de quedarnos con la casa de al lado que se vende, conseguir un préstamo en ACAC, usar ese local para funcionar y este local como playa de estacionamiento mientras se hace un proyecto. Otra pedir a la Cooperativa Municipal un piso con cajón de propaganda para funcionamiento provisorio. El local nuevo debe tener dos subterráneos con garaje que reditén, algún apartamento arriba para vender o alquilar. Que tenga sala de video, biblioteca, gimnasio, local para guardería, etc.

Hernández plantea que la Comisión de Local traiga un planteo específico de acuerdo a los planteos generales, lo que debería hacerse es cambiar de local en forma provisoria para resolver el tema con libertad.

Traversa propone destinar el 30% de los ingresos de ADEOM con destino al local durante 10 años.

Lequio propone buscar una casa para alquilar después de noviembre mientras se hace algo con el local.

Lolo plantea 1) que se defina por Finanzas un monto mensual destinado a local.

2) Que se reúna la Comisión de Local con todas las ideas manejadas, que se integren profesionales que tengan que ver con la parte de construcción.

3) Que se vea el alquiler o compra de un local provisorio.

4) Plan financiero para el nuevo local

5) Hacer las bases para un llamado de profesionales para la elaboración del proyecto.

6) Ratificación de la votación de un local nuevo.

Afirmativos 8 votos, negativos 2 (Nogueira y Traversa)

Se pone en consideración la propuesta de Traversa de destinar el 30% de los ingresos para financiar el local nuevo.

Afirmativos 2 (Traversa, Nogueira), Negativos 8

Lolo propone que se publique en el Municipal una actualización de los ingresos y egresos de ADEOM.

Se aprueba.

Lolo-Secretaría de Organización informa sobre Plenario de Comités de base y Congreso, hace propuesta de temario y pide que se aprueben los criterios para comenzar a trabajar. Además propone para local de ADEOM compra de un pizarrón para ubicar en la entrada y dar información, armarios para guardar stock y demás elementos, cafetera, café, azúcar y yerba.

Se aprueba propuesta.

Lequio informa que los jubilados solicitan aumentar el aporte a la Coordinadora de \$U 360 anuales al doble y a los delegados el boleto.

Afirmativos 9 votos, Abstención 1 (Lolo).

Se lee planteo del SUNTMA de cooperación con olla sindical de ASTRA y colecta del quilo.

Se aprueba propuesta de aporte de \$U 2.000.

Tuala propone instalar las Comisiones de Prensa y Radio y propaganda en la pieza del fondo de la planta superior frente a la cocina. Traerá presupuesto por una máquina de fotos, grabador, una máquina de escribir y solicita el armario del comedor que no se usa. Se aprueba.

Peña plantea que se de una instancia en cada Ejecutivo para discutir los temas del PIT-CNT, a efectos de llevar propuestas discutidas y no posturas personales. Que en cada sesión se discuta media hora el tema planteado.

Se aprueba.

Hernández propone hacer mil bonos para OSAMI, como solidaridad. Que los compañeros traigan el texto. Se aprueba.

Siendo las 23 y 25 se levanta la sesión.



# De los que dicen y no hacen y de los que hacen y no lo dicen

Algunos se preguntarán del porqué del título de esta nota, el tema es que entre los que dicen y los que hacen hay grandes diferencias.

Pero compañeros, a los que dicen y no hacen no nos vamos a referir. SI nos vamos a referir a los que hacen y dentro de los que hacen, es un hecho que el equipo de Propaganda de ADEOM sin desmerecer a los demás compañeros que realizan otro tipo de tareas, pero compas, permítanme que me ponga en camiseta porque de las pegatinas de ADEOM toda la gente habla, y si no compañeros para muestra basta un botón dice el dicho, pero nosotros no vamos a dar el ejemplo.

Para el Plebiscito del 28 de agosto por el NO a la Minirreforma fuimos el único Sindicato que salió a la calle con pegatinas, y compañeros veamos

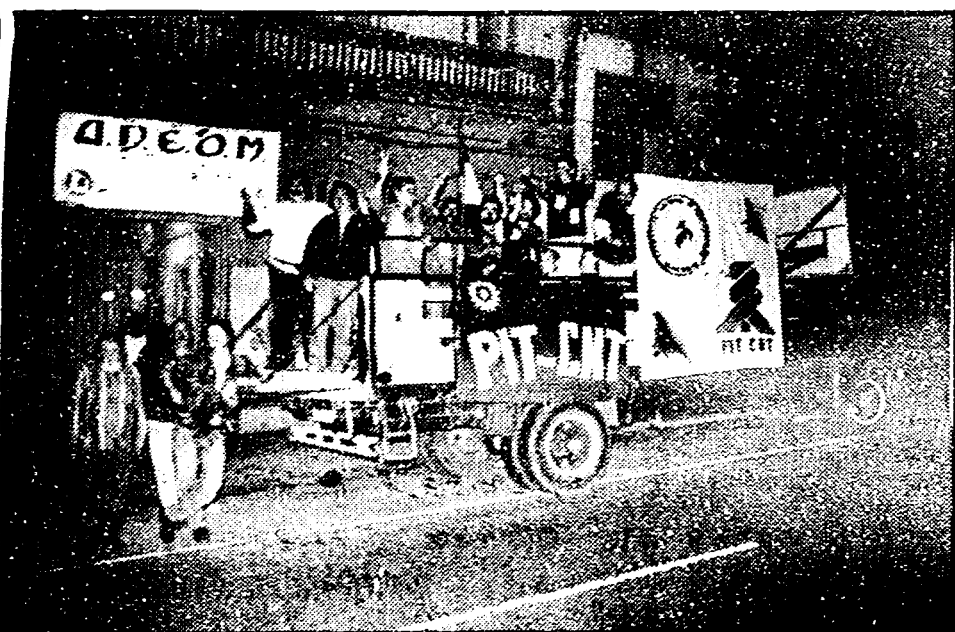
algunas cifras a tener en cuenta, pegamos 7.000 murales de la Comisión del NO. ¿Se acuerda del mural del gato negro? que tenía pinta de gato enfermo y mal comido, 2.400 murales y 90 y pico de fajas hechas por el equipo de propaganda para la Marcha Por Soluciones: la pancarta más grande fue la de ADEOM, se acuerdan, aquella que decía "ANTE LA REPRESION MAS UNIDOS Y SOLIDARIOS QUE NUNCA", podríamos decir que estamos orgullosos de ser municipales, de ser afiliados a ADEOM y laburar en Propaganda, lo reconfortante que es cuando a la madrugada estamos en plena pegatina, la gente que anda en la calle nos da su aliento y solidaridad y como si esto fuera poco los municipales seguimos dando qué hablar. El viernes 11 hicimos una pegatina por 18 de Julio con el camión todo rodeado de paneles gritando y saltando arriba, aprovecho la oportunidad para agradecerle al camionero, al Pelado Sergio que lo tenemos loco con los recorridos, es un muy buen fletero, pero no lo decimos porque allá a las cansadas cada muerte de obispo nos paga un refresco de dos litros para 15 personas todos pegatineros. Y volviendo al tema la novedad es que salimos a plena luz del día y con la cara pintada con el SI y más allá que algunas pintadas parecían de terror, que para pegar al lado de Scaldasferro hay que estar con equipo de agua, que hay que llevar la escalera para que pueda subir el gordo Walter y bancar a la pegajosa de la Sra. Mónica que va a todas las pegatinas, que mi hermana Mariela en su primera pegatina, en su primera experiencia (en pegatina la nena), que Julito que hay que repetirlo 10 veces las cosas y cuidarlo para que no pierda la cédula, más allá que el jefe de ruta, el Chato nunca agarra por donde debe y nos mete por cualquier lado y que Roberto siempre dice que va a salir y después dice que no puede porque la audición le produce estrés, que el Cabeza que trabaja en la Gomería de Limpieza no coordinaba por estar enfermo del hígado, también se decidió a formar una Comisión para ir a hablar con la gorda, la mujer del Chopito, para que lo deje salir de pegatina.

El único que salva la cosa es el responsable de Propaganda, Alfredo. P.D. Esta nota la escribí yo, Alfredo, por eso soy el único no criticado.

Alfredo González



El "CUADRO" Momentos antes de salir a la "pegatina" por los dos "SI"



El "CUADRO" antes de "arrancar" con las mismas ganas y por las mismas razones



El plena tarea. No se salva nadie



El "Jefe" Alfredo junto a su hermana que debutaba (en una pegatina)



"Vamos...Vamos", ordena Alfredo... "Que hay que tapar a los que nos taparon (el resto no lo podemos transcribir)."



## EDITORIAL

**S**alud compañeros, independientemente que cerramos hoy "El Municipal" por razones técnicas en lo que hace al tiempo de armado, diagramación, fotomecánica e impresión y que nuestros mayores esfuerzos apuntan a realizar todos los sacrificios posibles e imposibles para que el SI triunfe el 27 de noviembre. Con todo esto igual realizamos, (pese a las dificultades) la entrevista con el Congreso de Intendentes, allí concurrió la Mesa Ejecutiva Ampliada de la Federación Nacional

de Municipales y hoy estamos viajando para Rocha a la realización de un Consejo Federal que nos permitirá evaluar y proyectar las medidas futuras.

Esperamos entonces el próximo número para poder realmente profundizar en los temas que nos aquejan a los funcionarios municipales de todo el país.

Nos encontramos en Rocha y veremos allí entonces cuáles serán las perspectivas de desarrollo que nos esperan en el futuro.

ADEOM  
SAN JOSE

San José, 3 de noviembre de 1994

Por la presente se comunica la Comisión Directiva de la Asociación de Empleados y Obreros Municipales de San José, para el período 1º de noviembre 1994 al 31 de octubre de 1995.

Presidente	Walter Miguel Hernández
Vicepresidente	Alfredo Morales
Secretario General	Wilder Silva
Secretario de Actas	Eduardo Curbelo
Tesorero	Elbio Ramón Reyes
Protesorero	Héctor Mauro Callero
Vocales	Danilo Sánchez
	Raúl Curcho
	Raúl Cracel
	Julio Valle
	Oscar Vesperoni
Secretaría de Prensa	Danilo Villero
	Julio Tempone
	Elbio Reyes

Nota: Reuniones ordinarias de la Comisión Directiva días jueves horas 19.00 salón gremial.

Wilder Silva  
Secretario General

Walter Hernández  
Presidente

## ADEYOM

Paysandú, noviembre 3 de 1994.

Mesa Ejecutiva Federación Nacional de Municipales

MONTEVIDEO

PRESENTE

De nuestra mayor consideración:

Cumplido el acto electoral de nuestro Gremio el pasado 20 de octubre y realizadas las proclamaciones por el Tribunal de Elecciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, se procedió a la distribución de cargos para el período 1994/95, quedando integrado el CONSEJO DIRECTIVO de la siguiente manera:

PRESIDENTE

- GREGORIO LAMELA

VICEPRESIDENTE

- ORLANDO MURIEDA

SECRETARIO GRAL

- NERY BIANCO

PROSECRETARIO

- HUGO MURIEDA

TESORERA

- LUCIA T. MARGNI

PROTESORERO

- ERICO NIEVAS

VOCAL

- HUGO ALMIRON

- NERY ARCIERI

- ALBERTO FRIEDRICH

- LUIS RE

- NESTOR BENITEZ

Comisión Fiscal

- NORBERTO BLANC

- MATIAS CACERES

Y HECTOR TOZZONOTTO

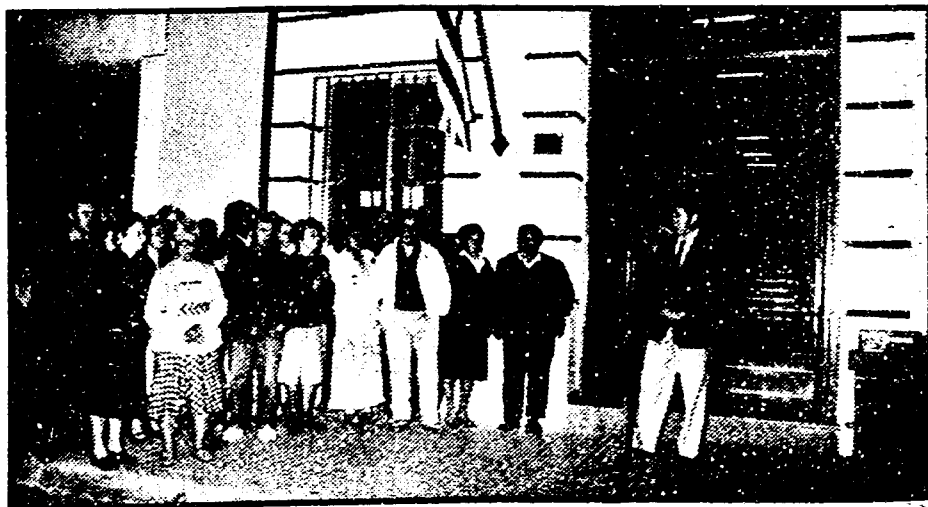
Saludan a Uds. muy atte.

Nery R. Bianco

Gregorio Lamela

Srio. Gral.

Presidente



Adeoms Salto inauguró policlínica

# SAS INFORMA

SECRETARIA DE  
ASUNTOS SOCIALES

## REYES 1995

**Atención compañeros:**

**Inscripciones:**

Desde el lunes 7 de noviembre y sólo hasta el viernes 9 de diciembre de 1994.

Horario: de 11 a 17 horas en la Oficina de ADEOM.

**Requisitos**

- \* Traer sobre de cobro de mes en curso.
- \* Cédula de Identidad del funcionario.
- \* Libreta de matrimonio o tenencia de los menores a cargo.
- \* Ser socios de ADEOM.



**Aclaración:** sin los documentos solicitados no se realizarán inscripciones:

Solicitamos a los compañeros inscribirse en el plazo establecido (más de un mes). No habrá prórrogas.

Solicitamos a todos los compañeros la mayor colaboración, para que no surjan inconvenientes a la hora de la inscripción, evitándonos de esta manera discusiones inútiles. Todo lo hacemos para lograr los mejores resultados y con la mayor voluntad.

A fin de poder disfrutar juntos este día tan esperado por todos, es que esperamos contar con el apoyo de todos.

Secretaría de Asuntos Sociales.



## DESPEDIDA DE TURISMO SOCIAL

Todos a despedir el año 94 con la mejor música en 3 pistas simultáneas

Cena - Show

RUTA 1 KM 50/51 CARRETERA A KIYU POR PASO MAURICIO  
TEL. (0345) 2551 LIBERTAD

Valor: c/transporte desde ADEOM \$ 100

s/transporte \$ 80

No incluye bebidas Reservas hasta 30/11/94





# Boletín informativo mensual

## CIEDUR - DATOS Octubre 1994 100

### Costo de vida

#### Variación del Índice de Precios al Consumo (En porcentajes)

##### Variación mensual

Junio	2.81
Julio	3.16
Agosto	3.13
Setiembre	3.42

##### Variación acumulada

En lo que va del año (enero-setiembre/94)  
29.79

En los últimos doce meses (octubre/93 -  
setiembre/94)  
41.25

Fuente: INE.

Para analizar la tendencia de la inflación consideramos la variación del IPC en los últimos doce meses.

La inflación acumulada en los últimos doce meses que terminaron en setiembre de 1994 fue del 41.25%, levemente inferior a la acumulada a agosto (41.63%). En los últimos meses se observa cierto enlentecimiento en el proceso descendente de la inflación.

En el mes de setiembre la inflación, medida a través del Índice de Precios al Consumo (IPC), fue de 3.42%.

En los nueve meses que van del año la inflación fue 29.79%, lo cual implica un promedio mensual del 2.94%. Si proyectamos esta cifra al resto del año nos da una inflación acumulada de 41.6% en 1994, algo superior a la meta fijada por el gobierno del 40%.

#### SALARIOS

En el mes de agosto el salario real medio del conjunto de los trabajadores del país sufrió una pérdida con respecto al mes anterior (julio DE 1994), disminuyendo un 1.9%.

En esta mes la pérdida de salario real se registró tanto en el sector público (-2.4%) como en el sector privado (-1.5%). Dentro del sector público, los funcionarios del gobierno central y de las empresas públicas registraron un descenso del salario real de 2.9% y 3.0% respectivamente, mientras que los correspondientes a las intendencias presentaron un aumento de 1.3%. En el sector privado la pérdida en las remuneraciones reales alcanzó tanto a los trabajadores de Montevideo (-1.4%) como a los del Interior del país (-1.8%).

En los primeros ocho meses del año, el salario real medio ha disminuido 0.5% respecto a diciembre de 1993.

En el sector público el salario real aumentó 1.4% debido principalmente a los aumentos en las retribuciones de los trabajadores de las empresas públicas (2.8%) y de los gobiernos departamentales (2.3%), mientras se mantuvieron prácticamente estables las remuneraciones de los funcionarios del gobierno central (+0.5%).

En el sector privado, se registró una variación negativa del 1.7% a nivel global, la cual se explica por el descenso de las retribuciones reales tanto de los trabajadores de Montevideo (-1.7%) como de los trabajadores del Interior (-1.8%).

Con respecto al mes de agosto de 1993, el salario real medio es un 1.5% superior.

En los últimos cuatro años, la evolución del salario real tanto para el sector público como para el sector privado, ha sido muy similar.

En los últimos doce meses el sector público presenta un crecimiento del 2.1% en los salarios reales como resultado de aumentos en las remuneraciones de los funcionarios de los gobiernos departamentales (8.4%) y trabajadores de las empresas públicas (10.6%), parcialmente compensados por un descenso en los salarios del gobierno central (-2.3%).

Por su parte, en el sector privado el salario real aumentó un 1.2% debido al incremento del 1.8% registrado en Montevideo parcialmente compensado por el descenso del 1.2% observado en el Interior.

#### EVOLUCION DEL SALARIO REAL (Variaciones en porcentaje)

	Medio	Público	Privado
Variación mensual			
Junio	-0.3	-2.2	0.8
Julio	-1.2	-2.9	-0.2
Agosto	-1.9	-2.4	-1.5
Variación en lo que va del año (enero-agosto/94)	-0.5	1.4	-1.7
Variación en los últimos doce meses (set/93-ago/94)	1.5	2.1	1.2

Fuente: Elaborado en base a información de INE

#### CANASTA DE LOS TRABAJADORES

Tipo de canasta	Canasta Costo mensual (\$)				Variación (%)	
	Julio	Agosto	Setiembre	Set/Ago.	En el año	Ult. 12 meses
Canasta Básica	4845	4996	5167	3.42	29.79	41.25
Canasta de Hogares de Bajos Ingresos	2396	2478	2575	3.91	31.66	40.73
Canasta de Requerimientos Mínimos	3705	3842	3963	3.15	33.25	44.36
Presupuesto Mínimo de Alimentación	1046	1087	1146	5.40	27.85	34.41

#### DESEMPLEO

##### Montevideo

Se dispone de información correspondiente a Montevideo para el trimestre junio-agosto/94. La tasa de desempleo en este trimestre fue del 10.2%, algo superior a la del trimestre anterior. Este incremento en la tasa de desempleo se explica por los aumentos registrados en la industria, la construcción y los servicios, lo que se ve parcialmente compensado por las disminuciones que se presentan en los demás sectores de actividad.

Gráficamente se observa un descenso en la tasa de desempleo hasta fines del año 1993 para incrementarse en el '94, siendo la tasa del último trimestre la más alta después del primer trimestre de 1992.

##### Interior

Por otro lado, la información que se dispone para el Interior corresponde al trimestre abril/94-junio/94. En este período la tasa de desempleo permaneció invariable respecto a la del trimestre anterior, registrándose leves aumentos en el sector de la industria, la construcción y el comercio que fueron compensados por el descenso de la desocupación en el transporte, servicios financieros y otros servicios. Si comparamos gráficamente la evolución de la tasa de desempleo de Montevideo con la del Interior del país observamos una mayor estabilidad en esta última. A su vez, la misma se ubica generalmente por debajo del nivel de la tasa de desocupación de la capital del país.



*Bienvenidas  
Sol y Luna  
a nuestro zoológico.*



## ATENDEMOS EN CASA

*Y nos atendemos en casa. Porque eso es CASMU, una casa de médicos.*

Una institución de salud dirigida y atendida por los mejores profesionales del país; pero además, con una característica muy importante:



**CASMU**

*los médicos del CASMU se atienden en CASMU. Tranquilizante, ¿verdad?*

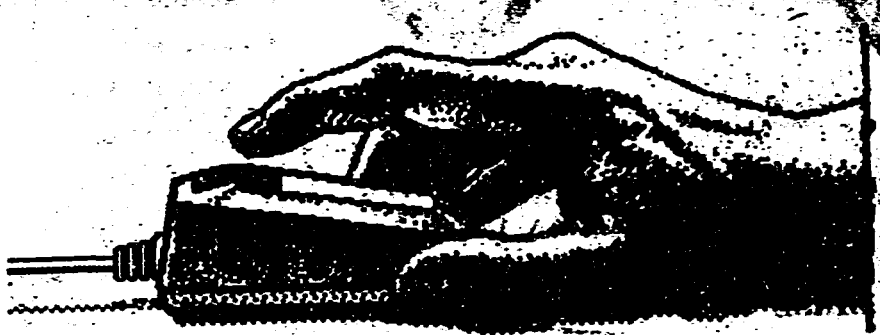
CASMU, toda la tecnología y el mejor equipo humano dando su mayor esfuerzo por la salud de los uruguayos.

LA SALUD DE LOS URUGUAYOS

## CURSOS DE COMPUTACION INTENSIVOS

**PROMOCION DE SETIEMBRE-OCTUBRE  
PARA AFILIADOS A ADEOM Y FAMILIARES**

**OPERADOR DE PC  
EN 7 CUOTAS FIJAS DE \$ 170 POR MES  
DESCONTABLES DEL SUELDO**



# ¡PRECIOS CONGELADOS!

### CARTELERA DE CURSOS

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Operador P.C.                                 | <input type="checkbox"/> Reparación y mantenimiento de P.C. |
| <input type="checkbox"/> Programador P.C.                              | <input type="checkbox"/> Operador P.C. avanzado             |
| <input type="checkbox"/> Wordperfect Avanzado                          | <input type="checkbox"/> Programación avanzado P.C.         |
| <input type="checkbox"/> Operador P.C. contable                        | <input type="checkbox"/> Windows                            |
| <input type="checkbox"/> Windows                                       | <input type="checkbox"/> Redes                              |
| <input type="checkbox"/> Manejo e instalación de Modems y Fax - Modems | <input type="checkbox"/> Page Maker                         |

## INFORMATICA INTEGRAL

*Capacitación en informática*

**Ejido 1363 Esc. 4 • Tels.: 98 00 74 - 90 27 02**

# FIESTA DE FIN DE AÑO: 17 DICIEMBRE !!

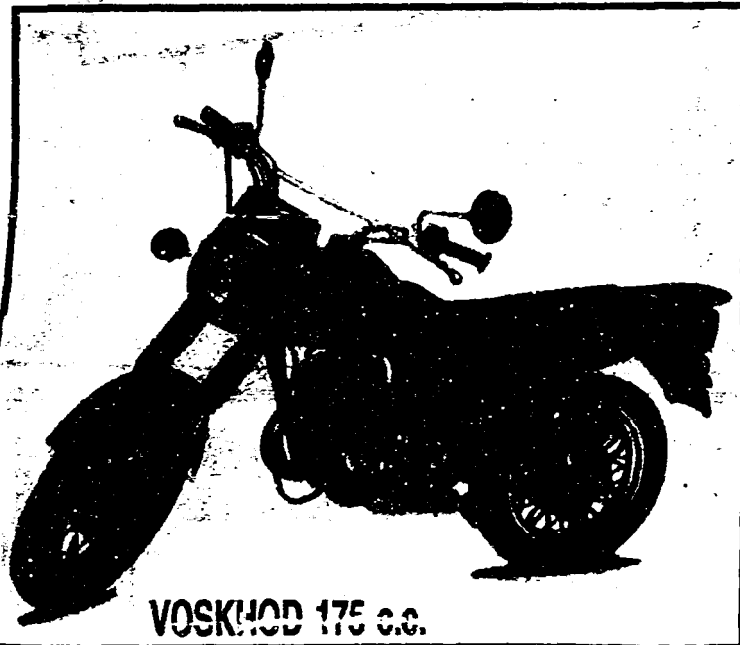
# SM

**servicio mutuo**

SERVICIO MUTUO DE BIENESTAR SOCIAL  
DE FUNCIONARIOS Y EX-FUNCIONARIOS  
DE LA I. M. de .M

EJIDO 1235 C/SORIANO • TELEFONO 925535

**FALTAN SOLO 47 DIAS  
PARA EL SORTEO !**



VOSKHOV 175 c.c.

**PARTICIPAN: QUIENES SE AFILIEN  
Y LOS SOCIOS QUE PRESENTEN  
NUEVOS AFILIADOS**

- \* Heladera Kelvinator c/Freezer
- \* T.V. Color 20" c/Control
- \* Cocina 4 Horn. super gas
- \* Centro Musical "Precision"
- \* Multiprocesador "Philips"
- \* Batidora c/Bols "Philips"

## CONSEJO DIRECTIVO

Presidente:	Ing. Carlos Matto
Vicepresidente:	Dr. Raúl M. Camps
Secretario:	Sr. Otto Carámbula
Tesorero:	Sr. Julio C. Ciambelli
Pro Tesorero:	Sr. José Werther Aran

## COMO AFILIARSE

**Teresita Rosillo**, Encargada de Afiliaciones,  
está a sus órdenes en el local social o visitándole  
en su lugar de trabajo. llámádola al:

**41 16 15**

- \* TODOS AL PALACIO SUDAMERICA !
- \* GRAN ALMUERZO Y BAILE DE CAMARADERIA.
- \* SORTEO DE OBSEQUIOS A LOS ASISTENTES.
- \* EXHIBICION DE LOS PREMIOS DEL 10° ANIVERSARIO.
- \* RESERVA DE TICKETS (en 3 cuotas: 1° en enero)
- \* PRECIOS: Mayores: 3 cuotas de \$ 25.  
Menores 6 a 12 años: 3 c. \$ 13.50  
Menores de 6 años gratis

Será una gran fiesta de despedida del Año del 10° Aniversario. Como siempre esperamos que todos los compañeros afiliados y sus familias se diviertan en grande, pasen un día feliz disfrutando de la fraterna

compañía de la familia municipal. El almuerzo consistirá en: Parrilla, Asado Criollo, Ensaladas Varias, Refrescos, Cerveza y helado de postre. Luego tendremos la actuación del conjunto "Cocktel

Internacional" con su show y el Baile que comenzará con ellos y seguirá con discoteca hasta que aclare !

**ATENCION:**  
Reserva de Tickets sólo hasta el JUEVES 15 !!

**JUBILACION DIGNA.  
PROTECCION TOTAL.  
COMPRAS AL MOMENTO  
PRESTAMOS EN 48  
HORAS.**

## BENEFICIOS SOCIALES.

**PRIMER MES:**  
Carné de socio para hacer COMPRAS CON DESCUENTOS en más de 180 COMERCIOS adheridos, incluido el acceso al Macromercado. Pide Lista de Comercios en local social.

**SEGUNDO MES:**  
PRESTAMOS DE DINERO EN EFECTIVO u ORDENES DE COMPRA por un valor que se actualiza periódicamente. Actualmente son \$ 800. Las compras y los préstamos se pueden financiar de 3 a 20 meses CON EL MENOR INTERES DE PLAZA. El cálculo de intereses se hace sobre el PRECIO CON DESCUENTO, razón por la cual se obtienen sustanciales rebajas respecto al comercio y las financieras.

**SEPTIMO MES:**  
JUBILACION POR INCAPACIDAD LABORAL o PENSION POR FALLECIMIENTO ante una enfermedad o accidente sobreviniente a la fecha de afiliación. De hecho es un verdadero "Seguro Social" pagadero durante toda la vida.

**AL AÑO:**  
Cualquier tipo de COMPRAS Y/O PRESTAMOS EN EFECTIVO, SIN LIMITES, de acuerdo al sueldo, también financiados de 3 a 20 meses, al menor interés de plaza. Con este gran beneficio económico los afiliados y sus familiares acceden a un MEJOR NIVEL DE VIDA durante su carrera laboral, y lo mantienen con todos los derechos aún después de jubilados.

**A LOS DOS AÑOS:**  
Primes por MATRIMONIO, NACIMIENTOS Y FALLECIMIENTOS. Es un apoyo al afiliado en instancias fundamentales de la vida.

**OCTAVO AÑO:**  
COMPLEMENTO DE JUBILACIONES Y PENSIONES, sobre la pagada por el BPS: 20% según escala progresiva de acuerdo a la antigüedad como socio del Servicio Mutuo. Se parte del 50% del beneficio y se llega al máximo con 15 años de antigüedad. Este es el principal beneficio social, pues asegura la tranquilidad económica al socio y su familia en el momento más crítico: el de la Vejez.

## TEMA DEL DESCUENTO DE CUOTAS:

### URGENTES GESTIONES CON SR. INTENDENTE PARA SOLUCION

Ya informamos en el número anterior sobre los problemas creados, fundamentalmente, por la Resolución de la IMM N° 3104 del 12. Set. 94 que impide el descuento de cuotas a los socios por préstamos del Servicio Mutuo otorgados hace 20 meses atrás, cuando nada hacía prever este tipo de medida. Se están manteniendo intensas gestiones con el Sr. Intendente en procura de solucionar este asunto. Cosa que esperamos lograr, a breve plazo, en razón de la urgencia del tema y del espíritu amplio y constructivo con que el C. Directivo del



Servicio Mutuo está encarando el estudio de la situación, contemplando con equidad los legítimos intereses de las partes involucradas. Mientras tanto, **SE EXHORTA A TODOS LOS SOCIOS QUE QUEDEN CON SALDOS DEUDORES, QUE SE PRESENTEN EN EL LOCAL SOCIAL A FIN DE REGULARIZAR ESTA SITUACION.**

## CANASTAS FAMILIARES !

Sensacional Convenio para Fin de Año con

### INFORMATE:

Local Social de 13 a 18 hs.

**macromercado**  
MAYORISTA S.A.

Habiendo recibido ya más de 20 afiliaciones de compañeros que, por razones particulares, han pedido ser ingresados en enero, el Consejo Directivo decidió postergar 12 días el Sorteo. De esta forma se contemplará, además, a quienes estando de licencia en diciembre, deseen afiliarse durante ese período.



**American Embassy**  
**Montevideo - Uruguay**

Date: 21/12/99

From: Daye Maris  
To: Eduardo Fernandez  
Subject: Seminario en Buenos Aires  
Number of pages: 2 (including cover)

**Message:**

Le estoy llamando para  
hablar sobre el documento  
adjunto.

Daye

Fax: (598)-(2)-488611

Tel: (598)-(2)-487777

1/84

12:05

7598 2 488611

U.S. EMBASSY MVD

2002

SEMINARIO REGIONAL SOBRE COOPERACION LABORAL-GERENCIAL  
PARA LOS PAISES DEL CONO SUR  
ORGANIZADO POR EL DEPARTAMENTO DE TRABAJO DE EUA

BUENOS AIRES

29 de enero al 10. de febrero de 1994

PARTICIPANTES: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay.

El propósito del mismo es familiarizar a administradores de planta y a trabajadores con técnicas que les permitirán resolver mejor sus diferencias, mejorar las habilidades de negociación y crear una atmósfera más conducente a mejores relaciones entre ambos. Estas técnicas serán presentadas a través de una serie de simulacros que reflejan el clima actual de las relaciones laborales en la región del Cono Sur. El seminario utilizará materiales preparados por expertos en administración laboral de los sectores público y privado e incluirá ejercicios prácticos de resolución de problemas.

De cada país serán invitados: dos funcionarios que realicen negociaciones laborales pertenecientes a una compañía mediana a grande (por ejemplo: Gerente de Recursos Humanos y líder sindical), un representante gubernamental y un académico. Todos los gastos de viaje y estadía serán cubiertos por el Departamento de Trabajo de EUA.

Se espera que los participantes se familiaricen con los métodos y técnicas aprendidas para que puedan evaluar si éstas son aplicables en su propio medio laboral y a sus políticas de administración laboral nacionales. Las técnicas incluyen, pero no están limitadas a, negociaciones basadas en el interés o la denominada "negociación ganar-ganar", nueva transformación del ámbito laboral, un seminario interactivo en el cual los participantes examinen factores que ponen a las plantas en riesgo e identificar formas en las cuales la administración y los trabajadores puedan en forma conjunta atender e instrumentar soluciones. Se espera que estos modelos cooperativos puedan ser adaptados o incorporados a las políticas laborales nacionales, tomando en cuenta las realidades locales.

026

9500 150



PLENARIO INTERSINDICAL  
DE TRABAJADORES

CONVENCION NACIONAL  
DE TRABAJADORES

ACTA DE RESOLUCION DE LA  
MESA REPRESENTATIVA DEL PIT CNT  
REALIZADA EL 22 DE DICIEMBRE DE 1994  
EN EL LOCAL DE AEBU

ASISTENCIA:

ADEOM, AEBU, AFJU, AFUR, AFUTU, ADEC, APU, AUTE,  
COFE, COT, FANCAP, FED.CAUCHO, FENAPES, FFOSE, FOEB,  
FOPCU-SAG, FUECI, FUM, FUS, SIMA, STIQ, SUANP, SUBU,  
SUNCA, SUTEL, UAEGAS, UNOTT, UNTMRA, UOC y UTHC.

1.  
El Secretariado Ejecutivo propone a la Mesa Representativa el traslado de la reunión de la misma, convocada para el 27 de diciembre a los efectos de tratar los procesos de reconversión laboral financiados por el BID, para el próximo 11 de enero de 1995.

Dicha postergación tiene que ver con la repartición de los materiales informativos en tiempo y forma para que los sindicatos puedan discutir respectivamente el punto.

UNANIMIDAD.

2.  
Se pone a consideración de la MR el ingreso a sala de la prensa.

AFIRMATIVA: 4  
NEGATIVA: MAYORIA.  
ABSTENCIONES: 6

3.  
Se pone a consideración la siguiente moción de resolución:

LA MESA REPRESENTATIVA REUNIDA EL 22 DE DICIEMBRE, EN SESION EXTRAORDINARIA Y ANTE LA SITUACION CONFLICTIVA DE MAS DE 20 DIAS QUE VIVEN LOS COMPANEROS DE AFCASMU, RESUELVE:

A).  
DECLARAR NUESTRO TOTAL APOYO SOLIDARIO A LA LUCHA QUE VIENEN DESPLEGANDO EN DEFENSA DE LA FUENTE DE TRABAJO Y CONTRA UN FLAGELO NUEVO EN LAS RELACIONES LABORALES, COMO LO ES LA TERCERIZACION EN LA ACTIVIDAD PRIVADA.

B).  
ANTE LA CREACION DE UN NUEVO AMBITO DE NEGOCIACION DECLARAR A LA MESA REPRESENTATIVA EN SESION PERMANENTE, ANALIZANDO TODAS LAS MEDIDAS SOLIDARIAS EN CONCRETO A DESARROLLAR, INCLUSO LA REALIZACION DE UN PARO DE 24 HORAS.

C).  
ENCOMENDAR AL SECRETARIADO EJECUTIVO LA CONTINUACION EN LOS ESFUERZOS POR ENCONTRAR CAMINOS DE SOLUCION, CON LA PARTICIPACION DIRECTA DE LOS PROPIOS COMPAÑEROS DE AFCASMU Y DE LA FUS.

D).  
EN EL MARCO DE LA SESION PERMANENTE EN QUE SE DECLARA ESTA MESA REPRESENTATIVA, REALIZAR UN NUEVO ANALISIS DE LA SITUACION EL 27 DE DICIEMBRE Y CONVOCAR A TODOS LOS TRABAJADORES A PARTICIPAR Y RODEAR A LOS COMPAÑEROS DE AFCASMU.

E).  
CONVOCAR A PARTICIPAR A TODOS LOS ABONADOS DEL CASMU A LA ASAMBLEA CONSTITUTIVA DE LA ORGANIZACION DE AFILIADOS AL CASMU, PARA EXIGIR LA PARTICIPACION DE LOS MISMOS EN LA JUNTA DIRECTIVA, EL PROXIMO VIERNES 23 DE DICIEMBRE A LAS 19:00 HRS. EN EL SALON DE ACTOS DE LA ASOCIACION CRISTIANA DE JOVENES (COLONIA 1870).

AFIRMATIVA: MAYORIA  
ABSTENCIONES: AEBU, UADEGAS y FUS.

4.  
Se pone a consideración la siguiente moción de resolución:

La Mesa Representativa del PIT CNT, reunida el 22 de diciembre de 1994, analizando la privatización de la Cia. del GAS, RESUELVE:

I)  
Rechazar la privatización de la Cia. del GAS por:  
a) la utilización, a aquel fin, de un decreto ley de la DICTADURA,



b) entregar al extranjero un bien de toda la sociedad uruguaya, que voto en su inmensa mayoría en contra de las privatizaciones,

c) que el Poder Ejecutivo no dio lugar a una investigación profunda ante manejos jurídicos, para su venta, que nos son nada claros y que pueden significar corrupción que siempre es y será inadmisibles.

II)

Apoyar las medidas que tome la UAOEGAS en función de sus reivindicaciones específicas:

a) en la presentación del recurso de amparo, que permita anular la privatización,

b) en la convocatoria a los usuarios de la Cía. del GAS para informarles sobre esta irregularidad grave contra el Estado, los inevitables abusivos aumentos que sobrevendrán luego de la privatización, deterioro de los servicios y pérdida de fuentes de trabajo;

c) llamar a concurrir el miércoles 28 a las 10:30 hrs. al acto de desagravio a Artigas, en la Plaza Independencia, ante la entrega de la Soberanía Nacional que significa la privatización de la Cía. del GAS.

d) insistir en que se paren las privatizaciones de PLUNA, Bco. de Seguros y el Puerto.

UNANIMIDAD.

5.

Se pone a consideración la siguiente moción de resolución:

La Mesa Representativa reunida en su sesión, DECLARA:

A).

Su total rechazo al intento de dejar sin efecto la revocación del acto de adjudicación de PLUNA al pluriconsortio de Aeronavegación VARIO, por razones de manifiesta inconveniencia para los intereses del País (entrega de una empresa del estado por 2.000.000 de dólares), mas allá de todas las consideraciones jurídicas posibles.

029

9500150

B).

Reclamar al actual Gobierno y al Gobierno electo una actitud clara y transparente en este tema, teniendo en cuenta la voluntad reiteradamente expresada por los trabajadores de PLUNA de buscar ámbitos de discusión y soluciones alternativas con una actitud de responsabilidad y apertura.

C).

El apoyo y solidaridad a todas las gestiones que se vienen llevando adelante por la OFP, así como la eventualidad de medidas que pudieran plantearse.

UNANIMIDAD.

6.

La Mesa Representativa reafirma la declaración del Secretariado Ejecutivo sobre las declaraciones del Ministro Gianola sobre los conflictos en el CASMU, la Enseñanza y en la Cía. del GAS.

A su vez declara que si subversión significa alteración del orden público, no hay nada más subversivo que las propias declaraciones del Ministro Gianola, la desatención por parte del sistema a la realidad de hambre, miseria, falta de trabajo y marginación, y la desobediencia a la decisión mayoritaria de la ciudadanía como en el caso de las privatizaciones de Empresas del Estado.

UNANIMIDAD.

7.

La MR del PIT CNT reitera el pedido de reapertura de CX44 como base demostrativa de que el gobierno nacional respeta la libertad de prensa específica y la democratización de los medios masivos de comunicación en general.

UNANIMIDAD.

MESA REPRESENTATIVA DEL PIT CNT  
Montevideo, 22 de diciembre de 1994.

030

9500150





PLENARIO INTERSINDICAL  
DE TRABAJADORES

CONVENCION NACIONAL  
DE TRABAJADORES

**ACTA DE RESOLUCIONES DE LA  
MESA REPRESENTATIVA DEL PIT CNT  
REUNIDA EL 27 DE DICIEMBRE DE 1994  
EN EL LOCAL DE AEBU**

**ASISTENCIA:**

APU, FUECI, COFE, SUNCA, AEBU, COT, SAB, SUTEL, SIMA,  
UNTMRA, UOC, FFOSE, SOIMA, UTHC, AUTE, FOEB, SUBU,  
ADEOM, ADEC, FANCAP, SIND.GAS, FUM, FED.CAUCHO, FUS,  
UNOTT, AFUTU, FENAPES y PRIO. DE PAYSANDU.

La sesión comenzó a las 19:45 hrs. y se levantó a las  
23:20 hrs.

1.  
Previo. El representante de la prensa (APU), plantea  
que en la Mesa anterior se retiró a las 19:30 hrs.,  
considerando de que se había excedido largamente el  
horario de comienzo de la misma. Lo aclara a los  
efectos de que conste en actas.

2.  
Se levantó el cuarto intermedio de la Mesa del  
22/12/94.  
Se escucha un informe de los cros. de la FUS y  
miembros del SE que han participado de las diferentes  
gestiones.  
Las intervenciones de los diferentes gremios, en  
general estuvieron signadas entorno al análisis de  
las medidas y gestiones a realizar.  
Agotada la lista de oradores se nombra una comisión  
que luego de un cuarto intermedio propone a la MR la  
siguiente moción de resolución:

A)  
Reafirmamos la solidaridad irrestricta con los  
compañeros de AFCASMU y de la FUS.

B)  
Reclamar a las autoridades públicas y al SMU urgentes  
medidas que resuelvan satisfactoriamente los reclamos  
de los cros. de AFCASMU.

SECRETARIA DE INTERIO  
MONTAVIA 30  
COMISION NACIONAL  
MONTAVIA 30



C)  
Rechazar las acciones privatizadoras en las empresas públicas y la tercerización en la actividad privada.

D)  
~~Convocar para el jueves 29 a una concentración en el Obelisco en el marco de un paro general parcial con una extensión máxima de dos horas. El acto se realizará a las 11:00 hrs.~~  
El Transporte instrumentará con sus respectivas filiales la mejor manera de participar de la medida.

E)  
Realizar gestiones con las diferentes organizaciones políticas a los efectos de solicitar los mayores esfuerzos para ayudar en la búsqueda de soluciones al conflicto.

F)  
La Mesa Representativa se mantiene en estado de sesión permanente. Podrá analizar diferentes medidas y gestiones en función de la evolución de los contactos a realizar en las próximas horas.

MOCION APROBADA POR MAYORIA.  
NEGATIVAS: FOEB.  
ABSTENCIONES: FFOSE, AEBU, ADEC, SUNCA, SUTEL, SIMA, AFJU y APU.

MESA REPRESENTATIVA  
Montevideo, 27 de diciembre de 1994

00 032

9500150

# **SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY**

Bvar Arigas 1515 - Cód. Postal 11.200 - Tels.: (02-2) 41 47 01\* - Fax: (02-2) 40 10 03  
Direc. Telegráficas: SINMED - Cas. Correo Nº 10.001 D. 1 - Montevideo - Uruguay - E-Mail: Easylink 02224674  
URUPAC / TLX 30729 Mail Base UY - Miembro de la Agrupación Universitaria del Uruguay



## **SOBRE ALGUNAS EXPRESIONES PUBLICAS FALSAS Y AGRAVANTES**



**ATENTO:** Los hechos de dominio público suscitados en ocasión del conflicto que mantiene AFCASMU contra las autoridades del CENTRO DE ASISTENCIA DEL SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY;

**CONSIDERANDO:** Que existen expresiones públicas situadas en el frente de diversos Sanatorios del CASMU, acusando de corruptos al Director General, integrante del SMU, y a los Directores no médicos;

### **EL COMITE EJECUTIVO DEL SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY MANIFIESTA:**

- 1) Que rechaza la grave acusación referida.
- 2) Que emplaza a la Asociación de Funcionarios del CASMU, a través de sus Autoridades naturales, a presentar los fundamentos de tan graves calificativos efectuados públicamente, en el más breve plazo.
- 3) Que responsabiliza a dichas Autoridades por el mantenimiento de tales acusaciones, a todos los efectos.

### **IGUALMENTE DECLARA:**

Que carecen de fundamento y son falsas las cifras que figuran en cartelera ubicada en los mismos lugares asistenciales, respecto a la retribución de los Directores del CASMU, señalando que este tipo de expresiones constituyen hechos que enturbian la relación entre las partes y en nada contribuyen a la rápida solución de la controversia, introduciendo elementos que distorsionan la realidad y dañan las relaciones indispensables para llegar a acuerdos efectivos.

### **Y ASIMISMO EXPRESA:**

Que respalda a los Directores mencionados en las precitadas carteleras, por entender que se los agravia públicamente en forma absolutamente no acorde a sus antecedentes profesionales, funcionales, gremiales y universitarios.

(Aprobada por unanimidad)

Montevideo, 26 de diciembre de 1984  
**EL COMITE EJECUTIVO**

ATENCIÓN: Los hechos de carácter público, que se refieren a la vida pública de las personas, deben ser comunicados al Jefe de la Oficina de Asesoría Jurídica, para que, en su caso, emita el dictamen correspondiente.

1) Que se realice la entrega de los documentos a la  
2) Que se entregue a la Asociación de Funcionarios del Poder Judicial los documentos que se le entregaron a la Asociación de Funcionarios del Poder Judicial.

En relación a manifestaciones públicas efectuadas por AFCASMU, a través de carteles colocados en la entrada de los Sanatorios del CASMU, que aluden a salarios de Directores de la Institución, y haciendo cargos de corrupción a algunos de ellos, el Comité Ejecutivo del Sindicato Médico del Uruguay en su sesión de la víspera, resolvió, por unanimidad de sus Miembros, aprobar la resolución que se adjunta y que cumplimos en poner en su conocimiento a los efectos a que hubiere lugar.

Dr. RODOLFO MANDUEZ CHIRRI  
Presidente

(A) (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z) (aa) (ab) (ac) (ad) (ae) (af) (ag) (ah) (ai) (aj) (ak) (al) (am) (an) (ao) (ap) (aq) (ar) (as) (at) (au) (av) (aw) (ax) (ay) (az) (ba) (bb) (bc) (bd) (be) (bf) (bg) (bh) (bi) (bj) (bk) (bl) (bm) (bn) (bo) (bp) (bq) (br) (bs) (bt) (bu) (bv) (bw) (bx) (by) (bz) (ca) (cb) (cc) (cd) (ce) (cf) (cg) (ch) (ci) (cj) (ck) (cl) (cm) (cn) (co) (cp) (cq) (cr) (cs) (ct) (cu) (cv) (cw) (cx) (cy) (cz) (da) (db) (dc) (dd) (de) (df) (dg) (dh) (di) (dj) (dk) (dl) (dm) (dn) (do) (dp) (dq) (dr) (ds) (dt) (du) (dv) (dw) (dx) (dy) (dz) (ea) (eb) (ec) (ed) (ee) (ef) (eg) (eh) (ei) (ej) (ek) (el) (em) (en) (eo) (ep) (eq) (er) (es) (et) (eu) (ev) (ew) (ex) (ey) (ez) (fa) (fb) (fc) (fd) (fe) (ff) (fg) (fh) (fi) (fj) (fk) (fl) (fm) (fn) (fo) (fp) (fq) (fr) (fs) (ft) (fu) (fv) (fw) (fx) (fy) (fz) (ga) (gb) (gc) (gd) (ge) (gf) (gg) (gh) (gi) (gj) (gk) (gl) (gm) (gn) (go) (gp) (gq) (gr) (gs) (gt) (gu) (gv) (gw) (gx) (gy) (gz) (ha) (hb) (hc) (hd) (he) (hf) (hg) (hh) (hi) (hj) (hk) (hl) (hm) (hn) (ho) (hp) (hq) (hr) (hs) (ht) (hu) (hv) (hw) (hx) (hy) (hz) (ia) (ib) (ic) (id) (ie) (if) (ig) (ih) (ii) (ij) (ik) (il) (im) (in) (io) (ip) (iq) (ir) (is) (it) (iu) (iv) (iw) (ix) (iy) (iz) (ja) (jb) (jc) (jd) (je) (jf) (jg) (jh) (ji) (jj) (jk) (jl) (jm) (jn) (jo) (jp) (jq) (jr) (js) (jt) (ju) (jv) (jw) (jx) (jy) (jz) (ka) (kb) (kc) (kd) (ke) (kf) (kg) (kh) (ki) (kj) (kk) (kl) (km) (kn) (ko) (kp) (kq) (kr) (ks) (kt) (ku) (kv) (kw) (kx) (ky) (kz) (la) (lb) (lc) (ld) (le) (lf) (lg) (lh) (li) (lj) (lk) (ll) (lm) (ln) (lo) (lp) (lq) (lr) (ls) (lt) (lu) (lv) (lw) (lx) (ly) (lz) (ma) (mb) (mc) (md) (me) (mf) (mg) (mh) (mi) (mj) (mk) (ml) (mm) (mn) (mo) (mp) (mq) (mr) (ms) (mt) (mu) (mv) (mw) (mx) (my) (mz) (na) (nb) (nc) (nd) (ne) (nf) (ng) (nh) (ni) (nj) (nk) (nl) (nm) (nn) (no) (np) (nq) (nr) (ns) (nt) (nu) (nv) (nw) (nx) (ny) (nz) (oa) (ob) (oc) (od) (oe) (of) (og) (oh) (oi) (oj) (ok) (ol) (om) (on) (oo) (op) (oq) (or) (os) (ot) (ou) (ov) (ow) (ox) (oy) (oz) (pa) (pb) (pc) (pd) (pe) (pf) (pg) (ph) (pi) (pj) (pk) (pl) (pm) (pn) (po) (pp) (pq) (pr) (ps) (pt) (pu) (pv) (pw) (px) (py) (pz) (qa) (qb) (qc) (qd) (qe) (qf) (qg) (qh) (qi) (qj) (qk) (ql) (qm) (qn) (qo) (qp) (qq) (qr) (qs) (qt) (qu) (qv) (qw) (qx) (qy) (qz) (ra) (rb) (rc) (rd) (re) (rf) (rg) (rh) (ri) (rj) (rk) (rl) (rm) (rn) (ro) (rp) (rq) (rr) (rs) (rt) (ru) (rv) (rw) (rx) (ry) (rz) (sa) (sb) (sc) (sd) (se) (sf) (sg) (sh) (si) (sj) (sk) (sl) (sm) (sn) (so) (sp) (sq) (sr) (ss) (st) (su) (sv) (sw) (sx) (sy) (sz) (ta) (tb) (tc) (td) (te) (tf) (tg) (th) (ti) (tj) (tk) (tl) (tm) (tn) (to) (tp) (tq) (tr) (ts) (tt) (tu) (tv) (tw) (tx) (ty) (tz) (ua) (ub) (uc) (ud) (ue) (uf) (ug) (uh) (ui) (uj) (uk) (ul) (um) (un) (uo) (up) (uq) (ur) (us) (ut) (uu) (uv) (uw) (ux) (uy) (uz) (va) (vb) (vc) (vd) (ve) (vf) (vg) (vh) (vi) (vj) (vk) (vl) (vm) (vn) (vo) (vp) (vq) (vr) (vs) (vt) (vu) (vv) (vw) (vx) (vy) (vz) (wa) (wb) (wc) (wd) (we) (wf) (wg) (wh) (wi) (wj) (wk) (wl) (wm) (wn) (wo) (wp) (wq) (wr) (ws) (wt) (wu) (wv) (ww) (wx) (wy) (wz) (xa) (xb) (xc) (xd) (xe) (xf) (xg) (xh) (xi) (xj) (xk) (xl) (xm) (xn) (xo) (xp) (xq) (xr) (xs) (xt) (xu) (xv) (xw) (xx) (xy) (xz) (ya) (yb) (yc) (yd) (ye) (yf) (yg) (yh) (yi) (yj) (yk) (yl) (ym) (yn) (yo) (yp) (yq) (yr) (ys) (yt) (yu) (yv) (yw) (yx) (yy) (yz) (za) (zb) (zc) (zd) (ze) (zf) (zg) (zh) (zi) (zj) (zk) (zl) (zm) (zn) (zo) (zp) (zq) (zr) (zs) (zt) (zu) (zv) (zw) (zx) (zy) (zz)

ABOUT 60 STUDENTS OF THE UNIVERSITY OF ALABAMA  
OVERTHEIR ENTHUSIASM

9500150

## NOTICIAS BUENAS Y DE LAS OTRAS...

por Ernesto Murro, director del BPS en representación de los trabajadores

Nº 5

DE NOVIEMBRE 94

### DEUDA DE ORGANISMOS PUBLICOS CON B.P.S.

Según informes primarios realizados por los funcionarios correspondientes del B.P.S. y analizados en nuestro Equipo de trabajo, surge que hay por lo menos una deuda de 200 millones de dólares por obras públicas con el B.P.S.

Obras públicas realizadas por organismos estatales (Ministerios, Entes) e Intendencias, son las construcciones, calles, saneamiento, puentes, que deben pagar el aporte unificado.

A partir de la deuda millonaria en dólares de una poderosa Intendencia del Interior que presentamos en Directorio el 1º de noviembre, pedimos un informe sobre todos los organismos. Pagaba \$ 300 (sí, solo 300) por mes, por todas sus obras desde 1982 hasta ahora.

El 20/7/94, ya el Directorio por mayoría, con el voto de los 3 sociales y el Director Jaurena, decidió impulsar juicios a estos organismos por sus deudas.

### CONVENIO CON LOS FUNCIONARIOS DEL B.P.S.

Finalmente, terminó la odisea, El 16/11/94, el Directorio se dio por enterado del levantamiento de las observaciones del gobierno.

El Convenio no tuvo ninguna modificación importante y los funcionarios cobraron y seguirán cobrando lo acordado.

Otro logro de estos últimos tiempos...

### B.P.S. CONTINUA REDUCIENDO GASTOS...

El Directorio del B.P.S. venía desde hace meses analizando racionalizar horas extras y viáticos y tomando medidas al respecto y en este tema los directores sociales venimos insistiendo desde el ingreso.

Pese a que gastamos solo el 5% en administración y salarios (siendo el organismo de Seguridad social con menos costo administrativo de América Latina según O.I.T.), queremos seguir recordando gastos innecesarios y en algunos casos, de dudoso origen. Las resoluciones del Directorio del 18/10 y 23/11/94 son concretas. Personalmente destacamos los trabajos del director Da Prá al respecto, aunque no acompañamos con nuestro voto lo referido a Pasividades.

### NUESTRO SALARIO EN EL B.P.S.

Durante estos 2 años, en muchos lugares nos

035

9500150

preguntan cuanto cobramos de sueldo en el BPS y que hacemos con él. Esto siempre es informado mes a mes al PIT-CNT, con un detalle de gastos del Equipo de Representación de los Trabajadores y la Comisión de Seguridad Social del PIT-CNT.

Nuestro sueldo es hoy de \$ 5.167 por todo concepto, o sea el 43% de lo recibido del B.P.S. (\$ 12.016). La diferencia se usa para distintas actividades de seguridad social, sobre lo cual se rinde cuentas cada mes.

## **SE APROBÓ LEY REFINANCIACIÓN DEUDAS CON B.P.S.**

\* Quedó aprobado esta ley de urgencia, luego de las modificaciones parlamentarias.

Esta ley permite refinanciar deudas hasta en 120 cuotas (10 años) con facilidades, fue promovida por la unanimidad del Directorio del B.P.S. y fuimos los impulsores de la misma, habiendo informado oportunamente a los gremios y opinión pública sobre sus alcances.

Creemos que el sector empresarial debe sentirse contemplado en esta ley que creemos en beneficio de la actividad productiva nacional, aunque es de destacar que no hubo pronunciamientos públicos de las cámaras al respecto, y sí mucho interés en los empresarios en particular.

## **¿QUÉ ES LA HISTORIA LABORAL?**

**Lo que empezamos a hacer en el B.P.S. con el convenio con PRONADE.**

\* Es la presentación mensual del detalle de los trabajadores y remuneraciones en cada una

de las doscientas mil empresas (actualmente no se presenta más que la cifra global de empleados y sueldos, excepto en construcción y trabajadoras a domicilio).

- \* Es la captura de información por medios informáticos (diskettes, modems) además de por formularios.
- \* Es el procesamiento por potentes computadoras de toda esa información recibida.
- \* Es la acumulación, mes a mes, de la información de servicios de un millón de trabajadores en la Historia Laboral.
- \* Es lo que siempre se debió hacer en el B.P.S., convertido en realidad.
- \* Es administración moderna, es mejor control, es más agilidad en los trámites, es mayor productividad. Trataremos de que así sea...

## **SEGUIR COMBATIENDO LA EVASIÓN...**

Según estudios recientemente realizados por organismos nacionales e internacionales y del propio BPS, publicados en "Qué es la historia laboral" Pronade, N° 22 de 11/94, las mayores tasas de evasión se dan en sector patronos de industria y comercio (65%), dependientes del sector rural (51%) y servicio doméstico (77%), cuando el promedio general se sitúa en el 32%.

Como un ejemplo más: una reciente investigación que solicitamos en la industria pesquera indica, que sobre 46 empresas, 25 tienen irregularidades (54%).

Por todo esto, algunos se quejan de las inspecciones del BPS...

036 9500150

## **ATENCIÓN JUBILADOS Y PENSIONISTAS:**

- En Montevideo 200.000 de Uds. decidieron solicitar la Tarjeta Mayor (ex-Dorada) y el BPS ya resolvió hacerlas plastificadas con nombre y cédula de cada uno para entregarlas gratuitamente.
- El Directorio dispuso estudiar en una comisión especial, la posibilidad de conceder préstamos sociales a jubilados, pensionistas y funcionarios del BPS, como los del Banco República (Caja Nacional), existiendo una propuesta del Cdr. Humberto Vieytes, coincidente con las opiniones nuestras, de Colotuzo y ATSS.

## **VACACIONES PARA HIJOS DE TRABAJADORES EN COLONIA RAIGÓN:**

A través de convenios con el BPS, los hijos de trabajadores y beneficiarios de asignaciones familiares podrán usufructuar de la preciosa Colonia de Vacaciones en Raigón (San José), en períodos de 5 días, con capacidad para unas 200 personas, con alojamiento, comidas y recreación al 25% del precio normal, o sea aproximadamente \$ 30.- diarios por niño.

Esta fue una propuesta que hicimos en el Grupo de Trabajo que integramos con el Dtor. Da Prá y el Sr. Administrador Ipar, aprobada por unanimidad del Directorio el 16/11/94.

## **ACTIVIDADES REALIZADAS EN NOVIEMBRE**

Visitando Agencias del BPS en el Interior, reuniéndonos con funcionarios y jerarquías o realizando actividades con asociaciones de jubilados y organizaciones sindicales, actos públicos, reuniones con fuerzas preponderantes locales, estuvimos en Juan Lacaze, Maldonado, Paysandú, Treinta y Tres; en Florida y San José con Colotuzo; en Mercedes, Fray Bentos y Pando, Bruni estuvo en Minas, De los campos en Colonia, Carmelo, Nueva Palmira y Tarariras con Toja y Jutronich, el acto de lanzamiento del Plebiscito el 1º de noviembre en el Teatro del Notariado y la Conferencia de Prensa en la Explanada del BPS el 15, además de las actividades cotidianas.

## **PLEBISCITO:**

## **UNA VICTORIA CON MUCHOS PADRES**

Esta victoria tiene muchos padres. En este país donde en general las derrotas son las que tienen padres, es bueno señalar que esta victoria tiene muchos padres, dijo a LA REPUBLICA el representante de los trabajadores en el Directorio del Banco de Previsión Social, Ernesto Murro a propósito del apoyo popular que tuvo el plebiscito por la Seguridad Social.

En primer término hay que destacar el papel de los jubilados y muy especialmente a ONAJPU, la Organización Nacional de Asociaciones de Jubilados y Pensionistas del Uruguay, porque los jubilados en esto batallaron con todas sus energías y su tesón por dos objetivos. Uno fue el respeto a la Constitución, cosa muy querida para los mayores de edad, y el otro curarse en salud.

Garantizar que en un futuro a ellos no se les van a recortar derechos por esas leyes. A partir de esos objetivos aparece un tercero que es la defensa del sistema de seguridad social y del Banco de Previsión. Seguramente una derrota del Plebiscito hubiera significado un avance para los sectores que buscan afectar el sistema público de seguridad social, a los sectores.

A partir de esos objetivos los jubilados se transformaron en ejemplo de solidaridad para esos dos millones y medio de uruguayos. Los jubilados y pensionistas iban a ser afectados en el futuro a través del desprestigio, de la caída del Banco de Previsión Social. Creo que también en este triunfo hay un papel muy importante del sindicato de trabajadores del Banco de Previsión Social (ATSS). En todo momento estuvo batallando a través de la campaña de firmas en toda la lucha que se llevó a cabo para conseguir este logro.

También hay que reconocerle el papel a la oleada estudiantil del mes de mayo cuando juntando las firmas por la enseñanza, dieron un gran impulso a las firmas por la seguridad social que estaba estancada.

Ejemplos muy importantes también a destacar en este momento, del PIT-CNT y de sus Plenarios del Interior y algunos sindicatos.

Se hizo con alibajos pero a la larga primó un fuerte peso de la militancia.

Sin Luis COLOTUZZO esto hubiera sido imposible. La idea original de De los Campos fue la gestora del proceso. Sin las recorridas por el interior del país, este plebiscito no hubiera recibido el apoyo del 70% de los uruguayos y sin el ensobrado de la papeleta rosada por parte de los sectores políticos, tampoco.

Aporte importante de juristas, al profesor Cassinelli Muñoz y además a los de los legisladores que en todo momento tuvieron siempre muy presente el sentido de esta necesidad. Es del caso mencionar a Mario Cantón, Jorge Machiñena, Guillermo Chifflet, Thelma Borges, Abayubá Martorell, Carlos Cassina y Jaime Pérez.

El denodado trabajo del Equipo de Representación de los Trabajadores y de los integrantes del despacho es algo que no se puede dejar de valorar en su importancia y sacrificio.

Igualmente el papel que le cupo a la prensa fue muy importante en la difusión de nuestros objetivos, en el alcance a la población de los puntos más sobresalientes de este proyecto.

**Todos los meses con el calendario de pagos de pasividades de "La República" ("Revista Los Años Dorados") salen artículos e informaciones de Colotuzzo, Murro y sus asesores.**

038

9500150



Montevideo, diciembre 12 de 1994.-

Dr. Raúl Varela  
Presente.-

Por la presente paso a contestar la consulta que dirigiera con fecha 24 de noviembre a Jurídica en referencia a la resolución del Consejo Central del 22 de noviembre en relación a quienes son los trabajadores que pueden afiliarse a AEBU.

I

Antes que nada conviene repasar el marco jurídico general en el que se desarrollan la actividad sindical y las afiliaciones como parte de ella.

La primer norma a recordar es el Convenio Internacional de la OIT 87 sobre libertad sindical. De acuerdo con el artículo dos del referido convenio "Los trabajadores y los empleadores, sin ninguna distinción y sin autorización previa, tienen el derecho de constituir las organizaciones que estimen convenientes, así como el de afiliarse a estas organizaciones, con la sola condición de observar los estatutos de las mismas."

Igualmente el art.8 del Pacto Internacional de Derechos económicos, sociales y culturales, ratificado por el Uruguay establece "el derecho de toda persona a fundar sindicatos y a afiliarse al de su elección, con sujeción únicamente a los estatutos de la organización correspondiente, para promover y proteger sus intereses económicos y sociales. No podrán imponerse otras restricciones al ejercicio de este derecho que las que prescriba la ley y que sean necesarias en una sociedad democrática en interés de la seguridad nacional o del orden público, o para la protección de los derechos y libertades ajenos"

Como se ve, el principio general que servirá siempre para interpretar las normas específicas es el de la libertad de afiliación.

II

Respecto de las normas estatutarias de AEBU empezaremos por transcribir en lo pertinente, los artículos 1 y 3 del Estatuto vigente por cuanto de ellos surge el marco jurídico especial para responder la interrogante planteada.

Art.1.- La Asociación de Bancarios del Uruguay, es la unión de los empleados, obreros, jubilados y pensionistas de los bancos e Instituciones afines, expresamente reconocidos por este Estatuto o por los procedimientos que se indican.

Art.3.- Para ser admitido como socio se requiere:

a) ser empleado, obrero o jubilado de los Bancos oficiales o privados, Casas Bancarias, Cámara Compensadora, Caja de Jubilaciones bancarias, Cooperativas de Ahorro y Crédito,

039

19500150

Asociación de Bancarios del Uruguay, y/o de aquellas Instituciones que la Asamblea Nacional de Delegados reconozca de manera expresa. Podrán también ser admitidos los pensionistas cuyos causantes tuvieran derecho a ser asociados.

b) solicitar su afiliación por escrito de acuerdo con la reglamentación;

Del referido texto podemos extraer algunos elementos de carácter preliminar que nos parecen relevantes:

# no existe afiliación automática sino voluntaria debiendo en todo caso ser solicitada por escrito;

# la afiliación no está condicionada o vinculada con el criterio de pertenencia al régimen de la Caja de Jubilaciones y Pensiones Bancaria que antes de la ley 16.565 resultaba con amplias diferencias;

# la enumeración de posibles afiliados no es cerrada ya que podría ampliarse por el reconocimiento expreso de otras Instituciones por parte de la Asamblea Nacional de Delegados.

# pueden pertenecer al sindicato tanto trabajadores activos como pasivos y también pensionistas;

### III

Los puntos principales que definen la posibilidad de la afiliación son el empleador y el trabajador. Veamos como son definidos por el Estatuto.

Respecto del primer aspecto, el Estatuto exige que el empleador lo sea un banco o una institución afín expresamente reconocida por el Estatuto. Y luego en el artículo 3 se aclara que puede ser banco oficial o privado, casas bancarias, cámara compensadora, caja de jubilaciones, cooperativas de ahorro y crédito, asociación de bancarios.

Reiteramos que queda abierto a que la Asamblea Nacional de Delegados declarara alguna otra institución de manera expresa.

Respecto del segundo punto, el Estatuto, emplea las denominaciones empleados y obreros -nos referimos solo a los activos- que son una de las clasificaciones de la palabra más genérica de trabajador.

Plá Rodríguez en su Curso de Derecho Laboral estudiando el punto de los sujetos principales, dice sobre el punto:

"Los trabajadores se han clasificado de distintas maneras ya que no todas las normas laborales se aplican por igual a todos.

"Una distinción tradicional es la que divide a los trabajadores en dos grandes grupos: empleados y obreros.

"Esta distinción que se remonta a los mismos orígenes del derecho del trabajo -pues éste empezó protegiendo sólo a los obreros- no se ha realizado siempre tomando como base un único criterio. (...)

"Pese a la existencia de esta definición reglamentaria que suministra un criterio oficial al respecto, esta distinción tiene muy poco alcance práctico en nuestro derecho. (...)

Siendo por tanto una mera clasificación de trabajadores, éste constituye la categoría esencial a definir. Sería con la definición de Plá Rodríguez "La persona que realiza la actividad que hemos definido como trabajo, entendido en los términos que le atribuye el derecho laboral (libre, por cuenta ajena, oneroso y subordinado).

En síntesis, el Estatuto requiere, por un lado, un Banco o una institución expresamente reconocida por el Estatuto, a través de un órgano: la Asamblea General de Delegados y por la otra, un trabajador dependiente, subordinado de dichas instituciones, ya sea empleado u obrero.

#### IV

Pero pensamos que el punto central a estudiar deriva de la tendencia al desarrollo de figuras nuevas de contratación que pueden plantear dudas respecto de la posible afiliación así como de las consecuencias derivadas de ello ya que la definición estatutaria podría parecer excluyente o restrictiva.

Las variantes principalmente pueden plantearse ya sea por las personas entre quienes se entabla la relación de trabajo y también por el tipo de contratación o de relación que se da. En otras palabras, quien es el empleador y si se da una relación de subordinación o no.

La respuesta debe encontrarse a la luz de los principios generales señalados así como de los principios del derecho del trabajo, entre los que se debe tener especialmente presentes el principio de primacía de la realidad.

En otras palabras, para resolver la posibilidad de un trabajador o un grupo de trabajadores de afiliarse a AEBU, no deberá estarse solamente a la situación o documentación formal que pueda existir. En efecto, muchas veces, podremos estar en presencia de una realidad encubierta o disimulada, donde el verdadero empleador es una empresa bancaria cuyos trabajadores tienen derecho a afiliarse. O la persona es un auténtico trabajador subordinado pese a la aparente inscripción ante los organismos de seguridad social como empresa unipersonal.

#### V

Dado que en la consulta se hace mención a algunas situaciones concretas, nos parece pertinente referirnos en forma expresa a las mismas así como a algunas otras.

- las empresas de seguridad, limpieza o mantenimiento;

Sabida es la tendencia a la tercerización del mercado de trabajo, entendiéndose por tal, el desprendimiento de las empresas de aquellas tareas que no constituyen el giro principal de

las mismas. Ha sido frecuente en los últimos tiempos la contratación de empresas especiales para estos rubros de seguridad, limpieza y mantenimiento.

Podrán ser dedicadas exclusivamente a empresas bancarias o dedicarse en forma genérica a la seguridad, limpieza o mantenimiento.

Podrán haberse formado con el desgajamiento de los propios trabajadores que pertenecían al Banco o con personal ajeno.

Podrán los trabajadores obedecer exclusivamente órdenes de otros empleados bancarios o realmente pertenecer a otra empresa con jerarquías propias.

Deberá por tanto estudiarse detenidamente la realidad de cada caso para definir si corresponderá incluirlos o no. De acuerdo al Estatuto actual no estarían comprendidos: por no existir subordinación respecto de los Bancos y por no pertenecer a empresas reconocidas por la Asamblea Nacional de Delegados.

- la empresas suministradoras de mano de obra temporal

Aquí el problema se complica algo más por cuanto se recurre a este tipo de contratación para el cumplimiento de tareas propias o específicas del giro principal de las empresas financieras y la relación suele ser o puede ser triangular, trabajando dicho personal incorporado al Banco y en régimen de subordinación en cuanto a la dirección del trabajo a realizar, figurando en las planillas de la empresa suministradora.

Creemos que aquí podría ser más fácil interpretarse que es empleada del Banco, más allá de poderse también reconocer a dichas empresas a los efectos del Estatuto.

Deberá analizarse quizás las razones que originan este tipo de contratación: si es la necesidad transitoria de personal, o si es personal estable, no sindicalizado (y que por tanto no acata medidas gremiales), etc.

En definitiva, se deberá resolver a la luz de los principios generales señalados y del análisis profundo de la realidad.

- arrendamientos de obras y de servicios, empresas unipersonales.

Entendemos en este punto aquellas modalidades en que los Bancos o las instituciones afines reconocidas contratan personal bajo modalidades donde no exista subordinación y por tanto quien trabaja no sería trabajador, es decir, ni empleado ni obrero.

Igual que en el anterior deberá analizarse la realidad para ver si efectivamente no existe subordinación o si solo está excluida formalmente pero en la práctica estamos ante una relación subordinada y dependiente.

Reiteramos, que si la justicia laboral puede claramente analizar y estar a la verdad sin atarse a la definición formal, también AEBU en virtud del principio de libertad sindical podrá definir las afiliaciones más allá de los aspectos estrictamente formales.

- modalidades de contratación en el sector público.

ASOCIAT

ASOCIACIÓN DE FUNCIONARIOS DEL GOBIERNO

Aquí el problema se plantea por las normas existentes en materia de contratación de funcionarios públicos. Las limitaciones existentes, han llevado a los organismos a tipos de contrataciones que no cumplen con todos los requisitos formales constitucionales y legales. En muchos casos, además para responder a clientelismos y otras corruptelas de carácter político.

No cabe duda que quienes ingresan bajo la modalidad de contrato de función pública ingresan a una relación de subordinación que corresponde a la definición estatutaria requerida para ser afiliado.

En el caso del sector público, además de los criterios interpretativos que ya hemos señalado a fin de desentrañar la verdadera naturaleza de la relación existente deberá tomarse postura respecto de la legitimidad o no de los referidos ingresos, debiendo distinguirse la situación de los trabajadores y la regularidad de los actos por los cuales se produjo el ingreso.

En conclusión, a la luz de principios generales amplios y de una redacción estatutaria que podría ser restringida, deberá analizarse una realidad variada y rica para tomar decisiones al respecto. Las consecuencias de las afiliaciones son sin duda la posibilidad de gozar de los beneficios obtenidos por el sindicato pero comporta también una serie de obligaciones para los que optan por afiliarse.

Quedando como siempre a las órdenes para aclarar o ampliar cualquier punto de esta consulta, saluda muy cordialmente,

M<sup>te</sup> Josefine Plá  
Abogada

043

9500150



**ASOCIACION DE BANCARIOS DEL URUGUAY**

FINAI PIT-CNT

Comocú 575 - Teléfs. 96 10 60 al 63 - Fax 95 94 17  
CP 11.000 - Montevideo - Uruguay

Montevideo, 24 de noviembre de 1994.-

**Compañeros de Jurídica:**

Me refiero a la resolución adoptada por el Consejo Central en su sesión del día 21 del cte. mes de noviembre.-

De acuerdo a la misma se debería elevar un informe en el que se detalle con precisión quienes son los trabajadores que pueden afiliarse a A.E.B.U. ya sea del sector público como del privado de acuerdo con las normas estatutarias.-

El informe deberá referirse, además de las situaciones que Uds. entiendan pertinente, a los empleados, obreros, etc. de las empresas de seguridad y de mantenimiento, así como a las empresas privadas o públicas de intermediación y colocación laboral.- Igualmente deberá informarse sobre la situación de los arrendamientos de obras y de servicios, los contratos de empresas unipersonales, los contratos de función pública, etc.-

Deberá tenerse en cuenta la situación de los diversos tipos de empresas que integran el sector financiero y hacerse referencia a la vinculación de los trabajadores y empresas con la Caja de Jubilaciones Bancarias.-

  
Dr. Raúl Varela

044

9500150

7 de diciembre de 1994

**Informe a la Mesa Representativa**

**1) AVANCES EN LA JUNTA NACIONAL DE EMPLEO:**

- + Se obtuvo la información solicitada por la delegación de los trabajadores.
- + El Ministro de Trabajo aprobó la normativa para la contratación de Capacitadoras Privadas.
- + Comenzaron las investigaciones de mercado de trabajo.
- + Consultor de la Dir. de Empleo, coincide con nuestra delegación, en la necesidad de dotar de mayor infraestructura a la misma.

**2) PROPUESTAS CONCRETAS A DESARROLLAR:**

- + Difusión de los beneficios a todos los trabajadores.
- + Contribuir a instalar las oficinas de la Dir. Nal. de Empleo en todo el país.
- + Impulsar la modificación de la ley 16.320.

**3) PERSONAJES QUE TRABAN EL FUNCIONAMIENTO DEMOCRATICO DE LA JUNTA NACIONAL DE EMPLEO**

518910

- + El papel que un jerarca de la Dir. Nal. de Empleo, le pretende asignar al movimiento sindical.

**4) BREVES COMENTARIOS**

- + La Cámara Nacional de Comercio prevé dificultades en la ocupación de personal.
- + Encuesta de Guía Financiera indica que casi la mitad de los montevideanos ( el 47%) de nivel socio-económico bajo, no llega a fin de mes con lo que gana.

045

9500150

## 1) AVANCES ...

Una grata sorpresa recibimos la semana pasada, cuando junto al retorno del Director Nal. de Empleo, cuyo interinato había cubierto el Lic. Luis Guirín, se nos hizo entrega de toda la información sobre los inscriptos solicitada por nuestra delegación desde principios de año. Curiosamente el Lic. Guirín, portavoz de la negativa de la información, se tomó unos días de vacaciones.

Además el Ministro de Trabajo aprobó la normativa que permitirá a la Junta Nal. de Empleo contratar Capacitadoras Privadas, lo cual redundará en beneficio de los compañeros inscriptos en el programa de capacitación.

Por otro lado, comenzaron las investigaciones de mercado de trabajo, tanto a nivel nacional, como de Canelones. Estándose en la etapa de selección de un proyecto de investigación de cinco departamentos mas del interior del país. No está de mas recordar que todas estas investigaciones son financiadas por el Fondo de Reconversión Laboral, que surge del % 0,25 que le descuentan a todos los trabajadores privados del país.

Finalmente, creemos que es importante que el informe final de una consultoría contratada por la Dir. Nal. de Empleo, haya concluido, tal como lo sostuvimos nosotros desde un principio, que la mencionada Dirección debe ser reforzada con recursos humanos y materiales para posibilitar un adecuado funcionamiento del programa de capacitación.

## 2) PROPUESTAS CONCRETAS PARA DINAMIZAR LA JUNTA

Mantenemos nuestra opinión de la validez de la Junta de Empleo, por lo cual planteamos tomar una serie de iniciativas:

### 1- DIFUSION del PROGRAMA de CAPACITACION

En la interna del Mov. Sindical, desarrollar un plan de difusión en las direcciones sindicales, asambleas, audiciones radiales de los sindicatos. Entre otras cosas, los sindicatos podrían elevar a sus respectivas patronales, que cuando necesiten personal, lo tomen de la nómina de la Dir. de Empleo.

### 2- APERTURA de OFICINAS en el INTERIOR

Solo la organización y movilización de los compañeros de los distintos plenarios, lograrán acelerar la apertura en el interior (hasta el momento solo se abrió en Durazno, Bella Unión, Salto, Cerro Largo, Tacuarembó y Rocha, atendiéndose desde Montevideo a los Cros. de Juan Lacaze y Florida).

No debemos admitir que los desocupados del interior, que aportan igual que el resto, sean tratados como de clase B. Aunque conquistamos que si se les vence el Seguro de Paro, no



pierden el derecho a la capacitación, inscribiéndose en la oficina local del MTSS.

### 3- MODIFICACIONES a la LEY 16.320

Tomamos la iniciativa de proponer la modificación de la ley actual. El objetivo es dar capacitación a grupos de trabajadores no comprendidos en la ley y facilitar la toma de egresados de los cursos por parte de los empresarios.

#### a) SOBRE LOS BENEFICIARIOS

A los trabajadores amparados en el Seguro de Paro, agregar:

- Jóvenes entre 14 y 25 años, con cursos específicos .
- Trabajadores en actividad que hayan acordado colectivamente con la empresa, programas de reconversión productiva y recapitación laboral. En este caso la empresa deberá reembolsar al Fondo de Reconversión Laboral (FRL), el 50% del costo de la capacitación , en un plazo de 60 días. Estos trabajadores no contarán con el beneficio de la Beca (art. 327, inc. b).

- Desocupados que no están amparados por el Seguro de Desempleo, acá tenemos el problema de definir como comprobar la desocupación.

Esta apertura de beneficiarios estará condicionada a la suficiencia del FONDO, en caso de que la JUNAE prevea desfinanciamiento, deberá estudiarse la posibilidad del aporte patronal y estatal al mismo.

#### b) SOBRE EL REEMBOLSO DE LAS EMPRESAS

La legislación vigente (art. 327 inc.b y dec. 211/993), establece que si la empresa reincorpora al personal que envió al Seguro de Paro y este se recapitó en la JUNAE, debe reembolsar al FRL el costo de la capacitación.

Entendemos que esto puede ser una traba a la reincorporación y planteamos eliminar esta disposición.

#### c) ESTABILIDAD LABORAL

La ley (art. 330) plantea que la empresa que tome personal calificado por la JUNAE, no podrá despedirlo por 6 meses.

Creemos que esta protección atenta contra nosotros mismos y que podemos discutir su eliminación, en el marco de una discusión global con las Cámaras Empresariales.

El planteo es tan drástico, porque sabemos que es una de las principales razones por las cuales los patrones no toman egresados de los cursos de la Junta de Empleo, es mas, estamos en conocimiento de que agencias de colocación de personal, aconsejan a los trabajadores ni mencionar que hicieron esos cursos, dado que las empresas no toman gente que luego no pueden echar por 6 meses.

### 3) PERSONAJES .....

Como es de público conocimiento, la inicial negativa del Director de la Dir. de Empleo a proporcionarnos cierta información sobre los inscriptos, nos llevó a una dura confrontación, especialmente agudizada durante el interinato del Lic. Luis Guirín. Llegando éste a intentar organizar un movimiento de funcionarios en contra de nuestra delegación. Para una mejor comprensión del pensamiento de esta persona, transcribimos parte de su informe presentado en un taller en los primeros días de noviembre (taller al que omitió invitar a la representación de los trabajadores):

" En referencia a la representación sindical, no puede pasar desapercibido el informe de CEALS sobre su pérdida de representatividad en los últimos años. En 1987 el congreso del PIT CNT representaba a 236.640 trabajadores, mientras que en 1993, representaba a 173.433, es decir que había perdido un 26,7% de sus afiliados..... A esto cabe sumar, además, la pérdida de 70.000 puestos de trabajo, en su gran mayoría pertenecientes al sector obrero. ¿Es el PIT-CNT realmente representativo del conjunto de los trabajadores?"

El Secretariado le solicitó la aclaración sobre estos dichos al Ministro de Trabajo.

### 4) BREVES COMENTARIOS

Un sector al que se le veía con expectativas de creación de puestos de trabajo, ya comenzó a hablar de reestructuras: el comercio.

Según la encuesta de la Cámara Nal. de Comercio, el sector comenzó a flaquear en cuanto a su nivel de actividad, lo que lleva a los empresarios considerar reestructuras de sus empresas en cuanto a su tamaño, personal ocupado, número de locales, etc.

Si este panorama se lo agregamos a la situación de la industria manufacturera, ¿ hacia donde va la gente cuando llueve..... y necesita trabajo?

Por otro lado, una encuesta de Guía Financiera, explica el "alto consumo" de los montevideanos.

Mientras el 84 % de los habitantes de Montevideo de nivel socio-económico alto, llega a fin de mes con lo que gana, el % 71,6 de nivel medio, lo hace y solo poco mas de la mitad, el % 52,8 de los de ingresos bajos, llega a fin de mes.

De los que no llegan, el 67 % son de nivel bajo, el 24 % de nivel medio y el 7 % de nivel alto.

¿Como cubren los gastos los que no llegan (no llegamos) a fin de mes? Mediante el crédito (el famoso "tarjetazo") ¿ Hasta cuando?.

DELEGACION A LA JUNTA NACIONAL DE EMPLEO

048

9500150

HEBU

7 de Diciembre de 1994.

Primeras reflexiones de la dirección de AEBU luego de los comicios nacionales:-

En forma provisoria, que requiere una profundización inmediata en la discusión, el Consejo Central de la Asociación de Bancarios ha elaborado algunas pautas iniciales para aportar a la Mesa Representativa y que naturalmente deberán ser discutidas por el conjunto de nuestro Gremio.

1.-El 27 de Noviembre pasado mas de dos tercios del electorado uruguayo se manifestó expresamente -al elegir soberanamente autoridades nacionales para los proximos 5 años-censurando la politica neoliberal del gobierno del Partido Nacional. Los representantes de la actual administracion, defendieron con matices la politica llevada adelante por el Dr. Lacalle recibiendo, reiteramos el apoyo de menos de un tercio de la ciudadanía que se expresó en las urnas.

2.-El Presidente electo, Dr. Julio Ma. Sanguinetti y la inmensa mayoria de su Partido politico basaron su oferta pre-electoral programática en una dura critica a la politica económica de la administración Lacalle. Se subrayó por parte del sector que ocupará el Poder Ejecutivo por mandato del pueblo, que era imprescindible defender el trabajo de los uruguayos, generar fuentes de trabajo, revertir el proceso que estaba llevando a la desaparición de la industria nacional, entre otros items relevantes de su propuesta a la población.

3.-Una nueva alternativa politica que ha cerrado-según todos los sectores politicos-definitivamente la etapa bipartidista tradicional en el Uruguay, Encuentro Progresista, ha concitado el respaldo de un tercio de los electores en el Pais y mas de un 40% de los votos en la capital donde habita casi la mitad de los uruguayos. Dicha alternativa importa no solamente un proyecto sustancialmente diferente a los aplicados en los ultimos diez años, sino de signo expresamente contradictorio con la politica neoliberal.

4.-Una cuarta opción que recogió los sufragios necesarios para tener representación en ambas Cámaras, el Nuevo Espacio, hizo hincapié en su campaña pre-electoral en la necesidad inmediata de atacar la extrema pobreza en la cual viven miles de conciudadanos.

5.-Los principales candidatos de todos los sectores indicaron, en la campaña previa al comicio, que era necesario encontrar los consensos necesarios, no solamente a nivel politico-partidario, sino también con los diferentes actores sociales, para implementar politicas nacionales sobre los temas fundamentales que conciernen a todos los uruguayos, muy especialmente a la hora del MERCOSUR y de afrontar los

desafíos de un mundo tremendamente cambiante.

6.-Entendemos que ahora que las elecciones pasaron y el pueblo se expidió es hora de que cada quien cumpla con todos y cada uno de los planteos que dieron apoyatura a solicitar el respaldo electoral de los uruguayos. A su vez, si en términos generales era válida la búsqueda de consensos para la acción efectiva en pos del bienestar colectivo, luego de apreciada la conformación del Parlamento y el respaldo que el Poder Ejecutivo puede tener a su gestión, dicha búsqueda parece no solo recomendable y saludable para la convivencia sino imprescindible. .

7.-Tal como correctamente afirma el Secretariado de la Central, los próximos meses, antes de la instalación del nuevo Gobierno, serán de intenso intercambio y es elemental necesidad que el movimiento sindical defina con claridad sus prioridades al tiempo de participar en dichos intercambios de ideas ante el Presidente electo y su Partido así como con todas las fuerzas políticas representativas de los uruguayos y que recibieron de éstos su apoyo.-

8.-Destacamos algunos de los temas y puntos de examen y discusión que los trabajadores organizados debemos-en todo caso-incluir en nuestra agenda y poner sobre toda mesa de trabajo y de diálogo a la que accedamos.

#### A) EMERGENCIA SOCIAL.

En el Uruguay de fines de 1994 hay miles de conciudadanos viviendo en condiciones de pobreza extrema. Esta realidad, dolorosa y vergonzante para la República, debe ser atacada con políticas concretas y de inmediata aplicación, que combatan fuertemente la pobreza y el desempleo, males que el neoliberalismo ha agravado en forma creciente.

#### B) INTEGRACION REGIONAL.

El movimiento sindical ha definido publicamente posturas ante los procesos de integración regional en los cuales la Nación está comprometida. No obstante se debe ratificar claramente y sin dejar márgenes de duda que en el proceso integrador el País debe defender a la gente, a su derecho a trabajar y percibir salarios dignos.- En ningún caso habrá integración regional pacíficamente aceptada y que no concite la más dura resistencia del movimiento sindical uruguayo si la mayor competitividad tiene su principal apoyo en un desmejoramiento de las condiciones de vida y de trabajo que hoy ya tienen picos críticos como consecuencia de la política neoliberal que el Partido Nacional aplicó en forma persistente.

#### C) EL ESTADO Y SU REFORMA

En Diciembre de 1992 la ciudadanía expresó con meridiana claridad lo que pensaba del proyecto de reforma del Estado que el gobierno del Partido Nacional había instrumentado. El pueblo derogó esa reforma del Estado. El actual Presidente electo y su sector político estuvo junto a las filas de quienes apoyaron esa derogación. Es tiempo de hacer. Nadie ha argumentado en contra de la necesaria reforma de importantes aspectos de la vida del Estado uruguayo.

Hay elementos concretos que ya están sobre la mesa de trabajo para iniciar una ambiciosa y trascendente empresa. A título de ejemplo mencionamos un proyecto de ley elaborado por más de cuarenta legisladores de los distintos partidos y que refería al tema. Creemos conveniente, también a título de ejemplo, el darle vida inmediata a la iniciativa, que los trabajadores hemos propiciado y propiciaremos de que el concurso sea la única vía de acceso a la función pública. Reiteramos que la reforma del Estado es una asignatura pendiente para el País y que la Central debe jugar un rol activo con responsables propuestas en la materia.

#### D) PRESUPUESTO NACIONAL

La ley de Presupuesto, a sancionar en el primer año de cada Gobierno es, de por sí, un proyecto para cinco años de vida de los uruguayos. Si bien es cierto que parece temprana la enunciación del tema, en realidad debemos percibir que en esa norma legal se definiran los grandes lineamientos en lo que tiene que ver con el uso de los recursos del país y las prioridades que se atienden. Nuestras ideas para apoyar la enseñanza, la salud, la vivienda deben ser ordenadas en forma inmediata con miras a tan trascendente debate nacional.

#### E) EMPRESAS DEL ESTADO, RESPONSABILIDADES DE GOBIERNO Y PARTICIPACION.

Hay coincidencias generales en que los últimos comicios generaron un nuevo mapa de la realidad política del País. Nos parece absolutamente conveniente que respetando al máximo la expresión ciudadana las empresas que nos pertenecen a todos los uruguayos, las empresas del Estado, los entes autónomos, los servicios descentralizados, los Bancos estatales sean conducidos de la mejor y más eficiente manera. Entendemos, a su vez, que el resultado electoral debe ser tomado en cuenta a la hora conformar los órganos de gobierno de dichas empresas, de manera que la imprescindible e insustituible idoneidad de las personas que asuman dicha responsabilidad se complemente con la pluralidad que el pueblo uruguayo expresó de manera inequívoca en las urnas. AEBU destaca muy especialmente su preocupación por el futuro de los bancos del Estado y el rol que estas empresas deben cumplir desde diversos ángulos en pos del desarrollo nacional. (Inductivo - Agropecuario - <sup>sanitario</sup>) Asimismo indicamos que la Central puede y debe reivindicar la presencia de los trabajadores organizados en la gestión de las empresas estatales y que los diálogos que se mantengan con todos los actores políticos deben incluir en la agenda este tema y la búsqueda de instrumentos propicios.

AEBU, Consejo Central, Diciembre 1994.-

051

9500150

Hay elementos concretos que ya están sobre la mesa de trabajo para iniciar una ambiciosa y trascendente empresa. A título de ejemplo mencionamos un proyecto de ley elaborado por más de cuarenta legisladores de los distintos partidos y que refería al tema. Creemos conveniente, también a título de ejemplo, el darle vida inmediata a la iniciativa, que los trabajadores hemos propiciado y propiciaremos de que el concurso sea la única vía de acceso a la función pública. Reiteramos que la reforma del Estado es una asignatura pendiente para el País y que la Central debe jugar un rol activo con responsables propuestas en la materia.

#### D) PRESUPUESTO NACIONAL

La ley de Presupuesto, a sancionar en el primer año de cada Gobierno es, de por sí, un proyecto para cinco años de vida de los uruguayos. Si bien es cierto que parece temprana la enunciación del tema, en realidad debemos percibir que en esa norma legal se definiran los grandes lineamientos en lo que tiene que ver con el uso de los recursos del país y las prioridades que se atienden. Nuestras ideas para apoyar la enseñanza, la salud, la vivienda deben ser ordenadas en forma inmediata con miras a tan trascendente debate nacional.

#### E) EMPRESAS DEL ESTADO, RESPONSABILIDADES DE GOBIERNO Y PARTICIPACION.

Hay coincidencias generales en que los últimos comicios generaron un nuevo mapa de la realidad política del País.

Nos parece absolutamente conveniente que respetando al máximo la expresión ciudadana las empresas que nos pertenecen a todos los uruguayos, las empresas del Estado, los entes autónomos, los servicios descentralizados, los Bancos estatales sean conducidos de la mejor y más eficiente manera. Entendemos, a su vez, que el resultado electoral debe ser tomado en cuenta a la hora conformar los órganos de gobierno de dichas empresas, de manera que la imprescindible e insustituible idoneidad de las personas que asuman dicha responsabilidad se complemente con la pluralidad que el pueblo uruguayo expresó de manera inequívoca en las urnas.

AEBU destaca muy especialmente su preocupación por el futuro de los bancos del Estado y el rol que estas empresas deben cumplir desde diversos ángulos en pos del desarrollo nacional. (Productivo - Apropiación <sup>racional</sup>) Asimismo indicamos que la Central puede y debe reivindicar la presencia de los trabajadores organizados en la gestión de las empresas estatales y que los diálogos que se mantengan con todos los actores políticos deben incluir en la agenda este tema y la búsqueda de instrumentos propicios.

AEBU, Consejo Central, Diciembre 1994.-

051

9500150

1

**BASES PARA EL ANALISIS DE LA COYUNTURA ACTUAL.**

Los uruguayos vivimos una jornada trascendente el 27 de Noviembre pasado, jornada que reafirmó de manera ejemplar nuestras convicciones democráticas y libertades públicas, de participación y de ejercicio directo de la soberanía.

El 27 de noviembre de 1994 también pasará a la historia, por ser la fecha que cerró la era del bipartidismo en nuestro País y abrió una nueva realidad política con la confirmación del tripartidismo expresado en tres tercios casi iguales.

Sin dudas a partir de ahora no todo será igual, una nueva realidad se expresará, quizás mucho mas compleja, pero también de mayores perspectivas.

Si la consolidación del tripartidismo es la primera constatación de las elecciones nacionales, la segunda y no menos importante si tomamos en cuenta los votos de las distintas fuerzas políticas, es que la inmensa mayoría de los uruguayos votamos por los cambios.

El permanente accionar desplegado por nuestra Central (PIT CNT) en la búsqueda de soluciones que contemplen un País productivo con justicia social, estuvo en el centro de la lucha electoral, no solo como una necesidad y visión de los trabajadores, sino como elementos imprescindibles para el conjunto de la sociedad y la viabilización incluso que tenemos como País de cara a la integración regional.

Un nuevo panorama político se abre, producto entre otras cosas de las luchas de nuestro movimiento sindical y de la elevación de la conciencia de vastos sectores sociales.

Comenzamos a vivir la era del tripartidismo con una clara señal expresadas en las urnas de los urgentes cambios que el País necesita.

Del resultado del 27 de noviembre emergió también el presidente de la República con aproximadamente el 25% de los sufragios (Ley de Lemas mediante).

El Dr. Julio M. Sanguinetti es el nuevo Presidente de los uruguayos. Un Presidente que ya conocemos, que todos los vivimos y en muchos de los casos los sufrimos durante 5 años, especialmente los trabajadores, que llevó a que su Partido político en el año 1989 obtuviera una de las derrotas electorales mas estrepitosa que recuerde la historia del Uruguay.

También es justo decir que el Dr. Sanguinetti asume su segundo mandato presidencial precedido de una campaña electoral basada en un discurso distinto: "El Uruguay entre todos", el de desarrollar y fomentar el aparato productivo, el de justicia social el de, distribución equitativa, y el de defensa del rol del Estado. Apoyó el plebiscito de la Seguridad Social y habló de la enseñanza, aunque se negó a votar el 27%.

Es consciente además que en el nuevo cuadro político, está muy lejos de tener las mayorías necesarias para gobernar lo que lo obliga a buscar negociaciones y acuerdos.

Podemos afirmar entonces como tercera constatación, que al nuevo Presidente le conocemos 5 años de mandato y también que asume con un nuevo discurso, por lógica deducción podemos parafraseando el dicho popular interrogarnos "del dicho al hecho...hay un buen trecho".

053

9500150



En síntesis, podemos en un primero y apretado resumen, concluir que las elecciones Nacionales del 27 de noviembre generó un nuevo mapa político en el País, con la confirmación del tripartidismo, con la expresión mayoritaria de los Uruguayos por los cambios, y el triunfo del Dr. Sanguinetti con el 25% de los votos y un discurso diferente al que aplicó en su pasado gobierno.

El triunfo en el plebiscito de la Seguridad Social y la derrota en el de la Enseñanza constata también una realidad, la que deberemos analizar como Movimiento Sindical, con un sentido crítico y autocrítico del papel desplegado, que nos lleve a la victoria en uno y a perder en el otro.

#### ALGUNAS REFLEXIONES PARA EL FUTURO INMEDIATO.

Los trabajadores como la inmensa mayoría de los uruguayos tenemos la lógica expectativa por la asunción de las nuevas autoridades.

Pero son iguales con la que nos levantamos todos los días a trabajar por un País mejor y una vida mas digna.

Son las expectativas diarias y naturales, que sabemos por experiencia que si no van acompañadas de la lucha, siempre o casi siempre quedan en anhelos y o frustraciones.

Hoy se habla desde el futuro gobierno de pactos sociales, gobernabilidad, políticas de Estado, etc..

Son muchos enunciados, la mayoría de los cuales pueden tener varias interpretaciones y contenidos diferentes.

Las soluciones que el País necesita, no surgirán de pactos que congelen la sociedad y la participación de la gente, porque son

054

9500150

dos aspectos esenciales de la democracia misma.

Las soluciones son posibles si tienen el protagonismo de la población y si el Gobierno y el nuevo Parlamento es sensible a los reclamos populares.

El Movimiento Sindical con responsabilidad y seriedad ha planteado y lo seguimos haciendo propuestas a los agudos problemas que padecemos los trabajadores en este País. Los últimos Congresos y el actual Encuentro Nacional Por Soluciones así lo demuestran.

Con estos conceptos estamos dispuestos a dialogar, negociar y acordar condiciones que mejoren la calidad de vida, la justicia social y la producción de nuestro País.

Disposición que tiene el ineludible compromiso de hacerlo con la participación mas amplia posible de los trabajadores y el pueblo en general, como forma viva de legitimar democráticamente los caminos a seguir.

En este sentido es que le proponemos al Sr. Presidente electo Dr. Julio María Sanguinetti y demás Líderes Políticos dialogar sobre la siguiente temática:

- 1) Salario y Negociación Colectiva.
- 2) Fuentes de Trabajo, Reconversión Laboral e Integración Regional.
- 3) Rol del Estado.
- 4) Seguridad Social.
- 5) Enseñanza y Salud.
- 6) Vivienda.

En esta temática tiene que estar incluida como aspecto fundamental del relacionamiento, la Libertad Sindical.

Como dijo recientemente en un Seminario el Dr. Herrera, asesor del Dr. Sanguinetti "que no es posible que los trabajadores que se sindicalizan sean despedidos, perseguidos o postergadas sus aspiraciones laborales.

FUECI PIT-CNT.

Montevideo, 9 de Diciembre de 1994.

056



PLENARIO INTERSINDICAL  
DE TRABAJADORES

CONVENCION NACIONAL  
DE TRABAJADORES

**ACTA DE RESOLUCION DE LA MESA REPRESENTATIVA  
DEL PIT CNT, REALIZADA EL 9 DE DICIEMBRE DE 1994  
EN EL LOCAL DE AEBU**

**ASISTENCIA**

**SINDICATOS:** ADEOM, AEBU, AFJU, AFUR, AFUTU, ADEC, APU, AUTE, COFE, COT, FANCAP, FED.CAUCHO, FENAPES, FFOSE, FOEB, FOPCU BAG, FUECI, FUM, FUS, SIMA, SOIMA, STIQ, SUA, SUANP, SUBU, SUNCA, SUNTMA, SUTEL, UAOEBAS, UNOTT, UNTMRA, UOC, UTHC y PLENARIO DE PAYSANDU.

1.

Se pone a consideración la siguiente declaración:

La Mesa Representativa del PIT CNT, reunida el 9 de diciembre de 1994 en el local de AEBU

DECLARA:

A) Que ha tenido una primaria discusión acerca de la situación político-social por la que atraviesa el país y su futuro inmediato.

B) Reconoce que el resultado de las elecciones, muestra una clara tendencia a la búsqueda de soluciones para el Uruguay y su gente.

C) Si realmente no se buscan cambios profundos en forma inmediata, la situación de desindustrialización del país, el desempleo, las privatizaciones, la crisis de la salud y de la enseñanza, el déficit habitacional, llevarán al país a una encrucijada crítica de enfrentamiento y de una mayor conflictividad.

D) Ante reiteradas referencias a través de los medios masivos de difusión sobre un supuesto Pacto Social, la Mesa Representativa del PIT CNT, manifiesta que en ningún ámbito del Movimiento Sindical se ha realizado planteo alguno con referencia a ese aspecto.

057

9500150

E) Se hace necesario seguir profundizando la discusión entre todos los trabajadores, pues responsablemente queremos proponer a los partidos políticos con futura representación parlamentaria, y al electo Presidente de la República, las salidas que, entendemos, son las mejores, procurando que además se integren a la misma, otras fuerzas

sociales.

F) Sin desmedro de lo antes mencionado, la Mesa Representativa entiende necesario pedir entrevista al electo Presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, y a todos los sectores con representación parlamentaria, profundizando sobre los siguientes temas:

- I) Salario y negociación colectiva (Privada y Pública).
- II) Fuentes de Trabajo, Reconversión Laboral e Integración Regional.
- III) Suspender todo proceso de privatizaciones, tal como lo resolvió la ciudadanía el 13 de diciembre de 1992, estableciendo la necesidad de señales claras que frenen el avance expresado mas profundamente en la Cia. del Gas, PLUNA, Puerto y Bco. de Seguros, sectores fundamentales de la economía del país. Discutir el verdadero Rol del Estado.
- IV) Enseñanza, Salud y Vivienda.
- V) Seguridad Social.
- VI) Libertades públicas y sindicales, en el marco de un pleno respeto a los Derechos Humanos.
- VII) Democratización de los medios masivos de comunicación.

Todos estos temas han sido planteados en el Encuentro Nacional por Soluciones, y por lo tanto deben de ser atendidos como tal.

UNANIMIDAD.

2.

Se pone a consideración la siguiente moción de resolución relativa al conflicto del CASMU:

058

9500150

La Mesa Representativa del PIT CNT, reunida en AEBU el día 9 de diciembre de 1994, se solidariza con los trabajadores del CASMU ante el intento de la patronal de introducir una Empresa privada, ajena a la organización del CASMU (Tercerización de Servicios) con los riesgos que esto implica, en el Área asistencial.

A su vez pone en conocimiento de la opinión pública la información de que ya han comenzado y cada vez son mas los sindicatos que han puesto a disposición sus convenios colectivos con el CASMU, en apoyo solidario y efectivo a los trabajadores nucleados en la Asociación de Funcionarios del CASMU y la Federación Uruguaya de la Salud.

UNANIMIDAD.

3.

Se pone a consideración de la Mesa la siguiente moción de resolución sobre el conflicto en magisterio:

La Mesa Representativa del PIT CNT frente al ataque y amenazas continuadas de las autoridades de la enseñanza (CODICEN) al Sindicato de Maestros de Montevideo (ADEMU)

DECLARA:

- A) Su total solidaridad con los maestros.
- B) Que se mantendrá en estado de alerta para enfrentar las sanciones anunciadas que atentan directamente contra el derecho de huelga, consagrado en nuestra constitución.
- C) Exige el pago de la deuda que el CODICEN mantiene desde el año '90 (por los mismos motivos que ahora exige) con dichos trabajadores, como lo resolvió el Tribunal de lo Contencioso Administrativo.

UNANIMIDAD.

4.

Se pone a consideración la siguiente moción de resolución:

Ante la reivindicación de los trabajadores de CX44 Radio Panamericana, de conformar una Cooperativa y solicitar la onda radial:

1) La Mesa Representativa del PIT CNT declara su total apoyo a tal reclamo reafirmando resoluciones anteriores y solicita al conjunto de la población y los trabajadores en particular, firmar la petición de acuerdo a lo establecido en el art. 30 de la Constitución, para que la onda 1410 KZ de frecuencia AM le sea otorgada a los trabajadores de CX44.

II) Convoca a todos los uruguayos a recolectar firmas para lograr:

- a) La apertura de un medio de comunicación masiva.
- b) Asegurar una propuesta periodístico-cultural, absolutamente objetiva y plural.
- c) La salvaguarda del derecho al trabajo consagrado en el art.7 de la Constitución de la República.

UNANIMIDAD.

5.  
La Mesa Representativa del PIT CNT atenta a los esfuerzos organizativos que vienen realizando los Asalariados Rurales, resuelve:

I) Apoyar las propuestas de instancias anteriores respecto a: Nuevas Normativas del Trabajador Rural en lo que hace a limitación de la jornada de 8 hrs. para todos los trabajadores rurales, extensión del Seguro de Paro incluyendo a los zafrales, contemplación por intermedio de la Junta Nacional de Empleo a todos los trabajadores, Consejo de Salarios y aumento considerable del Salario Mínimo acorde a las necesidades reales del trabajador.

II) Propiciar en breve plazo un Encuentro de Todas las Organizaciones Sindicales que nucleen a los Trabajadores Rurales y Agroindustriales, para discutir la problemática específica del Sector, asimismo apoyar la realización del primer encuentro para la formación de la Coordinadora de Asalariados Rurales del MERCOSUR con las diferentes Centrales Sindicales en el mes de marzo en Montevideo.

III) Exigir la participación directa de los Trabajadores Rurales y Agroindustriales organizados, en todo ámbito de discusión y decisión en las negociaciones oficiales con vistas al MERCOSUR, como parte directamente involucrada.

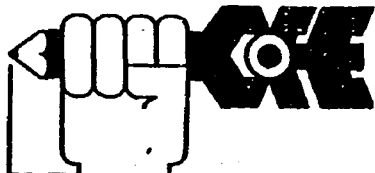
UNANIMIDAD.

MEBA REPRESENTATIVA DEL PIT CNT

061

9500150





Confederación de  
Organizaciones de  
Funcionarios del  
Estado

**COFE**

MONTEVIDEO - URUGUAY

COMITE DE RECONVERSION LABORAL

*AEBV*

**PIT - CNT**

La C.O.F.E. quiere hacer conocer a la opinión pública que, en el marco de un préstamo concedido por el B.I.D., se creó el CONSEJO DEL SISTEMA DE RECONVERSION LABORAL DE FUNCIONARIOS PUBLICOS DEL PODER EJECUTIVO (DEC. 442/994 del 23/9/94).

Este organismo coordinado en el Uruguay por el Dr. Daniel Turcatti tiende a crear en las distintas dependencias estatales Comités de Reconversión Laboral, a los efectos de desafectar del área pública sectores del mismo, reduciendo las competencias del Estado y la plantilla de funcionarios que se volcarían a realizar las mismas tareas en forma privada, ya sea en forma independiente o dependiente.

El 16 de Setiembre el Dr. Turcatti, con la participación de asesores extranjeros (GUNTER ROCHOW) representante del B.I.D., se reunió con representantes de la COFE, para explicar los alcances del proyecto. Es bueno aclarar que el asesor "aleman" explicitó a los dirigentes que el proyecto "se haría con COFE o sin COFE, con los sindicatos o sin los sindicatos". Por otra parte queremos resaltar que la COFE en ningún momento se pronunció al respecto.

Posteriormente, en acuerdo del Consejo de Ministros, el Poder Ejecutivo con fecha 23/09/94, creó el consejo de Reconversión Laboral mencionado.

A partir de esto, en los Ministerios de Ganadería, Agricultura y Pesca y en el de Trabajo y Seguridad Social se han creado Comités para estudiar las formas de instrumentar este Decreto que no vacilamos en calificar de nuevo intento de achicamiento de las Funciones del Estado.

La COFE desea aclarar que no acompaña estos proyectos, ya que lucha por la dignificación de la Función Pública a través de un mejor salario y una mejor capacitación de los trabajadores, no para tentar a los empleados con alentadoras promesas de sueldos y oportunidades en la actividad privada, sino para que seamos mas eficientes en el servicio a la sociedad en su conjunto.

En este plan hicimos un aporte al Encuentro Nacional por Soluciones convocado por el PIT-CNT de algunos puntos complementarios al documento sobre Reforma del Estado.

En particular, sobre las privatizaciones, alertábamos sobre la existencia de "Formas manifiestas y encubiertas de privatizar: Venta directa de Empresas; Desmonopolización de áreas claves; Cierre de servicios; Privatización de servicios y/o asistencias; Desmantelamiento de áreas".



**Confederación de  
Organizaciones de  
Funcionarios del  
Estado**

**COFE**

MONTEVIDEO - URUGUAY

**PIT - CNT**

"En conjunto reconversión laboral para la captación de funcionarios públicos hacia una eventual tarea privada, de cara al vaciamiento del área en cuestión. Se capacita para reconvertir nunca para mejorar los servicios".

Hoy día existen cuatro procesos de este tipo en la misma cantidad de Ministerios. Trabajo y Seguridad Social, Transporte y Obras Públicas, Industria y Energía y Ganadería y Agricultura. En los primeros todavía en ciernes, en el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, ya está bastante avanzado, progresando sobre las siguientes áreas: Dirección de Granos (Silos); Dirección de Semillas; Dirección de Organización y Sistemas de Información (informática).

En el Comité de Ganadería Agricultura y Pesca, el Coordinador del Organismo creado, el Dr. Daniel Turcatti invitó a colaborar a tres militantes sindicales del PIT-CNT. Eso motivó una nota de nuestra Confederación reclamando frente a la Central por la participación de dichos militantes sin el conocimiento y aceptación de la COFE.

Nos parece bueno transcribir lo resuelto por el Secretariado del PIT-CNT:

"Todos los compañeros coincidieron en la pertinencia de informar a los órganos de la Central de este tipo de proyectos en forma previa a la participación en los mismos. Esta pertinencia alcanza a compañeros y/o gremios involucrados en conocimiento de iniciativas de este tipo.

La información permitirá a los órganos de la Central adoptar las resoluciones que entienda del caso.

Se reconocen las carencias que en la oportunidad existieron en la materia".

#### SUSTANCIA DEL DECRETO 442/994

El decreto parte de la base del "excesivo peso que significa sobre el presupuesto de la Administración Pública el sobredimensionamiento del Estado... que a ello debe agregarse la realidad laboral de los funcionarios que se encuentran desempeñando funciones inadecuadas para su propio perfil... que ello provoca además que no encuentren motivación en la tarea que desempeñan".

De lo cuál los ideólogos del mismo concluyen que deberá propiciarse:

a) La reducción del exceso de funcionarios contribuyendo al pasaje de actividades que pueden ser desarrolladas por el sector privado;

18 de Julio 962 P.2 (201)

Tel. 90 30 05 - 90 43 91 - Fax. 91 22 87

Cod. Postal. 11.100

063

9500150



Confederación de  
Organizaciones de  
Funcionarios del  
Estado

MONTEVIDEO - URUGUAY

PIT - CNT

b) Optimizar el cumplimiento de los cometidos, capacitando al personal cuando se requiera para un mejor desempeño sea en el sector público o en el privado".

A buen entendedor estas pocas palabras alcanzan para comprender los objetivos del proyecto. Son las mismas fundamentaciones utilizadas por este gobierno tomadas de las concepciones neoliberales como justificación para las privatizaciones y el achicamiento del estado. Luego de promover de diversas maneras la ineficiencia estatal, proponen "optimizarlo" a través del pasaje de los mismos a manos privadas. Ninguna propuesta en lo concreto para mejorar la tarea del Estado, para jerarquizar las funciones y a los funcionarios, ninguna inversión par mejorar la gestión.

En la dirección de Granos del Minsiterio de Ganaderia, Agricultura y Pesca, concurrieron los directores de esta área del ministerio haciendose voceros de todos los funcionarios (sin el conocimiento de los trabajadores directamente implicados), manifestando su disposición de integrarse al comité a efectos de estudiar la posibilidad de pasar las tareas que le competen al ambito privado; desconociendo lo resuelto por nuestro pueblo el 13 de diciembre de 1992 con respecto a las privatizaciones y a espaldas al parlamento que durante cinco años consecutivos rechazó este tipo de intentos por considerar esta actividad de carácter estratégico para el país. Algo similar sucede con funcionarios de jerarquía vinculados al área de informática de dicho ministerio.-

#### ELEMENTOS HACIA UN APROUESTA ALTERNATIVA

Entendemos que es necesaria una discusión global de la problematica del estado, siendo dificilmente pensable una reforma del mismo separada de un proyecto globalizador, de un modelo de desarrollo del país al servicio de los grandes intereses nacionales y populares.

Se hace imprescindible la realización de un diagnostico de las distintas actividades del estado, analizar las causas profundas de su ineficiencia, de su incapacidad para brindar mejores bienes y servicios.

Para este trabajo asignamos particular importancia a los respectivos gremios, los cuáles deberán profundizar en los aspectos programaticos para estar en condiciones de aportar a un proyecto alternativo. No menos importante es en este campo la articulación con la Universidad de la República, para la investigación y diseño de propuestas.



**Confederación de  
Organizaciones de  
Funcionarios del  
Estado**

**COFE**

MONTEVIDEO - URUGUAY

**PIT - CNT**

Es necesario dignificar la función pública, en este plano es importante tratar de revertir la campaña orientada a desprestigiar a los funcionarios públicos, ubicando a la ciudadanía hacia los verdaderos responsables del decrecimiento de algunos servicios.

Se debe rescatar la noción que el funcionario público es un servidor público y que debe actuar en consecuencia prestando un servicio ágil y correcto a la población.

La modernización del estado debe pasar igualmente por la descentralización. Gran parte de la ineficiencia estatal radica en el centralismo burocrático que padece. En ese sentido descentralización y participación constituyen líneas de acción complementaria e inseparables.

Es importante en todos los casos articular la participación de los usuarios para que estos puedan incidir junto a los trabajadores en el diseño de políticas de mejora en la gestión.

En lo relativo a las inversiones (Particularmente recortadas hasta extremos incompatibles con la subsistencia de algunos servicios), esta deberían orientarse al mantenimiento y desarrollo de las funciones para optimizar la eficiencia de los servicios que le han sido confiados.

Gran parte de la ineficiencia del estado se debe al descaecimiento de sus equipos por obsolescencia, abandono o falta de servicio que le quitan competitividad a los productos o servicios ofrecidos.

En este sector se verifica un fuerte embate privatizador de los servicios de mantenimiento, efectuados a veces a mayores costos de los que podría efectuarse por parte de los funcionarios con mayor calidad y seguridad.

El sistema de contratación por la vía de empresas unipersonales o contratos de obra ha sido a la par perjudicial para el funcionamiento del estado y un pretexto para acomodos políticos y corrupciones como ha sido denunciado oportunamente en el Senado de la República; utilizándose incluso para ocultar la doble función pública.

La incorporación de nuevas tecnologías constituye un hecho positivo para la modernización y funcionamiento adecuado. Sin embargo, es importante vigilar los efectos sociales de la implantación tecnológica que en ningún caso debiera perjudicar los derechos e intereses de los trabajadores. La recalificación del personal debe asociarse al avance tecnológico, evitándose el desplazamiento de funcionarios a planillas de disponibilidad.



**Confederación de  
Organizaciones de  
Funcionarios del  
Estado**

**COFE**

MONTEVIDEO - URUGUAY

**PIT - CNT**

En la Comisión del Congreso del PIT CNT estuvo planteada la necesidad de racionalizar los gastos en el sector militar, adecuándolos a la real necesidad del país. Al mismo tiempo se entiende conveniente priorizar la atención a las áreas vinculadas a la salud enseñanza y previsión social, sobre los cuáles se han definido propuestas que están siendo impulsadas por el movimiento sindical (plebiscitos de la enseñanza y seguridad social).

MESA REPRESENTATIVA DE COFE  
(10 de Noviembre de 1994)

006

9500150

## FUS-PIT-CNT

SMU - SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY

CASMU - CENTRO ASISTENCIAL del SMU

AFCASMU - ASOCIACION de FUNCIONARIOS del CASMU

U.PE.CA - UNIDAD PERIFERICA CASMU

ESTE - COSTA DE ORO

BRIL.LTDA - EMPRESA SUBCONTRATADA POR CASMU  
TERCERIZACION DE SERVICIOS

AFILIACIONES MEDIANTE CONVENIOS DE GREMIOS

COLECTIVAS - a) O A TRAVES DE SEGUROS  
DE SALUD CON CASMU

b) IMPORTANTE ARMA SOLIDARIA  
DE COORDINACION DEL  
CONJUNTO DE LOS TRABAJADORES.

c) SE ADJUNTA "FICHA DE SUSPENSION  
DE CONVENIOS"

067

9500150

MAPA GEOPOLITICO DEL CONFLICTO F.U.S.

SMU

DEBU

→ CASMU

JUNTA DIRECTIVA

AF C ASYU	PRAC T.	R MORENA	HQ. RE MEDIO	J. TRABAJO	L. AR BES	E JAU HAN PREU	DE HARRID	LO REN 20	CAS AL	BA GNO LO
-----------------	------------	-------------	--------------------	---------------	-----------------	-------------------------	--------------	-----------------	-----------	-----------------

GERENCIA ADMINISTRATIVA

CAPELLINI

MANTENIMIENTO

INFORMATICA

UPECA.  
ESTE  
AFESMU

BRIL  
LTDA

CASNU 1  
SANAT

CASNU 4  
CTI

AFESMU  
F.U.S.

CASNU 2  
CTI

CASNU 3  
MATER.

PIT-CNT

Seer.  
Ejeut  
3 COORD

MESA  
REPRESENTATIVA  
AMPLIADA

AFILIACIONES  
COLECTIVAS

COM. TRABAJO. PARLAMENTO

(3)

SMU

(2)

MTSS

(1)

PIT-CNT

(4)

068

9500150



Montevideo, 6 de diciembre de 1994.-

AFCASMU

Compañeros de  
Afiliación Colectiva  
.....  
Presente.-

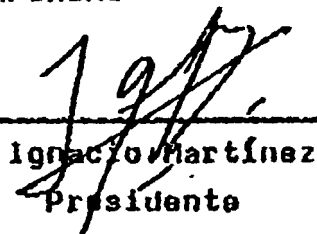
De nuestra mayor consideración:

Por medio de la presente nos dirigimos  
a los compañeros que tienen a su cargo el pago de los recibos al CAS-  
MU.

Visto el conflicto que afecta a nues-  
tra Asociación de Funcionarios y la Junta Directiva del CASMU, y te-  
niendo en cuenta la paralización total de todo el sector administra-  
tivo y contable; solicitamos a Uds. tengan a bien de retener él o los  
cheques que hacen efectivo el pago de vuestro Seguro, siempre que éso  
sea posible.

Sin otro particular, saludamos a Uds.  
muy atentamente.-

por Consejo Directivo de AFCASMU

  
Ignacio Martínez  
Presidente

069

9500150



**F  
FUS  
S**

## **FEDERACION URUGUAYA de la SALUD**

**PIT - CNT**

Ana Monterroso de Lavalleja 2239

Teléfono: 48 53 32

MONTEVIDEO - URUGUAY

Montevideo, 7/12/94.

### **SITUACION ACTUAL de la FUS.**

Al día de la fecha la FUS se encuentra enfrentada en lo que consideramos el hecho político más importante que se ha originado en los últimos años en la salud Privada.

El actual conflicto desatado en el CASMU en un intento de Tercerización de Servicios o Externalización de los mismos, a través de la Empresa Brill Ltda ingresando al área asistencial del CASMU 1 es solo la punta de un iceberg que esconde un volumen de connotaciones que pasaremos a precisar.

- 1) EL MOMENTO ELEGIDO PARA DESATAR EL CONFLICTO
- 2) EL CAMBIO DE FILOSOFIA EN LA COBERTURA DE LA SALUD
- 3) LA ATOMIZACION EN MICROEMPRESAS A TRAVES DE LA TERCERIZACION.
- 4) LA DESTRUCCION DE LA HERRAMIENTA SINDICAL
- 5) ACCIONES COORDINADAS POR EL CONJUNTO DE LOS

### **TRABAJADORES.**

#### **1- El momento elegido para desatar el conflicto.**

Como es conocido el mes de diciembre condiciona a la masa de trabajadores a una vulnerabilidad en lo que a la defensa de sus derechos se refiere ya sea por el estado psicoemocional que las fechas tradicionales predispone así como el cansancio del trajinar de un año tan intenso como el que hemos vivido (con todas sus connotaciones políticas).

No obstante el momento en que se encontraban los compañeros de AFCASMU era de plena negociación y/o estudio en una mesa bipartita con su patronal en lo que a restructura de Servicio se refiere, así como el reclamo de los pagos en fecha.

Es en este contexto que el CASMU en forma unilateral y sorpresiva decide no discutir los servicios de limpieza del CASMU Nº 1 porque ya había firmado un convenio con la empresa Brill Ltda. Comunicando la redistribución del personal titular afectado en dichos cargos (no con igual suerte los eros. suplentes que quedarán a la orden).

Por último debemos reconocer el momento de transición en la conducción política de la FUS que no es ajeno al conocimiento del CASMU y que interpreta como elemento desestabilizador.

#### **2- El cambio de filosofía en la cobertura de salud.**

El SMU a través del CASMU históricamente había impulsado el concepto MUTUAL que cobijaba en su genesis el espíritu solidario de un tipo de sistema que tanto prestigio en materia de salud le había hecho ganar a nuestro país.

En los últimos años su Junta Directiva a través de su gerencia administrativa ha ido convirtiendo a este sistema cartera de clientes ofreciendo diferentes niveles de atención (promocionando sus salas VIP) creando así los abonados clase A y clase B según el bolsillo del consumidor.

Cuando la FUS desde su Congreso, así como las instancias en busca de un sistema Nacional de Salud evocan una mayor justicia tributaria manteniendo la premisa Mutual agregando además la posibilidad de que pague más quién tiene más y pague menos quién tiene menos y no pague el que no tiene; nos vemos confrontados a dos modelos opuestos de país en lo que a salud se refiere.

### 3- La atomización en microempresas a través de la Tercerización de Servicios.

Es pues en el marco de este cambio de filosofía o conducción empresarial que se dispone a desarrollar el CASMU, que intenta fraccionar en múltiples microempresas con claros objetivos economicofinancieros (en búsqueda de un supuesto ahorro) y lo que es peor empleando como método constante la Tercerización de Servicios.

Esto significa claramente:

- a) pérdidas de puestos de trabajo
- b) peores condiciones de trabajo
- c) se evaden los aportes a la seguridad social
- d) se divide a los trabajadores efectivos y contratados
- e) la dispersión debilita a la organización sindical
- f) en la transformación de asalariado en micro empresario el trabajador puede perder los sentimientos de solidaridad con sus compañeros
- g) desde el punto de vista de la clase trabajadora en su conjunto, se da una rebaja salarial
- h) en el contexto de la salud la contratación de mano de obra no codificada con la atención asistencial va en desmedro de la salud del enfermo.

### 4- La destrucción de la herramienta sindical.

Continuando con la línea de pensamiento por lo ante expuesto, el principal obstáculo para obrar con libertad de acción por parte del CASMU es la organización sindical que defiende los intereses de sus trabajadores: AECASMU por lo que se ha transformado en su principal objetivo la destrucción de la herramienta sindical.

### 5- Acciones coordinadas por el conjunto de los trabajadores.

Como corolario del desarrollo de este tema, que el día de hoy pone a toda la FUS en desplegar sus máximos esfuerzos para hacerle frente a un conflicto de tantas connotaciones y que en definitiva es la puerta que debemos vigilar por que por ella pasa nuestro futuro.

- A la fecha se han realizado varias conexiones en procura del arribo a una solución.
- Con personalidades reconocidas del ambiente médico (Dr. J. Crotogini, Gómez Haedo, etc) político (Cro. L. Seregni, Dr. Bayardi) y el propio cro. José D'Elía.
- Ante la Comisión de Trabajo del Parlamento
- Ante el SMU
- Y en la órbita del MTSS

Concurrieron a manifestar claramente que:

- a) El subcontrato con la empresa Brill Ltda. era en una relación favorable costo beneficio
- b) que el convenio de Reestructura firmado en el 92 los habilitaba (Reestructura no es Tercerización)
- c) Que utilizarían todos los derechos que la Ley los ampara ante el Poder Judicial y Legislativo.

(En buen romance amenazaron con la desocupación por la fuerza del orden).

Para retirarse sin intentar dialogar siquiera.

Dada la trascendencia del tema y en una búsqueda de elementos para mejor accionar es que solicitamos la solidaridad de los gremios hermanos que tengan afiliaciones colectivas con el CASMU que suspendan sus contratos hasta una resolución del conflicto a través de la Central que a todos nos reúne.

072

9500150



Montevideo, 09 de diciembre de 1994

ESTIMADOS COMPANEROS DEL  
PIT-CNT, SINDICATO DE ...  
Presente:

Como resultado del acto eleccionario realizado el pasado 4 de noviembre del presente en nuestro local sindical, ha quedado conformada la Comisión Directiva de nuestro Sindicato de la siguiente manera:

SECRETARÍA

Secretaría General  
Pro-Secretaría General  
Secretaría de Organización  
Secretaría de Finanzas  
Pro-Secretaría de Finanzas  
Secret. Reclamaciones y Conflictos  
Secretaría de Propaganda  
Secret. Relaciones Intersindicales  
Secretaría de Actas

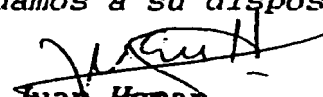
COMPANERO TITULAR

Juan Homar  
Luis Crespi  
Roberto Bentancor  
Luis Pallas  
Jorge Trias  
Carla Amarelle  
Fernando Vila  
Gerardo Ismach  
Juan Carlos Giosa

Los compañeros suplentes son por su orden los siguientes:

Mary Tafernaberry, Walter Rocha, Manuel Fernández, Julio Baraibar, Carlos La Cruz, Sergio Brancato, Antonio Gomez, Zulema Martinez y José Andión.

Quedamos a su disposición y saludamos fraternalmente,

  
Juan Homar  
Secretario General

  
Fernando Vila  
Secretario Propaganda

S I M A  
Sindicato de la Industria del Medicamento y Afines  
M.C.Martínez 1686 - Tel.: 40-12-33

073

9500150

Montevideo, diciembre 26 de 1994

Señor

Presidente del Consejo Central

de la Asociación de Bancarios del Uruguay

Don Eduardo Fernández

PRESENTE

De mi consideración:

Tengo el agrado de dirigirme a Usted en mi condición de afiliado al Sindicato cuyo Consejo Central Usted Preside, a efectos de poner en su conocimiento cuanto sigue:

1.- Fiel a las elementales normas de ética a las cuales siempre supedité mi obrar y de las que -pese a los tiempos que corren- me enorgullezco, me llevan a elevar esta nota con el profundo dolor que su contenido me causa.

2.- Convencido de la importancia que esa Asociación tiene en la defensa de los derechos de los trabajadores, recurrí en reiteradas oportunidades buscando el ansiado respaldo a fin de clarificar la injusta situación en la que el Banco Sudameris me ha puesto.

3.- Sin embargo, pese al tiempo transcurrido no he obtenido respuesta satisfactoria alguna.

Un breve repaso de los hechos proporcionará sustento a mis afirmaciones.

\* Ante el desconocimiento por parte del Banco de mi cargo de Contador, ya que se me seguía liquidando sueldo y apor-

074

9500150

tes en la categoría de Subcontador, formulé el reclamo pertinente acompañando a esa institución la documentación que databa del año 1989. La mentada documentación fue extraviada.

\* Superado este escollo, enfrente una nueva situación de crisis con el Banco empleador con relación al reconocimiento del nombramiento de Subgerente de la Secretaría de Riesgos efectuado en la Reunión de Gerencia celebrada el 13-01-92 por el entonces Gerente General Señor Bruno Goutard, en reemplazo del Señor Gerardo Cedrola.

\* El cargo cuya reivindicación pretendo es según el organigrama del Banco empleador el de Subgerente de Sucursal Apoderado "A" que encuadra en el Convenio con la Asociación en la categoría 4.5 de coeficiente.

\* Con el objeto de clarificar el planteo inicial ejecuté los siguientes actos:

. pedí en dos oportunidades Reunión del Consejo Central o de Sector;

. pedí reunión de la Comisión Gremial del Banco;

. adjunté copia de todas y cada una de las notas que presentara a la Dirección General del Banco;

. remití copia de todas las comunicaciones telegráficas que enviara al Banco;

. mantuve docenas de reuniones con la Dirección del Gremio y con los abogados;

. denuncié los sucesivos actos emanados del Banco mediante los cuales se evidenciaba el trato discriminatorio al que estaba siendo sometido;

. puse en conocimiento del Sindicato la existencia de alteraciones en mi salud como consecuencia del conflicto

9500150

que día a día crecía;

. puse a disposición de la Asociación la nómina de personas que pudieran dar testimonio de lo ocurrido.

. entregué sendas carpetas completas a los Doctores Cuervo y Mantero y al Presidente del Sector Financiero Privado.

. arrimé a la Asociación los antecedentes que la Organización Mundial de la Salud elaborara respecto del Herpes grado IV que padezco, solicitando se expidiera sobre mi caso concreto.

Otros compañeros, solidarizándose con mi situación, intentaron obtener de esa Asociación una activa participación en el conflicto.

Tal el caso de la Doctora Ruth Paseyro y el compañero Carlos Varela en un encuentro con el Dr. Raúl Varela ponen en su conocimiento el clima de persecución existente en el Banco, con la tolerancia y el apoyo del Jefe de Personal.

Tiempo después el compañero Hebert Criscio y el representante del Banco La Caja Obrera interesaron al compañero Eduardo Fernández y al propio Consejo Central en mi tema.

La nota del compañero Segundo Enrique Betancor denunciando la fragilidad de mi estado de salud como consecuencia de la falta de resolución del conflicto es una prueba tangible de lo que expreso.

Mis asesores Doctores Sonia Elena Navarro Morales -integrante de la Corte de Apelaciones de Chile- y el Dr. Andrés R. Cornu Labat intentaron infructuosamente comunicarse con los abogados del Sindicato.

Sin embargo, la respuesta que obtuve

076

9500150

por parte de la Asociación fue:

\* Aparente traslado de la cuestión para su estudio al Departamento Jurídico o mantenimiento en el mismo sin que ni siquiera se me informara o se me convocara a una Comisión de Trabajo;

\* El 31 de mayo pasado el Dr. Ricardo Mantero, frente al Secretario General, Señor Mario Busca, se compromete a emitir un dictamen;

\* Disponer en la reunión celebrada el 28 de octubre de 1994 realizar una visita al "compañero Alvaredo en su casa" (punto 10 de los Asuntos Entrados).

\* Comentarios a terceras personas -Director de "Brecha"- que el silencio del Departamento Jurídico respondía al hecho de "no quemarlo".

¿Es necesario recordarle que: el dictamen aún no se ha producido y la visita está pendiente?

El obrar de la Asociación cuyo Consejo Central preside contraría expresos mandatos contenidos en los Estatutos.

Recuerde Señor Presidente que el art. 2 dispone en forma genérica que su objeto es "... encauzar, fomentar y propender a las relaciones de solidaridad, compañerismo, mutualidad y cooperación entre los afiliados del Sindicato... y defender en toda forma sus intereses".

Para continuar concretando los objetivos principales afirmando: "...b) defender los derechos e intereses profesionales de sus asociados judicial y extra-judicialmente... d) representar a los afiliados ante cualquier Organismo del Estado o privado existente, o que se creare, para entender en las relaciones entre patronos y



empleados, celebrando convenciones, participando en los tribunales de conciliación y arbitraje, etc., etc."

Pero ello no es todo, viene al caso recordar que el art. 7 del mencionado Estatuto declara expresamente que entre los derechos de los que goza el afiliado se encuentra el de "requerir, reclamar y hacer proposiciones ante los órganos directivos previstos en estos Estatutos".

Todos los trabajadores del gremio nos hemos jactado de haber sancionado un Estatuto moderno, con instituciones acordes con los tiempos que corren y cuyo principal objetivo es proporcionar una respuesta rápida, ágil y concreta a los requerimientos del sector.

El rol que el Estatuto exige de los distintos órganos de la Asociación no es estático, por el contrario es dinámico y se caracteriza por la activa participación desarrollando los medios de acción que sean más convenientes a los intereses del afiliado.

Aunque resulte carente de sentido se impone una reflexión: quiénes son los destinatarios de la actividad desarrollada por la Asociación sino los afiliados.

Repase Señor Presidente la conducta asumida por la entidad que representa.

Sírvase indicarme, por favor, en qué error incurrí en la apreciación de los hechos hasta aquí descriptos.

Guardo para mí la esperanza que la existencia de algún hecho justifique la desidia, indiferencia y dejadez con que el tema propuesto ha sido tratado.

078

E 9500150

No sólo se han quebrantado los expresos designios del estatuto sino también las elementales normas de humanidad y cortesía, desde el momento que nadie asumió formalmente la representación de la Asociación, generando una respuesta concreta a mis pretensiones.

En virtud de lo expuesto, intímole para que en el perentorio término de diez días se expida formalmente sobre la situación planteada e inicie las acciones tendientes a solucionar el conflicto denunciado.

En caso de silencio consideraré que me asiste el derecho de dar por concluida la participación de la Asociación en la controversia descripta notificándole que a partir de ese momento continuaré mi reclamo articulando las medidas pertinentes en defensa de mis derechos.

Asimismo, le informo que haré público lo ocurrido por los medios más convenientes.

Sin otro particular saludo al Señor Presidente atentamente.



Germelino Alvaredo

079

9500150

GREMIOS CON PAGO ADELANTADO  
GRUPO N° 1

AEBU, AUTE, AOEC, F. ANCAP, UNOTT, UTHC, ONODRA.

4 gremios del secretariado  
2 gremios de la mesa representativa  
1 gremio no mesa representativa

-----

GREMIO CON PAGO A OCTUBRE  
GRUPO N.2

AFCC, AFJU, FUECI, FUS, SAT, SIMA, SOCU, SUGU, UECU, más grupo N.1

5 gremios del secretariado  
6 gremios de la mesa representativa  
5 gremios no representativa

-----

GREMIOS CON MENOS DE TRES MESES DE DEUDA  
GRUPO N.3

ADEOM, COFE, SUANP, OEGAS, SUDEPPU, SAG, OFP, F. CAUCHO, FUM, FOEB, APU,  
AFUR, más grupos 1 y 2.

9 gremios del secretariado  
12 gremios de la mesa representativa  
7 gremios no mesa representativa

-----  
-----

GREMIOS CON MÁS DE TRES MESES DE DEUDA  
GRUPO N.4

ADUR, AFINCO, AFUTU, ATEs, CMN, CUTIP, FENAPES, FORMYA, FOICA, FOL, POPCU,  
FUTCASF, HIPICA, SIC, SINTEP, SNPA, SOCA, SOIMA, STIQ, SUA (v), SUA (a),  
SUNCA, SUNIMA, SUTCRA, UF, UOC, UTConfiteros, SUTEL, FFOSE, COT, UNIMRA.

4 gremios secretariado  
13 mesa representativa  
14 gremios no mesa representativa,

680

9500150

# DEUDAS A LA CENTRAL A OCTUBRE

DEUDAS.XLS

GREMIO DEUDORES										
se toma en cuenta a los gremios que no han regularizado su cotización) los afiliados al último congreso o al último dato obtenido por cotización										
GREMIO	DEUDA A:	JUNIO	JULIO	AGOSTO	POR AFILIADOS	MESES	SEPTIEMBRE	OCTUBRE	Meses	
ADEOM	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	18184		0	8097.00	18184.00	2	2
AFUR	6000.00	7000.00	8000.00	2000		8	8000.00	10000.00	10	10
AFURCO	XXXXXXX	50.00	200.00	300		2	400.00	650.00	4	4
AFUTU	1800.00	2700.00	3800.00	1800		4	4500.00	5400.00	6	6
AFUE	1880.00	2170.00	2480.00	620		8	2780.00	3100.00	10	10
AFUE	1200.00	1400.00	1800.00	400		8	1800.00	2000.00	10	10
COFE	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	7718	-18137	0	XXXXXXX	8088.00	1	1
COT	XXXXXXX	600.00	1200.00	1200		2	1800.00	2400.00	4	4
CUTIP	3800.00	4200.00	4800.00	1200		8	5400.00	6000.00	10	10
FENAPES	2000.00	4000.00	6000.00	4000		3	8000.00	10000.00	5	5
FENAPES	1710.00	1995.00	2280.00	570		8	2685.00	2850.00	10	10
FENAPES	2250.00	2825.00	3000.00	750		8	3375.00	3750.00	10	10
FENAPES	2400.00	2800.00	3200.00	800		8	3600.00	4000.00	10	10
FOPCU	XXXXXXX	490.00	980.00	980		2	1470.00	1980.00	4	4
FUTICAM	1413.00	1648.50	1884.00	469		8	2118.00	2352.00	10	10
FUTICAM	1800.00	2100.00	2400.00	600		8	2700.00	3000.00	10	10
RAI	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	200		0	XXXXXXX	XXXXXXX	0	0
SIC	1200.00	1400.00	1800.00	400		8	1800.00	2000.00	10	10
SMA	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	600		0	XXXXXXX	XXXXXXX	0	0
SMITP	XXXXXXX	150.00	800.00	1300		2	1450.00	2100.00	4	4
SNPA	300.00	450.00	600.00	300		4	750.00	900.00	6	6
FOCA	2250.00	2825.00	3000.00	750		8	3375.00	3750.00	10	10
SOCU	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	220		0	XXXXXXX	XXXXXXX	0	0
SOMA	8900.00	8050.00	9200.00	2300		8	10350.00	11500.00	10	10
STO	XXXXXXX	500.00	1000.00	1000		2	1500.00	2000.00	4	4
SIAMP	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	1800		0	XXXXXXX	900.00	1	1
SUA (A)	2310.00	2695.00	3080.00	770		8	3465.00	3850.00	10	10
SUA (V)	6000.00	7000.00	8000.00	2000		8	9000.00	10000.00	10	10
SUGU	2180.00	2680.00	3180.00	1000	(refinanci)	7				
SUNCA	18000.00	20000.00	24000.00	8000		8	28000.00	32000.00	8	8
SUNTMA	170.00	340.00	510.00	340		3	680.00	850.00	5	5
SUTICRA	930.00	1080.00	1230.00	300		8	1380.00	1530.00	10	10
UF	1320.00	1980.00	2640.00	1320		4	3300.00	3960.00	6	6
UOC	XXXXXXX	XXXXXXX	500.00	1000		1	1000.00	1500.00	3	3
UTICOMBIENOS	570.00	685.00	780.00	190		8	855.00	950.00		
* a los gremios con anterioridad se les condonó la deuda anterior se les empieza a tomar la cotización a partir de enero de 1994										
gremios con negativa secretaría										
gremios con letra normal mesa representativa										
gremios con letra más allá que no pertenecen a la dirección de la central										
DEGAS	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	400		0	200.00	400.00	2	2
SUTEL	XXXXXXX	XXXXXXX	3300.00			1	6600.00	9900.00	3	3
SUTEL	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	80		0	42.00	84.00	2	2
SUAMP	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	1800		0	XXXXXXX	900.00	1	1
SAG	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	1040		0	XXXXXXX	520.00	1	1
OP	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	680		0	XXXXXXX	280.00	1	1
F. CAUCHO	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	1400		0	700.00	1400.00	2	2
FUM	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	9000		0	4500.00	9000.00	2	2
FOEB	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	3200		0	1600.00	3200.00	2	2
FOSE	XXXXXXX	XXXXXXX	2300.00	4600		1	4600.00	6900.00	3	3
AFI	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	1000		0	90.00	590.00	2	2
AFUR	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	2150		0	1075.00	2150.00	2	2

081

9500150





## ASAMBLEA GENERAL DE AFCASMU 16 de diciembre de 1994

### ACTA DE RESOLUCIONES

**Moción 1** Mantener en todos sus términos la Huelga General con ocupación de todos los lugares de trabajo.

**Moción 2** Aclaración a la opinión pública sobre la responsabilidad con que ha actuado AFCASMU, asegurando la prestación de la atención durante todo el periodo que lleva la ocupación y su disposición favorable, frente a la propuesta surgida de la Comisión Mediadora, iniciada como punto necesario para dialogar.

**Moción 3** Continuar los trabajos hacia afuera en propaganda, contacto con los abonados, información hacia los médicos y practicantes.

**Moción 4** Ratificar en todos los términos, lo actuado por la Comisión Mediadora y reconocer que los puntos a los que habían arribado podían ser un buen punto de partida para sentarse a conversar en ese ámbito tripartito. De ser necesario, facultar al Consejo Directivo a buscar nuevas personalidades que fortalezcan la actual comisión, que para esta gremial sigue vigente.

**Moción 5** Solicitar a AFCASMU que mantenga en todos sus términos los beneficios de vales para compras de diversos bienes, boletos y otros insumos, para que los compañeros puedan tener recursos que les permita hacer frente a todas las consecuencias de la economía familiar que esta lucha origina. También solicitamos a AFCASMU que estudie a la brevedad la posibilidad de alguna forma de

vale de dinero para los sectores más necesitados, aún sabiendo las dificultades y los montos que esto significaría y que cualquier vale apenas daría para muy poca cosa.

También solicitar a AFCASMU hacer todos los esfuerzos para que los vales de las compras de Fin de Año se realicen normalmente como es tradicional.

**Moción 6** Esta Asamblea ratifica la resolución adoptada por la anterior, en el sentido que ante cualquier intento de desalojo, se abandonarían los lugares en forma ABSOLUTAMENTE PACIFICA dejando guardias mínimas en enfermos graves, CTI y Urgencias, restituyéndose a los puestos de trabajo, al tiempo de que el Consejo Directivo llame a Asamblea General a la brevedad, para evaluar las nuevas etapas de lucha que se abrirían en ese caso.

**Moción 7** Solicitar al Consejo Directivo, que a partir de este momento sea lo que sea, que haya para informar, emita un comunicado diario en forma similar a las síntesis para mantener informado a todo el gremio de todo lo que acontece.

**Moción 8** Apoyamos todo lo actuado por el Consejo Directivo en líneas generales y por los Comités de Base y el Plenario de Delegados llamando a unos y otros a incrementar esfuerzos, para llevar adelante estas resoluciones, mandando al C. D. a que haga todos los esfuerzos por destrabar esta situación y la semana que viene valore en el momento exacto, una nueva Asamblea General que no podrá ir más allá del martes 20.

**Moción 9** Invitar a la Junta Directiva del

083

9500150

CASMU a un debate público, sobre todos los temas, en algún medio de difusión masivo que lo permitiera.

**Moción 10** Solicitar, que en estos momentos, que estamos llevando una lucha tan importante, los compañeros de Cocina del Sanatorio 3 no restrinjan la comida a los compañeros que utilizan el Comedor; teniendo en cuenta que en algunos casos es la comida más importante que realizamos.

**Moción 11** Que se elabore un informe escrito y oral, a efectos de difundir por radios, diarios y TV, aclarando con profundo malestar toda agresión que se nos ha hecho por la Junta Directiva.

Desmentir públicamente y claramente con referencia a las propuestas de ambas partes.

**Moción 12** Convocar para el día martes 20.12 a reunión a toda la enfermería, en principio departamental -pública y privada- que analice a fondo esta política de salud y el papel que allí le cabe a la enfermería.

**Moción 13** Proponer a la Mesa Representativa del PIT-CNT del lunes 19:

A) Asambleas informativas en todos los gremios del conflicto de AFCASMU.

B) Realización de un Paro General de 24 Hs. a la brevedad, reforzando la resolución de FUS del 15.12.94.

C) Organizar una Marcha de la salud, que incluya a los sectores públicos bajo la consigna:

**ABAJO LA PRIVATIZACION.  
DEFENDER LAS FUENTES Y LOS  
PUESTOS DE TRABAJO.  
APOYAMOS AL CONFLICTO  
DE AFCASMU.  
EXIGIMOS DE LA JUNTA DIRECTIVA,  
SOLUCIONES YA!**

#### **POR SEGURO NACIONAL DE SALUD.**

D) En caso de desocupación por la fuerza de los locales ocupados, para general y rodear los locales del CASMU.

**Moción 14** Realizar una Conferencia de Prensa jerarquizada, el día lunes 19.12 en el PIT-CNT, con la Comisión de Salud de la Central, planteando que tipo de CASMU queremos los trabajadores hacia un Sistema Nacional de Salud.

**Moción 15** A) Pedir pronunciamiento al SMU sobre, si a su entender la expresión de no mediar en el conflicto, significa avalar todas las medidas y declaraciones, tomadas y efectuadas por miembro de la Junta Directiva y la Dirección General, con motivo de esta conflicto.

B) Si así no fuera, que el SMU se expida sobre el contenido que una reconversión del área de la salud debe tener y quienes deben participar en ella.

C) Exigir al M.T.S.S. que cumpla su misión de regular las situaciones de conflicto entre partes y no la prescindencia en esta situación.

D) Declarar a texto expreso nuestro reconocimiento a los integrantes de la Comisión Mediadora, por parte de la Asamblea, así como nuestro respaldo a su gestión y nuestro compromiso de mantener el espíritu de encontrar salida rápida a esta situación.

E) Expresar nuestra voluntad de enfrentar la reconversión de la Institución y concretar nuestra propuestas en la materia a breve plazo.

**LAS PRECEDENTES MOCIONES  
FUERON VOTADAS POR MAYORIA,  
EXCEPTO LAS Nº 7 Y 13 QUE FUERON  
APROBADAS POR UNANIMIDAD.**

084

9500150



AFCASMU


Montevideo, 16 de diciembre de 1994.

Compañeros del  
Consejo Central de FUS  
Presente.-

De nuestra mayor consideración:

Por la presente comunicamos a Uds. algunas resoluciones adoptadas en la Asamblea General de AFCASMU del día de la fecha, que tienen relación con FUS y el PIT-CNT:

- 1) Proponer a la Mesa Representativa del PIT-CNT del lunes 19:
  - A) Asambleas informativas en todos los gremios del conflicto de AFCASMU.
  - B) Realización de un Paro General de 24 hs. a la brevedad, reforzando la resolución de FUS del 15-12-94.
  - C) Organizar una Marcha de la salud que incluya a los sectores públicos bajo la consigna:  
ABAJO LA PRIVATIZACION.  
DEFENDER LAS FUENTES Y LOS PUESTOS DE TRABAJO.  
APOYO AL CONFLICTO DE AFCASMU.  
EXIGIMOS DE LA JUNTA DIRECTIVA, SOLUCIONES YA!  
POR SEGURO NACIONAL DE SALUD.
- 2) Realizar una Conferencia de Prensa Jerarquizada el día lunes 19 en el PIT-CNT con la Comisión de Salud de la Central, planteando que tipo de CASMU queremos PARA los trabajadores hacia un Sistema Nacional de Salud.

  
Jorge Morales  
Secret. adm.

085

9500150



**RESOLUCIONES DE LA ASAMBLEA DE FUS REALIZADA EL DIA**

**15 DE DICIEMBRE DE 1984**

- 1) CONTINUAR EL PARO DE FUS HASTA LAS 0.00 HORAS DEL DIA 17/12/84.
- 2) PROPONER AL PIT-CNT UN PARO GENERAL DE 24 HORAS, CONVOCANDO A LA MESA REPRESENTATIVA EN FORMA URGENTE QUE NO ESCEDA DEL LUNES 19/12/84.
- 3) REALIZAR ASAMBLEAS EN CADA SINDICATO DE BASE DE LA FEDERACION, CON POSTERIOR CONCENTRACION A LA HORA 13.00 EN EL LOCAL DONDE SE REALICE LA ASAMBLEA DE LOS TRABAJADORES DE AFCASMU.
- 4) COMPLEMENTAR LA MOVILIZACION CON VOLANTES Y PINTADAS, DENUNCIANDO LA SITUACION DE CONFLICTO QUE ATRAVIESA FUS.
- 5) LA ASAMBLEA GENERAL DE FUS MANDATA AL CONSEJO CENTRAL A QUE SOLICITE CON FORMA INMEDIATA REUNIONES CON LAS DISTINTAS PATRONALES A LOS EFECTOS DE EXIGIRLES UNA RAPIDA SOLUCION A LOS CONFLICTOS QUE MANTIENEN CON SUS TRABAJADORES Y DE NO CONSEGUIR UNA RAPIDA SOLUCION QUE SEA FAVORABLE A LOS INTERESES DE LOS TRABAJADORES, EL CONSEJO CENTRAL DEBERA CONVOCAR URGENTE A UNA DIRECCION NACIONAL A LOS EFECTOS DE PROPONER MEDIDAS DE LUCHA A TODA LA FEDERACION.
- 6) LA ASAMBLEA GENERAL DE FUS REPUDIA LA ACTITUD ASUMIDA POR EL DR. JOSE LUIS IRAOLA (EX DIRIGENTE DE LA FEDERACION) EN REFERENCIA AL CONFLICTO DE AFCASMU. Y POR SOBRE TODO REPUDIAMOS SUS EXPRESIONES REFIRIENDOSE A LOS TRABAJADORES EN CONFLICTO, COMO SERES INCIVILIZADOS CUANDO EL FUERE HACER POCO TIEMPO EL SECRETARIO DE CONFLICTOS DE ESTA FEDERACION.
- 7) LA ASAMBLEA DE FUS RESUELVE: CENTRAR LA AGITACION Y DENUNCIA PUBLICA DEL CONTADOR CAPELLINI, CON LA DIFUSION DE SU PRONTUARIO PERSONAL Y SU REPRESENTATIVIDAD DE LA MAFIA DE LA SALUD.  
DENUNCIAR EL ABANDONO Y LA RENUNCIA DEL CASMU A LA REIVINDICACION DE UN SERVICIO NACIONAL DE SALUD AL SERVICIO DEL PUEBLO Y SU PASAJE A LA DEFENSA DEL LUCRO FERROZ.
- 8) QUE EL CONSEJO CENTRAL SOLICITE UNA REUNION CON LA COMISION DE SALUD LABORAL DEL PARLAMENTO.



PLENARIO INTERSINDICAL  
DE TRABAJADORES

CONVENCION NACIONAL  
DE TRABAJADORES

**RESOLUCION DEL SECRETARIADO EJECUTIVO  
DEL PIT CNT**

El Secretariado Ejecutivo del PIT CNT, reunido de forma extraordinaria,

**VISTO:**

La situación conflictiva planteada hoy en el CASHU.

**CONSIDERANDO:**

La clara voluntad de los trabajadores de buscar caminos de solución, contraponiéndose con la actitud de la Junta Directiva del CASHU, la cual pone en riesgo el mejor funcionamiento de la calidad de limpieza en las áreas asistenciales, en claro desmedro de la salud del paciente.

El Secretariado Ejecutivo del PIT CNT

**RESUELVE:**

1o.

Convocar para el día JUEVES 22 de Diciembre a la Mesa Representativa en forma urgente, para considerar los posibles avances realizados en las próximas instancias de negociación que se llevarán a cabo; estudiando la posibilidad de eventuales medidas ante la falta de resultados positivos.

2o.

Mantener a este Secretariado en sesión permanente, y en particular convocarlo para el día MIÉRCOLES 21 de diciembre, a los efectos de analizar la situación, y en consecuencia, llevar estos últimos elementos a la Mesa Representativa.

**SECRETARIADO EJECUTIVO  
PIT CNT**

Montevideo, 19 de diciembre de 1994.

FROM : COMPLEJO AUTE

PHONE NO. : 598 2 42 42 90

Dec. 19 1994 05:46PM P01

Excelentísimo Señor Presidente de la República Argentina  
Señor Carlos Menem  
Excelentísimo Señor Presidente de la República Federativa de Brasil  
Señor Itamar Franco  
Excelentísimo Señor Presidente de la República del Paraguay  
Señor Juan Carlos Wasmosy  
Excelentísimo Señor Presidente de la República Oriental del Uruguay  
Señor Luis Alberto Lacalle

Excelentísimos Señores Presidentes:

Las Centrales Sindicales de los países del MERCOSUR, integrantes de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur, CCSCS, con apoyo de CIOST/ORIT, se presentan ante vuestras Excelencias para presentar su evaluación sobre los impactos sociales que podrán intensificarse más en el próximo período, como consecuencia de los acuerdos que se firmaran para la implementación de la Unión Aduanera del MERCOSUR.

Así como lo hicimos en la primera fase del proceso de integración y en otras importantes reuniones del Consejo Mercado Común - CMC, queremos presentar propuestas que contribuyan para que el MERCOSUR sea efectivamente un instrumento de desarrollo económico y social y de fortalecimiento de la democracia en nuestro continente.

Un balance necesario al finalizar el período de transición

Para América Latina, la década de los 80 intensificó la internacionalización de nuestras economías, trayendo como una de las principales consecuencias, la reestructuración del modelo productivo y la aplicación de medidas de "ajuste" liberal-conservadora, sobre un escenario bastante recesivo. El empobrecimiento de las grandes parcelas de la sociedad fue sin duda la marca del período, promoviendo una concentración de renta en niveles absolutamente inaceptables.

Hoy existen en la economía internacional tendencias históricas fuertes que empujan a las economías en el sentido de formación de bloques regionales. La creación del MERCOSUR fue una respuesta a esa tendencia. La estrategia de construcción del mismo estuvo basada en la adopción de un cronograma inflexible, multisectorial y automático de reducción tarifaria que priorizó la liberalización comercial sin asegurar un avance paralelo en temas como la coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales, bien como las grandes diferencias estructurales entre los cuatro países. Esa política provocó la profundización de desequilibrios y tensiones entre naciones y regiones y los acuerdos realizados exigirán que, en los próximos 5 años, se realicen nuevos ajustes tarifarios sin medidas que permitan mayor equilibrio considerándose los sectores y regiones que serán más afectados.

Los principales objetivos previstos en el Tratado de Asunción -creación de un mercado común, armonización de políticas y políticas macroeconómicas regionales- fueron dejados de lado frente a las dificultades que surgirán en la negociación de las bases de la Unión Aduanera (Tarifa Externa Común y Criterio de Origen). Las definiciones tomadas a partir de la reunión de Buenos Aires, en agosto pasado, reafirmaron la decisión de construcción del mercado común de aquí a diez años, pero para que eso efectivamente se cumpla será necesaria la renovación de su compromiso político y el establecimiento de medidas concretas a ese fin.

688

9500150

La integración regional ha sido una antigua aspiración de las centrales sindicales y los movimientos populares, para quien ese proceso debe trascender los temas económicos y mucho más los comerciales. Las metas que defendemos son la conformación de un área económica, social y cultural entre los países del MERCOSUR y, en un futuro de toda la América Latina, que fortalezca sus negociaciones con otros bloques económicos y promueva su inserción en la economía internacional a partir de las realidades y necesidades locales.

El "Pacto para el desarrollo y la prosperidad, democracia, libre comercio y desarrollo sustentado en las Américas" aprobado por la Cúpula de las Américas en Miami el 11 de diciembre último, a pesar de hacer referencia a una serie de necesidades sociales de nuestros países, no propone medidas concretas que garanticen de hecho un "desarrollo sustentado".

Una de las principales decisiones fue el compromiso de realizar la liberalización comercial en un plazo no mínimo a 10 años (hasta el 2005). Queda como preocupación en que medida este proceso se compatibilizará con la continuidad del MERCOSUR y cuales será los efectos de este acuerdo para la región.

Como ya afirmamos anteriormente, el MERCOSUR podrá ser un paso en la conformación de un área económica, social y cultural, en la medida que efectivamente se concrete el objetivo establecido en el Tratado de Asunción, de "avanzar en el proceso de desarrollo con justicia social".

#### Las cuestiones sociales: un déficit del MERCOSUR

En su primer pronunciamiento público dirigido a los Ministros de Trabajo del MERCOSUR, en la ciudad de Foz de Iguazú, en diciembre de 1991, las Centrales Sindicales del MERCOSUR afirmaron: "el compromiso sindical con la integración existe, con la condición de que ella sea real, en el sentido que se garantice una protección social, política y cultural y que la transformación de la estructura productiva no se realice en perjuicio de los trabajadores y del conjunto de los sectores populares"... "En este sentido, los compromisos democráticos de nuestros gobiernos exigen una clara opción para la promoción de instrumentos de participación social de nuestros pueblos".

Pero las decisiones que serán homologadas por vuestras Excelencias prácticamente no contemplan esos temas tan relevantes, como la cuestión social y laboral y la ampliación del contenido democrático del proceso.

Nuestros países conforman un mercado de trabajo de casi 90 millones de personas que como consecuencia de las políticas de "ajuste" y de la fuerte reestructuración productiva presentan una precariedad creciente. Cerca de 1/3 del total de empleos asalariados en el MERCOSUR son irregulares y no reglamentados, existiendo estimativas que en Paraguay más de la mitad de la población ocupada se encuentra en esas condiciones.

Los cuatro países presentan tasas altas de desempleo - cerca del 10% en Brasil, Uruguay y Paraguay y de 12% en Argentina. Se promueve una flexibilización de derechos al mismo tiempo que los salarios pierden sistemáticamente su poder adquisitivo y la remuneración mínima no es suficiente para cubrir la canasta básica alimentaria en los cuatro países.

Las Centrales Sindicales del MERCOSUR afirman su posición que la circulación de trabajadores en la región es anterior a la creación del MERCOSUR y que la misma, junto con la omisión de controles sobre el cumplimiento de las leyes nacionales, han originado un conjunto de

problemas que exigen un tratamiento urgente, por el cual su postergación es inaceptable.

Los acuerdos tarifarios y comerciales provocarán una nueva ola de reestructura que serán agravados por la negativa de creación de mecanismos de apoyo y financiamiento, como el Fondo de Apoyo a la Reconversión y Recalificación Profesional que propusimos. Esa negativa, a nuestro modo de ver, refleja la opción de dejar que el mercado defina el grado de especialización comercial y productiva de cada país, elevando así los costos sociales de este proceso.

De esta forma la decisión sobre la industrialización dependerá cada vez más de las estrategias de las empresas transnacionales para donde se transfiere la competencia que antes se realizaba entre los países, afectando también la regulación de las relaciones sociales, que pasan a ser usadas como uno de los factores de competitividad a través de la práctica del dumping social.

El Sub Grupo de Relaciones Laborales, Empleo y Seguridad Social, se han caracterizado por el análisis técnico y la elaboración de estudios comparativos. Esta instancia que las Centrales tanto valoramos, puede, a pesar de estas limitaciones, avanzar en la elaboración de una lista de convenios internacionales de la OIT, para ser ratificados por los cuatro países, así como el acuerdo de un protocolo de seguridad social cuatripartito. El tratamiento de la Carta de Derechos Fundamentales no puede llevarse a cabo plenamente a pesar de la existencia de documentos y contribuciones como los presentados por nuestras Centrales.

Por un MERCOSUR con desarrollo social y democracia: las propuestas de los trabajadores.

El MERCOSUR iniciará una nueva etapa en enero de 1995. Las Centrales Sindicales a partir del análisis del período pasado, formulan las siguientes propuestas:

1.  
Atender los problemas laborales y sociales. La discusión y posterior adopción de una Carta de Derechos Fundamentales puede y debe ser retomada inmediatamente a partir de las propuestas y los debates ya llevados a cabo en el Sub-grupo n°11. De igual manera existe un conjunto de temas pendientes en ese Sub-Grupo que debe continuar siendo tratado.

Más allá de la Carta de Derechos fundamentales, las centrales sindicales han reivindicado la adopción de algunas medidas inmediatas: el establecimiento de un acuerdo regional con normas básicas de salud y seguridad en el trabajo; la regulación de mecanismos que permitan negociaciones regionales (a nivel de empresa o sector); comisiones de empresa multinacionales y derecho de organización y afiliación sindical; la realización de diagnósticos sectoriales de los efectos de la integración sobre el empleo y la calificación profesional, proponiendo una articulación de esos temas con las definiciones de políticas de apoyo y reconversión productiva y el establecimiento de canales permanentes de negociación de los acuerdos y políticas sectoriales.

2.  
Jerarquizar los problemas de los sectores productivos. Así como la Comisión de Comercio recién creada realiza un seguimiento de los temas comerciales, debe jerarquizarse también el tratamiento de los problemas agrícolas, industriales y de servicios. La modernización y tecnificación de estos sectores en el marco de una creciente complementación regional, es

fundamental para garantizar el crecimiento económico y la manutención de los puestos de trabajo y mejorar el nivel de ingresos.

3.

Contemplar las necesidades de las naciones y regiones de menor desarrollo relativo. Como se señalaba, muchos de los desequilibrios del MERCOSUR tienen su origen en el desigual desarrollo económico y social existente entre los sectores económicos, entre las regiones así como entre las naciones consideradas globalmente.

Un proceso de integración debería promover el desarrollo armónico de todos los países miembros, lo cual implicaría prestar una especial atención a las regionales de menor desarrollo relativo. En ese sentido, consideramos imprescindible, la constitución de un Fondo de Apoyo a la Reconversión y Recalificación Profesional.

4.

La nueva institucionalidad del MERCOSUR. Las nuevas instituciones del MERCOSUR deben posibilitar el tratamiento de esos temas así como garantizar una mayor democratización del proceso. En ese sentido proponemos:

a) la constitución de un Foro Económico y Social, con la participación de los trabajadores y empresarios, abierto, en el futuro, a otros sectores organizados y representativos de la sociedad, como instancia de consulta obligatoria, con iniciativa y capacidad de propuesta y acceso a una información rápida y oportuna de las decisiones de los órganos del MERCOSUR;

b) entendemos que es fundamental la constitución, en la estructura ejecutiva del MERCOSUR y con la misma jerarquía de la Comisión de Comercio, de otras dos comisiones: la de "Políticas Productivas y Mercado de Trabajo" y la de "Asuntos Sociales, Regionales y Medio Ambiente". La primera, deberá ocuparse de los temas vinculados a la reconversión, promoción y complementación productiva, de los temas laborales relacionados a esos procesos, así como los desequilibrios regionales. La segunda comisión tendrá como objetivo el tratamiento de temas como salud, educación, cultura, familia, derechos humanos y medio ambiente;

c) fortalecer la Comisión Parlamentaria Conjunta. Muchas resoluciones del MERCOSUR requieren de ratificación parlamentaria de los estados miembros. Es necesario reforzar los vínculos de los organismos del MERCOSUR con los Parlamentos nacionales, lo cual, simultáneamente permitiría un mayor desarrollo de los poderes legislativos en el proceso;

d) mejoría de los aspectos jurisdiccionales. Es imprescindible avanzar en la definición de instancias jurisdiccionales del MERCOSUR como forma de tener instrumentos para la solución de posibles controversias y obtener la interpretación uniforme y el control de la legalidad de las decisiones adoptadas.

Por eso Señores Presidentes, en este momento en que se toman las decisiones tan importantes para nuestro futuro, no podemos desconocer que nuevos elementos se agregan y que esos definirán el futuro del proceso de integración no solo en el Cono Sur, sino en toda América Latina.

En este documento presentamos propuestas para el MERCOSUR. Las mismas deben ser parte de un modelo de desarrollo nacional, que implique la adopción de políticas activas de reconversión productiva y atienda las necesidades de la población.

1 : COMPLEJO AUTE

PHONE NO. : 598 2 42 42 90

Dec. 19 1994 05:49PM P05

La participación del conjunto de la sociedad en este proceso es también una forma de profundizar y fortalecer la democracia.

Estas fueron las principales decisiones de la Conferencia Sindical MERCOSUR, realizada en San Pablo, en el día de ayer, donde conjuntamente con compañeros de otras organizaciones sindicales del continente americano reafirmamos nuestro compromiso por la democracia y el desarrollo social.

Ouro Preto, 17 de diciembre de 1994.

Francisco Gutierrez  
CGT Argentina

Luis Antonio Medeiros  
Força Sindical - Brasil

Vicente Paulo da Silva  
CUT - Brasil

Alan Flores  
CUT - Paraguay

Antonio Francisco  
CGT - Brasil

Eduardo Fernandez  
PIT-CUT - Uruguay

692

9500150



**ASOCIACION DE OBREROS Y  
EMPLEADOS DE CONAPROLE**

AVDA. JOAQUIN SUAREZ 2878  
TELS.: 29 72 44 - 20 75 13

PIT - CNT

Montevideo, Diciembre 9 de 1994.-

**Cros. del PIT-CNT.  
Presente.**

Por la presente, nos dirigimos a Uds., a fin de omunicarles que, de acuerdo al resultado de las últimas Elecciones Generales de nuestro Gremio, el nuevo Presidente de nuestro Sindicato es el cro. Oscar López, y el Secretario General el cro. Luis Goichea.

Asimismo, de acuerdo a la Resolución adoptada por el nuevo cuerpo, los representantes a la Mesa Representativa serán los cros. Oscar Guevara (Titular) y Carlos Falcone (Suplente).

Sin más, saluda a Uds. fraternalmente:

  
Luis Goichea  
SECRETARIO GENERAL

  
Oscar López  
PRESIDENTE

693/93

9500150



9500151

SECRET

ORIGINAL

MEMORANDUM No. 950002 ReI/Fecha: 09-01-95

I: ASUNTO: CONFLICTO COMPANIA DEL GAS

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA: CONTESTA EEI No. 02/A/95 - 9500127

IV: TEXTO:

Complementando la información en poder del Departamento I se logra saber lo siguiente:

- Que el PIT-CNT no dará ningún respaldo a la actitud que tome el Sindicato del GAS.
- Que el Secretariado mandó decir a través de D'ELIA, que se quedaran "quietos".
- Que los únicos que lo respaldan son AFUTU y el SAG, a través de Apolicio GUZMAN y es en la sede de ese Sindicato donde están realizando las reuniones.
- Que GASEBA informó que no iban a despedir a ningún funcionario.
- Se desconoce hasta el momento la actitud interna que tomará el Sindicato del GAS.

FECHA 16, 06, 95 INICIAL (GS)

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

Dirección General de Asesoría y Defensa

DEPARTAMENTO I

Fecha de Entrada 10 ENE 1995

Pasa a Bioq. Liofocal

Nº. de Orden 9500151

SECRET

001/1

7-1-95

Opb I.

950013

9500151

P.005.4

Montevideo, enero 5 de 1995

1)-

INFORMACION GREMIALORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas y se esperan nuevas medidas en el correr de este mes.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PLUNA: Se encuentran en situación de pre-conflicto debido al proceso de privatización de la empresa y en denuncia de irregularidades cometidas por la empresa CANDYSUR en el servicio de tierra. Se preveía la realización de asambleas una vez que arribaran los funcionarios de Brasil y Argentina, sin embargo dichos funcionarios no han llegado aún, aunque deberían haberlo hecho en la víspera.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (BANCA OFICIAL): Se encuentran en situación de pre-conflicto motivado por el traspaso del control del Comercio Exterior de manos del BROU a la Dirección Nacional de Aduanas a partir del 1/I/. En la víspera se realizó un paro de 10 minutos para leer una proclama al respecto.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. Continúan en estado de alerta y en asamblea permanente. En la víspera visitaron la planta de compresores autoridades de la empresa adjudicataria (GASEBA) no registrándose novedades en el exterior del edificio. Se maneja como fecha para que GASEBA se haga cargo de la Compañía del Gas el día martes 10 de enero de 1995.-

3)-

INFORMACIONES VARIASAMENAZA DE ARTEFACTOS EXPLOSIVO

I) En la víspera, siendo la hora 13:45 se recibió en la Oficina de Despachantes de Aduanas "Torres Ltda." sita en Treinte y Tres N° 1382 una llamada en la cual una voz masculina expresó "A la hora 13:50 explotará una bomba". Inspeccionado el lugar por personal de Secc. 1a. y de Bomberos los resultados fueron negativos.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	9-1-95
Pasa a	SDL
Nº de Identificación	500152

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información y Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Recibo	10 ENE. 1995
Pasa a	ARCHIVO
Nº. de Orden	9500152

001/1

9500152

TOTAL E D OI

P.006.4

///

Montevideo, enero 9 de 1995

1)-

INFORMACION GremialORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas y se esperan nuevas movilizaciones en el correr de la semana.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE P.I.T.N.A.: Se encuentran en situación de conflicto debido al proceso de privatización de la empresa. En el día de la fecha se reúnen en el Aeropuerto Internacional de Carrasco para realizar una evaluación del conflicto. Por otra parte se convocó para la realización de un paro y Asamblea General el próximo miércoles 11 del corriente mes.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. Continúan en estado de alerta y en Asamblea Permanente. Se maneja como fecha para que se haga cargo de la Compañía del Gas la empresa adjudicataria (GASEBA) el día martes 10 del corriente.-

UNION DE TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS: Continúan en conflicto en reclamo de mejoras presupuestales. Se realizan paros de una hora por turno.-

SINDICATO UNICO DE LA ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS: En conflicto motivado por la suspensión de funcionarios. Se prevén paros sorpresivos.-

Poco Legible

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION

DE DEFENSA

SECRETARIA

Fecha 9-1-95

Pasa a SDI

Nº de Identificación 9500153

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

Dirección General de Defensa

DEPARTAMENTO

Fecha de Recibido 10 ENE. 1995

Pasa a ARCHIVO

Nº de Orden 9500153

001/1

9500153

TOTAL P.01

01-09-95 08:29

Dist. { Gremial  
Pilotos

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.

(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro....03/A/95.....

FECHA:..10/ENE/95.....

REFERENCIA:

ORIGEN: CAMPO SICOSOCIAL/SECTOR GREMIAL

DIFUSION: DPTO.III

ANEXOS:

INFORMACION CONOCIDA: Ante el arrendamiento de la Compañía del Gas por parte de la Empresa GASEBA, el gremio paraliza hoy sus tareas a partir de la hora 11.00 para reunirse en asamblea general en su local sindical (Durazno y Convención).

E.E.I.: Se requiere:

Toda la información posible sobre lo tratado y resuelto en la asamblea.-

PLAZO: U R G E N T E

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección de Inteligencia y Asesoría de Defensa	
DPTO. III	
Fecha de Recibo	10 ENE. 1995
Pasa a	DPTO. III ARCHIVO.
Nº. de Orden	9500156

Nº. DOCUMENTO 9500160

TITULO *Conf. de Oul sobre Poblac y Desarrollo en "El Cairo"*  
5 al 13/sep.

PROCEDENCIA 150090

FECH. DE PROCEDENCIA 9-8-94

VINCULACIONES 501889.  
11046.  
65891  
507689  
11078

ENTRADO  
CRUZ

## El Vaticano satisfecho con postura uruguaya sobre el aborto <sup>da.</sup> <sup>9/8</sup>

EL VATICANO TRANSMITIÓ al gobierno uruguayo el beneplácito del papa Juan Pablo II por la posición contraria al aborto que asumirá Uruguay en la próxima Conferencia sobre Progreso y Población a realizarse en El Cairo en setiembre, reveló a *El Observador* el candidato presidencial Alberto Volonté.

Volonté participó en un almuerzo en la ciudad de Nueva

York durante su reciente viaje a Estados Unidos, al que fue invitado junto al embajador uruguayo ante la Organización de las Naciones Unidas (ONU), por el delegado del Santo Padre ante ese organismo, monseñor Martino.

Martino dijo que Juan Pablo II se congratuló por la carta que le envió el presidente Luis Alberto Lacalle relacionada con el tema.

Existe preocupación a nivel de

la Santa Sede por la dilucidación del asunto en la Conferencia que se realizará en El Cairo (Egipto) entre el 5 y el 13 de setiembre próximo. El evento es organizado por la ONU.

Volonté, en tanto, se pronunció en contra del proyecto de despenalización del aborto que se encuentra en la Cámara de Representantes.

"Soy católico" pero "no solo por eso me opongo sino además por

razones éticas. Estimo que se debe mantener la legislación de 1938", señaló Volonté a *El Observador*.

Empero, precisó, que de llegar al gobierno impulsará políticas de protección a la embarazada "Debemos buscar las razones por las cuales una mujer llega al aborto y posteriormente trabajar en ideas para protegerla", consignó. ■

EMBAJADA DEL URUGUAY

SECRETO

Hoja 9 de 11  
Copia Nº Original



AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

///... 7.- El Ejército ingresó en las instalaciones de la Compañía Siderúrgica Nacional (CSN), en Volta Redonda, Estado de Río de Janeiro, que sus trabajadores ocuparon al empezar una huelga por mejoras salariales y sociales. Como consecuencia directa, tres obreros resultaron muertos y decenas heridos, algunos de gravedad. En una nota divulgada a medianoche, el Comandante de la operación militar, General JOSE LOPES DA SILVA, exhortó a los funcionarios de la CSN a que se abstengan de concurrir a sus lugares de trabajo "hasta que la situación haya sido normalizada" y dió a entender que el empleo de la fuerza militar fue solicitada por el Poder Judicial, dentro del nuevo orden constitucional.-

SECRETO

Nº. DOCUMENTO 9500160  
 TITULO Comp de ONU sobre Población y Desarrollo en "El Cairo"  
 PROCEDENCIA 150080  
 FECHA DE PROCEDENCIA 9-8-84  
 VINCULACIONES 501889  
11046  
65841  
507689  
11078

ENTRADO /  
 CRUZ /

## El Vaticano satisfecho con postura uruguaya sobre el aborto <sup>da 9/8</sup>

EL VATICANO TRANSMITIRÓ al gobierno uruguayo el beneplácito del papa Juan Pablo II por la posición contraria al aborto que asumirá Uruguay en la próxima Conferencia sobre Progreso y Población a realizarse en El Cairo en setiembre, reveló a *El Observador* el candidato presidencial Alberto Volonté.

Volonté participó en un almuerzo en la ciudad de Nueva

York durante su reciente viaje a Estados Unidos, al que fue invitado junto al embajador uruguayo ante la Organización de las Naciones Unidas (ONU), por el delegado del Santo Padre ante ese organismo, monseñor Martino.

Martino dijo que Juan Pablo II se congratuló por la carta que le envió el presidente Luis Alberto Lacalle relacionada con el tema.

Existe preocupación a nivel de

la Santa Sede por la dilucidación del asunto en la Conferencia que se realizará en El Cairo (Egipto) entre el 5 y el 13 de setiembre próximo. El evento es organizado por la ONU.

Volonté, en tanto, se pronunció en contra del proyecto de despenalización del aborto que se encuentra en la Cámara de Representantes.

"Soy católico" pero "no solo por eso me opongo sino además por

razones éticas. Estimo que se debe mantener la legislación de 1938", señaló Volonté a *El Observador*.

Empero, precisó, que de llegar al gobierno impulsará políticas de protección a la embarazada "Debemos buscar las razones por las cuales una mujer llega al aborto y posteriormente trabajar en ideas para protegerla", consignó. ■

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

**SECRETO**

V.- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-

- 1.- Las 4.000 toneladas de residuos atómicos, secuela del accidente nuclear ocurrido en el Estado de Goiás, el año pasado, están causando riesgos de nueva contaminación, debido a que se encuentran en tambores que, después de un año de uso, se están harrumbrando y pueden romperse. Esta información fue dada por el Presidente del grupo italiano Casagrande, BRUNO CASAGRANDE, quien la semana pasada firmó con el Gobernador estadual, HENRIQUE SANTILLO, un protocolo de intenciones para la construcción de un depósito de residuos nucleares subterráneo, por valor de US\$ 36 millones. El grupo Casagrande transferirá a Brasil toda la tecnología necesaria para la construcción de depósitos de residuos atómicos.-
- 2.- El Almirante MARIO CESAR FLORES, representante naval ante el Programa Nuclear Paralelo, afirmó que la participación de la Marina en este Programa llamó mucho la atención, "talvez, en forma exagerada, porque todavía no hay nada concreto sobre la posibilidad de que el programa paralelo sirva para la construcción de submarinos atómicos, pues para esto, aún son necesarios 20 años de pesquisas".-
- 3.- Los cinco integrantes del Grupo de Superconductividad, de la Universidad Estatal de Campinas (UNICAMP), en el Estado de San Pablo, advirtieron que tienen intenciones de irse de Brasil. Todos ellos son pioneros en estudios de conducción de energía con nuevos materiales, como cerámica, y tienen propuestas de institutos de pesquisas del extranjero que les ofrecen sueldos mucho más altos y condiciones de trabajo muy superiores a las ofrecidas por las Universidades brasileñas. El físico OSCAR FERREIRA LIMA, Profesor Doctor de la UNICAMP y Jefe del Grupo, afirmó que está siendo obligado a abandonar el país, debido a que su salario es Cz\$ 220.000 (US\$ 250,00), y en el Argonne National Laboratory, de Estados Unidos, donde hizo el Doctorado, tiene la posibilidad de ganar 3.000 dólares mensuales. "Si el grupo emigra al exterior, uno de los tres grupos de superconductividad de Brasil habrá desaparecido", expresó LIMA.-
- 4.- La Comisión Nacional de Energía Nuclear (CENEN) autorizó a la Planta de Enriqueci-

**SECRETO**

...///



## Filipinos manifestaron contra el aborto

\* También se oponen a la reunión de la ONU en El Cairo

Ref. 15/8 Manila (ANSA)

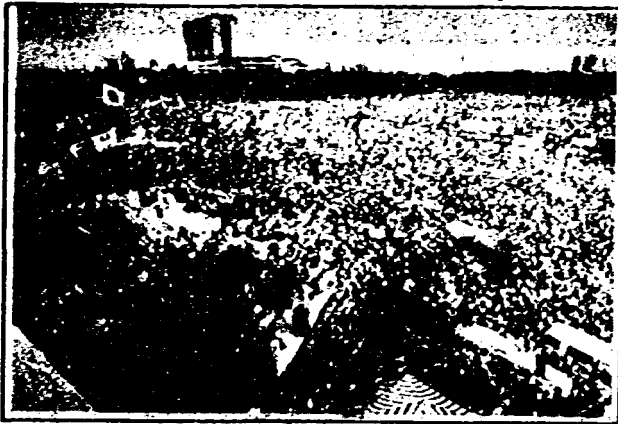
Miles de filipinos manifestaron ayer en Manila contra el aborto y la Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo que se abre el 5 de setiembre en El Cairo. La manifestación, una de las más imponentes desde que el presidente Ferdinand Marcos fue derrocado, había sido convocada por el cardenal obispo de Manila, Jaime Sin, con el objetivo de denunciar la política del gobierno en materia de planificación familiar y control de nacimientos.

Jaime Sin junto a la ex presidenta de Filipinas, Corazón Aquino, encabezaban la manifestación, en la que también participaron varios senadores y algunas estrellas del cine.

Los oradores criticaron la

política familiar de Fidel Ramos, el primer presidente protestante de Filipinas —país de mayoría católica— que sostiene

el derecho de los ciudadanos a limitar sus familias a través del uso de anticonceptivos.



Un número de filipinos estimado en cien mil acudieron en Manila al llamado de la Iglesia Católica a un acto contra el aborto. (Telefoto de AFP)

## Realizan seminario preparatorio de Conferencia sobre Población y Desarrollo

Ref. 14/8

Del 15 al 16 de agosto próximo se llevará a cabo en el Instituto Argentino del Servicio Exterior del Ministerio de Relaciones Exteriores, el seminario sobre Población y Desarrollo, como acto preparatorio de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo a llevarse a cabo en El Cairo, del 13 al 15 de setiembre.

El mismo será inaugurado por el ministro de Relaciones Exteriores doctor Sergio Abreu, el director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, economista Javier de Hacedo y el coordinador argentino de Naciones Unidas y representante del Fondo de Población de las Naciones Unidas, doctor Paul van Hamswijck de Jonge.

En el desarrollo del seminario disertarán entre otras autoridades nacionales e internacionales la señora Mariela Padrón, directora de la División para América Latina y el Caribe del Fnuap, el señor Reynaldo Berra, director del Centro Latinoamericano de Estudios Demográficos (Celade); el señor Carlos Figueroa, director del Centro de Informaciones y Estudios Sociales del Uruguay; la señora Cecilia Echevarría, subdirectora de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto; doctor José Claudio Williams, decano de la Facultad de Ciencias Sociales, profesora Celina Burmeister, directora del Instituto Nacional de la Familia y la Mujer; señor Hermann Kratochwill, representante de la Organización Internacional para las Migraciones, entre otros. Los principales temas a tratar serán: Estado y políticas de población, Informe nacional sobre población, Problemática de la familia, Fecundidad y salud reproductiva, Migración nacional e internacional, Población, desarrollo y medio ambiente y Envejecimiento poblacional y seguridad social. El seminario será clausurado por el subsecretario de Relaciones Exteriores, doctor José María Gamio.



El titular del Ministerio de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, inauguró el seminario mañana.

EMBAJADA DEL URUGUAY

SECRETO



AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

///... 7.- El Ejército ingresó en las instalaciones de la Compañía Siderúrgica Nacional (CSN), en Volta Redonda, Estado de Río de Janeiro, que sus trabajadores ocuparon al empezar una huelga por mejoras salariales y sociales. Como consecuencia directa, tres obreros resultaron muertos y decenas heridos, algunos de gravedad. En una nota divulgada a medianoche, el Comandante de la operación militar, General JOSE LOPES DA SILVA, exhortó a los funcionarios de la CSN a que se abstengan de concurrir a sus lugares de trabajo "hasta que la situación haya sido normalizada" y dió a entender que el empleo de la fuerza militar fue solicitada por el Poder Judicial, dentro del nuevo orden constitucional.-

SECRETO

## El gobierno uruguayo elabora su posición a Funcionaria de ONU a discutir en El Cairo

*El proyecto de documento final de la Conferencia Mundial de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) sobre Población y Desarrollo que se realizará en El Cairo "promueve el aborto como práctica", sostuvo enérgicamente la directora del Fondo de Población de ONU para América Latina y el Caribe, Marisela Padró*

**L**a funcionaria de la organización internacional realizó ayer una firme defensa del documento presentado e instó a que "la focalización de la discusión en algunos aspectos y conceptos muy estrechos, no oscurezca la riqueza de la temática y la trascendencia de esta conferencia".

Padrón participó en el seminario sobre Población y Desarrollo organizado por el Ministerio de Relaciones Exteriores para discutir los puntos más polémicos del documento y realizar aportes a la posición oficial que llevará Uruguay a la conferencia que tendrá lugar en setiembre.

Padrón explicó que el documento es producto de un largo proceso que se inició en 1989. Fue elaborado por un comité preparatorio integrado por todos los países miembros de las Naciones Unidas y estuvo precedido de cinco conferencias regionales entre 1992 y 1993 y mesas redondas, con la participación de expertos, en todo el mundo. En los

primeros meses de este año más de 160 países participaron en la elaboración del texto del documento.

La jerarca de la ONU dijo que hay una muy alta proporción de temas que cuentan con una base generalizada. Las discusiones más "agrias" se dieron en temas de salud y derechos reproductivos y maternidad riesgos, puntos que están entre los temas para definirse en la conferencia.

También están entre paréntesis las metas en relación al acceso a la educación básica, los objetivos de mortalidad materna e infantil, las metas que tienen que ver con el acceso a la planificación familiar los próximos 20 años, así como el monto de los recursos que se necesitan para destinar a servicios de salud reproductiva y planificación familiar.

Padrón negó que el documento sea "atentatorio contra la familia" como se le imputa. "El texto comienza por afirmar enfáticamente

### Morrón y frutillas

Sr. Director

Acabo de leer el artículo publicado en la sección Agropecuario, titulado "Morrón y frutilla son las opciones más claras para la zona noroeste" y no puedo menos que preguntarme

quién y con qué datos puede escribir dicho artículo.

No puedo discutir con autoridad el tema del morrón, que hace ya unos cuantos años que no planta.

Pero sí puedo afirmar que los rendimientos obtenidos en el cultivo de frutilla, utilizando todas las tecnologías que están hoy a nuestro alcance, no llegan jamás a los 40.000 kg/ha ni siquiera a los 22.900 kg/ha de equilibrio. O, ¿cómo piensa el periodista que el motivo por el que este año habrá una reducción en la producción, si el negocio es tan favorable?

Estos números, que son una meta inalcanzable, ilusionan a productores que buscan de nuevos cultivos rentables y cuya situación económica está muy comprometida, quienes inevitablemente empeoran su situación.

El motivo de esta aclaración no es criticar al periodista sino hacerle ver el daño que es publicar datos erróneos que es



### QUINIELA Y TOMBOLA

1	041	11	543
2	534	12	014
3	386	13	194
4	467	14	606
5	580	15	076
6	689	16	237
7	588	17	548
8	811	18	715
9	281	19	956
10	515	20	181

Por repetición se agrega para la Tombola:

10 - 35

AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

- 4.- El Sargento BENJAMIN SOARES, destinado en la Secretaría de Economía y Finanzas, del Comando Militar del Planalto, envió a la Orden de los Abogados de Brasil (OAB) y al Senador MAURICIO CORREA, del PDT, copias de un oficio firmado por el Comandante Militar del Planalto, General de División PEDRO LUIS DE ARAUJO BRAGA, en el que solicita Cz\$ 919.000,00 para la compra de 60 metros de tela para capuchas, 40 pares de esposas y 39 alicates para cortar candados. La nota que acompaña las copias afirma que "nunca, como ahora, las fuerzas de represión usadas por las Fuerzas Armadas, especialmente por el Ejército, actuaron tanto como ahora". Agrega SOARES que el material solicitado por el General puede servir para actividades paramilitares.-
- 5.- Las principales autoridades del Instituto de Actividades Espaciales (IAE), Coronel ANTONIO CARLOS PEDROSA y Teniente Coronel TIAGO RIBEIRO, criticaron la actitud del Gobierno estadounidense que ordenó el embargo de algunas piezas importantes del Vehículo Lanzador de Satélites (VLS) brasileño, por su temor de que la transferencia de tecnología sea usada con fines militares. "Nuestro programa de fabricación de cohetes es esencialmente para uso civil. Si tuviera finalidad bélica la producción se haría en serie. Nosotros sólo pretendemos fabricar algunas unidades", explicó PEDROSA, quien agregó que, por otra parte, Brasil no tiene enemigos a quienes atacar con los cohetes: "Sólo podríamos atacar a nuestros vecinos de América del Sur, hipótesis que carece de sentido".-
- 6.- Tropas del Ejército estuvieron en estado de alerta para intervenir en garantía de la libertad de trabajo de empleados del metro de San Pablo, que estaban en huelga. En Cuarteles de esta ciudad contingentes militares estaban listos para actuar, en caso de que el Gobernador estadual, ORESTES QUERCIA, lo solicitara. El pedido de auxilio de las Fuerzas Armadas, en casos de paros en servicios considerados esenciales, está prevista en una directiva interna firmada por el Presidente SARNEY en 1985, que según fuentes militares continúa vigente debido a que las normas relativas a este tema contenidas en la nueva Constitución no han sido reglamentadas.-

SECRETO

## Alianza católico-musulmana ante la cumbre de El Cairo

Manila (especial de IPS)  
por Johanna Son

■ Una "santa alianza" entre católicos y musulmanes parece estar configurándose de hecho a partir de coincidencias teológicas respecto al anteproyecto de las Naciones Unidas sobre población y desarrollo que debatirá la conferencia de El Cairo en setiembre.

El Vaticano define a la Conferencia de El Cairo como un desafío a la doctrina fundamental sobre la santidad de la vida y la familia.

La Iglesia Católica sostiene en ese sentido que el anteproyecto abre la puerta al aborto como una manera de controlar el tamaño de la familia, a la homosexualidad y a las relaciones sexuales extramaritales.

El papa Juan Pablo II lanzó una campaña diplomática en todo el mundo exhortando a los gobiernos a rechazar el documento de El Cairo, al tiempo que intenta reunir a las más importantes religiones en torno a una posición común.

Cristianos y musulmanes tienen algunos puntos de tensión entre sí, pero los líderes islámicos han comenzado a colaborar con el Vaticano de cara a la Conferencia de El Cairo y de hecho formulan objeciones parecidas a las de la Iglesia Católica.

La última semana, la Universidad Al-Azhar, el más influyente centro de aprendizaje islámico, emitió un documento afirmando que el anteproyecto de El Cairo contiene conceptos tales como homosexualidad y sexo extramarital que "destruyen los valores fundamentales sobre los que se basan las religiones".

Los autores del documento de El Cairo, por su parte, sostienen que no buscan la legalización masiva del aborto, sino que pretenden una política de población realista que tenga en cuenta la seguridad para abortar.

Las propuestas para la Conferencia de El Cairo, sostienen, ayudan a estabilizar la población mundial, actualmente 5.700 millones y estimada en 7.200 millones para el año 2050.

"La expresión ambigua, la terminología abstracta y la jerga innovadora que abundan en el documento de El Cairo apuntan a relajar los preceptos básicos del Islam", aseveró el Centro de Estudios Islámicos de Al-Azhar, especializado desde hace mil años en el estudio de la moral en los países islámicos.

"El documento de El Cairo defiende las relaciones homosexuales y extramaritales", agregó el documento. El gobierno islámico de Irán, por su parte, ya había expresado objeciones al documento. En Filipinas, líderes

islámicos concurren a una reunión masiva convocada por la alta jerarquía católica el domingo para demandar el boicot a la Conferencia de El Cairo. Una declaración de la dirección islámica de Filipinas, difundida la semana pasada, señaló que el aborto, el sexo extramarital y la homosexualidad son "condenados por la fe judía, la cristiana y la islámica", como "inspirados por la ola destructiva de Sodoma y Gomorra".

"El Islam condena todas las nociones de 'sexo seguro' y 'aborto seguro' como contrarias a la moral", agrega.

Funcionarios de la dirección del alto centro de estudios dijeron que puede haber algunas diferencias entre musulmanes y cristianos en la apreciación de la realidad, pero que ellas no son teológicas sino políticas.

Muchos líderes musulmanes y católicos han insistido en que la observancia de sus enseñanzas religiosas no necesariamente implican incapacidad para implementar con éxito sus propios programas de planificación familiar.

Tres países musulmanes de Asia: Irán, Bengala, e Indonesia, a menudo han sido citados como modelos por otras naciones musulmanas con altas tasas de crecimiento de la población.

Indonesia, el país islámico más populoso del mundo, con 90 % de su población profesando esa fe, ha tenido éxito al bajar la tasa de crecimiento demográfico del 2,3 % hace veinte años al 1,6 % en 1993.

En Bangladesh, en la década pasada el tamaño de la familia tipo se redujo, ahora sus miembros son cuatro, contra siete hace diez años.

Por otra parte, el uso de anticonceptivos también se incrementó en los últimos años.

En Irán el empleo de medios artificiales para controlar la natalidad creció más del 20 % en los tres años siguientes al lanzamiento gubernamental de un sistema de planificación familiar, en 1989.

De 1985 a 1990, la tasa de contracepción que prevaleció en Indonesia fue del 50 %, y en Bangladesh del 31 %.

Pero gobiernos de países predominantemente católicos, como el de Filipinas, han encontrado resistencias de los líderes religiosos a las campañas patrocinadas por el Estado referidas al uso de anticonceptivos.

La Iglesia Católica prohíbe a sus fieles recurrir a métodos artificiales para controlar la natalidad. En Filipinas, el gobierno del presidente Fidel Ramos ha roto con la Iglesia Católica precisamente a raíz del uso de condones, método que ha sido promovido por el Departamento de Salud filipino como parte de una campaña antisida.

AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

## IV.- FACTOR MILITAR.-

- 1.- La Comisión Interministerial de Recursos del Mar (CIRM), coordinada por el Ministerio de Marina, está elaborando un nuevo mapa de la plataforma continental brasileña. Los primeros estudios de la Marina hallaron tres regiones en las cuales Brasil podrá extender sus derechos de explotación de las riquezas minerales del suelo y del subsuelo marino hasta un límite de 350 millas de la costa, conforme con lo autorizado por la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Mar. Ellas son: La plataforma de San Pablo (que comprende el litoral de los Estados de Río de Janeiro, San Pablo, Paraná y Santa Catarina), el archipiélago de Abrolhos, en el litoral del Estado de Bahía, y el "cono" del río Amazonas, en la isla de Marajó.-
- 2.- Deficiencias dentales, desnutrición, miopía, problemas de piel y alteraciones congénitas de miembros y columna vertebral fueron las principales causas de rechazo de 40 por ciento de los jóvenes convocados por el Ejército para prestar Servicio Militar Obligatorio, en 1987. Estos datos constan en informes hechos por la Dirección del Servicio Militar del Ejército. Los mayores problemas fueron hallados en los habitantes de la Región Nordeste, particularmente en los Estados de Sergipe, Río Grande del Norte y Ceará.-
- 3.- Parlamentarios y Ministros del Superior Tribunal Militar (STM) aún no llegaron a un acuerdo sobre la competencia de la Justicia Militar, después de las modificaciones determinadas por la nueva Constitución. La definición del propio delito militar es motivo de discusión, pues depende de una ley complementaria. El Presidente del STM, Ministro Brigadier ANTONIO GERALDO PEIXOTO, afirma que la Carta mantiene "los principios básicos del Tribunal". Por el contrario, el Diputado ROBERTO FREIRE, del PCB, piensa que hubo una reducción en los poderes del STM. Con 15 Ministros, 5 de los cuales son civiles, el Tribunal continúa basando su modo de proceder en el Código Penal Militar de 1969, y en la Ley de Seguridad de 1983.-

...///

SECRETO

## CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE POBLACION

# Los fundamentalistas se oponen a la cumbre

EL CAIRO (AP). - Los fundamentalistas musulmanes intensificaron su campaña en contra de la conferencia sobre población mundial que las Naciones Unidas celebrará en la capital egipcia entre el 5 y el 13 de setiembre. El argumento en que se basa la oposición musulmana es que dicha conferencia "alentará la homosexualidad, la actividad sexual premarital y el aborto".

Como parte de la ofensiva, un grupo de abogados islámicos está tratando de obtener un dictamen judicial que bloquee la realización de la cumbre, mientras que una federación jordana presionó a Egipto para que cancele el encuentro, amenazando con la posibilidad de "desórdenes e indignación pública".

En la primera plana del diario islámico "Alhrar", los titulares destacaban ayer que la conferencia está caracterizada por "la consolidación de la domi-

nación estadounidense sobre los valores familiares".

En tanto, no se cree que los elementos de la línea dura islámica puedan hacer fracasar el evento, para el que se prevé la asistencia de más de 15.000 delegados de todo el mundo.

De todas formas, tanto la postura musulmana como la reciente ofensiva del Vaticano contra el control de la natalidad preocupan a los organizadores de la reunión, que temen que el eje del temario -el control de la población en crecimiento desenfrenado- se diluya parcial o totalmente.

Por las dudas, tanto los funcionarios de las Naciones Unidas como el mismo presidente egipcio Hosni Mubarak, enfatizaron que el programa de acción a plantearse en la conferencia es hasta ahora apenas un borrador y que ni su versión final será de cumplimiento obligatorio para ningún gobierno si eso

contradijera sus creencias religiosas o sus tradiciones.

El encuentro, denominado Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, busca un consenso en torno a la forma en que se manejará en las próximas dos décadas el tema del aumento de la población mundial, en relación a los problemas del hambre y la pobreza.

Si bien el Islam no se opone a la planificación familiar, sí rechaza algunos puntos elaborados para el borrador de la conferencia como la aceptación de la homosexualidad, referencias al aborto seguro -el islamismo solo lo acepta si la vida de la madre corre peligro- y la asesoría sexual para hombres y mujeres.

Mahometanos procuran que se cancele el simposio de El Cairo

Oct. 22 - Nov-84

## El islam quiere bloquear la Conferencia de ONU sobre población con un dictamen judicial

El Cairo - Los fundamentalistas musulmanes han intensificado su campaña contra la conferencia patrocinada por las Naciones Unidas sobre la población mundial, el mes que viene en esta capital, alegando que alentará la homosexualidad, la actividad sexual premarital y el aborto.

Abogados islámicos tratan de obtener un dictamen judicial que bloquee la realización del evento, y una federación jordana ha urgido a Egipto a cancelarla lisa y llanamente so pena de ser víctima de "desórdenes e indignación pública".

El diario islámico Alhrar en su titular de primera plana señaló ayer

### TRES PUNTOS OFENSIVOS PARA LOS MUSULMANES

- La mención de "pluralidad de formas" para las familias, que implica la aceptación de la homosexualidad.
- El llamamiento para que exista disponibilidad de asesoría sexual para todos, que choca de lleno con la intolerancia musulmana de la cohabitación extramarital.
- Referencias a abortos seguros; el islam acepta el aborto solamente si la vida de la madre está en peligro.

que la conferencia está caracterizada por la "consolidación de la dominación estadounidense" sobre los valores familiares, e invitó a los lectores a enviarles sus objeciones.

La postura musulmana, junto con la sonora ofensiva del Vaticano

contra el control de la natalidad, tiene preocupados a los organizadores, quienes temen que el foco del temario, que es el control de la población en crecimiento desenfrenado, se diluya parcial o totalmente.

La conferencia, técnicamente denominada Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, que se llevará a cabo entre el 5 y el 13 de setiembre, está a la búsqueda de un consenso en torno a la manera en que se manejará en las próximas dos décadas la población mundial en explosión, en relación a los problemas del hambre y de la pobreza.

El objetivo es tratar de mantener la población mundial al nivel aproximado de 7.270 millones de personas en el año 2015, en contraste con los 5.700 millones de la actualidad.

De no sofrenarse, dice la ONU, la población de la Tierra alcanzará a 7.920 millones en el año 2015 y 12.500 millones en el 2050, registrándose los mayores aumentos en las naciones subdesarrolladas que no podrán absorber adecuadamente los aumentos. (De la redacción de El Observador, en base a fuentes de AP)



AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

///... 4.- Los empleados públicos de la administración federal decidieron suspender la huelga que duró 18 días y afectó a 17 Ministerios. La asamblea que decidió el fin del paro resolvió también iniciar, ante líderes políticos del Congreso, una campaña para conseguir que el Gobierno deje de aplicar las sanciones administrativas contra los huelguistas, especialmente los descuentos en los salarios. Dirigentes de la huelga informaron que el Gobierno se comprometió a permitir la participación de representantes de los funcionarios en las discusiones que se harán en enero, sobre planes de cargos y salarios y sobre sistema jurídico.-

5.- El Tribunal Superior Electoral (TSE) atendió los pedidos de tropas federales presentados por Gobernadores de 11 Estados, para garantizar el normal desarrollo de las elecciones municipales del próximo día 15. Antes de tomar la decisión final, el Presidente del TSE, Ministro OSCAR DIAS CORREA, estuvo tratando de aclarar todas sus dudas con respecto a las circunstancias que rodean los pedidos de fuerzas federales. "Cuando tropas de la Unión garantizan la seguridad de todo un Estado, puede darse lugar para que se interprete ese hecho como una intervención federal", explicando que las fuerzas de la Unión se envían sólo cuando las estatales pierden su capacidad para mantener el orden público.-

6.- La huelga y ocupación de instalaciones iniciadas por obreros de la Compañía Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda, Río de Janeiro, derivó en gravísimos incidentes, consecuencia de la toma de la planta por tropas del Ejército. Con respecto a ellos, el Ministro de Justicia, PAULO BROSSARD, manifestó, mediante la cadena nacional de radio y televisión, que el Gobierno defenderá a la sociedad "como le incumbe, dentro de la ley y cueste lo que costare". El Ministro culpó a los trabajadores por los incidentes, que causaron más de tres muertes, todos obreros. BROSSARD agregó que los incidentes no hubieran ocurrido si no se hubieran infiltrado elementos ajenos a la fábrica y a la ciudad de Volta Redonda, con el fin de comenzar a ejecutar una conspiración contra el Gobierno.-

...///

SECRETO



6 REP. 23-8-94

La III Conferencia Internacional recuerda la solidaridad  
centrales del debate el control cuando se produjo la liberación

## Mientras Uruguay Montevideo sólo un 21%, La

■ Uruguay tendrá el próximo año aproximadamente 3.179.000 habitantes, mientras que las proyecciones para el año 2030 sitúan en 3.856.000 el número de pobladores para nuestro país.

Estas cifras, corresponden a estimativos que maneja el Banco Mundial, organismo que ha pronosticado que la población latinoamericana y del Caribe, crecerá un 50% entre 1995 y el 2030, y pasará de 474 a 715 millones.

Entre tanto, las Naciones Unidas, han aseverado que América Latina junto a África y Asia será una de las zonas más afectadas por el crecimiento desmesurado y ha alertado, a su vez, que su desarrollo tecnológico y de recursos naturales, no serán suficientes como para cubrir las necesidades de los nuevos pobladores de este continente.

### UNA CONFERENCIA CON URGENTES PROBLEMAS

Las Naciones Unidas realizarán, entre el 5 y el 13 de setiembre del corriente año, en la ciudad de El Cairo, la III Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, donde no solamente se debatirá sobre la explosión demográfica, sino sobre temas tan trascendentes como el control de la natalidad y la legalización del aborto, tópico este último que ha suscitado un elevado interés y despertado una incipiente polémica en la sociedad uruguaya, trasladada al seno de los partidos políticos en estos últimos días.

De esta III Conferencia Interna-

\* El encuentro se desarrollará en El Cairo

\* La explosión de duplicar la población pasará a 9.000 problemas alim

■ Hace 50 años, el pueblo uruguayo festejaba en forma entusiasta la noticia de la liberación de París, hecho ocurrido el 3 de agosto de 1944. Miles de uruguayos se concentraron en las calles de la capital y frente a la Embajada francesa, en una marcha multitudinaria que fue encabezada por el propio presidente de la República, Juan José de Amézaga.

La liberación de la capital de

Francia de las fuerzas del ejército alemán del III Reich, que la habían sometido desde los comienzos de la Segunda Guerra Mundial, en 1940, fue producto de la acción de los propios franceses nucleados en las fuerzas de la Resistencia que operaban desde el interior de los territorios ocupados. Este hecho, concretado antes de la llegada de los aliados, fue un acontecimiento histórico, una victoria simbólica

técnicos del ente energético uruguayo brindaron asesoramiento técnico

## Inauguran hoy Central Térmica de la cual UTE es accionaria

■ UTE, desde tiempo atrás, brinda asistencia técnica y consultoría a la Central Térmica denominada "Loma de la Lata", ubicada en la provincia de Neuquén, departamento de Confluencia, aproximadamente a 45 km al noroeste de la ciudad de Neuquén. Por tal motivo, participará hoy de los actos de inauguración, de esta central, asistiendo invitados, también, el ministro de Industria, Energía y Minería, señor Miguel Ángel Galán y la señora Alicia Martínez Ríos, embajadora argentina en nuestro país.

Las obras de construcción de dicha central se iniciaron en setiembre de 1993 y las tres unidades generadoras comenzaron su operación industrial en los meses de mayo, junio y julio de 1994 respectivamente.

Cuenta con turbogeneradores similares a los de la Central Térmica de "La Tablada" de Montevideo, pero como combustible utilizan gas natural, el cual, es suministrado a través de un canal de 15 kilómetros desde la cabecera del ducto Norte II. Debido a la proximidad de la planta térmica con los yacimientos de gas, se logra conseguir este tipo de energía a un costo muy conveniente.

Por la experiencia recogida por UTE durante la construcción de la Central "La Tablada", la empresa Central Puerto SA, principal accionista

de Central Neuquén, brinda asistencia técnica y consultoría a la Central Térmica denominada "Loma de la Lata", ubicada en la provincia de Neuquén, departamento de Confluencia, aproximadamente a 45 km al noroeste de la ciudad de Neuquén. Por tal motivo, participará hoy de los actos de inauguración, de esta central, asistiendo invitados, también, el ministro de Industria, Energía y Minería, señor Miguel Ángel Galán y la señora Alicia Martínez Ríos, embajadora argentina en nuestro país.

Estas actividades serán realizadas por ingenieros y técnicos de UTE desde enero de 1993.

La planta, será operada y administrada por UTE.

La inversión en la planta fue de \$ 4 millones, correspondiente al capital de UTE. Por otra parte, la Nación Argentina autorizó el mercado eléctrico con YPF una provisión de gas



Los conflictos internos en los países vecinos, lo que es considerado en

en los debates y ponencias en seno del plenario de la conferencia


Previo a la reunión de El Cairo

(cuarembó) Ferrocarril S 26 HORA 21



América su compromiso de modernidad. "La cultura milenaria con la vida cotidiana como un "encuentro de una planta" y consideró su ordenamiento no quieren figurar en un segundo grado de la que "las mujeres ya nacidas, dijo en su predica de madre de tres hijos, y con siete, Detener-Baumatz, casada.





ARRIBOS

VUELOS INTERNACIONALES

COMPANIA	Nº VUELO	HORA	PROCEDENCIA	COMPANIA	Nº
Aeroflot	339	08.10	Mosú, Maki, Cabo Verde		
Lan Chile	110	15.15	New York, Miami, Santiago, Ezeiza	Lan Chile	
Pluna	1704	12.50	Asunción	Pluna	

La REP. 23-8-94

La III Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo tendrá como temas centrales del debate el control de la natalidad y la legalización del aborto

## Mientras Uruguay aumentará su población sólo un 21%, Latinoamérica lo hará un 50%

■ Uruguay tendrá el próximo año aproximadamente 3.179.000 habitantes, mientras que las proyecciones para el año 2030 sitúan en 3.856.000 el número de pobladores para nuestro país.

Estas cifras, corresponden a estimativos que maneja el Banco Mundial, organismo que ha pronosticado que la población latinoamericana y del Caribe, crecerá un 50% entre 1995 y el 2030, y pasará de 474 a 715 millones.

Entre tanto, las Naciones Unidas, han aseverado que América Latina junto a África y Asia será una de las zonas más afectadas por el crecimiento desmesurado y ha alertado, a su vez, que su desarrollo tecnológico y de recursos naturales, no serán suficientes como para cubrir las necesidades de los nuevos pobladores de este continente.

### UNA CONFERENCIA CON URGENTES PROBLEMAS

Las Naciones Unidas realizarán, entre el 5 y el 13 de setiembre del corriente año, en la ciudad de El Cairo, la III Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, donde no solamente se debatirá sobre la explosión demográfica, sino sobre temas tan trascendentes como el control de la natalidad y la legalización del aborto, tópico este último que ha suscitado un elevado interés y despertado una incipiente polémica en la sociedad uruguaya, trasladada al seno de los partidos políticos en estos últimos días.

De esta III Conferencia Internacional de Población y Desarrollo participarán instituciones y organismos diversos, tales como el Banco Mundial y Unicef, y está previsto que temas tan importantes y urgentes y que afligen sobre manera a las sociedades de todo el orbe como la superpoblación, el hambre, la falta de recursos naturales, la contaminación ambiental y el efecto invernadero, estén presentes

\* El encuentro mundial organizado por las Naciones Unidas se desarrollará entre los días 5 y 13 de setiembre próximo en El Cairo

\* La explosión demográfica que llevará prácticamente a duplicar la población mundial —de los 5.600 millones pasará a 9.000 millones— para el 2025 acarreará serios problemas alimentarios y producirá grandes migraciones



Los conflictos internos en los países africanos, como es el caso de Ruanda, producen emigraciones masivas hacia países vecinos, lo que se considera el preludio de lo que le espera al mundo en las primeras décadas del siglo XXI.

en los debates y ponencias en el seno del plenario de la conferencia.

Previo a la reunión de El Cairo, cinco comisiones de trabajo se encuentran preparando proyectos de resolución en temas tales como desarrollo y medio ambiente, planificación familiar, mujeres, y salud y problemas del sida.

### LOS INCONVENIENTES DE LA MIGRACION

Las estimaciones que han hecho

organismos especializados indican que para el año 2025, la población mundial, pasará de 5.600 millones de habitantes a más de 9.000 millones, y uno de los problemas urgentes con que se enfrentan los distintos estados y países, es el tema de la migración.

"En esta temática hemos trabajado hoy más que nunca", ha dicho K. Kratochwil de la Organización Internacional para las Migraciones por lo que se entiende que éste es uno de los asuntos más graves que afectan, hoy día, a la población mundial.

Las grandes migraciones que se están dando a lo largo y ancho del orbe son proclives a afectar seriamente la economía tanto de los

países industriales como los subdesarrollados.

En este sentido Alemania, Estados Unidos, España, Italia y Francia, entre otros, que son referentes de miles y miles de habitantes de las más diversas partes del mundo, ya están tomando precauciones ante el trasiego sostenido de personas hacia esos países.

El informe del Banco Mundial sostiene que el 95% del crecimiento de la población tendrá lugar en las zonas más deprimidas y pobres del mundo, lo que provocará seguramente, como ya está sucediendo —recuérdese la xenofobia— un desequilibrio entre demografía, desarrollo y tecnología en el planeta que llevará a permanentes enfrenta-

mientos, como ya está sucediendo en algunos países, principalmente en Europa.

A los problemas de la superpoblación se le debe agregar el de la falta de alimentos y la infertilidad de los suelos, lo que llevará a provocar verdaderos colapsos, si se tiene en cuenta que habrá sustancialmente más bocas para alimentar de lo que se pueda producir para los próximos años.

Todos estos graves problemas serán tratados en la III Conferencia de Población y Desarrollo a partir del día 5 de setiembre próximo, a los que se le debe agregar los temas de la salud y la falta de recursos.

A modo de ejemplo el Banco Mundial en su informe de 1994, señala que en Asia (salvo China) 65% de los 43,2 millones de mujeres embarazadas y 57% de los 253 millones que no lo están, padecen anemia; mientras que en Asia, África y América del Sur del 5 al 17% están anémicas.

El hecho de que la población mundial irá en constante aumento (la población actual es de 5.600 millones de habitantes y que cada diez años el número se incrementa en 1.000 millones y que dentro de treinta años la cifra actual se habrá duplicado, y que muchas zonas del orbe quedaron prácticamente infértiles) hace que una gran incógnita se cierna sobre la humanidad en cuanto a qué podrá pasar, cómo se podrá ir solucionando los problemas que se presentan.

La III Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo tiene por delante una ardua tarea, y los resultados de la misma —según los expertos— deberán, prontamente, asumirse por los estados y las sociedades de este mundo, porque de lo contrario la humanidad comenzará a pagar un alto precio ante las disyuntivas que se le presentan.

"Esperemos que esto no suceda —añalan los analistas— sabemos que cuando más grave es la situación, siempre las sociedades hacen conciencia y de alguna forma evitan lo que hoy se pueda presentar como una tragedia. Para eso debatiremos y esperamos llegar a resultados que nos beneficien a todos".

## Latinoamérica va

### CRECIMIENTO POBLACIONAL (EN MILLONES)

PAIS	AÑO 1995	AÑO 2030	% AUMENTO
Argentina	34,254	44,621	30,3
Bolivia	8,075	14,798	83,3
Brazil	161,374	231,453	43,4
Chile	14,241	19,538	37,2
Colombia	35,101	50,67	44,4
Costa Rica	3,405	5,308	55,9
Cuba	10,992	12,798	16,4
Ecuador	11,721	18,839	60,7
El Salvador	5,669	9,469	67,0
Guatemala	10,602	21,843	106,0
Haití	7,090	11,023	55,5
Honduras	5,924	11,833	99,7
México	90,464	142,334	57,3
Nicaragua	4,212	8,171	94,0
Panamá	2,660	3,986	49,8
Paraguay	4,940	10,309	108,7
Perú	23,681	37,257	57,3
Rep. Dom.	7,701	11,446	48,6
Uruguay	3,179	3,856	21,3

Op

9500160

La REP. 23-8-94

La III Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo tendrá como temas centrales del debate el control de la natalidad y la legalización del aborto

## Mientras Uruguay aumentará su población sólo un 21%, Latinoamérica lo hará un 50%

■ Uruguay tendrá el próximo año aproximadamente 3.179.000 habitantes, mientras que las proyecciones para el año 2030 sitúan en 3.856.000 el número de pobladores para nuestro país.

Estas cifras, corresponden a estimativos que maneja el Banco Mundial, organismo que ha pronosticado que la población latinoamericana y del Caribe, crecerá un 50% entre 1995 y el 2030, y pasará de 474 a 715 millones.

Entre tanto, las Naciones Unidas, han aseverado que América Latina junto a África y Asia será una de las zonas más afectadas por el crecimiento desmesurado y ha alertado, a su vez, que su desarrollo tecnológico y de recursos naturales, no serán suficientes como para cubrir las necesidades de los nuevos pobladores de este continente.

### UNA CONFERENCIA CON URGENTES PROBLEMAS

Las Naciones Unidas realizarán, entre el 5 y el 13 de setiembre del corriente año, en la ciudad de El Cairo, la III Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, donde no solamente se debatirá sobre la explosión demográfica, sino sobre temas tan trascendentes como el control de la natalidad y la legalización del aborto, tópico este último que ha suscitado un elevado interés y despertado una incipiente polémica en la sociedad uruguaya, trasladada al seno de los partidos políticos en estos últimos días.

De esta III Conferencia Internacional de Población y Desarrollo participarán instituciones y organismos diversos, tales como el Banco Mundial y Unicef, y está previsto que temas tan importantes y urgentes y que afligen sobre manera a las sociedades de todo el orbe como la superpoblación, el hambre, la falta de recursos naturales, la contaminación ambiental y el efecto invernadero, estén presentes

\* El encuentro mundial organizado por las Naciones Unidas se desarrollará entre los días 5 y 13 de setiembre próximo en El Cairo

\* La explosión demográfica que llevará prácticamente a duplicar la población mundial —de los 5.600 millones pasará a 9.000 millones— para el 2025 acarreará serios problemas alimentarios y producirá grandes migraciones



Los conflictos internos en los países africanos, como es el caso de Ruanda, producen emigraciones masivas hacia países vecinos, lo que es considerado el preludio de lo que le espera al mundo en las primeras décadas del siglo XXI.

en los debates y ponencias en el seno del plenario de la conferencia.

Previo a la reunión de El Cairo, cinco comisiones de trabajo se encuentran preparando proyectos de resolución en temas tales como desarrollo y medio ambiente, planificación familiar, mujeres, y salud y problemas del sida.

### LOS INCONVENIENTES DE LA MIGRACION

Las estimaciones que han hecho

organismos especializados indican que para el año 2025, la población mundial, pasará de 5.600 millones de habitantes a más de 9.000 millones, y uno de los problemas urgentes con que se enfrentan los distintos estados y países, es el tema de la migración.

"En esta temática hemos trabajado hoy más que nunca", ha dicho K. Kratochwil de la Organización Internacional para las Migraciones por lo que se entiende que éste es uno de los asuntos más graves que afectan, hoy día, a la población mundial.

Las grandes migraciones que se están dando a lo largo y ancho del orbe son proclives a afectar seriamente la economía tanto de los

países industriales como los subdesarrollados.

En este sentido Alemania, Estados Unidos, España, Italia y Francia, entre otros, que son referentes de miles y miles de habitantes de las más diversas partes del mundo, ya están tomando precauciones ante el trasiego sostenido de personas hacia esos países.

El informe del Banco Mundial sostiene que el 95% del crecimiento de la población tendrá lugar en las zonas más deprimidas y pobres del mundo, lo que provocará seguramente, como ya está sucediendo —recuérdese la xenofobia— un desequilibrio entre demografía, desarrollo y tecnología en el planeta que llevará a permanentes enfrenta-

mientos, como ya está sucediendo en algunos países, principalmente en Europa.

A los problemas de la superpoblación se le debe agregar el de la falta de alimentos y la infertilidad de los suelos, lo que llevará a provocar verdaderos colapsos, si se tiene en cuenta que habrá sustancialmente más bocas para alimentar de lo que se pueda producir para los próximos años.

Todos estos graves problemas serán tratados en la III Conferencia de Población y Desarrollo a partir del día 5 de setiembre próximo, a los que se le debe agregar los temas de la salud y la falta de recursos.

A modo de ejemplo el Banco Mundial en su informe de 1994, señala que en Asia (salvo China) 65% de los 43,2 millones de mujeres embarazadas y 57% de los 253 millones que no lo están, padecen anemia; mientras que en Asia, África y América del Sur del 5 al 17% están anémicas.

El hecho de que la población mundial irá en constante aumento (la población actual es de 5.600 millones de habitantes y que cada diez años el número se incrementa en 1.000 millones y que dentro de treinta años la cifra actual se habrá duplicado, y que muchas zonas del orbe quedaron prácticamente infértiles) hace que una gran incógnita se cierna sobre la humanidad en cuanto a qué podrá pasar, cómo se podrá ir solucionando los problemas que se presentan.

La III Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo tiene por delante una ardua tarea, y los resultados de la misma —según los expertos— deberán, prontamente, asumirse por los estados y las sociedades de este mundo, porque de lo contrario la humanidad comenzará a pagar un alto precio ante las disyuntivas que se le presentan.

"Esperemos que esto no suceda —señalan los analistas— sabemos que cuando más grave es la situación, siempre las sociedades hacen conciencia y de alguna forma evitan lo que hoy se pueda presentar como una tragedia. Para eso debatiremos y esperamos llegar a resultados que nos beneficien a todos".

## Latinoamérica va

### CRECIMIENTO POBLACIONAL (EN MILLONES)

PAIS	AÑO 1995	AÑO 2030	% AUMENTO
Argentina	34,254	44,621	30,3
Bolivia	8,075	14,798	83,3
Brazil	161,374	231,453	43,4
Chile	14,241	19,538	37,2
Colombia	35,101	50,67	44,4
Costa Rica	3,405	5,308	55,9
Cuba	10,992	12,798	16,4
Ecuador	11,721	18,839	60,7
El Salvador	5,669	9,469	67,0
Guatemala	10,602	21,843	106,0
Haití	7,090	11,023	55,5
Honduras	5,924	11,833	99,7
México	90,464	142,334	57,3
Nicaragua	4,212	8,171	94,0
Panamá	2,660	3,986	49,8
Paraguay	4,940	10,309	108,7
Perú	23,681	37,257	57,3
Rep. Dom.	7,701	11,446	48,6
Uruguay	3,179	3,856	21,3

Ok

9500160

AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

## III.- FACTOR SICO - SOCIAL.-

1.- La Comunidad Económica Europea (CEE) está haciendo intensa presión sobre el Gobierno Portugués para que modifique la legislación nacional que concede doble nacionalidad a los ciudadanos brasileños que residen en Portugal. Las noticias del éxodo de brasileños a raíz de la crisis económica por la que pasa el país está preocupando seriamente a los Gobiernos de países de Europa occidental, que temen una invasión de brasileños a partir de 1992, año en que se completará la total integración de la CEE mediante la supresión de todas las barreras aún existentes, que limitan las posibilidades laborales a los ciudadanos en países de los que no son oriundos. Hasta hace algunos años, los brasileños que vivían en Portugal no eran más de mil. En la actualidad superan 10.000, hecho que ha causado un cambio negativo en la forma en que son recibidos y tratados por los portugueses.-

2.- La Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB) está recomendando a todas las Diócesis que hagan un estudio de los asuntos que necesitan tratamiento preferente durante la etapa de votación de las Leyes Complementarias de la nueva Constitución. La recomendación integra una "guía de acción" cuyo objetivo es que las Comunidades Eclesiásticas de Base continúen influyendo hasta el final del proceso iniciado con la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente. "Muchos hacen propuestas y dan opiniones jurídicas con el fin de anular conquistas de la nueva Carta", afirma el documento de la CNBB, y agrega que es necesaria la movilización de los cristianos de base para garantizar la autoaplicación de algunos derechos en ella consagrados.-

3.- Los Ministros Militares afirmaron que el Pacto Social es el mejor camino para que el país supere la crisis, y sugirieron que, además del Gobierno, los empresarios y los trabajadores, en las negociaciones también participe la prensa. Esta información fue dada por el General JOSE ARY LACOMBE, Jefe del Centro de Comunicación Social del Ejército, después de la reunión que mantuvieron los Ministros PIRES GONÇALVES, SABOIA y MOREIRA LIMA, del Ejército, la Marina y la Aeronáutica, respectivamente.-

SECRETO

...///



# Organización egipcia amenazó de muerte a participantes en conferencia de ONU

*La organización clandestina egipcia Jamaa Islamiya amenazó ayer de muerte a todos los participantes extranjeros de la conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo, prevista para principios de setiembre en El Cairo.*

EL CAIRO/ANSA

"Jamaa Islamiya advierte a todos los extranjeros presentes en la 'conferencia del libertinaje', que al participar en esa conferencia, rechazada por todos los sectores del pueblo egipcio, en particular por Al Azhar, ponen en peligro su vida", dijo la organización en un comunicado.

Al Azhar es la más alta institución sunita en Egipto.

En la nota, Jamaa reivindica, además, el atentado en el que ayer murió un joven español

en Alto Egipto e intimó, una vez más, a los extranjeros para que "no vengan a Egipto".

El comunicado añade que el atentado de ayer "marca el inicio de una nueva etapa de las operaciones... contra el régimen herético de Egipto".

En el atentado del viernes murió un joven español de 13 años, mientras que otras cuatro personas, entre las que se encontraba el padre de la víctima, resultaron heridas. El atentado fue cometido en Naga Hammadi, una ciudad del Sur egipcio.

En los últimos dos años y medio, la violencia de los integristas islámicos provocó en Egipto la muerte de casi 400 personas, entre ellas cuatro turistas extranjeros.

Los atentados se produjeron sobre todo en el Sur del país, donde Jamaa Islamiya ha concentrado sus operaciones.

La Conferencia de Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo se abrirá en El Cairo el 5 de setiembre, con la participación de alrededor de 20.000 personas, incluidos numerosos jefes de gobierno y de Estado.

Hace unos días, Jamaa Islamiya atacó al borrador del texto de la conferencia, sobre todo en lo que respecta al aborto y a los temas vinculados con la libertad sexual.

Hoy, cinco militantes integristas musulmanes y un oficial de policía murieron en Tema, al Sur de Egipto, en una redada de las fuerzas

de seguridad locales, dijo la agencia oficial Mena. Una patrulla policial irrumpió en un refugio de los integristas, cerca de Sohag, a unos 500 kilómetros al Sur de El Cairo, y en el tiroteo cayó el Teniente Coronel Hassan Hussein Abdel Rahim, de 40 años, y cinco militantes. La caza de integristas que las fuerzas del orden egipcias efectúan casi diariamente se incrementó después del atentado contra el autobús de turistas españoles en Nagua Hammadi, siempre cerca de Sohag.

El de hoy es el tercer incidente que protagonizan los grupos islámicos en Egipto en 24 horas.

El recrudecimiento de las acciones terroristas, que la Policía egipcia atribuye al grupo Gama'a al-Islamiya, se produce a pocos días de la inauguración en El Cairo de la conferencia de Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo.

## Papa manifestó preocupación por la sexualidad sin referencias éticas

El Papa manifestó ayer su preocupación por la posibilidad de que en la Conferencia Mundial sobre Población que comienza la semana próxima se promueva "una sexualidad carente de referencias éticas y de valores familiares".

CASTELGANDOLFO/ANSA

"Temo una cierta tendencia del documento preparatorio de la Conferencia que concibe la sexualidad en clave demasiado individualista y no evalúa suficientemente las implicaciones sociales que son fundamento del matrimonio y de la familia", afirmó el Pontífice durante el Angelus pronunciado en la residencia estival de Castelgandolfo, a unos 20 kilómetros de Roma.

Hablando a los fieles desde el balcón de la localidad serrana romana, el Papa -frente a la inminente Conferencia de El Cairo sobre Población y Desarrollo que tendrá lugar del 5 al 13 de setiembre- sostuvo que la reunión "debería orientarse hacia una promoción de una cultura de la procreación responsable en el matrimonio".

"Sería grave si durante la Conferencia, en vez de orientarse hacia una verdadera promoción de una cultura de procreación responsable, los participantes se conformasen con aceptar o incluso favorecer una sexualidad carente de referencias éticas", sostuvo el Pontífice.

Juan Pablo II, que regresó el sábado de diez días de vacaciones transcurridas en

el Valle de Aosta, encontró luego un aliado en la tesis de la familia como "elemento natural fundamental de la sociedad" en Aristóteles: "El hombre -dijo el Papa citando al filósofo- es por su naturaleza más propenso a vivir en pareja que a asociarse políticamente, porque la familia es algo anterior y más necesario que el Estado".

Concluyendo su discurso a los fieles, el

Pontífice auspició que en la Conferencia prevalezca "el coraje de elecciones inteligentes y prudentes".

Juan Pablo II ha hecho de la Conferencia sobre Población y Desarrollo una verdadera batalla para que se excluya explícitamente al aborto como medio de control del crecimiento de la población y para defender los valores tradicionales de la familia.



TRES TURISTAS ESPAÑOLES, MUERTOS EN AT

## Rebote del inte

El grupo fundamentalista egipcio Yamá Islamiya reivindicó ayer el atentado contra turistas españoles, a causa del cual murió un niño de 9 años y resultó con heridas críticas su padre. La misma organización amenaza

MADRID, 27 (Especial para Clarín). - Tres turistas españoles murieron y otros cinco fueron heridos en los últimos cuatro días como resultado de atentados terroristas en Egipto y Marruecos, reivindicados por organizaciones integristas.

Los mismos grupos islámicos han amenazado con asesinar a los 23.000 diplomáticos y periodistas de 150 naciones que se reunirán en El Cairo, la capital egipcia, con motivo de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo de las Naciones Unidas que se desarrollará entre el 5 y el 12 de setiembre.

El atentado en Marruecos ha derivado en un serio enfrentamiento de este país con Argelia, que hoy anunció el cierre de la frontera con el reino alauita.

Ayer murió el niño español Pablo Usán San Ambrosio, de 9 años, cuando un comando de la más sangrienta organización integrista islámica de Egipto, Yamá Islamiya (Asamblea Islámica), acribilló a balazos un autobús turístico en la provincia de Qena. El padre de la víctima fue gravemente herido en el estómago y la madre en un pie. También recibieron impactos de bala otro turista español y la guía de la excursión.

Esta tragedia ha dado un golpe definitivo a la agonizante industria turística local, la principal fuente de divisas de su endeble economía. Con el niño español son ya diez los turistas extranjeros muertos en Egipto por atentados integristas, especialmente del grupo Yamá Islamiya, que intentan precipitar una grave crisis económica para derribar al gobierno del presidente Hosni Mubarak y remplazarlo por una república islámica inspirada en la revolución iraní.

La policía egipcia montó un espectacular dispositivo de seguridad en las grandes ciudades. El escondite de un grupo extremista en la ciudad de Sohag, situada 500 kilómetros al sur de El Cairo, fue asaltado hoy por la policía que dio muerte a cinco militantes. El comandante de las fuerzas de seguridad también resultó muerto. Estos enfrentamientos han producido 400 víctimas mortales y la justicia egipcia ha ahorcado a 29 militantes de los grupos más violentos.

El cadáver del niño llegará a Madrid el lunes. Mañana serán transportados a los aeropuertos de Málaga y Barcelona los cadáveres de dos turistas españoles asesinados el miércoles pasado en la ciudad marroquí de Marrakech. Varios encapuchados atacaron el salón principal del lujoso hotel Atlas Asni en el momento en que varios turistas españoles estaban disfrutando el comienzo de una excursión.

Antonio García Cuevas y Salvador Torras Turrell murieron en el acto al recibir varios impactos de armas automáticas y otro español resultó herido de gravedad. Ayer por la tarde, la policía marroquí detuvo a un grupo de militantes radicales argen-

linos que disponían de un nutrido arsenal y actuaban en complicidad con ciudadanos de Marruecos que habían llegado desde Francia. Miembros de ese grupo fue-

ron los responsables de la matanza en Marrakech.

Este atentado es parte de la estrategia integrista de arruinar la industria turística para profundizar los prob-



AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

///: durante los Gobiernos Militares, recurrió a la Justicia contra éste, acusándolo de calumnias e injurias, y al Tribunal Regional Electoral (TRE) con el fin de responder las críticas "ofensivas e infundadas" que le vienen siendo hechas por MAGALHÃES en el horario de propaganda electoral gratuita. PIRES reivindica el derecho de usar el mismo tiempo utilizado por el Ministro en el programa electoral del PFL, en el cual insinuó que en el Gobierno estatal hay corrupción.-

4.- El Palacio del Planalto divulgó una nota oficial en la que criticó el documento elaborado por el Senador CARLOS CHIARELLI, Coordinador de la Comisión Parlamentaria de Investigación (CPI) de la corrupción administrativa, que acusa al Presidente SARNEY y a otros importantes funcionarios de la comisión de diversos delitos. La nota, redactada y divulgada por el Ministro de Justicia, PAULO BROSSARD, afirma que el informe es un "discurso cansador, inepto y poco serio", y que ha sido hecho con mala fé. "No producirá efecto alguno en el plano legal", concluye la nota, que, según BROSSARD, fue difundida con expresa autorización de SARNEY.-

5.- Con la discreción con que se acostumbra en estos casos, el Gobierno Brasileño, está apoyando la elección de CARLOS ANDRES PEREZ, del Partido Acción Democrática (socialdemócrata), para un nuevo mandato presidencia en Venezuela, en las elecciones que se harán el 4 de diciembre próximo. Además de que cuenta con muchos amigos en Brasil, entre ellos, el líder del PSDB, FRANCO MONTORO, en su primer mandato, PEREZ fue el responsable por la normalización de las relaciones diplomáticas entre Brasil y Venezuela, deterioradas por el derrocamiento del Gobierno Constitucional de JOÃO GOULART en 1964.-

6.- Se informó que JOSE SARNEY viajará a Perú a principios de diciembre, por invitación hecha por el Presidente ALAN GARCIA. Previamente, los días 27, 28 y 29 de noviembre, SARNEY irá a Argentina, donde se reunirá con RAUL ALFONSIN. Los Presidentes de ambos países establecieron un mecanismo de consultas cada seis meses. La agenda internacional de SARNEY prevé también un viaje a Angola y otro a la India, antes del 15 de enero. Para el primer semestre de 1989, están previstos viajes a Francia, Italia y Alemania Federal. Para todos estos casos, SARNEY ordenó

SECRETO

...///

Los integristas islámicos piden la suspensión

085 29-8-94

## La Conferencia sobre Población genera gran polémica en Egipto

Las banderas de la ONU y de Egipto ya fueron izadas en el Centro Internacional de Conferencias de Naser City, barrio al norte de El Cairo, en una ceremonia por la que el país anfitrión hizo entrega oficial de las instalaciones que albergarán a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD).

El foro, organizado por el Fondo de Población de las Naciones Unidas (Fnuap), que se celebrará entre el 5 y el 13 de setiembre y congregará a unas 20.000 personas, ha provocado una amplia polémica en Egipto entre partidarios y detractores de la reunión.

El último intento de evitar que se celebre la CIPD, a la que asistirán 23 jefes de Estado o de Gobierno encabezando sus delegaciones, fue el de un grupo de abogados islámicos que demandaron judicialmente la suspensión del foro.

En las audiencias que empezaron la semana pasada, los letrados integristas alegaron que la CIPD es "una conspiración sionista-imperialista para imponer su hegemonía sobre los países islámicos".

Los grupos y movimientos integristas, e incluso sectores musulmanes más moderados, también redoblaron sus críticas en los últimos días, especialmente tras el dictamen emitido por el mufti de la República, Mohamed Said Tantawi, máxima autoridad legal religiosa del país, quien afirmó que no veía nada censurable en la agenda prevista de la Conferencia.

Esa resolución se enfrentó abiertamente con la opinión expresada por la institución más influyente en materia religiosa, el comité de ulemas (sabios religiosos) de la mezquita de Al Azhar, que condenó sin paliativos la CIPD por considerar que intentará imponer al mundo musulmán cuestiones prohibidas como el aborto o las relaciones sexuales fuera del matrimonio.

aseguran que el Islam sólo lo permite en un caso: si hay peligro para la vida de la madre.

Finalmente, el mufti considera meritorios los "repetidos llamamientos contra la limpieza étnica en Bosnia-Herzegovina y contra la discriminación de los inmigrantes en países desarrollados, el lema 'educación para todos' y el impulso a la investigación científica en varias áreas". Entre los aspectos negativos, destacó la inclusión del "individuo" en las prácticas de planificación familiar, "pues deben estar reservadas únicamente a las parejas casadas legalmente". ■ (EFE)

como el SIDA", junto a "advertencias frecuentes contra los abortos que pueden poner en peligro la vida de la madre".

En este sentido, la diferencia entre el mufti y el comité de Al Azhar es que Tantawi acepta el aborto cuando ha habido violación o adulterio, mientras que los ulemas

\* 97 01 67 \*

DE BOLSA

JRSA



Los integristas islámicos piden la suspensión

033 29-8-84

## La Conferencia sobre Población genera gran polémica en Egipto

Las banderas de la ONU y de Egipto ya fueron izadas en el Centro Internacional de Conferencias de Naser City, barrio al norte de El Cairo, en una ceremonia por la que el país anfitrión hizo entrega oficial de las instalaciones que albergarán a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD).

El foro, organizado por el Fondo de Población de las Naciones Unidas (Fnuap), que se celebrará entre el 5 y el 13 de setiembre y congregará a unas 20.000 personas, ha provocado una amplia polémica en Egipto entre partidarios y detractores de la reunión.

El último intento de evitar que se celebre la CIPD, a la que asistirán 23 jefes de Estado o de Gobierno encabezando sus delegaciones, fue el de un grupo de abogados islámicos que demandaron judicialmente la suspensión del foro.

En las audiencias que empezaron la semana pasada, los letrados integristas alegaron que la CIPD es "una conspiración sionista-imperialista para imponer su hegemonía sobre los países islámicos".

Los grupos y movimientos integristas, e incluso sectores musulmanes más moderados, también redoblaron sus críticas en los últimos días, especialmente tras el dictamen emitido por el mufti de la República, Mohamed Said Tantawi, máxima autoridad legal religiosa del país, quien afirmó que no veía nada censurable en la agenda prevista de la Conferencia.

Esa resolución se enfrentó abiertamente con la opinión expresada por la institución más influyente en materia religiosa, el comité de ulemas (sabios religiosos) de la mezquita de Al Azhar, que condenó sin paliativos la CIPD por considerar que intentará imponer al mundo musulmán cuestiones prohibidas como el aborto o las relaciones sexuales fuera del matrimonio.

Gran número de oradores de las mezquitas condenaron, en las plegarias del viernes, la conferencia que, opinan, aspira a destruir los valores islámicos.

El mufti, sin embargo, tras su primer dictamen general favorable a la CIPD, difundió una opinión más matizada, en un intento de unificar la postura del Islam frente a la agenda prevista para el debate, y evitar así las diferencias radicales.

Tantawi concluyó que el proyecto de programa contiene nueve puntos positivos y seis negativos.

Entre los méritos destacó la presentación de "estadísticas apropiadas sobre la población mundial y aspectos del desarrollo económico, social y científico que ayudarán a aliviar la pobreza, la ignorancia y las enfermedades".

También pone "énfasis en los derechos humanos, en la educación y en la prevención sanitaria, y la prohibición de actividades humillantes como el trabajo infantil, la prostitución y la pornografía".

Otros puntos positivos que destacó se refieren a "las continuas advertencias contra las relaciones sexuales irregulares, que pueden llevar a enfermedades mortales

como el SIDA", junto a "advertencias frecuentes contra los abortos que pueden poner en peligro la vida de la madre".

En este sentido, la diferencia entre el mufti y el comité de Al Azhar es que Tantawi acepta el aborto cuando ha habido violación o adulterio, mientras que los ulemas

aseguran que el Islam sólo lo permite en un caso: si hay peligro para la vida de la madre.

Finalmente, el mufti considera meritorios los "repetidos llamamientos contra la limpieza étnica en Bosnia-Herzegovina y contra la discriminación de los inmigrantes en países desarrollados, el lema 'educación para todos' y el impulso a la investigación científica en varias áreas". Entre los aspectos negativos, destacó la inclusión del "individuo" en las prácticas de planificación familiar, "pues deben estar reservadas únicamente a las parejas casadas legalmente". ■ (EFE)

AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

## I.- FACTOR POLITICO.-

- 1.- Nadie comentó la denuncia del Senador ITAMAR FRANCO de que hubo fraude en la nueva Constitución. El artículo 59 de la versión final de ésta define el proceso legislativo, que comprende la elaboración de: I- Enmiendas a la Constitución; II- Leyes Complementarias; III- Leyes Ordinarias; IV- Leyes Delegadas; V- Medidas Provisorias; VI- Decretos Legislativos; VII- Resoluciones. Al consultar el texto final, votado en el segundo turno, se puede comprobar que no figura el punto V, Medidas Provisorias, que son definidas como de competencia exclusiva del Presidente de la República. Al haber sido incluidas en el proceso legislativo, se está sugiriendo que el propio Congreso tendrá facultades para decretarlas. En la Comisión de Redacción no se hizo modificación alguna en este sentido, por lo tanto, alguien debe haber hecho este agregado en el momento de la impresión, lo que, de hecho, constituye un fraude.- (Comentarios Políticos).-
- 2.- El Presidente de la República, JOSE SARNEY, el Consultor General, SAULO RAMOS, y los Ministros de Hacienda, Planificación, Transportes y Comunicaciones podrán responder por delitos que les imputa la Comisión Parlamentaria de Investigación (CPI) de la corrupción, en caso de que el Senado acepte el pedido de imputación hecho por el Presidente de la CPI, Senador JOSE IGNACIO FERREIRA, en su condición de ciudadano. Esta denuncia es consecuencia de la sugerencia hecha en su informe por el coordinador de la Comisión, Senador CARLOS CHIARELLI, quien también solicita juicio para el ex-Ministro de Planificación, ANIBAL TEIXEIRA. El Presidente SARNEY es acusado de ser el autor material del delito de dolo, pues, según la CPI, firmó e hizo publicar en el Diario Oficial innumerables documentos que causaron pérdidas al patrimonio público. "En muchas oportunidades SARNEY tenía total conciencia de lo que hacía", manifestó FERREIRA, y agregó que, además, cometió una serie de actos inconstitucionales en la ejecución de la Ley Presupuestaria del período 87/88, al autorizar gastos que no fueron aprobados por el Congreso.-
- 3.- El Gobernador del Estado de Bahía, WALDIR PIRES, quien fue denunciado por el Ministro de Comunicaciones, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, de enriquecimiento ilícito

# Arabia Saudita se negó a concurrir a la conferencia de la UN en El Cairo

62 Nac' 30/8/94

**Polémicas aumentan las críticas al proyecto de esa organización sobre población; Indonesia adelantó su rechazo a un pronunciamiento abortista; la lucha del Vaticano.**

EL CAIRO, 29 (ANSA).- Arabia Saudita no participará de la conferencia internacional de la UN sobre Población y Desarrollo, que suscitó una gran polémica en sectores religiosos musulmanes, según declaraciones de un vocero de la embajada saudita en la capital egipcia, que no dio más explicaciones.

Hace unos días, el diario saudita Okaz, en cambio, había invitado a los países árabes e islámicos a participar en la cumbre "para proteger la moral de las religiones e impedir cualquier decisión contraria a ellas".

Para el diario, participar "es el camino mejor para modificar el documento de las Naciones Unidas".

## Rechazo de Indonesia

YAKARTA, 29 (AFP).- Indonesia, el país con mayor población musulmana del mundo, rechazará toda propuesta que tienda a legalizar el aborto y los casamientos entre homosexuales, en ocasión de la conferencia internacional de El Cairo sobre

población, anunció este lunes un ministro indonesio.

"No vamos a dejar que el mundo legalice" las uniones de homosexuales, declaró el ministro de Población y presidente del Consejo de Coordinación y Planificación Familiar, Haryono Suyono, luego de una reunión con el presidente Suharto.

Suyono encabezará la delegación indonesia de once miembros que participará la semana próxima en la conferencia de El Cairo.

## El criterio vaticano

VATICANO, 29 (Reuter).- El Papa Juan Pablo II se esfuerza por hacer valer el punto de vista católico en la conferencia de la UN sobre población que, de acuerdo con su criterio, promueve el aborto.

El Papa y sus consejeros se han opuesto vehementemente al contenido del proyecto de resolución que se analizará en la conferencia por iniciarse el 5 de septiembre en El Cairo, y han hecho lo posible por cambiarlo.

El Vaticano considera que el documento promueve el aborto como un método de control de natalidad y desecha los valores familiares tradicionales. También lo califica de totalitarista.

Estas declaraciones provocaron el rechazo de grupos feministas, católicos romanos liberales y planificadores de población.

El Pontífice desea que la conferencia excluya explícitamente el aborto como un método de control de la natalidad.

Uno de los puntos del documento, de 118 páginas, indica que "las mujeres deberían tener el derecho de interrumpir su embarazo en los casos en que la ley lo permita o si así lo deciden".

## Pérdida de derechos

El Papa ha dicho que "las cosas van en la dirección equivocada, destinadas a dar una mayor legitimidad a la práctica legal del aborto. La humanidad sufrirá otra gran pérdida de derechos y de justicia".

Nafis Sadik, jefe del Fondo de las Naciones Unidas sobre Población que patrocina la conferencia, dice que el Vaticano tiene todo el derecho de expresar su opinión.

No obstante, Sadik expresó a los periodistas que los contraceptivos artificiales, prohibidos por el Vaticano para los católicos romanos, eran preferibles a los riesgos asociados con los embarazos no deseados y los peligrosos abortos.

Los funcionarios del Vaticano opinan que en la conferencia se enfrentan estilos de vida y que las naciones industrializadas tratan de imponer una ética determinada a los países en desarrollo.

## Masacre histórica

"Estamos interesados en un consenso sobre el bienestar genuino de

hombres y mujeres y no en un consenso de palabras y mucho menos de consignas, dijo el vocero del Vaticano Joaquín Navarro Valls.

El cardenal Alfonso López Trujillo, jefe del Consejo del Vaticano para la Familia, dijo que la conferencia traerá "la masacre más desastrosa de la historia al suscribir el aborto como control familiar".

Obispos de los Estados Unidos, que han acusado a Washington de apoyar el aborto, dijeron al presidente Bill Clinton que la reunión intentaba promover "una actitud egoísta con respecto a la sexualidad humana, una aproximación destructiva hacia la familia y hacia la fibra moral de la sociedad".

## Respaldo musulmán

El Vaticano ha buscado el apoyo de los países musulmanes, incluyendo Libia e Irán.

Editoriales de diarios europeos y norteamericanos han criticado este acercamiento a "regímenes fundamentalistas".

Los funcionarios de la UN dicen que la verdadera solución a la crisis de población en el mundo es mejorar el nivel de vida de la mujer en países en desarrollo mediante la educación, la asistencia médica primaria, las mayores oportunidades económicas y un mayor acceso al control de la natalidad.

EMBAJADA DEL URUGUAY

SECRETO

BRASILIA - OF .-

12 DICIEMBRE 1988

HORA 1200.- - -



AGREGADO MILITAR  
BRASILIA

PARTE PERIÓDICO DE INFORMACIONES Nº 11/988.-/

(Período cubierto del 01 al 30 de noviembre de 1988)

I.- FACTOR POLITICO.-

II.- FACTOR ECONOMICO.-

III.- FACTOR SICO - SOCIAL.-

IV.- FACTOR MILITAR.-

V.- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-

VI.- ANEXO Nº 1 (recortes de prensa local sobre el URUGUAY).- (Omitido).-

VII.- DISTRIBUCION:

- 01 Ejemplar para Sr. J.E.M.E.-
- 01 Ejemplar para ARCHIVO.-

/APL/fas/



Cornel

ALBERTO P. LOUREIRO.-

SECRETO

AGRESION A LA FAMILIA Y A LOS VALORES RELIGIOSOS

# Países islámicos piden boicotear la Conferencia sobre Población

Ante las amenazas de atentados formuladas por grupos terroristas islámicos contra la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo, que se realizará del 5 al 13 de setiembre en El Cairo, la policía egipcia fue puesta en estado de alerta máxima. Varios grupos y organizaciones musulmanas, entre otros el Frente de Acción Islámica (FAI) de Jordania, exhortaron ayer a los estados árabes e islámicos a boicotear la reunión.

EL CAIRO y AMAN, 29 (EFE y Reuter). A una semana de la inauguración en El Cairo de la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo (CIPD) varios grupos islámicos reclamaron hoy a los estados árabes y musulmanes que boicoteen la reunión, por considerarla un atentado contra el Islam.

El Frente de Acción Islámica (FAI), el partido político más importante de Jordania, calificó hoy la conferencia de "flagrante agresión contra el orden familiar, la estructura social de la nación y sus valores religiosos y éticos".

"Pedimos también rechazar cualquier resolución que se adopte en la conferencia, en caso de que se celebre, porque no comprometerá a la nación (islámica) y solo representará a sus firmantes", señala el FAI en un comunicado.

La conferencia, que se celebrará en la capital egipcia entre el 5 y el 13 de setiembre y cuyo objetivo es acordar un programa de acción para frenar el crecimiento demográfico en el planeta, ha suscitado una fuerte controversia.

El FAI, al igual que otras organizaciones islámicas y católicas, incluyendo al propio Vaticano, denunció en particular los objetivos expresados en los documentos preparatorios, que aceptan el aborto y las relaciones sexuales fuera del matrimonio y proponen la limitación del crecimiento de la población en el Tercer Mundo.

El mufti de Arabia Saudita, jeque Abdel Aziz Ben Naz, hizo también hoy desde la ciudad de Taif un llamado a las autoridades sauditas y a todos los países musulmanes para que boicoteen la conferencia.

"Pedimos a Arabia Saudita y a los países musulmanes que no participen de la conferencia", declaró Ben Baz, jefe del Comité de los Grandes Ulemas, la más alta autoridad religiosa saudí.

"La conferencia debe ser condenada porque es incompatible con las enseñanzas de la religión musulmana", añadió el mufti.

El sábado próximo, agregó el mufti, habrá un encuentro del secretariado de la Liga del mundo musulmán, también para denunciar la conferencia.

Joe Sills, vocero del secretario general de la ONU, Butros Ghali, confirmó sin embargo hoy que la conferencia de El Cairo se celebrará tal como estaba prevista.

"No existe ningún plan tendiente a modificar (el lugar) de la conferencia", declaró Sills en una reunión con la prensa en Nueva York.

El presidente polaco Lech Walesa sumó hoy sus críticas a la conferencia a las ya realizadas por el papa Juan Pablo II. En una carta dirigida a los organizadores de la conferencia demográfica, Walesa censuró "la poca importancia concedida a los problemas morales en la redacción de los documentos preparatorios".

"Me han preocupado, sobre todo, las tesis relativas a la procreación del hombre y pienso que los autores de los documentos han dado a esos problemas tan delicados un tratamiento excesivamente simplista y superficial", afirmó el presidente polaco.

Walesa acusó abiertamente a los autores de los documentos de "haberse dejado arrastrar por la conveniencia de soluciones pragmáticas y prácticas" y de haberse olvidado de "los aspectos éticos de toda la cuestión".

Desde que se conoció el documento preparatorio, en marzo, el papa Juan Pablo II fue uno de los más severos críticos de la conferencia. En un enérgico discurso pronunciado ayer antes de iniciar el rezo del Angelus en su residencia veraniega de Castelgandolfo, el pontífice afirmó que "una sexualidad desprovista de fundamentos éticos" resulta destructiva para la familia tradicional.

## Egipto: alerta ante amenazas de atentados

EL CAIRO y NACIONES UNIDAS, 29 (AFP y EFE).

Los policías egipcios se encuentran en estado de alerta máxima, una semana antes de la apertura en El Cairo de la Conferencia de la ONU sobre Población, cuyos participantes extranjeros han sido amenazados de muerte por grupos islámicos radicales.

Delegaciones de 150 países asistirán a la conferencia, que se realizará del 5 al 13 de setiembre. Muchas de ellas estarán encabezadas por jefes de Estado o de Gobierno. La de Estados Unidos estará dirigida por el vicepresidente Al Gore.

Ciento cincuenta de los 192 invitados ya hicieron saber que estarán presentes en El Cairo, declaró el lunes el portavoz de la conferencia, Ayman al-Amir. En cambio, varios países musulmanes, tales como Arabia Saudita y Bangladesh, rehusaron participar en el conclave.

En la metrópoli de unos 15 millones de habitantes, con eternos problemas de circulación y donde las villas miseria crecen hasta en los techos, garantizar la seguridad de los mil-

les de la conferencia y el gobierno egipcio de la seguridad en la ciudad y alrededores del lugar de la reunión.

"Tenemos plena confianza en el gobierno egipcio, anfitrión para la cuestión de seguridad", dijo hoy en Nueva York el portavoz de la ONU, Joe Sills.

En el aeropuerto y en los puertos, los controles de identidad se han incrementado, "para evitar toda infiltración".

La prensa oficialista ha silenciado las amenazas lanzadas por el grupo terrorista Jamaa Islamiya -que reivindicó el atentado del viernes en el que murió un turista español y tres fueron heridos-, y que ha condenado a muerte a los extranjeros que participen en la reunión.

Tras el ataque del viernes, numerosas agencias de turismo españolas informaron sobre cancelaciones de reservas para viajar a Egipto. Además de estas cancelaciones, grupos de españoles que estaban pasando sus vacaciones en Egipto solicitaron anticipar su regreso.

lares de participantes extranjeros representa enormes dificultades.

Según una fuente de los servicios de seguridad, "el estado de alerta máxima fue decretado desde el 25 de agosto en la policía. Todos los permisos fueron suspendidos para evitar cualquier tentativa terrorista tendiente a perjudicar la imagen de Egipto".

"Será difícil que se cometa un gran atentado", estimó la fuente, precisando que "todas las instalaciones y sitios importantes que pueden ser objeto de atentados", tales como "hoteles, zonas turísticas, servicios gubernamentales, comisarias, iglesias y sinagogas" de la capital egipcia, han sido cuidadosamente inspeccionados y puestos bajo vigilancia.

Los servicios de seguridad de la ONU serán responsables de la seguridad en el interior de los loca-

9500160

Martes 30 de  
agosto de 1994

**La Republica**

En el aeropuerto y en los puertos los controles de identidad se han incrementado "para evitar toda infiltración" a la conferencia de El Cairo

## **Policía egipcia en estado de alerta máximo**

El Cairo (AFP)

■ Los policías egipcios están en estado de alerta máxima, una semana antes de la apertura en El Cairo de la Conferencia de la ONU sobre Población, cuyos

participantes extranjeros han sido amenazados de muerte por grupos islámicos.

Delegaciones de 150 países asistirán a la Conferencia, prevista del 5 al 13 de setiembre. Muchas de ellas estarán enca-

bezadas por jefes de Estado o de gobierno. La de Estados Unidos estará dirigida por el vicepresidente Al Gore.

"Ciento cincuenta de los 192 invitados ya hicieron saber que estarán presentes en El Cairo",

declaró a la AFP el portavoz de la conferencia, Ayman al-Amir. En cambio, varios países musulmanes, tales como Arabia Saudita y Bangladesh, rehusaron participar en el cónclave de El Cairo.

En esta metrópoli de unos 15 millones de habitantes, con eternos problemas de circulación y donde las villas miserias crecen hasta en los techos, garantizar la seguridad de los millares de participantes extranjeros representa un quiebracabezas.

Según una fuente de los servicios de seguridad, "el estado de urgencia máximo fue decretado desde el 25 de agosto en la policía.

Todos los permisos fueron suspendidos para evitar cualquier tentativa terrorista tendiente a perjudicar la imagen de Egipto".

"Será difícil que se cometa un gran atentado", estimó la fuente, precisando que "todas las instalaciones y sitios importantes que pueden ser objeto de atentados", tales como "hoteles, zonas turísticas, servicios gubernamentales, comisariatos, iglesias y sinagogas" de la capital egipcia, han sido cuidadosamente inspeccionados y puestos bajo vigilancia. En el aeropuerto y en los puertos, los controles de identidad se han incrementado, "para evitar toda infil-

tración". Para centralizar las actividades de las fuerzas de seguridad durante la conferencia, se abrió el miércoles un centro operacional.

Según la fuente, expertos en explosivos inspeccionaron los 190 hoteles donde se alojarán las delegaciones, y la vigilancia ha sido fortalecida.

Los operativos policiales se han multiplicado en los últimos días, y "decenas de sospechosos han sido detenidos e interrogados", agregó la fuente. Millares de presuntos islámicos están ya en prisión.

La prensa oficiosa ha silenciado las amenazas lanzadas por el grupo clandestino Jamaa Islamiya -que reivindicó el atentado del viernes pasado en el que murió un turista español y tres fueron heridos-, y que ha condenado a muerte a los extranjeros que participen en la reunión. Los responsables prefieren repetir hasta la saciedad que han logrado yugular los atentados desde hace varios meses, y que las formaciones islámicas han sido decapitadas e infiltradas por la policía.



le J. Mouton 30/12/84

# La Conferencia sobre la Población el supremo desafío de "congelar"

● Descontrolado crecimiento: 93 millones de habitantes más por año

A un ritmo de 93 millones al año, la población mundial se situará a fin de año en los 5.700 millones de personas. Esta explosiva ecuación demográfica se registrará particularmente en los países en vías de desarrollo, lo que contribuirá a incrementar las presiones sobre los medios de producción y, en definitiva, de supervivencia. La Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo que se celebrará en setiembre en El Cairo, analizará un conjunto de temas vitales para el futuro de la humanidad, que confrontará las tesis que propugnan severos controles de natalidad con las posturas de la Iglesia, que rechaza todo tipo de métodos anticonceptivos.

Del 5 al 13 de setiembre, en El Cairo, se celebrará la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, que analizará un conjunto de temas que atañen al futuro de la humanidad en los umbrales del próximo siglo, como el explosivo crecimiento demográfico, el desarrollo económico, la salud y el medioambiente.

En este foro mundial convocado por la Organización de las Naciones Unidas, se considerarán medidas encaminadas a estabilizar las tasas de crecimiento de población, aliviar las presiones subyacentes a la rápida urbanización y la migración dentro y fuera de fronteras, y la salvaguarda de los derechos de los emigrantes internacionales.

También estarán en el tapete temas como el de los refugiados, y el creciente envejecimiento de las poblaciones de los países en desarrollo.

## Explosivo crecimiento poblacional

El crecimiento de la población a escala mundial ha llegado a un nivel sin precedentes, y permanecerá en ese mismo nivel durante algún tiempo, según la opinión de los analistas en temas demográficos.

En ese contexto, la distribución de la población dentro de los países, que refleja tanto la migración interna como la explosión demográfica,

**Estupor: a fines de 1994, seremos 5.700 millones**

se modifica cada vez más debido a la influencia de la modernización y la migración desde las zonas rurales hacia los centros urbanos.

Este año, la población llegará a los 5.700 millones de personas. Cuando hace veinte años se celebró la última Conferencia Mundial de Población, ese total alcanzaba a

4.000 millones. Durante el decenio de 1990, cada año la población aumenta en unos 93 millones de personas, cifra superior a la de cualquier otro momento de la historia. Casi el 93% de este desmesurado aumento corresponde a los países en desarrollo.

En este fenómeno de crecimiento se aprecian diferencias sustanciales entre las regiones y los países.

## Expectativa de vida y alfabetización

En la conferencia que se celebrará en setiembre en El Cairo, se propondrán metas con un futuro horizonte de 20 años para el tamaño y la tasa de crecimiento de la población mundial. Esas metas se plantean con el propósito que sean prácticas y accesibles, principalmente mediante la ampliación de los servicios de planificación de la familia y de la información sobre el particular.

Además, se trazarán diversos objetivos con el propósito de abatir la mortalidad infantil y la mortalidad materna, así como también mejorar la expectativa de vida de la población.

El logro de estas metas, importantes en sí mismas, también contribuirá a aumentar el nivel de utilización de los métodos de planificación familiar, reducción de la fecundidad y a frenar el crecimiento demográfico mundial.

## Inquietantes proyecciones

La Organización de las Naciones Unidas, a través de sus organismos y unidades ejecutoras especializadas, ha efectuado tres diferentes proyecciones de la población mundial para el año 2025, sobre la base de diversas hipótesis acerca de las tasas de fecundidad.

La proyección, según la "variante baja", es de 7.900 millones de personas; según la "variante media" o variante más probable, la población podría llegar a los 8.500 millones de personas. En tanto, la

considerada "variante alta", pronostica un crecimiento que llevará la población mundial, en el año 2025, a los 9.100 millones de personas.

Existe entre estos tres niveles, una diferencia apreciable en lo que tiene relación con el consumo, producción y efectos medioambientales.

Para evaluar estas variables, es necesario tener en cuenta que a medida que los países atraviesan diferentes etapas de la transición desde niveles altos a niveles bajos de fecundidad y mortalidad, sus experiencias son totalmente diferentes.

En efecto, la mayoría de los países están exhibiendo un bajo crecimiento demográfico, pero con velocidades que cada vez difieren más entre sí.

De la población mundial, la quinta parte reside en países donde la transición demográfica aún no ha comenzado. En esas naciones, será preciso adoptar medidas para acelerar este proceso.

Se considera que es necesario aplicar mejores niveles de vigilancia de las tendencias de población, en particular en los países más populosos del mundo.

## Mejorar inversión en programas para niños y jóvenes

Debido a las altas tasas de fecundidad, muchos países en desarrollo tienen en sus poblaciones, una gran proporción de niños y jóvenes, lo cual plantea un importante reto en lo que tiene relación con la salud, la educación y el empleo.

Sobre este particular, cabe destacar que en la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo, se reafirmarán las metas trazadas en la Cumbre Mundial en Favor de la Infancia celebrada en 1990, recomendándose un aumento en las inversiones destinadas al desarrollo de niños y jóvenes, incluyendo la educación sobre la población, el medioambiente, la familia, la salud, la procreación y la sexualidad.



Este es el logo de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo, que por convocatoria de la ONU, se celebrará en setiembre en El Cairo. La explosión demográfica y las condiciones de vida de la población mundial, serán los dos temas básicos de debate y seguramente también de polémica.

La proporción de ancianos, en particular mujeres, en países tanto desarrollados como en desarrollo, ha aumentado notoriamente. Para abordar esta situación, es preciso

## Población podría duplicarse en menos de cincuenta años

crear condiciones que posibiliten que las personas ancianas trabajen y vivan independientemente de sus propias comunidades, por períodos tan largos como sea posible.

En ese contexto, se considera indispensable tener más en cuenta las necesidades de los ancianos en la planificación socioeconómica a largo plazo, atendiendo particularmente a la optimización de los programas de seguridad social.

**Presión del consumo sobre el medioambiente**  
La distribución de la población

y la emigración de las zonas rurales a las urbanas serán importantes temas de la Conferencia sobre Población y Desarrollo a celebrarse en El Cairo. Según información dada a conocer recientemente por las Naciones Unidas, el 43% de la población mundial vive en zonas urbanas (un 73% en las zonas más desarrolladas y un 34% en las menos desarrolladas). En comparación con los datos de hace veinte años, según las proyecciones, en el año 2005, la mitad de la población mundial será urbana.

Los países en desarrollo de América latina y Asia occidental tienen altos niveles de urbanización y de crecimiento poblacional. Por su parte, en África, Oceanía y Asia meridional los niveles son bastante más bajos, aunque el crecimiento es importante.

Uno de los fenómenos que más inquieta a los analistas es el comportamiento consumidor en las zonas urbanas, que sigue ejerciendo una enorme presión sobre el ecosistema mundial.

# y el Desarrollo afronta la explosión demográfica

Al mismo tiempo, el crecimiento urbano en muchos países en desarrollo, ha conducido a un deterioro de los asentamientos humanos, creando condiciones realmente insostenibles.

## El desafío de reducir el nivel de contaminación

Entre los problemas más acuciantes cabe mencionar las deficientes condiciones de vivienda, el inadecuado ordenamiento de los

## Temen por impacto en medioambiente y fuentes productivas

asentamientos en zonas propensas al desastre, la planificación deficiente del uso del suelo y la deficiente infraestructura básica.

La pobreza de los campesinos y el desempleo de éstos son las principales causas de urbanización. Para aliviar estas crecientes presiones, será necesario promover el desarrollo del sector rural.

Dado que las mujeres representan la mayor fuerza laboral campesina, es indispensable que las políticas de desarrollo contemplen la igualdad entre ambos sexos en la tenencia de la tierra, el crédito y los servicios.

El alivio del sufrimiento humano y la pobreza en las ciudades hacinadas requerirá la adopción de medidas, para proporcionar cantidades suficientes de viviendas, empleos, servicios de bienestar social y salud.

Si se lograra reducir la contaminación del aire y el agua y otros tipos de deterioro del medioambiente humano, se podrían abatir los niveles de mortandad por enfermedades evitables, que tienen su origen en las carencias de los servicios de salud y las deficientes condiciones del saneamiento.

Otros componentes detonantes de esta dramática situación han sido, por ejemplo, la eliminación incorrecta de residuos tóxicos, la violencia y las enfermedades contagiosas.

## Emigración y traumática inserción social

En 1992, el Banco Mundial estimó que había cien millones de personas que residían en países distintos del de origen. El número de emigrantes internacionales está aumentando rápidamente, lo cual refleja, en parte las muy intensas

presiones demográficas que caracterizan a sus países de origen.

Las corrientes migratorias afectan el desarrollo de los países de origen en forma positiva y a la vez negativa. Por ejemplo, las remesas que envían los emigrantes contribuyen a aumentar los niveles tanto de consumo como de inversión, mientras que la pérdida de personal capacitado obstaculiza el proceso de desarrollo.

Es preciso adoptar medidas para integrar social y económicamente a los emigrantes legales, proteger sus derechos y su bienestar y promover la tolerancia y la comprensión entre las distintas comunidades.

En tal sentido, se ha estimado conveniente proporcionar a los emigrantes locales a largo plazo, la opción de residir permanentemente en los países de asilo; estandarizar a nivel internacional la legislación relativa a inmigración; contribuir a la reunificación de las familias; asegurar el acceso de éstas a la educación, capacitación, empleo y vivienda y ayudar a los inmigrantes a aprender el idioma de los países receptores. Asimismo, es preciso adoptar providencias contra una eventual confrontación, rechazando el racismo y la xenofobia.

Si bien la migración internacional suele beneficiar tanto al país de origen como al de destino, es preciso reducir las presiones conducentes a una migración descontrolada, particularmente fomentando el empleo.

Estos son, sucintamente, los aspectos más trascendentes que se

## La planificación familiar en el centro del debate

rán abordados en setiembre próximo, en el marco de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo que se celebrará en El Cairo, cuya prioridad será proyectar el futuro de la humanidad rumbo al tercer milenio.

Cabe destacar que la conferencia se celebrará en El Cairo, Egipto, entre el 5 y el 13 de setiembre próximo.

Los preparativos de tan trascendente cónclave mundial se iniciaron en 1991 y se han ido intensificando a lo largo de los últimos tres años, a todos los niveles.

La conferencia es convocada por la Organización de las Naciones Unidas, que encomendó a un comité preparatorio todas las tareas de ajuste del temario a ser considerado; con representación de

todos los países miembros del organismo internacional.

El comité preparatorio celebró tres sesiones, en marzo de 1991, mayo de 1993 y abril de este año.

## Preparativos a todo nivel

Paralelamente, se han realizado cinco conferencias preparatorias a nivel regional, en Asia, África, Europa, América del Norte, América latina y las naciones de Medio Oriente.

Asimismo, se han celebrado reuniones técnicas de expertos sobre seis de los principales conjuntos de temas a ser abordados. Las conclusiones de estas reuniones representarán, seguramente, importantes aportes a la trascendente cumbre.

En este marco, los grupos no gubernamentales están desempeñando un importante papel. En tan sentido, cabe destacar que centenares de organizaciones de todas las regiones del mundo están obteniendo acreditaciones y contribuyendo con sus puntos de vista a los principales temas que se han de considerar.

Otro de los aspectos realmente trascendentes, que constituyen un cabal testimonio del interés despertado por la convocatoria de la ONU, es la integración de comités nacionales, que preparan informes sobre el tema de la población para ser presentados en el plenario de El Cairo.

Desde los más altos niveles de decisión hasta las instituciones no gubernamentales que están actualmente en un proceso embrionario, todos parecen coincidir en la trascendencia de esta cumbre mundial, en la que seguramente se habrán de adoptar resoluciones vitales para el futuro de la humanidad.

Lo inquietante de los indicadores sobre crecimiento y particularmente el impacto medioambiental de este fenómeno, constituyen, sin dudas, algunas de las preocupaciones que más desvelan a los expertos.

De todos modos, más allá de consensos, es seguro que algunos temas generarán controversias, en la medida en que se confrontarán tesis diferentes acerca del núcleo central de la conferencia.

Hay quienes propugnan severos controles de natalidad, para detener lo que parece ser un crecimiento demográfico desmesurado. Este postura será seguramente refutada por organizaciones religiosas y también laicas, que se oponen tenazmente a todo método anticonceptivo.



finir los nombres de los futuros presidenciables.

- Los sindicatos han radicalizado su posición y acompañan la campaña de la izquierda por "elecciones directas ya", lo que viene provocando incidentes de gran envergadura, de peligrosas derivaciones.
- Las Fuerzas Armadas se han constituido en el mayor sostén del gobierno, siendo primordial su importancia para mantener el actual estado de cosas.
- Si bien se considera improbable un pronunciamiento militar similar al de 1964, no es descartable un mayor intervencionismo de las Fuerzas Armadas en el proceso político, si continúa deteriorándose la situación socio-política.

#### DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del C-2

Copia 3 - Señor Jefe del E-2

Copia 4 - Señor Jefe del N-2



Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.

*[Signature]*  
Roberto C. Leira

# UN: el aborto como último recurso

GINEBRA, 30 (AFP).— En su próxima Conferencia sobre Población de El Cairo, la UN recordará al Vaticano y a los islámicos que el aborto, aunque no debe ser promocionado en ningún caso como método contraceptivo, es una realidad que debe ser tomada en cuenta y que debe combatirse mediante la educación de la mujer.

"Pedimos no la legalización del aborto en sí, sino que se aborde el tema de frente", puesto que hay que ayudar a los millones de mujeres que recurren a él, sea o no legal", declaró hoy Louise Lassonde, encargada de Relaciones Exteriores del Fondo de Naciones Unidas para la Población (Fnuap).

El Fnuap y la División de la Población de la UN son los artífices de la Conferencia sobre Población de El Cairo, prevista del 5 al 13 de septiembre, y cuyo objetivo es favorecer el desarrollo social mediante el control del crecimiento demográfico.

La reunión de cerca de 190 países es objeto de una ofensiva concertada del Vaticano y de gobiernos católicos, así como de países o movimientos islámicos.

El proyecto de documento de la UN, pese a que afirma que "el aborto

no debe ser promocionado en ningún caso como método de planificación familiar", exhorta a los gobiernos a que "cada vez que las mujeres recurran al aborto sean tratadas con humanidad y se beneficien con una asistencia sociopsicológica".

## Sudán y China

KARTUM, Sudán 30 (ANSA).— Sudán no participará en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo, dijo hoy el ministro sudanés de Planificación Social, Ali Osmán Mohamed Taha.

Sudán, que con su gesto sigue a Arabia Saudita, invitó a los demás países musulmanes a boicotear la conferencia y aseguró que su objetivo es "paralizar el crecimiento demográfico en el área en el marco de una estrategia favorable a Israel".

China, por su parte, el país más poblado del mundo, con 1185 millones de habitantes, defenderá en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo su política de "una pareja, un hijo" y el derecho a formular de modo independiente su política poblacional, dijo hoy su delegada Peng Peiyun.

## Recurso desestimado

EL CAIRO, 30 (AFP).— El Cairo desestimó hoy un recurso presentado por islamistas que pedían que se declarara contraria a la Constitución egipcia la próxima Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población.

En una breve audiencia, el tribunal se declaró incompetente al respecto, considerando que no puede dictaminar puesto que concierne a "la soberanía del Estado".

## Posición argentina

El subsecretario de Población del Ministerio del Interior, Mario Oporto, afirmó hoy que la Conferencia Internacional de Población, que se llevará a cabo en El Cairo, permitirá debatir cuestiones relacionadas con el desarrollo y la equidad y, en este contexto, consideró que temas como la planificación familiar y el aborto son importantes, pero no excluyentes.

El funcionario planteó la posición oficial argentina durante un encuentro de trabajo organizado por el centro de información de la UN y la Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM).

clarin 31/8/84

"NO" SUDANES Y SAUDITA

## Boicot islámico a la conferencia sobre población

EL CAIRO y NUEVA YORK, 30 (AFP, AP y EFE). - Los países islámicos anunciaron que asistirán a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) decididos a oponerse a cualquiera iniciativa de este foro que contrarie las convicciones religiosas de los mahometanos.

Algunas de las naciones musulmanas, como Arabia Saudita -una monarquía religiosa conservadora- y Sudán -gobernado por un régimen fundamentalista islámico-, anticiparon que no acudirán al encuentro, que se desarrollará en la capital egipcia desde el domingo 5 hasta el lunes 13 de setiembre.

Butros Ghali, secretario general de la Organización de las Naciones Unidas -la ONU es la promotora del diálogo sobre la población- pronosticó hoy que la conferencia arrojará un saldo positivo a pesar de la polémica con el Vaticano sobre el aborto y del boicot a la reunión de algunos países árabes.

La Liga Mundial Islámica fue convocada con carácter urgente y se reunirá el sábado a fin de analizar la posibilidad de que todas las naciones árabes lleven una posición común al encuentro de El Cairo, al que asistirán unos veinte mil delegados de todos los puntos del planeta.

El embajador saudita ante la ONU comunicó el lunes a la organización que el régimen de Riad "lamentablemente no va a tomar parte en la conferencia sobre población", sin exponer los motivos que llevaron a ese país a tomar esta decisión.

El gobierno sudanés comunicó anoche que no se hará presente en el encuentro de El Cairo y exhortó a otros países musulmanes a adoptar la misma actitud.

Al anunciar la decisión, el ministro de Planificación de Sudán, Ali Osmán Mohammed Taha, explicó que las Naciones Unidas se negaron a considerar "valores árabes e islámicos".

El régimen fundamentalista sudanés impuso como ley del Estado desde marzo de 1991 la sharia, rígido sistema normativo musulmán.

Irán, donde también rige la sharia, resolvió concurrir a la CIPD, pero con el propósito de "hacer todo lo posible para que el documento final se adecue a la ética religiosa musulmana".

El ministro de Salud iraní, Ali Reza Marandi, afirmó que los autores del borrador que se considerará en Egipto parecen haber desoldo el punto de vista del mundo musulmán y elaboraron ese documento tomando como base una libertad sexual proscripta por el Islam.

Desde la revolución islámica de 1979 el régimen de los ayatollahs prohibió el aborto pero, para contrarrestar la explosión demográfica que afectaba a Irán impuso un exitoso programa de planificación familiar.

Otras naciones mahometanas que sufren el problema de una elevadísima tasa de natalidad, como Turquía, Malasia y Pakistán, también aplican modernos sistemas de programación destinadas a reducir el número de nacimientos.

En Occidente la campaña contra ciertos métodos para la planificación de la familia, en especial el aborto, es encabezada por la Santa Sede.

El papa Juan Pablo II denunció hoy que "existen graves amenazas contra la familia", mientras el jefe de la delegación vaticana que asistirá a la reunión indicó que pende una "grave amenaza sobre el futuro de la humanidad".

Numerosos países latinoamericanos, entre ellos Venezuela, Chile, Honduras y Bolivia, anticiparon que no están dispuestos a respaldar en la CIPD una posición favorable al aborto.

Ghali sostuvo que "los países son libres de participar o no", y manifestó su confianza en que asistirá "la gran mayoría de los países miembros de la ONU".

IN. DOCUMENTO

TITULO Son 50 mil segun UNICEF los muertos de RUANDA.

PROCEDENCIA 150518

FECHA DE RECIBO 2-8-94

VINCULACION 501889

501890

507639

ENTRADO

CRUZADO

<sup>7-12</sup>  
<sup>1-2/8</sup> SON 50 MIL SEGUN UNICEF

## Los muertos de Ruanda

“Una convivencia entre vivos y muertos” fue la descripción hecha ayer en Ginebra sobre los horrores de la situación de más de un millón de ruandeses en el campo de refugiados de Goma, Zaire, por un portavoz de la UNICEF. La organización de la ONU para la infancia refirió que en sólo 15 días murieron en el campo de refugiados zaireño de Goma más de 50.000 personas por debilidad, deshidratación y epidemias. La ACNUR, en cambio, considera que la cifra de muertos ronda los 20 mil.

Los muertos por cólera y disentería desde mediados de julio son en su mayor parte mujeres y niños. Las víctimas se amontonan y se entierran en fosas comunes con la ayuda de medios pesados del ejército francés. Los niños, que son unos 200.000, vagan entre los cadáveres en condiciones desesperadas, a la búsqueda de algún alimento.

La UNICEF hace lo posible por concentrar a los niños en grupos, identificarlos y ponerlos en relación con sus padres, si aún están vivos. Con frecuencia, dijo en Ginebra un portavoz de la UNICEF que acababa de llegar de Goma, son los padres de los niños quienes acompañan a los pequeños a los centros instalados en el campo zaireño para luego abandonarlos.

Por su parte, la Organización Mundial de la Salud (OMS) comunicó que la epidemia de cólera tiende a disminuir. “Las tres cuartas partes de los ruandeses de Goma no muere por cólera sino por disentería”, dijo un portavoz de la OMS, observando que este mal es mucho más difícil de curar, porque son necesarios antibióticos más caros y más difíciles de conseguir.

Desde París, la ministra francesa encargada de la Acción Humanitaria, Lucette Michaux-Chevry, afirmó que la comunidad internacional es responsable en parte de la amplitud de la catástrofe ruandesa. “Si la comunidad internacional hubiera intervenido como lo hizo Francia cuando la ONU votó con la resolución 929 (del 22 de junio de 1994) la autorización para que París realizara la operación humanitaria Turquesa, la epidemia del cólera no habría alcanzado la dimensión catastrófica de hoy.”

Mientras tanto, un grupo de 60 soldados británicos partió ayer hacia

Ruanda, para preparar la llegada de un contingente de 600 militares enviados al país africano para participar en las operaciones humanitarias patrocinadas por las Naciones Unidas.

Los soldados, miembros del cuerpo de los Royal Electrical and Mechanical Engineers, partieron del cuartel de Lynham, en las afueras de Londres, a bordo de dos aviones Hercules: su misión consistirá en reparar los vehículos y participar en las instalaciones técnicas de la fuerza de la ONU en Ruanda.

9500961

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500162

TÍTULO UNICEF, BID y ONG's apoyan

PROYECTOS

la marginación en América Latina

21/11/84

501889

501890

500187

501946

11677

en Am. Lat.

# La marginación de la minoridad sigue siendo el síndrome de América Latina

● Proyectos de UNICEF, BID y ONG's atienden alimentación y capacidad laboral

El Banco Interamericano de Desarrollo, UNICEF (Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia) y diversas organizaciones no gubernamentales, apoyan programas de asistencia social a la minoridad marginada en América Latina, brindando alimentación, educación y capacitación en oficios de fácil inserción en el mercado laboral. Con estos proyectos se procura arrancar a los niños de ámbitos sórdidos no deseados e incorporarlos a la sociedad.

Niños y adolescentes en la calle. La marginación es sufrida en primer lugar por los sectores sociales más desprotegidos.



Para millones de niños latinoamericanos, la infancia es un lujo inalcanzable. En vez de ir a la escuela o jugar, los niños más pobres de la región viven en sus calles, vendiendo, robando o mendigando para sobrevivir. Muchos van a su casa por la noche o los fines de semana. Pero otros fueron abandonados por sus padres o tuvieron que huir de hogares donde abusaban de ellos. Los niveles de pobreza han deter-

minado el consecuente crecimiento de niños callejeros, pero también hay más organizaciones no gubernamentales dedicadas a brindarle educación, capacitación, atención médica y refugio.

Nuevo enfoque: alimento, educación e inserción familiar

Antes, los niños callejeros eran enviados a reformatorios donde recibían atención básica, pero muy poca que

compensara sus carencias de una familia estable. Muchos terminaban regresando a la marginalidad.

Ahora, el enfoque es diferente. "Nosotros vamos a ellos", dijo Beatriz Harreche, consultora del Banco Interamericano de Desarrollo en proyectos para niños callejeros, quien dijo que "nuestros maestros buscan a los niños, estableciendo una relación permanente con ellos; les dicen donde recurrir en busca de alimento, refugio y atención médica".

Cuando los niños tienen familia, se les orienta para que vuelvan a ella. "Hay que lograr que los niños decidan buscar otra forma de vivir".

"Flor de Amanhá", uno de los veinte proyectos para niños callejeros que el BID apoya en Brasil, usa precisamente ese enfoque para ayudar a los 21.000 menores de edad marginales que hay en Río de Janeiro.

La médula del proyecto es un centro de educación alternativa montado en un gigantesco galpón, donde los chicos van voluntariamente a aprender oficios, como carpintería, costura eléctrica o metalurgia.

"Los niños deben abandonar la calle", afirma Ligia Costa Leite, cofundadora del referido proyecto. "Deben sentirse atraídos por las oportunidades sociales y educativas que se les ofrecen".

Unos cinco millones de niños viven en situación de extrema pobreza en Centroamérica. Aunque en su mayoría tienen familias que les brindan refugio y alimento, muchos están solos a causa del abuso, el abandono y la separación provocada por guerras o migraciones.

Inserción social, una prioridad

Durante los últimos tres años, la vida se ha hecho más fácil para estas nuevas generaciones.

Un ejemplo concreto es el programa BID-UNICEF que funciona en Tegucigalpa, Honduras. Allí se desarrolla una experiencia tan insólita como re-movedora, destinada a incentivar la creatividad de los menores.

Maestros y asistentes sociales pertenecientes al mencionado programa internacional, enseñan a leer, escribir

y cuidar la propia salud en lugares públicos. Estas improvisadas clases son la única educación que muchos niños recibirán en su vida.

Cuando los asistentes sociales encontraron a Ivón en un mercado de Tegucigalpa, estaba tan desnutrida que no podía casi caminar. Gracias al programa de almuerzo del BID-UNICEF recuperó sus fuerzas.

Otro menor, José Raúl García Mejía, vivía en las calle cuando fue hallado por maestros callejeros, que, poco a poco, se fueron ganando su confianza. Su abuela accedió a que el niño viviera con ella y un técnico de radio lo aceptó como aprendiz.

El joven planca ir ahora a una escuela vocacional y algún día, quizás, abrir su propio taller.

## Un refugio para alentar esperanzas

En Lima, Perú, es el hacinado distrito La Victoria, hay un lugar donde la venta de alimento de mezcla con diversas lacras sociales, como la prostitución, la droga y el crimen. No es un sitio adecuado para los niños pero se les ve trabajando de la noche a la mañana, cargando cajas y atendiendo puestos de venta.

Sin embargo, todos los días, usualmente al atardecer, el mercado ofrece a esos niños un refugio: una sala improvisada donde dictan clases maestros callejeros de un programa del BID-UNICEF.

Usando cualquier lugar disponible, los docentes enseñan a leer, escribir, cantar, bailar e incluso hasta a actuar.

Además de darles una oportunidad de aprender, los maestros le dicen a los niños donde conseguir alimento y, si lo necesitan, atención médica.

Hay, en Lima, unos 7.000 niños abandonados, que trabajan en la calle en procura del indispensable sustento.

Ellos son, precisamente, los destinatarios de los programas de asistencia social a la minoridad marginal que impulsan y proyectan el Banco Interamericano de Desarrollo y el BID, procurando rescatar a las nuevas generaciones del ostracismo.

9500162

PUNTO 12: LOS LIBIOS HAN SIDO SOCIOS DE LOS SOVIETICOS EN EL TRAFI-  
CO DE ARMAS Y EN EL APOYO DE LOS MOVIMIENTOS TERRORISTAS  
PERO LA URSS NO DUDA EN CONDENAR AL TERRORISMO CUANDO ES-  
TE SE VUELVE HACIA ELLOS Y EN MANTENER UNA ACTITUD PASI-  
VA CUANDO REAGAN ORDENO BOMBARDEAR A LIBIA.-

Se tiene pleno conocimiento de que hay países que apoyan a los terroristas de distintas organizaciones, ya sea a través de dinero, de armas modernas, de servicios de espionaje y prestando incluso su territorio para que estos extremistas reciban capacitación técnica. Entre esas naciones que patrocinan a infinidad de grupos figuran precisamente la URSS y Libia. Cuando en el año 1986 fue bombardeada una discoteca en Berlín Occidental, la cual era frecuentada por norteamericanos y hecho en el cual murió un Sargento estadounidense, el atentado le fue atribuido a Libia. La reacción de Washington no se hizo esperar y bombardeó a la nación africana. Alarmados por el ataque y temerosos de que Estados Unidos lo repitiera y arrastrara a sus aliados europeos a una guerra en el Mediterráneo, esas naciones protectoras del terrorismo tomaron medidas tales como expulsar de sus respectivos territorios a varios diplomáticos libios. Por su parte la URSS permaneció en una actitud de verdadera indiferencia, no involucrándose para nada a favor del régimen de Khadafy. Sin embargo no fue la misma la reacción del Kremlin cuando en octubre de 1985 terroristas musulmanes de un grupo denominado "Fuerzas de las Organizaciones Islámicas de Liberación" secuestraron en el Líbano a un médico y a tres diplomáticos soviéticos, dando muerte a uno de estos últimos, Arki Katkov, cuyo cadáver fue encontrado en las afueras de Beirut. Los restantes fueron liberados, estimándose que Moscú, principal abastecedor de armas de Siria, debió ceder ante presiones de los fundamentalistas islámicos para que cesaran los ataques de los milicianos pro-sirios. En este caso las autoridades moscovitas censuraron severamente el episodio que perjudicaba a funcionarios soviéticos directamente.

(Información extraída de un artículo del diario "La Prensa" del 22 de diciembre de 1987 y de un Sumario de Información del Dpto.II, de octubre de 1985).

Nº. DOCUMENTO 9500163 *for*  
TITULO Segun UNICEF *10.000 niños huérfanos en RUANDA*  
PROCEDENCIA 150014  
FECHA DE PRESENTACION 10/8/94  
VINCULACIONES SD1890  
507639

ENTRADO

#### Ruanda

#### **DIEZ MIL HUERFANOS**

*Jue 6/8*  
Los 6.500 niños huérfanos o sin compañía detectados por las organizaciones humanitarias en la región zaireña de Goma se habrán convertido a finales de este mes en unos 10.000, afirmó ayer, martes, el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF). Las cifras del UNICEF no precisan cuántos de esos niños son huérfanos y cuántos se extraviaron en la muchedumbre formada por los 1,3 millones de refugiados ruandeses llegados a la zona en las últimas semanas.

El UNICEF, que junto a otros organismos no gubernamentales gestiona en Goma veinte centros de acogida para niños sin compañía, espera que el 95 por ciento de ellos pueda reunirse algún día con sus familias.

01-01

9500163

# CESAR GAVIRIA INTENSIFICA CONTACTOS EN WASHINGTON

*El conflicto de Haití ha llevado al nuevo secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), César Gaviria, a intensificar los contactos en Washington para recuperar el protagonismo de la institución interamericana.*

**G**aviria acudió ayer a la sede del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), donde pronunció una conferencia, con lo que virtualmente terminó su rápido período de toma de contacto con los altos cargos, que el martes le llevó a la Casa Blanca para una entrevista con el presidente de EEUU, Bill Clinton.

Desde el foro del BID, menos de una semana después de haber tomado posesión, el ex presidente colombiano declaró que el problema en Latinoamérica y el Caribe «no es únicamente el económico», si en su solución no funciona la política y la democracia.

Gaviria, de 47 años, perfiló el programa de metas que se propone impulsar en los próximos cinco años desde la Secretaría General de la OEA y que pretende conjugar esos tres elementos esenciales: la economía, la política y la democracia.

En ese contexto, alabó a Clinton por convocar una cumbre de gobernantes americanos para diciembre, en la que, a juicio de Gaviria, se deben fijar los objetivos que después tengan que llevar a la práctica organismos regionales como la OEA y el BID.

Sobre la solución del problema de Cuba, el titular de la OEA se pronunció a favor de que los países del sistema interamericano aborden el asunto y estimulen, por medio del diálogo y la cooperación, las reformas que todas las naciones desean que ocurran en la isla.

En este sentido, afirmó que cada uno de ellos debe aportar algo para una aproximación gradual a Cuba.

«Todo lo demás vendrá por añadidura», apuntó Gaviria al referirse al retorno cubano a las instituciones regionales y multilaterales. Basado en su experiencia de gobernante y por considerar que Colombia sintetiza de algún modo la realidad del sistema interamericano, Gaviria se inclinó por no volcar todas las esperanzas en la economía y el libre mercado. El secretario general de la OEA expuso en el BID lo que denominó «reflexiones personales».

Entre las metas expuestas, Gaviria abogó ayer por una cooperación entre las instituciones interamericanas, como el BID, la OEA y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sin la dispersión y duplicidad de esfuerzos.

Esa cooperación, opinó, puede darse en el campo académico y la reflexión sobre los problemas y el futuro

interamericano, con apoyo a los países y sus instituciones.

Sugirió también el «enriquecimiento» del temario político con el fortalecimiento de la democracia a través del ejercicio de la justicia que contribuya a ampliar la seguridad ciudadana, la lucha contra la violencia y la vigencia de la ley, el fortalecimiento del respeto a los derechos humanos y la defensa del medio ambiente.

Gaviria insistió sobre el fortalecimiento del Estado democrático con el funcionamiento, transparente y participativo de sus instituciones, para eliminar gradualmente la marginalidad social, política y económica.

Como «un punto cardinal» en el cambio de la fisonomía de los países, mencionó la necesidad de estimular y fortalecer el ahorro interno, porque el desarrollo económico no se alcanzará sólo con los planes de ajuste, la inversión extranjera o el endeudamiento externo.

En ese sentido, dijo que las reformas estructurales por sí solas no garantizarán el desarrollo si no tienen una sólida base de ahorro interno, mejores condiciones de vida y educación para los habitantes.

Por otra parte Estados Unidos estudia cómo intervenir en los conflictos entre los policías y militares haitianos y la población civil, dijo ayer un portavoz de las tropas de intervención norteamericanas.

El coronel Barry Willey, portavoz del jefe de las operaciones militares de EEUU en Haití, Hugh Shelton, dijo que están muy preocupados por el asunto.

Shelton se reunió ayer de mañana con el general golpista Raúl Cedras, para reclamarle acción y que se eviten nuevos actos de represión contra la población civil.

La reunión se extendió entre las 10,30 y las 11,50 horas locales, sin que se hayan facilitado más detalles sobre ella.

El presidente del gobierno «de facto», Emile Jonassaint, ha prohibido las manifestaciones públicas, ante la ola de protestas de los partidarios del presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide, que a su vez son reprimidos por la Policía y que ya causó una muerte.

Los partidarios de Aristide, derrocado por Cedras y la dirección militar el 30 de septiembre de 1991, se han lanzado a las calles en los últimos dos días para reclamar su pronto regreso, tras la intervención militar de EEUU en su país, y para pedir la salida del poder de los altos mandos militares.

Se elaborará una nueva agenda de negociaciones en Guatemala

## LA URNG Y EL GOBIERNO SE REUNEN PARA DIALOGAR EN MEXICO

*Una delegación del Gobierno y de la guerrilla guatemalteca se reunirán del lunes al miércoles próximo en México, para evaluar el proceso de paz y elaborar una agenda de nuevas rondas de negociaciones.*

Cuestas.

También se entrevistó con el Presidente, Ramiro de León Carpio.

Franco ha explicado que el objetivo de esta misión es lograr la instalación permanente de la Misión de Observadores para Guatemala (MINUGUA), que verificará



lu

Nº. DOCUMENTO 9500164  
TÍTULO Según UNICEF, en BRASIL hay bajísimo nivel...  
PROCEDENCIA 6 Mañana 150015  
FECHA DE FOLIO 5-2-87  
VINCULACIÓN 501890  
501889  
507482

## Bajísimo nivel educativo en Brasil, según Unicef

La comparación con su potencial económico, la enseñanza básica escolar en el Brasil está en último lugar. La información reproducida en varios diarios brasileños consta en un informe de la Unicef.

PORTO ALEGRE. Por Pedro Pascual, corresponsal permanente.

En comparación con la potencialidad económica del Brasil, el nivel de la educación básica brasileña está en último lugar en todo el mundo. La información consta de un relato preparado por el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, a ser divulgado este año en el Brasil.

La investigación sobre la situación educacional en el mundo está incluida en un informe intitulado "The Progress of Nations" (El Progreso de las Naciones). Para determinar la oposición de cada país, Unicef comparó la tasa de evasión escolar con el Producto Interno Bruto per cápita -suma de todos los bienes y servicios producidos dividida por la población del país-. Para cada nación fue estipulada una tasa de niños que deberían haber completado por lo menos cinco grados de escolaridad.

Esa tasa corresponde al nivel de la potencialidad económica, definido por el PIB de cada país. Esa tasa fue entonces comparada con la tasa real de escolarización, fue sustraído del nivel esperado. Este valor definió la posición de Brasil en un ranking de 129 naciones.

Por el potencial económico brasileño, por lo menos 80% de los niños matriculados en el primer grado deberían concluir por lo menos el 5º grado. Con base en datos proporcionados por el Ministerio de Educación, la lista de ONU informa que apenas 39% llegan a ese nivel. Con eso el país quedó con índice negativo de 49 puntos.

Folha de San Pablo dice que en América del Sur, naciones viven más pobres que Brasil y exhiben un índice expresivamente más alto. Paraguay por ejemplo, recibió 6 puntos negativos, o sea, está próximo del nivel aceptable. Uruguay presenta 6 puntos positivos. Debería haber inscrito 88% de los niños hasta el 5º año: su tasa es de 94% comparable a los países más desarrollados del planeta. Según Folha, en Suiza, todos los niños continúan en las escuelas hasta ese nivel.

El promedio de permanencia en la escuela de un alumno que completa hasta 8º año es de aproximadamente 12 años. El Ministro Hingel consideró que es "un tremendo desperdicio de recursos. Según él si hubiera una tasa menor, habría menos sobrecarga de profesores y salas de clase". Al profundizar la discusión del desperdicio de años repetidos, se encuentra un antiguo mito: el niño sale de la escuela por falta de condiciones económicas de la familia.

R E S E R V A D O

3.-

- A la reunión preparatoria del cónclave de Generales no fué invitado el General Cáceres, quien se enteró de la novedad cuando se encontraba reunido con Seineldín. Asimismo, a la reunión que mantuvo el Presidente Alfonsín con 29 Generales y 16 Coroneles del Ejército, el General Isidro Cáceres se incorporó más tarde y al retirarse se observó que llevaba ropa de combate. En esta reunión no habría estado presente el General Etchehum.

R E S E R V A D O

9500165

NUM. DOCUMENTO 9500165

TITULO UNICEF denuncia matanza de niños en RUANDA.

PROCESO 150014

FECHA DE FOLIO 2/8/94

VINCULACIONES 501890

501889

507639

Juv. 2/8

Ruanda

## UNICEF DENUNCIA MATANZA DE NIÑOS

Unos 65 mil refugiados ruandeses, en su mayoría mujeres y niños yacen en dos gigantescas fosas comunes abiertas por las tropas francesas en los alrededores de Goma, en Zaire, informó ayer UNICEF.

«Ni son los únicos muertos, ni esas dos las únicas fosas que las únicas fosas que las excavadoras tendrán que abrir porque hay cadáveres por todas partes, tantos que los vivos se mueren entre los muertos», declaró con lágrimas en los ojos la portavoz de UNICEF en Ginebra, Marie Teherese Heuze.

Según la portavoz, el espectáculo del enterramiento es dantesco y supera lo imaginable, «pues los cadáveres son amontonados fuera de los campamentos para que puedan ser recogidos por las palas de las máquinas excavadoras y vertidos en las fosas comunes».

«Los maquinistas detectaron en varias ocasiones a niños vivos aunque languideciendo entre los cadáveres que iban

a ser enterrados», agregó Heuze.

«Las expectativas para los vivos no son menos halagueñas, ya que las carencias siguen siendo tan enormes que ninguna agencia humanitaria podrá llegar a cubrirlas», sostiene UNICEF.

Para los casi 200 mil niños no acompañados, muchos de ellos huérfanos que los representantes de UNICEF han detectado entre la masa de refugiados, la solución está en el retorno.

«La prioridad ahora es mantenerlos vivos», afirmó la representante de UNICEF, observando que la mayoría de los niños son varones y casi todos menores de 10 años.

«No sabemos porque no hay prácticamente niñas, si por este odio étnico las milicias hutus se cebaron con ellas para evitar que algún día hubiera madres, o porque las niñas, al viajar como es costumbre en África, mas cargadas que los varones, les fue mas difícil huir de las matanzas», manifestó Heuze.

01-01

9500165

- El Comité Nacional de la Unión Cívica Radical (UCR), tras un extenso debate, emitió una declaración en la cual se resolvió "no admitir ninguna Ley de Amnistía" ni "interferir en la labor que es propia del Poder Judicial".

- La situación del Comandante de la IV Brigada de Infantería Aerotransportada General Adolfo Etchehun, aún no fue precisada. El alto Oficial fue convocado a Buenos Aires por el Teniente General Caridi y se reunió también con el titular del Cuerpo de Ejército III, General Domínguez. Este le habría sugerido que solicitara su pase a retiro.

- El Secretario de la Comisión de Defensa del Partido Justicialista, Hernán Patiño Mayer, consideró que "ya no hay más leales y rebeldes" dentro del Ejército, porque como desenlace de la crisis militar "se ha producido una unificación" en la Fuerza que "va a plantear unificadamente ahora sus reclamos" al Gobierno.

- El candidato presidencial del Peronismo Carlos Menem, negó que su partido esté dispuesto a conceder "una amnistía o indulto para aquellos que participaron en las violaciones a los Derechos Humanos".

- Durante la crisis del último fin de semana, la Armada hizo saber que apoyaba la continuidad institucional pero que "consecuentemente, no acatará órdenes de represión sobre camaradas del Ejército o Fuerza Aérea". En una compulsa realizada durante la crisis, se estableció que tanto en la Infantería de Marina como en la Aviación Naval, los hombres estaban totalmente de acuerdo con el reclamo protagonizado en el Ejército y se identificaban con los puntos exigidos por el Coronel Seineldín. En cuanto a la Fuerza Aérea, la situación era más o menos parecida, aunque con la diferencia de que el Brigadier Crespo no le señaló al Presidente Alfonsín que no reprimiría, tal como lo hizo el Almirante Arosa.

Nº. DOCUMENTO

9500166

TITULO

MENEM despide tropas que viajarán a CROACIA, CHIPRE,

PROCEDENCIA

dena 150024

FECHA DE P. C. E. N. I.

5/3/99

KUWAIT,

VINCULACIONES

66960

507605

65658

507609

507486

ENTRADO

CRUZADO

## Menem despidió a tropas

El presidente Carlos Menem reafirmó ayer la decisión del Gobierno de continuar con el envío de tropas destinadas a integrar el cuerpo de paz de las Naciones Unidas en distintas zonas de conflicto, y evitó referirse a la eventual participación argentina en Haití. Menem habló ayer en Campo de Mayo, al despedir a un contingente de mil cien cascos azules argentinos que viajarán a Croacia, Chipre y Kuwait.

"Muchas veces se ha dudado en los últimos tiempos, de la posibilidad de continuar con esta participación", dijo Menem al referirse al envío de tropas argentinas al exterior. "Yo quiero aventar, en mi carácter de presidente de la República y comandante de las Fuerzas Armadas,

cualquier tipo de vacilación en ese sentido. Seguiremos cumpliendo con las decisiones que tomen los organismos internacionales, en este caso las Naciones Unidas, a los efectos de que mantengamos este nivel y este crecimiento en lo que hace a la consideración de nuestro país y de las Fuerzas Armadas."

Menem evitó referirse a la crisis haitiana y al eventual envío de tropas argentinas a ese país. El miércoles, el Gobierno decidió evacuar la Embajada argentina en Puerto Príncipe, ante el permanente hostigamiento que diplomáticos y otros ciudadanos argentinos, entre ellos un grupo de periodistas, sufren por parte de las fuerzas militares que gobiernan Haití.

01-01

9500166

y un acercamiento con los enemigos naturales de estos países.

A pesar de ello, occidente en determinadas ocasiones ha apoyado al gobierno de Alfonsín y un ejemplo de esta actitud es el préstamo otorgado por EE.UU. por 500 millones de dólares, para que Argentina afrontara la obligaciones con los organismos crediticios internacionales. Esto puede ser interpretado como un respaldo a la Unión Cívica Radical para fortalecer su <sup>gobierno</sup> ~~posición~~ y que la Argentina no caiga de nuevo en posiciones de nacionalismos exacerbad<sup>b</sup>os.

PA. DOCUMENTO

8500167

TITULO

Situación de la zona en Ruanda según UNICEF.

PROCESO

6 Jauane

FECHA DE RECEPCIÓN

2-8-84

VOLUMEN

501 880

507 639

501 889

# “Convivencia entre vivos y muertos”

## ● La más ajustada definición de Ruanda

*“Una convivencia entre vivos y muertos”, es la descripción hecha ayer en Ginebra por un portavoz de la UNICEF sobre los horrores de la situación de más de un millón de ruandeses en el campo de refugiados de Goma, Zaire.*

### GINEBRA / ANSA

La misma organización de la ONU para la infancia informó ayer que en sólo 15 días murieron en el campo de refugiados zaireño de Goma más de 50.000 personas por debilidad, deshidratación y epidemias.

Los muertos por cólera y disentería desde mediados de julio son en su mayor parte mujeres y niños. Las víctimas se amontonan y se entierran en fosas comunes con la ayuda de medios pesados del Ejército francés. Los niños, que son unos 200.000, vagan entre los cadáveres en condiciones desesperadas, a la búsqueda de algún alimento.

La UNICEF hace lo posible por concentrar a los niños en grupos, identificarlos y ponerlos en relación con sus padres, si aún están vivos.

Con frecuencia, dijo en Ginebra un portavoz de la UNICEF que acababa de llegar de Goma, son los padres de los niños quienes acompañan a los pequeños a los centros instalados en el campo zaireño para luego abandonarlos.

Por su parte, la Organización Mundial de la Salud (OMS) comunicó que la epidemia de cólera tiende a disminuir. “Las tres cuartas

partes de los ruandeses de Goma no muere por cólera, sino por disentería”, dijo un portavoz de la OMS, observando que este mal es mucho más difícil de curar, porque son necesarios antibióticos más caros y más difíciles de conseguir.

### La comunidad internacional

Desde París, la Ministra francesa encargada de la Acción Humanitaria, Lucette Michaux-Chevry, aseveró ayer que la comunidad internacional es responsable en parte de la amplitud de la catástrofe ruandesa. “Si la comunidad internacional hubiera intervenido como lo hizo Francia cuando la ONU votó con la resolución 929 (del 22 de junio de 1994) la autorización para que París realizara la operación humanitaria Turquesa, la epidemia del cólera no habría alcanzado la dimensión catastrófica de hoy”.

Mientras tanto, un grupo de 60 soldados británicos partió ayer hacia Ruanda, para preparar la llegada de un contingente de 600 militares enviados al país africano para participar en las operaciones humanitarias patrocinadas por las Naciones Unidas.

Los soldados, miembros del cuerpo de los Royal Electrical and Mechanical Engineers, partieron del cuartel de Lynham, en las afueras de Londres, a bordo de dos aviones Hercules: su misión consistirá en reparar los vehículos y participar en las instalaciones técnicas de la fuerza de la ONU en Ruanda (MINUAR II).

El Teniente Coronel Michael Warmby, comandante de la unidad, afirmó a la prensa que sus hombres serán armados tan solo para su autodefensa.



Su misión, afirmó, “consistirá en crear un clima de calma y normalidad que motivará a los ruandeses y les permitirá a los refugiados que se encuentran en la frontera noroeste regresar al centro del país, para recomenzar sus vidas y comenzar la reconstrucción de la infraestructura del mismo Ruanda”.

El militar británico admitió, por otra parte, que la principal dificultad que deberán enfrentar será “sencillamente el tamaño gigantesco de esta emergencia humanitaria”.

### Evitar otra catástrofe

Este grupo de soldados británicos partió en coincidencia con el anuncio hecho por Francia sobre la postergación del retiro de sus tropas en Ruanda, que podrán permanecer en este territorio africano más allá de la fecha fijada para conclusión de la operación (22 de agosto) con

el fin de “evitar una nueva catástrofe humanitaria”.

En Goma se encuentra Mariapia Fanfani, la esposa del ex Jefe de Gobierno italiano Amintore Fanfani, y coordinará en el campo zaireño las intervenciones humanitarias de la asociación de voluntarios “Juntos por la paz”. Esta organización logró instalar y poner en marcha el primer transformador de agua potable en Kigali, la capital ruandesa, y otros dos serán instalados el miércoles próximo.

En Bruselas, la diócesis de Lieja comunicó que el sacerdote Paul Kesenne, de 58 años, fue muerto a tiros mientras intentaba pasar la frontera entre Ruanda y Zaire.

Con el sacerdote, que era párroco de la diócesis ruandesa de Nyundo, murieron otras dos personas que lo acompañaban. La muerte tuvo lugar el 15 de julio pasado, pero hasta ayer se ignoraban las circunstancias del asesinato.

01-01

9500167

RESERVADO

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO.II(EXT.)

080820DIC88

MEMORANDUM

ASUNTO: SITUACION ACTUAL EN LA REPUBLICA ARGENTINA

TEXTO :

- Los altos mandos del Ejército se reunieron con el Presidente Alfonsín para analizar las secuelas de la rebelión militar del último fin de semana y considerar una reestructuración en los altos mandos, según informaron fuentes militares. Al término de la reunión, el portavoz presidencial José Ignacio López, dijo que Alfonsín ratificó en su cargo al Teniente General Caridi. De todas formas se vienen mencionando varios nombres como probables sucesores del Jefe del Estado Mayor. Al margen del General Cáceres, de quien se dice no sería nombrado porque se pensaría que fue una imposición del Coronel Seineldín, se habla de una terna integrada por los Generales Roberto Domínguez, Aníbal Ferrucci y Valentín Venier, que no provocaría tantos cambios en la cúpula y no dejaría al Gobierno desairado. También se mencionó al General Arrillaga, de Artillería, quien es bien visto por Caridi y el Gobierno pero tiene objeciones militares, dando la sensación que constituiría el nombramiento más irritante para los amotinados.

- Fuentes militares informaron que los Regimientos que se plegaron decididamente a la sublevación del Coronel Seineldín y los que anunciaron que no reprimirían a los rebeldes, suman unas 20 Unidades, involucrando a más de 4.000 efectivos. Las fuentes agregaron que a diferencia de la anterior sublevación encabezada en enero pasado por Aldo Rico, no se produciría esta vez una purga de Oficiales y Suboficiales adictos a Seineldín. Este punto habría sido uno de los que negoció Seineldín con el General Cáceres.

- El Teniente General Caridi postergó una decisión sobre pases a situación de retiro, ascensos y nuevos destinos de los Oficiales del Ejército, hasta el esclarecimiento total del amotinamiento encabezado por el Coronel Seineldín.

RESERVADO



Nº. DOCUMENTO

9500168

TITULO

AR6. tiene asegurado presidencia del C de Seg.

PROCEDENCIA

1500240

xa reunión cumbre.

FECHA DE PPOCEDENCIA

12/2/94

en ENERO.

VINCULACIONES

66960

SD1889

11187

## Consejo de Seguridad <sup>clav</sup> <sub>12/8</sub>

La Argentina tiene asegurada la presidencia del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para la reunión cumbre de ese organismo, prevista para el 31 de enero, dijeron miembros del cuerpo.

Esta será la primera vez que un país latinoamericano presida una cumbre de esta importancia.

En esa reunión estará presente el presidente argentino Carlos Menem, junto a los jefes de Estado o de gobierno de los otros 14 miembros, entre ellos los líderes de los Estados Unidos y Rusia, Bill Clinton y Boris Yeltsin, y los primeros ministros de Gran Bretaña, Francia y China.

La presidencia del cuerpo rota mensual-

mente entre sus miembros siguiendo el orden alfabético en inglés. La crisis de Ruanda creó un problema grave que, por un momento amenazó con alterar el proceso llevando a la Argentina a presidir el organismo en diciembre.

Esto habría significado para la Argentina perder la oportunidad de encabezar el Consejo de Seguridad durante la cumbre.

Cuando en abril comenzaron las matanzas en Ruanda, se planteó el problema de que un gobierno acusado de genocidio, como era en ese momento el de Kigali, no podía ser titular de la presidencia del organismo de consulta del Consejo.

01-01

9500168

o

Lo sustancial de este documento al igual que el de GORBACHEV esta entonces en crear "puentes" que relacionan mas nitidamente la mentira ideologica con el fracaso del sistema. Por ejemplo - hasta ahora el marxismo-leninismo, aceptaba que a nivel de las estructuras o la base de la sociedad existen las "relaciones de producción, las fuerzas productivas y los medios de producción" y que solamente en el "campo capitalista" existían desfases entre las dos primeras. Aquellas, las relaciones de producción, se interponían al avance constante de las "fuerzas productivas", ahora por el contrario se incorpora un nuevo concepto denominado "mecanismo de gestión" quienes son los que ocasionan el retraso entre ambas. Sin duda el término "mecanismo de gestión" encierra tras de sí un nuevo componente social no admitido; una "clase social dominante".

Otro elemento muy importante es que el "conflicto social", surge como un factor determinante en el progreso de la sociedad socialista y en particular derrotando a las fuerzas que se oponen al "cambio" dentro de ella. La filosofía marxista aceptaba hasta ahora dos tipos de contradicciones: ANTAGONICAS (que sólo existían a nivel del campo "capitalista" y entre los dos sistemas "socialista" y "capitalista") y las NO ANTAGONICAS (que no implicaban la destrucción o desaparición de uno de los polos opuestos) que solo se daban en el "campo socialista".

No obstante el Informe Siberiano atribuye un "papel rector" a la "confrontación" dentro de la sociedad soviética, entre los "distintos intereses socio-economicos" y es más aún llama a estimular esos conflictos para lograr el "cambio".

Esta tesis reabre el espacio de conflicto político dentro de la URSS, pero por sobre todo también abre un espacio de discusión de ideas sobre la sociedad no necesariamente apegadas a la ideología oficial. Este proceso ira pautando necesariamente fuerzas diversas, nuevos valores y cuestionamientos aún mas profundos.

Aunque el tema aún no esta centrado - con la excepción de China Popular donde se han registrado indicios de cuestionamiento ideológico al marxismo- en la veracidad o no de los postulados del pensamiento comunista, los procesos en curso llevan esa dirección.

Nº. DOCUMENTO **9500168**  
 TITULO **Se envió 6 observadores técnicos al Comando Naval de Norfolk**  
 PROCEDENCIA **750025**  
 FECHA DE RECIBIR **16-8-84**  
 VINCULACIONES **65890**  
**66960**  
**66123**

ENTRADO **/**  
 CRUZADO **/**

## Ya envió la Argentina observadores por Haití

**14.6.84**  
 Invitados cuatro funcionarios de nuestro país se encuentran en el Comando Naval de Norfolk, donde se ultiman los detalles de la intervención militar que se realizaría en esa nación caribea.

La Argentina envió cuatro observadores técnicos al Comando Naval de Norfolk (Virginia), una base militar al sur de Washington donde las fuerzas norteamericanas, con el patrocinio de la UN y la colaboración de Francia y de Canadá, realizan el planeamiento de una eventual intervención armada en Haití para deponer al gobierno de facto de Raoul Cedras y devolver el poder político a Jean-Bertrand Aristide.

Si bien sólo trascendió ayer, la misión de los enviados de la Cancillería —embajadores Rogelio Pfirter y Víctor Beauge— y de los del Ministerio de Defensa —Ricardo Lagorio y el general Carlos Zabala— se resolvió en la última reunión de gabinete de ministros con el presidente Carlos Menem, el jueves último, en Olivos.

### Más informes

Los observadores argentinos visitaron ayer Norfolk y hoy concurrirán al Alto Comando de la UN, en Nueva York, para continuar con la recopilación de informes encomendada.

Tal como informó ayer LA NACION, el negociador de la UN en este asunto, Dante Caputo, se reunirá hoy con el jefe de la Cancillería, Guido Di Tella, con el vicescanciller, Fernando Petrella, y con el secretario de Coordinación, Andrés Cisneros. Seguramente, se abordarán éste y otros temas relacionados con los últimos

intentos de Caputo —partirá a Nueva York entre hoy y mañana— en pos del retiro pacífico de Cedras, quien, a juicio de una fuente diplomática local, estaría dispuesto a ceder sólo si le conceden ciertas garantías tanto a él como a otros integrantes de su entorno.

### La invasión, inevitable

El ex canciller radical conversó ayer con altos funcionarios de Relaciones Exteriores —no asistió Di Tella— en el domicilio particular de Cisneros. Los interlocutores habrían arribado a la conclusión de que la invasión armada, prescripta en la resolución 940 de la UN, es inevitable.

La acción —se pondría en marcha dentro de los próximos 30 a 45 días— consta de dos etapas:

- Desalojo de Cedras y reposición de Aristide.

- Proceso de institucionalización.

Las fuentes consultadas mantuvieron en reserva las posibles precondiciones de negociación de Caputo ante las autoridades militares haitianas.

La primera etapa de acción de la UN contempla, además de una acción militar, otras instancias logísticas y de asistencia social. Precisamente, ese proceso se estudia en la base de Norfolk (Virginia), a la cual viajaron para "informarse" los observadores argentinos.

No asistirán a "recibir instrucciones", subrayó una fuente inobjetable. La idea es que confeccionen un informe sobre "qué funciones hay por cumplir y cuáles nos interesa desempeñar".

Al margen, ya está resuelto que nuestras fuerzas no irán a Haití en misión de combate, pues ello debería ser aprobado por el Congreso. Algo prácticamente imposible.

**Mariano Obarrio**

1.

PUNTO 7: RELACIONES LIBIA-URSS

Si bien el líder libio, Khadafy, continúa siendo la figura que rige los destinos de su país, otros miembros de la jefatura de Gobierno estarían desempeñando, fundamentalmente a partir del bombardeo norteamericano de 1986, un papel más activo en la vida política de la nación, tal sería el caso de Abdel Salam Jalloud, considerado como el segundo hombre fuerte desde la revolución de 1969.

En lo que tiene que ver con la Unión Soviética, si bien Khadafy mantiene estrechas relaciones con Moscú, no deja de representar para las autoridades moscovitas un interlocutor difícil de controlar y un foco de permanente desestabilización que en la mayoría de los casos no concuerda con los intereses del Kremlin. Un ejemplo de esto ha sido precisamente la crisis del Mediterráneo de 1986, a la que se hacía mención anteriormente, circunstancia en la cual quedó demostrado con bastante claridad que la URSS no desea verse arrastrada a una confrontación directa con Estados Unidos y mucho menos aún a raíz de las exigencias libias.

Jalloud es pro-soviético también, pero más manejable, por lo que, de reemplazar eventualmente en el futuro a Khadafy, tornaría más fácil la concreción de una coordinación política más estrecha con Moscú.

(Información extraída del diario "La Prensa" del 4 de mayo de 1986 y del Sumario de Información de fecha 28 de abril al 9 de mayo del mismo año)

P.K.

Nº. DOCUMENTO 9500170  
 TÍTULO ARG. protesta en ONU  
 PROCEDENCIA 150024  
 FECHA DE P. C. E. I. 26/8/94  
 VINCULACIONES 66960  
501889  
507529

por la extensión británica (pesca y las  
 zona de exclusión  
 MINUNDS)

ENTRADO	/
CRUZADO	/

## Protesta ante la ONU por la extensión británica

**NACIONES UNIDAS (EFE).** - La Argentina protestó en la ONU contra la decisión de Gran Bretaña de anexar una zona de pesca de 1400 kilómetros cuadrados a su zona de exclusión pesquera en torno de las Islas Malvinas lo que, explicó, va en contra de las resoluciones de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

En una carta al secretario general de la ONU, Boutros Ghali, el embajador argentino Emilio Cárdenas transmitió la nota de protesta enviada por el Ministerio de Relaciones Exteriores de la Argentina a las autoridades británicas el 22.

Cárdenas pidió que esta nota se distribuya como documento oficial de la Asamblea General en relación con el tema de las Malvinas, y

como documento del Consejo de Seguridad.

En la carta, la Argentina rechaza la decisión británica, y dice que seguirá ejerciendo derechos de soberanía, "particularmente en materia de administración y control de actividades pesqueras", en el espacio marítimo en el que el Reino Unido pretende extender su "alegada jurisdicción".

Gran Bretaña tomó la decisión de ampliar la zona de exclusión pesquera inmediatamente después de que la Asamblea que reformó la Constitución jurada antea- yer por el presidente Carlos Menem, incluyera una cláusula en la que se reivindica la soberanía argentina sobre las islas.

La determinación británica generó una respuesta de la Cancillería argentina que en un comunicado oficial objetó esa medida y una nota de protesta que le envió al Foreign Office y que es estudiada por el gobierno inglés.

La controversia creció cuando el presidente Menem dijo el martes que seguiría patrullando la nueva

zona de exclusión. Antea- yer, la Embajada británica en Buenos Aires rechazó esas expresiones de Menem en una nota que decía que su país "no acepta que la Argentina tenga derecho a ejercer jurisdicción marítima más allá del límite de las 200 millas náuticas (medidas) a partir de las islas".

En esta disputa está en juego la soberanía, pero también el tema de la pesca toda vez que la Argentina dio a conocer que podrían verse afectados los acuerdos por la pesca del calamar que benefician a los kelpers. Toda la situación dejó a la Argentina y Gran Bretaña a las puertas de un posible incidente diplomático. Esta alternativa daría por tierra con las múltiples señales de acercamiento que emitió el gobierno argentino, sobre todo desde que Menem comenzó ejercer la presidencia en 1989.

Dentro de lo delicado de la situación, el ministro de Interior británico, Michael Howard, de visita en la Argentina, dijo que ambos países tienen muchas áreas en las que cooperar.

PUNTO 3: QUE POSICION ASUMIERON FRANCIA, ALEMANIA OCCIDENTAL Y JAPON  
RESPECTO AL CONFLICTO DE LAS ISLAS MALVINAS.

En relación a Francia, su actitud estuvo signada por las presiones ejercidas por Gran Bretaña en el seno de la Comunidad Económica Europea (CEE), lo que llevó al Gobierno galo a mantener una actitud cautelosa para preservar sus intereses económicos. Sin embargo, luego del hundimiento del "General Belgrano", fue una de las primeras naciones en condenar el hecho y expresar su preocupación por el incremento de las hostilidades

En lo que respecta a Alemania Federal, mantuvo hacia Argentina una actitud moderada, ~~observando con inquietud la "aventura" en la que se había embarcado Gran Bretaña, su principal aliado en la OTAN.~~ Las autoridades de Bonn expresaron su preocupación en varias oportunidades porque el envío de tropas a las Malvinas, provocaba que quedara desguarnecido el flanco norte de la Alianza Atlántica. Cuando el ataque al "Belgrano" también se manifestó un sentimiento generalizado de condena.

En lo que tiene que ver con Japón, si bien en los inicios del conflicto mantuvo una posición pro-británica, posteriormente fue evolucionando hacia actitudes más ajustadas a los antecedentes del diferendo, adoptando una posición más moderada. Cuando el hundimiento del "General Belgrano", el Gobierno nipón condenó enérgicamente a Gran Bretaña por dicho episodio.

(Información extraída del libro "La Guerra Inaudita", de Ruben O. Moro)

P.K.

Nº. DOCUMENTO 9500171  
 TITULO Buena voluntad iraquí para colaborar con ONU  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE PROCEDENCIA 16/8/84  
 VINCULACIONES 501889  
507596  
507609

ENTRADO	/
CRUZADO	/

Garantías en la seguridad de la zona desmilitarizada entre Irak y Kuwait

X

## BUENA VOLUNTAD IRAQUI PARA COLABORAR CON ONU

Jur.  
16/8

*El Gobierno iraquí reiteró ayer lunes, que está dispuesto a cooperar con la ONU para garantizar la seguridad de la zona desmilitarizada establecida entre Irak y Kuwait después de la guerra del Golfo, según declaró un portavoz oficial iraquí.*

Esta declaración se produjo tres días después de que uno de los oficiales de la Misión de Observadores de la ONU entre Kuwait e Irak (UNIKOM) resultara muerto y otros dos heridos cuando desconocidos armados les dispararon en el lado iraquí de la zona desmilitarizada.

«Las autoridades tomaron las

medidas necesarias para perseguir a los criminales y detenerlos», dijo el portavoz que respondía, al parecer, a las acusaciones kuwaitíes de que Irak está implicado en el atentado contra los observadores de la ONU.

El primer ministro kuwaití en funciones y ministro del Interior, jeque Sabah Al Ahmad Al Sabah, pidió que el Consejo de Seguridad de la ONU «tome medidas adecuadas para poner fin a las violaciones iraquíes».

Irak ha rechazado estar implicado en el ataque, ocurrido en la noche del viernes pasado, y dijo que los atacantes son unos bandidos que querían vengarse de la confis-

cación por los observadores de la ONU de una partida de bebidas alcohólicas que intentaban introducir ilegalmente en Kuwait.

«Irak rechaza cualquier intento por parte de quienes tratan de aprovecharse de este ataque criminal para sus objetivos políticos», dijo el portavoz en alusión a las declaraciones del jeque Sabah.

La zona desmilitarizada fue establecida por la ONU después de la expulsión de las tropas iraquíes de Kuwait, que acusó a Irak de infiltrarse en el emirato. El gobierno del presidente iraquí, Saddam Husein, se niega a reconocer la nueva demarcación de su frontera realizada por expertos de la ONU.

allá de los supuestos objetivos superficiales de establecer relaciones, comerciales, científicas, culturales, etc. con los países del sur del continente.

*Introducción?*

#### IV.- NIVEL SUBVERSIVO

La subversión armada en la Argentina, que tuvo sus orígenes en la década del 60 y su período más virulento en la década del 70, emanó como todo proceso subversivo latinoamericano de la Conferencia de OLAS desarrollada en La Habana y tuvo sus representantes más notorios en Montoneros y Ejército Revolucionario del Pueblo, dos organizaciones terroristas con diferentes orígenes, pero con un mismo fin: el derrocamiento de las autoridades constituidas por medio de la lucha armada. La ~~derrota~~ <sup>derrota</sup> militar de estas dos organizaciones, no significa de ninguna manera su derrota política y mucho menos que los objetivos emanados de OLAS hayan quedado perimidos. En realidad, actualmente, la táctica y la estrategia subversiva ha variado en su sustancia pero no en sus objetivos, los que son permanentes. La mayoría de los argentinos tienden a creer, o se les ha hecho creer, que el problema de la subversión ha sido resuelto definitivamente e incluso que los delincuentes de ayer son los héroes de hoy y viceversa. Esta es la táctica actual; la acción psicológica. Lo cierto es que las estructuras internacionales que facilitaron los brotes subversivos de la década del 60 siguen intactas y por otros caminos, quizás más sofisticados, van en busca de sus objetivos de poder. Dentro de la problemática argentina y los factores complejos de la subversión, hay que tener en cuenta el apoyo que reciben para sus fines de acción psicológica, de las organizaciones de solidaridad, que han proliferado con sus roles perfectamente diferenciados, dentro de un plan de acción que es conjunto: En este sentido las organizaciones de solidaridad o defensoras de los derechos humanos existentes y que responden a la estrategia del marxismo internacional son:

- Servicio de Paz y Justicia (SPJ). Predica la "no violencia", la desobediencia organizada, dentro de una mística religiosa.

- Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). Se ocupa de los asuntos jurídicos, efectuando permanentes denuncias por presunta violación de los derechos humanos de integrantes de las FF.AA.

- Asamblea Permanente de los Derechos Humanos (APDH). Tiene a su cargo establecer contactos permanentes con sectores políticos y gremiales, al tiempo que coordina el accionar conjunto de las organizaciones.

- Movimiento Ecuaménico por los Derechos Humanos (MEHD). Implementa la



Nº. DOCUMENTO 9500172  
 TITULO Irak pide levantar sanciones impuestas por ONU.  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE RECEPCIÓN 19-8-94  
 VINCULACIONES 501889  
507596

ENTRADO /  
 CRUZADO /

Irak Juv 19/8

## EMBARGO DE ONU

El ministro de Asuntos Exteriores de Irak, Mohamad Said Al Sahaf, inició ayer, jueves, una gira por China y Pakistán para pedir su apoyo a la petición iraquí de levantar las sanciones impuestas por la ONU contra Bagdad desde agosto de 1990 por su invasión de Kuwait. En declaraciones transmitidas por la agencia iraquí INA, Sahaf dijo que discutirá también los medios de «fortalecer la cooperación económica entre los tres países, después del levantamiento del embargo injusto».

El viaje del jefe de la diplomacia iraquí a China y Pakistán forma parte de la campaña lanzada recientemente por el Gobierno de Bagdad para evitar la renovación de las sanciones económicas durante la reunión que el Consejo de Seguridad de la ONU celebrará en septiembre próximo.

«Hemos cumplido todas las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU que determinaron el alto el fuego en la guerra para la liberación de Kuwait de la ocupación iraquí (agosto de 1990 a febrero de 1991), reiteró el ministro. En virtud de estas resoluciones, Irak fue obligado a eliminar sus armas químicas, biológicas y nucleares, así como los misiles balísticos de un alcance superior a 150 kilómetros.

01-01

9500172

8.- Además existen otros partidos de izquierda como el PI y la Unidad Socialista, los dos con representación parlamentaria, que en apariencia mantienen una actitud más moderada, pero que finalmente de una u otra forma, responden a la estrategia general del marxismo.

III.- NIVEL POLITICO INTERNACIONAL *o dentro de una conclusión general de política exterior fundada o sustentada en la política de la URSS - Cuba - etc.*

- La proclividad del gobierno radical a mantener una política internacional "tercer mundista" ha dado lugar a que Argentina se convierta en uno de los países con mayores facilidades de penetración marxista de la región. Es así, que además de participar activamente en el Movimiento de Países No Alineados, un organismo que evidentemente responde a la URSS, el gobierno radical a impulsado una política de ~~xxxx~~ acercamiento hacia países socialistas. Un ejemplo claro de esto son los acuerdos de pesca con la URSS que han permitido que la Unión Soviética mantenga "legalmente" su flota en el estratégico Atlántico Sur y puede ~~viajar~~ *manejar* desde ya, la única vía de acceso Pacífico-Atlántico (el Estrecho de Magallanes) si se concreta finalmente la transferencia norteamericana del Canal de Panamá. Otro ejemplo de intromisión "autorizada" son los avances en las negociaciones con La Habana, por el que se implementa un intercambio "cultural y científico", que hasta setiembre indicaba un total de 140 proyectos sobre temas tan diferenciados como energía atómica, salud, industria azucarera, computación, agricultura, alimentación, pesaca, proyectos académico-científicos, patentes y marcas, envases y embalajes, estadísticas, encuestas de hogares, industria básica, energía, combustibles, lubricantes, centrales electrónicas, sistemas electroenergéticos, comunicaciones, industria ligera, etc. Este acuerdo supone la venida a la Argentina de unos 110 "técnicos y científicos" cubanos y el viaje a Cuba de unos 20 científicos y técnicos argentinos, alrededor de 60 proyectos de seminarios conjuntos, intercambios de información sobre diversos temas, con los resultados que estas experiencias de intercambio acarrearán. Los técnicos cubanos abundan en Nicaragua y Angola y el tipo de proyectos que se pretende concretar con Argentina constituyeron una de las puertas para la penetración política y económica. Lo habitual en el orden internacional es que esos "técnicos y científicos" cubanos complementen la acción de los "viajeros" soviéticos, tratando de ejercer influencia en sectores de importancia en los países que son literalmente "penetrados", los que pasan a convertirse en base de operaciones del marxismo. En este caso específico, la negociación y los temas que abarca, parecen exceder en mucho las normales relaciones entre los países y por lo tanto indican claramente las intenciones de estos países, que van más

No. de expediente **9500173**  
 TÍTULO **Expertos de ONU llegaron a Bagdad para controlar poderío militar.**  
 PRECEDENTE **150014**  
 FECHA DE F. OBTEN. **13-8-84**  
 VINCULACIONES **501889**  
**507596**  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

ENTRADO ☒  
 CRUZADO ☒

Expertos de la ONU llegaron a Bagdad para controlar el poderío militar iraquí

## **NUEVA INSPECCION DE ARMAS BIOLÓGICAS EN IRAK**

13-8-84  
20J5

Un nuevo equipo de expertos de la ONU en armas biológicas llegó ayer, viernes, a Bagdad para asegurarse de que Irak ha perdido toda la capacidad de fabricar dicho armamento. El equipo, formado por 13 miembros, tiene previsto permanecer dos semanas en Irak, durante las cuales visitará varias instalaciones donde se sospecha que podrían volver a fabricarse armas de destrucción masiva.

Según la resolución 687 del Consejo de Seguridad de la ONU, Irak está obligado a eliminar todas sus armas de destrucción masiva, como una condición para el levantamiento del embargo internacional que le fue impuesto hace cuatro años a raíz de la invasión de Kuwait por las tropas iraquíes. Actualmente, otro equipo de expertos de la ONU en armas químicas se encuentra de visita en Irak.

01-01

9500173

- Unión Estudiantes Secundarios (UES)
- Agrupación Sindicales Peronistas.
- Movimiento Villero Peronista (MVP).

#### 5.- PARTIDO OBRERO (PO).

De tendencia trotkista, sus orígenes se remontan a 1964, fecha en la que surge la organización "POLITICA OBRERA", la que en 1976 es declarada ilegal. Si bien es un nucleamiento minoritario y de exigua relevancia, en base a su orientación trotkista se ha estructurado celularmente y en comités regionales. Está activo principalmente en el ámbito laboral y de los derechos humanos, en tareas de captación e infiltración de sindicatos y/u organismos de derechos humanos. Cuenta con organización de fachada o colateral con:

- Unión de Juventudes Socialista (UJS).

#### 6.- PARTIDO DE LA LIBERACION

De tendencia maoísta, surge en 1982 como agrupamiento político, en reemplazo de la organización terrorista Partido Comunista Marxista Leninista de Argentina (PCML-A). Propicia como objetivo final el levantamiento armado popular, tomando como modelo la revolución sandinista.

#### 7.- PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES (PRT)

Brazo político del ERP, hasta 1983 se hallaba reducido a su mínima expresión, a raíz de haber sido abatidos o exiliados sus cuadros más importantes. El retorno a la democracia permitió a su dirigencia, tanto a la que se encontraba en el exterior como la que estaba en el país, reorganizar sus cuadros y aparecer en el contexto político. En la actualidad detentaría el poder del PRT la línea "histórica" o "leninista" (Castro-Guevarista), con tendencia a la contienda política, mientras que por otra parte se encuentra la línea "rupturista" (trotkista), inclinada a pasar a la lucha armada y recomponer el ERP. Las organizaciones de fachada o colaterales con que cuenta son:

- Movimiento Todos por la Patria (MTP) con actuación principalmente en Córdoba.
- Movimiento Democrático Popular Antiimperialista (MODEPA) con actuación en la Capital Federal y que se ha integrado al FRAL.

NÚM. DOCUMENTO: 9500174  
 TÍTULO: Observador de misión de ONU murió el 13/8 en frontera entre  
 PROCEDENCIA: El País  
 FECHA DE PROCEDENCIA: 14-8-94  
 VINCULACIÓN: 501889  
 507586  
 507609

IRAFY KUWAIT.

#### **OBSERVADOR ASESINADO**

Un oficial de la misión de la ONU murió anoche, y otros dos resultaron levemente heridos, en una emboscada en el lado iraquí de la zona desmilitarizada de la frontera con Kuwait, confirmó hoy una portavoz de las Naciones Unidas.

La víctima era un oficial de Bangladesh y formaba parte de UNIKOM, la misión de observadores militares de la ONU desplegada en una zona desmilitarizada en la frontera entre los dos países tras el fin de la guerra del Golfo Pérsico en 1991.

Los tres militares de Bangladesh fueron emboscados "por un número desconocido de atacantes", no identificados, en una carretera al norte de

Saswan, en el lado iraquí de la zona desmilitarizada, dijo la portavoz.

Los atacantes se apoderaron del vehículo, donde había armas y municiones, agregó.

El oficial murió y los otros dos lograron escapar con "heridas leves", señaló.

Se cree que es el primer observador de UNIKOM muerto a tiros desde el despliegue de la misión en la zona desmilitarizada en la frontera entre Irak y Kuwait en 1991.

01-01

9500174

- Coordinadora Nacional de Agrupaciones "Agustín Tosco".
- Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH).
- Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH).

## 2.- MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS)

De ideología trotskista es la continuación del Partido Socialista de los Trabajadores (PST, que fuera ilegalizado en 1976. En la actualidad no cuenta con representación parlamentaria y luego de la ~~expe~~ experiencia frentista con el PCA, en el fenecido FREPU, no ha decidido una nueva alianza con los comunistas para integrar el FRENTE AMPLIO DE LIBERACION. Donde mayor actividad despliega es en el ámbito de los derechos humanos y a nivel gremial, donde ha llegado a colocar a alguno de sus militantes en la conducción de organizaciones sindicales y dentro de las organizaciones de bases (comisiones internas de fábricas).

## 3.- PARTIDO DEL TRABAJO Y DEL PUEBLO (PTP)

Es la continuación del Partido Comunista Revolucionario (PCR) que fuera ilegalizado en 1976 y su posición ideológica es pro-China. Básicamente su actuación se centra en el asentamiento en los sectores marginados y en las zonas industrializadas del país, con aperturas hacia el ámbito estudiantil y sindical. Las organizaciones colaterales o de fachada con que cuenta son:

- Juventud del Trabajo y del Pueblo (JPTP)
- Juventud Comunista Revolucionaria (JCR)
- Juventud del Trabajo (JT).
- Corriente Clasista Obreros Rurales.
- Agrupación Clasista 1º de Mayo.

## 4.- PERONISMO REVOLUCIONARIO (PR).

El Peronismo Revolucionario se ha presentado en el contexto político actual como una corriente interna del Movimiento Nacional Justicialista. No obstante, este nucleamiento es la expresión política de la organización subversiva Montoneros. Los orígenes de esta organización se pueden precisar en el plenario que, en febrero de 1986, realizó en Porto Alegre la Conducción Nacional de Montoneros y en el que se decide lanzar el PR. En la actualidad su mayor actividad se centra en la inserción de sus militantes dentro del Peronismo Renovador, donde habría logado avances importantes en Capital Federal y Córdoba, llegando a colocar inclusive a algunos de sus miembros en las listas de candidatos. Las organizaciones de fachada o colaterales del PR son:

- Juventud Universitaria Peronista (JUP).

9500175

URUBUN7 estudio posibilidad de ~~envío~~ <sup>envío</sup>

le NOV. 150014

FECHA: 20/8

VINCULACIÓN: 501 889

507 466

507 619

efectivos a Georgia y Sahara

ENTRADO

CRUZADO

### Misiones de ONU resienten funcionamiento de las FFAA

## ¿TROPAS A GEORGIA Y SAHARA?

Resulta llamativo que, pese al contenido del Mensaje de Rendición de Cuentas que el Poder Ejecutivo ha cursado al Parlamento, donde se establece que el envío de efectivos al exterior ha resentido el cumplimiento de varios objetivos de las FFAA, el gobierno considere posible responder positivamente a la nueva solicitud cursada al Uruguay por la ONU.

El Ministro de Defensa Nacional, Dr. Martins, acaba de anunciar que Uruguay estudia la posibilidad de participar, con el envío de 600 efectivos, en las «Misiones de Paz» de ONU en Georgia y el Sahara Occidental.

La solicitud de una contribución de las FFAA uruguayas a estas dos Misiones internacionales llegó recientemente al gobierno y su aceptación supondría una nueva

salida de tropas que se sumaría a los contingentes ya desplegados en Mozambique, en Ruanda, en Pakistán, en el Sinaí, etc...

El Ministro aseguró que en caso de responderse afirmativamente esta nueva solicitud de ONU, de todas maneras las FFAA mantendrían su capacidad operativa al nivel necesario para brindar seguridad al plebiscito que debe celebrarse en el mes de agosto y, luego, a los comicios de fines de noviembre.

Las declaraciones del Dr. Martins no hacen mención a la situación que estas nuevas misiones - no contempladas en la Ley Orgánica Militar ni en el Presupuesto Nacional -, han creado a las FFAA.

Las consecuencias del despliegue de efectivos fuera de fronteras sobre el normal desarrollo de las tareas de las FFAA se desprenden de la lectura

del Proyecto de Rendición de Cuentas que estudia actualmente el Poder Legislativo.

En efecto, una simple ojeada al mencionado Mensaje del Poder Ejecutivo al Parlamento en el capítulo correspondiente al Inciso 03, donde se detalla la «ejecución presupuestal» del Ministerio de Defensa Nacional, permite comprobar en qué medida las «Misiones de Paz» están afectando el cumplimiento de las misiones de las FFAA.

Sin pretender realizar un inventario completo de las tareas y objetivos de las FFAA cuyo cumplimiento se vio resentido por la falta de personal o de equipos, destinados a las misiones en el exterior, es necesario poner de manifiesto que tal fenómeno es una realidad incuestionable.

01 - 01

9500175

.... decretara sanciones comerciales contra Brasil, por un monto aproximado a los 39 millones de dólares, elevando las tarifas en un 100 %. Entre los productos sobretasados se encuentran medicamentos, electrodomésticos y productos de papelería.

.... El Consejo de Seguridad Nacional fue sustituido por dos nuevos órganos asesores del Presidente de la República: el Consejo de la República y el Consejo de Defensa Nacional. Al primero le compete pronunciarse sobre intervención federal, estado de defensa o de sitio y sobre cuestiones relacionadas con la estabilidad democrática, mientras que al de Defensa le corresponde opinar en hipótesis de declaración de guerra o celebración de paz, proporcionar criterios y condiciones para la utilización de áreas indispensables para la seguridad del territorio nacional, así como estudiar, proponer o acompañar el desarrollo de iniciativas para garantizar la independencia nacional y la defensa del Estado democrático.



Nº. DOCUMENTO: 9500176  
 TÍTULO: Partieron en AS60510/94 oficiales de Policía a MOZAMBIQUE  
 PROCEDIMIENTO: 150014  
 FECHA DE EMISIÓN: 23/8/94  
 VINCULACIÓN: SDI 889  
 SDI 7466  
 SDI 7625

## PARTIERON OFICIALES DE POLICIA A MOZAMBIQUE

Jur  
23/8

**Partieron rumbo a Mozambique cinco altos oficiales de la Policía Nacional, que integran una misión de observadores de la Organización de las Naciones Unidas.** Allí relevarán a otros seis oficiales jefes y cuatro suboficiales que integraron la denominada Operación ONUMOSZ, desde el pasado 7 de mayo.

El grupo de Observadores Policiales del Uruguay, estará encabezado por el Comisario Inspector Juan Pedro Cotel, perteneciente a la Jefatura de Policía de Rivera; y está integrado además por el también Comisario Inspector Oscar Julián Pereyra, de la Dirección

Nacional de Bomberos, los Comisarios Alberto Enrique Tulón de la Jefatura de Policía de Colonia, Liris Manzanares de la Jefatura de Policía de Soriano, José González perteneciente a la Jefatura de Policía de Florida.

La tarea que cumplirán los oficiales uruguayos está relacionada a las etapas previas y posteriores de las elecciones nacionales mozambiqueñas, a realizarse los días 27 y 28 próximos.

Esta misión que se extiende hasta el mes de diciembre, se suma a la que cumplen otros oficiales de la Policía Uruguaya en el Sahara Occidental.

## BRASIL

### FACTOR POLITICO

18-11-88

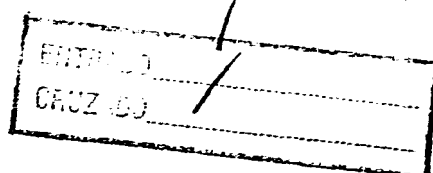
Al escrutarse los votos de las elecciones municipales, la izquierda avanzaba hacia la victoria en alcaldías claves de Brasil, mientras el PMDB sufría una derrota apabullante. Los candidatos de la derecha que se oponen a Sarney, también lograron numerosos votos.

La gran sorpresa fue la victoria ~~en~~ <sup>en</sup> San Pablo (aunque no hay resultados oficiales) de Luiza Erundina, que se proclama marxista, que representó al Partido de los Trabajadores. ~~TAMBIEN~~ En Rio de Janeiro ganó el candidato del PDT (Partido Democrático Trabalhista) y en Belo Horizonte, tercera ciudad del país, marcha en primer lugar Pimenta da ~~Veiga~~ <sup>Veiga</sup> Veiga, del PSDB. En Porto Alegre, encabeza los resultados también el ~~candidato~~ <sup>candidato</sup> candidato del PT.

### FACTOR SICOSOCIAL

El gobierno del Presidente Sarney inició una ofensiva contra las huelgas de funcionarios de las estatales Petrebrás y Companhia Siderúrgica Nacional. Sarney deberá dictar próximamente un decreto prohibiendo la paralización de esos sectores, que tendrá vigencia inmediata, aunque será automáticamente anulado después de 30 días, si no es ratificado por el Parlamento.

Nº. DOCUMENTO 9500177  
 TITULO 15 oficiales uruguayos rojan a RUANDA el 19/8/94.  
 PROCEDENCIA obs. ac 150483 como observadores  
 FECHA DE PROCEDENCIA 19-8-94  
 VINCULACIONES 501889  
 507466  
 507639



Varios miembros de la Policía hacia Mozambique

## Quince oficiales de Ejército viajan a Ruanda para integrarse a fuerzas de Naciones Unidas

Quince oficiales del Ejército partirán hoy hacia Ruanda, donde se integrarán a la misión de paz de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en calidad de observadores militares, dijeron a El Observador fuentes castrenses. Estos oficiales —capitanes y mayores— se sumarán a otros oficiales del Ejército que hasta el momento estaban cumpliendo tareas en Liberia.

Paralelamente, el presidente de la República, Luis Alberto Lacalle y el ministro del Interior, Angel María Gianola, despidieron ayer a cinco oficiales de la Policía que partirán también hoy hacia Mozambique para incorporarse como observadores a la mi-

sión de paz que el organismo lleva adelante en ese otro país africano. Subrogarán a otros seis oficiales jefes policiales y cuatro suboficiales que integraron la denominada operación Onumoz desde el 7 de mayo próximo pasado. Asimismo, de llegar a buen tér-

mino las negociaciones de paz en Angola y confirmar la ONU su convocatoria, Uruguay enviará un batallón de casi un millar de efectivos a ese país en el marco de la misión de paz que se apresta a conformar el organismo internacional, añadieron las fuentes.

Esta acción de la fuerza de tierra se concretaría una vez que retornen los casi 900 efectivos desplegados en Mozambique y sería la tercera vez que se integra un batallón a una misión de paz de la ONU, ya que el primero fue el que se envió a Camboya, destacaron las fuentes.

En el caso de Georgia, en tanto, Uruguay contribuiría —al igual que

en Ruanda— solamente con observadores militares, señalaron.

De concretarse el envío de un batallón a Angola, las Fuerzas Armadas —básicamente el Ejército— mantendrán un promedio de cerca de 1.000 hombres en el exterior, guarismo que casi se duplicó cuando se envió el batallón a Mozambique y el que estaba en Camboya aún no había retornado al país.

### Los policías

El comisario inspector Juan Pedro Cotel, perteneciente a la Jefatura de Policía de Rivera, encabezará el grupo de observadores policiales

de Uruguay que actuará en las pas previas y posteriores a las elecciones nacionales mozambiqueñas el 27 y 28 de octubre.

La delegación estará integrada además, por el también comisario inspector Oscar Julián Pereyra y comisarios Alberto Enrique Tula de la Jefatura de Policía de Colonia, Liris Manzanares, de la Jefatura de Policía de Soriano y José E. González, perteneciente a la Jefatura de Policía de Florida.

Nº. DOCUMENTO 9500177

TITULO

15 oficiales uruguayos rojan a RUANDA el 19/8/94.

PROCEDENCIA

003.9C 150483

como observadores.

FECHA DE PROCEDENCIA

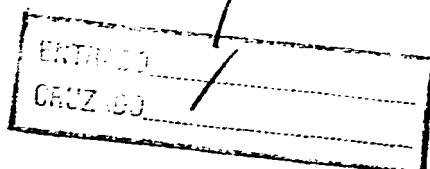
19-8-94

VINCULACIONES

501889

507466

507639



Varios miembros de la Policía hacia Mozambique

## Quince oficiales de Ejército viajan a Ruanda para integrarse a fuerzas de Naciones Unidas

Quince oficiales del Ejército partirán hoy hacia Ruanda, donde se integrarán a la misión de paz de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en calidad de observadores militares, dijeron a El Observador fuentes castrenses. Estos oficiales —capitanes y mayores— se sumarán a otros oficiales del Ejército que hasta el momento estaban cumpliendo tareas en Liberia.

Paralelamente, el presidente de la República, Luis Alberto Lacalle y el ministro del Interior, Angel María Gianola, despidieron ayer a cinco oficiales de la Policía que partirán también hoy hacia Mozambique para incorporarse como observadores a la mi-

sión de paz que el organismo lleva adelante en ese otro país africano. Subrogarán a otros seis oficiales jefes policiales y cuatro suboficiales que integraron la denominada operación Onumoz desde el 7 de mayo próximo pasado.

Asimismo, de llegar a buen tér-

mino las negociaciones de paz en Angola y confirmar la ONU su convocatoria, Uruguay enviará un batallón de casi un millar de efectivos a ese país en el marco de la misión de paz que se apresta a conformar el organismo internacional, añadieron las fuentes.

Esta acción de la fuerza de tierra se concretaría una vez que retornen los casi 900 efectivos desplegados en Mozambique y sería la tercera vez que se integra un batallón a una misión de paz de la ONU, ya que el primero fue el que se envió a Camboya, destacaron las fuentes.

En el caso de Georgia, en tanto, Uruguay contribuiría —al igual que

en Ruanda— solamente con observadores militares, señalaron.

De concretarse el envío de un batallón a Angola, las Fuerzas Armadas —básicamente el Ejército— mantendrán un promedio de cerca de 1.000 hombres en el exterior, guarismo que casi se duplicó cuando se envió el batallón a Mozambique y el que estaba en Camboya aún no había retornado al país.

### Los policías

El comisario inspector Juan Pedro Coteló, perteneciente a la Jefatura de Policía de Rivera, encabezará el grupo de observadores policiales

de Uruguay que actuará en las etapas previas y posteriores a las elecciones nacionales mozambiqueñas, el 27 y 28 de octubre.

La delegación estará integrada, además, por el también comisario inspector Oscar Julián Pereyra y los comisarios Alberto Enrique Tulón, de la Jefatura de Policía de Colonia, Liris Manzanares, de la Jefatura de Policía de Soriano y José E. González, perteneciente a la Jefatura de Policía de Florida.

Appendixes to B.A.

- La Iglesia Católica es un importante centro de poder en la Argentina y su influencia ha sido constante en toda la vida política de la República. Si bien la tendencia del clero argentino no ha permitido la expansión, en términos importantes de la llamada "Teología de la Liberación", existe un sector de izquierda, por ahora minoritario que interpreta el dogma a la luz de la dialéctica marxista. Existen elementos del clero llamado "progresista", identificados con las bandas de terroristas, partidos de izquierda y otros colaterales, que con sus actividades pastorales intentan lograr un frente de oposición mediante un trabajo de concientización, la capacitación de necesitados e insatisfechos y la participación en organizaciones de solidaridad. La situación de conflictividad existente entre el gobierno y la Iglesia, por diversos temas, es un elemento que puede ser aprovechado para dividir a los católicos.

NIVEL MILITAR B - ¿ALA? *¿Fuerza de + Gobierno sobre la Comandancia -*  
*Comandancia Principal del C.M.P. etc. (QUE PARA)*  
- La creación del CEMIDA (Centro de Militares Democráticos Argentin-  
nos), que agrupa a oficiales retirados de las FF.AA., de clara tendencia  
marxista, significó el inicio de la campaña para dividir el pensamiento  
de la ciudadanía, creándoles el sentimiento antimilitar, o dirigido a  
crear una dualidad de apreciaciones dirigida a la idea de la existencia de  
dos clases de militares: los buenos (CEMIDA) y los malos (las actuales  
Fuerzas Armadas). Esta es una clara maniobra de los frentes ~~internacionales~~  
nacionales que responden al Consejo Mundial de la Paz (el principal frente  
internacional de la URSS), tendiente al desprestigio militar y por lo tanto  
a su futura inoperancia ante cualquier eventual intento subversivo.

Dentro de este contexto, y con los conocidos ~~slogans~~ "slogans", se realizó en Buenos Aires la Conferencia Internacional por un Atlántico Sur, Zona de Paz y Cooperación, Libre de Armas Nucleares, con la participación del Consejo Mundial de la Paz. La rama argentina del Consejo Mundial de la Paz, es el Consejo Argentino por la Paz (CAP), que actúa en base a críticas a los EE.UU. y la OTAN, mostrando al bloque socialista como amante de la paz, que actúa en función defensiva frente a las tendencias agresivas de los antes mencionados.

Nº. DOCUMENTO

9500178

TÍTULO

Detenidos de policía uruguayos en MOZAMBIQUE

PROCESO

La Habana 150015

FECHA DE RECEPCIÓN

17-8-84

VINCULACIÓN

501889

507466

507625

# La odisea de diez policías uruguayos que cumplen una misión inspirada

- La dramática aventura cotidiana de la supervivencia
- En el corazón de Africa, el despertar democrático

*En pleno corazón de Africa -por mandato de la Organización de las Naciones Unidas- diez policías uruguayos cumplen una delicada misión humanitaria, prestando asistencia y apoyo e instruyendo a la población de Mozambique, la ex colonia portuguesa, que se apresta a celebrar su primer acto electoral. El implacable calor y la carencia de alimentos y otros productos básicos se transforman en los dos grandes "verdugos" de esta flagelada nación, que lucha por sobrevivir.*

*En esta edición, LA MAÑANA narra a sus lectores esta aventura real, que tiene como protagonistas a un grupo de compatriotas que luchan por la vida y la de sus semejantes, a miles de kilómetros de su suelo natal, inspirados por un supremo lema: la solidaridad.*

Los policías uruguayos, que actualmente se encuentran cumpliendo una misión humanitaria, están realizando infinidad de tareas, en cuyo cumplimiento han demostrado alto grado de capacitación profesional. Nuestros compatriotas en sus horas libres extrañan, naturalmente, a sus familias. Además, una de las mayores dificultades de adaptación es el cambio de

hábitos alimenticios. Por supuesto, se echa mucho de menos la carne de vaca, al decir de varios familiares de los funcionarios, por las cartas que reciben cada pocos días.

En el correr de la presente semana, casi todos los familiares de los diez policías uruguayos, que se encuentran desde hace meses cumpliendo

funciones para las Naciones Unidas, han recibido misivas, donde les cuentan, como en un diario íntimo, las penurias que están pasando en aquel país de Africa del Sur.

Se supo que cuatro funcionarios se encuentran destacados en Maputo, la capital de Mozambique. Los restantes están en Beira, Tete y la zona límite de Lichinga, que está situada al norte.

Los policías uruguayos que actualmente están destacados en Mozambique son: el Jefe de la Delegación, Comisario Frisolino Silva Rocha, siguiendo por orden jerárquico, Alberto Bonjour Medina, Julio Cabrera Innella, Julio Navarro Ocampo, Héctor Aramburu León, Paulo Costa Fernández, Nelson Da Roza Guzmán, Florismán Esquivel Presa, Nelson González Duré y Artigas Oxley Fernández.

## Alimentar es la prioridad

Algunos de nuestros efec-

tivos están efectuando el traslado de alimentos para las zonas más carenciadas y como hay falta de personal idóneo en el manejo de los vehículos, nuestros policías también hacen de conductores.

Los compatriotas, en distintas oportunidades, para trasladarse de un lugar a otro deben construir puentes a los efectos de poder mejorar el camino.

A los puentes los arman con troncos, a los cuales les colocan como "bitumen" hojas de palmera, luego de atar los maderos con sogas extraídas de las enredaderas que se hallan por doquier en la selva.

## Enseñando derechos

Otros se encargan de enseñar todo lo relacionado a los derechos humanos y derechos individuales para vivir en democracia.

Algunos oficiales tienen la misión de coordinar el acto electoral, cuando deberán instalar ocho mil puestos de vo-

B

NIVEL ESTUDIANTEL

- La estructura formal de movimiento estudiantil (asambleas, centros, federaciones, etc.) ha estado tradicionalmente dominada por agrupaciones de tendencia izquierdista como:

- FRANJA MORADA (responde a los lineamientos de la UCR, pero es de clara tendencia izquierdista).
- Movimiento Nacional Reformista (MNR). (responde ideológicamente al Partido Socialista Popular).
- Unión Nacional de Estudiantes (UNE). (de orientación peronista y desarrollista, considerada de centro-izquierda).
- Movimiento de Orientación Reformista (MOR). (responde a los lineamientos de la FJC, colateral del PCA).
- Juventud Universitaria Peronista (JUP). (responde a la izquierda peronista)

Todas estas organizaciones estudiantiles integran la estructura de la Federación Universitaria Argentina (FUA), la que está adherida a nivel internacional a las siguientes entidades:

- Federación Mundial de Juventudes Democráticas (FMJD).
- Liga Internacional de Estudiantes Humanistas (LIEH).
- Unión Internacional de Estudiantes (UIE).
- Foro Mundial de Educación (FME).

Si bien como decíamos la FUA está dominada primordialmente por organizaciones de izquierda, actualmente, con el nacimiento del grupo liberal conservador UPAU, que se ha convertido rápidamente en la segunda fuerza, la relación de poder dentro del espectro político-estudiantil ha variado. De todas formas, los grupos ultras han resucitado una idea movilizadora para mantener poder de decisión, tendiente a crear poderes paralelos a los centros estudiantiles: los cuerpos de delegados, con facultad para adoptar las decisiones más importantes.

# en Mozambique, en la solidaridad

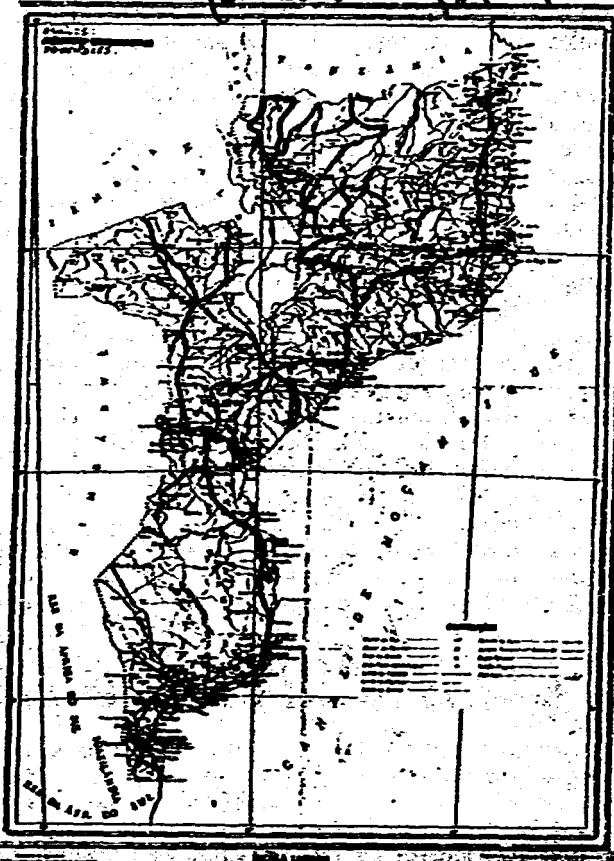
lación para recibir a un millar de ciudadanos inscritos, los que habrán de sufragar en cada cantón.

En los últimos días, el pueblo mozambiqueño está llegando a los distintos lugares instalados con la finalidad de inscribirse en el registro de votación.

Para "hacerse" ciudadano y tener derecho al voto, el interesado llega a la oficina electoral y junto a dos testigos hace su presentación, dice de quién se trata y con la firma de los dos testigos, le extienden el documento habilitante, para nosotros los uruguayos, la credencial cívica.

El documento es válido solamente para la zona donde reside el votante y no podrá sufragar observado bajo ningún concepto.

Esto es parte de una de las cartas que fueron entregadas a este cronista de LA MANGA, por uno de los familiares de un oficial que se encuentra en suelo mozambiqueño.



## Cuando las urnas esperan

El proceso de preparación de las elecciones mozambiqueñas tropieza con previsibles dificultades, originadas, particularmente, en los graves problemas que afronta el país y en la falta de madurez de la población, ya que la democracia ha sido, hasta ahora, una utopía.

La función de la fuerza multinacional que integran nuestros compatriotas, junto a colegas de otros países es, además del apoyo humanitario, coadyuvar a crear las condiciones propicias para este inmonumental salto al futuro.

### A.- Cooperación entre la División Electoral y la CIVPOL

Se torna necesario que exista una estrecha colaboración entre los observadores electorales y la CIVPOL para la fiscalización adecuada del proceso electoral. Oficiales de ambas organizaciones mantienen contactos con las autoridades electorales, partidos políticos y los líderes comunitarios.

Esto tendrá impacto sobre el nivel de la educación cívica y la cultura política de los mozambiqueños. Por este motivo es obligatorio actuar según las directrices comunes que facilitan la divulgación al público, la información relacionada con los padrones, por los cuales el compromiso electoral de la ONUMOZ debe ser analizado, así como las ideas básicas sobre la naturaleza de las elecciones, derechos civiles y libertades políticas.

### Las principales ideas

a). Que la ONUMOZ, en representación de la Comunidad de Naciones, tiene una participación activa en el proceso electoral, pero solamente las autoridades mozambiqueñas son responsables por las elecciones.

b). Los comicios están relacionados con la

elección de un gobierno para Mozambique entre los diferentes concurrentes que pasan por una mutua desconfianza y la falta de libertad de los tiempos de guerra.

### B.- La CIVPOL de la ONUMOZ y la política mozambiqueña

La fuerza policial de los "Boinas Azules" pertenece a las Naciones Unidas, y sus integrantes provienen de diferentes países, con la finalidad de ayudar en el proceso de paz y para que las elecciones se realicen con normalidad. Ellos son neutrales, imparciales e independientes y no sustituyen a la Policía de ese país.

Están allí para ayudar a la Policía nacional y asegurar la neutralidad y el respeto por los derechos humanos.

La Policía mozambiqueña existe para velar por la seguridad de todos. No deben depender del FRELIMO, del RENAMO, o de cualquier otro partido político. El gobierno, ahora, es de todo el pueblo.

### C.- 1144 policías

Un total de 1144 policías forman parte de la estructura policial de la ONUMOZ (CIVPOL), y esencialmente contribuyen a la creación de un ambiente político conducente a la realización de elecciones libres y justas.

Por este motivo, la CIVPOL verificará que los derechos políticos de los individuos, grupos y organizaciones políticas sean respetados, familiarizando a la Policía local con los conceptos internacionales de los derechos civiles y libertades fundamentales.

Además, controlar la seguridad en los locales de votación, incluyendo la seguridad, el escrutinio y transporte de las urnas y otros materiales utilizados en las elecciones.



*Si*  
*CLAT - Que pasa con la CGT -*

#### V.- NIVEL GREMIAL

- A pesar de que el sindicalismo argentino, representado por la CGT, es de orientación nacionalista y responde al peronismo, la lucha interna que se aprecia en su seno estaría alentando a organizaciones internacionales a influir en este proceso, con intenciones de controlar y ocupar espacios en el gremialismo local. Actualmente se disputan la futura influencia en la CGT, las internacionales socialcristiana (CLAT) y socialdemócrata (CIOLS), organizaciones que si bien no responden directamente ~~al~~ a la Federación Sindical Mundial, comunista, están adecuadamente infiltradas, para si indirectamente servir a los intereses del marxismo internacional. En esta pugna de influencia estaría tomando la delantera la Confederación Latinoamericana de Trabajadores (CLAT), regional de la Confederación Mundial de Trabajadores (CMT), que tiene inscriptas a 13 centrales latinoamericanas con un millón de trabajadores afiliados. La CLAT tiene prevista la realización de un congreso en Mar del Plata, a fines de noviembre, donde se tratarán asuntos relacionados con el "sur-sur" y el tercer mundo, los derechos humanos de los trabajadores y la deuda externa, tratando en este último punto de promover una moratoria concertada entre todos los países deudores de la región. Como se puede apreciar, la temática a tratar es coincidente con las banderas utilizadas por el marxismo internacional a través de sus frentes internacionales. Asimismo, la ~~CLAT~~ Clat ha instado a la CGT a "reformular comportamientos", dejando de lado "las pequeñas reivindicaciones de la coyuntura", para formular un "nuevo proyecto nacional y popular", con lo que se evidencia la intención de estas organizaciones internacionales de quitarle al gremialismo argentino su orientación netamente nacionalista e introducirlo en la "internacionalización", un proyecto tan bien manejado por el marxismo y las organizaciones de solidaridad.

En el caso particular de la CLAT, durante los últimos años ha mantenido dos posiciones: en Centroamérica está alineada con Reagan y el anticomunismo, en tanto en el Cono Sur utiliza una plataforma tercermundista y popular. Es aplicable entonces el hecho de que existen organizaciones internacionales que constituyen estructuras no creadas por el comunismo pero, a las que ha captado en forma total o parcial a efectos de que directa o indirectamente sirvan a sus fines.

Nº. DOCUMENTO

9500179

TÍTULO

Enviado especial de la ONU a 7060 SUSANA con una a continuación negociaciones.

PROCESO DE

150014

FECHA DE RECIBO

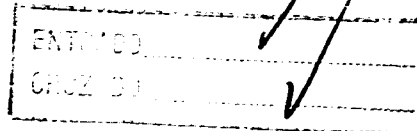
11/8/94

VOLUMEN

501889

507685

507697



El enviado especial de la ONU para la ex Yugoslavia convocó a continuar las negociaciones con la mediación de UNPROFOR

## LLAMAMIENTO A LA PAZ PARA LOS BELIGERANTES BOSNIOS

*Yasushi Akashi, enviado especial de la ONU para la ex Yugoslavia y jefe de la misión de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR), hizo un llamamiento a las partes beligerantes bosnias para que se abstengan de realizar actividades bélicas y sigan negociando con la mediación de UNPROFOR.*

**S**ería demasiado fácil que las fuerzas de la guerra prevalezcan en Bosnia-Herzegovina. La verdadera prueba de la valentía es la participación en el proceso de paz y la continuación constructiva de las negociaciones», afirma Akashi en un comunicado publicado, ayer, miércoles, en su sede en Zagreb.

Akashi recuerda que las partes beligerantes bosnias suscribieron el 8 de junio en Ginebra, con la mediación de UNPROFOR, un acuerdo sobre el cese de las actividades bélicas, que fue renovado en julio para otro mes.

También recuerda que UNPROFOR medió en otras ocasiones para poner fin a los ataques de francotiradores en Sarajevo, acordar la desmilitarización de Mostar, el cese de los conflictos intermusulmanes en la Bosnia occidental, concluir acuerdos de nivel local y canjear prisioneros de guerra.

«Lamentablemente, a pesar de ciertos logros positivos, la situación en Bosnia-Herzegovina sigue inestable, y el respeto del acuerdo de Ginebra es insatisfactorio. Los combates prosiguen en la Bosnia central y septentrional y empeora la situación en la seguridad de Sarajevo», advierte Akashi.

El enviado especial de la ONU asegura sin embargo que desde el 8 de julio ninguna de las partes ha emprendido ofensivas generales y llama a los contendientes a continuar las negociaciones y a abstenerse «en este momento crítico» de actividades militares.

En una entrevista que ayer publica el semanario «Globus», de

Zagreb, Akashi no descarta la retirada de UNPROFOR de Bosnia-

Herzegovina en caso de que los serbios no acepten el Plan de paz del «grupo de contacto» en las próximas semanas y la situación empeore. «En las próximas semanas veremos si los serbios aceptan el Plan de Paz. Todavía no han dicho un 'no' definitivo. Si rechazan (el Plan), podrían aumentar las actividades bélicas, producirse ataques aéreos masivos de la OTAN contra los serbios y el levantamien-

to del embargo sobre la venta de armas a Bosnia», declaró el jefe de la misión de UNPROFOR.

«Akashi, que afirma que tanto él como el presidente de Croacia, Franjo Tudman, son contrarios al levantamiento del embargo de la venta de armas al Gobierno bosnio, aseguró que en el caso de que el Plan sea rechazado, los «cascos azules» podrían retirarse de Bosnia-Herzegovina.

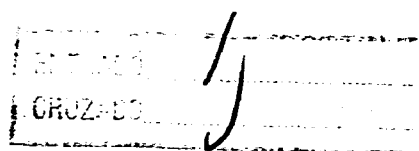
01-01

9500179

bien no se puede asegurar que esta sea una estrategia planeada por el Justicialismo, todos estos hechos dejan la impresión de que se puede tratar de algo predeterminado, lo que aportará otro factor de fricción entre el peronismo y los países de occidente.

Nº. DOCUMENTO 9500180  
 TÍTULO Los serbios devolvieron armas tomadas a la  
 PROCESADOR 150025  
 FECHA DE PROCESAMIENTO 7-8-94  
 VALUACIÓN 501889  
 507685  
 507696

ONC



## Los serbios devolvieron armas tomadas a la UN

**Advertencias la NATO amenazó con realizar más ataques aéreos si violaban nuevamente la zona de exclusión.**

SARAJEVO, 6 (AP).— Tras el ataque aéreo de la NATO, los serbios bosnios devolvieron las armas que habían tomado ayer de un depósito de las Naciones Unidas, pero la lucha armada en Bosnia continuó y el fuego de francotiradores obligó al cese de los servicios tranviarios en Sarajevo.

Los serbios provocaron el ataque aéreo al apoderarse de un tanque, dos blindados y un cañón antiaéreo móvil de un depósito en la localidad de Ilidza, al oeste de Sarajevo.

Los serbios abrieron fuego sobre un helicóptero de la UN que fue despachado en busca del tanque.

Violaron de ese modo un ultimátum de la NATO, que vedaba el uso de armamentos pesados en un radio de 20 kilómetros de zona de exclusión en torno de Sarajevo.

Dos aviones A-10 norteamericanos destruyeron un vehículo antitanque modelo M18 en un paraje boscoso aislado en represalia por la acción serbia.

Al parecer sin causar bajas, dijo el mayor Rob Annink, vocero de la UN.

Ayer la agencia noticiosa serbia

bosnia SRNA citó palabras de oficiales del ejército en el sentido de que no hubo bajas a raíz de la incursión aérea.

### Amenaza de nuevos ataques

Annink dijo que los serbios devolvieron el tanque, dos transportes blindados de personal y el cañón antiaéreo móvil que se habían llevado ayer a primera hora. Agregó que los comandantes serbios prometieron devolver un segundo cañón antiaéreo retirado del mismo depósito.

Oficiales de la NATO y de las Naciones Unidas amenazaron realizar nuevos ataques aéreos si los serbios volvían a violar la zona de exclusión.

Annink dijo que los observadores de la UN dijeron que se habían disparado tres granadas de mortero anoche desde posiciones serbias al sur de Sarajevo, otra violación aparente.

Serbia, principal sostén de los bosnios serbios, anunció el jueves que desistía de nexos económicos y políticos con ellos porque los bosnios serbios habían rechazado el plan de paz.

El plan requería que los serbios bosnios cedieran una tercera parte del territorio de Bosnia que controlan después de 28 meses de guerra.

te de los grandes propietarios y hasta ahora solo se logró concretar la distribución de menos del 5% de ese total. El tema constituye uno de los principales conflictos del país, por los niveles de violencia alcanzados en la zona rural y la sostenida campaña de la Iglesia Católica y los sectores de izquierda respaldando e incitando a los campesinos.

- La nueva sanción "del silencio" impuesta por el Vaticano al sacerdote brasileño Leonardo BOFF, constituye un nuevo enfrentamiento entre la Santa Sede y el polémico cura. BOFF ha sido, en los últimos 20 años uno de los principales propulsores de la corriente de la "Teología de la Liberación", que asume la ideología y el método de análisis marxista. Esta corriente, si realmente prosperara en Brasil, podría constituir un factor particularmente peligroso y de incalculables consecuencias, teniendo en cuenta que este país representa a la mayor congregación católica del mundo y presenta problemas sociales reales y potenciales, que pueden ser manejados con fines políticos.

#### IV.- CONCLUSIONES

- La situación general del Brasil está caracterizada por un progresivo deterioro en los distintos componentes políticos, económicos y sociales, apreciándose el incremento de los enfrentamientos entre distintas tendencias políticas y la descomposición paulatina y acelerada de la coalición de gobierno.

- Las medidas de corte económico adoptadas no han podido solucionar los principales componentes de una crisis latente, que mantiene índices inflacionarios intolerables y ahora, como agregado, el peligro de una inédita recesión.

- La Asamblea Constituyente ha servido como catalizadora de pensamientos y corrientes políticas, manifestándose fundamentalmente un desmembramiento del PMDB, dividido ahora en diversas líneas ideológicas y personales.

- La figura del Presidente SARNEY pierde popularidad constantemente y actualmente está dando la imagen de la indefinición, en temas altamente prioritarios para otorgar gobernabilidad a su gestión.

- Los principales gobernadores de Estado están apoyando al Presidente SARNEY, pero éste sería un respaldo meramente estratégico y derivado de la lucha por el poder dentro del PMDB y fundamentalmente para de

Nº. DOCUMENTO 9500181  
 TITULO *Le coupiste desmilitarizer SARAJEVO.*  
 PROCEDECENCIA 150024  
 FECHA DE PRESENTACION 9-A60-94  
 VINCULACIONES 507889  
 507685  
 507687

ENTRADA  
 CRUZ DO

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 9 de agosto de 1994

EL COMANDANTE DE LOS CASCOS AZULES INTENTA NEGOCIAR CON LOS SERBIOS BOSNIOS

# La ONU pide desmilitarizar Sarajevo

SARAJEVO, 8 (Reuter y AFP). - El comandante de las fuerzas de las Naciones Unidas (ONU) en Bosnia, general Michael Rose, instó hoy a la desmilitarización de la zona en torno a Sarajevo, como medida de seguridad luego que aviones de la Organización del Atlántico Norte (OTAN) atacaron a las fuerzas serbias el viernes.

"Rose trató de reunirse con el comandante de las fuerzas serbio bosnias, general Ratko Mladic, para discutir el asunto", dijo Claire Grimes, portavoz de la ONU.

El plan pide el retiro de todos los efectivos militares de la zona y permitirá que las fuerzas serbias y musulmanas lleven sus armas fuera de ella.

La portavoz de la ONU dijo que Rose "considera que esa medida intensificará la seguridad de Sarajevo".

No ha habido respuesta de Mladic, cuyas fuerzas serbian culpables del incremento de los incidentes provocados por francotiradores en Sarajevo durante los últimos días.

Fuentes de la ONU dijeron que tiradores expertos apostados en la zona mataron a uno o dos francotiradores serbios en los dos últimos días, hecho que ha provocado una disminución de las emboscadas desde hace 24 horas.

La tensión aumentó en Sarajevo tras los ataques aéreos lanzados por la OTAN el viernes contra los serbios bosnios, para castigarlos por haber sustraído armamento pesado que se encontraba bajo custodia de la ONU.

Los serbio bosnios se encuentran cada vez más aisla-

dos, desde la decisión de Yugoslavia (Serbia y Montenegro) de cortar relaciones con ellos en un intento para obligarlos a firmar el plan de paz propuesto por la comunidad internacional.

Rose dijo que esperaba que los serbio bosnios aceptaran la propuesta y comen-

zaran a conversar sobre la paz.

A pesar de que algunos dirigentes serbios bosnios lo nieguen, la nueva posición asumida por el gobierno yugoslavo de Belgrado ha afectado a la población de la región.

"La impresión que tengo

es que la mayoría de las personas desean la paz. Pienso que al final prevalecerá la voz de la razón", dijo Rose.

Miles de camiones repletos de suministros, procedentes de Belgrado, han sido obligados a retornar a sus puntos de partida desde que el presidente yugoslavo, Slobodan

Milosevic, cerró la frontera con los territorios que los serbios dominan en Bosnia.

El aislamiento cada vez mayor a que están sometidos llevó a los serbios de Bosnia a incrementar sus acciones ofensivas en varios frentes.

01-01

9500181

12% y que para este año las previsiones oficiales fijaron metas de entre un 2 y un 3%, lo que es un signo evidente de la crisis.

### III.- FACTOR SICOSOCIAL

- Las relaciones del gobierno con los sindicatos se han deteriorado notoriamente, no solo por la crisis económico-social, sino también por la influencia de ciertos partidos de izquierda en la conducción de la central obrera más combativa del país, la Central Unica de Trabajadores (CUT), manejada indudablemente por el Partido de los Trabajadores (PT), de Luis Inacio DA SILVA. La otra central obrera existente, la CGT, más moderada, por las actuales circunstancias ha debido manejarse a la sombra de la CUT y ha tenido que asumir posiciones de enfrentamiento con el Gobierno. La situación laboral del país, amén de las grandes dificultades derivadas de una profunda crisis económica, tiende a radicalizarse, como consecuencia directa de un endurecimiento del gobierno. En oportunidad de una serie de huelgas que evidentemente afectaban a sectores esenciales de la economía del país (portuarios, bancarios, petroleros, transportistas), el Presidente SARNEY decidió la utilización de las Fuerzas Armadas, para normalizar la situación.

Esta situación de enfrentamiento ha hecho fracasar los esfuerzos del gobierno para llegar a concretar un pacto social con los sindicatos y empresarios, una condición ineludible para sobrellevar el difícil momento de la economía del país.

- La renuncia del Ministro de la Reforma Agraria, Dante DE OLIVEIRA a raíz de sus diferencias con el Presidente SARNEY y la designación de Marcos FREIRE, como su reemplazante, podría configurar un giro a la derecha, para la administración de esa conflictiva área. FREIRE, es una de las principales figuras del ala derechista del PMDB y lidera la oposición contra la figura más importante del ala izquierdista del partido, el Gobernador de Pernambuco, Miguel ARRAES, precisamente un estado donde se desarrollan los principales conflictos por la tierra. Hasta ahora el Ministerio de la Reforma Agraria había sido asignado a figuras de la izquierda del PMDB, las que igualmente no lograron concretar el plan oficial de reforma agraria, el que se encuentra prácticamente congelado. El Plan, que preveía repartir hasta 1989, 43 millones de hectáreas de tierra a 10 millones de familias de campesinos, ha sido objeto de una permanente y activa oposición por par

No. DOCUMENTO 9500182  
TÍTULO Sucesos de OTAN bombardean posición de  
PRECEDENCIA 150007  
FECHA DE PUBLICACIÓN 6-8-94  
VINCULACIONES 508062 - 501889 - 507685 - 507697  
serbios serbios

Habían Robado Armamento en Zona de Exclusión, Perteneciente a la ONU

## AVIONES DE OTAN BOMBARDEAN POSICION DE SERBIOS BOSNIOS CERCA DE SARAJEVO

SARAJEVO, 5 (EFE).— Aviones de la OTAN atacaron hoy, viernes, posiciones serbias en Bosnia, según confirmó un portavoz de la ONU en Sarajevo, como represalia a las últimas agresiones contra las fuerzas de paz de las Naciones Unidas en Bosnia Herzegovina. El ataque se produjo a las 18.5 (16.25 gmt), al este del monte Igman, cerca de Sarajevo, aunque las operaciones aún no han terminado y podría producirse un segundo ataque, señaló un portavoz de la ONU. El ataque de la Alianza Atlántica se produce después de que la ONU autorizase hoy al jefe de la UNPROFOR en Bosnia, general Michel Rosé, a solicitar la intervención de es-

ta, tras el robo de diverso armamento realizado por los serbobosnios en un almacén de Sarajevo, bajo el control de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas.

Un total de 16 aviones de la OTAN participaron en el ataque contra posiciones serbias informo el Pentágono en Washington.

Aviones de Estados Unidos, Francia, Holanda y Gran Bretaña atacaron cuatro objetivos en las cercanías de Sarajevo, uno de los cuales al menos fue alcanzado.

En el ataque no se produjeron heridos entre las fuerzas de la Alianza Atlántica y todos los aviones pudieron regresar a sus bases sin problemas.

### EE.UU. MANTENER LA PRESION

Estados Unidos instó hoy, a los serbios de Bosnia a aceptar el último plan de paz si quieren evitar mayores presiones de la comunidad internacional. Incluido un levantamiento del embargo de armas a los bosnios musulmanes.

"Si los serbobosnios siguen rechazando la propuesta, la decisión de Naciones Unidas de levantar el embargo podría ser inevitable", dijo la portavoz de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, horas después del ataque aéreo de la OTAN contra los serbios.

Por otra parte, el secretario norteamericano de Estado, Warren Christopher, comentó, poco antes de emprender un viaje a Oriente Medio, que el ataque de hoy "es una forma de mantener la presión" contra los serbobosnios para que acepten el plan de paz.

Respecto a la operación de la OTAN, la portavoz de la Casa Blanca destacó que "hace unas horas, la fuerza aérea de EE.UU., como parte de una misión de la OTAN autorizada por Naciones Unidas, llevó a cabo un ataque cerca de Sarajevo".

"En los últimos días, las tropas serbobosnias han aumentado las violaciones en la zona de exclusión. Atacaron a un convoy de la ONU matando a un soldado británico. También

bloquearon el acceso terrestre a la ciudad e intentaron apoderarse de armas bajo control de la ONU", manifestó.

"Como empeoraba la situación, Estados Unidos pidió a la ONU y a sus aliados en la OTAN que se decidiera una acción si no cesaban las violaciones", dijo Myers.

La portavoz señaló que "una vez más, hacemos un llamamiento a los serbobosnios para que acepten la propuesta de paz presentada por el Grupo de Contacto (EE.UU., Gran Bretaña, Francia, Alemania y Rusia)".

"Si siguen rechazando la propuesta, el Grupo de Contacto, con el respaldo total de Estados Unidos, seguirá reforzando la aplicación de las sanciones contra el territorio serbobosnio y preparará la aplicación estricta de una extensión de las zonas de exclusión".

### BLOQUEO DE SERBIOS

Guardias fronterizos impidieron hoy el paso de cientos de camiones hacia territorio serbio bosnio, después de la decisión de Yugoslavia de romper vínculos con los serbios de Bosnia, informaron testigos.

"La policía y el personal de aduanas no permite que ningún cargamento, incluso de ayuda humanitaria, cruce a Bosnia", dijo un camiónero,

01/1

9500182

01-01

9500182



dente que el único camino que le quedaba era declarar la moratoria, como una forma de tratar de conseguir, desde una presunta posición de fuerza, una refinanciación de la deuda con un trato preferencial, similar al de México. Hasta el momento la respuesta de los centros financieros mundiales no ha sido positiva e incluso cuando Brasil anunció la moratoria, Argentina recibió un préstamo de parte de los Estados Unidos, lo que se podría considerar una medida tendiente a romper cualquier posibilidad de solidaridad de los países deudores, y a la vez constituyó un aviso al gobierno de SARNEY, de que con posiciones intransigentes no se consigue ayuda internacional. Posteriormente Brasil adoptó igual actitud de no pago de intereses de su deuda con el Club de París, lo que demostraría las dificultades que continúa teniendo el país norteno en ese sentido.

- Además existe otro factor que podría haber influido en el endurecimiento de la banca internacional y está referido a actitudes de independencia tomadas por el gobierno de SARNEY en el mercado mundial, fundamentalmente la venta de armas a países de Medio Oriente y Africa y al enfrentamiento con los Estados Unidos por la informática, bien explicitado durante la reunión del GATT celebrada en Punta del Este. El conflicto comercial comenzó cuando el Congreso brasileño aprobó la "Ley de Defensa del Mercado Nacional", en noviembre de 1984, donde se preveía una reserva del mercado de informática por 8 años, al amparo de la cual se produjo un notable desarrollo en esta área y previsiones de que para 1990 se estará en condiciones de competir agresivamente en el mercado internacional.

- Por último, hay que tener en cuenta un fenómeno nuevo para la realidad brasileña de los últimos años y que es el peligro real de una importante recesión económica. Inflación alta que en el mes de mayo llegó al 27,5%, todo un record y que hace prever índices anuales de más del 1.000% y que hizo derrumbar la promesa de "inflación cero", inestabilidad monetaria y tasas de interés próximas al 1.000% anual, son factores que sacuden la economía del país y que fundamentalmente afectan a pequeños y medianos empresarios, que durante la "bonanza" proporcionada por el Plan Cruzado en 1986 se endeudaron para hacer crecer sus negocios y ahora están amenazados con la quiebra. Es de destacar que Brasil tuvo el año anterior un índice de crecimiento del

Nº. DOCUMENTO 9500183

TÍTULO *Envío de ONU preocupado x ataques de ejército musulmán contra*

PRECEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 17/8/94

VINCULACIONES 50889

507685

507697

ENTRADO

CRUZ DO

## Enviado de ONU Preocupado por Ataques del Ejército Musulmán Contra Serbios

SARAJEVO, 16 (Reuter).— El enviado especial de la ONU, Yasushi Akashi, se reunió hoy con líderes del gobierno bosnio para hablar del incremento de los ataques del ejército musulmán contra los serbios.

"Nos oponemos a cualquier acción ofensiva de cualquier parte y estamos muy preocupados", dijo el enviado de las Naciones Unidas.

Akashi conversó con el vicepresidente bosnio Ejup Ganic en Sarajevo, en tanto que las fuerzas musulmanas continuaban su ofensiva en el centro de Bosnia.

El diplomático japonés dijo que evaluaría las posibles "medidas militares" por adoptar para detener la lucha.

La infantería musulmana ha efectuado antes asaltos tácticos en el norte de Sarajevo, logrando controlar partes de la ruta de suministro entre la capital y la ciudad de Tuzla.

Los bombardeos en el sur de Vares junto a la ruta de suministro se incrementaron el lunes, dijo la ONU.

Las fuerzas musulmanas rechazaron el pedido de la ONU de desplegar tropas de paz en el área para evitar los combates.

"Lo que los bosnios esperan es esencialmente dejar en desventaja a los serbios. Están tratando de ajustar las líneas de combate y abrir nuevas rutas de suministro, incluida una en el norte", dijo un funcionario occidental en Sarajevo.

El ejército bosnio ha bombardeado a las tropas serbias en el interior de la zona de exclusión de Sarajevo.

El acuerdo para terminar con los francotiradores entró hoy en su segundo día y aparentemente se está respetando.

Pero la ciudad permanecía tensa. En las últimas 24 horas se registraron 684 violaciones del cese el fuego y de la zona de exclusión de armas.

Los serbios y el ejército musulmán se enfrentaron con armas pesadas cerca de un depósito de armamentos en Sarajevo.

Esta fue la última de una serie de violaciones de la zona de 20 kilómetros en torno a Sarajevo, que la ONU ha declarado como "área de exclusión" para artillería pesada.

Akashi tiene prevista el jueves una visita al enclave serbio de Pale, cercano a Sarajevo, al tiempo que los serbios se preparan a sobrevivir el bloqueo impuesto por Yugoslavia.

El autoproclamado parlamento serbio bosnio se reunirá para tratar el embargo.

El líder serbio Radovan Karadzic dijo en una entrevista con la British Broadcasting Corporation que sus fuerzas

tienen suficientes recursos para durar indefinidamente.

"Tenemos una buena economía, suficiente comida, reservas de combustible y fábricas de armas", dijo Karadzic.

Su gente incluso ha comerciado con algunos de sus enemigos en los campos de batalla. "Comerciamos con nuestros enemigos. Si se tiene dinero se puede obtener todo".

01-01

9500183

tener la crisis. Una desenfrenada demanda de consumo, que trajo aparejada un crítico desabastecimiento, quizá provocado artificialmente por los empresarios, más el retorno a índices inflacionarios de dos dígitos ~~44% en enero~~, significó la culminación de esa etapa del Plan e impuso la búsqueda de otras salidas. Después de casi un año de congelamiento de precios y salarios que indudablemente distorsionó el mercado interno, se retornó a una etapa de incrementos, que por su magnitud desbordaron todas las previsiones y provocaron una situación insostenible, no solo con relación a la economía interna, sino también en relación al exterior, teniendo en cuenta la moratoria de la deuda externa decretada por el gobierno. Actualmente se retornó a un congelamiento de precios y salarios, aunque esta vez, por un período de 90 días, en una medida dirigida a mejorar la imagen de la economía del país y reordenar todos sus componentes, ante eventuales negociaciones con la banca internacional sobre la refinanciación de la deuda externa.

- La decisión del gobierno brasileño de suspender por tiempo indeterminado el pago de los intereses de la deuda externa con los bancos privados, habría respondido a dos motivos fundamentales; uno político y otro económico. En lo político, la medida pareció ser la única vía para que el Presidente SARNEY mantuviera un mandato de seis años, pero la poca reacción popular no hizo prosperar la idea. En lo económico, era en ese momento y es ahora indudable, que los componentes internos mostraban signos alarmantes, que hicieron inevitable la decisión. Brasil adeuda aproximadamente 113.000 millones de dólares, por los que pagaba mensualmente 1.000 millones de intereses, equivalentes al 4,8% del PBI y al 34% del valor de sus exportaciones. En 1985 el superávit comercial fue de 12.000 millones de dólares y en 1986 llegó a 9.500, lo que de alguna forma permitió cumplir con los pagos a la banca internacional. Ya en noviembre de 1986 el superávit comercial, que era de aproximadamente 1.000 millones de dólares mensuales, bajó a 210 millones y en enero la situación tocó fondo, al reducirse a tan solo 129 millones. Para poder atender sus obligaciones, Brasil recurrió a sus reservas, que entonces, cayeron de 9.869 a 3.000 millones de dólares. Teniendo en cuenta que para 1987, previsiones optimistas calculan que Brasil obtendrá un superávit comercial de 8.000 millones, es evi

Nº. DOCUMENTO

9500184

TÍTULO

Ataque de OTAN modificado posición de fuerzas serbias

PROCESO

la Naciones Unidas 180015

FECHA DE RECEPCIÓN

7-8-94

VINCULACIONES

508062

507685

507694

501889

# Duro ataque de la OTAN modifica la posición de las fuerzas serbias

## Los milicianos ya habrían entregado las armas confiscadas a la UNPROFOR

Al menos 16 aviones de la Organización del Tratado del Atlántico Norte, OTAN, que partieron de la base italiana de Aviano realizaron ayer una acción de represalia contra las fuerzas serbias en Bosnia, luego que los milicianos hurtaron armas pesadas de un depósito de las Naciones Unidas. El ataque contra cuatro objetivos se produjo en los alrededores de Sarajevo y, según se informó oficialmente, fue destruido un cañón antitanque.

Las incursiones aéreas de la OTAN fueron suspendidas, pero la tensión seguía siendo muy grande porque se temían nuevas acciones de los serbio-bosnios. Por ello, la ONU ordenó el estado de alarma general a sus fuerzas en Bosnia. Más de 200 aviones de guerra de la OTAN -distribuidos en

14 bases italianas y en portaaviones norteamericanos, británicos y franceses que navegan por el mar Adriático, entre las costas de Italia y la ex Yugoslavia- están listos para entrar en combate si se producen nuevos ataques serbios. El choque bélico constituyó la finalización de una "es-

calada de provocaciones" por parte de las tropas de los serbio-bosnios, dijo un vocero de la Naciones Unidas, en Zagreb la capital de Croacia. Ayer, un número no precisado de soldados serbio-bosnios ocupó un depósito próximo a Sarajevo custodiado por treinta cascos azules de ONU.

Los serbios de Bosnia rechazaron ya dos veces el plan de paz y convocaron a un referéndum popular para el 27/28 de este mes. Pero las presiones internacionales -incluida Rusia un aliado indispensable para los serbios- más la amenaza de nuevos embargos contra la nueva Yugoslavia (Serbia y Montenegro) convencieron al líder de Belgrado, el Presidente Slobodan Milosevic, a aceptar el plan.

### EE.UU. pondrá más fuerza

Estados Unidos podría unilateralmente endurecer las acciones sobre Bosnia si los serbio-bosnios no se mueven de su posición de intransigencia sobre el plan de paz propuesto por el Grupo de Contacto.

La Casa Blanca recibió ayer favorablemente la decisión de la Federación Yugoslava de romper toda relación con la autoproclamada República Serbia de Bosnia, pero precisó



Estrategia de la operación de la OTAN sobre las fuerzas serbio-bosnias.

que los hechos deben seguir a las palabras.

Panetta sostuvo ayer que "si no hay un acuerdo sobre la división del territorio ya aceptado por los bosnios, y si los serbios no aceptan el plan y continúan combatiendo, primero pediremos una revocación multilateral del embargo y, si es necesario, procederemos solos".

El Presidente Bill Clinton siempre dijo estar en contra de un levantamiento del embar-

go, por los riesgos de un agravamiento del conflicto bosnio y de su ampliación a otras zonas de los Balcanes, pero la portavoz de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, reveló que aumentan las presiones del Congreso.

"Estados Unidos siempre sostuvo que sobre una cuestión así es necesario actuar en el plano multilateral -dijo Myers- pero ahora el Congreso presiona para una revocación unilateral del embargo".

mento de la fuerza", es una clara advertencia hacia los sectores de sestabilizadores y significa el más firme y explícito respaldo para el gobierno y sus actuales componentes. Asimismo, las Fuerzas Armadas, a la vez que especificaron su respaldo al proceso democrático, también precisaron su rechazo a cualquier intento de revisionismo sobre lo actuado durante el gobierno militar. Este hecho, más la oposición manifiesta por los Ministros Militares al pretendido reintegro de los Ofi ciales dados de baja luego del golpe de 1964, significa, en una lectura entre líneas, que las Fuerzas Armadas continúan manteniendo un importante poder de decisión en el actual marco institucional y que un rompimiento de las pautas con las que se mantiene la relación entre el poder político y el poder militar, podría causar un retroceso en la definitiva democratización del país.

- En los últimos tiempos se han sucedido las declaraciones de personalidades políticas sobre la existencia de riesgos de un golpe de estado. En este contexto, el gobernador del estado de Minas Gerais declaró que "si el proceso político-económico continúa deteriorándose, existen riesgos de un nuevo golpe militar", mientras que el Senador José RICHÁ (PMDB), no descartó la posibilidad de una tentativa de golpe en el país al considerar "peligrosa" la reducción del apoyo al Presidente SARNEY. Precisamente, el Senador RICHÁ y el Gobernador de Minas Gerais, Newton CARDOSO, junto a los Gobernadores de San Pablo, Río de Janeiro y Mato Grosso del Sur, apoyan al Presidente SARNEY y no quieren la reducción de su mandato. Es de destacar que estos cuatro Estados representan aproximadamente los dos tercios de la economía del país, por lo que es evidente que sus gobernadores representan un poderoso grupo de presión política.

- En el marco de esta situación conflictiva, caracterizada por una conjunción de crisis, políticas, económicas y sociales, que han deter minado una notoria radicalización de las diversas posiciones, el Presidente SARNEY se definió sobre dos temas candentes. Manifestó que gobernaría hasta 1990, o sea por un plazo de cinco años, uno menos de los que marca la Constitución, pero uno más de los que les pretendía adjudicar la Asamblea Constituyente. Asimismo, declaró no estar de acuerdo con la pretensión de los constituyentes de recortar los poderes presidenciales, mediante la implantación de un régimen parlamen-

Nº DOCUMENTO 9500185  
 TÍTULO ONU amenaza a serbios bosnios con otra intervención  
 PROTOCOLO 150005  
 FECHA DE RECEPCIÓN 11-8-84  
 VINCULO OFICIAL 501889  
 507685  
 507687  
 507686

ENTR: 00  
 CRUZADO

## La ONU amenaza a serbios y bosnios con otra intervención <sup>14 11/8</sup>

*Naciones Unidas dio un paso más en su intento de solucionar el conflicto bosnio al amenazar, por primera vez, a los serbios y también a los bosnios con una intervención armada si no ponen fin a los combates en la zona de exclusión de la artillería pesada en torno a Sarajevo.*

### ZAGREB/ANSA

La advertencia a ambos beligerantes figura en una apremiante carta enviada por el Comandante de los cascos azules en Bosnia, Michael Rose, al Comandante de las tropas serbias en Sarajevo, Dragonir Milosevic, y al Vicepresidente bosnio, Ejup Ganic.

El General Rose ofreció también en su mensaje una fuerza de interposición que podría ser desplegada entre ambos beligerantes.

Un vocero de la UNPROFOR aclaró ayer que el General Rose había sido informado de las repetidas violaciones del cese del fuego en la zona de exclusión y quiso recordar que utilizará todos los medios a su disposición en el ámbito del ultimátum de la OTAN para que cesen los combates.

En los últimos días se intensificaron los combates en la zona de Visoko y Breza, al noroeste de Sarajevo y ya alcanzaron la zona de exclusión establecida en un radio de 20 kilómetros en torno a la capital Bosnia.

Desde el lunes hasta el martes, las fuerzas de la ONU registraron 400 explosiones de artillería pesada, en algunos casos a 15 km. de Sarajevo.

También el enviado especial de Naciones Unidas para la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, hizo ayer un llamado para un cese del fuego inmediato.

En un comunicado difundido por el comando de la UNPROFOR en

Zagreb, Akashi manifiesta su preocupación por la persistente inestabilidad en Sarajevo y en otras zonas de Bosnia-Herzegovina.

El diplomático quiso subrayar, sin embargo, que desde el 8 de junio, fecha en la que se firmó la tregua, "no hubo ninguna ofensiva general" y se pudo avanzar algunos pasos en el intercambio de prisioneros de guerra.

Desde Sarajevo, el gobierno bosnio ofreció al líder secesionista musulmán Fikret Abdic la apertura de negociaciones para el cese de los combates en el enclave de Bihac, en el noroeste de Bosnia.

El ejército de Sarajevo está arrasando con todas las defensas de Abdic y en los próximos días podría llegar a la ciudad de Bihac.

Los combates en Bihac y la amenaza, de la entrada de las tropas bosnias en la ciudad provocaron la fuga de los habitantes y de los soldados musulmanes, y en las últimas 24 horas 5.000 civiles y 1.600 soldados escaparon hacia la Kraji-

na y están intentando entrar en Croacia.

La propuesta de Sarajevo llegó a través del presidente de la federación croata-musulmana, Kresimir Zubac, que aseguró en un mensaje a Abdic que los responsables civiles y militares bosnios están dispuestos a detener las operaciones militares y a mandar una delegación al enclave de Bihac para que inicie las tratativas.

El Presidente bosnio, Alija Izetbegovic, había declarado ayer que estaba dispuesto a conceder la amnistía a todos los soldados musulmanes que combatieron en las filas de Abdic.

Fikret Abdic, un multimillonario que integró la presidencia colegiada de Bosnia, había proclamado en setiembre de 1993 la secesión del enclave de Bihac del gobierno de Sarajevo, y con la ayuda logística de los serbios dio batalla a las tropas bosnias, que igualmente lograron arrasar sus defensas en las últimas semanas.

vocaron la renuncia del Ministro de Hacienda Dilson FUNARO, otro hecho incidente en la situación política.

- Precisamente, la sucesión de FUNARO sirvió como un elemento catalizador de la situación política y renovó una escalada del PMDB sobre la figura del Presidente SARNEY. El rechazo al candidato presentado por el Mandatario y la imposición del nuevo Ministro por parte del PMDB, es un hecho claramente demostrativo del desgaste de la posición de SARNEY y de su poco margen de maniobra.

- En esta sucesión de hechos concatenados, la crisis ha desencadenado el tratamiento de un tema controvertido y difícil, como lo es el acortamiento del período presidencial de SARNEY y la sanción de una nueva Constitución. Por ello, la instalación de la Asamblea Constituyente ha adquirido una relevancia superlativa y se ha convertido en otro motivo de fricción entre el PMDB y el Presidente. Es por eso que la definición del tema, no será un mero hecho administrativo, sino que podría convertirse en el punto inicial de una ruptura sin retorno de la ya tambaleante coalición de Gobierno. Respecto al tema se han puesto de manifiesto notorias posiciones disímiles, incluso dentro del propio PMDB, dividido ahora por lo menos en tres posiciones: la dirigencia tradicional liderada por Ulyses GUIMARAES, que con reservas sigue respaldando de alguna forma al Presidente; el ala izquierdista del partido, cuyas cabezas visibles son los gobernadores de Pernambuco Miguel ARRAES y el Senador Mario COVAS y que se ha pasado definitivamente a una acérrima oposición al gobierno y, finalmente, un grupo de Gobernadores de los principales Estados, que incluso desconociendo a la dirigencia partidaria ha asumido una posición de clara defensa del Presidente SARNEY. Es así que, a pesar de que el mandatario ha visto reducido considerablemente su base de sustentación inicial, el tema del mandato presidencial, por sus connotaciones, es de difícil resolución.

X- En medio de esta diversidad de posiciones encontradas y en el contexto de una situación con claros signos de desestabilización, aparecen las Fuerzas Armadas como un factor de importante influencia para el futuro del actual proceso. El mensaje emitido por los Ministros de las Fuerzas Armadas, donde expresan que respaldarán la democracia sustituyendo si es necesario "la fuerza de los argumentos por el argu



Nº. DOCUMENTO 9500186

TÍTULO Estudio la posibilidad de desmilitarizar Sarajevo.

PROCESADO 150014

FECHA DE RECIBO 9/8/94

VINCULO 501889

507685

507687

ENTRADO

CRUZADO

El jefe de UNPROFOR envió a través de una carta el pedido al jefe serbobosnio, que retire el armamento pesado de la capital bosnia

## ESTUDIAN LA POSIBILIDAD DE DESMILITARIZAR SARAJEVO <sup>Jue 9/8</sup>

*La Comandancia de la Fuerza de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Sarajevo estudia la posibilidad de desmilitarizar por completo la capital bosnia, siguiendo el modelo de Mostar, informó ayer, lunes, un representante de esa misión de Naciones Unidas.*

**A**ntes de dar tal paso, es indispensable una solución política», declaró el comandante Rob Annink, portavoz de la UNPROFOR en Sarajevo.

Tras la retirada a mediados de julio de las tropas musulmanas y croatas bosnias en Mostar, capital de la región meridional bosnia de Herzegovina, unidades de policía civil mixtas (musulmano-croatas) acompañadas por «casco azul» españoles mantienen el orden en esa ciudad.

El jefe de la UNPROFOR en Bosnia, el general Michael Rose, pidió en una misiva dirigida ayer al comandante militar serbobosnio, el general Ratko Mladic, que «considere la demanda formal de retirar todo el armamento pesado de Sarajevo».

El general británico precisó que tal medida garantizaría la seguridad en la capital bosnia y formaría parte de un amplio acuerdo militar sobre la desmilitarización de la ciudad.

Annink informó ayer de que las unidades del ejército gubernamental bosnio, mayoritariamente musulmán, se hicieron el pasado fin de semana con la estratégica aldea de Vrgure, situada en el camino entre Sarajevo y Tuzla, la segunda ciudad en importancia bajo control musulmán en Bosnia.

En las luchas contra los serbobosnios participaron unidades del Ejército gubernamental, en su mayoría musulmán, y las tropas irregulares croatas de Bosnia, en lo

que fue la acción conjunta de mayor importancia desde que se reconciliaron estas dos facciones, en marzo pasado.

«Al tomar la aldea de Donja Brka, cerca de Brcko, el Ejército gubernamental estrechó aún más el corredor serbio en el norte de Bosnia», declaró Annink, refiriéndose al corredor que enlaza los territorios bajo control serbio al este con los del oeste de esa república.

La aldea de Donja Brka fue tomada por tropas de infantería, agregó Annink, quien precisó que «es muy posible que, por tratarse de terrenos llanos, los serbobosnios recuperen la aldea haciendo uso de sus carros de combate».

La agencia serbobosnia Sma informó, sin embargo, de que las unidades musulmanas y croatas siguieron atacando posiciones serbias, aunque «no ha habido alteraciones en las líneas del frente».

Mientras, disminuye la tensión en Sarajevo, aunque continúa cerrado el aeropuerto y suspendidos los transportes urbanos, debido a los frecuentes disparos por parte de francotiradores.

Peter Kessler, portavoz de la Alta Comisaría de la ONU para los Refugiados (ACNUR) en Sarajevo, anunció hoy la posibilidad de que se restablezca hoy, martes, el puente aéreo para el suministro de ayuda humanitaria a Sarajevo.

La suspensión de ese puente aéreo, decidida el 20 de julio después de registrarse ataques contra aviones de la ONU, ha hecho que se

agoten en gran medida las reservas de alimentos, agregó Kessler.

Los serbobosnios, que controlan todos los accesos a Sarajevo, siguen impidiendo que los convoyes humanitarios entren por carretera.

Asimismo, desde el 27 de julio mantienen bloqueada la única ruta para el suministro comercial de mercancías a la capital.

Peter Kessler indicó que las reservas de alimentos en el principal almacén de la ACNUR para Bosnia, en la ciudad croata de Metkovic, están casi agotadas, debido al retraso en la llegada de varios buques con alimentos al puerto de Ploce.

El portavoz de la ACNUR anunció que se emprendería una acción para suministrar alimentos desde el aire a los habitantes de Bihac, enclave musulmán en el oeste de



Bosnia, aislados desde mayo por los combates que se registran en los alrededores.

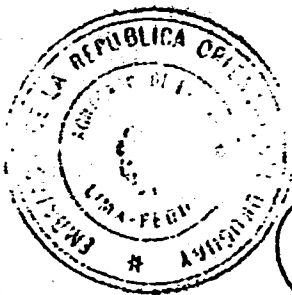


SECRETO

Hoja 15 de 31

VI. - ANEXOS.

A. - Recortes de prensa.



EL AGREGADO DE LAS FUERZAS ARMADAS DEL URUGUAY

CORONEL

RAUL G. NERMOT.

RGM/pep

SECRETO

E  
a-  
ZA-  
s  
no,  
en-  
la  
re-  
a  
2-  
por  
lato

Nº. DOCUMENTO 9500187  
TITULO DAN analiza nuevamente sanciones contra los serbios  
PROCEDENCIA Plan 750024  
FECHA DE RECEPCIÓN 11/8/94  
VINCULACIONES 501889  
507685  
507687

ENTRADO /  
CRUZ-DO /

# AS SANCIONES CONTRA LOS SERBIOS Presidente de aldo del presi a Bosnia an de paz para

*Estudiará hoy nuevas le Bosnia a aceptar internacional, que les 0 por ciento menos ego de conocerse la iones, el presidente*

BELGRADO, 31 (AFP, Reuter y EFE). — El presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, se pronunció hoy por primera vez internamente a favor de un "sí" al plan de paz internacional sobre Bosnia-Herzegovina, el día siguiente del anuncio de las grandes sanciones sobre nuevas sanciones internacionales contra su país si el plan es rechazado.

El domingo en Belgrado por la agencia Tanjug y que fue ampliamente difundida por todos los medios de comunicación yugoslavos.

"En este momento, hace falta más valor y más fuerza moral para aceptar la paz que para proseguir la guerra", añadió.

Milosevic concedió una entrevista al director del grupo de prensa Politika, Hadzi Dragan Antic, considerado como uno de sus amigos, y el texto fue difundido íntegramente por la agencia yugoslava Tanjug.

El presidente serbio, aunque destacó que el plan del paz del grupo de contacto para Bosnia "no es justo en todos sus elementos para el pueblo serbio", estimó que "avala el reconocimiento de la República serbia (autoproclamada en Bosnia)" y "garantiza las fronteras" de esta.

"Además, las fronteras propuestas no son definitivas", señaló, añadiendo que el grupo de contacto (Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Francia y Alemania) deja a los beligerantes "la posibilidad de proseguir las discusiones sobre eventuales ajustes".

"Ahora que la República Serbia está legalizada y obtiene la mitad del territorio de la ex Bosnia-Herzegovina, pedir nuevos sacrificios a los ciudadanos de Yugoslavia (Serbia y Montenegro) sería moralmente injustificable", estimó.

Milosevic indicó que en sus últimas conversaciones con representantes de la comunidad internacional, en especial con los cancilleres francés y británico, respectivamente Alain Juppé y Douglas Hurd, defendió la

idea de una "paz justa" fundamentada en un "plan completo".

Los serbios de Bosnia rechazaron el jueves un plan de división territorial propuesto por las grandes potencias que los obliga a abandonar el 20% de los territorios que han conquistado en más de dos años de guerra. El sábado, no obstante, se declararon "listos a estudiar la cuestión de saber si deben o no proseguir cooperando con el grupo de contacto".

Tras conocerse las declaraciones de Milosevic, el presidente del Parlamento de la República Serbia en Bosnia, Momcilo Krajisnik, reiteró que "no podemos perpetrar un suicidio nacional devolviendo territorios vitales para la República Serbia". Krajisnik propuso la realización de un referendun para "dejar que el pueblo decida".

Este domingo, la embajadora de los Estados Unidos en la ONU, Madeleine Albright, señaló que el Consejo de Seguridad estudiará un refuerzo de las sanciones contra los serbios "probablemente mañana" lunes.

Los ministros de Relaciones Exteriores alemán, norteamericano, británico, francés y ruso anunciaron el sábado en Ginebra que presentarán un proyecto de resolución para reforzar las sanciones contra Yugoslavia (Serbia y Montenegro).

Según el canciller francés, el proyecto se referirá esencialmente a los haberes financieros yugoslavos en el exterior.

"El refuerzo de las sanciones es muy importante. Eso hace daño a Serbia, a los serbios bosnios", declaró la embajadora Albright en una entrevista concedida a la cadena de televisión NBC.

Mientras tanto, en la periferia de Sarajevo, cinco transeúntes fueron heridos por disparos serbios, según el último informe de un incidente sobre el que la ONU y las autoridades bosnias dieron versiones diferentes.

Según las autoridades bosnias, citadas por la radio oficial, las fuerzas serbias dispararon dos proyectiles de 62 mm, un calibre prohibido en el sector de Sarajevo.

N.º DOCUMENTO 9500187  
 TÍTULO ONU analiza incrementando sanciones contra los serbios  
 PROCEDENCIA Jersey 150024  
 FECHA DE RECEPCIÓN 11/8/94  
 VINCULACIONES 501889  
507685  
507697  
 ENTRADO /  
 CRUZADO /

LA ONU ANALIZA INCREMENTAR LAS SANCIONES CONTRA LOS SERBIOS

# Abierto respaldo del presidente de Serbia al plan de paz para Bosnia

*El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas estudiará hoy nuevas sanciones contra Serbia, ante la negativa de los serbios de Bosnia a aceptar el último plan de paz propuesto por la comunidad internacional, que les concede la mitad del territorio de esa república, pero un 20 por ciento menos de lo que conquistaron en dos años de guerra. Luego de conocerse la advertencia de las grandes potencias sobre nuevas sanciones internacionales contra su país si el plan es rechazado, el presidente serbio, Slobodan Milosevic, se pronunció a favor del plan. El presidente del autoproclamado Parlamento serbio bosnio, Momcilo Krajisnik, confirmó su rechazo al plan, y propuso la realización de un referéndum.*

BELGRADO, 31 (AFP, Reuter y EFE). — El presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, se pronunció hoy por primera vez abiertamente a favor de un "sí" al plan de paz internacional sobre Bosnia-Herzegovina, al día siguiente del anuncio de las grandes potencias sobre nuevas sanciones internacionales contra su país si el plan es rechazado.

Los serbios de Bosnia deben "aceptar la propuesta de la comunidad internacional" y "permitir que prosiga el proceso de paz", dijo Milosevic, en una declaración difundida el domingo en Belgrado por la agencia Tanjug y que fue ampliamente difundida por todos los medios de comunicación yugoslavos.

"En este momento, hace falta más valor y más fuerza moral para aceptar la paz que para proseguir la guerra", añadió.

Milosevic concedió una entrevista al director del grupo de prensa Politika, Hadzi Dragan Antic, considerado como uno de sus amigos, y el texto fue difundido íntegramente por la agencia yugoslava Tanjug.

El presidente serbio, aunque desistió que el plan del paz del grupo de contacto para Bosnia "no es justo en todos sus elementos para el pueblo serbio", estimó que "avala el reconocimiento de la República serbia (autoproclamada en Bosnia)" y "garantiza las fronteras" de esta.

"Además, las fronteras propuestas no son definitivas", señaló, añadiendo que el grupo de contacto (Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Francia y Alemania) deja a los beligerantes "la posibilidad de proseguir las discusiones sobre eventuales ajustes".

"Ahora que la República Serbia está legalizada y obtiene la mitad del territorio de la ex Bosnia-Herzegovina, pedir nuevos sacrificios a los ciudadanos de Yugoslavia (Serbia y Montenegro) sería moralmente injustificable", estimó.

Milosevic indicó que en sus últimas conversaciones con representantes de la comunidad internacional, en especial con los cancilleres francés y británico, respectivamente Alain Juppé y Douglas Hurd, defendió la

idea de una "paz justa" fundamentada en un "plan completo".

Los serbios de Bosnia rechazaron el jueves un plan de división territorial propuesto por las grandes potencias que los obliga a abandonar el 20% de los territorios que han conquistado en más de dos años de guerra. El sábado, no obstante, se declararon "listos a estudiar la cuestión de saber si deben o no proseguir cooperando con el grupo de contacto".

Tras conocerse las declaraciones de Milosevic, el presidente del Parlamento de la República Serbia en Bosnia, Momcilo Krajisnik, reiteró que "no podemos perpetrar un suicidio nacional devolviendo territorios vitales para la República Serbia". Krajisnik propuso la realización de un referéndum para "dejar que el pueblo decida".

Este domingo, la embajadora de los Estados Unidos en la ONU, Madeleine Albright, señaló que el Consejo de Seguridad estudiará un refuerzo de las sanciones contra los serbios "probablemente mañana" lunes.

Los ministros de Relaciones Exteriores alemán, norteamericano, británico, francés y ruso anunciaron el sábado en Ginebra que presentarán un proyecto de resolución para reforzar las sanciones contra Yugoslavia (Serbia y Montenegro).

Según el canciller francés, el proyecto se referirá esencialmente a los haberes financieros yugoslavos en el exterior.

"El refuerzo de las sanciones es muy importante. Eso hace daño a Serbia, a los serbios bosnios", declaró la embajadora Albright en una entrevista concedida a la cadena de televisión NBC.

Mientras tanto, en la periferia de Sarajevo, cinco transeúntes fueron heridos por disparos serbios, según el último informe de un incidente sobre el que la ONU y las autoridades bosnias dieron versiones diferentes.

Según las autoridades bosnias, citadas por la radio oficial, las fuerzas serbias dispararon dos proyectiles de 62 mm, un calibre prohibido en el sector de Sarajevo.

Agencia Reuters

tres Generales de Infantería de la Junta de Calificaciones, Mabragna, Bianchi y Ferrucci, causando otro foco de tensión y un alto costo para el Gral. Caridi en la crisis militar subsistente, ya que actuar personalmente para superar una desobediencia, lo que supone un deterioro de su autoridad .

Asimismo existen informaciones sobre una maniobra política para impulsar el relevo del Gral. Caridi y reemplazarlo por el Gral. Enrique Bianchi , el oficial más antiguo de la Infantería, en una acción relacionada con la lucha por la conducción de la institución. El Gral. Bianchi tiene el respaldo de personalidades políticas "alfonsistas" y del ex-Jefe del EME, Gral. Ríos Ereñú.

## II - CONCLUSIONES

- La política militar del gobierno se ha caracterizado por las constantes marchas y contramarchas, las que indudablemente no han permitido una consolidación de las relaciones entre los dos poderes.

- El "acórralamiento" del que es objeto las Fuerzas Armadas por parte de los sectores civiles, ha provocado inevitables reacciones, que si bien no fueron contra el proceso democrático, fueron utilizadas y deterioraron aún más la imagen militar ante la población.

- En lo relativo al Ejército, las fuerzas donde se han evidenciado mayores problemas, los cambios sucesivos de Altos Mandos, no han modificado una situación conflictiva y la fractura de la cadena de mandos, que se mantiene en todos sus términos.

- La Fuerza Aérea se perfila como la fuerza líder de la reestructuración emprendida por el gobierno. Precedida por el prestigio logrado en la guerra de las Malvinas y siendo el Arma menos comprometida en las acusaciones de violación de los Derechos Humanos, es aprovechada por el gobierno para implementar su política y "meter una cuña" en las propias Fuerzas Armadas, atemperando cualquier posibilidad de un pronunciamiento militar conjunto.-

Nº DOCUMENTO 9500188

TÍTULO Después de 18 días la ONU reanuda ayuda humanitaria a Sarajevo.

PRECEDENCIA 750483

FECH. DE PRECEDENCIA 10-8-94

VINCULACIONES 50889

507685

507697

ENTRADO

CRUZADO

### Después de 18 días la ONU reanudó su ayuda humanitaria a Sarajevo

SARAJEVO - TRAS UNA interrupción de dieciocho días, ayer se reanudó el "puente aéreo" de la ONU para el suministro de ayuda humanitaria a la población de Sarajevo, la capital bosnia, en cuyo aeropuerto aterrizó un avión canadiense con 20 toneladas de alimentos.

"Las reservas de alimentos en Sarajevo se hallan en un nivel peligrosamente bajo", señaló el portavoz de la Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur), Peter Kessler.

Medio año después del acuerdo para retirar la artillería pesada de la capital bosnia, sus habitantes viven sin miedo a los bombardeos que ya causaron la muerte a más de 10.000 personas, aunque siguen sometidos al cerco de los serbios.

"La situación en Sarajevo ha empeorado en cierta medida en estos últimos días respecto a la de los meses anteriores", admitió ayer una representante de la ONU en la capital bosnia.

Los transportes en tranvía han sido suspendidos en Sarajevo por los permanentes disparos de los francotiradores, que las autoridades bosnio-musulmanas atribuyen a los serbios.

En la última semana, un civil

perdió la vida y quince resultaron heridos por balas disparadas con armas con mira telescópica.

Unidades especiales de la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor) para la lucha contra los francotiradores patrullan por la capital bosnia para descubrirlos, según el portavoz de Unprofor en Sarajevo, comandante Rob Annink.

El comandante de Unprofor para Bosnia, general Michael Rose, descartó, en una conversación que tuvo anoche con varios periodistas, que se vuelvan a repetir los bombardeos en esta semidestruida ciudad.

"En el caso de que ocurriera un bombardeo de Sarajevo, estoy convencido de que la OTAN actuaría inmediatamente", añadió el general Rose.

Combates de artillería e infantería entre bosnio-musulmanes y serbios están teniendo lugar en Visoko, Breza e Ilijas, localidades situadas a 30 kilómetros de Sarajevo, según el comandante Annink.

El portavoz de Unprofor añadió que en Pazaric, localidad a unos 30 kilómetros al oeste de Sarajevo, dos civiles resultaron muertos y uno herido a causa de una granada que lanzaron los serbio-bosnios. (EFE)

una ruptura de la cadena de mandos, manifestando luego de los hechos de abril, que no solo afecta la disciplina interna del Ejército, sino que también mantiene latente la posibilidad de nuevas situaciones conflictivas, que en definitiva afectarán al actual marco político-institucional argentino.

El Ejército, evidentemente el Arma de mayor peso político en el país se encuentra dividido en dos sectores claramente diferenciados tanto por su condición jerárquica, como por su posición ante la situación imperante. Estos son los mandos superiores, que pretenden seguir sobrellevando la situación manteniendo al actual "status quo" y, las jerarquías de Tte.Cnel. para abajo, que pretenden la reivindicación del Arma y no responden plenamente a sus mandos. Esta división se hace pública, aunque ya existía, luego de los hechos de Semana Santa, cuando el Tte.Cnel. Rico encabezó una rebelión de la guarnición de Campo de Mayo, que tuvo una solución política aparente, pero que mantiene en todos sus términos el problema de fondo. Esta situación conflictiva tiene posibilidades de reeditarse en el futuro cercano por dos razones fundamentales: el proceso judicial que se le sigue al Tte.Cnel. Rico y el desplazamiento de Jefes de Regimiento que apoyan al llamado "Grupo Rico". Lo cierto es que la quiebra de cadena de mandos se mantiene y el Gral. Caridi, Jefe del EME, se ve enfrentado periódicamente a situaciones que afectan su posición, a pesar de que el mismo, aunque con otro estilo, reivindica algunos de los postulados del "Grupo Rico", especialmente los referidos a la legitimidad de la lucha antisubversiva y a la recomposición salarial del personal militar.

Asimismo, existe un evidente malestar en la cúpula del Ejército, por la mayor preponderancia de la Artillería en la orientación política de la fuerza, luego de la asunción del Gral. Caridi como Jefe del EME.

En ese sentido se destaca que el año próximo habrá cuatro Generales nuevos de Artillería, lo que significa una postergación de las otras Armas, tradicionalmente preponderantes en el Ejército, como la Infantería y la Caballería. Esto estaría creando un clima poco propicio para el Gral. Caridi e incluso algunos hechos recientes tendrían directa relación con esta situación. La decisión de relevar al Tte.Cnel. Fernández Maguer, del Regimiento de La tablada, fue de los

N.º DE LEGISLACIÓN: 9500189  
 TÍTULO: Senado norteam. pide a Clinton que pida fin de embargo  
 PROYECTO: 1500247  
 FECHA DE PRESENTACIÓN: 13/06/94  
 VINCULACIONES: 501889  
 65880  
 507685  
 507687

ENTRADO ☒  
 CRUZADO ☒

Buenos Aires, sábado 13 de agosto de 1994 ★ CLARIN

EE.UU. ACTUARA UNILATERALMENTE SI LA ONU NO ATIENDE SU RECLAMO

# El Senado apoya a Clinton y pide el fin del embargo a los musulmanes bosnios

*Los serbios bosnios robaron ayer un cañón de un depósito de las Naciones Unidas y, al intentar impedirlo, los cascos azules fueron tiroteados. El incidente amenazó con degenerar en un enfrentamiento en gran escala. El Senado norteamericano decidió respaldar la iniciativa del presidente Bill Clinton de levantar el embargo de armas a los musulmanes bosnios. Advirtió, además, que si la ONU no suspende esa sanción antes del 15 de noviembre, Estados Unidos lo hará de manera unilateral. Los cascos azules afirmaron que el levantamiento del embargo agravará el conflicto.*

WASHINGTON y SARAJEVO, 12 (AFP, Reuter y EFE). - El Senado norteamericano apoyó la decisión del presidente Bill Clinton de pedir a las Naciones Unidas que levanten el embargo de armas a los musulmanes bosnios. Advirtió también, en otra resolución, que si la ONU no accede a levantar esta sanción antes del 15 de noviembre, Estados Unidos lo hará de manera unilateral.

La primera iniciativa fue aprobada anoche por 56 votos contra 44. La segunda, que tuvo 58 votos a favor y 42 en contra, establece la fecha tope de mediados de noviembre para que los bosnios serbios den su consentimiento al plan de paz internacional o que las Naciones Unidas levanten el embargo.

La decisión norteamericana provocó fuertes polémicas en Bosnia. Un porta-

voz de las Fuerzas de Protección de la ONU (Unprofor) en Sarajevo, Michael Williams, declaró que en caso de que se revoque el embargo, la ONU podría retirar los cascos azules de Bosnia.

Otro vocero de la Unprofor, Rob Annink, afirmó a la prensa que los planes para una evacuación de los militares ya han sido completados.

"La fase de preparación ha terminado a comienzos de la semana pasada", dijo Annink. "Estamos en un estado de preparación constante, en caso de que la situación se degrade, para poder evacuar a todo el mundo lo antes posible", agregó.

Para los responsables de la ONU en Sarajevo, el levantamiento del embargo lanzaría de hecho una nueva fase de la guerra en Bosnia y llevará a un desastre inevitable, por lo menos si la comunidad internacional no se decide a participar directa y militarmente en el conflicto interétnico que ensangrienta la ex república yugoslava desde hace dos años.

"Si se anuncia que se levanta el embargo, los serbios querrán tomar todas las ventajas posibles antes de que los musulmanes se refuercen: no habrá ni convoyes ni zonas seguras, tan-

solo la guerra total", estimó un responsable de la ONU, que no quiso ser identificado.

Más de 21.000 soldados de la Unprofor se encuentran actualmente en Bosnia, según cifras oficiales de la ONU, y su eventual evacuación constituiría un problema militar y logístico muy grave. Se cree incluso que los serbios podrían intentar secuestrar a algunos observadores y utilizarlos como escudos humanos contra acciones de la OTAN.

Por otra parte, si la ONU retira sus fuerzas, se suspendería la distribución de ayuda humanitaria a más de dos millones de personas.

La superioridad militar de los serbios bosnios, que les permite dominar el 70% de la república, está basada fundamentalmente en su armamento pesado.

El mayor Rob Annink denunció que en Sarajevo, los serbios volvieron a retirar artillería pesada de un depósito de la ONU. Disparando al aire, se apoderaron de una pieza de artillería de 105 milímetros de calibre, y la reemplazaron por otra de 76 milímetros, que también desapareció más tarde.

"El intento por evitar el robo fue impedido por el ejército serbio bosnio, que empleó minas y pequeñas armas de fuego", agregó.



La Colisión fue inevitable, ya que la contraparte en el problema, o sea las Fuerzas Armadas, se han negado sistemáticamente a realizar una "autocrítica" respecto a lo actuado en la lucha contra las bandas terroristas y por el contrario, en reiteradas oportunidades han reivindicado hechos relacionados con la misma. Al respecto cabe señalar:

1) El Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas, que tuvo a su cargo en primera instancia todos los casos relacionados con presuntas violaciones de los derechos humanos por parte de militares, no emitió ninguna condena.

2) Periódicamente y fundamentalmente en el Ejército, se conmemoran hechos salientes de la lucha contra la subversión, reivindicando la metodología aplicada y la legitimidad de la acción militar.

3) Se realizan las correspondientes ceremonias, en cada Arma, recordando a los muertos en la lucha antisubversiva, en las que también se reivindica la legitimidad de lo actuado.

4) En las misas de Familiares de Muertos por la Subversión (FAMUS) se constata la presencia y participación de Oficiales en actividad uniformados.

Paralelamente, el clima de relación con las Fuerzas Armadas se vió conflictuado por otro tipo de hechos, éstos directamente relacionados con la administración de gobierno. Tal es el caso de:

1) El presupuesto nacional, donde las fuerzas Armadas y en particular el Ejército, han visto reducidos a niveles históricos sus recursos. En la década del 70, el presupuesto militar tenía una media del 15% del presupuesto general de la nación. Actualmente ese porcentaje se ha reducido a un 7% <sup>7.2% 1984 / 2.1 a 2.2% 1988</sup> agravado por el empequeñecimiento notorio del comportamiento de los distintos factores económicos del país.

2) La situación salarial, que se ha tornado crítica, a pesar de que actualmente se intentaba una recomposición, adecuando los suelos de personal militar a los del Poder Judicial.

3) La Ley de Defensa Nacional, que establece las bases jurídicas, orgánicas y funcionales para la preparación ejecución y control de la defensa nacional, creándose a) el Gabinete de Defensa nacional y b) el Comité Militar. Esta ley da al poder civil la dirección de



9500190

CONFIRMACIÓN DE LA VISITA DEL PAPA A SARAJEVO.

FECHA DE EMISIÓN: 150024

FECHA DE RECEPCIÓN: 31-8-94

VINCULACIÓN: 507684  
507685  
507687  
501889

ENTRADA: ☒

CRUZADO: ☒

EL PRIMER MINISTRO BOSNIO DICE "NO" A SUDANES Y SAUDITA

## Confirman que **Boicot islámico** a la conferencia

*El presidente croata, Franjo Tudjman, presidió ayer una sesión conjunta de los consejos estatal y eclesiástico para ultimar los preparativos del viaje que el papa Juan Pablo II realizará a esa república el 10 y 11 de setiembre. El primer ministro bosnio, Haris Silajdzic, confirmó la realización de la anunciada visita del Pontífice a Sarajevo el 8 de setiembre. El Vaticano aún no ha dado oficialmente su confirmación. "Este es un lugar donde uno puede tender puentes, o cavar abismos. Esta visita es muy importante para ayudar a reconstruir esos puentes", señaló Silajdzic. Los "cascos azules" desplegados en Bosnia advirtieron la semana pasada sobre la "evidente falta de garantías para la seguridad del Papa".*

SARAJEVO, 30 (AFP y EFE). — El primer ministro bosnio, Haris Silajdzic, aseguró hoy que el Vaticano confirmó la realización de la visita del papa Juan Pablo II a Sarajevo la próxima semana.

El Papa había anunciado el 3 de este mes su intención de visitar Sarajevo, y su portavoz, Joaquín Navarro Valls, dijo el sábado que la decisión definitiva sería tomada a comienzos de esta semana, pero el Vaticano no ha brindado ninguna confirmación hasta el momento.

El Papa desea visitar la sitiada capital de Bosnia el 8 de setiembre. Sin embargo, hay temores sobre su seguridad e inquietudes en cuanto a su estado de salud.

Destacando los riesgos, fuentes de las Naciones Unidas dijeron la semana pasada que habían recibido advertencias de los serbios bosnios de que abrirían fuego contra aviones y helicópteros de la ONU.

Sin embargo, Silajdzic confirmó que pese a todo la visita efectivamente se realizará. "Sí, tenemos la confirmación", dijo el primer ministro en diálogo con la prensa.

"Es un reconocimiento a todos aquellos que no respondieron al llamado de la sangre y el fuego", dijo. "Un reconocimiento a aquellos que aún creen en lo que Bosnia simboliza".

"Este es un lugar donde uno puede tender puentes, o cavar abismos", señaló Silajdzic. "Esta visita es muy importante para ayudar a reconstruir esos puentes".

El Vaticano había indicado que el pontífice tomaría la resolución final sobre su viaje, durante las vacaciones en el valle de Aosta, en reuniones con el secretario de Estado vaticano, cardenal Angelo Sodano, y el "ministro" de Asuntos Exteriores de la Santa Sede, Jean Louis Tauran.

Pero tanto las Naciones Unidas como las fuerzas serbias advirtieron al Vaticano sobre los riesgos que implicaba la visita.

"Estamos muy preocupados debido a la evidente falta de garantías para la seguridad del Papa por parte de los serbios", dijo una semana atrás el portavoz de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas en la ex Yugoslavia (Unprofor), Paul Riskey.

El líder de los serbios bosnios, Radovan Karadzic, también había afirmado que el viaje del pontífice constituye un gran riesgo, ya que "los musulmanes podrían intentar un atentado para acusar a los serbios".

Los serbios ortodoxos se encuentran distanciados del Vaticano, al que acusan de haber apoyado abiertamente la secesión de las católicas Croacia y Eslovenia apenas comenzó la disolución de la ex Yugoslavia.

Paralelamente a la organización de la visita a Sarajevo, ya se hallan avanzados los preparativos para el viaje que realizará Juan Pablo II a Croacia el 10 y 11 de setiembre.

El presidente de Croacia, Franjo Tudjman, presidió hoy una sesión conjunta de los consejos estatal y eclesiástico que organizan la visita.

Monseñor Marko Culej, obispo coadjunto de Zagreb, recordó que todos los presidentes de las conferencias episcopales de Europa han sido invitados a asistir, el 11 de setiembre, a la celebración del 900º aniversario de la creación del obispado de la capital croata, que coincidirá con la visita papal, informó la agencia de prensa croata Hina.

Los organizadores prevén que entre 600.000 y 1 millón de fieles y peregrinos visitarán Zagreb durante la estancia del pontífice en la ciudad.

Este fin de semana está previsto que finalicen las obras de reconstrucción del hipódromo de Zagreb, en el que tendrá lugar uno de los actos presididos por el Papa.

Para esta ocasión, en el hipódromo se está construyendo un escenario de hormigón y acero de 38 metros de largo y 28 de ancho.

Juan Pablo II había manifestado su deseo de visitar durante esta gira también Belgrado, pero los serbios cristianos ortodoxos consideraron que "los tiempos no están maduros" para ese viaje.

## APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA ARGENTINA

### I.- RELACIONES GOBIERNO-FUERZAS ARMADAS

- Los cíclicos enfrentamientos entre el Gobierno radical y las Fuerzas Armadas, desde la asunción del Presidente Alfonsín a la fecha, son consecuencia directa de la política oficial hacia las instituciones militares o más precisamente a la falta de una política coherente y concreta respecto al desarrollo de una relación, que ya debía haberse previsto contravertida y difícil, teniendo en cuenta lo acontecido en el anterior gobierno militar y las expectativas y presiones populares, creadas con el retorno de la democracia. Lo cierto es que el Presidente Raúl Alfonsín no pudo sustraerse a un clima adverso para las Fuerzas Armadas en parte creado por el mismo y en distintas etapas determinó la adopción de medidas, que lejos de encausar las relaciones civico-militares, tendieron a agudizar los conflictos latentes:-

Dentro de este contexto, los hechos que marcaron literalmente todo el entorno del relacionamiento, fueron indudablemente:

- A) La revisión de lo actuado en la guerra contra la subversión.
- B) La agresiva campaña contra las Fuerzas Armadas y sus integrantes.

Estos hechos se implementaron en distintas etapas, que se podrían identificar e itinerar de acuerdo a este proceso:

- 1) Se dicta el decreto 158-83 de juzgamiento a las ex-Juntas Militares.
- 2) Se modifica el Código de Justicia Militar, para que se adecue a los fines de este juzgamiento. *(¿entendidos los conceptos?)*
- 3) Se crea la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), para determinar los hechos que deben ser investigados y sancionados.
- 4) Se publica el libro "Nunca Más", inspirado, motivado y redactado por los derrotados en las Fuerzas Armadas, el que cuenta con el apoyo financiero y publicitario oficial.
- 5) Se dicta la condena de los ex-integrantes de las ex-Juntas Militares y de dos Oficiales Superiores, ex-Jefes de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, en juicios orales, enmarcados en un ostentoso, costoso y agresivo despliegue publicitario.

9500191

SECRETO

*Full*

MEMORANDUM No. 950004....ReI/Fecha:10/01/95

I: ASUNTO: CONFLICTO EN COMPANIA DEL GAS

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA: E.E.I. No. 03/A/95 - 9500156

IV: TEXTO:

- En la asamblea que se está llevando a cabo desde las 1100 hs. se han planteado dos mociones:
- a.- Rechazo a la forma de la cesión a GASEBA de la Cía del Gas y ocupación inmediata.
  - b.- Iniciar contactos con GASEBA antes de tomar cualquier medida.

Mañana 11 de enero se llevará a cabo la Mesa Representativa del PIT-CNT y posteriormente la reunión de la Central Coordinadora de Entes, ambos presididos por Juan José BENTANCOR, esperándose que allí también se trate el tema de GASEBA.  
Se ampliará.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	12 ENE. 1995
Pasa a	BIOP - SICO SOCIAL
Nº. de Orden	9500191

3

*Jarr Biog*

RECEIVED

001/1

9500191

9500182

1/1

Hoja de

Copia de

Montevideo, 10 de Enero de 1995.-

TH

MEMORANDUM Nro. 950005 /DIV.O.E.

- I.- ASUNTO: Asamblea General Extraordinaria en la casa de la Cultura y Amistad Uruguay-Cuba.  
II.- REFERENCIA: Responde al E.E.I Nro. de Orden 9500080.

III.- I E X I O:

El día 10ENE95 se concurre a realizarse la cobertura de la Asamblea General Extraordinaria en la casa de la cultura y Amistad Uruguay-Cuba ubicado en la calle Soriano 840. Es de hacer notar que el local de dicha casa se encuentra en la planta alta.

A la hora 20:15 se ve entrar en esta dirección un NNM. de unos 40 años , 1,70 Aprox. , calvo frontal , canoso , vistiendo pantalón vaquero y saco azul , portando una carpeta , quien se le vió descender del vehículo Fiat Premio Mat. 872.398 (Montevideo).

A la hora 20:30 ingresa al local una NNF de aprox. 45 años , pelo teñido alla altura de los hombros , de 1,65 de estatura aprox. vistiendo pollera azul y saco rojo.

A la hora 21:00 se efectúa C 15 debido al poco movimiento en el local de dicha reunión.

No se pudo ingresar al local debido a que la asamblea era exclusivamente para socios.

DISTRIBUCION: Original - Jefe del Departamento I .

Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo.

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Inteligencia y Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de emisión 11 ENE. 1995
Asunto: BIOGRAFICO-MILITAR
Nº. de Orden 9500182

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Italia pidió en reunión del Consejo Atlántico que examine situación en Bosnia.

150015

6/9/94

508062

11078

508604

508697

## Italia pide examinar la situación en Bosnia

Italia pidió ayer que en la reunión del Consejo Atlántico a celebrarse mañana, se examine la situación actual en Bosnia-Herzegovina, tres días antes de la proyectada visita del Papa a Sarajevo, según informaron fuentes diplomáticas.

BRUSELAS / ANSA

Las fuentes indicaron que la situación en la ex-Yugoslavia no fue tratada por el Consejo desde el 20 de julio pasado, y que es necesario "examinar los planes militares para la defensa y ampliación de las áreas protegidas y para un eventual redespigue de los cascos azules en Bosnia".

Las mismas fuentes agregaron que, según Italia, toda iniciativa futura de la OTAN sobre Bosnia debe ser discutida y aprobada exclusivamente en el ámbito del Consejo Atlántico —organismo político de la Alianza— y no a través de la línea de mando autónoma que pasa por el enviado especial de la ONU, Yasushi Akashi, y el Secretario de la organización, Boutros Boutros-Ghali.

"El 'grupo de contacto' (EEUU, Rusia, Alemania, Francia y Gran Bretaña, NDR) presentó un plan que fue rechazado por los serbios. Esto creó una situación delicada, y toda decisión futura debe ser tomada de manera colegial por los 16 miembros de la OTAN", indicó un funcionario atlántico que no quiso ser identificado.

### Italia está determinada

Otra fuente indicó que "Italia está determinada en mantener su apoyo a las acciones de la OTAN, pero si, por ejemplo, se decidiera una extensión de las zonas protegidas o nuevos ataques aéreos, serán necesarios más aviones, e Italia tendrá que proporcionar más bases para sus operaciones. Es lógico, por lo tanto, que quiera participar en las decisiones".

Sarajevo, la capital bosnia sitiada desde hace más de dos años por los serbio-bosnios, es una de las seis "zonas de seguridad" creadas por la ONU para proteger a la población civil musulmana en la república ex-yugoslava. Los aviones de la OTAN garantizan su protección, así como la zona de exclusión aérea que cubre toda Bosnia-Herzegovina.

Por otra parte, la reunión de mañana del Consejo Atlántico deberá examinar la cuestión de la sustitución del secretario general de la Alianza Atlántica, tras la muerte de Manfred Woerner, ocurrida el pasado 13 de agosto.

ENTRADO

CRUZADO

central de la...  
(que prácticamente en su totalidad...  
del juego, poniendo parte de sus tierras...  
la producción se reduce, la menor presión en el mercado...  
puede hacer recuperar el precio que reciben, independientemente...  
mente de si hay menos excedentes para exportar.

- ¿Cuáles han sido los resultados hasta ahora?

- Estamos conformes. En 1993 la cosecha cerealera debía ser de 180 millones de toneladas y fue de 165 millones. En 1994 bajará más.

- El director general del GATT, Peter Sutherland, viene reclamando la ratificación de la Ronda Uruguay para empezar la nueva etapa de la Organización Mundial del Comercio, heredera del GATT, el próximo 1ro. de enero. Inclusive dijo que puede haber un rebrote proteccionista. - Es una apreciación personal, tal vez en el espíritu de presionar para que los países lo ratifiquen. Es sabido que hace falta la ratificación de las dos terceras partes de los miembros pa-

## Otro candidato para la OMC

La pulseada para presidir la Organización Mundial del Comercio (OMC), que vendrá a remplazar al GATT a partir del 1ro. de enero del '95, sigue en juego. A la sucesión de Peter Sutherland, el irlandés que ahora dirige el Acuerdo General de Aranceles y Comercio, se le siguen adelantando nuevos candidatos.

Ahora le tocó el turno a Hong Kong para hacer su pedido: solicito a las naciones asiáticas que apoyen al candidato de este continente, Kim Course, actual ministro de Comercio, In-

dustria y Energía de Corea del Sur. El apoyo al nuevo director de la OMC parece estar dividiéndose geográficamente: los países latinoamericanos apoyan al presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, y los europeos al ex ministro de Comercio italiano, Renato Ruggiero. Los asiáticos no se podían quedar atrás.

La elección se celebrará en las próximas semanas. Solo resta una decisión oficial del gobierno de los Estados Unidos sobre su candidato, para que las licitaciones queden cerradas.

clorin  
B/10

**Patrick**

1580 004 0303	DE LA RIBERA C.L.	1583 014 0108	DE LA RIBERA C.L.	1586 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1589 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1592 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1595 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1598 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1601 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1604 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1607 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1610 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1613 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1616 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1619 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1622 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1625 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1628 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1631 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1634 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1637 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1640 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1643 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1646 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1649 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1652 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1655 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1658 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1661 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1664 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1667 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1670 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1673 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1676 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1679 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1682 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1685 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1688 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1691 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1694 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1697 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1700 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1703 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1706 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1709 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1712 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1715 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1718 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1721 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1724 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1727 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1730 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1733 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1736 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1739 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1742 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1745 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1748 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1751 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1754 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1757 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1760 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1763 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1766 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1769 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1772 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1775 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1778 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1781 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1784 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1787 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1790 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1793 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1796 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1799 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1802 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1805 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1808 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1811 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1814 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1817 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1820 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1823 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1826 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1829 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1832 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1835 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1838 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1841 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1844 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1847 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1850 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1853 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1856 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1859 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1862 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1865 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1868 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1871 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1874 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1877 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1880 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1883 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1886 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1889 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1892 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1895 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1898 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1901 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1904 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1907 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1910 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1913 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1916 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1919 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1922 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1925 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1928 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1931 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1934 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1937 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1940 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1943 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1946 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1949 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1952 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1955 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1958 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1961 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1964 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1967 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1970 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1973 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1976 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1979 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1982 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1985 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1988 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1991 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1994 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	1997 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2000 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2003 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2006 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2009 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2012 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2015 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2018 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2021 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2024 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2027 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2030 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2033 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2036 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2039 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2042 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2045 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2048 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2051 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2054 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2057 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2060 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2063 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2066 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2069 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2072 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2075 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2078 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2081 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2084 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2087 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2090 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2093 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2096 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2099 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2102 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2105 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2108 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2111 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2114 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2117 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2120 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2123 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2126 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2129 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2132 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2135 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2138 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2141 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2144 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2147 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2150 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2153 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2156 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2159 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2162 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2165 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2168 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2171 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2174 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2177 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2180 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2183 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2186 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2189 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2192 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2195 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2198 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2201 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2204 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2207 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2210 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2213 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2216 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2219 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2222 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2225 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2228 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2231 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2234 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2237 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2240 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2243 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2246 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2249 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2252 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2255 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2258 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2261 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2264 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2267 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2270 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2273 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2276 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2279 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2282 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2285 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2288 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2291 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2294 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2297 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2300 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2303 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2306 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2309 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2312 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2315 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2318 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2321 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2324 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2327 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2330 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2333 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2336 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2339 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2342 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2345 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2348 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2351 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2354 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2357 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2360 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2363 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2366 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2369 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2372 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2375 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2378 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2381 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2384 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2387 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2390 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2393 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2396 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2399 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2402 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2405 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2408 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2411 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2414 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2417 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2420 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2423 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2426 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2429 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2432 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2435 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2438 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2441 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2444 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2447 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2450 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2453 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2456 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2459 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2462 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2465 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2468 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2471 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2474 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2477 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2480 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2483 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2486 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2489 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2492 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2495 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2498 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2501 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2504 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2507 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2510 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2513 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2516 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2519 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2522 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2525 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2528 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2531 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2534 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2537 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2540 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2543 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2546 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2549 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2552 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2555 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2558 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2561 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2564 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2567 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2570 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2573 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2576 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2579 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2582 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2585 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2588 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2591 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2594 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2597 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2600 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2603 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2606 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2609 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2612 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2615 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2618 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2621 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2624 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2627 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2630 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2633 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2636 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2639 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2642 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2645 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2648 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2651 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2654 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2657 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2660 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2663 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2666 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2669 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2672 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2675 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2678 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2681 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2684 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2687 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2690 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2693 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2696 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2699 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2702 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2705 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2708 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2711 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2714 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2717 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2720 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2723 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2726 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2729 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2732 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2735 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2738 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2741 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2744 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2747 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2750 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2753 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2756 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2759 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2762 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2765 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2768 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2771 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2774 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2777 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2780 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2783 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2786 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2789 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2792 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2795 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2798 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2801 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2804 017 0112	DE LA RIBERA C.L.	2807 017 0112
---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

francia / su papel en la OTAN.

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

750014  
8/9/94  
508062  
65963

## FRANCIA Y SU PAPEL EN LA OTAN

Jun 8/9

A fines de setiembre el ministro francés de Defensa Francois Leotard, participará en Sevilla, España, en una reunión de la OTAN con todos los ministros de defensa de los países miembros.

Esto implica un cambio mayor en la política francesa. Un cambio que se viene haciendo de a poco, como para que la gente no se de cuenta o no se plantee muchas interrogantes.

Esta sería la primera vez que Francia participe en una reunión de este tipo en los últimos 28 años, desde su retiro en 1966 de la Comandancia Aliada Integrada de la organización, liderada por Estados Unidos.

El acercamiento del gobierno francés a la organización militar se viene produciendo de a pasitos, para no herir la sensibilidad y la tradición de independencia legada por el General De Gaulle.

Esta política de Francia es común al presidente Francois Mitterrand y al primer ministro Eduard Balladur quienes están de acuerdo con este tema.

Se supone que la línea de conducta global no ha cambiado en el sentido que no se plantea ninguna reintegración de las Fuerzas Armadas francesas a los Estados Mayores de la OTAN.

En cambio desde hace un año, el representante francés de la OTAN tiene su rol deliberativo y no sólo consultivo para las cuestiones que conciernen a las Fuerzas Armadas francesas, por ejemplo la situación de Yugoslavia. Además ya es prácticamente un hecho consumado que la División francesa que participa en el Eurocorp, embrión de ejército europeo, podrá ser puesta bajo el comando de la OTAN si fuese necesario.

Ya en el mes de febrero, el ministro francés de Defensa, había estado coordinando con sus colegas de la organización militar para la instalación de un dispositivo aeronaval alrededor de la ex Yugoslavia con el fin de apoyar el ultimatum de la ONU que fue una iniciativa franco-norteamericana.

Actualmente, cuando aumenta la presión militar Bosnia y los Cascos Azules franceses están en el medio, es natural que Francia quiera participar en la reunión de Sevilla, que tendrá en su orden del día la situación de la ex Yugoslavia.

Pero sucede que este no será el único tema, también se discutirá sobre la reforma de la OTAN, después del fin de la guerra fría, y de la seguridad en el Mediterráneo.

Cuando una alianza militar como la OTAN se queda sin enemigos, existen dos soluciones. O se desmantela reduciendo su potencial, que ya no es necesario, o se busca un nuevo enemigo.

En los círculos militaristas occidentales parece primar la segunda solución.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500194



## EN RUSIA ES MUY INQUIETANTE "autoritario"



¿Cómo es que usted, un político experimentado, puede creer que un nuevo movimiento es capaz de eludir esos problemas?

—Lamentablemente, las experiencias hasta el momento han sido tristes. Pero existe una necesidad de mirar hacia adelante. La situación se ha desarrollado de tal manera que literalmente nos obliga a la consolidación.

—¿Cree que Alternativa Democrática será un movimiento con afiliados sometidos a reglas estrictas, disciplina interna y la subordinación de la minoría a la mayoría?

—No estoy sugiriendo una supraorganización. Todas las agrupaciones que integren el movimiento conservarán su autonomía y, por lo tanto, sus propias reglas partidarias. Posteriormente hallaremos las formas específicas en que avanzaremos. Esa es la esencia del asunto.

—¿Qué partidos piensa

que podrían sumarse a la Alternativa Democrática?

—Todos los partidos de orientación socialdemócrata.

—¿Incluido el partido ultraconservador de Alexander Rutskoi?

—Creo que ese partido se dividirá, y que una fracción vendrá con nosotros. También es posible que se registre una división en el Partido Comunista y que emerja en él un ala socialdemócrata.

## CONEJOS

Instalaciones mínimas para iniciarse.

En revista

**CHACRA**  
DE OCTUBRE

## JUNGHANS

Relojes Pulsera Línea Solar



Timely Innovation  
From Germany

## refe\*

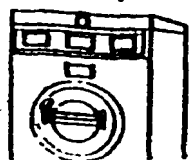
La línea más completa de máquinas Nacionales e importadas U.S.A.

Nyborgi - AMERICAN DRYER - CLEAN AMERICA - SHAPER FINISH

LAVADORAS carga vertical y frontal en 7 - 10 - 12 - 16 y 32 kg.

SECADORAS en 8 - 15 - 24 y 36 kg.

CENTRIFUGAS para lavadoras



Véalos en nuestro SHOW ROOM San Juan 2300 Cap. Tel/Fax: 941-7574 308-2138

## La OTAN, en Moscú

BRUSELAS, 12 (ANSA y EFE). -- La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) prevé contar con una delegación diplomática en el corazón de Rusia para fines de este año, según anunciaron hoy fuentes de la Alianza en Bruselas.

Una pequeña delegación de la OTAN se ubicará en la Embajada de Francia en Moscú con el fin de estrechar los lazos entre la organización y la Federación Rusa.

Las fuentes agregaron que existe un amplio consenso entre los miembros de la Alianza Atlántica, quienes deben formalizar la decisión en el corto plazo.

Una de las primeras tareas de la oficina de representación, dirigida por un diplomático y un militar de la Embajada francesa en Moscú, será cuidar las "relaciones públicas" de la OTAN en Rusia.

El primer equipo de la organización comenzará a funcionar dentro de un mes aproximadamente, y, si funciona bien, se abrirá más adelante una sede aliada, aseguraron.

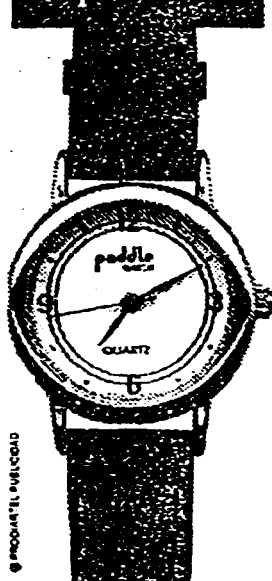
Nuestra gente podrá seguir de cerca la evolución de las fuerzas armadas en Rusia, la política de defensa y la situación en las antiguas repúblicas soviéticas", indicó un diplomático de la OTAN.

Desde hace varios meses, en la sede Atlántica de Bruselas se han construido oficinas para todos los países que firmaron la Asociación para la Paz.

Nos despierta a la hora que le pedimos.

Nos espera con la comida hasta cualquier hora.

Nunca olvidará la hora en que nacimos.



Es hora de pensar en ella.

16 de octubre  
Día de la Madre.

**paddle WATCH**  
ADVANCED AND ELEGANT DESIGN

IMPORTA Y GARANTIZA:  
SADEVA S.A.



EN MEDIC  
SOLO M  
SUPERA  
SERVICIO

CENTROS  
DIAGNOS

- Plantel Pro
- Cada uno de los centros se para emitir integrales y molestos de
- Urgencias
- Servicio de
- 180 Sanato
- 1800 Consu
- Subsidios pa

Una sana manera de amar a su familia



**MEDIC**  
MEDICINA F

Casa Central Capital: Av. Corrientes 15  
Martínez: Alvear 120 1º P Tel 79  
793-2144/2096 - Ramos Mejía



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCECEN

VINCULACIONES

Países aliados y de Europa del Este en primeras maniobras de la Asoc. para la Paz.

150090

11/9/94

500062

66861

### Comienzan mañana las primeras maniobras de la Asociación para la Paz

## **PAISES ALIADOS Y DE EUROPA DEL ESTE EN MANIOBRAS DE OTAN**

Trece países aliados y Europa del Este participarán en las primeras maniobras conjuntas organizadas por la OTAN dentro de la Asociación para la Paz, que se celebrarán la próxima semana cerca de Poznan (Polonia) como preparación para operaciones de mantenimiento de la paz.

Unos seiscientos soldados de Estados Unidos, Alemania, Italia, Dinamarca, Holanda, Gran Bretaña, Bulgaria, Lituania, Polonia, Rumanía, Ucrania, Eslovaquia y la República Checa participarán en los ejercicios, bautizados «Puente de Cooperación».

Las maniobras, que comenzarán el lunes y concluirán el viernes, se centrarán en el inicio del trabajo conjunto entre las fuerzas militares de estos países en misiones de mantenimiento de la paz, informaron fuentes aliadas.

Por ello, los ejercicios prioritarios serán observación, puestos de control, patrullas, evacuaciones médicas, escolta y tiro individual, en los que las tropas de los

países del Este y del Oeste comenzarán a acoplar sus métodos de trabajo.

EEUU, Alemania e Italia enviarán una compañía (unos 150 hombres), mientras que los demás países participarán cada uno con una sección de unos treinta soldados.

Rusia no participará porque los preparativos de los ejercicios ya estaban muy avanzados cuando Moscú se unió a la Asociación para la Paz, en junio pasado.

Las maniobras marcan el lanzamiento práctico de la Asociación para la Paz, el programa de amplia cooperación militar con los países del Este que la cumbre de la OTAN aprobó en enero pasado, y al que se han unido la mayoría de los países de Europa del Este.

La OTAN y los países miembros de la Asociación para la Paz celebrarán también unas maniobras navales en el Mar del Norte entre el 28 y el 7 de octubre, y un nuevo ejercicio terrestre en Holanda a finales de octubre.

## **Maniobras de la nueva OTAN**

Poznan, Polonia (ANSA)

Mañana comenzarán en Biedrsko, en las cercanías de la ciudad polaca de Poznan, las primeras maniobras conjuntas de tropas de los países de la OTAN y de los estados ex comunistas de Europa oriental que adhirió en los últimos meses a la Asociación para la Paz.

En los primeros ejercicios del programa lanzado a principios de año por la alianza atlántica para formalizar la cooperación militar y política con los ex adversarios del Pacto de Varsovia participarán tropas de Bulgaria, la República Checa, Dinamarca, Holanda, Lituania, Polonia, Eslovaquia, Rumanía, Ucrania, Gran Bretaña, Ita-

lia, Alemania y Estados Unidos.

Rusia, última entre los 22 países de Europa oriental y de la ex Unión Soviética que adhirió a la Asociación para la Paz, fue invitada a participar en las maniobras, pero hasta ahora no respondió. Con una participación de sólo 900 hombres, las maniobras (designadas en código Cooperativa Bridge '94) tendrán sin embargo una gran importancia política y psicológica, ya que serán las primeras en desarrollarse con los países del Este y también las primeras realizadas por la OTAN fuera de su tradicional área operativa.

El comando de las operaciones está a cargo, conjuntamente, del general estadounidense William Carter y de su colega polaco Zygmunt Sadowski.

01-02

9500195

EN JUNIO A PEDIDO DEL PAPA

# Vaticano y el aborto

tomaron parte el jefe de la Oficina de Asuntos Generales de la Secretaría de Estado de la Santa Sede, monseñor Mounghed el Hacem; el diplomático responsable de las relaciones con los estados extranjeros, monseñor Carrascosa Coso Andrés y el jefe de la Sección Islám del Consejo Papal para el diálogo interreligioso.

Tres importantes personalidades islámicas firmaron el documento por los musulmanes: Monseñor Klibi, de la Organización para la Conferencia Islámica; Abdallah Abdel Sciakur, de la Liga del Mundo Islámico, y Mohamud al Bar, de la Conferencia Islámica. Estas tres gigantes organizaciones representan a los creyentes islámicos de todo el mundo tanto de la comunidad sunnita como chilita.

El documento contiene un preámbulo donde constan los acuerdos de principios y a continuación se realizan acuerdos puntuales sobre tres "puntos principales": el rol de la familia, la difusión del aborto y los derechos y deberes de los progenitores. Estos son precisamente los temas polémicos sobre los que se desató una campaña, primero del papa Juan Pablo II y después de jefes religiosos ortodoxos islámicos que calificaron al Plan de Acción de la ONU como culpable de propiciar el aborto, las relaciones prematrimoniales, la homosexualidad y el sexo premarital entre los adolescentes.

A continuación los firmantes declaran oponerse a la "orientación individualista que caracteriza el documento" de las Naciones Unidas. Después de realizar otras consideraciones, añade que "todos los firmantes confirman que el individualismo exagerado y agresivo conduce en definitiva a la destrucción de la sociedad, llevándola al estado de post-ración moral, de libertinaje y de supresión de los valores sociales".

El documento suscripto en el Vaticano detalla a continuación los puntos principales del Plan de Acción de las Naciones Unidas que merece sus críticas y la acción común para oponerse a ellos.

1) La modificación del rol de la familia. Insiste el documento católico-islámico en que esta es la base de la sociedad y que las Naciones Unidas no tienen la facultad de modificar tal institución que está consolidada en las dos religiones, cristiana y musulmana.

2) La difusión del aborto. El acuerdo declara que es un tema de principio de las religiones musulmana y cristiana considerar al aborto como un grave delito. Indica después que el Plan de Acción de las Naciones Unidas debería "haber contemplado un texto explícito que afirme que el aborto no puede ser un medio de la planificación familiar".

3) Derechos y deberes de los progenitores. Después de insistir sobre el papel de los padres y su derecho a educar a sus hijos en los valores religiosos, los firmantes declaran que no aceptan "lo que contempla el documento sobre la posibilidad ofrecida a los adolescentes y a los niños de abortar y de usar los anticonceptivos sin el acuerdo de los progenitores e incluso sin su conocimiento".

Juan Carlos Algañaraz



## EL ABORTO EN EL MUNDO



## UN EJERCITO DE LA ANTICONCEPCION

# Los militantes abortistas acosan en todas partes

El CAIRO 7 (Enviado especial). - Esta no es una conferencia sobre el aborto, según los funcionarios de las Naciones Unidas, pero no se habla de otra cosa. La polémica diplomática abrió paso hoy a acciones militantes por parte de partidarios y opositores a la interrupción del embarazo y los métodos anticonceptivos.

El acceso a la conferencia se convirtió en una especie de gran "zoco" oriental de grupos y activistas empeñados en transmitir sus puntos de vista. El enviado de Clarín, después de un generoso almuerzo oriental, llegó a la sede de la Conferencia y en la puerta fue acosado por varias jóvenes, indias y nórdicas, que intentaban convencerlo sobre las ventajas de la vasectomía; se ayudaban con grandes cartelones que incluían gráficos y fotografías apropiadas para una clase de anatomía.

El paso apurado solo logró desembocar en una bastante desagradable exposición de grandes fetos de plástico desarrollándose desde las cuatro semanas en adelante, según las explicaciones -dadas a los gritos- de un estrafalario personaje opuesto al aborto. Fue inútil tratar de llegar hasta la puerta de acceso gambeteando los modelos intrauterinos: una dama australiana, atraída por las

un asesinato. Matarla antes que nazca es un aborto".

Una apreciable cantidad de ciudadanos de ambos sexos -orientales, europeos, latinoamericanos y africanos- colmaron a este periodista de folletos, proclamas, denuncias y exhortaciones. En las salas interiores, las excepcionales medidas de seguridad no habían impedido que se desplegaran cartelones contra el "imperialismo abortista".

Asediado por todos, enfundado en un conjunto azul marino, con el pelo muy blanco y bastante encorvado, el comandante Jacques-Yves Costeau se manifestaba sorprendido por el despliegue militante mientras no paraba de estrechar manos. Pero la gran estrella de la jornada fue la espléndida actriz norteamericana Jane Fonda, que arengó a la conferencia, con aire austero, el pelo recogido y unos severos anteojos. La noche anterior, en Luxor, la diva estuvo resplandeciente con el pelo suelto, los ojos profundamente azules que brillaban con fuerza y un encanto que tenía a hombres y mujeres girando en torno de ese encanto.

A la salida, Jane Fonda fue asaltada por los delegados masculinos que querían verla de cerca aunque le hablaban del control de la natalidad, y las femeninas, que alababan



La actriz Jane Fonda habló la conferencia de El Cairo del aborto y de los métodos anticonceptivos.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

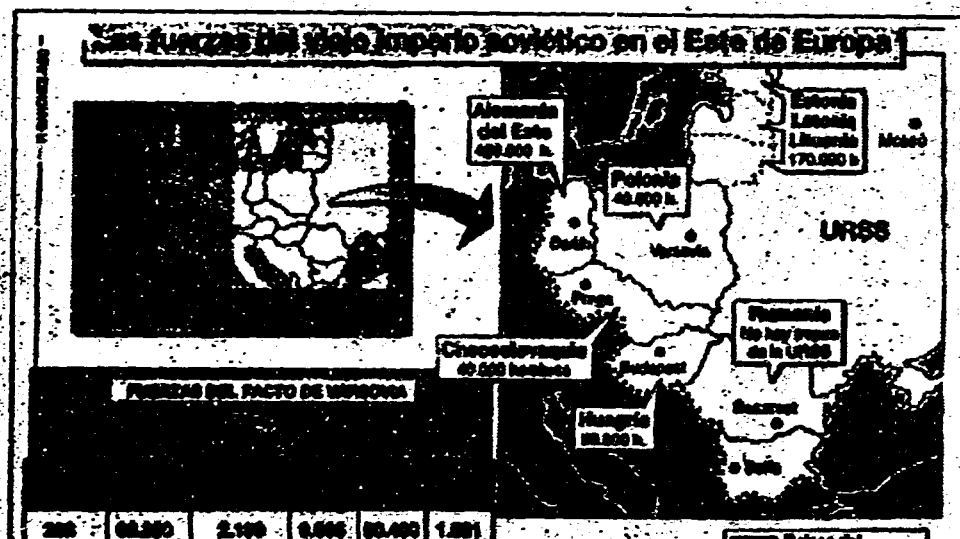
Enfoque Internacional

# Primeras maniobras de la nueva OTAN

En las cercanías de la antigua ciudad imperial alemana de Posen, hoy Poznan en Polonia, se están celebrando en estos días las primeras maniobras militares de unidades representativas de 27 países de Europa y los Estados Unidos con presencia de gran parte de los antiguos estados comunistas que integraban el difunto Pacto de Varsovia.

Por primera vez en la historia, y en lo que hasta hace muy pocos años hubiera sido considerado un tema de política de ficción, efectivos de Dinamarca, Holanda, Gran Bretaña, Italia, Alemania y Estados Unidos agrupan sus unidades blindadas y su infantería camuflada hombro con hombro con soldados y equipos de Bulgaria, la República Checa, Lituania, Polonia, Eslovaquia, Rumania y Ucrania. Todos los países presentes que provienen de Europa Oriental han adherido en los últimos meses a la Asociación para la Paz, una especie de organización sucedánea, preparatoria de una futura alianza militar de casi todas las naciones europeas, desde las Islas Británicas hasta Kiev.

La noticia en un país con sucinta información internacional como el nuestro ha pasado prácticamente inadvertida pero tiene una indudable relevancia histórica, ya que por un lado constituye el certificado de defunción visible del otrora poderío soviético y de sus satélites, y es el heraldó de un nuevo orde-



namiento estratégico.

Las maniobras llamadas "Cooperación Bridge 94" no son en sí mismas más que un ensayo de una futura alianza que será la mejor garantía para la paz de una Europa sin bloques antagónicos. En las llanuras despobladas de Biedrusko, a menos de 100 kilómetros de la frontera este de la Alemania reunificada, 900 hombres representando un microcosmos de los países de gran parte de la Vieja Europa han dado nacimiento a una nueva era geopolítica luego de guerras civiles y casi medio siglo de conflicto Este-Oeste.

Simbólicamente, el mando de las maniobras de fines del verano septentrional está compartido por el General estadounidense William Carter y por el General polaco Zygmunt Sa-

dowski. Una ausencia significativa ha sido la de Rusia. Las fuerzas de la metrópoli de la antigua Unión Soviética fueron formalmente invitadas a parti-

cipar en estas maniobras "Bridge 94" pero hasta ahora no ha habido respuesta de Moscú. Se entiende que es mejor que así sea, ya que la casi totalidad de

los países antiguamente sojuzgados por la ex URSS no se sentirían muy cómodos teniendo que compartir nuevamente unas maniobras con las tropas que fueron sus opresoras y que ahora se han retirado de sus tierras. Pero también se piensa que un posible ingreso de Rusia o la OTAN (Organización del Tratado del Atlántico Norte) deberá ser cuidadosamente estudiado por las aristas problemáticas que representa. Una de ellas es la multitud de conflictos étnicos, imperialistas y fronterizos que agobian a Moscú y representan un verdadero semillero de guerras. De formar parte Rusia de la OTAN, la responsabilidad de la organización se vería peligrosamente extendida.

También existe cuidado en mantener la imagen de la OTAN como una alianza coherente y con estados mayores acostum-

brados, por similitud profesional y cultural de sus cuadros, a trabajar juntos desde más de cuatro décadas. El propio Henry Kissinger, galardonado con aquel dudoso Premio Nobel de la Paz luego de los acuerdos de París en 1973 sobre Indochina, ha dejado oír su voz contraria a que Rusia entre en la OTAN, calificando tal paso como "peligroso".

Los observadores coinciden en que los candidatos más próximos a ingresar de pleno derecho a la OTAN serían Polonia, clásica aliada de Occidente, Hungría y la República Checa. Como se aprecia, es el nacimiento de una nueva era de entendimiento y cooperación en Europa, aunque sobre ella planea la sombra del conflicto desatado por los serbios.

Alberto  
Christian Márquez

02-02

95 00195

MUSULMANES BOICOTEARON LA CONFERENCIA

# NACIONES UNIDAS CREE IMPROBABLE ACUERDO CON EL PAPA SOBRE ABORTO

## Mensaje de la Madre Teresa

NUEVA DELHI, 1º (EFE).— La madre Teresa de Calcuta pidió hoy, jueves que la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD), que se celebrará en El Cairo la próxima semana, elimine de su agenda el asunto del aborto, condenado por la Iglesia Católica.

"Si hay un niño al que no pueda educar, o alimentar enviámelo, no rechazaré a ninguno", dijo la religiosa, leyendo una misiva que enviará a la citada Conferencia.

"He dicho a menudo que el aborto es el mayor destructor de la paz en el mundo actual", señaló Teresa de Calcuta en relación con este asunto, uno de los más espinosos que tratará la Conferencia, que se iniciará el lunes día 5 y finalizará el día 13, y que también condenó el Vaticano recientemente.

"Abortar es malo. Los niños son una creación de Dios", señaló la religiosa de 84 años, quien fue invitada a asistir a la conferencia de El Cairo, pero no irá, y en su lugar mandará una carta para que sea leída públicamente.



La Madre Teresa de Calcuta, Premio Nobel de la Paz, hizo un llamamiento a los integrantes de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo para que sea eliminado de la agenda el tema del aborto. (AP)

EL CAIRO, 1º (Reuter).— La ONU dijo hoy que existen escasas oportunidades de lograr un acuerdo con el Vaticano sobre el tema del aborto y los anticonceptivos, en la Conferencia de Población que se celebrará en El Cairo. El Vaticano y muchos musulmanes han atacado el preliminar "programa de acción" que será debatido en la reunión por considerar que socava los valores familiares y promueve la promiscuidad sexual. El certamen ha sido ya boicoteado por Arabia Saudita, Sudán y el Líbano, al tiempo que los musulmanes egipcios han amenazado a los extranjeros que asistan.

El Vaticano intenta desde hace meses que el programa final condene el aborto y evite las referencias a los anticonceptivos artificiales.

"En lo que se refiere a la posición católica respecto al acceso a los métodos anticonceptivos, no creo que será aceptable", dijo Nafis Sadik, directora general del Fondo de Población de la ONU.

"En todo caso, en las conferencias previas de 1974 y 1984, ya se acordó la provisión de servicios anticonceptivos en todos los países del mundo, incluidos los católicos", agregó.

La funcionaria dijo que sin embargo es posible llegar a una postura común con la jerarquía musulmana religiosa que apoya la planificación familiar y permite el aborto si las vidas o la salud de la madre o el niño están en peligro.

"Espero que el término de la conferencia los líderes musulmanes religiosos podrán apoyar el programa de acción. En lo referente a las opiniones extremas, no hay forma de llegar a acuerdos", agregó.

El grupo al-AzNar de El Cairo, probablemente la institución islámica más influyente del mundo, ha criticado duramente el documento

de la conferencia y recomendado que los gobiernos musulmanes lo enmienden.

Sadik dijo que los representantes de AzNar no han objetado las referencias del texto a la igualdad de derechos de herencia de la mitad de lo que obtienen sus hermanos.

"La aprobación de al-AzNar tendrá gran importancia en todo el mundo musulmán", dijo.

En relación con la situación de otros derechos de la mujer en los países árabes, Sadik dijo que "como musulmana siento que la mujer tiene derechos que desconoce, por ejemplo el derecho a la educación, al trabajo, al manejo de la propiedad y a poseer su propio negocio, o el derecho a consentir el matrimonio".

"Al menos si empezamos a tener esos derechos, creo que la mayoría de las mujeres estarán muy contentas", dijo.

Enfatizó que dar más poder a la mujer es una parte crucial de los programas de planificación familiar.

Muchos musulmanes rechazan el concepto de igualdad entre hombre y mujer y dicen que cada sexo tiene un rol diferente.

Ante esto, Sadik dijo que "no existe una gran disputa entre los gobiernos sobre la necesidad de lograr la igualdad, pero la velocidad de este proceso varía de un país a otro".

"Esto también dependerá de las propias mujeres porque en algunas sociedades ellas desean mantener su rol y si eso es lo que desean, siempre que sea una decisión informada, debemos respetarlo", agregó.

Sadik se manifestó sorprendida ante la enorme controversia generada por el documento de la conferencia después de tres años de preparación.

Algo positivo es que se han sacado a la luz muchos temas como la salud de la mujer, los fallecimientos femeninos o la falta de servicios para la mujer", agregó.

## POR OTRA PARTE

### ■ Aniversario

TUNEZ, 1º (EFE).— Libia celebra hoy el 25 aniversario de la revolución que llevó al poder al coronel Muamar El-Gadafi, quien al frente de un grupo de oficiales derrocó al rey Idriss Sehusi e inició la construcción de lo que el 2 de marzo de 1977 se convirtió en la "Y mahiriya" (Estado de Masera). Lo consideran, tras la muerte de Nasser, como el principal promotor de la unidad árabe uno de los líderes árabes más antioccidentales.



### ■ Resultados

BRASILIA, 1º (EFE).— La moneda de Brasil, el real, que entró en circulación hace 6 días, ha reducido la inflación confirmando la preferencia electoral del candidato presidencial por el Partido de la Socialdemocracia (PSDB) Fernando Henrique Cardoso. Con el real, cuyo valor es superior a la moneda estadounidense (uno por 1,10 dólares aproximadamente), el Gobierno ha propiciado un fren drástico de la aceleración de los precios.

### ■ Moneda de 1 Peso

BUENOS AIRES, 1º (Reuter).— Argentina, en una muestra de confianza en la estabilidad económica que logró desde 1991, puso hoy en circulación monedas de un peso acuñadas en Corea. El Banco Central, exhibiendo a toda página en los diarios la imagen de un arrugado billete de un peso, anunció el lanzamiento de las nuevas monedas diciendo que "la estabilidad ha demostrado ser más duradera que este billete".

¡Oh!

**Noticias del Club**

0800-2525

DE 9 A 12 HS

EL PAIS

Encuaderne ya todas estas colecciones. 2/587

Le aseguramos la mejor calidad

## Y ESTO TAMBIEN ES NOTICIA

### ■ "EL QUIJOTE" DE WELLES



"Don Quijote", la cinta acerca del inmortal personaje de Cervantes que Orson Welles dejó inconclusa al morir y que estuvo durante años en proceso de reconstrucción, se estrenó en su versión definitiva en el Festival de Cine de Edimburgo.

El proyecto favorito del realizador norteamericano, que murió en 1985, se presentó en Edimburgo la semana pasada y se exhibe esta semana en una sala comercial con gran éxito de público. (AP-Londres)

## Juan Pablo II Decide Dos Días Antes Viaje a Sarajevo

CIUDAD DEL VATICANO, 1º (EFE).— La decisión definitiva sobre el viaje del Papa a Sarajevo será adoptada 48 horas antes del 8 de setiembre, fecha prevista para la visita pastoral de Juan Pablo II a la capital de Bosnia, según fuentes vaticanas.

El portavoz de la Santa Sede, Joaquín Navarro Valls, dijo hoy, jueves, que el Pontífice continúa dispuesto a viajar a Sarajevo el día en el que la Iglesia Católica celebra el nacimiento de la Virgen María, a pesar del empeoramiento de la situación en la capital balcánica.

Navarro agregó que la decisión final se tomará "en los próximos días" y que, de momento, se mantiene el programa, de menos de doce horas de duración, de la visita.

Fuentes vaticanas, por su parte, precisaron que hasta des

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Política de OTAN hacia ex-países socialistas inquieta al

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

LA política de la OTAN hacia los ex países socialistas inquieta al Kremlin

## RUSIA PREOCUPADA POR LA SEGURIDAD DE EUROPA

*El avance de la OTAN hacia los antiguos satélites de la URSS ha vuelto a tocar el nervio del Kremlin, que denuncia el renacimiento de la política de bloques de tiempos de la Guerra Fría y el consiguiente peligro para la seguridad de Europa.*

**L**a misión emprendida esta semana en Ucrania y Bielorrusia por altos mandos de las fuerzas aliadas en Europa de la OTAN, destinada a estrechar los vínculos entre la Alianza Atlántica y esas repúblicas eslavas, parece, además, haber levantado ampollas en Moscú.

La irritación no se debe tanto a la posibilidad de que Kiev y Minsk se integren a corto plazo, en calidad de miembros de pleno derecho, en ese Pacto, sino al hecho de que dichas visitas acentúan la evidencia de que la OTAN sigue decidida a que el antiguo bloque socialista de Europa Central y del Este entre en su seno por la puerta grande.

«La discusión sobre la expansión hacia el Este de la OTAN ha vuelto a reavivarse tras las recientes afirmaciones de altos cargos de EEUU y Alemania en el sentido de que la OTAN ha acordado admitir en los próximos años a Polonia, Hungría, la República Checa y Eslovaquia como miembros de pleno derecho», dijo ayer jueves, el portavoz del Ministerio de Exteriores ruso, Mijail Demurin.

En un encuentro con la prensa, el

representante de la cancillería rusa dio muestras del jarro de agua fría que lanzaron esas declaraciones en el Kremlin al indicar que el nuevo proyecto de la OTAN «provoca sentimientos mezclados».

«Sin duda, reflejan las intenciones de ciertas fuerzas del bloque y están en consonancia con las aspiraciones de un número de países de Europa del Este. Sin embargo, hay que preguntarse sobre las posibles consecuencias negativas que una decisión de ese tipo puede tener en el contexto de la creciente cooperación y asociación de toda Europa», insistió.

Demurin hizo hincapié en que «hay motivos para temer que la expansión de la OTAN complique la situación del continente europeo e incluso enrarezca las relaciones entre los Estados que han sido admitidos y aquellos que se encontrarán fuera de esta organización».

«También es necesario preguntarse -arguyó- si la idea de seguridad colectiva, cada vez más aceptada, se refuerza con los intentos de monopolizar la responsabilidad en la esfera de la seguridad por parte

de una estructura político-militar con un número limitado de miembros».

En opinión del diplomático, «todavía es más dudoso que los objetivos de las reformas económicas y la democratización emprendidas por las naciones de Europa Central y Oriental puedan alcanzarse con su integración en la OTAN».

«La tendencia hacia la restauración de estructuras de bloque, si llega el momento, conducirá a nuevas divisiones y provocará una nueva escisión en Europa; lo que se contradice con la línea de establecer una única Europa democrática», subrayó.

Según Demurin, «Rusia está a favor de la transformación de la OTAN y de otras estructuras similares en una dirección que tenga en cuenta las realidades actuales. Moscú está preparada para una participación más amplia y efectiva en el seno de la Asociación para la Paz (a la que accedió recientemente) sobre la totalidad de los problemas de seguridad y estabilidad en Europa».

El Kremlin «está convencido, no obstante, de que una no ampliación de la composición actual de la OTAN serviría mejor a los intereses de la seguridad europea que una dilatación apresurada y pensada de forma enfermiza», especificó.

A los temores de Rusia a quedarse aislada por el rápido acercamiento



Boris Yeltsin

del Este a la OTAN han echado más leña a los Estados bálticos, ya que el pasado día 13 los primeros ministros de Letonia, Estonia y Lituania rehusaron cooperar con Moscú en la esfera militar.

«La cooperación militar con Rusia es imposible», sentenció el jefe del Gobierno de Letonia, Valdis Birkavs, república que Rusia se anexionó en 1940 junto a Lituania y Estonia en un complot urdido entre Iosif Stalin y Adolf Hitler.

Las naciones bálticas despacharon de este modo la intención expresada el pasado lunes por el ministro de Defensa ruso, Pável Grachov, quien anunció que su país está dispuesto a sellar acuerdos bilaterales de cooperación militar con esos Estados para reforzar la seguridad en el Báltico.

01-01

9500196



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Política de OTAN hacia ex-países socialistas inquieta al

Kremlin.

LA política de la OTAN hacia los ex países socialistas inquieta al Kremlin

## RUSIA PREOCUPADA POR LA SEGURIDAD DE EUROPA

*El avance de la OTAN hacia los antiguos satélites de la URSS ha vuelto a tocar el nervio del Kremlin, que denuncia el renacimiento de la política de bloques de tiempos de la Guerra Fría y el consiguiente peligro para la seguridad de Europa.*

La misión emprendida esta semana en Ucrania y Bielorrusia por altos mandos de las fuerzas aliadas en Europa de la OTAN, destinada a estrechar los vínculos entre la Alianza Atlántica y esas repúblicas eslavas, parece, además, haber levantado ampollas en Moscú.

La irritación no se debe tanto a la posibilidad de que Kiev y Mins se integren a corto plazo, en calidad de miembros de pleno derecho, en ese Pacto, sino al hecho de que dichas visitas acentúan la evidencia de que la OTAN sigue decidida a que el antiguo bloque socialista de Europa Central y del Este entre en su seno por la puerta grande.

«La discusión sobre la expansión hacia el Este de la OTAN ha vuelto a reavivarse tras las recientes afirmaciones de altos cargos de EEUU y Alemania en el sentido de que la OTAN ha acordado admitir en los próximos años a Polonia, Hungría, la República Checa y Eslovaquia como miembros de pleno derecho», dijo ayer jueves, el portavoz del Ministerio de Exteriores ruso, Mijaíl Demurin.

En un encuentro con la prensa, el

representante de la cancillería rusa dio muestras del jarro de agua fría que lanzaron esas declaraciones en el Kremlin al indicar que el nuevo proyecto de la OTAN «provoca sentimientos mezclados».

«Sin duda, reflejan las intenciones de ciertas fuerzas del bloque y están en consonancia con las aspiraciones de un número de países de Europa del Este. Sin embargo, hay que preguntarse sobre las posibles consecuencias negativas que una decisión de ese tipo puede tener en el contexto de la creciente cooperación y asociación de toda Europa», insistió.

Demurin hizo hincapié en que «hay motivos para temer que la expansión de la OTAN complique la situación del continente europeo e incluso enrarezca las relaciones entre los Estados que han sido admitidos y aquellos que se encontrarán fuera de esta organización».

«También es necesario preguntarse -arguyó- si la idea de seguridad colectiva, cada vez más aceptada, se refuerza con los intentos de monopolizar la responsabilidad en la esfera de la seguridad por parte

de una estructura político-militar con un número limitado de miembros».

En opinión del diplomático, «todavía es más dudoso que los objetivos de las reformas económicas y la democratización emprendidas por las naciones de Europa Central y Oriental puedan alcanzarse con su integración en la OTAN».

«La tendencia hacia la restauración de estructuras de bloque, si llega el momento, conducirá a nuevas divisiones y provocará una nueva escisión en Europa; lo que se contradeciría con la línea de establecer una única Europa democrática», subrayó.

Según Demurin, «Rusia está a favor de la transformación de la OTAN y de otras estructuras similares en una dirección que tenga en cuenta las realidades actuales. Moscú está preparada para una participación más amplia y efectiva en el seno de la Asociación para la Paz (a la que accedió recientemente) sobre la totalidad de los problemas de seguridad y estabilidad en Europa».

El Kremlin «está convencido, no obstante, de que una no ampliación de la composición actual de la OTAN serviría mejor a los intereses de la seguridad europea que una dilatación apresurada y pensada de forma enfermiza», especificó.

A los temores de Rusia a quedarse aislada por el rápido acercamiento



Boris Yeltsin

del Este a la OTAN han echado más leña los Estados bálticos, ya que el pasado día 13 los primeros ministros de Letonia, Estonia y Lituania rehusaron cooperar con Moscú en la esfera militar.

«La cooperación militar con Rusia es imposible», sentenció el jefe del Gobierno de Letonia, Valdis Birkavs, república que Rusia se anexionó en 1940 junto a Lituania y Estonia en un complot urdido entre Iosif Stalin y Adolf Hitler.

Las naciones bálticas despatcharon de este modo la intención expresada el pasado lunes por el ministro de Defensa ruso, Pável Grachov, quien anunció que su país está dispuesto a sellar acuerdos bilaterales de cooperación militar con esos Estados para reforzar la seguridad en el Báltico.

ENTRADO

0102400

01-01

9500196



auspiciado por las Naciones Unidas. El Papa dijo que sería lamentable que en esa reunión se promoviera una sexualidad carente de referentes éticos. Defendió el concepto de cultura de la procreación responsable como modo de combatir la explosión demográfica.

Un policía egipcio controla la seguridad en una calle de El Cairo. Grupos extremistas musulmanes amenazaron con atacar a los extranjeros que concurren a la Conferencia sobre Población.

## AMENAZAS DE EXTREMISTAS MUSULMANES

# Egipto refuerza medidas de seguridad

EL CAIRO, 28 (Reuter, EFE y AFP). - Egipto reforzó hoy las medidas de seguridad en hoteles y centros turísticos después que fundamentalistas islámicos advirtieron que los extranjeros deben mantenerse alejados de la Conferencia Mundial sobre Población y Desarrollo de la Organización de las Naciones Unidas.

A este encuentro, auspiciado por la ONU con el fin de adoptar decisiones acerca de la política adecuada para enfrentar problemas demográficos, como el del crecimiento desmedido de la población en relación con la producción

mundial de alimentos, el del aborto y el del control de la natalidad, asistirán unas veinte mil personas.

Una de las principales organizaciones de activistas musulmanes egipcios, Gamaa al-Islamiya (Grupo Islámico), imprimió un tono violento a la campaña contra la conferencia al advertir que los extranjeros que concurren al encuentro lo hacen a riesgo de perder la vida.

Funcionarios de las Naciones Unidas con sede en El Cairo se abstuvieron de formular comentarios sobre las amenazas de la agrupación radical islámica.

Empresarios del sector hotelero dijeron que, aunque ya habían dispuesto las normas de seguridad necesarias para proteger a los delegados que llegarán desde todos los puntos del planeta, decidieron reforzar las medidas preventivas.

Fundamentalistas musulmanes atacaron el jueves un ómnibus en el que se trasladaban turistas españoles, donde murió un niño y tres personas resultaron heridas.

Decenas de policías vestidos con elegantes uniformes blancos y fuertemente armados fueron desplegados en las vecindades de los principales conglomerados hoteleros y centros turísticos de El Cairo.

La capital egipcia está repleta de turistas que regresa-

de los actos religiosos que encabezó para reclamar la eliminación de ciertos postulados que rechaza la Iglesia Católica y que serán debatidos en la Conferencia sobre Población.

Algunos de esos temas, fundamentalmente el del aborto, contarían con el apoyo de la mayor parte de las delegaciones que asistirán el domingo al encuentro en la capital egipcia, según fuentes diplomáticas y periodísticas.

Juan Pablo II, que tomó diez días de vacaciones en el valle de Aosta, volvió hoy a referirse a la conferencia sobre población ante un nutrido grupo de católicos antes de iniciar el rezo del Angelus en su residencia oficial de Castel Gandolfo.

ron a ella después que los integristas musulmanes prometieron respetar una tregua de cinco meses durante los cuales no desarrollarían actividades terroristas.

Voceros de las empresas hoteleras expresaron que los efectivos encargados de la custodia de sus establecimientos por el Ministerio del Interior vigilan estrechamente todos los puntos de acceso para impedir el ingreso de activistas musulmanes.

"Se montó un dispositivo sin precedentes para proteger los hoteles donde se alojarán las delegaciones", explicó una fuente de la industria hotelera.

Equipos de detección de metales, puertas electrónicas y sensores capaces de descubrir explosivos, fueron instalados en nuestros establecimientos, dijo a la agencia de noticias Reuter el gerente de seguridad del hotel Marriott, Wagdi al-Qadi.

El gobierno del presidente egipcio Hosni Mubarak movilizó sus fuerzas de seguridad para frustrar cualquier tentativa de golpe terrorista y aseguró a los representantes de las Naciones Unidas que la situación está bajo control.

Los musulmanes conservadores critican el proyecto de documento de la ONU, que aborda con enfoque pragmático temas como las relaciones sexuales entre adolescentes, la vida sexual extramarital, el control de la natalidad y el aborto.

Los dirigentes islámicos más radicales afirman que la conferencia auspiciada por las Naciones Unidas sustenta posiciones lindantes con la "corrupción y la inmoralidad" tanto en lo que respecta a las prácticas sexuales como en lo referido a la organización de la familia.

Más de cuatrocientas personas fueron asesinadas desde que Gamaa al-Islamiya decidió levantarse en armas contra el gobierno de Mubarak.

el panteón de la Sociedad Argentina de Autores y Compositores (SADAIC), en el cementerio de la Chacarita.

"Roberto era un amigo del alma, lo que riamos mucho, y su muerte es una pena enorme", reconoció el presidente Carlos Menem, quien el sábado a la noche -como buena parte del ambiente artístico- se acercó al Concejo para darle al Polaco su último adiós.

El desfile de personalidades pasó junto a las más de cien coronas que flanquearon la entrada principal del palacio, en esa cuadra de la avenida Presidente Roque Sáenz Peña, donde hace poco el cantante fue distinguido como Ciudadano Ilustre de la Ciudad de Buenos Aires.

Con la mirada húmeda y la garganta apretada, preguntó el maestro Osvaldo Pugliese: "¿Qué se puede decir? Esto duele mucho, tanto como nos dolió la muerte de (Edmundo) Rivero. No hay consuelo. Si existe un Dios, espero que corrija este error. Porque esto tiene que haber sido un error".

También fueron al velatorio -que se realizó en el Hall de Honor del Concejo- el presidente de la Sociedad de Autores y Compositores de Música (SADAIC), Ariel Ramírez, el violinista Antonio Agri, el actor Alberto de Mendoza, los cantantes Raúl Lavie, Adriana Varela y María Marta Serra Lima, el bandoneonista Néstor Marconi y los compositores Angel "Paya" Díaz y Adilio Stampone, entre muchos otros.

Agri recordó que "muchos gente empezó a entender el tango, por primera vez, gracias al Polaco y su inimitable forma de decir. Y eso que él no era solo un gran cantante: era también un gran músico, un gran tipo". También se acercaron muchos de los que desde el anonimato sintieron la muerte del cantante de tangos más reconocido de la Argentina: "Yo te vi cuando debutaste", dijo un hombre secándose las lágrimas. Alrededor de 300 personas se apiñaron con sus recuerdos junto al coche fúnebre. Poco después de las 11 de la mañana, el cortejo, formado por una caravana de setenta autos, se puso en marcha hacia el cementerio de la Chacarita.

Encabezado por una formación de la Po-

## YPF CONCURSO DE PRECIOS Nº 55/443

"SERVICIO DE ESTUDIO Y ASESORAMIENTO TECNICO DE INGENIERIA DE PERFORACION, BASADO EN DIECISEIS (16) POZOS PERFORADOS EN AREA LOMA DE LA LATA. DPTO. PRODUCCION REGIONAL HUINCUL (PCIA. DEL NEUQUEN)"

VENTA DE PLIEGO Y RECEPCION DE OFERTAS:  
Exclusivamente en Sector Contratos, Dpto. Producción Regional Huincul (Pcia. del Neuquén).

FECHA RECEPCION DE OFERTAS: 9 de Septiembre de 1994 a las 11:00 horas.

PLAZO DE EJECUCION: Cuarenta y cinco (45) días.

VALOR DEL PLIEGO: Cincuenta Pesos (\$ 50.-)

**INVERSORES**  
PARA HIPOTECAS EN 1º GRADO  
**RESPALDO**  
**ASEGURADO**  
**766-1110/0140**

**PISCINAS**  
• CONSTRUCCION Y FILTROS  
• BOMBAS Y ACCESORIOS  
• AMPLIA FINANCIACION  
**NATATORIOS**  
**TECNO POOL**  
L. M. DRAGO 100 • TEL. 703-4692

**LETREROS**  
NECESITAMOS COLOCADOR Y/O LETRISTA CON VEHICULO PROPIO AREA GRAN BUENOS AIRES TRABAJO PERMANENTE  
**472-6711**

**¿QUIERE VENDER SUS MAQUINAS O INDUSTRIA**  
Llámenos 642-2936

**A.L.S. SA**  
DE AHORRO PARA

**CIUDAD DE SI**

# La Tecnología que Usted Necesita!!!

**HUNTER**

**SICAM**

**BEISSBARTH**

Nº. DOCUMENTO

TITULO La OTAN quiere extender su acción

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA 18/9/94

VINCULACIONES

500062

507685

cc 687

## La OTAN quiere extender su acción

*Rep. 18/9*  
Bruselas (ANSA)  
Los 16 países de la Alianza Atlántica (OTAN) lanzaron un llamado al secretario general de la ONU, Boutros Boutros-Ghali, para una mayor determinación en la defensa de Gorazde y Sarajevo y la protección de los cascos azules.

Los 16 están preocupados por la erosión de las zonas de seguridad en Bosnia y consideran que está en juego la credibilidad de la OTAN.

Quisieron demostrar su empeño al lado de la ONU para resolver la crisis Bosnia. Respondieron positivamente al pedido de Boutros Boutros-Ghali de extender la protección aérea de la OTAN a los cascos azules emplazados en Bihac, contra ataques provenientes de cualquier zona, incluso de Krajina, región de Croacia declarada República independiente por las milicias serbias que la controlan.

El Consejo Atlántico, reunido casi a diario en Bruselas durante la semana, quiso encontrarse con los comandantes de la Forpromu en la ex Yugoslavia, Bertrand Lapresle, y en Bosnia, Michael Rose, antes de lanzar el llamado a Boutros Boutros-Ghali.

Entre ellos —que deben pedir la intervención de los aviones de la OTAN para defender las áreas protegidas— y las autoridades militares de la Alianza hubo recientemente diferencias sobre

si era o no oportuno realizar incursiones.

El último fin de semana, Rose detuvo a los aviones listos a despegar para atacar a las milicias serbias en Sarajevo.

Después de rechazar el plan de paz para la ex Yugoslavia del Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Alemania, Francia, Gran Bretaña), los serbios bosnios —y también los musulmanes— violaron repetidas veces las imposiciones de la ONU. Trataron de recobrar las armas pesadas entregadas a los cascos azules e hicieron despegar sus helicópteros aunque en Bosnia impera la prohibición de volar.

Fuentes diplomáticas subrayaron que se necesita una mayor determinación para eliminar las violaciones. Intentan tranquilizar al Senado norteamericano, favorable a revocar el embargo de las armas contra los musulmanes bosnios.

Washington también fijó el 15 de octubre para que los serbios bosnios acepten el plan de paz del Grupo de Contacto, bajo pena de revocar el embargo, en forma unilateral, contra sus enemigos.

Si se revoca el embargo, la Forpromu debería retirarse y la OTAN tendría que suministrar su apoyo, ya que el retiro se produciría en un ambiente hostil.

Todas las iniciativas están dirigidas ahora a presionar a los serbios bosnios para que acepten el plan de paz.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500197



- (3) La teoría de Marx acerca de la alienación es parcialmente correcta, pero no clarifica la causa de dicha alienación

La alienación no está limitada exclusivamente a la clase trabajadora. La sociedad comunista, basada en el materialismo dialéctico, nunca llegará a solucionar el problema de la alienación del hombre. Los países socialistas de hoy son un ejemplo de la alienación del individuo.

- (4) La interpretación marxista del hombre ha causado la muerte y la explotación inmisericorde de muchos durante el proceso revolución y comunista en muchos países

### 3. Contrapropuesta: la interpretación unificacionista del hombre

El Unificacionismo sostiene que el hombre fue creado por Dios, la Causa Primaria del universo. El hombre fue creado a imagen y semejanza de Dios (Genesis 1:24), pero que a consecuencia de la caída, perdió su naturaleza y estado original.

Por eso, el hombre tiene ahora dos naturalezas contradictorias: la naturaleza original, y la naturaleza caída.

¿En qué consiste la naturaleza original del hombre?

- (1) El hombre es un ser a semejanza divina

Como el hombre fue creado a imagen y semejanza de Dios, tiene mucho similitud a la imagen de Dios.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Aviones de la OTAN atacan a serbios bosnios en Sarajevo.*

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*1500 15*  
*23/9/94*  
*508062*  
*507685*  
*507697*

# Aviones de la OTAN atacan a serbios- bosnios en Sarajevo

## ● Total aislamiento a nivel internacional

*Aviones de la OTAN estadounidenses, franceses y británicos atacaron ayer, en Sarajevo, a las fuerzas serbias después que dos cascos azules franceses resultaran heridos en el centro de la ciudad.*

Redacción, ANSA y EFE  
(BELGRADO)

Las fuerzas de paz de la ONU (FORPRONU) solicitaron a la OTAN que efectúe el ataque, el cuarto que realizan contra los serbios, con el que se destruyó un tanque que se encontraba a unos 10 kilómetros del centro de la capital bosnia.

La intervención de los aviones de la Organización Atlántica, que despegaron de aeropuertos italianos, se produjo después que un casco azul francés resultara herido mientras realizaba una operación contra los francotiradores.

El otro soldado herido estaba llevando a cabo una inspección a bordo de un vehículo cuando se enfrentó a un grupo de serbios bosnios que le obligaron a alejarse. El casco azul se negó y los serbios bosnios lanzaron una granada contra su auto.

Los serbios bosnios habían declarado que había concluido la retirada de sus armas pesadas de la zona prohibida

por la OTAN. El pasado 21 de febrero, la Alianza Atlántica había lanzado un ultimátum a los serbios y musulmanes, ordenándoles que alejaran al menos 20 kilómetros del centro de la ciudad las armas pesadas, bajo la amenaza de ataques aéreos.

Los serbios bosnios tienen que tener claro que su aislamiento internacional es total. Rusia les abandonó desde hace tiempo y Serbia hizo otro tanto el 4 de agosto, después de que rechazaran el plan de paz internacional.

La situación en la ciudad, en tanto, sigue muy difícil y tensa. Desde la semana pasada, Sarajevo carece de agua, gas y electricidad, mientras que ahora comienza también a escasear el pan y, en los hospitales, se operan sólo los casos de emergencia, a veces incluso a la luz de una vela.

Los serbios bosnios siguen negándose a conceder a la ONU el permiso de reparar los generadores que quedaron fue-

ra de servicio y que se encuentran en el territorio que ellos controlan.

Para dar el permiso, los serbios bosnios piden a cambio que el Gobierno de Sarajevo vuelva a suministrar agua y luz a algunas localidades serbias.

9500198

El vocero oficial del grupo terrorista secesionista de Irlanda del Norte, anunció un vocero oficial de Downing Street.

La puntualización llega en el mismo momento en que se multiplican los signos de una posible tregua del IRA, en respuesta justamente a la propuesta de paz de los primeros ministros de Gran Bretaña y del Eire.

Gerry Adams, líder del Sinn Féin, brazo político del IRA, informó ayer que había recomendado personalmente a los máximos dirigentes de la agrupación terrorista que aceptaran la propuesta Major-Reynolds, y agregó que esperaba obtener una rápida respuesta.

El vocero indicó que el gobierno británico se mantiene fiel al conte-

en cuanto a la posibilidad de una solución pacífica y negociada de uno de los conflictos más sangrientos de la historia europea reciente -en el que más de 4000 personas murieron en los últimos 30 años-, creó una fuerte inquietud en la población protestante de Irlanda del Norte, favorable a permanecer en el Reino Unido.

Los protestantes unionistas, que son mayoría en los seis condados de Irlanda del Norte, temen la posibilidad de un acuerdo que lleve a la reunificación de toda Irlanda, lo que los llevaría a ser una minoría política y religiosa en un país preponderantemente republicano y católico.

El reverendo Ian Paisley, líder del Partido Democrático Unionista

Downing Street es, ante todo, lograr tranquilizar estas inquietudes y convencer a los unionistas de que no se hicieron tratos secretos con el IRA y que su reivindicación fundamental -de que toda solución negociada sea sometida a referéndum- sigue siendo incluida en el plan de paz.

Existen, sin embargo, sectores unionistas extremistas que no serán tan fáciles de convencer. Los Ulster Freedom Fighters (UFF), grupo paramilitar ilegal, publicaron una declaración en la que afirman que "la supuesta propuesta es, en realidad, una receta ideal para la guerra civil".

El IRA, en efecto, está por aceptar un cese del fuego contra "las fuerzas de la corona", pero nunca incluyó al UFF y sus grupos afiliados en sus planes de pacificación.

## Batlle su candidatura

Por Barrett Puig

(Corresponsal de LA NACION en Montevideo)

**Revés:** si el candidato, uno de los tres del Partido Colorado, abandona la pugna electoral peligraría el triunfo de la agrupación de Sanguinetti.

MONTEVIDEO. - Jorge Batlle, uno de los tres candidatos "naturales" del partido Colorado a la primera magistratura, ha manifestado a sus amigos políticos el deseo de retirarse de la pugna electoral a la presidencia.

Con esta actitud, Batlle mantiene congruencia con su posición repetidamente hecha pública en meses anteriores acerca de la inconveniencia de mantener la candidatura en caso de que no fuese aprobada la reforma de la Constitución.

Batlle era el propulsor de una reforma más profunda que la fue rotundamente rechazada por el electorado en el plebiscito del domingo último.

### Presión partidaria

Si se concretase su renuncia a la candidatura presidencial -cosa que sus amigos procurarán impedir- igualmente continuaría trabajando en política.

Seguramente, uno de los más fervientes partidarios de que así ocurra es el propio Sanguinetti, actualmente señalado por todas las encuestas como el probable próximo jefe de gobierno. Los votos de Batlle se acumularán bajo un mismo lema con los de Sanguinetti y los de Pacheco Areco, y el retiro podría poner en riesgo el posible triunfo del partido Colorado.

## UN: el aborto como último recurso

GINEBRA, 30 (AFP). - En su próxima Conferencia sobre Población de El Cairo, la UN recordará al Vaticano y a los islámicos que el aborto, aunque no debe ser promocionado en ningún caso como método contraceptivo, es una realidad que debe ser tomada en cuenta y que debe combatirse mediante la educación de la mujer.

"Pedimos no la legalización del aborto en sí, sino que se aborde el tema de frente", puesto que hay que ayudar a los millones de mujeres que recurren a él, sea o no legal", declaró hoy Louise Lassonde, encargada de Relaciones Exteriores del Fondo de Naciones Unidas para la Población (Fnuap).

El Fnuap y la División de la Población de la UN son los artífices de la Conferencia sobre Población de El Cairo, prevista del 5 al 13 de septiembre, y cuyo objetivo es favorecer el desarrollo social mediante el control del crecimiento demográfico.

La reunión de cerca de 180 países es objeto de una ofensiva concertada del Vaticano y de gobiernos católicos, así como de países o movimientos islámicos.

El proyecto de documento de la UN, pese a que afirma que "el aborto

no debe ser promocionado en ningún caso como método de planificación familiar", exhorta a los gobiernos a que "cada vez que las mujeres recurran al aborto sean tratadas con humanidad y se beneficien con una asistencia sociopsicológica".

### Sudán y China

KARTUM, Sudán 30 (ANSA). - Sudán no participará en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo, dijo hoy el ministro sudanés de Planificación Social, Ali Osmán Mohamed Taha.

Sudán, que con su gesto sigue a Arabia Saudita, invitó a los demás países musulmanes a boicotear la conferencia y aseguró que su objetivo es "paralizar el crecimiento demográfico en el área en el marco de una estrategia favorable a Israel".

China, por su parte, el país más poblado del mundo, con 1185 millones de habitantes, defenderá en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo su política de "una pareja, un hijo" y el derecho a formular de modo independiente su política poblacional, dijo hoy su delegada Peng Peiyun.

### Recurso desestimado

EL CAIRO, 30 (AFP). - El Cairo desestimó hoy un recurso presentado por islamistas que pedían que se declarara contraria a la Constitución egipcia la próxima Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población.

En una breve audiencia, el tribunal se declaró incompetente al respecto, considerando que no puede dictaminar puesto que concierne a "la soberanía del Estado".

### Posición argentina

El subsecretario de Población del Ministerio del Interior, Mario Oporto, afirmó hoy que la Conferencia Internacional de Población, que se llevará a cabo en El Cairo, permitirá debatir cuestiones relacionadas con el desarrollo y la equidad y, en este contexto, consideró que temas como la planificación familiar y el aborto son importantes, pero no excluyentes.

El funcionario planteó la posición oficial argentina durante un encuentro de trabajo organizado por el centro de información de la UN y la Fundación para el Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM).

## BANCO PLANO

NUESTRA VIRTUD ES SABER INTERPRETARLO.

CASA CENTRAL: SAN MARTÍN 347 CAPITAL FEDERAL. SUCURSALES: BELGRANO: CARLOS 1181 - PUERTOS BUENOS AIRES 6663.

SI Ud. Padece

## Síndrome de Sjögren

o si Ud. siente dos o más de los siguientes síntomas:

- ☐ Sequedad en los ojos ☐ Sequedad en la nariz
- ☐ Sequedad en la boca ☐ Artritis

Le invitamos a concurrir gratuitamente a la octava Reunión de la Asociación de Síndrome de Sjögren Argentina (ASSA) a realizarse en el Apart Hotel de las Naciones (Auditorio Marco Polo 1º piso) sito en la avenida Corrientes 818 (1043) Capital Federal el día 6 de Septiembre de 1994 a las 15Hs.

Allí Ud. podrá informarse de los últimos adelantos científicos y dialogar con expertos. También se les comunica que su próxima reunión sobre paliativos se realizará en la calle Roosevelt 2157 el 14 de Septiembre a las 15Hs.

INFORMES: NAFA.S.A. Tel: 345-0374/342-1213/334-8578

Laboratorios ALCON-Tel: 27-2062/26-5413

## IIª EXPOSICION

### "NATAN VANGUARDIA Y CLASICISMO"

A partir del 1º de Septiembre en Arenales 1223

Exponen un Nuevo Concepto en Interiorismo:

Teresa Anchorena • Osvaldo Giesse

Adriana Indik • Darío Jara

Sergio Krymer • Diana Palacoi

Luis Palombo • Ricardo Plant

Rogelio Polesello • Graciela Rosenberg

Mónica Schuvaks

EQUIPAMIENTO CONTEMPORANEO. NATAN

LA IMPRENTA: 775-5557 ARENALES 1223: 811-1144 ALTO PALERMO: 821-8990

Le Nc 31/2

Nº. DOCUMENTO

TITULO Del 21 al 28/10 en Holanda se celebrarán sus maniobras conjuntas de la OTAN.

PROCEDENCIA

150014

FECHA DE PROCEDENCIA

23/9/94

VINCULACIONES

508062

66151

Europa

Sur

## MANIOBRAS CONJUNTAS

13/3

Las primeras maniobras militares dentro de la Asociación para la Paz en territorio de un país de la OTAN se celebrarán entre el 21 y el 28 de octubre próximo en Holanda, se anunció ayer, jueves. Participarán en los ejercicios unos mil soldados de doce países, cinco de la OTAN (EEUU, Canadá, Alemania, Reino Unido y Holanda) y siete de la Asociación para la Paz (República Checa, Eslovaquia, Estonia, Lituania, Polonia, Suecia y Ucrania). El objetivo de las maniobras realizadas en el marco de la Asociación para la Paz es conjuntar a las fuerzas armadas de los países miembros para la realización de operaciones combinadas de mantenimiento de la paz.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500199

allí que la emancipación necesariamente tiene que comenzar con la liberación de la clase trabajadora.

(5) Personalidad y Revolución

Por lo tanto, la personalidad, el carácter, los derechos, y la libertad son permitidos únicamente a aquellos que pueden ser usados en la revolución social.

(6) Concepto de Pueblo

Los que no trabajan, no tienen los requisitos para gozar de la libertad y de los derechos, porque aquellos que no han contribuido a la labor social, no tienen valor como seres humanos.

2. Crítica de la Interpretación Comunista del Hombre

(1) El que el hombre desciende del mono es simplemente una hipótesis

(2) El verdadero respeto por los derechos humanos, por la personalidad, y por la libertad no pueden resultar de la interpretación comunista del hombre.

Desde el momento que los comunistas no respetan el valor del hombre, no se puede esperar verdadero humanismo, amor, ni hermandad por parte de todos los que siguen esa filosofía.

Nº. DOCUMENTO

TITULO *Ex-jefe de NSD y acusado de espionaje alemán*

PROCEDENCIA *150095*

FECHA DE PROCEDENCIA *24/9/94*

VINCULACIONES *508069*

*500145*

**Superespía alemán**

*24/9*

BERLIN, 23 (ANSA). - Un ex funcionario de la NATO, el alemán Rainer Rupp, de 49 años, cuyo nombre en código era "Topacio", compareció hoy ante la Justicia alemana que lo acusa de alta traición por haber revelado durante más de una década los más importantes secretos militares de la alianza atlántica al ex bloque soviético.

"Topacio" llevó a cabo su actividad de superespía entre 1977 y 1989.

También la esposa de Rupp, Ann-Christine, una ex secretaria de la NATO que actuaba con el nombre en código "Turquesa", y dos oficiales de enlace de la Stasi -el disuelto servicio secreto de la ex RDA- fueron acusados con los mismos cargos.

Rupp declaró siempre que actuó por convicciones políticas y no por dinero, pero "Topacio" y "Turquesa", según los jueces investigadores que se ocupan del caso, recibieron más de 120.000 dólares como compensación especial, además de un sueldo mensual de 1.900 dólares por mes.

ENTRADO */*

CRUZADO

9500200

01-01

- (a) El hombre es un ser que unifica y contiene las características duales de: carácter interno y forma externa

Carácter interno: invisible, incorpóreo, interno

Forma externa: visible, corpórea, externa

El hombre tiene espíritu y cuerpo. El espíritu del hombre, tiene, a su vez, una mente espiritual y un cuerpo espiritual.

- (b) El hombre es un microcosmo de todo el cosmos

- (c) El hombre es un ser con individualidad única

Toda persona es única en su individualidad. Esta individualidad debe ser respetada plenamente ya que es una expresión de la imagen de Dios. Cuando todos los que componen una sociedad expresan plenamente su individualidad, la imagen perfecta de Dios se hace realidad y tanto Dios como el hombre pueden sentir verdadera alegría y felicidad.

- (2) El Hombre es un Ser de Carácter Divino

- (a) El hombre tiene amor

El amor es lo más esencial en el carácter de Dios. De la misma manera, el hombre fue creado para heredar el corazón y el amor de Dios.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Willy Claes fue designado Secretario de la Alianza Atlántica.

PROCEDENCIA

150023

FECHA DE PROCEDENCIA

21/9/94

VINCULACIONES

508062

65980

## Willy Claes, de músico de jazz a secretario de la Alianza Atlántica

19/2/94

Bruselas (ANSA)  
por Alfredo Bugatelli

■ El nuevo secretario general de la Alianza Atlántica, el belga Willy Claes, construyó su carrera desde la nada.

La designación de Claes fue confirmada por un voto de la OTAN, quien destacó que los 16 representantes de la Alianza oficializaron el nombramiento con el que el actual canciller de Bélgica se convirtió en el sucesor del alemán Manfred Woerner, fallecido el mes pasado.

De origen humilde, Claes se pagó sus estudios tocando el piano, durante los veranos, en bandas de jazz.

La política y la música se entrecruzan a lo largo de la carrera de este socialista flamenco de 55 años.

Claes entró en el Parlamento belga en 1968 y a partir de 1972 ocupó diversos cargos ministeriales en casi todos los gobiernos integrados por el Partido Socialista o en los gabinetes liderados por un miembro de esa formación.

Desde julio de 1992 es además presidente del Partido del Socialismo Europeo, la federación de todos los partidos socialistas y socialdemócratas de la Unión Europea.

Entre 1978 y 1981 recibió el encargo de impulsar la reestructuración de la siderurgia europea. En esa ocasión, el actual mi-

nistro de Relaciones Exteriores demostró ser un buen economista y un tenaz mediador. Esta última es sin duda alguna de sus principales características.

Fue nombrado canciller y vicepremier de Bélgica en marzo de 1992.

Claes logró, por otra parte, conquistar la confianza de la Unión Europea durante la presidencia de turno de Bélgica en el segundo semestre del año pasado.

La manera con la que Claes administra la presidencia de la Unión Europea cuenta con la aprobación de los doce países comunitarios, once de los cuales integran también la OTAN (todos, menos Irlanda). Al frente de la Unión Europea, Claes aplica a nivel comunitario un estilo muy belga de negociar, o sea con interminables reuniones y con mediaciones que tienen en cuenta las posiciones de gran parte de los Doce.

Los viejos expertos de la Unión Europea recuerdan, por ejemplo, que en una ocasión el hoy secretario de la OTAN logró llegar a un acuerdo tras tres interminables días de discusiones, después de dos noches en blanco de los ministros.

Asimismo, los representantes y ministros comunitarios pudieron apreciar las cualidades musicales de Claes, que en la apertura del semestre belga de la presidencia europea dirigió en el Teatro de la Ópera de Bruselas el Himno a la alegría, de Ludwig van Beethoven.

01-02

9500201



niabortistas.  
los 17 países,  
ecrudació sus  
o la situación  
más luego de  
 Vaticano y los  
on en junio un  
erzas en una  
rigida tanto a  
borto como a  
adicional y los  
los padres a  
encia de esta  
por fuentes  
activo vocero  
varro Valls,  
y polémicas  
de El Cairo.

IN EL CAIRO

El CAIRO, 7 (Enviado especial). - El Vaticano y los jefes del islamismo acordaron en una reunión secreta en la Santa Sede, unir fuerzas en contra del aborto y en defensa de la familia en la Conferencia de Población que se celebra en la capital egipcia.

La "santa alianza", cuya existencia fue negada enfáticamente esta semana por voceros del Vaticano, se concretó el 8 de junio según una impactante investigación del diario italiano "La Repubblica", publicada hoy.

Las cabezas de las dos mayores religiones del mundo "han acordado que algunos puntos comprendidos en el documento (el Plan de Acción de la cumbre) son inaceptables

para los creyentes de las religiones musulmana y cristiana", sostiene el controvertido convenio suscrito en Roma y que hasta ahora se mantenía en secreto.

Del documento, cuya revelación puede fogear aún más el áspero debate en el foro mundial de El Cairo, se suscribieron dos versiones, una en árabe, que reproduce con despliegue el diario romano, y otra en italiano que quedó en poder de los representantes vaticanos.

Al parecer, el importantísimo acuerdo fue filtrado a la prensa por los islámicos.

Las entrevistas entre personalidades católicas e islámicas se realizaron, a pedido de Juan Pablo II, en el Vaticano y

## NO HAY ACUERDO SOBRE TEMAS CLAVE

# En el pantano

EL CAIRO, 7 (Enviado especial). - La firme oposición del Vaticano y un grupo de países entre los que figura la Argentina, para elaborar nuevas versiones de los párrafos más conflictivos sobre el aborto, volvió a bloquear el consenso sobre el proyecto de Plan de Acción que debe aprobar la Conferencia sobre Población y Desarrollo que se desarrolla en esta ciudad. Hoy se reiteraron las severas críticas que por primera vez se efectuaron anteanoche a la delegación de la Santa Sede y a lo que se considera, según

un ministro egipcio, un incomprensible poder excesivo del Vaticano sobre la conferencia.

Las reuniones plenarias tuvieron sus momentos culminantes cuando se dirigieron a los delegados la actriz norteamericana Jane Fonda, que trabaja con intensidad en el Fondo de Población como embajadora de buena voluntad, y el jefe de la delegación vaticana, monseñor Renato Martino.

Los momentos más dramáticos de esta polémica se vivieron anteanoche, al finalizar el debate en el Comité Principal, que debía proponer un nuevo texto de compromiso a la Conferencia. Cuando se había llegado a un modelo que, se creía erróneamente, iba a satisfacer a todo el mundo, el delegado de la Santa Sede hizo conocer su oposición. De inmediato se produjeron fuertes murmullos de desaprobación y algunos abucheos, muy poco frecuentes en este tipo de reuniones.

En medio de la baránda, tomó la palabra el delegado argentino, profesor Aldo Carreras, quien en tono enérgico defendió el derecho de la Santa Sede a expresar sus opiniones y llamó severamente la atención a quienes habían manifestado su desaprobación de manera tan poco diplomática. El propio diario de la conferencia, "IPCD Watch", hace constar en su tapa de hoy que la intervención de Aldo Carreras suscitó la aprobación de numerosos delegados que aplaudieron la cuestión de principios que planteaba la Argentina sobre el imperativo de respetar la opinión de todos los delegados.

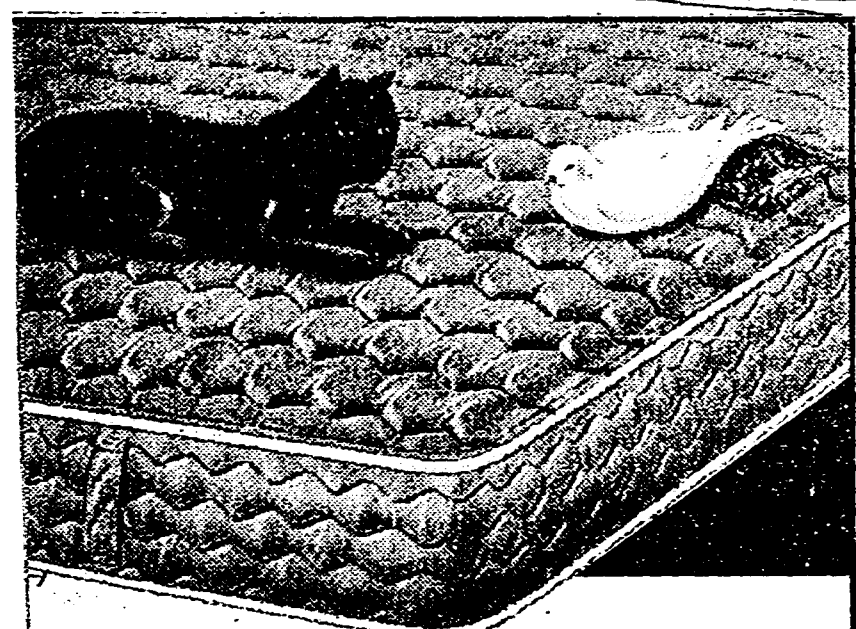
El Vaticano recibió el apoyo de unos 17 países, la mayoría latinoamericanos, encabezados por la Argentina. La Santa Sede insistió en que debía darse una ubicación prominente en el párrafo en discusión a un concepto clave ("el aborto no es aceptado como un método de control demográfico") y además debían eliminarse las palabras "aborto seguro" porque, según el delegado vaticano, "no puede ser considerado seguro el eliminar una vida humana".

En los pasillos, el ministro de Población egipcio, Maher Mahran, preguntó ante delegados y periodistas: "¿Es que el Vaticano rige el mundo? Yo pienso que aquí somos todos iguales". El alto funcionario señaló que la Santa Sede no acepta la voluntad de otros Estados que "representan la voluntad de más de cinco mil millones de personas". El ministro señaló además que sobre el polémico tema del aborto, la Santa Sede "evita el diálogo" y adopta una posición "inamovible".

La Unión Europea es partidaria de hacer todo lo posible para llegar a un acuerdo de consenso ya que, según pudo determinar Clarín, hay por lo menos tres delegaciones que no quieren enfrentarse a las posiciones sobre familia, aborto y métodos anticonceptivos de la Santa Sede. Se trata de Irlanda, Portugal e Italia cuya delegación está muy dividida sobre estos temas.

En su esperado discurso, monseñor Renato Martino, delegado de la Santa Sede, insistió en que el Vaticano no permitirá ninguna decisión que debilite la institución familiar. "La Santa Sede no apoya la línea de procreación a todo costo y destaca, por el contrario, la responsabilidad que las parejas deben asumir ante la sociedad y el mundo."

La alocución de monseñor Martino fue aplaudida con entusiasmo cuando aludió a algunos puntos polémicos como al afirmar: "El tema de la educación sexual corresponde a los padres y no al Estado". Las muestras de aprobación se repitieron cuando el delegado vaticano atacó enérgicamente el aborto y señaló que "una nueva vida, desde su comienzo, tiene el derecho de ser generosamente recibida". Martino insistió en que "la Santa Sede rechaza firmemente toda tentativa de debilitar la familia o de proponer una redefinición radical de su estructura".



IN-SIMMONS *Beautyrest*  
TED DESCANSA...  
ENTE DE CON QUIEN DUERMA.

El colchón Simmons Beautyrest es el único en el mundo con resortes embolsados individualmente que se adaptan a cada parte de su cuerpo, brindándole al mismo, un soporte anatómico perfecto. Por fuera, todos los colchones parecen iguales. Sólo Simmons Beautyrest es especial por fuera y fino por dentro.

Por fuera: íntegramente revestido con las mejores telas (auto extingüibles) del mundo, en diseños y colores exclusivos.

Por dentro: fabricado con un sistema POLICOTON de tapizado interior, que provee mayor mullidez al contacto, ofreciendo un descanso insuperable.

Modelos Beautyrest: Beautyrest Supreme Soft De Luxe - Beautyrest Supreme Soft Beautyrest Supreme - Beautyrest Elegance - Beautyrest Classic

Colchones Simmons Beautyrest:

Para elegirlos con la cabeza y disfrutarlos con todo el cuerpo.

COLCHONES Y ALMOHADAS  
**SIMMONS**  
DEL MUNDO, EN TODAS SUS LINEAS.

*Patrick*

NUEVO SECRETARIO GENERAL

# La OTAN es socialista

*El socialista belga Willy Claes fue designado ayer por unanimidad como nuevo secretario general de la OTAN para reemplazar al fallecido Manfred Wornier.* 2-19 20/9

El socialista belga Willy Claes (55), actualmente ministro de Relaciones Exteriores de su país, fue designado ayer por unanimidad como nuevo secretario general de la OTAN. El nombramiento se produjo en una reunión de los 16 cancilleres de la alianza que se realizó en Nueva York, y estuvo presidida por el secretario de Estado norteamericano Warren Christopher. La ratificación de Claes como sucesor del recientemente fallecido Manfred Wornier se esperaba después del retiro de sus principales competidores, y fuentes de la OTAN dijeron que asumirá su cargo en octubre.

Christopher dijo que la OTAN debe "extender el beneficio de la seguridad a toda Europa y acelerar la

transformación de la alianza, en particular para alcanzar al Este". Agregó que la alianza se encuentra en "un momento crítico", evocando "algunos problemas difíciles, como Bosnia", pero declaró su confianza en que "Claes es lo bastante sólido como para hacer frente a esos problemas: tiene gran competencia y una larga carrera política". Claes, por su parte, declaró que "las antiguas amenazas pueden haber desaparecido, pero han surgido nuevas inseguridades. Nadie sabe qué nos deparará el futuro". El lunes, Claes había dicho que le hubiera sido difícil aceptar el cargo "si el Muro de Berlín no hubiera caído". El hecho es que a Claes le va a tocar el primer problema de la OTAN pos Guerra Fría: cómo acomodar las demandas de seguridad de los países del Este europeo sin desairar a Rusia, cuyo poder temen los primeros. La reunión de Nueva York estuvo llena de frases de circunstancias con respecto a esto.

Claes es un personaje inusual, incluso paradójico. Quiso ser músico y se decidió por la política. Es hijo de un minero y dirigió una drástica reconversión que acabó con las explotaciones hulleras belgas. Ejerce de flamenco y accede al mando de la mayor organización defensiva del mundo, ocupada hoy en aquietar a los nacionalismos violentos del Mediterráneo eslavo y musulmán. Es socialista y no molesta a Washington. El manejo de las contradicciones, desde la firmeza y el pactismo, han marcado su vida.

Su carrera fue fulgurante. A los 17 años presidió a los jóvenes socialistas de Limburgo. A los 30 era diputado. A los 34, ministro, sucesivamente, de Educación, de Economía y de Asuntos Exteriores. Desde entonces no abandonó el sillón gubernamental salvo durante el breve paréntesis (1974-1977) en que su partido militó en la oposición. A los 40 llegó a viceprimer ministro. Con 52 fue elegido presidente de la Unión de Partidos Socialistas de la Unión Europea (UE), en Burdeos, y del Partido de los Socialdemócratas, en La Haya. Se lo conoce como metódico y trabajador. Fue un buen estudiante de Ciencias Políticas, pero nada extraordinario. Es, en suma, un hombre muy apropiado para su nuevo puesto, en los tristes y opacos despachos de la sede de la Alianza Atlántica; eficazísimo como negociador —practica a la perfección la técnica de fatigar al adversario—, cortés con todos, estajanovista consigo mismo y con los demás, abrumador como jefe. "Carece por completo de sentido del humor", dicen sus allegados.

Este socialista flamenco —el único socialista, el único flamenco en acceder al puesto, excepción hecha del legendario Paul Henri Spaak, el De Gaulle belga cuyo escape de ultramar fue Barcelona, que presidió la primera Asamblea General de la ONU y accedió a la Secretaría de la OTAN en 1957— se ganó el prestigio internacional y el puesto actual durante la presidencia belga de la UE, el año pasado. Con ella se llegó al acuerdo de la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), se encauzó la ampliación hacia los países nórdicos y se designaron las sedes de las nuevas agencias comunitarias. Estuvo muy cercano al rey Bal-

duino y cuando éste murió, Claes fue el único político a quien la reina Fabiola quiso abrazar. Como ministro de Economía, Claes capeó los dos grandes crisis del petróleo, en 1973 y en 1979-1980, y encabezó entre 1978 y 1981 la más grave reconversión industrial que ha conocido su país desde que existe: la siderurgia, el textil, las minas, los astilleros. Y sus seguidores admiran su sensibilidad artística. No en vano ha dirigido casi todas las orquestas sinfónicas de Bélgica, interpretando a Beethoven, Schubert, Dvořak, Franck, Gershwin, y realizando grabaciones en disco compacto.

9500201

## CONFERENCIA SOBRE POBLACION

La Conferencia sobre Población se convirtió en un foro cada vez más acalorado entre los pro y antiabortistas. El Vaticano, apoyado por unos 17 países, entre ellos la Argentina, recrudesció sus duras posiciones. Pero la situación amenaza complicarse aún más luego de trascender en Roma, que el Vaticano y los jerarcas del Islam firmaron en junio un acuerdo secreto para unir fuerzas en una suerte de "santa alianza" dirigida tanto a combatir la difusión del aborto como a defender la familia tradicional y los derechos y deberes de los padres a educar a sus hijos. La existencia de esta "alianza" había sido negada por fuentes del Vaticano, entre ellos el activo vocero de la Santa Sede, Joaquín Navarro Valls, una de las voces más activas y polémicas en la cumbre de El Cairo.

Clarín EN EL CAIRO

REVELACION DEL DIARIO LA REPUBBLICA; LA REUNION FUE

# Alianza secreta entre el el Islam para combatir

EL CAIRO, 7 (Enviado especial). - El Vaticano y los jerarcas del islamismo acordaron en una reunión secreta en la Santa Sede, unir fuerzas en contra del aborto y en defensa de la familia en la Conferencia de Población que se celebra en la capital egipcia.

La "santa alianza", cuya existencia fue negada enfáticamente esta semana por voceros del Vaticano, se concretó el 8 de junio según una impactante investigación del diario italiano "La Repubblica", publicada hoy.

Las cabezas de las dos mayores religiones del mundo "han acordado que algunos puntos comprendidos en el documento (el Plan de Acción de la cumbre) son inaceptables

para los creyentes de las religiones musulmana y cristiana", sostiene el controvertido convenio suscrito en Roma y que hasta ahora se mantenía en secreto.

Del documento, cuya revelación puede foguear aún más el áspero debate en el foro mundial de El Cairo, se suscribieron dos versiones, una en árabe, que reproduce con despliegue el diario romano, y otra en italiano que quedó en poder de los representantes vaticanos.

Al parecer, el importantísimo acuerdo fue filtrado a la prensa por los islámicos.

Las entrevistas entre personalidades católicas e islámicas se realizaron, a pedido de Juan Pablo II, en el Vaticano y

NO HAY ACUERDO SOBRE TEMAS CLAVE

## En el pantano

EL CAIRO, 7 (Enviado especial). - La firme oposición del Vaticano y un grupo de países entre los que figura la Argentina, para elaborar nuevas versiones de los párrafos más conflictivos sobre el aborto, volvió a bloquear el consenso sobre el proyecto de Plan de Acción que debe aprobar la Conferencia sobre Población y Desarrollo que se desarrolla en esta ciudad. Hoy se reiteraron las severas críticas que por primera vez se efectuaron anteanoche a la delegación de la Santa Sede y a lo que se considera, según

un ministro egipcio, un incomprensible poder excesivo del Vaticano sobre la conferencia.

Las reuniones plenarias tuvieron sus momentos culminantes cuando se dirigieron a los delegados la actriz norteamericana Jane Fonda, que trabaja con intensidad en el Fondo de Población como embajadora de buena voluntad, y el jefe de la delegación vaticana, monseñor Renato Martino.

Los momentos más dramáticos de esta polémica se vivieron anteanoche, al finalizar el debate en el Comité Principal, que debía proponer un nuevo texto de compromiso a la Conferencia. Cuando se había llegado a un modelo que, se creía erróneamente, iba a satisfacer a todo el mundo, el delegado de la Santa Sede hizo conocer su oposición. De inmediato se produjeron fuertes murmullos de desaprobación y algunos abucheos, muy poco frecuentes en este tipo de reuniones.

En medio de la baraúnda, tomó la palabra el delegado argentino, profesor Aldo Carreras, quien en tono enérgico



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO EEUU OTAN acuerdan en Sevilla sobre las nuevas medidas militares

PROCEDENCIA 1500/4

FECHA DE PROCEDEN. 30/9/94

VINCULACIONES 508022  
65880  
507685  
507697

K9 BASN/A

Estados Unidos y los aliados de la OTAN acuerdan en Sevilla sobre las nuevas medidas militares para Bosnia

62 JUL. 30/SEP.

## LA OTAN RESPONDERA CON MAS ENERGIA A LOS SERBIOS DE BOSNIA

*Los aliados de la OTAN acordaron ayer, jueves, responder de forma más contundente a los ataques de los serbios de Bosnia, aunque de una manera más moderada que la propuesta por EEUU, indicaron fuentes aliadas.*

La reunión informal de ministros de Defensa de la Alianza que se celebra en la ciudad española de Sevilla marcó un nuevo punto de acercamiento en el último desacuerdo entre EEUU y sus socios europeos: Washington no levantará el embargo de armas que pesa sobre el Gobierno de Sarajevo pero los europeos aceptarán una respuesta más dura contra los serbobosnios.

A cambio, los socios europeos de la OTAN han reconocido la «contradicción» de mantener el embargo de armas a toda costa, por lo que esta medida podría ser levantada si los serbios no ceden en lo que el ministro francés, Francois Leotard, calificó de «estrategia deliberada» para provocar incidentes.

Varios aliados europeos habían mostrado sus reticencias a un rotundo aumento del uso de la fuerza contra los serbios, incluidos los ataques aéreos, propuesto hoy por el secretario de Defensa de EEUU,

William Perry.

Los países europeos temen que los serbios inicien represalias contra los «casco azul», pero coincidieron en que existe un margen para «aumentar la respuesta militar sobre los serbios sin poner en peligro a las fuerzas de paz, señalaron diplomáticos de varios países.

Leotard propuso una solución intermedia, que fue apoyada por los aliados, para aumentar para incrementar la presión «de forma proporcional» sobre los serbios de Bosnia como último recurso antes de levantar el embargo de armas a los bosnios.

Este aumento de la presión significaría realizar ataques aéreos contra los serbios cada vez que hay violaciones, pero de forma «proporcional y no como venganza» para evitar represalias contra las fuerzas de paz de UNPROFOR.

«Está claro que los ataques aliados han tenido hasta ahora un carácter simbólico y no han disuadi-

do a los serbios», señaló el ministro francés, quien propuso una mayor coordinación entre UNPROFOR y la OTAN para que esta idea se ponga en marcha «cada vez que hay una violación» de las normas internacionales.

Leotard resumió los últimos graves incidentes provocados por los serbios de Bosnia y concluyó en que «esta situación no puede continuar», ya que si la OTAN y la ONU no pueden impedir los ataques serbios «habría que levantar el embargo de armas a Sarajevo».

«Si queremos que siga el embargo, hay que aumentar la presión política y militar sobre los serbios de Bosnia», concluyó Leotard.

La misma opinión mostró el ministro alemán, Volker Rube, quien señaló la disposición a «reforzar las acciones de la OTAN en

Bosnia», mientras que «todos estamos de acuerdo ahora, incluido EEUU en no levantar el embargo de armas a los bosnios».

En iguales términos se expresó también el titular italiano, Cesare Previti, y diplomáticos de otros países aliados.

EEUU había amenazado con levantar el embargo de armas a Sarajevo si los serbios de Bosnia no aceptan el plan de paz del Grupo de Contacto para el 15 de octubre.

Ante la oposición de todos los aliados europeos y Canadá que tienen «casco azul» en Bosnia, donde el fin del embargo de armas podría suponer más combates y más peligro para las fuerzas de paz, Washington ha aparcado temporalmente la idea, pero a cambio ha logrado una mayor determinación y unidad de acción contra los serbios.

9500202



## "NO" SUDANES Y SAUDITA

**Boicot islámico a la conferencia sobre población**

EL CAIRO y NUEVA YORK, 30 (AFP, AP y EFE). - Los países islámicos anunciaron que asistirán a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) decididos a oponerse a cualquiera iniciativa de este foro que contraríe las convicciones religiosas de los mahometanos.

Algunas de las naciones musulmanas, como Arabia Saudita -una monarquía religiosa conservadora- y Sudán -gobernado por un régimen fundamentalista islámico-, anticiparon que no acudirán al encuentro, que se desarrollará en la capital egipcia desde el domingo 5 hasta el lunes 13 de setiembre.

Butros Ghali, secretario general de la Organización de las Naciones Unidas -la ONU es la promotora del diálogo sobre la población- pronosticó hoy que la conferencia arrojará un saldo positivo a pesar de la polémica con el Vaticano sobre el aborto y del boicot a la reunión de algunos países árabes.

La Liga Mundial Islámica fue convocada con carácter urgente y se reunirá el sábado a fin de analizar la posibilidad de que todas las naciones árabes lleven una posición común al encuentro de El Cairo, al que asistirán unos veinte mil delegados de todos los puntos del planeta.

El embajador saudita ante la ONU comunicó el lunes a la organización que el régimen de Riad "lamentablemente no va a tomar parte en la conferencia sobre población", sin exponer los motivos que llevaron a ese país a tomar esta decisión.

El gobierno sudanés comunicó anoche que no se hará presente en el encuentro de El Cairo y exhortó a otros países musulmanes a adoptar la misma actitud.

Al anunciar la decisión, el ministro de Planificación de Sudán, Ali Osmán Mohammed Taha, explicó que las Naciones Unidas se negaron a considerar "valores árabes e islámicos".

El régimen fundamentalista sudanés impuso como ley del Estado desde marzo de 1991 la sharia, rígido sistema normativo musulmán.

Irán, donde también rige la sharia, resolvió concurrir a la CIPD, pero con el propósito de "hacer todo lo posible para que el documento final se adecue a la ética religiosa musulmana".

El ministro de Salud iraní, Ali Reza Marandi, afirmó que los autores del borrador que se considerará en Egipto "parecen haber desoído el punto de vista del mundo musulmán y elaboraron ese documento tomando como base una libertad sexual proscripta por el Islam".

Desde la revolución islámica de 1979 el régimen de los ayatollahs prohibió el aborto pero, para contrarrestar la explosión demográfica que afectaba a Irán impuso un exitoso programa de planificación familiar.

Otras naciones mahometanas que sufren el problema de una elevadísima tasa de natalidad, como Turquía, Malasia y Pakistán, también aplican modernos sistemas de programación destinadas a reducir el número de nacimientos.

En Occidente la campaña contra ciertos métodos para la planificación de la familia, en especial el aborto, es encabezada por la Santa Sede.

El papa Juan Pablo II denunció hoy que "existen graves amenazas contra la familia", mientras el jefe de la delegación vaticana que asistirá a la reunión indicó que pende una "grave amenaza sobre el futuro de la humanidad".

Numerosos países latinoamericanos, entre ellos Venezuela, Chile, Honduras y Bolivia, anticiparon que no están dispuestos a respaldar en la CIPD una posición favorable al aborto.

Ghali sostuvo que "los países son libres de participar o no", y manifestó su confianza en que asistirá "la gran mayoría de los países miembros de la ONU".



**Más de 500.000 en Argentina y 8 millones se benefician diariamente de tickets de ACCOR**

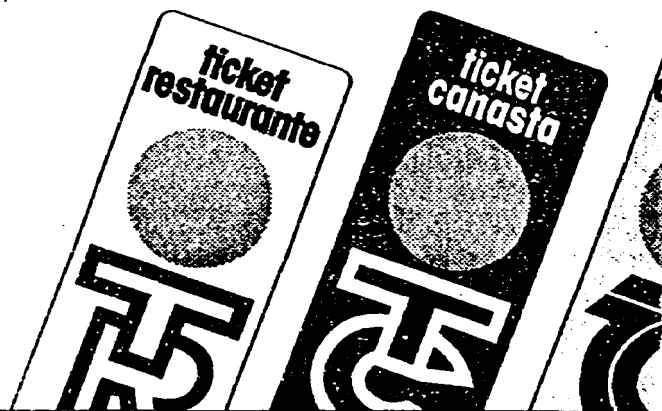
En Argentina, Ticket Restaurante, Ticket Canasta y Ticket Combustible son los tickets de Accor.

Líderes en sus respectivos mercados. Porque están en manos de especialistas que, con su dedicación exclusiva, garantizan la excelencia del servicio. Atendiendo a empresas y comercios, en forma directa y con equipos propios, a lo largo y ancho de todo el país.

Porque verdaderos profesionales en el tema, asesoran a las empresas acerca de las

ventajas: Canasta remunerada, social, administrativa, etc. Porque que les experi

Lláme medid



**Los tickets de ACCOR. Lo**

Servicios Ticket S.A. - Av. Díaz Vélez 436

Tel. / Fax: (01)-958-2

Córdoba: 9 de Julio 230, 3er. piso, C.P. (5000). Tel.: (051) 21-7893/8056 y 22-3871. Tel. (041) 26-3239, 49-0048 y 48-0049. Mar del Plata: Av. Juan B. Justo 955, locales 15 y 16, de Julio 1190, 3er. piso "B", C.P. (5500). Tel.: (061) 23-1037/1548/1919. Bahía Blanca: S

**Camas Diferentes - Somniers**  
**COLCHON PARA DESCANSO DE COLUMNA**  
 Almohada CERVICAL  
 DICKMAN S.P.  
 Subte "B" MALABIA  
 2mts. CORRIENTES  
 L. a V. 8 a 18.30hs.  
 Sábado 1/2 día

**CANNING 130**  
 (R. S. Ortiz - C.P. 1414)

**INDEFORMABLE A SU MEDIDA**  
**ALIVIA EL DOLOR**  
 Tarjetas - Envíos  
 TE: 854-3584/5710  
 FAX: 856-5925  
 (CONTESTADOR)

**HOTEL CAMBREMON** ★★ ★★  
**PROMOCION APERTURA**  
**\$ 139 + IVA**  
**3 DIAS en HABITACION MATRIMONIAL DE LUJO**  
**con COPA DE BIENVENIDA**  
**DESAYUNO, BUFFET Y COCHERA INCLUIDA**  
**para VNES, SAB. Y DOMINGO o NOCHES DE BODA**  
 Suipacha 30 - (1008) Bs. As. - Argentina  
 Tel 345-0118/3837/4553/4554/4556 Fax 345-4552

Visiones apocalípticas a poco de iniciarse un nuevo siglo

Búsqueda 25/MSJ al 1/00N/94

Nº7

## El mundo bipolar de la guerra fría dejó paso a una gran confusión

La caída del muro de Berlín en 1989, que fue observado con emoción por la mayoría de los ciudadanos del mundo, provocó de hecho un grandescabro. Ese símbolo ominoso posiblemente representó —tanto cuando dividió al mundo como cuando se desmoronó— los hechos más importantes de la segunda mitad del siglo XX.

Antes de la caída del muro, el mundo estaba dividido entre el comunismo y el capitalismo, y las políticas globales tenían sus metas claras. Después de la caída del muro, nada lució tan claro, y los líderes se empeñaron en hablar de un "nuevo orden mundial" que nunca supieron explicar con claridad. Los enemigos —racismo, discriminación, conflictos étnicos, crecimiento demográfico, desempleo, delincuencia, drogas, enfermedades, hambrunas, problemas ambientales— que se vieron opacados durante años por el "enemigo supremo", comenzaron uno a uno a resurgir a un primer plano.

● **Las nuevas teorías.** Los cerebros de politólogos y analistas, como el norteamericano Francis Fukuyama, el alemán Claus Leggewie, el inglés Paul Kennedy y el norteamericano Samuel Huntington, se pusieron en funcionamiento y no perdieron tiempo en esgrimir teorías sobre el mundo de la posguerra fría.

Francis Fukuyama elaboró la teoría del Fin de la Historia en un ensayo publicado en 1989 en el periódico estadounidense *The National Interest*. Fukuyama planteó que con el colapso del comunismo, todos los grandes problemas de la historia del mundo se habían resuelto, que estábamos asistiendo al fin de todas las grandes disputas, y que por tanto se había instalado un notable consenso respecto a la legitimidad de la democracia liberal.

La teoría de Fukuyama, que posteriormente profundizó en un libro titulado *The end of history and the last man* —El fin de la historia y el último hombre— recibió muchas críticas: la historia es impredecible, ¿entonces por qué hablar de su fin? ¿Por qué describir el cambio de una clara bipolaridad a una confusa multipolaridad, en estos términos escatológicos? Lo que ha muerto es el Marxismo, no la historia.

● **La potencia del siglo XXI.** En cuanto a quién será el dueño del siglo XXI, Paul Kennedy, padre de la teoría de la decadencia de los imperios, formulada en su libro *Auge y decadencia de las grandes potencias* y autor del libro *Preparing for the Twenty First Century* —Preparándose para el siglo XXI— consideró que el mundo se encamina hacia una fase en la que habrá un reparto del poder, con cua-

tro o cinco grandes potencias sin un líder claro.

Kennedy, profesor de historia estratégica en la Universidad de Yale, señaló, en un reportaje publicado por *El País* de Madrid, que Estados Unidos seguirá siendo un actor principal en los asuntos mundiales, más debido a su poderío militar que a su poder financiero, en tanto que Japón seguirá evolucionando como una potencia tecnológica, y que la Europa integrada será una gran potencia económica. Asimismo estimó que China, con su rápido crecimiento económico, puede pasar a convertirse en un país mucho más influyente y poderoso.

Lester Thurow, decano de la Facultad de Administración Sloan de Instituto Tecnológico de Massachusetts, estimó en un artículo publicado en el *The Washington Post* que Europa —si consigue integrarse totalmente— contará con las mayores posibilidades de tener el dominio económico en el siglo XXI. "Posiblemente", señaló el analista, "los historiadores del futuro registren al siglo XXI como aquel en donde el dominio estuvo en manos de la 'Casa Europa'".

● **Las democracias liberales.** El politólogo alemán Claus Leggewie señaló, en un reportaje publicado por el periódico argentino *Clarín*, que las democracias occidentales más antiguas —como las de Estados Unidos y Europa— se han autocondenado a muerte. "Hay demasiados fenómenos que amenazan a la democracia liberal: la corrupción y la violencia política no son los menores".

Desde una perspectiva histórica, explicó, "el liberalismo económico y la democratización política siempre iban de la mano. Al menos ese era el modelo clásico en Europa y Estados Unidos. Pero ahora uno puede comprobar que la realidad no es tan mecánica."

● **Analfabetismo político.** Leggewie observa una escasa participación política en casi todo el mundo. Cada vez más las personas se alejan del sistema, convirtiéndose en analfabetos políticos.

Los analfabetos políticos, definió, son personas signadas por muchos años de desempleo y de dependencia de las burocracias, y que de modo cada vez más creciente no votan y no toman parte de ninguna decisión política; han elegido la salida del sistema. No son pobres estrictos, como en el Tercer Mundo, pero cubren un tercio de una sociedad que goza de un muy buen nivel de vida. Esos rasgos los hacen proclives a ser captados por partidos populistas, nacionalistas y racistas. Estas personas, en sí mismas, no son radicales de derecha ni nazis, pero sí muy receptivos de la propa-

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500203

miento económico más poderoso desde la Segunda Guerra Mundial, impulsando un aumento global de la producción y los ingresos. La prosperidad sin precedente que produjo —aunque aún no llega a muchos países en desarrollo— ha sido crucial para mantener el período de paz más largo que ha conocido gran parte del mundo.

El comercio es una fuerza fundamental para incrementar la actividad económica, el empleo y el bienestar. Es la piedra angular en las interacciones económicas de los países industriales, cada vez más complejas y entre esos países y otros.

Los Estados de Europa Oriental y de la ex Unión Soviética han mostrado valor al emprender la transición económica. Para apoyar su compromiso con los principios del mercado, esos países necesitan mercados seguros y crecientes para sus productos. Necesitan además, inversión extranjera que sólo se materializará si hay —y en la medida en que haya— oportunidades de exportación. En América Latina, África y partes de Asia y el Pacífico, los países que con determinación se han empeñado en abrir sus economías saben que el progreso ulterior y su potencial como mercados prósperos, dependen del desarrollo más amplio de un sistema de comercio abierto y basado en reglas.

Los Estados más pobres de la comunidad internacional, los países subsaharianos, también requieren con apremio oportunidades para expandir su comercio. El desarrollo en esta región es una prioridad para la comunidad internacional.

Todos los países necesitan el sistema comercial abierto y basado en reglas que el GATT ha representado en su medio siglo de existencia. La imposibilidad de completar la Ronda de Uru-

determinación que las negociaciones. Hasta la fecha, la mayor parte de los países participantes —cerca de cien— no han completado los procesos internos necesarios para la ratificación. Aunque faltan tres meses para que se cumpla el plazo fijado, es inquietante que el paso sea lento en algunas capitales. Los esfuerzos para resolver cualesquiera problemas pendientes que tengan deben intensificarse.

#### ACIA EL NUEVO GATT

Segundo, los signatarios de la Ronda de Uruguay deben comenzar un examen minucioso de las necesidades del nuevo sistema para asegurar que la Organización Mundial de Comercio (OMC) funcione eficazmente desde su inicio. La experiencia demuestra que la eficacia del sistema comercial internacional no se puede dar por sentada.

A este respecto, la OMC debe satisfacer tres condiciones fundamentales: ha de ser representativa, confiable y debe tener capacidad de respuesta.

En primer lugar, la composición de la nueva organización debe ser representativa del comercio mundial. La creación del GATT en 1948 con sólo 23 participantes fue apropiada, considerando los flujos comerciales relativamente limitados de aquella época. Pero hoy, el principio rector debe ser la universalidad, durante mucho tiempo el ideal del GATT, en el que hoy participan 123 países de todas las regiones y en todas las fases de desarrollo. Más de 20 países, incluyendo a Rusia y Ucrania, buscan adherirse al sistema comercial multilateral. Sus productores, comerciantes y socios comerciales necesitan la claridad, la posibilidad de pronóstico y la protección que el GATT les ofrece. Todos debemos cooperar para

dad del sistema de comercio multilateral y contribuirán a sentar unos cimientos firmes de la OMC. Algunas veces, los gobiernos nacionales pueden ver ventajas en el incumplimiento de sus obligaciones internacionales y verse tentados a obrar en consecuencia. Esta tentación sólo puede ser vencida si los países están comprometidos con el sistema y comprenden que tienen un interés común en mantener un régimen basado en reglas.

#### COMERCIO Y MEDIO AMBIENTE

En tercer lugar, para conservar el apoyo político, el sistema comercial mundial debe responder a las necesidades y los diversos retos que la economía internacional siempre planteará.

En esto no hay nada nuevo: es precisamente gracias a su capacidad de adaptación que el GATT ha demostrado su elasticidad. Me refiero al importante fortalecimiento de sus reglas (en cuestiones tales como el control de los subsidios) mediante los reglamentos de la Ronda Tokio; a las disposiciones especiales para los países en desarrollo que se adoptaron en los decenios de 1960 y 1970; y a los acuerdos en las esferas de la agricultura y los productos textiles que fueron cuestiones determinantes en la economía mundial integrada de los decenios de 1980 y 1990 pero que no parecían ni remotamente posibles tan sólo unos años antes.

Viendo hacia adelante, es imposible predecir los retos futuros para el comercio mundial pero algunas cuestiones son claras. Sin duda, la relación entre medio ambiente y comercio es una prioridad. Los gobiernos, individual y colectivamente, deben esforzarse por aumentar la protección del medio ambiente

en otras esferas políticamente delicadas dependerán de los conocimientos técnicos y el compromiso político. La creación de consenso será un elemento crucial en este proceso.

Las relaciones entre los miembros de la nueva Organización Mundial de Comercio se-

miembros— sino a identificar opciones, a apoyar los esfuerzos de interconexión con el competente y dedicado personal del GATT y con el legado que Peter Sutherland nos deja.

Faltan solamente tres meses para que nazca la Organización Mundial de Comercio. La ratifi-

asegurar que la Organización Mundial de Comercio funcione con eficacia y con éxito desde el principio. Hablando por mi país, México, estamos dispuestos a contribuir con todo nuestro esfuerzo al buen comienzo de los próximos cincuenta años del sistema de comercio internacional.

### REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

#### ADMINISTRACION NACIONAL DE USINAS Y TRASMISIONES ELECTRICAS

#### PROYECTO DE MODERNIZACION UTE-BIRF

#### PRESTAMO 3221 - UR

#### LICITACION INTERNACIONAL F 113

No. de COMPRA: H4000020

**OBJETO: REMODELACION DE LA RED DE DISTRIBUCION DE MONTEVIDEO. MONTAJE ELECTROMECHANICO Y OBRA CIVIL.**

1er. Llamado: 27 de diciembre de 1994, hora 13.00  
2do. Llamado: 28 de diciembre de 1994, hora 13.00

Sólo se considerarán ofertas de Bienes y Servicios originarios de países miembros del Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento y Taiwan (China).

Los interesados en presentar ofertas podrán adquirir los documentos de la licitación, al precio de US\$ 700, a partir del 3 de octubre de 1994, en el Departamento de Atención Personalizada a Proveedores, Palacio de la Luz, Paraguay 2431, Planta Baja, en el horario de 9:30 a 15:30, los días hábiles.

Montevideo, 29 de setiembre de 1994  
GERENCIA DE SECTOR COMPRAS Y CONTRATOS  
GERENCIA DE DIVISION ABASTECIMIENTOS Y SERVICIOS  
GERENCIA DE SECTOR RELACIONES PUBLICAS



ganda nacionalista y xenófoba; un verdadero problema para las democracias liberales, que no saben qué hacer con ellos.

"Mientras la economía es próspera, todos defienden la democracia. Cuando ya nadie se ilusiona con el pleno empleo o cuando hay signos de que puede empeorar el nivel de vida, los líderes dejan sola a la democracia. Pocos quieren seguir comprometidos con sus valores y terminan construyendo una democracia sin demócratas". Estas son las razones fundamentales por las que Leggewie habla de una crisis en la democracia liberal.

En la década del 20, ejemplificó, en la República de Weimar en Alemania existieron grupos de no votantes que una vez que volvieron a participar del sistema político votaron por los nazis. La fuerza de este partido residió, precisamente, en cómo se fueron desdibujando los partidos liberales que ocupaban el medio de la escena política.

● **Enemigos del sistema.** Si miramos el presente —prosiguió— hay que detenerse en los índices de desocupación. Por un lado hay un crecimiento continuado de la economía y de los ingresos promedio. Por otro, una desocupación que tampoco se detiene: en Alemania ya se superan los índices de la República de Weimar. Estas evidencias no modifican sólo el panorama económico, sino también el político. "No se puede esperar que los que están excluidos del mundo del trabajo sean leales a la democracia".

El liberalismo, una idea que se forjó para defender la autonomía y las oportunidades del individuo y que aseguró la libertad económica y la democratización política, hoy "carece de armas suficientes para resolver los conflictos sociales y de integración de sociedades multiétnicas, en las que el pleno empleo ya es impensable".

● **Las estructuras se destrozan.** Según Paul Kennedy, el mundo ostenta un orden dividido y enfrenta importantes retos en el largo plazo con respecto a la estabilidad internacional, muy distintos a los retos de la carrera armamentista y

de las tensiones entre oriente y occidente que tuvieron lugar durante la guerra fría.

Pese a que hay una tendencia hacia la integración del comercio y la economía mundiales —globalización—, Kennedy consideró que en otras esferas de la vida —la política local, los problemas étnicos y de discriminación— se destrozan y dasbaratan las estructuras. La Unión Soviética y Yugoslavia son ejemplos de casos extremos de la desintegración político-social.

De acuerdo con Kennedy, el mayor problema de todos es el desequilibrio entre las sociedades ricas, cuya población se encuentra estancada o en declive, y las sociedades pobres, en las que la presión demográfica es enorme. La probabilidad de que se produzcan migraciones ilegales desde el sur hacia el norte crece mes a mes.

Si se analizan las perspectivas del Fondo de Población de las Naciones Unidas sobre el cambio de población en los cinco países del sur de Europa —Portugal, España, Francia, Italia y Grecia— hasta el año 2025, y se calcula su crecimiento conjunto, se prevé que registrarán un aumento de sólo cinco millones de habitantes. Si se centra la atención en el sur del Mediterráneo, en los cinco países que se encuentran situados en el litoral norafricano, desde Marruecos a Egipto, se prevé que esos cinco países experimenten, en el mismo período, un crecimiento de 108 millones de habitantes en total.

● **El choque de civilizaciones.** La última fase en la evolución de los conflictos mundiales, según el profesor de Ciencias de Gobierno de Eaton y director del Instituto John M. Olin de Estudios Estratégicos de la Universidad de Harvard, Samuel Huntington, será la lucha entre las diferentes civilizaciones —Occidental, Japonesa, Confucionista, Islámica, Hindú, Eslava-Orthodoxa, Latinoamericana y posiblemente Africana—.

Para Huntington, las divisiones de Primer, Segundo y Tercer Mundo ya no son relevantes. De acuerdo con el profesor, los países deben ahora clasificarse en términos de su civilización y

cultura y no en términos de sus sistemas políticos y desarrollo económico.

Una civilización es una entidad cultural definida, desde un punto de vista objetivo, por elementos comunes como lenguaje, historia, religión, costumbres e instituciones; y desde un punto de vista subjetivo, por la autoidentificación de los pueblos.

Huntington considera que el mundo estará regido en gran medida por la interacción de las grandes civilizaciones y los conflictos más importantes del futuro, pronostica, ocurrirán entre ellas.

● **Los motivos.** ¿Por qué? En primer lugar, explica Huntington, porque las diferencias entre las civilizaciones son básicas, producto de la historia de siglos, y no desaparecerán con facilidad. Son diferencias mucho más fundamentales que las diferencias entre las ideologías y los regímenes políticos.

En segundo lugar, porque el mundo se está quedando chico y la interacción entre la gente de las distintas civilizaciones está aumentando, lo que significa una mayor toma de conciencia de las diferencias entre cada una de ellas.

Tercero, porque el proceso de modernización económica y el cambio social a lo largo del mundo están apartando a la gente de la vieja identidad local, al tiempo que debilita a los estados-nación como fuente de identidad. Ese espacio está siendo llenado por la religión, en oportunidades por movimientos fundamentalistas.

En cuarto lugar, porque el crecimiento de la conciencia de cada civilización aumenta con un papel dual que juega occidente. Por un lado, occidente está en el pico del poder, pero al mismo tiempo, y tal vez como resultado de ello, se produce una vuelta a las raíces en las civilizaciones no occidentales. Cada vez se escuchan más referencias sobre una tendencia hacia la *asianización* del Japón, la *hinduización* de la India, la "re-islamización" del Medio Oriente y el debate sobre la occidentalización versus la rusificación cobra más vigor en Rusia. Los no

occidentales tienen cada vez un mayor deseo, una mayor voluntad y mayores recursos para moldear el mundo de una forma no occidental.

Quinto, porque las características culturales son mucho más difíciles de conprometer que las características políticas y económicas. En la ex Unión Soviética, ejemplifica Huntington, los comunistas pueden convertirse en demócratas, los ricos volverse pobres y los pobres ricos, pero los rusos no pueden convertirse en estonios, ni los azeríes en armenios. En los conflictos ideológicos y de clase, pregunta clave era ¿de qué lado estás?, y las personas podían escoger de qué lado estaban, e incluso cambiarse de bando. En los conflictos entre civilizaciones la pregunta es ¿qué eres? Lo que uno es, es algo que evidentemente no se puede cambiar.

Finalmente, porque la importancia del regionalismo económico va en aumento y el mismo será exitoso cuando esté enraizado en una civilización común.

La teoría de Huntington contó con escasas críticas salvo algunas puntuales como que no podía considerarse a América Latina como una civilización no occidental.

Los pronósticos de los distintos expertos son variados y todos bien fundados. Pero nadie tiene la bola de cristal, y faltando apenas seis años para que culmine el siglo y el milenio, pocos saben a ciencia cierta qué es lo que deparará el futuro a este mundo cambiante heterogéneo.

● **Confusión de fin de siglo.** Los amantes de la ciencia ficción observaron durante décadas películas que adivinaban cómo sería la vida en el siglo XXI. Allí se vio de todo: hombres gobernados por computadoras, exploraciones interplanetarias, la supervivencia en un mundo devastado por la guerra nuclear, viajes a través del tiempo, un mundo dominado por empresas o medios de comunicación electrónicos, y mil cosas por el estilo.

Pero casi al fin del milenio, las perspectivas para el siglo XXI continúan inmersas en una gran confusión.



**El presidente mexicano y aspirante a ocupar la presidencia del órgano que reemplazará al GATT abogó por la pronta ratificación del Acta Final de la Ronda Uruguay.**

# **La estabilidad del comercio mundial aún está en riesgo, según Salinas de Gortari**

\* **"La imposibilidad de completar la Ronda habría hecho añicos la confianza de todo el sistema", sostuvo**

\* **Salinas previó complejidades para la Organización Mundial de Comercio**

El presidente mexicano y uno de los firmes candidatos a ocupar la titularidad de la Organización Mundial del Comercio (OMC) —órgano que sustituirá al GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio) desde el próximo año—, Carlos Salinas de Gortari, abogó por una pronta ratificación del acta final de la Ronda Uruguay, de modo de asegurar la salud del comercio mundial. Para Salinas, quien recibirá el respaldo de los países del Mercosur en su postulación a la presidencia de la OMC ante el retiro de Rubens Ricupero en la carrera hacia dicho cargo, aún está en juego lo que se ha convertido en el motor del crecimiento mundial desde la posguerra. Hablando a nombre de su país desde las páginas del diario británico Financial Times, en su edición del pasado lunes, el presidente azteca afirmó estar dispuesto a contribuir al buen comienzo de los próximos cincuenta años del sistema de comercio internacional.

■ Con una sensación de alivio y de logro, ministros y funcionarios de comercio de todo el mundo suscribieron los acuerdos de la Ronda de Uruguay en Marrakech hace cinco meses. Siete años de negociaciones difíciles y a menudo tensas fueron recompensados con un compromiso global para proteger y continuar cerca de cincuenta años de fructífera política comercial multilateral.

Lo que estaba en juego era y

guay no sólo habría significado una incapacidad para avanzar en ciertas cuestiones comerciales, habría hecho añicos la confianza en todo el sistema.

Con la exitosa conclusión de las negociaciones de la Ronda de Uruguay hay dos tareas importantes ante nosotros. Primero, los participantes que se esforzaron tanto para llegar a un acuerdo deben asegurar que éste se materialice ratificándolo antes de que termine el año.

El proceso de ratificación

asegurar que esos países sean admitidos rápida y satisfactoriamente.

En segundo lugar, una Organización Mundial de Comercio debe ser un instrumento y un foro confiables. En años recientes, graves tensiones comerciales han amenazado con socavar la confiabilidad —y, por ende, la credibilidad— del GATT. La mayor claridad de las reglas del GATT, la ampliación de su mandato y la reforma de sus procedimientos para dirimir controversias



sin poner en peligro el carácter abierto y basado en reglas de la futura Organización Mundial de Comercio. Exponer cada vez más nuestras economías a la fuerza de los vientos del comercio internacional requiere una formulación gradual de reglas y mecanismos de cooperación entre las naciones en las políticas de regulación y comercialización.

En cada vez más complejas, a medida que nuevos países se adhieran a ella y que los miembros con los que ya cuenta se conviertan en participantes de pleno derecho. Por consiguiente, es imperativo que la propia OMC sea eficaz, tanto técnica como en las relaciones con sus miembros. Deberá dedicarse no a ofrecer soluciones —

dedicada al más alto grado posible

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. CEFEN

VINCULACIONES

*Operaciones Humanitarias del Nuevo Orden Mundial - Conf de El Cairo -*

*150014*

*7/9/94*

*501013*

*11046*

*65841*

Los «balseros» del Caribe y la Conferencia de El Cairo *Jur 7/9*

## «OPERACIONES HUMANITARIAS» DEL NUEVO ORDEN(?) MUNDIAL

*En estos días comienza la Conferencia de Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo en El Cairo, entre tanto, EEUU procede a confinar decenas de miles de haitianos y cubanos en virtuales campos de concentración ubicados en bases militares de la región. La operación se define como «humanitaria» aunque, en realidad, resulte flagrantemente inhumana. Pobreza y población resultan una «dupla» cuya evolución se dibuja como una de las amenazas más graves para el denominado Nuevo Orden Mundial, particularmente, para sus «patrones»; los poderosos de las sociedades opulentas.*

Más allá de los engañosos titulares de prensa, que llevan a la opinión pública a identificar la Conferencia sobre Población y Desarrollo de El Cairo con la cuestión del aborto, éste asunto está lejos de constituir el tema verdaderamente central de la reunión convocada por Naciones Unidas.

### LA REAL SIGNIFICACION DE LA CONFERENCIA DE ONU SOBRE POBLACION Y DESARROLLO

En función de una campaña de prensa orquestada por el Vaticano con singular resonancia mundial, la convocatoria de la ONU para debatir la temática de la población en el mundo parece transformarse en los titulares de prensa en un debate de ribetes ético-morales y religiosos con centro en el aborto.

Más allá de este asunto, y sin desconocer su indudable importancia así como sus enormes implicancias de carácter socio-económico y cultural, la real significación de lo que esta Conferencia Mundial - se supone - debería considerar, van bastante más lejos que la discusión sobre el aborto; su eventual legalización o condena.

Lo que realmente se discute en El Cairo es la situación de un mundo en el cual la población continúa creciendo rápidamente y desequilibradamente, mientras las desigualdades e injusticias se profundizan a un ritmo inédito, tanto al interior, como entre las diferentes naciones del globo.

Las características que ha ido asumiendo el desarrollo del capitalismo, en su actual fase de globalización económica internacional impulsada por las transnacionales, han agudizado y generalizado sus rasgos más irracionales.

La propia estabilidad de este Nuevo Orden Mundial se halla amenazada crecientemente por la pobreza y el crecimiento de la población. De allí que la convocatoria para la Conferencia de El Cairo vincule la cuestión de la

ENTRADO

CRUZADO

*9500204*

*01-02*

**WAVE**

Cada respuesta genera puntos y el 30 de noviembre quien tenga el mayor puntaje acumulado ganará, sin sorteos, este gran premio. Semanalmente, complete, recorte y deposite el cupón en los Centros de Recepción y ya estará participando.

AUSPICIAN:

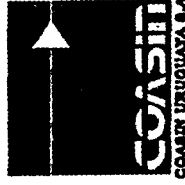


**Diners Club International**

ES al mundo.

PROCESAMIENTO INFORMATICO

**SARANDI**  
AM 690



¿siguientes opciones?

artido del Sol (H. Mieres)  
artido Verde (R. Tálce)

**CENTROS DE RECEPCION**

AGUADA - RADIO SARANDI  
Enrique Compto y Riquelme 1250  
eq. Gral. Fraga.  
CARRASCO - PLAZA AROCENA  
Av. Arce 1680 eq. Rivera.  
CENTRO - UNITED AIRLINES  
Colonia 981 5° piso eq. Julio H. y Obes.  
CENTRO - EL OBSERVADOR  
Soriano 791 3° piso eq. Florida.  
CORDON - DINERS CLUB  
Constituyente 1402 eq. Santiago de Chile.  
POCITOS - COASIN S.A.  
Libertad 2529 eq. Querecho.  
POCITOS - DINERS CLUB  
Av. Brasil 3129 eq. Bello Blanco.

territorio para su país.

Pinochet admitió que no le correspondía pronunciarse "porque es un problema político", pero agregó que "puedo decir muchas cosas, pero si me preguntan qué he sentido, puedo señalar que he llorado la pérdida del territorio". "Esto pasa a formar parte de una lista de nutridos fracasos diplomáticos", dijo Jovino Novoa, presidente de la Unión Demócrata Independiente (UDI) que integra ex colaboradores del régimen militar de Pinochet. ■ *(De la redacción de El Observador en base a AP, EFE y Reuter)*

**Mensaje de ONU  
Uruguay por el  
49° aniversario**

"SIN PAZ NADA es posible. Sin desarrollo, las sociedades no pueden mirar al futuro y sin democracia, el progreso no se asentará seguro sobre una base de participación y compromiso popular", afirmó el coordinador residente de Naciones Unidas en Uruguay. El también representante del Programa de la ONU para el Desarrollo en Uruguay, Paul van Hanswijck de Jonge, hizo llegar un mensaje al secretario general Boutros Ghali al celebrarse el último aniversario previo al cincuentenario de la fundación de la ONU en 1995.

En un comunicado, Van Hanswijck de Jonge señala que en la Cumbre Mundial para el Desarrollo Social de Copenhague el año próximo, se espera encontrar soluciones a la crisis de desarrollo que enfrentan todas las naciones, tanto ricas como pobres. ■

035 2404

población con el problema del desarrollo.

#### NUEVO ORDEN MUNDIAL: POBREZA, POBLACION E INJUSTICIA

El actual sistema de relaciones económicas y políticas internacionales se desarrolla a golpes de una competencia intermonopólica de brutal intensidad y amplitud que, además, ya no conoce de límites geográficos y que, de ser necesario, se impone incluso a golpes de misil e intervenciones militares.

La concentración de la riqueza y el poder, junto a la simultánea extensión de la pobreza y la marginación, llegando hasta afectar continentes enteros, ha dado lugar a una inquietud en las esferas del poder que explica el resurgimiento de las viejas teorías malthusianas, cuidadosamente disfrazadas de modernismo y hasta envueltas de una atrayente fraseología progresista.

Millones de miserables pugnan por derribar los cada vez más espesos muros que construyen las sociedades opulentas.

Masas de africanos y árabes, con su pobreza, sus numerosas proles y sus culturas - tan inquietantemente diferentes - a cuestas, se constituyen en incómoda y tremenda amenaza para la opulencia de Occidente.

A ellos se suman, ahora, nuevos contingentes de eslavos que huyen de la guerra o los desastres económico-sociales que han sucedido a la disolución del «socialismo real».

Pero la amenaza de la población y la pobreza no proviene sólo desde fuera de las fortalezas construidas por las sociedades del consumo y el despilfarro.

Al interior mismo de dichas murallas existe otra amenaza; la presencia de minorías étnicas, social y económicamente subordinadas, además de culturalmente segregadas, conviviendo en el seno de sociedades cuyos niveles de consumo y despilfarro parecen un insulto a la inteligencia; particularmente si se los compara con la realidad que soportan las tres cuartas partes de la Humanidad.

Como un aspecto del fenómeno que provoca el insomnio de los demógrafos y responsables políticos de EEUU y Europa Occidental, las minorías étnicas allí instaladas exhiben tasas de crecimiento poblacional que superan muchas veces a las de los naturales de dichos países.

La opulencia se corresponde generalmente con escaso o nulo crecimiento poblacional, mientras la pobreza se asocia con altas tasas de natalidad. La correlación entre ambos fenómenos no es absoluta ni perfecta; existen factores históricos

y culturales que inciden en ello y la propia realidad uruguaya es testimonio de ello.

#### «BALSEROS» DEL CARIBE: UNA CREACION DE EEUU QUE GOLPEA AMENAZADORA, A SUS PROPIAS PUERTAS

La denominada «crisis de los balseros» en el Caribe pone en jaque a la administración Clinton como resultado de una larga política de la Casa Blanca en la región.

Intervencionismo, apadrinamiento de verdaderas dinastías despóticas en el poder, operaciones de desestabilización económica y política contra regímenes que no comulgan con Washington. Una verdadera historia de atropellos e injerencia política, económica y militar que han conducido a las crisis que, ahora, terminan convertidas en un problema de fuertes connotaciones internas para el gobierno norteamericano.

No insistiremos en la responsabilidad que le corresponde a EEUU en la configuración de la realidad que soporta el pueblo haitiano; uno de los más pobres del mundo.

Tampoco es necesario volver a señalar la increíble situación de bloqueo unilateral que, desde hace más de tres décadas, soporta Cuba y su determinante influencia en las dificultades que hoy sufre su población.

#### EEUU Y EUROPA: MURALLAS Y FORTALEZAS PARA CONTENER LA AMENAZA DE LA POBREZA

Lo real es que el gobierno de Bill Clinton, está cosechando los frutos de decenas de años de política imperial que se expresan, ahora, bajo la forma de emigraciones masivas de pobres que intentan llegar a las costas de La Florida, encandilados por una propaganda desestabilizadora o, simplemente, impulsadas por la desesperación de la miseria.

La reacción de Clinton ante el fenómeno es paradigmática. Si Europa Occidental - particularmente Alemania - ha celebrado acuerdos sobre inmigración con sus vecinos del este, en base a subvenciones económicas, para crear un «cordón sanitario» de contención ante la avalancha de inmigrantes provocada por la imposición del libre mercado luego del naufragio del «socialismo real», la Casa Blanca no le va en zaga a la hora de levantar muros.

Campamentos destinados a hacinar en carpas de campaña, bajo régimen militar y por un período de por lo menos seis meses, a decenas de miles de inmigrantes, se han montado a marchas forzadas en las

bases militares de Guantánamo y en la Zona del Canal de Panamá.

El «operativo» se define, increíblemente, como de carácter «humanitario» y pone flagrantemente de manifiesto, una vez más, el verdadero carácter del Nuevo Orden Mundial.

En última instancia, la Conferencia de El Cairo, ha sido planificada por la tecnocracia internacional, en base a edulcorados

planteos, coherentes con los intereses de los poderosos, a los terribles desafíos que le plantea el crecimiento de la pobreza en el mundo.

Eso sí, los responsables de las políticas dominantes en el mundo ni sueñan con poner en cuestión las bases sobre las que reposa el Nuevo Orden Mundial. De esa tarea, inevitablemente, deberán ocuparse los pueblos.



tido de Rabin,  
ronteriza en  
ia

## RA SEPARAR AELIES

ituir una frontera acor-  
palestinos que quieran  
rael pueden infiltrarse  
e desde Cisjordania».  
ir una cerca fronteriza,  
xistentes con el libano,  
is fuerzas armadas es-  
mo con la franja de  
noma, «defenderá a  
terrorismo», dijo.  
amos hacia dos Esta-  
eli y otro palestino a su  
laró Merón. El legisla-  
sta dijo que la mayoría  
utados de la coalición  
no apoyará su plan,  
so hace un año y medio  
informó.  
s en ese tipo de obras  
la emisora israelí que  
práctica el plan del  
Merón sería imposible  
sto: alrededor de mil  
e dólares.  
n sondeo de la emisora  
4 diputados del repre-  
del Partido Laborista,  
e Rabin, de 22 a 24 de  
ecen la creación de un  
estino.  
tavoz del Partido  
nalista Tsomet, en la  
exigió esta mañana la  
inmediata» al diputa-  
pues «no fue elegido  
torado laborista para  
estado palestino; esto  
onarlo».

autonomía palestina.

Shaat tiene previsto reunirse en El Cairo hoy domingo, con el ministro israelí de Asuntos Exteriores, Simón Peres, con quien copreside el Comité Superior de Enlace entre ese país y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

El funcionario informó de que entre los asuntos a considerar se encuentran el de una convocatoria a elecciones generales con vistas a la autonomía en Cisjordania ocupada, y la liberación de más de 5.000 presos palestinos en poder de Israel.

cuando negocie con la OLP el futuro político de los territorios ocupados y de Jerusalén.

Nacionalistas palestinos en Jerusalén quemaron esta mañana retratos del rey Husein al manifestarse contra el acuerdo en la calle Saladino, principal arteria comercial del este de la ciudad.

De su parte, tropas israelíes impusieron esta tarde el toque de queda en la ciudad cisjordana de Ramala, al norte de Jerusalén e hirieron levemente a un manifestante al reprimir desordenes en el centro de la localidad, informaron fuentes palestinas.

**El Comité de DHH de Naciones Unidas preocupado por la desaparición de detenidos en el Sahara occidental**

## LAS AUTORIDADES MARROQUIES VIOLAN LOS DDHH

*El Comité de Derechos Humanos de la ONU expresó ayer, sábado, su preocupación por la desaparición de personas detenidas por las autoridades marroquíes en el Sahara occidental.*

A pesar de este problema, en las observaciones generales sobre la situación de los derechos humanos en Marruecos, varios miembros del Comité señalaron con satisfacción haber constatado «signos de apertura y de franqueza» por parte del país magrebí.

Entre estos, destacaron la creación de un Ministerio para los Derechos Humanos y algunas reformas legislativas.

Según el Comité, la reciente amnistía anunciada en Marruecos «abre una nueva página» y representa un paso positivo, «pero queda mucho por hacer» para conseguir una protección suficiente de los derechos humanos y armonizar

la legislación marroquí con el Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos.

«Las garantías para las libertades públicas son insuficientes», subrayó este organismo, para el que también resulta preocupante que la separación de los poderes legislativo y ejecutivo sea sólo «teórica».

Otro temor expresado por el Comité, compuesto por 18 expertos, es la ausencia de independencia del Poder Judicial respecto al Ejecutivo.

El Comité señaló que «los casos de desapariciones continúan suscitando graves inquietudes y parecen indicar cierta responsabilidad del Estado».

Agregó que los agentes policiales y del orden «actúan a menudo al margen de la ley» y que todavía parecen darse casos de tortura en el interior de las prisiones.

## COMPLETAN RETIRADA DE TROPAS

Las unidades militares iraquíes, enviadas recientemente a las fronteras entre Irak y Kuwait, completaron ayer sábado, la retirada a sus posiciones anteriores en el centro de Irak, informó la agencia egipcia Mena. La información procedente de Bagdad, que cita testigos, señala que varios vehículos militares se movieron hacia sus bases en Karbala y An Najaf, en el centro de Irak, y que «otro pequeño contingente de tanques pertenecientes a la guardia republicana iraquí se movió hacia sus bases en el centro del país, al parecer, en An Najaf». La resolución 949 del Consejo de Seguridad de la ONU exigió a Irak que complete «de inmediato» la retirada de sus unidades militares que fueron enviadas el pasado 6 de octubre a la frontera con Kuwait, y el reconocimiento incondicional de Kuwait y de sus fronteras internacionales.

### Irak

## NEGOCIACIONES CON KUWAIT

El presidente del parlamento iraquí, Sadi Saleh, aseguró ayer, en una conferencia de prensa, que está dispuesto a trasladarse a Kuwait para establecer unas negociaciones con vistas a resolver los problemas entre los dos países. El jefe del legislativo de Bagdad reiteró, según una emisora iraquí, que su país está dispuesto a reconocer a Kuwait, pero pidió a cambio la atenuación de las sanciones impuestas a Bagdad por las Naciones Unidas.

60 JUN. 23/05.

Marta Maurás Pérez llegará a nuestro país el 12 de setiembre para hacer el seguimiento del convenio por U\$S 3.750.000 destinado a la atención de la infancia uruguaya.

## Directora de Unicef se reunirá con Lacalle para analizar la marcha del programa de asistencia

La directora regional para América Latina y el Caribe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef), Marta Maurás Pérez, realizará los días 12, 13 y 14 del presente mes una visita oficial a Uruguay.

En la oportunidad, según se supo, la directora del organismo internacional se reunirá el martes 13 con el presidente de la República, Luis Alberto Lacalle.

También tiene programadas entrevistas con el canciller Sergio Abreu, con los ministros de Educación y de Salud Pública, Antonio Mercader y Guillermo García Costa, así como con el intendente municipal de Montevideo, Tabaré González, entre otras autoridades nacionales y departamentales.

La jefatura de Naciones Unidas analizará con las autoridades uruguayas la marcha del programa de cooperación que el organismo internacional otorga a Uruguay, el cual asciende a 3 millones 750 mil dólares. Este convenio quinquenal está dirigido a la financiación de proyectos de desarrollo infantil, nutrición y apoyo a jóvenes con sida.

Marta Maurás, socióloga graduada en la Universidad Católica de Chile, comenzó su trabajo en Unicef en 1974, cuando la Oficina Regional para las Américas se encontraba en Chile, cumpliendo el rol de consultora en materia de población.

Posteriormente, creó y coordinó el Proyecto Regional de Apoyo al Desarrollo de la Mujer.

Desde 1984 fue Oficial de Programa y Planificación de la Oficina de Unicef en Pakistán durante cuatro años, y luego, durante un período similar, representó a la Unicef en Mozambique y Swazilandia.

En 1986 fue nombrada punto focal de la organización internacional para África austral.

En diciembre de 1990, asumió como jefe de la Sección para África, División de Programas de Unicef- Nueva York.

Marta Maurás ha realizado cursos de Salud Pública y Desarrollo Infantil en la Boston School of Public Health de Cambridge, y cursos de administración pública en Connecticut.

Dicó también cursos de posgrado en Ciencias Sociales en la Universidad Católica de Río de Janeiro y fue asistente de investigación docente en la Escuela de Sociología de la Universidad Católica de Chile.

La directora del Unicef reemplaza en el cargo a Teresa Albáñez, quien renunció para asumir funciones ministeriales en Venezuela, su país de origen.

Durante su trayectoria, la jefatura, de nacionalidad chilena, ha contribuido en diversas publicaciones, como *Mujer y Desarrollo en América Latina*, *Programas para la Integración de la Mujer al Desarrollo en América Latina y el Caribe*, entre otras.

### CONVENIO UNICEF

Unicef y nuestro país tienen un programa quinquenal de cooperación (1992-1996), el cual asciende a 3.750.000 dólares, para financiar proyectos de desarrollo infantil políticas sociales en nutrición, juventud, sida, entre otros.

Los que se transcriben son algunos de los aspectos sustanciales del programa de cooperación que tiene la organización internacional con el Uruguay.

### ASPECTOS GENERALES Y OBJETIVOS

En Uruguay los niños son un recurso escaso, por lo tanto, invertir en ellos desde la primera infancia es invertir en el futuro del país. En Uruguay nacen pocos niños y el 40% de ellos vive en condiciones de pobreza y marginalidad social.

El objetivo del Programa de Cooperación es contribuir a la supervivencia, el desarrollo y protección de los niños logrando que ellos ocupen una prioridad mayor en la agenda política, econó-

mica y social del país.

Se pretende contribuir a la aplicación de estrategias y metodologías que potencien el uso de recursos locales, promuevan la participación comunitaria, y complementen el esfuerzo de organismos gubernamentales y no gubernamentales.

### DESTINATARIOS

Las acciones del Programa se concentran en aquellas zonas urbano-marginales de la capital y de los departamentos del interior, donde se encuentran los hogares con mayor pobreza, a los cuales pertenecen niños y niñas que no tienen la posibilidad de desarrollar en plenitud sus capacidades y potencialidades.

También se realizarán acciones dirigidas a toda la sociedad uruguaya, y principalmente a sus líderes de opinión, para que los Derechos del Niño se respeten en su integridad.

### FINANCIAMIENTO

El Programa de Cooperación tiene una duración de 5 años. Desde 1992 hasta 1996. Cuenta con un financiamiento de Unicef que asciende a U\$S 3.750.000. Aparte de estos fondos ya programados y disponibles, constantemente se están buscando y consiguiendo fondos suplementarios que permitirán financiar otros proyectos en las áreas de Desarrollo Infantil, Niños en Estrategias de Supervivencia, Políticas Sociales en Nutrición, estímulo a los Hospitales Amigos de los Niños, Juventud y Sida, etcétera.

### DESARROLLO INFANTIL

Los niños menores de 5 años de los hogares más pobres tienen escaso acceso a programas de educación inicial, lo que dificulta su desarrollo integral. Para ello el Programa de Cooperación de Unicef está implementando programas específicos en las siguientes áreas:

Estimulación temprana. A través de la capacitación de padres, maestros, y del personal de salud, se pretende contribuir a la disminución del déficit de desarrollo psicomotor de los niños menores de 3 años que se atienden en los consultorios de Salud Pública.

Educación Inicial. Se están apoyando modalidades no convencionales



Marta Maurás Pérez, directora regional para América Latina y el Caribe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef), llegará en los próximos días al país para entrevistarse con las autoridades nacionales y municipales.

de educación inicial, que incluyen la participación familiar y comunitaria y buscan ampliar la cobertura a través de:

— Jardines preescolares no convencionales focalizados en sectores urbano-marginales de Montevideo y del interior.

— Mejoramiento de la calidad de la oferta privada existente en las zonas

### SALUD MATERNO-INFANTIL

Se busca promover el mejoramiento del acceso de los sectores más carenciados a la atención en salud materno-infantil, fortaleciendo las acciones de promoción, fomento y recuperación de la salud.

ENTRADO

CRUZ DU

01-02

9500205



Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROMEDIO

VINCULACIONES

Directora de Unicef, Marta Maurás Pérez, realiza visita al Uruguay  
del 12 al 14/9/84.  
150023  
11/9/84  
501890  
501889  
501466.

Marta Maurás Pérez llegará a nuestro país el 12 de setiembre para hacer el seguimiento del convenio por U\$S 3.750.000 destinado a la atención de la infancia uruguaya.

## Directora de Unicef se reunirá con Lacalle para analizar la marcha del programa de asistencia

La directora regional para América Latina y el Caribe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef), Marta Maurás Pérez, realizará los días 12, 13 y 14 del presente mes una visita oficial a Uruguay.

En la oportunidad, según se supo, la directora del organismo internacional se reunirá el martes 13 con el presidente de la República, Luis Alberto Lacalle.

También tiene programadas entrevistas con el canciller Sergio Abreu, con los ministros de Educación y de Salud Pública, Antonio Mercader y Guillermo García Costa, así como con el intendente municipal de Montevideo, Tabaré González, entre otras autoridades nacionales y departamentales.

La jerarca de Naciones Unidas analizará con las autoridades uruguayas la marcha del programa de cooperación que el organismo internacional con Uruguay, el cual asciende a 3 millones 750 mil dólares. Este convenio quinquenal está dirigido a la financiación de proyectos de desarrollo infantil, nutrición y apoyo a jóvenes con sida.

Marta Maurás, socióloga graduada en la Universidad Católica de Chile, comenzó su trabajo en Unicef en 1974, cuando la Oficina Regional para las Américas se encontraba en Chile, cumpliendo el rol de consultora en materia de población.

Posteriormente, creó y coordinó el Proyecto Regional de Apoyo al Desarrollo de la Mujer.

Desde 1984 fue Oficial de Programa y Planificación de la Oficina de Unicef en Pakistán durante cuatro años, y luego, durante un período similar, representó a la Unicef en Mozambique y Swazilandia.

En 1986 fue nombrada punto focal de la organización internacional para África austral.

En diciembre de 1980, asumió como jefe de la Sección para África, División de Programas de Unicef-Nueva York.

Marta Maurás ha realizado cursos de Salud Pública y Desarrollo Infantil en la Boston School of Public Health de Cambridge, y cursos de administración pública en Connecticut.

Dicó también cursos de posgrado en Ciencias Sociales en la Universidad Católica de Río de Janeiro y fue asistente de investigación docente en la Escuela de Sociología de la Universidad Católica de Chile.

La directora del Unicef reemplaza en el cargo a Teresa Albáñez, quien renunció para asumir funciones ministeriales en Venezuela, su país de origen.

Durante su trayectoria, la jerarca, de nacionalidad chilena, ha contribuido en diversas publicaciones, como Mujer y Desarrollo en América Latina, Programas para la Integración de la Mujer al Desarrollo en América Latina y el Caribe, entre otras.

mica y social del país.

Se pretende contribuir a la aplicación de estrategias y metodologías que potencien el uso de recursos locales, promuevan la participación comunitaria, y complementen el esfuerzo de organismos gubernamentales y no gubernamentales.

### DESTINATARIOS

Las acciones del Programa se concentran en aquellas zonas urbano-marginales de la capital y de los departamentos del interior, donde se encuentran los hogares con mayor pobreza, a los cuales pertenecen niños y niñas que no tienen la posibilidad de desarrollar en plenitud sus capacidades y potencialidades.

También se realizarán acciones dirigidas a toda la sociedad uruguaya, y principalmente a sus líderes de opinión, para que los Derechos del Niño se respeten en su integridad.

### FINANCIAMIENTO

El Programa de Cooperación tiene una duración de 5 años. Desde 1992 hasta 1996. Cuenta con un financiamiento de Unicef que asciende a U\$S 3.750.000. Aparte de estos fondos ya programados y disponibles, constantemente se están buscando y consiguiendo fondos suplementarios que permitirán financiar otros proyectos en las áreas de Desarrollo Infantil, Niños en Estrategias de Supervivencia, Políticas Sociales en Nutrición, estímulo a los Hospitales Amigos de los Niños, Juventud y Sida, entre otros.

### DESARROLLO INFANTIL

Los niños menores de 5 años de los hogares más pobres tienen escaso acceso a programas de educación inicial, lo que dificulta su desarrollo integral. Para ello el Programa de Cooperación de Unicef está implementando programas específicos en las siguientes áreas:

Estimulación temprana. A través de la capacitación de padres, maestros, y del personal de salud, se pretende contribuir a la disminución del déficit de desarrollo psicomotor de los niños menores de 3 años que se atienden en los consultorios de Salud Pública.

Educación Inicial. Se están apoyando modalidades no convencionales



Marta Maurás Pérez, directora regional para América Latina y el Caribe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef), llegará en los próximos días al país para entrevistarse con las autoridades nacionales y municipales.

de educación inicial, que incluyen la participación familiar y comunitaria y buscan ampliar la cobertura a través de:

— Jardines preescolares no convencionales focalizados en sectores urbano-marginales de Montevideo y del interior.

— Mejoramiento de la calidad de la oferta privada existente en las zonas

### SALUD MATERNO-INFANTIL

Se busca promover el mejoramiento del acceso de los sectores más carenciados a la atención en salud materno-infantil, fortaleciendo las acciones de promoción, fomento y recuperación de la salud.

ENTRADA

CRUZ SU

9500205

Quiere decir entonces que aceptado desde el punto de vista teorico por todas las fuerzas la necesidad de esta "unidad", aunque la lucha de posiciones entre todos estos grupos por imponer su dominio o dificultar el del P.Comunista, no permite cristalizar rapidamente ese acercamiento. No podemos tampoco dejar de ver que talvez muchas cosas esten ya definidas pero que se esten esperando ciertas condiciones politicas para dar los pasos necesario en público.

El quid de la cuestión de la "unidad de las fuerzas revolucionarias" esta pues no solo en la voluntad de las fuerzas sino en ciertas condiciones "objetivas y subjetivas" que permitan forjar un "polo " muy definido pero que a la vez no quede aislado de las "fuerzas aliadas moderadas".

El punto más neuralgico es sin duda la unidad entre P.Comunista - M.L.N., ambas son las fuerzas mas importantes de la izquierda y es impensable un avance revolucionario sin la unidad entre ambas.



conjunto con el Ministerio de Salud Pública, con el objeto de incrementar la eficiencia y eficacia de sus programas, focalizando en los niños y mujeres más pobres. Para ello se apoyan proyectos de:

- prevención de enfermedades respiratorias agudas y accidentes;
- control prenatal y control de la embarazada;
- transferencia de conocimientos a la familia y a la comunidad para el autocuidado en salud;
- prevención del embarazo en adolescentes y atención integral a la adolescente embarazada y madre, dentro de un programa orientado a promover estilos de vida sana para los jóvenes.

#### NIÑOS Y NIÑAS EN ALTO RIESGO SOCIAL

Se están desarrollando programas que apuntan a la atención y la asistencia de los niños en circunstancias especialmente difíciles, niños institucionalizados del Iname, niños en situación de calle y los niños en estrategias de sobrevivencia, a través de:

- el fortalecimiento técnico del Instituto Nacional del Menor;
- la introducción de modelos no convencionales de atención, alternativas a la institucionalización, para apoyar el proceso de desinternación de aquellos menores que puedan ser atendidos en sistemas abiertos;
- las metodologías no convencionales de atención a niños y niñas en situación de calle, y el fortalecimiento de la coordinación entre organismos gubernamentales y no gubernamentales.

#### MUJER

Se está apoyando el fortalecimiento del Instituto Nacional de la Mujer y el diseño de políticas sociales que incorporen el componente mujer como vía para el pleno desarrollo social de la población en su conjunto.

#### OTROS PROGRAMAS

Desarrollo de políticas en favor de la infancia

Se está apoyando la aplicación del Plan Nacional de Acción que cumple con el compromiso de la Cumbre Mundial de Jefes de Estado a Favor de la Infancia, y que establece un nuevo modelo de políticas sociales eficientes, dirigida a los grupos más vulnerables, en especial los niños y las mujeres, para ser ejecutadas por organizaciones públicas y privadas.

Se mejorarán las estadísticas y el conocimiento de las condiciones de los grupos en pobreza, especialmente niños y mujeres.

Se fortalecerán las capacidades técnicas gubernamentales para el diseño, la ejecución y la evaluación de políticas y programas sociales a favor de la infancia, y de la incorporación de la mujer en el desarrollo.

#### COMUNICACION SOCIAL

Se están llevando a cabo acciones que persiguen la sensibilización y movilización de la sociedad en favor de sus niños y niñas.

—Con el apoyo de los medios de comunicación social, se están divulgando la situación de la infancia y los esfuerzos que se realizan a su favor para que los derechos del niño sean una vivencia cotidiana.

—Se apoyará así la creación y el fortalecimiento de los canales de comunicación que pongan a disposición de la comunidad los conocimientos para mejorar su vida.

—De esta manera, se contribuirá a que los comunicadores sociales den mayor y mejor cobertura a los temas relativos a la infancia.

## ¿Qué es el Unicef?

El mandato de Unicef es fundamentalmente el mismo que se le confió originalmente, a saber: ayudar a proteger la vida de los niños y promover su desarrollo. Mientras más vulnerables son, mayor es el grado de prioridad que se les otorga.

El 11 de diciembre de 1946, durante su primer período de sesiones, la Asamblea General decidió por unanimidad crear el Unicef, llamado entonces Fondo Internacional de Socorro a la Infancia. En los primeros años de su existencia, los recursos del Fondo se destinaron en su mayor parte a atender las necesidades urgentes que tenían los niños en Europa de la posguerra y en China, de alimentos, medicinas y ropa. En diciembre de 1950, la Asamblea General modificó el mandato del Fondo para responder a las necesidades silenciosas, aunque críticas, de innumerables niños de los países en desarrollo. En octubre de 1953, decidió que el Unicef debía continuar su labor como organismo permanente del sistema de las Naciones Unidas y que se llamaría "Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia", pero que seguiría utilizando la sigla, muy conocida, de Unicef.

Dejando de diferenciar los objetivos humanitarios de los objetivos de desarrollo, el Unicef comenzó a brindar su asistencia a los países subdesarrollados en el marco de proyectos relacionados, en particular, con el mejoramiento de la nutrición, la atención primaria de la salud y la enseñanza básica de madres y niños, con la mayor participación posible de la gente a nivel de la comunidad.

En los años '60 empezó a formarse una asociación mundial en beneficio de la infancia, de un género y una amplitud hasta entonces desconocidos. Al conceder el Premio Nobel de la Paz al Unicef en 1965 se reconoció el hecho de que el bienestar de los niños de hoy es inseparable de la

paz en el mundo de mañana. No obstante, a pesar de la ayuda internacional aportada a los proyectos en beneficio de los niños, las necesidades no disminuyeron. Se pidió entonces al Unicef ampliar su programación, más allá de los proyectos sectoriales, para abarcar el proceso de desarrollo social y humanitario. El Unicef cumplió esta necesidad estratégica estableciendo la programación nacional, y luego, adoptando el enfoque de los servicios comunitarios.

Los principios de la estrategia de servicios comunitarios son evidentes en los programas de cooperación del Unicef, y sobre todo en el concepto de atención primaria de la salud que la OMS y el Unicef se comprometen conjuntamente a promover.

La Asamblea General proclamó 1979 como Año Internacional del Niño (AIN) y designó al Unicef como organismo principal del sistema de las Naciones Unidas encargado de coordinar el apoyo a las actividades del AIN, que se realizaban en su mayoría a nivel nacional. A fines del año, la Asamblea General designó al Unicef como organismo principal para las actividades complementarias del AIN. El Unicef asumió de este modo la responsabilidad de señalar a la atención pública las necesidades y problemas comunes que tienen los niños, tanto del mundo industrializado como del mundo en desarrollo.

El Unicef se distingue en el hecho de que, en el cumplimiento de su mandato, depende enteramente de las contribuciones voluntarias. No sólo busca apoyo de los gobiernos y del público para sus programas de cooperación, sino que también trata de aumentar el conocimiento del público acerca de las necesidades de la infancia y de los medios para satisfacerlas intercediendo por ella ante los gobiernos, los dirigentes públicos, los educadores y demás grupos profesionales y culturales, los medios de información y las comunidades locales.

o ca del mismo. Pese a eso del intento quedo un grupo solidamente organizado y de fuerte inclinación pro-soviética, como es el caso del Movimiento 26 de Marzo.

Un aspecto sumamente interesante es el acercamiento entre el P.C. y el P.V.P.. Los sectores que hoy forman parte del PVP integraron en el pasado la "CORRIENTE" y la "TENDENCIA", proyectos que eran expresión de la izquierda radical y que pugnaban seriamente con el P.C. por la hegemonía en el proceso revolucionario. Hoy en día el proyecto de la CORRIENTE y de la TENDENCIA no cuentan con el apoyo del PVP quien ha preferido en los hechos mantiene una orientación "independiente".

\* Pese a que se mantienen ataques a la orientación comunista en el Movimiento Sindical y en el plano político, vemos también forma de acercamiento mas sutiles y menos expuestas. Parece tener un rol preponderante en los contactos con el P.C., Carlos Coitiño, dirigente del PVP. También debemos recordar los contactos asiduos que en Buenos Aires mantuvieron ARISMENDI con Hugo CORES.

En una misma dirección parece moverse el P.Socialista. Hay indicios e informaciones de un acercamiento al P.Comunista a todos los niveles. Acuerdos a nivel sindical en algunas áreas, similares posiciones con respecto al Frente Amplio, etc. Como contrapartida los acuerdos con la "99" parecían haberse enfriado especialmente por que el PS mantenía sus antiguas definiciones ideológicas y porque intento copar las estructuras creadas a nivel sindical con el acuerdo "98". Pese a esto en estos últimos días se ha creado una comisión mixta de ambos partidos a fin de discutir áreas de acuerdos y acciones comunes. Esto no es muy entendible dado que el PS critico duramente la idea del polo de "centro-izquierda". Cabe si pensar si no sera parte de una maniobra que con distintos propósitos confluyen en este nuevo acercamiento.

Muchas veces hemos señalado que el P.Socialista tiene un espacio reducido de definiciones, dado la similar definición ideológica que el P.Comunista, diferenciandose solamente en la actitud hacia la URSS y en matices de "amplitud" que ha pretendido dar hacia posturas calificada como de "socialismo democrático". Hay que pensar que entre los años 1972-73 hubo una alianza entre ambos Partidos (PC-PS) que incluso llevo a sacar un diario en conjunto: "ULTIMA HORA". Esta alianza terminó fracturandose cuando en mayo de 1972 son expulsados del Comité Central del P.Socialista.

*¿Gustar la manera a como las necesidades? (P.E.T.I.U.R.)*

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Unicef apoya plan de acción de políticas sociales dirigidas a niños y mujeres.

Llega mañana la directora regional para América Latina y el Caribe de Unicef, María Maurás Pérez

## Unicef apoya plan de acción de políticas sociales dirigidas a niños y mujeres

Con el propósito de entrevistarse con autoridades nacionales y realizar un seguimiento del Programa Quinquenal de Cooperación de Unicef con Uruguay, arribará mañana a nuestro país la directora regional para América Latina y el Caribe de ese organismo internacional, María Maurás Pérez. Maurás Pérez se reunirá ese mismo día con el ministro de Educación y Cultura, Antonio Meicader, y el ministro de Salud Pública, Guillermo García Costa. El martes, será recibida en audiencia privada por el presidente Luis Alberto Lacalle; se entrevistará con el director de la OPP, Javier de Hacedo, con el ministro de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu y con

el presidente de la Suprema Corte de Justicia, Luis Torello.

Maurás Pérez es socióloga de la Universidad Católica de Chile, ha realizado cursos de Salud Pública y Desarrollo Infantil en el Boston School of Public Health de Cambridge, dictó cursos de posgrado en Ciencias Sociales en la Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro y fue asistente de Investigación y Docencia en la Escuela de Sociología de la Universidad Católica de Chile.

El objetivo del Programa de Cooperación llevado a cabo por Unicef, es contribuir a la supervivencia, el desarrollo y protección de los niños logrando que ellos ocupen una prioridad ma-

yor en la agenda política, económica y social del país. Las acciones del Programa se concentran en aquellas zonas urbano-marginales de la capital y de los departamentos del interior, donde se encuentran los hogares con mayor pobreza, a los cuales pertenecen niños y niñas que no tienen la posibilidad de desarrollar en plenitud sus capacidades y potencialidades. El programa de cooperación tiene una duración de 5 años, y cuenta con un financiamiento de U\$S 3.750.000. Además, se está estudiando la financiación de otros proyectos en las áreas de Desarrollo Infantil, niños y estrategias de supervivencia, políticas sociales en nutrición, etc.

Dentro de este programa, se incluye el desarrollo infantil, la estimulación temprana, la educación inicial, la promoción de la salud materno infantil, la atención a niños en alto riesgo social, el apoyo al fortalecimiento del Instituto Nacional de la Mujer y el diseño de políticas sociales que incorporen el componente mujer como vía para el pleno desarrollo social de la población en su conjunto.

Unicef también apoya otros programas para el desarrollo de políticas en favor de la infancia. Se está apoyando la aplicación del Plan Nacional de Acción que cumple con el compromiso de la Cumbre Mundial de Jefes de Estado a Favor de la Infancia, y que establece un nuevo modelo de políticas sociales eficientes, dirigida a los grupos más vulnerables, en especial los niños y las mujeres, para ser ejecutadas por organizaciones públicas y privadas.

### Prioridad uno: los niños

El mandato de Unicef es fundamentalmente el mismo que se le confió originalmente, a saber: ayudar a proteger la vida de los niños y promover su desarrollo. Mientras más vulnerables son, mayor es el grado de prioridad que se les otorga.

El 11 de diciembre de 1946, durante su primer período de sesiones, la Asamblea General decidió por unanimidad crear el Unicef, llamado entonces Fondo Internacional de Socorro a la Infancia. En los primeros años de su existencia, los recursos del Fondo se destinaron en su mayor parte a atender las necesidades urgentes que tenían los niños en Europa de la posguerra y en China, de alimentos, medicinas y ropa. En diciembre de 1950, la Asamblea General modificó el mandato del Fondo para responder a las necesidades silenciosas, aunque críticas de innumerable niños de los países en desarrollo. En octubre de 1953, decidió que el Unicef debía continuar su labor como organismo permanente del sistema de las Naciones Unidas, y que se llamaría "Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia", pero que seguiría utilizando la sigla, muy conocida, de Unicef.

Dejando de diferenciar los objetivos humanitarios de los objetivos de desarrollo, el Unicef comenzó a brindar su asistencia a los países subdesarrollados en el marco de proyectos relacionados en particular con el mejoramiento de la nutrición, la atención primaria de la salud y la enseñanza básica de madres y niños, con la mayor participación posible de la gente a nivel de la comunidad.

En los años 60, empezó a formarse una asociación mundial en beneficio de la infancia, de un género y una amplitud hasta entonces desconocidos. Al conceder el Premio Nobel de la Paz al Unicef en 1965 se reconoció el hecho de que el bienestar de los niños de hoy es inseparable de la paz en el mundo de mañana. No obstante, a pesar de la ayuda internacional aportada a los proyectos en beneficio de los niños, las necesidades no disminuían. Se pidió entonces al Unicef

ampliar su programación, más allá de los proyectos sectoriales, para abarcar el proceso de desarrollo social y humanitario. El Unicef aceptó esta necesidad estratégica estableciendo la programación nacional y luego adoptando el enfoque de los servicios comunitarios.

Los principios de la estrategia de servicios comunitarios son evidentes en los programas de cooperación del Unicef, y sobre todo en el concepto de atención primaria de la salud que la OMS y el Unicef se comprometieron juntos a promover.

La Asamblea General proclamó 1979 como Año Internacional del Niño (AII), y designó al Unicef como organismo principal del sistema de las Naciones Unidas encargado de coordinar el apoyo a las actividades del AII, que se realizaban en su mayoría a nivel nacional. A fines del año, la Asamblea General designó al Unicef como organismo principal para las actividades complementarias del AII. El Unicef asumió de este modo la responsabilidad de señalar a la atención pública las necesidades y problemas comunes que tenían los niños tanto del mundo industrializado como del mundo en desarrollo. Aunque esto amplió la esfera de preocupación del Unicef, no por ello disminuyó la preocupación primordial del Fondo por los problemas de los niños de países en desarrollo.

El primer medio de defensa del niño, y el más seguro, es el de los padres, en particular la madre. El segundo es la comunidad local. En sus actividades de defensa de la infancia, así como en sus programas de cooperación, el Unicef trata de subrayar la gran importancia que tienen los servicios basados en la propia comunidad, servicios que planifican los miembros de la comunidad y de los que se hacen cargo ellos mismos.

La estrategia basada en los servicios comunitarios es de importancia especial para la aplicación de los medios más prácticos y económicos de salvar la vida de niños y proteger su salud y crecimiento. El Unicef cree que en un decenio se puede reducir a la mitad la tasa de mortalidad



La representante de Unicef se entrevistará con autoridades nacionales y tendrá contacto con la realidad de la infancia en nuestro país.

ENTRADO  
UNICEF

01-01

9500206

I. La debilidad actual de las organizaciones de masas dirigidas por el marxismo.

Si bien es cierto que podemos hacer una serie de distinciones acerca de las diferentes organizaciones de masas que se encuentran hegemonizadas y dirigidas por las fuerzas marxistas, - también lo es que todas ellas casi por igual se encuentran en la actualidad en un estado de debilidad muy acentuado en planos que son esenciales.

En particular podemos señalar ese fenómeno en los dos componentes mas importantes del llamado "Movimiento Popular", nos referimos a el Movimiento Sindical y al Movimiento Estudiantil.-

El Movimiento Sindical , agrupado en el P.I.T.-C.N.T., es vital para la estrategia de poder marxista. Los sindicatos son definidos como "ESCUELAS DE LA LUCHA DE CLASES"; ellos bajo la conducción de los marxistas operan como instrumentos que ayudan a la formación de la "conciencia política" de los trabajadores y como piezas claves en el movimiento de presión y hostigamiento que en forma permanente realizan al Sistema Democrático y al Gobierno del momento.

Este doble papel se encuentra comprometido debido a:

- \* Bajo número de personas sindicalizadas, el cual no existen índices actuales que muestren un aumento del mismo;
- \* escasa capacidad de movilización y convocatoria actual;
- \* debilidades organizativas ostensibles;
- \* identificación generalizada en la opinión pública entre el Movimiento Sindical y el Frente Amplio;
- \* Mala imagen pública debido a factores de descontento popular por las consecuencias sociales que ocasionan los paros y las huelgas; la extrema politización, etc. Debido a esto el PIT-CNT ha realizado contratos con expertos a fin de buscar los medios para mejorar su posición ante la opinión pública;
- \* Derrotas serias que sufrieron el año pasado que aumentar cada uno de los factores anteriormente señalados;
- \* Por último las divisiones internas dentro del Movimiento Sindical como extensión de las luchas de hegemonía entre las distintas corrientes marxistas. Esta "lucha de posiciones" ha sido según el momento causa o consecuencia de la situación.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO **UNICEF**

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

150015

12/9/94

501890

501889

504466

ese Uruguay por US\$ 3,7 mill. dol. para Prog. de coop. infantil

## Donación de UNICEF por U\$S 3,7 millones

Marta Maurás, directora para América Latina, inicia hoy visita a nuestro país

Entre hoy y el 14 de los corrientes, visitará oficialmente nuestro país, la Directora Regional para América Latina y el Caribe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), señora Marta Maurás Pérez. La visita se inscribe en la órbita de un convenio firmado con el Gobierno uruguayo, a través del cual la UNICEF otorgará 3.750.000 dólares para un Programa de cooperación infantil.

La directora del organismo internacional arribará hoy a las 11.40, donde será recibida por autoridades de UNICEF y jerarcas de la Cancillería de nuestro país. El mismo día se reunirá con el Ministro de Educación y Cultura, Dr. Antonio Mercader y con el Ministro de Salud Pública, Dr. Guillermo García Costa.

Asimismo, mañana la representante chilena Marta Maurás, será recibida en audiencia privada por el Presi-

dente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle en el Edificio Libertad.

En la misma jornada, se reunirá con el Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, Sr. Javier De Haedo, con el Ministro de Relaciones Exteriores, Sr. Sergio Abreu y el Presidente de la Suprema Corte de Justicia, Sr. Luis Torello.

Finalmente, el miércoles 14, mantendrá una reunión con el Intendente Municipal de Montevideo, Tabaré Gon-

zález y participará del Programa General de Coordinación, a la vez que realizará la presentación de proyectos.

### Convenio por cinco años

El Programa de Cooperación de UNICEF con Uruguay es un convenio por cinco años, de 1992 a 1996. La finalidad del mismo es contribuir al desarrollo infantil, las políticas sociales con respecto a los niños, la salud materno infantil, la juven-

tud, el SIDA y otros proyectos que involucren a los menores.

En nuestro país nacen pocos niños, de los cuales el 40% vive en condiciones de pobreza y marginalidad social. Por estos motivos es que se estudió la posibilidad de un programa de apoyo a la infancia.

Los objetivos se centran en la supervivencia, el desarrollo y la protección de los niños, logrando que ellos ocupen una mayor prioridad en la agenda política, económica y social del país.

Por otra parte, se pretende contribuir a la aplicación de estrategias y metodologías que potencien el uso de recursos locales, promuevan la participación comunitaria y complementen el esfuerzo

de organismos gubernamentales y no gubernamentales.

Las acciones del Programa se concentran en aquellas zonas urbano marginales de la capital y del interior, donde se encuentran los hogares con mayor pobreza.

De la misma forma, el Programa realizará acciones dirigidas a la sociedad en su conjunto, principalmente a líderes de opinión, para lograr que los Derechos del Niño sean respetados en su integridad.

### Desarrollo infantil

En lo que tiene que ver con el desarrollo infantil, el Programa de Cooperación de la UNICEF está implementando programas específicos en dos áreas. Una de ellas es la estimulación temprana a través de la cual se

busca la capacitación de padres, maestros y del personal de salud para disminuir el déficit de desarrollo psicomotor de los niños menores de 3 años, que se atienden en los consultorios de Salud Pública.

Otra de las áreas se centra en la educación inicial. La misma busca la participación familiar y ampliar su cobertura a través de jardines preescolares y el mejoramiento de la calidad de la oferta privada que existe en las zonas carenciadas.

En la órbita de la salud materno infantil, el Programa está desarrollando acciones en conjunto con el Ministerio de Salud Pública con la finalidad de incrementar la eficiencia y eficacia de sus programas.

ENTRADO

0902 00

01-01

9500204

o

el momento nadie que lo pueda sustituir en dicha posición.

Fue evidente que a su vuelta de las vacaciones que tomo en el mes de enero p.pdo., esos grupos hegemónicos cerraron filas entorno a SEREGNI, tratando de fortalecer por todos los medios su carácter de presidente y "líder" del Frente Amplio.

\*\*\*\*\*



Nº. DOCUMENTO.

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRODUCCIÓN

VINCULACIONES

*Declaración de la Directora de UNICEF en Uruguay*  
150483  
13/9/94  
501890  
501889  
501466

Directora del organismo reconoció que la situación es mejor que en otros países del área.

## Uruguay debe bajar niveles de malnutrición y aumentar lactancia materna, según Unicef

Si bien la situación de la infancia en Uruguay es mejor que la de la mayoría de los países latinoamericanos, se debe poner mayor énfasis en rebajar los niveles de malnutrición y aumentar los de lactancia materna, así como procurar ampliar la cobertura de la educación preescolar.

**L**o afirmó a *El Observador* la directora regional para América Latina y el Caribe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef), Marta Maurás.

La representante de Unicef consideró por otra parte que "es absolutamente inaceptable" que los países latinoamericanos se preocupen por contener la inflación y ampliar la infraestructura, teniendo un índice de mortalidad materna de entre 30 a 40 veces superior que los países desarrollados.

Marta Maurás —chilena— es socióloga de la Universidad Católica de Chile y comenzó su trabajo en Unicef en 1974 como consultora en materia de población. La jerarca de Unicef consideró que los convenios que la organización tiene con Uruguay apuntan a un



Marta Maurás

La directora regional de Unicef dijo que en la conferencia de El Cairo no se saldó "la deuda social con las mujeres".

"afinamiento" de la situación de la infancia ya que "en general aquí las tasas de cobertura de los servicios públicos y básicos son óptimas".

Destacó en Uruguay el acceso universal de la infancia a la educación primaria, la baja tasa de repetición en relación a otros países de América Latina y la atención a la juventud.

Sin embargo, señaló que Uruguay debe acentuar el aspecto nutricional de la población. En este sentido aseguró que se debe estimular la lactancia materna. "A pesar de que las tasas no son muy bajas, podría hacerse mucho más para fomentar que la madre le dé de mamar a su hijo no sólo por razones de salud, sino sobre todo por razones de afectividad".

Agregó que la malnutrición moderada y severa en Uruguay no es tan grave como en otras partes de América Latina, pero que "todavía es relativamente alta y hay espacio para bajarla teniendo en cuenta que el 10% de los niños menores de 5 años tiene desnutrición moderada".

Sostuvo también que en la educación preescolar, Uruguay está más

avanzado que otros países, pero debe procurar la cobertura del 50% de niños que restan acceder a esta área de la enseñanza.

### Oportunidad desaprovechada

La representante de Unicef y experta en temas de población, consideró que es "una tremenda lástima" que en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo que termina hoy en El Cairo "se haya gastado tanto tiempo en el aborto". Si bien reconoció que el tema es controvertido considera que "ha habido mucha radicalización de posiciones que ha impedido ver los temas más grandes".

Por ejemplo dijo que no se profundizó sobre "la tremenda deuda social con las mujeres", a través de la ausencia de mayores inversiones en salud de la mujer, salud reproductiva y maternidad segura.

"Es absolutamente inaceptable que en países como los nuestros, donde nos estamos prejiando de contener la inflación y de invertir en infraestructura, tengamos nive-

les de mortalidad materna de 30 a 40 veces más que en los países industrializados", agregó.

En relación a los problemas de población en América Latina, Maurás dijo que se debe invertir para mejorar las políticas sociales, incluyendo la planificación familiar. Señaló que las estadísticas indican que uno de cada tres nacimientos en el continente no es deseado. "Las mujeres no han querido embarazarse, pero no han tenido los medios para no hacerlo y además saben que no tienen los medios para mantener a sus hijos", explicó.

Por otra parte, la directora regional de Unicef expresó que los recursos con que cuenta el organismo para América Latina son "muy pequeños pero colocados muy estratégicamente en temas cruciales". Unicef gasta en la región el 8% de su presupuesto, lo que significa unos 70 millones de dólares, menos que lo que gasta el Ministerio de Salud Pública en Uruguay. Los programas con Uruguay alcanzan los US\$ 3.750.000.

Unicef es un fondo voluntario que depende de las contribuciones de los

### Proyecto para apoyar liderazgo femenino en esfera política

A NIVEL LATINOAMERICANO, Unicef acaba de concertar con el Banco Interamericano de Desarrollo, Unifem y la Comisión Latinoamericana de Mujeres un proyecto de diez años para apoyar y promover el liderazgo femenino en política, según anunció Marta Maurás.

El objetivo es apoyar a la mujer que tiene vocación de servicio público en actividades políticas, desde su participación en el Parlamento y el gobierno hasta los partidos políticos.

Maurás explicó que uno de los fenómenos mundiales es que a medida que va aumentando la participación de la mujer en otros órdenes, ha ido disminuyendo en la política. "A nosotros nos preocupa que el mundo de la política sea un mundo masculino y en consecuencia un mundo incompleto", sostuvo.

El programa, que también tendrá alcances en Uruguay, busca ayudar a las mujeres a reconocer que pueden aportar una visión femenina en lo político y darles herramientas a través de la capacitación técnica. Además, se plantea que sean las mujeres las que tomen los temas específicos de política social. ■

gobiernos y las personas. Actualmente tiene un presupuesto total de casi mil millones de dólares al año.

Maurás afirmó que "Unicef se ha ido convirtiendo en una agencia distinta porque tiene un mandato universal que abarca no solamente a los niños en el mundo en desarrollo". Unicef tiene el papel "de promoción de los derechos del niño en Estados Unidos, en Suecia así como en Mozambique o Uruguay, o en cualquier otro país", subrayó Maurás.

Además abarca a niños y jóvenes desde los 0 a 18 años en su concepción integral, desde la salud, la alimentación, el desarrollo mental y la afectividad hasta la socialización. ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500208

H. PROCESO DE FORMACION Y DESARROLLO DE UN POLO "MARXISTA"  
LENINISTA"

Desde el punto de vista teórico y de la praxis revolucionaria de los últimos procesos triunfantes o en desarrollo (Nicaragua y El Salvador) el tema de la "unidad de las fuerzas revolucionarias" (o sea de las distintas formaciones marxistas-leninistas que se autoarrogan el papel conductor) es un tema básico y fundamental para el triunfo de la "revolución".

Esa "unidad de las fuerzas revolucionarias" debe darse en el contexto de la "unidad del conjunto de las fuerzas progresistas", en este caso dentro del F. Amplio o en el futuro Frente de Liberación Nacional.

Es debido a eso de que debemos mirar con atención aquellos indicios que nos sugieran acercamientos de ese tipo, mas alla de las diferencias o pugnas "vanguardistas" que se pueden dar en el momento actual.-

Un elemento clave de la situación es la figura de ARAUJO quien se ha convertido en la "figura pública" de las fuerzas marxista-leninista, alabado aún por el Movimiento de Liberación Nacional. Cabe recordar que el propio ARAUJO comento tiempo atrás que su idea había sido antes de las elecciones de 1984 en convertirse en un factor aglutinador de todas las fuerzas marxistas del F.A., lo que era un proyecto mas amplio del que finalmente cristalizó en "Democracia Avanzada".

Tampoco debemos olvidar que antes de fin de 1986 se comento en la prensa citando fuentes de izquierda que "Democracia Avanzada" proyectaba ampliar su espectro con la posible presencia del Movimiento 26 de Marzo-Seispuntista y el Partido por la Victoria del Pueblo.

Como hemos informado anteriormente parece ser que los vínculos de ARAUJO con el Movimiento Seispuntista son muy fuertes y se cristalizan en ciertas operaciones comerciales como es el caso de CREDISOL.

Otro elemento de juicio que importa a la hora del análisis es que el P. Comunista siempre ha intentado tener un "puente" hacia la izquierda mas radical en lo táctico. Su actitud inicial frente al MIN en la década del 60' no fue de rechazo sino de intentar dominarlo desde dentro para hacer compatible la acción de ambos grupos. Mas adelante la creación del Movimiento Seispuntista fue una posibilidad de reorganizar al viejo movimiento Tupamaro bajo su égida proyecto que fracaso por la postura de la dirigencia histó-

\* Otro de los integrantes del grupo de viejos no ha estado desvinculado

\* Es otra herencia que no han desvinculado



Nº. DOCUMENTO  
TITULO *El 13/9/94 se reunió la Directora de Unicef con el Pre. Lacalle.*  
PROCEDENCIA *150023*  
FECHA DE PROCELI *13/9/94*  
VINCULACIONES *501890*  
*501889*  
*511078*  
*507466*

## Directora de Unicef se reúne hoy con el presidente Lacalle

■ La directora regional de Unicef, Maurís Pérez, se entrevistó ayer en su primer día de visita a nuestro país con el ministro de Salud Pública, Guillermo García Costa, con quien analizó las áreas en las que trabaja Unicef en Uruguay y que conciernen al tema salud.

Ambos jerarcas tocaron el tema de la salud materno-infantil, buscando la forma de mejorar los sectores más carenciados. Unicef está apoyando proyectos en Uruguay sobre prevención de enfermedades respiratorias agudas y accidentes, control prenatal y control de la embarazada, y transferencia de conocimientos a la familia y a la comunidad para el autocuidado en salud. Otro tema en el que se trabaja, y que fue motivo del diálogo entre Maurís y García Costa fue el

embarazo en adolescentes, la adolescente y su atención integral, todo dentro de un programa de estilo de vida sano.

Por otra parte, con el ministro de Educación y Cultura, Antonio Mercader, se analizó el trabajo del Instituto Familia y Mujer que está bajo la dirección de esa Secretaría de Estado, y se evaluaron políticas para ese sector de la población. La intención es que la mujer se incorpore al desarrollo pleno y social de la comunidad. A última hora cenó con el intendente de Montevideo, Tabaré González. Hoy será recibida por el presidente Luis Alberto Lacalle en audiencia privada y por el ministro Sergio Abreu, para seguir evaluando la marcha de los convenios Unicef-Uruguay.

ENTRADO

CRUZ DO

01-01

9500209

#### G. EL LIDERAZGO DE SEREGNI Y SU IMAGEN PRESIDENCIABLE

A nuestro entender el liderazgo de SEREGNI debe ser analizado teniendo en cuenta entre otros los siguientes factores:

1. Que margen y voluntad de "independencia" tiene;
2. Si realmente tuvo o tiene un proyecto propio, lo que alguien definió en el pasado como el "Partido Seregnista";
3. Su imagen interna dentro de la coalición;
4. Su imagen ante la opinión pública; su imagen como posible "Presidenciable";
5. Si existe un posible sustituto que ofrezca las mismas "garantías" que SEREGNI ofrece;

Con respecto al primer punto, esta claro que la imagen de "independencia" de SEREGNI existe en la medida de que sus puntos de vista coinciden y sirven a las fuerzas hegemónicas del F.A. y en especial ahora, como puntal para someter ciertos matices estratégicos no aceptables para esos grupos. No en balde enseguida de que se conocieron los temas tratados en el conclave de "CITY PARK", las voces de apoyo vinieron justamente de las filas del P.Comunista, Socialista y por la Victoria del Pueblo.

Referente al segundo tema, la falsa expectativa creada a partir de 1985, acerca de la perspectiva de un proyecto "seregnista" estuvo avalada por problemas coyunturales - vinculados al crecimiento de la imagen pública del propio SEREGNI y al resultado electoral obtenido por BATALLA- confundiendo el propósito de sus declaraciones sobre algunos temas. Realmente el proyecto nunca existió, simplemente fueron matices que como Presidente de la coalición fue impulsando y que si observamos nunca estuvieron enfrentados al poder del P.Comunista dentro de la coalición.

Acerca de su imagen interna dentro de la coalición, no hay duda que su poder de convocatoria ha bajado a niveles alarmantes, - creciendo en contraposición la figura de ARAUJO quien nuclea a sectores bien definidos: P.Comunista, Ultra-Izquierda y otros grupos revolucionarios.

Su imagen como posible Presidente, también se encuentra en un nivel muy bajo. Aquella disputa con FERREIRA ALDUNATE en Canal 10 TV fue un duro traspie para su imagen.

Sin embargo y pese a todo SEREGNI sigue ofreciendo garantías de confiabilidad para los grupos hegemónicos del FA y no hay por

\* Apoyo marxista  
??  
\* Esto es consecuencia del cambio para su campaña Propaganda  
\* No lo que ven en las noticias

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

Representante de Unicef en Egipto, escape a atentado.

PROCEDENCIA

150023

FECHA DE PROCESO

18/9/94

VINCULACIONES

50890

50889

65841

## Representante de Unicef escapa a atentado; 5 muertos

Rep. 18/9

El Cairo (ANSA)

Se siguen los derramamientos de sangre en Egipto, donde el representante de la Unicef, Bakr Naimati (de nacionalidad norteamericana) escapó ayer a un atentado en el cual murieron un fotógrafo egipcio, de la agencia de la ONU para la infancia, y cuatro policías, y en el que resultó herida una funcionaria egipcia de la Unicef.

El atentado, ocurrido a 20 kilómetros al norte de Luxor (670 km. al sur de El Cairo), es probablemente obra de integristas islámicos de la organización clandestina "Jamaa islamiya" que, para huir a las cotidianas redadas en la región de Assiut (300 km al norte hacia El Cairo) —donde desde hace varias semanas no hubo atentados— de desplazaron más al sur y más al norte, logrando evidentemente reorganizarse.

Transcurridos sin incidentes los nueve días de la Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo (cuyos participantes extranjeros habían sido amenazados de muerte por la Jamaa), los militantes musulmanes relanzaron la ofensiva contra el régimen de Hosni Mubarak apenas las fuerzas de seguridad disminuyeron los controles.

Desde el lunes pasado, incluso el atentado de hoy, los militantes musulmanes mataron a siete policías y a un civil, e hirieron a siete agentes y a seis civiles en varios atentados en el norte (en la zona de Minya) y al sur de Assiut, hacia

Qena, donde el 26 de agosto la Jamaa asesinó a un joven español de 13 años.

El representante de la Unicef, acompañado por tres funcionarios y el fotógrafo Labib Ibrahim, se dirigía de Luxor a Qena para presenciar la inauguración de un programa de desarrollo, en un vehículo escoltado por la policía, cuando los terroristas —tres, según la policía— salieron de las plantaciones de caña de azúcar.

Constante Muzio, director de información de la ONU en El Cairo, declaró a ANSA que consideraba que el atentado era contra la policía. Los terroristas dispararon contra el auto en el cual viajaban un oficial, dos agentes y un recluta que conducía, matándolos inmediatamente.

Sólo después dispararon contra el vehículo de la Unicef, que no llevaba las insignias de la ONU.

El balance, según Muzio, podría haber sido más grave y lo peor se evitó gracias a la rapidez y habilidad del conductor del vehículo, quien dio marcha atrás ni bien el fotógrafo fue baleado y la funcionaria Hanaa Singer fue herida en la cabeza en modo no grave, y logró salir del radio de acción de los terroristas, que antes de huir recogieron las armas de las víctimas.

Las fuerzas del orden lanzaron una vasta caza a los terroristas mientras la televisión estatal observa silencio total sobre este nuevo atentado contra el poder.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500210

Finalmente, para alejar cualquier tipo de ilusión sobre la actitud de los PP.CC, quedemos citar la parte final del di curso de Rodney Arismendi ante el Congreso del P.Comunista Argentino realizado en 1986:

\* "NUESTRA AMERICA LATINA SE HA PUESTO DE PIE, CONTINENTE EN EBULLICION ,DICEN ALGUNOS. EN VERDAD,LA SEGUNDA GUERRA DE INDEPENDENCIA DE QUE HABLARA MARTI HA HECHADO A ANDAR POR NUESTRAS TIERRAS Y YA HABLA CON GARGANTA PODEROSA EN CUBA Y NICARAGUA Y CONVOCA A LA CREACION IMAGINATIVA Y CONSTANTE DE LOS FRENTES DE LIBERACION"

\*\*\*\*\*

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO La Unicef reconoció

PROCEDENCIA 50023

FECHA DE PROCEDENCIA 19/9/94

VINCULACIONES 501090  
501089  
501466

*liderazgo de Uruguay en políticas sociales.*

**La directora para América Latina del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, Marta Maurás, dijo que los países deben atender la problemática de los niños de la calle**

# La Unicef reconoció el liderazgo de Uruguay en políticas sociales

La directora para América Latina del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef), Marta Maurás, destacó hoy el liderazgo uruguayo en políticas sociales. La funcionaria internacional destacó que en los últimos años se han producido "muchas innovaciones en este país en el campo social, que de-

ben ser transmitidas a otros países". Maurás realizó la semana pasada, una visita oficial a Uruguay y se reunió el presidente Luis Alberto Lacalle, ministros, funcionarios judiciales y representantes de organismos públicos y privados relacionados con el tema de la infancia.

La funcionaria recordó que el

presidente de Uruguay le comunicó la necesidad de avanzar en "el gerenciamiento social" para "dar un mejor aprovechamiento a las inversiones sociales, especialmente en salud y educación, según constató un cable de IPS.

Maurás recordó que en muchos sectores sociales, este país sudamericano ya cumplió las metas que muchos otros se plantean para el año 2000. A pesar de ello, destacó que hay varios sectores en los que se debe avanzar rápidamente. Entre estos destacó la participación del sector privado, especialmente de las Organizaciones no Gubernamentales (ONGs) en la aplicación de políticas sobre infancia y en la

necesidad de modificar parte de la legislación penal relacionada con el tema. "El niño es un ser con derechos", comentó la funcionaria quien precisó que esta definición "es fácil de decirlo teóricamente pero difícil de llevarla a la práctica". Maurás consideró que otro sector donde se debe dar un rápido avance es en la atención de los llamados "niños de la calle". La visitante informó que con Lacalle evaluaron las formas de que el tema de la infancia esté presente en la cumbre hemisférica de diciembre en Miami "para impulsar la inversión social", como forma de crear "una sociedad y una economía más sana".



La directora de la Unicef, Marta Maurás, se entrevistó con el presidente Luis Alberto Lacalle y le expresó que Uruguay es un país avanzado en políticas sociales.

OTRO \_\_\_\_\_

OTRO \_\_\_\_\_

01-01

9500211

o Por ejemplo una práctica o "modus operandi" muy común de los PP.CC. en el continente es actualmente crear y apoyar - una organización "diferente" que es quien organiza la lucha guerrillera. Tal es el caso del Movimiento TUPAC AMARU en Perú, el de las FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS COLOMBIANAS y del FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ en Chile. Tales organizaciones le permiten "vanguardizar" la lucha armada y a la vez seguir usufructuando las posibilidades legales o semilegales de actuación política.

Un distinguo importante de hacer es que mientras en Cuba y Nicaragua los Partidos Comunistas nativos, el Partido Socialista Popular y el Partido Comunista Nicaraguense respectivamente, eran fuerzas de poca envergadura y el proceso revolucionario fue "vanguardizado" por una conjunción de grupo marxistas sin preponderancia de ninguno, en el caso del URUGUAY el P.Comunista es la fuerza mas relevante de la izquierda, por lo que cualquier proceso insurgente para poder lograr una eventual victoria debe contar con el apoyo de este.

De suma utilidad para hacernos una composición de lugar son las palabras de Manuel PIÑEIRO LOSADA, Jefe del Departamento América del P.C.Cubano y ex-Jefe de Inteligencia de ese país, quien en una conferencia de líderes comunistas de A.Latina realizada en La Habana en Abril de 1982 ofreció un discurso muy claro acerca de la estrategia de los movimientos revolucionarios. PIÑEIRO dijo en ese evento:

"EL PROCESO UNITARIO ABARCA A TODAS LAS FUERZAS MOTRICES DE LA REVOLUCION Y A LOS SECTORES DEMOCRATICOS ALIADOS, PERO SU - NERVIO VITAL ES LA UNION SOLIDA DE LA VANGUARDIA. LO CIERTO ES QUE CUANDO LOS DIFERENTES DESTACAMENTOS DE LA IZQUIERDA LOGRAN CIMENTAR LA UNIDAD DE ACCION, TIENEN UNA ESTRATEGIA COHERENTE Y SOSTIENEN TACTICAS DE LUCHAS COMUNES, LAS MASAS POPULARES -SOLIDARIAS ENTRE SI POR INSTINTO-MULTIPLICAN ESA UNIDAD, HASTA HACER LA VIRTUALMENTE IRREVERSIBLE"

"...EN LAS CONDICIONES ACTUALES DE LA MAYORIA DE NUESTROS PAISES, LO DECISIVO NO ES PONER EL AGENTO EN LOS OBJETIVOS FINALES O POSTERIORES DE LA LUCHA, SINO EN LAS CONSIGNAS MAS AGLUTINADORAS DIRECTAMENTE VINCULADAS CON LAS CIRCUNSTANCIAS QUE MAS ASFIXIAN LA VIDA DE LOS PUEBLOS. TANTO EN EL ORDEN ECONOMICO, SOCIAL, COMO POLITICO"

"EL TERCER Y ULTIMO FACTOR, JUNTO CON LA UNIDAD Y LAS MASAS,

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Unicef invierte 3 mill. de dólares en la niñez uruguaya.

150015

6/9/94

501890

501888

507466

# UNICEF invierte 3 millones de dólares en la niñez uruguaya

*En Uruguay, los niños son un recurso escaso, por lo tanto invertir en ellos desde la primera infancia es invertir en el futuro del país. Esta premisa guía el ambicioso programa de cooperación de UNICEF con nuestro país. Se inició en 1992 y tiene un monto de 3 millones 750 mil dólares.*

No sólo pocos, también pobres: el 40 % de los niños uruguayos vive en condiciones de pobreza y marginalidad social, índice registrado reiteradamente por los censos y encuestas y elemento central en las consideraciones generales del programa UNICEF para la infancia, presentado recientemente por la socióloga Marta Mauras Pérez, directora de esta organización internacional para América Latina y el Caribe.

La ejecutiva de UNICEF estuvo días pasados en Uruguay para concretar la permanencia del programa que se iniciara en 1992 y que se prevé continúe al menos hasta 1996.

El objetivo general del programa de cooperación es contribuir a la supervivencia, el desarrollo y protección de los niños logrando que ellos ocupen una prioridad mayor en la agenda política, económica y social del país.

"Se pretende contribuir a la aplicación de estrategias y metodologías que potencien el uso de recursos locales, promuevan la participación comunitaria y complementen el esfuerzo de organismos gubernamentales y no gubernamentales.

## A los más pobres

Las acciones del programa se concentran en aquellas zonas urbanas marginales de la capital y de los departamentos del interior donde se encuentran los hogares con mayor pobreza, a los cuales pertenecen niños y niñas que no tienen la posibilidad de desarrollar en plenitud sus capacidades y potencialidades.

También se realizan acciones dirigidas a toda la sociedad uruguaya, y principalmente a sus líderes de opinión, para que los Derechos del Niño se respeten en su integridad.

## Desarrollo Infantil

Los niños menores de 5 años de los hogares



Los niños de nuestro país estarán todos contemplados por UNICEF, en el marco del Programa que suscribió con nuestro país.

más pobres tienen escaso acceso a programas de educación inicial, lo que dificulta su desarrollo integral. Para ello el programa de cooperación de UNICEF está implementando programas específicos en las siguientes áreas:

1-Estimulación temprana. A través de la capacitación de padres, maestros y del personal de salud, se pretende contribuir a la disminución del déficit de desarrollo psicomotor de los niños menores de 3 años que se atienden en los

consultorios de Salud Pública.

2-Educación inicial. Se están apoyando modalidades no convencionales de educación inicial que incluyan la participación familiar y comunitaria y buscan ampliar la cobertura a través de jardines infantiles no convencionales focalizados en sectores urbano marginales de Montevideo y del Interior, también por el mejoramiento de la calidad de la oferta privada existente en las zonas carenciadas.

## Salud materno infantil

En este plano se trata de concretar el acceso de los sectores más carenciados a la atención en salud materno-infantil, fortaleciendo las acciones de promoción, fomento y recuperación de la salud.

Se realizan así acciones en conjunto con el Ministerio de Salud, con el objeto de incrementar la eficiencia y eficacia de los programas. Los proyectos tienen que ver con la prevención de enfermedades respiratorias agudas y accidentes, el control prenatal y control de embarazada, la transferencia de conocimiento a la familia y a la comunidad para su autocuidado de salud y también la prevención del embarazo en adolescentes y atención integral a la adolescente embarazada y madre, dentro de un programa orientado a promover estilos de vida sana para los jóvenes.

## Niños y niñas en alto riesgo social

Otro grupo de programas incluye el apoyo a niños en circunstancias especialmente difíciles: niños institucionalizados del INAME, niños en situación de calle y los niños en estrategias de sobrevivencia.

Se persigue entonces el fortalecimiento del INAME y la introducción de modelos no convencionales de atención alternativas a la institucionalización para apoyar el proceso de desinternación de aquellos menores que puedan ser atendidos en sistemas abiertos.

Por otro lado se prevé apoyo específico al Instituto Nacional de la Mujer y el diseño de políticas sociales que incorporen el componente mujer como vía para el pleno desarrollo social de la población.

ENTRADO

CRUZ-00

01-01

9500212

Podemos agregar como un fenómeno por demás preocupante el creciente apoyo político y financiero de organismos oficiales extranjeros y entidades privadas de diferente índole de países del mundo democrático, dan a cualquier iniciativa de carácter "social o económica" que provenga de grupos marxistas uruguayos.

Un somero análisis del apoyo que cuentan organismos como el SERPAJ, SERVICIO ECUMENICO SOLIDARIO, FUCVAM, ect, señalan claramente que sus fuentes de financiamiento están en el exterior y se canalizan al fortalecimiento económico de organizaciones políticas como el caso del MLN, bajo el argumento de ayudar a la reinserción de los "ex-presos políticos".

De idéntica manera actual la COMISION DEL REENCUENTRO que ha canalizado sumas muy importantes para instituciones formadas por cuadros marxistas, tales como la "ESCUELA KELLER". (\*)

Sumemos a esto el apoyo y aval político que han recibido notorios dirigentes marxistas uruguayos por parte de gobiernos democráticos. Para una mejor ilustración del punto al cual nos estamos refiriendo transcribimos algunos párrafos de un informe de un diplomático uruguayo relativo a la actitud de Suecia:

+ "Es prácticamente imposible cuantificar la ayuda financiera a grupos o instituciones que directa o indirectamente están vinculados a movimientos políticos"

+ "Esta gestión la realizan miembros de esos movimientos que aún permanecen aquí (en Suecia) y seguirán permaneciendo, justamente para poder seguir manteniendo financieramente la actividad allí (en Uruguay). Ese fue el mensaje - directiva de SENDIC cuando visitó SUECIA. Esta gente al cabo de 11 o 12 años han desarrollado una estrecha vinculación a nivel político, con el ala radical de la Social Democracia, que está dispuesta a ayudarlos financieramente y, a nivel social, con una cantidad de organizaciones que en los últimos años han aflorado para atender los requerimientos del importante contingente de refugiados, entre otros, el Consejo de Iglesias, algunas organizaciones de la Iglesia Luterana, las juventudes del Partido Social Demócrata, etc"

*En realidad es apoyo del IT  
canalizado por ORL SD*

(\*) Días atrás se conoció el apoyo que el organismo oficial sueco, "SIDA" dará a la Comisión del Reencuentro, presidida por el diputado VAILLANT. Los aportes serán de mucha significación y servirán sin duda para acentuar este proceso que hemos detallado.-



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO Unicef denuncia mal trato de niños en Brasil.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROCEDENCIA 23/9/94

VINCULACIONES 501890  
501889  
30044  
504482

El 75 % de los niños de la ciudad de Franca en Sao Pablo, puestos a trabajar en condiciones  
infrachumanas <sup>Jw</sup> <sub>23/9</sub>

### **MILES DE NIÑOS EXPLOTADOS EN BRASIL DENUNCIA UNICEF**

*Un informe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) denunció hoy, jueves, el empleo ilegal y en condiciones infrachumanas de niños en las fábricas de calzado de la ciudad de Franca, en el interior del estado brasileño de Sao Paulo.*

Las industrias de Franca, mayor centro de fabricación de calzados del país, emplean el 75 por ciento de los niños entre los siete y trece años residentes en la ciudad del interior paulista, según el informe.

La mayoría de los menores recibe por su trabajo apenas 38 dólares al mes, no tiene registro profesional, derecho a vacaciones, seguridad social, gratificación anual, y en algunos casos la jornada excede las ocho horas reglamentarias.

Los técnicos de la UNICEF consideraron «horribles» los resultados de la investigación, realizada en conjunto con la Organización del Trabajo (OIT) y la Central Unica de Trabajadores (CUT).

De los 1.561 niños entrevistados en 16 escuelas de la ciudad de Franca, el 12 por ciento no gana ningún salario -trabajan a cambio de comida-, unos 303 ganan seis dólares al mes, y 200 trabajan entre ocho y 13 horas por día.

El documento calculó que 4.000 niños trabajan en las fábricas, muchas de ellas instaladas en los patios de las residencias, en ambientes con sanidad inadecuada, olor a pegamento y con el ruido de las máquinas.

La fiscal laboral Adriana Bizarro anunció que interpondrá una acción pública para garantizar el cumplimiento de una ley que prohíbe el trabajo de menores de 14 años y demandar responsabilidades por la violación de los derechos de los niños.

ENTRADO 7

CRUZ-DO 7

+ "El Movimiento femenino de la Social-Democracia contribuye para el mantenimiento de la Casa Sueca en Montevideo. El famoso grupo de las mujeres Lourdes Pintos. Creo que al respecto no es necesario agregar mas nada. Pero esta gente despliega una vasta "ayuda social". Recibe ayuda financiera del Partido Social Demócrata, así como material, útiles e instrumental."

+ "A mi juicio existe una ayuda cuasi oficial al menos en el aspecto de un apoyo moral. Por ejemplo, SENDIC fue recibido en la Cancillería sueca. En su momento me enteré de ello y enfrentado Christer Person, funcionario de confianza de Schori, a quien acompañó a Montevideo, no tuvo más remedio que aceptarlo. Me dijo que ellos tienen como política recibir a "guerrilleros" para conocer la versión directa de cómo ven la situación del país"

+ Por último y refiriéndose al tema de la "reconciliación" el informe del diplomático uruguayo en Suecia señalaba con respecto a los exilados que "a mi juicio son gente difícil de vencer de que es necesaria la reconciliación para poder poner en marcha al país" y agrega "un gran número de ellos es inconcencible y continúan con sus viejos slogans. Lamentablemente tienen sus contactos con elementos influyentes de la Social Democracia y son oídos".

Finalmente y volviendo al enfoque inicial, si bien las FFAA tienen una ventaja indiscutible desde el punto de vista operativo y logístico sobre cualquier tipo de insurgencia, a la larga - la experiencia histórica así lo demuestra - no podrán vencer en una guerra prolongada sin apoyo popular - canalizado a través de los Partidos Políticos y con apoyo internacional. Por eso nunca podemos perder de vista el hecho de que la estrategia marxista en su VIA DE APROXIMACION busca provocar situaciones que dividan las instituciones que pueden asegurar la sobrevivencia de la democracia.-

Para el final de este numeral queremos analizar brevemente el tema de la "unidad de las fuerzas revolucionarias" y su relación con un proceso insurreccional.

Al respecto creemos que el proceso más probable es que las acciones armadas sean llevadas a partir de ciertas condiciones aceptables o por un frente de organizaciones, o iniciandolas una pero con el aval y apoyo del resto.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Este posibilidad de convertir a ONU su fuerza policial*

PROCEDENCIA *150004*

FECHA DE PRESENTACIÓN *21/1/94*

VINCULACIÓN *501009*

Los funcionarios de las Naciones Unidas tienen dificultades para persuadir a los estados miembros para que "hagan su parte" en el mantenimiento de la paz mundial. Tras la muerte del comunismo y la proliferación de conflictos locales, ésta es una de sus funciones fundamentales.

Por primera vez desde su creación existe la posibilidad de transformar a la ONU, y convertirla en una fuerza policial global. No obstante, esa parece una empresa difícil de alcanzar. Los estados miembros carecen tanto de dinero como de voluntad para fundar un cuerpo permanente, obligando al secretario general de la organización, Boutros Boutros-Ghali, a dedicar la mayor parte de su tiempo a negociar para conseguir tropas. El personal militar y la policía civil que operan bajo los auspicios de la ONU suman actualmente unas 70.000 personas. Provenientes de los diversos estados miembros, esta fuerza es escasa si se considera que la población mundial casi alcanza los seis mil millones de almas.

#### ■ Contribución despreciable

El problema es que la carga militar no es compartida igualmente. Pese a que algunos gobiernos occidentales —particularmente Gran Bretaña y Francia— tienen un historial irreprochable en lo que refiere a la respuesta a los llamados de Nueva York, algunas de las naciones más ricas y poderosas hacen una contribución despreciable en este campo.

Las cifras de la ONU revelan que entre las tres potencias económicas del mundo —Estados Unidos, Alemania y Japón— aportan menos de 800 efectivos a las fuerzas de paz de la ONU.

Estados Unidos tiene unos 650 soldados apostados en Bosnia, y unos pocos observadores militares en Angola y Sahara Occidental; Japón tiene unos 50 hombres en Mozambique; y Alemania apenas cinco policías civiles en Sahara Occidental y un par de observadores militares en Georgia.

Washington argumenta que más que con hombres, contribuye con apoyo financiero y logístico, lo cual es cierto. Estados Unidos paga 31% del presupuesto total de las misiones de mantenimiento de paz y es el único país capaz de transportar grandes contingentes de tropas, junto con sus equipos y abastecimientos, a las zonas de conflicto en cuanto ello sea solicitado.

El historial de Alemania y Japón es, en tanto, muy pobre. Medio siglo después de la finalización de la Segunda Guerra Mundial, la política exterior de Berlín —al igual que la de Tokio— está determinada por un implacable antimilitarismo. Ambos son renuentes a alentar la creación de una fuerza permanente de paz global. Alemania paga apenas 9% del presupuesto total de las misiones de mantenimiento de paz de

**La mayor parte de los países ricos no quieren involucrarse, pero a los soldados de los países pobres la paga les resulta atractiva**

## Escasea el dinero y falta voluntad para convertir a la ONU en policía del mundo

la ONU, y Japón 12,5%.

Francia, además de aportar 6.600 hombres, paga 7,6% de ese presupuesto, mientras Gran Bretaña colabora con 3.200 hombres y paga 6,3% de los 3.200 millones de dólares anuales que se requieren para estas misiones.

La actitud de los ricos estados petroleros del Medio Oriente también deja mucho que desear. Como Alemania y Japón, Kuwait y Arabia Saudita ayudaron a financiar la operación *Tormenta del Desierto* en 1991, pero actualmente no contribuyen con un solo hombre. Los dos países árabes que han enviado soldados a misiones de paz —Egipto y Jordania— no tienen petróleo.

#### ■ Atractivo para países pobres

En contraste, el historial de algunas naciones pobres es impresionante. Los tres países del subcontinente indio —India, Pakistán y Bangladesh— suman 20% de todas las fuerzas de la ONU estacionadas en los distintos puntos conflictivos del mundo. Zambia, en tanto, pone a disposición de la ONU más soldados que Estados Unidos, Japón y Alemania juntos.

Esto no es por una mera actitud altruista. Un vistazo sobre las economías de los países en desarrollo revela que muchos de ellos están desesperados por obtener moneda fuerte, y los 988 dólares mensuales pagados —por lo menos en teoría— por la ONU a cada soldado son muy atractivos.

Además, muchos de los países que contribuyen con personal, tienen poderosos cuadros militares y grandes ejércitos, por lo que el envío de tropas es fácil y deseable.

Los hechos económicos que explican el dominio de las operaciones de mantenimiento de paz por el mundo en desarrollo sorprenden más cuando se toma en cuenta la riqueza relativa de los estados miembros.

De acuerdo con cifras del Banco Mundial, el ingreso anual *per cápita* de Zambia era de 291 dólares en 1992, contra 23.258 dólares en Estados Unidos, 23.168 dólares en Alemania y 28.389 dólares en Japón.

Pakistán, que aporta un tercio del contingente de 18.000 hombres de la misión de paz en Somalia, tiene un PBI *per cápita* de 412 dólares, el doble que Bangladesh y la tercera parte del de India.

Estas diferencias han sido implacablemente explotadas por algunas de las naciones más ricas. Occidente sufre presiones para intervenir en partes del mundo en las que no tiene intereses estratégicos, y contrata mer-

*Document*  
*image*

ENTRADA  
CRUZADO

9500214

CI-02

que tengo de llegar a conocerte.

Cree que no pierdes nada si intimamos  
mediante mensajes en los dias que restan de  
campamento.

Espero tu respuesta  
Tu amigo/a invisible.

Los funcionarios de las Naciones Unidas tienen dificultades para persuadir a los estados miembros para que "hagan su parte" en el mantenimiento de la paz mundial. Tras la muerte del comunismo y la proliferación de conflictos locales, ésta es una de sus funciones fundamentales.

Por primera vez desde su creación existe la posibilidad de transformar a la ONU, y convertirla en una fuerza policial global. No obstante, esa parece una empresa difícil de alcanzar. Los estados miembros carecen tanto de dinero como de voluntad para fundar un cuerpo permanente, obligando al secretario general de la organización, Boutros Boutros-Ghali, a dedicar la mayor parte de su tiempo a negociar para conseguir tropas. El personal militar y la policía civil que operan bajo los auspicios de la ONU suman actualmente unas 70.000 personas. Provenientes de los diversos estados miembros, esta fuerza es escasa si se considera que la población mundial casi alcanza los seis mil millones de almas.

#### ■ Contribución despreciable

El problema es que la carga militar no es compartida igualmente. Pese a que algunos gobiernos occidentales —particularmente Gran Bretaña y Francia— tienen un historial irreprochable en lo que refiere a la respuesta a los llamados de Nueva York, algunas de las naciones más ricas y poderosas hacen una contribución despreciable en este campo.

Las cifras de la ONU revelan que entre las tres potencias económicas del mundo —Estados Unidos, Alemania y Japón— aportan menos de 800 efectivos a las fuerzas de paz de la ONU.

Estados Unidos tiene unos 650 soldados apostados en Bosnia, y unos pocos observadores militares en Angola y Sahara Occidental; Japón tiene unos 50 hombres en Mozambique; y Alemania apenas cinco policías civiles en Sahara Occidental y un par de observadores militares en Georgia.

Washington argumenta que más que con hombres, contribuye con apoyo financiero y logístico, lo cual es cierto. Estados Unidos paga 31% del presupuesto total de las misiones de mantenimiento de paz y es el único país capaz de transportar grandes contingentes de tropas, junto con sus equipos y abastecimientos, a las zonas de conflicto en cuanto ello sea solicitado.

El historial de Alemania y Japón es, en tanto, muy pobre. Medio siglo después de la finalización de la Segunda Guerra Mundial, la política exterior de Berlín —al igual que la de Tokio— está determinada por un implacable antimilitarismo. Ambos son renuentes a alentar la creación de una fuerza permanente de paz global. Alemania paga apenas 9% del presupuesto total de las misiones de mantenimiento de paz de

**La mayor parte de los países ricos no quieren involucrarse, pero a los soldados de los países pobres la paga les resulta atractiva**

## Escasea el dinero y falta voluntad para convertir a la ONU en policía del mundo

la ONU, y Japón 12,5%.

Francia, además de aportar 6.600 hombres, paga 7,6% de ese presupuesto, mientras Gran Bretaña colabora con 3.200 hombres y paga 6,3% de los 3.200 millones de dólares anuales que se requieren para estas misiones.

La actitud de los ricos estados petroleros del Medio Oriente también deja mucho que desear. Como Alemania y Japón, Kuwait y Arabia Saudita ayudaron a financiar la operación *Tormenta del Desierto* en 1991, pero actualmente no contribuyen con un solo hombre. Los dos países árabes que han enviado soldados a misiones de paz —Egipto y Jordania— no tienen petróleo.

#### ■ Atractivo para países pobres

En contraste, el historial de algunas naciones pobres es impresionante. Los tres países del subcontinente indio —India, Pakistán y Bangladesh— suman 20% de todas las fuerzas de la ONU estacionadas en los distintos puntos conflictivos del mundo. Zambia, en tanto, pone a disposición de la ONU más soldados que Estados Unidos, Japón y Alemania juntos.

Esto no es por una mera actitud altruista. Un vistazo sobre las economías de los países en desarrollo revela que muchos de ellos están desesperados por obtener moneda fuerte, y los 988 dólares mensuales pagados —por lo menos en teoría— por la ONU a cada soldado son muy atractivos.

Además, muchos de los países que contribuyen con personal, tienen poderosos cuadros militares y grandes ejércitos, por lo que el envío de tropas es fácil y deseable.

Los hechos económicos que explican el dominio de las operaciones de mantenimiento de paz por el mundo en desarrollo sorprenden más cuando se toma en cuenta la riqueza relativa de los estados miembros.

De acuerdo con cifras del Banco Mundial, el ingreso anual *per cápita* de Zambia era de 291 dólares en 1992, contra 23.258 dólares en Estados Unidos, 23.168 dólares en Alemania y 28.389 dólares en Japón.

Pakistán, que aporta un tercio del contingente de 18.000 hombres de la misión de paz en Somalia, tiene un PBI *per cápita* de 412 dólares, el doble que Bangladesh y la tercera parte del de India.

Estas diferencias han sido implacablemente explotadas por algunas de las naciones más ricas. Occidente sufre presiones para intervenir en partes del mundo en las que no tiene intereses estratégicos, y contrata mer-

Documental  
imagen

ENCUENTRO  
CRUZ-02

9500214

01-02

cenarios para que actúen en su nombre.

che para un problema de largo plazo si la ONU no

un enorme, bien entrenado y bien equipado ejército, y

ESTA GALLINA PUEDE MANTENER SU PROPIEDAD



Una gallina custodiando a los lobos

Esto, a la postre, no es más que una solución par-

toma el improbable paso de invitar a Rusia —que tiene

además está al borde del desastre económico— para

formar la base de una fuerza de paz permanente.

Occidente está comenzando a cavilar sobre el costo de las operaciones, agregando un ingrediente a la crisis de presupuesto de la ONU, que tiene dificultades para pagar los honorarios de las tropas que operan en su nombre. Falta de dinero significa falta de mercenarios.

Asimismo, los intentos por crear la base de una fuerza de despliegue rápido de la ONU están siendo socavados por el fracaso de las principales naciones en hacer su aporte.

Para que la ONU sea capaz de realizar su cometido histórico, Occidente tendrá que mostrar la misma resolución que mostró 50 años atrás cuando el desembarco de Normandía y brindar un liderazgo moral. El dinero es importante, pero por sí solo no es suficiente. (Información de *The Guardian* — Especial para Búsqueda.)

Maldonado, Domingo 11 de enero de 1987

Estimado José Luis:

Afortunadamente tu nombre apareció escrito en el papelito que quite de aquella bolsa bendita cosa que me convierte en tu amigo invisible y que me permite por medio de esta carta hacer algunas consideraciones de tu persona: viéndote mover por la arena se puede apreciar tu esbelte físico tus naturales dotes deportivas (especialmente al fútbol), además de tu increíble habilidad para escalar el Pan de Azúcar cual alpinista experto al Himalaya, te aclaro que no pude apreciar tu subida, tengo conocimiento de ella por las innumerables comentarios vertidos por quienes le hicieron contigo que no escatimaban esfuerzos para encontrar halagos y adjetivos para tan destacada odisea.

Desgraciadamente no he tenido oportunidades de charlar contigo, y es esto lo que me lleva a no poder halagar tus cualidades interiores. Lo que he podido apreciar, espero que aceptes una pequeña crítica constructiva, es que eres algo egocéntrico, quizás inconscientemente busques ser centro, que no solo las chicas sino todos estamos muchas veces pendiente de lo que tu haces o dejas de hacer, creo que no es maldad de tu parte sino que sinceramente tienes cualidades para centralizar la atención de todos, por tu simpatía y buen humor. Espero llegar a conocerte interiormente y creo que no faltarán oportunidades de hacerte de hacerte a ti en el tiempo que nos queda. No dudo que al conocerte llegues a agradarme más que ahora.

Te pido por favor que me respondas, ya que las cosas se construyen siempre a partir de un diálogo, esta es la única oportunidad

Nº. DOCUMENTO

TITULO *Brasil y Japón pugnarán por un lugar en Consejo de Seguridad.*

PROCEDENCIA *150015*

FECHA DE PRESENCIA *2/9/94*

VINCULACIONES *50489*

*507482*

*6224*

## Brasil y Japón pugnarán por un lugar en Consejo de Seguridad

Brasil y Japón acordaron en la noche del miércoles respaldar mutuamente sus respectivos reclamos de una silla de miembros permanentes del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, un privilegio que sólo tienen ahora cinco potencias.

BRASILIA/ANSA

El acuerdo selló, con otros en el área económica, la visita del Canciller y Vicepremier de Japón, Yohei Kono, a Brasil.

Brasil y Japón firmaron también en la noche del miércoles convenios para intensificar sus relaciones, aumentar las inversiones niponas, expandir los créditos del Eximbank y ampliar la cooperación tecnológica, en particular la espacial.

Kono, la primera autoridad importante de su país que visita Brasil después de nueve años, destacó al Presidente Itamar Franco su interés en aumentar el flujo de inversiones japonesas, en el marco de una estabilización de la economía brasileña.

Kono también mantuvo una prolongada entrevista con el Ministro de Hacienda, Rubens Ricupero, y con el Canciller Celso Amorim.

Según el japonés, el pedido de Brasil de un lugar en el Consejo de Seguridad es acertado, porque después de 50 años la ONU debe ser reformulada, para reflejar la nueva realidad internacional.

Nuestra propuesta es que la reforma en el organismo internacional debe hacerse tomando en cuenta diferentes categorías de países y regiones", declaró Amorim. Agregó que Brasil y Japón "muestran posiciones similares y comprensión recíproca con relación a la ONU".

Según el diplomático sudamericano, su país "tiene todas las condiciones de ocupar un asiento en el Consejo, portener vínculos con todos las naciones, una región fronteriza con diez países limítrofes y no participa de conflictos armados con ninguno de ellos hace más de 120 años".

Los dos cancilleres coincidieron en que a partir de ahora Brasil y Japón mantendrán una diálogo político más intenso, para tratar asuntos bilaterales y multilaterales, y abrir nuevas perspectivas en el campo de la cooperación. En ese marco, Amorim destacó que Kono señaló el deseo de su país que "esas consultas puedan establecer un vínculo más constante con Brasil", al destacar la importancia de esas consultas "recordando el rol fundamental de Japón a desempeñar en el nuevo orden mundial".

El Canciller y Viceprimer Ministro japonés y su comitiva, integrada por los directores generales de política exterior, del departamento de América Latina y el Caribe y de cooperación económica, después de visitar hoy Río de Janeiro, embarcará hoy para Buenos Aires, donde arribará al mediodía.

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500215



ideológica para el expansionismo imperialista soviético.

Entre ambos aspectos, nuestra confusión y la amenaza totalitaria, existe una relación estrecha y decisiva. Es debido a ello que podemos afirmar - sobre lo que nos extenderemos más adelante - que a la vez que la ideología comunista es su "Talón de Aquiles", por ser una ideología basada en premisas falsas, su punto más fuerte es justamente nuestra falta de repuesta a los problemas y raíces que le han dado origen.

Hasta ahora han predominado dentro del mundo no-comunista, dos tendencias bastante marcadas respecto a este conflicto. Por un lado, quienes sólo han visto la amenaza marxista y no han observado el estado de confusión de nuestras sociedades. Esa tendencia ha puesto el énfasis en el conflicto "ESTE-OESTE". Por otro lado, quienes han disminuído el carácter de la amenaza marxista, creando una especie de incorrecta "equivalencia moral" entre EE.UU. y la URSS. Estos han puesto el énfasis en los problemas "NORTE-SUR". La historia ha demostrado lo unilateral y equivoco de ambas tendencias.

Los problemas "ESTE&OESTE" y "NORTE&SUR" son parte del mismo conflicto. Sin superar la confusión del mundo democrático no será posible eliminar las injusticias "NORTE&SUR", ni derrotar la amenaza totalitaria. Pero también y esto es muy importante, sin superar la amenaza totalitaria - comprendiendo la verdadera naturaleza de la misma- no habrá solución para los problemas sociales, económicos y políticos.

En tercer orden, si hemos identificado la naturaleza del conflicto global, dentro del cual nuestro país se encuentra sumergido, debemos ver ahora la naturaleza de la solución.

También aquí dos tendencias han sido las mas notorias. Por un lado quienes han pretendido encontrar una solución militar o exclusivamente de fuerza al problema; en última instancia esa solución final de carácter violento y a escala mundial, aún un eventual conflicto nuclear. Por otro lado estan quienes han querido "contemporizar" con la amenaza totalitaria, llegando a "compromisos" con ella, pero solo facilitando en los hechos el camino del expansionismo soviético y el desarme moral, político y militar del mundo libre.

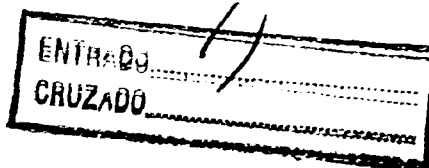
Nº DOCUMENTO

TITULO *Argentina pide ingreso del Japon como miembro permanente del Consejo de Seg. de ONU.*

PROCEDENCIA *Lo No - 150025*

FECHA DE PROCEDENCIA *4-9-94*

VINCULACIONES *501889*  
*66960*  
*66224*



## Apoyo mutuo entre la Argentina y Japón

**Organismos:** nuestro país propiciará la entrada de esa nación en el Consejo de Seguridad de la UN; en reciprocidad, Tokio apoyará el ingreso argentino en OCDE.

La Argentina respaldará el ingreso del Japón como miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, según le indicó el presidente Carlos Menem al canciller japonés, Yohei Kono.

Como retribución, el gobierno del país oriental apoyará la solicitud argentina para ingresar en la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE).

El Presidente y Kono se reunieron ayer en la residencia de Olivos, donde ajustaron los detalles del acuerdo.

Posteriormente, el canciller japonés fue agasajado con un asado

por el gobernador Eduardo Duhalde, en la quinta de San Vicente.

El visitante se reunió el día anterior con el ministro de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, con quien firmó las notas de canje por las cuales el Japón otorgará asistencia financiera para los trabajos de saneamiento del río Reconquista y para apoyo cultural del Conservatorio Nacional de Música.

Según dijo Di Tella, los dos acuerdos son "simbólicos en el nivel de las relaciones exteriores", en tanto que el jefe de prensa de la cancillería japonesa, Takeshi Nakake, señaló la importancia de fortalecer el diálogo entre las dos naciones.

El Consejo de Seguridad de la ONU, donde intenta ingresar el Japón, cuenta con cinco miembros, Estados Unidos, Francia, China, Rusia y Gran Bretaña. La Argentina se encuentra entre los diez países integrantes no permanentes, que se renuevan cada dos años.

01-01

9500216

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Entre el 18 y 23/9/94 el enviado de la ONU, J. Ayala Lazo, visitará Cuba.

150023

6/9/94

501888

503528

65671

ENTRADO

CRUZADO

## Enviado de la ONU visitará Cuba

Ref. 6/9

La Habana (ANSA)

■ El Alto Comisionado para los Derechos Humanos de Naciones Unidas, el ecuatoriano José Ayala Lazo, visitará Cuba entre el 18 y el 23 de este mes, anunció hoy el canciller cubano, Roberto Robaina.

El ministro de Relaciones Exteriores dijo que la visita de Ayala Lazo no será "un momento tenso y preocupante" para Cuba.

Ayala Lazo fue invitado oficialmente por el gobierno de La Habana ante la inquietud formulada por el representante de las Naciones Unidas.

Cuba rechazó en varias ocasiones la visita del relator especial para Cuba en materia de derechos humanos de la ONU, Carl Johan Groth.

La visita de Ayala Lazo, según fuentes de la cancillería cubana, se cumplirá "sin ningún tipo de condicionamientos".

"Cuba no tiene nada que ocultar", dijeron las fuentes.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500217

su país. Este jueves será presentado ante el Consejo de Seguridad de las NN.UU. un proyecto de resolución que acepta en principio el uso de la violencia para obligar a IRAK a abandonar territorio kuwaití. Sólo queda por determinar la fecha límite en que las tropas iraquíes habrán de retirarse de KUWAIT. Los EE.UU. son partidarios de la fecha del 1.º de enero mientras que la URSS pretende ampliar el plazo en 15 días más. Los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad con derecho a veto apoyan la resolución. En cuanto a los miembros no permanentes del Consejo de Seguridad, hasta ahora sólo YEMEN ha expresado su intención de no votar en favor de la resolución. Este país pese a su oposición a la aneión de KUWAIT no acepta la utilización de medios que no sean pacíficos para conseguir propósito alguno. Cabe recordar que a partir del próximo sábado YEMEN ocupará la presidencia del Consejo de Seguridad, que actualmente desempeñan los EE.UU.- Al parecer la resolución contra IRAK recibirá suficiente apoyo. Según noticias procedentes de MOSCU el Presidente soviético MIJAIL GORBACHOV tuvo palabras muy severas ante el Ministro de Exteriores iraquí, dando a entender a éste que la paciencia de MOSCU con el que fuera su aliado, se está agotando. La URSS está igualmente resentida contra IRAK ya que este país retiene aún a más de 3.000 ciudadanos soviéticos que no pueden abandonar el país. Tanto este extremo como la ocupación de KUWAIT han de finalizar, le fue claramente manifestado al Ministro TAREK AZIZ.

- El Presidente iraquí, SADDAM HUSSEIN, ha prometido que pondrá en libertad a más rehenes norteamericanos, si bien no precisó cifra alguna. El primer mandatario iraquí indicó no obstan

Nº. DOCUMENTO

TITULO

La ONU: primeras décadas (Editorial)

PROCEDENCIA

150007

FECH. DE P. C. E. I.

6/9/94

VINCULACION

50888

Retablo de Motivos

## LA ONU: PRIMERAS DECADAS

Quando se celebraba el 40º aniversario de las Naciones Unidas, en 1985, la opinión pública mundial lo señalaba como un logro de supervivencia increíble para una organización internacional y política en la historia. En esa conmemoración se destacaban aspectos fundamentales de la ONU en la marcha hacia un mundo mejor por las vías del desarrollo, la seguridad, la justicia y la evolución del derecho internacional. Al mismo tiempo, ante un planeta azotado por brechas y carencias, se alzaba la noción de la paz por el desarrollo como sentido de acción en lo económico, social y cultural. El mundo en paz ha requerido del desarrollo, por la transferencia de recursos del armamentismo y por la cooperación internacional concebida y cumplida en múltiples direcciones: norte-sur, sur-sur, este-oeste, etc.



Ya era un hecho positivo que hubieran transcurrido 40 años sin que se desencadenara una guerra mundial, si bien habían subsistido guerras locales, declaradas o no, y múltiples situaciones de tensión y conflicto. Por todo ello, la conmemoración se constituyó en una oportunidad de reiteración de fe de los pueblos del mundo en la ONU.

En los debates y discursos respectivos, tanto en la sede de Nueva York como en las jornadas de San Francisco, se señalaba la necesidad de revisión y robustecimiento de los organismos constitutivos de la entidad, sus métodos y sistemas; había llegado la hora de poder, de afinar y de remozar procedimientos. Así se recomendó mayor agilidad en el funcionamiento de la Asamblea General, con más logro de comunes denominadores y consensos orientados a conseguir el cumplimiento de resoluciones y su seguimiento.

En esas cuatro décadas la acción cumplida de paz y de su mantenimiento había merecido el reconocimiento mundial en 13 ocasiones en que se había podido promover acuerdos para encaminar diferencias hacia la solución pacífica de controversias. Se habían desarrollado las fuerzas de paz de la Organización, tanto en cuanto a misiones de observadores, como en las de su mantenimiento con los "casco azul" de armamento liviano con fines defensivos; todo ello al tenor de los mandatos del Consejo de Seguridad.

Ya en 1947 se habían cumplido misiones en Indonesia y en los Balcanes. Todavía funcionaban dos de las misiones iniciales: la de supervisión de la tregua en Palestina de 1948 y la del Grupo de Observación Militar entre India y Pakistán en 1949. La Fuerza de Emergencia de la ONU entre Egipto e Israel operó de 1956 a 1967; la del Congo entre 1960 y 1964; la Fuerza de Seguridad en Irán Occidental (Nueva Guinea) entre 1962-63; la Segunda Fuerza de Emergencia entre 1973-79; la del Mantenimiento de la Paz en Chipre desde 1964; la de Observadores de la Tregua en las Alturas de Golan desde 1974. Finalmente, en esa década, actuó la Fuerza Internacional en el Líbano desde 1978, con una extensión de mandato solicitada por el gobierno libanés en 1985 para evitar que subiera el nivel de violencia fronteriza de esos años.

La acción de directa relación con el desarrollo como otra fuente de paz, cumplió el Consejo Económico y Social en respuesta a las esperanzas de los pueblos por un mejor vivir; había estimulado para ello a las comisiones económicas regionales y al Programa de la ONU para el Desarrollo en pos de objetivos concretos, así como al sistema de derechos humanos que es también fuente del derecho internacional. El Consejo ha velado, además, por una acción coherente de la trintena de organismos especializados, programas de servicio y fondos de desarrollo que integran la constelación de organismos del sistema de las Naciones Unidas.

En materia de descolonización el avance ha sido espectacular con el advenimiento de cerca de un centenar de países a la vida independiente y a su incorporación a la Organización.

La ONU no legisla en el sentido de promulgar leyes que tengan que adoptar las naciones, pero es el único foro de la mayoría de países del mundo —grandes y pequeños, ricos y pobres, fuertes y débiles— de diversos sistemas políticos y sociales y de culturas diferentes, para hacerse escuchar sobre una amplia gama de cuestiones mundiales. Además, al cabo del cuarto decenio, la ONU ya estaba empeñada en nuevas esferas de actividad que ni siquiera existían en 1945, como las de aplicación de tecnologías espaciales, el empleo de la energía atómica con fines pacíficos, los recursos potenciales de los fondos marinos, la explosión demográfica y las amenazas al medio ambiente humano. Estaba claro también que la fuerza mayor de la ONU era la opinión pública mundial y que los medios informativos, con su poderoso aporte, contribuían a la paz al informar sobre el valor y el servicio de la ONU.

En el 40º aniversario, en San Francisco se recordó el importante papel de América Latina en la redacción de la Carta. Entre los 51 países fundadores 20 eran latinoamericanos. Ellos contribuyeron con una experiencia de más de un siglo de cooperación internacional, desde el Congreso de Panamá convocado por Simón Bolívar, desde Lima, en diciembre de 1824 e iniciado en junio de 1826, hasta llegar a la Conferencia de Chapultepec, en México, meses antes de la reunión de San Francisco en 1945. El aporte latinoamericano a la Carta consta, sobre todo, en los capítulos de cooperación económica y social, en los derechos humanos, en la importante función de los organismos regionales y en el proceso de descolonización.

En esa conmemoración de 1985 estaba claro que, pese a los escepticismos y los obstáculos, la Organización Mundial había podido sostenerse gracias al apoyo decidido de casi todos sus miembros y se disponía a llegar al tercer milenio como uno de los mayores logros de la humanidad en el siglo XX.

Miguel Alborno

ENTRADO

CRUZ-DO

01-01

9500218

Cuando evaluamos y sostenemos la necesidad de una solución global y pacífica, no estamos desconociendo una realidad tangible, que es la agresividad de las fuerzas totalitarias. Una solución global y pacífica, implica una postura ideológica y moral correcta, que desarme y quite justificación a la propuesta marxista, y una postura firme en lo militar del mundo libre, que disuada al expansionismo comunista a escala mundial y en los diferentes países.

La distinción crítica que debemos hacer entre el mundo democrático y el comunista, no es entre el nivel de la fuerza coercitiva que ambos tienen, sino entre los fines que ellas persiguen: defender la democracia o destruirla.-

\*\*\*\*\*

Nº. DOCUMENTO

TITULO *Observadores de ONU señalan al Papa el peligro de su viaje a Sarajevo*

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE P. C. 6/9/94

VINCULACION 501889

507685

507684

*El Vaticano deberá decidir si el Pontífice visitará el jueves Sarajevo*

## Observadores de ONU señalan al Papa el peligro de su viaje

*Observadores de paz de las Naciones Unidas advirtieron ayer que la vida del papa Juan Pablo II estará en peligro si decide visitar Sarajevo.*

**A**l mismo tiempo, los observadores de la ONU acusaron a los musulmanes de haber atacado el mes pasado deliberadamente el aeropuerto de la ciudad con un mortero.

El Vaticano deberá decidir si el Pontífice, de 74 años, visitará el jueves la capital bosnia.

"La vida del Papa estará en peligro y las vidas de aquellos que le rodean también", dijo un funcionario de la ONU.

El avión del Papa aterrizará en el aeropuerto y estaría expuesto al fuego de francotiradores en la ciu-

dad que está rodeada por los serbios y defendida por las tropas gubernamentales.

Aparentemente los funcionarios del Vaticano esperarían hasta la víspera del viaje antes de hacer el anuncio final.

Juan Pablo II está ansioso por realizar su "peregrinaje de paz" si éste no pone en peligro la vida de la población.

El principal obstáculo al viaje es la negativa de los serbios bosnios de garantizar la seguridad del Pontífice.

Su líder, Radovan Karadzic, dijo

que el Vaticano está preocupado por la posibilidad de que los musulmanes inicien un ataque y responsabilicen a los serbios.

### Desmentido

El portavoz de Unprofor en Sarajevo, comandante Eric Chaperon, desmintió ayer que los serbios dispararan ayer contra cascos azules daneses cerca del estadio Zetra, donde el Papa tiene previsto officiar una misa el próximo jueves, y atribuyó el incidente a los musulmanes.

Los autores de los 10 disparos contra cascos azules de nacionalidad danesa en las cercanías del estadio Zetra fueron miembros del Ejército bosnio, de mayoría musulmana, aunque no se produjeron víctimas, pese a que los daneses respondieron al fuego, según el portavoz de las Fuerzas de Protec-



### Dificultades

El principal obstáculo al viaje del Papa es la negativa de los serbios bosnios de garantizar la seguridad del Pontífice.

ción de las Naciones Unidas (Unprofor).

Asimismo, culpó al Ejército bosnio de lanzar el pasado 18 de agosto una granada en las proximidades de la pista del aeropuerto de Sarajevo.

Los observadores han mostrado su sorpresa por el hecho de que este incidente no haya sido divulgado hasta el día de ayer, a pocos días de la llegada del papa Juan Pablo II a la capital bosnia, si se confirma la visita del Pontífice a Sarajevo el 8 de setiembre.

Ambos incidentes se han producido cerca del estadio Zetra, donde

está previsto que el Pontífice concelebre el jueves próximo una misa solemne al aire libre, en idioma croata, ante unos 25.000 fieles.

Por otra parte el subsecretario adjunto de Estado norteamericano para Asuntos Europeos, Richard Holbruk, junto con el nuevo emisario especial estadounidense para la antigua Yugoslavia, Charles Tomas, visitaron el domingo Mostar y Gornji Vakuf, las ciudades bosnias más conflictivas, habitadas por musulmanes y croatas bosnios.

■ (De la redacción de El Observador en base a fuentes de Reuter y EFE)

ENTRADO

CRUZ DO

01-01

9500219

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIÓN

Inf. de la Organización Meteorológica Mundial (OMM) y prog. de ONU sobre M. Ambiente.

150023

2/9/94

501009

30044

11295

67228

## Agujero de ozono puede desaparecer en 50 años

Rp 2/9

Ginebra (ANSA)

La reducción de la capa de ozono proseguirá en los próximos años, pero el inquietante fenómeno disminuirá a principios del siglo veintiuno y el agujero podría desaparecer en el plazo de 50 años, afirma un informe de la Organización Meteorológica Mundial (OMM) y del programa de la ONU sobre el medio ambiente, publicado ayer en Ginebra.

La dispersión del ozono, sostiene el informe, continuará en los próximos años y alcanzará su punto máximo a finales de siglo, cuando los efectos nocivos de la actividad humana sobre la capa de ozono tendrán su máximo impacto.

Una lenta disminución de la concentración de gases nocivos (cloro y bromo) tendría sin embargo que producirse a principios del próximo siglo.

Además, si las medidas internacionales adoptadas en los últimos años para proteger la capa de ozono (proto-

colo de Montreal) se aplicaran sin retrasos, el agujero podría desaparecer en el plazo de 50 años, precisa el informe.

Actualmente, la velocidad de dispersión del ozono es del 4-5 por ciento por decenio en las latitudes medias, mientras que es mínima en las zonas tropicales y máxima en el Antártico, donde en 1992-93 se encontró el mayor "agujero de ozono" del mundo.

El informe presentado hoy fue redactado basándose en las conclusiones de un estudio en el que colaboraron 26 científicos y 146 expertos de todo el mundo.

Sus conclusiones, afirma el secretario general de la OMM, G. Obasi, confirman el estado precario de la capa de ozono y la necesidad de hacer frente al problema aplicando inmediatamente las indicaciones del protocolo de Montreal. El ozono estratosférico es una componente muy importante de nuestra atmósfera, pues absorbe las radiaciones ultravioletas del sol y parte de las infrarrojas que proceden de la tierra.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500220



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECH. DE P. E. L. N. V.

VINCULACIONES

*Continúa crisis financiera de la ONU. EE.UU. aún tiene deuda.*  
150014  
9/9/94  
501889  
65890

ONU

## ESTADOS UNIDOS DEBE MIL MILLONES

*Jun 9/8*

Después de abonar 335 millones de dólares el pasado día 1 a la ONU para las operaciones de paz, Estados Unidos sigue adeudando a la organización mundial 1.170 millones de dólares, más que cualquiera de los 184 miembros de las Naciones Unidas.

Según el recuadro mensual de contribuciones que pone de relieve la continua crisis financiera de la ONU, los países miembros adeudaban el pasado 31 de agosto unos 833 millones de dólares al presupuesto regular y otros 2.424 millones a las operaciones de paz.

Esta última cifra se quedó en 2.089 millones con el pago por parte de EEUU del primero de una serie plazos que de aquí a fin de año permitirá a Washington saldar sus deudas para las operaciones de paz, en base a una ley recientemente firmada por el presidente Bill Clinton.

A EEUU le toca pagar casi un tercio de la factura total de operaciones de paz, y un 25 por ciento del presupuesto regular de la ONU.

Rusia figura en segundo lugar de los deudores (con un débito total superior a 630 millones de dólares), y Japón, en tercer lugar, con una deuda de 201 millones.

Entre los países latinoamericanos, el primer deudor es Brasil, que a finales del mes pasado debía casi 40 millones de dólares a la ONU.

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZ DO	<input type="checkbox"/>

9500221

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIÓN

América Latina y el Consejo de Seguridad. (Editorial)

150023

11/9/94

50889

11677

## América Latina y el Consejo de Seguridad

**N**i Brasil ni Argentina lograron en Río de Janeiro el apoyo latinoamericano para postularse a una plaza permanente en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas en el caso de llegarse a un acuerdo mundial para la reforma estructural del alto cuerpo de la organización.

Las aspiraciones de ambos países se neutralizaron mutuamente, como era de esperar. Parece todavía prematuro plantearse el tema de la candidatura, cuando no existe un acuerdo latinoamericano sobre la reforma estatutaria.

Hay que tener en cuenta que se trataría de la reforma de la Carta de las Naciones Unidas, un admirable instrumento jurídico que va a cumplir 50 años y que debe ser cuidadosamente modificado como parte de la

creación del nuevo orden internacional.

Esa parte del nuevo orden mundial que le corresponderá a la nueva Carta deberá constituirse otra vez en la pieza fundamental de una construcción para la paz, esta vez inspirada en la renovada realidad del mundo de hoy, en el que han desaparecido los equilibrios de poder de la segunda posguerra y se ha transformado su distribución.

Por lo tanto, le corresponde a América Latina, en primer lugar, unificar su imagen política y su proyección exterior, consolidando su perfil regional y sus criterios acerca de la reforma del orden internacional y, concretamente, de la Carta de las Naciones Unidas.

Naturalmente, dentro de las reformas a la Carta, la modifica-

ción estructural del Consejo de Seguridad aparece como la más delicada, y políticamente más importante. Desapareció ya de la faz de la tierra aquella idea de cinco potencias con poder de veto. La seguridad ha de mantenerse, en el próximo siglo, por otras vías que ahora deben ser inventadas.

Habrà, probablemente, un mayor número de asientos en el futuro Consejo, y también los habrá permanentes, aunque sin poder de veto. Una construcción jurídica, por lo tanto, que responda a las nuevas realidades políticas que el mundo exhibe.

En ese nuevo esquema, América Latina tendrá que obtener su lugar, y otra será qué país deba ocupar un sitio permanente.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500222

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	Ghali visita Japón del 11 al 15/9/94.
PROCESO	150483
FECHA DE RECEPCIÓN	12/9/94
VOLÚMENES	501889
	66224

### Ghali en Japón 04/94

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, llegó ayer a Japón en una visita de cuatro días en la que se espera discuta la posibilidad de que Tokio obtenga una banca permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU.

La visita de Ghali coincide con un acalorado debate entre dirigentes políticos y funcionarios nipones sobre el papel que debe jugar Tokio en los temas mundiales. (Reuter)

ENTREGA	11
CRUZADO	

01-01

9500223

2

5. La idea sería militar más profundamente y desarrollarnos en el campo de la política, por otra parte plantearía salidas de bofetada, salir de pagatona con que haría un militante

③ Tengo expectativas muy buenas sobre el proyecto y espero que se digan otros campamentos proyectados de esta manera

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	Ghali visita Japón del 11 al 15/9/94.
PROCESO	150483
FECHA DE PROCEDENCIA	12/9/94
VOLUCIONES	501889
	66224

#### Ghali en Japón 04/9

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, llegó ayer a Japón en una visita de cuatro días en la que se espera discuta la posibilidad de que Tokio obtenga una banca permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU.

La visita de Ghali coincide con un acalorado debate entre dirigentes políticos y funcionarios nipones sobre el papel que debe jugar Tokio en los temas mundiales. (Reuter)

ENTRADA	11
CRUZ-DO	

Nº. DOCUMENTO

TITULO *ONU exige liberación*

PROCESO

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

*150090*

*14/9/94*

*501889*

*507612*

*507466*

*de 43 observadores retenidos en Liberia, entre ellos 6 uruguayos.*

## ONU exigió la liberación de 43 observadores retenidos en Liberia, entre ellos seis uruguayos

LO REP.  
14-305-94

■ El Consejo de Seguridad de la ONU pidió anoche desde Nueva York la inmediata liberación de 43 observadores militares de Naciones Unidas, entre ellos seis uruguayos, y de seis empleados internacionales, capturados por combatientes liberianos.

Los observadores no armados permanecen como cautivos desde hace algunos días, dijo el portavoz de la ONU, Joe Sills, y algunos "están en una situación que se vuelve desesperada".

Se trata de "una violación de las leyes humanitarias internacionales", sostiene la declaración del Consejo de Seguridad, que pide a los

responsables que liberen inmediatamente al personal detenido, informó ANSA.

La captura de los observadores parece obra del Frente Patriótico Nacional de Liberia (FPNL), de Charles Taylor, dijo el portavoz, o hasta de una fracción contraria a Taylor. El lunes pasado, las tres principales facciones en lucha desde diciembre de 1989 firmaron un nuevo armisticio, que prevé también elecciones para el año próximo y una presidencia conjunta de cinco personas. En Liberia hay actualmente 370 de 13 países distintos, entre ellos Uruguay, la ex Checoslovaquia y Kenya.

ENTRADA  
ORIGEN

01-04

9500224

SECRETO

"ALGUNAS REFLEXIONES Y COMENTARIOS SOBRE LA ESTRATEGIA  
\*\*\*\*\*

Y ACCION MARXISTA EN EL URUGUAY Y SU CONTEXTO GLOBAL"  
\*\*\*\*\*

SECRETO

# Naciones Unidas califica como situación de los militares

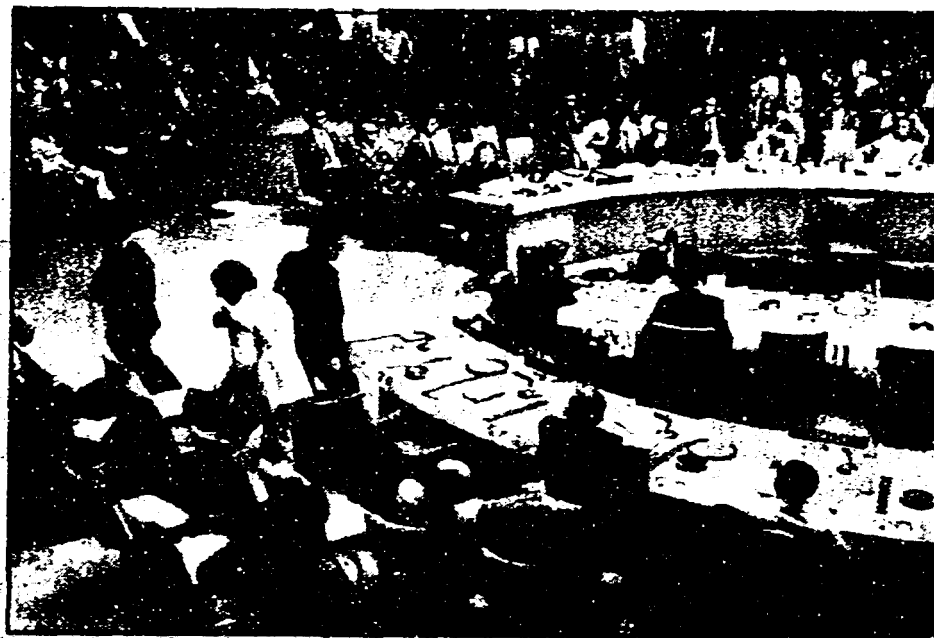
Como incierta y desesperante es calificada la situación de los seis militares uruguayos, los mayores W. Sarli y L. Castro y los capitanes F. de Moraes, A. Trifoglio, P. Torello y G. Osorio, quienes se encuentran en poder del Frente Nacional Patriótico (NPFL) de Liberia.

La situación de algunos de los 43 observadores militares de la ONU —entre ellos los seis uruguayos— y otros seis trabajadores de las ONG cautivos por el Frente Nacional Patriótico de Liberia (NPFL), una de las facciones que lucha en la guerra civil en Liberia, es verdaderamente "desesperante", dijo incluso ayer la propia Naciones Unidas, dando un toque de inmenso dramatismo a la situación.

Fue concretamente el Consejo de Seguridad de la ONU que condenó ayer asimismo profundamente la detención y los malos tratos a los que son sometidos los militares y trabajadores de paz, capturados hace varios días en diversos puntos de Liberia.

El jefe de la UNOMIL (Misión de Observadores de la ONU en Liberia) reveló que se busca activamente asegurar la liberación de los 43 observadores y seis trabajadores de Organizaciones No Gubernamentales (ONG) mediante contactos con ambas facciones en lucha.

Líderes de las tres facciones librianas envueltas en



una guerra civil firmaron ayer un nuevo acuerdo de paz para poner fin a cinco años de lucha, aunque fue rechazado por un grupo radicalizado en la capital, según información que se consigna aparte.

El acuerdo lo suscribieron el líder del NPFL, Charles Taylor, el representante del ULIMO (Movimiento Unido de Liberación), Ahaji Kromah, y el General Hezekiah Bowen, en representación del Ejército liberiano en Cotonú.

Gran parte de los observadores son oficiales con rangos que van de Capitán a Coronel y pertenecen a 13 países, y fueron tomados como rehenes por seguidores de Taylor, líder del opositor NPFL.

## LA SITUACION DE LOS SEIS URUGUAYOS

Cuatro de los uruguayos son mantenidos como rehenes

en las localidades de la región norte de Ganta, Sanniquelli, Yequepa y Lougattou, mientras los dos restantes en la oriental localidad de Tapetta. Se teme por la si-

El Consejo de Seguridad de la ONU solicitó la inmediata liberación para los 43 prisioneros en poder del Frente Nacional Patriótico, entre los que hay seis uruguayos.



## “muy desesperante” rehenes en Liberia

que no había contactos con ellos. Esa zona fue objeto de combates entre las etnias rivales y la información con que se cuenta es mínima.

Los restantes 37 pertenecen a Malawi, Bangladesh, Kenia, Australia, Gran Bretaña, República Checa, India, Eslovaquia, China, Egipto, Pakistán y Jordania.

Según Naciones Unidas, 12 de los observadores militares que se hallaban en la parte este, fueron transferidos desde Ouate a la cercana ciudad de Harper y se les permitió tomar contacto con su cuartel central en Monrovia, la capital liberiana.

Estos informaron que se hallaban en buenas condiciones pero que contaban con escasas reservas de alimentos. Pero el cuartel central de la misión de observadores de la ONU en Liberia (UNOMIL) no pudo entablar comunicaciones con los ocho

observadores de Tapetta, en la región oriental, ni en qué estado se hallaban. En Tapetta se encontraban los Capitanes G. Osorio y P. Torello.

### DESPLAZAMIENTO HACIA EL NORTE

Tres observadores militares en Yekepa, en el norte, informaron que se hallaban negociando su liberación y fueron instruidos por la jefatura de la UNOMIL que se desplazaran hacia la vecina Costa de Marfil tan pronto como pudieran hacerlo. La información indica que el Mayor Castro se encontraba en la zona en buenas condiciones y haciendo uso de la radio.

Seis observadores milita-

res más en Sanniquelli, en el norte, informaron que se les devolvieron sus vehículos y que estaban en condiciones de iniciar sus desplazamientos. Recibieron instrucciones de alcanzar al grupo de Yekepa y también desplazarse hacia Costa de Marfil. En el lugar, entre los observadores, se encuentra el Capitán Trifoglio, que comunicó la novedad al cuartel general en Monrovia.

UNOMIL no pudo en cambio contactar a dos observadores de la ONU que están en Ganta, a quienes se les sacó vehículo y radio y se ignora las condiciones en que se hallan, es de allí donde provienen noticias contradictorias sobre la situación de los retenidos.

tuación de los primeros, ya que algunas noticias provenientes de esas regiones dan cuenta de un trato inhumano dispensado a los rehenes, al tiempo que se daba cuenta

## ONU pidió la liberación de los cautivos

El Consejo de Seguridad de la ONU pidió esta noche desde Nueva York la inmediata liberación de 43 observadores militares de Naciones Unidas, entre ellos seis uruguayos, y de seis empleados internacionales, capturados por combatientes liberianos.

Los observadores no armados permanecen como cautivos desde hace algunos días, dijo el portavoz de la ONU, Joe Sills, y algunos "están en una situación que se vuelve desesperada".

Se trata de "una violación de las leyes humanitarias internacionales", sostiene la declaración del Consejo de Seguridad, que pide a los responsables que liberen inmediatamente al personal detenido.

La captura de los observadores parece obra del Frente Patriótico Nacional de Liberia (FPNL), de Charles Taylor, dijo el portavoz, o hasta de una fracción contraria a Taylor.

El lunes pasado, las tres principales facciones en lucha desde diciembre de 1989 firmaron un nuevo armisticio, que prevé también elecciones para el año próximo y una presidencia conjunta de cinco personas.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACION

VINCULACIONES

Informe de la ONU sobre inflación de países industrializados.

## La ONU dice que se exagera el peligro de la inflación

POR FRED BLEAKLEY  
Redactor de THE WALL STREET JOURNAL

Las economías del mundo se recuperan pero no alcanzarán su potencial máximo de crecimiento a menos que se creen más empleos, afirma un nuevo informe de Naciones Unidas que cuestiona las políticas actuales de los países industrializados.

"Este es un caso de arriesgarse más para crear demanda", señala Roger Lawrence, subsecretario general de la Conferencia de Naciones Unidas para el Comercio y el Desarrollo (Unctad), que ayer difundió en Ginebra el documento de 190 páginas.

Las naciones desarrolladas, según el informe, exageran los peligros de la inflación y no prestan suficiente atención a la necesidad de reducir sus índices de desempleo. Luchar contra la inflación con un aumento de los impuestos y con tasas de interés más elevadas tiende a desacelerar el crecimiento económico y a retardar la creación de empleos.

El informe de Naciones Unidas sugiere posponer los esfuerzos por reducir el déficit en Europa para evitar una política monetaria demasiado restrictiva mediante tasas de interés más altas en Estados Unidos y promover el consumo nacional en Japón.

### Informe cuestionable

Varios economistas criticaron el informe; es probable que los presidentes de los bancos centrales de los países desarrollados, que reafirmaron su compromiso de luchar contra la inflación en una conferencia celebrada en agosto en Wyoming, lo rechacen. Los banqueros centrales cuestionaron la idea de que tasas de interés más bajas favorecerían tanto el aumento del empleo como la economía global.

Una excepción fue el vicepresidente de la Reserva Federal, Alan Blinder, quien cree que la tarea de reducir el desempleo merece tanta atención como la lucha contra la inflación.

El documento de Naciones Unidas también afirma que "la idea de que los países busquen el crecimiento a través de la mejora de su competitividad en términos globales con respecto a los demás... es, en gran medida, equivocada". Estados Unidos, Europa y Japón aspiran a la expansión mediante un rápido crecimiento de sus exportaciones.

"Pero no todos lo podrán hacer, a menos que aumente la demanda global", indica el texto.

El informe señala que las proyecciones de un crecimiento de un 2.5% de la producción mundial este año es una mejora si se compara con los últimos tres años, pero la cifra sigue por debajo del 2.9% promedio de los años 80.

Aparte de su recomendación la puesta en práctica de políticas monetarias y fiscales más estimulantes en los países industrializados, la Unctad también exhortó a regresar a la cooperación entre los gobiernos y el sector privado en las naciones en desarrollo.

### Mayor cooperación

"El péndulo ha oscilado demasiado lejos al rechazar la intervención del gobierno en el mercado", indica el documento. Sus autores desean ver una mayor cooperación entre el sector privado y el gobierno sobre la base de modelos funcionales, como la República de Corea y Taiwan.

Varios economistas expresan que este punto de vista es debatible y expresaron que la evaluación de Naciones Unidas es demasiado pesimista. "La economía global tiene más fuerza de lo que ellos dicen", señala Robert Lawrence, profesor de Comercio Internacional de la Universidad de Harvard. Cree que aún hay espacio para una mayor expansión, pese a que la capacidad industrial está casi al máximo en varios países.

John Lipsky, economista jefe de Salomon Brothers, cree que Europa se recupera con suficiente rapidez como para seguir adelante con su reducción del déficit. Sobre la exhortación a cambiar las políticas fiscales y monetarias, comenta: "Esto se parece, a una escala global, a los pesimistas, como Casandra, que en 1992 en Estados Unidos decían que la economía sólo se reactivaría con un paquete de estímulo de US\$ 50.000 millones".

ENTRADO

CRUZ

01-01

9500225

\_\_\_\_\_

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Lacalle hablará en la Asamblea de la ONU.

PROCEDENCIA

50023

FECHA DE RECEPCIÓN

14/9/94

VINCULACIÓN

501889

507466

El canciller Sergio Abreu sostuvo que si Haití es invadido, cambiará el contenido de las relaciones entre el Grupo de Río y Estados Unidos

## Lacalle basará su discurso ante la ONU en la no intervención y la autodeterminación

■ El discurso del Presidente de la República que pronunciará a fines de este mes, ante la Asamblea de las Naciones Unidas, hará hincapié en el principio de la no intervención y de la autodeterminación, ambos consagrados en la Carta de la ONU, cobrando especial importancia en momentos en que EEUU se dispone a intervenir militarmente en Haití. El doctor Luis Alberto Lacalle y el ministro de Relaciones Exteriores Sergio Abreu pasaron revista ayer, en Casa de Gobierno, a la situación internacional y la posición de nuestro país ante varios temas de actualidad.

El canciller dijo que si bien se está elaborando el discurso que dará Lacalle entre el 24 y 25 de este mes en Nueva York, en la Asamblea de la ONU, adelantó que el mismo "fijará lineamientos generales determinando los lineamientos de la política exterior de nuestro país, pero el énfasis mayor o menor va a estar dado fundamentalmente por los

hechos políticos internacionales que puedan producirse de aquí a la fecha del discurso".

Precisamente cuatro días antes de la Asamblea de la ONU, EEUU estará en condiciones plenas de invadir Haití según lo anunciaron ayer oficialmente voceros de ese país.

Abreu consideró también que si se concreta la invasión a Haití, se afectarán las relaciones existentes entre el Grupo de Río y los EEUU y esto repercutirá en la Cumbre de Miami que convocó el presidente Bill Clinton para diciembre.

El canciller consideró que "una situación de intervención militar por parte de las Naciones Unidas, encabezada por los Estados Unidos, con participación de fuerzas, incluso extra regionales, no es analizada en forma positiva por la mayoría de los países del Grupo de Río".

Aclaró que "la afectación no será negativa sino que habrá un cambio en el contenido del

relacionamiento hemisférico". Recordó que mientras Uruguay mantenga su "apego al principio de la no intervención y a la autodeterminación de los pueblos, y sea contrario al interés o a la posición de los países grandes, es claro que el diálogo se verá entorpecido".

### REVISAN AGENDA INTERNACIONAL

Lacalle y Abreu, luego del acuerdo ministerial, analizaron todos los aspectos del resultado del Grupo de Río, la situación de Cuba y Haití y la eventual invasión militar. Asimismo revisaron los aspectos vinculados al dragado del Canal Martín García, el llamado a licitación, y el préstamo que gestiona Uruguay en el ámbito de Fonplata.

Abreu informó al Presidente sobre la reunión que sostendrá con su par de Brasil el próximo día 19 en la ciudad de Pelotas. Los cancilleres abordarán el tema fronterizo, el estancamiento de la Laguna Merín y la contaminación ambiental.

### JACQUES DELORS LLEGA EL SÁBADO 24 A URUGUAY

Oficialmente se confirmó ayer que el presidente de la Comunidad Europea, Jacques Delors, llegará a Montevideo el sábado 24. En la oportunidad se analizarán las relaciones bilaterales de la Comunidad con Uruguay así como con el Mercosur, tema "preocupante y de expectativas", para ambos bloques.

ENTRADO

CRUZ-DO

01-01

9500226

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Lacalle hablará en la Asamblea de la ONU.

150023

14/9/94

501088

507466

El canciller Sergio Abreu sostuvo que si Haití es invadido, cambiará el contenido de las relaciones entre el Grupo de Río y Estados Unidos

## Lacalle basará su discurso ante la ONU en la no intervención y la autodeterminación

■ El discurso del Presidente de la República que pronunciará a fines de este mes, ante la Asamblea de las Naciones Unidas, hará hincapié en el principio de la no intervención y de la autodeterminación, ambos consagrados en la Carta de la ONU, cobrando especial importancia en momentos en que EEUU se dispone a intervenir militarmente en Haití. El doctor Luis Alberto Lacalle y el ministro de Relaciones Exteriores Sergio Abreu pasaron revista ayer, en Casa de Gobierno, a la situación internacional y la posición de nuestro país ante varios temas de actualidad.

El canciller dijo que si bien se está elaborando el discurso que dará Lacalle entre el 24 y 25 de este mes en Nueva York, en la Asamblea de la ONU, adelantó que el mismo "fijará lineamientos generales determinando los lineamientos de la política exterior de nuestro país, pero el énfasis mayor o menor va a estar dado fundamentalmente por los

hechos políticos internacionales que puedan producirse de aquí a la fecha del discurso".

Precisamente cuatro días antes de la Asamblea de la ONU, EEUU estará en condiciones plenas de invadir Haití según lo anunciaron ayer oficialmente voceros de ese país.

Abreu consideró también que si se concreta la invasión a Haití, se afectarán las relaciones existentes entre el Grupo de Río y los EEUU y esto repercutirá en la Cumbre de Miami que convocó el presidente Bill Clinton para diciembre.

El canciller consideró que "una situación de intervención militar por parte de las Naciones Unidas, encabezada por los Estados Unidos, con participación de fuerzas, incluso extra regionales, no es analizada en forma positiva por la mayoría de los países del Grupo de Río".

Aclaró que "la afectación no será negativa sino que habrá un cambio en el contenido del

relacionamiento hemisférico". Recordó que mientras Uruguay mantenga su "apego al principio de la no intervención y a la autodeterminación de los pueblos, y sea contrario al interés o a la posición de los países grandes, es claro que el diálogo se verá entorpecido".

### REVISAN AGENDA INTERNACIONAL

Lacalle y Abreu, luego del acuerdo ministerial, analizaron todos los aspectos del resultado del Grupo de Río, la situación de Cuba y Haití y la eventual invasión militar. Asimismo revisaron los aspectos vinculados al dragado del Canal Martín García, el llamado a licitación, y el préstamo que gestiona Uruguay en el ámbito de Forplata.

Abreu informó al Presidente sobre la reunión que sostendrá con su par de Brasil el próximo día 19 en la ciudad de Pelotas. Los cancilleres abordarán el tema fronterizo, el estatuto de la Laguna Merín y la contaminación ambiental.

### JACQUES DELORS LLEGA EL SABADO 24 A URUGUAY

Oficialmente se confirmó ayer que el presidente de la Comunidad Europea, Jacques Delors, llegará a Montevideo el sábado 24. En la oportunidad se analizarán las relaciones bilaterales de la Comunidad con Uruguay así como con el Mercosur, tema "preocupante y de expectativas", para ambos bloques.

ENTRADO

CRUZ-DO

01-01

9500226

expuestas las mentiras que por décadas fueron propaladas como "leyes científicas".

Por ejemplo, en el conjunto del Informe GORBACHEV existen algunos temas y definiciones realmente muy importantes y que derriban ciertas tesis fundamentales del marxismo. Podemos señalar al respecto:

1)- Reiteradamente GORBACHEV habla de la necesaria elevación espiritual y moral como medio para la renovación social y económica de la URSS y para un aumento de la eficiencia. Como se sabe la filosofía marxista, el materialismo dialéctico, subraya como tesis básica la única existencia de una realidad material y que los fenómenos espirituales o de conciencia, son derivados de la "materia altamente organizada": el cerebro humano y que son reflejo en última instancia de las condiciones socio-económicas que determinan ( que no es lo mismo que condicionan) la actitud de los hombres y las sociedades. Aquí por el contrario , la ecuación se invierte debido a que los cambios socio-económicos ocurridos en la URSS por la Revolución de 1917, la "liberación de las fuerzas productivas" mediante la imposición de nuevas "relaciones de producción", no condujo a nuevas formas de conducta y conciencia humana, sino que se hacen evidente los mismos "vicios y taras sociales" de la "sociedad capitalista". El problema moral y ético adquiere una preponderancia sobre el problema económico y social.

2)-De lo anterior se desprende la preponderancia del denominado factor subjetivo. El materialismo histórico, edificado sobre la base del dialéctico afirma la existencia de leyes "objetivas" y "determinantes" que rigen la historia, independientes de la voluntad humana. Sin embargo y en relación con lo anterior, el "factor subjetivo", o sea el deseo y voluntad humana por encima de las condiciones ambientales asumen en el informe de Gorbachev un primer lugar. Varios teóricos marxistas, entre los que se encontraba PLEJANOV, escribieron intentando cubrir esa brecha evidente de la teoría marxista, pero sin resultado dado que nunca afectaron la base de la misma.

Años atrás se conoció en Occidente un análisis y diagnóstico, que sin cuestionar genericamente la ideología marxista, introdujo un serio cuestionamiento - indirecto- a ciertos puntos centra-



TÍTULO Los tropez de oro se retiran de Sociedad.

FECHA DE PRESENCIA 19/9/94

VINCULO: CIONES 501800

65890.

507661

# Las tropas de ONU se retiran de Somalia sin haber logrado su objetivo de pacificación

ENTRADA  
24/12/2000

01-01

9500224



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Italia aspira a integrar el Consejo de Seg. de ONU.

PROCEDENCIA

150483

FECHA DE PRESENTACIÓN

20/9/94

VINCULACIONES

501888

504604

Silvio Berlusconi aspira transformar el principal organismo de Naciones Unidas

da. 20/9  
**ITALIA ASPIRA A INTEGRAR EL CONSEJO DE SEGURIDAD DE ONU**

*El primer ministro italiano, Silvio Berlusconi, aseguró ayer lunes, que su país logrará entrar «sin problemas» en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas como miembro no permanente, ya que las perspectivas son «muy buenas».*

Berlusconi afirmó durante una entrevista a la radio estatal italiana que ya ha tratado el asunto con el presidente de EEUU, Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin, así como con varios jefes de Estado europeos.

«He encontrado un gran apoyo y estoy seguro de que no habrá problemas al respecto», dijo el primer ministro al expresar su optimismo ante el éxito de la candidatura italiana para ser miembro no permanente del Consejo de Seguridad de la ONU los dos próximos años.

Italia ha elaborado una propuesta de reforma del Consejo de Seguridad que prevé duplicar el número de miembros no permanentes, que pasaría de los diez actuales a veinte, y mantener en

cinco los miembros permanentes.

El objetivo es convertir al Consejo de Seguridad en un instrumento «más representativo de la nueva realidad internacional y más abierto a la colaboración democrática de todos», señalaron fuentes diplomáticas italianas.

«Hay que tener en cuenta que ochenta países (de los 184 que forman parte actualmente de la ONU) nunca han estado representados en el Consejo de Seguridad y que sólo cinco están a favor de que Japón y Alemania se conviertan en observadores permanentes», afirmó el pasado viernes el jefe de Prensa del ministerio de Exteriores, Maurizio Moreno, al presentar en Roma la propuesta. Italia se muestra contraria a la ampliación de los miembros permanentes del Consejo de Seguridad, ya que considera que aumentaría las posibilidades de aplicar el derecho de veto de que disponen en la actualidad EEUU, Rusia, China, Francia y Reino Unido.

ENTRADO

CRUZ-03

01-01

9500228

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENDO

FECHA DE PRESENTACION

VINCULACIONES

## Japón pedirá escaño permanente en el Consejo de Seguridad

Tokio (AFP) — El ministro de Relaciones Exteriores japonés, Yohei Kono, viajará hoy miércoles a Estados Unidos para pre-

sentar a la ONU la candidatura de su país a un escaño permanente en el Consejo de Seguridad, ambición que revela la voluntad de Japón de desempeñar un papel cada vez más importante en la escena internacional.

Este martes, el gobierno aprobó el discurso que pronunciará la semana próxima el viceprimer ministro y ministro de Relaciones Exteriores ante la 49 Asamblea General de Naciones Unidas en Nueva York, indicó el vocero del gobierno, Kozo Igarashi.

Japón necesitó muchos años para decidirse a anunciar formalmente esta candidatura, que provocó una intensa polémica en el archipiélago, donde se debaten diariamente las consecuencias positivas y negativas que supondría su ingreso en el club de grandes potencias con derecho de veto: Estados Unidos, Rusia, Francia, el Reino Unido y China.

Tokio, que consiguió elevarse al envidiado rango de segunda potencia económica y de gigante tecnológico, juega en cambio un papel secundario en el plano político, principalmente por el tratamiento que dejó en el país la aventura militarista del período anterior a 1945.

Además, tras la Segunda Guerra Mundial, existen aún sentimientos de recelo a su respecto en Asia y en otras regiones.

En Nueva York, Kono afirmará que, incluso si obtiene un escaño permanente en el Consejo de Seguridad, Japón no se unirá a las fuerzas de imposición de paz, según precisó Igarashi.

"Deseo decir que esperamos contribuir activamente a los esfuerzos de mantenimiento de la paz (de la ONU), tras haber aclarado el hecho que no podremos participar en operaciones que exigen el uso de la fuerza", dijo recientemente Kono.

La Constitución adoptada en 1947 estipula que Japón renuncia para siempre al uso de la fuerza para solucionar los diferendos internacionales.

El apoyo internacional a esta candidatura aún no declarada oficialmente aumentó en los últimos meses, particularmente en Asia, Malasia, Tailandia, Indonesia, Filipinas, Corea del Sur y Singapur, que le han dado su respaldo.

Pero, aunque unos 40 países se han declarado favorables a esta candidatura —entre ellos Estados Unidos, Francia y Gran Bretaña—, Japón necesita reunir a los dos tercios de los 184 países miembros de la ONU para poder ingresar en el Consejo de Seguridad.

Dos miembros permanentes del Consejo —Rusia y China— aún no se han pronunciado pero, con la excepción de Corea del Norte, ningún país se ha opuesto a la candidatura japonesa.

ENTRADA

UNDA

01-01

9500229

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIÓN

150023  
21/9/74  
501009  
507638  
2023A 514643

## Declaración oficial del gobierno de la República Popular China "Taiwan no tiene derecho de ingresar en la ONU"

L.A. 21/9

El gobierno de Pekín afirma que, de acuerdo con la resolución No. 2758 de la 26ª Asamblea General de las Naciones Unidas, "los representantes del gobierno de la República Popular China son los únicos representantes legítimos de China a la ONU" y que la RPCH es uno de los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad.

El 28 de junio de este año, Nicaragua y otros once países dirigieron una carta al señor Boutros Boutros Ghali, secretario general de la ONU, a efectos de pedir la "consideración de la situación excepcional de la República de China en Taiwan en el contexto internacional, basada en el principio de la universalidad y de acuerdo con el modelo de la representación paralela de los países divididos establecido en las Naciones Unidas" durante su 49 Sesión de la Asamblea General. Esta acción no sólo constituye una seria infracción de la soberanía china y una brutal intervención en los asuntos internos de China, sino también contraviene gravemente los objetivos y principios de la Carta de las Naciones Unidas, así como la Resolución 2758 adoptada por la Asamblea General en su 26 Sesión el 25 de octubre de 1971. El gobierno de la República Popular China es el único gobierno legítimo que representa a toda la China. Taiwan es parte de China y no tiene derecho de ingresar en la ONU. Su admisión en la ONU en cualquier forma conducirá a la división de la soberanía de China y a la separación permanente de los dos lados del estrecho de Taiwan, a lo que el gobierno y el pueblo chino se oponen firmemente.

Taiwan ha pertenecido a China desde tiempos remotos. Este es un hecho histórico que nadie puede cambiar. Taiwan ha sido siempre parte inalienable del territorio chino, aunque fue objeto de la agresión y el atropello extranjeros en varias ocasiones y de la ocupación japonesa durante medio siglo. La soberanía de China sobre Taiwan fue reafirmada con solemnidad por la Declaración de El Cairo de 1943 y la Proclamación de Potsdam de 1945, respectivamente.

Durante el largo período de los veintidós años desde la fundación de la República Popular China hasta 1971, el lugar de China en la ONU fue usurpado por las autoridades taiwanesas. Gracias a los esfuerzos incansables hechos durante muchos años por el pueblo chino junto con países miembros de la ONU que defendieron la justicia, la Asamblea General, en su 26 Sesión de 1971, adoptó por fin en abrumadora mayoría la Resolución 2758, que es una justa y cabal solución de la cuestión de la representación de China en la ONU en términos políticos, legales y de procedimiento.

La Resolución expresa de manera inequívoca que "reconoce que los representantes del gobierno de la República Popular China son los únicos representantes legítimos de China a la ONU y que la República Popular China es uno de los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad". Es de conformidad con esta Resolución que todos los derechos legítimos de la República Popular China en la ONU y sus agencias y organizaciones especializadas han sido restaurados para ella.

Actualmente hay 159 países en el mundo que han establecido las relaciones diplomáticas con China, todos los cuales reconocen que en el mundo existe sólo una China, que el gobierno de la República Popular China es el único gobierno legítimo de China y que Taiwan es parte de China.

Incluso las autoridades taiwanesas expresaron su "firme postura por 'una China' y contra 'dos Chinas' y 'una China un Taiwan'" en sus Notas Explicativas Sobre Las Relaciones De Ambos Lados De Taiwan publicadas el 6 de julio del presente año.

Sin embargo, es incomprensible que, bajo la incitación e inducción de las autoridades taiwanesas, unos pocos países, que ignoran los hechos históricos y la justa posición de la comunidad internacional, han hecho fanfarria por el "retorno" de Taiwan a la ONU. El año pasado ellos intentaron incluir en la agenda de la sesión de la Asamblea General el tema de la "representación" de Taiwan, basándose en argumentos insostenibles como el principio de la "universalidad" y el modelo de la "representación paralela de los países divididos", y esa petición, irrazonable, fue rechazada categóricamente por el Comité General de la 48 Sesión

de la Asamblea General de la ONU. Este año, basándose en los mismos argumentos, han presentado otra vez el asunto de la llamada representación de Taiwan en la ONU.

Esta acción no sólo infringe la soberanía de China, sino también provoca a la autoridad de la Carta de las Naciones Unidas y las resoluciones de la Asamblea General, lo cual es intolerable y está condenado al fracaso.

La ONU es una organización intergubernamental compuesta de los Estados soberanos. El artículo 4 de la Carta de las Naciones Unidas estipula en términos explícitos que únicamente los Estados soberanos tienen derechos de ser miembros de la ONU. El principio de la "universalidad" es aplicable sólo a Estados soberanos, pero no lo es el caso de Taiwan. Taiwan que es una provincia de China no tiene derecho alguno para ser miembro de la ONU.

Es aún más absurdo al justificar la admisión de Taiwan en la ONU abusando del modelo de "paralela representación" de las Alemanias del este y oeste y las Coreas del norte y sur en la ONU. El problema de Taiwan se diferencia esencialmente de los casos de Alemania y Corea, y ambos no pueden ser igualados. Alemania y Corea fueron divididos tras la Segunda Guerra Mundial según los acuerdos internacionales y cada una se convirtió en dos Estados a pesar de su voluntad. Las relaciones entre las Alemanias y entre las Coreas, que fueron reconocidas ampliamente por la comunidad internacional como Estados soberanos se convirtieron en respectivos asuntos internacionales. El caso de Taiwan es enteramente diferente. Después de la Segunda Guerra Mundial, Taiwan se libró del yugo del colonialismo japonés y retornó a la patria. Como una provincia de China, Taiwan no tiene condición soberana internacionalmente. Esto ya ha sido reconocido por la comunidad internacional. Las relaciones de Taiwan con el continente son asuntos internos de China que no tienen nada que ver con ningún país extranjero ni que tampoco permitan la intervención de fuerzas exteriores.

Es verdad que, en los últimos años, Taiwan ha ingresado en algunas organizaciones económicas regionales como el Banco Asiático de Desarrollo y la Cooperación Económica de Asia-Pacífica. Se trata de un arreglo especial hecho por el gobierno de la República Popular China y las organizaciones concernientes, a través de un acuerdo o entendimiento entre ellos, en conformidad con el principio de una China y de una manera aceptable para el gobierno chino y acordada por él. El acuerdo y entendimiento en cuestión estipula en términos explícitos que la República Popular China ingresa en estas organizaciones como un Estado soberano y Taiwan, como una región de China. Alguna gente trata de tomar esto como ejemplo para justificar su fanfarria por el "retorno" de Taiwan a la ONU. Este argumento demasiado forzado y con segundas intenciones tampoco es sostenible.

La salvaguarda de la unidad estatal y la integridad territorial es el derecho sagrado de cada Estado soberano, que es también un principio fundamental del derecho internacional. El problema de Taiwan es puramente un asunto interno de China y la reunificación nacional es donde consisten los intereses fundamentales de la nación entera china. Desde hace muchos años, el gobierno y el pueblo chinos vienen haciendo esfuerzos incansables para salvaguardar la soberanía estatal y la integridad territorial. Hoy estamos promoviendo energicamente las relaciones entre ambos lados del estrecho y empujando el proceso de la reunificación pacífica según la política básica de la "reunificación pacífica y un país, dos sistemas", y hemos logrado positivos avances. La reunificación de China representa la aspiración del pueblo y el curso general, así como la tendencia irreversible de la historia. Descuidando los intereses globales de la nación china, las autoridades taiwanesas tratan de instigar a unos pocos países mediante su "diplomacia de la bala de plata" con objeto de que hagan gran ruido para su "retorno" a la ONU. Esta marcha anacrónica acabará por ser fracasada.

El gobierno y el pueblo de China siguen con seria atención el desarrollo de la cuestión. Nunca permaneceremos indiferentes ante todas las actividades dirigidas a escindir a la patria y de obstruir y minar la causa de la reunificación de China. Tenemos la plena convicción de que, en la justa causa de salvaguardar su propia soberanía y la integridad territorial, el gobierno y el pueblo chinos se granjean la comprensión y el apoyo de los gobiernos y los pueblos de todos los países del mundo.

ENTRADO

01-01

9500230

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TÍTULO Gali propone prorrogar fuerza de paz en Angola.  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE PRESENCIA 29/9/94  
 VINCULACIONES 50889  
507470  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### Angola

### **GALI PROPONE PRORROGAR FUERZA DE PAZ**

*Jur 22/9*

El Consejo de Seguridad de Naciones Unidas debería prorrogar hasta el próximo 30 de noviembre el mandato de la fuerza de paz de la ONU en Angola (UNAVEM), que expira a fin de mes, según el secretario general del organismo internacional, Butros Gali.

Esto daría tiempo a que los dos bandos, el Gobierno y el grupo rebelde Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), firmen un acuerdo de paz, y a organizar reuniones de sus respectivos jefes militares, además de permitir preparar la ampliación de UNAVEM.

En un informe al Consejo, Gali instó a las dos partes a que redoblen sus esfuerzos para finalizar este mes los acuerdos en las negociaciones de Lusaka.

La guerra en Angola se reanudó hace casi dos años cuando UNITA, liderado por Jonas Savimbi, retomó las armas tras rechazar el resultado de las elecciones supervisadas por la ONU.

El mandato de UNAVEM y la función de los observadores de la ONU es lo único que queda por resolver en las negociaciones de Lusaka, ahora que se superó lo que era el gran obstáculo.

UNITA aceptó este mes el plan de reparto del poder, propuesto por el mediador de la ONU, por el que el Gobierno nombrará al gobernador de la provincia de Huambo, donde el grupo rebelde tiene su cuartel general.

ENTRADO 4  
 CRUZADO 7

9500231

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Ghali criticó a EEUU por omitir a ONU en la negociación de Haití.*

PROCEDENC

*150483*

FECHA DE PROCEDENCIA

*22/9/94*

VINCULACIONES

*501889*

*65890*

*66123*

*Ordenó la urgente búsqueda de un sucesor para el mediador Caputo*

## *01-29/9* Ghali criticó a EEUU por obviar a ONU en la negociación de Haití

*Naciones Unidas - El secretario general de la Organización de Naciones Unidas (ONU), Butros Ghali, criticó a EEUU por la "absoluta falta de consulta" en las negociaciones de último momento para persuadir a los líderes haitianos que abandonaran el poder, y ordenó la rápida búsqueda de un sucesor del enviado principal de ONU en Haití.*



En las Naciones Unidas

Butros Ghali aceptó con pesar la dimisión de Caputo. Funcionarios cercanos a él dijeron que EEUU actuó de acuerdo al mandato del Consejo de Seguridad

**D**ante Caputo, que negoció el acuerdo de 1993 de isla del Gobernador, afirmó que "el papel de las Naciones Unidas fue esencialmente modificado" y que Washington había decidido "actuar unilateralmente".

En las Naciones Unidas, Butros Ghali aceptó la renuncia de Caputo con pesar.

Funcionarios cercanos al secretario general aclararon que EEUU había actuado de acuerdo al mandato del Consejo de Seguridad de permitir el retorno del derrocado presidente Jean-Bertrand Aristide.

A principios de este año Caputo, elegido en 1988 por un período como presidente de la Asamblea General, molestó a diplomáticos norteamericanos con expresiones según las cuales se haría responsable a las Naciones Unidas de manejar una difícil ocupación de Haití y luego EEUU partiría tan rápido como le fuera posible.

Sus comentarios fueron privados pero se hicieron públicos.

"Evidentemente el señor Caputo entendió que no había sido incluido en el proceso —dijo un vocero del secretario general—, que se había convertido en un proceso bilateral".

El vocero hizo notar que, según la resolución aprobada por el Consejo de Seguridad, no era obligatorio que el gobierno norteamericano consultara con el Consejo durante la marcha de las conversaciones con la junta militar de Haití.

Joe Sills, vocero de Butros Ghali,

expresó su simpatía al enviado especial Dante Caputo pero se cuidó de decir que el secretario general concordaba con las razones que lo llevaron a renunciar.

No obstante, Sills reconoció que todavía quedaban muchas preguntas sin respuesta en el acuerdo, especialmente la promesa norteamericana de aceptar una amnistía total para los líderes de facto si primeramente la obtienen del Parlamento haitiano.

"Se trata sólo de un esqueleto que hay que llenar", dijo Sills, "por ejemplo, en lo referente a la consistencia de una amnistía total comparándola con lo que se exigió en el acuerdo de isla del Gobernador".

Sills dijo que Butros Ghali siente que a Estados Unidos se le permitió concluir un trato por su cuenta para evitar la invasión militar, pero el secretario general no reveló si también se sintió excluido de las conversaciones.

Mientras tanto, en un discurso dirigido a organizaciones no gubernamentales en las Naciones Unidas, el secretario general de Amnesty International, Pierre Sane, denunció el tratado con los líderes militares haitianos por "permitir escapar a asesinos y torturadores".

### Caputo en Argentina

Caputo, ex ministro de Relaciones Exteriores de Argentina y delegado

de ONU en el acuerdo sobre Haití de 1993 en isla del Gobernador, dijo en una entrevista en Buenos Aires el martes que Washington había cedido a las presiones de Raoul Cedras, quien había ignorado las exigencias del pacto de 1993 de entregar el poder al depuesto presidente Jean-Bertrand Aristide.

En el acuerdo logrado con el ex presidente Carter, a Cedras se le permite permanecer al mando hasta el 15 de octubre y no está obligado a abandonar Haití, aunque se le ha ofrecido asilo en Argentina y otros países.

Por otra parte, el consejo político de la Organización de Estados Americanos expresó ayer su "satisfacción" por la invasión norteamericana a Haití, sin endosar por eso el acuerdo firmado con sus gobernantes militares.

Por su parte el Consejo Permanente de la Organización de Derechos Humanos consideró como una de sus principales preocupaciones la urgente preservación de la precaria situación de los derechos humanos. En una reunión extraordinaria del brazo político integrado por los 34 embajadores de los países miembros de la DEA, se destacó también la necesidad del retorno de la Misión Civil Internacional de la ONU y la DEA a Haití, para contribuir al período de transición hasta el 15 de octubre. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500232

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TULO Suspende el Pontífice su visita a la UN por cuestiones de salud.

ROCEDENCIA 50025

FECHA DE P... EN: 23/7/94

VINCULACION 501689  
507684

## Suspende el Pontífice su visita a la UN por cuestiones de salud

La fractura de su pierna derecha ha disminuido la capacidad física del Papa, pero se mantiene el periplo que realizará a Filipinas, Australia, Papúa, Nueva Guinea y Sri Lanka.

CIUDAD DEL VATICANO, 22 (De nuestra corresponsalía en Roma). El vocero Joaquín Navarro Valls, que siempre informa puntualmente sobre la diplomacia vaticana y el Papa, tuvo que comunicar en la sala de prensa de la Santa Sede que el Pontífice, por consejo médico, ha debido aplazar su visita al edificio de las Naciones Unidas.

viembre del año próximo con motivo del 50º aniversario de la organización.

Navarro desestimó suspicacias. La decisión no tiene nada que ver con especulaciones sobre divergencias entre el Vaticano y la UN.

### Deterioro vital

A nadie escapa, y la televisión es implacable, que el papa Wojtyla exhibe un claro deterioro vital.

Deportista, hombre habituado a una actividad constante, la fractura que le afectó la pierna derecha el 28 de abril último debe sumarse al alentado y la extirpación del tumor.

Está cansado, y como no dejó de aclarar el profesor Bartolini que lo atiende, aquella caída de abril ha aumentado la inseguridad que

sienten los ancianos al caminar. Esto lo perjudica psicológicamente.

Todavía habrá que ver si viaja a Siracusa y Catania, dijo Navarro, pero se mantiene el agotador periplo en enero a Filipinas, Australia, Papúa, Nueva Guinea y Sri Lanka.

Los médicos habían indicado que para recuperar la actividad de su pierna derecha debía aguardar seis meses.

No respetó el laqueo y tampoco la terapia, que interrumpió.

Cuando recibió a Clinton, el 2 de julio último, lo hizo en sus habitaciones privadas y no se lo vio caminar.

Parecería que el reinado de Juan Pablo II deberá aceptar en lo sucesivo un ritmo diferente del que le había impuesto más allá de los apuros de salud.

ENTRADO

CRUZ DO

01-01

9500233

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENC

FECHA DE PROCEDENC

VINCULACIONES

Ex Ministro argentino de Ext, Lakhdar Brahimi, es el sucesor de Caputo en Haití.

150007

24/9/94

501889

66123

## El Sucesor de Caputo

NACIONES UNIDAS, 23 (ANSA). El ex ministro argentino de Exteriores, Lakhdar Brahimi, fue propuesto hoy por el secretario general de la ONU, Boutros Boutros-Ghali, para supervisar la operación de pacificación y restauración del orden institucional en Haití, según fuentes diplomáticas en las Naciones Unidas.

La designación de Brahimi como enviado especial del secretario general de la ONU para Haití deberá contar con los aval del depuesto presidente Jean-Bertrand Aristide —quien está a la espera de su salida hacia Estados Unidos por el acuerdo unilateral suscripto el domingo pasado— y el presidente de la OEA, César Gaviria Trujillo.

En ese entorno de pacificación en el que se desarrollará la segunda fase del plan de restauración de la democracia en Haití, Brahimi sustituirá al ex secretario argentino Dante Caputo, quien fue enviado durante la crisis de 1991.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500234



Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA D' P OCEGENCIA

VINCULACIONES

## ONU pasaría a controlar decisiones del Banco Mundial y del Fondo Monetario

La ONU controlará las decisiones del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional (FMI) en materia de asistencia al desarrollo, de prosperar una iniciativa del secretario general, Boutros-Ghali, según un reporte de IPS procedente de Naciones Unidas.

Una nueva "Agenda para el Desarrollo" preparada por Boutros Ghali promueve un papel más agresivo de la ONU (Organización de Naciones Unidas) en el desarrollo económico y social y contiene críticas al Banco Mundial y al FMI.

El informe, de carácter confidencial, señala que las relaciones de la ONU con los dos organismos de crédito han sido "débiles, ambiguas y controvertidas", y que el Banco Mundial y el FMI han desempeñado inde-

bidamente funciones en asuntos de desarrollo correspondientes a la comunidad internacional.

Boutros-Ghali propone la creación de un comité ejecutivo de 15 miembros dentro del Consejo Económico y Social (Ecosoc) de la ONU para decidir sobre desarrollo y establecer las grandes líneas de la política del Banco y del FMI.

"El propuesto comité ejecutivo podrá hacer recomendaciones teniendo en cuenta la política de las agencias especializadas de la ONU, incluso de las instituciones de Bretton Woods", de acuerdo con la iniciativa de Boutros Ghali, que aún debe ser presentada a la Asamblea General de la ONU.

"La actual ambigüedad y falta de coordinación puede continuar durante los próximos 50

años en detrimento de la causa del desarrollo a menos que se adopten medidas drásticas", advirtió Ghali.

### CONSTITUYEN PARTE DEL SISTEMA ONU

El Banco Mundial y el FMI constituyen oficialmente parte del sistema de la ONU y fueron creados 50 años atrás por una conferencia monetaria y financiera celebrada en la ciudad de Bretton Woods, situada en el estado norteamericano de New Hampshire.

Ghali ya había dado a conocer a comienzos de este año la primera parte de su agenda para el desarrollo, que describe los problemas socio económicos que encaran las naciones del Tercer Mundo.

Un estudio sobre la reestructuración del sistema de la ONU realizado en julio recomendó integrar a las instituciones de Bretton Woods en el proceso que encaran las naciones del Tercer Mundo.

Un estudio sobre la reestructuración del sistema de la ONU realizada en julio recomendó integrar a las instituciones de Bretton Woods en el proceso de reestructuración del Foro Mundial.

El análisis, elaborado por las fundaciones Ford y Dag Hammarskjöld, destacó que el Banco Mundial y el FMI actúan como entidades ajenas al sistema de la ONU.

"El secretario general de la ONU no es invitado regularmente a los encuentros del Banco Mundial, aún cuando se invite al presidente del mismo banco a concurrir todos los años a la reunión del Ecosoc", se señaló en el estudio.

En su nueva agenda para el desarrollo, Boutros Ghali reclama la participación de delegados de la ONU en las deliberaciones conjuntas del BM y del FMI y en los encuentros anuales de ambas instituciones.

### CUMBRE MUNDIAL SOBRE DESARROLLO

Boutros Ghali pretende que representantes de la ONU intervengan junto a los directivos del Banco Mundial y del FMI en todos los encuentros de esos organismos multilaterales relacionados con las políticas del foro mundial.

También propone la transferencia a la ONU de los 2.000 fondos fiduciarios que actualmente administra el Banco Mundial.

Asimismo, el informe promueve la celebración de una conferencia internacional monetaria y financiera para el desarrollo, una iniciativa que permanece en la agenda de la Asamblea General de la ONU desde hace más de diez años.

Según el secretario general, la conferencia debería tener lugar en 1996, a continuación de la cumbre mundial para el desarrollo social, que se realizará en Copenhague en marzo próximo.

Al respecto, Boutros Ghali indica que la última conferencia monetaria se celebró hace 50 años en Bretton Woods y debe tener una nueva edición.

Al mismo tiempo, propone reducir progresivamente las distintas formas de la ayuda militar y crear un Fondo Mundial para el Desarme y Desarrollo.

"Es urgente que los gobiernos y las instituciones intergubernamentales, incluyendo a la ONU, revisen sus prioridades, con el objetivo de elevar radicalmente la atención y el apoyo al desarrollo", reclama Boutros Ghali.

Asimismo, el secretario general solicita una "total y definitiva cancelación" de las deudas de los 47 países menos desarrollados del mundo.

Finalmente, el informe llama a la creación de un cuerpo intergubernamental, el Consejo para el Desarrollo, que supervisaría las actividades operativas de la ONU en la materia.

ENTRADO

CRUZ DU

01-01

9500235



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Problemas crecientes en Misiones de Paz de la ONU.

PROCEDENCIA

150007

FECHA DE RECEPCIÓN

25/9/94

VINCULACIONES

521089

# Problemas Crecientes en las Misiones de Paz

OUTER

■ Las operaciones de mantenimiento de la paz se han convertido en una creciente industria, pero afectada por numerosos problemas.

NUEVA YORK — Mientras los observadores de las Naciones Unidas (ONU) intentan contribuir a la paz en varios conflictos, las tropas estadounidenses y rusas realizan maniobras conjuntas y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) se prepara para el primer ejercicio con sus antiguos enemigos de Europa del Este.

## COMPETENCIA POR LAS MISIONES

Sin embargo, detrás de esta cooperación, existen varios problemas sin solucionar; el liderazgo, la organización de las operaciones e incluso el significado de "Observación de paz".

Actualmente varios organismos compiten en las misiones de paz, principalmente la ONU y la OTAN.

Ambas organizaciones han chocado ya en el conflicto de Bosnia y la ONU se ha encontrado con problemas en sus operaciones de Somalia y Ruanda.

El único acuerdo que parece haber es que vigilar la paz significa mucho más que estacionar unas pocas centenas de Cascos Azules que velan por el cumplimiento de una cesación del fuego.

Aunque los observadores de paz han entrado en Bosnia y Somalia, la cuestión de si se les autorizará a imponer una solución a las facciones rivales continúa siendo confusa y complicada.

Los diplomáticos opinan que el problema clave es si las Naciones Unidas desean participar en conflictos cuando están reduciendo sus presupuestos defensivos.

La ONU se ha visto con dificultades a la hora de lograr aportes de soldados para sus operaciones de Bosnia, Somalia y Ruanda.

Estados Unidos, desilusionado por el desenlace de su misión somali, adoptó una nueva doctrina internacional que limita estrictamente el envío de fuerzas a los conflictos internacionales.

Para evitar estos problemas el secretario general de la ONU Boutros Boutros-Ghali, propuso la creación de una fuerza estable, pero muchos países no desean perder el control sobre sus propios soldados.

## "EMPRESA PRIVADA DE SEGURIDAD"

El ex-embajador británico en la ONU sir Anthony Parsons, dijo que aunque esta fuerza sería necesaria, ese organismo continuaría necesitando mayores contingentes para enfrentarse a los conflictos internacionales. "El papel de la ONU será marginal a no ser que lo delegue su gran potencia, como ocurrió en la Guerra del Golfo en 1991, o a una alianza militar como la OTAN", dijo Parsons.

Los miembros de la ONU deben a la entidad más de 2.000 millones de dólares y el organismo, que cuenta con 80.000 hombres repartidos por más de una docena de operaciones en el mundo, carece de la estructura necesaria para una operación importante.

El problema es que excepto en Europa, no existe una organización que pueda sustituir a la ONU.

En Bosnia, la ONU tuvo que acudir a la OTAN para detener los enfrentamientos.

Pero también se cuestiona si la OTAN está mejor equipada para realizar las operaciones de observación de la paz. Este organismo favorece operaciones militares que no siempre son apropiadas.

El Consejo de Información de Seguridad británico-estadounidense, aunque cree es necesario volver a estructurar la organización de las operaciones de vigilancia de paz, ya que la OTAN sirve tan sólo a sus propios intereses. El mundo desea que la ONU sea la policía. Pero otorga el poder a una empresa privada de seguridad llamada OTAN que sólo responde a la alarma cuando sus clientes lo solicitan", dijo el Consejo.

ENTRADO

CRUZ DU

01-01

9500236

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	El 26/9 se reunieron en Nueva York, Bill Clinton y B. Gali.
PROCEDENCIA	150007
FECHA DE PROCEDENCIA	26/9/94
VOLULACIONES	501009
	65890
	11078

## Problemas del Mundo: Análisis Clinton - Gali

Naciones Unidas, 25 (EFE).— Los conflictos de Haití, donde se produjo el primer choque armado de la intervención norteamericana, y Bosnia centraron hoy la reunión del presidente estadounidense, Bill Clinton, y el secretario general de la ONU, Butros Gali, en Nueva York. También discutieron El Salvador, el Sahara Occidental, los territorios palestinos ocupados, Angola y Mozambique, según un escueto comunicado de la ONU.

Gali dijo a Clinton que su nuevo emisario especial para Haití, el ex canciller argentino Leandro Brahm, asumirá su cargo de inmediato.

Sucede al dimisionado Dante Caputo, quien renunció el pasado lunes en protesta por las negociaciones y pacto unilateral de EEUU con los militares golpistas que han prometido dejar sus cargos, no Haití, a más tardar el 15 de octubre.

A Brahm le aguarda una difícil tarea, ya que se perfila una espinosa transición entre la intervención norteamericana en Haití y el despliegue de la fuerza de paz de la ONU (UNMIH), que, según las resoluciones del Consejo de Seguridad, sólo deberá llegar cuando haya un entorno "seguro y estable" en Haití.

La ONU teme que EEUU quiera retirarse antes de haber

creado dicho entorno, y sin haber desarmado a la gente, con lo cual la difícil papasota quedaría para la ONU.

ENTRADO	/
CRUZADO	

a-01

9500237

Nº DOCUMENTO

TULO

Brasil pidió un lugar en el Consejo de Seguridad

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIÓN

## Brasil pidió un lugar en el Consejo de Seguridad

NUEVA YORK (Enviada especial). - Sin sorprender, pero tampoco sin consultar a sus vecinos, Brasil oficializó ayer su aspiración a convertirse en miembro permanente del consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, si el organismo amplía y modifica su composición.

"Si lo hubiéramos hecho nosotros, nos acusarían de cortarnos solos", comentó, entre sarcástico y molesto, un diplomático de la delegación argentina, quien ayer estaba dando retoques al discurso del presidente Carlos Menem ante la Asamblea General de la ONU.

Desde hace dos años se discute en la ONU quiénes y cómo podrían sumarse al selecto grupo de cinco miembros permanentes (Estados Unidos, Francia, Gran Bretaña, Rusia y China) que con derecho a veto lideran el Consejo de Seguridad. El objetivo es llegar a un acuerdo en 1995.

"Brasil está listo a asumir las responsabilidades requeridas para los países elegibles a ocupar posiciones permanentes", dijo el canciller Celso Amorín.

Amorín recurrió a los argumentos de extensión territorial y población como credenciales para que Brasil represente al Cono Sur. "El único criterio que figura en la Carta de Naciones Unidas, es la participación en tropas de Paz. Nuestros antecedentes son claros. Brasil en cambio, nunca se ha comprometido de esta manera", comentaron a Clarín en la misión argentina.

En su discurso, Amorín demostró cuán distantes son las políticas de Itamaraty y de la Cancillería argentina, un enfrentamiento que ya había quedado al descubierto durante la Cumbre del Grupo Río.

Brasil criticó en la ONU la política "unilateral" de los Estados Unidos en los casos de Haití y Cuba, condenó la manipulación de los principios de no intervención y de autodeterminación, y reclamó diálogo y acercamiento, en oposición al embargo norteamericano contra el gobierno de Fidel Castro.

Menem, en cambio, volverá a reclamar la democratización de Cuba equiparando al régimen de Fidel Castro con otras dictaduras latinoamericanas.

ENTRADO

CRUZ-DO

01-01

9500238

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TITULO *Clinton levanto sanciones que habia impuesto a Haiti.*  
 PROCEDENCIA *150007*  
 FECH. DE PROCEDENCIA *27/9/94*  
 VINCULACIONES *501809*  
*65890*  
*66323*

Salvo Aquellas Contra Militares

# CLINTON LEVANTO SANCIONES QUE HABIA IMPUESTO A HAITI

NACIONES UNIDAS, 26 (AP) - El presidente estadounidense Clinton levanto hoy las sanciones que le impuso su gobierno salvo aquellas que afectan directamente a los militares y gobernantes de facto haitianos. Lee más a todas las otras noticias de hoy en el mismo día Clinton en la jornada inaugural de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas, que celebra su quincuagésimo aniversario.

Clinton dijo en su discurso que apoyará cualquier medida para levantar las sanciones que impuso la ONU para obligar a los militares a reinstalar en el poder al presidente constitucional Jean Bertrand Aristide.

La medida de Clinton restaurará el tráfico aéreo comercial y permitirá nuevamente las transacciones comerciales y los viajes. Clinton defendió la presencia de tropas estadounidenses y de otros países en Haití y dijo que la comunidad internacional "le está dando al pueblo de Haití una oportunidad para alcanzar la libertad".

Mientras Clinton hablaba en la ONU, más de 200 haitianos iban de regreso a su país en un escuadrón norteamericano, tras haber estado detenidos en la base naval estadounidense en Guantánamo, Cuba.

"El gobierno democrático será restaurado", dijo Clinton, en alusión al gobierno de Aristide, que fue derrocado en septiembre de 1991.

En cuanto a la decisión de levantar las sanciones, Clinton dijo que se debió a una propuesta de Aristide de que se hiciera un gesto de reconciliación. Clinton dijo que seguirán vigentes las sanciones que afectan directamente a los militares y los gobernantes que éstos instalaron. Los militares prometieron que dejarán el poder para el 15 de octubre.

El presidente lamentó que los rebeldes haitianos rechazaran el plan de paz.

la intervención estadounidense en Haití, pero dijo que "debe quedar claro que las fuerzas de Estados Unidos están dispuestas a responder ante cualquier acción hostil".

En términos generales, Clinton dijo que la comunidad internacional está obligada a promover la democracia y eliminar el sufrimiento.

"El problema radica en decidir cuándo debemos responder y cómo sobreponemos a nuestra propia renuencia a tomar medidas", dijo Clinton. Dijo que los países que tomen medidas deben hacerlo tras considerar factores como la distancia entre sus fronteras y el país en conflicto, los costos, los riesgos y la opinión pública.

Clinton dijo que la ONU tiene una oportunidad de "establecer un mundo en que la democracia no tenga fronteras y donde las naciones sepan que sus fronteras siempre estarán seguras".

Clinton no mencionó su promesa de pedirle al Consejo de Seguridad el 15 de octubre que levante el embargo de armas que le impuso el gobierno musulmán de Bosnia-Herzegovina, en caso de que los rebeldes serbios de Bosnia no hayan aceptado para entonces un plan de paz.

El gobierno bosnio ha dicho que se siente traicionado por la ONU. Aun cuando el gobierno aceptó un plan internacional para poner fin a más de dos años de guerra en los Balcanes, el Consejo de Seguridad alzó el viernes parte de las sanciones que le impuso a Serbia por haber prometido que frenaría el envío de armas a los rebeldes. Los rebeldes serbios rechazaron el plan de paz.

ENTRADO \_\_\_\_\_  
 CRUZ-DJ \_\_\_\_\_

01-01

9500239

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO La ONU discute aliviar las sanciones contra Yugoslavia.

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROCEDENCIA 12/9/94

VINCULACIONES 50483  
50485

## La ONU discute aliviar las sanciones contra Yugoslavia <sup>Obs 12/9</sup>

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas discutirá hoy un plan de "alivio" de ciertas sanciones a Yugoslavia (Serbia y Montenegro) y los llamamientos de varios países para crear una «zona de exclusión» de armas pesadas en torno al cercado enclave musulmán bosnio de Bihac.

Las presiones para imponer esa «zona», similares a las impuestas en Sarajevo y Gorazde, y que se haría cumplir con amenazas de ataques aéreos de la OTAN, cobraron fuerza el viernes tras la

intensificación de los ataques serbios al enclave, y el uso de bombas de fragmentación.

Los rebeldes serbios de Krajina en Croacia se unieron a los serbios de Bosnia para atacar el enclave, supuestamente una «zona segura», desde dos direcciones, lo que la ONU denunció como muy preocupante combinación «altamente coordinada» de ambas fuerzas serbias.

Oficiales de fuerzas de paz de la ONU en la antigua Yugoslavia (Unprufor) expresaron en privado

sus reservas sobre la posible creación de una zona de exclusión en torno a Bihac, por temor a que los cascos azules se vieran involucrados en la batalla, como ya ocurrió, con consecuencias desastrosas en Somalia el año pasado.

Por otra parte el grupo de Contacto -integrado por EE.UU., Rusia, Alemania, Francia y el Reino Unido- explicará al Consejo de seguridad su propuesta de aliviar cier-

tas sanciones a Yugoslavia, a cambio del despliegue de observadores internacionales en la frontera entre Serbia y Bosnia.

### «Represalia» Serbia

Los observadores vigilarán el cumplimiento del bloqueo decretado por el presidente serbio, Slobodan Milosevic, contra sus antiguos aliados en Bosnia el pa-

sado 4 de agosto, en represalia por su rechazo al plan internacional de paz y el mapa del reparto territorial de Bosnia.

El alivio de las sanciones permitirá la reanudación de los vuelos civiles internacionales a los aeropuertos de Belgrado, Serbia, y Podgorica, Montenegro, y la participación de ambas repúblicas en acontecimientos culturales y deportivos, como el próximo campeonato europeo de fútbol. (De la redacción de El Observador en base a AP, Reuter y EFE)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500240

R. E. N.º

ASUNTO: NOMINA DE DATOS DE PERSONAS (C/A)

PROCEDENCIA: D. G. I. D.

EVALUACION: A-2

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

OBSERVACIONES:

FIRMA:

CAP.

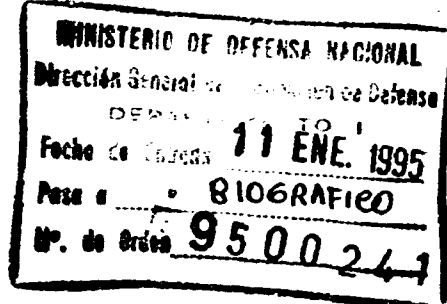
NOBERTO DETINCENSI

FECHA:

11 ENE. 1995

001/3

9500241



ARDAO ZUBILLAGA Carlos Victor (Fr).

C.C. Serie SHD N°6307.

Domicilio: Lavalleja (s/n).

F/N: 10/1950.

LARAZABAL RODRIGUEZ Enrique Javier (Fr).

C.C. Serie EAA N°20642.

Domicilio: Asencio 2188.

F/N: 09/1935.

FERNANDEZ SEGUSSA Maria Dolores (Fr).

C.C. Serie EAA N°15750.

Domicilio: Rio Branco 228 Rocha.

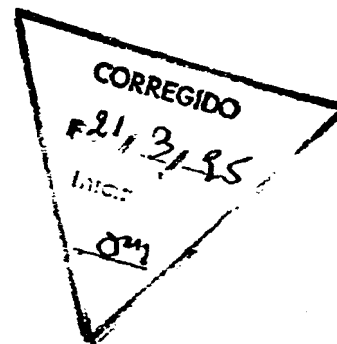
F/N: 11/1927.

ZEBALLOS GARETTO Maria Mercedes (Fr).

C.C. Serie EAA N°36308.

Domicilio: Gral. Artigas 163.

F/N: 10/1961.



SOLARI PEREIRA Andres Leonidas (C/A).

Domicilio: J. P. Ramirez 114.

F/N 06/1923.

LIBRAN BONINO Daoiz Velarde (C/A).

Domicilio: C. Williman 476.

F/N: 02/1923.

FECHA	16/03/95	INICIAL	SH
Procedimiento			
OBSERVACIONES			

ARTIGALAS Raul (C/A).

Domicilio: 19 de Abril 1182.

F/N: 10/1918.

CAPRIO Azucena (C/A).

Domicilio: Juan Fariña 559.

F/N: 11/1918.

COSSE MORALES Nelly Aurelia (Fr).

C.C. Serie GAC Nº 3437.

Domicilio: J.Z. Muniz 845.

F/N: 12/1934.

OLIVERA GARCIA Raquel (Fr).

C.C. Serie GAC Nº 5111.

Domicilio: Dario Silva 564.

F/N: 10/1947.

LIBRAN MACHADO Estela (C/A).

Domicilio: C. Williman 476.

F/N: 10/1961.

Hermana de Mónica.

LIBRAN MACHADO Mónica (C/A).

Domicilio: C. Williman 476.

F/N: 03/1960.

Hermana de Estela.

PERDOMO BLANCO Marinela (Fr).

C.C. Serie SAA Nº 33256.

Domicilio: Roosevelt 912.

F/N: 08/1963.

SENCION LARROSA Cecilia (C/A).

Domicilio: Lavalleja 646.

F/N: 09/1969.

ARRUE LARROSA Raúl Darío (Fr).

C.C. Serie SIE Nº 5500.

Domicilio: 19 de Abril (s/n).

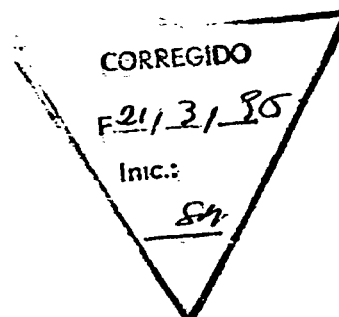
F/N: 11/1950.

GARRI BOTTARO Juan Jose.

Domicilio: Ellauri 757 Ap. 704.

F/N: 11/1925.

FECHA 16, 03, 95 INICIAL SH  
Procedido a ...  
OBSERVACIONES



003/3

9500241



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Gran Bretaña advirtió a la ONU que se retirará de Bosnia si se levanta embargo de armas contra musulmanes.*

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCESAMIENTO

VINCULACIONES

150483  
13/9/94  
50488  
504685  
504529  
504694

*Londres considera que la medida sólo ayudaría a incrementar las hostilidades*

## Gran Bretaña amenazó con retirar su fuerza de Bosnia si la ONU levanta embargo de armas

*Gran Bretaña advirtió a la ONU que se retirará de Bosnia si se levanta el embargo de armas contra los musulmanes.*

El secretario de Defensa británico, Malcolm Rifkind, dijo ayer que su país no tendrá otra opción más que retirar su contingente de más de 3.000 observadores de paz por su propia seguridad si las armas comienzan a circular por Bosnia.

"Si la ONU decide comenzar a suministrar armas a uno de los grupos combatientes en esta guerra no hay forma de que las tropas de la ONU permanezcan en Bosnia", dijo.

Rifkind hizo estas declaraciones antes de reunirse con el primer ministro John Major para analizar la participación británica en Bosnia.

El presidente de EEUU Bill Clinton amenazó con solicitar el levantamiento del embargo si los serbios de Bosnia no aceptan antes del 15 de octubre el último plan de

Rifkind dijo que cree que Estados Unidos es más flexible sobre este tema de lo que parece y entiende que el levantamiento del embargo pondrá en una situación difícil el futuro de la misión humanitaria en Bosnia.

Los defensores del levantamiento consideran que la medida permitiría a los musulmanes defenderse de los ataques serbios.

Gran Bretaña considera que tan solo incrementaría las hostilidades.

La alianza a que llegaron croatas



Los últimos rescates

Si las armas comienzan a circular por Bosnia, Gran Bretaña retirará su contingente de 3 mil efectivos

bosnios y musulmanes en Washington el 18 de marzo está en peligro tras el atentado fallido de que fue objeto el domingo el alemán Hans Koschnik, encargado de administrar la ciudad de Mostar en nombre de la Unión Europea.

El presidente de Bosnia-Herzegovina, el musulmán Alija Izetbegovic, intentaba ayer en Zagreb, capital de Croacia, frenar el proceso de descomposición de la

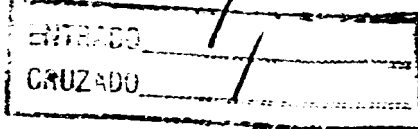
alianza y federación en una entrevista con su homólogo croata, Franjo Tudjman.

Mijo Brajkovic, alcalde de la parte croata de Mostar, situada 130 kilómetros al sur de Sarajevo, ha prometido una investigación exhaustiva para descubrir quién disparó la granada contra Koschnik, ya que todos sospechan que se trata de un croatabosnio.

"El objetivo de la granada no era la vida del administrador alemán de Mostar, sino el futuro de la federa-

ción croato-musulmana bosnia, que pasa por una prueba de madurez, precisamente, en esta ciudad", comentó el diario promusulmán de Sarajevo, Oslobođenje.

El canciller de Alemania, Klaus Kinkel, exigió a Tudjman una investigación a fondo sobre el atentado y la adopción de todas las medidas necesarias para garantizar la seguridad de los europeos en Mostar. (De la redacción de El Observador, en base a Renter y EFE)



01-01

9500242

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Noe. Unidas suspenden puente aéreo hacia Sarajevo.

150007  
21/9/94

501889  
504685  
504697

Sin Provisiones

## SARAJEVO OTRA VEZ FRENTE A UN CAOS: SUSPENDIDO PUENTE AEREO

SARAJEVO, 20 (ANSA)- Naciones Unidas, que había reanudado hoy el puente humanitario hacia Sarajevo después de 24 horas de interrupción a causa de los combates y del mal tiempo, se vio obligada nuevamente a suspenderlo después que un avión francés fuera alcanzado por disparos, anunció el coronel Bernard Lebarsou-

El oficial francés precisó que el avión, un C-130, fue alcanzado después de aterrizar en la pista del aeropuerto de Sarajevo, a las 14.30 hora local.

El puente aéreo es el único medio de abastecimiento que tienen los habitantes de la capital bosnia, mientras que el aeropuerto se encuentra bajo la protección de las fuerzas de la ONU.

El domingo, sin embargo, los combates en la zona entre musulmanes y serbios se hicieron más intensos y dieron lugar a dos muertos y 19 heridos, obligando a las fuerzas de la ONU a suspender el puente aéreo durante 24 horas por falta de seguridad.

La situación en la ciudad es muy difícil, hay escasez de agua, electricidad y gas, que fueron cortados desde hace algunos días por los serbios bosnios. Precisamente hoy, el comandante de los cascos azules, el general británico Michael Rose, se reunió en París con los líderes serbio bosnios para discutir la cuestión.

Mientras, tropas del ejército bosnio entraron en Krajina, territorio croata bajo el control de los serbios, persiguiendo a las fuerzas serbias que habían lanzado un ataque contra los bosnios del bolsón de Bihać, declaró el general bosnio Alij Dudakovic a la televisión croata.

Dudakovic dirige el quinto cuerpo del ejército bosnio y hace un mes logró romper la defensa del líder musulmán secesionista Fikret Abdic.

Los soldados bosnios llegaron hasta la zona de Čitluk y Kostajnica, a unos 35 kilómetros de la frontera croata, precisó el general.

Según Dudakovic, la operación conjunta de los serbios de Krajina y de Bosnia contra el bolsón de Bihać fue dirigida por el general serbio Ratko Mladic.

En tanto, representantes del Grupo de Contacto llegaron hoy a Zagreb, donde se reunirán con los responsables de las Naciones Unidas y con el presidente Franjo Tudjman, anunció el vocero de la FORPRONU en Zagreb, Michael Williams.

Según el portavoz, cinco representantes de Estados Unidos, Rusia, Alemania, Francia y Gran Bretaña deberían celebrar un encuentro esta tarde con el enviado especial de la ONU para la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, y con el comandante de la Forpronu, general Bertrand de Lapresle.

Más tarde, los enviados del grupo de

contacto se reunirán con el presidente croata, Franjo Tudjman, y mañana viajarán a Belgrado para hacer otro tanto con el presidente serbio, Slobodan Milosevic.

Bosnia, por otra parte, pidió hoy a la OTAN la adhesión al acuerdo de la Asociación para la Paz. El consejo atlántico analizará cuanto antes la solicitud, anunció en Bruselas el primer ministro bosnio, Haris Silajdzic.

Al término de un encuentro con el vicesecretario de la OTAN, Sergio Balanzino, Silajdzic dijo que "hace tiempo que pedimos la adhesión al acuerdo y vine a la OTAN para recordar nuestra solicitud".

La OTAN preparó el programa Asociación para la Paz para los países de Europa central y oriental y también para las repúblicas de la Comunidad de Estados Independientes (CEI).

El acuerdo pretende garantizar la paz y la estabilidad en el continente y representa un primer paso hacia la adhesión a la Alianza Atlántica.

Fuentes de la OTAN auspiciaron que Bosnia adhiera al acuerdo sólo después de que la república se haya pacificado. Silajdzic afirmó que Balanzino le aseguró que la OTAN está dispuesta, si la ONU lo solicita, a intervenir con sus aviones para garantizar la seguridad de la población de Sarajevo y de Goražde.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500243

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Tropas de ONU se retirarán de Bosnia si rebeldes siguen sabotando plan de paz.

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCESAMIENTO

VINCULACIONES

Se busca evitar que sus 20.000 soldados queden en medio de dos fuegos

## Tropas de la ONU se retirarán de Bosnia si los rebeldes siguen sabotando el plan de paz

Sarajevo, Bosnia-Herzegovina - Antes de mediados de diciembre, si los rebeldes bosnios serbios aún están sabotando las tentativas de paz, 20.000 soldados de la ONU empezarán a retirarse subrepticamente del país, según fuentes militares del organismo internacional.

Las tropas, que fueron desplegadas en el peor conflicto en Europa desde la Segunda Guerra Mundial, se encontrarán entre dos fuegos si se levanta el embargo de armas y el gobierno bosnio puede acceder a ellas para defenderse contra las fuerzas nacionalistas serbias que están fuertemente armadas.

Si los soldados de la ONU se quedan, se arriesgan a ser tomados como rehenes y a ser utilizados por los rebeldes serbios para escudarse. Los serbios confían actualmente en su superioridad armamentista para retener el 70 por ciento de Bosnia-Herzegovina que conquistaron en un mortífero ataque 29 meses atrás.

Si las tropas de la ONU deciden partir, podrían ser bloqueadas por los civiles bosnios que temen ser abandonados al fuego de artillería antes de que hayan instalado sus propias armas.

Cualquier vacilación en la toma de decisiones o su postergación a que el debate sobre el embargo de armas esté concluido, podría conducir a que los soldados de paz sean superados por los acontecimientos. El dilema ha forzado a los comandantes a diseñar un plan de contin-

gencia para el caso de una retirada.

"Cualquier retirada constituye una operación militar muy difícil", dijo el mayor británico Dacre Holloway, vocero de las fuerzas de protección de la ONU conocidas como Unprofor. "Si esperamos hasta que se decida levantar el embargo de armas, será demasiado tarde".

El rechazo de los bosnios serbios a otra propuesta de paz presentada por la comunidad internacional ha intensificado la presión sobre el Congreso para dispensar al gobierno musulmán bosnio de la prohibición establecida por el Consejo de Seguridad en 1991 para vender armas a las ex repúblicas yugoslavas.

Si bien el embargo tenía la intención de impedir el armamento de todas las partes en conflicto, ésta apenas ha afectado al gobierno bosnio. Serbia, el socio poderoso, con Montenegro en Yugoslavia, produce sus propias armas y las comparte generosamente con sus hermanos bosnios serbios, y la adquisición de armas por Croacia es prácticamente imposible de evitar debido a sus 600 kilómetros de costas.

Luego que el Parlamento bosnio



Ruinas y carencias

Una mujer visita el destrozado cementerio de Sarajevo; una ciudad que está sin agua, electricidad ni gas desde hace más de una semana

serbio rechazó en julio una propuesta de paz patrocinada por cinco naciones; el presidente Clinton proclamó el levantamiento del embargo al gobierno bosnio para que se puedan defender en igualdad de condiciones y dio el 15 de octubre como plazo para que los bosnios serbios acepten el plan de paz o de

lo contrario se enfrentarán con un enemigo mejor armado.

El teniente británico Michael Rose predijo un "escenario de pesadilla" si el embargo de armas es levantado y las 20.000 tropas desplegadas de la ONU son forzadas a salir. (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500244.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PPOCEDENCIA

VINCULACIONES

Consejo de Seg. de ONU dispondrá medidas sobre Bosnia y Yugoslavia

950014

24/9/94

501888

501685

501697

Suspenden sanciones a la ex Yugoslavia y aumentan las medidas contra los serbobosnios

## EL CONSEJO DE SEGURIDAD DE ONU DISPONDRA MEDIDAS SOBRE BOSNIA Y YUGOSLAVIA

*El Consejo de Seguridad de la ONU se disponía a adoptar ayer dos proyectos de resolución sobre el conflicto de Bosnia (además de un tercero sobre limpieza étnica), cuyos puntos principales son los siguientes:*

### SUSPENSIÓN DE SANCIONES A YUGOSLAVIA (SERBIA Y MONTENEGRO).

Por un período inicial de cien días, que comenzará al día siguiente de que la ONU certifique el cierre efectivo de la frontera entre Yugoslavia y Bosnia, donde supervisores civiles internacionales verificarán que sólo pasan artículos humanitarios hacia los serbobosnios.

-se suspende la prohibición a los vuelos civiles de pasajeros (con sus efectos personales) al aeropuerto de Belgrado.  
-se suspende la prohibición del servicio de transbordadores (sólo para pasajeros y sus efectos personales) entre el puerto de Bar (Montenegro) y el italiano de Bari.

-se suspende la prohibición de la participación de Serbia y Montenegro en los intercambios culturales y deportivos.  
-se agilizarán los trámites en el Comité de sanciones de la ONU para considerar las peticiones del envío de ayuda humanitaria.

-cada 30 días, el secretario general de la ONU deberá informar si continúa el cierre efectivo de la frontera entre

### Yugoslavia y Bosnia.

-si en cualquier momento no fuera así, el secretario general de la ONU tendrá que notificarlo de inmediato al Consejo, y las sanciones suspendidas se restablecerán el quinto día después de dicha notificación.

-el Consejo considerará medidas ulteriores con respecto a las sanciones a Yugoslavia en vista de los progresos adicionales que puedan darse en la situación.

### ENDURECIMIENTO DE LAS SANCIONES A LOS SERBOBOSNIOS

-el Consejo aprueba el plan de paz y mapa del reparto territorial de Bosnia acordado por el Grupo de Contacto aceptado por los musulmanes y croatas de Bosnia y rechazado por los serbobosnios.

-promete tomar todas las medidas necesarias para ayudar a las partes a cumplir el plan una vez que haya sido aceptado por todas ellas.

-condena a los serbobosnios por rechazarlo y les «exige» que lo acepten en su totalidad e incondicionalmente.

-pide a los países que no mantengan conversaciones políticas con la dirección de los serbios de Bosnia mientras no acepte el plan.

-prohíbe todo vínculo económico y la realización de servicios o transacciones comerciales, financieras u otras con entidades, personas o representantes directos o indirectos de las zonas de Bosnia controladas por los serbobosnios. Sólo se exceptúan los envíos estrictamente humanitarios, las telecomunicaciones y los servicios postales y legales.

-prohíbe la entrada de todo tráfico fluvial comercial en las zonas de Bosnia controladas por los serbios.

-ordena la congelación de todos los activos serbobosnios en el extranjero.

-prohíbe los viajes al extranjero de todas las autoridades políticas serbobosnias, de los oficiales del Ejército y fuerzas paramilitares, y de quienes actúen en nombre de los serbobosnios o los apoyen o hayan apoyado de alguna forma.

-ordena a los países que tomen medidas para impedir el desvío, hacia los serbobosnios, de bienes, fondos, etc, desde otras áreas, especialmente desde las zonas rebeldes serbias en Croacia.

-promete revisar todas estas medidas cada cuatro meses y reconsiderarlas si los serbobosnios aceptan el plan de paz internacional en su totalidad e incondicionalmente.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500245

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENCIA

VINCULACIONES

Ola de acusaciones por suspensión de visita del Papa a Sarajevo.

150483

8/10/94

504889

504685

504684

Interrumpieron los vuelos de ayuda tras el ataque a dos aviones

## Ola de acusaciones por suspensión de la visita del Papa a Sarajevo

Los vuelos de ayuda a Sarajevo fueron suspendidos ayer luego que dos aviones fueron alcanzados por disparos, y el hecho agravó las frustraciones de una ciudad ya indignada por la cancelación de la visita papal.

Funcionarios de las Naciones Unidas dijeron que los serbios fueron los responsables de que el papa Juan Pablo II hubiese cancelado su viaje programado para ayer, pero el gobierno bosnio y funcionarios de la Iglesia culparon a la ONU y en particular a su enviado Yasushi Akashi.

El Papa pidió al mundo no olvidar a la población de Sarajevo y anunció que aún estaba dispuesto a visitar la capital de Bosnia tan pronto le sea posible.

La decisión del Papa de cancelar su peregrinaje a Sarajevo coincidió con la intensificación del fuego en torno al aeropuerto y una violación por los serbios bosnios de la zona de exclusión de armas pesadas en esta ciudad.

Juan Pablo II dijo ayer en el Vaticano que está decidido a ir a Sarajevo en cuanto sea posible y que la decisión de postergar la visita le causó un "profundo pesar".

La vocera Claire Grimes dijo que la ONU estaba "profundamente triste" por la decisión, pero que ello fue una prueba más de que no se han logrado avances en las gestiones para poner fin a la guerra.

El presidente de Bosnia, Alija Izetbegovic, también culpó a Akashi por la decisión del Papa de cancelar la visita.

"En su carta (al Papa) convirtió un peligro abstracto en uno concreto", dijo Izetbegovic.



Audiencia semanal

En su tradicional aparición de los miércoles, el Papa anunció la postergación de su viaje y su intención de hacerlo cuando sea posible.

Dijo que Akashi debería ser reemplazado por alguien "que sea más amigable con Bosnia Herzegovina".

El gobierno bosnio ha dicho varias veces que Akashi simpatiza con los rebeldes serbios.

Monseñor Vinko Puljic, líder de los católicos de Bosnia, dijo: "En base a la carta de Akashi... se decidió que el Papa no vendría".

Grimes negó que Akashi, delegado del Alto Comisionado de la ONU para Refugiados, le hubiese pedido al Papa que cancelara su visita.

"Explicamos claramente la gravedad del peligro", dijo la vocera.

Los residentes de Sarajevo, en especial los croatas católicos que suman 30.000 personas, habían esperado ansiosamente el arribo del Pontífice, y el gobierno bosnio encabezado por musulmanes había visto en su visita un indicio de solidaridad.

Pero los serbios bosnios, que son en su mayoría ortodoxos de rito oriental, manifestaron que la segu-

ridad del Papa no podía garantizar se y que se les culpaba a ellos de cualquier cosa que pudiera ocurrir, fueren quienes fueren los responsables.

En lo referente a los aviones, el vocero de la ONU, Peter Kessler, dijo que los vuelos de suministros vitales están siendo "temporariamente suspendidos", pero que confiaba que se reanudarían hoy.

"Este es un momento muy malo para interrumpir el puente aéreo humanitario.

Las existencias de alimentos en la ciudad son muy exiguas", dijo.

Los dos aviones fueron alcanzados por disparos en los últimos dos días durante un tiroteo entre serbios y tropas del gobierno en los alrededores del aeropuerto.

Las visitas planeadas por altos funcionarios estadounidenses también se han visto frustradas por problemas de seguridad. (De la redacción de El Observador en base a AP, EFE, y Reuter)

ENTRADO

CRUZ-00

01-01

9500246

Nº. DOCUMENTO 9500247  
 TÍTULO Intentos de integración regional iberoamericana en la  
 PROCEDENCIA Clarín  
 FECHA DE RECEPCIÓN 7/12/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
 11677 ✓  
 12757 ✓  
 11399 ✓

PARA ESTE PIONERO DEL POLO, EL  
 TERRITORIO DEBE SER UN ESPACIO  
 DE INTEGRACION REGIONAL

## Antártida Sudamericana

Por Jorge Leal

**L**OS esfuerzos por alcanzar la integración regional iberoamericana pueden encauzarse a través de múltiples caminos. Sin embargo, ninguno de ellos garantiza el éxito de la empresa si la decisión política de los gobiernos para integrarse no es acompañada por la firme convicción sobre la necesidad y conveniencia de un modelo que asegure la convivencia -en cooperación e intercambio- por parte del conjunto social de cada uno de los países involucrados.

Coexisten ahora algunos intentos muy puntuales de entendimientos regionales en materias específicas que, en el largo plazo, contribuirán eficazmente en la construcción de proyectos más ambiciosos. Tal es el caso del foro para la consulta, intercambio de información y cooperación.

### ■ Una política regional

Las Reuniones de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL) nacen en el año 1990, por iniciativa de la República Argentina, respondiendo a la letra y al espíritu de la actualizada política antártica argentina que propicia la cooperación en la Antártida entre los países de la región.

Si bien la Argentina y Chile poseen una larga tradición antártica, poco a poco nuevos países sudamericanos han mostrado interés en la materia adhiriendo al Tratado Antártico, primero, y, tras realizar expediciones e instalar bases, accedieron a la condición de miembros plenos del citado convenio. De tal forma, hoy, además de los dos países pioneros nombrados, se suman el Uruguay, el Brasil, el Perú y el Ecuador.

Los resultados apuntan a optimizar esfuerzos científicos, logísticos y operativos para llevar adelante una actividad costosa, que no cuenta con recursos genuinos y además impone la utilización de una tecnología muy especializada.

Para alcanzar este punto de entendimiento regional en materia antártica podemos recordar que existen una serie de acontecimientos históricos, políticos y culturales que respaldan la iniciativa indicando que la unidad en este y otros campos es posible porque es necesaria.

Sudamérica y la Antártida son vecinos muy próximos, tan sólo 1.200 kilómetros separan al extremo sur del continente de aquellas tierras, separación que curiosamente no es tal porque la cordillera de los Andes continúa siendo un puente de unión entre ambos -aun sumergida en arco- bajo el profundo Pasaje de Drake.

Este hecho geográfico no escapó a la atención de geógrafos y exploradores europeos de principios de siglo, tales como Charcot, que bautizaron esa prolongación geológica americana con el nombre de Antártida Americana, extendiéndola entre los meridianos de 24° y 90° oeste de Greenwich.

Con idéntico propósito merecen recordarse las sucesivas declaraciones y notas reversales intercambiadas entre la Argentina y Chile con respecto a la sensible cuestión de la soberanía en la Antártida, y que en los años 1941, 1947, 1948, 1979 y 1974 utilizan la expresión Antártida Sudamericana para definir un espacio de intereses comunes sobre el cual se reconocen mutuamente soberanía.

Es necesario fortalecer, entonces, en el seno de la sociedad latinoamericana una conciencia clara sobre la importancia del cuadrante antártico sudamericano como espacio para la integración regional.

Jorge E. Leal es director nacional del Antártico. Fue quien comandó la primera expedición terrestre al polo Sur en diciembre de 1965.



## Europa Occidental Deja Atrás la Recesión en Forma Lenta Pero Segura



ROMA (Servicio exclusivo de USA Today).—Guillermo Mancini, administrador de un hotel situado en la parte más alta de una colina entre los ríos de la región de Toscana, advierte que a su alrededor hay signos visibles del final de una profunda recesión que afectó a Europa.

Los turistas están retornando a las habitaciones de su hotel, procedentes de Alemania, Suiza y el Reino Unido, casi triplicando el porcentaje de ocupación de los dos últimos años. Y, muestra un título del diario "La Nación" que anuncia: "Milagro de Fiat". La empresa italiana del sector automotor, que es una de las más grandes de Europa, anunció ganancias por unos 485 millones de dólares en el primer semestre de 1994. En el mismo período de 1993, Fiat tuvo pérdidas por 655 millones de dólares.

A lo largo de Europa Occidental, las economías están gozando de lenta, pero sostenida recuperación, luego de la aguda recesión de comienzos de la presente década. El Reino Unido, que fue el primer afectado por recesión, comenzó a salir de la difícil situación el año pasado. La economía alemana ha tenido fuerte crecimiento desde enero del corriente año, en gran medida como consecuencia del crecimiento de la demanda productiva germana que se registra en Estados Unidos y otros mercados. Francia, Italia y la mayor parte del resto de Europa Occidental también están saliendo del período recesivo.

"En estos momentos la situación en Europa es alentadora", afirma la economista Lisa Tyler, de la empresa consultora Oxford Economics, de Estados Unidos.

### REAL, PERO NO ESPECTACULAR

Esta positiva tendencia de las economías de los países europeos es de principal interés para las empresas de Estados Unidos. En efecto, Europa es el tercer mercado regional en importancia para Estados Unidos, situándose sólo detrás de Canadá y México (socios de los estadounidenses en el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica o NAFTA) y de la próspera Cuenca del Pacífico.

"El 25 por ciento de las exportaciones de Estados Unidos tiene como destino los mercados europeos", indica Tyler. "Si

las economías crecen allí, también lo hace su demanda interna y, por consiguiente, aumenta la demanda por nuestros productos".

La recuperación económica de Europa es real, aunque no espectacular. John Casella—un analista económico del sector automotor—señala que la recuperación tiene una preocupante tendencia a producir indicadores económicos ambíguos mes a mes. Numerosos expertos coinciden en señalar que les recuerda el sinuoso proceso de recuperación que tuvo Estados Unidos entre 1991 y 1993.

El principal ejecutivo de Ford, Alex Trotman, quien es oriundo de la Reino Unido, comenta que los economistas de la empresa en Europa esperan una modesta tasa de crecimiento del Producto Bruto Interno (PBI) a lo largo del continente, baja inflación y un crecimiento del cinco por ciento en las ventas de automóviles y camiones en el corriente año.

"Si eso realmente ocurre, todo estará muy bien", dice Trotman. "Preferimos que ello ocurra a tener un par de años con crecimiento del 20 por ciento y luego caer al abismo".

Para Ford, la recuperación se hizo esperar. La empresa tuvo mil millones de dólares de pérdidas en sus operaciones europeas entre 1992 y 1993. Ahora, retomaron las ganancias, debido a la mejor situación económica en el continente y a los esfuerzos de la empresa por reducir costos. En los primeros nueve meses de 1994, Ford tuvo ganancias por 269 millones de dólares en Europa.

### CUATRO CLAVES

Sobre la base de lo que señalan las predicciones de la Organización de Cooperación Económica y Desarrollo (OECD), que congrega a las potencias del mundo industrializado, esto es lo que está ocurriendo en las cuatro economías principales de Europa occidental:

■ **ALEMANIA:** Cinco años después de la reunificación con el territorio oriental, que estaba devastado desde el punto de vista económico, Alemania está creciendo a un ritmo mayor del esperado. Los economistas germanos habían calculado un modesto crecimiento de 1.5 por ciento en el presente año. Ahora, estiman que el PBI aumentará 2.5 por ciento en el corriente año y 3 por ciento en 1995 y 1996 (cifras superiores a las calculadas en primera instancia). Los economistas de la OECD son menos optimistas, pero igual advierten un crecimiento de 1.8 por ciento este año y 2.6 por ciento en 1995.

El motor del crecimiento son las exportaciones, que en el presente año aumentaron entre 10 por ciento y 15 por ciento en comparación con 1993. Se estima que el mayor volumen exportado permitirá neutralizar la debilidad del gasto de los consumidores y de las empresas alemanas.

Las exportaciones también están generando problemas en el territorio oriental, que antes estaba bajo dominio comunista. Debido a la economía en ruinas que quedó como legado del período comunista, el Este absorbe todos los aporte financieros que realiza el territorio occidental. La tasa de desempleo se sitúa en 13 por ciento, que equivale al doble de la del lado occidental.

Pero, en el territorio oriental también surgen algunos signos positivos. Los economistas coinciden en calcular un cre-

cimiento económico del 9.5 por ciento en 1994 y del 9 por ciento en 1995, en el lado Este de Alemania.

Un ejemplo de la enorme labor que debe realizarse en el Este es la instalación de una planta de armado de vehículos que instaló Opel—una rama de General Motors—en la ciudad de Eisenach. Hace tres años, cuando llegaron los Germanos, la ciudad tenía un aspecto lúgubre. Había contaminación visible en el aire. Hoy, la urbe está en plena actividad. Cuadrillas de operarios están repavimentando la carretera principal que conduce a la ciudad, y los hornos y estufas de carbón han sido convertidos para utilizar gas natural y combustible. La contaminación casi ha desaparecido. La producción de la planta de Opel se ha duplicado, aunque todavía no genera ganancias. Es por ello, que General Motors fue exonerada de impuestos en esa zona.

Eisenach es un ejemplo de la fuerza productiva y renovadora de Alemania. "El crecimiento económico tiene cada vez más impulso en Alemania", afirma el economista Carl Weinberg, quien se desempeña en una importante consultora de Nueva York. "Puede esperarse que Alemania empuje al resto de Europa".

■ **GRAN BRETAÑA:** La economía del Reino Unido no ha necesitado del impulso germano para crecer. En efecto, el crecimiento ha sido tan firme que el Banco Central incrementó las tasas de interés en setiembre para reducir el riesgo de un proceso inflacionario. El índice de precios al consumo se sitúa en 2.2 por ciento anual, la tasa más baja en 27 años. Las fuerzas que aseguran una inflación reducida son iguales que en Estados Unidos: dura competencia y consumidores que siempre buscan la mejor oferta.

"El Reino Unido es el líder del crecimiento", afirma Weinberg. Hasta el presente, el auge del consumo ha impulsado el crecimiento económico. El gasto de los consumidores aumentó 2.8 por ciento en el presente año y se espera que siga un camino ascendente con una tasa del 3 por ciento en 1995. Las ventas de automóviles, muebles y otros bienes de uso familiar están en ascenso, debido a que los consumidores empezaron a gastar nuevamente, al haber finalizado la recesión. A medida que se incrementó el gasto, el año pasado descendió del 12.3 por ciento al 10 por ciento en 1994, estimándose que seguirá reduciéndose hasta llegar al 9 por ciento en 1995.

Otro elemento generador del crecimiento son las inversiones en bienes inmuebles y equipos realizadas por las empresas. Ese rubro aumentó 6.4 por ciento en 1994 y aumentará 6 por ciento en 1995.

Los asesores económicos del gobierno británico esperan que el PBI crezca 3.5 por ciento en el presente año y tenga la misma tasa en 1995. Los economistas de la OECD hicieron un cálculo más modesto: 2.8 por ciento en 1994 y 3.2 por ciento en 1995.

■ **FRANCIA:** Está saliendo de la peor recesión que sufrió en cincuenta años. Su economía tuvo una caída de 0.9 por ciento en 1993. Se estima que al final del presente año habrá crecido 1.8 por ciento y lo hará a una tasa del 2.9 por ciento en 1995.

El gasto de consumo está aumentando de nuevo. Se incrementó apenas 0.7 por ciento en 1993, se espera que realice el signo positivo aunque en 1.5 por ciento en 1994 y 2.3 por ciento en 1995. Las exportaciones aumentarán 5.2 por ciento al 31 de diciembre próximo y 6.8 por ciento en 1995.

Francia tiene una de las tasas de inflación más bajas de Europa: 1.7 por ciento, en comparación con 3 por ciento de Alemania, 2.7 por ciento de Holanda, 4.5 por ciento de España y 3.9 por ciento de Italia.

El desempleo se sitúa en 12.7 por ciento y sólo se espera un pequeño abatimiento a fines del corriente año y similar tasa en 1995. Mas de 3.3 millones de trabajadores franceses están sin empleo, en un país que estima que una tasa aceptable de desocupación no pueda superar el 8 por ciento. Hay que tener en cuenta un factor: los generosos subsidios a quienes carecen de empleo indican a muchos a no esforzarse por buscar un nuevo trabajo.

Otros indicadores muestran una economía en proceso de recuperación. La producción industrial aumentó en el pasado verano, superando los cálculos de la mayoría de los economistas. La empresa automotora Peugeot Citroën anunció que sus ventas en los primeros nueve meses de 1994 se acrecentaron 14.2 por ciento.

■ **ITALIA:** La economía italiana también está en vías de superar la senda del crecimiento sostenido. La mejor situación económica de Estados Unidos y de Europa Occidental contribuyó a aumentar el número de turistas y, en consecuencia, los ingresos por ese concepto. En los primeros siete meses del corriente año, Italia fue visitada por un millón de turistas más que en el mismo período de 1993. A su vez, los italianos también realizan mas viajes al exterior, en parte, por la economía del país es impulsada por el aumento de exportaciones, del comercio interno y de las inversiones.

El gasto de los consumidores aumentó 2.1 por ciento en 1994, tendrá un incremento del 0.7 por ciento a fin de año y de 1.5 por ciento en 1995.

Las exportaciones reanudaron la tendencia en ascenso en 1993 con un robusto 10 por ciento de aumento, escalan 6.9 por ciento en el corriente año.

# DEBUTA EL CRECIMIENTO

(Por Daniel Víctor Sosa) No fue precisamente un camino de rosas el recorrido por los 25 países del ex bloque socialista desde la caída del Muro de Berlín. Sin embargo, cuatro años seguidos de drástica reestructuración y de retroceso productivo parecen haber dado lugar a un respiro. Este es el primer año de crecimiento —uno por ciento promedio según organismos internacionales— y los analistas y hombres de negocios ven el futuro con optimismo. De todos modos un examen detenido muestra serios desfases con respecto a lo que se pronosticaba en 1989. Los principales motivos son tres: la escasa afluencia de capitales en relación a lo esperado, el fuerte proteccionismo de Europa Occidental y la aparición de "barones del robo" que aprovecharon la confusión para quedarse con activos y beneficiarse con las reformas liberalizadoras.

La brutal recesión golpeó de manera despareja. Datos del Banco Europeo de Reconstrucción y Desarrollo (BERD) correspondientes a 1993 mostraron en lo más bajo del ranking a Georgia (-40 por ciento); Tadjikistán (-28), Kirguistán y Lituania (-16) y Armenia (-15 por ciento). Mientras, la gigantesca Rusia decreció 12 por ciento y sólo un ex miembro de la antigua URSS —Uzbekistán— aumentó su producción, en apenas uno por ciento. En el bloque europeo oriental, en tanto, las cosas fueron mejor y se destacaron los avances de Albania (11 por ciento) y Polonia (4). La contracara fueron las caídas de Macedonia (-15 por ciento), Bulgaria y Eslovaquia (-4 cada una).

Por cierto cayó la fabricación de armas, bienes de consumo de mala calidad y de equipos fabriles obsoletos, lo cual provocó el despido de millones de trabajadores y hasta dio lugar a sectores y ciudades fantasma, pero también generó considerables ahorros fiscales.

También fue desigual el nivel infla-

Este año Europa del Este y la ex URSS registrarán un crecimiento promedio de uno por ciento después de cuatro años seguidos de fuertes caídas productivas y drástica reestructuración. Pero sólo unos pocos dejaron realmente atrás el receso. El resto está todavía lejos de haber pasado lo peor.

11-12-94 P. 12

cionario, materia en la que descollaron Ucrania y Armenia (por encima de 10 mil por ciento) y otros ocho países que oscilaron entre 930 y 7.300 por ciento.

La Comisión Económica de las Naciones Unidas para Europa advirtió que las privaciones sociales en las economías en transición y el desempleo creciente continúan alimentando una perjudicial desilusión en relación a la reforma económica. En ese sentido el organismo pidió mejores mecanismos de coordinación internacional para adecuar la asistencia occidental dentro de programas nacionales coherentes, y combinarla con un margen de acción mayor para que los gobiernos puedan seguir programas políticos y de transformación más adaptados a sus países.

Junto con esas recomendaciones la Comisión advirtió que la ayuda internacional fue mucho menor que la necesaria. Además, el financiamiento occidental fluyó principalmente a países que tuvieron más recursos y mayores rentas per cápita. De hecho, apenas un puñado de países recibió el 80 por ciento de los 15 mil millones de dólares invertidos en el quinquenio. Por eso no extraña que las perspectivas más favorables sean las de Polonia, que crecerá otro 4 por ciento este año, Eslovenia, la República Checa y posiblemente Hungría.

Esos alumnos aventajados ya son exhibidos como modelos para el resto. Los consejos privados insisten en tal sentido en que pronto empezarán a sentir los beneficios aquellos que cortaron sus hinchadas burocracias y los monopolios industriales militarizados. Un caso tomado como ejemplar es el checo que a comienzos de 1995, cuando concluya la segunda fase de la privatización, habrá delegado en los empresarios el manejo del 80 por ciento de la economía.

Los promotores de ese proceso sostienen que aunque la privatización no haya creado capital empresarial o capacitación para la administración, generó la necesidad de bancos eficientes, bolsas y fondos de inversiones y provocó una corrida en busca de profesiona-

Nº. BOLETA 8500249  
TÍTULO Crecimiento económico de la  
PROCEDENCIA Página 12 en URSS y  
FECHA DE PROCEDENCIA 11/12/94 Europa del  
VOTACIONES 11876 ✓  
507 293 ✓  
11169 ✓  
11161 ✓

les especializados en áreas gerenciales y de inversiones. De todas maneras de poco sirvieron los nuevos managers frente a las restricciones comerciales aplicadas por los socios occidentales para proteger su economía, particularmente en el reciente período recesivo. La mayoría de los países orientales realizan más del 50 por ciento de su intercambio con la Unión Europea mediante una serie de acuerdos de asociación bilateral asimétricos. Estos ofrecen el libre comercio de muchos productos industriales pero mantienen trabas a productos considerados "estratégicos" (como acero, textiles y alimentos) y respaldados por medidas antidumping y otras de naturaleza restrictiva.

Por último sigue pendiente un problema de la liberalización. En los países de la ex Unión Soviética en particular miles de millones de dólares de capital fueron creados gracias a la expropiación frecuentemente clandestina y al contrabando de materia prima, energía y otros recursos. Los "barones del robo" que se beneficiaron de ese proceso abrieron cuentas legales en el exterior aguardando reformas legales que les permitan repatriar el dinero convenientemente lavado.

La duda está en el grado de influencia que esos sectores —muchos de ellos vinculados a diversas mafias— puedan tener en los respectivos gobiernos, todavía débiles en exceso.

## PERIPLO

**AUTOS.** Incapaz de acompañar la recuperación del mercado doméstico de automóviles, la Nissan Motor Cop. de Japón registró pérdidas en el semestre fiscal cerrado el 30 de setiembre y revisó sus previsiones para el actual ejercicio. El perjuicio antes de impuestos fue de 591 millones de dólares luego de registrar un quebranto de 290 millones en los seis meses anteriores. Funcionarios de la compañía y analistas concordaron en que lo peor ya pasó para la segunda mayor fábrica de vehículos del país, pero están divididos en cuanto al ritmo en que la compañía conseguirá salir del pozo.

**BANCOS.** Todavía bastante perjudicados por los problemas con malos créditos, los once mayores bancos japoneses anunciaron una caída combinada de 41 por ciento en los lucros en el semestre concluido el 30 de setiembre. Las ganancias del período —4 mil millones de dólares— se vieron afectadas por préstamos no recuperados en una proporción de 3,3 por ciento del total. Los mayores retrocesos los sufrieron el Mitsubishi Bank (-83 por ciento) y el pequeño Hokkaido Takushoku (-71), mientras lograron mejores resultados el Dai-ichi Kangyo Bank (24 por ciento más) y el Sakura Bank (15).

Participación del sector privado en el PIB (1994)	Total de inversiones directas (1990-93)
%	millones de dólares
50	39
40	164
30	46
65	2.600
55	541
55	839
35	140
55	2.600
30	275
40	54
20	54
15	54
55	180
20	54
20	400
30	54
55	103
50	45
20	54
50	2.000
15	54
15	54
30	54
20	145



**Cinco años después del derrumbe de la "cortina de hierro", el mundo antes comunista vive. Algunos países han tenido mejor suerte que otros en la transición hacia la democracia y la economía libre.**

18-12-94  
EL PAÍS

**L'EXPRESS**

**PRAGA Y BERLÍN.**— Cinco años, una eternidad para los internados del Gulag, son sólo un pestaño en la historia de los pueblos. Hace cinco años, junto con el "socialismo real" caía el Muro del Berlín, que fuera definido (por los comunistas) como un resguardo de la paz cortando en dos la capital del antiguo Reich. El Muro fue descrito de esta manera en las primeras líneas de su Archipiélago por Solzénitsin: "Lo que tenemos delante nuestro es un muro y la mezcla que une los ladrillos es la mentira".

El hundimiento de esta terrible muralla es uno de esos raros acontecimientos felices que permanecerán por siempre en la memoria de la humanidad y de la que se hablará tanto como de la huida de Egipto de los hebreos. La onda expansiva del sismo ocurrido el 9 de noviembre de 1989 se propaga todavía hoy de Praga a Moscú y de Varsovia a Viena, pasando por Ereván y Tallinn.

¿Puede ser posible un balance de este primer quinquenio? Ante un proceso de recomposición total del Viejo Continente la prudencia es de rigor. Es cierto que hay algunas comprobaciones evidentes: el fin de la hostilidad entre los bloques y del frágil equilibrio posterior a Yalta, la apertura de fronteras de los países del Este acarrearán notables progresos en materia de desarme, pero... también un despertar agresivo de las minorías y nacionalismos de la Europa central. Sin embargo, las preguntas que surgen a la mente cuando se quiere apreciar en 1994 las consecuencias de la revolución son sencillas: ¿La Europa central y oriental vive hoy más feliz que hace cinco años? ¿En qué se ha beneficiado y en qué se ha perjudicado?

La situación varía tanto de un país a otro que no hay respuestas generales para dichas preguntas. En cierta forma existen hoy dos Europas orientales cuyo único rasgo común es haber pertenecido otrora al bloque comunista. De un lado de la nueva frontera oriental figuran los Estados que más éxito tuvieron en la transición hacia la democracia y la economía de mercado, como la República Checa, Polonia, Hungría, Eslovaquia y Eslovenia, sin olvidar a Estonia, Letonia y Lituania. Como lo señalaron observadores internacionales de la talla de Guy Sorman y Jacques Attali, se trata de los países donde funcionaban sistemas democráticos antes del advenimiento del comunismo en las postrimerías de la Segunda Guerra y los primeros años de la guerra fría.

Sin duda que las elecciones de setiembre de 1993 en Polonia y de mayo de 1994 en Budapest significaron el retorno al gobierno de los ex-partidos comunistas, pero nadie debe equivocarse al apreciar el fenómeno: no se trata de un fracaso de la democracia ni de un lamento por el pasado perdido. Si los "comunistas" —o, más exacta-

mente, los otrora militantes partidarios que tomaron el liderazgo de la izquierda— volvieron al poder es porque encarnaban una alternativa democrática dentro del régimen de alternancia. Sus éxitos electorales se explican no por su pasado comunista sino por la insatisfacción popular ante el rigor de los planes de ajuste impuestos por la recesión. Nadie ha puesto en entredicho las bondades de la economía de mercado. Así lo prueban los programas de los nuevos gobiernos polaco y húngaro, que mantienen las estrategias de privatización y de reestructuración empre-

sarial e industrial. Es por eso que, sin engañarse sobre el sentido verdadero de este "retorno de los comunistas" al poder en esos países, la Unión Europea sigue asignando prioridad al ingreso de ambas naciones al seno de la UE; las negociaciones al respecto pueden iniciarse en 1997.

Del otro lado, es decir al oriente de la "nueva" frontera del este del Viejo Continente, se encuentran todos los países que más problemas experimentan para asumir las mutaciones democráticas. Más alejados geográfica y culturalmente de la Europa occidental, enfrentan graves

dificultades, distorsiones y desequilibrios tanto políticos como económicos. En Rumania, Bulgaria y Albania los antiguos e irredentos aparatchiki del PC siguen teniendo enorme influencia, mientras que sus indicadores económicos siguen siendo deficitarios. Bielorrusia, hoy llamada Belarus, Ucrania y en menor medida la misma Rusia se encuentran en una situación sumamente preocupante.

En un primer análisis superficial, si uno se dedica a comparar cifras, el entusiasmo que acompañó la caída del Muro debería dar lugar a la consternación. Es así que un informe reciente publicado por la organización de la ONU para la infancia (UNICEF) incluye estadísticas descorazonantes sobre mortalidad infantil, expectativa de vida y algunos otros índices. James P. Grant, director de UNICEF señala que en materia de salud se asiste en el Este a la mayor crisis conocida, si se descuentan ambas guerras mundiales.

Los informes de nuestros corresponsales muestran que queda mucho por lograr en el campo de la infraestructura hospitalaria y de la seguridad pública. Pero, como recuerda el millonario norteamericano nacido en Hungría George Soros, "las estadísticas no siempre dicen toda la verdad ni son buena guía". Las transformaciones estructurales están en muy distintas etapas según el país de que se trate. Por otra parte, no se pueden comparar seriamente las cifras y datos actuales con los datos sistemáticamente trucados de la era totalitaria.

En momentos en que el famoso Hotel Negresco de la Costa Azul para honrar el país de origen de muchos de sus nuevos clientes hace ondear en su fachada la bandera de la Federación Rusa, mientras que en Praga los principales empresarios se congregan en el exclusivo Club del Golem, la prosperidad aparece algo mal repartida. Sin embargo sería absurdo abandonarse por ello al pesimismo. El camino que conduce a los auténticos "mañanas que cantar" será largo y doloroso todavía. Pero ese camino está por bien abierto, y, como tan ajustadamente recuerda Guy Sorman, "más vale el desorden de hoy al orden común de ayer". Las salidas en falso, algunos fracasos y dificultades actuales no son nada comparadas con el drama que vinieron a reemplazar. El cuadro tiene sombra pero la luz de la esperanza volvió hace cinco años: de ese momento centenares de millones de ciudadanos europeos pudieron, para apreciar esa luz, volver a levantar cabeza.

Nº. DE REGISTRO: 9500250

TÍTULO: Cinco años después de la caída del muro de Berlín.

PROCEDE: El País

FECHA DE: 18/12/94

VOLUMENES: 11876 ✓

500145 ✓

11164 ✓

11161 ✓

11169 ✓

Nº. DOCUMENTO 9500251

TÍTULO Europa del Este: un señuelo irresistible para las multinacionales de Occidente.

PROCEGENCIA La República

FECHA DE PROCEGENCIA 26/12/94

VARIABLES 11876 ✓

11169 ✓

11312 ✓

11161 ✓

Bajos salarios y estímulos a las inversiones atraen a las potencias automovilísticas

## Europa del Este: un señuelo irresistible para las multinacionales de Occidente

26-12-94

Praga (IPS)  
por Nilda Navarrete

Las perspectivas comerciales y la posibilidad de ampliar espacios en otros mercados están convirtiendo a Europa central en un señuelo irresistible para empresas transnacionales.

«La industria europea necesita un Hong Kong en sus fronteras», declaró a IPS el titular de la Asea Brown Boveri Europe (ABB), Eberhard Von Koeber.

Von Koeber, que dirige la empresa de ingeniería eléctrica más importante del mundo, aseguró que «si no hubiéramos tenido esta oportunidad en Europa Central sólo Dios sabe qué habríamos hecho».

ABB, al igual que las industrias germanas Audi, Volkswagen y Siemens, así como las estadounidenses General Motors, Procter and Gamble y Westinghouse, están de acuerdo que el mercado postcomunista fue un «regalo del cielo», como dijo Von Koeber.

En la ciudad industrial húngara de Győr, la Audi AG comenzó a fabricar motores de cuatro cilindros para su nuevo modelo de automóvil A-4 que se termina en el sur de Alemania.

Cerca de la frontera austro-húngara, en Saint Gothard, la General Motors está produciendo autos Astra con destino a los mercados turco, italiano y alemán. La GM comenzó a operar también hace pocas semanas una planta de ensamblaje de autos Astra en Polonia para abastecer el mercado local.

El gigante agroalimentario Nestlé-Danone acaba de adquirir la fábrica checa Cokoladovny para cubrir con su producción los mercados del Este europeo.

Rob Urban, un analista de mercado checo, dijo que la atracción de las empresas occidentales hacia los ex integrantes del Consejo de Ayuda Mutua Económica (CAME), se debe a los bajos salarios de la región, a eficiencia de la mano de obra y las tasas de cambio.

El CAME estuvo integrado por la ex Unión Soviética, la ex Checoslovaquia, la ex Alemania Democrática, Polonia, Hungría, Rumania, Bulgaria, Mongolia, Cuba y Vietnam, y fue una suerte de contrapartida del bloque comunista a la Comunidad Europea.

Urban añadió que otros incentivos para invertir en Polonia, Hungría y la República checa son las facilidades fiscales y el amplio mercado interno «prácticamente virgen».

El ministro checo de Industria y Comercio, Vladimír Dlouhý, agregó que la región sea una amenaza para Europa Occidental.

«Está claro que los problemas de nuestros vecinos occidentales no han sido creídos ni por el sudeste asiático ni por las naciones centroeuropeas», afirmó.

Urban aseguró que muchas empresas extranjeras que vinieron a los mercados del Este hace cinco años cuando cayó el comunismo, lo hicieron pensando en explotar los mercados locales. «Ahora sus miras están puestas en la exportación», señaló.

Por ejemplo, ABB espera que sus exportaciones desde el centro y el este de Europa aumenten aproximadamente un tercio, o sea un equivalente de 3.000 millones de dólares para 1987.

Lidwik Appel, vicepresidente de ABB, declaró en Varsovia al semanario central European Business que el 72% de la producción polaca de la compañía en 1994 fue destinada al mercado interno. «Esa proporción cambiará y esperamos exportar el 43 por ciento de nuestra producción para 1995», acotó.

La semana pasada la Volkswagen anunció que aumentará su producción en la planta Skoda de Mladá Boleslav, en la República checa, hasta 340.000 automóviles anuales y las dos terceras partes

de esa cantidad serán destinadas al mercado mundial.

La Volkswagen compró la fábrica checa de autos Skoda hace dos años y, en la actualidad, su último modelo «Felicia» es tan popular en este país que los concesionarios debieron hacer listas de espera para los compradores locales.

Procter and Gamble, que adquirió la fábrica de detergentes «Rakóna» en 1990, exporta su producción a catorce países y acaba de abrir otra fábrica en Varsovia con una inversión de 93 millones de dólares. La empresa también opera una planta en Hungría.

La Fiat, cuyas inversiones en Polonia ascienden a 840 millones de dólares, comenzó a exportar este año los pequeños autos «Polski» desde sus plantas locales.

«Fiat piensa en Europa como un solo gran mercado», declaró Filippo Dell'Osso, economista del Henley Centre For Forecasting.

«Con la posibilidad de que los tres países centroeuropeos poscomunistas ingresen a la Unión Europea (UE), ese polo también interesa a empresas proveedoras de otras regiones», añadió.

«De hecho Polonia, Hungría y la República checa representan un acceso ilimitado a los mercados de la UE, lo que es bueno para los proveedores pero un reto para las manufacturas europeas», dijo en una entrevista en Varsovia Daniel Janssen, titular de Solvay S.A., la mayor empresa química de Bélgica, que también opera en Polonia.

«El costo de la mano de obra en el este europeo es una décima parte de lo que nos cuesta en occidente», admitió y aseguró que las empresas del oeste están impresionadas por la destreza y alto nivel de educación de los trabajadores ex socialistas.

En la República checa el salario medio de un obrero de la industria es de 250 dólares mensuales y en Polonia de 400 pero en Alemania un trabajador con idéntica calificación cobra un promedio de 27 dólares por hora.

Los industriales extranjeros en Europa central no están preocupados por las demandas de aumentos salariales de los obreros poscomunistas. «La enorme productividad del trabajo en la región compensará durante años los aumentos de sueldos», apuntó Von Koeber.

Urban indicó que las empresas foráneas «cuanto más al este van, más baratos son los salarios, por ejemplo, la Siemens alemana descubrió que exportar desde lugares como Rumania o (la ex República Soviética) Kazajistán, es más productivo», dijo.

En 1993, las empresas germanas invirtieron alrededor de 900 millones de dólares en la región con el objetivo de abrir nuevos mercados en el este europeo, aseguró Peter Danylow, director ejecutivo para el Centro de Europa de la Asociación Alemana de Industriales (BDI).

Por esa razón, muchos economistas centroeuropeos piensan que el informe de 1993 de la conferencia de las Naciones Unidas para el Comercio y Desarrollo (Unctad) quedó desactualizado.

«Las predicciones de que el colapso del comunismo sería una amenaza para el Tercer Mundo no se hicieron realidad», previno la Unctad, añadiendo que en 1993 esa región recibió 13.000 millones de dólares, una suma igual a la de Tailandia.

«Esa situación cambió», aseguró Lidia Sosnowska, del semanario La voz de Varsovia. En su opinión, Europa central ofrece mucho más a los inversores extranjeros, como bajos salarios, mercados locales y una industria básica ya existente y competitiva.

«Además, cuenta con recursos naturales y la posibilidad de ingresar a la Unión Europea. ¿Qué más puede pedir una transnacional?», dijo Sosnowska.

# El suave giro electoral hacia la izquierda de los ciudadanos de Europa del Norte

■ Dinamarca, Suecia, Noruega y probablemente Finlandia marcan un cambio pequeño pero significativo hacia la izquierda en los comicios. El retroceso del estado del bienestar ha atemorizado a los nórdicos. El neoliberalismo no parece entusiasmar a los ciudadanos de Escandinavia

L.J. 10/12

Los resultados de las recientes elecciones generales en Suecia y Dinamarca, que siguen la tendencia de las celebradas en Noruega hace un año y coinciden con los datos de los sondeos en Finlandia que celebrará las suyas el año próximo, parecen indicar un suave giro a la izquierda en la Europa del Norte.

En Dinamarca el partido más votado ha sido el Socialdemócrata, que gobernaba hasta ahora en coalición con centristas y liberales; sus socios de coalición, sin embargo, no han aguantado el envite; incluso uno de ellos el Partido Cristiano Popular, ha quedado fuera del Parlamento. El que sí ha obtenido buenos resultados ha sido el Partido Unitario (PU) que agrupa a los antiguos comunistas, mientras el Partido Socialista Popular (PSP), también de izquierda, pierde dos actas y pasa de 17 a 13 diputados. En resumen, la izquierda, desde el moderado centroizquierda que representa el Partido Social Liberal, pasando por la tibia socialdemocracia hasta el socialismo transformador, ha obtenido una cómoda mayoría absoluta de 89 escaños, frente a los 88 del bloque conservador.

Sin embargo, el primer ministro Rasmussen, líder de los socialdemócratas, no propondrá probablemente coalición estable a los partidos que están a su izquierda, el PSP y el PU, por no dar pie a la derecha a que lo acuse de ser rehén de la extrema izquierda; Rasmussen, antiguo sindicalista hijo de obrero sin cualificar y mujer de la limpieza, sin duda tendrá que contar más con la izquierda, pero también lo hará con los centrodemócratas y sobre todo con el PSL porque en Dinamarca aman los equilibrios y las armonías sin estridencias.

Esta consolidación de una fuerza parlamentaria y heterogénea de izquierda en Dinamarca, con muchos matices, se entiende mejor si se contempla el resultado electoral sueco y lo que ocurre en este país nórdico europeo

## Antes y ahora

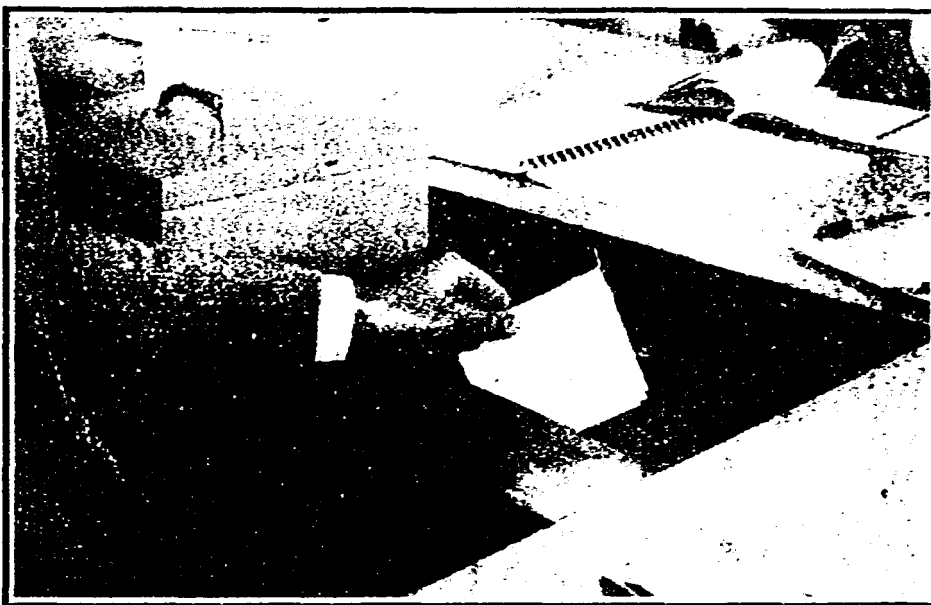
Durante la campaña electoral de Suecia, el trabajador medio ha sido plenamente consciente de que el bloque conservador

que ganó las elecciones en 1991 en sólo tres años ha conseguido hacer retroceder ostensiblemente el llamado estado de bienestar.

Antes en Suecia todo el mundo tenía vivienda y ahora no; los trabajadores en paro perciben un subsidio del 70 % de su salario, cuando antes percibían el 100 %; los jubilados han visto reducidas sus pensiones y peligra la excelente asistencia para los ancianos.

La coalición conservadora dirigida por el primer ministro Carl Bildt puso en marcha un programa de privatizaciones (la pasión neoliberal que recorre Europa) que disparó el desempleo hasta el 14 % de la población activa. Mientras aumentaba el déficit presupuestario estatal hasta 23.000 millones de dólares, uno de los más elevados de las economías occidentales.

Los ciudadanos suecos se han dado cuenta del peligro que suponen las aventuras neoliberales privatizadoras de la derecha y han dado la victoria a la izquierda; el Partido Socialdemócrata liderado por Ingvar Carlsson ha obtenido 162 diputados, 13 menos que la mayoría absoluta, pero también han aumentado su presencia parlamentaria el Partido de la Izquierda (PI), de los antiguos comunistas, que ha conseguido 23 actas de diputado (siete más que en 1991) y el partido ecologista. Los Verdes que han logrado 21 escaños, cuando en las pasadas elecciones no consiguieron entrar en el Parlamento. Es decir, socialdemócratas, más antiguos comunistas, más verdes, tienen una amplia mayoría absoluta. Sin embargo, al igual que en Dinamarca, los socialdemócratas intentan gobernar en solitario, rea-



lizando pactos parlamentarios concretos en cada ocasión.

Parece que, como en Dinamarca, se teme que la derecha pueda esgrimir el falaz argumento de que la socialdemocracia se deje dominar por la izquierda más consecuente.

## ¿Y en Suecia?

Esto es especialmente destacable en Suecia porque los grandes empresarios y financieros, en contra de su tradicional postura mantenida durante ochenta años de no intervenir en cuestiones políticas, ya avisaron claramente durante la campaña electoral que se llevarían sus inversiones y sus fábricas a otros países si el nuevo Gobierno les imponía exigencias fiscales, laborales y de mayor respeto al medio ambiente. Tras el resultado electoral, el dirigente conservador derrotado, Carl Bildt, advirtió sobre una coalición de izquierda y dijo que cualquier alianza con los antiguos comunistas sería muy perjudicial para el país y pondría en peligro el clima de paz social.

Para acabar de comprender este espíritu democrático de la derecha sueca (una de las más civilizadas de Europa, sin embargo) hay que destacar que, tras conocerse los resultados electorales, los especuladores hicieron descender el valor de la corona, la moneda sueca, en el mercado financiero de Estocolmo, la capital de la na-

ción.

## Fracasa el Neoliberalismo

A pesar de todo, a pesar de las presiones y veladas amenazas de la derecha, el norte de Europa se inclina suavemente hacia la izquierda. Rasmussen, como el sueco, Carlsson, tendrán que ir con los pies de plomo, quizás coligarse con liberales y mantener una actitud no demasiado clara con las fuerzas políticas que estén a su izquierda, pero no podrán olvidar que los ciudadanos han elegido en su conjunto las alternativas más progresistas.

Ciudadanos cultos, educados y sumamente civilizados, y por tanto menos fáciles de manipular, los europeos nórdicos (suecos, noruegos, daneses, finlandeses) no tienen el menor deseo de comprobar en sus propias carnes el fracaso de las políticas neoliberales que han empobrecido buena parte del resto de Europa y han acentuado las diferencias sociales, dejando más desamparados a los que menos tienen.

Quizás esa sea una de las explicaciones del apretado triunfo electoral en Noruega de los defensores del No al ingreso a la Europa Unida. El reciente referéndum permeó todos los partidos políticos y la sociedad virtualmente se dividió en dos, ganado los antieuropeístas por un margen estrechísimo.

## Hacia el futuro

Tras el derrumbamiento de la U.R.S.S. y el acelerado cambio de régimen político y económico en sus estados aliados, parecía que la receta neoliberal más feroz era la panacea para el desarrollo económico y la paz social en Europa. No ha sido así. El Gobierno de Margaret Thatcher en Gran Bretaña, implacable defensora de las fórmulas neoliberales, ha conseguido reducir a la otrora metrópolis imperial a casi una potencia

de segundo orden. En los antiguos países del Este, los ex comunistas recuperan posiciones electoralmente en Polonia y Hungría, porque los gobiernos conservadores que han aplicado fervorosamente fórmulas económicas neoliberales los han sumido en la mayor pobreza. Sólo la corrompida socialdemocracia de la Europa del Sur (Italia, Francia y en parte, España) ha subvertido tanto los

valores de la izquierda que ha dejado el camino abierto a la toma del poder por la derecha, como ya ha ocurrido en Francia e Italia y, probablemente, ocurrirá en España en tiempo no muy lejano.

Mientras tanto, casi al mismo tiempo que los europeos nórdicos miran hacia la izquierda porque le han visto las orejas del desamparo social y la crisis económica al lobo de neoliberalismo sin freno, se reúnen en Madrid centenares de delegados del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial (instituciones claves del sistema capitalista) para celebrar el cincuenta aniversario de su fundación y decretar oficialmente el fin de la recesión económica. Lo malo es que los efectos de ese fin de la crisis, como ocurre con algunos medicamentos, tardan mucho en hacer notar sus consecuencias benéficas en los ciudadanos de a pie, que siguen teniendo serias dificultades para llegar a fin de mes, y eso cuando tienen la oportunidad siquiera de empezar el mes; tardan tanto que se corre el peligro que el enfermo muera antes de que el fármaco haya hecho sentir su benéfica influencia.

Nº. DOCUMENTO 9500253  
 TITULO Diferencias por la restitución de bienes a la Iglesia Checa.  
 PROCEDENCIA País  
 FECHA DE F. I. I. 11/12/94  
 MODULACIONES 11876 ✓  
504504 ✓  
11164 K  
11020 ✓

## La Restitución de Bienes de la Iglesia Checa Causa Pula

PRAGA, 10 (EFE). — Las órdenes de la Iglesia católica que se le restituyan las propiedades que le fueron confiscadas por el régimen comunista han causado las primeras divisiones importantes en la coalición del Gobierno checo, formada por dos partidos social-ciudadanos y dos tendencias democristianas.

El Partido Democrático Ciudadano (ODS), del primer ministro Václav Klaus, y la Alianza Democristiana Ciudadana (ODA) tienen una postura comedida sobre la restitución de los bienes eclesásticos y proponen devolver sólo las propiedades que sirven a su misión pastoral.

Los partidos cristianos, el Popular Checoslovaco (KDU-CSL) y el Demócrata Cristiano (KDS), miembros en la coalición de Gobierno, exigen la devolución de todas las propiedades, incluidas fábricas, tierras, bosques y otros bienes inmuebles.

La Iglesia católica checa quiere restituyan todas las propiedades que le fueron confiscadas durante el régimen comunista, recibiría 3.040 edificios, de los que 300 son castillos, palacios, residencias de verano y fortalezas.

También recibiría 46.000 hectáreas de tierras agrícolas, 160.000 de bosques, 1.400 de estanques y 1.000 de estanques y lagos, según un informe publicado por la revista "Kveti".

Actualmente hay en la República Checa 29 órdenes monásticas masculinas y 15 femeninas a las que ya se les han devuelto unos 250 monasterios, hospitales, escuelas y otros edificios.

De las órdenes masculinas sólo la de los Hermanos de la Misericordia, con diez miembros, se dedica al cuidado de enfermos, y se le han devuelto el monasterio y el hospital de Letovice, en Brno.

Nº. DOCUMENTO

9500254

TÍTULO

Cumbre semestral entre Francia y Alemania.

PROCEDENCIA

150090

FECHA DE RECEPCIÓN

1/12/94

VARIABLES

11876 ✓

65963 ✓

500145 ✓

507697 ✓

11187 ✓

## Kohl reafirma la solución política

1.2.94 1/12 Bonn (ANSA)

El canciller alemán, Helmut Kohl, reafirmó ayer al presidente francés, François Mitterrand, que en su opinión "sólo puede haber una solución política" al conflicto en Bosnia Herzegovina, luego de que su partido tomó posición a favor del levantamiento del embargo de armamentos impuesto por Naciones Unidas a la república ex-yugoslava.

"No existen soluciones en el campo de batalla, y por lo tanto debemos obrar para llegar cuanto antes a una solución política", dijo Kohl en una conferencia de prensa después de su reunión con Mitterrand, al cierre de la 64

cumbre franco-alemana en Bonn.

El lunes pasado, el partido democristiano, al que pertenece Kohl, aprobó una moción a favor del levantamiento del embargo a Bosnia, una iniciativa que ha sido asimismo pedida por el Congreso norteamericano, y que Francia y Gran Bretaña, los dos principales países que han enviado soldados a Bosnia, han criticado en términos muy duros. En cuanto a la situación militar en Bosnia, Kohl apuntó que la crisis desatada por la contraofensiva serbia en Bihac (noroeste del país) constituye "el último aviso a la comunidad internacional" para que actúe de manera decidida, y subrayó que "la colaboración entre la ONU y la Alian-

za Atlántica debe ser mejorada cuanto antes".

Por su parte, Mitterrand dijo que "el papel de las potencias europeas consiste en mantener la presión" sobre los adversarios de la guerra de Bosnia para llegar a una solución pacífica que "supondrá necesariamente compromisos de todas las partes".

En un comunicado conjunto franco-alemán, publicado luego de una reunión del Consejo de Defensa y Seguridad de los dos países que forma parte de los trabajos de la cumbre, se reafirmó que el "plan de paz propuesto por el 'grupo de contacto' (Estados Unidos, Rusia, Alemania, Francia y Gran Bretaña) es el único punto de partida posible para una solución pacífica del conflicto" en Bosnia.

## Francia y Alemania le QUITAN Importancia a sus Diferencias

BONN, 30 (Reuters). — Dirigentes de Alemania y Francia dieron importancia a sus divergencias en torno a Bosnia y al futuro de la Unión Europea en el primer día de su cumbre semestral.

El ministro de Relaciones Exteriores alemán, Klaus Kinkel, aseguró a los funcionarios franceses que un llamado de la Unión Demócrata Cristiana del canciller Helmut Kohl para el posible levantamiento de un embargo de armas contra Bosnia no cambiaría la política de Bonn.

Francia, que cuenta con el mayor contingente de fuerzas de paz en Bosnia, advirtió esta semana que cualquier acción para levantar el embargo sólo empeoraría la lucha y conduciría al retroceso de la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas para la ex-

Yugoslavia. Después de sostener conversaciones con el ministro de Relaciones Exteriores francés, Alain Juppé, Kinkel dijo que compartía la preocupación de sus colegas de la Unión Europea de que un levantamiento del embargo de armas podría llegar demasiado tarde para salvar a los musulmanes bosnios.

Kohl y el presidente François Mitterrand, quienes sostienen su última cumbre bilateral antes de que el veterano mandatario francés se retire en mayo, tienen programado intentar resolver sus diferencias en torno a Bosnia en un desayuno que se efectuará hoy.

El martes, Kohl y Mitterrand establecieron metas conjuntas para la cumbre próxima de la Unión Europea en Essen y, según diplomáticos, también acordaron invitar a los jefes de Estado de cuatro países de Europa central que desean unirse a la UE por primera vez.



Nº. DOCUMENTO **RS00255**

TÍTULO **Alemania podría enviar aviones a la fuerza aérea de la OTAN.**

PROCEDENCIA **la República**

FECHA DE PRESENTACIÓN **3/12/94**

VOTACIONES **11876 V**

**500145 V**

**508062 V**

**11163 V**

## **Alemania podría enviar aviones a la fuerza aérea de la OTAN**

**L.R. 3/12 Bona (AFP)**

Al pedir a Alemania que contribuya a las misiones aéreas en Bosnia, la Organización del Tratado del Atlántico

Norte (OTAN) puso entre la espada y la pared al gobierno de Bonn, que por primera vez no puede alegar que su Constitución le impide participar en operaciones militares en el extranjero.

"Los alemanes no deberían escabullirse, es sabido que esas misiones tienen un objetivo humanitario", afirmó el viernes el presidente designado de la Comisión Parlamentaria de Relaciones Exteriores, el demócrata cristiano Karl-Heinz Hornhues.

Al mismo tiempo, Günter Verheugen, secretario general del Partido Social Demócrata (Sozial-Demokratisches Partei, SDP), advirtió que su partido, la principal fuerza de oposición en el Bundestag (Cámara Baja del Parlamento) se negaría a votar en favor de una participación alemana en el dispositivo aliado en Bosnia. "El gobierno no puede esperar que la oposición comparta su responsabilidad", dijo.

La OTAN desea que Alemania ponga a su disposición una decena de ECR-Tornado, especializados en el reconocimiento electrónico. Los aviones participarían en la operación Deny Flight, destinada a impedir todo sobrevuelo de Bosnia.

Esta operación, decidida por la ONU, es efectuada desde el 12 de abril de 1993, por unos 200 aviones, en su mayoría basados en Italia.

Con este pedido, la Organización del Tratado del Atlántico Norte puso a Alemania entre la espada y la pared, por primera vez, desde julio pasado, cuando, en un fallo histórico, la Corte Constitucional alemana autorizó toda operación del Ejército alemán en el exterior bajo la égida de un organismo como la ONU o la OTAN.

De esta forma, la Corte Constitucional

puso fin a un prolongado debate jurídico sobre los límites de la Constitución, que comenzó cuando Alemania recuperó su plena soberanía, el día de su reunificación, el 3 de octubre de 1990.

Pero los jueces no pusieron fin a las polémicas sobre el papel internacional y militar que debe tener Alemania.

Según el canciller Helmut Kohl, su país debe convertirse en una gran potencia capaz de asumir en Europa el liderazgo que le pide EEUU.

Sin embargo, la oposición (integrada por el SDP y los Verdes) afirma que el pasado belicista y nazi de Alemania la obliga a una gran prudencia. Verheugen recordó el viernes que para él era inconcebible que los aviones de caza alemanes interviniere en la ex Yugoslavia, allí mismo donde las exacciones de la Wehrmacht de Adolf Hitler dejaron dolorosísimos recuerdos.

Kohl se limitó a declarar el viernes que el gobierno está estudiando la cuestión. "El gobierno no ha tomado ninguna decisión", dijo. Según fuentes gubernamentales, las deliberaciones podrían durar hasta Navidad.

La solicitud de la OTAN pone en evidencia la fragilidad de la mayoría de Kohl, cuya coalición de centro-derecha ganó las elecciones de octubre pasado por un margen muy pequeño. Durante su reelección como canciller, Kohl sólo obtuvo la mayoría absoluta más un voto.

En un tema tan delicado para la opinión pública alemana, mayoritariamente pacifista, es probable que otros miembros de su coalición cristiano liberal deserten si Kohl decide responder favorablemente a la OTAN. Según el fallo de la Corte cada misión del Ejército en el exterior debe ser aprobada por el Bundestag por mayoría.

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.  
(Uso interno de la D.G.I.D.)

1/4

E.E.I. Nro.04/95.....

FECHA:..11/01/95.....

REFERENCIA:

ORIGEN:

DIFUSION: DPTO. III

ANEXOS:

INFORMACION CONOCIDA: En el mes de Abril o Mayo se realizará el 5to. encuentro del Foro de San Pablo. Se adjunta información conocida.

E.E.I.:

Se requiere saber:

- Actividades
- Declaraciones
- Discusiones
- Contactos entre extranjeros y uruguayos.

PLAZO: Se omite

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Inteligencia y Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	11 ENE. 1995
Para	DPTO. III - Brig.
Nº. de Orden	9500256

001/4

Der. Brig

Montevideo 11 de enero de 1995.-

MEMORANDUM

DE: Jefe Campo Militar

PARA: Jefe del Departamento I (INT)

ASUNTO: Foro de San Pablo. Necesidades de información.

- 1- Información: En el mes de Abril o Mayo se desarrollará el 5to. encuentro del Foro de San Pablo en Montevideo.
- La fecha quedará definida en una reunión del Grupo de Trabajo en Brasil.
  - Los responsables de la realización del encuentro son: el Diputado José Bayardi(VA), Jorge Quartino(MLN) y José Pereyra(PS).
  - El F.A. desea que este V encuentro sea excelente en su organización y va el prestigio del FA en eso.
  - Es la única oportunidad que tendremos de estar cerca del Foro.
  - Dada la magnitud del evento se necesitarán transporte para por lo menos 300 personas.
  - Alojamiento para los mismos, es de estimar que dependiendo de la categoría de los visitantes los mismos se alojarán en hoteles y en casas de militantes de los movimientos anfitriones.
  - Teniendo en cuenta los encuentros anteriores, estos duraron entre 4 y 7 días. Siendo el 1er. y último día, reuniones plenarias. Los días medios se trabaja en comisiones.
- Probablemente tanto la inauguración y cierre sean abiertos a la prensa.
- No así las reuniones de las comisiones.
- Lo medular del encuentro no son las declaraciones finales, sino las ponencias expresadas en las comisiones y las reuniones que tengan los distintos dirigentes entre unos y otros, informales o para tratar temas puntuales. ..

002

9500256



Estas probablemente se desarrollen en domicilios, hoteles o locales políticos de los anfitriones. Los eventos se desarrollarán en un local que albergue 500 personas. Es probable se usen los hoteles Carrasco, Parque Hotel y el salón de actos de la I.M.M.

2 - Para el evento necesitarán:

Vehiculos, (se alquilarán y se usarán los de los militantes).  
Alojamientos (hoteles y domicilios)  
Taquígrafos (militantes)  
Dactilógrafos (militantes y contratados)  
Digitadores (militantes y contratados)  
Fotocopiadores (militantes y contratados)  
Seguridad (militantes y policías)

3 - Fuentes posibles a explotar:

Chóferes (tendrán acceso a contactos que realicen y conversaciones informales)  
Taquígrafos, Dactilógrafos y fotocopiadores (acceso a las ponencias y discusión)  
Seguridad (acceso a contactos y conversaciones)  
Servicio de hoteles (documentación, comentarios y movimientos)  
Periodistas (reuniones plenarias, entrevistas y conferencias de prensa)

Es posible que la organización asigne a los distintos movimientos responsabilidades para cada tarea.

Por ej.: M26M Transporte

PCU Seguridad

MPP Alojamiento

Es necesario usar todas las fuentes posibles con suficiente anticipación, a fin de determinar con tiempo los lugares y actividades que se usaran y desarrollarán.

Ya se debe de estar previendo estas actividades por parte de los diferentes grupos.

Con seguridad, los movimientos que participarán activamente son:

M26M

PCU

PVP

MLN

PS

Las figuras que se destacarán además de los organizadores serán:

Hugo CORES (PVP)

Jaime AMSTRONG(POR)

José CAMPANELLA (POR)

Enrique RUBIO (IDI)

Marcos ABELENDA (MPP)

Marina ARISMENDI (PCU)

Ruben VERA (M26M)

Raúl SENDIC (M26M)

E. F. HUIDOBRO(MLN)

José MUJICA(MLN)

Angeles BALPARDA(M26M)

Fernando VAZQUEZ (M26M)

Es de destacar, también que es probable el ingreso de Agentes de Inteligencia, Brasileños y Argentinos, probablemente con la cubierta de periodistas acreditados.

004/4

9500256

Nº. DOCUMENTO

9500257

TÍTULO Favorables datos de la economía alemana indican una

PROCEDENCIA Observación

FECHA DE RECEPCIÓN 12/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

500145 ✓

11161 ✓

recuperación definitiva

## Favorables datos de la economía alemana indican que la recuperación es definitiva

Obs. 12/12

**Bonn - Las últimas cifras oficiales sobre crecimiento económico y control de la inflación han venido a respaldar las esperanzas de que 1994 sea el año de la recuperación alemana.**

La Oficina Federal de Estadística informó que el índice de inflación anual durante el mes de noviembre, en la parte occidental de Alemania, fue del 2,7%, el más bajo registrado desde la primavera de 1991.

Aunque la cifra prevista por las autoridades era del 2,6%, el índice de noviembre se mantiene dentro de las expectativas anuales y representa una mejora sobre los meses de octubre y setiembre, en los que llegó al 2,8 y al 3,0%, respectivamente.

Además, los datos sobre el crecimiento económico en el tercer trimestre y la reducción del desempleo en noviembre, hechos públicos el día anterior, muestran una importante recuperación económica, según expertos financieros.

De julio a octubre de 1993, el Producto Interior Bruto (PIB) de Alemania occidental presentó un crecimiento real del 1,5%, en relación con el segundo trimestre y del 2,4% frente al mismo período del año anterior.

Este incremento ha sorprendi-

do favorablemente, ya que es superior al esperado, además del mejor de los últimos dos años, con un aumento notable del consumo privado. Las inversiones de capital subieron un 3%, en relación con el trimestre anterior y un 1,3% comparadas con las de hace un año; mientras el consumo privado lo hizo en un 1,5% frente a los tres meses anteriores, y en un 0,6% sobre el mismo período de 1993.

La aceleración del crecimiento económico hizo temer una subida de los tipos de interés, pero el Bundesbank decidió mantenerlos inalterables, durante su habitual reunión quinquenal realizada el jueves.

El ministro de Economía, Gunter Rexrodt, señaló que la deman-

da interior había venido a sustituir a las exportaciones como motor de la recuperación económica que vive el país y se mostró plenamente confiado en que este año se terminaría con un crecimiento del 3,0%.

Rexrodt hizo también un llamamiento a los empresarios para que aumentasen sus inversiones en las empresas alemanas y creasen así nuevas oportunidades de empleo y contribuyesen a la competitividad del país.

Otro signo positivo de la recuperación llegó con los datos sobre el desempleo, que fueron favorables tanto para la parte occidental como para la oriental, en donde por primera vez desde junio de 1991 el total de desempleados estuvo por debajo del millón de personas. ■ (EFE)

Nº. DOCUMENTO 9500258

TÍTULO Francia y Alemania ~~compañados~~ y los satélites de utilización militar

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE PUBLICACIÓN 28/12/94

VOLÚMENES 11876 ✓

65963 ✓

500145 ✓

11163 ✓

## Fusión de empresas

Por John Boatman 28-12-94 L.N.

LONDRES (Jane's Defence Weekly). - Francia y Alemania están empeñadas en un esfuerzo común en el campo de los satélites de utilización militar, a tono con la creciente cooperación franco-alemana en otros sectores de la defensa tales como el de los proyectiles guiados.

Bonn y París han estado negociando sobre el establecimiento de metas comunes en materia de armas espaciales desde hace algún tiempo.

La evolución se produce en medio de síntomas de que Italia podría seguir a España retirando su cooperación al programa de satélites de observación militares Helios-2 en razón del costo financiero.

Si ocurriera así, dicen portavoces oficiales en París, Francia vería con buenos ojos que Alemania se hiciera cargo de la contribución de Italia y España como socios en el proyecto de 1900 millones de dólares destinado a poner en servicio para el 2002 un satélite infrarrojo Helios-2.

El Helios-2 es la continuación del satélite óptico Helios-1 que Francia se dispone a lanzar desde el centro espacial de Kou-

rou, Guyana francesa, en febrero próximo.

### Información secreta

Francia ha financiado el 80 por ciento del programa Helios-1, mientras que Italia aportaba el 14 por ciento y España el 7 por ciento.

**La reciente decisión alemana de permitir que sus tropas operen out-of-area ha creado la necesidad de reunir información secreta en forma independiente de los Estados Unidos**

La participación financiera respectiva para el proyecto del Helios-2 había sido prácticamente la misma, pero España anunció recientemente que desistía del programa porque no estaba en condiciones de financiar su participación.

Italia ha insinuado que podría salir, asimismo, de la empresa por razones análogas.

En cuanto a los alemanes, el presidente de la Junta de Armamentos francesa, Henri Conze, declaró recientemente que Bonn tenía el propósito de reservar fondos en el próximo presupuesto militar para proyectos espaciales con Francia y que Alemania estaba interesada tanto en satélites para obtener informaciones de carácter secreto como en sistemas de telecomunicaciones.

La reciente decisión alemana de permitir que sus tropas operen out-of-area ha creado la necesidad de reunir información secreta en forma independiente de los Estados Unidos, afirman altos oficiales franceses.

Las nuevas negociaciones franco-alemanas acerca de satélites militares se desarrollan simultáneamente con las conversaciones entre la France Aérospatiale y la Daimler Benz sobre la fusión de sus empresas espaciales de carácter civil.

(c) LA NACION

(Traducción de Jorge Ortiz Barilli)

Nº. DOCUMENTO 9500259  
 TÍTULO Comienza el diálogo entre Londres y el Sinn Fein  
 PROCEDENCIA 150090  
 FECHA DE RECIBO 1/12/94  
 VOLUMENES 11876 ✓  
 507529 ✓  
 66196 ✓  
 11164 ✓  
 11879 ✓

# Comienza el diálogo entre Londres y el Sinn Fein

17-2/12

El gobierno de Londres iniciará, la semana próxima, negociaciones preliminares con el Sinn Fein, el partido considerado brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), en un acontecimiento histórico que marca el gran impulso del proceso de paz en Irlanda del Norte.

**Redacción, ANSA y EFE (LONDRES)**

El gobierno británico hizo el anuncio en la mañana de ayer y poco después el líder del Sinn Fein, Gerry Adams, saludó con alborozo la noticia, e hizo notar que nunca hubo una ocasión tan grande para alcanzar la paz.

Las negociaciones preliminares comenzarán el 7 de este mes, y probablemente se desarrollarán en el majestuoso castillo de Stormont, antigua sede del Parlamento de Belfast, ciudad principal de Irlanda del Norte.

Adams, Presidente del Sinn Fein, dio a entender claramente que considera a la reunión como el primer paso para negociaciones globales entre ambas partes.

"El Sinn Fein tiene intenciones de avanzar rápidamente a la próxima fase del diálogo, las conversaciones multilaterales entre ambos gobiernos", dijo Adams, y agregó que los dirigentes de su partido pondrán manos a la obra para concordar los detalles prácticos de la discusión.

Las conversaciones de Belfast constituyen uno de los pasos prometidos al inicio del proceso de paz, hace un año, con la declaración de paz anglo-irlandesa del 15 de diciembre de 1993. Según el plan de paz propuesto en esa ocasión por los gobiernos de Londres y Dublín para definir una solución al sangriento conflicto de Ulster (los seis condados del noreste de Irlanda que aún pertenecen al Reino Unido), los británicos comenzarían el diálogo con el Sinn Fein luego de tres meses de tregua efectiva y definitiva por parte del IRA. El grupo armado católico procla-

mó el cese de sus actividades armadas el 1º de setiembre pasado, y durante octubre las principales organizaciones protestantes unionistas (favorables al mantenimiento de Ulster en el Reino Unido) anunciaron que adherían a la tregua.

La delegación del Sinn Fein para las conversaciones con los británicos será encabezada por el número dos del partido, Martin McGuinness, mientras Londres enviará una misión de ocho altos funcionarios.

El gobierno de John Major --representado por el Vicesecretario para Ulster, Quentin Thomas-- pedirá a la guerrilla católica que como prueba de sus buenas intenciones, consigne inmediatamente los grandes arsenales de armas y explosivos que, dijo, aún están en su poder.

McGuinness --indicado por muchos sectores como el "gran titiritero" del IRA-- presionará para que el Reino Unido abandone progresivamente Irlanda del Norte, retirando las fuerzas de ocupación, y que libere a lo que califica como presos políticos. Sin lugar a dudas, llegar a un compromiso que satisfaga las aspiraciones independentistas de la minoría católica y la fidelidad unionista a Gran Bretaña de la mayoría protestante, requerirá grandes esfuerzos.

Sin embargo, el anuncio de las tratativas directas entre Londres y el Sinn Fein representa un enorme paso ya que en las últimas semanas el proceso de paz corrió el riesgo de estancarse por la caída del gobierno de Albert Reynolds en Dublín, obligado a dimitir el mes pasado por el nombramiento de un discutido juez en la Corte Suprema de Justicia, y por la precaria situación parlamentaria en Londres.

El gobierno de John Major, en efecto, necesita los votos de diez diputados unionistas, encarnados opositores del Sinn Fein, para mantenerse a flote.

El presidente del Sinn Fein, rama política del Ejército Republicano Irlandés (IRA), califica de "hipócrita e insostenible" la actitud del gobierno de Londres al dilatar negociaciones

## El proceso de paz ante el vacío de poder

El proceso de pacificación en Irlanda del Norte está ante un impasse luego de la caída del primer ministro irlandés Albert Reynolds, escribe Gerry Adams, presidente del Sinn Fein, la rama política del Ejército Republicano Irlandés (IRA). En una columna para IPS, Adams destaca el papel crucial desempeñado por Reynolds al impulsar el proceso de paz iniciado por el propio líder del Sinn Fein y seguido por la declaración de cese del fuego decidida hace tres meses por el IRA. Sin embargo, agrega, el Sinn Fein está totalmente comprometido con la paz y trabajará con quienquiera esté en el gobierno de Dublín para impulsar el proceso de pacificación. A la crisis de Dublín se suma, según Adams, la postura del gobierno británico, que ha respondido a la apertura del Sinn Fein y del IRA con maniobras tácticas, negándose de hecho a iniciar negociaciones. La actitud dilatoria de Londres, afirma el autor, resulta hipócrita e insostenible. "La paz no ha llegado aún a Irlanda, pero estamos ante una oportunidad real y sin precedentes para alcanzarla", asevera Adams. Y concluye: "La tregua creada por la crisis gubernamental en Dublín le ofrece al gobierno británico una ocasión que el primer ministro John Major no debería desaprovechar. Yo lo exhorto a que llene el vacío actual comprometiéndose positivamente con el proceso de paz, y que se disponga de inmediato a dialogar con todas las partes involucradas en la cuestión irlandesa."

Dublín (IPS)  
por Gerry Adams (\*)

La crisis en Dublín, provocada por la caída del gobierno el 17 de noviembre pasado y por la prolongada incertidumbre acerca de la formación de la nueva administración del país, es motivo de honda preocupación.

El ex primer ministro, Albert Reynolds, desempeñó un papel crucial en la casa de la paz en Irlanda. Su reconocimiento por el coraje y el empeño que puso en impulsar el proceso de pacificación iniciado por su nombre del Sinn Fein, y por John Hume, el líder del Partido Laborista Social Demócrata, y que hace ya tres meses fue respaldado por el cese del fuego declarado por el Ejército Republicano Irlandés (IRA).

Reynolds fue el artífice del Foro para la Paz y la Reconciliación instituido por el gobierno de Dublín para iniciar el diálogo y la discusión entre todos los sectores involucrados en el conflicto de Irlanda.

Con Reynolds y su gobierno establecimos una buena relación de trabajo y es inevitable que cuando un vínculo de este tipo se rompe sobrevenga un cierto grado de ansiedad.

Pero el Sinn Fein está totalmente comprometido con la paz en Irlanda, y trabajará con quienquiera esté en el gobierno para mantener activo el proceso de pacificación.

La incertidumbre en Dublín no es la única causa de preocupación.

También hay una situación crítica en Irlanda del Norte en relación con Gran Bretaña y con su actitud ante el

proceso de paz.

La Real Policía del Ulster (RUC) — una fuerza desacreditada por su comportamiento sectario, por sus violaciones a los derechos humanos y por su complicidad directa con los escuadrones de la muerte unionistas — continúa en actividad.

A mediados de noviembre una comisión del Consejo de Europa consideró inaceptable el funcionamiento de los tristemente famosos centros de interrogación en Irlanda del Norte y confirmó que la RUC somete a sus detenidos a malos tratos físicos y psicológicos.

El conjunto de las leyes represivas impuestas por Gran Bretaña sigue vigente y la violencia ha incluso aumentado en muchas áreas nacionalistas de Irlanda del Norte. Con arrogancia, los británicos se niegan siquiera a discutir acerca de la liberación de los presos políticos.

El gobierno británico debería poner fin a sus maniobras tácticas en relación al proceso de paz.

El Sinn Fein no duda de que no podrá pasar mucho tiempo antes de que el gobierno británico se resuelva a conversar con nosotros.

Pero la actitud dilatoria adoptada por Londres aún después del cese del fuego declarado por el IRA, resulta hipócrita e insostenible.

Los británicos ya habían discutido antes con nosotros y la demora en volver a hacerlo ahora parece no tener otro propósito que retrasar el proceso de pacificación.

En mi discurso en el Foro para la Paz y la Reconciliación convocado por el gobierno de Dublín, declaré:

"El fracaso de la política británica en Irlanda es evidente.

La partición de la isla ha fracasado. La dominación unionista en el Norte, que sufrimos durante decenios, fue exclusivista y facciosa.

Esos días se han ido para siempre".

El papel del gobierno de Londres debería consistir en sumarse a la búsqueda de la paz y en favorecer la obtención



Gerry Adams, presidente de la rama política del IRA. (Telefoto de archivo de AFP)

de consenso y acuerdo. Debería ejercer su autoridad y cumplir sus compromisos para asegurar que las discusiones entre todas las partes se celebren en un nivel de igualdad, sin que nadie tenga privilegios especiales y sin que grupo alguno tenga poder de veto.

El Sinn Fein sostendrá en las futuras discusiones con el gobierno de Londres, así como en el Forum, la necesidad de que termine la jurisdicción británica en Irlanda y que sea reemplazada con una democracia irlandesa.

Para que el proceso de paz resulte exitoso es necesaria una transformación fundamental de la sociedad irlandesa, en la que participe todo el pueblo en modo directo a través de la discusión democrática.

Mientras que los nacionalistas de los Seis Condados (de Irlanda del Norte) han soportado privaciones considerables como consecuencia de la partición de la isla y del dominio británico, también los unionistas (pro británicos) han sido explotados económica, social y políticamente.

Recientes hechos en los 26 condados (de Irlanda independiente), así como los índices del desempleo, las carencias sociales, la emigración y el deterioro rural, señalan el impacto de la partición en el sur del país.

No consideramos un objetivo realista ni deseable el de una Irlanda unida en la que un Estado corrupto — los Seis Condados — se una al Estado imperfecto de los 26 Condados.

Una nueva Irlanda, construida en base al consenso de todo el pueblo de esta isla, podrá encarar nuestros principales problemas, que son las desigualdades en el empleo, entre los sexos y la discriminación, así como la necesidad de elevar los niveles de ingreso y la calidad de la vida.

Gran Bretaña debe asumir una actitud responsable y trabajar en pro de la nueva Irlanda.

La paz no ha llegado aún a Irlanda, pero estamos ante una oportunidad real y sin precedentes para alcanzarla.

La tregua creada por la crisis gubernamental en Dublín le ofrece al gobierno británico una ocasión que el primer ministro John Major no debería desaprovechar. Yo lo exhorto a que llene el vacío actual comprometiéndose positivamente con el proceso de paz, y que se disponga de inmediato a dialogar con todas las partes involucradas en la cuestión irlandesa.

(\*) Gerry Adams, presidente del Sinn Féin, rama política del Ejército Republicano Irlandés (IRA).



Nº. DOCUMENTO 9500260  
TÍTULO Designaron Premier en Irlanda  
PROCEDENCIA 0150090  
FECHA DE EXISTENCIA 16/12/94  
VOLUMENES 11876 ✓  
66196 ✓  
11164 ✓  
11302 ✓

## Irlanda se encamina a un nuevo gobierno

Dublín (AFP)

Casi tres semanas después de la renuncia del primer ministro Albert Reynolds, la República de Irlanda tendrá nuevo gobierno mañana martes, cuando el Dail (Parlamento) reanuda las sesiones.

Según fuentes coincidentes, el nuevo gabinete será de continuidad ya que, tal que el anterior, estará formado por ministros del partido Fianna Fail (centroderecha) y del Partido Laborista.

Después de varios días de intensas discusiones que proseguían ayer domingo, el líder de Reynolds al frente del Fianna Fail, Bertie Ahern, de 43 años, y el líder del Partido Laborista, Dick Spring, de 44, se pusieron de acuerdo en lo esencial. No hay mayores de fricción, dijeron ambas formaciones.

"Yo, optimista, creo que nuestras discusiones terminarán el lunes", declaró Ahern, ministro saliente de Finanzas, que será seguramente el nuevo ministro, mientras Spring conservará el de vicepremier y se hará cargo del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Los líderes están de acuerdo en no interrumpir la dinámica de paz en Irlanda del Norte, a la que Spring contribuyó con el gobierno de Reynolds, y son partidarios de someter a referéndum la cuestión del divorcio, prohibido en el país.

Por otra parte, el desacuerdo sobre el aumento de los salarios de los jueces, al que se oponían los laboristas, fue superada por Ahern y Spring.

El laborismo también había exigido explicaciones sobre el retraso judicial en la extradición de un sacerdote pedófilo, caso que había provocado la crisis gubernamental que condujo el 17 de noviembre a la renuncia de Reynolds.

Dick Spring se había opuesto a que el fiscal general (ministro de Justicia) responsable del retraso accediera a la presidencia del Alto Tribunal de Dublín al encontrar insuficientes las explicaciones del gobierno, había presentado su dimisión, provocando la del propio primer ministro.

Antes de iniciar discusiones con Bertie Ahern, Spring se había entrevistado con el líder del Fine Gael (centroderecha), John Bruton, y los de dos pequeñas formaciones, los Demócratas Progresistas (derecha) y la Izquierda Democrática. Lo que, según algunos, podría presagiar la formación de una más amplia coalición de gobierno.

Sin embargo, la mayoría de los observadores, está convencida de que el nuevo gobierno será bipartito. Ahern y Spring son, según las encuestas, los dirigentes más populares de Irlanda y el propio Spring había declarado al presentar su dimisión que tenía temor que abandonara "un poco" el gobierno.

# Designaron premier en Irlanda

Después de arduas negociaciones para evitar convocar a elecciones generales anticipadas, el centroderechista John Bruton fue designado como primer ministro de Irlanda. Existen dudas sobre el impulso que el flamante premier dará a las negociaciones de paz para Irlanda del Norte.

16-12-94 CLARÍN

DUBLÍN, 15 (Reuter, EFE, AP y AFP). — John Bruton, del partido Fine Gael de centroderecha, fue designado hoy primer ministro de Irlanda, después de un mes de crisis e incertidumbre política a causa de la renuncia de su predecesor, Albert Reynolds.

Bruton, de 47 años, encabeza una coalición que agrupa a todos los representantes del espectro político irlandés. El acuerdo "in extremis" alcanzado por el Fine Gael, el Partido Laborista e Izquierda Democrática evitó la posibilidad de unas elecciones generales anticipadas.

En caso de que las tres fuerzas de la nueva coalición no hubieran llegado a un acuerdo, se habría impuesto la necesidad de disolver el Parlamento y convocar elecciones generales anticipadas, medida que rechazaba el 70 por ciento de la población, según los sondeos.

El premier saliente era considerado el hombre clave en el proceso de paz en la provincia inglesa de Irlanda del Norte, gracias a sus contactos con Londres y con el Sinn Féin, brazo político del Ejército Republicano Irlandés.

Los analistas no creen que el proceso de paz sea impulsado por Bruton con la misma fuerza que el nacionalista Reynolds, ya que, pese a su educación católica, el nuevo primer ministro ha expresado más simpatías por los protestantes de Irlanda del Norte, que por los católicos del Sinn Féin.

Sin embargo, Bruton manifestó que una de las prioridades que tiene su gobierno es continuar con el proceso de pacificación para Irlanda del Norte. La crisis gubernamental irlandesa retrasó las negociaciones entre este país y Gran Bretaña para establecer un marco a las conversaciones de paz entre todas las partes del conflicto.

### El comienzo de la crisis

La crisis política en Irlanda estalló el pasado 16 de noviembre cuando los laboristas abandonaron la coalición gubernamental que mantenían con el Fianna Fail, el mayor partido del país, lo que provocó la renuncia del hasta entonces líder de ese partido y primer ministro, Albert Reynolds.

El abandono de los laboristas fue consecuencia de las discrepancias con Reynolds por el nombramiento de Harry Whelehan como presidente del Alto Tribunal de Dublín pese a la denuncia que había contra él: cuando desempeñaba el cargo de fiscal general existió un retraso injustificado en la extradición a Irlanda de un sacerdote, que en la actualidad cumple una condena por corrupción de menores.

Tras el nombramiento de Bertie Ahern como nuevo líder del Fianna Fail, el pasado 19 de noviembre, ambos partidos entablaron conversaciones para una nueva alianza, pero finalmente, los laboristas consideraron que no habían recibido sufi-



El nuevo premier irlandés John Bruton durante la reunión con la presidenta Mary Robinson

cientes aclaraciones sobre el nombramiento de Whelehan y rompieron la negociación.

A la espera de que se anuncie de modo oficial la composición del nuevo gobierno, se informó que Izquierda Democrática contará con un ministro, posiblemente su líder, Proinsias De Rossa, y varios vice-ministros en puestos significativos, para compensar la petición de una segunda cartera, que no les fue otorgada.

Dick Spring, líder del Partido Laborista, quien estuvo profundamente involu-

crado en los asuntos nortirlandeses en calidad de ministro de Relaciones Exteriores, hasta que el gobierno cayó el mes pasado, fue confirmado en el cargo nuevamente.

Hace una semana la carrera política de Bruton parecía tocar a su fin, ya que su llegada a la cabeza del Ejecutivo se produjo en el momento en que su partido atraviesa por el peor momento de popularidad desde las últimas elecciones hace dos años. Con este panorama Bruton solo pudo ser nombrado primer ministro por una coalición.

Nº. 8-011-9500261

TÍTULO Rebelión de los conservadores británicos.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 7/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

507529 ✓

11164 ✓

11302 ✓

## John Major enfrenta una nueva rebelión de los conservadores

Londres, (AFP)  
por Monique Villa

■ El primer ministro británico John Major afrontaba ayer martes una nueva rebelión de varios diputados conservadores, que se niegan a votar el impopular aumento del impuesto al consumo sobre el gas y la electricidad domésticos.

Esta medida, casi tan impopular como la "poll tax" que ocasionó la caída de Margaret Thatcher hace cuatro años, debe ser objeto de una votación cerrada a la tarde del martes y se decidirá por uno o dos votos.

De todos modos, la votación no causará la caída del gobierno, a lo más, obligará al ministro de Economía, Kenneth Clarke, a imponer otros impuestos o realizar otras economías presupuestales para reemplazar los 1.500 millones de libras que debe aportar este impuesto.

Para evitar ser derrotado, Clarke visitó, uno por uno, esta tarde, a la quinceña de diputados rebeldes, en un intento de convencerlos de que sería "completamente absurdo" votar con la oposición laborista, cuya moción propone el recudio del paso de 8% a 17,5% del impuesto al gas y la electricidad domésticos. Una medida aprobada el año pasado por el Parlamento.

Clarke les recordó que la última vez que un impuesto fue rechazado, bajo el gobierno de Margaret Thatcher —en 1981, y para el petróleo diesel— fueron los fumadores y los apostadores los que finalmente resultaron las víctimas.

"Déjenlos beber champaña", titulaba al mismo tiempo un vespertino, que explicó que en el momento en que el

gobierno se prepara a castigar a los pobres con la calefacción, hacía un magnífico regalo a los ricos al reducir en 13,5% el impuesto al champaña.

Fue el ministro de Economía del gabinete fantasma laborista, Gordon Brown, quien, estudiando el proyecto de presupuesto, descubrió esta reducción a los vinos gasificados, una medida que Kenneth Clarke se cuidó de mencionar al presentar su proyecto de presupuesto en los Comunes, hace ocho días.

Brown bautizó de inmediato a Clarke como "el ministro Champaña", señalando que "la gente quedará de boca abierta ante las prioridades del gobierno".

Muy incómodo, el Tesoro confirmó la medida, explicando que si reducía la tasa al champaña era para imponerle la misma tasa que a los vinos no gasificados, puesto que tienen el mismo grado de alcohol. Esta baja costará finalmente 10 millones de libras al Estado.

Detrás de esta nueva batalla en los Comunes aparece una vez más la debilidad del gobierno de John Major, quien de ahora en adelante estará en manos de un puñado de rebeldes, ya sean éstos euroescépticos o antiimpuestos, o mañana, anti cualquier otra cosa.

El hecho de que, teóricamente, ya no haya mayoría en los Comunes —luego que la semana pasada salieran nueve diputados del grupo conservador, tras una primera rebelión— torna la situación de Major aún más delicada. Al punto que algunos diputados se preguntan cómo podrá mantenerse el gobierno por dos años, hasta las elecciones de 1997.

### Debates sin la amenaza de llamar a elecciones, los conservadores expresaron libremente su rebeldía: impacto en los mercados financieros.

LONDRES. Una derrota dio la bienvenida a John Major y su antitipuesto gobierno de minoría.

La revuelta en sus filas ya había sido motivo de distracción suficiente durante su estadía en la cumbre de Budapest. Pero al regreso, y por primera vez, sus aliados incondicionales, los diputados del protestante Ulster Unionist Party y los del Democratic Unionist Party del exhuberante reverendo Ian Paisley decidieron darle también la espalda.

Fue así como Major perdió su propia guerra fría al tratar de detener en el Parlamento una "enmienda exterminadora" de la oposición para su aumento del IVA sobre la energía (de 8 a 17,5 por ciento en gas, electricidad y combustibles).

Una medida que perjudica, en invierno, a las familias de pocos recursos y, ante todo, a los jubilados, un sector de la población en franco aumento. Y cuyo voto puede determinar el futuro de muchos parlamentarios en Westminster.

Fue así como, sin su poción mágica (la amenaza de llamar a elecciones) Major perdió el timón del



Major: el olor de la derrota

LN 7/12/94

(AP)

barco. Por ejemplo, dos parlamentarios enfermos, Geoffrey Dickens y Julian Critchley, que habían sido conminados a asistir a la Cámara para darle su apoyo, hicieron oídos sordos. Y sir Nicholas Fairbairn, que había adelantado su intención de votar en contra, desobedeció órdenes de Downing Street al no "perder el tren en camino a Londres".

El laborismo, en tanto, hizo correr el filo de su disciplina al punto

de obligar a tomar su asiento a Martin Redmond, un parlamentario que mañana deberá ir a la sala de operaciones: un by-pass.

Major perdió su mayoría de 14 miembros la semana pasada, cuando decidió castigar con la suspensión a ocho euroescépticos.

Otro se apartó en forma voluntaria para expresar su desagrado con la línea del gobierno.

Su decisión, que lo dejó con una supremacía de cinco, fue fuertemente criticada por el ex presidente del partido y ministro del Interior, Kenneth Baker, que la calificó como "un acto de completa estupidez".

### Otra batalla

Desde entonces, la administración de Major descansa sobre cáscaras de huevos. Y así lo interpretaron los mercados financieros que, desde temprano a la mañana, renunciaron la derrota con una intensa tendencia a la baja (el FTSE 100 bajó en 17,4 puntos).

El líder de los euroescépticos, Bill Cash, y la bancada laborista se proponen revivir el fantasma del presupuesto europeo que desató la crisis de la semana pasada. El tema deberá ser analizado mañana en comité y la oposición se dispone a agregarle un número tal de enmiendas que terminará por neutralizarlo.

A la luz de la derrota de hoy y la aparición de esa alianza "non sancta", Major bien puede verse forzado a decidir si este tipo de estrategias son motivo suficiente para amenazar otra vez con un voto de confianza, con una renuncia o directamente con un llamado a elecciones.

Y así terminará por admitir que su gobierno navega por un permanente estado de "ingobernabilidad".



Nº. DOCUMENTO

9500262

TÍTULO Posible referéndum

sobre relación de Gran Bretaña con la Unión Europea,

PROCEDENCIA Blarum

FECHA DE RECEPCIÓN 9/12/94

VOTULACIONES 11876 ✓

507529 ✓

-12640-

11164 ✓

11437 ✓

## Major, cada vez más aislado

9/12/94 CLARÍN

**El primer ministro británico, John Major, está dispuesto a convocar a un referéndum sobre la relación de Gran Bretaña con la Unión Europea, en un intento por contener a los sectores más derechistas de su partido. Estos son firmes opositores del pragmatismo pro europeo del cada vez más debilitado premier.**

LONDRES, 8 (Especial para Clarín). —A una semana de sortear un desafío de los diputados de su propio Partido Conservador, que pondrá en juego su cargo de primer ministro, John Major vuelve a ser un prisionero de los sectores más derechistas del oficialismo, que pueden forzar su renuncia. En este caso se debería convocar a elecciones en un período no menor a 45 días.

En la "guerra civil" entre Major y su partido se está disputando una de las peores batallas desencadenada por el voto de ocho diputados tories (conservadores) contra un aumento del 17,5% del impuesto al valor agregado (IVA) sobre los combustibles, la semana pasada.

El debilitado premier debió decir nuevamente que no está "bajo la amenaza de otro voto de confianza" y pidió "la unidad del partido en nombre del interés nacional".

Major aún no logra reponerse de la derrota parlamentaria y desde entonces es llamado el primer ministro en las sombras, como si fuera un opositor por su falta de poder.

La derrota obligó al ministro de Economía, Kenneth Clarke, a incrementar las tasas de interés en medio punto y la decisión cayó como un tornado sobre los ciudadanos británicos. "He tomado esta medida para mantener la recuperación económica con baja inflación", señaló Clarke, potencial candidato conservador si Major renuncia.

La medida aumentó en por lo menos \$1 dólares el pago mensual que todo británico hace para saldar la hipoteca sobre su casa, en un país donde el alquiler es caro y excepcional.

Mientras Clarke trataba de encontrar otro camino para obtener los mil millones y medio de dólares que pretendía recaudar con su fracasado impuesto a los combustibles, Major hablaba en la City (centro financiero londinense) para calmar la desconfianza en el mercado tras la derrota tory.

"El del martes fue un voto errado. No fue un voto contra el impuesto sino un arrebato emocional", explicó Major a los hombres de negocios que lo escuchaban. En un intento por frenar la ofensiva de los ultraderechistas diputados euroescépticos, que no admiten el pragmatismo pro europeo de Major, el premier está dispuesto a convocar a un referéndum para discutir la aceptación de una moneda única europea.

Los euroescépticos se oponen al aumento de la cuota que Gran Bretaña debe aportar a la Unión Europea y por ese monto Major casi pierde su cargo el martes de la semana pasada.

Pero nada evita que las versiones sobre el desafío a su liderazgo se incrementen. Una nueva revuelta de los tories está en marcha. Esta vez se debe a los cortes que hizo el ministro Clarke al derecho que tienen los desempleados británicos a que el Estado pague sus hipotecas. La rebelión la encabeza Nicholas Winter-ton, diputado de Macclesfield, quien tiene los ojos puestos en las próximas elecciones generales británicas y no en la necesidad de oxigenar al debilitado premier.

"Major es un gran sobreviviente. El está destruido pero posiblemente el partido pierda la elección", dice uno de sus ministros.

María Laura Avignolo

01-01

9500262

Nº. DOCUMENTO 9500263

TÍTULO Concluyó la primera reunión por la paz entre Londres y el

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE FICHA 10/12/94

VOLULACIONES 11876 ✓

507529 ✓

66196 ✓

11164 ✓

11879 ✓

Sinn Fein.

# Concluyó la primera reunión por la paz entre Londres y el Sinn Fein

BELFAST/ANSA

Al terminar el encuentro, el jefe de la delegación nordirlandesa, Martin McGuinness, se dijo "satisfecho de haber podido exponer la posición de los republicanos" sobre el futuro del Ulster.

Ambas delegaciones se volverán a reunir dentro de diez días.

La delegación del Sinn Fein presentó a la contraparte británica un documento en el cual afirmaba que el camino para la paz en Irlanda debe realizarse a través del respeto del derecho a la autodeterminación del pueblo irlandés.

Los representantes del Sinn Fein subrayaron

Los primeros diálogos celebrados entre el grupo separatista irlandés Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), y el gobierno de Londres, concluyeron ayer en Belfast después de tres horas de discusiones. 10-12-94 1040

también que el proceso de paz para el Ulster daría un gran paso hacia adelante si cesaran inmediatamente las actividades militares británicas en Irlanda del Norte, y fueran liberados todos los prisioneros políticos.

La reunión —destinada a buscar una solución pacífica para detener la guerrilla separatista

nordirlandesa— se celebró en el majestuoso castillo de Stormont, en la periferia de Belfast, con la participación de los más importantes representantes del Sinn Fein.

## Delegación cautelosa

Además del líder Martin McGuinness, en el grupo nordirlandés se encontraba el famoso Gerry Kelly, condenado a cadena perpetua por un atentado mortal perpetrado por el IRA en 1973 contra Old Baley, sede del tribunal londinense.

El premier John Major, por su parte, envió una delegación mucho más cautelosa a la crucial reunión, en la cual fue representado por el vicesecretario para el Ulster, Quentin Thomas.

El diálogo explorativo entre Londres y los separatistas nord-irlandeses comenzó hace más de tres meses, tras el cese del fuego declarado por el IRA, que expresó entonces su voluntad de participar en el proceso de paz propuesto por el premier John Major y por el premier irlandés saliente Albert Reynolds.

La reunión de ayer, a pesar de su carácter explorativo, presentó grandes dificultades, ya que el Sinn Fein pretende la progresiva desvinculación política y militar del Reino Unido de la provincia, e insiste en la liberación de todos los prisioneros políticos.

Londres, por su parte, pide que como prueba de la intención pacifista del IRA, la organización armada entre sus miembros

## El histórico diálogo Londres-Sinn Fein se reanudará el 19 con el tema armas

L.R. 10/12 Belfast (AFP)

El gobierno británico sostuvo ayer en Belfast (Irlanda) negociaciones históricas sobre la paz en el Ulster con Sinn Fein, en cuya delegación se encontraban varios ex presos del IRA que hace apenas tres meses hubieran sido calificados de "terroristas" por Londres.

En este primer encuentro oficial entre las dos partes, el desmantelamiento del arsenal que alimentó 25 años de conflicto en el Ulster fue evocado por los representantes de Londres.

La cuestión de las armas y explosivos del Ejército Republicano Irlandés aparece en efecto como el punto central, y estará en el corazón de la próxima ronda de conversaciones el 19 de diciembre.

La reunión, a puerta cerrada, se desarrolló en el Parlamento de Stormont, cerca de Belfast, sede de la Asamblea local nordirlandesa instaurada tras la partición de la Isla de Irlanda en 1921.

Martin McGuinness, de 44 años, uno de los dirigentes históricos de la lucha contra los británicos y que, según muchos, es el antiguo comandante en jefe del IRA, dirige la delegación de Sinn Fein.

Esta está compuesta esencialmente por "duros" del movimiento. Entre ellos hay diputados locales, un antiguo preso condenado por su participación en atentados con bombas en Londres, una mujer que cumplió seis años de prisión por posesión de explosivos, y el padre de un miembro del IRA, muerto a manos del ejército británico en 1992.

Frente a ellos, seis representantes del gobierno británico, todos altos funcionarios del Ministerio de Irlanda del Norte, presididos por el director de Asuntos Políticos, Quentin Thomas.

La entrevista duró más de tres horas, fue "constructiva" y se desarrolló en una "buena atmósfera", según el secretario de Estado para Irlanda del Norte, Michael Ancram.

Se evocaron todos los temas importantes, incluyendo las armas del IRA, pero "no se tomaron ni decisiones, ni medidas", dijo. Estos asuntos "serán debatidos con más detalle" el 19 de diciembre.

Sin embargo, insistió, todas las partes deberán "encontrarse sobre una base

de igualdad", "que no se daría si una de ellas permaneciese vinculada de una forma u otra a un arsenal de armas", en las conversaciones multipartitas que se llevarán a cabo en el futuro entre Londres, Dublín, y los partidos de Irlanda del Norte.

Por su parte, el Sinn Fein recordó la necesidad de una "desmilitarización de la situación" dirigida a los británicos, que deben "ocuparse con urgencia" de "poner fin a sus operaciones militares en el Ulster y de liberar a todos los presos políticos" republicanos. Sin embargo el Sinn Fein no ha hecho de esta exigencia una "condición previa a un diálogo" político constitucional de fondo.

Por su parte, los representantes de las milicias legitimistas que deberían participar en las conversaciones con Londres el 15 de diciembre, amenazaron el viernes con boicotear este encuentro en protesta por la presencia de

un diputado irlandés en la delegación del Sinn Fein.

"Es inaceptable que un diputado irlandés, de la república irlandesa, participe en las negociaciones con el gobierno británico", declaró Gary McMichael, portavoz del UDP (Partido Democrático del Ulster), uno de los partidos cercanos a la milicia deben participar en las negociaciones con Londres.

01-01

9500263

Nº. DOCUMENTO 9500264  
 TÍTULO Acuerdo completo en la cumbre Italia-Francia  
 PROCEDENCIA País  
 FECHA DE 17/12/94  
 VOLUMENES 11876 ✓  
65963 ✓  
507604 ✓  
11164 ✓  
11187 ✓

## Acuerdo Completo en la Cumbre Italia-Francia

AIX-EN-PROVENCE, FRANCIA, 16 (ANSA). — Existe "acuerdo completo" entre el presidente francés François Mitterrand y el primer ministro italiano Silvio Berlusconi sobre la totalidad de los grandes problemas europeos, sobre el hecho que la moneda única sería "un bien para Europa" y sobre la necesidad, en economía, de una política de rigor en el sentido de las convergencias previstas por el Tratado de Maastricht.

Todo esto surgió en la cumbre italo-francesa de Aix-en-Provence, en la cual se tuvo una nueva confirmación de la "identidad" de puntos de vista italo-franceses incluso en materia de seguridad y relaciones con Rusia.

En una conferencia de prensa, Mitterrand y Berlusconi no escondieron su satisfacción por el hecho que la cumbre de hoy refuerza la "voluntad" de Italia y Francia de seguir siendo activos promotores de la construcción europea.

Italia, dijo Berlusconi, no pide ninguna modificación de los acuerdos de Maastricht: "Nuestra convicción es que una moneda única aceleraría y facilitaría el trayecto de las economías hacia los resultados previstos por el tratado de Maastricht".

De la cumbre, y en particular de los coloquios entre el canciller italiano, Antonio Martino, y su colega francés, Alain Juppé, surgió que muy difícilmente la tercera y última fase hacia la moneda única podrá ponerse en marcha, como está previsto, en 1997, y que casi seguramente se postergará hasta 1998.

También se registró un acuerdo entre Italia y Francia respecto a la necesidad de una ampliación de la Unión (hacia el este y hacia el Mediterráneo) equilibrada.

Por su parte, Berlusconi insistió en que es necesario hacer que Europa se vuelva más autosuficiente en materia de seguridad y en que hay que racionalizar los organismos que operan en este campo.

El comité de diputados, dirigido  
por el propio presidente de la Asam-  
blea Nacional, el gaullista Philippe  
Seguin, ha recibido el testimonio y  
las opiniones de once altos funcio-  
narios y juristas. El informe se di-  
vide en cuatro apartados.

• **Contrataciones públicas:** Los  
mecanismos de las contrataciones  
públicas y las concesiones de ser-  
vicios públicos, se señala en la in-  
troducción, "puedan prestarse, pe-  
so a los esfuerzos del legislador, a  
todo tipo de prácticas sobre las que  
dan una idea las crónicas judiciales  
recientes: falsas facturas, circuitos  
de financiación oculta, intereses ile-  
gales, corrupción". El problema es  
especialmente grave por "el volu-  
men de las sumas consagradas a las  
contrataciones públicas, que se ele-  
van cada año a muchos cientos de  
millones de millones".

Las principales leyes francesas  
sobre ordenación de los mercados  
públicos son dos emitidas por el an-  
terior gobierno socialista, cuando  
los casos de corrupción en sus filas  
ya dañaban seriamente su credibi-  
lidad política: la del 3 de enero de  
1991, por la que se creó una comi-  
sión interministerial con poderes  
para investigar cualquier sospecha  
de corrupción, y la del 29 de diciem-  
bre de 1993, que estableció normas  
de transparencia y publicidad. La  
comisión constata en su informe  
que "la eficacia (de ambos textos)  
se ha visto un poco atenuada" por  
una nueva ley aprobada por el go-  
bierno conservador de Edouard Ba-  
lladur, la del 8 de agosto de 1994.

La ley de Balladur permitió la ad-  
judicación a dedo de obras y servi-  
cios de un importe menor al 1,35  
millón de francos (unos 20.000 dó-  
lares) para, según la explicación da-  
da en su momento, reducir burocracia  
en servicios como el transporte  
escolar. Robert Bouchery, ex presi-  
dente de la Comisión de Prevención  
de la Corrupción, fue muy expresi-  
vo al comentar ante los diputados  
ese "paso atrás" legislativo: "Las  
queridas cabezitas rubias de los es-  
colares sirven a menudo de coarta-  
da".

• **Propuestas:** Restablecer la ley de  
1993, por lo que todo contrato pú-  
blico deberá ser transparente, sea  
cual fuere el importe; obligar a que  
todas las empresas concesionarias  
publiquen un informe anual deta-  
llando las cuentas de su negocio; re-  
forzar los controles obligando a que  
cada concesión sea supervisada por  
funcionarios con acceso al asesora-  
miento de los servicios centrales an-  
ticorrupción, que ahora disfrutan  
sólo los jueces. Los diputados cre-  
en, por ejemplo, que las dos princi-  
pales empresas del sector, Lyonnai-  
se y Générale, se han hecho dema-  
siado poderosas y capaces de influir  
en las autoridades locales. En este  
sentido, la comisión pide al gobier-  
no que reflexione sobre los textos  
constitucionales referentes a "los  
servicios públicos nacionales y los  
monopolios de hecho".

• **Financiación de partidos y  
campañas:** La actual legislación  
francesa sobre el dinero de los par-  
tidos sufre la distorsión de las dis-  
posiciones de autoamnistía aproba-  
das bajo la administración socialis-  
ta de 1990, y el comité reconoce la  
perversidad de la financiación por  
parte de las empresas: "Las perso-  
nas jurídicas, las empresas en par-  
ticular, no pueden consentir don-  
EI

En Francia quieren controlar a los políticos

P.12 4/12

# SON BUENOS, PERO SI SE LOS VIGILA, MEJOR

tivos sin esperar una compensa-  
ción", por lo que la financiación de  
los partidos por parte de las empre-  
sas "constituye inevitablemente  
una amenaza para la independencia  
de los cargos electivos o los parti-  
dos".

• **Propuestas:** Aumentar la sub-  
vención estatal a los partidos, no só-  
lo en las elecciones presidenciales  
y legislativas (como en la actuali-  
dad) sino en todo tipo de comicios;  
fomentar, con desgravaciones fis-  
cales a los donativos, la participa-  
ción de las personas físicas en la fi-  
nanciación de los partidos, y fijar  
topes muy estrictos a los gastos de  
publicidad electoral, aunque sin lle-  
gar al límite de "favorecer a los can-  
didatos muy conocidos a expensas  
de los recién llegados".

• **Patrimonio de los funcionarios**

El comité anticorrupción  
de la Asamblea Nacional  
francesa  
propone vigilar el  
patrimonio de políticos y  
altos funcionarios. Es un  
reclamo similar al que  
hicieron en la Argentina  
José Bordón y Carlos  
Alvarez.

• **públicos:** Sólo el presidente de la  
República está obligado actualmen-  
te a hacer pública su declaración pa-  
trimonial a su llegada al Elíseo; de-  
be también hacerla pública al tér-  
mino de su mandato, pero no exis-  
ten mecanismos ni sanciones para  
obligarlo a ello.

Los parlamentarios deben comu-  
nicar igualmente su patrimonio an-  
te una comisión, pero esa informa-  
ción se guarda en secreto y, en ocu-  
siones, no es más que un párrafo es-  
crito a mano con una vaga enumera-  
ción de bienes. El Senado rechaza-  
do en 1992 una propuesta de ley que  
hubiera obligado a los parlamenta-  
rios a depositar una copia de su de-  
claración de la renta.

• **Propuestas:** El comité propone  
que se exija la declaración de bie-  
nes a todos los cargos electivos, sal-  
vo municipios pequeños, y a los al-  
tos funcionarios públicos.

• **Incompatibilidades:** la acumu-  
lación de funciones es uno de los  
males de la democracia francesa.

De los 577 diputados, por ejemplo,  
cuatro son igualmente eurodiputa-  
dos, 89 son consejeros de gobier-  
nos regionales (en nueve casos,  
también presidentes de esos gobier-  
nos), 22 presiden consejos regiona-  
les, 20 son concejales de París y 83  
son alcaldes. También hay proble-  
mas con las actividades profesiona-  
les al margen de su escaño.

• **Propuestas:** El comité propone  
que se prohíba a los parlamentarios  
la pertenencia a consejos de admini-  
stración y la realización remunera-  
da de informes o estudios, excep-  
tuando a los profesionales liberales;  
que no puedan ocupar grandes al-  
caldías o presidencias regionales; y,  
para que no se vean tentados de bus-  
car el dinero, que el Estado aumen-  
te las asignaciones para viajes y pu-  
blicidad.

Nº. DOCUMENTO 5500265  
TÍTULO En Francia proponen controlar el patrimonio  
de los políticos.  
PROCEDENCIA Página 12 (150518)  
FECHA DE F. 4/12/94  
VOTACIONES 11876 ✓  
65963 ✓  
11164 ✓

01-01

9500265

Nº. DOCUMENTO

9500266

TÍTULO

Possible apoyo centrista a Delors origina polémica en Francia

PROCEDE

la República

FECHA DE

6/12/94

VINCULACIONES

11876 ✓

65963 ✓

11164 ✓

## Hipótesis de apoyo centrista a Delors origina polémica en Francia

LoR. 6/12

París (ANSA)

■ La posible candidatura de Jacques Delors para las elecciones presidenciales del año próximo ha creado una polémica en el mundo político francés, sobre la eventualidad de una alianza entre los socialistas y los centristas para apoyar su carrera hacia el Eliseo.

Todo comenzó cuando Bernard Stasi, vicepresidente de la coalición centrista del Centro Democrático Social (CDS), afirmó que si el candidato de la derecha para las presidenciales "resultara demasiado antieuropeo, obviamente habría una fuga de votos, lo que sería grave para la actual mayoría".

El CDS es una coalición de tres fuerzas diferentes: los centristas de la Unión para la Democracia Francesa (UDF), los giscardianos del Partido Republicano (PR) y el pequeño partido de los radicales de derecha, que junto a la Reunión Para la República (RPR), neogaullista, apoya al gobierno de centro derecha del premier Edouard Balladur.

Stasi fue aún más lejos, al afirmar que "Jacques Delors no es considerado ni como un revolucionario ni como un anticlerical y una parte del electorado tendría pocas dudas para votar en su favor, sobre todo si se tiene en cuenta que, en materia europea, es el único dirigente que habla el lenguaje de un hombre que se prepara a ser presidente de la República".

Delors es actualmente presidente de la Comisión Ejecutiva de la Unión Europea, cargo en el que será sustituido el 1º de enero por Jacques Santer, y ha declarado que anunciará si se presenta para las presidenciales del año próximo (23 de abril-7 de mayo) antes de la Navidad.

François Hollande, presidente de la asociación pro delorista Témoign (testigo), dijo que Delors "tiene una vocación política que va más allá de los límites del Partido Socialista, lo que significa que nadie debe ser excluido de la mayoría que lo apoya".

Las encuestas de opinión dieron por quinta vez consecutiva a Delors como probable ganador frente a los dos posibles candidatos de la derecha: el premier Balladur —que tampoco ha anunciado su candidatura— y el alcalde de París y líder del RPR, Jacques Chirac, único político francés que ya ha declarado su participación en la elección.

Por su parte, Michel Rocard —ex candidato presidencial y ex secretario socialista, que apoya la candidatura Delors— apuntó que "así como es claro que una parte del electorado centrista puede ir hacia Delors, es del todo posible que quienes lo apoyamos tengamos encuentros políticos habituales".

"En las filas de la derecha centrista hay una cantidad de gente que comparte las ideas de Delors, por lo menos en dos temas fundamentales: la política social y la construcción europea", agregó Rocard, cuyo proyecto político (fracasado), del último decenio siempre ha sido llevar el PS hacia una posición más centrista.

Estas perspectivas de nuevas alianzas, sin embargo, no son vistas positivamente por todos: el presidente del PS, Henri Emmanuelli —que pertenece al ala izquierda socialista— dijo por ejemplo que la historia demuestra que todo intento de crear un nuevo polo de centroizquierda en Francia ha siempre llevado "a un fracaso político y una catástrofe para los socialistas".

También entre los centristas hay quienes no aprecian la hipótesis: el presidente del Senado, René Monory, dijo hoy que "nunca ha supuesto, ni de cerca ni de lejos, que nuestro grupo pueda abandonar la coalición gubernamental".

Más allá de las elecciones presidenciales, el problema de fondo para los socialistas consiste en lograr un relanzamiento del PS, que en las elecciones europeas del pasado junio ha llegado a su mínimo histórico en más de veinte años (14,4 por ciento de votos) y posee solamente 54 escaños sobre 577 en el Parlamento francés.

Pero la derecha también se preocupa de una posible victoria de Delors en las presidenciales, teniendo en cuenta que el electorado francés ha demostrado —obligando dos veces al presidente François Mitterrand a "cohabitar" con un premier de centro derecha— que su voto para el Eliseo no depende necesariamente de su afiliación partidaria, sino más bien de la personalidad del candidato.

Para intentar socavar el electorado de Delors, Balladur y Chirac podrían contar con la ayuda de Bernard Tapie, el polémico hombre de negocios (en quiebra) que fue una de las causas de la derrota socialista en junio, al encabezar una lista independiente del Movimiento de Radicales de Izquierda le quitó casi el 13 por ciento de los votos al PS.



# Una oposición dividida actúa en favor de los socialistas

11/12/94 EL PAÍS

■ François Mitterrand, debilitado y enfermo encuentra consuelo al final de su mandato en las divisiones de una oposición que bien puede perder las próximas elecciones presidenciales.

Nº. DOCUMENTO: 9500267  
TÍTULO: Una oposición dividida actúa en favor de los socialistas  
PROCEDE: El País  
FECHA DE: 11/12/94  
VARIABLES: 11876 ✓  
65963 ✓  
11164 ✓  
11837 ✓

PARIS. — El trabajo ofrece una formidable combinación de bienes raíces y "realpolitik": el dieciochesco Palais Élysée y un castillo de fin de semana en Rambouillet, la autoridad para determinar la política exterior y de la Unión de Francia y designar al Primer Ministro por siete años. Los conservadores franceses, luego de su convincente victoria en las elecciones parlamentarias de 1993, se negaron a creer que todo sería de ellos, dada la carrera presidencial en el próximo mes de mayo. Ahora ni siquiera pueden contar con que la elección se lleva a cabo de acuerdo a lo programado. Peor aún, el gobierno que hoy está plagado de escándalos.

El tiempo de la votación ahora depende de la salud de François Mitterrand. El primer mandatario socialista está actualmente siendo tratado de cáncer de próstata. Oficialmente, la condición del cáncer de Mitterrand permanece en secreto. Es también un tópico tabú para los tradicionalmente corteses medios de comunicación franceses. Pero rumores acerca del empeoramiento de la salud de Mitterrand se han intensificado, a veces dándole sólo pocas semanas de vida. De acuerdo a la Constitución francesa, si el presidente muere durante su mandato o se debilita al punto de no poder cumplir con sus funciones, se debe elegir un sucesor en el plazo de dos meses aproximadamente. Luego de una aparición televisiva en la cual Mitterrand lució más débil que nunca, pareció posible una elección más pronto de lo esperado.

## POSICIONAMIENTOS DIFÍCILES

Un adelanto de la elección podría no ayudar a los adversarios de Mitterrand. El primer ministro Edouard Balladur, cuyo estilo político sin adornos cautivó a comienzos de este año, ahora preside un gobierno bombardeado de acusaciones de corrupción política: podría utilizar algunos meses para reparar el daño. Al mismo tiempo, enfrenta continuos ataques por parte de su principal rival conservador, el alcalde de París, Jacques Chirac —que ya declaró antes que nadie su candidatura presidencial— y de los aliados de Chirac en el gobierno. La situación de Balladur

en realidad puede ser más delicada aún que la de Chirac, quien sigue atrás del Primer Ministro en las encuestas. El desempleo está creciendo nuevamente, a pesar de las cifras récord del mes cuando, para complacer a los fundamentalistas islámicos, le negó a la escritora exiliada de Bangladesh, Tashima Nasrin, una visa de más de 24 horas.

Por encima de todo, están las revelaciones de corrupción a alto nivel que debilitan al primer ministro. Dos de sus ministros del gabinete han renunciado recientemente, y más de una veintena de otras investigaciones judiciales sobre posibles desviaciones oficiales están siendo llevadas a cabo. Ninguna de ellas afecta a Balladur directamente, pero su negativa de atacar seriamente la corrupción ha conternado a muchos votantes. Su posición en las encuestas ha bajado de 10 a 12 puntos.

La renuncia del Ministro de Industria, Gérard Longuet, ha sido particularmente dañina. Balladur contaba con él como una defensa contra el ataque de los partidarios de Chirac. Se sospecha que Longuet recibió un "descuento" de US\$ 300.000 de los constructores de su casa en St. Tropez. Un magistrado está investigando si el constructor recibió favores a cambio, lo que Longuet niega. Mientras tanto, Alain Carignon, el anterior Ministro de Comunicación, fue encarcelado a comienzos de este mes con la acusación de que recibió US\$ 3.900.000 de varias firmas como recompensa por contratos del gobierno. También niega los cargos. A pesar de la seriedad de esas investigaciones, la única respuesta de Balladur fue designar un comité con el altisonante pero vago mandato de "definir un nuevo contrato moral entre los ciudadanos y quienes los gobiernan". Ese movimiento fue considerado tan insipido que el vocero parlamentario Philippe Séguin, un partidario de Chirac, avergonzó a Balladur comenzando su propia investigación.

## OPORTUNIDAD IZQUIERDISTA

En 1981 y 1988 Mitterrand aprovechó la división de la derecha para ganar la presidencia. Dice el Ministro de

Presupuesto, Nicholas Sarkozy: "Cada vez que discutimos, perdemos las elecciones. ¿Realmente necesitamos perder una tercera vez para probárnoslo a nosotros mismos? Tanto Chirac como Balladur están de acuerdo acerca de la necesidad de la unidad, pero cada uno insiste en posiciones propias. Balladur lanzó un alerta sobre las "discusiones inútiles" e invitó a Chirac a visitarlo para discutir "cómo salvaguardar la mayor unidad de la coalición". Chirac, jefe de la Reunión neo-Gaullista para la República (RGR) no aceptó. Poco después, Chirac, invitó al Primer Ministro, un miembro de la RGR, a discutir con compañeros Gaullistas las divisiones del partido. Esta vez fue Balladur quien no aceptó. "La tarea del primer ministro no es discutir asuntos político-partidarios", observó el vocero de Balladur. Chirac lanzó luego su propia candidatura.

## ANILACION MUTUA

El peligro de dejar que esta discusión de aniquilación mutua continúe es que quien sea que llegue a la segunda vuelta de votos entre los dos candidatos mayores, no obtendrá el apoyo total de los partidarios de su rival. Eso es lo que ocurrió en 1981, cuando los partidarios de Chirac prefirieron la victoria socialista que la reelección de Valéry Giscard d'Estaing, líder de la Unión de la Democracia Francesa, de centro-derecha, con quien el RGR había tenido una alianza parlamentaria de ese tipo. Nuevamente pasó en 1988, cuando fanáticos del anterior primer ministro Raymond Barre desertaron las filas de Chirac en la segunda vuelta. La única esperanza ahora es que uno de los dos conservadores se haga a un lado antes de la primera vuelta.

La mayor parte de los especialistas en política estiman en cero tal posibilidad.

El beneficiario del desorden en la derecha es Jacques Delors, presidente saliente de la Comisión Europea y socialista nominal. Sin embargo, dice que no va a anunciar sus intenciones hasta tanto no abandone su trabajo en la Comisión Europea el 31 de diciembre. Se espera amplia-

mente que Delors opere como el heredero de Mitterrand. Las últimas encuestas indican que Delors podría derrotar a Chirac, pero no a Balladur.

Las luchas partidarias internas "siempre parecen mucho más duras que las luchas entre adversarios políticos", dijo Mitterrand irónicamente. Eso tenía el retintín de una última carcajada.

01-01

9500267

Nº. 8 9500268

TÍTULO Elecciones presidenciales en Francia y Parlamento Europeo.

PROCEDENCIA Le Nación

FECHA DE F. 14/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

65963 ✓

12535 ✓

11164 ✓

11437 ✓

## Europa: la trampa electoral

Por Jean-Claude Casanova

PARIS (L'Express). - Consideremos bajo dos ángulos las relaciones entre la elección presidencial y Europa: el de la táctica electoral y el del interés nacional.

Tres candidatos tienen serias posibilidades de resultar electos. Su pasado y sus convicciones obligan a Jacques Delors a ser el más europeo, pero, para complacer a la izquierda, insistirá sobre la dimensión social del proyecto. Jacques Chirac querrá reducir, en la primera vuelta, a los antieuropeos (de donde la propuesta de un nuevo referéndum). Una vez capitalizados esos votos, se esforzará, si llega a la segunda votación, por tranquilizar a los centristas. Edouard Balladur, por su parte, estará obligado a atenerse a la política desarrollada por el gobierno, con leves diferencias de matiz, para distinguirse de su adversario de la izquierda y para no chocar con la derecha gaullista.

Los electores hostiles a la idea de Europa se despacharán a gusto sobre los candidatos que, sin ninguna perspectiva de ser elegidos, esgrimirán, a la derecha, el estandarte del nacionalismo integral y a la izquierda, el del jacobinismo intransigente. Viejos emblemas destinados a movilizar a los que atormenta la inmigración, la competencia, la lengua inglesa y la unificación alemana.

### Tareas del nuevo presidente

Los franceses comprenden las reglas de juego electorales, pero, ¿se cumplen? La cuestión es saber si Europa es un factor de importancia con referencia al porvenir de Francia. Para responder a ese interrogante hay que enumerar las principales tareas que esperan al nuevo presidente.

Tendrá que: 1. Reformar nuestro régimen de previsión social, para equilibrar sus cuentas y para que gravite menos pesadamente sobre el costo del trabajo.

2. Acabar con la inmigración clandestina, para integrar, en la paz civil, a quienes desde hace un cuarto de siglo han querido convertirse en franceses.

3. Continuar incrementando la competitividad de la economía, para reducir la tasa de desempleo (por lo menos al nivel alemán), lo que implica reducir el déficit público y tornar el equilibrio fiscal favorable al ahorro, a la inversión y al empleo.

Esta política ¿exige más de Europa o menos? Digamos, en principio,

Los electores hostiles a la idea de Europa se despacharán a gusto sobre los candidatos que, sin ninguna perspectiva de ser elegidos, esgrimirán, a la derecha, el estandarte del nacionalismo integral y, a la izquierda, el del jacobinismo intransigente

pio, que se situará en un marco que nada podrá modificar, caracterizado por cuatro rasgos: la libertad del comercio internacional de bienes y de capitales, la flotación escasamente controlada de las monedas, la explosión demográfica de los países pobres y la expansión industrial de Asia. En esa perspectiva ¿qué política europea para Francia? La alternativa es clara: renunciar a la Unión o impulsarla.

El escenario de la renuncia es simple. No prospera la conferencia europea de 1994. Alemania, antes de aceptar la moneda única, re-

clama un grado de integración suplementario. Francia no tiene nada que proponer. Gran Bretaña ha rechazado todo. Nada de moneda única para 1999. Nos aferramos a la zona del marco sin influir sobre ella, obsesionados de continuo por la inflación y la devaluación. La Unión de Europa Occidental se hunde. No hay pilar europeo en materia de defensa. Bosnia sirve de escuela a la política exterior común. En resumen: impotencia europea y libre intercambio mundial. Jacobinos y nacionalistas celebran, en París, la excepción francesa finalmente definida: hablar para no hacer nada.

### Prófeta

Contrariamente, franceses y alemanes determinan la adopción de las disposiciones políticas que permitirán la vigencia de la moneda europea, aunque solo sea por un número restringido de países. En 1998, el Parlamento y el gobierno comprobarán (sin referéndum, por supuesto) que se dan las condiciones para el establecimiento definitivo del cambio fijo entre Francia y Alemania. Elegiremos así la situación que permite obtener las tasas de interés más favorables. ¿No son hoy las más bajas en los países de moneda fuerte?

La UE, gracias a los británicos, desechos de compensar su atraso monetario, se ve fortalecida: la Unión Europea comienza a definir una política exterior y de seguridad común. Paralelamente, Francia, para gravitar aún más, ha sabido reformarse.

¿Quién entendería que se pueda vacilar entre esas dos políticas? El hombre de Estado más digno de crédito, en todo caso, será el que logre persuadir a los franceses del peligro de la primera y de la necesidad de la segunda. (c) La Nación

\* DOCUMENTO 9500269

TÍTULO Delors no sería candidato en las próximas elecciones francesas.

PRECEDENCIA 150090

FECHA DE 13/12/94

VOLUCIONES 11876 ✓  
65963 ✓  
11164 ✓  
80052 ✓

# Quedaría en la familia Delors la candidatura presidencial del socialismo

Por Graciela Iglesias

(Corresponsal de LA NACION)

L.N. 13/12

se afirma que el funcionario europeo dio un paso atrás para favorecer la carrera política de su hija; un artista en decir "no".

ESTRASBURGO.- Dos mujeres miraron la negativa de Jacques Delors a la candidatura presidencial francesa. Una decisión que ha pulido al socialismo y paralizado ayer a la opinión pública.

son su esposa Marie y su hija Anne Aubry. Durante 46 años de matrimonio, la señora Delors jugó un papel de disidente de fondo para la carrera de su marido. Pero tan pronto la posibilidad de habitar en el Eliseo surgió en el horizonte, no dudó en salir contra de la corriente.

Es hora de que Jacques descanse. Tiene 69 años y me preo-

cupa su salud, se está cansando más rápido que antes, repitió durante tres meses. Es hora de que pase un buen tiempo en casa, en Fontaine-la-Gaillarde (Burgundy), escuchando jazz y mirando películas viejas.

Delors conoció a su esposa durante una reunión de trabajo en 1946. Fue "amor a primera vista". Tras dos años de noviazgo se casaron. Tan devoto a su familia demostró ser el joven Jacques que cuando la oportunidad de postularse para el puesto de inspector en el Banco de Francia (habitual trampolín para la vida política) surgió en 1950, decidió rechazarla para acompañar el embarazo de su mujer.

El bebe producto de esa primera gran negativa fue Martine quien, a los 44 años, es hoy una de las figuras más brillantes de la nueva generación política.

Ministra de Trabajo en el último gobierno socialista, son muchos los

que aseguran que Delors decidió dar un paso atrás para promover su figura en reemplazo. De ser así, y tener éxito, se convertiría no sólo en la primera mujer presidente sino también en la más joven.

La cuestión saldrá a la luz durante la convención nacional de partido en los primeros días de enero. Algunos confían en que papa Delors tome "la temperatura de la gravedad de la situación y se disponga al sacrificio" (en lenguaje de sus seguidores, postularse); un 35 por ciento se vería inclinado a apoyar al ex ministro de Educación y Cultura, Jack Lang (otro "no candidato"); un 21 por ciento a la neta Delors y un 19 por ciento al primer jefe de gobierno de Mitterrand, el veterano Pierre Mauroy.

Un hombre difícil

Pero el terremoto causado por Delors fue tal que hasta el presidente del partido, el izquierdista Henri

Emmanuelli, que lo había descripto como el "menos repugnante" frente a Jacques Chirac y Edouard Balladur, afirmó hoy darse por contento si la bandera socialista logra aparecer en el balloteo.

"Confiamos en que nuestro candidato, no importa quién sea, podrá aparecer en la segunda vuelta. La pérdida de Delors nos toma de sorpresa y presenta dificultades, pero saldremos adelante", señaló.

Pero ¿es realmente una sorpresa? Jacques Delors es un hombre bien versado en el arte de decir "no". A mediados de los años sesenta, François Mitterrand lo invitó a integrar un "gabinete en la sombra" en oposición a De Gaulle.

Delors rehusó con el argumento de que podría hacer más por cambiar Francia desde su puesto de burocrata que entrando en la política.

Diez años más tarde, como un reciente inscripto miembro del par-

tido, también bajó el pulgar a la propuesta de correr por una asiente en la Asamblea Nacional por la región de Corzère.

Su madre, que vivía entonces allí, había recibido un par de amenazas anónimas. El señaló entonces que "la política no vale la pena a cualquier precio".

Por otra parte, Delors es famoso por su temperamento. La palabra más común entre los que lo rodean en Bruselas es "paranóico". Una persona que suele caer en "ráfagas negras" en las cuales es incapaz de soportar oposición alguna, más proclive a cerrar la puerta de un golpe que a sentarse en búsqueda de un compromiso.

Hace un par de años, Mitterrand dijo algo que hoy parece premonitorio: "Delors nunca será presidente, por una simple razón: no le quedaría nada a quien elegir".

## Delors no será candidato

L.R. 12/12

París (AFP)



El presidente saliente de la Comisión Europea, Jacques Delors, frustró las esperanzas del Partido Socialista francés al negarse a asumir su candidatura presidencial para los comicios de abril-mayo 1995. (Foto de archivo de AFP)

El presidente saliente de la Comisión Europea, Jacques Delors, abogó este domingo las esperanzas de la izquierda francesa de recuperar terreno al renunciar a ser el candidato del Partido Socialista (PS) en las próximas elecciones presidenciales, en abril y mayo de 1995.

Al poner término al enorme suspenso que había alimentado desde hace semanas sobre sus intenciones, Delors afirmó en un programa de TV que ha "llegado a la conclusión" de que sin una mayoría para apoyar la política social y europea que preconiza, no podrá "aplicar sus soluciones".

"Lo digo francamente: no,

quisiera, tras haber sido elegido, verme obligado a cohabitar con un gobierno que no comparte mis orientaciones", dijo.

Esta precisión da a entender que Delors cree que, incluso elegido, no hubiera logrado revertir la tendencia política dominante en Francia.

Al explicar su renuncia, Delors invocó también su edad. "Razones personales me empujan a decir no", dijo, precisando: "Voy a cumplir 70 años. Trabajo sin descanso desde hace 50 años y más vale en estas condiciones encarar un modo de vida más equilibrado entre la reflexión y la acción".

El gesto de Jacques Delors es un duro golpe para la izquierda y en particular, para el PS, que veía en él la posibilidad de mantener la Presidencia de la República y de volver al poder.

Al tomar su decisión Delors no tuvo en cuenta ni los reiterados llamados de los socialistas a favor de su candidatura ni siete sondeos consecutivos que lo daban como vencedor seguro de las elecciones.

La situación creada, tanto para la izquierda como para la derecha, está llena de perspectivas nuevas, aunque en adelante la carrera presidencial tendrá posiblemente como protagonistas a dos candidatos de derecha: el primer ministro Edouard Balladur y el jefe del partido neogaullista Jacques Chirac.

01-01

9500269



Nº. DOCUMENTO 9500270

TÍTULO Tras la renuncia de Delors la derecha es favorita en Francia

PROCEDENCIA Observador

FECHA DE FIL 13/12/94

VOTULACIONES 11876 ✓

65963 ✓

11164 ✓

515432 ✓

La pugna es entre neogaullistas Chirac y Balladur de cara a mayo de 1995

## Tras la renuncia de Delors la derecha es favorita en Francia

Obs. 13/12

La decisión de Jacques Delors de no presentarse a las elecciones presidenciales de 1995 ha entregado a la derecha la victoria en bandeja de plata propiciando su monopolio de todos los niveles de poder, dijeron ayer comentaristas políticos franceses.

La cotización del franco y las acciones del Mercado de Valores bajaron tras el sorpresivo anuncio de Delors y los operadores explicaron la tendencia diciendo que se temía un vacío en el campo socialista (más información en página IV).

En una entrevista con la cadena de televisión TF1, Delors dijo que preocupaciones personales y políticas le impedían realizar sus promesas de presentarse en las elecciones.

Delors no descartó que la derecha fuera a perder su dominio parlamentario, por lo tanto dijo que no quería tener que gobernar con una Asamblea Nacional y un Senado que bloqueara sus programas. "No quiero verme forzado a coexistir con un gobierno que no comparta mis puntos de vista", agregó. Delors mencionó su edad, 69 años, como factor adverso a su postulación para un mandato de siete años.

Siete encuestas efectuadas sucesivamente en las últimas semanas pronosticaban que Delors sería

el ganador de una competencia electoral con los candidatos conservadores más populares, el primer ministro Edouard Balladur y el alcalde de París, Jacques Chirac. Balladur todavía no declaró su aspiración pero según informó anunciará su decisión el próximo mes.

Se considera ahora que la competencia es entre Chirac y Balladur, quien lleva ventaja en las encuestas.

Ambos pertenecen al partido neogaullista Reagrupación para la República (RPR) y se teme que su rivalidad profundice una división de la coalición conservadora añadida a la aspiración de otros derechistas. Delors era la única esperanza de los socialistas para la sucesión del presidente François Mitterrand que completará 14 años en funciones en mayo.

"Adiós Delors, Ciao la izquierda, Hola Balladur-Chirac", tituló el diario Le Parisien en la primera página de ayer.

El líder del Partido Socialista, Henri Emmanuelli, reconoció que su partido tendrá que luchar dura-

mente en los próximos meses.

Fuentes del partido dijeron que Emmanuelli realizará "propuestas concretas" en la reunión de los dirigentes del partido que se celebrará el miércoles.

Los posibles candidatos son el ex ministro de Cultura, Jack Lang, el ex primer ministro, Pierre Mauroy y el propio Emmanuelli.

En otro orden de cosas un ex asesor del presidente Mitterrand que era objeto de una investigación por espionaje electrónico se suicidó ayer, dijo la Policía.

El capitán retirado de la Gendarmería, Pierre Yves Guezou, era uno de los cinco ex asistentes del actual presidente, sospechosos de participar en la interceptación subrepticia de teléfonos. (De la redacción de El Observador en base a AP, EFE y Reuter)

Nº. DOCUMENTO 9500271

TÍTULO *Renuncia de Delors complica escena política francesa*

PROCEDIMIENTO *La Mañana*

FECHA DE RECEPCIÓN *13/12/94*

VARIABLES *11876 ✓*

*65963 ✓*

*11164 ✓*

## Renuncia de Delors complica la escena política francesa

*El industrial y eurodiputado radical Bernard Tapie puede anotarse en la carrera presidencial francesa de 1995, complicando la escena política tras el anuncio del presidente saliente de la Comisión Europea, Jacques Delors, de no presentarse como candidato presidencial socialista.*

PARIS / ANSA

La decisión de Delors dificulta la elección de un socialista para enfrentar a los conservadores en las elecciones presidenciales del año próximo. En ambientes políticos parisinos, por otra parte, no se descarta la postulación del radical Tapie.

Delors puntualizó ayer que había tomado la decisión porque, a los 70 años y tras 50 de trabajo, necesitaba una vida más descansada, y sobre todo por la falta de una mayoría parlamentaria dispuesta a apoyar su política y a realizar sus propuestas.

La renuncia de Delors -que a juicio de los comentaristas inclina netamente la balanza a favor de los demás partidos- aleja de la escena pública a un "político de raza" de la izquierda que, según los sondeos, conquistaba cada vez mayores adhesiones y aventajaba a Jacques Chirac (neogaullista), quien ya anunció su candidatura, y al actual jefe del Gobierno, Edouard Balladur, que aún no aclaró sus intenciones.

El abandono de Delors plantea un serio problema a los socialistas. Ahora hay varios candidatos de izquierda posibles, como el popularísimo ex Ministro de Cultura, Jack Lang, que está perdiendo adhesiones en los últimos sondeos, y el ex Jefe del Gobierno socialista, Michel Rocard.

### Abierto a los moderados

Pero ninguno de ellos tiene la fama de "abierto a los moderados" que poseía Delors, con sus declaraciones sobre la necesidad de superar la contraposición entre derecha e izquierda.



Bernard Tapie, industrial que está al borde de la quiebra y cuya lista obtuvo el 12 por ciento en las últimas elecciones europeas tras comenzar la actividad política hace dos años, puede anunciar -tal vez mañana- su candidatura presidencial, indicaron analistas políticos.

En tanto, el palacio de Tapie, ubicado en el centro de París, será rematado el quince de diciembre.

Uno de los sueños del industrial, indagado

por la justicia y cuyas empresas están bajo administración controlada, sería obtener más votos que el candidato socialista en el primer turno, el 23 de abril, y estar presente en el segundo turno, el 7 de mayo.

Esa hipótesis no es imposible si en los próximos días, como creen los observadores, se multiplican las candidaturas de centro derecha.

La candidatura de Tapie asusta a los socialistas, ahora que se sabe que, casi con seguridad, el próximo Presidente de la República será de centro derecha.

Existe el riesgo de que los radicales de Tapie superen, por primera vez, a sus aliados socialistas, ya que actualmente estos últimos representan mucho menos del 20 por ciento del electorado.

### Un "anti-Delors"

Tapie es visto como un anti-Delors por los dirigentes socialistas, que aunque consideraban demasiado moderado a Delors lo estimaban por su integridad y competencia. Tapie es juzgado, en cambio, como un "bandido" que de izquierdista tiene sólo la etiqueta, y como un pésimo industrial.

El "no" de Delors también podría tener graves consecuencias sobre la estructura del partido socialista, allanando la vía a la generación más joven y más "socialdemócrata" que la actual, en la que está la hija de Delors, Martine Aubry, ex Ministra de Asuntos Sociales.

Algunos observadores sostienen que una de las razones principales del "no" del presidente de la Comisión Europea (además de la opinión de su esposa, que parece haber sido determinante) a la carrera presidencial, fue la voluntad de Delors de impulsar la carrera política de Martine.

Según algunos expertos Martine Delors puede ser la primera mujer presidente de Francia, a comienzos del siglo próximo.

Nº. DOCUMENTO

9500272

TÍTULO

Otra baja en el socialismo francés, Rocard tampoco será candidato.

PROCEDENCIA

Le Nación

FECHA DE RECEPCIÓN

14/12/94

VINDULACIONES

11876 ✓

65963 ✓

515432 ✓

80052 ✓

11164 ✓

Otra baja en el socialismo francés

L.P. 14/12

## Rocard tampoco será candidato a presidente

ESTRASBURGO, Francia, 13 (AP).— Michel Rocard, ex líder del Partido Socialista y correligionario de Jacques Delors, dijo hoy que no llenaría el vacío dejado por éste en la contienda por la presidencia francesa.

"No soy candidato", declaró en una pausa de una sesión del Parlamento Europeo.

Rocard fue uno de los socialistas mencionados como probables candidatos, después de que Delors anunció el domingo que no entraría en la competencia por suceder a François Mitterrand, que concluirá su segundo mandato en mayo.

Delors, aunque no se había declarado candidato, encabezaba las encuestas superando a los principales conservadores, el primer ministro Edouard Balladur, que tampoco se

postuló formalmente, y el alcalde de París, Jacques Chirac. Pero se cree que ningún otro izquierdista, ni Rocard, tiene una probabilidad real de triunfar.

### El misil Tapie

"Fui abatido en pleno vuelo", dijo Rocard, refiriéndose a las elecciones de junio en Francia para el Parlamento Europeo, en que el Partido Socialista fue derrotado.

"El misil se llamaba Bernard Tapie, pero no sé quién lo disparó", expresó Rocard.

Tapie, el controvertido financiero, dirigente deportivo y político, encabezó un pequeño partido escindido de la izquierda que obtuvo el 12 por ciento de los votos y dejó avergonzados a los socialistas.

Nº. DOCUMENTO

9500273

TÍTULO

Polémica

PROCESO

La Mianama

FECHA DE PUBLICACIÓN

15/12/94

VOLUMENES

11876

65963

11164

11165

por los inmigrantes en Francia.

# La polémica del velo islámico en Francia

15-12-94 L.M.

Como una suerte de contramarea histórica, de "boomerang" de los pueblos coloniales respecto a las antiguas metrópolis, millones de ex súbditos del antiguo imperio francés se han ido volcando sobre el país gallo buscando ventajas laborales o simplemente poder sobrevivir lejos de una difícil realidad cotidiana en sus tierras de origen.

Argelinos, marroquíes, tunecinos, senegaleses y nativos de una docena más de países más de África y Asia han estado convergiendo sobre la "tierra prometida" desde hace más de tres décadas. Luego de las debacles de las guerras coloniales, Indochina y Argelia, no sólo cientos de miles de antiguos colonos franceses, al estilo de los infortunados "pied noirs" argelinos, emigraron a la Madre Patria, sino que tantos o más habitantes igualmente autóctonos pero de raza y cultura ora amarilla, ora negra, ya musulmanes, ya budistas o animistas confluyeron para

probar fortuna en la tierra de sus sueños. Pero con ellos, en los últimos años y referente a los individuos de credo islámico, ingresó en Francia el problema del fanatismo religioso, del fundamentalismo islámico y, al mismo tiempo, el rechazo a integrarse con plenitud y autenticidad al modo de vida y a los valores que caracterizan a la sociedad de acogida, en este caso de Francia. Naturalmente que no se pide que un campesino de Anatolia central pierda sus raíces o cometa apostasía de la fe de sus mayores o que un obrero bereber repiegue de Alá y Mahoma y se vea obligado a convertirse al cristianismo. Pero sí se pide a quienes se ha acogido en muchas oportunidades con generosidad y a quienes se ha ayudado con lo que aporta el contrabuyente francés, que cumplan con las leyes del país anfitrión. Este es el precio, y así se lo quiere llamar, por radicarse, con notables ventajas sobre la situación en el país de procedencia que se aban-

donó desesperadamente, en el seno de una sociedad occidental, en las antípodas y que, en el caso de Francia (como el Uruguay) se precia de su neutralidad oficial en temas religiosos, lo que conocemos como principio de laicidad.

Dos casos virtualmente coincidentes en el tiempo han conmocionado al pueblo francés y provocado una ola de reacciones y condenas como hacía tiempo no se apreciaba. En primer lugar, el brutal asesinato a golpes de una joven turca a manos de su propia familia, más concretamente ultimada por el padre y el hermano ante la pasividad y complicidad de la madre y otros miembros del clan familiar. El pecado de la joven mujer había sido desafiar la autoridad atávica y omnipotente del "pater familias" y buscar ayuda para sus deseos de más independencia fuera de los muros de la feroz familia turca. Representantes de la comunidad turca en Francia se han manifestado indignados contra las rápidas y

severas condenas de los asesinos, aduciendo que no se habían tenido en cuenta "diferencias culturales".

El otro tema, el del uso del velo islámico por parte de jóvenes de fe musulmana, en parte nada despreciable obligadas por sus padres, es menos brutal y llamativo pero ha derivado en una auténtica guerra entre las autoridades educativas francesas y la indignada comunidad mahometana. Un símbolo ostensible de una religión, el velo usado en un instituto, liceos, de enseñanza pública es una clara violación del principio de laicidad sostenido con escasas interrupciones por todos los gobiernos de Francia desde 1789. Hasta ahora han sido expulsadas 52 estudiantes islámicas por violación de la disposición del Ministerio de Instrucción Pública del último 4 de octubre que refuerza la ley de neutralidad religiosa francesa.

Hace bien en preocuparse por el futuro de esas jóvenes el rector del Instituto Musulmán de la Mezquita de París, Dalil Bouba Pachar, cuando en recientes declaraciones hablaba de "un problema doloroso", pero no le asiste razón cuando se refiere a la "privación del derecho de estudiar", de estas señoritas empeñadas en no reconocer que la obediencia de las leyes de un país cuna de la democracia es ley pareja. Quizás sea por falta de hábito en sus propios países de origen, donde la difusión de otras religiones, especialmente el cristianismo, encuentra obstáculos y persecuciones propias de tiempos oscurantistas.

Ser ciudadano de Francia, o simplemente vivir en ella, como en cualquier otro país, no es únicamente encontrar un nicho de trabajo y buscar naturalmente las mejores ventajas materiales para algún día, quizás, pensar en volver a sus lugares de nacimiento. Pero es posible que con todo este "imbroglio" del velo o "foulard" islámico estemos ante una renovada manifestación de lo que muchos creen será el conflicto del futuro: la embestida de los fundamentalismos contra la civilización occidental y sus valores tradicionales.

01-01

9500273

Nº. DOCUMENTO 9500274

TÍTULO El abate Pierre tuerce el rumbo de la campaña política en Francia

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE RECEPCIÓN 27/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

65963 ✓

11612 ✓

## Una barba blanca tuerce el rumbo de la campaña

Por Graciela Iglesias  
(Corresponsal de LA NACIÓN)

**Personaje: el abate Pierre dijo que Chirac es "incapaz de gobernar" y su popularidad cayó en picada; perfil de un "hacedor de presidentes"**

ESTRASBURGO. Año tras año, políticos, artistas y deportistas se batían aquí por superar en las encuestas de popularidad a un hombre pequeño, de larga barba blanca, traje negro y precaria salud: el abate Pierre.

Y año tras año fracasan. Los franceses le son fieles y siguen con reverencial respeto su opinión sobre el destino de la nación.

Tanto es así que bastó con que calificara a Jacques Chirac como "incapaz de gobernar" para que la ya mediocre popularidad del intendente de París, y único candidato declarado para las presidenciales del 23 de abril, cayera en picada.

Con un 19 %, Chirac bajó al tercer puesto, lo que lo eliminaría del ballottage del 7 de mayo. Aún en medio de una profunda crisis, el socialismo ha logrado con Jack Lang, una figura de medias tintas, un segundo lugar (20 %) frente al primer ministro Edouard Balladur (25 %).

Como el barón de Warwick en el siglo XV, el abate Pierre se ha convertido con los años, si no en un *kingmaker* (hacedor de reyes) en un "hacedor de presidentes". Su bendición contribuyó a las victorias de De Gaulle, Giscard d'Estaing y Mitterrand. Su censura le ha ganado enemigos, tales como el nacionalista Jean Marie Le Pen.

El error de Chirac fue anunciar la "reactivación" de una ley de 1945 que permite la requisición de viviendas abandonadas.

El clérigo calificó su actitud de hipócrita. "Durante tres años venimos luchando para evitar que cientos de familias queden en la calle. Ahora se da cuenta de que esta legislación existe", sostuvo.

A los 82 años, puede darse el lujo de no tener pelos en la lengua. Su verdadero nombre es Henry Groues y nació en Lyon. Fue recha-

zado de las filas militares por sufrir de pleuresía. Un año más tarde, donó su parte de la herencia familiar para convertirse en monje capuchino y vivir aislado del mundo.

### Epocas de guerra

Así lo hizo hasta 1939, cuando, ya sacerdote, fue nombrado vicario de Grenoble. Pero tan pronto las tropas nazis ocuparon Francia, se sumó a la Resistencia tomando el seudónimo de abate Pierre como nombre de guerra. Con él,



El abate Pierre

ayudó a judíos y rebeldes franceses a escapar hacia Suiza y España.

En 1944, la inteligencia alemana descubrió sus operaciones, por lo que debió huir a Argelia. Allí convenció a un experto en heráldica para que le diera un documento autorizándolo a autenticar las pretensiones aristocráticas del ministro de Asuntos Judíos del gobierno francés de Vichy, Darquier de Pellepoix. Con él en mano, logró permiso de los nazis para visitar la frontera vasca.

Al acompañar a un prófugo en el cruce de los Pirineos entró en conflicto con la policía española, pero el obispo de Vitoria logró sa-

carlo de una muerte segura. Fue él quien lo puso en contacto con la Cruz Roja Canadiense, la cual le suministró papeles que lo identificaban como el Harry Barlow, un piloto herido de la Real Fuerza Aérea. Con ese status fue deportado a Gibraltar, desde donde pudo regresar a los cuarteles de De Gaulle en Argelia.

### "Despiértense"

Al final de la guerra, el abate Pierre entró de lleno en el mundo de la política. Durante seis años sirvió como diputado radical en la Asamblea Nacional, defendiendo los derechos de los objetores de conciencia a ser exceptuados del servicio militar.

En 1949 estableció las primeras comunidades Emaus, su gran legado, con el objetivo básico de proveer techo y comida a quienes la guerra había despojado de todo. Un esfuerzo que no tardó en internacionalizarse, al punto que hoy está presente en 35 países, incluida la Argentina.

La política, conocida como "baby-boom", destinada a repoblar el país, sumada al congelamiento de la construcción desde 1917, hizo el drama más evidente. En febrero de 1954, un niño y una mujer murieron de frío en las calles de París. Para el abate Pierre esa fue la última gota. "¿Qué pasa con esta sociedad que tiene un lugar para los muertos, la morgue, pero ninguno para los vivos? Vengamos a ayudarnos, sumense a esta insurrección de la buena voluntad", apeló por radio.

Cinco mil sábanas, 300 tiendas y 200 cocinas fueron los primeros frutos de su llamado. Horas más tarde, el Parlamento aprobaba créditos para la vivienda diez veces mayores a los que habían rechazado apenas un mes atrás.

"No somos Juana de Arco o Napoleón", declaró el sacerdote en una carta abierta al gobierno. "No tenemos más ambición que ser la pulga que pica a los funcionarios gritándoles despiértense cada vez que hacen oído sordo a la gente que no tiene voz". Y la pulga sigue mordiendo.

Nº. DOCUMENTO 9500275

TÍTULO Francia no modificará su política hacia Argelia.

PROCEDE DE Observador

FECHA DE RECEPCIÓN 28/12/94

VINDULACIONES 11876 ✓

65963 ✓

507472 ✓

11169 ✓

### París no cambiará política hacia el gobierno de Argel

28-12-94

PARIS - EL CANCELLER francés

Alain Juppé indicó ayer que, no obstante el secuestro del avión ocurrido el lunes en Argel, Francia no modificará su política hacia el gobierno del país africano.

El secuestro del avión de Air France y el asesinato de los misioneros en Argelia ponen a prueba las delicadas relaciones entre París y Argel y dejan un estrecho margen de maniobra a la política exterior gala con el régimen argelino.

La muerte de los misioneros demuestra que los integristas argelinos están dispuestos a acosar al gobierno del premier francés Edouard Balladur.

Francia encabeza un grupo de países que se esfuerzan por mantener un status quo que evite el arribo al poder de los integristas y haga evolucionar el sistema hacia una mayor participación de la oposición. ■ (EFE)



DOCUMENTO 9500276

TÍTULO Elecciones en Bulgaria.

PROCEDE DE La República

FECHA DE 17/12/94

VOTULACIONES 11876 ✓

65373 ✓

11164 ✓

11437 ✓

## Elecciones en Bulgaria, marcadas por la indiferencia

En esta ciudad capital de Bulgaria, el agua está siendo sometida a racionamiento y llega a las casas sólo cada tres días, por culpa de una sequía persistente. La gente, entonces, habla incluso de la posibilidad de provocar la lluvia con aviones y se ocupa mucho menos de las elecciones previstas para el domingo.

17-12-94 LOR

Sofía (ANSA) Explican, además, que los de la Unión de Fuerzas Democráticas (UDF) bajarán, porque se mostraron tan interesados como los comunistas, pero menos capaces y menos prácticos.

■ Se habla también de las acciones de las nuevas mafias emergentes que según la mayoría se combinan con los viejos clanes comunistas.

La frontera yugoslava está a pocas decenas de kilómetros, y en Sofía es fácil reciclar el dinero (las escasas privatizaciones, controladas por los poderosos de siempre, ofrecen ocasiones de oro) y organizar tráfico de armas y droga.

La mafia rusa provee la materia prima, y si pasa un auto de lujo el taxista lo mira y dice con certeza: "Mafia".

Las elecciones políticas del domingo se miran desapasionadamente, mientras todos dicen: "Ganarán los comunistas", con una mezcla de excitación y resignación.

Algunos agregan que, con su anticomunismo, las fuerzas democráticas hicieron sentir a la mayoría de los búlgaros culpables de complicidad con el comunismo, y que quieren cortar los subsidios estatales a quien ya se ajusta el cinturón con sueldos inferiores a 100 dólares mensuales, a lo que se suma una inflación del 120 por ciento y una desocupación del 17 por ciento.

Esto impulsa a muchos a preferir a "los comunistas", como tantos llaman todavía a los exponentes del Partido Socialista Búlgaro (PSB), constituido en 1990 sobre las cenizas del Partido Comunista después de la expulsión de los dirigentes más comprometidos (en

primer lugar el entonces secretario del partido y jefe de estado Todor Zhivkov).

En realidad, los ex comunistas del PSB están haciendo todo lo posible para difundir una imagen democrática y europea. Incluso delinearon un programa en el que unen la economía de mercado y las privatizaciones, aunque interpretándolas en clave "social".

Coherentemente, luchan también por la gratuidad de la sanidad y la instrucción.

También ellos quieren a Bulgaria en la Unión Europea y en la OTAN (donde deberían entrar con la bendición de Moscú y, como España, sin recibir armas nucleares en su territorio). Son favorables a la reducción de las tasas de interés, que están en el 72 por ciento, pero se oponen a la reducción de los subsidios estatales para las empresas y las familias, además de ser propensos a recurrir a un préstamo extranjero para estabilizar la inflación.

Dirigido por un grupo de tecnócratas cuarentones, sin embargo el PSB no consiguió todavía convencer de haberse transformado realmente en un partido socialdemócrata europeo.

Hasta ahora se negó a presentar excusas formales por los errores (entre ellos los cometidos en los lager) del régimen comunista, como sí lo hizo el partido polaco.

"La cuestión no es el mea culpa", dijo a ANSA el presidente del partido socialdemócrata búlgaro, Peter Dertliev, que pasó diez años en los lager comunistas después de que su partido se disolviera en 1946.

"El verdadero problema es que el PSB todavía no completó su evolución. No tomó posición durante el intento de golpe de Estado en Rusia, en agosto de 1991, y mantiene todavía hacia los socialdemócratas una actitud hostil de

matriz stalinista. En su interior hay tres espíritus: los viejos nostálgicos, los partidarios de un compromiso a la china entre reforma económica y poder del partido sobre la sociedad, y las nuevas generaciones", agregó Dertliev, que hoy día tiene 78 años.

El líder de las Fuerzas Democráticas, Filip Dimitrov, sigue llamando "comunistas" a los socialistas y agitando el peligro de un regreso al pasado. Pero su anticomunismo emotivo parece un poco fuera de época y desmedido a los ojos de los búlgaros.

Nº. DOCUMENTO 9500277

TÍTULO Victoria electoral de los ex comunistas en Bulgaria

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE 28/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

65373 ✓

11164 ✓

515432 ✓

11437 ✓

## Bulgaria: ex Comunistas Recuperaron el Poder

SOFIA, 19 (AP). — El Partido Socialista búlgaro, constituido por ex comunistas, obtuvo una amplia mayoría en las elecciones parlamentarias de ayer, en medio del descontento popular por la persistente inestabilidad y la declinación del nivel de vida.

El Parlamento búlgaro permaneció estancado en los últimos tres años porque ni los socialistas ni los anticomunistas tenían la ventaja de bancas necesaria para impulsar leyes significativas.

Pero como resultado de la votación de ayer, los socialistas obtuvieron 124 bancas de las 240 del parlamento, dijeron hoy los funcionarios de la comisión electoral. Los resultados se basaron en el escrutinio del 92 por ciento de los votos. La distribución definitiva de bancas podría variar ligeramente debido al complejo sistema búlgaro de asignación.

El principal rival del Partido Socialista, la anticomunista Unión de Fuerzas Democráticas, obtendría 68 bancas y las demás se repartirían entre otros partidos más pequeños.

Este partido de ex comunistas es el cuarto más grande en Europa oriental. Los resultados similares previos se dieron en Hungría, Polonia y Rumanía. Los socialistas búlgaros coinciden con sus adversarios en favorecer el sistema económico de mercado pero discrepan en cuanto al ritmo de reforma.

Zoran Yeliev, el líder socialista de 56 años,

dijo que los votantes castigaron a los anticomunistas por "su improductiva política de enfrentamiento y su falta de competencia".

Tercero a la distancia quedó el partido Unión Popular, con el 6,5 por ciento de los votos, seguido por el Movimiento Turco por los Derechos y la Libertad, con 5,4 por ciento.

El Bloque Empresario Búlgaro de George Ganchev, que residió muchos años en Gran Bretaña y Estados Unidos, apenas superó la proporción mínima para tener representación parlamentaria, con el 4,6 por ciento.

Los demás votos fueron para unos 40 partidos pequeños. Las bancas serán asignadas a los que superen el 4 por ciento.

Los observadores políticos culpieron en parte de la derrota de los anticomunistas a su líder Filip Dimitrov, cuya intransigencia dividió la alianza y alejó a muchos votantes.

El científico político Ognian Minchev dijo que otro motivo de la derrota de los anticomunistas fue la lentitud de las reformas y el hecho de que los votantes identificaron el proceso democrático con la crisis y todos los efectos negativos que surgieron.

El nuevo gobierno de Bulgaria enfrenta una batalla contra la delincuencia y corrupción generalizadas, que amenazan al aún endeble sistema democrático. Otro tema prioritario es el de la recuperación económica tras varios años de estancamiento.

## Confirman la victoria electoral de los ex comunistas en Bulgaria

28-12-94 LJS

El presidente búlgaro, Yeliv Yeliev, certificó ayer martes, la legitimidad de las elecciones parlamentarias anticipadas del pasado día 18, tras recibir de la Comisión Electoral Central los resultados definitivos.

Yeliev reconoció que las elecciones fueron ganadas «de una manera convincente» por el Partido Socialista Búlgaro (BSP, ex comunista), a diferencia de junio de 1990, cuando como líder de la coalición

anticomunista Unión de Fuerzas Democráticas (SDS) calificó de «falsificación» el triunfo electoral socialista.

El presidente, quien destacó que el BSP debe asumir toda la responsabilidad del poder, prometió convocar el nuevo Parlamento en el plazo de un mes, como prevé por la ley.

Yeliv Yeliev agradeció a la Comisión Electoral Central y al Gobierno en funciones que encabeza Reneta Indjova por

haber organizado de manera perfecta las elecciones, a pesar de las dificultades creadas por las imperfecciones de la Ley Electoral.

Asimismo, destacó el alto sentido de responsabilidad del pueblo búlgaro, que, contrariamente a los pronósticos, participó de manera activa en los comicios, al votar más de un 75 por ciento del electorado.

El BSP contó con 125 diputados del total de 240 (frente a 106 en el Parlamento anterior), seguido por la SDS, con 69 (110 en 1991); la Unión Popular (centroderecha), 18 diputados; el Movimiento por los Derechos y las Libertades (minoría turca), 15 (23 en 1991) y el Bloque Búlgaro (BB), 13.

A pesar de su mayoría absoluta, los socialistas prefieren gobernar en coalición, y la semana pasada enviaron cartas

al respecto a las demás fuerzas parlamentarias y a varias extraparlamentarias.

Sin embargo, sólo el BBB y dos coaliciones que no lograron entrar en el Parlamento, la Alternativa Democrática por la República (DAR, socialdemócrata) y la Unión Patriótica (centrista-nacionalista), aceptaron negociar con los ex comunistas sobre su participación en el futuro Gobierno.

Resultados extraoficiales dieron a ex comunistas el 44% de los votos en las elecciones parlamentarias

## Victoria socialista en comicios búlgaros

Unos seis millones y medio de búlgaros acudieron ayer a las urnas para elegir un nuevo Parlamento de 240 escaños en las terceras elecciones parlamentarias de Bulgaria luego del fin de los gobiernos comunistas.

OBSe 19-12-94

Las primeras proyecciones de los resultados atribuyeron a los socialistas, Partido Socialista Búlgaro (PSB), entre el 42% y el 44% de los votos y a la anticomunista Unión de las Fuerzas Democráticas (SDS) el 24%. Los resultados definitivos se vieron demorados debido a dificultades técnicas e irregularidades

en algunos colegios electorales. El líder socialista Zhan Videnov pronosticó una "derrota aplastante" de la principal alianza anticomunista SDS.

Por su parte, el líder conservador reconoció el triunfo del Partido Socialista Búlgaro a pesar de la inexistencia de resultados oficiales.

Con una barrera del 4 % de votos necesaria para participar en el reparto proporcional de los escaños se les adjudican posibilidades de entrar en el Parlamento a tres partidos, eventualmente a cuatro.

Ei más favorecido por las encuestas es el Partido Socialista Búlgaro (BPS), que en 1991 obtuvo el 33,13 de votos seguido de la conservadora Unión de Fuerzas Democráticas (SDS), con un 20 por ciento, contra el 34,36 en 1991.

En tercer lugar se encuentra el partido Movimiento por los Dere-

chos y las Libertades (DPS), que aglutina a un millón de turco-búlgaros y podría lograr en torno al 5 por ciento, tras haber conseguido el 7 en 1991. Los socialdemócratas de Petar Dertliev son el único partido homologado por la Internacional Socialista y constituye una barrera, por el momento infranqueable para el Partido Socialista Búlgaro, que no consigue librarse de la etiqueta de neocomunista.

### Problemas

Las elecciones comenzaron con

varias irregularidades en las mesas de votación, al punto que la comisión electoral central debió realizar una advertencia a los votantes de no utilizar papeletas falsas o viejas, luego de descubrirse que activistas de diversos partidos las distribuyeron.

Bulgaria limita con Turquía, Rumania, Serbia, la ex yugoslava Macedonia eslava y Grecia.

Su población no llega a los nueve millones de habitantes, tiene 111.000 kilómetros cuadrados y fue en su tiempo el país de comportamiento más pro soviético del Este.

De sus calles han desaparecido las estatuas de Lenin, pero no las dedicadas a los zares que la liberaron en el siglo XIX de los turcos. (De la redacción de El Observador en base a EFE)

01-01

9500277



Nº. BUSHAMATO 9500278

TITULO Bonazir Bhutto, una mujer en la política de Pakistán.

PROCESO 81 País

FECHA 26/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

507636 ✓

11164 ✓

80052 ✓

## UNA MUJER QUE GOBIERNA

Es bella, es inteligente, es gallarda, es culta, es joven; graduada en Oxford, pertenece a la más refinada aristocracia de Pakistán; sabe ser desafiante y es valiente; para muchos tiene un defecto grave: lleva la política en la sangre y la ejerce como pasión y como destino.

Es la única mujer capaz de ser jefe de gobierno en el mundo musulmán. Es Benazir Bhutto. Fue elegida por las urnas, para gobernar Pakistán, en diciembre del 88. Fue destituida luego, acusada de corrupción e incompetencia.

El currículum tiene reminiscencias dramáticas: un general, el al-Hak, se hizo dictador sinletrado, odioso, cruel: tras haber derrocado al padre de Benazir, Ali, convenientemente depuesto también por corrupción e incompetencia. Ella murió días antes después en un accidente de aviación bastante raro, atribuido, con alabanzas considerables, a los secuaces de Ali Bhutto, que era se supone corrupto, incompetente y más bien violento. Debe puntualizarse que tales lacras forman parte natural de la historia política de Pakistán. Sorprendería más que algún gobernante las desterrara.

Desde la fundación del país, en 1947, los militares se han apropiado regularmente del poder y lo han practicado con su estilo habitual, venalidad incluida, vicio este último cultivado asimismo con tesonera obstinación por los dos regimenes de fundamento democrático-tenue que han existido.

El presidente Ishaq Khan, autor de la cesantía de Benazir en su calidad de guardián de la honrada, juró por sus muertos que las elecciones se celebrarían y que serían libres y justas, pese al estado de excepción. Existen dudas razonables sobre tan generosa concesión de los conspiradores. Por lo pronto, hace unos días fue asesinado un dirigente del PPP, Partido del Pueblo Pakistani, el de los Bhutto. La advertencia es muy perceptible. En el terreno de las triquiñuelas jurídicas, las amenazas son más tortuosas; se han nombrado once tribunales especiales para sentenciar sobre el nepotismo y los abusos de poder. Alguno conseguirá que Benazir sea descalificada y enviada al ostracismo, en el más favorable de los supuestos. Si las leyes, inventadas por el tirano Zia, resultan impotentes, caben otros sistemas: provocar a la India en las fronteras de Cachemira, atizar los odios étnicos en el Sind o estimular las servidumbres misérginas de los radicales islámicos.

Nuestra protagonista no está sola. Cuenta con un partido numeroso y sólido, cuenta con el apoyo de todos los beneficiados por su Gobierno y por los que esperan serio y cuenta con la simpatía de la gente sencilla; las clases medias están irritadas con ella por sus escándalos, pero saben que es el mal menor. Sobre todo entre los humildes y las mujeres, que se sienten vengadas de las miserias y las humillaciones, la popularidad de Benazir es muy grande. No parece haber pruebas palmarias de sus inmundicias administrativas, pero si hay certezas. De igual. Cae en gracia. En dos años de matrimonio tuvo dos hijos y, con tal motivo, le han manifestado simpatía



humorística. Ya se ha dicho que su partido es el PPP. Pues bien, ella pasó a ser la Premier Permanentemente Preñada. Todo eso es importante para unas elecciones. La cuestión estriba en cuál será la conducta de la camarilla militar y de los barbudos chilitas ante un presumible triunfo electoral de su enemiga, a cuyo favor actúa un aliado que los aspirantes a la autocracia no habían previsto: Estados Unidos. Al aconsejar que no se protituya la democracia, Washington se decide, con ella, por la opción más favorable a un arreglo pacífico de los envenenados odios indio-paquistaníes con pretexto cachemir y bombas nucleares por ambos lados.

A Benazir se le hacen muchos reproches, el peor haberse dejado dominar por un marido de pasado frívolo, fustiguista y sinvergüenza. Es un "padrino" y se la conoce como "el señor 10 por ciento". Benazir debe, ser capaz de triunfar sobre tres tiranías, la del marido, la de los militares y la de los "mollahs". No es fácil, pero la hija de Ali, luchadora de raza, merece ser animada y disculpada porque sigue siendo asombrosa excepción y apasionante esperanza: la de una luz en las tinieblas de la "charia" y las negruras de los "chador".

Hernando Gómez Gutiérrez  
(de "APOC", Madrid)

Nº. DOCUMENTO 9500279

TÍTULO *Japoneses también traerán tecnología a Uruguay.*

PROCEDENCIA *La Mañana*

FECHA DE PUBLICACIÓN 29/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

66224 ✓

507466 ✓

11161 ✓

11166 ✓

# Japoneses traerán tecnología a Uruguay

23-12-94

La Mañana

A la búsqueda de un nuevo sistema de cooperación uruguayo-japonés, con voluntarios de alta capacitación técnica, se inicia el Programa de Envío de Japoneses de Edad Madura a nuestro país, con la finalidad de traer adelantos en materia tecnológica y de establecer nuevas relaciones.

El Señor Hatsuhiro Shigemitsu, Consejero de la Embajada del Japón y el Señor Contador Mariano Berro, Director de la División de Cooperación Internacional de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, procedieron a firmar en la sede de esa Oficina el documento denominado "Memoria de Discusiones" que permitirá poner en marcha el Programa de Envío de Voluntarios de Edad Madura a la República Oriental del Uruguay.

Hasta el presente, la Agencia de Cooperación Internacional del Japón -JICA- contaba con un Programa de Envío de Expertos al Uruguay, sin embargo, para poder atender la creciente y cada vez más diversificada solicitud de cooperación técnica, con la firma del mencionado documento intenta aplicar el nuevo Programa de Envío de Voluntarios de Edad Madura.

La aplicación del referido programa en Uruguay tuvo su punto de partida en las negociaciones iniciadas en noviembre de 1993, cuando una misión japonesa visitó el país para estudiar con las autoridades competentes su posible implementación.

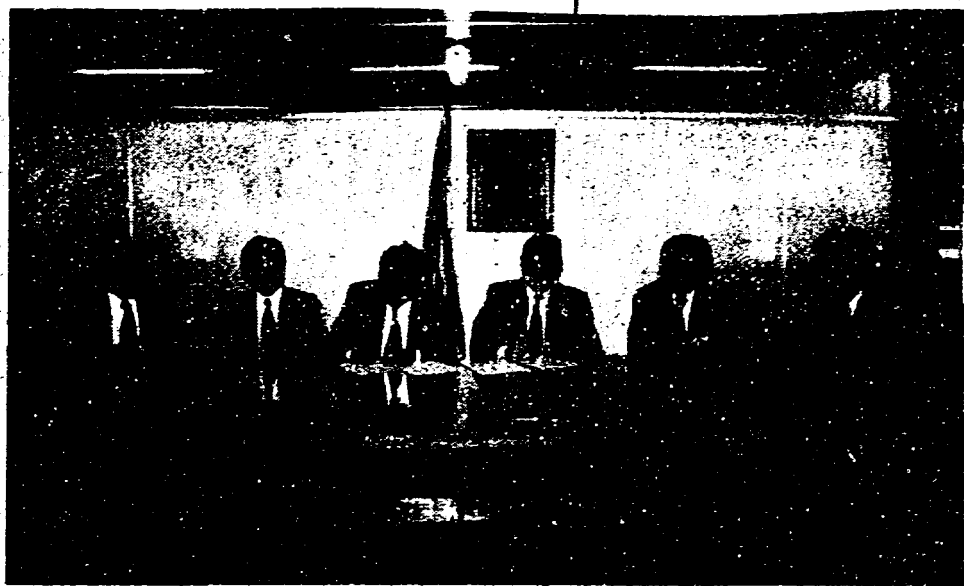
Este nuevo sistema, que complementa al anterior sin reducir su volumen, tiene la idéntica finalidad de contribuir al desarrollo social de los países en que se lleva a cabo. No obstante ofrece la ventaja de que los enviados poseen una gran experiencia, además de incluir áreas habitualmente no contempladas en el otro programa, como por ejemplo las actividades de los organismos privados.

Por otra parte los Voluntarios de Edad Madura, con edades que oscilan entre los 40 y 69 años, son animados exclusivamente por un afán de ayuda desinteresada en la esfera internacional.

Además de la transferencia de tecnología, se pretende lograr una comunicación personal a nivel de pueblo, basada en la amistad y el entendimiento mutuo, por lo que los voluntarios son seleccionados fundamentalmente del sector privado y asignados no sólo a entidades gubernamentales del país receptor, sino también a organizaciones no gubernamentales.

En principio, los Voluntarios de Edad Madura realizan su labor durante uno o dos años, suministrando el Gobierno del Japón los equipos, maquinarias y materiales necesarios para el buen cumplimiento de sus funciones, desempeñándose en áreas tales como Educación y Asistencia Social, Cultura, Agricultura, Actividades Forestales, Pesca, Construcción, Ingeniería Civil, Arquitectura,

Hatsuhiro Shigemitsu, Consejero de la Embajada de Japón, junto al Director de la División de Cooperación Internacional, Mariano Berro y otras autoridades de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto.



Tecnología e Industria, Transporte, Tráfico y Comunicaciones, Salud Pública, Medicina, Sanidad, Derecho, Economía, Ciencias Naturales, etc. etc. De este modo, como ya se ha mencionado, el Gobierno del Japón -a través de su Agencia de Cooperación Internacional- aspira a contribuir con el desarrollo humano y progreso económico de Uruguay y demás países de la comunidad

internacional, fomentando asimismo una valiosa relación a nivel de pueblo, basada en la amistad y el mutuo entendimiento.

Se destaca que los organismos interesados en este tipo de asistencia, deberán contactarse directamente con la División de Cooperación Internacional de la OPP o con la Embajada del Japón en nuestro país.

9500280

TITULO Sri Lanka y las mujeres en la presiden

PROCEDENCIA Bambis 16

FECHA DE 24/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507662 ✓

11164 ✓

COLOMBO. — Due se bona no hay otro, tandem gobernan de madre e hija en el mundo sea lo largo de la historia que el formado en Sri Lanka (ex Ceylán) por Chandrika Kumaratunga y Sirimavo Bandaranaike. Hija y madre, respectivamente, se reparten entre ellas la Presidencia de la República y el puesto de primer ministro. Y lo curioso del caso es que ambas están en la política como consecuencia del asesinato de sus maridos.

Hay más notas características en el feminismo gubernamental de esta tan antigua como bellísima isla. El más pasado se celebraron elecciones presidenciales con la participación de diversos candidatos, pero con sólo dos opciones serias: la de la señora Kumaratunga y la señora Sirima Dissanayake, una abogada de Colombo que de la noche a la mañana se vio envuelta en la campaña electoral porque habían asesinado a su marido el candidato Gamini Dissanayake, tan sólo 16 días antes de los comicios electorales.

#### UNA MUERTE EN EL PARAISO

Era domingo aquel 24 de octubre. Había entrado ya la noche, pero la gente seguía disfrutando de la bondad del clima en plena calle. Sucede siempre en Colombo. Las noches del fin de semana están concebidas para vivir en la calle hasta bien entrada la madrugada.

En esos fines de semana, por la tarde, acuden a sentarse, en el suelo, las parejas de novios. Van provistos de grandes paraguas, imprescindibles no ya para protegerse del sol — siempre intenso —, sino de las miradas de los demás. Así se pueden besar apasionadamente pero con discreción. A su alrededor, padres e hijos juegan con cometas maravillosas, increíbles.

Al anochecer, las parejas levantan sus improvisados toldos y se mezclan entre la multitud que va acudiendo a la explanada que hasta 1948 era campo de maniobras del Ejército británico colonial. Se instalan chiringuitos de todo tipo. Cocinan sobre la marcha, con aceite de coco que produce un penetrante olor, carne con curry, arroz con curry, paties (pequeñas croquetas) con curry, todo con curry...

Hay decenas de puestos de helados, de frutos secos, de vendedores de baratijas. Algunas familias, más previsoras, acuden con sillas. Los más cenan en el suelo. La música inunda de sonido el lugar. Se mezclan las voces de Namal Udugama, Indrani Perera y Víctor Ratnayake, que

son cantantes de moda, chirrían los generadores que dan luz a cada puesto de venta y aún de noche el colorido es espectacular.

Pues bien, aquella noche del 24 de octubre la animación había descendido. Y es que, en el otro extremo de la capital, en Grandpass, al Noroeste, Gamini Dissanayake, candidato presidencial por el Partido Nacional Unido (PNU), agrupación que representa a la derecha liberal y conservadora, pronunciaba un mitin ante miles de sus seguidores. Se había entrado ya en la madrugada del lunes y sus partidarios no se decidían a marcharse, querían seguir escuchándole. En pleno entusiasmo se produjo la tragedia. Una mujer-bomba se inmoló ante el orador. Los restos de 57 personas quedaron esparcidos por el lugar. Un atentado político más de los muchos que se han producido en Sri Lanka desde su independencia.

#### SANGRIA GUERRILLERA

Difícil es el caminar de Sri Lanka por los senderos de la democracia. Y sin embargo camina. Es más el antiguo Ceylán es uno de los pocos países democráticos, con elecciones libres, del Sur y Sudeste asiático. Y es difícil su caminar porque padece un mal endémico: su pobreza económica, su deuda externa, su dependencia de terceros países. Y, por el fuera poco, sufre la existencia de una guerrilla tamil que motiva que los presupuestos generales del Estado estén superditados a las necesidades militares. Casi un millón y medio de dólares diarios son necesarios en la lucha contra el separatismo tamil. Una barbaridad.

En el Asia meridional, donde las mujeres suelen ser cercos a la izquierda, hay — curiosamente — tres países gobernados por mujeres.

La recientemente elegida presidenta de Sri Lanka, Chandrika Kumaratunga, contaba 14 años cuando su padre fue asesinado por un monje budista. Su esposo, Vijaya, estrella del cine y con ambiciones políticas, murió en sus brazos, abatido por disparos de ametralladora a la puerta de su casa de Colombo. "Nadie conoce mejor que yo las consecuencias del poder político", asegura.

Chandrika Kumaratunga tiene mucho en común con la primera ministra de Pakistán, Benazir Bhutto: ambas recibieron la herencia de su respectivo padre asesinado; aventajaron en política a sus hermanos y tuvieron una madre políticamente activa. Pero las relaciones entre Benazir y su progenitora, Begum Nasrat, fueron sumamente tensas desde que la jefa del Gobierno antepuso el poder político a los lazos familiares. El hermano, Murtaza, después de registrar el exilio, fue a parar directamente a la prisión. Poco después, Benazir atacó ferozmente a su madre como presidenta del Partido Popular de Pakistán (PPP).

Aparte del clan familiar, Benazir tiene que luchar contra el líder de la oposición Liga Musulmana de Pakistán, Nawaz Sharif, quien no tiene reparo en apuntar las armas del islam hacia la primera ministra.

Condicionadas también por la acción de los fundamentalistas se hallan la jefa de Gobierno bengalí, Zia, y su oponente Sheikh Hasina Wajed. Desde hace meses se hostigan recíprocamente y tratan de obtener, cada una por su lado, el apoyo del Partido islamista.

Los lazos correctivos del poder no abrazan todavía a las otras dos hijas que se vislumbran en el firmamento político del Sur asiático: en la India, Sonia Gandhi dispone ahora a hacerse cargo del legado de su padre asesinado en 1991; en Birmania, la opositora y Nobel de la Paz Aung San Suu Kyi se encuentra desde hace cinco años bajo arresto domiciliario. A los militantes que detentan el poder en Birmania les hubiera gustado olvidarse de Suu Kyi. Pero esta dedicada mujer obligó al hombre fuerte del país, el jefe del servicio secreto, Khin Nyunt, a celebrar dos encuentros.

Esta sangría económica no la puede digerir el país mucho té que exporte (es el mejor del mundo) ni muchas divisas que entren vía turismo. Porque, eso sí, pocos países tan variados y tan completos como Sri Lanka en donde se pueden encontrar playas estupendas, montes escarpados con paisajes increíbles, selvas exóticas, parques nacionales con una fauna muy variada y, encima de todo eso, arte y cultura por todas partes.

No se trata de un grupo terrorista el que está enfrentado sino de un ejército que, según diversas fuentes, puede contar entre 10.000 y 15.000 combatientes fuertemente armados. Luchan por la independencia de Eelam Tamil. Desde comienzos de los años 80 hasta hoy se han producido, según datos oficiales, más de 40.000 muertos. Porque los enfrentamientos son siempre sangrientos.

"Todas las semanas mueren varias decenas de familias y unos cuantos soldados gubernamentales. Estamos acostumbrados a esta sangría de vidas humanas", dicen los cingaleses.

#### DEL LLANO AL PODER

Los tamiles buscan la independencia del norte de la isla, la región más próxima a la India. El estrecho de Palk, de tan sólo 34 kilómetros, separa Sri Lanka del continente. En la India, en el vecino estado de Tamil Nadu viven nada menos que 50 millones de tamiles, mientras que en la isla residen tan sólo tres millones, que representan el 18 por ciento de la población. Los cingaleses llegan al 74 por ciento. El resto se lo reparten entre la minoría musulmana y las de origen portugués y holandés, descendientes de los antiguos colonizadores.

En esa lucha, de hecho, los tamiles son ya dueños y señores de la península de Jaffna, al Norte. En aquella zona, el Ejército está a la defensiva y resulta muy difícil obtener permiso para desplazarse al lugar. Para los extranjeros está vetado por completo. Incluso para los turistas la región de Trincomalee es altamente desaconsejable por su inseguridad. Esto es un hecho. La guerrilla tamil está ahí, es tan fuerte que desde 1986 se viene diciendo en Colombo que no hay solución militar, pero tampoco ha habido diálogo.

El asesinato Dissanayake era partidario de forzar la victoria militar, mientras que Chandrika Kumaratunga propugnaba la negociación con los tamiles, además de hacer especial hincapié en su campaña, en la lucha contra la corrupción, en la defensa de los derechos humanos y en la promoción cultural, en un país en el que está alfabetizado el 90 por ciento de la población.

La guerrilla tamil eliminó a Dissanayake y así nació para la política la figura de Sirima, su viuda, quien ha sido derrotada en la lucha por la Presidencia. Chandrika Kumaratunga, nueva presidenta, puesta a formar Gobierno, no ha dudado en llamar a su madre, la mítica Sirimavo Bandaranaike, para que ocupe el puesto de primer ministro.

La señora Bandaranaike es un personaje tan popular como discutido. Ha pasado varias veces en sus 78 años de vida, del poder a la nada. De la jefatura del Gobierno a la expulsión del Parlamento y a la privación de sus derechos civiles. Un recorrido bastante parecido al de otra mujer excepcional, Indira Gandhi. Es curioso: ambas mujeres perdieron el poder en el mismo año, 1977. Indira lo recuperó muy pronto, en 1980, mientras que la señora Bandaranaike ha necesitado 17 años para ello, con su hija como presidenta de la nación.

DOCUMENTO OSCURO

Nº. DOCUMENTO 9500281

TÍTULO Los países más pobres del mundo se encuentran en África y Asia

PROCEDENCIA La República

FECHA DE RECEPCIÓN 31/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

10022 ✓

10034 ✓

11161 ✓

11311 ✓

# Africa y Asia albergan a los más pobres del mundo

Washington (IPS) — Los ingresos per cápita más bajos del mundo se registran en ocho países de África, tres de Asia y en Haití, la nación más pobre del hemisferio occidental, destaca el Atlas del Banco Mundial difundido ayer.

El documento señala a Mozambique como el país más pobre del mundo, con un Producto Interno Bruto (PIB) per cápita de 80 dólares en 1993. Sin embargo, esa cifra revela un incremento de casi 15 por ciento sobre los ingresos registrados un año antes.

La lista incluye también a Etiopía y Tanzania (100 dólares cada uno), Sierra Leona (140 dólares), Nepal (160 dólares), Bután y Vietnam (170 dólares), Burundi (180), Uganda (190) y Chad y Ruanda (con 200 dólares cada uno).

El Atlas del Banco Mundial brinda información estadística sobre la economía y condiciones sociales de 209 países, basándose en datos que la institución ha recopilado entre las naciones miembro y en otras agencias internacionales.

La edición de 1994 es la primera en incluir cálculos sobre el PIB per cápita convertido acorde con la paridad del poder de compra en cada país.

Aun con estas conversiones, los países africanos y asiáticos registran ingresos sumamente bajos, por debajo de 1.000 dólares por año.

En el otro extremo, Luxemburgo, con 29.510 dólares anuales, es el país que cuenta con la mayor capacidad de compra, aunque los ingresos de sus habitantes son menores a los de Suiza, con 36.410 dólares.

En el hemisferio occidental, las más pobres entre las naciones de las que se dispone de datos son Nicaragua, cuyo PIB per cápita es de 360 dólares y Guyana, con 350.

Haití, país sobre el cual se carece de informaciones precisas, contaría con un PIB per cápita de 250 dólares al año, según la división latinoamericana del Banco Mundial.

Michael Ward, economista de la sección de información socioeconómica del Banco, admitió que los datos no reflejan la calidad de vida en los países, aunque se asume que un país con una producción per cápita de alrededor de 100 dólares va a tener niveles de vida sumamente bajos.

Según el documento, mil millones de personas viven en condiciones de pobreza.

Sin embargo, los países en desarrollo han logrado mejorar notablemente sus niveles de vida en los últimos 20 años, aunque los avances no han sido parejos entre los países ni entre las regiones de cada país.

Es así que en Asia Meridional está concentrada casi la mitad de los pobres del mundo y 22 por ciento de la población del planeta.

El Atlas señala que en los países más pobres, las mujeres tienden a ser el sector de la población más afectado, al deber cargar con una mayor porción del trabajo y tener menor acceso a la educación y a actividades bien remuneradas.

Los niños se hallan en una situación similar, careciendo de niveles de nutrición, atención sanitaria y educación adecuados.

Otras naciones situadas entre las más pobres del mundo son Burkina Faso, República Centroafricana, Guinea Ecuatorial, Gambia, Guinea-Bissau, Guyana, Kenya, Madagascar, Malawi, Bangladesh, India y Laos.

En la otra punta, a Suiza y Luxemburgo le siguen Japón, Dinamarca, Noruega, Suecia, cifra sube a 6.350 dólares cuando se relaciona el ingreso con el poder de compra.

Le sigue Chile, con un PIB per cápita de 3.070 dólares anuales.

Perú y El Salvador tienen un PIB per cápita de entre 1.400 y 1.500 dólares, seguidos por República Dominicana y Guatemala, con alrededor de mil dólares.

El Atlas también contempla estadísticas que determinan las condiciones de vida de un pueblo, como expectativas de vida al nacer, mortalidad infantil, analfabetismo, desnutrición, mano de obra femenina e inflación. Japón es el país con la expectativa de vida más alta, 79 años, mientras que Guinea-Bissau registra la más baja (39 años).

Irlanda, Japón, Singapur y Suecia tienen una mortalidad infantil de cinco por cada mil partos, las más bajas del mundo, comparado con 162 por mil en Afganistán y Mozambique.

Entre 1985 y 1993, Nicaragua registró los mayores niveles de inflación, con un promedio anual de 1.836,2 por ciento.

DOCUMENTO OSCURO

Nº. DOCUMENTO 9500282

TÍTULO Elecciones libres en Taiwan.

PRECEDENCIA 81 Observador

FECHA DE... 3/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

514643 ✓

11164 ✓

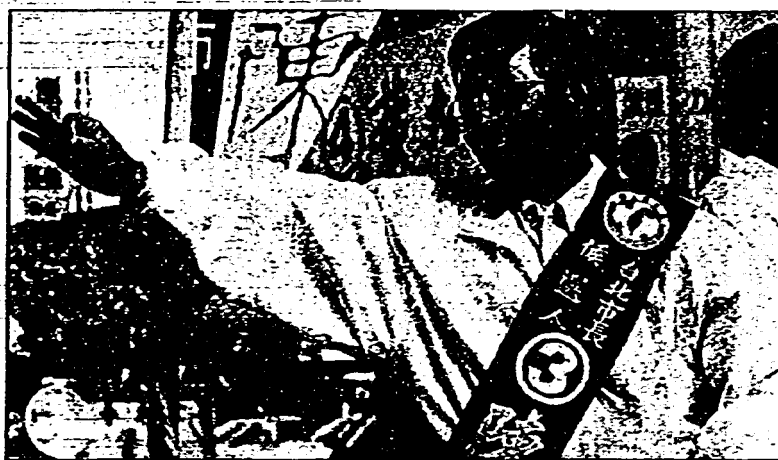
11437 ✓

## Taiwan: en elecciones libres se define hoy el nuevo gobierno

Taipei - Once millones de taiwaneses están convocados hoy a las urnas para elegir por primera vez al gobernador de la isla y a los alcaldes de sus dos principales ciudades, Taipei y Kaoshiung.

3-12-94 OBSV.

Los comicios, que han despertado un gran interés, son un nuevo paso democrático de esta pequeña potencia económica asiática, que estuvo gobernada bajo la ley marcial durante 38 años, hasta 1987. Esto podría suponer un foco de conflicto con la China comunista, que teme el crecimiento de fuerzas independientes en la que aún considera su provincia rebelde y que invadirá militarmente si ésta declara su independencia. Las elecciones son el mayor desafío político para el Partido Nacionalista, el Kuomintang (KMT), que dominó la vida del país con mano de hierro desde su llegada a la isla en 1949, tras su derrota ante los comunistas de Mao Tse Tung en China continental. Estos comicios se producen dos años después de que se eligiera a todos los miembros de la Asamblea Legislativa por primera



Proselitismo

Chen Shui-bian, candidato del opositor Partido Progresista Democrático, saluda a sus seguidores durante su campaña electoral ayer en Taipei.

vez y son un preludio de las presidenciales de 1996, que también por primera vez serán directas y abiertas a todos los ciudadanos.

Tres principales partidos participarán de estas elecciones en las que también se definirán varios escaños en órganos municipales: el Partido Nacionalista (KMT), el Partido Progresista Democrático (PPD) y el Nuevo Partido (NP), una escisión de ortodoxos dentro del KMT.

Las autoridades de Taiwan hicieron ayer un llamado a la población para que tras emitir su voto

regresen a sus hogares durante los comicios de hoy, mientras 70.000 policías se preparaban para evitar desórdenes durante los comicios.

"Mañana, quédense en casa y vea cómodamente el televisor", propuso ayer el ministro de Justicia, Ma Ying-jeou. "No vayan a las sedes de los candidatos y no abandonen sus hogares", agregó el ministro de Justicia quien además pidió evitar "las pasiones excesivas que puedan dejar una mancha sobre estas elecciones". ■ (De la redacción de El Observador en base a EFE y Reuter)



Nº. GOSIMATO 9500283

TÍTULO Gobierno de Indonesia insiste en no reconocer soberanía de Timor Oriental.

PROCESO La Juventud

FECHA DE E. 1/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507595 ✓

119004 (separatismo)

11831 ✓

## Gobierno de Indonesia insiste en no reconocer soberanía de Timor Oriental

L.S. 1/12

Indonesia no negociará la solución del conflicto de Timor Oriental con los que propugnan la independencia de la ex colonia portuguesa aunque está dispuesta a conversar con dirigentes moderados.

El ministro de Asuntos Exteriores, Ali Alatas, declaró a la

prensa que el presidente Suharto está dispuesto a reunirse con el dirigente moderado timorense en el exterior, Abilio Araújo.

Araújo, un ex dirigente guerrillero que hace tiempo propugnaba la independencia del territorio pero que ahora mantiene posiciones moderadas, está dispuesto a

entablar conversaciones con el Gobierno de Yakarta para buscar la solución según Alatas.

Según el ministro de Asuntos

Exteriores indonesio, Suharto aceptó una reunión con Araújo pero los detalles y las fechas de la misma no se han



fijado todavía.

Indonesia se anexionó Timor Oriental en 1976 y, desde

soberana.

El Gobierno indonesio, que ha manifestado que la anexión del

territorio no es negociable, y que no va a conceder ningún tipo de autonomía especial para el mismo, busca una postura conciliadora para mejorar su imagen internacional.

En las últimas semanas la agitación nacionalista en la provincia aumentó por la atención de los medios de comunicación internacionales, congregados en Yakarta para la reunión del Foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico (APEC).

Los 29 estudiantes que ocuparon durante varios días un sector de la embajada de Estados Unidos en Yakarta, recibieron finalmente asilo político en Portugal.

Nº. DOCUMENTO

9500284

TÍTULO Declararían a Corea país industrializado.

PROCEDENCIA La Habana

FECHA DE... 1/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507488 ✓

11164 ✓

11161 ✓

# Declararían a Corea país industrializado

L.M. 1/12

En una reunión entre empresarios y expertos financieros, organizada por el Instituto de Finanzas de Corea que tuvo lugar el 14 de octubre en Seúl, el Director Gerente del FMI, Michel Camdessus, pronunció un discurso en el que abordó las tareas a las que debe hacer frente Corea y el FMI. A continuación se presentan fragmentos de la alocución:

Según Camdessus, en los últimos 30 años, la economía de la República de Corea ha sido una de las más exitosas del mundo y actualmente está a punto de incorporarse al grupo de las economías industriales más avanzadas. Camdessus enunció varios factores que han contribuido, en gran medida, a los notables resultados económicos alcanzados:

- \* Una fuerte voluntad con el objeto de alcanzar la estabilización macroeconómica.
- \* Una sustancial inversión en infraestructura y capital humano.
- \* La aplicación de medidas estructurales

que permitieron evitar las distorsiones de los precios y que alentaron la creación de empresas privadas competitivas y eficientes.

\* Un amplio consenso nacional con respecto a los objetivos en materia de desarrollo económico.

\* Un entorno externo favorable.

## Tareas futuras del FMI

Camdessus señaló que el FMI está orgulloso de haber contribuido a los logros alcanzados por Corea mediante el respaldo financiero otorgado entre 1965 y 1987 en el marco de los programas de estabilización. Al referirse, en general, a la función del FMI, Camdessus explicó cómo la institución se ha adaptado al cambiante entorno mundial y describió las principales tareas que confronta actualmente el FMI.

Función en el sistema cambiario. Aunque la estabilidad y los desajustes cambiarios que caracterizan los acuerdos vigentes son inquietantes, Camdessus indicó que un acuerdo cambiario formal sería ventajoso, pero difícil de establecer dadas las condiciones actuales. La supervisión del FMI ofrece el mejor medio para fomentar la estabilidad cambiaria. En consecuencia, el FMI está redoblando sus esfuerzos encaminados a fortalecer su función de supervisión.

Asistencia financiera. Camdessus explicó que a medida que los países industriales y las economías de reciente industrialización han empezado a recurrir, cada vez más, a los mercados de capital, la asistencia financiera que proporciona el FMI se ha concentrado en los países en desarrollo y en transición. Además, a fin de atender a las necesidades de estos países, el FMI ha creado nuevos mecanismos financieros como, por ejemplo, el servicio financiero reforzado de ajuste estructural y el servicio para la transformación sistémica. El FMI sigue adoptando sus instrumentos financieros, y ha formulado un conjunto de medidas para tender a las necesidades financieras de los

países en desarrollo y en transición.

Asistencia técnica. En los últimos 30 años, el FMI ha intensificado sustancialmente la asistencia técnica y la capacitación que proporciona a los países miembro. Recientemente, el FMI ha brindado asistencia considerable para el desarrollo institucional y la aplicación de la política económica, sobre todo en los países en transición hacia una economía de mercado.

Otras labores. Como consecuencia de la creciente mundialización de la economía internacional, el FMI está procurando:

- \* Intensificar los esfuerzos encaminados a fomentar la convertibilidad de la cuenta corriente.
- \* Promover una mayor liberalización del comercio exterior.
- \* Lograr que todos los países miembro estén debidamente representados en el FMI y que participen equitativamente en la estructura financiera, el financiamiento y las funciones de la institución.

01-01

9500284

Nº. DOCUMENTO

9500285

TÍTULO

El misterio rodea a Kim Il Jong.

PROCEDENCIA

La Nación

FECHA DE RECEPCIÓN

19/12/94

VAGUACIONES

11876 ✓

507487 ✓

11164 ✓

11302 ✓

L.N. 19/12

## El misterio rodea a Kim Il Jong

SEUL, 18 (AP).— El misterioso líder de Corea del Norte Kim Il Jong sufre de una dolencia renal crónica que le impide formalmente asumir el poder en el país comunista, publicó hoy un diario surcoreano.

Más de cinco meses han pasado desde la muerte del padre de Kim, el veterano dictador Kim Il Sung, de 82 años. Pero el joven Kim, criado como heredero aparente del poder, sigue todavía sin asumir funciones plenas alentando rumores de un po-

bre estado de salud y de disenso político.

Visto rara vez en público desde la muerte de su padre, el 8 de julio, parecía estar enfermo a mediados de octubre al final de un período de duelo de 100 días decretado en memoria de su padre y había bajado considerablemente de peso desde su aparición previa.

El diario Chosun Ilbo, el principal de Corea del Sur, informó hoy que Kim necesita de un trasplante de riñón, pero que el procedimiento se

estaba dificultando por una diabetes y un hígado débil concurrentes.

Dijo que el diagnóstico de Kim fue hecho por médicos franceses cuando el hombre Nº 2 de Corea del Norte, el comandante militar O Jin U, se encontraba en París, en octubre, para recibir tratamiento por un cáncer pulmonar.

Indicó que O llevó a Francia los antecedentes médicos de Kim. El militar retornó recientemente al Norte en medio de versiones de que su cáncer estaba tan avanzado que no era posible tratarlo exitosamente.



MURIO UNO DE LOS PILOTOS DEL HELICOPTERO DERRIBADO POR PYONGYANG

# Corea del Norte y EE.UU. ante un creciente foco de tensión

19-12-94 CLARIN

Corea del Norte acusó a los estadounidenses y surcoreanos de realizar masivas maniobras aéreas en su frontera. El presidente Bill Clinton dijo que Pyongyang le comunicó que el piloto del helicóptero abatido el sábado había muerto y que su copiloto estaba ileso.



## Conflicto entre dos viejos enemigos

Las recientes negociaciones sobre la crucial controversia nuclear entre Corea del Norte y los Estados Unidos fueron extremadamente duras, y el trato desafiante y de igual a igual que Pyongyang estableció hacia Washington hizo temer en varias oportunidades por el estallido de un nuevo conflicto en la península coreana.

El gobierno comunista norcoreano accedió a firmar, recién el 22 de octubre y tras dos años y medio de negociaciones, un compromiso para reestructurar su programa nuclear y garantizar que sería usado únicamente con fines pacíficos.

Antes de firmar el acuerdo en la sede de la ONU en Ginebra, Corea del Norte había desafiado durante un largo período a los Estados Unidos y a la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA), al negarse a recibir a los inspectores que debían constatar qué se producía en sus plantas nucleares.

El pico de tensión se registró en marzo pasado, cuando los temores sobre un uso con fines bélicos del potencial nuclear de Pyongyang hizo que Washington desplegara misiles Patriot a pocos kilómetros de la frontera norcoreana y que Corea del Sur pusiera en alerta a su ejército y a la población.

Tras la finalización de la Guerra de Corea, que causó la muerte de 300.000 norcoreanos y 54.000 norteamericanos, se estableció una franja de 4 kilómetros de ancho, a la altura del paralelo 38 (cerca a la frontera entre ambos países), como zona desmilitarizada. Centenares de miles de soldados están a ambos lados y los patrullajes originaron reiterados conflictos.

Corea fue una posesión japonesa desde 1910. Cuando Tokio fue derrotada en la Segunda Guerra Mundial, la ex Unión Soviética supervisó la rendición de los japoneses al norte del paralelo 38 y los Estados Unidos al sur. La rivalidad de las dos grandes potencias impidió un acuerdo sobre la reunificación del territorio y, tras varios meses de tensiones, en junio de 1950, las tropas del norte invadieron el sur. Las consecuencias de ese conflicto siguen golpeando con dureza hasta hoy. 01-04

WASHINGTON, SEUL y PYONGYANG, 18 (AP, AFP, EFE, Reuter y John Burton, del "Financial Times", especial para Clarín). - En un súbito agravamiento del nuevo conflicto entre Estados Unidos y Corea del Norte, el presidente Bill Clinton informó hoy que uno de los dos pilotos del helicóptero estadounidense que cayó sobre territorio de ese país murió mientras el otro se encuentra ileso.

"Esta trágica pérdida fue innecesaria", dijo el mandatario en un comunicado. Agregó que reclamó al gobierno de Pyongyang la inmediata devolución del sobreviviente y del cadáver de la víctima.

"Nuestro objetivo es ahora el bienestar del suboficial Robert Hall y su pronta devolución", añadió.

El incidente amenaza convertirse en una cuestión muy complicada para los Estados Unidos, ya que el ingreso del helicóptero al cielo de Corea del Norte viola la tregua que puso fin al sangriento conflicto que enfrentó a los estadounidenses y sus aliados surcoreanos con los norcoreanos entre 1950 y 1953.

El aparato estadounidense, que según el Pentágono no llevaba armas ni estaba efectuando una operación de reconocimiento, tras atravesar el sábado la zona desmilitarizada que separa las dos coreas, ingresó al espacio aéreo de Corea del Norte, donde fue derribado.

El incidente se registró en un momento en que el régimen de Kim Jong-Il -hijo del líder norcoreano Kim Il-Sung, muerto el 8 de julio a los 82 años tras décadas de gobernar el país comunista- atraviesa un momento de tensión con su vecino capitalista del sur y con los Estados Unidos.

Pyongyang acusó a Seúl y Washington de realizar masivas maniobras aéreas con más de 500 aviones de combate, introduciendo un elemento de tensión en la península que contrarresta la reciente mejora de las relaciones entre las partes como consecuencia del acuerdo nuclear norcoreano-norteamericano.

Jim Coles, vocero militar norteamericano en Seúl, negó de plano las versiones de las autoridades de Corea del Norte acerca del ejercicio conjunto en las proximidades de su frontera.

De conformidad con ese convenio que detuvo las hostilidades en la península coreana, las aeronaves de cada uno de los bandos no solo no pueden internarse en el espacio aéreo del otro, sino que además tienen vedado sobrevolar la zona desmilitarizada.

Fuentes surcoreanas dijeron que habían visto el helicóptero volando sobre la zona desmilitarizada, después de lo cual se internó unos cinco kilómetros en territorio norcoreano, donde fue derribado, según lo comunicó el Ministerio de Defensa de Pyongyang.

El secretario de Defensa estadounidense, William Perry, admitió ayer que el aparato se había extraviado como consecuencia de un error de navegación y había ingresado al Estado vecino.

La Casa Blanca puntualizó que el gobierno norcoreano informó a los Estados Unidos sobre la suerte del piloto David Hilemon, quien murió al caer el helicóptero, y su copiloto Hall, que está vivo y no resultó herido durante el episodio.

Las autoridades de Pyongyang dieron a conocer a Washington la suerte corrida por sus pilotos a través del diputado demócrata Bill Richardson, un legislador que se encontraba en la capital norcoreana para mantener conversaciones sobre el convenio nuclear entre la superpotencia y el país asiático.

Richardson, un congresista por Nuevo México, se reunió con el canciller norcoreano, Kim Yong-nam, y el presidente de la Asamblea Suprema Popular, Hwang Jang-jop, titular de la comisión de relaciones exteriores de ese organismo.

En un primer momento Pyongyang se negó a revelar la suerte de los aviadores norteamericanos hasta que hubiera completado una investigación sobre el incidente, pero Richardson por indicación de la Administración Clinton se negó a seguir debatiendo los acuerdos nucleares hasta que se tuvieran noticias precisas sobre los dos militares perdidos.

9500286

# Norcorea devolverá el cuerpo del piloto norteamericano, pero retiene al sobreviviente

**Pyongyang:** informó que el otro tripulante del helicóptero se encuentra bien, aunque no será liberado hasta que se esclarezcan los hechos. 22-12-94

SEUL, 21 (Reuter).- Corea del Norte informó hoy que pronto entregará el cuerpo del piloto norteamericano que murió cuando su helicóptero fue derribado el sábado en la nación asiática.

La Agencia Central de Noticias norteamericana también indicó que el copiloto, el suboficial Bobby Hall, se encuentra en un buen estado de salud.

"La República Popular Democrática de Corea, basada en el principio humanitario, decidió transferir rápidamente el cuerpo de David Hilemon al lado militar de Estados Unidos, a través de Panmunjom", señaló la agencia.

"El órgano competente está ejecutando ahora una investigación sobre la intrusión ilegal del helicóptero dentro del espacio aéreo de nuestro país. Una vez finalizada ésta, se tomará la medida legal y relevante según los procedimientos de nuestro ejército", agregó el informe.

## Violación del espacio aéreo

Mientras tanto, en Washington, un funcionario norteamericano con-

firmó que el país asiático decidió entregar los restos del piloto al legislador Bill Richardson, quien mañana los traerá a Corea del Sur.

Por otro lado, un funcionario norteamericano indicó hoy que el helicóptero violó deliberadamente el espacio aéreo de su país y que no se desvió accidentalmente sobre la frontera.

El funcionario, que no fue identificado, manifestó que el helicóptero ignoró las señales de advertencia de las fuerzas norcoreanas que "decidieron disparar en defensa propia".

El secretario de Estado, Warren Christopher, advirtió el martes último que la demora en la entrega del piloto y el cuerpo de su copiloto

afectaría las relaciones entre ambos países.

## Se estrelló otro helicóptero

SEUL, 21 (AP).- Un helicóptero militar norteamericano se estrelló hoy en la costa occidental de Corea del Sur. Sus dos tripulantes fueron propulsados por el sistema de seguridad de la nave y están a salvo, dijo el comando militar de Estados Unidos.

La aeronave V-10 Mohawk se hallaba en misión de entrenamiento cuando se estrelló cerca de Tadan, una aldea agrícola a 120 km. de Seúl.

La estación surcoreana MBC-TV señaló que el helicóptero se estrelló contra un árbol cubierto de vid. No hubo víctimas.

# Acusación de Espionaje; USA lo Niega

SEUL, 27 (EFE).- Corea del Norte acusó hoy, martes, a Estados Unidos de cometer un acto de espionaje con la incursión en el país de un helicóptero de reconocimiento, hace más de una semana. Cuando el mando militar estadounidense confió en la rápida liberación de uno de los dos pilotos, retenido desde entonces por las autoridades norcoreanas, estas dijeron que

no aceptan la explicación de Estados Unidos de que la incursión fue un error de navegación. Estados Unidos asegura que el helicóptero, tipo OH-58C, estaba desarmado y efectuaba una rutinaria misión de entrenamiento cuando por error entró varios kilómetros en Corea del Norte traspasando la frontera entre las dos Coreas donde centenares de miles de soldados de ambos bandos montan guardia permanente.

Corea del Norte, dentro del helicóptero, causando la muerte de uno de los dos pilotos, David Hilemon. "Cuerpos Restos" fueron entregados el pasado jueves. El otro piloto, Bobby Hall, fue detenido e interrogado, y en una reunión celebrada el lunes entre generales de ambos ejércitos, Corea del Norte se negó a fijar una fecha para su liberación. Ahora Estados Unidos cree que la acusación de espionaje complicará su puesta en libertad y posiblemente obstaculizará el

proceso de mejora de relaciones con el régimen comunista al que se entregó hace un par de días una nota de disculpa por el incidente fronterizo. LA AGENCIA OFICIAL. La acusación norcoreana llegó en un despacho de la agencia oficial de noticias KCNA en el que se mantiene que todos los hechos prueban que el incidente fue "una violación grave de la soberanía de la República Popular Democrática de Corea y un acto de espionaje deliberado contra ella".

Al rechazar la explicación estadounidense de que el incidente se debió a un error de navegación, la acusación norcoreana dice que "es prácticamente increíble que los pilotos se equivocaran volando a tan baja altura" y con buen tiempo. Además, el hecho de que el helicóptero no respondiera a nuestras señales de advertencia y en cambio tratara de escapar prueba elocuentemente que la incursión no fue un vuelo extraviado", dice también la declaración norcoreana.

Corea del Norte reiteró que el helicóptero fue derribado por su

artillería antiaérea y que cayó envuelto en llamas.

La acusación norcoreana fue firmemente rechazada por el portavoz del mando militar estadounidense en Corea del Sur, Jim Coles, que insistió en que no se trató de ninguna misión especial sino un vuelo rutinario de entrenamiento.

La declaración de Corea del Norte coincide con la decisión de Estados Unidos de desplazar a Pyongyang a Thomas Hubbard, un alto funcionario del Departamento de Estado que participó en las negociaciones que concluyeron con la firma del acuerdo entre ambos países el 21 de octubre.

Mediante este acuerdo, Corea del Norte se comprometió a congelar su sospechoso programa nuclear a cambio de recibir ayuda económica y tecnológica para un sistema más moderno y recibió promesas de mejora de relaciones diplomáticas con Washington.

El acuerdo también obliga al Norte a reanudar su diálogo con el Sur, pero ello aún no se ha producido y las relaciones entre las dos naciones siguen distantes y sin perspectivas inmediatas de mejora.

DESDE WASHINGTON. Incapaz de lograr la liberación de Bobby Hall, el piloto del helicóptero norteamericano abatido y capturado hace diez días en Corea del Norte, el presidente de Estados Unidos, Bill

Clinton, mandó a un enviado especial a Pyongyang para que negocie con los norcoreanos su entrega.

El portavoz del Departamento de Estado, Mike McCurry, declaró el lunes que el subsecretario de Estado adjunto Thomas Hubbard, especialista en cuestiones del Sudeste Asiático, llegará esta misma tarde a Corea del Sur y espera cruzar la zona desmilitarizada hacia Corea del Norte mañana miércoles.

Según McCurry, esta decisión se tomó después de que a primeras horas del lunes el Gobierno estadounidense recibiese un mensaje de las autoridades de Corea del Norte a través de la misión coreana ante la ONU, en el que le invitaba a mandar a un enviado especial a Pyongyang para negociar la repatriación de Hall.

El propósito del viaje de Hubbard es facilitar la pronta repatriación de Hall, dijo el portavoz del Departamento de Estado, pero no dio detalles sobre la situación del detenido o sobre lo que Estados Unidos propondrá a cambio de su puesta en libertad.

El envío de Hubbard a Corea del Norte se produce después de que el Gobierno de Clinton se haya disculpado por carta ante el norcoreano por la violación de su espacio aéreo por parte del helicóptero pilotado por Hall y copiloto por David Hilemon.

## Norcorea canceló reunión con EEUU

COREA DEL NORTE canceló a última hora una reunión prevista con Estados Unidos para discutir la recuperación del cuerpo de uno de los dos pilotos del helicóptero norteamericano caído en zona norcoreana y la devolución del otro tripulante que está con vida.

La reunión entre representantes de los dos ejércitos debía haberse producido en Panmunjom, sede de la Comisión de Armisticio de la guerra de Corea.

Según un portavoz del mando militar de EEUU en Corea del Sur, Norcorea canceló la reunión tras argumentar que aún no había concluido su investigación sobre el incidente y estaban muy ocupados en ella.

Sin embargo, funcionarios norteamericanos continuaron presionando a Corea del Norte para lograr la liberación del piloto sobreviviente.

La agencia surcoreana de noticias Yonhap dijo ayer que el helicóptero, que efectuaba un vuelo de entrenamiento, entró en Corea del Norte inesperadamente y aterrizó en el país por causas que se desconocen.

Cuando el helicóptero intentaba despegar de nuevo, soldados norcoreanos le dispararon y se supone que fue entonces cuando se produjo la muerte de uno de los dos tripulantes, David Hilemon, de 29 años. (EFE y Reuter).

## Incidente de helicóptero coincide con dificultades en Corea del Norte

21/12

Tokio (AFP)

por Pierre Antoine Donnet

Las gestiones iniciadas por Estados Unidos para lograr el retorno del piloto sobreviviente del helicóptero desaparecido en Corea del Norte, coinciden con una gran incertidumbre acerca de la capacidad de Kim Jong Il para suceder a su padre Kim Il Sung, muerto hace cinco meses.

Pese a que la promoción de Kim Jong Il al frente del régimen comunista norcoreano parecía probable hace diez semanas, numerosos expertos japoneses estiman ahora que la transición puede durar varios meses, debido al mal estado de salud atribuido al deceso de Kim Il Sung.

De esta manera, la falta de una dirección bien asentada en Pyongyang puede obstaculizar una solución rápida para la liberación de Bobby Hall, el piloto superviviente, y la restitución de los restos del copiloto David Hilemon.

Representantes del ejército norcoreano aceptaron reunirse este martes en Panmunjom (zona desmilitarizada entre las dos Coreas) con sus homólogos norteamericanos, después de haber anulado la entrevista de ayer lunes.

No obstante, toda predicción respecto a la actitud de Corea del Norte en esta situación es muy aleatoria, debido a la espesa bruma que rodea la posición personal de Kim Jong Il, según los diplomáticos y expertos japoneses.

# Corea del Norte libera al piloto norteamericano

30-12-94 L-J

Bobby Hall, el piloto de un helicóptero norteamericano derribado hace dos días en Corea del Norte, fue liberado en las próximas horas, informaron fuentes oficiales de Corea del Norte y EEUU.

La liberación de Hall se debe a un acuerdo alcanzado entre ambos Gobiernos, a través del cual Washington lamenta profundamente el incidente y promete tomar medidas para evitar nuevas incursiones en territorio norcoreano. Dicho acuerdo fue logrado gracias a los contactos mantenidos

Pyongyang por el subsecretario de Estado adjunto para el Sudeste Asiático, Thomas Hubbard, enviado especial del presidente estadounidense, Bill Clinton, a ese país. Hubbard fue enviado a Corea del Norte a negociar la liberación de Bobby Hall, quien se encuentra detenido por Corea del Norte desde el 17 de diciembre.

abatido tras penetrar en territorio norcoreano. En el derribo del helicóptero murió el copiloto, David Hilemon, de 29 años, cuyos restos fueron entregados la pasada semana a EEUU tras negociaciones del representante demócrata por Nuevo México, Bill Richardson, con el gobierno norcoreano.

## Norcorea Dice que Piloto Reconoce que era Espionaje

23-12-94 EL PAÍS

SEUL, 28 (EFE y AP). — Corea del Norte sostuvo hoy, a través de sus medios, que el piloto de un helicóptero estadounidense derribado en su territorio y acusado de espionaje ha confesado que entró deliberadamente en el espacio aéreo norcoreano, contradiciendo así los desmentidos del presidente de EEUU, Bill Clinton.

Según la agencia oficial norcoreana KCNA, el piloto estadounidense Bobby Wayne Hall, capturado el pasado día 17, se declaró culpable de una violación descarada del derecho internacional.

Hall, cuya suerte se ha convertido en un asunto que peligra los recientes acuerdos entre EEUU y Corea del Norte sobre el potencial nuclear de este último país, también reconoció que su acción delictiva no tiene excusa ni es perdonable, siempre según la agencia oficial norcoreana.

Un enviado especial de Clinton, el funcionario del Departamento de Estado norteamericano Thomas Hubbard, llegó hoy a Corea del Norte para gestionar la liberación del piloto.

Hubbard participó en las negociaciones que Estados Unidos celebró con Corea del Norte en Ginebra (Suiza) para solucionar el problema del programa nuclear norcoreano.

Clinton exigió hoy, de nuevo, la pronta liberación del piloto Bobby Hall, y reiteró que su helicóptero no realizaba una misión de espionaje sino que entró en el espacio aéreo de Corea del Norte por un error de navegación.

El copiloto de Hall murió al ser derribado el helicóptero.

El presidente Bill Clinton rechazó hoy las denuncias de Corea del Norte de que un helicóptero militar norteamericano cayó en ese país cumpliendo una misión de espionaje, y exigió la libertad del piloto sobreviviente. "No hay razón para que esté detenido", dijo.

Clinton se abstuvo de amenazar con la cancelación de un acuerdo nuclear norcoreano estadounidense e insistió en que el helicóptero del sargento mayor de brigada Bobby Hall se desvió a territorio comunista accidentalmente. "El realizaba una rutinaria misión de adiestramiento. Eso es todo", dijo.

Corea del Norte y Estados Unidos han estado técnicamente en estado de guerra desde el conflicto coreano de 1950 a 1953, que concluyó en un armisticio.

Hall está preso desde que su helicóptero OH-58C se vino abajo el 17 de diciembre en territorio norcoreano. El también sargento mayor David Hilemon pereció. Sus restos fueron devueltos el jueves pasado.

El diplomático Thomas Hubbard, enviado de Clinton, se hallaba hoy en Corea del Norte pidiendo la libertad de Hall. Pero las versiones iniciales sobre las conversaciones eran imprecisas.

Escogiendo cuidadosamente sus palabras, Clinton dijo de los pilotos estadounidenses que "ellos cometieron un error, que hemos admitido, al penetrar en el espacio aéreo norcoreano".

## Renovada tensión en Corea

23-12-94 L-A

**L**A entrega de los restos del suboficial David Hillemon y la promesa de liberar al suboficial Robert Hall, tripulantes de un helicóptero militar de los Estados Unidos caído en Corea del Norte, no consiguieron resolver la situación conflictiva planteada por la invasión del espacio aéreo norcoreano. Pyongyang reclama ahora el formal reconocimiento de que la incursión tenía propósitos de espionaje y el consiguiente pedido de disculpas.

Según informó el comando militar norteamericano en Corea del Sur, el helicóptero, sin armamento, incurrió en un error de navegación y habría sido derribado por baterías antiaéreas norcoreanas; Corea del Norte se negó a poner en libertad al militar sobreviviente mientras no se compruebe que fue, en efecto, un desvío accidental y no una incursión premeditada.

Llegada la situación a ese punto, habrían entrado a jugar las pujas internas por el poder en Pyongyang, donde los militares parecen haber endurecido su posición. Corea del Norte ha persistido en un rechazo de toda reclamación norteamericana como, por ejemplo, al oponerse durante más de dos años a someter su programa nuclear a una revisión internacional.

Alcanzado finalmente un acuerdo, tras la muerte de Kim Il Sung, en el que Corea del Norte abriría sus instalaciones nucleares a los investigadores a cambio de cierta asistencia norteamericana en usos pacíficos del átomo, esta nueva crisis pone a prueba aquel entendimiento: en Washington se asegura que, en las actuales condiciones, difícilmente el Congreso ratifique lo acordado por la vía diplomática. Y se sospecha que la dureza que ha reemplazado a la actitud de diálogo que días atrás encontró el enviado especial del presidente Clinton, es producto de un intento de cierta dirigencia militar por frustrar el acuerdo nuclear de modo de retomar su propia política en la materia y ganar fuerza en el complejo frente interno de Pyongyang, donde Kim Yong Il no goza del poder político de que dispuso su padre.

Deliberada o accidental, esta transgresión en el espacio aéreo norcoreano viene a generar un nuevo foco de tensión en una de las zonas aún muy conflictivas del globo, donde los Estados Unidos y Corea del Norte dirimen una antigua y enconada rivalidad, sin encontrar todavía las vías para una negociación superadora.



Washington había amenazado con dejar sin efecto el pacto de ayuda financiera a Pyongyang

## Persisten dudas sobre acuerdo nuclear entre EEUU y Norcorea tras liberación del piloto



**Regreso sin gloria**

La liberación del piloto norteamericano Bobby Hall no alcanzó para disipar la tensión entre Estados Unidos y Corea del Norte

La liberación del piloto Bobby Hall, quien estuvo retenido por el gobierno de Pyongyang durante trece días, despertó grandes dudas acerca del estado en que quedó el acuerdo entre Washington y Norcorea. Dos días atrás el gobierno de Washington había amenazado con dejar sin efecto el acuerdo por el cual EEUU se comprometió a invertir US\$ 4.000 millones para remodelar las instalaciones nucleares de Corea del Norte

31-12-94 OBSV

A pesar de que Clinton negó enfáticamente que EEUU haya cedido en algo en el acuerdo para liberar al oficial, tras la gestión que fue negociada por el enviado del Departamento de Estado norteamericano Thomas Hubbard con altos funcionarios de Corea del Norte, la Cancillería de Pyongyang dio muestras ayer de una gran incertidumbre sobre la aplicación del acuerdo nuclear.

Funcionarios de la Casa Blanca dijeron que Clinton también habló con el mandatario sudcoreano Kim Young-sam y subrayó que el acuerdo nuclear con Corea del Norte no fue alterado por el acuerdo para liberar a Hall.

El incidente provocó una respuesta de enojo de muchos legisladores estadounidenses, quienes dijeron que si Hall no era liberado rápidamente se vería amenazado el acuerdo firmado en octubre.

Según ese pacto, Pyongyang recibiría ayuda financiera y obtendría mejores relaciones con Estados Unidos si detenía su programa nuclear.

Clinton lamentó que Hall "estuvo detenido por demasiado tiempo después de que su helicóptero se salió de su curso en una misión de entrenamiento rutinaria.

Pero nos complace mucho que haya sido liberado y que ahora esté libre", agregó el presidente.

Clinton rechazó una sugerencia de que el pacto significara que Corea del Sur, un aliado de Washington, quedaría fuera de futuros contactos estadounidenses con Corea del Norte, a lo que Seúl se resiste fuertemente.

### Vuelta a casa tras la odisea

El piloto norteamericano Bobby Hall, retenido durante 13 días en Corea del Norte, fue trasladado ayer a Florida horas después de haber sido liberado por las autoridades de Pyongyang.

Hall, de 28 años, viajó en el mismo avión que el subsecretario del Departamento de Estado para el Sudeste Asiático, Thomas Hubbard, quien se desplazó recientemente a Corea del Norte para negociar la liberación del piloto.

Las autoridades norcoreanas señalaron que decidieron liberar a Hall como gesto de buena voluntad, a pesar de que previamente, habían acusado al piloto de realizar una misión de espionaje cuando el helicóptero en el que viajaba fue derribado el pasado día 17 en territorio norcoreano, en un incidente en el que falleció el piloto de la nave, el oficial David Hilemon de 29 años, cuyos restos fueron entregados 5 días después.

El presidente Bill Clinton elogió ayer la liberación del piloto del Ejército estadounidense Bobby Hall luego de 13 días de tensas negociaciones y dijo que había hablado con él y que se encontraba bien.

"Está a salvo. Su situación médica se está evaluando en estos momentos. Pero tuvimos una buena charla y dijo que se sentía bien", dijo Clinton a periodistas en la Casa Blanca tras hablar por teléfono con Hall horas después de que fuera liberado y cruzara hacia Corea del Sur. ■ (De la redacción de El Observador según fuentes de AP, EFE y Reuter)

### TRECE DIAS DE NEGOCIACIONES

- **17 diciembre** - Norcorea disparó contra un helicóptero que sobrevolaba la frontera entre las dos Coreas, lo que forzó el aterrizaje de la nave en la que viajaban dos pilotos.
- **18 diciembre** - EEUU reclamó la devolución inmediata del piloto con vida, Robert Hall, y el regreso a EEUU del cuerpo del oficial David Hilemon muerto en el accidente.
- **20 diciembre** - EEUU acusó a Corea del Norte de falta de cooperación para el esclarecimiento de la incursión del helicóptero en territorio norcoreano.
- **22 diciembre** - Norcorea entregó a EEUU el cuerpo de David Hilemon.
- **24 diciembre** - Pyongyang informó que el día de Navidad devolvería al piloto detenido.
- **26 diciembre** - Norcorea consideró un acto deliberado de espionaje el vuelo del helicóptero sobre su territorio.
- **28 diciembre** - Thomas Hubbard, enviado especial de EEUU, cruzó la frontera entre las dos Coreas para gestionar la liberación de Hall. Clinton afirmó que el helicóptero estaba en una misión de entrenamiento y no en misión de espionaje.
- **29 diciembre** - Norcorea dio a conocer declaraciones de Hall donde reconoció que realizó una "incursión ilegal" a dicho país, luego Hall fue liberado y enviado a Surcorea.
- **30 de diciembre** - Hall llegó a Florida, EEUU.

Nº. 6000

9500287

TÍTULO

Cambios en Hong Kong antes del traspaso a China.

PROCEDENCIA

81 País

FECHA DE PROCEDENCIA

24/12/94

VINCULACIONES

41876 ✓

507593 ✓

507638 ✓

11164 ✓

dan solamente mil días antes de pasar a formar parte de China Popular. Entretanto, la vieja colonia británica sigue dividida en torno a temas puntuales.

FINANCIAL TIMES

24/12/94

**HONG KONG y LONDRES.** Hace un tiempo Philip Tose, un financiero independiente de Hong Kong, ofreció al Partido Conservador británico un aporte de cinco millones de libras esterlinas (US\$ 8,2 millones) con la única condición de que el gobierno londinense destituyera a Chris Patten del gobierno de la colonia. Ahora, dice Tose, es demasiado tarde y ya no importa.

A menos de mil días del traspaso formal de autoridad a China Popular, previsto para el 30 de junio de 1997, ya se palpa la sensación de cambio. El idioma mandarín comienza a desplazar al cantonés en la radio oficial y la firma china Citic reemplaza a la británica Jardine Matheson en la junta directiva del poderoso Jockey Club. Todos consideran que el tono de la transición depende ahora de lo que haga China.

#### DIFÍCIL CONCILIACIÓN

El mes pasado, finalmente, China se puso de acuerdo con Gran Bretaña sobre la financiación del nuevo aeropuerto de Hong Kong, que costará US\$ 21.000 millones. También son alentadoras las noticias de que el Ministro de Relaciones Exteriores chino Qian Qichen visitará Londres el año entrante. Pero el pasaje de la colonia al estatus de "zona administrativa especial" china sigue signado por la controversia y la incógnita.

El principal obstáculo a una transición ordenada es el posible éxodo de los altos funcionarios públicos, que han manejado la colonia con mano

liviana y experimentada. Hong Kong se enfrenta así a la inestabilidad y continuidad de su administración pública, sostiene el líder del Partido Liberal Allen Lee. Es muy difícil imaginar una conciliación entre la mano firme con que Beijing toma las riendas del poder con la tradicional independencia y profesionalismo de la administración de Hong Kong.

Pero el problema más delicado de todos es la falta de acuerdo en torno a la llamada "cuestión legislativa". El año que viene se celebran elecciones para determinar la composición del Consejo Legislativo (LegCo), el cuerpo parlamentario de 60 miembros. Se propuso y China no aceptó que los legisladores electos en 1995 cumplieran la totalidad de su mandato de cuatro años, sin tener en cuenta el traspaso de soberanía a producirse en 1997.

Beijing ya anunció que la legislatura electa quedará cesante en 1997 y será reemplazada por un legislativo provisorio. Esta decisión china abre una gran interrogante sobre la continuidad del sistema jurídico de la actual colonia.

China sostiene que la legislatura elegida no tiene potestades para aprobar leyes que afecten al gobierno de Hong Kong después del 30 de junio de 1997. Sin embargo en la denominada Ley Básica -una mini-Constitución para Hong Kong redactada por la propia China- no se hace mención alguna a un "legislativo provisorio", aunque determina la creación de un "comité preparatorio" a formarse en 1996 que

determinará la integración de la legislatura post-1997. Para algunos juristas el sistema propuesto por China resulta extremadamente peligroso porque puede eliminar de un plumazo todas las leyes votadas entre 1995 y 1997 que no sean del agrado de Beijing.

#### ELECCIONES QUE IMPORTAN

A pesar de todo, las elecciones parlamentarias del año entrante serán muy importantes. Una buena votación de los grupos y partidos prodemocráticos, como el Partido Democrata liderado por Martin Lee, será considerada como una protesta contra la posición china. Un buen desempeño de los grupos pro-Beijing crearía otro problema: China tendría que decidir si acepta un LegCo favorable a sus puntos de vista o sigue adelante con su idea de cesarlo en 1997.

Para el gobernador Patten sus enfrentamientos con China por las elecciones han sido factor de enorme desgaste; hasta sus partidarios lo consideran políticamente terminado e inoperante como figura de diálogo con vistas a la transición. Patten dice que no abandonará Hong Kong hasta finalizar su mandato, pero es claro que queda a la merced de que China lo acepte como interlocutor válido de ahora hasta la transmisión de mando.

Este debate no oculta la toma de conciencia de que la transición no será, después de todo, tan ordenada y exenta de traumas.

Nº. DOCUMENTO 9500288

TÍTULO China será en 1995 uno de los países con más alto índice de desarrollo.

PROCEDENCIA La Manana

FECHA DE ENTREGA 5/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507638 ✓

11161 ✓

## China en 1995 será uno de los países con más alto índice de desarrollo

China seguirá siendo en 1995 uno de los países con más alto índice de desarrollo económico, pero acentuará las medidas para reforzar el macrocontrol del estado y para doblegar la inflación.

Es tiempo de balance también para el régimen comunista chino, que convocó a una conferencia económica nacional durante cuatro días, para sacar conclusiones sobre 1994 -año crucial para la aplicación de las reformas- y fijar los principales objetivos para 1995.

El balance de 1994 se consideró muy positivo. El producto bruto interno creció el 11 por ciento, dos puntos más de lo previsto. "La situación general es buena, se introdujeron nuevas reformas en los sectores fiscal, finan-

ciero, monetario, de las inversiones y precios", escribe el Diario del Pueblo, órgano del partido comunista.

El diario agrega que "la aplicación de las reformas fue más fácil de lo previsto", pero el régimen chino sabe que no faltan problemas, algunos de ellos impermeables hasta ahora a todos los remedios adoptados.

"Es preciso examinar todas las cosas de las cuales la población no está satisfecha", advierte el partido, que admite la existencia de "contradicciones profundas en el funcionamiento de la economía".

**Preocupa escasa productividad de las empresas estatales.**

El diagnóstico pone en evidencia "desequi-

librios entre obreros y campesinos, entre la ciudad y el campo", señala el crecimiento de la inflación con sus riesgos sociales, "el modesto papel de la agricultura en la economía" y la escasa productividad de las empresas estatales.

Finalmente, se admite también que "en ciertas regiones la situación del orden público y de la seguridad social, no es buena".

Sin embargo la línea trazada por Deng Xiaoping, el arquitecto del camino chino al socialismo, no se discute.

Para 1995 el régimen preanuncia todavía un crecimiento de entre el 9 y 10 por ciento, otras reformas y varias correcciones.

En primer lugar, partido y gobierno tienen

como prioridad el refuerzo del control macroeconómico por parte del estado.

El segundo objetivo es un mayor sostén de la agricultura para garantizar la producción y frenar el éxodo de las zonas rurales.

La tercera meta es la reestructuración de las empresas de estado, para volverlas más eficientes, y el experimento empezará con cien empresas ya seleccionadas.

En 1995 será también elaborado y aprobado el noveno plan quinquenal, que cerrará el siglo y tendrá que dar un giro concreto al proceso de transformación de país, que apunta a convertirse en una de las principales potencias económicas mundiales del nuevo siglo.

Nº. DOCUMENTO 9500289

TÍTULO: Recomiendan frenar crecimiento chino para evitar inflación.

PROCEDENCIA Observador

FECHA DE RECIBO 12/12/94

VOLULACIONES 11876 ✓  
11161 ✓ 507638 ✓  
11300 ✓

## Recomiendan frenar crecimiento chino para evitar inflación

BEIJING - LA COMISION Estatal de Planificación (CEP) china recomendó moderar en 1995 el crecimiento de la economía para controlar la inflación, que en 1994 será la más alta desde que en 1949 llegaron los comunistas al poder, se informó ayer en Beijing.

La CEP recomendará que el crecimiento de la economía no supere en 1995 el 9%, casi tres

puntos menos del que se alcanzará en 1994, objetivo que también busca el responsable máximo de la economía, Zhu Rongji y que para 1994 propugnó, con muy escaso éxito, el primer ministro Li Peng.

La inflación no deberá pasar en 1995 del 10%, según el documento de trabajo de la CEP, que en 1994 fijó un 9% para ese indica-

dor económico, aunque en octubre tuvo que reconocer que había aumentado entre octubre de 1993 y el mismo mes de este año un 27,7% porque, según un alto funcionario, "el mercado ignora lo que dicta la CEP".

Los responsables de la CEP, cercanos políticamente a Li Peng y a sectores conservadores del poder se abocaron en los últimos meses

su labor ha sido la de restringir créditos y limitar proyectos. La estrategia para contener la inflación es limitar a fondo las inversiones en bienes inmobiliarios, pero se enfrenta con la resistencia de las provincias más prósperas del país cuyos órganos de poder local obtienen de los impuestos sobre esas actividades una parte fundamental de sus ingresos. ■ (AP)

Nº. DOCUMENTO 9500290  
TÍTULO Severas condenas en China para promotores del partido  
PRECEDENCIA La República  
FECHA SE P. 17/12/94  
VAGULACIONES 11876 ✓  
507638 ✓  
11164 ✓  
515432 ✓

democrático.

## Severas condenas en China para los promotores de partido democrático

L.R. 17/12

Pekín (ANSA)

El régimen comunista chino vuelve a utilizar la mano dura contra los disidentes. Ayer, un tribunal de Pekín infligió condenas de hasta veinte años de reclusión, las más pesadas de los últimos tiempos, a los promotores de un partido democrático y de un sindicato autónomo.

En total comparecieron ante los jueces quince imputados, arrestados hace dos años y oficialmente acusados por haber promovido "organizaciones contrarrevolucionarias". Cinco fueron liberados.

La condena más dura fue aplicada a Hu Shigen, de 38 años, profesor de literatura comparada, penado con veinte años de reclusión. El siquiatra Kang Yuchun, de 30 años, obrero de una fábrica química, desocupado en la época del arresto, y Wang Guoci, de 31 años, deberán pagar 15 y 11 años de prisión, respectivamente.

Estos fueron considerados los organizadores y dirigentes de nuevos movimientos democráticos, que siguen a aquellos impulsados por las manifestaciones de 1989 en Tiananmen.

La lista de los condenados prosigue con la estudiante Lu Shigen, el profesor Wang Tiancheng, el obrero Chen Wei y el desocupado Zhang Chunzhu, condenados cada uno a cinco años de reclusión, el obrero Rin Chaochao a tres años y su colega Li Qianli, a dos años. Este últi-

mo se benefició con la suspensión temporal de la pena.

Las penas dispuestas ayer, algunas de las cuales son las más graves aplicadas jamás a los intelectuales, superiores a las pronunciadas contra los protagonistas de las protestas populares de 1989, confirman la línea asumida últimamente por el régimen chino que alterna, contra los opositores, la política de la clemencia y la de la mano dura.

A menudo, las sentencias y las encarcelaciones parecen dirigidas a la imagen que se quiere proyectar al exterior, como en ocasión de la renovación de la cláusula de nación más favorecida en el comercio por parte de los Estados Unidos, para visitas de gobernantes extranjeros o cuando está en discusión el tema de los derechos humanos.

En el caso de los disidentes severamente sancionados ayer, el profesor Hu Shigen, conocido también con el nombre de Hu Shenglan, había sido arrestado el 27 de mayo de 1992.

Según la Policía, se le encontró material sobre la constitución de un partido democrático. Pese a haber sufrido la condena más importante, hasta ahora no era muy conocido.

Junto a él fue arrestado Gao Yuxiang, quien, sin embargo, no figura en la lista de los procesados. De los diez condenados, el disidente más notorio es Kim Jingsheng, que fuera protagonista del movimiento de-

democrático de 1978. Arrestado por primera vez en 1979, fue coeditor junto a Wei Jingsheng, el más famoso de los disidentes chinos, que totalizó alrededor de quince años de reclusión, de la revista *Tianan* (Exploraciones) publicación líder del movimiento por la democracia.

Activo entre los disidentes resultaba también Wang Gaoqi, detenido por haber tratado de organizar los funerales del profesor Wen Jie, otro opositor del régimen, y por sospechas de querer preparar una manifestación por el tercer aniversario de la represión de Tiananmen.

Como Hu Shigen, también el médico siquiatra Khang Yuchun, segundo en la lista de los que fueron condenados más severamente, habría realizado actividades democráticas sólo a partir de 1991.

El 6 de mayo del año siguiente fue arrestado, hallándose en su poder documentos a favor de la constitución de un partido democrático.



TÍTULO China: el ejército más secreto del mundo.

PRECEDENCIA 81 País

FECHA DE F. 18/12/94

VIGILACIONES 11164 ✓

507638 ✓

11163 ✓

BEIJING. ¿De qué diablos puede haber conversado el secretario de Defensa de Estados Unidos, Bill Perry con los carniceros de Beijing? En esta nueva era de relaciones a media agua y dos carriles entre Washington y el gobierno chino, una cosa es que el Secretario de Comercio se abraza con el Ministro de Comercio Internacional chino y vuelva a Washington con 6.000 millones de dólares en nuevos contratos (como efectivamente hizo Ron Brown en agosto pasado), pero algo muy diferente es que Perry ande de la mano con los militares responsables de haber masacrado a su propio pueblo en la plaza de Tiananmen.

Perry se mostró positivamente amable durante su visita a Beijing, evitando cualquier cosa que se pareciera a hostilizar a sus anfitriones criticando la política china de desechos humanos o las exportaciones chinas de armamento convencional a países parías como Irán. En vez de eso, dijo a los líderes del Ejército Popular de Liberación (EPL) que "sería interesante que el presupuesto de defensa chino fuera más abierto y visible para el mundo exterior".

### RELACION INCOMODA

Fue una sugerencia tentativa, aunque de trasfondo crítico, hacia uno de los ejércitos más secretos del mundo. De acuerdo a un alto funcionario del Pentágono, Estados Unidos trata de entablar un diálogo con los responsables de las fuerzas armadas chinas. Hay mucho en juego en las incómodas relaciones existentes entre Beijing y Washington: desde el futuro de la seguridad en Asia hasta la morroga —o muerte— del Tratado sobre la No Proliferación de Armas Nucleares (TNP). La posición de China —que tiene 1.200 millones de habitantes y un superávit comercial de 23.000 millones de dólares con Estados Unidos— en estas materias es decisiva para despejar tales interrogantes. El EPL, que ya juega un papel muy importante en la política interna china, puede asumir una posición de mayor preeminencia todavía una vez que el patriarca Deng Xiaoping (90 años) salga de escena. Es fácil ver al EPL como garante de la paz interna y hasta posiblemente como factor determinante de la sucesión de Deng. Según Michael Swain, codirector del Centro de Política para Asia y el Pacífico de la Corporación Rand, "sería un error cortar todas las vías de comunicación con las fuerzas armadas chinas. Necesitamos mantener abiertos los canales que nos permitan de alguna manera influir en el período posterior a Deng".

Muchos sinólogos coincidirían hoy en sostener que hay mejores probabilidades de que Beijing reconozca la

independencia del Tibet. Pero otros piensan de manera diferente, como el ex consejero republicano del Comité de Relaciones Exteriores del Senado, William Triplett, para quien el EPL está integrado por generales "que todavía creen que la guerra de Corea fue e resistencia a la agresión norteamericana. ¿Qué cómo hay que tratar a los chinos? Pues con pinzas", dice Triplett. Gerald Segal, del Instituto de Estudios Estratégicos de Londres, cree que los contactos son necesarios pero advierte que "China es actualmente el único país del mundo que tiene armas atómicas apuntando hacia Estados Unidos". Estas dudas arrojan sombras sobre lo que pueda hacer el recién formado Comité Bipartita Sino-estadounidense para la Conversión de Industrias de Defensa, encargado de formular planes para transformar las fábricas de armamentos en instalaciones dedicadas a la producción civil.

El grupo industrial chino de aviación Xiang, por ejemplo, produce partes para la cola de aviones Boeing 737, equipos para ruedas gigantes de parques de diversiones y hasta inodoros portátiles, todo lo cual no le impide seguir fabricando —y aún ampliando— la producción de bombarderos de largo alcance modelo Hong-6 en otras partes de sus gigantescas instalaciones.

### INSTITUCION GIGANTESCA

El EPL, que antes fue un ejército campesino alimentado de arroz y eslogan-maoístas es hoy una institución gigantesca de tres millones de hombres que se acerca pesadamente al siglo XXI. Según los expertos occidentales, hubo un cambio fundamental en la doctrina del EPL, antes basada en la defensa contra un ataque soviético terrestre y hoy predica sobre la capacidad de enfrentar conflictos localizados y una defensa periférica activa. La Guerra del Golfo llevó a los planificadores chinos a intensificar la reconversión hacia el armamento de alta tecnología, las fuerzas de despliegue rápido y un sistema de control y mando más centralizado. En contra de este profesionalismo castrense, se ha desarrollado en el seno del propio EPL una nueva "clase empresarial" militar que

controla unas 20.000 compañías. Estas monopolizan vastos sectores de la economía china (minería, industria aeroespacial, desarrollos inmobiliarios). La corrupción se ha hecho pandémica bajo forma de "coimas", comisiones, sobornos y tráfico de armas, drogas e influencias.

El dinero es el combustible que alimenta el desarrollo del EPL, cuyos líderes dicen que el presupuesto para este año será de unos 7.000 millones de dólares. Empero, según cálculos de fuentes occidentales especializadas, el ingreso extrapresupuestal del EPL ascendió a 38.000 millones de dólares en 1993, producto de los negocios realizados por los militares-empresarios. Otros sostienen que los precios bajos y la baratura de la mano de obra sitúan el poder real de compra del EPL en cerca de 75.000 millones de dólares, cifra sólo inferior a la registrada en Estados Unidos y Rusia.

## El músculo chino

### TOTAL DE LAS FUERZAS ARMADAS

Activas	2.930.000
Reservas	1.200.000
<b>EJERCITO</b>	
Tropas	2.200.000
Tanques	10.000
Artillería pesada	18.300
<b>ARMADA</b>	
Marinos	260.000
Submarinos	50
Buques de superficie	55
Lanchas patrulleras	870
<b>FUERZA AEREA</b>	
Efectivos	470.000
Bombarderos	470
Cazabombarderos	4.500
Aviones de apoyo	1.040
<b>MISILES NUCLEARES</b>	
Intercontinentales	14
De alcance medio	60
<b>POLICIA POPULAR</b>	
Efectivos	1.200.000

### MAYOR TRANSPARENCIA

En reemplazo de equipamientos anticuados, China compró a Rusia helicópteros artillados de ataque, aviones de transporte y cazas SU-27 y todo indica que negocia también la adquisición de modelos más avanzados de aviones MIG. La Marina trata con Ucrania la compra de un portaviones y el ejército agregó a su nómina a cientos de especialistas rusos, muchos de ellos expertos en diseños aeroespaciales y construcción de misiles. Todo esto tiene sumamente nerviosos a los vecinos de China y resulta frustrante para los propósitos estadounidenses de concluir un tratado de seguridad regional.

Uno de los propósitos del viaje de Perry a Beijing fue buscar que China sea más franca en lo que respecta a sus intenciones militares y geopolíticas. También exploró las posibilidades de dar un enfoque fresco del problema de la proliferación de armas nucleares. La política norteamericana es definida por un funcionario del Pentágono como "odiar el pecado y amar al pecador". Consiste esencialmente en mejorar todo lo posible las relaciones con los países —como China— poseedores de armas de destrucción masiva y luego ofrecerles incentivos para que primero permitan la inspección internacional de sus programas nucleares y después, idealmente, acepten acogerse a un régimen negociado de contralor internacional: en síntesis, algo parecido al acuerdo que se ofreció a Corea del Norte y fue aceptado por éste. ¿Pero cuáles serían los incentivos? Nada de armas pero, por ejemplo, ayuda técnica para mejorar la seguridad de las plantas nucleares. El plan es de difícil concreción, pero mejor es intentar llevarlo a cabo que ver al mundo enfrentado a una nueva guerra fría, esta vez con la cuenta del Pacífico como escenario en vez de Europa.

Nº. DOCUMENTO

9500292

TÍTULO

Las contradicciones chinas y su formidable desarrollo económico.

PROCEDE

País

FECHA DE

20/12/94

VIGILACIONES

11876 ✓

507638 ✓

11161 ✓

11164 ✓

## LAS CONTRADICCIONES CHINAS

P. 20/12

**T**ODO el mundo asiste, asombrado, al formidable desarrollo económico de la enorme nación china. Pero a nadie se le ocurre atribuirle ese mérito al régimen comunista que la gobierna y que hace de ella uno de los últimos exponentes vivientes — aunque en vías de extinción — de la doctrina marxista-leninista.

Ni siquiera los más fervientes y fanáticos comunistas, piensan que China está despegando velozmente porque aplica los principios que les enseñó Marx cuando recién se extendían las locomotoras a vapor y nacía el capitalismo salvaje.

Al contrario, esos comunistas, si son fieles a su doctrina, considerarán a China como un hereje que se apartó del dogma. Porque, fuera de dudas, el progreso chino no se hace en virtud de los principios marxistas, sino a pesar de ellos.

Es archisabido que todo marcha mal en ese país, salvo las zonas que se han librado al libre mercado y a la inversión extranjera, las cuales agrupan a la cuarta parte de la población total.

**F**UERA de esas zonas, impera el sistema económico marxista y, en todo el país, el totalitarismo de ese signo. De esa manera se da lo que se ha llamado "el socialismo a la china", que constituye un híbrido en el que la parcial apertura económica está permitida, alentada y regulada por el régimen de partido único y todos sus derivados.

La China que crece es la de las zonas económicas especiales; el resto lo hace por los beneficios resultantes de aquellas, por contagio o, mejor, por contaminación, ya que, indudablemente, terminarán por socavar, desleír y destruir al régimen comunista.

Pero, mientras tanto, el portentoso crecimiento (10% anual acumulativo desde hace años) puede recalentar la economía y descontrolar la inflación.

Si por esas o cualquiera otras razones, el desarrollo se traba, entonces pueden pasar al primer plano otros factores negativos que penden, cual espada de Damocles, sobre todo el sistema.

El principal de ellos — por su inmediatez y por la gravitación numérica y social que implica — es el de la migración interna.

**E**N efecto: el pujante desarrollo costero ha hecho que muchísimos chinos se hayan desplazado de las áreas granjeras a los centros urbanos. Se menciona que 24 millones migraron en 1992 y 50 en 1993. Las cifras parecen terroríficas, aunque hay que relativizarlas en función de la población total. Por ahora, esa gran población flotante es absorbida por la demanda de mano de obra que significa la construcción simultánea de unas cinco mil fábricas en las provincias costeras y las posibilidades de empleos que ellas generarán. Pero la contrapartida de este aspecto positivo, está dada por los problemas que se plantean en torno a estos nuevos habitantes de las ciudades: viven en espacios públicos, en estaciones de ferrocarril, están desprotegidos por las leyes y sometidos a la voluntad de los contratistas.

De ahí que, a pesar de los salarios que ganan — elevados si se los compara con lo que percibían en el medio rural, pero paupérrimos a escala internacional: US\$ 1,25 por día — son un caldo de cultivo de la corrupción y de la criminalidad. No son rebeldes políticos, pero pueden llegar a serlo si la recesión asoma su cabeza.

**S**i a ello se le agrega — y no nos cansaremos de reiterar el concepto — la influencia removedora que tiene que tener la formación de una nueva clase empresarial y de las exigencias propias de una economía de mercado, de la que es cada vez más cautiva China, entonces, la conclusión es que el sistema político totalitario chino será incapaz de absorber el nuevo tiempo que se le avecina. Deng Xiaoping abrió las puertas de la economía, manteniendo cerradas las de la organización política. Luego de este gigantesco paso, el cambio generacional habrá de producir el próximo.

La incógnita se plantea en torno a si la clase dirigente ortodoxa y su enorme burocracia, ancladas en el pasado, siempre inclinadas a las medidas drásticas (recuérdese Tienanmen), optarán por luchar por sus posiciones o si cederán ante el inevitable avance de los sectores que hoy impulsan el progreso.

**Q**UIZA antes de finalizar el siglo, tengamos la respuesta.

Nº. DE SUP. 9500293  
TÍTULO Reformas en el PC chino.  
PROCEDIMIENTO La Nación  
FECHA DE RECEPCIÓN 30/12/94  
VINCULACIONES 11876 ✓  
507638 ✓  
11164 ✓  
515432 ✓

## Nueva purga china

**Depuración:** la conducción del PC inició una profunda reforma en sus organizaciones de base para excluir a los cuadros que no han logrado controlar el desorden social.

PEKIN, 29 (Reuter).- El Partido Comunista Chino inició hoy una purga en sus organizaciones de base y prometió mejorar 64.000 de ellas, en las que los miembros no han logrado controlar "el desorden social".

El Partido Comunista Chino está decidido a examinar y consolidar sus 64.000 comités de base locales en tres años", informó la agencia de noticias oficial Xinhua.

Se trata de la más reciente purga que se realiza desde que hace 15 años el líder Deng Xiaoping inició las reformas económicas. Los objetivos de

esta operación son "las organizaciones débiles y paralizadas" que no funcionan normalmente, expresó un alto funcionario.

Las organizaciones que no cumplen los parámetros del partido representan el ocho por ciento del total, según un estudio realizado.

"El objetivo del examen es activar el papel del PC para lograr la prosperidad y luchar contra los desórdenes sociales en las áreas rurales", señaló Xinhua.

En la reorganización se otorgará más poder a los dirigentes locales, que serán los únicos responsables de rectificar las bases del partido y de elegir el camino del desarrollo económico.

Los dirigentes chinos están preocupados por la inestabilidad social producida por las reformas económicas, que han cerrado varias empresas deficitarias, lo que ha creado un enorme desempleo.

Nº. GOSU 9500294  
 TITULO Primer Ministro chino visita Birmania.  
 PROCEDEN 81 País  
 FECHA DE F. 27/12/94  
 VINCULACIONES  
 11876 ✓  
 507479 ✓  
 507638 ✓  
 11164 ✓  
 11399 ✓



Nº. 6521

9500295

TÍTULO

PROCEDENCIA Elecciones en Namibia, habria mayoria para el partido de gobierno SWAPO.

FECHA DE PROCEDENCIA 15 de Enero de 1994

VINCULACIONES 11/12/94

11876 ✓

507626 ✓

11164 ✓

11437 ✓

## Resultados parciales de las elecciones de Namibia indican mayoría absoluta para el gubernamental SWAPO

Lo Jo 11-12-94

Los resultados parciales de las elecciones celebradas el miércoles y el jueves pasado en Namibia indican una posible mayoría absoluta de la gubernamental SWAPO (Organización Popular Africana Suroccidental), así como un segundo mandato para el presidente Sam Nujoma.

Según los últimos datos de la Comisión Electoral, SWAPO, en el poder desde hace cuatro años, tiene el 61.5 por ciento de los votos escrutados en 53 de los 95

centros electorales, frente al 28.8 por ciento conseguido por el principal partido de la oposición, la Alianza Democrática de la Turnhalle (DTA).

Algunos analistas creen que con el resto de los centros, tras el cómputo en las zonas favorables a la DTA, que el partido de Nujoma podría tener hasta el 90 por ciento, lo que le daría más de los dos tercios que necesita para reformar la Constitución.

En cuanto a las elecciones presidenciales, Nujoma cuenta hasta ahora



Sam Nujoma

con el respaldo del 67 por ciento del electorado y se calcula que llegue al 80 por ciento, mientras su rival, el líder de la DTA, Misjake Muyongo, tiene el 30.6 por ciento.

En algunos colegios del norte de Namibia, la ciudad de origen del presidente namibio, Nujoma tuvo el 99 por ciento de los votos. Un equipo de observadores internacionales que supervisó el desarrollo de las elecciones namibias afirmó que estas fueron libres y transparentes.

### NAMIBIA Elecciones: Lo Jo presidente 6-12-94 Nujoma seguro de su victoria

El presidente de Namibia, Sam Nujoma, ha expresado su optimismo en cuanto a la victoria de su partido, la Organización Popular de Africa Suroccidental (SWAPO), así como de acceder a un segundo mandato tras las elecciones presidenciales y legislativas que se celebran en el país. Nujoma, que se presenta a la reelección, pidió tras depositar su voto calma a la población y afirmó que confiaba en la victoria de la SWAPO, «que utilizaremos para consolidar los progresos realizados desde la independencia», así como que su Gobierno se concentrará en solucionar los problemas sociales del país.

Las encuestas señalan a Nujoma, de 66 años y que preside el país desde 1990, como vencedor en estas primeras elecciones directas en Namibia. Los comicios, que se celebran bajo la supervisión de más de un centenar de observadores internacionales, se desarrollan sin incidentes de importancia, pese a la lentitud en los colegios electorales, donde algunos de los 650.000 electores esperan desde la madrugada para ejercer su derecho al voto. El buen desarrollo de las elecciones fue reconocido tanto por SWAPO, como por la Alianza Democrática de la Turnhalle (DTA), principal fuerza de oposición, mientras que los observadores internacionales felicitaron a la población namibia por su «paciencia y tolerancia». 1. J. 8/12

Nº. DOCUMENTO 9500296  
 TÍTULO Namibia: Un país exitoso en un continente lleno de contrastes.  
 PROCEDENCIA País  
 FECHA DE RECEPCIÓN 7/12/94  
 VAGULACIONES 11876 ✓  
 507626 ✓  
 11164 ✓  
 11161 ✓

## NAMIBIA: UN PAÍS EXITOSO EN UN CONTINENTE LLENO DE CONTRASTES

Windhoek, la capital de Namibia, es un caso único entre las ciudades africanas. Es la única metrópolis con señales callejeras alemanas, una reminiscencia del dominio alemán que duró 30 años hasta la Primera Guerra Mundial. Sus calles son más limpias que las de Oslo y más seguras que las de Londres. Actualmente vive un "boom" de la construcción que contrasta agudamente con las viviendas semi-derruidas de Lusaka y Lusaka. Los teléfonos funcionan y del mismo modo funciona el Consejo Municipal de Windhoek de 12 miembros, a pesar de su división en tres partidos. La idea local de una crisis urbana es un servicio de suministro de agua potable temporalmente interrumpido. Una rotura accidental de la principal cañería de la ciudad fue noticia de primera plana en el diario "The Namibian" la semana pasada.

En un continente acosado por sequías, enfermedades y guerras civiles, Namibia es un caso raro de país exitoso y su éxito refleja esa realidad. Desde que Namibia obtuvo su independencia de África del Sur en 1990, la democracia multipartidaria ha consolidado bajo la presidencia de Sam Nujoma. La mayoría de los 100.000 blancos del país han permanecido en él y el Partido dominante Organización del Pueblo de África Sudoccidental (SWAPO) probablemente aumente su confortable mayoría en el parlamento cuando los votantes acudan a las urnas la semana próxima. Claro está, el país no es perfecto: la prensa local informa fuertemente acerca de casos de corrupción en altas esferas, los acuden a Windhoek y Walvis Bay en busca de empleos que no existen y la brecha entre pobres y ricos está entre las mayores del mundo. Sin embargo, 1,5 millones de namibios tienen buenas razones para ver el futuro con optimismo. "Seguimos teniendo esperanza, y sin gente preparada y calificada no podremos desarrollar el país", dijo Nujoma. "Pero el 90% de los namibios han aceptado nuestra política de reconciliación nacional y sobre todo la búsqueda de paz y estabilidad".

Esta no es una hazaña desdeñable, teniendo el pasado no tan lejano. El partido SWAPO de Nujoma combatió en una dura guerra de guerrillas de 23 años contra el régimen de apartheid que terminó luego de que los Estados Unidos ayudaran a negociar una paz que se concretó en 1989. Miles murieron en el conflicto, pero las elecciones supervisadas por las Naciones Unidas fueron consideradas libres y limpias y ayudarán a crear las bases para una nueva era. La adopción por parte de Nujoma de una política de libre mercado desmintió el mote de "mandato autoritario" con que solía designarlo la maquinaria de propaganda de Pretoria. La decisión de su gobierno de posponer la reforma de la policía y de abandonar los cargos contra miembros de las fuerzas de Seguridad sudafricana por abusos de derechos humanos, dieron un sentimiento de seguridad a la pequeña pero rica minoría blanca. Las relaciones con el coloso del Sur mejoraron considerablemente desde el pasado marzo cuando Pretoria entregó a Namibia Walvis Bay, el único puerto de aguas profundas del país.

En la pugna entre dos candidatos la semana próxima, Nujoma, de 65 años es el candidato favorito para la reelección. El partido SWAPO está dominado por miembros del grupo étnico Ovambo,

que constituye la mitad de los 700.000 votantes registrados del país. En una cultura en la cual los lazos étnicos son fuertes, Nujoma puede contar con un abrumador apoyo de su tribu. La oposición está fragmentada en siete partidos y es muy probable que no alcance el 42% que obtuvo en las elecciones de 1989. El rival de Nujoma es Mishake Muyongo, un ex miembro del aparato del SWAPO de 54 años que es apoyado por el partido rival, DTA, que debe cargar con el estigma de haber aceptado el apoyo de Pretoria hace cinco años.

En realidad hay dos Namibias. Una está contrada en la parte más opulenta de la capital. Dominada por los blancos cuenta con sólo el 5% de la población pero controla más de las dos terceras partes de su economía.

La otra Namibia puede ser vista en las zonas rurales, donde campesinos analfabetos viven precariamente de una agricultura primitiva y en los suburbios de la capital y otras ciudades. Allí la herencia del apartheid aparece en toda su inquietante dimensión: una tasa de desempleo del 50%, una crónica escasez de viviendas y escuelas y servicios de salud muy precarios. Unos 4.200 agricultores (la mayoría blancos) son dueños de alrededor de la mitad de la tierra. El Parlamento tocó este tema cuando adoptó una ley de reforma agraria en los últimos días de 1994. Pero llevará años corregir las peores secuelas del apartheid.

Mientras tanto otros problemas habrán de ocupar la atención y los recursos del gobierno. La constante migración de campesinos pobres a las ciudades está incrementando significativamente las tasas de criminalidad (si bien las estadísticas policiales dicen otra cosa). La corrupción es un problema cada vez más embarazoso para las autoridades: recientemente el Contralor del Estado descubrió que la esposa de un alto funcionario del Ministerio de Relaciones Exteriores se había metido ilegalmente en el bolsillo US\$ 23.000 en una operación de compra de automóviles Mercedes-Benz para misiones diplomáticas en el exterior. Los líderes de la oposición denuncian un creciente autoritarismo en las filas del SWAPO y predicen que si obtiene una mayoría de dos tercios en las elecciones anulará unilateralmente la Constitución.

En una entrevista la semana pasada, Nujoma desmintió tajantemente esas acusaciones y en cambio enfatizó las ventajas de su país. Posee una pequeña población en un territorio que es el doble de Alemania. El otro es su riqueza diamantera, que es la principal fuente de divisas, con un tercio de los US\$ 1,3 mil millones percibidos en 1993 por exportaciones. La semana pasada Nujoma firmó un acuerdo con De Beers que va a dar al estado un 50% de los ingresos obtenidos por la subvención de ese cartel. El acuerdo está calado del obtenido hace 25 años entre De Beers y la vecina Botswana. El constante crecimiento de esa sociedad ha ayudado a ese país a convertirse en la más estable y duradera democracia en África. La mayoría de los namibios quieren seguir ese ejemplo, y a diferencia de la mayor parte de los demás africanos, tienen buenas chances de lograrlo.

Joseph C. ...  
 (Traducido de ...)



Nº. DOCUMENTO

9500297

TÍTULO Voluntad de Zeroual de adelantar las elecciones presidenciales.

PROCEDENCIA La Nación

FECHA DE PUBLICACIÓN 10/12/94

VINDULACIONES 11876 ✓

507472 ✓

11164 ✓

11437 ✓

## La última carta de Zeroual

Por Alain Louyot L.N. 10/12

PARIS (L'Express). - Pocas veces un regalo de cumpleaños ha suscitado tan poco entusiasmo. Al anunciar, en la noche del lunes -en la víspera de la conmemoración del comienzo de la guerra de la independencia, el 1º de noviembre de 1954-, su voluntad de organizar una elección presidencial para antes de finalizar el año próximo, el jefe del Estado argelino, Liamine Zeroual, convenció a sus compatriotas, más que nada, de la amplitud de su desconcierto. Al igual que los inmensos carteles desplegados en los últimos días a través de las calles de Argel para exhortar a la "unidad nacional", el discurso televisivo tan esperó apareció como un vano y patético llamado lanzado en el desierto.

Es tiempo de eliminar cualquier obstáculo entre el pueblo y su destino nacional. Es tiempo también de permitirle expresar libremente su voluntad con toda soberanía", declaró el presidente con estilo encantador, asegurando que esta elección se desarrollaría "con transparencia". Al oírlo pareciera que una de las páginas más oscuras de la historia argelina sería cerrada así, como por encanto, tres años después de la decisión de interrumpir el proceso electoral, al día siguiente del primer turno de las elecciones legislativas para impedir que el Frente Islámico de Salvación (FIS) obtuviera la mayoría absoluta de las bancas... A esta decisión le siguió, en febrero de 1992, la proclamación del estado de urgencia, cuando el país se hundía en el caos y en la guerra civil.

### Saldo

Según los balances oficiales, los enfrentamientos cotidianos entre las fuerzas de seguridad y los grupos armados islámicos causaron menos de tres años más de

10.000 muertos. Una hecatombe que continúa hoy, con la explosión, el 1º de noviembre, de una bomba en un cementerio de Mostaganem que mató a cinco niños.

Si lo que pretenden es tranquilizar a los occidentales y al Fondo Monetario Internacional, las declaraciones de Liamine Zeroual durante el 40º aniversario del Todos los Santos Sangrientos permiten temer nuevas adversidades para los argelinos. Pues el anuncio de la elección fue acompañado de una condena inapelable al FIS, cuyos responsables "fomentan el terrorismo y el extremismo". Más que nunca, la mano de hierro con los

En este "día de fiesta", para el cual las fachadas de los inmuebles de la capital fueron repintadas de blanco, la población tendería, más bien, a verlo todo negro

extremistas del Islam va a continuar, y su evidente exclusión del futuro escrutinio -cuyo principio rechazan- anula toda esperanza de un retorno al multipartidismo y a la paz civil.

"La cabeza de los terroristas será puesta a precio", titula el 1º de noviembre el diario argelino El Watan, en tanto que La Tribuna advierte que "la tentativa de asociar a los dirigentes del FIS fracasó". En este "día de fiesta", para el cual las fachadas de los inmuebles de la capital fueron repintadas de blanco, la población tendería, más bien, a verlo todo negro. ¿Acaso el jefe del Estado, el día anterior, no insistió a todos los partidos polí-

ticos? El Frente de Liberación Nacional (FLN) y los mismos islámicos moderados son considerados "culpables por su silencio", mientras que el Frente de Fuerzas Socialistas (FFS) es acusado de traición por "hacer un llamamiento a la injerencia extranjera".

### La "seguridad total"

La diatriba presidencial no perdonó tampoco a la Unión por la Cultura y la Democracia (RCD) y a los comunistas, acusados de "extremismo". La libertad de acción de todas estas formaciones políticas se vería pronto considerablemente reducida. La Constitución, que hoy el FLN debe reprocharse haber hecho votar, podría ser reformada.

Otro motivo de grave inquietud: el aumento de la represión, que amenaza alcanzar un nivel sin precedentes. El primer signo anunciador del violento retorno de la "seguridad total" fue la espectacular promoción concedida a Mohamed Lamari, que accede al grado, desconocido hasta hoy en Argelia, de general de cuerpo de ejército.

Esta innovación apunta a honrar con brillo al campeón de los "erradicadores" y a todos los militares leales al gobierno, que expertos franceses calculan en "algunas decenas de miles de hombres" solamente. El mensaje es lo bastante claro como para que los argelinos esperen una inminente transformación del estado de urgencia en estado de excepción.

Dando crédito a esta angustiante perspectiva acaba de lanzarse un llamado a todos los jóvenes "engañados por los crápulas sangui-narios" para que se arrepientan cuando aún hay tiempo. Pero posiblemente es sobre todo el poder el que, de ahora en más, tiene el tiempo contado. (c) LA NACION

Traducción de Pablo M. Zenteno

Nº. DOCUMENTO 9500298  
 TÍTULO Guerra civil en Argelia (1994)  
 PROCEDENCIA 81 País 150096  
 FECHA DE PUBLICACIÓN 29/12/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
 507472 ✓  
 514664 ✓  
 11879 ✓  
 11339 ✓

## ■ Cuarenta

años después del inicio del conflicto por la independencia de Argelia, la nación magrebí vuelve a verse inmersa en una guerra civil al fracasar el diálogo entre los islamistas y el gobierno militar.

EL PAÍS

4-12-94



ARGEL. — Dos días después de la conmemoración del comienzo de la guerra de la independencia, el 31 de octubre de 1954, Argelia se teñía, una vez más, de sangre. Los cadáveres de ocho hombres jóvenes y una mujer acorralados a balazos yacían el 2 de noviembre extendidos en una de las calles más frecuentadas de un céntrico barrio capitalino, que había sido aquella mañana acordonado por las fuerzas de seguridad argelinas. Los vecinos del barrio se asomaban a sus balcones observando el edificio Lafayette, donde durante la noche se había refugiado un grupo de integristas islámicos después de que en un tiroteo con la Policía cuatro de ellos resultaran muertos. Horas antes había sido asesinado el coronel Cherif Yellul, comandante del sector militar de Argel. Ese mismo día, la explosión de una bomba colocada por presuntos integristas islámicos en un cementerio del país, donde un grupo de boys scouts conmemoraba el 40 aniversario del inicio de la guerra de liberación contra Francia, había matado a cuatro niños y causado heridas a 17 más.

### ESPIRAL DE VIOLENCIA

El levantamiento argelino contra los colonizadores galos culminó el 18 de marzo de 1962 con la independencia del país. Treinta años después el Estado magrebí volvía a sumergirse en una espiral de violencia, cuando el régimen argelino suspendió, en diciembre de 1991, las primeras elecciones libres del país ante la casi segura victoria del integrista Frente Islámico de Salvación (FIS) en las urnas.

El atentado en el cementerio y el operativo policial se produjeron después de que el presidente argelino, el general Liamin Zerual, anunciara al país la ruptura del diálogo abierto entre el régimen y el legalizado FIS. Zerual fue contundente en sus calificaciones de los máximos dirigentes históricos del FIS, Abassi Madani y Ali Benhadj, a quienes acusó de "promover el terrorismo" que él está "determinado a erradicar".

La decisión de intensificar la lucha contra los grupos extremistas se había impulsado ya cuando el Ejército promocionó al hasta entonces jefe del Estado Mayor, general Mohamed Lamari, partidario de la lucha sin cuartel contra los integristas. Lamari, antiguo jefe de los comandos especiales antiterroristas, los temidos ninjas que ocultan sus rostros bajo pasamontañas negros, pasó a ocupar el 30 de octubre un puesto de nueva creación que, con el nombre de "General del Cuerpo del Ejército", supone en la práctica su ascenso al techo de la cúpula militar.

Que los grupos armados reaccionaran con una nueva escalada de la violencia también se esperaba. De hecho, y aunque el asesinato de los cuatro niños supone que Argelia ha entrado en una fase demencial de la crisis o, para ser más exactos, en una

guerra civil no declarada, los atentados no habían cesado mientras el régimen y el FIS negociaban. Hace sólo unos días, las víctimas fueron dos monjas españolas de la orden de las Agustinas Misioneras en uno de los feudos integristas de Argel, el barrio de Bad el-Oued.

Las religiosas murieron de un tiro en la cabeza cuando se dirigían al oficio religioso dominical, engrosando así la suma macabra de extranjeros asesinados en Argelia a 69 en los últimos 13 meses.

"Nunca nos habían amenazado directamente, pero sabíamos que esto podía pasar y decidimos quedarnos", afirmó a CAMBIO 16 la hermana Lourdes Miguélez, que convivía con las dos monjas asesinadas de Bad el-Oued y que salvó la vida en el atentado. "Estas vidas segadas han de ser víspas para Argelia, para que cese el odio y la violencia y surjan el perdón y la reconciliación", añadía la religiosa española que, junto con otros 350 compatriotas, opta por seguir en Argelia a pesar del ultimatum del Grupo Islámico Armado (GIA), el más radical de los que actúan en el país.

Empero, el llamado a la paz de Lourdes Miguélez fue estéril. El diálogo entre el régimen y los islamistas era para muchos el único camino para salir de la crisis que se inició a principios de 1992 cuando el gobierno cortó el proceso electoral que estaba dando la victoria al FIS. Los gobiernos de la Unión Europea (UE) parecen ser ahora de esa opinión, aunque en aquel entonces respiraron con evidente alivio. Los ministros del Interior de España Juan Alberto Bellocq, de Francia Charles Pasqua y de Italia Roberto Maroni van a reunirse para analizar la nueva situación argelina.

### ELECCIONES DUDOSAS

Las esperanzas suscitadas el pasado 13 de septiembre, cuando los líderes del FIS Abassi Madani y Ali Benhadj fueron trasladados de la cárcel a una residencia bajo arresto domiciliario no han cuajado. El régimen exigió al FIS hacer un llamamiento inequívoco al cese de la violencia y éste lo condicionaba a la liberación de todos sus militantes y a la rehabilitación del disuelto partido político. El FIS pedía así un retorno de la crisis "a sus raíces", lo que supondría admitir que estos dos años y medio de muerte han sido en vano. En cualquier caso y aunque el diálogo hubiera prosperado, se considera improbable que el GIA, que parece actuar autónomamente del FIS, hubiera acatado la tregua.

En este contexto, el anuncio de Zerual de celebrar elecciones presidenciales antes que acabe el año próximo, ha sorprendido a los analistas políticos que las consideran muy difícilmente organizables. Por no tener, Zerual no tiene ni el apoyo de las fuerzas políticas de la oposición legal para celebrarlas.

ARGELIA	
Extensión:	2.381.740 kilómetros cuadrados (casi cinco veces el área de España)
Población:	25.714.000 habitantes
Población urbana:	50%
Esperanza de vida:	65,6 años
Crecimiento anual:	2,8%
Previsión para el año 2000:	33 millones
Hijos por mujer:	5,1
SALUD	
Un médico cada	8.400 habitantes y una cama de hospital cada 360
Mortalidad infantil:	65 por mil
Agua potable:	71% de la población tiene acceso
EDUCACIÓN	
Alfabetismo:	60 por ciento
ECONOMÍA	
Capital:	Argel
Moneda:	Dinar argelino
Tasa de inflación:	5,2 por ciento
PIB per cápita:	2.870 dólares
PRINCIPALES EXPORTACIONES	
PETROLIO CRUDO	
DERIVADOS DEL PETROLIO	%
PRINCIPALES MERCADOS	
EE.UU. Y CANADA	%
ASIA OCCIDENTAL	%
AFRICA	%



Nº. BOSUM

TÍTULO *Fracaso del diálogo entre Argelia y el FIS*

PRECEDENTE *Clarín*

FECHA DE ENTREGA *27/12/94*

VOLUCIONES *11876*

*507422*

*514664*

*11879*

*11339*

## Argelia: el fracaso del diálogo

PARIS, 26. (Por Catherine Simon, de "Le Monde", especial para Clarín). - Hace apenas dos meses, el 29 de octubre, desde que el jefe de Estado argelino, el general (RE) Liamine Zeroual, enterró públicamente toda esperanza de diálogo con el movimiento islámico. Un fracaso, cuya responsabilidad atribuyó a los representantes del antiguo Frente Islámico de Salvación (FIS), acusados de haber seguido "alentando al terrorismo y al extremismo".

Desde ese instante la hipótesis de una solución política había quedado provisoriamente excluida: quedaba solo la de la guerra. Y para los partidarios de la Jihad, miembros del Ejército Islámico de Salvación -rama militar del FIS-, o del Grupo Islámico Armado (GIA), lo que restaba era el terror a gran escala.

Días antes que el presidente Zeroual admitiera el fracaso de esta política de diálogo, el general Mohamed Lamari,

partidario declarado de la represión a ultranza en aras de la "erradicación total" de las redes islámicas, puso las cartas sobre la mesa al anunciar que la lucha contra "las fuerzas oscurantistas y retrógradas, traidoras de la nación y del Islam" sería realizada "hasta el fin".

En el transcurso de estos últimos meses, se llevaron a cabo operaciones de represión de una magnitud sin precedentes en todo el norte de Argelia.

Según un balance contabilizado por la corresponsalia argelina de la agencia France Presse, habrían muerto solo en noviembre más de 400 personas. De estas, 391 eran "islámicos armados". De todos modos, esta cifra podría ser mucho más elevada. Fuentes bien informadas, tanto en París como en Argel, revelaron hoy que habría un promedio de 800 muertos por semana.

Los grupos islámicos, por su parte, castigados con estas ofensivas violentas, no se muestran inactivos. Los ru-

27-12-94 CLARIN

mores se hacen eco de múltiples ataques sufridos por la población: civiles degollados -decapitados a veces en la plaza pública-, secuestros, violaciones de jovencitas o niños masacrados.

La toma de rehenes en el avión de Air France forma parte de esta lógica asesina. ¿Hay que ver en todo esto el gesto desesperado de una guerrilla acorralada? ¿Una suerte de atroz y último combate, destinado a probar a los ojos del mundo -y de Francia en particular, acusada de apoyar a la junta militar argelina- que el campo islámico sigue teniendo capacidad de ataque a pesar de los golpes recibidos? O, con una lectura más pesimista, ¿hay que ver en todo esto el riesgo de acciones cada vez más sangrientas, que desbordarían las fronteras de Argelia?

La forma, confusa, por decir lo menos, como París y Argel han "manejado" el "affaire" del Airtus nos hace inclinarse por la segunda hipótesis.

Nº. DOCUMENTO 9500299

TÍTULO Desmond Tutu acusa de corrupción al partido de Mandela.

PROYECTO-PAÍS El País

FECHA DE 30/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507663 ✓

11164 ✓

11426 ✓

515432 ✓

## TOMBOLA AFRICANA

EL PAÍS  
30-12-94

El Obispo Desmond Tutu, ferviente partidario de Nelson Mandela "de toda la vida", ahora le dirige sus fuertes dardos, acusándolo de corrupción. Dice que el CNA —partido de Mandela— condenó siempre a los blancos por el "tren de la corrupción", ahora ese mismo CNA "ha parado el tren pero para subirse a él".

En un reciente viaje de una delegación gubernativa a Bruselas, para pedir préstamos de dinero a la UE, toda la delegación se hospedó, con todos sus sirvientes y acompañantes, en un hotel equivalente del Hilton, al costo de 1.500 dólares diarios por persona. Las autoridades de la UE preguntaban por qué venían a pedir préstamos a ese costo.

De ello no tiene la culpa Mandela, considerado una buena persona por tirios y troyanos, sino la infracultura en que se mueve su equipo de gobierno partidario. Por ejemplo, buena parte de los parlamentarios negros no saben escribir en inglés, que es uno de los idiomas oficiales junto al afrikaans.

La terrorista Winnie, funciona nada menos que como Ministra de Cultura, y viaja dentro y fuera de Sudáfrica con un séquito de 16 guardaespaldas. El famoso "Tren Azul", que une Cape Town con Johannesburg, lujoso transporte equiparable a los mejores de Europa, fue un día ocupado por todo el equipo parlamentario. Al finalizar el recorrido, los niños de los parlamentarios negros habían destruido los vagones y ensuciado todo, mien-

tras los parlamentarios se llevaban las alfombras y los numerosos cuadros que adornaban los vagones.

Y aunque ahora sí, la "democracia" funciona en Sudáfrica, lo está haciendo al precio de la corrupción generalizada, con parlamentarios que se fijan sueldos de 7 mil dólares mensuales, y del drástico descenso general de la enseñanza y la cultura, que ahora debe ponerse al nivel de los estudiantes negros.

Una fuerte emigración de sudafricanos y residentes verdaderamente capacitados que ya no pueden vivir en ese ámbito, causa más perjuicios al país de los que pueden compensar las nuevas inversiones extranjeras.

Nº. 80500300

TÍTULO *Burundi hundida en asesinatos étnicos*

PROCESO *La República*

FECHA DE *6/12/94*

VINCULACIONES *11876 ✓*

*507483 ✓*

*11164 ✓*

*11833 ✓*

## Burundi hundida en asesinatos étnicos

L.R. 6/12

Bujumbura (AFP)  
por Anne Thomas

La oposición parlamentaria en Burundi, dominada por la etnia tutsi (minoritaria), manifestó en Bujumbura para reclamar la renuncia del presidente de la Asamblea Nacional, poniendo con ello en peligro el frágil equilibrio difícilmente instaurado en el país.

La víspera, Radio Burundi dio cuenta de una nueva masacre en el norte del país, donde unas 20 personas fueron asesinadas por bandidos armados con fusiles y granadas. Las víctimas, al parecer, son burundis que acaban de regresar del Ruanda vecino, o sea, a priori, hutus.

En la capital, unas 2.000 personas desfilaron en la mañana del lunes al llamado de la Unidad para el Progreso Nacional (Uprona), único partido de oposición representado en la Asamblea Nacional, con 16 escaños, contra 65 para el Frente por la Democracia en Burundi (Frodebu, mayoritariamente hutu).

El viernes pasado, los diputados de Uprona abandonaron la Asamblea, para protestar contra la elección de su nuevo presidente, Jean Minani, de la etnia hutu, miembro de Frodebu, a quien acusaron de haber lanzado llamados al asesinato de tutsis en octubre de 1993.

El presidente Melchior Ndadaye, primer jefe de Estado hutu de Burundi, fue asesinado por militares tutsis y, desde Kigali, Minani llamó a los habitantes de Burundi para que resistan a los putschistas.

Minani Jean, asesino sin fe ni ley", "Minani presidente del Parlamento, una vergüenza para la nación", rezaban los carteles de los manifestantes. La manifestación se desarrolló en calma.

El presidente de la Uprona, Charles Mukasi, repitió el ultimátum lanzado al poder: Minani debe ser reemplazado, si no los ministros y diputados Uprona renunciarán. La "fecha límite" fue fijada para este martes, agregó.

No obstante, entre los manifestantes se notó la ausencia de varios líderes y en especial del primer ministro Anastase Kanyenkiko, que pese a ser miembro de Uprona, afirma ser un "primer ministro de consenso".

La convención de gobierno fue firmada en septiembre, donde se definía el poder entre la mayoría y la oposición.

Las diplomáticas y gubernamentales estimaron como poco probable la renuncia del primer ministro, una hipótesis considerada por ellos como absurda.

La convención de gobierno fue violentamente criticada por el ala dura del Frodebu, cuyo jefe es el ex ministro del Interior Leonard Nyangoma. Con sus milicianos creó un partido dotado de una rama paramilitar que lanza regularmente ataques contra posiciones del ejército, dominada por los tutsis.

Nyangoma reprocha al Frodebu haber finalmente cedido a los putschistas.

Según Ahmedu Ould Abdallah, representante de la ONU en Bujumbura, la nueva crisis se debe principalmente a los mismos civiles extremistas tutsis acusados de haber estado implicados en el golpe de Estado del 21 de octubre de 1993.

Nº. DOCUMENTO **9500301**  
 TÍTULO **Guerra civil en Liberia llega a las afueras de Monrovia.**  
 PROCEDENCIA **La República**  
 FECHA DE ... **16/12/94**  
 VINCULACIONES **11876 ✓**  
**507612 ✓**  
**11164 ✓**  
**11830 ✓**

## Guerra civil en Liberia llega a las afueras de Monrovia: 48 muertos

L.R.  
 16/12 Monrovia (AFP)  
 por James Dorbor

Más de 48 liberianos, entre ellos mujeres y niños, murieron ayer jueves en combates en las afueras de Monrovia, según el cómputo de un corresponsal de AFP que pudo ver los cadáveres amontonados en el centro de la ciudad.

Muchos de los cuerpos estaban quemados o mutilados, y fueron enterrados en una fosa común cerca de la ciudad a últimas horas de la tarde.

La periferia de Monrovia, capital de Liberia, fue escenario de combates que empezaron por la noche en barriadas del sudeste de la ciudad, con disparos que mantuvieron despiertos a numerosos habitantes del lugar.

A mediodía seguían escuchándose disparos en el barrio Daport, a unos 10 kilómetros del centro.

Los cascos blancos de la Fuerza Africana (Ecomog) bloquearon por completo el barrio de Daport, y prohibieron la circulación entre el centro de Monrovia y las afueras. Los habitantes de Daport fueron invitados a permanecer en sus casas hasta que la situación esté totalmente controlada, indicó una fuente de Naciones Unidas.

Un alto responsable de Ecomog confirmó a la AFP que los

combates continuaron hasta media tarde, pero se negó a identificar a los asaltantes.

Por su parte, el jefe del Frente Nacional Patriótico Liberiano (NPFL, facción armada), Charles Taylor, confirmó el jueves a la emisora británica BBC que sus tropas participaron en el combate contra Ecomog.

Taylor acusó a Ecomog de haber "atacado" a sus tropas, sin precisar dónde se produjeron los incidentes.

El jefe del NPFL anunció también que ha lanzado una operación militar llamada "saltamontes", para responder a la matanza de "dos mil personas" en Gbranga, antiguo cuartel general del Frente, a 160 kilómetros al noreste de Monrovia, que en setiembre cayó en manos de facciones rivales.

Según Taylor, la operación ha sido lanzada "para evitar que aquello pueda reproducirse".

Un soldado de la Fuerza explicó bajo anonimato que el ataque nocturno fue iniciado por combatientes del NPFL. "Nos atacaron con lanzagranadas y armas automáticas", explicó este casco blanco.

Según los observadores, estos incidentes son los más graves ocurridos en la capital liberiana desde el ataque lanzado en octubre de 1992 por las fuerzas del NPFL contra Monrovia.

La mayoría de las tiendas de la capital estuvieron cerradas todo el día, y las pocas que abrieron por la tarde ya habían subido sus precios.

En los últimos días se multiplicaron los incidentes armados en los alrededores de la capital. En la noche del lunes, Ecomog repelió un ataque en Fendell (15 kilómetros al noreste de Monrovia), donde están detenidos once oficiales superiores de las Fuerzas Armadas Liberianas (AFL), presuntamente autores de un golpe de fuerza frustrado el pasado 15 de setiembre.

El gobierno de transición indicó que se ha restablecido la seguridad en Fendell y que se ha iniciado una investigación para identificar a los asaltantes.

Desde que estalló en diciembre de 1989, la guerra de Liberia ha causado más de 150.000 muertos y obligado al 80% de los 2,5 millones de habitantes a exiliarse o huir hacia Monrovia.

Las conversaciones de paz emprendidas a finales de octubre en Accra y apoyadas por el jefe de Estado de Ghana, Jerry Rawlings, presidente en ejercicio de la Comunidad Económica de Estados de África del Oeste (Cedeao) están suspendidas sino día, debido a que persisten los desacuerdos entre los beligerantes sobre el reparto de poder durante el período de transición.

Nº. DOCUMENTO: 9500302

TÍTULO: Régimen iraní de los ayatollah hizo un llamado a los musulmanes por Bosnia.

PROCEDE DE: la Juventud

FECHA: 3/12/94

VINCULO: 11876 ✓

507597 ✓

507697 ✓

11164 ✓

11612 ✓

## El régimen iraní de los ayatollah hizo un llamado a los musulmanes por Bosnia

JUV.  
3/12

■ Ahmed Yannati, líder religioso, denunció la pasividad de las Naciones Unidas. ■ Instó a todos los islamistas a que se concentraran delante de todas las sedes del organismo. ■ Pidió defender a la población musulmana del enclave de Bihac.

El ayatollah Ahmed Yannati, orador de la plegaria del viernes en la Universidad de Teherán, denunció ayer

«el silencio de Naciones Unidas ante la masacre de musulmanes en el enclave bosnio de Bihac y pidió a los musulmanes del mundo que se manifesten frente a las oficinas de la «ineficaz ONU».

Yannati, que es el líder iraní encargado de los asuntos de

Bosnia, señaló en su sermón que protestar contra la política del organismo mundial «es lo menos que pueden hacer los musulmanes».

El ayatollah agregó que ningún tratado internacional permite el asedio de un pueblo o matar a gente con balas o de hambre, en referencia al cerco que mantienen las fuerzas serbobosnias sobre Bihac.

Yannati manifestó que la crisis de Bosnia-Herzegovina ha empeorado debido a las disputas entre los países europeos y sus aliados.

Agregó que Estados Unidos y Rusia, que tratan de defender sus propios intereses en los Balcanes, intentan expulsar a sus rivales de la escena.

Estas declaraciones del ayatollah son las primeras que oficialmente esgrime el régimen de los ayatollah sobre el conflicto existente en los balcanes. Anteriormente, diversos analistas occidentales pedían que se encontrara una solución conjunta al conflicto, ya que representa un gran peligro para el mundo, la extensión del mismo hacia los países vecinos que contienen dentro de sus fronteras poblaciones musulmanas.

La primera gran figura del islamismo que demostró honda preocupación por el tema fue la primera ministra de Pakistán, Bennazhir Bhutto, quien la semana pasada se expresó en forma solidaria con los musulmanes de Bosnia. El actual llamado del ayatollah agrega una gota de preocupación en Occidente frente al tema.

Nº. DE SERIE

9500303

TÍTULO

Irán interviene y acusa a Moscú de "miopía política".

PROCEDENCIA

Observador

FECHA DE

14/12/94

VINCULOS

11876 ✓

507597 ✓

507294 ✓

11164 ✓

11163 ✓

513984 ✓

# Qss. 14/12 **Irán interviene y acusa a Moscú de "miopía política"**

TEHERAN - LA PRENSA iraní acusó ayer a Moscú de "miopía política" y conminó al presidente ruso, Boris Yeltsin, a que evite "abrir una nueva herida sangrante" con los musulmanes, en referencia a la situación en Chechenia.

El diario Iran News, que normalmente es la voz oficial iraní, señaló en un editorial que

"cualquier incursión irreflexiva de los militaristas de Yeltsin causaría una violencia a gran escala que podría transformarlo en un problema de dimensiones imprevisibles".

El diario afirma que tras el "colapso del marxismo" y la incapacidad de Rusia de mantener su influencia en Europa del Este ahora "dirige sus objetivos" ha-

cia las nuevas repúblicas.

El diario compara el "asalto de Yeltsin a Chechenia" con la fracasada ofensiva de Mijaíl Gorbachov en 1986 en el Afganistán musulmán y advirtió a las autoridades rusas que otro conflicto con el pueblo musulmán sería "determinantemente negativo para los intereses a largo plazo de Rusia". ■ (EFE)

Nº. DOCUMENTO 9500304

TÍTULO Acuerdo Irán-Azerbaiján sobre exploraciones petrolíferas en el Mar Caspio.

PROCEDENCIA 81 País

FECHA DE RECEPCIÓN 24/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507597 ✓

507345 ✓

11005 ✓

11209 ✓

## IRAN AMPLIA SU INFLUENCIA

24-12-94  
El régimen de los ayatolá  
se anotó una importante vic-  
toria en la lucha por prestigio  
y poder que mantiene con  
Turquía en torno a las repú-  
blicas otrora soviéticas del  
Caucaso y el Asia Central.  
Azerbaiján concedió a Irán  
una participación del cinco  
por ciento en el consorcio  
internacional que financiará  
con 7.400 millones de dóla-  
res la modernización y am-  
pliación de las exploraciones  
petrolíferas del Mar Caspio.  
La participación de Irán pro-  
vino de la reducción (de un  
20% a un 23%) del porcen-  
tual que se había reservado  
para el mismo el propio go-  
bierno azarí. En todo caso,  
es mucho más importante  
que el 1,75% con el que  
participará Turquía, siempre  
cuando el gobierno de An-  
kara logre obtener los fondos  
necesarios para volcarlos  
efectivamente al consorcio,  
integrado además por la Bri-  
tish Petroleum, Lukoil de Ru-  
sia y varias empresas nor-  
teamericanas.

El acuerdo iraní con Azer-  
baiján pone de manifiesto los  
límites de la política turca de  
acercamiento a las naciones  
del Asia Central, que Turquía  
basa en vínculos culturales,  
religiosos y lingüísticos, pero

por ahora, Irán parece tener  
más dinero.

No. 9500305  
 TÍTULO Musulmanes eligieron escogieron al ayatollah Khamenei  
 PROCEDENCIA La Nación  
 FECHA DE ENVÍO 7/12/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
 507597 ✓  
 11612 ✓  
 11164 ✓

## Irán designó a su líder espiritual como el jefe supremo de todos los musulmanes shiítas

NICOSIA, Chipre, 6 (AP). Irán designó a su líder espiritual como el jefe supremo de los 100 millones de musulmanes shiítas. El ayatollah Mohammad Yazdi, titular del aparato judicial iraní, dijo que los musulmanes en todo el mundo escogieron al ayatollah Ali Khamenei como su líder.

Funcionarios iraníes empezaron la semana pasada a nombrar a Khamenei como gran ayatollah.

Tradicionalmente el líder espiritual supremo de los shiítas ha sido elegido de entre los grandes ayatollah por parte de los teólogos en los seminarios en Qom y Najaf.

Hay menos de media docena de grandes ayatollah vivos. Khamenei, 55 años, posee las calificaciones de un clérigo de rango intermedio.

### Esfuerzo de Teherán

El gobierno teocrático de Irán le ha conferido el título en un esfuerzo por

promoverlo como líder mundial de los shiítas de todo el mundo.

La sucesión ha sido tradicionalmente una cuestión exclusivamente religiosa. Pero el gobierno de Teherán busca ejercer control estatal sobre la religión en Irán y la autoridad sobre todos los shiítas.



**SECRETO**

COPIA No. 1/125

Hoja 01 de 01

Copia 01 de 01

Montevideo, 11 de ENERO de 1995.-

MEMORANDUM Nro. 950006 /DIV.O.E.

I.- ASUNTO: REVISTA "ALFAGUARA"

II.- REFERENCIA:

III.- TEXTO:

CORREGIDO

20/5/95

Inic:

SH

Se remiten las Revistas "ALFAGARUA" Nros. 2, 3 del año 1993 y Nro. 6 del año 1994.

IV.- DISTRIBUCION: Original - Señor Sub-Director de Interior.  
Archivo Departamento III.  
Copia 1 - Jefe del Departamento I.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Inteligencia y Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de entrega 11 ENE. 1995  
Pasa a Brig. Militar.  
Nº. de Br. 9500306

FECHA 30/03/95 INICIAL SH

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

001/125

9500306

**SECRETO**

# Alfaguara

AÑO 2 · Nº 2 · ABRIL-MAYO 1993

POLÍTICA - CULTURA - SOCIEDAD

Uruguay: \$ 6 - Exterior: US\$ 5



Roberto Benítez - 93

**MARXISMO CONTRA MARXISMO** por Fernando Moyano

**DEUDA EXTERNA ¿Pagarla o no?** por Gustavo Melazzi

**EL FMI EN RUSIA** por Yenia Dumnova

**DE BUSH A CLINTON**  
POLÍTICA IMPERIAL EN LOS 90 por James Petras

002

29500306

# Alfaguara

Abril - Mayo de 1993  
Año 2 - Nº 2 - \$ 6 - Ext: U\$95

## Consejo Editor

Washington Estellano ✓  
Virginia García Montecoral ✓  
Eduardo Gómez ✓  
Julio Louis ✓  
Fernando Moyano ✓  
Mario Jaunarena ✓  
Andrés Olivetti ✓  
Luis Sanguinetti ✓  
Juan Carlos Venturini ✓

## Colaboradores

Yenia Dumnova, Cristina Becona,  
Jorge Hernández, Gustavo  
Melazzi, Mirta Olivera, Silvia  
Pedrana, James Petras, Milton  
Rodríguez, Juan Carlos Yean-  
plong.

## Redactor responsable:

Julio Louis ✓  
Correspondencia a:  
Casilla de correo Nº 1616  
Montevideo-Uruguay  
M.E.C. Inscripción Tomo VIII, folio  
408 - Nº 928.708

Los artículos firmados reflejan la opinión de  
sus autores y no necesariamente la del  
Consejo Editor.  
Permitida la reproducción de los artículos  
haciendo mención de la fuente y enviando  
dos copias a la redacción.

La ilustración de tapa es de Roberto  
Balbis; las viñetas son de Yenla.

## Composición y armado:

Compoletter  
Impresión:  
Gráficos del Sur s.r.l.  
Martínez Trueba 1138,  
Montevideo, Uruguay.  
Depósito Legal Nº 257.710/92

**Alfaguara** es una  
publicación bimestral del  
**Centro de Encuentro  
y Estudios Carlos Marx**  
Montevideo - Uruguay

\*Alfaguara: (del árabe al-fawwāra,  
surtidor, tromba de agua) f. Manan-  
tal copioso que surge con violencia.  
(Dico. de la Real Academia Española)

FECHA 30/03/95 INICIAL SH

## Presentación

Procesado a Sistema DPA

OBSERVACIONES Este año se abrió con un signo auspicioso para el movimiento popular.

La enorme derrota del gobierno en el referéndum de diciembre colocó al gobierno de Lacalle en una perspectiva de fracaso. Este año se abrió con un signo auspicioso para el movimiento popular. Sanguinetti analiza las consecuencias de aquel pronunciamiento y la situación del movimiento sindical, en sendos artículos. Por su parte, Julio Louis aborda la experiencia de la huelga docente: primer gran movilización contra la continuidad de la política hambreadora, luego del plebiscito.

El triunfo popular y la demolición del gobierno blanco, acercan las perspectivas del acceso al gobierno por parte de la izquierda. Esta gravitante responsabilidad acelera el debate entre los defensores de la llamada "cultura de gobierno" y los defensores del ideario histórico de transformaciones antimperialistas y revolucionarias. Un punto crucial que se ha sumado recientemente es el relativo al pago o no de la deuda externa. El economista Gustavo Melazzi nos ofrece un pormenorizado estudio del tema, que constituye un aporte imprescindible a la discusión.

A nivel internacional el triunfo de Clinton clausura la era reaganiana y representa un intento de remozar la estrategia imperialista para garantizar el ordenamiento del mundo capitalista, armonizando sus tres grandes bloques de poder. El sociólogo estadounidense James Petras, de amplia y conocida trayectoria, nos envía una colaboración especial analizando el significado del relevo de Bush y las características del nuevo elenco de la Casa Blanca.

A dos años del encumbramiento de Yeltsin en Rusia, el programa de restauración del capitalismo encuentra sus primeros escollos serios. La resistencia popular, expresada aún tíbilmente, en la oposición parlamentaria, ha llevado al jerarca restauracionista a implementar un verdadero golpe de estado, auxiliado por la socialdemocracia y el imperialismo, que amenaza desestabilizar aún más la situación, abriendo un cauce para la intervención de las masas en la calle. Yenla Dumnova, retrata las consecuencias despiadadas de la política dictada por el FMI, para el nivel de vida de la población, telón de fondo sobre el que se desarrolla la resistencia.

El derrumbe del mal llamado "socialismo real" ha colocado a Cuba en la primera trinchera de la resistencia al imperialismo. Alfaguara estuvo presente en el "Viaje de la Solidaridad", realizado a principio de año, y ofrece en este número las impresiones directas de la visita a través de varias colaboraciones de Silvia Pedrana, Ana Ribeiro y Julio Louis.

Finalmente, continuando con la difusión de los debates en torno a la revalorización de la teoría marxista, que desarrolla nuestro Centro de Encuentro y Estudios Carlos Marx, ofrecemos en este número una colaboración de Fernando Moyano y una breve nota de Mario Jaunarena.

el Consejo Editor

## Referendum:

# ECOS DE UN TRIUNFO POPULAR

Por Luis Sanguinetti

El referéndum del 13.12.92 expresó un rechazo rotundo al conjunto de la política económica del gobierno; ha sido el primer rechazo popular directo al neoliberalismo hasta hace poco ascendente; los 1.400.000 votos frente a los 500.000 lo fueron no solamente contra los cinco artículos impugnados por la Comisión Nacional, sino contra la ley irónicamente llamada "de Empresas Públicas" y contra todas las leyes y decretos anti-populares.

Lo admitieron los defensores de la ley privatizadora: Lacalle posponiendo una hora su alocución anunciada para proclamar su triunfo; Carlos Julio Pereyra reclamando "ahora es la oposición quien tiene los votos y debe proponer soluciones"; y Jorge Batlle guardando silencio.

Yo voté la papeleta rosada el 5 de julio para rechazar la mediatización por las cúpulas, y el 1º de octubre la blanca porque era la opción viable para derrotar al gobierno. Si el F.A. y el PIT-CNT hubieran impugnado toda la ley se habría ganado por menos pero prohibida toda privatización y ganado el FA como alternativa. Debajo hay dos hechos que pesaron en el referéndum y pesarán en el futuro inmediato.

1. El referéndum confirmó la existencia de una fuerte corriente de opinión esencialmente independiente de los marcos y las identidades partidarias, y que presionó al interior de varias agrupaciones políticas tradicionales y a sus cúpulas carreristas; (Sanguinetti fue el último en definirse en el Foro, y Craviotto (!) en su agrupación pa- chequista de Canelones; quincistas

en Rivera y herreristas en Colonia; y ya antes Millor...), obligándolos a subirse al carro de un referéndum que no habían promovido. Y entre los parlamentarios herreristas se reflejó la disconformidad popular con una política de gobierno que busca el equilibrio fiscal despreciando la problemática social. Igual base tiene el Polo Progresista blanco gestado en el interior.

Los sectores oficialistas, que en 1989 recogieron más de un millón de votos, han quedado reducidos a 500.000. El gobierno ha quedado en una situación de debilidad social enorme (acentuada ahora por las huelgas, en particular la de la enseñanza); la mayoría relativa del parlamento fue desautorizada y el antagonismo entre elegidos y electores es una crisis de la democracia burguesa representativa fija, de delegación irrevocable de la soberanía. Hay condiciones para promover su caída, en vez de apuntalar la "estabilidad institucional".

Esto promueve la recomposición de los partidos tradicionales, de las alianzas y del sistema electoral. Del proyecto de dar mayoría parlamentaria a la minoría mayor del lema minoritario mayor, se ha pasado al de posibilitar las alianzas electorales entre fracciones de lo- mas diferentes.

Cerrando un período de cierta desmovilización sindical y derrotas, el referéndum ha alentado las movilizaciones, éstas han logrado triunfos parciales, y para 1994 se anuncia una gran movilidad electoral; ésta unida al posible crecimiento electoral del F.A. en el Interior, hace posible su triunfo nacional. Esto obliga a fortalecerlo

con participación decisoria de las bases, so riesgo de quedar sin poder real, ser depuesto o quedar enredado en la tutela militar y en compromisos con aliados burgueses. Por el momento, el F.A. dejó a Sanguinetti llevar la iniciativa sobre una reforma alternativa del aparato económico del Estado.

2. El otro aspecto de trascendencia histórica y que da condiciones para un cambio histórico en las elecciones de 1994 y en la correlación de fuerzas sociales y políticas, es la conducta del Interior en el Referéndum, con concentraciones masivas y una mayoría de votos comparable a la de Montevideo.

Así se ha superado la dualidad electoral tradicional, incluida la amarilla-verde de 1989. La elección de representantes de los pasivos al B.P.S. anunció este cambio y ahora lo confirma la huelga de la enseñanza. En su base está la nueva rebeldía contra las penurias económicas y las carencias más agudas en el Interior, donde las fuentes de sobrevivencia son menores. Se ha quebrado el clientelismo electoral que respaldaba el apego sentimental familiar a las divisas.

Las ataduras a un caudillo gestor de ya menguados beneficios individuales, han sido al menos en parte superadas por una sorprendente actitud colectiva. En un programa y en una campaña nacional hay que incluir los temas específicos del Interior.

Más que una campaña electoral por el voto, hay que organizar la participación de la gente en los campos social y político, dando potestad decisoria a los órganos de base, predominio al carácter de movimiento sobre el de coalición.

# Alfaguara

Abril - Mayo de 1993  
Año 2- Nº 2 - \$ 6 - Ext: USS 5

## Consejo Editor

Washington Estellano ✓  
Virginia García Montecoral ✓  
Eduardo Gómez ✓  
Julio Louis ✓  
Fernando Moyano ✓  
Mario Jaunarena ✓  
Andrés Olivetti ✓  
Luis Sanguinetti ✓  
Juan Carlos Venturini ✓

## Colaboradores

Yenia Dumnova, Cristina Becoña,  
Jorge Hernández, Gustavo  
Melazzi, Mirta Olivera, Silvia  
Pedrana, James Petras, Milton  
Rodríguez, Juan Carlos Yean-  
plong.

## Redactor responsable:

Julio Louis ✓  
Correspondencia a:  
Casilla de correo Nº 1616  
Montevideo-Uruguay  
M.E.C. Inscripción Tomo VIII, folio  
408 - Nº 928.708

Los artículos firmados reflejan la opinión de  
sus autores y no necesariamente la del  
Consejo Editor.

Permítase la reproducción de los artículos  
haciendo mención de la fuente y enviando  
dos copias a la redacción.

La ilustración de tapa es de Roberto  
Baibis; las viñetas son de Yenía.

## Composición y armado:

Compoletter  
Impresión:  
Gráficos del Sur s.r.l.  
Martínez Trueba 1138,  
Montevideo, Uruguay.  
Depósito Legal Nº 267.710/92

**Alfaguara\*** es una  
publicación bimestral del  
**Centro de Encuentro  
y Estudios Carlos Marx**  
Montevideo - Uruguay

\*Alfaguara: (del árabe al-fawwāra,  
surtidor, tromba de agua) f. Manan-  
tial copioso que surge con violencia.  
(Dicc. de la Real Academia Española)

FECHA 30/03/95 INICIAL SH

## Presentación

Procesado a Sistema DPA

OBSERVACIONES Este año se abrió con un signo auspicioso para el movimiento popular.

La enorme derrota del gobierno en el referéndum de diciembre colocó al gobierno de Izquierda en una perspectiva de franca desintegración, potenciando las luchas populares. Luis Sanguinetti analiza las consecuencias de aquel pronunciamiento y la situación del movimiento sindical, en sendos artículos. Por su parte, Julio Louis aborda la experiencia de la huelga docente: primer gran movilización contra la continuidad de la política hambreadora, luego del plebiscito.

El triunfo popular y la demolición del gobierno blanco, acercan las perspectivas del acceso al gobierno por parte de la izquierda. Esta gravitante responsabilidad acelera el debate entre los defensores de la llamada "cultura de gobierno" y los defensores del ideario histórico de transformaciones antimperialistas y revolucionarias. Un punto crucial que se ha sumado recientemente es el relativo al pago o no de la deuda externa. El economista Gustavo Melazzi nos ofrece un pormenorizado estudio del tema, que constituye un aporte imprescindible a la discusión.

A nivel internacional el triunfo de Clinton clausura la era reaganiana y representa un intento de remozar la estrategia imperialista para garantizar el ordenamiento del mundo capitalista, armonizando sus tres grandes bloques de poder. El sociólogo estadounidense James Petras, de amplia y conocida trayectoria, nos envía una colaboración especial analizando el significado del relevo de Bush y las características del nuevo elenco de la Casa Blanca.

A dos años del encumbramiento de Yeltsin en Rusia, el programa de restauración del capitalismo encuentra sus primeros escollos serios. La resistencia popular, expresada aún tíbilmente, en la oposición parlamentaria, ha llevado al jerarca restauracionista a implementar un verdadero golpe de estado, auxiliado por la socialdemocracia y el imperialismo, que amenaza desestabilizar aún más la situación, abriendo un cauce para la intervención de las masas en la calle. Yenía Dumnova, retrata las consecuencias despiadadas de la política dictada por el FMI, para el nivel de vida de la población, telón de fondo sobre el que se desarrolla la resistencia.

El derrumbe del mal llamado "socialismo real" ha colocado a Cuba en la primera trinchera de la resistencia al imperialismo. Alfaguara estuvo presente en el "Viaje de la Solidaridad", realizado a principio de año, y ofrece en este número las impresiones directas de la visita a través de varias colaboraciones de Silvia Pedrana, Ana Ribeiro y Julio Louis.

Finalmente, continuando con la difusión de los debates en torno a la revalorización de la teoría marxista, que desarrolla nuestro Centro de Encuentro y Estudios Carlos Marx, ofrecemos en este número una colaboración de Fernando Moyano y una breve nota de Mario Jaunarena.

el Consejo Editor

## Referendum:

## ECOS DE UN TRIUNFO POPULAR

Por Luis Sanguinetti

El referéndum del 13.12.92 expresó un rechazo rotundo al conjunto de la política económica del gobierno; ha sido el primer rechazo popular directo al neoliberalismo hasta hace poco ascendente; los 1.400.000 votos frente a los 500.000 lo fueron no solamente contra los cinco artículos impugnados por la Comisión Nacional, sino contra la ley irónicamente llamada "de Empresas Públicas" y contra todas las leyes y decretos anti-populares.

Lo admitieron los defensores de la ley privatizadora: Lacalle posponiendo una hora su alocución anunciada para proclamar su triunfo; Carlos Julio Pereyra reclamando "ahora es la oposición quien tiene los votos y debe proponer soluciones"; y Jorge Batlle guardando silencio.

Yo voté la papeleta rosada el 5 de julio para rechazar la mediatización por las cúpulas, y el 1º de octubre la blanca porque era la opción viable para derrotar al gobierno. Si el F.A. y el PIT-CNT hubieran impugnado toda la ley se habría ganado por menos pero prohibida toda privatización y ganado el FA como alternativa. Debajo hay dos hechos que pesaron en el referéndum y pesarán en el futuro inmediato.

1. El referéndum confirmó la existencia de una fuerte corriente de opinión esencialmente independiente de los marcos y las identidades partidarias, y que presionó al interior de varias agrupaciones políticas tradicionales y a sus cúpulas carreristas; (Sanguinetti fue el último en definirse en el Foro, y Craviotto (!) en su agrupación pechequista de Canelones; quincistas

en Rivera y herreristas en Colonia; y ya antes Millor...), obligándolos a subirse al carro de un referéndum que no habían promovido. Y entre los parlamentarios herreristas se reflejó la disconformidad popular con una política de gobierno que busca el equilibrio fiscal desprestigiando la problemática social. Igual base tiene el Polo Progresista blanco gestado en el interior.

Los sectores oficialistas, que en 1989 recogieron más de un millón de votos, han quedado reducidos a 500.000. El gobierno ha quedado en una situación de debilidad social enorme (acentuada ahora por las huelgas, en particular la de la enseñanza); la mayoría relativa del parlamento fue desautorizada y el antagonismo entre elegidos y electores es una crisis de la democracia burguesa representativa fija, de delegación irrevocable de la soberanía. Hay condiciones para promover su caída, en vez de apuntalar la "estabilidad institucional".

Esto promueve la recomposición de los partidos tradicionales, de las alianzas y del sistema electoral. Del proyecto de dar mayoría parlamentaria a la minoría mayor del lema minoritario mayor, se ha pasado al de posibilitar las alianzas electorales entre fracciones de lemas diferentes.

Cerrando un periodo de cierta desmovilización sindical y derrotas, el referéndum ha alentado las movilizaciones, éstas han logrado triunfos parciales, y para 1994 se anuncia una gran movilidad electoral; ésta unida al posible crecimiento electoral del F.A. en el Interior, hace posible su triunfo nacional. Esto obliga a fortalecerlo

con participación decisoria de las bases, so riesgo de quedar sin poder real, ser depuesto o quedar enredado en la tutela militar y en compromisos con aliados burgueses. Por el momento, el F.A. dejó a Sanguinetti llevar la iniciativa sobre una reforma alternativa del aparato económico del Estado.

2. El otro aspecto de trascendencia histórica y que da condiciones para un cambio histórico en las elecciones de 1994 y en la correlación de fuerzas sociales y políticas, es la conducta del Interior en el Referéndum, con concentraciones masivas y una mayoría de votos comparable a la de Montevideo.

Así se ha superado la dualidad electoral tradicional, incluida la amarilla-verde de 1989. La elección de representantes de los pasivos al B.P.S. anunció este cambio y ahora lo confirma la huelga de la enseñanza. En su base está la nueva rebeldía contra las penurias económicas y las carencias más agudas en el Interior, donde las fuentes de sobrevivencia son menores. Se ha quebrado el clientelismo electoral que respaldaba el apego sentimental familiar a las divisas.

Las ataduras a un caudillo gestor de ya menguados beneficios individuales, han sido al menos en parte superadas por una sorprendente actitud colectiva. En un programa y en una campaña nacional hay que incluir los temas específicos del Interior.

Más que una campaña electoral por el voto, hay que organizar la participación de la gente en los campos social y político, dando potestad decisoria a los órganos de base, predominio al carácter de movimiento sobre el de coalición.



# LA ENSEÑANZA: ENTRETRELONES DE UN CONFLICTO

por Julio Louis

En noviembre pasado, la C.S.E.U. (simple Coordinadora de los sindicatos de la enseñanza, obligada al consenso) superó sus dificultades estructurales acordando una modestísima plataforma:

a) Salario mínimo de \$ 1000 líquidos ("el millón"), a noviembre del 92, actualizado, para un docente de primer grado con 20 horas semanales de clase y para un funcionario no docente grado quinto (hay seis grados).

b) Instalación de una Mesa Tripartita con vistas a una recuperación salarial tendiente a la media canasta familiar.

c) Estabilidad laboral.

Véase que se reclama un tercio de la canasta familiar básica; que se acuerda dejar por debajo de los \$ 1000 a cuatro categorías de funcionarios no docentes; que se rebaja sensiblemente el acuerdo de julio de 1990 de la propia C.S.E.U. (media canasta para los trabajadores peor remunerados).

El gobierno admite la tripartita (exigida por la OIT y UNESCO a los estados miembros) y sobrevive una larga negociación, bajo la advertencia de la CSEU de no comenzar las clases de no lograrse lo exigido.

En marzo los \$ 1000 actualizados equivalen a \$ 1200. El principal "logro" de las negociaciones es una discriminatoria partida fija de \$ 217 para los docentes y \$ 80 para los no docentes, que ni siquiera se incorpora al sueldo básico y por ende, no genera posteriores aumentos. Así un docente de 1º grado con 20 horas pasa a ganar \$ 809 y

un administrativo grado 5, \$ 673. Para cobrar los \$ 1000 se necesita estar en 5º grado docente (más de veinte años de trabajo) mientras que tan sólo el uno por ciento de los no docentes acceden al ansiado "millón".

Todo lo demás queda en promesas, y en todo caso, posterga la movilización para la Rendición de Cuentas. Los trabajadores de la enseñanza conocen por experiencia que en ellas, los peñoreros misérrimos del Codicen pierden ante el voto o el veto del Poder Ejecutivo.

El Poder Ejecutivo y el Codicen, expertos en fraguar números, esgrimen un aumento del setenta por ciento. La prensa burguesa da por sentado que habrá comienzo normal de clases el 8 de marzo, ya que las direcciones sindicales ha avalado el acuerdo. Las del magisterio (FUM) y profesores de Secundaria (FENAPES) fundamentan a sus bases que se trata de aumentos inéditos...

Sin embargo, sobreviene lo que la prensa califica como "la rebelión de las bases" y analiza como lucha entre "radicales" y "moderados". Las asambleas de no docentes re-

chazan por unanimidad el acuerdo, las de docentes también, con la excepción de los docentes de Secundaria a nivel nacional, aunque ADES-Montevideo, filial que cuenta con la mayoría absoluta de los afiliados de FENAPES, rechaza el acuerdo y vota la huelga en una relación de casi dos a uno.

## II

En el "reino del revés" de los analistas burgueses de los conflictos sociales las cosas "suceden" de la siguiente manera: dos bandos ("radicales" y "moderados") forcejean para obtener poder a fin de manipular a las bases, quienes se inclinan, no se sabe bien cómo, hacia unos u otros. En el caso de la enseñanza, los "radicales" se imponen inicialmente.

El materialismo histórico enseña que las corrientes de ideas reflejan intereses sociales en pugna, pero las contradicciones sociales se manifiestan no sólo en los polos expresados por las clases enfrentadas (burgueses y trabajadores) sino también en el interior de cada uno de ellos. Urgar en esas contradicciones internas proporciona la clave interpretativa de la oposición entre "radicales" y "moderados".

## III

Uruguay, contó hasta hace poco tiempo con un excelente plato docente, que le permitió ubicarse a la vanguardia intelectual del continente. Tal situación se deteriora rápidamente y en ello le corresponde papel destacado al Banco



Mundial. Este organismo entra a pesar en la educación desde que EE.UU. y el Reino Unido se retiraron de la UNESCO. Entonces se crea un departamento educativo en el Banco Mundial, encargado de palear la conducta de los gobiernos que reciben préstamos. La orientación tiende a conformar una élite preparada y educada en instituciones privadas y a brindar una educación elemental para las grandes masas. Por consiguiente se procura abaratar la enseñanza para las mayorías, para lo cual, piedra angular es desprofesionalizar la función docente a través de bajos salarios e inseguridad laboral. Con ello se aleja a los jóvenes de la carrera docente, y se sustituye a los profesionales de la educación por "técnicos", sin criterios científicos, capaces de repetir fórmulas programadas.

En Uruguay mientras los maestros ejercen después de obtener un título habilitante en el Instituto Magisterial (conquista que empieza a revertirse), en la enseñanza técnica o secundaria no hay tal exigencia, por lo que hay profesores y "profesores": unos poseen título habilitante, otros no.

Según CEPAL ("¿Aprenden los estudiantes en la Enseñanza Media?") hay un profesor diplomado cada dos ejerciendo la docencia en los liceos de Montevideo; uno de cada cuatro en los liceos cabeza de departamento; uno de cada cinco en las escuelas técnicas de Montevideo y uno de cada dieciséis en las escuelas técnicas del interior.

¿Entonces, quiénes imparten la enseñanza? El Censo de Profesores de enseñanza media explica que más del 27,3 por ciento de docentes graduados, ejercen un 10,1 por ciento de profesionales universitarios, un 16,2 por ciento de maestros de Primaria, un 0,6 por ciento de egresados del INET

(Enseñanza Técnica) y un 4,5 por ciento del ISEF (Educación Física). Los restantes docentes son estudiantes que no terminaron sus estudios de formación docente, de la Universidad, e incluso hay un 2,7 por ciento que ni siquiera completaron la enseñanza media.

El perfil de los docentes de UTU es más deficitario; así, un 16 por ciento no acabó su formación en educación media.

Es sabido que el salario es resultado de la lucha de clases entre burgueses y trabajadores. Cada categoría de trabajadores hace pesar el tiempo socialmente necesario para su formación; por eso, ejemplificando, los arquitectos tienen mejores salarios que los albañiles ya que para acceder a la primera profesión se requiere mayor tiempo de trabajo-estudio. En cambio, para los docentes el reclamo salarial es difícil de unificar por la diferente formación que hay detrás; es incuestionable que -termino medio- la exigencia de un egresado de un instituto de formación docente será mayor que la de otro docente que no ha concluido sus cursos de enseñanza media. Por lo demás, para los docentes sin



título, pesa mucho la conservación del prestigio social de la profesión, que las autoridades, obsequian y el medio social legítima, sobre todo en los medios urbanos pequeños. Esa categoría de docentes procura asegurar su condición con fidelidad al régimen. No parece casual que haya un sindicalismo amarillo considerable sólo en UTU ("Unión") donde el fenómeno descrito está más extendido, o que la tendencia hacia el conformismo y la conciliación de clases dentro de FENAPES, sea particularmente fuerte en el interior.

A esta primera contradicción entre trabajadores, se agrega una segunda significativa: si ejemplificamos con docentes de Secundaria, sólo el 36 % tiene como principal ingreso familiar el proveniente del ejercicio de la docencia; en cambio un 41 % de ellos tiene la ventaja de que su salario sea mero complemento de ingresos obtenidos por otros familiares (la mujer docente completa el ingreso del marido no docente, generalmente).

En síntesis, sobre los docentes las expectativas salariales son distintas y también, distintas son las necesidades de obtener remuneraciones más elevadas. Esas diferencias se reflejan en las luchas internas en los sindicatos. Desde luego, no son las únicas. En la enseñanza técnica y superior, los docentes -que por su preparación y años de servicio- acceden a cargos de mando (direcciones, inspecciones) tienden a compenetrarse con las autoridades y objetivamente no se sienten más miembros del gremio docente. Se sienten también, a nivel nacional, las diferencias regionales. El mismo salario líquido tiene desigual poder adquisitivo en el área metropolitana que en las zonas fronterizas donde la generalización del "bagayo" abarata la vida. Y muy especialmente, hay

que considerar cómo está conformada la ideología de cada individuo, pues también sucede que hay "privilegiados" combativos o, más frecuentemente, sumergidos indispuestos a la lucha. Toda esa compleja realidad, es expresada por "moderados" y "radicales".

Singularmente, los sindicatos de funcionarios no docentes-mucho más dicotómicos en la separación de los trabajadores, entre administrativos y de limpieza- no traducen en la interna esa áspera lucha de tendencias. Uniformemente han rechazado las ofertas del gobierno.

#### IV

Desiguales necesidades entre quienes viven de la profesión docente y quienes no lo hacen; desiguales exigencias entre profesionales de la educación y quienes "changan" en ella; desiguales actitudes y compromisos ante el poder; desigual poder adquisitivo según las regiones; en el conjunto de esas desigualdades está la raíz social profunda de las tendencias expresadas en los sindicatos.

Es mecanicista plantear que necesariamente de los conformes o no muy conformes, surgen los líderes "moderados", o que de los más necesitados surgen los líderes "radicales". Los militantes escapan a la causalidad meramente económica y social, porque se mueven en base a objetivos político-sindicales precisos. Con sus enfoques interpretan y/o reflejan los requerimientos económicos y sociales de determinados sectores de trabajadores.

Sin embargo, en términos generales (las excepciones confirman la regla) los "moderados" representan a los conformes, o no muy desconformes, que prefieren la tranquilidad de sus magros salarios a los riesgos de la confrontación;

los "radicales" representan a los obligados a luchar para obtener sus reclamos.

Un hecho constatado es que los militantes se alinean cada vez más en dos "bloques", de aspiraciones y proyectos disímiles. El "moderado" tiende a la colaboración de clases, al mantenimiento de sindicatos que actúen como oficinas mediadoras entre los trabajadores y las patronales, sindicatos gestores de burocratas que sólo pueden mantenerse obteniendo "algo" pero que evitan como a la peste el viento huracanado de la lucha de clases. El "radical" confía en la lucha de clases, desconfía en las mediaciones de la burocracia y sabe que sólo de la lucha surgirán logros, por parciales que sean.

En el conflicto de la enseñanza los "radicales" ganan las asambleas y conducen la huelga, arrastrando el trabajo de zapa de los "moderados" que sólo apuestan al diálogo y la negociación. Sin embargo, aunque un sector significativo de las masas se consustancia progresivamente con los "radicales" no significa que ya valore adecuadamente el papel de unos y de otros. Muchos quisieran luchar sin "radicales", aspiración tan utópica como la de capitalismo sin miseria.

#### V

A diez días de huelga se llega a un pálido final. La Comisión Interpartidaria del Parlamento media con una propuesta que contiene algunas mejoras. Los 217 y 80 pesos para docentes y no docentes son incorporados al sueldo básico, los 50 de aumento a los no docentes que tu-

vieron cuota mutual se generalizan para todos ellos. Se sigue muy lejos del "millón".

Y la huelga se levanta a propuesta de los "moderados". Los "radicales" apuestan a la continuación y profundización. Las asambleas más numerosas desde el 89 resuelven en reñidas votaciones (en Montevideo, nueve a siete en primaria, cuatro a tres en secundaria, las filiales mayores).

Los sindicatos logran con una corta y efectiva huelga arrancar poco, demostrándose de todos modos que "la lucha paga". Las asambleas se polarizan siempre, y oscilan respecto a la tendencia que adoptan.

Los sindicatos salen fortalecidos en afiliados, en militancia, en juventud, en credibilidad. Los "moderados" quedan maltrechos. Cayeron en el ridículo argumentando que "seguir tirando de la piola" reivindicativa llevaría a la unificación del gobierno, días antes de que el conflicto sirviera de gota que desbordó el vaso de las disensiones blancas. Pero continuaron apoyándose en los sectores menos combativos para terminar la huelga cuanto antes. Los "radicales" se han fortalecido. Coherencia entre sus agrupaciones de las tres ramas de la enseñanza, mayor autoridad y predicamento de sus planteos. Sobre ellos ha recaído la responsabilidad del desarrollo de la conciencia, organización y movilización. El plebiscito del 13 de diciembre representa un fuerte castigo para el neoliberalismo y los trabajadores recobran una vieja idea: la lucha sirve.

## INAME

# EL SILENCIO NO ES INOCENTE

por Virginia García Montecoral

"No ganaron una"; así podría resumirse popularmente cualquier sondeo de opinión entre los trabajadores uruguayos sobre los resultados de su lucha.

Sin embargo, y pese a que el balance general pueda ser negativo, han existido excepciones que, por sus características, merecen ser analizadas de forma tal que no confirmen la regla.

En los catorce meses que van de octubre de 1991 a diciembre de 1992, los trabajadores del Instituto Nacional del Menor agrupados en el SUINM, sostuvieron dos largos conflictos.

El eje fundamental del primero fue la contratación de 2.500 trabajadores que desempeñaban las funciones más dispares -desde cocineros a médicos siquiátricos-, agrupados en la singular categoría "cuidadoras especiales" (así, con "a" para todo el mundo). Esta clasificación significaba para los implicados que: 1) no eran funcionarios estatales y su seguridad laboral era nula, dependiendo de que un solo informe negativo los dejase en la calle; 2) no podían obtener una serie de beneficios económicos; 3) no se les reconocía su función; 4) los salarios eran paupérrimos. También significaba una forma de superexplotación del trabajo por parte del Estado, que se aseguraba así una vía para conseguir personal barato (y en casos, muy calificado) por una cifra cercana a los US\$ 90 mensuales, a noviembre del 91.

El segundo punto de la plataforma lo constituía el pago del 20

% sobre haberes dispuesto por ley, para todo trabajador que tuviese trato directo con menores, lo que tampoco cumplía INAME.

A fines del año pasado, la situación conflictiva se debió al reclamo salarial: junto con la enseñanza, salud pública y judiciales eran los sueldos más bajos del Estado.

En ambos casos, los trabajadores ganaron el conflicto. Aún cuando quedaron puntos pendientes, y hubo que volver repetidamente a tomar medidas de lucha, los "cuidadoras especiales" fueron contratados, se comenzó a pagar el 20 %, y se logró un aumento de sueldos considerable: quienes recibían N\$ 401.000 por 30 horas de trabajo en diciembre del 92, cobraron N\$ 651.250 un mes después.

Este aumento, significativo porcentualmente, no modificó igual su condición de sumergidos ni la situación de explotación que mencionamos al principio.

¿Qué hicieron los trabajadores del INAME para alcanzar sus reclamos en un momento de receso del campo popular? Hubo algún Mandrake sindical, una desmedida bonhomía del Directorio o sensibilidad del Poder Ejecutivo?

Nada de eso. Los conflictos fueron muy duros y nadie regaló nada. La gente del INAME senci-

llamente luchó con todas las armas que tuvo en la mano y no las bajó sino hasta que obtuvo cosas concretas.

La huelga del 91 duró dos meses en las divisiones más problemáticas de la Institución (Rehabilitación y Alta Contención; Colonia Berro, Miguelete, La Tablada); se acampó; las oficinas centrales fueron ocupadas cuatro veces y desalojadas otras tantas; se hicieron peajes, se cortó el tránsito de grandes avenidas (Fernández Crespo, Agraciada); y, finalmente, se comenzaron a vaciar los lugares de trabajo entregando las llaves del Directorio, lo que se traducía en que éste debía hacerse cargo de los chicos. También se dialogó y se negoció, siempre que hubo que hacerlo.

Pese a que hubo enfrentamientos muy ásperos, amenazas, palos en las desocupaciones o asambleas de más de 1.000 personas, la prensa dijo poco, mal y fragmentado. El hecho no es nuevo, en el conflicto de la enseñanza ocurrió lo mismo.

Pero tampoco dijo nada el PTT-CNT. Su participación fue por vía de la instancia negociadora o el asesoramiento al SUINM. Un largo y penoso conflicto ganado dentro de un panorama de reflujo sindical no fue propagandeado por nuestra central obrera. Creemos que esto no es un detalle, un olvido, ni siquiera una irresponsabilidad.

Es que para las corrientes que actualmente hegemonizan la Central cualquier sindicato que se disponga a la lucha parece ser, cada vez más, un mal ejemplo.

# La crisis del movimiento sindical

por Luis Sanguinet Cabral

Del reflujo relativo de los años recientes se ha pasado a un ascenso, también relativo. Las votaciones del 1º de octubre y del 13 de diciembre contribuyeron a evidenciar el nivel general de conciencia y han alentado las movilizaciones sindicales, que estaban desfasadas de aquél. Pero creemos imprescindible analizar aquel reflujo relativo y, en particular, la crisis de militancia que sigue, para abordar, a caballo de la reanimación actual, algunos problemas que no son coyunturales sino de orientación y estructura del movimiento sindical y que configuran una crisis.

Decimos "reflujo relativo" porque, junto al vaciamiento cotidiano se daban luchas puntuales con algunas asambleas masivas. Los sindicatos siguen siendo los agrupamientos reivindicativos más fuertes, se mantienen las tradiciones de clase, la acción sindical está logrando triunfos parciales y efectos políticos; otros sectores de trabajadores se organizan y adoptan métodos sindicales.

Este reflujo se gestó por una acumulación de frustraciones, derrotas, represión y destrucción del tejido social, degradación de las condiciones de trabajo y de vida, desconcentración industrial, heterogeneización de las relaciones laborales, mayor explotación, alargamiento de la jornada y multiocupación, desocupación y subocupación, marginamiento social.

A nivel de masas gravitaron además las frustraciones de los intentos de lucha basados en las tradiciones clasistas y solidarias: la

frustración de un enfrentamiento a la escalada militar a tiempo y con una alternativa como lo posibilitaba el ascenso iniciado en el 68, la desvirtuación del PIT (referencia histórica de la capacidad de la clase trabajadora) y su reversión en CNT con el restablecimiento de la hegemonía de la tendencia conciliadora de clases; el Pacto del Club Naval, las ilusiones sembradas en la democracia (burguesa), en la Concertación y en la CONAPRO (conciliación de clases institucionalizada), y en el aislamiento en que quedaron las huelgas a la salida de la dictadura.

Sobre la vieja vanguardia social actuaron la represión y el exilio, y sobre la nueva vanguardia social joven emergente hacia el final de la dictadura: su desplazamiento en los sindicatos y en el PIT por el aparato partidario retornante, la frustración de intentos sucesivos de construir un movimiento político con soberanía radicada en los núcleos de base, el desmonte del Plenario de Conventuales de grupos contra la Ley de Caducidad por la autoconvocada Comisión de Notables y la derrota del voto verde.

Sobre esta acumulación de frustraciones se dieron los efectos de la crisis del "socialismo real" (estados obreros burocratizados) al que estaba alienada la tendencia hegemónica del movimiento sindical; la quiebra del aparato estalinista, el repliegue y la desertión de militantes que se descubrieron engañados en su fe; el cambio de identidad ideológica partidaria, la renuncia a la lucha de clases de la dirigencia

que ahora participa en la recomposición del aparato sindical conciliador y más directamente dependiente del sistema; el desaliento para quienes esperaban una salida socialista y revolucionaria; y como contrapartida, la debilidad del aparato que necesitaba presentarse como la búsqueda por militantes del PCU de reorientarse en sentido democrático y revolucionario priorizando su relacionamiento con la clase, el debilitamiento y la desmitificación de la institución Partido; y la situación ambivalente para la vanguardia social de intención revolucionaria, con un espacio más libre pero en lo cotidiano socialmente enraizado; ella tiene posibilidades si se adecúa a los objetivos concretos, al nivel y al ritmo de la masa, y prioriza la gestación democrática a la radicalidad de las acciones.

A diferencia de antes de la dictadura, hoy el grueso de la vanguardia social es independiente, políticamente inorgánica, es de actividad intermitente, va tejiendo una red social fuera de los partidos; su debilidad es su inorgánica política, pero para superarla requiere la elaboración de un proyecto: utopía, estrategia, organización, práctica de valores solidarios; éstos son hoy su referencia general.

Hizo crisis una diferenciación jerarquizada de niveles de participación: sobre la masa y la vanguardia social fluctuantes; se superpone un sector de la vanguardia social superestructurada, partidizada, que priorizaba la relación con su partido, y encima el aparato parti-

dario burocrático, alienado a la burocracia de la URSS y agente de la conciliación de clases, que identificaba "vanguardia" con poder y dominación.

Los agrupamientos políticos obreros dieron continuidad a los sindicatos, que en su origen fueron intermitentes; pero la burocratización y la orientación de conciliación de los partidos hegemónicos frustraron la función natural y potencial de los sindicatos y la promoción política de la vanguardia social.

En Uruguay, los sindicatos fueron organizados o dirigidos por corrientes políticas que hegemonizaron las centrales, presentándose como democráticas: FORU, USU, CGTU, UGT, CNT.

A diferencia de otros países, como Argentina, México, Estados Unidos... en Uruguay las prácticas burocráticas, verticales, no han sido de una burocracia sindical con un social privilegiado ni económicamente dependiente de las patronales, sino dependiente de la burocracia partidaria y de la URSS. Por eso la crisis partidaria ha abierto campo de participación en los sindicatos.

En los sectores que se movilizan, en las asambleas y en la actividad gana peso la tendencia clasista, "radical", aún si en las elecciones ha ganado la tendencia conciliadora. En el modelo de organización es donde las trabas son menores, porque junto a las pautas de democracia burguesa representativa fija, delegación de soberanía sin revocabilidad, consagradas en los estatutos y en la personería jurídica del movimiento vivo, introdujo formas contradictorias con ellas: asambleas de base abiertas, comités de fábrica, comité de huelga, que fueron en parte desvirtuados por los aparatos. Con la reanima-

ción sindical se da en muchos lugares una crisis de dirigencia, en que chocan dos fuentes de soberanía.

Y rebasando la legalidad, que a la vez que tolera limita, hay un campo no tipificado como delito (como la ocupación del lugar de trabajo) que puede ser aprovechado en la lucha.

Es fundamental, a la vez que usar las ventajas de la legalidad, no alienarse a ella, no asumir como propias sus limitaciones, y desarrollar las formas democráticas ya tradicionales y las nuevas que surjan en la lucha: como el funcionamiento en asamblea permanente, libre, soberana y sin dirigentes, en la ocupación estudiantil del Liceo Miranda.

Algunas propuestas generales.

La actual reanimación del movimiento sindical da condiciones para ensamblar los objetivos concretos y sectoriales con los generales, extender nuevas formas de funcionamiento, ampliar por la base la participación, construir un tejido social de comunicación horizontal auténtica, con ámbitos de colectivización e instancias de decisión central, asegurar la continuidad de la organización con equipos centrales modificables y revocables. Y recomponer una vanguardia hoy dispersa y de acción fluctuante, con objetivos políticos prudentes y en relación estrecha con la masa. Claro está que será todo un proceso, pero a veces la realidad muestra más riqueza de condiciones que las rutinariamente esperadas.

Desde el repliegue de la dictadura militar, las fechas y las pautas de ajustes centralizadas por el gobierno, dan una condición para unificar la acción sindical para revertir el deterioro en la distribución del ingreso.

Sobre tal lucha salarial unifica-

da, el movimiento sindical podrá integrar al conjunto de los trabajadores: desocupados, sub-ocupados, "informales"; complementar la organización gremial con la barrial, adecuándose a la complejidad de las situaciones laborales; y concretar alianzas con otros sectores populares a partir de los más carenciados y marginados. El descrédito del gobierno deja un gran espacio a la izquierda y al movimiento sindical, pero las coyunturas no son permanentes, y el movimiento sindical puede quedar aislado si no integra reivindicaciones de esos sectores y algunos generales.

Como en la lucha por la jornada de 8 horas, los progresos tecnológicos permiten reducir la jornada para mejorar el nivel de vida y mantener la integridad de la clase trabajadora.

Desde cada área de producción se puede encarar los problemas correspondientes al consumo, así como la conservación de los recursos naturales y del hábitat, que además de ser relación con la naturaleza son relación social.

Agudizándose la concentración del poder, la explotación, el marginamiento y la depredación, se reafirman la lucha de clases y el método materialista dialéctico. Conciliar con el régimen capitalista "no paga"; el logro de servicios sociales no puede ser sustitutivo de las reivindicaciones de salario y condiciones de trabajo.

Frente a la internacionalización creciente de la economía y del capital, y la monopolización imperialista superagresiva, es necesaria y posible la coordinación internacional entre los trabajadores, priorizando la puntual y concreta, y promoviendo la relación entre las bases.



# LA DEUDA EXTERNA: ¿CAMBIOS, CONSIGNA VACIA, O CONCIENCIA?

Gustavo Melazzi\*

## I. ¿Otra vez?

Parece ya excesivo retomar el tema; existe la sensación de ¿qué más decir? Pero los últimos vaivenes sólo confirman su importancia; hoy y para cualquier programa alternativo que proponga el FA. Al mismo tiempo, si «rascamos la superficie», surgen dudas, no hay claridad, y no vemos propuestas bien fundadas.

Por otro lado, la forma del debate? en la izquierda demuestra la poca elaboración y menor concien-

cia del tema entre los frentistas «de a pie». Recordemos; una encuesta señaló que los uruguayos que defendían el «no pago de la deuda» fueron menos que los votantes del FA; ni éstos estaban convencidos. Y es lógico; resulta feo no pagar una deuda; sólo si comprendemos lo que realmente es la deuda externa y qué implica pagar adoptaremos una posición firme.

Hay que admitir algo objetivo: el tema monetario es uno de los tres más complejos de la economía po-

lítica. Comparte esta característica con la renta del suelo y la planificación. A pesar de ello, debemos intentar ser claros.

De partida, debemos descartar señalamientos como el de que su no pago «ocasionaría problemas». ¡Vaya novedad!; de lo que se trata es de entender y programar aspectos concretos, y no hacer tremendismos (también pagaría «ocasiona problemas»). Al igual, decir que «la deuda es inmoral» ayuda poco a abordar el tema. Estos enfoques,

aun con la cuota de verdad que les corresponde y la sana bronca que nos provoque, son inconducentes si aspiramos a ser claros y convencer.

## I. La deuda hoy

Cualquier análisis debe partir de los datos de la deuda. Las cifras originales provienen del Banco Central, por ello, debemos ser muy cuidadosos y no admitir criterios que aparecen como simples «agrupamientos» o «clasificaciones» pero que son interpretaciones del BC. Lo más acertado parece ser tomar los datos primarios. Asimismo, comparemos las cifras de 1992 con las de 1984 por ser las que teníamos más a mano; esto no es relevante, y en el período no hay cambios especiales.

De la Deuda Externa Total separamos la del Sector Privado. A cualquier efecto, la relevante es la Pública. Los criterios, características y otros aspectos de las deudas privadas son responsabilidad de este sector.

## II. ¿Una nueva posición?

Con base en los datos anteriores (aunque no presenta un cuadro global), D. Astori sugiere que a partir de la administración de la deuda que inició Sanguinetti y continúa Lacalle, el FA sólo tiene una alternativa de futuro: pagar o pagar la deuda (según la feliz expresión de Brecha del 5 de febrero de este año, pero que refleja atinadamente la idea del propio Astori).

El razonamiento se funda en dos ideas centrales:

1) La deuda cambió. Su monto total no tuvo variaciones importantes; pero lo central es que cambió su estructura. Esto es induda-

ble. Pero precisemos: lo que cambiamos fue de acreedores. De un peso decisivo de los bancos internacionales en años anteriores pasamos a una situación en que disminuyeron sus «reclamos» pasando éstos principalmente a poseedores privados de bonos y letras del tesoro y a instituciones internacionales de financiamiento (para un manejo riguroso de las cifras, véase Rocca: «El problema de la deuda externa uruguaya» en Brecha del 26 de febrero).

2) Ahora la deuda es innegociable. La idea sería que existieran dos tipos de deuda, una negociable (Astori incluye aquí la que tenemos con los bancos privados del exterior) y otra que no lo es (en la cual destaca los poseedores de bonos y letras).

Este segundo punto es clave. Se trata de ver la posibilidad de alterar las condiciones pactadas con un acreedor que, en cuanto a plazos y condiciones de pago, se vinculan a su vigencia legal. Cuando un país o una empresa intenta una renegociación de su deuda, o decide aplazar su pago, o resuelve no pagar, o toma cualquier decisión sobre el monto de la deuda y sus intereses, en la práctica, lo que hace es cambiar (o rechazar) estos documentos firmados.

Anotemos ordenadamente algunos elementos para evaluar la propuesta de que ahora debemos pagar toda la deuda externa, quizás con la excepción de aquella - muy menor según Astori, importante según Rocca - con los bancos privados.

## III. ¿Ellos mismos los respetan?

En otras palabras; los capitalistas y/o los gobiernos que los defienden (como el uruguayo):

¿cumplen siempre y estrictamente con los pagos establecidos en los documentos de deuda que ellos mismos firman? Veamos.

1) Lo usual es que los gobiernos incurran en múltiples atrasos e intentan rediscutir y renegociar el pago de sus deudas. No cumplen lo pactado en esos documentos, violándolos sistemáticamente.

A vía de ejemplo, en marzo de 1983 Brasil solicitó una moratoria unilateral (simplemente decidieron dejar de pagar) y solicitaron renegociar 4.700 millones de dólares. Chile y Argentina deseaban renegociar desde enero de 1983; lo mismo Venezuela, pero desde marzo de ese año. Desde agosto de 1982 al mismo mes de 1983 México no pagó nada del principal. Es obvio que podríamos citar cientos de ejemplos de gestiones del mismo tenor.

¿Y Uruguay? Basta con una mirada a la primera página de los periódicos para asombrarnos de la cantidad de veces en que se anuncia algo parecido a: «Viaja a Washington misión refinanciadora de la deuda...»; «Gran éxito de política económica, refinanciamos deuda por US\$...». En buen romance, permanentemente no cumplimos con los documentos.

Debemos ser claros: incluso en el tema de la deuda, la legalidad internacional no existe; todo es política, cada gobierno toma sus decisiones.

«Nadie ha recordado, y sería bueno hacerlo ahora, que después de la 2a. guerra mundial, dos grandes naciones del área occidental como EE.UU. y Gran Bretaña, no pagaron sus deudas con América Latina» (D. Trelles, El Día, Méx., 11/II/85).

2) Si vemos las empresas, el panorama es también nido.

## ENDEUDAMIENTO EXTERNO DEL URUGUAY

	1984		1992	
	mill. US\$	%	mill. US\$	%
A) Deuda Externa Pública	3.163	100	4.140	100
1. Bonos y Letras	383	12	1.419	34
2. Dep. de no residentes	98	3	312	8
3. Bancos Comerciales	1.844	58	1.085	26
4. Banca Múltiple	544	17	1.049	25
5. Proveedores	157	5	136	3
6. Otros	137	4	140	3
B) Deuda Externa Privada	1.508	-	4.671	-
TOTAL DEUDA EXTERNA	4.671	-	7.359	-

Fuente: Instituto Fernando Otorgués (s/base de datos del BCU): La deuda externa Uruguaya. Elementos para su análisis, mimeo, feb. 1993. Cuadros 2 y 4.



Conocemos bien la serie de empresas privadas que se endeudaron por millones y millones y luego no pagaron, dejando «clavos» históricos que, en definitiva, terminamos pagando los trabajadores.

3) El propio FMI no cumple con su legalidad. Recordemos cuando el país solicitaba más fondos, y el FMI se negaba pues ese monto requerido sobrepasaba determinado porcentaje (que ellos fijaban) del producto, o los intereses eran demasiado altos para el nivel de exportaciones, o no estaban de acuerdo con el uso que se pensaba dar al crédito, etc. Todo esto cambió cuando los banqueros tuvieron dinero en exceso y debían encontrarle colocación. El FMI no recordó sus propios topes, sus márgenes de seguridad, y legitimó la orgía de deuda internacional.

4) Hace pocos años, el problema de la deuda era tal, que nada menos que Kissinger, explícitamente, recomendó no tomar en cuenta los documentos firmados y perdonar la deuda.

5) También hace pocos años, frente a la posibilidad de un no pago generalizado de la deuda, los banqueros internacionales proponían un cambio en las normas contables de EE.UU. de forma de no generar una crisis general. Alcanzaba sólo con esa medida administrativa para minimizar el impacto de tal decisión. Hoy, los banqueros ya constituyeron reservas para tal eventualidad.

6) El propio Plan Brady: ¿qué es sino una refinanciación de la deuda? Se fijan determinadas características, se comprometen políticas, etc....se descartan documentos anteriores y se firman nuevos.

#### IV. Otras experiencias

Capítulo aparte merece el tratamiento de la deuda en aquellos países (tomaremos sólo de A. Latina) que intentaron aplicar criterios diferentes, impulsando dinámicas sociales que beneficiaran en mayor o menor medida a los sectores populares.

En el período inicial de la Revolución Cubana la deuda externa no mereció una atención especial (aunque ya en 1961 se niega a pagar ciertas deudas), lo que sí ocurrió años después, declarando Cuba (y llevándolo a la práctica) que sólo abonaría aquellos montos que no cuestionaran las necesidades de su pueblo. Tampoco se la tuvo muy en cuenta el primer año de gobierno de la Unidad Popular en Chile, y se abonó puntitosamente lo que correspondía. Ya en el segundo año, a la luz de la agresiva política estado-unidense se vio que esto había estrechado los márgenes de manobra de Allende.

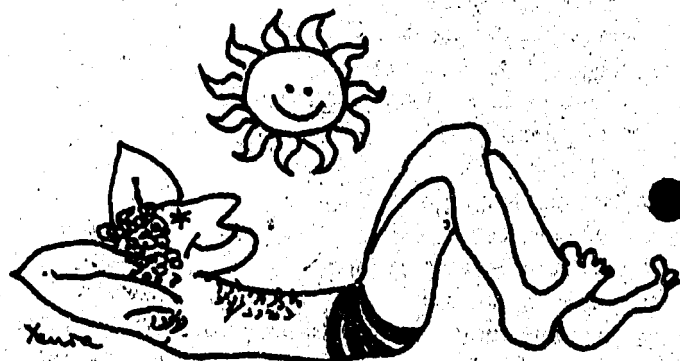
Años después ya la deuda externa estaba en el centro del escenario. Perú, con Alan García decide no pagar más que un porcentaje de las exportaciones. Nicaragua adopta la política más clara al respecto, al establecer que renegociaría primero, el monto de la deuda (reconociendo o no partidas completas de la misma) y, luego de acordado el monto, establecería el

calendario de pagos en función de lo que su política popular permitiera, lo que se aceptó en las negociaciones.

Vale la pena estudiar y aprender de otras experiencias: Argentina con el gobierno de «Camporita»; Jamaica y Michael Manley; Panamá y el Gral. Omar Torrijos; Haití y J. B. Aristide. ¿Cómo hicieron; qué impactos hubo; de qué manera operaron, etc.?

Para conversar este tema de lo «innegociable», una anécdota divertida (pero real) ocurrió durante la renegociación mencionada para Nicaragua. El Ministro de Finanzas, Don Joaquín Cuadra (ex-banquero él mismo, antes de la Revolución Sandinista, con la que colaboró) dirigía las negociaciones frente a los banqueros internacionales. Culminado el proceso y firmados los documentos correspondientes, al levantarse de la mesa, motivó el asombro y desconcierto de sus ex-colegas al preguntarles: «Y ahora, ¿conocen la ley del garé?» Ante el silencio, respondió: «Firmar me harás; pagar jamás». Y se fue, dejando a todos boquiabiertos.

Hay un elemento aun más insólito (desde el punto de vista de lo «no negociable» de ciertos documentos) ocurrido al inicio del gobierno de S. Allende. La nacionalización de las empresas extranjeras que explotaban el cobre figuraba en el programa de la UP y de la



Democracia Cristiana, y al enviar el proyecto de ley respectivo, se aprobó por unanimidad (votó incluso el Partido Nacional!). Había luego que indemnizar a las empresas, para lo cual se calculó el valor de sus bienes. Pero no se les pagó esta suma, sino la que resultó de deducirle las «utilidades excesivas» que habían obtenido por diversas razones.

En otras palabras, el gobierno se introdujo en la propia contabilidad de las empresas extranjeras, con balances ya cerrados y aprobados legalmente !! Y la Contraloría Gral. de la República (nuestro Tribunal de Cuentas) aprobó todo el procedimiento.

Vistas someramente estas realidades, nos queda la duda de que si siguiéramos las sugerencias actuales de pagar la deuda, ninguno de esos intentos de política económica alternativa se hubiera siquiera propuesto.

#### V. Primera conclusión

De lo que vimos en los apartados III y IV anteriores surge que intentar diferenciar en documentos «negociables» e «innegociables»

es muy resbaladizo. En toda negociación se trata sí o sí de alterar la legalidad de un documento firmado.

En todo caso: ¿dónde están las deudas «negociables»? ¿Se imagina el lector a un banquero, un poseedor de un bono, o de cualquier otro documento que lo hace titular de una deuda diciendo: «sí, soy acreedor, pero podemos conversar...».

#### VI. Ausencias

Llama la atención que las nuevas posturas no se refieran a aspectos que normalmente se anotan cuando se discute la deuda externa, y que son demasiado importantes como para no considerarlas.

1. Hablamos bastante del aspecto considerado «innegociable» de los documentos y ya concluimos al respecto. Pero hay más, ya que implícitamente se maneja sólo el marco jurídico o el derecho que respalda a los banqueros, a poseedores anónimos de letras de tesorería, etc.

¿Y lo que pudiéramos llamar «El Derecho de los Pueblos»? Ese

derecho a una vida digna, a tener empleo, a una visión tranquila del futuro, tan bien explicado por el propio Astori en otras oportunidades.

En palabras del II Encuentro de Obispos y Pastores de AL y el Caribe en Kingston, Jamaica, en 1990: «Lo que está en juego, en primer lugar, no son las cuentas de los acreedores internacionales, sino la vida de millones de personas, que no pueden soportar la permanente amenaza de medidas económicas que traen desempleo, miseria y muerte» (3.3:42).

2. Tampoco se retoma analizar la composición de la deuda, o sea en qué se aplicaron los fondos obtenidos por la deuda. Pudo ser en un proyecto productivo; para facilitar la fuga de capitales al exterior; para consumo sumuario de capitalistas, etc. También pudo ser para pagar deudas anteriores y/o intereses para los que no había recursos, generando así la inacabable «espiral de la deuda» que cada vez transfiere más riqueza al exterior. En una negociación, cada uno de estos aspectos merecería un tratamiento distinto.



Conocemos bien la serie de empresas privadas que se endeudaron por millones y millones y luego no pagaron, dejando «clavos» históricos que, en definitiva, terminamos pagando los trabajadores.

3) El propio FMI no cumple con su legalidad. Recordemos cuando el país solicitaba más fondos, y el FMI se negaba pues ese monto requerido sobrepasaba determinado porcentaje (que ellos fijaban) del producto, o los intereses eran demasiado altos para el nivel de exportaciones, o no estaban de acuerdo con el uso que se pensaba dar al crédito, etc. Todo esto cambió cuando los banqueros tuvieron dinero en exceso y debían encontrarle colocación. El FMI no recordó sus propios topes, sus márgenes de seguridad, y legitimó la orgía de deuda internacional.

4) Hace pocos años, el problema de la deuda era tal, que nada menos que Kissinger, explícitamente, recomendó no tomar en cuenta los documentos firmados y perdonar la deuda.

5) También hace pocos años, frente a la posibilidad de un no pago generalizado de la deuda, los banqueros internacionales proponían un cambio en las normas contables de EE.UU. de forma de no generar una crisis general. Alcanzaba sólo con esa medida administrativa para minimizar el impacto de tal decisión. Hoy, los banqueros ya constituyeron reservas para tal eventualidad.

6) El propio Plan Brady: ¿qué es sino una refinanciación de la deuda? Se fijan determinadas características, se comprometen políticas, etc....se descartan documentos anteriores y se firman nuevos.

#### IV. Otras experiencias

Capítulo aparte merece el tratamiento de la deuda en aquellos países (tomaremos sólo de A. Latina) que intentaron aplicar criterios diferentes, impulsando dinámicas sociales que beneficiaran en mayor o menor medida a los sectores populares.

En el período inicial de la Revolución Cubana la deuda externa no mereció una atención especial (aunque ya en 1961 se niega a pagar ciertas deudas), lo que sí ocurrió años después, declarando Cuba (y llevándolo a la práctica) que sólo abonaría aquellos montos que no cuestionaran las necesidades de su pueblo. Tampoco se la tuvo muy en cuenta el primer año de gobierno de la Unidad Popular en Chile, y se abonó puntitosamente lo que correspondía. Ya en el segundo año, a la luz de la agresiva política estado-unidense se vio que esto había estrechado los márgenes de manobra de Allende.

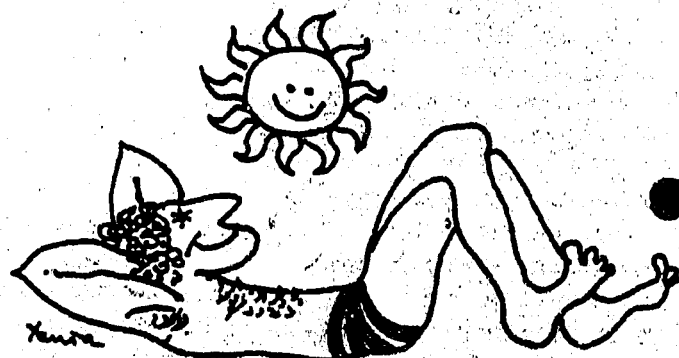
Años después ya la deuda externa estaba en el centro del escenario. Perú, con Alan García decide no pagar más que un porcentaje de las exportaciones. Nicaragua adopta la política más clara al respecto, al establecer que renegociaría primero, el monto de la deuda (reconociendo o no partidas completas de la misma) y, luego de acordado el monto, establecería el

calendario de pagos en función de lo que su política popular permitiera, lo que se aceptó en las negociaciones.

Vale la pena estudiar y aprender de otras experiencias: Argentina con el gobierno de «Camporita»; Jamaica y Michael Manley; Panamá y el Gral. Omar Torrijos; Haití y J. B. Aristide. ¿Cómo hicieron; qué impactos hubo; de qué manera operaron, etc.?

Para conversar este tema de lo «innegociable», una anécdota divertida (pero real) ocurrió durante la renegociación mencionada para Nicaragua. El Ministro de Finanzas, Don Joaquín Cuadra (ex-banquero él mismo, antes de la Revolución Sandinista, con la que colaboró) dirigía las negociaciones frente a los banqueros internacionales. Culminado el proceso y firmados los documentos correspondientes, al levantarse de la mesa, motivó el asombro y desconcierto de sus ex-colegas al preguntarles: «Y ahora, ¿conocen la ley del garé?». Ante el silencio, respondió: «Firmar me harás; pagar jamás». Y se fue, dejando a todos boquiabiertos.

Hay un elemento aun más insólito (desde el punto de vista de lo «no negociable» de ciertos documentos) ocurrido al inicio del gobierno de S. Allende. La nacionalización de las empresas extranjeras que explotaban el cobre figuraba en el programa de la-UP y de la



Democracia Cristiana, y al enviar el proyecto de ley respectivo, se aprobó por unanimidad (votó incluso el Partido Nacional!). Había luego que indemnizar a las empresas, para lo cual se calculó el valor de sus bienes. Pero no se les pagó esta suma, sino la que resultó de deducirle las «utilidades excesivas» que habían obtenido por diversas razones.

En otras palabras, el gobierno se introdujo en la propia contabilidad de las empresas extranjeras, con balances ya cerrados y aprobados legalmente!! Y la Contraloría Gral. de la República (nuestro Tribunal de Cuentas) aprobó todo el procedimiento.

Vistas someramente estas realidades, nos queda la duda de que si siguiéramos las sugerencias actuales de pagar la deuda, ninguno de esos intentos de política económica alternativa se hubiera siquiera propuesto.

#### V. Primera conclusión

De lo que vimos en los apartados III y IV anteriores surge que intentar diferenciar en documentos «negociables» e «innegociables»

es muy resbaladizo. En toda negociación se trata sí o sí de alterar la legalidad de un documento firmado.

En todo caso: ¿dónde están las deudas «negociables»? ¿Se imagina el lector a un banquero, un poseedor de un bono, o de cualquier otro documento que lo hace titular de una deuda diciendo: «sí, soy acreedor, pero podemos conversar...».

#### VI. Ausencias

Llama la atención que las nuevas posturas no se refieran a aspectos que normalmente se anotan cuando se discute la deuda externa, y que son demasiado importantes como para no considerarlas.

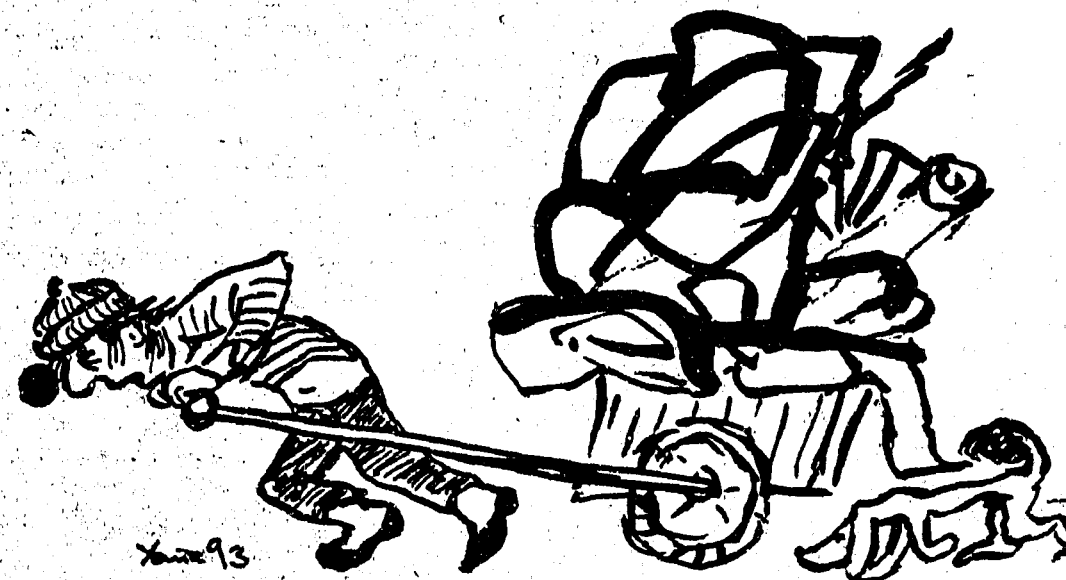
1. Hablamos bastante del aspecto considerado «innegociable» de los documentos y ya concluimos al respecto. Pero hay más, ya que implícitamente se maneja sólo el marco jurídico o el derecho que respalda a los banqueros, a poseedores anónimos de letras de tesorería, etc.

¿Y lo que pudiéramos llamar «El Derecho de los Pueblos»? Ese

derecho a una vida digna, a tener empleo, a una visión tranquila del futuro, tan bien explicado por el propio Astori en otras oportunidades.

En palabras del II Encuentro de Obispos y Pastores de AL y el Caribe en Kingston, Jamaica, en 1990: «Lo que está en juego, en primer lugar, no son las cuentas de los acreedores internacionales, sino la vida de millones de personas, que no pueden soportar la permanente amenaza de medidas económicas que traen desempleo, miseria y muerte» (3.3;42).

2. Tampoco se retoma analizar la composición de la deuda, o sea en qué se aplicaron los fondos obtenidos por la deuda. Pudo ser en un proyecto productivo; para facilitar la fuga de capitales al exterior; para consumo suntuario de capitalistas, etc. También pudo ser para pagar deudas anteriores y/o intereses para los que no había recursos, generando así la inacabable «espiral de la deuda» que cada vez transfiere más riqueza al exterior. En una negociación, cada uno de estos aspectos merecería un tratamiento distinto.



Entre los acreedores podrían incluso aparecer algunos de los que fugaron esos capitales y los tienen depositados en el exterior; o grandes deudores del estado uruguayo.

3. Mucho se ha hablado también de exigir «responsabilidad compartida» por los créditos. Si los prestamistas no cuidaron en qué se gastaron los fondos, y estimularon endeudamientos tan enormes, ¿por qué ahora no desean correr ningún riesgo y aspiran a que les paguemos todo? Los propios acreedores estuvieron dispuestos en este sentido; pero las propuestas para el FA ignoran este aspecto.

Esto importa para todos los acreedores, es decir, también para los tenedores de bonos y letras. Entre ellos hay de todo, respetables y no respetables, y no se trata de que «no tienen la culpa», es más de fondo. Debemos recordar el origen de la deuda y el cambio de acreedores que hubo, impulsado por los bancos internacionales, el FMI, el BM y el Plan Brady; el cambio de titular no debe llevarnos a olvidar criterios básicos. Es como quien compra -de buena fe- un televisor robado que, posteriormente, la policía descubre.

4. No se recuerda uno de los argumentos más claros utilizados por los movimientos populares para negarse a seguir pagando sin negociar: la deuda ya se pagó.

En otras palabras, lo que seguimos pagando no son intereses y amortización del principal, en verdad pagamos usura. Si estimamos los montos originales de deuda, incluso con intereses normales, y los comparamos con lo efectivamente pagado por nuestros pueblos, surge una verdad impactante: la deuda ya se pagó.

El caso de México: entre 1970 y 1985 pagó 116 mil millones de dólares por intereses y amortización del principal, por una deuda que, en 1984 era de 94 mil millones (*Proceso*, Méx. 14/X/85). Brasil: entre 1973 y 1985 pagó bastante más de lo que recibió, pero en 1985 debía nueve veces más que en 1973 (*E. Galeano, Brecha*, 7/X/88). Venezuela: En 1983 su deuda era de 38.431 millones; de allí hasta 1987 pagó 29.862. Pero en 1987 la deuda estaba en 30.277 (*S. Blixen, Brecha*, 10/III/89).

¿Y Uruguay? Aunque parezca increíble, también podemos aplicar el mismo razonamiento a nuestro país. Repasemos las cifras de endeudamiento del cuadro inicial y comparemos con este dato: Entre los años 1973 y 1988, sólo por intereses, Uruguay pagó 3.638 millones de dólares (*Arce, Rocca, Tajam*: 176)(1). Si consideramos que algo debemos haber abonado por amortización del capital, en verdad, ¿qué es lo que seguimos pagando?

5. Por último, nada se dice en torno a: y aunque se decida que sí debemos «pagar o pagar», ¿es posible? Múltiples estudios en A. Latina señalaron que no es posible; no existen fondos para ello. Pensemos, además, que un programa del FA requerirá recursos para realmente desarrollar el país en beneficio de todos.

## VII. Conclusiones

1. El problema de la deuda externa no se relaciona con cosas «innegociables», o qué documento tiene validez, o qué condiciones pactadas son o no obligatorias. Ese concepto no existe. Es un tema político.

2. Lo único que cambió de la deuda fueron los acreedores. Al igual que siempre, lo que corresponde es tener un panorama claro sobre monto, condiciones, acreedores, etc. y decidir entonces qué medidas adoptar en cada caso concreto.

3. No debemos olvidar ahora argumentaciones muy serias y difundidas que mantienen toda su vigencia.

4. Comprometerse desde ya a pagar, sólo conduce a atarse de manos a priori, sin saber a quién le estamos pagando y por qué. Continuar el saqueo a nuestros pueblos.

Todo indica que lo razonable sería negociar. Negociar toda la deuda externa, sin tremendismos y con un panorama y conciencia claros, sobre la base del Derecho de los Pueblos.

\*El autor agradece las conversaciones mantenidas con varios compañeros.

(1) Arce, Rocca, Tajam: «La deuda externa del Uruguay: un negocio para pocos», en *La crisis de la Deuda Externa*. D. Astori, compilador. FCU, Mdeo. 1990, pág. 176. Elaboración a partir de informaciones del FMI.

## Alfaguara en el "Viaje de Solidaridad"

# JUNTO A CUBA

En los meses de enero y febrero se realizó el Viaje de la Solidaridad con Cuba. Más de cincuenta dirigentes políticos y de organizaciones sociales de nuestro país viajaron a Cuba para expresar el apoyo uruguayo a la Revolución Cubana, en momentos en que el imperialismo ajusta las tuercas de su criminal bloqueo, llevando asimismo un importante envío de ayuda material. Integraron la delegación los profesores Silvia Pedrana y Julio Louis, miembros del consejo editor de Alfaguara. En las páginas que siguen ofrecemos algunas de las impresiones de ambos compañeros, así como de la compañera Ana Ribeiro, quien gentilmente nos hiciera llegar también su colaboración.

## Mi otro lugar en el mundo

por Silvia Pedrana

*Cielo Latinoamericano, 5/2/1993.*

Sobrevolando el Pacífico, bordeando el continente al Sur, a 15 de esa primera impresión, ya no resisto a la tentación-desesperación de organizar con papel y tinta estas intensas vivencias antes de que se conviertan en recuerdo.

El 23 de enero nos recibió una ciudad amaneciendo. Eran las 6 de la mañana. Sentí emoción al sostener la pancarta "Uruguay junto a Cuba" y al abrazar a los primeros cubanos que, como los demás, se mostraron abiertos, cálidos, transparentes y alegres. El aeropuerto José Martí nos contuvo en trami-taciones durante unas tres horas en las que, además de sentirnos cada vez más cerca entre nosotros, vivimos la extraña situación de reconocer en los primeros milicos con sus caras frescas y auténticas. Carrero (un compañero de la delegación) diría: "yo tengo una duda que me está matando, ¿si aquí los

milicos son comunistas, quién reprime a la gente?"

La Habana se me fue metiendo por los poros. Sentí al primer contacto que todo en ese lugar me atraía y me atrapaba con una fuerza irresistible, seductora. Supe de inmediato que ese era mi otro lugar en el mundo: no sentí olores extraños, tenía el mío. Sus formas y colores mostraban su magnetismo con respecto a mi persona. Fui absolutamente consciente de que allí sería feliz, más allá de lo que pudiera suceder. De antemano sabía que me gustaría, pero nunca imaginé sentirme así.

Vi a través de las ventanas de la guagua (ómnibus) cómo convivían gente y naturaleza en un intercambio altamente provechoso (y con tanta naturalidad). Vi hombres trabajando su pequeña huerta pegada a su casa junto a la carretera; ésos son los campesinos que no existen

en mi tierra pensé, pero en realidad eran sencillamente trabajadores cubanos, hombres completos, que no importa cual sea su ocupación producen en cualquier trozo de tierra que posean o no.

Vi mucha gente en actividades diversas, caminando, limpiando sus casas a la vista de todos, esperando la guagua. Todos bien vestidos, ni un harapo, ni un niño descalzo, ni una persona sucia. Me llamaron la atención las mujeres y las bicicletas, ambas relucientes. Las bicicletas, nuevas en su gran mayoría, exhibiendo hermosos colores. Todas las mujeres se veían maquilladas y generosamente adornadas con alhajas; muchas, con el cabello teñido y peinadas de peluquería.

Lo más deslumbrante y encantador fue la igualdad social que parecía traducirse en el aspecto de las viviendas, con un deterioro parejo, de estilos diversos, de diferentes colores, pero en una aplastante mayoría construidas hace más de treinta años y no tocadas en unos cuantos.

En lugar de avisos publicitarios los muros exhibían: "Sí por Cuba".



## "La hora de gritar revolución"

Por Julio Louis

Mao Tse Tung definió al imperialismo como un tigre de papel, aludiendo a su debilidad estratégica y a su fortaleza táctica. La definición mantiene validez; el imperialismo sigue carcomido por sus contradicciones, pero después del derrumbe del "socialismo real" arremete con mayor agresividad. Pocos países resisten esa embestida. Embestida económica, política, militar e ideológica, procurando eliminar cualquier resistencia.

Cuba está en la primera línea de resistencia. "La humanidad nunca vivió un momento de tal auge de la reacción ni de tal auge del poder del imperio (...) en este instante preservar los valores tiene una importancia decisiva."<sup>(1)</sup>

Esa preservación de valores no es un discurso oficial vacío. Impregna la conciencia colectiva sometida a un baño diario de dignidad. Se observa en el trabajador que agrega a sus jornadas de trabajo voluntario el esfuerzo de recorrer kilómetros en bicicleta; en el médico o el maestro, empeñados en curar o enseñar, ahorrando al máximo; en el ama de casa, que se las ingenia para blanquear la ropa sin jabón.

Marx teorizó la imposibilidad de la convivencia del socialismo y de la miseria. Trotsky abundó en el tema, insistiendo en que la pobreza abonaría inexorablemente nuevas desigualdades. Esos fundamentos objetivos, ampliamente ilustrados con la práctica social que confirma

1 - Fidel Castro: "Un grano de más. Conversación con Tomás Borge". Oficina de publicaciones del Consejo de Estado. La Habana. 1992. Pág. 43.

14

y enriquece la teoría, nos ha llevado a sostener que es un error llamar socialistas a sociedades post-capitalistas, que han intentado la construcción socialista, pero que han chocado con realidades que deter-

minan rasgos específicos y diferenciados del modelo proyectado.

Con esta óptica analizamos a Cuba. A la vanguardia del proceso educativo y de salud, con una calidad medioambiental envidiable,

### En el Hospital "Hermanos Ameijeiras"

Esperábamos en una refrigeradora sala del Hospital "Hermanos Ameijeiras". Irrumpió preguntando, "¿Pero es que ustedes son uruguayos?". Y recorrió con su mirada el auditorio hasta descubrir, en las manos de Labarinois, el mate y el termo. "Ah sí, son uruguayos". Fue la presentación del Director del Hospital, un sabio exquisito por su sencillez y simpatía.

Explica el sistema de salud socializado, orientado por la priorización de la prevención sobre la curación. Hay datos y cifras impactantes. Diecisiete mil médicos de familia, cada uno de los cuales atiende a ciento veinte. Doscientos diecisiete hospitales frente a los cuarenta y siete existentes antes de la Revolución. El Ameijeiras es un centro de tercer nivel, para el tratamiento del 0,1 por ciento de los casos, irresueltos en provincias. Allí trasplantan médula, hígado, corazón, pene. Y desde 1992 se recurre al "turismo de salud", la atención de enfermos extranjeros que pagan en dólares. Porque a partir del 93 la comuni-

dad científica del Hospital decidió autofinanciarse al mismo, apelando a ese recurso. Medida política con la cual se contribuye a enfrentar las dificultades del "período especial". Con este propósito se piensa abrir una segunda sala para turistas sin que se afecte el nivel asistencial de los cubanos. Por otro lado, los médicos cubanos invaden el primer mundo. Por ejemplo, cirujanos operan en Italia, Suecia. Y cobran, dinero con el que se mantienen gratis a sus médicos en treinta y dos países del Tercer Mundo.

Para el Director, "lo peor ya pasó pues nos acostumbramos al 'período especial' ". Que entre otras cosas significa para los médicos llegar al hospital en camiones, bicicletas o caminando. Riendo contó que el día anterior cuando uno de sus jóvenes médicos descendía de un camión frente al hospital, le preguntó: "¿Cómo marcha tu deseo de hacer ciencia, Doctor?". La respuesta fue simple: "Este es el momento de demostrar que se puede hacer ciencia".

Julio Louis

donde el hombre y la mujer sienten la protección que el Estado les brinda desde el nacimiento hasta la muerte, con una estimable priorización por la ciencia que la ubica también en primeros planos de la biotecnología o medicina, Cuba es ejemplo de lo que los pueblos pueden si quiebran al imperialismo.

Pero difundir la imagen de sociedad socialista lograda es una superficialidad o una mistificación. Porque preservamos los valores del socialismo, porque la pobreza atenta contra su construcción, nos negamos a calificar como socialista a una sociedad donde rebrota la prostitución, campea el mercado negro, se fortalece una burguesía nacida de la delincuencia.

Pero cometeríamos un imperdonable error si bajo el pretexto de visualizar reales desigualdades, privilegios, dogmatismos y otras aberraciones, consideráramos que poco importa que el imperialismo también suprima a cualquiera de los regímenes supervivientes de signo anticapitalista. Y a Cuba en especial.

Ya está demostrado que esas sociedades generan factores indeseables desde la óptica socialista. Pero no basta comprender el papel dominante de la burocracia. Se tra-

ta de la compleja tarea de descubrir todos los aspectos negativos sin esconderlos, conocerlos para transformarlos, pero a la vez dialécticamente, comprender el paso adelante que para la humanidad representa la superación del capitalismo.

El reconocimiento de los avances de Cuba debe compatibilizarse con el análisis profundo de los elementos que explican sus dificultades. Cuentan razones objetivas y errores ideológicos y políticos. Razones objetivas dadas por la condición de país capitalista dependiente antes de 1959 y por la dependencia posterior. Errores ideológicos y políticos, cuyo cénit se sitúa entre 1973 y 1985, período al que los cubanos llaman "la copiadura" por el seguimiento acrítico del modelo soviético.

Es auspicioso que avance la conciencia crítica, que crezca la convicción de que se vive una transición al socialismo, que se afirme la decisión de resistir, de que hay que gritar revolución, como reza la letra de una canción, pintada en los muros de las ciudades.

El bloqueo existe desde 1962. La ley Torricelli lo legaliza, lo profundiza. Es que la estrategia imperialista promueve el colapso de la

Revolución. En esta coyuntura, la lucha de clases y la nacional entrelazadas, abarcan las tres formas enunciadas por Engels: la ideológica, la económica y la política.

La lucha ideológica actúa sobre la conciencia. Y se constata que la conciencia antimperialista, revolucionaria, socialista, se refuerza en la adversidad. En los relatos siguientes hay ejemplos elocuentes. Esa conciencia determina que el imperialismo no elija la agresión militar directa, conocedor de que la guerra de resistencia popular sería encarnizada.

Pero a la vez, la conciencia está velada por el dogmatismo. También en Cuba el "marxismo-leninismo" oficial ha provocado daños. Hay quienes sienten hastío de Marx, Engels o Lenin, aunque desconocen su pensamiento en profundidad. No obstante, se irradian señales luminosas de superación de esa etapa. Ya no se admite el "marxismo-leninismo" como un sistema único, de eterna verdad y se lo reemplaza por el estudio del marxismo, del leninismo, sin connotaciones estalinistas, por la búsqueda creadora de otros pensadores fuera o dentro del marxismo: Martí, Lukacs, Gramsci, Guevara.

La lucha económica tiene su expresión más profunda en el concepto de propiedad. Se cayó en el generalizado error a nivel mundial de identificar socialismo con estatización, de donde emana la conclusión que cuanto más estatizada fuera la propiedad, más socialismo habría. Incluso se ha estatizado la pequeña propiedad. Pero que la propiedad sea estatal no asegura que sea regida por los trabajadores. El resultado es que las masas no sienten muchas veces como suya la

(sigue pág. 16)

15

Havana Vieja, frente al Palacio de Justicia



2020022

000 017

9500306

018

9500306

(viene de pág. 15)

propiedad estatal. Algunos funcionarios -la burocracia- usufructuarios del poder, se benefician con privilegios: las "diplotiendas", al estilo de los países "socialistas" del Este o de la URSS. Y al margen de la burocracia, el robo al menudeo, o no tan al menudeo, es otro mal extendido.

La lucha política se dirime en todos los niveles. El sistema de partido único, impregnado del modelo soviético, aunque con raíces y singularidades propias, ha retrasado el espíritu de debate libre. Ahora el Partido intenta una apertura ideológica, enriquecerse en la discusión. El Poder Popular, valga la redundancia, se populariza. Un régimen inusual y profundamente democrático, permite la elección primaria de candidatos a diputados nacionales y delegados provinciales; allí las masas proponen a sus candidatos teniendo en cuenta los méritos acumulados a lo largo de toda la vida, y se es muy exigente. En la elección no es determinante la calidad de miembro del Partido.

Claro que el régimen tiene importantes limitaciones, cuyas raíces se hunden en la pobreza del debate ideológico. No hay confrontación de programas; no se vota por programas, se vota por biografías.

De todos modos la adhesión de masas al régimen y sus autoridades es abrumadora, como se constató en las elecciones de febrero.

De lo que antecede surge que nuestro compromiso de defensa de la Revolución Cubana se acompaña de la convicción de que es necesario hacerlo con una conciencia crítica, y no con seguidismo a la vieja usanza estalinista. Defensa

## Las células cancerosas

Si caminar por La Habana tiene su encanto, éste se centuplica si se goza de la compañía de un habanero. Porque el lugareño siempre descubre al visitante los resortes "invisibles" de la ciudad. Por ejemplo, la siguiente escena: un hombre joven intenta ocultar en un bolso de mano un lechón para subirlo al bus. El futuro polizón chilla, su dueño intenta acallarlo, hombres y mujeres de la colación. Me informaron que está prohibido a particulares la cría de cerdos, por lo que aquel hombre comete un delito. Todos lo saben, lo callan, los policías también; tal vez por eso no aparece ninguno.

Mi acompañante necesita gasolina. Hace quince días que rige la prohibición de venta a particulares. Su "carro" está parado. Pero carretean por las calles numerosos vehículos particulares, cuyos propietarios seguramente han acudido al mercado negro.

Inesperadamente un veterano ciclista pasa a nuestro lado. Mi acompañante le llama, aquél detiene su vehículo. "No hables para que no sepa que eres extranjero", me dice. Y después del saludo va la petición: "consígueme gasolina". El hombre refunfuña, habla de dificultades, monta en bicicleta y se aleja.

"Mira, éste es un delincuente",

asentada en principios, que van más allá de la discusión sobre las virtudes o falencias de la cartilla de racionamiento o del tratamiento de los opositores.

Nuestro compromiso con Cuba es con las realizaciones y esperan-

zas en la senda del socialismo, es con la lucha por la libre determinación de los pueblos, es con el ejemplo creativo y abnegado que cala profundo en el corazón de todos los explotados y oprimidos del mundo.

Y a continuación, me hace la comparación siguiente:

"Un especialista recibe como salario mensual 450 pesos, privilegio de pocos, caracterizados científicos o técnicos. Un trabajador común gana 140, un profesional medio 250, en la cima, los dirigentes históricos, entre 600 y 700.

Este señor, en cambio, días atrás por un viaje turístico La Habana-Santiago ganó 2.400 pesos. Fíjate, en un viaje, casi cinco veces el salario de un especialista".

¿Con lo que queda claro que hay burguesía?, reflexiono preguntando.

"Claro que la hay, una burguesía marginal, delincuente, que socava al régimen". También hay lotería clandestina, regida por su par venezolana, con toda una red de intermediarios que trabajan para capitalistas.

Mercado negro, corrupción, burguesía, conviven con la Revolución, cual células cancerosas.

Julio Louis

## ¿Prostitución voluntaria?

por Silvia Pedrana

Escuchamos la música, vimos el movimiento alrededor de la piscina a través de la ventana del hotel y decidimos ir a ver. Sobre el lado derecho del camino se exponían como en un desfile de mis universos, las hermosas cubanas, adolescentes en su mayoría, inmóviles y seductoras, esperando que el turista que pasara a su lado las eligiera entre las demás.

El ambiente estaba enrarecido; resultaba inquietante y difícil comprender lo que allí acontecía. Después de dar vueltas examinando la muchedumbre que se concentraba al lado de la cerca que daba acceso al baile, decidí acercarme a un par de muchachas de unos 16 años, de caras frescas y anifadas. En forma abierta y natural respondieron a mi interrogatorio.

Además de los 5 dólares de la entrada necesitaban un turista que les habilitara un rato de diversión.

Se trataba sin duda de jóvenes con un buen nivel de educación e incluso formación cívica. Entre otros temas, conversamos de las elecciones que se estaban llevando a cabo en esos días; demostraron estar informadas y por ellas supimos de la existencia de reuniones, a las que todo el pueblo concurría, donde se asesoraba sobre los procedimientos de votación, después de haber intervenido en la preselección de candidatos y conformación de listas. En Cuba se vota a partir de los 16 años.

Cuando ya nos íbamos nos detuvo otra muchacha. Se trataba de una estudiante bachiller, hija de profesionales -médicos-, que reconocía no tener necesidades materiales, sus padres le daban todo lo que ella precisaba y deseaba. Sin embargo, al estar toda la semana metida entre libros, necesitaba, por lo menos, distraerse un día y en Cuba no había lugares de esparcimiento, donde ir a bailar concretamente, para los jóvenes cubanos. Después de profundizar en los pormenores del tema, me rogó encarecidamente que ayudara a una amiga suya, que se encontraban en la misma situación -y en la calle- a ingresar al hotel. Yo me extendí en cuestiones de tipo moral respecto de si verdaderamente les estaría haciendo un "favor" al acceder a su pedido. Me tranquilizó sosteniendo que si lo que se proponían era venderse a algún turista por la entrada al baile, no me estarían haciendo el planteo a mí. La acompañé, salimos a la puerta, se dirigió primero a hablar a un grupo masculino que se encontraba en un extremo de la calle, a oscuras, y luego hacia la otra esquina; desde allí vi emerger cinco adolescentes, sensual y atrevidamente vestidas y maquilladas. Ingresamos, no pararon de agradecerme en el camino a la piscina y, al llegar, se ubicaron en un claro de la pasarela donde permanecerían como radiantes postes expectantes.

Supimos luego, durante nuestra estadía, que el gobierno se había

hecho cargo del problema al reconocerlo públicamente, sosteniendo que se trataba de una "prostitución voluntaria", preocupante pero consecuencia del incremento del turismo -tan necesario- y de una suerte de desviación ideológica o falla en la conciencia revolucionaria de algunos jóvenes.

Un extranjero, residente en Cuba desde hace nueve años, nos comentaba que no puede entenderse como voluntario un fenómeno que ha alcanzado esta envergadura y que si el turismo lo alimenta es porque existe una necesidad económica que por esta vía se resuelve.

Una docente universitaria reconocía: "no pasamos hambre, es cierto, pero pasamos tanto trabajo para no pasar hambre..."

Las consecuencias de la prostitución trascienden la propia temática y han comenzado a afectar comportamientos sociales y actitudes frente a la vida muy arraigadas en la conciencia colectiva, nos decía el extranjero. El pueblo cubano, en su proceso revolucionario, encará el sexo con amplitud y libertad. Nunca empero aceptó su comercialización; ahora empieza a hacerlo.

En todas partes se conocen adolescentes que se prostituyen con turistas a las que se designa con el epíteto suave de "jineteras". Cuando regresa a casa con una indumentaria y artículos de consumo que sólo pudo adquirir a través de un turista, el barrio lo reconoce y lo acepta. La familia, que de esa forma ve resuelta su situación económica, también.

## Tomando café con los contras

por Julio Louis

Al regresar de la visita a un museo comprobamos que la "guagua" del "Viaje de la Solidaridad" se había ido. Era media tarde y teníamos que volver al hotel. Decidimos viajar en las guaguas "verdaderas". Fuimos preguntando hacia dónde dirigimos, mientras caminábamos por las calles impecablemente limpias, observando las casas invariablemente descascaradas. Al doblar una esquina nos dirigimos a un hombre cincuentón, y tras explicarle que éramos uruguayos, que habíamos venido en el Viaje de la Solidaridad (ampliamente publicitado) y que buscábamos una guagua, comenzaron las consultas y explicaciones. A la conversación se fueron sumando un estudiante de medicina mozambiqueño de sexto año y su compañera (ambos agradecidos a Cuba, dispuestos a retornar a su país) y por fin, otro señor, también cincuentón, de gruesos lentes y pinta de intelectual. Resultó ser profesional y nos sorprendió con juicios categóricos y críticos. "Cuba es el único país del mundo cuyos taxis están reservados para turistas"; "en Cuba hay racismo, un negro no entra en el *Habana Libre*", uno de los grandes hoteles (por el contrario, estuvimos en el *Habana Libre* junto a varios turistas negros).

No le ocultamos a qué vinimos. Pero optamos por escuchar, más que por hablar. Nos invita a su departamento. Cómodo, con heladera, ventilador, sencillo, sin lujos. Fuimos con su amigo, nos presenta a su hermana. Había sido miembro

de un partido burgués, estuvo preso bajo Batista. "Con el capitalismo vivíamos mejor", dura afirmación que, empero, no volvimos a escuchar en boca de ningún otro cubano.

Su amigo cuenta que el nietito le pidió un chocolate, y que le tuvo que explicar que sólo había para turistas. Su hermana se queja de que a sus hijos (enfermos de un mal infrecuente) se les negó la curación en Estados Unidos, donde residen familiares. Nos sirve café en un bonito juego, y en cantidades mínimas para nosotros (tacitas con dos deditos de bebida. Y les escuchamos decir que las expediciones internacionales (Angola, Etiopía) han empobrecido a Cuba. Que la administración es mala. Que hay privilegios. Que no hay democracia en tanto no hay partidos opositores. Que Fidel tiene una tozudez constante, y que es el único que puede cambiar las cosas.

En cierto momento le pide a su

hermana que hable más bajo (la ventana está abierta, los otros departamentos cercanos). Al rato le explico que bajo la dictadura uruguaya nadie invitaba a desconocidos a su casa, porque había miedo y le pregunto: "¿Aquí no tienen miedo?". Nos responde: "No hay miedo para los que no estamos en nada, si lo hay para quienes atacan al régimen".

Vuelvo a preguntar: "¿Qué soluciones hay?". Cree que hay que mantener las grandes nacionalizaciones, permitir las pequeñas empresas privadas, autorizar el mercado libre campesino. Su amigo acota "hay que flexibilizar".

Los tres tienen una supina ignorancia de América Latina, de problemas de sus pueblos. En cambio, conocen bastante de Estados Unidos que se convierte por lo tanto en su eje de referencia obligado.

Nos despiden con la misma proverbial cortesía con que nos acogieron.

Escuela José Artigas, en la pared se lee "Aquí somos felices"



## Apostando a la ciencia

por Ana Ribeiro

El 1º de julio de 1986 fue inaugurado en La Habana el Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología: setenta mil metros cuadrados repartidos en áreas de investigación, de producción, invernaderos y almacenes.

Cuando llegamos nos recibieron dos científicos que con su sola presencia motivaron la primera interrogante:

—¿Cuál es la edad promedio de los científicos del Centro?

—Veintinueve años— fue la respuesta.

Ella y él no tenían más de treinta y eran miembros de la dirección.

Con claridad y terminología apropiada para no expertos, nos informan de sus logros: la vacuna contra la hepatitis B, la estreptococina recombinante para el tratamiento de infartos, las cremas para quemaduras y úlceras de piel (con lo que se atiende a cientos de afectados por el desastre nuclear de Chernóvil), el Policrosanol (el popular "PPG") de mágicas virtudes contra la arteriosclerosis.

Para la industria se obtienen productos de aplicación en los derivados de lácteos, varios edulcorantes (sólo de uso nacional, ya que deben evitar dañar sus mercados externos ligados a la caña de azúcar), productos textiles y cerveceros.

Animales y plantas transgénicos nos provocaron especial asombro: pocos aumentados de tamaño, leche de coneja obtenida

en cantidades varias veces por encima de lo normal, plantas que autoproducen la toxina necesaria para resistir a los virus y plagas que los afectan (lo que los exime del uso de pesticidas), etc.

De pronto una simple pregunta sobre cómo y cuándo se inicia Cuba en esta área tecnológica nos revela ricos datos políticos. Poder, carisma y liderazgo, potencias en pugna, asomaron en la respuesta, velados tras plantas y remedios biogénicos. La biotecnología se inicia en Cuba en 1981 y no con apoyo soviético (ya que la URSS no incurrió en esta área) sino como producto del encuentro de un científico norteamericano con Fidel Castro. Conocido es el interés en técnicas industriales y agrícolas que siempre ha tenido Fidel y que lo ha llevado a propulsar desde la cría de cocodrilos a la hibridación ganadera.

Dos estudiantes cubanos se forman junto a este científico, regresan a Cuba y el estado les otorga absoluta prioridad a los programas de investigación biogenética desde ese momento. La comunidad de trabajo del Centro actualmente es de seiscientas personas, de las cuales el 80% investiga o produce y el 20% es personal de apoyo.

Me aparto de la observación de maquinaria sofisticada y computadoras y recorro los pasillos, a los que se abren varios laboratorios. se

ven rostros jóvenes que se inclinan sobre teclados o microscopios. En las paredes las carteleros con los horarios de las clases de idiomas comparten el espacio con las fotos del Che. En una puerta leo un cartel de letras rojas que reza: "Fidel pa' lo que sea".

Me atrapan los cuadros y esculturas que ambientan el lugar, junto con una abundante luz y plantas que parecen imposibles. De variadas técnicas y estilos, de distintos autores, pero todos cubanos, priman los abstractos, los expresionismos, y un uso del color que una imagina que sólo puede ser inspirado en el trópico. Me informan que son producto de un concurso abierto para la inauguración del Centro. Un compañero, especialmente atraído por una escultura geométrica, pregunta dónde se puede adquirir ese tipo de obras. Con un gesto de sorpresa le contestan: "¿Comprar? Únicamente artesanías para turistas. Estas obras sólo van a lugares públicos: escuelas, hospitales. Pero no se venden".

Ya en los jardines, retornando de la recorrida, le pregunto a nuestro joven científico-guía si se sienten afectados por el período especial en su vida cotidiana, señalándole los bloques habitacionales que los albergan y que rodean el Centro. Y me contesta: "Menos que el resto de los cubanos. Somos un tanto privilegiados... es que el futuro, la economía y la salud del país dependen de la ciencia".



Alfaguara en el "Viaje de Solidaridad"

## "Fidel está en la oposición"

por Ana Ribeiro

Estábamos en un Centro Agrícola de Trabajo Voluntario.

Allí coincidimos con Roberto, quien cumplía con sus quince días anuales de tareas en el campo. Un hombre de cincuenta y dos años, delgado, canoso, de amplia y fácil sonrisa. Sus humildes ropas de trabajo y sus manos estaban teñidas por la rojiza tierra cubana. Llevaba una bolsa de fertilizantes colgada al hombro y esparcía su abono entre los surcos de tomates mientras conversábamos.

Era el autor de varias novelas de TV y sus compañeros lo presentaban con orgullo, especialmente por una de ellas, de reciente y sonado éxito. Había sido profesor de dramaturgia en Perú y contaba con fluidez y gracia, propias de su oficio literario, anécdotas y experiencias de viajes.

El tema cultural surgió solo y naturalmente: el período especial también ha provocado racionamiento en este área, "de dos mil títulos de libros anuales que se editaban en los ochenta se ha pasado a cien títulos y los teatros funcionan sólo los fines de semana por los problemas energéticos", se lamentó.

Hablaba con seguridad, balanceando el elogio con la crítica constantemente; de pronto baja la mirada hacia la tierra y me dice: "¿Ves? aquí en este surco hay errores graves de siembra, pero se fue indulgente con quien los provocó. Porque el estado cubano en

medio de la actual coyuntura no puede permitirse el desempleo. Muchas veces hay dos para hacer una tarea para la que bastaría uno. Y hay quienes los saben y se permiten desidias e incumplimientos". Rápidamente agrega: "Pero pese a todo la revolución no está en peligro, lo estuvo cuando falló la zafra por las diez mil toneladas de azúcar, porque entonces la gente se sintió quebrada".

Le pregunto sobre la figura de Fidel: ¿Cómo campeó sobre esta crisis, cómo lo hace ahora en el período especial? La respuesta de Roberto fue breve: Lo que pasa que Fidel no es el gobierno. Fidel es la oposición". Ante mi asombro me aclara: "Está enfrentado siempre a quienes forman el gobierno junto a él. El fustiga, critica, obliga a co-

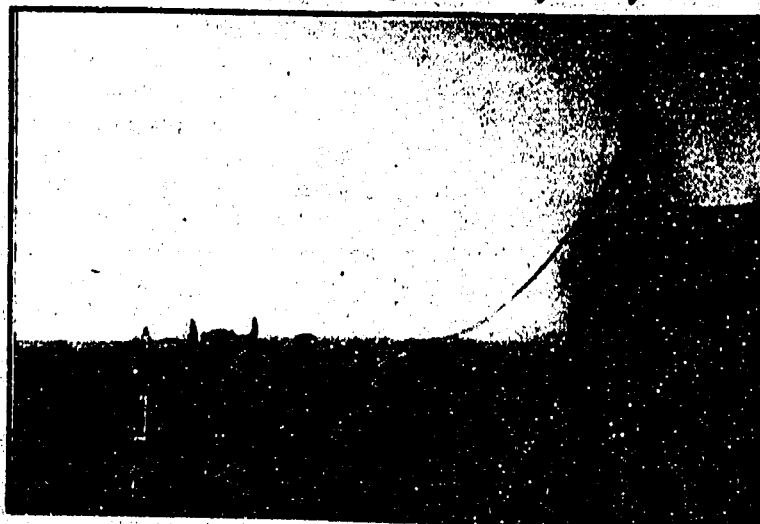
regir. Le ha ido muy mal y lo han defraudado muchas veces porque el poder marea".

Y con gran amenidad agrega, riendo, "aquí, cuando hay un desastre, algo malo que se descubre, una de las expresiones más habituales de la gente al comentario es: "¿Te das cuenta lo que ha pasado? ¡Coño, pobre Fidel!"

Y se despide, algo apurado: "Sabés? es que le exigí a mi hija de 13 años traer carnet de destacada en sus labores, cuando fue al campamento agrícola. Lo hizo, y eso me obliga ahora a mí a hacer lo mismo. No puedo exigirle lo que yo no doy".

Le pregunto si ésa es la "emulación" de que me han hablado y me dice, ya con la mano en un gesto de saludo: "Claro, emulación familiar".

Centro agrícola: los bueyes como fuerza motriz.



## El FMI en Rusia

por Yenia Dumnova

El FMI tuvo una suerte milagrosa al poder causar estragos de un golpe nada menos que a 150 millones de habitantes de la República Rusa. Con sus cantos de sirena sobre las bondades del capitalismo y con promesas espurias fascinó a Yeltsin y a sus consejeros económicos, todos ex-dirigentes comunistas, con Gaidara a la cabeza, ex-director nada menos que de El Comunista, revista de suma importancia ideológica en la URSS, instándolos a aplicar una cruda política económica ultraliberal y la maléfica política de shock tan trillada en otras latitudes.

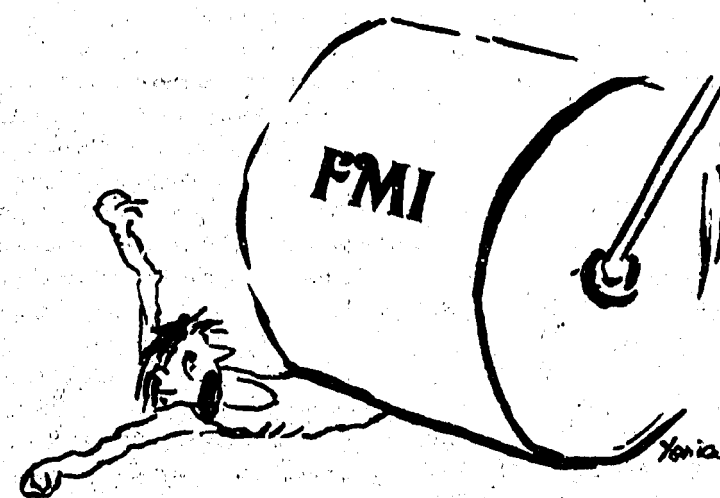
Merced a sus toscos esmeros, el rublo casi dejó de existir como moneda nacional y cayó verticalmente al abismo de la dolarización. La última vez que estuve en Moscú en la época de Gorbachov, el rublo costaba 6 rublos. En enero del corriente año ya costaba más de 500. Los perplejos ciudadanos, en un abrir y cerrar de ojos, se dieron cuenta de que sus ahorros, en algunos casos de toda la vida, en un país que casi no conocía la inflación, como era el caso de la URSS, se convirtieron en cenizas. Los precios saltaron y quedaron colgados fuera del alcance de los consumidores. El pan, que costaba en 1991 15 kopeks, pasó ahora a 25 rublos; una TV de fabricación nacional, que costaba 800 rublos, ahora pasó a costar 85 mil; un abrigo de invierno, imprescindible en aquel clima, llegó a costar 18 mil rublos. Los rublos, que Yeltsin en vano afirma que siguen a los precios, quedaron misérrimos, entre 4 y 10 dólares mensuales. La República Rusa está llena de mendigos, antaño casi inexistentes; las estaciones de ferrocarril de noche abrigan nume-

rosos desgraciados que no tienen techo; los pobres jubilados pasaron a la indigencia; nadie contabiliza los suicidios.

La URSS desapareció del mapa mundi con las firmas de tres gobernantes (ruso, bielorruso y ucraniano), sin consultar a nadie, a excepción de Bush, sin tener en cuenta el plebiscito de marzo de 1991, cuando el 78% de los habitantes de todos los pueblos del país votaron por conservar la Unión; pero apareció en cambio una nueva clase de mercaderes democráticos, las élites dolarizadas que no se preocupan por la producción que, desorganizada, está decayendo obstinadamente, sino por tener apoyo del gobierno "democrático" para comprar en rublos todo lo valioso, metales no ferrosos, diamantes, alta tecnología de fusión, petróleo, obras de arte, y venderlo en divisas al extranjero. Una tonelada de petróleo bruto cuesta 5.200 rublos y se vende a la Comunidad Europea por 150 dólares. El permiso de exportación se consigue fácilmente mediante coimas a funcionarios co-

ruptos. Con Gaidar se duplicó la exportación salvaje de petróleo y sólo en los seis primeros meses de su gobierno, 8 mil millones de dólares pasaron sin molestias a bancos extranjeros. El país se descapitaliza con ayuda de los políticos "demócratas".

La privatización acelerada por Gaidar y Yeltsin está también haciendo estragos. Inmuebles lujosos pasan a manos privadas, que tienen dinero, no siempre limpio. Las compañías extranjeras tratan de medrar. El municipio de Moscú vendió un palacete donde antes había una especie de club de los compositores de la URSS, por la bicoca de algunos cientos de dólares. Se venden fábricas, casas de cultura, estadios, casas de apartamentos, algunas en lugares históricos... En la vecindad del monumento a Gagarin los inquilinos lucharon con piquetas y barricadas contra el intento del alcalde Popov de vender todo el barrio para alojar en él a extranjeros ricos con sus divisas. Los "mercados de las pulgas" están desbordados por



gente que vende colecciones de libros, banderas rojas, ropa extranjera, dulces caseros, animales vivos, iconos, armas, repuestos electrónicos, monedas antiguas, lentes, elixires de vida...

La industria nacional no está protegida, nadie alienta a nadie a producir. Los créditos para comprar equipos en el extranjero están absolutamente congelados. La nueva clase opulenta sólo piensa en el enriquecimiento rápido y es incapaz de reconstruir la economía rusa. Sólo saben comprar barato y vender y los que más lucran son aquellos que tienen relaciones con el extranjero. Las reformas liberales aplicadas por consejo compulsivo del FMI marginan a los productores nacionales, estatales y privados.

El nivel de vida antes de que Yeltsin tramposamente tomara el poder, nunca había sido demasiado elevado, pero todo el mundo tenía trabajo, tenía techo, el servicio social cubría las necesidades fundamentales, las casas cunadas, jardines de infantes, estaban garantizados para todos, los estudios eran gratuitos y subvencionados, la medicina gratuita no excluía a nadie. El alquiler, la electricidad, el gas, la calefacción y el teléfono costaban cifras irrisorias. Para los soviéticos todo esto era tan natural como respirar. Ahora, las condiciones sociales se aproximan a las del tercer mundo.

La crisis es tan profunda que Gaidar no pudo seguir en su sillón. Pero el FMI no se inmuta: "El FMI no está casado con Gaidar, él tenía ideas similares a las nuestras, pero podemos perfectamente trabajar con su sucesor". La receta del FMI aplicada a Rusia no es nada original. La misma receta sirve para todos: convertir al país en exportador de materia prima, con mano de obra muy calificada, culta, pero

barata, hundir la producción de consumo y abrir las puertas para sus transnacionales, para sus mercaderías. No importa si esto provoca una catastrófica desocupación y miseria.

En la URSS la cultura estaba subvencionada. Ahora todo pasó a la autogestión. Los teatros no tienen dinero para pagar a sus actores. No existía pueblito donde no hubiera una biblioteca. Ahora no tienen dinero para la adquisición de libros. Los bibliotecarios pasan miseria. Los museos están arruinados. Sus cuidadores especialistas pasan hambre. El famoso teatro de la Taganka se vio obligado a cerrar sus puertas...

Pero están floreciendo las malezas capitalistas como casas de juego de azar, burdeles, cabaret con striptease, literatura y videos pornográficos, prostitutas por teléfono y otras yerbas.

Muchas personas acusan a Gorbachov y a su equipo por esta desgracia. Pero es la nomenklatura del partido la que no apoyó sus reformas -"más democracia, más socialismo"-, a fin de conservar intactos sus privilegios y su poder. La nomenklatura se quedó quieta, inmóvil. Algunos, más audaces, comenzaron junto con la mafia un sabotaje feroz.

Ellos, en la URSS de antaño, no podían exhibir sus riquezas y ventajas; ser muy rico era indecoroso en aquellos tiempos. Pero en la primera oportunidad que tuvieron, estos comunistas que juraban golpeándose el pecho su fidelidad al partido, experimentaron aceleradamente una milagrosa metamorfosis y se convirtieron en anticomunistas, antisocialistas, procapitalistas, y juntos con la mafia ostentan su riqueza, se jactan de ella, quedándose de nuevo en el poder. ¡Qué tristeza!

Aunque las manifestaciones antigubernamentales se hacen más frecuentes, los ex-soviéticos siguen muy apáticos; dejaron de leer los diarios, no miran la TV y perdieron fe en el futuro. Están además agobiados por la pérdida dramática del poder adquisitivo. Tampoco tienen un lugar para expresar su desahucio. En la ex-URSS existen múltiples pequeños partidos y agrupaciones, pero el pueblo está fuera de la política, abatido y desmoralizado. Están desacostumbrados a actuar.

Con todo, tras un año y medio de desastres, el Congreso decidió, en reuniones tumultuosas, quitar los poderes extraordinarios confiados a Yeltsin. A pesar de amenazas, ruegos y promesas, el presidente quedó derrotado en la votación y abandonó la sala de sesiones como un oso enfurecido.

En los días siguientes Yeltsin pasó por encima del Congreso y de la Constitución y decretó un plebiscito para el 25 de abril, desoyendo previamente de sus puestos a todos los gobernantes de provincia que están en desacuerdo con sus intenciones de convertirse en una especie de dictador procapitalista (¡puede imaginarse qué limpia sería esta votación!), borrando la división de los tres Poderes y queriendo liquidar el congreso.

Los países occidentales, con entusiasmo, le dieron su aval. Mitterrand, cuyo poder en esos instantes se estaba evaporando en su país, corrió a Moscú para asegurar a Yeltsin su apoyo. Todos ellos olvidaron que hasta ahora la existencia de los tres poderes se consideraba la esencia de un estado democrático de derecho, y esto ellos importó, deslumbrados por la posibilidad de seguir destruyendo a su rival de antaño, y la gran prensa afinó sus violines para tratar de ocultar semejanza de detalle.

Del liderazgo mundial de Bush a la nueva formulación de Clinton:

## POLITICA IMPERIAL EN LOS 90

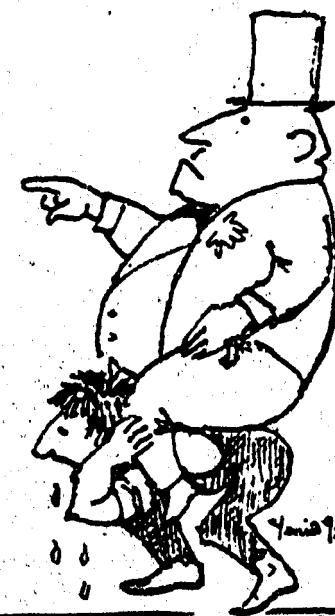
Por James Petras y Chronis Polychroniou  
(especial para Alfaguara)

En las primeras semanas de su presidencia, los artífices de la política exterior de la administración Clinton se enfrentaron al dilema de seguir el legado de armas y libre mercado de Bush, o definir nuevas orientaciones. Las declaraciones iniciales de Clinton estaban decididamente dentro del marco de las pretensiones imperialistas de Bush. Respecto a derechos humanos, Clinton negó su compromiso explícito de ofrecer refugio a los haitianos que huían de la dictadura, despachando una auténtica Guardia armada costera que estableció una cortina de hierro bloqueando la salida de la dictadura hacia a los Estados Unidos.

La colonización de Panamá basada en la ocupación militar estadounidense continúa bajo la tutela de Bernard Aronson, designado en su momento por Bush. Clinton ha desnudado sus ambigüedades en la campaña de NAFTA (Mercado Común de América del Norte), abrazando la senda rápida promovida por Bush, y apoyando los términos establecidos por el presidente mejicano Salinas y Bush, que difícilmente significará un modelo de reconstrucción de las industrias norteamericanas. En la ex-Yugoslavia, el secretario de Estado, Christopher, fue más lejos que su predecesor al atacar el esfuerzo mediador del equipo Vance-Owen. Como el NY Times (Enero, 24/93) señalaba, "El (Christopher)... buscaba autocastigarse de una imagen... de ser demasiado el

buscapleitos y estar muy poco acostumbrado a usar la fuerza". En caso de que hubiera algunas dudas acerca de las intenciones intervencionistas de la nueva administración el nuevo Secretario de Estado las disipó en el acto de confirmación de cargo. Atacando a la administración anterior por haber "tolerado y apoyado dictadores en muchos países durante mucho tiempo". En Somalia nada ha cambiado: las fuerzas armadas de EEUU están aún ocupadas estableciendo *petrolías* para las cuatro compañías americanas de petróleo, teniendo arriendos para explotar más de dos tercios del territorio somalí, a la vez que establecen una presencia estratégica en el Mar Rojo, según declaraciones de Schwartzkopf un año antes de la invasión. En Oriente Medio, la administración Clinton apoyará a Israel en la deportación

de palestinos, demostrando una vez más la continuidad con la administración Bush, violando el derecho internacional y hurgando sus narices en las Naciones Unidas. Como en Somalia, la política de Clinton en Irak está basada más en una línea militar que diplomática. Ignorando el cese al fuego unilateral de Hussein, los artífices de la política exterior de Clinton bombardearon Irak en la más infundada de las pretensiones: los iraquíes "dirigieron el radar iraquí a las patrullas aliadas". El criminal usa radar, el "líder moral" arroja bombas y lanza misiles. El rumbo más preocupante es la incapacidad de Clinton de hacer valer la supremacía civil sobre lo militar. En la peor tradición latinoamericana, por primera vez en muchas décadas, los generales han desafiado abiertamente y con impunidad al nuevo





Comandante en Jefe en el tema de los derechos gays en el ejército. Yendo más allá del asunto en sí, Clinton ha establecido un precedente muy peligroso que ataca la esencia misma del sistema político estadounidense: la subordinación de lo militar a la autoridad civil. Bush, habiendo protegido a los militares y habiendo promocionado su imagen a través de la intervención y la conquista hizo posible que el presidente "evasor de cuentas" ("draft-dodger") cediera terreno a un posible nuevo Cuarto Estado, la junta de Comandantes, lo que da base a relaciones civiles-militares duraderas. Incluso el Times, en forma servil, enarboló el tema cuando señalaba que "el general Powell habría servido a su nuevo presidente más fielmente comunicando decididamente su punto de vista entre bastidores". Posteriormente Powell negó su posición anterior de aceptar ligeros cortes en el presupuesto militar exigiendo -en forma pública- un regreso al presupuesto de Bush.

La política de la administración Clinton puede ser mejor entendida en términos de las premisas generales y perspectivas que Bush argumentó en los últimos meses de su presidencia en el acto de adiós a las armas en la Universidad Cristiana de Texas. Su discurso fue un esfuerzo velado por justificar el uso continuado de recursos nacionales para proyectar poder en la era post guerra fría. Bush apoyó con fuerza a las presidencias imperialistas que aseguraron la supremacía del capitalismo occidental después de casi cincuenta años de guerras calientes y frías. Con la seguridad de un emperador "iluminado" proclamó que la intervención de Estados Unidos ha sido beneficiosa y por lo tanto necesaria para el orden mundial. "Tras una guerra desgastante, América se retiró del esce-

nario internacional, después de la primera guerra mundial" dijo, agregando que "el mundo engendró militarismo, fascismo u agresión descontrolada, sumiendo a la humanidad en otro conflicto devastador". Pero respondiendo al llamado a liderar la segunda guerra mundial, proclamó "nosotros construimos una comunidad que mantuvo la paz".

El poder americano había asegurado la emergencia pacífica de una "comunidad de naciones democráticas", ahora "más robusta que nunca" concluyó Bush. Gracias al poder americano "el colapso del imperio más fuertemente armado en la historia se realizó sin disparar un solo tiro".

Después revirtió la lógica de sus argumentos y advirtió que ahora el mundo está lleno de fuerzas hostiles, conflictos amenazas e inestabilidad creciente. La necesidad de ejercer poder a escala mundial, dijo, están grande como antes: "el mundo

nuevo podría con el tiempo, ser tan amenazador como el anterior. Y permítanme ser franco: una retirada del liderazgo americano, del compromiso americano, sería un error que generaciones futuras, por supuesto nuestros propios hijos, pagarían caro".

Al evocar los demonios de las guerras y luchas que emergen de los alegados "éxitos" de políticas pasadas, buscó justificar "sacrificios" públicos continuos y mayores, un tema que Clinton enunció especialmente en su acto inaugural. Esta paradoja no sorprende. Por supuesto, la doble reserva en los costos y consecuencias del poder mundial de USA es necesaria para tapar los fracasos de la política de post guerra. Puesto que la victoria en la Guerra Fría no ha conducido a un aumento de la paz, de la prosperidad y la democracia, sino a una depresión económica, guerras étnicas sangrientas y nuevos gobiernos autoritarios.



Las tres principales intervenciones militares de USA que ya han tenido lugar en la era posguerra fría -Panamá, Irak y Somalia- no han producido democracia ni bienestar. Bajo Endara, la tasa de desempleo panameño se ha doblado, y el lavado de narco-dólares es más extendido que nunca. En Irak, Saddam Hussein gobierna todavía, los kurdos están doblemente oprimidos (por Irak y Turquía), mientras Kuwait todavía tiene un régimen autoritario. Y en Somalia los clanes armados -cuyas armas fueron provistas mayormente por USA en los 80- han mermado cuando las tropas de EEUU aparecieron, pero resurgirán cuando ellas se vayan.

La imagen que da Bush de la realidad mundial fue diseñada para aumentar el apoyo popular a la continuación de la construcción del imperio en contra de la creciente oposición política.

"De algunos lugares", dijo, "oímos voces tocando retirada, hemos llevado la carga por mucho tiempo, dicen ellos. La desaparición de la amenaza soviética significa que América puede retirarse de responsabilidades internacionales. Otros aseveran que las necesidades internas impiden una política exterior activa".

Es en este contexto que la decisión de Bush de intervenir en Somalia y renovar los ataques a Irak pueden ser mejor comprendidos: contra el sentimiento creciente por desprenderse de la carga de políticas imperiales, Bush evocó la falsa dicotomía entre una política imperial en defensa de altos principios morales ("el fracaso en responder a catástrofes humanas masivas como las de Somalia dejaría la cicatriz en el alma de la nación") y una política

aislacionista que someta al pueblo americano a nuevas y amenazadoras fuerzas.

Bush definió tajantemente los compromisos estratégicos de la venidera presidencia de Bill Clinton. Pese a la promesa electoral de Clinton de centrarse en la reestructura de la economía americana, el discurso de despedida de Bush estuvo dirigido a imponer en la presidencia venidera un compromiso de mantener la hegemonía mundial de EEUU como la más relevante prioridad.

La opción fundamental que encara la administración Clinton es, seguir la política de Bush de construir el imperio mundial, o reconstruir la economía y la sociedad de la nación. La elección es imperio o república. No tiene sentido hablar de mantener el liderazgo y reconstruir América. Más claro: no hay recursos para ambas cosas. La correlación es clara: mientras el imperio crece, la economía nacional se debilita. Ciudades deterioradas y revueltas como la de Los Angeles son el precio de las Tormentas del Desierto. Inversiones industriales declinantes en USA son la contrapartida de inversiones en el exterior en gran escala. La separación entre la élite, orientada al imperio, y el pueblo, se ensancha.

Durante la campaña electoral Clinton mantuvo cierta ambigüedad sobre el curso futuro. Por un lado, reconocía que los problemas que enfrentaba la economía de USA eran profundas y estructurales: "Mientras abordemos negocios de corto plazo, no debemos nunca olvidar que los problemas más hondo de nuestra economía son estructurales y de largo plazo. Muchos de los problemas no se desarrollaron de la noche a la mañana", anunció recientemente. Por otra parte sus nombramientos para los puestos

claves del gabinete - Tesoro, Secretaría de Estado, Defensa y aquellos que los siguen - están todos orientados hacia la dominación mundial. Los designados por Clinton aceptan el marco político básico constituido y proyectado por Bush. Pero la búsqueda del "liderazgo americano" para la hegemonía mundial definirá los límites y finalmente el fracaso del esfuerzo de la administración Clinton por reconstruir América.

No es solamente el fracaso nacional lo que está en la raíz de los compromisos mundiales implícitos en el mantenimiento de la economía mundial. Si Clinton revierte la política exterior de Bush, es factible que emerjan crisis de los conflictos y desastres económicos que acompañan las políticas de libre mercado en el Este y en el Sur. El mundo poscomunista es regido por caudillos étnicos provincianos, ideólogos de libre mercado semianalfabetos, así como un variado surtido de libres voceros autoritarios y compradores -cada uno compitiendo con el otro para liquidar los patrimonios nacionales a inversores occidentales mientras el nivel de vida se sumerge y los servicios sociales desaparecen. En este mundo nuevo de abundancia y notable riqueza, élites políticas pro-occidentales y mayorías empobrecidas, alienadas y en descenso vertiginoso en la escala social, se intensificarán conflictos regionales y las "responsabilidades internacionales" de Clinton se evidenciarán. Conflictos regionales proliferantes, profundización de las diferencias sociales y hostilidad intensificada al saqueo occidental, forzarán a Clinton a dejar de lado su agenda nacional y desviar recursos hacia "guerras regionales" y conflictos internacionales.

(traducción de Lourdes García)

Teoría/práctica, proyecto/realidad, ¿pero hubo alguna vez unidad sin lucha?

# MARXISMO vs. MARXISMO

por Fernando Moyano (\*)

*Fin de las ideologías, fin del marxismo, fin del socialismo, fin de las utopías, fin de la historia. Un sin fin de fines en el recodo de la historia de este fin de siglo, un bombardeo de vulgaridades ideológicas producidas en serie, como cualquier producto industrial moderno. Por diversos medios, pero siempre respondiendo al mismo fin: nada debe cambiar para que todo siga como está.*

Muy activos en esta producción ideológica vulgar están los «izquierdistas renovadores». Cualquier cosa les viene bien, para posar de «desideologizados», «postmodernos», o «renovados», con la misma arrogancia y superficialidad con que hace unos pocos años iban de revolucionarios, comprometidos, solidarios, y por que no decirlo, «marxistas».

«El derrumbe del 'socialismo real', ha provocado una rápida huida de dogmáticos de diversos antiguos 'credos' y 'sectas' marxistas, a un anti-marxismo tan mecánico e irreflexivo como lo eran sus antiguas creencias. Y huyen naturalmente hacia el 'progreso' y la 'modernidad', y predicán un nuevo catecismo -esta vez neoliberal- con el fanatismo de los conversos y el dogmatismo intacto». (Pancho Irujaspe, Nueva Sociedad, mayo-abril, 1991).

La reconstrucción del proyecto revolucionario nos exige bajar la pelota al piso, explicitar claramente cómo vemos la situación del propio marxismo en estos momentos en que tanto se habla de crisis, precisar las categorías conceptuales, que son producto de la historia concreta que nos precede. Los marxistas revolucionarios de hoy heredamos un riquísimo universo conceptual construido por gigantes, pero también el manoseo, la tergiversación y la fabulación, de gente de distintas estaturas.

La diversidad de significados del término «marxismo» en los debates

políticos y teóricos, no es solamente una confusión, sino también la manifestación de la diversidad del fenómeno mismo, que se desarrolla en planos distintos.

¿De qué hablamos cuando hablamos de marxismo?

Como teoría, como cualquier construcción conceptual, el marxismo incluye un criterio de verdad, una frontera. Estos criterios aparecen en el discurso político en forma de sentencias: «esto es marxismo, esto no es marxismo».

Más allá de la forma dogmática que estas sentencias puedan adoptar, ninguna teoría, ciencia, o construcción conceptual, dogmática o no, puede existir sin un criterio de verdad que defina una frontera y actúe como elemento estructurador. Un «régimen de verdad» o «política general de verdad» (Foucault), que es un régimen de pensamiento y un dispositivo de poder, para sancionar lo verdadero y lo falso. Lo que define al dogmatismo es su tipo particular de criterio de verdad, apoyado en un vínculo rígido y ciego entre la actividad que se refiere a la teoría, y la propia teoría.

En el marxismo no hay un criterio de verdad: hay varios. Una diversidad de construcciones teóricas, una pluralidad de «marxismos», aunque esta idea rechine a quien piense que el «verdadero» marxismo tiene una homogeneidad intrínseca de hierro.

La coexistencia entre estos distin-

tos «marxismos» no ha sido pacífica. La legitimidad de cada corriente es rudamente disputada. A los marxistas no nos gusta nada lo que otros que se dicen marxistas dicen y hacen. La vida del marxismo es un severo autoenjulgamiento, un costoso proceso de autoconstrucción, que tiene una parte de inevitable autodestrucción.

El marxismo no es sólo una construcción conceptual, una teoría. Lo es, y es también una realidad empíricamente dada, un conjunto de corrientes de pensamiento y movimientos políticos actuantes, que hacen referencia a la teoría marxista, que legitiman o intentan legitimar su actuación a partir de esta teoría.

Sin dejar de ser una actividad social productora de conocimientos, como toda ciencia, el marxismo es también, como toda ideología, un instrumento de estructuración y proyección de prácticas sociales concretas, un cuerpo conceptual destinado a organizar una lucha social determinada, a legitimar, o intentar legitimar, apoyándose en el estatus de esa teoría, la acción de movimientos políticos concretos, direcciones políticas, liderazgos, representaciones y usurpaciones.

¿Ciencia o ideología? El dilema existe sólo desde un punto de vista metafísico y maniqueo: la buena ciencia debe depurarse de la mala ideología. Esta herencia de la filosofía de la Ilustración que impregna de positivis-

(\*) En mayo del '92, el autor dio una charla en el Centro de Encuentro y Estudios «Carlos Marx», sobre el tema: «Las polémicas históricas del Socialismo y su resignificación actual». El presente artículo es un desarrollo de la primera parte de esa charla. En próximos artículos, el autor continuará desarrollando otros temas abordados en la misma.



mo el pensamiento teórico en general, soslaya el carácter social de la actividad concreta de la ciencia, de la ideología, de la religión, la superstición, o el arte. La ciencia no puede desprenderse de su condición de rama de la producción social. Menos podría hacerlo el «socialismo científico», si pretende ser la comprensión científica de un fenómeno social y de un proyecto revolucionario. «Si la ideología es la falsa conciencia alienada de una sociedad alienada, la ciencia de esta sociedad es inseparable de su ideología. No existe aún una ciencia que sea verdadera y totalmente desalienada; sólo puede ser el producto terminado de una sociedad desalienada».

Pero podemos vislumbrarla, así como podemos representarnos mentalmente la liberación humana, una vez prevenidos de nuestra falsa conciencia. (Samir Amin, «Elogio del socialismo»). Dentro del marxismo parcialmente alienado de hoy día, debemos prevenimos de nuestra propia falsa conciencia, y no quedar presos y encantados en la «dialéctica» a lo Politzer, en el reduccionismo ideológico, en la ilusión de omnipotencia de la ideología.

Si el término «marxismo» tiene un doble significado, también lo tiene la calificación de «marxista».

Un ejemplo muy claro es Stalin. La edición de «El marxismo soviético» de Marcuse por «Alianza Editorial», tiene una carátula con tres caras: Marx, Lenin, y Stalin. ¿Es Stalin un «marxista»?

Los marxistas revolucionarios he-

mos dicho siempre que Stalin fue un antimarxista, tanto por su ideología burocrático-conservadora, como por su práctica bonapartista, en muchos aspectos abiertamente contrarrevolucionaria. Pero este planteo, siendo correcto, no agota el problema.

Stalin forma parte de lo que, para parafrasear un término en boga llamaremos «marxismo real»: el marxismo realidad social, movimiento realmente existente. Forma parte de quienes en la escena histórica tratan de utilizar la teoría marxista como forma de legitimar su práctica.

La contradicción principal del marxismo viviente

Estos dos aspectos del marxismo están en contradicción entre sí. Marxismo construcción conceptual, teoría, método de análisis y proyecto, versus marxismo conjunto de movimientos sociales y políticos concretos, corrientes de pensamiento que se reivindican como marxistas y tratan de legitimarse en dicha teoría. Esta contradicción puede ser o no ser antagónica, pero no puede dejar de estar presente.

Hay quienes, como el estalinismo (o la iglesia medieval anteriormente) arman un discurso que esgrime fuertemente la pintura de una imagen supuesta de correspondencia total entre su teoría, práctica, e institucionalidad. Esta mistificación oculta la realidad de expropiación del pensamiento por una casta sacerdotal hermética. El dogmatismo en la teoría es expresión o instrumento del despotismo al interior

del movimiento, ya que la teoría es un alimento básico de la práctica política cotidiana.

Hay también situaciones en que movimiento real y teoría se oponen en forma total e irreconciliable, las demandas de la vida del movimiento real no se satisfacen en la teoría congelada. Hay crisis ideológicas, crisis, enfrentamientos, fundación de nuevas corrientes y movimientos.

Pero es más corriente ver los distintos matices de las situaciones cotidianas, en que movimiento y teoría se oponen permanentemente, en una contradicción de tensión variable, pero con la que se vive, aunque se viva diciendo que así no se puede vivir. Teoría y movimiento real viajan desencontradas, adelantándose alguno de ellos respecto del otro, invirtiéndose esta relación al momento siguiente, etc. La práctica cotidiana encuentra situaciones nuevas no trabajadas en lo simbólico: no hay conceptos para ello.

El militante encuentra el desasosiego de no tener una teoría de referencia confiable. Aparecen como respuestas, el dogmatismo (la teoría es perfecta) o el practicismo (ninguna teoría sirve).

Cuando esta situación hace crisis, puede salirse por una renovación teórica y práctica, con sus consiguientes conflictos. Pero si esto no se logra, el movimiento puede ser derrotado. Recordemos la derrota de la revolución cuando el ascenso del fascismo y nazismo. Trotsky analizó lúcidamente esta coyuntura enmarcando las fallas teóricas como uno de los factores de esta derrota.

No es lo mismo lo que queremos que sea el marxismo, y lo que realmente es en la arena social. Analicemos esta contradicción a partir del propio método marxista de análisis, para ver por qué hay corrientes que son marginadas y perseguidas, o que se entonan en el poder, por que distintos aspectos de la teoría original de Marx son soslayados, reivindicados, privilegiados, exagerados, deformados, u olvidados. Lo importante es interpretar el significado de estos avatares teóricos en la lucha social: qué contradicciones sociales se expresan a través de la teoría, y en esta

80300306

029

9500306

030

9500306

dialéctica de distintos planos y momentos.

Marx, en el «Epílogo» a la segunda edición del «Capital», explica los avatares del desarrollo de la economía política como ciencia, a partir de la lucha de clases tal como ocurría en Inglaterra, Francia, y Alemania, en esos años. Este método analítico es obviamente generalizable al conjunto de las ciencias sociales, y aunque esto no ha sido obvio para los marxistas al marxismo realmente existente.

#### Doble historia del marxismo

La transformación de la obra de Marx, que es una investigación teórica y un proyecto, en la doctrina de un movimiento social real, es un proceso. En la segunda mitad del siglo XIX, y al momento de la muerte de Marx, este es un socialista más. Hay un movimiento socialista en Europa Occidental que toma a Marx como un teórico importante, pero no se reivindica como marxista. El propio Marx decía «yo no soy marxista».

Recién después de su muerte, y en tiempos de Kautsky, va a comenzar un proceso en que un partido político, el Partido Obrero Socialdemócrata Alemán, se apropia de la teoría de Marx como construcción teórica, para a partir de ella legitimar su práctica política, ya que toda organización política necesita legitimarse en una construcción teórica. La fundación del primer partido obrero doctrinariamente marxista, contiene muchas fundaciones. Es un modelo de partido que va a ser tomado no solo por los partidos obreros, sino también por los nuevos partidos burgueses que tuvieron que salir a disputar la calle a los partidos obreros: organización, institucionalidad, prensa, aparato, etc. Este nuevo tipo de partido político no será solamente una corriente de opinión, sino «un programa más una máquina organizativa» (Umberto Corroni).

Al mismo tiempo que este partido toma la teoría marxista para estructurarse, transforma y modifica esa construcción teórica, la reescribe, en función de sus propias necesidades políticas, y de las contradicciones de las fuerzas sociales a las que esta organización política representa.

La clase obrera alemana vive en



ese entonces, como en toda Europa Occidental, un proceso de formación, extensión, maduración, consolidación como clase, de formación de su conciencia, construcción de herramientas políticas, y conquista de espacios políticos en la sociedad. Pero además, vive un proceso de diferenciación interna, generación de una aristocracia y burocracia obreras, y por último, la integración predominante al proyecto imperialista de las burguesías de estos países (cooptación). Es así que este período termina en Alemania con la creación no de un partido sino de dos: uno mayoritario reformista, y otro minoritario revolucionario, y posteriormente, la liquidación de ambos por el nazismo, con el consentimiento al menos parcial de las masas obreras. Cosas similares se dan, con un cierto retraso y variación, en el resto de Europa.

La cooptación de la mayoría de las clases obreras de los países centrales por su integración al sistema imperialista, fue acompañada de una profunda crisis del marxismo, tanto en el terreno del movimiento práctico, como de la formulación teórica, que cuestionó la validez misma del proyecto del socialismo obrero.

«... desde finales del siglo XIX, la socialdemocracia alemana interpreta a Marx en términos economicistas. La concepción mecanicista lineal de una cadena que partiendo de la técnica, pasa por las fuerzas productivas, la relaciones de producción y la conciencia de clase, domina sobre los análisis dialécticos de Marx cuando considera la relación entre la infraestructura y

la superestructura. Kautsky populariza la ideología mecanicista... Lo que ocurre es que la clase obrera del centro está impregnada de la ideología burguesa: acepta al igual que la burguesía, la alienación fetichista de la mercancía y el economicismo... La idea de un partido como conciencia exterior del proletariado, una élite que conozca la conciencia social y la aplique, es el producto de una adhesión de la clase obrera europea, desde 1870, al 'marxismo'. La alienación obrera, aceptada a partir de ese momento -mientras que hasta entonces el proletariado adhería aún a las utopías comunistas- fue como consecuencia la separación en los partidos llamados marxistas, de la teoría y la práctica, la liquidación de la filosofía de la praxis, en beneficio del dogmatismo economicista». (Samir Amin, «El desarrollo desigual»)

Aparecen también, en la tradición revolucionaria continuadora del proyecto original de Marx, las corrientes que se oponen a esta degradación. Rosa Luxemburgo es un primer ejemplo, continuado por los principales luchadores revolucionarios de nuestro tiempo. El proyecto revolucionario mismo se ha ido refundando y conservando, actualizando, ampliando y reconstruyendo. El «marxismo revolucionario» no es algo que se haya mantenido igual a sí mismo, sino una corriente homogénea, sino de una serie de tendencias en pugna, que van quedando descartadas y superadas también ellas por el proceso histórico.

No pretendemos que exista un marxismo revolucionario verdadero,

vs. falso marxismo reformista. Reivindicar la tradición del marxismo revolucionario no supone ponerlo en «duda de la verdad del marxismo», ni dejar de discrepar con mucho de lo que han dicho sus exponentes, ni dejar de recoger mucho de lo aportado por otras corrientes de pensamiento, se digan o no marxistas.

Al salir de esta primer crisis, el marxismo vive, entre otras cosas un cambio de centro.

#### El comienzo de la larga marcha

En Rusia, una recién nacida clase obrera, comienza por importar este marxismo de corte kautskiano, para luego desarrollar otro, en un proceso conflictivo, y a partir de la matriz populista del movimiento revolucionario ruso de los años previos. Al tomar vida autónoma, el marxismo revolucionario ruso aborda los problemas del movimiento revolucionario precedente, pre-obrero en cierta forma, reedi-

tando sus debates, adquiriendo su raíz social y nacional, y su identidad propia dentro del marxismo.

El populismo revolucionario ruso del segundo medio siglo del XIX es un ejemplo esclarecedor, por la negativa, del vínculo entre el pensamiento teórico y el movimiento real. Abrevando del marxismo, el socialismo obrero de la Europa occidental de su tiempo, y de otras corrientes de pensamiento, configura un producto híbrido, ecléctico, que «adapta», o toma «no doctrinariamente» al marxismo, en una forma que recuerda populismos más recientes, pero con más fuerza, creatividad, vuelo, y espíritu heroico. Queda preso, sin embargo, de ese romanticismo antirrealista y abstracto. Sólo cuando aparece en Rusia una vigorosa lucha obrera, el pensamiento teórico logra saldar cuentas con todos los debates abiertos en la «acción social», surgiendo una corriente madura del marxismo. El vínculo entre el populismo revolucionario utópico y el marxismo revolucionario que lo desplaza, es mucho más rico y fecundo que la engañosa cercanía entre éste y el «marxismo» legal al que también sucede, oportunista, reformista, liberal, que será matriz de las herramientas políticas, no del proletariado, sino, «paradoja», de la burguesía rusa, en los años siguientes.

Esta dialéctica de importación-transformación-autonomización del marxismo en Rusia, es un proceso singular dentro del desarrollo global del marxismo, que veremos reeditarse de diversas formas y escenarios de tiempo y espacio. Este marxismo ruso, al principio periférico, corta su cordón umbilical, supera al centro del cual se nutrió, y genera luego un nuevo centro. Encontrará más tarde los límites de su desarrollo creador, sus problemas y deformaciones propios. Será superado también a partir de las periferias que ayudó a nacer, al mismo tiempo que trabajó.

Su surgimiento a partir del movimiento revolucionario populista precedente, predominantemente pequeño burgués, tiene un eje de sucesión, en la integración de Rusia al «mundo moderno», el problema de «saltar etapas» o no. Una hilo conductor

## Era marxista

Hace unos días apareció en un diario de izquierda un reportaje al compañero Germán D'Elia, socialista y prestigioso docente de historia, que en un pasaje dice, sin que el cronista registrara otras explicaciones, que Marx afirmó que él no era marxista.

Para evitar malas interpretaciones -y no para polemizar con D'Elia, que bien lo sabe- recuerdo que Engels varias veces ha dicho que Marx no era marxista como protesta ante supuestos marxistas, unos franceses, otros alemanes, que a su juicio caricaturizaban sus teorías y se constituían en sectas. Lo mismo Lenin, en «Cuadernos sobre el marxismo...» recuerda -citando a Engels- que Marx había dicho que no era marxista en tono crítico hacia jóvenes trepadores pseudomarxistas.

Por otra parte, siendo Marx joven, de unos 30 años, sus adversarios utilizaban la denominación de «marxistas» y «teoría marxista» con la intención de ridiculizarlo, como él hacía cuando llamaba «bakuninistas» a algunos de sus críticos.

Llegó el momento en que sí los nombres de «marxismo» y «marxista» empezaron a utilizarse en serio, en su sentido positivo, y según el «Diccionario Crítico del Marxismo» (Presses Universitaires de France, 1982, pág. 562) fue a partir de 1882, cuando apareció el folleto El marxismo y la internacional, de Paul

Brousse. Engels coincide en la fecha al decir que fue sobre todo a partir de 1883, cuando apareció la publicación Die Neue Zeit, fundada por Karl Kautsky, que consagra la teoría marxista al explicar que acababa de liberarse «del socialismo ecléctico, bastante extendido, que era mezcla de elementos lasalleanos, rodbertusianos, langianos, duhringianos, con elementos marxianos, para pasar a ser un marxista consecuente», y hacía notar en su diario que era «el único órgano socialista en Alemania, situado sobre el terreno del marxismo».

Marx también había resistido a que se diera su nombre a la teoría porque decía que era resultado de un trabajo que no había sido sólo suyo. A este respecto Engels, que cauciona con toda su autoridad el empleo de las expresiones «marxismo» y «marxista», no niega que durante sus cuarenta años de colaboración con Marx tuvo cierta parte en la creación, sobre todo en su desarrollo, pero que las ideas directrices fundamentales, sobre todo en materia económica e histórica, y especialmente en su formulación definitiva, son obra de Marx, que hubiese podido realizar la obra por sí solo: «Nos superaba a todos, veía más lejos, con mayor amplitud, más rápidamente. Marx era un genio. Sin él la teoría no habría llegado a ser lo que es».

A justo título lleva su nombre.

Mario Jaunarena



arranca en Herzen y Chernichevsky, su socialismo basado en la comunidad agraria primitiva rusa y las polémicas entre populistas y marxistas legales. Saldado el tema con el comienzo del desarrollo del capitalismo en Rusia, la polémica desemboca, como un delta, en un conjunto de temas que marcan toda nuestra época. La revolución obrera en un país donde la burguesía no había completado la función histórica que cumpliera en otros escenarios, tras temas cruciales: el papel del capitalismo nacional y sus límites, de la clase obrera en la revolución que se avecina, la política de alianzas, las expectativas en la revolución obrera en los países capitalistas avanzados, el tipo de desarrollo a encarar, etc. Detrás, está la discusión de fondo sobre cual es el papel histórico real de la burguesía y del propio capitalismo en nuestra época, aún hoy lejos de estar saldada.

El leninismo fue un sujeto histórico, cambió la historia de Rusia y del marxismo en el mundo, porque aportó una solución a este problema, que, como todas las de la vida, resultó incompleta. La historia se encargará de mostrar sus carencias. El marxismo revolucionario ruso debió resolver el problema de su propio camino original, y no limitarse a una copia de los planteos políticos desarrollados en los centros precedentes. Este proceso de autonomización generaría también dos partidos enfrentados, uno revolucionario y otro reformista, pero en este caso el revolucionario desplazaría al reformista.

Posteriormente, las contradicciones de la sociedad rusa provocan también una crisis que abarcará, de igual forma, los planos del movimiento real y de la teoría.

**El marxismo realmente existente del socialismo realmente existente**

El marxismo revolucionario ha combatido la idea, defendida tanto por los liberales burgueses como por el revisionismo socialdemócrata, de atribuir al marxismo la «autoría intelectual» de los crímenes estalinistas. Ha contestado esta tergiversación desde varios ángulos.

En lo ideológico, porque las ideas y prácticas estalinistas no son marxistas sino antimarxistas: «socialismo en un sólo país», supresión de la democracia obrera, colectivización vertical y forzosa, etc., etc.

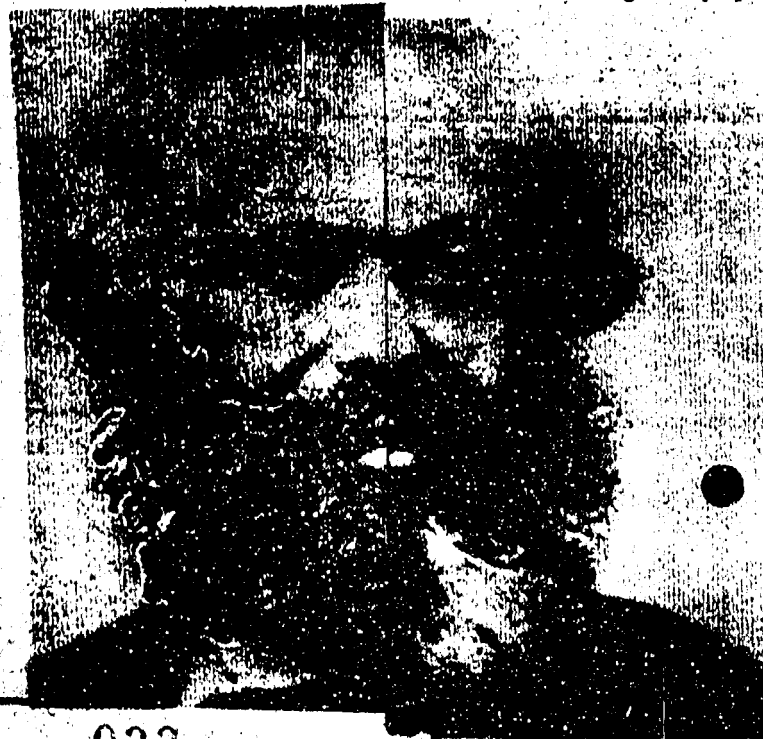
En lo metodológico, haciendo la crítica de la «crítica» idealista al socialismo real. El planteo burgués idealista hegeliano, repetido por los socialdemócratas o «renovadores», ve en una idea perversa o equivocada de la mente de un hombre o de un puñado, la causa última del fenómeno histórico de décadas, la degeneración del proyecto socialista y entronamiento del estatismo burocrático. Reduce todo a la fuerza omnipotente de una idea maléfica, de la cual casi media humanidad queda presa. La idea todo lo puede, los hombres nada pueden. Hasta que ellos, los «renovadores», nuevos prometeos intelectuales, con su «crítica» del socialismo real, suponen liberar a la humanidad de esta plaga.

En lo analítico, poniendo el fenómeno sobre sus pies. Dándole a la ideología burocrática su significado de manifestación del fenómeno histórico real. La idea del partido único, que el estalinismo atribuye falsamente al marxismo, es la racionalización de la dictadura burocrática, su forma ideológica alienada de encubrir la usurpación del poder obrero. La idea

del socialismo en un sólo país es la racionalización de la claudicación parcial ante el imperialismo, buscando la tolerancia mutua. Y así sucesivamente. Comprender el fenómeno teórico a través del fenómeno real, explicar la desviación teórica por la historia y no la historia por la desviación teórica.

El estalinismo es también una reconstrucción de la obra de Marx, una adaptación que se apropia de esta construcción teórica como una operación más dentro de su estrategia de poder. Lo hace con un alto poder de distorsión. Sus aberraciones teóricas son tan conocidas como sus crímenes prácticos, pero tienen apariencia más farsesca que trágica. Falsificación o recorte de textos de Marx o Lenin, arbitrariedades aparentemente absurdas como la de prohibir cualquier investigación sobre el «modo de producción asiático», textos escolásticos estableciendo «leyes generales» de la dialéctica, etc. Todo esto es coherente con la colectivización forzosa, la entrega de revoluciones en varios países, o el asesinato de casi todo el Comité Central Bolchevique que hizo la Revolución de Octubre.

No defenderemos en esto una óptica «fundamentalista» (se «apartaron» de los textos originales y «por



ese...»). Intentamos comprender como un todo, el fenómeno político y social estalinista y su tipo particular de construcción teórica. Todo él es un derivado del amplio proceso de la revolución obrera de nuestro tiempo, tal como ocurre, un derivado degradado. Pero la revolución obrera real no puede dejar de tener derivados degradados. No busquemos la «causa» de la excrecencia en el apartarse del proyecto. Demos por obvio que toda realización práctica se aparta del proyecto. Intentemos sí, comprender la realización del proyecto a partir de su drama global.

Recuperar la teoría para el proyecto revolucionario es un paso ineludible para reconstruir nuevamente, como tantas veces, dicho proyecto a la luz de la experiencia vivida.

**¿En qué andamos?**

Más que la historia del entronamiento de la deformación burocrática estalinista y el revisionismo post-estalinista que lo continúa, nos interesa la situación presente a partir del colapso de este sistema burocrático. Más que la historia del marxismo reformista europeo, la de las corrientes revolucionarias surgidas en el Tercer Mundo en las últimas décadas. Más que las cuestiones generales sobre el estatus teórico del marxismo, sus aplicaciones a la lucha de clases cotidiana, como podemos usar sus ideas en el análisis de la situación del militante concreto. Más que lo que le pasó a Marx, lo que nos pasa a nosotros. Pero la confusión teórica, y el ataque ideológico de la burguesía (el de siempre, hoy con los «renovadores» trepándose al camión) que busca enterrar todo proyecto revolucionario, nos obliga a estas incursiones.

Nuestro abordaje puede enmarcarse en algunas ideas concretas.

• La deformación burocrática del marxismo ha sido de gran envergadura, amplios alcances, contaminando muchas corrientes revolucionarias. «Socialismo en un sólo país», o «campo socialista», son formas discursivas en que se manifiesta su connivencia al menos parcial con el

imperialismo, que incluye formas más explícitas como el pacto de Yalta, pero también otras más indirectas, como las racionalizaciones de las prácticas reformistas y oportunistas inventando para ello «etapas», o «burguesías nacionales». El problema es que, muerto el perro, no se acaba la rabia. Muchos de esos fósiles teóricos enconsetan el pensamiento político en el campo popular. Es éste, en realidad, el pensamiento «anclado en el pasado» que debemos combatir.

• Pese a todo, el marxismo revolucionario encontró nuevos y renovadores caminos, en la «rebelión desde las orillas del mundo» (como dijo Lin Biao): la revolución desde las formaciones sociales del capitalismo periférico que abarca toda la segunda mitad de este siglo y que no ha sido enterrada. Este movimiento produjo un enorme arsenal teórico y práctico, que ha renovado ampliamente al marxismo (alcanza ver por ejemplo el maoísmo), pero que en muchos aspectos ha continuado marginado.

• Las últimas décadas han sido especialmente ricas en los aportes del marxismo académico, tal vez refugio frente a las frustraciones de los movimientos de masas en los países centrales. Pero pese a lo importante de estas contribuciones, y a despecho de aquello de que «la conciencia le llega a la clase obrera desde afuera», con esta producción intelectual «no ha pasado nada». Tenemos por delante el como incorporar estas herramientas a la lucha.

• Por contraste, da tristeza ver la gris mediocridad de las ideas que campean entre los «políticos» del movimiento popular. Así como la iglesia ha tenido que administrar sus textos sagrados ante las evidencias de un mundo en permanente renovación cultural, las castas sacerdotales de la política burocrática tratan de adaptarse sin cambiar radicalmente, con un discurso más alambicado. Lamentablemente, los militantes, incluyendo muchos verdaderos revolucionarios, se acostumbran a pensar «en chicle», y el mismo texto

sagrado dice blanco, negro, grisecito, más o menos, y quién sabe, pero siempre dice «el que la piensa es otro y no vos». El resultado es un destructivo desprestigio de la teoría.

• Si no hay movimiento revolucionario sin teoría revolucionaria, tampoco lo hay sin proyecto revolucionario. El modelo burocrático, como recota de imitación, fue una reducción de este proyecto. Pero su caída no deja de producir un efecto disgregador sobre la lucha de las clases explotadas. «La gente lucha por sus esperanzas», dijo una vez Stockely Carmichael. Las simples necesidades puntuales, por acuciantes que sean, no van a generar un movimiento revolucionario. La esperanza revolucionaria debe organizarse en torno a un proyecto revolucionario de envergadura, y este proyecto debe reconstruirse.

• No suponemos que para la lucha revolucionaria cotidiana sea necesario «esperar a haber reconstruido un sistema teórico completo. Pero para empezar, hay al menos que aprehender la práctica de la producción teórica revolucionaria cotidiana. El pensar sin miedo a transgredir ni a profanar, sin miedo a la confrontación, al disenso inevitable en cualquier elaboración colectiva, sin practicismo que esconda la negación ignorante de la teoría. Romper con un equivoco sistema de lealtades o disciplinas, que confunde lealtad a organizaciones o esquemas con lealtad a principios y a la clase, y pretende disciplinar las ideas. Romper con más razón aún, ya que gran parte de estas organizaciones han perdido el norte. Desancilar, hacerse a la mar. Como supo decirlo «MARCHA» con aquella divisa:

«Navigare necesse, vivere non necesse».

arranca en Herzen y Chernichevsky, su socialismo basado en la comunidad agraria primitiva rusa y las polémicas entre populistas y marxistas legales. Saldado el tema con el comienzo del desarrollo del capitalismo en Rusia, la polémica desemboca, como un delta, en un conjunto de temas que marcan toda nuestra época. La revolución obrera en un país donde la burguesía no había completado la función histórica que cumpliese en otros escenarios, trae temas cruciales: el papel del capitalismo nacional y sus límites, de la clase obrera en la revolución que se avecina, la política de alianzas, las expectativas en la revolución obrera en los países capitalistas avanzados, el tipo de desarrollo a encarar, etc. Detrás, está la discusión de fondo sobre cual es el papel histórico real de la burguesía y del propio capitalismo en nuestra época, aún hoy lejos de estar saldada.

El leninismo fue un sujeto histórico, cambió la historia de Rusia y del marxismo en el mundo, porque aportó una solución a este problema, que, como todas las de la vida, resultó incompleta. La historia se encargará de mostrar sus carencias. El marxismo revolucionario ruso debió resolver el problema de su propio camino original, y no limitarse a una copia de los planteos políticos desarrollados en los centros precedentes. Este proceso de autonomización generaría también dos partidos enfrentados, uno revolucionario y otro reformista, pero en este caso el revolucionario desplazaría al reformista.

Posteriormente, las contradicciones de la sociedad rusa provocan también una crisis que abarcará, de igual forma, los planos del movimiento real y de la teoría.

**El marxismo realmente existente del socialismo realmente existente**

El marxismo revolucionario ha combatido la idea, defendida tanto por los liberales burgueses como por el revisionismo socialdemócrata, de atribuir al marxismo la «autoría intelectual» de los crímenes estalinistas. Ha contestado esta tergiversación desde varios ángulos.

En lo ideológico, porque las ideas y prácticas estalinistas no son marxistas sino antimarxistas: «socialismo en un sólo país», supresión de la democracia obrera, colectivización vertical y forzosa, etc, etc.

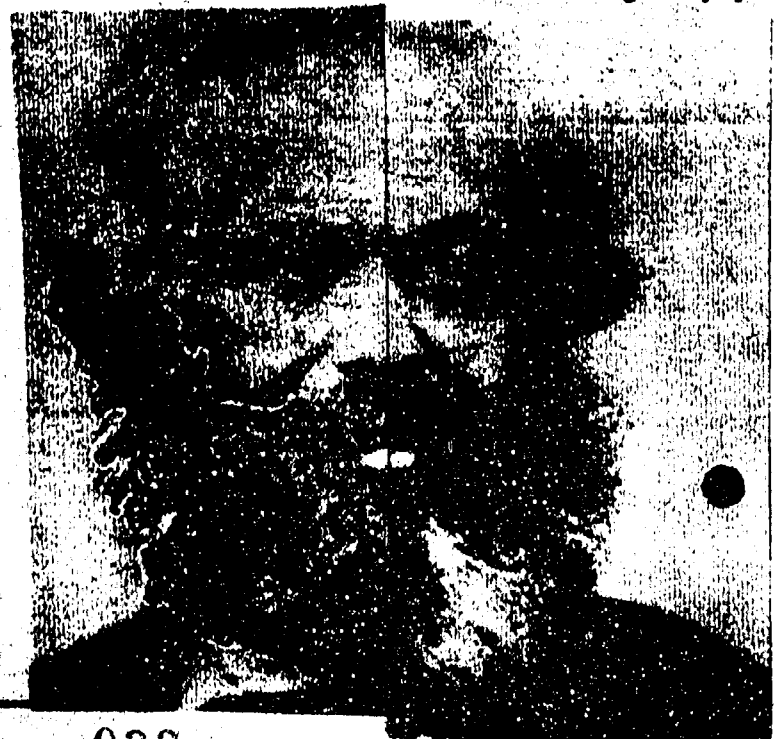
En lo metodológico, haciendo la crítica de la «crítica» idealista al socialismo real. El planteo burgués idealista hegeliano, repetido por los socialdemócratas o «renovadores», ve en una idea perversa o equivocada de la mente de un hombre o de un puñado, la causa última del fenómeno histórico de décadas, la degeneración del proyecto socialista y entronamiento del estatismo burocrático. Reduce todo a la fuerza omnipotente de una idea malévola, de la cual casi media humanidad queda presa. La idea todo lo puede, los hombres nada pueden. Hasta que ellos, los «renovadores», nuevos prometeos intelectuales, con su «crítica» del socialismo real, suponen liberar a la humanidad de esta plaga.

En lo analítico, poniendo el fenómeno sobre sus pies. Dándole a la ideología burocrática su significado de manifestación del fenómeno histórico real. La idea del partido único, que el estalinismo atribuye falsamente al marxismo, es la racionalización de la dictadura burocrática, su forma ideológica alienada de encubrir la usurpación del poder obrero. La idea

del socialismo en un sólo país es la racionalización de la claudicación parcial ante el imperialismo, buscando la tolerancia mutua. Y así sucesivamente. Comprender el fenómeno teórico a través del fenómeno real, explicar la desviación teórica por la historia y no la historia por la desviación teórica.

El estalinismo es también una reconstrucción de la obra de Marx, una adaptación que se apropia de esta construcción teórica como una operación más dentro de su estrategia de poder. Lo hace con un alto poder de distorsión. Sus aberraciones teóricas son tan conocidas como sus crímenes prácticos, pero tienen apariencia más farfesa que trágica. Falsificación o recorte de textos de Marx o Lenin, arbitrariedades aparentemente absurdas como la de prohibir cualquier investigación sobre el «modo de producción asiático», textos escolásticos estableciendo «leyes generales de la dialéctica», etc. Todo esto es coherente con la colectivización forzosa, la entrega de revoluciones en varios países, o el asesinato de casi todo el Comité Central Bolchevique que hizo la Revolución de Octubre.

No defenderemos en esto una óptica «fundamentalista» (se «apartaron» de los textos originales y «por



eso...»). Intentamos comprender como un todo, el fenómeno político y social estalinista y su tipo particular de construcción teórica. Todo él es un derivado del amplio proceso de la revolución obrera de nuestro tiempo, tal como ocurre, un derivado degradado. Pero la revolución obrera real no puede dejar de tener derivados degradados. No busquemos la «causa» de la excrecencia en el apartarse del proyecto. Demos por obvio que toda realización práctica se aparta del proyecto. Intentemos sí, comprender la realización del proyecto a partir de su drama global.

Recuperar la teoría para el proyecto revolucionario es un paso ineludible para reconstruir nuevamente, como tantas veces, dicho proyecto a la luz de la experiencia vivida.

**¿En qué andamos?**

Más que la historia del entronamiento de la deformación burocrática estalinista y el revisionismo post-estalinista que lo continúa, nos interesa la situación presente a partir del colapso de este sistema burocrático. Más que la historia del marxismo reformista europeo, la de las corrientes revolucionarias surgidas en el Tercer Mundo en las últimas décadas. Más que las cuestiones generales sobre el estatus teórico del marxismo, sus aplicaciones a la lucha de clases cotidiana, como podemos usar sus ideas en el análisis de la situación del militante concreto. Más que lo que le pasó a Marx, lo que nos pasa a nosotros. Pero la confusión teórica, y el ataque ideológico de la burguesía (el de siempre, hoy con los «renovadores» trepándose al camión) que busca enterrar todo proyecto revolucionario, nos obliga a estas incursiones.

Nuestro abordaje puede enmarcarse en algunas ideas concretas.

\* La deformación burocrática del marxismo ha sido de gran envergadura: amplios alcances, contaminando muchas corrientes revolucionarias. «Socialismo en un solo país», o «campo socialista», son formas discursivas en que se manifiesta su convivencia al menos parcial con el

imperialismo, que incluye formas más explícitas como el pacto de Yalta, pero también otras más indirectas, como las racionalizaciones de las prácticas reformistas y oportunistas inventando para ello «etapas», o «burguesías nacionales». El problema es que, muerto el perro, no se acaba la rabia. Muchos de esos fósiles teóricos enconsetan el pensamiento político en el campo popular. Es éste, en realidad, el pensamiento «anclado en el pasado» que debemos combatir.

\* Pese a todo, el marxismo revolucionario encontró nuevos y renovadores caminos, en la «rebelión desde las orillas del mundo» (como dijo Lin Biao): la revolución desde las formaciones sociales del capitalismo periférico que abarca toda la secundaridad de este siglo y que no ha sido enterrada. Este movimiento produjo un enorme arsenal teórico y práctico, que ha renovado ampliamente al marxismo (alcanza ver por ejemplo el maoísmo), pero que en muchos aspectos ha continuado marginado.

\* Las últimas décadas han sido especialmente ricas en los aportes del marxismo académico, tal vez refugio frente a las frustraciones de los movimientos de masas en los países centrales. Pero pese a lo importante de estas contribuciones, y a despecho de aquello de que «la conciencia le llega a la clase obrera desde afuera», con esta producción intelectual «no ha pasado nada». Tenemos por delante el como incorporar estas herramientas a la lucha.

\* Por contraste, da tristeza ver la gris mediocridad de las ideas que campear entre los «políticos» del movimiento popular. Así como la iglesia ha tenido que administrar sus textos sagrados ante las evidencias de un mundo en permanente renovación cultural, las castas sacerdotales de la política burocrática tratan de adaptarse sin cambiar radicalmente, con un discurso más alambicado. Lamentablemente, los militantes, incluyendo muchos verdaderos revolucionarios, se acostumbran a pensar «en chicle», y el mismo texto

sagrado dice blanco, negro, grisecito, más o menos, y quién sabe, pero siempre dice «el que la piensa es otro y no vos». El resultado es un destructivo desprestigio de la teoría.

\* Si no hay movimiento revolucionario sin teoría revolucionaria, tampoco lo hay sin proyecto revolucionario. El modelo burocrático, como receta de imitación, fue una reducción de este proyecto. Pero su caída no deja de producir un efecto disgregador sobre la lucha de las clases explotadas. «La gente lucha por sus esperanzas», dijo una vez Stockely Carmichael. Las simples necesidades puntuales, por acuciantes que sean, no van a generar un movimiento revolucionario. La esperanza revolucionaria debe organizarse en torno a un proyecto revolucionario de envergadura, y este proyecto debe reconstruirse.

\* No suponemos que para la lucha revolucionaria cotidiana sea necesario esperar a haber reconstruido un sistema teórico completo. Pero para empezar, hay al menos que aprehender la práctica de la producción teórica revolucionaria cotidiana. El pensar sin miedo a transgredir ni a profanar, sin miedo a la confrontación, al disenso inevitable en cualquier elaboración colectiva, sin practicismo que esconda la negación ignorante de la teoría. Romper con un equivoco sistema de lealtades o disciplinas, que confunde lealtad a organizaciones o esquemas con lealtad a principios y a la clase, y pretende disciplinar las ideas. Romper con más razón aún, ya que gran parte de estas organizaciones han perdido el norte. Desanclar, hacerse a la mar. Como supo decirlo «MARCHA» con aquella divisa:

«Navegaré necesse, vivere non necesse».

## REFLEXIONANDO SOBRE LA RUPTURA DE LOS ESPEJOS

Es un libro<sup>1</sup> comprometido en una perspectiva de izquierda revolucionaria. Pero quien se asome a sus páginas buscando ideas o fórmulas para ganar las próximas elecciones, se sentirá defraudado y lo abandonará en el anaquel de los libros vírgenes. Porque los autores se proponen trascender ese posibilismo pedestre. En efecto, a través del ambiente formal de un diálogo socrático continental (latinoamericano-europeo, tanto por los intervinientes como por los temas abordados), nos invitan a la aventura de una reflexión sobre un complejo de aspectos que están en la base misma de la actual crisis civilizatoria que sufre la humanidad. Y es evidente que tamaña empresa está bastante más allá del horizonte teórico y político de los grupos y partidos que componen la izquierda uruguaya.

Tomando como eje conjunto la crisis del sistema capitalista y la bancarrota de los llamados socialismos reales, los autores nos llevan a repensar el quehacer histórico de los seres humanos en tanto especie, donde analizan desde una cosmovisión abarcativa, al homo sapiens como ser vivo, sujeto, productor y cooperador<sup>2</sup>. Esto es, se proponen enriquecer el pensamiento originario del marxismo que puso principal énfasis en lo económico, lo sociológico y lo político, incorporándole lo que hoy nos dicen las ciencias naturales y la psicología sobre el comportamiento y la praxis humanas. Y avisar así dónde hemos llegado en estos caminos del modernismo que nos condujeron a la actual civilización

industrial y consumista, individualista y competitiva. De ahí que sea «imprescindible para comprender la realidad, forjar un pensamiento planetario, pues la globalización impera en todos los niveles.» Hay un atraso de la teoría marxista con respecto a los problemas que nos plantea la práctica social-histórica. Esta constatación, que muchos intelectuales usan de pretexto para tirar el agua sucia con niño y todo, nuestros autores se proponen asimilarla, sin abandonar las raíces -todo lo contrario, recurriendo a ellas- tratando de explicar la crisis actual como crisis civilizatoria de la especie humana.

Con una abundante información y respaldándose en autores especializados en diversas disciplinas científicas (física, biología, psicología, antropología social, economía, demografía, etc.) afirman: «conjeturamos que estamos viendo una época en la que se producirá en alguna dirección, un salto cualitativo de la civilización humana». Para concluir enseguida: *La humanidad debe cambiar su modo de producción, de producir su vida de modo diferente. Lo que implica cambiar también su modo de distribución y de consumo, su estilo de vida.*

La amplitud y densidad de los temas tratados, que pudiera señalarse como un exceso erudito, en nuestra opinión, es quizá su mayor virtud al tratar de romper con los análisis parciales y aislados que reducen a un pragmatismo castrante los intentos por explicar la crisis actual. Aunque un mayor esfuerzo didáctico en el ordenamiento y ex-

posición de los temas hubiera ayudado a una mejor asimilación. No obstante, se exponen y observan sucesos cotidianos desde la óptica del «tiro de mortero» que sin dudas amplía y enriquece el estudio y comprensión de los problemas concretos. Por ejemplo, nos proponen una síntesis de la evolución de la especie humana desde una reducción a escala de un año de duración, donde nuestra civilización industrial apenas abarcaría los últimos dos segundos del tiempo histórico. Es evidente que de esa manera mensuramos de otra forma la peripecia humana y el rol de los sujetos y las generaciones.

Un gran tema abordado es el del consumo de energía. Se plantea allí la contradicción entre la creciente economía de energía en la evolución biológica del ser humano y el tremendo incremento del gasto energético cultural-social. Esta tendencia divergente entre la evolución cultural y la evolución biológica de la especie humana es para los autores uno de los indicadores más claros y alarmantes acerca de la gravedad de la crisis civilizatoria actual. Y esto los lleva a concluir que «la orientación de la evolución cultural... cubre y oprime la orientación de la evolución biológica, impidiendo que ésta sea asumida mediante el discernimiento racional y consciente. Hay un desvío o un apartamiento, en la conciencia de los seres humanos, del nivel cultural respecto del nivel biológico. La cultura no ayuda a la vida...» «El individuo no logra aún, conscientemente, sentirse parte del todo orgánico social de la especie humana, quedando limitada su conciencia social a la realidad del grupo reducido que lo rodea. Y, sin embargo, la realidad objetiva señala que la especie es la verdadera unidad de la vida.»

Otro aporte significativo es la

discusión que plantean sobre la evolución demográfica en relación con el desarrollo de las fuerzas productivas. Y sobre la carga ideológica que trata de atribuir al crecimiento poblacional los agudos problemas alimentarios que padecen los pueblos del Tercer Mundo y de los enclaves del «cuarto mundo» en los centros hegemónicos. David Cámpora advierte esta tesis señalando que «Las dos variables, población y capacidad productiva, deben tender, en una hipótesis de eventual prosperidad biológica, a equilibrarse en una ecuación dinámica cuyos términos tiendan a alcanzar valores máximos posibles».

Si en los tres capítulos iniciales los autores ofrecen una exposición densa y de elevado nivel de abstracción, que exigirá del lector una «paciente masticación», en los capítulos siguientes aterrizan en los problemas concretos que atraviesan a la izquierda latinoamericana. El que abordan, entre otros, el tema de la responsabilidad gubernamental en los municipios de Asunción, Montevideo, Porto Alegre y San Pablo, introduciendo afirmaciones de claro pensamiento crítico cuando Gaby Weber afirma

*En el ejercicio del gobierno municipal, las izquierdas han coincidido en una actitud de autolimitación, con la finalidad de no resultar provocadoras o irritativas, subestimando sus posibilidades reales y desaprovechando los márgenes disponibles...» se ha argumentado la conveniencia de entibiar los procedimientos...» Pero una apreciación menos implacable y más rigurosa, concluye, «se ha faltado el atrevimiento para innovar con fantasía y audacia, prefiriéndose transitar por los viejos carriles habituales».*

Otra experiencia concreta abordada es la discusión con algu-

nos científicos y académicos cubanos sobre la praxis de treinta y tres años de revolución en torno a cuatro pares dialécticos: el desarrollo pleno del individuo y la responsabilidad en el hacer cotidiano; la estructura organizativa del partido y la incidencia del militante en tanto sujeto pensante e irrepetible; la relación del individuo con el producto de su trabajo; y el crecimiento cualitativo del individuo («el hombre nuevo») en la nueva sociedad que se ha ido forjando.

En el último capítulo, dedicado a la utopía, se muestra la imprescindible e insoslayable necesidad de soñar que tiene el ser humano. Aquí Eduardo Galeano recuerda la génesis en nuestros pueblos americanos de la utopía de Thomas More. Mientras el capitalismo practica la «cultura de la exclusión», nuestros pueblos originarios cultivan aún la vida comunitaria. Dice Galeano: «Siendo la comunidad la más remota de nuestras tradiciones, es también la más porfiada de todas, la que ha sabido sobrevivir a cinco siglos de persecución y desprecio».

La novedad más relevante que nos ofrece este trabajo, empero, es el enfoque totalizador de la praxis que pretende, como quería Labriola, «eliminar la oposición vulgar entre práctica y teoría». Hasta donde sabemos, ello se ha intentado, además de los antecedentes ilustres de los padres fundadores del materialismo histórico -como bien se recuerda y cita en el texto- en los trabajos del propio Antonio Labriola (que inspiró los desarrollos y aportes de Gramsci), en los enfoques filosóficos de la historia de Adam Schaff, en los estudios sobre realidad y conocimiento de lo social de Sergio Bagú, entre otros<sup>3</sup>. Es evidente que este marxismo abierto es lo que hace creativo y útil e insuperado hasta hoy, al método y la concepción materia-

lista de la historia, más allá de las etiquetas peroyativas de ortodoxias o heterodoxias que se pretendan aplicar.

Este diálogo continental que nos ofrecen los autores es sin dudas un aporte insoslayable en la discusión sobre la actual crisis civilizatoria y de perspectivas que sufre la humanidad, en tanto se pretenda indagar más allá del pasado mañana. Su carácter global y planetario no excluye, sin embargo, señalamientos concretos sobre la realidad específica de nuestros países. Desde luego, aquí no se encontrarán ni recetas ni verdades reveladas. Como dicen los propios autores, este libro es un tiro de mortero, un elevarse sobre la práctica inmediata, un treparse sobre los propios hombros para mirar más allá.

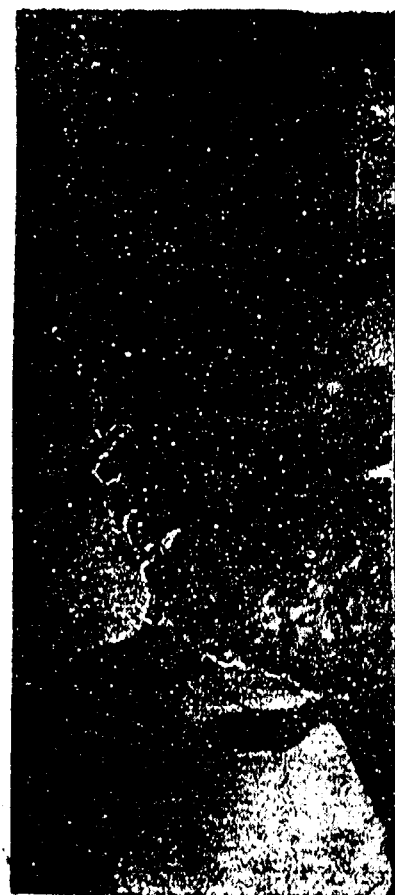
Washington Estellano

1- Gaby Weber y David Cámpora, **LOS ESPEJOS ROTOS** Reflexión conjunta sobre la actual crisis civilizatoria, Ed. Trilce, Montevideo, junio 1992.

2- Cooperación en el entendido de que la producción se realiza colectivamente por el grupo social trabajador (el individuo se hace posible a través del grupo, que a su vez facilita su individualización), base material y espiritual que habilita la conformación de la clase trabajadora, de su conciencia como tal y de su identidad como clase antagonista a las clases que detentan la propiedad de los medios de producción y de cambio. Vale la aclaración porque últimamente ha resurgido la vieja idea de la «cooperación» con la burguesía como algo connatural al proceso de trabajo.

3- Véase Antonio Labriola, **SOCIALISMO Y FILOSOFÍA**, Alianza Editorial, Madrid, 1969; Antonio Gramsci, **ANTOLOGÍA**, Siglo XXI, México, 1970; aquí se publica un texto imprescindible de Gramsci sobre Labriola (pag. 382); Sergio Bagú **TIEMPO, REALIDAD SOCIAL Y CONOCIMIENTO**, Siglo XXI, México, 1984.





## **EN ESTE NUMERO**

**Referendum: Ecos de un triunfo popular**  
*por Luis Sanguinet*

**La Enseñanza: Entretelones de un conflicto**  
*por Julio Louis*

**INAME: El silencio no es inocente**  
*por Virginia García Montecoral*

**La crisis del movimiento sindical**  
*por Luis Sanguinet*

**Deuda Externa:**  
**¿cambios, consigna vacía, o conciencia?**  
*por Gustavo Melazzi*

**Ataguera en el "Viaje de Solidaridad"**

**JUNTO A CUBA**

*Notas de Silvia Pedrana,*  
*Ana Ribeiro y Julio Louis*

**EEUU en Rusia**  
*por Olga Dumnova*

**El mundo de Bush**  
**Formulación de Clinton:**  
**IMPERIAL EN LOS 90**

*por Petras y Chronis Polychroniou*  
*(para Ataguera)*

**contra marxismo**  
*por Moyano*

**La**  
**unarena**

**El libro sobre la ruptura de los espejos**  
*por Estellano*

# Alfaguara

AÑO 2 Nº 3 JUNIO - JULIO 1993

POLITICA - CULTURA - SOCIEDAD

Uruguay: \$ 8 - Exterior: U\$S 6 - 40 páginas

## EL ESPACIO CULTURAL

Por Rubén Olivera

## VIVIENDA derecho para pocos

Por Benjamín Nahoum

## Pensamiento crítico norteamericano

Por Enrique Iglesias Hounie

### Reportajes:

Hablan Noam Chomsky  
y el Sec. General de los  
mineros bolivianos



## LA LUCHA POR LA INTENDENCIA

por Washington Estellano

638

29500305



# Alfaguara

Junio - Julio de 1993  
Año 2 - Nº 3 - \$ 8 - Ext: U\$S 5

## Consejo Editor

Washington Estellano  
Virginia García Montecoral  
Eduardo Gómez  
Mario Jaunarena  
Julio Louis  
Fernando Moyano  
Andrés Olivetti  
Silvia Pedrana  
Luis Sanguinet  
Juan Carlos Venturini

## Redactor responsable:

Julio Louis,  
Gral. Flores 503, Las Piedras  
Redacción: Alsacia 3727,  
Tel. 54 21 56, Montevideo.  
Correspondencia a:  
Casilla Nº 1616 - Correo Central  
Montevideo-Uruguay  
M.E.C. Inscripción Tomo VIII,  
folio 408 - Nº 928.708

## Colaboradores

Yenia Dumnova, Jorge Hernández,  
Gustavo Melazzi, Silvia Pedrana,  
Milton Rodríguez, Juan Carlos  
Yeanplong, Rubén Olivera, Enrique  
Iglesias Hounie, Benjamín Nahoum,  
Ana Ribeiro, James Petras (EE.UU.),  
Francisco Hidalgo F. (Ecuador),  
Atenea Koltman (Italia).

Los artículos firmados reflejan la opinión de  
sus autores y no necesariamente la del  
Consejo Editor.  
Permitida la reproducción de los artículos  
haciendo mención de la fuente y enviando  
dos copias a la redacción.

La ilustración de tapa es de Yenía.  
Ilustraciones de Yenía y de Roberto  
Baibis.

## Composición y armado:

Compoletter  
Impresión:  
Gráficos del Sur s.r.l.  
Martínez Trueba 1138,  
Montevideo, Uruguay.  
Depósito Legal Nº 257.710/92

**Alfaguara** es una  
publicación bimestral del  
**Centro de Encuentro  
y Estudios Carlos Marx**  
Montevideo - Uruguay

FECHA 30/03/95 INICIAL SH

## Presentación

Proceso de Sistema DPX

## OBSERVACIONES *Aliciente y Desafío*

Nos fuimos a 40 páginas. Es la única manera de intentar dar cabida al creciente número de colaboraciones que nos llegan. Se trata de un aliciente pero también de un desafío. Un aliciente porque ratifica la necesidad de una expresión independiente de la izquierda, que explícitamente se proponga la reconstrucción del pensamiento marxista. Un desafío porque el aumento de costos no está compensado con el aumento de precio, con lo que se agranda la brecha entre las tareas que está encarando nuestro Centro Carlos Marx y las exiguas posibilidades económicas con las que contamos.

Al respecto nos queremos dirigir al amplio espectro de colaboradores y amigos que tenemos para tratar de organizar entre todos un sistema de financiamiento de la revista Alfaguara y del Centro.

Las sugerencias son dos. Por un lado, emitir un bono mensual para que todos los amigos del Centro puedan colaborar económicamente con sus tareas. Por otro, lanzar una campaña de suscripciones a la revista para que gran cantidad de lectores puedan hacer lo propio. Esperamos las opiniones y sugerencias de los compañeros.

Agregamos una tercera idea. Crear un equipo de colaboradores que se encarguen de la venta de espacios de publicidad, tarea que tendrá como retribución un 20% de los avisos vendidos. Los compañeros interesados deberán comunicarse con nuestra redacción.

Los artículos de este número abarcan varias áreas temáticas:

El ámbito de la cultura, que inauguramos, con dos importantes colaboraciones: una de Rubén Olivera que incursiona en la relación entre la militancia y la actividad cultural; otra de Enrique Iglesias Hounie sobre el pensamiento crítico norteamericano en educación.

El ámbito de la sociedad se aborda a través de una colaboración de Benjamín Nahoum sobre el problema de la vivienda y una nota de Luis Sanguinet, introductoria al tema de la ecología.

En lo que a la política nacional destacamos el enfrentamiento entre la Intendencia y el gobierno nacional analizado en un artículo de Washington Estellano y una nueva nota sobre el debate programático dentro de la izquierda, esta vez de Julio Louis. Como aporte al mismo tema publicamos una nota del recientemente fallecido militante chileno Pedro Vuskovic. Por último, la amenaza de extradición a los compañeros vascos en Uruguay es tratada en una colaboración de Daniel Olascuaga.

En el área internacional publicamos la habitual nota de la compañera Yenía Dumnova sobre la evolución de la situación rusa y una ponencia de los compañeros Virginia García y Fernando Moyano sobre la experiencia del "socialismo real" en Yugoslavia. Completan este panorama dos reportajes: uno a un destacado dirigente minero boliviano y otro al famoso lingüista estadounidense Noam Chomski.

Finalmente, como contribución al debate en torno a la teoría marxista, publicamos un artículo de Juan Carlos Venturini.

el Consejo Editor.

# El programa de la izquierda Recrear a partir de viejas banderas

por Julio Louis

Desde su gestación el marxismo ha tenido más de una lectura. Para unos es el sistema reemplazante de eternas verdades de otras concepciones, por otras nuevas erigidas en una especie de religiosidad atea y materialista. Para otros y entre ellos nos contamos, es una vía abierta y en perpetuo desarrollo que guía a la práctica y que en su devenir, se recrea y pule a la luz de los múltiples avances filosóficos y científicos.

El derrumbe del "socialismo real" es también el derrumbe de la interpretación religiosa, dogmática del marxismo. Verdad Absoluta. Simultáneamente, revitaliza la necesidad de la recreación incesante del marxismo, cauce vertebrador del socialismo.

Muchos de los que ayer se embanderaron con el marxismo religioso, o que al menos se sintieron atraídos por él, ahora abjurán de sus creencias, a las que identifican íntimamente con el marxismo. Abandonan sus concepciones burguesas o pequeño-burguesas apostrofando contra él. Se toman posibilistas dispuestos a elaborar proyectos miopes con tal de acceder a parcelas de poder, toleradas por el imperialismo y la reacción en tanto no los cuestionan, siempre hábiles para enganchar colaboradores entre antiguos enemigos. Eso ocurre, al mismo tiempo que contradictoriamente, se aproximan a la teoría y la acción del marxismo, movimientos de raíces diferentes: ecologistas, antirracistas, feministas.

Pero en medio de la inmensa ola contrarrevolucionaria que recorre el mundo, las filas de la izquierda se redefinen y redefiniéndose se deslindan en campos. El del socialismo y el de los colaboradores del capitalismo. Así de crudo y de simple.

Durante el siglo XIX las corrientes socialistas fueron oposición y carecieron de poder. Entre tanto, a partir de las necesidades de la clase trabajadora elaboraron programas para ella, con el criterio de que la emancipación de los trabajadores ha de ser obra de ellos mismos. Así se abrieron los surcos por los que se transitaría hacia esa emancipación. Por fortuna, no primaron los posibilistas que dijeran: "hoy esto no es posible, renunciemos a fantasías".

En el siglo XX ha germinado un "socialismo en estado larvario" o "protosocialismo" según expresiones de Bahro. Con el derrumbe de la Unión Soviética y del este europeo y la transformación en curso ineludible de los supervivientes en otras regiones -que será de contenido socialista o de restauración capitalista- ese "primer socialismo" en el proceso histórico ha muerto. Se vuelve a carecer de modelos, de puntos de apoyo. Sin embargo, en estas condiciones concretas debemos elaborar el programa que responda a las necesidades de la clase trabajadora, que responda además a las necesidades del haz de clases, capas y sectores populares. La construcción pro-

gramática debe tener metas socialistas -sin perjuicio de reconocer la inviabilidad de su construcción en el marco nacional exclusivo- porque el capitalismo es antagónico a la mejoría de las condiciones materiales y espirituales para las grandes masas.

Lenín recordaba palabras de Napoleón, quien decía no preocuparse al iniciar las batallas de cómo las terminaría (ya habría tiempo para ello), sino que centraba su trabajo en disponer adecuadamente sus fuerzas.

Disponer adecuadamente las fuerzas pasa por saber qué queremos; qué programa levantamos, quiénes serán aliados, enemigos o fuerzas intermedias. Para la culminación del combate se realizarán mil alianzas, mil maniobras, mil negociaciones que acumulen fuerzas a favor y aislen al enemigo. Vale decir, primero hay que tener visualizada la meta, que oficia como cúpula de una iglesia avistada a distancia desde cualquier camino. Los zig-zags serán las ineludibles marchas y contramarchas para acceder a la meta.

El programa es la síntesis, antecedido por el análisis de la realidad. La primera rectificación trascendente a varias décadas de obrar incorrecto, es comprender que se necesita un programa mundial, es exaltar el valor del internacionalismo.

La construcción socialista demostró su inviabilidad rodeada de un mar capitalista, que sabotó con

039

9500306

030

9500306

su peso militar, político, económico e ideológico, los islotes de intención socialista. No fue posible ni el "socialismo en un solo país", tesis stalinista, ni su prolongación histórica, el llamado "campo socialista". La estrechez de miras nacional augura fracaso seguro. Por eso es preciso fortalecer la visión internacionalista. Viejo principio robustecido por la internacionalización de la vida en sus múltiples facetas, debido a los avances de la ciencia y la tecnología.

Pero la promoción del internacionalismo socialista debe acompañarse de paciencia y espíritu democrático. El programa socialista internacional -tanto como otros aspectos estratégicos y tácticos- será la resultante del intercambio, de la aproximación de enfoques entre las expresiones políticas de la clase en diferentes países. Programa cuyo principio rector sea ofrecer soluciones prioritarias para los más pauperizados, para las masas "tercermundizadas" que habitan la periferia del mundo capitalista, pero que también padecen en las metrópolis imperialistas.

Programa internacional que tendrá que ser aplicado creativamente en cada nación. Programa que en las zonas marginales del capitalismo tendrá que plantearse una fase de transición al socialismo, de aproximación a él, y de supervivencia para los países que vayan emancipándose.

Tanto en su proyección internacional, como en las concretas nacionales, el programa debe ser revolucionario. Por la sencilla razón que las grandes masas no pueden mejorar su condición sin afectar privilegios; y por la no menos sencilla que en ninguna parte los privilegiados ceden posiciones sin descargar con saña su violencia contrarrevolucionaria.

Desde mediados de los 50 en

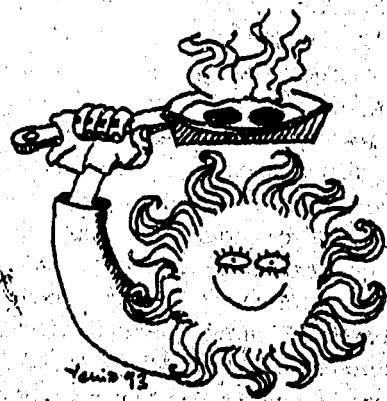
Uruguay, fruto del pensamiento socialista, se elaboró la noción de una fase de transición nacional (por su contenido antimperialista) y popular (por su contenido antioligárquico). Hay puntos básicos de esa elaboración que mantienen plena validez. La necesidad de construir sobre las ruinas del estado burgués pro-imperialista, uno que responda a los intereses del conjunto de los explotados; la erradicación del latifundio, minifundio y monopolios en el agro; la nacionalización de resortes básicos en manos del capital extranjero: la banca, el comercio exterior, las grandes industrias, el transporte; la democratización de la vida económica, social, política, cultural, mediante diversas formas de autogestión obrera y popular.

Este programa sólo será realizable por un poder fuerte y ese poder es incompatible con los intereses del imperialismo y de la reacción, que hará la guerra mafiana, como lo ha hecho a lo largo de la historia. Porque este programa es el programa de lucha contra el imperialismo y sus testaferros. El programa de los hambrientos, de los desaharrapados, de los sin techo, de los que saben que las migajas del capitalismo jamás llegarán a su mesa.

¿Pero adoptar este programa

significa que se debe renunciar al ejercicio de parcelas de poder, toda vez que podemos acceder a ellas? No se trata de eso. Con una concepción socialista se utilizará cualquier parcela de poder para organizar a las masas para esclarecerlas, para luchar por sus más sentidas aspiraciones, para que aprendan a distinguir a sus enemigos. En cambio, con una concepción "renovadora" las parcelas de poder sirven para dragonear con el imperialismo, para "demostrar" que el imperialismo no debe ponerse inquieto, para conciliar, congeniar, cohabitar con él, aunque se dejen por el camino los jirones de las esperanzas de la gente.

Frente a un izquierda que se desdibuja para esa cohabitación, que identifica "cultura de gobierno" con "cultura aceptable para la burguesía", nace otra nueva, verde todavía, que en el mundo, en el continente y en el país, levanta viejas banderas para recrear programas, formas de organización y métodos de lucha apropiados a los tiempos actuales. Así como la desdibujada procede de matrices diferentes, la recreada también se nutre de vertientes diferentes. La prensa burguesa la llama "radical", no sin cierta dosis de verdad. Es la que va a las raíces, que sigue viendo en el capitalismo al enemigo de los pueblos.



## Vivienda: Derecho para pocos

por Benjamín Nahoum

«Toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure así como a su familia, la salud y el bienestar, y en especial la alimentación, el vestido, la vivienda, la asistencia médica y los servicios sociales necesarios (...)\", dice la Declaración Universal de Derechos Humanos de 1948. «Todo habitante de la República tiene derecho a gozar de vivienda decorosa», la Constitución de la República de 1966. «Toda familia, cualquiera sean sus recursos económicos, debe poder acceder a una vivienda adecuada (...)\", dice la Ley Nacional de Vivienda de 1968.

Dicen. Para más de trescientos mil uruguayos que carecen de un albergue mínimo que les permita satisfacer esos supuestos derechos, sin embargo, esto no son más que hermosas palabras. Muy poco más son para alrededor de otro millón y medio, que habita viviendas carentes de las condiciones y servicios básicos requeridos en el umbral del siglo veintiuno: pero para las cerca de diez mil familias montevidéas que debieron ir a vivir a un cangrejal en la última década, para las casi diez mil que serán desalojadas de sus viviendas en el correr de este año, para las ocho o diez mil que habitan rancheros rurales, ni siquiera se trata de palabras: para ellos, decir que la vivienda es un derecho amparado por la Constitución y las leyes es, ante todo, un amargo sarcasmo.

Yo podría hacer cálculos aquí de lo que los países «desarrollados», mientras escribo esto y usted lo lee, están gastando en materia de armamentos, preparándose para una

*Los compañeros de ALFAGUARA me invitan a escribir sobre vivienda. La oportunidad y el lugar me parecen más propicios para referirme al problema general que a aspectos coyunturales o de actualidad. Y como el problema es el mismo desde hace tiempo, y mis ideas también, buena parte de lo que escribiré aquí ya lo he escrito o dicho antes, bajo esta u otra forma.*

guerra que luego tendrán que inventar. Podría también, sumando dos más dos, demostrar qué ínfima parte de esa suma bastaría para solucionar este problema en el mundo entero. Pero eso, con ser cierto, no es tema que dependa de nosotros. Sí depende, en cambio, que el país haya invertido en el último año menos de cien millones de dólares en financiamiento público para construir viviendas, mientras dedicaba en el mismo lapso más de seiscientos millones a pagar intereses de la deuda externa y una cantidad semejante al presupuesto de seguridad y al aparato militar, que se preparan a su vez para una guerra que ya están inventando. Que mientras los sucesivos Ministros de Economía declaran satisfechos que el déficit fiscal, y el parafiscal, y algún otro que ellos y pocos elegidos más entienden, se mantienen bajo control (o casi, o más o menos) y los equilibrios macroeconómicos se cuidan cuidadosamente, y con ello el país sigue cumpliendo sus compromisos de política económica y financiera con sus acreedores y con el Fondo Monetario, nadie le pregunta a Pedro, a María, a Juan, a José, si mantienen bajo control el frío y la lluvia que entran por los agujeros de sus viviendas de chapas y cartones en los cangrejales; si controlan

el barro de los caminitos, las ratas con las que conviven, los mosquitos de los lagunones cercanos, la basura de la que viven y que los rodea.

Los grandes números muchas veces ocultan, con su impersonalidad, las tragedias individuales: pero cuando los grandes números son trágicos, esas tragedias son numerosas. Los grandes números de la vivienda en el Uruguay no son trágicos, claro, si se los compara con los de Haití, Paquistán o Zaire, y eso permitió hace un tiempo a un jerarca del gobierno anterior hablar de «liderazgo» de nuestro país en materia de vivienda; pero los grandes números de la vivienda en el Uruguay sí son trágicos, en cambio, si se los compara con nuestra propia realidad hace veinticinco o treinta años.

¿Hará falta, sin embargo, dar alguna cifra para explicarle al desalojado, al habitante del cangrejal, al uruguayo que todos los meses se ahorca con su recibo del alquiler o del Banco Hipotecario, que el problema de la vivienda es muy grave? ¿Será necesario hacer más diagnósticos, estudiar y volver a estudiar, para concluir por enésima vez que faltan casi cien mil viviendas; que la mitad de las que existen tienen alguna carencia básica fundamental: de servicios elementales, de

calidad, de superficie; que esas carencias, cuantitativas y cualitativas, están concentradas en los sectores de bajos ingresos, y a nivel geográfico en las zonas rurales y los barrios suburbanos de residencia obrera; que el alquiler de la vivienda más modesta hoy supera los tres salarios mínimos; que las cuotas del Banco Hipotecario, como consecuencia de la acumulación de aumento tras aumento sobre las espaldas de los deudores, se han vuelto impagables, duplicándose en valor real en el transcurso de pocos meses? ¿Que, como consecuencia, aumentan las viviendas precarias, se ensanchan los cantegriles, proliferan las seudopensiones vergonzantes, se habita en forma promiscua, se invade cuanto puede ser invadido, desde esqueletos de viejos edificios hasta garitas, o simplemente se emigra?

No, no hace falta. Ni el Escribano Cersósimo desconoce esta realidad.

#### El derecho a la vivienda... ¿un derecho?

Entonces, ¿toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure así como a su familia, la salud y el bienestar, y en especial la alimentación, el vestido, la vivienda, la asistencia médica y los servicios sociales necesarios? ¿Todo habitante de la República tiene derecho a gozar de vivienda decorosa? ¿Toda familia, cualquiera sean sus recursos económicos, puede acceder a una vivienda adecuada?

¿Cuándo será el día en que la gente tenga derecho a tener derechos?

#### El problema de la vivienda

El «problema de la vivienda» (que no es solamente la carencia de un techo, sino que engloba el conjunto de las condiciones de habita-

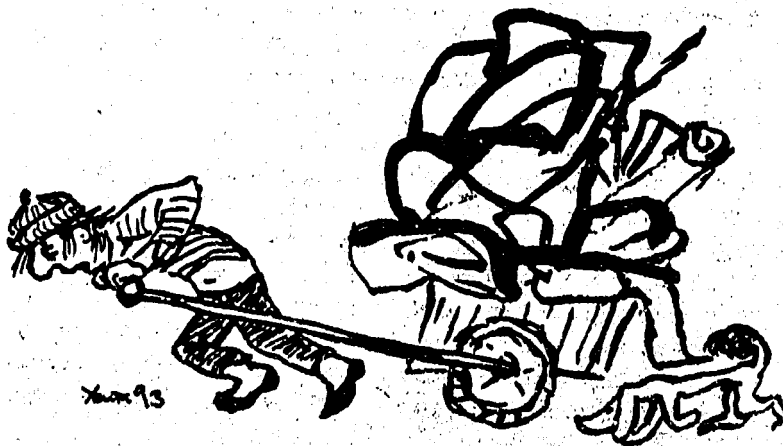
ción, incluyendo los servicios físicos, los comunitarios, los sociales, la localización) no es más que una exteriorización del problema más general del trabajo y el ingreso. No hay, en efecto, un «problema de la vivienda» de los sectores de altos ingresos o clases pudientes, más allá de eventuales períodos de escasez; el problema, en todas las sociedades, aparece siempre en relación con la insuficiencia del ingreso familiar; se trata (lo mismo que el problema de la salud, el de la alimentación o el de la educación) de la consecuencia de la falta de ocupación o de la remuneración insuficiente del trabajo, tanto en la etapa activa como en la pasiva de la vida del trabajador. Es por ello que las clases pudientes de la ciudad y del campo no tienen estos problemas -aún en los países de la periferia capitalista, y por catástroficas que sean sus economías- y si aparecen en cambio, aún en los países más desarrollados, en sus propias «periferias internas»: los trabajadores inmigrados o los desocupados.

¿Por qué se da esa insuficiencia de ingresos, consecuencia a su vez de la falta de trabajo y de su magra remuneración? En la organización social en que vivimos, caracterizada por su economía capitalista y su ubicación periférica, la respuesta

está en que el sistema solamente procura, a través de la remuneración, posibilitar la reproducción de la fuerza de trabajo, sea ella usada o se la mantenga en reserva.

Por consiguiente, el acceso a bienes no estrictamente imprescindibles a ese objetivo, o sustitutos precariamente como pueden ser la habitación, la educación e incluso por encima de ciertos límites, la alimentación y la salud -no está contemplado; más aún, está expresamente impedido, en tanto su satisfacción requeriría una mayor remuneración de la fuerza de trabajo o un aumento de los gastos del Estado (y por consiguiente de las cargas fiscales sobre toda la sociedad, y en particular sobre los empresarios, con lo que disminuiría su lucro).

No hay solución al problema, entonces, si la necesidad de habitación no es reconocida realmente como básica para la subsistencia, y su satisfacción no pasa, por consiguiente, a formar parte de la remuneración del trabajo. Sólo de esa forma el acceso a la vivienda será realmente un derecho. Un derecho que puede y debe ser reconocido más allá de lo declarativo, porque nuestra altamente tecnificada sociedad está en condiciones -como nunca- de satisfacerlo a niveles de decoro mínimo.



#### La solución del problema

El reconocimiento del derecho a la vivienda comienza por reconocer el del uso del suelo, bien social que no puede ser vedado en función de otros derechos que en todo caso son de aplicación posterior -como el de la propiedad- porque el ejercicio del derecho a afincarse sobre la tierra hace a la naturaleza de las cosas. Y el primero en respetar este derecho fundamental debería ser el propio Estado, al que muchas veces vemos desalojando a los pobladores de tierras fiscales abandonadas -que son de todos, y por consiguiente también de los desalojados- o vendiéndoles lo que es de ellos mismos.

El segundo aspecto a considerar es el del financiamiento de las inversiones y su retorno. Aquel es tarea y obligación del Estado, quien si tiene -contra lo que generalmente se dice, a derecha e izquierda- los recursos para asumirla: basta con que defina correctamente las políticas y privilegie el bienestar de la población, que es su razón de ser, frente a supuestas obligaciones o compromisos externos. Y esto puede ser hecho incluso en el marco de las actuales relaciones de producción, siempre que sea la sociedad en su conjunto y no los grupos de presión económicos -internos y externos- quienes definan esas prioridades. ¿Se imaginan el resultado que tendría un plebiscito para decidir si se paga o no la deuda externa contraída por la dictadura?

A su vez, el retorno de esa inversión (o sea «el pago por la vivienda»), debe proporcionarse al ingreso familiar («Ley de franjas») para garantizar una cobertura al menos mínima de las restantes necesidades básicas, en tanto la remuneración del trabajo no permita cubrir éstas plenamente; sólo a partir de allí podrá pensarse en la recu-

peración total y aún rentable de lo invertido. Esto se puede lograr aún sin incrementar sensiblemente los recursos que teóricamente se destinan hoy a la vivienda; esa posibilidad ha sido demostrada muchas veces, con números en la mano: el problema es cómo se distribuyen esos recursos, y qué parte de ellos quedan en manos de los intermediarios y los especuladores: empresas constructoras, inmobiliarias, dueños de la tierra, «promotores» varios, cuya intervención hace aumentar en forma desmesurada el costo de la vivienda.

El camino para superar este pozo insondable donde cambia de destino la mayor parte del esfuerzo que la sociedad realiza para dar solución al problema habitacional es, por una parte, la apropiación por esa misma sociedad de los recursos básicos necesarios -empezando por la tierra- y en segundo lugar, la gestión de las acciones que se emprendan por parte de los propios destinatarios. Esto también es posible: se ha hecho y se hace, con carácter experimental o en forma masiva, en muchos países. En el nuestro lo prueba la experiencia cooperativa de vivienda, que ha obtenido a lo largo de sus veintiseis años de existencia formal, sin el estímulo del Estado por largos lapsos -y aún con su oposición o, como ahora, con su prescindencia- las mejores y más económicas soluciones a los problemas de la calidad de vida de los sectores trabajadores. Lo prueban también experiencias realizadas, en condiciones todavía más difíciles y sin apoyo estatal alguno, en varios cantegriles montevideanos.

La autogestión permite, además de evitar encarecimientos desproporcionados e innecesarios originados por la presencia de intermediarios, hacer más ágil y eficiente la acción del Estado, que

puede delegar en los grupos organizados de pobladores tareas de gestión que su aparato burocrático realiza lenta e ineficazmente. También de esto hay pruebas y recientes, como el programa experimental «CO.VI.ITU.78», promovido en 1991 por la Intendencia de Montevideo y concluido hace poco.

#### Sigue siendo así

Estas ideas son las que han alimentado el proyecto de la izquierda uruguaya, basado en la esperanza de poder construir una sociedad más solidaria y más justa. Los hábitos posmodernos parecen ponerlas hoy en duda en la propia izquierda, parte de la cual deposita sus esperanzas en alguna extraña simbiosis de capitalismo y bienestar popular, que el mundo por cierto no conoce, porque dos siglos de capitalismo no nos han mostrado otra cosa que la despiadada explotación de los de abajo, dentro y fuera de fronteras.

¿Qué es lo que se nos ofrece como nuevo paradigma? Pues ni más ni menos que el viejo y conocido capitalismo, quizá con otros ropajes, quizá con un lenguaje más civilizado y presentable, pero con las mismas injusticias y desigualdades de siempre, que no han desaparecido porque son parte del sistema.

Y en ese sistema no hay solución al problema de la vivienda, por la sencilla razón de que el sistema no requiere que ese problema tenga solución. Es por eso que para poner fin a la crisis de la vivienda, como ya decía Engels hace un siglo, «sólo hay un medio: eliminar pura y simplemente la explotación y la opresión de la clase trabajadora por la clase dominante».

Sigue siendo así. Sólo habrá solución, si seguimos teniendo el coraje -ahora y después- de luchar por ella.



SOLO LA MOVILIZACION POPULAR LOGRARA IMPONER EL PROYECTO TRANSFORMADOR DEL MUNICIPIO DE MONTEVIDEO

# La lucha por la Intendencia

por Washington Estellano

El tema del nuevo catastro se ha convertido en un asunto altamente político, tanto para los partidos impugnadores como para el Frente Amplio (F.A.). De ahí la correcta percepción inicial del Intendente Tabaré Vázquez al plantear la posibilidad de organizar un plebiscito para dirimir el problema. Aunque también es cierto que ha planteado «que antes de llegar a ese extremo prefiere recorrer el camino del diálogo». Diálogo sin movilización, empero, es encerrarse en las negociaciones de cúpula y abrir la perspectiva de las concesiones sin límite. Y errar nuevamente el camino para avanzar en el proyecto transformador, inicialmente planteado por el Frente Amplio, del Municipio de Montevideo.

La impugnación del nuevo catastro de bienes inmuebles de la ciudad, es sin dudas una medida política de los partidos conservadores. El objetivo político de la medida es claro: cercenar la autonomía del gobierno municipal y de las finanzas necesarias para la realización de sus proyectos. Y, asimismo, cuestionar el sentido más igualitario del nuevo catastro, y menoscabar el avance de las fuerzas populares con vistas a las elecciones nacionales del año próximo. El mismo recurso fue usado por la derecha en Brasil, para trabar los planes de la Alcaldía del Partido de los Trabajadores (PT) en Sao Paulo. Con la consecuencia final, si bien por la concurrencia además de otros factores, de que el candidato derechista Paulo Maluf,

derrotara al PT en la Alcaldía de ese Estado en las últimas elecciones municipales de Brasil. De ahí que convenga hacer un balance de la gestión del FA al frente de la comuna montevideana, en aquellos aspectos nodales, donde ha estado en juego su carácter de gobierno popular, y no meramente en lo que hace sólo a su gestión administrativa.

## Algunos antecedentes

Al asumir como Intendente de Montevideo, el Dr. Tabaré Vázquez en nombre del Frente Amplio, indicó cuatro ejes de su programa de gobierno: 1. Modificar el ordenamiento urbano de la ciudad. 2. Rebajar el precio y reestructurar los servicios de transporte colectivo. 3. Transformar la relación IMM-vecinos. 4. Impulsar un nuevo sistema de tributación, orientado hacia una mayor justicia impositiva.

Es decir, en estos cuatro puntos está resumida una concepción transformadora, de signo popular, de la ciudad. Todos los otros aspectos que hacen a una buena y honesta gestión administrativa de los servicios municipales -ofrecer un buen servicio de recolección de residuos, arreglos del pavimento, alumbrado público, etc.- si bien lo más visible, corresponde a cualquier gobierno honrado y eficiente. Condiciones hoy sin duda apreciadas en alto grado, por el nivel de corrupción e ineficiencia que caracteriza a los gobiernos conservadores. Pero lo que en definitiva mostrará a un gobierno capaz de

transformar al Estado y la sociedad, y la mejora de la calidad de vida de los ciudadanos, son las medidas que cuestionen y arremetan contra las desigualdades, las estructuras clientelares, la burocracia ineficiente y rutinaria, y sobre todo y ante todo, los métodos de gobierno que estimulen o impulsen la participación democrática de la población. Y es aquí precisamente donde están los puntos más débiles de la gestión frenteamplista, porque ha eludido hasta ahora, apoyarse en la movilización popular. Y esto abre los flancos para que la derecha arremeta con éxito. Veamos algunos ejemplos.

## El primer traspié

Ya en los primeros meses de su gestión, el gobierno comunal tuvo que hacer algunas concesiones formales al intentar implantar los Centros Comunes Zonales, con lo que se buscaba descentralizar administrativamente el municipio y la participación de los vecinos en tareas al servicio de la comunidad. No obstante la receptividad ciudadana fue escasa, y la derecha pudo asimilar este tipo de descentralización sin mayores problemas. Fue intransigente, en cambio, cuando el Presupuesto Municipal para 1990, proponía una serie de impuestos, en especial uno que triplicaba el gravamen inmobiliario para las viviendas deshabitadas. El Tribunal de Cuentas -un organismo de control supuestamente técnico- hizo un conjunto de objeciones. El Intendente Vázquez, en reuniones

previas con los vecinos cuando se discutía el Presupuesto amenazó al gobierno central de que, si el Poder Ejecutivo cuestionaba el ajuste presupuestal, él «marcharía al frente de los trabajadores municipales y de los vecinos» para defender su gobierno popular.

Sin embargo, luego del dictamen del Tribunal de Cuentas hubo una serie de negociaciones cupulares con el Presidente de la República, y finalmente el Intendente y los ediles frenteamplistas, aceptaron las observaciones del gobierno. Ni el Frente Amplio ni los trabajadores municipales, ni el Intendente, recurrieron a la prometida movilización popular.

## El Pacto de la Tablada

La otra experiencia importante donde fue desechada la posibilidad de crear un amplio movimiento social urbano, ocurrió a raíz de la construcción por parte de la UTE, de la Usina Termoeléctrica denominada de «La Tablada», aunque en rigor está ubicada en la inmediación de Sayago, en una zona residencial suburbana donde la normativa prohíbe instalar este tipo de planta industrial.

Al principio, la UTE presentó el proyecto como una «Central de Respaldo», vale decir, para utilizar en casos de emergencia energética, o arreglos climáticos, etc. Basándose en ese supuesto carácter de usina para usos excepcionales,

## Notas:

1) Este artículo toma análisis e ideas de la Ponencia presentada por el autor en el Seminario Internacional de la Universidad Nacional de Rosario (Argentina), realizado el 20 de mayo de 1993.

2) Marcelo Pereira, Brecha, 21/5/93.

3) Uruguay en la coyuntura del CUI, N° 261, 6/8/90.

4) Este subtítulo está basado en la información de Julio Barreiro «El pacto de La Tablada», Tierra Amiga N° 11, 31/93 y Daniel Gatti «Discusiones con los pelos de punta», Brecha 12/3/93.

la UTE, eludió los estudios sobre impacto ambiental. El Municipio, haciéndose eco de la reivindicación de la Coordinadora de vecinos que integran pobladores de ocho barrios circundantes, niega el permiso de construcción, solicitado tres meses antes por la UTE. La Coordinadora de Vecinos había hecho una importante movilización y reclamado ante diversas instituciones públicas, parlamentarias, universitarias, laborales, profesionales, etc.

Luego de una primera suspensión de la construcción y de la tala de árboles, la UTE al parecer obediendo una resolución presidencial, continúa la instalación de la Usina contra viento y marea. Una vez puesta en funcionamiento la Central Térmica, en vez de funcionar 600 horas anuales, como correspondía a una «Central de Respaldo», la UTE hace un contrato de venta de energía eléctrica a la Argentina. A lo largo del año 1992 operó durante 7.000 horas, equivalente a lo que se planeó para 12 años.

Como era de esperar el impacto ambiental de tal funcionamiento tuvo consecuencias desastrosas. Las mediciones acústicas señalan que el ruido alcanzó a 67 decibeles. La IMM había previsto una intensidad de 57 decibeles; la UTE, calculó 55 decibeles. Mientras tanto la normativa municipal admite sólo, 39 decibeles.

Según lo denunciara la Coordinadora de Vecinos, éstos deben dormir en verano con las ventanas cerradas a causa de las fuertes vibraciones, padeciendo algunos de estrés e insomnio. Asimismo los cables de alta tensión fueron colocados por encima de las viviendas. Informes y estudios de diversas organizaciones internacionales, como la OMS, el Instituto Karolinska de Suecia y el Consejo Inter-

americano de Seguridad de los EE.UU., informan sobre las consecuencias contra la salud, cefaleas, irritabilidad, pérdida de memoria, trastornos del ritmo cardíaco, y aumento del riesgo de contraer cáncer, etc., que se originan en poblaciones sometidas a la exposición a campos magnéticos.

La Coordinadora de Vecinos, continuó su movilización y gestiones ante las autoridades municipales y de la UTE. Finalmente las autoridades municipales ante los hechos consumados, negociaron con la UTE. Se reunieron jerarcas municipales con representantes del Presidente de la República, y la empresa ECOGESA (transnacional alemana que construye el colector subacuático, que había sido embargada por deudas al BPS durante la gestión municipal pasada) y se acordó «que el gobierno se haría cargo de la deuda de ECOGESA que la IMM había pagado al BPS, la IMM habilitaría el funcionamiento de la Central de UTE, y ésta última pagaría 2 millones de dólares para invertir en saneamiento de la zona» («Tierra Amiga», Op.Cit.). Según los vecinos, esas obras de saneamiento ya estaban contempladas en el Presupuesto Municipal.

El pleito continúa. Existen innumerables pronunciamientos demandando el traslado de la Central. Las Coordinadoras de los Comités de Base del FA de la zona se han pronunciado exigiendo el traslado, y también asociaciones ecologistas.

La conclusión más importante de todo este asunto, es la reiteración por parte del Frente Amplio, del gobierno municipal, y de las organizaciones laborales como el PIT-CNT, de una metodología política que elude apoyarse y organizar la movilización popular, aun existiendo una situación apta, y un clima social y popular completamente

favorable para ello. Y la reiteración, asimismo, de la opción por la negociación y los acuerdos cupulares a espaldas y sin ningún tipo de consulta -al contrario, eludiéndola- a la población trabajadora.

#### La última oportunidad

En el pleito por el nuevo catastro, -como en todo el asunto del subsidio al boleto- más allá de las eventuales desprolijidades en que haya incurrido la IMM, está en juego la propia gestión del FA y su legitimidad como movimiento popular y transformador. Así lo percibió claramente la derecha y ha hecho de estos problemas un asunto esencialmente político, de precampaña electoral. Es una prueba de fuerza donde para salir airoso el Frente Amplio y el gobierno municipal deberían apelar a la movilización popular. A través del plebiscito y de otras formas posibles y conocidas por la militancia frenteamplista.

Lo grave, como se ha insinuado en los últimos días, es que la cúpula dirigente del FA en vez de apoyar la iniciativa del Intendente Vázquez de realizar un plebiscito, opte por la negociación a espaldas de los militantes. Porque si Tabaré Vázquez y el FA son consecuentes con su propósito de descentralizar la gestión política de la IMM con la creación de juntas vecinales o consejos barriales, la movilización en torno a un plebiscito es la oportunidad inmejorable. En cambio, parecería que la dirección del FA, ante los proyectos de revisar el programa histórico y reorganizar su estructura interna, quitándole protagonismo a los Comités de Base, prefiere tirar por la borda el programa descentralizador y la propuesta participativa y democrática, por la cual fue elegido para gobernar la ciudad y el departamento de Montevideo.

Porque una medida de lo que significan las negociaciones sin apelar a la movilización, la tiene el Intendente Vázquez en sus tratativas con los restantes intendentes en la ciudad de San José. En efecto, una semana antes de la resolución parlamentaria anulando el cobro del nuevo catastro, y cuando ya era inminente su concreción, el Intendente de Montevideo convocó a sus pares, buscando un acuerdo en defensa de la autonomía municipal. Como era de esperar la mayoría de ellos, que responden a los partidos burgueses, le dieron la espalda.

El nuevo Catastro, más allá de desprolijidades producto en gran medida de la complejidad técnica del estudio -que nadie ha mostrado cómo hacerlo mejor- es una medida política progresiva en tanto propone que paguen más los que más tienen. Y precisamente, son un puñado de grandes casatenientes agrupados en la Cámara del Bien Ratz y apenas mil firmas, quienes han apelado. La mayoría de los contribuyentes ya habían pagado la contribución con el aumento. Y porque es una medida política discriminatoria en favor de los modestos y medianos propietarios, es que han reaccionado. El carácter progresivo de la medida parecería que la misma dirección del FA no lo había percibido, ni se había preparado para denunciar la maniobra de los grandes propietarios. Sería interesante que, como parte de la movilización y lucha por el plebiscito, se informara a la población quienes son los mil firmantes, y cuántas viviendas tienen los directivos de la Cámara del Bien Ratz. Y que el mismo Tabaré Vázquez explicara todo esto en los acuerdos públicos semanales de la Intendencia, en los barrios. (Que dicho sea de paso se han suspendido sin dar razón a los vecinos de los por qué)

Es evidente que los gobiernos locales populares, a pesar de los recortes a su autonomía por el poder central, son un buen camino para ganar espacios de gobierno y de poder, siempre que se recurra a la movilización popular. Porque a pesar de las restricciones a su autonomía, los partidos de izquierda pueden sacar el más alto rédito político en la elevación de la conciencia socio-política de las masas al poder radiografiar el encadenamiento de los intereses de las clases dominantes con el Estado.

Es asimismo claro que los problemas de la gestión política del poder local se complican cuando no existe un movimiento social autónomo, y un movimiento sindical (el movimiento social más experimentado y de peso nacional) que se involucre en la defensa de estas reivindicaciones locales o barriales. Y quedan encerrados en sus reivindicaciones parciales, corporativas, de salario, etc.

Es muy claro, por ejemplo, la ausencia de una política municipal por parte de los trabajadores municipales. O de una política del transporte por parte de los trabajadores del transporte. De esa manera las organizaciones sociales quedan prisioneras de una gestión encerrada en sí misma y no ejercen su rol de organizadores o facilitadores de la intervención de la población segregada y expoliada.

La descentralización y la participación democrática de los ciudadanos, de la que tanto se habla en los discursos pre-electorales, hay que encararla como una cuestión social, de clase. Porque un municipio no es una comunidad con intereses homogéneos, separado del contexto general. La participación democrática de los ciudadanos no se conquista sino al precio de arrancarle espacios de gobierno y de poder a las clases hegemónicas.

## Seminario Internacional y Acuerdo entre Revistas Socialistas

Organizado por las Facultades de Humanidades y Letras y de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales de Rosario (Argentina) entre el 20 y 22 de mayo se realizó el Seminario Internacional "El nuevo orden mundial a fines del siglo XX. El socialismo como pensamiento y perspectiva". Fueron convocantes la Escuela de Historia, el Centro Hacer, Cuadernos del Sur y Actual Marx. De nuestro país fueron invitados el Centro de Encuentro y Estudios Carlos Marx y la Revista Alfaguara, así como también Trabajo y Capital, y Mate Amargo.

Figuras destacadas del quehacer intelectual y político se hicieron presentes a través de sesenta y ocho ponencias redactadas por compa-

ñeros de Francia, Italia, EE.UU., México, Perú, Ecuador, Argentina y Uruguay. Nuestro país se hizo presente a través de los compañeros Eleuterio Fernández Huidobro, Washington Estellano y Julio Louis. Enviaron además una ponencia Virginia García Montecoral y Fernando Moyano (que publicamos en este número de Alfaguara).

Los convocantes asumieron la tarea de publicar un libro con todas las ponencias. Alfaguara irá recogiendo aspectos destacados de ellas.

De singular importancia para el pensamiento socialista y marxista internacional fue la reunión que contó con la participación de las siguientes revistas: Actual Marx (Francia-Argentina), Alfaguara

(Uruguay), Crítica de Nuestro Tiempo (Argentina), Cuadernos del Sur (Argentina), Dialéctica (Argentina), Doxa (Argentina), El cielo por asalto (Argentina), Espacios (Ecuador), Margen Izquierdo (Argentina), Mate Amargo (Uruguay), La línea de Sombra (Argentina), Tesis XI (Argentina), Trabajo y Capital (Uruguay) y XX/XXI (Argentina). En ella se acordó el intercambio bilateral entre todas, y la aceptación de la reproducción de artículos de cualquiera de ellas, indicando la fuente.

Una concurrencia numerosa, con amplia adhesión juvenil, fue la respuesta colectiva, marco adecuado para el compromiso recíproco de proseguir el debate en sucesivos encuentros.

## Palabras de James Petras en el acto de clausura

1) Este seminario representa el micromundo de una izquierda sana. Ya no hay más oráculos que bajan línea. Se ha perdido al padre confesor. Es la hora de la libertad de pensar, sin manuales ni textos. La muerte de los oráculos es el primer paso para la construcción de una izquierda auténticamente revolucionaria.

2) No hay ya paradigmas dominantes. El marxismo es una hipótesis, un instrumento de trabajo, la forma mejor de comprensión. Los instrumentos que le faltan deben

ser tomados del feminismo, del ecologismo y otras corrientes.

3) El seminario importa más allá del hecho académico. Porque con ideas es que se construyen movimientos. Los debates han sido útiles. El nuevo pensamiento socialista tiene que surgir de miles de encuentros, de debates en los cafés, en las aulas, en reuniones espontáneas, todos los cuales crean vínculos afectivos. Recuérdese que los compromisos no se sostienen con ideas, se sostienen con hombres capaces de crear lazos personales.

Cada intelectual vive una lucha interna entre el demonio y el ángel. El demonio se representa en forma de conquistas personales. El ángel se representa por los lazos personales de quienes viven las luchas. Es preciso la complementación dialéctica entre el pensamiento abstracto y la práctica viva.

Tenemos que asimilar que en el proceso de reconstrucción tendremos una larga marcha. Son las pequeñas victorias las que generan los grandes movimientos. La lucha por los nuevos medios de comuni-

cación, por modificaciones curriculares en los centros de estudios son insignificantes en sí mismos. Pero de conjunto generan los grandes movimientos que jamás brotan espontáneamente, sino que son fruto del esfuerzo colectivo.

4) La obra a emprender es la creación de una nueva generación. La actual es post-liberal, pero también post-intelectuales arrepentidos. Serán intelectuales críticos y comprometidos. Hoy en día, estas generaciones no aceptan el socialismo como algo a priori. Es mejor que vengan escépticos porque los convencidos fáciles son también desconvencidos fáciles. Las ciencias sociales entran en un nuevo ciclo de desarrollo del pensamiento político revolucionario.

Tres instancias nos importan:

1º. La recuperación histórica del pasado. Habrá que estudiar lo sucedido en las décadas del sesenta y setenta, los comités de fábrica, las diversas formas de participación colectiva. Hay que recapturar las realidades para que sean puntos de

referencia. No se construye sin historia. Hay que aprender, para no repetir errores. No creo en utopías. El socialismo no es una utopía, una colección de ideales desvinculados de la historia. Tampoco creo en los modelos. Si en las realidades creativas.

2º. La lucha por los nuevos medios de comunicación, el gran descubrimiento contemporáneo, los medios de prensa alternativos (TV, radios FM, barriales, locales), la lucha contra la destrucción ambiental que afecta particularmente a los marginados, son aspectos a desarrollar por los científicos sociales.

3º. Hay que trabajar por una nueva síntesis del pensamiento socialista de cara al futuro. No hay que pensar de modo semejante al capitalismo. No hay que pensar en generar un mayor producto bruto. Una de las mayores debilidades fue pensar más en la producción de toneladas de acero que en la calidad de vida humana, en la solidaridad, en el concepto de comunidad y de relaciones de reciprocidad.

Está también el problema de las identidades. El concepto de clase social es una categoría muy útil, pero no hay que homogeneizar situaciones. Dentro de la condición obrera hay mujeres y hay hombres, con problemas diferentes. También hay que reconocer las diferencias étnicas. Importa igualmente el conocimiento de los límites. El compromiso político no es separable de la vida personal. No se debe encuadrar a los seres humanos tan sólo por un concepto político.

Por último, hay que pensar que la historia está llena de sorpresas. Quién podría pensar que Carlos A. Pérez sería enjuiciado por corrupción? ¿O que Collor lo sería? ¿Quién hubiese pensado hace cinco años atrás que los gobiernos caerían sin golpes militares? Hoy Yeltsin está cuestionado. Debemos estar atentos a la comprensión de las grandes sorpresas de la historia y saber actuar de modo que se produzcan saltos cualitativos.

(Resumen confeccionado por Julio Louis)

## Errata:

En la edición anterior de Alfaguara se deslizó un error involuntario en el cuadro demostrativo de la composición de la deuda externa del Uruguay, que formara parte del artículo "La deuda externa: ¿cambios, consigna vacía o conciencia?", del compañero Gustavo Melazzi. Publicamos ahora el cuadro con las cifras correctas.

ENDEUDAMIENTO EXTERNO DEL URUGUAY

	1984		1992	
	mill. US\$	%	mill. US\$	%
A) Deuda Externa Pública	3.143	100	4.149	100
1. Bonos y Letras	383	12	1.419	34
2. Dep. de no residentes	98	3	312	8
3. Bonos Comerciales	1.844	58	1.085	26
4. Bonos Múltiple	544	17	1.049	25
5. Proveedores	157	5	136	3
6. Otros	137	4	140	3
B) Deuda Externa Privada	1.588	-	3.219	-
TOTAL DEUDA EXTERNA	4.731	-	7.369	-

Por: Instituto Fomento Uruguay (datos de datos del BCU). La deuda externa Uruguay. Elementos para el análisis, febrero 1993. Cuadros 2 y 4.

Algunas reflexiones sobre el libro de Coriún Aharonián "Conversaciones sobre música, cultura e identidad" (\*)

## El espacio cultural

por Rubén Olivera

"Es sabido que la cultura es un bien suntuario. Y que las diversas áreas de la cultura, por lo tanto, también lo son... No, no lo es... Por ella no se ganan las batallas, pero sí se pierden" (\*)

El tema de la cultura en su sentido antropológico (la manera en cómo un pueblo va procesando las formas de comportarse, sentir, pensar, amar, hacer música, vestirse, divertirse, arreglar sus casas, cortarse el pelo, e infinitos etcéteras) comienza a aparecer cada vez más en el discurso de izquierda. Entre otras cosas, la edición de varios libros que analizan la identidad de los uruguayos lo atestiguan.

La manera habitual de entender lo cultural siempre giró en torno a su reducción a lo artístico: la literatura, la pintura, la música. Los grupos de izquierda le encomendaban a los artistas de su sector que elaboraran un "plan cultural" (o sea formas de difusión, circulación y momento de la creación artística), mientras ellos se ocupaban de lo político (parlamento, economía, sindicatos). Parecería que en el medio quedaba un espacio sin plan y por lo tanto sin militancia. Y parecería también que el único que entendía la importancia estratégica de este espacio era el sistema.

Su correcta valoración es una deuda que tiene la izquierda consigo misma y con la sociedad desde los períodos pre-dictadura, cuando las urgencias electorales o armadas no dejaban tiempo para reflexionar

sobre temas que hacían a su propia razón de ser.

"No hay nueva sociedad sin nueva cultura. Y esa nueva cultura no surge repentinamente de un nuevo orden económico-político-social; fundamentalmente por dos razones: porque los nuevos órdenes económicos-políticos-sociales no son sopas instantáneas (y los momentos detonantes son esenciales pero pueden diluirse o revertirse si quedan sólo en momentos detonantes), y porque los procesos culturales son lentos y se van conformando junto con los procesos sociales, en relación biunívoca. Si logramos el nuevo orden económico-político pero no hemos trabajado en pro de una nueva cultura, pues ese nuevo orden puede revertirse rápidamente o anularse en lo sustancial." (\*) La primera independencia de América Latina desembocó en un rechazo de primer momento de modelos metropolitanos por parte de los revolucionarios sinceros. Pero no había contramodelos porque tampoco en aquel entonces se tenía claro que esa aparentemente ociosa elaboración de propuestas culturales podía ser tan dramáticamente importante. El vacío fue pronto vuelto a llenar por los modelos

(\*) Subrayo la publicación de este artículo: 2/11/86. Faltaba mucho todavía para el desmoronamiento de ciertos regímenes socialistas o autodenominados socialistas (nota de C.A., 1992).

metropolitanos, sin oposición prestigiosa. Allí donde hubo oposición, el poder (el metropolitano renovado, directamente o a través de sus servidores criollos) la aplastó con relativa facilidad (y desesperada y concientizada urgencia) o cercó a los contramodelos con los medios de educación y de comunicación de masas". (\*)

La necesaria militancia en el espacio cultural

Hace tiempo que la izquierda viene replanteándose los errores de análisis derivados de no haber profundizado la relación de la economía con los demás aspectos del funcionamiento de la sociedad. Lo que todavía no ha logrado es que esos análisis se concreten en nuevas prácticas. Por lo general la izquierda no considera muy "redutuable" una militancia fuera de los ámbitos de la producción, de conflictos sindicales o de períodos especiales como los electorales. El reduccionismo económico hacía suponer que la "batalla objetiva" se daba sólo en las fábricas, y el reduccionismo racionalista que la "batalla subjetiva" se daba sólo en el plano de la toma de conciencia. Nuevos terrenos de estudio como la semiótica (trabajando sobre la diversidad de significaciones) nos han brindado datos claves sobre cómo se producen los cambios en la manera de actuar, sentir y pensar de la gente. Es en la dinámica del espacio cultural en donde transcurre la fina trama de conformación



de patrones de percepción y conducta. Estos patrones se desenvuelven en forma vinculada pero con códigos específicos (de acuerdo a cómo la gente ve, huele, escucha, saborea, siente, piensa o actúa en el mundo). Algunos de ellos darán lugar a lenguajes artísticos. Si los códigos son invadidos y manipulados por el dominador, todo intento de independencia, tarde o temprano, va a ser reabsorbido por el sistema pues en realidad el dominado estaría viendo, sintiendo y soñando como su amo, más allá que en su discurso consciente suponga lo contrario. Las pautas culturales no se manifiestan sólo en ideas verbales sino también en imágenes (fachadas de las casas, tipo de arquitectura, vestimenta de la gente, pintura, escultura), en sonidos (música, cantito al hablar, similitudes entre el pregón del feriante, murguista, canillita y vendedor en el ómnibus por ejemplo), sabores, olores, reglas de comportamiento, que se construyen en la persona sin pasar necesariamente por su conciencia. Al decir de Barrán son cosas en las que no se piensa porque son las que permiten pensar.

El espacio cultural se muestra en permanente cambio, conflictivo, maleable, confuso en cuanto a lo que representa o puede llegar a representar cada cosa.

*"No todo hecho cultural tiene consecuencias sociales palpables. Pero puede ser que ese hecho cultural que dejamos pasar con descuido, justo ese, incida efectivamente en la comunidad. O que la suma de pequeñas incidencias de hechos culturales, aparentemente irrelevantes adquiera una dimensión histórica muy grande. Es por eso (y quizá sólo por eso) que quienes nos decimos interesados en el acontecer de nuestra*

*sociedad tenemos la obligación de cultivar la capacidad de autocritica en tanto creadores, y los mecanismos que nos permitan detectar aproximadamente, en tanto consumidores, los factores de signo diverso en los hechos culturales."* (4)

Frente a esta dinámica ya no se trata sólo de describir la identidad sino de producirla. Hay que entrar en el ruedo provocando, probando, tratando de ser algunas gotas alternativas en la lluvia con la cual el sistema intenta condicionarnos. Esto se refiere tanto a la generación de productos artísticos propios como al apoyo o creación de hechos culturales que se intuyan como necesarios para la comunidad.

En relación a los productos artísticos o modelos externos los pueblos ya han encontrado una saludable manera para incorporarlos: resignificarlos, acriollarlos, para hacerlos funcionales y adecuados a la propia cultura. Para los pueblos dominados este mecanismo es fundamental pues en el sistema capitalista el intercambio económico desigual entre las áreas dominantes y dependientes hace que también sea desigual el intercambio de patrimonios simbólicos. El sistema bombardea permanentemente para homogeneizar culturas y mercados.

*"Aquí viene una vieja verdad paradójica: América Latina no existe. No existe sino que debe existir... existen muchos factores comunes a este espectro continental, pero no son tantos como se quiere sino que son menos de los que necesitamos."* (5)

El problema de la identidad local o de la "latinoamericanidad" es pues "fundamentalmente una necesidad histórica por razones de autodefensa".

**Militancia cultural sobre la identidad - Lo macro**

Las deformaciones partidarias han hecho que los grupos no le presten mucha atención a la creación o apoyo de hechos de los cuales no pueden sacar tajada cuantificable. A una persona le dijeron que no fuera más a su comité de base acusándolo de mal militante porque faltaba mucho debido a sus otras actividades. Estas eran organizar una murga de niños en un cantegril cercano. Como trabajo en el espacio cultural tenía poco o nada que ver con las barriadas o pegatinas o con la urgencia de los meses previos a una elección.

Podemos así ni darnos cuenta que la repercusión de la canción "Brindis por Pierrot" (de Jaime Roos cantada por el "Canario" Luna) debe haber sido probablemente el hecho político más importante del año en que surgió, al confirmar explícitamente como uno de los sonidos nacionales el timbre de voz del murguero. Podemos no darnos cuenta de que el fenómeno de los candombailes puede ser una prueba que quizás sólo genere una moda pasajera, pero que quizás también pueda provocar saludables modificaciones de trascendencia histórica. En un país en donde no todos los estratos culturales bailan y los jóvenes no tienen formas propias contemporáneas de bailar, es importante el intento de producir identidad al buscar incorporar la gética del candombe y la murga a los movimientos. Después no podríamos quejarnos si sólo fueran modelos externos los que vinieron a cubrir necesidades insatisfechas.

Desde ya que todas las pautas de solidaridad que se ejercitan en una huelga, o la influencia de medios de comunicación en manos de la izquierda (radios, prensa escrita, editoriales de libros) o de las Casas de la Cultura (más circunscriptas al

apoyo artístico) accionan sobre el espacio cultural y lo modelan. Pero esto se da en forma indirecta, como resultado colateral de lo que centralmente se busca. Y lo que se busca es llevar a cabo la "batalla por las conciencias". Como ya vimos esta es una batalla parcial. Es necesario apoyar la construcción de opciones alternativas para formar parte de la enorme masa de posibilidades entre las que la sociedad escoge sus modelos de cómo llorar, reír o actuar. Aquí también se estarán librando otras importantes batallas.

**Trabajo de base- Lo micro.**

Ya se dijo que los patrones culturales se desarrollan en forma vinculada pero con códigos específicos. Debido a ello es común encontrar personas de lenguaje progresista y estética conservadora, así como personas que adoptan racional y verbalmente determinadas posturas sin que por eso cambien su práctica o sus valores. Esto implica grandes modificaciones en la pedagogía militante. Ya no se tratará sólo de una "toma de conciencia" pues con ella no se termina sino que empieza un camino. No sólo la conciencia precisa ser "tomada" sino los valores, las prácticas, los sentires. La "concientización" (del otro y la propia) ya no es un acto de verdad revelada sino, al igual que en la construcción de la identidad, un proceso dialéctico conflictivo. Ningún militante tiene entonces una "verdad final" para "depositar" en el otro. Así únicamente suplantaría una información por otra sin cambiar el mecanismo. Al decir de Marx: "no se puede juzgar a un hombre por la idea que tiene de sí mismo" pues su comportamiento se explica por las distintas contradicciones que lo envuelven (igual que lo que ocurre con una "época de transformaciones"...

o con el militante). El pensamiento dialéctico como "guía para la acción" no encaja con reclamar una "verdad científica" que se autoeximiría de aplicarse el método de análisis propugnado para los demás. Los conocimientos del militante, del que "tomó conciencia" (de la existencia de la explotación) están "contaminados" inevitablemente por el sistema en el cual vive.

*"En el tercer mundo, el hombre menos consciente de esta complejidad suele ser el 'hombre de la cultura'. Porque en general, ese 'hombre de la cultura', aun aliñado en una izquierda política, suele ser el principal agente de afirmación de la dependencia cultural."* (6)

El sistema ha logrado a través, entre otras cosas, de la educación institucionalizada, que se considere "culto" (en su sentido de cultivo de conocimientos) a la persona que maneja ciertos conocimientos considerados como universales y superiores. Es una sospechosa universalidad pues casualmente sólo se comprende en ella a patrones de conducta y valores provenientes de las áreas dominantes. Todo lo diferente, incluyendo las distintas maneras de hacer, sentir y usar el arte, es colocado en escalones inferiores en relación al modelo (y necesitado de "progresar" hacia el mismo). En cuanto a lo que a patrones culturales respecta, tomar mate no es superior o inferior a tomar té, ni consumir este último es más o menos que mascar coca.

Pongamos un ejemplo musical. Tanto para quien haya conocido a su novia bailando cumbia, como para quien gateaba entre las rodillas paternas escuchando a Vivaldi, se debe haber producido una gran vinculación afectiva al hecho musical, así como un ejercicio natural en la comprensión del mismo. Am-

bas cosas serán estructurantes de las respectivas personalidades. Como ya fue señalado, el intento de cuestionar estos gustos con discursos verbales implicaría hasta tal punto un ataque a la autoidentificación de la persona que probablemente será recibido como una agresión. Pero se plantea también otro problema: ¿quién me dice a mí que es necesario que una de las dos informaciones anule a la otra por considerarse superior? Sobre gustos hay mucho escrito en los rastros del estrato cultural al que pertenezca el individuo. Y todo se encuentra sumergido en, y utilizado por, el mismo sistema. Una posición populista diría que hay que intentar mimetizarse, "hacerse" el otro, pero esto además de ser imposible eliminaría la riqueza del intercambio que se da precisamente en la diferencia.

En la heterogeneidad cultural clasista en que el sistema ha fragmentado al hombre, sólo juntas las distintas visiones culturales podrán reconstruir el rompecabezas en que la burguesía ha transformado la búsqueda de un ser humano distinto. Y esta visión no se produce por iluminación instantánea sino como proceso no lineal, confuso, paciente, arduo, apasionante y colectivo. El militante precisa de los demás, del juego de espejos para buscar otras lecturas de la realidad y de aquí no se puede salir siendo el mismo. Quizás también por esto sea difícil encarar un tipo de actividad en la cual hay que exponerse y no sólo manejar las aprendidas relaciones de poder. Desde los sesenta los conceptos, y en consecuencia la práctica, no ha cambiado casi nada a nivel partidario en relación a cómo llevar a cabo el llamado "trabajo de base". Esto hace que también se vuelva retórica la supuesta "consulta a las bases" en un "baje" y "suba" de materiales para

una empobrecida discusión fúto de un empobrecido contexto de militancia. Los grupos se cuestionan el no lograr mantener una buena movilización de sus integrantes fuera de períodos especiales. Paradojalmente muchos militantes se alejan de sus organizaciones para realizar por ejemplo tareas sociales en barrios. Grupos que se distancian por su discurso político (cómo caracterizar la etapa, realismo o mantenimiento de principios, intransigencia sindical o diálogo, gobernabilidad u oposición sistemática) se emparentan por el descuido del espacio cultural, con la consecuente falta de atención sobre aspectos que permitirían llevar a cabo un trabajo de base cualitativamente distinto. Esto concluye en el viejo problema de terminar invocando el apoyo de la gente para hacer sin ella lo que se supone que necesita.

#### El espacio cultural en el proyecto revolucionario

Será muy obvio considerar que alguien es combativo porque tira piedras contra los vidrios de un banco extranjero, o que es reformista porque trabaja como parlamentario. Tirar piedras puede ser un hecho aislado y su nula incidencia lo convierte en reformista. Trabajar en el parlamento puede ser el complemento y apoyo de otras actividades y por mera astucia política esto lo convierte en necesario. Pero si en la práctica (por desinterés o incapacidad) funciona como el ámbito de trabajo político privilegiado, de nuevo estaremos frente a una acción aislada y por lo tanto indefectiblemente reformista.

La combatividad de un proyecto está determinada, entre otras cosas, por su factibilidad (por una real capacidad de poner en riesgo la

estabilidad del sistema) al atender y articular en su justa medida la multiplicidad de aspectos de la realidad. Por el contrario parece ser que las partes descuidadas u olvidadas en el proyecto global a la larga o a la corta desequilibran al todo minando sus posibilidades. El todo (que, conviene insistir, es una unidad) se desglosa analíticamente en planteos económicos o en estudios políticos de coyuntura nacionales o internacionales. Se expresa en partidos (u otras organizaciones), en fuerzas sociales, en sindicatos. Mientras tanto en el cambiante magma cultural transcurren complejas interacciones entre las novelas, canciones, cambios de conducta producidos por cambios económicos (el que sube primero al ómnibus ya no puede cumplir la cortesía de pagarle el boleto a los amigos) entre las revistas de historietas, la industria del juguete (en interacción con la de dibujos animados), los álbumes de figuritas y los teatros (estos últimos terrenos de incidencia que la izquierda abandona en manos del sistema quizás por su visión habitualmente aristocrática del arte), con las formas de bailar, de comer (¡incorporaremos la rapidez del tiempo Mac Donald para deglutir?), de divertirse socialmente (¡oso-ooo...!).

Después de "tomar conciencia" de la dominación económica es en este espacio donde los hombres comienzan a comprender la mecánica cultural que la hace posible. Como ya se dijo no se trata únicamente de comprender o defenderse. Es en la práctica en donde se resuelve tanto la construcción colectiva de la identidad como de la propia visión crítica. La correcta articulación de la acción económica, política, cultural, va a marcar el resultado del proyecto global.

En cuanto al tema que nos ocupa y como lo dijo Corión Aharonián en su excelente libro: trabajando solamente en el espacio cultural no se ganan las batallas, pero la historia muestra que por su habitual descuido sí se pierden.

#### Notas

(1) Sello Ombé (perteneciente a la Federación Uruguaya de Casas Pueblo (FUCAP) - 1992. Montevideo- Uruguay.

Corión Aharonián es uruguayo, nacido en 1940. Compositor, musicólogo y docente, ha publicado muchos ensayos y artículos sobre estos temas, si bien ha privilegiado la comunicación oral como forma de militancia docente a través de seminarios, talleres y conferencias dictados en numerosos países de América, Europa y Asia. Han sido discípulos suyos varios de los más destacados creadores jóvenes de la música culta y popular del Uruguay. Hace más de dos décadas que Corión Aharonián está inserto militantemente en su realidad. Es uno de los tantos hijos de esta tierra que trabajan calladamente transformándose en referentes importantes por estar siempre presentes con su teoría y su práctica en actividades de utilidad social. Es cofundador:

- de los Cursos Latinoamericanos de Música Contemporánea (de los cuales se realizaron quince en distintos países a partir de 1971 en un intento de romper el aislamiento y la desinformación existente entre los músicos latinoamericanos).

- del Núcleo Música Nueva (dedicado desde 1966 a la difusión de la música culta del siglo XX).

- de la Sociedad Uruguaya de Música Contemporánea -SUNC- en 1967.

- de la Asociación Uruguaya para el Estudio de la Música Popular en 1969 (filial de la Asociación Internacional).

- de Ediciones Tacuabé - Ayuí en 1970, sello fonográfico que ha tenido una importancia incalculable en la grabación y difusión de música uruguaya.

En su libro encontramos reunidos una serie de artículos, entrevistas y charlas sobre la problemática de la cultura.

(2) "Conversaciones..." Pág. 3

(3) "Conversaciones..." pág. 5 y 6

(4) "Conversaciones..." Pág. 47

(5) "Conversaciones..." Pág. 7

## Yugoslavia: Socialismo o barbarie

por Virginia García Montecoral y Fernando Moyano

(Ponencia presentada en el Seminario Internacional sobre el nuevo orden mundial y el socialismo realizado en Rosario, Argentina, entre el 20 y el 22 de mayo de este año)

La orientación dominante en los análisis del colapso del socialismo real europeo, pretende ver la causa principal de todos los aspectos de este fenómeno en el stalinismo.

Yugoslavia es una variante que se aparta del modelo antedicho, pero vive sin embargo, la situación más dramática y salvaje de la región, como manifestación más llagada es el conflicto interétnico.

En el caso antes mencionado, estamos ante el cierre de una experiencia histórica clave para la comprensión de la revolución contemporánea, y es el momento de hacer un balance para sacar conclusiones para la acción.

Debemos ver, en primer lugar, si la experiencia yugoslava fue diferente a las del resto del socialismo real, y de serlo, en qué medida.

Ella no aparece desde el comienzo completamente estructurada, ni adelanta su proyecto a través de la teoría. Más bien va avanzando por un rumbo sinuoso, dado en las distintas situaciones por las que atraviesa su desarrollo.

La experiencia yugoslava nace

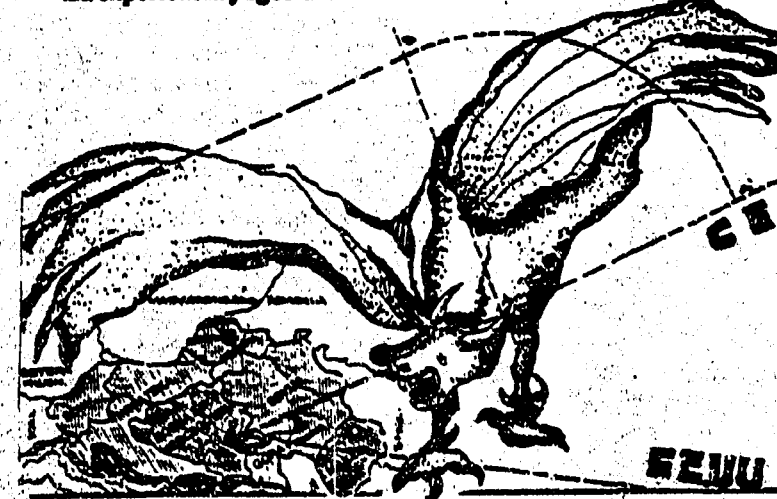
como un régimen pro-stalinista similar a otros de Europa del Este, aunque pautado por una mayor autonomía a partir de la guerra popular triunfante contra los nazis, con una mínima intervención del Ejército Rojo. Rotas las relaciones con el stalinismo (\*), producto tanto de la fuerza de las tendencias autónomas de los yugoslavos como de la rigidez hegemónica de la tiranía stalinista, define en los tempranos 50 su primer perfil: reprivatización parcial de la propiedad agraria, introducción de márgenes importantes de economía de mercado (aún con el mantenimiento de un sector estatal dominante), diferencias de remuneración a través de incentivos, apertura de la economía a la penetración imperialista, conformación de una política no alineada, no exenta sin embargo, de claras claudicaciones ante el imperialismo, comenzando por el abandono de la guerrilla griega. Es de este período también el inicio de la autogestión obrera en las empresas estatales. Veremos luego cómo, en los hechos, se trató de una gestión en manos de una minoría de ele-

mentos privilegiados en el seno de cada empresa, autonomía limitada por el sistema burocrático, como en el resto del socialismo real.

Acuciado por las contradicciones que este modelo desarrolla, el régimen yugoslavo toma, hacia mediados de los 60 la decisión crucial, tantas veces reclamada por algunos "reformistas" en la URSS y en Europa del Este: el mercado pasa a predominar sobre el plan; los fondos sociales de inversión son sustituidos por los créditos bancarios; la economía comienza a guiarse por la ley del valor del mercado mundial. El país vuelca su comercio hacia Occidente, y aumenta a su vez las deudas con la banca internacional. Los efectos se hacen sentir en lo social, con la resultante de la diferenciación creciente y el estallido de los conflictos.

El nivel de estos conflictos hace que en los 70 el régimen se vea obligado a pagar un Z viraje y frenar las "reformas". Pero el deterioro de la solidaridad social había llegado a un punto de no retorno, y frustrado el auge contestatario del 68, como en otros lados del mundo, la sociedad comienza un progresivo proceso de disgregación, que se

\* En 1947, Eugenio Gómez, Secretario General del PCU. Vuelve al país de un viaje por los nuevos países socialistas, con un libro llamado "Europa: Nuevo Mundo", listo para ser publicado. Acababa de salir a la venta cuando la noticia de la ruptura lo obligó a retirarlo de circulación: el libro dedicaba a Yugoslavia la principal atención, considerándolo el país que más había avanzado hacia el socialismo.





manifestarán particularmente a partir de la década siguiente, en el recrudecimiento de las contradicciones interétnicas e interregionales, que estallan con violencia y barbarie luego del desmoronamiento del socialismo real en la URSS y Europa del Este.

Entendemos que los rasgos estructurales de la formación social son similares en todos los países del socialismo real, incluyendo el "caso especial" de Yugoslavia:

1) Al ser producto de revoluciones anticapitalistas, las formaciones sociales guardan en su seno un equilibrio contradictorio entre tres tendencias de evolución: el socialismo naciente, el capitalismo que intenta restablecerse y el estatismo<sup>(1)</sup>.

2) Durante la mayor parte de este período, el estatismo es el modo de producción dominante.

Entendemos por tal un modo de producción estructurado e inestable, no previsto por la teoría marxista, caracterizado por la relación salarial entre los trabajadores y el Estado, la propiedad estatal de los medios de producción, la falta de control social real de los trabajadores y el dominio bonapartista de una capa diferenciada de trabajadores asalariados.

3) La utilización creciente - aunque no en ascenso lineal - de mecanismos de mercado, que terminan minando la estabilidad social.

4) La no superación de los límites del Estado nacional burgués. El proyecto socialista original es internacionalista, pero el "socialismo real" queda preso en sus fronteras.

Compartiendo estas características, Yugoslavia tiene la particularidad de ser el emergente de la zona, un verdadero laboratorio donde se experimentaron las cosas con anterioridad y con mejores

posibilidades de profundización y extensión, tanto por la autonomía en relación a la URSS como a la tradición político-cultural del pueblo yugoslavo. Por ejemplo las tres "A" (autogestión comercial, autofinanciamiento y autonomía contable), datan del año 65 en Yugoslavia. Son las mismas que tomará (al menos lo intentará) 20 años después la Perestroika gorbachoviana.

Esta condición de laboratorio vuelve también al presente su particularidad de haber sido, desde antiguo, frontera civilizatoria entre Oriente y Occidente, límite del Imperio Romano, entre bizantinos y turcos, entre éstos y los venecianos, entre Austria y Grecia, entre autrohúngaros e italianos.

La experiencia de autogestión y la política de no alineamiento, conforman sí particularidades dentro de su desarrollo.

La versión yugoslava de la autogestión obrera ha sido ensalzada por ser la única versión extendida de ésta, y una consigna general reivindicada ampliamente por el movimiento socialista. Sin embargo, no debemos confundir la reivindicación general con la aplicación particular.

La autogestión yugoslava es una forma de presentación del intento de "reforma" de más alto alcance en toda Europa del Este, que trata

de paliar los defectos crecientes de la planificación burocrática centralizada por medio de la concesión de márgenes de autonomía para el manejo de las empresas. La particularidad de esta forma surge de la necesidad de la burocracia política dirigente de ampliar la base social en función de la debilidad en que quedan luego de su ruptura con el stalinismo.

Pero a semejanza con otras experiencias "autonomistas", la gestión de las empresas, aunque en este caso se hiciese con la participación de los trabajadores, se subordina a la lógica de la dinámica capitalista que las reformas de economía de mercado implican.

Contrariamente a lo que sostiene el discurso demagógico dominante a lo largo y a lo ancho, pero especialmente entre los intelectuales de los países de Europa del Este, la introducción de mecanismos de economía de mercado no contribuyen a la democratización de la sociedad sino a su freno. Es más, esos mecanismos son incorporados para evitarla, y su incorporación, al crear crecientes desigualdades sociales con las subsiguientes resistencias, hace que los que propiciaron la libertad del mercado, se refugien en el autoritarismo (por ej. Polonia).

El resultado termina siendo una autogestión aparente en la cual

manejo real y el beneficio subyacente queda en manos de una élite burocrática y tecnocrática. También en este caso, la forma particular refleja un contenido común a todas las experiencias del llamado "socialismo real", caracterizado según Rudolf Bahro, Gabriel Labat y otros<sup>(2)</sup> por la explotación de los trabajadores manuales por los intelectuales.

En la lucha contra las tendencias mencionadas en las sociedades post-capitalistas (socialismo naciente, capitalismo, estatismo), la autogestión es un mecanismo de desarrollo posible al socialismo, entendido éste como el control social en la utilización de los medios productivos y del devenir social por los trabajadores. Sin embargo, el contenido de esta forma puede ser desvirtuado y utilizado en beneficio de la tendencia restauradora del capitalismo cuando se reduce a una microgestión fragmentada, se subordina a la lógica del mercado y no a la solidaridad social.

El conflicto interregional e interétnico es una manifestación de las contradicciones sociales ampliadas por el desarrollo desigual y la fragmentación social, que provocan las políticas reseñadas anteriormente.

La introducción de mecanismos de mercado implica las desigualdades propias del capitalismo también entre regiones, y alimenta la ideología "nacionalista".

Desde la década del 60, las diferencias internas, particularmente entre Serbia, Croacia y Montenegro no han hecho más que aumentar, y "los comunistas montenegrinos explican que la pobreza de los obreros se debe a la explotación de croatas y eslovenos"<sup>(3)</sup>.

Durante decenios, se supuso que el regionalismo o el etnocentrismo eran una rémora del capitalismo; pero esto no explica al presente el

recrudecimiento de estas tendencias ni su propia naturaleza, y desvía su real esencia. Para comprenderlas, hay que analizar las contradicciones propias del "socialismo real". Si el proletariado hubiese visto como propio el sistema de estas sociedades, la ideología nacionalista se desvanecería por sí misma.

El conflicto interregional e interétnico, con distintas intensidades, aparece en casi todos los procesos de descomposición del socialismo real en Europa del Este.

Las contradicciones interregionales son producto de un desarrollo desigual acentuado, que contribuye a la explotación de las regiones pobres por las ricas. La causa de este desarrollo desigual está en que, a través de las relaciones mercantiles, adquieren preeminencia sectores de trabajadores privilegiados que se benefician de la concentración de la inversión en sectores "modernos" en detrimento del desarrollo armónico de la economía.

El conflicto entre nacionalidades es la forma ideológica como los grupos dirigentes locales presentan la defensa de sus propios privilegios. Esto hace carne en las masas por el vacío de propuestas alternativas ante una situación que ven sin salida.

Apuntaremos ahora algunas conclusiones abiertas:

1) Yugoslavia forma parte del fenómeno histórico del socialismo real de Europa del Este. Los rasgos estructurales de todas estas formaciones son similares: aportan los mismos logros, sufren de las mismas enfermedades, mueren de la misma muerte. El país de Tito no configuró una herejía.

2) La incorporación del mecanismo de mercado, no sólo no solucionó ninguno de los problemas de estas sociedades, sino que los agravó, y fue factor determinante

de la restauración capitalista. "Perseguir la quimera que el socialismo pueda ser alcanzado con las armas melladas que nos legara el capitalismo... es correr el riesgo de entrar en un callejón sin salida"<sup>(4)</sup>.

4) La aparición de fenómenos regresivos - conflictos étnicos y religiosos, chauvinismos, etc. - manifiestan contradicciones sociales que el sistema cobija y desarrolla.

5) Yugoslavia, como laboratorio, fue un espejo donde se pudo ver con anterioridad lo que ocurriría en la zona. De la misma forma, adelanta cuál será el fin de la Humanidad si no avanza hacia el socialismo: un mundo de Mad Max o Terminator. La alternativa sigue siendo socialismo o barbarie.

6) La restauración capitalista ocurre por la degeneración interna del socialismo burocrático. La realidad dio la razón a la advertencia que "la manera más fácil de tomar una fortaleza es hacerlo desde adentro"<sup>(5)</sup>.

La vuelta atrás del proceso revolucionario no invalida lo positivo que tuvo el mismo para el desarrollo de la Humanidad: su audacia, su creatividad, sus logros. Cualquier análisis que se haga en ese sentido no puede perder ese norte.

La Historia habla de los errores de los hombres que hicieron, no habla de los que nada hicieron.

Montevideo, mayo de 1993.

Notas

- (1) Ver la obra de Samir Amin, por ej. "El desarrollo desigual", "La descomposición", etc.
- (2) Rudolf Bahro, "La alternativa", Alianza Ed., Madrid, 1979; Gabriel Labat, "El socialismo real", Tsa ed. Montevideo, 1990.
- (3) Gabriel Labat, "El socialismo real", Tsa ed. Montevideo, 1990.
- (4) Ernesto Guevara, "El socialismo y el hombre nuevo en Cuba", Ed. Política, La Habana, 1965.
- (5) "¿Es Yugoslavia un país socialista?", Partido Comunista de China, Ed. en Lengua Extranjera, Pekín, 1963.



# Paradojas rusas

por Yenia Dumnova

Antes de las elecciones de abril del 93 Yeltsin dio una entrevista a la BBC de Londres y sin inmutarse anunció que si los antiguos comunistas saboteaban los escrutinios (hay que entender: si ganan las elecciones), él y sus partidarios no van a tener en cuenta los resultados. En otras palabras, Yeltsin no tenía ninguna intención de perder el poder. Actitud, como podemos notar, muy democrática.

¡O yo -proclamó Yeltsin- u Octubre, la guerra civil, catástrofe! Y prometía por televisión, si le daban el voto de confianza, el oro y el moro: estabilización de la moneda (el pobre rublo, gracias a la inflación, ya casi no existe; hace dos meses un dólar costaba 500 rublos, ahora ya cuesta 780, en 1990 un dólar costaba 6 rublos), prometió a los despojados ahorristas indemnizar la pérdida total de sus economías de toda la vida, prometió comenzar grandes obras para contrarrestar el pavoroso desempleo. Esas promesas son poco confiables, porque él había tenido dos años las manos libres para promover estas bondades y no le dio por eso. Está obligado por la inestabilidad a fabricar la emisión de dinero a todo lo que da la inocente máquina. También en sus frecuentes apariciones televisivas, acusó de malas artes a los partidos comunistas y nacionalistas del Congreso.

Moscú estaba empapelado de consignas: Da, Da, Niet, Da, las decadas contestaciones del plebiscito, y debajo incontables retratos de Yeltsin. La televisión, sin interrupción, pasaba monótonas

entrevistas a los partidarios del presidente que le cantaban loas y amenazaban a los votantes, si no lo votaban, con un derrumbe total y la caída a un abismo insondable. Jureban que la economía había llegado a un punto culminante y que desde ese momento empezaba a sanearse y a enderezarse. También en busca de votos inocentes, en la TV apareció Yeltsin filmado en un pequeño y modesto apartamento con su hija y su mujer al lado, truco ridículo, porque ya tiene varias dachas y apartamentos suntuosos adornados con cuadros de museos. Para atrapar a los jóvenes organizó un monstruoso, por su tamaño, concierto de rock, y por las dudas triplicó el sueldo de los militares.

La oposición no tenía tanta suerte, no tenía o tenía muy poco desde donde contestar. Los diarios opositores Sovitskaia Russia y Pravda (comprada para salvarla por comunistas griegos en agradecimiento por la ayuda y amistad en el pasado) tienen muy limitado el papel para imprimirse. La oposición no podía contestar ni los juguetos sucios cometidos por la TV, que es gubernamental, como por ejemplo, un collage fabricado sobre Ruslan Jasbulatov, presidente del Congreso, que en el pasado también había sido promovido por Yeltsin, en el que con mala intención le tergiversaban sus dichos intecalando y recortando sus palabras, haciéndolo aparecer como una persona desagradable, fanfarrona y mentirosa, subrayando para los chauvinistas que Jasbulatov no es ruso sino abjasio, del Cáucaso.

Jasbulatov acusó a la televisión estatal de hacer propaganda al estilo de Goebels. El occidente tampoco se quedó atrás siguiendo estas triquiéculas, llamando, al estilo de Orwell, a los de Yeltsin, izquierdistas y progresistas, y a la oposición comunista, conservadores y reaccionarios, un burdo cliché requeterrepetido que no corresponde a la realidad.

Insisten en que en el Congreso electo en 1990, bajo el viejo régimen, 90% de diputados pertenecían al partido comunista, afirmación que es verdadera. Pero también el mismo Yeltsin era entonces miembro del Comité Central del PCUS y todos los hombres del presidente, empezando por Gaidar, que en marzo voló como primer ministro, Poltoranin, Burbulis, Chernomyrdin (Premir actual), el ministro de Defensa, Grachov, y cientos y cientos más pertenecían al partido y todos ocupaban altísimos puestos.

Bra la misma nomenclatura que dejó a Gorbachov sin partido, porque tenían que la glasnot y las elecciones sin presiones desde las alturas los podrían dejar sin sus poltronas, sin sus privilegios y sin poder. Ellos en el momento oportuno tiraron sus carnes del partido y en un abrir y cerrar de ojos se mutaron en entusiastas procapitalistas, demostrando con su hipocresía qué podredumbre existía en ese desgraciado partido.

También es verdad que en el Congreso hay algunos nostálgicos del viejo sistema, ¿cómo no los iba a haber? Pero este grupo es muy minoritario. Es que en las elecciones de mayo de 1990, cuatro meses después de la caída del muro de Berlín, los electores dieron sus votos a los "comunistas demócratas" que estaban en la oposición. Así es que en el Congreso actual, los diputados presentados como sinistros comunistas eligieron a Yeltsin como presidente del Soviet Supremo y agregaron unas enmiendas a la Constitución que permitieron a Yeltsin, por la mayoría de dos tercios, presentarse a las elecciones generales para Presidente de Rusia. Y este mismo congreso le dio luz verde para gobernar a puro decreto durante dos años, hasta 1993.

Este idilio se quebró por el estrepitoso fracaso de la política económica recomendada por los equipos de Harvard y del FMI, que decidieron, bendecidos por las alturas, que no hay que dejar piedra sobre piedra en el modo de vida socialista y que sería muy conveniente hacer saltar la economía en aflicción.

Los consejos de estos benefactores a Gaidar eran los siguientes: cortar créditos a las industrias, despedir obreros, y cerrar 30, 60 o hasta 90% de las fábricas y las industrias, y no preocuparse más de la política. En otras palabras, dejar millones y millones de ciudadanos en la calle, en desocupación permanente. Este sabio consejo lo adoptó Yeltsin sin pestañear en su ambición desmedida, y empezó a cumplir los consejos de Jeffrey Sachs y del FMI, teniendo delante de la nariz la zanahoria de la ayuda, inmediata aplicación de la economía de mercado, paso acelerado a la propiedad privada, libre cambio de divisas, privatización total de industrias del Estado, pequeñas y grandes, abandono total de las leyes sociales remanentes en la URSS, autogestión en materia de cultura. Demolición total.

El colapso de la producción no

se hizo esperar: decayó en 22%. Para mostrar qué desastrosa es esta cifra pueden recordarse los infaustos años de la crisis en los Estados Unidos, entre 1929 y 1933, cuando la producción cayó 21%. En 1992 las inversiones cayeron en Rusia 48%. El mercado libre funciona sólo en pequeña escala. Es absolutamente corrupto, y contribuye al desarrollo del crimen organizado. Aparecieron millonarios y multimillonarios, que tienen un poder de compra casi ilimitado. No se sabe dónde termina la mafia y dónde empieza la nomenclatura. Estos nuevos ricos son la base social de Yeltsin. Existe tal caos que es imposible proponerse hacer algo sin violar las leyes pero esto ya a nadie le importa. Hay mafia en grande que vende al extranjero metales no ferrosos, material fisionable, diamantes, oro y mafia en pequeño. Todos los kioscos, todas las tiendas y butiques privadas pagan un tributo a los bribones que los "protegen". Lo mismo hacen los taxistas. De lo contrario, no les es posible trabajar. Así hacen las prostitutas y prostitutos. Y los mismos bribones pagan a otros bribones. Las divisas obtenidas en forma ilegal pasan sin impedimento al extranjero, a bancos de Suiza, Londres, etc.. Y, según informa The New York Times, ya llegaron a 24 mil millones de dólares.

En Rusia, al lado de las tiendas de compra-venta hay permanentes colas de quienes venden su par de zapatos nuevos, un portafolios, una lámpara de porcelana, etc.. Al lado de iglesias, en el Metro y en los pasillos subterráneos está lleno de mendigos; niños rodean a los extranjeros pidiendo; en las escuelas los escolares preguntan para qué van a estudiar si no hay ninguna profesión que dé ganancias. Los intelectuales, los músicos, los bailarines, los científicos, se van del



país a los Estados Unidos, a Europa, a Sudáfrica, a Australia, es una huida de cerebros. El país que tanto protegía a la cultura, los museos, los teatros, las bibliotecas, ya no tiene dinero ni ganas de sostenerlos. En Moscú es difícil, casi imposible, encontrar una película rusa. Casi todo lo que puede verse son films de los Estados Unidos, de tercera categoría, de violencia y crímenes.

Los diputados centristas vinculados con la gran industria, que secundaron la ascensión de Yeltsin, forman la Unión Cívica, creada por tres partidos dirigidos por Rutskoy, Travkin y Volsky, que al ver qué terrible amenaza pende sobre Rusia, rompieron con el presidente. Yeltsin trató de conquistarlos prometiéndoles hacer algún ajuste en su política económica y en sus relaciones internacionales. Pero no los pudo convencer. "Es demasiado tarde para corregir la línea económica, - les respondió Rutskoy - es necesario cambiar radicalmente. Toda nuestra economía está construida en torno a nuestras usinas gigantes. Si ellas sucumben, esto provocará inevitablemente una explosión social".

El 23 de marzo del corriente año el parlamento propuso al Congreso de Diputados del Pueblo celebrar una reunión especial para destituir a Yeltsin y nombrar en su lugar al vicepresidente, Alexander Rutskoy.

Alexander Rutskoy, de 45 años, un general de aviación con espléndidos bigotes, héroe de Afganistán, dos veces derribado por los mujajidines, salvándose en paracaídas, creyente ortodoxo, no sólo tenía el puesto de vicepresidente del país sino también de presidente de la Comisión que se ocupa de la lucha contra la corrupción. Antes del plebiscito, el 16 de abril, acusó al gabinete de Yeltsin de corrup-

ción, a Barbulis, a Gaidar, al ministro de Defensa, Gral. Grachov, que parece que vendió materiales militares estratégicos al extranjero, y a Anatoly Chubais, jefe del programa de privatización y venta de empresas estatales y municipales; acusó al gobierno de coleccionar coimas y de vender propiedades en forma nada clara. "Y -dijo Rutskoy- es sólo la parte del iceberg. La Comisión contra la corrupción tiene una lista de siete mil abusos de la privatización, que pueden considerarse criminales". Sólo en Sverdlovsk (la comarca de los Urales donde Yeltsin era secretario general del Partido) se exportaron ilegalmente metales no ferrosos por la suma de 3.500 millones de dólares, y el gobierno estaba presionando a la Comisión para detener la investigación.

Inmediatamente Rutskoy, en lugar de ser felicitado por su labor tan útil, fue destituido de la presidencia de la Comisión de Lucha contra la Corrupción, y Yeltsin se nombró a sí mismo en ese puesto, diciendo que había sido una equivocación garrafal de su parte nombrar a Rutskoy como vicepresidente, y le quitó el automóvil, la guardia personal y hasta su médico particular.

En el Congreso se dijeron muchas cosas nada halagadoras, como que hizo un genocidio económico contra el pueblo, que convierte a los rusos en mendigos, que el gabinete de Yeltsin es un colectivo Rasputín, que está cumpliendo órdenes del extranjero y que tiene que renunciar y ser deportado a la Isla de Santa Elena, como Napoleón.

Ahora se votó el plebiscito y ganó Yeltsin, a pesar de la inflación, la corrupción y la economía moribunda. Obtuvo 58% de las personas que votaron. Revolví muchos dia-

rios en bibliotecas, inglesa, francesa y española, pero no pude encontrar el número de abstencionistas. Se dice que son cerca del 40% de habitantes de Rusia que perdieron totalmente la fe en la política y no quieren saber nada en su lucha cruel por sobrevivir.

Yeltsin canta victoria, y como primer acto de democracia tiró un decreto que prohibió la celebración del 1º de Mayo en la Plaza Roja, el festejo primaveral más querido por los habitantes de la Unión Soviética durante setenta años. Pero pese a la prohibición muchos llegaron como siempre con flores y sus paquetitos de comida para merendar en la rambla del Río Moskova después de la manifestación. Fueron cruelmente reprimidos por la nueva policía antimotines. El resultado fue 600 heridos. Por la TV todo el mundo pudo ver cómo dos "marcianos" cuadrados con casco y una especie de coraza, pagaban con ganas por la cabeza a un pobre viejo intelectual, indefenso, flaco, perplejo, con el paquetito de la merienda en la mano. No podía creer lo que veían mis ojos. El pobre viejo tampoco podía creer. Yeltsin dice que era una provocación. ¿Es provocación celebrar el 1º de Mayo, el Día de los Trabajadores? Una demencia fascista.

Ahora Yeltsin quiere promover una nueva Constitución y crear un régimen personal, a pesar de que el Congreso se opuso a la Constitución a lo Yeltsin. Hay un riesgo de poder personal absoluto, y la joven, tímida y sí que incierta democracia rusa está en peligro. Pero los rusos, como siempre dicen chistes. Este es uno de los más escuchados:

—¿Qué pudo hacer el capitalismo en sólo dos años, que no habla podido hacer el comunismo?

—Demostrar que el comunismo era una buena cosa.

# El marxismo: teoría y realidad

(Sobre el artículo "Marxismo vs. marxismo", de Fernando Moyano, publicado en Alfaguara N° 2, abril-mayo de 1933)

por Juan Carlos Venturini

El esquema básico del artículo "Marxismo versus marxismo", del compañero Fernando Moyano, es que hay una contradicción insalvable (en el sentido de que "no puede dejar de estar presente") entre el marxismo como teoría revolucionaria y el marxismo como movimiento político práctico.

De acuerdo a este esquema, teoría y práctica aparecen separadas, enfrentadas, sin que quede claro cuál es la mediación, la unidad dialéctica, entre ambas. Pero uno de los postulados básicos del marxismo es precisamente la unidad dialéctica entre teoría y práctica, unidad que suele englobarse en la noción de "praxis".

Como para el marxismo no se trata solamente de interpretar el mundo sino de transformarlo, el conocimiento, la teoría, aparece como un momento o un aspecto de una actividad práctica revolucionaria. Esto a diferencia del idealismo y de todo el pensamiento filosófico anterior. A su vez, la práctica concebida como actividad crítico-práctica, revolucionaria consciente, es decir de un modo subjetivo; esto a diferencia del materia-

lismo vulgar que sólo capta la práctica "bajo su sucia forma judaica de manifestarse" y que sólo considera como auténticamente humano el comportamiento teórico. (Marx, "Tesis sobre Feuerbach").

Por eso la "investigación teórica" marxista no puede concebirse como separada del movimiento de lucha anticapitalista, por el comunismo. La teoría marxista no es más que la teoría de la revolución social contra el capitalismo. El único "criterio de verdad" para el marxismo es la práctica. "Es en la práctica donde el hombre debe demostrar la verdad, es decir, la realidad y el poder, la terrenalidad de su pensamiento". (Marx, *Idem*).

En todo el artículo comentado hay, creo, una concepción defectuosa, por unilateral, tanto de la teoría como de la realidad. Se afirma por ejemplo que el marxismo "es una construcción conceptual, una teoría" "y es también una realidad empíricamente dada, un conjunto de corrientes de pensamiento y movimientos políticos actuantes, que hacen referencia a la teoría marxista, que legitiman o intentan legitimar su actuación a partir de esta teoría" (negritas nuestras). Una cosa es el marxismo como teoría y otra cosa es el "marxismo realmente existente". Por un lado el marxismo como "teoría y proyecto". Por otro lado el "marxismo real" que es el resultado de la aplicación de ese proyecto a la realidad.

Con esta idea se concluye que "el fenómeno político y social estalinista y su tipo particular de

construcción teórica" "es (todo él) un derivado del amplio proceso de la revolución obrera de nuestro tiempo, tal como ocurre un derivado degradado". Agregando que "la revolución obrera real no puede dejar de tener derivados degradados" (1) y que "toda realización práctica se aparta del proyecto".

Nos apresuramos a puntualizar que consideramos al estalinismo como un derivado de la contrarrevolución burguesa a escala mundial que, en las décadas del 20 y del 30, frenó primero y luego derrotó el ascenso revolucionario desarrollado como consecuencia de la primera guerra mundial, y del cual la revolución rusa fue la única experiencia triunfante dentro de un rosario de levantamientos e insurrecciones derrotadas. El reflujó de la revolución, su aislamiento, la desmoralización de las masas, posibilitaron el ascenso de un burocracia reaccionaria y parasitaria. El estalinismo en Rusia fue la expresión de un movimiento de reacción política asentado sobre la base de una economía estatizada; no es un derivado de la revolución sino de la derrota de la revolución. El estalinismo es la realización práctica de una contrarrevolución burocrática, primer paso hacia un camino de restauración capitalista. Trotsky planteó correctamente el dilema en los años 30: o las masas derrocan a la burocracia o la burocracia abre un camino de restauración capitalista. Yeltsin ha completado el camino reaccionario iniciado por Stalin.



Pero no es ésta la discusión fundamental sino la premisa teórica que la fundamenta: la mentada contradicción (en rigor, habría que decir contraposición) o alejamiento entre teoría y realidad.

#### Realidad de la teoría y teoría de la realidad.

Siguiendo la crítica de Marx a Fenerbach tenemos que decir que en el artículo la realidad es captada solamente como objeto, como realidad objetiva, no como actividad humana, no como práctica, es decir no de un modo subjetivo. Al mismo tiempo la actividad humana es concebida sólo de un modo subjetivo, como ajena a la realidad, no como una actividad objetiva.

Por un lado la realidad aparece exenta de ideas, prejuicios, convicciones, ignorancia o sabiduría; es decir exenta de acción y pensamiento de la gente. Por otro lado la teoría no forma parte de la realidad; se "formula" y luego se "lleva a la práctica" donde da un resultado lógicamente distinto al previsto. Comenzaremos por este último aspecto.

a) Realidad de la teoría: La teoría también forma parte de la realidad. La teoría revolucionaria es la reformulación y asimilación de la experiencia de la lucha de clases. Esta asimilación, esta experiencia, esta tradición, juegan un rol de primer orden en la estructuración y organización de la lucha cotidiana de los trabajadores, y decisivo en los momentos de crisis revolucionarias. Es decir que la teoría incide y transforma permanentemente la realidad. Esta realidad no es fija, está en movimiento, es maleable; la teoría forma parte de ella y la transforma y, a su vez, la experiencia, la práctica, enriquece y transforma la teoría.

La realidad de la lucha de clases está constituida por un entramado

inseparable de factores objetivos y subjetivos que se influyen y determinan mutuamente. En la derrota de la huelga General del 73 fue decisivo el rol de las direcciones que habían apostado a una confluencia con los militares "progresistas"; a su turno, esa derrota aparece como un factor objetivo que condiciona toda la lucha posterior. La asimilación correcta o incorrecta de esa derrota interviene, en su momento, como factor subjetivo para organizar la lucha siguiente.

Es típico de las direcciones y corrientes oportunistas y burocráticas absolutizar las "condiciones objetivas" o la "correlación de fuerzas" para negarse a acaudillar las luchas decisivas contra el capital; por el contrario son propensas a marcar el paso en el mismo lugar, táctica desmovilizadora a la que suelen llamar "acumulación de fuerzas" o aún "acumulación de conciencia". Cuando esta orientación conciliadora (factor subjetivo) conduce a la derrota y al reflujo del movimiento se esgrime nuevamente esta situación objetiva para fundamentar una política de colaboración de clases.

Esta ha sido, aproximadamente, la experiencia recorrida por el movimiento sindical uruguayo desde el 85 hasta la actualidad. Lo esencial en esta evolución fue la política de las direcciones mayoritarias de apostar a la consolidación de un régimen de dominación democrático burgués ("governabilidad"), y a la postergación de las aspiraciones sociales y democráticas de las masas cuya realización exigían la implementación de un plan de lucha unitario contra el gobierno democrático burgués y su consiguiente "desestabilización". Sin tener en cuenta esta realidad de la teoría, esta incidencia de la política de un dirección conciliadora por ejemplo, la "realidad" aparece

chueca, incomprensible o distorsionada.

b) Teoría de la realidad: La realidad también está integrada por las ideas, ilusiones, prejuicios y convicciones de las masas populares, es decir, por las representaciones que éstas se hacen de su propia situación. La teoría revolucionaria deviene fuerza material cuando encarna en el pensamiento y en la acción de los hombres. Pero para que ello ocurra la corriente revolucionaria debe tomar especialmente en cuenta el grado de conciencia y aún el estado de ánimo de las masas. Las consignas, las propuestas, los métodos de lucha, deben estar al servicio de la preparación de los trabajadores para las luchas decisivas, para que puedan arribar por su propio aprendizaje y experiencia de lucha a la conclusión de la necesidad del cambio revolucionario. Esto es lo que olvidan los dogmáticos sectarios que se contentan con repetir los objetivos generales sin ver la necesidad de levantar las reivindicaciones mínimas y transicionales e impulsar las luchas parciales para animar y extender el movimiento. La lucha teórica, el debate ideológico, tienen sentido porque forman parte de la clarificación imprescindible para promover y organizar el movimiento de lucha práctico de las masas. La teoría revolucionaria es una verdadera teoría de la realidad; analiza la totalidad concreta que la integra, con sus múltiples tendencias contradictorias y define una política, un sistema de intervención crítico-práctico, para modificarla, incluyendo en esta realidad a modificar el grado de conciencia de los trabajadores.

Hasta hoy se ha hablado mucho de la capacidad de resistencia y recuperación del capitalismo, pero se ha hecho poco hincapié en que éste pudo sortear colosales crisis

revolucionarias en este siglo, y obtener así nuevas oportunidades de supervivencia y desarrollo, gracias a la política colaboracionista de las principales direcciones obreras; en definitiva, gracias a la debilidad política y teórica del proletariado.

#### Marxismo, ¿ciencia, ideología?

La teoría marxista como crítica de la sociedad capitalista se concibe como primer momento de un movimiento práctico revolucionario. No se proclama como fundadora de una nueva "ciencia" o de una nueva "filosofía" o "ideología". La crítica teórica al capitalismo puede a la crítica práctica, a su derrocamiento, pero forma parte de una misma acción histórica revolucionaria; por eso Marx hablaba del "arma de la crítica" y no la imaginaba de una naturaleza distinta a la "crítica de las armas".

Lo peculiar del marxismo es, no que funda una nueva ciencia, sino que liquida a la ciencia capitalista por excelencia, la economía política; por eso *El Capital* se subtitula "*Crítica de la economía política*" y resulta un contrasentido hablar de una economía política "marxista" o "socialista".

Tampoco funda el marxismo

una nueva filosofía o ideología, mas bien termina con las filosofías o ideologías anteriores en el sentido de, meras interpretaciones del mundo y la realidad. El marxismo se propone explícitamente transformar la realidad tal cual la encuentra en la sociedad capitalista. No es mera filosofía o ideología sino una teoría revolucionaria crítico-práctica.

En el artículo se sugiere que el marxismo es una ciencia y también una ideología cometiendo, en mi opinión, un doble error.

Se define a la ciencia como "*una actividad social productora de conocimiento*", afirmación tan genérica y ambigua que la literatura y todas las artes, los mitos y todas las ceremonias religiosas y rituales, la caza, la pesca, la agricultura y la ganadería, en definitiva toda actividad social sería al mismo tiempo ciencia porque no existe actividad social que no sea, al mismo tiempo, productora de conocimiento.

Lo que acota el terreno de lo que es o no ciencia es que el conocimiento reunido, comprobado por la práctica y la experimentación, está articulado en una teoría o doctrina coherente que puede hacernos prever con exactitud el comportamiento de los elementos o parcela de la realidad que estudiamos y manipulamos. Que el calor dilata la materia es una afirmación científica y fiable, válida para cualquier circunstancia. Las afirmaciones del marxismo son de otra índole, no establecen leyes inexorables sino tendencias, no pronostican fenómenos inevitables sino posibilidades, donde la acción y subjetividad humana se tornan factores determinantes y decisivos. Por eso, por su apelación sistemática a la conciencia, a la acción y a la responsabilidad subjetiva, por su alto contenido ético en defensa de

la verdad, de la justicia y del humanismo, al marxismo se lo podría llegar a considerar más cercano del arte que de la ciencia. Sólo en un sentido metafórico puede hablarse del marxismo como "ciencia de la revolución" o como "análisis científico de las relaciones de producción capitalista"; en todo caso se trata de una "ciencia" perfectamente acotada históricamente; corresponde a la época del capitalismo y de la revolución proletaria; el marxismo no existirá en el comunismo.

Los intentos de proclamar al marxismo como una ciencia han procedido generalmente de los defensores de la autoridad arbitraria, que tiende a restringir el terreno del debate, de la crítica y de la responsabilidad individual. Si la historia estuviese regida por leyes científicas, si existiese "*una marcha ineluctable hacia el socialismo*", como afirmaba Stalin, las críticas a las aberraciones de su régimen podrían ser combatidas en nombre de la ciencia, y los mandatos inapelables de la burocracia dirigente justificados por la marcha de la Historia (con mayúscula). Althusser, una de las últimas variantes de esta monserga conservadora, creyó descubrir que el gran aporte del marxismo era el de haber dado nacimiento a una nueva ciencia: precisamente la ciencia de la historia. Al mismo tiempo inventó una categoría novedosa: la *práctica teórica*. Ambos subterfugios libran al marxismo de su terreno específico: la crítica teórico-práctica a la sociedad capitalista. Con esta concepción, el intelectual marxista corre el peligro de transformarse en un mero "cientista" social sometido a la corroboración de su propia "*práctica teórica*" académica o de laboratorio, y quedar desligado de la responsabilidad de contribuir a estructurar un movimiento revolucionario práctico.



## Ideología, proyecto revolucionario.

En el artículo se afirma que el marxismo es también una ideología por ser "un cuerpo conceptual destinado a organizar una lucha social determinada, a legitimar, o intentar legitimar, apoyándose en el estatus de esa teoría, la acción de movimientos políticos concretos, direcciones políticas, liderazgos, representaciones y usurpaciones (¿?)".

La aseveración encierra dos ideas contrapuestas. La primera parte alude al marxismo como teoría de la revolución socialista, la segunda (legitimizar ..., etc.) a la mistificación ideológica del marxismo, a la transformación del marxismo en una ideología tendiente a legitimar la acción de las corrientes oportunistas y burocráticas.

Por eso se debe considerar al marxismo como una verdadera contraideología tendiente a desmistificar el estatus y la autoridad teórica, académica y científica de los ideólogos burgueses y oportunistas, contribuyendo a desvelar los ojos de las masas trabajadoras de los prejuicios ideológicos y religiosos que las someten al orden existente, preparando y mejorando su capacidad de combate. Son precisamente los ideólogos de las direcciones burocráticas y oportunistas del movimiento de masas los que han inventado la "ideología marxista", el "materialismo dialéctico", el "marxismo-leninismo". Las apelaciones a la autoridad de la ideología se realizarán, a partir de entonces, para legitimar una práctica antirrevolucionaria, como es el caso de la socialdemocracia y el estalinismo.

En el artículo comentado se interpone entre teoría y práctica un tercer elemento que no se alcanza a definir con claridad: el *proyecto revolucionario*. Este proyecto

aparece casi como sinónimo de teoría cuando se dice que "toda realización práctica se aparta del proyecto". En cambio cuando se afirma "si no hay movimiento revolucionario, sin teoría revolucionaria, tampoco lo hay sin proyecto revolucionario", el proyecto aparece más cercano a una realización práctica, a un "modelo" a seguir o conquistar.

Creo que lo que hay que remarcar es que el "proyecto" revolucionario o socialista o comunista nunca existió en Marx. Respecto a la futura sociedad socialista o comunista apenas esbozó consideraciones generales; toda su labor se concentró en la crítica al capitalismo y en el análisis de la lucha de clases contra él. Esto tiene que ver con el razonamiento profundamente antiideológico de Marx que siempre rehuyó de las fórmulas a priori y, por el contrario, esperó que la propia experiencia de la lucha de clases fuese indicando y precisando las formas políticas del nuevo poder revolucionario, así como las formas de organización y los métodos de lucha.

No existe el "marxismo realmente existente".

Asistimos a la debacle de los grandes aparatos políticos originados en la clase obrera: el estalinismo y la socialdemocracia. La realidad ha demostrado que se trata de corrientes enfrentadas a la revolución socialista en aras de los intereses de la aristocracia y burocracia obreras que representan, agentes de los intereses de la burguesía en el seno de las organizaciones de masas. Son sí genuinos productos de la lucha de clases, direcciones corrompidas y cooptadas por la burguesía hacia sus filas en su lucha por la defensa del régimen social de explotación. Ubicar a estas corrientes dentro del campo del

marxismo es contribuir a la confusión; revolucionarios y enterradores de la revolución no están en el mismo campo; Rosa Luxemburgo no se ubica junto a su asesino Noske, aunque ambos se reclamaran marxistas y socialistas, lo mismo Andrés Nin y sus asesinos de la GPU. El "marxismo realmente existente" es una entelequia que no tiene nada que ver con la realidad. Se trata de una idea confusa que empeora la equivocada noción anterior de "socialismo real" (que se ha demostrado como el más irreal de los socialismos).

Creo que el origen del error es un abordaje "objetivista" de la realidad. Hay que restablecer jerarquía de la subjetividad, del debate, del espíritu crítico y de la responsabilidad individual, en todos los órdenes de la teoría y de la práctica marxista. Una gran lección que está en plena asimilación es que las organizaciones pueden trastocarse de herramientas de lucha en instrumentos de coerción, de parálisis y de derrota. La absolutización y deformación de los criterios leninistas de organización exigen una reformulación drástica.

La acción subjetiva, revolucionaria, de una teoría o de una corriente aún pequeña pero con las ideas claras, puede provocar milagros y torcer el curso de una acción histórica. Hacen falta claridad, lealtad y fidelidad a los objetivos revolucionarios.

La gran tarea es la asimilación crítica de la experiencia de las corrientes obreras oportunistas y burocráticas, una comprensión teórica de las razones de su surgimiento, dominio y descomposición, así como una política práctica para desalojarlas de la dirección del movimiento de masas.

2/5/93

# Ecología versus capitalismo

por Luis Sanguinet

El festejo oficial de los 500 años de la invasión europea provocó voces de rechazo: por el genocidio pasado y por la discriminación actual; por el encubrimiento y la destrucción de las culturas "indias" y la destrucción actual que acentúa el "subdesarrollo" dentro del funcionamiento del sistema capitalista internacional. Y 1993 fue declarado por las Naciones Unidas "Año Internacional de los Pueblos aborígenes del Mundo".

Y 1992 fue también el año de la reunión "cumbre" de Río de Janeiro sobre Medio Ambiente y Desarrollo, respuesta oficial al desarrollo de una conciencia ecológica a escala mundial, ante la amenaza a la sobrevivencia de la humanidad y de la vida sobre la Tierra, producto de una actitud irresponsable de los poderosos, no solidaria con "los otros" seres humanos ni con la naturaleza.

La reunión de 170 gobiernos fue precedida por la "limpieza" de la ciudad de cientos de miles de pobres sin hogar que deambulan y duermen en las calles. A la vez, se reunieron 48 corporaciones transnacionales, una Cúpula Parlamentaria de la Tierra, delegados de los Partidos Verdes, 500 aborígenes de todos los continentes, y el Foro Global o "Cumbre Alternativa" de 3.521 organizaciones no gubernamentales de 178 países. La reunión oficial concluyó con declaraciones sobre protección al ambiente y la pobreza, y recomendaciones genéricas, que han sido denunciadas como ineffectivas por las reuniones alternativas.

En abril de 1993, un joven mapuche, delegado a una conmemoración de la matanza de Salsipuedes (11 de abril de 1831), realizada en La Paz, departamento de Canelones, expresaba combinando pasado y presente:

"Los europeos dicen que adorábamos las piedras; no adoramos las piedras, las respetamos, convivimos con ellas porque somos parte de la naturaleza. Nosotros tenemos una ley universal, cósmica: el orden de la naturaleza; practicábamos y practicamos una ecología social, una economía de igualdad, sin hambre; trabajamos la poca tierra que tenemos. No éramos ni somos dueños de la tierra: habitamos la tierra".

La concepción de la existencia del aborígen se basaba en su práctica de vida, y el conquistador europeo midió sus sentimientos solidarios con su ignorante e intolerante

te vara religiosa, para justificar la esclavización y el genocidio.

Exponiendo esa misma concepción ecológica social, el jefe "piel roja" suwamish, Seattle, se dirigía en 1854 en una carta al presidente Pierce:

"Todas las cosas están entrelazadas entre sí. Lo que acontezca a la tierra acontecerá también a sus hijos (...) Porque sabemos que la tierra no pertenece al hombre: es el hombre quien pertenece a la tierra. Todas las cosas están conectadas entre sí, como la sangre que une a una familia (...) El hombre no creó la trama de la vida, es tan sólo uno de sus hilos. Lo que haga a la red, se lo hace a sí mismo. (...) He visto a miles de búfalos pudriéndose, muertos a tiros desde el ferrocarril. Soy un salvaje y no comprendo cómo puede importar más el caballo de hierro que el



25

búfalo, al que sólo sacrificamos para vivir."

Las comunidades primitivas vivían dentro del equilibrio ecológico (equilibrio natural entre los seres vivos y su ambiente) y en la solidaridad humana. En la Banda Oriental, el ganado introducido por los españoles pudo reproducirse y llegar en 1.680 a unos 5 millones de vacunos, porque los guaraníes y charrúas atendieron conservarlos: si no, en pocos días habrían exterminado a los 200 vacunos de Hermandarias.

En cambio la cultura judeo-cristiana partió de una concepción consagrada en la Biblia y que sirvió a los regímenes de dominación: Jehová, tras crear a los demás elementos, creó al hombre para que se enseñoreara sobre ellos. Con esta concepción "occidental" el ser humano fue segregado de la naturaleza, y el conquistador incluyó en ella a sus habitantes; y las sociedades comercial y capitalista depredaron recursos procurando la ganancia rápida.

En su acumulación primitiva y en su primera época, el capitalismo fue particularmente brutal: en América, el trabajo en minas y plantaciones, los castigos y las enfermedades introducidas abatieron a la población "india" en 150 años, desde los 90 millones que menciona fundamentalmente E. Galeano o de los 45 millones que estimaba P. Rivet, a 3 millones de "indios" y 10 millones de mestizos. Además, en tres siglos fueron cazados y extraídos para América unos 100 millones de africanos; y en su nuevo destino la mayoría duraban pocos años. En Europa expropiaron y proletarizaron a los campesinos, impusieron jornadas extenuantes a los asalariados hombres, mujeres y niños; su exterminio fue impedido por la resistencia sindical.

Los marxistas hemos considerado al capitalismo en su fase ascendente como agente del progreso: científico, técnico, de las fuerzas productivas; y destructor en su fase decadente.

La primacía del rol depredador, contaminador, marginador social y destructor de fuerzas productivas se ha hecho evidente con los efectos alarmantes de su funcionamiento: el deterioro de la capa de ozono (ahora también en el hemisferio norte) efecto de los compuestos Clorofluorcarbonados (CFC), que deja paso a radiaciones ultravioletas nocivas a la vida y provocadora de cáncer de piel; la acumulación de dióxido de carbono que provoca el efecto invernadero; el talado acelerado de las selvas que desertiza el clima (y la reforestación monoespecífica en el Tercer Mundo); el exterminio de especies afectando la biodiversidad; el uso de océanos como basurales (de petróleo, desechos tóxicos, químicos, radioactivos, metales y compuestos orgánicos), lagos y mares muertos (por sustancias químicas, y consiguientes plantas acuáticas que consumen el oxígeno, mueren y se descomponen), ríos contaminados con residuos industriales, urbanos, domésticos y plaguicidas, alimentos contaminados por agrotóxicos, radioactividad en la atmósfera, lluvias ácidas con anhídrido sulfuroso y otros gases...

Pero el capitalismo no ha cambiado en esencia, objetivo y valores: es una misma obra que culmina agotando recursos, deteriorando el ambiente y marginando trabajadores. Su desarrollo ha sido desigual y ambivalente, ha tenido siempre una cara destructora. La ciencia ha negado las prácticas puramente empíricas; la medicina comercializada es esencialmente curativa, no preventiva y apelante a las defen-

sas orgánicas; la técnica se ha aplicado en pos de la ganancia capitalista y para la guerra; las relaciones humanas se comercializaron, los seres humanos han sido objetos a explotar, la naturaleza recursos a consumir; el abanico de ingresos se ha abierto más y más entre las clases sociales y los países... Las comodidades materiales, los servicios sanitarios, el conocimiento, no han sido para todos.

Por su parte la burocracia de los estados postcapitalistas frustró una esperanzante experiencia de planificación, que debió ser democrática y ecológica.

La actual tecnología (técnicas con base científicas) es marginadora de trabajadores; la biotecnología aumenta la producción agrícola pero no mejora la calidad de vida con inserción en la naturaleza. En esto la carta de Seattle era profética:

*"Sabemos que el hombre blanco no comprende nuestro modo de ser. (...) La tierra no es su hermana sino su enemiga... Su apetito devora la tierra y sólo dejará desiertos. (...) Mirar vuestras ciudades produce dolor al hombre rojo. En ellas no hay silencio, ningún lugar tranquilo donde oír el abrirse de la hojas en primavera o el zumbido de los insectos. (...) Tanto ruido ofende nuestros oídos. ¿Qué atractivo tiene la vida si no se puede oír el canto de los pájaros o la nocturna discusión de las ranas en el estanque?"*

Y el jefe piel roja no pudo conocer todos los aspectos negativos de la vida urbana actual.

La actual explosión demográfica ¿es factor de desequilibrio ecológico?

En la evolución demográfica universal, los regímenes demográficos estables (caracterizados por determinados niveles de natalidad, mortalidad, duración de la vida,

crecimiento lento o moderado) han correspondido a sucesivas técnicas y modos de producción. Las revoluciones técnicas (por ejemplo la agrícola del neolítico, hace unos diez milenios; la industrial desde el

siglo XVII) han provocado el descenso de la mortalidad. La brecha o explosión demográfica se produce porque el nivel de natalidad se mantiene hasta su ajuste con retraso, mediado por pautas sociales de conducta sexual y reproductiva. Luego se restablece el equilibrio con tasas de natalidad y mortalidad próximas y crecimiento lento. Además las políticas de Estado han estimulado o desestimulado la natalidad.

La explosión demográfica actual es particular del "Tercer Mundo". Se inició en 1950 con la aplicación de antibióticos de la segunda guerra mundial y que abatieron abruptamente la mortalidad en las áreas periféricas, caída que había llevado 200 años en las centrales. Culminó en 1975 (con un crecimiento de un 2% global, más de 3% en la periferia y menos de 1% en los países centrales), y luego se ha desacelerado con el descenso de la natalidad; pero todavía el crecimiento es rápido: los 5.400 millones de habitantes actuales serán 6.000 millones en el año 2.000.

Desde principios del siglo XIX hubo una polémica acerca de la relación entre el crecimiento poblacional y los recursos disponibles (según Malthus en progresiones respectivamente geométrica y aritmética), y la necesidad o no de controlar la natalidad; desde mediados de este siglo, sobre la magnitud de los recursos y la distribución de la riqueza. En las décadas recientes se han contrapuesto la acción coercitiva de los centros de poder internacional, con esterilizaciones masivas en el "Tercer Mundo" (donde el crecimiento es más rápido aunque la densidad es menor), y la prédica de la Iglesia Católica, contraria a toda restricción que no sea la abstinencia sexual. En los hechos, ha avanzado la libe-

ración de la sexualidad y medios anticonceptivos complementados por el aborto (en general clandestino y tolerado). De esto resulta cierto avance de autoplanificación familiar, condicionada por los niveles de información, las dificultades económicas familiares, el trabajo social de la mujer.

Para el mejoramiento de la calidad de vida, urgen planes democráticamente gestados, de producción y distribución, que atiendan a las necesidades de las mayorías relegadas y que sean ecológicamente sustentables, conservando recursos y ambiente, incluyendo el uso de la tierra y la distribución geográfica racional de la población, recuperando su relación con la naturaleza y superando el dualismo absurdo de campo despoblado y megalópolis. Pero tales soluciones están obstruidas por el régimen social actual.

La actual desaceleración de la explosión demográfica tiende a un nuevo equilibrio demográfico, pero será en tres o cuatro décadas con alrededor de 12.000 millones de habitantes. Sin un cambio de régimen social nos espera un "apocalipsis" planetario, que ya está dando sus primeros anuncios.

Recursos, ambiente, modo de producción y régimen demográfico, forman un cuadrilátero indeseable. No se trata de reprimir el crecimiento de la población en función de las posibilidades del capitalismo, ni de favorecer su crecimiento considerando que los recursos son infinitos y el ambiente recuperable. Hay dos aspectos que no han sido atendidos en las polémicas: la calidad de vida en relación con la naturaleza, y una densidad de población que ha rebasado lejos lo suficiente para la vida social. Estos temas, como los otros que hemos mencionado, merecen artículos específicos.





# UN PROYECTO ALTERNATIVO PARA LA IZQUIERDA LATINOAMERICANA

Por Pedro Vuskovic

Creo que deben cubrirse tres requisitos para que la izquierda latinoamericana asuma, con eficacia, la responsabilidad que le corresponde en esta fase histórica. En primer término, es imprescindible que comprenda y asuma la representación de las demandas populares inmediatas, haciéndose cargo del problema de los campesinos, de los pobladores, de los jubilados y de los pobres. En segundo lugar y simultáneamente, tiene que ser capaz de ofrecer un proyecto de futuro viable, que ha sido, hasta el momento, el gran ausente en todos lados. Y, por último, debe estar dispuesta, en cada país, a formar parte activa y efectiva de una izquierda latinoamericana, de un partido latinoamericano.

La formación de nuevos cuadros políticos y la reconstrucción de la izquierda

En Chile, estamos en el inicio del proceso de redefinición y reconstrucción de la izquierda, superando además problemas entre pequeños grupos que sufren recíproca desconfianza. Soy uno de los promotores de la idea de integrar una organización única de la izquierda socialista, con un Partido Comunista diluido, que renuncie a su nombre y a sus símbolos, para sumarse en una nueva fuerza socialista. Estamos avanzando, pero, según yo lo veo, todavía con ritmo, imaginación y audacia insuficientes.

Por supuesto, no se puede olvidar que la izquierda fue perseguida

## FALLECIO DON PEDRO VUSKOVIC

Semanas atrás falleció en México donde residía el Profesor y maestro de economistas, el chileno Pedro Vuskovic. Nacido en 1924, estudió economía en la Universidad de Chile. Fue profesor de Economía hasta 1968, siendo luego funcionario de la CEPAL como director del Departamento de Desarrollo Económico.

Durante el gobierno de la UP del Dr. Salvador Allende, ocupó los cargos de Ministro de Economía y Hacienda, y fue además Ministro encargado de la CORFO (Corporación para el desarrollo). Exiliado en México, integraba el Instituto de Economía de América Latina del Centro de Investigación y Docencia Económica (CIDE).

Deja una magnífica herencia con su contribución al estudio y comprensión de nuestra América Latina. Herencia dispersa en innumerables artículos y libros editados en diferentes países e idiomas. No deja de ser sintomático que su último libro, escrito en colaboración con Berlarmino Ergueta, se titule *El Che en el presente de América Latina*, que además fue premiado por Casa de las Américas, de La Habana, Cuba.

Asimismo entre sus últimas producciones está el texto que publicamos en esta edición de ALFAGUARA, que constituye nuestro modesto homenaje al intelectual y militante consecuente, en esta época de tantos arrepentidos. Ha sido extraído del libro *Los Espejos Rotos* de Gabry Weber y David Cámpora editado en Montevideo por Ediciones «Trilce», y comentado en el número anterior de ALFAGUARA N° 2.

a lo largo de diecisiete años, que fueron asesinados miles de sus cuadros políticos, que fueron destruidas las estructuras organizativas políticas y sindicales y que decenas de miles de ciudadanos fueron forzados al exilio. Después de todo eso, no puede existir otra cosa que crisis en la izquierda. Es necesario, entonces, empezar por reconstruirla, por formar nuevos cuadros políticos y por reunir a los sobrevivientes.

Además, durante los años de dictadura, los sectores populares, por sí solos, definieron una estrate-

gia de sobrevivencia. Fueron capaces de desarrollar, exitosamente una impresionante cantidad de iniciativas desde la propia base social, como los comedores populares, las cooperativas de consumidores y los huertos familiares, entre otras muchas. Esto los predispuso a suponer que era posible resolver los problemas, contando sólo con su propia movilización y en su propio ámbito, tornándose escépticos respecto a los grandes planteamientos y las grandes orientaciones políticas. Actitudes que, siendo extremadamente afirmativas, no logran

satisfacer la exigencia de transformación del conjunto de la sociedad, entrando, sin percibirlo, en un esquema de confrontación fragmentada que resulta conveniente para el modelo.

Por otro lado, las direcciones políticas de izquierda y los individuos que las integramos fuimos responsables de conducir procesos, como el que representó el Gobierno Popular de Salvador Allende, que terminaron en una derrota. Mucha gente percibe, con toda razón, que esta derrota no fue fruto de una fatalidad, sino responsabilidad de direcciones políticas que no han acabado de dar cuenta de lo sucedido, generan, con su omisión, una reacción de escepticismo.

Estamos viviendo un momento político muy especial, caracterizado por una contradicción apenas perceptible como tal. Por un lado, se registra la frustración generalizada por las derrotadas experiencias anteriores, que favorece una actitud de «ahora tenemos que encarar las cosas de otra manera, hay que poner los pies sobre la tierra, ser realistas y definir en qué consiste lo posible». Esto ha conducido a un estado subjetivo proclive al pragmatismo, en el cual se condena la utopía, como un concepto anticuado, propio de quienes no han aprendido las lecciones de la historia.

Y por otro lado, casi inadvertida, se registra una realidad social,

económica y política que está mostrando, para el mundo subdesarrollado y para América Latina en particular, una total inexistencia de horizontes hacia el futuro. Lo posible propuesto para nuestros pueblos, es la nada. Apreciada desde este enfoque, la idea de cambio radical y de transformación profunda reasuma plenas legitimidad y oportunidad.

América Latina está sumida en una crisis profunda puesta de manifiesto al comienzo de los años ochenta y que ha significado retrocesos enormes en los niveles de desarrollo y en las condiciones de vida de la mayor parte de la población.

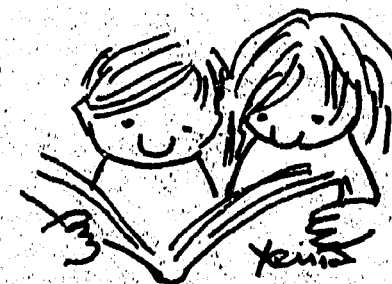
Crisis que mereció como respuesta, en el plano económico, las políticas llamadas «de ajuste», que lo único que han conseguido fue profundizar aún más la crisis, sin abrir ninguna perspectiva de superación.

La idealización de la informalidad y la segregación

Todas las políticas que se han puesto en práctica responden a una sola estrategia global. En América Latina, se ha venido definiendo muy claramente un patrón de desarrollo, basado en la impracticabilidad de lograr un bienestar material para todos, que se caracteriza por plantear una perspectiva de abierta segregación social. Como los recursos financieros resultan insuficien-

tes, se resuelve concentrar los mismos en un sector de la economía, en un sector de la sociedad y hasta en un sector del territorio, para crear en ellos y con ellos un mundo local moderno, muy integrado, con la economía internacional y altísimos niveles de ingreso y consumo. Ese mundo exhibe, como en una vitrina «avances» hacia una «modernización» chilena. Pero a su lado, se disimula al envejecido Santiago, más empobrecido, más sucio y salpicado por una extendida miseria. El precio social de aquel mundo lujoso asciende, no sólo a la postergación de la mayor parte de la población, sino aún a su más extrema y notoria segregación. Ha sido difundida una imagen exitosa del llamado modelo económico chileno, pero lo que no se advierte suficientemente son los costos sociales tremendos que ese modelo conlleva. Nunca la sociedad chilena había mostrado los grados de desigualdad, de brutal contraste entre uno y otro sectores de la sociedad.

Algunos ideólogos latinoamericanos han buscado una justificación a este extremo, y quizás, el caso más ilustrativo sea el de Mario Vargas Llosa en su prólogo al libro de Hernando Soto *El otro sendero. La revolución informal*, sobre la economía informal en el Perú. En él, se intenta una idealización de la economía informal, catalogando a quienes se sustentan de ese modo como personas que aprendieron a resolver sus problemas por sí mismas, que logran disfrutar la felicidad por no depender de nadie, alcanzando por primera vez la verdadera libertad, sin subordinarse a ningún aparato estatal. Esta idealización del mundo segregado se repite, en uno y otro país, con distintas modalidades. En la televisión mexicana exhibían anuncios que promovían «¡empléate a ti mismo!», es decir, no



reclames a la sociedad o al Estado un puesto de trabajo, resuélvelo por ti mismo y, con ello, encontrarás la felicidad. En plena armonía ideológica, como es usual, las organizaciones internacionales, entre ellas el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo, consideran a los integrantes del sector informal como empresarios, los transforman en «microempresas» y les otorgan pequeños créditos.

Con cambios bruscos en las relaciones de trabajo se intenta pulverizar a la clase obrera, se desmantelan grandes instalaciones industriales, se retorna al sistema de trabajo a domicilio, grandes corporaciones transnacionales reorganizan su estructura laboral para emplear a mujeres y niños, bajo condiciones inicuas de explotación y sin beneficios de seguridad social.

#### El fracaso del desarrollismo y del populismo

Estas medidas no constituyen una manifestación de voluntad de las capas dirigentes de los intereses predominantes, sino que consisten en la condición absolutamente indispensable para preservar al capitalismo. Este modo de producción sólo puede sostenerse y avanzar, en nuestros países, sobre la base de esa estrategia, porque la posibilidad de brindar una condición de vida similar al conjunto de la población resulta inviable dentro de los marcos del sistema.

Esto ha quedado demostrado históricamente, después de toda la experiencia populista y desarrollista, con la gran expansión de los servicios sociales y la participación estatal procurando modificar las relaciones de distribución del ingreso. Todos los proyectos y las promesas esperanzadas se demostraron sin dejar huella. Se trata, ahora, de un capitalismo que no

puede «humanizarse» cosméticamente, al estar «encajado» en el esquema referido y sometido a una orientación exclusivamente exportadora, que favorece al sector, desmantelando la industria destinada al abastecimiento del consumo interno.

A partir de aquel pragmatismo y a través de esta realidad sin horizontes, se argumenta la resignación «aunque no nos guste no existe otra opción». Esto es, la condena de la utopía. Nuestro esfuerzo debe orientarse hacia la subjetividad social, para reencuentrar la voluntad popular con el diseño de un proyecto veraz de futuro viable, a partir de la objetividad económica de la situación concreta.

La sociedad chilena se sitúa hoy en un nivel de ingresos promediales ligeramente superior a los dos mil dólares per cápita. El país posee estructuras económicas y un grado de desarrollo de las fuerzas productivas aptas y suficientes, para resolver los problemas esenciales del conjunto de la población: alimentación, vestimenta, educación, salud y vivienda.

Los cinco y medio millones de pobres, esto es, el cuarenta y cinco por ciento de la población, no reflejan la falta de riqueza del sistema, sino la impresionante desigualdad en la distribución. Aún no se ha cobrado conciencia de que América Latina registra hoy los grados de desigualdad social históricamente más agudos, respeto a otros perío-

dos y respeto a otras realidades. La relación entre el veinte por ciento más pobre y el veinte por ciento más rico de la población, en un país como España, es de uno a siete, mientras en México y en Chile es de uno a veinte y en Brasil de uno a treinta y tres.

#### Transformar la estructura productiva y la distribución del ingreso

Es perfectamente posible delinear técnicamente un modelo económico que revierta esta situación, orientándose esencialmente a la satisfacción de las necesidades básicas de la población. Se trata de construir un sistema económico que jerarquice la prioridad de sus actividades, orientado hacia el beneficio de la mayoría, a partir de la nivelación de las desigualdades.

El esquema vigente procura aumentar la exportación frutícola a Estados Unidos, para utilizar esos recursos en adquisición de bienes suntuarios por parte de los exportadores y para el pago de la deuda externa. Las tierras que se están dedicando a producir los melones para el postre de las familias norteamericanas, dejaron de producir las papas y los porotos para la alimentación del pueblo chileno. El resultado es el descenso en un veinte por ciento, respecto al nivel alcanzado en la época de Allende, del consumo de proteínas por la población.

Para nivelar la desigualdad so-



cial y eliminar la pobreza, es necesario no sólo redistribuir los ingresos, sino además adecuar la estructura productiva a esa nueva norma distributiva. La redistribución del ingreso puede realizarse rápidamente. El gobierno de Allende, en poco más de un año, logró aumentar la participación de los salarios en el producto nacional del cincuenta al sesenta y cuatro por ciento. Pero al cambiar la distribución del ingreso, se modifica el perfil del consumo: más alimentos, más viviendas, menos automóviles y menos consumos suntuarios. Entonces es indispensable acompañar la redistribución del ingreso con una readecuación de la estructura productiva, de lo contrario el proyecto se desmorona.

El análisis de las matrices de insumos permite observar que, en muchas ramas del sistema económico, entre un ochenta y un noventa y cinco por ciento de la producción está destinada al consumo del diez o veinte por ciento de la población. La actividad de estas ramas se caracteriza, en general, por la utilización de insumos importados, por el empleo relativo de poca fuerza de trabajo y por requerir inversiones importantes de capital. En consecuencia, acentúan la dependencia del exterior por los requerimientos de importación. La readecuación de la estructura productiva hacia una actividad económica orientada hacia el consumo interno, requerirá menos importaciones, menos inversiones y más fuerza de trabajo. Un proyecto de esta naturaleza es económicamente viable y sólo reconoce dificultades de índole política y de correlación de fuerzas sociales.

En la actualidad, se invierte todo el esfuerzo del avance técnico en la estructura que ya está tecnificada, para poder tener presencia en los mercados internacionales y para

satisfacer demandas más o menos superfluas de los grupos de altos ingresos. Por lo tanto, los productores ricos producen para los consumidores ricos, mientras que los productores pobres producen para los consumidores pobres. En México, por ejemplo, funcionan dos estructuras agrícolas. La agricultura exportadora, con índices de tecnificación mayores que los de California en Estados Unidos y la agricultura campesina, con niveles bajísimos de productividad.

Mientras tanto, el capitalismo desarrollado avanza aceleradamente en una revolución tecnológica sin precedentes. La microelectrónica se orienta hacia la automatización de los procesos productivos, de tal manera que las diferencias de salario inciden cada vez menos en el costo. La ingeniería genética y la biotecnología preparan el remplazo de productos primarios por otros manipulados, como el cobre por fibras ópticas o los sustitutos del café y el cacao. Una estrategia exportadora, para poder competir frente a esas enormes desventajas, está forzada a recurrir a salarios cada vez más bajos en peores condiciones de trabajo y al agotamiento por sobreexplotación de los recursos naturales del medio. Estos mecanismos son inherentes a la estrategia y resulta imposible mantener una política ecológica dentro de su esquema. Con el agravante de que el mundo capitalista desarrollado, para preservar su ambiente, traslada al Tercer Mundo su propio deterioro, convirtiéndose en basurero de los residuos atómicos o industriales.

¿Para quién, qué y cómo producir?

En el nuevo proyecto, debemos aspirar a un cierto crecimiento, pero redefiniendo la dirección y el pro-

pósito con que se crece, distinguiendo entre un crecimiento cualitativo y un crecimiento cuantitativo. A esos efectos, la izquierda debe retornar a las preguntas elementales de la economía: ¿para quién producir?, ¿qué producir?, y ¿cómo producir?

Y esta tarea política de gigantes, en un momento social tan debilitado, debe, además, soportar el peso aplastante de una campaña ideológica difundida masivamente por todos los medios, que se complace en describir con minuciosidad y alevosía el derrumbe del mundo socialista. El fundamento de esta propaganda se basa en el aserto de que las causas que originaron un previsible fracaso en los países del Este europeo, son las mismas y tendrán idénticos efectos en América Latina. Pero se trata, en verdad, de realidades completamente distintas.

Es comprensible, por ejemplo, que los pueblos de los socialismos llamados reales, que fueron privados de una comunicación normal con el mundo capitalista, desearan abrir paso a esa comunicación e integrarse al mundo exterior. Nuestros problemas, en cambio, no se desarrollaron a partir del aislamiento, sino precisamente a partir de la excesiva comunicación con ese mundo exterior, que se nos metió dentro para expropiar nuestros recursos y nos convirtió, como por arte de magia, en deudores suyos.

También es comprensible, que sociedades que han soportado un sistema de planificación totalizador, burocratizado y asfixiante, aspiren a una liberalización del mercado. En nuestro caso, los problemas no derivan de ningún sistema de planificación, sino directamente del mercado.

Junio de 1992.



# ¡ASILO PARA LOS VASCOS PRESOS EN URUGUAY!

por Daniel Olascuaga

Como se recordará, el 15 de mayo del año pasado, fueron detenidos trece refugiados políticos vascos, acusados por autoridades españolas de pertenecer a la ETA y de horrendos crímenes. Algunos fueron liberados y finalmente ocho quedaron presos en la cárcel central. En febrero último, el fallo judicial, en primera instancia, concedió la extradición para tres de ellos y desestimó para dos. La defensa ha apelado. Queda aún sin fallar sentencia para los tres restantes. Interesa aquí, sin subestimar los aspectos jurídicos, recordar a los lectores dos temas que consideramos centrales, en la exigencia de la concesión de asilo para todos los perseguidos políticos, en este caso los luchadores vascos. Uno, es la entrañable tradición uruguaya como tierra asilo. Otro, el inalienable derecho del pueblo vasco a su lucha por la autodeterminación como nación libre y soberana.

Nuestro país tiene una rica tradición como tierra de asilo y refugio para los perseguidos políticos de todo el mundo. Uruguay ha recibido, a lo largo de su historia, innumerables contingentes de refugiados tanto europeos como latinoamericanos. Desde luchadores en la Comuna de París (1871), las diversas inmigraciones de anarquistas, rusos blancos luego de la revolución bolchevique, republicanos españoles, eslavos, armenios, etc. Se recuerdan casos de autores de atentados terroristas en Argentina, y de luchadores sociales anar-

quistas a quienes el presidente Batlle y Ordóñez concedió refugio y libertad plena en nuestro país. Desde luego, hoy ante el impacto que provoca la difusión de acciones calificadas de terroristas, donde caen víctimas inocentes e indiscriminadas, se plantea el problema de los límites y dimensiones del delito político. Por principio general es rechazable el terrorismo individual como método político, pero no se puede juzgar fuera del contexto histórico concreto y menos en circunstancias de guerra civil generalizada; y aun más: desconocer la existencia concreta de terrorismo de estado como lo practican los gobiernos y el terrorismo económico del FMI que destruye industrias nacionales, la propiedad pública, el salario y desintegra la vida y la economía familiar.

El derecho de asilo para todo

refugiado político que opte por vivir y trabajar en paz, es parte indisoluble de las mejores tradiciones nacionales que hacen a nuestra identidad como nación. Esto es lo que defendemos al reclamar el asilo político para los luchadores vascos. Nada más ni nada menos.

Algo de la historia del país vasco

El pueblo vasco es de los más viejos de Europa, y la defensa de su vida democrática y autónoma, es anterior a la ateniense, la suiza, francesa o inglesa. Sufrió el embate de múltiples invasiones que asolaron el viejo continente en la antigüedad, en virtud de su estratégica ubicación. No obstante, pudieron mantener su independencia política e identidad cultural hasta ya entrado el siglo XVI. Es en 1512 cuando se produce la anexión del Reino de Navarra, por parte de las

fuerzas de Castilla. Los Reyes Católicos tuvieron que reconocerle al pueblo vasco sus «fueros» en la forma de organización social propia. Esto se mantiene hasta las guerras carlistas a mediados del siglo pasado, que significaron una enorme movilización popular y militar de Euzkadi Herria, con un altísimo costo en vidas y penurias económicas. De esta época data la masiva inmigración vasca al Uruguay.

Al principio del siglo XX surge el nuevo movimiento nacionalista vasco, que hace eclosión con la República Española. Durante el gobierno del Frente Popular se otorga un amplio Estatuto de Autonomía que da lugar al gobierno vasco, que en la guerra civil emitió moneda, pasaporte y tuvo ejército propio. Tras la derrota republicana, el ejército vasco cruza a Francia e interviene en la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) combatiendo al nazi-fascismo.

Luego de diversas etapas de lucha contra el franquismo, se produce una división en el seno de las juventudes vascas dando surgimiento a finales de los años 50, a la organización político militar ETA (Euzkadi Ta Askatasuna-Euzkadi y Libertad). La ETA optó por la acción directa y fue un doble dolor de cabeza para el dictador Franco: pues planteaba inseparables dos luchas, liberación nacional y liberación social, lo que concitó una gran simpatía dentro y fuera del Estado español.

La época actual

Luego de la muerte de Franco, y durante lo que se llamó «la normalización democrática» se vivió la esperanza de que se liquidaran las causas que determinaban la violencia y se reconociese el derecho a su libre determinación. Pero la Constitución española de 1978, a

pesar que fue rechazada por el 70% del pueblo vasco, proclama que «España es una e indivisible» y que las fuerzas armadas son garantes de esa unidad, cortando toda posibilidad de autodeterminación. Es así que la ETA continúa con sus acciones armadas reclamando un ámbito de negociación política, recibiendo una sangrienta represión sobre todo el pueblo vasco como respuesta.

El gobierno de Felipe González y del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), ha sido el más refinado en sus tácticas tanto represivas como propagandísticas. Desde la política penitenciaria -denunciada por organismos internacionales de derechos humanos como de destrucción de los prisioneros-, pasando por la sistemática tortura y la represión indiscriminada, hasta el más o menos explícito apoyo a grupos parapoliciales de actuación criminal tanto en España como en el extranjero. El «felipismo» está empeñado en borrar cualquier vestigio de resistencia socio-política-cultural que le impida su ingreso «triumfal» en la Europa comunitaria, combinando represión con ajustes económicos salvajes.

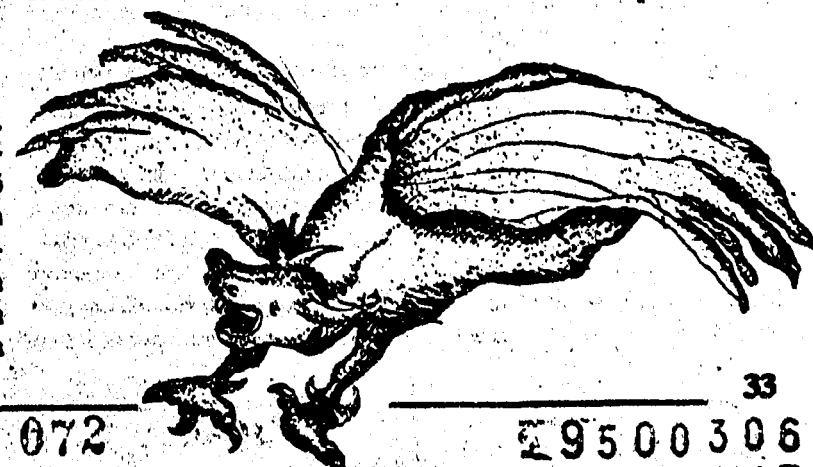
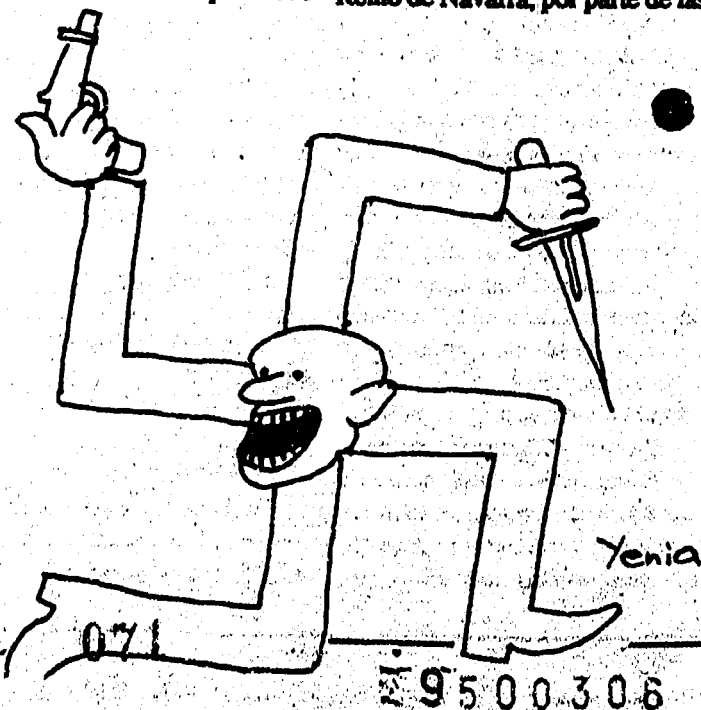
En conclusión

Resumamos los aspectos centrales que están en juego con la detención y resolución judicial de extraditar a España de un conjunto de ciudadanos vascos.

- Desde hace diez meses el Uruguay, con la detención y enjuiciamiento de los ciudadanos vascos, se involucró en el problema nacional del pueblo vasco. Está en juego el futuro de 13 familias y la vida de ocho refugiados políticos que trabajaban y vivían pacíficamente en el país. Es necesario que el pueblo uruguayo defienda el mantenimiento de esa rica tradición democrática del Asilo Político.

- Nuestra nación está constituida mayoritariamente por el flujo de sucesivas oleadas de inmigrantes y muchas de ellas fueron provocadas por causa de la persecución política en los países de origen. Negar el asilo a los refugiados vascos supondría renegar y repudiar esa noble tradición que hace a nuestra identidad cultural.

- Por todo lo anterior se debe redoblar esfuerzos para garantizar que ni uno solo de los refugiados vascos sea entregado al gobierno español. Porque es evidente que esa entrega implicaría favorecer el intento de exterminio de los extraditados por el aparato represivo del gobierno de Felipe González. Y además, una intervención y toma de partido inadmisibles de nuestro país, en el pleito político que mantienen vascos y españoles desde hace cinco siglos. En lugar de mantener el principio, tradicional de Uruguay, de no intervención y de defensa del derecho a la autodeterminación de los pueblos.



# El pensamiento crítico norteamericano

por el Dr. Enrique Iglesias Hounie

Las relaciones entre educación, política y sociedad han sido objeto de estudio por varios pedagogos norteamericanos que en estas últimas décadas aportaron ópticas por demás interesantes, en general desconocidas en nuestro medio, para entender el papel de la educación dentro del capitalismo.

## Las visiones liberales de la educación

Las concepciones liberales pueden agruparse en forma muy grosera en dos visiones distintas. Por un lado, la concepción de la educación como medio para el "ajuste" o adaptación del individuo al sistema. Esta concepción, cuyo pionero es Durkheim, tiene su máximo representante en el estructural-funcionalismo de Talcott Parsons. Para éste la educación es un subsistema social que permite ajustar el comportamiento de los individuos al sistema social imperante. La educación, en esta versión, es un instrumento del equilibrio y la perpetuación de todo el sistema capitalista, ayudando a reproducir sus valores, normas y pautas de comportamiento. Cumple así una función de control social.

Por otro lado, la visión de la educación que John Dewey dio dentro del modelo demoliberal, fue algo distinta. Para J. Dewey, al igual que sostuviese luego Karl Mannheim desde Europa, la educación debía cumplir un papel remodelador del sistema democrático. En Dewey la enseñanza se transformaba en un instrumento demo-

cratizador para un sistema que él veía como perfectible. A pesar de lo atractivo del planteamiento por el énfasis puesto en los valores democráticos, oculta un supuesto de aceptación implícita y acrítica del sistema capitalista.

El pensamiento liberal norteamericano concedía a la educación tres funciones claves: primero una función integradora o adaptadora a la que ya hemos hecho referencia; segundo, una función igualadora en lo social, en tanto reduciría la diferencia entre pobres y ricos; y tercero, una función desarrollista, en lo individual o para todo el sistema en el caso de las concepciones economicistas del Capital Humano (Gary Becker y Schultz).

Como señalase Bárbara Freistag en "Escuela, Estado y Sociedad" esta concepción demoliberal parte del supuesto de la aceptación del sistema capitalista y de una democracia de "igualdad de oportunidades o de arranque".

En pocas palabras, la igualdad de oportunidades y el control social son los fines que los pedagogos liberales a veces en forma separada y otras en forma conjunta le dieron prioritariamente a la educación.

## Una visión materialista histórica

Frente a esta visión de la educación que parte del supuesto de la aceptación de los fundamentos del modelo capitalista se levantaron a mediados de este siglo otras visiones teóricas que son conocidas como "pedagogía crítica". Las versiones más conocidas por nosotros

de estas concepciones provienen de teóricos europeos como Althusser, Bourdieu y Passeron, Establet o el mismo Foucault. Pero en Estados Unidos Samuel Bowles y Gintis, especialmente en el trabajo conjunto titulado "La instrucción escolar en la América Capitalista", dieron uno de los más interesantes aportes. Todas estas concepciones se incluyen dentro de la llamada corriente "reproductivista".

Bowles y Gintis, a partir de su estudio del desarrollo de la educación en la sociedad capitalista norteamericana, estiman demostrada la hipótesis de la importancia casual de la estructura económica como determinante de la estructura educativa. Esto quiere decir que "los cambios en la educación están históricamente ligados a los cambios de la organización social de producción". Esto les lleva a afirmar que las demandas populares de educación sólo fueron satisfechas cuando coincidía con las de las élites económicas o en todo caso como una forma de fortalecer el control social.

Partiendo de la base que la acumulación del capital ha sido la fuerza que dirige la transformación y el crecimiento de la economía norteamericana, subrayan dos fenómenos: primero, la expansión de las fuerzas de producción, y segundo, la transformación igualmente rápida de las relaciones de producción. Afirman: "la economía capitalista y el andar en bicicleta tienen en común lo siguiente: la estabilidad requiere movimiento

hacia adelante". Esa tensión entre crecimiento y estabilidad es denominada por los autores como contradicción entre la acumulación del capital y la reproducción de las relaciones sociales de producción y es considerada el nervio motor del desarrollo capitalista.

Dentro de este modelo explicativo, la educación es considerada como uno de los medios para resolver temporalmente esta contradicción, conjuntamente con otras políticas sociales como mejoras parciales de las condiciones de vida de los trabajadores o la división con estrategias racistas, sexistas, etc.

Dentro de este marco suscitamos el descripto, podemos calificar la concepción de Bowles y Gintis como reproductivista, en tanto describe la educación dentro del capitalismo como una forma general de obtención de la reproducción ampliada del capital. Sin embargo, por el contrario a otras concepciones reproductivistas tachadas de mecanicistas, (Althusser, Bourdieu y Passeron), estos autores incluyen su análisis dentro de una visión dialéctica, reconociendo las contradicciones del proceso.

En este camino Bowles y Gintis estudian las perspectivas de un

cambio educativo a partir de la realidad del capitalismo dentro de los EE.UU. y en tanto la sociedad capitalista no puede resolver los problemas que crea, este cambio es posible. En el capitalismo el "progreso" se mide por la creación de mercancías solamente y en una sociedad que ha multiplicado a lo largo del siglo su PBI por cuatro, no existe "progreso social". Afirman que: "central para nuestro optimismo de que la revolución social es en realidad posible, es el abismo cada vez más ancho entre las necesidades humanas - lo que la gente quiere - y los imperativos de una mayor producción y expansión capitalista".

Se preguntan: ¿por qué divergen las necesidades de los obreros de las del capital?, concluyendo que el proceso del trabajo produce tanto gente como mercancía. Pero la gente a diferencia de la mercancía, nunca podrá ser producida exactamente de acuerdo con las especificaciones del capitalismo. El producto - incluyendo las necesidades experimentadas por la gente - dependen tanto de la materia prima con la que se empieza el proceso de producción cuanto del "trato" que recibe. Ninguna de las dos está definitivamente bajo el

control del capitalismo. "Por lo tanto afirman las contradicciones entre las tendencias progresistas, orientadas al crecimiento del proceso de acumulación capitalista, y las tendencias de inercia, conservadoras, de las relaciones sociales de la producción capitalista son evidentes dentro del propio sistema escolar... Esta contradicción entre acumulación y reproducción es lógicamente bastante general y va más allá del sistema escolar, dando origen a toda una gama de posibilidades revolucionarias".

Al finalizar sus estudios Bowles y Gintis señalan cinco lineamientos para una estrategia socialista para la educación: 1) Los educadores revolucionarios deberán presionar vigorosamente para la democratización de escuelas y universidades. 2) La lucha por la democratización deberá considerarse parte del esfuerzo por minar la correspondencia entre las relaciones sociales de la educación y las de producción. 3) Debemos rechazar el espontaneísmo y las filosofías que lo guían para dar paso a una visión dialéctica del desarrollo personal, la autoridad y las relaciones interpersonales. 4) La educación revolucionaria debe ir a la vanguardia del movimiento para crear una conciencia unificada de clase. Los profesores socialistas no sólo deben exigir participación para ellos sino para los estudiantes y la comunidad en general. 5) Los educadores socialistas deben considerar el combinar una visión de largo alcance con las victorias conseguidas aquí y ahora.

Es nuestro interés en esta corta nota encender el interés del lector en una concepción, que desde el marco del materialismo dialéctico, ha dicho muchos conceptos que por lo menos merecen ser discutidos.



# Con el Sec. Gral. de los mineros bolivianos

Desde La Paz, por Washington Estellano

El viejo edificio de la Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia (FSTMB) estaba enclavado en el centro de La Paz, frente al monumento a Simón Bolívar en la Plaza Venezuela. También era la sede de la Central Obrera (COB). Cuando el golpe militar del general García Mesa - hoy procesado por la justicia y oculto en algún lugar de Bolivia - ese local fue asaltado al mediodía del 17 de julio de 1980 cuando estaban reunidos dirigentes de la COB y de los partidos de izquierda. Allí fueron asesinados el dirigente del PS, Marcelo Quiroga Santa Cruz, Carlos Flores Bedregal, diputado trotskista y Carlos Vega, militante minero. Unas semanas después los militares derrumbaron el edificio con la finalidad, dijeron, de ubicar allí un estacionamiento. Pensaban que destruyendo el edificio destruirían a los mineros y a la clase trabajadora boliviana.

A pesar de la derrota sufrida a manos del gobierno neoliberal de Víctor Paz Estenssoro, los mineros han recu-

perado el predio y en los fondos han reconstruido las oficinas de la FSTMB. Desde las primeras horas de la mañana se vive allí el trajinar de dirigentes y militantes mineros y sus mujeres e hijos, venidos de distintos lugares. En medio de múltiples reuniones y gestiones, logramos un espacio para entrevistar al secretario general de la Federación de Mineros, Edgar Ramírez. De 47 años, Ramírez es oriundo de los distritos mineros en la legendaria ciudad de Potosí, donde trabaja en el interior de la mina como perforista. Viene de una familia de militantes mineros y comunistas. Su madre, hoy fallecida, dedicó sus últimos años a luchar por los derechos humanos. En 1980, siendo dirigente minero local, Ramírez fue elegido diputado por el Partido Comunista. Mantenía entonces serias diferencias políticas con su Partido. Cuando asume el Parlamento en 1982, luego de la dictadura militar, renuncia a la diputación y se aleja del Partido.

• Hoy, después de más de cinco años de discusiones con un grupo de trabajadores, han llegado a la conclusión de la necesidad construir una nueva organización política que denominan Partido por la Victoria de los Trabajadores. Frente a la nueva situación que viven los mineros, y en general la clase trabajadora con la reestructura de las empresas y la desocupación o cambio de trabajos, interesa conocer que piensan los dirigentes mineros, sobre la situación actual del movimiento obrero boliviano. ¿Está en crisis?

- Personalmente yo no soy de la opinión de que haya entrado en crisis el movimiento sindical.

Nosotros vemos que la COB viene recobrando su caudal, paulatinamente se convierte otra vez en el instrumento de los oprimidos y los explotados de nuestro país. La muestra es el último conflicto. El de este año y el del anterior, que prácticamente movió los ciñentos de nuestro país. Hay que tomar en cuenta que el Pliego Único de la COB tuvo eco, inclusive en el ámbito regional. Es decir, que el problema de la defensa del acrotransporte estatal, por ejemplo, es una reivindicación del Pliego Único de la COB. Y en torno a esa consigna se han levantado regiones

íntegras. Sin que esto quiera decir que hayan pretendido entroncar esa movilización con la que la COB generó. Pero en la práctica, el uno es la causa y el otro el efecto. Vale decir, que las propuestas que la COB enarbola mueven a todo el territorio nacional. Es más, regiones como Potosí que en este conflicto han tenido los niveles de enfrentamiento más alto con el gobierno y las fuerzas represivas, con el resultado de muertos, heridos, el Cuartel de la Policía de Tránsito incendiado por la población potosina, etc. Es decir, es una batalla en la que el pueblo potosino sale triunfante, aun en la contienda de la calle.

El movimiento de Potosí enarbola tres problemas centrales: reactivación económica para la región, solución al problema de los servicios esenciales como el agua, etc. y por el Pliego Único de la COB. En Oruro, ocurre lo propio, el Comité Cívico se suma a las reivindicaciones de la COB. Esto significa que hay una real articulación del movimiento sindical.

• Bueno, pero también es cierto que en el último conflicto no todos los sindicatos y federaciones acompañaron el movimiento. El eje fueron los mineros y los maestros. Aún los campesinos en determinado mo-

mento llegaron a un acuerdo con el gobierno y levantaron el conflicto. Si bien la lucha de la COB y los movimientos regionales conmovió al país y obtuvo algunas conquistas, también es real que el gobierno ha logrado en los últimos tiempos desplazar la atención popular hacia la política electoral, ha tenido éxito en separar lo económico social de lo político. Los trabajadores, que han sido siempre el factor decisivo en la derrota de las dictaduras y en lograr este proceso de democracia electoral, luego han sido desplazados del escenario donde se decide la suerte del país, que es en el plano de la política, de la lucha por el gobierno y el poder. ¿No se han planteado ustedes la posibilidad de también jugar en ese nivel, y organizar un partido de los trabajadores, a imagen del PT en Brasil?

- Me ha interesado a mí el fenómeno brasileño. Y no sólo lo he seguido por la prensa sino que también me he interesado en hablar con sus protagonistas. Y no quiero para Bolivia un movimiento sindical como ése. No quiero un Lula en Bolivia.

• Pero el PT no es solamente Lula, es negar su rol, sino que es un movimiento más amplio...

— Bueno, pero el PT es una mixtura que va a terminar liquidando al propio PT. Yo he visto debates internos muy duros... de su ala trotskista - además de toda la gama de trotskismos que tienen sus alas reformistas. Hay gente revolucionaria y hasta de derecha.

Pero yendo más concretamente a sus preguntas. Yo no veo una muralla china entre los fenómenos y conflictos que tienen un sello social, y lo político. Haciendo la reconstrucción de nuestro archivo, nos encontramos que, por ejemplo, las tesis adoptadas por la COB, y propuestas desde el plano de los trabajadores mineros no son pocas. Son siete documentos políticos que han tenido que ver con nuestra historia y con los cambios que se han dado en este país. Y no me estoy refiriendo solamente a los cambios del 52.

Por ejemplo, esto que se denomina la crisis del movimiento sindical, lo encontramos en las formulaciones erróneas en el plano político del movimiento sindical boliviano. En el Congreso de Oruro, en 1986, se aprobó un documento a propuesta del sindicato de Catavi. Su principal exponente era el compañero Escobar (Filemón). Con esas orientaciones el movimiento sindical boliviano no podía terminar sino en la derrota. ¿Cuál es la posición principal de esta tesis? Que los trabajadores deben defender el sector productivo, incluido el privado, incluido el oligárquico, para que no se convierta nuestro país en un país exportador de cocaína. Y por esa razón no plantea un enfrentamiento con el modelo sino trabajar y trabajar hasta reventar.

El año pasado, defendiendo el Pliego Único de la COB hubo un solo sector en huelga durante 60 días: el minero. Los otros participaban de todos los amplios, de todas las marchas, en darle comida a los huelguistas mineros pero ninguno más estuvo en huelga. Ahora estuvieron 5 sectores. Y el resto estuvo coadyuvando con esa movilización. Ello se debe a la enemiga que se hace a la propuesta política, fundamentalmente en el distrito minero de la Chojlla y en el Congreso de Oruro. Allí hay, podríamos decir un golpe de timón que al movimiento sindical le hace retornar su viejo cauce. Y por esa razón es que en este momento

el enemigo fundamental del modelo neoliberal para el gobierno es el movimiento sindical y fundamentalmente el minero...

• Y por eso lo enfrenta militarmente...

— ¡Claro! No estamos en favor de los métodos que están utilizando en estos momentos la oligarquía, el método electoral. Para nosotros, si queremos resolver los problemas de la crisis económica de nuestro país, de la crisis estatal, los problemas estructurales, tenemos que provocar cambios también que sean estructurales. Y esos cambios no van a venir por la vía de que nosotros los ganemos en las elecciones...

• Y cuáles son los cambios estructurales que ustedes proponen?

— Por ejemplo, en este momento hay un proceso de privatización. El modelo del 52 de capitalismo de Estado, para nosotros ha hecho agua. Y se equivocan aquellos que creen que estamos defendiendo ese modelo. Nosotros seríamos locos si quisiéramos oxigenar al muerto. Aquel muerto que inclusive lo ha abandonado su propio inspirador, que es don Víctor Paz (Estenssoro). Para nosotros la propuesta tienen que ser cambios como lo señalamos en el Congreso de Oruro. Allí señalamos que los trabajadores estamos obligados a enarbolar tareas que tengan carácter estratégico, pero sin olvidarnos de las tareas coyunturales. Frente al actual estado de cosas, los trabajadores debemos elaborar una propuesta política. Que tenga su formulación en la política económica, estatal, etc. Y aspiramos a hacer una revolución en nuestro país de corte socialista... pero no estamos hablando de ese socialismo made in URSS, que en la práctica demostró que ese no es el socialismo al que aspiramos los trabajadores, ni el que formularon sus teóricos.

Y por esa razón nosotros planteamos la necesidad de construir un Estado anti-oligárquico, anti-imperialista, popular y que sus instancias tengan como protagonista esencial al pueblo trabajador, por la vía de sus organismos naturales.

• Pero para esa lucha ustedes necesitan tener sus propios instrumentos políticos. De otra manera sería un sindicalismo revolucionario

de tipo anarquista...

— Si queremos resolver los problemas estructurales, no sólo los coyunturales, no sólo el salario, es verdad estamos obligados a pensar en la organización política. Pero acá surge nuestra gran preocupación. Para nosotros tiene que haber una relación armónica entre partido y sindicato. No pueden mezclarse ambas instancias. No cometer los mismos errores que en los países del Este. Porque en nuestra concepción el partido, si aspira a la revolución, al cambio estructural tiene que ser una especie de germen del futuro Estado, sin que esto quiera decir que ese partido se convierta en el Estado. Tendrá que estar fuera del Estado, pero tiene que ser la semilla que germina ese futuro Estado. Y por lo tanto sus características serán muy particulares y muy diferentes además al papel que tiene que jugar el sindicato, aun en el futuro Estado que sea del pueblo, porque ahí tendremos que defender el salario...

• Y defenderse del Estado, decía Lenin...

— Defendemos del Estado y ser un sindicato que tenga diferentes rivotes en el futuro, pero que sea un sindicato. Porque si convertimos al sindicato en Estado, tendremos que convertirnos en represores de nuestra clase. Y aquel partido, perano nosotros, tendrá que ser el inspirador de todas esas gestiones, pero la relación partido-sindicato, tendrá que estar claramente delimitada. En Bolivia, por ejemplo, en el período entre 1952 a 1956 hubo un serio intento de mezclar la actividad partidaria con lo estatal y lo sindical. Inclusive de ahí nace la especulación del co-gobierno COB-MNR. Y no hubo tal co-gobierno porque eran dos alas del mismo partido. Y uno se apoyaba en el movimiento sindical donde tenía bastante arraigo y la otra en los mecanismos del poder estatal.

• Pero todo ese razonamiento sayo nos lleva a la conclusión de la necesidad de un partido de los trabajadores...

— ¡Exactamente! Pero estamos hablando de construir el instrumento, pero que en este caso no tendrá que ser tipo PT.

Es decir, un partido que sea organizado desde dentro y con los efectivos



sindicales y que en un determinado momento se vean mezclados. Podemos participar en el como sindicalistas, como trabajadores pero no como organización sindical.

Otro aspecto. No es suficiente programa y partido. Es necesario definir el método. Nosotros proclamamos que los trabajadores tendrán que utilizar la fuerza. Por ejemplo, no nos identificamos con el método de lucha guerrillero. Nosotros creemos que si nosotros no definimos el método de lucha de los trabajadores podemos llegar a estravíos. Podemos cometer el error por ejemplo, de que ese instrumento participe de las elecciones, sin tomar en cuenta las características y peculiaridades de este momento histórico...

• Pero lo político, con todas las limitaciones de la democracia formal, etc. se discute en la campaña electoral. Tan es así que el Parlamento acaba de resolver una ley que, de acuerdo a la norma constitucional se denomina «de necesidad de reforma del Estado», y la propuesta de eliminación del artículo 230 constitucional, le deja la puerta abierta a los políticos conservadores para hacer transformaciones retrógradas, tanto de la economía como de la estructura institucional del país. Entonces lo político se está jugando ahí. Es cierto que lo decisivo no se resuelve ahí sino en la lucha extraparlamentaria. Incluso ustedes los bolivianos tiene una riquísima experiencia con lo que fue la Asamblea Popular de 1971... pero hoy por hoy las masas también hacen su experiencia en el campo electoral...

— La actividad política que se ve es la actividad electoral. Pero eso es lo aparente, el maquillaje. Porque la actividad política no se está dando sólo ahí, se está dando también en los otros planos, en los movimientos de masas.

Usted recuerda bien la experiencia de la Asamblea del Pueblo. Pero ésta es tan diferente del parlamentarismo que conocemos, que inclusive su nacimiento es distinto.

Ahora bien, ¿por qué nosotros no estamos de acuerdo en la participación en el hecho electoral, como militantes políticos o como ciudadanos? Porque consideramos que en el mundo hay una

especie de epidemia electoral, pero que tiene causas. No surgió de la nada. Se debe especialmente a los cambios que se den en la estrategia de «contención al comunismo» así como lo llaman los norteamericanos, en la década del 80, de lo que se ha escrito mucho y bien. Ellos tienen el convencimiento de que todo lo que hicieron hasta este momento estaba mal. La doctrina de la Seguridad Nacional, para ellos, dio resultados muy empujados, y hasta contrarios a sus intereses. Y por esa razón reformularon toda su estrategia de dominación para todos los continentes. Y tiene cuatro componentes. Si nosotros leemos los Documentos Santa Fe I y II, en forma cuidadosa, vamos a encontrar de que antes de que haya democracia en este continente ellos son los que dicen, «hay que apoyar los procesos democráticos».

Entonces estos cambios tienen un componente fundamental del sistema político que es la democracia controlada. El segundo, es la economía de mercado. Y el copamiento militar de los lugares más importantes de los territorios nacionales y de los continentes. No es una casualidad la invasión de Panamá, y también de Granada. Y finalmente, tenemos el proceso de desideologización o de reideologización imperialista.

• Ahora bien, pero ¿qué actitud toman ustedes frente a la participación de las masas en las elecciones?

— En las últimas elecciones las masas participaron en un 48 por ciento del total de los que potencialmente deberían participar de una elección nacional. Ahora, esto no quiere decir que piensen como estoy razonando yo los que no fueron a votar. Están los que no han podido, o los que están asqueados de la política, de los políticos y de los partidos políticos; están los impedidos por su propia naturaleza. Pero los asistentes son la mayoría. Y en mi opinión, es una forma de combatir la democracia controlada; buscar que se muera por inanición.

• Volviendo un poco atrás. Cuando usted hablaba del PT brasileño, una de las objeciones que le hacía era que en su seno hay diferentes tendencias y que había una gran polémica interna entre ellos mismos.

Ahora bien, esto me llevaría a creer, por la negativa, de que usted piensa que un partido de los trabajadores tiene que ser monolítico, donde no debe de haber discusiones...

• Yo creo que ahí sí está la diferencia con el sindicato. Ellos consideran al PT exactamente como la Central de Trabajadores. Y por esa misma razón el PT ni bien fundado tuvo una primera fractura, que repercutió inclusive en la propia Central Obrera. En mi opinión, el PT, por las diferencias ideológicas antagónicas que tiene en su seno van a terminar más temprano que tarde, en una división. Y por tanto no le habrán hecho un favor a la clase obrera, a los sectores populares brasileños...

• Pero en conclusión, ¿tiene que haber discusiones o no en un partido de los trabajadores?

— Tiene que haber... tiene que haber. Porque sino yo estaría pensando que tiene que haber un genio que tire línea y los demás tendrán que repetir como loros... En este caso yo pienso que la característica del partido que busquen los trabajadores tiene que ser de una dirección realmente colectiva. Es decir, que la elaboración de las propuestas sea colectiva, que no haya solo un inspirador de la política. Pero de esto pasan a pensar de que tenemos que tener a los perros y a los gatos metidos en un mismo cajón, hay una diferencia abismal.

En mi opinión tiene que haber un mínimo de unidad ideológica. Sino será un partido muy endeble, inclusive para sus propuestas políticas. Claro que no serán propuestas de una vez y para siempre... tendrán que estar de acuerdo a la evolución histórica. Pero la elaboración colectiva tiene que tener una base ideológica de sustentación.

• El problema es que se ha confundido la unidad de acción con la unidad de pensamiento.

• De acuerdo. En este caso yo creo que hay que ser muy claro. Tiene que haber unidad ideológica, pero no puede haber unidad política absoluta, tienen que haber matices, diferencias. El partido de los trabajadores tiene que tener vida, porque si no hay vida no habrá diferencias, y habremos hecho un partido de robots, de ovnis.

La Paz, Bolivia, abril de 1993.

# Noam Chomsky:

## “Si un país está colonizado no se desarrolla”

(Tomado de Presencia, La Paz, Bolivia, mayo de 1993)

Noam Chomsky, autor y profesor de lingüística del Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) es conocido como el único “disidente” de EE.UU. Es también un experto en la política exterior de su país, y ha escrito

varios libros en que detalla la intervención estadounidense en América latina y otras partes del mundo. Michael McCaughan, habló con Chomsky en México. A continuación, extractos de la entrevista.

• ¿Espera Ud. algún cambio significativo en la política exterior de EE.UU. con Bill Clinton en la presidencia?

— Es lo mismo que de costumbre. Fue sorprendente ver cuánto apoyo de las corporaciones recibieron esta vez los demócratas. Obsérvense con atención las elecciones: la bolsa se mantuvo firme, el dólar estuvo muy fuerte. La comunidad financiera nacional e internacional estaba muy feliz con Clinton, porque lo reconocieron como el republicano conservador que es.

• ¿Significa eso que continuará el agresivo impulso a la extensión del libre comercio por toda América Latina?

— En EE.UU. hay el mito de que el país se rige por el sistema de libre empresa o por los principios de laissez faire. Es obvio que ningún país lo hace, excepto el Tercer Mundo, que está obligado a hacerlo, razón por la cual la gente se muere de hambre.

Todos los países industriales, desde Inglaterra en el siglo XVII hasta Corea del Sur hoy en día, han tenido éxito transgrediendo los principios que dictaban para el Tercer Mundo.

La industria farmacéutica es un ejemplo perfecto. El departamento de biología del MIT recibe fondos públicos. Cuando la investigación

determina que un producto puede ser comercializado, éste es entregado a compañías farmacéuticas para que puedan producir drogas que venden a diez mil veces su costo, y obtener las tasas de ganancias más altas del país. Toda parte exitosa de la economía es subsidiada por el Estado, de un modo u otro.

• ¿Es probable que el tratado de libre comercio (TLC) sea alterado significativamente por Clinton?

— Se añadirán algunas frases bonitas, pero nada sustancial. El TLC da mucha protección a los inversionistas, pero ninguna a los trabajadores.

Se está haciendo mucho ruido en torno al Código Penal mexicano, sobre cuán mejor es el nuestro. Esto es cierto, es un código laboral extraordinario. El problema es que es un chiste: no se aplica nunca. México es una dictadura brutal. Si la Ford Motors quiere despedir a la fuerza laboral en México, puede hacerlo. Si alguien trata de organizarse contra eso, probablemente lo maten.

• ¿Hay una oposición significativa al TLC en EE.UU.?

— El TLC es un convenio ejecutivo firmado en medio de una campaña política, pero todavía no era un tema en debate. No podía serlo porque nadie sabía qué cosa era.

La comisión de asesoría laboral fue creada para analizar y hacer sugerencias sobre cualquier asunto relacionado con el tratado, pero sólo recibió 24 horas para emitir su informe. Ni siquiera tuvo tiempo de reunirse, escribió una respuesta muy airada, pero naturalmente nunca salió en la prensa.

La idea es que la gente no sólo no debe saber lo que está pasando, sino que ni siquiera debe saber que no lo sabe. Es la técnica más hermosa que se haya encontrado de vaciar de su contenido a un sistema democrático.

• ¿De qué trata el “modelo Tercer Mundo en casa” sobre el cual ha escrito Ud?

— Un corolario de la internacionalización de la producción es la internacionalización del Tercer Mundo. El Tercer Mundo es básicamente un pequeño sector de gente extremadamente rica ligada al capital internacional y una enorme masa de gente que apenas sobrevive en el hambre y la desesperación. Esto mismo puede verse en cualquier ciudad de EE.UU. El Hospital de Boston tiene una clínica para desnutridos. Las proporciones son muy distintas en EE.UU. y en Brasil, pero las estructuras son las mismas.

• ¿Qué perspectivas hay para un desarrollo independiente?

— En esta época de la historia

nada es independiente. La comunidad financiera internacional tiene un dominio absoluto sobre la política de EE.UU., el país más rico del mundo. Y en los países del Tercer Mundo es peor. Hablando en términos generales, si un país está colonizado, no se desarrolla. Si no está colonizado, tiene una oportunidad de desarrollarse. En la periferia japonesa se produjo un considerable desarrollo económico porque rechazaron las doctrinas de orientación estadounidense, e instituyeron un desarrollo administrado por el estado. El estado es tan poderoso en Corea del Sur que hasta controla el capital.

En Taiwan y América Latina el desarrollo fue más o menos paralelo hasta la década del 80. Parte de la razón de la posterior divergencia es que en los países latinoamericanos el Estado no es lo suficientemente poderoso como para controlar el capital, lo que lleva a una enorme

fuga de capitales. De hecho, la fuga de capitales está probablemente a la par con la deuda externa.

A inicios de la década de los '50, Japón tomó la decisión explícita de no seguir el consejo de las autoridades de ocupación estadounidense. En su lugar, llevaron a cabo un desarrollo dirigido por el Estado, siguiendo el modelo soviético, pero lo hicieron eficientemente. Los economistas lo llaman el único país comunista que funciona.

• ¿Dónde deja eso a Cuba?

— La típica superchería sobre Cuba es que EE.UU. se le oponía porque era parte de la estrategia de expansión soviética. En realidad, EE.UU. sabía que no lo era. Se fue contra Cuba por la misma razón por la que se opuso a la Independencia cubana hace 178 años.

En la década de los '20 en el siglo XIX, John Quincy Adams

dejó esto muy claro al decir que Cuba debía seguir bajo el dominio español hasta que cayera en manos de EE.UU. "como una pera madura por las leyes de la gravedad política". EE.UU. no pudo invadir entonces porque la armada británica rondaba cerca. A fines del siglo XIX, cuando Gran Bretaña ya no era un factor disuasivo, entró a Cuba. Si la Guerra Fría hubiese sido la razón, tan pronto como la URSS desapareció, las relaciones amistosas debieron haberse reanudado. Pero ocurre lo contrario. Están endureciendo el bloqueo contra Cuba, en contraste con Haití, donde el embargo está ayudando a la gente indebida, a un gobierno populista dirigido por un radical.

EE.UU. quiere terminar el embargo sobre Haití para que puedan tomar el poder los tipos de limusinas doradas. En cuanto a Cuba, quiere que vuelva a ser lo que era: una plantación de EE.UU.

## Grupo "Praxis"

*Una de las razones de nuestra aparición, es la de servir de instrumento de encuentro entre las distintas experiencias de organización que están naciendo. En distintos ámbitos, y con distintos perfiles, hay gente que se propone trabajar en común en pos de los objetivos de aquella frase del Manifiesto Comunista que nuestro Centro de Encuentro y Estudios "Carlos Marx" ha recogido como lema: "La emancipación de los trabajadores será obra de los trabajadores mismos". Viejos y nuevos agrupamientos de militantes, grupos de estudio, agrupaciones sindicales, etc. Todas estas experiencias merecen darse a conocer, y tener la posibilidad de que nos comuniquen lo que ellos crean importante sobre sus propuestas.*

*Por esta razón, abrimos esta sección permanente. Hoy vamos a presentar a un grupo de estudio surgido entre estudiantes de tercer nivel, que ha adoptado el nombre de "Praxis". Estos compañeros nos han enviado un interesante documento del cual extraemos sus partes sustanciales.*

En momentos en que parece haber una caída real de los paradigmas, de las verdades referenciales que movían y motivaban las acciones de los hombres en diferentes partes del mundo y creyendo que esta caída ha generado un profundo escepticismo con respecto a las posibilidades de transformar la realidad; decimos que dicha caída es aparente porque estos paradigmas al igual que cualquier paradigma, sólo serán superados cuando surjan otros que se impongan y se tornen generales como forma de comprender la realidad. Hasta que ello no ocurra estos seguirán vigentes.

Nuestra concepción de la realidad nos indica que esta es material y fruto de las contradicciones existentes entre los elementos que la componen, los cuales avanzan y retroceden tanto cuantitativa como cualitativamente en un continuo cambio y desarrollo. Considerando que tanto la existencia como la transformación de la realidad, transcurre en espacios y tiempos concretos y específicos lo que le da carácter histórico a la misma.

Somos jóvenes motivados por estas circunstancias y concepciones, nos hemos reunido en un Grupo de Estudios multidisciplinario e interdisciplinario, cooperativo, integralmente colectivo y dinámicamente crítico en el área de las ciencias sociales. Entendemos esto

*Los hombres no pueden ser entretenidos por más tiempo con promesas sobre el Cielo. Ya reclaman, como derecho inalienable, establecer, aquí, en la tierra, el reino celeste.*

Enrique Heine

como una actividad creativa de investigación y transformación de la realidad, en donde teoría y práctica van unidas indisolublemente. Praxis conlleva para nosotros esa unidad contradictoria.

En esta propuesta participan diversas disciplinas enfocadas hacia un objeto que les es común, tratando de aprehenderlo -como un proceso de formación de conocimiento- llegar a determinadas conclusiones que puedan ser útiles en la aplicación o instrumentación de determinados proyectos según las diversas áreas.

Los compañeros están abocados a cuatro proyectos de investigación. Muy resumidamente son:

- Síntesis de los aportes de las ciencias sociales en los siglos XIX y XX.
- Referentes culturales de los jóvenes montevideanos nacidos en los 70 y 80.
- Elaboración de un proyecto general pedagógico-educativo adecuado a América Latina.
- Agresiones industriales al medio ambiente.

La metodología propuesta es la investigación heurística y hermenéutica, y el concurso de especialistas y profesionales. Los muchos necesitan colaboraciones. Los aportes de los lectores, bienvenidos.

### Próximamente

Alfaguara iniciará la publicación de *Cuadernos de Alfaguara* cuyo primer número estará dedicado a "El Pensamiento cubano actual" integrado por tres trabajos:

- *La propiedad social: teoría marxista y práctica revolucionaria* de Luis Marcelo Yera
- *Qué marxismo está en crisis* de Jorge Luis Acanda
- Pasajes del libro "Un grano de maíz", conversaciones de Tomás Borge con Fidel Castro.

17 y 18 de Julio

Revista Alfaguara  
organiza:

### Seminario Taller

*"Contribución al debate sobre el programa de la Izquierda"*

# Alfaguara

## EN ESTE NUMERO

**El programa de la izquierda**  
*por Julio Louis*

**La lucha por la Intendencia**  
*por Washington Estellano*

**Vivienda: Derecho para pocos**  
*por Benjamín Nahoum*

**Seminario Internacional**  
*palabras de clausura de James Petras*

**El espacio cultural**  
*por Rubén Olivera*

**Yugoslavia: Socialismo o barbarie**  
*por Virginia García y Fernando Moyano*

**Paradojas rusas**  
*por Yenia Dumnova*

**El marxismo: teoría y realidad**  
*Por Juan Carlos Venturini*

**Ecología versus capitalismo**  
*por Luis Sanguinet*

**Proyecto alternativo para  
la izquierda latinoamericana**  
*por Pedro Vuskovic*

**Asilo para los vascos presos**  
*por Daniel Olascuaga*

**Pensamiento crítico norteamericano**  
*por Enrique Iglesias Hounie*

**Con el Sec. Gral. de los mineros bolivianos**  
*reportaje de W. Estellano*

**Habla Noam Chomski**  
*reportaje de M. McCaughan*

**Grupo Praxis**

**GONZÁLEZ CASANOVA 18**

## CHIAPAS ES, MÉXICO

**BENEDETTI 3**

TENER O NO TENER

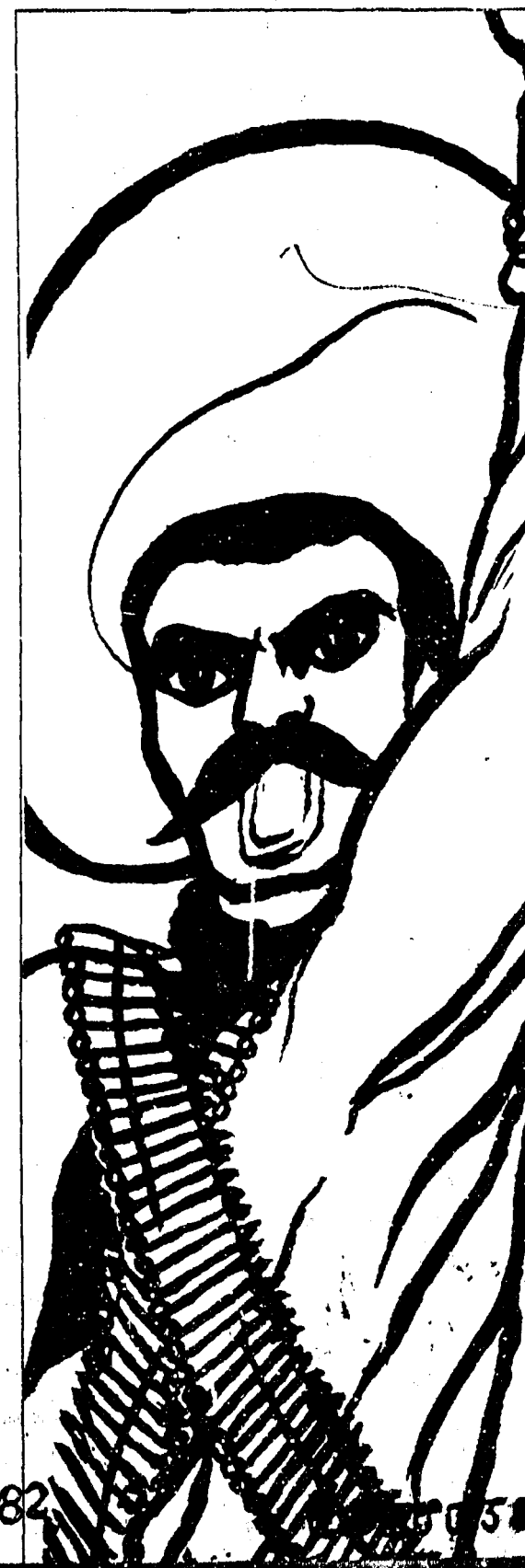
**SARTHOU 5**

ANÁLISIS DEL  
"DOCUMENTO PROGRAMÁTICO"

**PETRAS 22**

EL RENACER DE LA IZQUIERDA

682





FECHA 31/03/95

INICIAL SH

Procesado a Sistema DTX

OBSERVACIÓN  
POLÍTICA • SOCIEDAD • CULTURA**Alfaguara**

Junio-Julio de 1994

Año 3 - Nro 6 - \$10 - Ed. USS 6

**Consejo Editor**

Virginia García Montecoral, Mario Janunarena, Julio Louis, Fernando Moyano, Andrés Olivetti, Angel Rodríguez, Alberto Sosa, Luis Sanguinet, Juan Carlos Venturini

**Redactor Responsable**Julio Louis,  
Gral. Flores 503, Las Piedras  
Redacción: Alsacia 3227, tel. 542156,  
Montevideo  
Correspondencia a:  
Casilla Nro. 1616, Correo Central  
M.E.C. Inscripción Tomo VIII, Folio  
408, Nro. 928.708**Colaboradores**Yenia Dunmova, Jorge Hernández,  
Silvia Pedraza, Juan Carlos  
Yeanplong, Milton Rodríguez, Ruben  
Olivera, Enrique Iglesias Hounio,  
Benjamín Nahoum, Ana Ribeiro,  
Mario Benedetti, Pablo Alfano,  
Magdalena Louis, Diego Artucio,  
Helios Sarthou, Guillermo Foladori,  
Gustavo Melazzi, Gonzalo Abella,  
Adhemar Sosa, Ivonne Passada,  
Washington Estellano (Bolivia), Luis  
Marcelo Yera (Cuba), James Petras  
(EEUU), Alberto Pla (Argentina),  
Athena Kolffmann (Italia)Los artículos firmados expresan la  
opinión de los autores y no  
necesariamente la del Consejo Editor.  
Está permitida la reproducción de los  
artículos, mencionando la fuente.

El dibujo de la portada es de Yenía

**Composición, armado e impresión:**METRO / Comunidad de Sur,  
Millán 4113  
Depósito Legal Nro. 257.710-92**Distribución:**Berriel - Panamá 750 - Tel 925982  
Venta en Quiscos de Av. 18 de Julio  
Librerías TAB - T. Narvaja 1578, Tel.  
418421  
Fotocopias Venezuela 1327Alfaguara es una publicación  
bimestral del Centro de Encuentro y  
Estudios Carlos Marx, Montevideo,  
Uruguay\* Alfaguara: (del árabe al-fawwara,  
surtidor, tromba de agua) f. Manantial  
copioso que surge con violencia  
(Dicc. de la Real Academia Española)**Presentación**

Hemos aquí, de nuevo en la lucha, que es cruel y es mucha.

Varlos factores hicieron que la aparición de nuestro Número 6 se retrasase. Entre otros, factores económicos, sobre los cuales informamos en una pequeña "Carta A los lectores" al final de este número. Sin embargo, seguimos.

Seguimos tratando de mejorar la presentación gráfica de nuestra revista. Hemos recibido distintas opiniones, favorables a retomar nuestro inicial estilo de portadas con ilustración.

Este número viene cargado. Distintas y muy valiosas colaboraciones de nuestros amigos, algunos muy célebres, otros simples militantes, lo hacen así.

James Petras participa con un extenso y muy rico trabajo de balance de las luchas revolucionarias de todo este siglo, que hemos resumido en algo. Se llama "El renacer de la izquierda".

Mario Benedetti nos ha alcanzado distintos artículos que tendremos el placer de acercarlos a nuestros lectores en sucesivos números, comenzando hoy con una reflexión sobre el momento actual que el autor llama "Tener o no tener".

Tenemos la satisfacción de incluir también un extenso análisis de Helios Sarthou, referido al documento programático del Frente Amplio, reciente aprobado por "los doce". Es una contribución al debate que se está procesando entre todas las personas cientes que hoy son testigos de la ignominiosa autodestrucción de la izquierda en nuestro país.

Ivonne Passada, que visitara México recientemente, nos acerca su testimonio, al cual adjuntamos un artículo del famoso historiador mexicano Pablo González Casanova, y extractos de un comunicado del EZLN y una carta del Subcomandante Marcos, referida a la perspectiva de un México en el cual el asesinato de Colosio es un emergente.

Guillermo Foladori nos presenta una reflexión a propósito del reciente encuentro de organizaciones ecológicas realizado en Montevideo, y los temas que en él aparecieron.

Gonzalo Abella, una nota testimonial sobre Paraguay.

Adhemar Sosa analiza el conflicto en torno a la autonomía de la enseñanza hoy en nuestro país.

Mario Janunarena escribe un pequeño y removedor informe sobre cual es la verdad del tan mentado "sistema chileno" de jubilaciones privatizadas. También, una reflexión personal sobre cual debería ser a su juicio el perfil de los Comités de Base del Frente Amplio, hoy total y premeditadamente desmantelados. Con ella, continuamos nuestro estímulo al debate sobre los temas organizativos. En el mismo sentido, nos acerca un pequeño resumen del pensamiento de Gramsci sobre el "centralismo democrático".

Athena Kolffmann nos alcanza desde Italia, un análisis de la situación económica en ese país.

Diego Artucio, una reflexión sobre la situación de nuestro teatro hoy.

Julio Louis, continúa sus aportes sobre la historia del "campo socialista", con un nuevo material de investigación.

Fernando Moyano, nos acerca una reflexión sobre la tan mentada "flexibilización laboral" que hoy se impulsa, y su vinculación con el candente tema de las muertes por accidentes de trabajo.

Por último hemos incluido un comentario del argentino Eduardo Febro llamado "Marx vuelve y será millones" referido al último libro de Jaques Derrida (un teórico del postmodernismo, en el que muchos pretenden apoyarse para hablar del "postmarxismo") en que se reivindica fervorosamente a Marx.

Bon apetito.

Año 3 N° 6

Alfaguara

Mayo-Junio/1994

ESPECIAL PARA ALFAGUARA

MARIO BENEDETTI

# Tener o no tener

Cada vez parece más claro que el asentamiento hegemónico del capitalismo real, impulsado por su profundo desdén hacia el ser humano, está consolidando por fin su vieja ambición de recluir a la sociedad en un marco de injusticia. Las consecuencias de esta aceleración todavía son imprevisibles, pero de seguro no serán placenteras. El hondo pesimismo que, hace pocas semanas, desgranó Ernesto Sábato en El Escorial, fue recibido como el personal testamento de un intelectual octogenario, sin advertir que, además, era un pronóstico verosímil.

Evidentemente, este fin de siglo no es una verbena. El Nuevo Orden Internacional de los suntuosos se complementa con la Santa Inquisición que acorrala a los indigentes. Es cierto que la economía nunca ha sido neutral. Si los diccionarios vigentes todavía la definen como "administración recta y prudente de los bienes", es probable que en próximas ediciones decidan presentarla como "administración deshonesto e imprudente de los males". Nunca ha sido neutral la economía, pero si antes solía encubrir sus preferencias tras los jeroglíficos del lenguaje tecnocrático, ahora ha tomado partido, impúdica y jactanciosamente, por el poder de los decididores y los dueños del dinero. Después de todo, son éstos quienes aquí y allá resuelven lo esencial, al margen de las llamativas controversias y carantofías de los políticos de turno.

En la primera mitad de este siglo, opinaba el muy cristiano Nikolai Berdiaiev que "todo el sistema económico del capitalismo es el retoño de una concupiscencia devoradora y destructora". En eso estamos. Sólo que el retoño se ha convertido en árbol frondoso, con vocación de horma. Y de nada sirve que los yuppies de cada geografía recen en sus ma-

drugadas a la salida de alguna discoteca: "Padre nuestro que estás en el Bundesbank". Pese a quien pese, este nuevo Odin de la crematística hará su voluntad, de ningún modo perdonará nuestras deudas y, por si todo eso fuera poco, nos hará caer en la tentación. De cualquier manera, no es improbable que todos esos manifestantes de Wrocław, Kaunas, Vlore, Guiandzhá y otros enclaves impronunciabiles, que suelen agitar pancartas reivindicatorias en inglés, comiencen a traducirlas al alemán. *Für alle Fälle* (traducción libre: por si las moscas).

Todavía hoy suele uno toparse con la vieja cita de John Maynard Keynes: "A largo plazo todos estaremos muertos", como una táctica admisión de que al menos en esa instancia regirá la (reclamada por unos y rechazada por otros) igualdad. El problema es que los tecnócratas no programan para los muertos sino para los mortales, y ahí sí, como prevenía Orwell, "unos son más iguales que otros".

Tener o no tener. Fórmula infalible de la desigualdad. Los que tienen son cada vez menos, pero esos menos tienen cada vez más. Los que no tienen, por el contrario, aunque ya no puedan tener menos, siempre son más. Los sojuzgan y esterilizan, los barren a balazos y a decretos, los matan a hambre y los resecan a sed, pero siempre son más. En varias regiones del Tercer Mundo tienen lugar esos crecimientos de la desgracia y los políticos del Primer Mundo se apresuran a calificarlos de callejones sin salida, pero en el fondo saben (y temen) que la única salida de tales callejones es la salida revolucionaria. Con votos o sin votos, pero revolucionaria. Y entonces suena, claro está, la hora de la CIA (Lectura recomendada para la primavera: *El fantasma de Harlot*, del norteamericano Norman Mailer).

No obstante, el tema de la tenencia y la no tenencia no atañe exclusivamente a la dialéctica Norte/Sur o Desarrollo/Subdesarrollo. Esa cultura de la satisfacción, sobre la que John Kenneth Galbraith ha escrito un libro revelador, tuvo su hora (o más bien su minuto) de esplendor en el auge del monetarismo, que, según Galbraith, "centra toda política económica en el volumen de la oferta de dinero en circulación: efectivo, depósitos bancarios, cualquier cosa que compre bienes y pague facturas (...). Por desgracia, la fe monetarista fue indebidamente optimista, incluso para los satisfechos".

El relativo fracaso del monetarismo ha endurecido más aún la ya despiadada estructura del mercado de consumo, ese prototipo del capitalismo real. El consumismo, hipócrita y mentirosa diagnosis de la sociedad, contienda en la que todo vale y donde la publicidad inventa virtudes, omite alertas, planifica obsesiones y prefabrica gustos, es un ingrediente de alto riesgo social. El mero hecho de que por un lado se nos conmine a ahorrar y por otro a consumir desenfrenadamente, convierte ese vaivén en una mecánica enloquecedora, que crispa y zarande a una sociedad monetariamente esquizofrénica. En la famosa cultura de la satisfacción ¿dónde está la trinchera de los insatisfechos? ¿Alcanzará con que los franceses defiendan la *baguette* y los españoles la *efie*?

A los norteamericanos nunca les ha gustado admitir que las clases sociales existen. Hace sólo tres años, el entonces presidente Bush dijo que las clases "son para las democracias europeas o algo por el estilo...no para Estados Unidos de América. Nosotros no vamos a estar divididos en clases". Poco tiempo después los sucesos de Los Angeles se le vinieron encima y quizá entonces se haya

083

9500306

9500306

084

9500306



dado cuenta de que un negro de California no era lo mismo que un millonario de Texas, y que la diferencia no estaba sólo en el color de los insumos sino también en sus respectivos valores fiduciarios. Para la democracia norteamericana hasta la piel tiene un color económico.

El clan de los satisfechos genera casi inevitablemente una subclase de servidumbre. En países del Primer Mundo donde el confort se fue convirtiendo en una religión, el ciudadano medio se resistió a desempeñar funciones de servicio, indispensables en el buen funcionamiento de una comunidad, pero que ellos consideraban degradantes. Para esos menesteres estaban los inmigrantes: portugueses, españoles, italianos, y más recientemente turcos, polacos, magrebíes, sudacas. Hoy el fantasma de la desocupación se ha instalado en Europa y ya quisieran sus diez millones de parados autóctonos conseguir alguna de aquellas faenas degradantes.

Hace poco leí un interesante artículo de Lucía Alonso Ollacarizqueta ("Los impenitentes herederos del desarrollo separado", *Cuatro Semanas*, Barcelona, agosto 1993) en el que se analizan las dificultades que

hallan Sudáfrica para acabar con cuatro décadas de segregación legislativa, y acabé preguntándome si la opción que hoy ofrece al mundo el capitalismo real no guardará cierta extraña relación con aquel concepto de "desarrollo separado". Separado no por motivos raciales, como en Sudáfrica, sino por razones económicas. Algo de eso han esbozado, en su lenguaje esotérico, algunos viceportavoces de la Comunidad Europea, cuando han lanzado la idea de una Europa de *dos velocidades*. No sería improbable, después de todo, que la tan ondeada bandera de la solidaridad se escinda en dos banderitas: la solidaridad entre los que tienen más y la solidaridad entre los que tienen menos. Como es lógico, a los que nada tienen no les tocará ni media franja. Ya habrá tiempo para que alguna generosa legislación les permita el acceso a los correspondientes *bantustanes* económicos.

Hace quince o veinte años, entre el tener y el no tener había una grieta; hoy, media un abismo. La manía privatizadora, tan grata a la política macroeconómica, ahonda ese abismo, ya que el Estado, mal que bien, es cosa de todos, en tanto que las Grandes Empresas son cosa de pocos.

Para peor de males, cuando aparece el fantasma de la crisis, la automática respuesta de las clases pudientes es cercenar los gastos sociales.

Tal vez tenga razón Sábato cuando señala, en medio de su fundado escepticismo, que la única posibilidad de salvación está en los jóvenes. También lo saben los decididores. En consecuencia, no será para los jóvenes una empresa sencilla. Les están asesinando el futuro, preparando un mundo inhóspito y estéril, inculcando un egoísmo suicida. Los decididores son conscientes de que allí hay una contradicción latente que puede ser fatal para sus intereses. De ahí que construyan alrededor de los jóvenes un muro de ruido, de violencia, de alucinaciones, de pobre imaginaria; de ahí que hagan lo posible y lo imposible para que los muchachos y muchachas se evadan de la realidad, se enclaustran en el vacío, no se hallen en el mundo como en su hogar sino como en casa ajena. Que se anulen, en fin. Ojalá que, pese a todo y a todos, sepan rescatar su fresca identidad, y que, aun en medio de tanto fognazo y tanto estruendo, sepan escuchar los latidos de su propio corazón. Y también los del corazón del prójimo.

## Publicaciones de reflexión

En febrero se realizó en La Habana la I Reunión de Publicaciones de Reflexión de América, dentro del IV Encuentro Latinoamericano y del Caribe por la Solidaridad.

En su convocatoria se anunciaba un balance de los problemas de las publicaciones y un intercambio de ideas y proyectos para buscar colectivamente alternativas viables para superarlos.

Se preveía un espectro ideológico amplio.

La mayoría de los movimientos sociales y políticos solidarios tienen medios de difusión modestos. A esta realidad no la podemos revertir de inmediato y por eso necesitamos colaborar entre nosotros.



Aprovecharemos los escasos recursos y tecnologías que tenemos para mejorar la comunicación entre las revistas y con sus interlocutores, y ampliar su promoción en el continente. Conocernos, comunicarnos y difundir experiencias nos ha permitido ganar espacios.

Nuestras revistas tienen con sus pueblos responsabilidad de elaborar alternativas populares a la crisis, de transmitir razones de esperanza en un futuro de justicia.

Al Primer Encuentro asistieron 130 publicaciones de 25 países. El segundo será en 1995. Mientras tanto circula una guía de publicaciones de reflexión. Alfaguara ha adherido al Encuentro y espera participar en el segundo.

## EL PROGRAMA DEL FRENTE AMPLIO

HELIOS SARTHOU

# Análisis del "Documento Provisorio" sobre Programa

El 16/2/94 el O.C.P. (los 12) aprobó el "MARCO GLOBAL PARA EL PLAN DE GOBIERNO 1995-2000 del FRENTE AMPLIO", documento extenso que incursiona en doce puntos: Carácter y Objetivos del Plan; Política Internacional; Sistema Democrático; Descentralización; Política Económica; Deuda Externa; Ciencia y Tecnología; Función y Reforma del Estado; Políticas sociales; Educación, Cultura y Comunicación; Seguridad Personal y Social; Medio Ambiente, y se acompaña de "Propuestas complementarias" y "Anexos".

Por la trascendencia y claridad del análisis, autorizados por el diputado Sarthou, lo reproducimos, acompañado de fragmentos del documento de los 12.

### Caracteres generales del documento

El documento provisorio de Marco Global tiene cuatro características: 1) es un documento transaccional, 2) de trabajo, 3) provisorio, 4) sujeto a eventual modificación, ampliación, eliminación y a la definitiva aprobación por las comisiones de programa y especializadas del F.A., por los militantes de los grupos políticos, pero sobre todo y fundamentalmente por los comités de base, coordinadoras y el plenario del F.A. antes de la final decisión del Congreso Extraordinario del F.A.

En tanto documento transaccional refleja las limitaciones que resultan de las recíprocas concesiones entre doce personas. Si bien el resultado no cumple la aspiración plena de ninguno de los grupos, la correlación de fuerzas arroja un documento a nuestro juicio absolutamente negativo, entre otras cosas, por el grave descaecimiento de la línea del último Congreso programático del F.A., de 1989, y con mayor claridad de la línea de la Declaración Constitutiva de 1971 y de las Bases Programáticas de la Unidad de 1984, que están en vigencia, y que el Congreso del MPP en sus comisiones preparatorias ratificó por unanimidad.

Hoy el único camino para defender la identidad ideológica y programática del FA y los intereses del país y de nuestro pueblo es reafirmar el carácter de documento transaccional y provisorio de este material de trabajo para la actuación de la orgánica del F.A.

Lo que decimos no es obvio porque ya en la TV se ha transmitido la imagen de que se aprobó el plan global sin aclarar en ningún momento debidamente que está condicionado a la aprobación de la orgánica ni especificar que puede sufrir todo tipo de alteraciones.

### La falta de participación en el F.A.

Los graves defectos de contenido del documento crean el riesgo cierto de que la orgánica funcione —como funcionó cuando el plebiscito interno— como meramente homologatoria de lo hecho, de lo aprobado por la Dirección.

Los Comités de Base están funcionando solos, sin apoyo de la dirección del F.A. No se mantiene el hábito de discusión y debate porque no se les ha utilizado en ese rol. No ha existido en la práctica la voluntad política en la mayoría de la Dirección para desarrollar la sobrevivencia y crecimiento de la participación en los

Comités de Base. La absorción por la política de alianzas lleva a transformar el programa en un instrumento para la misma.

Podemos estar vendiendo falsas ilusiones sobre la posible defensa del programa si no se hace un esfuerzo —bastante difícil— para lograr la dinamización de los Comités de Base que están actuando con dificultad y hacer posible así una capacidad plena de enjuiciamiento del documento aprobado.

La crisis de diciembre que suspendió el funcionamiento del Plenario y la Mesa Política, creando el órgano provisional e incluyendo a tres miembros como representantes de las 36 coordinadoras, ha acentuado la desmovilización ideológica de debate de la base.

No puede caber duda que la forma de discusión y resolución del tema PROGRAMAS desde ya nos coloca perdiendo.

Con una participación casi muerta, deberíamos revertir por la crítica la modificación, y por textos alternativos lo que han hecho los representantes de los grupos.

No tenemos dudas de que si no conseguimos revertir por la orgánica el documento aprobado, el F.A. perderá toda identidad ideológica, es posible que no nos diferenciamos del FORO o que algún grupo tenga un

programa de mayor justicia social; más allá de que lo sea solamente en la letra.

### Capítulo 1: Carácter y objetivos del plan. Abandono de los ejes fundamentales de los documentos programáticos fundacionales del F.A.

- 1) Con referencia a la posición antiimperialista del F.A. se usa una sola expresión en todo el documento diciendo que combatirá toda forma de dependencia "y en particular las derivadas de políticas imperialistas". Pero, ¿cuáles son las políticas imperialistas? Y ¿en dónde? ¿En Asia? ¿En África? El imperialismo tiene un nombre: subdesarrollo latinoamericano, y con eufemismos no lo arreglamos.
- 2) Si algo es perceptible hoy, es el poder de las supranacionales y la transnacionalización del capital. Sin embargo este marco global emplea el eufemismo de decir que combatirá "el predominio por parte de minorías económicas y sociales".

¿Las supranacionales son las minorías económicas? ¿Y por qué sociales? ¿Se refiere con estos dos términos ambiguos a los grupos oligárquicos en lo interno? ¿Son acaso las supranacionales? No olvidemos que estamos en el capítulo de "Objetivos del Plan", o sea, de los macroobjetivos.

¿La lucha antiimperialista de tanta gente durante tanto tiempo y la lucha contra las supranacionales y los organismos de crédito internacionales queda sepultada en estas vaguedades?

Es cierto que en capítulo redactado por Astori sobre deuda externa se habla de los organismos internacionales (¿por qué no FMI, BID?) pero solamente de la transnacionalización bancaria, no en general.

Se adopta como definición del desarrollo económico la adoptada por la adoptada por el CCDS, organismo creado y presentado en la Conferencia de Río por las supranacionales que crearon un consenso de 48 representantes y directores ejecutivos de las supranacionales bajo la denominación de "Consejo de Co-

mercio para el Desarrollo Sustentable".

Si bien la expresión tenía connotaciones ambientalistas, en relación a la Comisión de Desarrollo Sustentable, que fue planteada en el marco de las Naciones Unidas, el referido Consejo de las supranacionales plantea entre los objetivos de tal desarrollo la necesidad de los mercados abiertos y competitivos.

¿Qué significa introducir nada menos que en el marco global y en los ejes fundamentales del capítulo esta idea que manejan las supranacionales? Por lo menos no es usual y es peligrosa la expresión.

Si bien se describe en otra parte del Marco Global el desarrollo, nos arroja profundas dudas esta expresión como base del Marco Global. Si se trataba de esclarecer el enlace con aspectos ecológicos, otra era la forma de plantearlo.

### Capítulo 2: Política Internacional

En el documento del OCP el punto 2 B expresa: "El mantenimiento de relaciones diplomáticas y comerciales del Uruguay con todos los países, cualquiera sea su sistema político".

El punto 2h expresa: "Ante la posible formalización de un área continental de libre comercio, estrechar lazos y mantener consultas con los gobiernos de la región, en el marco de las orientaciones definidas en el literal anterior.

Los puntos 2b y 2h eliminan que se pueda producir una vinculación con partidos políticos de América Latina y, sin duda, es un resabio del ideario del representante del MPF: no más actos con el PT o relaciones como ese u otros partidos políticos o fuerzas sociales de América Latina.

Cuidado con esto, que puede ser usado para juridizar sólo las relaciones con gobiernos y trancar toda relación del F.A. con partidos y fuerzas sociales de América Latina en el plano político y social.

Quiero señalar que en forma equívoca en este cap. 2, donde tendría que aparecer solo lo internacional, se da, nada más ni nada menos, que una definición del F.A. desde el punto de vista de su integración diciendo: "El F.A. es una organización nacional dentro de la que caben hombres y mujeres provenientes de todos los sectores sociales, niveles

económicos y formas legales de ocupación dispuestos a compartir nuestro programa de cambios...".

Cuidado: parece obvio, pero, ¿en ese todo se comprende a la oligarquía? ¿Desaparece la distinción entre sectores dominantes y dominados? ¿No hay clases sociales ni lucha de clases? ¿Todos juntos en el mismo barco electoral? ¿Niveles económicos incluye a los grandes propietarios de bancos y del campo?

Se dirá que se aclara y que deben compartir el programa, pero ¿es eso posible en el marco de la lucha de clases y en la dependencia del subdesarrollo en que el capital nacional actúa asociado al imperialismo?

Algunos vendedores callejeros, o la gente que no aporta al BPS con sus mercaderías que escapan a Pratto, quedan excluidos. Además de los que echados puedan vivir del bagajo, por ejemplo en la frontera.

No se trata de legalizar en una declaración esas actividades irregulares que el régimen capitalista crea, pero no se puede admitir el veto en cuanto a que sean frenteamplistas, porque son las víctimas del propio sistema capitalista.

Esto armoniza con otro texto —también medio infiltrado en el capítulo de Política Económica, inciso K)—: "El proceso de transformaciones que sostiene el F.A. exigirá cambios en la estructura de poder en favor de lo nacional y de lo popular. En ese marco, deben procurarse acuerdos entre el Estado, los empresarios, los asalariados, con participación de partidos políticos y organizaciones sociales. El F.A. mantendrá relaciones con todas las fuerzas sociales, preservando su completa independencia con respecto a cada una de ellas, las consultará y escuchará, pero siempre sus decisiones serán adoptadas a nivel político".

Aquí se lanza la "concertación social", la conciliación de clases bajo la rectoría del Estado.

Eso de que el F.A. mantiene relaciones con todas las fuerzas sociales y evidentemente en igual nivel de relaciones, ¿corrige la posición del F.A. en cuanto al apoyo especial a la clase trabajadora y a los sectores dominados de la sociedad?

¿Implica la derogación oficial de una posición clasista que estaba perfectamente comprendida y admitida



"Discurso Político" Grabado de José Guadalupe Posadas.

por lo menos en la caracterización del F.A. como antioligárquico?

En relación con todo esto, perdido en un farrago de texto, hay una frasecita que no tiene desperdicio, en la que adoptamos el criterio de la Cámara de Comercio, condenando a los trabajadores informales. Esa frase dice en el 9i) algo que está bien, o sea que hay que desarrollar el empleo productivo, pero después agrega: "...para resolver el grave problema de las actividades informales que afectan al comercio y a las actividades productivas".

Lo del empleo productivo es difícil que se cumpla. Lo que queda en pie es esta conclusión condenatoria de las actividades informales porque perjudican al comercio y a la producción. Va a ser usado y es injusto.

### Capítulo 3: Sobre la estructura democrática

Se hace una frase declamatoria sobre el Poder Judicial sin afirmar dos cosas que tienen que ver con su independencia como Poder: la autonomía financiera y la designación por carrera, con toda independencia del Poder Legislativo.

Esto lo hemos reclamado muchas veces en la Cámara los frenteamplistas.

En lo que se refiere a las FF.AA. —un capítulo insuficiente— incurre en la adjudicación de roles de interés social sobre los que no hablo porque ya han sido muy bien impugnados por el Gral. Licandro.

Además, dentro de las ambigüe-

dades, se dice que deben "consolidar la paz y el respeto de la Constitución y las leyes".

Lo de la Constitución y las leyes supone rol interno de consolidación?

### Capítulo 5: Sobre la política económica

Temores a transferir a los economistas frentistas:

El equilibrio del presupuesto como meta sin aclaraciones sobre la aplicación de recursos, por ejemplo, sin los porcentajes de educación, salud, salarios de los funcionarios, ¿no es el ideario de Posadas?

Si no se hacen las reservas de lo social, ¿qué significa tomar este supuesto neoliberal como base?

¿No hemos quedado en que el IVA grava el consumo y que hay que gravar la riqueza?

No se dice nada de gravar la banca y el latifundio.

El documento del OCP en el inciso 5e, dice:

"Es necesario impulsar una nueva política agropecuaria y de pesca basada fundamentalmente en el apoyo a la agro-industria y en el fomento a la industria pesquera. Se tomarán medidas que estimulen en forma constante la mayor productividad y la racionalización en la explotación del suelo. Se promoverá la utilización de las técnicas más convenientes de producción y de las formas más efectivas de comercialización, protegiendo especialmente al productor eficiente. Se instrumentarán

los métodos que permitan mejorar las condiciones de vida del asalariado, del trabajador independiente, y del pequeño propietario. Se brindará un fuerte respaldo al Instituto Nacional de Colonización, otorgándole recursos que permitan desarrollar una política de tierras, las que serán entregadas a quienes demuestren conocimientos y aptitudes para trabajarlas. Se procurará la desaparición de latifundios y minifundios —los que se caracterizan por baja productividad, las escasas inversiones y el reducido empleo de mano de obra— disponiendo para ello una dinámica política impositiva".

No hay entrega de tierras ni se respeta el texto del 89 sobre la tierra no explotada con sentido social. Se resuelve por una expresión "dinámica positiva". Es un texto declarativo, sin soluciones.

### Capítulo 8: Función y reforma del estado

¿No se habla del referéndum de diciembre de 1992 y de la lucha contra las privatizaciones?

Es muy débil la defensa del Estado. Se dice que el Estado debe actuar "aunque con cuidadosa selección de los ámbitos en que actuará".

El documento del OCP dice: "Es imprescindible el mantenimiento de las empresas estatales en los sectores estratégicos (los que afectan la soberanía)...".

¿Las empresas estatales sólo proceden en los sectores estratégicos?

¿Qué le vamos a decir a los com-

pañeros del Gas, o de la Imprenta Nacional, o de PLUNA, que no son sectores estratégicos?

Sin duda hay abandono de las banderas del 13 de diciembre.

Con lo del presupuesto equilibrado avanzamos hacia el neoliberalismo, que hará más fácil las alianzas.

Absolutamente insuficiente el texto sobre los funcionarios públicos, que debe reescribirse estableciendo sus verdaderos derechos. Es absolutamente injusto en texto tan magro hablar de redistribución y de restricción de funcionarios a cada área y no hablar de sus legítimas reclamaciones.

### Capítulo 9: Las políticas sociales

Dice el inciso 9c) del documento del OCP: "La política salarial tiene que ser sustancialmente revisada. Deberá procurar, cuando corresponda, la recuperación del salario —en especial y de modo significativo en los sectores sumergidos—, propiciar que nadie pierda capacidad adquisitiva, contribuir a estimular la productividad y que los mercados des-niveles actuales para funciones similares se atenúen hasta desaparecer. El salario debe reflejar la utilidad económica y social de la tarea que se cumple".

¿Qué quiere decir la "recuperación cuando corresponda"? Debemos defender la recuperación del salario. No podemos abandonar la mitad de la "canasta ya" como planteamos en la Comisión de Programa.

Se establece el principio, caro a la derecha y a la patronal, de la fijación del salario de acuerdo a la productividad sin ninguna relativización.

El salario justo, según el art. 54 de la Constitución y la ley de consejos de salarios (art. 1), queda en nada. El texto, que agradecerá la patronal de la industria y el comercio, es el subrayado tres párrafos arriba.

Es inadmisibles que no se de ninguna pauta sobre el trabajo rural ni sobre los funcionarios públicos.

### 9 e): La seguridad social

DICE EL DOCUMENTO DEL OCP: La seguridad social, tras la reforma constitucional votada en 1989, ha mejorado sensiblemente...

No parece bien que como fren-



Helios Sarthou visto por Angel Rodríguez.

teamplistas digamos lo que expresan Garat y Trobo en el parlamento, pues se comienza diciendo que después de la reforma constitucional la seguridad de los jubilados ha mejorado sensiblemente. Hay que saber que el 50% de los jubilados está por debajo de los tres salarios mínimos.

Además, la Reforma fue resultado de la lucha de los jubilados; por lo menos habría que decirlo.

No se señala la necesidad de mantener la lucha contra los sucesivos proyectos desnaturalizados de la seguridad social, destacando el triunfo del rechazo del último y la vigilancia contra la privatización.

No se pone la palabra privatización, que generó toda una lucha, como la de SONDA Y para colmo se aprueba la jubilación sobre la base de los aportes efectuados, lo que implica la negación de la responsabilidad social basada en la financiación de la responsabilidad compartida y solidaridad de las generaciones.

Es negar toda la lucha que se ha venido dando contra el sistema de seguridad social de tipo bancario "tanto ahorras, tanto te devuelvo cuando te jubiles", negando la idea de solidaridad intergeneracional del sistema de seguridad social.

No se habla para nada de la lucha de los jubilados y de la campaña de firmas para derogar los artículos de la Rendición de Cuentas que implantan el sistema de cuentas personales según los aportes efectuados (otra

cosa es la historia laboral, que es el registro de años y servicios).

No se habla nada del atropello contra la vivienda de los jubilados, que se les han quedado con fondos de viviendas de muchos millones de dólares entre el 87 y el 92, porque sólo una ley reciente les reconoció el derecho desde el 92.

### 9f) El derecho a la vivienda

Dice el documento del OCP: "El derecho a la vivienda es un derecho humano capital. La vivienda presenta en muchos sectores carencias tremendas, las situaciones de emergencia deben ser prioritariamente resueltas. Se requiere una planificación concertada entre el Ministerio respectivo y los Gobiernos Municipales, así como con el Banco Hipotecario, para atender adecuadamente las necesidades de la población más carenciada, teniendo en cuenta en lo aplicable lo dispuesto por la ley 13.728. Debe ser estimulada la importante actividad que cumple el Movimiento Cooperativo, así como también otros sistemas sociales de construcción de viviendas. La vivienda propia, además de su profunda significación social y económica, es deseable que contribuya poderosamente a fortalecer y afianzar la convivencia familiar. Es necesario ajustar la legislación sobre arrendamientos".

Creo que es absolutamente insuficiente. No se dice nada de prórroga de desalojos y lanzamientos. Nada sobre las ocupaciones. Nada de las deficiencias en los servicios de agua y de luz.

Por supuesto que no hacemos referencia de casos concretos en un plan global sino que faltan los principios generales.

No se trata el problema de los deudores del Banco Hipotecario ni la conducta de éste.

Nada sobre la construcción y planes. Nada sobre la protección frente a la elevación incesante de los alquileres y la necesidad de una rebaja que en 1985 aplicó Sanguinetti.

Nada es aceptable y falta todo.

### Capítulo 10: Educación, cultura y comunicación

Dice el documento del OCP: "La educación deberá ser permanente, flexible, diversificada, compensatoria..."

No sé qué se quiere decir con educación flexible y compensatoria. Habría que aclarar porque puede tener sentido inocuo o utilizarse aviesamente.

Se incluye el reexamen de la ley universitaria. ¿Qué significa? ¿Insertarla en una concepción liberal? No es posible aceptar un marco de ese tipo sin establecer contenidos, porque se puede prestar para cualquier modificación.

Lo GRAVE en este inciso es la frase que dice: "Es preciso generar un verdadero sistema de educación superior público y privado"

¿Integramos en nuestro programa desarrollar un sistema de enseñanza superior privada? ¿Incluimos en este concepto a la Universidad Católica que hoy funciona? ¿Vamos a patrocinar un sistema de enseñanza superior privada elitista? Falta en ese documento lo referente a la campaña de firmas por porcentaje en educación, y aspectos sobre el salario, las necesidades, los derechos de los docentes, la carrera funcional, etc.

En lo referente a cultura y medios de comunicación el documento del OCP es absolutamente insuficiente y puramente declarativo.

### Capítulo 11: Seguridad personal y social

Dice el documento del OCP, inciso b) "Deben ser profundizados el enfrentamiento y la prevención de todas las formas de la delincuencia —nacionales o con conexiones internacionales, económicas o políticas, vinculadas con el ejercicio de funciones públicas y privadas, así como a sus causas".

El documento refleja el pensamiento sancionatorio en que el delito no tiene causas sociales y la protección es virtualmente el único valor a defender.

Si bien tenemos conciencia del agravamiento de la delincuencia, el inciso b) despega el tema totalmente de las causas sociales, del régimen de detención que no recupera a nadie. Utiliza la expresión causas sin darle ningún contenido.

Por lo contrario es absolutamente detallado en el atención de las víctimas, lo que no está bien si se encuadra en el tema social de fondo.

Aún faltaría analizar el efecto de la impunidad, aún en la valoración antisocial de la conducta delictiva,

desde que una sociedad que amparó la impunidad para la peor delincuencia queda a veces desarmada en sus valores éticos.

### Propuestas complementarias: conceptos reescritos por Astori en materia de deuda externa, mercosur y sistema financiero

Donilo Astori - 25/2/94.

#### I. Sobre la integración y el mercosur (punto 2g) del documento en discusión)

El Frente Amplio reafirma una vez más su profunda vocación integradora como vía esencial de realización de un proyecto nacional. Es en esta visión que debe inscribirse la experiencia regional iniciada a partir del Tratado de Asunción, cuya aplicación no puede significar el perjuicio de los débiles en beneficio de los poderosos, sino un auténtico desarrollo colectivo que asigne prioridad a la satisfacción de las necesidades más sentidas por los pueblos participantes, indiscutidos protagonistas del proceso. Hasta ahora, el Uruguay no se ha preparado para encarar este desafío de modo de obtener resultados positivos. Ha optado por el irrestricto juego de los mercados —en los que no existe la libre competencia— y ha dejado no contrarrestados sus inevitables efectos concentradores y excluyentes.

Partiendo de la base de que sólo los cambios sustanciales en la política económica que se exponen en otra parte de este documento permitirán defender el interés nacional, el Frente Amplio entiende necesario proceder a efectuar una revisión seria de los plazos acordados, así como de los mecanismos y las acciones concretas a utilizar en salvaguardia de las aspiraciones económicas y sociales del país, poniendo especialmente en cuenta las urgencias que hoy exhiben los sectores más duramente castigados por la irresponsabilidad que campea con la conducción del proceso. Ello tendrá que complementarse con una política regional intensamente activa, que incluya desde la búsqueda y la con-

creción de acuerdos de complementación productiva hasta la protección de valores democráticos y los derechos humanos fundamentales de nuestra población.

#### II. Sobre el sistema financiero (punto 5 a) del documento en discusión).

El sistema financiero en el Uruguay —y, en particular, su principal exponente que es el sistema bancario— debe ser profundamente transformado, a la luz de un objetivo central: la reinstauración de la producción como prioridad económica indiscutida, y el funcionamiento del sistema financiero como una herramienta a su servicio.

El FA habrá de asignar especial importancia a tres aspectos fundamentales de esta transformación. El primero refiere a la reducción del costo del crédito con destino a la producción, y a la creación de canales de acceso al mismo con adecuados controles sobre su utilización. En este sentido, asumirá una relevancia fundamental el funcionamiento del BROU como una auténtica institución de fomento, lo cual exigirá desmontar todas las decisiones que hoy lo han convertido en una institución estrictamente comercial, con pautas de conducta iguales a las de la banca privada.

El segundo aspecto alude precisamente a los controles que se deberá ejercer sobre las actuaciones de las instituciones financieras por parte del Banco Central del Uruguay, que además de utilizar todas las normas en vigencia tendrá que contar con la eliminación del secreto bancario.

El tercer aspecto se vincula con el cobro compulsivo a los grandes deudores, previo examen pormenorizado de cada situación individual, con ejecución de las garantías reales disponibles y la utilización de dichos bienes al servicio de nuevas experiencias productivas que permitan el acceso a las mismas de quienes no disponen de recursos suficientes para encararlas sobre bases sólidas.

#### III. Sobre la deuda externa (punto 6 del documento en discusión)

Con respecto a la deuda externa, la postura del FA se asienta principal-



mente en su rechazo al condicionamiento que hasta ahora han venido imponiéndole al país la banca privada transnacional y los organismos internacionales. Por esta razón se entiende imprescindible una renegociación de la deuda con dichos acreedores, con las finalidades esenciales de reducir sustantivamente la carga que representa su servicio, y revertir los efectos que generan las condiciones mencionadas sobre toda la economía y la calidad de vida del pueblo uruguayo.

Los criterios que guiarán esta renegociación habrán de ser coherentes con las prioridades que el país adopte en materia de estímulo a la producción y a la creación de fuentes de empleo, así como con la necesidad de atender las principales urgencias que hoy exhiben los sectores carenciados de la sociedad uruguaya. Simultáneamente el FA impulsará acciones concretas de estímulo a la conducta colectiva de los deudores, utilizando a estos efectos diversas vías complementarias, que incluyan el propio ámbito de la integración regional.

\* \* \*

Conociendo las grandes diferencias que tenemos con el Cr. Astori en estos temas, las mismas podrían haber sido mayores, que las que tenemos con el texto reescrito.

De todas maneras pensamos:

a) no podemos renunciar a lo que decía nuestra propuesta en cuanto a la suspensión inmediata de la caída de aranceles tanto respecto del Tratado de Asunción y del mundo, porque desaparece totalmente la actividad industrial en el país.

De igual manera debe insistirse en la anulación del 4+1, que establece absolutamente la prohibición de todo proteccionismo y la apertura del mercado.

Creemos, además, que habría que requerir el replanteo del Tratado por un protocolo modificativo en cuanto a que no sean el Ministerio de Economía y el de Relaciones Exteriores los que dirijan el MERCOSUR en cuanto a la intervención del parlamento, que Astori excluyó de nuestra propuesta, y en cuanto a algunas cláusulas que también excluyó y que se refieren al abuso del capital extranjero, a los actos macroeconómi-

cos de los países vecinos y daño grave de las fuentes de trabajo, como lo decía nuestra variante.

Creemos que como la propuesta concreta, debería replantearse la convocatoria de las partes al amparo de la cláusula del Tratado que da derecho a exigir la reunión de las partes si existe grave perjuicio en la economía de un país, cosa que sucede en el Uruguay por efecto de la importación competitiva.

Esta bandera la debe tomar el Frente. Además, en esa revisión deben intervenir los trabajadores y los empresarios, que fueron excluidos del Tratado.

b) El sistema financiero es el que presenta menores diferencias. De todas maneras aquí funciona el eufemismo escapista "consolidar la presencia del sector público en el sistema financiero" en lugar de lo que decía el mismo Astori en su libro sobre la crítica del neoliberalismo, en el que expresaba (pág. 134, párrafo final de su libro): "Por eso es que la nacionalización de la banca tendría que ser uno de los componentes fundamentales de un modelo de política económica alternativo actual. Si así fuera, no hay dudas que se podría estimular a la producción sin perjudicar a los trabajadores".

Creo que se puede insistir en la nacionalización de la banca, porque se dice en el 89, y debe ser un Poder que no hay que perder más allá de su funcionamiento oportuno. El programa del 89 es diáfano: establece la nacionalización de la banca.

c) Deuda externa. La idea del no pago debe funcionar textualmente. Todo eufemismo da la sensación de que se ha echado para atrás. Reivindicar el texto del 89, que era correcto.

### Algunos puntos importantes sobre los cuales nada se dice en el documento provisorio del OCP

1) Aunque puede parecer mentira, no se dice una palabra sobre derechos laborales, salvo los rurales. No se menciona la palabra sindicato en todo el texto, no se habla nada de libertad sindical, de los despidos, del reintegro. No se condena la flexibilización del

derecho del trabajo, el creciente efecto de las suministradoras de mano de obra. No se denuncia este falso régimen de salario "libre", el incumplimiento de las leyes laborales y las medidas de inspección en la industria, especialmente en la construcción. No se habla de la competencia de la mano de obra extranjera. Toda la esfera del trabajo no existe porque debemos ser imparciales ante todas las fuerzas sociales, según el texto.

2) No se trata virtualmente la problemática de los funcionarios públicos en sus derechos a la carrera administrativa, en sus problemas salariales, etc.

3) No se trata del trabajo informal más que para darle la razón al comercio establecido. Son hoy más de 300 mil personas.

4) Consideramos que debe armonizarse el plan aprobado por el Congreso con la plataforma electoral del 89 del F.A. con éstas y otras observaciones que puedan existir con el texto provisorio. Sólo hemos puntualizado lo más grave, y quedan aspectos para examinar por asesores. Debería redactarse un texto alternativo con lo aportado.

Sería necesario comparar con los documentos de 1984 y de 1989, cosa que habría que hacer para defender algunas de las posiciones a adoptar y que tienen respaldo en esos documentos.

**Nota de Alfaguara:** Este documento fue presentado ante el Plenario Departamental de Bases de San José, quien lo ha hecho circular. A su vez, ha impulsado para mediados de junio, la realización de un Activo de Comités de Base del FA, con el siguiente temario: 1) Marco programático, 2) Política de alianzas. Esta propuesta ha sido aprobada por consenso en el Plenario del Interior, y luego secundada por distintas Coordinadoras de Montevideo. Respecto al referido "Documento Provisorio de Marco Global Programático" aprobado por los "doce", el Plenario de San José ha expresado textualmente: "Encontramos el Marco Global, insuficiente y contradictorio con principios frenteamplistas. Por lo tanto proponemos sean contempladas las resoluciones del Congreso del FA del 91, Plenario de julio del 93".

## ENSEÑANZA

# El señor Ministro y la autonomía

En declaraciones en el Canal 12 durante la Semana de Turismo, el señor Ministro de Educación y Cultura, Dr. Antonio Mercader, manifestó la necesidad de que el Poder Ejecutivo, a través de su ministerio, tenga una mayor injerencia en la política educativa a fin de adecuarla al modelo de país que se propone el gobierno.

En primer lugar digamos que el gobierno no se propone ningún modelo de país. Simplemente acepta la propuesta de los centros internacionales de poder y la pone en práctica servilmente, como lo hace la gran mayoría de los gobiernos de los países dependientes de esos centros. La política educativa, también dictada desde afuera, es la que todos conocemos: retaceo presupuestal a los órganos de la educación y la cultura en general, que deriva en sueldos miserables para sus funcionarios y condiciones cada vez más inadecuadas para cumplir con un mínimo plan educativo y cultural. Se favorece así a las instituciones privadas en desmedro de las públicas ahondando, en consecuencia, el abismo entre la clase alta, a la que se intenta fortalecer como élite gobernante, y el mayoritario resto del pueblo, abrumado por el subconsumo y cada día más alejado de las posibilidades de recibir una educación decorosa.

De todos modos, el Dr. Mercader parece ignorar que los principales organismos culturales del país, la Universidad de la República y la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP) son Entes Autónomos y, por lo tanto, las posibilidades del Poder Ejecutivo de intervenir en su actividad son muy limitadas.

Es obvio que la autonomía no implica independencia total ni la existencia de órganos soberanos dentro



del Estado, lo que constituiría una incongruencia lógica y jurídica. Los entes autónomos integran el Estado, están dentro de él y, por tanto, deben actuar sujetos a las normas constitucionales y legales vigentes en el Estado. El CODICEN (jerarca de la ANEP) establece las disposiciones reglamentarias concernientes a los niveles educativos a su cargo y lo mismo hace el Consejo Directivo Central de la Universidad de la República, pero no pueden, por ejemplo, autorizar el ejercicio de la docencia a menores de 18 años ni prohibir el ingreso como docentes, funcionarios o alumnos a determinadas personas en virtud de su raza, religión o ideología política.

La autonomía en nuestro derecho es definida por el art. 194 de la Constitución de la República, que dice textualmente: "Las decisiones definitivas de los Entes Autónomos, sólo darán lugar a recursos o acciones ante el Tribunal de lo Contencioso Administrativo o el Poder Judicial, según lo disponga esta Constitución o las leyes, sin perjuicio de lo dispuesto en los artículos 197 y 198". Es decir que los órganos que pueden anular las decisiones del CODICEN o del CDC (y también de los otros entes autónomos) no lo hacen como jerarcas administrativos sino cumpliendo una función jurisdiccional (del latín "juris dictio", decir el derecho, inter-

pretario y aplicarlo a cada situación concreta). Estos órganos, el Tribunal de lo Contencioso Administrativo y los integrantes del Poder Judicial, están encargados de velar por el cumplimiento de las normas que rigen en el Estado. De la misma manera, un juez, sin ser mi jerarca, puede condenarme si violo una disposición legal y eso no significa que, como ser humano, yo deje de ser libre, es decir "autónomo". Pero mi libertad y mi autonomía tienen el límite que supone el orden jurídico vigente en el ámbito espacial, temporal y personal de mi actividad.

Pero así como el Poder Ejecutivo no es competente para interpretar el derecho y eventualmente sancionar a quien se aparta de sus pautas, tampoco puede imponer, mediante su actividad administrativa, directivas a los órganos autónomos ya que la disposición del art. 194 es absolutamente clara en ese sentido.

La Autonomía en el ámbito administrativo, consagrada por la norma constitucional mencionada, se enlaza con un principio que, reconociendo una realidad social, impone la normativa jurídica adecuada a ella.

Veamos: todos los entes autónomos tienen una especialidad ya que cumplen cometidos concretos para los cuales fueron creados y que se encuentran determinados en sus respectivas leyes orgánicas. Pero en algunos casos esa especialidad adquiere una importancia singular, lo que obliga al constituyente y al legislador a volcarla en instituciones precisas y específicas, imponen la forma autónoma. Y dentro de la misma, incluso, el grado de esa relevancia determina matices.

La especialidad educativa fue considerada con mucha atención por el constituyente, tanto, que la consa-

gró en el art. 204, integrante del Capítulo II de la Sección XI, dedicado exclusivamente a los Entes Autónomos de la Educación.

Es así que, siempre que encuadren su actividad dentro de los límites impuestos por el Orden Jurídico, tanto la Universidad como la ANEP son competentes para delinear la política educativa en sus respectivos ámbitos, sin injerencia alguna del Poder Ejecutivo, que no es su jerarca porque los órganos rectores de los Entes Autónomos, por definición constitucional, no están sujetos a jerarquía.

Ahora, bien, la parte final del art. 194 menciona los arts. 197 y 198 que imponen importantes limitaciones a la Autonomía. Como el primero de ellos no se aplica a los Entes Autónomos de la Enseñanza y el segundo se aplica parcialmente (ver art. 205) la imperfección del instituto es mayor en el caso de los órganos no docentes.

Así puede el Poder Ejecutivo, si considera "inconveniente o ilegal la gestión de los Directorios o Directores Generales... hacerles las observaciones que crea convenientes, así como disponer la suspensión de los actos observados" y "podrá disponer las rectificaciones, los correctivos o remociones que considere del caso". Observar y suspender actos, rectificar, imponer correctivos y remociones, son facultades típicamente jerárquicas. Por eso algunos autores sostienen que en nuestro sistema los únicos Entes Autónomos reales son los de la Enseñanza, en cuyo caso el Poder Ejecutivo sólo es competente para destituir a los miembros de sus Consejos Directivos "con venia del Senado en caso de ineptitud, omisión o delito en el ejercicio del cargo o de la comisión de actos que afecten su buen nombre o el prestigio de la Institución a que pertenecen".

Pero más importante es la diferencia existente en lo que tiene que ver con la competencia del Poder Ejecutivo para juzgar la "conveniencia" de la gestión de los órganos. Ella existe en el caso de los Entes Autónomos no docentes y decae cuando se trata de los afectados a la función educativa. Se consagra así lo que el Dr. Horacio Casinelli, una de las máximas autoridades en la materia, denomina "Autonomía política" de la Enseñanza, en la cual las pretensiones del Sr. Ministro de Educación y

Cultura encuentran una valla insalvable. En consecuencia, llegamos a la conclusión de que para poder darse el gusto, el Dr. Mercader tiene dos opciones: propiciar un golpe de Estado o una reforma constitucional con su correspondiente plebiscito.

Pero así como hay diferencias entre los Entes Autónomos de la Enseñanza y los no docentes, las hay también, y muy importantes, entre la Universidad de la República y la ANEP. En efecto, mientras en el caso de la Universidad los miembros de los órganos que la dirigen son *electos* por los tres órdenes, es decir profesores, estudiantes y egresados (art. 203, párrafo 2, Constitución), los integrantes del CODICEN (órgano jerarca de la ANEP) son *designados* por el Poder Ejecutivo con venia del Senado (art. 8, ley 15.739). Y según una reforma del año 1990, dos de los integrantes del CODICEN y uno de cada Consejo Desconcentrado, *pueden no ser docentes*. Esta modificación, introducida a principios del actual Gobierno, aleja cada vez más de la dirección de la ANEP a quienes deberían ser sus integrantes y sus electores, poniéndola en manos de políticos que acceden a los cargos rectores de la Educación sin estar vinculados a ella y que, en muchos casos, desconocen su problemática. El elefante entró al bazar. Los destrozos están a la vista.

Comúnmente se confunden los conceptos de "Autonomía" y "Cogobierno". Sin embargo, se trata de institutos diferentes, aunque ligados entre sí y coadyuvantes. La Autonomía tiene que ver con la relación establecida entre el Ente y el Poder Central. El Cogobierno, en cambio, se refiere a la integración del órgano que rige al Ente. Hay Cogobierno cuando los integrantes del órgano jerarca del Ente son electos por quienes, de alguna manera se relacionan con él y son afectados por su actividad.

Desde el punto de vista estrictamente jurídico es tan autónomo un órgano cuyos miembros son designados por el Poder Ejecutivo como el integrado mediante elección de los órdenes, en la medida en que, una vez instalados, tengan la misma dosis de libertad de acción (por ejemplo, los Consejos Directivos Centrales de la ANEP y de la Universidad de la República). Pero si la Autonomía como instituto no depende de la integración

del órgano facultado para ejercerla, sí hay una profunda relación entre esa integración y el *ejercicio efectivo* de la autonomía. Es indudable que ese ejercicio se limita y puede llegar a enervarse cuando la designación y a veces la permanencia en el cargo de los integrantes del órgano dependen de la voluntad política del Poder Ejecutivo.

Y si el Cogobierno influye sobre el ejercicio de la Autonomía, también existe e importa el impulso inverso. En efecto, la más amplia participación de los interesados en el gobierno del Ente es inocua si no pueden actuar con autonomía, libres de influencias ajenas y a veces opuestas a los intereses del servicio y sus cometidos.

Es oportuno recordar a maestros como Eugenio Petit Muñoz y Antonio M. Grompone para quienes el ejercicio de la Autonomía, su real y efectiva concreción, tiene que ver más con la voluntad autónoma de aquellos que asumen la responsabilidad de realizarla que con la normativa que formalmente la establece.

En el caso de la ANEP las reclamaciones del Dr. Mercader parecerían ser innecesarias, ya que el Poder Ejecutivo ha designado a la mayoría absoluta de los integrantes de sus órganos rectores y se supone que son de su plena confianza política y, por lo tanto, acordes con la política educativa y el modelo de país propuestos por el Gobierno.

No obstante, acuciados por sus "jerarcas" externos, nuestros gobernantes necesitan tomar directamente las riendas de la educación para ponerla al servicio de sus intereses políticos, que son los mismos que los de las empresas multinacionales y están muy lejos de las aspiraciones populares de una mejor educación, igual para todos, laica, gratuita y obligatoria.

Cuidado entonces con los torpes manotazos que la oligarquía lanza y seguirá lanzando contra nuestro Sistema Educativo. Siguen la misma línea que los que han hundido a la Salud Pública y los que pretenden liquidar la Seguridad Social. Cada uno, sin dejar de preocuparse por el entorno general, debe defender lo suyo. A los docentes, funcionarios, alumnos y padres, nos toca la difícil tarea de salvar la Educación Pública. ¡Manos a la obra!

MARIO JAUNARENA

## PREVISION SOCIAL

# Las famosas "Jubilaciones Chilenas"

Deslumbrados el Dr. Lacalle y su equipo de gobierno con la moda del neoliberalismo, como se le llama ahora al viejo y desprestigiado capitalismo, en poco tiempo han enviado a las cámaras nada menos que cinco proyectos para hacer economías con lo que se le paga a los jubilados, lo que equivale a empobrecer aún más nuestro esmirriado sistema jubilatorio.

Todos fueron rechazados por amplia mayoría de legisladores, como ocurrió con el último, que llegó en enero del 94, en período de receso y como ley de urgencia, lo que demuestra que hay un enérgico grupo de políticos con sus asesores internacionales y nacionales que no cejan en sus intenciones de hacer economías con este numeroso sector de pueblo de bajísimos recursos.

A pesar de que el 45,45% de las pasividades en el país están por debajo de dos salarios mínimos nacionales (el SMN es a principios del 94 menos de cien dólares), el gobierno insiste en que en el plazo de diez años quede suprimida toda asistencia del Estado a las jubilaciones, en que se rebaje lo que se paga por jubilación, en aumentar la edad para tener derecho a jubilarse, en exigir que el trabajador demuestre que ha cotizado durante 35 años antes de que se empiece siquiera a examinar su solicitud de jubilación, y en cosas similares.

Estas ideas se inspiran en el régimen de pensiones de Chile con el que en 1980 la dictadura de Pinochet sustituyó el sistema de jubilaciones del Estado chileno por uno privado, al que muchos baten palmas. Sin embargo, en la publicación de la Organización Internacional del Trabajo **EL TRABAJO EN EL MUNDO**, 1993, pág. 77, se expone el nuevo sistema chileno.

A partir del decreto de 1980, todos los asalariados tendrán un día de derecho a jubilarse después de 45 años de trabajo, siempre que hayan cumplido algunas condiciones.

Los trabajadores están obligados a depositar mensualmente en uno de los bancos privados que administran el fondo de pensiones, el 10% de su sueldo o salario. El trabajador puede elegir la institución privada que va a administrar los recursos que forme con sus depósitos mensuales, puede elegir el FONDO al que desea cotizar, y en cualquier momento puede verificar el estado de su cuenta, y el informe de la OIT señala como una ventaja que el sistema haya pasado de estatal a privado, aunque unas líneas después dice que la competencia no parece mejorar el rendimiento de los fondos.

El banco que administra los fondos deduce todos los años una comisión por gastos equivalente al 10% de las cotizaciones anuales del trabajador, y el informe señala que esa comisión en los hechos resultó ser muy superior a lo previsto, y que en 1989 representaba 25% de los ingresos totales obtenidos con las cotizaciones.

En la cuenta se va acumulando un capital que genera una renta vitalicia para el pensionista, con un rendimiento que, como máximo, se calcula en 3% de los fondos depositados.

Casi todos los recursos de las cuentas deben invertirse en títulos emitidos por el Estado o por el Banco Central de Chile, indexados para protegerlos de la inflación. Al parecer el Estado se ocuparía de que recuperasen el valor perdido por la inflación o devaluaciones de la moneda, pero no se dice si la protección es total o parcial ni si está condicionada, ni en qué consisten las intervenciones del Estado para "regular y supervisar el régimen" o para "ofrecer ciertas garantías a los pensionistas". Si la pen-

sión que resultare estuviera por debajo de cierta cantidad (no se dice cuánto ni quién la fija) el Estado cubre la diferencia siempre que el pensionista haya cotizado como mínimo durante veinte años completos. No hay seguro en caso de que el afiliado interrumpa la cotización por enfermedad, incapacidad o desempleo.

Puede solicitarse la pensión con 45 años de trabajo como mínimo, habiendo pagado todas las cotizaciones, y la pensión será equivalente a 44% del último salario.

En el mismo informe se citan como factores negativos:

quien interrumpe el pago de cotizaciones por enfermedad o desempleo verá disminuir su jubilación;

se han registrado muchos casos de demoras excesivas en la concesión de las pensiones a quienes tienen derecho a ellas;

el sistema se limita a los asalariados, que son 65% de la población activa de Chile, excluyendo a los trabajadores de zafra, a los rurales, a los trabajadores ocasionales, a los campesinos, a los desempleados, y no se dice que haya algo previsto para los aportes en períodos de desempleo;

los trabajadores aportan el cien por ciento de los fondos. Las patronales y el Estado no aportan nada. El sistema excluye todo elemento de solidaridad, incluso entre los diferentes sectores de trabajadores.

Como resultado de estos y otros inconvenientes, entre 1983 y 1990 en Chile disminuyó el porcentaje de cotizantes regulares del 65 al 53%. "No puede afirmarse que este régimen constituya un adelanto", dice El trabajo en el mundo, 1993. "Podrían empeorar aún más las condiciones de los grupos más pobres si el gobierno se viera obligado a intervenir para dar apoyo al nuevo sistema, perdiendo en parte su capacidad de mantener los servicios públicos".

FERNANDO MOYANO

# Homicidios blancos

*"... era un albañil caído de un cuarto piso mientras trabajaba... cuantos de mis compañeros piensan que sus padres trabajan sobre un puente altísimo o cercanos a las ruedas de una máquina, y que un gesto, un paso falso, les puede costar la vida. ¡Son como tantos hijos de soldados que tienen que pelear en el frente!"*

Edmundo De Amicis, "Corazón"

Hace un año, llegó al país el cuerpo del primer soldado uruguayo muerto en las llamadas "misiones de paz" de las nuevas guerras coloniales del "Nuevo Orden Internacional". Coincidió con uno de los paros nacionales del SUNCA, rebelándose contra la muerte de un obrero aplastado por un puntal, por falta de protección. Desde entonces varios soldados más han muerto en los más distantes rincones del planeta, por obra de la participación del estado uruguayo y sus FFAA en las nuevas guerras de agresión imperialista. Pero las muertes por accidentes en las obras, que no empezaron ahora sino que son de siempre, han seguido, han aumentado, y han superado ampliamente a las muertes de soldados en los frentes de guerra. Hubo once muertos en la construcción en el año pasado, y van diez en lo que va de este año, un muerto por semana.

El Ministro de Trabajo explica por televisión, que hay en Uruguay 35000 accidentes de trabajo por año, que un trabajador de cada treinta sufre un accidente en un año. Mide con su vara el "costo" de estos accidentes en más del 2% del PBI. Lamentablemente, agrega, no se cuenta con los inspectores suficientes para asegurar el cumplimiento de las normas de seguridad existentes. El "achicamiento del estado" deja sin recursos a la verdadera defensa nacional de las vidas de uruguayos, mientras sí encuentra recursos para enviar uruguayos a morir en cualquier lugar del mundo. "Se han potenciado notablemente los servicios inspectivos para el control de la evasión fiscal y se ha prácticamente desmantelado el De-

partamento de Condiciones Ambientales de la Inspección General del Trabajo" dice en carta a "La República" del 28/4, María Narducci, presidenta de la Asociación de Inspectores del Trabajo del Uruguay, quien revela que este Departamento cuenta con ¡CUATRO inspectores en todo el país! Escuchamos a Ministros y Directores de distintas dependencias hablar con caras serias sobre cuales serían las medidas más convenientes a tomar... y todo esto tiene un terrible olor a hipocresía.

Para el capitalismo, el hombre es un factor de producción, una cosa, una variable de una ecuación de costos y beneficios. Mide la riqueza por la acumulación de capital. La seguridad del trabajo humano es vista como un "costo", y no se "entiende" que pueda ser en sí misma un enriquecimiento fundamental dentro del desarrollo de la civilización humana. Así hemos llegado a la depredación de la biósfera, sin que la sociedad logre el "equilibrio" detrás del cual dice andar, como en pos de un fantasma. Incluso la última fuente de toda creación de riqueza, el hombre mismo, corre también riesgo de ruina.

"El fenómeno de la seguridad en el trabajo está estrechamente vinculado al problema más general de la protección de la salud de todos los ciudadanos. Este es sólo un aspecto del vasto problema de la seguridad del individuo... el ambiente de trabajo representa la punta más aguda de un estado de cosas que afecta al individuo en todos sus niveles, físico, psicológico, moral, afectivo... La fábrica está construida a la medida de la ganancia, no a la medida del hombre" dice Renzo Ricchi en "La muerte obrera".

En el mismo sentido, uno de los científicos más creativos de este siglo, Norbert Wiener, dice en "El uso humano de los bienes humanos. Cibernética y sociedad": "Las personas son organizadas por el sistema que las emplea no según sus plenas facultades de seres humanos responsables, sino como otros tantos engranajes, palancas y sucesiones; no tiene mucha importancia que su materia prima esté constituida de carne y sangre... [son] un elemento de la máquina..."

Comenzamos este artículo con el paradigma de lo cursi "Corazón", escrito hace ciento diez años. El herido cayó "de un cuarto piso", medida del "progreso" para aquel entonces. (Hoy los edificios son más altos, pero las condiciones del esfuerzo físico del albañil poco han variado, y el "progreso" y la "economía" siguen justificando los sacrificios). Dos compañeros de trabajo llevan al herido en una camilla, sin hablar, escoltados por tres policías, que representan el orden sagrado. Una vez más los obreros callan y cargan. Para ellos es el trabajo físico. La muchedumbre mira, y guarda un silencio respetuoso y fatalista al paso del "herido del trabajo". El narrador preadolescente de familia pequeño burguesa se solidariza moralmente con el posible sentimiento de sus compañeros hijos de obreros.

En la magnífica "Los Compañeros" de Mario Monicelli, ambientada en el Norte industrial de la Italia de fines del siglo pasado, una máquina arranca un brazo a un obrero textil, obligado a una jornada de catorce horas. Sus compañeros reclaman una reducción de esa jornada. El contador de la fábrica, "un asalariado



Obreros del "Shopping" de Carrasco ante la muerte de José de Paula. Foto de "La República".

como Uds.", les explica que esa es una reivindicación imposible, no realista. "Pero así es como suceden las desgracias", insisten los obreros. El contador, que también es "tano" al fin, dice con la vista hacia arriba y abriendo las manos: "E le disgracie sono le disgracie".

Esta visión alienada logra muchas veces penetrar en los trabajadores, presionados por la inseguridad de sus fuentes de trabajo. Una defensa estrecha y corporativista, ha llevado a que en algunos casos al movimiento obrero (por ejemplo, en algunos países del capitalismo central) a separarse de otros aspectos de la lucha social. En los países del Tercer Mundo es común que las corrientes corrientes de pensamiento burguesas y pequeño burguesas (y también su hijo bastardo, la burocracia sindical) argumenten que las condiciones degradadas del trabajo, los accidentes, las enfermedades profesionales, son el producto "transitorio" de un sistema de producción tecnológicamente atrasado. La "modernización" nos traería mañana el paraíso, si hoy nos bancamos el infierno. Abogando por la "renovación tecnológica y productiva", colaborando en estos proyectos con la burguesía y aceptando

su dirección (hoy lo dicen en forma totalmente explícita) esperan a la era en que el "progreso" premie a los trabajadores de mañana por los sacrificios de hoy. Los de mañana se sacrificarán por los de pasado mañana.

Pero esto no es más que otra forma de alienación economicista. En este año electoral vemos a mucha gente golpear el pecho y rechazar al "capitalismo salvaje", sembrando en forma más o menos directa la idea de promover un capitalismo "civilizado". Pero, ¿que adjetivo le pondríamos al capitalismo que vivimos hoy y acá, donde muere un trabajador por semana en accidentes de trabajo?

El capitalismo es un modo de producción que no se modifica en forma caprichosa, sino que obedece a su propia lógica interior. Cuando la burguesía de un país "subdesarrollado" debe competir con otras que cuentan con una mucho mayor productividad del trabajo, apoyada en una mucho mayor composición orgánica del capital, pretenden compensar esta desventaja aumentando la intensidad del trabajo, yendo a formas de producción que han sido caracterizadas en el Parlamento como "del siglo XIX" (investigación sobre la situación laboral de la empresa

FRIPUR). No solo estas formas de explotación cuestan la vida de la gente, sino que además no tienen ninguna posibilidad de conseguir su objetivo. Por atroces que sean sus consecuencias, desde el punto de vista económico no son sino pequeños paliativos que no lograrán jamás edificar en Uruguay una producción capitalista "competitiva", aún si acaso tuviese esa meta algún sentido para los trabajadores.

Veamos primero el caso de la empresa FRIPUR, donde los trabajadores protagonizaron un extenso conflicto durante el año pasado. Un conflicto que no tuvo como eje una reivindicación salarial, sino la rebelión contra las formas salvajes de explotación que esta empresa ha implantado. Una empresa que ha sido premiada como "modelo" por el BROU por sus logros en exportación. Y es efectivamente un modelo de que es lo que quiere la burguesía como Uruguay del futuro: las obreras se mean encima porque el ritmo de trabajo es tan intenso que no tienen tiempo de ir al baño; el personal es rotado permanentemente, y está permanente bajo los ojos de una empresa de vigilancia privada cuyo primer director fue Gavazzo...



Estamos hablando de lo que se ha dado en llamar "flexibilización laboral". No se trata de casos aislados, sino de un programa de clase coherente y fundamentado: "derogación de la legislación laboral, derecho del trabajo y seguridad social, reducir al mínimo las organizaciones obreras"; "tomando como excusa el avance técnico y científico... recuperar los niveles de explotación con los más antiguos métodos capitalistas incluyendo la acumulación primitiva" (Horacio Zamaboni, Flexibilidad laboral: desandar la historia, Cuadernos del Sur Nro.15).

Tomaremos algunos conceptos recogidos en el Boletín de la Conferencia de Educadores Americanos de marzo de este año ("Flexibilización, nueva gimnasia del capitalismo"). "En el curso del presente siglo... los trabajadores fueron conquistando desde la reducción de la jornada de labor, hasta una compleja trama jurídica..." (salario mínimo, seguro de salud, de paro, jubilaciones, etc). Contra estas conquistas



se lanza la actual ofensiva capitalista, buscando "que las leyes del mercado fijen las relaciones contractuales entre empleadores y empleados" (estos últimos disgregados, no sindicalizados). Estos objetivos burgueses son disfrazados como necesarios para los trabajadores, pretendiendo que al ceder estas conquistas, se producirían más puestos de trabajo, al resultar más rentables las empresas. Mientras tanto, la realidad nos muestra como la tendencia es exactamente la inversa, el aumento de la desocupación acompaña el endurecimiento de las condiciones de trabajo.

El médico uruguayo José Portillo explica de esta manera el ciclo de las políticas sociales:

"...el Estado... crea un fondo público para garantizar la producción y al mismo tiempo el consumo por parte de la fuerza de trabajo... Todas las medidas explícitas o implícitas que el Estado toma en esta dirección, se transforman en políticas sociales" buscando, el Estado capitalista "socializar costos y privatizar las ganancias".

"En el momento actual y como consecuencia de las políticas económicas prevalecientes en casi todos los países de América latina, las políticas sociales se ven enormemente sacrificadas con el objetivo de abatir el gasto fiscal. Sin embargo la participación del Estado en la economía no retrocede, ya que por vía del rescate de la empresa privada ineficaz y el pago del servicio de la deuda, no sólo no retrocede sino que incluso puede aumentar" (Portillo, Otra racionalidad médica).

Es importante combatir la idea, a la cual se afilia incluso la burocracia sindical, de que esta situación sería "corregida" por un mayor desarrollo capitalista. El libro que mencionamos de Ricchi, tiene un completo estudio de la situación en Italia, país del capitalismo central. "En los últimos veinte años, en Italia ha habido 22.600.000 casos de accidentes y enfermedades profesionales, con 87.557 muertos y 996 mil trabajadores han resultado con invalidez permanente. El número de trabajadores inválidos en Italia, de 1946 a 1966, es cerca del doble de los inválidos de las dos guerras mundiales juntas... Para nuestra población la guerra continuaba. Sólo habían cambiado los campos de batalla: ya no

Grecia, ni África o Rusia, sino la fábrica, los campos, las canteras".

La seguridad del trabajo, que sí es un progreso, no es un producto de ninguna evolución "natural" del capitalismo, sino de la lucha de clases. Muertes y mutilaciones por accidentes, enfermedades profesionales, orgánicas o psicológicas, degradación de las condiciones de trabajo, envejecimiento precoz, no son "atraso" sino explotación. Incluyendo patologías "no tan graves" (óseas, articulares, musculares, digestivas, cardíacas, pulmonares, nerviosas, psicológicas, al oído, vista, piel...) por las condiciones de trabajo "que por ahora no son las mejores". Por el contrario, la conciencia de clase de los trabajadores integra la lucha por la dignidad del trabajo, la defensa de las fuentes de trabajo, la protección del medio ambiente, la reducción de la jornada de trabajo, y la lucha salarial, y produce el verdadero progreso. Un progreso que no es el producto de ninguna evolución natural de la técnica, ni un regalo de la rentabilidad capitalista. Es un producto de la lucha de clases de los trabajadores, la lucha de los hombres por ser dueños de las condiciones de su propia vida. Una lucha que no se encamina a "mejorar" ni "humanizar" el capitalismo, un modo de producción agotado para la dimensión de lo humano. Solo puede estar destinada a construir una sociedad que rompa con el capitalismo.

La lucha por la erradicación de los "homicidios blancos" (nombre que se le da a las muertes por accidentes y enfermedades profesionales) no es un simple problema técnico, o técnico-médico. Es un problema social. No delegarlo, es una necesidad de las organizaciones obreras clasistas. No delegarlo, ni al "desarrollo tecnológico", ni a la tutela del estado burgués.

Como termina diciendo Ricchi: "... hablar de una organización que ponga como eje al hombre y su trabajo, significa plantear el problema de una nueva sociedad".

(José de Paula, de 19 años, aplastado el 27 de abril por una volqueta en el Shopping de Carrasco de la empresa SACKEM es el último muerto por accidente en la construcción al momento de escribir estas líneas. Ignoramos si lo seguirá siendo cuando sean leídas).

MEXICO

IVONNE PASSADA

# San Cristóbal de las Casas... con el puño en alto

Nuestra colaboradora Ivonne Passada, que ha estado en México en el mes de marzo, nos acerca este álgido testimonio de los acontecimientos, vistos desde el ángulo que rara vez aparece en los noticieros.

Representantes de casi todos los Estados del país y de 500 organizaciones indígenas reunidos en esta ciudad, manifestaron en marzo de este año, frente al despojo de sus tierras. Condenaron al gobierno de Carlos Salinas de Gortari y reivindicaron su derecho a la rebelión y su total solidaridad con la insurrección de Chiapas, levantando la bandera del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).

Bajo la organización de Indígenas y Campesinos (CEDIC) realizaron su 1er. Encuentro Nacional los días 13, 14, y 15 de marzo de 1994. En dicho encuentro aprobaron un plan de acción que incluyó marchas procedentes de todos los puntos del país hacia la Ciudad de México para conmemorar el 10 de abril el 75 aniversario del asesinato de Zapata. A nivel nacional se realizaron bloqueos de carreteras, toma de edificios públicos, principalmente con aquellos que tienen relación de dependencia con el campo, y huelgas de hambre. Todos los representantes de las diferentes organizaciones ahí presentes propusieron que el artículo 27 de la Constitución mexicana se derogue o sufra las modificaciones necesarias para garantizar la justicia agraria en el país, como así también incluir un capítulo especial donde se garanticen los derechos de los pueblos indios en lo que se refiere a sus formas de gobierno, organización territorial, y culturas.

Dentro de los acuerdos también



se propuso respaldar al EZLN para que sea reconocido como fuerza beligerante, y solidarizarse con la labor a favor de los pobres, del Obispo Ruiz, reclamando el esclarecimiento del asesinato de tres dirigentes indígenas chiapanecos, sucedido en los primeros días de marzo.

Mientras se realizaba este encuentro, en la misma ciudad el comisionado de la Paz, Manuel Camacho Solís, y el EZLN aclaraban ambos por separado que en el proceso de pacificación apenas hubo un diálogo, pero que no existen acuerdos. Mientras, el propio gobierno de Salinas daba una explicación sumamente

confusa de que "en Chiapas había cláusulas de paz y de acuerdos". El propio Subcomandante Marcos emite un comunicado con fecha 15 de marzo (ver textos extraídos en los recuadros adjuntos) a través del Comité Clandestino Revolucionario Indígena del EZLN donde explica: "Nos quieren arrinconar de nuevo para arrancarnos una rendición. Sobre la muerte de nuestra dignidad quieren regresarnos a la paz que es guerra a nuestra gente. No lo haremos. No nos rendiremos. Si niegan la paz justa y digna entonces nosotros, hombres y mujeres sombra, nos vestiremos otra vez de guerra. Nuestra furia vendrá ahora del engaño. Se afilan otra vez los machetes justicieros. Huelen a pólvora de nuevo de nuestra tierra. El ¡¡¡YA BASTA!!! no alcanza..." Dicho Comunicado fue leído en todas las comunidades indígenas, advirtiendo que la "paz no es posible en el engaño". A su vez dichas comunidades realizaban el análisis de la propuesta gubernamental, que dará como resultado si EZLN acepta o rechaza los ofrecimientos hechos a través de Camacho Solís.

Luego de los hechos del día 23 de marzo donde se comete el asesinato de Luis Colosio, el EZLN emite dos comunicados clandestinos firmados por el Subcomandante Marcos que se transcriben en esta edición de Alfaguara, suspenden el proceso de consulta en las comunidades, para dar paso a la defensa de su causa: "LIBERTAD Y JUSTICIA".

MEXICO

PABLO GONZALEZ CASANOVA

# Chiapas es México

Aquí la guerra es el principio de la política, o puede serlo. La insurrección indígena es más que una rebelión indígena. Es más que una guerrilla. Los cálculos van de dos mil a diez mil integrantes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, número que en México no alcanzaron ni de lejos las guerrillas de Lucio Cabañas o de Genaro Vázquez, con cien o cincuenta hombres a lo sumo. Desde la Revolución Mexicana de 1910 no había un levantamiento de estos tamaños.

La nueva Revolución tiene nuevas posibilidades políticas. Los alzados se levantaron contra la injusticia y la explotación, contra la discriminación de que son objeto los indígenas, y que hace aún más agudos y dolorosos los males heredados de la conquista, que se han acentuado con la crisis y la política neoliberal.

"Indio" es el que no tiene la cultura dominante, el que conserva algunas culturas conquistadas. Y Chiapas es una provincia de indios, muchos de ellos herederos de la gran civilización maya. Pero como indios y revolucionarios no sólo claman justicia sino democracia. A diferencia de los levantamientos étnicos ancestrales, éste busca la liga del indio con todos los demás campesinos y con los trabajadores y con los ciudadanos. Es cierto que se parece en algunos rasgos al zapatismo original que en Morelos —un Estado próximo a la Ciudad de México— apareció desde 1910. Pero en Chiapas no hubo movimientos indios y revolucionarios. Juan Pérez Jolote —indio— se fue a una revolución en que "no sabía qué tramaba Dios en el tumulto de sus flujos". Los zapatistas de Chiapas de hoy expresamente dicen que se levantan porque "ya no aguantan más y porque no han podido ejercer sus derechos, ni en el sistema judicial ni en el sistema electoral". Aquí hay



otra diferencia. No son como los movimientos guerrilleros que en los 60 y 70 aparecieron en América Latina. "El movimiento de Chiapas —me dice el obispo don Samuel Ruiz, digno heredero de Las Casas— más que plantear la toma del poder plantea una interpelación al poder para que imponga un régimen democrático". Es cierto, absolutamente cierto. Y esto distingue al movimiento de Chiapas como una fuerza más de las que en México y el mundo luchan por la democracia.

Si el movimiento no es sólo de indios, ni de guerrilleros, ni de revolucionarios sin proyecto democrático, tampoco es un movimiento localizado en Chiapas. Directa o indirectamente, está relacionado con el conjunto del movimiento por la Democracia en México. Es más, está relacionado con la posibilidad o la derrota del proyecto democrático nacional. La alternativa concreta e inmediata no es socialismo o capitalismo. Es una alternativa más modesta, parecida a la que se dio con Martín Luther King en los Estados Unidos. O México acaba con su discrimina-

ción cultural de las etnias oprimidas, o se coloca en una situación parecida a la de Guatemala y Sudáfrica. Si triunfa la democracia, esa democracia tendrá que ser multiétnica y no sólo triunfará en Chiapas sino en todo México. Es más, tendrá que coincidir con un nuevo sistema político de la democracia de partidos y sufragio efectivo. Naturalmente el proceso redefinirá al país y a la democracia. Esta no podrá ignorar el problema de la representación y la participación en el poder, ni podrá desatender el problema de la opresión de las etnias en Chiapas y en el conjunto nacional. En todo caso la lucha de los indios y de Chiapas puede ser un modelo para México y el mundo, como pequeña gran muestra que es de la lucha por la democracia en las periferias y en el centro del planeta.

La orden de cese del fuego que dio el Presidente el 12 de enero, el cambio del ministro de Gobernación por el ex-rector de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Jorge Carpizo, un respetado constitucionalista, y la tarea a la que se han entregado el Obispo Samuel Ruiz y el ex-canciller Manuel Camacho al encabezar una Comisión de Paz y Conciliación, aumentan las posibilidades de alcanzar el éxito por un camino democrático. La ayuda de la opinión pública internacional y la de los movimientos étnicos y democráticos de todo el mundo pueden ser esenciales para que el triunfo de las etnias de Chiapas sea también un triunfo de la democracia. En 1994 México vivirá un proceso de sucesión presidencial tan importante como el de 1910. Ojalá corresponda a una revolución pacífica.

San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, 13 de enero de 1994.

De CUATRO SEMANAS Madrid, enero 94.

MEXICO

# El EZLN y el asesinato de Colosio

Publicamos fragmentos del comunicado del EZLN y declaraciones del Subcomandante Marcos, del 24 de marzo.

El EZLN sabe que el artero crimen que ahora conmueve a la nación es sólo el preludio de una gran ofensiva militar del gobierno federal en contra de nuestras posiciones y nuestras fuerzas, y el inicio de una guerra sucia contra todos aquellos seres honestos que buscan, por caminos distintos, la misma bandera que buscamos nosotros. Con el argumento de que es necesario endurecer el régimen para evitar actos como el asesinato del señor Colosio, se pretende dar sustento político e ideológico a represión indiscriminada y al injustificable rompimiento del cese de fuego y, por ende, el diálogo para la paz.

Hay claras señales previas de que el supremo gobierno prepara un intento de solución militar al conflicto actual... El despliegue de las tropas que cercan nuestro territorio está por completarse. Después vendrá la ofensiva...

El EZLN ha dado muestras de disposición sincera para lograr una paz justa y digna. El supremo gobierno ha contestado con mentiras, secuestros, desapariciones, amenazas, bombardeos y, ahora, este reprochable sacrificio de un hombre público. Sus tropas se preparan para romper el cese de fuego. Nuestras fuerzas se encontraban ahora en el proceso de consulta en comunidades para decidir el siguiente paso en el diálogo para la paz y la reconciliación. Ahora nos vemos obligados a suspender la consulta y a prepararnos a defender nuestra causa y nuestra bandera...

El EZLN está ya en alerta roja. Nuestras tropas están listas para defender hasta el último hombre el territorio zapatista...

Nuestra justa lucha sigue en pie,



estamos todavía dispuestos a seguir el camino de la paz y lo quieren negar. Quieren volver la guerra a las tierras mexicanas por las manos del usurpador y sus servidores.

El EZLN reitera al mundo entero su compromiso de respetar el cese de fuego ofensivo... Si somos atacados, nuestras fuerzas harán valer, hasta lo último, lo justo de las aspiraciones de los mexicanos todos.

... Los sin rostro defenderemos con dignidad y valentía la tierra en que duermen nuestros muertos. No volveremos jamás a la tierra con vergüenza.

Comité Clandestino  
Revolucionario Indígena -  
Comandancia General del EZLN

Salud, hermanos topos capoteasteis. Hemos brillado gracias a vuestro paciente y oscuro trabajo. Viene ya de nuevo la negra noche de la infamia. Se acerca el fin de nuestro ciclo... Será entonces vuestro turno, topos queridos. No olvidéis lo que fue el paso nuestro. Fuimos sinceros en ver si otra puerta se habría para caminar nuestra tímida luz. Aprended ya de toda esta lamentable historia. No olvidéis nunca la palabra que nos hizo grandes, aunque sólo fuese un momento: PARA TODOS TODO. NADA PARA NOSOTROS... Llega vuestro turno de cubriros el rostro... velad las armas pues las paz se aleja tan veloz como llegó.

Vale, topos de siempre, os veremos de nuevo bajo tierra...

Subcomandante Marcos



## BRASIL

LUIS SANGUINET

# Carrera Electoral y divisoria de clases

Lula, del PT y apoyado por el Partido Socialista Brasileño, sigue al frente en las encuestas con el 37% de las intenciones de voto. En vísperas de la anterior elección — 1989 —, aparecía en tercer lugar, muy lejos de Collor que tenía más del 40%, y detrás de Brizola del PDT.

Inicialmente, la derecha debilitada por la corrupción y el neoliberalismo de Collor, recurrió a F.H. Cardoso, del PSDB (que en la 2a. vuelta de 1989 apoyara a Lula), quien va con el 21%, y cuyas posibilidades se estimaban ligadas a un éxito (transitorio) de su Plan Contra la Inflación que lanzó siendo ministro el 31 de enero, consistente en gastar las reservas para sostener el cruzeiro. Recientemente, confirmando el fracaso de Cardoso, la derecha ha proclamado dos nuevas candidaturas: el ex-presidente Sarney, y otro del PMDB.

En la 2a. vuelta de 1989 el PDT, el PSDB y el PC fueron presionados por sus bases para apoyar a Lula, y a su vez presionaron para limitar el programa del Frente Popular Brasil.

Su programa incluyó: suspensión del pago de la Deuda Externa, control del comercio exterior, estatización del sistema financiero, reformulación de la política tributaria y democratización de la sociedad.

En el VIII Encuentro Nacional del PT, celebrado en 1993, se desprendió de Articulación la tendencia La Hora de la Verdad, que con Democracia Socialista ganó la mayoría del Congreso y la Dirección Nacional.

El 30 de enero el PT de Río Grande do Sul publicó las bases de su programa, que incluyen: negociar la Deuda Externa legal y declarar moratoria para la ilegal; medidas de emergencia contra el hambre; refor-

ma agraria total y profunda; desprivatización del Estado y participación popular. Y el 18 de febrero en Santa Ana do Livramento, Lula marcó agudamente los problemas sociales de Brasil y la urgencia de soluciones, pero sin precisarlas, y en conferencia de prensa postuló una reforma agraria viable.

El 10 de abril, en el X Encuentro de San Pablo, Lula consiguió moderar el programa a proponer en el Encuentro Nacional de fines de ese mes: renegociar la deuda externa de gobierno a gobierno; orientar a la banca a invertir en la producción y en políticas sociales; interrumpir las privatizaciones.

En reacción contra este curso moderado, la tendencia Convergencia Socialista se retiró del PT y pasó a llamarse PST Unificado (también consigo mismo), en vez de dar la batalla dentro del PT, donde desde el V Encuentro Nacional rige el derecho de tendencias y la representación proporcional a excepción de la Comisión Ejecutiva Nacional, y que desde el Encuentro Nacional de 1988 se define como partido, socialista y contrario a la concepción burocrática del partido único, y que valora la independencia de los movimientos sociales contra las opresiones específicas.

Después de la experiencia con Collor, la opción de izquierda es más atractiva, y el PT busca eliminar los temores: "Sin temor a ser feliz", así las movilizaciones obreras y populares pueden involucrar a los sectores en situación desesperante, y atraer a muchos votantes de Cardoso. Reducir el programa puede tranquilizar a algún sector burgués, crear ilusiones en cambios dentro del sistema, eludir

organizar la lucha, no diferenciarse claramente del programa que pueda declarar Cardoso, y, de ganar, quedar preso en la estructura del Estado burgués.

El acto del 18 de febrero en la frontera uruguayo-brasileña, estaba enmarcado en la Cuarta Caravana de la Ciudadanía.

Allí Lula dijo: "Hay que transformar en ciudadanos a los 32 millones de indigentes que carecen de la subsistencia mínima para sobrevivir; a los 70 millones que perciben menos de tres salarios mínimos. No es ciudadano quien no puede saciar su hambre con tres comidas diarias, ni quienes están al margen del cuidado de la salud, o cuya vivienda es un espacio en una favela".

Denunció que, siendo Brasil el país con mayor crecimiento económico en el período reciente, ese crecimiento no se tradujo en bienestar para la población; que el quiebre de la estructura industrial ha provocado 7 millones de desempleados.

En el Nuevo Milagro Brasileño, el PIB de 1993 creció 5% sobre el de 1992, superó los 445.000 millones de dólares, y la Bolsa de San Pablo está en boom con inversiones extranjeras. Desde 1980 la producción creció el 23,45%, pero la población creció el 28,2% y el ingreso descendió más para las capas más pobres. Desde 1992 a 1993, la producción de bienes de consumo aumentó el 4,1%, principalmente en automóviles y electrodomésticos; la producción industrial creció el 9%, principalmente para la exportación; y con la importación libre, la FIAT vende tanto con el modelo importado como con los fabricados en Bello Horizonte. La caída de la producción agropecuaria fue

del 2%; la del azúcar y el café dejan tras de sí desocupación masiva; y la producción de los cultivos extensivos mecanizados aumentó el 2,3%.

El secretario de Salud Pública del Estado de San Pablo ha admitido la situación sanitaria alarmante: "Brasil sufre el resurgimiento de enfermedades típicas de los países miserables": leptospirosis (transmitida por la orina de ratas arrastrada en las inundaciones); leishmaniosis, manifestada con úlceras en la piel y dolores en todo el cuerpo (transmitida por un mosquito); meningitis; rabia canina, y epidemia de cólera en Ceará (39.000 casos, 280 mortales desde 1993).

El Sertao, con 800.000km<sup>2</sup> y 11 millones de habitantes, está sufriendo la peor sequía del siglo, que en algunas zonas lleva tres años; la gente sobrevive comiendo cactus. Los bajos salarios han impedido acumular recursos preventivos; empresarios y políticos locales desvían los recursos que llegan. Decenas de mi-

les de campesinos, en misas y procesiones, ruegan a Dios que llueva... ¿Hasta cuándo?

Con 155 millones de habitantes y 8 millones y medio de km<sup>2</sup> que incluyen recursos enormes y variados, Brasil puede llevar adelante un proyecto de desarrollo popular a influir

sobre el resto de América Latina; pero hay que marcar bien la divisoria de clases en las elecciones, para poder cruzarla desde el gobierno desafiando al Estado burgués y al imperialismo con los trabajadores movilizadores y trascendiendo internacionalmente.

## ARGENTINA

LUIS SANGUINET

## Después de las Elecciones

En la elección del 10 de abril ha comenzado a expresarse masivamente la disconformidad con la política económica neoliberal, la corrupción y las posturas payascescas del presidente Menem. El castigo a la complicidad de la UCR (no sólo para la reelectividad presidencial) contribuye a resquebrajar al bipartidismo. Formalmente se eligió convencionales constituyentes y se plebiscitó el pacto de Olivos (ambos firmantes suman 57%). El voto ha sido una expresión de opinión sobre política general, proyectando al campo electoral las luchas sociales de resistencia de los años recientes.

En las elecciones de octubre 1993 la pérdida electoral del oficialismo fue inadvertida por la mayoría de los comentaristas porque el partido Justicialista (injusticialista) había crecido del 42 al 43%, pero los votos de la UCD — cuya política viene aplicando Menem — bajaron de 9 a 2%.

Ahora el P. Justicialista ha caído al 37,6% acompañado por un descalabro electoral e interno de la UCR, que ha pasado de 30,2% a 19,9%, y por el crecimiento del Frente Grande de 3,6% a 12,5% (con 1.900.000 votos).

El Frente Grande ganó en la Capital Federal con 37,6% (692.200 votos), en Neuquén con el sacerdote Jaime de Nevares, y en la provincia de Buenos Aires (que incluye al cinturón obrero del Gran Buenos Aires) subió del 4,2% a 16,4% (con 955.500 de votos) ganando el segundo lugar (mientras el peronismo bajó de 48,1 a 42,7% y la UCR del 30% a 15,2%).

El Pacto de Olivos fue una negociación refrendada después en el Congreso, en que Menem obtuvo la reelectividad del presidente reduciendo el período a 4 años, y la constitucionalización limitada de los actuales inconstitucionales pero efectivos decretos-leyes a granel, a

cambio de la elección para Intendente de la Capital Federal (hasta ahora designado por el Poder Ejecutivo), un tercer senador por provincia para la minoría y el pasaje al Congreso de la facultad hasta ahora presidencial para intervenir las provincias.

El Frente Grande discierne el carácter positivo o negativo de cada cambio.

Es un frente sólo de centroizquierda, pero incluye (al fin) un desprendimiento del peronismo con influencia de masa (y votantes de procedencia radical); y muestra (al fin) una esperanzante tendencia del electorado a romper con el bipartidismo tradicional. En ello, el MODIN de Aldo Rico ha sido relegado al cuarto lugar (con 9,1%).

Aunque quede aprobada la reelectividad presidencial, es poco posible la reelección del presidente actual.

## BALANCE Y PERSPECTIVAS

JAMES PETRAS Y STEVE VIEUX

# El renacer de la izquierda

## El crecimiento de la economía capitalista mundial se encamina a cero

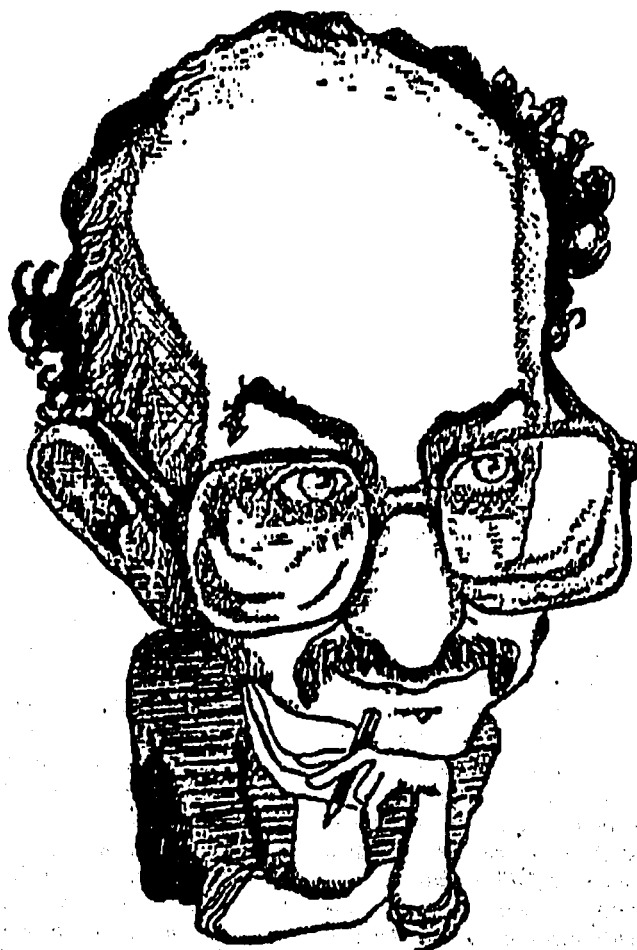
Ante la declinación de la izquierda después de los avances que había logrado en los años de 1960, la derecha pretende inculcar la idea de que el capitalismo dispone todavía de una estructura creadora y dinámica, que la izquierda cometió un error al luchar contra él en lugar de colaborar para que alcanzara su pleno desarrollo. Así se quieren frenar las aspiraciones populares y las luchas sociales, presentando los hechos como si las más grandes revoluciones de la historia, con participación de cientos de millones de personas, no hubieran sido más que la consecuencia de un malentendido.

### Estructuralismo vs Teoría de la acción social

Tal enfoque estructuralista, que surgió después del derrumbe de la izquierda, no tiene en cuenta el carácter histórico del capitalismo que, como todos los sistemas anteriores, tiene sus etapas de ascenso, madurez y declinación.

Si analizamos el problema con una lógica inductiva, vemos que la historia no está predeterminada por las fuerzas económicas sino por la lucha de clases que surge de las relaciones de producción en la sociedad de clases y que transforma las estructuras económicas. El actual predominio del capitalismo en el mundo no es consecuencia de su superioridad en materia económica sino producto de intensas presiones y luchas ideológicas y también militares, en las que el Estado ejerce la represión. El vuelco del poder en perjuicio de la izquierda es producto de un conjunto de situaciones políticas concretas y no de "factores globales estructurales".

Hay razones para no considerar al capitalismo factor principal del desarrollo de las fuerzas productivas en el siglo XX: hizo dos guerras mundiales, fue responsable de intervenciones imperiales en el Tercer Mundo en



las que murieron unos diez millones de personas, sin olvidar la regresión social ocurrida entre los años 80 y 90 en la mayor parte del mundo capitalista. Este fenómeno fue contemporáneo del ocurrido en las economías de los países del Este, donde las consecuencias fueron muy diferentes. Si fenómenos similares produjeron resultados diferentes fue porque en el Este de Europa las relaciones políticas y sociales fueron determinantes en la restauración capitalista mientras en Occidente la política capitalista fue capaz de retener la hegemonía del sistema a pesar del masivo incremento del descontento popular.

Los cambios que se conocieron en estas décadas, el ascenso de las políticas revolucionarias en los años 60 hasta mediados de los 70, y su caída en los años 80 y 90, no pueden ser explicados por fenómenos estructurales. En cambio, la teoría de la acción social, que no deja de lado la lucha de clases, considera que el libre mercado es producto de la violencia estatal contra los trabajadores en el tercer mundo, que no ha creado condiciones estables en el plano político y social para la reproducción de riquezas, sino que ha incrementado la decadencia y la descomposición. Si el libre mercado es reemplazado por una reforma social, por una revolución o por una contrarrevolución capitalista de derecha, lo será como resultado de luchas sociales o políticas, no por la evolución de las estructuras.

La teoría de la acción social no ignora las estructuras del capitalismo, pero en el centro de la explicación de la caída de la izquierda revolucionaria coloca hechos políticos. El logro de cambios en las condiciones sociales y políticas puede conducir al resurgimiento de la izquierda revolucionaria, mientras que las determinantes histórico-culturales, por sí solas, no.

### Los factores de la derrota

Uno de los mayores problemas de la izquierda es explicar por qué se produjo después de 1975 un abrupto y profundo proceso contrarrevolucionario —que no se había producido en los dos siglos anteriores—, pese a la derrota del imperialismo norteamericano en Viet-Nam y a los movimientos revolucionarios surgidos en Angola, Etiopía, Nicaragua e Irán,

revoluciones que no pudieron ser derrotadas militarmente pero que a partir de la decadencia de la URSS se convirtieron a la política capitalista. En ese proceso han influido tanto factores externos: la infiltración militar occidental y la organización del terrorismo, como internos: la evolución de las fuerzas sociales y de los movimientos revolucionarios en el período de declinación del poder existente, y la emergencia de nuevas clases, ideologías y agrupamientos. La declinación de la izquierda revolucionaria fue resultado de derrotas en momentos de crisis política y no fue algo inherente a la política revolucionaria. En cuanto a los cambios que llevan a cabo las fuerzas capitalistas victoriosas, están creando condiciones objetivas y subjetivas para un nuevo ciclo revolucionario basado en nuevas clases y nuevas fuerzas políticas e ideológicas.

La izquierda declinó como resultado de diversas luchas políticas históricas, muchas pérdidas, otras ganadas en terreno desfavorable, luchas que tuvieron distinto grado de influencia. Tras la primera guerra mundial, los esperados triunfos de la izquierda en Europa central fueron frenados con abierta colaboración de la socialdemocracia; en 1922 la derrota del movimiento de trabajadores comunistas en China, que nunca pudieron recuperarse, hizo cambiar el foco de la lucha de la ciudad al campo; el movimiento obrero alemán fue aplastado por el fascismo; la victoria de Franco sobre las fuerzas revolucionarias en España, hicieron retroceder 40 años la lucha; las purgas estalinistas privaron a la Unión Soviética de una generación completa de comunistas.

Estamos todavía viviendo las consecuencias de esas derrotas que aislaron a la izquierda revolucionaria, así como las de: la tragedia del golpe respaldado por los Estados Unidos en Indonesia en 1965, en la que fueron asesinados entre un millón y un millón y medio de comunistas, campesinos y sindicalistas; el P.C. de Indonesia era, después del de China, el más grande de Asia, y quedaron así aislados los revolucionarios de Tailandia, Indochina, Filipinas, etc.; la intervención occidental de 1961 en el antiguo Congo Belga contra el líder nacionalista revolucionario Patrice Lumumba, asesina-

do y su movimiento despedazado; los golpes militares en América Latina: en 1964 en el Brasil, en 1971 en Bolivia, en 1973 en Uruguay y en Chile, en 1976 en la Argentina, en el transcurso de los cuales se asesinó a centenares de miles de militantes de la izquierda revolucionaria poniéndose en movimiento un efecto multiplicador contrarrevolucionario, el envalentonamiento de los capitalistas, que llevó a una escalada de agresiones que les permitió llegar de Brasil a Chile, del Congo a Angola, de Indonesia a Timor, e incluso donde los norteamericanos y los occidentales salieron militarmente derrotados, como en Indochina, pudieron aislar esos focos y estrangularlos económicamente, deteniendo la lucha revolucionaria en regiones claves.

La declinación de la izquierda revolucionaria no fue resultado del éxito del desarrollo capitalista ni significó prosperidad para las mayorías: fue consecuencia de la superioridad política, militar y estratégica de sus adversarios.

### La decadencia del comunismo chino

En China, con el Partido Comunista más grande del mundo, de prolongada tradición revolucionaria y de lucha antiimperialista, la llegada al poder de la fracción Deng y su ruptura con el comunismo desradicalizó a decenas de millones de militantes en el país, influyó negativamente en los movimientos revolucionarios de Asia como en la liquidación del movimiento guerrillero Thai, profundizó la integración de China a una amplia red de relaciones capitalistas, e influyó en la derechización de europeos radicales maoístas, algunos de los cuales se convirtieron en los "nuevos filósofos", en expertos en contrainsurgencia al servicio de los Estados Unidos, en militantes de partidos gubernamentales, en miembros de las clases en ascenso orientadas a los negocios.

El comunismo chino, incluso en su fase más revolucionaria, se basaba en una contradicción fundamental: la propiedad era socializada, pero los productores estaban separados de los medios de producción por una elite jerárquica, que fue el terreno abonado en el que germinaron semillas de restauración capitalista. El régimen, con su énfasis en el aumento de la

## BALANCE Y PERSPECTIVAS

JAMES PETRAS Y STEVE VIEUX

# El renacer de la izquierda

## El crecimiento de la economía capitalista mundial se encamina a cero

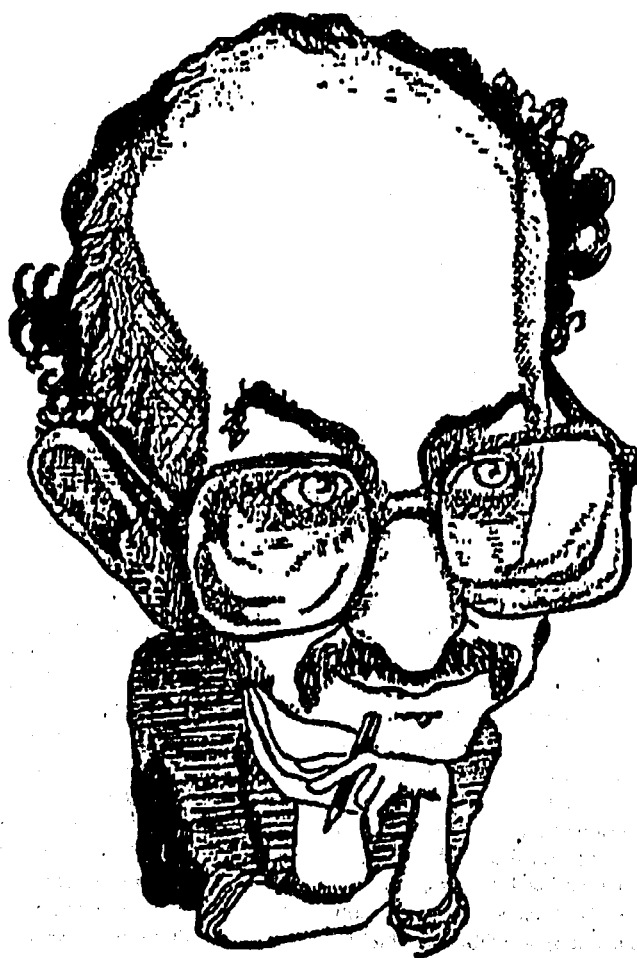
Ante la declinación de la izquierda después de los avances que había logrado en los años de 1960, la derecha pretende inculcar la idea de que el capitalismo dispone todavía de una estructura creadora y dinámica, que la izquierda cometió un error al luchar contra él en lugar de colaborar para que alcanzara su pleno desarrollo. Así se quieren frenar las aspiraciones populares y las luchas sociales, presentando los hechos como si las más grandes revoluciones de la historia, con participación de cientos de millones de personas, no hubieran sido más que la consecuencia de un malentendido.

### Estructuralismo vs Teoría de la acción social

Tal enfoque estructuralista, que surgió después del derrumbe de la izquierda, no tiene en cuenta el carácter histórico del capitalismo que, como todos los sistemas anteriores, tiene sus etapas de ascenso, madurez y declinación.

Si analizamos el problema con una lógica inductiva, vemos que la historia no está predeterminada por las fuerzas económicas sino por la lucha de clases que surge de las relaciones de producción en la sociedad de clases y que transforma las estructuras económicas. El actual predominio del capitalismo en el mundo no es consecuencia de su superioridad en materia económica sino producto de intensas presiones y luchas ideológicas y también militares, en las que el Estado ejerce la represión. El vuelco del poder en perjuicio de la izquierda es producto de un conjunto de situaciones políticas concretas y no de "factores globales estructurales".

Hay razones para no considerar al capitalismo factor principal del desarrollo de las fuerzas productivas en el siglo XX: hizo dos guerras mundiales, fue responsable de intervenciones imperiales en el Tercer Mundo en



las que murieron unos diez millones de personas, sin olvidar la regresión social ocurrida entre los años 80 y 90 en la mayor parte del mundo capitalista. Este fenómeno fue contemporáneo del ocurrido en las economías de los países del Este, donde las consecuencias fueron muy diferentes. Si fenómenos similares produjeron resultados diferentes fue porque en el Este de Europa las relaciones políticas y sociales fueron determinantes en la restauración capitalista mientras en Occidente la política capitalista fue capaz de retener la hegemonía del sistema a pesar del masivo incremento del descontento popular.

Los cambios que se conocieron en estas décadas, el ascenso de las políticas revolucionarias en los años 60 hasta mediados de los 70, y su caída en los años 80 y 90, no pueden ser explicados por fenómenos estructurales. En cambio, la teoría de la acción social, que no deja de lado la lucha de clases, considera que el libre mercado es producto de la violencia estatal contra los trabajadores en el tercer mundo, que no ha creado condiciones estables en el plano político y social para la reproducción de riquezas, sino que ha incrementado la decadencia y la descomposición. Si el libre mercado es reemplazado por una reforma social, por una revolución o por una contrarrevolución capitalista de derecha, lo será como resultado de luchas sociales o políticas, no por la evolución de las estructuras.

La teoría de la acción social no ignora las estructuras del capitalismo, pero en el centro de la explicación de la caída de la izquierda revolucionaria coloca hechos políticos. El logro de cambios en las condiciones sociales y políticas puede conducir al resurgimiento de la izquierda revolucionaria, mientras que las determinantes histórico-culturales, por sí solas, no.

### Los factores de la derrota

Uno de los mayores problemas de la izquierda es explicar por qué se produjo después de 1975 un abrupto y profundo proceso contrarrevolucionario —que no se había producido en los dos siglos anteriores—, pese a la derrota del imperialismo norteamericano en Viet-Nam y a los movimientos revolucionarios surgidos en Angola, Etiopía, Nicaragua e Irán,

revoluciones que no pudieron ser derrotadas militarmente pero que a partir de la decadencia de la URSS se convirtieron a la política capitalista. En ese proceso han influido tanto factores externos: la infiltración militar occidental y la organización del terrorismo, como internos: la evolución de las fuerzas sociales y de los movimientos revolucionarios en el período de declinación del poder existente, y la emergencia de nuevas clases, ideologías y agrupamientos. La declinación de la izquierda revolucionaria fue resultado de derrotas en momentos de crisis política y no fue algo inherente a la política revolucionaria. En cuanto a los cambios que llevan a cabo las fuerzas capitalistas victoriosas, están creando condiciones objetivas y subjetivas para un nuevo ciclo revolucionario basado en nuevas clases y nuevas fuerzas políticas e ideológicas.

La izquierda declinó como resultado de diversas luchas políticas históricas, muchas pérdidas, otras ganadas en terreno desfavorable, luchas que tuvieron distinto grado de influencia. Tras la primera guerra mundial, los esperados triunfos de la izquierda en Europa central fueron frenados con abierta colaboración de la socialdemocracia; en 1922 la derrota del movimiento de trabajadores comunistas en China, que nunca pudieron recuperarse, hizo cambiar el foco de la lucha de la ciudad al campo; el movimiento obrero alemán fue aplastado por el fascismo; la victoria de Franco sobre las fuerzas revolucionarias en España, hicieron retroceder 40 años la lucha; las purgas estalinistas privaron a la Unión Soviética de una generación completa de comunistas.

Estamos todavía viviendo las consecuencias de esas derrotas que aislaron a la izquierda revolucionaria, así como las de: la tragedia del golpe respaldado por los Estados Unidos en Indonesia en 1965, en la que fueron asesinados entre un millón y un millón y medio de comunistas, campesinos y sindicalistas; el P.C. de Indonesia era, después del de China, el más grande de Asia, y quedaron así aislados los revolucionarios de Tailandia, Indochina, Filipinas, etc.; la intervención occidental de 1961 en el antiguo Congo Belga contra el líder nacionalista revolucionario Patricio Lumumba, asesina-

do y su movimiento despedazado; los golpes militares en América Latina: en 1964 en el Brasil, en 1971 en Bolivia, en 1973 en Uruguay y en Chile, en 1976 en la Argentina, en el transcurso de los cuales se asesinó a centenares de miles de militantes de la izquierda revolucionaria poniéndose en movimiento un efecto multiplicador contrarrevolucionario, el envalentonamiento de los capitalistas, que llevó a una escalada de agresiones que les permitió llegar de Brasil a Chile, del Congo a Angola, de Indonesia a Timor, e incluso donde los norteamericanos y los occidentales salieron militarmente derrotados, como en Indochina, pudieron aislar esos focos y estrangularlos económicamente, deteniendo la lucha revolucionaria en regiones claves.

La declinación de la izquierda revolucionaria no fue resultado del éxito del desarrollo capitalista ni significó prosperidad para las mayorías: fue consecuencia de la superioridad política, militar y estratégica de sus adversarios.

### La decadencia del comunismo chino

En China, con el Partido Comunista más grande del mundo, de prolongada tradición revolucionaria y de lucha antiimperialista, la llegada al poder de la fracción Deng y su ruptura con el comunismo desradicalizó a decenas de millones de militantes en el país, influyó negativamente en los movimientos revolucionarios de Asia como en la liquidación del movimiento guerrillero Thai, profundizó la integración de China a una amplia red de relaciones capitalistas, e influyó en la derechización de europeos radicales maoístas, algunos de los cuales se convirtieron en los "nuevos filósofos", en expertos en contrainsurgencia al servicio de los Estados Unidos, en militantes de partidos gubernamentales, en miembros de las clases en ascenso orientadas a los negocios.

El comunismo chino, incluso en su fase más revolucionaria, se basaba en una contradicción fundamental: la propiedad era socializada, pero los productores estaban separados de los medios de producción por una élite jerárquica, que fue el terreno abonado en el que germinaron semillas de restauración capitalista. El régimen, con su énfasis en el aumento de la



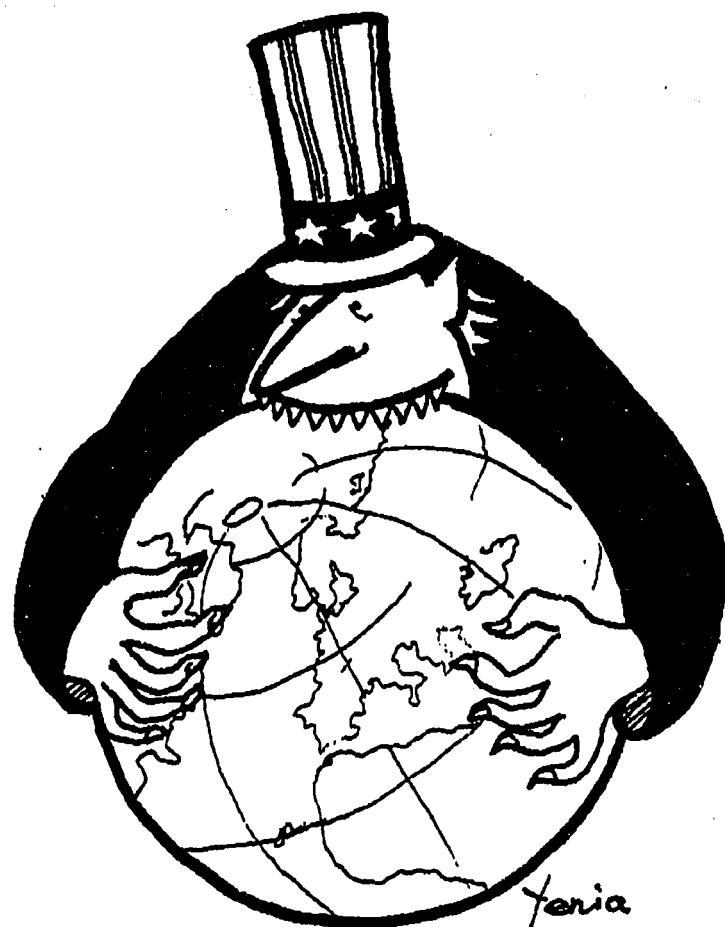
producción —"lo que importa es la producción"—, priorizó el desarrollo de las fuerzas productivas sin considerar su contenido social, generando mayores oportunidades para la conversión al capitalismo. Las constantes exhortaciones a la lucha de clases sin una expresión visible organizada de representación popular agotó a la larga a sus partidarios. La incapacidad de la lucha de clases maoísta para institucionalizar nuevas formas de producción que incorporaran a los productores a una economía con mejores niveles de vida, preparó el terreno para aspirar al mercado capitalista. El regreso de la elite privilegiada y su cortejo de parientes capitalizó el desánimo y la desmoralización provocada por interminables luchas de clases sin resultados tangibles.

### El retroceso de la lucha antisistémica en el Primer Mundo

En Europa y América del Norte con el Mayo Francés se constituyó una poderosa izquierda extraparlamentaria de masas que desafió a la autoridad y a las relaciones de poder, hubo movimientos de masas en Italia, en Alemania y en los Estados Unidos, las luchas revolucionarias ganaron en extensión pero perdieron por falta de capacidad para consolidar el poder, ya sea por falta de raíces en sectores definidos, por la dispersión de fuerzas, o por la brutal represión estatal (asesinato de los panteras negras en Estados Unidos, la ferocidad de la represión alemana contra los terroristas). Se forman izquierdas sin potencia, con desdén por la construcción del partido, lo que condujo al crecimiento de una masa dispersa, de movimientos heterogéneos. La derrota política de la izquierda revolucionaria a escala mundial se consolidó en los años 80. El perfil anticapitalista de los herederos de la nueva izquierda se fue debilitando en esos años, considerándose un mérito la actitud no militante, no proselitista.

### El Patio Trasero

En América Latina los gobiernos militares respaldados por los Estados Unidos aniquilaron físicamente a importantes sectores de los movimientos de izquierda con terrorismo criminal, no con debate político. El



viraje a la derecha coincide con la declinación revolucionaria, con la integración de algunos partidos de izquierda a la órbita de la socialdemocracia europea, con el derrumbe del comunismo soviético desde mediados de los años 80.

En el proceso de transición de las dictaduras militares a regímenes electorales, llega el neoliberalismo con sus ajustes estructurales, privatización de empresas, despidos en gran escala, con la pérdida del poder de negociación de los trabajadores, con los recortes a la legislación social, todo lo que dificulta la recuperación de la izquierda. Ante la política capitalista apoyada por el FMI y el Banco Mundial, los movimientos de oposición al neoliberalismo quedan a la defensiva, reducidos casi a luchar por cambios inmediatos, para sobrevivir, debilitándose el vínculo entre las luchas políticas y sociales del mo-

mento y la transformación revolucionaria que, incluso, pasó a ser considerada una utopía por algunos sectores de la izquierda.

En las campañas electorales las elites económicas financian a gobiernos civiles que le quitaron el poder visible a los militares pero que marginaron a la izquierda presentándola como un peligro para la democracia. A fines de los 70 y en los años 80 en Asia, América Latina, así como en Portugal, España y Grecia, regímenes autoritarios derechistas fueron reemplazados por gobiernos civiles comprometidos a excluir a la izquierda. Donde la izquierda podía ganar el gobierno en elecciones, como en Nicaragua, El Salvador, Guatemala, Angola, Mozambique, Afganistán e Irán, como había ocurrido en Chile en 1972, el mundo occidental pasó a la ofensiva militar de rechazo frontal de regímenes revolucionarios me-

dante guerras devastadoras financiadas especialmente por los Estados Unidos, y apoyadas por los países de la Comunidad Europea o con su aquiescencia, ofensiva militar que arruinó reformas socioeconómicas en beneficio del pueblo. La destrucción de infraestructura por miles de millones de dólares, más de 250 mil muertos en Nicaragua (diez años de guerra), Angola, Mozambique, Indochina, determinaron los "fracasos" del comunismo. El proceso de contrarrevolución permanente fue más allá de los movimientos revolucionarios, llegando a la misma base de los movimientos populares. La victoria del capitalismo no se debió al autoinducido colapso del comunismo: fue resultado de estrategias políticas, acciones militares y medidas económicas que crearon condiciones contrarias a la política revolucionaria.

### El colapso de la URSS

La Unión Soviética y los países de Europa oriental, sin ser (por su control burocratizado y absolutista) sociedades revolucionarias, dieron un significativo apoyo al movimiento revolucionario del mundo, y el "mito" de la URSS como continuadora de la revolución comunista de 1917 se mantuvo vigente. Sin embargo, a partir del cese de su ayuda material a varios regímenes, el impacto negativo fue enorme, sobre todo por la afinidad de los gobiernos postcomunistas con la política contrarrevolucionaria occidental y la economía neoliberal.

La restauración pacífica del capitalismo en la URSS, tras una sostenida presión ideológica y militar, no fue un trabajo de masas sino hecho desde arriba, por fuerzas existentes en el PC: por la elite burocrática que gobernaba con prescindencia de los productores, por la disolución de lazos entre tal elite y los orígenes revolucionarios de la sociedad, por la pérdida de contenido de la ideología comunista en las organizaciones y en las relaciones sociales, por la creciente influencia en las elites de las pautas occidentales en materia de riqueza y granjerías, por la situación relativamente privilegiada de la elite y la formalidad de las limitaciones que le imponían las normas colectivistas para ampliar los privilegios, y por la subordinación ideológica de la

elite a las doctrinas económicas occidentales.

Causó impacto que la transición al capitalismo se hiciera sin ninguna resistencia por parte del partido comunista con 20 millones de afiliados, a causa de la falta en él de una izquierda y de su dominio por una elite. Sin tradiciones de movilización autónoma, no hubo posibilidades de defender al partido, y la elite decretó, sin oposición, relaciones capitalistas. Una nueva generación de funcionarios del partido dirigentes y administradores, sin vínculos con el pasado revolucionario, quería liberarse de normas igualitarias que trababan su movilidad social vertical, constituyendo una clase protocapitalista que aspiraba romper la cáscara del colectivismo.

En los años 30 había prevalecido la ideología de la industrialización rápida, en los 40 la de la defensa nacional, después de la guerra la de la reconstrucción, hacia los 60 la ideología del comunismo como motor de la economía y la sociedad, pero la elite no miraba hacia el pasado de la revolución ni hacia los trabajadores, sino hacia afuera, queriendo imitar a los que creía sus homólogos occidentales, y en los años 80 se propuso dirigir "la modernización occidental", los cambios económicos y la apertura, con los privilegios inherentes a su condición de elite, que de hecho tenía el control sobre la propiedad de los medios de producción, control que bajo la cobertura de la democracia se convirtió en un proceso de apropiación privada legal.

A falta de un proyecto original, la nueva elite quedó cautiva de los ideólogos de bancos y empresas privadas occidentales, fue dejando de lado las limitaciones de ganancias y entró a un proceso de apropiación privada sin cortapisas. Entre la democratización de las empresas y sus privilegios optó por lo último. La ideología del mercado libre produjo efectos devastadores. Los medios de información occidentales con astucia transfirieron la culpa al sistema comunista anterior, aumentando la desorientación de una izquierda en retirada, siguiendo rápidamente los regímenes y partidos de los países vecinos el mismo camino.

La nueva clase de funcionarios del partido de los gobiernos de Gorbachov y de Yeltsin llevó a la muerte

del P.C. y a la ruptura de la red global de intercambios comerciales y de ayuda a los revolucionarios del Tercer Mundo, especialmente a las revoluciones de Indochina, Cuba, Angola, Mozambique, Corea del Norte y Nicaragua, demostrando la compleja posición de la URSS: contrarrevolucionaria en su organización interna y revolucionaria en su ideología y orígenes.

La toma del poder por los proocidentales puso fin al ciclo revolucionario iniciado en 1917. Privados de recursos materiales por la ahora capitalista Rusia, algunos movimientos revolucionarios de América Central, África meridional y Filipinas insistieron en continuar la lucha a pesar de las circunstancias adversas, mientras otros se acomodaron políticamente con regímenes autoritarios de derecha.

### La derrota revolucionaria no garantiza la vida del capitalismo

La declinación de la izquierda revolucionaria no se debió a éxitos del capitalismo ni a su superioridad, tampoco fue resultado de un proceso inmanente, sino de una lucha en escala mundial, en la que se aplicó el bloqueo externo y guerras internas, en la que jugó la lucha de clases y quedó demostrada la incapacidad de las elites burocráticas para combatir el ascenso de los restauradores del capitalismo.

Hoy la izquierda es apenas una sombra de lo que fue. El ciclo revolucionario 1917-1975 se ha roto irremediablemente, pero un nuevo proceso puede producirse si se aprende la importante lección de que las elites revolucionarias privilegiadas y no democráticas pavimentan el camino a la restauración capitalista.

No se vive contemporáneamente un período de vigorosa acumulación capitalista que relegue la lucha de clases al museo, y aunque no hay relación directa entre los ciclos de crisis económicas y oleadas de revoluciones, ya que durante períodos de fuerte expansión capitalista, especialmente en los años 60, tuvo lugar una gran actividad revolucionaria, y en épocas de estancamiento capitalista, particularmente después de 1975, comenzó la declinación de aquella actividad, la magnitud de los

fracasos del capitalismo en Europa oriental, la ex URSS, América Latina y África, la degeneración de la democracia liberal bajo el neoliberalismo económico, la rivalidad interimperialista y la intensificación de conflictos dentro de los bloques y entre bloques rivales, son terreno fértil para la crítica y las prácticas revolucionarias.

El triunfo del capitalismo ha creado condiciones económicas catastróficas, continentes enteros están en retroceso económico, la democracia neoliberal no puede contener ni tampoco expresar el descontento popular, la miseria impide que decenas de millones de personas participen en la democracia.

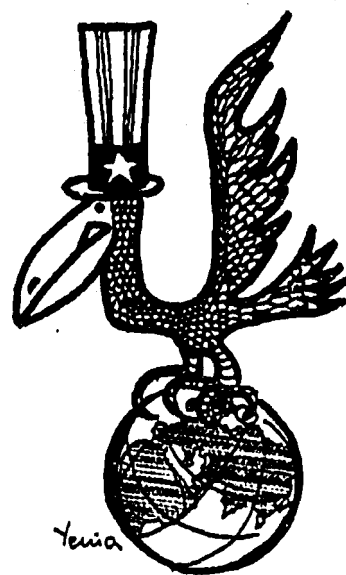
### El fin de la historia del "Fin de la Historia"

En Rusia, en las ex-repúblicas soviéticas y en Europa del Este el nivel de vida ha caído en forma drástica, el desempleo ha crecido verticalmente, el poder adquisitivo del ruso medio es 42% de lo que era hace dos años, la producción industrial experimenta un colapso sin precedentes, la inflación alcanza al 25% mensual, los nuevos ricos hacen ostentación de su riqueza, los mendigos deambulan por las calles de Moscú, donde (según el N.Y.T.) 90% de la población vive en la pobreza, y la criminalidad aumenta.

La vuelta al capitalismo es una aberración momentánea de la historia. El aumento de las desigualdades, la creciente dependencia del capitalismo occidental, la apropiación de riquezas, su transferencia al exterior, y un gobierno que no considera el descontento popular, son todos factores que fomentan la reactivación revolucionaria.

No hay seguridad de que una nueva izquierda emergente pueda aprovechar esta situación. La extrema derecha también puede hacerlo. Pero en amplios sectores de la población subyacen valores sociales como el pleno empleo, la estabilidad en el trabajo, la seguridad social, la hostilidad a la corrupción y la riqueza excesivas. Las condiciones son explosivas.

Un segundo factor que favorece el renacimiento de los movimientos revolucionarios en el Tercer Mundo es la crisis de los países capitalistas. A partir del auge de los años 60 la



producción de los países capitalistas avanzados ha caído constantemente y su crecimiento, con excepción del Japón, se encamina a cero. En Europa crece el deterioro de la economía interna. En el imperio se amplía la grieta entre la elite político-económica y los ciudadanos, entre los cuales es mayoritaria la oposición al gasto en el exterior, a los acuerdos de libre comercio, a las intervenciones en ultramar, y la opinión a favor de ampliar la reconstrucción económica interna. En Alemania los costos de la anexión han aumentado impuestos, el déficit presupuestario, la xenofobia y los votantes descontentos.

Una cosa es la influencia militar e ideológica de occidente; otra es la capacidad de intervenir contra el tercer mundo: una cruzada imperialista de las dimensiones de la guerra de Vietnam es hoy inconcebible, lo que hace a los regímenes prooccidentales más vulnerables, menos capaces de reprimir nuevos movimientos populares. Además, la agudización de las rivalidades interimperialistas intensificará la explotación en cada bloque.

La amenaza soviética ya no aglutina desde Bonn a Washington y a Tokio. Al mismo tiempo, la hegemonía que ejerce Estados Unidos, líder de la guerra fría, es cada vez menos plausible para las otras naciones imperialistas. En ellas y entre ellas aumentan las tensiones, dando un mayor espacio de maniobra política a la izquierda.

Futuras tensiones imperialistas pueden derivar de la acentuada re-

gionalización del sistema económico mundial. En la Comunidad Económica Europea, el Japón, Asia Oriental y Norteamérica se ajustan mercados regionales y tratan de ir más allá en el comercio mundial.

La potencia hegemónica en cada mercado común busca intensificar la explotación en la zona fabricando y exportando desde la región de menor costo a los mercados más lucrativos de sus competidores. El libre mercado sólo existe en la zona donde impera el poder hegemónico. Frente a los competidores rige el proteccionismo.

Japón ha sido el principal objetivo de los bloques en Estados Unidos y Europa debido al espectacular comportamiento de sus exportaciones después de la Segunda Guerra Mundial. Su ofensiva exportadora le dio en los años 70 y 80 enorme superávit comercial frente a Estados Unidos, y en Europa pasó de 3.600 millones de dólares en 1975 a 27.600 en 1991. A diferencia de Estados Unidos, cuyas exportaciones al Japón contienen un importante componente de materia prima y alimentos, el comercio entre Japón y Europa constituye una fuerte competencia entre las dos regiones en la exportación de manufacturas.

La combinación de estancamiento en occidente, declinación económica en Europa y tendencia a la regionalización en el mundo, tiene tremenda explosividad potencial.

### El capitalismo ante sus propios límites

En los países capitalistas avanzados la competencia no sólo lanza a unos trabajadores contra otros sino que la estrategia de bloques comerciales obligará a los jornaleros no calificados de los países ricos a competir por empleos con trabajadores de los países pobres, con resultados terribles para los niveles de aquéllos. Los salarios reales en los atrasados high schools de Estados Unidos cayeron 20% desde 1979, en parte debido a la influencia del mercado mundial. Entre 1979 y 1989 el total de mercancías importadas y exportadas subió de 55 a 82% del total de manufacturas norteamericanas. En ese lapso los salarios medios y los beneficios de los trabajadores fabriles norteamericanos cayeron 6%.

El Acuerdo Norteamericano de

Libre Comercio (NAFTA según sigla en inglés), colocará a los trabajadores norteamericanos en competencia con 30 millones de trabajadores mexicanos mal pagados, cuyo salario promedio es 1/7 del estadounidense. Las inversiones del Japón en Asia oriental, el colapso del comunismo en Europa y la inmigración anticipan presiones similares sobre los trabajadores japoneses y europeos.

Se calcula que la apertura del mercado mexicano a los productos agrícolas estadounidenses, especialmente el maíz, producirá la ruina de ejidos y pequeñas granjas, obligando a millones de personas a emigrar a las ciudades y a Estados Unidos, rebajando los salarios al aumentar la oferta de mano de obra.

El NAFTA, la Comunidad Económica Europea y el Japón como centro de alianzas asiáticas, tienen bases sociales frágiles: en Francia apenas se aprobó el tratado de Maastricht, en Canadá aumenta la mayoría que se opone al NAFTA como resultado de la pérdida de 200 mil puestos de trabajo en las fábricas, y las crecientes fricciones entre Japón y los recientemente industrializados países de Asia, indican que en el mediano plazo la integración desigual provocará conflictos de clase y de tipo nacional.

Los políticos occidentales juzgan a los regímenes comunistas con toda exigencia en cuanto a pluralismo político y procedimientos electorales, pero alaban por sus virtudes democráticas a los que los sucedieron en África y América Latina sin importarles la aplicación de métodos autoritarios de gobierno, el despido de profesionales universitarios y funcionarios civiles, la quema de libros en gran escala, las purgas entre los empleados de medios de comunicación de masas, el cierre masivo de actividades culturales. Un segmento de la inteligencia occidental defiende las estructuras autoritarias de toma de decisiones de las políticas de libre mercado y los políticos encubren con retórica tecnocrática políticas socioeconómicas profundamente impopulares, atacan y cuando les es posible restringen los poderes de los cuerpos legislativos así como fortalecen al Poder Ejecutivo que gobierna por decreto. Este instrumento de restricción a la participación popular, a menudo ayudado por la herencia institucional de las dictaduras de

años anteriores, se ha extendido como epidemia, así como las políticas económicas neoliberales han sido impuestas en todo el mundo por los partidos burgueses y la presión del FMI y el Banco Mundial. Menem, Fujimori, Carlos Andrés Pérez, Walesa, se hacen pasar por populistas, nacionalistas, moderados, mientras reducen empleos, gasto público y subsidios, pero no pregonan objetivos inaceptables para la opinión pública. No hay mayor beneficiario de la indulgencia de occidente que el gobierno autoritario de Yeltsin, que los medios de información presentan como el primer gobernante democrata de la historia de su país, aunque haya prohibido y puesto fuera de la ley a partidos políticos, postergado elecciones y consolidado los poderes de los aparatos de seguridad. The New York Times informó que 95% de los cambios económicos y legales desde que llegó al poder los hizo por decreto.

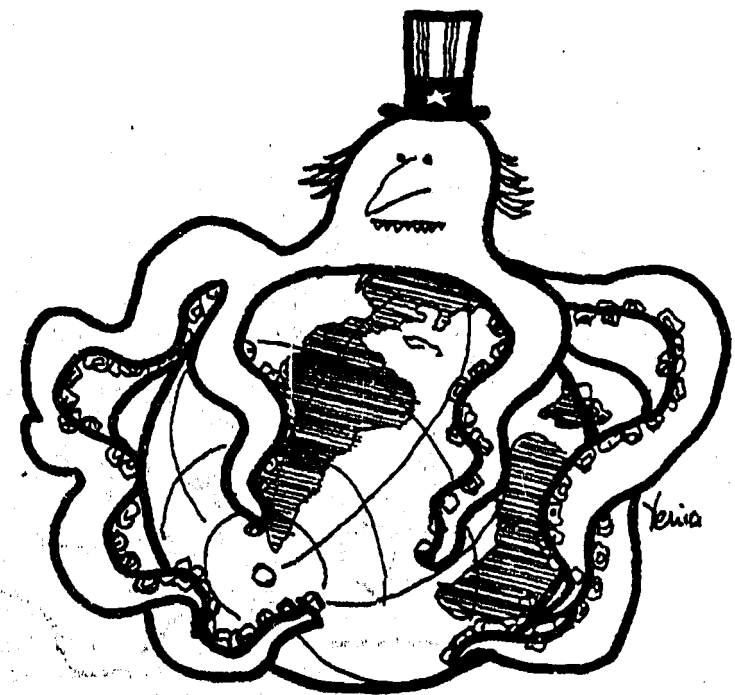
### La decadencia del liberalismo burgués

En América Latina la mezcla de autoritarismo electoral, neoliberalismo de gobernantes por decreto y escudrones de la muerte, ha arrasado con

décadas de conquistas sociales, lo que no ha impedido que medios occidentales de comunicación las alaben como democracias inexpertas.

Con la izquierda revolucionaria en declinación, con su base de masas atomizada, con los partidos reformistas cooptados por el neoliberalismo, el panorama político, en más y más países donde la política electoral es ignorada por irrelevante por decenas de millones de ciudadanos, ha llegado a parecerse al de Estados Unidos: limitado a partidos burgueses que rivalizan por proporcionar mejores condiciones para la acumulación del capital, pretendiendo consagrar la afirmación del neoliberalismo de que "no hay alternativa". Para estos ideólogos los parlamentos son focos de populismo irresponsable conducidos por los egoístas propósitos de grupos de intereses, y prefieren medidas irreversibles dictadas por ejecutivos fuertes.

La esencia antidemocrática de la política neoliberal reside en su sistemático propósito de limitar con severidad las decisiones efectivamente democráticas. Políticos de derecha —Tyminski en Polonia, Perot en Estados Unidos, Fujimori en Perú, Le Pen en Francia— pretenden capitali-



zar las frustraciones populares, pero la degeneración de la democracia capitalista proporciona una excepcional oportunidad para el renacimiento de una izquierda extraparlamentaria de amplia base social.

Mientras algunos ex-marxistas descubren las virtudes del mercado, la gran mayoría de la población del mundo sufre las consecuencias. El resurgimiento de la ideología y prácticas del capitalismo, la obsesión por la privatización y desregulación, ha estimulado el pillaje y la corrupción. Los grandes privatizadores (el ex-presidente Collor en Brasil, Carlos Andrés Pérez en Venezuela), Wall Street, el Japón, la industria del vicio y del crimen mafioso, el fin de la ayuda ideológica, financiera y militar soviética, que también era caja de resonancia para denunciar guerras y agresiones al tercer mundo, facilitan operaciones político-militares en un grado que no se veía desde la época colonial: la guerra al Irak con la bendición de las Naciones Unidas, para proteger a las oligarquías del petróleo del Golfo Pérsico, la ocupación de Somalia con disfraz de misión

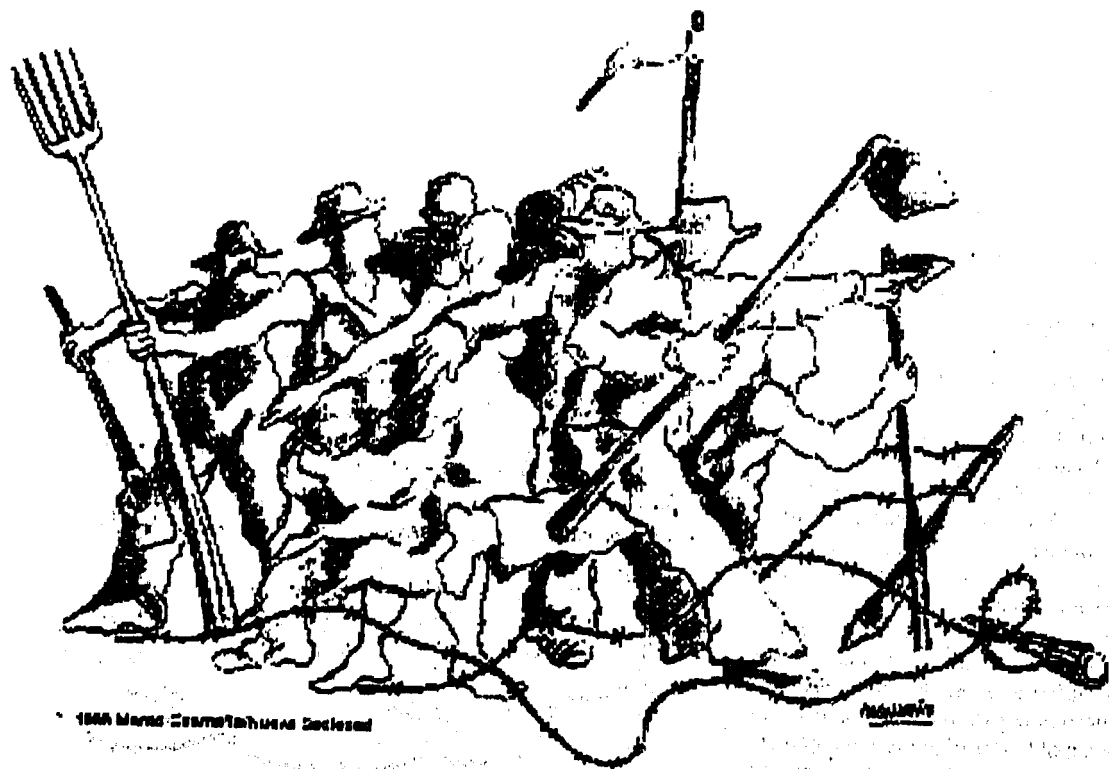
humanitaria, la anexión de la RDA por la RFA, ejemplo de colonialismo del siglo XIX que arrancó de raíz las estructuras politicoeconómicas allí existentes, Granada, Panamá, de donde las tropas norteamericanas no se retiraron después de la invasión que costó miles de vidas, el rapto de un ciudadano mexicano por la DEA (organismo estadounidense de lucha contra los estupefacientes), hecho ante el cual la Suprema Corte de Justicia de Estados Unidos defendió el derecho a secuestrar ciudadanos de otros países y llevarlos a Estados Unidos para someterlos a juicio, la ley Torricelli para acentuar el bloqueo contra Cuba.

Además, instituciones occidentales como el FMI obtienen facilidades para estudiar los asuntos domésticos de los países que buscan ayuda financiera, obteniendo informaciones que pueden utilizarse para la penetración occidental, desde el precio del transporte, el número de funcionarios del gobierno, el precio de los fideos... Las políticas del Banco Mundial y del FMI profundizan el agotamiento de la tierra, de los recur-

sos minerales y de la gente a través de privatizaciones que saquean la economía para conseguir divisas y pagar a los bancos acreedores extranjeros. Los vínculos entre el capitalismo y la destrucción ecológica suministran una oportunidad histórica a la izquierda para comprometerse en la lucha por la supervivencia de la especie. Las profundas raíces estructurales de la destrucción ecológica posibilitan ir más allá del enfoque ambientalista.

### Lo que se avecina

Las economías estancadas de las principales regiones del mundo capitalista se precipitan como una catarata sobre la economía mundial. Continentes enteros están en retroceso, se degradan las tradiciones y procedimientos democráticos. Ejércitos de niñas prostitutas en el sudeste asiático y una generación de jóvenes desempleados en Europa y Estados Unidos pasan a ser emblemas del triunfo del capitalismo. La explotación de la economía interna del imperio para sostener la expansión puede conducir a rebeliones populares



1988 Mayo - Junio - Social

que harían empalidecer la de Los Angeles.

Sin embargo, las masas descontentas pueden inclinarse a la izquierda o a la derecha, según el poder de las fuerzas políticas que intervienen en los acontecimientos. Los más prometedores desarrollos tienen lugar en el Brasil, con el partido de los Trabajadores, con 15 millones de miembros en la base sindical; en Corea del Sur, con los movimientos de trabajadores y estudiantes; en Sudáfrica, donde la consciente clase trabajadora es una amenaza socialista-nacionalista al capitalismo.

Estos movimientos surgen de bases socioeconómicas para proyectar un nuevo modelo que combine la competitividad en el mercado mundial con la justicia social interna. Después del derrumbe del bloque comunista son libres de crear nuevos modelos de socialismo sin tutela burocrática y de articular vínculos desde Bangkok a Los Angeles y Corea del Sur, desde México a través de Texas a Los Angeles y Chicago, porque el Tercer Mundo existe en muchos lugares ligado al tejido de explotación del capital internacional cada vez más móvil. Cada avance del capital disloca y excluye algunas fuerzas sociales y obliga a otras a emigrar.

Actualmente la política electoral ha demostrado su incapacidad para cambiar la sociedad, para enfrentar y revertir la degradación de la sociedad civil, del medio ambiente y los procesos políticos. En los años 90 la actividad extraparlamentaria se convertirá en el principal vehículo para expresar el ascendente sentimiento de injusticia y el rechazo a la elite electoral. Al margen del sistema electoral están emergiendo nuevas formaciones políticas.

En la confrontación con las estructuras socioeconómicas surgidas de las políticas neoliberales antes de fin del siglo puede empezar un nuevo ciclo de revoluciones políticas. El reformismo, en su versión liberal o en la socialdemócrata, no ha podido parar el descenso del nivel de vida, fundamentalmente a causa de la mayor movilidad del capital. En el pasado los reformistas podían encauzar la expansión capitalista hacia el bienestar de la sociedad aumentando impuestos o cargas sociales, pero

hoy eso provocaría la fuga de capitales. Solamente si el capital es nacionalizado puede ser controlado y orientado hacia programas de bienestar. El único camino para asegurar que el capital pueda utilizarse en políticas redistributivas es un regreso al comunismo que signifique control democrático sobre los medios de producción. Para asegurar el bienestar hoy puede requerirse bastante más que en las economías mixtas del pasado.

En el Tercer Mundo se hizo abortar el proceso de democratización: cambiaban los regímenes pero los aparatos fundamentales del Estado (ejército, tribunales, burocracia, bancos centrales, etc.) seguían cautivos de las elites del anterior orden autoritario. Los nuevos regímenes electorales se convirtieron en administradores del orden socio-económico neoliberal. Socialistas y demócrata-cristianos, liberales y conservadores, gobernaron coexistiendo con el Estado autoritario y las injusticias del libre mercado. Para democratizar el Estado y desafiar al modelo neoliberal se requiere un movimiento político que vaya más allá del régimen electoral y ponga en la agenda formas de representación directa: consejos de trabajadores y vecinos, milicias populares y alternativas semejantes. Un regreso al comunismo puede ser el único movimiento político capaz de ofrecer una alternativa a la decadente democracia liberal.

Son inminentes guerras comerciales entre bloques imperiales competidores que se organizarán apelando al chauvinismo competitivo, rebajas de salarios de los trabajadores en nombre de la competencia interbloques y llamados al sacrificio nacional. El derrumbe del colectivismo burocrático ha desatado una ola de conflictos raciales y de fragmentación nacionalista que amenazan con grandes guerras de conquista y "limpieza étnica". La ideología nacionalista capitalista está demostrando su incapacidad para unificar naciones, integrar pueblos o respetar diferentes culturas, aun cuando proclame las virtudes del pluralismo y la diversidad.

El comunismo puede proporcionar una identidad trascendente con una base compartida de cohesión po-

lítico-social que, al mismo tiempo, respete las culturas nacionales y las especificidades regionales.

La inmensa magnitud de los fracasos económicos del capitalismo irrestricto, la devastación de ciudades enteras en el norte y de poblaciones completas en el sur y el oriente, la desenfrenada búsqueda del lucro y el placer, claman por el retorno a una planificación pública y una intervención del Estado que corrija desigualdades, injusticias y el caos del mercado, crean condiciones para el regreso del comunismo.

Incluso en los círculos de las grandes corporaciones se reconoce que los trabajadores autónomos, que se dirigen a sí mismos, son más productivos y creativos que los subordinados y mandados por más que bien pagados ejecutivos. Las raíces del comunismo del futuro radican en el deseo de crear nuevas instituciones políticas que dismantelen y desplacen las corruptas estructuras manipuladas por tecnócratas y empresarios multinacionales. Cada vez más trabajadores en todas partes se dan cuenta de que su poder constituye efectiva alternativa a la tiranía del mercado. La poderosa iniciativa popular desde la sociedad civil puede organizar un Estado nuevo y eficiente con gobernantes que comprendan que el espacio del mercado debe ser minimizado y sometido a las orientaciones de las mayorías.

Después del baño de sangre de las luchas raciales y los estallidos de xenofobia las mayorías se dan cuenta de la bancarrota del libre mercado. El regreso al comunismo comienza en el instante del triunfo del capitalismo mundial.

Publicado en PUNTO FINAL en mayo de 1993.

**Nota de Alfaguara:** Hemos decidido publicar este extenso trabajo en la presente versión resumida, por considerarlo un aporte de primerísima importancia al actual debate en filas revolucionarias. Se coincide o se discrepe con las ideas aquí expuestas, no cabe duda de que es un material como pocos, para organizar la discusión de estos temas. Nuestra revista está abierta de par en par a todos las voces que este trabajo inspire, en uno u otro sentido. Asimismo, es intención del Centro de Encuentro y Estudios Carlos Marx, organizar una serie de seminarios de debate en este sentido.



## TESTIMONIOS

GONZALO ABELLA

# El Paraguay que yo ví

I. El avión desciende velozmente. Las nubes quedan atrás. Aparecen los rojos caseríos suburbanos entre el verde tropical y la tierra más roja aún. Casi en el horizonte surge brumoso el espejo de agua de Ypacarai, y más allá el mundo rural, los cultivos, las islas supervivientes de la antigua selva y los meandros de los ríos majestuosos.

Como siempre, una de mis primeras visitas será a los Camba Cuá. Son los negros y mulatos descendientes de los afroorientales (y las afroorientales) que se replegaron con Artigas en 1820. La epopeya de los Camba Cuá es uno de los acontecimientos de nuestra historia que se conoce menos. En la época de su llegada, Gaspar Francia les dio tierras para que vivieran en comunidad. Estas tierras les fueron arrebatadas por los dictadores del siglo XX, pero los Camba Cuá mantienen su cohesión cultural, su candombe en guaraní, su Santo Negro y su memoria histórica. Como dignos herederos de la tradición federal, sus antepasados pelearon contra la Triple Alianza.

Hoy el recuerdo de las tierras perdidas es más nostalgia que rebeldía. "Ya no queremos pelear por eso" nos dice María: "Fue muy triste. Los soldados venían cuando nuestros hombres estaban en el campo y destruían todo, golpeaban y abusaban de las mujeres, exigían que nos fuéramos. Una vez un oficial nos dijo: ustedes son negros, tienen que ir a Ka'a Guazú, no pueden estar tan cerca de Asunción. Mi mamá, mi tía, tantos, murieron del corazón. Los jóvenes quieren pelear ahora, pero les decimos que no".

Es lógico que los jóvenes quieran volver a pelear ahora. El Paraguay

todo arde en desorganizada combatividad. Los mayores en cambio creen que el momento no ha llegado.

II. El momento sí ha llegado para los campesinos. Bloquean las rutas, los enfrentamientos son violentos. Palos, gente a la cárcel, tiroteos, pero cada vez son más los que salen y más localidades las que se pliegan a las acciones.

Sobre el Paraná mientras tanto los pobladores afectados por la represa de Yacyretá toman medidas cada vez más radicales, presionados por una creciente desesperación. El 2 de marzo ocuparon las oficinas de la Entidad Binacional que administra las obras. "Cuando teníamos hambre, pescábamos el surubí", nos explica Miño, representante de la Coordinadora de Barrios de Encarnación, pero ahora el embalse se vuelve un lago infectado y muerto. Para peor, acá hay gente que hizo ladrillos toda su vida, que no sabe hacer otra cosa que utilizar el vientre arcilloso de la ribera. Ahora los oleros trabajan con el agua a la cintura y la veta de arcilla va a quedar totalmente sumergida. ¿Qué van a hacer? En Asunción no los aceptan. Irán a pedir limosna a Buenos Aires".

El Banco Mundial había votado un dinero para los afectados por el Embalse, que al cerrar su última esclusa cubrirá la mitad de la planta urbana de Encarnación; pero la administración local stroessnerista cometió una de sus habituales infamias: repartió títulos de propiedad entre sus amigos, éstos cobraron como los únicos afectados y el dinero se esfumó junto con la administración. La gente habla ahora de estas cosas. Y pelea, sin mucha coordinación, pero

todos luchan, desde los sin tierra hasta los funcionarios del Instituto de Bienestar Social.

III. "La Hidrovía será el fin de América del Sur, el fin de toda su rica biodiversidad, el fin de todas las viejas sabidurías tradicionales que aún perviven en su mundo silvestre", me dicen en la Universidad de Asunción.

— Un momento. La Hidrovía es la integración comercial fluvial de Bolivia y Paraguay con los puertos del Plata. "La misma trampa que el Mercosur pero mucho más terrible. Es para unos pocos, para las transnacionales. Para que se pueda pagar, para que sea rentable, hay que desecar todo el pantanal, talar todo el Mato Grosso y lo que queda de selva en el Paraguay. Destruir el equilibrio ecológico, ese es el precio verdadero.

Extender la frontera agrícola del monocultivo y sembrar soja, soja y más soja en beneficio de las transnacionales del comercio mundial. Para estos cultivos colonizadores habrá que inundar el suelo de pesticidas y herbicidas. Son esperables cinco años de supercosecha, de plantas drogadas por la química; después pradera pobre por diez años, y después el desierto y el hambre. La catástrofe ecológica hará un infierno la vida de los pobres Paraná abajo, y Uruguay aguas abajo. ESTA hidrovía es antieconómica a mediano plazo, pero una succulenta fuente de ingresos para unos pocos en el corto plazo, y una nueva venta de espejitos de colores para las ciudades ribereñas que creen que obtendrán algún progreso".

IV. Caminar por Asunción es chocar a cada momento con la magia y la sorpresa. La única condición es

mirar con los ojos del corazón a la abigarrada multitud que se nos cruza. "Nos conocimos en casa de Ramón", me dice ahora un veterano con aspecto intelectual, y entramos juntos a un restorán pequeño a comer sopa paraguaya y chipá guazú.

"El tatarabuelo de mi mujer fue escribiente del Presidente Carlos Antonio López. Así que en mi familia conocemos mucho de la vida de Artigas en el Paraguay. Gaspar Francia no prestó oídos a la propuesta artiguista de liberar toda América de las nuevas oligarquías asentadas en Buenos Aires y Montevideo; no entregó a Artigas a sus enemigos pero lo confinó en San Isidro de Curuguaty.

Quando muere Francia en el 40, Artigas es encarcelado pero cuando

finalmente triunfa López, le manda llamar como asesor a Asunción.

Artigas pone ciertas condiciones: acepta vivir cerca de Asunción, pero no en la ciudad. El escribiente de López lo va a buscar en una enorme carreta, en la que Artigas puso dos mudas de ropa, libros y papeles, tres tallas misioneras obsequio de los indios y una palangana.

"Cuando pasaron por Camba Cuá, sus viejos combatientes negros y negras lo estaban esperando en formación militar y con la vieja bandera federal. Corría el año de 1845. Artigas los abrazó uno por uno, y todos lloraban. Negritos y negritas jóvenes, que sólo conocían la leyenda, lo miraban con curiosidad..."

Salgo por el centro asuncense. Paso por la Plaza Uruguaya. Y miro

la vieja y gloriosa estación del ferrocarril, símbolo de la voluntad de autodeterminación de los paraguayos. Ahora, en una plaza hermosamente arbolada, muy cerca del conmovedor Panteón de los Héroes, divisó un viejo monumento que en mis viajes anteriores no había advertido. Un hombre desnudo, yacente, reposa en el seno de una mujer dolorida, vestida de amplia túnica clásica. Una inscripción en el pedestal dice: "Al pueblo paraguayo, de la Alianza Anticomunista Mundial".

En fin, luces y sombras de una historia muy cercana a la nuestra, que necesitamos conocer más.

Marzo de 1994

## El Centralismo Democrático

Antonio Gramsci (1891-1937), uno de los fundadores del Partido Comunista italiano, del que fue secretario general y diputado, defendía el centralismo aplicado según el método inductivo, a partir de la experiencia, porque permite crear una conciencia colectiva en el partido a través del estudio, la contraposición de ideas, de esa fricción ideológica entre militantes, por la que se llega a una elaboración colectiva de conclusiones que plasman y refuerzan la unidad.

En cambio, la aplicación del centralismo democrático mediante una actividad deductiva, abstracta, partiendo de un principio de autoridad que entraña suponer que existe "un portador infalible de la verdad", Gramsci la considera un hábito burgués, originado en principios irracionales y por ende contrarrevolucionarios. Aplicado de ese modo fortalece a la burocracia, que para Gramsci es "la más peligrosa de las fuerzas conservadoras": "Si el centralismo demo-



crático termina por constituir un cuerpo solidario, que se sitúa aparte y se siente independiente de la masa, el partido acaba por convertirse en anacrónico y en los momentos de crisis aguda aparecerá vacía-

do de su contenido social, como si se hubiera ido a las nubes".

(En su libro PASADO Y PRESENTE).

ITALIA

ATENEA KOIFMANN

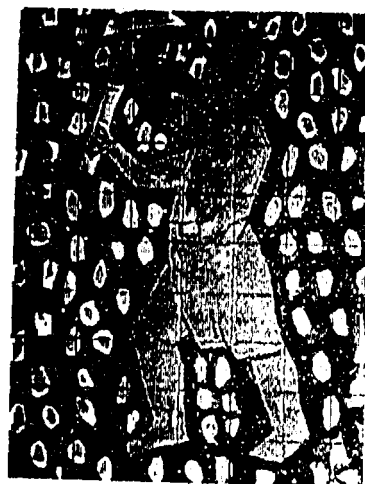
# La desocupación en el primer plano

En Italia se vive un período de grandes cambios por la necesidad de salir de la crisis que toca a todo el sistema institucional, tanto a nivel político como económico. Uno de los principales problemas a resolver es el elevado incremento de la desocupación.

En el panorama europeo la desocupación ha llegado a 14 millones, casi 10%. Ante una economía viciada como la italiana y la alemana, la miseria aparece donde sea, trayendo consigo un desarrollo impresionante del racismo y creando las condiciones para volver al fascismo.

Los gobiernos, en función del Tratado de Maastricht, imponen planes económicos neoliberales, nuevas compresiones salariales, la más fuerte desregularización del mercado de trabajo, etc. Tales políticas practicadas en todos los países tienen un efecto multiplicador sobre los fenómenos recesivos, con efectos devastadores sobre el terreno de la ocupación sin lograr bajar el déficit público.

Otro elemento de fondo está operando en contra del movimiento obrero. Mientras las cláusulas de Maastricht son difíciles de cumplir, las normativas del acto único funcionan a pleno régimen y favorecen gigantescos procesos de reorganización y cambio de posición de la industria con efectos traumáticos sobre el problema de la ocupación y problemas sociales de regiones enteras. Mientras la crisis económica hace más cruel la política de racionalización capitalista, todos los sectores económicos —comprendidos los terciarios y por lo tanto los servicios, transporte, bancos y aseguradores, que en los años 80 habían absorbido



una parte de los trabajadores expulsados de la industria y de los jóvenes que llegan al mercado de trabajo—vienen a estar en directa competencia entre ellos a escala europea.

La situación en Italia es de crisis profunda, y el hecho de que los principales datos económicos de Francia, Alemania y España sean peores que los italianos puede ayudar en la batalla política, pero no hace la situación menos difícil.

En Italia no hay un dato económico que no tenga una explicación lógica en las decisiones actuales después de las medidas tomadas en los últimos dos años. Se ha pasado de la devaluación de la lira a los concordatos, como el acuerdo de julio de 1992 (que anuló la escala móvil permitiendo al gobierno intervenir por ley sobre la estructura del salario).

Las devaluaciones han aumentado las exportaciones pero no la producción, porque la abolición de la escala móvil ha determinado un aumento de las remuneraciones inferiores a la inflación con la consiguiente

reducción del consumo de las familias.

Según el ex presidente del Consejo de Ministro, Ciampi, si Italia quiere quedarse en Europa debe buscar la solución cortando los gastos, reduciendo el sueldo a los empleados públicos, subsidios estatales, gastando menos en la salud y en las pensiones y sobre todo privatizando. En Italia el porcentaje de desocupación llegó a 11% (10,5 para el gobierno, 12% para los diversos institutos). En regiones como la Calabria y la Campania se calcula entre 21,7% en el primer caso y 23,1% en el segundo.

Ante esta situación la única solución posible para la izquierda italiana como para la CGIL-CISL-UIL, son los contratos de solidaridad que se refieren a una disminución del horario de trabajo a igual salario. Un salario vital garantizado a los jóvenes y a los desocupados. En las empresas que están pasando por un proceso de reorganización productiva, se formula nuevamente la propuesta del control obrero.

En momentos en que Italia muestra toda su heterogeneidad a nivel de la población inmigrante y viendo que ésta participa de una forma u otra del mercado de trabajo, lo que es decir de la sociedad, se debe tener presente la defensa de la inmigración y una política clara contra el racismo y el fascismo, fortaleciendo a la vez la solidaridad con los pueblos del Tercer Mundo. La situación es particularmente difícil, el desempleo aumenta todos los días de norte a sur del país (FIAT, MIRAFIORI, ALFA ROMEO, entre otros). El miedo a cuál será la próxima empresa es el pensamiento dominante en el movimiento obrero.

HISTORIA

JULIO A. LOUIS

# Capitalismo, protosocialismo y socialismo

## La desintegración del "campo socialista": desarrollo desigual y lógica del capital

En el Nro. 1 de Alfaguara bajo el título *¿Restauración capitalista o revolución socialista?* el autor expuso (tomando como epicentro la Revolución Rusa) sus ideas sobre la relación entre el pensamiento de los marxistas clásicos, el proceso de la revolución rusa del principio al fin, y la vigencia actual del socialismo. El siguiente trabajo es una prologación del anterior, y forma parte de un material más extenso originalmente solicitado para una publicación de la Asociación de Profesores de Historia.

La contraofensiva victoriosa del Ejército Rojo determina la incorporación de los países del Este europeo a la zona de influencia soviética al final de la Segunda Guerra Mundial. Solo Yugoslavia y Albania son capaces por sí mismas de guerras de liberación triunfantes. Desaparece el aislamiento de la URSS y "el socialismo en un solo país" cede paso al "campo socialista", en competencia con el "campo capitalista".

Para Marx la gran tarea histórica de la burguesía es la creación del mercado mundial. Por consiguiente, la negación de la sociedad burguesa la concibe en términos semejantes de victoria proletaria internacional. "El comunismo, empíricamente, sólo puede darse con la acción coincidente o simultánea de los pueblos dominantes, lo que presupone el desarrollo universal de las fuerzas productivas y el intercambio universal que lleva aparejado" (1).

La concepción stalinista acerca de la victoria del socialismo es opuesta y coherente. Primero concibe la victoria "en un solo país", atrasado y aislado del mercado mundial, sin capitales, ciencia y tecnología su-

ficientes, ni la colaboración revolucionaria del proletariado. Segundo, estima viable estructurar el "campo socialista", marginado del mercado mundial dominado por el capitalismo. Pero en ninguno de los dos casos hay socialismo. Y lo peor, jamás dinamiza la lucha de clases para hacer afínos al enemigo. Los eslabones de una larga cadena de traiciones atestiguan lo contrario: España, el pacto nazi-soviético, Grecia, etc.

En el presente, la derrota del "campo socialista" requiere explicaciones. Diversos pensadores se ocupan del tema bajo ópticas complementarias, atendiendo a la problemática interna del "campo socialista" y a las relaciones entre los dos campos. Expongo por separado dicho análisis, para efectuar la vinculación entre ambos posteriormente.

A) "La Historia de la Humanidad no es solamente la Historia de la lucha de clases sino también la Historia de las luchas internacionales originadas por el desarrollo desigual" (2).

Labat explica que debido al desarrollo desigual, la nación que avanza en relación a otras, aplasta a sus vecinas, impidiendo el uniforme desa-

rollo de las fuerzas productivas. Ese desarrollo desigual se acentúa con la expansión imperialista, a tal punto que las diferencias entre los obreros de los países imperialistas y de los países coloniales y dependientes son mayores que las que separan a burgueses y proletarios del mismo país. Ahora bien, el socialismo real nace del capitalismo y hereda sus desigualdades. Los cambios en el comercio entre naciones, suponen una transferencia de trabajo concreto de los países más pobres a los más ricos; eso es así porque las mercancías elaboradas con menor productividad insumen más tiempo de trabajo concreto que sus equivalentes producidas con productividad mayor. En otros términos, todo cambio es desigual y engendra nuevas desigualdades. Muy especialmente, las mercancías "conocimientos" (ciencia y tecnología) se venden caras y sirven a las naciones pobres bajo tutela de las ricas. "El progreso económico se reduce a una acumulación de saber y de trabajo muerto" (...) "La producción dotada de alto grado de composición técnica está con respecto a la producción de baja composición téc-



nica en posición análoga al trabajo intelectual frente al trabajo manual. La primera organiza y comanda a la segunda"(3).

El "campo socialista" no escapa a la regla. La URSS, en los años de reconstrucción de la posguerra, prevalece en las corrientes de cambio por su elevado desarrollo de las fuerzas productivas en términos relativos (años después la superan Checoslovaquia y la RDA). Y en tanto prevalece impone formas económicas de tutela, que son resistidas y motiva, incluso, rupturas: Yugoslavia al comienzo, China y Albania después. Lo cierto es que se fundamenta la "división socialista internacional del trabajo", entre países exportadores de productos complejos y simples, correspondiente en rigor a la prevalencia del trabajo intelectual sobre el manual.

La planificación se obstaculiza —cuando menos— entre economías desiguales. Las diferencias explican la oposición entre sí, el reforzamiento de los estados nacionales "socialistas", la división del trabajo y las dictaduras burocráticas. La tendencia es a la disgregación, y no a la integración. Labat reflexiona: "La imposibilidad de la planificación socialista internacional saca a luz una grave debilidad del socialismo real. Es incapaz de extender a toda la Humanidad las relaciones que establece dentro de cada nación"(4).

B) "Esos países componían lo que se llamaba equivocadamente el 'bloque socialista' (...): de acuerdo con Meszaros —un filósofo marxista húngaro radicado en Inglaterra, integrante de la Escuela de Budapest—, aunque habían roto con el capitalismo, no consiguieron romper con la lógica del capital"(5).

Así es porque mantienen la subordinación respecto al capital hegemónico, y al no alcanzarse el centro del sistema, se afianzan; porque conservan una división social del trabajo que imposibilita "el libre desarrollo de la actividad humana", imprescindible para Marx; porque no escapan de la escasez; porque disponen de fuerzas productivas de insuficiente desarrollo. Por ende, incapaces de avanzar, retroceden a lo que Marx llamó la "porquería anterior"(6). El mundo socialista no llega a constituirse ni quebrar el centro hegemónico del capitalismo. Para Marx, el sis-

tema socialista vencería internacionalmente en tanto triunfara el centro. El "campo socialista" fracasa en tal sentido.

C) La suma de las desigualdades en el "campo socialista" más las deficiencias económicas que lo incapacitan para la competitividad, constituyen la base material conductora a la desintegración. El proceso presenta jalones con sus complejidades, a saber:

A fines de los '50 se pierde dinamismo económico: las tasas de crecimiento de la producción no eran preocupantes, pero sí menores respecto al primer lustro de la década. Sobrevienen las primeras advertencias indicativas de que el crecimiento basado en la lógica extensiva presenta síntomas de agotamiento.

A principios de los '60, el deterioro se acentúa. Las modificaciones parten de la RDA (1963), conocidas como "nuevo mecanismo económico"(7). Este busca la mejora de los métodos de gestión empresarial y la superación de problemas de la planificación centralizada tradicional. Se procuran mecanismos de relación entre las empresas y los consumidores y la incorporación de las categorías de beneficio y rentabilidad en el proceso de planificación. Las reformas suscitan temores y se bloquean.

La polémica estalla "(...) el revisionismo (...) tiene su base en la separación de los elementos económicos y político-ideológicos y en la primacía que en dichas teorías adquiere la formación de los modelos de funcionamiento económico cuyo objetivo central es la optimización de los beneficios, y en las que la razón de ser de la Revolución queda francamente al margen del debate. "Ocupémonos de optimizar el crecimiento económico que lo otro vendrá después es su consigna; y así intenta introducir de contrabando, la fruta podrida del capitalismo"(8).

En cambio, se acuerda la apertura comercial hacia el exterior, en el cuadro de la reincorporación de los "países socialistas" al mercado mundial. Se cree que acceder a la tecnología occidental permitirá alcanzar económicamente al capitalismo.

En varios de esos países hay descontento con la tutela soviética, reflejo de tensiones económicas dentro del "campo" y las tendencias centrifugas optan por el comercio con el

oeste. El petróleo soviético tiene precios superiores a los de la OPEP; la URSS rechaza importaciones de sus socios esgrimiendo su baja calidad.

"De 1970 a 1978, el comercio entre los países del bloque soviético y los de Europa Occidental aumentó 3.7 veces, pasando de 8,9 a 33 trillones de dólares. En materia de convenios internacionales de colaboración técnico-científica, más de dos tercios son firmados entre los integrantes del COMECON y de la CEE"(9).

La apertura fracasa. Las exportaciones del Este tienen mala acogida occidental y no hay perspectivas en mejorar su calidad. Además, la recesión capitalista retrae el comercio.

Las consecuencias son déficit comercial y de divisas convertibles con Occidente. Se solicitan más préstamos, favorables a corto plazo, trampa peligrosa a mediano.

La crisis obliga a un fuerte ajuste interno, que apareja una rápida mejora (1981).

Pero subsistentes las causas de fondo —hay "un retraso tecnológico de más de 15 años respecto a Occidente"(10)—, la crisis rebrota con fuerza en 1985: mayores desequilibrios comerciales y crecimiento de la deuda externa. Es el principio del fin: el FMI comienza a mandar.

Se ha llegado a un callejón sin salida. Estatización como sinónimo de socialización. Planificación autoritaria. Arbitrariedad rigiendo las desigualdades nacionales. Verticalismo organizativo, excluyendo a las grandes masas. Incapacidad e imposibilidad en esas coordenadas de crear un Hombre Nuevo. En fin, el "socialismo real" se rige por una pirámide en cuyo vértice superior se halla la burocracia, que regula el sistema, y que, víctima de sus contradicciones, se hunde en el despeñadero.

### El entierro del hombre nuevo

Una Gran Mentira, compuesta de infinitas mentiras es el sepulcro donde se entierra al Hombre Nuevo. La Gran Mentira, santo y seña de la burocracia.

"Todo marchaba hacia la abstracción: Merleau Ponty ha tenido razón de señalar, en este sentido, el fracaso de la planificación 'voluntarista' que llevaba a objetivos 'irreales' (...). En las democracias populares los planes, elaborados por

expertos rusos, no tenían en cuenta las condiciones reales de la producción; una vez terminados, nadie podía discutirlos. Y estos planes no eran más que sueños: evidentemente exigían demasiado y demasiado pronto; pero, sobre todo, pedían otra cosa. Otra cosa que la que se les podía dar. Imponían al país una economía artificial, que la economía real no podía soportar (...). El sistema se sostenía en pie porque nadie conocía toda la verdad: los trabajadores y los técnicos veían en sus sectores la gravedad de los errores cometidos, pero no podían concebir que ocurriera lo mismo en los otros. Los dirigentes no medían la extensión de los desastres: se les mentía, y ellos mentaban a Stalin. Stalin y la Oficina Política insistían en el error..."(11).

El mal no es patrimonio de las democracias populares, sino del "socialismo real" de conjunto. La burocracia "cumple el plan" con el objetivo de conservar privilegios irritantes. Sólo les importa la cantidad (medible), subvaloran la calidad (malfísima). Y todos se cubren: piden más recursos de los necesarios, proponen metas inferiores de las posibles. Derroche, desidia, ineficiencia, reinan, ante la indiferencia de las masas, esos "pasajeros de tercera", al decir de Trotsky, que no se sienten partícipes del destino del barco.

A la hora de las valoraciones, el buen humor soviético es impagable. Un chiste cuenta que al morir un individuo le dan a elegir entre el infierno capitalista y el socialista. Le informan de la diferencia: en el capitalista los diablos le clavarán diariamente un clavo. En el socialista faltan los clavos, los martillos están rotos; de manera que los diablos no trabajan y toman vodka. El individuo respira hondo y elige el infierno socialista. Pero le aclaran de inmediato: "Mire que los diablos deben cumplir el plan: por eso el último día del mes le clavarán los treinta juntos"(12).

Realidad ubicada en las antipodas del pensamiento del Che: "productividad más producción: conciencia, esa es la síntesis sobre la cual se puede formar la sociedad nueva"(13).

### Si, socialismo

Un primer capitalismo triunfa en Europa en el siglo XVI. Luego, a excepción de Inglaterra, encontramos "(...) un retroceso hacia las viejas

formas económicas feudales, que aún continuaban existiendo durante siglos, aunque en formas cada vez más degeneradas (...). Durante siglos desaparece en el continente —exceptuando sus restos— una forma económica a la que pertenece el futuro y que resurgirá sólo más tarde y de modo muy distinto. Engels, que tocó este conjunto de problemas en sus últimas cartas a Marx, habla de 'un prejuicio iluminista para el cual luego del oscuro medioevo debía haber tenido lugar un constante progreso hacia lo mejor'"(14).

El siglo XX ha presentado un primer socialismo, o, según las felices palabras de R. Bahro un "protosocialismo" o "socialismo en estado larvario"(15).

Si Inglaterra constituye el puente histórico entre aquel primer capitalismo y el de la Revolución Industrial, quizás haya un país que tenga un papel semejante en el socialismo. De todos modos, el puente está asentado en la conciencia de las masas. Esa conciencia socialista se fortalecerá en la medida que el capitalismo siga prologando progreso científico-tecnológico y paralelamente, hambre y marginalidad crecientes.

Pero la conciencia se educa, y esa es la obra militante del marxismo. Deben erradicarse los "prejuicios iluministas", las "inexorabilidades" y comprenderse que la Humanidad puede desembocar tanto en la barbarie como en el socialismo.

La Historia enseña que la Revolución Burguesa ha tenido marchas y contramarchas, en un proceso de siglos.

La Revolución "Proletaria" no será diferente (y entrecorrimos el término, porque una de las tareas es reinterpretar la función económica, la composición social y el papel político de los trabajadores, a la luz de la tercera gran Revolución científico-técnica, la de la Electrónica).

Para la continua reinterpretación del mundo y de la sociedad, la concepción marxista se sustenta en un constante "ping-pong entre la teoría y la práctica"(16). Se sustenta en su ética comunista, la del servicio permanente del individuo al pueblo, semilla del Hombre Nuevo. Se sustenta en una visión internacionalista, democrática y humanista. Bases insoslayables en el puente entre el protosocialismo y el socialismo. ●

### Bibliografía citada

- (1) Carlos Marx, La Ideología Alemana. Cap. I. Carlos Marx y Federico Engels, Obras Escogidas en tres tomos. T. I. Editorial Progreso, Moscú, 1966, página 34.
- (2) Gabriel Labat, El socialismo real, TAE Ed., Montevideo, 1990, página 213.
- (3) G. Labat, ob. cit., página 254.
- (4) G. Labat, ob. cit., página 259.
- (5) Ricardo Antunes, Debate "Utopía socialista em discussão", en "Universidade e sociedade", Sindicato ANDES Nacional, No. 3, junio de 1992, página 55.
- (6) Carlos Marx, La Ideología Alemana, ...citado, página 34.
- (7) Luis F. Lobejón, La repercusión de las reformas adoptadas por los países de Europa Oriental sobre el comercio Este-Oeste. Cuadernos del Este, No. 9, dedicado a "El Este ante el Oeste". "Jornadas sobre transformaciones económicas y políticas de los países de Europa Oriental (II)", Ed. Complutense, Madrid, 1993, página 12.
- (8) Carlos Tablada Pérez, El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara, Premio Casa de las Américas, Ed. Casa de las Américas, La Habana, 1987, página 54.
- (9) Otto Alcides Ohlweiler, A crise mundial e a estratégia da revolução proletária, Teoría Política No. 7, San Pablo, 1985, páginas 61-62.
- (10) Celia Pendás Gil, Europa del Este: torrenciosa transición al capitalismo, Ed. de Ciencias Sociales, La Habana, 1991, página 4.
- (11) Jean Paul Sartre, El fantasma de Stalin, Santiago Rueda ed., Buenos Aires, 1958, páginas 94-96.
- (12) Ramón Luna, La falsa revolución de Gorbachov, Correo Internacional, Año IV, No. 31, Buenos Aires, Noviembre de 1987.
- (13) Ernesto "Che" Guevara, Discursos pronunciados a obreros que superaron la producción y a trabajadores de la RDA (1962). Citado por Carlos Tablada Pérez, ob. cit., página 54.
- (14) Jürgen Kuczynski, Breve Historia de la Economía. De la comunidad primitiva al capitalismo contemporáneo. Ed. Platina, Bs. As., 1961, páginas 167-168.
- (15) Rudolf Bahro, La Alternativa. Contribución a la crítica del socialismo realmente existente. Alianza Ed., Madrid, 1979, página 24.
- (16) Yenia Durnanova, De qué hablan los soviéticos, cartas de mi hermana, Ed. Pueblos Unidos, Montevideo, 1988, página 57.

## CULTURA NACIONAL

DIEGO ARTUCIO

# El teatro en la encrucijada

En agosto de 1993 la Federación Uruguaya del Teatro Independiente (FUTi) encomendó a Equipos Consultores Asociados un estudio sobre la imagen y perfil del teatro en Montevideo con el fin de contribuir a su desarrollo e incrementar su capacidad de atraer público.

Se trabajó con datos históricos generados por Pro-Medios, se realizaron ocho grupos motivacionales (en equipos) y se hizo una encuesta a espectadores de teatro a la entrada y salida de las propias salas. La información fue codificada y procesada para finalizar con una tarea de análisis y evaluación que se presentó en un documento de un centenar de páginas.

Los resultados interesan a quienes trabajamos en el teatro independiente y, en general, a todo observador del medio social, dado que el teatro, como actividad de integración, es un ámbito en donde la sociedad se reconoce a sí misma, refuerza sus vínculos de relación y genera y realiza parte de los valores de su cultura espiritual que constituyen su propia identidad.

Desde sus inicios (1937, fundación de Teatro del Pueblo), el Teatro Independiente Uruguayo ha trabajado en la búsqueda de una expresión escénica de carácter nacional y asumió una organización institucional (1947, creación de la FUTi con 17 grupos) ya que no solo se trataba de montar espectáculos teatrales sino, fundamentalmente, de dotarse de la infraestructura que los haga posibles: formación de elencos, desarrollo técnico, fuentes económicas para sus montajes, salas donde realizarlos, etc. En cuanto a su concepción respecto de la función social del teatro, sostuvo la FUTi desde el principio la necesidad de un teatro atento a la irrupción de los pueblos en la historia.

Enmarcado en estas ideas el movimiento creció, empezaron a surgir grupos y salas teatrales independientes, que llegaron a ser 21 en todo el país, y alcanzó su mayor intensidad entre 1956 y 1963 constituyéndose en un fenómeno social de masas llegando a una cifra cercana a los 800.000 espectadores por bienio.

En aquellos años el país parecía tomar conciencia poco a poco de la crisis que se avecinaba, y el movimiento teatral independiente, a través de sus mentes más lúcidas, se introdujo en una etapa de paulatino esclarecimiento de la situación. En 1962 se realizó un gran encuentro del Teatro Independiente en el que se formularon los principios que lo han regido hasta la fecha: 1) independencia, 2) teatro popular, 3) teatro nacional, 4) teatro de arte, 5) organización interna democrática, 6) intercambio cultural, 7) militancia junto al proceso nacional y popular.

A partir de 1963 el movimiento de teatro independiente empezó a ser duramente golpeado por la crisis que se desencadenó en el país; algunos grupos se debilitaron, otros desaparecieron y otros, en una aparente paradoja, incrementaron su proyección y su trabajo. Así, en el período 1969-73, los teatros independientes que pudieron sortear la crisis se convirtieron con sus espectáculos de "protesta" o de "emergencia" en un bastión más de resistencia contra el ascenso del autoritarismo. A pesar de la resistencia la dictadura se instauró y, no obstante haberse llegado a clausurar instituciones como EL GALPON y de haberse promovido el temor, la censura y la autocensura en el ámbito de la creación artística, siguieron actuando en el país muy altas expresiones de teatro independiente. Sin embargo, el público ya no concurría a las salas como lo hacía en el período anterior (378.596 espectador

res en el bienio 1975-77). ¡El índice más bajo en treinta años!

El restablecimiento de la democracia significó un renacimiento de la actividad teatral: reapertura de salas, aumento del público asistente, creación de nuevos grupos, pero no se alcanzaron los niveles anteriores y por desgracia constituyó un fenómeno efímero que hemos visto languidecer en los últimos años.

Hoy el teatro independiente se encuentra en una encrucijada: por un lado se abren posibilidades de expansión insospechadas en los períodos anteriores: el video, la TV cable o los préstamos y donaciones para abrir o reequipar salas resultan un estímulo para todos los trabajadores del arte escénico. Por otro lado, la tarea de creación teatral se realiza en un mar de contradicciones. La necesaria profesionalización del trabajador artístico, es decir, la posibilidad de vivir dignamente de su trabajo para poder hacerlo en forma exclusiva y cada vez mejor, no puede generalizarse por los riesgos económicos que ello implicaría para personas e instituciones. Sin embargo, en los casos individuales de compañeros que "viven del teatro" observamos que se han liberado de una alienación (ganarse la vida durante el día y hacer teatro por la noche), para caer en otra: la del exceso de trabajo —malo aún cuando se hace lo que se ama— y la dependencia excesiva del éxito de boletería que, como se sabe, nunca fue sinónimo de calidad.

La contradicción entre lo colectivo y lo individual parece ser un signo característico de los tiempos que corren. Lo podemos apreciar en la baja de la militancia social o en la despolitización general de la ciudadanía, y también afecta al movimiento teatral que reconoce el esfuerzo conjunto como la clave de su proyección pero que, sin embargo —lo vemos con

pesar en algunos casos excepcionales—, se debilita con el personalismo, la frivolidad, el espíritu de lucro. A veces, en la formación de elencos circunstanciales para poner tal o cual obra de promesa taquillera, terminamos perdiendo todos, incluidos los espectadores.

También resulta contradictoria la propia expansión de las instituciones: si nos "quedamos", morimos; si crecemos, no tenemos fuerzas para dirigir el crecimiento porque, para ello, se necesitan horas de trabajo de las que no pueden disponer quienes no son profesionales del teatro.

En otro orden de cosas, aunque hay más contradicciones, se presenta el problema del replanteo —si no teóricamente, por lo menos éticamente— de los principios históricos del teatro independiente. Nuestra opinión personal es que nos estamos alejando del principio de militancia social. Para evaluar nuestra afirmación basta con oír la cartelera teatral del fin de semana o recordar cuánto tiempo hace que un teatro independiente no publica una declaración o una toma de postura sobre un tema puntual de la realidad social.

Con teatro popular, en el sentido que le damos al concepto, no estamos llegando al pueblo como sería de desear. Lo evidencia el trabajo de Equipos Consultores. Sin embargo debemos destacar una tarea relativamente nueva —en la que El galpón es pionero y principal sostenedor— que le da una perspectiva a este principio. Se trata de la extensión cultural, que consiste en la representación de funciones de obras excepcionalmente adecuadas, fuera de los horarios habituales (se hacen los días de semana en la mañana y en la tarde), para grupos de liceales y escolares que son traídos a nuestra sala por sus docentes. Este público supera largamente el número de espectadores de las funciones en horarios tradicionales.

En fin, un panorama de claros y oscuros al que el informe de Equipos Consultores aporta alguna luz. Da cuenta del público que el teatro independiente posee hoy día: predominantemente femenino, de niveles culturales medios y altos y proviene mayoritariamente de las zonas céntricas o costeras del Este de la ciudad, es decir, de las zonas de mayores ingresos. Pese a la mayoría femenina, la categoría ocupacional amas de

casa no se encuentra significativamente representada, a diferencia de los estudiantes, los jubilados, los empleados privados y, sobre todo, los profesionales y los técnicos. A este respecto se confirma que no hay una presencia importante de los sectores más populares en el teatro independiente.

Entre los encuestados por su gusto por el teatro, 61% afirmaron que mucho, 33%, "bastante", 5%, poco. En cuanto a nivel de asiduidad, 46% contestaron que concurren todos los meses, 39% cada tres meses, 9% una vez al año y 5% casi nunca. Combinando estos datos estadísticos extraemos una conclusión que nuestra experiencia confirma: el público es habitualmente el mismo, hay un núcleo básico de espectadores teatrales integrado por los sectores socio económicos más altos, que regularmente concurren a las distintas salas. Dos terceras partes de este público afirma estar conforme con la programación y un 89% considera buena o muy buena la calidad artística de los espectáculos presentados. Estos datos, vinculados con los que surgen de entrevistas de los grupos motivacionales, dan un alto grado de adhesión de ese público regular al teatro independiente.

Los datos obtenidos suscitan la preocupación de que hay sectores que no concurren al teatro o concurren poco: obreros, 0%; trabajadores por cuenta propia, 5%; comerciantes, 4%; menores de 18 años, 6%. Veamos el caso de los jóvenes por su significado para el futuro inmediato: 46% del bajo porcentaje que concurre contestan que les gusta mucho, 50% contesta que también les gusta mucho el cine y 78% que les gustan los espectáculos musicales. Inferimos que el público juvenil no concurre al teatro porque en sus salidas existen otros entretenimientos que concitarían más su interés, incluso entre aquellos que habitual o circunstancialmente concurren al teatro. Recordemos que el cine y los espectáculos musicales, estos últimos muchas veces extranjeros, llegan con gran despliegue publicitario, tienen mayor difusión que las actividades teatrales. La mayoría de los jóvenes entrevistados plantearon como principal sugerencia aumentar la difusión de la actividad teatral. Este es uno de los campos en que el teatro independiente deberá trabajar intensamente, pues aparece como uno de

los aspectos deficitarios de su proyección social. El 38% de los adolescentes declararon haber hecho la elección del espectáculo teatral por recomendación de sus amigos, lo que demuestra la importancia que adquiere la labor de extensión cultural antes mencionada.

Analicemos para finalizar los factores motivacionales del público, es decir, por qué la gente va al teatro. Aquí encontramos las revelaciones más estimulantes, casi todas ellas surgidas de los grupos de estudio. "Hay una notoria escasez de expresiones asociadas al placer, al hedonismo y a la satisfacción puntual y/o pasatista (entretenimiento y diversión) en relación con la concurrencia a espectáculos teatrales. Salvo el caso de algunos jóvenes y algunos adultos, la mayoría describe su recepción de lo teatral, en primer lugar, como una ocasión didáctica, una oportunidad de conseguir un mayor conocimiento de sí mismo y del mundo circundante, cuando no de rendir un homenaje al esfuerzo denodado de quienes actúan sobre el escenario a través de la propia presencia física".

A la luz de la información recogida, el placer de lo teatral estaría siempre investido además, y de modo decisivo, de la satisfacción del deber cumplido, de la tarea bien hecha, en definitiva, de haber conformado una exigencia moral del sujeto. Aquí encontramos una faceta de nuestra actividad que nos induce a prever un porvenir estimulante para el teatro independiente en la medida que se mantenga fiel a sus principios históricos. Está aquí la reserva moral del movimiento que tiene dos aspectos: el interno, que se refiere a los valores y objetivos que sostenemos quienes trabajamos en el escenario, y el externo, que se refiere al público que concurre a las salas y reconoce a los grupos una autoridad artística y social que nos hace dignos de ser apoyados. Esta ha sido la ecuación histórica del teatro independiente uruguayo. Somos conscientes de que debemos trabajar mucho para ampliar esta base social que nos sustenta —recordemos que algunas instituciones continúan recibiendo un aporte de sus socios mensuales y anuales que resulta más elevado que los ingresos de boletería— en la búsqueda de un mejor teatro nacional y latinoamericano, con mayor proyección social.

## CULTURA NACIONAL

DIEGO ARTUCIO

# El teatro en la encrucijada

En agosto de 1993 la Federación Uruguaya del Teatro Independiente (FUTTI) encomendó a Equipos Consultores Asociados un estudio sobre la imagen y perfil del teatro en Montevideo con el fin de contribuir a su desarrollo e incrementar su capacidad de atraer público.

Se trabajó con datos históricos generados por Pro-Medios, se realizaron ocho grupos motivacionales (en equipos) y se hizo una encuesta a espectadores de teatro a la entrada y salida de las propias salas. La información fue codificada y procesada para finalizar con una tarea de análisis y evaluación que se presentó en un documento de un centenar de páginas.

Los resultados interesan a quienes trabajamos en el teatro independiente y, en general, a todo observador del medio social, dado que el teatro, como actividad de integración, es un ámbito en donde la sociedad se reconoce a sí misma, refuerza sus vínculos de relación y genera y realiza parte de los valores de su cultura espiritual que constituyen su propia identidad.

Desde sus inicios (1937, fundación de Teatro del Pueblo), el Teatro Independiente Uruguayo ha trabajado en la búsqueda de una expresión escénica de carácter nacional y asumió una organización institucional (1947, creación de la FUTTI con 17 grupos) ya que no solo se trataba de montar espectáculos teatrales sino, fundamentalmente, de dotarse de la infraestructura que los haga posibles: formación de elencos, desarrollo técnico, fuentes económicas para sus montajes, salas donde realizarlos, etc. En cuanto a su concepción respecto de la función social del teatro, sostuvo la FUTTI desde el principio la necesidad de un teatro atento a la irrupción de los pueblos en la historia.

Enmarcado en estas ideas el movimiento creció, empezaron a surgir grupos y salas teatrales independientes, que llegaron a ser 21 en todo el país, y alcanzó su mayor intensidad entre 1956 y 1963 constituyéndose en un fenómeno social de masas llegando a una cifra cercana a los 800.000 espectadores por bienio.

En aquellos años el país parecía tomar conciencia poco a poco de la crisis que se avecinaba, y el movimiento teatral independiente, a través de sus mentes más lúcidas, se introdujo en una etapa de paulatino esclarecimiento de la situación. En 1962 se realizó un gran encuentro del Teatro Independiente en el que se formularon los principios que lo han regido hasta la fecha: 1) independencia, 2) teatro popular, 3) teatro nacional, 4) teatro de arte, 5) organización interna democrática, 6) intercambio cultural, 7) militancia junto al proceso nacional y popular.

A partir de 1963 el movimiento de teatro independiente empezó a ser duramente golpeado por la crisis que se desencadenó en el país; algunos grupos se debilitaron, otros desaparecieron y otros, en una aparente paradoja, incrementaron su proyección y su trabajo. Así, en el período 1969-73, los teatros independientes que pudieron sortear la crisis se convirtieron con sus espectáculos de "protesta" o de "emergencia" en un bastión más de resistencia contra el ascenso del autoritarismo. A pesar de la resistencia la dictadura se instauró y, no obstante haberse llegado a clausurar instituciones como EL GALPON y de haberse promovido el temor, la censura y la autocensura en el ámbito de la creación artística, siguieron actuando en el país muy altas expresiones de teatro independiente. Sin embargo, el público ya no concurría a las salas como lo hacía en el período anterior (378.596 espectadores

en el bienio 1975-77). ¡El índice más bajo en treinta años!

El restablecimiento de la democracia significó un renacimiento de la actividad teatral: reapertura de salas, aumento del público asistente, creación de nuevos grupos, pero no se alcanzaron los niveles anteriores y por desgracia constituyó un fenómeno efímero que hemos visto languidecer en los últimos años.

Hoy el teatro independiente se encuentra en una encrucijada: por un lado se abren posibilidades de expansión insospechadas en los períodos anteriores: el video, la TV cable o los préstamos y donaciones para abrir o reequipar salas resultan un estímulo para todos los trabajadores del arte escénico. Por otro lado, la tarea de creación teatral se realiza en un mar de contradicciones. La necesaria profesionalización del trabajador artístico, es decir, la posibilidad de vivir dignamente de su trabajo para poder hacerlo en forma exclusiva y cada vez mejor, no puede generalizarse por los riesgos económicos que ello implicaría para personas e instituciones. Sin embargo, en los casos individuales de compañeros que "viven del teatro" observamos que se han liberado de una alienación (ganarse la vida durante el día y hacer teatro por la noche), para caer en otra: la del exceso de trabajo —malo aún cuando se hace lo que se ama— y la dependencia excesiva del éxito de boletería que, como se sabe, nunca fue sinónimo de calidad.

La contradicción entre lo colectivo y lo individual parece ser un signo característico de los tiempos que corren. Lo podemos apreciar en la baja de la militancia social o en la despolitización general de la ciudadanía, y también afecta al movimiento teatral que reconoce el esfuerzo conjunto como la clave de su proyección pero que, sin embargo —lo vemos con

pesar en algunos casos excepcionales—, se debilita con el personalismo, la frivolidad, el espíritu de lucro. A veces, en la formación de elencos circunstanciales para poner tal o cual obra de promesa taquillera, terminamos perdiendo todos, incluidos los espectadores.

También resulta contradictoria la propia expansión de las instituciones: si nos "quedamos", morimos; si crecemos, no tenemos fuerzas para dirigir el crecimiento porque, para ello, se necesitan horas de trabajo de las que no pueden disponer quienes no son profesionales del teatro.

En otro orden de cosas, aunque hay más contradicciones, se presenta el problema del replanteo —si no teórico, por lo menos ético— de los principios históricos del teatro independiente. Nuestra opinión personal es que nos estamos alejando del principio de militancia social. Para evaluar nuestra afirmación basta con ojear la cartelera teatral del fin de semana o recordar cuánto tiempo hace que un teatro independiente no publica una declaración o una toma de postura sobre un tema puntual de la realidad social.

Con teatro popular, en el sentido que le damos al concepto, no estamos llegando al pueblo como sería de desear. Lo evidencia el trabajo de Equipos Consultores. Sin embargo debemos destacar una tarea relativamente nueva —en la que El galpón es pionero y principal sostenedor— que le da una perspectiva a este principio. Se trata de la extensión cultural, que consiste en la representación de funciones de obras excepcionalmente adecuadas, fuera de los horarios habituales (se hacen los días de semana en la mañana y en la tarde), para grupos de liceales y escolares que son traídos a nuestra sala por sus docentes. Este público supera largamente el número de espectadores de las funciones en horarios tradicionales.

En fin, un panorama de claros y oscuros al que el informe de Equipos Consultores aporta alguna luz. Da cuenta del público que el teatro independiente posee hoy día: predominantemente femenino, de niveles culturales medios y altos y proviene mayoritariamente de las zonas céntricas o costeras del Este de la ciudad, es decir, de las zonas de mayores ingresos. Pese a la mayoría femenina, la categoría ocupacional ama de

casa no se encuentra significativamente representada, a diferencia de los estudiantes, los jubilados, los empleados privados y, sobre todo, los profesionales y los técnicos. A este respecto se confirma que no hay una presencia importante de los sectores más populares en el teatro independiente.

Entre los encuestados por su gusto por el teatro, 61% afirmaron que mucho, 33%, "bastante", 5%, poco. En cuanto a nivel de asiduidad, 46% contestaron que concurren todos los meses, 39% cada tres meses, 9% una vez al año y 5% casi nunca. Combinando estos datos estadísticos extraemos una conclusión que nuestra experiencia confirma: el público es habitualmente el mismo, hay un núcleo básico de espectadores teatrales integrado por los sectores socio económicos más altos, que regularmente concurren a las distintas salas. Dos terceras partes de este público afirma estar conforme con la programación y un 89% considera buena o muy buena la calidad artística de los espectáculos presentados. Estos datos, vinculados con los que surgen de entrevistas de los grupos motivacionales, dan un alto grado de adhesión de ese público regular al teatro independiente.

Los datos obtenidos suscitan la preocupación de que hay sectores que no concurren al teatro o concurren poco: obreros, 0%; trabajadores por cuenta propia, 5%; comerciantes, 4%; menores de 18 años, 6%. Veamos el caso de los jóvenes por su significado para el futuro inmediato: 46% del bajo porcentaje que concurre contestan que les gusta mucho, 50% contesta que también les gusta mucho el cine y 78% que les gustan los espectáculos musicales. Inferimos que el público juvenil no concurre al teatro porque en sus salidas existen otros entretenimientos que concitarían más su interés, incluso entre aquellos que habitual o circunstancialmente concurren al teatro. Recordemos que el cine y los espectáculos musicales, estos últimos muchas veces extranjeros, llegan con gran despliegue publicitario, tienen mayor difusión que las actividades teatrales. La mayoría de los jóvenes entrevistados plantearon como principal sugerencia aumentar la difusión de la actividad teatral. Este es uno de los campos en que el teatro independiente deberá trabajar intensamente, pues aparece como uno de

los aspectos deficitarios de su proyección social. El 38% de los adolescentes declararon haber hecho la elección del espectáculo teatral por recomendación de sus amigos, lo que demuestra la importancia que adquiere la labor de extensión cultural antes mencionada.

Analicemos para finalizar los factores motivacionales del público, es decir, por qué la gente va al teatro. Aquí encontramos las revelaciones más estimulantes, casi todas ellas surgidas de los grupos de estudio. "Hay una notoria escasez de expresiones asociadas al placer, al hedonismo y a la satisfacción puntual y/o pasatista (entretenimiento y diversión) en relación con la concurrencia a espectáculos teatrales. Salvo el caso de algunos jóvenes y algunos adultos, la mayoría describe su recepción de lo teatral, en primer lugar, como una ocasión didáctica, una oportunidad de conseguir un mayor conocimiento de sí mismo y del mundo circundante, cuando no de rendir un homenaje al esfuerzo denodado de quienes actúan sobre el escenario a través de la propia presencia física".

A la luz de la información recogida, el placer de lo teatral estaría siempre investido además, y de modo decisivo, de la satisfacción del deber cumplido, de la tarea bien hecha, en definitiva, de haber conformado una exigencia moral del sujeto. Aquí encontramos una faceta de nuestra actividad que nos induce a prever un porvenir estimulante para el teatro independiente en la medida que se mantenga fiel a sus principios históricos. Está aquí la reserva moral del movimiento que tiene dos aspectos: el interno, que se refiere a los valores y objetivos que sostenemos quienes trabajamos en el escenario, y el externo, que se refiere al público que concurre a las salas y reconoce a los grupos una autoridad artística y social que nos hace dignos de ser apoyados. Esta ha sido la ecuación histórica del teatro independiente uruguayo. Somos conscientes de que debemos trabajar mucho para ampliar esta base social que nos sustenta —recordemos que algunas instituciones continúan recibiendo un aporte de sus socios mensuales y anuales que resulta más elevado que los ingresos de boletería— en la búsqueda de un mejor teatro nacional y latinoamericano, con mayor proyección social.



## TEORIA DE LA ORGANIZACION

MARIO JAUNARENA

# Asumir autonomía

Hay momentos en que no es ocioso recordar que el socialismo se propone introducir incesantemente mejoras en las estructuras económicas y sociales encaminadas a lograr un cambio cualitativo en la vida de los pueblos.

Tan ambiciosas como nobles aspiraciones no se logran de un día para el otro ni merced a la buena voluntad de una persona o un grupo de personas sino que exigen la participación ininterrumpida, eterna, de sectores cada vez mayores de la población, precisamente de aquellos que vayan adquiriendo la comprensión cada vez más amplia y cabal de las propuestas políticas más profundamente transformadoras. Eterna digo porque el perfeccionamiento de las relaciones entre las personas y las formas del gobierno de las cosas es una tarea por la eternidad.

Tal participación requiere que entre todos creamos normas —que estarán en constante evolución— que faciliten la realización de las ideas comunes sobre las mejoras que deben introducirse en la sociedad y en el instrumento que es, en cada caso, nuestro partido para influir en la sociedad. Unas, trascendentes, se referirán a cuestiones de administración y de gobierno y sus fundamentos ideológicos. Otras, no menos trascendentes, serán sobre cuestiones prácticas para obtener el buen funcionamiento democrático de cada colectividad o agrupación humana, sobre su ámbito de actuación, cuidando que la dimensión no desborde las posibilidades y el número de participantes no dificulte los debates ni la necesidad de que todos expresen sus puntos de vista y graviten en la adopción de resoluciones. Cada organismo tendría que resolver además otros aspectos prácticos como los relativos a local, finanzas, bibliotecas, estudios, conferencias, conciertos, exhibición de películas, así como las relaciones y contactos con los organismos hermanos.

Este funcionamiento bien podría ser la continuación de lo que prometían los comités de base del Frente Amplio cuando éste hizo su aparición en 1971, llegando a niveles nunca conocidos antes por las organizaciones populares, habiendo realizado el 17 de setiembre de 1971 unos 700 actos simultáneos en Montevideo.

Sin embargo, aquella esperanza desapareció y el enfoque de estos problemas revela predominio de afanes de centralización y burocratización, retroceso que observamos con preocupación, pero con realismo. Una inteligente y vigorosa respuesta están dando algunas colectividades frenteamplistas de algunos departamentos del interior y también se esboza en la capital, asumiendo autonomía en la organización de reuniones y otras actividades. Es alentador confirmar en hechos que la militancia de izquierda no es meramente espectadora, no es una hinchada. Y conversando con compañeros encontramos algo bastante cercano a la unanimidad en torno a la idea de

que hay que evitar que, sin participar, la militancia se debilite, se aleje, se despolitice. Sin embargo parecería que entre la dirigencia del Frente se hubiera extendido la resignación en cuanto a que aquella militancia avasallante es irre recuperable.

Es una actitud equivocada. Hace pocos años no era concebible que la izquierda iba a limitar su participación política a votar cada cinco años. Ahora habrá que empezar de nuevo. No es tan grande ni grave la dificultad. Sencillamente, como en tantas cosas, a veces hay que empezar de nuevo. Nuestros fines justifican que nos esforcemos en vencer las dificultades.

Ante la última grave derrota socialista en Francia, hace poco más de un año, Michel Rocard dijo: "Es una forma de hacer política la que ha sido sancionada: hay un gran corte, un abismo, entre nuestros dirigentes y la base. Tenemos que repensarlo todo e iniciar la reconstrucción hoy mismo" (30/3/93).

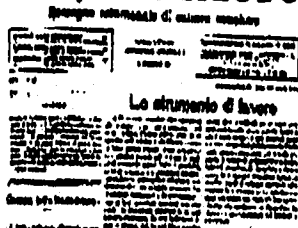
El verticalismo burocrático mata la iniciativa, atonta, carcome el pensamiento político revolucionario, corrompe con el reparto de cargos por cuota política, factor irritante en la sociedad, al pisotear la igualdad de derechos entre los ciudadanos, y que fomenta el lacayismo entre los compañeros. Si a eso no se le pone fin el problema no se arregla por las buenas.

La experiencia demuestra que el sistema de organización basado en una pirámide burocrática que gobierna sin que las organizaciones de base opinen, ya sea porque no funcionan o porque cuando funcionan se le "bajan" órdenes que deben obedecer, por más éxitos temporales que logre se encamina irremediablemente al fracaso. Así ha sido hasta ahora, siempre. Reiteramos nuestra afirmación del editorial del número 5:

"Lo que fracasó del socialismo fue el colectivismo burocrático y los métodos verticalistas y autoritarios".



L'ORDINE NUOVO



GUILLERMO FOLADORI

# Economía y ecología

El pasado 22 de marzo tuvimos la oportunidad de asistir a una conferencia dictada en el Paraninfo de la Universidad, por el economista catalán Joan Martínez Alier, especialista en temas de economía ecológica. Es profesor de la Universidad Autónoma de Barcelona y ha publicado, entre otros, el libro *La ecología y la economía*, editado por el Fondo de Cultura Económica en México. Es, también, director de la revista *Ecología y política*, una de las más prestigiadas en lengua castellana sobre el tema.

El argumento central de la conferencia consistió en mostrar que el ecologismo no es sólo un movimiento de los países ricos en la defensa del oso Panda, o por el efecto invernadero, o llevado desde los países ricos hacia los países pobres. Existe también un movimiento ecologista que surge en los países pobres y por sectores empobrecidos como respuesta al constante saqueo de los recursos naturales a que se ven expuestos. Este ecologismo de los pobres tiene entre sus ejemplos más conocidos el movimiento de los caucheros de Acre en Brasil liderados por Chico Mendes, quien fuera asesinado por los hacendados, o el movimiento Chipko donde en 1974 las mujeres de Reni, en el norte de la India, se abrazaron a los árboles para evitar su tala por las empresas madereras. Pero este ecologismo de los pobres de hecho está presente en gran número de movimientos populares, aunque muchas veces sin una referencia explícita al ecologismo.

La diferencia entre el ecologismo de los ricos y el ecologismo de los pobres, según Martínez Alier, y más allá del origen social obvio en el propio nombre, radica en que mientras el de los ricos pretende controlar el saqueo de la naturaleza o la contaminación por la vía del mercado (precios arbitrarios sobre recursos que no son mercancía, como el costo imputable a los efectos que pueda tener el plutonio 239, un residuo radioactivo letal de las centrales nucleares que tiene una vida media de 240000 años, o precios imputables a especies aún no conocidas, o tasas impuestas a industrias que a través de sus residuos tienden a reducir la capa de ozono, etc.) o de ciertas legislaciones restrictivas, el ecologismo de los pobres

busca defender un comportamiento ecológico no depredador en sus prácticas productivas. El contraste entre la agricultura norteamericana altamente mecanizada y química de Iowa, y la de los campesinos maiceros mexicanos de Oaxaca o Chiapas, que producen todavía en mayor medida con tracción humana, muestra un ejemplo de los dos tipos de comportamiento: el uno económico, el segundo ecológico. Esta es, en forma muy sucinta la tesis del ponente.

Constituye una verdad ampliamente conocida el hecho de que la teoría económica (sea de orientación neoclásica, keynesiana o inclusive marxista) no contempla lo que se conoce como externalidad. Las externalidades son las consecuencias de cualquier proceso productivo sobre el medio ambiente más allá de los elementos que el mercado se encarga de expresar en valor. Así por ejemplo, los desechos tóxicos de una industria pueden destruir el ecosistema del arroyo a donde fluyen, o las prácticas de especialización productiva pueden llevar a que desaparezcan especies vivas. En estos casos esos efectos no constituyen una mercancía y, por lo tanto, no tienen valor. De allí que la economía no los tenga en cuenta. De manera que un país puede estar creciendo en sus contabilidad económica, en su producto interno, por ejemplo, al tiempo que el sistema de producción esté destruyendo a tal grado los recursos naturales que en el largo plazo dicho crecimiento se transforme en un retroceso, en algunos casos definitivo, como lo es cuando desaparecen especies o se canalizan humedales. Es por esto que en los países más modernos en términos de su conciencia ambiental, los fríos indicadores económicos ya se

estén comenzando a combinar con otros de carácter más cualitativo, pero que iluminan mejor sobre el futuro del nivel de vida de sus pueblos. Esto por cierto es ajeno al discurso de nuestros ministros de economía, contadores de los bancos, o voceros de las finanzas que siguen midiendo al país con los criterios de su estrecha visión y amplio bolsillo.

Como complemento de la verdad anterior, es también conocido que si realizamos una contabilidad energética (kilocalorías) en lugar de económica (de valor) en la producción del campesino maicero de Oaxaca, éste logre rendimientos mayores que los del agricultor de Iowa que tiene un input energético con el uso del petróleo, los tractores, los plaguicidas etc. descomunal frente a lo que su producto representa. Martínez Alier, en su libro antes citado, reseña mediciones para España que muestran cómo en 1950/51 el promedio de kilocalorías utilizado (input) en la agricultura (sin considerar la energía humana, animal y los insumos obtenidos por el sector agrícola y reutilizados como semillas etc.) era de  $4.42 \times 10^{12}$ , mientras que el producto obtenido era de  $30.41 \times 10^{12}$ , lo cual significaba que por cada unidad invertida de obtenían 6.9. Ahora bien, con la introducción de la agricultura mecanizada, y tomando la media de los años 1977/78, aumentaron las unidades de energía invertidas, básicamente por la utilización de combustibles, fertilizantes y piensos importados, de manera que en lugar de  $4.42 \times 10^{12}$  como a principios de los cincuenta, se pasó a invertir, como promedio,  $82.31 \times 10^{12}$  kilocalorías. Con este aumento de la energía invertida debiera esperarse un aumento proporcional o inclusive

mayor de la energía representada en el producto. No obstante, el producto significaba tan sólo 61.81 x 1012 kilocalorías. De manera que mientras en los cincuenta por cada unidad de energía invertida se lograban casi 7, tres décadas después por cada unidad invertida se obtenían 0.75. Esto representa una pérdida desde la perspectiva de la contabilidad energética. Aunque desde la contabilidad de valor el proceso de modernización de la agricultura española significó un incremento de los rendimientos. De esta contrastación entre contabilidad económica y contabilidad energética el conferencista se pregunta ¿las nuevas técnicas, han aumentado la productividad? Es evidente que el criterio monetario de la productividad es bien relativo, o como dice Martínez Alier, metafísico; criticando con ello, de paso, no sólo a la economía neoclásica, sino también al criterio marxista de fuerzas productivas.

Por lo demás, no solamente la contabilidad energética del campesino resulta con saldos positivos mayores que la del agricultor capitalista, sino que mientras el primero tiene como fuente de energía fundamental el sol, lo que puede ser considerado como una fuente inagotable, el agricultor utiliza energías fósiles no reproducibles. De manera que desde estos puntos de vista no monetarios y cortoplacistas, sino energéticos y de largo alcance, los pobres resultan con saldos positivos y los ricos con números rojos. Todo esto estuvo planteado, de manera mucho más clara y atractiva en la exposición de Martínez Alier. No obstante nos surgieron algunas dudas en este razonamiento que nos atrevemos a exponer.

La primera tiene que ver con el tema de las externalidades. Por cierto que la economía no tiene instrumentos para medirlas, y, por ello, la vertiente neoclásica del ecologismo anda proponiendo imputar precios a cosas que no se pueden convertir en mercancías, lo cual es un absurdo. Pero, ¿acaso no tiene, también, el análisis energético, una suerte de externalidad que no contempla? Cuando se realiza la contabilidad energética de la producción campesina no se incluye, y no podrían incluirse, las implicaciones que tiene la quema de los bosques en esos sistemas semigratarios de roza (quema, desmonte, siembra, descanso y así sucesiva-

mente). Cualquier acción del ser humano sobre la naturaleza implica una alternativa y, simultáneamente, cerrar la posibilidad de muchas otras. Estas muchas otras podrían ser consideradas las externalidades de la contabilidad energética. Sin estar de acuerdo en la racionalidad capitalista del uso de los recursos naturales, no creemos que la racionalidad energética o ecológica sea medida alguna de distinción de alternativas políticas. Esta propuesta de Martínez Alier de reivindicar el ecologismo de los pobres (frente al de los ricos) porque su contabilidad energética es superior, nos hace recordar lo que Grundmann (véase su artículo en Trabajo y Capital No. 3, 1992) denomina posiciones ecocentristas. Por ecocentrismo Grundmann identifica a aquellos que suponen posible encontrar un criterio natural (a partir, tal vez de un supuesto equilibrio natural) para evaluar cuál debe ser el comportamiento humano correcto. En este caso la contabilidad energética sería un criterio físico, independiente de las relaciones sociales, que permitiría discernir qué tipo de producción es más conveniente. Grundmann critica las posturas ecocentristas señalando que, en el fondo, y aún sin saberlo, todas las posiciones son antropocentristas, esto significa que el comportamiento frente a la naturaleza persigue siempre, explícita o implícitamente, intereses sociales y humanos. Me pregunto si el criterio de contabilidad energética, llevado a sus últimas consecuencias, no significa ahondar más la brecha entre los países pobres y los ricos; porque de hecho, y más allá de si fue energéticamente hablando un déficit, los países ricos cristalizaron la explotación de los recursos naturales no renovables en avances científicos. De manera que echar mano a un criterio físico, o natural, que significaría, en términos políticos, tratar como igual a los desiguales, sólo podría conducir a profundizar las diferencias.

La segunda tiene que ver con el supuesto distanciamiento tan tajante entre el campesino oaxaqueño y el farmer norteamericano. El uno comportándose bajo la racionalidad capitalista, el otro bajo la racionalidad ecológica. En realidad nada más fuera de la realidad. El campesino oaxaqueño, o el seringueiro brasileño producen también para el mercado, y

aunque no se constituyan en unidades capitalistas de producción, persiguen, igualmente mejorar sus ingresos mercantiles. Entran igualmente en competencia y si no saquean a la naturaleza en igual medida es sólo porque no tienen los medios de producción para hacerlo. Tan pronto algunos de ellos se diferencian del resto y comienzan a enriquecerse se "olvidan" si es que alguna vez lo recordaron, de aquella racionalidad ecológica y se lanzan en búsqueda del agrotóxico y el tractor. El comportamiento energéticamente más productivo y limpio es resultado exclusivo de su pobreza. Reivindicar este comportamiento frente al del farmer pareciera tener un dejo de romanticismo populista.

En tercer lugar el criterio de la contabilidad energética no es tan objetiva como pareciera. El mismo Martínez Alier, en su libro, reporta que el input energético humano fue medido de diversas maneras por los distintos autores. ¿Debe consistir exclusivamente en la energía alimenticia consumida? ¿debe contemplar, además, el input energético necesario para las actividades de ocio?; la energía necesaria del trabajador, ¿incluye también la de sus etapas previas, desde su nacimiento?; ¿deben establecerse diferencias según las edades, y/o sexos?; o, también, es seguro que las sociedades que viven en las zonas cálidas requieran de menor consumo energético que las que viven en zonas frías, ¿podrá en este caso la contabilidad energética establecer un plan productivo?

Por último la lógica misma de la dicotomía ecologismo de los ricos versus ecologismo de los pobres deja mucho que desear. Si la distinción está en que unos tienen contabilidades energéticas positivas y otros negativas, los agricultores norteamericanos debieran ser los pobres, y los pobres oaxaqueños los ricos. Pero no, el análisis de Martínez Alier parte del supuesto de que las diferencias de riqueza provienen de relaciones sociales antes que de modalidades físicas de producción.

De hecho, y aunque no le guste, son los diferentes niveles de desarrollo en las fuerzas productivas (en términos marxistas), y el valor, esos conceptos "metafísicos" lo que está por detrás de la existencia de pobres y ricos.

UN LIBRO DE JACQUES DERRIDA

EDUARDO FEBBRO

# Marx vuelve y será millones

"Espectros de Marx", es el último libro de Jacques Derrida, uno de los pensadores principales del "postmodernismo". El siguiente es el comentario de Eduardo Febbro en el diario argentino "Página 12".

En sus 282 páginas, este libro de Jacques Derrida, que apareció en Francia a finales de 1993, catalogado de lectura difícil, sostiene que lejos de morir, el marxismo sigue vigente como espíritu y obsesiona hasta límites insospechados al neocapitalismo; Marx, no el presentado por la ortodoxia stalinista sino el de Walter Benjamín, es "un pensador del siglo XXI".

Derrida, que se dice no marxista, asume un compromiso político impulsado por la creciente impaciencia que le produce un consenso eufórico según el cual no sólo están en descomposición las llamadas sociedades marxistas sino también el marxismo en sí mismo, aunque tal negación es una forma de pretender neutralizar "el porvenir de un espíritu del marxismo" cuando "no hay porvenir sin Marx, sin la memoria y sin la herencia de Marx". "Lo queramos o no, vivimos en un mundo que conserva de una manera perfectamente visible y a una profundidad incalculable la marca de esta herencia. No digo que somos todos y únicamente los herederos de Marx, sino que es totalmente seguro que no podremos borrar esa herencia."

La obra es una reivindicación del marxismo contra el liberalismo totalitario, un trabajo de lectura, de aprendizaje, de desciframiento de la herencia y una reflexión sobre el duelo, es decir la ausencia de quienes ya no están pero siguen gravitando como espectros. Marx ha efectivamente muerto, ¿qué hacemos con su espectro y con su herencia, cómo discernimos lo que debemos y que-remos extraer del "espíritu legado"?



"Toda herencia exige una elección y una discriminación. Heredar equivale a encontrarse frente a un texto sagrado que hay que descifrar, consiste entonces en asumir la responsabilidad de discriminar dentro de la herencia".

Derrida lleva a cabo esa discriminación del marxismo para rescatar "el espíritu de Marx", la nueva primavera que todos, colectivamente, vamos a impulsar. La lectura de la herencia es el punto más denso del libro por cuanto hace de nosotros individuos comprometidos: "heredar no es únicamente conservar. Significa reafirmar una memoria que trabaja para el porvenir. Es un llamado a actuar y a testimoniar". Una buena parte del trabajo teórico del libro consiste en disociar dentro del marxismo las afirmaciones de carácter totalitario y las otras, que se oponen con virulencia al totalitarismo. De esa herencia múltiple que nos "legó el espíritu de Marx", Jacques Derrida rescata el espíritu "de la crítica radical, de la crítica social", cuya urgencia se impone hoy contra todos aquellos que realizan la fanática apología de las democracias liberales, contra todos los integristas del mercado. Es ese espíritu del marxismo, a su vez, herencia del Siglo de las Luces, que el filósofo francés convoca no sin antes separarlo de todos los "otros espíritus" de Marx, los espectros negativos que limitaron al marxismo a una "doctrina", a toda la metafísica del materialismo dialéctico que hay que separar de la herencia.

Derrida enumera las plagas "del nuevo orden" en diez etapas: desempleo, exclusión masiva de ciudadanos sin techo de toda participación en la vida democrática de los Estados, expulsión de exiliados y apátridas y de inmigrantes, la guerra económica entre los países y la agravación de la deuda exterior y otros mecanismos

que conducen al hambre y a la desesperanza a una gran parte de la humanidad, la industria y el comercio de las armas, inscriptos en la regulación normal de la investigación científica, de la economía y de la socialización del trabajo en las democracias occidentales, la extensión armamentista y las guerras interétnicas guiadas por un concepto y un fantasma arcaicos de las comunidades, del Estado nación, de la soberanía y de las fronteras, del suelo y de la sangre.

El alegato es aquí de una potencia inusitada y se mezcla con la reflexión filosófica sobre "el espíritu positivo de Marx". La reflexión teje la denuncia y la denuncia enriquece la reflexión y es allí donde el texto del filósofo, como sus explicaciones ulteriores, adquieren una incandescencia vertiginosa.

No ahorra palabras para herir el orgullo de las democracias occidentales cuando arguye, en un tono apacible, que "es preciso gritar justo en ese momento en que muchos osan neoevangelizar en nombre del ideal de una democracia liberal que ha llegado al ideal de la historia humana". La evangelización liberal nunca explica la violencia, la desigualdad, la exclusión, el hambre, la opresión económica que afecta a tantos seres humanos. En vez de celebrar el advenimiento de la democracia liberal y del mercado capitalista con la euforia del fin de la historia, deberíamos no dejar de ver la evidencia de incontables sufrimientos singulares: jamás tantos hombres, tantas mujeres y tantos niños conducidos al servilismo, al hambre y a la muerte.

Después de la herencia y el duelo viene otro título enigmático: la nueva Internacional. Con mayúsculas, sin partido y sin doctrina, pero ligada por "un lazo de afinidad". Y una vez más el espíritu de Marx viene a establecer una suerte de comunión con quienes

"nunca creyeron en la Internacional Socialista, en la dictadura del proletariado, en el papel mesiánico de la unión universal del proletariado de todos los países, pero que siguen aspirando a por lo menos uno de los espíritus de Marx o del marxismo para aliarse, en un nuevo mundo concreto, real, en la crítica del estado del derecho universal, del concepto de Estado y de nación. La meta es renovar esa crítica y, sobre todo, radicalizarla".

El artículo que retomamos afirma que el principio de la crítica elegido por J. Derrida es la justicia, y contra quienes juran a Marx y al espíritu del marxismo, propone una contrajuración hecha de crítica radical porque la democracia está más amenazada que nunca y es preciso volver a pensar sus axiomas y sus instituciones. Y entre los mecanismos perversos a los que hay que oponer la reflexión y la crítica radical figuran las "teletecnologías", como llama a los medios de comunicación e información, que transformaron a fondo el funcionamiento de las democracias y que exigen hoy la formación "de un nuevo tipo de intelectual" capaz de liberarse de todas las normas instituidas. Los espectros de Marx están en el mundo de las sociedades, están entre los sepultureros liberales del marxismo, y en los espacios que las contradicciones del discurso liberal no logra acallar.

El libro de Jacques Derrida comienza con una formulación desesperada y simple que resume todo el malestar de una sociedad y de un individuo "Quisiera aprender a vivir, al fin...".

*Resumen de nota de Eduardo Febro publicada en Página 12, Buenos Aires, y en Presencia, La Paz, Bolivia*

## CARTA A LOS LECTORES

## Alerta

ALFAGUARA es una revista independiente de todo partido político. No recibe ningún tipo de apoyo financiero de institución alguna. No publicamos avisos, aunque nos serviría. Una revista muy modesta en recursos, dedicada a la difusión del pensamiento revolucionario y la lucha de clases, dirigida a militantes concientes, no es medio preferido por los empresarios uruguayos para sus rubros publicitarios. Alfaguara se vende en algunos kioscos céntricos, unos pocos lugares del interior, y alguna librería concurrida por estos militantes. Todo esto, gracias a la inapreciable colaboración de amigos y compañeros de lucha. Pero en los circuitos de venta destinados al "gran público", la venta de nuestra revista nunca va a ser importante. Además de todo esto, hemos fijado un precio modesto. Pero los costos de impresión hay que pagarlos.

De modo que nuestra subsistencia económica depende de:

La colaboración de unos pocos amigos concientes que pueden aportar algo de vez en cuando, esforzadamente. Todos laburantes, ningún mecenas, ningún potentado. Todos con problemas.

La venta mano a mano, hecha por el militante que no es un vendedor profesional, y que da más importancia, con buen criterio, a la difusión de la revista, que al cobro de los diez mangos que la misma necesita para seguir saliendo.

Los sufridos laburantes uruguayos de hoy, desarrollamos toda una estrategia de sobrevivencia, y si podemos garronear un mango, lo hacemos sin mucha culpa. Todo bien, no cuestionamos eso. De modo que el vendedor a veces no cobra, y el lector a veces no paga. La conclusión de todo este panorama es totalmente obvia.

Hoy hemos ya sacado seis núme-

ros. Estamos recibiendo colaboraciones de plumas prestigiosas, tenemos material acumulado para publicar varios números más. Pero debemos resolver el problema económico para seguir saliendo.

Vamos a cantarla clarita. Alfaguara publica mil ejemplares, a un precio de venta de \$ 10, y a un costo de impresión de \$ 5000. De los mil, doscientos cincuenta se reservan para la venta en quioscos, y de ellos solo se venden unos pocos, y su producto lo recibimos mucho después, y deducida la ganancia del circuito comercial. Un centenar son reservados para mandar al exterior y obsequiar a bibliotecas sindicales e instituciones similares. No queda paño para el crédito.

Si tú sos parte de los que siguen creyendo en los principios del socialismo revolucionario, si crees que nuestra revista aporta al menos un granito de arena en esta lucha, si crees que este aporte no debe morir (podés tener todas las críticas del caso hacia nuestra revista, bienvenidas, pero quien mire a su alrededor verá que esfuerzos como el nuestro no abundan hoy día), entonces:

Diez pesos no es una cifra exorbitante. Por favor, pagar la revista. No hacerse rogar. Para dejar viajar de garrón a los compañeros que verdaderamente no puedan pagar el pasaje. Si nadie paga, no vamos a ir a ninguna parte. Colaborar en la venta de la revista, si se puede. Todos tenemos la posibilidad de colocar algún número más, si es que estamos convencidos de que la publicación es buena.

Colaborar en dinero, si se puede. O en difundir afiches de la revista. O en hacerla conocer a través de los medios de comunicación masiva, si tenemos acceso a alguno de ellos.

Y como siempre, Alfaguara apreciará más que nada la colaboración de quienes quieran publicar sus aportes en nuestras páginas, que están abiertas al debate. Igualmente abierto a quienes quieran trabajar con nosotros, está nuestro consejo editor.





"Toda herencia exige una elección y una discriminación. Heredar equivale a encontrarse frente a un texto sagrado que hay que descifrar, consiste entonces en asumir la responsabilidad de discriminar dentro de la herencia".

Derrida lleva a cabo esa discriminación del marxismo para rescatar "el espíritu de Marx", la nueva primavera que todos, colectivamente, vamos a impulsar. La lectura de la herencia es el punto más denso del libro por cuanto hace de nosotros individuos comprometidos: "heredar no es únicamente conservar. Significa reafirmar una memoria que trabaja para el porvenir. Es un llamado a actuar y a testimoniar". Una buena parte del trabajo teórico del libro consiste en disociar dentro del marxismo las afirmaciones de carácter totalitario y las otras, que se oponen con virulencia al totalitarismo. De esa herencia múltiple que nos "legó el espíritu de Marx", Jacques Derrida rescata el espíritu "de la crítica radical, de la crítica social", cuya urgencia se impone hoy contra todos aquellos que realizan la fanática apología de las democracias liberales, contra todos los integristas del mercado. Es ese espíritu del marxismo, a su vez, herencia del Siglo de las Luces, que el filósofo francés convoca no sin antes separarlo de todos los "otros espíritus" de Marx, los espectros negativos que limitaron al marxismo a una "doctrina", a toda la metafísica del materialismo dialéctico que hay que separar de la herencia.

Derrida enumera las plagas "del nuevo orden" en diez etapas: desempleo, exclusión masiva de ciudadanos sin techo de toda participación en la vida democrática de los Estados, expulsión de exiliados y apátridas y de inmigrantes, la guerra económica entre los países y la agravación de la deuda exterior y otros mecanismos

que conducen al hambre y a la desesperanza a una gran parte de la humanidad, la industria y el comercio de las armas, inscriptos en la regulación normal de la investigación científica, de la economía y de la socialización del trabajo en las democracias occidentales, la extensión armamentista y las guerras interétnicas guiadas por un concepto y un fantasma arcaicos de las comunidades, del Estado nación, de la soberanía y de las fronteras, del suelo y de la sangre.

El alegato es aquí de una potencia inusitada y se mezcla con la reflexión filosófica sobre "el espíritu positivo de Marx". La reflexión teje la denuncia y la denuncia enriquece la reflexión y es allí donde el texto del filósofo, como sus explicaciones ulteriores, adquieren una incandescencia vertiginosa.

No ahorra palabras para herir el orgullo de las democracias occidentales cuando arguye, en un tono apacible, que "es preciso gritar justo en ese momento en que muchos osan neoevangelizar en nombre del ideal de una democracia liberal que ha llegado al ideal de la historia humana". La evangelización liberal nunca explica la violencia, la desigualdad, la exclusión, el hambre, la opresión económica que afecta a tantos seres humanos. En vez de celebrar el advenimiento de la democracia liberal y del mercado capitalista con la euforia del fin de la historia, deberíamos no dejar de ver la evidencia de incontables sufrimientos singulares: jamás tantos hombres, tantas mujeres y tantos niños conducidos al servilismo, al hambre y a la muerte.

Después de la herencia y el duelo viene otro título enigmático: la nueva Internacional. Con mayúsculas, sin partido y sin doctrina, pero ligada por "un lazo de afinidad". Y una vez más el espíritu de Marx viene a establecer una suerte de comunión con quienes

"nunca creyeron en la Internacional Socialista, en la dictadura del proletariado, en el papel mesiánico de la unión universal del proletariado de todos los países, pero que siguen aspirando a por lo menos uno de los espíritus de Marx o del marxismo para aliarse, en un nuevo mundo concreto, real, en la crítica del estado del derecho universal, del concepto de Estado y de nación. La meta es renovar esa crítica y, sobre todo, radicalizarla".

El artículo que retomamos afirma que el principio de la crítica elegido por J. Derrida es la justicia, y contra quienes conjuran a Marx y al espíritu del marxismo, propone una contrajuración hecha de crítica radical porque la democracia está más amenazada que nunca y es preciso volver a pensar sus axiomas y sus instituciones. Y entre los mecanismos perversos a los que hay que oponer la reflexión y la crítica radical figuran las "teletecnologías", como llama a los medios de comunicación e información, que transformaron a fondo el funcionamiento de las democracias y que exigen hoy la formación "de un nuevo tipo de intelectual" capaz de liberarse de todas las normas instituidas. Los espectros de Marx están en el mundo de las sociedades, están entre los sepultureros liberales del marxismo, y en los espacios que las contradicciones del discurso liberal no logra acallar.

El libro de Jacques Derrida comienza con una formulación desesperada y simple que resume todo el malestar de una sociedad y de un individuo "Quisiera aprender a vivir, al fin...".

*Resumen de nota de Eduardo Febbro publicada en Página 12, Buenos Aires, y en Presencia, La Paz, Bolivia*

123

9500306

## CARTA A LOS LECTORES

## Alerta

ALFAGUARA es una revista independiente de todo partido político. No recibe ningún tipo de apoyo financiero de institución alguna. No publicamos avisos, aunque nos serviría. Una revista muy modesta en recursos, dedicada a la difusión del pensamiento revolucionario y la lucha de clases, dirigida a militantes concientes, no es medio preferido por los empresarios uruguayos para sus rubros publicitarios. Alfaguara se vende en algunos kioscos céntricos, unos pocos lugares del interior, y alguna librería concurrida por estos militantes. Todo esto, gracias a la inapreciable colaboración de amigos y compañeros de lucha. Pero en los circuitos de venta destinados al "gran público", la venta de nuestra revista nunca va a ser importante. Además de todo esto, hemos fijado un precio modesto. Pero los costos de impresión hay que pagarlos.

De modo que nuestra subsistencia económica depende de:

La colaboración de unos pocos amigos concientes que pueden aportar algo de vez en cuando, esforzadamente. Todos laburantes, ningún mecenas, ningún potentado. Todos con problemas.

La venta mano a mano, hecha por el militante que no es un vendedor profesional, y que da más importancia, con buen criterio, a la difusión de la revista, que al cobro de los diez mangos que la misma necesita para seguir saliendo.

Los sufridos laburantes uruguayos de hoy, desarrollamos toda una estrategia de sobrevivencia, y si podemos garronear un mango, lo hacemos sin mucha culpa. Todo bien, no cuestionamos eso. De modo que el vendedor a veces no cobra, y el lector a veces no paga. La conclusión de todo este panorama es totalmente obvia.

Hoy hemos ya sacado seis núme-

ros. Estamos recibiendo colaboraciones de plumas prestigiosas, tenemos material acumulado para publicar varios números más. Pero debemos resolver el problema económico para seguir saliendo.

Vamos a cantarla clarita. Alfaguara publica mil ejemplares, a un precio de venta de \$ 10, y a un costo de impresión de \$ 5000. De los mil, doscientos cincuenta se reservan para la venta en quioscos, y de ellos solo se venden unos pocos, y su producto lo recibimos mucho después, y deducida la ganancia del circuito comercial. Un centenar son reservados para mandar al exterior y obsequiar a bibliotecas sindicales e instituciones similares. No queda paño para el crédito.

Si tú sos parte de los que siguen creyendo en los principios del socialismo revolucionario, si crees que nuestra revista aporta al menos un granito de arena en esta lucha, si crees que este aporte no debe morir (podés tener todas las críticas del caso hacia nuestra revista, bienvenidas, pero quien mire a su alrededor verá que esfuerzos como el nuestro no abundan hoy día), entonces:

Diez pesos no es una cifra exorbitante. Por favor, pagar la revista. No hacerse rogar. Para dejar viajar de garrón a los compañeros que verdaderamente no puedan pagar el pasaje. Si nadie paga, no vamos a ir a ninguna parte. Colaborar en la venta de la revista, si se puede. Todos tenemos la posibilidad de colocar algún número más, si es que estamos convencidos de que la publicación es buena.

Colaborar en dinero, si se puede. O en difundir afiches de la revista. O en hacerla conocer a través de los medios de comunicación masiva, si tenemos acceso a alguno de ellos.

Y como siempre, Alfaguara apreciará más que nada la colaboración de quienes quieran publicar sus aportes en nuestras páginas, que estén abiertas al debate. Igualmente abierto a quienes quieran trabajar con nosotros, está nuestro consejo editor.



124

9500306 43

## En este número

<i>Presentación</i> .....	2
<i>Tener o no tener</i> Mario Benedetti .....	3
<i>Publicaciones de reflexión</i> .....	4
<i>Análisis del "Documento Provisorio" sobre Programa</i> Helios Sarthou .....	5
<i>El señor Ministro y la autonomía</i> Adhemar L. Sosa .....	11
<i>Las famosas "Jubilaciones Chilenas"</i> Mario Jaunarona .....	13
<i>Homicidios blancos</i> Fernando Mayano .....	14
<i>San Cristóbal de las Casas... con el puño en alto</i> Ivonne Patsada .....	17
<i>Chiapas es México</i> Pablo Gonzalez Casanova .....	18
<i>El EZLN y el asesinato de Colosio</i> .....	19
<i>Carrera Electoral y divisoria de clases</i> Luis Sanguinet .....	20
<i>Después de las Elecciones</i> Luis Sanguinet .....	21
<i>El renacer de la izquierda</i> James Petras y Steve Vieux .....	22
<i>El Paraguay que yo vi</i> Gonzalo Abella .....	30
<i>El Centralismo Democrático</i> .....	31
<i>La desocupación en el primer plano</i> Atenea Koffmann .....	32
<i>Capitalismo, protosocialismo y socialismo</i> Julio A. Louis .....	33
<i>El teatro en la encrucijada</i> Diego Artucio .....	36
<i>Asumir autonomía</i> Mario Jaunarona .....	38
<i>Economía y ecología</i> Guillermo Foladori .....	39
<i>Marx vuelve y será millones</i> Eduardo Febbro .....	41
<i>Alerta</i> .....	43



N. DOCUMENTO 9500307  
 TÍTULO Se reanudarían conversaciones de paz entre Siria e Israel.  
 PRECEDENCIA 150090  
 FECHA DE PAG. EC. MIA 27/12/94  
 VERIFICACIONES 118762  
671902  
5076032  
111642  
118792

#### Anuncio de Siria

DAMASCO, 23 (Reuter). Siria anunció oficialmente que mantendrá conversaciones con Israel con objeto de resolver sus diferencias y reanudar sus negociaciones bilaterales de paz suspendidas hace 10 meses. **24-12-94 La No**  
 La agencia Siria de noticias SANA dijo que los embajadores de Siria e Israel en los Estados Unidos se reunirán el próximo jueves para discutir "cómo disminuir la brecha en la posición de las dos partes en las negociaciones de paz iniciadas en 1991".  
 También señaló que funcionarios militares sirios e israelíes asistirían a las conversaciones, que cuentan con la promoción y participación de los EE. UU.

## Bloqueado un eventual acuerdo de paz 27-12-94



Jerusalén, por  
 Juan Carlos Gumucio

Siria arrojó ayer un cubo de agua fría sobre las tenues esperanzas de un acuerdo de paz con Israel, afirmando que las condiciones propuestas por el Estado israelí durante negociaciones secretas celebradas en Washington este fin de semana son inaceptables. Con todo, Siria e Israel, al reanudar contactos que permanecieron bloqueados durante diez meses, no han cerrado del todo la puerta para conversaciones futuras.

Para la primera semana de enero está prevista una gira del coordinador norteamericano Dennis Ross, por cuya intermediación sirios e israelíes podrían seguir discutiendo el establecimiento de "mecanismos de seguridad" en los ocupados altos del Golan.

Los contactos de Washington fueron los de más alto nivel hasta la fecha. Estuvieron dirigidos por el embajador israelí Itamar Rabinovich y su homólogo sirio Walid al Muallem, pero esta vez ambos estuvieron acompañados de oficiales militares de alto rango: los generales Ehud Barak y Hikmat Shihabi. La participación de Shihabi, la más alta autoridad siria que participa en ne-

gociaciones directas con Israel desde la conferencia de paz celebrada en Madrid en octubre de 1991, fue inicialmente interpretada como una señal de progreso limitado pero inminente.

Sin embargo, SANA, la agencia oficial de noticias siria, dijo ayer que no es momento para hacerse ilusiones. "Las reuniones concebidas para el intercambio de puntos de vista entre Siria e Israel terminaron en Washington sin lograr resultado específico alguno", dijo al agencia. La agencia israelí ITIM había creído enorme expectativa cuando anunció el pasado sábado que las conversaciones de Washington habían producido "progreso sustancial" y que ambas partes habían logrado acuerdos en cuatro puntos: áreas desmilitarizadas en ambos lados de la frontera, establecimiento de zonas de contención ("buffer zones") y reducción de fuerzas, establecimiento de estaciones de vigilancia y supervisión mutua de movimientos militares con la creación de un mecanismo para supervisar los acuerdos. "El lado israelí siguió planteando demandas imposibles que nada tienen que ver con las resoluciones y la Carta de la ONU sobre las cuales se basa la conferencia de paz", dijo SANA. El diario oficial Al Bazz señaló que el desacuerdo nació de la insistencia israelí a mantener puestos militares de observación en los altos del Golan, en manos de Israel desde la guerra de 1967.

Copyright 1993

El País News Service Inc.

All rights reserved

Nº. B. G. 9500308

TÍTULO Crisis en el gobierno libanés, renuncia el primer ministro.

PROCEDEN: La República

FECHA D: 7/12/94

VOLUMEN: 11876 ✓

66330 ✓

11164 ✓

11127 ✓

Dimitió el primer ministro Rafic Hariri, quien no pudo cumplir su promesa de hacer renacer al país de las cenizas a que había sido reducido por la guerra civil L.R.

## Crisis en el gobierno libanés 3/12

El premier libanés Rafic Hariri, confirmó ayer con un comunicado su renuncia, que había sido difundida por la prensa matutina, y aclaró -sin decir cuándo- que aún debe presentársela oficialmente al presidente, Elías Hrawi.

Beirut (ANSA)

■ Hariri —un multimillonario libanés— asumió el poder hace dos años, con la promesa de hacer renacer el país de las cenizas a las que había sido reducido por la guerra civil.

Fuentes allegadas al premier libanés aseguran que el magnate decidió renunciar al cargo a raíz de los profundos contrastes con el presidente del Parlamento, Nabih Berri, que se niega a darle mano libre para impulsar sus planes de reformas.

Según algunos observadores, las razones de la dimisión se vinculan también a la campaña de prensa contra el gobierno, sus dirigentes y las instituciones en general.

Hariri, según otras fuentes, tomó la decisión al con-

cluir una tormentosa reunión de gabinete durante la cual fue acusado por sus opositores —chiitas y cristianos— de administrar el poder con "métodos hegemónicos" para paralizar la actividad del gobierno.

En cambio, según fuentes oficiales, el presidente Hrawi ya habría rechazado la dimisión del premier y tendría intenciones de rechazarla.

En tanto, trascendió que Hariri viajará mañana domingo a Damasco para dialogar con las autoridades sirias, que lo apoyan, y sólo después de dichos contactos podrá decidir si presentará o no su dimisión.

Hariri (que es sunnita) ya amenazó con presentar su dimisión en mayo último, tras los contrastes surgidos con el presidente Hrawi (cristiano-maronita) y con el presidente del Parlamento, Nabih Berri (chiita) a propósito de un anunciado reajuste de gabinete.

Los opositores acusan a Hariri, que se convirtió en uno de los hombres más ricos del mundo haciendo negocios en el rubro construcción, de querer incrementar su riqueza personal acaparándose la mayor parte de las licitaciones para la reconstrucción de Beirut, destruida por la guerra civil.

La crisis de gobierno se perfilaba desde hacía algunas semanas a causa de la reciente explosión de un escándalo de narcotráfico que implicó a varios políticos y de las tensiones sociales por los apremiantes pedidos sindicales de aumentos salariales, aprobados finalmente anoche, tras una huelga general que semiparalizó el país desde el partes pasado.

Los aumentos del 20 por ciento para el sector público y privado, que regirán desde el primero de enero de 1995, llevarán el salario mínimo de 127 dólares a 150, contra los 180 pedidos por los sindicatos para adecuarse a la enorme inflación que se registró en el país al concluir la guerra civil.

## Hariri retira su dimisión como primer ministro libanés

Beirut (AFP)

■ Después de cuatro días de crisis, Siria obtuvo del primer ministro libanés, Rafic Hariri, que retire su renuncia a su cargo, pero se ignora aún si saldrá reforzado de la prueba.

El cambio de actitud de Hariri se produjo tras un viaje de 24 horas que efectuó a Damasco, para someter a los dirigentes sirios el diferendo político que mantiene con sus adversarios, y en especial con el presidente del Parlamento, Nabih Berri.

Tras discutir con el presidente sirio, Hafez el Asad, Hariri retiró este lunes la dimisión que había presentado verbalmente el jueves pasado al mandatario libanés Elías Hrawi.

Esta noche los medios políticos libaneses se interrogaban acerca de la hipótesis de que Damasco haya autorizado a Hariri destituir de su gabinete a los ministros que según él "traban sistemáticamente" su tarea.

Si ello fuese cierto, Hariri, que ocupa sus funciones desde el 31 de octubre de 1992, saldría reforzado del conflicto. En caso contrario, reanudaría sus funciones en las mismas condiciones y saldría debilitado, con la necesidad además de tener que enten-

derse con adversarios políticos poderosos. Algunos índices dejan prever que la situación de Hariri podría mejorar, pues ni el presidente libanés Hrawi ni Damasco desean aceptarle la renuncia. Para Damasco ello crearía inestabilidad en un país donde se hallan estacionados 35.000 soldados sirios, y Siria se vería obligada además a resolver las luchas internas libanesas, en momentos en que se ve confrontada al difícil proceso de paz con Israel.

Nº. BÚSQUEDA: 9500309

TÍTULO: Nuevas divisiones entre los países del Golfo.

PROCEDE: País

FECHA DE: 4/12/99

VINCULACIÓN: 11886 ✓

11563 ✓

11164 ✓

## Surgén de Nuevo Divisiones Entre Países del Golfo

KUWAIT, 3 (EFE). — Los problemas fronterizos que han resurgido entre algunos Estados miembros del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG) y otras divergencias parecen indicar la existencia de divisiones en vísperas de la próxima cumbre de diciembre en Bahrein.

La última disputa se ha producido entre Arabia Saudí y Qatar tras las acusaciones del segundo de que guardafronteras saudíes dispararon contra varios buques qataries en aguas del golfo Pérsico, hiriendo a una persona.

Riad calificó ayer de "totalmente falsas" las acusaciones de su socio del CCG y aseguró que lo que intentaba Qatar era justificar la ausencia de su ministro del Interior en la reciente reunión de los titulares de los seis países miembros celebrada en la capital saudí.

En esa reunión, los ministros del Interior ultimaron un tratado de seguridad, calificado de "ambicioso", que los jefes de Estado de los seis países miembros -Arabia Saudí, Qatar, Kuwait, Omán, Emiratos Árabes Unidos y Bahrein- deberán firmar en su cumbre de diciembre en este último país.

Este acuerdo de seguridad tampoco fue firmado por Kuwait, que alegó "cuestiones legislativas y constitucionales" del emirato.

Al parecer, esas razones se referían a que un apartado del acuerdo sobre seguridad incluye el derecho de cualquiera de los seis países a perseguir a los delincuentes en territorio de otro de los Estados miembros, algo que el Parlamento kuwaití rechaza.

Las disputas territoriales, tanto terrestres como marinas, entre Arabia Saudí y Qatar son antiguas, y resurgieron ya en octubre de 1992.

Nº. DOCUMENTO 9500310

TÍTULO Pres. sirio y libanés se reunieron para analizar procesos de paz de M. O.

PROCEDENCIA La Mañana

FECHA DE RECEPCIÓN 12/12/94

VARIABLES 11876 L

67190 L

66330 L

10195 L

11879 L

## Hrawi y Assad analizaron la marcha del proceso de paz

El Presidente sirio Hafez el-Assad se reunió ayer en Damasco con su homólogo libanés Elias Hrawi, con quien examinó el desarrollo del proceso de paz en Medio Oriente y la situación interna de Líbano, anunciaron fuentes oficiales sirias.

### DAMASCOVANSÁ

El diálogo se produjo después de la visita a la región del Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, quien ayer afirmó en Washington que es posible que Siria e Israel reanuden la negociación de paz.

Fuentes norteamericanas dijeron al respecto que la reanudación puede darse dentro de algunas semanas.

La negociación entre Siria e Israel se bloqueó sobre la difícil cuestión de la retirada israelí de las alturas del Golán, que Damasco reclama desde hace años.

El mismo problema, la retirada de las tropas israelíes del sur del Líbano, provocó la

interrupción en la negociación entre ese país e Israel.

Ayer el Primer Ministro israelí, Yitzhak Rabin, dijo que "se trata de un buen comienzo si bien debemos recibir más detalles", al comentar recientes declaraciones del Canciller sirio Faruk Al-Shara, quien afirmó que Siria está dispuesta a reanudar las conversaciones con Israel y Washington y a hacer participar en ellas a un experto en cuestiones militares.

Rabin, que hizo estas declaraciones al enviado en Oslo de la radio militar israelí, agregó que es "seguramente una novedad positiva, y que "ahora será posible para ambas partes dialogar de modo libre e informal sobre

uno de los principales aspectos de las negociaciones, es decir la de los mecanismos de seguridad". Hace dos días, el Canciller sirio Faruk al-Shara anunció en Beirut que estaba esperando que Estados Unidos invite a Siria e Israel a reanudar sus negociaciones directas en Washington suspendidas hace 10 meses.

El Canciller sirio llegó a Beirut, donde el vicesecretario de Estado norteamericano, Robert Pelletreau, estaba informando a los principales dirigentes libaneses sobre las posiciones norteamericanas en el proceso de paz que hasta la fecha mantuvo alejado a Beirut, cuarto interlocutor árabe de Israel en la negociación después de Jordania, Siria y la OLP de Yasser Arafat. Al-Shara ve las conversaciones de Washington como "un intercambio de ideas, no secreto", pero no precisó si a esos diálogos asistirá Líbano, unido a Siria por un férreo pacto de cooperación.

La visita de Pelletreau es la primera de un dirigente norteamericano a Beirut desde hace 14 meses.

Nº. DOCUMENTO 9500311

TITULO Inauguración de embajada jordana en Israel.

PROCEBENCIA La Manana

FECHA DE F. S. E. 12/12/94

VOLULACIONES 11876 ✓

507605 ✓

507603 ✓

11164 ✓

11399 ✓

## Inauguración de embajada Jordana en Israel

L.M. 12/12

La embajada jordana en Israel fue inaugurada ayer con una ceremonia que tuvo lugar en un gran salón de Tel Aviv, donde tiene sede transitoria.

AVIV/ANSA

Los funcionarios de la cancillería jordana están buscando un lugar para la representación diplomática. Ammán designó como su embajador a Marwan Moasher, que presentará sus credenciales dentro de algunas semanas. En Israel abrió hoy su primera embajada en Ammán, que transitoriamente funciona en un gran hotel, en espera de un local mejor.

En la conferencia de Jordania, Israel no designó su embajador, pero se acordó ser elegido de común acuerdo por el Primer Ministro Yitzhak Rabin y el Canciller Shimon Peres.

La creación de las representaciones diplomáticas tiene que ver con el acuerdo con el tratado de paz entre los dos países, firmado el 26 de octubre pasado.

Israel es el segundo país árabe que concluye la paz con el primero fue Egipto en marzo de 1979. Marruecos y Jordania, ahora parece también Kuwait, decidieron abrir una base de reciprocidad oficinas de intereses en Tel

Nº. 800000 9500312

TÍTULO Disturbios en el reino petrolero de Bahrein

PROCEDENCIA 81 País

FECHA DE RECEPCIÓN 23/12/94

VOLÚMENES 11876 L

5075974

11563 L

BAHREIN

11830 L

11209 L

## EL LARGO BRAZO DE IRAN

23-12-94 EL PAÍS

Desde hace más de dos semanas, violentos disturbios vienen conmoviendo al rico reino petrolero de Bahrein, provocados visiblemente por el opositor Frente Islámico de Liberación.

Si bien los manifestantes, en su gran mayoría chiitas, enarbolaban la bandera de la democracia, es dudoso que establezcan un régimen genuinamente pluralista en caso de apoderarse del poder.

Es claro que los disturbios, provocados en vísperas de una conferencia cumbre del Consejo de Cooperación del Golfo, gozan del apoyo de Teherán, de donde proceden la mayoría de los comunicados del Frente de Liberación Islámico.

Si la lucha por la democratización fue-

ra genuina, sería legítimo expresarle nuestro apoyo, ya que el sistema patriarcal de los emiratos del Golfo es notoriamente obsoleto. Pero los muertos de Manama, de ambas partes, no cayeron por la libertad, sino que son piezas en la puja imperialista-ideológica de Irán por conquistar el Medio Oriente.

Los chiitas islámicos que enfrentan al emirato de Bahrein, como en otro tiempo los sudetes alemanes, o los comunistas de Europa Oriental, no luchan por un régimen de auténtica libertad y democracia, sino por sustituir una forma de dominación por otra, que probablemente sería mucho más dura e intolerante que la actual.

01-01

9500312

Nº. DOCUMENTO 9500313

TÍTULO Palestinos e israelíes negociarían

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE RECEPCIÓN 5/12/94

VOLUMENES 11876 ✓

66708 ✓

507603 ✓

11164 ✓

11163 ✓

11879 ✓

repliegue de tropas

## PALESTINOS RECHAZAN REVISAR ACUERDO

CIUDAD DE GAZA, Franja de Gaza, 3 (AP). — El gobierno de Yasser Arafat exigió hoy que Israel ponga en práctica todas las cláusulas del acuerdo de autonomía, incluyendo la retirada de sus tropas de Cisjordania.

La demanda fue en respuesta al argumento de las autoridades israelíes de que los 120.000 colonos judíos de Cisjordania no tendrán seguridad si los soldados se retiran de las aldeas palestinas la víspera de las elecciones locales, como estipula el acuerdo.

Representantes palestinos e israelíes negociarán el lunes en El Cairo la situación final del repliegue de tropas.

El gabinete de Arafat analizó hoy la posición palestina en las negociaciones y se opuso a renegociar el acuerdo.

"Israel debe cumplir todo lo que acordó con los palestinos", dijo a los periodistas el ministro de Información Yasser Abed Rabbo tras la reunión. "El repliegue y las elecciones son prioridades palestinas".

Funcionarios israelíes dijeron esta semana que no es posible el repliegue ante el aumento de los ataques de extremistas musulmanes contra los colonos israelíes, tanto en zonas gobernadas por la OLP como en los territorios bajo control israelí.

El presidente de la comisión parlamentaria de Defensa y Relaciones Exteriores, Ori Orr, propuso postergar el repliegue a cambio de efectuar ahora las elecciones y desmantelar asentamientos judíos aislados antes de lo previsto.

El viceministro de Relaciones Exteriores Yossi Beilin advirtió que las conversaciones de El Cairo sobre el repliegue no prosperarán, por lo que es mejor negociar ahora el status final de Cisjordania y la zona oriental de Jerusalén, el sector árabe.

Conforme al acuerdo de autonomía, dichas negociaciones deben ser iniciadas, como muy tarde, en mayo de 1996.

**ACERCAMIENTO**  
Mientras tanto el príncipe heredero Hassan se reunió hoy con un enviado del líder palestino Yasser Arafat, tras varios meses de distanciamiento a causa de las divergentes posiciones de ambas partes sobre la situación de Jerusalén.

El príncipe Hassan, hermano menor del rey Hussein y regente interino durante la ausencia del monarca, mantuvo conversaciones con el enviado Faisal Hussein, dijo Radio Jordania.

Hassan le aseguró al visitante el "irquebrantable apoyo de Jordania al pueblo palestino", y le reiteró el compromiso de Jordania a cargar con la responsabilidad de mantener los santuarios sagrados islámicos en Jerusalén, indicó el informe radial.

Por su parte, Hussein afirmó la necesidad de un continuo papel jordano en el cuidado de los santuarios, se indicó.

Fue el encuentro jordano-palestino de más alto nivel en varios meses.

## Gobierno israelí discute futura política con OLP

L. M. 5/12

El gobierno israelí, en la primera de las dos sesiones que dedicará a un examen de la futura política hacia la OLP, escuchó ayer relaciones y análisis según parece pesimistas de altos oficiales de las Fuerzas Armadas y los servicios de informaciones.

**JERUSALEN/ANSA**

Según informó la radio militar, el líder de la OLP y Presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, surgió en el análisis como una figura débil, que no cumple diversos puntos del acuerdo con Israel ni impone su autoridad a los movimientos de oposición islámica.

Además, la administración de la ANP es "caótica" por la negativa de Arafat a delegar parte de los poderes. El jefe del servicio de informaciones militares,

general Uri Saguy, advirtió que existe en los territorios administrados por los palestinos un proceso de libanización, que deriva del continuo rearme de las fuerzas rivales y de la debilidad de la policía autónoma.

El Premier Yitzhak Rabin, según la misma radio, afirmó que Arafat prefiere armar a los activistas de Al Fatah, la organización que dirige directamente, antes que la policía de la ANP, conduciendo así la que el Ministro de Economía Shimon Shitrit definió como "una política de las milicias". Otros expertos dijeron que preveían resistencias aún mayores a Arafat cuando Cisjordania, donde existen cuadros dirigentes más preparados, también pase bajo su administración. Según la radio, fuentes de seguridad señalaron con preocupación la directa in-

tervención (por primera vez en la lucha política interna palestina) de líderes árabes israelíes que mediaron con éxito una solución de la reciente dura crisis entre la ANP y la oposición islámica en Gaza.

En la sesión de ayer hablaron los expertos, y el miércoles los Ministros discutirán la futura política teniendo en cuenta lo que se les expuso hoy.

Asimismo, trascendió que parecen haber surgido dos corrientes en el seno del gobierno israelí: una a favor de no retirar el ejército de Cisjordania hasta que Arafat pruebe su capacidad de gobernar, la otra, que quiere acelerar las negociaciones para llegar a un acuerdo con la OLP sobre el status permanente de los territorios y asegurar una neta separación entre las dos poblaciones.

01-01

9500313



Nº. DOCUMENTO 9500314  
TÍTULO OLP e Israel reanudan conversaciones.  
PROCEDENCIA 150090  
FECHA DE RECEPCIÓN 6/12/94  
VOLUMENES 11876 L  
507603 L  
500868 L  
11875 L

SEGUN FUENTES DE LA OLP, RABIN PREPARA EL ANUNCIO DE LA RUPTURA DEL ACUERDO

# Los palestinos temen que Israel revoque el plan de pacificación

**Palestinos e israelíes reanudan hoy las negociaciones sobre Cisjordania. Fuentes allegadas a Yasser Arafat denunciaron que el primer ministro de Israel quiere quebrar los acuerdos de paz. Renunció el jefe del equipo negociador israelí.**

6-12-94 CLARÍN

JERUSALEN, 5 (AP, AFP y EFE). - Fuentes políticas palestinas denunciaron hoy que el primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, está preparando a la opinión pública para dejar sin efecto los acuerdos de paz firmados por el Estado de Israel con el líder de la OLP, Yasser Arafat. Mañana martes, los negociadores israelíes y árabes se reunirán en El Cairo para continuar con las conversaciones sobre la retirada militar de Israel del sector de Cisjordania que permanece ocupado.

La delegación israelí no será presidida como hasta ahora por el general Danny Rostchild, quien renunció a ese cargo invocando motivos personales y fue sustituido por el general Gadi Zohar, actual jefe del gobierno civil en Cisjordania.

Fuentes oficiales del gobierno de Rabin aseguraron que el alejamiento de Rostchild de la dirección del equipo negociador no obedece a motivo político alguno.

"Medité mucho esta decisión y sigo apoyando el acuerdo con los palestinos, o mejor dicho, creo que no hay alternativa a este", dijo el militar y diplomático.

Funcionarios allegados a Arafat, presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) en Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó, manifestaron hoy sus temores de que Rabin esté dispuesto a romper los convenios con ellos, después de conocer las opiniones vertidas ayer por jefes de los servicios de inteligencia israelíes acerca de la situación en la región autónoma.

El jefe de los Servicios de Información

militar, general Uri Saguy, dijo ayer que la proliferación de grupos armados en la franja de Gaza provocó una libanización de esa zona que obtuvo su autonomía el 4 de mayo por acuerdo entre la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel.

"Rabin está preparando a la opinión pública para revocar los acuerdos de Oslo (1993)", afirmó a la prensa el ministro de Asuntos Municipales de la ANP, Saeb Erekat.

Hace unas semanas, "el jefe del Gobierno israelí dijo que quería modificar los acuerdos alegando que presentaban lagunas en materia de seguridad para su país, y ahora, directamente, se propone dejarlos sin efecto", denunció un allegado a Arafat.

Erekat encabezará desde mañana el equipo palestino que debe negociar con Israel, en El Cairo, la convocatoria a elecciones con vistas a la autonomía de Cisjordania.

Otro de los puntos de la agenda de la reunión de El Cairo será la evacuación militar israelí en Cisjordania, la cual no fue aún decidida por Rabin.

El primer ministro israelí afirma que no puede ordenar el repliegue militar si Arafat no logra neutralizar al Movimiento de la Resistencia Islámica (Hamas) y a la Jihad (Guerra Santa) Islámica (JI).

El general Saguy afirmó que Arafat, quien desde julio preside la ANP desde la ciudad de Gaza, "fracasó totalmente" en su gestión de gobierno.



Debatirán la celebración de elecciones y el repliegue de las tropas israelíes en Cisjordania

## OLP e Israel reanudan mañana negociaciones

Representantes israelíes y palestinos reanudarán mañana las negociaciones sobre la celebración de las elecciones legislativas palestinas en Cisjordania, declaró el ministro de Planificación y Cooperación Internacional de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Nabil Chaat. 5-12-94

OBSV.

En unas declaraciones publicadas por el diario egipcio Al Ahran, Chaat dijo que ambas partes negociarán, además de las elecciones, el repliegue de las tropas israelíes en Cisjordania y otros asuntos pendientes.

Estas negociaciones fueron suspendidas hace más de un mes y aplazadas dos veces debido a las discrepancias entre las delegaciones de Israel y de la ANP sobre la elección de un consejo legislativo palestino, el alcance de sus poderes, el número de sus miembros y las personas que tienen derecho a participar en la votación y las que tienen derecho a presentarse como candidatos.

### Discrepancias

Los palestinos insisten en que dicho consejo cuente con 100 miembros y goce de poderes le-

gislativos, mientras Israel, que al parecer teme que el consejo se convierta luego en Parlamento de un estado palestino, quiere que el número de sus miembros sea 25 y que no tenga derecho a legislar, sino solo a administrar.

Otro asunto que causó la demora en llegar a un acuerdo sobre las elecciones es la posibilidad de que los miembros de los grupos integristas islámicos del Movimiento de la Resistencia Islámica (Hamas) y de la Yihad Islámica puedan presentarse como candidatos, ya que se los considera "terroristas" que se oponen al proceso de paz. Los responsables palestinos, incluido el líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y presidente de la ANP, Yasser Arafat, han reiterado que los islamistas radicales forman una parte importante de la sociedad palestina y no pueden ser excluidos, pese a las diferencias ideológicas y políticas que mantienen. Pese a la puesta en práctica de la Declaración de Principios firmada en setiembre de 1993 por la OLP e Israel y del acuerdo de la autonomía palestina en Gaza y Jericó, las acciones violentas y los atentados terroristas, tanto en la autonomía como en el interior de Israel, suponen un problema de seguridad.

### Compromiso

Hamas y la Yihad Islámica de Pa-

tar cualquier acción que origine nuevos enfrentamientos entre ambos grupos, como la muerte de 13 personas en Gaza el pasado 18 de noviembre durante una manifestación de Hamas reprimida por la Policía de la ANP.

El comité conjunto manifestó la necesidad de "construir una sociedad palestina en base al pluralismo, la democracia y el respeto a las distintas opiniones", para evitar recurrir a la violencia.

(De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE)

lestina aún consideran, al igual que otros grupos extremistas de Oriente Medio, que el Estado judío es una entidad extraña e inaceptable en Oriente Medio y pretenden la lucha armada para liberar todo el territorio de Palestina de antes de 1948, cuando fue

creado Israel. Sin embargo, Arafat, el principal grupo de la OLP, y Hamas han decidido continuar sus contactos, con el compromiso de "no utilizar las armas", para reducir la tensión en Gaza. Las dos partes han acordado que no se utilicen las armas y evi-

02-02

9500314

Nº. DOCUMENTO 9500315

TÍTULO Rabin busca un mínimo repliegue de sus tropas.

PROCEDENCIA La República

FECHA DE RECEPCIÓN 6/12/94

MODIFICACIONES 11876 ✓

507603 ✓

11163 ✓

500868 ✓

"Todo el proceso de paz correría riesgo de fracasar si después de un retiro israelí de las localidades palestinas continúan los ataques terroristas", sostienen fuentes judías

## Rabin busca un mínimo repliegue de sus tropas

### \* Renuncia el jefe de la delegación hebrea encargada de negociar con la Autoridad Palestina

Estimando que la Autoridad Palestina dirigida por Yasser Arafat fracasó en la cuestión de la seguridad de los asentamientos israelíes, el primer ministro Isaac Rabin desea efectuar un repliegue mínimo de las tropas del Estado hebreo en Cisjordania ocupada, a pocas horas del reinicio de las negociaciones con la OLP hoy martes en la capital egipcia.

Jerusalem (AFP)  
por Marius Schattner

■ Al establecer el balance de siete meses de autonomía palestina en la franja de Gaza, los responsables políticos y militares israelíes afirman que la Autoridad Palestina ha sido incapaz de impedir los atentados antisraelíes y que no lo hará mejor en Cisjordania.

Desde el comienzo de la autonomía palestina en mayo pasado, 45 israelíes murieron en atentados palestinos, entre ellos diez en la franja de Gaza autónoma y ocho en Cisjordania, llevados a cabo por Hamas y el Jihad islámico, dos movimientos integristas opuestos al proceso de paz.

"El necesario continuar el proceso de paz, pero en Cisjordania será imposible retirar nuestras fuerzas fuera de las localidades palestinas", declaró a la AFP el presidente de la comisión de Relaciones Exteriores del Parlamento israelí (Knesset), Ori Orr.

Según el acuerdo de Oslo acerca de la autonomía, Israel debe proceder al retiro parcial de sus tropas fuera de las zonas habitadas de Cisjordania, antes de las próximas elecciones generales palestinas.

"Sin embargo, es esencial que las

La Ro 6-12-94

elecciones tengan lugar, y estoy convencido de que es posible lograr un acuerdo con los palestinos sin retirar nuestras fuerzas o replegándolas mínimamente", agregó Orr.

Por su parte, el primer ministro Rabin declaró en Consejo de Ministros que era necesario "proceder a un examen detallado de los resultados de los acuerdos con los palestinos antes de pasar a la etapa siguiente" de la autonomía.

Rabin se declaró "decepcionado" por la dirección de Arafat, pero subrayó que no se le podía exigir que ponga fin a los atentados, cuando Israel tampoco lo consigue en las regiones bajo su control.

"No ponemos en cuestión los acuerdos alcanzados con la OLP, pero Israel no puede confiar en los palestinos para garantizar la seguridad, y en consecuencia el repliegue será limitado", declaró Uri Oromi, un vocero del gobierno.

El jefe de los servicios de inteligencia militar de Israel, general Uri Saguy, puso en guardia al gobierno el domingo pasado contra el peligro de una "libanización" de la franja de Gaza, afirmando que Arafat no había logrado controlar a los integristas armados opuestos al pro-

ceso de paz.

Arafat "no quiere o no puede actuar contra el terrorismo", agregó el general Saguy, quien prevé una continuación de los atentados antisraelíes en la franja de Gaza o a partir de ese territorio.

Por su parte, la Autoridad Autónoma Palestina volvió a lanzar un llamado a Israel a respetar su compromiso de retirar sus tropas de las localidades de Cisjordania.

"En lugar de postergar la aplicación de los acuerdos concluidos y reclamar su revisión, sería necesario aplicarlos más rápidamente", declaró a la AFP un vocero del jefe de la OLP, Maruane Kanafani.

### DIMITIO JEFE DE LA DELEGACION DE NEGOCIACIONES CON AUTORIDAD PALESTINA

El jefe de la delegación israelí encargada de negociar con la Autoridad Palestina, general Dany Rothschild, dimitió ayer lunes del ejército y de todas sus funciones, anunció su portavoz a la AFP.

Las negociaciones entre Israel y la OLP se reanudarán empero "como estaba previsto" hoy martes en El Cairo, y la delegación israelí estará encabezada por el jefe de la administración militar en Cisjordania, general Gadi Zohar, precisó el capitán Hannie Jechurun.

"El general Rothschild es favorable



Isaac Rabin preocupado por sus tropas. (Telefoto de archivo de AFP)

al acuerdo con los palestinos y a su realización. Su dimisión no tiene nada que ver con el proceso de paz", agregó.

"Está desde hace 30 años en el ejército y eso le basta. Por lo demás, había previsto hace mucho tiempo dejar el uniforme", dijo el portavoz.

Rothschild era desde hace cuatro años el coordinador de las actividades israelíes en los territorios ocupados y participó en las negociaciones entre Israel y Jordania que desembocaron en la firma de un tratado de paz el 26 de

octubre.

El general presentó su carta de dimisión al primer ministro y ministro de Defensa, Isaac Rabin, que la aceptó.

La radio estatal israelí, que citó a allegados del militar, dijo que éste aspiraba al puesto de jefe de los servicios militares de información, actualmente ocupado por el general Uri Saguy.

Su sorpresiva dimisión se anuncia en vísperas de la reanudación de las negociaciones entre Israel y la OLP sobre el estatus interino de Cisjordania.

Le reprochan un mal manejo del gobierno que impide salir de la crisis que se vive en Gaza

## Desilusionados, los palestinos cuestionan el liderazgo autócrata de Yasser Arafat

Obs.  
8/12

Ciudad de Gaza - Como esos grandes planes que se hacen para el verano, las expectativas de los palestinos sobre Arafat se han derrumbado. Apenas cuatro meses atrás el jefe de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) regresó a territorio palestino en medio de enormes esperanzas de que comenzaría a construir un estado, actuaría como un demócrata y de alguna manera se transformaría en una figura como la de Nelson Mandela, ganando el respeto internacional. Pero resultó, según lo observan quienes trabajan junto a él, ser el mismo viejo Arafat, de fuerte carácter y puños duros. Ahora se ha refugiado detrás de un escudo de custodios y compinches políticos. Rara vez se lo ve en público.



Un solo discurso

Rodeado de un aire de crisis perpetua, Arafat solamente hizo un discurso público desde que se estableció en Gaza a mediados de julio.

**E**stamos en plena crisis", dijo un viejo asesor de Arafat. "Si no reacciona, todo estará perdido".

Hasta los críticos más duros de Arafat, los que lo llaman autócrata irredimible, no pueden distinguir la suerte de los palestinos del propio futuro de Arafat.

El líder de la OLP ha personificado de tal manera el autogobierno de la autoridad palestina que es considerado el único capaz de mantener unidas todas las fracciones de la sociedad. "Todavía

no ha aparecido ninguna opción", dijo Suleiman Najjab, miembro del Comité Ejecutivo de la OLP cuyo Partido del Pueblo rompió con Arafat este año.

"Si se fuera habría 'piedra libre' para todos, se lucharía en cualquier frente".

### Rol desalentador

La tarea de Arafat es desalentadora vista desde cualquier perspectiva. Heredó una Gaza con gran desempleo, cantegriles y sin fuentes de ingresos seguras. Esta semana

redobló sus esfuerzos negociadores con un Israel claramente reticente, para tratar de extender la autonomía más allá de los confines de Gaza mientras los extremistas islámicos siguen desafiando con su máximo vigor a Israel y al gobierno de la OLP. "Esto es distinto de lo que haya hecho nadie en el mundo", dijo Odin Knudsen, representante del Banco Mundial en los territorios árabes ocupados por los israelíes.

"Es construir un gobierno de la nada, en una situación de crisis y con un espacio muy estrecho para

realizar la tarea". Y, más que nunca, la oficina de Arafat es la única dirección que importa.

### Encierro constante

Arafat, que pasó a la mitología como el populista del toque milagroso, raramente deja su oficina. Rodeado de un aire de crisis perpetua, solamente hizo un discurso público desde que se estableciera en Gaza a mediados de julio.

Durante la mayor crisis que golpeó su gobierno, cuando la Policía palestina disparó y mató a 12 personas en disturbios con militantes islámicos dos semanas atrás, Arafat permaneció encerrado en su oficina durante cuatro días.

Cuando salió, fue para dirigirse, como líder combativo, a su propia facción Fatah. Viajero inveterado enamorado de las preciosas ceremonias de bienvenida preparadas para él por los potentados del Tercer Mundo, Arafat ahora no quiere irse de Gaza por más de unos pocos días.

Nadie en su círculo de asesores puede convencerlo de la estrechez de esa forma de administración.

Los intelectuales de la franja occidental se quejan de la forma dictatorial en que ha tratado de censurar a sus críticos de la prensa palestina.

Los empresarios se quejan de la forma lúgubre en que maneja su gobierno con funcionarios peleados entre sí que comparten las mismas responsabilidades.

"No hay toma de decisión colectiva ni trabajo colectivo", dijo un planificador del gobierno. "Quiere decidir todo solo. Pero no es ningún Arafat nuevo."

Es el que conocimos durante treinta años. (The Washington Post, 12/12/94)

## "Todo lo que hago es infructuoso"

SUS PROPIOS MINISTROS lo critican por carecer de una política clara para enfrentar el gran desafío interno del proceso de paz: los fundamentalistas islámicos, cada vez más temerarios, que denuncian su política, y a las fuerzas policiales de "colaboracionistas" con Israel. Eso no es nuevo. Hace seis meses, en Túnez, los mismos funcionarios de la OLP admitieron su impotencia para cambiar el estilo de Arafat, actitud que mantienen. Casi nadie da crédito al líder de la OLP; Ahmed Korei, ministro de Economía del actual gobierno, dijo que la autoridad palestina fracasó en sus tres desafíos más importantes: en la negociación con Israel, en dar seguridad a los palestinos y en lograr un desarrollo económico. "Trabajo mucho", dijo Arafat en su escritorio cerca de Jerusalén. "Pero casi todo lo que hago es infructuoso".

9500316

Israel condicionó la evacuación de Cisjordania a que la OLP combata el fundamentalismo

# En víspera de negociaciones Arafat reclamó Jerusalén como la futura capital palestina

Obs. 9/12

El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP),

Yasser Arafat, afirmó ayer que Jerusalén será la capital del futuro Estado Palestino, en un acto con motivo del séptimo aniversario de la intifada, el levantamiento popular contra la ocupación israelí de Cisjordania y Gaza.

En un discurso pronunciado durante una asamblea en el campo de refugiados de Yebalia, que es el más grande de Gaza y donde comenzó la intifada, Arafat reiteró sus habituales llamamientos a la unidad nacional. Por otra parte, el gobierno de Israel decidió ayer continuar con el proceso de paz y combatir el integrismo musulmán.

En un comunicado dado a conocer en Tel Aviv al concluir una reunión del Consejo de Ministros, el ejecutivo israelí especificó que, conforme a lo pactado con los palestinos en la Declaración de Principios de 1993, también apoyará la convocatoria de elecciones palestinas y procederá al repliegue de las tropas que actualmente se encuentran en las principales ciudades de Cisjordania.

Esas declaraciones vienen a disipar el temor de que, debido a los ataques de integristas palestinos contra objetivos israelíes en la zona autónoma de Gaza, se postergara un nuevo desplazamiento, considerado vital para la autonomía de los palestinos en Cisjordania.

Sin embargo, la decisión de continuar con las negociaciones

Nº. DOCUMENTO 9500317

TÍTULO Arafat afirmó que Jerusalén será la capital del Estado Palestino.

PROCEDENCIA Observador

FECHA DE PROCEDENCIA 9/12/94

VOLULACIONES 11876 ✓

66708 ✓

500868 ✓

507603 ✓

11879 ✓

para la autonomía palestina en Cisjordania, que adoptó el gobierno de Israel, está condicionada a que el presidente de la ANP, Yasser Arafat, neutralice a los integristas islámicos.

## Principal objetivo

Además de continuar sus negociaciones con los palestinos, el principal objetivo del gobierno israelí será combatir a los integristas islámicos, según el comunicado oficial. El documento reitera la voluntad de Israel de seguir negociando, pero también afirma que lo hará "extrayendo las lecciones" de su experiencia tras el acuerdo de autonomía para la zona de Gaza y el enclave de Jericó, suscrito el pasado 4 de mayo en El Cairo.

Desde esa fecha, más de 40 israelíes murieron en ataques de los grupos integristas Movimiento de la Resistencia Islámica (Hamas) y Yihad Islámica, que se oponen al proceso de paz con Israel y al liderazgo de Arafat.

El gobierno de Israel acusó reiteradas veces a Arafat y sus fuerzas de seguridad de "no hacer lo suficiente para frenar el terrorismo islámico". El ministro israelí de Economía, Shimon Shitrit, dijo a la prensa que "Arafat tendrá que cumplir con sus compromisos, entre ellos combatir el terrorismo", si desea que Israel cumpla con los suyos, como evacuar ciudades palestinas de Cisjordania.

Según lo acordado por la OLP con Israel, el ejército israelí tendrá que proteger a los 120.000 colo-

nos de 125 asentamientos en Cisjordania durante cinco años de autonomía provisional.

En el comunicado oficial también se afirma que el gobierno israelí proseguirá con sus esfuerzos para encarrilar las negociaciones de paz con Siria, actualmente estancadas.

## Arafat padre

A los 65 años, Arafat será padre por primera vez el próximo julio, anunció su esposa. "Es un buen momento. Será el niño de la paz", dijo la señora Suha Arafat, de 31 años de edad. "Creo que se trata de una doble bendición para mi esposo, el Premio Nobel de la Paz y el bebé", agregó. La señora Arafat divulgó la información de su embarazo por el servicio en lengua árabe de Radio Israel en vísperas de la partida del líder de la OLP a Oslo, el próximo fin de semana, donde recibirá el Premio Nobel de la Paz junto con el primer ministro de Israel, Yitzhak Rabin y el canciller Shimon Peres. ■ (De la redacción de El Observador en base

01-01

9500317

TÍTULO El integrismo islámico asume el papel de amenaza para Occidente

ORIGEN La Habana

FECHA DE E. 27/12/94

VOLUMEN 11876

11847

11650

## El integrismo islámico asume ahora el papel de amenaza para Occidente

El integrismo islámico, que en 1994 puso en peligro las frágiles perspectivas de paz en Medio Oriente, parece asumir para Occidente la función que tuvo la desaparecida "amenaza comunista".

27-12-94 LHM BEIRUT/ANSA

Reunidos días atrás en Marruecos, los 52 países miembros de la Organización de la Conferencia Islámica (OCI) trataron de mejorar la imagen del Islam, "ofuscada por la agresividad islámica", según palabras del Presidente egipcio Hosni Mubarak.

Los directivos musulmanes, preocupados porque a menudo se asocia el terrorismo con el Islam, piden a los musulmanes que interpreten de modo menos rígido los preceptos religiosos en un mundo que cambia.

Aparte de esta recomendación, los líderes musulmanes no saben cómo resolver de modo inmediato el terrorismo practicado por grupos que se inspiran en el Corán, libro sacro de los musulmanes.

Desde hace dos años, Argelia combate sin cuartel contra los islámicos que en 1992 ganaron las elecciones (luego anuladas). Según el gobierno argelino, que como en Egipto se apoya en las Fuerzas Armadas, los integristas quieren un estado islámico riguroso. Esta contraposición causó miles de muertos en ambos países.

Por otro lado, Túnez adoptó severas medidas para poner coto total a las actividades de todos los grupos que, invocando la integridad islámica, se contraponen al orden establecido.

En Marruecos operan al menos 30 grupos integristas que se proponen obtener el poder. Poder que los integristas ya tienen en Sudán, centro y lugar de tránsito de los movimientos islámicos populares.

Los acuerdos de paz de 1993 entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), gracias a los cuales se introdujo la autonomía palestina en Gaza y Jericó, no satisfacen a una parte de la población, que anhela a los movimientos opositores de "resistencia islámica" (Hamas y Yihad).

### Muerte por sedición

De hecho, la ocupación es muy elevada en Gaza, donde, entre otras cosas, las alcantarillas funcionan al aire libre. Por este tipo de motivos la población se rebela contra el líder de la OLP y Presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat.

Jordania firmó hace poco un acuerdo de paz con Israel. En Amman, capital de Jordania, once integristas fueron condenados a muerte por sedición. Se supone que las condenas serán conmutadas por cadena perpetua. Por otro lado, 16 de los 80 diputados jordanos son integristas.

Doscientos militantes islámicos fueron condenados a muerte en noviembre pasado por tentativa de sedición en Omán. Las penas fueron conmutadas por cadena perpetua.

Arabia Saudita, el más puritano de los países musulmanes, tiene encarceladas a 27 personas por desórdenes provocados en setiembre pasado por seguidores de un religioso que pedía una aplicación más estricta de la ley coránica (sharia).

Sunnitas y chiitas recomenzaron la lucha contra la dinastía reinante en Bahrein. Hubo muertos, heridos y 1.500 arrestos por desórdenes registrados después de la detención de un religioso acusado de conjura contra el Estado.

El gobierno de Kuwait trata de evitar que en las mezquitas se haga política, pero los islámicos reclaman una constitución inspirada exclusivamente en la Sharia, tal como se estableció en Yemen después de la reciente guerra civil.

En marzo pasado, el partido islámico sacudió el laicismo oficial de Turquía conquistando las municipalidades de Ankara y Estambul, y actualmente tiene 38 de los 450 escaños parlamentarios.

Desde 1992, 9 de los 128 diputados libaneses son integristas o militantes del partido Hezbolá (proiraní), cuya guerrilla combate desde hace años contra la ocupación israelí del Líbano meridional y tiene la esperanza de hundir el proceso de paz en Medio Oriente.

Atenuada la cuestión palestina con la instauración de la autoridad autónoma, el mundo islámico está alienado ahora con los musulmanes de Bosnia y considera que el Islam sufrió un nuevo ataque con la intervención armada rusa en Chechenia.

"Los pueblos de esta región pasaron por el capitalismo, el socialismo y la anarquía, que no dieron satisfacción a sus aspiraciones, y descubrieron la salvación en el Islam", afirma el Vicesecretario de Hezbolá, Naim Kasem.

Según Mohamed Arkun, profesor de pensamiento islámico en la Sorbona, "la ayuda humanitaria (de Occidente) a los países islámicos y la defensa de los derechos humanos esconde difícilmente sus consignas sobre la 'civilización', a la vez que sus llamamientos en favor de la democracia marchan al unísono con un apoyo sin límites a regímenes que ignoran las libertades más elementales".

Nº DOCUMENTO

9500319

TÍTULO

crisis de paz entre Israel y Siria.

ORIGEN

La Habana

FECHA DE

RECIBI 8/12/94

VINCULACIÓN

11876 V

507603 V

67190 V

11879 V

## Crisis de paz entre Israel y Siria

Lo Ha 8-12-94

Las negociaciones de paz entre Israel y Siria se encuentran en un punto muerto, inclusive después de la séptima misión del Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, quien informó ayer, en Jerusalén, sobre sus conversaciones del martes en Damasco con el Presidente sirio, Hafez Assad.

JERUSALEN/ANSA

La sustancial esterilidad de la misión de Christopher, que ayer se reunió en Gaza con el líder de la OLP, Yasser Arafat, parece confirmarse con el único resultado positivo alcanzado y que es de carácter "atmosférico": Siria e Israel se han comprometido a no hacer declaraciones públicas que puedan perturbar el clima —ya pesado— que reina entre los dos países.

El Premier israelí, Yitzhak Rabin, luego de encontrarse hoy con Christopher, declaró que no podía "afirmar que exista un verdadero cambio de posiciones", pero que había constatado "un mejoramiento del tono por parte de Damasco". Lo importante, observó, es que "las dos partes disminuyan el nivel de la polémica (...) porque ello sólo puede facilitar el avance en las negociaciones".

Christopher dijo que "existen todavía posibilidades de llegar a un acuerdo de paz entre Israel y Siria. Las distancias se han abreviado, pero el trabajo por hacer es todavía mucho", concluyó. Las negociaciones, inauguradas formalmente en Madrid, en octubre de 1991, se encuentran prácticamente suspendidas desde hace once meses cuando, en Hebrón, un colono judío mató a unos treinta palestinos en la Tumba de los Patriarcas y Damasco, unilateralmente, suspendió las negociaciones. Siria quiere que Israel se comprometa a priori a retirarse de las alturas del Golán, ocupadas en 1967. Israel, en cambio, se declara dispuesto a retirarse de una gran parte del Golán, pero quiere que Damasco diga claramente si está dispuesta a una paz plena, o a una simple no beligerancia. El Secretario de Estado norteamericano, tras el encuentro mantenido en Gaza con Arafat, declaró que el líder de la OLP le aseguró que luchará "contra el terrorismo y la violencia". "Arafat, dijo Christopher, sabe que no habrá paz para Israel y para los palestinos, si para ambos no hay también seguridad". Israel, durante las negociaciones con los palestinos celebradas hoy en El Cairo —que se reanudarán el martes— rechazó el rápido despliegue de sus fuerzas en Cisjordania como lo piden los palestinos, que quieren celebrar elecciones lo antes posible.



DOCUMENTO 9500320

TÍTULO Arafat se reúne con Peres para hablar de la seguridad en Gaza

ORIGEN La República

FECHA DE RECEPCIÓN 8/12/94

VOLUMEN 11876 L

66708 V

507603 V

67190 V

500868 V

11879 V

## Misión sin pena ni gloria

**\* Arafat se reunirá hoy con Shimon Peres en el paso de Erez para seguir hablando del tema de la seguridad en Gaza**

Las negociaciones de paz entre Israel y Siria se encuentran en un punto muerto, inclusive después de la séptima misión del secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, quien informó ayer en Jerusalén sobre sus conversaciones en Damasco con el presidente sirio, Hafez Al Assad. 8-12-94

Jerusalén (ANSA)

La sustancial esterilidad de la misión de Christopher, que ayer se reunió en Gaza con el líder de la OLP, Yasser Arafat, parece confirmarse con el único resultado positivo alcanzado y que es de carácter "atmosférico": Siria e Israel se han comprometido a no hacer declaraciones públicas que puedan perturbar el clima -ya pesado- que reina entre los dos países.

El premier israelí, Isaac Rabin, luego de encontrarse ayer con Christopher, declaró que no podía "afirmar que exista un verdadero cambio de posiciones", pero que había constatado "un mejoramiento del tono por parte de Damasco". Lo importante, observó, es que "las dos partes disminuyan el nivel de la polémica (...), porque ello sólo puede facilitar el avance en las negociaciones". Christopher dijo que "existe todavía posibilidades de llegar a un acuerdo de paz entre Israel y Siria. Las distancias se han abreviado, pero el trabajo por hacer es todavía mucho", concluyó.

Las negociaciones, inauguradas for-

malmente en Madrid, en octubre de 1991, se encuentran prácticamente suspendidas desde hace once meses, cuando en Hebrón un colono judío mató a unos treinta palestinos en la Tumba de los Patriarcas y Damasco unilateralmente suspendió las negociaciones.

Siria quiere que Israel se comprometa a priori a retirarse de las alturas del Golan, ocupadas en 1967. Israel, en cambio, se declara dispuesto a retirarse de una gran parte del Golan, pero quiere que Damasco diga claramente si está dispuesta a una paz plena, o a una simple no beligerancia.

El secretario de Estado norteamericano, tras el encuentro mantenido en Gaza con Arafat, declaró que el líder de la OLP le aseguró que luchará "contra el terrorismo y la violencia".

"Arafat, dijo Christopher, sabe que no habrá paz para Israel y para los palestinos, si para ambos no hay también seguridad". Israel, durante las negociaciones con los palestinos celebradas en El Cairo -que se reanudarán el martes- rechazó el rápido despliegue de sus fuerzas en Cisjordania como lo pi-

den los palestinos, que quieren celebrar elecciones lo antes posible. El director del ministerio de Relaciones Exteriores israelí, Uri Savri, que es jefe de la delegación israelí en las negociaciones calrotas con los palestinos, dijo hoy que "Israel tiene muy en cuenta el problema de la seguridad, que para nosotros es un problema esencial, particularmente después de los incidentes de los últimos meses".

El jefe de la delegación palestina, Nabil Shaath, dijo que los palestinos también dan gran importancia a la seguridad, pero advirtió que Israel tiene que "sacarse de la cabeza" la idea de que habrá elecciones antes de que Tel Aviv retire sus tropas por completo.

Hoy, Arafat se reunirá con el canciller israelí, Shimon Peres, en el paso de Erez, entre la franja de Gaza y el territorio israelí, para seguir hablando del mismo tema.

El sábado, Arafat se encontrará en Oslo con el premier Rabin para recibir el Premio Nobel de la Paz y dos días más tarde, ambos líderes volverán a verse en Estocolmo.

Según trascendió en Tel Aviv, decenas de israelíes, parientes de las víctimas de recientes atentados palestinos, manifestarán el sábado en Oslo contra la entrega del Nobel a Arafat. "Premiar a un archterrorista como Arafat, dijo Meir Lador, un vocero del grupo, tendrá como efecto alentar a los terroristas en todo el mundo".

Parte de los manifestantes son parientes de las víctimas de la explosión de un ómnibus en Afula (abril 1994), en un atentado reivindicado por los integristas islámicos de Hamas.

01-01

9500320



Nº. DOCUMENTO 9500321

TÍTULO Arafat se reunirá nuevamente con Peres.

PROCEDENCIA La Manana

FECHA DE PUBLICACION 12/12/94

VOLULACIONES 11876 ✓

500868 ✓

66708 ✓

507603 ✓

11018 ✓

## Probable reunión Arafat - Peres

L.F. 12/12



Arafat viajó a  
Helsinki  
para una  
probable  
reunión con  
Peres

El presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat, viajó ayer a Helsinki desde Oslo, donde ayer recibió el Premio Nobel de la Paz, junto al Primer Ministro israelí Yitzhak Rabin y el Canciller Shimon Peres, con quienes mantuvo conversaciones en las que no hubo progresos significativos.

OSLO/ANSA

Arafat se reunirá en la capital finlandesa con el Presidente Martti Ahtissari y con el Primer Ministro Esko Aho y luego viajará a Estocolmo, donde espera dialogar nuevamente con Peres. Rabin, Peres y Arafat estuvieron reunidos anoche en Oslo durante casi dos horas, pero no concretaron progresos. De todos modos, mantendrán una nueva reunión el miércoles, en El Cairo. Las negociaciones están centradas en el reordenamiento de las tropas israelíes de Cisjordania y sobre las elecciones en los territorios ocupados.

Por su parte, Rabin dijo hoy en Oslo que las elecciones en los territorios autónomos palestinos pueden celebrarse en 1995 si cesan los ataques de los extremistas islámicos. Hasta ahora el obstáculo para fijar la fecha de elecciones en los territorios es la retirada completa de las tropas israelíes, que puede poner en peligro -según el gobierno israelí- a los colonos que residen en esas zonas.

Para discutir el reordenamiento de las tropas judías, el Canciller israelí, Shimon Peres -tercer acreedor del premio Nobel- fijó una nueva reunión con Arafat "lo antes posible", probablemente mañana, en Estocolmo.

DOCUMENTO: 9500322

TÍTULO: Estancamiento en el diálogo Israel - OLP sobre autonomía en Cisjordania.

PROCEDENCIA: Observador

FECHA DE RECEPCIÓN: 12/12/94

VINCULACIONES: 11876 ✓

507603 ✓

500868 ✓

11879 ✓

Ambos mantuvieron conversaciones en Oslo tras recibir el Premio Nobel

Obs. 12/12

## Nuevo estancamiento en el diálogo Israel y OLP sobre autonomía en Cisjordania

*Miembros del gobierno de Israel y dirigentes palestinos mantuvieron conversaciones ayer en Oslo pero no lograron resultados en sus intentos por avanzar en el proceso de paz por el cual recibieron el Premio Nobel de 1994.*

El primer ministro israelí Yitzhak Rabin, el ministro de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, y el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, sostuvieron el diálogo después del banquete formal de la entrega del Premio Nobel.

Los tres dignatarios habían recibido horas antes el Premio Nobel en una solemne ceremonia realizada en el municipio de Oslo.

Las conversaciones apuntaron a debatir la próxima fase del histórico acuerdo que amplía el autogobierno a los palestinos.

bierno a los palestinos.

Luego de las negociaciones no se efectuó ninguna conferencia de prensa como se esperaba, pero los delegados informaron que las conversaciones trataron sobre el retiro de las fuerzas israelíes de los centros de población palestina de Cisjordania antes de que se celebren las elecciones palestinas.

Las partes decidieron aprovechar la ocasión para reiterar su firme compromiso a la continua y completa ejecución del acuerdo de paz en esta nueva etapa con el fin de avanzar en el proceso de la for-

ma más efectiva, según un comunicado conjunto.

Uri Savir, director general del Ministerio de Relaciones Exteriores de Israel, y el jefe negociador de Palestina, Nabil Shaath, informaron que se reunirán nuevamente el miércoles en El Cairo para continuar sus conversaciones y poder salir del actual estancamiento.

Shaath dijo que Peres y Arafat se reunirán nuevamente en una semana, y que realizarán otra reunión en una fecha posterior que no especificó, ya que se necesita más tiempo para elaborar un plan más detallado. A Israel le preocupa el retiro de sus soldados a menos que la OLP pueda garantizar la seguridad en las áreas en las que existen muchas colonias. Todo lo que se está desarrollando es completa-

mente nuevo. "No avanzamos por una carretera asfaltada. Estamos asfaltando un camino", dijo Peres.

Durante la ceremonia de entrega de premios, el presidente del Comité Nobel de Noruega, Francis Sejerste, entregó las medallas de oro y los diplomas, junto a US\$ 930.000, a Rabin, Peres y Arafat.

El presidente de la OLP, vestido con traje militar verde oliva y con su característico pañuelo en la cabeza, planea donar su parte del premio para ayudar a los niños que viven en campamentos para refugiados palestinos.

El premio hizo retornar a los dignatarios israelíes y palestinos a la misma ciudad donde se iniciaron las negociaciones de paz. ■  
(De la redacción de El Observador en base a Reuter)

01-01

9500322

Nº. DOCUMENTO 9500323

TÍTULO Peres y Arafat reiteran que el proceso de paz seguirá avanzando.

PROCEDENCIA La Republica

FECHA DE 13/12/94

VINCULACION 11876 ✓

507603 ✓

800868 ✓

11879 ✓

## Peres y Arafat reiteran que el proceso de paz seguirá avanzando

L.R. 13/12

Estocolmo (ANSA)

El líder de la OLP, Yasser Arafat, y el canciller israelí Shimon Peres, reiteraron ayer en Estocolmo que "el proceso de paz debe proseguir", y que es necesario hacer todo lo posible para alcanzar los objetivos que fueron fijados, mientras ambas partes procuran superar dificultades para realizar las ya postergadas elecciones palestinas.

Ambos estadistas examinaron en Suecia las cuestiones relativas a las elecciones palestinas y a la seguridad junto con los representantes diplomáticos suecos, encabezados por el canciller, Lena Hjelm Wallen.

El representante sueco para Medio Oriente, Sten Andersson, declaró por su parte que su país continuará haciendo todo lo posible para crear las condiciones favorables para una coexistencia pacífica entre palestinos e israelíes.

Arafat y Peres acaban de recibir el Premio Nobel de la Paz, junto con el premier israelí, Isaac Rabin, pero la fiesta en Oslo quedó aguada a causa del desacuerdo sobre la retirada de las tropas israelíes de Cisjordania antes de las elecciones.

El líder de la OLP había admitido el domingo las dificultades surgidas en las negociaciones para decidir cuándo y cómo llevar a cabo las elecciones en Palestina, que habían previsto para julio pasado.

Arafat insistió sobre la necesidad de no seguir postergando las elecciones, mientras que Peres manifestó una preocupación de Israel por el rediseño de las fronteras, que implicaría dejar en manos de la OLP todas las zonas relativas a la seguridad en áreas donde hay asentamientos judíos.

En su discurso de aceptación del Premio Nobel, Arafat pidió para que Israel retire sus tropas de las ciudades de Cisjordania antes de la realización de las elecciones.

obstáculo para Israel es el creciente temor provocado por los grupos integristas, como Hamas y la Jihad Islámica.

Las tropas israelíes se retiraron de Jericó y de gran parte de la franja de Gaza en mayo último, cuando comenzó el régimen de autonomía palestino en esas áreas.

Sin embargo, ambas partes coincidieron en la necesidad de proseguir el proceso de paz y se pusieron de acuerdo ayer en Oslo para intensificar las conversaciones sobre la segunda fase del acuerdo —y la más completa— es decir la retirada del ejército israelí de Cisjordania antes de las elecciones.

En el cuadro de la situación mediorientista, Siria manifestó su satisfacción por el borrador de resolución redactado por la Asamblea General de Naciones Unidas, en la que pide a Israel que respete las resoluciones del Consejo de Seguridad relativas al Golan sirio ocupado, y que anule todas las decisiones sobre las estratégicas alturas.

La negociación entre Siria e Israel quedó bloqueada diez meses atrás sobre la cuestión de la retirada israelí de las alturas del Golan, que Damasco reclama desde hace años.

El mismo problema, la retirada de las tropas israelíes del sur del Líbano, provocó la interrupción en la negociación entre ese país e Israel, que pronunció una severa amenaza contra los guerrilleros que acaban en la llamada franja de seguridad creada por el Estado judío en el sur del Líbano. En los últimos seis días, los guerrilleros de Hezbollah intensificaron sus ataques y causaron la muerte de dos militares israelíes y ocho milicianos del ELS, y numerosos heridos en la franja de seguridad.

El nuevo comandante militar de la región norte de Israel, general Amiram Levi, declaró hoy que las fuerzas de su país deben pasar de una fase que llamó "defensiva" a otra, ofensiva, para obligar a los guerrilleros a retirarse.

01-01

9500323

Nº. DOCUMENTO 9500324

TÍTULO La segunda fase de la autonomía provoca desacuerdo entre Israel y la OLP.

PROCEDENCIA La República

FECHA DE RECEPCIÓN 14/12/94

VINCULACIONES 11876 V

507603 V

500868 V

517506 V

## La segunda fase de la autonomía provoca desacuerdo Israel-OLP

Jerusalén (AFP)  
por Chaim Wegman

■ Israel y la OLP reiniciarán hoy miércoles en la capital egipcia las negociaciones acerca de la segunda fase de la autonomía palestina, en un clima de bloqueo total respecto al redespiegue militar del Estado hebreo en Cisjordania.

El jefe de la OLP, Yasser Arafat, desea que ese redespiegue se efectúe sin tardanza para permitir la celebración rápida de elecciones palestinas, conforme a lo previsto en la declaración de principios del 13 de septiembre de 1993, en tanto los dirigentes israelíes quieren diferirlo por razones de seguridad.

"Israel y los palestinos vacilan entre dos opciones: proseguir las negociaciones sobre un acuerdo provisional o encontrar el medio de celebrar las elecciones sin necesidad de un retiro de nuestras tropas de los centros de población árabes", afirmó el lunes el primer ministro israelí, Isaac Rabin.

Desde que empezó el régimen de autonomía en mayo último, 45 israelíes murieron en atentados palestinos.

La policía israelí está en alerta tras una advertencia de los servicios secretos asegurando que los integristas palestinos de la Jihad Islámica y de Hamas van a lanzar una nueva oleada de atentados.

Entretanto, Rabin no se decide a evacuar las tropas israelíes de Cisjordania, donde residen 120.000 colonos judíos en 144 asentamientos, sin la garantía previa de que su seguridad será mantenida.

Yasser Arafat afirmó el lunes en Estocolmo que "nadie puede organizar elecciones en presencia de fuerzas de ocupación".

Por su parte, el jefe de la diplomacia israelí, Shimon Peres, reconoció que hay "divergencias" y estimó que "Arafat no aceptará que se aplase el redespiegue".

Sin embargo, Peres afirmó que "las discusiones no están congeladas" y "la situación económica en la franja de Gaza, el problema de las elecciones palestinas y el redespiegue del ejército israelí figurarán en el centro de las negociaciones" el miércoles en El Cairo. Un miembro del gobierno israelí afirmó a la AFP bajo anonimato que "los negociadores israelíes no han recibido instrucciones concretas, porque el propio primer ministro no tiene una idea clara de lo que debe hacerse".

Rabin franqueó las etapas más difíciles del proceso de paz al ordenar el retiro de la franja de Gaza y luego firmar la paz con Jordania, pero cuando faltan dos años para las elecciones legislativas en Israel, parece dudar sobre el desmantelamiento de las implantaciones en los territorios de Cisjordania, en Gaza y en el Golan.

Nº. 851470 9500325  
TÍTULO Arafat propuso un retiro gradual de las tropas israelíes.  
PROCEDENCIA La Nación 150090  
FECHA DE PROGRESIÓN 18/12/94  
VINCULACIONES 11876 ✓  
507603 ✓  
500868 ✓  
11163 ✓

## Arafat propuso un retiro gradual de las tropas israelíes

L.N. 17/12

Cisjordania según el líder de la OLP, debe comenzar por las ciudades donde no viven colonos judíos; el canciller Shimon Peres dijo que Israel estudiará la propuesta.

JERUSALEN, 16 (Reuter).- El líder de la OLP, Yasser Arafat, propuso un retiro gradual de las tropas israelíes de Cisjordania comenzando por las ciudades que no tienen colonos judíos, dijeron hoy funcionarios palestinos e israelíes. Los funcionarios, que pidieron el anonimato, señalaron que Arafat hizo la propuesta durante las conversaciones que sostuvo esta semana con el ministro de Relaciones Exteriores israelí, Shimon Peres, en Estocolmo. Peres dijo que Israel estudiaría el plan.

### Propuesta gradual

La propuesta pide a Israel retirarse inicialmente de Jenin y Belén, ciudades de Cisjordania separadas de las colonias israelíes. A ese retiro le seguirían negociaciones sobre un repliegue israelí de toda Cisjordania y sobre las elecciones palestinas, programadas inicialmente para julio, pero retrasadas indefinidamente por la preocupación israelí en torno de la seguridad de los colonos.

Más de 100.000 colonos judíos viven entre dos millones de palestinos en Cisjordania y la Franja de Gaza. En algunos casos, los colonos habitan en pueblos árabes o cerca de ellos.

Como parte del acuerdo interino de paz entre Israel y la OLP, Tel Aviv entregó en mayo al control palestino la mayor parte de la Franja de Gaza y el pueblo cisjordano de Jericó.

Los negociadores palestinos e israelíes que discuten la próxima etapa del acuerdo en El Cairo dijeron esta semana que se habían alcanzado algunos progresos, pero que se requería más tiempo para conseguir un acuerdo.

### Concentración masiva

TEL AVIV, 16 (ANSA).- Miles de palestinos, 20.000 según informó

Radio Jerusalén, se reunieron hoy en un estadio de la ciudad de Gaza para participar en una concentración que convocó el movimiento integrista Hamas, por el séptimo aniversario de su fundación.

No se registraron incidentes de relieve, excepto un colono israelí levemente herido por una piedra lanzada desde un autobús que se dirigía al encuentro de los activistas islámicos.

La manifestación fue permitida por la Autoridad Nacional Palestina (ANP) y seguida a distancia por la policía palestina, que quiere evitar que su presencia genere posibles choques con activistas palestinos.

Hamas se opone al proceso de paz con Israel y por esa razón es hostil al diálogo entre la ANP y el Estado judío.

En tanto, en el este de Jerusalén, una palestina de 20 años trató de acuchillar a un policía israelí y fue arrestada.

### Contra Hezbollah

TEL AVIV, 16 (ANSA).- El 83 por ciento de los israelíes, incluidos en una muestra representativa de la población, opinan que el ejército debe tomar la iniciativa en la guerra contra los guerrilleros integristas de Hezbollah, que se desarrolla en el sur del Líbano.

Así lo revela una reciente investigación demoscópica publicada hoy por el diario Yediot Aharnoth de Tel Aviv.

El 11 por ciento de los entrevistados se manifestaron en contra y otro cinco por ciento no se expresó.

El sondeo fue realizado luego de que el nuevo comandante israelí en la región Norte, general Amiram Levin, se declaró días atrás, luego del asesinato de un oficial en un ataque guerrillero en el sur del Líbano, por una guerra a ultranza contra los fundamentalistas pro iraníes, en la cual el Ejército debería tomar la iniciativa.

El premier Yitzhak Rabin, tras estas afirmaciones, excluyó en cambio la posibilidad de una ofensiva militar de amplia escala en el sur del Líbano.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

81 País

FECHA DE RECEPCIÓN

18/12/94

VINCULACIONES

Rabin Quiere Demorar Retirada Militar Para Proteger a Colonos

EL PAÍS  
18/12

## EL GOBIERNO PALESTINO RESISTE OFERTA ISRAELÍ

CIUDAD DE GAZA, Franja de Gaza, 17 (AP). — El ofrecimiento israelí sobre una retirada limitada de tropas de Cisjordania es "muy peligroso" y violaría el acuerdo de paz entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), dijo hoy el gobierno autónomo.

"Los israelíes quieren cambiar la base del acuerdo, especialmente en cuanto al nuevo emplazamiento de tropas israelíes fuera de las áreas pobladas", indicó una declaración emitida tras la reunión semanal del gabinete en la Franja de Gaza, gobernada por la OLP.

Según el acuerdo aludido, las tropas israelíes debían retirarse de las ciudades palestinas de Cisjordania antes de las elecciones generales palestinas, previstas originalmente para julio de 1994.

Pero el primer ministro israelí Yitzhak Rabin teme que una retirada de las tropas deje a los 120.000 colonos judíos que viven en Cisjordania expuestos a los ataques de los militantes musulmanes.

Un soldado israelí fue herido a tiros ayer cerca de la ciudad de Ramallah en la Cisjordania, y hoy el Frente Popular para la Liberación de Palestina, con sede en la capital siria de Damasco, emitió una declaración adjudicándose el ataque.

Esa incidente ocurrió 2 días después de que un soldado reservista israelí fue atacado a golpes por una multitud enardecida

luego que por error se encontrara con su automóvil atrapado en un embotellamiento de tránsito, también en Ramallah.

"Tienen que recordar que parte del acuerdo es la seguridad, y que si los palestinos no podrán cumplir con lo establecido hay un verdadero peligro para el proceso", dijo hoy el viceministro de Defensa israelí Mordechai Gur a Radio Israel.

Israel ha dicho que está en favor de que haya elecciones a la mayor brevedad posible, habiéndose logrado algunos avances sobre el tema cuando esta semana negociadores se reunieron durante 2 días en la capital egipcia de El Cairo.

Pero Israel quiere que sus tropas permanezcan en algunas ciudades de la Cisjordania, con un retiro de soldados sólo temporario o simbólico durante tales elecciones, propuestas rechazadas hoy por el gabinete palestino.

### NEGATIVA SIRIA

Un diario gubernamental negó hoy las afirmaciones del primer ministro israelí Yitzhak Rabin de que Corea del Norte proporciona a Siria armas de alta tecnología.

"Las declaraciones de Rabin son pura mentira porque las pruebas demostraron que Israel es el país que está acumulando armas, montando cohetes y gastando dinero en abundancia en el desarrollo y modernización de su arsenal para amenazar a los árabes y extender su hegemonía

en la arena árabe", dijo el diario Tishrin.

Rabin, que habló en la capital surcoreana de Seúl, acusó a los norcoreanos de suministrar a Irán y Siria cohetes Scuds-C, que tienen un radio de 500 kilómetros de alcance.

Urgió además a Estados Unidos y Corea del Sur que intenten persuadir al gobierno de Pyongyang que reduzca la venta de armas por considerar que las acciones del país comunista fomentan a los extremistas árabes en Irán y amenazan a las naciones árabes moderadas.

Corea del Norte dijo que Israel "se inventó estos hechos".

Tishrin dijo que las acusaciones israelíes son una nueva "maniobra para evadir el proceso de paz y sabotear los esfuerzos de paz".

Las negociaciones de paz entre Siria e Israel están atascadas desde febrero. Sin embargo, el ministro de Relaciones Exteriores Farouk al-Sharaa indicó la semana pasada que los contactos serán reanudados en Washington en fecha aún no determinada.

Por otra parte, el vicepresidente Abdul-Halim Khaddam prometió hoy que su país seguirá buscando la paz en el Oriente Medio. Sin embargo, atacó a los que critican la resistencia armada contra la ocupación israelí de los territorios árabes.

Nº. DOCUMENTO 9500326  
 TÍTULO Arafat y Peres se reúnen para desbloquear negociaciones.  
 PROCEDENCIA La Juventud  
 FECHA DE PROCESAMIENTO 22/12/94  
 VINULACIONES 11876 ✓  
507603 ✓  
517506 ✓  
66708 ✓  
11078 ✓  
11879 ✓

**Arafat y Peres se reúnen para desbloquear las negociaciones entre ambas partes** L.J.  
 22-12-94  
 El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) para las zonas autónomas de Gaza y Jericó, Yasser Arafat, y el ministro de Asuntos Exteriores de Israel, Simón Peres, se reunieron ayer miércoles, para intentar desbloquear las negociaciones entre ambas partes. La reunión, que se celebró en el paso de Erez, que da acceso a la zona autónoma palestina de Gaza de Israel, se celebró en el Ministerio de Asuntos Exteriores de Israel. El ministro de Asuntos Exteriores, Simón Peres, es el jefe de la corriente de centro-izquierda Meretz en la coalición de Gobierno. La siguiente etapa de las negociaciones, se centra en la convocatoria de las elecciones palestinas y el repliegue del Ejército israelí en los territorios de Cisjordania que todavía ocupa, condición previa para la celebración de los comicios. Estos asuntos están previstos como segunda fase de la aplicación de la Declaración de Principios para negociar la paz.



Nº. DOCUMENTO 9500327  
 TÍTULO Acuerdo entre Arafat y Hamas para abrir un diálogo.  
 PROCEDENCIA Clarín  
 FECHA DE RECEPCIÓN 3/12/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
 66708 ✓  
 514407 ✓  
 11879 ✓  
 11339 ✓

# Hay acuerdo entre Arafat y Hamas para abrir un diálogo

CLARÍN 3-12-94

**Dos semanas después de los choques entre la policía palestina y militantes del grupo Hamas en Gaza —en los que murieron 13 personas y resultaron heridas más de 200— el presidente de la Autoridad Nacional Palestina, Yasser Arafat, y el grupo fundamentalista llegaron ayer a un acuerdo para dirimir sus diferencias en el seno de una comisión tripartita.**

JERUSALEN, 2 (EFE, DPA y AP). — El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) en Gaza y Jericó, Yasser Arafat, llegó hoy a un acuerdo con el grupo fundamentalista Hamas para dirimir sus diferencias por medio del diálogo.

Arafat y el líder de Hamas en Gaza, Mahmoud al-Zahar, acordaron esta madrugada constituir una comisión con tres representantes de cada parte, y otros tres de la comunidad árabe del Estado israelí, según informaron fuentes de esta última a la radio estatal de Israel.

Los representantes árabes israelíes en la comisión, que tratará de limar asperezas y promover un acercamiento entre el gobierno de Arafat y sus opositores fundamentalistas, son el líder del Movimiento Islámico de Israel, Abdala Nimer Darwish, y el doctor Ahmed Tibi, asesor político de Arafat en asuntos vinculados con este país.

Ahmed Tibi dijo que la reunión de hoy con el dirigente de

Hamas, Mahmoud al-Zahar era "el comienzo de un diálogo real entre ambas partes". Agregó que el encuentro "fue una reunión calurosa y fructífera con mi hermano, y lo que hemos acordado es bueno para ambas partes". Fuentes palestinas aseguraron que otro grupo integrista importante, la Jihad Islámica (Guerra Santa), se habría negado a participar de la comisión.

El líder de Hamas dijo hoy a un programa árabe de la televisión de Israel que en ambas partes existía la mejor voluntad para la superación de las diferencias y añadió que esperaba que la creación del comité fuese el comienzo de un diálogo constructivo.

Los integristas de Hamas impugnan los acuerdos de paz firmados entre la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel, Estado al que no reconocen pues está en "tierras sagradas del Islam"; y desde hace más de dos semanas se hallan enfrentados con la ANP por la matanza policial de 13 de sus activistas el 18 de no-

viembre en la ciudad de Gaza.

Fras la firma de la Declaración de Principios entre la OLP e Israel en setiembre de 1993 en Washington —que pusieron fin a secretas negociaciones desarrolladas en Oslo—, Hamas acusó a Arafat de "traicionar al pueblo palestino".

Los enfrentamientos en la franja de Gaza se produjeron tras las habitual plegaria de los viernes en la mezquita Palestina, la más grande de Gaza, que es administrada por Hamas. El grupo la utiliza también como centro de reunión para organizar manifestaciones contra Arafat.

El líder palestino está sometido a fuertes presiones por parte de Israel para que reprima con más dureza a Hamas y a la Jihad Islámica (Guerra Santa); que tratan de poner freno al proceso de paz. El primer ministro israelí, Yitzhak

Rabin, acusó en varias oportunidades a Arafat de no hacer todo lo posible para impedir los atentados y amenazó con frenar las negociaciones sobre la extensión de la autonomía.

Arafat designó una comisión judicial para investigar la masacre que resultó de la represión policial palestina del mes pasado, que también dejó más de 200 heridos, pero al-Zahar advirtió a principios de esta semana que Hamas no cooperará con los jueces que designó.

Hamas quiere que se constituya una "comisión pública" para investigar la matanza, de la que responsabilizan a la "policía de Arafat", y participar en el nombramiento de sus miembros. El presidente de la ANP atribuyó la responsabilidad de la masacre a "agentes (aparentemente los integristas islámicos de Gaza) que reciben órdenes de Irán".

Nº. DOCUMENTO 9500328  
TÍTULO Israel - OLP: terrorismo y tensión política.  
PROCEDENCIA La Nación  
FECHA DE F. J. 27/12/94  
VINCULACIONES 11876 V  
507603 V  
500868 V  
66708 V  
11213 V

## Israel - OLP: terrorismo y tensión política

La aprobación parlamentaria de la ley del gobierno israelí que limita la actividad de la OLP en Jerusalén este y el atentado terrorista protagonizado por un desertor de la policía palestina en esta ciudad son dos hechos que acrecentaron la tensión y el clima polémico entre Israel y la organización palestina.

Redacción, ANSA, EFE y DPA  
27-12-94 L. H. (JERUSALEN)  
El parlamento israelí con 56 votos a favor, 6 en contra y 32 abstenciones aprobó una ley que prohíbe a la OLP, como a todo organismo extranjero, abrir oficinas de representación o desarrollar iniciativas oficiales en Jerusalén este o en áreas bajo soberanía israelí sin autorización previa.

El estado israelí se ha anexionado toda Jerusalén, incluida la parte oriental ocupada en 1967 y ha proclamado la ciudad su "eterna e indivisible capital", un status que la comunidad internacional no ha reconocido nunca.

La OLP, que ve en Jerusalén este la capital de un futuro estado palestino, ha condenado la ley.

Saeb Erakat, Ministro de asuntos municipales de la Autoridad Palestina (ANP) en Gaza y en Jericó ha afirmado: "La ley contradice los acuerdos de Oslo (entre Israel y la OLP) que establecen que las instituciones palestinas ya existentes en Jerusalén podrán continuar sus actividades".

Erakat se refería sobre todo a la Orient House, el edificio en el que se encuentran las oficinas de la delegación palestina en las negociaciones con Israel y que la OLP estaba convirtiendo en una especie de cancillería-sombra.

A juicio de Erakat "con esta ley se intenta distraer la atención internacional de las medidas que Israel está adoptando para reforzar la presencia judía en las barriadas árabes orientales de la ciudad".

A este clima de sospechas y tensión se ha sumado el caso del joven de 21 años Ayman Radi de la franja de Gaza, autor del ataque suicida de ayer en Jerusalén y que hasta no hace mucho formaba parte de la policía palestina para luego unirse al movimiento integrista islámico HAMAS.

Radi intentó, ayer subir a un ómnibus de soldados con una carga explosiva que llevaba consigo, pero el chofer le cerró la puerta en la cara y puso en marcha el vehículo. Pocos instantes después el artefacto explosivo estalló destrozando al palestino e hiriendo a doce personas.

El atentado fue condenado por la ANP y su Presidente Yasser Arafat ordenó la creación de una comisión investigadora. Un portavoz de Arafat refirió hoy que según la investigación que se están llevando a cabo, Radi entró en el pasado agosto en la policía palestina de Gaza y que en octubre concluyó un curso que lo habilitaba a tareas administrativas y a dirigir el tráfico.

En una carta a la madre, el joven palestino manifestó su intención de perpetrar un atentado "para expiar mis pecados". Semanas atrás en Gaza Radi, vistiendo el uniforme de policía palestino, participó en los enfrentamientos contra manifestantes islámicos de HAMAS. En esa ocasión murieron una decena de personas, casi todas alcanzadas por el fuego de las fuerzas de seguridad de la Autoridad Palestina.

Nº. DOCUMENTO 9500329

TÍTULO Cisjordania: recaudación impositiva pasó a manos de la A.N.P.

PROCESO Observado

FECHA DE OBSERVACIÓN 2/12/94

VINCULACIONES 11876 V

66708 V

517506 V

11164 V

11161 V

La ANP recibió esta semana US\$ 125 millones para hacer frente a la autonomía

## Cisjordania: la recaudación impositiva pasó a manos de la autoridad palestina

**Jerusalén** - El ministro de Finanzas de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) en Gaza y Jericó, Mohamed Zohai Nashashibi, se hizo cargo ayer de la recaudación de impuestos en el territorio de Cisjordania ocupado por Israel. 2-12-94 OMSV.

El día de hoy es muy significativo para el pueblo palestino, pues ahora seremos responsables de nuestros asuntos", declaró Nashashibi a la prensa ayer en la ciudad de Ramala, tras recibir la atribución de supervisar el sistema impositivo de parte del coronel Gadi Zohar, jefe de la administración del gobierno militar israelí en ese territorio.

El ministro de la ANP, que preside Yaser Arafat en las zonas autónomas de Gaza y Jericó, dijo que "estamos pasando por una si-

tuación económica difícil" en ellas y en Cisjordania, "pero tenemos buenas noticias".

Nashashibi comentó la decisión de los países donantes de la autonomía palestina que se reunieron a principios de esta semana en Bruselas, y el miércoles aprobaron la transferencia a la ANP de 125 millones de dólares para afrontar sus gastos cotidianos.

Asimismo informó que, a pesar de la crisis económica, desde que se puso en práctica la autonomía en Gaza y en Jericó las autoridades impositivas palestinas han recaudado 70 millones de shekels israelíes —moneda legal en esos territorios—, o sea unos 23 millones de dólares, en impuestos.

Según el acuerdo con la Autoridad Nacional Palestina para la transferencia de estos poderes, la administración del gobierno militar israelí actuará desde la fecha como su agente de retención de los impuestos directos y al valor agregado (IVA) que deben pagar los colonos de los cerca de cien asentamientos judíos en Cisjordania.

Esta tarde, y gracias al aporte de los países donantes que permitirá afrontar sus gastos, las autoridades militares también transferirán a la ANP la administración de los servicios de salud pública a la población palestina en esa zona. (EFE)

Nº. 681111111 9500330

TÍTULO Disputas territoriales en Cisjordania.

PRECEDENCIA La República

FE: HA DE F. E. L. 29/12/94

VOLUMENES 11876 V

507603 V

66708 V

517506 V

11165 V 11164 V

ALEJANDRIA

terreno cuya propiedad reivindican, al igual que los palestinos

## Disputas territoriales en Cisjordania

La Autoridad Palestina dijo ayer que la continuación de las obras de ampliación de una colonia israelí en Cisjordania podría poner en peligro el proceso de paz entre Israel y los palestinos.

Tel Aviv, (ANSA) — El primer ministro israelí, Yitzhak Mordechai, rechazó una declaración que anunciaba la suspensión de las obras de ampliación de una colonia israelí en Cisjordania. Mientras la tensión aumenta entre palestinos e Israel, el gobierno de Tel Aviv sigue impulsando su estrategia de extender vínculos con los países del Golfo. Ayer se supo que el gobierno de Qatar está examinando la posibilidad de permitir a Israel la apertura de una oficina de representación de sus intereses en Doha, en el ámbito del proce-

Rabin, llevó a cabo en agosto una visita a Mascate, la capital de Omán, que a su regreso a Israel defendió alentadores para la continuación de los contactos con los líderes árabes.

En tanto, el presidente egipcio, Hosni Mubarak, hizo una advertencia a las monarquías petrolíferas para que no financien a los grupos integristas islámicos que actúan en Egipto.

Mubarak afirmó que «ya avisó a todos los países del Golfo y les dijo varias veces que una parte de los aportes económicos que financian las actividades sospechosas provienen justamente de esa región».

El jefe de Estado egipcio reveló luego que «la mayor parte de los que son acusados de acciones terroristas (en Egipto) son mercenarios financiados por el exterior para realizar sus planes». En mayo de 1993, durante una visita a Kuwait, Mubarak había acusado a grupos islámicos del emirato de financiar las actividades del integrismo en Egipto y había pedido al gobierno kuwaití que interrumpiera dichas financiaciones.

En tanto, en Alejandria se está realizando una minicumbre árabe en la que participan Mubarak, el presidente sirio Hafez el Assad y el rey Fahd de Arabia Saudita. Mubarak y Hafez el Assad ya comenzaron sus coloquios en la ciudad costera mediterránea egipcia. Se espera la llegada del rey Fahd.

La minicumbre fue organizada por Mubarak para tratar de resolver las divergencias entre los países árabes y coordinar los esfuerzos para lograr una mayor solidaridad árabe a nivel regional e internacional. Según fuentes diplomáticas, Siria no ve con buenos ojos el proceso de normalización de relaciones entre Israel y varios países árabes cuando aún no se logró ningún progreso en las negociaciones sirio-israelíes y libano-israelíes.

Las seis monarquías del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG) levantaron en setiembre el boicot económico indirecto contra Israel mientras Qatar está negociando la venta de su gas al Estado judío.

Damasco acaba de reanudar sus negociaciones con Israel, que habían sido suspendidas en febrero después de la masacre de Hebrón. De su parte, guerrilleros del movimiento integrista chiíta libanés Hezbollah lanza-



Un poblador judío mira cómo los palestinos rezan en la disputada orilla occidental cerca del asentamiento de Eilat, al sur de Belén. (Teléfono de AFP)

ron tres violentos ataques contra igual número de posiciones del Ejército del Sur del Líbano (ELS, aliado de Israel). Enseguida provocaron la reacción de

las artillerías israelíes contra algunas localidades chiítas.

Según las fuentes libanesas, la rapidez con la cual los israelíes atacaron presuntas bases de

la guerrilla en la zona indica que el ejército de Israel adoptó una nueva estrategia de represalia para hacer frente a la intensificación de actividad de la guerrilla.

"Doc. OSCURO"

9500330

Nº. DOCUMENTO 9500331

TÍTULO Rabin busca salida legal para frenar a los colonos judíos.

PROCEDENCIA El País

FECHA DE RECEPCIÓN 29/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507603 ✓

11302 ✓

## RABIN BUSCA FORMULA LEGAL PARA FRENAR A LOS COLONOS

JERUSALEN, 28 (EFE). — El primer ministro israelí, Isaac Rabin, busca una salida legal para impedir la creación de un "nuevo barrio" del asentamiento judío de Efrata en tierras que reclaman como suyas campesinos de la aldea palestina de Al Jador, de Cisjordania ocupada. Allegados del primer ministro israelí han informado hoy, miércoles, de que con ese fin convocó a sus ministros para una consulta sobre el litigio ya que las obras se están llevando a cabo en tierras públicas compradas por personas privadas.

El litigio en la "colina de la discordia", Balen al Musal, amenaza la continuidad del proceso de paz entre la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), que preside Yasser Arafat.

De hecho el Gobierno decidió parar las obras en las tierras del litigio pero, en previsión de una acción legal de los colonos, necesita justificarla jurídicamente, informaron fuentes allegadas a Rabin.

La prensa palestina en Jerusalén oriental, que desde hace días viene denunciando la confiscación de tierras en Jerusalén este y en Cisjordania, sostiene que el Gobierno de Rabin "quiere dar marcha atrás" de los acuerdos que suscribió en 1993, en Oslo, con la OLP.

El ministro israelí para Asuntos del Medio Ambiente, Yoel Sarid, declaró que, en rigor, "no es un nuevo barrio sino un nuevo asentamiento, y esto contradice la política oficial".

Un abogado de la organización "Betzedek" (En justicia) en defensa de los derechos ciudadanos, Baruj Liberman, declaró que la construcción en tierras privadas, como en Efrata, no contradice en nada los acuerdos del Gobierno israelí con la OLP.

Los campesinos palestinos alegan que las tierras, en la colina Balen al Musal, les pertenecen pues el Gobierno jordano es el que transfirió entre 1963 y 1966, antes de que Cisjordania fuese conquistada por Israel en la "guerra de los seis días" de 1967.

De acuerdo con sus colaboradores, Rabin solicitó al asesor jurídico del Gobierno, M. Ben Yair, estudiar el caso y buscar la fórmula legal que le permita impedir las obras de los colonos -que según hoy- para el caso de que estos apelen ante la Suprema Corte de Justicia en defensa de sus presuntos derechos.

Rabin tiene previsto reunirse la semana próxima con el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, a fin de debatir el rediseño militar israelí en Cisjordania -de cuyas ciudades palestinas tendrá que retirar las tropas de ocupación-, y las bases de la autonomía para ese territorio.

"Lo que hay que hacer (para frenar las obras de los colonos del asentamiento de Efrata) no es buscar chicanas legales sino tomar una decisión política", declaró este mediodía el asesor de Arafat para "Asuntos israelíes", Ahmed Tibi.

El Gobierno militar en Cisjordania, dependiente de Rabin como ministro de Defensa, desarraigó mil retoños de olivo en la aldea de Labad, del distrito cisjordano de Tulkarem, porque fueron plantados en "tierras públicas", informaron fuentes palestinas.

Allegados de Arafat en la ciudad de Gaza informaron de su parte de que el ministro israelí de Asuntos Exteriores, Simón Peres, le informó que el Gobierno de Rabin ordenó parar la construcción del asentamiento para analizar la situación creada.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

81 París

FECHA DE

31/12/94

VINCULACIÓN

# RABIN ESTA DECIDIDO A PARAR LAS VIVIENDAS PERO LOS COLONOS TIENEN LA LEY

31-12-94 EL PAÍS

JERUSALEN, 30 dic (EFE). A pesar de que los colonos judíos tienen la ley de su lado, el primer ministro Isaac Rabin está decidido a parar la construcción de 500 viviendas en la "colina de la discordia" de la aldea palestina Al Jader, según sus abogados. La decisión oficial será adoptada el próximo lunes 2 de enero en la reunión semanal del Consejo de Ministros, antes de que la disputa por ese terreno de 50 hectáreas entre los campesinos de Al Jader, en Cisjordania ocupada, y los colonos del asentamiento Efrata se ventile en el Tribunal Superior de Justicia de Israel. Según constata la prensa, la decisión será de carácter "político" ya que, desde el punto de vista legal, los colonos pueden alegar que esas tierras fueron adquiridas para construir un barrio de viviendas, algunas de las cuales ya han sido compradas.

Una de las fórmulas que hoy estudia el asesor legal del Gobierno, Menajem Ben Yair, cuya función consiste en vetar

por el cumplimiento de las leyes, es parar la construcción "por razones de seguridad interior y de orden público".

En este caso, la orden la dará Rabin como ministro de Defensa, y la impartirá el comandante de la zona militar central, general Ián Birán, con jurisdicción en Cisjordania ocupada, y el Tesoro tendrá que indemnizar a los compradores de las casas.

El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, exigió esta semana a Rabin que ponga fin al estancamiento "por una decisión política", pues el litigio entre los campesinos y los colonos, que amenaza con multiplicarse en distintos puntos de Cisjordania, puede hacer zozocar el proceso de paz.

Entretanto, las excavadoras y los tractores del asentamiento de Efrata, al sur de Belén y frente a la aldea de Al Jader, seguían apilando hoy el terreno, decretado zona militar cerrada, para edificar las viviendas por encargo de un consorcio privado.

El general Birán prohibió manifestarse hoy a los palestinos y a militantes del movimiento pacifista judío "Gush Shalom" (Cush de la Paz), que iban a lanzar huevos en la colina en

El Tribunal Superior debatirá un recurso de apelación del movimiento pacifista judío "Gush Shalom" (Cush de la Paz) que pide se respete su derecho a manifestarse en contra de la ocupación.

El Tribunal Superior de Justicia de Israel, el jueves, una vez que los palestinos, que se oponen a las labores de construcción, hayan presentado un recurso judicial previsto para la semana próxima.

En su presentación, los abogados de Al Jader niegan que las tierras pertenecan, y por tanto la construcción es legal y no discrimina ya que las necesitan para su propia expansión.

Rabin asintió la construcción y si lo impediese ahora, sería un precedente grave", dijo a la prensa el jefe de operaciones de los asentamientos de Judea y Samaria (Cisjordania), Nisán Soltmaneky. "De todo el país vendrán a seguir el trabajo", agregó.

El Consejo de Asentamientos del Valle del Jordán decidió impedir la construcción de una gasolinera de propietarios palestinos, autorizada por el gobierno israelí en Cisjordania, porque el poblado judío de Mejola se informó.

El Consejo, dijeron hoy fuentes israelíes, "se opone al establecimiento de empresas o comercios palestinos en el valle del Jordán". Decenas de colonos, con dos tractores, destruyeron esta madrugada la infraestructura preparada para la gasolinera.

02-02

9500331

1/7

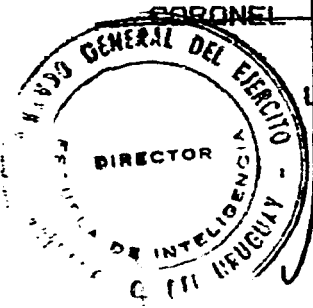
E. I. E.  
091000ENE995.

Señor Director General de la D.G.I.D.:

Adjunto al presente remito a Usted, resumen semanal  
correspondiente al período del 30 de diciembre de 1994 al  
05 de enero de 1995 y dos documentos. (9500 333 / 9500 334)

Sin otro particular, saluda a Ud. atentamente.

El Director de la E.I.E. y Jefe de la Ca.C/Inf.E.



LEONARDO GARCIA.

MINISTERIO DE DEFENSA
Dirección de Inteligencia
OFICINA DE INTELIGENCIA
Fecha: 12 ENE 1995
Pres: Archivo
Nº de Orden: 9500332

001/7



RESUMEN SEMANAL DEL 30 DE DICIEMBRE 1994 AL 05 DE ENERO DE 1995.

I.- EXTERIOR.

A.- MUNDIAL.

1.- CHINA.

- A raíz de la inestabilidad social producida por las reformas económicas, por ejemplo el desempleo; el Partido Comunista inició una purga en sus organizaciones de base, tratando de excluir a los cuadros que no han podido controlar el desorden social en sus áreas de influencia.

2.- MEDIO ORIENTE.

- En las proximidades del paso fronterizo de Erez, el principal entre Israel y Gaza, soldados israelíes mataron a cuatro agentes de policía de la Autoridad Nacional Palestina (ANP). En otro incidente en Cisjordania, fueron muertos tres militantes del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS), cuando se proponían llevar a cabo un atentado terrorista en Jerusalem.

3.- CHECHENIA.

- Tropas rusas y chechenas mantienen encarnizados combates en las calles de la capital chechena, Grozny; Moscú reconoció que decenas de vehículos blindados han sido destruidos.

4.- NORUEGA.

- El 52% de la población de este país votó negativamente al ingreso de su país a la Unión Europea (UE) a partir de 1995.

5.- EX-YUGOSLAVIA.

- Con el auspicio de la ONU, el gobierno de Bosnia Herzegovina y los rebeldes serbios, acordaron un cese de hostilidades por cuatro meses.

6.- ARGELIA.

- El Ejército Islámico de Salvación (AIS), ala militar del Frente Islámico de Salvación (PIS), declaró la guerra a Francia y amenazó con llevar sus ataques terroristas a territorio francés.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE CUBA	
SECRETARIA	
Fecha	11/1/95
Pasa a	SLD-I
Nº de Identificación	500332

602

9500332

## 7.- INGLATERRA.

- Los servicios secretos ingleses, investigan las actividades del Grupo Islámico Armado (GIA) en el Reino Unido y confeccionaron una lista de 20 sospechosos que realizaban tareas de apoyo logístico a los fundamentalistas islámicos.

## B.- CONTINENTAL.

### 1.- ESTADOS UNIDOS.

- El Director de la Agencia Central de Inteligencia (CIA), James WOOLSEY presentó su renuncia al Presidente Bill CLINTON, la cual fue aceptada. La dimisión se produjo luego que el Congreso informara en dos oportunidades criticando su actuación en el caso del doble agente Aldrich AHES.

- El Juzgado Federal de Little Rock dictaminó que Paula JONES, que acusó al Presidente Bill CLINTON de acoso sexual cuando era gobernador del estado; deberá esperar a que finalice su mandato presidencial para que el caso sea juzgado.

### 2.- MEXICO.

- El Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), "ocupó" alrededor de 40 pistas aéreas (rudimentarias) abiertas en plena Sierra y en la selva Lacandona, en el sureño estado mexicano de Chiapas.

- En San Cristobal de las Casas, una comisión parlamentaria logró reducir la tensión entre los zapatistas y el Ejército mexicano y que cese la movilización militar de ambos sectores.

- Una columna de blindados recuperó la zona petrolífera de Monte Libano (Chiapas), en pleno corazón del bosque subtropical donde se habían instalado los rebeldes indígenas desde comienzos de 1994.

- Los rebeldes zapatistas llamaron a formar un "Movimiento para la Liberación Nacional", que luche por un gobierno de transición y "la destrucción del sistema de partido de Estado", en ocasión de celebrar su primer aniversario de lucha armada.

- El Presidente, Ernesto ZEDILLO, sustituyó al Ministro de Economía, Jaime SERRA PUCHE, por Guillermo ORTIZ y anunció medidas de emergencia para tratar de superar la caída del nuevo peso mexicano.

Según expertos economistas, México debería vender unos U\$S 10.000 millones de deuda y usar ese dinero para recomprar papeles denominados en pesos con cupones más altos. Al mostrar confianza en el peso, México podría afianzar su moneda y con el tiempo su mercado bursátil. El gobierno de EE.UU., prometió un auxilio financiero de U\$S 18.000 millones para respaldar la moneda mexicana.

### 3.- CHILE.

- La Corte Suprema decidirá la suerte del General (R) Manuel CONTRERAS y del Brigadier Pedro ESPINOZA, condenados en primera instancia a 7 y 6 años respectivamente de prisión, por el asesinato en 1976 en Washington del ex-Canciller chileno Orlando LETELIER, juicio que puede afectar las delicadas relaciones cívico-militares.

- El gobierno decidió reanudar las relaciones diplomáticas con Cuba, el anuncio se podría hacer oficial en estos primeros meses de 1995.

### C.- REGIONAL.

#### 1.- PARAGUAY.

- La Cámara de Diputados, aprobó una declaración en la que deplora y condena los conceptos del General Lino OVIEDO, vertidos en un discurso pronunciado en el paraje Curuguaty, donde expresó que " todavía no nació quien le cierra la boca a los militares", refiriéndose a una reciente ley emitida por el Parlamento en la que se prohíbe a miembros de las FF.AA. incursionar en política.

- El Presidente Juan Carlos WASMOSY, cedió en su propuesta de aumentar las remuneraciones a los militares y promulgó el presupuesto de la nación para 1995, evitando una crisis de imprevisibles consecuencias en el Parlamento.

- Durante las celebraciones de asunción del cargo como Presidente F.H.CARDOSO, concedió una entrevista especial al Presidente WASMOSY de la cual surgió que Brasil congelaría las relaciones diplomáticas con Paraguay y apoyaría la suspensión del país del MERCOSUR y del Grupo de Río, si hubiera un golpe de Estado en el mismo. Por su parte el Presidente argentino Carlos MENEM, ofreció su apoyo con tropas ante un eventual golpe de Estado.

## 2.- ARGENTINA.

- El Presidente Carlos MENEM, dio a conocer públicamente que el Ministro del Interior, Carlos RUCKAUF, lo acompañará como Vice-Presidente para las elecciones nacionales que se realizarán el 14MAY95.

- Fernando PINO SOLANAS, lanzó su precandidatura a Presidente de la Nación por el Partido Corriente Grande, donde tratará de nuclear a muchos sectores de izquierda.

- El Presidente C.MENEM, inauguró en la ciudad de El Calafate, Provincia de Santa Cruz, un aeropuerto para operaciones de aviones de mediano y pequeño porte.

- El Juez Federal Juan José GALEANO, alertó una vez más, a los organismos de seguridad, sobre un posible tercer atentado terrorista contra objetivos israelíes en el país.

- En la Provincia de Santa Fé, las iglesias cristianas del cordón industrial de Rosario, organizaron una Marcha del Silencio, en reclamo por la falta de trabajo y protestando por la crisis social y económica que se vive en la zona.

- El gobierno alertó a los EE.UU. que existe una situación muy riesgosa, de potencial conflicto entre Argentina y Gran Bretaña en un sector de 1.400 kms. cuadrados, denominado "GAP" (brecha), al norte de las Malvinas y que Inglaterra unilateralmente decidió sumar al dominio de los Kelpers.

## 3.- BRASIL.

- El PT (Pdo. de los Trabajadores), comenzó una campaña de recaudación de fondos destinados a devolver a dos empresas, 400 mil reales donados para la campaña de Cristovam BUARQUE, quien fue electo gobernador del Distrito Federal.

- La Comisión Especial de Investigaciones (CEI), entregó a Itamar FANCO -el cual pidió a F.H.CARDOSO que continúe la investigación- dos informes según los cuales desaparecen cada año U\$S 20.000 millones en contratos sobrevaluados, devios de recursos y obras fantasmas. Los Ministerios involucrados serían Transportes, Bienestar Social, Integración Regional y Salud.

003

9500332

- El Senado aprobó el financiamiento del proyecto SIVAM (Sistema de Vigilancia del Amazonas) cuyo presupuesto es de U\$S 1,4 billones.

El SIVAM combina una red de telecomunicaciones que capta imágenes enviadas por satélites y radares colocados en tierra y a bordo de aviones. Las imágenes serán centralizadas y redistribuidas a varias agencias del gobierno. El Sistema debe estar en funcionamiento en siete años.

- La Receita Federal pretende romper el secreto bancario para las cuentas de extranjeros residentes sobre el envío de dólares al exterior, llamadas CC5; éstas serían uno de los canales de salida de divisas ilegales.

- La inflación medida por el IPC-r del mes dediciembre fue de 1,19%, teniendo una baja de 1,08% con relación al 3,27% de noviembre. De julio a diciembre el IPC-r acumula una inflación del 22,07%.

- El Secretario de Seguridad Pública de Río de Janeiro, Gral. Euclimar DA SILVA continuará al mando de la Operación Río, que se prolongará hasta el 30ENE95. La participación del Ejército será menor y la policía militar será incrementada en 3.000 hombres.

- El gobernador de Río de Janeiro, Marcello ALENCAR, establecerá un servicio de inteligencia policial para combatir el narcotráfico y la violencia.

#### D.- NARCOTRAFICO.

##### 1.- COLOMBIA.

- Campesinos de la zona de Putumayo (frontera con Ecuador, 600 kms. al sur de Bogotá) bloquearon las carreteras y se apoderaron de siete instalaciones de bombeo de petróleo de la empresa estatal Ecopetrol; en protesta por la destrucción de sus plantaciones de coca.

- Comenzó la "Operación Golondrina", en la cual participan 5.000 policías y 2.000 integrantes de los servicios de inteligencia. La misma consiste en el control de aviones comerciales y particulares, control de pasajeros internacionales y nacionales, control de muelles nacionales e internacionales y hangares particulares.

## 2.- COSTA RICA.

- Fueron detenidos por el Organismo de Investigación Judicial (OIJ) dos integrantes de una organización internacional de narcotraficantes; les fueron incautados 128 kgs. de cocaína. La droga procedía de la Isla San Andrés (Colombia) y era distribuida en el país y enviada a EE.UU. y Europa.

## 3.- BRASIL.

- Durante 1994 la Policía Federal incautó 11,640 kgs. de cocaína y 18,543 kgs. de marihuana, un 63% más que en el año anterior. Asimismo por primera vez fueron descubiertos 12,8 kgs. de heroína.

- Numerosos narcotraficantes que escaparon durante la "Operación Río" fijaron sus bases de operaciones en Ciudad del Este (Paraguay), zona donde los controles aduaneros son difíciles y existen numerosas pistas clandestinas.

## 4.- ARGENTINA.

- Policía Federal detuvo en la zona de Lanús Este, a dos personas en cuyo poder tenían 8 kgs. de cocaína de máxima pureza y 2 pistolas calibre 32.

- Los cabecillas de la Operación Flamenco, donde se incautaron 286 kgs. de cocaína con destino a España, fueron condenados a penas de 10 y 15 años de prisión.

- La Cámara Federal de San Martín, confirmó la prisión preventiva para 32 de los 43 implicados en la Operación Tormenta Verde, en la cual fueron encontradas más de una tonelada de marihuana proveniente de Paraguay y Brasil.

007/7

9500332

7/24

## EL F.A. Y LA CUESTION MILITAR.

### 1. Introduccion

### 2. Antecedentes

#### 2.1. Bases Teoricas.

#### 2.2. PP. Comunistas Latinoamericanos

#### 2.3. La experiencia uruguaya

##### 2.3.1. P.C.U.

##### 2.3.2. M.L.N.-T

##### 2.3.3. F.A.

##### 2.3.3.1.1. Etapa 1971/1984

##### 2.3.3.1.1. Marco Internacional

##### 2.3.3.2. Etapa 1985/1989

### 3. Actualizacion

#### 3.1. Congreso del F.A.

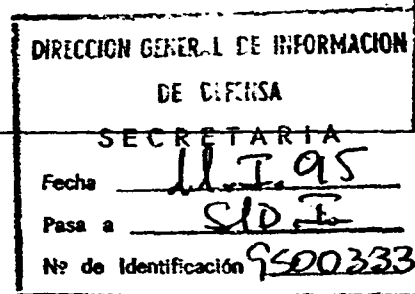
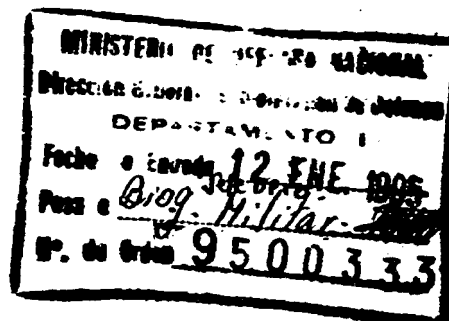
#### 3.2. Nuevos Elementos Continentales

#### 3.3. Cambios de actitud del M.L.N.-T

#### 3.4. Documento "Marco Global"/Congreso del F.A.

#### 3.5. Posicion del Mov. 26 de Marzo

### 4. Conclusiones y Perspectivas



001/24  
DA Brig

9500333



### OBJETIVO DEL TRABAJO

En las últimas décadas, la historia política de nuestro país ha mostrado una peculiar atención de la izquierda hacia las FF.AA., hecho éste, aunque permanente, de enfoque variable en función de las diversas coyunturas nacionales e internacionales. En general el relacionamiento izquierda-FF.AA. fue conflictivo, ya sea desde lo político hasta en el plano militar donde se enfrentaron a principios de los años '70. El presente trabajo persigue el objetivo de contribuir al entendimiento de las causas de ese fenómeno, su situación actual y posibles proyecciones.

### RAZONES

El crecimiento electoral sostenido de la coalición de izquierda, ratificado el pasado 27NOV94, hace que la misma considere seriamente la probabilidad de conquistar el gobierno nacional en NOV/99. En este marco se pretende conformar un ámbito multidisciplinario de análisis del "tema militar", de manera de diseñar una Doctrina de Defensa Nacional que, como sub-factor del capítulo "Reforma del Estado", integre un "Programa Alternativo de Gobierno".

Por esta causa resulta imprescindible determinar los alcances, táctico y estratégico de esta nueva actitud, distinguiendo lo real de lo meramente discursivo.

002

9500333

## 1.- INTRODUCCION:

La principal coalición de la izquierda nacional llamada Frente Amplio, fundada en 1971, redimensionada en 1974 bajo la denominación Encuentro Progresista, debió reformular todos los aspectos programáticos apremiada por los tiempos electorales y teniendo particularmente en cuenta aquellos postulados clásicos que, a la luz de los acontecimientos mundiales, regionales y nacionales de los últimos años, podrían ser percibidos como anacrónicos por parte de la opinión pública y a su vez puntos débiles ante sus adversarios políticos. Sin embargo, esta necesidad imperiosa de "aggiornar" su imagen y su propuesta, encontró el principal escollo en el propio seno de la agrupación, cuya heterogeneidad (ideológica, metodológica, etc.), irrumpe en cada instancia de definiciones.

En la nómina de materias pendientes se encuentra aquella referida al "tema militar" que, por sus connotaciones, su tratamiento ha sido sistemáticamente resistido por los órganos de dirección frenteamplistas.

La diversidad sustancial de enfoques que en este aspecto presentan los grupos integrantes de la coalición, hace que la "cuestión militar" sea un factor irritante para el clima armónico que se pretende establecer en su interior, en vistas al trabajo hacia 1979.

Las definiciones que se adopten en la materia deberán conciliar los siguientes puntos básicos:

- las posturas divergentes de los grupos que conforman el F.A. (o E.P.) para evitar una nueva crisis interna.
- las lecturas que las FF.AA. harán de las definiciones sobre el tema.
- los destinatarios de poderes económicos nacionales y extranjeros, que valorarían negativamente la perspectiva de una eventual situación conflictiva entre las FF.AA. y un gobierno de izquierda.
- los posibles futuros aliados, sean electorales o parlamentarios.

## 2.- ANTECEDENTES

### 2.1.- BASES TEORICAS (enfoque marxista-leninista).

Los fundadores del Comunismo Científico, al estudiar el rol de las diversas instituciones políticas, dedicaron una particular atención al Ejército, considerándolo un importante

componente de la superestructura política y fundamentando que en determinadas condiciones históricas en uno u otro país pueden surgir situaciones tales en las que el Ejército juega un papel relativamente independiente, "autónomo", en la sociedad, ocupando a veces hasta posiciones revolucionarias y progresistas.-

F.ENGELS, destacado conocedor de temas militares, al analizar la influencia de los antagonismos de clase en el Ejército, señalaba la posibilidad de que surgiese un espíritu revolucionario en su seno como resultado de la democratización de su integración.-

Luego de los primeros movimientos revolucionarios rusos (1905-1907), LENIN observó el desarrollo de una "autoconciencia cívica y democrática", es decir el reforzamiento del "espíritu revolucionario" en las filas del ejército zarista. En este sentido citaba: "El Ejército no puede ni debe ser neutral; no inmiscuirlo en la política es la consigna de los hipócritas lacayos de la burguesía y el zarismo que, en realidad, siempre han inmiscuido al Ejército en la política reaccionaria".-

Asimismo llamó a los trabajadores a llevar una tarea sistemática en el Ejército y a emplear las más diversas formas de influencia sobre los militares.-

El análisis de este fenómeno, permitió a LENIN llegar a importantes generalizaciones:

- 1.- el Ejército no se convierte fatalmente en un instrumento de las clases dirigentes explotadoras en cualesquiera condiciones históricas concretas.-
- 2.- la victoria de la revolución es imposible si no se incorpora al pueblo insurrecto por lo menos una parte del Ejército.-
- 3.- el sector militar de sentimientos más democráticos y patrióticos puede convertirse en el núcleo del nuevo ejército revolucionario.-

En particular, la premisa Nº2 sería posteriormente adoptada por todos los PP.CC. del mundo como requisito imprescindible para consolidar cualquier proceso revolucionario. En el caso, por ejemplo, de los comunistas portugueses, sostenían que "frecuentemente la unidad del movimiento de las Fuerzas Armadas y las masas populares es la condición ineludible y esencial del exitoso desarrollo y profundización del proceso de transformaciones democráticas en el país".-

## 2.2.- PP.Comunistas Latinoamericanos.-

En América Latina, desde antes de la 2ª Guerra Mundial, los PP.CC se plantearon la tarea de trabajar en el Ejército, intentando atraer hacia el movimiento revolucionario a los militares de inspiración "progresista". Expresaban que "el desarrollo de los procesos revolucionarios en América Latina demuestra convincentemente, que las perspectivas de profundización de dichos procesos y la solidez de las conquistas democráticas y anti-imperialistas dependen en grado considerable de la posición de las FF.AA". A su vez se afirmaba que los Ejércitos de estos países, en ciertos casos ayudan al desarrollo de los "procesos emancipadores" y en otros, debido a su carácter "pretoriano", asestan golpes a la "causa de la revolución".-

También desde este enfoque marxista-leninista se criticó duramente a la izquierda que -según se sostuvo- considera al Ejército como una institución puramente reaccionaria y busca su liquidación. A esta actitud la denominan como "antimilitarismo vulgar", precisando que en lugar de luchar por ganar al Ejército, se ocupa de atacar continuamente a las FF.AA. ignorando la existencia de diferentes tendencias en su seno. En el mejor de los casos -se expresa- su trabajo en el Ejército se reduce al reclutamiento de partidarios dentro de sus filas, con el propósito de disgregarlo por dentro destacando la lucha de clases entre Personal Subalterno y Superior.-

La izquierda clásica considera que el colectivo militar está lejos de ser un bloque monolítico, sino que inciden las diferencias de opinión, pero que cuando una actitud política de dicho colectivo, o de un sector de él, ve la luz, es producto de un proceso por completo ajeno a los cánones que sigue la forma civil de hacer política.-

Numerosas organizaciones de extrema izquierda en estas latitudes, asimilaron acriticamente la experiencia revolucionaria cubana, adoptando como preceptos, consideraciones de aquella realidad concreta sin valorar las peculiaridades de los países.-

Precisamente uno de aquellos, contenido en la "Segunda declaración de la Habana"(1962), afirmaba que "los ejércitos, estructurados y equipados para la guerra convencional, cuando tienen que enfrentarse a la lucha irregular de los campesinos en el escenario natural de éstos, resultan totalmente impotentes".-

Esta línea de razonamiento, a la luz de la victoria castrista de la época, indujo a movimientos políticos del continente a optar por la "lucha armada" como vía hacia el poder del Estado, sin analizar objetivamente las particularidades de las FF.AA que se les enfrentarían.-

### 2.3.- La experiencia uruguaya.-

Las dos visiones descriptas anteriormente, proyectadas a nuestro país, estaban representadas fundamentalmente por el P.C.U. y por el M.L.N-T.

#### 2.3.1.- P.C.U.

Rodney ARISMENDI, el más destacado teórico del P.C.U. de las últimas tres décadas y de trascendencia internacional (fallecido en 1989), consideraba ya en la década del 60 y lo ratificaba en los 70, que en nuestro país la "vía pacífica" para alcanzar el gobierno era la más probable, aunque era necesario prepararse para enfrentar "la violencia que las clases dominantes desatarán para defender sus privilegios". Esto incluía "la esperanza de que las FF.AA., en su totalidad o en una amplia mayoría, se coloquen decididamente junto al pueblo y la clase obrera".

De allí se desprende el aparato que esta organización llegó a desplegar para infiltrar a las FF.AA. (4a. Dirección) buscando el reclutamiento de integrantes del Personal Superior y Subalterno. De igual manera se entiende el extremo de la ambigua actitud del P.C.U. ante los Comunicados 4 y 7 de FEB-73, hecho que años más tarde le valió la acusación de haber incurrido en un "seguidismo militar".

Esto al margen del decisivo papel que el Partido había desempeñado dos años antes, en la designación de un militar retirado como presidente de la nóvel coalición de izquierdas llamada Frente Amplio.

El Ing. José L. MASSERA escribía en 1967 en la revista "ESTUDIOS":

"... nunca hemos identificado la concepción de la 'vía pacífica' con la de una simple victoria electoral de las fuerzas de izquierda; por el contrario, tal hecho, si es aislado, no garantiza de ninguna manera la conquista del poder; la vía pacífica presupone una compleja combinación de diversas formas de lucha de masas... sin excluir la acción parlamentaria y los resultados electorales, en el marco de una aguda crisis política de las clases dominantes, de un proceso más o menos acentuado de descomposición de las FF.AA. y del paso de parte de éstas a las posiciones populares".

En síntesis el P.C.U. a lo largo de las últimas tres décadas, sostuvo y fundamentó la necesidad de volcar a sectores de las FF.AA. al proceso revolucionario, en contraposición a las tesis de enfrentamiento eliminativo,

definidas como "antimilitarismo vulgar" y desarrolladas particularmente por el M.L.N.-T en los años 60/70.

#### 2.3.2.- M.L.N.-T

"Nuestro enemigo de cada paso, del último milico al presidente de la República", de esta manera el Movimiento al resumir en sus primeros documentos los alcances de sus necesidades de información en cuanto a las Fuerzas de Seguridad, determinaba a la vez parte de sus objetivos tácticos en el marco de las acciones "foquistas". Posteriormente la ejecución de operaciones contra efectivos militares y policiales confirmarían el cumplimiento de estos principios de la organización.

Se concebía a las FF.AA. como el "soporte del régimen", por lo cual el desmoronamiento de las mismas derivaría en su caída automática.

Esta concepción se mantuvo prácticamente hasta la inminencia de su derrota militar cuando se registra un viraje hacia posturas marxista-leninistas clásicas, pesando más el componente político, largoplacista ("acumulación de fuerzas"), sobre el militar. Cabe recordar que el M.L.N. mientras desarrollaba la "lucha armada" (no electoralista) igualmente resolvió un "apoyo crítico" al F.A., desde su fundación, a través de la expresión política legal denominada Movimiento 26 de Marzo.

#### 2.3.3.- F.A.

##### 2.3.3.1.- Etapa 1971/1984

La formalización de la unidad de los principales grupos de la izquierda nacional a través del Frente Amplio en 1971, implicó la elaboración de un Programa de Gobierno fruto de promediar las posturas individuales de sus organizaciones miembros.

De esta manera se diseñan las Bases Programáticas que en lo referido a las FF.AA. proponen, entre otros puntos, "integrar la acción de las FF.AA. en el proceso de liberación nacional y desarrollo económico, social y cultural del país", lo que demuestra una fuerte presencia de la concepción del P.C.U. que, como se expresara, en aquellos años confiaba en la oportuna definición de sectores militares hacia la "causa de la revolución".

Este criterio se mantuvo en las elecciones nacionales de NOV-84, pero debido a que la coalición no se encontraba en condiciones organizativas como para replantear y modificar su propuesta.

#### 2.3.3.1.1.- Marco Internacional

- En el año 1983, cuando en el seno de la ex-URSS ya se procesaban los cambios que conducirían al fenómeno conocido como "Perestroika", la editorial PROGRESO de Moscú lanzaba el libro "Los Partidos Comunistas de América Latina" cuyo Capítulo VII se titulaba "Los comunistas, las FF.AA. y la lucha ideológica" y comenzaba describiendo la situación de la siguiente manera:

"La intervención activa de las FF.AA. en la política, es uno de los más típicos rasgos del desarrollo social y político de los países latinoamericanos".

Puntualizando que:

"Actualmente, se libra una aguda lucha ideológica en torno al lugar y el papel de las FF.AA. en la sociedad latinoamericana, donde la intervención de los militares en la vida política es una vieja tradición".

- "Ciertas corrientes atribuyen a los marxistas la idea de que los militares no pueden ser otra cosa que el brazo armado de la oligarquía", afirmando que la izquierda ortodoxa "no se imagina profundas modificaciones sin la aniquilación del ejército. No hace falta demostrar la inconsistencia de tales afirmaciones".
- "Los comunistas de los países latinoamericanos prestan atención a la elaboración de su política en relación a las FF.AA. y explican que no son antimilitaristas pequeño-gurqueses ni civilistas de inspiración liberal".
- "Se pronuncian resueltamente contra todo intento de presentar la contradicción entre militares y civiles como la principal de la sociedad latinoamericana, sosteniendo que ello asesta un grave daño a la lucha por la creación de la unidad anti-imperialista en la cual los militares pueden y deben jugar un activo e importante papel".
- "Los comunistas latinoamericanos se oponen al 'antimilitarismo' de la ultraizquierda que se pronuncia contra la existencia misma de las FF.AA.". En este sentido le adjudican a esta postura gran parte de la responsabilidad en la gestación de las condiciones que dieron lugar al



golpe de estado en Chile en SET-73.

2.3.3.2.- Etapa 1985/1989

A partir de 1985 el F.A. comienza la tarea de recomposición de sus organismos, con las dificultades propias de las nuevas relaciones de grupos entre sí y a su vez de distintas vertientes en el mismo seno de ellos (exiliados, liberados, clandestinos). El tratamiento del "tema militar" exhibe dos enfoques diferentes, sustentados por el bloque marxista y por el radical, derivados de sus respectivas caracterizaciones de la nueva etapa política que comenzaba en el país. Los radicales entendían que se estaba frente a una "democracia tutelada", lo que incluía una excesiva presencia militar cumpliendo un rol político, paralelo a los poderes del Estado.

Por su parte, los marxistas clásicos sostenían que en esta "democracia formal", las FF.AA. mostraban actitudes autónomas pero coyunturales, producto de la experiencia de gobierno de la que emergían, anticipando que el propio desarrollo y avance del sistema político las iría replegando a sus funciones tradicionales.

En MAY-86 se crea la Comisión de Defensa Nacional del F.A., con el cometido de analizar esta problemática y llegar a diseñar una política de Defensa Nacional que sustituya a la de "Seguridad Nacional". A su vez L. SEREGNI y V. LICANDRO insistían sobre la necesidad de trabajar para recuperar el "caudal electoral" dentro de las FF.AA., para lo cual no estimaban conveniente la participación pública de ex-militares marxistas en el tratamiento del tema, reservándose su actividad al ámbito limitado de la citada Comisión y a otros organismos de fachada como el Centro de Estudios Estratégicos del Uruguay (C.E.E.U.) que luego de un breve período de funcionamiento (4años), se vio obligado a disolverse por falta de apoyo económico y político.

La Comisión de Defensa del F.A. desde sus inicios, funcionó en forma irregular con una relativamente activa participación de miembros y colaboradores tales como:

Víctor LICANDRO	(Presidente de la Comisión)
Pedro MONTAÑEZ	(Luego fallecido)
Edison ARRARTE	(Suplente de Diputado)
Arturo BALIÑAS	(FIDEL)
Oscar PETRIDES	(Ex-PCU/CONVOCATORIA)
Gerónimo CARDOZO	(Secretario T. VAZQUEZ)
G. CASTELLA	(MLN)

E. POSSE  
Luis SENATORE (Ex-PCU/CONVOCATORIA)  
Oscar LEBEL  
Selva LOPEZ CHIRICO

Sus más destacados integrantes, reiteradamente criticaron la actitud prescindente de los dirigentes políticos respecto al trabajo de esta Comisión, lo cual dificultaba su actividad. Este hecho se confirmaría en cada oportunidad que se intenta desarrollar el tratamiento del "tema militar" en ámbitos más amplios, lo que sin embargo se reduce a escasas y esporádicas charlas o mesas redondas sin mayores proyecciones.

El clima creado en torno al plebiscito de ABR89, respecto a la "Ley de Caducidad", habilitó el abordaje público del tema, pero en esencia fue utilizado por el F.A. con el objetivo táctico de profundizar y/o ampliar el llamado "espacio progresista" con fuerzas extra-coalición (en particular de los PP.TT.) que en esa instancia actuaron como aliadas coyunturales, al igual que con diversas organizaciones sociales.

Para las elecciones nacionales del '89, el F.A. elaboró una plataforma de Gobierno que en lo relativo a las FF.AA. incorpora nuevos elementos tales como "solución a la situación de los militares destituidos", "eliminación de la dependencia del Pentágono y de los aparatos de las FF.AA. destinados a la represión interna", etc. En este sentido prevalece la concepción de asesores como V.LICANDRO y O.PETRIDES, quienes sostienen la necesidad de sustituir la denominada "Doctrina de la Seguridad Nacional" por otra de "Defensa Nacional". De la primera destacan la imprescindible exclusión de las FF.AA. en tareas de "acción cívica" o "planes de desarrollo" por entender que constituyen instrumentos de concientización de masas.

### 3.- ACTUALIZACION.

El acceso del F.A. a las esferas del poder a través de la conquista del estratégico gobierno municipal de la capital, obligó a sus principales dirigentes a reformular la política de relacionamiento con las FF.AA., hecho que se vuelve notorio a partir de 1990. La presencia de autoridades frenteamplistas (inclusive ex-reclusos) en palcos oficiales durante desfiles o actos militares, marcaron la pauta del cambio operado en sus actitudes sugestivamente apartadas de las definiciones

programáticas en esa materia. Cabe recordar el caso de Thelman BORGES el mismo 19 de Marzo de 1990 estrechando la mano del C.J.E. del momento y expresándole con amabilidad "tenía mucho interés en hablar con usted". Por su parte, en esos días, los 3 Comandantes en Jefe fueron invitados por el novel Intendente T.VAZQUEZ al brindis ofrecido celebrando su asunción.

Paralelamente Oscar PETRIDES elaboraba los lineamientos teóricos de una "Doctrina de Defensa Nacional" basada en lo que él denomina "Defensa Popular Generalizada" (D.P.G.) cuyas características más destacables son:

- la Defensa Nacional es patrimonio de todo el pueblo, no exclusividad de las FF.AA.
- en este marco, las FF.AA. deben ser los "maestros de armas" de los ciudadanos, preparando a todo el pueblo para defender a su país de una agresión exterior.
- desde el punto de vista estratégico constituiría un verdadero elemento de disuasión frente a hipotéticos enemigos externos, pues serían cientos de miles los ciudadanos en condiciones de defender al país.
- este proceso a su vez desplazará el poder político que hoy poseen las FF.AA., reduciendo los riesgos de golpes de estado y su carácter represivo interno.

Muchos de estos conceptos fueron expuestos en artículos de prensa realizados por PETRIDES, los últimos publicados en el correr de 1994 en "Cuadernos de Marcha" bajo el pseudónimo de "BELISARIO".

Este proyecto de "Defensa Nacional" está concebido solo para el "modelo alternativo" propuesto por el F.A..

Es el complemento militar de un eventual "gobierno progresista" que desarrolle una reforma de Estado, propiciando lo que en el lenguaje marxista denominan "profundización de la democracia" y que en los programas frenteamplistas enuncian como "un fin en sí misma".

La aplicación del "modelo" pasa inexorablemente por una transformación de las FF.AA. poniéndolas al "servicio de los intereses nacionales y populares", es decir que no constituyan un riesgo para sus objetivos.

Es necesario recordar el alcance real que para el F.A. posee esa etapa o proceso conocido como "profundización de la democracia", propuesto originalmente por los teóricos del P.C.U. (a principios de los '80) para luego ser adoptado por la coalición, a la luz de los resultados concretos (triunfo electoral en la capital) alcanzados respetando la línea por ellos trazada. Esta, básicamente, comprende "consolidar y profundizar la democracia y avanzar en democracia", objetivos estratégicos

derivados del concepto de Rodney ARISMENDI de que en nuestro país "la democracia es la vía más barata para hacer la revolución", en cuyo desarrollo teórico se advierte una fuerte presencia del pensamiento gramsciano. En primer término se reconoce a las FF.AA. y Policiales y al sistema jurídico, como los "elementos de coerción del poder burgués", frente a lo cual se plantea:

"Defender y profundizar la democracia es combatir contra el proyecto oficialista de mantener y profundizar un foso insalvable entre civiles y militares, transformando a las FF.AA. en rehenes de la política sectaria de las clases dominantes.

Existe en democracia un espacio para una doctrina que realmente sustituya a la nefasta Doctrina de Seguridad Nacional.

Una doctrina de la defensa nacional, que desde su concepción, su estudio y su utilización por las FF.AA., sea efectivamente un instrumento de defensa de la soberanía nacional, de las instituciones democráticas, de profesionalismo y de integración en un auténtico proceso de consolidación democrática".

Para ello:

"El gobierno y los partidos populares, deben esforzarse por ensanchar el campo de alianzas de las fuerzas progresistas, incluyendo en este esfuerzo el trabajo por ganar a la mayoría de las FF.AA. para una doctrina militar democrática y popular".

Estas afirmaciones sumadas a las actitudes observadas en los últimos años en destacados dirigentes izquierdistas, nos permiten deducir, que la profunda transformación que se tiene reservada para las FF.AA., no se concretará por la vía del enfrentamiento sino de la aproximación y posterior conquista. Los métodos contrarios aplicados en el pasado les han enseñado que, al menos en nuestro país, generan un efecto exactamente inverso al buscado, con un serio retroceso para las "fuerzas motrices de la revolución".

Esta "transformación" de las FF.AA. constituye un paso imprescindible en este "proyecto alternativo" que pronostica momentos difíciles en su desarrollo:

"aspiramos a transformaciones pacíficas en la vida del país, en función de lo que la inmensa mayoría de la población anhela. Sabemos también, por nuestra propia experiencia y la de América Latina, por la presencia siempre constante y las amenazas del imperialismo, que es preciso estar prontos para defender las conquistas del pueblo, la democracia y más aún el socialismo".

Tal como se expresara anteriormente, casi en forma simultánea a la asunción de T.VAZQUEZ como intendente capitalino, la izquierda nacional comenzó a exhibir un cambio sustancial en su actitud hacia las FF.AA. En este sentido podemos citar:

FEB90: - Víctor LICANDRO eleva un informe a la Mesa Política del F.A., formulando recomendaciones sobre el tema. "ya no es posible hacer oposición a las FF.AA.". "definir como actor político al mando superior", es decir al Gobierno, para cuestionar la política militar.

JUN90: - El Senador José KORSENIK (P.S.U.) es blanco de críticas por parte de sectores radicales del F.A., al haber votado en la Cámara Alta a favor del ingreso de aviones militares norteamericanos y además haber aceptado una invitación de participar en actividades del CALEN. El Diputado León LEV expresa que "si el F.A. pretende ser gobierno en 1994, no puede ser ingenuo, ni iracundo, sino maduro y responsable; las relaciones con las FF.AA. deben basarse en el respeto mutuo y encararse con una visión histórica; quien sea gobierno o quien espere serlo no puede hacer de cuenta que una institución del país, no existe". Por su parte el Diputado Carlos PITA sostiene que "si el Frente quiere transformar la mentalidad de los miembros de las FF.AA., no puede prescindir del mantenimiento de un diálogo con ese sector".

### 3.1.- Congreso del F.A.

En su II Congreso Ordinario realizado en AGO-91, el F.A. profundiza definiciones respecto a las FF.AA. y a la Defensa Nacional, contenidas en el Capítulo 4.10 del documento "Grandes Líneas de Acción Política", destacándose:

- elaborar una nueva Ley Orgánica que determine claramente que las FF.AA. estarán para la defensa nacional ante ataque armado del exterior.
- el "orden interno" o "seguridad interna" será responsabilidad de las policías dependientes del Ministerio del Interior.
- las FF.AA. serán excepcionalmente empleadas en casos de conmoción interior (calamidades, inundaciones) y solamente se hará efectiva previa autorización legislativa otorgada por mayoría especial.

- las FF.AA. no serán empleadas en "planes de desarrollo" ni de "acción cívica".
- se impulsará la ley sobre "jurisdicción militar", para que la "justicia militar" esté en manos de jueces ordinarios.
- la enseñanza militar separada, se limitará a lo técnico-profesional, y se buscará la integración al resto de la sociedad con una efectiva actividad compartida.
- se revisarán los criterios sobre "obediencia debida" compatibilizando con los derechos que emanan de la Constitución de la República, las leyes, los DD.HH. o la dignidad personal.
- se impulsarán normas que establezcan que si el militar no está en servicio activo, tenga todos los derechos de un ciudadano común.
- reparar a los militares destituidos por el gobierno de facto.

Estos lineamientos pasarán a ser, a partir de allí, la base documental que en esta materia sostendrá el "ala radical" del F.A., coincidiendo con la postura de Víctor LICANDRO.

### 3.2.- Nuevos Elementos Continentales

MAR92 - A pocos días del levantamiento militar ocurrido en Venezuela, Esteban VALENTI (Ex-FCU/Encuentro por el Socialismo Democrático) firmaba un artículo publicado en "La República" en el que expresa:

- "En Venezuela estalló por el lado menos esperado: un sector militar levantó las banderas de hartazgo de la gente y arremetió contra las instituciones democráticas, con un importante apoyo popular".
- "El proyecto neoliberal está comenzando a estallar por un costado inesperado. ¡Que ironía de la historia! Los militares, que están destinados a ser guardianes sordos y ciegos del modelo, se transformaron en una mecha peligrosa y sensible. Nada más lejos de nuestro pensamiento que recurrir nuevamente a los atajos fáciles, a las aventuras iluminadas de un sector militar, para resolver complejos problemas económicos, políticos y sociales, pero lo cierto es que la debilidad intrínseca del proyecto está estallando en un país y en un lugar que nadie preveía".

Simultáneamente a la aparición de esta nota, se encontraba en nuestro país un diputado del Movimiento Al Socialismo (M.A.S.) de Venezuela, a instancias de una invitación de VALENTI, para desarrollar una serie de conferencias cuyo tema central fue "Primer quiebra

del neo-liberalismo en Venezuela; alzamiento militar y crisis política", a una de las cuales asistió Rodolfo NIN NOVOA haciendo uso de la palabra.

En JUN-92 el tema fue replanteado en la órbita de la Mesa Política de la coalición, donde L. SEREGNI argumenta que los cambios ocurridos en el escenario mundial y la modificación de los objetivos y planes militares del Pentágono, a partir de la desaparición de la U.R.S.S. y con ella del "mundo bipolar", obligaban a reformular la visión del F.A. respecto a la "Acción Cívica" desarrollada por las FF.AA. En contraposición, los sectores radicales respaldaron un documento presentado en la oportunidad que señalaba entre otras cosas que:

"las tareas de apoyo al desarrollo nacional no deben ser competencia de las FF.AA., pues la permanencia de este concepto compromete la posibilidad de ahondar en la democratización de la relación cívico - militar en el país, ya que la acción cívica es, en sustancia, un medio para el enfrentamiento de un enemigo bien caracterizado por la doctrina contrainsurgente, médula de la D.S.N., el enemigo interno".

Las profundas divergencias expuestas en esa instancia, impidieron adoptar resoluciones orgánicas, las que quedaron postergadas por tiempo indeterminado.

### **3.3.- CAMBIOS DE ACTITUD DEL M.L.N.-T**

Por este mismo período comienza a percibirse un cambio en el discurso del M.L.N.-T ya sea a través de sus medios de prensa como en declaraciones y actos públicos:

JUN92.- El dirigente Jorge QUARTINO declara respecto a los militares que "el ajuste les llega a ellos también" y que "saben que el neo-liberalismo genera problemas sociales".

ENE93.- Samuel BLIXEN firma un artículo en el que expresa que "la propaganda armada, mas la virtual insurrección, alerta sobre el grado de resistencia que se expresa, ahora, agitando la bandera contra el neo-liberalismo; los libretos han cambiado, y el poder civil debería dar señales, no de que comparte o combate la nueva situación, simplemente de que la ha comprendido".



MAY93.- En relación a una serie de hechos de sangre de los que fueron víctimas integrantes del M.L.N., E. FERNANDEZ HUIDOBRO advierte que "lo peor que nos puede pasar es que los ex-combatientes vuelvan a enfrentarse no por decisión propia, sino por terceros que actúan en las sombras".

- En otro artículo que luego dió lugar a un juicio por difamación, FERNANDEZ HUIDOBRO expresa que "todo el mundo conoce los problemas que hemos tenido con los militares, pero debemos declarar formal y publicamente que es mejor tener que bancarlos a ellos, que tener, como ahora, que bancar a LACALLE disfrazado de milico...".

AGO93.- E. FERNANDEZ HUIDOBRO escribe en el quincenario "Mate Amargo", un artículo titulado "Aquellos Polvos", donde menciona el tema de la incidencia del llamado Nuevo Orden Internacional (N.O.I.) en las FF.AA. latinoamericanas, afirmando, entre otros conceptos:

- "El Jefe de la Aeronáutica de Brasil, brigadier Iván FROTA, declaró en mayo -entre otras cosas- que el nuevo orden internacional que resultó del fin de la bipolaridad entre los EE.UU. y la antigua URSS dividió el mundo 'en países principales y países secundarios'. Estos últimos estarían 'condenados al permanente subdesarrollo para que no aparezcan como eventuales amenazas de competencia en el escenario internacional'. Y que para lograr su objetivo, los países ricos desean debilitar a las FF.AA., 'último reducto nacionalista en el mundo en desarrollo'.
- "El Ejército brasileño, en el simposio Militar realizado el 16 de Junio en Buenos Aires entre los ejércitos del MerCoSur, sostuvo textualmente que "el Nuevo Eje. es: poseedores del Norte- no poseedores del Sur".
- "Todos conocemos también las posturas 'antiimperialistas' de los mas notorios carapintadas argentinos y su reciente alianza con un grupo trotkista, fundamentada en el hecho de que la cuestión principal hoy es el enfrentamiento Norte-Sur".
- "Por su parte el Ejército paraguayo sostuvo que los conflictos emanados del Nuevo Orden Internacional no tienen ahora fronteras ideológicas sino de otro

tipo, y en la reseña de los intereses políticos estratégicos comunes a la región" incluyó (textual) "el problema de la Deuda impagable, es la más grave amenaza a su desarrollo, estabilidad y seguridad".

- "Mientras otros criticaron el Nuevo Orden Internacional, el papel imperial de las Fuerzas Multinacionales de Despliegue Rápido, el peligro que encierran, la amenaza que significan los "nuevos" conceptos, etc., la delegación uruguaya terminó ofreciendo entrenar gente de los ejércitos mercosurianos en su recién creada "Escuela de Operaciones de Mantenimiento de la Paz". Es muy probable que dicha delegación y su performance tenga, dentro de las FF.AA. en Uruguay, tantos críticos como los que tuvo Cubilla en la Copa América".
- "Venezuela ha mostrado el nacimiento y crecimiento (en materia de popularidad) del CoMaCaTes (Movimiento de Comandantes, Mayores, Capitanes y Tenientes) como factor decisivo en la caída de Carlos Andrés PEREZ, con el agregado del peculiar acercamiento a "Causa R", la fuerza de izquierda también emergente".
- "Uruguay, por su parte, mostró ante el mundo su "Guardia de Artigas" con proclamas antiimperialistas, bombazos y todo".
- En El Salvador, los EE.UU. "apoyó y apoya las negociaciones de paz y por lo tanto al F.M.L.N. cuando los acuerdos son cumplidos religiosamente. A su vez la "Embassy" debe enfrentarse a los sectores de ultraderecha salvadoreños que se niegan a cumplir dichos acuerdos. Por su parte, dichos sectores -que incluyen mayoritariamente a militares- levantan en protesta banderas antiimperialistas".
- En otro artículo, FERNANDEZ HUIDOBRO profundiza en el tema, afirmando que "la izquierda se verá conmovida por el siguiente dilema: o con un "renacido" nacionalismo de derecha que ofrece y pide alianzas contra el imperialismo; o con el imperialismo que ofrece y pide alianzas contra los "renacidos" movimientos cívico-militares nacionalistas de derecha", y agrega que "rota la bipolaridad, el único gran problema será con el Tercer Mundo ... los militares tercermundistas no están en condiciones de lesionar la seguridad de los EE.UU., pero sí de generar inestabilidad... Es por eso que

ahora desde los EE.UU. se propone sustituir la Doctrina de Seguridad Nacional por la de Estabilidad Nacional (y mundial)... Los militares venezolanos acusan al Instituto PEITHO y a Juan RIAL como agencias del imperialismo y elaboradores del denominado 'Manual BUSH', por lo cual podemos saber realmente porque fue puesta una bomba en Montevideo". Asimismo sostiene que "lo que los militares están discutiendo no son 'pavadas' ni para ellos ni para nadie y la izquierda corre el riesgo de quedar al margen o de ser usados".

SET93.- El quincenario "TUPAMAROS" publica un artículo en el que reproduce un documento elaborado por el Gral. de Brig. venezolano VISCONTI OSORIO, quien afirma que EE.UU. pretende acelerar la ofensiva sobre la soberanía de los países latinoamericanos, para lo cual necesita reducir a los Ejércitos de la región a Guardias Nacionales, ocupando la Junta Interamericana de Defensa (J.I.D.), ese espacio, como fuerza de intervención de la O.E.A., que a su vez se transformaría en apéndice del Consejo de Seguridad de la O.N.U. Al respecto la publicación agrega que en diversas FF.AA. del continente, se marcan dos sectores, uno dispuesto a una aceptación más o menos negociada de los planes norteamericanos, y otro que no admite dejar a un lado su concepción de salvaguardia de la soberanía y el desarrollo.

OCT93.- En el acto recordatorio de la muerte de Ernesto GUEVARA y de "la toma de la ciudad de Pando", José MUJICA hace uso de la palabra centrando su discurso en el Nuevo Orden Internacional y en la problemática de las FF.AA. Entre otros conceptos destaca:

- "Las izquierdas de América Latina corren el peligro de quedar a la derecha del mundo de algunas definiciones militares".
- "Los milicos analizan y aprenden; los milicos que más piensan saben que a la hora señalada hay que tener al pueblo atrás; se hacen la autocrítica y han aprendido que lo esencial de las cuestiones no se decide en los cuarteles sino en el corazón del pueblo, y piensan y estudian y se organizan midiendo las consecuencias de todas las cosas".
- "Se está instrumentando un gobierno mundial, en el cual la soberanía es un concepto antiguo y en el cual el Comandante en Jefe del Ejército se está

quedando sin tropas; se está haciendo pelota al Ejército uruguayo y a todos los ejércitos de América Latina".

- "Las potencias se han atribuido el derecho de intervenir en terceros países, cuando consideren que la paz y la democracia con sus intereses se ven afectados; el N.O.I. necesita fuerzas stand by, fuerzas militares amartilladas a la orden del Consejo de Seguridad".

Posteriormente "MATE AMARGO" publica integralmente estas declaraciones bajo el título "SIN FUERZAS ARMADAS NACIONALES NO HAY SOBERANIA POSIBLE".

MAR74.- Dos meses después del levantamiento de Chiapas (Mexico), "MATE AMARGO" dedica su editorial al tema asociándolo además a la problemática nacional, afirmando:

- "Es que el carácter esencialmente dictatorial del nuevo orden internacional dirigido por los EE.UU. desvirtúa los regímenes parlamentarios y las instituciones democráticas de los países subordinados a las directivas del F.M.I., el pentágono y el Departamento de Estado".
- "En América Latina los gobiernos no gobiernan y los parlamentos sólo parlamentan lo que les está permitido. No hay democracia porque no hay soberanía nacional. Y esa realidad determinada por el nuevo orden mundial, por la nueva dictadura internacional, define el carácter justo de los movimientos armados anti-yanquis, anti-neoliberalismo salvaje, porque son la única salida a la desesperación".

Y con respecto a nuestro país sostiene:

- "A la vez, el hacer política con armas para negociar (con el poder) abre una montaña de interrogantes: ...¿que hacer con un gobierno que sigue desnacionalizando las FF.AA., para reducir las al papel de agentes de segunda en la política del mundo?...  
¿Habrá que esperar los despertadores espontáneos?  
¿Habrá que organizar el despertar del pueblo trabajador?".-

Este sustancial cambio de postura, por parte de quienes se enfrentaron militarmente a las FF.AA. en el pasado, se produce en medio de un proceso mundial

signado por el fin de la "bipolaridad", y el surgimiento del rol hegemónico de los EE.UU., particularmente en el campo militar y diplomático, con las publicitadas presiones a los gobiernos de esta región en el sentido de sanear las economías en perjuicio de sus presupuestos militares. A su vez la materialización de este ajuste genera reacciones de diversa magnitud en el seno de las distintas FF.AA., que en nuestro caso fueron valoradas positivamente por parte del M.L.N.-T, que vislumbró la posibilidad real de pasar a "compartir" un enemigo común con sus tradicionales adversarios. Ello se vio enriquecido en innumerables oportunidades en que connotados funcionarios norteamericanos insistieron sobre el tema, anunciando globalmente el advenimiento de un Nuevo Orden Mundial a partir del derrumbe del bloque socialista y con él la finalización del conflicto ESTE-OESTE. De las distintas descripciones o percepciones que existen sobre este llamado Nuevo Orden Mundial el M.L.N.-T se afilia a aquella que sostiene que el actual conflicto se resume en un enfrentamiento NORTE-SUR, en el que EE.UU. a través de su actual liderazgo busca imponer su voluntad a los países del "Tercer Mundo", recurriendo generalmente a la O.N.U. para imprimir una imagen internacionalista o multinacional a sus acciones principalmente militares y diplomáticas.

En este esquema surge el concepto de "Doctrina de Estabilidad Nacional" (en sustitución del de "Seguridad Nacional"), considerado como el más apropiado para asegurar la consolidación o imposición de los sistemas democráticos y consecuentemente el desarrollo del "Modelo Neo-Liberal".

Siempre, según este enfoque, el principal riesgo lo constituye el costo social que dicho proceso genera, con la peculiaridad de que en este caso las FF.AA. sufren los mismos efectos que "los sectores más castigados" de la sociedad lo cual las induce a abandonar gradualmente su función de "brazo armado de la oligarquía" para aproximarse a los "intereses populares". Este es precisamente el nuevo "ámbito de coincidencia" que se busca potenciar.

En este sentido debemos tener particularmente en cuenta las diversas experiencias comunes que en la actualidad desarrollan numerosas familias del Personal Militar en las zonas marginales donde habitan, en las que junto a ciudadanos de todos los orígenes políticos intentan hallar los mecanismos para resol-

ver sus problemas más acuciantes; necesidades básicas no satisfechas por las autoridades nacionales ni municipales.

### 3.4.- DOCUMENTO "MARCO GLOBAL"/CONGRESO DEL F.A.

En MAY94, el Organo de Conducción Política (O.C.P.) del F.A., elabora un documento conocido como "Marco Global para el Plan de Gobierno 1995-2000" respaldado por los sectores "renovadores" y que pretende ser una base de discusión para los diversos organismos de la coalición, en vistas al congreso que se realizaría en el mes de JUL94. En lo concerniente a las FF.AA. se destaca la inserción de las mismas en las tareas de "acción cívica":

"Se preservará y estimulará la prestación de servicios de interés social en el marco de un adecuado relacionamiento, todo ello de acuerdo con el concepto de Defensa Nacional".

Este enunciado provocó duros cuestionamientos por parte del "espacio radical", que en el transcurso del Congreso consiguió revertir dicho planteamiento, al aprobarse por mayoría que:

"Las FF.AA. no serán empleadas en 'planes de desarrollo' ni 'acción cívica' que respondan a la estrategia del sistema militar panamericano. Podrán ser excepcionalmente empleadas en casos de conmoción interior (calamidades, inundaciones) y solamente bajo efectivo control legislativo".

Todo este tema en particular, está directamente relacionado con la eventualidad del uso de las FF.AA. en el mantenimiento del orden público, es decir la ejecución de tareas policiales, para lo cual incluso el P.E. presentó un proyecto de Ley tendiente a otorgarle marco jurídico.

Analistas frenteamplistas entienden que de consagrarse tal propuesta, de hecho implicaría una transformación de las mismas, ajustándose más al concepto de "guardias nacionales", empeñadas en el orden y seguridad interior. La enérgica defensa del rol tradicional de las FF.AA., rescatando la Ley Orgánica 10050 del año 1941 que limita su misión exclusivamente a hipótesis de agresión exterior, obedece a la necesidad estratégica de apartar a las FF.AA. de los ámbitos de decisión nacionales, ubicándolas en primera instancia en una posición neutra, apostando a que luego se integrarán gradualmente al "proceso de cambios profundos".

En JUL94 el Poder Ejecutivo remitió al Parlamento un Proyecto de Ley por el cual se pretendía otorgar jurisdicción nacional al Regimiento Guardia Republicana. Precisamente los sectores políticos que expusieron una oposición más firme a dicha iniciativa fueron el M.L.N. y el M.26 M., quienes a través de sus órganos de prensa se encargaron de denunciar el "intento encubierto" de crear una "Guardia Nacional", afirmando que ello responde a lineamientos de los EE.UU.. El 15SET94, el dirigente tupamaro E. FERNANDEZ HUIDOBRO durante el desarrollo de una conferencia de prensa expresó:

"Acá va a haber enfrentamientos dentro del Ejército, porque la creación de una Guardia Nacional para la custodia de la frontera y de todo el país, con aumento de efectivos a lo largo del tiempo, es una sustitución de gran parte de las tareas que actualmente cumplen los militares".

"Esto es coherente con el mandato que viene de los centros imperiales, que tratan de disolver en el Tercer Mundo a las FF.AA. tradicionales, transformándolas en grupos de despliegue rápido al servicio de las NN.UU. o de otro gran gobierno poderoso del planeta".

### **3.5.- POSICION DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO**

- Esta organización frenteamplista también se ha destacado en su atención al "tema militar", denunciando la omisión de su tratamiento por parte de la gran mayoría de los responsables políticos del país.

A través de las páginas de su órgano de prensa "LA JUVENTUD" ha dedicado numerosos artículos editoriales al tema; uno de ellos publicado el pasado 15OCT94, afirma entre otras cosas:

"No olvidemos que el Presidente CLINTON tiene en su agenda para la 'Cumbre de las Américas', la constitución de una Fuerza Multinacional bajo el mando de la O.E.A.".

"En esta realidad mundial y regional, no existen razones que lleven a poner en cuestión la necesidad de que el Uruguay renuncie a contar con las FF.AA.; componente militar de la Defensa Nacional. Renunciar a la existencia de las FF.AA. supondría renunciar, de hecho, al ejercicio de uno de los aspectos esenciales de la soberanía nacional; la



defensa de las fronteras y de la integridad del territorio nacional".

"... el proceso de 'reestructura' al que se encuentran sometidas las FF.AA. de todo el mundo responde a dos grandes factores, vinculados pero no absolutamente asimilables; la necesidad de adaptar las FF.AA. a la nueva realidad internacional una vez superada la etapa de la Guerra Fría y la reducción del gasto militar".

"... si el sistema político persiste en su actual 'omisión', el país corre el riesgo de que el componente militar de la defensa nacional 'autogenera' su propia doctrina o ella le sea impuesta desde los centros mundiales de poder".

"... en la definición de estas trascendentes cuestiones, debe necesariamente intervenir el conjunto del gobierno y no solamente el Ministro de Defensa Nacional. Resulta evidente, sin embargo, que a los cuadros de las FF.AA., quienes por su propia formación y tareas estudian estos temas, también corresponde una cuota inevitable de responsabilidad en la elaboración de la doctrina de seguridad y defensa nacionales".

#### 4.- CONCLUSIONES Y PERSPECTIVAS.

El F.A.-E.P. considera altamente probable conquistar el gobierno nacional en NOV/99 y en tal perspectiva se abocará en breve a redefinir un conjunto de temas que conformen el "Programa Alternativo de Gobierno". En particular el tratamiento de la "cuestión militar" tradicionalmente ha constituido un factor de enfrentamiento interno debido a las posiciones divergentes de los grupos que integran la coalición. Por una parte el espacio "marxista clásico" sostiene la necesidad de desarrollar una política de aproximación hacia las FF.AA. a través de sus cúpulas, y a su vez promover su "democratización", es decir que la interna militar sea un fiel reflejo de la diversidad política que exhibe la "sociedad civil".

En cuanto al rol de las FF.AA. lo circunscriben a la defensa ante ataque exterior, descartando su participación en tareas de seguridad interior, de manera de apartar a las mismas de los ámbitos de decisión nacional.

Admiten sin embargo actividades militares conocidas como "acción cívica".

Por su lado, el espacio "radical", en particular el M.L.N-T que en el pasado enfrentara militarmente a las FF.AA., a partir de 1985 valoró como excesivo el poder político que deten-

taban ("democracia tutelada"), considerando necesario abstraerlas de cualquier función de carácter interno, solo exceptuando casos de "calamidades, inundaciones, etc.". Este delicado tema se intentó conciliar con la creación de una Comisión de Defensa Nacional del F.A., que mas allá de desarrollos teóricos nunca alcanzó un grado significativo de incidencia.

A partir de la conquista del gobierno municipal de Montevideo, los principales dirigentes "renovadores" del F.A. comenzaron a exhibir una actitud de "aproximación" a las FF.AA., es decir una política por la vía de los hechos más que por principios programáticos.

Los sectores radicales, particularmente el M.L.N-T y el M26M, reformularon su postura hacia las FF.AA., partiendo de un nuevo enfoque globalista según el cual el fin de la "Guerra Fría" dio paso al desarrollo de un "Nuevo Orden Mundial" que sustituye el enfrentamiento ESTE-OESTE por el NORTE-SUR. En base a sus enunciados, este proceso liderado por los EE.UU. amenaza a las soberanías nacionales de estas latitudes, en cuyo marco es imprescindible modificar el rol de las FF.AA. locales adaptándolas a funciones propias de "Guardias Nacionales". De esta manera, se sostiene, se busca asegurar el "orden interno" frente al "costo social" generado por la aplicación del modelo neoliberal, pues las actuales FF.AA. al verse seriamente afectadas por esta política, no ofrecen las garantías suficientes para ejecutar ese papel.

Paradójicamente, en esta nueva coyuntura, nada menos que la organización que en el pasado enfrentó militarmente a las FF.AA., muestra un desplazamiento, por lo pronto discursivo, hacia posiciones de corte "nacionalistas" (también citadas como "populistas"), en las que eventualmente pueden cohabitar con sectores castrenses.

Esta tendencia metodológica observada en el último período seguramente continuará, reforzada desde el ámbito parlamentario en virtud del resultado electoral (el M.P.P. obtuvo tres bancas). A ello debemos sumar el trabajo social que se desarrolla en las zonas más carenciadas donde se destaca una fuerte presencia de familias militares, compartiendo problemas y experiencias comunes.

Este complejo proceso dificulta determinar los efectos reales que dicha metodología provoca hacia la interna militar, y sólo puede ser contrarrestado con una nítida presencia institucional en esas áreas, ejecutando obras de interés social con la colaboración estrecha de los propios necesitados, militares y civiles.

## CUMBRE DE LAS AMERICAS

## A - ANTECEDENTES:

Esta es la tercera oportunidad en que se reúnen los presidentes americanos.- la primera vez lo hicieron en el año 1956 en Panamá, en plena guerra fría, allí se reunieron con EISENHOWER seis dictadores, cuatro militares y solo cuatro presidentes elegidos democráticamente.

En 1967, reunidos en Punta del Este, los presidentes americanos se comprometieron a poner en marcha "en un plazo no mayor de quince años" el Mercado Común Latinoamericano, como base de la integración económica con un resultado negativo hasta la fecha.- En esa oportunidad el clima era otro porque había aumentado el número de presidentes democráticos. Es de destacar que en su visita John Kennedy a Punta del Este en el año 1962 trató de dar impulso a la Alianza para el Progreso, como una nueva orientación en la política de Cooperación Continental.

Las iniciativas para el acercamiento cooperativo entre el Norte y el Sur del Continente son de vieja data, América Latina aspira obtener un desarrollo económico que permita mejorar el nivel de vida de su población. Hasta la fecha han existido incontables negociaciones e iniciativas con sus correspondientes frustraciones, los mecanismos de asistencia y cooperación han resultado siempre insuficientes frente a las necesidades reales y a reclamos muchas veces politizados.- Los gobiernos de la región sólo excepcionalmente han atinado a poner orden en las economías, las que, como resultado de lo anterior han crecido muy lentamente sin poder achicar la brecha que las separa de los países industriales.

El 09DIC94 en la ciudad de Miami, se reunieron 34 presidentes y sus primeros Ministros para celebrar la Cumbre de las Américas, no fue convocado Fidel Castro y en la mesa de reuniones no se contó con la asistencia de militares ni dictadores.

El gran tema a tratar sería la apertura económica y la creación de mercados para latinoamérica. A la vez de reconocer los países la insuficiencia de sus mercados internos para crecer. Nace entonces un motivo de convergencia bien distinto de la antigua alianza anticomunista.- EE.UU. sabe que Europa de un lado y Asia del otro pertenecen en gran medida a otros jugadores del gran juego como Alemania o el Japon; existe conciencia que en América los espera su principal mercado externo, lo que podríamos llamar su "Area de Influencia".-

## B - PARTICIPANTES:

Antigua y Barbado.....Presidente Lester BIRD  
Argentina.....Presidente Carlos MENEM  
Bahamas.....Primer Mtro. Huber INGRAHAM  
Barbados.....Primer Mtro. Owen ARTHUR  
Belice.....Primer Mtro. Manuel ESQUIVEL  
Bolivia.....Presidente Gonzalo SANCHEZ DE LOZADA  
Brasil.....Presidente Itamar FRANCO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Organización de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Emisión 12 ENE. 1995
Para o <i>Adj. Vo. de II - Jefe Odo</i>
Nº. de Orden 9500336

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha <i>11/2/95</i>
Para a <i>S.D.I.</i>
Nº de Identificación 9500334

001/6

Canadá.....Primer Mtro. Jean CHRETIEN  
 Chile.....Presidente Eduardo FREI  
 Colombia.....Presidente Ernesto SAMPER PIZANO  
 Costa Rica.....Presidente José FIGUERES OLSEN  
 Dominica.....Primera Mtra. Eugenia CHARLIES  
 Ecuador.....Presidente Sixto DURAN BALLEEN  
 El Salvador.....Presidente Armando CALDERON SOL  
 EE.UU.....Presidente Bill CLINTON  
 Grenada.....Primer Mtro. Nicholas BRAITHWAITE  
 Guatemala.....Presidente Ramiro DE LEON CARPIO  
 Guyana.....Presidente Cheddi JAGAN  
 Haití.....Presidente Jean Bertrand ARISTIDE  
 Honduras.....Presidente Carlos REINA IDIAQUEZ  
 Jamaica.....Primer Mtro. Percival PATTERSON  
 México.....Presidente Ernesto ZEDILLO  
 Nicaragua.....Presidente Violeta CHAMORRO  
 Panamá.....Presidente Ernesto PEREZ BALLADARES  
 Paraguay.....Presidente Juan Carlos WASMOSY  
 Perú.....Presidente Alberto FUJIMORI  
 República Dominicana.....Presidente Joaquín BALAGUER  
 San Cristóbal y Nevis.....Primer Mtro. Kennedy SIMMONDS  
 Santa Lucía.....Primer Mtro. John COMPTON  
 San Vicente y Las Granadinas...Primer Mtro. James MITCHELL  
 Surinam.....Presidente Ronald VENETIAAN  
 Trinidad y Tobago.....Primer Mtro. Patrick AUGUSTUS  
 Uruguay.....Presidente Luis A. LACALLE  
 Venezuela.....Presidente Rafael CALDERAS

C - PLANTEOS DE ALGUNOS PAISES INTERVINIENTES

Argentina:

- El gobierno argentino planteó la necesidad de que EE.UU. abandone su política de subsidios y eliminen trabas a las exportaciones latinoamericanas.
- En cuanto a la seguridad continental propuso la eliminación de las armas de destrucción masiva.- Logró además que se incluya en la agenda el tema del terrorismo buscando apoyo para la creación de una unidad para la lucha antiterrorista similar a la creada frente al narcotráfico.

Colombia:

- Propuso el más severo y completo estatuto para evitar la legalización del dinero proveniente del narcotráfico.-
- Controlar la capacidad financiera del crimen organizado para poder debilitar la efectividad en el tráfico de estupefacientes.

Chile:

- El Presidente Eduardo Frei, abogó en la sesión plenaria por un "proceso normalizador de las distintas iniciativas de integración".-
- Sostuvo que apoya el principio de regionalismo abierto, siendo contrario a la construcción de bloques comerciales cerrados.

Canadá.....Primer Mtro. Jean CHRETIEN  
 Chile.....Presidente Eduardo FREI  
 Colombia.....Presidente Ernesto SAMPER PIZANO  
 Costa Rica.....Presidente José FIGUERES OLSEN  
 Dominica.....Primera Mtra. Eugenia CHARLIES  
 Ecuador.....Presidente Sixto DURAN BALLEEN  
 El Salvador.....Presidente Armando CALDERON SOL  
 EE.UU.....Presidente Bill CLINTON  
 Grenada.....Primer Mtro. Nicholas BRAITHWAITE  
 Guatemala.....Presidente Ramiro DE LEON CARPIO  
 Guyana.....Presidente Cheddi JAGAN  
 Haití.....Presidente Jean Bertrand ARISTIDE  
 Honduras.....Presidente Carlos REINA IDIAQUEZ  
 Jamaica.....Primer Mtro. Percival PATTERSON  
 México.....Presidente Ernesto ZEDILLO  
 Nicaragua.....Presidente Violeta CHAMORRO  
 Panamá.....Presidente Ernesto PEREZ BALLADARES  
 Paraguay.....Presidente Juan Carlos WASMOSY  
 Perú.....Presidente Alberto FUJIMORI  
 República Dominicana.....Presidente Joaquín BALAGUER  
 San Cristóbal y Nevis.....Primer Mtro. Kennedy SIMMONDS  
 Santa Lucía.....Primer Mtro. John COMPTON  
 San Vicente y Las Granadinas...Primer Mtro. James MITCHELL  
 Surinam.....Presidente Ronald VENETIAAN  
 Trinidad y Tobago.....Primer Mtro. Patrick AUGUSTUS  
 Uruguay.....Presidente Luis A. LACALLE  
 Venezuela.....Presidente Rafael CALDERAS

C - PLANTEOS DE ALGUNOS PAISES INTERVINIENTES

Argentina:

- El gobierno argentino planteó la necesidad de que EE.UU. abandone su política de subsidios y eliminen trabas a las exportaciones latinoamericanas.
- En cuanto a la seguridad continental propuso la eliminación de las armas de destrucción masiva.- Logró además que se incluya en la agenda el tema del terrorismo buscando apoyo para la creación de una unidad para la lucha antiterrorista similar a la creada frente al narcotráfico.

Colombia:

- Propuso el más severo y completo estatuto para evitar la legalización del dinero proveniente del narcotráfico.-
- Controlar la capacidad financiera del crimen organizado para poder debilitar la efectividad en el tráfico de estupefacientes.

Chile:

- El Presidente Eduardo Frei, abogó en la sesión plenaria por un "proceso normalizador de las distintas iniciativas de integración".-
- Sostuvo que apoya el principio de regionalismo abierto, siendo contrario a la construcción de bloques comerciales cerrados.

- Defendió el derecho de avanzar hacia el libre comercio de los países que, por circunstancias especiales, están en condiciones de hacerlo en forma más rápida que otras (caso Chile).- Chile será invitado formalmente por los socios del NAFTA a negociar su adhesión al pacto.

Brasil:

- Abogó por el pronto levantamiento de las prácticas proteccionistas en el Continente Americano, en alusión a EE.UU.-
- Destacó el avance democrático del Continente que dejó atrás las dictaduras, combatir la pobreza es lo que más le preocupa.

Bolivia:

- El Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, fué uno de los que tempranamente planteó el tema del libre comercio e instó a alcanzar "rápida y agresivamente" esa meta.-

México:

- Procuró particularmente, una condena general a la Proposición 187 aprobada en California, a través de la cual se niega salud y educación a los indocumentados y a sus hijos.

EE.UU.:

- Anunció su intención de crear una zona de Libre Comercio que abarque todo el hemisferio hacia el año 2005.-
- Destacó que insistirá en toda negociación comercial en el respeto de las normas laborales internacionalmente aceptadas y el compromiso de respetar el medio ambiente.
- La oferta de ingreso al Tratado de Libre Comercio (TLC) extendida a Chile, fue la garantía ofrecida por Washington de que la integración está en marcha.

Uruguay:

- En el aspecto político, propuso ajustar los mecanismos de lucha contra el terrorismo mediante la aprobación de normas internacionales.-
- Fortalecer el papel de la OEA como principal organismo instrumentador de lo que resuelva la Cumbre en materia económica y comercial.-
- La aprobación final de la Ronda Uruguay del GATT, instrumento clave para agilizar el intercambio.-
- Aperturas de mercados por parte de EE.UU.-
- Cooperación hemisférica donde se incluyan temas tales como el Mercado Común del Conocimiento (consiste en acercar la oferta educativa al mayor número de gente a través de los medios electrónicos), concepto que además se complementa con el de la "Supercarretera informática".

D - RESOLUCION FINAL

Al clausurarse la cumbre, los dignatarios signaron y emitieron dos documentos que contienen todos los puntos considerados.

Estos documentos son lo que se ha dado a conocer como la Declaración de Principios y el Plan de Acción de la Cumbre.

En la ceremonia de clausura hizo uso de la palabra el Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, el uruguayo Cr. Enrique Iglesias, quien anunció que esa institución pondrá todos los recursos disponibles a trabajar para la concreción de los planes de acción.

Los principales asuntos tratados por los Presidentes y lo resuelto al respecto fue lo siguiente.

- AREA DE LIBRE COMERCIO: se resolvió lanzarla e iniciar el proceso a partir de enero con el inicio de programa de trabajo y establecer fechas para la realización de Foros especiales, que analizarán los diferentes acuerdos comerciales ya existentes en la región de modo de compatibilizarlos, incluyendo entre otros, la revisión de la Comisión Especial de Comercio de la OEA.-
- Junio de 1995, se prevé una reunión de Ministros relacionados con el comercio, donde se brindarán informes preliminares de los foros mencionados y se establecerán temas y áreas de consideración inmediata.-
- Marzo de 1996, se efectuará otro encuentro de Ministros y deberán producirse los informes finales de los foros y de la Comisión precitada estableciéndose el calendario para los trabajos posteriores.-
- Los presidentes se comprometieron a concretar avances sustanciales para antes de fin de siglo y culminar el proceso negociador para el año 2006.
- FORTALECIMIENTO DE LA DEMOCRACIA: Se dispusieron una serie de acciones como son la ratificación de los Protocolos de "Cartagena de Indias", "Washington" y "Managua", a la Carta de la OEA.
- PROMOCION Y DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS: Se acordó una amplia cooperación nacional y regional que incluye acciones en temas tales como los derechos de la mujer, los indígenas, programas educativos, los discapacitados, los niños, los trabajadores migrantes, y capacitación para los agentes encargados del cumplimiento de la Ley y las fuerzas de seguridad.
- FORTALECIMIENTO DE LA PARTICIPACION COMUNITARIA: Se acordó revisar el marco normativo para los actores no gubernamentales, con miras de facilitar su funcionamiento.- Se adoptarán medidas para mejorar la participación de los grupos tradicionalmente marginados, intercambiándose informes sobre los indicios que se registren en el campo de la sociedad civil, a ser analizados en la próxima Conferencia Cumbre sobre Desarrollo Sostenible que tendrá lugar en Bolivia en 1996.-
- PROMOCION DE VALORES CULTURALES: Se alentarán relaciones más dinámicas entre las instituciones y organizaciones públicas y privadas; reconociéndose la diversidad cultural y el valor de las mismas. También se solicita a la OEA y al BID que fortalezcan sus planes y programas para facilitar estos intercambios y el flujo de información cultural e histórica en y entre las naciones.



- COMBATE A LA CORRUPCION: Se implementaron una serie de medidas que abarcan una serie de reformas para lograr transparencia y efectiva fiscalización de las cuentas de las funciones del Gobierno, al tiempo de fortalecer la supervisión, investigación y cumplimiento de las leyes.-
- LUCHA CONTRA EL NARCOTRAFICO: Se adoptaron medidas con una cooperación amplia para combatir la producción, comercialización y distribución de narcóticos y un frontal ataque a las cadenas de lavado de dinero proveniente de esas actividades.
- FOMENTO DE LA CONFIANZA MUTUA: Los Gobiernos decidieron apoyar las acciones que estimulen un dialogo regional para promover el fortalecimiento de la confianza mutua entre estados, preparando el camino para una conferencia regional sobre medidas de fomento de la confianza en 1995, la cual, posiblemente, tendrá lugar en Chile.
- INFRAESTRUCTURA: Se encargará a los Bancos de Desarrollo multilaterales a que colaboren con los Gobiernos y empresas privadas, a fin de elaborar mecanismos para tratar los asuntos relativos al crédito y a las inversiones; se aprovecharán otras experiencias regionales y subregionales del hemisferio para apoyar el desarrollo de la infraestructura.
- COOPERACION ENERGETICA: Se convocará a una reunión de seguimiento de representantes hemisféricos en el primer semestre de 1995, para fomentar la cooperación en el desarrollo de la industria energética del Hemisferio, con estrategias nacionales para la obtención y/o creación de energía menos costosa y con todas aquellas actividades relacionadas con la temática.
- TELECOMUNICACIONES E INFRAESTRUCTURA DE INFORMACION: Se comprometieron a satisfacer las necesidades dedicándose a acciones múltiples, tales como: aliento a la inversión privada para aumentar su participación en los sectores mencionados, promover la competencia, implementar marcos reglamentarios flexibles estimulando la diversidad de contenido en los mismos incluyendo lo cultural y lingüístico, proporcionar acceso a las redes de información y asegurar un servicio universal, de modo que todos los miembros de las sociedades reciban los beneficios de la infraestructura de la información.
- ACCESO UNIVERSAL A LA EDUCACION: Los Gobiernos garantizarán el acceso universal a una educación primaria de calidad, colaborando con los sectores públicos y privados, con el apoyo de los instituciones multinacionales. Procurarán alcanzar para el año 2010 una tasa de conclusión de la escuela primaria del 100% y una tasa de inscripción en la secundaria del 75%, como mínimo; elaborarán programas para erradicar el analfabetismo, impedir el ausentismo escolar no justificado y mejorar la capacitación de los recursos humanos.
- ACCESO EQUITATIVO A LOS SERVICIOS DE SALUD: Se adoptaron múltiples medidas para concretar este objetivo.-

- OTROS TEMAS: El fortalecimiento del papel de la mujer en la sociedad; el fomento de las micro y pequeñas empresas; la creación de los "Cascos Blancos" (cuerpo de voluntarios para trabajar a nivel nacional, y estar a disposición de otros países hemisféricos, para la prevención, alivio, rehabilitación, cooperación técnica y social frente a desastres naturales, necesidades sociales y emergencias); la alianza para el uso sostenible de la energía; la alianza para la biodiversidad (que implica el desarrollo e implementación de políticas, técnicas y programas que conserven y utilicen racionalmente los recursos terrestres, costeros y marinos de la región) y la alianza para la prevención de la contaminación.

#### E - CONCLUSIONES:

La Cumbre de las Américas, esperada con cierto escepticismo generalizado, ha concluido, sin embargo, con resultados que pueden ser considerados positivos. Hay ahora una agenda establecida para la integración comercial, que se irá haciendo más precisa e irá proponiendo objetivos más concretos a medida que avancen las negociaciones. Será necesario definir, por ejemplo, si países o bloques se irán incorporando de a uno a partir del 2005 -como ahora Chile- cuáles serán los requisitos para que una nación sea considerada en condiciones de ser admitida en la zona de libre comercio, quien y como evaluará los progresos que cada país haga en el cumplimiento de los objetivos acordados. Es de destacar que Argentina abogó por la eliminación de los subsidios por parte de EE.UU., país que se opuso a la iniciativa, lo que estaría demostrando que más allá de las propuestas integradoras, subsisten políticas activas y defensivas por parte de países que no están dispuestos a modificar sus intereses productivos.

Un hecho que merece ser destacado, por cuanto significa un cambio histórico en el pensamiento político de la región, ha sido la insistencia y el interés de los participantes latinoamericanos los que presionaron en favor de una amplia y rápida apertura comercial y una liberalización general del intercambio hemisférico, y los que hicieron posible que, en lugar de ser una vaga declaración de propósitos, el documento final incluya una fecha y un objetivo preciso. Los frutos más específicos se apreciarán en el futuro, a medida que las propuestas realizadas tomen la forma de medidas y políticas específicas sobre todo en la regulación económica de cada uno de los países intervinientes.

005/6

79500334

10-GEN-1995 12:57

DNII SECRETARIA PRIVADA

005982910319

P.01

PAX N° 025/95



*Ministerio del Interior*

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

SECRETARIA

Montevideo, enero 10 de 1995.

PARA CONOCIMIENTO, SE TRANSCRIBE INFORMACION DE INTERES POR EL MOMENTO ACTUAL QUE NOS HA HECHO LLEGAR UNA AGENCIA AMIGA:

ASUNTO: BILAL BARHUMI - INFORMANTE INOPORTUNO - NOTA INFORMATIVA

1. EN EL ULTIMO PERIODO SE HAN RECIBIDO EN DIVERSOS SERVICIOS INFORMES SOBRE PROPOSITOS DE COMETER UN ATENTADO, Y ENTRE LOS QUE EJECUTARIAN EL ATENTADO SE MENCIONABA A NADIA SALMAN, SADALLAH MUHAMAD ALI SHARIF Y BILAL BARHUMI.

2. LOS MENCIONADOS SON CONOCIDOS COMO SE DESCRIBE A CONTINUACION:-  
A. POR UN INFORME ACTUALIZADO A 1990, PERTENECEN A UN GRUPO DE LIBANESES QUE PARTIO A FRANCIA PARA COMETER UN ATENTADO CONTRA UN DIPLOMATICO SAUDITA. SEGUN ESE INFORME, BILAL BARHUMI FUE SENALADO POR DIVERSOS FACTORES DE INTELIGENCIA COMO UN ESTAFADOR DE INTELIGENCIA.

B. SEGUN UN INFORME DE DICIEMBRE DE 1994, LOS CITADOS INTEGRAN UN GRUPO DE TERRORISTAS QUE PLANEAN COMETER ATENTADOS EN ESPANA Y CONTRA UN OBJETIVO ISRAELI EN GRECIA.

C. EN OTRO INFORME DE DICIEMBRE DE 1994 FUERON MENCIONADOS (SIN EL NOMBRE DE BARHUMI) COMO QUIENES COMPONEN UN GRUPO QUE PLANEA COMETER VARIOS ATENTADOS A COMIENZOS DE ENERO DE 1995 CONTRA INSTITUCIONES U ORGANIZACIONES FRANCESAS O ISRAELIES.

3. BILAL BARHUMI SE HA OFRECIDO EN EL PASADO EN DIVERSOS SERVICIOS, HABIENDO ENTREGADO ALERTAS (QUE NO SE HAN CONCRETIZADO), Y QUE INCLUIAN SU NOMBRE COMO UNO DE LOS QUE COMETERIAN LOS ATENTADOS. FUE SENALADO Y DEFINIDO POR DISTINTOS SERVICIOS COMO UN ESTAFADOR DE INTELIGENCIA.

4. SOLICITAMOS PRESTEN ATENCION A LA POSIBILIDAD DE QUE BILAL BARHUMI DECIDIO OFRECERSE NUEVAMENTE, Y VENDE NUEVAMENTE ALERTAS RELACIONADAS CON DIVERSAS REGIONES DEL MUNDO.

5. SIN EMBARGO, DESEAMOS SENALAR QUE EL SENSIBLE PERIODO ACTUAL IMPLICA LA NECESIDAD DE ESTAR ATENTOS. POR LO TANTO, A PESAR DE QUE CONSIDERAMOS QUE BILAL BARHUMI ES UN ESTAFADOR DE INTELIGENCIA, EN NUESTRA OPINION SE DEBE RECIBIR SUS INFORMES, Y EXAMINAR EL CONTENIDO DE LOS MISMOS.

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

INSPECTOR GENERAL

SUB DIRECTOR GENERAL

DISTRIBUCION

-JEFATURAS DE POLICIA DE TODO EL PAIS.

-SR. SUBDIRECTOR GENERAL DE SECRETARIA (INTERIOR)

-SR. DIRECTOR DE LA D.G.I.D.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 10/1/95  
Pasa a SECRETARIA  
N° de Identificación 9500335

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Direccion General de Informacion e Inteligencia  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 13 ENE. 1995  
Pasa a BIOGRAFICO MILITAR  
N° de Orden 9500335

TOTAL P.01

11-10-95 12:59

001/1

FECHA 09/03/95  
INICIAL 75  
Procesado a Sistema DPX  
OBSERVACIONES

CORREGIDO  
F. 9/2/95  
Inic.: SM



# Ministerio del Interior

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELUENCIA

Montevideo, 10 de enero de 1995.-

## SITUACION DE LA COMPANIA DEL GAS.-

En el día de la fecha en horario de 11.40' a 13.15 se realizó en el local del Sindicato del Gas, sito en Convención Nro. 1131 una asamblea, al final de la cual se resolvió:

- Mantener el conflicto en todos sus términos;
- Rechazar la intimación de la Comisión Interventora de firmar la cesión de derechos laborales a GASEBA en un plazo de 5 días;
- Solicitar una entrevista con la Comisión de Legislación de Trabajo y con GASEBA; y
- Ampararse en el convenio de estabilidad laboral y pasar a cuarto intermedio hasta el día viernes 13.1.95.-

Finalmente es de mencionar que la empresa BASEBA se haria cargo de la compañía el día 13.1.95.-

Se Ampliará.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	11/1/95
Pasa a	CDI
Nº de Identificación	9500336

DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELUENCIA  
 INSPECTOR GENERAL  
 SAUL HUMBERTO CLAVERIA

MINISTERIO DEL INTERIOR	
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELUENCIA	
DEPARTAMENTO DE DEFENSA	
Fecha	12 ENE. 1995
Pasa a	Prog. Democracia
Nº de Identificación	9500336

## DISTRIBUCION:

- Sr. Inspector Nacional de Policía.-
- Sr. Jefe de Policía de Montevideo.-
- Sr. Director DGID.-

001/1

572 P01

5982\*475710

TUC

Dr. Biag  
 TOTAL P.01  
 9500336 01-10-95 15:00

P.007.4

Montevideo, enero 10 de 1995

1)-

INFORMACION GREFIALORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas y se esperan nuevas movilizaciones en el correr de la semana.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PUENA: En conflicto desde el pasado mes de diciembre debido al proceso de privatización de la empresa. En reunión que se llevó a cabo en la víspera en el Aeropuerto I. de Carrasco se evaluaron los pre parativos para el paro con asamblea convocado para el día de mañana. En la reunión prevista para el día de hoy tratarán las medidas a tomar a posteriori.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. En el día de la fecha, la asamblea general convocada para la hora 11:00 analizará la resolución de la Comisión Interventora sobre el plazo de cinco días para la cesión de los derechos laborales a la empresa adjudicataria (CASEBA). Se estudian dos mociones: la primera plantea el rechazo a dicha medida e inmediata ocupación y la segunda propone iniciar contactos con la empresa adjudicataria antes de tomar cualquier medida. Se pudo establecer además que la fecha en la cual CASEBA se haría cargo de la Compañía del Gas sería el próximo 13 del corriente.

CONSTANCIA: La asamblea convocada para el día de hoy se realizará en el local sindical sito en Convención N° 1131.-

UNION DE TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS: Continúan en conflicto en reclamo de mejoras presupuestales. Se realizan paros de una hora por turno.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 12 ENE. 1995  
Pase a  
Nº de Orden 9500337

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 10/1/95  
Pase a SDI  
Nº de Identificación 9500337

001/1

9500337

TOTAL P.01

01-10-95 09:11

ARCHIVO

PaCOB.4

Montevideo, enero 11 de 1995

1)-

INFORMACION GremialORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: Se encuentran en conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PLUNA: En conflicto desde el pasado mes de diciembre debido al proceso de privatización de la empresa. En el día de la fecha se realiza un paro con convocatoria para Asamblea General a las 17:00 horas. En la misma se tratarán las futuras medidas a tomar ante la negativa del Poder Ejecutivo a responder el petitorio de revocación interpuesto.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. La Asamblea General realizada en la víspera resolvió:

- 1) Mantener el conflicto en todos sus términos.
  - 2) Rechazar la intimación de la Comisión Interventora que otorga un plazo de cinco días para la cesión de los derechos laborales a GASEBA.
  - 3) Solicitar una entrevista con la Comisión de Legislación del Trabajo de la Cámara de Diputados y con GASEBA.
  - 4) Ampararse en el convenio de estabilidad laboral y pasar a cuarto intermedio hasta el próximo viernes 13 del corriente.
- Es de destacar que en esta fecha GASEBA se haría cargo de la Compañía del Gas.-

CONSTANCIA: Ampliando la información contenida en el numeral 1) se hace constar que en el día de la fecha el P.I.T.-C.N.T. realizará una reunión de su Mesa Representativa para tratar la situación de los conflictos en la Compañía del Gas, PLUNA y OSE.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	11/1/95
Pasa a	S.D.I.
Nº de Identificación	9500338

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Informacion de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Emisión	12 ENE. 1995
Pasa a	ARCHIVO
Nº de Orden	9500338

001/1

8185. - Gremial

7/16

**COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION DE INTELIGENCIA NAVAL**

**RESUMEN SEMANAL**

**Nro. 02/95**

**RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA**

**PERIODO DEL 03 DE ENERO AL 10 DE ENERO DE 1995.-**

001/16

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE MARINA	
SECRETARIA	
Fecha	11-1-95
Pasa a	SDI
Nº de Identificación	9500330

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Interspección de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	12 ENE. 1995
Pasa a	Belvo
Nº. de Orden	9500339



COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL  
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 02/95

100800P FNE 95

SITUACION

INTERIOR

1.- COMPONENTE MILITAR

a.- FF.AA. soldados uruguayos en misión en Angola

La tercera misión de paz del Ejército uruguayo en el exterior partirá el próximo mes rumbo a Angola.

Un nuevo contingente de 800 efectivos viajará en febrero comandado por el Teniente Coronel Arquímedes CABRERA, quien estará al frente del Batallón Uruguay III, que partirá en misión de paz de las Naciones Unidas.

Luego de participar en Camboya y Mozambique, tropas del Ejército uruguayo viajarán a Angola con el objetivo de desmovilizar y desarmar a los ex combatientes angoleños.

Hasta el momento, solo dos batallones han sido confirmados para el país africano.

Uruguay y Brasil integrarán el conglomerado de efectivos de seis batallones.

Fuentes castrenses consignaron que la ONU no asignó aún las zonas que corresponderán a cada batallón.

Además de las tareas de desmovilización y desarme, escolta a los convoyes de ayuda humanitaria y patrullaje general, el batallón de 800 hombres deberá controlar las fronteras y supervisar el retiro de Angola de todos los mercenarios. (LA REPUBLICA - 8/I/95).-

b.- FF.AA. - Encuentro Progresista

Delegados del Encuentro Progresista expresaron su satisfacción en los últimos días por la votación lograda en las pasadas elecciones por ese sector político en el circuito de votación denominado "El Cuartel".

En la jerga electoral, es un lugar próximo a una dependencia militar en la zona de Piedras Blancas, donde se supone votan los familiares de los miembros de las Fuerzas Armadas.

"En 1984, el Frente Amplio sacó tres votos en ese circuito; el domingo 27 de diciembre de 1994, el Encuentro Progresista sumó 61 votos. Perdimos a manos del Partido Colorado que siempre gana, pero avanzamos demasiado", confió un satisfecho delegado enouentrista. (EL OBSERVADOR - 6/I/95).

c.- CLAVERIA renuncia a Inteligencia

El Director Nacional de Información e Inteligencia de la Policía, Inspector General Saúl CLAVERIA, renunciará a su cargo y pasará a retiro en marzo.

CLAVERIA aclaró que su retiro no obedeció al cambio de gobierno sino a una serie de problemas personales que le impiden desempeñar plenamente su tarea.

"Yo me subordino al gobierno constitucional, cualquiera sea su tendencia", dijo CLAVERIA. Añadió que si no renunció antes "fue porque me sentía en deuda con el Presidente LACALLE".

El Oficial, de 54 años, señaló que en 1994 fue internado varias veces por problemas de salud y que en los últimos tres años fallecieron su madre y tres de sus hermanos, lo que lo golpeó emocionalmente.

Dijo además que uno de sus hijos sufre parálisis cerebral y otro fue procesado por homicidio. "Todo ese peso y me siento tremendamente cansado", afirmó CLAVERIA. (BUSQUEDA - 5/I/95).-

d.- Cómo enfrentar resurgimiento de un movimiento subversivo.

El ejército definió cómo enfrentar el eventual resurgimiento de un movimiento subversivo, pero añade que "solo el poder terrestre tendrá la capacidad de transformar en permanentes las ventajas transitorias" que pueden conseguir la Marina y la Fuerza Aérea.

Ejército realizará "el máximo esfuerzo" para la eliminación del movimiento subversivo en su etapa preparatoria como "operaciones encubiertas" que eviten a la fuerza el "exponerse al desprestigio y riesgo que implica la represión".

Los militares pasarán a la acción "cuando las fuerzas policiales no puedan mantener el orden interno" debido a los "métodos militares, armamento" y "magnitud" del grupo subversivo, o cuando la Policía demuestre "signos de agotamiento, baja moral o cuando existan indicios (de) que comienza a ser infiltrada".

El esfuerzo de inteligencia necesario para estar en condiciones de atender las hipótesis de Defensa Interna. (Ver Anexo - "ALFA").-

**e.- José Nino GAVAZZO, acusado de extorsión**

El Teniente Coronel (R) José Nino GAVAZZO fue procesado y quedó alojado en la cárcel Central de Montevideo, después de que se le levantó la incommunicación.

El Juez en lo Penal de 3er. Turno, Eduardo BORGES, le tipificó el delito de extorsión, no excoercible y penado con 4 a 10 años de penitenciaría contra dos personas, a raíz del caso de la falsificación de dinero brasileño.

GAVAZZO, había sido detenido y según fuentes policiales, en esa ocasión debió ser desarmado y reducido tras un forcejeo, pues intentó resistirse al arresto.

Fuentes militares, entretanto, dijeron que se intentará "cambiar" la tipificación por algún delito excoercible, como agresión o amenazas".  
(EL OBSERVADOR - 7/I/95).-

**f.- Desencanto en los cuarteles**

La noticia del procesamiento del Teniente Coronel (R) José Nino GAVAZZO, cayó como una bomba en los cuarteles, donde provocó profunda desazón, según diversas fuentes militares.

El hecho provocó particular desencanto entre militares vinculados a la transición política operada a la salida del gobierno de facto, que terminó con la aprobación de la ley de caducidad. "Es increíble todo lo que nos jugamos para evitar que gente como él fuera preso y ahora termina así, comentó un alto militar retirado.

El abogado defensor de GAVAZZO, Amadeo OTTATI, aceptó representarlo legalmente a instancias del Comando General del Ejército, según se supo de fuentes militares. El Comandante, Teniente General Hugo GARCIA, regresará desde Santa Teresa donde se encuentra descansando. Tras su retorno, consultará al departamento jurídico del Comando y entre lunes y martes definiría si somete a GAVAZZO a un tribunal de honor.  
(EL OBSERVADOR - 7/I/95).-

**g.- Policía al borde de conflicto**

La situación en la Policía desembocaría en graves medidas o cumplirse durante el desarrollo de la "Copa América", de no arribarse en lo inmediato a una solución.

Dos puntos, aumento salarial del 200% sobre la base de marzo del presente año y restitución de todos los policías dados de baja en el conflicto pasado.

El conflicto tendría carácter nacional. Las medidas a cumplir en el futuro serían de otro tipo: simbólicas o ocupaciones que se cumplirían en la unidad policial.  
(Ver Anexo - "BRAVO").-

## 2.- COMPONENTE MARITIMO

### e.- Interés por flota para la Hidrovía

El Presidente de la República anunció el interés que se está teniendo fuera del continente por establecer flotas fluviales en torno a la Hidrovía.

El Dr. Luis Alberto LACALLE al respecto afirmó que "tenemos noticias que importantes empresarios de fuera del continente están pensando en establecer flotas fluviales, por lo cual se va a ver un enorme movimiento que además redundará en beneficio del Uruguay, porque Nueva Palmira es el fin de la Hidrovía, por lo cual este es un tema que nos debe preocupar y alegrar, otra de las tantas cosas buenas que este año, 1995, nos trae".

Respecto de su encuentro con el Presidente de Paraguay, indicó que se abordarán temas comunes y también "un tema que para Paraguay es histórico, que es la aprobación del tratado de la Hidrovía por parte del Brasil, con lo cual ya está vigente".

Agregó sobre ese tema que "esto es la libertad de los ríos, que es lo que Paraguay desde siempre ha necesitado, para desarrollarse. (EL PAIS - 7/I/95)."

### c.- Marina Mercante

Desde abril la marina mercante uruguaya podrá aumentar conocimientos en España. (Ver Anexo - "CHARLIE").

### d.- Cursos marinos - Biología de la costa

Organizado por la Unidad de Ciencias del Mar y la sección Oceanografía de la Facultad de Ciencias uruguaya entre el 12 y el 7 de marzo tendrá lugar en el balneario La Paloma del departamento de Rocha un curso denominado "Aspectos físico-químicos y biológicos del Litoral Marino".

El curso se implementa dentro del plan de Educación Permanente que impulsa la Universidad de la República y en consecuencia está concebido para profesionales y no profesionales en el área de biología y oceanografía.

Con una duración de 30 horas, el curso se dictará para un número no menor de seis ni mayor de veinte personas y los interesados tienen tiempo hasta el día 20 de febrero para concretar sus inscripciones a través del tele/fax 409973 de Montevideo. Las clases estarán coordinadas por la profesora doctora Eva DANULAT con la participación de los docentes Gustavo NAGY, Carlos M. MARTINEZ, Jorge LOPEZ LABORDÉ y Raúl PALACIOS. (ESTEDIARIO - 4/I/95)."

e.- Hidrovia - Brasil salida al Océano Pacífico

El gobierno peruano ha ofrecido al brasileño una salida al Océano Pacífico por los puertos de Ilo y Paita a los que podría llegarse por corredores terrestres o fluviales, anunció el cónsul general del país andino en Brasilia, Enrique REYES.

Las dos alternativas le facilitarían a Brasil sus exportaciones de productos agrícolas al sudeste asiático, lo mismo que sus importaciones desde el mismo mercado.  
(EL OBSERVADOR - 10/I/95).-

f.- A.N.P.

La Administración Nacional de Puertos (ANP) redujo desde 1990 hasta fines del año 1994 en más de un 55% su personal, de acuerdo con datos oficiales a los que tuvo acceso El Observador.

El número de empleados de la administración portuaria era de 4.400 en 1990 y actualmente se ubica por debajo de 2.000. El número de empleados descendió básicamente a través de planes de retiro incentivados.

Con respecto a la desburocratización del funcionamiento portuario, el número de expedientes diligenciados en la ANP cayó de 15.432 en 1985 a 3.011 en 1994. (EL OBSERVADOR - 10/I/95).-

006

9500339

## EXTERIOR

### 1.- ARGENTINA.-

#### a.- Alerta por Incidentes en Malvinas.-

El Gobierno argentino advirtió a los Estados Unidos sobre la posibilidad que se produzca un incidente entre buques de Argentina y de Gran Bretaña en la zona marítima llamada "gap" (brecha, en inglés), que es un área marítima de 1.400 kilómetros cuadrados ubicada en la parte norte de las aguas que rodean las Malvinas, que desde agosto de 1994 se convirtió en un área "potencial de conflicto" con Gran Bretaña cuando Londres anunció que incorporaba la "gap" del norte a su zona de control pesquero con "fines conservacionistas" del calamar illex, la principal fuente de recursos de los Kelpers.

Las "gaps", tanto la del norte como la del sur, habían surgido por un problema técnico luego de 1989, cuando Londres, en forma conjunta con Buenos Aires, creó una zona de prohibición de pesca con forma de semicorona al este del área de pesca de 150 millas que había dispuesto, en forma unilateral, después de la guerra de 1982.

La advertencia sobre la "peligrosidad" de la situación fue transmitida por el Canciller Guido DI TELLA a su colega norteamericano Warren CHRISTOPHER durante la reunión que mantuvieron en Miami el 09 de diciembre de 1994 durante la Cumbre de las Américas, provocando que un alto funcionario del Departamento de Estado manifestara la disposición norteamericana a "mediar" entre Argentina y Gran Bretaña por el crítico escenario que presenta el Atlántico Sur.

De acuerdo con el Gobierno, la brecha es "un foco de tensión" desde octubre pasado cuando Gran Bretaña la sumó de hecho a su zona de control pesquera. Desde entonces está abierta la posibilidad que buques de guerra argentinos y británicos se encuentren frente a frente en la "gap", donde ambos tienen orden de no retroceder. Por eso DI TELLA le preguntó a CHRISTOPHER, "¿Qué pasaría si hay un enfrentamiento y un buque resulta hundido?". La conclusión fue: para evitar una crisis, la diplomacia norteamericana debería usar "su influencia" para que los británicos den marcha atrás con la "gap" y flexibilicen sus posiciones en las negociaciones por la pesca y el petróleo.

La advertencia argentina sobre la brecha tomó, en las últimas semanas, un nuevo sentido cuando un buque de la Marina de guerra "penetró" esa zona, luego de meses de resignarse a patrullar con radares

en busca de pesqueros furtivos. La nave rastrelló la "gap" y salió sin cruzarse con los británicos. La Armada reconoció la potencialidad conflictiva de la "gap" también, pero confía en "las relaciones cordiales" que mantiene con la Royal Navy. MENEM parece no estar dispuesto a dar marcha atrás frente a este nuevo avance británico, sobre todo en medio de una campaña electoral en que se juega su reelección. El 28 de diciembre de 1994 en Santa Cruz, expresó que "los derechos del mar del sur, y especialmente en el mar correspondiente a las islas Malvinas son irrenunciables". Esos derechos, agregó, "vamos a hacerlos valer en forma constante y permanente". (CLARÍN 03/I/95).-

La Embajada Británica en Buenos Aires reaccionó ante el virtual endurecimiento de la "política de seducción" oficial hacia Malvinas, y si bien descartó la posibilidad de incidentes, reiteró que el Reino Unido "no reconoce la jurisdicción a la Argentina más allá de las 200 millas".

En una conferencia de prensa, el Jefe de Estado reiteró que las Malvinas "volverán a ser argentinas antes del 2000", y al cumplirse 162 años de la ocupación británica, el Ministerio de Relaciones Exteriores emitió un comunicado reafirmando una vez más los derechos de soberanía de Argentina sobre las islas, y aclarando que Argentina mantiene igualmente su voluntad de llevar adelante las negociaciones necesarias con el gobierno del Reino Unido para lograr una solución definitiva de esta disputa territorial. (CLARÍN 04/I/95).-

El Vicecanciller Fernando PETRELLA afirmó que los eventuales conflictos que se puedan producir por patrullajes paralelos de naves argentinas y británicas en la zona de exclusión pesquera en torno de las islas Malvinas se pueden solucionar por la vía diplomática. PETRELLA destacó que el Canciller DI TELLA "está en contacto con su contraparte británica", y agregó que "el Embajador británico, Peter HALL, estuvo en la Cancillería hace dos días para hablar de este tema, así que el diálogo continúa". (CLARÍN 06/I/95).-

MENEM admitió el 06/I que podría producirse "algún tipo de incidente" al norte de las Malvinas entre barcos argentinos y británicos que patrullan la brecha anexada unilateralmente por Londres. "Las zonas de exclusión son siempre difíciles de determinar. Hay que tener en cuenta el instrumental de los barcos para no pasarse, y por ahí puede haber algún tipo de reclamo o incidente", sostuvo MENEM. (CLARÍN 07/I/95).-



b.- Cuestionan por Malvinas.-

El 03/I. 162 años después de la usurpación británica en las islas Malvinas; el Senador radical Hipólito SOLARI YRIGOYEN calificó la política de seducción que encara la Cancillería como "vacilante" y llamó a denunciar ante los Foros Internacionales "la inadmisible situación colonial existente". "El Gobierno debe declarar inaceptable que el Reino Unido aliente y tolere que en el interior de las islas Malvinas se efectúe una permanente y falaz campaña contra la Argentina continental y su pueblo, que no pueden comunicarse con los archipiélagos ocupados", dijo el Senador. (CLARÍN 04/I/95).-

c.- Argentina y Brasil intentan cerrar un Acuerdo Marítimo.-

El Mercosur debutó sin definir las dos claves de una política regional para el transporte marítimo de cargas: el acuerdo multilateral y el registro regional único de embarcaciones. Los cuatro socios no lograron limar sus diferencias que se registran en dos frentes: por un lado, las posiciones opuestas entre Argentina y el Brasil. Por el otro, las divergencias entre el Gobierno argentino y los empresarios navieros locales.

Los brasileños quieren una "reserva o preferencia" de cargas para los barcos del Mercosur. En cambio, el Secretario de Transporte argentino, Edmundo SORIA, promueve el libre acceso a las cargas regionales para buques de cualquier bandera.

El Gobierno y los navieros brasileños defienden los siguientes criterios:

- 1.- Los fletes marítimos internacionales y entre los socios del Mercosur sólo deben ser efectuados por empresas navieras de los cuatro países.
- 2.- Los barcos de banderas extranjeras podrán llevar cargas del Mercosur cuando las compañías de la región no tengan buques disponibles; o cuando las tarifas locales de determinadas cargas sean superiores a las internacionales.

Para el Gobierno argentino, un acuerdo multilateral debe establecer:

- 1.- La desaparición de cualquier tipo de restricciones y fletes libremente negociados entre cargadores y armadores.
- 2.- Un criterio de "reciprocidad y equilibrio" para el reparto del transporte de las cargas del Mercosur entre los barcos de los cuatro países. Los extranjeros podrán participar cuando no haya bodegas disponibles en la región.

Jorge ALVEZ, Presidente de la Cámara Naviera Argentina, reveló que si en 1994 los barcos nacionales hubieran transportado 50% de las cargas

internacionales, del país no hubieran salido los casi 2.000 millones de dólares por los buques contratados en el exterior. (CLARÍN 04/I/95).-

d.- Delegado ante la ONU.-

El Presidente Carlos MENEM designó al Secretario de Justicia, Elías JASSAN, para que ocupe el cargo que el Consejo Económico y Social de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) otorgó a Argentina como miembro permanente de la Comisión de Prevención del Delito y Justicia Penal, que tiene sede en Viena. MENEM fundamentó la designación de JASSAN en los requisitos establecidos por una resolución de la Asamblea General de la ONU que señala que "los gobiernos deben incluir en sus delegaciones a expertos y funcionarios de nivel superior de capacitación especializada y experiencia práctica en la materia de prevención de la delincuencia y justicia penal". JASSAN retiene su cargo de número dos del Ministerio de Justicia, secundando a Rodolfo BARRA. (CLARÍN 09/I/95).-

e.- Inician causa caratulada por "daños y lesiones".-

El Capitán de Navío Alfredo ASTIZ protagonizó en la primera noche del año otro escándalo con la prensa. Tres periodistas de la Editorial Atlántida acusaron al militar de haberlos golpeado, insultado, robado y haber destrozado sus equipos fotográficos durante una discusión en la que habrían participado el padre del militar, la madre, una hermana y algunos amigos que se encontraban en la casa. (CLARÍN 04/I/95).-

2.- BRASIL.-

a.- Política Marítima del Brasil.-

Bajo el sugestivo título de "Aprueba la Política Marítima Nacional", el Decreto 1265/94 del gobierno brasileño instala en el país un novedoso mecanismo que tiene como objetivo comprometer (y obligar) a las principales áreas Ministeriales a "coordinar", "promover" e incluso "estimular" el desarrollo de los intereses marítimos.

La propuesta estratégica de desarrollo sectorial involucra a los Ministerios de Marina, Relaciones Exteriores, Hacienda, Transporte, Agricultura, Abastecimiento y Reforma Agraria, Educación, Energías, Integración Regional, Justicia y Ciencia y Tecnología.

Además se agregan las Secretarías de Planeamiento y Coordinación de la Presidencia de la República, la de Asuntos Estratégicos y la de Administración Federal.

Según el texto de la norma, entre los fines

perseguidos figuran el incremento de la participación de la bandera brasileña en las navegaciones de largo curso, la negociación en el ámbito internacional de condiciones más competitivas y la búsqueda de fórmulas para incentivar la construcción naval. (BÚSQUEDA 05 al 11/I/95).-

b.- Piden acceso al Mercado Brasileño.-

Los argentinos plantearán una iniciativa a sus socios brasileños: la posibilidad de introducir dentro de su Constitución, que están a punto de reformar, una cláusula que dé el título de "nacionales" a las empresas del Mercosur. Apuestan a que se facilitaría el acceso al mercado vecino. Como en el Brasil se aproximan los tiempos de reforma constitucional, los argentinos acarician un proyecto: ver cómo pueden hacer colar, en el paquete de enmiendas a la carta magna brasileña, una "cláusula Mercosur". La idea que campea entre los funcionarios de Buenos Aires es lograr que las empresas argentinas (también del Uruguay y Paraguay) sean tratadas en el Brasil como nacionales.

Al tema lo volvieron a reflotar en las reuniones privadas con el socio brasileño, durante la Cumbre de Ouro Preto (del 16/XII/94). Hay razones que explican el interés argentino. Piensan que se facilitaría a las compañías domésticas actuar como proveedoras o contratistas de las estatales brasileñas, como la poderosa petrolera Petrobrás. En los planes de CARDOSO figura la "flexibilización" de ese monopolio, lo que permitiría el ingreso de inversores privados.

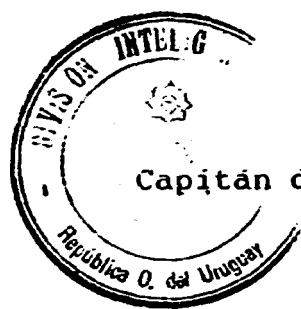
Los argentinos argumentan que con esa "cláusula Mercosur" desaparecerán, en general, las restricciones que pesan, en el Brasil, sobre las empresas que no son de "capital nacional" (entre ellas, las del Mercosur). En Buenos Aires aseguran que "no sería tan difícil que el Parlamento brasileño vote ese punto". Pero el gobierno de CARDOSO tiene muchas otras prioridades. El 07/I terminó de preparar en Brasilia las bases para negociar la reforma constitucional. Y en febrero la encaminará hacia el Congreso. Sus ejes son la reforma fiscal y tributaria, el sistema de seguridad social, la conformación del presupuesto nacional y las privatizaciones.


Con Luiz Felipe LAMPREIA, flamante Canciller brasileño, que iniciará su primera gira oficial por Argentina el 18/I, el Canciller Guido DI TELLA, hablará de los temas de política exterior del momento. Entre ellos, la OEA y algo que desvela a los brasileños: un lugar permanente en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. También discutirán la relación con Chile y con los demás países de la ALADI. (CLARÍN 08/I/95).-

3.- INTERNACIONALES.-

a.- Antartida.-

Estación meteorológica antártica uruguaya genera datos propios sobre impacto del cambio climático. Cualquier alteración en esa zona podría repercutir inmediatamente en el esquema ambiental del mundo. (Ver Anexo "DELTA").-



  
Francisco VALINAS  
JEFE DE LA DIVISIÓN  
INTELIGENCIA NAVAL

9500339

612

# La Policía al borde del conflicto

■ La situación en la Policía desembocaría en graves medidas a cumplirse durante el desarrollo de la «Copa América», de no arribarse en lo inmediato a una solución.

Se una plataforma reivindicativa de dos puntos: aumento salarial del 200% sobre la base de marzo del presente año y cesación de todos los policías dados de baja en el conflicto pasado, se aguda, sin mucho optimismo, una mayor sensibilidad del gobierno estrante para evitar la huelga.

La situación estuvo a punto de estallar el pasado 2 de enero al cobrar sus haberes sin la prima de 403 pesos llamada «canasta». Durante la tarde hubo llamadas de una seccional a otra que

expresaban claramente el malestar y la necesidad de tomar algunas medidas gremiales.

Con referencia a este hecho, con fecha 30 del mes pasado, algunos policías, representando al personal subalterno, enviaron a un órgano de prensa la carta que contiene la plataforma de reivindicaciones policiales y que La Juventud transcribe aparte. El diario no publicó la nota pero el día 2 de enero, al cobrar su haberes, en el recibí no se había liquidado la llamada «canasta». Ya entonces corrían rumores de que



policía es fundamental, los fundadores como el jugador de fútbol para que el espectáculo sea italiano.

El sueldo base de nuestro informante es de \$760.51. «Por una oportunidad de \$73.44. La proporción en el grado son 41 pesos, compensación por el día \$4.500, el pago \$24.30, la prima de \$1.000, son los que se han ido pagando por el conflicto...»

«El conflicto por el sueldo base de \$760.51, el pago de \$73.44, la proporción en el grado son 41 pesos, compensación por el día \$4.500, el pago \$24.30, la prima de \$1.000, son los que se han ido pagando por el conflicto...»

## La carta que no se publicó

Después del conflicto anterior, se ha producido una serie de medidas para la solución de los problemas de los policías. Ya se sabe que no hay actualización por presiones y se han de hacer los cambios de la estructura organizativa con la fuerza de la Policía. Después de la solución de los problemas de los policías, se ha producido una serie de medidas para la solución de los problemas de los policías. Ya se sabe que no hay actualización por presiones y se han de hacer los cambios de la estructura organizativa con la fuerza de la Policía.

La carta que no se publicó, se ha producido una serie de medidas para la solución de los problemas de los policías. Ya se sabe que no hay actualización por presiones y se han de hacer los cambios de la estructura organizativa con la fuerza de la Policía. Después de la solución de los problemas de los policías, se ha producido una serie de medidas para la solución de los problemas de los policías. Ya se sabe que no hay actualización por presiones y se han de hacer los cambios de la estructura organizativa con la fuerza de la Policía.

Por la presente se reitera la solicitud de que se tome en cuenta la plataforma de reivindicaciones policiales y que se evite la huelga.

La carta que no se publicó, se ha producido una serie de medidas para la solución de los problemas de los policías. Ya se sabe que no hay actualización por presiones y se han de hacer los cambios de la estructura organizativa con la fuerza de la Policía.

esta reivindicación lograda luego de la huelga pasada, no se cobraría más. Un policía, grado 2, perfectamente identificado como tal, nos dice: «Los sueldos están muy bajos, hacemos 222, dormimos cuatro o cinco horas por día y llega un momento en que uno se desahoga. Porque a pesar de tener familia y muchos hijos, el miedo a perder el puesto casi no existe.»

A este panorama se agrega la negra perspectiva que ofrece la jubilación. Un policía en actividad recibe el sueldo y el «222» que está muy cerca de 10 pesos la hora. Un policía retirado, luego de treinta años de trabajo, termina como vigilante en una empresa privada por menos de la mitad, en jornadas de 12 a 16 horas para unas o pocas agarrar algo.

«Están viejos, no encuentran otra cosa y agarran sueldo mas no sea para pagar el alquiler. Y con ese panorama que tienen los compañeros que se han jubilado y apenas como están viviendo...

## NO QUEDA OTRA

La «Copa América» puede ser el catalizador de un conflicto que no sería fácil de controlar. El conflicto por el sueldo base de \$760.51, el pago de \$73.44, la proporción en el grado son 41 pesos, compensación por el día \$4.500, el pago \$24.30, la prima de \$1.000, son los que se han ido pagando por el conflicto...»

La fuerza de la policía del momento es de 10.000 hombres. Los policías dados por castigo en Montevideo, por ejemplo, pueden ser trasladados de la seccional 14 a la 1ra. Allí los trabajadores son brutales. Significan una gran parte de los casos, el policía que se va a casa una vez por semana.

La «Copa América» puede ser el catalizador de un conflicto que no sería fácil de controlar. El conflicto por el sueldo base de \$760.51, el pago de \$73.44, la proporción en el grado son 41 pesos, compensación por el día \$4.500, el pago \$24.30, la prima de \$1.000, son los que se han ido pagando por el conflicto...»

«El conflicto por el sueldo base de \$760.51, el pago de \$73.44, la proporción en el grado son 41 pesos, compensación por el día \$4.500, el pago \$24.30, la prima de \$1.000, son los que se han ido pagando por el conflicto...»

FOTOCOPIA  
DSCWR4

610

9500339

## Manual de Operaciones fija la "Estrategia de Defensa Nacional Interna"

## El Ejército definió cómo enfrentar el eventual resurgimiento de un movimiento subversivo

Si el Ejército detecta en Uruguay el surgimiento de un movimiento subversivo, buscará desarticularlo con "acciones encubiertas" para evitar el "desprestigio y riesgo" que implica la represión. Si fracasa y es llamado a la lucha abierta, se pondrá al frente de las Fuerzas Conjuntas. Si los rebeldes se intimidan y dejan de actuar públicamente, los militares iniciarán una "persecución agresiva" hasta destruirlos definitivamente.

Así se desprende del nuevo "Manual de Operaciones" del Ejército, recientemente aprobado por el comandante en jefe, teniente general Daniel García. El documento, el primero de su tipo elaborado enteramente por oficiales uruguayos, establece la forma de actuación del Ejército en conflictos convencionales, lucha antisubversiva, operaciones de paz y acciones sociales.

En la primera de las 216 páginas del manual figura la resolución en la que García señala que el escrito tiene "una necesidad impostergable, sirviendo de marco para la acción, base para la conducción y racional empleo de los medios, así como una guía para la instrucción del Ejército".

El documento toma la experiencia de distintos ejércitos del mundo y la adecua "al potencial nacional y a las características" del Uruguay.

"La evolución técnica y la necesidad de máximo aprovechamiento de todos los medios del Poder Militar han llevado a superar el concepto de una guerra exclusivamente terrestre, aérea o naval", dice el manual. Pero añade que "sólo el poder terrestre tendrá la capacidad de transformar en permanentes las ventajas transitorias" que pueden conseguir la Marina y la Fuerza Aérea.

● Estrategia de Defensa Nacional. Al referirse a

la defensa interna el manual señala que ésta surge de la aplicación de la "Estrategia de Defensa Nacional Interna". El objetivo principal: "asegurar la conservación del orden y la tranquilidad interna, la paz, la integridad del territorio, defender la Constitución y las leyes cuando sean amenazadas o afectadas por un movimiento subversivo".

Según el documento, el Ejército realizará "el máximo esfuerzo para la eliminación del movimiento subversivo en su etapa preparatoria" con acciones "preventivas" —como "operaciones encubiertas"— que eviten a la fuerza el "exponerse al desprestigio y riesgo que implica la represión".

En una etapa más callente "las FFAA serán responsables por la conducción de la Defensa Interna cuando el mando superior así lo decida", dice el manual. Los militares pasarán a la acción "cuando las fuerzas policiales no puedan mantener el orden interno" debido a los "métodos militares, armamento" y "magnitud" del grupo subversivo, o cuando la Policía demuestre "signos de agotamiento, baja moral o cuando existan indicios (de) que comienza a ser infiltrada".

Sostiene además que "el Ejército deberá estar preparado para conducir las operaciones de Defensa Interna formando las Fuerzas Conjuntas" que estarán bajo su coordinación.

● "Persecución agresiva". Ante la posibilidad de una "huelga subversiva" el manual recomienda la "máxima aplicación de operaciones especiales encubiertas para desorganizar al movimiento revolucionario, vanguardia de la huelga o insurrección".

"Se debe mantener una presión constante sobre las fuerzas rebeldes, absteniéndose de deducir que han sido eliminadas simplemente porque no hay

oposición; cuando se pierde el contacto se debe hacer todo lo posible para retomarlo, realizar una persecución agresiva y destruir la fuerza", agrega el escrito.

Dice asimismo que "los períodos de inactividad permiten a las fuerzas enemigas reorganizar sus efectivos (lo que hacen rápido) y explotar a su favor las consecuencias psicológicas negativas de la violencia, propia de las acciones, en la población".

Entre otras "operaciones complementarias" que propone el documento en caso de un conflicto no convencional, se cuenta la de destruir "una buena parte de los recursos militares" a "reducir o eliminar" los problemas socio-económicos "que la subversión presenta como las causas" de su acción.

Asimismo destaca la importancia que tienen las "operaciones de asuntos civiles" para las cuales son fundamentales los medios de comunicación: "las imágenes que presentan los medios de comunicación masiva influyen significativamente en la opinión pública y condicionan el apoyo popular".

"Los elementos subversivos procurarán manipular los medios de prensa para alterar la opinión pública interna e internacional", añade el manual castrense.

● Victoria sutil. El manual señala que además de sus funciones históricas y tradicionales, el Ejército también debe enfrentar "otras operaciones militares", que son "complejas y delicadas", entre las que señala la lucha y prevención contra el terrorismo, el apoyo en casos de desastre y el mantenimiento de la paz. Algunas de estas tareas constituyen hoy buena par-

te del accionar del Ejército.

"Con frecuencia surgen sostenedores de una concepción idealista según la cual se pone en duda la posibilidad potencial de desaparición de los conflictos sostenidos en base a la fuerza. Ello no ha pasado de ser una especulación que no ha sido avallada por la conducta humana", dice el documento en este capítulo.

"La necesidad de las FFAA se justifica no solamente por la posibilidad de un conflicto bélico, sino como respaldo permanente del Estado en el orden internacional y en el interno, añade.

Estas otras operaciones "a menudo son prolongadas y experimentan cambios de dirección antes de alcanzar su conclusión". Como ejemplo señala que "algunos de los métodos militares para combatir disturbios logran resolver la crisis inmediata pero a la larga subvierten la legitimidad del gobierno y agudizan el descontento civil".

Aunque se desarrollen en un escenario de paz, el manual advierte que los "adversarios" de la fuerza "podrían recurrir a (...) las armas" con el fin de obstaculizar los objetivos del Ejército. "Si bien toda fuerza militar tiene pleno derecho a defenderse, el uso de fuerza abrumadora podría dificultarle al Ejército el logro de sus objetivos a largo plazo, razón por la que a menudo se imponen al militar reglas estrictas de combate", indica el escrito.

Y añade: "en las otras operaciones militares la victoria llega en forma mucho más sutil que en la guerra. Los factores del éxito son la disciplina de las tropas, sus acciones mesuradas y su paciencia".

## Imagen e inteligencia

"Antes de destinar sus hombres y maquinaria a tareas de apoyo al desarrollo" el Ejército debe hacer "un estudio previo de factibilidad, en cuanto a sus posibilidades de éxito, rentabilidad y conveniencia", dice el manual de operaciones de esta fuerza. Agradece que este estudio previo no referirá sólo a aspectos materiales "sino a los psicológicos, como contribución al mejoramiento de la imagen de la fuerza".

"Las actividades asumidas por propia iniciativa son altamente preferibles a las impuestas, ya que permiten elegir el ámbito de actuación que aliente al mejoramiento de la imagen y que ofrezca mayores posibilidades de éxito, acorde a las reales posibilidades de la institución", añade el escrito.

Aclara que estas tareas de desarrollo le sirven a la fuerza para otros fines. "El esfuerzo de inteligencia necesario para estar en condiciones de atender las hipótesis de Defensa Interna, requiere la participación en el medio social", dice el documento.

Añade que las tareas sociales "no deben menoscabar la dignidad de la institución ni la de sus integrantes".

El documento recomienda desarrollar estas tareas —difundíndolas con "una eficaz acción psicológica"— en las áreas de salud, educación, alimentación, acción social, obras públicas, deportivas y recreativas.

La Organización Internacional del Trabajo (OIT) y autoridades marítimas de España concretarán a fines de este mes un proyecto de cooperación para Iberoamérica

## Desde abril la marina mercante uruguaya podrá aumentar conocimientos en España

Días pasados durante la breve permanencia del director nacional de Marina Mercante de España, Roberto Lobeto Lobo, LA REPUBLICA accedió a un documento que plantea un proyecto de cooperación en el campo social marítimo. Este fue elaborado a partir de la 74 Conferencia Marítima de la Organización Internacional del

Trabajo, celebrada en 1988. En la oportunidad se adoptaron importantes convenios y recomendaciones dirigidas a esa actividad, para promover el conocimiento y la aplicación de los convenios marítimos de la OIT en España, proyectados hacia los países iberoamericanos en una segunda fase.

El programa de referencia consistió en la realización de múltiples actividades de capacitación, siendo las más relevantes, la preparación de módulos de formación sobre normas laborales internacionales del trabajo marítimo.

La formación de personal en técnicas de inspección socio-laboral marítima a bordo de los buques, por parte de expertos de la OIT. Como así también la publicación de un resumen actualizado de legislación laboral marítima, incluyendo marinas mercante y pesca; y la preparación y publicación de una guía socio-laboral para el personal de marinas mercante costanero.

Las autoridades que evaluaron los resultados del programa consideraron que se habían alcanzado los objetivos previstos y la experiencia suficiente para poder darle continuidad en los países iberoamericanos que mostrarán interés en participar. La creación en mayo de 1994 de una Consultoría Regional de la OIT en Actividades Marítimas, con sede en Montevideo, facilitó también la aplicación práctica de esta continuidad.

Con arreglo a lo que precede, se iniciaron las primeras acciones para, de una parte, informar a las autoridades laborales y marítimas de los países acerca de las posibilidades de este proyecto y, de otra, explicar el interés de los mismos por participar en él.

En ese contexto se ha prepa-

rado también el documento que proporciona información básica del proyecto a nivel de sus características principales, criterio de participación y metodología operativa, objetivo de desarrollo y objetivos inmediatos que se esperan alcanzar a corto y mediano plazo.

### CARACTERÍSTICAS Y DURACIÓN DEL PROYECTO

Se trata de un proyecto de formación en el campo social-marítimo dirigido a mejorar el conocimiento y la aplicación práctica de los convenios marítimos de la OIT, en el que pueden participar profesionales de los países iberoamericanos que estén relacionados con la aplicación de las normas internacionales del trabajo marítimo en sus países.

Los cursos se impartirán a partir de abril de 1995 en los centros de formación del Instituto Social de la Marina (ISM), de España, posiblemente en el centro de Formación Ocupacional de Bando, provincia de Pontevedra, y tendrán una duración no inferior a dos semanas. La modalidad de participación será mediante becas otorgadas por el ISM y la Oficina de Relaciones Sociales Internacionales (ORSI), del Ministerio de Trabajo Español, en coordinación con la OIT. La formación consistirá básicamente, en el conocimiento de

los Convenios Marítimos de la OIT, y en la transmisión de experiencias en los campos de la inspección social marítima y las condiciones de vida y trabajo de la gente de mar, con intención que, tras el período de formación en España, los participantes trasladados a sus propios países las experiencias adquiridas, e implanten los sistemas de formación, inspección, etc., que estimen adecuados o posibles.

### PARTICIPACIÓN Y METODOLOGÍA OPERATIVA

Teniendo en cuenta la complejidad de las materias que integran el programa de formación, así como las limitaciones presupuestarias y la diferencia entre las diversas realidades de los países, se ha considerado conveniente iniciar este programa regional con un máximo de ocho países, seleccionados de acuerdo con sus necesidades específicas y el interés que demuestren por incorporar en sus legislaciones laborales los instrumentos marítimos de la OIT. También se tomará en cuenta las posibilidades de cofinanciación y de implantación de los conocimientos adquiridos que presenten los organismos receptores de la formación.

La metodología de operación será fundamentalmente de participación y de coordinación técnica entre los organismos españoles, los servicios marítimos de la OIT y los organismos recepto-

res del proyecto en cada país, hasta finalizar con la elaboración del programa de formación y el diseño definitivo del documento de proyecto de cooperación. Especificamente la participación y coordinación será indispensable para poder determinar en forma conjunta, el número de participantes por país, hasta un máximo de tres, según la actividad que desarrollen el perfil técnico que posean, y la especialidad en la que deseen participar, siempre enfocada a la práctica inspectora y docente.

También se mantendrá una estrecha coordinación para diseñar el programa de formación y el documento definitivo del proyecto que deberá estar disponible antes del 31 de enero próximo.

### OBJETIVO DE DESARROLLO DEL PROYECTO

El objetivo de desarrollo se establece para determinar la contribución que haría el proyecto al mejoramiento de los aspectos sociales en el campo marítimo de los países iberoamericanos. Específicamente el proyecto contribuiría a: Mejorar las condiciones de vida y de trabajo de la gente de mar, dentro del marco de los convenios internacionales de la OIT y del contexto social de los países iberoamericanos.

### OBJETIVOS INMEDIATOS

De lo anterior se han identifi-

cado los siguientes objetivos inmediatos que contribuirían al logro del objetivo de desarrollo.

Mejorar en la órbita laboral y marítima los conocimientos sobre las normas internacionales de la OIT en el campo marítimo.

Para el logro de este objetivo se deberán alcanzar como resultados, un perfil profesional de los candidatos propuestos, un programa de formación acorde con el perfil y las necesidades de los cargos, personal entrenado mediante cursos y seminarios en España utilizando entre otros el material didáctico elaborado por el ISM y distribución de Guías Socio-Laborales para los tripulantes a bordo de los buques.

Posteriormente se procurará mejorar las técnicas de inspección laboral marítima a bordo de los buques, basándose siempre como objetivos perseguidos:

Inspección entrecruce práctica en materia de inspección de las condiciones de trabajo a bordo de los buques, utilización, entre otros, de la publicación OIT denominada "Inspección de las condiciones de trabajo a bordo de los buques: directrices sobre procedimientos".

Por último se buscará apoyar la implantación de los convenios marítimos ratificados por los países, o para nuevas ratificaciones, mediante un documento conteniendo propuestas sobre los cambios necesarios en las legislaciones nacionales de los países para la correcta aplicación de los convenios marítimos de la OIT, y apoyo a los técnicos nacionales para llevar a cabo la adaptación de las legislaciones laborales, cuando así se requiera.

LA REPUBLICA - 9/I/95.-

015

9500339



**Cualquier alteración en esa zona podría repercutir inmediatamente en el esquema ambiental del mundo**

## Estación meteorológica antártica uruguaya genera datos propios sobre impacto del cambio climático

"Imponente, inmensa y sublime. Una caja de sorpresas que ofrece un panorama diferente todos los días, la Antártida se presenta al hombre como una zona hostil pero emocionante donde el ser humano recupera valores que parecen perdidos en otros lugares del mundo." Así describió Carlos Serrentino, director nacional de Meteorología, el continente blanco que visitó recientemente.

Tanto se impone la Antártida al hombre que recién después de tres días de espera en Puerto Montt, las condiciones climáticas fueron favorables para volar en un C-130 Hércules de la Fuerza Aérea Uruguaya, hasta la base científica antártica "General Artigas" en la isla Rey Jorge. La colocación de una placa en homenaje al Instituto Antártico Uruguayo (IAU) por el permanente apoyo al desarrollo de la ciencia meteorológica, fue el motivo de este viaje de Serrentino a la base uruguaya.

"Es el reconocimiento a un Instituto que estuvo presente por diez años en forma continua", dijo Serrentino.

### Una base científica con servicio meteorológico

La base antártica uruguaya, que depende del Ministerio de Defensa Nacional y es coordinada por el IAU, es una tarea de civiles y militares, pero preponderantemente científica, explicó Serrentino.

Desde su instalación en la Antártida en 1984, la base contó con una estación meteorológica permanente que opera como un servicio de investigación del

recurso clima y además, como un servicio para la logística de la base. Este proyecto de diez años se llama DINAMET 89054. La primera es la sigla de la Dirección Nacional de Meteorología; lo que sigue es el número internacional que le dio la comunidad meteorológica mundial a la base uruguaya.

Según Serrentino, son tres los objetivos fundamentales de la estación meteorológica en la base uruguaya: consolidar el conocimiento del clima de la zona; conocer el cambio de clima que se puede estar efectuando allí y, en base a ese conocimiento del clima, profundizar la relación zona antártica-zona continental.

Sin embargo, todo conocimiento sobre el recurso clima genera investigaciones que van más allá de la propia meteorología, dijo Serrentino. La base "Artigas" podría llegar a utilizar energía eólica para generar electricidad por las observaciones que se han hecho en estos diez años, agregó.

### "Libre e irrestricto intercambio de datos"

Equipada para medir precipitaciones, intensidad de vientos, radiación solar, temperatura y humedad, la base tiene una estación meteorológica convencional de estudio del clima. Las observaciones se codifican en un sistema de mensajes cifrados llamado SYNOP que contiene información de la base que emite el mensaje (día, hora y valores de los parámetros).

Los datos cifrados no conocen idiomas y son enviados a Buenos Aires, uno de

los centros regionales del sistema de Vigilancia Meteorológica Mundial (VMM) de Naciones Unidas. Desde allí los datos se mandan a los tres centros mundiales -Washington, Moscú y Melbourne- donde su aporte contribuye a conformar las recomendaciones meteorológicas mundiales.

"Es una gran cooperativa mundial, con libre e irrestricto intercambio de datos", afirmó Serrentino.

### Importancia de una estación en la Antártida

Para Serrentino, es importante instalar un equipo en la Antártida para colaborar con la comunidad científica mundial, pero además, "para generar datos propios con los cuales elaborar una posición de nación sobre el impacto de los cambios climáticos provocados por ciclos climáticos propios o por la acción del hombre".

El país necesita estar en la Antártida por una cuestión de independencia, dijo Serrentino. Más allá de la cooperación internacional, el Uruguay no debe depender de los datos de otros países para tomar decisiones sobre algo tan importante para el desarrollo del país como es el recurso natural del clima, declaró.

### Regulador del clima mundial

Con temperaturas de hasta 80 grados bajo cero, vientos huracanados cercanos a los 200 kilómetros por hora y un entorno por demás inhóspito, la Antártida es uno de los puntos clave del clima planetario.

"Cualquier cambio en el clima de la Antártida, sea natural o cíclico, va a descompensar el resto del sistema climático", dijo Serrentino.

El proceso del efecto invernadero -por el cual el anhídrido carbónico acumulado en la atmósfera no deja respirar a la Tierra, calentándola y provocando la fusión de las capas antárticas con más velocidad de lo que naturalmente lo hacen- es un ejemplo del protagonismo de la Antártida en el sistema climático mundial.

Sin caer en "catastrofismos", señaló Serrentino, esto nos importa porque podría apagar para el Uruguay algo tan grave como la pérdida de las playas.

### Antártida como tema de Estado

"Este bello clima que tenemos nosotros debe ser preservado como una cuestión de Estado. No es un problema de un gobierno, sino el director de Meteorología".

Al Uruguay le importa la Antártida porque "somos un país que mira hacia el sur". Según Serrentino, aunque Uruguay "no es un país que reclame soberanía sobre la Antártida, se sienta parte de la Antártida" y "no renuncia" a que en el futuro "pueda hacer uso de los recursos naturales antárticos".

"Los científicos vemos que hay muy poca distancia entre lo que sucede en la Antártida y lo que sucede aquí. Detectar una señal temprana en la Antártida sería bueno para tomar prevenciones en nuestro país", agregó.

BUSQUEDA DEL 05 al 11/I/95.-

COPIA N. 1/27

SECRETO

M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
111230ENE95

M E M O R A N D U M Nro. 06/ 95

EVALUACION : OMITIDA.

REFERENTE A : CONFLICTO EN LA COMPANIA DEL GAS.

DISTRIBUCION :

ORIGINAL : M.D.N..-

COPIA 1 : ARCHIVO / D.G.I.D..-

COPIA 2 : JEFE DPTO I / D.G.I.D..-

COPIA 3 : JEFE DIV. SICOSOCIAL..-

DE FS. 7 A 27  
NO APORTAN  
INFORMACION.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA  
DEPARTAMENTO I  
JEFE DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.  
INTERIOR  
Djese Sader  
SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 12 ENE. 1995  
Pasa a ARCHIVO  
Nº. de Orden 9500340

001/27

9500340

## MEMORANDUM

I - ASUNTO: Conflicto en la Cía. del Gas.

II - TEXTO:

a) Antecedentes

- 1 - Las movilizaciones de los trabajadores en contra de la privatización de la Compañía, se vienen desarrollando desde el año 1992, cuando el 13 de Diciembre de ese año se plebiscitó parte de la Ley de Empresas Públicas.
- 2 - Desde esa fecha y sabido el resultado del plebiscito, se han llevado a cabo diversas movilizaciones, las cuales se realizaron a través de paros parciales, huelgas de hambre de trabajadores y denuncias ante el Parlamento Nacional por supuestas irregularidades cometidas en la licitación. A pesar del conflicto sostenido por los trabajadores, no se ha cortado el suministro de gas a la población.-
- 3 - Entre las acusaciones del gremio figuran las siguientes:
  - Existirían dos ofertas de la empresa GASEBA - GAS DE FRANCE, una competitiva en caso de haber más oferentes y otra por un precio simbólico en un supuesto de presentarse sola.
  - La no prórroga del plazo para licitar la Compañía, dictaminada por el Ministro Interino de Industria, Energía y Minería, Dr. DANIEL HUGO MARTINS, solicitada por dos empresas, una inglesa y otra italiana. Debido a ellos se trató la oferta de la empresa francesa.-
  - Se indica como negocio más atractivo luego de la adjudicación de la Cía. del Gas, el obtener la licitación de ANCAP del Reservoirio de SANTA LUCIA, el cual constituye un conjunto de cuevas naturales aptas para el depósito de grandes cantidades de gas natural, con lo cual se dispondría de una capacidad de almacenaje significativo, para el consumo, especialmente de Buenos Aires, evitando pérdidas hasta hoy inevitables.
- 4 - En SET/94, se aprueba en el Plenario de la Cámara de Diputados la creación de una Comisión Pre-Investigadora, con el fin de entender si hay mérito suficiente para investigar la adjudicación de la Compañía. El 11/OCT/94, la Cámara de Representantes propuso la Creación de la Comisión Investigadora. La misma estaría integrada por 7 miembros: tres del P.Nacional, dos de P.Colorado, uno del F.A. y el restante del P.G.P.. Esta Comisión nunca reunió el Cuorum necesario para seccionar.-
- 5 - En DIC/94, se aprobó por parte del Tribunal de Cuentas el Contrato por el cual GASEBA, sería la adjudicataria de la Cía. del Gas, dejando sin efecto las observaciones que el propio Tribunal había planteado.-

- 6 - En DIC/94, se concretan nuevas denuncias por parte del gremio de trabajadores (UAOEGAS), en esta oportunidad ante el Juzgado Penal de 6to. Turno. En este documento, se reclama la investigación de los presuntos delitos en el marco del proceso de privatización.-  
Asimismo se presenta ante el Ministerio de Industria, Energía y Minería, un recurso de Revocación y Jerárquico, contra el acto administrativo por el cual se otorgó el Contrato correspondiente a la adjudicación.-
- 7 - La Comisión Directiva de UAOEGAS, a través de su Presidente, anunció que el gremio "resistiría" esta entrega del Gobierno, esto consistiría en la ocupación de la planta.-
- 8 - En DIC/94, se realizarán elecciones gremiales, en las mismas se ratificaron las actuales autoridades.  
(ANEXO 1)

**b) Situación Actual**

- 1 - Ante la adjudicación definitiva de la Cía. del Gas a GASEBA, el gremio anunció sus intenciones de realizar paro general de todo el gremio con ocupación y realizar una asamblea grave y urgente para evaluar la situación y nuevas medidas a tomar.-
- 2 - Este gremio (UAOEGAS) es uno de los integrantes del ala radical del PIT-CNT.-
- 3 - Según información que obra en nuestro poder, el Secretariado del PIT-CNT no respaldaría las actitudes a tomar por el Sindicato del GAS. Los únicos gremios que estarían apoyando a estos son, los funcionarios de UTU (AFUTU) y el Sindicato de Artes Gráficas (SAG), ambos del sector radical del PIT-CNT.-  
(ANEXO 2)
- 4 - Ante la fecha del 13/ENE, como posible pase a GASEBA de la Compañía y el envío de telegramas colacionados a los funcionarios, otorgando un plazo de 5 días para la firma del nuevo contrato, la Directiva del gremio llamó a asamblea para el 10/ENE a las 11hs.  
Se pudo establecer, que existen dos tendencias a nivel de los trabajadores; por un lado se presentará la moción comandada por la Directiva de UAOEGAS, que establece el rechazo a la concesión de los derechos laborales a GASEBA y la inmediata ocupación de la planta. Por el otro, existe un grupo de "moderados", que están dispuestos a iniciar contactos con la empresa GASEBA, a fin de conocer su plan de trabajo en la Compañía, previo a tomar medidas de rechazo.-
- 5 - Según lo previsto por el Sindicato, se realizó la asamblea en la cual se resolvió:
  - mantener el conflicto en todos sus términos
  - rechazar la intimación de la Comisión Interventora de firmar la cesión de los derechos laborales a GASEBA
  - solicitar una entrevista con la Comisión de Legislación de Trabajo y con GASEBA
  - ampararse en el convenio de estabilidad laboral y pasar a cuarto intermedio hasta el viernes 13/ENE
 En esta fecha GASEBA se haría cargo de la Cía. del Gas.

- 6 - El PIT-CNT, realizará una reunión de su Mesa Representativa el día 11/ENE, para tratar la situación de los conflictos en la Cía. del Gas, PLUNA y OSE.

c) Comentarios

- 1 - Estando en suspenso el proceso de la Empresa Estatal PLUNA, solamente se encuentra en ejecución la privatización de la Cía. del Gas, transformándose ésta, en la primera experiencia sindical de "resistir la entrega".
- 2 - La Dirigencia del Gremio ha ido radicalizando su postura a lo largo de dos años, hasta llegar al día de hoy, en el cual se encuentra en la disyuntiva de cumplir su palabra de ocupar las instalaciones en el momento de que GASEBA se haga cargo de la Cía..
- 3 - Al igual que en los órganos de dirección del PIT-CNT, el conjunto de los trabajadores del gas, se encuentran divididos en "moderados y radicales". Esta división explica la conjunción de las dos propuestas llevadas a la última asamblea, en la cual se resuelve el diálogo con GASEBA y la Comisión de Legislación de Trabajo, como así también mantener el conflicto.
- 4 - Parece dudoso que el movimiento obrero en su conjunto, se embarque en un apoyo irrestricto a la UAOGAS por varios factores a tener en cuenta, como ser:
  - estar en una época del año en la cual los indicadores históricos de conflictividad son bajos
  - transitar un proceso real de integración (MERCOSUR), tema en el cual la central obrera tiene especial preocupación
  - estar a un mes y medio del traspaso presidencial, siendo este un factor preocupante para el movimiento sindical por su relacionamiento anterior con el Dr. Sanguinetti (1985/1990)

d) Conclusiones

Existen dos caminos a seguir por parte del gremio del gas:

- 1 - Entablar el diálogo con GASEBA, para solucionar los puntos discordantes, aunque la Empresa adjudicataria ya anunció su disposición a no despedir a ningún empleado. Pero aquí la preocupación de los trabajadores pasa por dejar de ser empleados públicos, y con ello perder ciertos privilegios ante los privados.
  - 2 - Cumplir con su palabra empeñada y ocupar las plantas de la Cía. trayendo con ello una posible desocupación. Esto traería aparejado una situación difícil, ya que hay lugares sensibles, por manejarse en ésta, un producto como el gas.
- Cualquiera de estas posibilidades, va a depender del apoyo que dé el PIT-CNT en su conjunto.

ANEXO 1:    AUTORIDADES GREMIALES DEL GAS    (UAOEGAS)

Presidente: MIGUEL VELA    (MPP)  
Sec. Gral.: LUIS A. PUIG    (PVP)  
Suplentes : WALTER SUAREZ  
             MIGUEL VARELA  
             ARQUIMIDES SANCHEZ  
             RICARDO TEJERA  
             ALFREDO CAPELLA  
             RICARDO VICO

- DE QUIENES SE ADJUNTAN ANTECEDENTES

005

9500340

ANEXO 2: Autoridades Gremiales AFUTU y SAG

a - AFUTU:

Presidente: IVONNE POSADA  
ANDRES OLIVETTI (PVP)  
LUIS GENTA (PDC)  
DANIEL CARBAJAL (MLN-T)  
CRISTINA VILAY  
JULIA VIDAL

Pertenecientes a la lista 1988 de ideología: MLN-T,  
MPP e Independientes

b) SAG:

Presidente: JOSE CORONEL (PCU)  
Sec. Gral : ROMULO CORREA (PCU)  
Vice Pte. : APARICIO GUZMAN (UNIR)  
HERMES MELLAN (PCU)  
ALBERTO BUSTOS (PCU)  
ARNOLDO ARBELO (PCU)

006

9500340



Nº. DOCUMENTO 9500341  
 TÍTULO Aval árabe para el plan de paz sirio.  
 PROCEDENCIA la Nación 150090  
 FECHA DE 30/12/94  
 VINCULACIONES  
11876 ✓  
67190 ✓  
507603 ✓  
65841 ✓  
507471 ✓  
11879 ✓

## Aval árabe para el plan de paz de Siria

ALEJANDRIA, Egipto, 29 (Reu-  
 ter). Los jefes de gobierno de  
 Egipto, Siria y Arabia Saudita fi-  
 rmaron hoy en esta ciudad una  
 declaración de dos días con el apoyo a  
 la posición de Damasco en su pro-  
 ceso de paz con Israel y la solici-  
 tud a Irak de que cumpla las reso-  
 luciones de la UN.

El presidente egipcio, Hosni Mu-  
 bar, su homólogo sirio, Hafez  
 al-Assad, y el rey saudita Fahd  
 también solicitaron a la comuni-  
 dad internacional que actúe para  
 evitar los obstáculos que Israel ha  
 puesto en el camino hacia la paz.

Los diplomáticos afirman que  
 Siria, cuyo proceso de paz con el  
 Estado judío está bloqueado des-  
 pués de tres años de conversa-  
 ciones, teme quedarse aislada  
 ahora que más y más países rom-  
 pen filas para firmar acuerdos bi-  
 laterales de paz con Israel.

Al ser preguntado si los can-  
 cilleres de los tres países árabes tra-  
 zaron la preocupación siria sobre  
 el ritmo de la normalización de re-  
 laciones entre el mundo árabe e Is-  
 rael, el canciller egipcio, Amr  
 Moussa, dijo: "Hemos oído este  
 punto de vista y tratamos la situa-  
 ción general en la región en rela-  
 ción con el proceso de paz y con  
 otros problemas".

La cumbre de tres días se pro-  
 duce después de la más alta reu-  
 nión sirio-israelí, que finalizó el

30-12-94 L.No  
 domingo en Washington sin que se  
 llegara a ningún resultado.

El lunes, el primer ministro is-  
 raelí, Yitzhak Rabin, se convirtió  
 en el primer mandatario de su  
 país en visitar un Estado árabe al  
 viajar a Muscat para celebrar con-  
 versaciones con el sultán de  
 Omán, Qaboos.

Esta visita aumentó aún más la  
 preocupación de Siria, que consi-  
 dera que los árabes están ha-  
 ciendo caso omiso a las dificul-  
 tades de su proceso de paz con el  
 Estado judío.

Siria ha criticado públicamente  
 la decisión del Consejo de Coope-  
 ración del Golfo de levantar el boi-  
 cot económico impuesto hace 46  
 años a las empresas que negocian  
 con Israel.

Los diplomáticos afirmaron que  
 Siria podría haber convocado la  
 cumbre en respuesta a la visita de  
 Rabin a Omán.

Siria, que exige la retirada com-  
 pleta de Israel de las Alturas del  
 Golán, criticó los acuerdos de paz  
 del Estado judío con palestinos y  
 jordanos, y los acusó de fragmen-  
 tar la unidad árabe contra la ocu-  
 pación israelí.

Egipto, que apoya la posición si-  
 ria en relación a las Alturas del  
 Golán, dijo que Damasco podría  
 llegar el año próximo a un  
 acuerdo con Israel.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PRECEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

# Cumbre árabe beneficia procesos de paz

● Siria e Israel sostuvieron que resolverá la crisis de relaciones interárabes

Siria e Israel sostuvieron ayer que la minicumbre árabe, que concluyó ayer en Alejandría, Egipto, facilitará la solución de la crisis actual en las relaciones interárabes y no obstaculizará el proceso de paz.

Redacción, ANSA, EFE y DPA (DAMASCO y TEL AVIV)

La prensa israelí destacó, por otra parte, que en el comunicado final de la cumbre no se hizo ninguna referencia explícita a los países árabes del Golfo para que congelen su acercamiento con el Estado judío.

Siria pidió la convocatoria de la minicumbre en Egipto, preocupada por el nuevo impulso que Israel ha dado a sus conversaciones de paz con varios estados árabes. El diario oficialista sirio Al-Baath reflejó hoy la opinión del gobierno sosteniendo que la cumbre tripartita sirio-egipcio-saudita "dio esperanzas a los árabes" para poder superar los contrastes surgidos entre ellos. Por su parte, Israel manifestó alivio por los resultados de la

cumbre que evitó a Siria que dar aislada en el mundo árabe, un hecho que no obstaculizará las negociaciones de paz sirio-israelíes. El jefe de la diplomacia israelí, Shimon Peres, rechazó netamente la idea de que la cumbre, hecha a pedido de Siria, preocupada por la normalización de las relaciones entre Israel y número

La prensa israelí subrayó, hoy también, que el comunicado final de la cumbre no contenía ningún llamado explícito a los países del Golfo para congelar sus contactos en las relaciones con Israel. Siria fracasó en su proyec-

to de imponer una decisión árabe común a los países del Golfo", destacó hoy el cotidiano Haaretz. Por su parte, el diario Maariv, aún sosteniendo que la cumbre "perjudicó a Israel", afirma que no logró su objetivo de "frenar la reconciliación"

del mundo árabe con el mundo judío". El diario aludió a eventuales decisiones secretas tomadas en Alejandría que podrían disuadir en las próximas semanas a los países del Golfo a proseguir su acercamiento con Israel. El Premier israelí, Yitzhak Rabin, había visitado Omán el lunes pasado. Se trató de la primera visita de un jefe de gobierno israelí en el Golfo y desató una serie de hipótesis sobre las eventuales repercusiones políticas y económicas que podría tener en la región.

02-02

9500341

Nº. DOCUMENTO 9500342

TÍTULO Generalidades de Turkmenistán, uno de los países más ricos de Asia Central.

PROCEDENCIA 81 País

FECHA DE PROCEDENCIA 4/12/94

VINCULACIONES 11876 V

507356 V

10034 V

11167 V

# Turkmenistán Quiere ser el Kuwait del Mar Caspio

Newsweek

EL PAÍS 4-12-94

■ La megalomanía de su presidente puede arruinar a uno de los países potencialmente más ricos del Asia Central que antes formaba parte de la URSS.

ASHJABAD.— El nuevo e inmaculado aeropuerto internacional de esta capital es un perfecto ejemplo de lo que ha sido Turkmenistán desde su independencia. Costó 89 millones de dólares y es probablemente el más hermoso de toda la comunidad de Estados Independientes. Sólo un detalle: su torre de control está construida en el lado equivocado del aeropuerto y no tiene vista de las pistas.

Cuando la Unión Soviética cayó tres años atrás, Turkmenistán, una de las tres nuevas naciones ricas en energía del Mar Caspio, se hizo de una reputación como "el segundo Kuwait". Con una población relativamente pequeña, Turkmenistán está situado encima de aproximadamente 8.1 billones de metros cúbicos de gas natural, la cuarta reserva mundial. La venta de gas a Europa a través del gasoducto de exportación ruso le hizo ganar a Turkmenistán 1.400 millones de dólares al año. Pero por encima de todo está el presidente Saparmurad Niyazov, ex líder y hombre fuerte del Partido Comunista. Desde que tomó el poder, Niyazov actúa como un pobre que recién ha sacado la lotería, gastando dinero profusamente para adquirir todos los adornos de la riqueza nacional. El problema es que su país está prácticamente en quiebra y Turkmenistán ahora luce más bien como otra Rumanía.

Desde noviembre de 1993, los rusos dejaron de entregar a Turkmenistán las divisas de las ventas de gas.

Moscu declara que envía todo el gas de Turkmenistán a las ex repúblicas soviéticas caucásicas, que tienen aún más dificultades financieras que Turkmenistán. Por eso no le debe a la República ninguna ganancia europea. En realidad, el gas natural de Turkmenistán se mezcla con gas ruso en un mismo gasoducto, pero el gobierno poco puede hacer acerca de esta aparente estafa rusa. Como sus vecinos Kazajistán y Azerbaijan, Turkmenistán es exprimido por los rusos. El tesoro nacional se reduce al trueque de algodón por mercaderías vitales. Recién la semana pasada el gobierno de Ucrania acordó saldar su enorme deuda de gas natural a Turkmenistán, pagando 713 millones de dólares en los próximos siete años.

## GASODUCTO PROPIO

Niyazov tiene grandes planes para frustrar a los rusos: un nuevo gasoducto de 3.976 kilómetros que cruzaría Irán y Turquía

hasta el Mediterráneo. Dos semanas atrás, Niyazov dio una fiesta de gala para comenzar a trabajar en este proyecto de siete millones de dólares: los líderes de Irán, Turquía, Pakistán y Azerbaijan soldaron simbólicamente dos enormes secciones del conducto que se encontraba desconectado en el desierto de Kara Kum. Pero no es probable que el gasoducto esté terminado pronto (si alguna vez lo está). Las compañías occidentales evitaron invertir en el proyecto, en parte por la oposición del gobierno estadounidense a la financiación occidental de una ruta trans-iraní.

Actualmente, Turkmenistán no luce como una nueva superpotencia petrolera sino más bien como una dictadura novata y de inferior calidad. Niyazov silencia todas las críticas, ha convertido los diarios en páginas de adulación, y logró que un sumiso parlamento lo declare presidente hasta el año 2002.

El líder de cabeza plateada ha establecido un clásico culto marxista a la personalidad: Niyazov ya no se llama a sí mismo marxista a la personalidad: Niyazov ya se llama a sí mismo Niyazov. Ahora el Turkmenbashi "líder de los Trucomanos", pese a que llamarse el "Nicolás Ceaucescu del Asia Central" sería igualmente exacto (aunque el gobierno de Niyazov es mucho menos violento). El puerto sobre el Mar Caspio más importante de la república, anteriormente llamado Krasnovodsk, fue rebautizado Turkmenbashi: cada ciudad tiene un barrio Turkmenbashi. Sin embargo, Niyazov es muy popular, incluso a pesar de que el 99.9% de votos que obtuvo en las elecciones de 1992 luce sospechosamente perfecto.

## MEGALOMANIA PRESIDENCIAL

La megalomanía de Niyazov ha producido un rápido aumento en la construcción en Turkmenistán. Es verdad: nada se ha hecho para mejorar la corrola infraestructura del país. El agua corriente es cortada durante varias horas al día. No se importa mercadería de consumo. Pero hay muchos edificios en mármol y dorado en construcción. Niyazov planea construir otros cinco palacios presidenciales en el país. En las afueras de Ashjabad se están construyendo 23 hoteles cinco estrellas con dinero del gobierno. El "Independiente", donde vive el

embajador de Estados Unidos, Joseph Huling, incluye detalles tales como azulejos Pierre Cardin en el baño público. Su constructor, Agind-Swissital, de Italia, tiene contratos para dos palacios privados de Niyazov.

Para la élite de Turkmenistán, la vida es de seda. Las magníficas residencias en los

suburbios de Ashjabad muestran que hay mucho dinero para unos pocos elegidos. Para la masa de ciudadanos comunes, la vida ha cambiado poco desde los tiempos de los soviéticos.

"No va a haber ningún 'segundo Kuwait', dice. 'Eso es para el gobierno, no para nosotros'".

01-01

9500342

Nº 9500343  
TÍTULO Turkmenia acusa de estafa a una empresa argentina.  
PROCEUENCIA Clarín  
FECHA DE PROCEUENCIA 30/12/94  
VINCULACIONES 11876 V  
507356 V  
66960 V  
41161 V

# Turkmenia acusa de estafa a una empresa argentina

Una empresa argentina encargada de construir obras en Turkmenia, ex república de la Unión Soviética, fue acusada de estafa por el gobierno de ese país. Los directivos de la firma niegan la acusación. Se habían firmado contratos por 200 millones de dólares.

El diario ruso "Izvestia" acusó a la empresa argentina Lybra de haber "estafado" al gobierno de Turkmenia por haber recibido "una considerable parte" de un contrato por 200 millones de dólares y construido solo "el diez por ciento" de una serie de obras.

Los directivos de esa firma, con sede en Tucumán, negaron la acusación a Clarín, e informaron que presentaron una demanda ante los tribunales comerciales de Ginebra por más de 30 millones de dólares, argumentando que Turkmenistán "violó" los contratos firmados.

En su edición del martes pasado, el suplemento financiero de "Izvestia", que se edita en Moscú, afirmó que "una compañía argentina estafó a Turkmenia en 200 millones de dólares. El servicio de control del presidente de turkmeno aseguró el diario comenzó a verificar los contratos concluidos entre la compañía argentina Lybra Holding Group y el Ministerio de Agricultura por un monto superior a los 200 millones de dólares".

En el artículo se afirma también que Lybra recibió "una parte considerable de la suma del contrato, que fue transferida a la cuenta de la compañía en Buenos Aires. Sin embargo, desde allí llegó tan solo una décima parte de los medios fijados en el contrato".

El texto del artículo fue enviado a la Cancillería por colaboradores del embajador argentino en Rusia, Arnoldo Lístre, quien es también embajador concurrente en Turkmenia.

Ese país, también llamado Turkmenistán, se independizó de Rusia en 1991, ocupa una superficie equivalente al territorio de España y tiene solo 3.500.000 habitantes, pero posee inmensas reservas petroleras y es el cuarto proveedor mundial de gas.

Lybra, a mediados de este año, rescindió los contratos firmados en agosto de 1993 debido a "la falta de cumplimiento del cronograma de pagos estipulado", aseguró el presidente de la filial argentina de la empresa, Francisco Corbella.

## La defensa

El contrato, firmado con el Ministerio de Agricultura y Alimentos de Turkmenia, estipulaba la construcción de dos ingenios azucareros, de una fábrica de plásticos, otra de gaseosas y otra de papel, entre otros proyectos.

De acuerdo con la versión de Corbella, el 27 de octubre deberían haber estado terminados los dos ingenios, pero no se pudo

30-12-94 CLARIN

Autor Firmante Responsable:

Dest. Areas: DIREC 27dic1994 12:39 Dir Europa Central y Orier

Copia Areas: CGABI 28dic1994 11:50; SGREC 28dic1994 11  
DGASE 27dic1994 12:45; DIREC 27dic1994 12  
SECEC 27dic1994 12:45; SEREB 27dic1994 12  
SUBPE 27dic1994 12:45; DGCIN 27dic1994 12

Descriptor : TURKMENISTAN; ARGENTINA; URSS;

DIA 27 DE DICIEMBRE SUPLEMENTO FINANCIERO DEL DIARIO IZVESTIA  
PUBLICA ARTICULO PERIODISTICO SOBRE EMPRESA LYBRA EN TURKMENISTAN  
TRADUCCION NO OFICIAL TEXTO DICE:  
"COMPANIA ARGENTINA ESTAFÓ A TURKMENISTAN EN 200 MILLONES DE DOLARES.  
EL SERVICIO DE CONTROL DEL PRESIDENTE DE TURKMENISTAN COMENZÓ A VERIFICAR LOS CONTRATOS CONCLUIDOS ENTRE LA COMPANIA ARGENTINA 'LYBRA HOLDING GROUP' Y EL MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA POR UN MONTO SUPERIOR A LOS 200 MILLONES DE DOLARES. LA COMPANIA ARGENTINA, QUE INTERVENIA COMO CONTRATISTA EN LA CONSTRUCCION DE UNA SERIE DE EMPRESAS DE LA INDUSTRIA TRANSFORMADORA, YA RECIBIO UNA PARTE CONSIDERABLE DE LA SUMA DEL CONTRATO, QUE FUE TRANSFERIDA A LA CUENTA DE LA COMPANIA EN BUENOS AIRES. SIN EMBARGO, DESDE ALLI LLEGO TAN SOLO UNA DECIMA PARTE DE LOS MEDIOS FIJADOS EN LOS CONTRATOS. LOS EXPERTOS CONSIDERAN QUE LA CITADA COMPANIA, QUE TAMBIEN HA FIRMADO CONTRATOS PARA CONSTRUIR EMPRESAS EN RUSIA Y OTROS PAISES DE LA COMUNIDAD DE ESTADOS INDEPENDIENTES, HA CREADO UN GRUPO DE 'HOMBRES DE NEGOCIOS' ESPECIALIZADOS EN ESTAFAS FINANCIERAS".

El fax mediante el cual la embajada argentina en Rusia alertó sobre la denuncia publicada en el diario "Izvestia".

## Un viaje con historia

El "caso Lybra" comenzó a tomar cuerpo en mayo, cuando directivos de esta empresa -ahora denunciada por estafa- integraron la comitiva del canciller Guido Di Tella en el viaje a Turkmenia. El canciller consideró necesaria esa visita a la ex república soviética, porque cree que allí puede haber mercados rentables para las empresas argentinas.

En esa comitiva estaban, entre otros, fuertes empresarios como Carlos Bulgheroni (Bridas) y dirigentes como Eduardo De Zavalía (Sociedad Rural). También un banquero, Marcos Gastaldi, del ahora suspendido Banco Extrader. Y dos directivos de Lybra: Luis Cayuela y Francisco Gradín.

Cayuela fue socio del estudio jurídico del secretario general de la Cancillería, Andrés Cisneros, hasta mayo de 1991 -dos años antes del viaje a Turkmenia-, según surgió de una investigación realizada por Clarín a mediados de este año.

Entrevistado entonces por este diario, Cisneros negó haber realizado "algún tipo de favoritismo político" a favor de Lybra y admitió que Cayuela fue su socio hasta esa fecha.

Además aseguró que "las empresas no pidieron nada. Tanto Lybra como Bridas son un ejemplo de empresas que ganan una licitación e invierten en el exterior y nosotros quisimos mostrarlo a otros empresarios".

cumplir por "el atraso en los pagos". El primero de los ingenios está "terminado y solo falta su montaje y puesta en funcionamiento", acotó el empresario.

Como consecuencia de esa medida, dijo Corbella, personal de la cancillería y la policía turkmenas ocuparon los obradores de Lybra y luego "retuvieron por unos días los pasaportes" de los últimos 4 de los 75 técnicos argentinos.

El conflicto comercial-diplomático tiene su significado político. En ocasión de su visita a Turkmenia, en mayo pasado, el canciller Guido Di Tella llevó en su comitiva a los directivos de Lybra, una casi desconocida empresa.

El secretario político de la Cancillería, Andrés Cisneros, había sido socio de uno de los titulares de Lybra. Consultado por Clarín, el funcionario dijo que no había tenido ninguna intervención en la inclusión de esos empresarios en la comitiva de Di Tella.

En la Cancillería estaba proyectado que la gira por Rusia que el presidente Carlos Menem tiene previsto realizar el año que viene incluyera Turkmenia, una escala que ahora podría desecharse.

De todos modos, aún no está dicha la última palabra. Corbella viajará el mes que viene a Turkmenia "a pedido del gobierno local, que quiere llegar a un acuerdo para evitar el juicio en Ginebra y terminar las obras comprometidas. Pero no tengo el apoyo de la Cancillería", se quejó el empresario.

01-01

9500343

Nº. 6: GUR

9500344

TITULO Gorbachov piensa en la candidatura presidencial rusa.

PROCEDENCIA Blain

FECHA DE PROCEDENCIA 8/12/94

VINCULACIONES 11876 V  
507294 V  
11164 V  
80052 V  
11432 V

## Gorbachov piensa en la candidatura presidencial rusa

8-12-94 CLARÍN

DUBAI, 7 (Reuter y EFE). - El último presidente de la desaparecida Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Mijail Gorbachov, no descartó la posibilidad de presentarse como candidato para remplazar a Boris Yeltsin como presidente de la Federación Rusa.

"Presto mucha atención a ese tema y no puedo excluirlo", declaró Gorbachov cuando un periodista le preguntó, durante una conferencia de prensa, si estaba dispuesto a presentarse como candidato en las elecciones generales que se llevarán a cabo en 1996.

Gorbachov, que asiste en los Emiratos Arabes Unidos a una conferencia sobre alta tecnología, fue secretario general del Partido Comunista (PC) de la ex URSS y el último de sus presidentes. Debió dejar el cargo en diciembre de 1991, cuando se disolvió la unión de repúblicas que habían comenzado a edificar los bolcheviques después de la revolución de octubre de 1917.

El principal de los componentes de la ex URSS era la Federación Rusa, cuya presidencia, tras la caída de Gorbachov, fue ocupada por Yeltsin. Ambos fueron aliados durante muchos años (Yeltsin, como el principal respaldo de Gorbachov cuando este logró desbaratar un golpe militar en 1990), pero el último líder de la URSS es ahora un duro crítico de las políticas de su ex amigo. Los planes de Yeltsin no son "la continuación de mis reformas", declaró Gorbachov.

Agregó que sigue persiguiendo los principios básicos que impulsó como titular del Kremlin, como el respeto a la libertad, el derecho a elegir y un sistema de economía mixta.

Gorbachov afirmó que propicia una reintegración de las antiguas repúblicas soviéticas, pero "sobre una base distinta de lo que fue la URSS".

Los analistas soviéticos sostienen que, si decide presentarse como candidato, no tiene asegurada la victoria ni mucho menos. Los expertos alegan que el ex presidente es muy poco popular en su país, entre otras razones, por las limitaciones que impuso al consumo de alcohol pero también por la crisis económica.

Gorbachov no cree "que haya personas a las que pertenezca el futuro de Rusia", pero estima que "las tendencias extremistas perderán fuerza en Rusia y, entre ellas, las del señor (Vladimir) Zhirinovsky".

El ex líder soviético estimó que las ideas socialdemócratas no ganarán por sí solas en Rusia, ya que la historia demuestra que a los rusos "les gustan los hombres fuertes que también tengan ideas fuertes".

Pero en la víspera de las elecciones puede haber una unión de los sectores socialdemócratas del espectro político con los sectores demócratas liberales", señaló.

El ex titular del Kremlin sostuvo también que está dispuesto a mediar para evitar que se sigan produciendo los duros enfrentamientos de los últimos días entre Rusia y la república separatista de Chechenia, ubicada en el Cáucaso, y que se declaró independiente de Moscú en 1991.

01-01

9500344

Nº. DE DOCUMENTO 9500345  
TÍTULO Zhirinovskiy publica un documento antisemita.  
PROCEDENCIA La República  
FECHA DE PROCEDENCIA 11/12/94  
VINCULACIONES 11876 v  
507294 v  
antisemitas ? 11204U

### **Zhirinovski publica un documento antisemita**

11-12-94 L.R. Moscú (ANSA)

■ El líder ultranacionalista Vladimir Zhirinovski abandonó toda reticencia sobre su hasta ahora negado antisemitismo y emitió un comunicado en el que incluye una larga serie de insultos hacia la comunidad judía, tanto rusa como del mundo. "Las orquestas que entonan 'fuera los rusos' en la ex URSS están dirigidas por los mismos maestros", dice el documento, publicado ayer parcialmente por el Moscow Times, los que en Rusia han ocupado sistemáticamente los puestos más prestigiosos y mejor pagos, escritores, compositores, directores, abogados o periodistas: los judíos.

También en la URSS, sostiene el líder ultranacionalista, los judíos "estaban miles de veces más representados en la cumbre de lo que hubieran podido estar".

"Ahora, en la Rusia democrática (Rusia, presta atención, no Israel), en los ministerios, en los bancos, en las empresas, son los judíos los que dominan, o sus familiares", prosigue el documento. Tanto odio hacia los judíos resulta aun más inquietante, si es cierto —como parece ya demostrado— que el propio Zhirinovski es un hijo de un judío, un tal Volf Eidelstein. Es muy popular en Moscú una broma hecha en base a la respuesta dada por el líder a una pregunta sobre la nacionalidad de sus padres: "Mi madre es rusa, mi padre es un jurista", dijo Zhirinovski.



Nº. DOCUMENTO 9500346  
 TÍTULO Parlamento ruso  
 PROCEDENCIA la Juventud  
 FECHA DE E. DE RECIBO 7/12/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
507294 ✓  
513985 ✓  
513982 ✓  
11164 ✓

rechaza estado de excepción en Osetia e  
 Ingushetia.

**Parlamento rechaza  
 estado de excepción  
 en Osetia e  
 Ingushetia**

LJ. 7/12

El Consejo de la Federación, cámara alta del Parlamento ruso, rechazó ayer martes, en sesión a puerta cerrada el decreto dictado por el presidente Borís Yeltsin, por el que éste prorrogaba el estado de excepción en parte del territorio de las repúblicas rusas de Osetia del Norte e Ingushetia.

Según Ramazán Abdulatípov, vicepresidente del Consejo de la Federación, la mayoría de los legisladores se opusieron a la medida extraordinaria debido a que no existen los mecanismos para su cumplimiento.

Abdulatípov, que hizo estas declaraciones a los periodistas al término de la reunión, indicó que la cámara alta se pronunció a favor de crear una comisión conciliadora para que busque con la Presidencia rusa una salida a la situación.

Según la Constitución de la Federación Rusa, el estado de excepción es decretado por el presidente, pero debe ser ratificado por la cámara alta en un plazo de 72 horas.

Osetia del Norte e Ingushetia, repúblicas que protagonizaron hace dos años cruentos enfrentamientos étnicos, son vecinas de la rebelde Chechenia y se han convertido en la plaza de armas, donde Moscú concentra sus tropas de cara a una eventual intervención militar en el territorio chechen.

POCO LEGIBLE



Nº. 8. 9500347  
 TITULO Croacia quiere normalizar su relación con Serbia.  
 PROCEDENCIA Observador  
 FECHA DE RECEPCIÓN 3/12/94  
 VINCULACIONES 11876 v  
65658 v  
507696 v  
11399 v

**Tudjman: Croacia  
 quiere normalizar  
 relación con  
 Serbia** <sup>Q65.</sup> <sub>3/12</sub>

BUENOS AIRES - Un acuerdo económico entre el gobierno croata y los dirigentes de la minoría rebelde serbia es un paso importante "hacia el reintegro total de nuestros territorios ocupados", dijo ayer el presidente croata Franjo Tudjman.

"Si Serbia impide el reintegro pacífico de esos territorios, Croacia recurrirá a otros medios con el apoyo de la comunidad internacional", dijo Tudjman en conferencia de prensa en una visita de tres días a Argentina.

El acuerdo firmado ayer dispone restablecer los suministros de agua y electricidad y reabrir los oleoductos y la carretera que vincula Zagreb, capital de Croacia, con la capital yugoslava Belgrado.

Una guerra de seis meses en 1991 —a comienzos de la violenta desintegración de Yugoslavia— dejó a los serbios en control de un tercio de territorio croata.

"Croacia quiere normalizar las relaciones con Serbia. Sin ello, no puede haber paz ni estabilidad política en el sudeste de Europa", dijo Tudjman.

Señaló que la vieja Constitución yugoslava del mariscal Josip Broz Tito "recalcaba la hegemonía serbia sobre los demás pueblos de Yugoslavia.

Esa hegemonía es rechazada por los croatas, eslovenos y musulmanes".

La nueva Constitución croata reconoce los derechos culturales y étnicos de la minoría serbia, aclaró (AP).



Nº. B. GUV. 10

9500349

TÍTULO Mapas de reparto territorial son inaceptables para serbobosnios en su forma actual.

PROCEDENCIA La Juventud

FECHA DE F. C. 2/12/94

VINCULACIONES 11876 V

507697 V

10217 V

507696 V

65658 V

11164 V

## Los mapas de reparto territorial son inaceptables para los serbobosnios en su forma actual.

L.J. 2/12

El presidente del Parlamento serbobosnio, Momcilo Krajisnik, dijo ayer jueves, a la agencia Beta que permitir a los serbobosnios el derecho a confederarse con Serbia y Montenegro no sería más que concederles el mismo derecho que tienen los musulmanes y croatobosnios respecto a Croacia.

«Nuestra unión confederal con Yugoslavia no implica un gran adelanto en el proceso de paz, si se tiene en cuenta que los mapas de reparto territorial son inaceptables para nosotros en su forma actual, que es lo más importante», añadió Krajisnik.

Este funcionario, considerado más «ultra» que el propio líder, Radovan Karadzic, opina que la comunidad internacional

está tratando de centrar falsamente el problema en el derecho de los serbobosnios a confederarse con Serbia y Montenegro (Yugoslavia).

«No hay duda de que ese reconocimiento sería un jalón positivo, porque reconocería que los serbios viven en ambas

orillas del río Drina (frontera natural entre Serbia y Bosnia) y que es indispensable que se unan», indicó Krajisnik.

Lo que no dijo es que en Zvornik, Foca y otras comarcas de la orilla izquierda del Drina (la Bosnia) los musulmanes eran mayoría antes de la guerra y que han sido expulsados de sus hogares por las campañas de «limpieza étnica», según la ONU.

El plan del Grupo de Contacto, integrado por representantes

de Gran Bretaña, Francia, Alemania, Estados Unidos y Rusia, propone la división de Bosnia en dos mitades, una para la Federación croato-musulmana y otra para los serbobosnios.

Según dicha oferta, esos dos entes territoriales formarían una «Unión Bosnia», en la que el ente de la Federación de musulmanes y croatobosnios tendría derecho a confederarse con la vecina Croacia.

Los serbios, que constituyen el 32 por ciento de la población y controlan militarmente el 70 por ciento de los 51.000 kilómetros cuadrados de Bosnia, rechazaron dicha propuesta, por lo que Yugoslavia, en su apremio por reconciliarse con la ONU, les sometió a un embargo estratégico y petrolero para in-

tentar doblegarlos.

Serbia y Montenegro fueron «premiados» por ello con el alivio mínimo del embargo que les impuso la ONU en mayo de 1992 por sustentar la guerra de Bosnia, y ahora los equipos deportivos y asociaciones culturales yugoslavos pueden viajar al extranjero. Pero Belgrado espera que en la reunión de mañana Rusia consiga de los ministros de Exteriores del Grupo de Contacto que se le retiren a Serbia y Montenegro parte de las sanciones económicas.

«Quizá tengamos motivos de optimismo, porque la idea sobre la posible confederación con Yugoslavia ha sido lanzada esta vez por los Estados Unidos», manifestó Krajisnik, y añadió que prefiere creer que se trate

del eco del consenso internacional contrario a la continuación de la guerra bosnia.

El representante del Departamento de Estado norteamericano, Mike Meccurry, declaró el lunes que su Gobierno está dispuesto a considerar la posibilidad de confederación de los serbios de Bosnia con Serbia, si tanto ellos como Belgrado reconocen la integridad territorial de la «Unión Bosnia».

Krajisnik no ha querido entrar en qué tipo de ofertas esperan los serbobosnios de Bruselas, pero ha precisado que «de» sean reanudar los contactos directos con la comunidad internacional, tras la fracasada visita del secretario general de la ONU, Butros Gali, a Sarajevo.

Nº. 6 SUMARIO 9500350  
TÍTULO *Serbios detienen miembros de las fuerzas de paz desafiando a la*  
PROCEDENCIA *Observador*  
FECHA DE PUBLICACIÓN *2/12/94*  
VINCULACIONES *11876 ✓*  
*507697 ✓*  
*501889 ✓*  
*11878 ✓*  
*11262 ✓*

*Dos edificios del Ministerio del Interior de Sarajevo alcanzados por bombas*

## Serbios detuvieron ayer a más miembros de las fuerzas de paz desafiando a la ONU

*Sarajevo - Los serbio-bosnios detuvieron ayer a más fuerzas de pacificación de la ONU, negaron el paso de convoyes de abastecimiento y dispararon proyectiles contra Sarajevo, en nuevos desafíos al infructuoso intento de la ONU por mantener el control.*

*OSV.  
2-12-94*

La misión de mantenimiento de la paz en Bosnia de la ONU está en suspenso después que el secretario general Butros Ghali no auspiciara un cese del fuego mientras continuaba el cerco serbio en la zona protegida de Bihac. El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, reafirmó ayer el compromiso de EEUU con la Organización del Atlántico Norte (OTAN) y dijo que las diferencias originadas en relación con el conflicto de Bosnia no han restado importancia a la alianza defensiva.

"Esta alianza continuará siendo el ancla de la participación de Estados Unidos en Europa, la clave de la seguridad transatlántica. El poder y los objetivos estadounidenses están aquí en Europa".



**Protesta**

Habitantes de Sarajevo gritan consignas anti ONU frente a la casa presidencial bosnia durante la visita de Butros Ghali

Christopher se reunirá hoy con sus colegas de Francia, Alemania, Gran Bretaña y Rusia para debatir nuevos planes de revivir su debilitado plan de paz para Bosnia.

Por su parte, el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Andrei Kozyrev, advirtió ayer en París, que Rusia "pensará seriamente en la retirada de su contingente de paz de Bosnia si el conflicto recrudece". El canciller ruso estimó que el grupo de contacto y el Consejo de Seguridad "tienen que insistir en

el cese de hostilidades y reforzar las zonas de seguridad bajo protección de ONU".

### Continúan ataques

El vocero de la ONU, Alexander Ivanko, dijo en Zagreb, Croacia, que unidades de los serbio-bosnios cruzaron la frontera croata y secuestraron a siete efectivos de la organización internacional. Se llevaron a los soldados y a un vehículo blindado de la ONU a territo-

rio en control de los serbios.

El puesto de observación que tenían los ucranianos es ocupado ahora por los serbios, dijo Ivanko, y la ONU no ha podido tomar contacto con sus tropas. Los serbios mantienen detenidos a otros 400 efectivos de la ONU.

En Sarajevo, el vocero de la ONU, Thant Myint-U, dijo que los serbios no respondieron a 21 pedidos de salvoconducto para que los convoyes pasen por territorio bajo su control.

Los alimentos y suministros para la ONU eran muy escasos en los enclaves orientales y en Bihac. Los serbios también impidieron el paso de convoyes con ayuda humanitaria. En el centro de Sarajevo, dos edificios del Ministerio del Interior fueron alcanzados por uno y tres proyectiles antitanque respectivamente y cuatro personas resultaron heridas.

El aeropuerto de esa ciudad permanecía cerrado porque los serbios negaron autorización de vuelo, lo que impide la llegada de vuelos de ayuda a la sitiada capital bosnia. La intransigencia de ambos bandos hizo que Butros Ghali sugiriera ayer por primera vez que la misión pacificadora de la ONU podría concluir.

El presidente bosnio, Alija Izet-

begovic, dijo a Butros Ghali que su gobierno negociaría sólo después que los serbios aceptaran un plan de paz que han rechazado en varias oportunidades. Reiteró a su vez la oferta de su gobierno de un cese del fuego de tres meses. Los serbios quieren algo más permanente. Los serbio-bosnios desairaron totalmente a Butros Ghali. Su líder, Radovan Karadzic, se negó a ir al aeropuerto de Sarajevo para reunirse con él y el secretario de la ONU se negó a ir a territorio ocupado por los serbios.

Pero Ghali estará en Ginebra entre el viernes y el domingo para "continuar sus intensos esfuerzos diplomáticos para una solución pacífica, especialmente para un cese del fuego", en Bosnia, dijo su portavoz Therese Gastaut.

### Tensión en la OTAN

Las tensiones sin precedentes entre EEUU y sus aliados por la crisis en Bosnia-Herzegovina empañaron ayer la reunión anual de los ministros de Relaciones Exteriores de la OTAN.

Los ministros apoyaron un estudio de 12 meses para considerar cómo expandir la OTAN a fin de incluir las democracias de Europa central y oriental. Las cuestiones a tratar incluyen finanzas, la integración de los ejércitos de los posibles nuevos miembros y temas nucleares, dijeron los funcionarios.

Pese a los intentos por mantener la atención en los futuros nuevos miembros, la crisis bosnia consumió buena parte de la reunión. (De la redacción de El Observador en base a EFE, Reuter y AP)

TÍTULO *La ONU y la OTAN disminuirán las patrulla aéreas en Bosnia,*

PRECEDENCIA *La República*

FECHA DE RECEPCIÓN *3/12/94*

VINCULACIONES *11876 V*

*507697 V*

*501889 V*

*508062 V*

*11911 V*

*11163 V*

La ONU y la OTAN discuten sobre una eventual reducción o suspensión de las patrullas aéreas, al tiempo que las milicias serbias mantienen su ofensiva

## Cohetes contra el palacio presidencial bosnio

**Los misiles hicieron impacto en el edificio cuando en su interior se encontraba el representante de Naciones Unidas, Yasushi Akashi**

Las milicias serbias dispararon ayer viernes dos misiles antitanques contra la sede presidencial bosnia, en Sarajevo, cuando allí se encontraba el representante especial de la ONU, Yasushi Akashi, mientras la ONU y la OTAN se enredaban en cierta confusión sobre una eventual reducción o suspensión de las patrullas aéreas.

Sarajevo (AFP)

El representante especial de la ONU en la antigua Yugoslavia se reunió con el vicepresidente bosnio, Buro Ganic, para tratar sobre un eventual alto el fuego en Bosnia y particularmente en Bihac, enclave bosnio del noroeste asediado por las milicias serbias de Bosnia y Croacia.

Dos misiles anticarro serbios del tipo Sagger hicieron impacto en el edificio y los cascos azules franceses desplegados en torno al mismo reaccionaron inmediatamente con cañones de 20 mm.

Otros dos misiles serbios hicieron impacto en inmuebles aledaños, entre ellos el del Ministerio del Interior. Un hombre resultó herido.

Ganic precisó que mantuvo "conversaciones fructíferas, como de costumbre" con Akashi, quien después se desplazó a Pale, feudo serbio cerca de Sarajevo, para intentar obtener una respuesta favorable a la desmilitarización de Bihac por parte del líder de las milicias serbias, Radovan Karadzic.

En Pale, otra misión complicada esperaba a Akashi: obtener libertad de circulación para los convoyes de las Fuerzas de la ONU. Cientos de cascos azules se encuentran bloqueados por las milicias en diferentes puntos de la Bosnia ocupada. Varias decenas fueron liberados por los milicianos el jueves.

En medio de cierta confusión, la ONU rectificó este viernes a uno de

sus portavoces en Sarajevo para asegurar que nunca pidió "formalmente" a la OTAN la suspensión de sus patrullas aéreas en los cielos de Bosnia.

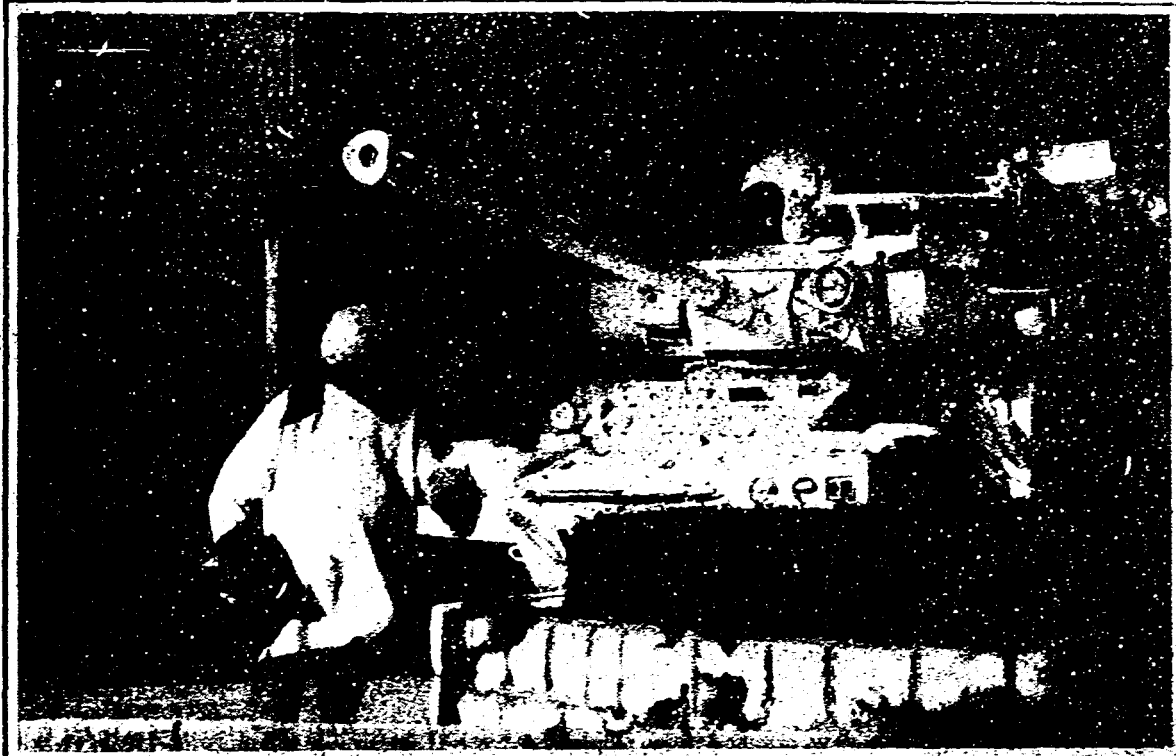
"Una cierta confusión se produjo esta mañana (...) dando la impresión de que la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas pidió a la OTAN que suspenda las patrullas de la zona de exclusión aérea (en todo Bosnia)", declaró en Nueva York Fred Eckhard, portavoz del secretario general de la ONU, Butros Ghali.

"Esto no es exacto. Las fuerzas de la ONU y la OTAN conversan regularmente sobre los detalles operacionales, pero no hay una demanda formal de la ONU para suspender la aplicación de la zona de exclusión aérea y (las Naciones Unidas) no tienen la intención de pedir tal suspensión", señaló.

No obstante, el portavoz desmentido, el comandante Hervé Gourmelon destacado en Sarajevo, no habló de suspensión, sino de reducción.

"La OTAN ha reducido sus actividades de vigilancia de los cielos bosnios, porque la situación es tensa y se toma en serio la amenaza de misiles", indicó el portavoz.

En Bruselas, según una grabación de la televisión británica ITN en el circuito interno de televisión de la OTAN en Bruselas, el secretario general de la Alianza, Willy Claes, habría sido informado este viernes de un acuerdo para "ralenti-



Una mujer corre a refugiarse mientras un tanque de la ONU responde al ataque de las milicias serbias contra el palacio presidencial bosnio. (Telefoto de AFP)

zar" la operación "Deny Flight" de prohibición de vuelos de los bandos de Bosnia.

Claes reaccionó encolerizado: "¡No es posible!".

Horas después, Claes desmintió que la ONU "hubiera pedido nunca" a la Alianza Atlántica una reducción de las actividades aéreas, y subrayó que la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) "sigue cumpliendo el mandato" que le fue confiado por la

ONU en Bosnia.

Un oficial de la Royal Air Force británica, comandante Timothy Hewlett, había indicado por la mañana que la OTAN había suspendido dos días atrás las patrullas de vigilancia de la prohibición de vuelos militares de los bandos (Operación "Deny Flight"), a petición de la ONU. En cualquier caso, los Cascos Azules están muy preocupados por el despliegue de misiles antiaéreos en los alrededores del aero-

puerto de Sarajevo, que provocó la suspensión del puente aéreo humanitario desde hace diez días.

"El peligro es real", señaló el comandante Gourmelon.

En la mayoría del enclave de Bihac, los Cascos Azules registraron "una caída significativa de la actividad militar", pero sí detectaron intensos bombardeos contra Velika Kladusa (norte del bolsón), zona atacada por milicias musulmanas que colaboran con los serbios.

Nº. DOCUMENTO 9500352

TÍTULO La situación militar en Bosnia evoluciona en favor de los musulmanes.

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 4/12/94

VARIABLES 11876 ✓

507697 ✓

11163 ✓

■ Por primera vez desde el inicio de la guerra en Bosnia, la situación militar evoluciona levemente en favor de los musulmanes. Pero la ventaja puede no llevarlos muy lejos.

### The Economist

**SARAJEVO.** — Hace un par de semanas, los soldados del ejército nacional bosnio se anotaron su primer gran triunfo militar contra los bosnio-serbios. Efectivos de la guarnición de Bihać, mayoritariamente musulmanes, recuperaron territorio, capturaron armas y obligaron la retirada de 10.000 serbios.

La ofensiva destruyó el mito de la invencibilidad militar serbia y muestra que el ejército bosnio se las ha arreglado para consolidar sus fuerzas. Significativamente, se informa que tropas bosnio-croatas, otrora enemigas de los musulmanes, se han unido contra los serbios, lo que puede marcar un importante cambio en la guerra.

La victoria serbia es aún posible. Radovan Karadzic, el asediado líder bosnio-serbio, se puso el uniforme y prometió un contraataque masivo, que comenzó el primero de noviembre. Tropas serbias de la autoproclamada "República Serbia de Krajina" comenzaron a bombardear el enclave. Duras luchas también hicieron erupción al sur de Sarajevo.

Sin embargo, el mero hecho de que los musulmanes hayan ido tan lejos sugiere que la ventaja militar ha cambiado de lugar por el momento. En el pasado, unidades móviles bosnio-serbias, con apoyo militar ocasional

de la misma Serbia, hubieran aplastado un escape musulmán antes de que comenzara. Los bosnio-serbios aún conservan superioridad de armamento, pero tienen escasez de hombres y de combustible y están confinados en varios frentes por numerosos soldados bosnio-musulmanes, mejor armados ahora que antes. Más que nada, los bosnio-serbios enfrentan impedimentos, por la decisión del presidente Slobodan Milosevic, de Serbia, tomada tres meses atrás, de cesar la ayuda a Krajina, hasta que sus líderes acepten el último plan internacional de paz para Bosnia.

### TAMBIEN VENTAJAS DIPLOMATICAS

También diplomáticamente, los bosnio-musulmanes sienten que las cosas están cambiando a su favor. Estados Unidos pidió al Consejo de Seguridad que terminara el embargo de armas de las Naciones Unidas en Bosnia en seis meses. Muchos de los gobiernos europeos ven este paso como un desastre: temen que rompa el "grupo de contacto" de las naciones que buscan la paz en Bosnia y aumente las posibilidades de mayores conflictos de poder en los Balcanes. Los gobiernos de Gran Bretaña, Francia y Rusia dicen que tendrían que retirar

sus tropas de paz si se levanta el embargo.

Militarmente, una retirada de las Naciones Unidas le preocupa a los bosnios menos que antes: la protección aérea de la OTAN sobre Bosnia presumiblemente continuaría ejerciendo un efecto disuasivo en los serbios.

Como los principales perdedores de la guerra hasta ahora, los bosnios apreciarían mucho la oportunidad de recuperar tierra y orgullo perdidos.

La capacidad para continuar la guerra no es lo mismo que la habilidad para ganarla. Serbia podría abandonar su actual "neutralidad" para apoyar nuevamente a los bosnio-serbios.

Sin embargo, las fuerzas musulmanas bosnias no están más a la defensiva y podrían tener capacidad de sostener una campaña de reconquista.

Si están pensando seriamente, algo dudoso, los bosnio-serbios pueden contar con tres cosas: que es poco probable que el mundo exterior intervenga por la fuerza, que la alianza croata-bosnia, aunque recientemente reforzada, permanece frágil, y que las fuerzas bosnio-serbias serán capaces de mantener la mayor parte de su territorio frente a un gran contraataque de los musulmanes.



Nº. DOCUMENTO 95 00353

TÍTULO Los serbios de Krajina dejan de atacar Bihac.

PRECEDENCIA Clarín

FECHA DE ENTREGA 4/12/94

VINCULACIONES 11876 L

65658 L

507697 L

11163 L

## Los serbios de Krajina dejan de atacar Bihac

4-12-94  
CLARIN

EX YUGOSLAVIA

GINEBRA, 3 DE DICIEMBRE (AFP y ANSA). El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, afirmó hoy que los serbios étnicos de Krajina -territorio croata en el que proclamaron un estado independiente- aceptaron retirar sus fuerzas del asediado enclave musulmán de Bihac, en la vecina Bosnia.

"Es importante que esto se haga sin tardanza", añadió Ghali, después de haber estudiado la situación con su representante en la Conferencia Internacional sobre la ex Yugoslavia, Thorvald Stoltenberg.

Por su parte, el Consejo de Defensa de Krajina explicó en un comunicado que sus fuerzas no pretenden volver a intervenir en Bihac a favor de los serbios bosnios, que luchan contra los musulmanes y los croatas bosnios.

Aviones serbios de Krajina atacaron hace tres semanas posiciones del gobierno central bosnio en Bihac, y en represalia, la OTAN bombardeó poco después el aeropuerto más importante de Krajina, en Uzdina.

El mediador de la ONU, Thorvald Stoltenberg, participó el viernes en Zagreb y Kufra, "capital" de la autoproclamada República Serbia de Krajina, en la firma de acuerdos económicos entre Croacia y los di-

rigentes de la región controlada por los separatistas serbios.

Con el objetivo de destrabar la crisis bosnia, luego de una extensa reunión, los cancilleres del llamado Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Alemania, Francia y Gran Bretaña) acordaron ayer en Bruselas permitir la modificación de las divisiones territoriales establecidas en el último plan de paz para la región y propusieron a los serbios étnicos de esa república "ajustes constitucionales" que les permitirán concretar su deseo de confederarse con la nueva Yugoslavia.

"Cualquier propuesta que pueda activar el proceso de paz tendrá mi apoyo personal", señaló hoy Boutros Ghali, que viajará el domingo a Budapest para la cumbre de la Conferencia sobre la Seguridad y la Cooperación en Europa (CSCE). Por su parte, los cancilleres de Francia, Alain Juppé, y Gran Bretaña, Douglas Hurd, irán a Belgrado a entrevistarse con el presidente serbio Slobodan Milosevic.

Las tropas serbias no lanzan desde ayer nuevos ataques contra la "zona de seguridad" declarada por la ONU en la ciudad de Bihac y sus alrededores, según el portavoz de las fuerzas de la ONU en Sarajevo, comandante Herve Gourmelon.



Nº. DOCUMENTO

9500354

TÍTULO *Cancilleres de Gran Bretaña y Francia viajan a Serbia*

PERIÓDICO *La Mañana*

FECHA DE PUBLICACIÓN *5/12/94*

VINCULACIONES *11876 V*

*507696 V*

*65963 V*

*507529 V*

*11164 V*

*11879 V*

# Cancilleres de Gran Bretaña y Francia en Belgrado para proceso de paz

L.M. 5/12

Los Cancilleres de Gran Bretaña y Francia, Douglas Hurd y Alain Juppé, viajaron ayer a Serbia para reunirse con el Presidente Slobodan Milosevic, en un enésimo intento de relanzar el proceso diplomático de paz para Bosnia-Herzegovina.

Redacción, ANSA y EFE (BELGRADO)

En una entrevista difundida anoche por la BBC, Hurd afirmó que si no se logra rápidamente definir un acuerdo entre las partes en lucha en la república ex yugoslava, se irá inevitablemente hacia el retiro de la Fuerza de Protección de Naciones Unidas (UNPROFOR).

El Ministro de Defensa británico, Malcolm Rifkind, partió por su parte de Londres hacia el puerto croata de Split, sobre el mar Adriático, donde se reunirá esta tarde, con el comandante en jefe de la UNPROFOR, Sir Michael Rose.

Fuentes de la ONU indicaron oficialmente que Rifkind y Rose discutirán acerca de las dificultades que enfrenta la UNPROFOR en su tarea en Bosnia, así como la eventualidad de un retiro de las tropas británicas.

Ayer, el vocero de la UNPROFOR en Sarajevo, Hervé Gourmelon, declaró que ninguna de las promesas formuladas el día antes por el líder serbio Radovan Karadzic al enviado especial de la ONU, Yasushi Akashi, sobre el normal funcionamiento de las estructuras de la ONU en Bosnia, había sido cumplida. Akashi había anunciado que "hemos logrado un acuerdo para la liberación de los soldados ucranianos, el movimiento inmediato de los convoyes holandeses y británicos, el restablecimiento de las actividades de los canadienses en Visoko y del personal de la ONU en los centros de recolección del armamento pesado".

Desde los ataques aéreos de la OTAN de la semana pasada, los serbio-bosnios habían bloqueado el paso de los convoyes de la ONU en dirección al este de Bosnia, aislando a los cascos azules que custodian los depósitos de armas alrededor de Sarajevo y virtualmente detenido a otros soldados de la ONU.

*Los Cancilleres de Gran Bretaña y Francia, Douglas Hurd y Alain Juppé, viajaron ayer a Serbia para reunirse con el Presidente Slobodan Milosevic, en un enésimo intento de relanzar el proceso diplomático de paz para Bosnia-Herzegovina.*

Hurd y Juppé prevén examinar con Milosevic posibles medios de presión sobre los serbio-bosnios para que levanten los obstáculos al trabajo de la UNPROFOR y regresen a la mesa de las tratativas, luego de su rechazo del plan de paz propuesto por el "grupo de contacto" (Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Francia y Alemania).

La influencia del Presidente serbio sobre las autoridades serbio-bosnias, sin embargo, ha disminuido desde que Belgrado impuso un bloqueo controlado por la UNPROFOR en la frontera entre Serbia y el territorio bosnio bajo control serbio, justamente a causa del rechazo del plan de paz de parte del gobierno de Pale ("capital" del Estado proclamado por los serbios en Bosnia).

Los Cancilleres del "grupo de contacto", reunidos el viernes en Bruselas, no aprobaron la propuesta rusa de permitir una confederación entre los serbio-bosnios y la República de Serbia. El documento del grupo mencionó la posibilidad de un "acuerdo constitucional" entre las partes que tenga en cuenta la "entidad serbio-bosnia", pero el Ministro alemán de Relaciones Exteriores, Klaus Kinkel, afirmó a la prensa que "la confederación, por lo menos luego de esta reunión, es del todo inconcebible". La posibilidad de una confederación, sin embargo, no fue desechada por el mismo Boutros-Ghali, quien dijo en Ginebra que "cualquier hipótesis que pueda activar el proceso de paz dispondrá de mi apoyo personal, porque lo único que buscamos es que se detenga este trágico conflicto".

Por su parte, el líder serbio-bosnio, Radovan Karadzic, dijo que "no es más posible hacerse

ilusiones sobre la existencia de Bosnia en cuanto Estado unitario y es aún más ilusorio pensar que el gobierno de Sarajevo la representa: ellos representan sólo a la comunidad musulmana".

El Vicepresidente bosnio (musulmán), Ejup Ganic, apuntó por su parte que "nunca tuvimos nada en contra de las relaciones entre los serbio-bosnios y Serbia, pero estos vínculos no deben poner en causa la soberanía de nuestro Estado y la integridad de sus fronteras".

En cuanto a la eventualidad de un retiro de los cascos azules de Bosnia Herzegovina, el secretario general de la ONU apuntó que Rusia, Gran Bretaña, Francia, España y Canadá, le han señalado que retirarán sus tropas si el Consejo de Seguridad levanta el embargo de armamentos, tal como lo propuso el Congreso norteamericano.

La posibilidad del retiro de la UNPROFOR "es un proyecto bastante adelantado, que está siendo discutido por la OTAN", agregó Boutros-Ghali.

El Ministro italiano de Defensa, Cesare Previti, confirmó por su parte que "en el ámbito de la Alianza Atlántica se está discutiendo de un retiro del contingente de Naciones Unidas de Bosnia-Herzegovina".

Nº. DOCUMENTO **9500355**  
 TÍTULO **6/ Grupo de Contacto**  
 PROCEDENCIA **Blancos 15000**  
 FECHA DE PROCEDENCIA **5/12/94**  
 VINCULACIONES **11876 ✓**  
**507697 ✓**  
**507696 ✓**  
**10217 ✓**  
**11878 ✓**

Yugoslavia,  
 permite a los serbios bosnios confederarse con  
**LAS GRANDES POTENCIAS PERMITEN A LOS SERBIOS**

# Ultimo esfuerzo de

Las Naciones Unidas advirtieron ayer sobre el empeoramiento de la situación humanitaria en el enclave musulmán bosnio de Bihać. Las grandes potencias, nucleadas en el Grupo de Contacto, aceptaron modificar su plan de paz y permitir una futura confederación entre los serbios de Bosnia y Belgrado.

**3-12-94 CLARÍN**

BRUSELAS, 2 (EFE, AFP y AP). - Los ministros de Relaciones Exteriores del llamado Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Francia, Gran Bretaña y Alemania) resolvieron hoy en Bruselas permitir la modificación de las divisiones territoriales del último plan de paz para Bosnia-Herzegovina y propusieron a los serbios étnicos de esta república "ajustes constitucionales" que les permitiría federarse con la nueva Yugoslavia, según el comunicado final de su reunión realizada en Bruselas.

Los cancilleres cifraban grandes esperanzas en la reunión, que podría convertirse en la última posibilidad de lograr una solución negociada en el conflicto entre el gobierno de Bosnia, de mayoría musulmana, y los separatistas serbios.

La guerra de Bosnia, que ya lleva 32 meses, se ha agravado en las últimas semanas ante el asedio que las fuerzas serbias establecieron sobre el enclave musulmán de Bihać. Una eventual conquista de este enclave permitiría a los serbios una relación más fluida entre Belgrado y la autoproclamada República Serbia de Krajina, un territorio croata que limita con Bihać.

El Grupo de Contacto se declaró hoy dispuesto a iniciar negociaciones con todas las partes sobre la base del plan de paz propuesto en julio en Ginebra, permitiendo por ejemplo el intercambio de territorios entre serbios y musulmanes, sin modificar las proporciones del reparto es-

tablecidas en el plan, y autorizando a los serbios a confederarse con la República Serbia.

Esta "confederación política" excluye el desmembramiento territorial de Bosnia, según el comunicado difundido hoy en Bruselas. Pero la confederación con Yugoslavia del vasto territorio serbio de Bosnia no es compatible con la unidad territorial de esta república, lo que parece condenar al fracaso la iniciativa del Grupo de Contacto.

El último plan de paz, el séptimo en 32 meses de guerra, concede el 51% del territorio bosnio a la federación croata-musulmana y el 49% a los serbio-bosnios.

Los serbios se han negado hasta ahora a aceptar el acuerdo, teniendo en cuenta que las sucesivas victorias militares les han permitido dominar actualmente el 71% del territorio bosnio.

En una aceptación de hecho del avance serbio, el secretario de Defensa estadounidense, William Perry, afirmó este lunes que los serbios ya ganaron la guerra "por la superioridad demostrada en el terreno militar".

La declaración de hoy admite posibles "arreglos constitucionales aceptables para todas las partes, que deberán ser establecidos preservando la integridad de Bosnia-Herzegovina y permitiendo arreglos equilibrados y equitativos para las entidades musulmano-croata y serbio-bosnia".

El documento abre así la puerta para

**BOSNIOS FEDERARSE CON YUGOSLAVIA**

## paz para Bosnia



AGENCIA AP

que se pueda formar una confederación o algún tipo de vínculo político entre los serbios de Bosnia y la nueva Federación Yugoslava, aunque no lo menciona expresamente.

Los ministros de Relaciones Exteriores del Reino Unido, Douglas Hurd, y de Francia, Alain Juppe, viajarán el domingo a Belgrado para exponer estas ideas al presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, en el marco de la reanudación de negociaciones al más alto nivel.

Por otra parte, la declaración ministerial exige un inmediato alto el fuego dentro de la zona de seguridad declarada por la ONU en Bihać, que sería seguido por un cese de las hostilidades, la separación de las fuerzas, la retirada de las armas pesa-

das y la interposición de las tropas de la ONU.

Un eventual fracaso de esta iniciativa agravaría la división entre las grandes potencias, y podría desembocar en una retirada de los 20.000 casos azules desplazados en la zona.

La administración norteamericana está bajo la presión del Congreso, cuya mayoría republicana tiende a favorecer un levantamiento del embargo de armas para autorizar envíos militares a los musulmanes bosnios.

Los Estados Unidos vienen apostando a una nueva conferencia internacional de paz que ofrezca algunas concesiones a los serbio-bosnios para que estos acepten un plan de paz. 01-02

9500355

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PRESENCIA *La República*

FECHA *5/12/94*

VINCULACIONES

El presidente serbio Slobodan Milosevic apoya la posibilidad de cambiar las fronteras como argumento para que se acepte el plan de paz para Bosnia

## El derecho de los serbios a confederarse

El presidente serbio Slobodan Milosevic declaró anoche en Belgrado que el derecho ofrecido a los serbios de Bosnia a confederarse con Serbia es "el mejor argumento" para que acepten el plan de paz internacional.

Belgrado (ANSA)

■ El presidente serbio hizo esta declaración luego de reunirse con los cancilleres de Francia y Gran Bretaña Alain Juppé y Douglas Hurd que viajaron a Belgrado para informar sobre los resultados alcanzados el viernes pasado por el Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Francia y Alemania) y para discutir con Milosevic la posibilidad de una «solución política» de la tragedia bosnia.

El presidente serbio añadió que «la posibilidad de cambiar las fronteras, en base a negociaciones bilaterales, es un buen argumento para que se acepte el plan de paz».

Sin embargo, Milosevic observó que el «no puede decidir en lugar de los serbios» (de Bosnia), que son los que siempre rechazaron el plan de paz internacional, que les asigna sólo la mitad de Bosnia Herzegovina, mientras ellos mantienen el control del 70 por ciento de ese territorio.

Milosevic no hizo «el gesto» que los franceses y los británicos esperaban, sobre todo el reconocimiento internacional de Bosnia, según sus fronteras internacionales.

Por su parte el canciller británico agradeció al presidente Milosevic su aceptación del plan de paz internacional, diciendo que éste era «una acto

valiente y sabio» y subrayando que la comunidad internacional «tiene poco tiempo y que la situación exige que se obre urgentemente».

Juppé insistió en «la urgencia de un alto al fuego» en Bihac (noroeste de Bosnia), y sobre el cese de las hostilidades en toda Bosnia. «Milosevic, dijo Juppé, puede encarnar un papel activo y eficaz», para alcanzar estos propósitos.

Los dos cancilleres partirán hacia Budapest para asistir a la inauguración de la cumbre de la Conferencia para la seguridad y la cooperación en Europa (CSCE) que tendrá lugar hoy, a la que según rumores podría asistir el presidente serbio.

En Budapest podría realizarse, si Milosevic llega a viajar, un encuentro «histórico» entre el líder serbio y los presidentes de Croacia y Bosnia Franjo Tudjman y Alija Izetbegovic respectivamente.

En este contexto parece perfilarse un desplazamiento de las negociaciones de paz del Grupo de Contacto al G-8 (los 7 grandes más Rusia), vía CSCE.

La hipótesis de este desplazamiento agrada a numerosas cancillerías occidentales, sobre todo a Roma, a París y a Londres. Menos convencidas de la eficacia del cambio son Washington y Bonn, mientras Moscú podría al final aprobarlo, inclusive porque sabe que podrá contar con el apoyo de Canadá

y de Italia partners más sensibles a las exigencias de la «realpolitik».

Por lo que respecta a la guerra la jornada de ayer fue de relativa calma. Los serbios bosnios comenzaron a liberar a algunos de los cascos azules que mantenían como rehenes, pero 350 continúan bloqueados, sobre todo en los alrededores de Sarajevo.

Fuentes de las Naciones Uni-

das anunciaron que un «casco azul» del Bangla Desh murió el pasado viernes en el enclave musulmán de Bihac (noroeste de Bosnia Herzegovina) por una crisis cardíaca causada por la falta de productos médicos y las condiciones de vida, debidas al bloqueo de la región por los milicianos serbios bosnios.

El soldado, cuya identidad no fue revelada, sufría de asma y «la exposición prolongada al mal tiempo y la falta de una alimentación adecuada pueden desencadenar una crisis fatal, según estimaron fuentes médi-

cas de la ONU.

Alrededor de 1200 «cascos azules» del Bangla Desh están bloqueados en Bihac sin abastecimientos desde hace varios meses: ayer el primer convoy de la Fuerza de Protección de la ONU (Unprofor) llegó a Cora-lici, localidad donde se encuentra el mando del batallón ONU en el enclave sitiado por las fuerzas serbias bosnias y los musulmanes disidentes de Fikret Abdic. Las fuerzas serbias siguen sin penetrar en la ciudad de Bihac (en el sureste del enclave homónimo), defi-

nida «zona de seguridad» por la ONU, pero están llevando a cabo combates localizados para neutralizar los últimos bolsos de resistencia del ejército bosnio en la meseta de Grabez, frente a la ciudad. Por su parte, los milicianos de Abdic -ex miembro del gobierno colegial de Sarajevo, que pasó del lado de los serbios al declarar la autonomía del enclave, en octubre de 1993- prosiguen una maniobra para rodear Velika Kladusa, a un quilómetro de la frontera con la Krajina, territorio croata bajo control serbio.

02-02

9500355

Nº. 6. 10. 10.

95 00356

TITULO *Tenue esperanza para el plan de paz en Bosnia*

PROCEDENCIA *150090*

FECHA DE RECEPCIÓN *6/12/94*

VINCULACIONES *11876 ✓*

*507697 ✓*

*11879 ✓*

## Serbios Bosnios Aceptarían el Plan Para la Paz

BELGRADO, Yugoslavia, 5 (AP). — Altos funcionarios serbios indicaron hoy que considerarían la aprobación de un plan internacional modificado para poner fin a la guerra en Bosnia-Herzegovina.

Una declaración difundida tras una reunión con el presidente serbio Slobodan Milosevic dijo que la delegación aconsejará a la asamblea serbia que "considere la aceptación del plan".

La delegación dijo que instará a los líderes serbios a reiniciar negociaciones con el gobierno bosnio, de mayoría musulmana, y exhortó a un cese de fuego inmediato y permanente en toda Bosnia.

El gobierno bosnio ha rechazado un cese de fuego permanente, temiendo que solidifique las conquistas territoriales serbias en el 70 por ciento que controlan.

La reunión con el influyente Milosevic se proponía garantizar la aceptación de los serbios bosnios del plan modificado, dijeron algunas fuentes.

Peró no estaba claro si la declaración producirá una aceptación plena por parte de los líderes serbios bosnios en Pale, al este de Sarajevo.

Los radicalizados dominan la asamblea de los serbios bosnios, y su líder, Radovan Karadzic ha dicho que lo que ofrece el plan modificado — un posible vínculo político de sus territorios con Serbia — ya no es suficiente. Karadzic presiona en busca de soberanía para las áreas serbias en Bosnia.

Milosevic ha tratado supuestamente de forzar la aceptación de los serbios bosnios de un plan de paz, para que se levanten las sanciones económicas contra Yugoslavia, que es dominada por Serbia.

Sus esfuerzos, que incluyen una declarada supresión de ayuda a los serbios bosnios, han tenido hasta ahora pocos resultados.

Sin embargo la declaración, difundida por la agencia noticiosa oficial Tanjug, indica que los serbios bosnios están dispuestos a firmar primero un plan de paz y a negociar luego la división territorial definitiva y los futuros arreglos constitucionales para Bosnia. Esto es lo que los negociadores internacionales han insistido a los serbios bosnios, pero que éstos habían rechazado.

Ayer, Milosevic se reunió con los cancilleres de Gran Bretaña y Francia, Douglas Hurd y Alain Juppe, y opinó que los serbios bosnios aceptarían el plan modificado. También dijo que había un número creciente de serbios bosnios que querían la paz.

Esos comentarios, a los que sucedió una reunión de hoy con Buha, indica que Milosevic trataba de quebrar la unidad de los líderes serbios bosnios que hasta ahora han frustrado sus esfuerzos por acordar un plan de paz.

## Tenue esperanza para plan de paz

L. R. 6/12

Belgrado (ANSA)

Una delegación del "Parlamento" serbio-bosnio consideró anoche la posibilidad de aceptar el plan de paz internacional preparado por el Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Alemania y Francia) durante un encuentro con el presidente serbio Slobodan Milosevic. Esta nueva orientación de los serbios bosnios ha sido confirmada en un documento de la presidencia difundido por la agencia Tanjug. Es el documento firmado por el "canciller" serbio-bosnio Aleksa Buha y el jefe del gabinete presidencial (pero no por Milosevic) se considera que "si el grupo de contacto concuerda verdaderamente en ofrecer nuevas posibilidades constitucionales (permitir que la República serbio-bosnia pueda confederarse con Serbia) y en ser garante de intercambios territoriales estipulados a nivel bilateral, será posible examinar nuevamente nuestra posición respecto al plan de paz y responder de inmediato, en base a las indicaciones señaladas previamente, la aceptación del plan".

9500356

01-01



TÍTULO **Ataque del presidente bosnio contra los aliados.**

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 6/12/94

VINCULACIONES 11876 V

307697 V

301889 V

308062 V

11164 V 11163 V

# El presidente bosnio responsabilizó a Occidente por la guerra en su país

LN 6/12

**Ataque franco:** Alija Izetbegovic afirmó, con desdén, que la UN y la NATO se han manejado con debilidad, incapacidad y mala voluntad, y que se encuentran desacreditadas y arruinadas.

BUDAPEST, Hungría, 5 (AP). El presidente de Bosnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, cuya tragedia nacional conmovió la reunión cumbre de seguridad europea, atacó hoy a Occidente con un desdén rara vez escuchado en reuniones protocolares de ese tipo.

Izetbegovic advirtió que la impotencia en poner fin a la guerra que ha dejado más de 200.000 muertos y desaparecidos pondrá una marca indeleble en el mundo.

Lo que ocurre en Bosnia es la debilidad de Occidente -dijo Izetbegovic- No es nada más que eso.

¿Cuál será el resultado de una guerra de Bosnia prolongada debido a una mezcla de incapacidad, vacilación y a veces hasta mala voluntad de Occidente? -preguntó-. El resultado será unas Naciones Unidas desacreditadas, una NATO arruinada y los europeos desmoralizados por un sentimiento de incapacidad para responder a la primera crisis desde el fin de la guerra fría.



Un soldado serbio, en las afueras de la ciudad de Bihac, distanciado y seguro de la victoria

capacidad para responder a la primera crisis desde el fin de la guerra fría.

"Habrá un mundo diferente, un mundo peor en que las relaciones entre Europa y los Estados Unidos, Occidente y Rusia, y Occidente y el

mundo musulmán, nunca volverán a ser iguales", agregó.

"Espero que los amigos de Bosnia no se ofendan por estas palabras -enfatizó el presidente-. En cuanto a los demás, después de todo lo que ha sucedido, no me importa."

El mensaje de Izetbegovic contrastó notoriamente con las fórmulas diplomáticas y las proclamas de adhesión a la paz y seguridad que entonaron los demás oradores en la reunión de 52 países.

Recordó que en el reciente ataque a las tropas del gobierno en la "zona segura" de Bihac intervinieron rebeldes serbios procedentes de una zona de otro país, la vecina Croacia, patrullada por la UN.

No pueden hacer nada.

"No se hace nada y además se proclama que nada puede hacerse", dijo Izetbegovic con expresión sombría. "Toda la comunidad internacional, encarnada en la UN y el poderoso pacto de la NATO, no pueden salvar una ciudad en peligro".

La guerra estalló en abril de 1992, cuando los serbios se rebelaron después de que el gobierno de Bosnia declaró la independencia de Yugoslavia.

Los cancilleres de Gran Bretaña y Francia, Douglas Hurd y Alain Juppé, se reunieron ayer en Belgrado con el presidente serbio, Slobodan Milosevic, y hoy sostuvieron conversaciones con Izetbegovic y el presidente croata, Franjo Tudjman, en Budapest.

Izetbegovic aseguró que el ejército bosnio ha sido derrotado en

## Ataque del presidente bosnio contra los aliados

6/12

6/12/94 CLARIN

BUDAPEST, 5 (AP, AFP, DPA, EFE y Reuters). - El presidente de Bosnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, conmovió hoy a los participantes de la reunión cumbre de seguridad y cooperación europea al acusar a Occidente, con una virulencia rara vez utilizada en reuniones protocolares de ese tipo, de "falta de voluntad" para poner fin a la guerra en Bosnia.

Izetbegovic advirtió que la impotencia en poner fin a la guerra, que ha dejado más de 200.000 muertos y desaparecidos, dejará una marca indeleble en el mundo. "Lo que ocurre en Bosnia es la debilidad de Occidente", dijo Izetbegovic. "No es nada más que eso", agregó en su discurso de la IX cumbre de la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE).

¿Cuál será el resultado de una guerra de Bosnia prolongada debido a una mezcla de incapacidad, vacilación y a veces hasta mala voluntad de Occidente? -preguntó-. El resultado -siguió el presidente bosnio- será unas Naciones Unidas desacreditadas, una OTAN arruinada, los europeos desmoralizados por un sentimiento de incapacidad para responder a la primera crisis desde el fin de la guerra fría.

"Espero que los amigos de Bosnia no se ofendan por estas palabras", enfatizó el presidente. "En cuanto a los demás, después de todo lo que ha sucedido, no me importa."

En su discurso, el jefe de Estado de Francia (que junto con Gran Bretaña y Rusia

fueron acusadas por el presidente de Bosnia de proteger a los serbios) replicaron a Izetbegovic. El presidente galo, Francois Mitterrand, aseguró que muchas de las críticas que involucraron a su país "tienen fines propagandísticos".

"Hay muchos discursos que suenan bien, en los que se alienta a los pueblos libres a ejercer sus derechos, pero la situación se ve diferente en el terreno", explicó Mitterrand, que -además- defendió con vigor la posición de Occidente en favor de una solución negociada al conflicto.

Tanto el primer ministro británico, John Major, como el presidente de los Estados

Unidos, Bill Clinton, usaron su turno para dirigirse a los serbios de Bosnia. Major demandó en duros términos al presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, a que use toda su influencia para que los serbios de Bosnia acepten el plan de paz propuesto por el llamado Grupo de Contacto (Gran Bretaña, Francia, Rusia, EE.UU. y Alemania).

Clinton, en tanto, los instó a "parar la agresión, aceptar el alto el fuego y a reanudar las negociaciones sobre la base del plan de paz del Grupo de Contacto", que daría a los serbios el 49 por ciento de Bosnia en lugar del 70 por ciento que ahora controlan.

01-01

9500357

Nº. DOCUMENTO

9500358

TÍTULO *Milicias serbias mantienen su presión contra BIHAC.*

PAÍS ESCRITOR *La República*

FECHA DE ESCRITURA *7/12/94*

VINCULACIONES *11876 V*

*508697 V*

*11163 V*

## El norte de Bihac en llamas

**El primer ministro bosnio sostiene que "hemos sido colocados en un gueto y reducidos al hambre ante los ojos del mundo"**

Las milicias serbias mantuvieron su presión contra el enclave bosnio de Bihac (noroeste), tras el fracaso de los 52 países de la OSCE, ayer martes, a la hora de aprobar una declaración pidiendo un alto el fuego.

**7-12-94 LOR**

Sarajevo (AFP)

tes y puso en duda que la ciudad esté en llamas.

Los serbios dan prioridad ahora a los ataques a Velika Kladusa porque quieren restaurar allí al líder musulmán que colabora con ellos, Fikret Abdic.

En Bihac, ciudad, al sur del enclave, se registraron algunos tiros esporádicos, pero las líneas de frente no se movieron, señaló un portavoz de la ONU, el comandante Hervé Gourmelon.

Las milicias serbias retuvieron a 5 observadores militares de la ONU en

Banja Luka (norte) y mantenían bloqueados a unos 300 cascos azules en depósitos de armas pesadas en torno a Sarajevo. Los serbios permitieron, por primera vez desde el 16 de noviembre pasado, el paso de un convoy de la ONU con víveres y carburante para el enclave bosnio asediado de Srebrenica (este), lo que fue considerado una "señal alentadora" por el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados.

No obstante, las milicias bloquearon otro convoy destinado al también asediado enclave bosnio de Gorazde (este).

Probablemente la situación no mejore, tras el fracaso de la Conferencia de Seguridad y Cooperación en Europa a la hora de aprobar en la cumbre clausurada este martes en Budapest, una simple declaración pidiendo el alto el fuego.

El primer ministro bosnio, Haris Silajdzic, reaccionó cólericamente reprochando a la comunidad internacional el "asistir a un genocidio sin reaccionar".

"Hemos sido colocados en un gueto y reducidos al hambre ante los ojos del mundo. Ello a pesar de la unidad de la OTAN, de la Unión Europea, de los aliados occidentales... No podemos creer que la unidad occidental pueda basarse en la sangre de un pueblo inocente", añadió.

### MILICIAS SERBIAS "DETienen" A DOS PERIODISTAS EN KRAJINA

Zagreb (AFP)

Un periodista francés y otro norteamericano fueron detenidos por las milicias serbias cerca de Topusko (sur de Croacia, ocupado) y se encuentran en paradero desconocido, anunciaron los cascos azules en Zagreb.

Los dos periodistas se fueron a renovar sus acreditaciones en el centro de prensa serbio de Topusko y desde entonces nadie sabe dónde se encuentran", indicó el servicio de prensa de las fuerzas de la ONU.

Los periodistas "detenidos" son el francés Luc Delahaye, que trabaja para la agencia Magnum, y el norteamericano Ron Jacques, de la agencia de prensa

americana SABA.

Esta última agencia aseguró en Nueva York que los dos fotógrafos están detenidos desde el lunes. Las milicias serbias informaron sobre su supuesta liberación, pero se está sin noticias de los dos profesionales, señaló.

Por su parte, tres periodistas italianos que "intentaban desplazarse a Bihac", el enclave del noroeste de Bosnia asediado por los serbios, fueron detenidos casi 50 horas y liberados el lunes, después de que los milicianos "serbios les robaron el auto, el dinero y la documentación", indicó SABA.

9500358

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500359  
TÍTULO Los serbobosnios no cumplen su promesa de liberar "cascos azules".  
PAÍS País  
FECHA DE ESCRITURA 7/12/94  
VINCULACIONES 11876 V  
507697 V  
504889 V  
11262 V

No Liberan "Cascos Azules"

P. 7/12

## LOS SERBOBOSNIOS SIGUEN SIN CUMPLIR SUS PROMESAS

SARAJEVO, 8 de (EFE). Los serbobosnios prometieron liberar a todos los "cascos azules" retenidos cerca de Sarajevo, declaró hoy martes, un representante de UNPROFOR, mientras en Zagreb se informó de la captura de cinco oficiales, incluido un capitán británico, en Banja Luka. Tras la reunión de anoche con el general británico Michael Rose, comandante de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Bosnia, en el monte Jahorina, los serbobosnios prometieron liberar a 55 "cascos azules" canadienses retenidos cerca de Sarajevo y a otros 207 soldados serbios, rusos y ucranianos en los arsenales de armamento pesado de la capital bosnia.

Hasta el mediodía de hoy, sin embargo, los serbobosnios no han cumplido la promesa", manifestó el teniente coronel Yan Merveldt, portavoz de UNPROFOR.

Los serbobosnios retienen como rehenes a 309 "cascos azules", entre los que hay un capitán español capturado ayer, lunes, en Banja Luka, en prevención de represalias de la aviación de la OTAN.

En la madrugada de hoy ha vuelto a oírse en Sarajevo el estruendo de los motores de los cazas de la OTAN cuya acción de vigilancia del espacio aéreo de exclusión impuesta por la ONU en el cielo bosnio, para que los aviones serbios no despegaran, había sido reducida últimamente.

El general Rose informó el lunes a los serbobosnios de que las fuerzas de la OTAN brindarán ayuda a la misión de UNPROFOR en Bosnia y de que serán imparciales en los demás aspectos del conflicto", declaró hoy Merveldt.

Los serbobosnios emplazaron un gran número de misiles antiaéreos de producción rusa alrededor de Sarajevo, para impedir eventuales intervenciones de la OTAN.

Merveldt acusó hoy a los serbobosnios de haber detenido en Banja Luka, ciudad del norte de Bosnia, a tres observadores militares de la ONU, uno de ellos de Jordania, con graves problemas cardíacos.

A pesar de su estado físico, los serbobosnios no han permitido la evacuación de Banja Luka del observador militar de Jordania", indicó Merveldt.

El portavoz de UNPROFOR en Zagreb, Michael Williams, informó que dos "cascos azules", uno alemán y un capitán español,

de los que no se ha facilitado la identidad, han quedado retenidos desde ayer por los serbobosnios en Banja Luka cuando procedían, según lo acordado con ellos, a acompañar al oficial jordano enfermo de vuelta a la capital croata y a reemplazarlo como rehén, respectivamente.

Dado que los serbobosnios impiden el suministro de alimentos, se ha vuelto muy grave la situación humanitaria en los enclaves musulmanes de Bosnia, afirmó hoy dicho portavoz.

"En Srebrenica, enclave oriental bosnio, una veintena de civiles cayeron en una emboscada al regresar con víveres de Zepa, otro enclave del este de Bosnia", explicó Merveldt.

Cinco de ellos resultaron heridos y fueron internados en un hospital de Srebrenica.

Los serbobosnios tampoco han permitido el paso de convoyes con alimentos a Bihać, enclave noroccidental bosnio.

Desde el pasado mes de mayo, los serbobosnios no han dejado entrar en Bihać más que once convoyes con alimentos, y han negado el paso a 131.

"Los serbobosnios negaron permiso hoy a 32 convoyes humanitarios de la ONU", precisó Merveldt, y el Gobierno bosnio, mayoritariamente musulmán, dedicará hoy mismo una sesión a estudiar la situación.

A partir de hoy, Sarajevo vuelve a abastecerse de gas natural cuyo suministro había sido interrumpido durante meses.

9500359



Nº. DOCUMENTO 9500360

TÍTULO Islámicos enviarán tropas a Bosnia si se retira la ONU

P. CECIDENC 150090

FECHA DE ESCRITURA 7/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

507889 ✓

11878 ✓

11163 ✓

*Tras el pedido bosnio de "mayor cooperación del Islam en la guerra"*

## Islámicos enviarán tropas a Bosnia si se retira la ONU

**Ginebra - Los ministros de Asuntos Exteriores de la Conferencia Islámica afirmaron ayer que sus miembros contribuirán con efectivos militares si los países integrantes de las fuerzas de paz de ONU en Bosnia se retiran unilateralmente, mientras los serbios-bosnios segulan en poder de los 349 miembros del cuerpo de paz de la ONU retenidos cerca de Sarajevo, incluidos cinco oficiales, entre ellos un capitán español, pese a las promesas de que los dejarían en libertad.** 7/12/94

**E**l ministerio español de Defensa informó ayer en un comunicado que el quinto oficial de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor) capturado por fuerzas serbias en la ciudad bosnia de Banja Luka es el capitán de infantería de marina Chamorro y que "no corre ningún tipo de peligro".

Las naciones islámicas ofrecieron enviar tropas respondiendo así a la petición del presidente bosnio, Alija Izetbegovic, de una "mayor cooperación del mundo musulmán en la resolución del problema bosnio" y de medidas concretas que impidan el abandono de Bosnia por parte de la ONU, ante una eventual falta de efectivos. "Las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor) deben permanecer en

Bosnia hasta la primavera", declaró Izetbegovic en la rueda de prensa que ofreció junto con los jefes diplomáticos de Senegal, Egipto, Turquía, Irán, Malasia, Pakistán y Arabia Saudí, tras la reunión que en nombre de la Conferencia Islámica celebraron en Ginebra.

Aunque es partidario de la continuidad de los cascos azules, el presidente bosnio opinó que éstos deben modificar su reciente actitud y actuar "de acuerdo con las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU, en vez de seguir el dictado de países como Francia, Rusia o Gran Bretaña".

Los ministros islámicos suscribieron las críticas de Izetbegovic, aunque descartaron represalias comerciales contra esos gobiernos porque "serían más contraproducentes que efectivas", di-

jo el jefe de la diplomacia saudí, Sheikh Mohamed Ibraheem Mas-soud.

### "Un problema musulmán"

En contrapartida, el denominado Grupo de Contacto Islámico para Bosnia reclamó una "reunión urgente" con sus colegas de EEUU, Rusia, Francia, Gran Bretaña y Alemania "para afrontar el problema bosnio desde una perspectiva global, sin monopolios e intereses parciales".

Izetbegovic indicó anteriormente que el problema de Bosnia, aun siendo mundial, es "sobre todo musulmán, pues el objetivo de la agresión serbia son los musulmanes bosnios", de ahí la necesidad de "una mayor ayuda y cooperación en los terrenos económico, político y humanitario".

Entre las medidas de apoyo político incluidas en la declaración que puso término a la reunión ministerial, en la que participó como observador el ministro croata de Asuntos Exteriores, Mate Granic, destaca el rechazo de los países islámicos a "propuesta de paz que atente contra la integridad de Bosnia-Herzegovina".

"Rechazamos cualquier tipo de confederación o federación

entre los serbobosnios y los serbios de Serbia y Montenegro", señaló en nombre de la Conferencia Islámica el jefe de la diplomacia paquistaní, Sadar Aseff Ahmad Ali.

Los ministros se manifestaron en contra de cualquier intento de levantar las sanciones que pesan sobre Serbia. Los integrantes del

Grupo de Contacto Islámico para Bosnia exigieron el reforzamiento de la presencia de Unprofor, tanto en número como en medios, "a fin de que pueda defender el territorio bosnio y hacer que las áreas seguras lo sean verdaderamente". ■ (De la redacción de El Observador en base a EFE, Reuter y AP)

9500360

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500361

TÍTULO 81 Plan de paz de EE.UU. para Bosnia es todavía insuficiente.

PROCESO País

FECHA DE RECEPCIÓN 8/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

65890 ✓

11879 ✓

## PESE A LOS CAMBIOS EFECTUADOS, EL PLAN DE EE.UU. PARA BOSNIA ES TODAVIA INSUFICIENTE

PARIS. — Los recientes cambios hechos al plan de paz para Bosnia patrocinado por Estados Unidos probablemente no sean suficientes para satisfacer las demandas serbias ni para evitar el rechazo del gobierno encabezado por los musulmanes.

El plan original fue invertido. La flexibilidad a los serbios y a las amenazas. El mapa "final" está sujeto a ajustes. Las fronteras de Bosnia parecen menos que sagradas. Y los serbios estadounidenses se apresuran a visitar al liderazgo bosnio que supuestamente debía ser objeto de un aislamiento punyivo.

Sin embargo, los líderes serbios parecen decididos a eliminar los enclaves musulmanes dentro del territorio que controlan. El gobierno bosnio parece cada vez más decidido a una guerra de fricción que privaría a los serbios de la tercera parte del terreno que ocupan actualmente.

La versión del plan original refleja la abrupta decisión de la OTAN de que la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) no puede ayudar al gobierno bosnio y que, por lo tanto, el secretario estadounidense de Defensa, William Perry, controla el 70 por ciento del territorio bosnio no controlado por los serbios.

Charles Radman, el hombre elegido para dilucidar este cambio de posición, fue sacado el pasado fin de semana de la cómoda residencia del embajador de su país en Bonn para viajar a través de una helada montaña bosnia hacia Pale, el baluarte de los serbios.

Radman llevó consigo tres mensajes esenciales.

El primero fue su sola presencia, claro indicio para el líder serbio, Radovan Karadzic, de que el ostracismo ha dejado de ser un medio para persuadirlo de que acepte un plan de paz, que divide 51 por ciento del territorio de Bosnia a una federación croata-musulmana y 49 por ciento a los serbios.

El segundo fue que quizás una federación entre los serbios y Bosnia sea aceptable.

El tercer mensaje fue que los mediadores internacionales están preparados para ayudar a que los serbios y los musulmanes acepten cambiar el mapa, siempre que se mantenga la división de 51-49 del territorio.

Considerando que los serbios supuestamente serían sancionados por rechazar el plan de paz en julio pasado, esto constituyó un gesto muy pequeño.

El último punto —los posibles cambios al mapa— es el más importante para los serbios bosnios. Rechazaron el mapa propuesto en julio debido a que les dejaba un territorio demasiado fragmentado y pobre en recursos naturales, y carencia de industria y acceso al mar. Si los serbios bosnios decidieran ceder un tercio del territorio que controlan, como lo establece el plan de paz, preferirían un área más rica y fácil de defender.

Un funcionario occidental dijo que el "grupo de contacto" que elaboró el plan original —Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Rusia y Alemania— ahora tenían en mente un intercambio específico de territorio.

Esto significaría la entrega por parte del gobierno bosnio de los muy vulnerables enclaves musulmanes del este —Gorazde, Zepa y Srebrenica— a cambio del territorio controlado por los serbios dentro y en los alrededores de Sarajevo.

El sentimiento general es que los enclaves del este probablemente serán indefendibles a largo plazo para el gobierno bosnio, y que un intercambio que fortalezca su control sobre Sarajevo y sus alrededores resulta coherente", señaló el funcionario.

En términos puramente estratégicos, esto es verdad. Sin embargo, Gorazde, Zepa y Srebrenica tienen una resonancia profundamente moral para el gobierno bosnio. Su caída consumiría la destrucción de los serbios de la comunidad musulmana en el este de Bosnia, con varios cientos de miles de civiles expulsados de sus casas a punta de pistola.

De este modo, al parecer es seguro que el gobierno bosnio rechace dicho intercambio. En realidad ha manifestado en varias ocasiones que no aceptará cambio alguno al mapa, que aceptó en julio pasado. Y los serbios, que han visto evaporarse todas las amenazas creíbles de la fuerza de la OTAN mientras continúan con su contraataque en Rihac, en el noroeste, ahora desean más que los enclaves orientales.

Karadzic desea parte de Sarajevo, que concibe como la futura capital de un Estado serbio. Desea un extenso corredor que una el territorio controlado por los serbios en el este y el oeste de Bosnia. Desea, además, más ciudades bosnias y menos regiones montañosas vacías.

Un funcionario occidental que visitó recientemente la ciudad de Pale dijo que "Karadzic ve esto como la última guerra anti-imperialista en Europa. Habla acerca de realizar una misión para erradicar los últimos rastros del Imperio Turco-Otomano en Europa. Y nosotros aún pensamos que podemos llegar a un compromiso con él".

Sin embargo, cualquier compromiso seguramente se ha tornado más difícil. El acro conflicto entre Karadzic y el Presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, que estalló en torno del plan, el cual Milosevic considera razonable, ha hecho a la federación serbia menos atractiva para ambos dirigentes.

Karadzic ahora desea nada menos que su propio Estado.

Sin embargo, incluso una federación serbia es inaceptable para el gobierno bosnio, que ve en ella la semilla de la despartición total de Bosnia. Y el disgusto del Presidente Alija Izetbegovic por el abandono accidental de Rihac, que la ONU dice que protegerá, lo ha convertido en un hombre más firme.

## Mapas Pueden Cambiar

BELGRADO, 7. (ANSA).

La división de Bosnia puede volver a ser discutida. Inicialmente, no definitivamente —entre los bosnios aún antes de la firma definitiva de un acuerdo de paz, siempre que haya un acuerdo oral previo, opinó el miembro norteamericano del grupo de contacto, Charles Thomas.

Thomas dijo a la agencia de prensa serbia Beta que no hay necesidad de firmas inmediatas e incondicionales de los mapas propuestos. El plan de paz no es algo que se acepta o se deja sin poder modificarlo", afirmó Thomas.

Una vez aceptado el plan en líneas generales se puede entrar en una fase de negociaciones, agregó, en la que "en forma directa o indirecta" las partes acuerdan intercambios territoriales y eventuales "ajustes constitucionales".

Esta última frase es una clara referencia a la hipótesis de confederación entre serbio bosnios y Serbia, que nunca es evocada con esa forma explícita sino con la frase implícita de "nuevas relaciones con los estados confinantes".

Una vez logrado un acuerdo válido para todos se puede proceder a la puesta en marcha del plan de paz, prosiguió Thomas, es decir que los serbio-bosnios deberían devolver a la federación croata-musulmana el territorio bosnio excedente al 49 por ciento asignado por el plan (militarmente controlan el 70 por ciento) en base a las divisiones territoriales preparadas por las partes.

9500361

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500362  
 TÍTULO Bosnia, Croacia y  
 PROCEDIMIENTO El País  
 FECHA DE RECEPCIÓN 8/12/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
 507697 ✓  
 65658 ✓  
 507672 ✓  
 11879 ✓

Turquía pidieron tregua inmediata <sup>en</sup> ~~para~~  
 el territorio bosnio.

## Bosnia, Croacia y Turquía Demandan Tregua Inmediata

EL PAÍS 8/12/94

ZAGREB, 7 (EFE). — Los ministros de Asuntos Exteriores de Croacia, Turquía y Bosnia-Herzegovina, Mateo Granić, Mustafa Kariyalcı y Irfan Ljubijankić, respectivamente, abogaron hoy, miércoles, en Zagreb por una tregua inmediata en todo el territorio bosnio, especialmente en la asediada Bihać.

Los tres ministros lograron un alto grado de coincidencia respecto a todas las cuestiones fundamentales relacionadas con la solución de la crisis en Bosnia-Herzegovina y la reintegración de las áreas bajo Protección de la ONU (UNPA) en Croacia, destacó Granić tras la reunión.

Agregó que Croacia, Bosnia-Herzegovina y Turquía desean que la comunidad internacional presione con firmeza a los serbios para que acepten el plan de paz del Grupo de Contacto que forman EEUU, Rusia, Francia, Alemania y el Reino Unido.

Tanto el ministro croata como el bosnio abogaron por la versión inicial del plan, aceptada este verano por los croatas y bosnios, pero rechazada por los serbobosnios, y en la que no se prevía una vinculación confederativa de éstos con Serbia, posibilidad que últimamente se mencionó.

Los tres ministros rechazaron la declaración conjunta que

emitieron hoy todo cambio de ese plan de paz, a menos que se trate de modificaciones acordadas por las tres partes.

Asimismo, coincidieron en que debe continuar "el papel importante de la UNPROFOR en Bosnia-Herzegovina, sobre la base de una definición precisa de su mandato y la cooperación de todas las partes".

Si se retira la UNPROFOR de Bosnia-Herzegovina, los países de la Conferencia Islámica están dispuestos a enviar inmediatamente tropas, destacó el ministro bosnio en una rueda de prensa después de la reunión tripartita.

El ministro turco, recalcó, sin embargo, que esa opción no está siendo considerada todavía, y Granić abogó por la aceptación del Plan de Paz del Grupo de Contacto y porque a su cumplimiento coadyuven fuerzas de la Alianza Atlántica, en lugar de la UNPROFOR.

En su declaración conjunta, los ministros apoyaron en especial la preservación de la integridad territorial de Bosnia-Herzegovina, y dedicaron

atención especial a la dramática situación humana en Bihać.

Abogaron por una tregua inmediata en torno a Bihać para hacer posibles las negociaciones y el fortalecimiento de las fuerzas de la UNPROFOR en torno a esa zona de seguridad de la ONU.

Ljubijankić, Granić y Kariyalcı llamaron a la comunidad internacional a seguir ejerciendo presión sobre Serbia, especialmente para controlar las fronteras serbio-bosnias.

También destacaron como esencial para la solución de la crisis el reconocimiento mutuo de todos los estados del territorio de la antigua Yugoslavia dentro de sus fronteras internacionalmente reconocidas.

"Llamamos a los factores políticos internacionales para seguir fieles a los principios internacionales y a no legalizar el uso de la fuerza", se afirma en el comunicado que los tres ministros adoptaron tras su cuarta reunión tripartita desde el comienzo de la actual crisis en los Balcanes.

# Gestos de paz y de guerra

Mientras la diplomacia occidental se interroga sobre el posible retiro de los cascos azules de Bosnia y sus consecuencias para la paz en la región, en el martirizado enclave de Bihac entró ayer, después de dos meses, el primer convoy de ayuda a la población civil.

Belgrado (ANSA)

■ El convoy hacia Bihac había sido retenido por más de 24 horas en el puesto de control de Moscenic.

Pero el gesto de paz se vio ensombrecido por el disparo de tres misiles SA-2 serbio bosnios hacia el interior o al borde de la frontera de Bihac.

La radio de Sarajevo reportó ataques de serbio bosnios y rebeldes serbios de Croacia contra Bihac en los que habrían muerto un número no precisado de civiles, entre ellos se teme que algunos niños.

La emisora bosnia no aclaró si en el ataque se utilizaron los misiles tierra-tierra que los serbios bosnios dispararon ayer. Este anticuado tipo de misil, según expertos de la ONU, suele utilizarse sólo como "arma de terror".

La entrada del convoy en Bihac fue anunciada en Zagreb, por Alekša Lisinski, vocero del alto comisionario de la ONU para los refugiados (Unhcr). El convoy está formado

por nueve camiones que transportan 90 toneladas de alimentos y está escoltado por un batallón de cascos azules de Bangladesh.

Durante la noche, otro convoy con ayuda había llegado a la base del batallón de cascos azules de Bangladesh, sitiado desde hace semanas en el bolsón de Bihac.

La radio de Sarajevo, luego de confirmar la entrada del convoy en el bolsón musulmán, informó sobre duros combates en Velika Kladusa, Bosanska Crkva y en el altiplano de Grabovica, todas localidades pertenecientes al bolsón de Bihac.

La emisora informó también de combates con un balance de varios heridos en el centro septentrional de Bosnia, en Tesanj, en Teslic y en la zona de Doboj, donde se ha decretado el estado de alarma general. La misma fuente habló de combates en Herzegovina, al sur de Mostar, y acusa a los serbios bosnios de haber bombardeado la carretera Mostar-Jablanica.

En Zagreb trascendió que más de 200 viudas de guerra bosnias (de nacionalidad croata) se encontrarán hoy en Loreto (Marcas, Italia), con Juan Pablo II.

Ninguna fuente vaticana ha comentado este encuentro del Papa con las mujeres que han perdido a sus maridos en la guerra, pero un alto purpurado se ha pronunciado sobre el eventual retiro de los cascos azules de Bosnia.

"Sólo la amenaza de retirar a los cascos azules de Bosnia es grave y preocupante", afirmó el cardenal Roger Etchegaray, presidente del Pontificio Consejo de Justicia y Paz, durante una conferencia de prensa de presentación del mensaje del Papa para la Jornada Mundial de la Paz.

"Existe un gran desafío al sentido de responsabilidad de la comunidad internacional: no abandonar aún más a las personas que sufren en Bosnia", declaró monseñor Dármuid Martin, secretario del mismo Pontificio Consejo, comentando la posibilidad que los cascos azules se retiren de Bosnia.

El ministro español de la Presidencia y vocero del gobierno, Alfredo Pérez Rubalcaba, al referirse a los 1.200 cascos azules españoles destacados en Bosnia, afirmó que su

Nº. DOCUMENTO

9500363

TÍTULO

Entró en Bihac

PROCEDENCIA

La República

FECHA DE FOLIO

10/12/94

VINCULACIONES

11876 ✓

507697 ✓

501889 ✓

convoy de ayuda a la población civil.

retiro "no se hará nunca en forma unilateral".

"Si esta decisión se llegase a tomar —porque las características del conflicto así lo aconsejan— la tomaremos siempre concordadamente con nuestros aliados y las Naciones Unidas", agregó.

El gobierno francés, en cambio, consideró "positiva" la decisión de Estados Unidos, que se declaró dispuesto a participar en un eventual retiro de los cascos azules de Bosnia, con la contribución de militares para las operaciones de apoyo.

Un vocero de la cancillería francesa comentó que lo que decidió Washington "va en la dirección que auspiciamos porque, en el caso de la decisión de retiro, la contribución de nuestros socios será útil".

Mientras tanto, en Bruselas, la OTAN está verificando el apoyo para un eventual retiro de Unprofor de Bosnia. Fuentes de la OTAN precisaron que, en un breve encuentro del Consejo de Embajadores, se tomó la decisión de principio de planificar un eventual retiro de los cascos azules con el despliegue a tierra de soldados norteamericanos.

La decisión de Estados Unidos —a la que ayer se sumó Bélgica— de aportar hombres para las operaciones de retiro apresuraron indudablemente la elaboración de los planes de evacuación de los cascos azules.

Empero, ni Washington ni Bruselas indicaron con precisión el número de soldados que están dispuestos a enviar, aún cuando fuentes oficiales hablan de entre 20.000 y 25.000 hombres, la mitad de los que serían necesarios para esas operaciones, estiman militares de la OTAN. Otra cosa por decidir es si será la ONU o la OTAN la que pagará los gastos de la operación, quer no serán pocos ni limitados.

Si el retiro llega a realizarse, la operación para ese fin será dirigida por el comandante del Cuerpo de Reacción Rápida de la organización, general británico Jeremy McKenzie, cuyo cuartel general se encuentra en Bielefeld (Alemania), señalaron fuentes diplomáticas.

Los planes para el retiro de los cascos azules serán examinados el lunes y el martes en Bruselas por los jefes del estado mayor de los 16 y el jueves por los ministros de defensa.

01-01

9500363

Nº. DOCUMENTO 9500364

TÍTULO Acoso serbio hace imposible misión de cascos azules en Bosnia

P. CEDI Observador

FECHA DE 12/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

11163 ✓

501889 ✓

## El constante acoso serbio vuelve imposible la misión de los cascos azules en Bosnia

Obs 12/12

**Las fuerzas serbias rechazaron nuevamente el permiso de paso a los convoyes que tuvieron que haber abastecido de combustible este fin de semana a los cascos azules en Sarajevo, comunicó ayer la representante de la ONU, Myriam Sochacky.**

**L**a representante advirtió que la misión de las fuerzas de paz podría detenerse si no llegaban en la madrugada de hoy al menos dos convoyes.

La primera caravana con 30 metros cúbicos de combustible se encuentra bloqueada desde el sábado en Ilidza, suburbio serbio de Sarajevo, pese a haber obtenido permiso previo de las autoridades serbias, indicó Sochacky.

La misión de las Fuerzas de Protección de la ONU (Unprofor) en Sarajevo consume diariamente unos 30 metros cúbicos de gasoil, pero está empezando a reinar un intenso frío que incrementa las necesidades de ese combustible.

Otro representante de ONU, Jan Dirk Merveldt, señaló que las autoridades serbo-bosnias comunicaron a ONU que en el futuro no permitirán a los blindados de Unprofor escoltar los convoyes en su paso por territorio serbio.

Los serbios también se apoderaron de dos vehículos que transportaban equipos para comunicaciones



Retirada cada vez más cercana la ONU advirtió que si los serbios no permiten el paso de convoyes con combustible para abastecerse retirará sus tropas de Bosnia

de las fuerzas holandesas de la ONU, en un puesto de control serbio cercano a Sarajevo.

La misión de ONU no ha recibido abastecimiento de combustible en tres semanas y el sábado dijo que debería suspender parte de sus actividades tales como las patrullas contra francotiradores y la escolta a los convoyes de ayuda, a menos que reciba combustible.

### Participación de Alemania

Alemania bajo ciertas circunstancias concretas podría enviar sus aviones de combate, del tipo Tornado, al territorio de la ex Yugos-

lavia, afirmó ayer el canciller Helmut Kohl.

Esa participación de los Tornado podría ser necesaria en el caso de que "hubiera que proteger a soldados de nuestros países amigos para salir de Bosnia", dijo Kohl.

Sin embargo, el canciller destacó que una decisión de ese tipo solamente la expondría ante el Parlamento de Bonn cuando les sean presentadas una petición concreta por parte de los países aliados. El inspector general del ejército alemán, Klaus Naumann, apoyó ayer las declaraciones de Kohl y afirmó que él no cree posible que

los alemanes se mantengan "como observadores en el caso de que haya que apoyar una salida de los cascos azules de Bosnia".

### Dispuestos a la paz

El vicepresidente de la autoproclamada república serbia de Bosnia, Nikola Koljevic, reiteró ayer que los serbo-bosnios están dispuestos a proseguir las negociaciones sobre el plan de paz si el gobierno de la República Bosnia, mayoritariamente musulmán y croata-bosnio, accede al cese de las hostilidades. (De la redacción de El Observador en base a EFE y Reuter)



N.º BOGUM 9500365

TÍTULO Por la paz, Bosnia debe admitir que ha perdido

PERCEPCIÓN La Nación

FECHA DE EMISSION 12/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

11163 ✓

-18540-516484 ✓

# Por la paz, Bosnia debe admitir que ha perdido

Por Rolando Rivière

L.N. 12/12

(Corresponsal de LA NACION en Europa)

**Conclusión:** Ni la UE ni el resto de la comunidad internacional ha hallado una solución viable para el conflicto balcánico.

MADRID, 11. - No debemos alentar esperanzas en el aire. La cumbre de la UE, concluida ayer, habla del apoyo europeo al mantenimiento de los cascos azules de Unprofor, pero matiza con advertencias: "si se vieran obligados a retirarse por la imposibilidad de cumplir su mandato, las implicaciones para Bosnia y su población civil serían graves". Quiere decir que se quedará mientras sea posible. El portavoz Príncipe de Asturias, dos meses de guerra y un transporte a pie ya para el Adriático. Fuentes de la NATO indican que la "operación retorno" se sigue elaborando para tener todo listo ante la posible evacuación de los 25.000 hombres que cumplen tareas de suministro de alimentos y medicinas a las víctimas civiles.

La expresión de deseos de la Unión Europea promovida funda-

mentalmente por daneses, holandeses y belgas, "capitaneados" por el presidente francés Mitterrand, no ha ido más lejos. Ni puede.

Se ha aceptado el proyecto de una federación de los serbo-bosnios con la Serbia de Slobodan Milosevic. El plan del ministro ruso de Relaciones Exteriores, Andrei Kosyrev. Lo que significa lisa y llanamente que Bosnia-Herzegovina quede de un lado confederada con Serbia, y del otro con Croacia.

La UE optó por un "documento aparte" a la declaración general de la cumbre para referirse a Bosnia. No curándose en salud, curándose en enfermedad luego de esa cita ecotoplasimática de la Confederación de Seguridad y Cooperación en Europa de Budapest, donde Bosnia compartió el fracaso de 52 países pegados con saliva. Ahora la UE ofrece aspirinas a unos 150.000 muertos, de ellos 16.000 niños, que según los expertos serían solamente el 65 por ciento de las víctimas causadas por la guerra.

**Sin solución**

Ni la UE, ni el resto de la comunidad internacional han hallado una

solución viable para el conflicto balcánico. Al comenzar la guerra, la población de Bosnia-Herzegovina era de unos 4.500.000 habitantes. De ellos al menos 2.300.000 han huido o han sido expulsados en el proceso de "limpieza" ejecutado por los líderes serbios locales. Los últimos datos de la distribución étnica en Bosnia y en Herzegovina dicen que hay un 43,7% de musulmanes, un 31,3 de serbios (cristianos ortodoxos), 17,3 de croatas (católicos) y el resto un 7,7 por ciento, de otras nacionalidades y creencias.

Unprofor tiene decidido trasladar a Zagreb la mitad de los 1200 soldados de Bangladesh aislados en Bihac. Michael Rose, comandante de las fuerzas de las Naciones Unidas no ha podido llegar a Bihac, detenido por los serbios que cercan la ciudad. La única alternativa vislumbrable para poner fin a la guerra es la admisión, por parte del presidente bosnio, Alija Izetbegovic, de que la ha perdido. Tenemos la sensación, no del todo gratuita, de que el documento de la UE sobre Bosnia no ha sido concebido para Bosnia, para la paz.

Nº. BOGUSATO 9500366

TÍTULO Pte. bosnio informa postura frente a confederación serbia.

PROCEDENCIA La Juventud

FECHA DE REFERENCIA 13/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

507696 ✓

11164 ✓

11163 ✓

#### **BOSNIA**

#### **Presidente informa postura frente a confederación serbia**

El parlamento de Bosnia-Herzegovina se reunió ayer lunes en Zenica, mientras persiste la ofensiva serbia contra Bihac. Según lo anunciado en Sarajevo, el parlamento sesionará allí durante tres días, y el presidente bosnio Alija Izetbegovic, presentará un informe sobre la situación del país y la postura frente a la reciente propuesta de Paz del Grupo de Contacto. Izetbegovic ha rechazado ya la propuesta sobre el establecimiento de lazos confederales de los serbobosnios con Serbia, al calificarlo de «paso decisivo hacia la creación de la Gran Serbia». En Zenica se reunirá la Asamblea federal de la Federación musulmano-croata de Bosnia, y la asamblea de Bosnia-Herzegovina, en que a diferencia de aquella hay diputados serbios de izquierda.

9500366

01-01



Después de 47 años, el Islam comenzó enseñanza en las escuelas de Sarajevo

## Bosnia: evolución hacia un Estado musulmán

**Sarajevo, Bosnia-Herzegovina** - Al comenzar las clases, Dino Becirevic, alumno de 8º año, se vio enfrentado a una nueva alternativa: clase de religión. Aunque debía haber elegido una de tres creencias, tuvo solamente una opción: el Islam.

A l principio, este chico de 12 años no concurría a clase, sin embargo debió comenzar a asistir, ya que se dictan en la mitad de la jornada escolar, y no hay un lugar donde pasar el rato hasta la materia siguiente, matemática, en las a veces peligrosas calles de Sarajevo.

La reincorporación de la religión en las escuelas públicas de Bosnia-Herzegovina, luego de ser proscrita durante 47 años por las autoridades comunistas, es uno de una serie de movimientos que está realizando el gobierno musulmán en Sarajevo para abrazar el Islam como credo del Estado. Junto con otras estrategias, se encuentra la existencia de negocios sin venta de cerdos, la crítica pública a matrimonios mixtos, la expulsión de todos los directores no musulmanes (menos uno) de las empresas estatales, y denuncias oficiales a un periódico y emisora radial independientes, por sus ideales seculares.

Mientras que los enemigos de la Serbia musulmana han declarado a voces el desarrollo de estos acontecimientos como signos de las raíces de fundamentalismo islámico que están creciendo en Bosnia, según diplomáticos occidentales, la significación de dichos acontecimientos se sustentaría, aparentemente, más en la cultura de autoritarismo político de Yugoslavia y sus repúblicas anteriores, que en los movimientos extremistas de Medio Oriente. Asimismo agregan que Bosnia no estaría encaminándose hacia un Estado islámico, sino hacia un Estado con un único partido, controlado por el Partido de Acción Democrática del presidente Alija Izetbegovic.

Del mismo modo que sus antecesores comunistas manipularon el marxismo para dominar Yugoslavia, hoy la gente de Izetbegovic está usando el Islam como una poderosa herramienta para dominar políticamente y como un patrón de medida para separar lo "desleal" de lo "leal", en un país destrozado por casi tres años de guerra.

El paso hacia un Estado de partido único de corte musulmán, como lo pone de manifiesto el incremento de la importancia del Islam en las escuelas de Bosnia, el ejército y la política, representa un

Nº. BORSA 9500367  
TITULO Bosnia: evolución hacia un Estado musulmán.  
FECHA DE 13/12/94  
VINCULACIONES 11876 ✓  
507697 ✓  
RELIGION 11612 ✓  
11650 ✓

desafío para un gobierno que fundamentó su lucha contra la agresión nacionalista serbia, basado en ideales de una sociedad tolerante. Durante el transcurso de la guerra, el gobierno de Sarajevo empleó el lema "multicultural, multiétnico" como punta de lanza en su lucha contra el ejército serbio-bosnio, el cual estaba mejor armado y organizado. Las fuerzas serbias usaron tanques y obuses para tomar el 70% de Bosnia, y los musulmanes ganaron la primera mano de la lucha diplomática, explotando el estatus de víctimas y sus reclamos por una tolerancia ética, para ganar apoyo moral en el exterior.

No obstante, un enorme giro en la población ha contribuido a promover cambios en Bosnia, creando una mezcla volátil, fácilmente explotada por un partido político encargado de asegurar su supervivencia luego de la guerra.

### Musulmanes expulsados

A partir de 1992, las fuerzas serbias han expulsado a más de un millón de musulmanes de su territorio. Estos refugiados, a menudo campesinos, han llegado masivamente a Sarajevo y a otras ciudades bosnias, alterando el delicado equilibrio étnico entre croatas, musulmanes y serbios. Han prosperado periódicos partidarios, como el Dragón de Bosnia de la ciudad de Tuzla, predicando sermones de odio y venganza étnicos, ya que cuentan con políticos que llevan el mensaje de nacionalismo musulmán.

A medida que los musulmanes llegaban a estas ciudades y villas,

incluyendo Tuzla, Zenica, Zavidovici y Kakank, los croatas y serbios empezaron a irse en masa. Agencias de alivio internacionales han estimado que ahora que los caminos están abiertos hacia la costa croata, en los últimos meses decenas de miles de serbios y croatas se han mudado, ya sea a las zonas controladas por los croatas o por serbios, o al exterior.

Desde el principio de este año, con la expulsión de personas que no eran miembros del partido de cargos importantes en Bosnia, la transformación del gobierno de Sarajevo ha comenzado a molestar a algunos amigos de Bosnia, incluyendo a Estados Unidos. Un funcionario del Departamento de Estado declaró que este año el informe anual de los derechos humanos va a tratar a "Bosnia como un país comunista con un pasado autoritario, y no como a una víctima de guerra como lo habíamos hecho años anteriores".

Estados Unidos fue la pieza clave para iniciar la celebración de un acuerdo de paz, suscrito en Washington en el mes de marzo, entre las facciones croatas y musulmanas bosnias en armas. A pesar que el acuerdo puso fin a una guerra que había durado todo el año entre ambos lados, la federación allí establecida no era realmente una federación entre croatas y musulmanes, sino entre dos organizaciones políticas nacionalistas: el Partido de Acción Democrática de Izetbegovic y el Movimiento Democrático Croata. Los cargos clave del gobierno fueron divididos entre los partidos, creando lo que un funcionario occidental acertó en llamar "dos estados

paralelos con partido único". Asimismo, la constitución de la federación, redactada bajo la supervisión de los negociadores de EEUU, no mencionaron a los serbios que vivían entre los croatas y los musulmanes.

"Tengo la impresión que querían un Estado multicultural y multiétnico, con la menor cantidad de 'multi' posible", dijo Ljubomir Berberovic, un intelectual serbio y prominente miembro de la Academia de Ciencia de Sarajevo, que ha vivido en esa ciudad durante toda la guerra. Varios de los cambios han sido llevados a cabo por Enes Karick, erudito islámico que fue el primer ministro de Educación de Bosnia, hace cuatro meses.

En sus declaraciones realizadas desde que asumiera el cargo, Karick ha censurado fuertemente a los medios de comunicación independientes de Bosnia, ha manifestado su apoyo a quienes se oponen a matrimonios mixtos, y ha lanzado un programa de educación con religión como materia obligatoria, encendiendo de este modo la chispa del éxodo de croatas y serbios de las zonas de mayoría musulmana. En muchos colegios no hay ningún sacerdote católico u ortodoxo para enseñar religión, de modo que la única clase que se puede tomar es de Islam.

Algunos intelectuales de Sarajevo han intentado luchar contra este giro, pero su lucha se ha visto mitigada por el hecho que muchos bosnios de buen nivel cultural no desean permanecer en un país arruinado por la guerra y el odio interétnico. (Por John Pomfret (c) 1994, The Washington Post, especial para El Observador)

Nº. BOGUM 9500368

TITULO Posible ruptura de la federación entre croatas y musulmanes en Bosnia

PROCEDENCIA La Juventud

FECHA DE EMISIÓN 14/12/94

VINCULACIONES 11876 V

507697 V

11164 V

## Posible ruptura de la federación entre croatas y musulmanes en Bosnia

14-12-94

Lo To

El aplazamiento por dos días de la sesión del Parlamento de la Federación croata-musulmana marca el comienzo de la crisis más grave entre esas dos etnias bosnias desde que el 18 de marzo pasado firmaron en Washington el acuerdo para federarse.

El motivo aducido para el aplazamiento es la incomparecencia de los delegados bosniocroatas, explicó Ando Sampara, secretario del citado Parlamento, en una declaración publicada ayer miércoles, por el diario de Sarajevo «Oslobodjenje». «Temo que los delegados croatas vengán a la sesión con exigencias adicionales que podrían volver a aplazar el comienzo», declaró al rotativo

Miro Lazovic, presidente del Parlamento de Bosnia, en el que, a diferencia de la Cámara federal, hay también varios serbios leales a la República. «Creo que ya está bien de trucos, hay que exponer en público los nombres de los responsables de lo que está pasando», dijo Lazovic. «Oslobodjenje» también recoge la afirmación del diputado bosniocroata en el Parlamento federal, Perica Jukic, de que si los croatas no se han personado todavía en la Asamblea es «porque quedan por compaginar las principales leyes, de Defensa, Policía y Banco Central». «Si no se compaginan las posturas entre los dos mayores partidos, la Unión Democrática Croata

(HDZ) y el Partido de Acción Democrática (SDA, musulmán), se podría llegar a una crisis parlamentaria de consecuencias imprevisibles», advirtió Jukic. Musulmanes y bosniocroatas libraron una sangrienta guerra que duró un año, antes de firmar hace nueve meses el Acuerdo de Federación, bajo fuertes presiones de Estados Unidos y los países islámicos.

La asamblea de la Federación tenía que haber empezado sus sesiones en Zenica, tercera ciudad de Bosnia a setenta kilómetros al norte de Sarajevo. Ayer llegaron a Zenica, alarmados por la crisis de la Federación, varios representantes de las embajadas de EEUU, Irán y Francia en Bosnia.

Nº. DOCUMENTO 9500369

TITULO Declaración final de Cumbre Islámica condena a serbios de Bosnia.

PROCEDENCIA la Juventud

FECHA DE PUBLICACIÓN 16/12/94

VINCULACIONES 11876 V

507697 V

11187 V

507619 V

Países miembros decidieron crear fondo de ayuda a los musulmanes de los Balcanes

## Declaración final de la Cumbre Islámica condena a los serbios de Bosnia

L.J.  
16/12

La séptima cumbre de la Organización de la Conferencia Islámica (OCI) anunció en su sesión de este jueves, en una declaración específica sobre el conflicto de Bosnia, que revisará las resoluciones internacionales y el plan de paz europeo. También se comprometieron a convocar una sesión especial de la Asamblea General de Naciones Unidas si el Consejo de Seguridad de la ONU fuera incapaz de imponer a los serbios el respeto de las resoluciones internacionales y el plan de paz europeo. Asimismo, la OCI anunció que su grupo de contacto mantendrá una fructífera cooperación con el grupo de mediación de la Unión Europea sobre Bosnia y organizará una reunión de diversos países islámicos de revisar la decisión de bloqueo internacional de armas en Bosnia. En realidad, las diversas posturas realizadas por los 52 participantes hicieron que solo en el apoyo a los musulmanes existiera unanimidad. En los otros temas, los líderes reyes, presidentes, primeros ministros y jefes de gobierno de diferentes estados islámicos, en una declaración conjunta, también condenaron la violencia y el terrorismo.

Poco LEGIBLE

Nº. DOCUMENTO 9500370  
 TITULO Rusia rechazó plan de paz propuesto por serbio-bosnios.  
 PROCEDENCIA La Nación  
 FECHA DE 17/12/94  
 VINCULACIONES 11876 ✓  
507697 ✓  
507294 ✓  
11879 ✓

## Rusia rechazó un plan de paz <sup>L.P.</sup> propuesto por los serbio-bosnios <sup>17/12</sup>

16 (AP).- Rusia rechazó el plan de paz propuesto por el dirigente serbio-bosnio Radovan Karadzic porque minaría otros esfuerzos para solucionar la crisis. El viceministro de RREE, Vladimir Karasin, anunció ayer un plan de paz que incluye el fin de la presencia unilateral de las tropas de la UN y la retirada de las tropas de la UN y la retirada unilateral en la capital de Sarajevo. Pidió además al presidente norteamericano Bill Clinton que garantice la paz en Bosnia.

El viceministro ruso dijo a la agencia noticiosa Interfax que el gobierno de Moscú quedó decepcionado con la propuesta, que "tiene como fin minar los esfuerzos del Grupo de Contacto y es un intento de lograr acuerdos separados por parte de los dirigentes bosnio-serbios que rechazan el plan de paz internacional".

El plan de Karadzic pide la libre circulación de los convoyes de la UN en Bosnia, la liberación de todos

los funcionarios de la UN y soldados musulmanes detenidos menores de 19 años, una tregua inmediata en Sarajevo y sus suburbios, la reapertura del aeropuerto de Sarajevo, garantías de los derechos humanos y concesiones territoriales a los musulmanes croatas.

El rechazo ruso del plan ilustra la desconfianza de Rusia de un acuerdo separado norteamericano-bosnio al margen del Grupo de Contacto.

Nº. REGISTRO

9500371

TÍTULO: Misión de Carter en el conflicto de Bosnia

PROCEDENCIA: 150090

FECHA DE RECIBO: 21/12/94

VINCULACIONES: 11876 V

507697 V

65890 V

11911 V

11879 V

Horas Dramáticas Para Bosnia

P. 20/12

# DIALOGO CARTER-KARADZIC ES LA CLAVE DE LA MISI

**PALE, Bosnia-Herzegovina, 19 (AP). —** Los combatientes serbios ofrecieron una tregua nacional de cuatro meses y la restauración de las actividades de las Naciones Unidas en Bosnia, al concluir hoy unas conversaciones con el ex presidente norteamericano Jimmy Carter. Según una declaración de Carter y el líder serbio bosnio Radovan Karadzic al cabo de siete horas de conversaciones, los serbios también acordaron reanudar las negociaciones de paz a base del plan del denominado Grupo de Contacto mientras durara el cese del fuego.

Como no hay comunicación entre el cuartel general serbio bosnio en Pale y la sede del gobierno bosnio en Sarajevo, Carter dijo que no podía consultar al gobierno sobre la oferta serbia. Planeaba reunirse a primera hora de mañana en Sarajevo con el presidente bosnio Alija Izetbegovic.

Previamente, los serbios bosnios insistieron en que el cese del fuego fuera permanente. El gobierno bosnio indicó que aceptaría una tregua de sólo tres meses, temiendo que cualquier arreglo permanente allanara la conquista bélica de los serbios del 70 por ciento de la república desde que estalló la guerra en abril de 1992.

Mientras se reunían Carter y Karadzic en las montañas al nordeste de Sarajevo, los artilleros serbios apostados en el noroeste imponían el terror en la "zona protegida" por las Naciones Unidas de Bihać. Los funcionarios de la ONU informaron que la ciudad misma fue alcanzada por cañonazos y proyectiles de tanques pero no se tenían de inmediato informes de víctimas.

"Alrededor del bolsón (de Bihać) la situación no es buena", dijo Ed Joseph, un vocero de la ONU en Bihać, en una comunicación por satélite con la televisora CNN.

Refiriéndose a unos 1.200 soldados de Bangladesh al servicio de la ONU atrapados en la zona, expresó: "No vemos indicios verdaderos de normalización... La gente está aquí esencialmente aislada".

Karadzic, al pedir la semana pasada la intercesión de Carter en la crisis de Bosnia, prometió respetar los derechos humanos y liberar de obstáculos a las operaciones de la ONU.

Carter recorrió hoy brevemente Sarajevo antes de cruzar el puente llamado de la Hermandad y Unidad, sobre el río Miljacka, hacia la zona controlada por los serbios. Carter y su esposa Rosalyn, en una camioneta con la bandera norteamericana, fueron escoltados hasta Pale por una decena de miembros de las fuerzas especiales serbias.

Fueron recibidos con flores, sonrisas y apretones de mano, y luego llevados a un hotel que domina las colinas y valles situados al este de Sarajevo.

Carter se reunió ayer con el presidente de Bosnia Alija Izetbegovic y otros altos funcionarios del gobierno dominado por los musulmanes, y prometió volver a informarles tras su visita a Pale.

Carter fue invitado la semana pasada por Karadzic, para que intentara reactivar las conversaciones de paz. Previamente este año, Carter logró hacer avanzar unas situaciones diplomáticas estancadas en Corea del Norte y Haití.

Pero esta última misión fue vista con escepticismo por todas las partes, incluso el gobierno estadounidense.

Sin criticar directamente a Carter, la portavoz presidencial Dee Dee Myers dijo que la posición del ex mandatario distaba de la del gobierno actual.

"Yo diría que me parece que hemos explicado claramente quién es el agresor en este caso: los serbios de Bosnia son los agresores en esta guerra",

dijo Myers a los reporteros. "Carter lleva ya dos años enterándose de lo que ocurre allí, enterándose de partes", dijo en alusión a los líderes serbios Alija Izetbegovic y el presidente Milosevic, a cuya retórica na haber incitado a la guerra en Bosnia. Los serbios bosnios podrían tratar de circunvalar un plan de paz a través de las Naciones Unidas, pero el factor "Gran Bretaña, Francia, los Estados Unidos".

El plan, aceptado por el gobierno serbio a ceder parte del territorio de Bosnia, del que fuerza, y quedarse con el 49 por ciento.

Los máximos comandantes de la OTAN cuyos soldados la sitiada fuerza de la ONU hoy para discutir cómo salvar evitar un humillante retiro de la zona.

Aunque la misión de paz por el norteamericano Jimmy Carter, las esperanzas de que se ponga fin a la guerra en Bosnia se fortalecieron. Los planes para fortalecer la ONU o sacarla de la conflictiva zona.

Los jefes de estado mayor de la ONU en la zona, el holandés Henk van den Broek, durante la reunión en el Ministerio de Exteriores en la capital holandesa, La Haya.

"Además discutieron los recursos necesarios a fin de aumentar el número de las fuerzas terrestres",

**SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 17 (AP). —** El ex presidente norteamericano Jimmy Carter llegará mañana a Sarajevo para mediar en la guerra civil de Bosnia iniciada hace dos meses.

Funcionarios en la capital bosnia de Sarajevo, sede del cuartel general de la ONU en la zona de guerra, dijeron que Carter es esperado mañana y que llegará a Sarajevo poco después de las 18 horas.

Sin embargo, una declaración emitida en Atlanta en el Centro Carter, el ex mandatario dijo que no planea viajar a Sarajevo valorando si los bosnio-serbios cumplen las medidas que prometieron para reducir las tensiones con la ONU.

Carter se entrevistará seguramente con el delegado de la ONU en la antigua Yugoslavia, Yasushi Akashi, y el presidente croata Franjo Tudjman. Si acude a Bosnia, seguramente visitará la sede de los bosnio-serbios en Pale, en las afueras de Sarajevo, y Belgrado, la capital de Serbia. Es posible que visite además Zagreb, la capital yugoslava.

Carter decidió efectuar el viaje tras mantener "prolongadas conversaciones" con la Casa Blanca y funcionarios de la ONU. Parará hoy, agregó.

El dirigente bosnio-serbio Radovan Karadzic invitó a Carter, que este año medió en los conflictos de Haití y Corea del Norte.

Sin embargo, la visita creó temores de que Karadzic use a Carter para minar el plan internacional de paz que reduciría el territorio de los serbios en Bosnia al 49 por ciento, del 70 por ciento que ocupen en la actualidad.

Los serbios tuvieron la ventaja militar en Bosnia desde el comienzo de la guerra, por lo que rechazaron el plan.

El secretario de la Casa Blanca Leon Panetta puso en duda en la cadena de televisión CNN la posibilidad de que Carter pueda solucionar la crisis de Bosnia "porque los temas son muy complicados y porque, francamente, hemos visto que los motivos de las partes afectadas son siempre sospechosos".

La visita fue puesta en duda por los dirigentes de Bosnia, el de Serbia Slobodan Milosevic y por Rusia, la tradicional aliada de Serbia.

Carter dijo que animará a los bosnio-serbios a aceptar el plan de paz.

El propósito de viajar a la región es buscar la forma de contribuir al cese de las hostilidades y fomentar el plan del grupo de contacto como base para negociar", indicó.

**AVION TOCADO**

Un avión de reconocimiento francés perteneciente a la OTAN fue alcanzado hoy por fuego antiaéreo cuando sobrevolaba Bosnia-Herzegovina pero regresó sin novedad a su base en Italia, dijo la alianza atlántica.

El avión Super Etendard, que despegó del portaaviones francés Foch, fue uno de los dos Etendards que sobrevoló Bosnia, dijo NATO en su cuartel general meridional en Nápoles.

El piloto de uno de los aviones comunicó que su aeronave fue alcanzada y posiblemente dañada en la cola, según la OTAN. Los pilotos volaron entonces a la base de Gioia del Colle, en Puglia, al sur de Italia.

La OTAN dijo que el piloto resultó ileso y agregó que "la fuente y naturaleza de los disparos serán investigadas".

Los aviones de la OTAN vuelan regularmente sobre Bosnia para vigilar la zona de exclusión aérea decretada por la ONU en esa antigua república yugoslava.

Mientras tanto, las fuerzas serbias permitieron hoy, por primera vez en casi un mes, que un avión de las Naciones Unidas aterrizara en el aeropuerto local, y trascendió que trajo un equipo de avanzada para una eventual visita del ex presidente norteamericano Jimmy Carter, invitado a interceder.

Carter no ha anunciado aún si vendrá.

Tras el aterrizaje descendieron del avión 3 civiles, aunque no formularon declaraciones antes de marcharse en un automóvil de la embajada estadounidense.

El arribo del avión representó un éxito muy limitado, porque los serbios bosnios insisten en nuevas condiciones para la reanudación del puente aéreo.

Mientras tanto, la violencia continuaba en la ciudad. Los testigos dijeron que una mujer fue asesinada por un francotirador.

Junto con su hijo de corta edad fue muerta de un balazo, disparado aparentemente por un francotirador.

01-04

9500371



Nº. DOCUMENTO 9500371

TÍTULO Misión de Carter en el conflicto de Bosnia

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE RECEPCIÓN 21/12/94

VINCULACIONES 11876 V

507697 V

65890 V

11917 V

11879 V

Horas Dramáticas Para Bosnia

P. 20/12

## DIALOGO CARTER-KARADZIC ES LA CLAVE DE LA MISION

PALE, Bosnia-Herzegovina, 19 (AP) — Los combatientes serbios ofrecieron una tregua nacional de cuatro meses y la restauración de las actividades de las Naciones Unidas en Bosnia, al concluir hoy unas conversaciones con el ex presidente norteamericano Jimmy Carter. Según una declaración de Carter y el líder serbio bosnio Radovan Karadzic al cabo de siete horas de conversaciones, los serbios también acordaron reanudar las negociaciones de paz a base del plan del denominado Grupo de Contacto mientras durara el cese del fuego.

Como no hay comunicación entre el cuartel general serbio bosnio en Pale y la sede del gobierno bosnio en Sarajevo, Carter dijo que no podía consultar al gobierno sobre la oferta serbia. Frayaba reunirse a primera hora de mañana en Sarajevo con el presidente bosnio Alija Izetbegovic.

Previamente, los serbios insistieron en que el cese del fuego fuera permanente. El gobierno bosnio indicó que aceptaría una tregua de solo tres meses, temiendo que cualquier arreglo permanente aminorara la conquista bélica de los serbios del 70 por ciento de la república desde que estalló la guerra en abril de 1992.

Mientras se reúnen Carter y Karadzic en las montañas al nordeste de Sarajevo, los artilleros serbios apostados en el noroeste imponían el terror en la "zona protegida" por las Naciones Unidas de Bihać. Los funcionarios de la ONU informaron que la ciudad misma fue alcanzada por cañonazos y proyectiles de tanques pero no se tenían de inmediato informes de víctimas.

Alrededor del bolsón (de Bihać) la situación no es buena, dijo Ed Joseph, un vocero de la ONU en Bihać, en una comunicación por satélite con la televisora CNN.

Retirándose a unos 1.200 soldados de Bangladesh al servicio de la ONU atrapados en la zona, expresó: "No vemos indicios verdaderos de normalización... La gente está aquí esencialmente aislada".

Karadzic, al pedir la semana pasada la intercesión de Carter en la crisis de Bosnia, prometió respetar los derechos humanos y liberar de obstáculos a las operaciones de la ONU.

Carter recorrió hoy brevemente Sarajevo antes de cruzar el puente llamado de la Hermandad y Unidad, sobre el río Miljacka, hacia la zona controlada por los serbios. Carter y su esposa Rosalyn, en una camioneta con la bandera norteamericana, fueron escoltados hasta Pale por una decena de miembros de las fuerzas especiales serbias.

Fueron recibidos con flores, sonrisas y apretones de mano, y luego llevados a un hotel que domina las colinas y valles situados al este de Sarajevo.

Carter se reunió ayer con el presidente de Bosnia Alija Izetbegovic y otros altos funcionarios del gobierno dominado por los musulmanes, y prometió volver a informarles tras su visita a Pale.

Carter fue invitado la semana pasada por Karadzic, para que intentara reactivar las conversaciones de paz. Previamente este año, Carter logró hacer avanzar unas situaciones diplomáticas estancadas en Corea del Norte y Haití.

Pero esta última misión fue vista con escepticismo por todas las partes, incluso el gobierno estadounidense.

Sin criticar directamente a Carter, la portavoz presidencial Dee Dee Myers dijo que la posición del ex mandatario distaba de la del gobierno actual.

"Yo diría que me parece que hemos explicado claramente quién es el agresor en este caso: los serbios de Bosnia son los agresores en esta guerra",

dijo Myers a los reporteros. "Y el pueblo norteamericano lleva ya dos años enterándose de lo que está ocurriendo allá, enterándose de la posición de ambas partes", dijo en alusión a los comentarios de Carter.

Izetbegovic y el presidente de Serbia Slobodan Milosevic, a cuya retórica nacionalista se le atribuye haber iniciado a la guerra en 1992, advirtieron que los serbios bosnios podrían tratar de utilizar a Carter para circunvalar un plan de paz respaldado por las cinco naciones integrantes del denominado "grupo de contacto": Gran Bretaña, Francia, Alemania, Rusia y Estados Unidos.

El plan, aceptado por el gobierno de Bosnia, forzaría a los serbios a ceder parte del 70 por ciento del territorio de Bosnia, del que se apoderaron por la fuerza, y quedarse con el 49 por ciento.

Los máximos comandantes militares de las naciones de la OTAN cuyos soldados forman el grueso de la sitiada fuerza de la ONU en Bosnia, se reunieron hoy para discutir cómo salvar la misión humanitaria y evitar un humillante retiro de los custodios de paz.

Aunque la misión de paz privada del ex presidente norteamericano Jimmy Carter había despertado leves esperanzas de que se ponga fin a la guerra, los aliados elaboraban planes para fortalecer a las tropas de la ONU o sacarlas de la conflictiva región.

Los jefes de estado mayor discutieron a fondo si era posible tomar medidas para mejorar la efectividad de las tropas de la ONU en tierra, dijo el general holandés Henk van den Broeken a los periodistas durante la reunión en el Ministerio de Relaciones Exteriores en la capital holandesa.

"Además discutieron los recursos que podrían ser necesarios a fin de aumentar grandemente las capacidades de las fuerzas terrestres", dijo.

**SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 17 (AP).** — El ex presidente norteamericano Jimmy Carter llegará mañana a intentar mediar en la guerra de Bosnia iniciada hace meses.

Funcionarios en la capital bosnia de Zagreb, sede del cuartel general de la ONU en la antigua Yugoslavia, dijeron que Carter es esperado mañana y llegará a Sarajevo poco después.

Sin embargo, una declaración emitida en Atlanta en el Centro Carter, el ex mandatario dijo que antes de viajar a Sarajevo valorará si los bosnio-serbios cumplen las medidas que prometieron para reducir las tensiones con la ONU.

Carter se entrevistará seguramente con el delegado de la ONU en la antigua Yugoslavia, Yasushi Akashi, y el presidente croata Franjo Tudjman. Si acude a Bosnia, seguramente visitará la sede de los bosnio-serbios en Pale, en las afueras de Sarajevo, y Belgrado, la capital de Serbia. Es posible que visite además Belgrado, la capital yugoslava.

Carter decidió efectuar el viaje tras mantener "prolongadas conversaciones" con la

Casa Blanca y funcionarios de la ONU. Parará hoy, agregó.

El dirigente bosnio-serbio Radovan Karadzic invitó a Carter, que este año medió en los conflictos de Haití y Corea del Norte.

Sin embargo, la visita creó temores de que Karadzic use a Carter para minar el plan internacional de paz que reduciría el territorio de los serbios en Bosnia al 49 por ciento, del 70 por ciento que ocupan en la actualidad.

Los serbios tuvieron la ventaja militar en Bosnia desde el comienzo de la guerra, por lo que rechazaron el plan.

El secretario de la Casa Blanca Leon Panetta puso en duda en la cadena de televisión CNN la posibilidad de que Carter pueda solucionar la crisis de Bosnia "porque los temas son muy complicados y porque, francamente, hemos visto que los motivos de las partes afectadas son siempre sospechosos".

La visita fue puesta en duda por los dirigentes de Bosnia, el de Serbia Slobodan Milosevic y por Rusia, la tradicional aliada de Serbia.

Carter dijo que animará a los bosnio-serbios a aceptar el plan de paz.

"Mi propósito de viajar a la región es buscar la forma de contribuir al cese de las hostilidades y fomentar el plan del grupo de contacto como base para negociar", indicó.

**AVION TOCADO**

Un avión de reconocimiento francés perteneciente a la OTAN fue alcanzado hoy por fuego antiaéreo cuando sobrevolaba Bosnia-Herzegovina pero regresó sin novedad a su base en Italia, dijo la alianza atlántica.

El avión Super Etendard, que despegó del portaaviones francés Foch, fue uno de los dos Etendards que sobrevoló Bosnia, dijo NATO en su cuartel general meridional en Nápoles.

El piloto de uno de los aviones comunicó que su aeronave fue alcanzada y posiblemente dañada en la cola, según la OTAN. Los pilotos volaron entonces a la base de Gioia del Colle, en Puglia, al sur de Italia.

La OTAN dijo que el piloto resultó ileso y agregó que "la fuente y naturaleza de los disparos serán investigadas".

Los aviones de la OTAN vuelan regularmente sobre Bosnia

para vigilar la zona de exclusión aérea decretada por la ONU en esa antigua república yugoslava.

Mientras tanto, las fuerzas serbias permitieron hoy, por primera vez en casi un mes, que un avión de las Naciones Unidas aterrizara en el aeropuerto local, y trascendió que trajo un equipo de avanzada para una eventual visita del ex presidente norteamericano Jimmy Carter, invitado a interceder.

Carter no ha anunciado aún si vendrá.

Tras el aterrizaje descendieron del avión 3 civiles, aunque no formularon declaraciones antes de marcharse en un automóvil de la embajada estadounidense.

El arribo del avión representó un éxito muy limitado, porque los serbios bosnios insisten en nuevas condiciones para la reanudación del puente aéreo.

Mientras tanto, la violencia continuaba en la ciudad. Los testigos dijeron que una mujer fue caminaba por una calle

junto con su hijo de corta edad fue muerta de un balazo, disparado aparentemente por un francotirador.

Versiones contradictorias de la gestión del ex mandatario norteamericano en los Balcanes

## Pese a diferencias entre Carter y Karadzic, serbios están dispuestos a negociar tregua

El líder serbio-bosnio Radovan Karadzic declaró ayer a la cadena de televisión CNN que estaba en desacuerdo con el ex presidente de EEUU Jimmy Carter y que no había por el momento perspectivas de un alto al fuego.

**A** sí echó por tierra las versiones que circulaban hasta el momento de que la gestión del ex mandatario había sido un éxito total. Después de casi ocho horas de reunión entre el líder serbio-bosnio Radovan Karadzic y Carter se anunció en Pale, capital de la autoproclamada República Serbia de Bosnia, que Karadzic había accedido a un alto al fuego para negociar la paz con los musulmanes bosnios.

Sin embargo, apenas dos horas después y en una entrevista transmitida desde Pale, Karadzic afirmó estar en desacuerdo con la interpretación de Carter sobre los temas en discusión, pero manifestó estar dispuesto a intentar llegar a un acuerdo para un alto al fuego.

### Contradicciones

Poco antes de las declaraciones



### Confusión

Cuando se pensaba que el conflicto en los Balcanes estaba casi resuelto, el líder serbio-bosnio Karadzic anunció a la cadena CNN sus discrepancias con Carter

de Karadzic, los serbios rebeldes de Bosnia habían ofrecido una tregua nacional de cuatro meses y la restauración de las actividades de las Naciones Unidas en Bosnia, al concluir las conversaciones con el ex presidente nortea-

mericano Jimmy Carter.

Tras una reunión de siete horas en Pale, la capital de la autoproclamada República Serbia de Bosnia, Carter manifestó que los serbios también habían acordado reanudar negociaciones en base

al plan del denominado Grupo de Contacto mientras durara el cese del fuego.

Como no hay comunicación entre el cuartel general serbio-bosnio en Pale y la sede del gobierno bosnio en Sarajevo, Carter dijo que no podía consultar al gobierno sobre la oferta serbia y que planeaba reunirse hoy en Sa-

### LO QUE SE NEGOCIA

Una tregua de 4 meses en todo el país.

La reanudación de las actividades de la ONU.

La reanudación de negociaciones de paz en base al plan del Grupo de Contacto mientras dure el cese del fuego.

Dividir Bosnia en un 51% para musulmanes y croatas y 49% para los serbios, quienes controlan el 70% del territorio.

rajevo con el presidente bosnio Alija Izetbegovic.

### Reiterado rechazo

El líder de los rebeldes serbios, Radovan Karadzic ha rechazado sistemáticamente el plan de paz de las cinco potencias desde mediados de año por cuanto asegura que impedirá la viabilidad económica y política de la autoproclamada República Serbia de Bosnia.

La iniciativa de paz que se busca dividiría el territorio de Bosnia, dando un 51% a la Federación Musulmano-Croata y el 49% a los serbios, que actualmente controlan el 70% del territorio. Mientras Carter y Karadzic se reunían en las montañas al nordeste de Sarajevo, los artilleros serbios apostados en el noroeste imponían el terror en la "zona protegida" por las Naciones Unidas (ONU) de Bihac. Los funcionarios de la ONU informaron que la ciudad misma fue alcanzada por cañonazos y proyectiles de tanques pero no se tenía informes de las víctimas. ■ (De la redacción de El Observador en base a AP, EFE y Reuters)



# Carter anuncia una tregua

21-12-94

L.R.

**\* El ex presidente norteamericano fue invitado a visitar Bihac, enclave musulmán asediado y bombardeado por los serbio-bosnios**

El ex presidente norteamericano Jimmy Carter anunció haber logrado un acuerdo con el líder serbio de Bosnia, Radovan Karadzic, para imponer un alto el fuego en toda Bosnia-Herzegovina a partir del viernes próximo.

Belgrado, (ANSA)

■ Carter, que se reunió en Pale con Karadzic y con el comandante del ejército Ratko Mladic, dijo que el alto del fuego permitiría el comienzo de conversaciones sobre un cese completo de las hostilidades.

Por su parte, el embajador de Bosnia ante Naciones Unidas, Mohamed Sacirbay, dijo en La Haya que su gobierno está dispuesto a aceptar una tregua de cuatro meses tal como propone Radovan Karadzic, aun creyendo que éste propone sencillamente un "statu quo".

Sacirbay puntualizó que su gobierno no está dispuesto a discutir de nuevo los mapas anexos al plan de paz del Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rusia, Alemania, Gran Bre-

taña y Francia).

Ese plan, presentado meses atrás y rechazado por los serbio-bosnios, asigna a éstos (que hoy controlan el 70 por ciento de Bosnia) el 49 por ciento del territorio y a los croatas y musulmanes, la parte restante.

El embajador confió en que los jefes de Estado Mayor reunidos en La Haya confirman el mandato a la Unprofor y a la Otan. Esos organismos, agregó, "deben actuar con más determinación (...) porque no pueden aceptar ser rehenes de los serbios de Bosnia".

El embajador dijo que su gobierno es contrario a que los cascos azules se vayan de Bosnia. Si las tropas de las Naciones Unidas se fuesen, agregó, "habría que poner a los musulmanes (fieles al gobierno bosnio) en condi-



El ex presidente Jimmy Carter y su esposa Rosalynn posan con personal civil y militar estacionado en Bosnia, antes de reunirse con el gobierno bosnio. (Telefoto de AFP)

ciones de defenderse mejor".

Para Sacirbay, la misión de mediación de Carter "puede tener efectos opuestos a los deseados".

"Carter señaló el embajador defendió en los Estados Unidos la multiplicidad cultural y la libertad religiosa. Karadzic propone en Bosnia la segregación étnica y religiosa. No entiendo por qué si una cosa es buena para los Estados Unidos no puede ser buena para Bosnia".

Por su parte, el embajador ruso ante la Otan, Vitali Churkin, declaró que se ha logrado un acuerdo para apoyar a la Unprofor y ponerla en condiciones de llevar adelante plenamente su misión.

Churkin hizo esa declaración en La Haya al término de la reunión de jefes de Estado Mayor de los países que enviaron cascos azules a Bosnia, además de Alemania, Italia y Estados Unidos.

"Nuestro mensaje es que estamos en condiciones de llegar a un acuerdo, pero la OTAN no debe atacar los misiles serbios porque esto está fuera de su mandato", agregó Churkin.

En tanto, en una conferencia de prensa en Zagreb, uno de los voceros de los cascos azules, Michael Williams, comentó positivamente la inicia-

tiva de mediación de Carter y dijo que la misión ya produjo resultados concretos, como la reapertura del aeropuerto de Sarajevo y la reanudación de algunos convoyes humanitarios.

Michael Williams dijo que un convoy con ayudas debería llegar a Sarajevo y otro a Srebrenic, mientras hoy otros dos deberían llegar a Zepa.

En tanto, los serbio-bosnios bombardearon la ciudad de Bihac, en el enclave homónimo musulmán, y causaron 3 muertos y 45 heridos, a la vez que destruyeron una 2.000 viviendas, dijo Radio Sarajevo, controlada por el gobierno bosnio.

El enclave de Bihac, mayoritariamente musulmán, se rebeló contra el gobierno de Bosnia (musulmán) y se alió con los serbio-bosnios, si bien fue ocupado por las tropas regulares del gobierno.

En París, el jefe del gobierno bosnio, Haris Silajdzic, admitió por vez primera la posibilidad de que los serbio-bosnios establezcan "vínculos especiales" con Bosnia.

Al terminar una entrevista con el canciller francés Alain Juppé, Silajdzic dijo que el gobierno de su país está dispuesto a "considerar una autonomía significativa" para los serbio-bosnios.

Al comienzo de diciembre, el Grupo de Contacto habló de "ajustes constitucionales" en Bosnia para que los serbio-bosnios sean tratados como la federación croato-musulmana, autorizada a confederarse con Croacia.

Mientras tanto, a última hora se informó anoche en Zagreb, que el intendente de Bihac, Hamdija Kabiljagic, invitó al ex presidente norteamericano Jimmy Carter a viajar a la capital del homónimo enclave musulmán en Bosnia noroccidental asediado y bombardeado por los serbio-bosnios.

La invitación fue publicada por el diario croata Slobodna Dalmacija.

Kabiljagic también pidió al mediador norteamericano que renuncie a su misión si desde el comienzo no obtiene el reconocimiento de Bosnia-Herzegovina por parte del líder serbio-bosnio Radovan Karadzic y del presidente serbio Slobodan Milosevic.

"De todos modos, le recordamos que ellos (los serbios), se sirven de usted para cubrir la agresión y el genocidio que están perpetrando en la región de Bihac mientras usted está negociando con ellos", agregó el intendente de la ciudad musulmana.

9500371

# Carter busca formas de paz

El ex presidente norteamericano Jimmy Carter llegó ayer a Sarajevo, procedente de Zagreb, para reunirse con el presidente bosnio Alija Izetbegovic, en la segunda etapa de una misión de mediación autónoma para intentar hallar una salida al conflicto de Bosnia.

Zagreb (ANSA)

■ En Zagreb, Jimmy Carter se reunió con el presidente croa-

ta Franjo Tudjman y con el primer bosnio, Haris Silajdzic, que está estos días en la capital croata, así como con el plenipoten-

19-12-94 LOR  
ciario de la ONU Yasodhi Akas-  
hi.

Su mediación privada en el conflicto bosnio le fue solicitada por el líder de los serbios bosnios, Radovan Karadzic.

Carter calificó sus conversaciones de "útiles e interesantes", mientras que Tudjman afirmó que la misión podría revelarse muy útil.

También Silajdzic se mostró más tolerante, al decir que la misión de Carter "es bienvenida si sirve para alcanzar la paz".

Se trata de un cambio sustancial en la posición de los musulmanes que hasta ayer calificaron la misión de Carter de farsa.

De todas formas, Silajdzic recordó que la iniciativa no puede alterar las indicaciones de las grandes potencias que prepararon el plan de paz para Bosnia.

Carter había partido anteayer de Atlanta (Georgia, EEUU) en un vuelo hacia Frankfurt, desde donde un avión militar norteamericano lo condujo ayer a la

capital croata.

Carter, que viaja a título privado y que es acompañado por su esposa Rosalynn y dos colaboradores, se encontró en Frankfurt con Charles Thomas, el enviado especial norteamericano en la ex Yugoslavia, y con Charles Rodman, ahora embajador en Alemania y anteriormente también enviado en la ex Yugoslavia.

A nivel oficial, la Casablanca sigue manteniendo una extrema prudencia sobre la misión.

En unas declaraciones a la CNN, el jefe de gabinete León Panetta, mostró su escepticismo al afirmar que el viaje podría revelarse un fracaso.

Los serbios bosnios, en cambio, insisten con su interés en la mediación de Carter. Aleksa Buha, el "canciller" dijo que "si Washington, cuyo papel es decisivo, lo decide podemos poner fin a las hostilidades antes de fin de año".

Hoy el ex presidente viajará a

Pale, pero que ni siquiera el mismo secretario general de la ONU Boutros Ghali pudo efectuar.

En dicha ciudad se reunirá con el líder serbio bosnio, Radovan Karadzic, el hombre que pidió su mediación.

Tras su viaje a Sarajevo y Pale, con toda probabilidad, el ex presidente celebrará un encuentro el martes con el presidente y hombre fuerte de Serbia, Slobodan Milosevic.

Carter no ahorrará esfuerzos para hallar una salida a la crisis. Pero ayer, el vicesecretario de Sarajevo, Ante Zelic, dijo que se trataba sólo de "un intento del agresor para desviar la atención y poder seguir matando".

Aunque la diplomacia se sigue moviendo, en Bosnia se sigue combatiendo. Ayer en Velika Kladusa (norte de Bosnia, en el bolsón de Bihać) las fuerzas gubernamentales bosnias aún resistieron.

Sin embargo, la conquista de la ciudad por parte de las fuerzas musulmanas disidentes de Fikret Abdic, apoyadas por las fuerzas de los serbios de Bosnia y de Croacia, es ya sólo "cuestión de horas", dijo un vocero de la Fuerza en Sarajevo.

## EL PAPA GRITA POR BOSNIA

Ciudad del Vaticano  
(ANSA)

El papa Juan Pablo II, con la voz alterada por la pasión, pidió a los "responsables de la guerra en Bosnia" que cesen las hostilidades para Navidad.

"Deténganse, deténganse frente al Niño", gritó Juan Pablo II improvisando un breve discurso al concluir la plegaria del "Angelus" pronunciada en Plaza San Pedro.

El Pontífice recordó su carta destinada a los niños de todo el mundo, difundida hace unos días, en la que les pidió orar por la paz en cualquier lugar donde haya guerra.

"Pero esta carta —explicó a los miles de fieles presentes en la plaza— está destinada también a los responsables de las guerras lejanas y cercanas. Pensemos en todos, pero quizá con mayor insistencia en los vecinos, de la otra parte del Adriático.

A ellos les decimos en este domingo de Adviento, seis días antes de Navidad: deténganse frente al Niño".

04-04

9500371

Nº. DOCUMENTO 9500372

TÍTULO Los serbios radicalizan su posición

PRECEDENCIA 1ª Mañana

FECHA DE F. L. 4/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

501889 ✓

11164 ✓

11163 ✓

# Los serbios radicalizan su posición y vuelcan la situación a la guerra

4-12-94 LOM

## ● El personal de las Naciones Unidas no fue liberado como se esperaba

Los serbios de Bosnia Herzegovina radicalizaron ayer sus posiciones, al no cumplir con la promesa de liberación del personal de Naciones Unidas bloqueado por sus milicias, y reafirmar que la soberanía del Estado que han proclamado en territorio bosnio debe ser reconocida.

### ZAGREB Y BELGRADO

El vocero de la Fuerza de Protección ONU (UNPROFOR) en Sarajevo, Hervé Gourmelon, declaró que ninguna de las promesas formuladas por el líder serbio Radovan Karadzic al enviado especial de la ONU, Yasushi Akashi, sobre el normal funcionamiento de las estructuras ONU en Bosnia había sido cumplida.

"La situación no ha cambiado en la más mínima", señaló Gourmelon en una conferencia de prensa.

Akashi anunció en Pale que "hemos logrado un acuerdo para la liberación de los soldados ucranianos, el movimiento inmediato de los convoyes holandeses y británicos, el restablecimiento de las actividades de los canadienses en Visoko y del personal ONU en los centros de recolección del armamento pesado".

Desde los ataques aéreos OTAN de la semana pasada, los serbio-bosnios habían bloqueado el paso de los convoyes ONU en dirección al este de Bosnia, aislado los "cascos azules" que custodian los depósitos de armas alrededor de Sarajevo y virtualmente detenido otros soldados de la ONU.

### Bajo control serbio

A estos casos se sumó otro más: un observador militar de la ONU (UNMO) en Banja Luka (Bosnia central) no ha podido abandonar su puesto, en territorio bajo control serbio, a pesar de que sufre de graves problemas cardíacos, según indicaron fuentes de la UNPROFOR.

Por su parte, Karadzic dijo que "no es más posible hacerse ilusiones sobre la existencia de Bosnia en cuanto Estado unitario y es aún más ilusorio pensar que el gobierno de Sarajevo la representa: ellos representan sólo a la comunidad musulmana".

En una carta al Secretario General de Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, difundida por la agencia serbio-bosnia SRNA, Karadzic afirmó que "es justamente el intento de mantener en vida la ilusión de una Bosnia unitaria que ha llevado a la muerte de centenares de miles de personas" en la república ex-yugoslava. Karadzic le envió este mensaje a Boutros-Ghali luego de que el jueves pasado el Secretario de la ONU se negara a viajar a Pale ("capital" serbio-bosnia, a 20 kilómetros de Sarajevo), justamente porque la comunidad internacional no reconoce la soberanía de la república proclamada por los serbios en territorio bosnio.

Refiriéndose justamente al tema de la soberanía serbio-bosnia, Karadzic dijo que "ningún progreso podrá ser efectuado hacia la definición de una solución pacífica hasta que las tres partes en lucha no sean tratadas en pie de igualdad".

Nº. RESUMEN 9500373

TÍTULO Conversaciones finales para lograr la paz en Bosnia.

PROCEDENCIA La República

FECHA DE PRESENTACIÓN 22/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

11875 ✓

Aparecen las primeras divergencias sobre los puntos a considerarse mañana para lograr el fin de los combates en Bosnia

## La hora del reparto

**\* El plan del Grupo de Contacto, de aprobarse, obligaría a los serbios a devolver cerca del tercio de los territorios que conquistaron por la fuerza**

Las negociaciones para un cese completo de las hostilidades entre las partes en conflicto en Bosnia deberían comenzar mañana viernes en el aeropuerto de Sarajevo, pero ya aparecieron divergencias sobre la naturaleza de esas negociaciones.

22-12-94 L.R.

Sarajevo (AFP)

Tras el anuncio, el martes, por el ex presidente norteamericano Jimmy Carter, de un acuerdo de alto el fuego en Bosnia, que debe entrar en vigor el viernes a las 11H00 GMT, durante cuatro meses, el representante

especial del secretario general de la ONU para la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, convocó a los serbios y musulmanes bosnios ese mismo día en el aeropuerto de Sarajevo.

El objetivo de las negociaciones, según dijo Carter, es lograr un cese total de los comba-

tes para el 1º de enero próximo.

Akashi ya preparó un texto para un alto el fuego general que va a someter a los beligerantes, informó una fuente onusiana. Dos puntos sensibles, el enclave gubernamental de Bihac y la zona desmilitarizada del monte Igman, frente a Sarajevo, figuran

en ese proyecto de texto.

El responsable serbio-bosnio, Radovan Karadzic, invitó al representante especial de Boutros Ghali a entrevistarse con él en su feudo de Pale, a unos 15 kilómetros de Sarajevo.

Sin embargo ya aparecieron divergencias sobre los puntos que deben ser debatidos en las conversaciones del viernes.

La parte serbia desea iniciar esas negociaciones sobre una solución global del conflicto «con la proposición del Grupo de Contacto (Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Alemania y Rusia) como base de negociaciones de todos los puntos», mientras el gobierno bosnio estima que esas negociaciones deben comenzar con la aceptación de la proposición del Grupo de Contacto como punto de partida.

Un portavoz de la Fupronu, Alexander Ivanko, recaló que los textos firmados el martes por ambas partes en las negociaciones con Carter no eran forzosamente los mismos, y que la ONU no «estaba totalmente segura» de que el ex mandatario haya logrado hacer firmar los mismos textos.

Al parecer no se trata simplemente de simples «divergencias semánticas», sino de desacuerdos profundos sobre el proceso de paz, agregó el portavoz.

El plan, difícilmente definido por el Grupo de Contacto, otorga 51% de Bosnia Herzegovina a la federación croato-musulmana, y 49% a los serbios, que deberán por ende devolver cerca del tercio de los territorios que conquistaron por la fuerza.

La versión serbia significa, en claro, que todo es negociable, más allá del marco fijado por el Grupo de Contacto.

Por su parte Karadzic indicó en una entrevista al diario New York Times que «el mapa actual del Grupo de Contacto nos da 30% de las riquezas. Exigimos 50%. El mapa corta nuestro territorio en enclaves serbios y otorga una continuidad (territorial) a los musulmanes. Debemos tener, los unos y los otros, un territorio compacto y continuo», insistió. Asimismo, reclamó un «reparto igual» de las riquezas del país y un «acceso al mar».

En cambio, para Sarajevo, al igual que para el Grupo de Contacto, la «aceptación» clara de ese plan es una condición previa a la apertura de negociaciones, que podrían concernir tanto el reconocimiento de los «vínculos especiales» entre serbios como eventuales intercambios de territorios.

Por otra parte, ayer miércoles no hubo ningún incidente notable en el frente, mientras que en el bolsón musulmán de Bihac las operaciones militares eran reducidas, según diferentes fuentes militares.

**CASA BLANCA: PLAN DE GRUPO DE CONTACTO "SOLO ES UNA BASE DE NEGOCIACIONES"**

El plan del Grupo de Contacto «es sólo la base de las negociaciones» para lograr una paz en Bosnia, señaló la portavoz de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, dando claramente a entender que

ambas partes podrían aportar importantes cambios al mismo.

El plan definido por el Grupo de Contacto (Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Alemania y Rusia), otorga 51% de Bosnia Herzegovina a la federación croato-musulmana y 49% a los serbios, que deberán por ende devolver cerca de un tercio de los territorios que conquistaron por la fuerza.

Myers recaló sin embargo que Estados Unidos «sigue esceptico respecto a las intenciones de los serbios de Bosnia, como siempre lo fuimos».

Tal como el secretario de Estado, Warren Christopher, y responsables de la administración lo afirmaron el martes, Myers estimó que la apertura de negociaciones «sería un paso en la buena dirección y un adelanto positivo».

«Sin embargo ya aparecieron divergencias sobre los puntos que deben ser debatidos en las conversaciones del viernes».

La parte serbia desea iniciar esas negociaciones sobre una solución global del conflicto «con la proposición del Grupo de Contacto como base de negociaciones de todos los puntos», mientras que el gobierno bosnio estima que esas negociaciones deben comenzar con la aceptación de la proposición del Grupo de Contacto como punto de partida.

La utilización generalizada por todos los responsables norteamericanos de la fórmula (el plan) «como base de negociaciones», defendida por el Grupo de Contacto, significa que ese plan puede ser modificado.

9500373

Nº REGISTRO 9500374  
TÍTULO Alemania realizará en Bosnia su primer acto bélico.  
PUBLICACIÓN Observador  
FECHA DE 22/12/94  
VINCULACIONES 11876 ✓  
507697 ✓  
500145 ✓  
11878 ✓

Protegerá con aviones "Tornado" y apoyo logístico la eventual retirada de los cascos azules

## Alemania realizará en Bosnia su primer acto bélico tras la Segunda Guerra Mundial

22-12-94 OBSV.

Alemania está lista para realizar su primer acto bélico desde la Segunda Guerra Mundial, según un comunicado transmitido ayer por el gobierno germano al mando militar de la OTAN, en el que ofrece su apoyo militar para una posible retirada de los cascos azules de Bosnia.

**P**reviamente, los ministros de Asuntos Exteriores, Klaus Kinkel, y de Defensa, Volker Rühe y el inspector general de la Bundeswehr (Ejército federal), Klaus Naumann, que ayer informaron ya a los jefes de la oposición, explicaron sus planes a las comisiones de Asuntos Exteriores y de Defensa del Bundestag (Parlamento federal).

Por su parte, Francia volvió a reiterar ayer la necesidad de que los serbio-bosnios acepten el plan de paz internacional, un día después de la visita del ex presidente de EEUU, Jimmy Carter, a los Balcanes.

Las facciones combatientes de Bosnia parecen estar de acuerdo en una tregua navideña, pero no en



### A pesar de todo... Navidad

Tras la gestión de Carter, los habitantes de la ex Yugoslavia se aprestan a vivir la tregua navideña acordada el martes entre serbios y musulmanes

una solución negociada al conflicto pese a las recientes negociaciones de Carter.

El líder serbio-bosnio Radovan Karadzic solicitó una reunión con los máximos representantes de las

Naciones Unidas (ONU) en la ex Yugoslavia para tratar la implementación temprana del acuerdo

que firmó con Carter.

Karadzic invitó a Pale al enviado especial de la ONU, Yasushi Akashi, y al comandante de las Fuerzas de Protección de la ONU, Michael Rose, para discutir la forma de un cese del fuego.

Akashi accedió a negociar el acuerdo entre el gobierno bosnio y los serbio-bosnios que entrará en vigencia el 23 de diciembre.

### Ataque aéreo

Según el acuerdo tomado el martes por el gabinete del canciller Helmut Kohl, Alemania protegerá con aviones de combate "Tornado" y con diversos apoyos logísticos una posible retirada de las tropas de la ONU en Bosnia.

El ministro de la Cancillería, Friedrich Bohl, comunicó al término del Consejo de ministros que éste manifestó unánimemente que "no podemos dejar en la estacada a los aliados de la OTAN", que habían pedido a los alemanes que concretaran sus contribuciones a una operación militar en Bosnia.

Los "Tornado" alemanes son los únicos en Europa equipados con los aparatos electrónicos necesarios para detectar —y desactivar— las defensas antiaéreas serbias que desde hace semanas impiden los vuelos humanitarios a Sarajevo y el lanzamiento nocturno de víveres sobre otras localidades de Bosnia-Herzegovina.

El Ministerio de Defensa comunicó en Bonn que la fuerza aérea germana reanudó ayer sus vuelos de socorro a Sarajevo, suspendidos el pasado 23 de noviembre. (De la redacción de El Observador en base a EFE, Reuters y AP)



9500375

TÍTULO La intervención de la OTAN en el conflicto de BOSNIA

PRECEDENTE País

FECHA DE PUBLICACIÓN 24/12/94

VINCULACIONES 11876 ✓

507697 ✓

508062 ✓

# A Pesar de Todo, Bosnia Todavía Podría Salvarse

País 24/12/94

Se necesitará más que la reciente capitulación del Secretario de Defensa norteamericano William Perry para superar la grieta abierta entre Estados Unidos y el resto de la OTAN por la cuestión de Bosnia. Esta primera operación militar de la OTAN reveló diferencias que son más amplias, más profundas, más importantes y mucho menos placenteras de lo previsible. Muchos norteamericanos se sorprendieron por las reacciones de británicos y franceses ante la matanza en Bosnia... y también se sorprenden por la pasividad de sus aliados en esta emergencia.

Gran parte de las dificultades emanan de la decidida oposición del Secretario General de la ONU Boutros-Ghali a utilizar la fuerza incluso para detener la agresión.

Las tensiones provocadas por la falta de respuesta a la agresión serbia en Bosnia se vienen acumulando desde hace meses, mientras Estados Unidos pide un uso más vigoroso del arma aérea, la puesta en práctica de las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad y un empleo más decidido de la fuerza para castigar y evitar los ataques armados. El Congreso pidió que se levante el bloqueo general de venta de armas para permitir que Bosnia pueda defenderse a sí misma.

Boutros Ghali exigió, con éxito, que el control sobre los ataques aéreos quedara en sus manos y desde que lo obtuvo lo ha utilizado en bloquear el empleo de la fuerza aérea para contrarrestar la agresión serbia. El Secretario General determinó aplicar un sistema de "doble llave" o de doble veto según el cual el empleo del arma aérea debe solicitarse primero a través del general Sir Michael Rose, comandante de las fuerzas de la ONU (forpronu) en el terreno, quien por su parte tramitará el pedido de aprobación -o, con más frecuencia, la desautorización- ante el representante personal del Secretario General Yaoshi Akashi. Este control se extiende incluso hasta las increíbles reglas para entrar en combate (rules of engagement) que de hecho impide el uso de la fuerza para responder a las agresiones y tampoco prevén estímulo alguno con vistas por lo menos a congelar la situación en el terreno.

El resultado es que quedaron sin aplicación las resoluciones del Consejo de Seguridad; no se impone el respeto de las zonas de prohibición de vuelos y tampoco de los enclaves de seguridad; no se han evitado nuevos ataques; no se han ejercido los diversos ultimata de la propia OTAN y se ha entregado poco y nada de asistencia humanitaria. Por el contrario, cada uno de los plazos fijados por la OTAN llega, pasa y nada ocurre; todos los enclaves de seguridad han sido violados y cada esfuerzo por cambiar los procedimientos operativos de la OTAN ha sido ignorado o desvirtuado.

Se permite que las fuerzas de la ONU sean humilladas reiteradamente. Los ataques contra civiles se han intensificado. Con todo su poderío, la OTAN sólo ha sido capaz de atacar con muchos cuidados

una pista de aterrizaje y tres bases lanzamisiles.

Esta aplicación de la fuerza armada se justifica, intramuros de la OTAN, por la necesidad de preservar la paz y la pacificación de la ONU frente a estas quejas norteamericanas. Pero los casos y funcionarios de la ONU responden que Washington no tiene voz en el asunto ya que no aportó soldados al contingente de tierra de la FORPRONU.

Cuando la Casa Blanca, bajo presión del Congreso, anunció que no tomaría más medidas para asegurar el cumplimiento del embargo de venta de armas, los británicos, franceses y rusos ante nazaron con retirar sus fuerzas de pacificación.

La relación entre los aliados atlánticos se deterioró con tanta rapidez como la situación de Bosnia en el terreno. Franceses y británicos señalaron que Estados Unidos no significa ayuda alguna y sugirieron que el levantamiento del embargo era un compromiso inapropiado para un país que no ha contribuido con fuerzas terrestres. La Unión Europea occidental prometió mantener el embargo, pero además el nuevo Secretario General de la OTAN, Willem Claess, anunció que, en todo caso la OTAN seguiría aplicando el embargo porque la ONU así lo dispuso.

Las tensiones se multiplicaron y las cosas empeoraron todavía luego de que la OTAN no pudiera aplicar un plan norteamericano para salvar la sitiada y bombardeada Bihać. Dos días después, la OTAN se unió a la ONU para anunciar que nada podría mitigar el asalto serbio a Bihać.

Para ponerse a la par de sus aliados atlánticos, el Secretario Perry capituló al declarar que la situación de Bosnia era irreversible. El Secretario de Estado Warren Christopher trató de alinear la posición estadounidense con la de los europeos pero se topó con una firme oposición del Congreso, que refleja el sentir norteamericano generalizado de que los serbios bosnios son agresores.

Por otra parte, no hay consenso para una política que busque salvar a Bosnia, separe definitivamente a Washington de sus aliados de la OTAN. Hasta los más firmes partidarios de Bosnia en el Congreso reiteran su apoyo a la alianza atlántica.

En mi columna de la semana pasada me pregunté si la OTAN está acabada. Hoy digo que no necesariamente, pero también digo que se enfrenta a problemas más severos. Sé las verá con un Congreso norteamericano cuya mayoría es, en principio, partidaria de la OTAN pero no del estilo de pacificación que está practicando la ONU: muchos creen que esa es la raíz de los recientes desentendimientos en el seno de la OTAN. Creo que quienes así opinan tienen razón, pero no será nada fácil encontrar soluciones. Las OTAN para la OTAN como para Bosnia.

La política de apaciguamiento, que no funcionará mejor ahora en Bosnia que en 1938 en Munich, y la purificación étnica serbia ya ha comenzado de nuevo esta vez en Kosovo.

### \* El representante de la ONU, Yasushi Akashi, logró eliminar las últimas divergencias concernientes al intercambio de presos y a la información mutua sobre desaparecidos

Un acuerdo de alto el fuego en Bosnia entrará en vigor hoy sábado 24 de diciembre a las 11.00 horas locales (12.00 horas GMT), tras su firma el viernes por bosnios y serbios, instados a ello por el representante especial de Naciones Unidas para ex Yugoslavia, Yasushi Akashi.

Sarajevo (AFP)

El acuerdo prevé que el alto el fuego durará cuatro meses y siete días, y que las negociaciones para un cese global de las hostilidades entre las dos partes comenzarán hoy sábado.

Akashi expresó su esperanza de que las negociaciones puedan acabar el 1º de enero, como prevé un acuerdo de principio que resultó de la misión de mediación realizada a principios de semana por el ex presidente norteamericano Jimmy Carter.

El acuerdo fue firmado por separado ayer viernes a mediodía por el líder de los serbios en País, Rodovan Karadzic, y por el comandante de las fuerzas serbias bosnias, general Radko Mladic.

Por parte de los bosnios, firmaron también el presidente Alija Izetbegovic y el comandante de las fuerzas bosnias, general Rasim Delic, el viernes por la tarde.

Akashi y el comandante de la Fuerza de Protección de Naciones Unidas (Fuprona), general Bertrand de Lapresle, firmaron por parte de la ONU.

Los serbios secesionistas de Croacia, que participan en los combates del enclave musulmán de Bihać-Bosnia occidental, no son mencionados en ningún punto del acuerdo de alto el fuego, señaló en Zagreb un portavoz de Fuprona.

Thani Mynt-U resaltó que "esto podría plantear un problema", ya que en este momento no hay ninguna negociación con las autoridades de Krajina (región de Croacia en las que los serbios proclamaron una república).

Las fuerzas serbias de Krajina, que cuentan con unos 50.000 hombres, con 240 carros de combate y 500 piezas de artillería, se enfrentan desde octubre pasado con los serbios de Bosnia y establecen relaciones con las milicias del líder musulmán disidente, Fikret Abdic, en el enclave de Bihać. Sus fuerzas conjuntas tomaron el control de Velika Kladusa (puerta de entrada al enclave serbio), la víspera de la llegada de Carter a Bosnia, reanunciando el principio de su misión.

A la espera de los resultados de la negociación, de antemano se dejan ver problemas en la manera de emprenderla. Akashi habló de "ciertas diferencias semánticas en los dos bandos". La parte serbia desea modificar el plan del Grupo de Contacto (Rusia, Francia, Estados Unidos, Gran Bretaña y Alemania), en tanto que el gobierno bosnio estima que se trata de un plan no negociable y que es "un punto de partida impreciso".

24-12-94 LOR

Este plan, elaborado el pasado verano boreal, otorga el 51% de Bosnia-Herzegovina a la federación croata musulmana y el 49% restante a los serbios, que actualmente controlan por las partes el 70%.

La Fuprona también deberá verificar si el acuerdo es aplicado correctamente por las dos partes. La libertad de movimientos para los convoyes humanitarios y para las tropas de Fuprona figuran también en los acuerdos, que mencionan igualmente el respeto de los derechos humanos por parte de los beligerantes.

El conflicto bosnio, que se inició en abril de 1991, ha causado ya más de 300.000 muertos, según estimaciones, y el traslado de cerca de un millón de personas.

SARAJEVO, Bosnia-Herzegovina, 23 (AP) — Dirigentes serbios bosnios y el gobierno bosnio encabezado por musulmanes acordaron hoy establecer una pausa temporal en su guerra de 32 meses, mientras tratan de llegar a una tregua más duradera. El cese del fuego, que entrará en vigor a partir del mediodía de mañana, fue anunciado por el principal representante de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) para Bosnia, el japonés Yasushi Akashi. Pero esa pausa podría durar muy poco, a menos que ambos bandos lleguen a un acuerdo sobre varias cuestiones de amplios alcances.

La tregua, negociada durante la semana pasada por el ex presidente norteamericano Jimmy Carter, iba a durar inicialmente 7 días, dijeron funcionarios de la ONU. Ese período tendría por objeto dar a ambas partes tiempo para resolver detalles de un "cese de hostilidades" de 4 meses, y de mayores alcances.

Dirigentes serbios bosnios aceptaron que hubiera una tregua general de 4 meses y 8 días de duración, dijo la agencia noticiosa serbia SRNA.

Akashi dijo ante periodistas que sólo después de la segunda etapa, es decir la tregua de mayor duración y más amplios alcances, las partes comenzarían negociaciones sobre el plan de paz elaborado por representantes de Estados Unidos, Rusia, Alemania, Francia y Gran Bretaña.

La mayoría de las muchas treguas dispuestas durante el conflicto fueron trasgredidas rápidamente, a veces en el término de horas. Pese a la disposición de ambas partes a cumplir ahora un cese de fuego, se mantienen diferencias aparentemente inconciliables, que podrían ponerlo en peligro.

La cuestión clave es que el plan audido dispone que los serbios acepten el 49 por ciento del territorio de Bosnia, mientras que ahora controlan el 70 por ciento. El 51 por ciento sería para el gobierno bosnio de mayoría musulmana y sus aliados croatas.

El gobierno quiere que antes de convesar sobre modificaciones el plan sea aceptado por los serbios, que lo han rechazado reiteradamente. Los serbios quieren conversar en aceptar primero el plan. Estas diferencias podrían atentar contra el cese de fuego.

La guerra comenzó cuando los serbios bosnios se rebelaron contra una decisión de musulmanes y croatas de independizarse de Yugoslavia.

El presidente bosnio Alija Izetbegovic dijo que el pacto sobre el cese de hostilidades era "un importante documento" — (que) podría ser el primer paso hacia la paz, y destacó que "este bando lo cumplirá plenamente".

La lucha pareció amainar en toda Bosnia aun antes que se conocieran las novedades sobre el acuerdo, ya que hubo pocos informes sobre actividad militar de ambas partes. Sin embargo, la radio del gobierno bosnio dijo que 4 niños murieron durante un ataque de artillería cerca de la ciudad nortoriental de Gradacac, controlada por fuerzas del gobierno.

Una Misa de medianoche que mañana será celebrada en la catedral católica de Sarajevo señalará el inicio de las celebraciones de la Navidad de guerra para los casi 30.000 católicos que viven en la capital bosnia.

El rito será oficiado por el arzobispo de la ciudad, cardinal Vinko Pulic, quien en los últimos meses fue uno de los testigos más autorizados de la tragedia bosnia y que recibió la púrpura cardenalicia recientemente de manos del Papa.

La fiesta de la Navidad es una celebración muy sentida por los católicos de Sarajevo, que representan una exigua minoría en una ciudad de 400.000 habitantes que en su mayor parte son musulmanes.



Nº. DOCUMENTO

9500377

TÍTULO

La actual Yugoslavia reconocerá a Croacia.

PROCEDENCIA

la Juventud

FECHA DE E

28/12/94

VINCULACIONES

11876 V

502696 V

10217 V

65658 V

11164 V

# La actual Yugoslavia

reconocerá a

Croacia

Lojo

28-12-94

La Yugoslavia formada por Serbia y Montenegro está dispuesta a reconocer a Croacia, paso decisivo hacia la paz en los Balcanes, según ha manifestado el jefe de la Legación croata en Belgrado, Zvonimir Markovic.

Markovic confirma en el número de fin de año del periódico

«Slobodna Dalmacija» que la fecha del reconocimiento está cerca, pero que sería prematuro dar más detalles.

El reconocimiento de Croacia y, sobre todo, de Bosnia, es una de las condiciones que la ONU le pone a Serbia para suspender el bloqueo petrolero y comercial que le impuso en 1992 por su responsabilidad en la guerra de Bosnia.

Ello equivaldría a la ruptura total de Serbia con los rebeldes serbios de Bosnia y Croacia, que controlan, respectivamente, el 70 y el 28 por ciento de esas repúblicas.

Deliro de la línea de rechazo croata de los serbios

Yugonostalgia (yugonostálgicos), el diplomático descarta cualquier asomo de nueva confederación sud-eslava (yugoeslava).

Ningún tipo de nueva Yugoslavia entra en consideración, pero no hay duda alguna de que Serbia y Croacia se encontrarán en Europa en el pleno sentido de la palabra (...) no hay fuerza capaz de meterlos en una nueva Yugoslavia», declara Markovic.

El rearme de Croacia es disuasorio, según Markovic, que asegura que esa república, que perdió un tercio de su territorio en la guerra de secesión contra el ejército serbio-yugoslavo en 1991, se prepara para la eventualidad de una guerra que quiere evitar.

Nº. DOCUMENTO

9500378

TÍTULO

A pesar de la tregua no se detienen los enfrentamientos en Bihac.

PROCEDENCIA

150090

FECHA DE

29/12/94

VINCULACIÓN

11876 V

507697 V

11163 V

## Segundo día de alto el fuego en Bosnia; combates en el bolsón de Bihac

**Sarajevo (AFP)**  
**LoRo 96-12-24**  
El alto el fuego entre serbios y musulmanes de Bosnia cumplió este domingo su segundo día, en general respetado y con calma en el conjunto del territorio nacional, anunció en Sarajevo el portavoz militar de la Fuerza de Protección de la ONU (Fuprona).

Precisó que las violaciones de la tregua registradas en las primeras 24 horas, sobre todo en el enclave noroccidental de Bihac, fueron pocas y de poca importancia. A este respecto, recordó que los bandos que se enfrentan en Bihac son ambos mayoritariamente musulmanes: las fuerzas del gobierno y las milicias separatistas regionales de Fikret Abdic.

El sábado, la Fuprona había señalado combates entre musulmanes al sur de Velika Kladusa, en el norte del enclave.

Por su parte, Radio Sarajevo anunció este domingo bombardeos artilleros esporádicos del enclave por los serbios de Krajina (centro de Croacia), apostados al norte de la frontera.

Unas 30 granadas de mortero cayeron en Bugari, al norte de la ciudad de Bihac, precisó la emisora, que también mencionó combates de infantería en el mismo sector y en el de Velika Kladusa.



El presidente bosnio Alija Izetbegovic (a la derecha), el enviado especial de Naciones Unidas, Yasushi Akashi (centro) y el comandante de las fuerzas de la ONU en la ex Yugoslavia, Bertrand Guillaume de Lapresle, firman el cese al fuego acordado por el ex presidente Jimmy Carter, y que está siendo observado, excepto en Bihac. (Telefoto AFP).

dasa. En cambio, el bombardeo de la ciudad de Bihac había cesado por completo.

En Zagreb, donde está el cuartel general de la Fuprona, su portavoz había insistido el sábado en que el enclave noroccidental seguía siendo un frente "militarmente activo".

En Sarajevo y sus alrededores, la situación seguía siendo "tranquila" este domingo. Algunos incidentes fueron calificados de "insignificantes" por oficiales de los cascos azules y, en la ciudad misma, los francotiradores no volvieron a dar señales

de vida. El cese del fuego fue firmado separadamente el viernes por los representantes serbios y musulmanes en presencia del emisario especial de las Naciones Unidas, el japonés Yasushi Akashi. Entró en vigor a las 12.00 (11.00 GMT) del sábado y, en principio, ha de durar cuatro meses y siete días.

### COMBATES EN BIHAC

**Sarajevo (AFP)**

El frágil alto el fuego en Bosnia podría ser replanteado a poco más de 24 horas de su entrada en vigor, el sábado a las 12.00 locales (11.00 GMT), debido a ataques de separatistas musulmanes en el bolsón de Bihac, advirtió el domingo el presidente bosnio Alija Izetbegovic.

En el resto del territorio bosnio la situación es "tranquila", según el mayor Koss Sol, portavoz de la Fuerza de Protección de Naciones Unidas (Fuprona) en Sarajevo.

"Si no cesan los ataques contra Bihac, no servirá de nada el alto el fuego, y nuestro ejército tomará represalias en otros frentes", afirmó Izetbegovic a la radio bosnia desde Tuzla, 70 kilómetros al nordeste de Sarajevo.

vo. El domingo, intensos combates continuaban en el noroeste del bolsón de Bihac, según una fuente de la ONU presente en el lugar.

Los combates ocurren al sur de Velika Kladusa, feudo del separatista musulmán Fikret Abdic convertido en aliado de los serbios de Bosnia, y enfrentan al ejército gubernamental bosnio de mayoría musulmana con las milicias separatistas. Estas están apoyadas por los serbios croatas de la vecina Krajina, según la misma fuente.

El vicepresidente bosnio, Ejup Ganic, afirmó el domingo en Sarajevo que los serbios bosnios acudieron a Krajina, para atacar desde allí haciéndose pasar por serbios de Krajina.

Los separatistas de Fikret Abdic y los serbios croatas de Krajina no firmaron el alto el fuego concluido el viernes por los serbios de Bosnia y los bosnios.

Este alto el fuego es la materialización de la misión de mediación emprendida por Jimmy Carter. El ex presidente norteamericano logró a principios de semana, tras laboriosos trayectos entre Sarajevo y Pale, feudo de los serbios bosnios a 16 kilómetros de Sarajevo, que las dos partes admitieran el principio de alto el fuego.

Sarajevo y Pale firmaron el alto el fuego separadamente, tras los viajes realizados esta vez por el representante especial de Naciones Unidas para la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi.

El acuerdo prevé un alto el fuego en todo el territorio bosnio de cuatro meses de duración, así como el inicio, a partir del 1º de enero, de cuatro meses de negociaciones para el cese completo de las hostilidades.

Izetbegovic pidió también el domingo una reunión del Consejo de Seguridad, y la presencia inmediata en Sarajevo de Akashi y del comandante de Fuprona para toda la ex Yugoslavia, general Bertrand de Lapresle. Ambos se encuentran en Zagreb.

# Bosnia: a pesar de la tregua no se detienen los combates entre serbobosnios y musulmanes

29-12-94 L.J.

El comandante de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Bosnia, general Michael Rose, llegó ayer miércoles, al enclave noroccidental de Bihac, donde la tregua no ha logrado detener los combates entre los serbobosnios y el Ejército bosnio (en su mayoría musulmán).

Está previsto que Rose se entreviste con el general Atif Dudakovic, comandante del Quinto Cuerpo del Ejército central y que visita el batallón de los «casco azul» de Bangladesh y Velika Kladusa, la ciudad del enclave en donde se dan más violaciones de la tregua concertada el pasado sábado.

Anoche se registraron 38 detonaciones en la zona de Velika

Kladusa, declaró el comandante Coos Sol, portavoz de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Sarajevo.

En torno a dicha ciudad se libran combates entre el Ejército

central y las tropas del líder secesionista musulmán, Fikret Abdic, apoyado por las fuerzas de los serbios de la vecina Krajina croata.

Aunque las fuerzas de Abdic replican que no están obligadas por la tregua provisional del pasado día 24, que no firmaron, los musulmanes les consideran «tapadera» de la estrategia panserbia, y podría estar en peligro la firma del armisticio de cuatro meses, prevista para el 1 de enero.

El vicepresidente bosnio, el musulmán Ejup Ganic, señaló el

martes que las autoridades de Bosnia no firmarán dicho acuerdo de cese de hostilidades si UNPROFOR no se interpone en la frontera entre Bosnia y las áreas croatas bajo protección de la ONU en poder de rebeldes serbios de Croacia, que tampoco suscribieron el acuerdo.

Sol precisó que en toda Bosnia se registraron el martes 25 violaciones de la tregua y responsabilizó de cinco de ellas por igual a los serbobosnios y al

Ejército central, de 16 exclusivamente a los serbobosnios y de cuatro al Ejército central.

El portavoz confirmó que una mujer de 61 años resultó herida el martes en Sarajevo por balas de francotiradores, disparadas desde territorio bajo control serbio.

Veinticuatro aviones aterrizaron el martes en el aeropuerto de Sarajevo, portando la mayoría carga humanitaria para la asediada capital bosnia, y se esperan 30 vuelos más.

Sol dijo que los serbobosnios autorizaron hoy el paso a 29 convoyes con ayuda humanitaria, dos de ellos con combustible para Sarajevo, aunque siguen poniendo restricciones para la entrada de más cantidades de petróleo.

El jefe del servicio de bomberos de la ONU en Sarajevo, John

Jordan, señaló que exigirá que toda manipulación caprichosa con las válvulas del gasoducto que abastece de gas natural a la

capital bosnia se considere crimen de guerra.

«Debido a las constantes aperturas y cierres de las instalaciones de gas natural, ocurre diariamente al menos una explosión en Sarajevo», agregó Jordan.

El gas ruso entra en la asediada ciudad a través de estaciones de abastecimiento controladas por los serbobosnios, y Jordan explicó que ha muerto más gente por explosiones de gas que a causa de los disparos de los francotiradores.

Una mujer resultó muerta esta madrugada en una explosión de gas en un suburbio del norte de Sarajevo y durante la semana pasada sucumbieron por la misma causa tres personas y 10 resultaron heridas.

Jordan indicó que UNPROFOR pedirá que por la red de

distribución del gas en Sarajevo se inyecte un olor pestilente que advierta a los consumidores de la existencia de fugas.

BOSNIA 9500379  
TÍTULO Parlamento serbio acepta asociarse a proceso de paz.  
PROCEDENCIA La República  
FECHA DE PROCEDENCIA 30/12/94  
VINCULACIONES 11876 ✓  
507697 ✓  
11879 ✓

Se acata en Bihac el alto el fuego acordado verbalmente por el líder disidente musulmán Fikret Abdic

## Parlamento serbio acepta asociarse a proceso de paz

Foto, Bosnia Herzegovina (AFP)

30-12-94 LOR

El "parlamento" de los serbios de Bosnia aceptó anoche que sus dirigentes "se asocien al proceso de paz sobre la base del acuerdo concluido con (el ex presidente norteamericano) Jimmy Carter".

El "parlamento" reunido en Pale, feudo de los serbios de Bosnia, cerca de Sarajevo, adoptó una resolución en ese sentido, por 53 votos a favor y 8 abstenciones.

El "parlamento" decidió informar al Grupo de Contacto (EEUU, Rusia, Alemania, Francia, Gran Bretaña) que la auto-proclamada "república serbia" está dispuesta a "asociarse al proceso de negociaciones, sobre la base del acuerdo concluido con Jimmy Carter".

Adoptó también una declaración según la cual "las fuerzas armadas de la 'república serbia' respetan completamente el acuerdo de cese el fuego" concluido, bajo los auspicios de la ONU, con el gobierno bosnio, tras la misión mediadora del ex presidente norteamericano.

El dirigente de los serbios de Bosnia, Radovan Karadzic, se comprometió ante Carter a iniciar negociaciones para una solución global del conflicto en base a las propuestas del Grupo de Contacto.

El plan del Grupo acuerda el 51% de Bosnia Herzegovina a la federación croata-musulmana y el 49% a los serbios, que deberían en ese caso devolver cerca de un tercio de los territorios que controlan actualmente.

Los serbios exigen sin embargo cambios esenciales en este plan, principalmente una repartición "justa" de las riquezas del país, una continuidad territorial y el acceso al mar.

El "parlamento" se reunió en la capital de los serbios de Bosnia en el mismo momento que el general Michael Rose, comandante de la Fuerza de Protección

de Naciones Unidas (Fupronu) en Bosnia Herzegovina, se entrevistaba en esa ciudad con dirigentes serbo-bosnios para definir las condiciones de un alto el fuego general de las hostilidades en Bosnia, durante un período de cuatro meses.

Radovan Karadzic, citado por la agencia serbia bosnia SRNA, declaró, al término de su reunión con Rose, que había "un acuerdo completo sobre algunos puntos del acuerdo de alto el fuego de cuatro meses" suscrito la semana pasada con el gobierno bosnio musulmán.

El alto el fuego "aceptado verbalmente" el miércoles por el líder disidente musulmán Fikret Abdic era casi totalmente observado este jueves en todo el enclave de Bihac (noroeste de Bosnia), indicaron por su parte fuentes de la ONU.

El batallón bengalí de la Fupronu, estacionado en Bihac, no

señaló más que "algunos bombardeos" en el norte del bolsón, en manos de las milicias de Abdic, y "tiro esporádico de armas ligeras y ametralladoras" en el sur, informó en Sarajevo el portavoz de los cascos azules, mayor Koos Sol.

En el resto del enclave y de Bosnia, la situación era "tranquila". Según Sol, en 24 horas sólo se registraron 24 infracciones menores del alto el fuego.

El miércoles, el comandante Rose había viajado a Bihac para convencer a Abdic de sumarse al cese del fuego, que entró en vigor el 24 de diciembre.

Este cese del fuego es sólo el primer punto previsto en la mediación de paz del ex presidente Carter. Los dos beligerantes siguen negociando y, antes del 1 de enero, deben concluir un cese general de hostilidades de cuatro meses y una semana de duración.

Nº. DOCUMENTO

TITULO Vol 5 del 13/9/94 se realizó en El Cairo la Conf. sobre Población y Desarrollo.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 1/9/94

VINCULACIONES 501889

11046

65841

504684

## El Vaticano Dice que Propone Fórmulas Brutales Para los Pobres la Reunión de El Cairo

CIUDAD DEL VATICANO, 31 de agosto. — Daniel J. Wakin, de AP. — La conferencia mundial sobre población y desarrollo en El Cairo propone "fórmulas brutales" para el Tercer Mundo, recogidas de grupos minoritarios de las sociedades opulentas, dijo hoy el Vaticano. Juan Navarro, vocero del papa Juan Pablo II, dijo que la razón de la conferencia, que inicia la próxima semana los auspicios de las Naciones Unidas, es haber de

lamiento entre naciones en desarrollo y el mundo industrializado.

El borrador del plan propuesto a la conferencia impondrá, de ser aprobado, "un estilo de vida practicado sólo en círculos minoritarios de las sociedades opulentas", como filosofía para la humanidad, dijo Navarro.

Las declaraciones fueron un estallido más reciente en la cadena de críticas que El Vaticano ha estado llevando a cabo

conferencia. El debate ha llevado a una alianza de El Vaticano y el islamismo conservador, y abierto una polémica frontal de la Iglesia contra Estados Unidos.

"Pero lo más inaceptable es el pretexto de presentar esta operación de ingeniería social bajo la categoría de derechos humanos", dijo.

Incluso las naciones industrializadas no han recurrido a las "fórmulas brutales" que, por

nos desarrollados", declaró Navarro en referencia al aborto.

Navarro hizo mención al vicepresidente estadounidense, Al Gore, jefe de la delegación de Washington, indicando que Gore había declarado que Estados Unidos nunca trataría de establecer el derecho universal al aborto.

"El borrador del documento, que tiene a la administración de Estados Unidos como su principal proponente, contri-

en la realidad al señor Navarro. Navarro dijo que el borrador propone el derecho de la persona a "regular su fertilidad como lo desea". La Organización Mundial de la Salud, dijo, considera que la frase incluye el aborto.

La campaña del papa contra las propuestas de la conferencia ha encontrado eco en el mundo islámico: grupos de musulmanes conservadores dijeron que la conferencia era una apertura a la inmoralidad del dominio occidental del mundo islámico y al ejercicio de presiones sobre poberman-

ENTRADO

CRUZADO

01-60

9500380

"Ideología minoritaria para toda la humanidad"

del 11/9.

## El Vaticano acusa a EEUU de propiciar el aborto en el mundo

El portavoz del Vaticano, Joaquín Navarro Valls, criticó ayer el borrador del documento final de la Conferencia sobre Población y Desarrollo, por considerar que esconde el objetivo de "legalizar el aborto a escala internacional", y del que responsabilizó a EEUU.

El portavoz reiteró que existen "puntos de desacuerdo" con la delegación de EEUU, país al que consideró "principal patrocinador" del borrador del documento de la conferencia de El Cairo, con el que se podría tratar de imponer "la ideología de círculos minoritarios a toda la humanidad".

Durante una rueda de prensa celebrada ante el viaje de la delegación vaticana que participará en la reunión, Navarro Valls centró sus críticas en el jefe de la representación estadounidense, Al Gore, vicepresidente del país, y negó la existencia de una "alianza" entre la Santa Sede y los países islámicos.

"Al Gore afirma que su país no ha tratado nunca de establecer el derecho internacional del aborto, pero el borrador del documento, que tiene en EEUU a su principal promotor, lo desmiente", afirmó el portavoz vaticano.

"El borrador muestra sus límites más vistosos respecto a los adolescentes y la sexualidad. La visión que indica es la de un individualismo exasperado que no deja espacio alguno a una dimensión interpersonal en las relaciones", añadió.

Otro de los aspectos del documento criticado por el Vaticano es la



Clima de conferencia

A cuatro días de la reunión sobre población, en El Cairo aumentan las medidas de seguridad

referencia a la familia "en cualquiera de sus formas", no sólo al matrimonio, mientras que el portavoz de la Santa Sede calificó de "biológicamente absurdo" afirmar que la reproducción es "una prerrogativa" que no se limita a las parejas.

Navarro Valls advirtió del peligro de que en El Cairo se pretenda "imponer un estilo de vida considerado corriente en los círculos minoritarios de algunas sociedades opulentas como filosofía social a la humanidad de hoy".

La Santa Sede subrayó ante el comienzo de la conferencia la importancia de lograr un acuerdo de unanimidad, "ya que un documento decidido por mayoría no tendría tanto valor como el de un documento que registre el consenso de todos", dijo su portavoz.

Navarro volvió a criticar a Al Gore —precisando que lo hacía "en su calidad de jefe de la delegación de EEUU"—por haber asegurado que "en Ruanda ha estallado la guerra a causa de la superpoblación", a pesar de que, como recalcó el portavoz, "el conflicto entre las etnias hutu y tutsi existía ya hace doscientos años".

"Hay al menos quince países que tienen una densidad de población mayor que Ruanda y que viven en paz", subrayó Navarro al considerar alarmistas las advertencias sobre la superpoblación del planeta.

"Toda la población mundial podría vivir en Texas, teniendo a disposición una casa con jardín para cada familia", dijo Navarro Valls, para quien los países desarrollados han equilibrado la relación entre demografía y economía "sin recurrir a fórmulas brutales que, paradójicamente, son propuestas para los países menos desarrollados". (EFE)

## La ONU rechaza las acusaciones formuladas por el catolicismo

LAS NACIONES UNIDAS, en reacción a la fuerte controversia originada en torno a la Conferencia de Población de la semana próxima, negó que el foro promoviera el aborto, la homosexualidad y la promiscuidad sexual.

Un alto funcionario del Fondo de Población de la ONU (Unpfa) dijo que los críticos del proyecto preliminar de la conferencia están mal informados. "Se ha discutido el hecho de que el documento presuntamente promueve la legalización del aborto. No lo hace", dijo el jefe de relaciones públicas de Unpfa, Stirling Scruggs.

"No dice nada sobre la legalización del aborto. Se deja este tema a cada país para que decida según sus creencias, tradiciones y cultura", agregó. "Ha habido mucha información que se ha atribuido al documento y que simplemente no está ahí", afirmó.

Dijo que los informes publicados en la prensa han dado la impresión de que el documento, que será discutido durante una semana a partir del 5 de setiembre en El Cairo, promoverá la homosexualidad. "Creemos que esto es desinformación", aseguró Scruggs.

El documento de 113 páginas no menciona la homosexualidad, pese a que incluye referencias a "matrimonios, otras uniones y la familia", y a los "individuos solteros y sexualmente activos".

Explicitamente se opone al aborto como método de planificación familiar y dice que en los países en que es legal, debe ser realizado de forma segura y las mujeres deben tener acceso a información y asesoría. Scruggs dijo que los abortos ilegales y

en condiciones no sanitarias son responsables de la muerte de 500.000 mujeres al año.

"El documento es un esfuerzo de colaboración y representa las culturas y religiones de 180 países. En este momento el 90 por ciento del texto ha sido aprobado", dijo.

"Los gobiernos han mostrado estar preocupados por la salud de la mujer y han dicho que no es correcto que sufran cuando existen los medios tecnológicos para evitarlo", expresó.

Muchos párrafos del documento, especialmente los que se refieren a la planificación familiar, educación sexual y aborto, están entre paréntesis al no haberse llegado a un consenso.

El Vaticano y el Centro de Investigación Islámico al-Azhar de El Cairo están unidos en su oposición al programa, ya que consideran que promueve el aborto y las relaciones sexuales extramaritales al tiempo que destruye los valores familiares y la moral.

Scruggs dijo que la afirmación de que la educación sexual para los adolescentes es necesaria se basa en cuestiones de salud, no de moral.

Agregó que el documento no impondrá compromisos a los países que no compartan las resoluciones.

"Trata el tema del desarrollo, la salud reproductiva y de la mujer y las necesidades infantiles. Establece los objetivos de expectativas de vida, educación y necesidades financieras para hacer estos servicios disponibles", añadió.

"Cada país debe usar el documento como guía basada en sus propias creencias culturales y religiosas", concluyó.

(Reuter)

del 11/9/94

9500380



A sólo tres días del inicio en El Cairo de la Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo, se intensifica la polémica entre sectores religiosos y los países ricos

## El Vaticano acusó a Al Gore de promover "la legalización del aborto a nivel mundial"

- \* Observadores señalan la existencia de "una santa alianza" entre la Iglesia Católica y el Islam
- \* "En ningún caso la interrupción voluntaria de la maternidad debe ser empleada como método de planificación familiar", afirmó un alto funcionario de la ONU, terciando en la discusión

por Luca Giglio (ANSA)

A tres días del inicio de la Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo, el vocero del Vaticano, Jo-

quín Navarro Valle, lanzó hoy polémicos flechazos al vicepresidente norteamericano, Al Gore, por la posición sobre el aborto y otros temas cruciales que EEUU presentará en esa reunión.

Mientras desde la santa sede el portavoz criticaba a Gore, Líbano alargaba la lista de los países musulmanes que dieron marcha atrás y decidieron no participar en la conferencia. Una posición similar fue comunicada en los últimos días por Arabia Saudita y Sudán.

También la premier de Turquía, Khaled Zia, anuló su viaje a El Cairo, donde unos 15.000 militares y policías egipcios se encargarán de la seguridad de los 20.000 participantes en la conferencia.

En una nutrida rueda de prensa, Navarro Vallé negó la existencia de un enfrentamiento entre el Vaticano y Estados Unidos. "Se trata de sin sabores entre las delegaciones", dijo.

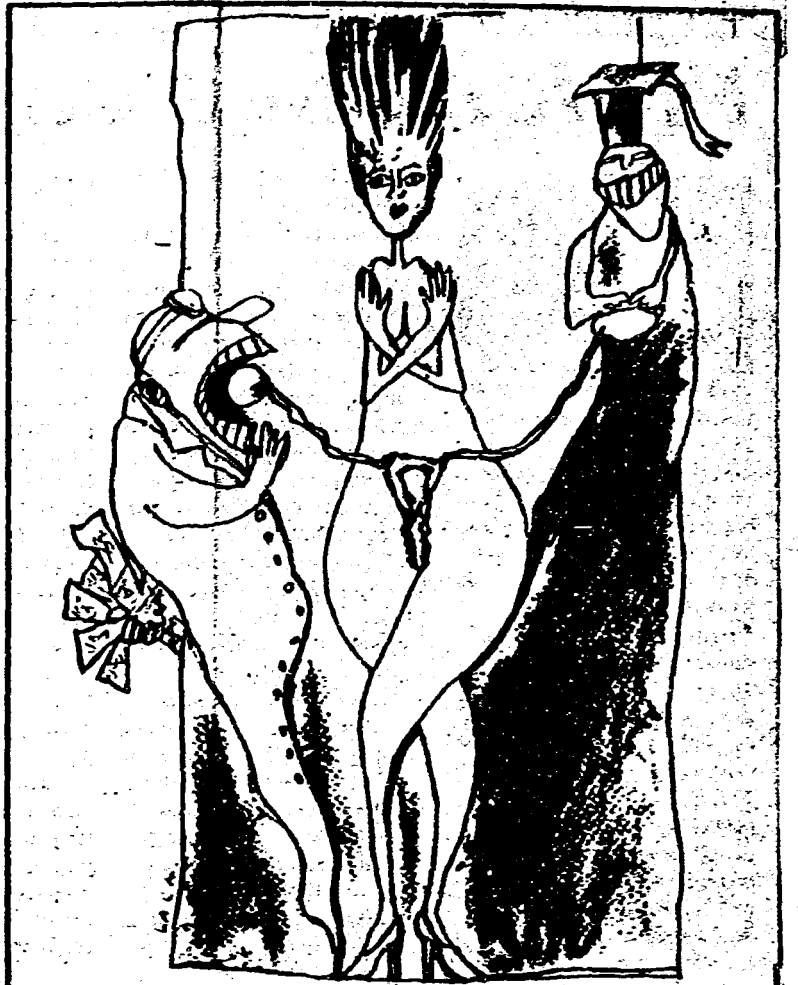
Sin embargo, el portavoz criticó al vicepresidente Gore, que encabezará la delegación de Estados Unidos en El Cairo.

"Gore dice que en ningún momento Estados Unidos trató de establecer un derecho internacional al aborto, pero el borrador del documento de la ONU, que está promovido sobre todo por Estados Unidos, lo desmiente".

Navarro Vallé confirmó las críticas de la santa sede a los conceptos de "salud reproductiva" y de "salud sexual" que, dijo, está repetidos "más de cien veces en el borrador del documento final" de la ONU.

Esos conceptos esconden "la legalización del aborto a escala mundial, asegurando el acceso a los adolescentes" e imponiendo "la ideología de los círculos minoritarios occidentales sobre toda la humanidad", subrayó el vocero.

Desde El Cairo, Naciones Unidas volvió a desdramatizar las polémicas que estallaron por el borrador del documento.



Varios países islámicos renunciaron a participar de la conferencia de El Cairo, en rechazo a los planteos mencionados con el aborto.

### Israel se mantendrá neutral en la batalla del control de la natalidad

Israel piensa permanecer neutral en la batalla que se desarrolla respecto al control de la natalidad, principal tema de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) prevista en El Cairo del 5 al 13 de setiembre bajo el auspicio de la ONU, informó AFP.

Según el Ministerio israelí de Relaciones Exteriores, la delegación del Estado hebreo, de ocho miembros, «no adoptará posición» en la polémica entre partidarios y opositores de los métodos preconizados para la limitación de nacimientos.

«Estamos en una posición única», dijo Avi Milo, responsable de las organizaciones internacionales en el Ministerio israelí de Relaciones Exteriores. «Somos un pequeño país de 5 millones de habitantes que quería que su población aumente, pero autorizamos el aborto bajo ciertas condiciones precisas», explicó a la prensa.

«No podemos ser jueces en esta materia, como lo son China, India o Indonesia», añadió.

El Vaticano e instancias musulmanas criticaron el proyecto de resolución final que prevé, según ellos, legalizar la contracepción y el aborto. Países musulmanes como Arabia Saudita y Sudán, anunciaron que no participarán en la conferencia. El Líbano, con población mixta, musulmana y cristiana, adujo a su vez la actitud del Vaticano y los preceptos del Islam para boicotear la conferencia.

El aborto está en principio prohibido en Israel, de acuerdo con el dogma del judaísmo, salvo si la vida de la madre está amenazada por el embarazo. Autorizaciones especiales pueden ser extendidas en casos especiales por una comisión médica. La operación se desarrolla entonces a costa del Estado.

Pero en la práctica, los hospitales tienen una interpretación liberal de la ley y las autoridades cierran los ojos. En 1992, 16.379 abortos fueron realizados en Israel, es decir 15 por cada 100 nacimientos.

### Las mujeres en la Rusia postsoviética abortan cuatro o cinco veces en su vida

por Sebastián Smith (AFP)

Las dificultades económicas obligaron a las familias rusas a reducir espectacularmente el número de hijos y las mujeres abortan por millones debido a la falta de otra alternativa.

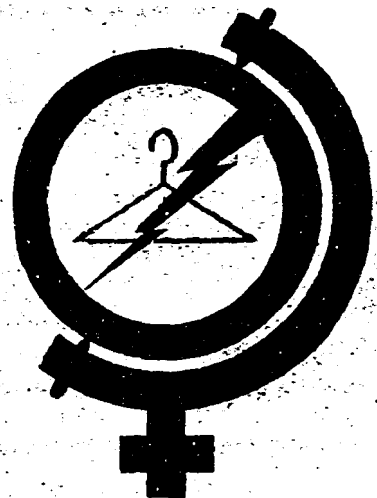
Esta constatación fue hecha a menos de una semana del comienzo en El Cairo de la Conferencia sobre la población mundial, prevista del 5 al 13 de setiembre y organizada por las Naciones Unidas.

Las familias postsoviéticas tienen cada vez menos hijos, al tiempo que la economía declina, que la agitación social se desarrolla y que el sistema de salud pública se deteriora. Entre 1987 y 1993, la tasa de natalidad cayó un 50% y el año pasado el número de fallecimientos superó el de los nacimientos.

Una política de planificación familiar deficiente, la actual política social del gobierno y la ignorancia, llevan a la mujer rusa a abortar cuatro o cinco veces en su vida, según las estadísticas oficiales.

Aunque globalmente en baja en 1993, se contabilizaban aún 2.900.000 abortos, convirtiéndose así esta práctica en el principal método anticonceptivo en Rusia.

Existen numerosos programas para poder nivelar la contracepción en Rusia incluido un proyecto de 1.500 millones de dólares apoyado por Estados Unidos para la creación de cuatro centros de planificación familiar fuera de las ciudades relativamente privilegiadas como Moscú y San Petersburgo.



El principal método anticonceptivo en Rusia es la interrupción voluntaria de la gravidez.

Aunque es cierto que ahora los anticonceptivos de fabricación extranjera pueden ser comprados en las más importantes ciudades del país, el proyecto es demasiado caro para la mayoría de los rusos y es casi inexistente en el resto del país.

La falta de fiabilidad de los preservativos rusos está bien establecida y la industria farmacéutica rusa debe aún poner a punto una píldora anticonceptiva, declaró Tatiana Leontieva, presidenta de una asociación feminista.

La mayoría de las familias, afirma, no pueden darse el lujo de contar con los

servicios de una persona para cuidar a los niños. Las ayudas del Estado, como ser las reducciones fiscales por hijos a cargo, son ínfimas, agregó Leontieva, para quien la ignorancia contribuye al aborto.

Las clases de educación sexual en las escuelas estaban prohibidas en la época comunista, pero hoy, ante la falta de libros y por mojigatería, continúan siendo insuficientes, reconoció un portavoz del Ministerio de la Educación.

La esterilización, muy impopular, es desaconsejada por los médicos, precisa Anástol Ivanovich, profesor de sociología en la Universidad del estado de Moscú y consultante ante la organización antiaborto Derecho a la Vida, fundada en 1992.

En un marco cultural en que el aborto es tan anodino, se presta poca atención a los millones de abortos ilegales a los que se someten las jóvenes que quieren guardar la intervención en secreto. «Hay también abortos ilegales que ocurren la muerte de las pacientes», agregó el sociólogo.

Los adversarios del aborto predicen una catástrofe para Rusia y anuncian que se unirán al Vaticano y a los dirigentes islámicos hostiles a los proyectos de planificación familiar que serán debatidos durante la conferencia de El Cairo sobre la población y el desarrollo.

Alexi II, el Patriarca de la Iglesia Ortodoxa rusa, sumó su voz al debate en una carta enviada a los delegados de la Conferencia para decirles que «el niño en el seno de su madre es a la imagen de Dios como cualquier otra persona».

Stirling Scruss, director del Departamento de Informaciones y Relaciones Públicas, subrayó hoy en una rueda de prensa que "la desinformación sobre el documento" está a la base de todas las polémicas provenientes desde el mundo católico y musulmán.

Scruss confirmó que el plan de la ONU no apunta a "legalizar el aborto".

"En ningún caso la interrupción voluntaria de la gravidez debe ser empleada como método de planificación familiar", dijo el alto funcionario de las Naciones Unidas.

Según las estadísticas presentadas por Scruss, cada día en el mundo mueren más de medio millón de mujeres por patologías vinculadas a la maternidad y el aborto.

En una respuesta indirecta al Vaticano, el vicepresidente de Estados Unidos, Gore, publicó en algunos periódicos un artículo titulado "No queremos imponer el aborto".

"Quiero ser claro: nuestra administración cree que la Constitución de Estados Unidos garantiza a cada mujer dentro de nuestras fronteras el derecho de elegir", dijo Gore en un artículo publicado en el diario de Turín La Stampa y en el Los Angeles Times.

"El medio más eficaz para reducir el crecimiento de la población y el recurso al aborto es una estrategia global que difunda las informaciones y servicios relativos a la planificación de los nacimientos y a la salud reproductiva", destacó Gore.

El vicepresidente de Estados Unidos subrayó que "la decisión si aceptar o no el aborto es prerrogativa de cada país". También recordó que en algunos países, como en Rusia, "cada mujer tiene como promedio ocho abortos a lo largo de su vida".

Gore no se refirió a los rumores sobre una presunta "santa alianza" entre el Vaticano y el Islam sobre la cuestión del aborto.

En la rueda de prensa de hoy, Navarro Vallé dijo que "no hay nada de extraño" si las otras religiones monoteístas comparten las preocupaciones del Vaticano por las posibles amenazas contra la dignidad de las personas.

"La santa sede es libre de tomar contacto con las diversas delegaciones", concluyó, tras subrayar que el Vaticano trabajará para que el documento final de la conferencia de la ONU en El Cairo sea aprobado por unanimidad.

### Costa Rica no acepta legalizar las parejas entre homosexuales

Costa Rica llevará una posición de férreo rechazo al aborto y matrimonio entre homosexuales a la Conferencia sobre Población y Desarrollo de las Naciones Unidas, que se iniciará el próximo lunes en El Cairo, Egipto, confirmaron a AFP este miércoles las fuentes oficiales.

El viceministro costarricense Rodrigo Cordero destacó que su país llevará una posición conjunta con el resto de Centroamérica para abogar por el respeto a la vida desde la concepción y rechazar con firmeza la promoción de mecanismos que facilitan la interrupción del embarazo como una forma de control de la natalidad.

"La familia debe sustentarse en el respeto a la vida desde su concepción y en la unión del hombre y la mujer según lo definen nuestras tradiciones", subrayó la declaración de los presidentes de Centroamérica emitida en la Cumbre regional celebrada del 18 al 20 de agosto.

Carreras y el viceministro de Trabajo, Carlos Rovaral, quienes integran la delegación costarricense que viajará a Egipto, coincidieron en rechazar las pretensiones de algunas organizaciones internacionales de que sean reconocidos los vínculos entre homosexuales.



# Un mundo con 7270 millones de habitantes para el 2015

**Objetivos:** la UN quiere limitar el crecimiento demográfico y establecer esa cifra por consenso durante la conferencia sobre población que se iniciará en El Cairo, cuyo temario es analizado aquí.

**EL CAIRO, 1 (Reuter).**— A continuación incluimos una guía informativa sobre los objetivos, mecanismos y estado actual del documento preliminar de la Conferencia de la UN sobre Población y Desarrollo que se iniciará el lunes en El Cairo y que deberá ser aprobado por 20.000 delegados.

• **¿Cuál es el objetivo de la Conferencia de El Cairo?**

Las dos últimas tuvieron lugar en la ciudad de México en 1984 y en Bucarest en 1974. Esta vez el objetivo es lograr un consenso internacional sobre un programa de acción de 20 años para fijar el crecimiento demográfico mundial en 7270 millones de personas en el año 2015 y en 7800 millones en el año 2050, desde los actuales 5660 millones. El programa va mucho más allá del simple control de la natalidad e incluye temas sobre la situación de la mujer, educación, enfermedades de transmisión sexual, salud pública, migración y distribución de la población.

• **¿El programa de acción se convertirá en un tratado?**

No, el programa no será vinculante. Cada Estado es libre de expresar sus reservas a cualquier parte del texto, pero la mayoría de los países desean que el documento se acepte en su mayor parte.

• **¿Por qué se eligió El Cairo?**

El gobierno egipcio presionó para ser el anfitrión de la conferencia. La UN aceptó la solicitud por el éxito



**Reclamo.** "Si hay un niño que ustedes no pueden o no quieren alimentar o educar, dádmele. No rechazaré a ninguno", fue la exhortación de la Madre Teresa a la conferencia de El Cairo para que elimine el aborto de su temario. (AP)

de los programas de planificación familiar y por el serio problema demográfico de este país.

• **¿Qué ocurrirá en la conferencia?**

Del 5 al 13 de septiembre los delegados pulirán los detalles del programa preliminar de acción que se preparó en Nueva York en abril. La mayor parte del texto ya se ha aprobado pero los puntos más controvertidos encenderán la polémica.

Paralelamente a la conferencia, diversas organizaciones no gubernamentales tratarán el texto.

• **¿Por qué ha suscitado una polémica tan violenta el programa preliminar?**

Debido a su naturaleza, el documento debe agradar a todas las partes. No establece ningún modelo particular para la familia ni normas de comportamiento sexual. Reconoce que las leyes y las costumbres

varían según el país. Los sectores religiosos más conservadores, especialmente musulmanes y católicos, encuentran que esta apertura no puede tolerarse y desearían que el texto definiera los conceptos.

• **¿Qué dice el programa sobre el control de la natalidad?**

El documento aprueba los anticonceptivos y recomienda su disponibilidad para todos los que deseen

usuarios. No allenta a los gobiernos a prohibir que las parejas tengan hijos.

• **¿Qué dice sobre el aborto?**

Este es uno de los temas más controvertidos y las referencias a él están entre parentesis, lo cual indica que no existe consenso sobre el tema. El texto afirma que los gobiernos deben enfrentarse "abiertamente" con el aborto que no es seguro y deben proveer servicios sanitarios para las complicaciones de estos procedimientos ilegales. Sobre este tema hay dos textos propuestos: uno establece que el principal objetivo es reducir el número de abortos y el otro que este procedimiento no debe ser promovido como método de planificación familiar.

• **¿Qué dice el texto sobre la homosexualidad?**

El documento no dice nada acerca de la homosexualidad.

Una sección se refiere a los "matrimonios, otras uniones y la familia", y otra a los "individuos solteros y sexualmente activos".

• **¿Qué dice el documento sobre el sexo entre los adolescentes y la educación sexual?**

Aboga por la provisión de asesoramiento confidencial sobre temas sexuales a los adolescentes y la promoción de "un comportamiento sexual y reproductivo responsable y sano, que incluya la abstinencia".

• **¿Qué dice el texto sobre el papel de la mujer?**

El documento favorece que se refuerce el papel de la mujer y afirma que es necesario permitirle participar totalmente en todas las decisiones que afecten a sus vidas.

Solicita la igualdad legal de la mujer y el fin de todas las formas de discriminación.

• **¿Quién se opone al documento?**

Los principales opositores son el Vaticano y una amplia alianza de islamistas, así como los grupos cristianos de extrema derecha de los Estados Unidos. El judaísmo, hinduismo y budismo no se han opuesto.

• **¿Quién lo apoya?**

El documento es resultado del consenso de una reunión de Nueva York en la que estuvieron representados la mayoría de los miembros de la UN. Sus más activos defensores son los sectores no religiosos liberales, países tercermundistas y grupos de mujeres.

• **¿Qué países no asistirán a la conferencia?**

Sudán, Arabia Saudita y el Líbano anunciaron que no asistirán. Las primeras ministras de Turquía y Bangladesh no estarán presentes, pero sí delegaciones de sus países.

• **No habría acuerdo**

**EL CAIRO, 1º (Reuter).**— La UN dijo hoy que existen escasas oportunidades de lograr un acuerdo con el Vaticano sobre el tema del aborto y los anticonceptivos en la Conferencia de El Cairo.

El Vaticano y muchos musulmanes han atacado el programa preliminar de acción que será debatido en la reunión.

La Santa Sede intenta desde hace meses que el programa final condene el aborto y evite las referencias a los anticonceptivos artificiales.

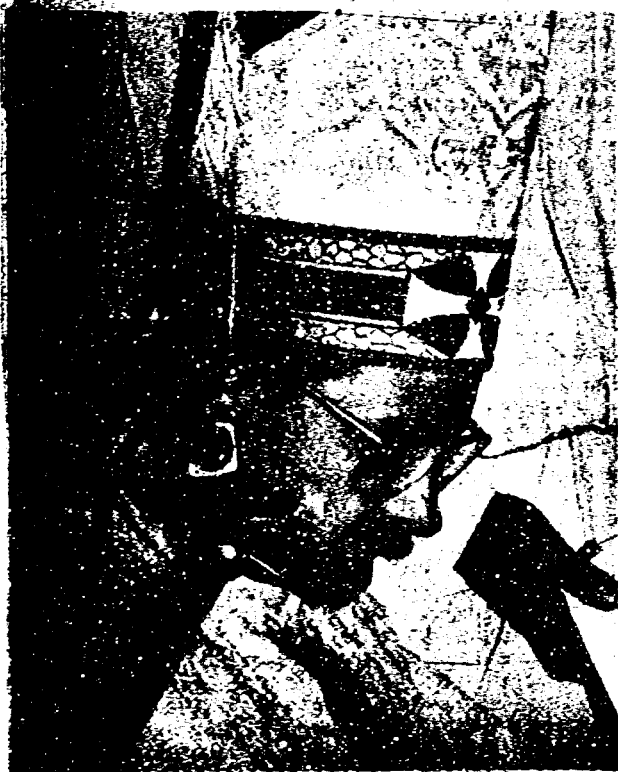
"En lo que se refiere a la posición católica respecto del acceso a los métodos anticonceptivos, no creo que será aceptable", dijo Nafis Sadik, directora general del Fondo de Población de la UN.

"En las conferencias de 1974 y 1984 ya se acordó la provisión de servicios anticonceptivos en todos los países del mundo, incluidos los católicos", agregó.

9500380

Destacó la Posición del Gobierno Uruguayo

## GALIMBERTI: DERECHO A LA VIDA ES UN DERECHO NATURAL



Mons. Pablo Galimberti participará en El Cairo en la Conferencia en que se analizan los temas Población y Desarrollo

SAN JOSE (por Raúl Salomón, corresponsal). — En vísperas de la 3ª Conferencia de Naciones Unidas que se habrá de reunir en El Cairo (Egipto) entre los días 5 y 12 de setiembre para considerar los temas Población y Desarrollo, el Obispo de San José y Flores Mons. Pablo Galimberti, emitió un mensaje invitando a la Comunidad cristiana a pedir a Dios, para que los representantes de los distintos países que van a participar actúen con la sensibilidad suficiente para que en las conclusiones de este Encuentro se manifieste una disposición unánime de defensa de la vida y de la familia como unidad básica de la sociedad.

Señala en sus reflexiones Mons. Galimberti que "son legítimas las preocupaciones sobre el ritmo de crecimiento de la población mundial; sin embargo, —subraya—, una nueva vida humana concebida y no nacida no puede destruirse mediante la práctica del aborto provocado e intencional".

"El derecho a la vida es un derecho natural, —expresa—, no se trata de un dogma religioso, sino de un instinto que un aleo, agnóstico o simpatizante de la ecología humana,

también puede percibir con la luz de su inteligencia y la sensibilidad de su conciencia moral orientada radicalmente hacia el bien, la verdad y la vida".

El Obispo recurre en tal sentido a una frase del filósofo Julián Marías quien dice que "lo más grave que ha ocurrido en el siglo IX es la aceptación social del aborto. Que eso parezca un derecho; que eso parezca moral".

"La ciencia apoya la convicción de que la vida humana comienza con la fecundación, —dice Galimberti—, es un hecho científico con demostración experimental; terminar deliberadamente con la vida humana es un crimen. La vida humana no es propiedad de ningún ser humano, —agrega—, nadie puede ponerse en lugar del niño o niña concebido, para preferir en su nombre, la muerte o la vida".

Significa seguidamente que circulan programas y mentalidades "neocolonialistas impulsados por país o que imponen decisiones a los más débiles. Es inhumano condicionar ayudas económicas a países pobres, a cambio de una drástica reducción de su población, acota.

Destaca asimismo que el concepto de familia se presenta también debilitado en el proyecto de Documento final de la Conferencia de El Cairo. "Mientras en Bucarest (1974) y en México (1984) se reconocía claramente que "la familia es la unidad básica de la sociedad" en la Declaración Universal de los Derechos Humanos (Art. 16.3), —consigna el Obispo—, el proyecto de El Cairo se queda en una noción tan vaga de familia que se podría considerar como tal incluso a la unión de dos personas homosexuales".

"Nos alegra que nuestro gobierno haya adelantado que su posición será en defensa de la vida, —irónica—. El Cairo es un llamado a la solidaridad; antes que disminuir el número de invitados al banquete de la humanidad, necesitamos multiplicar el pan, distribuir mejor los bienes y evitar despilfarros, gastos excesivos en armamentos o en lujos y placeres egoístas". Finalmente Mons. Galimberti invita a la Comunidad Diocesana "a pedir a Dios, que despierte sentimientos solidarios; somos servidores unos de otros, y administradores de los bienes de esta tierra".

# El Cairo bajo control militar por las amenazas a la Cumbre

7-12  
2/3

*La ciudad está virtualmente sitiada. Pese a las amenazas islámicas la Cumbre de Población arranca el lunes.*

(Por Alejandra Felgar) Aunque a esta altura, las Naciones Unidas probablemente estén dudando respecto del acierto en la elección de un país con fuerte tradición islámica como sede de la Conferencia sobre Población y Desarrollo, todo indica que las sesiones oficiales de la cumbre se iniciarán, como estaba previsto, el próximo lunes en El Cairo. Por lo pronto, Arabia Saudita, Sudán y Líbano anticiparon que no participarán del foro internacional, mientras que otros países árabes —como Siria, Jordania, Kuwait, Libia e Irán—

confirmaron su participación, aunque bajo la consigna de enfrentar los puntos fundamentales del Plan de Acción elaborado por la ONU, que se discutirá durante 10 días.

Las autoridades egipcias han tomado extremas medidas de seguridad e incluso han restringido el caótico tránsito vehicular en las proximidades de la sede de la conferencia. Los hoteles y lugares de visita de extranjeros serán vigilados por 14 mil guardias —casi uno por delegado—, que emplearán detectores de explosivos. "Estas medidas no significan que temamos a nadie", se apresuró por aclarar el ministro del Interior egipcio. "Se han tomado precauciones para que nuestros soldados estén preparados y se acostumbren a los extranjeros que van a custodiar."

Un miembro del grupo fundamentalista islámico, que costó la vida a un turista español e hirió a tres egipcios hace dos semanas, fue calificado por el funcionario militar como "accidente" que ocurre en viajes del mundo y una "tragedia humana".

La incompatibilidad entre las propuestas del documento sobre población de la ONU y la ley islámica (sharia) fue la razón alegada por Arabia Saudita, Sudán, y el Líbano para boicótear la conferencia que tratará distintas acciones - promoción de métodos anticonceptivos voluntarios, educación, empleo y servicios de salud para la mujer - destinadas a frenar el crecimiento de la población mundial. Según las estimaciones de los expertos del Fondo de Población de Naciones Unidas, las 5600 millones de personas que habitan hoy el planeta podrían convertirse en más 10 mil millones a mediados del próximo siglo, si no se toman estas medidas.

Aunque el documento que se negociará en El Cairo no incluirá más que recomendaciones para los países del mundo - que, en última instancia, las incorporarán o no a sus leyes - y no promueve el aborto como método de planificación familiar, el Vaticano envió a la carga contra él. Según el vocero de la Santa Sede, Joaquín Navarro Valls, los conceptos de "salud reproductiva" y de "salud sexual" esconden la legalización del aborto a escala mundial, asegurando el acceso a los adolescentes. El vocero también criticó que se hable de "familia en cada una de sus formas, como si la familia no estuviera fundamentada en el matrimonio".

En alusión a las coincidencias entre católicos e islámicos fundamentalistas, Navarro Valls dijo que "no hay nada de extraño si las otras religiones monoteístas comparten las preocupaciones del Vaticano por las posibles amenazas contra la dignidad de las personas". Sin embargo, el ministro de culto hebreo, Israel Lippel, calificó de "absurda cooperación" la alianza del Vaticano y el Islam. El funcionario israelí reveló que el Vaticano solicitó el apoyo del Estado judío contra el aborto, mientras que "Estados Unidos pidió lo opuesto". En Israel, el aborto es legal en determinadas circunstancias.

La Argentina apoyará la minoritaria posición del Vaticano en los temas de "aborto" y familia, junto con países latinoamericanos como Honduras, Guatemala, Colombia y Costa Rica. En la agenda argentina figura también la preocupación por las migraciones internacionales.

9500380

Como en Montevideo: se ignora a los semáforos y se tira basura en la calle

# Calor, suciedad, magia y misterio bañan a El Cairo, sede de reunión de población

Los egipcios la llaman *Umm al-Dunya*, "La madre del mundo", una monstruosa y prolífica criatura a la vera del Nilo que ha albergado a seres humanos desde la Edad de Piedra.

por Jonathan Wright  
de la agencia Reuter

Si su nombre oficial es al-Qahira (El Cairo), la victoriosa ciudad de Marte, un nombre escogido por los invasores sfitas en el siglo X.

Bañada en calor y suciedad, magia y misterio, la capital egipcia y sus 13 millones de habitantes continúan fascinando y exasperando a residentes y visitantes por igual.

La ciudad, sede de la próxima semana de la Conferencia Internacional de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo, es una típica megalópolis del llamado Tercer Mundo, que sufre los efectos de un rápido crecimiento.

El tránsito vehicular es difícil, ruidoso y caótico.

Automóviles, tractores, peatones, carretas de burros y autobuses sobrecargados se pelean por un es-



pacio en el asfalto.

Vicios cívicos, como ignorar los semáforos o lanzar basura en la calle, son normales.

Los niños desaparecen en las alcantarillas o mueren electrocutados al tocar cables al descubierto en postes de luz.

Menores sudados venden artesanías y pañuelos a los motoristas atrapados en las intersecciones del centro mientras campesinos arrean sus ovejas y cabras por las calles, camino al mercado.

La mayoría de los vecindarios están constituidos por pequeños edificios deteriorados que corren peligro de desmoronarse y enterrar familias completas bajo los escombros.

Algunos suplican por un poco más de orden, pero la mayoría de los intentos de disciplinar a los habitantes de la ciudad fueron recibidos con apatía.

Pero la ciudad tiene su personalidad.

"Esta es El Cairo, una ciudad que no tiene igual en el mundo",

dice un conductor del Metro, Ali Ahmed, de 34 años.

Pocas ciudades tienen tantos monumentos antiguos, reunidos en un espacio tan pequeño.

Entre ellos se cuentan la Gran Pirámide de Giza, construida como tumba del faraón Keops alrededor del año 2500 AC, las primeras iglesias cristianas de El Cairo y los mausoleos de sultanes medievales.

Los visitantes reaccionan inmediatamente ante esta ciudad, la aman o la odian, pese a la amabilidad,

## El Cairo

Ya se tomaron todos los  
medidos de seguridad  
para proteger a  
15.000 delegados de  
55 países

inmensa paciencia y buen humor de los cairotes.

"Los turistas mayores tienden a amarla, porque están interesados en los monumentos. Los jóvenes usualmente se quejan mucho, como niños malcriados. Otros quedan sin palabras", expresó el guía turístico May Mohamed.

Una virtud de la ciudad es su baja tasa de delincuencia, para un lugar donde hay una brecha tan grande entre los ricos y los pobres.

Las autoridades cairotes, ansiosas por evitar incidentes que opaquen el desarrollo de la conferencia, reforzaron la seguridad desde que militantes atacaron a turistas españoles la semana pasada en el sur de Egipto.

El ruido, sólo una más de las fuentes de contaminación de la ciudad, puede ser una parte inseparable de su vitalidad.

"La ciudad está viva, la gente está viva, se hablan, no caminan en silencio", señaló Abdel-Rahim, mesonero de una cafetería.

En verano, el ruido se prolonga hasta la madrugada.

Las parejas caminan abrazadas a la orilla del río por la noche, los hombres se reúnen en los cafés a tomar vasos de té azucarado, fumar sus pipas y conversar.

Envuelta en la oscuridad de la noche, El Cairo cambia.

El polvo, la basura y las grietas de los edificios se disuelven en el brillo ambarino de las luces de la calle y el Nilo fluye a través de la ciudad como un hilo de ébano.

"El Cairo en la noche es una de las ciudades más hermosas del mundo", dijeron Noha y Khaled, una de las parejas que paseaba por la orilla del Nilo. ■

## La mujer árabe busca mejorar sus condiciones de vida

El deseo de mejorar la condición de la mujer en el mundo musulmán centra los debates que las Organizaciones No Gubernamentales (ONG) árabes celebran desde ayer en El Cairo, previos a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD).

"Esta conferencia preparatoria quiere destacar el importante papel que las ONG desempeñan en el mundo árabe y analizar el programa de la CIPD", explicó Amani Qandil, coordinadora del foro.

Uno de los objetivos de este foro es coordinar una plataforma árabe común para ser presentada a la Conferencia de Organizaciones No Gubernamentales que se inaugurará el domingo.

Los asuntos relacionados con el papel de la mujer y la necesidad de mejorar su condición en el mundo árabe tienen un lugar central en este foro de ONG árabes, en el que participan 75 organismos no gubernamentales.

En este sentido, la delegación tunecina llega con el bagaje de los éxitos logrados en su país, que han obtenido la legalización del aborto bajo algunos supuestos y la adopción de leyes que prohíben la poligamia.

"Las ONG tunecinas han estado detrás de la aprobación de esas legislaciones y de otras medidas orientadas a mejorar la condición de la mujer", señaló Lotfi Labani, director ejecutivo de la Asociación Tunecina de Planificación Familiar.

Varias ONG árabes esperan seguir con éxito los pasos dados en Túnez, aunque debido a la férrea

oposición de los sectores integristas islámicos a que se legisle sobre asuntos como el aborto, la poligamia o el divorcio unilateral, las posibilidades de un cambio en la situación de la mujer son bastante escasas.

"Pero al menos las ONG pueden hacer campaña entre la población para conseguir una mayor igualdad", afirmó Mohamed Ali Warda, presidente de la Asociación Jordana

de Planificación Familiar.

Los participantes en este foro consideran que la planificación familiar es un elemento clave para el desarrollo económico, pero opinan que primero es necesario mejorar las condiciones de vida de las mujeres.

Incluso en los conservadores Estados del golfo Pérsico gana terreno el concepto de la emancipa-

ción femenina, aseguró Haya Abdalla, presidenta de la Sociedad de Mujeres de Bahrein.

Entre las ONG árabes destaca, por lo concreto de su programa de acción, la Sociedad Egipcia para la Prevención de Prácticas Perjudiciales para la Mujer y el Niño, la única organización no gubernamental dedicada únicamente a combatir la extendida costumbre, en Asia y so-

bre todo en Africa, de la "circuncisión femenina" o ablación del clítoris.

"Las estadísticas muestran que entre el 25 y el 30 por ciento de las mujeres que han sufrido esa práctica tienen problemas de salud como resultado de la operación, infecciones e incluso infertilidad, además de los efectos psicológicos como el miedo al matrimonio y a la maternidad", explicó Aziza Kamel, directora ejecutiva de la Asociación. ■ (EFE)

9500380



MILES DE POLICIAS DESPLEGADOS EN EL CAIRO

## Ola de arrestos en vísperas de la conferencia sobre población

*Tres integristas egipcios que el 26 de agosto habrían atentado contra un ómnibus de turistas españoles, matando a un niño, murieron ayer en un enfrentamiento con la policía. El gobierno de Hosni Mubarak desplegó un impresionante operativo de seguridad para prevenir ataques terroristas durante la Conferencia Internacional de la ONU sobre Población y Desarrollo, que comienza el lunes. Cientos de presuntos integristas fueron detenidos esta semana, y el despliegue policial es tan grande que hay casi un agente por cada participante extranjero en la Conferencia.*

EL CAIRO, 2 (EFE, AFP y Reuter). - Cientos de supuestos integristas fueron detenidos en Egipto durante la última semana y miles de policías han sido desplegados en El Cairo para proteger a los participantes de la Conferencia Internacional de la ONU sobre Población y Desarrollo, que comienza el lunes. Este espectacular despliegue es consecuencia de las amenazas de muerte contra delegados y periodistas extranjeros, por parte de organizaciones armadas integristas.

Después que un niño español fue asesinado el viernes 26 de agosto en un ataque armado contra un ómnibus de turistas en el Alto Egipto, la policía intensificó los dispositivos de seguridad.

Pero los ataques continuaron: dos policías murieron ayer en Qena, 150 kilómetros al sur de Sohag, también en el Alto Egipto, cuando un grupo les disparó mientras hacían guardia en una iglesia copta.

El atentado sería obra de la organización integrista Jamaa Islamiya (Asamblea Islámica), que reivindicó el ataque contra los turistas españoles, amenazó con dar muerte a los extranjeros participantes en la "conferencia del libertinaje" y aconsejó que nadie haga turismo en Egipto.

En el mundo islámico, los fundamentalistas polemizan y acusan a la Conferencia -que discutirá el control de la natalidad- de querer liberalizar el aborto, la homosexualidad y las relaciones extramatrimoniales, incluso entre los adolescentes.

Por eso, en prevención de nuevos atentados, cuando ya están en El Cairo 600 de los 15.000 participantes de la Conferencia, la policía egipcia desplegó al menos 14.000 efectivos, es decir, casi un agente por persona, a los que hay que agregar un número indeterminado de agentes de seguridad vestidos de civil.

Camionetas con soldados armados con ametralladoras se encuentran frente a los

grandes hoteles de El Cairo, custodiados además desde afuera por una línea de policías. El estacionamiento está prohibido y los transeúntes con bolsos son minuciosamente revisados e identificados.

En las avenidas principales de la ciudad, de 15 millones de habitantes, los policías tratan de canalizar el tráfico reemplazando los semáforos que no funcionan. Y en torno al complejo donde se celebrará la Conferencia de Población, en Medina Nasr (15 kilómetros al noroeste del centro de El Cairo), hay un agente cada veinte metros.

Según el diario opositor "al Wafd", al menos 640 integristas fueron arrestados "por precaución" durante la última semana, y las detenciones se prolongarán hasta que concluya la Conferencia, el martes 13. En total, más de 10.000 militantes integristas están encarcelados actualmente.

En un operativo realizado hoy en Sohag se arrestó a 27 presuntos terroristas y se incautaron de dos rifles automáticos, una pistola GMM de fabricación egipcia, gran cantidad de municiones y el aparato de fax desde donde se envió el comunicado en el que la Jamaa Islamiya se atribuyó el atentado.

El Ministerio del Interior anunció que durante el operativo hubo un enfrentamiento con la Policía en el que murieron tres integristas, presuntos autores del atentado que costó la vida al niño español y causó heridas de bala a sus padres, a otro turista y a la guía local.

La policía es "capaz de proteger a toda persona (extranjera) en tierra egipcia", afirmó el general Sobhi al Chennawi, jefe del estado mayor policial encargado de la seguridad de la Conferencia. Según precisó, el ejército no está implicado en las operaciones de seguridad.

Además del despliegue en El Cairo, la policía egipcia está en máxima alerta en el sur, en la región entre Sohag y Qena.

9500380

## La religiosidad de Menem decidió la posición nacional sobre el aborto

**Di Tella** en la reunión de El Cairo sobre población, la Argentina coincidirá con Irán y se enfrentará con Estados Unidos por el tema.

"Como la posición argentina se basa en la estructura de sus leyes (¿y en la religiosidad del Presidente?), preguntamos sin obtener respuesta) vamos a exponer en El Cairo una clara definición contra el aborto", señaló ayer el Canciller Guido Di Tella a LA NACION.

En vísperas de su partida a Egipto, donde participará en la sesión inaugural de la Conferencia de la UN sobre Población y Desarrollo, el canciller afirmó que la posición argentina se atiene a nuestra legislación y "a los principios que sustentan la mayoría del país".

—¿Qué puede pasar en nuestras relaciones carnales con los Estados Unidos porque no compartimos su visión sobre el aborto y sobre otros temas de la conferencia?

—Bueno, es una posición diferente que deberán entender. Al fin y al cabo, ellos expresan la opinión de su país y nosotros la del nuestro. Además, el debate interno norteamericano sobre este tema muestra una gran diversidad de posturas y matices.

—La Argentina discrepa con la posición oficial de los Estados Unidos, pero coincide plenamente con Irán.

(Interrumpe)—Mire, si brilla el sol y los ayatollahs dicen que brilla el sol ¿por qué la Argentina debe decir que está nublado?

—La Iglesia Católica y el Islam coinciden entre sí. La Argentina

que está en esta línea, sólo un giro religioso a su política internacional?

—Nuestra posición se basa en la estructura de nuestra legislación, y ahora respondo su pregunta sobre si la religiosidad de Menem intervino para definir la posición argentina sobre estos temas. Sí, contribuyó en parte.

—La Argentina, entonces, apoyará una posición que, según se estima, quedará en minoría en la UN.

—Hay una serie de temas como el derecho a la vida o el derecho de las familias para elegir el número de sus hijos, así como el concepto de lo que constituye una familia, que son esenciales y que no pueden depender ni de mayorías circunstanciales ni de la coerción externa.

Ovidio Bellandó

9500380



Se abogará por un modelo de desarrollo diferente al de los países ricos

# Uruguay tratará de evitar que el tema del aborto monopolice los debates en El Cairo

Uruguay procurará impedir que el aborto se convierta en el centro de la Conferencia de Población y Desarrollo de las Naciones Unidas en El Cairo y promoverá un modelo de desarrollo diferente al que los países desarrollados plantean en el proyecto de documento final.

Estos son parte de los lineamientos que la comisión nacional, presidida por el subsecretario de Relaciones Exteriores, José María Gamio, incluyó en el informe que sirve de base a la posición que Uruguay llevará a El Cairo.

Según esas recomendaciones, Uruguay rechazará la postura contenida en el documento según la cual se imputa casi exclusivamente al simple crecimiento cuantitativo de la población los problemas de los países en vías de desarrollo. En el informe se pone como

ejemplo la experiencia registrada en Asia donde la aplicación de técnicas masivas de esterilización no provocó ningún efecto benéfico sobre los índices de pobreza.

Incluso se sostiene que "el tema del desarrollo y sus relaciones con los problemas de la población está encarado sin mayor profundidad" y que como en sectores de las sociedades desarrolladas se asimila el desarrollo a la mayor disponibilidad de bienes al servicio de un excesivo consumismo.

Por estas razones, Uruguay pondrá un "desarrollo integral del

hombre en sus dimensiones socio-culturales y espirituales en un marco de respeto a la vida y dignidad humana".

Por otra parte, la comisión nacional advertirá que la legislación vigente en Uruguay "basta por sí sola para descartar de plano la posibilidad de que el aborto pudiera ser alentado como método de planificación familiar" y enfatizará en la defensa de la soberanía de los estados ante todo intento de injerencia externa.

"Esto no significa que se desconocerán las recomendaciones de la Conferencia, pero se trata de dejar sentado que Uruguay" tiene una realidad poblacional diferente al resto de los países en desarrollo.

La delegación uruguaya sostendrá que los gobiernos deberían tomar medidas para ayudar a las mujeres a evitar el aborto y que "en ningún caso debería ser estimulado como método de planificación familiar".

Por otra parte reafirmará que la familia es el elemento natural y fundamental de la sociedad y tiene derecho a ser protegida por el Estado.

La delegación también propondrá que las agencias de cooperación internacional se comprometan a mejorar la relación entre la gravedad de los problemas de población y los fondos asignados para resolverlos.

En relación a la realidad demográfica uruguaya, el informe de la comisión señala que por el lento crecimiento demográfico, se prevé que para el año 2025 la población se incrementará sólo en unos 600.000 habitantes y que el ritmo de crecimiento actual (0,58%) disminuirá en un 30%.

La comisión nacional estuvo integrada por miembros de la Universidad, del Instituto de la Familia y la Mujer, de la Cancillería, y del Instituto Nacional de Estadística.

## Ecologistas españoles critican posición de países desarrollados

LA ASOCIACIÓN ECOLOGISTA de Defensa de la Naturaleza (Aedenat), de España, criticó ayer el "cinismo" y la "hipocresía" de los países desarrollados que quieren imponer en la conferencia de El Cairo sus soluciones a los países pobres para frenar el crecimiento de la población.

La Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo reunirá en El Cairo entre los próximos días 5 y 13 a representantes de 162 países que debatirán, entre otras cuestiones, la degradación ecológica que supone el aumento de la población.

Según Aedenat, las soluciones que se plantean a este problema ecológico del incremento demográfico son "demagógicas y engañosas".

El cambio climático, la destrucción de la capa de ozono o la lluvia ácida "son producidas mayoritariamente en los países del Norte, por lo que, si hablamos de consumo y degradación, son éstos los que están superpoblados", aseguró la organización.

Respecto a la posición del Vaticano de prohibir el aborto, la organización aclaró que "da lugar a infanticidios, a una subalimentación que lleva a una muer-

te segura y a la realización de abortos clandestinos sin control médico que producen la mayoría de las muertes maternas".

Otro de los objetivos de esta conferencia de El Cairo es brindar participación, educación y servicio a las mujeres, ya que de las 500.000 mujeres que mueren en el mundo por causas relacionadas con el embarazo, el 99 por ciento se produce en el Hemisferio Sur.

Según la asociación ecologista, los cambios necesarios para modificar esta situación no surgirán en la conferencia de El Cairo.

Aedenat añadió que "nadie desea un crecimiento de la población que haga inviable la vida sobre el planeta pero el modelo de desarrollo y el estilo de vida de los ricos son, actualmente, los verdaderos peligros para la Tierra".

Los ecologistas consideran que insistir en el control de la población manipulando la reproducción a través de "condenables" métodos como esterilizaciones masivas o vacunas contra la fertilidad "son sumamente nocivas para la salud de la mujer". ■ (EFE)

9500380

## El Vaticano Aceptaría uso de Preservativos Para Prevenir el SIDA

CIUDAD DEL VATICANO, E ISLAMABAD (Reuter).— Representantes de la Iglesia Católica en la Conferencia de Población de la ONU podrían aceptar un llamado internacional que insta al uso de condones para prevenir el SIDA, dijeron hoy delegados.

Los diplomáticos, quienes pidieron el anonimato, indicaron que mientras El Vaticano podría distanciarse de las declaraciones que promuevan el uso de los preservativos, no presentarán vetas en el documento final de la Conferencia, que se celebrará del 3 al 15 de septiembre en El Cairo.

Cualquier cambio en la política sobre los anticonceptivos por parte de los dirigentes católicos podría ser significativo, especialmente después de que El Vaticano se ha opuesto rotundamente al uso de condones pese a su poder para evitar el contagio del SIDA, al alegar que promueven la promiscuidad, agregaron.

En la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo, 170 países discutirán el borrador de un documento que decidirá cuántos millones de dólares se destinarán a la planificación demográfica, entre otros temas.

Juan Pablo II, en una de las batallas más amargas de su papado, ha intentado influir en las discusiones por el temor de que las conclusiones de la reunión promuevan el aborto como un método de control de la natalidad y debiliten valores familiares tradicionales.

Mientras la atención internacional se ha concentrado en el tema del aborto, ha pasado desapercibido el hecho de que El Vaticano no ha protestado por las menciones al uso del condón en el borrador de la declaración final.

Obviamente ellos quieren ahorrar las energías y amarrar el peso para la lucha contra el aborto, indicó una fuente diplomática.

En las reuniones preparatorias para la conferencia, en Ginebra, Suiza, el Vaticano puso entre corchetes las referencias al aborto y otras partes del borrador con las que estaba en desacuerdo.

Los corchetes se colocan sobre las porciones del documento sobre las que no hay consenso, y sobre las que se tendrá que debatir en El Cairo.

Sin embargo, una de las frases ya aprobadas habla de la "abstinencia voluntaria y el uso del condón" para reducir el contagio del virus HIV que causa el SIDA.

Otra referencia dice que "los condones y las drogas para la prevención y tratamiento de las enfermedades transmitidas sexualmente deben estar a la disposición de todos".

La paquistaní Benazir Bhutto será la única primera ministra musulmana que asista a la Conferencia de Población de la ONU.

Bhutto, de 41 años de edad, ha rechazado las solicitudes de sus correligionarias para que siga los ejemplos de las primeras ministras de Turquía y Bangladesh, Tansu Ciller y Khaleda Zia, quienes no acudirán al acto.

Sin embargo, la primera ministra, educada en Oxford, no desea ofender a los musulmanes conservadores de su nación.

El canciller Assef Ahmad Ali dijo en el parlamento que Bhutto irá a El Cairo "a exponer la maldad del mundo occidental contra el Islam".

Paquistán favorece los programas de planificación familiar pero votará contra todo aquello que contradiga los valores islámicos dijo Ali.

De acuerdo con datos gubernamentales, la población de Paquistán crece un 2,9 por ciento anual y las mujeres tienen una media de ocho hijos. El 14 por ciento de la población emplea anticonceptivos.

Según la ONU, en el año 2025 Paquistán tendrá una población de 275 millones de personas.

9500380

La Madre Teresa de Calcuta, Premio Nobel de la Paz, será una de las más destacadas voceras de la Iglesia Católica en torno a la postura opuesta al aborto

## Boutros Ghali se mostró satisfecho por la presencia de 148 estados en la reunión de la ONU en El Cairo

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, destacó este jueves "con satisfacción" que 148 países anunciaron a AFP su participación en la Conferencia sobre Población de El Cairo, pese a las polémicas con el Vaticano y ciertos estados musulmanes.

Por su parte, la Madre Teresa, Premio Nobel de la Paz de 1989, señaló en Calcuta que cuenta hacer oír su voz en oposición al aborto en la

Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo, que se inaugurará el lunes. Antes de partir hacia Egipto, su país natal, Boutros Ghali señaló que el objetivo de la Conferencia es "armonizar las acciones de las naciones" y "no imponer políticas".

Diecinueve estados estarán representados por sus jefes de Estado o de gobierno, cosa que es "particularmente positiva, ya que la Conferencia se convocó a nivel minis-

terial", añadió el secretario general.

Estas cifras, añadió, "revelan el fuerte respaldo generado por esta Conferencia y la importancia que los gobiernos le otorgan".

Boutros Ghali dijo que "naturalmente están al corriente de la polémica que vio el día", acerca de los temas del orden del día de la reunión.

El hecho de que la opinión pública se interesara en ellos "es alentador en sí" y, según Boutros Ghali, la Conferencia ya cumplió un "objetivo útil", aun antes de su apertura.

Según el secretario general, la reunión de El Cairo se centrará en el "delicado equilibrio entre la Humanidad y su entorno", así como "la relación entre el número de habitantes y la posibilidad para nuestros hijos de desarrollar una vida que tenga sentido".

"Temas como esos, que requieren la reconciliación de políticas sobre población, recursos, suministros de alimento y medio ambiente difícilmente pueden ser abordados sin provocar turbulencias, e incluso algunas tempestades", añadió.

Boutros Ghali se negó a entrar en polémicas y dijo esperar "los resultados de las deliberaciones y la continuación de sus recomendaciones".



Todo pronto, y limpio, para recibir a las 140 delegaciones de los distintos países participantes de la Conferencia sobre Población y Desarrollo que comenzará el próximo lunes.

En una declaración separada, un portavoz indicó que el secretario general escuchó el jueves un informe sobre los preparativos de la Conferencia y que estaba convencido de que el gobierno egipcio tomó "todas las medidas necesarias" para garantizar "una seguridad adecuada" a los participantes.

La Madre Teresa de Calcuta, de 84 años de edad, señaló que no podrá desplazarse a El Cairo, pero indicó que un mensaje suyo, opues-

to a la legalización del aborto, será leído ante los participantes en la Conferencia.

"Algo que es diabólico no puede ser legalizado", afirmó la monja ante los periodistas en una rueda de prensa ofrecida en los locales de su orden de las Misioneras de la

Caridad.

La monja instó a las madres a dejar sus hijos "no deseados" en alguno de los 500 orfanatos de su orden en 120 países del mundo, en los que las monjas alimentan y educan a esos niños e intentan obtenerles una adopción.

"Podrán demostrar allí que no son terroristas".

## El presidente egipcio insiste con la invitación a los países musulmanes

El presidente egipcio Hosni Mubarak invitó hoy a los musulmanes de todo el mundo a participar de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo "para oponerse con vigor a las cláusulas del documento final que contrasten con la religión musulmana y la 'sharia' (la ley islámica)".

Los musulmanes podrán así demostrar "que no son terroristas", dijo a AFP Mubarak, aludiendo a las amenazas de violencia contra los participantes de la "conferencia libertina" por parte de los integristas islámicos.

En una entrevista al diario árabe al Hayat, editado en Londres e impreso también en El Cairo, Mubarak afirma que "es deber de los musulmanes aprovechar la conferencia para de-

mostrar el aspecto positivo del Islam, y destacar que la religión islámica invita al amor y a la tolerancia y concede a la mujer derechos que otras religiones no le acuerdan". La Conferencia sobre Población y Desarrollo, que tendrá lugar aquí entre el lunes 5 y el martes 13 próximos, ha sido condenada por las organizaciones integristas egipcias y por el centro teológico de Al Azhar, considerada la máxima autoridad del Islam suní, con sede en esta capital.

Arabia Saudita, El Líbano y Sudán han decidido no participar de la conferencia, mientras que otros países musulmanes, entre ellos Irán, anunciaron que tomarán parte de la asamblea internacional "para impedir que sean adoptadas recomendaciones contrarias a la sharia".

## El mapa del aborto

Este es el mapa de los abortos en el mundo, según datos de la Organización Internacional de Planificación Familiar, organizada dividiendo los países en cuatro categorías:

- 1) Países con leyes muy restrictivas.
- 2) Países con leyes restrictivas.
- 3) Países predominantemente liberales.
- 4) Países con leyes que autorizan el aborto por simple pedido de mujer.

En la primera categoría (A) se encuentra la mayor parte de los países africanos, como Somalia, Zaire, Gabón, Libia, países como Irán, Irak, Siria, Líbano; países latinoamericanos como Chile, Colombia, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Venezuela, et

En la segunda categoría (B) se encuentran, entre otros, Argentina, Brasil, Costa Rica, Ecuador, Salvador, México, Trinidad, Guyana, Jamaica, Argelia, Egipto, Etiopía, Mauritania, Sudáfrica, Suiza, España, Irlanda del Norte, Portugal, etcétera.

La tercera categoría (C) está integrada por Uruguay, Burundi, Gambia, Guinea, Hungría, India, Australia, Islandia, Finlandia y Corea del Sur.

En la última categoría (D) reúne en especial a países como Estados Unidos, Italia, Suecia, Francia, Dinamarca, Holanda, Canadá, la ex URSS, Bélgica, Turquía,

9500380

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCEDENCIA 4/9/94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Más de mil organizaciones en la Conferencia de Población <sup>4R</sup><sub>LY</sub>

Son más de mil las organizaciones no gubernamentales (ONG) que se reunirán en El Cairo en ocasión de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD), en un reconocimiento sin precedentes de un papel ya insustituible de apoyo a los gobiernos.

**EL CAIRO/ANSA**

Grandes o pequeñas, de cualquier credo religioso o tendencia política, las casi 1.200 ONG -en total unas 4.000 personas- intervendrán en las sesiones plenarias de la CIPD y al mismo tiempo presentarán sus múltiples experiencias en el campo, en el "Forum" concomitante que inaugurará mañana la señora Suzanne Muharak, en una ceremonia en la que participará también Nafis Sadik, Secretaria General de la Conferencia, y la señora Tipper Gore, esposa del Vice-

presidente de Estados Unidos.

El programa de acción de la CIPD dedica un capítulo justamente a la cooperación con las ONG, definidas "importantes voces del pueblo".

Las ONG, sobre todo las activas en el campo de los derechos de la mujer, participaron a un nivel "sin precedentes" en la tercera reunión del comité preparatorio, durante la cual se elaboró el programa de acción.

Una importante participación es la de las organizaciones árabes, casi todas femeninas, que se reunieron aparte en los últimos días en una reunión preparatoria.

En una conferencia que confiere una enorme importancia al potenciamiento del papel de la mujer en todos los campos, las mujeres árabes reivindicaron una mayor participación en sociedades a menudo represivas contra

ellas. En la vanguardia se encuentra Túnez, país donde el aborto fue liberalizado en los primeros meses de embarazo y donde la poligamia está prohibida.

Muchos países participantes incluyeron miembros de ONG en sus delegaciones oficiales.

Casi el diez por ciento de las ayudas públicas al desarrollo del mundo -indicaron recientemente fuentes occidentales- se canaliza actualmente a través de las ONG y Estados Unidos distribuye un cuarto de sus ayudas al exterior a través de tales organizaciones.

El "Forum" de las ONG no se articulará como la Conferencia y no discutirá sobre un documento final a aprobar. Será, en cambio, una oportunidad para que los grupos más diferentes ilustren las líneas y directivas de acción e intercambien experiencias.

9500380

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZADO \_\_\_\_\_

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDECIA 150025

FECH. DE PROCEDECIA 5/9/94

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# Comienza hoy la conferencia internacional de población LN 5/R

El tema más controvertido del encuentro auspiciado por la UN, que se realizará hasta el 13 del actual en El Cairo, fue analizado ayer por los delegados europeos.

EL CAIRO, 4 (Reuter).— Delegados norteamericanos y europeos analizarán hoy de manera informal los puntos más conflictivos del programa de la Conferencia Internacional de la UN sobre Población y Desarrollo, que comenzará mañana aquí y que se clausurará el 13 del actual.

Nafis Sadik, presidenta de la conferencia y directora ejecutiva del Fondo de las Naciones Unidas para Población y Desarrollo (FNUPD), rechazó las objeciones según las cuales el foro no se fundamenta en principios morales.

## Controversia

El borrador original del Programa de Acción de la conferencia ha enconado a los católicos y a musulmanes conservadores, quienes afirman que viola la moralidad religiosa al promover el aborto, la promiscuidad sexual y el homosexualismo, así como socava la autoridad parental.

La controversia sobre uno o dos aspectos del Programa de Acción amenaza con opacar el objetivo principal, pero, de hecho, el programa respalda tanto los preceptos religiosos como las prácticas seculares. Postuvo Nafis Sadik. Apoya y busca reforzar la institución de la familia, fortalecer a los miembros más débiles de la comunidad internacional.

"Este es un documento con bases morales. No está sentando la moralidad, pero sí incluye la dimensión moral de cada quien y de los Estados", expresó en rueda de prensa.

Por su parte, el subsecretario de Estado norteamericano para Asuntos Globales, Timothy Wirth, dijo que se podría llegar a un acuerdo esta

## El Papa bregó por los países pobres

CASTEL GANDOLFO, 4 (Reuter).— El papa Juan Pablo II afirmó hoy que la Conferencia de la UN sobre Población, que empieza mañana en El Cairo, debe concentrarse en cómo hacer prosperar a los países más pobres en vez de recomendar a las parejas que tengan menos niños.

"Veo la Conferencia de El Cairo como una ocasión histórica de enfocar las políticas internacionales y las economías hacia el logro de objetivos mundiales", indicó el Pontífice durante el Angelus.

"Pero es necesario resistir la tentación de tomar un atajo dirigiendo todos los esfuerzos a reducir, de cualquier forma posible, la tasa de natalidad", señaló Juan Pablo II a los fieles desde su residencia de verano en Castel Gandolfo, al sur de Roma.

Expresó que la conferencia, que culmina el 13 del actual, debe dirigir sus energías al estímulo del desarrollo económico y social en los países pobres y estimular una mejor distribución de los recursos.

misma semana sobre la propuesta de la UN para controlar el crecimiento demográfico, gracias a las modificaciones propuestas por los europeos.

## Promisario

"La Unión Europea (UE) ha presentado un borrador con un lenguaje que lo consideramos muy prometedor para un compromiso... y espero que otros países lo vean también de esa forma", agregó Wirth, cuyo país es el principal donante de los programas mundiales de planificación familiar.

Indicó que el compromiso que se ofrecerá apaciguará la tormenta política y religiosa provocada por el borrador. Wirth no detalló las revisiones, pero un delegado que pidió el anonimato informó que se referían al tema del aborto.

Arabia Saudita, Irak, Líbano y Sudán están boicoteando el encuentro y los teólogos islámicos en Medio Oriente caracterizaron la conferencia como una conspiración occidental.

## Amenaza

El Grupo Islámico de Egipto, extremista, advirtió a los participantes que arriesgan sus vidas al asistir a la conferencia.

Un funcionario norteamericano atribuyó la oposición a que "quizás el borrador original no fue elaborado con el cuidado debido. Creo que el lenguaje ahora ha sido aclarado".

Michael Bohnet, subdirector general del Ministerio de Cooperación y Desarrollo de Alemania, coincidió en que las revisiones realizadas por Europa reducirán la amenaza de llegar a un callejón sin salida en las discusiones.

"La posición de la UE será presentada mañana en el discurso del ministro del Interior de Alemania. Pero, en principio, diría que compartimos la misma visión positiva", expresó Bohnet, cuyo país ejerce la presidencia de la UE.

## "Minúscula minoría"

"Un 92 por ciento del borrador redactado antes de la conferencia ha sido aceptado. Creo que ahora es

tamoco muy cerca de llevar ese 92 por ciento a un 100 por ciento", dijo.

Añadió que sólo una "minúscula minoría" discrepa de la necesidad de la planificación familiar artificial para apoyar los esfuerzos de estabilizar la población mundial.

La conferencia, la primera sobre el tema desde la celebrada en México en 1984, busca un consenso sobre una estrategia mundial para controlar la explosión demográfica en los próximos 20 años, para mantener en 7270 millones de personas la población mundial en el año 2015 y en 7800 millones en el 2050, frente a los 5600 millones actuales.

Sadik señaló que el documento hace énfasis en otorgar a las mujeres la autoridad como un elemento relevante de la planificación familiar y el desarrollo. Pide también eliminar la discriminación contra las mujeres, llamamiento que incomoda a países donde predomina la rigidez islámica.

## Participa Al Gore

La capital egipcia, una típica metrópoli tercermundista aquejada por su propia explosión demográfica, comenzó a recibir este fin de semana a 15.000 delegados, entre ellos el vicepresidente norteamericano Al Gore, a quien acompaña su esposa, Tipper.

"En los preparativos de la conferencia ya se ha efectuado un fructífero trabajo. Es obvio que aún queda mucho por hacer, pero debemos sentirnos alentados por el éxito que ya hemos logrado. Creemos que encontraremos la forma de resolver los muchos desafíos con el mismo éxito", indicó Gore a su llegada.

Entre otras personalidades que llegaron hoy a El Cairo se destacó la primera ministra de Pakistán, Benazir Bhutto, que desafió la oposición de militantes islámicos.

Bhutto atraerá la atención como la única gobernante de un país islámico en el foro, ante la decisión de ausentarse de sus colegas de Turquía, Tansu Ciller, y de Bangladesh, Khaleda Zia.

Irán, el más férreo rival religioso de Arabia Saudita, informó que enviará una delegación a observar el foro mundial.

9500380



La posición uruguayá se centra fundamentalmente en la familia y recomienda "evitar que la Conferencia se convierta en un foro de discusión filosófica sobre el aborto"

## Hubo consenso e inician hoy en El Cairo la Conferencia sobre Población y Desarrollo

En el marco de máximas posibilidades de seguridad, y con un consenso sobre la discusión del aborto conseguido por la mediación de delegaciones europeas, se inicia hoy en El Cairo la Conferencia Mundial sobre Población y Desarrollo, a la que Uruguay asiste recomendando cautela en el tratamiento del tema, pues considera en el instante que "no es uno de los aspectos centrales a debatir".

El documento preparado por los especialistas uruguayos en la materia expresa que se debe poner énfasis en "la soberanía de los Estados para adoptar o no políticas de población, y en su caso, asegurar el respeto a los derechos de los individuos con relación a la formación de la pareja, el número y espaciamiento de los hijos y libre movilidad en los territorios nacionales".

El que sigue es un resumen del texto elaborado por la Comisión de Población y Desarrollo de Uruguay, que actuó bajo la presidencia del subsecretario de Relaciones Exteriores, José María Gamio:

### 1) Consideraciones iniciales.

La aprobación del Documento Final de la Conferencia, en El Cairo, delineará la política poblacional mundial durante los próximos veinte años. Dentro de la variada gama de temas que el Documento plantea, puede afirmarse que tres son los que predominan a lo largo de los 16 capítulos del proyecto; los estrictamente poblacionales; los relacionados con el desarrollo; y los que afectan directamente al Ser humano y a la Familia. Un cuarto tema de importancia tiene relación con la participación de las Organizaciones no Gubernamentales en los temas de población y desarrollo.

### 2) La propuesta de la Secretaría.

El primer aspecto que salta a la vista es la distribución de temas en el Proyecto de Documento Final de la Conferencia. Si bien se denomina "Población y Desarrollo" la mayor parte del Documento está dedicado al tema Población, dejando apenas una breve parte del Documento para tratar el tema del

### Desarrollo.

En función de dicha finalidad —equilibrar armónicamente el aumento de la población con el crecimiento económico sostenido y el desarrollo sostenible— se estructurará todo el Plan de Acción. Es así que su objetivo fundamental se concentra en la búsqueda de metas que permitan reducir el ritmo de crecimiento de la población mundial, de forma tal que no supere, en los próximos 50 años, los 7.800 millones de seres humanos. El Prefacio del Documento alerta que, de no adoptarse en El Cairo las medidas que se sugieren, esa cifra se aproximará a los 12.500 millones de personas para el año 2050. De ellos, la enorme mayoría habitará en los países menos desarrollados.

El camino elegido para alcanzar ese objetivo pasa por el logro de tres metas indispensables: la educación, en especial dirigida a las niñas; el acceso universal a la planificación familiar y los servicios de salud reproductiva, y la consecuente reducción de la mortalidad in-

### fantil y materna.

Otros aspectos de la propuesta de la Secretaría enfocan un mayor compromiso de los sectores no gubernamentales en la elaboración y seguimiento de las políticas poblacionales, una mayor utilización de los avances científicos y tecnológicos en apoyo de esas políticas, y un reordenamiento de las prioridades individuales, nacionales e internacionales en materia de distribución de recursos, que permita un mayor flujo de éstos al área social.

### 3) La posición del Uruguay.

a) Marco general. Antes de tomar la posición respecto a los temas de la Conferencia, debe precisarse que las políticas poblacionales son, en última instancia, de responsabilidad exclusiva de los Gobiernos, con independencia de toda injerencia externa. Por consiguiente, el Gobierno podrá adoptar aquellas medidas que con carácter global se decidan en El Cairo, permitiendo que se incorporen al esquema social nacional en forma flexible y ajustada a derecho.

## Acuerdo internacional sobre el aborto

Una mediación europea para superar las graves discrepancias existentes en materia de aborto y otros temas cruciales, fortaleció las esperanzas de lograr un texto aceptado por consenso general del "programa de acción" de la Conferencia Mundial sobre Población y Desarrollo, anunció ANSA.

El documento final preparado por el secretariado de la Conferencia y que cuenta con el abierto apoyo de Estados Unidos pareció trabajar en las últimas semanas.

Grupos integristas amenazaron con atentados a la "conferencia libre" y el gobierno egipcio dispuso un extraordinario aparato de seguridad.

La Conferencia, que concluirá el jueves 13, será inaugurada por

el jefe del estado egipcio, Hosni Mubarak, que será nombrado presidente de la misma.

El papa Juan Pablo II, que había lanzado durísimas acusaciones a los organizadores de la Conferencia, por querer "contrabandear" el aborto como medio de regulación de los nacimientos, sostuvo una posición ambigua con respecto a la definición de la familia —favoreciendo la homosexualidad— y la promiscuidad sexual de los adolescentes, pidió desde el Vaticano que los delegados "eviten el atajo" de controlar el crecimiento demográfico aplicando medios anticonceptivos artificiales.

El pontífice reclamó que la Conferencia centre sus labores en la aceleración del desarrollo y la ayuda a los países más pobres.

9500380

b) Aspectos poblacionales. En este punto, la realidad de nuestro país difiere en buena medida de la de los demás países en desarrollo. Como surge del Informe Nacional de Población elaborado por la Comisión de expertos designada por el Poder Ejecutivo y editado por el Instituto Nacional de Estadística, el Uruguay presenta un crecimiento demográfico lento, esperándose que para el año 2025 la población se haya incrementado sólo en unos 600 mil habitantes, disminuyendo el ritmo de crecimiento —que es actualmente de 0,58 %— en un 30 por ciento. Esta tendencia decreciente muestra como una de sus consecuencias un sostenido envejecimiento de la población, que a su vez implica, entre sus aspectos negativos, una mayor carga para el sistema de Seguridad Social, que conspira contra las posibilidades de desarrollo económico.

c) El desarrollo. Este tema y sus relaciones con los problemas de la población está encartado en el documento sin mayor profundidad. La propia visión que de las metas del desarrollo introduce el informe, parece vinculada a la propia de algunos sectores de las sociedades desarrolladas, donde se asimila el desarrollo a la mayor disponibilidad de bienes al servicio de un excesivo consumismo.

El esfuerzo internacional debe atender al desarrollo integral del hombre, prestando la debida atención a las dimensiones socio-culturales y espirituales, en un marco de respeto y dignidad humanas. No es posible imputar al simple crecimiento cuantitativo de la población problemas como el hambre, la pobreza, las enfermedades o la degradación ecológica del planeta.

d) Aspectos relacionados con el Ser Humano y La Familia. Seguramente estos temas serán de los más discutidos.

La explicación del énfasis en los temas humanistas radica en la trascendencia que éstos tienen, aún aislados del contexto de la Conferencia, y a la polarización de posiciones en torno a ellos. El concepto tradicional de Familia, el mayor compromiso del hombre en los roles de la pareja, el derecho a determinar libremente la cantidad y espaciamiento de los hijos y el de la mujer sobre su cuerpo, el aborto y los anticonceptivos, tienen ardientes defensores y acérrimos enemigos.

La Familia como institución ha experimentado grandes modificaciones en las últimas décadas del siglo XX, a nivel de su estructura, dinámica y funcio-

nes. No obstante, la familia continúa siendo la red básica de las relaciones sociales, ámbito de socialización de los individuos y referente afectivo de sus miembros.

e) Recomendaciones. Si bien los conceptos que siguen han sido esbozados en párrafos anteriores, se considera oportuno realizar algunas puntualizaciones:

—Se debería evitar que la Conferencia de El Cairo se convierta en un foro de discusión filosófica sobre el aborto, reiterando que, si bien no se desconoce la importancia y actualidad del tema, no es uno de los aspectos centrales a debatir.

—Deben enfatizarse los principios consagrados en el Documento, respecto a la soberanía de los Estados para adoptar o no políticas de población, y en su caso, asegurar el respeto a los derechos de los individuos con relación a la formación de la pareja, el número y espaciamiento de los hijos y la libre movilidad en los territorios nacionales.

—La influencia de los factores población y desarrollo sobre el medio ambiente deben ser dimensionados en forma correcta, para lograr un equilibrio justo entre los tres elementos. La preocupación por el impacto ecológico ausente hasta ahora en las políticas y programas de población requiere una inserción prioritaria, sobre todo en el caso de los países latinoamericanos, por su condición de reserva excepcional de biodiversidad.

—El esfuerzo internacional en la búsqueda de un mayor grado de desarrollo debe contemplar integralmente al Hombre, prestando la debida atención a las dimensiones socio-culturales y espirituales, en un marco de respeto a la vida y dignidad humanas. No es posible imputar al simple crecimiento cuantitativo de la población problemas como el hambre, la pobreza, las enfermedades o la degradación ecológica del planeta.

—Con relación a los recursos, se observa la notable falta de correspondencia que ha existido entre la gravedad de los problemas de población, y los fondos asignados para resolverlos, tanto a nivel nacional como de cooperación internacional. Los Gobiernos, las Naciones Unidas y las Agencias de Cooperación Internacional, deberán comprometerse a mejorar esta relación, multiplicándola de forma que las metas que se promuevan puedan alcanzarse razonablemente en los próximos años.





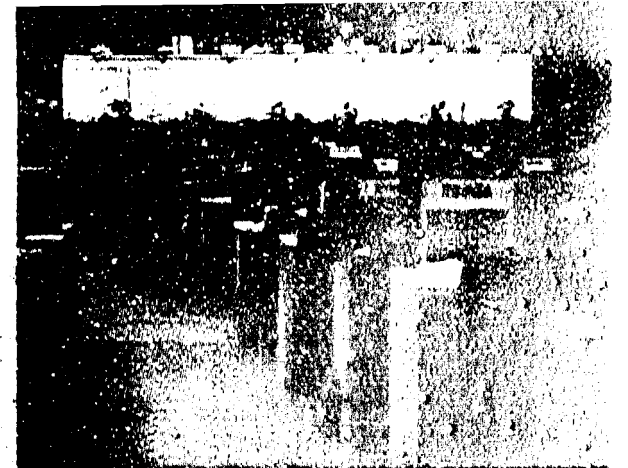
El secretario general de Naciones Unidas, el egipcio Boutros Boutros Ghali inaugura la sesión trascendente sobre el control de la población mundial. (AP)



La primera ministra de Pakistán, la bella Benazir Bhutto se dirige a los asistentes enarbolando las premisas de los países islámicos contrarios al aborto. (AP)



El vicepresidente de los Estados Unidos de América, Al Gore desde el estrado de la reunión de ONU en El Cairo, habla de los problemas cruciales. (AP)



El centro de la mesa que presidió el acto y los lugares vistos desde atrás reservados a los asistentes delegados de distintos países. (Laserfoto de Associated Press)

## Vibrante Oratoria de Gro Harlem Brundtland

# EDUCACION E IGUALDAD ECONOMICA DE LOS SEXOS

EL CAIRO, 5 (AP) — La primera ministra de Noruega rechazó hoy las críticas del Vaticano y de países islámicos con su defensa de la práctica del aborto y de la educación sobre sexualidad como armas para frenar el crecimiento desbordado de

la población mundial. La ministra Gro Harlem Brundtland dijo que la mejor manera de reducir las tasas de natalidad en algunos países es mediante la educación y programas que fomenten la igualdad económica y política entre hombres y mujeres.

Su discurso fue el más aplaudido en la jornada inaugural de la Conferencia Internacional de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo.

La primera ministra de Pakistán, Benazir Bhutto, se declaró en favor de la igualdad, pero fue más conservadora en cuanto a la práctica del aborto y la educación sobre sexualidad.

La decisión de Bhutto de asistir a la conferencia de nueve días, en desafío de los sectores conservadores de su país, fue considerado un triunfo por los organizadores de la reunión. Otras dos mujeres gobernantes de países islámicos, Tansu Ciller de Turquía y Khaleda Zia de Bangladesh, no asistieron. Varios países islámicos boicotearon la reunión.

El rechazo de Bhutto de al-

gunas cláusulas importantes del borrador de una propuesta para frenar el crecimiento de la población, así como otro ataque del Vaticano al aborto, reflejó cuán polarizado está el debate.

En tres reuniones preliminares los delegados de 182 países aceptaron casi la totalidad de plan de acción. Pero los asuntos más espinosos no habían sido resueltos todavía: cuidados médicos relacionados con la reproducción, derechos de las mujeres sobre la reproducción y educación sobre la sexualidad y la práctica del aborto.

El vicepresidente de Estados Unidos, Al Gore, dijo hoy que "estamos muy cerca" de un acuerdo general sobre los temas en disputa. Pero advirtió que el Vaticano rechazará el documento final. Joaquín Navarro, miembro de la delega-

ción del Vaticano, reiteró la oposición de la Iglesia Católica a partes del texto que incluyen la frase "cuidados médicos para la reproducción", pues la Santa Sede considera que esa expresión conlleva el reconocimiento de la práctica del aborto.

Brundtland, que dejó la medicina por la política, recibió aplausos cuando rechazó la posición del Vaticano en su discurso.

"He intentado, en vano, comprender cómo se puede llegar a considerar que mediante esa expresión se promueve la práctica del aborto o que se le incluye como medida para la planificación familiar", dijo Brundtland.

Pero el tema principal de su alocución fue la igualdad de la mujer como medio primordial para reducir las tasas de natalidad.

## Quiénes Participan en la Conferencia de ONU

EL CAIRO, 5 (AP).— El Centro de Conferencias Internacionales de El Cairo tiene sus propios problemas de exceso de población. Datos acerca de los participantes en la Conferencia Internacional de la ONU sobre Población y Desarrollo:

5.000 representantes de unas 1.000 agencias privadas.

3.500 delegados.  
3.000 periodistas.  
500 empleados de la ONU.

200 representantes de agencias gubernamentales.  
182 países.  
7 primeros ministros (Suecia, Noruega, Pakistán, Uganda, Etiopía, Malawi, Zambia).  
5 vicepresidentes (Bolivia, Colombia, Botswana, Estados Unidos, Kenia).  
4 jefes de estado (Azerbaiyán, Níger, Macedonia, Egipto).

Las cifras fueron anunciadas por la ONU en el día inaugural de la reunión que durará nueve días. Se anticipa que 15.000 personas participarán en la conferencia.



El secretario general de Naciones Unidas, el egipcio Boutros Boutros-Ghali inaugura la sesión trascendente sobre el control de la población mundial. (AP)



La primera ministra de Pakistán, la bella Benazir Bhutto se dirige a los asistentes enarbolando las premisas de los países islámicos contrarios al aborto. (AP)



El vicepresidente de los Estados Unidos de América, Al Gore desde el estrado de la reunión de ONU en El Cairo, habla de los problemas cruciales. (AP)



El centro de la mesa que presidió el acto y los lugares vistos desde atrás reservados a los asistentes delegados de distintos países. (Laserfoto de Associated Press)

Vibrante Oratoria de Gro Harlem Brundtland

# EDUCACION E IGUALDAD ECONOMICA DE LOS SEXOS

EL CAIRO, 5 (AP) — La primera ministra de Noruega rechazó hoy las críticas del Vaticano y de países islámicos con su defensa de la práctica del aborto y de la educación sobre sexualidad como armas para frenar el crecimiento desbordado de

la población mundial. La ministra Gro Harlem Brundtland dijo que la mejor manera de reducir las tasas de natalidad en algunos países es mediante la educación y programas que fomenten la igualdad económica y política entre hombres y mujeres.

Su discurso fue el más aplaudido en la jornada inaugural de la Conferencia Internacional de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo.

La primera ministra de Pakistán, Benazir Bhutto, se declaró en favor de la igualdad, pero fue más conservadora en cuanto a la práctica del aborto y la educación sobre sexualidad.

La decisión de Bhutto de asistir a la conferencia de nueve días, en desafío de los sectores conservadores de su país, fue considerado un triunfo por los organizadores de la reunión. Otras dos mujeres gobernantes de países islámicos, Tansu Ciller de Turquía y Khaleda Zia de Bangladesh, no asistieron. Varios países islámicos boicotearon la reunión.

El rechazo de Bhutto de al-

gunas cláusulas importantes del borrador de una propuesta para frenar el crecimiento de la población, así como otro ataque del Vaticano al aborto, reflejó cuán polarizado está el debate.

En tres reuniones preliminares los delegados de 182 países aceptaron casi la totalidad de plan de acción. Pero los asuntos más espinosos no habían sido resueltos todavía: cuidados médicos relacionados con la reproducción, derechos de las mujeres sobre la reproducción y educación sobre la sexualidad y la práctica del aborto.

El vicepresidente de Estados Unidos, Al Gore, dijo hoy que "estamos muy cerca" de un acuerdo general sobre los temas en disputa. Pero advirtió que el Vaticano rechazará el documento final. Joaquín Navarro, miembro de la delega-

ción del Vaticano, reiteró la oposición de la Iglesia Católica a partes del texto que incluyen la frase "cuidados médicos para la reproducción", pues la Santa Sede considera que esa expresión conlleva el reconocimiento de la práctica del aborto.

Brundtland, que dejó la medicina por la política, recibió aplausos cuando rechazó la posición del Vaticano en su discurso.

"He intentado, en vano, comprender cómo se puede llegar a considerar que mediante esa expresión se promueve la práctica del aborto o que se le incluye como medida para la planificación familiar", dijo Brundtland.

Pero el tema principal de su alocución fue la igualdad de la mujer como medio primordial para reducir las tasas de natalidad.

## Quiénes Participan en la Conferencia de ONU

EL CAIRO, 5 (AP). — El Centro de Conferencias Internacionales de El Cairo tiene sus propios problemas de exceso de población. Datos acerca de los participantes en la Conferencia Internacional de la ONU sobre Población y Desarrollo:

5.000 representantes de unas 1.000 agencias privadas.

3.500 delegados.  
3.800 periodistas.  
500 empleados de la ONU.

200 representantes de agencias gubernamentales.  
182 países.

7 primeros ministros (Sudáfrica, Noruega, Pakistán, Uganda, Etiopía, Malawi, Zambia).

5 vicepresidentes (Bolivia, Colombia, Botswana, Estados Unidos, Kenia).

4 jefes de estado (Azerbaiyán, Niger, Macedonia, Egipto).

Las cifras fueron anunciadas por la ONU en el día inaugural de la reunión que durará nueve días. Se anticipa que 15.000 personas participarán en la conferencia.

El canciller argentino, Guido Di Tella, quien defendió la posición antiabortista de la Argentina.



## Argentina, el derecho a la vida

EL CAIRO, (Especial para Clarín). - La Argentina se pronunció hoy categóricamente contra el aborto en la reunión inaugural de la Conferencia de Población y Desarrollo por intermedio del jefe de su delegación, el canciller Guido Di Tella. La clara posición de Buenos Aires se produjo en medio de un duro cambio de opiniones sobre el tema de la interrupción del embarazo, una de las cuestiones más polémicas que dividió profundamente a la Conferencia y amenaza con generar más controversia.

El canciller explicó que la actual posición de su país sobre el controvertido tema, enlaza con un conjunto de antecedentes históricos. "La Argentina ha mantenido respecto del control de la natalidad una posición consecuente a lo largo de los años en los foros de Naciones Unidas así como en su tradición jurídica en el orden interno", señaló Di Tella. "La misma se puede sintetizar en el irrenunciable derecho a la vida, en su carácter universal y privilegiado por sobre todo derecho indivi-

dual. Esta universalidad es el fundamento mismo de las Naciones Unidas que otorga sustrato ético a las decisiones de sus diversos órganos."

Desde que el papa Juan Pablo II comenzó su ofensiva contra el Plan de Acción de las Naciones Unidas que trata la conferencia sobre población, el presidente argentino, Carlos Menem, se alineó firmemente junto a sus posiciones.

J.C.A.

## LOS PRINCIPALES EJES DE LA REUNION

### Control natal

La promoción del aborto para controlar el enorme crecimiento de la población mundial es el tema que ha generado mayores discusiones en la Conferencia sobre Población que organiza Naciones Unidas, iniciada ayer en El Cairo, la capital egipcia.

La intención del secretario general de la ONU, Boutros Ghali, y del gobierno de los Estados Unidos, es incluir la práctica del aborto en la declaración final de la conferencia, pero esa postura ha provocado un fuerte rechazo por parte del Vaticano y de los países islámicos, que consideran que la interrupción del embarazo vulnera los principios de su fe y limita la libertad que todos los individuos deben tener para decidir sobre el método de planificación familiar que desean.

La posición norteamericana es apoyada por la mayoría de los países desarrollados, cuyas poblaciones se mantienen estables o decrecen, mientras que los países en vías de desarrollo y los subdesarrollados, que aumentan constantemente su cantidad de habitantes, mantienen posiciones divididas.

La mayoría de los gobiernos de esos países se han opuesto a la inclusión del aborto en el texto final de la conferencia, entre ellos la Argentina, como manifestó el canciller Guido Di Tella durante su discurso de ayer (véase aparte).

### La mujer

La defensa de la salud de la mujer, amenazada muchas veces por las condiciones en las que se realizan millones de abortos en el mundo, es uno de los temas principales que las Naciones Unidas lanzaron a la discusión en la Conferencia sobre Población.

El punto se vinculó con una vibrante demanda para fortalecer el papel femenino y su poder de decisión en la sociedad moderna.

La secretaria ejecutiva del Fondo de Población de la ONU (UNFPA), Nafis Sadik, sostuvo que "las mujeres deben tener acceso a servicios que traten las complicaciones que se pueden originar en abortos ilegales". Sadik dijo también que debe protegerse a las 500.000 mujeres que mueren anualmente durante su embarazo.

Voceros de la delegación estadounidense afirmaron que deben llevarse a cabo, además, otro tipo de acciones en favor de la mujer. "No es agradable que el 60 por ciento de la población del mundo, mujeres, solo obtengan el uno por ciento de los recursos", dijeron.

La importancia de la mujer en la conferencia surge de su carácter de sujeto del aborto. En este punto, y como sostuvo ayer la ministra francesa de Asuntos Sociales, Simone Veil, existe coincidencia sobre que "la verdadera autonomía de las mujeres está representada por la información sexual".

### Sexualidad

EL CAIRO, (Especial para Clarín). - El proyecto de Plan de Acción de las Naciones Unidas que debe debatir y aprobar la Conferencia de Población y Desarrollo tiene 114 páginas y estos son los temas más controvertidos que aborda.

**Familia:** Es la célula básica de la sociedad y es objetivo del Plan elaborar leyes que la protejan. La controversia llega con el párrafo que indica que esas leyes deben tener en cuenta "su pluralidad de formas".

**Jóvenes:** Para solucionar el problema de las enfermedades sexuales, como el sida, y la maternidad de niñas y adolescentes, el Plan propone "facilitar servicios que les ayuden a comprender su sexualidad, protegerse de los embarazos no deseados y de las enfermedades". Para los islámicos ortodoxos estas iniciativas introducen el libertinaje y el sexo premarital.

**Mujeres y niñas:** Igualdad entre los sexos, eliminación de la violencia contra sus personas y de las prácticas discriminatorias. El tema choca contra la circuncisión femenina practicada en muchos países islámicos.

**Aborto:** Todos los gobiernos deben ocuparse de manera franca y directa del aborto realizado en malas condiciones como un importante problema de la salud pública. Deberían impedirse los embarazos no deseados mediante educación sexual.

9500380

# El Vaticano desmiente una "santa alianza" con el Islam

EL CAIRO, 5 (ANSA y AFP). — La existencia de una "santa alianza" entre el catolicismo y el Islam para unir fuerzas en la Conferencia sobre Población y Desarrollo inaugurada hoy en El Cairo, fue negada de plano por el vocero del Vaticano, el español Joaquín Navarro Vals.

El secretario de Estado vaticano, cardenal Angelo Sodano, había dicho ayer domingo que la Santa Sede se alegraba de que algunas confesiones cristianas y representantes del mundo hebreo y musulmán hubieran convergido hacia las posiciones de la Iglesia. A raíz de esa "convergencia" que fundamentalmente está alimentada por el rechazo cerrado de ambas religiones al aborto co-

mo herramienta para el control de la natalidad, algunos diarios hablaron de "santa alianza".

El portavoz vaticano recordó que la Santa Sede firmó hace poco un comunicado conjunto con los hebreos sobre la familia. En ese momento se encontraron acuerdos "sobre las posiciones fundamentales que ambos postulaban, aunque nadie habló de santa alianza", agregó.

"Creemos que no es extraño que las religiones monoteístas encuentren un lenguaje común sobre temas como la familia, el nacimiento y la descendencia", dijo el vocero del Papa.

"Hay que recordar, también, que tuvimos contactos hasta anoche con casi todas las delegaciones. El 70 por ciento de los cuales tuvieron lugar a petición de ellas. El más reciente tuvo lugar ayer por pedido de un país de más de cien millones de habitantes, cuyo nombre no puedo revelar", agregó Navarro Vals.

Cuando un periodista le mencionó al vocero vaticano que el prestigioso centro teológico islámico de El Azhar, en El Cairo, criticó el documento de la conferencia con palabras iguales a las que pronunció la Santa Sede, Navarro afirmó que "probablemente, por compartir nuestra posición, las tomaron de los medios de comunicación que la difundieron".

El papa Juan Pablo II se pronunció en reiteradas ocasiones contra el proyecto de resolución final de la conferencia, en el que figura el aborto como instrumento para controlar la natalidad en los países en vías de desarrollo, donde muchos consideran que ha alcanzado dimensiones alarmantes.

Para la Santa Sede, dijo Navarro Vals, en el proyecto de resolución de la conferencia figuran dos términos "ambiguos": el de "salud reproductiva" y el de "salud sexual". "Hay que aclararlos, por seriedad y por necesidad ética. No es cuestión de trasladar los términos de un capítulo a otro, sino de principios", dijo el vocero vaticano.

Durante el encuentro en la capital egipcia, la Santa Sede quiere mantener un diálogo constructivo y sin polémicas para elaborar "un documento final de consenso, que tienda a la unanimidad", dijo Navarro. De todos modos, agregó, la palabra la tiene la asamblea.

"Nos alegra saber que la posición de los Estados Unidos, manifestada ayer por el subsecretario (de Estado para Asuntos Globales) Timothy Wirth, se acerca a la de la Santa Sede", agregó el vocero vaticano.

9500380

Egipto

## CONFERENCIA POBLACION

Los delegados en la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo (CIPD) han comenzado sus trabajos con reuniones particulares y en comités, con el fin de conseguir apoyo para sus posturas o lograr un consenso válido en el documento final.

Los trabajos de estos comités, así como sus contactos personales, tratan del punto central de esta tercera conferencia mundial de población, tras la de Bucarest (1971) y México (1984), que es el modo de frenar el rápido crecimiento de los índices de natalidad para evitar una explosión demográfica.

Estados Unidos, Francia, Japón y algunos países islámicos están involucrados en la campaña destinada a retirar los obstáculos que puedan dificultar la adopción de recomendaciones y resoluciones relacionadas con asuntos sensibles como el aborto, dijeron fuentes de la conferencia.

Las alocuciones pronunciadas por los delegados demuestran diferencias sobre cómo abordar algunos de estos importantes asuntos incluidos en la agenda de la CIPD, que durará nueve días.

Algunos países, especialmente Estados Unidos y varios Estados de la Unión Europea (UE), culpan a la natalidad incontrolada del deterioro de la situación económica en las naciones en vías de desarrollo.

Pero otros países, incluido Egipto, que acoge la conferencia, opinan que el desequilibrio de las relaciones entre las naciones ricas y las pobres es el responsable del fracaso de los países subdesarrollados en superar sus crisis económica y social, agravadas en los últimos años.

«La realidad demográfica actual afirma que la minoría de los habitantes del mundo vive en países de altos ingresos, donde el ingreso medio per cápita de 822 millones de habitantes es más de 20.000 dólares anuales, mientras que el de 3.000 millones de personas no excede los 350 dólares por año», dijo el jefe del Estado egipcio, Hosni Mubarak, ante la CIPD tras ser elegido presidente de este foro.

9500380

# Agitó el tema del aborto la conferencia de la UN

**Tormenta:** en la jornada inaugural la primera ministra noruega propuso la legalización mundial de esa práctica, lo que provocó reacciones encontradas entre los delegados.

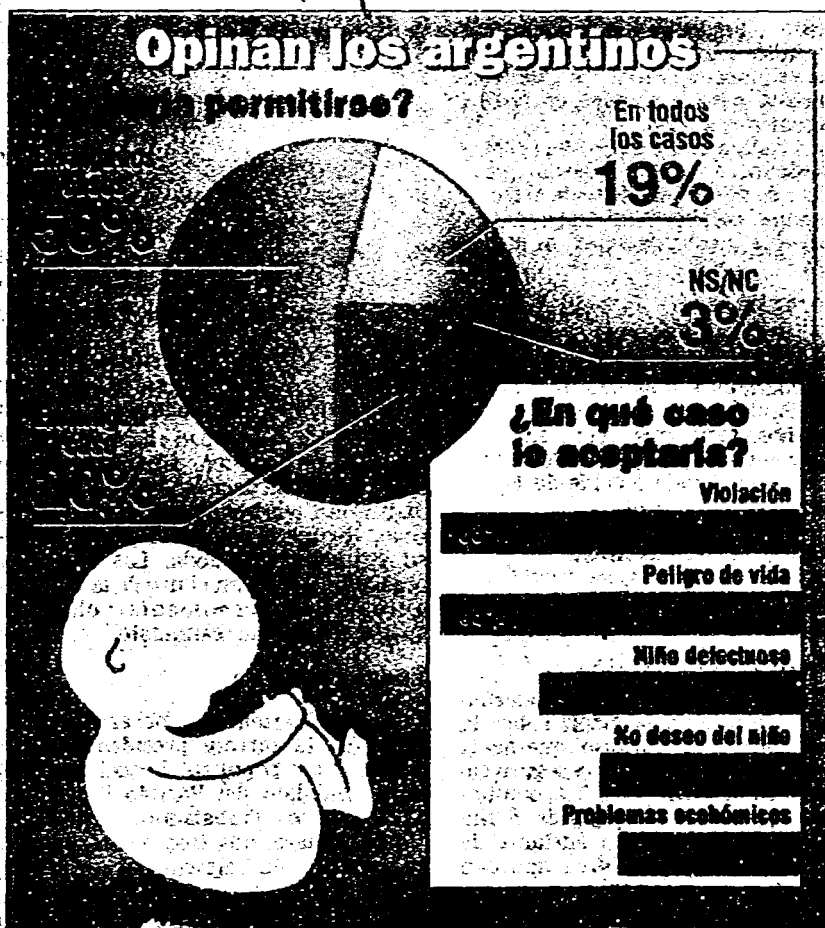
EL CAIRO, 5 (AP).— El tema del aborto estalló como una bomba en la jornada inaugural de la Conferencia de la UN sobre Población y Desarrollo, y puso en evidencia que lo que se discute aquí son dos visiones antagónicas de la moral y del mundo.

Varios delegados norteamericanos y europeos previeron un comienzo tormentoso e intentaron impedir el debate de una cuestión tan controvertida, pero la primera ministra noruega, Grö Harlem Brundtland, hizo soplar los primeros vientos al pedir, sin rodeos, la legalización mundial del aborto.

Su solicitud cosechó tantos aplausos como silbatinas y silencios hoscos, y obligó al vicepresidente norteamericano, Al Gore, a exponer con claridad la posición de su país. "Los Estados Unidos no intentan establecer un derecho internacional al aborto y no creemos que el mismo deba ser promovido como método de planificación familiar", dijo Gore.

Brundtland, al defender su posición abortista, afirmó que "la moral se convierte en hipocresía si significa aceptar que las madres mueran por embarazos no deseados y abortos ilegales, y que hijos no deseados vivan en la miseria". Las palabras de la premier noruega provocaron un ácido comentario del ministro de la Familia italiano, Antonio Guddi, que dijo que lamentaba que Brundtland hubiera creado "una atmósfera de partido de fútbol" en la reunión.

Miles de policías vigilaron hoy el centro de conferencias, donde 8500 delegados de 182 países, cuatro jefes de Estado, siete primeros ministros y cinco vicepresidentes discuten la estrategia demográfica para los próximos 20 años.



9500380



El secretario general de la ONU realizó un enérgico llamado a la tolerancia y alertó "agravamiento" que se plantean en el planeta, pues "el 80% de su población vive en

## Boutros Ghali abrió la Conferencia de El apoyo a esfuerzos de los estados" para



La primera ministra de Pakistán, Benazir Bhutto abogó, en el primer día de debates, sobre la necesidad de la defensa de la condición de la mujer en el orbe.

\* Un policía por persona: fueron movillizados 14 mil efectivos de seguridad para asegurar la tranquilidad de alrededor de 14 mil visitantes convocados por la reunión de la ONU

\* Pese a la deserción de varios países árabes, llegaron a la capital de Egipto más de 3.500 delegados representando a 182 estados

■ La conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo dio comienzo ayer en El Cairo, respondiendo a los ataques del Vaticano y parte del Islam con un llamado a la tolerancia y la responsabilidad.

Según dijo en su discurso el secretario general de la ONU, Boutros Ghali, la conferencia, que debe estudiar los medios de frenar el crecimiento de la población mundial, conducirá a una nueva toma de conciencia de los problemas demográficos del mundo y de sus relaciones con el desarrollo.

Expresándose alternativamente en árabe, inglés y francés, Boutros Ghali lanzó un vibrante llamado a la tolerancia que, según dijo, es "uno de los tres principios de conducta", informó AFP.

Según la ONU, más de 14.000 personas, entre ellas 3.500 delegados de 182 países, acudieron a El Cairo, pese al boicót de varios países y múltiples sectores musulmanes y a las amenazas de muerte proferidas por grupos islamistas egipcios.

Por otra parte, desde antes de su comienzo, la conferencia

había sido objetivo de duras recriminaciones del papa Juan Pablo II, que acusa al proyecto de programa de acción elaborado por la ONU de propiciar el aborto y el amor libre.

Boutros Ghali señaló que, como se trata de "elegir un tipo de sociedad, se comprende que los preparativos de la conferencia hayan estado rodeados de temores, reticencias y críticas".

También admitió que algunas proposiciones del proyecto de la ONU "pueden herir a ciertos espíritus o transformar las tradiciones", pero fue muy aplaudido cuando añadió que, sea como fuere, "no se puede aceptar que tal o cual creencia o ideario filosófico se oponga al progreso de la humanidad".

Señaló que, para controlar el crecimiento demográfico actual, es necesario el "intervencionismo" y el "apoyo a los esfuerzos del Estado". "La indiferencia y la pasividad serían criminales", dijo el secretario general.

El mundo tienen 5.630 millones de habitantes, que, al ritmo de crecimiento actual, serían más del doble el año

2050. Ahora bien, "el 80% de la población vive en las regiones menos desarrolladas y, si nadie interviene, la situación se agravará", prosiguió Boutros Ghali. "Sería inadmisible confiar en no se sabe qué orden natural, regida por las guerras, el hambre y las enfermedades".

### LLAMADO A LA TOLERANCIA

El secretario general de Naciones Unidas, estimó que la Conferencia de El Cairo "marcará un hito" en la toma de conciencia de los problemas demográficos de la Tierra y de su relación con el desarrollo.

En su discurso de apertura de la Conferencia, Boutros Ghali hizo un vibrante llamamiento a la "tolerancia", a raíz de las consignas de boicót a la reunión lanzadas por los medios musulmanes conservadores y de los ataques del Vaticano al proyecto de declaración final.

Hablando alternativamente en árabe, inglés y francés, el secretario general dijo que, tratándose de "alternativas de so-

ciudad", pueden "comprenderse los temores, las reticencias y las críticas que rodearon los preparativos de la Conferencia", en particular en materia de planificación familiar.

Reconoció que ciertas propuestas pueden contrariar pensamientos o "transformar tradiciones". Pero "no puede admitirse que tal o cual creencia o concepción filosófica (...) se oponga al progreso de la humanidad", agregó, desencadenando los aplausos de la asistencia.

Consideró que tres "principios de conducta deben guiar a los delegados: exigencia, tolerancia y conciencia".

El secretario general fijó a los delegados como objetivo que respondan a nuevas cuestiones que él estima "vitales". — ¿Cuáles son las relaciones entre población, crecimiento económico y desarrollo durable?

— ¿Cuál debe ser nuestra actitud ante el crecimiento de la población y su reparto?

— ¿Cómo asegurar la igualdad de los sexos y la emancipación de las mujeres?

— ¿Qué papel debe desem-

9500380



a los más de 3 mil quinientos delegados de todo el mundo sobre los "peligros de las regiones menos desarrolladas"

## Cairo reclamando "la intervención y el control del crecimiento demográfico"

peñar la familia?

— ¿Cómo reducir la mortalidad materna e infantil?

— ¿Cómo asegurar la dignidad y el bienestar de los ancianos?

— ¿Cuál es la mejor manera de promover políticas de familia y de planificación familiar?

— ¿Cómo pueden ser controlados los movimientos migratorios nacionales e internacionales?

— ¿Qué papel deben desempeñar las organizaciones no gubernamentales en este proceso? En conclusión, Boutros Ghali estimó que la Conferencia de El Cairo es la prueba de la determinación de la humanidad a controlar conjuntamente su demografía y su desarrollo económico futuro.

### EL ISLAM DIVIDIDO

Varios países árabes —entre ellos Arabia Saudita, Irak y Sudán—, decidieron no asistir. Los otros 17 países de la Liga Árabe y los demás países musulmanes participan, aunque en algunos casos las delegaciones son poco importan-

tes como las de Bangladesh y Turquía, donde los primeros ministros son mujeres y prefirieron abstenerse, consignó ANSA.

Más de 14.000 policías fueron movilizados para la seguridad de los delegados y el Centro Internacional de Conferencias de la Capital egipcia está rodeado de controles que permiten un registro minucioso de vehículos y personas.

En su discurso de apertura, el secretario general de la ONU Boutros Ghali declaró que "el futuro de la sociedad humana y la eficacia del orden económico del planeta" dependen del éxito de la Conferencia.

La misma prolongará sus trabajos hasta el 13 de septiembre y estudiará los medios para frenar el crecimiento demográfico mundial para impedir que la Tierra tenga 10.000 millones de personas en el año 2050.

Paralelamente, un Foro de las organizaciones no gubernamentales (ONG) preocupado por los problemas de la familia, el aborto, los medios anticonceptivos, la planificación de la familia y el desarrollo, se reúne en un complejo



El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, se abraza con su compatriota Hosni Mubarak, presidente de Egipto, al comenzar la Conferencia sobre Población y Desarrollo.

deportivo cerca del Centro de Conferencias. En una alegre atmósfera de Torre de Babel,

este Foro contará con más de 60 manifestaciones, encuentros o coloquios diarios.

## Jefas de Estado de Noruega y Pakistán abogaron por los derechos de la mujer

Desde ángulos diferentes, las primeras ministras de Noruega y Pakistán, Gro Harlem Brundtland y Benazir Bhutto, convocaron en El Cairo a un consenso que permita mejorar la condición de la mujer en un marco de estabilidad demográfica.

En la apertura de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD), Brundtland dijo que "la moralidad se vuelve mera hipocresía cuando implica aceptar que las mujeres mueran como consecuencia de los abortos ilegales".

"Despenalizar el aborto debería ser el modo de proteger la vida de las mujeres", añadió.

En un muy aplaudido discurso, la primera ministra pakistaní señaló que el aborto iba contra las enseñanzas del Islam y la santidad de la vida y reclamó la revisión de las partes del proyecto de declaración que se refieren al aborto.

Brundtland, por su parte, dio por sentado que muchos gobiernos no habían comprendido el documento.

"¿Cómo es posible que los términos 'asegurar la salud en el embarazo y en el parto' puedan ser interpretados como una promoción del aborto, o calificar al aborto como un medio de planificación familiar?", declaró.

La primera ministra noruega afirmó que la cultura tradicional y las barreras religiosas podrían transformarse

en un obstáculo para la planificación familiar y citó a Indonesia (país musulmán) y a Italia (país cristiano católico) como ejemplos de países que pese a sus convicciones religiosas controlan el crecimiento demográfico.

Sin embargo, el ministro de Población indonesio, Hariyono Suyono, dijo a IPS que su país "no actúa en función de la religión o la ideolo-

## Chile condenó el aborto pero respaldó los derechos sexuales

Chile rechazó el aborto como método de planificación familiar, pero respaldó el concepto de derechos sexuales y reproductivos del individuo en la inauguración de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD), consignó ANSA.

La ministra directora del Servicio Nacional de la Mujer, Josefina Bilbao, afirmó que para el gobierno chileno el aborto no debe ser estimulado como método de planificación de la familia y pidió a la CIPD un compromiso político que demuestre la interrelación entre demografía, crecimiento económico sostenido y desarrollo sustentable.

Bilbao afirmó que frente a la consolidación de las sociedades libres, tecnológicamente avanzadas, ambientalmente más responsables y culturalmente más pluralistas, continúan existiendo contrastes inaceptables para la conciencia de la humanidad.

Finalmente, la ministra Bilbao sostuvo que las propuestas que salgan de esta Conferencia no deben violentar la conciencia, valores y tradiciones de cada país.

gía sino de sus recursos". Añadió que incrementar los fondos es decisivo para encarar los problemas en debate en la Conferencia y reconoció que el gobierno también "trabaja con la gente, y con los líderes religiosos". En Indonesia el aborto es legal únicamente si es imprescindible para salvar la vida de la madre.

Brundtland expresó en su discurso que legalizar el abor-

to no significa incrementar su número, "la cifra total de abortos en mi país permaneció siendo la misma después de que el aborto fuera legalizado, mientras que los abortos ilegales cayeron a 0".

Ante la reacción positiva del conjunto de los delegados ante el discurso de Bhutto, algunas voces señalaron que buena parte fue escucha para el consumo interno.

## Uruguay y Barbados encabezan los países latinoamericanos con menor tasa de mortalidad

La Red de Salud de Mujeres Latinoamericanas (RSML), participante en el Foro de ONGs paralelo a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) que se inauguró hoy en esta capital, se reunió para tratar que las delegaciones oficiales de esa región acepten el concepto de aborto inseguro, según da cuenta IPS.

"El programa de acción de la CIPD debe responder a la realidad y el aborto practicado en condiciones de riesgo es una tragedia que afecta a todos los países latinoamericanos", afirmó Amparo Claro, coordinadora de la organización.

El aborto inseguro o en malas condiciones es uno de los puntos que discutirán los 174 países participantes en el Comité Principal de la CIPD, y fue cuestionado por varias naciones en la reunión preparatoria de la Conferencia celebrada en abril en Nueva York.

El documento preliminar aprobado en la reunión preparatoria instó "a los gobiernos y organizaciones intergubernamentales y no gubernamentales a ocuparse de manera franca y directa del aborto en malas condiciones, como un importante problema de salud pública".

El anteproyecto afirmó que "en ningún caso el aborto debe utilizarse como método de planificación familiar", pero no niega el derecho de la mujer a decidir la interrupción de su gravidez.

Además indicó que las mujeres deberían tener acceso a servicios de salud e información apropiados que incluyan el aborto, y dejó la decisión final sobre la cuestión a cada país.

Claro recordó que otros programas de acción resultantes de las anteriores conferencias sobre población, auspiciadas por las Naciones Unidas, que se realizaron en Copenhague y en México en 1974 y 1984, promovieron el tratamiento humano adecuado y la asesoría a las mujeres que tuvieron que recurrir al aborto.

Una reunión de 20 ONGs de mujeres de América Latina, entre ellas algunas pertenecientes a la RSML, recordó que el documento preliminar de Nueva York propuso reducir la mortalidad materna en 50 % en el 2000.

Las tasas de mortalidad materna de América Latina, estimadas por el Departamento de Información Económica y Social y Análisis de Políticas de la ONU, se sitúan en 600 muertes por cada 1.000 niños nacidos vivos en Bolivia, y alrededor de 300 en Haití, Guyana, Paraguay y Perú.

Los países que registran los índices más bajos son Barbados y Uruguay, con un índice de 26 y 37 muertes cada 100.000 nacimientos respectivamente.

➤ Vaticano reconoció la importancia del crecimiento demográfico

# Los intentos europeos por destrabar la conferencia de El Cairo aún no prosperan

Con las posiciones de todas las partes bien delimitadas acerca del aborto y los sistemas de planificación familiar, la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo que se realiza en El Cairo ingresó en días decisivos: sobre un 90% de la agenda hay consenso, pero el 10% restante, que comprende esos conflictivos temas, permanece en la incertidumbre.



Al Gore

El vicepresidente norteamericano explica la posición de su país ante la oferta mirada del presidente egipcio, Hosni Mubarak.

jornada de la Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo, el Vaticano también subrayó que no ha cambiado su posición en torno al uso de anticonceptivos, incluyendo los preservativos.

La UE y Estados Unidos han deliberado sobre una nueva redacción del borrador, en un intento de minimizar el impacto global de un rechazo papal al documento.

Pero el comunicado de tres páginas divulgado hoy por la Santa Sede dejó en claro que si bien puede aceptar un cierto compromiso en el lenguaje, no cederá en lo más mínimo en los tópicos fundamentales relativos a la moral.

En la conferencia, una comisión intenta redactar nuevamente el programa de acción que establecerá principios políticos no obligatorios para limitar hasta 7.270 millones la población del año 2015, desde los actuales 5.670 millones. ■ (De la redacción de El Observador, en base a fuentes de Reuter)

La Unión Europea (UE) presentó un proyecto que modifica la redacción del documento preliminar, en procura de acercar las posiciones de islamistas, católicos y países subdesarrollados a las de las naciones industrializadas, que con matices son favorables al aborto, pero hasta ayer no se había logrado el acuerdo.

Tanto los islamistas como el Vaticano no están conformes todavía con los intentos de la UE por reducir con una nueva redacción la distancia que separa a los diferentes países en torno al tema del aborto.

Los islamistas dijeron que la sesión inaugural de la Conferencia de Población y Desarrollo de las Naciones Unidas que se realiza en El Cairo confirmó sus temores de que el foro promovería la perversión sexual, el sexo extramarital y los abortos fáciles.

Los países musulmanes se reunieron en el centro de la conferencia el lunes por la noche para coordinar su posición sobre el aborto, los valores familiares y la supervisión paterna.

"Nunca apoyaremos nada que viole la ley islámica. Nosotros, los países islámicos, tenemos mandamientos definitivos sobre el aborto y no podemos desviarnos de ellos", dijo el jefe de la delegación afgana, Sarajoque Mohammed Saddik.

Por su parte, Joaquín Navarro Valls, representante del Vaticano, dijo que la nueva redacción del texto "no es satisfactoria para nosotros".

Navarro Valls se refería a la nueva redacción de las seccio-

nes del documento que tratan el tema del aborto realizado por los delegados europeos y en la que se excluye el aborto como método de planificación familiar.

Agregó que los negociadores están aún en un punto temprano de la asamblea y se manifestó esperanzado en encontrar un lenguaje común antes de la finalización de la conferencia, el próximo martes.

El comunicado formal del Vaticano afirma: "La Santa Sede no puede apoyar implícita o explícitamente aquellas partes del documento que se refieren al aborto, el debilitamiento de la terminología familiar, la promoción de un estilo de vida de sexualidad liberal entre los adolescentes libre de derechos paternos".

## Reconocimiento del problema

Funcionarios vaticanos sostuvieron que no obstante reconocer el grave problema del acelerado crecimiento demográfico, la Iglesia no está dispuesta a hacer concesiones importantes en temas como los del aborto y la familia.

En su vigorosa exposición, la Santa Sede señaló que "mientras el proyecto de documento final contiene muchos elementos positivos", no daría apoyo implícito o explícito a algunas de sus secciones.

"La Santa Sede reconoce públicamente que hay serios problemas relacionados con el crecimiento demográfico", dice el comunicado oficial.

Pero al iniciarse la segunda

## No hay acuerdo Vaticano-EEUU

Los funcionarios vaticanos y estadounidenses no pudieron zanjar ayer sus diferencias sobre el tema del aborto, y la Santa Sede emitió una nueva enérgica condena de las propuestas de la Conferencia sobre Población.

El vicepresidente Al Gore y el delegado vaticano, Renato

Martino se reunieron en el hotel de Gore, quien no obstante las diferencias calificó la reunión de muy cordial.

El vicepresidente señaló su esperanza de llegar a una transacción acerca del aborto, que amenaza la posibilidad de un acuerdo. ■ (AP)

9500380

## Población: desde 1974 en Bucarest el dilema es el mismo *Rep. 7/R*

La Conferencia de ONU sobre Población y Desarrollo que se realiza en El Cairo compromete, en la temática principal que la convoca, una multitud de "items", que hacen a realidades preocupantes —o de importancia— observables en el orden planetario. Migraciones internacionales, salud reproductiva y métodos de planificación familiar, incremento en la calidad de vida de la mujer, y etcétera, etcétera, etcétera. Es un todo, un gran paquete que intenta conformar, en una única unidad superior, un único problema.

Si las sospechas podían existir, en medios que recuerdan situaciones similares por la temática, en los años de la década del '70, las palabras inaugurales de Boutros Ghali, el secretario general de la ONU, no las aventaja. Reclamó la intervención y el apo-

yo a esfuerzos de los Estados para el control del crecimiento demográfico". Reclamó político, que hacía la síntesis de las variadas variantes de la Conferencia.

Y, por si hubiese alguna duda sobre la tesis final y recóndita que puede animar el espíritu que pudiera imponerse en la reunión, el secretario general alertó, a los delegados de todo el mundo, sobre los "peligros de agravamiento (que se plantean en el planeta) pues el 80% de su población vive en las regiones menos desarrolladas".

No estuvo ausente en su discurso un llamado a la tolerancia a raíz de consignas de boicot lanzadas contra la Conferencia por medios musulmanes y del Vaticano. Espíritu de tolerancia reclamado que compartimos. Pero sin dejamos caer en el olvido de antecedentes que marcaron postu-

ras fundamentales al respecto, no hace tanto tiempo como para que no mantengan su validez.

En agosto de 1974, se realizó en Bucarest la Conferencia Mundial de Población (de ONU), con delegados de 136 países. Allí se discutieron los problemas demográficos en términos políticos, y no meramente demográficos. La Conferencia de Bucarest terminó con la derrota de las tesis de control de natalidad, que pretendían comprometer a la ONU con las campañas y movimientos interesados en las soluciones autoritarias de la expansión demográfica.

Veinte años después, podremos constatar cuáles, o cómo ha evolucionado la conciencia mundial sobre tan espinoso tema. Que puede comprometer el futuro de los países poco desarrollados.

Y, por supuesto, el nuestro.

9500380

32p + 19

Para el jefarca de la institución financiera mundial, Lewis Preston, la planificación

# **"Mil millones de personas sobreviven en el presidente del Banco Mundial, quien llamó a**

## **Mapa de crecimiento demográfico mundial**

■ De aquí al 2025, la población mundial pasará de 5.600 millones de seres humanos a 10.000 millones, según previsiones del Fondo de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo, que se celebra desde el lunes en El Cairo, según el informe de AFP.

Asia representa hoy el 53% de la población mundial, África subsahariana el 10%, Cercano Oriente y África del Norte 6%, América Latina 5% los países industrializados, (Europa, América del Norte) 20%.

Pero esta repartición se modificará dado que el 95% del crecimiento demográfico se observa en los países en desarrollo, que aumentarán su peso relativo en la población del globo en relación con los países industrializados que conocen desde hace tiempo un descenso demográfico.

América del Norte (México, Canadá y Estados Unidos). La población se estima llegará a unos 372 millones de habitantes y al ritmo de 1.1% anual, alcanzará los 497 millones en 2025.

La fecundidad llega al umbral de renovación de las generaciones en Canadá, 1.8 hijo por mujer y en Estados Unidos, 2.1 hijos por mujer. En México es 3.2 hijos por mujer.

América del Sur y la zona del Caribe. La población pasará de 455 millones de habitantes a 701 millones en 2025, al ritmo actual de 1.8% por año.

La transición hacia una demografía menos elevada ya se efectuó con una notable baja de la fecundidad en la Argentina, con 2.8 hijo por mujer, Chile, Brasil y Colombia con 2.7 hijo por mujer. Algunos países —según revela el documento de las Naciones Unidas— mantienen sin embargo una fecundidad elevada (Haití 4.8 hijos por mujer, Guatemala 5.4, Honduras 4.9, Nicaragua 5).

—El continente europeo. Tiene el crecimiento más lento del mundo y pasará de 796 millones de habitantes (países del este y ex Unión Soviética incluidos) a 886 millones de aquí al 2025, con un crecimiento diez veces inferior al de África. La consecuencia de esta escasa fecundidad es que la proporción de las jóvenes generaciones se reducirá y el envejecimiento de Europa será más rápido que el del resto del mundo.

—África. Pese a una reciente estabilización no pudo alinearse con los progresos de los restantes continentes. Los países africanos conservan la mayor tasa de crecimiento del mundo con 2.9% anual, lo que implica una duplicación de la población en una generación. El continente pasará de 682 millones de habitantes a 1.600 millones en 2025.

—Asia. La parte de mundo más poblada, cuenta con 3.300 millones de habitantes y 4.900 millones fueron previstos para el 2025. Pero su ritmo de crecimiento es de +1.8% por año, ya que esta zona realizó rápidos progresos.

En 2025, China continuará siendo el país más poblado del mundo, con 1.500 millones de habitantes (contra 1.200 millones actualmente), seguido por la India con 1.300 millones (contra 896 millones en la actualidad). A zonas de fuerte fecundidad (India 3.9 hijos por mujer, Nepal 5.5), Afganistán (6.9), Irán y Pakistán (aproximadamente 6), se oponen regiones de fecundidad más baja como Sri Lanka (2.5), Singapur y Japón (1.7), Tailandia y China (2.2), y Hong Kong (1.4).

—Oceania (Australia, Nueva Zelanda, Molania, Papúa Nueva Guinea). Pasará de 27 millones de habitantes a 41 millones en 2025, con una tasa de crecimiento inferior a la mitad de la de África.

- \* La Unión Europea siguió mediando hoy entre la convergencia Islam-Iglesia Católica y los países desarrollados en torno a la cuestión del aborto
- \* Tres agencias de la ONU reclamaron a los países ricos que destinen el 20 por ciento de sus programas de ayuda externa a los servicios sociales básicos y que las naciones pobres pauten igual porcentaje de sus presupuestos para estos fines
- \* El grupo de los 77 pidió que se respeten las decisiones internas de los estados en los temas conflictivos relacionados con el control demográfico

■ Mientras el drama de la pobreza se hace cada vez más patente, la cuestión del aborto asumió con fuerza el papel de la indiscutible manzana de la discordia, en la nueva jornada de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo.

"Mil millones de personas luchan por sobrevivir con un dólar al día", fue el escalofriante dato sobre la pobreza en el planeta presentado por el presidente del Banco Mundial, Lewis T. Preston y recogido por ANSA en El Cairo.

Preston hizo un llamado urgente para que se pueda enfren-

tar el problema del crecimiento demográfico que, subrayó, es clave para reducir la pobreza y asegurar un desarrollo sostenible.

"Dos mil millones de personas en el mundo no disponen de agua potable y tres millones de niños mueren cada año por mala nutrición", dijo entre otras cosas Preston, tras añadir que, "en esta década, la población de los países en desarrollo aumentará al ritmo de 80 millones al año".

La intervención del presidente del "World Bank" fue uno de los más significativos discursos de la sesión de trabajo de hoy,

mientras la Unión Europea siguió intensificando sus esfuerzos de mediación entre la inéscita convergencia Islam-Iglesia Católica y el Occidente desarrollado.

La composición de esos dos frentes se perfiló hoy con más claridad: por un lado, los altos exponentes musulmanes y el Vaticano. Por el otro, EEUU, la secretaria general de la Conferencia, señora Nafis Sadik, y los países escandinavos.

Los dos grupos de países protagonizaron una sutil guerra psicológica, con el objetivo de conquistar los consensos útiles para

9500380

28



familiar "es clave para reducir la pobreza y asegurar un desarrollo sostenible"

## **"mundo con un dólar al día", afirmó el enfrentar el crecimiento demográfico**

el documento final, en el que están en juego las decisiones sobre el aborto y otros temas claves.

Para los dos frentes es clave el apoyo de los países superpoblados de África y de Asia (desde China e India, hasta Indonesia, Pakistán y Nigeria).

El demógrafo italiano Antonio Golino dijo que la delegación del Vaticano estaba a punto de aceptar la propuesta de mediación sobre el aborto presentada ayer por la Unión Europea.

Golino reveló que se había llegado muy cerca a una conclusión del debate sobre el aborto, tema abordado en el parágrafo 25 del octavo capítulo del borrador del documento final.

Pero la delegación de la Santa Sede pidió tiempo hasta hoy para poder reflexionar, dijo Golino, tras subrayar que la parte del documento sobre el aborto fue reescrita sobre la base de la propuesta europea, "simplificando el lenguaje, pero sin traicionar el sentido de todos los conceptos".

Los puntos de la propuesta europea, añadió, son cuatro: el aborto no es un instrumento de control de los nacimientos, el aborto ilegal debe ser fuente de preocupación para los gobiernos, las mujeres deben ser apoyadas por consultores, en los lugares donde el aborto es legal deben asegurarse las condiciones higiénico-sanitarias.

### **MÁS FONDOS PARA SERVICIOS SOCIALES**

Por su parte, IPS informó que tres agencias de la ONU promueven la llamada iniciativa 20/20 en la Conferencia Mundial inaugurada en la capital egipcia,

con el objetivo de reunir fondos necesarios para apoyar las políticas de población en el siglo próximo.

El proyecto podría ser aprobado dentro de una semana en la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo, que se prolongará hasta el día 13, está orientado a incrementar en cerca de 40.000 millones de dólares la financiación de servicios sociales.

La ONU (Organización de Naciones Unidas) solicitará a los donantes occidentales que destinen 20 por ciento de sus programas de ayuda a los servicios sociales básicos, y que los países en desarrollo asignen igual porcentaje de los presupuestos nacionales a las mismas áreas prioritarias.

James Grant, director ejecutivo de Unicef (Fondo de Naciones Unidas para la Infancia), una de las tres agencias promotoras del proyecto, aseguró que la mayoría de los problemas socioeconómicos críticos del Tercer Mundo podrían resolverse mediante la reestructuración de presupuestos.

Unicef respalda la iniciativa 20/20 junto al programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y el Fondo de Naciones Unidas para la Población.

La propuesta 20/20 figura en el programa de acción sometido a análisis en El Cairo, aunque no tuvo consenso en las discusiones preparatorias. No obstante, las tres agencias de la ONU confían en que será aprobada la próxima semana.

Speth destacó que los países en desarrollo vierten anualmente a las áreas de desarrollo humano sólo 13 por ciento de sus gastos presupuestales, o 57.000

millones de dólares.

El incremento a 20 por ciento de los mismos gastos, representaría una asignación total del 88.000 millones de dólares a los mismos sectores sociales, según los cálculos de la ONU.

Mientras, las naciones donantes destinan sólo siete por ciento de sus programas de ayuda a los servicios sociales básicos, y su incremento a 20 por ciento llevaría el total a 12.000 millones de dólares, dijo Speth.

La iniciativa de la ONU procura un aumento mínimo de 30.000 millones de dólares y máximo de 40.000 millones del total de fondos empleados en áreas críticas de desarrollo humano, destacó el administrador del PNUD.

### **RESPECTO A LA VOLUNTAD DE LOS ESTADOS**

Los 130 miembros del Grupo de los 77 decidieron proponer a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) que los debates sobre temas polémicos se realicen en un marco de respeto a las leyes de países involucrados.

El respeto a la soberanía de cada país puede ser un camino para lograr un entendimiento y así enfrentar confrontaciones, afirmó Humberto de la Calle, vicepresidente de Colombia y jefe de la delegación de su país.

Colombia presentará el viernes en la plenaria de la CIPD la posición de su país.

De La Calle expresó su acuerdo con las ideas expuestas el lunes por el vicepresidente de EEUU, Al Gore, en uno de los discursos inaugurales de la Conferencia que sesionará hasta el



La red de mujeres africanas promovió, en la Conferencia Mundial sobre Población y Desarrollo, que la salud de las mujeres es un derecho humano básico.

13 de setiembre. Gore dijo que es intención de Washington respetar la voluntad de cada país en las decisiones sobre políticas de control demográfico.

El G-77 elaboró un borrador "que será presentado a los países desarrollados con el fin de provocar la discusión y lograr un entendimiento en las discusiones de la CIPD, de las que participan 174 países miembros de la ONU", dijo De La Calle a IPS.

9500380

## Al Gore no cree que el Vaticano firme el documento de El Cairo

■ El vicepresidente norteamericano, Al Gore, declaró a AFP el martes que no cree que el Vaticano firme el documento final de la Conferencia sobre Población y Desarrollo de El Cairo.

"Nadie debe hacerse ilusiones; no ocurrirá nada (en El Cairo) que haga que el Vaticano firme el documento", dijo Gore al término de un encuentro con la delegación de la Santa Sede en El Cairo y de una reunión con el presidente egipcio, Hosni Mubarak.

"El Vaticano no firmó los documentos hace 20 años, no los firmó hace diez años y no los firmará hoy", prosiguió el vicepresidente.

La reunión entre el jefe de la delegación norteamericana en El Cairo y la delegación vaticana, que duró 40 minutos y se realizó en el hotel Semiramis, tuvo lugar "a pedido de Gore", precisó el Vaticano, que tiene estatuto de delegado de pleno derecho en la Conferencia de El Cairo.

Según la misma fuente, Gore



El vicepresidente de los Estados Unidos, Albert Gore, se reunió ayer con el jefe de la delegación de la Iglesia Católica buscando finalizar las esperanzas.

deseaba comentar su discurso de la víspera con los diplomáticos de la Santa Sede y la conversación no fue consagrada a una negociación de los puntos de la declaración final, que son objeto de discusión entre las distintas delegaciones.

La Santa Sede publicó el martes en El Cairo un comunicado de prensa en el que se critica

ásperamente el texto del proyecto de resolución final y se da a entender que hasta ahora no se ha contraído ningún compromiso al respecto.

El texto, que será propuesto a la firma de las 182 delegaciones presentes en El Cairo, será adoptado sin duda por mayoría simple y sólo comprometerá a los firmantes.

## Jean Cousteau: "Los recursos naturales están mal explotados"

■ El oceanógrafo francés Jean Yves Cousteau advirtió hoy a los gobiernos que lo último que deben hacer es recortar los gastos sociales y que, en lugar de lamentarse y debatir cómo evitar lo inevitable, es necesario poner manos a la obra para lograr que el mundo acoja a miles de millones de nuevos habitantes.

Interviniendo en una conferencia de prensa de Lewis T.

Preston, presidente del Banco Mundial de quien es asesor, Cousteau dijo que los recursos naturales están mal explotados y que es necesario reorganizar desde ahora a la sociedad en función del inevitable crecimiento de la población (actualmente 5.600 millones, el doble en el año 2.050, según la ONU).

Según se anticipó, en el discurso que pronunciará ante la

Conferencia de la ONU sobre Población en curso en El Cairo, Cousteau afirmará que la planificación familiar es una opción personal que no se debe someter a ningún tipo de presión.

También afirmará que los occidentales "han obtenido el bienestar pagando sistemáticamente menos de su valor los recursos de los pobres y reduciendo a la miseria a las tres cuartas partes del mundo".

9500380

Saliendo al cruce de la posición de la Santa Sede, el representante egipcio

## **El Vaticano consiguió el apoyo de Italia y batalla contra el aborto, punto clave del**

- \* Mientras el aborto divide la conferencia, la ONU informó que en Uganda, Zaire, Tanzania y Zambia el sida hará disminuir la población en 12 millones de personas para el 2005
- \* La población africana afectada por el VIH está entre los 25 y 49 años de edad, o sea los encargados de dirigir y sostener una familia

El Cairo (ANSA)  
por David Vargas

La batalla del Vaticano contra el aborto cerró hoy su primer "round" en la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo de la ONU, que suspendió hasta el viernes la discusión sobre la legalidad de la interrupción del embarazo, el tema más espinoso de los coloquios.

La posición de la Santa Sede encontró eco en la intervención del ministro italiano de la Familia, Antonio Gualdi, quien subrayó la imposibilidad de conside-

rar el aborto un medio de planificación familiar.

Gualdi dijo que el desarrollo debe basarse sobre el respeto de los derechos humanos y de la soberanía de los Estados, la protección del medio ambiente y de la familia, de la instrucción, de la educación sexual y de la igualdad de oportunidades para el hombre y la mujer.

"Gracias a la mujer, el mundo está cambiando... el futuro se conjuga en femenino", concluyó Gualdi.

La efervescencia provocada en la Conferencia por el aborto

provocó una suspensión de las discusiones, y llevó a la creación de una subcomisión especial encargada de discutir el tema.

El comité presentará sus conclusiones ante los 3.500 delegados el viernes, que se anuncia como un día clave para la preparación del documento final.

La subcomisión estudiará la nueva formulación del texto modificado sobre la cuestión del aborto, después de que el Vaticano y los radicales musulmanes rechazaron el texto original propuesto por Naciones Unidas. Del aborto y de la mujer ha-

bía hoy una mujer del mundo del espectáculo muy conocida en todo el mundo: Jane Fonda. La actriz, embajadora de buena voluntad de la ONU, dijo que la necesidad del aborto puede desaparecer si se adopta un programa global para el control de la población.

"Si este programa se adopta, el aborto, ya no será necesario", subrayó la popular actriz.

En la maratón de diálogos celebrados hoy, los delegados de los distintos países no habían logrado llegar a un acuerdo sobre los términos claves del

9500380



## que el Papa "no acepta la voluntad de más de cinco mil millones de personas" de varios países latinoamericanos en su documento final de la reunión de El Cairo

relativo al aborto, como "legal" o "ilegal", "seguro" o "inseguro".

La polémica monopolizó la atención de los coloquios y de hecho llevó a una parálisis de la Conferencia, y provocó manifestaciones de impaciencia de parte de varios países participantes.

La posición del Vaticano fue apoyada por los países católicos de América Central, mientras que por su parte la ministra de Protección Social de Brasil, Leonor Franco, dijo que en su país la ley es muy clara: el aborto es ilegal, con excepción de los casos en los que sea necesario salvar la vida de la madre.

El Vaticano "no acepta la voluntad de más de cinco mil millones de personas", dijo en cambio Maher Mahran, ministro para la Población egipcio.

El ataque de Mahran a la Santa Sede fue muy duro y sorprendió, en un día en el que los discursos fueron menos contundentes y espectaculares que en las sesiones precedentes.

"¿Acaso el Vaticano gobierna el mundo? preguntó el ministro egipcio, y agregó: respetamos al Vaticano y al Papa, pero rechazamos que alguien imponga sus ideas. Si no quieren negociar, ¿para qué vinieron a la Conferencia?"

Por su parte, monseñor Renato Martino, jefe de la delegación del Vaticano, pidió una "nueva y profunda reflexión sobre la política demográfica" a los delegados de la Conferencia, y subrayó "el respeto por la vida y por la dignidad de la persona humana" como norma para la política familiar.

Sin embargo, la Santa Sede "no apoya la idea de procreación a toda costa", y subraya la responsabilidad que las parejas deben asumir ante la sociedad y el

mundo, agregó Martino.

Mientras las discusiones sobre la legalidad del aborto dividían la conferencia, un informe de la ONU sobre el avance del

sida en los países subsaharianos de África puso en discusión el futuro de la estructura familiar en el continente negro.

En Uganda, Zaire, Tanzania

y Zambia el virus del sida hará que la población disminuya en 12 millones de personas en el 2005.

Los afectados por esta enfer-

medad incurable serán las personas de entre 25 y 49 años, o sea los encargados de sostener y dirigir una familia, dice el escalofriante informe de la ONU.

## El Banco Mundial acusado de empobrecer aún más a los países subdesarrollados

por Mona Sales (AFP)

■ Las Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) aprovecharon su reunión paralela a la Conferencia de El Cairo sobre Población para cuestionar los programas de ajuste estructural preconizados por el Banco Mundial, que, estiman, empobrecen a los más desfavorecidos.

En una reunión con los delegados de las ONGs realizada el martes, dirigentes de ese banco defendieron su institución, basando su defensa en que ellos

son buscados por los gobiernos de los países pobres y no lo contrario.

"Son los gobiernos los que vienen a vernos para pedir préstamos. No es el Banco Mundial el que se pasea con una bolsa de programas de ajuste", dijo Armeane Choksi, de la India, vicepresidente del Banco. Respondió a un delegado sudafricano que le preguntó por qué se imponían condiciones muy duras a los países africanos en nombre de las políticas de ajuste estructural.

"Los gobiernos que enfrentan crisis económicas se dirigen a nosotros para obtener ayuda financiera", subrayó Choksi, agregando que "en África, es verdad, las reformas económicas distan de estar tan avanzadas como en América Latina".

Otro argumento para justifi-

car las consecuencias negativas de las recetas de ese banco en las poblaciones más desfavorecidas es que "en algunos casos, la situación es tal que hace falta una intervención quirúrgica", dijo otro dirigente del banco, David de Ferrante, antes de agregar que "un enfermo necesita tiempo para restablecerse".

Pero los delegados de las ONGs no se dejaron convencer. "Un enfermo al que se opera necesita anestesia. ¿Qué tipo de anestesia sugiere usted para los más pobres, que son los más afectados por las políticas de liberalización económica?", preguntó un delegado egipcio, Amal Abdel Wahab.

Tomando el caso de Egipto, De Ferrante dijo que "son sobre todo las capas medias de las regiones urbanas las que se empobrecen". "Hay un precio que

pagar — prosiguió — pero fue el gobierno (egipcio) el que decidió el programa de ajuste estructural".

La lista de acusaciones no fue sólo larga sino también diversificada. El Banco Mundial sostiene también a gobiernos impopulares dándoles ayuda, declaró una delegada tunecina.

"Nosotros hemos decidido tratar con los gobiernos establecidos", le respondió simplemente otro dirigente del banco, Anne Tinker.

"Los programas de ajuste estructural pretenden para que las economías de los países pobres puedan prosperar", dijo Choksi.

El Banco "prohíbe a los gobiernos que reduzcan los gastos sociales. Fue lo que se hizo por ejemplo en Venezuela", subrayó.

9500380

## El hiperconsumo es tan perjudicial como la superpoblación, advierten los países pobres

Las prioridades de la Comunidad Internacional deben contemplar recomendaciones de consumo sustentable junto a las políticas sobre población, advirtió hoy en esta capital una coalición de 75 organizaciones no gubernamentales (ONGs) del hemisferio Sur.

Las ONGs, que representan a Asia, África, América Latina y el Caribe, solicitaron a la Organización de Naciones Unidas complementar la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo (CIPD) inaugurada hoy en el Cairo con una

reunión de igual jerarquía, para discutir el consumo sustentable.

Martín Khor, de la Red del Tercer Mundo, con sede en la ciudad de Penang, en Malasia, advirtió a IPS que el norte desplaza cada vez más el peso de su ajuste sobre el hemisferio Sur, de modo que los países ricos puedan preservar su estilo de vida y alto consumo.

«Temo que por concentrarse en la población», la Conferencia de El Cairo pierda de vista el hecho de que 20 por ciento de la

población mundial (los habitantes del norte) consume aproximadamente 80 por ciento de los recursos del planeta, dijo Khor.

Las ONGs lamentaron en su informe que la agenda de la CIPD no otorgara mayor énfasis en temas tales como el consumo sustentable.

«Es urgente restaurar el equilibrio en la agenda de la Comunidad Internacional entre las cuestiones de la población y el estilo de vida y consumo», se señaló en el documento.

Khor agregó que el norte podría usar los asuntos relativos a población para alterar la ecuación real y plantear, por ejemplo, la falacia de que la amenaza al ambiente procede del Tercer Mundo, que alberga 80 por ciento de los habitantes de la tierra.

«Los resultados de la Conferencia de El Cairo podrían inducir a agencias internacionales a condicionar su ayuda a la aplicación de políticas de control de la población» en los países en desarrollo, destacó Khor.

El Banco Mundial podría decir en el futuro «enfóquense sus políticas de población y yo decidiré qué ayuda darles», y algunas señales sugieren que ese condicionamiento ya se ha presentado, al menos en EEUU, agregó.

Pero el presidente del Banco Mundial, Lewis Preston, aseguró este martes que su institución no subordina la asistencia al desarrollo a políticas gubernamentales de población.

Los países donantes creen imprescindible las medidas de control de población en el Tercer Mundo para evitar tanto la explotación de los recursos del planeta como el aumento de las migraciones del Sur al Norte.

**Población: hiperconsumo, tan perjudicial como superpoblación.**

Sally Ethelston, de la Acción Popular Internacional, una ONG radicada en Washington, advirtió que el control del consumo es un asunto «muy difícil de discutir en EEUU».

Antes de la Cumbre de la Tierra celebrada hace dos años en Río de Janeiro, el entonces presidente George Bush puntualizó que el estilo de vida de EEUU no era negociable.

«Bush dijo eso, pero en EEUU tenemos ahora un nuevo gobierno», dijo Ethelston.

A su juicio, la cuestión del consumo presenta dos aspectos, y quienes pretenden preservar el estilo de vida de las sociedades no pueden ignorar que «nosotros derrochamos».

«Necesitamos recurrir a las nuevas tecnologías y extender su empleo a todo el mundo, de modo que los países en desarrollo no cometan los mismos errores que hemos cometido nosotros», agregó Ethelston.

9500380

Crece el debate en torno a temas polémicos en la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo

Jun 28

## APLAZAN DEBATE SOBRE EL TEMA DEL ABORTO

*Las discusiones sobre el aborto, uno de los puntos más conflictivos de los que se debaten en la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo (CIPD), fueron aplazadas ayer, miércoles, por falta de consenso, al tiempo que se pidieron esfuerzos para estabilizar la población del planeta.*

La falta de consenso sobre la cuestión del aborto se debe sobre todo a la postura del Vaticano, a la que se unieron algunos países, en especial de Latinoamérica, y ello hizo que el Comité Principal de la CIPD decidiera posponer los debates y crear un grupo de trabajo encargado de elaborar un texto definitivo, que el viernes se someterá a votación.

Ayer la Santa Sede mostró su disconformidad con la alternativa al párrafo sobre el aborto que presentó Pakistán, la cual hace hincapié en la idea de la Unión Europea (UE) de que no se preconiza la interrupción voluntaria del embarazo como método de planificación familiar.

Aunque en un principio las reservas vaticanas al documento no recibieron casi respaldo, en la sesión de esta mañana al menos lo hicieron 17 países, entre ellos los centroamericanos; Uruguay, Argentina, Chile, Malta y Eslovenia.

El ministro de Población de Egipto, Maher Mahram, criticó ayer duramente la posición que el Vaticano ha adoptado en la CIPD, que se celebra en El Cairo entre el 5 y el 13 de septiembre, y dijo que el mundo no está dirigido por la Santa Sede.

«Respetamos al Vaticano, pero al mismo tiempo rechazamos que alguien trate de imponernos su voluntad», dijo Mahram.

Ante la falta de acuerdo, la actriz estadounidense Jane Fonda, como embajadora de buena voluntad del Fondo de las Naciones Unidas para la Población, mostró su esperanza en que se logre un consenso sobre el aborto.

Otra cuestión sobre la que tampoco se ha alcanzado un

acuerdo es la de la «regulación de la fecundidad», término que sus detractores quieren sustituir por «planificación familiar», como pide la Santa Sede.

En cuanto al crecimiento demográfico, otro de los puntos que las delegaciones de los 182 países presentes en El Cairo debaten en esta conferencia, los jefes de Gobierno de 65 naciones, entre ellas Colombia, República Dominicana, Panamá y Perú, suscribieron una declaración en la que demandan un esfuerzo mundial para estabilizar la población del planeta.

Los países firmantes del texto apremian a sus colegas de todo el mundo a asumir personalmente la tarea de promover políticas demográficas tendientes a estabilizar la población, para lo que es necesario «mejorar la condición de la mujer y el respeto a los derechos humanos» y fomentar «la activa participación de la mujer en la formulación de políticas y programas».

La necesidad mundial de lograr la paz, preservar la calidad del medio ambiente, conservar los recursos naturales, lograr el desarrollo de las naciones más pobres y asegurar el respeto a los derechos humanos, objetivos en los que influye el exceso de población, también aparecen en el documento, cuyo principal promotor es el presidente indonesio, Suharto.

En la jornada de ayer, Cuba aprovechó para denunciar, una vez más, «el injusto y criminal bloqueo» que mantiene EEUU sobre la isla, al que acusó de ser el desencadenante del «éxodo ilegal» de los «balseros» cubanos.

La jefa de la delegación cubana, Vilma Espín, presidenta de la Federación de Mujeres Cubanas, y miembro del Consejo de Estado, ensalzó durante su intervención en el plenario de la conferencia los «logros» de su país en los últimos 35 años en materia social, educativa, sanitaria y de condición de la mujer, y culpó sobre todo a Estados Unidos de sus problemas actuales.

9500380

## CONFERENCIA SOBRE POBLACION

La Conferencia sobre Población se convirtió en un foro cada vez más acalorado entre los pro y antiabortistas. El Vaticano, apoyado por unos 17 países, entre ellos la Argentina, recrudesció sus duras posiciones. Pero la situación amenaza complicarse aún más luego de trascender en Roma, que el Vaticano y los jerarcas del Islam firmaron en junio un acuerdo secreto para unir fuerzas en una suerte de "santa alianza" dirigida tanto a combatir la difusión del aborto como a defender la familia tradicional y los derechos y deberes de los padres a educar a sus hijos. La existencia de esta "alianza" había sido negada por fuentes del Vaticano, entre ellos el activo vocero de la Santa Sede, Joaquín Navarro Valls, una de las voces más activas y polémicas en la cumbre de El Cairo.

REVELACION DEL DIARIO LA REPUBBLICA; LA REUNION FUE

# Alianza secreta entre el el Islam para combatir

EL CAIRO, 7 (Enviado especial). - El Vaticano y los jerarcas del islamismo acordaron en una reunión secreta en la Santa Sede, unir fuerzas en contra del aborto y en defensa de la familia en la Conferencia de Población que se celebra en la capital egipcia.

La "santa alianza", cuya existencia fue negada enfáticamente esta semana por voceros del Vaticano, se concretó el 8 de junio según una impactante investigación del diario italiano "La Repubblica", publicada hoy.

Las cabezas de las dos mayores religiones del mundo "han acordado que algunos puntos comprendidos en el documento (el Plan de Acción de la cumbre) son inaceptables

para los creyentes de las religiones musulmana y cristiana", sostiene el controvertido convenio suscrito en Roma y que hasta ahora se mantenía en secreto.

Del documento, cuya revelación puede fogear aún más el áspero debate en el foro mundial de El Cairo, se suscribieron dos versiones, una en árabe, que reproduce con despliegue el diario romano, y otra en italiano que quedó en poder de los representantes vaticanos.

Al parecer, el importantísimo acuerdo fue filtrado a la prensa por los islámicos.

Los entrevistas entre personalidades católicas e islámicas se realizaron, a pedido de Juan Pablo II, en el Vaticano y

NO HAY ACUERDO SOBRE TEMAS CLAVE

## En el pantano

EL CAIRO, 7 (Enviado especial). - La firme oposición del Vaticano y un grupo de países entre los que figura la Argentina, para elaborar nuevas versiones de los párrafos más conflictivos sobre el aborto, volvió a bloquear el consenso sobre el proyecto de Plan de Acción que debe aprobar la Conferencia sobre Población y Desarrollo que se desarrolla en esta ciudad. Hoy se reiteraron las severas críticas que por primera vez se efectuaron anteanoche a la delegación de la Santa Sede y a lo que se considera, según

un ministro egipcio, un incomprensible poder excesivo del Vaticano sobre la conferencia.

Las reuniones plenarias tuvieron sus momentos culminantes cuando se dirigieron a los delegados la actriz norteamericana Jane Fonda, que trabaja con intensidad en el Fondo de Población como embajadora de buena voluntad, y el jefe de la delegación vaticana, monseñor Renato Martino.

Los momentos más dramáticos de esta polémica se vivieron anteanoche, al finalizar el debate en el Comité Principal, que debía proponer un nuevo texto de compromiso a la Conferencia. Cuando se había llegado a un modelo que, se creía erróneamente, iba a satisfacer a todo el mundo, el delegado de la Santa Sede hizo conocer su oposición. De inmediato se produjeron fuertes murmullos de desaprobación y algunos abucheos, muy poco frecuentes en este tipo de reuniones.

En medio de la barahunda, tomó la palabra el delegado argentino, profesor Aldo Carreras, quien en tono enérgico defendió el derecho de la Santa Sede a expresar sus opiniones y llamó severamente la atención a quienes habían manifestado su desaprobación de manera tan poco diplomática. El propio diario de la conferencia, "IFCD Watch", hace constar en su tapa de hoy que la intervención de Aldo Carreras suscitó la aprobación de numerosos delegados que aplaudieron la cuestión de principios que planteaba la Argentina sobre el imperativo de respetar la opinión de todos los delegados.

El Vaticano recibió el apoyo de unos 17 países, la mayoría latinoamericanos, encabezados por la Argentina. La Santa Sede insistió en que debía darse una ubicación prominente en el párrafo en discusión a un concepto clave ("el aborto no es aceptado como un método de control demográfico") y además debían eliminarse las palabras "aborto seguro" porque, según el delegado vaticano, "no puede ser considerado seguro el eliminar una vida humana".

En los pasillos, el ministro de Población egipcio, Maher Mahran, preguntó ante delegados y periodistas: "¿Es que el Vaticano rige el mundo? Yo pienso que aquí somos todos iguales". El alto funcionario señaló que la Santa Sede no acepta la voluntad de otros Estados que "representan la voluntad de más de cinco mil millones de personas". El ministro señaló además que sobre el polémico tema del aborto, la Santa Sede "evita el diálogo" y adopta una posición "inamovible".

La Unión Europea es partidaria de hacer todo lo posible para llegar a un acuerdo de consenso ya que, según pudo determinar Clarín, hay por lo menos tres delegaciones que no quieren enfrentarse a las posiciones sobre familia, aborto y métodos anticonceptivos de la Santa Sede. Se trata de Irlanda, Portugal e Italia cuya delegación está muy dividida sobre estos temas.

En su esperado discurso, monseñor Renato Martino, delegado de la Santa Sede, insistió en que el Vaticano no permitirá ninguna decisión que debilite la institución familiar. "La Santa Sede no apoya la línea de procreación a todo costo y destaca, por el contrario, la responsabilidad que las parejas deben asumir ante la sociedad y el mundo."

La alocución de monseñor Martino fue aplaudida con entusiasmo cuando aludió a algunos puntos polémicos como al afirmar: "El tema de la educación sexual corresponde a los padres y no al Estado". Las muestras de aprobación se repitieron cuando el delegado vaticano atacó enérgicamente el aborto y señaló que "una nueva vida, desde su comienzo, tiene el derecho de ser generosamente recibida". Martino insistió en que "la Santa Sede rechaza firmemente toda tentativa de debilitar la familia o de proponer una redefinición radical de su estructura".

EN JUNIO A PEDIDO DEL PAPA

# Vaticano y el aborto

tomaron parte el jefe de la Oficina de Asuntos Generales de la Secretaría de Estado de la Santa Sede, monseñor Montenegro el Hacem; el diplomático responsable de las relaciones con los estados extranjeros, monseñor Carrascosa Coso Andrés y el jefe de la Sección Islam del Consejo Papal para el diálogo interreligioso.

Tres importantes personalidades islámicas firmaron el documento por los musulmanes: Monsef Klibi, de la Organización para la Conferencia Islámica; Abdallah Abdel Sciakur, de la Liga del Mundo Islámico, y Mohamud al Bar, de la Conferencia Islámica. Estas tres gigantescas organizaciones representan a los creyentes islámicos de todo el mundo tanto de la comunidad sunnita como chifta.

El documento contiene un preámbulo donde constan los acuerdos de principios y a continuación se realizan acuerdos puntuales sobre tres "puntos principales": el rol de la familia, la difusión del aborto y los derechos y deberes de los progenitores. Estos son precisamente los temas polémicos sobre los que se desató una campaña, primero del papa Juan Pablo II y después de jefes religiosos ortodoxos islámicos que calificaron al Plan de Acción de la ONU como culpable de propiciar el aborto, las relaciones prematrimoniales, la homosexualidad y el sexo prematrimonial entre los adolescentes.

A continuación los firmantes declaran oponerse a la "orientación individualista que caracteriza el documento" de las Naciones Unidas. Después de realizar otras consideraciones, añade que "todos los firmantes confirman que el individualismo exagerado y agresivo conduce en definitiva a la destrucción de la sociedad, llevándola al estado de post-tronación moral, de libertinaje y de supresión de los valores sociales".

El documento suscrito en el Vaticano detalla a continuación los puntos principales del Plan de Acción de las Naciones Unidas que merece sus críticas y la acción común para oponerse a ellos.

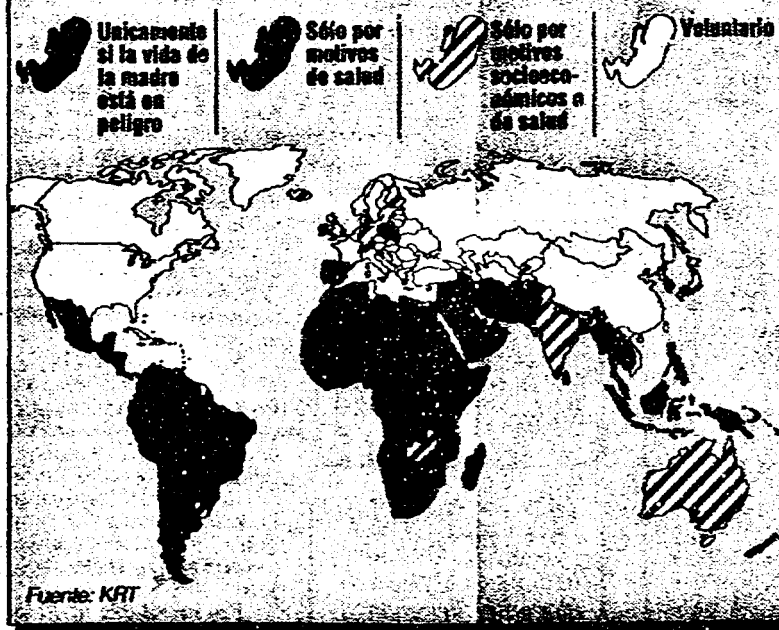
1) La modificación del rol de la familia. Insiste el documento católico-islámico en que esta es la base de la sociedad y que las Naciones Unidas no tienen la facultad de modificar tal institución que está consolidada en las dos religiones, cristiana y musulmana.

2) La difusión del aborto. El acuerdo declara que es un tema de principio de las religiones musulmana y cristiana considerar al aborto como un grave delito. Indica después que el Plan de Acción de las Naciones Unidas debería "haber contemplado un texto explícito que afirme que el aborto no puede ser un medio de la planificación familiar".

3) Derechos y deberes de los progenitores. Después de insistir sobre el papel de los padres y su derecho a educar a sus hijos en los valores religiosos, los firmantes declaran que no aceptan "lo que contempla el documento sobre la posibilidad ofrecida a los adolescentes y a los niños de abortar y de usar los anticonceptivos sin el acuerdo de los progenitores e incluso sin su conocimiento".

Juan Carlos Algañaraz

## EL ABORTO EN EL MUNDO



9500380



## UN EJERCITO DE LA ANTICONCEPCION

# Los militantes abortistas acosan en todas partes

EL CAIRO 7 (Enviado especial). — Esta no es una conferencia sobre el aborto, según los funcionarios de las Naciones Unidas, pero no se habla de otra cosa. La polémica diplomática abrió paso hoy a acciones militantes por parte de partidarios y opositores a la interrupción del embarazo y los métodos anticonceptivos.

El acceso a la conferencia se convirtió en una especie de gran "zoco" oriental de grupos y activistas empeñados en transmitir sus puntos de vista. El enviado de Clarín, después de un generoso almuerzo oriental, llegó a la sede de la Conferencia y en la puerta fue acosado por varias jóvenes, indias y nórdicas, que intentaban convencerlo sobre las ventajas de la vasectomía; se ayudaban con grandes cartelones que incluían gráficos y fotografías apropiadas para una clase de anatomía.

El paso apurado solo logró desembocar en una bastante desagradable exposición de grandes fetos de plástico desarrollándose desde las cuatro semanas en adelante, según las explicaciones —dadas a los gritos— de un estrafalario personaje opuesto al aborto. Fue inútil tratar de llegar hasta la puerta de acceso gambeteando los modelos intrauterinos: una dama australiana, atraída por las credenciales periodísticas, avanzó con una gran fotografía de una chiquita: "Matarla es

un asesinato. Matarla antes que nazca es un aborto".

Una apreciable cantidad de ciudadanos de ambos sexos —orientales, europeos, latinoamericanos y africanos— colmaron a este periodista de folletos, proclamas, denuncias y exhortaciones. En las salas interiores, las excepcionales medidas de seguridad no habían impedido que se desplegaran carteles contra el "imperialismo abortista".

Asediado por todos, enfundado en un conjunto azul marino, con el pelo muy blanco y bastante encorvado, el comandante Jacques-Yves Costeau se manifestaba sorprendido por el despliegue militante mientras no paraba de estrechar manos. Pero la gran estrella de la jornada fue la espléndida actriz norteamericana Jane Fonda, que arengó a la conferencia, con aire austero, el pelo recogido y unos severos anteojos. La noche anterior, en Luxor, la diva estuvo resplandeciente con el pelo suelto, los ojos profundamente azules que brillaban con fuerza y un encanto que tenía a hombres y mujeres girando en torno de ese encanto.

A la salida, Jane Fonda fue asaltada por los delegados masculinos que querían verla de cerca aunque le hablaban del control de la natalidad, y las femeninas, que alababan su militancia en favor de la liberación femenina.



Joaquín Navarro Valls

## Un cruzado del Papa

El mensaje no que la Santa Sede está utilizando en la Conferencia sobre Población de El Cairo para intentar torcer el rumbo en los conflictivos temas de aborto, educación sexual y familia tiene nombre, apellido y cargo: Joaquín Navarro Valls, el vocero del Vaticano.

Pese a que el arzobispo Renato Martino, como jefe de la delegación pontificia a la reunión de Egipto, debería haberse constituido en la voz cantante de las posiciones vaticanas, la importancia otorgada por la Iglesia a este encuentro obligó al envío del laico español Navarro Valls, un polémico y fiel cruzado del papa Juan Pablo II.

El portavoz papal, un gentil cincuentón nacido en el seno de una adinerada familia franquista, es considerado uno de los hombres del Vaticano más dogmático, activo y hábil a la hora de imponer sus convicciones.

Tras una década como vocero papal, en la Santa Sede hay acuerdo en que nunca ese cargo adquirió tanto protagonismo como el asumido en los últimos años por Navarro Valls.

Influente miembro del Opus Dei (vive incluso en una residencia propiedad de ese movimiento), Navarro Valls acredita entre sus antecedentes el de ser médico psiquiatra, torero aficionado en su juventud, escritor y periodista. Esta última función fue la que lo llevó a Roma, hace casi 20 años, como corresponsal del tradicional y monárquico diario español "ABC".

Quienes recelan de su poder dicen que la suerte de Navarro Valls está demasiado atada a Su Santidad, con el argumento de que el vocero del Vaticano es tan papista como el Papa.

Javier Colva  
Copyright Clarín 1991



La actriz Jane Fonda habla ayer en la conferencia de El Cairo a favor del aborto y de los métodos anticonceptivos.

## UN EJERCITO DE LA ANTICONCEPCION

# Los militantes abortistas acosan en todas partes

El CAIRO 7 (Enviado especial). - Esta no es una conferencia sobre el aborto, según los funcionarios de las Naciones Unidas, pero no se habla de otra cosa. La polémica diplomática abrió paso hoy a acciones militantes por parte de partidarios y opositores a la interrupción del embarazo y los métodos anti-conceptivos.

El acceso a la conferencia se convirtió en una especie de gran "zoco" oriental de grupos y activistas empeñados en transmitir sus puntos de vista. El enviado de Clarín, después de un generoso almuerzo oriental, llegó a la sede de la Conferencia y en la puerta fue acosado por varias jóvenes, indias y nórdicas, que intentaban convencerlo sobre las ventajas de la vasectomía; se ayudaban con grandes cartelones que incluían gráficos y fotografías apropiadas para una clase de anatomía.

El paso apurado solo logró desembocar en una bastante desagradable exposición de grandes fetos de plástico desarrollándose desde las cuatro semanas en adelante, según las explicaciones -dadas a los gritos- de un estrafalario personaje opuesto al aborto. Fue inútil tratar de llegar hasta la puerta de acceso gambeteando los modelos intrauterinos: una dama australiana, atraída por las credenciales periodísticas, avanzó con una gran fotografía de una chiquita: "Matarla es

un asesinato. Matarla antes que nazca es un aborto".

Una apreciable cantidad de ciudadanos de ambos sexos -orientales, europeos, latinoamericanos y africanos- colmaron a este periodista de folletos, proclamas, denuncias y exhortaciones. En las salas interiores, las excepcionales medidas de seguridad no habían impedido que se desplegaran carteles contra el "imperialismo abortista".

Asediado por todos, enfundado en un conjunto azul marino, con el pelo muy blanco y bastante encorvado, el comandante Jacques-Yves Costeau se manifestaba sorprendido por el despliegue militante mientras no paraba de estrechar manos. Pero la gran estrella de la jornada fue la espléndida actriz norteamericana Jane Fonda, que arengó a la conferencia, con aire austero, el pelo recogido y unos severos anteojos. La noche anterior, en Luxor, la diva estuvo resplandeciente con el pelo suelto, los ojos profundamente azules que brillaban con fuerza y un encanto que tenía a hombres y mujeres girando en torno de ese encanto.

A la salida, Jane Fonda fue asaltada por los delegados masculinos que querían verla de cerca aunque le hablaban del control de la natalidad, y las femeninas, que alababan su militancia en favor de la liberación femenina.



La actriz Jane Fonda habla ayer en la conferencia de El Cairo a favor del aborto y de los métodos anticonceptivos.



Joaquín Navarro Valls

## Un cruzado del Papa

El megáfono que la Santa Sede está utilizando en la Conferencia sobre Población de El Cairo para intentar torcer el rumbo en los conflictivos temas de aborto, educación sexual y familia tiene nombre, apellido y cargo: Joaquín Navarro Valls, el vocero del Vaticano.

Pese a que el arzobispo Renato Martino, como jefe de la delegación pontificia a la reunión de Egipto, debería haberse constituido en la voz cantante de las posiciones vaticanas, la importancia otorgada por la Iglesia a este encuentro obligó al envío del laico español Navarro Valls, un polémico y fiel cruzado del papa Juan Pablo II.

El portavoz papal, un gentil cincuentón nacido en el seno de una adinerada familia franquista, es considerado uno de los hombres del Vaticano más dogmático, activo y hábil a la hora de imponer sus convicciones.

Tras una década como vocero papal, en la Santa Sede hay acuerdo en que nunca ese cargo adquirió tanto protagonismo como el asumido en los últimos años por Navarro Valls.

Influente miembro del Opus Dei (vive incluso en una residencia propiedad de ese movimiento), Navarro Valls acredita entre sus antecedentes el de ser médico psiquiatra, torero aficionado en su juventud, escritor y periodista. Esta última función fue la que lo llevó a Roma, hace casi 20 años, como corresponsal del tradicional y monárquico diario español "ABC".

Quienes recelan de su poder dicen que la suerte de Navarro Valls está demasiado atada a Su Santidad, con el argumento de que el vocero del Vaticano es tan papista como el Papa.

Javier Calvo  
Copyright Clarín, 1994



## Madre Teresa en Durísima Crítica Contra el Aborto

EL CAIRO, 8 (EFE).— La madre Teresa de Calcuta afirma su convicción de que "el mayor destructor de la paz hoy en el mundo es el aborto", en un mensaje enviado hoy, jueves, a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) de El Cairo.

La premio Nobel de la Paz condena en durísimos términos la práctica del aborto y se pregunta "si una madre puede matar a su propio hijo, ¿qué puede impedir que tú y yo nos matemos uno al otro?"

"El único que tiene derecho a quitar la vida es el que la ha creado. Nadie más tiene ese derecho, ni la madre, ni el padre, ni el doctor, ni la conferencia, ni el gobierno", añade en alusión a la CIPD, donde se ha creado una amplia polémica en la que los detractores del proyecto de programa acusan a sus defensores de preconizar la práctica del aborto.

"Estoy segura de que dentro de tu corazón sabes que el niño no nacido es un ser humano amado por Dios, como tú y yo. ¿Cómo alguien puede, sabiendo eso, destruir deliberadamente una vida?", se pregunta la monja.

"Me asusta pensar en toda la gente que matará su conciencia para poder realizar un aborto", añade la madre Teresa, quien considera que "si todo el dinero que se gasta en formas de matar gente se utilizase en cambio en alimentarlos, darles casa y educarlos, qué bonito sería".

La religiosa católica ofrece acoger a cualquier niño si la madre no quiere o no puede mantenerlo. "Le daré casa o le encontraré unos padres que lo quieran", señala.

Ayer se alcanzó con pequeñas modificaciones, la redacción final sobre el aborto en la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo

# ABORTO Y CRECIMIENTO DEMOGRAFICO EN LA POLEMICA MUNDIAL

*Unas pequeñas modificaciones han servido para dar por concluida ayer, jueves, la redacción final del texto sobre el aborto, una de las cuestiones más controvertidas de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) y que hoy será sometida a votación.*

**L**as modificaciones del párrafo sobre el aborto se reducen a un añadido (al hablar de «aborto inseguro» se cita la definición al respecto de la Organización Mundial de la Salud) y dos cambios de palabras: se sustituye el término «legal» por el de aborto «que no se practique en contra de la ley» y se cambia «en todos los casos» por «en las circunstancias» en que la mujer tuviese que abortar.

A pesar de estos cambios, algunos delegados en la reunión de la CIPD, que se celebra en El Cairo del 5 al 13 de septiembre, mostraron sus dudas de que el Vaticano y algunos países vayan a suscribir el texto tal y como ha quedado redactado.

En un mensaje enviado a la CIPD, la madre Teresa de Calcuta afirma su convicción de que «el mayor destructor de la paz hoy en el mundo es el aborto», práctica que condena con duros términos, y asegura que «el único que tiene derecho a quitar la vida es el que la ha creado. Nadie más tiene ese derecho; ni la madre, ni el padre, ni el doctor, ni la conferencia, ni el Gobierno».

También numerosas organizaciones antiabortistas, que se llaman a sí mismas «Pro Vida», efectúan una intensa actividad de propaganda en tribunas y pasillos del Palacio de Conferencias cairota donde se celebra la CIPD.

Ante la postura adoptada por la Santa Sede en esta conferencia, una coalición de Organizaciones No Gubernamentales (ONG), que participan en el foro, pidió hoy a las Naciones Unidas que retire al Vaticano su condición de observador, debido a «la oposición de la Iglesia católica a los programas internacionales de planificación familiar y control de población».

La delegación del Vaticano en la Conferencia ha recibido desde el miércoles y con más insistencia ayer, jueves, sugerencias o «presiones» para que acceda a un compromiso sobre el documento final de la reunión.

Sin embargo, según indicó un miembro de la delegación egipcia en la CIPD, «el Vaticano no está dispuesto a cambiar su posición ni a aceptar una solución de compromiso sobre el párrafo que se refiere al aborto».

En la jornada de ayer el Comité Principal analizó los apartados sobre la financiación del programa de acción que se apruebe, en el que se reconoce la «necesidad de movilizar importantes recursos financieros internacionales».

Según sus previsiones, «se

necesitan con urgencia recursos adicionales» de los países donantes tradicionales para satisfacer las necesidades de los programas de Población y Desarrollo, que cifran en 5.700 millones de dólares para el año 2000, en 6.100 para el 2005, en 6.800 para el 2010, y en 7.200 para el 2015.

El Vaticano mostró ayer su desacuerdo con los párrafos sobre la financiación del programa de acción de la CIPD, que, a su juicio, no prevén una correcta utilización de los recursos, pues «canaliza miles de millones de dólares a la planificación familiar y absolutamente nada para la educación de las mujeres y la reducción de la mortalidad».

Otra de las cuestiones abordadas en la jornada de ayer fue la migración, sobre la que hizo hincapié el jefe de la misión de Portugal en la Conferencia, el secretario de Estado para la Cooperación José Manuel Briosca Gala, quien pidió a los delegados que presten atención y «tomen conciencia de este problema» que afecta a muchos de los países presentes en esta conferencia.

Briosca reclamó una política de cooperación internacional que entre dentro de la «estrategia global de población y desarrollo» y tenga en cuenta el respeto a los valores culturales de los afectados.

Mientras, el jefe de la delegación iraní en la CIPD, ayatolá Mohamed Ali Tashjiri, centró su intervención hoy en la defensa de la familia tradicional, como unidad básica de la sociedad, y en la necesidad de mantener una estricta moralidad.

En un discurso bastante moderado, Tashjiri advirtió que este foro no debe servir para aprobar comportamientos inmorales o contrarios a los principios religiosos, entre los que citó la homosexualidad, y criticó «cualquier intento de debilitar la institución familiar o sustituirla por otra».

En cuanto a la cuestión demográfica, el Parlamento Europeo, a través de su director para las relaciones Norte-Sur, Pierre Defraigne, pidió un orden económico mundial más justo, pues lo considera esencial para frenar el crecimiento de la población.

Agregó que los 12 países de la Unión Europea (UE) siguen comprometidos a ayudar a los Estados del Tercer Mundo en sus programas de desarrollo para salir de la crisis social y económica.

Sobre este mismo asunto, la delegación de Israel en la CIPD manifestó que ese país quiere



mantener un moderado y continuo el aborto como medio de crecimiento de población y rechaza planificación familiar.

9500380

*El Vaticano espera la redacción definitiva del documento para definir si lo apoya o no*

## Rechazaron en El Cairo el uso del aborto como sistema de planificación familiar

*El Comité Principal de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD) aprobó anoche el conflictivo párrafo 8.25 del programa de acción, referente al aborto, según la última redacción propuesta, con lo que la polémica quedó zanjada, al menos en primera instancia.*

Tres países —Malta, Argentina y Ecuador— expresaron sus reservas acerca de este asunto, mientras que Jordania y el Vaticano no se pronunciaron todavía.

La Santa Sede anunció que no se pronunciará sobre este párrafo

del programa de acción de la Conferencia de Población hasta que estén discutidos en su totalidad los capítulos VII y VIII, relativos a salud reproductiva y planificación familiar.

La última redacción, propuesta por un grupo de trabajo después de haber sido rechazadas las dos primeras versiones, comienza afirmando que "en ningún caso se debe promover el aborto como método de planificación familiar".

Además, se incluye, en una nota a pie de página, la definición que da la Organización Mundial de la Salud (OMS) del aborto inseguro, como "un procedimiento para interrumpir un embarazo no deseado practicado por personas que carecen de la competencia necesaria o en un medio que carece de las condiciones médicas mínimas o en ambas circunstancias".

Otro cambio fundamental con las primeras versiones es la eliminación del concepto de aborto legal, que se sustituye por el de "no contrario a la ley".

La versión, tal como ha quedado, fue redactada por un grupo de trabajo formado por Pakistán, Egipto, EEUU, Noruega, Indonesia, Unión Europea, Rusia, Barbados, Sudáfrica, Nicaragua, Trinidad y Tobago, El Salvador, Benin y Malta.

El Vaticano distribuyó unas horas antes un comunicado y su portavoz oficial, Joaquín Navarro Valls, compareció en varias ocasiones ante los periodistas para explicar la respuesta de la Santa Sede ante la redacción final del discutido párrafo 8.25.

El comunicado decía que la Santa Sede no se pronunciará sobre el párrafo 8.25 hasta que

se "adopte formalmente" y que no quería "demorar más la discusión del documento" final de la CIPD.

El Vaticano asegura que concede "gran importancia a la cuestión de la muerte materna y a los peligros para la salud relacionados con el aborto y apoya los objetivos del párrafo 8.25 que se refieren a este asunto, desde el punto de vista de la salud de la mujer".

También está de acuerdo en facilitar los servicios educativos y de consejo que tienen como objetivo la prevención del aborto y de aliento a las mujeres con embarazos difíciles, agrega la nota.

Recuerda que no apoya el aborto legal y muestra su satisfacción por el hecho de que se afirme que la interrupción voluntaria del embarazo no debe ser promovida como método de planificación familiar, como dice el texto.

Sin embargo, "esta posición constituye una sustancial, pero no completa identificación con el texto del párrafo", agrega.

"Desde el momento en que la cuestión del aborto se trata también en otros sectores del documento", el Vaticano, "que no desea prolongar la presente discusión,

retiene su asentimiento" al citado párrafo hasta que sea formalmente adoptado, momento en que la delegación de la Santa Sede "explicará su posición", termina el comunicado.

Mientras tanto, el Comité Principal de la CIPD alcanzó hoy un amplio acuerdo sobre la financiación del programa de acción, un tercio del cual estará a cargo de los países donantes.

Sin embargo, la propuesta de las Naciones Unidas de que se acordase que el 20 por ciento de toda la "asistencia al desarrollo" fuese destinada a los gastos sociales y de que los países en vías de desarrollo dedicasen el mismo 20 por ciento de sus presupuestos a esos sectores no ha tenido éxito.

Esta propuesta, conocida como la 20/20, será estudiada ahora en la "cumbre social" que tendrá lugar en Copenhague el próximo año.

El debate sobre financiación fue definido por un delegado occidental como "aburrido", en comparación con el que suscitó el aborto, que centró casi toda la atención en esta conferencia.

Mientras los países africanos, de acuerdo con fuentes de la conferencia, apoyaban firmemente la cláusula 20/20, Argelia, que representa al Grupo de los 77, estaba a favor de dejar el asunto para la cumbre de Copenhague.

Según el acuerdo de financiación, 17.000 millones de dólares serán destinados a la ejecución del plan de acción para el año 2000, y 21.700 millones para el 2015. (EFE)

9500380

EL VATICANO ANALIZARA LA APROBACION DEL TEXTO, DE CORTE MODERADO

# Principio de acuerdo sobre el aborto

La comisión encargada de redactar el informe final de la Conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo aprobó ayer una fórmula de compromiso sobre el aborto. La nueva redacción asegura prácticamente la aprobación por una vasta mayoría cuando el documento sea sometido el lunes próximo a consideración plenaria. Aunque el nuevo texto afirma que "en ningún caso

se debe promover el aborto como método de planificación familiar", no es seguro que sea aprobado por el Vaticano. El aborto es el tema que ha dominado los cinco primeros días de la Conferencia, mientras siguen sin resolverse otros puntos controvertidos, como la sexualidad del adolescente, la anti-concepción y la definición de la familia.

## CONFERENCIA SOBRE POBLACION

### La mujer, centro de los debates

EL CAIRO, 9 (Enviado especial). - La mujer es el centro de la Conferencia de Población y esta afirmación es una de las pocas que no despierta inmediatas y estridentes polémicas. Y hoy, por fin, comenzó a considerarse un tema fundamental para las mujeres de todo el mundo: la cuestión de los derechos reproductivos, un concepto que incluye tanto la salud sexual y de reproducción como la planificación de la familia.

Se trata de un tema clave que, aunque incluye a los hombres, es absorbido por el natural protagonismo de las mujeres y la maternidad.

La salud reproductiva entraña poder disfrutar de una vida sexual satisfactoria y sin riesgo, según el documento de Naciones Unidas. También incluye la capacidad de procrear y la libertad para "hacerlo o no hacerlo, cuándo y con qué frecuencia".

De esta última condición se deriva el derecho a la información y a poder acceder a métodos adecuados para regular la fecundidad.

Para las parejas y sus hijos del mundo desarrollado este conjunto de derechos, que son una de las bases de la dignidad humana, están bastante asegurados.

Pero para la inmensa mayoría de los seres humanos que vive en el mundo en desarrollo se trata de un programa de conquistas que contrasta dolorosamente con una realidad cruel y dañina.

Los hechos son estremecedores: cada día mueren mil mujeres en el mundo por problemas de embarazo y parto. Medio millón perecieron el año pasado, más del 90% en el Tercer Mundo.

De cada cien millones de actos sexuales que tienen lugar cada día, según los especialistas, 910.000 producen embarazo.

En los países del Tercer Mundo se realizan entre 10 millones y 22 millones de abortos clandestinos, muchos de los cuales terminan con grave daño para la salud de la mujer. 400 de ellas mueren diariamente por interrupciones del embarazo realizadas en malas condiciones.

EL CAIRO, 9 (Enviado especial). - Después de tres días de interminables negociaciones, se alcanzó hoy un amplio acuerdo sobre el polémico tema del aborto en la Conferencia sobre Población y Desarrollo que se celebra en El Cairo, aunque el Vaticano declaró que "suspendió su aprobación" y se reservó el derecho de dar a conocer sus opiniones finales sobre la cuestión.

En el comité principal de la conferencia, donde se efectúan los trabajos clave de la asamblea, hubo un consenso bastante generalizado sobre una redacción que elude declarar a la interrupción del embarazo como "legal" o "segura", y tiene en cuenta una cantidad de objeciones que hacían los países católicos e islámicos.

El Vaticano adelantó que su opinión se dará a conocer en la reunión plenaria del próximo lunes. Joaquín Navarro Valls, vocero de la Santa Sede, indicó que el nuevo texto es más "positivo" y que "ha ganado en claridad, ya que la formulación jurídica no es tan ambigua como las propuestas anteriores". Sin embargo, señaló que estas ventajas "no presagian una aprobación del documento por parte de la Santa Sede".

El nuevo texto comienza señalando que "el aborto no es un método de planificación familiar", por lo cual el Vaticano decidió retirar todas sus objeciones al concepto de "planificación familiar" en los 16 capítulos del proyecto de Plan de Acción. Un miembro de la delegación vaticana, Christine de Marcellus-Vollmer indicó que "el texto es mucho mejor, aunque todavía admite la posibilidad del aborto, lo que el Vaticano no acepta de ninguna manera".

Por su parte, el delegado norteamericano Tim Wirth señaló que la polémica sobre el aborto ha concluido y que la asamblea podría ahora lograr un acuerdo.

Hoy se reiteraron las acusaciones a la Santa Sede de haber "secuestrado" la conferencia focalizándola casi exclusivamente en el tema del aborto. Así lo señaló un delegado de Paquistán, y también se mencionó el problema durante un encuentro del presidente de la comisión principal, el holandés Nicolás Biegan.

"Todo lo que leemos sobre la conferencia es aborto, aborto y aborto. Lo lamentable parece penoso", señaló Biegan. Un periodista le preguntó si no consideraba impropio que los delegados vaticanos que han tomado parte en la negociación de manera tan prominente no firmarán, como se esperaba, el documento final.

Anoche quedó formulada una nueva redacción del párrafo sobre el aborto, pero cuando se creía que el trámite quedaba concluido se reanudaron las objeciones y el forcejeo continuó durante toda la jornada de hoy. A medida que se aceptaban modificaciones, los países católicos que continuaban realizando críticas fueron aceptando la nueva redacción. Finalmente, el Vaticano anunció que enunciaría sus reservas en la reunión plenaria de la asamblea del lunes próximo.

Existe una convicción generalizada de que, pese a todas las revisiones, la delegación de la Santa Sede no suscribirá el documento final del Plan de Acción, tal como lo hizo en las reuniones de Bucarest, en 1974, y de México, diez años más tarde.

En su reunión de hoy el comité principal fue incorporando una serie de capítulos que contienen pocos puntos po-

lémicos y después abordó uno de los temas principales de la conferencia: los derechos de reproducción, que abarcan tanto la sexualidad como los aspectos vinculados con la reproducción.

Juan Carlos Alvarado

9500380

TODOS DICEN HABER IMPUESTO SU CRITERIO

## El Vaticano, los pro aborto se

Los delegados a la Conferencia sobre Población y Desarrollo de las Naciones Unidas levantaron ayer su sesión tras una declaración definitiva sin acuerdo sobre el texto, después que tres países musulmanes

-Egipto, Irán y Paquistán- exigieron cambios en una sección sobre la familia y la salud para la reproducción. Sin embargo, tanto el Vaticano como los

países islámicos ortodoxos se atribuyeron la victoria en este último punto y en otro igualmente controvertido: el aborto. Las deliberaciones se reanudarán mañana, lunes. La Conferencia, a la que asistieron 150 países, enfrentó al Vaticano y a numerosos países occidentales en el tema

**Clarín EN EL CAIRO**

CONFERENCIA SOBRE POBLACION

El CAIRO, 10 (Enviado especial). - El Vaticano y los islámicos ortodoxos por un lado y los países que apoyaron el proyectado Plan de Acción original, se atribuyeron la victoria sobre los controvertidos temas del aborto y los derechos de reproducción. Mientras ambos bandos se prodigaban en declaraciones a los periodistas, la comisión principal que debe presentar el documento final al plenario de la Conferencia sobre Población y Desarrollo suspendió sus deliberaciones hasta el lunes por la mañana, que es cuando debía reunirse la asamblea general.

El tema del aborto desató una encendida polémica que acaparó casi exclusivamente los debates durante tres días, hasta que anoche se logró una redacción del párrafo más conflictivo que logró un gran consenso. Palabra por palabra, se fue avanzando con lentitud hasta que se dejaron a un lado algunos conceptos irritantes, se clarificaron otros y se formuló un texto que logró el acuerdo de casi todos. El Vaticano y cinco países que comparten su posición, entre ellos la Argentina, anunciaron que "suspendían su juicio" para considerar el documento en su conjunto después que se debatiera el tema de la "salud para la reproducción", que contiene varios párrafos polémicos.

"Ha sido una gran victoria", declaró con una amplia sonrisa el jefe de la delegación de la Santa Sede, monseñor Renato Raffaele Martino. El diplomático vaticano se refería al consenso obtenido ayer sobre la definición del aborto que ha sido terminantemente excluido como un medio de control demográfico. Interrogado sobre si la Santa Sede firmará el documento final, monseñor Martino señaló: "La Conferencia está todavía funcionando y no hemos dado todavía una opinión definitiva sobre el nuevo texto. Nuestro juicio ha sido suspendido respecto de algunos párrafos".

Esta "suspensión del juicio" hasta que se produzca la consideración del documento final por la asamblea plenaria el lunes y martes próximo, ha sido invocada además por la Argentina, Perú, República Dominicana, Malta y Honduras. También es posible que manifiesten sus reservas Guatemala, Ecuador y Nicaragua.

9500380

## MUTILACION GENITAL FEMENINA

# Tema delicado

EL CAIRO, 10 (Enviado especial). — Una de las violencias más comunes contra las niñas que denuncia el Plan de Acción de las Naciones Unidas, es la práctica de la circuncisión femenina en varios países africanos. En Egipto la ablación del clitoris, cuando las pequeñas tienen alrededor de diez años, es una costumbre en los sectores sociales más humildes, tanto islámicos como cristianos. El gobierno y una serie de organizaciones femeninas están empeñados en una firme campaña para poner fin a este hábito que produce a veces graves infecciones y fuertes estados de shock en las víctimas.

El propósito de la mutilación femenina es impedir el placer sexual, que se considera un patrimonio exclusivo de los hombres. Dentro de esta concepción, que tiene una tradición milenaria en muchos pueblos africanos, las relaciones sexuales solo conciernen a la mujer por la maternidad. Ninguna religión sanciona la circuncisión femenina y muchos líderes espirituales la condenan pero en el campesinado y las masas más desposeídas de las ciudades, una mezcla de superstición y viejos tabúes continúan alentando la agresión a las niñas.

Las enérgicas recomendaciones del documento de las Naciones Unidas contra toda práctica de mutilación a las mujeres no ha sido objetada por ningún sector pero, según algunas versiones, no fue bien acogida por Sudán y Somalia, donde la circuncisión femenina está generalizada. Al parecer también está extendida en Irán, Irak y Arabia Saudita. "Las investigaciones revelan que casi el 80% de las mujeres en áreas rurales y urbanas están

afectadas por la circuncisión y que esta práctica causa serios perjuicios a la salud, produce graves desequilibrios en las relaciones sexuales matrimoniales y llega hasta producir infertilidad", señala la experta Aziza Hussein.

Las intervenciones las realizan tanto las parteras como algunas personas que heredan el oficio de padres a hijos. Las niñas no reciben ninguna clase de anestesia ni existen condiciones adecuadas de desinfección. "Recuerdo mi circuncisión con horror. Yo estaba aterrorizada y me sujetaron los brazos y las piernas mientras no paraba de gritar", recordó ante "Clarín" una joven egipcia que ahora lidera uno de los grupos no gubernamentales en defensa de los derechos de la mujer. "Estuve varios días en cama y tenía que tragarme el dolor y las lágrimas para no preocupar a mis padres que eran gente muy humilde y creían que estaban haciéndome un bien".

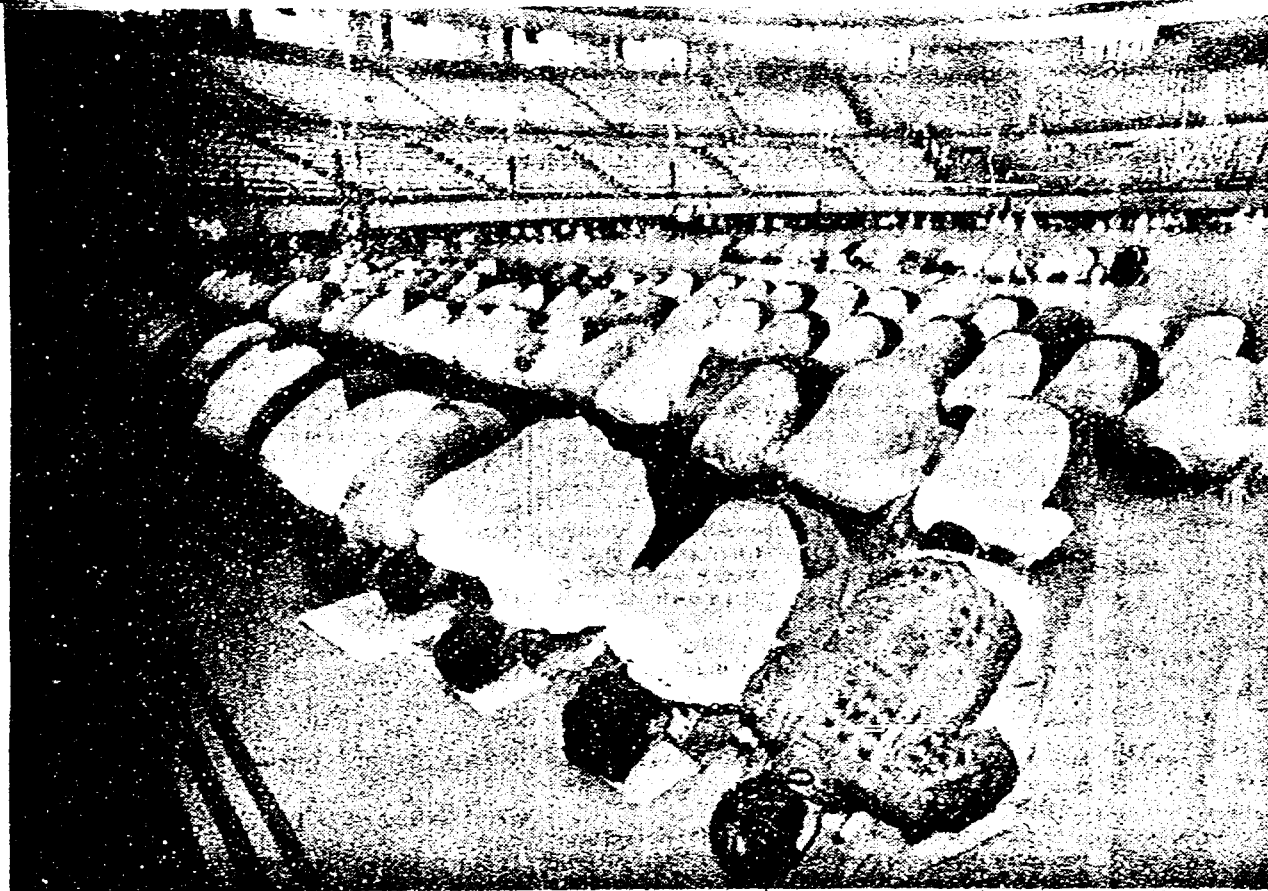
Para tratar de evitar las "peores carnicerías", las autoridades han intentado que la circuncisión solo la realicen los médicos y que se limite a un corte parcial del clitoris.

"En la actualidad, grupos de trabajo, seminarios, reuniones especiales, videos, posters y folletos ilustrados especialmente para los analfabetos forman parte de la campaña para educar al público sobre los malignos efectos de la circuncisión femenina", señala Aziza Hussein. El debate, que el gobierno promueve abiertamente, ha llegado a la televisión, un medio que llega directamente a las masas populares. Las autoridades insisten en que se están logrando grandes progresos pero que todavía queda mucho por hacer.



# islámicos y los países atribuyen una victoria

Agencia AP



Los países islámicos coincidieron en señalar que sus puntos de vista habían sido tenidos en cuenta. La delegación norteamericana señaló que, habiéndose logrado un consenso sobre el tema del aborto, ahora se abordarían otras cuestiones de gran importancia para asegurar el éxito de la Conferencia.

## Salud sexual

En debate sobre los "derechos de reproducción" que incluyen el tema de la salud sexual, y en relación con la reproducción, la delegación argentina señaló que debe quedar to-

talmente claro que no se puede consagrar, implícita o explícitamente, un derecho al aborto internacionalmente reconocido. También insistió la Argentina en que el concepto de salud para la reproducción está condicionado, para permanecer en el documento final, a que se rechace la "regulación de la fecundidad" que debe ser remplazado por el concepto de "planificación familiar".

El lunes tiene que quedar listo el proyecto de Plan de Acción para que lo debata el plenario de la Conferencia. En caso de no existir acuerdo, se hará una votación, y los países que mantienen sus disidencia sobre alguna parte del docu-

## La edad, nueva barrera

EL CAIRO, 10 (AFP). - La oposición Norte-Sur no se reduce a la riqueza: hoy el foso gana profundidad entre los países industrializados que envejecen y los países en desarrollo enfrentados a una "ola de jóvenes".

El perfil diferente de la pirámide de las edades al norte y al sur atrae desde hace largo tiempo la atención de los demógrafos, advirtieron los delegados a la Conferencia de El Cairo sobre Población y Desarrollo.

Una más fuerte proporción de jóvenes o de personas de edad puede afectar profundamente la gestión de los recursos de un país.

En los países en desarrollo, que aseguran el 95% del crecimiento demográfico del globo, la fuerte fecundidad (cinco o seis hijos por mujer) produjo grandes generaciones de jóvenes.

Por el contrario, regiones como Europa o Japón registran un envejecimiento de su población: una natalidad en baja (igual o inferior a dos niños por mujer) y una débil mortandad se combinan para acentuar el envejecimiento.



El vicepresidente colombiano, Umberto de la Calle, habla ante la asamblea en El Cairo (arriba); izquierda: fieles musulmanes oran ayer por la paz.



mento tendrán que formular sus reservas en la parte final del acuerdo.

Pese a que las deliberaciones se prolongaron mucho más de lo previsto, no se consiguió agotar la discusión sobre el capítulo II, Principios Generales, y VII, salud sexual y salud para la reproducción. Pero el debate más enconado se produjo sobre el párrafo 12 del capítulo X (migraciones internacionales) que trata el "derecho a la reunificación de la familia". Varios países rechazaron que el término "derecho" se incluyera en un documento que es una recomendación no vinculante de las Naciones Unidas a sus países miembros. Los países en vías de desarrollo defienden el derecho a la reunificación de las familias y han encontrado un firme apoyo en la delegación de la Santa Sede. Se trata de abordar uno de los temas más dramáticos de la migración: la quiebra de las familias por la emigración de millones de seres humanos que buscan trabajo en los países más ricos.

La detención y posterior liberación de tres periodistas norteamericanos, mientras tanto, puso de manifiesto la "infiltración" de los grupos antiabortistas en la Conferencia, aprovechando su condición de reporteros. Los tres periodistas, que fueron detenidos ayer, viernes, recuperaron su libertad luego de permanecer durante más de 18 horas con arresto domiciliario en un hotel cercano al aeropuerto internacional de esta ciudad. La liberación se produjo después de una reunión que celebraron funcionarios norteamericanos y egipcios, pues estos últimos querían que fueran deportados por la campaña antiabortista que llevaron a cabo aprovechando su acreditación.

Juan Carlos Alvarado

9500380



## Conferencia Internacional de Población y Desarrollo

La primera semana de deliberaciones de la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo que se está llevando a cabo en El Cairo, estuvo marcada por la "guerra santa" contra el aborto, conducida por el Vaticano y sus aliados, los grupos fundamentalistas musulmanes. Su presencia se hizo sentir no sólo en el discurso, también en las estrategias de "marketing": desde curas y asimilados apostados en accesos y pasillos repartiendo una carta de la Madre Teresa de Calcuta y la posición católica sobre demografía, hasta miembros de Pro Vida sabotajeando reuniones en el Foro de Organizaciones no Gubernamentales. Todo ello enmarcado en impresionantes medidas de seguridad, que incluyen miles de policías y militares armados con revólveres y metralletas cortas, retenes y revisiones múltiples a cada paso. Los participantes se sienten cuidados todo el tiempo, pero eso mismo contribuye a aumentar su sensación de inseguridad. La delegación uruguaya fue munida de un documento que sintetiza la posición oficial, y cuyos principales lineamientos se incluyen en estas páginas. Sin embargo, esas bases pueden ir modificándose de acuerdo a la marcha de las negociaciones.

Los delegados a la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo, que se está desarrollando en la ciudad de El Cairo, son optimistas sobre la marcha de la misma, a pesar de la oposición de grupos religiosos. El presidente de Egipto, Hosni Mubarak fue elegido presidente de la Conferencia y lo acompañan 28 vicepresidentes representantes de todo el planeta.

### LA DIVERSIDAD CULTURAL

La «diversidad cultural» es el tema del día puesto que en eso se basan principalmente los fundamentalistas islámicos para no aceptar determinados puntos del documento preliminar, que quedaron como pendientes.

Las opiniones están divididas: entre los delegados oficiales, algunos se muestran sumamente optimistas sobre los resultados, pero consideran que solamente un 10 por ciento del total del documento tiene objeciones. Pero muchas de las delegaciones del Tercer Mundo, principalmente de Asia, argumentan que no se puede esperar que sus gobiernos adhieran a ningún patrón universal o global sobre derechos humanos. Sostienen que se van a tener que tomar medidas de excepción, dado que sus valores y tradiciones culturales son muy diferentes que las de los grandes centros de

## Gro Harlem Brundtland y Benazir Bhutto El aborto en la visión de dos jefas de gobierno

Las primeras ministras de Noruega y Pakistán, Gro Harlem Brundtland y Benazir Bhutto, llegaron a un consenso que permita mejorar la condición de la mujer y la estabilidad demográfica en el mundo. Desde perspectivas diferentes producto de realidades opuestas, los discursos de ambas personalidades fueron sumamente aplaudidos.

### DESPENALIZAR PARA PROTEGER LA VIDA

Gro Brundtland expresó que «la moralidad se vuelve mera hipocresía cuando implica aceptar que las mujeres mueran como consecuencia de los abortos ilegales. Despenalizar el aborto debería ser el modo de proteger la vida de las mujeres». Dio por sentado a su vez que muchos gobiernos se habían comprometido a apoyar el documento y añadió «cómo es posible que los términos 'asegurar la salud en el embarazo y en el parto' puedan ser interpretados como una promoción del aborto, o calificar el aborto como un medio de planificación familiar». Afirmó que la cultura tradicional y las carreras religiosas podrían transformarse en un obstáculo para la planificación familiar y citó a Indonesia (musulmana) y a Italia (católica) como ejemplos de países que pese a sus convicciones religiosas controlan el crecimiento demográfico. La Primera Ministra de Noruega «legislar el aborto no significa incrementar su número total de abortos en mi país cuando la misma después de que el aborto es legalizado, mientras que los abortos

los ilegales cayeron a cero».

### ENTRE LA REALIDAD Y EL CORAN

A su vez la Primera Ministra paquistaní señaló que «el aborto iba contra las enseñanzas del Islam y la santidad de la vida» y reclamó la revisión de las partes del proyecto de declaración que se refieren a él. Agregó que había imperfecciones considerables en el proyecto del Programa de Acción que se dirigían contra los valores islámicos, y se basó en El Corán para rechazar el aborto como método de planificación familiar. «Les hablo a ustedes como mujer, como madre y como esposa y estoy aquí como dirigente democráticamente electa en uno de los mayores países musulmanes». Enfatizó el papel de la familia y especialmente el de la madre en la educación y los valores formativos de los hijos. Urgió a los delegados a no dividirse en torno a estos asuntos y a buscar los puntos que permitan llegar a acuerdos: «El mundo precisa consensos, no un combate entre culturas». Bhutto se refirió en forma indirecta a sus detractores religiosos radicales cuando dijo que «los líderes deben tomar decisiones que por ser correctas no tienen por qué ser populares».

Los delegados de las ONGs y expertos que escucharon el discurso de la Primera Ministra, Bhutto, estuvieron de acuerdo con su contenido. «Si se les entre líneas es interesante ver como estaba diciendo cosas sin decirlos» manifestó Fred Sai, presidente del comité principal.

Fuente: IPS.

9500380

# La religión y la razón se

de occidente. Esta posición es rechazada por los gobiernos de Occidente y las organizaciones de derechos humanos, quienes insisten que no se puede admitir que en conferencias internacionales cada participante sea libre de discrepar con las resoluciones generales basadas en la «diversidad cultural». Los delegados oficiales egipcios, encabezados por el presidente Mubarak, han advertido que no aceptarán ningún tipo de recomendación de la Conferencia que sea ofensiva para las leyes del país y la tradición religiosa. Mubarak manifestó en una conferencia de prensa que los países musulmanes deben participar y hacer conocer sus sentimientos. «Si nosotros estamos», dijo el presidente egipcio, «podremos mantenernos firmes y seguros y objetar toda cláusula del documento que viole las leyes islámicas, no importa que pequeña sea la violación».

Aseguró a su vez que «es una oportunidad que se da sólo una vez en la vida» de explicar sus valores religiosos al resto del mundo.

## INTENTOS DE BOICOT

La campaña del Vaticano contra la Conferencia y determinados puntos a tratar, como derechos de la mujer, planificación familiar y aborto entre otros, comenzó varios meses atrás. En este momento, los ataques, la hostilidad y el boicot no vienen sin embargo del Vaticano, sino de sus aliados, los fundamentalistas islámicos. Entre los países que apoyaron al Vaticano desde el principio se encuentran Irán y Libia, las mayores bases que tiene la actividad fundamentalista. A esto se le agrega un nuevo movimiento, encabezado por Arabia Saudita. El esfuerzo para eliminar secciones del documento preliminar (elaborado a lo largo de tres encuentros preparatorios realizados en los últimos dos años), que proponen alternativas para evitar la catástrofe de la superpoblación, puede traer graves consecuencias no sólo para la Conferencia sino también para las Naciones Unidas.

Los jefes de Estado de la comunidad internacional han condenado todos los actos de intimidación y violencia. En este momento la situación sigue siendo delicada pese a las grandes medidas de seguridad tomadas (hay casi un policía por cada uno de los invitados). El fervor religioso puede ser explosivo y cobrar no solamente víctimas individuales sino también trancar el logro de la paz internacional a través de la cooperación, que es uno de los objetivos de esta Conferencia. «Si el centro de la cuestión es, como lo dijo el Papa, 'lo sagrado de la vida humana', seguramente ni él ni sus aliados religiosos fundamentalistas podrán perdonar ni verse envueltos en actividades que puedan provocar la muerte de gente inocente», advirtió preventivamente un periodista de «The Earth Times», el órgano de difusión de la conferencia.

## DE EL CAIRO A PEKIN

Para Gertrude Mongella, Secretaria General de la IV Conferencia Internacional sobre la Mujer que se realizará en Pekín el año próximo, la igualdad de género y los derechos de la mujer a acceder a los puestos de poder es el tema que liga ambas conferencias. Mongella expresó que el género significa dos sexos y que «necesitamos un padre y una madre, al igual que los padres de la creación precisaron a ambos, hombres y mujeres». El mundo ha sufrido grandes cambios y «no podemos seguir más actuando como si hombres y mujeres viviésemos en la Edad de Piedra», continuó diciendo Mongella. En la mayoría de los países del mundo las mujeres son el «tercer mundo» en el desarrollo de sus naciones. «Una aproximación logística a las mujeres no debe estar focalizada solamente en la parte reproductiva de sus vidas», continuó. «No vemos a los hombres solamente como productores de hijos. El cambio de roles entre hombres y mujeres requiere que esos roles sean redefinidos». De acuerdo a su punto de vista «La emancipación de las mujeres surge a partir de un imperativo de las Naciones Unidas de los 90, ya creciendo con fuerza de conferencia en conferencia y culminará en Beijing el próximo año». Reiteró a su vez que los derechos de la mujer son derechos humanos y que la igualdad, el desarrollo y la paz, son las metas de esta década para las Naciones Unidas.

## EL PESO DE LAS ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES

Luego de saludar y agradecer a las organizaciones no gubernamentales, como agentes del desarrollo y custodia de sus valores, la Primera Dama egipcia Suzanne Mubarak, que habló durante 25 minutos en el acto de inauguración del Foro de ONG paralelo a la Conferencia, dijo que era necesario comprender la importancia de las nuevas fuerzas que hoy están trabajando para que los pueblos sean realmente el centro de las agendas internacionales. Mubarak evaluó que «la sofisticación de las fuerzas económicas que dominan hoy día el mundo tienen efectos nocivos, en especial en lo que refiere al despilfarro en el consumo. Los sistemas económicos, emplean un

# enfrentan en El Cairo

modelo de mercado que ha contribuido al debilitamiento de las relaciones de amistad entre los pueblos y a una crisis de valores». Mencionó las privatizaciones, las fuerzas del mercado, los ajustes estructurales que afectan a muchos sectores de la población y la urbanización como algunos de los males de las actividades económicas. Desde el punto de vista político indicó que la tendencia es hacia «la búsqueda de la paz, la justicia social y los derechos humanos», y se manifestó optimista dado que hoy los temas se tratan en otro contexto y las ONGs han sido las primeras en organizar y hacer alianzas para tratarlos. Temas como la salud maternal, la brecha educacional entre hombres y mujeres y la pobreza multidimensional de la mujer, son abordados y demuestran que el mundo está envuelto en cambios cualitativos.

Florence Mangaya, de Kenia, miembro del Comité Médico Internacional de Mujeres, manifestó que la muerte de mujeres por parto es inaceptable. Se preguntó por qué el mundo no toma medidas al respecto como tampoco hace nada contra la violencia inhumana y la prostitución de los niños.

La tercera oradora fue Nafis Sadik, Secretaria General de la

Conferencia y Directora Ejecutiva del Fondo de Población de las Naciones Unidas. Comenzó agradeciendo a las ONGs por haber llevado la discusión hasta ese punto y alabó la participación de las mismas considerándola extraordinaria. El capítulo de ONG en el programa de acción de la Conferencia es el mayor y más fuerte que haya existido.

## NAFIS SADIK: APROXIMACIONES FACTIBLES

En la conferencia de prensa brindada a los periodistas de todo el mundo, Nafis Sadik no perdió tiempo en llegar al centro del problema: la controversia surgida por las objeciones de grupos religiosos a determinadas secciones del documento preliminar, que «tratan de oscurecer su objetivo principal». «De hecho -dijo- el Programa de Acción sostiene e intenta fortalecer la familia, el miembro más

vulnerable de la sociedad y el miembro más débil de la comunidad internacional. El documento final deberá ser proyectado por todas las naciones del mundo, porque el programa es un acuerdo igualitario y libre entre las naciones. El documento preliminar refleja con precisión la visión de 170 naciones comprometidas en su preparación de las cuales cerca de 90 lo han aceptado ya. Cada país lo interpretará a la luz de sus leyes, costumbres y culturas». Sadik insistió en la vasta aproximación que existe en la discusión, y enfatizó que el Programa de Acción está cambiando la forma como miramos los interrogantes sobre población.

Fuente: Información difundida por el periódico «The Earth Times» y la agencia IPS.

9500380

## Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe

### Una tragedia evitable

**L**a Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, que participan en el Foro de ONGs paralelo a la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, se reunió para tratar de lograr que las delegaciones oficiales acepten el concepto de «aborto inseguro». Amparo Claro, coordinadora de la Red, manifestó que «el programa de acción de la Conferencia debe responder a la realidad y el aborto practicado en condiciones de riesgo es una tragedia que afecta a todos los países latinoamericanos». El documento preliminar aprobado en la comisión preparatoria (PREP COM III) recomendó «a los gobiernos y organizaciones intergubernamentales y no gubernamentales a ocuparse de manera franca y directa del aborto en malas condiciones, como un importante problema de salud pública». El anteproyecto también afirma que «en ningún caso el aborto debe utilizarse como método de planificación familiar» pero no niega el derecho de la mujer a decidir sobre la interrupción de su embarazo. A su vez recalca la importancia de que las mujeres tengan acceso a servicios de salud y de información adecuados y deja la decisión final a cada país. Amparo Claro recordó que en anteriores conferencias de las Naciones Unidas, como la de Copenhague en 1974 y la de México en 1980, se promovió el tratamiento humanitario adecuado y la asesoría para aquellas mujeres que tuvieran que recurrir al aborto. Y destacó la necesidad de la educación sexual, punto que también es debatido en El Cairo, pero que cuenta con la oposición de los países musulmanes, el Vaticano y otros, por considerar que de esa forma se fomenta la sexualidad precoz.

## La posición de Uruguay

**L**a delegación oficial de Uruguay a la Conferencia de El Cairo se integra por el subsecretario de Relaciones Exteriores, Dr. José Luis Gamio, que la preside; José Luis Bruno Fariello, embajador uruguayo en El Cairo; Raúl Pollak, primer secretario de la Dirección de Asuntos Políticos del MRE; Adrián Fernández, Director del Instituto Nacional de Estadística; Dr. José Claudio Williman, decano de la Facultad de Ciencias Sociales; Prof. Celina Burnester, directora del Instituto Nacional de la Familia y de la Mujer; Graciela Dubra, residente en Roma, y la diputada Alba Osorio de Lanza en carácter de observadora.

La posición nacional está sintetizada en un documento de once carillas que fue elaborado por la comisión creada a esos efectos en abril de 1994, y que funcionó bajo la presidencia del Dr. José M. Gamio y la presidencia alterna del Director General para Asuntos Políticos, Dr. Carlos Gianelli.

Antes de pronunciarse sobre los temas concretos de la Conferencia —que se identifican como los estrictamente poblacionales—, los relacionados con el desarrollo y los que afectan directamente al ser humano y a la familia; más un cuarto relacionado con la participación de las organizaciones no gubernamentales en todas esas áreas— el informe precisa que «las políticas poblacionales son, en última instancia, de responsabilidad exclusiva de los Estados, con independencia de toda injerencia internacional. En consecuencia, el gobierno podrá adoptar aquellas medidas que con carácter global se decidan en El Cairo, permitiendo que se incorporen al esquema social nacional en forma flexible y ajustada a derecho».

#### PROBLEMAS DE POBLACION HAY

Luego de reconocer que el Uruguay presenta un patrón de crecimiento demográfico atípico para la región, en virtud de su sostenidamente baja tasa de natalidad, hay una autocrítica: «Esta peculiar situación sirvió para que en el ámbito interno y en los escenarios internacionales se considerara un país sin problemas de población. Esta catalogación errónea ha sobrevivido hasta el presente con considerables desventajas para la sociedad uruguaya».

Assumiendo al fin que nuestro país —con sus particularidades— sí tiene problemas de población, se enumeran algunos: el crecimiento demográfico lento, un sostenido envejecimiento, un alto índice de emigración así como la disminución de la población rural producida durante los últimos años.

Estima Uruguay que en el documento preparatorio que es base de la discusión, hay un énfasis en los aspectos poblacionales en detrimento de lo relacionado con el desarrollo. Al respecto, el informe local se pronuncia porque el esfuerzo internacional atienda «al desarrollo integral del

hombre, prestando la debida atención a las dimensiones socioculturales y espirituales, en un marco de respeto a la vida y dignidad humana». «No es posible imputar al simple crecimiento cuantitativo de la población, problemas como el hambre, la pobreza, las enfermedades o la degradación ecológica del planeta», afirma.

#### LA FAMILIA COMO SUJETO DE POLITICAS PUBLICAS

La familia como institución ha experimentado grandes modificaciones en las últimas décadas del siglo XX, a nivel de su estructura, dinámica y funciones, reconoce el documento al tiempo que enfatiza que «No obstante, la familia continúa siendo la red básica de las relaciones sociales, ámbito de socialización de los individuos y referente afectivo de sus miembros». Por ello, continúa, «la unidad familiar debe ser considerada como unidad analítica y de intervención social. Es necesario que las políticas públicas tomen a la unidad familiar como un sujeto y como grupo meta de las mismas, así como agente protagonista de aquellos cambios que la involucren directa o indirectamente».

No hay pronunciamiento explícito respecto a la posibilidad de familias que la realidad verifica, pero sí admitir que el concepto tradicional de familia está cambiando.

#### ABORTO: PROBLEMA DE SALUD PUBLICA

«Se advierte que la legislación vigente en el Uruguay basta por sí sola para descartar de plano la posibilidad de que el aborto pudiera ser alentado como método de planificación familiar», pero se considera que se debería recoger lo expresado en las recomendaciones de la Conferencia Regional Latinoamericana y del Caribe sobre Población y Desarrollo (México 1993): «El aborto constituye un importante problema de salud pública en los países de la región», como asimismo lograr la inclusión de otros acuerdos alcanzados en reuniones preparatorias, como los que asignan a los gobiernos la responsabilidad de tomar medidas oportunas para evitar el aborto. Entre ellas, la difusión, conocimiento y educación preventiva en materia de planificación familiar, incluyendo «el derecho a acceder a servicios adecuados de atención de la salud que no permitan que la mujer sufra riesgos durante el embarazo y el parto y ofrezcan a las parejas las máximas posibilidades de tener hijos sanos».

En el documento se aclara que por planificación familiar «se entiende la información y el acceso a métodos anticonceptivos que orientan y facilitan a las parejas la libre decisión respecto al número y espaciamiento de los hijos».

## Derechos reproductivos, otro debate en El Cairo

CAIRO, 10 (AP).— Los delegados a la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Desarrollo y Población se abocaron a la consideración de los últimos y definitivos párrafos del informe final, tratando de poner fin al debate sobre derechos de reproducción, aborto y familia.

Los grupos de trabajo se reunieron en salas cerradas para buscar un lenguaje transaccional adecuado que pudiera incluirse en el borrador de 112 páginas del informe que se propone esbozar, para los próximos 20 años, medios y arbitrios para el control de la población mundial.

La controversia mayor se centraba en el capítulo titulado "derechos de reproducción", objetado por el Vaticano, las naciones católicas, romanas y las musulmanas.

### Otras diferencias

Otro diferendo gira en torno de la migración, tema incluido en la conferencia porque la misma considera a las condiciones económicas y ecológicas como factores de influencia en el crecimiento de la población. Las naciones más desarrolladas tienden a tener tasas de natalidad más bajas que las menos desarrolladas.

Las naciones pudientes del Oeste desean eliminar del borrador el propuesto "derecho" de migrantes a estar reunidos con sus familias, usando en vez el vocablo "princi-

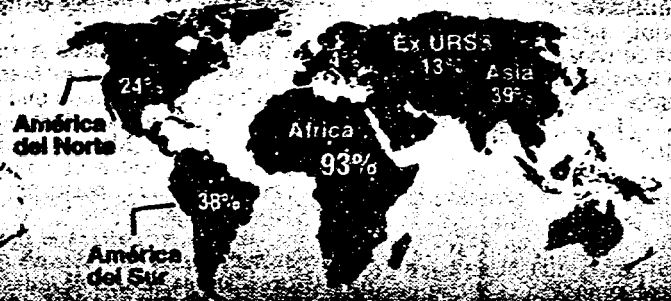
## Así crecerá la población

El mundo en 1994



El mundo en el 2000

Cada país fue agrandado según el crecimiento vegetativo previsto a partir de 1994.



plo". Temen que el declarar la reunificación familiar un derecho socavaría los controles inmigratorios nacionales.

Las naciones que aprueben el documento no están obligados a acatar los derechos, principios y recomendaciones plasmados en él.

### Derechos reproductivos

El Programa de Acción que se está redactando contempla también el problema más arduo: definir el concepto de los derechos reproductivos, donde, según el Vaticano, po-

dría interpretarse que el aborto es un derecho inherente.

La Santa Sede se opone tenazmente a que el plan respalde el acceso de adolescentes a recursos de planificación familiar sin intervención o aquiescencia de sus padres, capítulo incluido dentro de los derechos de reproducción.

Los delegados aceptaron ayer el lenguaje transaccional sobre el aborto. Pero el Vaticano se niega a aceptarlo, lo mismo que Malta, Ecuador, Perú y la Argentina.

El párrafo clave se refiere a los sitios donde "el aborto no es contra-

rio a la ley". Es muy improbable que el Vaticano acepte esa párrafo, que casi con certeza será adoptado por la vasta mayoría de las naciones cuando el informe sea sometido al plenario de la conferencia.

Además, el documento recomienda que el problema del aborto inseguro sea tratado como un problema de salud pública y otorga prioridad a que exista disponibilidad de servicios de planificación familiar, sin que el aborto sea usado como método, un triunfo de la posición vaticana.



*El último enfrentamiento entre ricos y pobres es por emigrantes y refugiados*

## La conferencia de El Cairo llega a su fin dejando a todo el mundo un sabor amargo

*Mañana se clausurará en El Cairo la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo y a poco más de 24 horas del cierre de los debates los resultados aún son inciertos. Las vías -léase control de la natalidad y aborto- propuestas por los países ricos para enfrentar la explosión demográfica insumieron la mayor parte de la reunión y el texto transaccional no satisface a nadie.*

Ahora, sobre el final, ricos y pobres vuelven a enfrentarse en torno a los temas de las migraciones, los refugiados y la reunificación familiar.

El viernes, día de descanso para los islamitas, la actividad en El Cairo fue frenética. El Vaticano, las naciones en vías de desarrollo mayoritariamente católicas y los países árabes lograron que se reconociera que el aborto no puede ser considerado un método de planificación familiar.

Ayer domingo volvieron a imponerse las costumbres occidentales y el local de la conferencia estuvo casi vacío, aunque en las embajadas y, en los hoteles hubo decenas de reuniones informales. El denominador común fue la disconformidad con el texto consensuado y el reconocimiento de que las últimas horas de discusiones serán muy ásperas: migraciones y refugiados volverán a trazar una gruesa línea divisoria que nuevamente separará, en términos generales, a ricos y pobres.

La brecha que separa a ambos mundos tiene en sus extremos a Al Gore, el vicepresidente norteamericano, que al comienzo de la reunión abogó firmemente por legalizar el aborto a nivel internacional, y a los representantes de África, el conti-

nente más pobre del planeta.

Ya en el segundo día de la conferencia, cuando EE UU y el Vaticano acaparaban la discusión en torno al aborto, el grupo africano, encabezado por el ministro tunecino de Planificación, Mustafá Kamel Ennabli, diseñó una estrategia común de negociación para todos los paí-

ses miembros de la Organización para la Unidad Africana (OUA): "Desarrollo, desarrollo y más desarrollo; eso es lo único que puede importar a África", expresó.

Por su parte, Julie Ser, miembro de una organización no gubernamental de mujeres de Nigeria expresaba el sábado su insatisfacción

por el desarrollo de los debates: "Aborto, aborto, aborto... todo lo que estamos oyendo es sobre el aborto. Personalmente no estoy satisfecha. Preferiría haber oído hablar más de desarrollo".

El mismo sábado, los países de la OUA enviaron a la Secretaría General de Naciones Unidas una

carta en la que afirman que "se debe hacer más hincapié en las cuestiones de desarrollo" y tener en cuenta "la ampliación de los servicios sociales y educacionales, la paz y la estabilidad".

Sin embargo, todos los planteos africanos dirigidos a obtener mejores condiciones para la deuda externa y fondos para programas de desarrollo, tanto en las áreas productivas como sociales, fueron derrotados y trasladados a la cumbre de Desarrollo Social que se realizará en Copenhague en marzo de 1995.

### Nuevo convidado de piedra

Resuelto el tema del aborto a disgusto de casi todo el mundo y eludida por los ricos las demandas de los pobres en torno al desarrollo, la conferencia amenaza con entrar en otro callejón sin salida en los temas de las migraciones y los refugiados.

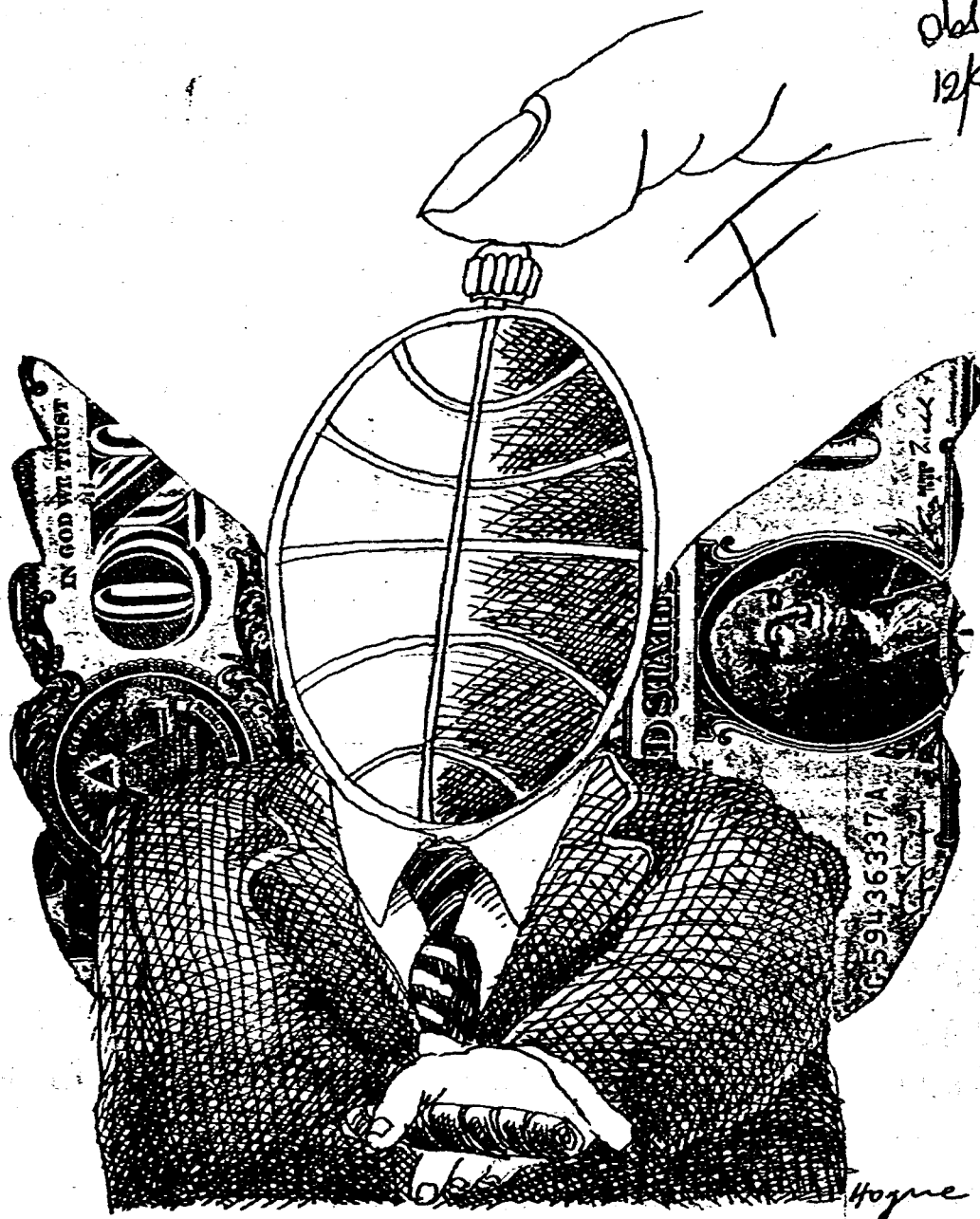
Más de 125 millones de personas, casi el 2,5 de la población mundial, vive fuera de sus países natales, generalmente pobres, y de ellos casi 20 millones son refugiados o desplazados como consecuencia de conflictos y guerras.

La tendencia de los países desarrollados es la de cerrar sus puertas a la emigración por causas económicas proveniente de países pobres con fuertes índices de crecimiento demográfico. Según la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, el "club" que agrupa a las naciones más ricas del planeta, desde 1980 hubo una "aceleración" de las migraciones motivada por "la persistencia de los desequilibrios económicos y demográficos entre el Norte y el Sur".

La situación, sobre todo en Europa occidental, provocó brotes de xenofobia, racismo y discriminación, que no sólo afectan a sus principales víctimas, los emigrantes, sino también a la estabilidad de los países receptores.

Los países ricos se cierran a recibir nuevas migraciones y a reconocer la "reunificación familiar", y en El Cairo proponen declaraciones sobre la necesidad de acelerar los planes de desarrollo.

Pero como al mismo tiempo no se expresa de dónde saldrán los recursos para esos programas, para los países pobres todo suena como a música celestial. (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE)



# La sexualidad fue el plato fuerte de la Conferencia de Naciones Unidas

Hoy culminan los debates y la cita quedará para dentro de cinco años

● Duras críticas recibió el Vaticano

● El aborto fue centro de la polémica

La Conferencia de El Cairo tuvo muchos platos fuertes durante los cinco días en los que se llevó a cabo. En la presente jornada, las comisiones deberán decidir acerca de las temáticas más polémicas. Entre ellas, el aborto, la planificación familiar y la educación sexual.

En una lucha a brazo partido contra el tiempo, los delegados de los 182 países participantes, divididos en islámicos y cristianos, intentan hoy llegar a un difícil compromiso acerca de las líneas directrices que regirán el futuro crecimiento demográfico de la población mundial.

Uno de los problemas que sigue sobre el tapete se refiere a la "reunificación familiar", lo cual se traduce en el derecho de cada hombre a reunirse con su familia, con la finalidad de proteger la institución en todo el mundo.

Sin embargo, este derecho contradice los intereses de los países ricos, que lo consideran como un peligro, a raíz de la creciente inmigración proveniente de los países pobres. Si cada hombre tiene el derecho legal de reunirse con su familia, cada inmigrante que llega a un país rico tendrá el derecho de llamar consigo a su familia. Así, el problema de la inmigración crecerá desmesuradamente.

Hoy la Conferencia deberá presentar el documento final que concilie las posturas del Vaticano y del Islam, contrarias no sólo al aborto, sino también con diferentes matices a

*Evaluar fue por excelencia el cometido de la Conferencia de las Naciones Unidas en la ciudad de El Cairo, que llegó hoy a su punto culminante. Evaluar problemáticas sociales, problemáticas religiosas, problemáticas filosóficas. En definitiva, considerar en qué condiciones se encuentra nuestro planeta en la antesala de un nuevo siglo. Por lo menos, así fue aprobado en Bucarest allá por el año 1974. Se establecía claramente que cada cinco años las Naciones Unidas deberían efectuar un examen detenido de los progresos y avances de la humanidad. De ahí la envergadura de estos diálogos, que abarcan a todos los seres humanos que se sienten parte integrante de lo que conocemos como planeta Tierra. Entre los platos fuertes de la Conferencia se encontraron el aborto, la ecología y el crecimiento de la población.*

la planificación familiar y a la educación sexual de los jóvenes.

En lo que se refiere estrictamente al caso del aborto, el Vaticano echó un balde de agua fría sobre las expectativas que se habían creado los delegados en la Conferencia de la ONU: anunció que suspendía su respuesta en la órbita de tan debatido tema.

Después de cinco días de extenuantes discusiones y de interminables titubeos alrededor de lo que era necesario cambiar en el texto para conformar a todas las partes, el vocero del Vaticano, Joaquín Navarro Valls, afirmó que no tenía una respuesta para dar.

A todo esto, la noticia puso punto final a las

especulaciones sobre la posición que, después de tantas vacilaciones, la sede católica hubiera debido asumir frente al texto.

"La Santa Sede subraya la importancia de la muerte de la madre y los peligros para la salud, temas que están vinculados con el aborto", explicó Navarro Valls. Y destacó que "esta posición es sustancial pero no de total identificación con el texto" del párrafo 8.25 que aborda la cuestión del aborto.

El párrafo, auténtica manzana de la discordia en los debates, fue reescrito en los últimos días, luego de una larga sesión de trabajo de la comisión restringida a los países presididos por Pakistán.

La actividad del Vaticano pareció confirmar las dudas, ya expresadas por representantes de varios países, sobre la efectividad de una adhesión de la Santa Sede al documento de la Conferencia.

Muchas críticas recibió el Vaticano luego de confirmar su postura, sobre todo de parte de la prensa británica y del Ministro de Población de Egipto, que expresaban que no respetaba la voluntad de 5.000 millones de personas. La importancia del Vaticano como organismo regente en el escenario mundial fue duramente puesta en duda.

Voceros de otros países dijeron que los diplomáticos vaticanos habían logrado centralizar toda la Conferencia en el tema del aborto, para después evitar la firma del documento final.

Por lo tanto, la lucha entre pro y antizortistas sigue en el tapete y tendrá que resolverse en el día de hoy, en medio de discusiones, distribución de volantes y grandes manifestos.

Se termina hoy la Conferencia en El Cairo pero no terminarán los debates. No terminarán las diferencias de posiciones entre quienes lo aceptan poniendo por delante el control de la natalidad, la salud de la mujer y las condiciones de la densidad de población de todo el mundo. Pero tampoco terminarán de atacarlo aquellos que consideran que lo primero de todo es el derecho de los seres humanos a la vida.

## La Santa Sede y su postura contra la educación sexual

Entre que son las problemáticas sexuales las que más preocupan a la sede católica del mundo; el Vaticano. Con el aborto, la situación se tornó debatida luego de la suspensión de la respuesta al documento de las Naciones Unidas. Y más tarde, se opuso en sus conclusiones a los párrafos que establecen la paternidad responsable y la educación sexual para los jóvenes.

Durante la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo, el Vaticano expresó su oposición a estos párrafos porque se oponen a la "sexualidad prematura" de los jóvenes, estimando que la responsabilidad de la educación sexual debe recaer sobre los padres y no estar apoyada en un informe de la ONU.

El borrador del documento final de El Cairo parece marginar a los padres, que son los que ejercen sus responsabilidades hacia sus propios hijos", dijo Navarro Valls, vocero del Vaticano en la Conferencia.

Esta postura despertó ulteriores preocupaciones en las Naciones Unidas, la cual subrayó el problema de la salud en las diferentes etapas de la juventud, ya que la mayoría de los jóvenes son sexualmente activos a los 20 años o antes.

Esta realidad reveló la necesidad de una educación sexual que permita la planificación familiar e informe a los jóvenes sobre los métodos anticonceptivos.

Cada año, 15 millones de adolescentes quedan embarazadas. Y sobre los 50 millones de abortos practicados en el mundo, al menos un 10% son practicados por muchachas de entre 15 y 19 años, informó la Oficina de las Naciones Unidas.

A estas escalofrantes cifras, subrayó la ONU, es necesario agregar el flagelo del sida, que ataca en un 25%, a personas de 25 años como edad promedio.

## Aumento del uso de anticonceptivos

Hace diez años, las Naciones Unidas aprobaban en México un documento en el que se instaba a los Gobiernos a adoptar medidas para apoyar a las mujeres a evitar el aborto. Hoy el tema se ha vuelto controvertido. Grupos demandan que se incluya una cláusula que apruebe el aborto como medio de planificación familiar. Según cifras de la ONU, la utilización de métodos anticonceptivos aumentaron de manera sorprendente en el mundo entero.

El informe de las Naciones Unidas establece que una de las principales limitaciones para comprender el carácter y el grado de la demanda de abortos es la disponibilidad restringida de cifras fidedignas. Las fuentes más comunes se refieren a las estadísticas oficiales que facilitan los Gobiernos, las encuestas y los ingresos en los hospitales.

La Organización Mundial de la Salud (OMS) ha calculado que aproximadamente un millón y medio de mujeres mueren todos los años por causas asociadas a su vida reproductiva. Alrededor del 30% de esas defunciones se deben a un aborto en condiciones no higiénicas.

La información disponible en el banco de datos sobre políticas en materia de población indica que en 1993, de 190 países, 173 autorizaban el aborto para salvar la vida de la madre.

Al parecer, ningún Gobierno ha recurrido al aborto obligatorio o a otras metas de coacción para alcanzar las metas demográficas.

Por otra parte, las discusiones en la Conferencia de El Cairo se orientan hacia la planificación de la familia, cuyos servicios se han extendido en todo el mundo. Esta expansión ha sido la consecuencia del reconocimiento del derecho de la

pareja y el individuo a decidir el número de hijos, teniendo en cuenta que los embarazos precoces, tardíos o numerosos son perjudiciales para la salud de la madre y la del niño.

Según los datos disponibles hasta el año pasado, en 1990 el 57% de las parejas en las que la mujer se encuentra en edad de concebir utilizan actualmente métodos anticonceptivos. El 72% en los países desarrollados y el 53% en los países en desarrollo.

Si se considera el lapso transcurrido entre el acopio de los datos y el presente, el índice de uso de anticonceptivos en los países en desarrollo es de cerca del 55% en 1993. Las diferencias regionales en los niveles de uso siguen siendo grandes, según lo indica el informe.

Los métodos utilizados por la mujer constituyen los

dos tercios del total de las prácticas anticonceptivas en todo el mundo. Los más extendidos son la esterilización femenina, que va a la cabeza con el 30%, los dispositivos intrauterinos (21%) y las píldoras por vía oral (14%).

En lo que tiene que ver con los mecanismos masculinos, los preservativos y la vasectomía representan cada uno el 9% del uso de anticonceptivos, mientras que los métodos de pareja, principalmente los métodos naturales de planificación y el "coitus interruptus", representan alrededor del 13%.

Si bien quedan muchos países en África y otras regiones en los que los niveles de uso continúan siendo muy bajos, la mayoría de los países en desarrollo han experimentado un aumento considerable en el nivel de utilización de métodos anticonceptivos.

*El Vaticano y otros países expresarán sus reservas en el plenario*

## Se cierra hoy la conferencia de El Cairo con un documento final que no conforma a todos

Con un documento final trabajosamente redactado y que probablemente merezca reservas del Vaticano y otra delegaciones al ser expuesto en el plenario, finaliza hoy la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo en El Cairo.

**P**árrafo a párrafo, frase a frase y, a veces, palabra a palabra, el texto del documento final quedó por fin redactado anoche, pero nadie asegura que será acompañado por todos.

Los delegados de los 182 países que participan en la CIPD han dado por concluidos los arduos trabajos de redacción del Programa de Acción de esta conferencia que acabará hoy.

En un principio se esperaba que el Comité Principal tuviese listo el pasado viernes un texto consensuado sobre el documento final preparado capítulo a capítulo, 16 en total, por los diferentes grupos de trabajo. No fue así y se confió en que el sábado terminaría todo pero tampoco se logró, y a última hora de la noche del sábado, los delegados "tiraron la toalla", se dieron el domingo libre y prometieron que ayer lo acabarían, aunque no todos lo tenían seguro.

### Capítulos controvertidos

A media tarde ya se supo que el capítulo más controvertido, el séptimo, referido a salud reproductiva y planificación familiar, ya se había "cerrado", y poco después, también lo había hecho el capítulo décimo, sobre migraciones internacionales.

Lo que más tiempo llevó durante

todos estos días ha sido el intento, que aún no se sabe si ha sido vano, de conseguir un amplio consenso sobre los aspectos que tenían que ver con el aborto, la salud reproductiva y la salud sexual.

Ese prolongado intento, en el que la Santa Sede se erigió como protagonista, voluntaria o involuntariamente, desesperó a muchas delegaciones, sobre todo occidentales y africanas, que se quejaron de que había acaparado energías y atención en detrimento de los demás asuntos de la CIPD.

### "Ciertas limitaciones"

En ese sentido la Santa Sede había difundido previamente ayer un comunicado en el que aclara que su apoyo a "conceptos innovativos" como salud reproductiva tiene "ciertas limitaciones".

Señala que el capítulo 7 del Programa de Acción, que se refiere también a Planificación Familiar, negociado hasta última hora "requerirá un examen detallado" so-

bre sus implicaciones y cuando sea examinado "enteramente" en el plenario "haremos una declaración formal".

El comunicado finaliza diciendo que "nada de lo que ha hecho la Santa Sede en el proceso de consenso sobre este capítulo debe ser usado de forma que implique que la Santa Sede apoya el aborto o que ha cambiado su posición sobre el aborto en ningún caso".

### Reunificación familiar

En el apartado de "reunificación familiar", los países en vías de desarrollo "generadores" de emigrantes, se mostraron indignados con la redacción final del texto, pero, en esta ocasión los "receptores" desarrollados, fueron inflexibles.

Una cosa es el principio que sugiere la conveniencia lógica de que las familias estén reunidas, y otra el derecho a que lo hagan.

Eso, argumentan, entra en la soberanía de cada país para decidir a cuántos emigrantes quiere aco-

ger, aunque al menos sí han aceptado el "derecho" a que los niños estén con sus padres. Los delegados resolvieron que los trabajadores migratorios no debían tener un derecho automático a una reunificación familiar.

Hasta la víspera de la clausura de este magno acontecimiento de las Naciones Unidas no se ha podido cerrar el texto, un documento que ha debido lograr el mayor consenso posible a costa, según muchos delegados, sobre todo occidentales, de dejarlo un tanto "tibio".

A pesar de ello no está garantizado que vaya a ser suscrito por todas las delegaciones, que tienen, por supuesto, el derecho a formular las reservas que crean oportunas.

Hoy, cuando el texto definitivo del Programa de Acción en materia de Población y Desarrollo para los próximos diez años sea presentado al plenario, la delegación que lo desee podrá poner sus reservas a los capítulos o párrafos. ■ (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE)



### Protesta

Tres grupos distintos de mujeres manifestaron frente a la sede de la conferencia.



Para la secretaria ejecutiva de la Conferencia Internacional, la paquistaní Nafis Sadik el programa aprobado, tiene un gran potencial de cambio

## **CULMINO LA CUMBRE CON «DESEOS DE CAMBIAR EL MUNDO»**

Jue  
14/9

**L**a Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD), que se inauguró el pasado día 5 en El Cairo, quedó clausurada ayer, martes, con el deseo de que el programa de acción aprobado pueda «cambiar el mundo».

La secretaria ejecutiva de la CIPD y directora general del Fondo de Población de las Naciones Unidas (FNUAP), la paquistaní Nafis Sadik, afirmó que la meta de esta conferencia es sentar las bases para conseguir una «mejor realidad en el mundo» y «el programa de acción aprobado tiene el potencial para cambiar el mundo».

Sadik hizo un elogio tanto de los trabajos de los delegados de más de 180 países asistentes como del documento final aprobado, en el discurso que precedió a la clausura oficial de la conferencia.

Destacó la tolerancia, el respeto y la voluntad de todas las delegaciones para alcanzar el necesario consenso y resaltó que gracias a ello se ha logrado un programa que ha conseguido «un consenso general».

Durante los nueve días que ha durado la conferencia se han registrado más de siete mil intervenciones y los delegados, a juicio de Sadik, han defendido con honestidad sus principios y convicciones, pero siempre teniendo como objetivo el logro de un programa que fuese «válido para todos».

Debido al «tremendo esfuerzo de consenso realizado», dijo Sadik, puede afirmarse que el documento final «no tiene nada que limite al individuo, ni a las tradiciones y valores de los pueblos», una preocupación, sobre todo, de los países islámicos, ni a la soberanía de los gobiernos. Esta conferencia «ha demostrado una vez más el valor de la Organización de las Naciones Unidas», aseguró. La directora ejecutiva de la conferencia resumió algunos de los puntos del programa en los que ha sido necesario más trabajo para conseguir el consenso, como el que se refiere al aborto, la salud reproductiva o la familia, y se mostró satisfecha con lo acordado.

En su intervención citó en varias ocasiones, como ejemplo de puntos



de vista distintos pero que pueden acoplarse, los discursos que pronunciaron dos primeras ministras, Gro Harlem Brundtland, de Noruega, y Benazir Buto, de Pakistán. Las referencias a la mujer en el programa, todas destinadas a mejorar su situación integral en la sociedad, quedaron resumidas con la frase de un delegado de Zimbabue, que tomó Sadik, quien afirmó que «la mujer debe tener poder, no para pelear sino para

decidir». En cualquier caso, reconoció Sadik, los recursos son necesarios para llevar a la práctica el programa, y emplazó a los delegados a hacerlo porque, a partir de ahora, «depende de ustedes». En el largo capítulo de agradecimientos, la directora general del FNUAP tuvo un recuerdo para la prensa, que «ha logrado llevar el conocimiento de estos problemas a la gente más que en ninguna otra conferencia de la historia de las Naciones Unidas».

Conferencia de la Población

# DOCUMENTO APROBADO CON RESERVAS

EL CAIRO, 13 (AP).— Unas 180 naciones aprobaron hoy un documento guía para sus políticas de población en los próximos 20 años, pero algunas expresaron sus reservas en cuanto a ciertos contenidos y el financiamiento multimillonario que recaen más en los países pobres. Organizadores de la conferencia dijeron que la lista final de los países que expresaron sus reservas no estaba disponible de inmediato. Pero Argentina, Ecuador, Perú, Paraguay, Libia, Irán, Yemen y Argelia, entre otros, pidieron expresamente que se deje constancia de su objeción a ciertas frases. Pakistán, que tuvo un papel clave en las negociaciones, fue uno de los pocos países musulmanes que aceptó sin reservas el llamado Programa de Acción de las Naciones Unidas sobre Población y Desarrollo. Brasil, el país católico más grande del mundo, también lo aceptó incondicionalmente.

El Vaticano, que fue el abanderado de los debates sobre el aborto y la moralidad sexual, brindó a muchos delegados al anunciar por primera vez un respaldo parcial. La Santa Sede rechazó los documentos finales en las conferencias de 1974 y 1984.

Lo que hizo diferente a la conferencia de este año fue el centro de su debate sobre desarrollo económico y mayores poderes para la mujer como elementos claves para la reducción del crecimiento poblacional, dos conceptos que el Vaticano respaldó. Las investigaciones han demostrado que las mujeres mejor educadas tienen menos hijos, se dijo en los debates.

El plan de esta conferencia no tiene fuerza de ley para las naciones, pero se lo considera como un instrumento con "peso moral" que proporciona nuevos elementos de juicio para políticos y grupos privados.

La doctora Nafis Sadik, secretaria general de la conferencia, dijo que el Programa de Acción cuando sea implementado en las décadas de 1990 pondrá a centenares de millones de mujeres en la corriente principal de la vida económica y política de sus naciones.

El jefe de la delegación de Estados Unidos, Timothy Wirth dijo que ha brotado "un espíritu de El Cairo" por todos los continentes que reconoce por primera vez la necesidad de una amplia acción al reto del explosivo crecimiento poblacional.

Los delegados acordaron una contribución anual de 17.000 millones de dólares para el financiamiento del Programa de Acción hasta el

año 2000. De ese monto, un tercio provendrá de las naciones industrializadas y dos tercios de las naciones en desarrollo.

El gasto actual es de menos de 6.000 millones de dólares al año y expertos en desarrollo, así como delegados, dijeron que será difícil lograr ese objetivo. Los países africanos han dicho ya que es imposible pagar dos tercios del costo.

El próximo mes, el Programa de Acción será presentado a la Asamblea General de las Naciones Unidas para su aprobación. Cada delegado lo llevará también para análisis de sus respectivos gobiernos.

Los tópicos de debate más intenso en la reunión de nueve días de duración —el aborto, y salud reproductiva y reunificación familiar para los migrantes— fueron también los mismos sobre los cuales los delegados expresaron sus reservas más serias en la sesión final de la reunión.

El Vaticano y algunos de sus aliados católicos, entre ellos Malta, se refusaron a firmar el capítulo que incluye el aborto inseguro o el que hace referencia a los derechos reproductivos y salud reproductiva. La mayoría de otras observaciones fueron sobre puntos específicos, no sobre capítulos enteros.

El Vaticano tuvo éxito en la neutralización del lenguaje sobre aborto en condiciones inseguras, y el hacer que se borre toda referencia al aborto como medio de control de la reproducción. Pero no pudo eliminar el reconocimiento de que el aborto se practica en todo el mundo y debería ser abordado como un caso importante de salud pública.

El arzobispo Renato Martino, jefe de la delegación del Vaticano, dijo que la Santa Sede todavía tiene "graves preocupaciones" sobre el reconocimiento del aborto como parte de cualquier política de población y sobre las referencias que podrían ser consideradas como una condenación de la relación sexual prematrimonial, especialmente entre los adolescentes.

La mayoría de los países musulmanes, incluido Egipto, la nación anfitriona, criticó el uso de la palabra "individuos" en el debate sobre actividad sexual. Los musulmanes han arguido que ello sugiere la aprobación de relaciones extramatrimoniales o relaciones homosexuales, que están contra la ley islámica.

Antes de la conferencia, las líneas de batalla habían sido fijas.

El Vaticano y los musulmanes fundamentalistas que se oponen al aborto y al sexo antes del matrimonio se aliaron contra los países de Europa y América del Norte que apoyan el aborto y la sexualidad libre.

9500380

## Latinoamérica: 9 Países Pusieron Reparos en lo Relacionado con Aborto

EL CAIRO, 13 (EFE).— Pese a los consensos regionales previos, Latinoamérica se mostró hoy martes dividida en cuanto a la aprobación del Programa de Acción de la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo (CIPD), al que presentaron reservas parciales nueve países del hemisferio.

La postura adoptada finalmente por Perú, Ecuador, Argentina, la República Dominicana, Nicaragua, Honduras, El Salvador, Argentina, Paraguay consistió en aceptar el documento final acordado anoche tras ocho días de deliberaciones en El Cairo, pero poniendo bajo reserva todos los puntos considerados en conflicto con la Constitución y las leyes nacionales.

El grupo demostró un alto grado de coordinación, empezando por la presentación de sus argumentaciones, que fueron casi idénticas en su contenido.

La coordinación también quedó patente en el momento de hacer pública su postura, pues en vez de hacerlo durante la votación capítulo a capítulo, prefirieron esperar, al igual que la Santa Sede, a hacerlo en la parte

del planario dedicada a la exposición de comentarios generales al texto.

Asimismo, hicieron la presentación prácticamente en bloque, nada más comenzada la ronda de intervenciones.

En resumen, las nueve delegaciones señalaron que los Principios recogidos en el capítulo 2 del Programa sitúan a éste bajo el ámbito general de los Derechos Humanos, entre los cuales debe entenderse que el primero y origen de todos los demás es el derecho a la vida desde su concepción, "reconocido constitucionalmente en esos países".

Por ese motivo, numerosos términos recogidos en el capítulo 7 del texto (sobre "Derechos reproductivos y planificación familiar") sólo son aceptados por esos gobiernos bajo la reserva de que no pueden interpretarse en favor del aborto o la interrupción del embarazo.

Entre esos términos considerados "imprecisos", los delegados citaron los de "salud sexual y reproductiva", "derechos sexuales y reproductivos", "terminación del embarazo" o "embarazo no deseado".

También se pone en tela de juicio el término "planificación familiar", pese a que el párrafo 8.25 del Programa, relativo al aborto, comienza diciendo que éste nunca deberá ser fomentado como un medio de planificación de la familia.

Otro punto sobre el que manifestaron su reserva la mayoría de esos países fue la posibilidad de considerar los conceptos de "familia" y "pareja y uniones" en un

plano de igualdad, pues sus leyes nacionales establecen que la unidad básica de la sociedad es la familia y "en ningún caso puede ser alterada su esencia, que es la unión del hombre y la mujer".

A este respecto, algunas naciones, como Nicaragua, mostraron su expresa reserva a la posibilidad de que entre las "parejas y uniones" puedan incluirse las formadas por homosexuales.

Otras, como Guatemala, intentaron poner un toque de lirismo, al abogar por incluir en el texto que en la unión entre el hombre y la mujer debe haber "amor".

Asimismo, la República Dominicana y El Salvador se mostraron de acuerdo con los países islámicos en el rechazo a que el punto 7.2 del texto otorgue derechos en materia reproductiva a los "individuos" fuera del ámbito familiar.

En ese sentido, fuentes de las delegaciones latinoamericanas que solicitaron el anonimato comentaron a EFE que lo ocurrido hoy evidencia una división de la región, pese al consenso acordado en la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo, en México (1993), o la aún más reciente Declaración de Guatemala, del pasado agosto.

La división abarca a los países que hoy presentaron reservas, por un lado, y por otro a naciones como Colombia, Venezuela, Uruguay, Bolivia y Chile, más liberales en sus políticas demográficas y que en algunos casos —como el boliviano— incluso aceptan el aborto cuando se trata de violación, incesto o riesgo para la madre.

## El Vaticano dio su Apoyo Pero en Forma Selectiva

EL CAIRO, 13 (Reuters). — El Vaticano anunció hoy que apoya en forma selectiva la declaración final de la Conferencia de Población, excluyendo parte que, afirma, contienen lenguaje y conceptos sobre el aborto y los valores sexuales que desaprueba.

Junto con el Vaticano, Argentina, Ecuador, Perú y la República Dominicana fueron algunos de los países que expresaron reservas sobre el documento.

El jefe de la delegación del Vaticano, arzobispo Renato Martino, aclaró la posición de la Santa Sede en relación al objetivo de la Conferencia convocada por las Naciones Unidas (ONU) de disminuir el ritmo del crecimiento de la población en las próximas dos décadas.

"La Santa Sede quiere de algún modo sumarse al consenso, aún cuando sea en forma incompleta o parcial", dijo el delegado del Vaticano en la sesión final de la conferencia en El Cairo.

Pero Martino dijo que esto no debía ser interpretado como un cambio de posición en la Santa Sede. El Vaticano detuvo

las discusiones durante cinco días sobre tema del aborto.

"Nada de lo que ha hecho la Santa Sede en este proceso de consenso debería ser entendido o interpretado como una suscripción de conceptos que no puede apoyar por razones morales", agregó Martino.

"Especialmente no debe entenderse como que la Santa Sede respalda el aborto o ha cambiado en algún aspecto su posición moral con respecto al aborto, o los anticonceptivos, o la esterilización o el uso de condones en los programas de prevención del HIV o el SIDA".

Algunos delegados cuestionaron esa posición y se preguntaron cuál es el papel que debería desempeñar el Vaticano en el mundo diplomático.

"Si fuera el Vaticano, pensaría dos veces antes de participar como miembro activo en otra conferencia como esta", dijo Nicolás Biegman, subdirector de la comisión principal del borrador del documento en la reunión de nueve días.

"Es un gobierno y es una iglesia... y ambas cosas son difíciles de combinar... Yo me haría un par de preguntas sobre mi posición en el sistema internacional", señaló Biegman.

Aunque el Vaticano es el centro del catolicismo mundial, también es un estado soberano con condición de observador permanente en la Organización de Naciones Unidas y, como tal, puede participar como miembro activo en reuniones como la realizada en El Cairo.

Debido a la rígida posición del Vaticano sobre el aborto, que paralizó la conferencia durante cinco días, hubo críticas públicas y privadas que señalan que quizás ese papel debe ser revisado.

"Dependerá de ellos (el Vaticano) decidir si su participación en una conferencia como ésta les resultó un negocio rentable", dijo Biegman.

"Por su parte, fueron criticados por la prensa, pero por otra fueron capaces de obtener mucho de lo que querían sobre el aborto", dijo el delegado.

9500380

EL ABORTO CENTRALIZO LA POLEMICA, DILUYENDO OTROS TEMAS CRUCIALES

# La conferencia culminó con interrogantes y reservas

La controvertida reunión sobre población en El Cairo dejó un reguero de insatisfechos entre los países industrializados, del Tercer Mundo, el Vaticano y el Islam protagonistas del debate que durante nueve días se contaminó por la reyerta en torno del aborto y que diluyó otros temas como la distribución de la riqueza y el crecimiento de la pobreza.

Clarín  
EN EL CAIRO

EL CAIRO, 13 (Enviado especial). - Después de nueve días de un largo debate que quedó centrado en su mayor parte en una dura controversia sobre el aborto, la Conferencia sobre Población y Desarrollo de las Naciones Unidas logró adoptar hoy, aunque con relativo consenso, el Plan de Acción que debe tratar de controlar durante las próximas dos décadas la explosión demográfica mundial.

La polémica sobre los métodos anticonceptivos, la familia, la igualdad entre el hombre y la mujer, la emancipación femenina y la educación sexual de los adolescentes generó un debate sobre valores morales laicos o religiosos. El enfrentamiento fue lo suficientemente fuerte como para que se produjeran episodios que evidenciaron irritación contra la delegación vaticana, que fue acusada de bloquear el debate y secuestrar la conferencia con el tema del aborto.

"Yo, que soy ginecólogo, puedo decirles que jamás he asistido a un parto tan difícil", proclamó el ministro egipcio de Población, Maher Mahran, que en un momento particularmente

## CONFERENCIA SOBRE POBLACION

difícil del debate preguntó indignado: "¿Es que el Vaticano domina el mundo?"

Lo cierto es que, pese a que se logró adoptar el documento del Plan de Acción, no hubo una gran satisfacción entre los 3.500 delegados de los 182 países participantes.

El Vaticano, como algunos de los países que compartieron en general sus posiciones, entre ellos la Argentina, anticiparon reservas al documento principal. También hubo una reiteración de las objeciones de parte de las naciones musulmanas.

Pero si algo ha quedado claro después de los debates es que para evitar que la explosión demográfica duplique la población mundial de seis mil a doce mil millones de personas para el año 2050 es necesario poner el acento de los planes de acción en los países en vías de desarrollo, donde se concentra el 80 por ciento de ese aumento.

Sin embargo, muchos delegados de los países en vías de desarrollo se mostraron

decepcionados porque la reunión prestó demasiada atención al tema del aborto. Uno de esos delegados señaló a Clarín que esperaban "que la asamblea se hubiera dedicado con mayor atención a considerar los problemas de la pobreza y la injusta distribución de la riqueza en el mundo".

Cuando los países desarrollados tuvieron que demostrar su solidaridad concreta con el Tercer Mundo favoreciendo la reunificación familiar de los emigrantes, se negaron de plano.

Dentro de la perspectiva de la explosión demográfica, la mujer centralizó las expectativas. En realidad, los millones de mujeres del Ter-

cer Mundo que necesitan acceso fácil y de alta calidad a la información y los métodos de planificación familiar e incorporarse a los sistemas de educación y a los mercados de trabajo en igualdad de condiciones con los hombres. Estas son las claves no solo del equilibrio demográfico sino de la "salud reproductiva" y el "bienestar sexual" de centenares de millones de parejas que viven en los arrabales del mundo no privilegiado.

Con todo los miembros de la "troika" de la Unión Europea: Alemania, Grecia y Francia declararon hoy que "el balance es muy positivo".

Había demasiado optimismo en esa proclama diplomática que intentaba ocultar la decepción que ha producido en los países industrializados (Estados Unidos, Japón y la Europa comunitaria) la catarata de enmiendas que terminaron diluyendo muchos de los conceptos que contenía el

proyecto de Plan de Acción original de las Naciones Unidas.

Había en ese documento una reivindicación universalista de una serie de principios y derechos, como, por ejemplo, la educación sexual y el principio de confidencialidad sobre los problemas del sexo juvenil, que fueron cayendo uno a uno en nombre del reconocimiento de los valores religiosos.

# Pero el aborto es más fuerte...

La Declaración final de la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo quedó aprobada el martes 13 por los 182 países participantes. En lo general, porque el Vaticano, el Islam y un grupo de gobiernos — entre ellos varios latinoamericanos — hicieron reservas particulares.

En El Cairo el partido se jugó entre pobres y ricos y las dos grandes religiones de occidente y oriente midieron fuerzas, aliadas para la ocasión. Los derechos de las mujeres estuvieron todo el tiempo sobre la mesa, aunque más relacionados con la reproducción que con el desarrollo.

de 182 países transitaron farragosos debates donde el controvertido aborto fue centro permanente.

por Isabel Villar

**E**l martes, que para colmo era 13, concluyó la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo que se llevó a cabo en El Cairo. "Diez días dedicados al aborto y diez minutos al desarrollo", denunciaron las organizaciones no gubernamentales reunidas en el Foro paralelo. Y más allá del cronómetro, mucho de cierto hubo.

Pese a que la expectativa de promover a las mujeres como protagonistas de pleno derecho del desarrollo, en lugar de circunscribirlas a la planificación familiar, parece dar más garantías de potenciar su libertad y capacidad de opción, delegados

algún experiente en estas lides.

## DECLARACION FINAL

El documento final, que se conocerá como Declaración de El Cairo, tiene 16 capítulos. En casi todos ellos, la mujer está especialmente considerada, en distintos grados y correspondencia con las demandas y reivindicaciones.

El preámbulo consigna el compromiso de que las mujeres tengan los mismos derechos que los hombres. El capítulo tercero declara inseparable el papel de las mujeres del vínculo reconocido entre población, crecimiento económico sostenido y desarrollo sustentable, todo lo cual no podrá ser resuelto si no se aborda el problema de la pobreza. La vocación del cuarto es eliminar la discriminación por sexo. Condena toda forma de explotación, abuso o violencia contra las mujeres y los niños, e insta a que las primeras desempeñen un papel más activo, esencial para reducir el crecimiento demográfico y lograr un desarrollo durable, enfatizando la educación de las niñas.

La familia, definida como "unidad básica de la sociedad" es el eje temático del quinto. "Otras uniones" no tuvieron recibo en el documento, pero se reconoció la "pluralidad" y "diversidad" de formas que la familia puede tener.

## SALUD SEXUAL AFUERA

El capítulo séptimo refiere a los polémicos derechos reproductivos, y fue el que sufrió más modificaciones respecto del borrador de trabajo. Para empezar, se le cambió el título: el original, "Derechos reproductivos, salud sexual y reproductiva y planificación familiar" quedó del tamaño de "Derechos reproductivos y salud reproductiva". Pudiera pensarse que palabra más, palabra menos... pero no: el término "sexual" desapareció porque, como se explica en otro párrafo agregado, se considera a la "salud sexual" como parte de la "salud reproductiva". El derecho de todas las "parejas e individuos" para decidir el número y frecuencia de los hijos se reconoce, con el expreso rechazo del Islam, que en el término "individuos" presume una puerta abierta al reconocimiento de la homosexualidad, prohibida por la ley religiosa. Este capítulo, el más largo y detallado de todos, recomienda también un mejor acceso a los servicios de planificación familiar y un nuevo enfoque sanitario y social de la demografía, tomando en cuenta los deseos personales y los de la mujer en especial. Los adolescentes también pueden ser beneficiarios de los servicios de salud y procreación, con derecho a la "confidencialidad" pero con una reserva: "respetando los valores culturales y las creencias religiosas".

## VATICANO: CONSENSO CON RESERVAS

No es casualidad: desde muchos meses antes, el Vaticano venía encargándose, con afán inusual, de convencer a la opinión pública de que ese era "el" tema de la cumbre. En ese camino cosechó aliados y para hacer las cosas bien, documentó acuerdos. Con los países musulmanes, por ejemplo. Varios gobiernos latinoamericanos se asociaron y guardaron fidelidad hasta el final.

Sin embargo, justo es reconocerlo, es la primera vez en la historia que la Santa Sede apoya las conclusiones de una conferencia de la ONU sobre población. Aunque por "razones morales" no haya podido "dar su consenso" al aborto, la anticoncepción, esterilización, uso del preservativo (ni para prevenir el SIDA), relaciones prematrimoniales y extraconyugales. Pero compartió las conclusiones en cuanto al progreso de la mujer en la sociedad, la defensa de la familia (aunque fundada sólo en el matrimonio), la prohibición de coerciones por motivos demográficos y la vinculación del problema de la inmigración con el respeto de la familia.

## DESARROLLO: NO HUBO TIEMPO

Lo que estaba en juego era el futuro de la humanidad durante los próximos veinte años. Por lo menos, porque la historia deja huellas. Y las condiciones para el debate eran favorables: desde la Cumbre de la Tierra (Río de Janeiro, 1992), la noción de desarrollo se despegó de lo puramente economicista para transitar hacia una dimensión más social. ¿Cómo hacer para que la población mundial transite un desarrollo humano, durable, equilibrando crecimiento demográfico y recursos disponibles? Sin olvidar que todo esfuerzo es inútil si no se hace justicia con la distribución de esos recursos. Y que hay una deuda social acumulativa con las mujeres. De eso se trataba.

Las primeras evaluaciones se hicieron "en caliente", justo antes de que los delegados y delegadas se alejarán del influjo energético de las pirámides. Y hubo opiniones para todos los gustos. Desde las más pesimistas: ausencia de respuestas a los problemas fundamentales de la humanidad como la pobreza creciente (varios delegados recordaron que en la actualidad existe en la Tierra "la más amplia generación de desfavorecidos de la historia del mundo"), hasta las satisfechas porque el documento aprobado coloca al "ser humano en el centro de las preocupaciones relacionadas con el desarrollo durable", documento que además fue aceptado por todos, aunque algunos países formularan reservas. Entre ambas la juiciosa advertencia: lo que importa es cómo se pasa de la retórica a la acción, es decir cómo se lleva a cabo el Programa aprobado. "Que no se haga humo", advirtió

9500380

56



## RIESGOS DE LA CLANDESTINIDAD: AL FIN RECONOCIDOS

Y por fin llega el capítulo octavo, que contiene el controvertido aborto y el SIDA. En la solución transaccional, se enfatiza que "no debe ser alentado como método de planificación familiar" en ningún caso, pero se reconoce la existencia de abortos riesgosos, es decir clandestinos, que se definen en términos de la OMS, y por primera vez sus consecuencias se califican como un "problema mayor de salud pública". La lucha contra las enfermedades de transmisión sexual y el SIDA se admiten como esenciales, no se avanza en alternativas de abordaje.

Los capítulos 9 y 10, que se ocupan de la distribución poblacional y de las migraciones, también son importantes para las mujeres. Sobre todo en cuanto al reivindicado derecho a la reunificación de las familias. Los países ricos se sintieron amenazados por este ítem, y lograron convertir-



Dra. Nafis Sadik, Directora Ejecutiva del Fondo Nacional de Población de Naciones Unidas, tuvo a su cargo la Secretaría General de la cumbre de El Cairo.

lo en una diluida recomendación de tener en cuenta la "importancia vital" de favorecerla.

El capítulo 11 insiste en la educación como clave del desarrollo, en particular la de las niñas y jóvenes. El 13 invita a los gobiernos a mejorar sus políticas sociales y demográficas, destacando que en el año 2000 se necesitarán 17 mil millones de dólares para financiar programas de población. De los países donantes se espera que aporten un tercio, aunque algunos de ellos allí mismo se pusieron en guardia y comenzaron a enunciar dificultades. Los dos tercios restantes tendrían que ser provistos por cada país, teniendo en cuenta que los más pobres necesitarían más apoyo.

### SOBERANIA Y RELIGION: PLENO RESPETO

El capítulo 15 subraya la necesidad de que los países colaboren con las organizaciones no gubernamentales.

Los capítulos 6, 12 y 16, hasta ahora no comentados, se refieren a la administración del crecimiento de las ciudades, al mejoramiento de la recolección y análisis de los datos demográficos, y el último prevé que la próxima Asamblea General de la ONU decida cuál será el seguimiento de todos los temas tratados en El Cairo.

El Capítulo 2 merece mención aparte, ya que consiste en una declaración de principios, donde se reconoce "el derecho soberano de cada país" para la aplicación de las recomendaciones, sujeto además al "pleno respeto de los distintos valores religiosos y éticos" y del "contexto cultural de cada pueblo". Todo de acuerdo con los "derechos del hombre", agrega. Si se hiciera una interpretación literal de esta última reserva... las decepciones serían castraciones...

## El Vaticano y el Islam La santa alianza

**L**a sociedad no estaba prevista. Al Vaticano y al Islam los separan diferencias ancestrales. Pero el "coco" del aborto en el marco de la Conferencia de El Cairo, fue más fuerte: cristianos y musulmanes hicieron un pacto y lo documentaron. En absoluto secreto... hasta que el diario "La Republica" de Italia lo reveló con carácter de primicia.

"Musulmanes y cristianos nos oponemos a la visión individual de la vida, que tiende en definitiva a la destrucción de la familia y de la sociedad", fue el párrafo destacado. El mismo documento enfatiza otros puntos que para los jefes religiosos resultaban "inaceptables", entre ellos los referidos a la sexualidad adolescente, familia y homosexualidad.

La revelación de la alianza tuvo sus efectos: la intransigencia dogmática se suavizó respecto de un par de párrafos del programa de Acción referidos a la legalidad y riesgo del aborto.

# Las voces de las mujeres

**L**as mujeres árabes participantes en la Conferencia de El Cairo rechazaron por artificial la división subregional del pueblo árabe en Asia occidental y África, considerando que creará dificultades para la coparticipación, complica la unidad necesaria para expresar la cultura propia y obstaculiza el logro de objetivos comunes.

Adhieren a la postura de que el crecimiento de la población mundial no es un impedimento para el desarrollo, sino por el contrario, una solución a éste, centrando el verdadero problema en la acumulación de políticas socioeconómicas que llevaron a la pobreza, la ignorancia y el desempleo.

"Las mujeres son al final las mayores víctimas de las políticas sociales" evalúan, porque éstas están basadas en que la mujer debe asumir y sobrellevar la culpa del crecimiento de la población, y a su vez es la responsable del control de la natalidad y la planificación familiar.

A la luz de esta situación, las organizaciones no gubernamentales de mujeres árabes para elimi-

Arabes

## El crecimiento es solución, no problema

nar todas las formas de discriminación contra las mujeres, con reflejo en las legislaciones educativas, y medios de comunicación de cada país. Y revisión de las leyes para asegurar una igualdad total entre géneros con especial cuidado hacia el estatus personal, de familia y de nacionalidad.

—Participación: los gobiernos deben aprobar el poder de la mujer y promover su participación en los centros de decisión en todos los niveles, incluyendo la adecuada representación en las instituciones políticas y legislativas.

—Trabajo: protección y provisión de salud y de seguros sociales para las mujeres rurales y urbanas que viven en la pobreza e integran el mercado de trabajo informal.

Violencia: los gobiernos deben tomar las medidas necesarias para proteger de ella a las mujeres.

Además, la declaración contiene un pedido especial a la comunidad internacional y a los

gobiernos árabes para acelerar el fin del conflicto Gaza-Jerico, el retorno de las familias palestinas y las penurias de la gente que vive en territorios ocupados.

### CONTRA LA GUERRA Y LOS EMBARGOS

"Democracia y transparencia son las únicas garantías para el desarrollo, que no puede realizarse sin el total respeto por los derechos humanos, la libertad de pensamiento y expresión, adecuada información y sistemas de voto genuinos. Exigimos la libertad de todos los prisioneros de opinión y su total protección legal, humana y médica", consigna otra parte del documento.

La declaración de las mujeres árabes también condena la guerra como forma de resolver conflictos, demanda la disminución de la fabricación de armamentos y reconducción de recursos al desarrollo y reclama no se implementen sanciones económicas como embargos ante conflictos políticos, porque las mujeres y los niños son los que sufren más.

Directora regional de UNICEF en Montevideo

## Deuda social con la mayoría femenina

**E**l Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) acaba de concertar con el Banco Interamericano de Desarrollo, UNIFEM y la Comisión Latinoamericana de Mujeres un proyecto de diez años para apoyar y promover el liderazgo femenino en política.

Este anuncio fue formulado por la socióloga Marta Maurás, directora regional para América Latina y el Caribe de UNICEF, y la iniciativa tendrá alcance latinoamericano. Su objetivo es promover que las mujeres que tengan vocación para ello, participen en actividades políticas en todos los niveles, contribuyendo a superar la "incompletud" de un mundo diseñado en masculino.

"Somos una agencia que además se interesa por los problemas de la mujer. El niño no vive solo, no está aislado del mundo: vive en una familia, en una sociedad. La UNICEF por tanto se ocupa de toda la familia y sobre todo de la mujer. En un inicio, la atención a la mujer era fundamentalmente en su papel de madre. Sin embargo fuimos dándonos cuenta que no sólo el rol reproductivo es el que interesa para el eventual bienestar del niño. Es toda la mujer, su capacidad y su posibilidad de desarrollo", explicó Marta Maurás.

### "LA SALUD QUEDO RELEGADA EN EL CAIRO"

La representación de UNICEF, que también es experta en cuestiones de población, consideró que "hubo un tema que quedó relegado de alguna manera en la discusión de la Conferencia de El Cairo, y es el tema de la salud de la mujer. La mortalidad materna, que es la muerte o posibilidad de muerte

que afecta a las mujeres durante su ciclo vital debido al parto y el embarazo".

En América Latina, dijo, "180 por cada cien mil mujeres mueren por esas razones: en el mundo desarrollado, 10 por cada cien mil. Estamos hablando de los niveles de desarrollo económico y la cobertura que tienen los sistemas de salud: casi el 75% de las mujeres de América Latina están de una manera u otra atendidas por una unidad de salud, al menos para el parto".

Para Maurás el problema está en la calidad del servicio y la deficiente atención prenatal, además de la incidencia de la pobre alimentación de las niñas. "No es el caso de Uruguay—admitió— pero en general, la atención a la niña en sus necesidades de nutrición y salud no es buena en nuestra región. Tiene esto que ver mucho con el estatus de la mujer. A pesar de los avances obtenidos como la incorporación de la mujer al mercado laboral, aún hay insidiosamente discriminación contra la mujer, que influye por ejemplo en la mortalidad materna".

La directora de UNICEF se lamentó de que en la Conferencia sobre población y Desarrollo se haya dedicado tanto tiempo al tema del aborto. Sin quitar entidad al tema, evaluó que la extrema radicalización de posiciones impidió ver temas de mayor alcance respecto de la "tremenda deuda social" que existe con las mujeres.





Medellin 4 de  
Dic - 1984

# Uruguay

## Una nación que se extingue

Por Cristina Canoura  
Servicio de Noticias de la Mujer

**MONTEVIDEO.** De seguir la curva descendente en la tasa de natalidad, los uruguayos se convertirán en una especie en extinción.

Para ver ese futuro no hace falta una bola de cristal. Basta asomarse al Uruguay de hoy, cuyo mayor problema poblacional es, a la inversa de la mayoría del Tercer Mundo, su baja tasa de crecimiento.

Con baja natalidad desde mediados de siglo, este país sudamericano de tres millones de habitantes, sufre el envejecimiento progresivo de su gente. La población activa no puede pagar la seguridad social de los pasivos cada vez más numerosos y el Estado debe destinar 40 por ciento de su presupuesto a la previsión social.

Cuanto mayor es su edad, más pobres son los uruguayos y, obviamente, menos sanos. En consecuencia, la atención de salud es cada vez más cara y de peor calidad en el país.

### DECRECIENDO

Los índices de crecimiento demográfico en Uruguay han sufrido un proceso de decrecimiento acelerado en las últimas décadas, de modo que el país ostenta con preocupación en el último quinquenio un escaso 0,58 por ciento. Nacen por año únicamente 53.000 niños, cifra similar a la que asiste una sola maternidad en Caracas, Venezuela.

De acuerdo con datos del último censo nacional realizado en 1985, más del 11 por ciento de la población tiene 65 años o más, de los cuales un poco más de la mitad son mujeres. El censo de 1995 no se podrá realizar porque las autoridades olvidaron incluirlo en sus previsiones presupuestales.

### SEGURIDAD ECONOMICA

Según la demógrafa Ana Damon, el envejecimiento continuará agudizándose y en el 2010 la población de ancianos superará el medio millón de personas, de las cuales el 27 por ciento serán mayores de 80 años y seis de cada diez de ellos, mujeres.

En ese período, la población total sólo habrá crecido en 600.000 personas. La edad promedio de la población, será, para ese entonces, de 40 años.

Actualmente casi 46.000 ancianos no perciben ningún ingreso, por lo cual dependen para su subsistencia de otras personas. De ellos 40.000 son mujeres.

La incorporación masiva de mujeres al mercado de trabajo desde fines de la década de los años 60 permitirá suponer que la vejez de gran número de ellas gozará de una mayor seguridad económica. Sin embargo, la franja de mujeres pobres uruguayas está constituida por empleadas domésticas y trabajadoras del sector informal, en su mayoría no amparadas por la seguridad social.

### COMO PUEDEN

No nos quedemos pegados en esa idea de que somos una pequeña Europa colocada en América Latina. Somos un país con el crecimiento similar al de los países del Norte pero con una situación económica de deterioro», aseguró Cristina Grela de la organización internacional Católicas por el Derecho a Decidir.

La afirmación la hizo durante un seminario sobre políticas de población y desarrollo, organizado por el Instituto del Tercer Mundo y la Red de Salud de Mujeres del Uruguay.

Grela explicó que «en los cinturones de Montevideo, las mujeres viven como pueden, sin ninguna posibilidad de desarrollo personal, humano, educativo o de salud. abortan de la manera que pueden o tienen hijos no deseados. Si las mujeres en el Uruguay tienen menos hijos de los que quisieran no es porque sí. No los tienen porque no los pueden seguir teniendo en esas condiciones».

### SIN CONTROL

El 13 por ciento de la población de Montevideo y el 19 por ciento de la de los restantes 18 departamentos en que se divide el país y que concentran la mitad de los habitantes, se encuentra por debajo de la línea de pobreza crítica. Ese núcleo poblacional pertenece al 30 por ciento de las mujeres entre 15 y 49 años, entre las cuales prevalece el mayor porcentaje de embarazo adolescentes y el mayor número de nacimientos de hijos de parejas ocasionales.

Según explican los especialistas, no fue ningún plan de control de la

"y dicen que no hay niños"

9500380

fecundidad o de planificación familiar lo que produjo la baja natalidad del país, sino la urbanización y las políticas sociales de la primera mitad del siglo, que fomentaron una amplia clase media a la que simplemente no le convenía tener muchos hijos.

#### **CUNDIO EL ABORTO**

El uso de anticonceptivos orales se generalizó a fines de la década del 60. Para ese entonces la natalidad ya había bajado, por el uso del condón o con el aborto. La práctica del aborto era tan generalizada que fue despenalizado en 1934. Un par de años después se volvió a criminalizar por un acuerdo circunstancial del gobierno con el pequeño Partido Social Cristiano y sigue siendo clandestino e ilegal hasta hoy.

Esta situación impide conocer el número real de abortos; pero de acuerdo con estimaciones de organizaciones de mujeres, en el país se practican 150.000 al año, tres por cada parto.

El descenso del índice de natalidad no es un fenómeno de las últimas décadas sino que, por el contrario, acompaña la historia del país desde 1920. En esa época fueron las corrientes migratorias europeas, fundamentalmente españolas e italianas, las que alimentaron el poblamiento del país.

#### **SE VAN DE ALLI**

Pero no es sólo el envejecimiento el rasgo demográfico característico del Uruguay de fines del siglo XX. La emigración del campo a la ciudad alerta a los especialistas que elaboraron el informe para El Cairo, al punto de vaticinar «el agotamiento de la reproducción biológica de la población rural», que en los últimos veinte años registra una disminución del 25 por ciento.

Del mismo modo, la emigración de los más jóvenes al exterior, fenómeno que se viene experimentando desde la segunda mitad de la década de los 60, ha dejado marcas profundas en la estructura etaria de la población.

Entre 1963 y 1985 emigraron 308.514 personas, casi el 12 por ciento de la población media de ese período. Sondeos de opinión de empresas encuestadoras especializadas indican que un 33 por ciento de los jóvenes montevideanos expresa intención de emigrar.

#### **NO ES LA PANACEA**

Sin embargo, pese a todo esto, a juicio de Roberto Bissio, director del Instituto del Tercer Mundo, «más que pensar en formas ingeniosas de decirle a los donantes que Uruguay sí tiene problemas de población para «candidatarse» a la escasa ayuda internacional, el país deberá mostrarse como ejemplo de que no fueron las políticas de control sino la educación, salud y redistribución del ingreso las que evitaron la temida explosión demográfica y también que la reducción de la natalidad no es la panacea para los problemas del subdesarrollo».

60-60

9500380

DOCUMENTO  
 JLO del 20/9 al 13/10/94 se realiza en N.Y. la 49ª Asamblea <sup>General</sup> de la ONU.  
 DEPENDENCIA 150090  
 FECH. DE PR. EN: 20/9/94  
 INICULACION 12576  
501889  
65890

# Con gran expectativa comienza 49ª Asamblea de las Naciones Unidas

*Se abre hoy la 49ª sesión de la Asamblea General de Naciones Unidas, en la que se abordará un gran número de problemas a nivel mundial, desde los derechos humanos a las crisis de Haití, Bosnia, Somalia y Ruanda.*

Redacción, ANSA y EFE (NUEVA YORK)

Las primeras jornadas de la Asamblea serán dedicadas a la elección del Presidente y a la designación de comisiones.

Pero superadas las formalidades se pasará a la verdadera y propia fase de debates. Se prevé que en tres semanas tomarán la palabra alrededor de 50 jefes de Estado y de Gobierno, y un centenar de Ministros de Relaciones Exteriores.

Forman parte de Naciones Unidas 184 países, pero no Taiwan, que seguramente volverá a ejercer presiones, como hizo el año pasado sin éxito, para readquirir el lugar que debió dejar a China en 1973.

La Asamblea General ofrece cada año la ocasión a ministros y jefes de Estado de reunirse para discutir los problemas del momento sin tener que recurrir a largos viajes y a visitas programadas. Basta concurrir a un hotel o a la sede de una delegación o fijar una cita en un restaurante.

En primer término tomarán la pa-



En primer término tomarán la palabra los presidentes de Estados Unidos, Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin.

labra los Presidentes de Estados Unidos, Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin.

Un discurso ante la Asamblea General será pronunciado también el 21 de octubre por el Papa Juan Pablo II, en su segunda visita a Naciones Unidas, después de la realizada en 1979.

El tema de las fuerzas de paz de Naciones Unidas polarizará la atención de la Asamblea General. Actualmente existen 70.000 hombres de la ONU en el mundo. Desde

Eosnia, a Somalia y Chipre. En la agenda de trabajo figuran por otra parte, 150 temas.

El puesto de Presidente de la Asamblea, que rota anualmente entre los cinco grandes grupos regionales, tocará este año a Ministro de Relaciones Exteriores de Costa de Marfil, Amara Essy, de 49 años, quien sucederá en el cargo al embajador de Guyana, Samuel Insanally.

La presidencia tiene más un carácter ceremonial que la de la dirección de los trabajos, pero el Pre-

sidente contribuye a establecer la lista de los oradores y a resolver eventuales disputas.

La Asamblea General procederá también a formalizar la designación de Italia, Alemania, Honduras, Indonesia y Botswana como miembros no permanentes del Consejo de Seguridad para el próximo bienio, a partir del primero de enero de 1995.

Asimismo, Japón volverá a pedir un asiento permanente en el Consejo de Seguridad.

ENTRADO ✓  
 CRUZ-DO

01-22

9500381

39 Jefes de Estado Hablarán Este año

# EL CANCELLER DE COSTA DE MARFIL PRESIDE LA 49 ASAMBLEA DE LA ONU

NACIONES UNIDAS, 20 (ANSA)- El presidente de la cuadragésimo novena Asamblea General de la ONU, Amara Essy, sostuvo hoy en la sesión inaugural que "en momentos en que maduran sentimientos nacionalistas y declina la solidaridad, las Naciones Unidas siguen siendo nuestro último recurso".

Essy, de 49 años, canciller de Costa de Marfil, fue nombrado presidente de la trascendental cuadragésimo novena Asamblea General, en coincidencia con la ofensiva del secretario general, Boutros Boutros-Ghali por redoblar sus esfuerzos por llevar la paz a cada foco de violencia y muerte que estalla en el mundo.

Pero esta también es la Asamblea que prologa el quincuagésimo aniversario de la creación de la ONU, en junio de 1945, para

ecipsar el horror de 50 millones de muertos causados por la II Guerra Mundial.

Essy sucede en la presidencia de la Asamblea al guyanés Samuel Hinds. Fue vicepresidente de la cuadragésima tercera Asamblea General de la ONU (1988-89), así como presidió el Consejo de Seguridad de la ONU en enero de 1990 y el "Grupo de las 77" naciones en vías de desarrollo entre enero de 1977 y enero de 1978.

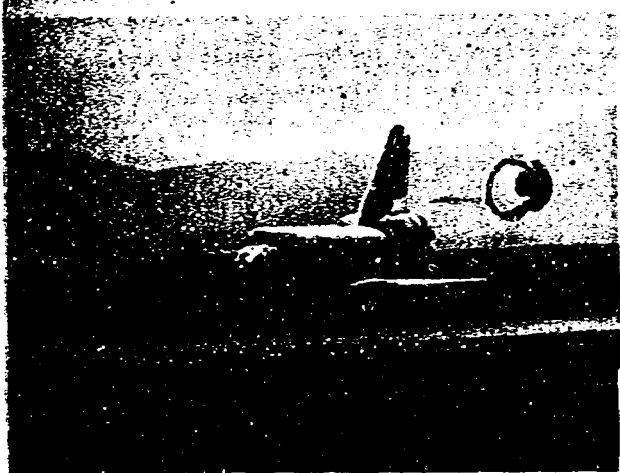
Una cifra sin precedentes de 39 jefes de Estado, 18 primeros ministros y dos monarcas se contarán entre los 178 oradores que se expresarán ante representantes de 184 naciones cuando el próximo lunes se inicia el denominado debate de la 49/a. Asamblea.

El presidente brasileño Itamar Franco abrirá la serie de discursos el lunes 26 a las 10 (local, 14 GMT) y le seguirán inmediatamente el presidente Bill Clinton y su colega de México, Carlos Salinas de Gortari.

A las 15 (19 GMT), hablarán sucesivamente los presidentes de Nicaragua, Violeta Chamorro; de Colombia, Ernesto Samper; de Angola, José Edoardo Dos Santos, y de Rusia, Boris Yeltsin, seguido inmediatamente por el mandatario salvadoreño Armando Calderón Sol.

En el orden del día de las deliberaciones de la cuadragésima novena Asamblea se cuentan 156 temas que ponen particular énfasis en la situación en Haití y en la ex Yugoslavia, así como una visión crítica del funcionamiento del organismo internacional en víspera del quincuagésimo aniversario de su fundación.

Se anticipó que la misión estadounidense en la 49/a. Asamblea presionará para la ampliación del Consejo de Seguridad, actualmente de 15 miembros y sólo cinco de ellos permanentes, y propondrá la creación de grupos de trabajo dedicados a temas de la paz y de la seguridad en derredor del mundo.



El Discovery aterriza en California y misión cumplida.  
(Laserfoto AP).

La Habana señaló que la medida le ha costado US\$ 45.000 millones

## Cuba insistirá sobre el embargo económico en Asamblea de la ONU

El canciller cubano Roberto Robaina viajó ayer a Nueva York para participar en el 49 período de sesiones de la Asamblea General de Naciones Unidas, en el que se debatirá por tercera vez el tema del embargo económico de EEUU contra La Habana.

Vamos a plantear en el escenario de Naciones Unidas cuán difícil y cruel ha sido y es el bloqueo, con la única diferencia de que en la actualidad cada vez son más las naciones que favorecen las resoluciones de condena a ese tipo de medidas", declaró el ministro cubano antes de partir.

El presidente Fidel Castro, en una entrevista del diario El Nacional de Caracas, volvió a señalar que está dispuesto a dejar el poder si se respeta el régimen socialista y la autodeterminación de Cuba. Esto fue considerado como una extrema flexibilización negociadora del gobierno de La Habana para buscar repercusión a su planteo en la ONU.

Por su parte, Robaina, quien in-

tervendrá el próximo 3 de octubre ante la Asamblea General de la ONU, consideró que en el contexto actual "existe internamente en la sociedad norteamericana una actitud muy firme de rechazo a esa política de bloqueo".

Dijo además, que durante su estadía en Nueva York desarrollará un intenso y amplio programa hasta el próximo 14 de octubre, en el que se incluyen encuentros con representantes de diversos sectores sociales estadounidenses y con exiliados cubanos.

Consultado sobre posibles contactos con exiliados cubanos residentes en los EEUU, Robaina declaró que éstos se realizarán como continuidad de la conferencia La

Nación y la Emigración, celebrada en La Habana en abril de este año.

Sobre eventuales reuniones con legisladores estadounidenses el ministro de Relaciones Exteriores de Cuba manifestó que "estamos altamente interesados en que el Congreso norteamericano sepa la realidad de nuestro país, con sus virtudes y defectos".

En marzo, dos subcomités del Congreso de EEUU debatieron en torno al proyecto de ley propuesto por el representante demócrata Charles Rangel, iniciativa que pretendía el levantamiento de restricciones del embargo en cuanto a viajes, comercio y comunicaciones.

### Resultado económico del embargo

En las dos reuniones anteriores de la Asamblea General de la ONU fueron aprobadas resoluciones que condenaron las medidas de presión política y el embargo económico impuesto contra la isla en 1961 y que, según estimaciones oficiales, ha costado a la economía cubana más de US\$ 45.000 millones.

En noviembre del año pasado, la Asamblea General de la ONU aprobó por segundo año consecutivo una resolución sobre "la necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por EEUU contra Cuba".

La resolución obtuvo entonces 88 votos a favor, cuatro en contra y 57 abstenciones, una votación mayor que la de 1992, cuando un texto similar logró 59 votos favorables, tres en contra y 71 abstenciones.

En una carta enviada al secretario general de la ONU, Butros Ghali, el canciller cubano señalaba que en términos prácticos la resolución 48/16 es incumplida por la continuación y el reforzamiento del embargo económico estadounidense contra el régimen de Castro. ■ (De la redacción de El Observador en base a EFE y AP)

# Medio siglo de entre la ONU difícil relación y la Argentina

La participación, esta semana, de Carlos Menem en la asamblea general con que la Organización de las Naciones Unidas comenzará a celebrar medio siglo de existencia, constituirá un buen espejo para apreciar los muchos y profundos cambios que sufrió el mundo en que la Argentina se vincula con el mundo.

Un dato que hace que la visita del Presidente resulte tan reveladora es que la mayoría de esas transformaciones, y por cierto las más importantes, se produjeron durante el plazo, breve en términos históricos, que va desde el inicio de su mandato, en 1989, hasta el presente.

Sin embargo, la paradoja básica de la ONU es la que hace difícil, para el habitante común de este país, y de otros muchos, valorar la importancia del foro y de la relación del país con el mismo.

Esa paradoja está dada porque la idea misma de las Naciones Unidas —tributaria del idealismo kantiano que imaginó una fe-

deración cosmopolita que llevaría la convivencia pacífica de los hombres a escala planetaria— conserva aún una carga de utopía, mientras que su acción concreta sigue sin poder quebrar el cautiverio a los sistemas de poder hegemónico imperantes en la escena mundial.

En buena medida, porque tanto le costó en su momento a la Argentina no ser marginada del núcleo de miembros fundadores de la ONU —Washington casi logró marginarla por su política de empecinada neutralidad en la segunda gran guerra de este siglo—, lo cierto es que el país tiene una tradición de asociación intensa en el organismo madre de las relaciones multilaterales, y de participación destacada en algunos momentos críticos de la segunda posguerra.

Uno de los historiadores de la política exterior argentina de ese período, Archibaldo Lanús, define en su libro "De Chapultepec al Beagle" esa tradición en los siguientes términos:

"(...) la República Argentina, a través de sus sucesivos representantes permanentes y miembros del gobierno, ha tenido una intervención muy activa, tanto en las cuestiones que eran de su interés más próximo —por ejemplo el caso del secuestro de Eichman-

o el de las islas Malvinas— como en aquellas que solo le competían como miembro de la organización mundial de Estados, como fue el ejemplo del caso Cauchemira y la crisis de Berlín."

Uno de los temas más complejos que hoy enfrenta la ONU es el de la reforma de su Consejo de Seguridad que, en el derecho internacional, es el organismo responsable por la preservación de la paz y de su restauración en los casos en que esta sea quebrada. El fin de la guerra fría y la supervivencia de una única auténtica superpotencia militar —los Estados Unidos— han impuesto una revisión de la estructura y competencia del Consejo, en el cual solo cinco naciones (Estados Unidos, Rusia, China, Gran Bretaña y Francia) constituyen una suerte de oligarquía global, gracias a que el voto negativo (o veto) de una o más de ellas puede condenar al fracaso a cualquier proyecto.

Consecuente con el alineamiento sin claroscuros con Washington que introdujo Menem en la política externa de la Argentina, su gobierno favorece hoy la conservación de ese espíritu oligárquico —el calificativo no es peyorativo sino descriptivo—, su profundización a través de la ampliación de las facul-

tades del Consejo para que su jurisdicción política y militar pueda superar la limitación de la soberanía de los Estados y la incorporación de las potencias emergentes encarnadas en Alemania y Japón como miembros permanentes, esto es con derecho a veto.

En favor de esta posición, Menem no ha dudado en confrontar con un gran segmento de la comunidad de naciones, que ven en este proyecto el embrión de un Consejo de Seguridad transformado en parlamento cautivo, que se limitaría a legitimar la voluntad de sus miembros permanentes, en particular la de los Estados Unidos, tal y como ha sucedido este año en la crisis de Haití. En forma notoria, sostener esta posición llevó a la Argentina a un traspié diplomático, en la relación con su principal socio regional, el Brasil, que aboga en favor de una atenuación de la concentración del poder internacional.

Oscar Raúl Cardoso  
Corresponsable 1994



## Brasil pide por Cuba

NACIONES UNIDAS, 26 (AFP, ANSA y DPA). — Brasil calificó hoy de "intolerante" el aislamiento que sufre el pueblo cubano por el bloqueo impuesto por los Estados Unidos hace más de treinta años y pidió oficialmente la reincorporación de Cuba "al plano interamericano e internacional, a través de una política de estrechamiento de manos y de diálogo".

De este modo, el canciller brasileño, Celso Amorín, se dirigió al plenario de la 49 Asamblea General de la ONU y abrió el debate en torno del retorno de Cuba a la Organización de Estados Americanos (OEA) y a la ONU.

En un extenso discurso en el que se refirió, además, a la crisis haitiana y a los mecanismos de resolución de los conflictos internacionales, Amorín oficializó ante la asamblea

internacional la candidatura de Brasil para ocupar un asiento de miembro permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU, que actualmente está conformado por Estados Unidos, Rusia, Francia, Gran Bretaña y China.

Entre los candidatos a ingresar al reducido círculo de miembros permanentes figuran Japón y Alemania.

95003811



# YELTSIN PROPONE UN SEGURIDAD MUNDIAL

**NACIONES UNIDAS, 26 (EFE).** En el primer día de debates de la 49 Asamblea General de las Naciones Unidas, el presidente Boris Yeltsin, propuso hoy un nuevo sistema de seguridad mundial para el Siglo XXI que incluya la eliminación de todo el arsenal nuclear de las cinco potencias atómicas del Pacto de Varsovia. En el discurso más comentado hoy por los delegados que asistían a la Asamblea, un entusiasmado Yeltsin mostró su deseo de que se eliminen las armas nucleares y las de destrucción masiva. Propuso la firma de un Tratado que prohíba el enriquecimiento de uranio, un producto indispensable para la fabricación de bombas nucleares. La propuesta fue recibida con cautela por EEUU quien, a través de su embajadora ante Naciones Unidas, Madeleine Albright, la calificó de "creativa y curiosa", aunque consideró que necesitaba más tiempo para estudiarla y dar una respuesta oficial. Las otras tres máximas potencias atómicas -Gran Bretaña, Francia y China-, todas ellas miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU, no hicieron comentarios al respecto.

El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, que habló en la sesión de la mañana, se centró más en la crisis haitiana y anunció la suspensión de las sanciones económicas impuestas unilateralmente por Washington a Haití, que incluyen la reanudación de las comunicaciones aéreas y el desbloqueo de las transferencias financieras no relacionadas con la junta militar. En general, la mayoría de los oradores que hablaron manifestaron su "satisfacción" por la resolución pacífica y negociada de la crisis haitiana, lo que evitó una invasión por la fuerza de Estados Unidos que había sido autorizada por la ONU. Clinton propuso, por su parte, la firma de una convención universal que elimine 85 millones de minas antipersonales, una idea ya ampliamente respaldada por la Unión Europea y por la propia Asamblea General de las Naciones Unidas en el pasado. El presidente norteamericano dio un respaldo explícito a la propuesta del presidente argentino, Carlos Menem, para crear los llamados "cascos blancos", una fuerza de mantenimiento de la paz para casos de crisis humanitarias en cualquier parte del mundo.

# NUEVO SISTEMA DE PARA EL SIGLO XXI

Cuatro de los cinco presidentes latinoamericanos que hoy hablaron desde la tribuna de la Asamblea General mencionaron en sus discursos a Cuba, asunto que, sin embargo, no mereció la atención ni de Clinton ni de Yeltsin. Brasil, que como es tradicional abrió el debate general, consideró que el problema cubano solo se resolverá "mediante una política de mano extendida, diálogo y acercamiento", en palabras de su ministro de Asuntos Exteriores, Celso Amorim. El presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, en su primer discurso antes de abandonar el cargo, insistió en este planteamiento y expresó su esperanza en que el diálogo sobre la migración ilegal, iniciado entre EEUU y Cuba, permita superar el viejo diferendo hemisférico en un marco de pleno respeto a la soberanía y al derecho de autodeterminación del pueblo cubano. El presidente de Colombia, Ernesto Samper, también consideró que todos deben trabajar para resolver "de manera pacífica" y antes de terminar este siglo, el conflicto más importante que

sobrevive a la guerra fría, el de Cuba", aunque centró su intervención en defender la imagen de su país. Ya en la sesión de la tarde, el presidente salvadoreño, Armando Calderón Fournier, pidió un "diálogo franco y abierto" entre Cuba y Latinoamérica para ayudar a la democratización del régimen de Fidel Castro, aunque reconoció que eso era un asunto interno. "No obstante -agregó-, como una contribución para evitar la profundización de la crisis económica-social, el incremento de las tensiones derivadas de la inmigración, así como la viabilización de la reintegración de Cuba a la comunidad americana; de naciones, creemos que debe promoverse un diálogo franco y abierto entre el Gobierno cubano y los países de la región". La presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, fue el único mandatario latinoamericano que no mencionó a Cuba e hizo hincapié en el regreso del sistema democrático y de libertades a Centroamérica, una región que, dijo, "está sufriendo una crisis humanitaria".

95003817

Clinton no habló de Cuba, Brasil criticó la invasión a Haití

# HAITI Y CUBA COMO TEMAS CENTRALES EN ASAMBLEA DE ONU

*El presidente de EEUU, Bill Clinton, expresó su satisfacción ante la Asamblea General de la ONU por la marcha de la intervención militar de su país para restablecer la democracia en Haití, y anunció el levantamiento de las sanciones unilaterales.*

**P**ero tanto el presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, como el ministro de Relaciones Exteriores brasileño, Celso Amorim, manifestaron las reservas y preocupaciones latinoamericanas de que se haya recurrido a la intervención, y plantearon la necesidad de adelantar el diálogo para finalizar el embargo de EEUU a Cuba y promover reformas democráticas y la reconciliación en este país.

Brasil inició como es tradicional el debate general de la Asamblea, y su ministro de Exteriores, tras respaldar un pronto regreso al poder del presidente Jean-Bertrand Aristide y una solución duradera a la crisis haitiana, consideró perturbador que se interpreten los principios de no intervención y autodeterminación de la forma que actualiza malos recuerdos.

Amorim dijo que Brasil rechaza toda forma de hegemonismo y procura contribuir, con espíritu de confianza y cooperación, con todos los demás países para crear un orden mundial que responda a las aspiraciones de democracia, estabilidad, desarme, respeto a la soberanía de los Estados y compromiso con el desarrollo.

En ese marco, el ministro brasileño planteó la cuestión cubana sobre la base del consenso adoptado por el Grupo de Río, para reincorporar plenamente a Cuba al sistema interamericano «mediante una política de mano extendida, diálogo y acercamiento».

El propósito de esa política, según Amorim, es terminar «el aislamiento económico y comercial de Cuba, que, aparte de ser injustificable, sólo contribuye a agravar los padecimientos del pueblo cubano, en un momento cuando vislumbramos indicios positivos de reforma democrática y reconciliación».

El mexicano Salinas de Gortari insistió en ese planteamiento y expresó su esperanza en que el diálogo sobre la migración ilegal, iniciado entre EEUU y Cuba, permita superar «el viejo diferendo hemisférico en un marco de pleno respeto a la soberanía y al derecho a la autodeterminación del pueblo cubano».

En ese sentido se manifestó el presidente de Colombia, Ernesto Samper, quien dijo que «antes de terminar este

siglo, hagamos que trabajar para que quede resuelto, de manera pacífica, el conflicto más importante que sobrevive a la guerra fría, el de Cuba».

El presidente Clinton no mencionó a Cuba en su discurso, en el que puso de manifiesto claramente su satisfacción por la marcha de la operación en Haití, en la que «EEUU ha demostrado su disposición a encabezar una fuerza multinacional cuando nuestros intereses son evidentes, la causa es justa, la misión alcanzable y las naciones del mundo lo respaldan».

Pero subrayó que es el pueblo haitiano es el que tendrá que demostrar fortaleza y paciencia en el camino de la libertad, y afirmó que, aunque toda nueva democracia es frágil, «veremos el día en que el pueblo de Haití satisfaga sus aspiraciones de libertad y logre nuevamente un genuino progreso económico».

El presidente norteamericano aseguró que se restablecerá el orden civil y democrático, y que comenzará en las próximas horas el regreso de los refugiados, la salida de los militares y el retorno del presidente Aristide.

En este sentido, añadió que las fuerzas internacionales permanecerán en Haití al menos un año, hasta después de las elecciones presidenciales de noviembre de 1995.

Reconoció también que la tarea más difícil y costosa es la reconstrucción del país, para lo que se requieren más de mil millones de dólares.

Clinton propuso también ante la ONU la firma de un tratado global para eliminar 85 millones de minas antipersonales, una amenaza «menos visible pero mortal», y respaldó la propuesta del presidente argentino, Carlos Menem, para crear los llamados «casos blancos», una fuerza de respuesta inmediata a las crisis humanitarias.

Respaldó también las propuestas del secretario general de la ONU, Butros Gali, para que la ONU disponga de fuerzas de paz disponibles para que actúen rápida y eficazmente en caso de crisis, e informó de que ha cumplido su promesa del año pasado al obtener la autorización del Congreso en Washington para dedicar 1.200 millones de dólares a financiar esa fuerza de paz.

95003817

# Encendida oratoria de Salinas de Gortari en asamblea de ONU

*"La democracia, como organización política de los pueblos, es sin duda la mejor forma de facilitar el desarrollo con justicia", destacó ayer el Presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, ante la 49ª. Asamblea General de la ONU.*

## NACIONES UNIDAS / ANSA

El mandatario de México fue el tercer orador del debate inaugurado hoy, después de los mensajes del Canciller brasileño, Celso Amorim, y del Presidente de Estados Unidos, Bill Clinton.

Salinas de Gortari reconoció ante presidentes, jefes de Estado, cancilleres y delegados de las 184 naciones miembros, que "hoy, sin el equilibrio bipolar, frente a la intensa competencia financiera y los conflictos regionales étnicos y religiosos de los últimos años, reconocemos que son otras las maneras como la ONU debe promover la paz, la seguridad y el desarrollo que consigna su carta fundadora".

"Ahora, ante otro fin de la guerra -la guerra fría-, es tiempo de reconocer nuevos propósitos para los objetivos de nuestra organización mundial, nuevas condiciones para construir respuestas profundas y duraderas a las aspiraciones de justicia y bienestar, compartidas por la humanidad", subrayó el Jefe de Estado mexicano, que en los próximos meses entregará el poder al Presidente electo, Ernesto Zedillo.

Ponderó también la labor desarrollada por el Secretario general de la ONU, Boutros Boutros-Ghali, por "el esfuerzo infatigable que ha emprendido para enfrentar la multiplicación de conflictos locales".

Salinas de Gortari preguntó "¿Cuáles son la paz, el desarrollo y la solidaridad que exige este fin de siglo? En la actualidad, subrayó, la internacionalización de la economía se acentúa, y se revela la pluralidad cultural de las naciones, tensionando las relaciones entre grupos, países y regiones".

### Grandes dilemas

Enfatizó en que "los grandes dilemas de nuestro tiempo son, por eso, producto de profundas complejidades en lo económico, en lo político y en el ámbito de las oportunidades de alcanzar una vida digna para todos los pueblos".

Dijo que "para construir la nueva esperanza debemos preservar, sin duda la erradicación de la amenaza nuclear, de los riesgos de las armas químicas y biológicas, y del armamentismo".

"Importantes esfuerzos de la Organización, en los que México invariablemente ha participado, contribuyeron a reducir estos peligros", dijo el Presidente mexicano.

"México se congratula de las recientes adhesiones al Tratado de Tlatelolco de Argentina, Brasil y Chile, así como la anunciada por Cuba, adhesiones -sostuvo Salinas de Gortari- que concretan el ideal latinoamericano de habitar una región libre de

armas nucleares".

Destacó que "en el ámbito político nos enfrentamos al reto de preservar la paz en el respeto a las naciones, a la diversidad cultural y a su pluralidad política que, lejos de sucumbir a la imposición o diluirse en la uniformidad, reclaman un espacio propio, tanto al interior de los países como en el seno de la Organización".

"Frente a una experiencia dolorosa en el Sur de mi país -en Chiapas-, ilustró el Presidente Salinas de Gortari, México transformó el reto armado que se nos presentó el primero de enero en diálogo político diez días después: escuchó cuidadosamente las voces de los más necesitados y se comprometió con la vía política de solución en el diálogo y con la libertad, en lugar de pretender el aniquilamiento como era costumbre mundial durante la era de la guerra fría".

"México celebra el avance alcanzado en las negociaciones que nos acercan a una paz duradera en diferentes partes del mundo, de manera especial en el Medio Oriente. Tampoco puede dejar de formular, una vez más, su beneplácito por el fin del apartheid en Sudáfrica y por el establecimiento de un gobierno democrático en ese país", dijo el mandatario mexicano.

Sobre Haití, Salinas de Gortari dijo que su país "reitera su compromiso de pugnar por el restablecimiento del orden constitucional y democrático, reiterando la necesidad de privilegiar los medios pacíficos y diplomáticos sobre cualesquiera otros, así como de propiciar formas concretas de cooperación que aseguren mejor nivel de vida para el pueblo haitiano".

### Pluralidad política

Por último, Salinas de Gortari dijo que "requerimos, en suma, de un gran cambio cultural a partir de una simple verdad: la pluralidad política en el interior de los países y entre las naciones no es una hipótesis, es una realidad que define y caracteriza a toda colectividad humana. Por ello, añadió, México insiste en oponerse al espejismo del pretendido desvanecimiento de la soberanía".

Concluyó afirmando que "ya no es posible perseguir la paz, la seguridad y el desarrollo como metas aisladas en el orden internacional como en el nacional. El reciente equilibrio mundial reclama nuevas mentalidades y nuevas prioridades; es decir, la reordenación de las realidades internacionales, de acuerdo con reglas establecidas a partir del respeto a las soberanías de cada una de las naciones, y del reconocimiento de la pluralidad de los pueblos".

9500381

# Clinton se corta solo en la ONU

En la apertura de la Asamblea General de la ONU, Bill Clinton anunció el levantamiento de las sanciones unilaterales impuestas por Washington a Haití.

**EL PAÍS**  
de Madrid

(Por Antonio Caño,  
desde Washington)

El presidente norteamericano, Bill Clinton, anunció ayer en las Naciones Unidas el levantamiento de todas las sanciones impuestas unilateralmente por Estados Unidos contra Haití, excepto aquellas que afectan a los jefes militares, y pidió a los demás pa-

íses hacer lo mismo para poner fin cuanto antes al sufrimiento del pueblo haitiano. En su discurso anual, Clinton pidió también la firma de un acuerdo internacional para acabar con los 85 millones de minas que quedan en el mundo y la elaboración de un programa de prioridades para robustecer la ONU de cara al 50º aniversario de su creación.

Las sanciones contra Haití que levantará incluyen los vuelos comerciales a ese país, cuando el aeropuerto de Puerto Príncipe esté en condiciones de recibirlos, los permisos para los norteamericanos que deseen viajar allí y las transacciones comerciales entre Estados Unidos y Haití. De este último capítulo están excluidas las operaciones que afecten a las cuentas privadas o a los negocios del hombre fuerte haitiano, general Raoul Cédras, y sus principales colaboradores. "Pido urgentemente a las demás naciones que hagan lo mismo", dijo el presidente norteamericano.

Bill Clinton explicó que, en estos momentos, es fundamental compensar al pueblo haitiano por los sufrimientos a los que tuvo que hacer frente mientras las sanciones estuvieron en vigor. En ese sentido, señaló que intentará "actuar rápidamente, dentro de las resoluciones del Consejo de Seguridad, para ser capaces de restaurar la atención sanitaria, el agua, los servicios de electricidad, materiales de construcción para esfuerzos humanitarios, las comunicaciones, la agricultura y los materiales de educación".

9500381

09

El Consejo de Seguridad de la ONU decidió la pasada semana, después de la llegada de las tropas estadounidenses a Haití, que las sanciones impuestas por ese organismo contra Haití permanecerán hasta que el presidente Jean-Bertrand Aristide regrese a su país y recupere el poder. Esa decisión fue interpretada como un signo de desconfianza hacia la operación militar dirigida por Washington.

Otra propuesta de Clinton desde la tribuna de la Asamblea General de las Naciones Unidas fue la de un acuerdo que permita "la eventual eliminación de una amenaza poco visible, los 85 millones de minas antipersonales, una por cada cinco habitantes de la Tierra", que permanecen como recuerdo cruel de conflictos, en muchos casos resueltos desde hace años. "Esto salvará la vida de decenas de miles de hombres, mujeres y niños inocentes en los años venideros", dijo.

El presidente de Estados Unidos propuso también que, la mejor forma de celebrar el 50º aniversario de la creación de la ONU, que se cumple el año próximo, sería encargar al secretario general, Butros Butros-Gali, la redacción de "un plan de acciones concretas" que la organización debe plantearse a partir de 1995. Clinton anunció que respaldaba la propuesta de la Argentina de crear "una capacidad de respuesta civil rápida para crisis humanitarias".

El presidente norteamericano recordó, por último, que la situación en Bosnia se ha deteriorado en las últimas semanas, y que Sarajevo se encuentra de nuevo en peligro de estrangulamiento por parte de las fuerzas serbio-bosnias que la rodean. "Es necesaria una nueva decisión de las Naciones Unidas para reforzar sus resoluciones y salvar Sarajevo, y la Alianza Atlántica debe estar preparada para actuar", declaró Clinton. El discurso del presidente omitió toda referencia a la situación en Cuba y la crisis de los balseros, que mantuvo la atención de Washington durante el pasado verano. Ese silencio puede ser revelador de la intención de Estados Unidos de mantenerse alejado de ese conflicto todo el tiempo que le sea posible, o incluso síntoma de que el acuerdo alcanzado en las conversaciones de Nueva York han creado un clima de mejor entendimiento entre los gobiernos de La Habana y Washington.

Bill Clinton se felicitó por la buena marcha de las relaciones con Rusia e informó que su gobierno seguirá trabajando con el de Moscú para acabar con el comercio de materiales nucleares.

En este sentido, el presidente de Rusia, Boris Yeltsin, tenía previsto proponer en su discurso ante la Asamblea General un nuevo tratado de desarme nuclear mucho más ambicioso que los firmados hasta ahora.

9500381

# Lacalle calificó al terrorismo peor de los delitos comunes contra

Habló ayer en la 49ª Asamblea Anual de las Naciones Unidas en Nueva York

El Presidente Luis Alberto Lacalle habló ayer en la 49ª sesión anual de las Naciones Unidas, donde hizo una encendida defensa de los intereses de los pequeños países y el cuidado a tener en las intervenciones militares, basando en un discurso del embajador Carlos María Velázquez en 1965. <sup>14. 28/9</sup>   
Calificó el papel cumplido por las fuerzas armadas uruguayas en las misiones de paz de la ONU y estuvo de acuerdo en ampliar en número de países que integran el Consejo de Seguridad del organismo mundial.

El Presidente del Uruguay, Luis Alberto Lacalle, abogó ayer ante la 49ª Asamblea General de las Naciones Unidas, por consolidar la "seguridad jurídica" internacional, por considerarla "una pieza clave" para la tranquilidad de los países pequeños.

Señaló que los "actos de terrorismo internacional constituyen graves delitos comunes", que configuran "una violación flagrante a los derechos humanos que debe ser combativa a nivel interno e internacional con medidas eficaces y enérgicas". Consideró insuficiente la coordinación que existe actualmente para combatirlos y llamó al "estricto cumplimiento de las normas de extradición".

En su discurso el Presidente Lacalle remarcó el compromiso de Uruguay en las misiones de paz de las Naciones Unidas, en este momento en siete operaciones (India-Pakistán, Mozambique, Irak-Kuwait, Sahara Occidental, Liberia, Ruanda y Georgia), con un conjunto de más de 950 efectivos, que comparado con el número de las Fuerzas Armadas uruguayas, es dijo "un grado de compromiso difícilmente equiparable en la comunidad internacional".

Lacalle consideró oportuno la proximidad del 50 aniversario de la organización internacional para "realizar un análisis crítico" y adhirió con entusiasmo a la realización de la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Social, a celebrarse en Copenhague (Dinamarca) en marzo de 1995.

Lacalle instó a "eliminar la aplicación unilateral, con fines políticos, de medidas

de carácter económico y comercial contra otro Estado, sin que esto signifique reconocimiento alguno o aceptación de ninguna especie del régimen imperante en ese país".

Sostuvo que "la situación planteada respecto a Cuba debe verse desde dos aspectos. Desde la óptica —compartida por nuestro país— de que la democracia pluralista representativa y el respeto por los derechos humanos sean plenamente establecidos en nuestro continente, sin excepción alguna".

"Por el otro, añadió Lacalle, desde el ángulo del respeto por los principios de la Carta de la ONU referidos a la no-intervención y a la autodeterminación de los pueblos".

Subrayó el jefe de Estado que "el cumplimiento de estos preceptos y el Derecho Internacional general implica la adopción de criterios carentes de ambigüedades frente al bloqueo económico, comercial y financiero a Cuba".

## "El uso de la fuerza"

En otro plano, Lacalle destacó que "resulta deplorable constatar que entre uno y otro período de sesiones de esta Asamblea, nuevos enfrentamientos, con su trágica secuela de muerte y desolación sigan teniendo lugar en distintas partes del mundo".

Sobre la crisis haitiana, Lacalle ilustró "la invariable posición contraria a cualquier intervención militar sin el respaldo jurídico necesario".

Dijo que "el recurso al uso de la fuerza se

limita, según la Carta de esta Organización, cuando la comunidad se ve enfrentada a una clara amenaza a la paz y seguridad internacionales".

"Seguimos creyendo, añadió sobre Haití, que las instancias políticas y de diálogo son el mejor instrumento de preservación de los principios del Derecho Internacional y de solución a situaciones de esta naturaleza".

## Aumentar número de países en el Consejo de Seguridad

El Presidente dijo que Uruguay apoyaba los distintos esfuerzos tendientes a ajustar la Carta de la Organización y que estaba de acuerdo en aumentar el número de miembros del Consejo de Seguridad.

"Ello permitirá, dijo Lacalle, dotar al mismo de una mayor representatividad y al mismo tiempo facilitar el cumplimiento de las tareas que tiene a su cargo".

Subrayó que "el principal desafío en esta materia es que un aumento en el número de miembros del Consejo —el Uruguay se inclina por un mínimo de veinte y un máximo de veinticinco— no atente contra su eficacia. En este sentido el Uruguay no se opone a la inclusión de nuevas categorías de Estados —como la de miembros semipermanentes— bajo el principio de la distribución geográfica equitativa, si ésta permitiese, junto a una más adecuada representatividad, igual operatividad".

"No obstante, añadió, entendemos que dicha innovación deberá estar basada en la

9500381



# internacional como "el los derechos humanos"

## ● Abogó por el respeto a los pequeños países

idea de que "a mayores privilegios mayores obligaciones", incluyendo financieras", enfatizó el Presidente Lacalle.

A este respecto precisó que "los nuevos miembros deberían ser electos por períodos fijos, en representación de cada región y con un mandato que recoja los intereses regionales.

Acceptamos su reelección siempre y cuando cuenten con el apoyo de los Estados Miembros de su propia región".

**"La humanidad está  
lejos de triunfo del derecho"**  
Al iniciar su mensaje ante la Asamblea

de la ONU, sólo precedido en la jornada de ayer por el Presidente de Honduras, Carlos Reina, Lacalle dijo que "dolorosas experiencias demuestran lo lejos que se encuentra la humanidad de una expansión triunfal del derecho internacional en las relaciones entre países".

Tras describir las características que asumió el llamado fin de la guerra fría, el Jefe de Estado uruguayo dijo que "estamos actualmente viviendo las repercusiones del proceso de reordenamiento" y "la redistribución y reubicación de las fuerzas

mundiales. En medio de ese proceso, añadió Lacalle, los mecanismos de seguridad colectiva deben ser analizados con detenimiento.

Distintas Naciones han reclamado la revisión de las instituciones de las Naciones Unidas, pero es preciso que dicha tarea se encare con sentido trascendente, porque poco habremos adelantado si nos limitamos a aceptar que el nuevo funcionamiento de la Organización sea un mero reflejo del nuevo reparto de fuerzas que resulte del reordenamiento mundial", subrayó Lacalle.



En alusión al caso de Haití, rechazó en forma enérgica el intervencionismo

## Lacalle se pronunció abiertamente por el fin del embargo a Cuba en las Naciones Unidas

El presidente Luis Alberto Lacalle realizó ayer ante la Asamblea General de las Naciones Unidas un fuerte alegato contra el intervencionismo y en favor de la autodeterminación de los pueblos —en lo que pareció un clara alusión al caso de Haití—, condenó al terrorismo internacional y reafirmó la posición de Uruguay favorable a levantar el embargo a Cuba “sin que ello signifique la aceptación del régimen imperante en ese país”.

El primer mandatario exigió además que “la comunidad internacional demuestre de modo tangible y efectivo que su adhesión a los principios y los propósitos de la Carta de las Naciones Unidas no es un simple compromiso formal, ni una pasiva expresión de esperanza”.



Lacalle y José María Figueres

El presidente uruguayo y su colega de Costa Rica aprovecharon su presencia en Nueva York para entrevistarse

### Destacó papel de fuerzas de paz y se quejó por atraso en los pagos

EL PRESIDENTE LUIS ALBERTO Lacalle afirmó ayer ante la Asamblea General de las Naciones Unidas que Uruguay tiene “un grado de compromiso difícilmente equiparable a nivel de la comunidad internacional” con las misiones de paz.

Lacalle, empero, manifestó su preocupación porque el país “no percibe un retorno acorde al mismo por parte de la comunidad internacional, al no percibir las compensaciones derivadas por la amortización de uso de equipos y materiales y los distintos pagos a los contingentes que muchas veces pagan con su vida su contribución a la causa internacional”.

Lacalle destacó la participación de las Fuerzas Armadas uruguayas en las misiones de paz, sosteniendo que “dicha participación ha estado en consonancia con una serie de principios básicos que guía nuestra política exterior, como la no intervención en los asuntos internos, la solución pacífica de controversias, la libre determinación de los pueblos y el no uso de la fuerza para obtener la paz”.

Recordó que Uruguay participa de las fuerzas de paz en India-Pakistán, Mozambique, Irak-Kuwait, Sahara Occidental, Liberia, Ruanda y Georgia con un conjunto de 950 personas. ■

9500381

de movimientos religiosos con clara voluntad de militancia política nacional e internacional, que transforman estas corrientes filosóficas en verdaderas palancas de cambio político".

Lacalle dijo además que "la regionalización de los mercados dio renovado peso a las unidades económico-financieras que en América, Europa y Asia emergen como actores principalísimos del acontecer nacional".

#### *Observancia de la Carta*

Al referirse al mantenimiento de la paz mundial, el presidente afirmó que "la cuestión central de la seguridad internacional, de conformidad con la Carta, radica en la manera en la cual la sociedad internacional logre asegurar la observancia de la Carta rigurosamente y en su conjunto".

El primer mandatario citó en este sentido los principios de "preservación del recurso de la fuerza contra la integridad territorial e independencia de los estados, igualdad de derechos y libre determinación, deber de no intervención en los asuntos internos —principio de inconfundible origen iberoamericano—, igualdad soberana de los estados, solución pacífica de las controversias y cooperación de buena fe entre las naciones".

Lacalle dijo que la responsabilidad en este tema se acentúa en el caso de "aquellos estados de mayor poder y capacidad de decisión en el orden internacional, pero no menos responsabilidades caben a los demás estados al respecto".

Sobre este aspecto sostuvo, en lo que pareció una clara referencia al caso de Haití, que puede haber dos formas de desviación: "Modificar el alcance de algunos de esos grandes principios tomados individualmente, pretextando las necesidades de un nuevo contexto tal como la justificación de intervenir por razones humanitarias; y la tentación de absolutizar o invocar algunos de esos principios en detrimento de otros, tal como el de invocar la libre determinación para violar la integridad territorial o las fronteras de otros estados".

Lacalle señaló que "por razones bien realistas, los países pequeños consideramos que la aplicación estricta y fiel de las normas jurídicas, esto es lo que se llama la seguridad jurídica, constituye una de las piezas fundamentales de nuestra propia seguridad".

El presidente reclamó también la "profundización de la liberación comercial", advirtiendo que sin ella los logros alcanzados en la Ronda Uruguay "no tendrán sentido".

Al referirse a la actual situación mundial, el mandatario aclaró que "a pesar de que se ha afirmado que el mundo vive dentro de un nuevo orden, ello es desmentido cotidianamente por los sucesos que golpean en todos los rincones del mundo. Sí podemos afirmar que un antiguo orden dejó de existir y también podemos afirmar que el mundo se encuentra en pleno proceso de reordenamiento", puntualizó.

Lacalle destacó la aparición de "noveles centros de poder de indudable trascendencia en la vida internacional", mencionando a "los medios de comunicación masiva que uniformizan y transmiten opiniones a nivel planetario, constituyéndose en pautas de opinión y de acción de indudable influencia".

Asimismo, citó la "reaparición

Agregó que "si se me permite decirlo, los grandes pueden estirar los textos hasta donde quieran porque, en definitiva, si se trata de tomar decisiones políticas basadas en la voluntad, no en la razón, son ellos quienes podrán dictarlas. Los países pequeños necesitamos aferrarnos intransigentemente a las normas, al derecho".

Advirtió que "necesitamos saber, por razones de verdadero interés nacional, hasta dónde podemos ir y, eventualmente —y es lo más importante—, hasta dónde se nos puede llevar".

Lacalle se manifestó favorable a modificar el número de miembros del Consejo de Seguridad, incliniéndose por un mínimo de veinte y un máximo de veinticinco, sin que ese aumento "no atente contra su eficacia".

### **Condena al terrorismo**

Lacalle condenó nuevamente el terrorismo internacional, señalando que los actos que desarrolla "constituyen graves delitos comunes, que lesionan los más elementales principios de seguridad del individuo y colectividad, cualesquiera sean los pretextos políticos que se invoque para cometerlos, configurando una violación flagrante de los derechos humanos que debe ser combatida a nivel interno e internacional y medidas eficaces y enérgicas".

Dijo que Uruguay "observa con preocupación que todavía no se hayan adoptado medidas prácticas, concretas y globales para enfrentar con eficacia la gravedad y complejidad de dicho problema" y advirtió que "si bien el mantenimiento del orden y la seguridad interna es responsabilidad de cada Estado, también resulta indispensable la cooperación entre los países a los efectos de prevención y sanción coordinada de los delitos de efecto internacional".

Destacó en este sentido el "estricto cumplimiento de las normas de extradición acordes al derecho, que son la expresión tangible de la voluntad política de los estados en el sentido de cooperar para la prohibición de los bienes jurídicos tutelados por los acuerdos internacionales y la legislación interna".

Lacalle manifestó el apoyo de Uruguay a la cumbre mundial sobre el desarrollo social a celebrarse en Dinamarca en marzo del año próximo, y expresó que "los tiempos actuales reclaman profundizar el protagonismo de las Naciones Unidas y extender las actividades en respuesta a los nuevos desafíos que se plantean, entre otras, el creciente desfasaje entre los países ricos y los dos tercios de la humanidad que viven en la pobreza".

El presidente reclamó a los países industrializados que cumplan con el compromiso asumido de asignar al menos el 7% del PBI a la cooperación para el desarrollo.

Asimismo, hizo hincapié luego en la necesidad de imponer la libertad de comercio.

# Menem planteó enfrentar el terrorismo

● Lo hizo en su discurso frente a la Asamblea General de la ONU

NACIONES UNIDAS / ANSA

"Mi voz trae la doble carga de la convicción y del dolor", dijo Menem al referirse al terrorismo. "Convicción por el repudio del terror como medio de expresión política o religiosa; dolor porque en esta ocasión cientos de argentinos han muerto debido al atentado que en julio pasado destruyó un edificio mutual de la comunidad judía en Buenos Aires", subrayó.

Menem solicitó a las Naciones Unidas "acciones combinadas para enfrentar al terror, el terror que estuvo presente en Buenos Aires, como en Nueva York, Londres y Panamá".

"Es indispensable que las Naciones Unidas asuman un rol más activo y protagónico, coordinando un esfuerzo global para combatir eficazmente este flagelo" y propuso que el organismo cuente "con una unidad dedicada a la cuestión del terrorismo internacional".

En el plano comercial, Menem mencionó como un objetivo "obtener el consenso de los países de América para declarar al continente zona libre de subsidios y prácticas desleales de productos agrícolas".

Al aludir a la recientemente concluida conferencia de la ONU sobre Población y Desarrollo, realizada en El Cairo, el jefe de Estado argentino dijo: "Creemos en la promoción de

*El Presidente argentino, Carlos Menem, reclamó ayer la "acción concertada de la comunidad internacional" para enfrentar lo que definió como "dos flagelos que golpean al mundo del fin de siglo XX: el narcotráfico y el terrorismo".*

valores fundamentales como el status de la mujer, los derechos humanos y el desarrollo económico sustentable", y puntualizó que "la vida humana existe desde el momento de la concepción hasta el de la muerte natural" y condenó "cualquier práctica que atente contra ella".

## Un proceso democrático

Estimó positivo el cierre de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Comercio y Aranceles Aduaneros) y en la conferencia de prensa concedida antes de su mensaje manifestó particular interés por conversar con Brasil sobre el candidato que la región postula a la Organización Mundial de Comercio, la sucesora del GATT, tras anunciar Rubens Ricupero el retiro de su postulación.

En su mensaje a la 49/a. Asamblea General, Menem reiteró "la necesidad de un proceso de democratización" en Cuba, "en un esquema pluralista como único camino para no

profundizar la crisis allí existente" y para "poder reincorporarse, en plenitud, a la comunidad latinoamericana".

Frente a la solicitud formulada ayer por los presidentes de México, Carlos Salinas de Gortari, y de Colombia, Ernesto Samper, así como por el Canciller brasileño Celso Luis Nunes Amorim, para que se levante el aislamiento y el bloqueo comercial que Estados Unidos impuso a Cuba, el mensaje de Menem mostró hoy un tono mucho más mesurado respecto de su últimas intervenciones, cuando estableció coincidencias entre los casos de La Habana y Puerto Príncipe.

Particular atención prestó el Presidente argentino al tema de la representación equitativa en el Consejo de Seguridad, tras describir las intervenciones argentinas en diversas operaciones de paz en el mundo y la preocupación por crear un sistema de "fuerzas stand-by".

dijo, "a través de una promesa de personal especializado, medios de transporte y 1.500 efectivos".

## Igualdad soberana

Menem afirmó que "cualquier expansión del número de miembros del Consejo debe ser prudente y mesurada. Esto es, garantizar para el Consejo el máximo de eficacia operativa posible", explicó.

"Pero, además, cualquier expansión no debiera generar desequilibrios injustificados en la representación de las distintas regiones del mundo", dijo el Presidente argentino, frente al interés manifestado ayer por Brasil, en este foro, de representar a la región en un cargo permanente en el Consejo de Seguridad.

"Para la Argentina, reafirmó finalmente, el principio de igualdad soberana de los estados miembros debe siempre respetarse" y recomendó como norma, "orientar el tratamiento de este tema hacia un aumento limitado de los miembros no permanentes y, en la medida de lo posible, eliminar la restricción a su reelección".

9500381

El tema Haití entre los principales a debatir entre los más  
de cincuenta dirigentes mundiales

## SE INICIO LA 49 SESION DE LA ASAMBLEA GENERAL DE ONU

*En medio de medidas de seguridad extremas por la presencia del presidente estadounidense, Bill Clinton, se abrió ayer el debate de la 49 Asamblea General de la ONU.*

En el debate, que dura tres semanas y convierte anualmente a Nueva York en la capital mundial de la diplomacia, intervendrán casi una cincuentena de dirigentes-incluidos Clinton y su colega ruso, Boris Yeltsin, y nueve presidentes latinoamericanos-, y decenas de ministros de relaciones exteriores.

Los principales temas de los discursos incluirán Haití-donde miles de tropas norteamericanas llegaron hace una semana con el visto bueno de la ONU y tras el pacto de Washington con los militares golpistas-; el sangriento conflicto empujado de Bosnia, las guerras y/o genocidios en Africa, y el problema del desarrollo y la pobreza que persiste en muchos lugares del planeta. No se sabe dónde han ido a parar los «dividendos de la paz», ese casi billón de dólares ahorrado con los recortes de gastos

militares posibilitados por el fin de la guerra fría.

Lógico, como recordó la semana pasada el presidente de la esta Asamblea, Amara Essy, de Costa de Marfil, es que el porcentaje del Producto Interior Bruto que los países ricos destinan a la ayuda al desarrollo no sólo no ha llegado al 0,7 por ciento prometido y hoy por hoy utópico, sino que para colmo ha bajado desde 1990 y anda ahora por el 0,33 por ciento. Para los neoyorquinos el primer día del debate es un auténtico infierno porque se cortan las calles o avenidas por donde pasa el presidente de EEUU, y decenas de limusinas, a cual más larga, embottellan las calles con sus respectivas comitivas de seguridad.

Estas comitivas son muy modestas comparadas con la del titular de la Casa Blanca, que rebasa los veinte vehículos y, lógicamente, va precedida y seguida de motoristas y coches de la policía de Nueva York con sus ferias de luces de emergencia. El trozo de la Primera Avenida a lo largo de la sede de la ONU estuvo cortado hasta para los

peatones durante más de una hora, debido principalmente a la presencia de Clinton.

La ONU pierde hoy su extraterritorialidad para convertirse en un feudo de los agentes encargados de la protección del presidente norteamericano, segundo orador de la mañana.

Clinton centró su discurso en el tema de Haití, que presentó quizás de forma muy prematura, como un «modelo de cooperación» entre Estados Unidos y las Naciones Unidas. Como es tradicional, el primer orador del debate es Brasil. Contrariamente a lo que se barajaba, no ha venido el presidente saliente, Itamar Franco, sino el canciller Celso Amorin, quien expresó la aspiración de su país a ocupar un escaño permanente en el Consejo de Seguridad y se extenderá mucho sobre el tema del desarrollo.

A Clinton le siguió en el podio el presidente saliente de México, Carlos Salinas de Gortari, quien quiere dirigir la nueva Organización Mundial de Comercio (OMC), sucesora del GATT (Acuerdo General de

Aranceles y Comercio), y que aprovechará sus breve estancia aquí para su campaña. Se reunirá con su colega norteamericano, entre otros.

El turno de la tarde lo abrió Boris Yeltsin (previamente, Rusia o la entonces URSS solía hablar el segundo día del debate), y planteó la necesidad de un nuevo sistema de seguridad global que impida la proliferación de armas nucleares, químicas y biológicas, y los conflictos étnicos de la posguerra fría.

Le siguió en el podio Ernesto Samper, nuevo presidente de Colombia, quien presentará las bases de un modelo alternativo de desarrollo, y explicará el nuevo esquema social que ha puesto en marcha para los olvidados por el proceso de liberalización y apertura económica. La presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro, y su colega de El Salvador, Armando Calderón Sol-quien asumió su cargo este año-, recordaron que Centroamérica necesitan el apoyo y asistencia de la comunidad internacional en esta fase posconflicto.

9500381

RESPUESTA BRITANICA AL DISCURSO DE MENEM

# Londres se quejó en la ONU por la cláusula constitucional de Malvinas

*El canciller británico, Douglas Hurd, reiteró ayer la preocupación de su gobierno por la inclusión de una cláusula que reivindica los derechos argentinos sobre Malvinas en la nueva Constitución. Lo hizo al hablar ante la Asamblea General de las Naciones Unidas. Fue una respuesta al discurso del presidente Carlos Menem, quien el miércoles reivindicó los derechos argentinos sobre las islas.*

Al hablar ayer ante la Asamblea General de las Naciones Unidas, el canciller británico Douglas Hurd reiteró la preocupación de su gobierno por la inclusión en la nueva Constitución argentina de una cláusula transitoria que ratifica los derechos sobre la soberanía de las Malvinas.

Además, Hurd reafirmó, una vez más, que Gran Bretaña "no tiene dudas" sobre sus declarados derechos sobre las Malvinas, al responder el discurso que el presidente Carlos Menem había pronunciado el miércoles pasado en ese mismo foro reivindicando la posición argentina en el conflicto y con el tono más duro desde que se restablecieron las relaciones diplomáticas en 1990.

En alusión a la cláusula transitoria de la nueva Carta Magna, Hurd dijo que "en las islas Malvinas, como en Irlanda del Norte, debemos atender los deseos de los involucrados", en referencia a los isleños que no quieren pertenecer a Argentina.

La diplomacia argentina siempre propuso reconocer los derechos, de acuerdo con la tradición jurídica de la descolonización pos Segunda Guerra Mundial, y no los "deseos" de los kelpers. Si se atienden los "deseos", se desembocaría en un referéndum para decidir a qué país querían pertenecer los kelpers. En una consulta de esa naturaleza, la Argentina, obviamente, perdería.

"Cualquier otra actitud -agregó- sería inconcebible para nosotros y para la ONU", subrayó Hurd en la parte de su discurso que se refirió al Atlántico Sur.

Desde que se restablecieron los vínculos interrumpidos por la guerra de 1982, la cuestión de las Malvinas no se llevaba a la Asamblea de la ONU, como un gesto de buena voluntad.

Antes, año a año la Argentina sometía un proyecto de resolución a votación. Ahora solo se discute en el Comité de Descolonización.

Esta preocupación británica por la cláusula transitoria de las Malvinas ya había sido transmitida al Gobierno a través de una nota de protesta presentada hace varias semanas atrás. Lo nuevo es que Hurd llevó la queja a la ONU, donde como ya se dijo, no se debate la cuestión desde el '89.

Después de la mano de cal de Hurd, vino la de arena. "Buscamos reanudar, en un futuro cercano, discusiones con las autoridades argentinas para alcanzar un nuevo acuerdo

## Qué dice la Constitución:

"La Nación Argentina ratifica su legítima e imprescriptible soberanía sobre las islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y los espacios marítimos e insulares correspondientes, por ser parte integrante del territorio nacional. La recuperación de dichos territorios y el ejercicio pleno de la soberanía, respetando el modo de vida de sus habitantes, y conforme a los principios del Derecho Internacional, constituyen un objetivo permanente e irrenunciable del pueblo argentino."

sobre pesca y sobre desarrollo de eventuales recursos de hidrocarburos", señaló el titular del Foreign Office (Cancillería británica).

Seguidamente, manifestó su deseo de que los progresos ya alcanzados en las relaciones bilaterales "no sean revertidos".

La frase de Hurd alude a la queja que Menem había formulado el miércoles contra los "actos unilaterales" de Gran Bretaña en el Atlántico Sur, como la última ampliación de la zona de pesca en las Malvinas que supuso la incorporación de la zona marina llamada "gap" (brecha, en inglés).

Esos pasos británicos "abren interrogantes acerca de la posibilidad de profundizar y de mantener estos entendimientos" había advertido Menem en alusión a la amenaza argentina de no renovar el año que viene el acuerdo de pesca del calamar.

De la venta de licencias de pesca del calamar, los kelpers obtienen los principales recursos económicos para afrontar los gastos del gobierno de las islas.



Canciller británico Douglas Hurd: esfuerzo por lograr un nuevo acuerdo por la pesca en Malvinas

9500381

## El presidente Lacalle ante la ONU

del 29/8



HAN RESULTADO MUY apropiadas las expresiones vertidas por el presidente de la República ante la Asamblea General de la ONU, en cuanto las mismas ratifican la adhesión de la República a principios de derecho internacional lamentablemente puestos en entredicho por recientes acontecimientos.

Al exigir, por lo tanto, el presidente Lacalle a los delegados ante la ONU una estricta atención a los principios y normas de esa organización, resulta muy atinado que la referida atención se centre en el siempre espinoso tema del empleo de la fuerza contra la integridad territorial de los estados.

Las palabras del doctor Lacalle tenían, como resulta obvio, la mira puesta en las recientes acciones estadounidenses en Haití, así como en las expresiones del presidente de EEUU, Bill Clinton, ante el mismo foro de ONU, por las cuales reclamara para su país un rol de virtual gendarme internacional, legitimado por el hecho de ser la "única potencia" hoy existente.

El alerta planteado por Uruguay reivindica en todo su valor el principio de no intervención, aun cuando éste pudiera ser ignorado invocando razones humanitarias; el caso haitiano viene a ser ejemplarizante en este sentido, en cuanto son estrictas razones de policía inmigratoria de las fronteras estadounidenses las que han puesto a esta potencia en situación de reivindicar sus atribuciones de fuerza ocupante de Haití.

Uruguay, según las mismas palabras del doctor Lacalle, ha hecho tradicional cuestión de este punto, en especial por razones pragmáticas, y ello por cuanto su posición como país pequeño se vería seriamente comprometida en caso de aceptar que la soberanía que le es irrepudiablemente propia pudiera mañana ser puesta en entredicho por razones de conveniencia de terceros estados, basadas en el precedente que hoy se pretende sentar.

Las acciones estadounidenses en Haití resultan más censurables aun cuando EEUU ha buscado legitimarlas a través de un mecanismo multilateral sancionado por la

ONU que, en los hechos, se ha reducido a un insuficiente apoyo a su acción militar por parte de los estados-isla anglohablantes que perlan el Caribe. Esta escasa envergadura multinacional, sumada a la no menos inquietante invitación a naciones europeas a fin de que participen en el futuro en la organización de una fuerza policial en Haití, supondrían un serio retroceso en la tradición diplomática hemisférica, basada en el principio de la exclusión del viejo mundo de las cuestiones que afectan al nuevo, sumada a la no menos importante dilucidación del grado de injerencia admisible en el Sur por parte del Norte.

Confluyendo sobre lo anterior, resultó igualmente auspicioso que el presidente Lacalle hubiera reclamado ante la Asamblea General de la ONU el fin del boicot comercial estadounidense contra la isla de Cuba.

Se trata de una medida que hoy se presenta acertada tras el fin de la guerra fría, notoriamente perdida por el sistema ideológico aún entronizado en La Habana. Sólo un indisculpable arrebatado de ceguera puede hacer pensar que Fidel Castro y su régimen podrán sobrevivir a la realidad de un mundo que ha arrumbado sus mitos marxistas o representar una amenaza a la seguridad interior de EEUU, por lo que prolongar la agonía del boicot sólo puede traducirse en un innecesario sufrimiento para el pueblo cubano.

Cuba vivirá, en este sentido, un largo y doloroso proceso a fin de liberarse de la dictadura que hoy la somete. Hacerlo requerirá de ingenio, paciencia y don de Estado. El necesario clima para que así ocurra se verá perturbado por el aumento de la miseria al que el boicot empuja a la isla, y nadie puede ganar con ello, comenzando por EEUU.

Esta realidad ha quedado de manifiesto tras la última de las crisis inmigratorias cubanas, pero atacar sus raíces exige un grado de imaginación y profesionalismo que hasta hoy ha estado ausente de la política exterior de la administración Clinton.

Esperamos que, por ello mismo, las palabras del presidente Lacalle se sumen a la voz de la reflexión que, demandando el fin del cerrojo económico sobre Cuba, crecientemente llega del resto de América Latina. ■

9500381



## Peres anuncia en ONU apoyo a las elecciones palestinas

198  
30  
Naciones Unidas (IPS)

El canciller de Israel, Shimon Peres, dijo ayer a la Asamblea General de la ONU que su país apoyará los planes de las autoridades palestinas para ce-

lebrar elecciones, a pesar de recientes dificultades entre ambas partes. «Apoyaremos totalmente la disposición palestina a realizar elecciones democráticas», prometió Peres. El líder palestino Yasser Arafat dijo con ante-

rioridad que espera organizar comicios en noviembre, un proyecto que Israel ha calificado de apresurado.

Peres afirmó además que la declaración de principios de septiembre del año pasado entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) «será puesta en práctica completamente», incluyendo su promesa de elecciones palestinas.

Los palestinos sostuvieron la necesidad de prontas elecciones para lograr la credibilidad de la nueva autoridad nacional palestina, que opera enteramente sólo en la franja de Gaza y Jericó.

Pero en los últimos meses Israel intentó retrasar el proceso electoral, por lo que los palestinos acusaron a Tel Aviv de tratar de evitar un proceso que aceleraría el retiro de las tropas israelíes de la ocupada Cisjordania.

No obstante, Peres aseguró que «Israel, al igual que los palestinos, podría descubrir que la democracia palestina y la seguridad israelí son complementarias», y anunció el compromiso de su país de «no gobernar el destino de ningún otro pueblo».

El canciller israelí dijo que desea acelerar las conversaciones de paz con Siria, las que podrían abrir el camino para el retiro de las tropas y colonos israelíes de los Altos de Golán, y propuso conversaciones cara a cara con delegados sirios, una oferta que Damasco recibió con cautela.

El diplomático israelí se manifestó a favor de un mercado común para Medio Oriente, una perspectiva que todavía parece poco clara ante el boicot que la mayoría de las naciones árabes imponen a Israel para protestar por la continuación de la ocupación de los territorios palestinos.

9500381

## **Presidente pidió a algún diputado vasco que realice visita a Uruguay**

Des 309

Nueva York.- El presidente uruguayo, Luis Alberto Lacalle, consideró ayer que sería muy interesante que algún diputado vasco visite Uruguay para que explique cuál es el alcance del tema de los vascos extraditados.

El gobernante agregó que no se trata de enfrentar a vascos contra uruguayos, sino del mundo contra el terrorismo.

Lacalle, quien intervino el martes ante la Asamblea General de la ONU, declaró hoy a EFE que su gobierno tenía que cumplir la sentencia que ordenó la extradición de tres de los siete activistas de ETA que había demandado España por acusaciones de terrorismo, y no podía dejarse intimidar por las protestas organizadas por sectores interesados o mal informados.

El presidente uruguayo añadió que tiene antecedentes vascos, "soy Uriarte, Lazcuaga, Areta, Zelayeta y Yorza, por lo que está muy cerca de mi afecto esa magnífica comunidad", y mencionó una carta que recibió el PTT-CNT de Comisiones Obreras, en la que se manifiesta su perplejidad por el hecho de que organizaciones sindicales uruguayas se hubieran solidarizado con la protesta.

"En Uruguay este asunto se ha aclarado bastante, excepto para ciertos sectores que hacen de esto una causa de política interna, y a ellos es muy difícil hacerlos razonar", dijo Lacalle.

A raíz de la extradición de tres ciudadanos vascos se sucedieron los violentos hechos en el hospital Filtro, donde estaban realizando una huelga de hambre que dejaron un saldo de un muerto y varios heridos.

Los enfrentamientos determinaron también que el Frente Amplio interpelara al ministro del Interior Angel María Giamola. ■ (EFE)

9500381

"Se han hecho esfuerzos enormes (...), aparentemente el comandante no desea regresar"

## Lacalle responsabilizó a Fidel Castro por el hecho de que Cuba se mantenga fuera de OEA

Nueva York - El presidente uruguayo, Luis Alberto Lacalle, culpó ayer jueves a su colega cubano, Fidel Castro, de que Cuba permanezca excluida de la Organización de Estados Americanos (OEA).

**Y**o creo que los esfuerzos que se han hecho para facilitar el retorno (de Cuba a la OEA) han sido enormes. Lo que pasa es que aparentemente el comandante Castro no desea regresar", dijo Lacalle en rueda de prensa al responder a una pregunta.

El presidente Lacalle intervino el martes en el debate general de la Asamblea de la ONU, y estos días celebra reuniones bilaterales en Nueva York.

"Es notoria la posición de dureza e intransigencia de la dirigencia cubana, que no ha variado prácticamente su posición en casi 35 años", agregó.

"Uno hace lo que puede, tanto en la Cumbre (Iberoamericana) de Guadalajara como en la de Madrid ha habido oportunidades en las cuales prácticamente toda la comunidad internacional estaba esperando una palabra, un compromiso, un paso hacia la libertad para que se consulte algún día al pobre pueblo cubano acerca de su destino", manifestó Lacalle.

Sin embargo, agregó, para Cuba "el socialismo, como



Lacalle en Nueva York

"En Cuba el socialismo, como ocurre en tantos lados, ha traído hambre, miseria, atrasos, emigración y ni una pizca de libertad"

ocurre en tantos lados, ha traído hambre, miseria, atrasos, emigración y ni una pizca de libertad".

El gobernante uruguayo consideró que el sistema interamericano "ha demostrado su voluntad, pero de todas maneras hacen falta dos para andar acompañado".

Preguntado por el embargo,

afirmó que "es un tema bilateral de EEUU con Cuba, y nosotros somos contrarios al bloqueo porque creemos que no es conducente a los fines que parecerían ser los del gobierno de EEUU".

Para el presidente Lacalle "lo importante en este momento es que nuestros hermanos cubanos coman, porque no comen.

De la misma manera que lo de Haití, nos parece en primer lugar un problema humanitario; nadie escapa de Haití por la representación proporcional y el voto secreto".

En referencia a la crisis haitiana, Lacalle subrayó que "siempre nos hemos opuesto en las Naciones Unidas a la intervención en Haití". ■ (EFE)

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Intervención pide a la ONU que garantice la vida del Papa.*  
150024  
2/9/94  
500777  
501889  
507684

EL VIAJE DEL PONTIFICE A SARAJEVO

## *Plan 2/9* **El Vaticano pide a la ONU que garantice la vida del Papa**

VATICANO y PALE (Bosnia), 1º (Reuter, AFP y EFE). La decisión definitiva sobre el viaje del Papa a Bosnia será adoptada recién 48 horas antes del inicio de la visita y depende de que las Naciones Unidas ofrezcan garantías satisfactorias de seguridad a Juan Pablo II, informó el vocero vaticano, Joaquín Navarro Valls.

Pese a los plazos y condiciones anunciadas por el portavoz de la Santa Sede para la concreción de la gira del Pontífice, el arzobispo de Sarajevo, monseñor Vinko Puljić, afirmó que "hoy recibimos un mensaje oficial del Vaticano en el que se confirma la llegada de Su Santidad el Papa a Sarajevo", capital bosnia.

Navarro precisó que por ahora se mantiene la decisión de que el jefe de la Iglesia Católica viaje a Sarajevo "el día en que se celebra el nacimiento de la Virgen María (8 de septiembre), pero la decisión final se adoptará 48 horas antes de la partida".

El alto funcionario del Vaticano expresó que "la Iglesia se siente optimista con respecto al otorgamiento de garantías de la Organización de las Naciones Unidas para el Papa y los pueblos que este visite".

Fuentes vaticanas manifestaron que hasta el 6 de este mes la Santa Sede continuará evaluando el desarrollo de los acontecimientos en Sarajevo y analizando los informes sobre los riesgos que pueda correr Juan Pablo II en Bosnia.

Wojtyła quiere también que su presencia en Sarajevo cuente con el visto bueno del líder de los serbios bosnios, Radovan Karadžić, quien considera que la presencia del Pontífice "es muy peligrosa".

Karadžić sostuvo que "el avión de la ONU en el que viajaría el Papa podría ser derribado por el ejército bosnio (que responde al gobierno del presidente de Bosnia, Alija Izetbegović, y tiene mayoría musulmana) y después este nos culpaba a nosotros".

El metropolitano de la Iglesia Ortodoxa serbia, Jovan, indicó que no se opone al viaje de Juan Pablo II, pero agregó que "la presencia del Pontífice romano se encuadrará en los preceptos del Evangelio solo si condena los crímenes cometidos por todas las partes responsables en la guerra".

Karadžić anunció hoy que impondrá "dentro de unos días un bloqueo de los enclaves musulmanes hasta que Yugoslavia (Serbia y Montenegro) levante las sanciones contra la República Serbia de Bosnia".

Yugoslavia, jaqueada por las sanciones dispuestas por las Naciones Unidas debido a la asistencia que venía prestando a los serbios bosnios, resolvió romper con estos y tomar medidas en su contra cuando se negaron a aceptar el plan de partición del territorio bosnio que propuso el Grupo de Contacto.

Karadžić reclamó a la comunidad internacional que redacte un nuevo plan de paz que "coloque a los serbios bosnios en pie de igualdad con los musulmanes y los croatas".

Según el proyecto del Grupo de Contacto, los serbios bosnios se habrían quedado con el 49 por ciento del territorio de la ex república yugoslava -actualmente ocupan el 70 por ciento-, mientras que la Federación Croato-musulmana habría recibido el 51 por ciento restante.

ENTRADO

CRUZ DO

01-01

9500382

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

PPPTS  
150014  
19/94  
500777  
507684  
507685  
507697

no viaja a Bosnia

Vaticano

Juv 7/9

## EL PAPA NO VIAJA A BOSNIA

El Papa Juan Pablo II se vió obligado ayer, martes, a suspender su deseado viaje del próximo jueves a Sarajevo, ante el recrudecimiento de los combates en la capital bosnia y la «falta de garantías suficientes para la seguridad de la población».

A menos de 48 horas de la salida del Papa hacia uno de los destinos más arriesgados y esperados de su pontificado, el Vaticano informó en un comunicado de la determinación de un «apenado» Juan Pablo II, y especificó que el viaje ha quedado «aplazado» a la espera de que pueda efectuarse «lo antes posible».

La decisión final fue adoptada al término de los contactos diplomáticos establecidos por la Santa Sede con todas las partes interesadas para verificar las garantías de seguridad de la visita.

«Por desgracia, no se han podido obtener tales seguridades», señaló la Santa Sede, que recordó que «el Papa ha subrayado siempre la necesidad de recibir garantías suficientes para la seguridad de la población que habría deseado encontrarse con él, convencido de que toda vida humana es sagrada y que se debe hacer todo lo posible para salvaguardarla».

Además del objetivo de «no exponer a graves riesgos a quienes esperan al Papa en la capital bosnia», la decisión de aplazar el viaje tiene otro fundamento: «evitar que la visita pueda ser, en este momento, mal interpretada y que aumente la tensión» en la zona.

«El Papa, después de haber consultado con sus principales colaboradores, inspirado por un profundo sentido de la responsabilidad hacia la población, ha decidido aplazar la visita a Sarajevo, prevista para el 8 de septiembre, con el propósito de realizarla en cuanto las circunstancias lo consientan», añade el comunicado de la Santa Sede.

El Pontífice «apenado por no haber podido acudir al deseo de la comunidad católica y de la población de Sarajevo», continuará sus esfuerzos para que «le sea concedido poder cumplir, cuanto antes, esta visita pastoral y esta misión de paz».

ENTRADO

CRUZADO

9500383

01-01

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

ADPS NO a CRUCADO.  
150007  
8/9/04  
500777  
507684.  
507685  
65658

## Juan Pablo II se Encamina<sup>EP</sup> ya a Croacia

ZAGREB, Croacia, 7 (AP).— El Papa canceló su viaje a Bosnia, pero de todos modos se encamina a la vecina Croacia este fin de semana. Esta visita papal era largamente esperada: hace más de 800 años que un papa no ha llegado a territorio croata.

Y entonces mismo llegó por error. Un buque en el que viajaba el Papa Alejandro III hacia Venecia fue desviado a una isla croata por una tormenta en el año 1177. Hungría católica reinaba entonces sobre Croacia, y lo hizo por otros ocho siglos, y el Vaticano consideró innecesaria una visita a Croacia.

Ahora con Croacia libre tanto de Hungría como de la Federación Yugoslava de la que se apartó en 1991, Juan Pablo II ha decidido que es oportuno un peregrinaje a este estado balcánico lealmente católico. Su visita de dos días tendrá lugar el sábado y el domingo.

El 77 por ciento de los 4,8 millones de croatas profesa la fe católica y muchos son fervidos creyentes. Funcionarios eclesásticos en Zagreb esperan la concurrencia de casi un millón de peregrinos al hipódromo local el domingo para asistir a la misa celebrada por el Papa y para verla mediante gigantescas pantallas de video colocadas en el exterior del estadio hipico.

La visita ha adquirido significación adicional dada la decisión del Papa de cancelar su visita planeada para mañana a Sarajevo, capital de la vecina Bosnia, temiéndose que allí las multitudes podrían servir de blanco a los artilleros serbios.

El Papa posiblemente rinda homenaje en la tumba del cardenal Alojzije Stepinac, el anticomunista por antonomasia, pero el gesto papal seguramente causará controversias.

ENTRADO

CRUZADO

9500384

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

mensaje a los BOSNIOS

150003

9/9/94

50077

507 685

507 697

"Los muertos de Sarajevo rezan con nosotros", dijo Juan Pablo II, que mañana irá a Zagreb

## El Papa pidió a los bosnios el olvido de odios étnicos e instó a trabajar por una paz justa

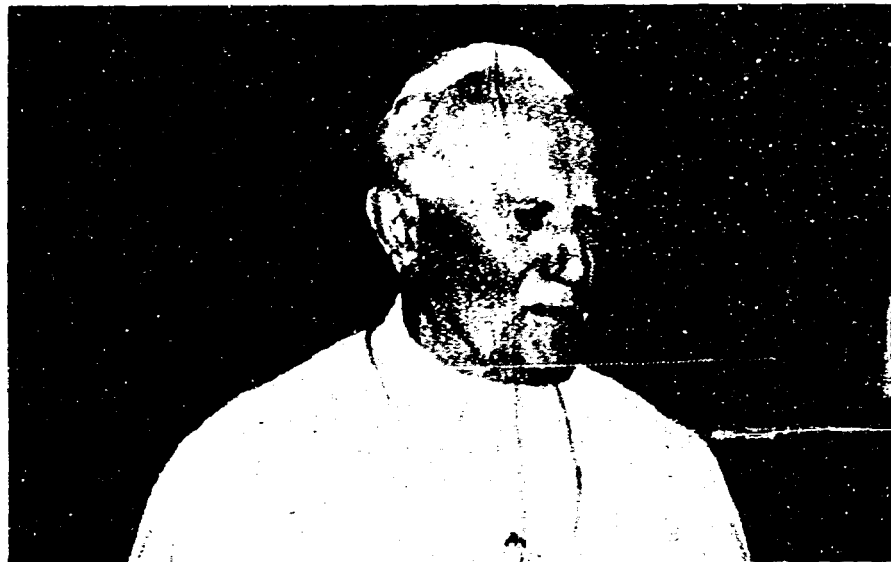
El papa Juan Pablo II, en un mensaje que hubiese querido leer en Sarajevo, hizo un llamado a los serbios, croatas y musulmanes de Bosnia para que olviden sus odios étnicos y religiosos, y trabajen por una paz justa basada en el perdón.

**L**os muertos de Sarajevo rezan con nosotros", dijo ayer el Papa en serbo-croata, durante una ceremonia por la paz en los Balcanes, desde su residencia de verano en Castelgandolfo.

"Todas las víctimas de esta guerra cruel a la luz de Dios están rezando para que los sobrevivientes tengan reconciliación y paz", señaló Juan Pablo II en una homilía en la que se refirió al "espectáculo de desolación de una humanidad que se hunde".

"Debe haber un final para un barbarismo de esta clase. ¡Tenemos suficiente de guerra! ¡Tenemos suficiente de furia destructiva!... Una paz justa debe lograrse lo más pronto posible", imploró.

El jefe de la Iglesia Católica, de 74 años, canceló sus planes para



Juan Pablo II

Mañana estará en la catedral de Zagreb y el domingo oficiará una eucaristía para medio millón de fieles

iniciar ayer un peregrinaje a Sarajevo, de población principalmente musulmana, después que no se le dieran garantías de seguridad para las decenas de miles de personas que esperaban verlo.

"¿Cuáles son las tentaciones que hoy le pedimos al Padre (Dios) desaparecer?", preguntó el Pontífice.

"Ellas son las tentaciones del prejuicio étnico... de los nacionalismos exagerados que conducen a la intimidación del vecino y el reclamo de venganza. Todas ellas son las tentaciones expresadas en la civilización de la muerte".

El Papa destacó cómo los obispos católicos de Polonia habían perdonado a los obispos alemanes y que a cambio habían buscado el perdón después del fin de la Segunda Guerra Mundial, en el Segundo Concilio Vaticano a comienzos de 1960.

### Pedido de oración

"Hoy queremos orar para que un gesto similar se repita... por nuestros hermanos en los Balcanes", agregó Juan Pablo II.

"La espiral de desaciertos y cas-

tigos nunca se detendrá si el perdón no llega en algún momento".

Al final de la ceremonia, el Pontífice dirigió un mensaje especial a la hermandad cristiana de la iglesia ortodoxa serbia.

Mañana sábado Juan Pablo II tiene programado viajar a la capital croata de Zagreb para efectuar una visita de dos días. El Papa había manifestado su interés de visitar Belgrado, la capital de Yugoslavia, pero debió desistir de sus planes ante la oposición de los serbios. (De la redacción de El Observador, en base a Reuter y AP)

ENTRADO

CRUZ-DO

01-01

9500385



Nº. DOCUMENTO  
TITULO **PAPA** *celebró misa en Zagreb.*  
PROCEDENCIA *150090*  
FECH DE PROCEDEN *10/9/94*  
VINCULACIONES *500777*  
*507685*  
*507697*

*Ofensiva del Pontífice "por la paz y la reconciliación" en la ex Yugoslavia*

## **El Papa llegará hoy a Croacia y oficiará mañana misa en Zagreb**

*El papa Juan Pablo II llegará hoy a Croacia en un viaje de peregrinación y oficiará el domingo la Eucaristía en el hipódromo de Zagreb.*

**E**n muchos aspectos, esta será una visita trascendental para el Papa en tanto es la primera que realiza un Pontífice a Croacia desde que sus pobladores se convirtieron al catolicismo hace más de 1000 años.

Es también el primer viaje de Juan Pablo II a la antigua Yugoslavia, afectada por guerras étnicas, y su primera salida al extranjero durante un año de dolencias y caídas.

El gobierno de derecha de Zagreb describió el viaje como un respaldo a la independencia de Croacia, gobernada por el presidente Franjo Tudjman, y a su lucha contra la minoría rebelde serbia, que se oponía a la secesión de Yugoslavia en 1991.

El cardenal Franjo Kuharic, el

guía de Juan Pablo II durante su visita de 24 horas, interpretó el viaje como una misión pastoral que se propone ayudar a la reconciliación entre los croatas, los serbios y los musulmanes de Croacia, Bosnia y la ex Yugoslavia en general.

Más de medio millón de devotos de Croacia y otras partes han comprado entradas para la misa que oficiará el Pontífice en un hipódromo, adornado con una gigantesca cruz dorada.

Juan Pablo II estuvo profundamente decepcionado por tener que cancelar su viaje a Sarajevo, el más osado en sus 16 años de papado, debido a que los serbios bosnios se negaron a garantizar su seguridad y la de las personas que se acercarían a saludarlo.

"Por el momento, un Papa que no tiene armas para hacerse escuchar sólo puede ir a Zagreb, pero su visita ciertamente será dedicada a todos, a serbios y musulmanes, así como a los croatas", manifestó Bruno Bottai, el embaja-

dor italiano ante el Vaticano.

Por otra parte, el presidente croata Franjo Tudjman indultó ayer a varias decenas de condenados con motivo de la visita del Papa. (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE y Reuter)

ENTRADO ☒  
CRUZADO ☒

01-02

9500386

JUAN PABLO II CELEBRÓ UNA MULTITUDINARIA MISA EN ZAGREB

# El Papa condenó el ultranacionalismo

ZAGREB, 11 (Reuter y AFP).- Durante una multitudinaria misa celebrada en Zagreb, a la que asistieron más de 500.000 personas y que constituyó el punto culminante de su visita pastoral a Croacia, el papa Juan Pablo II condenó enérgicamente hoy la "intolerancia nacionalista" a la que responsabilizó de ser el obstáculo que impide terminar con la guerra en Bosnia-Herzegovina.

"No, no es justo atribuir a la religión el fenómeno de la intolerancia nacionalista que está causando estragos en esta región. Nadie puede evadir el sendero de la unidad y la paz. La razón lo solicita, incluso antes que la fe", dijo Juan Pablo II.

Ello no solo se aplica para los cristianos que profesan distintas creencias -los croatas católicos y los serbios ortodoxos-, sino también a los musulmanes que fueron parte de una civilización multinacional en los Balcanes, agregó el Pontífice.

Los jóvenes lisiados durante la guerra de independencia contra los serbios (durante la cual los croatas perdieron un tercio de su territorio) ocuparon un lugar preferencial durante la ceremonia. Sus sillas de ruedas fueron ubicadas a los pies del altar.

El Sumo Pontífice, durante su discurso de despedida en el aeropuerto de Zagreb, desde donde emprendió el regreso a Roma,

pidió a Croacia que respete los derechos de las minorías y olvide el rencor que le impide firmar la paz con los serbios.

"Atrévase a perdonar y recibir a los otros. Perdonar significa liberar el corazón de todo sentimiento de venganza que no concuerda con la civilización del amor", dijo Juan Pablo II.

El Papa sostuvo que todos los países unidos en una federación tienen derecho a convertirse nuevamente en estados independientes. "Así fue en 1991

en el territorio de la ex Federación Yugoslava. Cada una de las repúblicas que son fruto de ese proceso tiene derecho a su soberanía y la ley internacional no puede negarlo", dijo el Pontífice. El 3 de enero de 1992, dos días antes que la Unión Europea (UE), el Vaticano reconoció la independencia de Croacia, el primer país eslavo que se convirtió al catolicismo.

Antes de la misa, el Papa efectuó una visita de cortesía al presidente croata, Franjo Tudjman, quien

agradeció al Vaticano que haya sido el primer Estado en reconocer la independencia de su país y le entregó como recuerdos una cadena y una cruz de oro.

"Debemos dejar en claro que la guerra que estalló en los Balcanes, y que aún cobra vidas en Bosnia-Herzegovina, no tiene justificativo y requiere el compromiso de terminarla cuanto antes", agregó Juan Pablo II.

El sábado, durante el primer día de visita a Zagreb, Juan Pablo II ex-

presó su gran pesar por haberse visto obligado a cancelar el viaje que tenía previsto realizar a Sarajevo. Durante su despedida en el aeropuerto, Juan Pablo II abrazó al arzobispo de esa ciudad, Vinko Puljić y le aseguró que no ha renunciado a su intención de visitar la capital bosnia.

El Sumo Pontífice, de 74 años, caminando con ayuda de un bastón y con aspecto de gran cansancio puso hoy punto final a su visita a Croacia.

02-02

9500386

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

PAPA lanza ataque contra MAFIA.

## El Papa Lanza Nuevo Ataque Contra Mafia

LECCO, Italia, 17 (EFE). — El papa Juan Pablo II instó hoy en esta ciudad suroriental barroca italiana a defender la familia de las amenazas que tratan de debilitar, entre ellas el paro, la falta de vivienda y la mafia.

El Papa hizo este llamamiento en la llamada "Florentia del barroco" ante 15.000 personas, en la primera jornada de su visita a Lecce, ciudad de la región de Puglia, espanto de la situación de la llamada "cuarta mafia", conocida como "Sacra Corona".

En una provincia como la de Lecce en la que el paro afecta a 110.000 de sus 800.000 habitantes y donde crece el tráfico de droga, Juan Pablo II denunció que la familia está sufriendo el ataque convergente de "numerosas fuerzas" que tratan de debilitarla o deformarla.

"Es necesario y urgente que todas las personas de buena voluntad coordinen su esfuerzo por proteger este fundamental instituto (la familia) sobre el que se apoya la vida de toda la sociedad", señaló el Papa en el primer discurso de su quinta visita a Puglia.

El Papa consideró que la causa principal del aumento de la criminalidad es la desconianza suscitada en las generaciones jóvenes por la falta de trabajo y de una concreta perspectiva para el futuro.

El obispo de Roma, en otra parte de su discurso, dirigió un "cordial pensamiento" a las naciones que se encuentran en la otra orilla del Adriático.

"Pienso en la amada Albania, joven en su recuperada democracia; en Grecia, faro de la civilización y hermana de la fe; en las atormentadas regiones de los Balcanes, y en especial forma en Sarajevo, ciudad mártir de este último resto de milenio".

Juan Pablo II tuvo que cancelar el pasado día 8 su anunciada visita a Sarajevo ante la falta de garantías acerca de su seguridad.

El pontífice pareció en mejores condiciones de salud respecto a las pasadas semanas. Aunque a la llegada al aeropuerto se apoyaba en un bastón, descendió sin esta ayuda los cuatro peldaños que le colocaron para bajar del "papamóvil" y los nueve que le condujeron al palco donde fue recibido por las autoridades de esta ciudad de casi 100.000 habitantes.

### BRONCEA SOBRE SALUD

Por otra parte el papa Juan Pablo II habló hoy sonriente y en tono jocoso de su estado de salud, al descartar recientes señales de fragilidad al inicio de su segundo viaje fuera del Vaticano en una semana.

"Pueden ver ustedes que estamos en el sur" de Italia, dijo el pontífice con una amplia sonrisa, después de un discurso a su llegada a la plaza central de Lecce.

El Papa, de 74 años, que se apoya en un bastón tras ser operado en abril de una fractura en la pierna, dijo a una jubilosa multitud que confiaba en beneficiarse del calor meridional durante su visita de 24 horas.

"Espero que cuando regrese a Roma me lleve en poco de esa energía fresca. Eso es todo por el momento. Buenas noches, duerman bien y les verá mañana", dijo en tono de broma.

Las preocupaciones por la salud de Papa, que estuvo a punto de morir en un intento de asesinato en 1981, cuando le dispararon en la pierna, fueron el tema de su discurso.

ENTRADO

CRUZADO

9500387

01-01

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Vaticano denuncia plan pro aborto de EE.UU. y la ONU*  
150024  
22/9/94  
5001777  
501889  
65890

## El Vaticano denuncia un plan pro aborto de EE.UU. y la ONU

ROMA, 31 (Especial para Clarín). - El vocero del Papa, Joaquín Navarro Valls, acusó hoy a dirigentes de las Naciones Unidas y del gobierno norteamericano de querer establecer "un derecho internacional al aborto" en los documentos que deberá votar la Conferencia Mundial sobre Población, mientras que el Líbano anunció hoy que no concurrirá a la reunión internacional de El Cairo que comenzará el lunes próximo.

En medio de amenazas de los integristas islámicos contra "la conferencia libertina" y de continuas acusaciones lanzadas por el papa Juan Pablo II y la diplomacia vaticana, el clima previo a la reunión de El Cairo se ha vuelto candente y ha concentrado la atención mundial.

Navarro Valls convocó esta mañana a una conferencia de prensa para resumir la línea que seguirá la Santa Sede en El Cairo. Dijo que la delegación vaticana trabajará para que el documento final de la reunión "sea aprobado por unanimidad".

La búsqueda de un consenso que evite lacerantes rupturas llevará a difíciles mediaciones y tratativas. El portavoz del Papa no se mostró para nada conciliador. Insistió en que los conceptos de "salud reproductiva" y "salud sexual", repetidos en el borrador del documento final, contrabandean la voluntad de "legalizar el aborto a escala mundial, garantizando el acceso de los adolescentes" e imponer "la ideología de círculos minoritarios occidentales a toda la humanidad".

La insistente campaña lanzada hace meses por el papa Juan Pablo II contra los documentos preparatorios de la conferencia encontraron en estos días un eco gigantesco en el mundo islámico. Tres gobiernos (Arabia Saudita, Sudán y el Lí-

bano) anunciaron que no participarán de la conferencia, mientras que los radicales integristas musulmanes amenazan a los participantes -145 países-, con toda clase de violencias.

Al respecto, el vocero pontificio no quiso hoy ha-

cer comentarios sobre el boicoteo islámico a la conferencia. "Nosotros vamos", dijo Navarro. El portavoz de la Santa Sede lanzó algunos flechazos directos al vicepresidente Al Gore, que presidirá la delegación norteamericana, aunque negó que

exista -como en realidad existe-, un duro enfrentamiento entre el Vaticano y EE.UU.

Navarro reiteró que la Santa Sede no solo se opone al aborto sino a la contracepción química o mecánica.

Julio A. Aranas

ENTRADO	1
CRUZADO	

01-01

9500388

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

PAPAS papas su visita a la ONU X9 1995

150483

23/9/94

501889

50077-507634

ENTRADO

CRUZADO

El Vaticano explicó que se trata de la lenta recuperación de una fractura

## El Papa postergó su visita a ONU para 1995 por motivos de salud



### Saludo papal

El Papa en su habitación en el hospital Agostino Gemelli durante su última internación. Ahora reposa en el Vaticano

**La visita de Juan Pablo II a Estados Unidos y las Naciones Unidas prevista para el mes próximo fue postergada hasta noviembre de 1995 por motivos de salud, dijo ayer el Vaticano.**

**E**l portavoz del Vaticano, Joaquín Navarro-Valls, informó que se tomó la decisión al seguir el consejo de los médicos y que está relacionada exclusivamente con la cirugía a que fue sometido el Papa en abril, cuando se fracturó una pierna. Agregó que la salud del Pontífice es buena.

"En vista del hecho de que Su Santidad fue aconsejado de no intensificar sus actividades en este período luego de una cirugía ortopédica, (y) para permitir una completa y más acelerada recuperación de movilidad", la visita fue pospuesta hasta noviembre de 1995.

Según Navarro-Valls, se eligió la nueva fecha para que coincida con las celebraciones del cincuentenario de la fundación de las Naciones Unidas, programado para ese período.

Agregó que la visita estaba prevista para el 20 de octubre e incluía un discurso ante la Asamblea General de la ONU en Nueva York y visitas a las ciudades de Newark, Nueva Jersey y Baltimore.

### Gran vitalidad

El Pontífice, de 74 años, quien en los últimos meses ha padecido de una salud frágil, se fracturó el 28 de abril el fémur al resbalar en el baño del Vaticano, su segunda caída en seis meses. El 11 de noviembre, el Papa resbaló durante una audiencia privada y se fracturó; hace dos años, fue operado de un tumor benigno en el colon.

La fractura de la pierna implicó para el Papa una nueva intervención quirúrgica y continúa caminando con ayuda de un bastón. El último fin de semana caminaba

vacilando pese a su evidente determinación en una largamente planeada visita a la ciudad italiana de Lecce. El miércoles, también con la ayuda de un bastón, el Papa subió la escalera para su audiencia general ante peregrinos que lo aclamaban.

Navarro explicó a The Washington Post que el Pontífice sufre de un problema motriz, normal dentro de los seis meses de recuperación de la operación.

El Papa es un hombre de gran dinamismo que toda su vida nadó, esquió y escaló y que hasta hace un año desarrollaba aún gran actividad física. Aparentemente le cuesta adaptarse mentalmente a la disminución de su capacidad física e insiste en concretar todos sus planes.

La cancelación de la visita a Sarajevo, la capital de Bosnia-Herzegovina el 6 de setiembre fue aceptada sólo a último momento por el Papa y lo contrarió visiblemente. ■ (De la redacción de El Observador en base a EFE, Reuter y The Washington Post)

01-a

9500389

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Alerta del PAPA sobre secularismo y nihilismo.  
150007  
25/9/84  
500277  
507684.  
11612

Falsa Imagen de Dios y del Hombre

## ALERTA DEL PAPA SOBRE SECULARISMO Y NIHILISMO

CASTELGANDOLFO, Italia, 24 (EFE y ANSA).— El Papa Juan Pablo II ha dirigido una llamada de atención, desde su residencia veraniega de Castelgandolfo, sobre las amenazas provocadas por el secularismo y las sectas religiosas.

El Pontífice dirigió hoy, sábado, un discurso a un grupo de peregrinos Italianos, desde el balcón de sus estancias que da al patio del palacio pontificio de Castelgandolfo, a quienes dijo que "el imperio del que debemos distanciarnos, porque amenaza con ahogar la libertad de la Iglesia, es menos visible y concreto que los del pasado, pero no menos real e insidioso".

El Papa Wojtyla añadió, con ello, "al secularismo que, disfrazado de humanismo, se opone al Evangelio, difundiendo una falsa imagen de Dios y del hombre".

Según el obispo de Roma, para oponerse al secularismo "hay que potenciar las catequesis", incluir la de adultos, y desarrollar y profundizar el conocimiento de las Sagradas Escrituras, que hace la fe "cada vez más consciente incluso frente al difundido fenómeno de las sectas, las cuales a menudo se basan para su proselitismo en la falta de preparación de los fieles católicos".

En términos similares ha dejado oír su voz el cardenal Joseph Ratzinger, responsable de la Congregación para la Causa de la Fe (ex Santo Oficio), órgano de la Curia encargado de velar por la pureza de la fe.

El nihilismo, ha dicho Ratzinger, avanza sobre el vacío dejado en su caída por el socialismo real.

Se trata de una ideología —la

del nihilismo— "que penetra cada vez más en los estratos de la población donde se plantean preguntas filosóficas".

Para Ratzinger, "la difusión de la droga, pero sobre todo de una nihilista cultura del placer, cada vez más extendida y con trazos cada vez más manifiestamente antirreligiosos", son síntomas inequívocos de esta tendencia actual.

"En esta situación —escribe Ratzinger, en el comentario a un libro del fundador de Comunión y Liberación, Luigi Giussani, aparecido en la revista "30 Giorni", es inquietante que la voz de la Iglesia perezca incapaz de alcanzar los oídos y los corazones de los hombres, y en cualquier modo exista la convicción de que todo lo que la Iglesia puede decir ya se sabe y está superado".

"Aparentemente, casi ninguno espera de ella una respuesta que abra una expectativa, se busca y se brujula en todas las direcciones posibles, pero sólo

rara vez —concluye Ratzinger— en dirección a la palabra de la fe cristiana, aparentemente demasiado conocida".

**ELOGIO A FUERZAS EMPRESARIAS SANAS**

El Papa Juan Pablo II elogió hoy a las "fuerzas empresarias y financieras moralmente sanas" en Italia, al recibir en la residen-

cia de verano a los miembros de una asociación de economistas e industriales católicos.

En cada región italiana hay muchas fuerzas "ricas de creatividad, despojas de poder expresar según sus mejores potencialidades, y esto no sólo para obtener una legítima ganancia, sino para aprovechar

debidamente sus talentos y expandirse en una participación de solidaridad", subrayó el Papa.

Juan Pablo II habló ante los miembros de la fundación "Centennial Annus pro pontifice", que tiene el doble objetivo de elaborar ideas y planes económicos y de recoger fondos para la actividad del Papa.

ENTRADO

CRUZ 00

01-01

9500390

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Primer Embajador de Israel presenta sus cartas*

PROCEDENCIA *1500230*

FECHA DE P. O. C. E. D. E. N. C. I. *30/9/94*

VINCULACIONES *500777*

*507603*

ENTRADO

CRUZADO

**HISTORICO**

*Shmuel Hadas, nacido en Resistencia, Chaco, hace 62 años, se dirigió a Juan Pablo II en castellano, reiterándole la invitación para visitar Jerusalén*

## Primer embajador de Israel presenta sus cartas credenciales ante el Papa

Castelgandolfo (ANSA)

■ En un clima especial y emotivo que contagió al pontífice, con la presencia de los familiares del embajador llegados desde Israel y Argentina (su esposa Lea es nativa de Buenos Aires y Hadas nació en Resistencia, Chaco, hace 62 años), el diplomático recordó que el establecimiento de relaciones diplomáticas "no es un punto de llegada sino un punto de partida, una nueva y constructiva dimensión para agregar al diálogo Iglesia Católica-Pueblo Judío".

Hadas evocó los "siglos de malos entendidos" que "condujeron a enfrentamientos sangrientos y desgarradores, y a relaciones tortuosas y dolorosas entre católicos y judíos", elogiando la "paciencia y persistencia" de Juan Pablo II para "dar nuevos ímpetus al diálogo creativo" entre las dos religiones y entre la Santa Sede e Israel.

"La dedicación de Su Santidad al diálogo judío-cristiano ha sido decisiva", afirmó el nuevo embajador.

Shmuel Hadas evocó el antiguo anhelo judío, "el año próximo en Jerusalén", para reiterar la invitación al Papa para que visite Tierra Santa. El embajador lo hizo "en nombre de todos los israelíes, sean judíos, cristianos y musulmanes".

Por su parte, el Papa dijo que "sueño el día en el que judíos, cristianos y musulmanes se saludarán entre ellos en Jerusalén con el saludo de la paz".

En una posterior entrevista a ANSA, el embajador Hadas dijo que "tenemos necesidad de la visita del Papa. La necesitamos ahora porque sirve al proceso de paz que estamos fatigosamente tratando de construir. Su visita a cualquier parte del mundo transmite un mensaje de paz, de fraternidad".

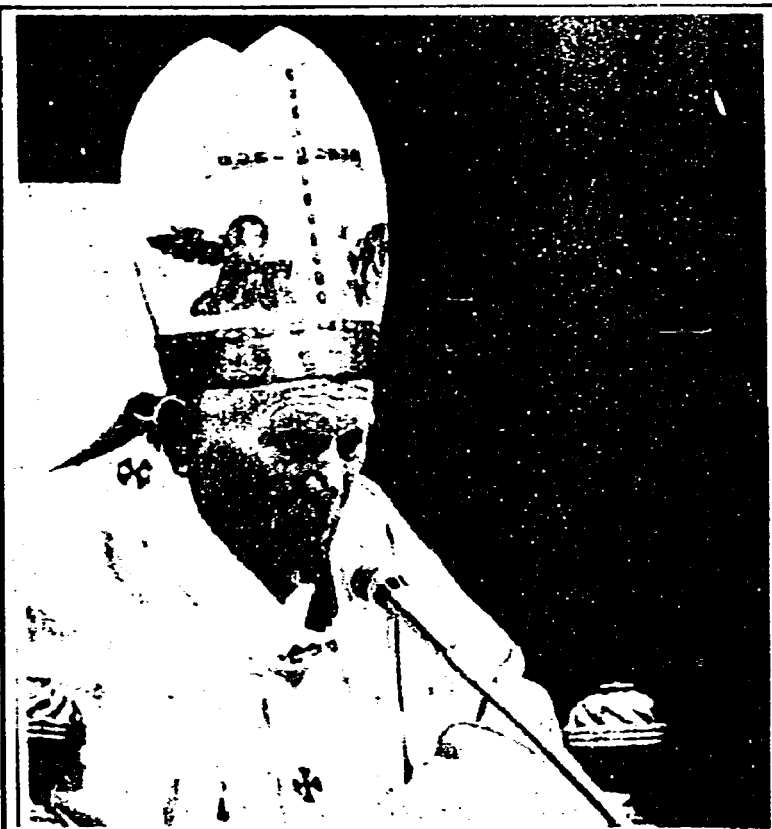
El diplomático israelí dijo que la autoridad moral del Papa "inspira respeto también entre las personas de otras religiones".

Juan Pablo II evocó los problemas abiertos entre la Santa Sede e Israel. Con respecto al problema de Jerusalén, la ciudad santa de las tres grandes religiones monoteístas, el Papa ratificó la posición del Vaticano.

"Hay que esperar —dijo—, que el carácter único y sagrado de esta ciudad santa sea objeto de garantías internacionales que aseguren también el acceso a todos los creyentes".

Jerusalén "sigue siendo un símbolo

El Papa calificó como "histórica" la ceremonia en la que presentó sus credenciales el primer embajador de Israel ante la Santa Sede, el oriundo argentino Shmuel Hadas, que se dirigió a Juan Pablo II en castellano, reiterándole la invitación a visitar Jerusalén.



El Papa recibió credenciales del primer embajador israelí ante la Santa Sede. (Telefoto de archivo de AFP)

de paz" aunque hoy sea "teatro de divisiones y conflictos" porque "permanece como un patrimonio sagrado para todos los que creen en Dios", continuó Juan Pablo II.

En su discurso, el embajador Hadas auspició que las nuevas relaciones entre

la Santa Sede e Israel "señalen el comienzo de una cooperación sincera y generosa que permita a todos progresar en el arduo y largo camino hacia la paz en todo el Medio Oriente".

En una especie de diálogo, el Papa respondió en su discurso que la Santa

Sede alienta a Israel para que siga adelante el proceso de paz en Medio Oriente. "El camino sigue siendo largo y arduo, pero no parece utópico decir que puede instaurarse la confianza recíproca entre los pueblos del Medio Oriente".

Hadas dijo que "Israel sabrá estar a la altura de la historia. Tiene un compromiso con la paz y pondrá su empeño en cumplirlo para que la estrella de la paz que brilló un día en Belén vuelva a iluminar aquella región", como proclamó Su Santidad en enero de 1991.

El Papa dijo que "el respeto de la libertad de religión, y de conciencia" es "una condición indispensable para el respeto de cada ser humano".

Destacó que Israel y la Santa Sede colaboran "para oponerse a toda forma de intolerancia, cualquiera sea el modo en que se expresa. Sobre todo (ambos Estados) se oponen vigorosamente hacia cualquier antisemitismo, sabiendo que aún recientemente se han debido constatar deplorables manifestaciones".

El Papa dijo también que prosigue el estudio de las distintas cuestiones bilaterales abiertas entre los dos Estados. Esta colaboración "implica una relación de confianza entre las autoridades israelíes y las diversas instituciones de la Iglesia Católica presentes en Tierra Santa".

Juan Pablo II se refirió a problemas como el status jurídico de la Iglesia Católica en Israel.

En la conversación posterior con ANSA, el embajador Hadas dijo que "hay cuestiones abiertas como las exenciones fiscales contenidas en el 'status' tradicional de la Iglesia Católica, que contrastan con las leyes israelíes. Pero yo soy optimista, también en las cuestiones difíciles, porque el espíritu no es de confrontación sino de diálogo".

01-01

9500391



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

TÍTULO *PNUD aporte casi 800.000 dólares a Poder Judicial.*  
 PROCEDENCIA *150015*  
 FECHA DE PROCEDENCIA *18/1/94*  
 VINCULACIONES *510026*  
*501889*  
*504466*

# **ONU aporta casi 800.000 dólares a Poder Judicial**

En el Centro de Estudios Judiciales del Uruguay (CEJU), Bartolomé Mitre 1275 piso 5, se procedió a la firma de una escritura al Programa de Fortalecimiento del Sistema Judicial por el cual el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo y la Agencia para el Desarrollo Internacional del Gobierno de los Estados Unidos colaboran con instituciones judiciales uruguayas mediante la información del personal judicial, profesional y de apoyo necesario para el funcionamiento de un sistema judicial en vías de modernización y de expansión.

En la oportunidad mencionada se incrementó la donación previa de US\$ 607.900 en US\$ 183.000, lo que lleva al programa a una cifra total al día de la fecha de US\$ 790.900. De esos fondos US\$ 740.900 son donación del Gobierno de los Estados Unidos de América y el resto corresponde a una donación del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

Esta fase de asistencia finalizó recientemente, habiendo comenzado en 1990 con un primer cometido de apoyar la capacitación de funcionarios judiciales en la puesta en marcha del Código General del Proceso.

El CGP pasó al Poder Judicial uruguayo en la avanzada de la reforma de la justicia civil en América Latina, pero a su vez creó la necesidad de capacitar al personal judicial con el fin de instrumentar sus disposiciones. El Centro de Estudios Judiciales (CEJU), que estaba comenzando a desarrollar sus actividades, dio total prioridad a una exitosa implementación del nuevo Código, para lo que USAID y el PNUD acordaron brindarle apoyo desde el 20 de setiembre de 1990, asistiendo en el desarrollo y la conducción de los programas de capacitación requeridos.

Superada la etapa de instrumentación del nuevo Código, que ahora es tomado como ejemplo en América Latina y Europa y elogiado en los Estados Unidos, nuevos programas se fueron desarrollando y llevando a cabo con total éxito a distintos niveles del sistema.

Durante los últimos cuatro años, el CEJU ha capacitado a candidatos para ocupar cargos de jueces o fiscales en cursos de alto nivel técnico que cubren tanto temas del quehacer judicial como formativos de

la personalidad del magistrado. El reconocimiento dado a estos cursos tanto por la Suprema Corte de Justicia como por el Ministerio Público y Fiscal ha sido muy auspicioso ya que la inmensa mayoría de los egresados de estos cursos ocupan actualmente funciones de alta responsabilidad de ambas organizaciones.

El CEJU realiza periódicamente seminarios para magistrados en actividad (jueces y fiscales) en todas las especialidades, actualizando su currícula de acuerdo con técnicas modernas de detección de necesidades de capacitación. Además se realizan seminarios para técnicos no magistrados y otros funcionarios administrativos.

En muchos de los talleres realizados se ha buscado la extensión y correlación del sistema estrictamente judicial con sectores conexos del Estado, pudiéndose señalar a título de ejemplo; la Comisaría de Menores de Montevideo, el INAME, convenio en trámite con la Escuela de Policía y otro ya aprobado con el Ministerio de Industria y Energía, Dirección Nacional de la Propiedad Industrial. También se han realizado seminarios conjuntos y acuerdos de capacitación con otras instituciones estatales como el PRONADE y UTU.

Esta fructífera tarea ha recibido además amplio reconocimiento internacional. En el Simposio Internacional de Escuelas Judiciales llevado a

cabo en Porto Alegre en noviembre de 1992, al crearse la Federación Latinoamericana de Escuelas Judiciales, el CEJU fue designado por unanimidad para ocupar la Secretaría de la misma. En la Conferencia Internacional sobre Capacitación y Carrera Judiciales llevada a cabo recientemente en Costa Rica (junio de 1994), la Justicia Uruguaya fue tomada como ejemplo por el papel que su Escuela Judicial ha desempeñado en la selección y promoción de Jueces y Fiscales.

Los organismos donantes participantes en este programa entienden que con la ayuda del CEJU, el Uruguay es ejemplo y líder en la Justicia de Latinoamérica.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500392

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Pte. del FIDA realiza visita de 2 días a Argentina.*

*150025*

*15/9/94*

*515030*

*501889*

*66960*

## Llega mañana el titular de la FIDA

El presidente del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), Fawzi Al-Sultan, llegará mañana a esta capital en visita oficial de dos días durante la cual se reunirá con el presidente de la Nación, Carlos Menem, y con otras autoridades nacionales.

Al-Sultan examinará con los funcionarios de nuestro país las operaciones en marcha respaldadas por préstamos y donaciones del FIDA en el país.

Esas intervenciones comprenden el programa de crédito y apoyo técnico a pequeños productores del nordeste argentino, financiado con un préstamo de 10,6 millones de dólares; el programa regional de fomento de camélidos, mediante una donación de 800.000 dólares; y el programa subregional de capacitación y cooperación técnica en planificación y proyectos de desarrollo rural, con

man, costeada también con una donación de 700.000 dólares.

Se prevé que las conversaciones que sostengan el presidente del FIDA y las autoridades argentinas incluyan operaciones futuras del Fondo en la Argentina, en particular, un nuevo programa de iniciativas de desarrollo rural por unos 100 millones de dólares.

ENTRADO

CRUZADO

*9500393.*

*01-01*

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO Batallón militar de Uruguay de en nov. al Africa.

PROCEDENCIA 150004

FECHA DE PROCEDENCIA 7/9/94

VINCULACIONES 501089  
307466  
10022

# **Batallón Militar de Uruguay irá a Angola**

Uruguay enviará en noviembre un nuevo batallón militar al Africa en cumplimiento de una misión de paz de Naciones Unidas, en lo que se espera sea el mayor cuerpo militar uruguayo que sale de fronteras.

Fuentes castrenses dijeron a EL PAIS que se enviará cerca de un millar de hombres a un nuevo destino africano, esta vez a la ex colonia portuguesa de Angola, sumida en una guerra civil desde su emancipación de la potencia europea en 1975.

En noviembre está prevista la terminación de la misión militar uruguaya establecida en Mozambique, una ex colonia portuguesa, conquistada por unos 890 efectivos integrantes del Batallón Uruguay II.

El país ahora conformará un tercer batallón de paz con destino a Angola y según las fuentes, sería más numeroso que los contingentes de paz anteriores.

Otras fuentes militares indicaron sin embargo, que aún no se efectuó llamado alguno a interesados para esta misión ni se tienen aún compromisos para la nueva misión.

ENTRADO 1

CRUZADO \_\_\_\_\_

9500394

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO LACALLE discrepa con resoluc. de ONU que votó invasión a Haití

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PRECEDENCIA 13/9/94

VINCULACIONES 501889

504466

66123

# Luis A. Lacalle: "En Cuba y Haití la gente se está muriendo de hambre"

● "Es una barbaridad histórica que países europeos por decisión de NN.UU. intervengan en Haití", afirmó.

El Presidente Luis Alberto Lacalle discrepó con la resolución del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas que votó la invasión a Haití y consideró que era una "barbaridad histórica" y un "disparate", que intervengan en ella países extracontinentales, además de considerar que las expediciones de EE.UU. en América siempre fueron repudiadas.

El Presidente Luis Alberto Lacalle, en declaraciones formuladas ayer a la prensa, explicó en profundidad las resoluciones adoptadas por el llamado "Grupo de Río", afirmando que las situaciones del Cuba y Haití son similares: "Allí, en esos dos países, la gente se está muriendo de hambre".

También se refirió críticamente a la resolución de Naciones Unidas que "mide con distinta vara" la situación haitiana y la de Los Balcanes, violentando su carta, ya que el país centroamericano no constituye un peligro para nadie.

## EL TEMA ES EL HAMBRE

"Sabemos que hay dos situaciones de crisis en este continente -expresó-, una de ellas tan vieja como una generación, porque la dictadura cubana viene desde hace 35 años y, la otra, la dictadura existente en Haití, que tiene dos o tres años".

"Son dos situaciones que tienen puntos de contacto, de similitud y también algunas diferencias. A nosotros lo que nos parece grave en este mo-

mento es que se hable de intervención militar por los EE.UU. en una América que ya conoce esas acciones y las ha repudiado toda la vida".

"Y ello, por más que ahora tenga el cartabón de las Naciones Unidas, no nos parece que sea una medida adecuada, en primer lugar porque no es conducente a los fines que se quieren obtener y, en segundo lugar, en razón de que una intervención militar es muy difícil de iniciar porque no se sabe dónde se termina".

## UNA BARBARIDAD HISTÓRICA

"Pero como si esto fuera poco, continuó expresando en el programa "En Perspectiva" que conduce el periodista Emiliiano Coleto, he leído que se piensa en traer fuerzas intercontinentales para ayudar en esa intervención".

"Eso me parece una barbaridad histórica, que países europeos (Bélgica e Israel), justamente los coloniales, de los que América se independizó,

se liberó, ahora pretendan venir a intervenir en las cosas de nuestro continente. Me parece realmente un disparate".

"Estaremos a la espera de los acontecimientos -siguió expresando Lacalle-, pero es evidente que el eje de esta situación hay que cambiarlo. La gente no se va de Haití porque quiera votar o aspirar a la representación proporcional, sino porque no come".

**"Hacer un plan y mandar toneladas de alimentos"**

EE.UU. se preocupan de este tema porque los pobres paisanos de Haití, en sus balsas y en sus botes, le están llegando a la costa. Por eso es su preocupación y, por lo tanto, lo que hay que hacer es un gran plan alimentario, y no permitir que se muera gente de hambre por culpa de una dictadura o de sistemas políticos que no son populares, y mandarle toneladas de alimentos".

## LA SITUACION CUBANA

"El tema de Cuba es distinto en muchos aspectos, aunque tiene puntos de contacto. Uno es que el socialismo ha traído, como en casi todas partes del mundo, miseria y atraso, dependencia, dictadura y coartamiento de las libertades. Pero pese a todo ello, es bien

claro, que allí también es un problema de hambre, pues la gente se está muriendo por la falta de alimentos. Quién toma una cubierta de camión inflada para andar entre los tiburones, no lo hace porque filosóficamente se encuentre presionado, sino porque no come, porque quiere un futuro para sí y su familia".

"En lugar de comer un huevo por mes, que es lo que les toca en la ración que da el Gobierno socialista, quieren comer todos los días, más o menos, para llenarse la barriga. Ese es un tema primario, fundamental para el hombre".

## EL CAMINO ES LA PROSPERIDAD

"En Cuba, por lo menos, hubo una actitud de diálogo que ojalá prosiguiera, pero me parece que la solución para estas situaciones de estos dos países, al contrario de presionar más, es llevarles la prosperidad, porque ella es el instrumento que luego determina la libertad y el sentimiento de querer participar democráticamente en los Gobiernos, para afianzar el destino de todos".

"Esa es mi posición y la del Gobierno oriental. Lo que resolvió el "Grupo de Río" está escrito en dos declaraciones. No hay que olvidar que en esos organismos no se vota, por lo tanto hay que actuar por consenso, es decir que la línea de mínima es la que se acepta".

## DIFERENTE VARA DE NN.UU.

Refiriéndose a la resolución



El Presidente Luis Alberto Lacalle consideró que la reunión del Grupo de Río fue un éxito y que los mandatarios latinoamericanos concurrirán a la cumbre de Miami con el Presidente Clinton con una posición común.

ción de las Naciones Unidas, promoviendo la intervención de Haití, la que violentaría su carta constitutiva, Lacalle expresó: "Fuese usted la diferente vara con que las Naciones Unidas miden el conflicto de Los Balcanes con el de Haití, lo que demuestra que no hay un "standard", sino que se trata simplemente de una coyuntura política, teniendo especialmente en cuenta que Haití no es peligro para nadie".

**"Lo resuelto en Río fue un éxito" y preparan agenda**

## LA CUMBRE DE LAS AMERICAS

En torno al tema de la conferencia de Miami el doctor Lacalle expresó que la resolución adoptada por el "Grupo

de Río" fue "un éxito". "Lo que ocurre es que la agenda está siendo preparada por los cancilleres de tres países, Brasil, Argentina y México, a quienes se sumará nuestro Ministro de Relaciones Exteriores. Acordamos que todos los Gobiernos fueran aportando sus ideas para esa agenda en la medida de que pensamos comparecer en forma coordinada ante el Gobierno de los EE.UU."

"En ese sentido debo decir que lo resuelto fue un éxito, lo que pasa que no lo podemos mostrar de inmediato. Existe el consenso que se van a ordenar los temas en tres grupos, políticos, económicos-comerciales y de cooperación. Ahora estamos enriqueciendo esa agenda que estará pronta para unos días antes de la Conferencia".

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500395

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

*intervención*  
Lacalle inició ante el organismo mundial  
150023  
29/9/94  
501889  
501466

El presidente Lacalle en la ONU

## Los principios valen en cualquier parte

**E**n las Naciones Unidas, en su «carácter de Presidente de la República Oriental del Uruguay, electo por el libre ejercicio del voto ciudadano» y con esas palabras, inició su intervención ante el organismo mundial el doctor Luis Alberto Lacalle.

Dejó de lado su personal interpretación de la actual situación mundial y ni siquiera matizó, con el injerto ocasional de una palabra no sopesada, la opinión uruguaya.

Sus dichos se corresponden con el pensamiento político mayoritario de la nación, por el voto ciudadano que lo eligió Presidente.

Al referirse a la República de Cuba reclamó: «Eliminar la aplicación unilateral con fines políticos de medidas de carácter económico y comercial contra otro Estado», y su aclaración de que rechazar el bloqueo no implica el reconocimiento del gobierno de ese país, sino que refuerza el principio de no intervención en los asuntos internos de cualquier nación y la autodeterminación de los pueblos.

La mayoría de la población comparte la afirmación del doctor Lacalle, acompañada por el presidente de Brasil que explicitó su planteo de terminar de una buena vez con el aislamiento unilateral impuesto por los EEUU a Cuba.

Y para mayor abundamiento sobre los principios del derecho internacional, nuestro Presidente se refirió a la crisis italiana: «Nuestro país ha mantenido una invariable posición contraria a cualquier intervención militar sin el respaldo jurídico necesario». Es una cuestión sobre la que no caben dudas, el uso de la fuerza se corresponde con una clara amenaza a la paz y la seguridad internacionales.

«Poco habremos adelantado si nos limitamos a aceptar que el nuevo funcionamiento de la ONU sea un mero reflejo del nuevo reparto de fuerzas que resulte del ordenamiento mundial», aseveró el Presidente uruguayo, y se apoyó indudablemente en la experiencia histórica de la Segunda Guerra Mundial, desde Yalta a nuestros días.

Si el mundo vive en un estado de guerras limitadas y de intervenciones que se encubren bajo el rótulo de ayuda humanitaria, tampoco se permitió Lacalle omitir que: «Pretextando las necesidades de un nuevo contexto tal como la justificación de intervenir por razones humanitarias» se eluda el principio de la no intervención.

Agregando, delante de los miembros de la ONU, que la tentación de invocar los principios como el de la libre determinación para «violar la integridad territorial o las fronteras de otros Estados», no pueden ser avasallados pretextando «nuevas necesidades».

Mantener la paz sólo puede lograrse en estricto apego o cumplimiento de los principios del Derecho Internacional, fue la postura uruguaya. En verdad, cualquier tipo de acción que sea cubierta bajo el manto protector de las Naciones Unidas para dilucidar esferas de influencia o castigar a gobiernos discolos con el nuevo poder mundial, corre el riesgo de transformarse en una conflagración mundial que bien pudiera llegar a ser la última de la especie humana.

Esta glosa de la intervención del presidente Lacalle conlleva el reconocimiento a su actitud al reflejar con precisión el sentir de los orientales. Somos un país pequeño que solamente posee la fuerza de su razón.

En el mundo de hoy cuando los avances tecnológicos y científicos dejan atrás los esfuerzos de los países del mundo pobre, donde «dos tercios de la humanidad viven en la pobreza» y donde no son ya las grandes potencias las únicas que ejercen su presión en el ámbito internacional, hizo muy bien el doctor Lacalle en referirse «a los medios de comunicación masiva que uniformizan y transmiten opiniones a nivel planetario, constituyéndose en pautas de opinión y de acción de indudable influencia». Es el monopolio informativo lo que él denuncia.

El mismo que contradictoriamente logró en Uruguay todo el apoyo del gobierno y de su Presidente que, curiosamente, tan bien los representó en la ONU.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500396

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

**Ya murieron siete militares uruguayos  
en misiones de paz en el exterior**

Búsqueda

30 JUN 84

**Doce oficiales viajarán a Ruanda  
para sumarse a la fuerza de ONU**

Una docena de oficiales viajará en unos quince días hacia Ruanda para unirse al contingente uruguayo de la fuerza multinacional de las Naciones Unidas que trata de frenar la sangrienta guerra civil que está arrasando a esa nación del África sudoriental, dijeron a Búsqueda fuentes castrenses.

El mayor y los once capitanes escogidos se reunieron el lunes 20 con el comandante en Jefe del Ejército, teniente general Daniel García, quien reconoció que la misión es riesgosa debido a que la situación de ese país es "sumamente delicada", señalaron los informantes.

El viernes 17 murió en Ruanda el mayor del Ejército uruguayo Juan Saúl Sosa Melo cuando la patrulla de las Naciones Unidas de la que formaba parte fue atacada por guerrilleros del Frente Patriótico Ruandés (FPR) a unos 25 kilómetros de la capital Kigali.

Sosa viajaba en el primero de los dos vehículos militares que escoltaban un convoy con ayuda humanitaria. El impacto de una granada de fusil que se introdujo por el parabrisas del vehículo provocó su muerte e hirió a un militar de Bangladesh que lo acompañaba.

Un portavoz del FPR dijo a las agencias internacionales de noticias que sus seguidores mataron por "error" al soldado uruguayo, cuya patrulla estaba circulando por un territorio controlado por esa organización.

El jefe del Departamento de Relaciones Públicas del Ejército, coronel Hebert Figoli, calificó de "actitud inexplicable" lo sucedido y advirtió que ese tipo de misiones son realizadas a diario en distintos puntos de Ruanda.

Figoli señaló a Búsqueda que la ONU realizará una "investigación pormenorizada" de lo sucedido ya que, en su calidad de observador, el oficial fallecido ostentaba la jerarquía de funcionario diplomático del organismo.

El 8 de abril de este año otros dos militares uruguayos —el mayor José Cuielinkas y el capitán Mario Carrasco— que participaban de la fuerza de paz de la ONU en Ruanda habían resultado heridos de bala durante un enfrentamiento entre fuerzas gubernamentales y el FPR.

Con el mayor Sosa son ya 13 los cascos azules muertos en Ruanda desde el comienzo del conflicto, el 6 de abril pasado.

Sosa, de 38 años, pertenecía al arma

de Caballería y se encontraba en Ruanda desde diciembre de 1993. Era oriundo de Artigas, estaba divorciado y tenía tres hijos.

Los militares uruguayos que participan de la misión en Ruanda lo hacen en calidad de observadores, por lo cual no les está permitido el porte de armas. El grupo está al mando del teniente coronel Willie Purtscher.

Los restos mortales de Sosa fueron sepultados el viernes 24 en el Cementerio del Norte, oportunidad en la que hizo uso de la palabra el teniente coronel Nelson Diar, compañero de promoción del fallecido.

● **Segunda muerte.** La muerte de Sosa fue la segunda de un soldado uruguayo en operaciones de combate y la séptima de un integrante compatriota de las misiones de paz de la ONU.

El 31 de mayo del año pasado fue muerto de un balazo en la espalda el soldado Gerardo Aquino, de 22 años, por guerrilleros del Khmer Rojo, mientras participaba en Camboya de una misión de escolta de dos vehículos.

En abril del mismo año ya habían muerto en Camboya el cabo de segunda, Gabriel López, víctima de malaria, y de un disparo, en Phnom Penh, el cabo de primera (fusilero naval), Daniel Bustamante.

En Mozambique, el 21 de mayo de 1993, murieron en un accidente de tránsito los cabos de primera Eduardo Lobelcho y Víctor Velázquez, y cinco días después falleció de malaria en ese mismo país el soldado José Sappia.

En diversos incidentes también habían resultado heridos por disparos tres soldados del Batallón Uruguay en Camboya y el comandante del contingente, teniente coronel Jorge Puente, fue alcanzado por una mina.

● **Otro herido.** En tanto, la semana pasada fue herido en los tobillos en el Sahara Occidental el capitán Luis Perdomo, también por la explosión de una mina.

Perdomo es parte de un contingente de 15 oficiales uruguayos que participan en calidad de observadores en la misión de la ONU que tiene por cometido custodiar la realización de un plebiscito del cual dependerá la anexión del Sahara Occidental a Marruecos, o su secesión. La misión se extenderá por el plazo de un año y medio y el grupo había partido hacía una semana.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500397



Nº. DOCUMENTO

TITULO

La ONU pide respetar las elecciones en Mozambique.

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

El Consejo de Seguridad de la ONU ve con  
buenos ojos el proceso de paz de  
Mozambique

## **NACIONES UNIDAS PIDE RESPECTAR LAS ELECCIONES EN MOZAMBIQUE**

*El Consejo de Seguridad de la ONU, «satisfecho» por el momento con la marcha del proceso de paz en Mozambique, recordó ayer, miércoles, a las partes que deberán respetar «tanto los resultados» de las elecciones de octubre próximo como «los principios de la democracia».*

Las elecciones, que serán supervisadas por la ONU, tendrán lugar a finales de octubre y serán la culminación del proceso que comenzó en 1992 con la firma de los acuerdos de paz entre el Gobierno y los rebeldes de RENAMO para poner fin a más de 15 años de guerra civil en ese país africano.

En una declaración leída por su presidente, el embajador español Juan Antonio Yañez-Barnuevo, el Consejo dijo que «con una actitud de prudente optimismo espera que los mozambiqueños logren alcanzar las metas del proceso de paz, a saber, la democracia, una paz duradera y un Gobierno representativo y responsable en su país».

Es importante que se proceda «lo más rápidamente posible» a la formación y adiestramiento de las nuevas Fuerzas Armadas, un proceso que está retrasado, según el último informe del secretario general de la ONU, Butros Gali.

El organismo coincidió con Gali en que la fuerza de paz de la ONU (ONUMOZ) debe desplegarse en una zona más amplia del país para ayudar al Gobierno a mantener la seguridad, sobre todo en el periodo «crucial» antes, durante e inmediatamente después de los comicios.

Al respecto, instó a los países a ayudar con recursos adiestramiento

y equipos a la policía de Mozambique, y a hacer otro tanto para el nuevo ejército mozambiqueño.

Y expresó su preocupación por los progresos «limitados» hasta la fecha en la limpieza de minas, y no descartó que, cuando se vaya ONUMOZ, deje equipos en el país para ese fin.

El período postelectoral será una etapa «importante y delicada» durante la cual la comunidad internacional deberá prestar asistencia a los mozambiqueños para la rehabilitación y desarrollo del país, señaló el Consejo.

Al recordar a las partes que respeten los resultados de los comicios e instarlas a atenerse a los principios democráticos después de las elecciones, el Consejo intenta evitar en Mozambique una repetición de lo ocurrido en Angola.

El grupo rebelde angoleño UNITA, liderado por Jonas Savimbi, retomó las armas hace casi dos años tras rechazar el resultado de las elecciones, favorable al partido en el poder, y se echó así al traste el proceso de paz.

El Consejo estudiará hoy jueves el tema angoleño en vista de la respuesta aparentemente positiva de UNITA sobre el «paquete» de propuestas del mediador de la ONU, Alioune Blondin Beye, en las negociaciones con el Gobierno de Luanda.

El embajador británico ante la ONU, David Hannay, dijo ayer que si efectivamente UNITA ha aceptado las propuestas, como parece indicarlo en una carta a Blondin Beye, el Consejo debe instar a las dos partes a concluir el acuerdo antes del primero de octubre.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500398



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TITULO ONU espera firmar la paz en Angola durante este mes.  
 PROCEDENCIA 150093  
 FECHA DE PROCEDENCIA 25/9/94  
 VINCULACIONES 501888  
507470  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**ONU espera firmar la paz en Angola durante este mes**  
 Rap. 25/9 Lisboa (IPS)

La ONU espera concluir antes de fin de mes la ronda de paz en Lusaka, que hace 10 meses reúne a gubernamentales y rebeldes para poner fin a 33 años de violencia en Angola, se informó en esta capital.

En declaraciones a la agencia portuguesa de noticias LUSA, el representante de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en Angola, Alioune Beye, prometió "un trabajo acelerado a partir de hoy (lunes) para poner término a la ronda de negociaciones en dos semanas".

Las conversaciones se iniciaron el 15 de noviembre de 1993 en la capital de Zambia.

Beye representa al secretario general de la ONU, Boutros Boutros Ghali, como mediador para la paz entre el gobierno angoleño del presidente José Eduardo Dos Santos y los rebeldes de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (Unita), encabezada por Jonas Savimbi.

Avanza la mediación de la ONU. Estados Unidos como ex soporte financiero y asesor militar de Unita, Rusia por ser heredero de la ex Unión Soviética que apoyaba a Dos Santos, y Portugal, ex poder colonial en Angola hasta el inicio de la guerra en 1975.

ENTRADO 1  
 CRUZADO \_\_\_\_\_

01-01

9500399

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Fuerza conjunta integrada por la MINUAR y Zaire reforzará seg. de refugiados.

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

## Ruanda

### FUERZA CONJUNTA PARA REFUGIADOS

Una fuerza conjunta integrada por la Misión de la ONU de Asistencia a Ruanda (MINUAR) y Zaire se encargará de reforzar las medidas de seguridad en los campamentos de refugiados ruandeses en territorio zaireño y facilitará el regreso a Ruanda de quienes lo deseen.

En unas declaraciones a la prensa ayer, jueves, el portavoz militar de la MINUAR, el mayor Jean Guy Plante, afirmó que cuatro miembros de su organización viajarán a Zaire el viernes para estudiar la puesta en marcha de esa fuerza conjunta, que comenzará sus operaciones lo antes posible.

Según Plante, la fuerza conjunta abordará el problema de los 28.000 soldados ruandeses que huyeron a Zaire tras su derrota frente al guerrillero Frente Patriótico Ruandés (FPR) el pasado julio, y que desde este país amenazan con reanudar la guerra civil contra las nuevas autoridades.

Más de un millón de ruandeses, principalmente de la mayoritaria etnia hutu, se refugiaron en el este de Zaire en los últimos meses, y su seguridad es objeto de preocupación, ante las amenazas y la intimidación de que son objeto por parte de los soldados huidos de su país.

Estas fuerzas cuentan con la colaboración de milicianos extremistas hutu, responsables de la muerte de miles de miembros de la minoritaria tribu tutsi durante la guerra civil.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500400

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO Tribunal Internacional analiza los crímenes de Ruanda.

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Butros Gali secretario general de Naciones Unidas expresó que los tribunales que actuaron en Yugoslavia puede actuar en Ruanda

## TRIBUNAL INTERNACIONAL ANALIZA LOS CRIMENES DE RUANDA

(10/201) 30/5/94  
El tribunal internacional para los crímenes de guerra en la ex Yugoslavia, con sede en La Haya, también podría ocuparse de los cometidos en Ruanda, indicó ayer jueves, el secretario general de la ONU, Butros Gali.

Gali dijo a la prensa que se estudia si crear un nuevo tribunal para los crímenes de guerra perpetrados en Ruanda o pedir que el formado para la antigua Yugoslavia también sea declarado competente en el país africano.

«De momento, estamos todavía en la fase de estudiar qué debería hacerse con los crímenes cometidos en Ruanda, agregó, cuestión en la que la decisión final corresponderá al Consejo de Seguridad de la ONU.

Se calcula que entre medio millón y un millón de personas murieron en las matanzas cometi-

das entre abril y julio de este año en la guerra civil en Ruanda.

La gran mayoría de las víctimas eran miembros de la minoría tutsi, muertos a manos de los mayoritarios hutus.

Una comisión de expertos de la ONU se dispone a recomendar que un tribunal internacional juzgue a los acusados del genocidio y otros crímenes perpetrados en Ruanda, según informaciones periodísticas.

Los ministros de Asuntos Exteriores de los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad (EEUU, Rusia, Francia, Reino Unido y China) dijeron hoy, tras reunirse con Gali como hacen cada año con motivo de la Asamblea General de la ONU, que aguardan la creación de «mecanismos apropiados para llevar ante la justicia a los responsables de crímenes contra la humanidad» en Ruanda.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

95004.01

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Llegó a Guatemala misión verificadora de ONU (MINUGUA).

PROCEDENCIA

1500/4

FECHA DE PROCEDENCIA

18/9/94

VINCULACIONES

501889

66094

Guatemala

Jue 18/9

## LLEGA MISION VERIFICADORA DE ONU

La llegada de una avanzada de la Misión de Observadores de la ONU para Guatemala (MINUGUA) que verificará el cumplimiento del acuerdo sobre derechos humanos suscrito entre el Gobierno y la guerrilla, fue recibido con satisfacción por diversos sectores del país.

Las Naciones Unidas anunciaron ayer el envío de la MINUGUA encabezada por el argentino Leonardo Franco, quien será acompañado por un pequeño grupo de avanzada que permanecerá unas dos semanas en Guatemala para discutir las modalidades de la misión y los detalles de logística.

El Gobierno recibió con satisfacción el envío de la misión por considerar que vendrá a consolidar el proceso de paz.

El presidente de la gubernamental Comisión de Paz (COPAZ), Héctor Rosada, expuso que el director de la futura MINUGUA, Leonardo Franco es «un excelente negociador, con prestigio y tiene experiencia sobre Guatemala».

También el presidente de la Asamblea de la Sociedad Civil (ASC), el obispo Rodolfo Quezada Toruño, destacó que es «satisfactorio» la llegada de la misión porque es la respuesta de la ONU a las peticiones de los diversos sectores.

El grupo de avanzada de la ONU llegará a Guatemala el próximo martes, según fuentes diplomáticas.

De acuerdo con el presidente de la Comisión Presidencial de Derechos Humanos, Jorge Cabrera, que será el encargado de atender a la misión, oficialmente no hay fecha para la llegada de la delegación que presidirá Franco, pero expuso que será la otra semana.

La operación de la MINUGUA, que estará integrada por unos 300 efectivos internacionales y más de un centenar de funcionarios locales, tendrá un costo de 12,9 millones de dólares.

ENTRADO

CRUZ 00

01-01

9500402

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

EEUU propuso a ONU poner fin a las sanciones cuando Aristide retorne el poder a su país

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

150483  
30/9/94  
50889  
65890  
66123

## Estados Unidos propuso a la ONU poner fin a las sanciones cuando Aristide retorne el poder en su país

EEUU PRESENTÓ AYER ante el Consejo de Seguridad de la ONU una resolución para el levantamiento de todas las sanciones contra Haití cuando el depuesto Aristide regrese al poder.

"Ha llegado la hora de preparar la reanudación de actividades económicas normales en Haití", dijo el secretario norteamericano

de Estado, Warren Christopher, en una reunión del consejo.

La resolución, de ser aprobada, levantaría las sanciones que fueron impuestas en 1993, cuando los gobernantes militares de Haití no cumplieron con un acuerdo para que entregaran el poder y permitir el retorno de Aristide.

Aristide fue derrocado el 30

de setiembre de 1991, en un movimiento iniciado el día anterior por el jefe del Ejército Raoul Cedras y el responsable del Estado Mayor, Philippe Biamby, acompañados por el jefe de la Policía de Puerto Príncipe, Michel François. ■ (De la redacción de El Observador, en base a fuentes de Reuter y EFE)

ENTRADO

CRUZ :00

01-01

9500403

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

6404 de 5 fue 8800. puede invadir Haití, y no se requiere  
ningún ultimátum.

150025  
3/9/94  
501888  
640423  
650010

# Washington puede invadir a Haití sin más advertencias

**Sin plazos:** "el papel de la UN se acabó", afirmó el secretario general, Boutros Ghali; el Pentágono estima en 400 millones de dólares el costo de la operación militar.

NUEVA YORK, 2 (AFP).- Estados Unidos tiene derecho a intervenir en Haití en cualquier momento y no se requerirá para ello ningún ultimátum, indicó hoy el secretario general de la UN, Boutros Ghali.

"Pueden hacerlo cuando quieran. Recibieron un mandato" del Consejo de Seguridad, declaró Boutros Ghali en una entrevista con la AFP. No hay "ninguna necesidad" de un ultimátum, añadió.

"A menos que haya una nueva resolución" del Consejo de Seguridad, el papel de las Naciones Unidas "se acabó" el 31 de julio, fecha de la aprobación de la resolución 940, que autoriza la intervención militar en Haití dirigida por los Estados Unidos, recordó el secretario general.

"Sólo intervendremos en la segunda fase", después de que la junta militar golpista haitiana sea expulsada del poder y la seguridad fuera garantizada, añadió Boutros Ghali.

"Las Naciones Unidas dieron un mandato de actuar a un grupo de Estados y ahora les corresponde a ellos decidir" si es necesario fijar un ultimátum antes de una intervención, señaló.



El primer ministro designado, Robert Malval (izq.) y el alcalde de Puerto Príncipe, Evans Paul, durante el funeral de Vincent (AP)

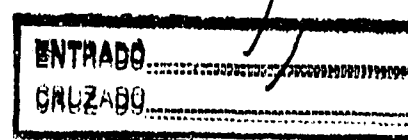
No hay "ninguna necesidad" de un ultimátum, repitió Boutros Ghali.

Estados Unidos y sus aliados "también pueden decidir emprender

por sí mismos una iniciativa diplomática", estimó.

**El costo de la intervención**

WASHINGTON, (DPA).- Una intervención militar internacional en



01-02

9500404

unos 10.000 soldados no bajaría de 55 millones de dólares, informa hoy The New York Times, basado en fuentes oficiales.

El objetivo sería reponer en el puesto, en el plazo de diez días, al presidente de Haití, Jean-Bertrand Aristide, depuesto en un cuartelazo.

En los siete meses que seguirían, serían necesarios más de 370 millones de dólares para transportes, alimentos, alojamiento y otras atenciones.

El ministerio cuenta con que al menos 2500 soldados norteamericanos quedarían estacionados en Haití.

#### Multitudinario funeral

PUERTO PRINCIPE, 2 (Reuter).- Fieles católicos asistieron hoy al funeral del sacerdote haitiano asesinado por supuestas fuerzas paramilitares, mientras la policía fuertemente armada vigilaba las calles aledañas para asegurar el control del área.

El sacerdote que habló durante el sepelio de Jean Marie Vincent, muerto a tiros en lo que constituyó el primer asesinato de un sacerdote desde 1985, dijo a los asistentes que el caído fue una víctima del terrorismo de estado.

"Nunca habían ido tan lejos en Haití en su lucha por destruir", aseguró el padre Quesnel Alphonse ante 500 personas amontonadas en el patio de la orden de Montfort, donde Vincent fue baleado el domingo por la noche.

"Jean Marie Vincent fue otra víctima, una de las tantas, del terrorismo de estado", señaló Alphonse en la ceremonia de tres horas donde se escucharon himnos religiosos en creole y francés, el golpe de tambores y los lamentos de mujeres que se desmayaban de dolor.

Vincent, un polémico personaje conocido por su trabajo con los pobres, era amigo del presidente Jean Bertrand Aristide, el sacerdote depuesto en un sangriento golpe de estado en 1991.

Escuadrones de hombres armados que respaldan a los militares en el poder habían iniciado una campaña para eliminar cualquier demostración de apoyo hacia Aristide, pero la muerte de Vincent es el primer asesinato perpetrado desde el golpe de estado.

"Mi Dios, ¿por qué?", gritaba una mujer de mediana edad, mientras bajaban el ataúd de madera de Vincent hacia la bóveda de cemento.

Ella y otras personas fueron reconfortados por otros dolientes cuando caían llorando a medida que la urna cubierta con una bandera haitiana era colocada en su última morada.

"Justicia para el padre Vincent", gritaba un joven, pero fue apaciguado rápidamente por un sacerdote que se encontraba a su lado.

Conocidos paramilitares estaban esparcidos entre los asistentes al sepelio y los camiones de la policía armados con fusiles automáticos patrullaban las calles de las cercanías.

Haití, encabezada por los EE. UU., costaría más de 400 millones de dólares, calcula el Ministerio de Defensa norteamericano.

El costo total en las tres semanas que seguirían al desembarco de



DOCUMENTO *Representante argentino ante la OEA*

TÍTULO *Representante argentino ante la OEA*

PROCEDENCIA *50024*

FECHA DE PROCEDENCIA *10/9/84*

VINCULACIONES *50089*  
*66123*  
*66960*

EL REPRESENTANTE ARGENTINO ANTE LA OEA DICE QUE, ADEMÁS DE TROPAS, HAY QUE LLEVAR AYUDA ECONOMICA A LA ISLA

## Haití: la fuerza como recurso extremo

En esta misma sección, Hugo Gobbi -ex embajador y ex secretario general adjunto de las Naciones Unidas- señaló que "carece de seriedad jurídica" la resolución de las Naciones Unidas en la que se respaldan los Estados Unidos para invadir Haití. También criticó la participación argentina en el conflicto. Ante lo inminente de la invasión, nuestro representante en la Organización de Estados Americanos dice que, si bien no se construye democracia con infantes de marina, la actitud del dictador Raoul Cédras no deja demasiadas opciones. E insiste en que, desde el comienzo de la crisis, nuestro país ha sido un ejemplo de coherencia y solidaridad.

Por Hernán Patiño Mayer

**C**ON el reconocimiento por parte del secretario general de las Naciones Unidas del fracaso de su último intento negociador, la situación en Haití ha entrado en una etapa de dramáticas definiciones.

Tres años y miles de muertos sin contabilizar las brutales violaciones a los derechos humanos -ha costado el proceso político-diplomático iniciado, a horas del golpe de Estado, por la Organización de Estados Americanos y reforzado después por las Naciones Unidas.

El rechazo por parte de la Junta Militar del enviado de Boutros Ghali no deja demasiadas opciones.

La primera, reconocer que luego de tres años de esfuerzos negociadores, sanciones económicas y amenazas de todo tipo, el pueblo haitiano seguirá siendo rehén de la minoría militar oligárquica, que mandó al exilio al primer presidente democráticamente electo de su historia.

La comunidad internacional toda, y en especial los países americanos, deberemos aceptar que en nuestro continente toda-

vía hay futuro rentable para el golpismo.

Que los derechos humanos de un pueblo americano pueden ser violados impunemente y que el principio de la no intervención, orientado a impedir que la soberanía de los pueblos sea avasallada por la fuerza, pueda ser esgrimido por una banda uniformada para paralizar la acción de la comunidad internacional, dirigida a restaurar a las autoridades electas por el pueblo, en el primer ejercicio real de soberanía desde su independencia.

Esta es una opción que no admite distracciones. El golpe no fue ayer.

### ■ Levantar sanciones

En caso de optarse por esta vía, creemos que debería levantarse de inmediato el embargo económico, ya que es absurdo mantener sanciones de altísimo costo social, buscando soluciones que nunca llegarán.

La otra opción es dar cumplimiento inmediato a la autorización del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas y despa- char hacia Haití una fuerza multinacional que desaloje a los dictadores y genere las condicio-

## Que dijo Gobbi

La resolución del Consejo de Seguridad sobre Haití carece de seriedad jurídica y configura un hecho peligroso para la convivencia actual.

El uso de jurisdicción doméstica como el de Haití no permite el uso de medidas militares coercitivas. Ante esta situación, el escenario argentino es confuso y sus protagonistas actúan en forma incoherente.

Caputo se comporta como un vocero de los Estados Unidos, al propiciar acciones que el radicalismo siempre

Castellón, y Guido Di Tella en particular, se olvidaron muchos principios que fueron fundamentales para la

ENTRADO	/
CRUZ-DO	V

01-02

9500405

para el rápido retorno del presidente Aristide.

Que nadie suponga que el uso de la fuerza no es riesgoso y traumático. Que nadie imagine que con ella habrán de resolverse todos los problemas que afectan a la hermana nación del Caribe. No se construye democracia con infantes de marina ni se edifica con el respeto a los derechos humanos con tiros y cañonazos. La fuerza solo sirve como recurso extremo para enfrentar a la fuerza, y si detrás de ella no marchan los recursos económicos y humanos que concreten las declamaciones de solidaridad que han inundado cientos de discursos y resoluciones, la fuerza vuelve a ser el derecho de las bestias.

### ■ La participación argentina

El interés argentino en la restauración constitucional en Haití va mucho más allá de la retórica.

¿Significa esto que las Fuerzas Armadas argentinas deben participar en la invasión de Haití?

El Gobierno nacional ha sostenido que su participación estaba condicionada a tres requisitos:

a) Agotamiento de todos los recursos político-diplomáticos sin desvirtuar la decisión de restaurar a las autoridades derrocadas por el golpe de Estado. Cumplido con el reconocimiento del secretario general de las Naciones Unidas.

b) Autorización del organismo internacional competente. Cumplido con la resolución 940 de las Naciones Unidas.

c) Formación de una fuerza que de modo genuino exprese el compromiso y la voluntad de la comunidad internacional. No cumplido aún.

Con independencia de este último requisito, que exigiría que la fuerza en gestación no se agote con la participación de los Estados Unidos, y una simbólica presencia de países del Caribe, es obvio que toda decisión de empujamiento de fuerzas armadas debe tener en cuenta las condiciones internas.

El brutal y criminal atentado que al demoler el edificio de la AMIA laceró la sensibilidad de todos los argentinos ha abierto una herida que está lejos de haber cicatrizado. La Argentina que emerge de entre los escombros de la calle Pasteur no es la misma que le permitió al presidente Menem anunciar su decisión de impulsar el envío de tropas a Haití. Esto es así y de modo alguno afecta la seriedad del Gobierno, el prestigio del país, ni nuestra política exterior. Con razones mucho menos serias, otros estados más directamente ligados a la historia y al presente de Haití han eludido, demorado o condicionado su participación. Las decisiones derivadas de la política exterior en ningún país del mundo se divorcian de condicionamientos internos.

Al señor presidente de la Nación, como comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas y titular de las relaciones exteriores del país es al único al que le corresponde impulsar o no la decisión. Al Congreso de la Nación, un debate profundo para respaldar u oponerse a esta. A los medios de comunicación, una lectura de este debate que desactive aproximaciones deportivas o preelectorales. A todos los argentinos, la tranquilidad de que cualquiera sea ella, ni el prestigio del país ni la seriedad del Gobierno están en juego.

Hernán María Patino Mayer es embajador representante permanente ante la OEA.

02-02

9500405

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEREN

VINCULACIONES

Caputo criticó el acuerdo con militares haitianos.

150090

21/9/94

501882

66123

## Caputo renunció

\* El ex negociador objeta el acuerdo y presagia encumbramiento político del general Cedras

L.R. 21/9/94

Buenos Aires (IPS)

■ El ex enviado de las Naciones Unidas en Haití, Dante Caputo, criticó el acuerdo alcanzado entre Estados Unidos y Haití y advirtió que el cabecilla del golpe, Raoul Cedras, podrá ser candidato a presidente en 1995.

Caputo consideró «increíble» el cambio de lenguaje de las autoridades estadounidenses, que ahora tratan a Cedras como a un señor honorable, que va a mantener el poder hasta el 15 de octubre y que después podrá quedarse en el país.

El ex funcionario internacional pronosticó que luego del acuerdo, Cedras se va a constituir en referente político y «va a pretender ser candidato a presidente para 1995».

Con este convenio el problema dejó de ser un conflicto entre Haití y la comunidad internacional para convertirse en un asunto entre Haití y los Estados Unidos, diagnosticó el ex ministro de Relaciones Exteriores de Argentina.

Caputo encabezaba una de las misiones tendientes a alcanzar una solución pacífica a la crisis, presentó su dimisión el lunes en disconformidad con el acuerdo firmado por el en-

viado estadounidense James Carter y el gobierno «títere» de Haití, encabezado por el presidente Emile Jonassaint.

En 1993, Caputo había conseguido que los militares firmaran el acuerdo de la Isla de los Gobernadores, que los comprometía a dejar el gobierno pacíficamente, pero Cedras no cumplió su parte y permaneció en el poder.

En aquel momento, el delegado internacional y ex canciller argentino justificó el fracaso en la negativa de Estados Unidos a entablar negociaciones con Jonassaint, y continuó elaborando iniciativas para una solución que evitara la invasión armada.

Este martes, en diálogo con una radioemisora de Buenos Aires, Caputo criticó que Carter se abrazara con el presidente designado por la Junta Militar para celebrar el acuerdo y consideró «increíble» el cambio operado en el discurso de las autoridades estadounidenses. «Sería exagerado decir que ganó Cedras, eso se verá con el tiempo, pero es llamativo que quien hasta hace cuatro días se comía a los chicos, sea ahora un señor honorable que llegó a firmar un acuerdo con dignidad», ironizó.

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500406

# Criticó Caputo el acuerdo LA 21/9 con los militares haitianos

Caputo sostuvo que el conflicto se transformó en un tema bilateral, lo que no satisface las aspiraciones de Raoul Cedras y de sus seguidores militares.

El ex delegado de la UN Dante Caputo expresó sus diferencias con el gobierno de los Estados Unidos y al manifestar su sorpresa por el "cambio de lenguaje" hacia el dictador Raoul Cedras.

En declaraciones formuladas ayer en el programa Puntos de Vista, que se transmite por Radio del Plata y que conducía Nelson Castro, Caputo sostuvo también que dentro de los Estados Unidos convergieron distintos intereses para arribar al acuerdo final.

Las siguientes son algunas de sus opiniones:

- "La solución al conflicto en Haití se ha convertido en un tema claramente bilateral. Era una vieja aspiración militar haitiana que esto saliera de la UN y que el arreglo fuera con los norteamericanos".

- "Queda claro que probablemente Cedras se quede e intente construir en torno suyo el liderazgo de la oposición a Aristide. Esto no es malo si se transforma en un individuo que va a jugar las reglas de funcionamiento democrático. Se ha visto en otras partes del mundo y también en la Argentina. Pero Haití no es la Argentina. En ese país estas cosas pueden tener un grado de peligrosidad muy alto".

- "Llama un poco la atención ver el cambio de lenguaje de los Estados Unidos. El jueves eran torturadores y violadores que atacaban a los chicos y hoy no podía creer ver por televisión al senador norteamericano Nunn hablando del patriotismo, de la hombría de bien y de la dignidad del señor Cedras".

Unidos. El jueves eran torturadores y violadores que atacaban a los chicos y hoy no podía creer ver por televisión al senador norteamericano Nunn hablando del patriotismo, de la hombría de bien y de la dignidad del señor Cedras".

- "Hay intereses diversos en los Estados Unidos. Hay algunos que están muy correctos, que pasan por la idea de que este continente es mucho más seguro si es democrático".

- "Hay otro interés muy directo en los Estados Unidos, que pasa por evitar el flujo de inmigrantes haitianos".

- "Hay un tercer interés, que a mí no me gusta nada. Algunos sectores norteamericanos se sentían muy preocupados por atacar a los viejos aliados, o aliados, a los sectores que mantenían el poder en estos países. Surge en cierta doctrina de seguridad que era un dato conveniente. Hé ahí a mucha gente sufrir pensando que iban a tener que atacar a sus ex aliados".

En otro orden, Caputo desechó versiones que daban cuenta de cierta simpatía emocional de Bertrand Aristide con quien dijo haber tenido una vez contacto que lo resultó

02-02

9500406

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE EMISIÓN

VINCULO CLASIFICACIÓN

ONU Discrepa con Caputo sobre consulta de EE.UU.

150007

21/9/94

501889

66123

65890

## ONU Discrepa con Caputo Sobre Consulta de EE.UU.

**NACIONES UNIDAS, 20 (EFE).** — En una aparente discrepancia con Denis Caputo, quien dimitió ayer como emisario especial de la ONU para la crisis haitiana, la organización mundial dijo hoy que Estados Unidos no tenía que consultarla para sus negociaciones con los golpistas o su intervención en Haití.

El secretario general de la ONU, Butros Gali, dejó claro que lo hecho por Estados Unidos estaba dentro de los términos de referencia de la resolución 940 del Consejo de Seguridad, que autorizó el uso de todos los medios necesarios para hacer cumplir la resolución. Washington no tenía que haber consultado con él o con el Consejo de Seguridad, agregó.

En su carta de dimisión, el ex canciller argentino Caputo dijo que la falta total de consultas, e incluso de información por parte del Gobierno de Estados Unidos, me lleva a creer que este país ha decidido en la práctica actuar unilateralmente en el proceso haitiano.

Y el papel de la ONU ha experimentado un cambio "esencial" en el tratamiento de la crisis haitiana, escribió Caputo, quien medió en la firma de los incumplidos acuerdos de la ley del Gobernador suscritos por el general golpista Raoul Cedras y el depuesto presidente Jean Bertrand Aristide en julio de 1993.

La ONU no estuvo involucrada en la formación de la coalición internacional, por EE.UU. ni en el pacto suscrito por Washington con los golpistas el pasado domingo por la noche, dijo Gali, quien recordó que la resolución 940 no requería que EE.UU. coordinara sus acciones con la organización mundial.

Dijo que Gali y sus asesores tuvieron contactos con EE.UU. y que el número dos de las

operaciones de paz de la ONU, Igber Fiza, estuvo en Washington "hace un par de días", pero no quiso dar detalles sobre esos "contactos".

Gali desmintió los rumores de que Butros Gali quería reemplazar a Caputo, y afirmó que la dimisión fue una decisión de éste, que era emisario especial de la ONU y la Organización de Estados Americanos (OEA) para la crisis haitiana desde diciembre de 1992.

Gali dijo que encontrar al sucesor de Caputo reviste "alta prioridad" para Gali, ya que hará falta un civil para supervisar las operaciones de los observadores de derechos humanos (cuando hasta 6.000 efectivos que relevarán a las tropas de ocupación cuando haya un arreglo político y militar).

ENTRADO

CRUZ-DO

01-01

9500407

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO Caputo no renunció, terminó el mandato.

PROCEDENCIA 150007

FECH: DE PREC. FREC. 21/9/94

VINCULACIONES 501889  
66123

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## "Caputo no Renunció: Terminó el Mandato"

BUENOS AIRES, (DYN).- El ministro de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, aseguró hoy que el ex carcelero Dante Caputo no renunció a su cargo de delegado de las Naciones Unidas en Haití, donde "hizo un gran trabajo", sino que "su función terminó" porque es parte de una etapa que ya se cumplió.

"Muerto el perro se acabó la rabia", precisó Di Tella en referencia a la situación de la nación caribeña, luego del acuerdo suscrito durante el fin de semana entre la misión estadounidense, encabezada por el ex presidente James Carver, y el jefe de la junta militar haitiana, el general Raoul Cedras.

Al preguntarle si el "perro" estaba muerto realmente, el Canciller se corrigió y dijo que estaba "guilpeado".

El jefe de la diplomacia argentina se refirió al tema de Haití y a la dimisión de Caputo luego de acompañar a la directora de Derechos Humanos y de la Mujer de la Cancillería, Zelmira Rogazzoli, en una rueda de prensa sobre la VI Conferencia regional sobre la Mujer, que se llevó a cabo esta tarde en esa ciudad.

Al comentar los términos en los que Caputo comunicó su decisión, el titular del Palacio San Martín consideró que, tal vez, el ex carcelero tenga "una visión distinta porque antes estaba en el centro de la escena y ahora no".

ENTRADO 1

CRUZADO \_\_\_\_\_

01-01

9500408

**TITULO**

FE H. GE F. EGEN: I

## VINCUL CIONCS

# Dante Caputo: "Estados Unidos decidió actuar unilateralmente en el proceso haitiano"

Soldados de EEUU vigilan la entrada al puerto de la capital haitiana, mientras policías del régimen dispersan una manifestación pro Aristide, en la que hubo un muerto y varios heridos

Un pacto que, además, no res-

ENTRADO  
CRUZADO

91-02

9500409



golpistas para que abandonen el poder, el gobierno de Washington podría considerar que ya no se dan las circunstancias políticas y de inseguridad reinantes hasta ahora y obligar a los haitianos a volver a su país.

### **Clinton gana popularidad**

El presidente Clinton ha recibido el favor de las encuestas por el acuerdo logrado con la junta militar haitiana por sus emisarios en Puerto Príncipe.

El 47 por ciento de los estadounidenses dio su aprobación al acuerdo con los militares haitianos para que dejen el poder antes del 15 de octubre, y el 31 por ciento se le opuso, según una encuesta de la cadena de televisión NBC y el diario económico The Wall Street Journal.

Otro sondeo de la cadena de televisión ABC mostró que el 55 por ciento apoyó a Clinton después de que éste anunciara el acuerdo de Puerto Príncipe.

El pasado jueves, después de que Clinton anunciase por una red nacional de televisión que podría producirse una intervención militar de EEUU en Haití, el 36 por ciento de los encuestados le respaldó y el 47 por ciento se opuso, en una encuesta de la misma ABC.

En este nuevo sondeo de la ABC, el 53 por ciento de ciudadanos aprueba el envío de sus tropas para asegurar la transición del poder en el país caribeño y el 43 por ciento se opone.

### **Posición del Vaticano**

Tras el acuerdo que prevé el abandono del poder de Cedras, el diario vaticano L' Osservatore Romano destacó ayer la "satisfacción de la comunidad internacional" por dicha solución que ha "evitado un baño de sangre". El Vaticano mantiene silencio ante la posibilidad del regreso a Haití de Aristide. (De la redacción de El Observador, en base a fuentes de EFE, Reuter y AP).

ponde plenamente a los Acuerdos de la isla del Gobernador, cuyo cumplimiento fue exigido por múltiples resoluciones del Consejo de Seguridad, incluida la 940 que autorizó el uso de la fuerza.

Si bien "evitar el uso de la fuerza siempre es algo positivo", el pacto entre EEUU y el régimen de facto es "una ruptura" con lo que se venía haciendo hasta ahora a través de la comunidad internacional, declaró Caputo.

### **Más tropas de EEUU**

Las tropas estadounidenses que intervienen militarmente Haití comenzaron a ocupar ayer Cabo Haitiano, la segunda ciudad más importante del país, mientras retorna lentamente la normalidad.

Varios barcos y helicópteros de EEUU comenzaron temprano a movilizar las tropas en Cabo Haitiano, en el norte del país.

Los soldados ocupantes se encuentran desde el lunes en Haití tras el acuerdo suscrito entre la delegación estadounidense encabezada por el ex presidente Jimmy Carter y el presidente haitiano de facto, Emile Jonassaint.

Mientras tanto, en la capital, Puerto Príncipe, continúa también el desembarco de tropas estadounidenses, que el lunes ya sumaban 3.000 efectivos.

Se calcula que otro número similar entró ayer en el país, gran parte de ellos por Cabo Haitiano, sobre todo desde el buque estadounidense "USS Nashville".

El desembarco de tropas en Haití continuará toda la semana hasta llegar a los 15.000 soldados estadounidenses.

Una manifestación de partidarios de Aristide fue reprimida por la

policía, que sigue al mando del teniente coronel Michel François, con el saldo de la muerte de al menos una persona en Puerto Príncipe.

Más de 63.000 haitianos pidieron salir de su país a través de la vecina República Dominicana, dijo ayer el representante de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) en Santo Domingo, mientras que los 20.000 haitianos refugiados en Miami, que tramitan ante las autoridades estadounidenses su solicitud de asilo político, temen que se les obligue a regresar a su país.

Con la ocupación de Haití por parte de tropas estadounidenses y el acuerdo alcanzado con los militares

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENC

FECHA DE EFECTU

VINCULACIONES

Aristide pide a ONU que revoque embargo comercial a Haití.

150015

29/9/94

501889

66123

500889

## Aristide pide a ONU que revoque embargo

El Presidente haitiano, Jean-Bertrand Aristide, pidió formalmente a la Organización de los Estados Americanos (OEA) la revocatoria del embargo comercial decretado por los países miembros del organismo tras el golpe de estado de septiembre de 1991.

WASHINGTON / ANSA

Aristide, anticipando su regreso al poder, transmitió el pedido al Consejo Permanente de la OEA a través de su Embajador Jean Casimir.

Los Cancilleres americanos aprobaron una resolución el 8 de octubre de 1991 que exhortaba a sus países miembros a que procedan al congelamiento de los activos del Estado haitiano y apliquen un embargo comercial a Haití, salvo excepciones de carácter humanitario.

El embargo, cuya cumplimiento la OEA no tiene facultades para asegurar, fue violado repetidamente por países dentro y fuera de la región, y no alcanzó los objetivos esperados.

Pese al embargo aplicado años después por el Consejo de Seguridad de la ONU, éste sí de carácter obligatorio, el que afectó económicamente al régimen haitiano, pese a que los militares sólo claudicaron finalmente ante la inevitabilidad de una invasión norteamericana.

Clemente del Carpio-Pacheco, representante alterna de Bolivia, informó al Consejo que el Canciller Antonio Arambarri inició ya consultas para considerar el pedido de Aristide.

Bolivia tomó la iniciativa, ya que presidió la reunión de Cancilleres donde se aplicaron las sanciones, la cual sigue técnicamente abierta.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500410

Nº. DOCUMENTO

TITULO ONU aprobó el levantamiento de las sanciones económicas imp.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PRESENTACIÓN 30/9/94

VINCULACIONES 501889

60123

## ONU Vota Levantar Sanciones a Haití

NACIONES UNIDAS, 29 (AP)  
El Consejo de Seguridad aprobó hoy el levantamiento de las sanciones económicas impuestas a Haití, pero dijo que la medida entrará en vigencia solo cuando regrese al poder el presidente exiliado Jean Bertrand Aristide.

La votación fue de 13-0, con la abstención de Brasil y Rusia.

Con esta votación y sin esperar a que retorne el presidente Aristide, el mensaje de la comunidad internacional es claro: no habrá indicios de reconciliación mientras los militares sigan en el poder, dijo la embajadora norteamericana Madeleine Albright.

La resolución saluda el emplazamiento pacífico de tropas en Haití y pide el levantamiento de todas las sanciones en el primer minuto de la medianoche siguiente al día en que retorne Aristide.

Se espera que los jefes militares haitianos renuncien y entreguen el poder hacia el 15 de octubre en cumplimiento de los acuerdos negociados por el ex presidente Jimmy Carter.

La resolución fue promovida por Estados Unidos, Canadá, Argentina, Francia, Venezuela, España y Haití.

El secretario de estado norteamericano Warren Christopher había exhortado temprano al Consejo de Seguridad a levantar las sanciones aduciendo que la comunidad internacional debe contribuir ahora a reconstruir la economía de la nación.

Exhortó enérgicamente a los miembros de este consejo y a otras naciones a hacer ahora todo lo posible para apoyar a Haití en el camino de la recuperación económica", enfatizó.

La reunión fue presidida por el canciller español Javier Solana y contó con la presencia de varios cancilleres del consejo.

Las Naciones Unidas impusieron sanciones económicas contra Haití en junio de 1993, y cuatro meses después agregaron un embargo petrolero cuando los líderes militares haitianos quebraron su promesa de dejar el poder y permitir el retorno de Aristide.

Documentos

internacionales

ENTRADO

CRUZADO

9500411

01-02

# La UN levantó el embargo a Haití

**ACIONES UNIDAS.** 29  
El Consejo de Seguridad  
levantó hoy las sanciones  
contra el ilegal régimen militar  
haitiano, en una resolución condi-  
cionada al retorno al poder del de-  
puesto presidente Jean-Bertrand  
Aristide.

El Consejo la aprobó por 13  
votos en favor y dos abstenciones,  
de Brasil y Rusia.

La anulación de las sanciones  
contra Haití se harán efectivas "a  
las 001 hora de Nueva York (401  
GMT) del día siguiente al del re-  
greso a Haití del presidente  
Jean-Bertrand Aristide".

Rusia expresó su desaprobación  
por la premura en adoptar una de-  
cisión que en otros casos, como el  
de la aplicación misma de esas  
sanciones, fueron el fruto de  
largas, difíciles y controvertidas  
negociaciones. Moscú se abstuvo  
de aprobarla. Su voto en contra  
habría significado que la resolu-  
ción no prosperara.

## Preocupación de Brasil

Brasil, verdadero vocero de  
América latina en la cuestión de  
Haití, a excepción de la Argen-  
tina, también miembro del Con-  
sejo, pero cuya opinión coincide  
estrictamente con la de Estados  
Unidos, tal como lo expresó en di-  
versas ocasiones, sostuvo "que  
cualquier acción que se adopte  
deberá ser plenamente coherente

con la Carta de la UN y de la OEA,  
en particular con el principio bá-  
sico de no intervención".

Si bien Brasil "tomó nota de que  
se evitó una traumática operación  
militar", manifestó "preocupación  
por el hecho contundente de que  
las fuerzas militares extranjeras  
se hayan localizado en el territorio  
de una nación latinoamericana",  
lo cual calificó como "un prece-  
dente perturbador".

La decisión aprobada hoy acoge  
"con beneplácito el despliegue pa-  
cífico de las primeras unidades de  
la fuerza multinacional el 19 de  
septiembre de 1994".

La resolución número 944, pro-  
ducto de largas consultas y de la  
presión norteamericana -cuyo go-  
bierno amenazó hace una semana  
con proclamar unilateralmente el  
levantamiento de las sanciones-,  
fue propuesta por la Argentina,  
Canadá, España, los Estados  
Unidos, Francia, Haití y Vene-  
zuela.

La decisión del Consejo de Segu-  
ridad, agresivamente impulsada  
esta mañana por la intervención  
del secretario de Estado norteamer-  
icano, Warren Christopher, se al-  
canzó 10 días después de la acor-  
dada ocupación de Haití por parte  
de tropas de los Estados Unidos,  
en el contexto de una operación  
multinacional aprobada por la re-  
solución 940 del Consejo del 31 de  
julio último.

02-02

9500411

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACION

VINCULACIONES

*Moscu esta en mano de mafias segun CIA*

*150095*

*28/2/94*

*11846*

*507294*

*411555*

*507294*

*508576*

## Moscú está en manos de la mafia

**Advertencia:** la CIA aseguró que en la capital rusa los grupos delictivos están sustituyendo a las autoridades del Estado.

WASHINGTON, 27 (ANSA).- La CIA lanzó una advertencia: "En Rusia la mafia está gradualmente sustituyendo a las autoridades del Estado".

En coincidencia con el arribo a Washington del presidente ruso Boris Yeltsin, el jefe de la CIA, James Woolsey, trazó un inquietante panorama de la "conquista del poder" por parte del crimen organizado en Moscú.

Las organizaciones criminales amenazan en Rusia no sólo a las autoridades del gobierno sino que, en algunas ocasiones, son consideradas por los ciudadanos como una alternativa de las autoridades estatales en virtud de los servicios que son capaces de ofrecer", advirtió el jefe de la CIA.

Woolsey subrayó que "las implicancias de este fenómeno son enormes tanto para la batalla de Yeltsin en favor de las reformas como para el rol de Occidente".

### Protección y préstamos

La mafia, afirmó, ofrece "seguridad bajo la forma de protección para los individuos y para las propiedades, ofrece arbitrajes en la resolución de disputas, vigila el respeto de los contratos de negocios estipulados por distintas partes y ofrece asistencia financiera a los ciudadanos, a tasas de interés a menudo inferiores a las de los bancos".

Entre las actividades de la mafia rusa que interesan (y amenazan) más de cerca a las organizaciones occidentales que operan en el país, la CIA incluyó los "asesinatos por contrato" y el pedido de pagos de sobornos a las organizaciones comerciales y financieras.

ENTRADO

CRUZADO

9500412

01-01

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. O. E. E. N. I.

VINCULACIONES

Casa No. 150024

150024

11/9/94

11046

508604

en Sicilia no son más de  
5.000.

ARGENTINA EN 1993

## Un ritual de sangre y fuego

Los hombres de honor, es decir los miembros de la "cosa nostra", no son más de 5.000 en Sicilia. Gaetano Fidanzi es uno de ellos. Pero no cualquier persona se convierte en un hombre de honor. Como decía el juez italiano Giovanni Falcone, asesinado por la mafia en 1992, el ingreso a la organización es algo muy serio: porque compromete al hombre para toda la vida. "Nunca se deja de ser mafioso", decía Falcone.

Claro que no integra la "cosa nostra" quien quiere. Se exige, según Falcone, ser valiente, capaz de matar, aunque esta condición no es excluyente. No se admiten mujeres y no hay que tener (ni haber tenido) ningún familiar en la policía ni en la Justicia. Si el aspirante pertenece ya a un ambiente mafioso o si algún familiar es hombre de honor, se verá beneficiado para ingresar.

Fidanzi fue iniciado poco antes de 1970. Junto con otros aspirantes fue conducido a un lugar retirado de Sicilia, una estancia. Allí estaba el representante o jefe de la familia mafiosa de la zona, en su caso la familia del "capo" Michele Greco.

El ritual siguió el mecanismo habitual. Según contaba el juez Falcone, los candidatos son encerrados en una sala durante horas. De a uno los hacen pasar a

otra habitación donde el jefe de la familia le dice que aquello que todo el mundo llama mafia es, en realidad "cosa nostra" (cosa nuestra, asuntos nuestros). Le advierte que aún está a tiempo de renunciar y si el aspirante acepta continuar, le recuerda las obligaciones de la organización: no robar, no matar a otro hombre de honor, no tener relación alguna con la policía, guardar silencio respecto a la "cosa nostra", comportarse seria y correctamente, entre otras.

Si el candidato acepta las obligaciones, se le pregunta con qué mano dispara. Enseguida se le pincha el dedo índice de esa mano con una espina de naranjo amargo o un simple alfiler. Mientras se le hace jurar que nunca cometerá traición porque "se incorpora a la cosa nostra por la sangre y sólo podrá salir por la sangre".

Después se mancha con la sangre una imagen sagrada, por lo común la de Nuestra Señora de la Anunciación y la estampa es quemada. El iniciado debe tomar la imagen y, mientras arde, pasarla de una mano a otra a la vez que vuelve a jurar que no traicionará jamás las normas de la Cosa Nostra bajo pena de arder. Él también, como esa imagen.

Desde entonces, ya es un hombre de honor.

ENTRADO

CRUZADO

a-a

9500413

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Ordenes de captura contra mafiosos en ITALIA y EEUU*

PROCEDENCIA *150015*

FECHA DE P.º DE EDEN *16/9/94*

VINCULACIONES *11846*

*507609*

*65890*

## Ordenes de captura contra mafiosos en Italia y EEUU

### *Traficaban 50 kilos por mes de cocaína*

*La Justicia de Italia y de Estados Unidos emitieron órdenes de captura en Nueva York e Italia contra 107 mafiosos y narcotraficantes considerada una de las operaciones más importantes contra la Cosa Nostra norteamericana y las grandes organizaciones mafiosas italianas.*

Redacción, ANSA y EFE (ROMA)

Así anunciaron ayer, en forma simultánea, el FBI y la Policía italiana, que precisaron que la "Operación Onig" permitió desarticular un tráfico de 50 kilos mensuales de cocaína que la Cosa Nostra exportaba a Italia en combinación con la Mafia

siciliana, la Camorra napolitana y la N'drangheta calabresa.

La organización era dirigida desde Nueva York por una parte de las "familias" de Cosa Nostra, y la cocaína la suministraba el colombiano Cartel de Cali.

Las autoridades policiales italianas, acompañadas por funcionarios del FBI nortea-

mericano, informaron hoy que medio centenar de personas fueron arrestadas en Italia y 30 en Estados Unidos. "La operación está en curso", dijeron.

Entre los capos mafiosos prófugos figuran el "padrino" Calógero Salemi, su conviviente colombiana y otros tres ciudadanos colombianos.

Las investigaciones comenzaron hace dos años, pero se cree que la organización criminal había comenzado a actuar desde comienzos de la década de los años 80, cuando las mafias italianas comenzaron a enviar heroína a Nueva York y Florida.

La familia mafiosa de los Cuntreña, cuyo jefe es Germano Caruana, y el clan Macrì de la N'drangheta calabresa, son los dos principales grupos que operaban con Cosa Nostra de Nueva York.

Los investigadores consideran que es muy probable que en Italia continúen activas las refinectorías de heroína y que "con las nuevas tecnologías es posible trabajar en pequeños espacios y transportarlas de un lugar a otro con facilidad".

El dirigente de la Policía, Alessandro Pansa, dijo que durante la Operación Onig fueron secuestrados 200 kilos de cocaína.

Por primera vez el territorio norteamericano fue utilizado no sólo como mercado de consumo sino como punto de apoyo para la exportación en gran escala de cocaína a Italia a través de distintos correos y sistemas para esconder la "mercadería".

La cocaína era suministrada por el Cartel colombiano de Cali, informaron los investigadores.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500414



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN

VINCULACIONES

605 Italianos de número que mafia prepara ofensiva terrorista  
150004  
20/9/94  
11846  
504604

SE INICIO EN SIGILIA EL PROCESO POR EL ASESINATO DEL JUEZ FALCONE

# El gobierno italiano denunció que la mafia prepara una ofensiva terrorista

*Las actividades de la mafia regresaron con intensidad al centro de la escena italiana en coincidencia con el comienzo del proceso, hoy, en Sicilia, a cosa nostra por el asesinato del juez Giovanni Falcone, uno de los mayores enemigos que enfrentó la organización ilegal. El ministro del Interior, Roberto Maroni, dijo que existen claras señales sobre la preparación de una ofensiva terrorista mientras se multiplican las amenazas de muerte. El titular de la cartera de Justicia, Alfredo Biondi, es uno de los blancos de un posible ataque, según reveló el propio funcionario, cuya seguridad debió ser reforzada.*

ROMA, 19 (Especial para Clarín). El ministro del Interior italiano, Roberto Maroni, denunció hoy en el Parlamento que hay "señales inquietantes" de que la mafia prepara una nueva ofensiva terrorista en coincidencia con la celebración de los procesos contra cosa nostra por varias masacres.

A esta dramática advertencia se agregó hoy el ministro de Justicia, Alfredo Biondi, quien a su vez denunció haber recibido "concretas y creíbles" amenazas de muerte.

La mafia volvió así al centro del escenario de una Italia ya agitada por cerrados conflictos políticos, lo que aumenta la perspectiva de acciones estratégicas de los capos de cosa nostra para desestabilizar la situación en beneficio propio.

El ministro del Interior, Roberto Maroni, habló ante la comisión antimafia del nuevo Parlamento, elegido el 27 de marzo. La comisión inició hoy su cometido, mientras que en Caltanissetta, Sicilia, se iniciaba el proceso a cosa nostra por el asesinato de su enemigo número uno, el juez Giovanni Falcone, el 23 de mayo de 1992.

Maroni dijo que el temor de que la mafia lance una "ofensiva de otoño" (el miércoles termina el verano boreal) se basa no tanto en hipótesis sino en señales concretas. Trascendió que las interceptaciones de algunas conversaciones telefónicas entre "padrinos" de cosa nostra han revelado que al menos un gran atentado está en preparación.

La mafia hizo estallar varios coches-bomba en Roma, Florencia y Milán entre mayo y julio de 1993, en un desafío sin precedentes a las instituciones italianas y a la Iglesia católica, después de que el Papa Juan Pablo II, en un viaje a Sicilia, se convirtió en el primer pontífice de la historia que condenó explícitamente a la mafia.

Los atentados, que causaron una decena de muertos y un centenar de heridos, además de graves daños al patrimonio artístico (una bomba estalló incluso frente a la basílica de San Juan de Letrán, sede del Papa como obispo de Roma), fueron una respuesta de cosa nostra a los durísimos golpes que había recibido en los meses anteriores, que llevaron al arresto de algunos de sus principales "padrinos".

Salvatore "Totó" Riina fue capturado en enero de 1993, y junto con otros capos de cosa nostra está sometido al durísimo régimen carcelario impuesto con el artículo 41 bis de una ley especial para los mafiosos.

Cancelar ese artículo se ha convertido en una desesperada estrategia de la mafia, pues lleva a los capos y grandes asesinos a cumplir sus condenas lejos de Sicilia y les impide comunicarse con sus clanes.

"Hemos conseguido el objetivo de aislar a los jefes de la mafia en la cárcel, mortificando su función carismática que garantizaba la compacta unidad de la organización", dijo el ministro del Interior.

El ministro de Justicia, Alfredo Biondi, que reveló imprevisiblemente a los periodistas y a los miembros de la comisión antimafia que los servicios secretos creen por concretos los peligros de un atentado contra su vida -Biondi es cuidado desde hace dos semanas con una escolta reforzada-, dijo que también estaba a favor de renovar la vigencia de la legislación especial de cárcel dura para los jefes mafiosos.

Este debate representa una cuestión muy concreta para cosa nostra, que desde hace muchos años no estaba tan amenazada en su organización como desde que el Estado italiano reaccionó con notable eficacia, después de las dos masacres que ultimaron a los jueces Giovanni Falcone y Paolo Borsellino, a la mujer de Falcone (también magistrada) y a ocho policías que lo escoltaban.

Hoy, en Caltanissetta, comenzó en el aula-bunker del Palacio de Justicia el proceso contra los 37 mafiosos acusados de haber ordenado y consumado la masacre contra Falcone.

Las confesiones de varios "hombres de honor" que colaboran con la Justicia y que revelaron que habían participado del atentado, han permitido esclarecer totalmente el crimen de Falcone.

Ahora se sabe que "Totó" Riina -que hoy no se presentó en el aula, prefiriendo quedarse en su celda de máxima seguridad en la cárcel romana de Rebibbia-, y los otros capos que dirigen la cúpula de cosa nostra, ordenaron la masacre. Una docena de mafiosos se encargaron de ejecutarla.

Julio A. Aranas

ENTRADO

CRUZADO

9500415

01-01

Nº. Documento

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Asesor a ex-Ministro del Int. x logos con la mo-  
fue  
150024  
21/9/94  
11846  
507604

ANTONIO GAVA, EX "VIRREY" DEMOCRISTIANO DE NAPOLES, IMPLICADO CON LA CAMORRA

# Arrestan en Italia a un ex ministro del Interior por lazos con la mafia napolitana

Comenzó ayer en Catania, Italia, el juicio a la familia mafiosa Pulvirenti, cuyos integrantes están acusados de decenas de crímenes. La cosa nostra teme que el jefe del clan, Giuseppe, se convierta en un "arrepentido" que delate otros delitos de la organización. Fue detenido ayer el ex líder democristiano y ex ministro del Interior, Antonio Gava, acusado de complicidad con la camorra (la mafia napolitana). La Justicia italiana emitió 98 órdenes de captura.

ROMA, 20 (Especial para Clarín). - Acusado de complicidad con la camorra (la mafia napolitana) fue arrestado hoy Antonio Gava, ex virrey democristiano de Nápoles y dos veces ministro del Interior, y fue recluido en una prisión militar de esta capital.

Gava es el principal personaje de una gran operación de la Justicia, que emitió 98 órdenes de captura y ordenó el secuestro de bienes por 650 millones de dólares.

Antonio Gava, de 64 años, era una de las figuras consustanciales de la Democracia Cristiana, que dominó los gobiernos de la Primera República entre 1945 y comienzos de este año. Hijo de Silvio, un notable caudillo de la DC de posguerra, don Antonio, como todos le llamaban, "hacía el bien y el mal tiempo en el golfo". Era un hombre casi tan todopoderoso como Giulio Andreotti, el siete veces ex primer ministro democristiano, actualmente senador vitalicio, que está acusado de complicidad con la mafia siciliana.

Los democristianos gobernaron con gran olfato durante casi medio siglo y ne-

gociaron casi todo. Pero nunca aflojaron el control del estratégico Ministerio del Interior, que controla a los prefectos (delegados del poder central en las 92 provincias italianas), a la policía y al servicio secreto civil.

El actual ministro del Interior, Roberto Maroni, de la Liga Norte y primer político no DC a cargo de la cartera, comentó hoy: "El arresto de Gava demuestra que ya no hay ningún totem que los magistrados no estén en condición de abatir".

El fiscal jefe de Nápoles, Agostino Córdova, dijo en una conferencia de prensa que la "Operación Maglio" es "un capítulo fundamental de la lucha contra la criminalidad organizada".

El edificio de las acusaciones judiciales está contenido en las 1.400 páginas del pedido de arrestos por parte de los fiscales y los 900 folios que sustentan los 98 pedidos de captura por parte del juez Antonio Sensale.

De la caja de Pandora saltan más de medio centenar de homicidios y una vasta y profunda alianza entre políticos, empresarios, camorristas y otros personajes. Los



El ex primer ministro Giulio Andreotti (izquierda), y Antonio Gava, durante un encuentro de la Democracia Cristiana en Roma, en 1993. Andreotti fue también acusado en su momento de mantener vínculos con la mafia.

políticos querían dinero, pero sobre todo pedían votos que los mafiosos les conseguían gracias al control que ejercían sobre Nápoles y su territorio circundante.

Los problemas serios para Gava comenzaron a fines de 1992, cuando Pasquale Galasso, un poderoso "padrino" de la camorra fue capturado y se "arrepintió" de inmediato. Sus confesiones dejaron

estupefactos a los magistrados, pues dibujaron un mapa preciso de la colaboración del mundo político democristiano, socialista y liberal empapado de complicidad con la criminalidad organizada.

Galasso era uno de los aliados del gran capo de la camorra, Carmine Alfieri, que fue capturado en 1993. Alfieri también decidió colaborar con la Justicia.

Los testimonios de Galasso y Alfieri crucificaron a Gava, pero la pérdida de poder por parte de los democristianos agregaron otras veinte confesiones. En el centro de las investigaciones, un oscuro episodio que

durante años envenenó la vida política italiana: el secuestro del asesor (una especie de ministro regional) Ciriaco De Mita.

En Nápoles se produjeron dos hechos graves a comienzos de los años 80: los coletazos del terremoto en la vecina región de Irpinia, que causó muchos daños en la ciudad, y el secuestro de Cirillo por parte de las Brigadas Rojas, una banda terrorista de extrema izquierda.

Gava movilizó cielo y tierra para salvar a Cirillo. Acudió a un grupo de empresarios, que hicieron una colecta para juntar un millón doscientos mil dólares y

a la camorra, que hizo en las cárceles contactos con los brigadistas presos para negociar el pago del rescate.

Ciriaco De Mita fue liberado y Gava compensó a quienes lo habían ayudado distribuyendo generosamente contratos públicos multimillonarios (en cientos de millones de dólares) para la reconstrucción de la ciudad. Constructores, políticos y camorristas formaron una santa alianza de pura ilegalidad criminal. Los magistrados sospechan que la protección de Gava a los camorristas continuó cuando era ministro del Interior.

Julio A. Arana

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500416

## "Capo" arrepentido

ROMA, 20 (Especial para Clarín). - Si la noticia, conocida hoy, recibe una confirmación oficial, para la cosa nostra se trata de un desastre: Giuseppe Pulvirenti, "U Mappassotu", uno de los más peligrosos e importantes capos de la mafia siciliana, arrestado el año pasado, habría decidido "arrepentirse" y estaría contándoles a los magistrados mil y un secretos de la "Ono-  
rata Società".

Hoy comenzó en Catania el proceso contra el clan de Pulvirenti: 90 integrantes de la "familia", con "U Mappassotu" a la cabeza, son juzgados por una interminable cadena de crímenes. Pulvirenti, de 64 años, no apareció en el recinto y en cambio notificó que revocaba el mandato a su defensor, nombrando en cambio a Enzo Guarrera, un diputado regional del partido izquierdista La Red que se dedica a defender a los mafiosos "arrepentidos" y que la cosa nostra quiere matar a toda costa, lo que obliga a custodiarlo con medidas extraordinarias de seguridad.

La notificación causó estupor y fue seguida por trascendidos que informaban que el capo mafioso había comenzado hace un mes a contar lo que sabe a los magistrados. "U Mappassotu" era el segundo "padrino" en Catania, después de Nitto Santapaola, el "boss" más importante, también arrestado el año pasado.

Ambos eran aliados de Salvatore "Totò" Riina, el capo de los capos de la cosa nostra, encarcelado a comienzos de 1993. Los tres integraban la cúpula regional de la organización criminal, llamada "la Interprovincial" por los mafiosos y que es el principal organismo directivo de la mafia siciliana.

Pulvirenti, por lo tanto, conoce muchos de los secretos más importantes de cosa nostra. El 25 de marzo fue arrestado en una casa de campaña cerca de Catania, la segunda ciudad de Sicilia, junto con Giuseppe Malvagna. Ayer se supo que "Alfa", un mafioso arrepentido cuyas confesiones permitieron hace un mes agregar cuatro "padrinos" (entre ellos Santapaola) a la conspiración para asesinar al juez Giovanni Falcone, en mayo de 1992, era Malvagna.

Este es otro dato que permite suponer cierta la versión del "arrepentimiento" de Pulvirenti.

"U Mappassotu" era capo de un clan muy bien organizado. Un ejército mafioso formado por centenares de "soldados" (picciotti) y "flanqueadores", casi todos parientes de Pulvirenti y de sus principales lugartenientes. El "padrino" mantenía relaciones estrechas con políticos que ahora deben estar temblando por sus revelaciones.

02-02

9500416

Nº. DOCUMENTO

TITULO

*Amnesty Int. denuncia torturas en BRASIL*

PROCEDENCIA

*50024*

FECHA DE PROCEDEN

*16/9/94*

VINCULACIONES

*50036*

*507482*

*30044*

EXHORTA A LOS CANDIDATOS A COMBATIR TODO ABUSO

## Amnesty denuncia torturas

BRASILIA, 15 (AFP y Reuters). - La organización Amnesty International envió a los dos principales candidatos presidenciales del Brasil un informe en el que se acusa al país de violar los derechos humanos y les pidió que se comprometían a remediar la situación si salen electos.

El documento, remitido en Brasilia a Fernando Henrique Cardoso y a Luis Inacio Lula da Silva, afirma que entre 1988 y 1991 se registraron en el Brasil 5.644 casos de muertes violentas de niños.

La organización de derechos humanos, con sede en Londres, señaló que abusos como la tortura, las desapariciones y las matanzas ejecutadas por la policía y los escuadrones de la muerte no están siendo controladas, pese a que las autoridades se comprometieron a detenerlas.

El informe de Amnesty afirma igualmente que

1.200 personas fueron asesinadas por "escuadrones de la muerte" en el estado de Río de Janeiro durante los diez meses posteriores al asesinato de 21 personas en la favela de Vigário Geral, llevada a cabo por policías en agosto de 1993.

La organización internacional destacó el aumento de los esfuerzos federales y estatales para reprimir a la policía y a los pistoleros a sueldo. Las medidas incluyen un programa contra la violencia que fue envia-

da al Congreso por el presidente Itamar Franco.

Sin embargo, añadió que las propuestas no incluyen poner a los oficiales que vigilan las calles bajo jurisdicción civil, en lugar de tribunales militares y definir la tortura como un crimen.

Amnesty denuncia innumerables casos de presuntas ejecuciones de

adultos por las policías de Río de Janeiro y San Pablo, así como casos de linchamiento en Salvador y Recife.

Según Amnesty, de 159 personas detenidas entre abril de 1991 y junio de 1993 en relación con crímenes perpetrados por "escuadrones de la muerte", 53 eran miembros de la policía.

ENTRADA  
CRUZ

01-01

9500417

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Secretaría de Asuntos Int. de observaciones en MADRID

150518

25/9/94

500516

507513

# AMNESTY QUERE UN GRUPO DE OBSERVACION

P.12  
95/9

(Por Georgina Higuera, de Madrid/El País) El secretario general de Amnistía Internacional (AI), el senegalés Pierre Sané, se encuentra en Madrid para asistir a la reunión del Comité Ejecutivo Internacional del organismo, que este año se celebra en la capital española. Sané, de 46 años, asegura que Haití es la mayor preocupación que en este momento tiene su organización y considera "inaceptables" los términos del acuerdo que ha dado paso a la invasión norteamericana.

¿Qué opina su organismo de la intervención de EE.UU. en Haití?

Los efectos de la invasión nos preocupan enormemente, pero nosotros no estamos ni en contra ni a favor de la invasión. Sólo estamos interesados en saber si ésta llevará a un mayor baño de sangre o dará paso a un clima que permita una mejor protección de los derechos humanos.

¿Y cree que los derechos humanos de los haitianos estarán ahora más protegidos?

El presidente Clinton ha justificado la invasión en la restauración de la democracia y en asegurar el respeto de los derechos humanos, pero el acuerdo transgrede este aspecto. Y lo transgrede porque garantiza la impunidad a la Junta Militar y a unas fuerzas culpables de asesinatos, violaciones y torturas. Esto no pondrá fin al ciclo de violencia. Creemos que la operación debería de llevarse a cabo de forma imparcial, pero los soldados norteamericanos mataron a inocentes somalíes y no tenemos conocimiento de que ninguno de ellos haya sido juzgado ni que haya habido la menor investigación.

¿Cuál es su propuesta?

Queremos que vuelva a Haití el grupo independiente internacional que investigaba la situación de los derechos humanos en el país y que fue expulsado en julio pasado. Ellos pueden seguir la actuación de los soldados norteamericanos y de las tropas y policía haitianas. Si, como hasta ahora, los soldados estadounidenses observan impasibles cómo la policía haitiana golpea incluso hasta la muerte a los manifestantes es que Washington permite estas acciones.

¿Vistas las intervenciones de EE.UU. en Kuwait y Somalia, ésta

parece una más.

Por eso dudamos de la validez de la justificación. El respeto a los derechos humanos es utilizado de forma selectiva e hipócrita por muchos gobiernos. De ahí, nuestra insistencia en que la ONU no puede abdicar de su responsabilidad de protección universal de los derechos humanos cuando una nación toma el liderazgo para aplicar las resoluciones de Naciones Unidas.

¿El hecho de que AI utilice los mismos parámetros para todo el mundo, sin tener en cuenta la riqueza o la cultura del país, no facilita ese uso hipócrita de sus informes?

No somos responsables de cómo los utilicen. También publicamos informes de violaciones de derechos humanos en EE.UU., España y otros países occidentales.

¿Quiénes y cómo presionan a AI?

Ningún gobierno ni compañía ha logrado impedirnos publicar una información, pero, por supuesto, la presión existe. Muchos gobiernos dicen estar comprometidos con el respeto a los derechos humanos, pero continúan torturando y asesinando a sus ciudadanos. Quieren apa-

recer como gobiernos responsables y serios, pero en muchos casos es pura hipocresía.

Además de Haití, ¿qué otro país preocupa especialmente a AI?

Por primera vez, la ONU ha definido los asesinatos ocurridos en Ruanda (más de medio millón de personas) como un genocidio. Esto podía haberse evitado si Occidente hubiera puesto medios, porque ya había sido advertido. Las matanzas estaban planeadas; se importaron armas y la milicia fue entrenada. Ahora tenemos que estar seguros de que los responsables serán juzgados y existe el riesgo que consideraciones políticas y de reconciliación nacional impidan la investigación. Pero si la comunidad internacional no fuerza su juicio, mañana cualquier otro gobierno africano se sentirá libre de hacer lo mismo.

ENTRADO

CAUZ 00

9500418

01-01

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Según SERS N. 67 y el Caribe. Otros ingresos sup. a

PROCEDENCIA

150007

FECHA DE PROCEDENCIA

5/9/94

VINCULACIONES

126391

11677

30044

U\$S 100.000:

## Latinoamérica obtuvo ingresos superiores a U\$S 100.000:

Caracas, 1 set. - América Latina y el Caribe registró ingresos netos de recursos exteriores acumulados por 115.400 millones de dólares en 1992 y 1993, según un informe del Sistema Económico Latinoamericano (SELA) difundido hoy jueves en Caracas.

Esos ingresos, según el SELA, equivalen al 4,7 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB) y son similares a los registrados en los años anteriores a la crisis de la deuda exterior de la década de los años 80.

El organismo regional, cuya secretaría permanente está en Caracas, señala que los elevados flujos de capitales exteriores recibidos por América Latina y el Caribe constituyen "una recompensa por los esfuerzos de estabilización macroeconómica, pero plantean dificultades por el riesgo de su volatilidad". Advierte que esos elevados flujos de capital

pueden producir "shocks financieros" más graves que las fluctuaciones de los precios internacionales de los productos básicos.

Los mayores flujos recibidos procedieron de la inversión extranjera en cartera, cuyo promedio anual se triplicó en dos años al pasar de 22.000 millones de dólares en 1991 a 68.000 millones en 1993, convirtiéndose a Latinoamérica y el Caribe en la principal receptora de las regiones en desarrollo y la que ofreció mayor rendimiento.

Según el documento, el auge de estos instrumentos financieros, "básicamente especulativos", impulsó los mercados de valores y representó las 3/4 partes del capital procedente del exterior.

La inversión extranjera directa (IED) aumentó de 13.800 millones de dólares en 1992 a 17.500 millones en 1993. Argentina, Brasil, Colombia,

Chile y México concentraron el 65,4 por ciento de la IED recibida por la región en los últimos 20 años.

El informe añade que los préstamos de la banca comercial a la región aumentaron en 1993 a 1.900 millones de dólares, de los cuales el 40 por ciento fue otorgado por la banca europea y el 32 por ciento por la estadounidense.

En cuanto a los créditos de los organismos financieros multilaterales, América Latina y el Caribe fue la segunda región prestataria del Banco Mundial y el primero del Fondo Monetario Internacional entre 1988 y 1992.

Las operaciones por privatización descendieron de 17.900 millones de dólares en 1991 a 14.600 millones en 1992, a pesar de lo cual América Latina y el Caribe se mantiene como la región de mayor éxito en términos de ingresos generados por una 300 priva-

tizaciones efectuadas entre 1988 y 1992.

El SELA agrega que a diferencia de la década del 80, los flujos recientes de capital se caracterizan porque se insertan en un "contexto macroeconómico más favorable" y presentan una gama más amplia de instrumentos financieros.

El mayor reto que afronta la región es el de diseñar políticas adecuadas que "maximicen los beneficios de los nuevos capitales y reduzcan el riesgo de su volatilidad".

Según el organismo regional, la "fórmula ideal" podría sintetizarse en la estabilidad macroeconómica y bajo riesgo-país, más inversión extranjera directa en proporción importante y de largo plazo, más acceso a los préstamos multilaterales y de la banca, igual a menor volatilidad de la financiación exterior. (EFE)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500419



Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Conf. Portuaria Interamericana de OEA propuso definir política de competencia

150004  
24/2/74  
500889  
11046

## Conferencia Portuaria Interamericana de OEA propuso definir una política de competencia para los puertos del continente

La Conferencia Portuaria Interamericana dependiente de la Organización de Estados Americanos (OEA) propuso a los países miembros elaborar políticas de competencia para los puertos del continente.

La decisión fue adoptada por la XVI Reunión del Comité Técnico Permanente de Puertos, efectuada en Santiago de Chile en enero, con la finalidad de asegurar la igualdad de condiciones para la competencia entre las terminales involucradas. La iniciativa fue presentada por la delegación uruguaya, integrada por Eduardo Alvarez Mazza y Myra Tebot, presidente y directora respectivamente de la Administración Nacional de Puertos (ANP).

La resolución número 17 indica en sus considerandos que "los cambios estructurales operados en el sistema portuario interamericano su-

ponen la competencia entre puertos de distintos Estados miembros, por lo que se hace necesario el establecimiento de políticas portuarias que garanticen una sana competencia para asegurar el desarrollo integral de los países".

Por otra parte se hace referencia a la carta de la OEA que en su artículo 29 indica que "los Estados Miembro, inspirados en los principios de solidaridad y cooperación interamericanas, se comprometen a aunar esfuerzos para lograr que impere la justicia social internacional en sus relaciones y para que sus pueblos alcancen un desarrollo integral, condiciones indispensables para la paz y la seguridad. El desarrollo integral abarca los campos económico, social, educacional, cultural, científico y tecnológico, en los cuales deben obtenerse las

metas que cada país defina para lograrlo".

En este marco es que se decidió crear la Comisión



Myra Tebot

Técnica Permanente IV de Política Portuaria Interamericana integrada por Brasil, Chile, Estados Unidos, México, Venezuela y Uru-

guay —en calidad de presidente— que trabajará hasta la celebración de la IX Conferencia Portuaria Interamericana.

La decisión agrega la instrucción a dicha Comisión, para elaborar un proyecto de propuesta de política portuaria interamericana, que será sometida a consideración en la XVII Reunión del Comité Técnico Permanente de Puertos.

### ■ La propuesta uruguaya

Consultada por Búsqueda sobre la conferencia de Santiago, Tebot destacó la importancia del restablecimiento de las conversaciones del Comité Técnico Permanente de Puertos de la OEA, ya que el último encuentro fue realizado hace más de una década.

Explicó que los temas portuarios "habían quedado

dormidos en el ámbito de la OEA" por cuanto la Conferencia había más de ocho años que no se reunía y el Comité Técnico más de diez.

Tebot añadió que el objetivo consiste en la elaboración de un marco para regir la actuación de las terminales de los estados miembro.

Puntualizó que algo similar sucedió en el marco de la Comunidad Económica Europea, "que tras ocho años de negociaciones, logró coordinar una política comunitaria para el establecimiento de una estrategia portuaria".

"Ese es un camino que debe recorrer América Latina —resaltó la jerarca— sobre todo si pensamos que prácticamente todos los puertos de los países miembros de la OEA atraviesan por procesos similares de transformación, dando mayor participación al sector privado, y au-

mentando la competencia entre las terminales".

### ■ Contabilidad y competencia

Dentro de las políticas a coordinar Tebot señaló que se introducirán sistemas de contabilidad comunes a las distintas administraciones portuarias.

Entendió que hay otros temas importantes como las tarifas y la determinación de segmentos que integran los costos, con la finalidad de que los países más poderosos no tengan la posibilidad de subvencionar su tarifario en detrimento de aquellos que no lo pueden hacer.

También se maneja la posibilidad de normalizar la documentación de los diferentes modos de transporte que circulan en las terminales de los Estados que conforman la Conferencia Portuaria Interamericana.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

95004 20



Cesar Gaviria asumió el cargo de Sec. Genl de la OEA  
150090  
16/9/94  
500889  
OEA  
el 15/9/94

# Cesar Gaviria asumió el cargo de Secretario General de la OEA

## ● "Responsabilidad en una acción política en favor de la defensa"

El ex Presidente de Colombia César Gaviria Trujillo inició ayer su mandato de cinco años al frente de la Organización de los Estados Americanos (OEA) con un llamado a intensificar la acción del organismo regional en favor de la consolidación democrática del continente.

WASHINGTON/ANSA "La responsabilidad primordial de la OEA es sin duda su acción política en favor de la defensa, la promoción y el desarrollo de la democracia", declaró Gaviria en su discurso inaugural en el Salón de las Américas, colmado de diplomáticos, políticos y personalidades de todo el hemisferio.

Paradójico que a veces el celo excesivo por garantizar el principio de la no intervención agote la agilidad y la firmeza que requieren las acciones políticas y diplomáticas para ser efectivas", agregó.

"El Presidente (Jean-Bertrand) Aristide volverá a Haití", declaró Gaviria al referirse a la crisis haitiana y su inminente resolución.

El nuevo secretario no se expresó sobre la posible invasión norteamericana pero observó que el retorno de Aristide "es el deseo del pueblo que lo eligió" es la voluntad inequívoca de la comunidad internacional".

"Tenemos la esperanza que quienes hoy se rasgan las vestiduras por la restauración de la democracia haitiana no le den la espalda al pueblo más pobre de América cuando su tragedia desaparezca de las pantallas de la televisión y de los titulares de primera página", insistió.

Gaviria abogó también por un esfuerzo enfocado a lograr la reinsertión de Cuba en la comunidad americana pero sostuvo que La Habana debe introducir reformas profundas en lo económico y en lo político conducentes a un régimen pluralista.

Precisamente, fue la postura política de Gaviria y el interés de varios países de dar un más alto perfil al organismo que llevó a una intensa y acelerada campaña que culminó con su elección, frustrando lo que se creía iba a ser una segura consagración del entonces Canciller de Costa Rica, Bernd Niehaus, en reemplazo del

brasileño Joao Baena Soares. El Presidente de Colombia, Ernesto Samper, encabezó la delegación de su país a la inauguración a la que asistieron varios cancilleres, incluyendo el Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher.

Sucede en el cargo al diplomático brasileño Joao Clemente Baena Soares, quien fue originalmente elegido en 1984 y reeligido en 1989. El Secretario General Adjunto es el Embajador Christopher R. Thomas, de Trinidad y Tobago, quien inició en 1990 su mandato de cinco años. El primer Secretario General de la OEA fue Alberto Llerasa Camargo, de Colombia, entre 1948 y 1954. Le siguió en el cargo Carlos Dávila, de Chile entre 1954 y 1955. El tercer Secretario fue José Antonio Mora, del Uruguay entre 1956 y 1968, el cuarto Galo Plaza del Ecuador, entre 1968 y 1975, el quinto Alejandro Orfila, de la Argentina, entre 1975 y 1984, el sexto Joao Clemente Baena Soares y el 27 de marzo, el Presidente Gaviria fue elegido para el más alto cargo en la Organización hemisférica.

Las conferencias especializadas se abocan al estudio de aspectos técnicos especiales de la cooperación interamericana. Abarcan una amplia gama de asuntos como agricultura, trabajo, derecho internacional privado, comunicaciones, bienestar de la niñez, asuntos indígenas, entre otros.

La OEA tiene organismos especializados, que son el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), con sede en San José, Costa Rica, la Organización Panamericana Montevideo, La Comisión Interamericana de Mujeres (CIM), con sede en Washington, el Instituto Indigenista Interamericano, con sede en México, y el Instituto Panamericano de Geografía e Historia, también con sede en México.

Entre otras entidades de la OEA destaca la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CI-CAD), creada en 1986 y con sede en Washington. La Comisión realiza un amplio programa de prevención del abuso de drogas y de lucha contra el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psico-trópicas en el continente americano.

### Actividades de la OEA:

Mediante los diversos

componentes de su estructura, la OEA realiza una gran variedad de actividades. Al nivel político sirve de foro para el diálogo interamericano y efectúa una labor de decidido apoyo a la preservación y defensa de la democracia, de

promoción de la paz, de protección de los derechos humanos y de estímulo al desarrollo económico, social científico, educativo y cultural.

Al nivel operacional, la OEA brinda cooperación técnica que se concentra en aten-

der las prioridades regionales y nacionales decididas por sus Estados miembros. Son decenas de miles los jóvenes profesionales del continente que han recibido adiestramiento especializado a través de los programas de la OEA.

ENTRADA	7
CRUZADO	

9500421

01-02

El ex presidente colombiano abogó por un proceso de reconciliación en el continente

# ASUMIO GAVIRIA COMO SECRETARIO GENERAL DE LA OEA

Jue 16/8

*El fortalecimiento de la democracia y del Estado en las naciones del sistema interamericano aparecen como asuntos prioritarios de el programa anunciado ayer jueves por el nuevo secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), el colombiano César Gaviria.*

**E**n su discurso de toma de posesión, ante medio millar de invitados que colmaron en Washington el Salón de las Américas, Gaviria, como flamante secretario general, delineó su decálogo de objetivos fundamentales.

El séptimo secretario general de la OEA no olvidó ayer en su discurso los problemas de Cuba y Haití, mencionó la importancia de la próxima Cumbre de las Américas y delineó los objetivos de la renovación interna de la organización.

Aseguró que «existe un consenso bastante generalizado de hacia dónde es posible marchar para garantizar la plena reincorporación de Cuba a la comunidad interamericana de naciones», una vez que se lleven a cabo las reformas políticas y económicas internas que se esperan de ese país.

En cuanto a Haití, Gaviria señaló: «debemos promover un proceso de plena reconciliación», con el compromiso de la OEA de «proponerse hacer justicia, esta vez sí, para con quienes la historia ha castigado con tan innecesaria indiferencia».

Gaviria resumió así el decálogo de objetivos para su mandato de cinco años, que se inició ayer en Washington:

- Compromiso de la Secretaría General con las aspiraciones colectivas por la libertad, democracia, paz, prosperidad, integración y el bienestar de todos los latinoamericanos.

- Estudio de una renovada arquitectura interamericana a través de la consolidación de la democracia, las libertades individuales y colectivas, defensa y promoción de los derechos humanos, cooperación solidaria, igualitarismo y libre comercio.

- Como tercera meta mencionó la promoción de la unidad dentro de la diversidad interamericana en lo social y cultural.

- En lo que respecta a las metas específicas de la OEA, Gaviria señaló los siguientes objetivos:

- a).- Defensa, promoción y desarrollo de la democracia, dejando atrás la vieja concepción sobre seguridad en el continente americano, una vez finalizada la Guerra Fría. b).- Actuar colectivamente en defensa de las libertades fundamentales y en la resolución de aquellos conflictos que amenazan la prevalencia de la voluntad popular. c).- El gran objetivo de la OEA para el fin de siglo ha de ser el fortalecimiento del Estado democrático en el continente,

en el que el organismo ha de tener una función de primer orden a través de su intervención directa en los conflictos que atentan contra la democracia, y el establecimiento de un equilibrio apropiado entre el principio de no intervención y la obligación moral de defensa de la democracia. d).- La OEA espera disponer de los mecanismos para anticipar y dismantelar las tensiones que puedan desencadenar procesos que culminen en la ruptura democrática, mediante la asesoría, mediación y conciliación o los buenos oficios.

- e).- Cumplimiento de la misión encomendada a la OEA de fortalecer

la democracia mediante el apoyo al desarrollo institucional y el buen gobierno, a la transparencia electoral y el afianzamiento de la cultura democrática.

Como quinto objetivo se fijó que la OEA y el Banco Interamericano de Desarrollo deben combinar su experiencia y ofrecer a los países los conocimientos técnicos y recursos económicos en apoyo de los procesos de transformación, modernización y reforma del Estado.



César Gaviria

02-02

9500421

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Conflicto en Haití llevó a GAVIRIA a intensificar contactos en*

PROCEDENCIA

*150014*

FECHA DE RECEPCIÓN

*22/9/94*

VINCULACIONES

*500888 - 66123*

*65890*

ENTRADO

CRUZADO

Estados Unidos estudia como intervenir en los incidentes que se desarrollan en Haití

*Jus 22/9*

## CESAR GAVIRIA INTENSIFICA CONTACTOS EN WASHINGTON

*El conflicto de Haití ha llevado al nuevo secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), César Gaviria, a intensificar los contactos en Washington para recuperar el protagonismo de la institución interamericana.*

**G**aviria acudió ayer a la sede del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), donde pronunció una conferencia, con lo que virtualmente terminó su rápido período de toma de contacto con los altos cargos, que el martes le llevó a la Casa Blanca para una entrevista con el presidente de EEUU, Bill Clinton.

Desde el foro del BID, menos de una semana después de haber tomado posesión, el ex presidente colombiano declaró que el problema en Latinoamérica y el Caribe «no es únicamente el económico», si en su solución no funciona la política y la democracia.

Gaviria, de 47 años, perfiló el programa de metas que se propone impulsar en los próximos cinco años desde la Secretaría General de la OEA y que pretende conjugar esos tres elementos esenciales: la economía, la política y la democracia.

En ese contexto, alabó a Clinton por convocar una cumbre de gobernantes americanos para diciembre, en la que, a juicio de Gaviria, se deben fijar los objetivos que después tengan que llevar a la práctica organismos regionales como la OEA y el BID.

Sobre la solución del problema de Cuba, el titular de la OEA se pronunció a favor de que los países del sistema interamericano aborden el asunto y estimulen, por medio del diálogo y la cooperación, las reformas que todas las naciones desean que ocurran en la isla.

En este sentido, afirmó que cada uno de ellos debe aportar algo para una aproximación gradual a Cuba.

«Todo lo demás vendrá por añadidura», apuntó Gaviria al referirse al retorno cubano a las instituciones regionales y multilaterales. Basado en su experiencia de gobernante y por considerar que Colombia sintetiza de algún modo la realidad del sistema interamericano, Gaviria se inclinó por no volcar todas las esperanzas en la economía y el libre mercado. El secretario general de la OEA expuso en el BID lo que denominó «reflexiones personales».

Entre las metas expuestas, Gaviria abogó ayer por una cooperación entre las instituciones interamericanas, como el BID, la OEA y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sin la dispersión y duplicidad de esfuerzos.

Esta cooperación, opinó, puede darse en el campo académico y la reflexión sobre los problemas y el futuro

interamericano, con apoyo a los países y sus instituciones.

Sugirió también el «enriquecimiento» del temario político con el fortalecimiento de la democracia a través del ejercicio de la justicia que contribuya a ampliar la seguridad ciudadana, la lucha contra la violencia y la vigencia de la ley, el fortalecimiento del respeto a los derechos humanos y la defensa del medio ambiente.

Gaviria insistió sobre el fortalecimiento del Estado democrático con el funcionamiento, transparente y participativo de sus instituciones, para eliminar gradualmente la marginalidad social, política y económica.

Como «un punto cardinal» en el cambio de la fisonomía de los países, mencionó la necesidad de estimular y fortalecer el ahorro interno, porque el desarrollo económico no se alcanzará sólo con los planes de ajuste, la inversión extranjera o el endeudamiento externo.

En ese sentido, dijo que las reformas estructurales por sí solas no garantizarán el desarrollo si no tienen una sólida base de ahorro interno, mejores condiciones de vida y educación para los habitantes.

Por otra parte Estados Unidos estudia cómo intervenir en los conflictos entre los policías y militares haitianos y la población civil, dijo ayer un portavoz de las tropas de intervención norteamericanas.

El coronel Barry Willey, portavoz del jefe de las operaciones militares de EEUU en Haití, Hugh Shelton, dijo que están muy preocupados por el asunto.

Shelton se reunió ayer de mañana con el general golpista Raúl Cedras, para reclamarle acción y que se eviten nuevos actos de represión contra la población civil.

La reunión se extendió entre las 10,30 y las 11,50 horas locales, sin que se hayan facilitado más detalles sobre ella.

El presidente del gobierno «de facto», Emile Jonassaint, ha prohibido las manifestaciones públicas, ante la ola de protestas de los partidarios del presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide, que a su vez son reprimidos por la Policía y que ya causó una muerte.

Los partidarios de Aristide, derrocado por Cedras y la dirección militar el 30 de septiembre de 1991, se han lanzado a las calles en los últimos dos días para reclamar su pronto regreso, tras la intervención militar de EEUU en su país, y para pedir la salida del poder de los altos mandos militares.

01-01

9500422

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P'OCEDENCIA

VINCULACIONES

Consejo de OEA expresó satisfacción x progreso hacia solución  
por fines a Haití

50023

94/9/94

50889

66123

## El Consejo de la OEA expresó satisfacción

El delegado de México señaló que su país "nunca ha aceptado que mediante la fuerza, o la amenaza del uso de la fuerza, se legitimen acciones que van contra el principio de no intervención"

Washington (AFP)

hora del jueves después de dos días de debates.

La declaración recogió la "hora de convicción" del foro político de la OEA de que se deben "continuar utilizando los mecanismos de la diplomacia, el diálogo y la negociación", pero se abstuvo de

criticar el uso de la fuerza, que fue evitado gracias al acuerdo alcanzado por el ex presidente estadounidense Jimmy Carter cuando ya estaba en marcha la invasión ordenada por el presidente Bill Clinton.

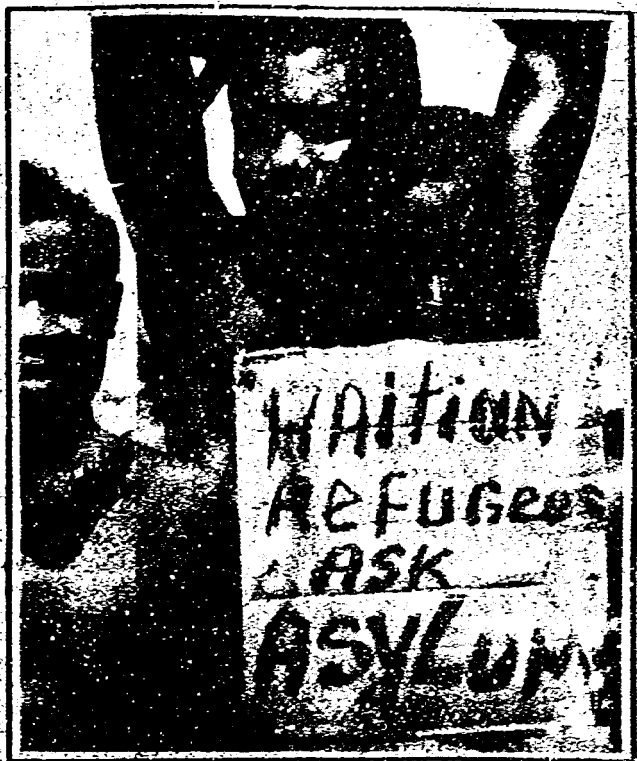
Después que fue aprobada la declaración, el embajador de México, Alejandro Carrillo, habló para dejar constancia en actas de que su país "nunca ha aceptado que mediante la fuerza, o la amenaza del uso de la fuerza, unilateral o multilateralmente, se legitimen acciones que van contra el principio de no intervención".

Once de los 34 estados miembros de la OEA, la mayoría del Caribe, apoyaron sin embargo la acción multilateral autorizada por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para desalojar del poder a los militares golpistas y restablecer al presidente Jean Bertrand Aristide.

Uno de esos países es Argentina, cuyo embajador, Hernán Patiño Meyer, apuntó que su país defiende el principio de no intervención "pero no el dogma de no intervención", y sostuvo que en el caso haitiano ese principio no fue violado porque "El Estado es una ficción jurídica que no puede estar por sobre la dignidad del hombre".

Colombia no participa en la fuerza multinacional, pero su embajador, Fabio Villegas, coincidió en que la presencia de dicha fuerza en Haití no viola el principio de no intervención, porque "obedece a un mandato del Consejo de Seguridad de la ONU, es la expresión de acuerdos o negociaciones adelantadas en forma pacífica, y es el resultado de la solicitud de un gobierno legítimamente constituido".

El secretario general de la OEA, César Gaviria, dijo durante los debates que había tomado contacto con su contraparte de la ONU, Boutros Ghali, para la coordinación



Un refugiado haitiano en la base de Guantánamo reclama asilo en EEUU y rechaza el retorno a su país mientras los militares siguen en el poder. (Fotografía de AFP)

del retorno a Haití de la Misión Civil OEA-ONU, pero todavía no se fijó una fecha definitiva.

En todo caso, señaló que sería conveniente redefinir los términos del mandato de dicha misión, para que además de vigilar el respeto por los derechos humanos pueda colaborar en forma más amplia con el gobierno, una vez que Aristide regrese a Puerto Príncipe.

El Consejo se abstuvo de actuar en lo tocante al levantamiento del embargo petrolero y comercial dictado contra los golpistas, y Gaviria sugirió que en ese tema lo mejor sería coordinar con la ONU, de acuerdo a los lineamientos fijados por la resolución 917 del Consejo de Seguridad.

Gaviria también instó a los gobiernos miembros a buscar

maneras de ayudar más a Haití, sobre todo en la etapa de consolidación después del regreso de Aristide, y sugirió concretamente la posibilidad de aumentar el número de miembros de una fuerza de policía internacional para asegurar el orden público.

En ese contexto, el Consejo Permanente expresó su "rechazo y preocupación por el uso brutal de la fuerza por parte de la policía de Haití contra la población civil", y exigió "el cese inmediato de tales acciones".

El Consejo manifestó también su satisfacción por las recientes declaraciones de Aristide en el sentido de que "la paz debe florecer en Haití", y que a su retorno ejercerá sus responsabilidades "sin violencia ni venganza, sin armas ni provocación, sin impunidad ni revanchismo".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500423

Nº. DOCUMENTO 27

TÍTULO *Consejo Permanente de OEA expresó decidido apoyo a*

PROCEDENCIA *150403*

FECHA DE PROCEDENCIA *24/9/94*

VINCULACIONES *500889*  
*66123*

*ARISTIDE*

## El Consejo Permanente de la OEA expresó su "decidido apoyo" a Aristide

WASHINGTON - EL CONSEJO Permanente de la OEA reiteró ayer su "decidido apoyo" al derrocado presidente de Haití, Jean-Bertrand Aristide, y expresó su "rechazo y preocupación por el uso brutal de la fuerza" de la Policía haitiana contra la población civil.

Exigió "el cese inmediato de tales acciones" y aseguró que permanecerá observando la evolución de la situación.

Al no nombrar el acuerdo Carter-Cedras que llevó a las tropas norteamericanas a desembarcar en Haití el lunes, la OEA tomó distancia de la iniciativa de Washington.

Al finalizar una reunión de dos días, el Consejo Permanente de la Organización de Estados Americanos emitió una declaración sobre la situación en Haití, en la que manifestó su satisfacción por los progresos que se están alcanzando en

la búsqueda de una solución pacífica a la crisis de aquel país caribeño.

Indica que esos esfuerzos deben dar lugar al restablecimiento del orden constitucional haitiano y "al pronto retorno del presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide" de conformidad con las resoluciones pertinentes de la OEA y la ONU y con el Acuerdo de la Isla del

Gobernador (Nueva York).

Además, formula un llamamiento a la comunidad internacional para que ayude a Aristide y a su gobierno.

La declaración de la organización continental destaca "con honda convicción la importancia y la necesidad de continuar utilizando los mecanismos de la diplomacia,

el diálogo y la negociación para la solución pacífica de las controversias que surjan en el hemisferio".

Asimismo, expresa su satisfacción por las declaraciones de Aristide en las que reafirma su deseo de retornar al poder, del que fue expulsado hace casi tres años, "sin violencia ni venganza, sin armas ni provocación, sin impunidad ni revanchas" y que la paz debe florecer en Haití. (De la redacción de El Observador, en base a EFE)

ENTRADO	/
CRUZADO	/

a-01

9500424



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TITULO 23ª Conferencia Regional de la FAO en San  
PROCEDENCIA 150023  
FECHA DE RECEPCIÓN 4/9/94  
VINCULACIONES 12601  
11046  
507511  
65549. C. Amico.

Salvador.

## Alarma por recursos naturales en América Latina y el Caribe

La necesidad de hacer frente con energía a la preocupante degradación de los recursos naturales en América Latina y el Caribe logró gran consenso entre las delegaciones asistentes a la 23ª Conferencia Regional de la FAO, que se está llevando a cabo en la ciudad de San Salvador.

En la reunión, el Comité Técnico discutió el tema de "La orde-

nación integrada de los recursos naturales para un desarrollo sostenible", con particular referencia a los recursos de suelos y aguas. Alarma se expresó por el hecho de que casi la mitad de toda la superficie agrícola de la región está afectada por la degradación del suelo provocada por la actividad humana. Esta degradación se expresa principalmente en la ero-

sión, la pérdida de fertilidad del suelo, la desertificación, la deforestación, el deterioro de los pastizales, la salinización y la alcalinización de las tierras de regadío.

Pese a que los países de la región superan como promedio la disponibilidad de 5.000 metros cúbicos anuales de agua por persona, lo que se considera una cantidad satisfactoria, se consta-

tó que se está produciendo una preocupante contaminación de las fuentes de agua en muchas zonas de América Latina y el Caribe.

Se señaló que el deterioro de los recursos naturales pone en seria dificultad la capacidad de nuestra región para aumentar la producción agrícola y de alimentos que es necesaria para promo-

ver la seguridad alimentaria en todos nuestros países, así como también para reforzar los flujos de exportación de productos de la región a mercados externos.

A este respecto, la FAO presentó en la reunión un completo informe titulado: "Ordenación integrada de recursos naturales para un desarrollo agrícola sostenible: Función clave de la tierra y el agua". En dicho estudio se hace un exhaustivo análisis sobre la situación de los recursos de tierras y aguas en la región y se somete a la consideración de los países una estrategia para el manejo integrado de los recursos naturales, con particular referencia a la conservación de tierras y aguas y a la adecuada nutrición de las plantas.

En el documento se examinan distintas formas de lograr los objetivos de producción y conservación del suelo. En particular, se considera la necesidad de aplicar métodos cada vez más rati-

cipativos en la toma de decisiones y en la ejecución de los programas y estrategias. Por otra parte, también se subraya la importancia de contar con sistemas de información más detallados y actualizados sobre los recursos naturales, a fin de facilitar la toma de decisiones.

En el debate del Comité Técnico se subrayó la necesidad de aplicar en todos los países de la región de América Latina y el Caribe nuevos criterios para la conservación del suelo y del agua. Se señaló que en todos los países deben establecerse prioridades nacionales para la acción en aquellas zonas agroecológicas en las que existe un conflicto más agudo entre las exigencias de protección ambiental y la utilización de los recursos. Estas zonas críticas corresponden, entre otras, a tierras áridas y zonas de precipitaciones inciertas, las tierras bajas húmedas y muy húmedas, las tierras de regadío, las zonas de montañas y colinas, las tierras litólicas y las islas pequeñas.

Se concluyó que la formulación y aplicación de un enfoque integrado en la conservación del suelo y el agua puede reportar muchos otros beneficios sociales y económicos importantes, tales como, el aumento de los ingresos de quienes trabajan en el campo, el mejoramiento de la seguridad alimentaria, el aumento del suministro de leña, la reducción de la migración a las ciudades y el aumento de la cantidad y calidad del agua.

ENTRADO  
CRUZ DJ

01-01

9500425

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Seo alerta a todos los gobiernos del mundo a tener seguridad alimentaria como prioridad.

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Peligro: La fertilidad de los suelos se pierde por el uso de tecnología deficiente

## FAO alerta a todos los gobiernos del mundo a tener seguridad alimentaria como prioridad

Santiago (IPS)

■ Un llamado a todos los gobiernos del mundo a considerar la seguridad alimentaria como prioridad máxima, hizo desde Chile el director general de la Organización de Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), Jacques Diouf.

El alto funcionario internacional y el presidente Eduardo Frei inauguraron el primer Congreso Mundial de Profesionales de la Agronomía, mientras en El Cairo se cumplía la primera jornada de la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo.

En la actualidad hay 800 millones de personas en el planeta que carecen de alimentos suficientes, destacó Diouf, quien añadió que en el año 2030 será necesario alimentar, según se calcula, a una población mundial de 9.000 millones.

TECNOLOGIA DEFICIENTE ACABA CON EL SUELO

UNOS MUCHO Y OTROS NADA...

El mandatario chileno advirtió sobre los crecientes riesgos en un mundo donde millones de habitantes de países en desarrollo sufren hambre, mientras en las naciones industrializadas se desperdician los alimentos.

Diouf exhortó a aumentar las inversiones en las zonas rurales y a desarrollar técnicas para elevar la producción agrícola, resguardando a la vez el ambiente como condición ineludible de un crecimiento sostenible.

"Es cada vez mayor el peligro de ver mermada la fertilidad de los suelos y la capacidad de producción a causa del empleo de una tecnología deficiente", advirtió el director de FAO. La seguridad alimentaria, señaló Diouf, pone énfasis en programas para fomentar la producción de alimentos, aumentando la productividad de la agricultura y la lucha contra las plagas que destruyen los cultivos.

En una conferencia de prensa, Diouf subrayó la necesidad de enfrentar los desafíos de la sobrepoblación mundial con una distribución más equitativa de los recursos.

ENTRADO

CRUZ 00

01-01

9500426



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

Declaraciones del Director Genl. de la FAO, Jacques Diouf.

## FAO llama a aumentar la productividad

### ● 800 millones de personas carecen de alimento

*El Director General de la FAO, Jacques Diouf denunció que alrededor de 800 millones de personas carecen de alimentos suficientes, y que para el año 2003 se calcula que será preciso alimentar unos nueve mil millones de personas. A su vez, hizo un llamado a aumentar la productividad de la agricultura, de manera sustentable.*

El Director General de la FAO, Jacques Diouf, hizo un llamado a aumentar la productividad de la agricultura, de manera sustentable, al inaugurar el Congreso Mundial de Agrónomos en Chile. Durante su estadía, el Director General de la FAO se reunió con las más altas autoridades nacionales. En el palacio de la moneda fue recibido por el Presidente de la República, Dr. Eduardo Frei, con quien compartió un almuerzo privado. El Director General sostuvo importantes encuentros con el Canciller Carlos Figueroa, el Ministro de Agricultura, Emiliano Ortega, y el ex Presidente de la República Patricio Aylwin.

En una mañana repleta de actividades, el Director General de la FAO acompañado del Ministro de Agricultura chileno llegaron hasta el parque de las Visitas, lugar donde plantaron un palma chilena.

**Aumentar la producción pensando en las generaciones futuras**

Hablando ante más de 500 profesionales

presentes en la ceremonia, el Director General de la FAO recalcó el "desafío que significa hacer frente al problema del suministro de alimentos a escala planetaria. "Hoy en día, alrededor de 800 millones de personas carecen de alimentos suficientes.

Para el año 2030 se calcula que será preciso alimentar a unos. La seguridad alimentaria ha de ser una prioridad máxima para todos los gobiernos y todos los organismos que se ocupan de la agricultura", afirmó.

Diouf destacó aspectos prioritarios en los esfuerzos que libra la FAO a nivel mundial para mejorar el desarrollo rural.

Se pone especial énfasis en la seguridad alimentaria, tema en el que la FAO prepara un programa especial destinado a fomentar la producción de alimentos y la productividad en zonas de potencial agrícola razonable en países en desarrollo de bajo nivel de ingresos.

ENTRADO

CRUZ DU

01-01

9500427

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIÓN

Según FAO crecimiento demográfico obliga a incrementar  
150483  
10/9/94  
12601  
30044

por produccion agrícola.



FAO recomienda intensificar la mejora genética

## Crecimiento demográfico obliga a incrementar producción agrícola

*La situación demográfica mundial obliga a intensificar las producciones agrícolas que ya cuentan con un alto nivel de prácticas agronómicas y, por lo tanto, el factor clave será elevar los rendimientos a través de los mejoramientos genéticos, sostuvo aquí el director general de la FAO, Jacques Diouf.*

**D**urante el Congreso Mundial de Profesionales de la Agronomía, sostuvo que algunos sistemas de producción, en particular los sistemas arroceros de Asia, han demostrado ser muy duraderos y resistentes. Sin embargo, incluso en esos casos la situación demográfica obliga a intensificar aun más la producción.

Según Diouf, el nivel de las prácticas agronómicas es ya alto en esos sistemas de producción, como son altos los niveles de insumos y la renovación de la fertilidad, de manera que el factor clave para elevar los rendimientos se halla hoy en el mejoramiento genético. Por ello, la constante pérdida de biodiversidad en los recursos genéticos es grave

motivo de preocupación, sostuvo.

Agregó que bajo la denominación general de Lucha Integrada contra las Plagas, se han concebido en los últimos años nuevos sistemas basados en una combinación de técnicas agronómicas, control biológico y utilización de variedades resistentes, a fin de reducir los daños causados por las plagas. Este método, que presupone una fuerte participación de los agricultores permite evitar el empleo excesivo e inadecuado de plaguicidas peligrosos.

La agricultura requiere la convivencia de las ciencias puras y de las ciencias sociales. Como en toda convivencia hay que tender al equilibrio y conceder a los diversos aspectos la importancia adecuada en cada momento, afirmó el director general de FAO. Destacó también que la seguridad alimentaria no es sólo un problema de las zonas rurales. Según estudios de las Naciones Unidas, entre 1990 y el 2025, la población rural de los países en desarrollo se estabilizará en torno a los tres mil millones de habitantes, mientras que la población urbana pasará de mil millones a más de cuatro mil millones. Frente a esta situación descrita, Diouf puso de relieve el desafío que tienen los distintos organismos gubernamentales para atender ese rápido proceso de urbanización. ■

ENTRADO

CRUZ DO

01-01

9500428

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

FAO-IICA colaboración con los más pobres del sector rural.

15005

22/9/96

12601

514 2 51

## FAO-IICA apoyarán a los más pobres del sector rural

### ● Eficiencia-calidad para el desarrollo de países miembro

*Ambos organismos coincidieron en la urgencia de recibir apoyo en materia de formulación de políticas y estrategias para facilitar el desarrollo sostenible y la atención a la pequeña agricultura y a los segmentos más desfavorecidos de la población rural*

La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) fortalecerá sus relaciones de colaboración con el Instituto Interamericano de Integración para la Agricultura, con el propósito de hacer más efectivo el uso de recursos en pro del desarrollo agropecuario de los países del América latina y el Caribe.

Dicho acercamiento constituye una de las principales recomendaciones del Comité Técnico de la XXIII Conferencia Regional de la FAO, reunido recientemente en El Cairo. El foro urgió reforzar la cooperación con otros organismos que promueven el desarrollo agrícola y rural de la

región, según la información proporcionada a LA MANA-NA.

#### Nuevos tipos de cooperación

Ambas agencias especializadas en agricultura, prota-

gonizan desde hace varios meses nuevos tipos de colaboración, propiciados por la Junta Interamericana de Agricultura, máximo órgano del gobierno de IICA, integrado por Ministros del hemisferio.

Delegados de 28 países del hemisferio que participaron en

la Conferencia de la FAO subrayaron que sólo mediante el trabajo conjunto el organismo será capaz de aumentar la eficiencia y la calidad "para lograr el desarrollo de sus países miembro".

Además, coincidieron en la urgencia de recibir apoyo en materia de formulación de políticas y estrategias para facilitar el desarrollo sostenible y la atención a la pequeña agricultura y a los segmentos más desfavorecidos de la población rural.

ENTRADO

CRUZ

01-01

9500429

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROMULGACIÓN

VINCULACIONES

Asoc. de Estados del Caribe ocioso de formalizar  
su Asoc.  
150007  
10/9/94  
AEC 1513515  
10/90

## ASOCIACION DE ESTADOS DEL CARIBE

**L**a búsqueda de entendimientos multilaterales se extiende en el mundo y si bien las cooperaciones económico-comerciales son los aspectos principales, también se tienen en cuenta los vínculos culturales, científicos, sociales y tecnológicos.

Son ahora los Estados del Caribe los que acaban de formalizar su Asociación. Teniendo en cuenta esfuerzos anteriores que no llegaron a culminar pudieron firmar el Convenio Constitutivo de la Asociación de Estados del Caribe.

**S**e trata de 25 Estados que han firmado en condición de Estados Miembros y una nómina de 10 Estados, Países y Territorios con la puerta abierta para incorporarse.

Entre los Estados asociados figuran Bahamas, depositaria del documento constitutivo, Colombia, Costa Rica, Cuba, Rep. Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Venezuela, así como Antigua y Barbuda, Barbados, Belice, Dominica, Grenada, Guyana, St. Kitts y Nevis, Santa Lucía, St. Vicente y las Grenadinas, Suriname, Trinidad y Tobago, en tanto las 10 pendientes son Anguila, Bermuda, Islas Caymán, Islas Vírgenes Británicas, Islas Vírgenes de EE.UU., Montserrat, Puerto Rico, Francia por Guadalupe, Guayana y Martinica, y Países Bajos por Aruba y Antillas Holandesas.

La simple enunciación de los miembros actuantes y posibles, nos pone ante la necesidad de actualizar los conocimientos geográficos aceptando que el mundo es mucho más ancho y ajeno, de lo que lo estudiamos, y leyendo el texto del Convenio, constatar que las ideas y propósitos básicos que animan el pensamiento humano con el que estamos familiarizados, han prendido también en las muchas islas que han buscado esta Asociación.

**E**l Preámbulo del Convenio Constitutivo define los propósitos de la Asociación:

"Comprometidos a iniciar una nueva era", de "cooperación y de relaciones culturales, económicas, políticas, científicas, sociales y tecnológicas, entre ellos" para contribuir al futuro desarrollo cultural, económico y social de sus pueblos, trascendiendo su distanciamiento del pasado.

Dispuestos, agrega más adelante, a promover el proceso de cooperación e integración regional del Caribe, para incrementar la competitividad en los mercados internacionales; comprometidos con la promoción, consolidación y fortalecimiento de los principios de democracia, estado de derecho, respeto de la soberanía, integridad territorial de los estados y derecho a la libre determinación de los pueblos, igualdad de oportunidades y respeto a los derechos humanos; convencidos de la vital importancia de preservar el medio ambiente de la región, llegaron los firmantes a establecer su Convenio para la Asociación de los países y territorios del Caribe, dándole a la misma el carácter de organismo

de consulta, concertación y cooperación, tendiente a fortalecer, utilizar y desarrollar las capacidades colectivas del Caribe, promoviendo un espacio económico ampliado para el comercio y la inversión.

**L**o alcanzado por los países y territorios del Caribe, en respuesta a su proximidad geográfica y vínculos históricos, así como a la internacionalización de objetivos tales como integración, liberalización comercial, inversiones, competitividad, aunque desmerezca ver las firmas de los gobiernos de Cuba y Haití en texto que compromete la promoción de los principios democráticos y el estado de derecho, tiene que ser saludado como un paso de suma importancia, para la región involucrada directamente pero también, para el resto de América que encontrará un interlocutor más concreto para explorar las posibilidades que ofrece la interrelación comercial y cultural con sus pueblos.

Hubiéramos deseado referencias más explícitas en el articulado del Convenio, a la correspondencia con los países y del resto del área americana y organismos que los agrupan, comerciales y políticos, lo que si bien aparece enfocado en ciertos párrafos del articulado, no ocupan el lugar que pensamos debían tener en un esfuerzo de asociación como el efectuado por los Estados del Caribe.

Anuncian un propósito de participación activa y coordinada en los foros multilaterales; la consulta, cooperación y concertación en las demás áreas que se acuerden; abre puertas a la participación en calidad de observadores y como indicio de significado mayor, a texto expreso señala que el Consejo de Ministros de la Asociación Deberá contar con un Comité Especializado de comercio, inversión y desarrollo, y otro de relaciones económicas externas, en tanto el Secretario General queda autorizado para negociar y concluir acuerdos con terceros, con instituciones de grupos de Estados y entidades, manteniendo contacto con otras organizaciones subregionales, regionales e internacionales.

A lo largo de sus treinta y un artículos, el convenio se extiende sobre los temas a que hemos hecho alusión y se completa con todos los requisitos de carácter práctico, comunes a los acuerdos internacionales.

**N**o dudamos en dar la bienvenida a la flamante Asociación de Estados del Caribe que pronto ocupará un lugar significativo en el concierto interamericano.

Confiamos no derive hacia un coto cerrado que obstaculice más que apoye, cuanto se anuncia en sus propósitos de cooperación, intercambio económico y cultural.

El Caribe de esos 35 países y territorios, si bien entre ellos hay muchos viejos conocidos y fraternos amigos, es predominantemente, un gran desconocido para las inquietudes sudamericanas y seguramente que mucho ganarán, unos y otros, intensificando relación y poniendo en evidencia nuevas oportunidades.

01-01

9500430

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDECIA

FECHA DE P. DELEN

VINCULACIONES

*Esquema de la Comunidad de Inteligencia de*  
*RUSIA*  
*20360*  
*1/9/94*  
*20360*  
*506576*  
*507294*  
*11337*

ENTRADO

CRUZADO

01-03

9500431

*Agencia Alemana.*

Tema: Servicios de Inteligencia de RUSIA

Esquema de la Comunidad de Inteligencia de RUSIA (segun informaciones disponibles):

1. Servicio Federal de Contraespionaje (FSK)

- Subordinado al Presidente de la Federacion Rusa con control parlamentario
- Aprox. 75.000 integrantes/agentes
- Jefe: Sergey STEPASHIN
- Subjefes: Anatoy SAFONOV  
Andrey BYKOV  
Yevgeniy SAVOSTYANOV  
Aleksandr STRELKOV  
Valeriy TIMOFEYEV

Mision/Organigrama:

- Direccion Contraespionaje Politico
- Direccion Proteccion de Objetos Estrategicos
- Direccion Contraespionaje Militar
- Direccion Contraespionaje Economico (incl. narcotrafico, trafico de armas, terrorismo)
- Direccion Lucha contra la Corrupcion
- Direccion Tareas Especiales (Lucha contra el Crimen Organizado)

Las tropas fronterizas eran parte integral de la KGB y fueron sacadas de su orbita tras la disolucion de la misma. A partir del 30.12.93 dependen directamente del Presidente de la Federacion. Personal permanente alrededor de 180.000 hombres.  
Jefe: Andrey NIKOLAYEV.

El FSK ejerce un control institucional sobre las Unidades de Inteligencia de las tropas fronterizas.

2. Servicio de Inteligencia Exterior (SVR)

- Fundado en octubre del 91; organismo sucesor de la otrora Primer Direccion de la KGB
- Subordinado al Presidente de la Federacion Rusa
- Plantel permanente aprox. 12.000 funcionarios
- Jefe: Director General Yevgeniy PRIMAKOV

3. Servio de Inteligencia Estrategica Militar (GRU)

- Aparentemente trabaja paralelamente al SVR (mision parecida)
- Subordinado al Ministro de Defensa con control parlamentario
- Plantel permanente de aprox. 10-12.000 integrantes
- Mision: Adquisicion Operativa Militar en el exterior  
Adquisicion Operativa Tecnologia Avanzada

02

9500431

#### 4. Agencia Federal de Inteligencia y Informacion (FAFSI)

- Creado despues del golpe del agosto 1991
- Organismo sucesor de la Octava Direccion (Criptografia), de la Decima Sexta Division (Sigint/Elint) y de la Direccion Relaciones con el Ejecutivo de la KGB
- Subordinado al Presidente de la Federacion Rusa
- Se desconoce cantidad de integrantes; posiblemente hasta 80.000 hombres (incluye tropas regulares de comunicacion)
- Jefe: Aleksandr STAROVOYTOV
- Mision: Proteccion y mantenimiento de instalaciones de comunicacion y adquisicion tecnica a nivel mundial

#### 5. Direccion General Proteccion Presidencial (GUO)

- Creado despues del golpe del agosto 1991
- Subordinado al Presidente de la Federacion Rusa sin control parlamentario
- Aprox. 8.000 - 15.000 integrantes
- Jefe Teniente General Mikhail BARSUKOV
- Mision: Proteccion del Kremlin, del Ejecutivo, de Edificios Publicos y de las Datchas (casas de campo)

#### 6. Servicio de Seguridad Presidencial

- Creado el 11.11.93 sobre la base de la Novena Direccion de la Ex-KGB
- Subordinado al Presidente de la Federacion sin control parlamentario
- Se desconoce cantidad de personal; mision similar a la GUO
- Jefe: General de Division Aleksandr KOZHAKOV

03-03

9500431

DOCUMENTO

TITULO *Lo CIA debe reducir su presupuesto y anticipó retiro de*

PROCEDENCIA *15022*

FECHA DE FOLIO *10/9/94*

VINCULACIONES *506576*

*65880*

*007*

Los "007" piden pase al "ejército de los desocupados"

## Los espías tienen que dedicarse a otra cosa en Estados Unidos

*L. R. 90/11* Nueva York (ANSA)

■ Con el fin de la Guerra Fría, los ex agentes secretos de la CIA tuvieron que buscar otros horizontes y ahora se los puede ver dedicados a las actividades más diversas, como empresarios de éxito, por ejemplo.

El problema no fue de simple solución: la CIA, que creció en forma desmesurada en los años del enfrentamiento con la Unión Soviética, se vio obligada a reducir su presupuesto, y para ello debió anticipar el retiro de centenares de sus "007". Según se ha informado, en los próximos años su número será reducido en un 25 por ciento, con el riesgo de transformar cuadros altamente especializados en un pequeño ejército de desocupados.

Gracias a la experiencia acumulada en las filas del más poderoso servicio secreto del mundo, muchos ex agentes no tuvieron dificultades en obtener una ubicación en la sociedad civil. Algunos crearon empresas de electrónica, otros se han convertido en asesores industriales o analistas, otros abrieron restaurantes y algunos se fueron al campo para ponerse en el timón de alguna granja.

El tránsito de la "vida peligrosa" del agente secreto a la relativamente más tranquila del empresario fue favorecido por la misma CIA, que desde hace un año ha puesto en marcha para sus dependientes un curso de formación empresarial. La operación tuvo éxito, y hasta el momento son 75 los agentes que participaron en el curso.

"Los estudiantes de la escuela de formación empresarial de la CIA — explica Charles Heller, profesor de economía empresarial en la Universidad de Maryland, encargado de "formar" en el Business a los agentes del servicio secreto — son diligentes, leales y extremadamente patrióticos. Exactamente lo contrario, de los burócratas federales. Su ética del trabajo y la competencia

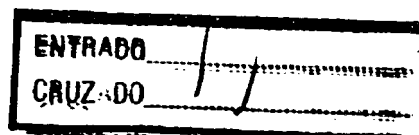
que demuestran con las computadoras les da enormes ventajas competitivas".

"El haber formado parte del servicio secreto — dice Bob Barry, ex agente secreto de la CIA actualmente titular de un restaurante en Dewey Beach, en Delaware — me dio las bases para convertirme en empresario: disciplina, reserva y habilidad para saber desenvolverse entre los problemas son elementos fundamentales también en mi nueva profesión. El resto lo hizo después la escuela de formación".

Las materias impartidas en la escuela

la empresaria de la CIA apuntan en efecto a proporcionar a los "estudiantes" los elementos de base para dirigir una empresa: desde el modo de lograr capitales a la lectura de un balance, del marketing al análisis de costos.

Los éxitos conseguidos por los ex agentes no sorprenden a los dirigentes de la CIA: "Quien es incorporado como agente secreto — dice Floyd Alvarez, responsable del centro de formación de la CIA — no es una persona cualquiera: es gente acostumbrada a no preguntar nunca".



01-01

9500432



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

Sus agentes están autorizados a sobornar a funcionarios y utilizar "cualquier medio",

## La CIA trata de evitar la invasión mediante una operación secreta para derrocar a Cedras

Washington - La CIA lanzó una operación encubierta este mes tratando de derrocar al régimen militar de Haití sin necesidad de una invasión a toda escala de los EEUU, pero hasta ahora el intento fracasó, dijeron funcionarios del gobierno el jueves.

La operación secreta incluía el intento de reclutar oficiales del Ejército haitiano para debilitar a los líderes teniente general Raoul Cedras, brigadier general Philippe Biamby y teniente coronel Michel-Joseph François, afirmaron.

Los agentes norteamericanos tenían autorización para ofrecer dinero, equipos de comunicación y armas a "elementos amistosos" militares en la esperanza que pudieran colaborar con el colapso del régimen o a al menos su fuerte debilitamiento.

Los oficiales en la mira no sólo incluían presuntos disidentes políticos en el seno de las Fuerzas Armadas sino también lo que una fuente llamó "lanceros libres" que podrían estar motivados por razones económicas o afán de poder.

El intento es sólo una parte de lo que los funcionarios describieron como un amplio esfuerzo por desestabilizar al régimen militar que birló el poder al presidente electo en 1991 y luego desoyó los llamados de los EEUU y la ONU de reducir su presión.

"Usamos todos los medios a nuestro alcance para librarnos de este régimen en la esperanza de evitar la necesidad de una invasión", dijo un alto funcionario del gobierno de Clinton. "Cualquier medio".

Hasta ahora la operación secreta no ha logrado éxitos claros, dijeron los funcionarios. Una de las fuentes dijo que el esfuerzo había sido "demasiado tardío como para cambiar las cosas".

Sin embargo, todavía no se ha abandonado el intento.



Afinando puntería

Reclutas civiles son entrenados con armas antiguas para enfrentar a los marines norteamericanos

El secretario de Defensa, William Perry, dijo a los reporteros, sin referirse a la operación secreta, que todavía existían esperanzas de que el régimen militar de Haití podía ir al colapso.

"Recibimos algunos informes de Haití que indican la presencia de gran inquietud entre miembros del régimen gobernante", dijo. "No querría tratar de interpretar la importancia de esos informes".

Otro consejero del gobierno dijo que los militares haitianos resultaron tener mayor cohesión que lo que suponían los funcionarios de Inteligencia norteamericanos. "He-

mos visto señales de tensión entre los líderes, pero todavía no resultaron en nada", dijo una fuente.

La maniobra para desestabilizar a los militares de Haití fue aprobada por el presidente Clinton y se realizó una notificación formal, llamada "recomendación" a ocho líderes del Congreso, tal como lo establece la ley, a comienzos de mes.

La recomendación autorizaba a la CIA a disponer de hasta 12 millones de dólares para las operaciones de Inteligencia en Haití, dijo una fuente confiable.

Además de desestabilizar el régimen militar, las agencias de Inteligencia norteamericanas también tenían autorización para utilizar una

cantidad no especificada de dinero para trasladar a Cedras y sus colegas fuera de Haití, si solicitaban asistencia.

El dinero no constituía un soborno sino "dinero para lograr la transición o la partida", dijo una fuente. Agregó que el dinero todavía está disponible en un "fondo para contingencias" para el caso que se necesite para lo que llamó "persuasión o facilitación".

La operación secreta se lanzó después de meses de esfuerzos diplomáticos y de presión por parte de los comités de Inteligencia del Congreso de tratar alguna operación encubierta. (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500433

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO *Para la CIA Aristide es mentalmente inestable*

PROCEDENCIA *150095*

FECHA DE PROMEDIO *19/9/94*

VINCULACIONES *506576*  
*66123*

## Para la CIA Aristide es mentalmente inestable

NUEVA YORK, 18 (Reuter). El hombre que los soldados norteamericanos ayudarán a recuperar el poder en Haití goza de la profunda desconfianza de algunos funcionarios de Washington y ha sido espiado por los EE. UU. durante su exilio, aseguró hoy The New York Times.

Según la información, miembros de la Comisión de Inteligencia de la Cámara de Representantes se reunieron la semana última con funcionarios del gobierno de Bill Clinton para discutir sus preocupaciones sobre Jean-Bertrand Aristide.

Durante el encuentro a puertas cerradas, varios legisladores citaron referencias contra los EE. UU. pronunciadas por Aristide en llamadas telefónicas grabadas por la Agencia Nacional de Seguridad.

En esas conversaciones, Aristide se comprometió a no dejarse dirigir por Washington y bromeó con un confidente que se sorprendió cuando funcionarios norteamericanos lo calificaron de obstinado.

"¿Cómo los EE. UU. defienden los intereses de un hombre que claramente nos desprecia?", preguntó un legislador que asistió a la reunión.

El periódico también señaló que el asesor de Seguridad Nacional del presidente de Clinton, Anthony Lake, y el enviado especial del presidente a Haití, William Gray, defendieron a Aristide en el encuentro.

Peró la CIA está convencida de que son ciertas las conclusiones de un polémico y criticado informe suyo que asegura que Aristide es mentalmente inestable.

ENTRADO *11*

CRUZ-00

01-01

9500434

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Don. de la CIA

PROCEDENCIA

150004

FECHA DE PROMEDIO

19/5/94

VINCULACIONES

506576

507293

507355

ENTRADO

CRUZADO

## Ucrania: el arsenal nuclear ya no es una espada de Damocles

por Anatoli Slenco (\*)

Al comienzo de este año, el director de la Agencia Central de Inteligencia de Estados Unidos (CIA), James Woolsey, opinó que el movimiento secesionista puede causar la división de Ucrania.

De ese modo, Woolsey aludía al hecho de que Crimea y la región de la cuenca del Don están manifestando abiertamente sus simpatías hacia Rusia, mientras que Ucrania occidental tiene una posición radicalmente opuesta.

Las recientes elecciones políticas del 27 de marzo de algún modo confirmaron estas tendencias, pero no se debe dramatizar la situación y no hace falta profetizar acerca del agravamiento de las contradicciones entre el Este y el Oeste de Ucrania.

El peligro insito en todo nacionalismo no puede ser negado de manera alguna. Nosotros nos damos cuenta perfectamente de las diferencias económicas, culturales y sociales que se han creado en el curso de la historia entre las diversas regiones de Ucrania. Precisamente, con estas diferencias buscan jugar ciertos políticos irresponsables, que usan los problemas económicos de Ucrania para atizar el fuego del separatismo.

Pero, aun tomando en consideración esos grandísimos problemas, no puedo estar de acuerdo con la idea de que Ucrania se halla al borde de la división.

Gracias a su política previsor en el campo de las relaciones interétnicas, Ucrania es uno de los países más estables de la Comunidad de Estados Independientes (CEI). Esto me hace confiar en que nuestro pueblo no permitirá que las fuerzas destructivas jueguen en Ucrania la carta separatista.

Tampoco comparto los presagios acerca de mudanzas políticas sustanciales como consecuencia de los resultados de nuestras elecciones parlamentarias, en las que los comunistas obtuvieron la mayoría relativa lo que les permitió, junto con los socialistas y los agrarios, crear un bloque bastante fuerte.

Si este bloque fuera además sostenido por la mayoría de los diputados independientes, entonces podría convertirse en el dominante en el Parlamento.

Esto es cierto. Pero también es verdad que cada vez que en un país poscomunista se desarrollan elecciones y ganan las fuerzas de izquierda comienzan a hacerse especulaciones sobre eventuales cambios radicales en el curso de la política exterior e interna. Hasta ahora todas estas predicciones han resultado equivocadas.

Las posiciones fundamentales de la política exterior e interna en los países poscomunistas se basan en ciertos firmes principios adoptados durante la transición del totalitarismo a la democracia. Por lo tanto es erróneo pensar ahora en cualquier tipo de cambio radical en el comportamiento de Ucrania hacia Occidente, así como con respecto al llamado Este, es decir con los países de la CEI y, en primer lugar, Rusia.

El objetivo de nuestra política es el de crear garantías confiables para la seguridad externa de Ucrania. Por ello queremos tener con nuestros vecinos relaciones que permitan resolver por la vía del diálogo los problemas que inevitablemente surgen entre países fronterizos.

Ucrania no tiene reivindicaciones territoriales que hacer hacia ninguno de sus

vecinos y quisiera obtener de ellos las mismas seguridades. Tales garantías se asentarían en la conclusión de tratados bilaterales que aseguran la integridad territorial y el respeto de la soberanía de los Estados firmantes, como los que ya hemos establecido, por ejemplo, con Hungría y Polonia.

Lamentablemente Rumania elude la firma de un tratado de ese tipo y ello no puede sino preocuparnos. La situación se agrava por las declaraciones de los representantes de varias fuerzas políticas rumanas, que piden la revisión de las actuales fronteras con Ucrania.

La firma en enero de este año en Moscú de la Declaración Trilateral de los presidentes ucraniano, ruso y estadounidense ha abierto el camino hacia una colaboración más amplia entre Ucrania y Estados Unidos.

Hemos conseguido crear tal situación que hoy los círculos de gobierno y los medios de comunicación de Estados Unidos y de los grandes países occidentales no evalúan más a Ucrania únicamente en conexión con el arsenal atómico que se halla en su territorio.

En otras palabras, las armas atómicas han cesado de ser la "Espada de Damocles" que desde hace largo tiempo pendía sobre las relaciones entre Ucrania y Occidente.

También se puede comprobar que en la política de Occidente con respecto a los países de Europa Centro-Oriental, y en particular Ucrania, se están verificando importantes rectificaciones.

El papel constructivo y estabilizante de Ucrania en su región comienza a obtener no sólo alta valoración y comprensión sino a ser asimismo el sostén concreto de parte de los principales países occidentales.

Para nuestro país esto es muy importante porque nos resultaría mucho más fácil superar las dificultades de este período transitorio en un ambiente económico y político algo más favorable.

Lamentablemente en Occidente la comprensión exacta de todos los problemas que enfrenta Ucrania recién comenzó a tenerse a fines de 1993, es decir un poco tarde.

Otro error de Occidente, a mi entender, es que antes de 1994 las ayudas a los países poscomunistas eran enviadas casi exclusivamente a Rusia.

No obstante el modo desequilibrado — en favor de Rusia — en que fue enviada la ayuda occidental, ésta no colmó las expectativas de quienes deseaban transformar a ese país en un ejemplo de las virtudes de la democracia con economía de mercado.

Es muy difícil orientar hacia la democracia y la economía de mercado a cualquier país poscomunista y en particular a uno como Rusia con un pasado comunista tan acentuado.

Por otro lado, la preferencia casi exclusiva que Occidente dio a Rusia produjo un efecto psicológico y político negativo en los otros países poscomunistas. Tal situación inconscientemente alimentaba sentimientos por lo menos de celos, cuando no antirrusos.

Ahora la situación está cambiando positivamente y esperamos que la nueva actitud, en particular con respecto a Ucrania, sea definitiva. (Copyright IPS - Especial para Búsqueda).

3339. 19-5-94  
(\*) Anatoli Slenco, ministro de Relaciones Exteriores de Ucrania.

01-01

9500435

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Le CIA advirtió que IRAK se rearmó.

150025

27/9/94

506.526

507.526

65890

## Irak se rearma, advirtió la CIA

WASHINGTON, 26 (DPA).- Más de 7000 científicos e ingenieros trabajan en Irak en centros clandestinos de investigaciones con el objetivo de reconstruir el arsenal iraquí de armas biológicas y químicas, según advirtió el jefe de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) de los Estados Unidos, James Woolsey.

En un discurso dado a conocer hoy, Woolsey aseguró que el trabajo está siendo llevado a cabo en la clandestinidad, desafiando las resoluciones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

Woolsey pronunció la alocución el viernes en una conferencia privada sobre la situación en Medio Oriente.

El régimen iraquí "aún está ocultando misiles Scud, gases tóxicos y la totalidad de su programa de guerra química" a los inspectores de la UN, dijo Woolsey.

"Irak está acelerando la construcción de almacenes subterráneos y túneles para producir y guardar armas de destrucción masiva", aseguró.

Los funcionarios del gobierno norteamericano aseguraron hoy que están convencidos de que el líder iraquí, Saddam Hussein, intenta reafirmar su autoridad en todo Irak, inclusive las zonas de seguridad creadas por la UN en el norte y el sur del país para proteger a las minorías kurda y shiita.

Saddam pretende recuperar el papel de potencia dominante en la región, señalaron.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500436

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCESAMIENTO

VINCULACIONES

CIA *des fue en Rusia, la mafia sustituye al Estado.*

15002A

28/9/94

506576

507 294

DRAMATICA ADVERTENCIA DE

JAMES WOOLSEY, JEFE DEL ESPIONAJE DE ESTADOS UNIDOS

# La CIA dice que en Rusia la mafia sustituye gradualmente al Estado

WASHINGTON, 27 (ANSA y EFE). - El jefe de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) de los Estados Unidos, James Woolsey, advirtió hoy en Washington que "en Rusia la mafia está sustituyendo gradualmente a las autoridades del Estado".

En coincidencia con el arribo a la capital norteamericana del presidente ruso, Boris Yeltsin, para su reunión de dos días con su colega norteamericano, Bill Clinton (véase aparte), el titular del espionaje de los Estados Unidos trazó un inquietante panorama acerca de lo que denominó la "conquista del poder" por parte de las organizaciones del crimen organizado en Moscú.

"Las organizaciones criminales amenazan en Rusia no sólo a las autoridades del gobierno sino que, en algunas ocasiones, son consideradas por los ciudadanos como una alternativa a los funcionarios estatales, en virtud de los servicios que son capaces de ofrecer", advirtió Woolsey.

El jefe de la CIA, durante una conferencia que ofreció en el Centro de Estudios Estratégicos e Internacionales de Washington, subrayó que "las implicaciones de este fenómeno son enormes, tanto para la batalla de Yeltsin en favor de las reformas como para el papel que le cabe a Occidente".

Woolsey hizo referencia a algunas áreas precisas en las

cuales las actividades de los grupos del crimen organizado están asumiendo cada vez mayor influencia, en el marco de la vida cotidiana en Rusia.

La mafia rusa, afirmó Woolsey, ofrece, entre otros servicios, "seguridad bajo la forma de protección para las personas y las propiedades, arbitrajes en la resolución de disputas y vigilancia sobre el respeto de los contratos de negocios estipulados por distintas partes".

Además, el crimen organizado "ofrece asistencia financiera a los ciudadanos y a las instituciones, concediendo préstamos a tasas de interés a menudo inferiores a las que tienen las instituciones bancarias", agregó el jefe de la CIA.

Según el titular del espionaje norteamericano, los criminales rusos garantizan también "algunos servicios sociales, como la asistencia a los necesitados, a través de organizaciones filantrópicas controladas por sus organizaciones".

Son muchas más las actividades de la mafia rusa que preocupan y amenazan de

cerca a las organizaciones occidentales que desarrollan sus operaciones en el territorio de la desaparecida Unión Soviética, afirmó Woolsey.

Entre ellas incluyó los "asesinatos por contrato" y el pedido de pagos de fuertes sobornos a importantes organizaciones comerciales y financieras.

Woolsey dijo también que la cooperación entre Estados Unidos y Rusia para combatir las actividades en continuo crecimiento del crimen organizado, sobre todo en Moscú, es uno de los temas incluidos en la agenda de la cumbre que comenzó hoy en Washington entre los presidentes Yeltsin y su colega norteamericano, Bill Clinton.

Ambos mandatarios tratarán también el tema del contrabando de plutonio descubierto recientemente en Alemania y que, según diversas fuentes, proviene de las plantas nucleares rusas.

Distintos expertos internacionales afirman que la mafia rusa está involucrada en el caso.

Un documento conjunto que prevén firmar los presidentes Clinton y Yeltsin al término de sus dos días de deliberaciones subraya la necesidad de impedir el contrabando de plutonio enriquecido.

El líder del Kremlin discutió también con su colega norteamericano las condiciones necesarias para impulsar las inversiones de empresas de los Estados Unidos en territorio ruso. Uno de los temas que preocupa a los norteamericanos es el auge de la delincuencia organizada en Moscú.

El titular de la CIA dijo que tanto la organización que dirige como la Oficina Federal de Investigaciones (FBI) contribuirán a terminar con las actividades de las organizaciones criminales rusas.

ENTRADO

CRUZADO

9-01

9500937

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Según lo CIA: "En Moscú manda la mafia".

PROCEDENTE

150023

FECHA DE PUBLICACIÓN

28/9/94

VINCULACIONES

506546

507294

11555

## Advertencia de la CIA: "En Moscú manda la mafia"

Washington (ANSA)

■ La CIA lanzó una advertencia: "En Rusia la mafia está gradualmente sustituyendo a las autoridades del Estado".

En coincidencia con el arribo a Washington del líder ruso Boris Yeltsin, el jefe de la CIA, James Woolsey, trazó un inquietante panorama de la "conquista del poder" por parte del crimen organizado en Moscú.

"Las organizaciones criminales amenazan en Rusia no sólo a las autoridades del gobierno sino que, en algunas ocasiones, son consideradas por los ciudadanos como una alternativa de

las autoridades estatales en virtud de los servicios que son capaces de ofrecer", advirtió el jefe del contraespionaje norteamericano.

Woolsey, durante una conferencia que ofreció en el Center for Strategic and International Studies de Washington, subrayó que "las implicancias de este fenómeno son enormes tanto para la batalla de Yeltsin en favor de las reformas como para el rol de occidente".

El jefe de la CIA hizo referencia a algunas áreas donde las actividades del crimen organizado está asumiendo cada vez mayor influencia en Rusia.

La mafia, afirmó Woolsey, ofrece "seguridad bajo la forma de protección para los individuos y para las propiedades, ofrece arbitrajes en la resolución de disputas, vigila el respeto de los contratos de negocios estipulados por distintas partes".

Además, el crimen organizado "ofrece asistencia financiera a los ciudadanos y a las instituciones concediendo préstamos, a tasas de interés a menudo inferiores a las de los bancos".

Por otra parte la mafia rusa, según la CIA, garantiza "algunos servicios sociales, como la asistencia a los necesitados, a través de organizaciones filantrópicas controladas por criminales".

Entre las actividades de la mafia rusa que interesan (y amenazan) más de cerca a las organizaciones occidentales que operan en el país, la CIA incluyó los "asesinatos por contrato" y el pedido de pagos de sobornos a las organizaciones comerciales y financieras.

Woolsey afirmó que la cooperación entre Estados Unidos y Rusia para combatir el crimen es uno de los temas de la agenda de la cumbre Clinton-Yeltsin que comenzó hoy en Washington, y subrayó que tanto la CIA como el FBI están listas para dar su contribución al respecto.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500438



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Lo Cía. actúa contra CEDRAS.

PROCEDENCIA

150518

FECHA DE RECEPCIÓN

29/9/94

VINCULACIONES

506576

## La CIA actúa contra Cedras

La Central de Inteligencia de Estados Unidos (CIA) recibió de parte del presidente Bill Clinton un presupuesto de cinco millones de dólares para realizar "actividades políticas" en Haití, destinadas a neutralizar a los potenciales opositores del mandatario constitucional Jean Bertrand Aristide.

La información, difundida ayer por el diario *New York Times* citando como fuente a funcionarios del gobierno norteamericano, agregó que el organismo podrá emplear un millón de dólares en actividades de propaganda política pro-Aristide y para infiltrarse en grupos que puedan provocar daños a los militares norteamericanos.

La ambigua utilización de la expresión "actividad política" alarmó a algunos miembros del Congreso, quienes temen que esos fondos sean utilizados para pagar por izquierda a algunos políticos, convencerlos para que abandonen su labor o para que voten la amnistía que sellaría el acuerdo Carter-Jonassaint.

El argumento utilizado por el gobierno norteamericano para justificar ante el Parlamento el desvío de esa partida fue la creación de "un clima político" propicio que permita aplicar el arreglo firmado el 18 de setiembre pasado. El acuerdo contempla la retirada del poder de los militares comandados por el general Raoul Cedras a cambio de la aprobación por parte del Parlamento de un perdón para los golpistas.

Funcionarios del gobierno, también citados por el diario, aseguraron que la orden del presidente Bill Clinton —comunicada a los legisladores hace siete días— no autoriza a la Central de Inteligencia a corromper a dirigentes haitianos.

ENTRADO

CRUZ-00

01-01

9500439



Nº. DOCUMENTO

TITULO

Clinton aprobó plan secreto de la CIA.

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

1500/5

29/9/94

506576

65820

## Clinton aprobó plan secreto de la CIA

El presidente Bill Clinton aprobó un programa secreto que autoriza a la CIA a operar en Haití actividades políticas poco específicas para neutralizar a los seguidores del presidente Jean-Bertrand Aristide, y a las fuerzas norteamericanas de grupos hostiles, informó el *New York Times*, citando fuentes gubernamentales.

**NUEVA YORK / ANSA**  
La CIA puede gastar un millón de dólares para transmitir llamamientos y mensajes radiales y para infiltrarse en grupos que puedan provocar daño a los militares norteamericanos. El Gobierno norteamericano informó su decisión al Congreso la semana pasada, precisando que la finalidad de la medida es "crear un clima político" que permita aplicar

el acuerdo alcanzado el 18 de septiembre pasado por el ex presidente Jimmy Carter con el General Raoul Cédras.

El acuerdo prevé que Cédras y los otros líderes militares haitianos dejen el poder tras la aprobación de la amnistía en el Parlamento, no después del 15 de octubre próximo. En este sentido, el Gobierno norteamericano apoya una amnistía general.

La CIA, señala el *New York Times*, no tiene autoridad para ejecutar sus propias iniciativas políticas. Pero el ambiguo lenguaje de la expresión "actividades políticas" alarmó a algunos miembros del Congreso, que temen el uso de los fondos otorgados para pagar bajo cuerda a algunos políticos, para convencerlos de abandonar esa tarea o de votar la amnistía.

01-01

9500440

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Clinton aprobó plan secreto de la CIA.

PROCEDENCIA

1500/5

FECHA DE PRESENTACIÓN

29/3/94

VINCULACIONES

506576

65820

## Clinton aprobó plan secreto de la CIA

El presidente Bill Clinton aprobó un programa secreto que autoriza a la CIA a interferir en Haití actividades políticas poco especí-  
ficas para neutralizar a los opositores del Presidente Jean-Bertrand Aristide, y ayudar a las fuerzas norteamericanas de grupos hostiles, informó el *New York Times*, citando fuentes gubernamentales.

NUEVA YORK / ANSA

La CIA puede gastar un millón de dólares para transmitir llamamientos y mensajes radiales y para infiltrarse en grupos que puedan provocar daño a los militares norteamericanos. El Gobierno norteamericano informó su decisión al Congreso la semana pasada, precisando que la finalidad de la medida es "crear un clima político" que permita aplicar

el acuerdo alcanzado el 18 de septiembre pasado por el ex Presidente Jimmy Carter con el General Raoul Cedras.

El acuerdo prevé que Cedras y los otros líderes militares haitianos dejen el poder tras la aprobación de la amnistía en el Parlamento, no después del 15 de octubre próximo. En este sentido, el Gobierno norteamericano apoya una amnistía general.

La CIA, señala el *New York Times*, no tiene autoridad para ejecutar sus propias iniciativas políticas. Pero el ambiguo lenguaje de la expresión "actividades políticas" alarmó a algunos miembros del Congreso, que temen el uso de los fondos otorgados para pagar bajo cuerda a algunos políticos, para convencerlos de abandonar esa tarea o de votar la amnistía.

01-01

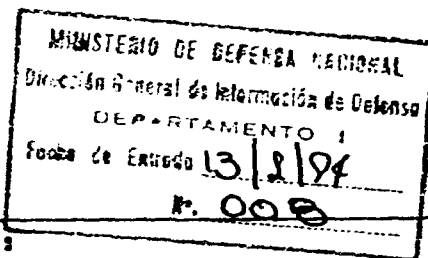
9500440

RESERVADO

1/6

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	N. DEPARTAMENTO II   10ENE95	HOJA:
PEDIDO DE INFORMES: 02/95		
I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 16ENE95		
II.-INFORMACION CONOCIDA:	A.-EVALUACION:	B.-TEXTO

-Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.



III.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

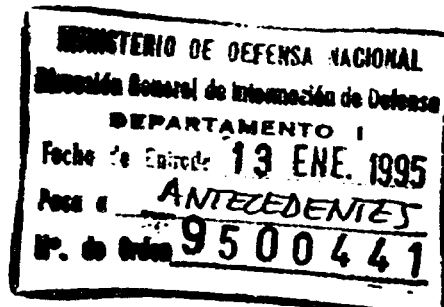
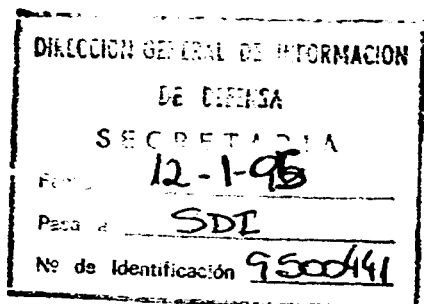
D.E.I

FIRMA

El Jefe del Dpto. II (Inf.) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Cordnel

Franklin W. Fernández.



001/6

RESERVADO

Montevideo, 10 de enero de 1993.

RESERVADO

1/5

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.- MACHADO VIANA Gabriela Ines.- AUX.ENF. ✓

Fecha y lugar de nacimiento: 28/5/74 Montevideo.

C.I. 2.832.589-6

C.C. B.C.A. 98.432 .

Domicilio actual: Pernas 2403/3

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Alfonso Walter MACHADO UBAL ✓

C.I. 1.331.196-3 C.C. B.C.A. 52.128

Nombre de la madre: Orfilia VILA VIANA

C.I. 1.483.752-2 C.C. T.C.A. 2248 Traslado B.C.A. 75.363 ✓

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

2.- MARTINONI OTORMIN Roberto Sergio.-MEDICO ✓

Fecha y lugar de nacimiento: 16/3/61 Montevideo.

C.I. 1.594.600-7

C.C. B.K.B. 12.179

Domicilio actual: Joaquin Campana 2818 /5

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Roberto MARTINONI BELLON (FIR)

C.I. 713.037-1 C.C. B.N.A. 13.375

Nombre de la madre: Ulda OTORMIN - Fallecida ✓

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge: Alicia Susana SERVETTI IZETA ✓

C.I. 1.736.678 C.C. B.K.A. 13.556

3.- MURO SILVA María José.- AUX.ADM ✓

Fecha y lugar de nacimiento: 25/2/69 Montevideo.

C.I. 2.684.135-5

C.C. A.X.A. 24.787

Domicilio actual: José Benito Lamas 2776

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Eduardo MURO MASSINI ✓

C.I. 915.402-4 C.C. B.O.B. 4572 Traslado A.X.A. 22.055

Nombre de la madre: Sara SILVA SOSA ✓

C.I. 1.147.474-7 C.C. C.D.A. 16.003 Traslado A.X.A. 22.054

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

RESERVADO

002

9500441

RESERVADO

2/5

4.- NALERIO CABRERA Juana María del Rosario - AUX.SERV. 2609936

Fecha y lugar de nacimiento: 16/2/62 Montevideo.

C.I. 1.817.290-0

C.C. B.Z.B. 49.135

Domicilio actual: Juan Mac Coll 2140

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Roland NALERIO OCAMPO - Fallecido

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Adela CABRERA MARTINEZ 3132305

C.I. 823.621-3 C.C. B.Z.A. 8372

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

5.- OVIDO SILVA Daniel Antonio - AUX.ENF

Fecha y lugar de nacimiento: 28/1/70 Montevideo

C.I. 3.977.355-5

C.C. C.M.A. 42.265

Domicilio actual: Napoles 3459

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Manuel Antonio OVIDO SANTOS Militar (R)

C.I. 1.314.360-9 C.C. C.M.A. 24.914 Traslado R.A.A. 4895

Nombre de la madre: Juana Genara SILVA LOPEZ - Fallecida

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

6.- PEREIRA FONTAINES Nancy Alejandra - AUX.SERV.

Fecha y lugar de nacimiento: 17/5/76 Treinta y Tres

C.I. 4.024.357-7

C.C. B.D.A. 98.383

Domicilio actual: Hungría 3719

Domicilio anterior:

Nombre del padre: David PEREIRA CAETANO

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Nisterfa FONTAINES GADEA - Fallecida

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

RESERVADO  
003

19500441

RECEIVADO

3/5

7.- RAMOS OLIVERA Veronica Isabel. ✓ AUX. SERV.

Fecha y lugar de nacimiento: 21/11/73 Montevideo.

C.I. 1.815.944-1

C.C. A.P.A. 11.924

Domicilio actual: Gral. Graña 44

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Uruguay RAMOS ✓

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Esmeralda Ma. OLIVERA REYES

C.I. 1.048.395-5 C.C. B.C.A. 42.539 ✓

Nombre del cónyuge: Rodolfo Javier GARCIA FERNANDEZ ✓ Militar

C.I. 1.928.005-5 C.C. A.P.A. 11.334

19 07 71

Mro. 56604

Dom: Graña 44

Ppto. Cawaseo

Edad 25

8.- SANTOS FACCIO Cesar Alberto. ✓ AUX. SERV.

Fecha y lugar de nacimiento: 9/12/76 Durazno.

C.I. 3.507.018-5

C.C.

Domicilio actual: Gral. Flores y Mendoza

Domicilio anterior: Dpto. Durazno

Nombre del padre: Julio César SANTOS ✓ Militar

C.I. 1.811.888-7 C.C. A.T.B. 9949

Nombre de la madre: Belkis Anahir FACCIO LALUZ Militar

C.I. 3.507.437-9 C.C. R.A.A. 10.487

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

1714906

Edad 25

Dom. E. Romero

Obrero

Viديو

Coop. de Art.

Viديو

9.- SORIA SOSA Eduardo Jesús. ✓ AYTE. ANATOMO PATOLOGO

Fecha y lugar de nacimiento: 12/8/75 San José

C.I. 2.792.137-4

C.C. O.A.D. 7790

Domicilio actual: Ucovita 31 - San José

Domicilio anterior: Batlle 813 - San José

Nombre del padre: (adoptivo) Juan Ramón CHAMORRO BRAVO ✓

C.I. 3.691.294-6 C.C. O.B.D. 3772

Nombre de la madre: Mirta Mabel SOSA PUCHE ✓

C.I. 2.699.795-8 C.C. O.D.D. 1220

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

RECEIVADO

19500441

004

RESERVADO

4 / 5

10.- SUAREZ ALVAREZ Aldo Gabriel. - AUX. ENF. ✓

Fecha y lugar de nacimiento: 11/6/75 Canelones

C.I. 3.105.273-5

C.C. C.M.A. 46.464

Domicilio actual: Canelones 915 - Pando

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Juan Carlos SUAREZ RODRIGUEZ

C.I. 1.287.221-5 C.C. C.Q.A. 4111 Traslado A.T.B. 7775

Nombre de la madre: Mary Raquel ALVAREZ ALVAREZ

C.I. 1.221.147-1 C.C. C.M.A. 20.959

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

34629 USC  
199071  
Rel. Pando  
Rbbs. Roosevelt  
326 Colon  
Cervito

11.- VALECKA BAPTISTA Carmen Verónica. - AUX. SERV. ✓

Fecha y lugar de nacimiento: 10/11/76 Montevideo

C.I. 3.586.533-2

C.C. B.O.A. 19.069

Domicilio actual: Cap. Tula 5235 bis.

Domicilio anterior:

Nombre del padre: José Santiago VALECKA MARTINEZ ✓

C.I. 3.332.581-1 C.C. E.A.A. 27.901 Traslado B.D.D. 1804

Nombre de la madre: Carmen María BAPTISTA SOSA ✓

C.I. 3.160.318-4 C.C. G.E.A. 1689 Traslado B.O.B. 32.586

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

12.- VARGAS FINES Luz Altamira. - AUX. ENF. ✓

Fecha y lugar de nacimiento: 4/4/64 Montevideo.

C.I. 1.291.384-3

C.C. C.M.A. 37.983 Traslado C.M.E. 1298

Domicilio actual: Avellaneda 4648

Domicilio anterior: Ruta 8 Km. 25.600 calle Canaro Solar 4

Nombre del padre: José Artigas VARGAS ✓

C.I. 387.431-3 C.C. C.M.E. 793

Nombre de la madre: Agueda FINES BAEZ ✓

C.I. 1.165.748-0 C.C.

Nombre del cónyuge: Hugo Daniel ✓ SILVA FERNANDEZ Militar

C.I. 2.568.588-1 C.C. B.N.B. 45.293

BXX 2346930 Nuevo  
009

RESERVADO  
005

9500441



RESERVADO

5 / 5

13.- ITHURRALDE FERREIRA Alejandro Nicolas. - AUX.ADM ✓

Fecha y lugar de nacimiento: 17/10/76 Montevideo.

C.I. 1.920.441-1

C.C. B.M.B. 28.169

Domicilio actual: Homero De Gregorio 3466 Apto.2

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Alberto ITHURRALDE MOBILIO ✓

C.I. 208.274-5 C.C. A.V.A. 12.825

Nombre de la madre: Graciela FERREIRA DEMATHIAS 667422

C.I. 168.494-8 C.C. B.N.A. 32.968

Nombre del cónyuge:

C.I. - C.C.

Fecha y lugar de nacimiento:

C.I.

C.C.

Domicilio actual:

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

C.I. C.C.

Nombre de la madre:

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

Fecha y lugar de nacimiento:

C.I.

C.C.

Domicilio actual:

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

C.I. C.C.

Nombre de la madre:

C.I. C.C.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

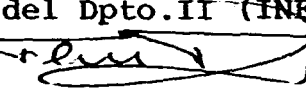
006/6

9500441

RESERVADO

RESERVADO

1/5

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	11ENE95	HOJA: 1
PEDIDO DE INFORMES:		03/95		
I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 18ENE95				
II.-INFORMACION CONOCIDA:		A.-EVALUACION:		
		B.-T E X T O		
<p>- Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.</p>				
<div style="text-align: center;"><p>MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL Dirección General de Información de Defensa DEPARTAMENTO I Fecha de Entrada 13/1/95 N. 007</p></div>				
III.-INFORMACION SOLICITADA:				
IV.-ACCION TOMADA:				
V.-DISTRIBUCION:				
D.G.I.D.				
D.E.I				
FIRMA El Jefe del Dpto.II (INF.) E.M.C. D.N.S.FF.AA. Coronel  Franklín W. Fernández.				
004/5				

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
FE DISTRIB  
SECCION  
Fecha 12-1-95  
Para a SDI  
No de Identificación 950044

RESERVADO

004/5

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 13 ENE. 1995  
Para a ANTECEDENTES  
N. 9500442

Montevideo, 11 de enero de 1995.-

1 / 4

**RESERVADO**

**ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.**

1.- **BARINDELLI PARODI, MARIA TERESA.** Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 16-7-1974. Canelones.-

C.I. 3.773.199.5.

C.C. CMB 7620.-

Domicilio actual: Rufina Conde de Rodriguez (Empalme Olmos) Canelones.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Omar Oscar Barindelli Curbelo *F/v*

C.I. 1.327.521.6 C.C. CMB 4270.

Nombre de la madre: Olga Iris Parodi Martinez.- *F/v*

C.I. 2.591.191.5 C.C. CMB 5085.-

Nombre del cónyuge:

C.I.

C.C.

2.- **BARROS ACEVEDO, Sandra.-** Odontología Honoraria.

Fecha y lugar de nacimiento: 15.7.1969.- Montevideo.-

C.I. 1.681.866.3.

C.C. BCC 4182.-

Domicilio actual: Legrand 5122.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Constantino Barros Hermida (fallecido)

C.I.

C.C.

Nombre de la madre: María Alcira Acevedo González.-

C.I. 1.013.678.0 C.C. BDA 56.789.-

Nombre del cónyuge:

C.I.

C.C.

3.- **COPELLO OTTON, LUIS WILLIAM.-** Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 9-1-1951 Montevideo.

C.I. 1.247.576.4 ✓

C.C. BBB 27.790. ✓

Domicilio actual: Gral. Flores 3754/1001 ✓

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Luis Antonio Copello Montedónico.- (fallecido)

C.I.

C.C.

Nombre de la madre: Irma Nelly Otton Mazzucco.- *3132362*

C.I. 1.405.688.0 C.C. BBB 1263.

Nombre del cónyuge: María Gioconda Pinneiro da Cunha Amaral.- *3132370*

C.I. 2.749.948.0 C.C. ARA 12.610.-

**RESERVADO**

002

9500442

## RESERVADO

4. D'URSO GIMENEZ, SILVIA ROSANA. - Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 23-11-1973.- Montevideo

C.I. 2.789.433.1

C.C. BDA 93.991.-

Domicilio actual: Alsacia 3788.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Jorge Antonio D'URSO SANTORO.-

C.I. 878.289.4 C.C. BBB 17.624.- Trasl. A.N.A. 4462

Nombre de la madre: Amelia Angela Gimenez Elia.-

C.I. 964.400.9 C.C. BCB 14.836.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

5.- FERNANDEZ RODRIGUEZ, ROGELIO. - Chofer.-

Fecha y lugar de nacimiento: 15-4-1973 Lavalleya.-

C.I. 3.591.267.2.-

C.C. CMA 45.680.

Domicilio actual: Ruta 75 Km. 33800. Canelones.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Rogelio Fernandez García.-

C.I. 846.122.4 C.C. FBC 1260.- trasl. CMA 32.352.-

Nombre de la madre: Aurora Rodriguez Pla.-

C.I. 1.888.013.F.C. FAA 20.478. tras. CMA 32351.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

6.- GARDELA DO CARMO, WALTER DANIEL. - Aux. de Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 29-5-1967 Artigas.-

C.I. 3.485.420.9.-

C.C. IAC 49.260.-

Domicilio actual: Eduardo María Castro 752 Dpto. de Artigas.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Walter Jesus Gardela Tolosa.- Policia Retirado

C.I. 1.977.106.2 C.C. IAC 17.095.

Nombre de la madre: Ulma Do Carmo Costa.-

C.I. 3.890.229.6.C. IAC 21.159.

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

RESERVADO  
003

9500442

RESERVADO

## 7.- GONZALEZ CHAGAS, WILLIAM.- Aux. de Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 16-3-1976 Canelones.-

C.I. 3.145.276.1.-

C.C. CMA 47.911.-

Domicilio actual: Calle 4 Manz. "E" Solar 122- Pando-Canelones.

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Abelino González.-

C.I. C.C.

Nombre de la madre: Dora Chagas.-

C.I. 1.239.093.4 C.C. CMA 28.856.-

Nombre del cónyuge: Ana Cecilia Rosadilla.-

C.I. 4.247.926.9 C.C.

## 8.- GONZALEZ MACHADO, RODOLFO FABIAN.- Aux. de Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 13.12.1974 Montevideo.-

C.I. 3.109.474. 1.-

C.C. CME 9352.-

Domicilio actual: Ruta 8 Km. 23 Los Aromos Calle Democracia Solar 12.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Luis María González Moreira.-

C.I. 1.519.519.3 C.C. BDC 244.- Mil (R)

Nombre de la madre: Selva Beatriz Machado.-

C.I. 1.494.663.6 C.C. BDA 72.877.-

Nombre del cónyuge:

C.I. C.C.

220271  
 con el esposo al lado  
 Alina Franco y  
 el hijo  
 de la madre

## 9.- IBARRA RODRIGUEZ, MARIO DANIEL.- Aux. de Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 12.9.1962 Cerro Largo.-

C.I. 3.220.149.6

C.C. GBA 8224.- trasl. BOA 13.873.-

Domicilio actual: Vehicular II-Block 5 1422 Apto. 304.- (Pando) Canelones.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Antonio Lavalleja Ibarra Esnal.- Militar (R)

C.I. 3.712.685.9 C.C. GEE 781.

Nombre de la madre: Elida Rodriguez

C.I. 2.540.245.5 C.C. GBA 8427.- Trasl. G.E.E. 2231

Nombre del cónyuge: Elder Yolanda de los Santos Acosta.-

C.I. 3.247.789.3 C.C. GBB 9655.

RESERVADO

004

9500442

RESERVADO

4/4

10.- DUARTE PUCHERELLIS Lucía Doris. Aux.Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 8/11/67 Montevideo.

C.I. 1.927.334-9

C.C. B.B.A. 37.704

Domicilio actual - Avda. Al Hipodromo N°4439

Nombre del padre -

C.I. . . . C.C.

Nombre de la madre - Tomasa Lucía PUCHERELLIS MEDEROS

C.I. 1.025.504-0 C.C.

005/5

9500442

RESERVADO

12-GEN-1995 10:17

DNII SECRETARIA PRIVADA

005982910319 P.01

FAX N° 029/95



# Ministerio del Interior

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

SECRETARIA

Montevideo, enero 12 de 1995.-

## SITUACION DE LA CIA. DEL GAS.-

- En el día de ayer, en horas de la mañana y en horas de la tarde, dirigentes sindicales de ABOGAS, encabezados por Presidente y Secretario del Gremio, MIGUEL VELA y LUIS PUIG, mantuvieron conversaciones con autoridades de GASEBA URUGUAY, continuando en el día de la fecha - a efectos de llevar la posición de GASEBA a la Asamblea Gral. del sindicato a realizarse mañana hora 11.00'.
- GASEBA URUGUAY, de acuerdo a lo informado por la FNN se haría cargo de la compañía recién la semana entrante, -posiblemente viernes 20.-
- En otro orden el Presidente de la Comisión Interventora de la Cia. del Gas, CONO CRUCCI dijo que recién ayer, -comenzaron a notificar a los funcionarios, los cuales tienen a partir de ese momento cinco días para firmar su aceptación de pasar a GASEBA. Dichas notificaciones finalizan hoy.-
- La Mesa Representativa del PIT CNT, prevista para la tarde de la víspera con el fin de tratar la situación de la Cia. del Gas, no se pudo realizar por falta de quorum. En la oportunidad la única decisión del Secretariado Ejecutivo fue que hoy hora 1100 concurrirán al Hotel Victoria Plaza, donde entregaran al Sr. Presidente Electo un documento planteando los problemas de fondo e inquietudes del Movimiento Sindical.-

- Se ampliará.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información e Inteligencia  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrega 13 ENE. 1995  
Pasa a B106. Subsección  
N° de Orden 9500443

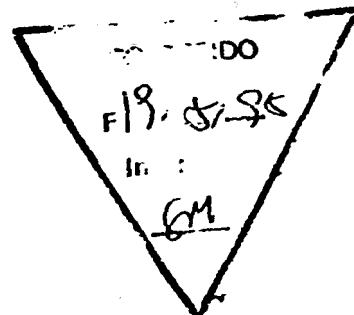
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

INSPECTOR GENERAL

SOL RIVERA

TOTAL P.01

01-12-95 10:18



FECHA 12-1-95 INICIAL N°  
Procesado a Sistema DPX  
OBSERVACIONES

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 12-1-95  
Pasa a SDI  
Identificación 9500443

815- Gremial

575 P01

00/1



ARCHIVO

P.009.4

Montevideo, enero 12 de 1995

1)-

INFORMACION GRENIALORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: Se encuentran en conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas.-

INDUSTRIA DE LA MADERASINDICATO DE OBREROS DE LA INDUSTRIA DE LA MADERA Y AFINES:

En el día de la fecha se realizará una Asamblea General en el local sindical sito en Hocquart 1523 a la hora 18:30. La misma considerará un informe relativo al ajuste salarial de enero y la culminación del convenio al 30/IV/ entre otros temas.-

ORGANIZACIONES GRENIALES-SOCIALES

PIT-CNT: En el día de la fecha a la hora 11:00 en el hotel Victoria Plaza entregan al Presidente electo un documento planteando los problemas de fondo e inquietudes del Movimiento Sindical.-

2)-

INFORMACION ESTATAL

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PUENA: En la víspera se llevó a cabo una Asamblea en el local sindical, la cual duró dos horas y que contó con una concurrencia de 60 personas aprox. En la misma se resolvió exigir la revocación de la adjudicación y se autorizó a la Mesa Directiva a tomar cualquier medida necesaria.-

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. La Asamblea realizada el 10 del corriente se encuentra en cuarto intermedio hasta mañana a la hora 11:00. Por otra parte se pudo establecer que en la víspera en horas de la mañana se realizó una entrevista entre dirigentes sindicales y autoridades de GASEBA, quedando de reunirse nuevamente a la hora 17:00, lo cual se llevó a cabo. Lo tratado en ambas reuniones será dado a conocer al funcionariado por parte de los dirigentes sindicales el próximo viernes 13 en asamblea general.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 12-1-95  
Pasa a SDE  
Nº de Identificación 9500444

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 13 ENE. 1995  
Pasa a ARCHIVO/psieosce  
Nº de V. 9500444

001/1

SECRET

13 DE MAYO DE 1994

INFORME NO. /3232

ASUNTO: INFRAESTRUCTURA Y CARACTERISTICAS DEL HIZBALLA  
EN EL EXTRANJERO - VITA INFORMATIVA

Documento ilegible

GENERALIDADES

1. A TRAVES DE LOS ANOS HEMOS COMPROBADO QUE EN TODOS AQUELLOS LUGARES EN QUE EXISTE UNA COMUNIDAD SHITA CUYA PROCEDENCIA ES DE EL LIBANO, TAMBIEN SE ENCONTRARA SEGURAMENTE A SIMPATIZANTES E INTEGRANTES DE LA COMUNIDAD QUE DAN SU APOYO AL HIZBALLA, Y EN NUMEROSOS LUGARES TAMBIEN HAY UN NUCLEO DE MILITANTES DE HIZBALLA DE EL LIBANO QUE EMIGRARON Y SE RADICARON EN EL EXTRANJERO, Y ALLI CONTINUAN SUS ACTIVIDADES INSTITUCIONALIZADAS EN LA ORGANIZACION.

2. PARA DEFINIR CUAL ES LA INFRAESTRUCTURA DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO, A CUYO SEGUIMIENTO DEDICAMOS TANTO ESFUERZO, EN NUESTRA OPINION SE DEBE DISTINGUIR TRES GRUPOS DE PERTENENCIA:-

A. UN NUCLEO PEQUEÑO Y REDUCIDO DE MILITANTES DEL HIZBALLA QUE SON ENVIADOS DESDE EL LIBANO PARA LA EJECUCION DE MISIONES AD-HOC EN EL EXTRANJERO (COMPILACION DE INFORMACION PREOPERACIONAL, CONTRABANDO, ATENTADOS). CASI SEGURAMENTE NO RESIDEN EN EL EXTRANJERO FIJAMENTE, SINO QUE ACTUAN MEDIANTE HOMBRES LOCALES DE CONTACTO. GENERALMENTE PERTENECEN A LAS UNIDADES OPERATIVAS DE LA ORGANIZACION.

B. UN GRUPO DE MILITANTES DEL HIZBALLA, CUYOS INTEGRANTES EMIGRARON POR DIVERSOS MOTIVOS DESDE EL LIBANO AL EXTRANJERO (POR RAZONES ECONOMICAS, LIQUIDACION DE CUENTAS EN LA ALDEA O DE TIPO FAMILIAR, POR PROBLEMAS CON LAS AUTORIDADES DE EL LIBANO), Y QUE DEBIDO A SU PASADO EN EL LIBANO EN EL MARCO DE LA ORGANIZACION, SE CONCENTRAN JUNTOS Y ESTABLECEN UNA CELULA DEL HIZBALLA, QUE ORGANIZA ACTIVIDADES ABIERTAS Y A VECES TAMBIEN ACTIVIDADES SECRETAS EN ESE PAIS: RECLUTAMIENTO DE FONDOS, LA ORGANIZACION DE ASISTENCIA HUMANITARIA Y SU ENVIO A EL LIBANO, MANIFESTACIONES Y ACTOS DE PROTESTA, LA MANTENCION DE RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS EN EL

Nº DOCUMENTO

8500445

TITULO

Infraestructura de Hizballah en el exterior

PROCEDENCIA

CID 20448

FE H

15/5/94

VIGIL CUAL

T. Idemia 11847  
Hizballah 514402

N2  
N2

01-05

9500445

EXTRANJERO, ETC. ESTE GRUPO MANTIENE UN CONTACTO CONTINUO CON LA CONDUCCION DE LA ORGANIZACION EN EL LIBANO POR MEDIO DE CONVERSACIONES TELEFONICAS, FAX, ENVIADOS, Y ACTUA SEGUN LAS INSTRUCCIONES QUE LLEGAN DESDE EL LIBANO. EL EJEMPLO MAS SOBRESALIENTE ES EL DE LOS MILITANTES DEL HIZBALLA EN EUROPA: ALEMANIA, INGLETERRA, ESPANA Y SUIZA, Y TAMBIEN EN ALGUNOS PAISES LATINOAMERICANOS, COMO VENEZUELA, BRASIL, LA ZONA DEL TRIANGULO FRONTERIZO. EN ESTOS PAISES ACTUAN CELULAS ORGANIZADAS DE MILITANTES DEL HIZBALLA CON UNA CONDUCCION EFECTA Y UN CONSEJO DE MIEMBROS QUE SON RESPONSABLES, CADA UNO EN SU TERPENO, DE LA DIRECCION DE LA VIDA DE LA CELULA Y DEL CONTACTO CON EL LIBANO.

2. A ESTE GRUPO PERTENECEN LOS SIMPATIZANTES Y COLABORADORES DEL HIZBALLA DE LA COMUNIDAD SHIITA, QUE NO SON MIEMBROS REGULARES DE LA ORGANIZACION, PERO SE IDENTIFICAN CON SUS HERMANOS SHITAS DE EL LIBANO. SU APOYO ES PASIVO, Y SU ASISTENCIA SE EXPRESA EN EL TERPENO ECONOMICO. SE PUEDE HALLAR GRUPOS DE SIMPATIZANTES DE ESTE TIPO EN EL SEÑO DE LAS COMUNIDADES SHITAS EN AFRICA, LATINOAMERICA, AUSTRALIA, ETC., EN LUGARES EN QUE RESIDEN GRANDES COMUNIDADES SHITAS.

#### INFRAESTRUCTURA DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO

3. DEL CONJUNTO DE LA INFORMACION QUE SE HALLA EN NUESTRO PODER SOBRE LA CONSOLIDACION DE LA INFRAESTRUCTURA EN EL EXTRANJERO, SE PERFILO EL SIGUIENTE CUADRO: MILITANTES DEL HIZBALLA QUE SALEN DESDE EL LIBANO A DIVERSOS PAISES, DECLARAN QUE SOLICITAN REFUGIO POLITICO COMO REFUGIADOS, Y CON ESTE PRETEXTO LOGRAN INGRESAR AL PAIS Y RECIBIR VISA DE ESTANCIA DE REFUGIADO POLITICO POR UN PERIODO LIMITADO, HASTA QUE CONCLUYA LA EXAMINACION DE LAS AUTORIDADES DE INMIGRACION. EN ESTE PERIODO TIENEN PROHIBIDO EL RETORNO A EL LIBANO, PERO ESTO NO LES IMPIDE CONTINUAR MANTENIENDO CONTACTO CON SUS FAMILIAS EN EL LIBANO POR DIVERSAS VIAS. CABE SEÑALAR QUE LA DOCUMENTACION QUE POSEEN PUEDE SER FALSIFICADA EN LA MAYOR PARTE DE LOS CASOS, O PERTENECE A OTRO MIEMBRO DE LA FAMILIA, LO CUAL DIFICULTA SU IDENTIFICACION. OTRA FORMA DE RADICARSE ES CON EL STATUS DE ESTUDIANTE, QUE LLEGA Y SE INSCRIBE EN LA UNIVERSIDAD CON BECAS DE FUNDACIONES DE DIVERSAS INSTITUCIONES ISLAMICAS. EN REALIDAD NO ESTUDIAN, PERO ESTAN INSCRIPTOS COMO ESTUDIANTES DURANTE AÑOS, Y PARALELAMENTE ACTUAN EN EL SEÑO DE LA COMUNIDAD LOCAL EN TAREAS DE RECLUTAMIENTO Y PROPAGANDA.

4. A FIN DE OBTENER LA CONFIANZA DE LAS INSTITUCIONES DE LAS AUTORIDADES LOCALES, GENERALMENTE MANTIENEN UN PERFIL BAJO DURANTE DOS O TRES AÑOS. EN ESTE PERIODO TRATAN DE NO ATRAER LA ATENCION Y NO DESPERTAR LAS SUSPECHAS DEL SERVICIO LOCAL DE INTELIGENCIA. PARALELAMENTE, COMIENZAN A INTEGRARSE EN LA COMUNIDAD LOCAL, SE CASAN CON CIUDADANAS DEL LUGAR Y ENCUENTRAN UN EMPLEO. EN ESTA ETAPA SE PREOCUPAN LOS MILITANTES LOCALES DE LA ORGANIZACION POR ACOMPAÑAR SU ABSORCION.

5. LOS MILITANTES QUE LLEGAN DE EL LIBANO SE ALOJAN EN LA MAYORIA DE LOS CASOS EN HOTELES O ALBERGUES FIJOS DE BAJO NIVEL,

Doc. Poco LEGIBLE

9500445

CUYOS PROPIETARIOS SON LIBANESES, Y SU SITUACION ECONOMICA NO ES BUENA. DESPUES DE DOS O TRES AÑOS DE ACTIVIDAD PASIVA Y DE MANTENER UN BAJO PERFIL, LOS MILITANTES COMIENZAN A SOBRESALIR EN EL TERRENO.

6. EN TODOS LOS PAISES EN QUE SE DESARROLLA UNA INFRAESTRUCTURA DE MILITANTES DEL HIZBALLA, GENERALMENTE SE ESTABLECEN CELULAS SEGUN UNA DISTRIBUCION GEOGRAFICA, EN LAS CIUDADES GRANDES Y CENTRALES, Y TODA LA ACTIVIDAD EN ESE PAIS SE CONCENTRA EN UN CONSEJO SUPERIOR ELECTO, EN COORDINACION Y CON LA INTERVENCION DE LA CONDUCCION EN EL LIBANO.

7. POR LA INFORMACION QUE SE HALLA EN NUESTRO PODER NOS HEMOS ENTERADO QUE EN LA VIDA COTIDIANA LOS MILITANTES DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO SE DEDICAN A VARIOS RAMOS DEL COMERCIO, Y AL MISMO TIEMPO ACTUAN EN EL MARCO DE LA ORGANIZACION LOCAL, MANTIENEN REUNIONES SECRETAS Y ABIERTAS, SE REUNEN A TITULO FIJO EN LA MEZQUITA O EN EL CENTRO CULTURAL ISLAMICO CON SACERDOTES IRANIES Y LIBANESES, Y VAN ENTRELAZANDO RELACIONES CON MILITANTES DE LA CELULA Y CON LOS SIMPATIZANTES LOCALES DEL HIZBALLA.

8. EN EUROPA, POR EJEMPLO, PARECE QUE SE MANTIENEN TAMBIEN RELACIONES CON LAS CELULAS DEL HIZBALLA EN DIVERSOS PAISES, Y LOS MILITANTES SE MUEVEN EN EL INTERIOR DE EUROPA.

9. EL HIZBALLA ATRIBUYE MUCHA IMPORTANCIA A LA ORGANIZACION DE SUS ACTIVIDADES EN EL EXTRANJERO Y A LA INSTITUCIONALIZACION DE LAS CELULAS DEL HIZBALLA EN LOS DISTINTOS PAISES. EL DEPARTAMENTO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA ORGANIZACION ES RESPONSABLE DEL CONTACTO CON LA DIASPORA, MANTIENIENDO RELACIONES CORRIENTES Y COTIDIANAS CON LOS MILITANTES PRINCIPALES EN EL EXTRANJERO MEDIANTE CONVERSACIONES TELEFONICAS, CORRESPONDENCIA Y ENVIOS. LA OPERACION "AJUSTE DE CUENTAS", EL ATAQUE DE OBJETIVOS DEL HIZBALLA EN EL SUR DE EL LIBANO EN JULIO DE 1993, Y EL INTERES DE LOS MILITANTES DEL HIZBALLA DEL EXTERIOR POR SUS PARIENTES Y FAMILIARES EN EL LIBANO, CAUSADO COMO CONSECUENCIA DE ESTOS SUCEOS, HICIERON SOBRESALIR LAS ESTRECHAS RELACIONES ENTRE LA DISPERSION DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO Y SUS FAMILIARES EN EL LIBANO, EN EL SUR DE ESTE PAIS Y EN LA FRANJA DE SEGURIDAD. SE OBSERVO UN MOVIMIENTO ENTRE LOS MILITANTES EN EL EXTRANJERO PARA RECLUTAR FONDOS Y ASISTENCIA HUMANITARIA PARA SUS HERMANOS EN EL LIBANO.

10. CABE SENALAR QUE DESPUES DE ESTE INCREMENTO DE LA ACTIVIDAD, EL HIZBALLA COMENZO A ENVIAR DELEGACIONES A LAS DISTINTAS COMUNIDADES. ESTAS DELEGACIONES ESTARAN COMPUESTAS POR MILITANTES CONOCIDOS Y DESTACADOS DEL HIZBALLA, ENTRE ELLOS MIEMBROS OFICIALES DEL PARLAMENTO, QUE VISITABAN METODICAMENTE EN EUROPA: ALEMANIA, INGLATERRA Y SUECIA, ASI COMO TAMBIEN EN AFRICA: COSTA DEL MARFIL, NIGERIA, GABON, GANA, SIERRA LEONE, ZAMBIA, SENEGAL, ETC.

11. LA ORGANIZACION PUBLICO DE MANERA OFICIAL QUE LOS MIEMBROS DE LAS DELEGACIONES SE REUNIERON CON FACTORES OFICIALES DE ESOS PAISES, CON EMBAJADORES Y FIGURAS PUBLICAS, CON EL FIN DE IMPULSAR EL APOYO A LOS LIBANESES CHITAS EN EL SUR DE EL

Doc. Poco LEGIBLE

9500445.

LIBANO, Y LA LIBERACION DE SUS CAUTIVOS EN PODER DE ISRAEL Y DEL EJERCITO DEL SUR DE EL LIBANO. NO OBTANTE, NOSOTROS ESTIMAMOS QUE ESTAS VISITAS FUERON EXPLOTADAS PARA ESTRECHAR LAS RELACIONES CON LOS MILITANTES LOCALES DEL HIZBALLA Y PARA ORGANIZAR UNA INFRAESTRUCTURA LOCAL (EL TRASLADO DE MENSAJES E INSTRUCCIONES A LOS MILITANTES OPERATIVOS DE LA ORGANIZACION QUE SIRVEN PARA OBJETIVOS DE COMPILACION DE INFORMACION PREOPERACIONAL Y EL COMETIDO DE ATENTADOS).

12. OTRO CANAL POR CUYO INTERMEDIO SE MANTIENE UN ESTRECHO Y ACTIVO CONTACTO CON LA DIASPORA DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO ES LA OFICINA DEL JEQUE MUHAMED HUSSEIN FASALALLA, EL LIDER ESPIRITUAL DEL HIZBALLA. EL JEQUE CONSTITUYE UNA DIRECCION A LA QUE SE REMITEN INTERROGANTES RELIGIOSOS QUE SON MOTIVO DE DUDAS PARA LOS MILITANTES Y SIMPATIZANTES QUE RESIDEN EN EL EXTRANJERO, PERO NOSOTROS ESTIMAMOS QUE DESDE SU OFICINA SE LLEVA A CABO TAMBIEN UNA ACTIVIDAD QUE NO POSEE CARACTER RELIGIOSO FRENTE A LA DIASPORA EN EL EXTERIOR, Y POSIBLEMENTE TAMBIEN SE MANTENGA UNA COMUNICACION SECRETA Y EN PARTE OPERATIVA CON LOS MILITANTES DEL HIZBALLA POR MEDIO DE SUS HIJOS, QUE ACTUAN Y SE TRASLADAN EN EL LIBANO Y EL EXTRANJERO.

#### CARACTERISTICAS DE LA ACTIVIDAD DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO

13. LA ACTIVIDAD DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO TIENE CARACTERISTICAS QUE EN APARIENCIA PARECEN INOCENTES, Y LE SIRVEN COMO UNA CUBIERTA LEGITIMA PARA SUS ACTIVIDADES. EN NUESTRA EVALUACION SI SE SIGUE A ESTAS CARACTERISTICAS, PODRIA LLEGARSE A DESCRIBIR LA INFRAESTRUCTURA SECRETA UTILIZADA PARA LAS ACTIVIDADES OPERATIVAS DE LA ORGANIZACION:

A. ACTIVIDADES COMERCIALES: ULTIMAMENTE DISTINGUIREMOS UNA CRECIENTE TENDENCIA, EN EL SEÑO DEL HIZBALLA EN EL LIBANO, PARA TRATAR DE LLEGAR A UNA INDEPENDENCIA ECONOMICA, Y A LA CAPACIDAD DE PODER FINANCIAR POR PROPIAS FUENTES LA ACTIVIDAD DE LA ORGANIZACION. PARECE QUE TRAS ESTA TENDENCIA SE HALLA IRAN, QUE ESTA INTERESADO EN VER QUE EL HIZBALLA FINANCIA POR SI MISMO ACTIVIDADES OPERATIVAS, SIN QUE HAYA INDICACIONES REVELADORAS DE LA INTERVENCION IRANI. PARA ELLO SE ABREN COMPANIAS COMERCIALES EN EL LIBANO Y EN EL EXTRANJERO, DE PROPIEDAD Y CON LA ADMINISTRACION DE MILITANTES DEL HIZBALLA, CUYA META ES LA DE PROPORCIONAR UNA CUBIERTA A LA ACTIVIDAD SECRETA/OPERATIVA DE LA ORGANIZACION EN EL EXTRANJERO. GENERALMENTE ESTAS COMPANIAS SE DEDICAN A DIVERSOS TERRENOS COMERCIALES, COMO TRANSACCIONES DE INMUEBLES, COMBUSTIBLE, LA VENTA DE EQUIPOS SANITARIOS, EQUIPO ELECTRONICO, LA COMPRAVENTA DE AUTOMOVILES USADOS, LA IMPORTACION Y EXPORTACION DE ROPA, COMESTIBLES Y OTROS ARTICULOS. CABE SEÑALAR QUE POR EXPERIENCIA DEL PASADO SABEMOS QUE LA ACTIVIDAD COMERCIAL APARENTEMENTE INOCENTE SIRVE DE CUBIERTA PARA EL CONTRABANDO DE ARMAS (LOS AFFAIRES DE VALENCIA Y COSTA DE MARFIL), Y PARA DAR ASISTENCIA OPERATIVA A LAS ACTIVIDADES TERRORISTAS EN EL EXTRANJERO.

B. LA ASISTENCIA DE LA COMPANIA MEA: EN LOS ULTIMOS AÑOS SE HA ACUMULADO INFORMACION QUE INDICA QUE EN LA COMPANIA

Doc. Poco LEGIBLE

04

9500445

LIBANESA DE AVIACION SE HAN INFILTRADO MILITANTES Y COLABORADORES DEL HIZBALLA, EN EL CENTRO DE LA COMPANIA EN EL LIBANO Y EN DISTINTAS FILIALES A TRAVES DEL MUNDO. NOSOTROS ESTIMAMOS QUE LA ORGANIZACION DEL HIZBALLA UTILIZA LOS SERVICIOS DE LA COMPANIA PARA SUS PROPIAS NECESIDADES COMO EL CONTRABANDO DE ARMAS Y MATERIALES EXPLOSIVOS EN LAS CARGAS, EL MANTENIMIENTO DEL CONTACTO CON LA DIASPORA, Y ASISTENCIA AL MOVIMIENTO DE MILITANTES OPERATIVOS ENTRE EL LIBANO Y EL EXTRANJERO.

C. ACTIVIDAD DELICTIVA: CONTAMOS CON NUMEROSA INFORMACION QUE INDICA LA PARTICIPACION DE MILITANTES DEL HIZBALLA EN ACTIVIDADES DELICTIVAS ENTRE EL LIBANO Y EL EXTERIOR (EUROPA, AFRICA, LATINOAMERICA). ESTAS ACTIVIDADES INCLUYEN LA FALSIFICACION DE DINERO Y DE DOCUMENTOS, ASI COMO EL TRAFICO ILEGAL DE AUTOMOVILES USADOS. SEGUN LA INFORMACION LAS ACTIVIDADES DE FALSIFICACION SE LLEVAN A CABO EN EL LIBANO, CON MAS PRECISION EN LA BEKAA Y EN BEIRUT, Y POR MEDIO DE HOMBRAS DE CONTACTO Y ENVIADOS, LA 'MERCADERIA' SOLICITADA ES TRASLADADA A TODO EL MUNDO. NOSOTROS ESTIMAMOS QUE ESTA ACTIVIDAD ES UTILIZADA TAMBIEN POR LOS ELEMENTOS OPERATIVOS DEL HIZBALLA EN EL EXTRANJERO, Y SUMINISTRA LA INFRAESTRUCTURA OPERATIVA PARA LAS ACTIVIDADES TERRORISTAS EN EL EXTRANJERO. A PESAR DE QUE SIEMPRE SE PUEDE TRAZAR UNA LINEA DIRECTA ENTRE LAS ACTIVIDADES DELICTIVAS Y LAS TERRORISTAS, ESTIMAMOS QUE LOS MISMOS FACTORES QUE PARTICIPAN DE LAS PRIMERAS, Y SUS CONTACTOS EN EL EXTRANJERO, PODRIAN SER UTILIZADOS POR EL HIZBALLA EN CASO DE NECESIDAD.

011

Doc. Poco LEGIBLE

05-05

9500445.

Nº DOCUMENTO 9500446  
TÍTULO Protesta de Bereberes en Argelia.  
PROCEDENCIA 150487  
FECHA DE PROCEDENCIA 03-10-84  
VINCULACIONES 11841 -  
501412 -

ENTRADO 17  
CRUZADO 112

*Siete fundamentalistas fueron muertos en un enfrentamiento*

## Estalla la protesta de bereberes en Argelia a raíz de un secuestro

*Decenas de miles de bereberes se congregaron ayer en la localidad argelina de Tizi Uzu, 100 kilómetros al este de Argel, en una manifestación en la que se solicitó la liberación del cantante y poeta Lounes Matoub por parte de los fundamentalistas y el reconocimiento de la lengua y cultura bereberes.*

Fuentes locales informaron que acudieron más de 70.000 personas a la manifestación, convocada por el Movimiento por la Cultura Bereber (MCB) para hacer varios reclamos y entre ellos la liberación de Matoub, secuestrado hace una semana.

Los manifestantes coreaban consignas como "No hay escuela sin 'tamazigt'" (idioma bereber) y "Devuelvamos a nuestro Lounes Matoub sano y salvo". La marcha que se inició a las nueve y media de la mañana duró hasta la tarde.

Numerosos agentes de las fuerzas del orden vigilaron la manifestación y no se registró ningún incidente.

El MCB, que mantiene desde hace tres semanas una huelga en las escuelas y colegios de las provincias cabileñas de Tizi Uzu, Bujía y Buira, extendió desde anteayer la huelga a los establecimientos universitarios de las mismas provincias.

Esta organización que, después del secuestro del cantante el pasado domingo por un grupo de hombres armados, declaró "la guerra total a los integristas" musulmanes, dio marcha atrás dos días después, en respuesta a un llamamiento a la calma hecho por las autoridades militares argelinas.

### Por la causa bereber

Matoub Lounes, un poeta y cantante cabileño de 38 años, comprometido con la causa bereber, es considerado como un "verdadero símbolo vivo" de la cultura de su pueblo, y su desaparición provocó la ira de

la población de estas provincias montañosas.

El MCB (Coordinación Nacional), integrado por las dos tendencias más importantes de los nacionalistas bereberes argelinos, el Frente de las Fuerzas Socialistas (FFS, del histórico Hocín Ait Ahmed) y la Agrupación por la Cultura y Democracia (ACD, de Said Sadi) vienen organizando manifestaciones en los pueblos y ciudades de la región desde hace tres semanas.

En estas comarcas, numerosos pueblos y aldeas han organizado comités de defensa para repeler los repetidos ataques de grupos armados, presuntamente extremistas islámicos, que saquean la zona intentando someter a la población.

### Más muertes

Siete presuntos terroristas fueron asesinados por las fuerzas de seguridad argelinas en las provincias del oeste y centro del país entre el miércoles y el viernes pasados, informaron ayer fuentes policiales.

Los siete presuntos extremistas islámicos murieron en el transcurso de operaciones antiterroristas llevadas a cabo por las fuerzas de seguridad argelinas.

Por otra parte, un militante del Movimiento por la Sociedad Islámica (Hamas, islamistas moderados) fue secuestrado ayer por un grupo de presuntos extremistas armados en la provincia de Echlef, a 200 kilómetros al este de la capital.

Buali Kuidri Habaz, maestro de enseñanza primaria y responsable

local de Hamas, es el tercero de los militantes de este partido que sufre un secuestro en los últimos tres meses y uno de los cinco partidos que intervienen en el diálogo nacional convocado por el presidente argelino, Liamín Zerual, y que fue amenazado por el Grupo Islámico Armado (GIA) a consecuencia de esta participación. ■ (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE)



9500446

01-02



E0 5/10

Diferencias entre fundamentalistas y choques de extremistas con militares

## Bereberes van a la huelga general en Argelia en un enrarecido clima de enfrentamientos

Argel - Las fuerzas de seguridad argelinas mataron a 6 presuntos extremistas islámicos armados entre el domingo y el lunes en tres provincias del Este y Oeste del país, en un enrarecido clima político en el que se acentúan las rivalidades entre los jefes de los grupos armados extremistas.

La etnia bereber, que conforma la tercera parte de la población, añade a esta situación una huelga general. El motivo es el secuestro hace diez días del cantante bereber Matub Lunes, del Movimiento Cultural Bereber.

Además de su liberación, piden el reconocimiento de la lengua bereber.

Cuatro hombres armados fueron abatidos en el transcurso de una operación de "limpieza" llevada a cabo por las fuerzas del orden el lunes en los montes de Fergug, provincia de Mascara, a 450 kilómetros al Oeste de la capital.

En la localidad de Boti Sayeh, en la provincia de Echlef, a 200 kilómetros al Oeste de Argel, un extremista fue muerto el domingo y otro fue abatido en la localidad de Mechta Hamra, en la provincia de Mila.

Las rivalidades entre jefes de clanes en el seno de la nebulosa formada por los grupos armados integristas, se acentúan, mientras persiste el silencio de los líderes del Frente Islámico de Salvación (FIS) a propósito de una tregua militar.



Manifestación

Argelinos se expresan contra el fundamentalismo en una demostración callejera

El llamado Movimiento del Estado Islámico (MEI), dirigido por Said Majlufi, un antiguo oficial del Ejército, y formado por un sector de esos grupos opuestos a una negociación política con las autoridades, dio a conocer ayer un comunicado en el que condena a sus rivales del Grupo Islámico Armado (GIA), el más radical de todos ellos.

La convocatoria del MCB a la huelga general de hoy afecta no sólo a las comarcas bereberes, sino también a Argel y a las grandes ciudades de Argelia, donde la población de origen bereber se estima en seis millones de personas.

El secuestro de Matub Lunes el 25 de setiembre en la capital de Cabilia, Tizu Uzu (a 200 kilómetros al Este de Argel), provocó la ira de la población local y llevó al MCB a declarar la guerra total al

integrismo, al que responsabilizó del secuestro, antes de dar marcha atrás a consecuencia de un llamamiento a la calma hecho por el gobierno.

Otra de las razones de la huel-

ga convocada para hoy es el reconocimiento oficial del idioma bereber. El jefe del gobierno argelino, Mokdad Sifi, anunció la semana pasada la formación de una comisión técnica nacional que estudiará las medidas para introducir el idioma bereber en la enseñanza.

Las dos ramas del MCB, el Frente de Fuerzas Socialistas (FFS), del líder histórico Hocin Ait Ahmed, y el Agrupamiento por la Cultura y Democracia (ACD) de Said Sadi, rechazaron el anuncio de Sifi y declararon que la cuestión bereber no precisa de una comisión técnica sino de "una voluntad política" y que bastaría un reconocimiento oficial.

La huelga sirve además como marco para la conmemoración del 5 de octubre de 1988 cuando se produjeron en Argelia violentos disturbios que fueron seguidos de la más feroz represión experimentada en el país desde su independencia en 1962.

Según un recuento oficial, más de 500 personas resultaron muertas y otras miles, entre ellos niños, fueron torturadas por las fuerzas del orden.

El entonces presidente argelino, Chadli Benyedid, reconoció los excesos y prometió un castigo a los torturadores, pero nunca fue aplicado.

A partir de aquella fecha, convertida en aniversario de la "revuelta de octubre por la libertad" y recordada tanto por demócratas como integristas, el poder argelino, sacudido por una protesta cada vez más amplia y organizada, cedió terreno y adoptó el multipartidismo. ■ (De la redacción de El Observador en base a EFE)

02-02

9500446

Nº. DOCUMENTO

9500447

TÍTULO *Atentado con 22 muertos en Tel Aviv.*

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 10-10-14

VINCULACIONES 11842 -

11554 -

102603 -

114407 -

66308 -



ENTRADO N2  
CRUZ DO N2

*Hamas se atribuyó la responsabilidad por venganza del asesinato a tres secuestradores*

## Atentado suicida en un ómnibus provocó 22 muertes y 42 personas heridas en Tel Aviv

*Una bomba portada por un atacante suicida destruyó ayer un autobús en el centro comercial de Tel Aviv, mató a 22 personas e hirió a otras 42. El grupo guerrillero Hamas se atribuyó la responsabilidad del hecho.*

El ejército clausuró inmediatamente Cisjordania y la Franja de Gaza, impidiendo a miles de palestinos llegar a su trabajo en Israel.

El gobierno convocó una reunión urgente del gabinete y ordenó que todos los autobuses del país fueran detenidos de inmediato y examinados ante la posibilidad de que sean atacados.

La explosión destruyó el autobús de la línea 90 que circulaba con rumbo norte por la calle Dizengoff a las 9 de la mañana (4 de la madrugada en Uruguay) y causó daños a un segundo autobús que iba en sentido contrario.

"La gente huyó de las aceras y la cabeza del conductor fue completamente cercenada", dijo el testigo ocular Eitan Yamini.

La policía dijo que el atacante subió al autobús con una carga de 50 kilos de explosivos, según EFE y 10 según AP.

"La gente voló por todos lados, volaron brazos y piernas. Fue una cosa terrible", dijo Moshe Reiner, que caminaba hacia su trabajo cuando estalló la bomba.

La fuerza de la explosión destruyó por completo el autobús, reduciéndolo a una pila de metal calcinado y retorcido.

Partes de la carrocería quedaron colgadas en los cables del tendido eléctrico y otras en los tejados vecinos. Restos de vidrios regaban la calle mezclados con restos humanos.

La Estrella Roja de David, equivalente de la Cruz Roja, hizo

un llamamiento a la población para que concurra a los hospitales, donde estaban los 42 heridos, a donar sangre.

### El porqué del ataque

Un comunicado del ala armada de Hamas, Izzedine al-Qassam, fue leído por los altavoces de varias mezquitas en la Franja de Gaza,

territorio autónomo regido por la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) de Arafat.

El brazo armado del grupo Hamas, organización integrante de OLP, dijo en Gaza que el ataque fue para vengar la muerte de tres miembros que secuestraron a un soldado israelí por cinco días la semana pasada.

Los guerrilleros asesinaron al soldado y poco después fueron muertos por comandos israelíes en el intento de copar su escondite en la margen occidental del río Jordán.

"Habrán más operaciones de represalia contra el repugnante

Rabin", dijo Hamas, que se opone al tratado de paz firmado por Israel y la Organización para la Liberación de Palestina.

El ministro de Policía Moshe Shahal dijo que el atentado de ayer fue uno de los peores en la historia de Israel y advirtió que el gobierno responderá "con medidas apropiadas".

"Después de estos ataques hay necesidad de aumentar la lucha contra los terroristas", dijo Shahal.

Hamas perpetró dos ataques terroristas desde el 9 de octubre, afectando seriamente la frágil paz entre israelíes y palestinos.

El presidente Ezer Weizman ha pedido al pueblo "fe, fortaleza de ánimo y mucha paciencia" para "no darles el gusto a los criminales de la paz".

El jefe de la oposición parlamentaria, Benjamín Netanyahu, líder del bloque Likud, exigió al gobierno que imponga de inmediato el estado de sitio a Gaza, que impida el ingreso de 20.000 obreros de esa zona autónoma a Israel, y que suspenda por completo la liberación de presos palestinos. (De la redacción de El Observador en base a fuentes de AP y EFE)

### Clara condena y llamado a la paz de Arafat

Ciudad de Gaza - El líder palestino Yasser Arafat condenó el ataque al ómnibus en Tel Aviv y dijo que la única respuesta a los extremistas era proseguir con las negociaciones de paz.

Arafat llamó al ministro de Relaciones Exteriores israelí Shimon Peres para expresar su pesar, dijeron fuentes palestinas.

La radio israelí dijo que Arafat ofreció ayuda a los israelíes para hallar a los cerebros del atentado explosivo.

Sin embargo, un consejero de Arafat, Ahmed Tibi, dijo que Israel no debía responsabilizar a la autoridad autónoma palestina por lo sucedido.

"Espero que nadie se apresure, como se ha hecho últimamente, a echarle toda la responsabilidad a la autoridad palestina", dijo Tibi a la radioemisora del ejército israelí.

"El ataque fue realizado dentro de Israel y hay una alta probabilidad de que los atacantes no procedieran de Gaza", añadió. (EFE)



Víctima del terror

Una mujer con heridas en todo el cuerpo es trasladada por un soldado israelí para ser asistida. Otras 41 personas resultaron lesionadas

01-03

9500447

## El peor golpe desde la AMIA

El terrible atentado de ayer en el centro de Tel Aviv, con su saldo de decenas de muertos y heridos inocentes, es el mayor hecho de este tipo desde el sangriento golpe terrorista contra la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA) el 18 de julio de este año, el segundo ataque registrado en nuestro país tras la voladura de la Embajada de Israel el 17 de marzo de 1992.

Detrás de los tres hechos estuvieron hombres que, fundamentalmente, "están en contra de la paz", tal como lo subrayó ayer el embajador israelí en Buenos Aires, Yitzhak Aviran.

Pero el diplomático agregó que "estas son las últimas convulsiones" de estos fanáticos que profesan "una ideología que quiere someter a todo el mundo al fundamentalismo".

Con respecto al grupo terrorista Hamas, que se atribuyó el atentado en Israel, Aviran puntualizó que esta organización "está luchando contra el sionismo y contra todo lo que sea democracia u Occidente".

El embajador recordó que sus compatriotas "pagan un precio muy alto por la paz año tras año. Hace poco, fuimos golpeados con el asesinato de dos de nuestros soldados, pero nuestro pueblo quiere la paz y estamos convencidos de que nuestros vecinos también la quieren".

En este sentido, Aviran puntualizó que "poco a poco estamos teniendo buenas relaciones con nuestros vecinos".

9500447

## Hamas concreta su plan de venganza

El grupo Hamas, que se responsabilizó del sangriento atentado en Tel Aviv, es una organización integrista fundada en Gaza en 1987 con el objetivo de eliminar el Estado de Israel.

El grupo, que se desarrolló dentro del movimiento de resistencia "Intifada", rechazó el proceso de paz en Oriente Medio y buscó desautorizar a la Organización de Liberación de Palestina como único vocero de la causa palestina.

Hamas ("Ardor") anunció en febrero un plan de venganza en cinco fases como reacción a la masacre en la Tumba de los Patriarcas de Hebrón, donde un colono judío mató a 29 palestinos.

La primera venganza ocurrió el 6 de abril. Un auto bomba conducido por un terrorista suicida fue lanzado contra un autobús en cercanías de la Casa de Cultura en Afula (Israel). Hubo nueve muertos, incluido el atacante y 40 heridos.

Una semana después, en Hadera, el 13 de abril, una bomba en un autobús detenido en la terminal causó seis muertos, incluyendo al terrorista que llevó el explosivo.

El tercer atentado fue el 28 de agosto. En Ramallah, dos obreros de la construcción fueron muertos acuchillados.

El 9 de octubre dos hombres de Hamas dispararon contra un bar en el centro de Jerusalén, a solo 500 metros del hotel donde se alojaba el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher. Agentes antiterroristas mataron a los asaltantes. Dos peatones fueron asesinados y 13 personas heridas.

El atentado de ayer, miércoles, en Tel Aviv sería el quinto y último del plan de venganzas anunciado por Hamas.

9500447

03-03

Nº. DOCUMENTO

9500448

TITULO

*crear cuerpo de elite en Argentina para investigar atentado de la AMIA*

PROCEDENCIA

150518

FECHA DE PROCEDENCIA

01-11-14

VINCULACIONES

17842 -

06/60 -

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

## Cuerpo de elite

El Gobierno creará un "cuerpo de elite" integrado por investigadores de las Fuerzas Armadas y de Seguridad, para aunar esfuerzos en la investigación del atentado a la AMIA perpetrado el último 18 de julio. El anuncio fue hecho al salir de una entrevista con el presidente Carlos Menem por el titular de la Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas (DAIA), Rubén Beraja, quien llevó la propuesta a la Casa Rosada. "El Presidente está de acuerdo con la iniciativa y acordó en pocos días establecer las disposiciones para su creación", señaló el dirigente de la comunidad judía, y agregó que el proyecto incluye la formación de "un fondo de recompensa para aquellos que aporten datos e información que permita evitar atentados". Según relató Beraja, "vinimos a conversar para plantear inquietudes sobre la amenaza del terrorismo internacional y las secuelas del atentado del 18 de julio". En cuanto a la creación del "cuerpo de elite", señaló que "nuestra idea consiste en una selección de investigadores de distintas fuerzas de la Argentina, asignado específicamente al trabajo de investigación". En este sentido, el titular de la DAIA puntualizó que "no habrá fuerzas extranjeras" en ese equipo porque se considera que "la Argentina tiene inteligencia para aplicar a ese trabajo y existe la cooperación con organismos extranjeros". Beraja también destacó que "la sociedad está siguiendo de cerca" las investigaciones del atentado y puntualizó que "no aparece nada determinante, que marque un hito o alguna variación novedosa en las pesquisas". Agregó que "trabajamos con el juez (Juan) Galeano y recibimos información y aportes en nuestras oficinas, por lo que pensamos que el Gobierno debe institucionalizar un cuerpo investigativo que abarque todos los esfuerzos".

ENTRADO

Nº

CRUZADO

Nº

9500448

07-07

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA

VINCULACIÓN

9500449  
AMIA: Jelaon du tityn clonci.  
150024 Clonci.  
01/11/84  
11842 - Cu. Sol.  
66760 - Argentina  
- Paraguay.

ENTRADO

CRUZ

SUS IDENTIDADES SE MANTIENEN EN SECRETO Y YA DECLARARON ANTE EL JUEZ

# Atentado a la AMIA: aparecen dos "testigos" que apoyan la pista iraní

El juez federal Juan José Galeano ya le tomó declaración a dos "testigos" considerados clave en la causa en que se investiga el atentado contra la AMIA. Sus identidades se mantienen en secreto pero se asegura que uno de ellos nació

en un país de Oriente Medio y puede revelar "cómo se organizaron" los atentados contra la Embajada de Israel y la AMIA. Los "testigos" reforzaron la llamada pista iraní, que acusa a ex funcionarios de ese país por los atentados.

Dos "testigos" considerados clave se presentaron ante el juez federal Juan José Galeano para aportar datos sobre el atentado terrorista que voló la sede de la AMIA, en julio, y para demostrar que ese caso está relacionado con el ataque terrorista que destruyó la Embajada de Israel, en marzo de 1992.

A pesar de que la identidad de los testigos se mantiene en secreto y que en el juzgado no dieron información sobre sus declaraciones, una investigación de Clarín puede determinar que uno de los testigos, identificado en la causa solamente con la letra "A", nació en un país de Oriente Medio.

Fuentes de Inteligencia y policiales consideran que el testimonio del "testigo A" puede "resultar fundamental" porque:

- Puede revelar el "nombre del ministerio iraní donde se planearon los atentados contra la AMIA y la Embajada de Israel".

- Conoce los movimientos que se realizan en Ciudad del Este (Paraguay) para dar cobertura a los terroristas que habrían actuado en los dos atentados.

- Tiene datos sobre un viaje que realizó el ex embajador iraní en la Argentina Hadi Soleiman Pour, a Foz de Iguazú (Brasil), seis meses después que voló la Embajada de Israel.

- Conocería exactamente el nombre de los dos terroristas que volaron la Embajada de Israel. Uno de ellos -el que planificó el atentado- sería "Carlos El Iraní" y su nombre es Esmad Moghanieh. El segundo, que se inmoló en el coche bomba, era un libanés de nombre Imah Ghamlush.

El testimonio de los "nuevos testigos" aportaría datos a una causa que hace casi cuatro meses no logra resultados determinantes para reforzar la llamada "pista iraní" que sostiene Galeano. Esto es, la responsabilidad de ex funcionarios del gobierno iraní en la preparación y ejecución del ataque contra la AMIA.

Galeano, para avalar esa pista, se basó en la declaración que hizo el "arrepentido" iraní Manouchehr Moatamer en Venezuela. Actualmente, Moatamer está residiendo en los Estados Unidos (véase aparte).

El "arrepentido" había señalado, una semana después del atentado a la AMIA, que varios ex funcionarios iraníes habían participado de la preparación de los dos ataques terroristas.

El Gobierno respaldó esa hipótesis de investigación a punto tal que el presidente Carlos Menem dijo que había "semiplena prueba" de la participación de Irán en el atentado contra la AMIA.

Irán, en cambio, siempre descalificó los dichos de Moatamer y lo acusó de ser un opositor a su gobierno.

Cuando las relaciones diplomáticas entre la Argentina e Irán se pusieron muy tensas, el Gobierno intentó bajar el nivel de conflicto.

El juez pidió la captura internacional de los cuatro ex funcionarios que, cuando voló la AMIA, ya no estaban en Buenos Aires, y además extendió sus sospechas sobre tres diplomáticos iraníes que cumplían funciones en la Embajada cuando se produjo el atentado contra la AMIA y que solo podían ser interrogados por la Corte Suprema de Justicia.

Primero el procurador general de la Nación, Angel Agüero Iturbe, luego funcionarios del Gobierno, y finalmente la Corte Suprema consideraron que no había prue-

bas suficientes para interrogar a los diplomáticos iraníes. En la investigación que realiza Galeano hay un solo detenido: Carlos Alberto Telleldín, quien está acusado

de encubrimiento. Para el juez, Telleldín -que vendió a los terroristas la Traffic usada como coche bomba- sabe más de lo que dijo en su declaración indagatoria.



9500449

01-01

## Llegó a los EE.UU.

El "arrepentido" iraní Manouchehr Moatamer está residiendo en los Estados Unidos, protegido por el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados (ACNUR), según confirmaron a Clarín, fuentes del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Moatamer, quien dice ser ex funcionario del gobierno iraní, declaró ante

el juez federal Juan José Galeano en Venezuela. Allí acusó a Irán por los atentados contra la Embajada de Israel y la AMIA.

Después de declarar ante Galeano, Moatamer viajó al Ecuador, donde siguió protegido por el ACNUR.

Hace unos días está en algún lugar de los Estados Unidos donde sigue bajo rigurosa vigilancia.



No DOCUMENTO 9500450  
 TITULO Enfrentamiento en Argel.  
 PROCEDE 150090  
 FECH 03-11-94  
 VINCUL CI: 11847 -  
507472 -  
514664 -



## Dieciséis integristas fueron asesinados

Dieciséis integristas islámicos fueron abatidos por las fuerzas de seguridad argelíes en los últimos tres días, se informó ayer oficialmente.

ARGEL / ANSA

Las fuentes precisaron que ayer tres "terroristas" fueron abatidos en la provincia de Skikda (Este), mientras el sábado murieron otros diez, cinco en las inmediaciones de Blida (al Sur de Argel), dos en los alrededores de Bejaia (Este), otros tres en las provincias de Tebessa, Jijel y Boumerdes (todas al Este de la capital). El viernes, dos "terroristas" fueron "abatidos" en las provincias de Boumerdes y M'sila (Sur).

En un precedente balance difundido el viernes, los servicios de seguridad habían referido de la muerte de otros 105 integristas en cinco días. Según un balance provisorio, en octubre, al menos otros 280 "terroristas" fueron abatidos por las fuerzas de seguridad argelíes.

### Muertes en Argelia

Túnez - En enfrentamientos entre integristas y autoridades argelinas murieron 55 personas, en su mayoría fundamentalistas islámicos, en la última semana, informaron ayer las autoridades de seguridad argelinas. Fuerzas de seguridad mataron a 49 fundamentalistas armados en 11 regiones de Argelia; los otros muertos fueron tres guardias, un funcionario local y otros dos civiles. (Reuter)

ENTRADO 12

CRUZ DO 12

Luego de la ruptura del diálogo del gobierno con los islamitas

## Baño de sangre en Argelia

Argel (AFP)

Más de 100 islamistas armados murieron, entre ellos varios jefes de comandos, en las operaciones de las fuerzas de seguridad argelinas esta semana, la más violenta en 32 meses de enfrentamientos, a raíz del anuncio de la ruptura del diálogo entre el poder y los islamistas.

Por otra parte, un francés de 26 años fue hallado muerto en Bouira (100 km al sureste de Argel) muy probablemente a manos de los integristas armados, lo que eleva a 21 el número de franceses asesinados en 32 meses, y a 89 el número de extranjeros de todas las nacionalidades víctimas de la violencia islamista.

Las fuerzas especiales argelinas dieron muerte a siete islamistas armados que se habían parapetado en una mansión del barrio de los Eucaliptos (periferia este de Argel), indicó un co-

municado oficial.

Entre los muertos figuraría el jefe del grupo, que operaba en este suburbio deprimido, caldo de cultivo ideal de los islamistas.

Los agentes también dieron muerte a un octavo miembro del comando islamista en la carretera que enlaza el barrio de los Eucaliptos y la localidad vecina de Laarba.

Un miembro de las fuerzas de seguridad murió durante una operación en Argel, señaló un comunicado oficial.

Poco después de este anuncio, otros comunicados anunciaron la muerte de 20 islamistas armados el viernes en Jijel (250 km al este de Argel), foco de una terrible guerrilla islamista, y de otros 17 el miércoles en Sidi Bel Abbas, (370 km al suroeste de Argel).

Otros diez islamistas murieron el jueves en la región de Orán (a 350 km al oeste de Argel), entre los cuales figuraría el

jefe del Grupo Islámico Armado (GIA) en esa región, Omar La-trach, alias "Abu Dudjema", precisó un comunicado.

Las fuerzas del orden se incautaron de un total de 32 armas en las diferentes operaciones.

El miércoles, 13 islamistas armados murieron, al igual que el coronel Cherif Djelul, comandante del sector militar de Argel, tras 36 horas de asedio de un inmueble donde se atrinchera el comando, en pleno centro de la capital.

Un diario de Argel anunció también el sábado que 34 islamistas armados murieron el jueves en operaciones de las fuerzas del orden.

Entre los muertos figura el principal autor del atentado del martes, en el que murieron cinco niños. Esta información no fue confirmada oficialmente.

El fuerte recrudecimiento de la violencia en Argelia se produce después de que el presidente

Liamin Zeruál anunciara el lunes la ruptura del diálogo con los islamistas, su determinación a "erradicar" el terrorismo, y la convocatoria de elecciones presidenciales antes del fin de 1995.

El presidente hizo este anuncio, después de acusar a los dirigentes del Frente Islámico de Salvación (FIS, integrista ilegalizado) de "seguir sosteniendo el terrorismo y el extremismo".

Con esta declaración, Zeruál hacía saber que los dos dirigentes del FIS, Abasi Madani y Ali Belhadj, en confinamiento domiciliario, no habían lanzado el llamamiento a una tregua en las acciones islamistas, que se esperaba de ellos.

Madani y Belhadj, a quienes el poder concedió el trato de favor de sacarlos de la cárcel y colocarlos en confinamiento para favorecer el diálogo, se encuentran ahora en paradero desconocido, según dirigentes del FIS que fueron liberados de prisión.

01-04

9500450.



Extremistas matan a 6 niños y caen 13 en choque con policías en 48 horas

## Inédita ola de violencia en Argelia la coloca ante una guerra civil

Argel - Trece personas perecieron en un tiroteo entre la policía y militantes musulmanes desatado ayer en el centro de Argel, dijeron testigos, al tiempo que se anunciaba el encarcelamiento de dos dirigentes fundamentalistas.

Los dirigentes fueron encarcelados después de exhortar a los militantes a continuar su rebelión contra el gobierno argelino, que dura ya casi tres años y ha dejado más de 11.000 muertos, dijeron fuentes informadas.

El lunes, el presidente Liamin Zeroual prometió elecciones presidenciales para fines de 1995, con lo cual acortó de hecho su mandato en

un año, en un gesto conciliatorio hacia los políticos moderados de oposición. El gesto no fue bien recibido en filas opositoras, según trascendidos.

Las conversaciones entre Zeroual y la oposición cayeron la semana pasada en un estancamiento, con lo que se ha agudizado la crisis política, que ha costado al país miles de millones de dólares y ha debilitado

la economía. La cruenta batalla librada en el edificio Lafayette, de 16 pisos, comenzó el lunes, cuando la policía realizaba registros en la ciudad con vistas a las celebraciones del 40º aniversario de la guerra de independencia de Francia.

Un grupo armado penetró en el edificio y tomó como rehenes a una mujer y un niño, dijo un residente que habló con la condición de no ser identificado.

### Operativo clave

Los militantes dieron muerte a un negociador del gobierno que trataba de obtener la libertad de los rehenes, y así comenzó el tiroteo. Cuatro presuntos extremistas, que intentaron refugiarse en el edificio Lafayette, fueron abatidos el martes en una primera fase del asalto organizado por las fuerzas del orden.

Esta operación es la más importante llevada a cabo en la capital del país contra los grupos armados integristas, desde que se inició la crisis en 1992, y confirma que esos grupos están procediendo a instalarse en el centro de Argel desde los barrios populares periféricos. El operativo tiene lugar cuando los habitantes de la capital argelina comentaban con temor los atentados con bomba ocurridos el martes en Monstaganem y Chlef, al oeste de Argel. En el primero murieron seis niños y fueron heridos otros diecisiete.

El presidente Zeroual, en un mensaje de condolencia dirigido a las familias de los boy scouts que perecieron en la explosión de uno de los artefactos, calificó el hecho de "acto criminal y bárbaro".



Cruenta batalla

Un edificio céntrico de Argel fue escenario del peor enfrentamiento en tres años y medio de lucha fratricida

El ataque "demuestra claramente los objetivos reales" de los fundamentalistas, dijo en un mensaje de condolencia a los familiares de las víctimas.

Entretanto, las autoridades ordenaron el encarcelamiento de Abassi Madani, presidente del Frente Islámico de Salvación, y su vicepresidente, Ali Belhadj, dijo una fuente informada.

Los dos habían sido transferidos de la cárcel al arresto domiciliario el 13 de setiembre, al tiempo que el gobierno intensificaba sus contactos con la oposición para tratar de llegar a un acuerdo.

Pero ambos exigieron su libertad total y recientemente exhortaron por escrito a los militantes a continuar su lucha.

La fuente, que habló con la condición de no ser identificada, dijo

que ambos serán enjuiciados por proclamar su respaldo a los militantes.

En un facsímil enviado a París, el Frente Islámico acusó al gobierno argelino de demoler "docenas de mezquitas" y disponer matanzas de civiles. El FIS condenó el atentado en el cementerio y lo atribuyó al ejército, en una operación encubierta para justificar la represión al islamismo. También dijo que el grupo radical islámico GIA responde en verdad al ejército.

Los militantes musulmanes han dado muerte a funcionarios, policías, intelectuales y 68 extranjeros desde que el ejército canceló elecciones legislativas en 1992 para impedir una victoria del Frente Islámico. ■ (De la redacción de El Observador, en base a fuentes de AP y EFE)

9500450

Argelia vuelve a conmoverse ante impresionante espiral de violencia en el centro de la capital y en el cementerio de Mostaganem

## Barbarie: asesinan a cinco niños scouts

**\* Otras trece personas murieron cuando las fuerzas de seguridad tomaron por asalto un edificio donde estaba atrincherado un comando islamita armado desde hacía 24 horas**

Argel (AFP)

Las terribles imágenes televisadas del atentado que causó la muerte de cinco niños scouts en el cementerio de Mostaganem, sudoeste de Argelia, desataron una oleada de indignación en la población, estimando que había sido superada una nueva etapa en la «barbarie» que azota el país.

La televisión argelina difundió ampliamente las imágenes de los cuerpos quemados de las víctimas, de un niño sobreviviente del atentado con la mano amputada, y el testimonio de un padre postrado por el dolor, con el pantalón manchado por la sangre de su hijo.

«Son monstruos, atacaron a niños», comentó ayer miércoles un habitante de la capital, reflejando la condenación prácticamente unánime de la población argelina.

Pese a que desde hace unos tres años los argelinos se habían visto obligados a habituarse a los atentados, a las operaciones de «castrillo» en los suburbios y a los disparos en la noche durante el toque de queda, la muerte de los jóvenes scouts causó una enorme conmoción.

«Habría querido morir en su lugar, los niños no son culpables de nada», solloza un hombre en el lugar del atentado, mirando el zapato blanco de una víctima.

El atentado se produjo durante una ceremonia de conmemoración del 1º de noviembre de 1954, durante la cual los restos de 48 «chouhada» (mártires) debían ser vueltos a enterrar. Hasta la mañana del miércoles el acto criminal no había sido reivindicado, pero las autoridades argelinas acusaron a «grupúsculos de individuos sin escrúpulos» que prometieron «aplantar».

Un responsable en el extranjero del Frente Islámico de Salvación (FIS, movimiento integrista disuelto por el gobierno), Anwar Haddam, condenó «firmemente» el atentado, que atribuyó a los servicios de seguridad del gobierno.

Esa hipótesis era defendida por ciertos simpatizantes del movimiento integrista musulmán en los ba-

rrios populares de Argel. «Es horrible. Pero es una manipulación para levantar a la población contra nosotros», afirmó uno de esos integristas.

En cambio, muchas personas acusan a los «terroristas» integristas islámicos del atentado. El diario *El Watan* destacó que el wali (prefecto), junto a los comandantes de la región militar y de la gendarmería, asistían a la ceremonia en el cementerio de Mostaganem, lo que permite suponer que eran el blanco del atentado.

«Los jemeeres verdes violan la paz de los cementerios», afirmó en su primera página ayer miércoles el diario gubernamental *El Moudjahid*, aludiendo a los grupos integristas islámicos (el verde es el color del Islam), en referencia a los jemeeres rojos que masacraron cerca de un millón de personas en Camboya.

En los últimos días, la televisión y los diarios habían acordado muchas columnas al testimonio de un ex imán (dignatario religioso musulmán) del FIS, que pasó varias semanas cautivo de un grupo armado.

Son «traidores, criminales, ladrones», afirmó el imán Ali Ayia y «todo lo que saben de la Chariaa (ley musulmana) es el degüello», agregó el dignatario al lanzar un llamado a la unidad del ejército y a la unión de los argelinos para salvar el país.

### TRECE MUERTOS EN EL CENTRO DE ARGEL

Por lo menos trece personas mu-

rieron ayer miércoles en pleno centro de Argel, cuando las fuerzas de seguridad tomaron por asalto un edificio donde estaba atrincherado un comando islamita armado desde hacía 24 horas, según un nuevo balance de fuentes concordantes.

Se trata de la operación más cruenta ocurrida en el centro de la capital desde el inicio de los enfrentamientos entre grupos armados islamitas y fuerzas de seguridad, en 1992.

Un miembro de las fuerzas de seguridad figura entre las víctimas, según las mismas fuentes. Una anciana y un niño también murieron en el tiroteo, aparentemente víctimas de balas perdidas, según informaciones no confirmadas.

El ataque contra el edificio Lafayette, de unos 15 pisos y varios centenares de apartamentos, en el barrio de Telemly, comenzó temprano por la mañana. Posteriormente, siete cadáveres de hombres de entre veinte años, acribillados a balazos, yacían en el lugar, según comprobó la AFP.

Un primer enfrentamiento había opuesto el martes a un grupo armado y a las fuerzas de seguridad, en este sector, con un saldo de cuatro muertos entre los miembros del grupo, según la prensa.

Las fuerzas de seguridad habían cercado el populoso barrio y sitiado el edificio Lafayette, donde se habían refugiado otros islamitas.



Policías frente a los cadáveres de integrantes de dos bandos extremistas islamitas que fueron atacados en el centro de Argel. (Telefoto de AFP)

9500450

## Murió Otro Francés y un Líder Terrorista Islámico en Argelia

ARGEL, 5 (ANSA). — Las autoridades argelinas anunciaron hoy la muerte de un ciudadano francés, probablemente asesinado por fundamentalistas musulmanes, así como la de un líder del Grupo Islámico Armado, principal organización armada del terrorismo.

El francés era Jean Francois Marquet, de 35 años, cuyo cadáver fue hallado hoy en Buira, a 120 kilómetros al este de Argel: el joven viajando en automóvil ayer hacia la ciudad de Batna, cuando fue secuestrado por individuos, probablemente extremistas islámicos, que habían instalado un falso puesto de control en la carretera.

Los militantes del fundamentalismo islámico han asesinado por lo menos 67 extranjeros en los últimos 14 meses, luego de haberles ordenado irse del país. 21 de ellos eran franceses.

Por otra parte, fuentes policiales indicaron hoy que el jueves pasado "abatieron" a Omar Latach, de 28 años, considerado el "emir" (líder regional) del GIA en la provincia de Orán. Las mismas fuentes indicaron que fueron hallados "documentos subversivos" que pertenecían a Latach, que permitirán nuevos arrestos entre los extremistas islámicos.

Las autoridades argelinas indicaron a su vez que veinte "bandidos terroristas" —la denominación oficial utilizada para los extremistas islámicos— han muerto ayer en una operación de rastreo en la provincia de Jijel, mientras otros siete murieron en un tiroteo en el barrio de Eucalyptus, en los alrededores de Argel.

La ola de violencia islámica parece crecer de día en día, y ha llegado de los bastiones rebeldes en las provincias del este y el sur de Argelia a la capital, siguiendo un esquema similar al que fue utilizado por el Frente de Liberación Nacional (FNL) en su guerra contra el poder colonial francés.

Hace cuatro días, el mismo comandante militar de Argel, coronel Cherif Djelloul, y 13 militantes del fundamentalismo islámico resultaron muertos al cabo de un asedio de más de 12 horas de un edificio en el que se habían escondido los miembros de un grupo extremista.

El día anterior, fecha del aniversario del comienzo de la guerra de independencia contra Francia, una bomba estalló en el cementerio de los Mártires de Sidi Ali, en la ciudad de Mostaganem (200 kilómetros al oeste de Argel) mientras se celebraba una ceremonia de conmemoración, causando la muerte de cinco niños.

El gobierno argelino mantiene su línea dura contra los "subversivos", pero los grupos armados del extremismo islámico anunciaron que mantendrán su lucha armada, a pesar de la promesa de elecciones formulada por el presidente Liamin Zeruel.

"La lucha armada sigue adelante, porque las elecciones nunca serán celebradas: los militares no están dispuestos a aceptar una verdadera libertad de opción", declaró desde Nueva York Anwar Hadda, responsable en el exilio del Frente Islámico de Salvación (FIS).

9500450.

04-04

Nº. DOCUMENTO 9500451  
 TÍTULO Exposición o 3 acusados por el asesinato de un ex premier iraní.  
 PROCEDENCIA 50483  
 FECHA DE PROCEDENCIA 03-11-94  
 VINCULACIONES 18847  
502592  
65163  
-  
-



ENTRADO 1/2  
 CRUZADO 1/2

9500451.

En Teherán, masas jubilosas recuerdan el copamiento de la Embajada de EEUU

# Francia juzga al fundamentalismo islámico en los tres acusados del crimen de premier iraní

*El juicio a tres acusados del asesinato en París de un ex premier iraní se proyecta como el enjuiciamiento público del fundamentalismo islámico.*

La policía francesa fortaleció las medidas de seguridad al comenzar el juicio de tres iraníes acusados de haber asesinado en París el 6 de agosto de 1991 al ex primer ministro iraní, Shahpour Bakhtiar, y a su secretario.

En este juicio podría establecerse por primera vez una conexión directa entre el Estado iraní y un acto de terrorismo. Varios gobiernos occidentales sospechan que el servicio de inteligencia de Irán participó en al menos parte de los 63 ataques a iraníes exiliados ocurridos en Francia desde que los musulmanes fundamentalistas derrocaron al sha en 1979 y establecieron la República Islámica de Irán.

En los edificios gubernamentales más importantes de París y en algunas de sus avenidas principales fueron desplegadas camionetas policiales y agentes adicionales, todos armados con ametralladoras.

Los estacionamientos subterráneos y las alcantarillas en los alrededores del Palacio de la Justicia, situado a una cuadra de la catedral de Notre Dame, fueron registradas por perros amaestrados.

La vigilancia también fue reforzada en las grandes tiendas por departamentos, estaciones de trenes y lugares turísticos, dijeron las autoridades.

## En Irán

Olas de miles de manifestantes coreando consignas contra los Estados Unidos protestaron ayer fren-



**Ayer en Teherán**  
 Iraníes protestaron masivamente frente a la Embajada de EEUU en el 15º aniversario de su copamiento por militantes iraníes

te a la ex embajada norteamericana en Teherán en el 15º aniversario de la toma de la sede por militantes iraníes.

La radio de Teherán, captada en Chipre, dijo que los manifestantes convergieron en la embajada en el centro de la capital, gritando "muerte a Estados Unidos" y "muerte a Israel".

Los revolucionarios iraníes asaltaron la embajada el 4 de noviembre de 1979 y tomaron a 52 norteamericanos como rehenes por 444 días. La radio dijo ayer que el acontecimiento "abrió una brillante página en la historia de nuestra nación".

La emisora informó que "olas"

de manifestantes se habían agolpado frente "al antiguo nido de espías de Estados Unidos" o sea el lugar donde estaba la embajada.

Los edificios fueron convertidos en un museo en que se muestran equipos y documentos confiscados en la embajada.

Las concentraciones de este año revisiten una importancia especial.

Irán ha criticado intensamente a Estados Unidos por enviar sus fuerzas al Golfo Pérsico. Millares de soldados estadounidenses llegaron a la región el mes pasado luego que Irak envió fuerzas a las cercanías de la frontera con Kuwait brevemente, en un acto que evocó su invasión de 1990 al emirato.

Irán sugirió por primera vez la semana pasada que consideraba a dichas fuerzas una amenaza a su propia seguridad.

"¿A quién están ellas amenazando y a quién desean asustar?", dijo el líder espiritual Ali Jamenei en una alocución en que advirtió que Irán aplastaría a todo agresor "con un puño de hierro".

Ayer, Jamenei dijo que su país no estaba interesado en reanudar relaciones con Estados Unidos, a los cuales Irán tilda de "El gran satanás".

Washington cortó las relaciones luego de la toma de la embajada. (De la redacción de El Observador en base a fuentes de AP)

01-02

Francia busca demostrar el protagonismo de Teherán en atentados

# El terrorismo de estado iraní es el enjuiciado en el caso Bakhtiar

La sombra del gobierno musulmán integrista de Teherán enmarca el juicio a los presuntos asesinos del ex premier iraní Shapour Bakhtiar, que se está desarrollando en el Palacio de Justicia de París.

Los fiscales y los demandantes civiles del caso buscan demostrar que más allá de los tres iraníes que están en el banquillo de los acusados, y otros seis que son juzgados en ausencia, Irán está detrás de la venganza revolucionaria que con su brazo terrorista cortó la garganta de Bakhtiar el 6 de agosto de 1991.

En este juicio podría establecerse, por primera vez en el mundo, una conexión directa entre Irán y un acto terrorista.

Las evidencias en poder de Francia apuntan la acusación hacia Teherán, pese a que las autoridades iraníes mantienen su negativa a admitir que estuvieron involucradas en el asesinato.

Bakhtiar fue condenado a muerte por un juez islámico tras la revolución iraní de 1979.

Fue el último primer ministro del gobierno del sha de Irán, Reza Pahlavi.

Sobrevivió a un primer intento de asesinato en 1980.

Ahora, con un ambiente "enrarecido" en Irán por el juicio, Francia no está corriendo riesgos y las autoridades extremaron las medidas de seguridad en París como nunca se habían visto antes.

Escuadrones especiales revisan el alcantarillado y los estacionamientos subterráneos en la periferia del lugar del juicio.

Tiradores profesionales hacen guardia en los techos y centenares de policías rondan el área por posibles atentados con bombas.

Los sospechosos acusados del homicidio son mantenidos en una sala de la corte muy custodiada para el juicio, que se espera tenga un mes de duración y que ya ha creado grandes fricciones entre los gobiernos de Francia y Teherán.

El fiscal aduce que los servicios de seguridad de Irán orquestaron el



Amenaza Islámica

EEUU y otros países occidentales consideran que Irán patrocina el terror fundamentalista a todas partes del mundo

asesinato de Bakhtiar y su asistente tres años atrás en Suresnes, un suburbio de París.

El asesinato llevó al cancelamiento de un viaje planeado del presidente François Mitterrand a Teherán, quien hubiera sido el primer presidente que visitara oficialmente a esa república islámica desde la revolución que derrocó al sha y al gobierno secular

de Bakhtiar en 1979. Desde entonces, las posibilidades de Irán de un acercamiento con occidente se han desintegrado entre acusaciones de Estados Unidos y otras naciones occidentales de que el régimen fundamentalista islámico continúa patrocinando el terror a lo largo y ancho del mundo. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

## Operación cercana a la perfección

PARÍS - FUE CASI UN crimen perfecto. Tres hombres bien vestidos entraron en plena luz del día al complejo suburbano donde vivía el exiliado iraní Shapour Bakhtiar, pasaron los detectores de metal y rayos X manejados por guardias policiales permanentes y lograron cortarle la garganta y desaparecer.

Al principio pareció ser una conspiración brillante, favore-

cida por la suerte. Luego aparecieron los errores.

Ahora, tres años después, esos errores no solamente condujeron a la captura de sospechosos clave en el caso sino que también aportaron una "catarata" de información referente al espionaje iraní a las agencias occidentales de inteligencia. ■ (The Washington Post, especial para El Observador)

## Conexión de apoyo logístico en Los Angeles

EN ENERO DE 1993 un equipo de investigadores de la Policía francesa siguió pistas sobre la conspiración que lo condujo a Los Angeles en busca de posibles sospechosos de apoyar logísticamente a los asesinos. Recibieron el testimonio de un exiliado iraní que negó toda implicancia en el asesinato pero dijo que dos agentes de inteligencia iraníes le habían solicitado matar a Bakhtiar dos años antes.

De todas maneras el equipo francés quedó frustrado en parte

porque la oficina del fiscal de Los Angeles, citando una causa probablemente inadecuada, rehusó dar la orden de arresto pedida por los investigadores y desechó otro pedido de orden de allanamiento.

Un vocero del Departamento de Justicia de EEUU no quiso comentar el caso y sólo dijo que "cooperamos y ayudamos en las investigaciones de países extranjeros en Estados Unidos de la mejor manera y en la medida que lo permiten nuestras leyes y procedimientos".

Uno de los investigadores franceses expresó que "les dijimos que hay una red de terroristas operando en este país. Parecía que a los norteamericanos no les gustaba eso".

Irónicamente, un mes más tarde, los terroristas atacaron el World Trade Center en Nueva York. Los franceses no tenían conocimiento previo de ese atentado. "Pero fuimos los primeros en advertirlos", dijo el investigador francés. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

## Gente de buena familia: quién es quién en la conjura

\* ALI VAKILI RAD, 35, sospechoso de ser uno de los asesinos y un agente secreto del Vevak, servicio secreto iraní.

\* Massoud Hendi, 47, sobrino nieto del difunto ayatollah Khomeini y ex corresponsal en París de la radio y televisión oficial iraní, acusado de ayudar a los asesinos a obtener documentos falsos para ingresar a Francia.

\* Zeyal "Zia" Sarhadi, 28, sobrino del presidente Ali Akbar Hashemi Rafsanjani y miembro del servicio secreto iraní adjunto a la Embajada de Teherán en Suiza. Está acusado de ayudar a los asesinos a escapar a través de Ginebra.

Francia también procesará a otros seis acusados "en ausencia". Ellos son:

\* Mohammad Azadi, 34, sospechoso de ser agente del servicio secreto iraní.

\* Farydoun Boyerhamadi, 41. Junto al anterior y a Vakili Rad acusado de asesinar a Bakhtiar.

\* Hossein Sheikhattar, 44, alto asesor del Ministerio de Telecomunicaciones de Irán;

\* Mesut Edipsoy, 34, ciudadano turco nacido en Irán;

\* Gholam Shoorideh, 34, empresario iraní con intereses en el sur de California y Chicago;

\* Nasser Ghasmi, 44, también empresario iraní. Estos cuatro últimos están acusados de conspiración para ayudar al asesinato. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

## Precaución y advertencia francesa

EN DÍAS RECIENTES, la prensa de Irán, controlada por el gobierno, lanzó una campaña antifrancesa al atacar al gobierno de París por su decisión de expulsar a niñas escolares musulmanas de escuelas públicas por llevar pañuelos religiosos en sus cabezas. En Teherán, centenares de mujeres han protestado frente a la Embajada de Francia.

Preocupado por los peligros de una crisis de rehenes, la Cancillería de Francia emitió una drástica advertencia el miércoles al gobierno iraní sobre su responsabilidad de proteger las instala-

ciones diplomáticas. Francia, a su vez, estableció un cordón alrededor de la Embajada de Irán para protegerla de ataques con autobombas, como parte de las precauciones a raíz del juicio.

La policía inspeccionó garajes subterráneos y alcantarillados en las vecindades de la corte donde se realiza el juicio. El Sena fue dragado en búsqueda de bombas, mientras que personal de seguridad registraba a peatones sospechosos. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

02 - 02

9300451

Nº. DOCUMENTO

9500452

TITULO

Lo Jihad Islamico promete vengarse por muerte de un periodista.

PROCEDENCIA

150090.

FECHA DE PROCED.

02/11/94

VINCULACIONES

11847 -

66708 -

507603 -

11871 -

514403 -



ENTRADO

12

CRUZADO

NE

### Medio Oriente

#### ATENTADO A DIRIGENTE DEL YIHAD ISLAMICO

Un dirigente del grupo integrista Yihad Islámico en la zona autónoma de Gaza, Hani Abed, falleció, ayer miércoles, al estallar una bomba cuando se disponía a abrir su coche en la localidad de Jan Iunes.

En julio pasado, Abed fue el primer detenido por la Policía de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) en Gaza, que lo arrestó como sospechoso de planear un atentado que se atribuyó al Yihad Islámico y en el cual murieron tres soldados israelíes.

9500452.

01-02



# Jihad Islámica prometió vengarse de Israel por la muerte de un guerrillero



Agencia AP

El líder de la OLP y de la Autonomía Palestina, Yasser Arafat, sufrió ayer su peor vergüenza política al ser expulsado de una mezquita por enardecidos simpatizantes de los grupos Hamas y Jihad Islámica. El inédito episodio se produjo durante el sepelio de un activista de la Jihad, asesinado en Gaza con explosivos. Dirigentes fundamentalistas, que atribuyeron el asesinato a los servicios secretos israelíes, prometieron desatar como represalia una nueva ola de atentados. El palestino muerto había sido detenido por la policía de la autonomía, y liberado luego, acusado de asesinar a dos soldados israelíes.

## Clarín EN GAZA

GAZA, 3 (Enviada especial). - La organización integralista Jihad Islámica amenazó hoy con vengar el asesinato en Gaza de uno de sus dirigentes, Hani Abed, hecho que atribuyó a los servicios secretos de Israel. La muerte de Abed, acusado tiempo atrás de haber ultimado a dos soldados israelíes, y la posterior reacción de miles de enardecidos integralistas que insultaron a Yasser Arafat, vuelven a echar un manto de dudas sobre el futuro del actual proceso de paz.

A pesar de que el sol asomó muy poco, el clima en esta ciudad estuvo hoy muy caliente: con banderas negras en señal de duelo, miles de palestinos acusaron a Arafat de traidor en el funeral de Abed, asesinado ayer.

"Muerte a Israel y Estados Unidos", "Arafat traidor", "Esta es la paz con los israelíes", clamaban los militantes integralistas cuando el presidente de la Autonomía Palestina intentó acercarse a orar por el muerto en la gran mezquita de Gaza, en el centro de la ciudad. El líder de la OLP, acosado y abuchado por los simpatizantes de los grupos Hamas y Jihad Islámica, una minoría que se opone a los acuerdos de paz, no tuvo más remedio que irse sin rezar.

Abed, un militante de la Jihad Islámica de 32 años, fue asesinado ayer en Gaza con un método poco frecuente en la zona: su automóvil explotó con una bomba activada por control remoto (véase aparte).

Abed, que era profesor de química en la Universidad y también editor de un periódico árabe, había sido acusado del crimen de dos soldados israelíes, en mayo. Hamas y la Jihad Islámica se adjudicaron entonces la autoría del atentado.

Detenido por la policía palestina, Abed fue liberado poco tiempo después por falta de pruebas. Sin embargo, el integralista aseguraba que Israel todavía creía que él había sido el autor del atentado. Por eso circulaba hoy con fuerza en Gaza la sospecha de que los servicios secretos israelíes han comenzado a eliminar a los que organizan ataques terroristas.

El líder de la Jihad Islámica en Gaza, el jeque Abdallah Al Shamy, prometió venganza: dijo hoy que el primer de Israel, Yitzhak Rabin, "oír una respuesta verdadera de la Jihad. Debe preparar los ataques y la tristeza del pueblo israelí".

Mahmud Zahar, el líder del Hamas en esta ciudad, instó hoy a cesar las negociaciones con el gobierno laborista.

Desde la mañana ya comenzó a sentirse una atmósfera diferente en Gaza. Muchos comercios cerraron en señal de duelo y había reuniones en las esquinas. "El mediodía es la hora clave. Es el turno de la oración en las mezquitas", aseguró un periodista palestino a Clarín. Así fue: desde poco antes de las 12 comenzaron a surgir de todos lados miles de manifestantes que marchaban en silencio a pie o agrupados en camionetas.

Al poco tiempo comenzaron a sonar las sirenas: Arafat estaba por llegar. Inmediatamente se formó un cordón de soldados y policías, que crearon una especie de pasillo que desembocaba en la puerta de la gran mezquita. La barrera de seguridad parecía que iba a explotar, ante los insultos y forcejeos de los manifestantes enardecidos. A lo lejos se escuchaban disparos. No hubo caso: el presidente del gobierno autónomo no pudo llegar a orar por el muerto y no tuvo más remedio que retirarse. Ni siquiera una feroz tormenta que se desató poco después pudo aquietar el ánimo caldeado de los fundamentalistas palestinos.

Paula Lugones  
Copyright Clarín, 1994

Seguidores de la Jihad Islámica durante el funeral de Hani Abed, el guerrillero asesinado el miércoles en Gaza: la guerrilla islámica prometió venganza contra Israel, a quien acusan del crimen.

## El Mosad, bajo sospecha

GAZA, 3 (Enviada especial). - El asesinato del militante del grupo fundamentalista palestino Jihad Islámica, Hani Abed, ayer en Gaza, estaba hoy en boca de todos los palestinos: la mayoría sospecha (sobre todo por la forma en que fue eliminado) que los servicios secretos israelíes comenzaron a eliminar a los cabecillas extremistas o autores de atentados.

Abed, de 32 años, había sido acusado del asesinato de dos soldados israelíes en mayo. Fue detenido por los palestinos y luego liberado por falta de pruebas. Sin embargo, él solía decir que estaba seguro de que Israel lo consideraba culpable.

Poco después de la explosión del ómnibus en Tel Aviv hace dos semanas, que causó 22 muertos y fue reivindicada por el grupo integralista palestino Hamas, el periódico británico "The Observer" publicó que el premier israelí, Yitzhak Rabin, había dado la orden de eliminar a los líderes extremistas o autores de atentados terroristas.

Aunque al tiempo el gobierno desmintió a la publicación, en Gaza se sospecha que ya ha comenzado su plan. Fuentes palestinas dijeron a Clarín que "es la primera vez que se aquí se comete un asesinato con una bomba por control remoto.

Aquí se mata a sangre fría: cuchillos o balazos. El método sofisticado da indicios de que la inteligencia israelí está detrás de todo esto. Ya ha comenzado su campaña".

Los que parecen estar realmente asustados son los líderes más destacados de los grupos fundamentalistas. No frecuentan los lugares habituales, se cuidan de sus movimientos y se asegura que han contratado personal de seguridad para que cuiden sus espaldas.

Abed fue el primer preso palestino de las fuerzas de seguridad de Nasser en Gaza y su casi inmediata liberación provocó airadas reacciones en Israel.

El primer ministro Yitzhak Rabin y las autoridades militares israelíes opinan que las fuerzas de seguridad de la Autonomía Palestina temen un enfrentamiento con los integralistas armados, que puede generar una guerra civil.

En la reciente conferencia de Casablanca para el desarrollo de Oriente Medio y el norte de África, Rabin advirtió a Arafat que si sus fuerzas no llegan a controlar adecuadamente el terrorismo que se genera en los territorios de la autonomía se encargará de ello la policía y el ejército de Israel.

P. I.

02 - 02

9500452



Nº. DOCUMENTO 9500453  
 TITULO Israel negociaría con HAMAS  
 PROCEDENCIA 152014  
 FECHA DE PROCEDENCIA 06-11-94  
 VINCULACIONES 11847 - 51440  
507603 -  
10195 -  
66408 -  
11871 -



Medio Oriente 61

## ISRAEL NEGOCIARIA CON HAMAS

En contra de la postura del jefe del Gobierno, el vice-ministro de Defensa, Mordejai (Mota) Gur, ha declarado ayer, sábado, que Israel no descarta unas negociaciones con el Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS).

La condiciones para hacerlo es que ese movimiento integrista participe en las próximas elecciones generales entre la población palestina de Gaza autónoma y Cisjordania ocupada, y que forme parte del futuro Consejo de Autonomía en esos territorios.

Las declaraciones de Gur, hechas ayer, sábado, a la radio estatal, contradicen la postura del jefe del Gobierno y ministro de Defensa Isaac Rabin, quien esta semana rechazó la posibilidad de un diálogo con HAMAS, y le declaró «una guerra sin cuartel» por sus atentados contra Israel y por oponerse al proceso de paz.

ENTRADO 12  
 CRUZADO N2

9500453

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500454

TITULO Entrega Premio Nobel de la Paz.

PROCEDENCIA Israel

FECHA DE PROCEDENCIA 07-12-94

VINCULACIONES 11867 - Gen. Isl.

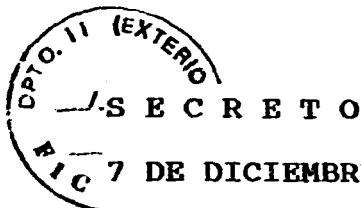
500868 - OLP.

514402 - Hizballah

507603 - Israel

- Noruego -

ENTRADO Nº  
CRUZADO Nº



INFORME NO. 17977

ASUNTO: CEREMONIA DEL PREMIO NOBEL DE PAZ

- EVALUACION DE SITUACION -

#### GENERALIDADES

1. EL SABADO 10 DE DICIEMBRE DE 1994, EN OSLO, ESTA PREVISTA LA ENTREGA DEL PREMIO NOBEL DE PAZ AL PRIMER MINISTRO Y EL CANCELLER ISRAELIES, Y AL JEFE DE LA OLP.

2. ESTE SUCESO, QUE ES CONCEBIDO COMO OTRO MOMENTO CULMINANTE, Y CONSTITUYE UN RECONOCIMIENTO INTERNACIONAL PARA EL ACUERDO SUSCRITO ENTRE ISRAEL Y LA OLP, PODRIA SER DE PREFERENCIA PARA ORGANIZACIONES QUE SE OPOEN AL PROCESO POLITICO PARA EL COMETIDO DE ATENTADOS, TANTO PARA TRATAR DE ATENTAR CONTRA EL ACUERDO Y SUS RESULTADOS, COMO PARA DEMOSTRAR QUE CONTINUARAN LUCHANDO CONTRA EL PROCESO DE PAZ.

3. ADEMAS, LAS CRITICAS EN TORNO AL DESEMPEÑO DE ARAFAT Y DE LA AUTORIDAD PALESTINA, Y A SUS DIFICULTADES PARA EVITAR ACCIONES TERRORISTAS, PODRIAN ALENTAR A LOS QUE SE OPOEN AL PROCESO PARA INCREMENTAR EL COMETIDO DE ATENTADOS, SOSTIENDO QUE EL AUMENTO DE LOS ATENTADOS OBSTACULIZARA AL GOBIERNO DE ISRAEL LA PROSECUCION DE LA APLICACION DE LOS ACUERDOS CON LA OLP.

4. CABE SENALAR QUE SEGUN LA EXPERIENCIA DEL PASADO, LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS POSEEN PLANES EN EL ESTANTE PARA COMETER ATENTADOS CONTRA OBJETIVOS ISRAELIES Y/O JUDIOS A TRAVES DEL MUNDO, SIENDO ESTOS PLANES EL RESULTADO DE LA COMPILACION PREVIA DE INFORMACION PREOPERACIONAL QUE SE REALIZO CONTRA ESOS OBJETIVOS, Y QUE FUERON MATERIALIZADOS EN FECHAS EN QUE SUCEDIAN SUCESOS POLITICOS RELACIONADOS CON EL PROCESO DE PAZ Y/O ALGUNA ACTIVIDAD ISRAELI CONTRA EL HIZBALLAH Y SUS LIDERES. POR EJEMPLO, EL ATENTADO EN GRAN BRETAGNA OCURRIO PROXIMAMENTE A LA FIRMA DEL ACUERDO CON JORDANIA, Y EL ATENTADO CONTRA LA EMBAJADA ISRAELI EN BUENOS AIRES, DESPUES DEL ATENTADO CONTRA LA VIDA DE MUJAWAT.

01-02

9500454

**RESUMEN**

5. NOSOTROS EVALUAMOS QUE CUALQUIER ACONTECIMIENTO QUE ADELANTA Y DESTACA EL PROCESO POLITICO ES CONCEBIDO POR LAS ORGANIZACIONES QUE SE Oponen AL PROCESO COMO DE PREFERENCIA PARA COMETER ATENTADOS CON EL OBJETO DE TORPEDEAR EL SUCESO EN SI Y EL PROCESO EN GENERAL.

6. COMO CONSECUENCIA DE TODO LO MENCIONADO MAS ARRIBA, CONSIDERAMOS LOS DIAS PROXIMOS AL SUCESO PREVISTO EN OSLO, COMO FECHAS SENSIBLES O DE PREFERENCIA PARA EL COMETIDO DE ACCIONES TERRORISTAS POR LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS QUE SE Oponen AL PROCESO DE PAZ.

9500454.

02 - 02

Nº. DOCUMENTO 9500455  
TITULO AYATOLLAH ARAKI grave.  
PROCEDENCIA 150983 E.S.  
FECHA DE PROVENIENCIA 08/11/94  
VINCULACIONES 10842  
502592



ENTRADO NE  
CRUZADO NE

**Ayatollah Araki grave**

Nicosia - El centenario ayatollah Mohamed Ali Araki, sumo líder religioso de los musulmanes chiitas de Irán, está "terminalmente enfermo", informó la Agencia de Noticias República Islámica. Uno de los médicos dijo el domingo que "la condición del gran ayatollah se ha estado deteriorando". Las autoridades iraníes designaron el año pasado a Araki como guía espiritual de los 200 millones de musulmanes chiitas del mundo. (AP)

9500455.

01-01

Nº. DOCUMENTO 8500456  
 TITULO Yasser Arafat o conmemoración en Auschwitz.  
 PROCEDENCIA 150015  
 FECHA DE PROCEDEN 08-11-74  
 VINCULACIONES 11842 -  
12769 -  
11204 -  
500145 -  
66861 -



ENTRADO Nt  
 CRUZADO NZ

**Invitan a Yasser Arafat a conmemoración en Auschwitz**

El Comité Internacional Auschwitz decidió invitar al líder palestino, Yasser Arafat, a las celebraciones del 50º aniversario de la liberación del campo de concentración nazi, previstas para el próximo enero.

**BERLIN / ANSA**

Lo anunció ayer en Berlín el mismo Comité, al terminar una reunión de la presidencia del organismo.

La invitación al jefe de la Autoridad de la Autonomía palestina, que poco tiempo atrás recibió el Premio Nobel de la Paz, quiere representar "un signo de esperanza por una tolerancia creciente".

Tras la visita a Auschwitz, Arafat podrá comprender mejor sobre cuál "terrible pasado histórico" se funda la aspiración de tantos ciudadanos árabes de vivir en un Estado seguro y democrático.

Las celebraciones por la liberación de Auschwitz, las que el Comité invitó a todos aquellos que recibieron el Premio Nobel por la Paz, cuentan con el patrocinio del Presidente polaco, Lech Walesa, y se llevarán a cabo entre el 26 y el 27 en Oswiecim, en las cercanías de Cracovia.

9500456

Nº. DOCUMENTO 9500457

TÍTULO AMIA: Israel afirma que implicados están en frontera con Paraguay

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 11-11-91

VINCULACIONES 11947 -  
66760 -  
501482 -  
66223 -  
514402 -

ENTRADO Nº  
 CRUZADO Nº

DPTO. II (EXTERIOR)  
 RICHADO

# Caso AMIA: el gobierno de Israel asegura que implicados están en la frontera con Paraguay

■ Una periodista israelí afirma haber investigado todo y conocer el lugar de entrenamiento de los militantes del Hezbollah ■ Cualquier persona puede -por poco dinero- adquirir armas y entrenamiento en la zona.

Israel exigirá a los gobiernos de Argentina, Brasil y Paraguay que se investigue y ponga fin al libre entrenamiento militar con armas de fuego, la propaganda israelí y la recolección de fondos por parte de elementos del Hezbollah en el territorio soberano de dichos países», dijo el portavoz de la cancillería israelí, luego de que el viceministro de Defensa, Mordejai Gur, dijera días atrás en el parlamento de Israel que militantes del movimiento libanés proiraní reciben entrenamiento militar en la zona de las tres fronteras.

En respuesta a una interpelación parlamentaria que surgió a partir de una investigación periodística de Sarah Fridman, en el diario israelí Maariv, el viceministro de Defensa dijo que los servicios de seguridad israelíes conocen la existencia de elementos del Hezbollah que se entrenan en el manejo de armas y recogen fondos en la frontera Brasil-Paraguay-Argentina, agregando, tras preguntársele acerca de la actitud a tomar por parte de Israel, que «no tenemos costumbre de difundir nuestros proyectos de intervención».

De hecho, el viceministro israelí confirmó los resultados de la investigación de Sarah Fridman, quien dice haber comprobado personalmente «la presencia de violentos elementos fundamentalistas islámicos de origen mesoriental en la frontera triangular».



A dos meses de regresar del viaje que debiera interrumpir tras ser amenazada de muerte, relató: «Llegué a la zona a una semana de la detención en Argentina del libanés Yoma, que hoy se encuentra de vuelta en El Líbano. Armada de mi pasaporte brasileño llegué al Paraguay pasando sin ningún control la frontera brasileña, y llegué a una zona plagada de elementos mesorientales en la que pude comprobar desde entrenamiento con armas de fuego por parte de libaneses que se reconocen como partidarios del Hezbollah, hasta libre venta y traspaso de armas livianas y pesadas por la frontera común Argentina, Brasil, Paraguay. Y esto a pesar de estar a pocas semanas del atentado en la AMIA».

Sara Fridman adquirió sin problemas armas livianas y municiones, y debía recibir armamento más pesado que había solicitado pero tuvo que escaparse el lugar cuando su ciudadanía israelí fue descubierta y recibió serias amenazas de muerte.

A su regreso a Israel, Fridman publicó su investigación y ésta fue recogida por el diputado Guidón Seguí, quien solicitó saber que hace el gobierno al respecto. Es de señalar que a especial pedido del canciller Shimon Peres - en reemplazo del premier Rabin que se hallaba de gira en el exterior - el tema fue derivado a la Comisión Parlamentaria de Defensa y Asuntos Exteriores y no fue discutido en el plenario, por la necesidad de mantener en secreto parte de la información respecto de los planes de acción israelíes contra grupos terroristas en el exterior.

01-03

9500457.

LA SIDE DICE QUE DETECTO SU PRESENCIA EN LA FRONTERA CON BRASIL Y

# Refuerzan las medidas de por la actividad de grupos

El Gobierno ordenó el estado de alerta y el refuerzo de las medidas de seguridad luego de recibir informes de Inteligencia sobre la presencia de grupos pro iraníes en la frontera con Paraguay y Brasil. Serían integrantes del movimiento pro iraní Hezbollah, a quien se le adjudica responsabilidad en los atentados contra la Embajada de Israel y la AMIA. La SIDE compartió esta información con la CIA norteamericana. Se presume que puede estar en marcha la organización de un nuevo atentado. Cumbre en el Gobierno para analizar la situación.

El Gobierno dispuso ayer el estado de alerta y el refuerzo de las medidas de prevención de las fuerzas de seguridad luego de recibir información de los servicios de Inteligencia sobre un "inusual" movimiento de supuestos integrantes del pro iraní partido Hezbollah, en las localidades fronterizas de Ciudad del Este (Paraguay) y Foz de Iguazú (Brasil).

A sectores vinculados con Hezbollah se les atribuyen la autoría de los atentados contra la Embajada de Israel en la Argentina, en 1992, y contra la sede de la AMIA, el 18 de julio pasado. Esos ataques terroristas provocaron, en total, más de cien muertos (ver aparte).

El anuncio fue formulado anoche en la Casa de Gobierno por el secretario de Seguridad, brigadier (RE) An-

## Aumentan los controles en Paraguay y Brasil

**CORRIENTES** (De nuestra agencia). - Pese a que hasta las últimas horas de la tarde de ayer ni las autoridades paraguayas ni las brasileñas dieron información oficial al respecto, el incremento en los operativos de seguridad en la zona de la triple frontera de parte de las fuerzas de ambos países eran evidentes.

No se admitieron las causas, pero fuentes de Inteligencia de Interpol Paraguay admitieron a Clarín que existen advertencias de servicios de seguridad extranjeros de un rebrote de las actividades de grupos fundamentalistas que tienen bases en esas ciudades.

Pese al silencio oficial, anoche en Asunción se encontraban reunidos el presidente Juan Carlos Wasmosy con el ministro del interior, Carlos Podes-

tá, y el titular de la Policía Nacional del Paraguay, comisario general Mario Agustín Sapiriza Nunes, y el tema central de ese encuentro sería la situación en la zona de triple frontera formada por Ciudad del Este (Paraguay), Foz de Iguazú (Brasil) y Puerto Iguazú (Argentina).

Sobre ese punto convergieron las miradas durante las investigaciones del atentado contra la AMIA.

Se pudo saber que la policía departamental de Ciudad del Este había reforzado sus medidas de seguridad en la zona fronteriza, al igual que su par del lado brasileño y la Gendarmería Nacional del lado argentino.

Aunque la Gendarmería justificó esos movimientos por la inauguración de la segunda turbina de Yacyretá



# seguridad pro iraníes

drés Antonietti, luego de una reunión con el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, el ministro del Interior, Carlos Ruckauf, y el titular de la SIDE, Hugo Anzorreguy.

Desde Lima, Perú, el presidente Menem dijo anoche que "estos procedimientos están en marcha desde hace mucho tiempo, porque la Argentina tiene 9 mil kilómetros de fronteras", aunque aclaró que "no hay que alarmarse".

"Se ordenaron algunas medidas preventivas y la coordinación de las acciones correspondientes por parte de mi Secretaría", dijo lacónicamente Antonietti, debido a que se detectó "un incremento" de las actividades de esos sospechosos en Foz de Iguazú, que junto con Ciudad del Este, Paraguay, contienen la comunidad árabe más grande de América latina.

Durante el encuentro se analizó el informe de la SIDE y también se convenció a Antonietti de que anunciara públicamente la toma de medidas preventivas, luego que el militar intentó quitarle gravedad a la situación.

La SIDE había detectado esos movimientos el viernes pasado y se lo informó al presidente Carlos Menem. Ayer, en la sede de los espías argentinos, se compartieron esos datos con agentes de la CIA (la central de inteligencia norteamericana). La primera evaluación de Inteligencia preveía la posibilidad de que estuviera en marcha un nuevo atentado terrorista.

Ante este cuadro de situación, el Ministerio de Defensa ordenó a la Gendarmería Nacional y a la Prefectura que refuerzan los controles fronterizos con Foz de Iguazú y Ciudad del Este. El jefe de la cuarta agrupación de Gendarmería con asiento en Puerto Iguazú, comandante mayor Hugo Alberto Díaz, precisó que se realizan, por ejemplo, "controles suspresivos" sobre autos y ómnibus con turistas. Igual medida se tomó con la Policía Federal, que está a cargo de controlar hipotéticos objetivos de un tercer atentado.

El primer anuncio del "estado de alerta" ordenado no fue hecho por Antonietti, como hubiese correspondido, sino por el presidente de la Comisión de Defensa de la Cámara de Diputados, el peronista Miguel Ángel Toma.

La SIDE detectó "movimientos más que significativos de diferentes núcleos fundamentalistas en la zona de las tres fronteras" y los chequeó con la CIA y el Mosad (Inteligencia israelí), dijo Toma.

"Todo esto que se está planeando no es para generar una alarma, sino para advertirle a la población de que existe una posibilidad de esta naturaleza, pero también de que el Gobierno ha tomado las prevenciones necesarias", acotó.

Esta es la segunda alarma que enciende el Gobierno desde que se perpetró la masacre de la AMIA. La primera había sido el alerta rojo ordenado el 12 de agosto pasado, a través de un polémico comunicado que puntualizó hasta los hospitales que se habían preparado para un eventual atentado.

03 - 03

9500457.

Nº. DOCUMENTO 9500458  
TÍTULO Atentado de la Jihad Islámica contra Israel.  
PROCEDENCIA 150090  
FECHA DE PROC. 12-11-84  
VINCULACIONES 11842 - 11554  
66702  
11831 -  
502602  
514403 -

ENTRADO NZ  
CRUZADO NZ



Por lo Menos Cuatro Muertos

## ATENTADO DE LA JIHAD ISLAMICA CONTRA ISRAEL

GAZA, 11 (Reuters) — Por lo menos cuatro personas murieron y 12 resultaron heridas en un atentado suicida de la Jihad Islámica en venganza por el asesinato de uno de sus miembros, dijeron las fuerzas de seguridad israelíes. La explosión, que ocurrió tres días después de la reunión conciliatoria entre el primer ministro israelí Yitzhak Rabin y el jefe de la OLP Yasser Arafat, fue un golpe más de los fundamentalistas islámicos contra el proceso de paz. Informes iniciales dieron cuenta del estallido de una bomba instalada en un automóvil. Sin embargo, poco después, la policía dijo que un comando suicida en bicicleta o motocicleta podría haber perpetrado el atentado en el cruce de Netzarim, junto a la carretera que conduce a los asentamientos judíos. En el atentado murieron tres israelíes y el guerrillero suicida. Se desconoce si las víctimas eran soldados o colonos.

Las primeras versiones informaron sobre 12 heridos, pero el ejército afirmó que hubo siete. Según los palestinos, dos de ellos eran árabes.

Dos guerrilleros armados y enmascarados de la Jihad Islámica anunciaron en un servicio fúnebre en la ciudad de Gaza, oficiado en memoria de un miembro del grupo asesinado la semana pasada que se realizó "la primera venganza tras la muerte de Hani Abed."

"Una unidad de la Jihad Islámica se precipitó contra el enemigo sionista cerca de la policía militar", dijo un guerrillero en referencia a un "ataque mártir", con lo cual indicó que se trató de un atentado suicida.

Abed, un periodista de la Jihad Islámica, murió al estallar un auto bomba el viernes pasado. La Jihad dijo que agentes de policía israelíes fueron los cerebros del asesinato.

"Este segmento de la carretera está bajo el control exclusivo del ejército israelí", dijo Zvi Handal, jefe del consejo de colonos judíos en la Franja de Gaza.

Ambulancias y helicópteros del ejército israelí llegaron al lugar para evacuar los heridos.

"Las diferentes fuerzas de seguridad están haciendo todo lo posible para luchar contra el terrorismo. Pero incluso haciéndolo, es difícil

capturar a un ciclista con una bomba", dijo el ministro del Medio Ambiente, Yossi Sarid.

"Todas las esperanzas en que Arafat pudiera controlar el territorio no se han hecho realidad", dijo el ministro de Vivienda, Binyamin Ben-Eliezer.

Arafat convocó a una reunión de emergencia y ordenó una investigación del atentado.

En el hospital de Soroka de la ciudad de BeerSheva los médicos dijeron que dos heridos ingresaron en estado grave. Un hospital de Gaza dijo que dos palestinos resultaron heridos.

Yechiel Hamdi, un residente de los asentamientos judíos en Netzarim, dijo que las fuerzas de seguridad israelíes se encuentran en estado de alerta tras el ataque.

La semana pasada Israel reabrió las fronteras de la franja de Gaza y Cisjordania por primera vez desde el atentado suicida contra un autobús que provocó la muerte de 22 personas en Tel Aviv el 19 de octubre.

El primer ministro Yitzhak Rabin, que se reunió con Yasser Arafat en Gaza el martes, será presionado probablemente en Israel para lograr que el jefe de la OLP luche contra la violencia islámica en las áreas de autonomía palestina.

La "Jihad Islámica", que hoy reivindicó un atentado perpetrado en Gaza, es un grupo pro-iraní que desde 1983 se presenta como enemigo jurado de los intereses occidentales en el Medio Oriente.

La Organización fue fundada a comienzos de la década del '80 en la Franja de Gaza por el doctor Fathi al-Shehaid y el jeque Abdel Aziz Odeh, ambos en el interín expulsados de la zona por las autoridades israelíes.

Basada en la ideología de los "Hermanos Musulmanes" (organización extremista sunnita nacida en Egipto, actualmente prohibida) "Jihad" trata desde entonces de conjugar una actividad educativa capital con una lucha armada a ultranza cuyo fin es expulsar a "los ocupantes sionistas" y crear en Palestina un estado fundado en la ley coránica.

La ruptura con la OLP enunciada entonces por el jeque Bayud Tamimi, tuvo lugar en noviembre de 1988, cuando Yasser Arafat anunció en Argel que el futuro estado palestino tendrá que ser edificado al lado de Israel y no en su lugar.

9500458.

01-02

12/11/87  
LAS VÍCTIMAS SON ISRAELÍES; LA JIHAD ISLAMICA REIVINDICO EL ATENTADO

# Ataque de un ciclista bomba en Gaza: al menos cuatro muertos y 12 heridos

GAZA, 11 (Reuter, EFE y AFP). - Al menos cuatro personas murieron y otras doce resultaron heridas hoy en un atentado suicida del grupo integrista palestino pro iraní Jihad Islámica frente a un puesto de control del ejército israelí en Gaza.

El comando suicida Isham Auad, de 21 años, hizo estallar los explosivos que llevaba sobre su cuerpo cuando pasaba hoy en bicicleta frente al puesto militar israelí del cruce de Netzarim, que conduce a los asentamientos judíos de Gaza. Además de Auad, murieron tres soldados israelíes.

"Es la primera venganza contra el enemigo sionista tras la muerte de Hani Abed", comunicó la Jihad, en referencia al asesinato de ese dirigente integrista, que murió la semana pasada cuando explotó su auto en la franja de Gaza.

Los fundamentalistas palestinos, que acusan de la muerte de Abed a la inteligencia israelí, ratificaron hoy en un comunicado su voluntad de vengarse y seguir atentando contra objetivos israelíes "desde el mar Mediterráneo hasta el río Jordán y desde el norte hasta el sur".

Tres días después de la reunión conciliatoria entre el primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, y el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, este atentado de la Jihad se convirtió en un nuevo golpe para

el proceso de paz en Oriente Medio.

Rabin -que la semana pasada decidió reabrir las fronteras de la franja de Gaza y Cisjordania cerradas desde el 19 de octubre, cuando un atentado suicida contra un autobús provocó la muerte de 23 personas en Tel Aviv- recibió hoy nuevas presiones de la oposición de derecha que le exige cesar las negociaciones con Arafat, el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP).

El líder del partido Tsomet, Rafael Eitan, recomendó el retorno del ejército israelí a Gaza, de donde se replegó en mayo al adquirir la zona una autonomía provisional bajo la presidencia de Arafat. El comandante en jefe de las fuerzas armadas de Israel, Ehud Barak, declaró por su parte que "para nosotros la responsabilidad en esta zona es de la ANP, pero haremos todo para apresar a los terroristas".

La comisión mixta de la OLP e Israel para asuntos de seguridad tenía previsto reunirse esta noche en Gaza para tomar medidas que permitan evitar nuevos ataques. Se espera que Israel vuelva a exigir entonces a los palestinos una lucha "efectiva" contra la violencia integrista ya que, como comentaron hoy varios funcionarios, "las esperanzas de que Arafat estaría en el control del territorio no han sido cumplidas".



La policía israelí revisa ayer un automóvil dañado por la explosión de una bomba que llevaba un ciclista suicida de la Jihad Islámica en Gaza.

DOCUMENTO 9500459

TITULO Alerta en Argentina ante un nuevo atentado.

PROCEDENCIA 450890

FECHA DE PROCEDENCIA 12-11-84

VINCULACIONES 11842

66460

504603



ENTRADO	<u>NZ</u>
CRUZADO	<u>NZ</u>

## Estado de alerta en Argentina ante un posible nuevo ataque terrorista

EL GOBIERNO ARGENTINO dispuso en las últimas 48 horas el alerta de los organismos de seguridad en todo su territorio ante la posibilidad de un nuevo ataque terrorista, tras detectar un marcado aumento en la actividad de algunos grupos fundamentalistas en su zona fronteriza con Brasil y Paraguay.

El diputado por el Partido Justicialista (oficialista) Miguel Angel Toma, titular de la Comisión de Defensa de la Cámara Baja, infor-

mó ayer que esa actividad fue detectada por los organismos de seguridad en la nortea provincia de Misiones.

El legislador sostuvo que el incremento de la actividad de esos núcleos fundamentalistas es realmente muy significativo y esa información fue intercambiada con otros servicios de inteligencia de distintos países que llevan un detallado seguimiento de ese tipo de actividad. (DyN)

9500459.

01-02

# Rabin advierte a Menem: se prepara otro gran atentado

● Terrorismo se ciernen sobre el Río de la Plata antes del 20 de noviembre

**El Presidente Carlos Menem fue advertido por el Primer Ministro de Israel, Yitzhak Rabin, de un atentado terrorista previo a su viaje a Siria, el que está fijado para el próximo domingo 20 del corriente mes. La versión fue seguida de otras advertencias emanadas del Palacio San Martín y corroborada también, por el alerta rojo de los Servicios de Inteligencia de Paraguay y Uruguay.**

Fuentes de los Servicios de Información e Inteligencia vienen actuando en estrecha colaboración, no sólo en el plano de intercambio de "noticias calientes", sino también en cuanto a las "operaciones" previsibles para intentar frenar los avances del terrorismo fundamentalista islámico y el de otras ramas vinculadas con el narcotráfico", según lo señalaron altos fuentes de Gobierno.

En cuanto a la preocupación existente en la Argentina, es pública y notoria y ha sido objeto de tratamiento periodístico, al punto que el manutino Clarín, publicó una nota donde se refiere a la advertencia de la Cancillería a la SIDE, Secretaría de Inteligencia de Estado. En ella se menciona que tres terroristas del "Partido de Dios" impulsor de la "jihad" o Guerra

Santa contra los judíos, estarían viajando hacia Buenos Aires.

Se mencionaban tres nombres, seguramente "falsos" de quienes podrían ser sindicados como los responsables de preparar varios atentados públicos en Buenos Aires: Samir, Al-Natour, Alí Mohamed Al-Mekdad y Fadi As-sadd.

La situación tomó un más grave cariz al conocerse el llamado "reservado" de Rabin a Menem.

## Temen por Menem

La actitud del Presidente Carlos Menem de viajar a Siria el próximo domingo 20, ha sido el detonador de este "operativo de comandos

terroristas" que procuran, según las fuentes reservadas de inteligencia actuales, evitar que ese viaje se concrete, o por lo menos, crear el pánico entre la población para desacreditarlo.

En la Argentina, esta advertencia no fue confirmada sino con muchas reservas. Pero era evidente el nerviosismo existente en el entorno de Menem donde las medidas de vigilancia se extremaron como en muy pocas ocasiones antes.

Por otra parte, se suma a ello el malestar de la dirigencia judía cuyo vocero, el Presidente de la AMIA, Alberto Crupnicoff, "deplora" la falta de resultados en las investigaciones" que procuran localizar a los culpables del asesinato de más de cien inocentes personas en la explo-

sión de la sede que estaba ubicada en la esquina de Viamonte y Pasteur.

## Alerta en Uruguay

La candente situación repercutió como era de suponer en nuestro país, donde los "Servicios" reactivaron medidas de precaución y los más severos controles fronterizos, tal cual ha- bía sido informado en la víspera, relacionán- das con "el narcotráfico y el terrorismo".

En torno a estos temas se guarda el más estricto silencio y no hay voceros autorizados que se refieran a los temas, por más que otras fuentes confirman que las ramificaciones del terrorismo mundial bien podrían repercutir en Montevideo o en otro lugar cercano.

La Cancillería argentina cursó nota a los "Servicios Secretos" informando el arribo a Buenos Aires de tres terroristas del "Hezbollah" con el propósito de atacar contra Menem o de llevar a cabo actos criminales contra las grandes concentraciones de público.

RECIBIDO EN EL MINISTERIO DE INTERIORES Y COMANDO EN JEFE FUERZAS ARMADAS ARGENTINAS



Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto

FAX No.

FECHA: 4 de noviembre de 1994  
PARA: Sr. Diego Alfaro Aringuez

DE: SECRETARIA DE INTELIGENCIA Y SEGURIDAD Y ASUNTOS EXTERNALES

1. AVISAR LO RELACIONADO A LOS SERVICIOS DE INTELIGENCIA Y SEGURIDAD DE LA FUERZA ARMADA ARGENTINA Y A LA FUERZA POLICIA ARGENTINA  
2. AVISAR AL NARCOTRAFFICO Y AL TERRORISMO  
3. AVISAR AL NARCOTRAFFICO Y AL TERRORISMO  
4. AVISAR AL NARCOTRAFFICO Y AL TERRORISMO

9500459

0

02-02

MONTEVIDEO, 14.11.94

PARA: CAPITAN DE NAVIO D. JUAN M. HERRERA  
DE: DOCTOR ALFREDO CORVALAN

**ASUNTO: IRAN-ARGENTINA**

**SINTESIS: CONEXION IRANI CON EL ATENTADO A LA AMIA.**

EL ATENTADO DEL 18JUL94 CONTRA LA SEDE DE LA AMIA EN BUENOS AIRES, PRESENTO CARACTERISTICAS SIMILARES AL EFECTUADO CONTRA LA EMBAJADA DE ISRAEL EN ARGENTINA EL 17MAR92, EN CUANTO A SU CAUSA, A SU OBJETIVO Y A SU "MODUS OPERANDI".

AMBOS ATENTADOS PRESENTARIAN UNA SERIE DE COINCIDENCIAS QUE REFORZARIAN LA HIPOTESIS DE QUE FUERON COMETIDOS POR EL MISMO GRUPO.

CON RESPECTO AL OBJETIVO, AMBOS FUERON DIRIGIDOS CONTRA BLANCOS JUDIOS EN EL EXTERIOR. CON REFERENCIA A LAS MOTIVACIONES DE TAL ATAQUE, AMBOS CONSTITUIRIAN REPRESALIAS A ACCIONES DEL GOBIERNO ISRAELI CONTRA ELEMENTOS ISLAMICOS EN LA REGION DE MEDIO ORIENTE.

**PRIMERA HIPOTESIS: LOS ATENTADOS TENDRIAN UNA MISMA AUTORIA.**

**1. INDICIOS**

UNA SERIE DE INDICIOS AVALARIAN LO EXPRESADO.

**EN CUANTO A LAS CAUSAS**

- EL ATENTADO A LA EMBAJADA DE ISRAEL SE PRODUJO UN MES DESPUES DEL ASESINATO EN EL SUR DE EL LIBANO DEL LIDER DEL HEZBOLLAH, ABBAS MUSAWI, Y SU FAMILIA. EL ATENTADO A LA A.M.I.A. TUVO LAS MISMAS CARACTERISTICAS PUES SE PRODUJO 40 DIAS DESPUES DEL SECUESTRO DE MAHMOUD DIRANI, EL 21MAY94, RESULTANDO SUGESTIVAS LAS MANIFESTACIONES QUE SOBRE EL PARTICULAR VERTIO EL JEQUE NASRALLAH -SECRETARIO GENERAL DEL HEZBOLLAH- PUBLICADAS EL 24MAY94 EN EL PERIODICO AHD -ORGANO DE PRENSA DEL GRUPO- QUIEN LITERALMENTE EXPRESO QUE "SI LA MANO DE LOS SIONISTAS ES LARGA, LA DE LOS CREYENTES LO SERA IGUALMENTE".

- OTROS HECHOS QUE SE PRODUJERON EN LOS MESES ANTERIORES AL ATENTADO A LA AMIA -COMO EL BOMBARDEO ISRAELI EN EL VALLE DE BEKAA EL 02JUN94 Y EL ATENTADO A LA MEZQUITA DE HEBRON EN MAR94, PODRIAN SER ELEMENTOS DESENCADENANTES DEL ACCIONAR TERRORISTA.

Nº DOCUMENTO 9500460  
TITULO Conexión Irani en atentado a AMIA  
F. PROCEDENCIA SIDE 20236  
FECHA DE PROCEDENCIA 14/11/94  
VIOLACIONES T. Islámico 1842  
Irán 502592  
Argentina 66160  
Israel 502603  
Hezbollah 514402

Nº  
Nº

9500460

01-06

- A ESTOS FACTORES SE SUMA LA INMINENTE FIRMA DEL ACUERDO DE PAZ ENTRE JORDANIA E ISRAEL (DENTRO DEL PROCESO DE NEGOCIACIONES EN MEDIO ORIENTE) Y LA EXISTENCIA DE GRUPOS ISLAMICOS CONTRARIOS A LA RUBRICA DE DICHO ACUERDO.

EN CUANTO AL "MODUS OPERANDI"

- LOS DOS ATENTADOS HABRIAN SIDO REALIZADOS CON COCHES BOMBA Y UN EJECUTOR SUICIDA. PODRIA AFIRMARSE QUE EN LOS DOS HECHOS LA EXPLOSION FUE CONTUNDENTE Y CERTERA, OBSERVANDOSE UNA MAYOR MAGNITUD EN EL ATENTADO A LA AMIA, DONDE SE HABRIA UTILIZADO COMO EXPLOSIVO MATERIAL DE USO DUAL (VER ANEXO 1).

SEGUNDA HIPOTESIS: HEZBOLLAH SERIA EL AUTOR DE LOS ATENTADOS CON EL APOYO DE IRAN.

1. INDICIOS

EXISTIRIAN ALGUNOS INDICIOS QUE PERMITIRIAN SINDICAR AL HEZBOLLAH COMO PRINCIPAL SOSPECHOSO DE LOS ATENTADOS, A SABER:

- HEZBOLLAH SE ADJUDICO LA ACCION CONTRA LA LEGACION ISRAELI EN BUENOS AIRES, MEDIANTE UN VIDEO.

- LA ORGANIZACION ANSAR ALLAH, CORRIENTE INTERNA DEL HEZBOLLAH LIDERADA POR EL EX-SECRETARIO GENERAL SUBHI TUFAYLI SE ADJUDICO EL ATENTADO A LA AMIA.

- LA ORGANIZACION HEZBOLLAH RECIBE APOYO ECONOMICO DEL GOBIERNO DE IRAN. GENERALMENTE SE ESTABLECE UNA CELULA TERRORISTA EN EL EXTRANJERO QUE REALIZA UNA PLANIFICACION CUIDADA A LARGO PLAZO. PUEDE CITARSE COMO ANTECEDENTES DE ESTE ACCIONAR LA CELULA IRANI CON BASE EN CHIPRE Y EN ESPAÑA, DESCUBIERTA Y DESARTICULADA EN 1989, OPORTUNIDAD EN QUE SE SEQUESTRO UNA IMPORTANTE CANTIDAD DE ARMAS, ASI COMO EL RESULTADO DE LA INVESTIGACION DE UNA SERIE DE ATENTADOS EN PARIS -EN 1983- QUE PROVOCO EL CIERRE DE TODOS LOS CENTROS CHIITAS EN FRANCIA.

- COMO REGLA GENERAL, LAS CELULAS SE ESTABLECEN CERCA DE LA SEDE DIPLOMATICA IRANI, AL COMANDO DE UN GUIA ESPIRITUAL O RELIGIOSO CHIITA. POSTERIORMENTE RADICAN MEZQUITAS, CASAS DE ORACION Y ASOCIACIONES CULTURALES EN CONCENTRACIONES DE ORIGEN ARABE, ESPECIALMENTE CHIITAS. EN LA REPUBLICA ARGENTINA EXISTEN MEZQUITAS EN TUCUMAN, CAÑUELAS (PCIA. DE BUENOS AIRES) Y EN LA CAPITAL FEDERAL.

LAS EMBAJADAS Y CONSULADOS IRANIES LOCALES TAMBIEN PROPORCIONAN APOYO DE INTELIGENCIA LOGISTICO Y OPERATIVO PARA EL MANTENIMIENTO DE LAS CELULAS. TEHERAN HABRIA UTILIZADO LA INMUNIDAD DIPLOMATICA QUE LE CONFIERE SU REPRESENTACION EN BUENOS AIRES PARA INTRODUCIR MATERIAL EXPLOSIVO EN EL PAIS. IN-

02  
9500460.



2)

VESTIGACIONES POSTERIORES ARROJARON QUE DURANTE EL PRIMER SEMESTRE DE 1994 LA LEGACION IRANI EN BUENOS AIRES INTRODUJO 1600 KILOS POR MEDIO DEL CORREO DIPLOMATICO. INTERROGADOS LOS INTEGRANTES DE LA EMBAJADA POR PARTE DEL MINISTERIO DE RR.EE. ARGENTINO, DESTACARON QUE EL CONTENIDO DE LOS MISMOS ERAN LIBROS RELIGIOSOS.

- OTRO RECURSO UTILIZADO PARA ENCUBRIR LA ACTIVIDAD TERRORISTA LOCAL SERIA LA CONSTITUCION DE SOCIEDADES COMERCIALES QUE SE UTILIZAN COMO PANTALLA.

ENTRE LAS MISMAS ES DABLE MENCIONAR A IMANCO S.R.L., CON OFICINAS EN FLORIDA AL 100 DE ESTA CAPITAL. EN SU OBJETO SOCIAL FIGURAN ACTIVIDADES DE IMPORTACION Y EXPORTACION -ENTRE OTROS RUBROS- AUNQUE PARADOJICAMENTE NO REGISTRA DESDE SU CREACION MOVIMIENTO COMERCIAL ALGUNO. TODOS LOS MIEMBROS DE IMANCO SON DE ASCENDENCIA IRANI.

- CON ANTERIORIDAD AL ATENTADO MOHAMED ADEL TAKI, MIEMBRO DEL HEZBOLLAH, FUE ARRESTADO EN POSESION DE UNA LIBRETA DE DIRECCIONES EN LA CUAL FIGURABA UNA TARJETA A NOMBRE DE HAJ FAROUK CON DOMICILIO EN LA AV. BRASIL 421 POZ DE IGUAZU, BRASIL., QUIEN A SU VEZ SE COMUNICABA PERIODICAMENTE CON EL AGREGADO CULTURAL IRANI, RABBANI.

- PUEDE ESTABLECERSE UNA RELACION ENTRE EL ATENTADO A LA AMIA Y LOS ASIDUOS VIAJES -CON ANTELACION AL HECHO- DE DIPLOMATICOS IRANIES AL PUNTO TRIPARTITO ENTRE LA ARGENTINA, PARAGUAY Y BRASIL. SE HA PODIDO CONSTATAR ASIMISMO, LA VISITA REALIZADA AL LUGAR POR MOHAMED YAGHI Y HASSAN EZZEDINE, AMBOS DIPUTADOS DEL HEZBOLLAH EN EL LIBANO.

- EL EMBAJADOR IRANI EN BUENOS AIRES, HADI SOLEIMANPUR REALIZO CURSOS DE PSICOLOGIA Y SOCIOLOGIA EN LA UNIVERSIDAD DE TEHERAN. HABRIA PARTICIPADO EN EL COPAMIENTO DE LA EMBAJADA DE EE.UU. QUE REALIZARON ORGANIZACIONES RADICALIZADAS PRO-KHOMEINISTAS, SIENDO DESIGNADO EMBAJADOR EN ESPAÑA EN 1986. EN 1989, TRAS EL DESCUBRIMIENTO DE UNA ESTRUCTURA DE APOYO A HEZBOLLAH CON VERTICES EN LAS EMBAJADAS IRANIES EN ESPAÑA Y SUIZA -QUE INCLUIA UNA CELULA DE CINCO PERSONAS ADECUADAMENTE INSERTADAS EN LA SOCIEDAD ESPAÑOLA- SOLEIMAN POUR DEBIO ABANDONAR SU CARGO EN FORMA PERENTORIA, SIENDO REASIGNADO COMO JEFE DEL DEPARTAMENTO AMERICA LATINA DE LA CANCELLERIA IRANI. EN JUN91 PRESENTO CARTAS CREDENCIALES AL GOBIERNO ARGENTINO COMO EMBAJADOR.

LOS CHIITAS HAN REALIZADO UNA INTENSA ACTIVIDAD PARA CAPTAR ADEPTOS EN LA ARGENTINA. SE HAN DETECTADO EL ULTIMO AÑO POR LO MENOS 15 CONVERSOS, QUIENES HAN VIAJADO A IRAN (ESPECIFICAMENTE A LA UNIVERSIDAD DE QOM) PARA REALIZAR ESTUDIOS. ENTRE ELLOS PAZ BULLRICH, QUIEN SE ENCUENTRA ACTUALMENTE A CARGO DE LA MEZQUITA AT TAHUID.

- EL 10SET94 FUE DETENIDO EN PUERTO IGUAZU (MISIONES), ALI

03

9500460

HUSSEIN AUDI, PORTANDO U\$S 22.000 EN EFECTIVO, VARIOS PASAJES AEREOS DE DIFERENTES COMPAÑIAS Y UNA AGENDA DE TELEFONOS DE PERSONAS RADICADAS EN DIFERENTES PUNTOS DE AMERICA. AUDI, QUIEN TENIA TRES PASAPORTES, MANIFESTO PERTENECER A LA POLICIA SECRETA LIBANESA.

AUDI HABRIA NACIDO EL 11SET'61 EN LA CIUDAD DE EL KHODR (LIBANO), PASAPORTE NRO. 0861029 (EXPEDIDO EN EL LIBANO), HIJO DE HUSSEIN AUDI Y DE NAIFE AUDI, Y CUENTA CON INSTRUCCION SECUNDARIA COMPLETA. ESTARIA CASADO CON CHAHNAZ AMRO Y TENDRIA SU DOMICILIO EN BEIRUT (EL LIBANO).

A TRAVES DE INDICIOS -EN TRAMITE DE VERIFICACION-, SE PODRIA TRATAR DE:

ALI HUSSEIN AUDI, ALI HUSAYN AWDA O HUSSEIN AWDI AKA AWDE, NACIDO EN EL LIBANO, CON DOMICILIO EN 125-127 CHAUSSEE DE MONS 1070, RUE DES FABRIQUES 1000 (BRUSELAS).

EL CAUSANTE HABRIA TENIDO CONTACTOS CON UNA "CELULA DORMIDA" DE HEZBOLLAH QUE OPERABA EN LUXEMBURGO Y BELGICA EN 1987.

SU HERMANO RESIDIRIA EN EE.UU. SIENDO SU DIRECCION CALLE 90 25th TROY. NUEVA YORK.

TERCERA HIPOTESIS: MOSHEN RABBANI HABRIA DESEMPEÑADO UN ROL RELEVANTE.

#### 1. INDICIOS

EN EL CASO PARTICULAR DEL ATENTADO CONTRA LA AMIA EN BUENOS AIRES, EL APOYO LOGISTICO Y EL RECLUTAMIENTO DE PERSONAL HABRIA ESTADO A CARGO DEL AGREGADO CULTURAL IRANI, MOSHEN RABBANI, ALIAS KHOKAT AL ASLAM MURSAN, PERSA, RADICADO EN BUENOS AIRES DESDE 1983, LIDER ESPIRITUAL DE LA COMUNIDAD CHIITA EN AMERICA LATINA, RESPONSABLE DE LAS MEZQUITAS AT TAHUID (CAPITAL FEDERAL), EL MARTIR (TUCUMAN) Y AL IMAN (CAÑUELAS).

RABBANI SERIA MIEMBRO DEL CONSEJO PARA LA EXPORTACION DE LA REVOLUCION Y MENTOR IDEOLOGICO DE LA ENTIDAD HERMANOS MUSULMANES DE LA ARGENTINA.

ARRIBO AL PAIS EN 1983 SIN CARGO DIPLOMATICO. LUEGO DEL ATENTADO A LA EMBAJADA DE ISRAEL, EL 17MAR92, EL IMAN VIAJO A IRAN -PERMANECIENDO EN ESE PAIS SEIS MESES- Y RETORNO A LA ARGENTINA PORTANDO PASAPORTE DIPLOMATICO.

EL CLERIGO -A FINES DE 1993-, REALIZO UNA EXHAUSTIVA BUSQUEDA DE AUTOS USADOS, PRESTANDO ESPECIAL ATENCION A AQUELLOS MODELOS QUE PRESUMIBLEMENTE PUDIESEN SER FACILMENTE UTILIZABLES COMO COCHES BOMBA.

500460

3)

SI BIEN NO SE HA PODIDO ESTABLECER QUE RABBANI FUERA EL COMPRADOR DEL VEHICULO UTILIZADO EN EL ATENTADO, RESULTA SUGESTIVO QUE EL VENDEDOR DEL VEHICULO RENAULT TRAFFIC FURGON RESULTO SER DE ASCENDENCIA IRANI LIBANESA, DE NOMBRE CARLOS ALBERTO TELLELDIN.

PARALELAMENTE, LA MEZQUITA EL IMAN SITUADA EN LA LOCALIDAD BONAERENSE DE CAÑUELAS, ES DE PROPIEDAD DE MOSHIEN RABBANI. ESTE ES EL UNICO TEMPLO QUE CONGREGA SOLAMENTE AL SECTOR DE LOS CHIITAS (NO CONCURREN A EL CREYENTES DE OTRAS FACCIÓNES DEL ISLAMISMO).

RESULTA EXTRAÑA LA UBICACION DE DICHO CENTRO RELIGIOSO -AL CUAL ASISTEN UNA EXIGUA CANTIDAD DE CREYENTES, QUE NO SUELEN EXCEDER LAS 20 PERSONAS- EXISTIENDO EN OTRAS LOCALIDADES DE BUENOS AIRES COMUNIDADES ISLAMICAS MAS NUMEROSAS.

LA DECISION DE RABBANI DE MONTAR ESTE CENTRO EN CAÑUELAS, OBEDECERIA A NORMAS DE MESURA Y DISCRECION PROPIAS DE UNA ACTIVIDAD ENCUBIERTA.

ASIMISMO, LA MEZQUITA UBICADA EN TUCUMAN OSTENTA EN SU FACHA UN ESCUDO DE LA REPUBLICA ISLAMICA DE IRAN, LO QUE PRESUPONDRIA AL MENOS UN APOYO ECONOMICO A LA CAUSA.

EN EL MISMO SENTIDO, EL CENTRO RELIGIOSO UBICADO EN EL BARRIO DE FLORESTA (AT TAHUID) FIGURA INSCRIPTO EN EL REGISTRO DE PROPIEDAD INMUEBLE A NOMBRE DE LA EMBAJADA DE IRAN.

CABE RECORDAR QUE LA CONSTRUCCION DE LA MEZQUITA DE AL SAAYED EN FOZ DE IGUAZU FUE FINANCIADA POR LA EMBAJADA DE IRAN EN BUENOS AIRES. LA MISMA TENDRIA COMO OBJETIVO BRINDAR ALOJAMIENTO A COMBATIENTES DE EL LIBANO.

EL 29MAY94, SE EFECTUO EN LA MEZQUITA DE CAÑUELAS UNA REUNION A LA CUAL ASISTIERON RABBANI, EL EMBAJADOR IRANI EN LA ARGENTINA, HADI SOLEIMANPOUR Y OTRAS PERSONALIDADES CHIITAS.

05

500460.

**ANEXO I**

**INFORME DE ANALISIS QUIMICOS PRELIMINARES**

DE LOS INFORMES PARCIALES REALIZADOS POR EL LABORATORIO QUIMICO DEL DEPARTAMENTO DE EXPLOSIVOS Y RIESGOS ESPECIALES SE CONCLUYE QUE:

- EN 5 (CINCO) DE LOS ELEMENTOS SOMETIDOS AL ANALISIS "NO SE DETECTO LA PRESENCIA DE ALTOS Y/O BAJOS EXPLOSIVOS".

- EN 3 (TRES) DE LOS ELEMENTOS ANALIZADOS, SE COMPROBO LA EXISTENCIA DE LOS SIGUIENTES IONES: "NITRATO", "NITRITO" Y "AMONIO" ADEMAS DE ALUMINIO ELEMENTAL, NO ENCONTRANDOSE LA PRESENCIA DE VESTIGIOS DE ALTOS EXPLOSIVOS.

- EN 1 (UNO) DE LOS ELEMENTOS BAJO ANALISIS, SE CONSTATO LA PRESENCIA DE IONES: "NITRATO", "NITRITO" Y "AMONIO" COMO ASI MISMO DE ALUMINIO ELEMENTAL, HALLANDOSE VESTIGIOS DE NITROGLICERINA.

- EN 6 (SEIS) DE LOS ELEMENTOS SE DETECTO LA PRESENCIA DE LOS SIGUIENTES IONES: "NITRATO", "NITRITO" Y ALUMINIO ELEMENTAL.

DEL INFORME DEL LABORATORIO QUIMICO DE LA SUPERINTENDENCIA TECNICA -REALIZADO EN LAS DISTINTAS MUESTRAS- SE COMPROBO, LA PRESENCIA DE "AMONIO", ANIONES OXIDANTES, ALUMINIO, HIDROCARBUROS, ANIONES OXIDANTES POR LA REACCION DIFENILAMINA Y POR PIROLISIS OXIDO DE NITROGENO, AMONIACO E HIDROCARBUROS.

EL INFORME DEL REVENIDO QUIMICO CONCLUYE QUE, LOS RESTOS DEL MOTOR PERITADO (HALLADO EN EL INTERIOR DE LA SEDE DE LA AMIA), CORRESPONDEN A UN BLOCK DE FUNDICION MARCA RENAULT Y LA NUMERACION QUE MUESTRA ES 2831467, ORIGINAL DE FABRICA.

06 - 06

9500460.

Nº. DOCUMENTO 9500461  
 TÍTULO Secuestro de avión argelino  
 PROCEDENCIA 15-0-93  
 FECHA DE PROCESO 14-11-93  
 VINCULACIONES 19842  
501513  
501472

Nº  
Nº

## Liberados pasajeros de avión argelino secuestrado

Los piratas aéreos que ayer desviaron un avión de línea argelino hasta el aeropuerto de Palma de Mallorca, se rindieron y liberaron en la madrugada de ayer a los 38 pasajeros y a los 4 miembros de la tripulación, según fuentes del aeropuerto.

**PALMA DE MALLORCA/ANSA**  
Los secuestradores habían pedido asilo político a España. El Presidente del Gobierno autónomo de las islas Baleares, Gabriel Canellas, respondió que, según las convenciones internacionales, el asilo político no puede ser concedido a los piratas del aire. También habían pedido combustible para volar el avión, con el cual pretendían emprender vuelo rumbo a Marsella, en el sur de Francia.

Las autoridades españolas se negaron a proporcionar el combustible, mientras no fueran liberadas todas las personas a bordo del avión, en su totalidad de nacionalidad argelina.

Una mujer y un hombre con problemas cardíacos ya habían sido puestos en libertad, mientras las dos azafatas rechazaron este ofrecimiento para permanecer en el avión y ayudar a los pasajeros.

El secuestro comenzó en las primeras horas de hoy, y alcanzó su momento crítico a las 9.50 GMT, cuando el Fokker-27 de las líneas aéreas nacionales argelinas aterrizó en el aeropuerto de Palma de Mallorca.

Los secuestradores, que se presentaron como "ciudadanos pacíficos", exigieron, con la amenaza de hacer volar el avión, la liberación de todos los presos políticos encarcelados en Argelia, y la reanudación del proceso electoral interrumpido en el país en 1991, tras la victoria en el primer turno de los miembros del Frente Islámico de Salvación (FIS).

## Aeropiratas de avión argelino se entregan y liberan rehenes

Palma de Mallorca, España (AFP)

Los tres aeropiratas que desviaron ayer domingo un avión de Air Algérie a Palma de Mallorca (Baleares, este de España) liberaron a los 38 pasajeros y cuatro tripulantes del aparato y se entregaron poco después de las 19H15 locales (18H15 GMT), anunció un portavoz del aeropuerto.

La información fue confirmada en Madrid por la embajada argelina.

Poco antes del desenlace incruento tras nueve horas de tensión, los aeropiratas habían modificado sus reivindicaciones, incluyendo la exigencia de que se les concediera asilo político en España.

Uno de los hombres abandonó el aparato y se desplazó en un vehículo a la torre de control, donde se encontraban el delegado del gobierno español y el agregado militar de la embajada argelina en Madrid.

Los tres secuestradores desviaron por la mañana el Fokker 27 con 34 pasajeros y cuatro tripulantes a bordo cuando efectuaba un vuelo inferior entre Argel y Ouargla (600 km al sur de la capital argelina), indicó un portavoz del gobierno argelino.

Poco antes de las 11H00 locales (10H00

GMT), el aparato aterrizó en el aeropuerto de Palma y los aeropiratas, al parecer muy jóvenes, amenazaron con volar el aparato si no se satisfacían sus reivindicaciones: liberación de los presos políticos en Argelia y reanudación del proceso electoral interrumpido en enero de 1992.

Los tres secuestradores disponían de cuchillos y martillos y afirmaron tener una caja repleta de explosivos.

En el transcurso de las negociaciones, tres de los pasajeros fueron liberados.

Los aeropiratas habían pedido que el aparato fuera cargado con carburante, con el fin de volar a Marsella, sur de Francia, pero el delegado del gobierno español se negó a acceder a la exigencia mientras no fueran liberados todos los pasajeros.

El 28 de febrero pasado, un Boeing 727 que volaba entre Orán y Annaba fue desviado a la ciudad española de Alicante por tres aeropiratas que inicialmente afirmaron que pertenecían al Frente Islámico de Salvación (FIS, integristas musulmanes de Argelia).

Sin embargo, posteriormente negaron ante un magistrado toda vinculación con ese movimiento y uno de ellos, Abdeljebar Undjen, fue encontrado ahorcado en su celda de la prisión de Alicante el 4 de mayo pasado.

9500461.

01-01

Nº. DOCUMENTO

9500462

TITULO

*Detienen a un centenar de militantes de la Jihad Islámica.*

PROCEDENCIA

*150090.*

FECHA DE PROCEDENCIA

*15-11-84*

VINCULACIONES

*11842 - 500868.*

*66109 -*

*11871 -*

*507603 -*

*514403 -*

ENTRADO

*NE*

CRUZADO

*NE*



## Redada contra la Jihad Islámica

(Gaza, Franja de Gaza)  
(AFP)

La policía palestina de la Franja de Gaza a un centenar de militantes del Jihad Islámico, pero el grupo no se rindió. Los oficiales afirmaron que continuó la lucha armada contra el ejército israelí el día siguiente de un bombardeo que provocó tres muertos israelíes y un milidano del grupo.

Según la policía palestina, los militantes del Jihad Islámico fueron detenidos en las redadas desde el viernes pasado.

La policía allanó más de 50 casas, pero 50 estaban vacías. Algunos militantes del Jihad Islámico lo negaron.

La Jihad Islámica instó a la Autoridad Palestina a liberar inmediatamente a sus detenidos y afirmó que no depositará las armas si tales fueran las condiciones.

Un comandante militar del Jihad Islámico había reivindicado el bombardeo, afirmando que mató a dos soldados y dos civiles israelíes, cerca de la frontera de Netzarim, al sur de la Franja de Gaza.

Según la organización, el bombardeo del viernes "representa una primera respuesta al asesinato del mártir Hami Al-Hamir", un dirigente integral asesinado el 2 de noviembre. Los palestinos atribuyeron el asesinato a los servicios secretos israelíes.

En Damasco, donde reside el jefe del Jihad Islámico, el líder Chakabati afirmó que "las operaciones continuarán contra Israel".

La Autoridad Palestina dirigida por Yasser Arafat asumió su parte de responsabilidad en la seguridad de los israelíes en Gaza, pero estimó que el desmantelamiento de las colonias judías reduciría los riesgos de seguridad.

9500462

01-02

# Arafat anunció el arresto del líder político de Jihad islámica

El Presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat, anunció el arresto del líder político de Jihad Islámica en Gaza, jeque Abdallah Shami, y advirtió que "no permitiremos a los islámicos que hagan saltar la paz por el aire".

TEL AVIV, (ANSA, EFE y Reutér) Arafat hizo el anuncio al diario Yedio Ahronot, y según los familiares de Shami el arresto se realizó anoche. Jihad Islámica es el movimiento que se atribuyó el atentado suicida del viernes pasado en la colonia judía de Netzarim, en el que tres oficiales israelíes fueron muertos en una explosión.

Arafat dijo que Shami fue hallado en un escondite fuera de su casa.

Mientras tanto, el movimiento islámico Hamas distribuyó en Gaza un documento en el que lanza duras críticas a la Autoridad Palestina: "La policía afirma haría mejor en arrestar a los colaboradores de Israel antes que a los combatientes por la libertad

como son los militantes de la Jihad islámica".

Esta tarde la Jihad islámica organizará en el barrio de Sheikh Radwan, en Gaza, un gran funeral simbólico de Hisham Hamed, el activista que se suicidó el viernes pasado en Netzarim.

En una entrevista difundida por la radio militar, el Ministro palestino de Justicia, Freih Abu Mdein, confirmó esta mañana que el jeque Shami está siendo investigado, junto con 160 activistas de la Jihad Islámica.

La organización, explicó el Ministro, pasó el límite cuando sus militantes echaron a Arafat de la mezquita de Gaza, hace diez días, y cuando organizaron el atentado de Netzarim.

Las manifestaciones islámicas "al estilo iraní", prosiguió Abu Mdein, crean la impresión de que en Gaza hay dos poderes "una impresión que desalienta a los inversores extranjeros".

Pero, añadió, "estamos decididos a demostrar que Gaza no es Líbano ni es Irán" y "de

ahora en adelante los islámicos que quieran realizar manifestaciones deberán pedir permiso a la Autoridad Palestina".

## Fuego en el Líbano

A última hora de ayer, aviones israelíes lanzaron ataques contra bases del grupo fundamentalista islámico Hezbollah (Partido de Dios), en el sur de Líbano, informaron voceros militares en Jerusalén.

Las mismas fuentes indicaron que todos los objetivos fijados para la acción fueron destruidos y que los aviones que participaron en los bombardeos regresaron indemnes a sus bases, sin proporcionar más detalles.

El sur del Líbano es el otro frente de guerra abierto del estado de Israel.

La guerrilla shiita ha atacado blancos judíos en distintas partes del mundo. Se le adjudica, entre otros atentados la voladura hace cuatro meses de la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA).



El Primer Ministro israelí advirtió que el proceso de paz puede descarrilarse si Arafat no desarticula los grupos integristas que operan en Gaza.

02-02

9500462.



Nº. DOCUMENTO 9500463

TÍTULO Liberaron a activistas de la Jihad Islámica.

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROMESA 17-11-74

VINCULACIONES 11847 -

11831 -

66707 -

507603 -

514403 -

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

## Yasser Arafat liberó a decenas de activistas de "Jihad islámica"

La Policía palestina puso en libertad en las últimas 24 horas a varias decenas de activistas y simpatizantes de la "Jihad islámica", que fueron arrestados al día siguiente del atentado de Netzarim (Gaza).

GAZA/ANSA

En el atentado, perpetrado en dicha localidad el viernes pasado, un suicida islámico hizo estallar una carga de explosivos matando a tres oficiales israelíes. Fuentes informadas afirmaron que las personas liberadas son un centenar, mientras que en la cárcel central de Gaza quedan aún cerca de ochenta militantes de la "Jihad islámica". El presidente de la Autoridad palestina Yasser Arafat, en tanto, presidió en la mañana del martes una reunión del Comité ejecutivo de la OLP, la primera que se celebra desde que él volvió a Gaza. El encuentro terminó sin que se tomara ninguna decisión, pues no se alcanzó el quórum necesario de nueve presentes. El comité decidió convocar a otra reunión más adelante. En la reunión anterior participaron ocho miembros del Comité, entre ellos el propio Arafat.



17/11  
Yasser Arafat presidió una reunión del Comité ejecutivo de la OLP, la primera que se celebra desde que él volvió a Gaza.



9500463.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500464

TITULO Muere uno de los jefes de la rama de islamista.

PROCEDENCIA Asociado

FECHA DE P. C. E. D. 18-11-84

VINCULACIONES 11941

65841

51441

ENTRADO NE  
CRUZADO NE



## Muere jefe militar integrista egipcio

18-11-84 LORO El Cairo (ANSA)

El nuevo jefe del brazo militar de la organización integrista egipcia, Jamaa Islamiya, Ahmed Hassan Abdel Galil, fue asesinado en el sur de Egipto por las fuerzas del orden, informó en un comunicado el Ministerio del Interior.

La cartera política señaló en el comunicado que Abdel Galil fue asesinado en "días pasados" y que tres de sus partidarios fueron arrestados en El Cairo.

El jefe integrista, según el comunicado, había regresado del exterior para ocupar el lugar de Talaat Yassin Hammam, cuya muerte, el 25 de abril pasado a manos de la policía capitalina, había provocado un duro golpe a los integristas musulmanes.

La policía tomó por asalto a la casa donde se escondía Galil, según el comunicado, en una región desértica cerca de Assuan (1200 kilómetros al sur de El Cairo).

Según la policía, Galil estaba implicado en numerosos atentados ejecutados en febrero y marzo contra instituciones financieras y bancos.

Galil había recibido 150.000 dólares para financiar atentados en Egipto —según fuentes— pagados por Mustafa Hamza, un "guerrillero de Afganistán" (integristas que combatieron en ese país junto a los Mujaheddin, contra el ejército soviético), que reside en Sudán y está considerado como el jefe político de la organización integrista. La acción de los terroristas musulmanes contra el Estado egipcio ya ha causado 500 muertos entre policías, extremistas y civiles.

9500464.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500465

TITULO 13 muertos en enfrentamientos en Gaza.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE P. C. E. 19-11-94

VINCULACIONES 11942-500868

66708 -

11831 -

10195 -

501603 -

Nº  
Nº

## Se teme que estalle en Gaza una guerra civil

**Tregua:** los líderes palestinos buscan arribar a un acuerdo para detener la ola de violencia; tropas israelíes mataron a cuatro árabes durante protestas callejeras.

CIUDAD DE GAZA, 19 (AP).—Tropas israelíes mataron hoy a tres a cuatro árabes después de que militantes musulmanes se agitaron en la Margen Occidental y la Franja de Gaza para protestar por la represión de la policía palestina.

Los israelíes dispararon contra manifestantes en el pueblo de Tul-karem, en donde mataron a dos palestinos de la Margen Occidental y a un árabe israelí, dijeron funcionarios de hospitales israelíes.

Cerca del asentamiento judío de Netzarim, en la Franja de Gaza, unos 300 partidarios de Hamas apedrearon a los soldados en un puesto de control del ejército israelí. Periodistas palestinos dijeron que los israelíes mataron a un muchacho de 17 años; el ejército dijo que investigaba la versión.

Las protestas se produjeron un día después de que choques entre policías palestinos y musulmanes dejaron un saldo de 13 muertos y más de 150 heridos. Fue el peor hecho de violencia en las zonas autónomas desde que en mayo último los palestinos tomaron el control de la Franja de Gaza y el pueblo de Jericó, en la Margen Occidental.

Los líderes palestinos gestionaron anoche una tregua de un día para impedir que la violencia de ayer se convirtiera en una guerra civil. Hoy el jefe de la OLP, Yasser Arafat, estableció una comisión para investigar los enfrentamientos. El panel incluye a miem-

bros de Hamas y de la Jihad Islámica, las dos principales facciones de oposición.

Peró en una reunión privada con líderes árabes israelíes, Arafat dijo que sus oponentes islámicos habían desafiado su autoridad una vez más y que deben ser puestos en su lugar.

Pese a su indignación, Arafat anunció que estaba dispuesto a reanudar un diálogo con Hamas para ceder al grupo una participación en el poder.

Los mayores disturbios en Gaza ocurrieron hoy cerca del asentamiento judío de Netzarim. Unos 300 partidarios de Hamas avanzaron hacia un puesto de control israelí cerca del asentamiento y apedrearon a los soldados, que huyeron hacia Netzarim. Los manifestantes destruyeron el puesto, izaron una bandera palestina y luego persiguieron a las tropas a Netzarim donde apedrearon la torre de vigía.

Desde el interior, los soldados dispararon gases lacrimógenos, balas de goma y luego hicieron disparos. Los manifestantes también apedrearon a policías palestinos que trataron de detener su avance.

Las fuerzas palestinas abandonaron el lugar sin hacer disparos, pero luego regresaron y dispersaron a la turba.

El canciller israelí, Shimon Peres, dijo hoy que esperaba que las fuerzas de Arafat lograrían contener a los militantes, pero que Israel no interferirá.

"Dentro de cada pueblo hay lugar para distintas opiniones, pero no hay lugar para autoridades rivales", afirmó Peres en la radio del ejército. Eso es un verdadero desastre.

**Del canciller palestino**

EL CAIRO, 19 (AP).— Un prominente dirigente de la Organización

para la Liberación de Palestina (OLP) instó a la Autoridad Palestina, dirigida por Yasser Arafat, y a los militantes islámicos en la Franja de Gaza a que ejerzan moderación y eviten más derramamiento de sangre en la zona autónoma.

El ministro de Relaciones Exteriores de la OLP, Faruk Kadumi, que también integra su comité ejecutivo, exhortó asimismo a la policía palestina a no usar sus armas contra los manifestantes en Gaza y a que deje en libertad a los detenidos.

El funcionario, que también es el secretario general de la fracción Al Fatah, de Arafat, ha criticado el acuerdo entre Israel y el organismo palestino, que llevara a la autonomía en Gaza y en la ciudad de Jericó, pero no ha emprendido una campaña activa de oposición al pacto.

El dirigente palestino se hallaba en El Cairo para deliberar con el canciller egipcio, Amr Mussa, sobre la coordinación del proceso de paz en Medio Oriente.

Kadumi dijo que los violentos choques de ayer eran una "sedición destinada a sabotear la unidad de los palestinos y su heroica lucha".

En sus primeras declaraciones tras los hechos de violencia en Gaza, el ministro Mussa dijo que Egipto no culpa a la administración de Arafat por los "lamentables hechos", e instó a los palestinos a que ayuden al funcionamiento de la administración autónoma.

Por otra parte, culpó a los donantes internacionales por no haber brindado los fondos prometidos para reconstruir la empobrecida Gaza, dejando a Arafat en situación de no poder mostrar al pueblo mejoras debidas al proceso de paz.

9500465.

01-04

# INTEGRISTAS vs. POLICIA DE LA OLP: 13 MUERTOS Y MAS DE 200 HERIDOS

TEL AVIV, 18 (ANSA). — La zona autónoma de Gaza, donde hoy murieron al menos 13 palestinos y fueron heridos más de 200 en enfrentamientos entre integristas y policías de la OLP, está reablando hacia una guerra civil. Al finalizar las oraciones del viernes, la policía palestina a las órdenes de Yasser Arafat abrió el fuego, por primera vez en seis meses de autogobierno, contra una multitud de miles de islámicos que querían organizar una marcha no autorizada. La reacción fue violenta y los enfrentamientos se extendieron inmediatamente.

Los incidentes comenzaron a la salida de la mezquita "Palestina" —la principal de Gaza— donde las armas automáticas dispararon durante mucho tiempo, primero las de la policía palestina, después las de los islámicos. Fue una masacre.

La violencia se extendió inmediatamente. Una multitud de islámicos enfurecidos que acababa de salir de la mezquita Al Shifa trató de penetrar por la fuerza en el hospital cercano. Allí la policía palestina volvió a abrir el fuego desde el patio.

Pocas horas después se reportaron graves incidentes en otros barrios mientras la policía de la OLP realizaba redadas de fundamentalistas.

En Rimal, durante dos horas, militantes islámicos trataron en vano de tomar la sede de los servicios de seguridad palestinos. En el centro de Gaza dos salas cinematográficas fueron incendiadas por militantes de Hamas.

Durante horas Gaza vivió una situación de anarquía total. La policía palestina trató de imponer el toque de queda, pero nadie estaba en grado de detener los automóviles que corrían llevando a decenas de heridos a los hospitales. Bandas de islámicos agredieron a agentes palestinos, cuatro coches de la policía fueron carbonizados.

En los barrios más "calientes" —Rimal, Sajaya, Sheikh Radwan— el ruido de las armas se

unió a los gritos de quienes se enteraban de la muerte de un familiar y a las invocaciones de las mujeres a sus maridos para que no corrieran tantos riesgos.

Para Arafat fue sin duda la jornada más dramática desde que volvió a su país. Durante todo el día sus colaboradores dijeron que no sabían dónde estaba. Esta noche debería presidir una sesión de emergencia del Consejo Supremo de seguridad.

En la mezquita Palestina, militantes de Hamas en un primer momento desafiaron a Arafat intentando una marcha hacia la casa del integrante de la Jihad Islámica que se suicidó durante un atentado la semana pasada en Netzarim.

Cuando más tarde los incidentes se ampliaron, los líderes de Hamas trataron en vano de calmar los ánimos.

La sensación difundida esta noche en Gaza es que si un incidente, grave pero aislado, se propagó como un incendio, fue porque alguien contribuyó para que así fuera. Algunos hablan de colaboracionistas, pero el dedo acusador está apuntado sobre todo contra la Jihad Islámica, una organización clandestina paramilitar más radical que Hamas.

La semana pasada, tras el atentado de Netzarim, el hermano del terrorista suicida Hisham Hamed dijo por la radio militar israelí que "la Jihad Islámica y Hamas pueden echar a Arafat en 24 horas". Hoy por las calles de Gaza muchos gritaban "Arafat, traidor" y "Arafat, la Jihad ya eliminó a Sadat".

Por la noche, la policía palestina, trascedió, trató de imponer un toque de queda en Gaza. Sea como fuere la conclusión de esta "vuelta" entre Arafat y los islámicos —los llamados de "Hamas" a la calma dan un hilo de esperanza— siguen siendo graves los problemas de fondo: en particular, el nivel de vida que bajó mucho también porque las ayudas económicas prometidas por la comunidad internacional a Gaza prácticamente no se vieron.

## Los Nuevos Suicidas

JERUSALEN, 18 (Por Elías Zaldívar, de EFE). — Es difícil establecer un paralelo ideológico entre los suicidas japoneses, los kamikaze, con los shaid del islam, pero unos y otros, cada uno en su época, han sembrado el terror y se ganaron una aureola de santidad.

"No digáis que el shaid (santo del islam) ha muerto pues vive en lo de Dios", consolaban esta semana a sus padres, en el barrio Sheikh Radwan de la ciudad de Gaza, los admiradores de Isaham Hamed, un joven sastre de 21 años, el "suicida de la bicicleta", que se inmoló el pasado viernes para matar a tres militares israelíes.

Hamed, militante de la Jihad Islámica (YI), quiso vengar el asesinato de uno de sus dirigentes, Hani Abed, a manos de los servicios secretos de Israel, y tiene ahora más de cincuenta seguidores entre "Los amotajados", nueva célula de suicidas.

Los organismos de seguridad de Israel, impotentes ante el fenómeno, y las bases militares en la zona de Gaza —donde deben proteger a 5.000 colonos judíos—, y en Cisjordania ocupada, están en estado de alerta: los nuevos suicidas amenazan con atacar "cualquier objetivo judío", incluso hospitales y escuelas.

Isaham, que como todos los shaid se bañó y fue a rezar la oración del suicidio "Rukahat Alshaid" antes de amarrarse un "cinturón explosivo" con diez kilos de dinamita al torso, se montó en la bicicleta persuadido de que llegaría al edén, según una arraigada creencia popular, y al poner en acción el artefacto se dio ánimo al grito de "Alla u al akbar" (Allá es el más grande).

El fenómeno de los suicidas sucedió al de los "cuchilleros" cuyos ataques en años pasados causaron varios muertos y heridos en Israel, y también como éstos pueden ocasionar enormes daños económicos a decenas de miles de obreros palestinos que después de cada atentado se ven privados por largos períodos de trabajar en este país, donde tiene sus únicas fuentes de ingresos.

El promedio de los suicidas musulmanes tienen entre 18 y 23 años; están desocupados (en Gaza más del 80 por ciento de la población activa está en el paro, según fuentes palestinas), y su grado de instrucción es mínimo.

En general reciben las órdenes verbalmente y por emisarios de sus jefes, que están en Siria, en Teherán en el caso de los de la guerrilla libanesa Hizbulá (Partido de Dios) o en Jordania, y que al cruzar las fronteras no llevan nada que pueda comprometerlos.

Según la investigadora Anat Kurz, del Centro de Estudios Estratégicos de Tel Aviv, se trata de jóvenes "que se hallan en un estado anímico especial, entre la negrura de la realidad y la blancura de las promesas".

Para otros, "los suicidas son locos con fantasías sobre la muerte, como la del prestigio y el heroísmo".

En la década de los ochenta, cuando la guerra entre Irán e Irak, la prensa informó de que suicidas islámicos de 16 años, con unas llaves de material plástico para el paraíso, habían sido enviados a inmolarse en unos campos minados de la península de Fao para que pudieran avanzar por allí las tropas del Ayatola Jomeini.

Aunque sus móviles sean distintos, lo común entre los kamikaze de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) y los suicidas del islam en Oriente Medio, es el deseo de venganza, y alguna ideología de signo ultranacionalista o religioso, enfrentada con Occidente.

En menos de un año, entre el 21 de octubre de 1944 y agosto de 1945, el año de la rendición de Japón ante Estados Unidos, 3.300 combatientes kamikaze perdieron la vida en ataques suicidas contra las fuerzas norteamericanas y sus aliados.

A cincuenta años del primer ataque de dos suicidas de la fuerza aérea japonesa, un ex-kamikaze, Sadao Morimoto, asegura en una campaña de desmilitarización que no eran soldados "dispuestos a sacrificar su vida por las patria con alegría y entusiasmo" sino que fueron obligados por sus comandantes a cumplir esas misiones.

Uno de los pilotos en aquel primer ataque para hundir un acorazado de EE.UU. fue abatido antes de llegar a su objetivo: el otro se estrelló con su avión cargado de explosivos pero no lo echó a pique. En total, los kamikaze hundieron 35 naves, sólo un botón de muestra de su poderío naval frente al Japón.

9500465

# Guerra civil amenaza a Gaza

\* Luego de la masacre, las autoridades ordenaron el cierre de las principales entradas a la zona autónoma e impusieron el toque de queda en el centro de la ciudad y en los alrededores del hospital donde se asisten los heridos

El espectro de una guerra civil entre palestinos surgió ayer en la franja de Gaza, donde se produjeron los choques más violentos desde el comienzo de la autonomía, en mayo pasado, entre policías y manifestantes, con un saldo provisorio de 13 muertos y 200 heridos, según fuentes hospitalarias.

Jerusalén (AFP)  
por Marius Schattner

■ "Este baño de sangre constituye un precedente gravísimo. Se ha violado un tabú y existe una amenaza de guerra civil, aunque las dos partes tratan de evitar un conflicto abierto", declaró a la AFP el palestino Zyad Abu Amer, profesor de Ciencias Políticas en la Universidad de Bir Zeit, en Cisjordania.

Un policía palestino y dos manifestantes perdieron la vida durante enfrentamientos que tuvieron lugar a la salida de las mezquitas, que dejaron también unos 90 heridos. Es la primera vez, en 6 meses de autonomía, que la policía palestina dispara directamente contra los manifestantes.

Según Amer, "el enfrentamiento es casi ineluctable entre los integristas del Hamas y de la Jihad Islámica, que continúan la lucha armada contra Israel y la Autoridad Palestina, que firmó un acuerdo de paz con el Estado hebreo".

Sin embargo, tanto el Hamas como la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) sostienen que quieren evitar que su conflicto se convierta en guerra.



Comienzan los disturbios con incendio de automóviles.

ro del jefe de la OLP, Yaser Arafat, afirmó por su parte a los periodistas después de los enfrentamientos que "nosotros no queremos una guerra civil".

Pero desde que se instaló en la franja de Gaza, en julio pasado, Arafat no logró que el Hamas se asociara al nuevo poder autónomo, mientras que la "formación" integrista pretendía abiertamente a la dirección del movimiento nacional palestino.

Cada día aumenta el abismo entre los integristas que multiplican los ataques anti-israelíes, acusando a Arafat

ma más duramente al Hamas y a la Jihad Islámica, que tratan de frenar el proceso de paz atacando al Estado hebreo. El primer ministro israelí, Isaac Rabin, acusó en varias oportunidades a Arafat de "no hacer todo lo posible" para impedir los atentados y amenazó con frenar las negociaciones sobre la extensión de la autonomía.

El Jihad reivindicó la semana pasada un ataque suicida en la franja de Gaza, que costó la vida a tres oficiales israelíes.

El brazo armado del Hamas, el grupo clandestino

muertos, incluyendo al autor del atentado.

El Hamas—acrónimo árabe del Movimiento de Resistencia Islámica— surgido de la organización de los Hermanos Musulmanes, preconiza la creación de un Estado islámico regido por la Shari'a, la ley coránica, en toda la Palestina, en lugar del Estado de Israel. Sin embargo, el mismo no excluye la creación de un Estado palestino en los territorios ocupados como una etapa intermedia hacia ese fin.

El Hamas tiene una fuerte base en la franja de Gaza autónoma y en determinados sectores de Cisjordania ocupada, gracias a sus redes de ayuda social, escuelas y mezquitas.

Por su parte, la Jihad Islámica comparte una ideología similar a la del Hamas y fue el primer movimiento islamista que lanzó la lucha armada contra Israel, pero su apoyo popular es limitado y sigue siendo fundamentalmente una formación paramilitar.

## MUERTE Y HORROR EN LOS PASILLOS DEL HOSPITAL CHIFA DE GAZA

Gaza (AFP)  
por Sakher Abou el Oun

Cuerpos ensangrentados estaban tendidos anoche en el suelo del Hospital Chifa, el principal de Gaza, tras los choques enfrentamientos entre



Los heridos son llevados al hospital. (Telefotos de AFP)

ridos. En el exterior, la Policía continuaba disparando contra los manifestantes, causando nuevos heridos, mientras se oía el estruendo de los fusiles de asalto.

Palestinos en duelo llevaban los restos mortales de sus familiares, sin cubrir sus rostros ensangrentados. "Oh mártir, te defenderemos con nuestra sangre y con nuestro espíritu", decían entre lamentos. Las mujeres lloraban desconsoladamente.

Al otro lado de la calle, un religioso gritaba a través del altavoz de la mezquita: "La Autoridad palestina mata a nuestros niños musulmanes".

"He intentado intervenir para calmar a las dos partes", decía Mohammad Abu Ataya, de 75 años, "pero apenas había terminado de hablar con la Policía cuando comenzaron a dispararme", añadió.

A mí me da igual porque soy viejo, pero para los jóvenes es una experiencia terrible", manifestó.

Los heridos aflujaban en la sala de urgencias, donde eran

Médicos y enfermeras intentaban sacar a los enfermos para hacer sitio a los heridos, mientras algunos palestinos se acercaban al centro hospitalario para donar sangre.

En un momento, más de un millar de familiares y amigos se agolpaban ante el hospital para interesarse por los heridos. Enfurecidos, rompían cristales y muebles cuando conocían una nueva muerte.

"Dios es grande, estos son los infieles", gritaban antes de volver a los enfrentamientos contra las fuerzas del orden, a los que lanzaban piedras mientras la Policía respondía con sus armas.

Una calma tensa llegó con la caída de la noche. El último balance hablaba de 13 muertos—doce civiles y un policía—y 200 heridos. Disparos esporádicos se oían todavía en la ciudad.

La población permanecía escondida en sus casas y los comercios habían cerrado.

En seis meses de autonomía, la Policía siempre había

500465

civil. Un responsable integrista, el jeque Salama al-Safadi, llamó el viernes a los palestinos a "poner fin a las luchas fratricidas y a los baños de sangre".

Nabil Abu Rudeina, vocero de la resistencia, dijo que el viernes, y el dirigente palestino, que monopoliza el poder, subrayó el profesor Abu Amer.

Arafat también está sometido a fuertes presiones por parte de Israel para que repri-

Ezzedin al-Kasam, reivindicó por su parte una serie de ataques sangrientos dentro del territorio israelí, que culminó el 19 de octubre con la explosión de un autobús en el centro de Tel Aviv que dejó 23

Los médicos del Hospital Chifa se movían frenéticamente para socorrer a los heridos.

Había sangre por todas partes. Bolsas de suero vacías y vendas tapizaban el piso.

colocadas dos personas en cada cama o apretadas en los pasillos del hospital.

disparado al aire cada vez que se enfrentaba a la multitud de manifestantes. Integristas en cólera.

Es la primera vez que vio la supunción de no derramar sangre palestina.

9500465

0

04-04

0



Nº. DOCUMENTO 95 00 466

TITULO Reclamo justicia en relación con el atentado a la AMIA

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 19-11-84

VINCULACIONES 11842 -

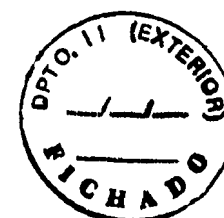
66960 -

ENTRADO 13  
CRUZADO 12

EXIGENCIA DE FAMILIARES Y AMIGOS DE LAS VICTIMAS A CUATRO MESES DEL ATENTADO

# AMIA: nuevo reclamo de justicia

Más de mil personas se reunieron ante las ruinas de lo que fue la AMIA para rendir homenaje a los 86 muertos que dejó el atentado del 18 de julio y para exigir una acción más eficaz de la Justicia. Familiares y amigos de las víctimas encendieron una vela por cada uno de los muertos y se guardó un minuto de silencio mientras se enarbolaban pancartas con el nombre, la edad de la víctima y la palabra "Justicia" debajo. El acto fue convocado por la AMIA, la DAIA y la Organización Sionista.



"Porque hace exactamente cuatro meses se apagaron sus risas, nuestras risas y todas las risas compartidas que ya no serán. Porque se esfumaron sus sueños, nuestros sueños y el sinfín de sueños compartidos en nubes de explosivos y horror."

Las palabras de Diana Malamud retumbaron en el silencio hecho por las mil personas que se reunieron ayer en Pasteur al 600 para recordar a las víctimas del atentado terrorista que voló la sede de la AMIA, un edificio considerado el corazón de la colectividad judía argentina.

Diana Malamud quedó viuda el 18 de julio, cuando un coche bomba derrumbó para siempre la vida de su esposo Andrés y la de otras ochenta y cinco personas. Ayer, cerca del lugar donde hace cuatro meses todo era horror, desesperación y muerte, familiares y amigos de las víctimas del atentado, sobrevivientes y decenas de personas, hicieron un minuto de silencio y exigieron justicia.

El acto fue organizado por la Asociación Mutuales Israelitas Argentina (AMIA), la Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas (DAIA) y la Organización Sionista Argentina (OSA). El ex presidente Raúl Alfonsín, las Madres de Plaza de Mayo, el Partido Socialista Democrático, Fernando de la Rúa y Aníbal Ibarra, entre otros, sumaron su adhesión al acto.

El discurso de Diana Malamud no fue el único que quebró el silencio en la tarde de ayer. Un locutor leyó un

texto de la escritora y guionista Aída Bortnik titulado "Argentinos aquí y ahora", en el que se preguntaba: "Pero cuántas veces, de cuántas maneras tiene que atacar el mismo enemigo, con diferente rostro? ¿Cuántas veces y de cuántas maneras en una misma generación para que gritemos no, a tiempo y al unísono?"

Por su parte, Alberto Crupnikoff, presidente de la AMIA, manifestó que "esto fue un acto muy salvaje, alguien decidió por la vida de los otros y el dolor inmenso que eso implica, sólo lo conoce aquel a quien le quitaron a alguien de su mesa, de su cama". Agregó que "como presidente de la AMIA tengo una carga, una responsabilidad; me solidarizo con los familiares de las víctimas, pero pienso, desde lo humano, que ni siquiera yo puedo saber qué siente quien perdió a un ser querido".

## El escenario del acto

El 600 de la calle Pasteur era ayer la contrafigura de lo que fue hace cuatro meses. El silencio se imponía al recuerdo de la terrible explosión de julio; los abrazos de familiares y sobrevivientes eran la otra cara de los gritos de bomberos y los voluntarios que buscaban a los heridos.

Ayer no había ambulancias ni sangre, ni escombros. Frente a lo que fue el edificio de la AMIA se encendieron en cambio decenas de velas para recordar a las víctimas del atentado. Las acercaron allí los familiares y amigos de

quienes hace cuatro meses trabajaban en la AMIA, caminaban por la calle y jamás regresaron a casa.

Los familiares de las víctimas llevaron hasta Pasteur y Viamonte carteles con las fotos, los nombres y las edades de los que murieron en el atentado, en una imagen similar a la que se ve cada jueves, cuando las Madres de Plaza de Mayo reclaman por sus hijos desaparecidos.

"No me interesa saber quién manejaba la camioneta, me interesa saber quiénes fueron los terroristas argentinos que colaboraron en el atentado", expresaba Gustavo Averbuch, padre de una joven de 20 años que murió en el atentado.

Lleno de rabia, agregó: "Para descubrir toda la murga que sigue entre nosotros, es imprescindible que la Justicia determine fehacientemente no sólo a los autores intelectuales del hecho, sino a sus colaboradores locales".

Yanina Averbuch, hija de Gustavo, trabajaba en el servicio social que funcionaba en el cuarto piso del edificio de la AMIA.

Mirta Setz habló en nombre de los que sobrevivieron al atentado y pidió "que se haga justicia". Lo hizo, "en homenaje a los muertos, a estos muros derruidos, a esta calle que late y seguirá latiendo como un enorme corazón hecho de muchos corazones".

Omar Lavie

## La reconstrucción

Recién a fines de este año se definirá la reconstrucción de la AMIA, de cuya destrucción en un atentado terrorista se cumplieron ayer cuatro meses y, probablemente, se levante un nuevo edificio en el mismo lugar que ocupó durante décadas la sede de la mutual judía, en Pasteur al 600, según informó el titular de esa institución, Alberto Crupnikoff.

El dirigente precisó que una comisión de especialistas integrada por arquitectos, ingenieros y empresarios de la construcción elaboran una serie de propuestas, a ser consideradas por una asamblea de noventa personas.

"La AMIA tendrá su edificio definitivo. No sabemos si en Pasteur al 600 o en otro lugar,

pero probablemente en el mismo lugar donde estaba antes se levantará una sede destinada a actividades culturales y a la biblioteca. Y en otro se establecerán las oficinas administrativas", explicó Crupnikoff. "La decisión final -agregó- se tomará que adoptar en los próximos treinta a cuarenta y cinco días, a más tardar."

Crupnikoff informó también que la AMIA ya recuperó la totalidad de los libros de la biblioteca que se rescataron de entre las ruinas, y que se está realizando un complejo trabajo de restauración, mientras se estudia en qué lugar serán reubicados los volúmenes.

También continúa la recopilación y ordenamiento de los archivos de la mutual.

01-01

95 00 466.



DOCUMENTO 9500467  
 Acuerdo entre Arafat y HAMAS.  
 150090  
 21-11-94.  
 11847 - 514407-  
 66708 -  
 507603 -  
 500868 -  
 77871 -

# ACUERDO ARAFAT Y HAMAS



En la calle central de Gaza, Yasser Arafat increpa a un palestino disidente mientras la policía trata de que se retire del lugar por razones de seguridad.

GAZA, 20 (EFE). — El Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) y la Autoridad Nacional Palestina (ANP), que preside Yasser Arafat, han llegado a un acuerdo de reconciliación tras la matanza del pasado viernes en la ciudad de Gaza, informó hoy, domingo, el diputado árabe en el Parlamento israelí Taleb A-Sana. Este acuerdo se hace para contribuir a calmar los ánimos, dijo A-Sana, que actuó como uno de los mediadores árabes de Israel entre los representantes de la ANP y el de HAMAS, Mahmud A-Zahar.

Por su parte, Arafat declaró ante miles de manifestantes de Al Fatah que le expresaron su apoyo que "no permitiremos que aquellos que reciben órdenes del exterior destruyan el sueño palestino", en aparente referencia a los integristas que acusan a la policía de la ANP de la matanza, en la que perdieron la vida 16 personas y resultaron heridas más de 200.

En un acto organizado por HAMAS y la Yihad Islámica, uno de los oradores acusó a la Policía y los servicios de seguridad de la ANP de haber sido "capaces de causar al pueblo palestino lo que no hicieron los judíos".

El Ejército israelí reforzó sus tropas hoy, domingo, y está en estado de alerta en Cisjordania ocupada, en previsión de disturbios tras la matanza cometida el viernes pasado por la policía palestina en la zona autónoma de Gaza.

Desde que se registraron esos enfrentamientos, en los que murieron 16 personas y más de 200 resultaron heridas, otros tres palestinos murieron a manos del Ejército israelí, y un soldado judío en un ataque de integristas de HAMAS en Gaza.

La explosiva situación también refleja una sorda lucha por el poder entre distintas facciones palestinas, y será uno de los asuntos que tratarán hoy en Washington el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, y el primer ministro israelí, Isaac Rabin.

El ministro de Asuntos Exteriores, Simón Peres, declaró esta mañana que Israel no intervendrá en "los asuntos internos" de los palestinos, que "deben tomar decisiones cruciales para su futuro".

Peres comentó que Arafat no podrá conservar el poder si permite la existencia de facciones armadas como las de los integristas, que son sus principales opositores, y que ahora también han quedado enfrentados con sus fuerzas de seguridad.

A una pregunta de la prensa sobre si cabe la posibilidad de una intervención armada israelí en Gaza para proteger a Arafat y a la continuidad del proceso de paz, Peres replicó que "nadie debe combatir por nosotros, y tampoco nosotros por ellos".

Al Gobierno de Israel "le importa mucho lo que está ocurriendo, pero no se inmiscuirá", agregó.

El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, no logró aún una tregua con los integristas del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) y de la Yihad Islámica (YI), que no participa en las negociaciones, que le reclaman que asuma la responsabilidad de la matanza del pasado viernes en Gaza.

El control del orden en las ciudades cisjordanas, donde ayer se cumplió un paro de protesta contra Arafat, calificado de "agente foráneo" que reside en Tel Aviv por los integristas, también lo hacen helicópteros de la Fuerza Aérea.

ENTRADO	NE
CRUZADO	NE



9500467.

01-03

Aparente retorno de la calma a la franja de Gaza luego de un acuerdo logrado entre el líder de la OLP y el movimiento islamita

## Arafat y Hamas entierran el hacha de la guerra

\* Viceministro israelí de Defensa afirma que militantes del Hezbollah se enfrentan en América del Sur

El jefe de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, y la oposición islamita, concluyeron un acuerdo limitado para lograr que vuelva la calma a la franja de Gaza, pero ayer jueves volvieron a registrarse incidentes.

Gaza (AFP)  
por Marius Schattner

■ "Todas las partes decidieron renunciar a manifestaciones armadas en las calles y a publicar manifestos incendiarios", declaró a esta agencia el vocero del Movimiento de Resistencia Islámica (Hamas), Mahmud Zahar.

Sin embargo, pocas horas después de que se concluyera dicho acuerdo, obtenido gracias a la mediación de personalidades árabes israelíes, desconocidos abrieron fuego contra el domicilio de Zahar y de otros dos dirigentes del Hamas en Gaza.

"Acuso a Israel y a sus colaboradores", declaró a la AFP una de las personas afectadas, Imad Faluyf. También cuestionó a "personas sospechosas en el seno de la Autoridad Autónoma palestina, que tienen interés en crear problemas y en provocar una guerra civil". Los disparos quebraron vidrios, pero no dejaron víctimas.

Por otra parte, el grupo Ezzedine al-Qassam, la rama armada del Hamas, reivindicó un atentado con explosivos contra una patrulla del Ejército israelí en el sur del territorio autónomo. Según el Ejército, dicho ataque no dejó víctimas.

La primera actividad que pondrá a prueba este acuerdo será el gran mitin convocado para hoy viernes por el Hamas en Gaza, una semana

después de los sangrientos enfrentamientos entre sus militantes y la Policía de Arafat, que dejaron 16 muertos.

Dicha manifestación autorizada por la Policía palestina, está destinada a ser un contrapeso a los mítines organizados los últimos días por Al-Fatah, la formación de Yasser Arafat, en Gaza y Jericó, que en cada oportunidad congregaron a más de diez mil personas.

El acuerdo para que vuelva la paz fue firmado por el Hamas y las otras organizaciones opositoras. El mismo permite "las reuniones públicas" y las manifestaciones después de autorización, prohíbe la publicación de comunicados y declaraciones acompañados de amenazas o de insultos y preserva el derecho de todos a expresarse si eso no afecta ni a las personas ni a los grupos".

Sin embargo, el Hamas subraya que subsisten divergencias sobre el fondo y que continúa responsabilizando a la Autoridad Palestina de la matanza del viernes pasado.

Según Faluyf, "este acuerdo parcial está destinado a prevenir nuevos choques. No debería haber incidentes en los próximos días. Tendremos nuevas reuniones para tratar de llegar a un acuerdo general y salir de esta situación terrible. Eso será posible si cada una de las partes muestra buena voluntad".

Un mediador árabe israelí, Ahmed Tibi, confirmó a AFP que "un diálogo nacional general" continuará en los próximos días.

25-11-94 La Ro  
teriza entre Brasil, Paraguay y Argentina, sostuvo el viceministro de Defensa israelí, Mordechai Gur.

Al expresarse ante el Parlamento el miércoles por la noche, Gur afirmó que "sabemos que hay elementos del Hezbollah que se entrenan en el manejo de armas y reúnen fondos en ese lugar".

Cuando un parlamentario laborista, Guideón Saguy, le preguntó si Israel tenía intenciones de actuar, Gur le contestó en forma cortante que "no tenemos la costumbre de difundir públicamente nuestros proyectos de intervención".

Según Gur, el gobierno argentino proclamó el estado de alerta en ese sector después de informaciones de que el mismo es utilizado como base de operaciones por extremistas integristas que planean nuevos atentados contra instituciones judías o israelíes en Buenos Aires.

Al ser interrogado por la AFP, el diputado Saguy afirmó que Israel "debe exigir a Brasil, Argentina y a Paraguay que tomen medidas muy severas para neutralizar a los terroristas que operan en su territorio".

Según este parlamentario, "el gobierno israelí debe ejercer presiones para que los campamentos de entrenamiento del Hezbollah sean cerrados y los narcotraficantes que entregan fondos a esa organización sean encarcelados, así como los vendedores de armas".

Un especialista israelí en terrorismo internacional, el profesor Ariel Merari, confirmó a AFP que "elementos iraníes y proiraníes son particularmente activos" en el triángulo Argentina - Brasil - Paraguay, "sobre todo entre los libaneses instalados recientemente en Sud Amé-



Un miembro del brazo armado de la sección de Arafat de la OLP, desfila por calle de Gaza con el dedo en el gatillo de su Kalashnikov. (Telefoto de AFP)

hubiera podido efectuar esos ataques en Europa o en EEUU". Un ex responsable del FBI norte-

00467

**MINISTRO ISRAELI  
AFIRMA QUE EL  
HEZBOLLAH SE ENTRENA  
EN AMERICA DEL SUR**

Jerusalén (AFP)

Militantes del movimiento liba-  
nés proiraní Hezbollah reciben en-  
trenamiento militar en la zona fron-

tera".  
"Sabemos que desde hace varios  
años los iraníes y sus partidarios se  
especializaron en el adoctrinamien-  
to de nuevos reclutas, en activida-  
des culturales vinculadas a sus ob-  
jetivos terroristas y en la recauda-  
ción de fondos", explicó Merari.

Según él, "el Hezbollah perpetró  
dos atentados de gran envergadura  
en suelo argentino, pero también

El 18 de julio pasado, un atenta-  
do contra la sede de la Asociación  
Mutual Israelita de Argentina  
(AMIA) dejó 95 muertos en Bue-  
nos Aires. El 17 de marzo de 1992,  
un ataque contra la Embajada de  
Israel costó la vida a 29 personas.

Un mes después del atentado con-  
tra la AMIA, Argentina, EEUU e  
Israel acusaron a Irán, pero la inves-  
tigación no permitió aportar pruebas

americano, Oliver Revell, publicó  
recientemente que integrantes mu-  
sulmanes del Hamas y del Hezbol-  
lah chifla disponen también de redes  
de apoyo en EEUU.

Revell señaló que los militantes  
de esos grupos piden donaciones a  
los musulmanes norteamericanos,  
para comprar armas y formar com-  
batientes para operaciones terroris-  
tas en el exterior.

9500467

03-03

DOCUMENTO 9500468

TITULO AMIA: el Mossad de acuerdo con Galeano

PROCEDENCIA 150024

FECH DE RECEPCION 20-4-84

VINCULO CRUZADO 11842

66460

20358

ENTRADO

CRUZADO



LOS SERVICIOS ISRAELIES COINCIDEN CON LA INVESTIGACION DEL JUEZ

# AMIA: el Mosad avala a Galeano

Un informe de los servicios de Inteligencia Israelíes (Mosad) sobre cómo se realizó el atentado contra la AMIA coincide con la investigación del juez Juan José Galeano. Según ese documento, al que tuvo acceso "Clarín", el coche bomba que destruyó la AMIA puede haber sido manejado por "un conductor ingenuo". Es decir, que existe la posibilidad de que ese conductor no estuviera enterado de lo que iba a suceder.

Un informe secreto del Mosad (servicio secreto israelí) coincide con los resultados logrados hasta ahora en la investigación judicial que realiza el juez federal Juan José Galeano sobre el atentado que voló la sede de la AMIA.

El informe preliminar del Mosad, al que tuvo acceso exclusivo Clarín, tiene diez páginas y en él las autoridades israelíes no descartan "totalmente que el atentado haya sido cometido por un coche bomba conducido por un conductor ingenuo". Esa hipótesis sugiere que el conductor de la camioneta Traffic que voló la AMIA no sabía qué iba a pasar cuando estacionara la camioneta frente al edificio de Pasteur 633, aunque en el informe se establece que "a pesar de que por ahora no se puede hallar un testimonio de que se trate de un conductor suicida, se puede estimar que esta posibilidad es la más probable teniéndose en cuenta los testimonios y la ubicación del vehículo durante la explosión".

En el informe del Mosad se explica cómo sucedió el atentado:

• "A las 9.53 del 18 de julio, el coche bomba, con solo su conductor en el interior, ingresó en la calle Pasteur y fue dirigido hacia el edificio de la AMIA. Cuando llegó a la entrada del edificio, efectuó un movimiento abrupto a la derecha, ascendió a la acera y cuando el frente del vehículo se hallaba entre las columnas de la puerta de entrada, explotó".

• "El atentado fue cometido mediante un coche bomba activado en el frente del edificio. El vehículo fue identificado como un Renault Traffic comercial corto cuyo número, el C 1408.506, estaba registrado a nombre de la compañía Messin SRL, de Paraná 1140".

Carlos Alberto Telleldín es el único detenido en esta causa. Fue quien vendió la camioneta a los autores del atentado. El juez Galeano le dictó la prisión preventiva por el delito de encubrimiento, porque cree que Telleldín conoce la identidad de los terroristas.

• "El foco de la explosión está frente a la entrada del edificio de la AMIA, una parte en la acera y otra en la calzada. El diámetro del cráter es de aproximadamente 5,5 metros y su profundidad, de más de un metro".

• "El vehículo contenía una cantidad de 400 a 500 kg de explosivo que se habían colocado en el interior de la camioneta, entre el eje del diferencial y los asientos delanteros. Se hallaron restos de nitroglicerina y existe la posibilidad de que hubiese amonio-nitrato".

• "Frente a la entrada del edificio, el estacionamiento estaba libre. Desde la entrada del edificio y en la dirección del tránsito, a una distancia de pocos metros se hallaba un contenedor de residuos de construcción que se había estacionado aproximadamente unos 15 minutos antes de la explosión" (véase recuadro).

• "Según el testimonio del dueño de un estacionamiento próximo, el viernes 15 de julio llegó un hombre que quería estacionar una camioneta de tipo Renault Traffic por un período de cinco días. El dueño le aconsejó arreglar en las oficinas del es-

tacionamiento para dejarla durante dos semanas a un precio más bajo. El vehículo salió del estacionamiento el 18 de julio y no se lo volvió a ver".

Tal como adelantó Clarín días después del atentado, se estableció que la Traffic estuvo estacionada durante el fin de semana previo a la explosión en la playa de Azcuénaga y Paraguay, a unas cuadras de lo que fue la AMIA.

• "Unos segundos antes de la explosión pasó junto a una mujer que cruzaba la calzada un vehículo Renault Traffic; en el interior solo se hallaba su conductor, que entró por la calle Pasteur e inmediatamente se oyó una explosión".

En el informe del Mosad, ahora en manos argentinas, se establece que "hubo 335 víctimas, entre ellos 83 muertos identificados y 12 desaparecidos".

Omar Lavie

## Un volquete Investigado

El informe secreto del Mosad que explica, en forma preliminar, cómo se cometió el atentado, señala que un volquete fue colocado cerca de la puerta de Pasteur 633 quince minutos antes de la explosión.

Cuando el juez Galeano comenzó a investigar qué empresas fabricaban el amonal, el explosivo que voló la AMIA, se encontró con una coincidencia: Nassib Haddad, dueño de una firma que fabrica explosivos, es padre de Javier Haddad, dueño del volquete. Ambos fueron indagados por Galeano, quien sigue investigando si existe relación entre el amonal, el volquete y el atentado.

9500468

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500469  
 TITULO Represiones tras los enfrentamientos en Gaza.  
 PROCEDENCIA 15007  
 FECHA DE PROCEDENCIA 10-11-74  
 VINCULACIONES 11842-500869  
66728 -  
11554 -  
19931 -  
51560 -

ENTRADO VE  
 CRUZADO NE

Líder de la OLP "Furioso" Tras los Graves Enfrentamientos

## HABASH PIDE A LA POLICIA PALESTINA QUE SE REBELE CONTRA YASSER ARAFAT



Un militante del grupo radical palestino Hamas despliega una bandera de esa facción en el tope de una ex torre de vigilancia del ejército israelí en Gaza. (AP)

DAMASCO, GAZA y AMAN, 19 (ANSA). George Habash, jefe del "Frente Popular de Liberación de Palestina" (FPLP), pidió hoy a la policía de los territorios palestinos que se "rebelen" a las órdenes de las autoridades guiadas por Yasser Arafat para evitar una "guerra civil".

En un comunicado difundido en Damasco, donde el Frente tiene su sede central, Habash pidió a los efectivos de la policía que se rebelen desobedeciendo a las órdenes de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) para "ponerse al servicio del pueblo e impedir el estallido de una guerra civil palestina".

"El frente es el componente más importante de la OLP después del grupo Al Fatha de Yasser Arafat y es contrario al acuerdo de paz entre la OLP e Israel. El FPLP ya atribuyó a Arafat, junto a otros nueve grupos de oposición al acuerdo con Israel, toda responsabilidad por la masacre de palestinos "perpetrada" ayer en Gaza durante los enfrentamientos entre integristas y policías de la ANP.

### NEGOCIACION

Tras los sangrientos enfrentamientos de ayer en Gaza, la Autoridad Nacional Palestina (ANP) de Yasser Arafat y los movimientos de oposición islámicos tomaron hoy una pausa de reflexión, gracias a la mediación de varias partes, entre ellas, los árabes de Israel.

Pero las armas no callaron entre palestinos y soldados israelíes. Estos últimos, en las últimas 24 horas mataron, según fuentes árabes, a dos manifestantes palestinos en Cisjordania y a otro en Gaza.

Por su parte, el consejo de ministros de la ANP anunció que, para calmar los ánimos, formará una comisión de investigación para aclarar los enfrentamientos de ayer en Gaza, que costaron la vida a quince personas y provocaron más de 200 heridos.

También creará otra comisión con todas las facciones palestinas para que estudie propuestas destinadas a impedir que se repitan hechos como los de ayer.

El cese del fuego entre la ANP y la oposición islámica permitió el pacífico desarrollo en Gaza de un funeral simbólico de las víctimas. También hubo desfiles organizados tanto por los partidarios de Arafat como por sus opositores.

A pesar de la tregua, Arafat "está furioso" con los movimien-

tos islámicos, a los que acusa de desafiar su autoridad, según observaron participantes en un encuentro que el líder mantuvo con exponentes árabes de Israel.

Según esas fuentes, Arafat habría echado sobre la mesa, frente a los huéspedes, un puñado de volantes islámicos hostiles a él, gritando "¡leamos!". Desde hace tiempo Hamas se está preparando para este enfrentamiento. Son ellos los que me hacen la guerra".

En Israel, donde se sigue atentamente la evolución de la lucha interna palestina, se manifiesta pesar por las víctimas de ayer y se rechaza la tesis de satisfacción por el enfrentamiento.

Sin embargo, Israel dijo varias veces que quería una lucha

decisiva de la ANP contra los movimientos islámicos que se oponen al proceso de paz y a su existencia. El ministro de Edilicia, Benjamín Ben Eliezer, advirtió que será difícil marchar hacia la plena realización de los acuerdos de Oslo con la OLP, si Arafat no da antes pruebas convincentes de su autoridad en los territorios autónomos.

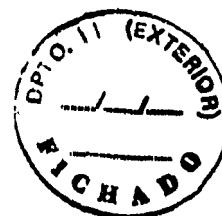
### ALARMA JORDANA

Preocupada por no verse afectada por los asuntos internos de los palestinos, Jordania confía en que los sangrientos enfrentamientos ocurridos ayer en Gaza entre grupos islámicos y las autoridades palestinas no concluyan en una guerra civil.

Los palestinos, dijo un funcionario del gobierno jordano, "deben entender que existe un li-

mite, que no debe ser transpuesto, y que las divergencias serán contenidas y superadas rápidamente mediante el diálogo".

El funcionario precisó que Jordania no tomará una posición acerca de la masacre en Gaza —donde 15 personas murieron y 200 resultaron heridas— "porque se trata de una cuestión interna", y dijo que "de cualquier forma el reino se lamenta por los tristes sucesos".



9500469

Nº. DOCUMENTO 9500470

TITULO *Arafat hace advertencia a los fundamentalistas extremistas.*

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 22-11-74

VINCULACIONES 11842-514402

62708-513485

11831 -

507603 -

500868 -

ENTRADO

CRUZADO



"LA OLP NO TOLERARÁ LA VIOLENCIA"

## Severa advertencia de Yasser Arafat a los fundamentalistas

FRANJA DE GAZA, 21 (AP, EFE y Reuters). El líder palestino Yasser Arafat, decidido a captar el respaldo público y evitar una guerra civil, advirtió hoy a miles de seguidores que lo aclamaban que la violencia entre facciones destruirá el sueño de los palestinos de formar un Estado y que no está dispuesto a "tolerar conspiraciones".

Ante más de 10.000 palestinos, muchos de ellos armados, que marcharon por las calles de Gaza en respaldo del jefe de la OLP, Arafat advirtió que "el estado de alerta continúa y hay que mantener los ojos bien abiertos. Ustedes son los protectores de la seguridad, nadie puede escapar de Al-Fatah ni de la policía palestina".

El temor a una guerra civil se cernía sobre los palestinos a raíz de los enfrentamientos del viernes entre la policía de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y los fundamentalistas musulmanes que dejaron 13 muertos.

"Respal damos a la democracia, pero necesitamos seguridad y estabilidad para construir nuestro Estado", dijo Arafat a sus 10.000 simpatizantes en la Plaza del Soldado Desconocido.

"No toleraremos que nadie instigue al desorden y no permitiremos que ninguno destruya lo que hemos construido", expresó.

Arafat recibió un amplio respaldo público a consecuencia de los cruentos enfrentamientos del viernes. Se lo veía claramente complacido de que la concurrencia de hoy fue mucho mayor que la que lo recibió hace cinco meses cuando llegó a Gaza para dirigir el gobierno autónomo palestino, y alentó a sus seguidores a derribar una barrera protectora y acercarse al estrado.

Antes que Arafat hablara, algunos miembros de los Halcones de Al-Fatah

el grupo armado clandestino que combatió la ocupación israelí, circularon entre la multitud con los rostros cubiertos y disparando sus armas al aire.

El respaldo de Arafat entre Al-Fatah se ha visto debilitado en la franja de Gaza porque no incluyó a muchos de los combatientes en puestos clave dentro del gobierno autónomo.

La restauración de los Halcones parece ser un intento de Arafat de fortalecer su posición y tener a la mano un grupo dispuesto a combatir a las brigadas Izzedine Al-Qassam del movimiento extremista Hamas.

"Arafat, Arafat, te queremos! Nadie te puede desafiar", coreaba la multitud. "Izzedine no nos atemorizará porque nosotros tenemos a los Halcones de Al-Fatah".

La manifestación que la OLP realizó hoy coincidió con los esfuerzos que realizaban los mediadores israelíes y árabes para hallar una fórmula de evitar la violencia.

Los dirigentes de Hamas respaldaron al principio, pero no firmaron un acuerdo porque deseaban que Arafat aceptase la responsabilidad públicamente por el derramamiento de sangre hasta que una investigación señale a los culpables.

Hamas acusó a Arafat de aceptar la presión de Israel para reprimir a los militantes y de planear el enfrentamiento del viernes entre los policías palestinos y fundamentalistas musulmanes.

Arafat designó hoy al juez Kusai Abdaleh para presidir una comisión judicial que investigará la matanza del viernes en Gaza.

Nabil Abu Irdeineh, portavoz de Arafat, al hacer el anuncio no señaló si esta designación cuenta con el respaldo de Hamas y de la Jihad Islámica.

9500470

01-01



Nº. DOCUMENTO 9500471  
TITULO Viaje de libanes a America.  
PROCEDENCIA 705540.  
FECHA DE PROCEDENCIA 22-11-94  
VINCULACIONES E. Jatonir - 11947.  
Hizbollah - 519402.  
Libano - 66730.  
Latinoamerica - 11677.

ENTRADO 18  
CRUZADO 18



**S E C R E T O**  
22 DE NOVIEMBRE DE 1994  
INFORME NO.: 7620

**ASUNTO: E L L I B A N O - H I Z B O L A / VIAJE DE UN LIBANES  
PARA UNA MISION EN LATINOAMERICA - NOTA INFORMATIVA**

1. POR UNA FUENTE ALLEGADA AL HIZBALA EN EL LIBANO SE SUPO QUE UN LIBANES DE NOMBRE ELIAS MUHAMAD DAHER, NACIDO EN 1966, FUE ENVIADO HACE APROXIMADAMENTE UN MES POR IMAD MUGHANIAH PARA EJECUTAR UNA MISION EN UN PAIS DE LATINOAMERICA.
2. NO SABEMOS CUAL ES LA NATURALEZA DE LA MISION, POR CUANTO TIEMPO EL CITADO HA VIAJADO, EL TRAYECTO DE SU VIAJE NI CUAL ES EL PAIS DE SU OBJETIVO.
3. SOLICITAMOS TRATEN DE DETECTAR LA LLEGADA/PRESENCIA DEL MILITANTE, Y LES AGRADECEREMOS NOS ENVIEN DETALLES SOBRE SUS CONTACTOS Y ACTIVIDADES.

**9500471.**

07 - 07



Nº. DOCUMENTO 9500472

TÍTULO HAMAS CONTRA A UNIA MANIFESTACIÓN EN GAZA.

PROCEGENCIA 150027

FECHA DE PROCEGENCIA 23-11-74

VINCULACIONES 118477. J.S.I.

10195 M. O. R. 3.4.74

101601 J. S. A. 22

514407 118477

11871 J. O. C. U. P.



ENTRADO 102  
CRUZADO 102

No han tenido éxito hasta ahora los numerosos intentos de mediación para superar la fuerte tensión existente entre la oposición islámica y la Autoridad Nacional Palestina

## Hamas convoca a manifestación en Gaza

Gaza (ANSA)

Fuentes de Hamas indicaron que la manifestación fue autorizada por la Autoridad Palestina (administración autónoma de la franja de Gaza y Jericó), antes de la protesta del pasado viernes; y que su objetivo es honrar la memoria de Imad Akel, responsable del brazo arma-

do del grupo de 24 años, muerto el año pasado por agentes clandestinos israelíes en Gaza.

Pero, más allá de su objetivo explícito, la manifestación constituirá la respuesta de Hamas a una marcha llevada a cabo en Gaza por el Fatah, fracción mayoritaria de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) en apoyo a su líder, y actual presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat.

En un comunicado difundido en Amman, Hamas dijo que "la organización de esta manifestación, en el mismo momento en que se llevan a cabo esfuerzos para reducir la tensión en Gaza, así como los disparos al aire de la policía palestina y los militantes de Fatah, constituyen una demostración de fuerza bruta que ha disgustado a nuestro pueblo".

Arafat anunció el lunes la creación de una comisión judicial investigadora sobre las ma-

nifestaciones del pasado viernes: su vocero personal, Nabil Abu Rdaineh, dijo que el organismo será presidido por el responsable de la justicia en la Autoridad Palestina, Jusai al-Ahdieh, y "dispondrá de todos los poderes necesarios y presentará sus conclusiones al Consejo de Ministros, para que este tome las medidas adecuadas".

Hamas acusa a la Autoridad de haber ordenado a la policía que disparara contra la multitud, mientras el gobierno palestino afirma que agentes provocadores, financiados desde el exterior, abrieron el fuego e instaron a los manifestantes al saqueo y la violencia.

La Autoridad Palestina ha multiplicado las señales de apaciguamiento para con Hamas durante el fin de semana, al liberar unos 30 presuntos militantes que habían sido arrestados luego de la manifestación del viernes.

Pero Hamas no ha respondido a estas señales, al proclamar desde Ammán que "no reconocemos a la Autoridad Palestina porque es fundamentalmente ilegítima" a la vez que exigía en un volante difundido en Gaza la destitución del jefe de policía y el responsable de la justicia palestinos.

Por su parte, las Brigadas Qassam, brazo militar de Hamas prometieron vengar a los muertos del pasado viernes, en un comunicado en el que afirmaron que "hemos recibido la orden de responder a la matanza en el momento justo y adecuado, y la Autoridad autónoma se quedará sorprendida por nuestra respuesta: será una venganza amarga".

### EL FATAH INTENTA RETOMAR EL CONTROL DE LA CALLE

Gaza (AFP)  
por Nejla Sammakia

El Fatah del jefe de la Organización de Liberación Palestina (OLP) Yasser Arafat comenzó a organizarse para enfrentar a los integristas, tras haber efectuado una masiva demostración de fuerza el lunes.

Un alto dirigente del Fatah, Diab el Loh, afirmó a la AFP que su organización había creado comités de vigilancia encargados de informar a la autoridad palestina de la situación callejera.

"Esos comités que no cumplirán un papel policial actuarán en coordinación con la dirección con el fin de informar de manera clara y precisa de los acontecimientos", explicó.

Sin embargo, subrayó, el Fatah no tiene la intención de formar una milicia. "Somos contrarios a la presencia de milicias, (por cuanto) vamos hacia la paz, pero si se emplea la fuerza contra la policía y contra inocentes, el Fatah y los Halcones, no pueden quedarse con las manos cruzadas", dijo.

El lunes, por vez primera des-



Un niño palestino y su abuelo gritan en Gaza consignas anti-OLP, mientras exhiben una foto de un miembro de la Jihad islámica que cayó muerto. (Telefoto de AFP)

de el lanzamiento de la autonomía palestina, Halcones del Fatah, realizaron una manifestación de apoyo a Arafat con fusiles en mano.

Incluso aquellos que, dejados de lado por Arafat, se habían visto obligados a buscar un empleo en el sector privado, volvieron, reunidos contra la oposición tras las violencias del pasado viernes entre los integristas y la policía palestina, que causó 16 muertos.

Disparando al aire, fueron congratulados por Arafat que les reservó el papel de "guardianes" de la seguridad y de la estabilidad.

"Les digo a los Halcones del Fatah que somos todos favorables a la democracia así como a la seguridad y a la estabilidad de nuestra nación", agregó.

Y, desde el lunes, las paredes de la ciudad de Gaza se llenaron de

graffitis de los Halcones junto a inscripciones del Movimiento de la Resistencia Islámica Hamas.

"Los Halcones del Fatah y la policía palestina son los protectores de la autoridad palestina", afirma una de esas inscripciones en letras de oro. Al lado, el Hamas había escrito: "Las masacres de Arafat y de Rabin (el primer ministro israelí) no detendrán nuestra guerra sagrada".

Esta organización denunció la manifestación pro-Arafat, calificándola de "repugnante". En un comunicado difundido en Ammán, estima que "la organización de esta manifestación, en momentos en que se despliegan esfuerzos para disipar la tensión así como los disparos al aire de la policía palestina y de los jefes del Fatah, son una demostración de fuerza repugnante que provocó la consternación y la ira de

01-01

9500472

Nº DOCUMENTO

9500473

TITULO

Arafat moviliza a la fuerza de Fatah contra los extremistas.

PROCEDENCIA

150090.

FECHA DE P

23-11-84

VINCULACION

11842-513495

66708-514407

11831-11554

527607-

500868-



ENTRADO

1/2

CRUZADO

1/2

## Arafat Moviliza Milicia Suya Contra Extremistas

CUADRO DE GAZA, Gaza, 22 (AP). — El dirigente de la OLP Yasser Arafat movilizó a sus seguidores armados de la Facción Fatah para combatir a los extremistas musulmanes

que desafían su autoridad, dijo hoy la policía y funcionarios de Fatah. Pero los activistas dejaron saber que no retrocedrán en su disputa con el sector de Arafat. Un capitán de la policía palestina fue baleado hoy cuando se dirigía a su despacho y resultó herido en las piernas. Ningún grupo se atribuyó la responsabilidad, pero los activistas islámicos habían advertido que atacarían a los policías a menos que se castigase a los agentes que dispararon contra un grupo de manifestantes el viernes pasado. Catorce personas murieron y 50 resultaron heridas en el tiroteo ocurrido frente a una mezquita. La movilización del grupo armado fue decretada tras fracasados los intentos de mediación entre Arafat y los grupos extremistas Hamas y Jihad Islámica. Arafat rechazó las demandas de sus adversarios para que asumiera la responsabilidad total de los enfrentamientos de la semana pasada entre los manifestantes musulmanes y la policía palestina. En lugar de ello, Arafat reunió ayer a centenares de sus partidarios armados del grupo Halcones de Fatah durante una manifestación de 10.000 personas que respaldaron su gobierno. El jefe de la policía de Gaza Ghazi Jabali sugirió hoy que los Halcones se enfrentarán en el futuro a los militantes islámicos. "Es una advertencia a todos los que tratan de socavar la autoridad, si quieren jugar a las pandillas, herempe lo mismo", dijo Jabali a The Associated Press. Al parecer respondió a las amenazas del brazo armado de Hamas, las Brigadas Izzedine Al-Qassam, de atacar a los funcionarios de la OLP si no son castigados los policías que participaron el viernes en el tiroteo frente a la mezquita de Ciudad de Gaza. En el incidente murieron 14 personas y 150 resultaron heridas. Jabali, que ensalzó a los Halcones, dijo que "estos muchachos estaban aquí antes que Hamas. Son los luchadores de la revolución... y ayer fueron a decir que 'estamos dispuestos a ayudar a la policía y a Arafat, estamos dispuestos a proteger lo que fue logrado'". Jabali no dijo cómo serán usados los Halcones, que otrora combatieron con los soldados israelíes y que pasaron a un segundo plano al comenzar en mayo la autonomía, con la creación de la policía palestina.

9500473.

01-02

Asaltan Campo en Líbano

## ARAFAT Y OPOSITORES EN ENFRENTAMIENTO ARMADO

CAMPO DE EIN EL HELWEH, LIBANO, 25 (ANSA). — Más de medio millar de combatientes de Al-Fatah, el principal grupo de la OLP de Yasser Arafat, asaltó esta madrugada el campo de refugiados en Líbano de Ein El Helweh, controlado por el dirigente palestino disidente Munir Maqdash, desatando una batalla que provocó al menos 10 muertos, uno de ellos un civil, y 20 heridos.

La larga batalla, que se extendió desde las 3 de la madrugada hasta el alba, con resultado adverso para los seguidores de Arafat, que luego de un rápido avance debieron abandonar las posiciones ganadas y atrincherarse en un edificio, agita nuevamente el fantasma de una guerra interpalestina.

El viernes pasado, violentos choques entre militantes palestinos islámicos y la policía del ente autónomo de Gaza provocaron 16 muertos y unos 200 heridos.

El campo de refugiados palestinos de Ein El Helweh es el más poblado y politizado de los 12 existentes en el Líbano, y alberga a más de 80 mil personas.

Ein El Helweh es controlado por el coronel disidente Munir Maqdash, ex jefe militar de Al-Fatah en Líbano, destituido por haberse opuesto al acuerdo de paz firmado con Israel el 13 de septiembre de 1993.

La batalla fue violenta de hoy fue violenta, casa por casa. Los residentes del campo, así como los pobladores de la cercana ciudad de Sidón, se refugiaron en los sótanos, temiendo que se tratara de una nueva invasión israelí.

El ataque de Al-Fatah fue liderado por Kamal Mahdat, responsable de la seguridad de la OLP en Líbano, contra los hombres de Khaled Shayeib, un disidente de la OLP aliado de Maqdash.

Casi un tercio de los combatientes de Al-Fatah, sostienen los opositores de Arafat, llegó a Ein El-Helweh desde el campo de refugiados de Rashidiyah, el único del Líbano controlado por la OLP, que se encuentra cerca de la ciudad portuaria de Tiro, más al sur de Sidón.

Antes de mediodía los invasores habían conquistado más de la mitad del campo y capturado a unos 40 defensores. En ese momento ya se hablaba de cinco muertos y seis heridos. Poco después, los hombres de Maqdash reconquistaron tres de las seis posiciones perdidas.

Una breve tregua, establecida por intervención de mediadores neutrales de un Comité popular, que se dirigieron por altoparlantes a las partes en lucha, permitió al coronel Maqdash proponer a Al-Fatah que mantuviera sus posiciones conquistadas a cambio de la liberación de sus 40 hombres.

Pero las negociaciones fracasaron, y el coronel disidente convocó entonces al campo a milicianos integrados de Hamas y la Jihad, así como palestinos filo-sirios de los frentes Popular y Democrático.



Un palestino herido en un pie, es llevado por compañeros a una asistencia de urgencia después de que chocaron con árabes disidentes en Sidón, Líbano. (Laserfoto de AP)

## Mubarak: Hamas un Peligro

EL CAIRO, 25 (EFE). — El presidente de Egipto, Hosni Mubarak, reiteró su advertencia del peligro que suponen los "extremistas" de HAMAS para la autonomía palestina, que se añade a los "difíciles problemas" que afronta el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat.

"El 'juego' del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) y otros extremistas es muy serio y puede poner en peligro todo el proceso de paz en caso de que continúe", dijo Mubarak a los editores de los diarios egipcios que lo acompañaron en su gira por el Reino Unido, Italia y Rumanía, que concluyó anoche.

En su opinión, es "muy difícil" para Arafat

actuar solo en la recién nacida autonomía palestina en Gaza y Jericó, "debido a los tremendos problemas heredados de la ocupación israelí".

"El deterioro de la situación y la falta de asistencia de los estados donantes amenazan no sólo el proceso de paz de Oriente Medio sino la estabilidad en otras zonas del mundo", indicó.

Mubarak, que tuvo un importante papel en las negociaciones palestino-israelíes que llevaron al acuerdo de El Cairo en mayo pasado, por el que se concretó el primer paso de la autonomía palestina en Gaza y Jericó, ya había mencionado la semana pasada este peligro.

9500473.

02-02

Nº. DOCUMENTO

9500474

TITULO

Afirmación por el Hezbollah se entrena en la zona del Iguazú.

PROCEDENCIA

150025

FECHA DE PROTOCOLO

25-11-93

VINCULACIONES

11847-514402

11677-

66960-

507482-

66727-

ENTRADO

Nº

CRUZADO

Nº



# Hezbollah se entrenaría en la zona del Iguazú

**Actividad militar:** el viceministro de Defensa de Israel afirmó que la guerrilla pro iraní realiza prácticas de armas y recauda fondos en el límite entre la Argentina, Brasil y Paraguay.

JERUSALEN, 24 (AFP).- Militantes del movimiento libanés pro iraní Hezbollah reciben entrenamiento militar en la zona fronteriza entre Brasil, Paraguay y la Argentina, sostuvo el viceministro de Defensa israelí, Mordechai Gur.

Al expresarse ante el Parlamento, Gur afirmó: "Sabemos que hay elementos del Hezbollah que se entrenan en el manejo de armas y reúnen fondos en esa zona".

Cuando el legislador laborista Gideon Saguy preguntó si Israel tenía intenciones de actuar, Gur respondió en forma cortante: "No tenemos la costumbre de difundir públicamente nuestros proyectos de intervención".

## Estado de alerta

Según Gur, el gobierno argentino proclamó el estado de alerta en ese sector luego de enterarse de que es utilizado como base por extremistas árabes que planean nuevos atentados contra instituciones judías en Buenos Aires.

Por su parte, Saguy afirmó que Israel "debe exigir a Brasil, la Argentina y Paraguay que tomen medidas muy severas para neutralizar a los terroristas que operan en su territorio".

El parlamentario agregó que "el gobierno israelí debe ejercer presiones para que los campamentos de entrenamiento del Hezbollah sean cerrados y los narcotraficantes que entregan fondos a esa organización queden encarcelados, así como los vendedores de armas".

Un especialista israelí en terrorismo internacional, el profesor Ariel Merari, confirmó que "elementos iraníes son particularmente activos en el triángulo Argentina-Brasil-Paraguay, sobre todo entre los libaneses instalados allí recientemente en América del Sur". Agregó que "también están adoctrinando a nuevos reclutas para ataques dinamiteros".

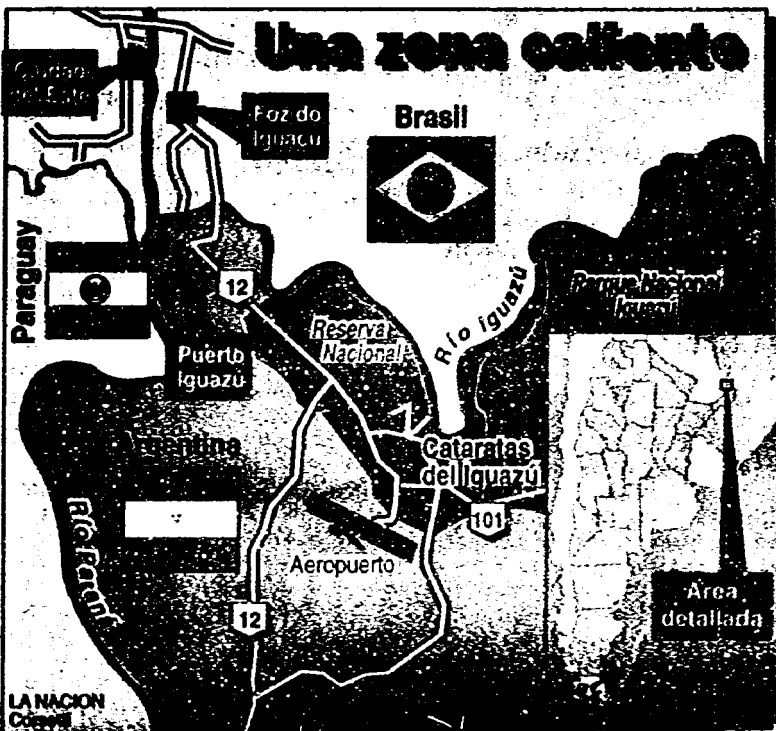
Además un análisis de LA NACION sobre la zona denunciada. Ver Pág. 4

## Arafat acusó a Irán de apoyar el terrorismo

MADRID, 24 (De nuestro corresponsal).- Yasser Arafat acusó hoy a Irán de brindar ayuda a los movimientos terroristas del fundamentalismo islámico que afectan el proceso de paz de Medio Oriente y reiteró la necesidad de que se realicen elecciones en los territorios ocupados.

Su denuncia fue formulada poco antes de que el líder de la OLP, junto con el primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, recibieran el Premio Príncipe de Asturias a la Cooperación Internacional por el acuerdo de paz alcanzado para la región.

El galardón fue entregado por el rey de España, durante un acto en el Palacio de la Zarzuela.



01-01

9500474

820

Nº. DOCUMENTO 9500475

TITULO *condenacion a muerte*

PROCEDENCIA *150025*

FECHA DE PROMESA *26-11-74*

VINCULACIONES *19842*

*66708*

*11831*

*507607*

*514402*



ENTRADO *NZ*  
CRUZADO *NZ*

## Condenan a muerte a un miembro de Hamas

JERUSALEN, 25 (AP).— Una corte marcial de la margen occidental sentenció hoy a muerte a un militante islámico por haber planeado y orquestado un atentado suicida en un autobús en el que murieron seis personas.

Said Badarneh, de 24 años, del pueblo de Yabad, fue declarado culpable de seis cargos por asesinato en el ataque: las cinco víctimas y el suicida, quien fue reclutado por Badarneh.

Otras 30 personas resultaron heridas en el atentado del 13 de abril en el pueblo costero de Hadera.

El jurado integrado por tres militares israelíes, encabezado por el teniente coronel Oded Pessinson, anunció su decisión unánime tras cinco horas de deliberaciones.

Los jueces dijeron en su decisión que daban la pena de muerte ya que la cadena perpetua no ha logrado poner alto a este tipo de ataques de los militantes islámicos contra los israelíes.

La fiscalía había solicitado seis cadenas perpetuas consecutivas para Badarneh, uno por cada cargo de asesinato.

Los jueces también indicaron que Badarneh no tuvo remordimientos por sus acciones, las que, según confesó, fueron motivadas por el odio y con el fin de matar a israelíes.

Aunque fue sentenciado a muerte, Badarneh podría aún sobrevivir el fallo. Tiene el derecho a apelar la decisión y el comandante militar del área tiene derecho a cambiar o vetar el fallo de los jueces.

9500475

01-01



TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Siria no es inocente en el atentado a la AMIA*  
 110512  
 16-11-74  
 11942-66960-67100-11032 (EX)

# "Siria tampoco es inocente en el atentado a la AMIA"

9500476

De 26/11

Esta conclusión proviene del periodista experto en temas de terrorismo Steven Emerson, quien participará en un seminario junto a importantes especialistas internacionales.

(Por Raúl Kollmann) El periodista especializado en terrorismo del *New York Times* y el *Washington Post* Steven Emerson coincidió ayer con las tesis del juez Juan José Galeano en todo lo referente al atentado contra la AMIA: "El modus operandi y las pruebas indican que fue perpetrado por el Hezbollah; se hizo a través de un suicida y la mayor parte de la responsabilidad es de Irán, aunque tampoco Siria es inocente". Emerson llegó a la Argentina para anunciar un seminario internacional, organizado por la AMIA, en el que participarán algunos de los más importantes especialistas mundiales en temas vinculados con el terrorismo.

Entre el lunes 12 de diciembre y el miércoles 14 expondrán en Buenos Aires, entre otros, Yigal Carmón, ex asesor de los primeros ministros israelíes Shamir y Rabin y coronel retirado de Inteligencia; Oliver Buck Revell, ex asistente ejecutivo del director del FBI y responsable norteamericano en todas las investigaciones criminales vinculadas con actos terroristas; Klaus Gruenwald, director de la Inteligencia alemana -considerado uno de los más importantes funcionarios europeos en materia de grupos fundamentalistas islámicos- y Peter Probst, analista senior y asesor del secretario de Defensa norteamericano.

La especialidad de los oradores -el terrorismo islámico- indica cuál es la teoría que primará en el seminario: la responsabilidad del Hezbollah en el atentado contra la AMIA. En esa dirección se movió también quien vino a anunciar el evento, aunque al mismo tiempo reconoció que "se cuenta más con declaraciones y evidencias que con conclusiones forenses" y que "no hay elementos legales para responsabilizar a Irán".

Sin embargo, Emerson insistió una y otra vez con que los dos atentados ocurridos en Buenos Aires están relacionados con Teherán: "Este tipo de actos requiere de apoyo diplomático y de las facilidades que tienen las embajadas. Esto no significa que haya sido la embajada de Irán en Buenos Aires, porque ellos -los iraníes- tienen una red que se comunica a través de todo el mundo y respalda a los radicales del Hezbollah".

El periodista norteamericano sostuvo que conoce el tema a partir de sus charlas con funcionarios de Inteligencia de Israel, Estados Unidos y Europa quienes -dijo- no dudan en responsabilizar a Hezbollah por los atentados. Al mismo tiempo acusó a "algunos de los servicios de inteligencia argentinos de ser poco agresivos en la investigación". Consultado sobre cuál de esos servicios fueron negligentes, el hombre de prensa se negó a dar nombres.

Por último, Emerson volvió sobre el tema de los supuestos terroristas is-



lámicos que operan en la triple frontera de Argentina, Paraguay y Brasil: "Es tierra de nadie. Hay informes norteamericanos de que a partir de 1992, Hezbollah instaló allí una gran estructura y tiene un campamento de entrenamiento. Es comparable al valle de Bekka (reducto de Hezbollah en el Líbano) y se pueden comprar armas y contrabandear explosivos".

La organización libanesa Hezbollah, apoyada por Irán, centraliza las hipótesis.

"El modus operandi y las pruebas indican que el atentado fue perpetrado por el Hezbollah."

9500476

## Las valijas fantasmas

**Página/12**  
**EN ISRAEL**

(Por Shlomo Slutzky, desde Tel Aviv) Agentes del servicio de inteligencia iraní estarían buscando "agujeros" en las medidas de seguridad de las compañías aéreas de Occidente, que podrían servir para introducir y trasladar armas y explosivos y volver al terror aéreo al estilo Lockerbie. Así lo afirma el semanario israelí en idioma inglés *Jerusalem Report*, cuyo editor responsable, David Horowitz, amplió a Página/12 los datos en su poder que fueron obtenidos de fuentes de inteligencia en Europa y Estados Unidos.

En su edición de ayer, el *Jerusalem Report* señala que agentes de inteligencia iraníes comenzaron hace un tiempo a enviar valijas con identificación falsa o sin identificación a través de diferentes compañías aéreas. Fuentes de las agencias de inteligencia en Occidente que descubrieron este movimiento dirigido desde Teherán, consideran que la intención de los responsables de estos envíos es la de buscar agujeros en las medidas de seguridad de las compañías aéreas. Su intención sería la de utilizar estos agujeros para trasladar armas o explosivos, pero también para ofrecer blancos fáciles a grupos terroristas con apoyo iraní.

Parte de las valijas fueron enviadas desde Teherán a Estados Unidos y Europa, pero otras salieron fichadas en Europa -Inglaterra por ejemplo- para llegar a Venezuela tras hacer escala en México o Tailandia. Uno de los sistemas utilizados fue el de enviar a destino final una valija perteneciente supuestamente a un viajero que debe realizar escalas en su trayectoria. El pasajero -de falsa identidad- no aparece en la segunda parte del vuelo, mientras que su valija se halla en la panza del avión. Compañías con alto nivel de seguridad se preocupan por prohibir que valijas no revisadas viajen separadas de sus dueños, pero los iraníes estarían buscando la forma de encontrar un hueco en algunas de las compañías de Occidente.

Según señaló a Página/12 David Horowitz, el descubrimiento de este operativo iraní logró conseguir un inusitado nivel de colaboración entre los servicios de inteligencia de Estados Unidos y los europeos. Fuentes en estos servicios señalaron que es posible hallar este hueco, ya que muchas compañías aéreas redujeron las medidas de seguridad por recortes presupuestarios. Otras no pueden realizar en forma adecuada las revisiones de seguridad por el gran movimiento de viajeros, que crece en un 5 por ciento de promedio anual a nivel mundial, sin que crezcan en el mismo término las medidas de seguridad.

01-01

9500477  
AMIA: Quien conoce al grupo autor del atentado.  
150015  
28-11-94  
11942 -  
66160 -  
507482 -



ENTRADO 11/2  
CRUZADO 11/2

# AMIA: aseguran conocer a grupo autor de atentado

## Advertencias fueron desoídas por autoridades

El "garoto de programa" (prostituto) brasileño Wilson Roberto dos Santos aseguró haber convivido, durante meses, con un grupo de iraníes y palestinos autores del atentado antijudío de julio en Buenos Aires, y afirmó que sus advertencias previas fueron desoídas por las autoridades.

Santos, de 39 años, dijo al semanario Isto E que se relacionó con una supuesta prostituta -al cabo terrorista- iraní en Buenos Aires y fue testigo de los preparativos del atentado contra la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), que el 18 de julio costó 90 muertos.

El brasileño detalló incluso que facilitó el ingreso al país, gracias a un contacto que él tenía en la aduana, de maletas que le dijeron llevaban videojuegos pero que después concluyó que pudieron ser partes de la bomba contra la AMIA. Explicó que cuando supo que el grupo haría un atentado contra una entidad israelí en Buenos Aires, se comunicó con diplomáticos de Argentina e Israel, para advertirlos del hecho pero, en ambos casos, no se le dio crédito a su versión.

Isto E revela que para reconstruir la historia de Santos el periodista Mario Chimanovich viajó con él recientemente a Buenos Aires, donde el brasileño hizo declaraciones voluntarias, el día 19 de noviembre, ante el Departamento de Protección al Orden Constitucional (DPOC), que tomaron diez horas. "En la madrugada del día 21, Santos desapareció del hotel Embajador, en el centro de Buenos Aires, reapareciendo dos días después en el consulado brasileño, bastante asustado, pidiendo protección para dejar Argentina", escribe el semanario brasileño. Según Isto E, las autoridades argentinas sospechan que Santos tuvo algo más que un contacto accidental con el grupo de terroristas, y, seducido por dinero fácil, habría trabajado como "correo".

Dedicado a la prostitución en Buenos Aires, Santos dijo que se vinculó con una supuesta colega iraní, Nasrin Mokhtari, que se hacía llamar Isabela y que tenía pasaportes argentino, iraní

y libanés. En abril de 1992, Santos conoció a Isabela-Nasrin y comenzó una relación amorosa que lo llevaría a varios países del mundo, donde presenció los preparativos del atentado contra la AMIA, al igual que en Buenos Aires.

Santos relató a Isto E que en Buenos Aires acompañaba a Isabela-Nasrin a varios lugares de la ciudad donde ella tomaba fotografías de entidades israelíes, siempre llevados en un taxi por un hombre que se hacía llamar Hassan.

Después de algún tiempo con Isabela-Nasrin, Santos conoció a un amigo de ella, Alf (que puede ser el terrorista palestino Ali Slim o Ali Adwa), con quien viajó a Ciudad del Este, Foz de Iguazú y Puerto Iguazú, ciudades fronterizas de Paraguay, Brasil y Argentina, a fines de agosto de 1992.

Santos conocía a una funcionaria de la aduana argentina y se facilitó el ingreso de una maleta que puede haber estado cargada con aparatos de espionaje electrónicos o explosivos que Alf recibió de otro árabe en Ciudad del

Santos a Isto E.

Santos cuenta que al volver a Zurich exigió de Isabela-Nasrin que le dijera en qué andaba metida, y que ella le dijo que pertenecía a un grupo empeñado en ayudar a los palestinos a liberar a su patria.

Le confesó entonces que había participado del atentado contra la Embajada de Israel en Buenos Aires, en marzo de 1992, que costó 30 muertos, y que estaban preparando otro atentado para 1994, que se realizaría en una entidad judía preferentemente en obras de reformas para que los explosivos entraran entre los materiales de construcción.

Isabela-Nasrin pidió a Santos que llevara a Roma una maleta con documentos y la depositara en el sector de valijas de la estación ferroviaria local, lo cual hizo y al volver a Zurich decidió separarse de la iraní, tomando un avión a Amsterdam (Holanda) y después regresando a Sao Paulo, en febrero de 1994. "Al llegar a Sao Paulo me comuniqué con el consulado argentino e israelí para contar la preparación del atentado, pero me trataron como un loco", dijo Santos.

En la tarde del 18 de julio, día del atentado a la AMIA, Santos estaba en Italia y se comunicó por teléfono con el comisario Carlos Brunet, jefe de operaciones especiales de la Policía Federal argentina, a quien le dio informaciones sobre los posibles autores del atentado. La Policía Federal argentina, dice Isto E, descubrió que Isabela-Nasrin Mahshar llegó a Argentina el 18 de agosto de 1987, declarando que era estudiante. Ya fue presa en Buenos Aires y fue fichada por prostitución.

Según el relato de Santos, Isabela-Nasrin tenía buenas relaciones con políticos argentinos. Antes que ambos viajaran a Europa, el 21 de diciembre de 1992, pasaron por el Café Casablanca, en la avenida Rivadavia 1901, frente al Congreso Nacional, Nasrin dejó con un mozo un mensaje escrito a un parlamentario, cuyo nombre Santos no se recuerda.

### Brasileño detalló que facilitó el ingreso al país

Este, aunque le decían al brasileño que se trataba de videojuegos.

Antes de la Navidad de 1992, Isabela-Nasrin invitó a Santos para que fueran a Zurich (Suiza), desde donde fueron a Roma para tratar de obtener visas para Canadá, negada a la iraní. Al regresar de Roma, Santos descubrió una maleta llena de dólares de Isabela-Nasrin. Se sorprendió con la presencia en Zurich del denominado Alf, que había conocido en Buenos Aires, y está le pidió que lo acompañara a Múnich (Alemania), donde visitaron una cervecería de un griego cerca de la estación Lehel del metro.

"Pensé que esa gente estaba metida con el narcotráfico, y empecé a pensar en dejar a Isabela-Nasrin e irme", dijo

01-01

9500477



Nº. DOCUMENTO 9500478

TITULO *Maton o violon judío en Hebrón.*

PROCEDENCIA 150002

FECHA DE PROCEDENCIA 28-11-94

VINCULACIONES 19842

66208

502607

19831



ENTRADO	<i>Nº</i>
CRUZ-00	<i>Nº</i>

**Otro Ataque**  
JERUSALEN, (EFE). — Un grupo de palestinos, presuntamente integrantes islámicos, mataron hoy a un colono judío e hirieron a otro al atacar su automóvil junto a la aldea palestina de Raba, en el distrito de Hebrón, informaron fuentes militares israelíes. Los palestinos abrieron fuego con armas automáticas contra el vehículo israelí y mataron al conductor, que perdió el control del mismo. El acompañante, con graves heridas, fue llevado en el Hospital Hadassah de Jerusalén.

9500478

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500978

TITULO *Ataque a un autobús en Cisjordania*

PROCEDENCIA 150482

FECHA DE PROCEDENCIA 18-4-94

VINCULACIONES 11847 -

66208 -

11831 -

502603 -

714407 -

ENTRADO *NE*  
CRUZADO *NE*



*El Likud se opone a que Rabin evacue tropas para facilitar comicios*

## Rabino muerto en atentado de Hamas en Cisjordania

*Beit Hagai, Cisjordania ocupada - Un automóvil en que iban dos israelíes fue atacado ayer a tiros en Cisjordania por un grupo de lo que se cree eran militantes islámicos, y las autoridades dijeron que murió su conductor, que era un rabino, y que el pasajero quedó herido.*

Más de 30 disparos se efectuaron en el ataque, que hizo que el automóvil quedara fuera de control y se volcara, dijo radio Israel. La organización Hamas se adjudicó posteriormente el atentado.

Periodistas que llegaron al lugar vieron sangre en el parabrisas y sobre el asiento delantero, y fuentes israelíes indicaron que alrededor de las 11:00 un automóvil se aproximó al que iban los israelíes, y que por lo menos 2 hombres abrieron fuego desde su interior.

El rabino, que conducía el vehículo atacado, fue alcanzado por varios balazos, dijeron las fuentes, mientras que algunos informes dieron a entender que su muerte pudo haberse debido al vuelco del automóvil.

El pasajero de ese vehículo, que era un policía, respondió el fuego, dijo radio Israel, siendo herido en la nuca y en la nariz por los atacantes, según fuentes del hospital al que fue llevado.

En una llamada telefónica anónima se dijo que el ataque fue lanzado por el ala militar del grupo islámico Hamas, Izedin al-Kasam, informó la emisora.

Los ataques contra objetivos israelíes perpetrados por militantes islámicos en los 2 últimos

meses han dejado 31 muertos.

"Continuaremos los ataques", se dijo en la llamada, en idioma hebreo.

Soldados efectuaron una búsqueda en los campos a la vera del camino y periodistas vieron que 5 hombres fueron detenidos.

El Consejo de Colonos de la Cisjordania, que representa a muchos de los 120.000 colonos israelíes, culpó del ataque a los planes del gobierno de ampliar la autonomía palestina en la Cisjordania y retirar las tropas.

### Supuesto plan

El principal bloque de la oposición parlamentaria en Israel, el Likud, ha exhortado al primer ministro Yitzhak Rabin a no poner en práctica un supuesto plan para evacuar al Ejército de Cisjordania y facilitar así las elecciones palestinas.

El plan, que trascendió ayer a la prensa, consistiría en retirar a las tropas que actualmente controla el orden en las principales ciudades de Cisjordania ocupada por tres días, y devolverlas a sus posiciones después de los comicios.

El presidente del bloque parlamentario del Likud, Moshé Katzav, afirmó ayer que la evacuación temporaria del Ejército "no es real", y que "las elecciones en

Judea y Samaria (Cisjordania) transformará a ese territorio en otra Franja de Gaza".

El director general del Ministerio de Asuntos Exteriores, Uri Savir, declaró ayer de mañana que "no tiene sentido entrar en detalles", y aclaró que, según la Declaración de Principios (DdP) entre su país y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Israel replegará sus tropas antes de las elecciones.

La convocatoria a elecciones, que debe hacerse previo acuerdo con Israel según lo pactado por la OLP en la DdP de setiembre de 1993, será uno de los asuntos que abordará su líder, Yasser Arafat, con el ministro israelí de Asuntos Exteriores, Shimon Peres, en Amberes, donde comenzarán las negociaciones para la autonomía de Cisjordania. ■ (De la redacción de El Observador en base a AP y EFE)

9500479

01-01

Nº DOCUMENTO 9500481

TITULO Atentado en Tel Aviv

PROCEDENCIA Mossad 20358

FECHA DE PROCEDENCIA 30-11-94

VINCULACIONES 17842 - 2.221

502007 - Israel

514407 - Hamas

NZ  
NZ

S E C R E T O

30 DE NOVIEMBRE 1994

INFORME NO.

VI.  
17787

ASUNTO: EL ATENTADO DEL AUTOBUS EN TEL AVIV (19.10.94)

- NOTA INFORMATIVA -

1. EL 19 DE OCTUBRE DE 1994, APROXIMADAMENTE A LAS 9:00 HS, EXPLOTO UNA CARGA DE GRAN POTENCIA, COMPUESTA DE MATERIAL EXPLOSIVO REGLAMENTARIO, EN UN AUTOBUS DE LA LINEA 5, EN LA CALLE DIZENGOF, TEL AVIV. LA CARGA FUE ACTIVADA POR UN TERRORISTA SUICIDA. EN LA EXPLOSION RESULTARON MUERTAS 21 PERSONAS, HUBO 47 HERIDOS, Y FUERON PROVOCADOS SERIOS DANOS MATERIALES AL ENTORNO.

2. EL APARATO MILITAR DE LA ORGANIZACION HAMAS - 'LOS REGIMIENTOS AZ ALDIN ALKASAM' - SE RESPONSABILIZO INMEDIATAMENTE DESPUES POR EL ATENTADO. POSTERIORMENTE SE TRASLADO A LOS MEDIOS DE COMUNICACION (20 OCT.); POR INTERMEDIO DE ELEMENTOS DEL HAMAS, UNA CASETE DE VIDEO EN LA QUE APARECE EL TERRORISTA SUICIDA, SALAH ABDEL RAHIM HASAN SAWI NAZAL, DE KALKILIAH. EL SUSODICHO ERA BUSCADO, Y ESTABA RELACIONADO CON YAHIA AYASH, MIEMBRO DEL HAMAS DE SAMARIA, A QUIEN SE ESTABA BUSCANDO HACIA TIEMPO, EXPERTO EN LA PREPARACION DE COCHES BOMBA Y CARGAS EXPLOSIVAS.

3. FACTORES DEL HAMAS Y DE LA OPOSICION ELOGIARON EL ATENTADO. NO OBSTANTE, VARIOS MIEMBROS NOTABLES DEL MOVIMIENTO TRATARON DE BORRONEAR SU CONEXION CON EL ATENTADO. PARALELAMENTE, FACTORES DE LA 'AUTORIDAD PALESTINA' (ENCABEZADOS POR ARAFAT) Y LIDERES DEL PUBLICO ARABE DE ISRAEL, CONDENARON AGUDAMENTE EL ATENTADO.

4. ESTE ATENTADO ASESINO SE SUMA A LOS DOS GRAVES ATENTADOS COMETIDOS POR FACTORES DEL HAMAS EN EL ULTIMO PERIODO. UNO EN LA PEATONAL DE JERUSALEN (9 OCT.), Y EL SECUESTRO Y ASESINATO (14 OCT.) DEL SOLDADO NAJSHON WAXMAN. EN ESTOS TRES ATENTADOS, INCLUYENDO EL INTENTO DE RESCATAR AL SOLDADO, EL SALDO DE VICTIMAS FUE DE 26 MUERTOS Y 60 HERIDOS.

DETALLE DE LA INFORMACION SOBRE EL ATENTADO Y QUIENES LO COMETIERON

9500481

01-04

EL ATENTADO

5. EL 19 DE OCTUBRE, APROXIMADAMENTE A LAS 9:00 HS, EXPLOTO UNA CARGA DE GRAN POTENCIA, QUE FUE ACTIVADA POR UN TERRORISTA SUICIDA EN UN AUTOBUS EN LA CALLE DIZENGOF DE TEL AVIV, MIENTRAS RODEABA A OTRO AUTOBUS. EN LA EXPLOSION MURIERON 21 PERSONAS, EN SU MAYORIA PASAJEROS DEL AUTOBUS EN QUE EXPLOTO LA CARGA, Y HUBO 47 HERIDOS (UNO CON HERIDAS MORTALES, TRES GRAVES, Y LOS DEMAS CON HERIDAS QUE VARIABAN ENTRE MEDIANA Y POCA GRAVEDAD). EL AUTOBUS RESULTO ABSOLUTAMENTE DESTRUIDO, INCENDIANDOSE Y CAUSANDO UN GRAN DANO AL ENTORNO. EL HAMAS SE RESPONSABILIZO POR EL ATENTADO.

6. SEGUN LA EVALUACION DE LOS EXPERTOS EN MATERIALES EXPLOSIVOS DE LA POLICIA, SE TRATA DE UNA CARGA COMPUESTA POR MATERIAL EXPLOSIVO DE TIPO T.N.T, DE UN PESO DE UNO 10 KG. EL FOCO DE LA EXPLOSION SE HALLO ENTRE EL CUARTO Y EL QUINTO ASIENTO DEL AUTOBUS.

IDENTIDAD DEL TERRORISTA SUICIDA

7. EN LA CASETE DE VIDEO TRASLADADA POR EL HAMAS (20 OCT.) A LOS MEDIOS DE COMUNICACION, APARECE EL QUE COMETIO EL ATENTADO SUICIDA, EL BUSCADO SALAH ABDEL RAHIM HASAN SAWI NAZAL (APODADO ABOU KHALED, ABOU SEIF), NACIDO EN 1967, HABITANTE DEL BARRIO NOKAR, EN KALKILIAH. EN SU APARICION EN LA CASETE DECLARO QUE SE PROPONIA COMETER UN ATENTADO SUICIDA EN REACCION A LA MUERTE DE LOS SECUESTRADORES DEL SOLDADO NAJSHON WAXMAN. TAMBIEN SOSTUVO QUE EL ATENTADO ES EN VENGANZA POR LA MUERTE DE SU HERMANO, EJECUTADA POR LOS SOLDADOS DEL EJERCITO ISRAELI EN EL TRANSCURSO DE LA INTIFADA.

8. SALAH NAZAL ERA MILITANTE DEL HAMAS, 'REGIMIENTOS AZ DIN ALKASAM', QUE SE CONVIRTIO EN BUSCADO EN ABRIL DE 1994. ANTES DE ELLO ERA UNO DE LOS MILITANTES DESTACADOS DEL MOVIMIENTO EN KALKILIAH, Y SE DESEMPEÑO COMO HOMBRE DE CONTACTO ENTRE LA CONDUCCION DEL MOVIMIENTO DE LA CIUDAD Y LAS ALDEAS DE LA ZONA. EN EL PASADO HABIA SIDO ARRESTADO TRES VECES DEBIDO A SUS ACTIVIDADES.

9. DESPUES DE HABERSE CONVERTIDO EN BUSCADO, SALAH NAZAL MANTUVO CONTACTOS CON EL QUE ERA BUSCADO DESDE HACIA TIEMPO, IKHIA AISH, QUE SE ESPECIALIZA EN LA PREPARACION DE COCHES BOMBA Y CARGAS EXPLOSIVAS SOFISTICADAS. POR LO TANTO, ES POSIBLE QUE AISH HAYA PREPARADO LA CARGA Y ESTUVIESE INVOLUCRADO EN LA PLANIFICACION DEL ATENTADO. EN ESTE CONTEXTO DEBE SENALARSE QUE DESPUES DEL ATENTADO SE RECIBIO INFORMACION SEGUN LA CUAL IKHIA AISH ESTABA CONECTADO CON EL COMETIDO Y/O LA PLANIFICACION DEL ATENTADO. SEGUN UNA INFORMACION AISLADA, SALAH NAZAL ESTUVO EN LA FRANJA DE GAZA APROXIMADAMENTE EN AGOSTO DE 1994.

**ASUNCION DE RESPONSABILIDAD DEL HAMAS POR EL ATENTADO**

10. COMO YA SE HA MENCIONADO, EL HAMAS ASUMIO PUBLICAMENTE LA RESPONSABILIDAD POR EL ATENTADO. EN ESTE CONTEXTO CABE SENALAR:-

A. UNA LLAMADA TELEFONICA A LA RADIO ISRAELI (19 OCT.), EN LA QUE EL QUE SE COMUNICO SOSTUVO QUE EL ATENTADO ERA UN OBSEQUIO DE LOS EXPULSADOS DEL HAMAS A MARJ'A AL ZAHUR, DONDE APRENDIERON A PREPARAR CARGAS EXPLOSIVAS, Y QUE TENIAN LA INTENCION DE COMETER NUMEROSOS ATENTADOS.

B. EN UN VOLANTE DEL BRAZO MILITAR DEL HAMAS, 'LOS REGIMIENTOS DE AZ ALDIN ALKASAM', QUE SE PUBLICO EN LA GRANJA DE GAZA (10 OCT.), ASUMIA LA RESPONSABILIDAD DEL ATENTADO, PERO SOSTENIA QUE LA ASUNCION ORIGINAL DE RESPONSABILIDAD NO PROCEDIA DE LA FRANJA.

EL VOLANTE HACE UN LLAMAMIENTO A LOS MILITANTES DEL BRAZO ARMADO PARA LLEVAR A CABO UNA ESCALADA EN LA LUCHA CONTRA EL EJERCITO ISRAELI EN LA FRANJA DE GAZA, EN JUDEA Y SAMARIA Y EN JERUSALEN. EL VOLANTE TAMBIEN LLAMABA A LOS MILITANTES DE 'AZ ALDIN ALKASAM' Y DEL HAMAS A QUE NO OBEDEZCAN LAS INSTRUCCIONES DE LA POLICIA PALESTINA, QUE SEGUN ELLOS SE HA CONVERTIDO EN UN BRAZO DE LA CONQUISTA ISRAELI. EL VOLANTE TAMBIEN ADVERTIA QUE EL HAMAS POSEE UNA LISTA DE LOS EMPLEADOS DE LA 'AUTORIDAD PALESTINA', QUE SE DESEMPEÑAN COMO ESPIAS ISRAELIES, Y CONTRA LOS CUALES EL MOVIMIENTO ACTUARA.

**RESUMEN Y EVALUACION**

11. EL ATENTADO EN LA CALLE DIZENGOF HA SIDO EL ATENTADO MAS GRAVE COMETIDO POR UN MILITANTE DE LOS TERRITORIOS DESDE 1967, SIENDO EL RESULTADO DEL MISMO EL MAYOR NUMERO DE ISRAELIES MUERTOS EN UN ATENTADO COMETIDO POR UN MILITANTE DEL 'INTERIOR'. CABE SENALAR QUE EN LOS ATENTADOS COMETIDOS POR COMANDOS QUE SE INFILTRARON A TRAVES DE LAS FRONTERAS SE REGISTRO UN NUMERO MAS ELEVADO DE MUERTOS.

12. ESTE ATENTADO ES EL TERCERO EN UNA SERIE DE ATENTADOS COMETIDOS POR MILITANTES DEL HAMAS DE LOS TERRITORIOS, EN UN CORTO PERIODO DE TIEMPO, Y CON EXITO DESDE EL PUNTO DE VISTA DEL HAMAS.

13. EN ESTOS ATENTADOS SOBRESALIERON ALGUNAS CARACTERISTICAS COMUNES, CONOCIDAS DEL PASADO:-

A. EL COMETIDO DE ATENTADOS EN EL NUCLEO DE CONCENTRACIONES JUDIAS Y DENTRO DE LA 'LINEA VERDE'.

B. LA VOLUNTAD DE CAUSAR EL MAYOR NUMERO DE VICTIMAS DE FORMA

INDISCRIMADA.

C. LA DISPOSICION A SUICIDARSE, YA SEA POR ANTICIPADO O MIENTRAS COMETEN EL ATENTADO.

D. EL USO DE MEDIOS REGLAMENTARIOS DE COMBATE (INCLUSO MATERIAL EXPLOSIVO), QUE POR LO VISTO EL HAMAS ES CAPAZ DE OBTENER EN EL TERRENO.

E. LA UTILIZACION DE UNA INFRAESTRUCTURA DE COLABORADORES QUE SUMINISTRAN TODAS LAS NECESIDADES LOGISTICAS PARA LOS ATENTADOS.

9500481.

04-04

Nº. DOCUMENTO 9500482

TÍTULO Terrorismo y Narcotráfico en el Perú

PROCEDENCIA Marina de Guerra Peru

FECHA DE RECIBO 01/10/94

VOLÚMENES 11240 Intermedi

66817 Jm

ENTREGA

Nº

CAJAS

Nº

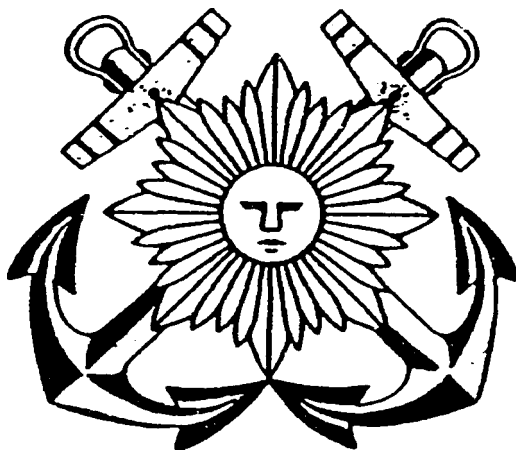


9500482

01/29.

MARINA DE GUERRA DEL PERU

ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA NAVAL



Terrorismo y Narcotráfico en el  
Perú

La Punta - 1994

9500482.



Contenido

Introducción

El Terrorismo

El Narcotráfico

Relación del narcotráfico y el terrorismo

Acciones tomadas por el Estado Peruano

Acciones en el campo militar y participación de la Marina de Guerra del Perú

Estado actual y perspectivas en el campo nacional e internacional

9500482.

03

## Introducción

El Perú es un país bastante complejo y antiguo, con numerosos problemas pero a la vez con grandes posibilidades, con una población pluricultural, multilingüe y mayoritariamente joven, pero que a la vez constituye una sociedad con profundas desigualdades. En resumen, y como bien lo dijera el gran historiador peruano Jorge Basadre: el Perú es una promesa incumplida.

En una sociedad como la descrita, la violencia política ha formado parte de su historia, especialmente a partir de los años treinta de este siglo, con la aparición del Partido Aprista Peruano (APRA) y el Partido Comunista del Perú. Desde sus etapas iniciales, ambos partidos tenían algunos puntos en común, tales como su clara inspiración socialista, su fervoroso antiimperialismo y su ansiosa lucha por alcanzar el poder y cambiar lo que consideran la "injusta sociedad peruana". En este marco general, tanto el APRA como el Partido Comunista llevaron a cabo diversas acciones de violencia política, tales como la revolución de 1932, el asesinato del presidente Sánchez Cerro, la revolución de 1948 y el asesinato de diversos oponentes políticos. Como era natural, ambas agrupaciones se encontraron luchando una contra otra desde sus orígenes, teniendo estas luchas su escenario principal en el Parlamento y en los claustros universitarios, principalmente en las universidades nacionales. Fruto de esta lucha ideológica, que a menudo se convertía en violencia física, fueron los políticos peruanos de las siguientes generaciones, multiplicando las variantes que ofrecía la propuesta socialista. De esa manera fueron surgiendo partidos de tendencia soviética, china, cubana, etc. los que, a su vez, se subdividieron en numerosas fracciones, opuestas entre sí la mayoría de las veces. Por su parte el Partido Aprista Peruano

04  
9500482

también sufrió diversos fraccionamientos internos, cubriendo un amplio espectro de opciones políticas, desde un extremismo radical de izquierda hasta un centro derecha moderado. A partir de la década de los años cincuenta, algunos de dichos grupos se separaron del partido, para optar claramente por la vía socialista, pasando a constituir varios de los partidos políticos de izquierda y precipitadores de la violencia política de las décadas siguientes.

Este fermento político estuvo alimentado por la situación que vivía la sociedad peruana, profundamente estratificada, y con un sistema de tenencia de tierras que no había variado en lo más mínimo desde el siglo XVI. De esa manera, a partir de los años cuarenta, comenzaron a producirse levantamientos indígenas en el Ande, algunos de los cuales, especialmente en la zona central del país, estaban vinculados a la presión ejercida por empresas mineras extranjeras para entrar en posesión de las tierras de cultivo de las comunidades campesinas. Lamentablemente, muchas de las medidas adoptadas por los gobiernos de turno no hicieron más que incentivar este tipo de actitudes, o posponerlas momentáneamente.

La revolución cubana, a finales de los años cincuenta, fue tomada como ejemplo por algunos de los numerosos grupos comunistas existentes en Latinoamérica. En los primeros años de la siguiente década surgieron guerrillas en diversas partes del continente, y el Perú no fue una excepción a dicha regla. En efecto, a partir de 1963 se presentaron algunas actitudes que bien podían calificarse de violencia subversiva, especialmente en los departamentos del Cuzco y Madre de Dios. Controladas en un primer momento, esta violencia estalló en forma de lucha guerrillera en junio de 1965, en la zona de Junín, Ayacucho y Cuzco. El Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), encabezado por Luis de la Puente Uceda, antiguo militante aprista; así como el Ejército y el Frente de Liberación Nacional (FLN), encabezados por Héctor Béjar, de extracción comunista, estuvieron al frente de esta actividad guerrillera, aún cuando ambos grupos se oponían entre sí

por razones ideológicas. La lucha fue relativamente corta, pues se logró controlar la situación en solo siete meses, tras vencer la inicial resistencia del gobierno para que interviniesen las Fuerzas Armadas.

Las lecciones de entonces fueron bastante claras, especialmente para las Fuerzas Armadas peruanas: se debían cambiar las estructuras del país, modificando la tenencia de tierras, reconociendo las comunidades indígenas, acortando las diferencias sociales y mejorando las condiciones de vida de la población, principalmente la rural. Por diversas circunstancias, que no son del caso analizar, hubo que esperar hasta 1968 para que algunas de estas reformas fuesen llevadas a efecto por el gobierno militar encabezado por el general Velasco. Una profunda pero mal visualizada reforma agraria, cuyos resultados en la producción fueron desastrosos, cambió el régimen de tenencia de tierras; la nacionalización de numerosas industrias y empresas extranjeras, afectó también el sector laboral; finalmente, la inspiración socialista de ese gobierno, hizo crecer desmesuradamente el aparato estatal, generando una numerosa burocracia. Todo esto sirvió para remover las estructuras sociales del país, creando un ambiente propicio para que se gestaran nuevos movimientos subversivos, naturalmente, uno de inspiración comunista y otro con cierta aproximación al APRA.

9500482.

## El Terrorismo

El Partido Comunista del Perú - Sendero Luminoso, se gesta en la década de los sesenta al seno de la Universidad Nacional de San Cristóbal del Huamanga, en el Departamento de Ayacucho, bajo el liderazgo indiscutido de Abimael Guzmán Reynoso, doctor en Filosofía y en Derecho, y profesor de la referida universidad. Guzmán, que inicialmente forma parte del grupo comunista Bandera Roja, elabora una propuesta ideológica en la cual, a la luz de la realidad peruana contemporánea, reinterpreta los principios socialista-indigenistas de José Carlos Mariátegui, los preceptos básicos del marxismo-leninismo, y las doctrinas directivas teóricas y prácticas de Mao Tse Tung. Con esta ideología en mente, en 1970 funda el Partido Comunista del Perú en el Sendero Luminoso de Mariátegui.

Tras una década de preparación, en mayo de 1980, en medio del proceso electoral para elegir el gobierno que debía sustituir a un gobierno militar que ya duraba doce años, Sendero Luminoso declaró la guerra al país, destruyendo el material electoral en una pequeña localidad de Ayacucho llamada Chuschi. El grupo subversivo empezó a aplicar las teorías de la revolución maoísta para la lucha armada en la sierra peruana, estimando que la campaña que iban a emprender se extendería por unos cincuenta años. Inspirado en la estrategia que habían aplicado los líderes chinos para su lucha revolucionaria, Sendero Luminoso concibió tres grandes fases: la defensa estratégica, el equilibrio estratégico y la ofensiva estratégica. Desde su particular perspectiva, dichas fases fueron siendo puestas en ejecución sucesivamente, de modo que en setiembre de 1992, cuando Abimael Guzmán fue capturado, consideró que ya habían alcanzado el equilibrio estratégico y que era el momento

9500482.

de lanzarse a "construir la conquista del poder"; vale decir que debía ponerse en marcha la fase de la ofensiva estratégica que llevara al colapso del estado peruano y a la intervención extranjera. Obviamente, la cúpula senderista era demasiado entusiasta en su apreciación de la situación.

Para la ejecución de sus planes Sendero tuvo que organizarse en tres elementos básicos: el Partido, el Ejército Guerrillero Popular, y el Frente Único. De éstos, el Partido es el que tiene primacía y dirige la "guerra popular", y está organizado internamente en tres estratos diferenciados: dirigencia o comité central, cuadros y militancia. Por otro lado, el Ejército Guerrillero Popular se subdivide a su vez en elementos móviles y elementos locales, organizados por compañías, que a su vez están bajo el control de tres mandos: el político, el militar y el logístico. Finalmente, el Frente Único aspira a aglutinar a todas las fuerzas vivas que se oponen o sienten oprimidos por el ordenamiento legal vigente en nuestro país, personificado por el Estado. Este frente cuenta a su vez con dos niveles paralelos, concebidos para actuar en el campo y en la ciudad. Cabe agregar que, al momento de ser capturado, Guzmán rebautizó al Ejército Guerrillero Popular como Ejército de Liberación Nacional, y al Frente Único como Frente Popular de Liberación, augurando que el próximo colapso del Estado llevaría a la intervención extranjera y a la lucha de liberación del pueblo peruano encabezada por Sendero Luminoso.

La lucha de Sendero Luminoso por capturar el poder concibe la aplicación sistemática del terror como medio valedero para dominar a la población y mostrar la incapacidad del Estado para protegerlos. Esta táctica tuvo cierto éxito inicial, pues a semejanza de lo ocurrido en 1965, en un primer momento el gobierno no le dio importancia a este grupo subversivo. En 1982 el Ejército y la Marina, con el apoyo de la Fuerza Aérea, intervinieron directamente en la lucha, asumiendo el control de determinadas zonas del país declaradas en estado de emergencia. Para entonces Sendero ya había ampliado su área de influencia, inicialmente restringida al departamento de Ayacucho. En los años subsiguientes, debido en parte a la

9500482.

inexistencia de un marco legal apropiado y al poco compromiso inicial de la sociedad civil, Sendero logró diseminarse y alcanzar cierto grado de control en partes significativas del país. El accionar del Ejército Guerrillero Popular también fue reforzado con la actividad urbana, a través de crímenes selectivos, asaltos a bancos, y colocación de bombas explosivas, con daños a muchos pobladores que, hasta entonces, consideraban la guerra contra Sendero Luminoso como un asunto de competencia exclusivamente castrense.

La situación finalmente comenzó a ser revertida en 1992, cuando merced a la paciente labor de inteligencia, los principales dirigentes del "Comité Central" de Sendero fueron capturados, enjuiciados y actualmente purgan sus respectivas condenas. De ese modo, el aparato político fue seriamente afectado, arrastrando en su caída a la organización militar. Simultáneamente, la legislación vigente fue modificada para permitir una mayor severidad en la sanción e incentivar, a la vez, la desertión de las filas del senderismo. Los desesperados intentos de Sendero Luminoso por recuperar el terreno perdido, llevados a cabo a través de diversas acciones terroristas y promoviendo el apoyo de organismos extranjeros, desarrollados desde finales de 1992 y a lo largo de 1993, no lograron contener el desbande que se comenzó a producirse en sus filas.

La situación actual de Sendero en el campo militar es desesperada, lo cual puede llevar a que sus cada vez más escasos líderes políticos adopten medidas extremas. Por otro lado, su futuro parece vincularse cada vez más fuertemente al narcotráfico, que ha sido su principal fuente financiera en los últimos años, conforme veremos al tratar sobre esa relación en particular.

El otro grupo terrorista que ha tenido gran actividad a lo largo de la última década es el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru, mejor conocido por sus siglas MRTA, surgido bajo el liderazgo de Víctor Polay Campos, antiguo militante aprista. De origen marxista leninista, con orientación castrista y aparentes vinculaciones ideológicas con el ala radical del Partido Aprista Peruano, este grupo subversivo se gestó a lo largo de la década de 1970 e

9500482.



inició su etapa de lucha armada en 1984, en el área rural del Cuzco. A diferencia de Sendero, el MRTA no constituye un partido político, sino un movimiento que agrupó inicialmente a varias facciones de izquierda, tales como "Pueblo en Marcha", "Unidad Democrática Popular", "Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)-Voz Rebelde", "MIR-El Militante".

Para desarrollar su lucha revolucionaria se ha organizado en cuatro elementos: Dirección Estratégica o Nacional, Fuerzas Armadas Revolucionarias, Fuerza de Masas y Línea Internacional. La Dirección Estratégica aspira a convertir al MRTA, a través de un programa socialista y un plan de guerra basado en una estrategia común, en el brazo armado de diversas agrupaciones de la izquierda peruana, así como de otras organizaciones que consideraban a la violencia como la única vía de cambio social en el Perú. Las Fuerzas Armadas Revolucionarias constituyen "el poder militar capaz de enfrentar y derrotar al poder militar de la burguesía", para lo cual se organizan en milicias y en el Ejército Popular Tupacamarista, que tiene características de ejército regular. La Fuerza de Masas procura aglutinar a la población y a sus organizaciones hacia la toma del poder y la construcción del socialismo. Para ello buscan liderar reclamos sindicales y/o regionales, así como captar organismos legales para que actúen en su defensa. Finalmente, la Línea Internacional busca obtener el respaldo y apoyo directo de otras organizaciones similares, habiendo colaborado eventualmente con las guerrillas colombianas, y aparentemente con grupos extremistas de Bolivia, Chile, Ecuador y Cuba.

Conforme se ha mencionado, el MRTA inició sus acciones en el campo, en la zona del Cuzco. Sin embargo, la rápida intervención de las Fuerzas Armadas logró controlar dicha actividad inicial, llevando a que se desplazara hacia otros lugares del territorio nacional. Asimismo, el terrorismo urbano fue desarrollado con singular eficacia por este grupo, alcanzando niveles de tecnificación bastante más elaborados que los de Sendero Luminoso. La actividad en el medio urbano fue más selectiva, especializándose en el secuestro y

9500482

extorsión de empresarios, el cobro de cupos, el asalto a bancos, el empleo de mecanismos de detonación a control remoto, etc.

Sin embargo, tal como ocurrió con Sendero, la paciente labor de inteligencia permitió la captura de sus principales líderes, entre los cuales estuvo Polay, desarticulando así la dirigencia y por ende su capacidad operativa. Por otro lado, las Fuerzas Armadas asestaron duros golpes a los destacamentos del MRTA, que se fueron desbandando en la medida que la situación se les tornaba desfavorable. La desertión en sus filas se tornó difícil de detener en algunos de estos destacamentos, al punto que dejaron de ser problemas militares, mientras que otros, mediante el control ejercido por la nueva dirigencia política, lograron reagruparse en la zona del río Huallaga, donde contaban con el apoyo financiero del narcotráfico, como veremos más adelante.

A finales de la década de los ochenta apareció un tercer grupo subversivo, denominado Rodrigo Franco. De clara filiación aprista, dicho grupo se limitó a llevar a cabo algunos atentados en medios urbanos, desapareciendo poco después. Por otro lado, también se llevaron a cabo algunos asesinatos selectivos a personajes vinculados a organismos de fachada de los grupos subversivos, haciendo suponer la existencia de algunos grupos extremistas de derecha.

Antes de finalizar esta breve presentación sobre el desarrollo de la actividad subversiva en el Perú es necesario resaltar las vinculaciones que tanto Sendero Luminoso como el MRTA han logrado establecer en el exterior. Con un hábil manejo del tema de los derechos humanos y de la aguda pobreza del país, ambos grupos se publicitaron en el exterior, al punto que en muchos lugares dejaron de ser los violadores de los derechos humanos y generadores de violencia para ser vistos como los defensores del pueblo peruano contra la opresión gubernamental. Algunos de sus militantes se establecieron en Estados Unidos y en diversos países de Europa, especialmente en aquellos que tienen una larga tradición de asilo político (Alemania, Suecia, España, Gran Bretaña), propiciando la formación de organismos

9500482.

de apoyo a la que denominan Revolución Peruana. Lamentablemente, el Estado Peruano no reaccionó con suficiente eficiencia ni oportunidad en este campo, permitiendo que dicha prédica llegara a sorprender a algunos ciudadanos, organismos e incluso gobiernos extranjeros, mellando así la imagen exterior del país en un momento crítico como el que se vive. Finalmente, en los últimos años el gobierno peruano llevó a cabo un activo programa de difusión externa sobre la lucha contra el terrorismo, habiendo revertido la imagen difundida por los terroristas y logrado la condena casi unánime de ambos grupos subversivos.

9500482.

## El Narcotráfico

Como se mencionó al inicio de esta conferencia, el Perú es un país milenario, que resume en su territorio el paso de numerosas culturas que se fueron sucediendo a lo largo del tiempo. En ese devenir se construyó una cosmovisión común que fue forjando lo que se conoce como el Mundo Andino, cuya extensión sobrepasa los límites políticos del Perú de hoy día. La presencia europea, en los últimos quinientos años modificó en algo dicha cosmovisión, pero algunos elementos de la misma permanecieron inalterados. Entre estos, estuvo el uso mágico-religioso de la hoja de coca (*eythroxilon coca*).

Reservada hasta entonces para uso de la élite social andina y como ofrenda para las divinidades, su consumo fue propiciado por la nueva élite colonial como un suplemento alimentario para la población indígena, sometida a trabajos forzados, principalmente en la explotación minera. Este tipo de consumo persiste hasta nuestros días, sobre todo entre los pastores de altura, donde la dieta alimentaria es complementada con el uso de la hoja de coca. Tales propiedades llamaron la atención de algunos investigadores extranjeros, que decidieron emplear la coca peruana para elaborar diversos productos o emplearla en medicina. Uno de los más conocidos ejemplos de esta actividad es la Coca Cola, cuya identificación inicial con la hoja de coca está bastante documentada. Por otro lado, el Estado Peruano, consciente de las propiedades de esta planta, implantó un monopolio sobre su comercialización, creando una empresa que tiene como finalidad adquirir la producción de los campesinos y distribuirla para usos legales (farmacopea e industria de infusiones).

Esta situación varió en las últimas décadas, merced a la presión del mercado externo, que descubrió las propiedades alucinógenas de la cocaína, uno de los trece alcaloides que

13  
9500482.

contiene la hoja de coca, que además posee algunas vitaminas y proteínas. Esto generó un alza constante en el precio de la coca a partir de los años cincuenta, llevando a que muchos campesinos cambiaran sus cultivos hacia este arbusto, cuya alta rentabilidad se incrementaba adicionalmente por las pocas dificultades que ofrece su cultivo (cuatro cosechas anuales, muy resistente, crece entre 500 y 1500 metros sobre el nivel del mar, y en temperaturas de 18 a 25°). La creciente producción de coca obviamente no podía ser captada por los mecanismos legales que el Estado Peruano había diseñado para su comercialización, dando inicio a un activo comercio ilegal, en manos de traficantes extranjeros cuyos mercados se ubicaban principalmente en los países desarrollados (Estados Unidos, Japón, Europa), incentivando en ellos la drogadicción y de esa manera haciendo crecer la demanda y consecuentemente la producción.

Como se ha mencionado, la coca había sido cultivada en toda la zona andina desde tiempos preincaicos, pero la presión del mercado ilegal exterior hizo que se intensificara su cultivo en las siguientes cuencas fluviales: Marañón, Huallaga, Ene-Apurímac, Urubamba-Tambopata. De las 13,000 hectáreas cultivadas en 1975, quince años más tarde se estimaba que el área cultivada había crecido a 250,000 hectáreas. Esto representa el 6% del total del área cultivable del país (que a su vez abarca tan solo el 2.8% de su superficie total). Por otro lado, la producción de hoja de coca creció de 75,760 T.M. en 1975, a un estimado de 550,000 T.M. en 1992.

Este espectacular crecimiento tuvo repercusiones claras en la economía del campesinado, en las zonas de cultivo e incluso en el país. El campesinado vio incrementados significativamente sus escasos ingresos, pues el segundo cultivo más rentable, el té, no alcanzaba al 50% de lo producido por la coca. Las zonas de cultivo sufrieron los efectos del exceso de liquidez, generando serias distorsiones de precios y el surgimiento paralelo de un clima de violencia que no pudo ser controlado por el Estado. Finalmente, ese mismo exceso de liquidez afectó la economía nacional, imponiendo fuertes presiones sobre la tasa de

14  
9500482


cambio y distorsionando las medidas macroeconómicas, que consideraban solamente los ingresos generados legalmente. Uno de los efectos asociados a este último hecho es la abundancia de dólares en el mercado local, provocando una cotización subvaluada en un 50% respecto a la tasa de cambio real. Esto origina que los costos de la producción de la industria peruana sean elevados y poco competitivos en los mercados internacionales, lo que a su vez fomenta la importación de bienes con dólares baratos y merma la exportación de manufacturas nacionales, reduciendo el ingreso legal de las divisas.

El tráfico ilegal de drogas, manejado por los principales carteles colombianos, fue elaborando una compleja red para desarrollar su actividad. Esta empezó con el pago de un precio atractivo al campesino, producción que luego era acopiada por sus representantes locales para ser procesada en laboratorios clandestinos, donde se obtenía la pasta básica de cocaína (PBC), para su posterior refinamiento a clorhidrato de cocaína y colocación en el mercado internacional. El alcaloide o la pasta básica eran luego sacados del país, principalmente hacia el Trapecio Amazónico, a través de numerosas rutas y usando todos los medios imaginables para dicho fin.

El más eficaz de estos medios parece ser el aéreo. En las cuencas del Huallaga, del Ucayali y del Ene-Apurímac, se llegó a estimar que a finales de década de los ochenta se efectuaban unos cuarenta a cincuenta vuelos diarios de avionetas procedentes de Colombia, durante los meses de temporada, cada una de las cuales sacaba un promedio de 500 kilos de PBC, cuyo valor transaccional en el mercado peruano es de \$30,000. Esto hacía un gran total de mil quinientos millones de dólares que ingresaban al país ilegalmente cada año, explicando las distorsiones económicas señaladas anteriormente. A este estimado deben agregarse todo lo que sale por otras pistas aéreas, en su gran mayoría clandestinas, construidas y mantenidas por la población local por encargo de los mismos narcotraficantes.

La ruta fluvial también representa una constante en el tráfico ilegal de drogas, merced a que la extensa cuenca amazónica presenta serias dificultades para que, con los medios

15  
9500482.



disponibles, se pueda ejercer un efectivo control fluvial, sobre todo de embarcaciones pequeñas. El Lago Titicaca también es utilizado para el traslado de PBC hacia Bolivia, usando para ello embarcaciones pequeñas y mucho más rápidas que las disponibles para su control. La ruta marítima parece ser empleada como válvula de escape cuando se detectan rutas ilegales en la selva y se aplican medidas de interdicción aérea. Resulta casi imposible controlar los 2,500 buques que anualmente salen de puertos peruanos, aún cuando ocasionalmente se logra detectar algún cargamento.

La ruta terrestre fue usada tradicionalmente para el desplazamiento interior de la PBC, pero recientemente se ha detectado en Colombia algunos vehículos procedentes del Perú con clorhidrato de cocaína de la más alta pureza, haciendo presumir la existencia de laboratorios de procesamiento en la costa norte peruana.

Por otro lado, el consumo nacional es relativamente pequeño, pues si bien la población andina hace uso de la hoja de coca, no lo hace con la cocaína. Donde hay mayor uso de este tipo de narcótico es en el medio urbano, que consumiría un 10% de la producción total de clorhidrato de cocaína de muy alta pureza (super reina).

El proceso de transformación de la hoja de coca en pasta básica de cocaína y luego en clorhidrato de cocaína, requiere de una infraestructura (pozos de maceración y laboratorio) y de ciertos insumos químicos. El mantener esta "industria" funcionando requiere de una organización compleja, capaz de controlar los lugares de producción, abastecer los insumos necesarios para la transformación, sobornar a las autoridades corruptas o eliminar a quienes no se dejen sobornar y negociar con los traficantes extranjeros. Se ha logrado identificar hasta quince grupos narcotraficantes peruanos, que llevan a cabo estas operaciones con no menos de siete grupos colombianos.

Desde hace algunos años, diversos países y organizaciones extranjeras han procurado ayudar al Perú en su lucha contra el narcotráfico, siendo Estados Unidos uno de los más activos en esta ayuda, como principal mercado del tráfico ilegal de drogas. Con ese tipo

9500482.



disponibles, se pueda ejercer un efectivo control fluvial, sobre todo de embarcaciones pequeñas. El Lago Titicaca también es utilizado para el traslado de PBC hacia Bolivia, usando para ello embarcaciones pequeñas y mucho más rápidas que las disponibles para su control. La ruta marítima parece ser empleada como válvula de escape cuando se detectan rutas ilegales en la selva y se aplican medidas de interdicción aérea. Resulta casi imposible controlar los 2,500 buques que anualmente salen de puertos peruanos, aún cuando ocasionalmente se logra detectar algún cargamento.

La ruta terrestre fue usada tradicionalmente para el desplazamiento interior de la PBC, pero recientemente se ha detectado en Colombia algunos vehículos procedentes del Perú con clorhidrato de cocaína de la más alta pureza, haciendo presumir la existencia de laboratorios de procesamiento en la costa norte peruana.

Por otro lado, el consumo nacional es relativamente pequeño, pues si bien la población andina hace uso de la hoja de coca, no lo hace con la cocaína. Donde hay mayor uso de este tipo de narcótico es en el medio urbano, que consumiría un 10% de la producción total de clorhidrato de cocaína de muy alta pureza (super reina).

El proceso de transformación de la hoja de coca en pasta básica de cocaína y luego en clorhidrato de cocaína, requiere de una infraestructura (pozos de maceración y laboratorio) y de ciertos insumos químicos. El mantener esta "industria" funcionando requiere de una organización compleja, capaz de controlar los lugares de producción, abastecer los insumos necesarios para la transformación, sobornar a las autoridades corruptas o eliminar a quienes no se dejen sobornar y negociar con los traficantes extranjeros. Se ha logrado identificar hasta quince grupos narcotraficantes peruanos, que llevan a cabo estas operaciones con no menos de siete grupos colombianos.

Desde hace algunos años, diversos países y organizaciones extranjeras han procurado ayudar al Perú en su lucha contra el narcotráfico, siendo Estados Unidos uno de los más activos en esta ayuda, como principal mercado del tráfico ilegal de drogas. Con ese tipo

9500482.

de apoyo se procuró incentivar cultivos sustitutorios, se roció con elementos químicos extensas zonas de los valles productores, afectando también otros tipos de cultivos legales y dejándolos improductivos por más de seis años, se estableció un destacamento especial para la lucha contra el narcotráfico en el mismo valle del Huallaga y se obtuvieron en préstamo algunos radares de baja tecnología para ejercer el control aéreo de la zona, complementándolos con la cobertura de radares aéreos norteamericanos. En conjunto, estas medidas tuvieron poco éxito, pues lo que aparentemente se logró fue el encarecimiento del producto y su diseminación en otras áreas del país. En lo que mejores resultados se obtuvo fue en el control del tráfico aéreo, ya que la Fuerza Aérea Peruana llegó a interceptar unas ciento veinte avionetas a partir de 1991, cuando se dispuso su intervención directa en la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico, asumiendo el control de los principales aeropuertos de las zonas productoras de coca. Sin embargo, si entendemos que los resultados de la interceptación aérea sólo representa el 10% de los aviones detectados por los radares y los aviones norteamericanos que apoyaban dicha labor, comprenderemos que los narcotraficantes lograron modificar sus patrones de vuelo y emplear aviones más veloces evadiendo así la interceptación. A ello se agrega que el esfuerzo de búsqueda con radares fue concentrado básicamente en la zona del Huallaga, reduciendo su frecuencia a unos cinco vuelos diarios, pero elevándola en otras zonas más al sur, tales como Palmapampa y el Manú. Pero además de la interceptación, el empleo de los radares, sobre todo de los aéreos, permitió ubicar con precisión los lugares de acopio y despacho de la droga, facilitando la intervención de las fuerzas terrestres y forzando a su abandono por parte de los traficantes.

12 9500482.

## Relación del narcotráfico y el terrorismo

La presencia de Sendero Luminoso en la zona del Huallaga, a partir de 1985, representó un inicial contratiempo para los narcotraficantes. Los primeros afectados por dicha presencia fueron los propios funcionarios estatales encargados de combatir al tráfico ilícito de drogas, muchos de los cuales habían sido sobornados por los traficantes. La lucha contra Sendero limitó su accionar, llevándolos incluso a replegarse de algunas localidades del área. Inicialmente, los senderistas fueron intransigentes con los traficantes de drogas, sosteniendo varios enfrentamientos, sin embargo, ambos grupos lograron encontrar un *modus vivendi*, mediante el cual el tráfico ilícito de drogas siguió desarrollándose bajo la protección de Sendero, que a su vez cobraba un cupo por cada vuelo, destinando dichos ingresos a la lucha contra el Estado Peruano. De esta manera, Sendero logró convertir la zona del Alto Huallaga en un centro de reclutamiento y una base de apoyo rural, al punto que muchas partes de ese valle habían pasado a ser "zonas liberadas". La población local, constituida en su mayor parte por colonos provenientes de la parte altoandina, encontró en Sendero una especie de agente o "broker", que permitió negociar con los narcotraficantes extranjeros desde una mejor posición, llevando a elevar el precio de la hoja de coca y, a través de ello, mejorar sus precarias condiciones de vida.

En estas circunstancias aparecieron en la zona los primeros elementos del MRTA, precisamente para tratar de explotar en beneficio de su causa las ventajas financieras del narcotráfico. La presencia de Sendero llevó a que se produjeran varios combates entre ambos grupos, pero finalmente acordaron dividirse el valle, quedando el Bajo Huallaga controlado por el MRTA y el Alto Huallaga bajo el manejo de Sendero.

18  
9500482.

[illegible]

C

0

## Acciones tomadas por el Estado Peruano

Hasta principios de la década, la normatividad legal imponía grandes restricciones al accionar de las fuerzas del orden, lo que indirectamente beneficiaba al narcotráfico y al terrorismo. Ejemplo de ello fue la liberación por el Poder Judicial de numerosos terroristas capturados y el impedimento que tenían las Fuerzas Armadas para actuar contra el narcotráfico, aún sabiendo que éste se había asociado con el terrorismo y que su accionar había sobrepasado la capacidad operativa de la Policía Nacional. En 1992 el gobierno decidió aplicar una nueva estrategia para combatir ambos flagelos de la sociedad peruana, instaurando un régimen de Emergencia y Reconstrucción Nacional, en el cual el liderazgo del Presidente de la República en la conducción de la lucha personificaba el rechazo de la Nación a la barbarie terrorista.

Bajo tales circunstancias, con el apoyo mayoritario del pueblo peruano y el casi total rechazo de la comunidad internacional, en un momento en que tanto Sendero como el MRTA arreciaron su ofensiva contra el país, al punto que se comenzó a dudar de la supervivencia del Perú como estado democrático, fueron dictadas una serie de disposiciones y normas legales para enfrentar la subversión. El Poder Judicial fue reorganizado y fueron designados "jueces sin rostro" para juzgar a los implicados en terrorismo, evitando así amenazas a los magistrados; el terrorismo fue declarado delito de Traición a la Patria y sometido a la Justicia Militar, aumentándose drásticamente las penas a los que cometen actos de ese tipo; se propició la delación de actos terroristas, ofreciendo reducción de condenas y protección a quienes se arrepientan; se recuperó el control y el principio de autoridad en las prisiones donde purgaban condena los terroristas; fueron eliminadas las actividades

20  
9500482

proselitistas que se llevaban a cabo en los campus universitarios, al amparo de su autonomía; se ejerció un mayor control sobre los explosivos o sus componentes, evitando que cayesen en mano de los terroristas. Fue también fundamental el apoyo creciente que el Estado brindó al aparato de inteligencia nacional, que había venido siendo potenciado desde principios de esta década, no sólo en el campo castrense sino también en el ámbito político y económico, pues se entendió que la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico sobrepasaba los límites naturales de las operaciones militares exclusivamente.

Este conjunto de normas contribuyó a la captura y juzgamiento tanto de Víctor Polay, líder del MRTA, como de Abimael Guzmán, de Sendero Luminoso, así como de los principales cabecillas de ambos grupos subversivos, devolviendo al pueblo peruano una esperanza de paz que parecía alejarse cada vez mas.

Posteriormente, en agosto de 1993, se modificó el código penal de modo de ampliar la pena de cadena perpetua a los involucrados en delitos de narcotráfico y secuestro. En el caso del narcotráfico, se consideró la situación particular que hemos descrito anteriormente, al señalar la estrecha vinculación entre dicha actividad y el terrorismo. Asimismo, se puso énfasis en el lavado de dinero producto del tráfico de estupefacientes, y en la preocupante aparición de un nuevo cultivo en los Andes: la amapola. Aún cuando el único sembrío de amapola reportado haya tenido tan solo tres hectáreas de extensión, existe una creciente preocupación gubernamental respecto a que esta dormidera, de la cual se extrae el opio, pudiera convertirse en el sustituto de la coca en vasta regiones del país. Por tal razón, se han dictado nuevas medidas prohibiendo su cultivo, pues, a diferencia de la coca, no tiene vinculación alguna con la cultura andina.

En el campo militar, se ha puesto énfasis en la participación de las Fuerzas Armadas en la lucha directa contra el narcotráfico, pues se entiende que, tras los serios reveses sufridos por las dos organizaciones terroristas, su única posibilidad de recuperarse militarmente es obteniendo los recursos del narcotráfico. Se tiene conciencia, empero, que esta partici-

21 9500482.

pación resultará costosa para las Fuerzas Armadas, pues expone a sus miembros a una cercanía poco deseable con fuentes de corrupción muy poderosas. Con el fin de destruir a los restos de ambos grupos subversivos, se han llevado y se siguen llevando a cabo numerosas operaciones militares en la selva alta, que han permitido desarticular casi la totalidad del aparato militar del MRTA y de Sendero Luminoso. Quedan aún algunos elementos urbanos que eventualmente colocan bombas o realizan atentados selectivos, pero esto último también está siendo contenido progresivamente a través de las actividades de inteligencia. Todo este esfuerzo ha contribuido significativamente a la desarticulación de ambos grupos subversivos y a la identificación de los principales cabecillas de los grupos de narcotraficantes operando en la selva peruana.

Otra de las medidas adoptadas por el Estado Peruano fue la movilización social, mediante el fortalecimiento de un antiguo sistema de defensa comunal, las rondas campesinas, y el compromiso vecinal en las localidades urbanas. Las primeras habían sido fomentadas por las Fuerzas Armadas desde 1982, pero la falta de una normatividad legal llevó a que poco a poco fuesen cayendo bajo el control del terrorismo o vinculándose al narcotráfico. Una actitud más decidida del gobierno, unida a normas apropiadas llevaron a que dichas instituciones recuperaran su sentido original, recibiendo armas para su autodefensa, así como entrenamiento y apoyo logístico por parte de las fuerzas del orden. Hoy en día, se puede decir que dichas rondas campesinas han logrado expulsar de muchas parte de la zona altoandina a la huestes terroristas, aún cuando han debido pagar por ello un alto precio en vidas humanas.

Por otro lado, diversas medidas en el campo económico han contribuido a estabilizar la maltrecha hacienda pública, logrando frenar una inflación, que alcanzaba el 3,000% anual en 1990 y reducirla a 45% en 1993. Asimismo, se viene llevando a cabo la reducción del enorme aparato estatal peruano, privatizando diversas empresas públicas y brindando facilidades a la inversión extranjera. Esto, y el significativo progreso de los programas de



pacificación, han dado una nueva fisonomía al país, creando un clima de creciente confianza. Sin embargo, queda aún mucho por hacer respecto al narcotráfico, flagelo que, como ya mencionáramos, es el mayor factor de distorsión para la economía nacional.

## Acciones en el campo militar y participación de la Marina de Guerra del Perú

Como ya se mencionó, las Fuerzas Armadas Peruanas vienen participando activa y decididamente en la lucha contra la subversión desde 1982, cuando ésta sobrepasó la capacidad de las Fuerzas Policiales. En dicho año se declaró en estado de emergencia al departamento de Ayacucho y algunas provincias colindantes, donde Sendero Luminoso había iniciado sus actividades. El Ejército y la Marina asumieron dicha tarea, contando con el apoyo logístico de la Fuerza Aérea. En la medida que las zonas asoladas por el terrorismo fueron ampliándose, otras partes del país debieron ser declaradas en estado de emergencia, creciendo la participación de las Fuerzas Armadas hasta tener bajo su responsabilidad casi la totalidad del territorio nacional. El país fue dividido en varias zonas de emergencia, cada una a cargo de un general de brigada o contralmirante, a los que se le asignó fuerzas terrestres (de Ejército o de Infantería de Marina, conforme fuera el caso, además de la policía local), y algunos elementos aéreos (del Ejército, de la Marina o de la Aviación, de acuerdo a la disponibilidad de cada arma), así como medios fluviales en la región amazónica.

En este marco, la Marina de Guerra contribuyó en la lucha contra la subversión en los principales puertos del litoral, incluida la Provincia Constitucional del Callao. Asimismo, asignó una sub-unidad de Infantería de Marina que se desempeñó eficientemente en las altiplanicies de Huanta, en el departamento de Ayacucho, donde Sendero Luminoso concentraba sus mejores fuerzas del Ejército Guerrillero Popular. Tras infringir serios reveses a las huestes subversivas en la referida zona, alcanzando un grado de pacificación aceptable, la Infantería de Marina fue reasignada al valle del río Apurímac, en la zona de

[illegible][illegible]

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
84

## Estado actual y perspectivas

La actual situación de la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico parecería definirse de la siguiente manera. El MRTA parece haber dejado de existir como fuerza militar efectiva, y la mayor parte de sus mandos están prisioneros. El comité central, los mandos políticos y el aparato militar de Sendero Luminoso han sufrido muy serios reveses perdiendo el control que ejercían en diversas áreas del país. Por otro lado, Sendero Luminoso estaría pasando por una etapa de lucha política interna, entre una facción radical y otra que buscaría condiciones de negociación. En resumen, el problema militar de la subversión parece haberse revertido en forma dramática en los últimos años, siendo cuestión de tiempo su total desaparición.

Diferente podría ser el aspecto político, pues al igual que lo ocurrido en 1965, tras vencer a las guerrillas, si no se logra mejorar las condiciones de vida del pueblo peruano, no se habrán eliminado las causas que generaron la violencia. Como ocurrió entonces, en una actitud por demás censurable, de no adoptarse dichas medidas sólo habríamos endosado a la siguiente generación de peruanos el encarar con valentía una solución a estos problemas.

El caso del narcotráfico es más complejo. Como ya se mencionó, también se han logrado avances significativos en la lucha contra esta plaga social, pero es evidente que nos queda aún mucho tiempo por delante como para poder considerar que la victoria está cerca. La captura de un narcotraficante importante no conlleva la destrucción del tráfico, sino posiblemente la aparición de un nuevo grupo que lo sustituirá y encontrará nuevas formas de llevar a cabo su detestable comercio. Al igual que en el caso del terrorismo, la solución al narcotráfico no camina exclusivamente en el campo de las acciones militares o policiales.

## Estado actual y perspectivas

La actual situación de la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico parecería definirse de la siguiente manera. El MRTA parece haber dejado de existir como fuerza militar efectiva, y la mayor parte de sus mandos están prisioneros. El comité central, los mandos políticos y el aparato militar de Sendero Luminoso han sufrido muy serios reveses perdiendo el control que ejercían en diversas áreas del país. Por otro lado, Sendero Luminoso estaría pasando por una etapa de lucha política interna, entre una facción radical y otra que buscaría condiciones de negociación. En resumen, el problema militar de la subversión parece haberse revertido en forma dramática en los últimos años, siendo cuestión de tiempo su total desaparición.

Diferente podría ser el aspecto político, pues al igual que lo ocurrido en 1965, tras vencer a las guerrillas, si no se logra mejorar las condiciones de vida del pueblo peruano, no se habrán eliminado las causas que generaron la violencia. Como ocurrió entonces, en una actitud por demás censurable, de no adoptarse dichas medidas sólo habríamos endosado a la siguiente generación de peruanos el encarar con valentía una solución a estos problemas.

El caso del narcotráfico es más complejo. Como ya se mencionó, también se han logrado avances significativos en la lucha contra esta plaga social, pero es evidente que nos queda aún mucho tiempo por delante como para poder considerar que la victoria está cerca. La captura de un narcotraficante importante no conlleva la destrucción del tráfico, sino posiblemente la aparición de un nuevo grupo que lo sustituirá y encontrará nuevas formas de llevar a cabo su detestable comercio. Al igual que en el caso del terrorismo, la solución al narcotráfico no camina exclusivamente en el campo de las acciones militares o policiales.

Tanto países consumidores como productores deben tomar medidas para eliminar el tráfico ilegal de narcóticos, con la diferencia que son los primeros los que imprimen una dinámica económica que condiciona la actividad de los segundos; vale decir, un campesino del valle del Huallaga continuará cultivando coca en tanto exista un mercado que valore altamente la cocaína, y ese mercado sólo puede ser limitado si los países productores y consumidores adoptan medidas imaginativas. Esto, al final de cuentas es una lucha en la que, queramos o no, deberemos enfrentar conjuntamente en las décadas siguientes.

La pregunta que surge ahora es ¿Qué debe hacer el Perú en los próximos años? y ¿Cuál es el rol que le compete a las Fuerzas Armadas y a la Marina en dicha tarea?

Creemos que la actual política del gobierno peruano está dando resultados positivos, priorizando la lucha contra la subversión y su aliado el narcotráfico, la recuperación económica y la lucha contra la pobreza. La primera de estas aspiraciones parecería estar llegando a su culminación, aún cuando comprendemos que la secuela de violencia continuará por varios años, sobre todo debido a la alianza que los grupos subversivos tienen con el narcotráfico. La recuperación económica también está en marcha y se espera concluir con la recesión en que nos vimos envueltos para vencer a la inflación; asimismo, el proceso de reinsertión en el mercado financiero internacional y la privatización de las empresas públicas están brindando nuevas posibilidades al fisco peruano, cuyo manejo adecuado permitirá una economía más robusta en el futuro. Finalmente, la lucha contra la pobreza, causa primaria de la violencia política en el Perú, está siendo enfrentada decididamente por el Estado, aún cuando con las limitaciones que nuestra actual coyuntura económica impone. La habilidad que tengamos los peruanos de hoy en llevar adelante esta última parte de la política gubernamental, será nuestra mejor garantía de un futuro promisor. En tal sentido, las prioridades del gobierno peruano irán cambiando en concordancia con la forma en que va presentándose la situación en el campo de la subversión, la economía y la pobreza, privilegiando la última para evitar que la primera resurja eventualmente.

9500482!

Por otro lado, en el dominio militar, si bien hemos señalado que la lucha contra los grupos subversivos parecería estar llegando a su término en la fase militar, vale señalar que es probable que este final sea de larga duración, o incluso se convierta en un mal endémico, como ocurre con el ETA español o como sucedió con los grupos guerrilleros colombianos o centroamericanos. En tal sentido, las Fuerzas Armadas peruanas deben elevar su nivel de movilidad, empleando para ello masivamente los medios de helitransporte, hoy bastante limitados, así como manteniendo su capacidad generadora de inteligencia. Ello permitirá, entre otras cosas, disminuir los efectivos comprometidos en la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico y que, eventualmente, el personal de la Marina de Guerra del Perú que participa directamente en esta guerra pueda retornar a sus labores habituales a bordo de sus naves y en sus bases.

Por otro lado, en lo que al narcotráfico se refiere, las necesidades son mayores, pues se requiere contar con medios de detección basados en tierra más eficientes y modernos que los radares facilitados por el gobierno norteamericano, así como radares aéreos capaces de cubrir las zonas "muertas" de los radares terrestres. Igualmente, se requiere contar con elementos de interceptación más veloces, pues los actualmente destinados a dichas labores han sido superados por las avionetas de los narcotraficantes. Finalmente, se necesita ampliar nuestra capacidad de inteligencia estratégica, para lo cual los satélites pueden jugar un rol preponderante, localizando áreas de cultivo, laboratorios de procesamiento y pistas clandestinas.

En este marco, debemos llamar la atención sobre la situación de nuestras relaciones con los países donde la demanda de drogas se ha constituido en un grave problema social. Esto es particularmente cierto en el caso norteamericano, cuya participación en la lucha contra el narcotráfico ha llevado a condicionar mucho el conjunto de sus relaciones internacionales con los países andinos. No es un secreto que en la última década el gobierno peruano ha sido presionado para cumplir con determinados programas antinarcóticos, que



incluían la erradicación de cultivos y el empleo de defoliantes, condicionando el apoyo que pudiera recibir en foros internacionales y en ayuda directa para programas de otro género. También resulta cierto que el apoyo brindado por los Estados Unidos debía ser empleado, exclusivamente, en la lucha contra el narcotráfico, excluyendo cualquier apoyo a la lucha contra la subversión, cuyos efectos eran mucho más sensibles al pueblo peruano.

La forma como se revisa hoy en día la política de apoyo exterior norteamericana es fiel reflejo de esta situación. La renuencia de emplear aviones dotados con radar de búsqueda para informar sobre vuelos ilegales, que eventualmente pudieran devenir en el derribamiento de una de estas naves, es un temor que llevó a suspender este tipo de apoyo. De igual modo, el retiro de los radares terrestres que se habían proporcionado para el control del tráfico aéreo, también es sintomático. La pregunta que surge al respecto es ¿Encontraremos un punto de equilibrio entre los intereses de nuestros respectivos gobiernos respecto a la lucha contra el narcotráfico, aceptando que este es un problema social que debe ser atacado con métodos no sólo militares?

En el Perú, tras la experiencia de más de una década en la lucha contra la subversión, creemos haber aprendido la lección que este tipo de guerras se ganan peleando en muy diversos frentes. Pero la derrota definitiva de estos conflictos se da fuera del campo castrense, en la lucha por brindar a la población mejores condiciones de vida. Creemos que ese es el reto principal, la finalidad última de esta lucha en la cual muchos de nuestros compañeros de armas y compatriotas han caído y que, lamentablemente, seguirán cayendo en los próximos años.

29-29

9500482.

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I.

(Uso interno de la D.G.I.D.)

E.E.I. Nro. 05/A/95.....

FECHA: 13/ENE/95.....

REFERENCIA:

ORIGEN: CAMPO SICOSOCIAL/SECTOR GREMIAL

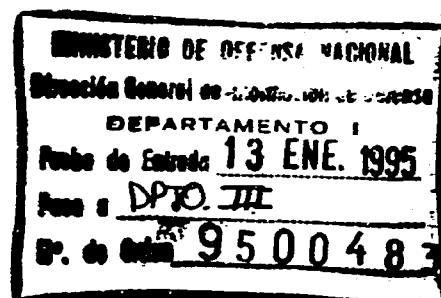
DIFUSION: DPTO. III

ANEXOS:

INFORMACION CONOCIDA: el 12/ENE, el PIT/CNT entregó al Presidente electo Dr. Sanguinetti, un documento que contiene las bases de diálogo futuro y su diagnóstico sobre la situación del país.

E.E.I.: se requiere

- Contenido del documento entregado al Dr. Sanguinetti.-



PLAZO:

001/1

9500483

Nº. DOCUMENTO 9500484  
TITULO Enfrentamiento en Colombia.  
PROCEDENCIA 180019  
FECHA DE PROCEDENCIA 03-11-97  
VINCULACIONES 11140 -  
65592 -  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Once policías resultaron muertos ayer en un ataque de la guerrilla colombiana registrado en la región de Puracé (sur del país), mientras que un número indeterminado de uniformados se encuentran desaparecidos. El capitán John Augusto Torres Díaz, que iba al mando de la patrulla, un suboficial y nueve agentes resultaron muertos cuando un grupo guerrillero disparó armas de distintos calibres desde la parte alta de la zona montañosa del este del departamento del Cauca, en el cruce de «las Minas», municipio de Puracé. En el ataque guerrillero también resultaron heridos varios estudiantes y policías, que fueron trasladados al Hospital «San José» de Popayán, capital del departamento del Cauca, informaro fuentes oficiales.



ENTRADO Nt  
CRUZADO Nt

9500484

01-07

Nº. DOCUMENTO 9500485  
 TITULO La Guerrilla Zapatista  
 PROCEDENCIA 15004  
 FECHA DE PROCEDENCIA 05-11-84  
 VINCULACIONES 11440  
507623  
515945

El Ejército Zapatista  
presentó cinco propuestas políticas para alcanzar una transición pacífica en el país

## COMENZO EN CHIAPAS 5/11/84 LA CONVENCION NACIONAL DEMOCRATICA

*La guerrilla zapatista pidió a la Convención Nacional Democrática ratificar la vía civil y pacífica para lograr un gobierno de transición en México, ante la reunión de tres días que comenzó hoy en Tuxtla Gutiérrez, capital del estado suroriental de Chiapas.*

**L**a petición forma parte de cinco propuestas políticas enviadas a la Convención en un comunicado de la comandancia general del rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), uno de los principales promotores de esta organización, creada para apoyar sus demandas en el plano político.

La Convención, integrada por delegados de más de un centenar de organizaciones civiles y políticas de México, comenzó ayer una sesión plenaria en Tuxtla Gutiérrez, capital de Chiapas, 700 kilómetros al sureste de la capital mexicana.

Fuentes de la Convención confirmaron que esperan que en la sesión plenaria, que terminará el domingo, participarán al menos 4.000 de los 6.000 convencionistas que acudieron a la primera reunión efectuada en Aguascalientes, en la Selva Lacandona.

El EZLN, que opera en la Selva Lacandona, 1.000 kilómetros al sureste de la capital mexicana, propuso a la convención discutir el programa de lucha, plan de acción, características y trabajos y nombramiento de presidencia de la Convención y el llamamiento a una tercera sesión.

Respecto al plan de lucha de la Convención, el EZLN envió una propuesta de 13 puntos que no detalló en su comunicado, aunque en el mismo propone que la Convención «ratifique su lucha, por medios civiles y pacíficos, por el cumplimiento de los resolutive de la

primera Convención celebrada del 6 al 8 de agosto en la Selva Lacandona».

Entonces, la Convención se pronunció por lograr un gobierno de transición en México, convocar a un nuevo congreso constituyente que promulgue una nueva carta magna para el país y pugnar por la desaparición del sistema de partido de Estado.

La Convención llamó entonces a los mexicanos votar contra el Partido Revolucionario Institucional (PRI), que gobierna México desde 1929, en los comicios presidencia-

les del 21 de agosto, que oficialmente ganó con una votación de 17,5 millones de sufragios.

En el Congreso de México sólo hay un diputado que tiene relación directa y es Rosario Ibarra, dirigente de organismos de búsqueda de desaparecidos políticos y quien actualmente es la presidenta de la Convención Nacional Democrática.

Otra propuesta de la guerrilla zapatista es que en la presidencia haya representantes de los sectores sociales como obreros, campesi-

nos, indígenas, colonos, empleados, maestros, estudiantes, mujeres, artistas e intelectuales.

El EZLN exhortó a los delegados, invitados y observadores que participarán en la segunda sesión plenaria a que no repitan el vicio «del desgaste interno en ajustes de cuentas» y que no se desgasten en ellas de tal forma que impida alcanzar acuerdos fundamentales.

«Vean hacia dónde está el enemigo principal de México: el sistema de partido de Estado», añadió el EZLN.



ENTRADO	<u>NE</u>
CRUZADO	<u>N2</u>

9500485.

01-01

Nº. DOCUMENTO  
TITULO *Se reanuda en P. del Este, a ser/94 países afrolatinoame*  
PROCEDENCIA *150098*  
FECHA DE PROCEDENCIA *1/9/94*  
VINCULACIONES *SD 889.*  
*SD 7466.*  
*11078.*

## Reunión de los Países Afrolatinoamericanos

Se llevará a cabo en Punta del Este, entre los días 14 y 16 de septiembre de 1994 una reunión de países afrolatinoamericanos, patrocinada por el Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay y la South North Development Initiative (SNDI).

La SNDI, es una institución internacional sin fines de lucro creada por la unión de organizaciones no gubernamentales del hemisferio Norte y Sur, con el cometido de atender las demandas de asesoramiento técnico provenientes de fundaciones o instituciones de países del Sur. Sus áreas de trabajo son: 1) Recursos Humanos para instituciones no gubernamentales; 2) Financiamiento de estrategias y proyectos de creación de instituciones; 3) Asesoramiento técnico y 4) Integración a otras organizaciones de países del Hemisferio Sur.

Los países invitados a dicho encuentro son: Uruguay, Argentina, Brasil, Paraguay, Chile, Sudáfrica, Botswana, Mozambique,

Zambia, Angola, Namibia, Costa de Marfil y Zimbabue.

Asistirán también representantes de organismos internacionales como: Naciones Unidas (PNUD, UNESCO, UNICEF), BID y Banco Mundial y empresarios de alto nivel de los países participantes.

El cometido del encuentro, es debatir la posible creación de un instituto afro-latinoamericano (IALA), con carácter de organismo no gubernamental, sin fines de lucro. El IALA tendrá el objetivo de promover la cooperación técnica entre África y América Latina en los campos social

y económico, de comercio e inversiones y de educación y cultura.

La intención del encuentro, es la creación de un instituto que tenga 2 sedes permanentes, una en un país de África y la otra en Sudamérica, contando Montevideo con amplias posibilidades de ser electa a esos fines.

La iniciativa supone una buena oportunidad para seguir explorando las posibilidades de incrementar los contactos de Uruguay con una región con la que se tiene escaso relacionamiento comercial, cultural y diplomático.

ENTRADO *1/9*  
CRUZ-DO

01-04

9500486

## Países de América Latina se asocian con países africanos

Entre el 14 y el 16 de setiembre se llevará a cabo en Punta del Este una reunión de países afro-latinoamericanos, copatrocinada por el Ministerio de Relaciones Exteriores de nuestro país y la South-North Development Initiative (SNDI).

La SNDI es una organización internacional sin fines de lucro creada por la Unión de Organizaciones No Gubernamentales de los hemisferios norte y sur, con la finalidad de atender las demandas de asesoramiento técnico de fundaciones o instituciones de países del sur.

Los países invitados al dicho encuentro son Uruguay, Paraguay, Argentina, Brasil, Chile, Sudáfrica, Botswana, Mozambique, Zambia, Angola, Costa de Marfil y Zimbabwe.

Por otra parte, asistirán también representantes de organismos internacionales, como Naciones Unidas, Banco Interamericano de Desarrollo, Banco Mundial y empresarios de los países participantes.

El cometido del encuentro es debatir la posible creación de un instituto afro-latinoamericano, con carácter de organización no gubernamental y cuyo objetivo se centre en promover la cooperación técnica entre África y América Latina en los campos social y económico, de comercio e inversiones, educación y cultura.

La intención es que el instituto posea dos sedes permanentes. Una en un país de África y la otra en Sudamérica, contando nuestra capital con amplias posibilidades de resultar electa a esos fines.

## Centro de Intercambio con los Países Africanos Será Creado

PUNTA DEL ESTE (Por Alexis Cadimar, corresponsal).— El ministro de Relaciones Exteriores Dr. Sergio Abreu anunció al inaugurar la Primera Reunión Afrolatinoamericana en este balneario que "vamos a crear un centro de intercambio de carácter político y de cooperación comercial, cuya actividad central en América Latina estará en Uruguay y en África en la República de Sudáfrica".

Expresó el canciller uruguayo el respecto que todo está vinculado a aspectos comerciales, sector público y privado, Gobiernos, e intercambio de experiencias y proyectos en el ámbito del Atlántico Sur, ya sea en la desnuclearización, en los recursos marinos y lo que sea investigación y trabajo.

En este encuentro que se registra en el Hotel Las Dunas de Manantiales vienen participando delegaciones provenientes de Sudáfrica, Mozambique, Zambia, Angola, Namibia, Costa de Marfil, Zimbabwe, Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. Tomando parte también representantes de organismos internacionales: PNUD, UNESCO, UNICEF, BID y otros.

El ministro Abreu apuntó al relacionamiento que Uruguay debe tener para alcanzar mayor dinamismo en el concierto mundial, expresando que "es parte de nuestra preocupación que el Uruguay debe ser centro de este tipo de intercambio y

fundamentalmente mirando hacia el continente africano, que tiene oportunidades y posibilidades de todo punto de vista, fundamentalmente comercial. Muchas veces los latinoamericanos no lo apreciamos en su totalidad y que creemos que son de importancia vital para la estrategia de un país como el nuestro que debe diversificar relaciones, países y mercados, de buscar una apertura que le permita insertarse con mayor dinamismo en el ámbito internacional".

El Canciller de la República destacó la necesidad de oportunidades de mercado y la posibilidad de complementar "nuestras economías y nuestro comercio. Necesitamos un dinamismo y una fuerza dedicada a determinados sectores estratégicos que el sector privado va a definir, va a diseñar y además este sector está muy bien representado en esta reunión y también necesitamos un impulso oficial, del Estado no para sustituir al sector privado

sino para facilitar este contacto, ya sea a nivel empresarial, ya sea a nivel diplomático.

Consultado sobre las aspiraciones de este encuentro sostuvo que "la idea es vincular a los países del Atlántico Sur, ya sea del Continente Africano como Latinoamericano, comenzar a trabajar en esta relación y luego extenderla por bloques. Trabajar con los países del Sur de África primero y luego con los demás que se quieran integrar".

La actividad relacionada a esta reunión finalizará en esta jornada, no habiéndose confirmado hasta la noche pasada la participación anunciada del Dr. Julio María Sanguinetti, quien según se había adelantado realizaría un análisis sobre la visión latinoamericana del estado actual de las relaciones entre las dos regiones.

La conferencia será clausurada hoy a las 18 y 30 por el presidente de la República Dr. Luis Alberto Lacalle.





Ministro de Relaciones Exteriores de Mozambique, Dr. Pascual Mocumbi.

# Culmina hoy Seminario Afro-Latinoamericano

● Abreu: "Relaciones con Africa implican mayor comercio"

*Culminó ayer el Seminario de Ministros de Relaciones Exteriores de los países africanos, con los países de América Latina, que se estaba llevando a cabo en Punta del Este. El evento tuvo el patrocinio de la Cancillería de nuestro país y forma parte del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. El cometido del mismo fue analizar el estado de relaciones entre ambos continentes, así como evaluar las posibilidades económicas y comerciales entre los diferentes países.*



Canciller de nuestro país, Dr. Sergio Abreu.

**PUNTA DEL ESTE** (por Juan Ernesto Techera).- En las instalaciones del hotel "Las Dumas" en Manantiales, se viene cumpliendo un seminario Afro-Latinoamericano convocado por el Instituto de Desarrollo Sur-Norte, con sede en Nueva York y que cuenta con el patrocinio del Ministerio de Relaciones Exteriores y el apoyo del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

La reunión tiene como principal objetivo examinar, mediante la labor de tres grupos de trabajo, el estado de las relaciones entre Africa y América Latina, fundamentalmente en las áreas de comercio e inversiones, desarrollo social y democracia y formas de gobierno.

El seminario fue inaugurado por el Ministro de RR.EE. de nuestro país, Dr. Sergio Abreu, haciendo uso de la palabra también en ese acto el Ministro de RR.EE. de Mozambique Dr. Pascual Mocumbi.

El Ministro Abreu dijo a LA MAÑANA que "es muy importante la presencia de los países africanos del Sur, fundamentalmente

Mozambique, Namibia y Zimbawe, son países que tienen una gran importancia desde el punto de vista económico, social y político y que América del Sur debe buscar un mayor acercamiento".

## Relación entre países del Sur

El Canciller uruguayo afirmó que "nuestra relación Norte Sur nos ha impedido ver la importancia de relacionarnos con los países africanos en cuanto significa mayor comercio, operación y sobre todo estrategias comunes en temas que tenemos en común como, por ejemplo, los intereses del Atlántico Sur".

Según el Dr. Abreu "todo esto va a ser analizado desde el punto de vista de los resultados concretos de acciones específicas y de este instituto que tiene aspectos políticos de respaldo gubernamental pero también la presencia de otras organizaciones y también la presencia del sector empresarial".

## Primer paso de una acción continuada

El Ministro Abreu se refirió a su colega de Mozambique señalando que "es un hombre muy activo con quien tenemos una relación desde el año pasado cuando iniciamos, establecimos relaciones diplomáticas en la sede de Naciones Unidas con la República de Mozambique y él quiere como todos queremos que las cosas no queden simplemente en la formalidad o en la retórica, sino que tengan algún resultado concreto y podamos tener un seguimiento adecuado a temas que hacen a la revitalización de nuestros sistemas, sobre todo comerciales y de cooperación".

## Modernizar las economías

Refiriéndose a expresiones del Dr. Mocumbi en su discurso inaugural, Abreu coincidió en que "el Mundo ha cambiado ostensiblemente y claramente y hoy tenemos que modernizar

nuestras economías, ser eficientes, complementar nuestros esfuerzos en el comercio, ser pragmáticos, prácticos, buscar resolución a muchos de los problemas sin encontrar en cada una de estas dificultades una excusa de carácter ideológico, político o filosófico".

## Hoy Sanguinetti y Lacalle

En la jornada de hoy viernes en horas del mediodía se ha previsto que el Dr. Julio María Sanguinetti realice un análisis sobre la visión latinoamericana del estado actual de las relaciones entre las dos regiones.

Esto será en el transcurso del almuerzo en el que también será orador Luis Manoel Protasio, Vicepresidente de la Cámara de Comercio de Río de Janeiro.

Posteriormente a las 18.30 en la ceremonia de clausura estará haciendo uso de la palabra el Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle Herrera.

04-04

9500486

DOCUMENTO 9500487  
Título Tuxtlá en Chiapas  
Páginas 1500 fo.  
Fecha 05-11-88  
Vigencia 11140 -  
515945 -  
507623 -

ENTRADO Ne  
CRUZADO Ne

# Amenaza de guerra de los Zapatistas

*"Derrocar el régimen político actual y  
sustituirlo por gobierno de transición"*

*La Convención Nacional Democrática (CND) comenzó ayer en Tuxtla  
Gutiérrez, capital del estado mexicano de Chiapas, con un llamado al  
Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) a derrocar el régimen  
político actual y sustituirlo por un "gobierno de transición".*

(TUXTLA GUTIERREZ,  
MEXICO)

En un documento distribuido en la segunda sesión de la CND --formada por representantes de numerosas organizaciones civiles de todo el país e impulsada fundamentalmente por los zapatistas-- la dirección clandestina del EZLN recordó que los temas de la reunión son el "programa de lucha" y el "plan de acción", sobre todo para impedir la asunción del gobernador electo de Chiapas, Eduardo Robledo, prevista para el 8 de diciembre.

Según las organizaciones populares chiapanecas, Robledo, del gubernamental Partido Revolucionario Institucional

(PRI), habría vencido gracias al fraude y el verdadero gobernador sería el candidato de izquierda, Amado Avendaño, del Partido de la Revolución Democrática (PRD).

En el documento, el EZLN recuerda que los objetivos estratégicos de su lucha son la imposición de un "gobierno nacional de transición" y la creación de una nueva constitución.

La convención se desarrolla en un clima de alta tensión en Chiapas, donde las negociaciones entre los guerrilleros y el gobierno están completamente interrumpidas y las posiciones de ambas partes están tan distantes que provocaron

un angustioso llamado de alerta por parte del mediador Samuel Ruiz, obispo de San Cristóbal de las Casas.

Fuentes independientes señalaron que desde enero, momento en que comenzó la revuelta indígena, sin contar los choques armados, fueron asesinados 35 dirigentes campesinos y militantes del opositor PRD.

Mientras tanto, el delegado de turismo en la zona fronteriza de Chiapas con Guatemala, Rubén Guillén, informó que debido al conflicto armado ha disminuido en un 60 por ciento la afluencia turística a esa zona, principalmente de los visitantes europeos.



5-11

9500487.

01-02

## Tensión en Chiapas

México (ANSA)

Una serie de manifestaciones públicas promovidas por el oficialismo y la ocupación de emisoras radiales por parte de grupos indígenas señalaron un nuevo capítulo de turbulencias en el sureño estado de Chiapas, cuna de la rebelión zapatista de principios de este año.

El ambiente de confrontación se acentuó a sólo 15 días de la asunción del presidente electo Ernesto Zedillo y a tres semanas de que tome posesión el nuevo gobernador del estado, Felipe Robledo, acusado por la oposición de izquierda de haber obtenido el triunfo en las elecciones de agosto mediante fraude. Por los menos 3.000 personas marcharon el domingo en la ciudad de Tuxtla Gutiérrez en apoyo al gobernador electo, perteneciente al oficialista Partido Revolucionario Institucional (PRI). Organizaciones de izquierda y grupos civiles que apoyan a la guerrilla zapatista llevan a cabo una intensa campaña de resistencia cívica para impedir "la imposición" de Robledo y advirtieron que impedirán su asunción, programada para el 8 de diciembre próximo.

Otro sector favorable a Robledo está preparando un paro cívico para el jueves próximo, auspiciado por la denominada coalición de organizaciones Ciudadanas de Chiapas.

Pero la oposición no se encuentra cruzada de brazos y ayer organizó una marcha en Tapachula, una ciudad fronteriza con Guatemala, donde miembros de la organización Proletaria Emiliano Zapata (Opez) exigieron reparto de tierras, créditos, maquinaria, viviendas y servicios públicos, además de convocar a la resistencia civil contra los resultados de los comicios que dieron la victoria a Robledo.

Los participantes en la protesta tomaron tres estaciones radiofónicas a través de las cuales arregaron a la población para realizar acciones de insurgencia civil.

"Javier López Moreno (el gobernador de Chiapas) dejará al estado más conflictivo de como lo recibí y con una ingobernabilidad profunda", señalaron Hermilio Verdugo y Abelardo Rodríguez.

## México: Hay Tensión en Chiapas

TUXTLA GUTIÉRREZ, MÉXICO, 4 (ANSA). La Convención Nacional Democrática (CND) comenzó hoy en Tuxtla Gutiérrez, capital del estado mexicano de Chiapas, con un llamado al Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) a derrocar el régimen político actual y sustituirlo por un "gobierno de transición".

En un documento distribuido

en la segunda sesión de la CND —formada por representantes de numerosas organizaciones civiles de todo el país e impulsada fundamentalmente por los zapatistas— la dirección clandestina del EZLN recordó que los temas de la reunión son el "programa de lucha" y el "plan de acción", sobre todo para impedir la asunción del gobernador electo de Chiapas, Eduardo

Robledo, prevista para el 8 de diciembre.

Según las organizaciones populares chiapanecas, Robledo, del gubernamental Partido Revolucionario Institucional (PRI), habría vencido gracias al fraude y el verdadero gobernador sería el candidato de izquierda, Amado Avendaño, del Partido de la Revolución Democrática (PRD).

En el documento, el EZLN recuerda que los objetivos estratégicos de su lucha son la imposición de un "gobierno nacional de transición" y la creación de una nueva constitución.

La convención se desarrolla en un clima de alta tensión en Chiapas, donde las negociaciones entre los guerrilleros y el gobierno están completamente interrumpidas.

9500487.

02-02

Nº. DOCUMENTO

TITULO *Reunión en BRASIL*

PROCEDENCIA *50020*

FECHA DE PROCEDENCIA *29/9/94*

VINCULACIONES *11028*

*507482*

*66862*

*507529*

*507466*

*para liberar región del Atlántico Sur  
de armas nucleares.*

### Posición Argentina en Brasilia

## DESARME ATLANTICO SUR: NO A ARMAS NUCLEARES EN LA ZONA

BRASILIA, 21 sep (EFE).- El canciller argentino, Guido Di Tella, expresó hoy en Brasilia su esperanza de que las islas Malvinas -en poder de Gran Bretaña y reclamadas por Argentina- y el conjunto del Atlántico Sur se conviertan en una zona libre de armas nucleares. Di Tella insistió a los ministros y representantes de los 24 países de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, que inauguraron una reunión de dos días en la capital brasileña, "a declarar solemnemente el Atlántico Sur un área libre de armas nucleares". Mientras no se llegue a una solución duradera con Gran Bretaña acerca de los derechos soberanos de Argentina sobre las islas Malvinas, las islas Georgias y Sandwich del Sur y las aguas circundantes, Argentina optará por "las aproximaciones prácticas y con un sentido concreto" con la otra parte, afirmó el canciller.

Esa posición, agregó, se sobrepondrá a "los pronunciamientos que quizás tuvieron su justificación en épocas pasadas", en referencia a una anterior posición argentina, más beligerante, en su reclamación territorial.

La cita congrega a delegados de las naciones bañadas por el Atlántico Sur: en Latinoamérica, Argentina, Brasil y Uruguay; y en África, un total de 21, entre ellas Sudáfrica, Angola, Gabón, Guinea Ecuatorial, Nigeria, Senegal y Zaire.

Durante la apertura y por iniciativa del presidente de la reunión, el canciller brasileño Celso Amorim, fue formalizado el ingreso de Sudáfrica, cuya participación había sido vetada en la organización, creada en 1986, por la existencia en aquel país del régimen de segregación racial.

Amorim, un diplomático de carrera de 52 años, manifestó que el fin del régimen de segregación racial se convirtió en "una victoria para la humanidad" y saludó a la delegación sudafricana, encabezada por el viceministro de Medio Ambiente y Turismo, Bantubonke Hlatshwayo.

El canciller argentino propuso una negociación del grupo de 24 países del Atlántico Sur con aquellas naciones que poseen naves y armas nucleares para que no atraviesen la región.

"Varios países atraviesan la zona con sus naves propulsadas con energía nuclear. Son países que, además de poseer tecnología nuclear, no informan sobre el paso de los barcos por el Atlántico Sur y los instrumentos nucleares que cargan", declaró a EFE Di Tella.

Preguntado sobre la posibilidad de que Gran Bretaña posea en las islas Malvinas armas nucleares, el ministro Di Tella respondió: "No que sepamos".

En su intervención ante los ministros y delegados de la III Reunión de Estados Miembros de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, Di Tella resaltó la puesta en vigor del Tratado de Tlatelolco de proscripción de las armas nucleares en América Latina.

Con ese instrumento, Latinoamérica se verá libre de armas nucleares, "con lo que estamos alejando definitivamente la amenaza de carreras armamentistas en nuestra región, después de muchos años en los que ese riesgo existió", dijo.

Los 24 países suscribirán mañana, jueves, una declaración sobre las directrices de acción del grupo y otros documentos sobre el medio ambiente marino, la desnuclearización del Atlántico Sur y una propuesta sobre cooperación empresarial.

El canciller brasileño abogó por una cooperación entre el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) con la Comunidad para el Desarrollo de África Meridional (SADC) y la Comisión Económica de los Estados de África Occidental.

Subrayó la importancia de otro foro constituido por varios miembros de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa, formada por Brasil, Angola, Cabo Verde, Guinea Bissau, Mozambique, Santo Tomé y Príncipe y Portugal.

Amorim hizo un llamamiento por el fin de la guerra en Angola, que, según afirmó, "se trata de un conflicto terrible, que ha producido estadísticas de muerte y mutilaciones verdaderamente escandalosas".

ENTRADO

CRUZ-03

01-03

9500488

## Abogó Di Tella por un Atlántico Sur sin armas nucleares

BRASILIA, 21 (EFE).— El canciller argentino, Guido Di Tella, expresó hoy en Brasilia su esperanza de que las islas Malvinas—en poder de Gran Bretaña y reclamadas por la Argentina— y el conjunto del Atlántico Sur se conviertan en una zona libre de armas nucleares.

Di Tella instó a los ministros y representantes de los 24 países de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, que inauguraron una reunión de dos días en la capital brasileña, "a declarar solemnemente el Atlántico Sur un área libre de armas nucleares".

Mientras no se llegue a una solución duradera con Gran Bretaña acerca de los derechos soberanos de las Argentina sobre las islas Malvinas, las Islas Georgias y Sandwich del Sur, y las aguas circundantes, la Argentina optará por "las aproximaciones prácticas y con un sentido

concreto" con la otra parte, afirmó el canciller.

La cita congrega a delegados de las naciones bañadas por el Atlántico Sur: en América latina, la Argentina, Brasil y Uruguay, y en África a 21 países, entre ellos Sudán, Angola,

Gabón, Guinea Ecuatorial, Nigeria, Senegal y Zaire.

El canciller argentino propuso una negociación del grupo de 24 países del Atlántico Sur con aquellas naciones que poseen naves y armas nucleares para que no atraviesen la región.

02

9500488

## Compromiso para liberar región del Atlántico Sur de armas nucleares

BRASILIA - Los 24 países miembros de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, integrada por Argentina, Brasil, Uruguay y 21 naciones africanas, se comprometieron a librar a la región de armas nucleares o de destrucción masiva.

La decisión está contenida en una declaración divulgada en la noche del jueves en Brasilia, al término de dos días de deliberaciones de representantes del grupo.

"A partir de ahora, vamos a negociar la institución de mecanismos que posibiliten el compromiso jurídico de convertir el Atlántico Sur en una zona des-nuclearizada", declaró al término de la reunión el canciller de Bra-

sil, Celso Amorim.

Agregó que para eso deberá haber negociaciones con las superpotencias nucleares: "No basta nuestra intención, es preciso tener las llamadas garantías <sup>del 24/9</sup> negativas de esas naciones", agregó.

En la reunión, los 24 países también decidieron buscar un mayor acercamiento y cooperación entre las dos márgenes del Atlántico Sur, en áreas tales como medio ambiente marino, comercio y economía.

En ese sentido existe la posibilidad de una mayor aproximación entre el Mercado Común del Cono Sur (Mercosur) y la Comunidad para el Desarrollo del Africa Meridional. ■ (Reuter)

03-03

9500488

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FE.H. DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

22.2019 comienzo en ARG. actividades preparatorias y IV  
150090  
25/9/94  
11187  
66960-  
507638  
501889

Conf sobre la mujer en  
1995

## Qué estará en discusión

El presidente Carlos Menem inaugurará hoy a las 10.30 la Sexta Conferencia de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social de América Latina y el Caribe, reunión preparatoria para la Conferencia Mundial de la Mujer que se realizará en Pekín, China, en 1995.

La conferencia está organizada por la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) y participarán representantes de gobiernos, instituciones regionales y organiza-

ciones no gubernamentales de toda América latina.

En el encuentro se evaluará la situación de las mujeres en América latina y el Caribe en los '90. Entre los temas más importantes se analizarán la participación económica y social de las mujeres, la educación, la salud, la mujer y el mundo laboral urbano, la violencia contra las mujeres y la formación de recursos humanos femeninos. Como conclusión del encuentro, se elaborará y aprobará el Programa

de Acción Regional por el período 1995-2001. Esta conferencia se realiza cada tres años y es el encuentro regional más importante para el análisis de políticas dirigidas a fomentar la participación de la mujer en el desarrollo de los países.

El encuentro de Mar del Plata tiene una importancia mayor que la habitual, ya que es la reunión previa a la Cuarta Conferencia Mundial de la Mujer que la ONU convocó para septiembre de 1995 en Pekín, China.

EN MAR DEL PLATA, DIRIGENTES

## Comienza

Representantes de América latina y el Caribe discutirán desde hoy la situación de la mujer en la región. La reunión es preparatoria de la Conferencia Mundial de las Naciones Unidas sobre la Mujer que se efectuará en China en 1995. En

Mar del Plata, las mujeres, representantes tanto de gobiernos como de organizaciones no gubernamentales, debatirán acerca del presente y del futuro de la mujer en la sociedad latinoamericana.

GERTRUDE MONGELLA

## "Basta de palabras"

Gertrude Mongella, secretaria general de la IV Conferencia de Naciones Unidas Sobre la Mujer, que se realizará en Pekín el año que viene, usa una imagen que sintetiza toda su lucha: "Para llegar a ocupar un mismo cargo de poder, en una misma sociedad, la mujer tiene que ser de oro mientras que al hombre le basta con ser de bronce".

Mongella, ex embajadora y ministra de Relaciones Exteriores de Tanzania, llegó ayer a la Argentina para presidir la Conferencia Regional Sobre Integración de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social de América Latina y el Caribe que hoy quedará inaugurada en el Hotel Provincial de Mar del Plata con la presencia del presidente Carlos Menem.

En esta conferencia regional, al igual que en otras que se están realizando en todo el mundo con miras al encuentro de China se busca acordar criterios y propuestas para, como explica Mongella, "pedirles a todos los gobiernos que se dejen de palabrerío y pasen a acciones concretas para eliminar los obstáculos al progreso real de la mujer".

A la hora de hacer sus reclamos Gertrude tiene cifras que hablan por sí solas: según las estadísticas elaboradas por la Comisión Económica para Europa de la ONU (CEPE) en ese continente las mujeres siguen ganando, por igual trabajo, entre un 30 y 40 por ciento menos que los hombres.

"Y eso es así en todo el mundo. Por ejemplo, en África, las mujeres reciben menos de un tercio de lo que producen. En la conferencia de Pekín buscaremos que los gobiernos reviertan esto con medidas concretas", explicó Mongella.

Con 55 años, casada y madre de cuatro hijos, a Gertrude Mongella no le gusta que le pregunten cómo hace para compatibilizar su trabajo con su familia. "A un hombre que tuviera mi cargo nadie le preguntaría eso, se daría por sentado que su trabajo es importante. Yo elegí hacer lo que hago y he logrado que mi familia lo entienda y me apoye", explica.

Como africana graduada en Londres de doctora en Ciencias Políticas -y con veinte años de experiencia en la problemática de la mujer-, Mongella asegura que, más

En Mar del Plata

## Preparativos para la Conferencia de Pekín

El martes 20 comienzan en Mar del Plata, Argentina, las actividades preparatorias de América Latina y el Caribe para la IV Conferencia Mundial sobre la Mujer que se llevará a cabo en Pekín en 1995. Comprenderán dos instancias: el Foro de organizaciones no gubernamentales, cuya organización está a cargo de la Coordinadora de ONGs de la región, orientado por Virginia Vargas; del 20 al 24 y la Conferencia Oficial Preparatoria, presidida por Gertrude Mongella, del 26 al 30 de setiembre.

Además, entre el 22 y el 25 transcurrirán en la misma ciudad las Jornadas de ONGs y grupos autónomos de mujeres de Latinoamérica y del Caribe hacia Beijing 95, organizadas por Comité de Enlace de ONGs, grupos autónomos de mujeres y mujeres independientes en torno al tema "Análisis de la década 85-95, situación actual y propuestas para el futuro". "La convicción acerca de la importancia de dar una visión alternativa a las voces oficiales de posiciones autónomas y críticas, motivaron nuestra decisión de organizar estas jornadas que tienen también un carácter preparatorio del Foro y Conferencia Mundial de la Mujer. Elevaremos las conclusiones de las jornadas a la Conferencia Oficial Preparatoria de América Latina y el Caribe, según lo acordado con Gertrude Mongella, presidente de la misma", explicaron las organizadoras. W. R. P. 18/9/94

ENTRADO

CRUZADO

01-04

9500489



DE AMERICA LATINA PREPARAN LA CUMBRE QUE SE HARA EL AÑO PROXIMO EN CHINA

# la conferencia sobre la mujer

Ricardo Cárcova



Gertrude Mongella, de Tanzania, es la secretaria general de la Conferencia Mundial sobre la Mujer que se hará en China.

allá de los estilos y costumbres de cada región, "el machismo es igual en todo el mundo".

"En la sociedades occidentales se suele aceptar como normal que el hombre sea el único que administre el poder. Muchas veces las mujeres participamos de este orden porque hemos sido criadas para asumir ese rol. A veces parece que los intelectuales deben ser todos hombres y que con que la mujer estudie lo suficiente como para poder hacer su trabajo, basta", explicó la secretaria general de la Conferencia de Pekín.

Pero para hacer sus reclamos Mongella no se enfrenta a los hombres. Según ella afirma con orgullo, sus años de experiencia en la materia le han enseñado que el enfrentamiento entre sexos no lleva a ninguna parte. "Hay que trabajar junto a los hombres y compartir el poder con ellos. Mucha gente cree que la Conferencia de Pekín es un encuentro de mujeres... eso es un error. La reunión es de gobiernos sólo que la temática a tratar tiene que ver con la mujer", concluyó Mongella.

## VIRGINIA VARGAS

### "Aún hay racismo"

MAR DEL PLATA (De nuestra agencia). - Desde hace 16 años su actividad tiene una sola meta: hacer que los derechos de la mujer sean respetados en América latina y el Caribe. Virginia Vargas, socióloga peruana, 49 años, sabe que el objetivo es lejano y aunque no tiene una visión victimista de la situación de la mujer en el mundo, sigue existiendo la discriminación y el racismo. Es la actual representante de las Organizaciones No Gubernamentales de Latinoamérica y el Caribe de las Naciones Unidas ante la conferencia de Pekín, que se realizará el año próximo y donde miles de mujeres debatirán la forma de enfrentar las limitaciones a sus derechos.

De paso por Mar del Plata, donde se encuentra copresidiendo la VI Conferencia Regional sobre Integración de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social de América Latina y el Caribe, Vargas recordó a Clarín que su tarea de reivindicación de los derechos femeninos, a los que califica como "movimiento

de liberación femenina", comenzó cuando "me dediqué a estudiar las culturas de Latinoamérica. Trabajaba en un instituto y desde Holanda me pidieron un estudio sobre la mujer. A partir de ese momento, no me pude sustraer a esa experiencia y comencé esta tarea, que todavía está lejos de concluir".

Viuda y madre de una joven de 22 años, Vargas está dolorida por la discriminación y el racismo hacia la mujer. "Aquí mismo, en Buenos Aires, tuvimos problemas porque no querían dejar entrar una delegación boliviana porque vestían las ropas típicas de su país. Lo mismo ocurre en casi toda Latinoamérica y el Caribe con las negras, con las mulatas, con mujeres, en definitiva".

Vargas reconoce que en las dos últimas décadas "se ha cambiado muchísimo porque en este tiempo hemos sido capaces de organizarnos, de investigar, de estudiar, de habernos desarrollado muy fuerte como movimiento. No tengo una visión victimista de la si-



La peruana Virginia Vargas dice que todavía persisten la discriminación y el racismo hacia la mujer.

tuación de la mujer, pero la sociedad en general no ha avanzado con el mismo ritmo y esto provoca un desnivel entre lo que son nuestras demandas y propuestas y lo que hacen los Estados.

"Puede ser que la problemática de la mujer en todo el mundo sea diferente con relación a las culturas -reflexiona-, pero es absolutamente semejante en lo que tiene que ver con su situación: sufre las mismas limitaciones, las mismas problemáticas, las mismas carencias. Una de

las principales es la no aceptación de la etnia en la gran ciudad por parte del propio Estado."

De la Conferencia Mundial sobre Población que se realizó en EL Cairo, la socióloga peruana opina que se perdió mucho tiempo en la discusión del aborto "como si todo el problema de población se redujera a aborto sí o aborto no. No estoy ni a favor ni en contra, siento que es fundamental como propuesta democrática que la mujer tenga la capacidad de decidir".

# "Hombres y mujeres somos víctimas de este sistema"

Gertrude Mongella ha sido designada para presidir el año próximo la Cumbre de la Mujer que la ONU celebrará en Pekín.

(Por Claudia Selser, desde Mar del Plata) Nació en Tanzania, tiene 55 años, marido, cuatro hijos y la responsabilidad de ser la secretaria general para la Conferencia Mundial de la Mujer que Naciones Unidas celebrará en Pekín el año que viene. En una entrevista exclusiva con *Página/12* Gertrude Mongella, presente en Mar del Plata, en la reunión preparatoria, desplegó con un lenguaje directo, poco usual en los altos funcionarios internacionales, las tácticas que debe seguir una mujer para llegar a ser una dirigente.

—¿Qué tiene que hacer una mujer para acceder a la política?

—Lo que un hombre hace. Estuve en política y uno de los errores que cometemos las mujeres es pensar que hay una manera para los hombres y otra distinta para nosotras. Por eso ellos se instalan y hacen política mientras nosotras esperamos ser invitadas. Esto no es así: la receta es ser valiente y tomar los puestos. En el campo de la política no puedes ir y decir qué tienen para mí porque soy mujer. La gente siempre vota por los que tienen esperanzas, los que aportan algo y no

por aquellos que están pidiendo permiso.

—¿El poder es un campo de hombres?

—No. Para empezar, hay que tomar conciencia de que no hay espacio social y político que nos esté vedado. Eso es el fondo de la democracia. Luego, ocupar esos espacios pero siempre —y esto es importante— como mujeres. Se trata de ser la que una es. Ellos no se obligan a ser otra cosa de lo que son.

—Pero por esto se acusa a las mujeres dirigentes de ser más intrigantes y más peleadoras que los varones.

—Estuve muchísimo tiempo en política y puedo decir que ellos también tienen su gallinero. Los hombres son los que han hecho las guerras mundiales; ellos son los responsables de lo que hoy pasa en Haití. ¿Qué más podemos decir del gallinero de los hombres? Cuando las mujeres no están de acuerdo, se dice que hay desorden, pero cuando ellos se pelean, incluso hasta matarse, se dice que es guerra.

—¿Cuáles son los obstáculos fundamentales que las mujeres deben vencer para llegar al poder? —Los



"Al poder nadie te invita. La receta es ser valiente y tomar los puestos", dice Mongella.

obstáculos ya son históricos, en la mayoría de los países los sistemas jurídicos no garantizan la igualdad entre hombres y mujeres. A pesar de que los gobiernos reconocen que esta igualdad es necesaria, esto no se cumple en la práctica. Es difícil que pueda aplicarse a fondo la Convención Internacional contra la Discriminación cuando la mujer, desde niña, fue educada sólo para ser madre

o esposa. Si nunca recibió capacitación no podrá alcanzar este objetivo, menos podrá administrar las cosas de la ciudad.

*—¿Las mismas madres tienen que ver con esta historia?*

—Hombres y mujeres, juntos, tienen esa responsabilidad, y por eso, si queremos corregir el problema, hay que considerarlo como algo que no es un problema de mujeres sino que concierne a toda la sociedad. Siempre confirmé que hombres y mujeres, a la par, son víctimas de esta estructura, la diferencia es que ellos son víctimas positivas y nosotros víctimas negativas. Ellos también tuvieron designados ciertos roles y quedaron presos de esta forma de hacer las cosas. Según las teorías educativas, los cinco primeros años de la vida son los más importantes para formar a un ser humano. Por tanto, si quieres cambiar las cosas, tienes que cambiar a toda la sociedad. El otro obstáculo es el económico: durante mucho tiempo las mujeres trabajaron muchísimo y nunca lograron el bienestar que les correspondería por ese trabajo. Es tiempo de empezar a presentar al mundo la factura. No tenemos estadísticas rigurosas, pero puedo asegurar que el mundo entraría en bancarrota. Podríamos sin embargo conformarnos con que lo que ha ocurrido durante tanto tiempo no sea repetido. De eso tratan todas las conferencias mundiales, de corregir estas equivocaciones a través de un desarrollo que ofrezca igualdad para la mujer.

*—¿Es verdad que incluso dentro de las Naciones Unidas las oficinas de la mujer tienen menos presupuesto?*

—Es exacto. No podría imaginarme otra cosa porque Naciones Unidas está formada por los Estados miembros y aquí se reflejan todas sus políticas. Si queremos organizar cambios, la orientación de recursos debería empezar con la familia y seguir con los gobiernos y las naciones hasta llegar a la comunidad internacional. De hecho sería importante, para empezar, que no sigamos diciendo que la conferencia mundial del año que viene es una reunión de las mujeres. Es una cumbre mundial de gobiernos que tiene por agenda la situación de la mujer.

04-04

9500489

Nº. DOCUMENTO 9500490  
TITULO Secuestro a un alcalde en Mexico.  
PROCEDENCIA 150483  
FECHA DE PROCEDENCIA 01-11-84  
VINCULACIONES 11140 -  
507623 -  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



ENTRADO NE  
CRUZADO NE

Secuestro 7

México - Campesinos del sur de México secuestraron a un alcalde acusándolo de corrupción, informó ayer la dueña del diario mexicano El Tiempo. Noé Urbino Corzo, alcalde de Soyala, fue secuestrado el sábado por campesinos de una organización conocida por sus iniciales Ceoic. Las autoridades desconocen el paradero de Urbino Corzo, y la suerte que habría corrido desde su secuestro. Una convención reunida por el Ejército Zapatista de Liberación Nacional fue clausurada ayer. (AP)

01-01

9500490.

Nº. DOCUMENTO 9500491

TITULO C. CARDENAS se entrevistó con Marcos en la selva.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROCEDENCIA 11-11-84

VINCULACIONES 11740 -

502623 -

515945 -

**En la selva Lacandona, el PRD y los  
zapatistas dialogaron para buscar una salida  
al conflicto mexicano**

## **CUAUHTEMOC CARDENAS SE ENTREVISTO CON EL LIDER DEL EZLN**

El ex candidato presidencial Cuauhtémoc Cárdenas se entrevistó ayer, miércoles, con el subcomandante «Marcos», líder de la guerrilla zapatista, a quien ofreció ayuda en la búsqueda de una salida política al conflicto armado del estado de Chiapas, sureste de México.

Cárdenas dijo que encontró en «Marcos» y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) disposición para buscar vías políticas y no militares al conflicto que comenzó el primero de enero, cuando esta organización atacó cuatro poblaciones de Chiapas.

La entrevista Cárdenas-Marcos tuvo lugar en la comunidad de Guadalupe Tepeyac, a unos 1.000 kilómetros al sureste de la capital mexicana, en la Selva Lacandona, el principal bastión de la guerrilla zapatista.

Al regresar de la Selva Lacandona, Cárdenas dijo que el objetivo de su visita al líder del rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional fue para intercambiar impresiones y preguntarles de qué manera les podía ayudar para buscar salidas políticas al conflicto.

Cárdenas viajó a la Selva Lacandona acompañado de Rosario Ibarra, presidenta de la Convención Nacional Democrática y actualmente diputada por el Partido de la Revolución Democrática (PRD), la tercera fuerza parlamentaria.

Justificó su viaje al señalar que en su opinión no se están dando los pasos necesarios para resolver el conflicto, que tiene orígenes políticos, sociales y económicos.

Dicho conflicto se encuentra actualmente en tregua militar, aunque el diálogo está empantanado después de que el EZLN rompiera el diálogo con el Gobierno de México el pasado 8 de octubre.

Respecto al conflicto electoral en Chiapas, Cárdenas dijo que el Gobierno debe darse cuenta de las consecuencias que puede haber si se empeña e insiste en imponer al candidato oficial, Eduardo Robledo Rincón.

«Robledo no ganó las elecciones» y el Gobierno debe reconocer que las perdió y que quien debe asumir el poder es Amado Ayendaño, candidato del PRD, y que oficialmente fue derrotado en los comicios.



ENTRADO NE  
CRUZADO NE

9500491.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Bolivia pretende ser sede de cumbre hemisférica sobre medio amb. en 1996.*

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

## Bolivia pretende ser sede de cumbre hemisférica en 1996

■ Bolivia pretende ser la sede de una cumbre presidencial hemisférica sobre medio ambiente y desarrollo humano, que a iniciativa del gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada podría realizarse en 1996, consignó IPS desde La Paz.

El canciller Antonio Arambur dijo que Bolivia ha planteado en diversos foros subregionales, durante el último año, la convocatoria, y que el Grupo de Río se comprometió a plantear la idea en la Cumbre Hemisférica de Miami, en diciembre.

Arambur señaló que en fecha aún no definida de 1995 se

realizará en Bolivia una reunión a nivel de cancilleres y ministros de Ambiente para preparar la cumbre hemisférica sobre el tema.

De materializarse la propuesta, ésta sería la primera vez que Bolivia auspicio y sea sede de un encuentro de esta importancia.

El canciller recordó que Bolivia es uno de los primeros países del continente que creó un Ministerio de Desarrollo Sostenible, lo que daría el aval al gobierno de este país para organizar una reunión de presidentes sobre medio ambiente y desarrollo.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500492

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	<i>Greenpeace</i> crítica OIEA por reglamento de transporte de Plutonio.
PROCEDENCIA	1500/4
FECHA DE PROCEDENCIA	11/9/94
VINCULACIONES	11295 12547

## «GREENPEACE» CRITICA OIEA POR REGLAMENTO DE TRANSPORTE DE PLUTONIO

*«Greenpeace» ha criticado al Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA) por las nuevas pautas sobre transporte aéreo de material nuclear que deben ser aprobadas durante una reunión que se celebrará la semana próxima en Viena.*

La organización ecologista denuncia que se permitirá el transporte de docenas de toneladas de plutonio al año bajo condiciones peligrosas, según se desprende de los documentos preliminares de la reunión, y califica de insuficientes las reformas previstas por el OIEA en materia de seguridad.

Una de las reformas se refiere a la resistencia de los contenedores de material nuclear utilizados en los

vuelos, que en la actualidad deben aguantar una caída a una velocidad de 13 metros por segundo, y en el futuro tendrán que resistir 85 metros por segundo.

Según la Federación Internacional de Pilotos de Líneas Aéreas (IFALPA) esta medida es insuficiente porque en un 50 por ciento de los accidentes de aviación las velocidades de choque con la tierra son superiores a ese límite.

También la Asociación Internacional de Transportes Aéreos (IATA) quiere que la resistencia de los contenedores aumente y ha subrayado que convendría introducir mejores normas de seguridad.

Asimismo han manifestado su preocupación algunos países participantes en las negociaciones con

el OIEA, como EEUU, que ha resaltado sus propias pautas, más rigurosas, que exigen a los contenedores que aguanten una velocidad de choque de 282 metros por segundo.

Este país ha advertido además que el plutonio transportado en contenedores menos resistentes de lo previsto según el criterio estadounidense no deberá sobrevolar el espacio aéreo norteamericano.

«Greenpeace» rechaza el argumento del OIEA de que unas normas más rigurosas constituirían una carga excesiva para la industria nuclear y acusa a esta última de pensar tan sólo en los propios beneficios y en aumentar la producción de plutonio.

ENTRADA	✓
CRUZADO	

01-01

9500493



Nº. DOCUMENTO

TITULO CHINA

PROCEDENCIA

FECHA DE P OFECEN I

VINCULACIONES

150015

2/9/94

513673

507638

primer país de ASIA en acreditar un observador en la ALADI.

## China es el primer país de Asia en acreditar un observador en la ALADI

El Gobierno de la República Popular China acreditó al Embajador Xie Rumao como su Observador Permanente ante el Comité de Representantes de la Asociación Latinoamericana de Integración, con sede permanente en esta capital.

China se convirtió, así, en el primer país asiático que se incorpora como país observador ante la ALADI, conforme al acuerdo adoptado por dicho Comité en el mes de junio. Integrará un grupo de otras catorce naciones de Europa, América Central y el Caribe que gozan de similar estatus.

"ALADI es uno de los más importantes mecanismos de integración en América latina", declaró el diplomático chino ante los miembros del Comité. "El establecimiento

de vínculos permanentes entre China y la Asociación contribuirá a profundizar el conocimiento mutuo y promoverá la cooperación de las dos partes".

Señaló que el comercio entre China y América latina "tiene la ventaja de la complementariedad y registró un récord histórico en 1993", alcanzando a U\$S 3.710 millones, de los cuales 1.780 millones fueron su exportación china y 1.950 millones de origen latinoamericano.

El Embajador Xie Rumao expresó su convicción de que el programa de cooperación firmado con la ALADI "contribuirá a promover aún más las relaciones económicas y comerciales entre China y América latina".

La relevante posición de la República Popular China en la comunidad internacional queda subrayada por el Presi-

dente del Comité, Embajador Ignacio Villaseñor. "Confiamos en que el papel de China como Observador ante ALADI traerá aparejado un efecto muy positivo e imprimirá nuevos bríos a las actuales relaciones de amistad, cooperación e intercambio con China", dijo.

El Secretario General, ingeniero Antonio Antunes, resaltó "el especial significado" del ingreso de China e hizo votos para que "el programa de cooperación conjunto redonde en resultados promisorios y efectivos en el futuro próximo".

El Embajador Xie Rumao, quien representa a la República Popular China ante el Gobierno del Uruguay desde junio de 1993, ha ejercido altos cargos en el servicio exterior, representando a su país en Cuba, Argentina y Bolivia.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500494.

Nº. DOCUMENTO

TITULO *ALADI considera como impulso el respaldo dado al organismo*

PROCEDENCIA *150015*

FECHA DE P. O. E. F. E. N. I. *17/9/94*

VINCULACIONES *582643*

*11137*

*507482*

*en C. de Rio.*

## Satisfacción en ALADI

El Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Embajador Juan Francisco Rojas, consideró "como un fuerte impulso a esta Asociación" el respaldo explícito dado al Organismo en la Cumbre de Río, celebrada la semana pasada en Río de Janeiro. Asimismo destacó que "en su declaración final, los 13 Jefes de Estado de América del Sur, México, Centroamérica y Caribe presentes en el encuentro, consideraron que la ALADI proporciona un cuadro jurídico y un foro de negociación para la expansión de las múltiples y ricas iniciativas integracionistas".

En este documento, los Presidentes evaluaron la eficiencia de los actuales mecanismos de integración en la generación de corrientes comerciales propiciados por acuerdos bilaterales de libre comercio suscritos por diversos países latinoamericanos.

A la reunión en Río de Janeiro asistió el Secretario General de la ALADI, Ingeniero Antonio Antunes.

Todos los países de la ALADI integran el Grupo de Río, instancia de concertación que está compuesta, además, por un representante de los países centroamericanos y uno del Caribe.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500495

Nº. DOCUMENTO 496  
 TITULO Iniciaron en ALADI discusión sobre procesos de In-  
 PROCEDENCIA 50007  
 FECHA DE P. RECIBIR 21/9/94  
 VINCULACIONES 513673

discusión sobre procesos de In-  
 tegración.

## Iniciaron en ALADI Discusión Sobre Procesos de Integración

La Asociación Latinoamericana de Integración inició esta semana las discusiones de las propuestas que permitan las coincidencias de los diferentes procesos de integración en la región.

El secretario general adjunto de la ALADI, embajador Juan Francisco Rojas Penso, presentó al Comité de Representantes el estudio de las diferentes tendencias de la integración regional, así como las pautas para la estructuración de un plan de acción que permita la convergencia de estas realidades.

El extenso estudio, realizado por los técnicos del Organismo en los últimos meses, procuró analizar los diferentes caminos de la integración en cada uno de los procesos subregionales y bilaterales, sus cercanías, lejanías y vías que permiten futuras confluencias hacia una amplia integración regional.

En los lineamientos para el futuro programa de acción, se indican las ventajas inherentes al desarrollo de la integración en un espacio mayor, para evitar la fragmentación y fortalecer la capacidad de negociación

externa de toda la región en su conjunto.

Para ello se propone avanzar hacia la liberación del comercio interregional con base en los desarrollos de las negociaciones impulsadas por los acuerdos subregionales, especialmente por el Grupo Andino, MERCOSUR, y el G-3, y los bilaterales, en los cuales tienen una singular gratificación la participación de Chile y México. Adicionalmente se recomienda la simplificación y racionalización del marco normativo para la regulación del intercambio.

Los aspectos considerados en las pautas de acción futura recomendadas por la Secretaría General incluyen también la atención al sector servicios, el desarrollo y articulación de programas de cooperación la inversión y el mercado regional de capitales, la propiedad intelectual, las normas técnicas, el medio ambiente, y la ciencia y tecnología.

En igual sentido se proponen medidas para la complementación económica y la cooperación empresarial, la coordinación de acciones frente a terceros países, la modificación de

las asimetrías estructurales entre los países miembros, y el régimen de solución de controversias.

El plan de acción para la convergencia de los diferentes procesos de integración fue solicitado por los ministros de los once países de la ALADI durante una reunión realizada el pasado mes de febrero en Montevideo.

Al presentar el estudio y las pautas para la conformación del programa el embajador Rojas Penso consideró que la gran característica de esta propuesta sería la flexibilidad, la cual deberá manifestarse a través de coexistencia de los sistemas subregionales y bilaterales con la dimensión regional del proceso de integración.

Para el secretario adjunto de la ALADI, las características de las propuestas permitirán ir adecuando los alcances y ritmos de esas iniciativas a la evolución misma de los procesos y de los contextos en que ellos se desenvuelven.

El documento será ahora discutido por los gobiernos de los once países para su posterior ajuste y aprobación en el seno de la Asociación.

ENTRADO 1  
 CRUZADO 1

01-01

9500496

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Se reunen en Costa Rica del 12 al 15/9 para analizar el Plan de Mediano Plazo del IICA.

150023

29/94

51423

11078

65644

507166

En Costa Rica analizarán el Plan de Mediano Plazo del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA)

## Ministros de Agricultura de América Latina y el Caribe se reúnen del 12 al 15 de setiembre

Los ministros de Agricultura de América Latina y el Caribe se reunirán en Costa Rica, del 12 al 15 de setiembre próximos, en el marco del Comité Ejecutivo del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA). La finalidad es analizar el Plan de Mediano Plazo del Instituto, según explicó a LA REPUBLICA el representante del organismo en Uruguay, economista Arnaldo Veras.

■ La idea es discutir, con lujo de detalles, la propuesta de la nueva administración del instituto bajo la dirección del dominicano Aquino. En la elaboración de la propuesta, los países participaron con sus contribuciones, en una reunión previa. Allí comen-

taron el segundo borrador de propuestas del Plan de Mediano Plazo. La nueva administración del IICA está prometiéndole "una mayor descentralización de las oficinas de los países", continuó explicando Veras. La creación de direcciones regionales es una

de las propuestas centrales de esta nueva administración.

Por otra parte, antes el IICA tenía cinco áreas de trabajo y ahora serán cuatro, con una fusión de las áreas de comercio y de políticas. Las otras tres áreas son las de Tecnología, Desarrollo Social y Rural y Recursos Naturales y Preservación del Medio Ambiente.

**"PUESTA A PUNTO" SEGUN NUEVO GOBIERNO**

En nuestro país, el cambio

de la administración no va a ser muy importante porque "la oficina en Uruguay siempre operó en forma bastante descentralizada, con tres proyectos multinacionales".

Si, se revisarán todos los proyectos del instituto para ponerlos a punto en relación a las necesidades del país.

En Uruguay se está trabajando con las prioridades que ha asignado en el actual gobierno; con el próximo gobierno se chequearán tales prioridades y los criterios de cooperación técnica del IICA.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500497

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Resultados de la reunión del IICA en Buenos Aires.*

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

## **(IICA) también los minifundistas deben pensar en los mercados**

**Acción:** el diseño de programas, la disponibilidad de información, la orientación y las diferentes estrategias, fueron analizados como herramientas para favorecer a ese sector de la producción.

Sin información ni la determinación de una estrategia acorde para lograr los objetivos contenidos en los programas de desarrollo de las pequeñas comunidades minifundistas, será difícil alcanzar el desarrollo agroindustrial de esos sectores que tanta importancia social tiene dentro de los países que integran el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA).

Esas fueron las conclusiones a las que arribaron los expertos del organismo que estuvieron reunidos en Buenos Aires para analizar la situación actual de los pequeños productores rurales.

La ocasión sirvió, también, para presentar experiencias específicas de tres programas del noroeste argentino. El procesamiento y comercialización de mandioca en el Paraguay, la agroindustria láctea de pequeños productores brasileños y la comercialización de productos cam-

pesinos de la cooperativa Peumo de Chile fueron algunos de los temas abordados durante el seminario-taller Alternativas de Mercado para la Pequeña Agricultura y la Agroindustria en el Desarrollo Rural.

También el diseño de programas, la disponibilidad de la información, la orientación y las estrategias puntuales fueron analizados como herramientas destinadas a facilitar la acción sobre los mercados por parte de los agricultores minifundistas.

### **Información**

Con respecto a la información necesaria para diseñar intervenciones, se concluyó que se requiere información a dos niveles: macro y micro.

El primer nivel está referido a la que se origina en los organismos públicos, privados, nacionales y extranjeros, que generalmente operan sobre la base de información estadística en los mercados regionales, locales e internacionales.

Por su parte, la información micro está vinculada con el mismo proyecto, la región en la cual se desarrollará y la influencia que tendrá su realización entre los participantes y los usuarios directos del nivel local y regional.

Los técnicos, organizaciones que participen en los planes de acción y los mismos productores serán los

destinatarios de la información para la mejor realización del proyecto, así como los potenciales consumidores de los productos agroindustriales que deriven del proyecto.

### **Estrategias**

Cómo estimular a los pequeños productores para que se integren a las economías de mercado desde los inicios de las actividades agroindustriales fue el tema del que derivaron las estrategias por aplicar.

La capacitación en gestión y autogestión de los pequeños productores, la formulación de diferentes alternativas de producción, la responsabilidad compartida entre los miembros de la comunidad en la planificación y ejecución del proyecto, la realización de convenios con empresas agroindustriales o de comercialización y la preparación de los productos de acuerdo con las principales características de la demanda fueron las líneas estratégicas surgidas del debate.

Los expertos fueron unánimes al determinar que "en términos generales, la estrategia destinada a estimular la producción rural específica consistiría en producir en función de la demanda más que del deseo del productor, lo que implica contar, siempre, con información que facilite la inserción de los pro-

ductos en los mercados competitivos".

El tema de la investigación y transferencia de tecnología para la producción fue abordado partiendo de la idea de que ya existe una marcada tendencia a satisfacer los requerimientos de los mercados, bien sea para la venta en fresco o para la industria.

Sobre la base de ello se evaluaron los criterios que se deben tener en cuenta para transferir a los campesinos los programas de investigación.

La industrialización de la producción del pequeño productor es una alternativa real -dijeron los expertos- desde el momento en que por lo menos el 70 por ciento de los productos salidos de un sector de las pequeñas explotaciones es de una u otra forma industrializado.

Asimismo, para la comercialización, se trató de materias primas o productos, recomendaron la organización de los productores con el fin de ofrecer volumen y calidad, cumpliendo con los pasos de selección, tipificación y condiciones de venta. Lo mismo, dijeron, es necesario que lo hagan para la compra de insumos, concentrando la demanda de los mismos para su posterior redistribución entre los miembros del grupo.

**Felipe Rodolfo Arella**

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500498

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *La declaración final de Marrakech establece que en 1995 comenzará a actuar la OMC.*

PROCEDENCIA 150004

FECHA DE PROCEDENCIA 21/4/94

VINCULACIONES 510824  
504466

La declaración final de Marrakech establece que en 1995 comenzará a actuar la Organización Mundial de Comercio

## Tras la Ronda del GATT, Uruguay cuenta a su favor con algunas concesiones bilaterales y los beneficios globales del acuerdo

Con un golpe de martillo sobre el atril el presidente de la Ronda Uruguay del GATT, el canciller uruguayo Sergio Abreu, cerró el pasado viernes 15 en Marrakech, Marruecos, el espinoso proceso de siete años de arduas negociaciones sobre las nuevas reglas del comercio mundial. Allí quedó abierta una etapa de transición que culminará el 1º de enero de 1995 con la institucionalización de la Organización Mundial de Comercio (OMC) que "sustituirá al Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) en el arbitrio del intercambio internacional de bienes y servicios.

Los representantes de 124 países firmaron en este evento la Declaración Final de la Ronda Uruguay, que se lanzó en Punta del Este en 1986 y prorrumpieron en aplausos.

En la transición hacia la OMC, un Comité Preparatorio deberá realizar nuevamente grandes esfuerzos contemporizadores para armonizar diversas demandas sobre temas como normas laborales, acuerdos regionales, relaciones entre comercio y políticas monetarias, inmigración, deuda externa de las naciones, prácticas comerciales y, aún, reclamos para el alivio de la pobreza.

Hasta el último minuto se realizaron varios acuerdos bilaterales en los cuales los países miembros o grupos de países otorgaron y recibieron concesiones compensatorias.

Abreu dijo que tras las largas negociaciones "no existen perdedores y ganadores de forma absoluta" y subrayó que se han hecho concesiones recíprocas entre los países, "que naturalmente tienen distinta fuerza en virtud de los bloques en que participan".

● **Logros para Uruguay.** Uruguay —con una economía de por sí bastante abierta— no tuvo que realizar concesiones bilaterales es-

pecíficas a otros países. Sin embargo, debió aceptar, junto con los restantes miembros del Grupo de Cairns (países exportadores de productos agropecuarios sin subsidios), un apreciable recorte de sus expectativas iniciales de apertura



Sergio Abreu

comercial internacional y de reducción de los subsidios a la producción.

No obstante se obtuvieron diversos beneficios comerciales específicos y se podrán aprovechar los réditos de la mayor apertura global que establecen las nuevas normas. Los principales logros obtenidos son:

● **Concesiones de Estados Unidos.**

—Tops: rebaja de 50% en el arancel.

—Tejidos planos: rebaja de 30% en aranceles.

—Prendas de tejidos planos: rebaja de 20% en aranceles.

—Prendas de punto: rebaja de 10% en aranceles.

—Quesos: la cuota aumenta en 1.000 toneladas anuales.

—Carne vacuna: cupo de 20.000 toneladas anuales con un arancel máximo de 10% en exportaciones que se podrán concretar cuando el país obtenga la declaración de libre de aftosa.

—Comed Beef y carne salada: se mantiene el arancel de 0%.

—Carne preparada: rebajas hasta de 75% en el arancel.

● **Concesiones de la Unión Europea.**

—Carne vacuna: aumenta en 2.000 toneladas el cupo Hilton asignado a Uruguay, el que pasa a un total de 6.300 toneladas.

—Carne ovina: aumenta el cupo de 5.220 a 5.800 toneladas con un arancel de 0%.

—Lácteos: aumento general de las cuotas y reducción de los aranceles en casi todos los rubros.

—Textiles: reducción en los aranceles hasta en 14%.

● **El mercado del arroz.**

—Uruguay podrá disputar su participación en las 380.000 toneladas de la apertura genérica que aceptó Japón y de 150.000 toneladas que admitirá Corea del Sur. El acceso se ampliará, en total para los dos países, a 1:100.000 toneladas en seis años.

● **Beneficios genér-**

cos. Las exportaciones de Uruguay serán favorecidas por la apertura global y dinamización del comercio que se espera a nivel mundial en diversos aspectos:

—Aranceles: la rebaja de aranceles será de 35% para los productos agropecuarios y 42% para los industriales en la Unión Europea. En tanto, en Estados Unidos será de 34,2% para los productos agropecuarios y 37,5% para los industriales. En Japón alcanzará a 43,5% para los productos agropecuarios y

77,5% para los industriales.

—Apoyos internos a la producción: reducción progresiva de 20% en seis años para los apoyos internos, por los países desarrollados y de 13,3% por aquellos en desarrollo.

—Subsidios a las exportaciones: rebaja de 36% en los montos presupuestales y de 21% en los volúmenes para los países desarrollados y 24% y 14% —respectivamente— para los países en vías de desarrollo.

—Barreras no arancelarias: se cuantificarán como aranceles las cuotas, tasas estadísticas o variables, etc., y se reducirán progresivamente en 36% en seis años para los países desarrollados y en 24% para los subdesarrollados.

—Acuerdo sanitario y fitosanitario: se suscriben códigos que regularán el control, evitando que se apliquen medidas discriminatorias que tienen el efecto de barreras no arancelarias.

—Arancel consolidado: Se establece un nivel máximo de 35%.

ENTRADO

CRUZADO

9500499

Nº. DOCUMENTO

TITULO

El Pte. de México podría alcanzar la titularidad de la OMC.

PROCEDENCIA

150251

FECHA DE PROCEDENCIA

6/9/94

VINCULACIONES

510821

507623

## La renuncia de Ricúpero allana un camino para Salinas de Gortari

**Candidato:** el presidente de México podría alcanzar ahora la titularidad de la Organización Mundial de Comercio (OMC).

GINEBRA, 5 (AP).— La caída de Rubens Ricúpero se convirtió en una rampa de lanzamiento para el presidente mexicano saliente, Carlos Salinas de Gortari, hacia la posible titu-

laridad de la Organización Mundial de Comercio (OMC).

Ricúpero era el rival más fuerte de Salinas para dirigir los destinos de la OMC, que fue creada en abril al suscribir los países miembros las reformas al actual Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT).

"No puedo ver a Ricúpero como un rival serio en esta contienda luego del escándalo que rodeó a su renuncia", confesó el enviado comercial de

un país que favorecía la candidatura del brasileño.

Corresponde recordar que durante la cumbre de Cartagena, las candidaturas a la presidencia de la OMC fueron motivo de fricción entre el presidente de la Argentina, Carlos Menem, y el de Brasil, Itamar Franco.

En ese encuentro, Menem hizo público su apoyo a Salinas de Gortari, lo que provocó una inmediata reacción de Franco. El incidente quedó superado días después, cuando Menem pidió disculpas a Franco.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500500



Nº. DOCUMENTO

TITULO

Estados Unidos no aprobará este año acuerdos en el GATT.

PROCEDENCIA

150023

FECHA DE PROCEDENCIA

6/9/94

VINCULACIONES

510891  
65890

## El libre comercio en la cuerda floja **Estados Unidos no aprobará este año acuerdos en el GATT**

■ La ratificación del acuerdo de libre comercio del GATT parece cada vez más improbable en Estados Unidos en el curso de este año, debido a la multiplicación de las maniobras políticas en el Congreso con vista a las elecciones legislativas de noviembre próximo.

Incluso los republicanos, tradicionalmente ardientes defensores del libre intercambio, se unieron a los demócratas para reclamar que la Casa Blanca postergue hasta el próximo año la votación que debe ratificar el acuerdo comercial multilateral.

La incertidumbre acerca de la ratificación del GATT (Acuerdo General de Comercio y Tarifas aduaneras) produce cada vez más inquietud entre los partidarios del acuerdo, tanto en Estados Unidos como en otros países, que temen incluso que su aprobación final esté amenazada.

El representante demócrata Robert Matsui (estado de California), presidente del grupo encargado de examinar el acuerdo para la poderosa Comisión de Medios de la Cámara, afirmó que si no es aprobado antes de terminar 1994, el gobierno de Estados Unidos será puesto en graves dificultades pues las grandes potencias comerciales se habían comprometido informalmente a aplicar el acuerdo a partir del primero de enero de 1995.

Sin embargo, el texto del acuerdo establece que los 117 países firmantes tienen plazo hasta el primero de julio de 1995 para su aplicación.

Matsui afirmó que la ratificación del acuerdo era obstaculizada por el senador Robert Dole (estado de Kansas), jefe de la minoría republicana, por razones "políticas". Lo que éste rechaza exigiendo que sean evaluadas cuidadosamente las consecuencias del tratado sobre la legislación del trabajo y la protección del medio ambiente en Estados Unidos, según reportó ANSA desde Washington.

No obstante, otros importantes demócratas del Congreso insistieron acusando a Dole de utilizar el GATT con fines puramente políticos, jugando con un acuerdo que puede aumentar el Producto Interno Bruto de Estados Unidos en unos cien mil millones de dólares anuales con la mayor apertura de los mercados mundiales a las exportaciones norteamericanas.

Si el Congreso debe ratificar el GATT en 1994, tendrá que hacerlo antes del comienzo de octubre, que marcará el fin de la última sesión parlamentaria, un mes antes de las elecciones legislativas que renovarán totalmente la Cámara de Representantes y un tercio del Senado.

"Sin Estados Unidos, el acuerdo está muerto", afirmó categóricamente John Jackson, profesor de Derecho en la Universidad de Chicago y especialista en el GATT, previendo en caso de fracasar la ratificación un reagrupamiento de los principales países comerciales en bloques regionales.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500501

Nº. DOCUMENTO	
TITULO	Uruguay mantiene
PROCEDENCIA	7150483
FECHA DE PROCEDENCIA	7/9/94
VINCULACIONES	510821
	507466
	50482

apoyo a Ricupero - para presidir OMC

## Uruguay mantiene apoyo a Ricupero para presidir OMC

CUANDO EN EL ámbito diplomático internacional surgen versiones respecto a que pierde fuerza la candidatura del renunciante ministro brasileño de Hacienda, Rubens Ricupero, para la dirección de la Organización Mundial de Comercio, Uruguay mantiene oficialmente la adhesión a la

candidatura del brasileño.

Ricupero renunció el sábado pasado a su cargo en el gabinete de Itamar Franco, tras una "gaffe" cometida durante una entrevista televisiva.

Sus palabras provocaron inmediatamente un escándalo político en Brasil, ante lo cual Ricupero

reconoció su error y decidió presentar renuncia, que le fue aceptada por el presidente Franco.

Hasta ese momento, Ricupero era uno de los candidatos con chance de ser electo como director de la Organización Mundial de Comercio, el recién creado organismo que sustituirá al GATT en la normativa del comercio internacional.

Luego del escándalo y la renuncia, informaciones de las agencias internacionales dijeron que en ámbitos diplomáticos se había percibido un debilitamiento de la candida-

tura de Ricupero y, por consiguiente, un fortalecimiento de la del saliente presidente mexicano.

En Uruguay, mientras tanto, la posición oficial sigue siendo la del apoyo al ex ministro brasileño, según confirmó ayer el canciller Sergio Abreu.

El ministro uruguayo indicó que el gobierno procurará información en el sentido de que si la renuncia pudo haber modificado los términos de la candidatura del brasileño, pero que mientras tanto, no ve motivos para cambiar de actitud.

ENTRADO	1/
CRUZADO	1/

01-01

9500502

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO Aug. de actividades del GATT. Como surgió la OMC.

PROCEDENCIA 50093

FECHA DE PROCEDENCIA 12/9/94

VINCULACIONES 510821

## Intentos de "hacer creíbles" <sup>L. 12. 1979</sup> acuerdos del GATT

El mayor desafío que afrontan los países firmantes de la Ronda Uruguay del GATT es darle credibilidad a la Organización Mundial de Comercio (OMC), sostuvo hoy su director, Peter Sutherland.

Sutherland, quien presentó en Ginebra el informe de actividades 1993 del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), dijo que "la mera existencia de leyes, reglamentos y obligaciones a escala internacional y nacional no pascita o garantiza, de por sí, el respeto o la responsabilidad en el seno del sistema".

La OMC es la organización que sucederá al GATT a partir del primero de enero de 1995 como institución multilateral dedicada a regular el sistema comercial mundial y, en especial, los compromisos surgidos de la Ronda Uruguay.

La OMC surgió de la Ronda

Uruguay. Los países miembros, "tendrán que hacer frente a sus responsabilidades si es que su aspiración no se limita a certificar exclusivamente el nacimiento de un nuevo sistema, sino a contribuir a su desarrollo y prosperidad", subrayó.

### PERSISTEN DIFICULTADES

El informe resume todos los aspectos de la labor realizada por esa organización en 1993 y principios de 1994; en ese aspecto, se refiere a los acuerdos de la Ronda Uruguay en un sentido general.

El informe del GATT estimó que 1993 resultó trascendental para el comercio porque fue el período en que los gobiernos del mundo entero aceptaron su responsabilidad de coronar con éxito los siete años de negociaciones de la Ronda Uruguay.

Sin embargo, al referirse a ese punto, Sutherland añadió que "los problemas que subsisten quizás no sean tan espectaculares como las etapas finales de las negociaciones anteriores, pero no por ello dejan de ser menos reales y acuciantes".

Los gobiernos tienen la obligación de explicar lo que han negociado, sin olvidar por ello que el nuevo sistema de organización del comercio se ha hecho esperar largo tiempo y la economía mundial carece de estímulo", destacó.

Entre los nuevos problemas que deberán afrontar los países miembros de la OMC se encuentran las relaciones entre comercio y medio ambiente, sostuvo el informe.

Por último, Sutherland destacó el avance de las negociaciones para el ingreso de China al GATT y, por consiguiente, a la OMC.

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500503

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO Italia y México quieren mandar en el GATT.

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

PRIMER DIRECTOR DE LA OMC

## Italia y México quieren mandar en el GATT

GINEBRA, 21 (AFP). - La elección del primer director general de la futura Organización Mundial de Comercio (OMC) -la entidad que va a remplazar al GATT (Acuerdo General de Tarifas Aduaneras y Co-

mercio- se orienta cada vez más hacia un duelo italo-mexicano.

La Unión Europea anunció oficialmente el miércoles en Bruselas su apoyo activo a la candidatura del italiano Renato Ruggiero para dirigir la nueva institución que deberá suceder al GATT el 1º de enero de 1995.

Ese apoyo pone ahora al ex ministro de Comercio Exterior de Italia en buena posición entre los favoritos, siendo el otro candidato el presidente saliente de México, Carlos Salinas, estimaron los medios diplomáticos.

### ◆ Otros candidatos

Otras dos personalidades se destacan también: el ministro de Comercio Exterior de Corea del Sur, Kim Chul Su, y el ex ministro de Finanzas del Brasil Rubens Ricupero. Este aparecía bien colocado hasta hace algunas semanas pero sus posibilidades se vieron reducidas a cero por un reciente escándalo que lo obligó a dejar el gobierno.

Un factor a favor del italiano es que la designación de su principal competidor, Salinas, que tiene el apoyo de los EE.UU., podría provocar un desequilibrio político dentro del equipo de la OMC a favor de los países del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC o NAFTA) y más especialmente de México. En efecto, dos de los tres subdirectores generales del GATT son de ese grupo. Se trata del mexicano Jesús Seade y del norteamericano Warren Lambert.

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500504

La decisión podría depender de la forma como los EE.UU. y México lleven la campaña a favor de Salinas, estimó un diplomático latinoamericano. Los países del hemisferio todavía no tomaron posición común, agregó.

El brasileño Ricupero era un buen candidato pero su renombre en el GATT quedó destruido hace algunas semanas, cuando confesó que manipulaba las estadísticas económicas para facilitar la campaña de Fernando Henrique Cardoso, el candidato oficialista a la presidencia brasileña. Sus palabras, dichas en un estudio de televisión, fueron difundidas por accidente a todo el país, lo que provocó el escándalo. De todos modos, su candidatura no fue retirada oficialmente.

El embajador de Hungría ante el GATT, Andras Szepesi, a cargo de las consultas para la elección del director general de la OMC, reunirá el jueves a los jefes de las delegaciones del GATT para analizar la situación. El jefe de la OMC debe ser elegido por consenso por los 123 países miembros antes de fin de año.

02 02

9500504

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Brasil retiró la candidatura de Rubens Ricúpero al GATT.

PROCEDENCIA

150015

FECHA DE PROCEDENCIA

23/9/94

VINCULACIONES

510821

504482

## Brasil retiró la candidatura de Rubens Ricúpero al GATT luego de su traspie

*Brasil retiró ayer la candidatura del ex Ministro de Hacienda, Rubens Ricúpero, que debió renunciar a su cargo en medio de un escándalo político, para la presidencia de la Organización Mundial del Comercio (OMC), que el año próximo sustituirá al GATT*

GINEBRA / ANSA

Fuentes oficiales del GATT anunciaron ayer la decisión del Gobierno de Brasil.

Un vocero del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) recordó que ahora hay tres candidatos para el cargo: el ex Ministro italiano de Comercio Exterior, Renato Ruggiero, el Presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, y el Ministro surcoreano de Comercio Exterior, Kim Chul-Su.

En el caso que no se llegue a un acuerdo sobre el nombre del candidato, la decisión final será tomada en la reunión del GATT prevista entre el 6 y el 15 de diciembre en Ginebra, añadió el vocero.

Ricúpero debió renunciar luego de que la televisión transmitió una conversación informal que mantenía con un periodista, en la que afirmó no tener escrúpulos en manipular las cifras económicas para favorecer al candidato oficialista Fernando Henrique Cardoso en las próximas elecciones.

### Prevén agitación en Brasil

El ex Ministro de Hacienda de los gobiernos militares, el ahora diputado Delfin Neto, prevé una gran agitación social, "que no será pacífica", si el Plan Real de estabilización econó-

mica se revela una "mera artimaña electoral".

El ex poderoso Ministro de Hacienda, durante los gobiernos militares de 1967 a 1974, afirmó que "si se revela que el plan Real fue otra estafa electoral, los 35 millones de personas que con la reducción de la inflación comienzan a ingresar en el sistema, no lo aceptarán de manera pacífica".

Si el plan Real fracasa, Neto prevé que Brasil vivirá una época en que no se respetarán las leyes ni las reglas de organización, donde el presidente de la Nación no tendrá legitimidad para administrar, no podrá salir a las calles y probablemente perderá su mandato.

A pesar de esos riesgos, Neto cree, sin embargo, que las correcciones necesarias al plan Real "serán adoptadas a la brevedad".

Neto dijo que "es obvio que el plan Real tiene un cierto oportunismo político, pero se reveló tan bueno que el candidato oficialista, Fernando Henrique Cardoso, puede ganar la elección presidencial en la primera vuelta" de los comicios, el 3 de octubre.

### "El plan es bueno"

El ex Ministro indicó los perjuicios a la agricultura, a las exportaciones y el virtual congelamiento de salarios como los mayores errores



del plan Real, pero sostuvo que "el plan es bueno".

"El aumento de la inflación ocurrirá si Cardoso es electo presidente y no presenta una propuesta coherente de reforma institucional, y si la sociedad no elige un Parlamento que quiera llevar adelante una reforma constitucional", explicó.

Asimismo, señaló que la reducción de los aranceles para importa-

ción "es natural, pero tiene que hacerse con cuidado. El ideal sería tener un arancel único de 10 por ciento". "El problema no está en la reducción, sino en la combinación de la reducción de aranceles con la reducción artificial del precio del dólar por un mercado artificialmente construido por el gobierno federal", afirmó el ex Ministro, refiriéndose al cambio actual de un dólar equivalente a 0,90 reales.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500505

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Brasil retiró la candidatura de Rubens Ricúpero al GATT.

PROCEDENCIA

150015

FECHA DE PROCEDENCIA

23/9/94

VINCULACIONES

510891

507482

## Brasil retiró la candidatura de Rubens Ricúpero al GATT luego de su traspie

*Brasil retiró ayer la candidatura del ex Ministro de Hacienda, Rubens Ricúpero, que debió renunciar a su cargo en medio de un escándalo político, para la presidencia de la Organización Mundial del Comercio (OMC), que el año próximo sustituirá al GATT*

GINEBRA / ANSA

Fuentes oficiales del GATT anunciaron ayer la decisión del Gobierno de Brasil.

Un vocero del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) recordó que ahora hay tres candidatos para el cargo: el ex Ministro italiano de Comercio Exterior, Renato Ruggiero, el Presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, y el Ministro surcoreano de Comercio Exterior, Kim Chul-Su.

En el caso que no se llegue a un acuerdo sobre el nombre del candidato, la decisión final será tomada en la reunión del GATT prevista entre el 6 y el 15 de diciembre en Ginebra, añadió el vocero.

Ricúpero debió renunciar luego de que la televisión transmitió una conversación informal que mantenía con un periodista, en la que afirmó no tener escrúpulos en manipular las cifras económicas para favorecer al candidato oficialista Fernando Henrique Cardoso en las próximas elecciones.

### Prevén agitación en Brasil

El ex Ministro de Hacienda de los gobiernos militares, el ahora diputado Delfin Neto, prevé una gran agitación social, "que no será pacífica", si el Plan Real de estabilización econó-

mica se revela una "mera artimaña electoral".

El ex poderoso Ministro de Hacienda, durante los gobiernos militares de 1967 a 1974, afirmó que "si se revela que el plan Real fue otra estafa electoral, los 35 millones de personas que con la reducción de la inflación comienzan a ingresar en el sistema, no lo aceptarán de manera pacífica".

Si el plan Real fracasa, Neto prevé que Brasil vivirá una época en que no se respetarán las leyes ni las reglas de organización, donde el presidente de la Nación no tendrá legitimidad para administrar, no podrá salir a las calles y probablemente perderá su mandato.

A pesar de esos riesgos, Neto cree, sin embargo, que las correcciones necesarias al plan Real "serán adoptadas a la brevedad".

Neto dijo que "es obvio que el plan Real tiene un cierto oportunismo político, pero se reveló tan bueno que el candidato oficialista, Fernando Henrique Cardoso, puede ganar la elección presidencial en la primera vuelta" de los comicios, el 3 de octubre.

### "El plan es bueno"

El ex Ministro indicó los perjuicios a la agricultura, a las exportaciones y el virtual congelamiento de salarios como los mayores errores



del plan Real, pero sostuvo que "el plan es bueno".

"El aumento de la inflación ocurrirá si Cardoso es electo presidente y no presenta una propuesta coherente de reforma institucional, y si la sociedad no elige un Parlamento que quiera llevar adelante una reforma constitucional", explicó.

Asimismo, señaló que la reducción de los aranceles para importa-

ción "es natural, pero tiene que hacerse con cuidado. El ideal sería tener un arancel único de 10 por ciento". "El problema no está en la reducción, sino en la combinación de la reducción de aranceles con la reducción artificial del precio del dólar por un mercado artificialmente construido por el gobierno federal", afirmó el ex Ministro, refiriéndose al cambio actual de un dólar equivalente a 0,90 reales.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500505



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PFOCEDENCIA

VINCULACIONES

# Se busca director para la OMC. trabajo divertido y bien pagado

Por BOB DAVIS

WASHINGTON — La nueva Organización Mundial de Comercio (OMC) promete sacudir el aburrido mundillo de los foros internacionales. Para empezar, existe una verdadera guerra a muerte para dirimir quién dirigirá la entidad. Los candidatos son de talla y la incógnita se mantendrá hasta el final.

Pero no se prevé una verdadera votación. De alguna forma, se espera que una conmoción de política internacional dé lugar a un consenso para la primera semana de diciembre, cuando se consagrará de forma oficial el nuevo director general.

“Es un poco como la elección de un Papa, pero no estamos encerrados en la Capilla Sixtina”, dice Luiz Lampraia, el delegado brasileño ante el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio, que se transforma en la OMC.

Por ahora hay cuatro candidatos de importancia para el puesto de director general de la OMC: el presidente saliente de México, Carlos Salinas de Gortari; el ministro de Comercio de Corea del Sur, Kim Chul Su; el ex ministro de Comercio italiano, Renato Ruggiero, y el ex ministro de Finanzas brasileño, Rubens Ricupero.

Salinas es el más prominente del grupo, pero eso no significa que tenga asegurado el puesto. Algunos veteranos del GATT se quejan de que es demasiado popular, demasiado amigo de Estados Unidos y que tiene muy poca formación en materia de comercio mundial.

“No sabe ni jota”

Salinas “no sabe ni jota” sobre el sistema del GATT, dice Tran Van Thinh, el veterano delegado de la Unión Europea ante el GATT, que se jubiló hace pocos meses. Prefiere a Ricupero, que tiene una vasta experiencia en negociaciones del GATT, pero que recientemente tuvo que renunciar tras hacer declaraciones embarazosas sin saber que sus palabras se transmitían por televisión.

Aunque el puesto de la OMC es de carácter internacional, se decidirá sobre bases de política regional: EE.UU. contra Europa, contra América Latina, contra Asia.

La lucha puede ponerse bastante fea, y confusa. EE.UU. respalda a Salinas con discreción, pero no lo dice en público por temor a enemistarse a otras regiones. Pero si a fines de este mes se elige un director europeo para otro foro internacional, la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, eso puede dejar satisfecha a la UE.



Carlos Salinas el candidato mexicano se convertiría en un difamado estadounidense-europeo-latinoamericano imparable.

Peró Ruggiero tiene una contraestrategia. La UE tiene convenios de comercio preferente con 70 países de Europa, África, América Latina y Asia. Si puede conseguir un fuerte respaldo de la UE, argumenta, puede salir en busca de apoyo por esos 70 países. “El hombre que gane la carrera debe obtener apoyo de muchos más gobiernos que los de EE.UU. y Europa”, dice.

Un pasado sin competencia

Durante sus 47 años de existencia, el GATT estuvo libre de este tipo de competencia acalorada. En su lugar, las grandes potencias debían seducir a economistas burócratas para que ocuparan el puesto.

Eso no es ninguna sorpresa, ya que el director general tenía escaso poder y pronunciaba discursos que nadie se tomaba en serio. El GATT funcionaba por consenso y estaba dominado por EE.UU. y la UE, que bloqueaban las decisiones que no les agradaban.

Peró la nueva OMC será diferente. El organismo establecerá las normas para servicios, inversiones, propiedad intelectual y otros amplios sectores de la economía mundial que en su mayor parte estaban fuera del ámbito de reducción de aranceles del GATT. Los principales países comerciantes no pueden vetar las decisiones de los paneles de arbitraje de la

OMC, como lo harían en el marco del GATT. Hasta las normas laborales y ambientales podrían quedar bajo la jurisdicción de la OMC.

De repente, el trabajo de director general de la OMC parece atractivo. Además, supone un salario de por lo menos US\$190.000 anuales, más US\$65.000 por concepto de gastos de negocios y un Lexus con chofer.

Kim, de Corea del Sur, ha visitado hasta ahora 14 países de Asia, Europa y América del Norte, repartió regalitos a los periodistas en Ginebra y elegantes carpetas a la prensa en Washington. “Uno conoce a la gente individualmente, los ve en los cocteles y sale a cenar con gente”, dice Kim. “Como asiático, no me resulta fácil hablar sobre mi propia preparación”.

Para servir

Como corresponde al estilo político mexicano, Salinas se postula como el líder que se digna a servir. Es el único candidato que no ha explicado en detalle su posición en relación con los temas de la OMC.

Más bien, los funcionarios mexicanos sostienen que como ex primer mandatario Salinas le agregará talla de inmediato a la OMC. También es un símbolo: se trata del osado líder que transformó a su país por medio del libre comercio y la economía de mercado.

En Ginebra, la personalidad de Salinas se considera una desventaja. Los delegados del GATT temen que Salinas les pasará por encima y negociará directamente con sus jefes en sus respectivos países.

Muchos se irritaban cuando el actual director general Peter Sutherland, un irlandés fanfarrón, a veces llamaba a los primeros ministros y presidentes. Bajo Salinas, temen, las cosas sólo pueden empeorar.

Aunque los embajadores del GATT no tienen la última palabra sobre a quién respaldarán sus gobiernos, igual ejercerán su influencia en la toma de esta decisión. Y el claro favorito es el brasileño Ricupero, que fue embajador ante el GATT. Pero luego de su papelón y renuncia, sus esperanzas se han arruinado.

ENTRADO

CRUZADO

9500506

01-01

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TITULO Senado debate la Ronda U.  
 PROCEDENCIA 150483  
 FECHA DE PROCEDENCIA 23/9/94  
 VINCULACIONES 510821  
50446  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## Senado debate la Ronda Uruguay

El SENADO DEBATIRÁ la semana próxima el texto acordado por los países del GATT en abril pasado, concerniente a la liberalización del comercio internacional y a la creación de la Organización Mundial de Comercio.

Los acuerdos, alcanzados en el marco de la llamada Ronda Uruguay de Negociaciones, deben ser ratificados por los parlamentos de los países miembro para cobrar vi-

gencia. La Comisión de Asuntos Internacionales del Senado ya aprobó por unanimidad el proyecto de ratificación enviado por el gobierno.

En su informe, el gobierno destacó la conveniencia de una rápida aprobación, en el entendido de que las normativas emergentes de los acuerdos supondrán beneficios comerciales y mayores garantías jurídicas para Uruguay. ■

ENTRADO	<u>1</u>
CRUZADO	_____

2-01

9500507

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Gobierno Uruguayo define si apoya Salinas para la OMC.*

*150483*

*24/9/94*

*510821*

*504623*

*504466*

### **Gobierno define si apoya a Salinas para la OMC**

EL GOBIERNO RESOLVERÁ en los próximos días qué actitud adoptará tras el retiro de la candidatura del ex ministro brasileño de Economía, Rubens Ricupero, a la presidencia de la Organización Mundial de Comercio, informó el canciller Sergio Abreu.

Si bien no adelantó cuál sería la opción del gobierno, todo indica que el candidato que cuenta con mayores posibilidades es el saliente presidente de México, Carlos Salinas de Gortari. Otros países latinoamericanos que apoyaban a Ricupero, ya adelantaron que votarán por Salinas.

El canciller destacó la importancia de que el Mercosur adopte una posición de bloque en temas de comercio internacional. Indicó que el gobierno fue informado oficialmente por su par brasileño acerca del retiro de la candidatura de Ricupero, quien semanas atrás se vio obligado a renunciar a su cargo de ministro tras protagonizar un escándalo político. ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500508

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO Resultados de Ronda del GATT podría aumentar comercio latinoamericano

PROCEDENCIA 150004

FECHA DE PROCEDENCIA 25/5/94

VINCULACIONES 50824

508466

en u\$s 15.000 mill.  
anuales.

Documento  
ILEGIBLE

## Los resultados de la Ronda Uruguay del GATT podrían aumentar el comercio de Latinoamérica en U\$S 15.000 millones anuales

Una vez que se cumplan los plazos de ajuste establecidos en la Ronda Uruguay, la suma de "impactos" de todos sus logros podría generar un aumento anual del comercio de América Latina del orden de los 15.000 millones de dólares, evaluó el viernes 20 Enrique Iglesias, presidente del BID.

En un seminario que organizó en Montevideo la fundación Banco de Boston, indicó que estimaciones recientes adelantan que habrá un incremento de 300.000 millones de dólares anuales en el comercio mundial, de los cuales 60.000 millones beneficiarán al Tercer Mundo y dentro de éste, 25% a América Latina.

Advertió que la Ronda Uruguay aún "no terminó", sino que "empezó el proceso de seguir y vigilar" la aplicación efectiva de los compromisos asumidos; porque la liberalización no concluye con un acuerdo firmado, cuando las

"tentaciones de reincidir en el proteccionismo continúan".

Puntualizó que están pendientes temas que provocarán "enormes deliberaciones" como las reglas ambientales, que reconoció legítimas, pero que pueden "esconder" un "proteccionismo disfrazado".

Agregó que también deben definirse los códigos laborales, que incluyen el llamado "dumping social" donde pueden "confundirse las ventajas comparativas con el ideal imposible de igualar niveles de vida".

Iglesias consideró que los potenciales beneficios que surjan de la implementación de los acuerdos se unirán a los que se están obteniendo con una apertura comercial "unilateral impresionante" de los países latinoamericanos.

Sostuvo que estas naciones "han descubierto a través del efecto demostración" que por la reducción de las tarifas de protección arancelaria aumentó 25% su comercio—en

conjunto—entre 1985 y 1992.

Estimó que implica un reconocimiento de los beneficios que provoca la apertura comercial por sí misma, cuando se la instaura vinculada a una política de cambios flexibles.

Para Iglesias la tendencia de la región es a consolidar ese proceso de apertura importante, salvo que las "crisis de balanzas de pago promuevan alguna involución". Pero consideró que las ráfagas "son bastante profundas" por lo que América Latina ya incorporó en forma "bastante segura" este tipo de políticas.

El presidente del BID enumeró como otros resultados positivos de la "impresionante" Ronda del GATT el freno al proteccionismo creciente de los últimos años, una reducción general de aranceles, el reconocimiento de un mínimo acceso de 6% a los mercados y la reducción de los programas de apoyo.

Estimó que la reducción de

subsidios a la exportación será del orden de los 16.000 millones de dólares y destacó los beneficios que generará el abatimiento de las exportaciones de carnes subsidiadas en 1.200.000 toneladas y de queso y manteca en 600.000 toneladas, lo que seguramente "mejorará" los precios internacionales.

Detalló que cálculos preliminares cuantifican la reducción arancelaria de productos industriales en el orden de 38%; en los textiles de 19%; en la vestimenta de 25% y en productos químicos de 55%. En la agricultura el abatimiento general es de 66%, que se reduce a 32% para productos animales y carnes y menos de 25% para lácteos.

Subrayó que el cierre de la Ronda Uruguay confirma una "reacción de las fuerzas mayoritarias para favorecer la libertad en el comercio internacional".

Iglesias reconoció que "en

verdad, cuando hay crisis profundas, la libertad de comercio es casi un acto de fe. Hay que creer o no creer. Es como creer en Dios".

Advertió que esto es más notorio en muchos países donde "hay fuerzas muy organizadas poniendo por delante el desempleo o las posibilidades de ingresos de mercaderías a bajo precio, sobre la base de materias primas producidas con mano de obra muy baja".

Puntualizó que el empleo es un tema candente porque el "crecimiento en el capitalismo en base a productividad, más que (por la creación) de empleo, está generando todo un cuestionamiento del Estado de bienestar. El colapso de las políticas de protección social en Europa es muy claro, (donde) los Estados están quebrados" y el "colapso de países como Suecia es un ejemplo paradigmático".

Destacó asimismo el "renovado y muy pragmático"

avance de la regionalización, cuyos beneficios quedaron demostrados por el aumento de comercio que tuvieron países que lograron acuerdos como el de Colombia y Venezuela.

"Navegar en convoy es mejor que navegar solo" señaló para alertar que "el esfuerzo de integración regional no puede significar el aumento de barreras al comercio o a la inversión de terceros países".

Previno en cuanto a que los socios de esos esquemas deben estar "dispuestos a aceptar con facilidad el ingreso de nuevos socios que asuman los compromisos".

Para Iglesias el regionalismo debe ser "competitivo y no excluyente" como en las experiencias anteriores.

Con relación al Tratado de Libre Comercio que vincula a Canadá, Estados Unidos y México (NAFTA) opinó que el único país de "seguro" ingreso es Chile y "quizás" Colombia esté "preparada".

Auguró que se abrirá un "compás de espera" —que "no será hasta pasado mañana"— para el proceso de examinar otras opciones. Advertió que "no muchos más (países) podrían asumir los riesgos, costos y desafíos del ingreso a ese mercado ampliado", dado que "no es cosa simple asociarse a la primera economía del mundo".

El ex canciller uruguayo y primer presidente del Comité de Negociaciones de la Ronda subrayó que es "fundamental" como condición interna para competir en "este mundo cruel" en materia comercial, una macroeconomía sana, tener precios alineados, estabilidad relativas y tasas de cambio reales.

Recordó que las experiencias exitosas de los países asiáticos muestran que cada vez más en el esfuerzo de inserción internacional la colaboración del Estado y la empresa privada es fundamental —"sin violentar al mercado"— para "mejorar la eficiencia general del aparato productivo, tanto del sector público como del privado".

ENTRADO  
CRUZADO

9500509

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

El GATT tropieza con los países más ricos.

150025

29/9/94

50021

## El GATT tropieza con los países más ricos

Por Bob Davis y David Rogers

Escritores de The Wall Street Journal

Es la hora del nerviosismo para los campeones del nuevo acuerdo de comercio mundial.

El tratado, firmado en abril bajo los auspicios del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio, deberá entrar en vigor el primero de enero, al mismo tiempo que la nueva Organización Mundial de Comercio. Pero esta perspectiva se hace incierta debido a las dudas y problemas en la ratificación por parte de naciones fundamentales en materia comercial.

En Estados Unidos, Europa y Japón, los procesos políticos de la ratificación están todavía en marcha y el resultado es poco predecible.

Clinton contra el Congreso

La Casa Blanca reveló el martes su proyecto de ley definitivo para la puesta en práctica del acuerdo, pero el senador Ernest Hollings amenazó con usar sus poderes en calidad de presidente de la Comisión de Comercio del Senado para demorar la votación hasta bien entrado el próximo año.

El presidente Bill Clinton, en una conferencia de prensa celebrada ayer, prometió pedir al Senado que regrese a votar sobre el acuerdo después de las elecciones legislativas de noviembre.

"Es responsabilidad del Congreso aprobar [el tratado comercial] este año", dijo Clinton con firmeza. "Si por alguna razón el Senado no lo aprueba, entonces los exhortaré a que permanezcan en sesión y sencillamente se tomen un receso para las elecciones legislativas".

Escasas probabilidades

El representante comercial estadounidense, Mickey Kantor, dijo que los líderes del Congreso han aceptado el plan. Pero antes que el presidente hiciera su promesa, el senador Hollings expresó: "No creo que el proyecto de ley del GATT se lleve a votación".

Cuando se le preguntó si sus colegas en la Comisión de Comercio harían avanzar el proyecto de ley sobre sus objeciones, Hollings contestó: "No tienen ninguna posibilidad en lo absoluto".

Mientras tanto, en la Unión Europea los próximos días serán cruciales para determinar si la ratificación puede completarse a tiempo.

Países de la UE y la Comisión Europea tratan de formular un código de conducta que gobierne la participación en la Organización Mundial de Comercio; se espera que los cancilleres de la UE tomen una decisión sobre el tema en una reunión en Luxemburgo el martes y miércoles próximos.

Fuentes de la UE dijeron que los estados miembro permanecen divididos sobre si a la comisión le compete representarlos en materia de servicios, propiedad intelectual, el medio ambiente y los impuestos, temas que serán analizados por la OMC.

Tribunal europeo

Si los ministros de la UE no resuelven el asunto, se espera que la Comisión siga adelante con su solicitud de una decisión por parte de la Tribunal Europeo de Justicia, con sede en Luxemburgo. Sin embargo, el tribunal probablemente no decidirá el tema has-

ta diciembre o enero, lo que hace poco probable la ratificación.

En Japón, el acuerdo debe presentarse ante una sesión de la Dieta que comienza el 30 de septiembre, pero la coalición gobernante ahora incluye al Partido Liberal Demócrata, que estaba en la oposición cuando el acuerdo se firmó en abril en Marrakech, Marruecos.

Enmiendas japonesas

Algunos miembros del PLD se habían opuesto al pacto y ahora el partido busca incluir enmiendas que compensen a los campesinos que podrían sufrir a consecuencia de nuevas normas en materia de comercio mundial.

Los funcionarios del GATT esperan que el proceso de ratificación sobreviva los problemas actuales.

Peter Sutherland, director general del GATT, dijo en una entrevista reciente que "la OMC debe estar de alta el primero de enero y los negocios, consumidores y todos los demás sectores de la economía mundial dependen de que se cumpla el compromiso de Marrakech".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500510

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Expertos anuncian una crisis del petróleo a nivel mundial.

150007  
27/9/94  
11203

Los Precios Podrían Duplicarse

## EXPERTOS ANUNCIAN UNA CRISIS DEL PETROLEO A NIVEL MUNDIAL

LIMASSOL, Chipre, sep 26 (Reuters)

Los precios del petróleo podrían duplicarse en los próximos dos años si los países del Medio Oriente, asentados sobre la mayoría de las reservas del mundo no quieren o pueden actuar como productores que equilibren el mercado, dijo hoy un analista.

Colin Campbell de la firma Petroconsultants, basada en Ginebra, dijo en una conferencia sobre la estrategia petrolera del Medio Oriente para el año 2001 que los precios podrían llegar a los 30 dólares por barril o más, con los seis grandes productores del Golfo Pérsico controlando la clave del balance entre la oferta y la demanda.

El precio del crudo Brent Blend, usado como referencia mundial, tuvo la semana pasada un promedio de 16,80 a 16,70 dólares el barril.

El retorno de Irak al mercado petrolero podría determinar parcialmente la política de hidrocarburos de los países del Golfo en los próximos 12 meses, agregó el experto.

Con sus exportaciones petroleras bajo veto de las Naciones Unidas desde su invasión a Kuwait en 1990, lo más probable es que Irak regrese al mercado como un productor con el poder de equilibrio, lo que a su vez reducirá el papel de Arabia Saudita, el mayor vendedor mundial de crudo con una cuota dentro de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de ocho millones de barriles diarios.

Es evidente que el mundo enfrentará graves consecuencias si este escenario resulta ser acertado, expresó Campbell al referirse a la reducción de las reservas en el resto de las regiones productoras, particularmente en América del Norte.

Arabia Saudita renunció a ser el productor "balanza" del mundo, después de la caída de los precios de 1986, cuando una reducción de la producción provocó la pérdida de su porción de mercado.

George Lekie, de Petroconsultants, dijo que el 14 por ciento de los calculados 894.000 millones de barriles restantes de reservas recuperables de petróleo y gas natural líquidos en el mundo para fines de 1993, estaba en los países de la OPEP.

Ante un esperado declive de la producción de la Unión Soviética, el segundo productor más grande del mundo, y un anticipado incremento en la demanda del crudo de la OPEP en el próximo siglo, los países petroleros deberán seguir concentrándose en atraer los recursos necesarios para explorar las reservas, dijo Campbell.

Es imposible saber si el "shock" será severo o prolongado, pero en todos los casos será muy distinto de los que han ocurrido hasta ahora pues será provocado más por la reducción de los recursos que por cualquier acontecimiento político en el Medio Oriente, agregó.

ENTRADO

CRUZADO

d-d

9500511



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Nueva inspección nuclear de OIEA en*

PROCEDENCIA *150483*

FECHA DE PROCEDENCIA *13/9/94*

VINCULACIONES *12577*

*507487*

*Norcorea*

## **Nueva inspección nuclear de OIEA en Norcorea**

INSPECTORES del ORGANISMO Internacional de la Energía Atómica (OIEA) han podido examinar dos instalaciones nucleares más en Corea del Norte del total de las siete que ha declarado tener este país asiático.

Según informó ayer en Viena el director general del OIEA, Hans Bliz, a la Junta de Gobernadores, órgano central de control de este organismo, el grupo internacional de expertos pudo examinar una planta de fabricación de combustible y un depósito de combustible fresco en Yongbyon, al Norte de la capital.

Hasta ahora, las autoridades norcoreanas sólo han permitido que los inspectores enviados por el OIEA, agencia especializada de la ONU y con sede en Viena, lleven a cabo investigaciones en un laboratorio de reprocesamiento de material radiactivo y aunque muy incompletas, en un reactor de 5 megavatios.

Las trabas impuestas por Pyongyang al examen de este reactor, que según fuentes occidentales se utiliza en un supuesto programa militar nuclear norcoreano, han impedido a la comunidad internacional determinar este extremo y están en el centro de la actual polémica entre EEUU y el país comunista asiático.

La planta de fabricación de combustible, el depósito, el centro de reprocesamiento de material nuclear, llamado por los norcoreanos el laboratorio radioquímico y el reactor conforman junto con tres centrales de investigación científica los siete centros atómicos declarados por Pyongyang.

Además de estas instalaciones, Corea del Norte cuenta con otras dos de carácter secreto que, según fuentes occidentales, podrían utilizarse para la fabricación de armas atómicas, algo que niega sistemáticamente Pyongyang.

En Berlín, mientras tanto, continuaron ayer las conversaciones comenzadas el pasado fin de semana entre expertos de EEUU y de Corea del Norte. ■ (EFE)

ENTRADA

CRUZ

*a-a*

*9500512*



Nº. DOCUMENTO

TITULO

Positivo informe de inspectores de AIEA en Corea.

PROCEDENCIA

50015

FECHA DE PROCEDENCIA

14/9/94

VINCULACIONES

12574

504487

30044

## Positivo el informe de inspectores en Corea

- La AIEA visitó las instalaciones nucleares
- No se produjo plutonio para finalidades militares

Los inspectores de la Agencia Internacional para la Energía Atómica (AIEA) visitaron las instalaciones nucleares de Corea del Norte y establecieron que por lo menos en una de ellas no se produjo plutonio enriquecido para finalidades militares, anunció un vocero de dicha organización.

Redacción, ANSA y EFE(VIENA)

El vocero indicó que los inspectores de la AIEA lograron visitar una unidad de reciclaje de combustible y un centro de almacenamiento de combustible de la planta nuclear de Yongbyon, que hasta ahora no habían podido controlar.

Por otra parte, fuentes oficiales indicaron que según un informe confidencial presentado por el director de la agencia, Hans Blix, al consejo de gobernadores de la AIEA, los resultados de la inspección demuestran que "no se ha registrado en apariencia ningún reciclaje de material irradiado". Pero las mismas fuentes agregaron que el mismo informe establece que una segunda unidad de reciclaje no pudo ser controlada por los inspectores, quie-

nes tampoco lograron efectuar relevaciones de rayos gamma en la instalación.

El persistente rechazo de los norcoreanos a permitir las inspecciones de la AIEA, sumado a las sospechas occidentales sobre el posible desarrollo de la tecnología nuclear bélica por parte del régimen comunista de Pyongyang, crearon una fuerte tensión entre Estados Unidos y Corea del Norte en los meses pasados.

El hecho que Pyongyang haya autorizado la inspección de por lo menos una parte de la planta nuclear de Yongbyon -donde, según los norteamericanos, fueron procesados los desechos del programa nuclear bélico norcoreano- es visto por los analistas como un resultado positivo de las conversa-

ciones entabladas por Estados Unidos y Corea del Norte en los meses pasados. Justamente ayer en Berlín se anunció que una nueva sesión de negociaciones, entre norcoreanos y estadounidenses, que había sido suspendida esta mañana, se reanudará esta misma tarde, luego de una "serie de aclaraciones" entre las dos delegaciones de expertos.

Los norteamericanos examinan junto a los coreanos del norte la posibilidad de participar en la conversión de la tecnología nuclear de Pyongyang -basada en los anticuados reactores de grafito- a través de la más moderna tecnología del agua liviana, que proporciona mayores garantías en cuanto a la posibilidad de utilizar los desechos atómicos para uso bélico.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500513

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

El 19/9 comenzó en Viena la 38ª Conf. anual de la AIEA.

PROCEDENCIA

150090

FECHA DE PROCEDENCIA

20/9/94

VINCULACIONES

12588

11046

65201

## ● Corea del Norte acaparó la atención de la AIEA

Fue inaugurada ayer, en Viena, la 38ª conferencia anual de los 121 países miembros de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA), durante la cual será examinada la cuestión nuclear en Corea del Norte y el contrabando de material nuclear.



**EL ALMACÉN NUCLEAR**  
Cifras de la AIEA

	Plutonio (kg)	Uranio (kg)
EX URSS	250,5	1.110
EE UU	100	100
REINO UNIDO	10	10
FRANCIA	15	15
CHINA	15	15
<b>Total</b>	<b>250,5</b>	<b>1.110</b>

Técnicos de un centro que fabrica plutonio. Cantidad de material radioactivo que poseen diferentes países



El plutonio es considerado el negocio de la muerte

# Comenzó la 38ª conferencia anual de Energía Atómica

## ● Preocupación internacional por el tráfico de plutonio

Redacción, ANSA y EFE (VIENA)

En un mensaje leído durante la inauguración de la sesión, el Secretario General de la ONU, Boutros-Ghali, urgió a los gobiernos a prolongar el Tratado de No Proliferación Nuclear por tiempo indefinido, y a tomar medidas contra el peligroso tráfico de material nuclear.

Al margen de la conferencia será firmada una convención sobre la seguridad de las centrales nucleares civiles, que definen las normas de seguridad para las 430 centrales nucleares actualmente en servicio en el mundo.

Se espera que la convención sea firmada por 22 países, de los cuales 17 poseen centrales nucleares.

Boutros-Ghali insistió durante su intervención para que los gobiernos que reciben ayuda de la AIEA encuentren cuanto antes métodos eficaces para evitar que materiales nucleares ilegales sean accesibles en el mercado negro internacional.

El Secretario General de la ONU indicó, además, que el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) estipulado en 1970 y firmado por 164 países, seguirá siendo la clave de los esfuerzos internacionales para evitar la dispersión de las armas nucleares.

El TNP, que pretende impedir la proliferación de armamento nuclear, deberá ser renovado el año próximo y, en vista de ello, Boutros-Ghali lamentó que no se hayan hecho progresos suficientes para llegar a un Tratado que ponga fin a los experimentos nucleares.

Asimismo, el Secretario General de Naciones Unidas puso de relieve la preocupación internacional acerca del descubrimiento reciente del tráfico de plutonio y uranio enriquecido, elementos centrales de las bombas nucleares.

El Director General de la AIEA, Hans Blix, trató de tranquilizar a las delegaciones sobre este problema, al indicar que en realidad la

cantidad de material radioactivo incautado por la Policía en Alemania y Bulgaria es pequeña, y puntualizó que con toda probabilidad el material procedía de la ex Unión Soviética.

### Corea del Norte

Blix reconoció, sin embargo, que el movimiento incontrolado de ese tipo de material representará un problema serio.

Otro de los puntos que la Conferencia deberá analizar con atención es el problema de Corea del Norte, que acaparó la atención de la AIEA durante los últimos dos años.

Precisamente ayer el ex Presidente estadounidense anunció en una carta dirigida al líder surcoreano Kim Young Sam su intención de efectuar una nueva misión en Pyongyang.

En su primer viaje efectuado en junio de este año, Carter logró bajar la tensión en el duro enfrentamiento que oponía a Corea del Norte con la comunidad internacional, aunque muy especialmente con Estados Unidos.

ENTRADA

CRUZ-00

01-30

9500514

## Se firmó la primera convención sobre seguridad nuclear <sup>14</sup> 21/9

Varios países, miembros de la Agencia de Energía Atómica Internacional (AIEA), firmaron ayer, en Viena, la primera convención sobre la seguridad nuclear, que define normas para las centrales nucleares existentes en todo el mundo.

VIENA/ANSA

Veinticuatro países, dieciocho de los cuales poseen centrales nucleares, firmaron hoy el documento, entre ellos Canadá, Estados Unidos, Sudáfrica, Alemania, Francia, India y Pakistán.

Un gran número de otros países, entre ellos China, anunciaron que firmarían el documento.

La Ministra estadounidense de la Energía, Hazel O'Leary, una de las primeras en firmar el documento, dijo que se trataba "de un día histórico" porque la convención constituye un verdadero ejemplo de cooperación internacional después del fin de la Guerra Fría.

Según las estadísticas de la AIEA, actualmente existen 430 centrales nucleares operantes en todo el mundo. Se trata del primer instrumento legal que pone directamente el acento en la seguridad de las instalaciones nucleares existentes en el mundo", afirmó el director general de la AIEA, Hans Blix, en la apertura de la ceremonia al margen de la 38a. Conferencia General Anual de la organización. El documento fue adoptado el 14 de junio pasado en una conferencia internacional en Viena por 84 países y se aplica a las centrales nucleares civiles terrestres.

Obliga a los países a respetar una serie de normas en materia de seguridad, la verificación de las mismas, la protección contra las radiaciones y un plan de urgencia en caso de accidentes. Por otra parte, cada tres años los países signatarios se comprometen a presentar informes sobre la aplicación de las normas de la convención.

Nº DOCUMENTO	
TITULO	
PROCEDENCIA	50483
FECHA DE PROCEDENCIA	21/9/94
VINCULACIONES	

### *Se aprobó acuerdo de seguridad*

VIENA - MINISTROS DE veinte países firmaron ayer aquí una convención para llevar seguridad a ciertas usinas termonucleares de los países ex comunistas en el marco de la conferencia de la Agencia Internacional de Energía Atómica, AIEA, dependiente de Naciones Unidas.

El acuerdo de seguridad nuclear fue elaborado en junio por 84 miembros de AIEA y se aplicará a todas las plantas de energía nuclear con el propósito de evitar accidentes como el de

Chernobyl en 1986.

Estados Unidos, impulsor del acuerdo, lo describió a través de su secretaria de Energía, Hazel O'Leary, como un ejemplo de la cooperación internacional que existe desde el fin de la guerra fría.

"Este es un día histórico, dijo, estamos reconociendo claramente nuestras obligaciones internacionales con muchas otras naciones que comparten el objetivo de lograr la seguridad nuclear". ■ (Reuter)

# LM 2/9 Presidente sirio y Denis Ross se reunieron por nuevas negociaciones

- El tema en relanzamiento será, esta vez, la paz entre árabes y judíos

*Fue inaugurada ayer, en Viena, la 38ª conferencia anual de los 121 países miembros de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA), durante la cual será examinada la cuestión nuclear en Corea del Norte y el contrabando de material nuclear*

## DAMASCO/ANSA

Durante la reunión -en la cual participaron, además de Assad y Ross, el Ministro de Exteriores sirio, Faruk al-Shareh, el Embajador sirio en Washington, Walid al-Muallem, el Embajador norteamericano en Damasco, Christopher Ross, y el adjunto de Denis Ross, Martin Indyk- el enviado de la casa Blanca entregó al líder sirio un mensaje de su homólogo norteamericano, Bill Clinton.

Según fuentes diplomáticas occidentales en Damasco, el mensaje entregado por Ross contiene algunas nuevas propuestas norteamericanas para reimpulsar el plan de paz iniciado en Medio Oriente entre judíos y palestinos.

Siria e Israel -próxima etapa del enviado norteamericano- deberán pronunciarse sobre las propuestas de Ross antes de la llegada a Medio Oriente del Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, prevista para octubre próximo. Washington decidió enviar a Ross a Medio Oriente tras el discurso pronunciado por Assad ante el Parlamento, el 10 de setiembre último, considerado como una señal positiva de parte Siria para reanudar las negociaciones de paz.

Denis Ross partirá en las últimas horas de ayer o en las primeras de hoy rumbo a Tel Aviv, donde se reunirá con el jefe del gobierno israelí, Yitzhak Rabin, y a su Ministro de Exteriores,

Shimon Peres. Luego conversará con el jefe de los territorios palestinos, Yasser Arafat, en Gaza.

Por otra parte, Damasco estableció ayer, con Beirut, nuevos acuerdos de cooperación económica, mientras en Líbano se acentúa el descontento social y los sindicatos amenazan con detener con huelgas la producción nacional.

Los acuerdos -referidos a los sectores de transporte, recursos hídricos, agricultura y trabajo- serán firmados en las últimas horas de hoy en Damasco entre una delegación de ministros libaneses encabezada por el Premier Rafic Hariri. La oposición libanesa criticó los acuerdos con Damasco -que entran en el ámbito de "hermandad, cooperación y coordinación", pacto firmado en 1991- y subrayó la desigualdad de las condiciones.

Esta crítica se basa, sobre todo, en el hecho de que Siria mantiene su predominación sobre el Líbano gracias a acuerdos militares por los cuales conserva en el país vecino una fuerza de 40.000 hombres.

Huelgas y manifestaciones de protesta fueron previstas en el Líbano si el Gobierno no otorga aumentos salariales del 88 por ciento, dijeron fuentes sindicales.

Afirman que subsisten riesgos en centrales atómicas

## Uruguay se integrará al gobierno de organismo de energía nuclear

Uruguay fue elegido ayer miembro de la Junta de Gobernadores del Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA) en el curso de la Conferencia General de esta institución, que se está realizando en Viena.

LA JUNTA DE Gobernadores es el órgano ejecutivo del OIEA. Está compuesto por 35 miembros y ayer se decidió la rotación de once de ellos. Además de Uruguay, entre los nuevos integrantes de la Junta figuran España, Brasil y México.

El OIEA es una agencia especializada de las Naciones Unidas que tiene como cometidos la promoción de la industria nuclear con fines pacíficos y el control de los acuerdos sobre no proliferación. Lo integran 121 países de todos los continentes.

Esta es la tercera vez que Uruguay accede a la Junta de Gobernadores. Las dos anteriores fueron en 1980-1982 y en 1990-1992. La delegación uruguaya en la Conferencia de Viena está formada por el embajador en Austria, José Lissidini, y por el director de la Dirección Nacional de Tecnología Nuclear del Ministerio de Industria, Energía y Minería, Julio Carlos Riet. El delegado nacional ante el órgano ejecutivo del OIEA será designado próximamente por el gobierno.

En la Conferencia General, que concluirá hoy, se aprobó la primera convención internacional sobre se-

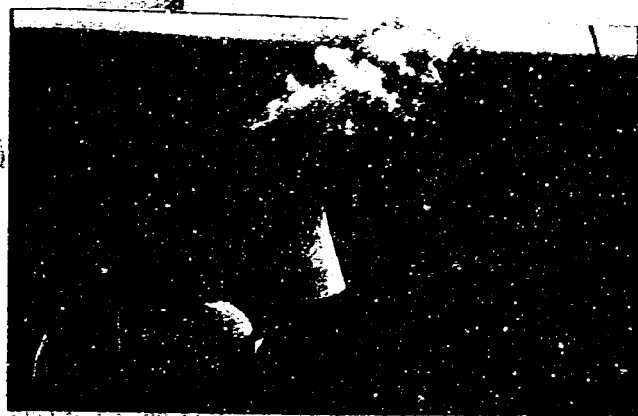
guridad nuclear. La misma fue elaborada por un grupo de expertos que se reunió en 1993 y 1994, en junio de este año se aprobó en el nivel diplomático y finalmente quedó sancionada en Viena.

La convención obliga a las partes a cumplir determinadas normas de seguridad en las instalaciones nucleares con fines civiles y pacíficos. Ya fue firmada por Estados Unidos, Rusia, China, Francia, Gran Bretaña y Ucrania, país este último donde se produjo el accidente de Chernobil, en abril de 1986.

### Centrales peligrosas

El tema de la seguridad nuclear fue objeto de un estudio presentado a la Conferencia General por el Instituto Austríaco de Ecología para Investigación Aplicada al Medio Ambiente. Sus conclusiones indican que las centrales nucleares construidas por la ex Unión Soviética en Europa del Este y las occidentales tienen el mismo riesgo de sufrir accidentes.

Según uno de los autores del documento, "esto da al traste con la idea de que las centrales occidentales son



### Energía cuestionada

Expertos austríacos sostienen que aún hoy hay peligro en los centrales nucleares

más seguras. En los reactores nucleares occidentales hay problemas por causas electrónicas, del sistema de protección contra incendios y de envejecimiento del material, al igual que en los construidos en la zona de influencia soviética".

La misma fuente sostuvo que la participación de empresas occidentales en la finalización de obras o en la reparación de centrales del este europeo "ha servido más para el saneamiento financiero de estas firmas que para la mejora de su seguridad y su producción".

En este sentido, el informe hace una larga descripción de accidentes ocurridos en las dos zonas geográficas, que llegan a casi 6.000 entre 1988 y 1993.

Se agrega que "pese a la mejora de antiguos reactores y a la construcción de nuevos no se ha reducido esencialmente el riesgo de accidentes, aunque si se detectan los síntomas a tiempo se puede disminuir la probabilidad de

que se produzcan catástrofes nucleares".

El documento también resalta los peligros de toda la tecnología nuclear y del transporte del material de este tipo. ■

Once nuevos países, entre ellos tres latinoamericanos, se integran a la dirección de la Organización Internacional de la Energía Atómica *Juv 23/9*

## NUEVOS MIEMBROS A LA JUNTA DE LA OIEA

*España, Brasil, México, Uruguay, Argelia, Marruecos y Argelia figuran entre los once nuevos miembros de la Junta de Gobernadores del Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA) elegidos ayer, jueves, en Viena.*

acuerdos sobre no proliferación nuclear.

Entre los veinticuatro miembros restantes, designados por la propia Junta o elegidos por la Conferencia General de 1993, hay también otros países latinoamericanos como Argentina, Colombia, Cuba, además de Estados Unidos, Reino Unido, Rusia y China.

La Junta de Gobernadores es el órgano de control del OIEA, integrado por 121 países de todos los continentes, mientras que la Conferencia General, cuyos trabajos acaban aquí hoy, viernes, es su órgano de gobierno.

El OIEA, agencia especializada de las Naciones Unidas, tiene como doble cometido la promoción de la industria nuclear en el mundo y el control del cumplimiento de los

06

9500514



## Nuevos miembros en la AIEA

14 23/9

La 38va. conferencia general de la AIEA, la agencia atómica internacional, comenzó el lunes y se clausurará hoy en Viena, donde se eligió once nuevos miembros del Consejo de Gobernadores, el órgano directivo compuesto por 35 países, que compone la principal instancia de la agencia después de la Conferencia General.

### VIENA/ANSA

Los nuevos países electos son Argelia, Brasil, Ghana, México, Marruecos, Pakistán, Eslovaquia, España, Tailandia, Turquía y Uruguay.

Los restantes 24 miembros, que no fueron designados por el Consejo de los Gobernadores o elegidos por la Conferencia General el año pasado son: Argentina, Australia, Canadá, China, Colombia, Cuba, Egipto, Etiopía, Finlandia, Francia, Alemania, India, Indonesia, Irlanda, Japón, Filipinas, Polonia, Rusia, Suiza, Túnez, Ucrania, Gran Bretaña y Estados Unidos.

El nuevo Consejo de los Gobernadores se reunirá el lunes próximo, cuando finalice la Conferencia, para elegir el presidente y los vicepresidentes del consejo para el período 1994-95.

04

9500514

## La AIEA refuerza su lucha <sup>pp. 24/3</sup> contra el contrabando nuclear

Viena (ANSA)

■ La 38ª conferencia general anual de la Agencia Internacional para la Energía Atómica (AIEA) —que se cerró ayer en Viena tras cinco días de trabajos— aprobó por primera vez una resolución para reforzar las medidas de lucha y prevención del contrabando de materiales nucleares. En otra resolución adoptada también ayer —mientras en Ginebra se reanudaban las negociaciones bilaterales entre Estados Unidos y Corea del Norte sobre la cuestión nuclear— la AIEA exhortó al gobierno de Pyongyang para que respete el acuerdo de salvaguardias y autorice a la Agencia a realizar inspecciones internacionales en sus plantas

nucleares. Esta última resolución fue presentada por Francia y pasó con 76 votos a favor, uno en contra —Libia— y diez abstenciones. Durante los trabajos del Congreso de la AIEA se presentó también la primera convención internacional que establece normas de seguridad para las instalaciones nucleares. Este documento, que fue firmado por unos 50 Estados, fija un marco jurídico y criterios técnicos para mejorar la seguridad en las centrales nucleares frente a los riesgos de accidentes. Respecto a la lucha contra el tráfico ilícito de material nuclear, la AIEA aprobó por unanimidad una resolución, presentada por Alemania en nombre de la Unión Europea, en la que se expresa "profunda preocupación" por el alarmante aumento de este fenómeno.

## **MEDIDAS CONTRA TRAFICO NUCLEAR**

del.  
24/3

El Organismo Internacional de la Energía Atómica (OIEA) instó en Viena a los Gobiernos de sus Estados miembros a tomar «todas las medidas necesarias para impedir el tráfico ilícito de material nuclear». En una resolución aprobada por la Conferencia General de esa agencia especializada de las Naciones Unidas al terminar cinco días de reuniones en la capital austriaca, el OIEA señala que la lucha contra ese contrabando es responsabilidad directa de los Gobiernos y las autoridades nacionales.

OR

9500514

## Solicitud a Corea del Norte

Un borrador de resolución, en el cual se solicita a Corea del Norte que respete los compromisos internacionales y abra sus instalaciones nucleares a las inspecciones, fue presentada ayer en la 38va. conferencia general de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA).

VIENA / ANSA

La resolución fue elaborada por 51 países -incluidos Estados Unidos y Rusia, pero sin China- y será presentada a votación después de una discusión el viernes próximo, día de clausura de la conferencia.

En el texto se expresa preocupación por la "violación de los acuerdos sobre las salvaguardias", que obligan a un estado a permitir las inspecciones de la AIEA, y se solicita a Corea del Norte que autorice los controles de la agencia. Además, se expresa pesar por la salida de Pyongyang de la AIEA en junio pasado.

10/10

9500514

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDE

FECHA DE

VINCULACIONES

Grupo de Cairns vigilará que se cumplan compromisos en el GATT.

150004

19/5/94

12767

50821

## Grupo de Cairns vigilará que se cumplan compromisos en el GATT

Los catorce países productores agrícolas que en 1986 formaron el Grupo de Cairns como mecanismo de defensa de sus intereses afectados por las prácticas desleales de comercio, se reunirán hoy jueves 19 y mañana viernes 20 en Montevideo para redefinir objetivos que apuntan a la verificación del cumplimiento de los compromisos asumidos en la Ronda Uruguay.

Será el primer encuentro formal del Grupo desde que se suscribió el Acta Final de la rueda de negociaciones del GATT en Marrakesh, Marruecos, el pasado 15 de abril.

La asociación se originó en abril de 1986 cuando la Cancillería uruguaya invitó a los ministros de agricultura de Argentina, Australia, Brasil y Nueva Zelanda, en calidad de productores sin subsidios del hemisferio Sur, para coordinar posiciones en una reunión en Montevideo con vistas a la Rueda de Negociaciones que se proyectaba en el GATT.

Ese mismo año en julio se cumplió una nueva reunión en Tailandia como preámbulo a la institucionalización del grupo un mes después en Cairns, Australia, reunión a la que se sumaron Canadá, Chile, Colombia, Fidji, Filipinas, Hungría, Indonesia, Malasia y Tailandia.

El Grupo coordinó la estrategia a seguir en la reunión de lanzamiento de la Ronda Uruguay que se cumplió en setiembre de 1986 y mantuvo su cohesión en los casi ocho años de negociaciones.

Pedro Saravia, ministro de Ganadería y Agricultura y Pesca, adelantó a Búsqueda que existe el propósito de los miembros de mantener en vigencia el Grupo con el objetivo de verificar el cumplimiento de los compromisos del GATT.

Agregó que se considera fundamental que los países que producen sin apoyo a los agricultores ni subsidios a las exportaciones ocupen un lugar prominente en los

nuevos organismos que se crearon para controlar as-

pectos sanitarios y fitosanitarios.

Búsqueda 17/5/94

ENTRADO

CRUZADO

9500515

01-02

### **Grupo de Cairns vigilará compromisos agrícolas**

Los catorce países miembros del Grupo de Cairns decidieron mantener en vigencia el mecanismo de coordinación con el objetivo de verificar que se cumplan "estrictamente" los acuerdos alcanzados en la Ronda Uruguay con relación al comercio agrícola.

Reunidos en Montevideo el viernes 20 los representantes de Argentina, Australia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Fiji, Filipinas, Hungría, Indonesia, Malasia, Nueva Zelanda, Tailandia y Uruguay declararon que su intención es trabajar en conjunto en el "entorno posterior" a la Ronda Uruguay como fuerza efectiva para "promover" el comercio leal sobre agricultura y un mejor acceso a los principales mercados de productos agrícolas.

Participantes de la reunión indicaron que a tal efecto se estableció el propósito de aspirar a la presidencia o cargos relevantes en los futuros Comité de Agricultura y Comité sobre Aplicación de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias, que comenzarán a funcionar a partir del 1º de enero de 1995, como órganos de la futura Organización Mundial de Comercio.

El ministro de Comercio de Australia, Bob Mc Mullan, que actuó como presidente y portavoz del Grupo, descartó que el mismo también cumpla un papel de árbitro sobre prácticas que perjudiquen a los socios entre sí.

02-02

9500515

Nº DOCUMENTO

TÍTULO *Las cumbres de "Los ricos" - El G.7.*

PROCEDENCIA *300501*

FECHA DE PROCESA *11/9/94*

VINCULACIONES *12766*  
*11188*

ENTRADO *11*  
CRUZADO

01-04

9500516

## INTERNACIONAL

**T**odo empezó en el Castillo de Rambouillet una tarde cálida del año 1975 en el otoño del hemisferio Norte. Seis países que, ellos solos, representaban más de la mitad del PNB y de las exportaciones de todo el planeta, el 40% de las reservas, el 50% de los votos en el FMI y el Banco Mundial, el manejo de los movimientos monetarios internacionales, las más grandes empresas transnacionales, el dominio de los seguros, los fletes, la información, la venta de armas y la intermediación en el comercio internacional y el manejo de los precios de las materias primas principales. Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia, EE.UU. y Japón se reunieron al más alto nivel, en la primera cumbre dedicada exclusivamente a temas económicos. Lo que no conviene olvidar es el poder de esos países, de los cuales surgen los integrantes de la Comisión Trilateral. Ellos son los que estaban en crisis después de un cuarto de siglo de bonanza y los que la transfieren al resto del mundo.

En medio de una agitación proteccionista en Francia, de un tratamiento de protección transitoria a los dos más graves -Italia y Gran Bretaña-, cuando languidecía la Ronda Tokio y mientras Ford sostenía -contra la opinión de Japón- que todo mejoraría, se enfrentaron temas monetarios, energéticos, de comercio internacional, inflación, desempleo. Francia insistió en sus paridades fijas y EE.UU. en la flotación de los tipos de cambio y surgió algo así como un monstruo híbrido sobre la base de la "serpiente europea": una flotación administrada por consultas, una suerte de dragón con la cabeza a un lado del Atlántico y la cola en el otro. En realidad no hubo discusiones a fondo; solo propósitos de superar la crisis, con coordinación entre los seis. Lo cual resultó

### Las cumbres de "los ricos" - El G.7

Un repaso de episodios intrascendentes

Por Juan Eduardo Azzini

bastante ingenuo.

#### Los Siete en Puerto Rico, 1976

La crisis siguió al año siguiente, pero con un invitado más que aspiró -pero no llegó- a Rambouillet: el primer ministro de Canadá. Según trascendió antes, "el Castillo de Rambouillet no disponía de seis suites". En 1976, en Puerto Rico, la Cumbre fue de 7 y observaron la recuperación con moderación, para no repetir errores pasados. Mientras tanto, frente a los hoteles Dorado Beach y Cerromar Beach, una extensa manifestación de los independentistas clamaba por terminar con "el coloniaje de EE.UU.", como la harían unos meses después, en la Comisión de Descolonización de las Naciones Unidas y en la 5ª Cumbre, de los "No Alineados" en Sri Lanka.

#### El 10 de Downing Street, en 1977

La tercera reunión de los ricos volvió a otra isla, en Londres, donde Carter aspiraba a que Japón y la R.F.A. aceleraran su ritmo económico para mantener la recuperación. A la precariedad política anterior de EE.UU. surge ahora su mayor potencia. Pero el tema dominante en el 10 de Downing Street fue la energía y las formas de atenuar su despilfarro.

#### Otros temas en Bonn, 1978

La inflación y el desempleo fueron dos temas que se agregaron a la energía, al comercio internacional y a las cuestiones monetarias en Bonn, en 1978. El control de la inflación fue prioritario para Carter, la reducción del petróleo importado, para Fukuda y las fluctuaciones desordenadas de los mercados cambiarios para los siete. Esta vez Francia y Alemania orquestaron previamente una estrategia monetaria buscando una nueva moneda de reserva frente al no cumplimiento por EE.UU., en cuanto a controlar sus reiterados déficits externos y dar solidez a su moneda; lo que facilitaba su competitividad en el resto del mundo. Pero como al capitalismo le es difícil planificarse a sí mismo, la guerra comercial y monetaria entre los aliados en la cumbre, prosiguió.

El cambio estructural en Tokio, 1979


Los Siete pasaron a Tokio en 1979 y los temas se centraron más en la oferta que en la demanda. Las correcciones de crecimiento y de inflación, tratadas anteriormente, se entendieron deficientes y se enfatizó ahora el ajuste estructural y la oferta de petróleo. El mismo día se reunía la OPEP en Ginebra y se insinuaba la segunda crisis petrolera y una nueva escalada en sus precios. Se pone énfasis

NO SE QUEDE CON  
ESTA IMAGEN



Cambie los viejos cristales  
y mejore su visión.

- ✓ Cristales multifocales Rodenstock.
- ✓ Cristales especiales para operados de cataratas.
- ✓ Cristales especiales para miopías e hipermetropías, más finos y livianos.

 **Optica Roberto De Cesare**  
Únicamente en Ciudad Vieja  
Itzaingó 1434  
Se aceptan tarjetas y sistemas de crédito



## I N T E R N A C I O N A L

en vigorizar la productividad, estimular la inversión y eliminar los obstáculos al flujo internacional del comercio y los capitales.

### *Venecia, en plena crisis política mundial, 1980*

En una abadía benedictina, frente al Gran Canal, los 7 grandes de Occidente y Japón se reunieron por sexta vez. A seis meses de la invasión de Afganistán y de la segunda crisis en los precios del petróleo y a pocos días de la cumbre del "otro mundo" en Moscú, Venecia encuentra mezclados los temas políticos y los económicos. La supervivencia de la distensión, los euromisiles, el Medio Oriente en crisis, el flanco turco de la OTAN, se encararon conjuntamente con la magnitud del desempleo, el reciclaje de los petrodólares acumulados por OPEP (US\$ 100 mil millones), las diferencias de apreciación en el sistema monetario internacional y la necesidad de ahorrar energía. En realidad este tema fue obsesivo y con razón. Hubo un compromiso de reducir el consumo de petróleo entre el 40% y el 53% en la década de los 80.

La inflación y el desempleo siguieron discutiéndose con prioridades alternativas. En resumen, si bien las declaraciones fueron tomadas por unanimidad, no se llegó a un programa concreto común. El congreso de EE.UU. no aprobó el plan energético de Carter. Lateralmente se hizo referencia a que los precios internos de los combustibles deben llevarse al nivel mundial, deben seguirse políticas de austeridad antiinflacionaria y las empresas públicas deben seguir el ritmo del mercado. O sea, se sigue tratando de convencer a los países en desarrollo, que sus problemas son similares a los de los ricos. El fantasma de Venecia para EE.UU. fue el manejo, por su cuenta, del eje París-Bonn de las relaciones con Moscú, que incluían el enorme gasoducto desde Siberia y la operación de trueque más grande de la historia.

### *Las tasas de interés en Ottawa, 1981*

Con un telón de fondo más deteriorado que en 1980, aunque con sensibles avances en el menor consumo de petróleo, volvieron "los siete" a reunirse en julio de 1981, en

Ottawa. Con figuras nuevas-Reagan, Mitterrand, Spadolini-y un lenguaje común frente a EE.UU.: reducir sus altas tasas de interés que, Reagan adujo, eran "heredadas". Se entendió que tales tasas estaban llevando a un punto explosivo a Europa. En realidad, fuera de las consabidas declaraciones finales de compromiso a revitalizar las economías, quedaron subyacentes las grandes divergencias apreciadas un año antes en Venecia: la discutida prioridad inflación o desempleo, el gasoducto franco alemán con la URSS, la firmeza de la economía de EE.UU. y su defensa de altas tasas de interés y de reducciones presupuestarias. Y por primera vez, EE.UU. acepta su participación en negociaciones globales con países en desarrollo.

### *1982, 1983 y 1984*

En 1982 vuelven los 7 a Versailles y los temas centrales fueron la valorización del dólar, las tasas de interés y el crecimiento del desempleo que abarcaba más de 40 millones de personas en los 7 países del grupo, lo que se repite, con otros agregados, en la G.7 N° 9, 1983 en Virginia, EE.UU., y la N° 10 en Londres, 1984.

### *1985, 1986 y 1987*

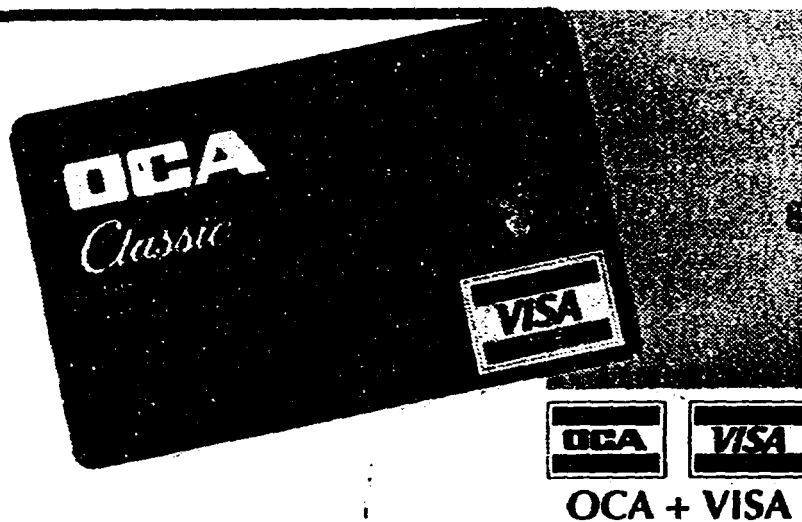
En 1985 la Cumbre del G.7 tuvo lugar en Bonn, la de 1986 en Tokio y la de 1987 en Venecia. En estas cumbres mencionadas se plantea el problema que crean los enormes superávits de Japón y de Alemania, los desequilibrios del comercio exterior, los índices inflacionarios, los déficits "gemelos" de EE.UU.. El tema de la deuda y la preocupación por la suba de las tasas de interés es planteado a esta última reunión de Venecia por el Grupo Latinoamericano, según lo resuelto por el Consenso de Cartagena. Pero sólo vaguedades respondieron a tan graves problemas.

### *Canadá, 1988*

La reunión N° 14 fue en Toronto, Canadá en 1988, donde se apreció casi todo con un enfoque distraídamente positivo. Nada nuevo tampoco para la deuda del resto del mundo. Sólo se logró una acción conjunta contra el narcotráfico.

## UNA SUMA QUE MULTIPLICA OCA + VISA

La tarjeta número uno del mundo y la empresa de créditos líder en el Uruguay, suman esfuerzos para multiplicar servicios. Una tarjeta internacional sumada a los completos servicios de OCA, conforman una opción con múltiples ventajas: más comercios, más lugares de pago, más servicios adicionales... y más.



## I N T E R N A C I O N A L

### 1984, 1990, 1991 y 1992

En 1989 Francia recibe a la 15ª Cumbre. Reagan ya terminó su mandato y el papel de liderazgo es tomado por Margaret Thatcher. La crisis de la deuda deja paso a los problemas de Medio Oriente, al desempleo, y al comercio internacional. En 1990 la Cumbre Nº 16 de Houston se ocupó principalmente del desmembramiento de la U.R.S.S. y los nuevos países de la C.E.I., la ayuda a Rusia, y su transición hacia el capitalismo, lo que ocupa también a las cumbres siguientes de 1991 en Londres con la visita previa de Gorbachov y de 1992 en Munich. Ya la expectativa mundial por sus resultados se va debilitando cada vez más, las reuniones son de rutina y la atención de los medios es cada vez menor. Las declaraciones finales carecen de contenido real y siquiera son capaces de levantar el "impasse" de la Ronda Uruguay del GATT. Se mencionaron "signos de recuperación económica" aunque se destacó la enorme masa de desocupados. Se exhortó a reducir los excesivos gastos del sector público y se agrava el desánimo de las cumbres anteriores en cuanto al apoyo financiero a Rusia. Ahora se subraya la "autoayuda" por parte de Bush y se destaca el liderazgo de Kohl. La novedad fue el tratamiento que se le dio a Yeltsin como invitado especial, aunque la cosa no pasó de eso.

### 1993

La Cumbre Nº 20 se efectuó en Tokio en 1993. Las

principales preocupaciones de las Cumbres de los años 80, la inflación y la política fiscal, cedieron paso al gran peligro del desempleo creciente y de la nueva fuerza laboral proveniente del Este.

Se trataron temas novedosos como los sistemas de seguridad social y de asistencia médica, ambos en grave desfinanciamiento y desorganización. Los europeos manifestaron su intención de desbloquear la Ronda Uruguay, lo que resultó solo en parte. Y manifestaron en el documento final su interés por el crecimiento de las economías asiáticas. América Latina sigue inexistente.

### Nápoles, 1994

La última Cumbre del G.7 realizada en Nápoles en 1994 acogió a Yeltsin, por lo que se transformará en un G.8. Se acordó encarar los aspectos ecológicos de las usinas atómicas ubicadas en la ex U.R.S.S., una mayor defensa de sus monedas a través de las operaciones de los bancos centrales, el creciente peligro del terrorismo y del lavado de dinero, y "respaldar los esfuerzos de los países latinoamericanos para aumentar su comercio mutuo" (?). La idea de Clinton de una nueva Ronda para una mayor liberalización comercial fue congelada por Mitterrand. Por su parte, el premier japonés congeló la propuesta de Clinton de mayor apertura por parte de Tokio. En suma, como en las cumbres anteriores, nada nuevo bajo el sol.

04-04

9500516

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO Estados Unidos reclama al G-7 consolidar recuperación.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDEN: 29/9/94

VINCULACIONES 12 466  
65090

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### Estados Unidos reclama al G-7 consolidar recuperación

Washington, 28 set. - El secretario estadounidense del Tesoro, Lloyd Bentsen, propondrá a sus colegas del Grupo de los Siete (G-7) en la reunión del próximo sábado en Madrid que los países más industrializados consoliden el crecimiento económico actualmente en curso.

Bentsen declaró que el objetivo de la reunión del G-7 de Madrid, con ocasión de la celebración de la asamblea anual del Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FMI), es mejorar el crecimiento de las economías de los países industrializados.

Sin especificar las propuestas que planteará en Madrid, Bentsen dijo que los países más ricos del mundo deben tratar de "consolidar lo ya logrado y apoyar una recuperación sostenida".

El G-7 está formado por EEUU, Alemania, Francia, Canadá, Gran Bretaña, Italia y Japón. (EFE)

ENTRADO 11

CRUZADO \_\_\_\_\_

01-01

9500517

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEEN: I

VINCULACIONES

Según CEPAL, Uruguay crecerá este año por debajo del promedio de Latinoamérica.

150023

16/9/94

510827

50466

## Uruguay crecerá este año por debajo del promedio de Latinoamérica, prevé Cepal

■ La economía uruguayá crecerá durante el presente año por debajo del promedio de Latinoamérica, según anticipó un informe preliminar de la Comisión Económica para América Latina (Cepal) realizado sobre los nueve países del continente y recogido hoy por la AFP en Santiago de Chile.

La evaluación de la oficina internacional dependiente de la Organización de las Naciones Unidas estimó relativa a que el Producto Bruto Interno (PBI) uruguayo tuvo un aumento "pauzado" durante el primer semestre de 1994, mientras que el promedio en la región sobrepasó el 3 por ciento y las Cepal estimó poco probable que el crecimiento de la economía de

nuestro país sea variar esta tasa de forma sustancial en la segunda mitad del año.

Se destacó, a su vez, que la balanza comercial registró un saldo negativo de 367 millones de dólares durante los primeros seis meses del '94, frente al déficit de 679 millones de esa moneda que había alcanzado el país durante todo el año anterior.

La caída de la inflación determinó que en agosto se alcanzara el nivel más bajo en más de una década, al situarse el crecimiento de los precios al consumo en 41,6% durante los primeros ocho meses del año.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500518

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

Cepal reconoce mejoría del nivel inflacionario uruguayo.  
1500/5  
17/9/94  
510924  
507466.

# **Cepal reconoce mejoría del nivel inflacionario**

● "Ha continuado el avance hacia la estabilidad"

*La Comisión Económica para América Latina (CEPAL), indicó que el proceso económico que se vive en Uruguay tiene aspectos positivos, destacando el buen desempeño de la lucha contra la inflación con una meta, para el presente año, del 35%.*

El índice de inflación anual disminuyó en Uruguay al 42 por ciento en el primer semestre de este año, su valor mínimo en una década, mientras se mantiene un crecimiento económico pausado, del uno por ciento anual, señala la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) en su informe semestral difundido ayer.

El informe subraya que, en un año de elecciones, la economía uruguaya ha continuado el avance hacia una mayor estabilidad de precios, después de que en 1993 la inflación superase el 50 por ciento, con un programa financiero que pretende reducirla al 35 por ciento, en un contexto de aumento del PIB del 2 por ciento.

De este modo, añade, el Gobierno mantuvo en un 2

**Consideran como negativo aumento del gasto público**

por ciento mensual el aumento de la cota mínima de la franja de flotación de la moneda nacional frente al dólar, a la cual el Banco Central se compromete a adquirir la totalidad de la oferta de divisas.

De forma paralela, el Gobierno adoptó medidas para aumentar los ingresos fiscales y moderar, así, el déficit del sector público, además de proyectar una leve ampliación del crédito interno y de las reservas internacionales.

La CEPAL señala que en el primer trimestre la adecuación de los reajustes de los salarios públicos a los objetivos del programa atenuó la presión de ese factor sobre el gasto fiscal y las expectativas inflacionarias.

Agrega, sin embargo, que,

debido al persistente ensanchamiento de la brecha financiera del sistema de seguridad social, el aumento de las transferencias y el auge de la inversión pública determinaron finalmente una expansión del 12 por ciento en el gasto real del Gobierno.

**Mayor dinamismo ayudó a baja de la desocupación**

El informe destaca que este desajuste fiscal no presionó sobre la creación de dinero, ya que se financió con recursos externos, aunque de todos modos el dinero se amplió en un 53 por ciento en los doce meses comprendidos entre junio de 1993 y junio de 1994.

En materia inflacionaria, la CEPAL destaca que la desaceleración monetaria y la estabilidad de la tasa devaluatoria contribuyeron a frenar el ritmo de variación de los precios, con lo que la inflación comenzó a acercarse a la meta adoptada.

Por otra parte, el informe radica que el desempeño de los servicios logró compensar el retroceso en la producción de bienes, agudizado por el declive industrial, de la construcción y del sector

**Se vive contexto de aumento del PIB del 2%**

agropecuario, en un panorama en que sólo la pesca mostró un ascenso.

El mayor dinamismo en los servicios ayudó al descenso de la desocupación, que llegó al 8,4 por ciento al término del primer semestre, un punto por debajo del índice registrado en igual período de 1993.

ENTRADA

CRUZ

9500519.

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO Informe de la CEPAL sobre economías de los países latinoamericanos

PROCEDENCIA 150093

FECHA DE PUBLICACIÓN 17/9/94

VINCULACIONES 510827

30044

31677

Perspectivas económicas de Cepal ponen a Argentina y Perú en la vanguardia

## Crecimiento moderado de latinoamérica

Un informe recientemente elaborado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) abrió perspectivas moderadamente favorables para las economías de los países latinoamericanos con la excepción de Venezuela. Para este organismo de las Naciones Unidas la región tendrá un crecimiento global por cuarto año consecutivo, pero el déficit de la balanza comercial pasará de 15.000 millones de dólares en 1993 a 21.000 millones de dólares a fines de este año. Entre los elementos de mayor destaque del informe cepalino es el crecimiento del 3% del producto bruto interno y un control de la inflación en la mayoría de los países latinoamericanos con la excepción de Venezuela. Los líderes del crecimiento, según los estudios de la Cepal, serán Perú con 8% y Argentina con el 6 o 7%, mientras que el caso uruguayo tendrá un crecimiento por debajo del promedio continental y Venezuela sufrirá una caída, la que no fue cuantificada. El secretario de la Cepal, Gerth Rosenthal, afirmó al dar a conocer el informe, que esta expansión se verá favorecida porque "por primera vez en muchos años, se registrará una mejoría en la relación de los precios de intercambio".

El documento al abordar el caso uruguayo anticipa que nuestro país crecerá por debajo del promedio, destaca el déficit comercial del primer semestre y la caída de la inflación a niveles del 42%, aunque esto último deja a Uruguay como el país con mayor potencial inflacionario de la región.

### ARGENTINA FUERTE EXPANSION

Argentina mantendrá este año la fuerte expansión de su economía y será, junto a Perú, uno de los dos países con mayor crecimiento en América Latina, estimó la Cepal, en un informe difundido en Santiago.

El producto interno bruto (PIB) tendrá por cuarto año un aumento que puede llegar al 7%, más del doble del incremento promedio de la región, que llegará a 3%, señaló el estudio preliminar de la Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe).

La inflación anual disminuyó a una tasa de 3,8 hasta agosto pasado y la gestión fiscal volverá a registrar un superávit.

Pero el elevado ritmo del consumo ampliará el déficit del comercio exterior, que en los primeros siete meses del año fue de 3.230 millones de dólares, a pesar de las mayores exportaciones.

Por otra parte, según la Cepal, el desempleo bordeó en mayo el 11% y "los salarios industriales se mantuvieron estancados en términos reales".

ENTRADA  
CRUZ

01-03

9500520

En este sentido, la Cepal recordó que el programa comenzó el año pasado con un ajuste fiscal, continuó en marzo con la creación de la Unidad Real de Valor (URV), que sirve como marco de referencia para fijar los salarios, y culminó en julio con la aparición de una nueva unidad monetaria, el real.

"El ritmo de la actividad económica se desaceleró, pasando de 5% el año anterior a 4% en el primer semestre de 1994", señaló la Cepal, según la cual este aumento moderado del producto "continúa siendo satisfactorio".

#### **REPUNTE LEVE**

La economía mexicana atraviesa por un leve repunte, luego que en el primer semestre de este año su producción interna creciera el 2% y la inflación acumulada en 12 meses fuera inferior a 7% en julio pasado, informó la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal).

"El modesto repunte económico se apoyó en las exportaciones no petroleras, impulsadas por la puesta en marcha del TLC", dijo el informe, aludiendo al Tratado de Libre Comercio de América del Norte, que México suscribió con Estados Unidos y Canadá.

El estudio, que presenta un panorama preliminar sobre la actividad de nueve países de la región en 1994, advirtió sin embargo que el aumento de las importaciones en 19%, durante el primer semestre, amplió el déficit de la balanza comercial mexicana a 8.900 millones de dólares.

Por otra parte, los mercados financieros internos atravesaron en este período por momentos de inestabilidad, que la Cepal atribuyó a "los trastornos políticos" y "la incertidumbre suscitada por las elecciones presidenciales".

#### **AJUSTE Y DESEMPLEO**

La economía de Chile se expandió en 4% durante el primer semestre de este año, por encima del promedio de poco más de 3% que presentan en

conjunto América Latina y el Caribe, informó un estudio de la Cepal.

La inflación chilena, del 11% anual, se mantiene en las metas previstas por el gobierno, dijo el informe del organismo técnico de las Naciones Unidas, que analiza la evolución de nueve países.

La balanza comercial registró hasta julio un superávit de 290 millones de dólares, como resultado de un aumento de 12% en el valor de las exportaciones y sólo 1% en los gastos por importaciones.

"Una recuperación internacional más acentuada que lo previsto incidirá favorablemente sobre los precios y volúmenes de exportación" de cobre, madera, frutas y otros productos a partir del segundo trimestre, añadió el estudio.

Sin embargo, la política de ajuste aplicada desde 1993 para reducir el gasto provocó una "pérdida de dinamismo en el mercado del trabajo", señaló la Cepal al referirse al desempleo, "que en el último trimestre de 1993 había caído por debajo del 5%" y en agosto pasado a 6.5%.

#### **REBROTA LA INFLACION**

La economía colombiana se encamina en forma "coherente" hacia un aumento del 5% en el producto interno de este año, estimó la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal).

En un estudio preliminar sobre la expansión moderada de los países de la región, la Cepal dijo que este aumento será similar al del año anterior, pero estará por encima del crecimiento promedio de América Latina, que llegará a poco más de 3%.

"El vigoroso repunte de los precios del café en el primer semestre constituye un buen augurio para una actividad cafetera severamente reprimida", dijo el informe, aunque precisó que, para evitar una nueva tendencia a la baja, Colombia no proyecta grandes aumentos de la producción.

La Cepal advirtió sin embargo que los colombianos enfrentan el peligro de un repunte inflacionario que impediría

#### **LUCHA ANTINFLACIONARIA**

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) destacó los esfuerzos de Brasil por contener la inflación, que en agosto pasado sobrepasó el 3.000% acumulado en 12 meses.

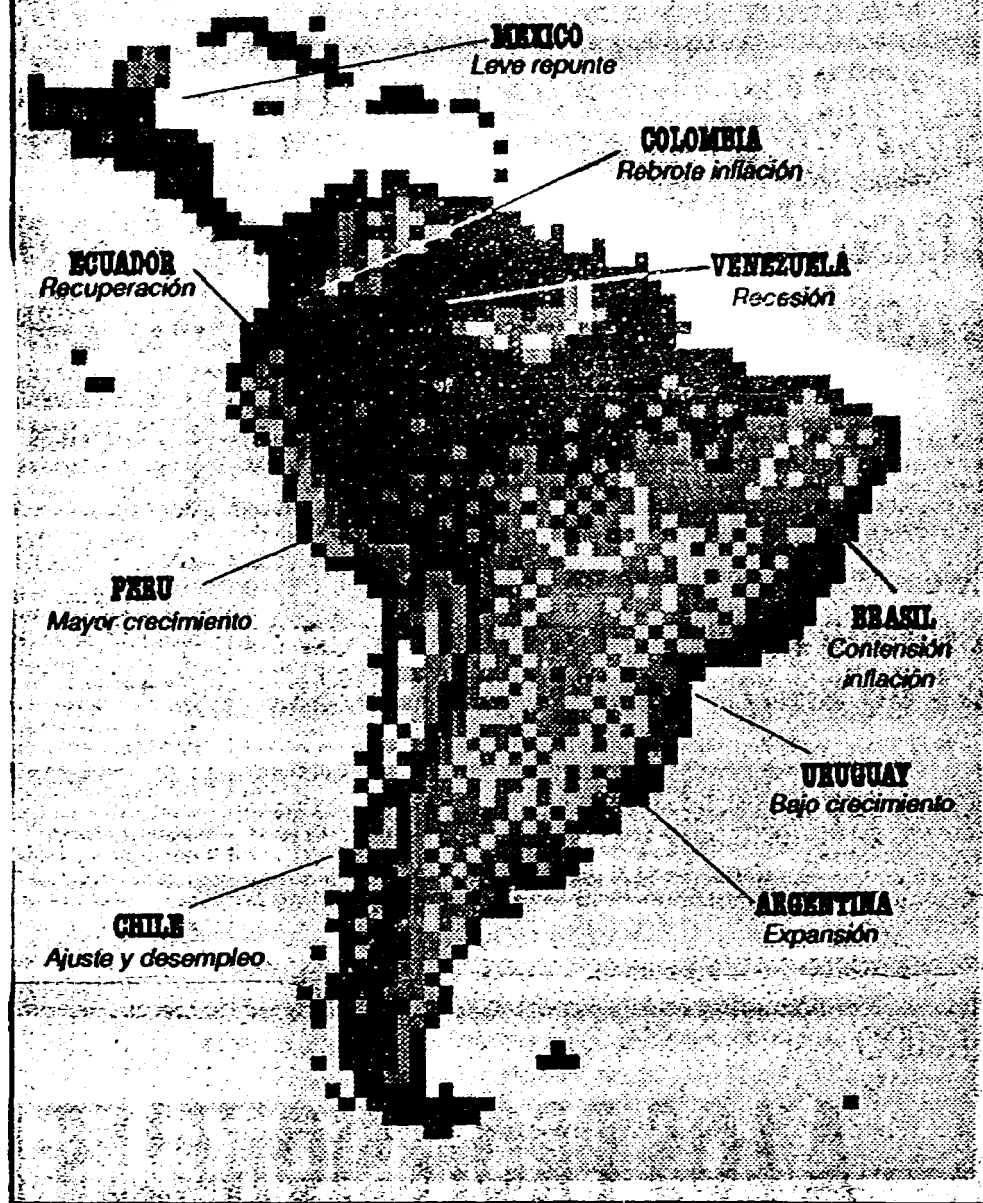
La realidad brasileña contrasta con el resto de los países de la región, cuyos precios tuvieron un aumento promedio de 16% en el mismo período, según el informe de este organismo técnico de las Naciones Unidas.

No obstante, el documento señaló que el ritmo inflacionario de Brasil mostró una tendencia decreciente a partir de julio, como resultado de un nuevo plan de estabilización, el octavo en casi una década.

"A diferencia de los anteriores intentos de estabilización —dijo el estudio—, el nuevo plan se caracterizó por su transparencia en cuanto a medidas y la secuencia temporal de las mismas".



# PANORAMA ECONOMICO 1994



cumplir la meta prevista de 19% en el aumento promedio de los precios.

Para agosto —señaló el documento—, la inflación en 12 meses había retornado a poco más del 22%, que fue la cifra acumulada en 1993.

## VENEZUELA RECESION

La recesión económica en Venezuela provocará este año una nueva caída del producto interno, que en 1993 disminuyó en 1%, estimó la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal).

Venezuela, junto a Honduras y Haití, aparece con signos negativos en el desarrollo económico de la región, que muestra un crecimiento promedio de más de 3% en su producto interno, según el estudio de esta organización técnica de las Naciones Unidas.

La crisis del sistema bancario venezolano causó desequilibrios que aceleraron la inflación, que subió de 45.9% en 1993 a 68.6% en agosto pasado, para un período de 12 meses.

El desempleo, que a fines de 1993 era de 75, llegó a 9% en el primer semestre, señaló el informe.

Pero la recesión "se tradujo en un mejoramiento del saldo de la balanza comercial, dijo la Cepal sin especificar cifras,

porque el gasto en importaciones se redujo en más de 30% en los primeros cinco meses del año.

## ECUADOR RECUPERACION

Signos de recuperación muestra la economía de Ecuador, con un crecimiento del 3% en el producto y una inflación que en agosto llegó a 27% para un período de 12 meses, informó la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal).

Estos indicadores se ajustan a la expansión moderada que en 1994 tendrán los países latinoamericanos, con un incremento medio del producto interno de poco más de 3% y una inflación del 16%, señaló el organismo técnico de las Naciones Unidas.

Pero en Ecuador el aumento de 34% en las importaciones durante los primeros cinco meses del año disminuyó el superávit de la balanza comercial, que en 1993 fue de 342 millones de dólares y en mayo descendió a sólo 108 millones.

"La ampliación de las importaciones cobró particular intensidad (58%) en el caso de los bienes de consumo", advirtió la Cepal en un estudio preliminar sobre el panorama económico de la región en 1994.

## PERU MAYOR CRECIMIENTO

En un clima de "estabilidad social" y un "considerable ingreso de capitales externos", Perú tendrá este año una vigorosa expansión y su producto interno registrará un crecimiento del 8%, el más alto de América Latina, según adelantó un estudio de la Cepal.

En un informe preliminar sobre nueve países, la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) anticipó que el producto en la región tendrá un aumento promedio de poco más del 3% y destacó el caso peruano, que casi triplica este incremento. El documento indicó que la industria de la construcción y el repunte de la actividad pesquera se expandieron en 30% durante el primer semestre, mientras la agricultura, el comercio y las manufacturas crecieron a un ritmo de 15%. La inflación peruana, que en 1993 fue de 40%, se redujo a 21 en agosto, para un período de 12 meses, debido a la prosecución de una política monetaria estable, afirmó el organismo técnico de las Naciones Unidas. La balanza comercial, sin embargo, cerró en el primer trimestre con un déficit de 250 millones de dólares, debido al aumento de 30% en las importaciones, mientras las exportaciones sólo crecieron en 5%.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO Examen latinoamericano creciera, en 3,2%, según la CEPAL.

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

## AMERICA LATINA: DEFICIT COMERCIAL Y ENDEUDAMIENTO

# Las cuentas en rojo

La economía latinoamericana crecerá, este año, un 3,2 por ciento. Es un alza que está por debajo de la marca del año pasado, pero al precio de endeudarse en unos 55.000 millones de dólares, según el Panorama Económico 1994, un informe preliminar dado a conocer por la CEPAL (Comisión Económica para América Latina).

El déficit de la balanza comercial trepará a 21.000 millones de dólares, que se agrandará a 53.000 millones de dólares, si se incluyen los servicios reales (fletes, seguros, etc.).

En 1993, este déficit en cuenta corriente fue de 45.000 millones de dólares, lo que significa que aumentaría casi un 20 por ciento. En 1990, este desequilibrio había sido de 6.000 millones, para saltar a 20.000 millones de dólares en 1991, trepar a 33.000 millones en 1992 y alcanzar el récord de 45.000 millones en 1993, que se superaría este año hasta alcanzar los 53.000 millones de dólares.

Más de la mitad de esta preocupante cifra en "rojo" corresponde a México y a la Argentina. El país azteca tendrá un déficit de 27.000 millones de dólares y la Argentina otro déficit del orden de los 8.000 millones de dólares; el Brasil, que se caracterizaba por evidenciar fuertes saldos comerciales positivos (del orden de los 15.000 millones de dólares anuales) también ingresó en una fase de marcado, persistente crecimiento de sus importaciones, que llevará, inexorablemente, a contraer sus superávits.

Aun así, el Brasil puede llegar a ser, junto a Chile y Venezuela, una excepción en el continente latinoamericano, en tanto y en cuanto el resto de los países del continente tiene y tendrá una balanza comercial deficitaria.

América latina -confirma el estudio de la CEPAL- gastará este año 53.000 millones de dólares más de lo que produce, una brecha que le resulta casi imposible de mantener. La contrapartida de este "rojo" será un nuevo repunte del endeudamiento externo de la región que superará los 525.000 millones de dólares (en 1986 rondaba los 400.000 millones de dólares). Lo significativo es que la deuda no ha dejado de crecer, a pesar de las privatizaciones, el Plan Brady y las bajas en las tasas de interés. Ahora, que hay una tendencia a la suba de la tasa de inte-

rés, el ritmo de crecimiento de la deuda deberá ser mucho más rápido.

Cada punto de alza de la tasa de interés tiene, para América latina, un costo adicional de 5.000 millones de dólares.

La CEPAL, en un análisis descarnado, prevé que la región puede tener un crecimiento económico muy limitado, porque apenas recuperó la producción de una década atrás y aún no ha conseguido alcanzar un despegue económico. En gran parte, este fenómeno se debió a la falta de inversiones productivas porque la entrada de capitales estuvo destinada a financiar los déficit comerciales, las importaciones de bienes de consumo y la adquisición de activos existentes (las empresas públicas).

Como ya se dijo, este año el crecimiento económico podría ser el 3,2%, por debajo del 3,8% de 1991 y del 3,4% en 1993. En cambio, la CEPAL estima que la deuda externa subirá entre un 4 y un 5 por ciento. En síntesis puede decirse que la región se endeuda más de lo que crece.

Pero además, el PBI por habitante en América latina es hoy por hoy levemente superior al de 1987 y un 5% inferior al de 1980. El crecimiento económico de los últimos años aún no pudo superar las fases anteriores, con el agravante de que se insinúa una tendencia desacelerante. Como contrapartida, el endeudamiento creció de 400.000 millones de dólares en 1986 a 525.000 millones de dólares, más de un 30 por ciento.

De contar con una cuenta corriente equilibrada en 1985, el desequilibrio de la balanza de pagos superará, en

1994, los 53.000 millones de dólares. A su vez, de un saldo comercial positivo superior a los 30.000 millones de dólares en 1987, en 1994 se pasará a un déficit de 21.000 millones de dólares.

El aumento en el desequilibrio externo se ve potenciado por la remisión de utilidades y de intereses, que -todo lleva a suponer- se expandirá, por la suba de la tasa de interés internacional y también por las privatizaciones, ya que en la mayoría de los casos sobresalieron consorcios extranjeros, por lo que las remisiones de utilidades tenderían a multiplicarse en los próximos años. Como una consecuencia de estos elementos, la CEPAL destaca una tendencia al incremento del déficit fiscal en la región.

El esquema de "gastar más de lo que se produce" es, finalmente, insostenible en el tiempo. Nadie, ni persona ni país, se puede endeudar en forma eterna. Por otra parte, el auge del déficit fiscal lleva al anverso de la moneda, a la retracción en la entrada de capitales, por la menor capacidad de repago de las finanzas públicas.

El esquema, del mismo modo, lleva al aumento del desempleo. Porque la producción interna del país es sustituida por importaciones. Todo ello significa menos oferta de trabajo. Hay, igualmente, una pérdida de la capacidad tecnológica, porque hay una menor presencia de la producción latinoamericana en los mercados externos, y una mayor recepción de producción extranjera.

Daniel Muchnik  
Copyright Clarín, 1994

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500521

71

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA  
SUB DIRECCION EXTERIOR.  
Montevideo, 13 de enero de 1995.-

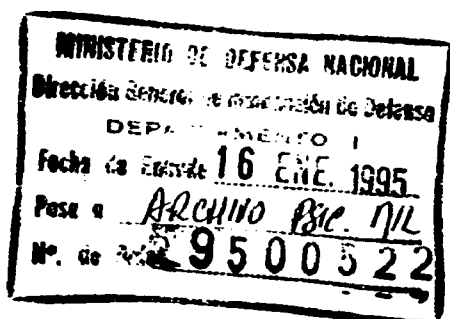
T.I. N° 024/B/95.- SEÑOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Se recibió de una agencia amiga la siguiente información:

ASUNTO: CORRUPCION DE FUNCIONARIOS ADUANEROS.

Funcionarios de la Aduana Uruguay en el CHUY, en la frontera con BRASIL utilizan una "tablilla" para cobrar sobornos en los ómnibus que ingresan al país. Hay funcionarios que poseen un nivel de vida por encima de su situación económica, tales en el Free Shop. En el pasado, para encubrir irregularidades que estaban siendo investigadas, el predio donde funcionaba el órgano fue incendiado por los propios funcionarios, siendo el Cuerpo de Bomberos accionado después de 2 horas de ocurrido el siniestro, a pesar de estar localizado a 2 km. del local. 70

Cabe aclarar que esta información no tiene evaluación de inteligencia porque la agencia desconoce la fuente.



001/1

9500522

9500522

R.E.Nº.....

ASUNTO:...

PROCEDENCIA:...

EVALUACION:...

DISTRIBUCION:...

OBSERVACIONES:...

FIRMA:...

CAP.

NORBERTO DEYBICENSI

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Asesorías de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Emisión 13 ENE. 1995  
Tipo de Documento BIOGRAFICO  
Nº. de Orden 9500523

FECHA:...

13 ENE. 1995

001/2

Montevideo R.O. del Uruguay  
+ lugar de nacimiento  
Fecha 18.6.1965  
Observaciones  
984370  
Expendio 12.6.1990  
Vence 12.6.2000  
Firma y sello

002/2

9500523

CORREGIDO  
#6/3/85  
Info:  
[Signature]

*Ministerio del Interior*DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA  
SECRETARIA

Montevideo, Enero 13 de 1995.-

1. En el día de la fecha a partir de la hora 09.30' se reúnen en las Oficinas Centrales de la Ofa. del Gas, autoridades de la Empresa Gaseba Uruguay y del Sindicato. Luego de esta reunión en el local sindical de Convención 1131 se realizara la Asamblea General del Gremio.-
2. Los temas tratados en la reunión son, por un lado lo que exige el gremio que es lo siguiente:
- 1 representante en el directorio;
  - que no se pueda despedir ningún obrero;
  - Si la firma GASEBA, caduca el contrato que le concede la Compañía antes del tiempo fijado, que los obreros sigan siendo funcionarios del Ministerio de Industria y Energía.
  - Reconocimiento de la Organización sindical.
  - Que se les permita reuniones en los lugares de trabajo.
  - Respeto de convenios laborales anteriores.
  - Que no se realicen reestructuras.
  - Que no se disminuya el número de obreros.
  - Ajuste salarial de acuerdo al aumento que sea fijado a funcionarios de los entes autónomos.
- De lo anterior GASEBA acepta lo siguiente:
- Reconoce la dirigencia sindical, y respecta las leyes laborales vigentes en el País y convenios de la OIT.
  - Acepta a todos los obreros actuales de la Compañía reconociendo la antigüedad de los mismos.
  - No acepta representante en el Directorio.
  - Quiere reglamentar el sistema de trabajo de los dirigentes gremiales, otorgándoles horas de licencias para su actividad. Hay que destacar que actualmente y debido a los acuerdos anteriores, los 12 dirigentes gremiales cobran su sueldo pero no concurren a trabajar.
  - Acepta el reglamento interno de trabajo.
  - Con respecto a los convenios laborales vigentes, propone crear una comisión de ambas partes para redactar uno.

POCO LEGIBLE

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	13-1-95
Pasa a	SDI
Nº de Identificación	0500526

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	16 ENE. 1995
Pasa a	81061.- SIEOSOC
Nº. de Orden	9500526

Dr. [Signature]

(2)

3. Por otra parte es de señalar que la Compañía del Gas actualmente cuenta con un total de 392 funcionarios, siendo el sueldo mínimo \$U 2.500 y el máximo \$U 9.000.

Los obreros están distribuidos de la siguiente forma:

- Oficinas Centrales 25 de Mayo 706- 119
- Planta de Producción Rbla. Nac. Unidas Nro. 800- 250
- Gasometro- Jose Ma. Roo Nro. 100 esq. G. Ruiz- 3
- Planta de Compresores- Río Negro 1025- 24

Los lugares más sensibles en caso de agravarse el conflicto son:-

- Planta de Compresores, nunca puede dejar de funcionar y los obreros están advertidos.
- Existen en la ciudad unos 12 lugares donde existen tapas de unión de cañerías, las que deben ser vigiladas, ya que ahí pueden realizarse sabotajes.

Las autoridades de la Cia. en caso de producirse esto entregarán a las autoridades policiales la ubicación de estos lugares para que sean vigilados.

Es de mencionar también que la Cia. ya entregó a MTSS una lista de 81 operarios que deben ser citados en caso de declararse servicios esenciales.-

4. En otro orden dentro de la Cia. existen en formación dos sindicatos, a saber- Sindicato de Empleados de Oficinas Centrales y Sindicato de Jefes (grado 10 hacia arriba) los cuales estarían formados por empleados de filiación política de los partidos tradicionales, y funcionarían en forma autónoma respecto al ya existente.-
5. La firma GASEBA tiene pensado hacerse cargo de la Compañía el día miércoles 18 a jueves 19.
6. En cuanto a la actuación de los dirigentes gremiales en las reuniones, es de mencionar lo siguiente: LUIS FUIG, Secretario Gral. es quien comanda el gremio y tiene la posición más radical junto a WALTER SUAREZ PI (vocal) y la posición moderada es la de MIGUEL VELA (Presidente).

DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACIÓN E INTELIGENCIA

INSPECTOR GENERAL

SAUL HUMBERTO CLAVERIA

**DISTRIBUCION:**

- SR. MINISTRO DE INTERIOR.-
- SR. INSPECTOR NAL. DE POLICIA.-
- SR. JEFE DE POLICIA DE MONTEVIDEO./
- SR. DIRECTOR DGID.-



ARCHIVO

P.010.7

Montevideo, enero 13 de 1995

1)-

INFORMACION GREMIALORGANIZACIONES DE LA SAUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

F.I.T.-C.N.T.: Se pudo establecer que la Mesa Representativa convocada para el pasado día 11/I/ no se llevó a cabo por falta de quorum. En otro orden de cosas, en la víspera y de acuerdo a lo previsto, se le entregó un documento al Sr. Presidente electo. Dicha entrega ocurrió a la hora 11:20 y se continuó con una entrevista que duró 30 minutos. Se comprobó además que también le fue entregado un documento al secretario del Presidente electo por parte de un dirigente de AEBU.- Doc. POCO LEGIBLE

2)-

INFORMACION ESTATAL

ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. En el día de la fecha se llevará a cabo una reunión entre dirigentes de GASEBA y del sindicato a la hora 09:00. Lo tratado en dicha reunión será llevado a la Asamblea General del sindicato, la cual se realizará en el local sindical sito en Convención 1131. En otro orden de cosas se maneja como fecha para que GASEBA se haga cargo de la Compañía del Gas el próximo viernes 20 del corriente.-

ORGANIZACION DE FUNCIONARIOS DE PLUNA: El pasado 11/I/ se llevó a cabo una Asamblea General la cual resolvió:

- 1) Exigir la revocación de la adjudicación.
- 2) Exigir que los partidos políticos definan el tema PLUNA y marquen las pautas necesarias.
- 3) Mantenimiento de una mesa de negociaciones y que en la misma se elabore un proyecto de mejora de gestión.
- 4) Autorizar a la Mesa Directiva a tomar cualquier medida.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	13-1-95
Pasa a	SDE
Nº de Identificación	9500527

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	16 ENE 1995
Pasa a	ARCHIVO-
Nº. de Orden	9500527

SIST. Gremial.

001/1

SECRETO

M. D. N.  
D. G. I. D.  
DEPARTAMENTO I  
C. MONTEVIDEO  
123013ENE/1995

P E D I D O D E I N F O R M A C I O N Nro. 02/A/95

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

**URGENTE**

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - T E X T O :

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

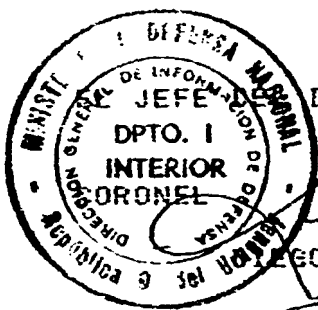
O R I G I N A L : DPTO. I / D.G.I.D.

C O P I A 1 : SR. JEFE DE LA DIVISION DE  
INTELIGENCIA NAVAL.

C O P I A 2 : SR. DIRECTOR DEL S.I.F.A.

C O P I A 3 : SR. DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

C O P I A 4 : DPTO.III/ E.M./ DIVISION  
EJERCITO I.-



DEPARTAMENTO I D.G.I.D.-

LEGADO SADER

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Informaciones de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	16 ENE 1995
Para	ARCHIVO
Nº. de Orden	9500528

- JOSE LUIS CAVANNA ABEIJON
- JUAN LUIS CAVANNA ABEIJON
- JOSE L. CAVANNA
- JUAN CAVANNA

002/2

9500528

Nº. DOCUMENTO

TITULO Informe de OCDE sobre el desempleo.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDEN: 29/9/74

VINCULACIONES 12718

30044

**DESEMPLEO  
EN LA OCDE**

París, 28 set. - La tasa de paro de los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) se situó en el 7,9% de la población activa en el pasado mes de julio, sin cambios con respecto al mes anterior.

En julio, la tasa de paro subió en Estados Unidos y en Japón, y bajó en Canadá y Australia, se informa en un comunicado difundido hoy, miércoles. En Europa, la tasa de paro creció en Finlandia. Holanda y Suecia, se mantuvo estable en Francia, Irlanda y Reino Unido y bajó en Bélgica y Alemania. El informe no ofrece ningún dato reciente sobre el desempleo en España.

(El País 29/9/74)

ENTRADO	/
CRUZADO	/

9500530

d-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

Los ONG's denuncian la ayuda militar francesa en Africa.

## Las ONGs denuncian la ayuda militar francesa en Africa

París (IPS) por Angeline Oyog

El fantasma de masacres en Sudán, el estilo de guerra, impulsó a pacifistas y Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) francesas a demandar el control parlamentario de la venta de armas y la cooperación militar con los países africanos.

Las ONGs, estremecidas por los pedidos de asistencia militar francesa por parte de Sudán, han exigido al gobierno más transparencia en las relaciones militares con Africa para evitar la repetición de matanzas como las ocurridas en Ruanda.

Además, insisten que los acuerdos militares sobre venta de armas, que hasta ahora son decididos por el gobierno y el Ministerio de Industria, sean controlados y aprobados por el Parlamento.

Sudán, que está librando una guerra contra rebeldes musulmanes y cristianos en el sur del país, pidió ayuda a Francia para sofocar las guerrillas a cambio de la entrega de un avión de combate y un helicóptero. El líder religioso sudanés, Hassan Al-Turabi, también negó que Francia hubiera dado a Jartum la ayuda militar.

Y como a repetir en Jartum lo que hicimos en Kigali, dijo Shamsi Courtois, vocera de la ONG "Survie" (Survivir), la cual constantemente viene denunciando la responsabilidad de Francia por el genocidio en Ruanda y las matanzas en masa de la población Tutsi a manos de las fuerzas de la Eritrea Humana.

Según revelaciones de la prensa local, Francia había proporcionado a las autoridades sudanesas fotografías por satélite que revelan las posiciones que los rebeldes ocupan. París habría aceptado también entrenar soldados sudaneses en escuelas militares francesas y mandar instructores a Jartum.

El ministro del Interior, Charles Pasqua, desmintió haber dado a Sudán —que está en la lista negra de Estados Unidos por proteger a terroristas— algún favor a cambio de la entrega de un avión de combate. El líder religioso sudanés, Hassan Al-Turabi, también negó que Francia hubiera dado a Jartum la ayuda militar.

Estamos estar atentos con Al-Turabi porque es muy peligroso y juega muy bien la carta de Carlos para maquillar la imagen de Sudán. No obstante, es muy peligroso, y seguimos recibiendo informes de masacres en el sur de Sudán que escapan a la atención internacional", dijo Courtois.

En Bruno Barrillot, analista de defensa del centro de estudios sobre paz y conflictos (Cdrpc), Sudán carece del control de cooperación militar que Francia mantiene con sus colonias ya que estuvo fuera de su esfera de influencia.

Sin embargo, no sería raro que la asistencia militar francesa por Sudán pueda extenderse también a un estado vecino, agregó.

Hacia Francia tuvo interés en Sudán y envió tropas para sofocar junto con los británicos la rebelión de Muhammad Ahmad, apodado Mahdi, en 1881, reconoció luego el dominio británico en la cuenca del Nilo. En 1899 Sudán fue administrado conjuntamente por Egipto y Gran Bretaña y se independizó en 1956.

"El futuro del país sea discutido abiertamente en el

Parlamento. Debemos saber las decisiones tomadas por Francia y las razones que tuvo para hacerlo", insistió Courtois.

En la Asamblea Nacional (Parlamento), el Partido Comunista francés presentó un proyecto de ley reclamando el derecho de controlar y aprobar acuerdos militares y de venta de armas. "Es una práctica normal en otros países", subrayó el PCF.

El proyecto de ley fue presentado en abril cuando comenzaron a llegar informaciones sobre un abierto genocidio en Ruanda y acusaciones contra Francia por haber entrenado y armado a las tropas de Kigali que masacraron a indefensos civiles tutsi.

El Cdrpc también está actualizando planes en estado latente de crear un observatorio que supervisaría las exportaciones francesas de armas, manteniéndola informado al público y al Parlamento sobre las ventas e inyectaría "moral" a la industria.

En un reciente estudio sobre los distintos tipos de relaciones militares francesas en los países en desarrollo, Barrillot comprobó ocho acuerdos de defensa y 26 de asistencia técnica militar entre Francia y estados africanos, vigentes en 1992.

La mayoría de esos acuerdos fueron concluidos cuando las colonias africanas de Francia se independizaron y, supuestamente debían servir para consolidar a las naciones emergentes.

Sin embargo, esa cooperación que permite a los estados africanos pedir asistencia militar para defensa interna o externa y mantener bases militares francesas en su territorio, ha asegurado a la ex metrópoli colonial un papel de potencia global y facilitado que los líderes africanos conserven su poder, a veces dictatorial.

Esos acuerdos militares han creado desiguales vínculos en detrimento de las ex colonias y limitado la autonomía diplomática de cada estado frente a otro, señaló Barrillot. La mayoría de los conflictos en Africa consisten en luchas internas por problemas limítrofes después de la independencia. Los acuerdos militares, al manejar la constitución de ejércitos locales, contribuyeron a perpetuar la noción que las disputas locales sólo podían ser dirimidas con medidas bélicas, añadió.

En la práctica, la cooperación militar brinda medios coercitivos para una parte de la población —por lo general el grupo en el poder— para que pueda aplastar a la oposición, dijo.

Insistió en que las ventas de armas también empujan a los países compradores a endeudarse. Cerca del 82 por ciento de los ingresos franceses por ventas de armas entre 1981 y 1990, o sea 27.5 billones de dólares, provinieron de naciones no industrializadas como los ricos países petroleros y el Tercer Mundo.

Las ventas de armas representan el 65 por ciento de la asistencia francesa al desarrollo en ultramar, apuntó Barrillot, quien afirmó que Francia debía fondos que podrían haber reforzado a los países en desarrollo tanto social como económicamente.

"Podemos decir que la ayuda al desarrollo que Francia otorga al Tercer Mundo se recobra en gran parte gracias a la venta de armas", dijo Barrillot.

ENTRADO

CRUZADO

4

01-01

9500531

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO Declaraciones del Pp. del Parlatino, Humberto Celli, en Caracas.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROMEDIOS 1/9/94

VINCULACIONES 12536

67390

Parlatino Jur. 1R

### **CONTRA BLOQUEO A CUBA E INVASION HAITI**

El presidente del Parlamento Latinoamericano (Parlatino), el venezolano Humberto Celli, afirmó ayer miércoles, en Caracas que este organismo regional está en contra del bloqueo a Cuba y la invasión estadounidense de Haití. Celli recordó que el Parlatino fue creado en 1964 con los objetivos de defender la democracia, la integración latinoamericana, el principio de no intervención y evitar el uso de la fuerza como medida de coacción. Por estas razones -dijo-, el organismo legislativo regional se opone de manera frontal a las iniciativas que impliquen el uso de la violencia y la restricción de la libertad.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500532

Nº. DOCUMENTO

TITULO

*Dos instituciones financieras quieren instalarse en Z. Franca*

PROCEDENCIA

*150483*

FECHA DE PROCEDENCIA

*30/8/74*

VINCULACIONES

*11856*

*307466*

*Montevideo.*

### Interés de bancos

DOS INSTITUCIONES FINANCIERAS que operan en Uruguay iniciaron los trámites en la Dirección de Zonas Francas para instalarse en la Zona Franca Montevideo, dijeron a *El Observador* fuentes confiables.

Los dos bancos tienen previsto instalarse en el nuevo edificio de Aduanas que recientemente se inaugurara. El Banco Central también regula el funcionamiento en zonas francas. ■

*oas 30/11/60/8*

*9500533*

*0101*



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Helicóptero ruso armado en Florida despierta interés en las autoridades.

PROCEDENCIA

150483

FECHA DE FOLIO

13/9/94

VINCULACIONES

110561

515936

Teniente general Daniel García: "Vamos a ver muchos helicópteros de este tipo en la zona"

## Helicóptero ruso armado en Florida despierta interés en las autoridades

Una unidad de gran versatilidad—según los expertos— y de buen precio—según los administradores— despertó el interés de autoridades civiles y militares de Uruguay en una reciente demostración realizada en los aeropuertos de Carrasco y Capitán Curbelo. Es armada en la Zona Franca Florida y desde allí los representantes de la fábrica rusa intentan colocar sus unidades en diversos países de la región.

Esto es una joya", exclamó el capitán de Navío (r) Juan Pedro Trabal, uno de los pocos pilotos uruguayos que ha participado en las diversas demostraciones que la empresa Imaribo SA ha realizado con el helicóptero Ka-32, especialmente diseñado para cumplir importantes tareas civiles.

Unidades de este tipo—que comenzaron a ser armadas en la Zona Franca Florida— están realizando distintas actividades en más de 20 países, entre los cuales figura Estados Unidos, Canadá, Suiza e Irán.

George Jitar—ciudadano ruso, gerente de Imaribo SA— dijo a *El Observador* que los trabajos realizados en la citada zona franca fue-



Por fuera

En la base Capitán Curbelo, el helicóptero ruso mostró toda su potencia y versatilidad

ron óptimos y que los ingenieros rusos que trabajaron en el montaje de la enorme aeronave recibieron

una calificada ayuda de técnicos uruguayos.

El miércoles 31 de agosto, esta

### Por dentro

Un sofisticado equipamiento nuestro esta versión civil rusa que despertó interés en las autoridades uruguayas

empresa que es representante exclusivo de Aviaexport—la fábrica rusa de los helicópteros Ka-32 y de otras unidades para uso bélico— realizó una importante exhibición en el aeropuerto de Carrasco ante diversas autoridades nacionales.

Allí en Carrasco la aeronave impactó por su gran versatilidad, su enorme potencia y su capacidad de carga. El embajador ruso, Boris Golovin, dijo que la presencia de esta empresa rusa en Uruguay se debe a los esfuerzos que realiza el presidente Luis Alberto Lacalle para mostrar a este país como la boca de entrada para un mercado de 200 millones de habitantes, como lo es el que constituye el Mercosur.

Invitado por la empresa Imaribo se hizo presente, entre otras altas autoridades militares, el teniente general Daniel García, comandante en jefe del Ejército. El jerarca castrense tuvo palabras de elogio para la aeronave. "Es muy versátil, tiene

un precio muy accesible y creo que vamos a ver muchos helicópteros de este tipo en la zona", dijo.

### La tecnología rusa

"Estados Unidos se preocupó por los hornos microondas y nosotros por los Ka-32", dijo un orgulloso Jitar, al ser consultado en cuanto a cómo podía explicar que estas unidades rusas sean mejores que las de los Estados Unidos.

El empresario—que hace 4 años que está en Uruguay— dijo que durante mucho tiempo Rusia dedicó sus esfuerzos más trascendentes en áreas de seguridad y dejó en un segundo plano todo lo relacionado con el consumo doméstico. "Ahí le sacamos ventajas a los norteamericanos. En lo otro, ellos nos sacaron ventajas. Pero ahora vivimos tiempos diferentes", explicó Jitar.

El Ka-32 es un helicóptero que vale cinco millones cuatrocientos mil dólares, tiene una capacidad para 15 pasajeros, alcanza una altura de 8.843 metros—lo que constituye un récord mundial— y puede transportar cargas de hasta 5 mil kilos.

El domingo 4 el Ka-32 voló a la base Capitán Curbelo, en donde se demostró su capacidad de maniobra y su enorme poder de carga. Allí el Ka-32 levantó un camión de Bomberos que pesa unos 7 mil kilos, superando lo que establecen los mismos catálogos rusos.

Con relación a la producción militar de Aviaexport, Jitar solamente se limitó a decir que se trata de una fábrica estatal y que por lo tanto no podía brindar mayores informaciones sobre los niveles de producción. El empresario ruso exhibió una foto de un helicóptero militar fabricado por esa empresa, pero no dio mayores elementos sobre características de los mismos. "Eso no lo vamos a traer a la Zona Franca Florida", comentó.

01-01

9500534

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCE-

VINCULACIONES

Antel y ZF MDEJ lanzaron acuerdo sobre telecomunicaciones

Tras 2 años de diferencias y negociaciones

DBS. EC. 13/SET/94

## Antel y Zona Franca Montevideo alcanzaron importante acuerdo sobre telecomunicaciones

La instalación del telepuerto en Zona Franca Montevideo —amparado en la ley de zonas francas— generó una serie de diferencias con Antel, que aunque reconocía lo que establecía la ley, observó que tecnológicamente se podía vulnerar el monopolio. Luego de muchas negociaciones ambas partes se pusieron de acuerdo.

**P**or fin!", exclamaron varios funcionarios de Zona Franca Montevideo cuando se conoció la noticia de que se había alcanzado un entendimiento con Antel en todo lo relacionado con las telecomunicaciones. Es que la firma del acuerdo —signado el pasado jueves 8 en la sede de Antel— permitirá la dinamización de las actividades de telecomunicaciones de esta zona franca.

El contrato permitirá a ZF Montevideo disponer de una troncal de 90 circuitos que ampliará la central telefónica, de los actuales 250 internos, a 500 líneas disponibles para sus usuarios.

Para la implementación de esta solución ZF Montevideo deberá invertir la suma de 130 mil dólares en una línea de fibra óptica que la unirá



**Orlando Dovat**

El presidente de ZF Montevideo defendió su empresa amparado en la ley de zonas francas



**Rosario Medero**

La presidenta de Antel defendió al organismo en una situación compleja

con la Central Manga de Antel.

Según información proporcionada a *El Observador* por la citada zona franca, Antel estableció dos importantes condiciones para conceder los mencionados servicios.

En primer lugar se exigió que la ZF Montevideo se debe convertir en una nueva característica del telé-discado nacional, que será definido en corto plazo por Antel.

En segundo lugar se establece

que la tarifa para las llamadas entre ZF Montevideo y la zona urbana de Montevideo, así como las localidades distantes hasta 50 kilómetros de la capital, será de US\$ 0.06 el minuto. ■

01-01

9500535

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

URUGUAY Y BRASIL discrepan sobre el arancel para las Z.F.

150014

8/9/94

11856

507466

507482

Sergio Abreu contradice al Secretario de Comercio Exterior de Brasil

## URUGUAY Y BRASIL DISCREPAN SOBRE EL ARANCEL PARA LAS ZONAS FRANCAS

*El Ministro de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, contradijo al Secretario de Comercio Exterior de Brasil, y uno de los negociadores del Mercosur, Renato Marques, al asegurar que los artículos producidos en las zonas francas de Uruguay no deberán pagar el Arancel Externo Común para acceder a otros países.*

El pasado martes, el alto jerarca brasileño, Renato Marques, dijo que las zonas francas uruguayas no podrán utilizar los convenios del PEC y el CAUCE para exportar a Brasil y Argentina, porque ello constituiría una

violación a los acuerdos alcanzados en Buenos Aires a principios de agosto entre los cuatro presidentes.

Según Marques, los convenios PEC y CAUCE, extendidos hasta el 2001, limitan sus beneficios a los productos procedentes del territorio aduanero y excluyen expresamente a los de las zonas francas. Según esta interpretación, todos los productos originados en las zonas francas deberán pagar arancel externo común para ingresar a los demás países del Mercosur.

Las autoridades uruguayas han sido cautelosas en reaccionar a

esta interpretación de Brasil, pero al parecer el jerarca brasileño tendría razón. En principio se acepta que los gobiernos de Brasil y Argentina son libres de hacer esa interpretación, y que el tema puede ser negociado por los cuatro gobiernos del Mercosur en estos meses.

Ayer, el canciller uruguayo, Sergio Abreu, trató de relativizar las manifestaciones del jerarca brasileño, a la vez que insistió en que la vigencia del PEC y el CAUCE hasta el 2001, incluye a los productos de las zonas francas uruguayas.

01-01

9500536

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TITULO JACHAL *que proclama como zona franca agroindustrial*  
 PROCEDENCIA 15094  
 FECHA DE PROCEDENCIA 12/9/94  
 VINCULACIONES 11858  
66960  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## **Zona <sup>Obra 12/9</sup> franca en Jáchal**

En su visita a San Juan, el presidente Menem proclamó a la ciudad de Jáchal, en el interior de la provincia, como zona franca agroindustrial.

El anuncio electoral satisface un reclamo de larga data de la población de la zona, donde se destaca la actividad minera, a pesar de no estar suficientemente explotada.

Esto significa incorporar a Jáchal como una de las áreas donde se aplicará la ley de zonas francas, que autoriza una de estas por provincia, pero en casos especiales hasta dos o tres. Previamente hace falta la realización de inversiones de envergadura en caminos, infraestructura, galpones, así como el cierre de la zona, la colocación de Aduana, y policía aduanera.

En el caso de Jáchal, según prometió Menem, las obras se realizarán en menos de un año, donde lo principal será el tendido de la red de gas natural, indispensable para la radicación de industrias, y la optimización del servicio eléctrico que

11

9500537

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Dirrec' de ZF. coord' con explotadores nuevo control de stock*

PROCESO *150483*

FECHA DE *6/9/94*

VINCULACIONES *11856*

*507466*

*Hubo "fructífero intercambio de ideas"*

## Dirección de Zonas Francas acordó con los explotadores nuevo control de stock

*Con la coincidencia plena de que el mejoramiento de los controles en las zonas francas redundará en el fortalecimiento de la imagen de las mismas, se reunieron explotadores y la Dirección de Zonas Francas. Ambas partes arribaron a acuerdos para iniciar un proceso que modifica el actual sistema de contralor.*

**A**unque está previsto para mañana miércoles una nueva reunión, el director nacional de Zonas Francas, José Luis Vera, se mostró complacido por los entendimientos primarios alcanzados el pasado lunes 29 cuando, en la sede del organismo, recibiera a los explotadores de las zonas francas privadas que operan



en el país.

En conversación con *El Observador*, Vera dijo que en el citado encuentro se registró un "fructífero intercambio de ideas" dirigido a mejorar el sistema de contralor de la existencia de mercaderías en las

distintas zonas francas.

Hasta el momento los explotadores deben enviar cada mes formularios a la Dirección de Zonas Francas con sus correspondientes stocks.

Este sistema, a juicio de la di-

rección, es obsoleto y por lo tanto se entendió necesario introducir modificaciones para modernizarlo y hacerlo ágil.

Más allá del contralor —objetivo establecido en la ley 15.921— la Dirección de Zonas Francas había

entendido pertinente obtener rápidamente los datos de movimientos a los efectos de la realización adecuada de estudios estadísticos.

Los elementos de preocupación fueron expuestos por Vera ante los explotadores y recibió la aprobación de los mismos.

En la reunión se observó que las distintas zonas francas poseen diferentes sistemas informáticos, pero que de cualquier manera se debía hacer el esfuerzo para llegar a lo que se reclamaba desde la Dirección de Zonas Francas.

En la reunión Vera expresó que era necesario que todos los explotadores estuvieran conectados a la Dirección, a los efectos de poseer información en tiempo real. Allí la dificultad planteada por los diferentes sistemas informáticos hizo que se acordara, en esta primera fase, que cada explotador remitirá un disket al citado organismo con toda la información reclamada.

Posteriormente —en una segunda etapa— todos quedarán conectados a la Dirección de Zonas Francas a través de un modem.

Otro aspecto que alcanzó consenso se basa en la necesidad de que todos funcionen con códigos NADI, que se unifiquen criterios sobre medidas (cantidad, peso y volumen).

En la reunión de mañana se continuará trabajando sobre cada uno de los puntos expuestos en la reunión del lunes 29. ■

**Mercaderías**  
Importante acuerdo para la modernización del sistema de contralor

01-01

9500538

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *As. apoyo decisiones sobre Z.F. adoptadas x el M. de Ec.*

PROCEDENCIA *450483*

FECHA DE PROCEDEN. *20/9/94*

VINCULACIONES *11856*  
*587466*

## Apoyan decisiones sobre zonas francas adoptadas por el Ministerio de Economía

LAS MEDIDAS ADOPTADAS por el gobierno, destinadas a mejorar la operativa de la Dirección Nacional de Zonas Francas, redundarán en un mayor desenvolvimiento del sector, dijo a *El Observador* el presidente de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay, Walter Papantonakis.

El empresario puso de relieve la sensibilidad del Poder Ejecutivo en la búsqueda de soluciones destacando la particular disposición del ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas. De acuerdo a lo expresado por Pa-

pantonakis, desde hace años el funcionamiento de la citada Dirección "dejaba muchísimo que desear ya que carecía de los recursos necesarios que le permitieran disponer del personal necesario y que el mismo pudiese tener remuneración razonable".

Señaló el dirigente empresarial que con el propósito de colaborar con el sistema y contando con la colaboración del entonces director José Luis Ovalle y el actual José Luis Vera, se solicitó una entrevista al ministro a quien se le hizo el planteo correspondiente. "Allí se le propusieron solu-

ciones que entendíamos pertinentes que las reglamentaciones vigentes permitieran", recordó Papantonakis.

El dirigente gremial sostuvo que en reciente decreto el gobierno dispuso un conjunto de medidas, por las cuales se le destina un 17 por ciento de los ingresos percibidos por la Dirección de Zonas Francas al mejoramiento de los exclaves aduaneros y fiscales.

"Eso nos congratula", dijo Papantonakis, recordando además medidas para reforzar las mejoras en la Zona Franca Nueva Palmira. ■

OBS 20-SES-94

01-01

9500539

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Acuerdos celebrados en Bs. As. entre 4 países no se detienen*

PROCEDENCIA *150483*

FECHA DE PROCEDEN. *20/9/94*

VINCULACIONES *66960*

*11856*

*12781*

*Precisiones de Brasil tras la firma de agosto en Buenos Aires OBS 20. set. 94*

## Acuerdos bilaterales pueden facilitar ingresos de productos de Manaos y Tierra del Fuego

*Tras los acuerdos celebrados en Buenos Aires entre los cuatro países signatarios del Tratado de Asunción, Brasil no se detiene. Y para que no haya lecturas entrelíneas elabora documentos para sus funcionarios, en donde se trazan las líneas de interpretación de los entendimientos alcanzados en la capital argentina.*

**I**tamaraty no duerme. Esa parece ser la conclusión de los negociadores de los tres países restantes del Mercosur al observar por estos días el tenor de las decisiones y de las conductas que asumen los técnicos brasileños en las diversas instancias de negociación.

Brasil no se muestra dispuesto a dejar nada librado al azar o a la libre interpretación de los estados partes. Según un documento al que tuvo acceso *El Observador*, Brasilia dispuso de un conjunto de líneas de acción relacionadas con las resoluciones que aparecen en el documento 8 de Buenos Aires.

Allí se sostiene que "los países miembros (del Tratado de Asunción) podrán celebrar acuerdos bilaterales para exo-

nerar del pago de AEC exclusivamente a los productos oriundos de las Areas Aduaneras Especiales, o sea, de Manaos y de Tierra del Fuego".

Textualmente el documento dice lo siguiente:

"A) Para los fines de la referida decisión 08/94, son consideradas Zonas Francas (sean ellas comerciales, industriales o de procesamiento de exportaciones) todos los enclaves aduaneros en los cuatro países, a excepción de Manaos y Tierra del Fuego, que son calificados como Areas Aduaneras Especiales;

B) Las Zonas Francas podrán internar sus productos en el territorio del Mercosur (com-



**Fabricado en Manaos**

*Podrán ingresar a Uruguay si se logra acuerdo bilateral*

prendidos los territorios de los países en donde están ubicadas), mediante el pago del AEC;

C) Las Zonas de Procesamiento de Exportaciones brasileñas y las Zonas Francas argentinas no podrán internar sus productos en el territorio de los países en que están ubicadas, por fuerza de la legislación interna. De esa forma, las Zonas de Procesamiento de Exportaciones brasileñas y las Zonas Francas argentinas solamente podrán internar sus productos en los territorios de los países en las que no están ubicadas, mediante el pago del AEC;

D) Las Areas Aduaneras Especiales de Manaos y Tierra del Fuego pueden internar sus productos en los países en que están ubicadas, en conformidad con la legislación nacional;

E) Las Areas Aduaneras Especiales de Manaos y Tierra del Fuego podrán internar sus productos en los territorios de los demás países miembros mediante el pago del AEC;

F) Los países miembros podrán celebrar acuerdos bilaterales para exonerar el pago del AEC exclusivamente a los productos oriundos de las Areas Aduaneras Especiales, o sea de Manaos y de Tierra del Fuego". ■

01-01

9500540



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Z.F. Mdes porlier hacia PANAMA y EEUU ya conocer diversas experiencias*

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

50483

20/9/94

118561

507466

65880

66718

## ZF Montevideo busca conocer las experiencias de Panamá y Miami



Orlando Dovat

OBS  
20/sep/94

#

Carlos Mari

ZF Montevideo  
mirando hacia  
el Norte

ORLANDO DOVAT y Carlos Mari, respectivamente presidente y gerente comercial de la Zona Franca Montevideo partieron el sábado último hacia Panamá y Estados Unidos con el objetivo de conocer las diversas experiencias sobre parques industriales, de negocios y de servicios que funcionan en esos países.

Antes de su partida, Mari dijo a *El Observador* que a partir de la nueva etapa en que ingresa la empresa — con una mayor rapidez en la construcción de edificios, en virtud de la demanda — se hace

necesario una puesta al día de los diversos proyectos que funcionan en Panamá, Miami, Houston y Texas.

“Nos interesa particularmente cómo están operando los negocios en esas zonas y los rangos de calidad de los edificios que se construyen en Estados Unidos”, comentó.

Los trabajos de construcción del nuevo edificio se aceleraron en las últimas semanas, a partir de la conclusión de los trabajos en el de Aduanas, inaugurado recientemente. ■

01-01

11  
9500541

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Z.F. Colonia inaugura obras de infraestructura en 10/94.  
150485  
20/9/94  
575934  
11856  
507466

Balanza, 6 torres de vigilancia y nuevas oficinas

## Zona Franca Colonia inaugura obras de infraestructura en el mes de noviembre

Antes de concluir el primer año de gestión, el Grupo Continental —que administra la explotación de la Zona Franca Colonia, desde febrero pasado— inaugurará diversas obras que estaban previstas en el pliego de condiciones de la licitación pública que ganó el año pasado.

Mientras los valores inmobiliarios de los predios de la zona franca adquieren importantes niveles —similar ritmo se advierte en la ciudad de Colonia como consecuencia de los movimientos registrados por la construcción del puente que unirá esta parte con Buenos Aires— los responsables del Grupo Continental que administra la zona tienen prevista la inauguración de un conjunto de obras que ya se están procesando.

Según pudo saber *El Observador* de fuentes vinculadas a la empresa, ya están operando tres de las seis torres comprometidas en los pliegos para la vigilancia de la zona.

En estos momentos se registran diversos movimientos de tierra para mejorar toda la cami-



ZF Colonia

Hoy hasta movimientos inmobiliarios

nería, mientras se aceleran los trabajos para la instalación de la flamante balanza que ya se encuentra en la zona.

La preocupación expuesta hace algunos meses por algunos usuarios —que no observaban los trabajos prometidos por la empresa administradora— dejó paso a la satisfacción. En efecto, hoy la zona franca da respuesta rápida a las solicitudes en virtud de la red informatizada que posee. “Es cierto, se agilizó el trámite”, dijo un usuario que hace algunas se-

manas estaba molesto. Los operarios están trabajando en los enjardinados, mientras dos máquinas aceleran el ritmo para dejar

todo acondicionado en menos de un mes y medio.

### El movimiento de fin de año

Según supo *El Observador*, en los últimos meses se registraron cuatro operaciones de venta de predios de la zona franca, lo que revela el marcado interés que existe en ocupar lugares en la misma. Aunque no se quiso revelar el monto de las ventas, las fuentes dijeron que no descartan un movimiento inmobiliario más fluido en cuanto se concrete la construcción del puente que unirá Colonia con Buenos Aires.

Por otra parte se supo que la zona registra un gran movimiento de ingreso y un escaso egreso. “Se trata de que los importadores están guardando mercaderías con vistas a fin de año. En noviembre y diciembre van a funcionar mucho los egresos”, comentó un usuario. ■

01-01

9500542

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Lacalle se reúne en N. York con jefes de Pepsi Cola.

PROCEDENCIA

150483

FECHA DE PROCEDENCIA

28/9/94

VINCULACIONES

11856

507466

65890

Documentos

Será el jueves 29 en un encuentro solicitado por el presidente uruguayo

035. 27/sep/94

## Lacalle se reúne en Nueva York con altos ejecutivos de Pepsi Cola para analizar los efectos del Mercosur

La presencia del presidente Lacalle en Estados Unidos servirá para realizar un trascendente encuentro con jefes de Pepsi Cola y abordar las posibles soluciones para el proyecto que esta empresa tiene en Colonia.

CON MUCHA EXPECTATIVA en ámbitos empresariales vinculados a las zonas francas se seguirá el encuentro del próximo jueves 29 en Nueva York entre el presidente

Luis Alberto Lacalle y la cúpula ejecutiva de Pepsi. Según pudo saber *El Observador* de fuentes confiables, en la reunión -solicitada por Lacalle- se analizará el

01-02

9500543

impacto que tendrán en esta empresa las decisiones adoptadas en Buenos Aires, cuando se resolvió que los productos elaborados en las zonas francas uruguayas deben pagar el Arancel Externo Común. En un primer momento hubo una dura respuesta de parte del presidente de Pepsi Cola Manufacturing, ingeniero Carlos Pijuán, quien acusó al gobierno de haber cambiado la posición. Como presidente de la Asociación de Usuarios Industriales de Zonas Francas, Pijuán fue un activo protagonista desde el pasado mes de julio cuando se ingresó en la fase final de las negociaciones.

Precisamente el 22 de julio, esta entidad remitió un fax a Lacalle —que se encontraba en Estados Unidos— en donde se le indicaba que la posición uruguaya significaba “una claudicación en toda la línea”. Semanas después Pijuán —un firme impulsor del costoso proyecto que Pepsi levantó en Zona Franca Colonia— valoró de otra manera los acuerdos alcanzados en Buenos Aires, disminuyendo así la temperatura opositora al gobierno.

#### ***El giro y la actitud argentina***

El gesto ambientó nuevas conversaciones entre el gobierno y la empresa que vio —al igual que otras industrias que funcionan en diversas zonas francas— cómo la decisión final introducía elementos que no estaban en los cálculos previos.

Por aquellos días una calificada fuente dijo a *El Observador* que el presidente Carlos Saúl Menem había ofrecido grandes beneficios a Pepsi si abandonaba Uruguay y se instalaba en Argentina.

La versión generó malestar en el gobierno uruguayo, que prefirió trabajar en forma silenciosa para que Pepsi no se vaya de Colonia en donde invirtió 30 millones de dólares y en donde pensaba seguir invirtiendo.

Una fuente dijo a *El Observador* que durante todo este tiempo la empresa trabajó en varias soluciones, tratando de encontrar una vía para salvar el proyecto.

Hace unos 15 días el presidente Lacalle convocó a Pijuán a su despacho y le propuso realizar esta reunión del jueves en Nueva York. Pijuán, con marcado optimismo, viajó ayer a Estados Unidos. ■

02-02

9500543

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TÍTULO Habrán incentivos salariales para funcionarios de  
 PROCEDENCIA 089 - EC.  
 FECHA DE PROMULGACIÓN 6/9/84  
 VINCULACIÓN 11856  
50.7466

*Direct'Nal de Z.F.*

ENTRADO \_\_\_\_\_  
 CRUZADO \_\_\_\_\_

## Habrán incentivos salariales para los funcionarios de la DNZF

LA NOTICIA DE que el Poder Ejecutivo aprobó un decreto por el cual se permiten los incentivos salariales a los funcionarios de la Dirección de Zonas Francas generó en el organismo una marcada alegría.

La semana pasada, con la firma del presidente de la República, se resolvió autorizar a la citada dirección a destinar hasta un 15 por ciento de los proventos en incentivos a los funcionarios de esa repartición, según las calificaciones que oportunamente se realicen.

También se autorizó a la DNZF a utilizar el 2 por ciento de los mismos proventos para la capacitación de sus funcionarios.

Ambos puntos habían sido reclamados hace tiempo por la Asoc-

ciación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay que habían observado el lento deterioro en la prestación de los servicios.

Por otra parte, en virtud de los salarios que allí se pagaban, se hacía difícil obtener funcionarios de otras reparticiones oficiales.

Este decreto obedece a un memo que oportunamente había enviado al Ministerio de Economía el anterior director de Zonas Francas, José Luis Ovalle.

Ahora resta el desafío de las calificaciones, pero para ello se instrumentará un mecanismo por el cual se registrará la presencia de un representante de los funcionarios en la toma de decisión sobre calificaciones. ■

01-01

9500544

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO B.M. cree que los países en desarrollo invierten mal

PROCEDENCIA Blueprint 150004

FECHA DE P. RECIBIDA 7/1/94

VINCULACIONES 501534  
30049

su dinero

## Banco Mundial cree que los países en desarrollo invierten mal su dinero

Los países en desarrollo podrían ahorrar por lo menos una cuarta parte de los más de 200.000 millones de dólares que gastan anualmente en infraestructura pública a través de la eficiencia, y así transformar sus perspectivas económicas y sociales, según un informe del Banco Mundial (BM).

Los gastos de infraestructura "ya no son el gris telón de fondo de la vida económica, sino el frente y el centro del desarrollo", con cada vez mayores evidencias de sus fuertes vínculos con el crecimiento, la reducción de la pobreza y el mantenimiento del ambiente.

El gasto en infraestructura pública creció rápidamente en los últimos 15 años, particularmente en el suministro de energía y teléfonos, pero al BM le preocupa que gran parte de ese gasto sea desperdiciado a través de un mantenimiento inadecuado, mala administración, exceso de personal, e inversión en proyectos equivocados.

Los países en desarrollo podrían ahorrar 54.000 millones de dólares anuales mejorando la eficiencia en la producción y suministro de energía, agua, teléfonos y otras redes de infraestructura. Podrían ahorrar otros 123.000 millones, o 10% de sus ganancias anuales, eliminando la subvaluación de los servicios de infraestructura como los ferrocarriles y la electricidad.

Los países africanos podrían haberse ahorrado 46.000 millones de dólares en la reconstrucción de carreteras en los últimos 10 años si hubiesen gastado 12.300 millones para mantenerlas.

En cuanto a los logros, el BM indicó que en los últimos 15 años, la cantidad de hogares con acceso al agua potable aumentó 50% en tanto que la producción de energía y los teléfonos per cápita se duplicaron. También señaló que los niveles de retorno en los gastos de infraestructura pueden extenderse hasta 60%, mucho más que ninguna otra forma de inversión de capital, aunque no está claro el porqué.

Aún así, pese a la mejora en los gastos de infraestructura en los países en desarrollo, la eficiencia — que nunca fue buena — se está deteriorando. Un análisis de las redes de energía de 51 países en desarrollo mostró que la eficiencia técnica cayó en los últimos 20 años, mientras que los gobiernos de los países de bajos ingresos a menudo invierten en puertos de alta performance o en sistemas de irrigación antes de que la población tenga acceso al transporte, al agua potable y a la depuración de las aguas residuales.

De acuerdo con el informe, los gobiernos deben acabar con los monopolios del sector público, los que, en la mayoría de los casos, controlan los sistemas de infraestructura.

Las agencias de ayuda al desarrollo reaccionaron críticamente a este informe del BM. Paul Spray, alto funcionario de la Christian Aid, dijo que el informe no contiene ningún análisis de cómo el combate de la pobreza y la mejora de la infraestructura están relacionadas. "Ni siquiera especifica cuál es la proporción de los préstamos de infraestructura del BM para el mantenimiento esencial". (Información de The Guardian)

ENTRADO 1

CRUZADO 1

9500545

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

El crecimiento medio de la región será de 3,2% este año; inflación del 57,6%

# Para el Banco Mundial, América Latina podría ser el nuevo "milagro económico"

América Latina está en condiciones de repetir la performance obtenida por el sudeste asiático en los últimos años en cuanto a crecimiento económico, y podría llegar a convertirse en el nuevo "milagro económico", según el Banco Mundial.

por Oscar Vilas

enviado de El Observador a Madrid



LOS PRINCIPALES TÉCNICOS de la institución manifestaron ayer su convencimiento de que el período de ajuste

económico ya ha pasado en la región y que ahora llegó el momento del crecimiento. Destacaron la necesidad de un aumento en los niveles de ahorro y de una fuerte presencia del sector público como promotor del crecimiento.



Preston, presidente del Banco Mundial

Los técnicos del organismo sostienen que el período de ajuste ya ha pasado en América Latina

## AMERICA LATINA SEGUN EL BANCO MUNDIAL

(Enviado) - El Banco Mundial calcula que el crecimiento medio de América Latina será 3,2% este año, aunque tomando en cuenta el peso específico de cada país ese guarismo llega a 3,5%. La inflación media de la región, en tanto, será de 57,6%, pero sin contar el peso específico de la economía brasileña el índice se reduce a 12,4%.

País	Crecimiento 1984	Inflación 1984
Argentina	6,0	4,0
Bolivia	4,0	7,5
Brasil	4,0	950,0
Chile	4,5	11,0
Colombia	5,0	19,0
Costa Rica	4,0	13,0
Rep. Dominicana	2,5	8,3
Ecuador	3,3	20,0
El Salvador	5,8	10,0
Guatemala	4,0	10,0
Guayana	5,0	12,0
Honduras	1,5	29,9
Jamaica	3,0	4,0
México	2,5	6,5
Nicaragua	1,0	10,0
Panamá	4,5	1,2
Paraguay	4,2	13,0
Perú	8,0	20,0
Uruguay	1,5	40,0
Venezuela	4,0	70,0
Media regional	3,2	57,6
Media según peso de cada país	3,5	313,1
Media según peso de cada país sin Brasil	3,3	12,4

La región parece haber recobrado el protagonismo perdido en las anteriores reuniones del Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, cuando el ingreso de los países del ex bloque comunista había centrado la atención de los organismos internacionales y las principales potencias económicas.

Ayer, durante un almuerzo previo a la asamblea, el vicepresidente del Banco Mundial, Shahid Javed Burki, adelantó que "mi mensaje a los 35 países con cuyos representantes me reuniré aquí es que con un buen manejo económico no hay motivos para que el milagro económico del Este asiático no se repita allí".

Por otra parte, el principal economista del Banco Mundial para América Latina, Sebastian Edwards, sostuvo que la región tendrá que duplicar su actual tasa de crecimiento en el resto de la década para avanzar en la lucha contra la pobreza.

Los países de la región tienen un crecimiento anual promedio de 3,2%, lo que, teniendo en cuenta el peso específico de cada uno de ellos en el continente, determinaría un crecimiento de 3,5% para toda la región.

Según los directivos del organismo internacional, América Latina

debería apuntar a igualar el ritmo de crecimiento de Asia oriental, una tasa promedio de 6% anual sostenida durante los últimos 30 años.

Edwards dijo que ese objetivo es "razonable y dentro de los alcances de la región".

"En la medida en que los países de América Latina hayan aprendido la lección del equilibrio fiscal, y yo creo que la han aprendido, van a lograr crecer sin aumentar la inflación", agregó.

Burki, por su parte, destacó que los países que busquen estas metas, y particularmente Brasil, deberán realizar importantes inversiones en infraestructura.

Agregó que América Latina todavía está por debajo del Este asiático en términos de ahorro interno y propuso varias medidas con una presencia protagónica del sector público como motor del crecimiento.

"Es vital mejorar el marco institucional, pero si queremos que aumente el coeficiente de ahorro sobre el Producto Bruto Interno, el sector público tendrá que ser el motor del crecimiento en estos países", dijo el vicepresidente del Banco Mundial.

También destacó la importancia de reformas estructurales, entre las que mencionó el establecimiento de fondos de pensiones.

"Para aumentar el ahorro privado necesitamos buenos instrumentos financieros como fondos de pensiones y varios países latinoamericanos todavía son débiles en ese aspecto", expresó.

## Coordinación entre bancos centrales de Iberoamérica

(ENVIADO) - EN UN ambiente de confidencialidad y dentro de un estricto dispositivo de seguridad, jefes de los bancos centrales de Latinoamérica, el Caribe, Filipinas y España se reunieron en Madrid, ayer martes, con la finalidad de coordinar sus posturas para participar en la Asamblea Anual del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM), indicaron fuentes financieras.

El encuentro que continuará hoy miércoles apunta a definir una agenda común y asistir a la reunión del FMI y el BM como un bloque.

Asimismo, dijeron los informantes, se trabajará sobre los textos de las intervenciones que en nombre de grupos de países se harán el domingo y lunes próximos ante el Comité Interino y de Desarrollo del FMI y del BM.

Las reuniones de ambos comités, que tienen lugar dos veces al año para establecer las políticas a seguir por esos organismos, precederán el comienzo de la propia Asamblea que será inaugurada dentro de una semana por el rey Juan Carlos I de España.

Por otra parte, el encuentro de los directores de las políticas monetarias de Latinoamérica, el Caribe, Filipinas y España inicia el largo itinerario de las más de 2.000 reuniones bilaterales y 3.000 multilaterales, que se ha previsto que tengan desarrollo durante el evento.

La Asamblea del FMI y del BM así como las numerosas actividades organizadas alrededor suyo, convoca en Madrid a más de 8.500 banqueros, delegados, observadores y periodistas, que a lo largo de más de una semana considerarán la situación económica mundial, las perspectivas y estrategias futuras.

Un aspecto que merece especial destaque, es que en esta reunión también se celebran los 50 años de existencia de estas dos instituciones, que en los últimos años han logrado por primera vez el carácter global. Asimismo, la incorporación de los antiguos países comunistas ha servido para que se replanteen las funciones que cumplen estas entidades y sus políticas.

01-01

9400546



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TITULO STENERI asumirá como Director Alterno del  
 PROCEDENCIA 150483  
 FECHA DE P. ACENEN. I. 29/9/94  
 VINCULACIONES 501531  
507466  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

*Ba. Mundial.*

### Steneri asumirá como director alterno del Banco Mundial

A PARTIR DEL 1º de noviembre el actual representante de Uruguay ante los organismos financieros en Washington, Carlos Steneri, ocupará el cargo de director alterno del

Banco Mundial en representación de seis países de la región, confiaron a *El Observador* fuentes del organismo multilateral.

El cargo fue ofrecido tiempo atrás al subsecretario de Economía y Finanzas, el economista Gustavo Licandro, quien declinó aceptarlo aduciendo razones personales, explicaron los informantes.

En su nuevo cargo, Steneri representará los intereses de Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay, en tanto que el puesto de director ejecutivo en el bienio 1994-1996 le corresponderá a un funcionario argentino.

En la actualidad el cargo de director ejecutivo es ocupado por el chileno Nicolás Flano, mientras que el de alterno lo ocupa el argentino Julio Nogués.

La silla de asesor que le corresponde a los directores del BM será ocupada por un funcionario chileno,

en tanto que la de asistente recaerá en un representante paraguayo.

La nominación forma parte de un acuerdo, al que arribaron los gobiernos de los seis países en 1990, y que fuera ratificado en setiembre de 1993 en el transcurso de las reuniones preparatorias de la Asamblea Anual del BM y del Fondo Monetario Internacional celebrada en Washington.

Durante el mandato 1997-1998 Uruguay deberá ocupar el cargo de director ejecutivo del organismo.

Coincidentemente con la asunción de Steneri, el representante de Uruguay en el Directorio del FMI, Noel Mancebo, retornará a Montevideo tras cumplir su misión de dos años en el organismo. Mancebo ocupa el puesto de asesor del director que representa al país en el máximo órgano ejecutivo del FMI, el argentino Guillermo Zoccali. ■

ENTRADO 1  
 CRUZADO 1

01-01

9500547

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROMEREN

VINCULACIONES

Bca M. espera el "milagro asiático" en países latinoamericanos.

## El Banco Mundial espera el "milagro asiático" en países latinoamericanos

■ En América Latina están dadas las condiciones para un despegue económico que podría emular el llamado "milagro" del sudeste asiático, estimó el vicepresidente del Banco Mundial para América Latina y el Caribe, Shahid Javed Burki, informó AFP desde Madrid.

Muchos países de la región han dado ya los pasos fundamentales para estabilizar sus economías y están en vías de crecimiento. Aprovechando la experiencia de Asia y otras regiones, América Latina está en buena posición para desarrollar la capacidad institucional que le permita sostener altas tasas de desarrollo no inflacionario, dijo Burki.

Al iniciarse en Madrid los trabajos de la asamblea anual del Banco Mundial (BM) y del Fondo Monetario Internacional (FMI), Burki admitió que la región enfrenta desafíos formi-

dables pero agregó que, pese a retrocesos aislados, los progresos son evidentes a lo largo y ancho del hemisferio.

Burki, quien se encargó en enero de América Latina y el Caribe después de siete años trabajando con China y el sudeste asiático, rechazó que existan impedimentos culturales contra el logro de tasas de crecimiento más rápidas y afirmó que los países latinoamericanos poseen los recursos necesarios para lograr ese objetivo.

Sebastián Edwards, economista principal del BM para América Latina, dijo al respecto que la región debe proponerse duplicar su tasa promedio actual de 3,5%, y enfatizó que ese sería el mejor remedio para resolver los crónicos problemas de pobreza y desigualdad.

Entre otras posibilidades de expansión, Edwards señaló que es posible aumentar mucho el

comercio intraregional, que actualmente es sólo el 13% del volumen total, en comparación con un 30% en Asia.

Burki estimó, en ese terreno, que América Latina probablemente avanzará hacia la integración mediante la expansión de los acuerdos subregionales hasta llegar a un gran mercado latinoamericano, antes que mediante el acceso al Acuerdo Norteamericano de Libre Comercio (EEUU, Canadá, México).

Aunque el Banco Mundial redujo en 16% sus préstamos a Latinoamérica en su último ejercicio, Burki negó que ello se haya debido a intenciones de disminuir su compromiso con la región.

Por el contrario, aseguró tener "todas las intenciones" de promover circunstancias que permitan mantener o incrementar el nivel de préstamos hacia esos países.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500548

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEEN

VINCULACIONES

FMI anuncio el fin de la Soja del ritmo de las economías industrializadas

## El FMI anunció el fin del ciclo bajo de la economía mundial

El Fondo Monetario Internacional es más optimista que hace seis meses respecto al crecimiento mundial y anuncia el fin de la baja del ritmo de las economías industrializadas, se dijo ayer en fuentes monetarias, reportadas por AFP en Washington.

Las Perspectivas de la Economía Mundial, que son debatidas por el consejo de administración

del fondo, se basan en un muy leve aumento del crecimiento de los países industrializados en 1994 y 1995.

En abril, el fondo preveía un crecimiento mundial de casi 3%, con 2,4% en 1994 y 2,6% en 1995 para los países industrializados.

Sin embargo, esas previsiones podrían ser corregidas al alza en el debate del consejo porque

algunos países anunciaron recientemente buenas novedades.

El crecimiento prosigue a buen nivel en EEUU 3,7% en 1994 para el fondo y 2,5% para 1995. El fondo se congratula por las alzas de las tasas de interés del Sistema Federal de Reserva (espacio de banco central de EEUU), que deberían proseguir.

El repunte parece ahora más fuerte de lo previsto. Alemania calcula un crecimiento en 1994 de por lo menos 2% (mientras que el fondo preveía 0,8% en abril). Francia no debería estar lejos de esa cifra mientras que el fondo esperaba 1,1% en abril. En Japón, la idea de repunte empieza a ser aceptable.

El crecimiento de los países industrializados seguirá eclipsado por el elevado ritmo (alrededor de 6% en 1994 y 1995) de las economías en desarrollo, principalmente en Asia, pese a algunos signos de exceso de actividad en China. Las perspectivas parecen mejores para África tras la devaluación del franco CFA (zona africana del franco francés), que marcha bien, según el fondo.

Al mismo tiempo que aplauden prudentemente el retorno del crecimiento de las principales economías mundiales, los economistas de fondo lanzan una advertencia respecto al aumento de los desequilibrios presupuestarios. Ese signo de inflación futura alimenta el alza de las tasas a largo plazo en el mercado de obligaciones, que puede frenar el repunte económico.

El fondo renueva también sus llamados a favor de una mayor elasticidad en los mercados europeos del trabajo porque la persistencia de un nivel elevado de desocupación socava la confianza de los consumidores.

Las Perspectivas Económicas Mundiales serán oficialmente publicadas el 24 de septiembre en Madrid, donde debe realizarse la asamblea anual de las instituciones de Bretton Woods (Fondo Banco Mundial), que celebra este año su cincuentenario.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500549

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. C. E. E. N. I.

VINCULACIONES

estudio *del FMI sobre perspectivas de re. mundial*

150023

11/9/94

508501

Un estudio del Fondo Monetario Internacional (FMI) sobre las perspectivas de la economía mundial concluye que los países en desarrollo en el año 2 000 concentrarán un tercio del comercio mundial y el 40% del producto mundial. En uno de los pasajes del informe del FMI al hablar sobre la estabilidad macroeconómica se señala que un tipo de cambio real apropiado fortalece la economía interna al crear incentivos para exportar y colocar a los productos nacionales en mejores condiciones para competir con los productos importados. Los tipos de cambio nominales, como el caso uruguayo, producen una apreciación de las monedas locales y una situación de deterioro en los pagos externos.

El éxito logrado en los últimos años por un número significativo y creciente de países en desarrollo ha intrigado a los observadores tanto como los ha impresionado.

El fuerte contraste entre los países en desarrollo brinda una oportunidad extraordinaria de evaluar la eficacia o ineficacia de las recetas de política económica. En el contexto de su trabajo de supervisión general, sobre todo en lo referente al análisis de las perspectivas de la economía mundial, el FMI ha estudiado la política y los resultados económicos de los países en desarrollo. Ha tratado de determinar los componentes de una política económica exitosa y los obstáculos que deben eliminarse para lograr un crecimiento económico sostenido y no inflacionario.

Del análisis de las perspectivas de la economía mundial surge claramente que, si bien el bajo nivel de las tasas de interés internacionales y la reducción de la deuda externa coadyuvaban a mejorar el clima económico, los sólidos resultados logrados por los países en desarrollo son, en gran medida, el fruto de la aplicación continua de medi-

das de estabilización y reforma estructural. Una buena política engendra crecimiento; la virtud se ve efectivamente recompensada.

#### COMPONENTES DEL CRECIMIENTO

Cuando se analiza el crecimiento económico de los países en desarrollo suelen destacarse las notables diferencias regionales, por ejemplo, el extraordinario éxito logrado en Asia frente al estancamiento registrado en África. En realidad, el panorama es más complejo, ya que existen diferencias significativas en las tasas de crecimiento dentro de cada región. En sus estudios, el FMI analizó los datos regionales, pero también examinó aproximadamente 120 países y los dividió en países de crecimiento alto, medio y bajo a fin de estudiar las características comunes de estos grupos en todas las regiones.

La agrupación de los países por su tasa de crecimiento suministró importantes pruebas sobre los elementos positivos y negativos que se observan en los grupos (y en las distintas regio-

nes). Una descripción estadística de los países de alto crecimiento económico muestra a las claras que lograron una tasa de crecimiento significativamente más elevada como resultado de:

- Tasas de ahorro mucho más altas.
- Tasas de inversión más altas, sobre todo una tasa de inversión privada mucho mayor en relación con el PIB.
- Inversiones más eficientes financiadas con ahorro interno.
- Exportaciones que duplican las de los países de bajo crecimiento económico.

También sorprenden las notables diferencias en la productividad total de los factores de los distintos grupos.

Si se reducen estos elementos a tres —ahorro, inversión y aumento de la productividad— la receta para lograr un mayor crecimiento es clara. Sin embargo, la situación interna y externa en la que se encara el crecimiento es a menudo crucial para el logro y la viabilidad de dicho crecimiento. La estabilidad macroeconómica y la reforma estructural, según los estudios del FMI, constituyen la infraestructura fundamental que hace posi-

ENTRADO  
CRUZADO

01-03

9500550

# Los países en desarrollo para el 2000 el 40% del

ble un mayor ahorro, un aumento de la inversión y un mayor crecimiento de la productividad.

## ESTABILIDAD MACROECONOMICA

Las características de un entorno macroeconómico estable suelen ser un nivel de inflación bajo y previsible, saldos fiscales estables y viables, un tipo de cambio real competitivo y relativamente estable y un saldo de balanza de pagos que, en general, se considera viable. La inestabilidad macroeconómica que ha caracterizado la situación económica de los países de bajo crecimiento suele presentar rasgos diametralmente opuestos, según señaló Kumar. Muchos de estos países han permitido el financiamiento de cuantiosos déficits fiscales a través de una política monetaria laxa, lo cual, a su vez, dio lugar a tasas de inflación altas e inestables.

Los tipos de cambio pueden cumplir una doble función básica—la de estabilizadores y catalizadores—en el logro de la estabilidad macroeconómica. Un tipo de cambio nominal estable puede actuar como ancla monetaria para reducir y estabilizar la inflación, en tanto que un tipo de cambio real apropiado fortalece la economía interna al crear incentivos para exportar y colocar a los productos nacionales en mejores condiciones para competir con los productos importados.

Sin embargo, en muchos países en desarrollo estas dos funciones comúnmente se contraponen. A fin de controlar la inflación interna, los gobiernos suelen estabilizar los tipos de cambio nominales, lo cual produce como efecto no buscado una apreciación de los tipos de cambio reales y un deterioro de la situación de pagos externos.

¿De qué forma y en qué medida la inestabilidad menoscaba el crecimiento?

En el estudio de las perspectivas de la economía mundial se indica que existe una estrecha relación entre la inestabilidad y el bajo crecimiento, y se citan cuatro factores principales que pueden obstaculizar el crecimiento:

- Señales de precios distorsionadas y, consiguientemente, una asignación incorrecta de los recursos y una disminución de la productividad.

- Incertidumbre para los inversionistas, que demora las inversiones en espera de que se recobre la estabilidad. A su vez, la fuga de capitales, habitualmente se intensifica cuando existe inestabilidad, agudiza dicha incertidumbre.

- Una tasa de inflación alta y variable, que deprime aun más las tasas de inversión al reducir el rendimiento real del ahorro.

- Cuantiosos déficits fiscales que desplazan la inversión interna.

El logro de un alto nivel de crecimiento está directamente correlacionado con una baja tasa de inflación y una variabilidad moderada de los tipos de cambio al igual que con una relación estable entre el gasto y el ingreso fiscal y el PIB. En los países que lograron mantener tasas de inflación bajas, las tasas de ahorro fueron sorprendentemente más altas que en los demás países, según indican los datos. Muchos países en desarrollo que comprendieron exitosos programas de ajuste también lograron reformar el sector público y reducir significativamente su déficit presupuestario, lo que contribuyó a incrementar la formación de capital y reducir los desequilibrios externos.

## REFORMA ESTRUCTURAL

Según se concluye en el estudio del FMI, los países que han logrado resultados satisfactorios también han llevado a cabo con éxito reformas estructurales, entre las que normalmente se incluyen la reforma financiera, fis-

cal, comercial, del mercado de trabajo y de las empresas estatales. En el debate se pusieron de relieve dos reformas estructurales principales: la reforma financiera, fiscal, comercial, del mercado de trabajo y de las empresas estatales. En el debate se pusieron de relieve dos reformas estructurales principales: la reforma financiera y la reforma comercial. La reforma de los mercados financieros y de la regulación favorece la movilización y asignación del ahorro interno y permite mejorar el control monetario. En general, estas reformas incluyen la liberalización de las tasas de interés, la supresión de las políticas de crédito selectivas y la eliminación de los obstáculos que impiden el acceso al sistema bancario y las fusiones dentro del sistema bancario del país.

Las tasas de interés reales positivas resultantes de estas reformas estimulan la intermediación financiera y alientan el ahorro. Sin embargo, cuando las tasas de interés son excesivamente altas frenan el crecimiento en lugar de facilitarlo. Factores negativos, como la falta de confianza en las medidas de ajuste o la incertidumbre con respecto a

## Países en desarrollo: Crecimiento y otros indicadores económicos

(Variación porcentual anual, salvo indicación en contrario)

	1971-83	1984-89
<b>42 países de alto crecimiento<sup>1</sup></b>		
Crecimiento del PIB	5.8	7.4
Precios al consumidor	12.0	11.5
Precios al consumidor (mediana)	10.6	6.7
Variación precios al consumidor <sup>2</sup>	0.8	0.5
Déficit fiscal (porcentaje del PIB)	-2.8	-3.2
Inversión (porcentaje del PIB)	25.8	30.1
Ahorro (porcentaje del PIB)	24.5	29.3
Volumen de exportación	8.6	10.4
Relación de intercambio	0.4	0.1
Deuda externa (porcentaje del PIB)	19.2	29.4
Tipo de cambio efectivo real <sup>3</sup>	-1.0	-5.9
Productividad total de los factores	-1.9	3.4
<b>42 países de bajo crecimiento<sup>4</sup></b>		
Crecimiento del PIB	4.0	1.4
Precios al consumidor	26.4	53.5
Precios al consumidor (mediana)	10.8	10.7
Variación precios al consumidor <sup>2</sup>	0.7	0.8
Déficit fiscal (porcentaje del PIB)	-4.1	-5.3
Inversión (porcentaje del PIB)	26.3	20.9
Ahorro (porcentaje del PIB)	24.1	18.8
Volumen de exportación	-0.5	3.4
Relación de intercambio	4.7	-3.0
Deuda externa (porcentaje del PIB)	28.9	51.2
Tipo de cambio efectivo real <sup>3</sup>	-1.9	1.6
Productividad total de los factores	0.2	-1.1

<sup>1</sup> Los 42 (de 128) países que registraron las tasas de crecimiento más altas en 1984-89.

<sup>2</sup> Igual al valor absoluto de la razón entre la desviación estándar de la inflación de precios y su mediana en el período de la muestra.

<sup>3</sup> Debido a la falta de datos, las cifras de la primera columna corresponden a 1981-83.

<sup>4</sup> Los 42 (de 128) países que registraron las tasas de crecimiento más bajas en 1984-89.

Source: FMI, *World Economic Outlook*, October 1990.

9500550

economía interna al crear competitividad, según el FMI

## concentrarán crecimiento

La capacidad del país para mantener un nivel bajo de inflación, también pueden impulsar el aumento de las tasas, según observó Kumar. El aumento de las tasas también puede reflejar una prima por riesgo elevada resultante de una frágil estructura financiera, un endeudamiento excesivo del sector público o el desdazamiento del sector privado. No hay relación lineal entre el aumento de las tasas de interés y un mayor crecimiento económico; cuando dicho aumento se debe al riesgo y no a la confianza, las consecuencias son negativas.

La liberalización del comercio externo entraña la eliminación de las restricciones cuantitativas por aranceles y la eliminación de las exenciones con respecto a los aranceles en vigor. Las reformas comerciales mejoran la eficiencia al acrecentar la eficiencia de los mercados internos y reducir las distorsiones de los precios de los bienes comerciables frente a los no comerciables.

Según el estudio, la estabilidad macroeconómica y las reformas estructurales se complementan mutuamente y presentan una gran dependencia recíproca. Por su naturaleza, las reformas estructurales introducen un elemento de incertidumbre en el entorno económico; si esta incertidumbre se ve agravada por la inestabilidad del entorno macroeconómico, no cabe prever resultados favorables. Sin embargo, en el caso de los países que reducen los obstáculos al comercio, eliminan los desincentivos a la exportación y establecen la convertibilidad de su moneda en un contexto de estabilidad macroeconómica, los beneficios van más allá del mejoramiento de la asignación de recursos y las economías de escala que indican los análisis tradicionales.

### FACTORES EXTERNOS

Los factores externos—como las tasas de interés mundiales, la evolución de los países industriales y los precios de los productos básicos—ejercen más influencia en los países de bajo crecimiento que en los de alto crecimiento, explicó Pradhan en el foro económico, pero incluso entre los países de bajo crecimiento la política económica interna tuvo una función crucial en la determinación de los resultados económicos. El FMI estima que los factores externos redujeron la tasa media de crecimiento de los países de bajo crecimiento en 3/4 de punto porcentual en el período 1984-93, en tanto que elevaron la tasa media de crecimiento de los países de alto crecimiento en torno a 1 punto porcentual.

Los precios de los productos

básicos, que bajaron drásticamente desde mediados de la década de los ochenta y sólo repuntaron en forma moderada en los últimos años, han tenido un impacto mucho más negativo en el grupo de países de bajo crecimiento. La evolución de los países industriales ha afectado mucho más a los países de alto crecimiento, y el descenso de las tasas de interés mundiales ha beneficiado sólo a los países de bajo crecimiento que efectivamente estaban atendiendo el servicio de su deuda.

### PERSPECTIVAS

El FMI también ha examinado las perspectivas de los países en desarrollo a corto y largo plazo. Las perspectivas a corto plazo para este grupo se presentan favorables, señaló Pradhan, refiriéndose a la recuperación de los países industriales, el nivel bastante moderado de las tasas de interés y una ligera mejora en la evolución de los precios de los productos básicos (aunque, se apresuró a agregar, a más largo plazo las proyecciones son menos optimistas).

A mediano plazo, la conclusión de la Ronda Uruguay ofrece la mejor oportunidad de crecimiento a los países que están en condiciones de aprovecharla.

El mayor acceso a los mercados de los países industriales y la eliminación de los mecanismos de sostén de precios y de la protección de los mercados agrícolas en los países industriales estimulará la producción. Los exportadores netos de alimentos se beneficiarán sin lugar a dudas, señaló Pradhan, pero incluso para los importadores netos de alimentos cabe esperar una producción más competitiva y una mejor utilización de los recursos a mediano plazo.

¿Qué significa todo esto a más largo plazo?, planteó Larsen para resumir el debate. Las proyecciones del FMI, son bastante optimistas. Es posible que no se mantenga necesariamente el descenso de las tasas de interés en los países industriales y la cuantiosa afluencia de capital a los países en desarrollo, a medida que se restablezcan en los países industriales "condiciones cíclicas más normales", pero las condiciones económicas mundiales permitirán mitigar la pobreza y elevar las condiciones de vida en el grupo de países en desarrollo.

El FMI prevé que en el futuro podrán mantenerse tasas de crecimiento medias relativamente elevadas en estos países.

—La proyección de referencia es del 6%—a medida que más países en desarrollo emprendan programas de ajuste y perseveren en su ejecución.

Dado que la evolución de los países en desarrollo repercute en



Pese a los buenos pronósticos del FMI, estas escenas seguirán repitiéndose en el año 2000 a lo largo y ancho del mundo no desarrollado.

la economía mundial de forma considerable y cada vez más, ya no se trata sólo, según Larsen, de determinar cómo influyen los países industriales en los países

en desarrollo. Los países en desarrollo interactúan con el resto del mundo como una potente fuerza económica por derecho propio. Se estima que para el año

2000, concentrarán un tercio del comercio mundial y el 40% del aumento del producto mundial (calculado según la ponderación del PIB basada en la paridad de

poder adquisitivo). Los interrogantes con respecto a la política económica y la evolución de los países en desarrollo revistan ahora trascendencia mundial.

03-03

9500550



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *FMI informe fue A. lat. mantendrá el nivel*

PROCEDENCIA *50023*

FECHA DE PUBLICACIÓN *21/9/94*

VINCULACIONES *508501*

*30044*  
*11677*

*de crecimiento en 1994.*

Perspectivas económicas optimistas anticipó el FMI

## América Latina mantendrá el nivel de crecimiento en 1994

El crecimiento global en América Latina, impulsado en sus reformas económicas y en la expansión del comercio, seguirá orillando el tres por ciento en el corto y mediano plazo, anticipa el Fondo Monetario Internacional (FMI).

El organismo, en su informe sobre el panorama económico mundial a ser presentado la próxima semana en su reunión anual que se celebrará en Madrid, proyecta una expansión en América Latina del 3,8 por ciento en 1994 y 3,2 por ciento en 1995.

Los registros son similares a las proyecciones que el organismo dio a conocer en mayo pasado, pese a los problemas económicos que sufre Venezuela y a una desaceleración del crecimiento en México.

"Crecimiento menor a lo esperado en México y crecientes dificultades en Venezuela son contrarrestadas por una revisión positiva para Argentina", indica el documento.

El FMI prevé para este año un crecimiento de 6 por ciento en el Producto Interno Bruto de Argentina, 5,4 por ciento en Colombia, 4,5 por ciento en Perú, 4 por ciento en Chile, 3 por ciento en Brasil y 1,5 por ciento en México, mientras que para Venezuela se espera una contracción del 3,7 por ciento.

Una expansión más fuerte que lo esperado de la demanda interna, principalmente la inversión, llevó al Fondo a elevar el crecimiento previsto para Argentina, que además registrará este año una inflación de apenas 3,6 por ciento.

### BRASIL ALENTADOR

El análisis observa que la discreta reactivación en México se debió a tasas de interés

relativamente altas y cierto grado de incertidumbre asociado con las elecciones presidenciales, pero anticipa una más vigorosa expansión en 1995 coincidente con el crecimiento de la inversión privada.

En el caso de Venezuela, el organismo nota la escalada inflacionaria y el fuerte desequilibrio fiscal.

"Una crisis en el sector financiero ha provocado una sustancial inyección de liquidez y ha habido una gran pérdida neta de reservas en divisas. En julio de 1994, se introdujeron controles de cambio y se intensificaron los controles de precios. Bajo estas difíciles condiciones, se espera que la producción se contraiga marcadamente", agrega.

El FMI califica de "alentadores" los resultados iniciales del programa económico brasileño pero advierte: "Los gobernantes necesitarán asegurar la firme y continua implementación de esas políticas crediticias, fiscales y salariales junto a reformas estructurales para lograr un crecimiento económico sostenido".

En el ámbito global, el FMI proyecta crecimiento económico del 3,1 por ciento este año y 3,6 por ciento en 1995, sostenido por expansiones del orden del 2,6 por ciento en los países industrializados.

"La marcada desaceleración del comercio y del crecimiento de comienzos de la década parece haber cumplido su ciclo", observa.

El optimista informe del organismo subraya el sostenimiento de la expansión (5,7 por ciento anual) en el mundo en desarrollo como así también el crecimiento alcanzado por varias de las economías de Europa Central.

### PREVISIONES DE LA ECONOMÍA MUNDIAL (Años 1994 - 1995)

País	PIB		Inflac.		Desocup.	
	94	95	94	95	94	95
EEUU	3,7	2,5	2,7	3,4	6,3	6,3
Japón	0,9	2,5	0,7	0,7	2,9	3,0
Alemania	2,3	2,8	3,1	2,2	9,8	9,8
Francia	1,9	3,0	1,8	1,8	12,4	11,9
Italia	1,5	2,8	3,8	3,1	11,6	11,4
Reino Unido	3,3	3,0	2,5	3,1	9,4	9,0
Canadá	4,1	3,8	0,2	1,6	10,6	10,0
Otros países industrializ.	2,4	3,1	3,2	3,1	12,7	12,2
Todos los industrializ.	2,7	2,7	2,4	2,6	8,2	8,1
Países en vías de desarrollo	5,7	5,7	47,3	12,8	—	—
A. Latina	2,8	3,2	243,9	—	—	—
Total mundial	3,1	3,6	—	—	—	—

Fuente: FMI

ENTRADO	09/20/94
CRUZADO	—

9500551

01-01



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. DEFFEN

VINCULACIONES

Del 9 al 6/01/84 se realizó MADRID 499 Asamblea Anual  
del FMI y 13M.

50090

25/9/84

508501

501531

11078

507513

Asamblea Anual en Madrid desde el 3 de Octubre

# A 50 AÑOS DE BRETTON WOODS, EL FMI BUSCA ACRECER SUS RECURSOS

La economía internacional generará una demanda de reservas internacionales de los países miembros del Fondo Monetario Internacional del orden de US\$ 584 mil millones en los próximos cinco años y ello ha motivado que el Director-Gerente, Michel Camdessus, solicite un refuerzo en los recursos del organismo con la emisión de Derechos de Giro (36 mil millones) por US\$ 52.560 millones.

Este será uno de los temas fundamentales que habrán de considerarse durante la Asamblea Anual de Gobernadores del FMI y del Banco Mundial a realizarse entre el 3 y el 7 de octubre, punto que será decisivo a efectos de determinar si esa institución contará con fondos adicionales para préstamos.

La propuesta es aumentar los recursos para créditos a los países mas allá del 68% de la participación en el capital del Fondo que cada uno tiene y llevarla al 90%. Este incremento se aplicará para los préstamos stand-by (12 a 24 meses de plazo) y también para los de Facilidad Ampliada (hasta 36 meses de plazo).

Igualmente, se plantea extender a 3 años el plazo para los préstamos de Facilidad

Reforzada de Ajuste Estructural (para países con ingresos per capita entre US\$ 750,00 y US\$ 800,00) y prorrogar los créditos de Facilidad de Transformación Sistemática que, de otra forma, expirarían a fines de este año. Este tipo de operaciones están previstas para los países en proceso de transición desde economías centralmente planificadas a economía de mercado.

"Si lo consideramos como un grupo y desde muchos puntos de vista, el esfuerzo del FMI en los países en desarrollo ha sido un éxito" aseguró Hernán Puentes, Jefe de Prensa del organismo. "La esperanza de vida se ha duplicado, aumentando aproximadamente un 50% desde la Segunda Guerra Mundial, y la mortalidad infantil se ha reducido a la mitad".

Por su parte, el Director de la Oficina del Banco Mundial en París, Hans Wyes, analizó lo que han sido los 50 años de esta institución desde su creación en Bretton Woods y destacó la velocidad de los cambios producidos que apuntan a la prioridad de caminar hacia la economía de mercado. Para ello, resulta necesario que las instituciones públicas y privadas sean flexibles en su adaptación a esas transformaciones.

"Sentimos que estos 50 años han validado los objetivos fundamentales del Banco" dijo Wyes "que eran ayudar a los países a reducir su nivel de pobreza y a mejorar sus niveles de vida a través del crecimiento sostenido de la inversión en las personas".

A fin de lograr esas metas "habrá que hacer frente a cinco desafíos críticos: perseguir reformas económicas esenciales para promover un crecimiento mundial que beneficie a los pobres; invertir en las personas a través de la expansión de los programas que apoyan las áreas sociales de gran importancia como la educación, la salud, la nutrición, planificación familiar y desarrollar el papel de la mujer".

Asimismo, "se trata también de proteger el entorno, el medioambiente, de forma tal que el aumento de la población no resulte perjudicial; estimular el sector privado, es decir, ayudar a los países que sean más productivos y más competitivos en una economía global, y dirigir la orientación de los comentarios para que los sectores públicos eficientes puedan complementar a los sectores privados dinámicos".

ENTRADO

CRUZADO

01-08

9500552

La medida sería anunciada en la Asamblea Anual del Banco Mundial y del FMI en Madrid

## Reducirán deuda externa de países pobres

Londres - El Banco Mundial propondrá una nueva solución para reducir las agobiantes deudas de los países más pobres del mundo, anunciaron fuentes vinculadas con el organismo.

El plan, llamado "Reducir la Deuda Externa de los Países Pobres", será anunciado probablemente en la reunión anual del banco y el Fondo Monetario Internacional que comenzará oficialmente el 4 de octubre en Madrid.

El plan apunta a reducir drásticamente todos los tipos de deuda, incluyendo las contraídas con bancos comerciales, otros países y organismos multilaterales.

### Menos de US\$ 675 de ingresos per cápita

El esquema apunta básicamente a los países más pobres, que según el Banco Mundial son los que tienen un ingreso per cápita inferior a US\$ 675 anuales. Estos países incluyen a Nicaragua, Nigeria, Ghana, Kenya y Zambia.

"El argumento básico del documento es la necesidad de un nuevo enfoque al problema de la deuda", dijo una fuente. "Se basa en lo que es llamado Sagrada Trinidad".

La Trinidad estipula que los

países sólo obtendrán apoyo para reducir sus deudas si tienen en marcha reformas económicas aprobadas por el FMI y el banco.

En segundo lugar, sólo podrán aceptar en adelante financiación en forma de donaciones, ayuda o préstamos en condiciones muy favorables.

Finalmente, el tratamiento de estos países debe garantizar una reducción de deuda combinada con nueva financiación en las condiciones estipuladas que serán suficientes para que el país no se vea forzado a negociar permanentemente. (Reuter)



Lewis Preston

Presidente del Banco Mundial, elabora propuesta para reducir deuda externa.

### BASES DE LA PROPUESTA DEL BANCO MUNDIAL

- Toda la deuda a mediano y largo plazo contraída con bancos comerciales que se negocie con descuento sobre el valor nominal en mercados secundarios deberá ser eliminada.
- El Banco Mundial ya tiene en marcha un plan que ofrece donaciones a los países pobres para permitirles recomprar sus deudas a los bancos, con gran descuento.
- La asistencia oficial para el desarrollo deberá ser condonada en el mayor grado posible.
- Deberán aumentarse los montos de deuda perdonada por el Club de París que agrupa informalmente a las naciones acreedoras.
- Las deudas con las instituciones multilaterales de crédito deben flexibilizarse a través de los mecanismos existentes y otros más amplios.

A 50 años de Bretton Woods, con la presencia de 178 países

# FMI y Banco Mundial abren hoy su 49ª Asamblea Anual

por Alejandro Gonsky, corresponsal en España

Durante casi dos semanas Madrid se convertirá en la "capital económica del mundo", según definición de la prensa local.

En efecto, del 4 al 6 de octubre se realizará en el madrileño Palacio Municipal de Congresos y Exposiciones la 49ª Asamblea Anual Conjunta del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM), que está precedida por su "Pre-Reunión", del 27 de septiembre al 3 de octubre.

Conjuntamente con esta reunión llegarán otros eventos —algunos directamente relacionados a la asamblea del FMI-BM y otros no— que conforman lo que en la jerga del FMI (lenguaje propio a veces hermético para los no iniciados) se denomina "el circo".

La reunión anual del FMI-BM se efectúa siempre en dos fases. La primera, calificada de "pre reunión", es en la que realmente se discute y decide. La segunda —que oficialmente es la Asamblea Anual— no es más que una sucesión de discursos de las cabezas de las delegaciones oficiales de los países miembros, en los que éstos refrendan lo acordado en las reuniones y conciliabulos previos.

La "pre reunión", por su parte, se desarrollará desde mañana martes al lunes 3 de octubre. Comprende una serie de reuniones oficiales de Comités y varios grupos de países y de una aún más amplia serie de reuniones bi o multilaterales, entrevistas y contactos entre las delegaciones de los países miembros del FMI (actualmente 179) y del BM (178), ya que el ministerio de San Marino es miembro del FMI pero no del BM).

## COMITES Y GRUPOS

Las reuniones oficiales comprenden la de los gobernadores de Bancos Centrales Iberoamericanos y Filipinas (28 de septiembre), la de los países del Grupo de los 24 (el 29 de septiembre los adjuntos y el 30 los ministros), la de los ministros del Grupo de los 10 (el 2 de octubre), y la del Comité de Desarrollo (el 3 de octubre), a las que se suma la de los miembros del Grupo de los 7 (que nunca se anuncia pero siempre se realiza el mismo día que la del Grupo de los 10, o sea el 2 de octubre, en este caso).

"Traduciendo al criollo" esta jerga de comités y grupos, diremos que el Grupo de los 24 está formado por 8 países de África, 8 de Asia y 8 de América Latina y pretende coordinar la acción de los PVD, países en vía de desarrollo, (eufemismo por el que se conoce a los países subdesarrollados) a fin de la mejor defensa de sus intereses, objetivo difícil de lograr en organismos como el FMI y el BM, en los que los votos son "ponderados" en función del capital. Estados Unidos tiene el 18% del mismo y otros 6 países desarrollados un 34% (es decir 7 países controlan el 52% de los votos). Según señala una publicación de BM "los 20 países con mayores cuotas (capital aportado al FMI) detentan el 75% de los votos". Para mayor ejemplificación citaremos los porcentajes de votos de otros países: Uruguay: 0.13; Argentina: 0.71; Brasil: 1.73; Paraguay: 0.06; (Total Mercosur: 2.63); España: 1.65; Rusia: 1.75; Chi-

na: 3.10; India: 3.10; Corea: 0.66; Malasia: 0.58; Singapur: 0.04 (los 3 últimos "tigres de sudeste asiático").

El Grupo de los 10 comprende a Alemania, Bélgica, Canadá, Francia, Italia, Japón, Países Bajos, Reino Unido, Suiza y Suecia (es decir los países más industrializados y de mayor economía del mundo, con excepción de Estados Unidos). Su misma composición y la significativa ausencia explican sus propósitos. Según las publicaciones del FMI y del BM "este Grupo es un foro de discusión económica monetaria de la mayor influencia".

En cuanto al Grupo de los 7, lo integran Alemania, Canadá, Estados Unidos, Francia, Italia, Japón y Reino Unido. Últimamente de recursos reales a los países en desarrollo".

## ANIVERSARIO, SEMINARIOS Y MAS REUNIONES

En julio de 1944 y en el hotel Mount Washington de la localidad de Bretton Woods, del estado de New Hampshire de Estados Unidos, 44 países participaron en una conferencia internacional a cuyo final se firmaron los Acuerdos de Bretton Woods, que dieron lugar al nacimiento del FMI y del BM. Por ello, esta Asamblea celebra el 50º aniversario de ambas instituciones.

La celebración es otra conferencia: la "Conferencia Bretton Woods". Durante 2 días (29 y 30 de septiembre) diversos ponentes se refirieron al futuro del FMI y del BM y "cómo responder a los nuevos desafíos". La participación prevista es "del más alto nivel" (políticos, ex ministros, ex gobernadores del FMI, antiguos presidentes de Bancos Centrales, economistas y académicos de todo el mundo. La inauguración la presidirá Felipe González.

Fuera ya de las actividades oficiales de la Asamblea FMI-BM se instalará el así llamado "circo": se anunciarán (o se instaurarán) reuniones de todo tipo entre empresarios, directivos de multinacionales, banqueros. Los encargados de prensa del FMI y del BM no se cansan de repetir y subrayar que la actividad de ambos organismos se realizan "solamente con los gobiernos", pero a la propia Asamblea asisten como "invitados especiales" y "observadores" muchas personas vinculadas al sector privado de la economía.

En este "circo" se inscribe el "III Congreso Mundial para el Desarrollo Económico", organizado por la empresa World Congress y patrocinado por varias empresas internacionales. Se desarrollará en un hotel de cinco estrellas, del 28 al 30 de septiembre y —según sus organizadores— es "la reunión más importante de su tipo y ofrece un escenario sin precedentes para representantes reconocidos e influyentes del ámbito de la política, los negocios y la industria... que se reúnen para debatir y ofrecer información de primera mano y su previsiones sobre el mercado mundial".

## ARAFAT PEDIRA, SHULZ Y GENSCHER DISERTARAN

Dirigido a directores generales de compañías con facturación superior a los 300 millones de dólares, el Congreso reunirá en Madrid a unos mil altos car-

gos de 700 empresas estadounidenses y transnacionales, que emplean a 3 millones de personas y representan un movimiento ("cash-flow") de más de 200 billones (con B) de dólares.

Consiste el evento en 4 seminarios y 4 "sesiones claves".

Los seminarios (llamados "cumbres") son: de directores generales, de financiación de proyectos, de inversionistas institucionales y de empresas. Las 4 "sesiones claves" consisten en conferencias de personalidades sobre "la cambiante fisionomía de Europa" (por el ex canciller alemán Hans Dietrich Genscher); "La lucha por el futuro" (por el también ex canciller estadounidense George Schultz, hoy alto directivo de Bechtel Enterprises Inc.); "La Economía de la Paz en Oriente Medio" (con discursos del líder de la OLP Yasser Arafat —quien seguramente no dejará pasar esta oportunidad de pedir inversiones para Palestina— y del ex presidente de Is-

rael Chaim Herzog); "El Mundo y Bosnia", y "Alianzas Globales para el Crecimiento: el Desafío de Europa Oriental" (con intervenciones de Jacques de la Rosière, presidente del Banco Europeo de Reconstrucción y Desarrollo, y de Alexander Sholkhin, vice primer ministro de Rusia).

También habrá en el Congreso una "Cumbre de ministros" de Energía y Finanzas para "discutir los programas a disposición del sector privado y la privatización de empresas estatales", en el sector energético (en especial proyectos eléctricos e hidrológicos). La asistencia a este evento —especifican sus organizadores— es "limitada" en número y tan sólo por invitación previa. Asistirán ministros (o en varios casos secretarios de Estado) de Argentina, Bolivia, Chile, Ecuador, El Salvador, Honduras, Indonesia, Laos, México, Nicaragua, Pakistán, Perú, Tailandia y Venezuela.

## Misión uruguaya busca inversores

Madrid, por AG

Uruguay participará en la Asamblea del Fondo Monetario Internacional (FMI) y Banco Mundial (BM) que comenzará hoy en Madrid, representado por el ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de losada —que arribará el sábado a España—, el presidente del Banco Central del Uruguay (BCU), Enrique Braga, el delegado alterno ante el FMI-BM, Carlos Steneri y —aún sin confirmar— el director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP), Javier de Haedo.

A su vez, habrá una participación oriental en el denominado "circo", es decir, la serie de eventos paralelos a los directamente relacionados con la Asamblea de los organismos internacionales. En efecto, hoy tendrá lugar una jornada sobre "Oportunidades de negocios en el sector energético en Uruguay y la región", organizado por el gobierno, la administración de Usinas Termoelectricas del Estado (UTE) y la Embajada uruguaya en Madrid.

En la reunión, a la que la oficina diplomática uruguaya ha invitado a numerosas personalidades políticas, bancarias y empresariales españolas, disertarán: el subsecretario de Economía y Finanzas, Gustavo Licandro; el presidente del BCU, Enrique Braga; el ministro de Industria, Energía y Minería, Miguel Ángel Galán; el presidente de UTE, Ruperto Long; el gerente general del ente, Carlos Pombo; el subgerente general y el asesor técnico general de UTE, y el presidente de Ancap, Andrés Tierno Abreu.

El encuentro busca aumentar las inversiones españolas en el sector energético uruguayo. Asimismo, una delegación de funcionarios de UTE, el BCU, del Ministerio de Industria y de la Facultad de Ciencias Económicas, expondrán ante un núcleo de empresarios españoles, en el marco del III Congreso Mundial para el Desarrollo Económico a realizarse entre el 28 y el 30 de septiembre en Madrid. El ente energético uruguayo fue especialmente invitado al evento, para exponer su caso de transformación de la empresa, por estar considerado como el principal agente de reingeniería de una entidad estatal en América Latina. Se informó ayer desde la UTE.

9500552

Están previstas más de 2000 reuniones bilaterales entre los países miembro

## Iberoamérica y Filipinas inician hoy sesiones preparatorias de la Asamblea Anual del FMI

Los gobernadores de los bancos centrales de Iberoamérica y Filipinas se reunirán hoy en el primero de los actos que se celebrarán en torno a la Asamblea Anual Conjunta del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial.

por Oscar Vilas

enviado de El Observador a Madrid

La Asamblea del FMI y el BM, que será inaugurada el 4 de octubre por el rey Juan Carlos I de España, durará hasta el día 6 y reunirá en Madrid al menos a 8.500 participantes oficiales, de



Juan Carlos

El 4 de octubre el rey de España inaugurará oficialmente la Asamblea Anual del FMI y del Banco Mundial.

ellos 3.000 miembros de delegaciones oficiales, que incluyen 200 ministros de finanzas y gobernadores de bancos centrales.

Durante la Asamblea se celebrarán aproximadamente 2.000 reuniones bilaterales y unas 3.000 multilaterales de los 179 países miembro del FMI, de los que 178 pertenecen también al BM.

La asamblea irá precedida de otras reuniones, como la de los gobernadores iberoamericanos y filipino entre los que destaca la conferencia conmemorativa de la constitución de esos dos organis-

mos, hace cincuenta años en Bretton Woods (Estados Unidos).

El 1º de octubre se reunirán los ministros de Economía de los siete países más industrializados (G-7): Alemania, Canadá, Estados Unidos, Francia, Italia, Japón y el Reino Unido, grupo al que se han sumado como invitados Rusia y la Unión Europea (UE).

El mismo día se reunirán los ministros de Economía del Grupo de los 24, en el que están representados los países en vías de desarrollo, para elaborar la agenda que expondrán de modo conjunto en las

reuniones del Comité Interino del FMI y de Desarrollo de ambos organismos.

El 2 de octubre tendrá su reunión el Grupo de los Diez, formado paradójicamente por los integrantes del G-7 más Bélgica, Países Bajos, Suiza y Suecia, que suman once.

Los debates de la Asamblea Anual Conjunta FMI-BM tratarán la evolución de los tipos de interés, la deuda exterior y la marcha de la transición de economías planificadas en los antiguos países socialistas a economías de mercado, entre otros asuntos.

### Para el FMI han finalizado los años de las "vacas flacas"

(ENVIADO) - LA CRISIS ha quedado atrás. El Fondo Monetario Internacional que agrupa 179 países anunciará esta semana que la recesión ha terminado. Lo hará en Madrid donde más de 150 ministros de Economía y presidentes de bancos centrales acudirán a la asamblea conjunta de este organismo y del Banco Mundial en su 50 aniversario en una excepcional cumbre financiera internacional.

"Finalizan siete años de vacas

flacas", dijo el director general del FMI, Michael Camdessus al diario madrileño El País.

La predicción de crecimiento económico mundial del banco para 1995 es la más alta desde hace siete años.

En esta jornada Madrid recibe a los participantes de la asamblea, un acontecimiento al que concurren unas 15.000 personas y que ha costado al erario español 2.140 millones de pesetas. Los responsables

de la economía mundial tratarán de diseñar las líneas generales de crecimiento para los próximos años y sentar las bases de la cooperación económica internacional.

Dos serán los temas que recibirán más atención: la preocupación por el mantenimiento del alto déficit público en los países industrializados y la concesión de nueva ayuda a los países del este de Europa, muy especialmente a Rusia.

# Camdessus quiere FMI por 50 años más

Por Eduardo Bonelli

bH 30/9

(Enviado especial de LA NACION)

**Interrogantes:** subsisten numerosos puntos oscuros, interrogantes y desafíos para el futuro de la economía internacional.

MADRID. - El Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional celebraron hoy una conferencia de dos días en celebración del medio siglo de los acuerdos que les dieron vida en Bretton Woods. Según Michel Camdessus, director gerente del FMI, y Robert Preston, presidente del banco, no se trata de un mero festejo sino de diseñar los próximos cincuenta años del sistema de cooperación económica internacional, que hasta ahora puede acreditarse méritos notorios.

Pero ambos advierten que subsisten puntos oscuros, interrogantes y desafíos para el futuro. ¿Qué habrían dicho los fundadores de hace medio siglo, en 1944, al ver los niveles de desempleo más altos desde los años 30? ¿Cómo habrían reaccionado ante las vacilaciones de los países industriales para actuar con reciprocidad y eliminar los obstáculos al comercio mundial como han hecho las naciones en desarrollo?

## Pobreza inaceptable

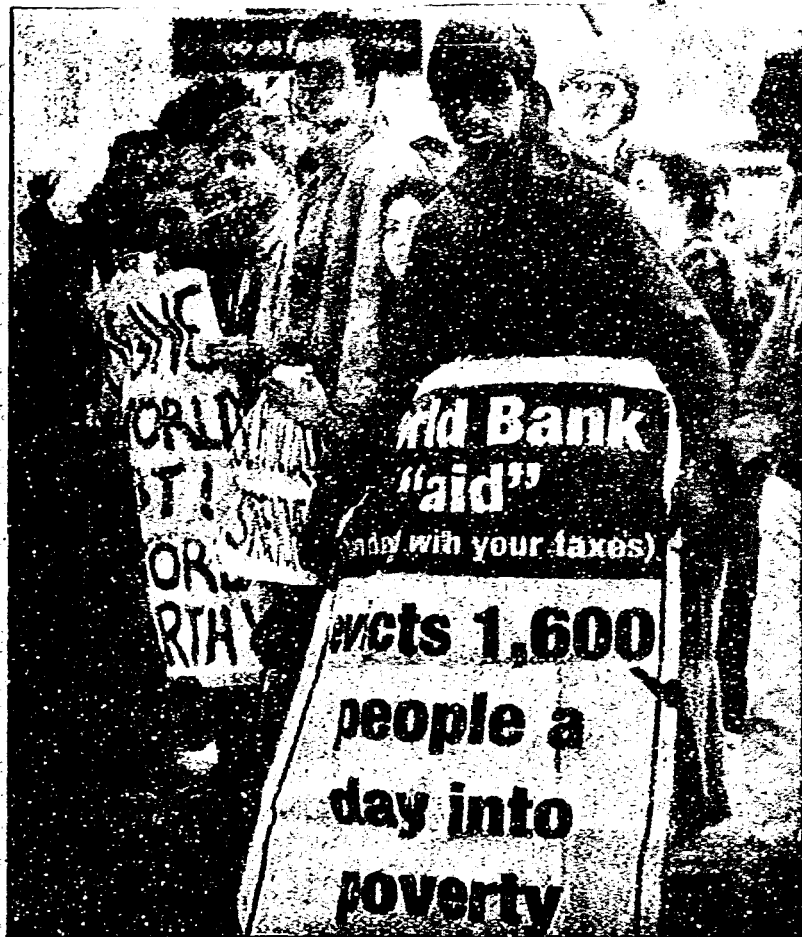
Es obvio, sin embargo, que hay una carga de cuestiones no resueltas que demandan inmediata atención. Por más que se haya de-

clarado aquí formalmente el fin de la recesión más profunda que registró el FMI y el Banco Mundial en sus memorias, la subsistencia de niveles de pobreza inaceptables que afectan a una vasta proporción de la población del planeta; las elevadas tasas de desempleo que van muy a la zaga de la recuperación económica y se mantendrán todavía en 1995, en las economías industriales e intermedias; la persistencia del deterioro en la economía de la Federación Rusa y otras repúblicas que fueron soviéticas; los fuertes desequilibrios fiscales que han llevado la deuda de los países industriales al 70 % de su PBI y pesan sobre los mercados de capital y generan perspectivas de inflación, son elementos inquietantes que reclaman respuestas sin dilaciones.

En la agenda de discusiones de estos días se anotan propuestas que procuran salir al paso de tales demandas:

- La distribución de una nueva emisión de Derechos Especiales de Giro (la moneda que el FMI se propuso instituir hace años como centro del sistema monetario en el mundo), fundamentalmente como medio de acelerar la recuperación de los países que pertenecieron a la URSS y, sobre todo, a Rusia.

- La venta de tenencias de oro del FMI, que suman 40.000 millones de dólares, sugerida por los países del Commonwealth, encabezados por el Reino Unido, para mejorar la situación de los países más pobres.



En Madrid, no todos están con el FMI

(Foto de AP)

- Reformas en los mercados laborales -particularmente en Europa- y desregulación del trabajo para mejorar el nivel de empleo.

- Una iniciativa parlamentaria británica para condonar las deudas de los países africanos más pobres.

Como se advierte, las naciones que se encuentran en situaciones más o menos comparables con la Argentina -economía en expansión, situación financiera aceptable, pagos externos regularizados, buen

nivel de reservas, pero subsistencia de problemas de pobreza, desempleo, medio ambiente e infraestructura-, sólo tangencialmente recibirían beneficios de estas propuestas. Para estos casos, la idea es promover una mayor afluencia de capital privado a partir de políticas macroeconómicas acertadas y lo que Preston llamó "el buen gobierno: responsabilidad, transparencia e impulso de la ley". ¿Será posible?



PELEA POR LAS NUEVAS EMISIONES

# Los países centrales no quieren dar dinero al FMI para combatir la pobreza

Agencia Reuters

Al inaugurar la asamblea del Fondo Monetario y el Banco Mundial, Michel Camdessus se mostró entusiasmado por la salida de la recesión, pero alertó sobre tres problemas: desocupación, inflación y déficit público. El verdadero problema recién comienza, ya que la burocracia del FMI quiere más fondos para combatir la pobreza, y los países de economías fuertes —EE.UU., Inglaterra y Alemania— se oponen. Y son los que tienen mayoría de votos.

MADRID (Por Juan Carlos Alguilar, especial para Clarín). — La recesión está enterrada se debe disfrutar del relanzamiento de la economía mundial pero hay que tener cuidado con la inflación, el enorme déficit público de los estados y los problemas estructurales que generan una alta tasa de desocupación. Con un cauto optimismo acusado por demasiados temores, el director general del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, inauguró ayer en Madrid las reuniones anuales conjuntas del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial. Sin embargo, ya hay una polémica: el FMI quiere más fondos para ayudar a los países empobrecidos, pero sus socios mayoritarios no quieren emitir más moneda.

Camdessus, la más relevante personalidad del Fondo, declaró en una muy concurrida conferencia de prensa que la institución está dispuesta a asumir todos los cambios necesarios para adaptarse a una situación totalmente distinta a cuando nació hace cincuenta años en Bretton Woods, Estados Unidos. En otro ámbito, el presidente del Banco Mundial, Lewis Preston, también entonó su "mea culpa" señalando que ambas instituciones deben ser más flexibles y selectivas en los proyectos destinados a ayudar a los países en desarrollo.

El importante funcionario proclamó que está pronto a dar batalla en la reunión del Comité Interino —el organismo ejecutivo del Fondo— para que se apruebe su propuesta de emitir 36.000 Derechos Especiales de Giro (DEG), la "unidad monetaria" de la institución, equivalentes a 52.000 millones de dólares para ampliar la capacidad de préstamos. Estados Unidos, Alemania y Gran Bre-



taña se han declarado contrarios al proyecto y solo aceptan que se generen 16.000 millones en DEG para favorecer a los países que no han recibido esas asignaciones al haber ingresado en el Fondo después de 1981, cuando se realizó la última emisión. El secretario norteamericano del Tesoro, Lloyd Bentsen, proclamó antes de salir hacia Madrid que se oponen a la propuesta de Camdessus porque generaría un exceso de liquidez que puede crear presiones inflacionarias. "¡Pero cómo puede crear esto más inflación!", clamó Camdessus ante la prensa, en tono airado. El propósito del Fondo, señaló el director general, es crear medios que aseguren un crecimiento sostenido de la economía mundial aprovechando la nueva etapa de prosperidad.

Pero aunque Camdessus reciba el apoyo de muchos países que quieren impulsar una mayor creación de riqueza, esa mayoría choca contra el poder casi omnímodo de los países más ricos en el mecanismo de votación del Fondo Monetario.

La cantidad de sufragios depende de los aportes que efectúa cada país: los siete países más ricos, Estados Unidos incluido, tienen una capacidad de voto que casi equivale al de los 171 países restantes. Para aprobar decisiones de gran trascendencia no solo hace falta la mayoría, que los poderosos pue-



den obtener fácilmente, sino también los dos tercios, totalmente controlado por el club de los que mandan.

El entusiasmo de Michel Camdessus por ayudar a los más pobres se enfrió un tanto cuando tuvo que comentar la propuesta del ministro de Hacienda británico, Kenneth Clarke, de que el Fondo utilizara parte de su cuantiosa reserva en oro —40.000 millones de dólares— para respaldar créditos especiales destinados a las naciones más subdesarrolladas.

"Antes de echar mano a las 'joyas de la familia' es necesario tomar en cuenta otros instrumentos", señaló con prudencia Camdessus. El director insistió con que el oro del Fondo se utiliza como respaldo para un organismo interno, denominado ESAF, que permite efectuar préstamos a bajo interés a las naciones más pobres.

Camdessus insistió en repetidas oportunidades con que la clave del éxito económico de cada país miembro radica en la calidad de sus programas económicos.

Los expertos del Fondo insisten en que los bancos centrales aumenten las tasas de interés con la anticipación necesaria como para que atajar a tiempo las presiones inflacionistas. También proponen combatir el problema de los déficits públicos acumulados por los estados ya que la deuda, que equivalía al 40% del Producto Bruto Interno en 1978, representa ahora un 70 por ciento.

Michel Camdessus, al inaugurar ayer la reunión del Fondo Monetario Internacional.

La policía contiene a manifestantes españoles que quieren impedir el ingreso de delegados a las deliberaciones del Banco Mundial.



Reunión con representantes del Nomura Bank

## Uruguay ajustará en España lanzamiento de Bonos Samurai

(Enviado) - La delegación uruguaya que participa de la 49ª Asamblea Anual de Gobernadores del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM) se reunirá con representantes del Nomura Bank con el propósito de ajustar los detalles de la emisión de los Bonos Samurai que se efectuará a mediados de octubre, dijeron a El Observador fuentes oficiales.

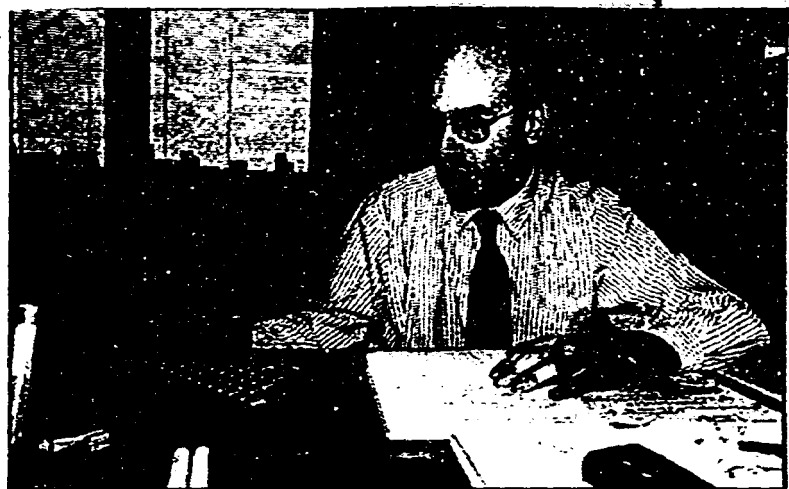
El Nomura Bank es la entidad designada para actuar como lead manager de la operación y será la encargada de definir, junto al Banco Central del Uruguay, el spread sobre la tasa libor que pagarán los papeles uruguayos.

Las fuentes explicaron que se trata de un encuentro "de rutina", ya

que existe un cronograma de actividades previas al lanzamiento de la serie, entre las que se destaca la presentación —el próximo 18 de octubre— por parte del director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, Javier de Haedo, de un informe sobre la evolución de la economía uruguaya, el que se celebrará en Tokio.

La serie, por unos 10.000 millones de yenes (cien millones de dólares), tendrá tres años de plazo y pagará intereses semestrales en base a la tasa preferencial londinense más un spread que será fijado en el momento del lanzamiento. Se trata de la primera oportunidad en que Uruguay emite bonos de deuda en el mercado abierto de Japón.

A principios de setiembre, Nippon Investors Service (INS) asignó la calificación de BBB- (triple B menos) al riesgo inversor de dicha serie. BBB- corresponde al nivel inferior del "grado inversor" o "investment grade", lo cual sitúa a la emisión uruguaya de Bonos Samurai en una mejor calificación



Javier de Haedo

El 18 de octubre presentará el informe sobre el lanzamiento de los Bonos Samurai en Tokio

de riesgo que la asignada anteriormente por Moody's Standard & Poor's a las tres emisiones de Euronotas ya realizadas por la administración Lacalle en Europa y Estados Unidos.

Las fuentes no descartaron que puedan producirse otros encuentros con entidades financieras internacionales interesadas en promover la emisión de títulos uruguayos en mercados europeos. ■

07

95005521



# La movida madrileña, en huelga

MADRID. (Por Juan Carlos Algañaraz, especial para Clarín). - La capital española puso de todo un poco para acompañar la reunión del Fondo Monetario Internacional, incluyendo protestas, monedas, recomendaciones y una huelga del personal gastronómico.

• Los altos personajes que se dan cita en Madrid para la gran fiesta- aniversario del dinero, pueden quedarse sin hoteles ni restaurantes el próximo 4 y 5 de octubre. La gratificante "movida madrileña" quedaría paralizada en esos días en que se reúne la Asamblea plenaria del Fondo Monetario y del Banco Mundial, justo en el momento en que habrá unas 15.000 personas hambrientas, sedientas, cansadas y con ganas de una diversión más sensual que hablar de los Derechos Especiales de Giro. Los sindicatos han convocado a una huelga general por 48 horas a los 58.000 empleados en 20.000 empresas de hotelería, bares y casas de comida. La patronal jura que los gremialistas no se ponen ni al teléfono y estos no ceden: aumento de sueldos, un modesto 3,5%, o la vergüenza internacional.

• Felipe González puso cara de asombro cuando desde su automóvil contempló a algunos jóvenes cubiertos solo por mantas que agitaban carteles de protesta y trataban de bloquear el ingreso al Palacio de Congresos. Militantes de los foros alternativos que enjuician duramente a los "mellizos de Bretton Woods", que cumplen 50

años, critican en especial los proyectos financiados por ambas instituciones que causaron el desplazamiento de poblaciones indígenas y barriadas humildes en el Tercer Mundo.

• El berlinés Peter Muller entregó documentación sobre el tema a los periodistas después de ser amablemente "desplazado" por las fuerzas antidisturbios. "Dos millones de personas han sido forzadas a abandonar sus tierras debido a 134 proyectos, financiados por el Banco Mundial, que están en construcción", acusaba el documento. Además de gritos y carteles, Ann Doherty, arremetió contra los fastos en Madrid: "No podemos creer que están bebiendo champán y celebrando su trabajo cuando hay muchas gentes en todo el mundo que sufren horrendamente a causa de estos proyectos", proclamó.

• Hablando de policías. El despliegue de seguridad es imponente. Millares de agentes, patrullas especiales subterráneas, helicópteros, controles en los hoteles y principales restaurantes, el aeropuerto convertido en una fortaleza con tanquetas incluidas y las calles y los edificios escrupulosamente vigilados. Entre los duros policías, enfundados en uniformes azules, mucha presencia femenina y ninguna separación sexista: ellas conducen algunas camionetas y están integradas en los pelotones y fuerzas antidisturbios. Algunos despistados extranjeros que quie-

ren llegar a recoger sus credenciales son acompañados por jóvenes policías que, Clarín es testigo, dieron explicaciones en inglés a sus sorprendidos interlocutores.

• Algunos consejos útiles en la Guía de Participantes más bien parecen destinados a una antología del humor involuntario. Por ejemplo, a los banqueros amantes del orden les cae esta admonición: "En España está prohibida la posesión y portación de armas". Por si acaso, el capitalista de turno también recibe la siguiente exhortación: "Antes de salir de Madrid, se espera que todos los participantes liquiden directamente en sus respectivos hoteles todas las cuentas". (Así que ya se sabe: dejar el revólver en casa y que a nadie se le ocurra irse por la ventana del mesón).

• Como no podía ser de otra manera, la asamblea de Madrid recibirá los honores de una moneda especial de plata que costará dos mil pesetas y será de curso legal. Para los Juegos Olímpicos de Barcelona se acuñaron 184.000 ejemplares, pero ahora serán cuatro millones en esta edición especial. En el anverso figura la efigie del Rey y en el reverso la fachada del Banco de España, el logotipo de la Asamblea y el texto: "Madrid Asamblea FMI-BM". Para evitar la tentación de los falsificadores la moneda lleva una "imagen latente", como medida de seguridad.

08-08

9500552

Nº. DOCUMENTO

TITULO

*Mrs. Sintonio de economia propone venta de oro del FMI xa*

PROCEDENCIA

*50007*

FECHA DE PROCEDENCIA

*24/9/94*

VINCULACIONES

*508501*

*507529*

*508501*

*auxiliar países pobres.*

**Proponen venta  
de oro del FMI  
para auxiliar  
países pobres**

Londres, 26 set. -- El ministro británico de Economía, Kenneth Clarke, propondrá mañana martes en Malta que el Fondo Monetario Internacional (FMI) venda una parte de sus reservas de oro para crear un nuevo fondo económico destinado a los países más pobres.

Clarke participará en esa isla del Mediterráneo en una reunión de los ministros de finanzas de la Commonwealth y su plan también será presentado en la reunión del grupo de los siete, que se celebrará el próximo sábado en Madrid.

Kenneth Clarke propone la venta del diez por ciento de las reservas de oro del FMI, valoradas en 40.000 millones de dólares, con el objetivo de crear un fondo para ayudar a los países deudores más pobres que han llevado a cabo reformas económicas según las indicaciones de dicho organismo internacional y del Banco Mundial (BM). (EFE)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500553

Nº. DOCUMENTO

TITULO *FMI cumple 50 años de existencia*

PROCEDENCIA *150025*

FECHA DE PROCEDENCIA *20/9/94*

VINCULACIONES *508501*

## El FMI predica contra la pobreza

*14 22/9*

Por Eduardo Bonelli

(Enviado especial de LA NACION)

**Cuidado: al cumplir 50 años de existencia, la entidad internacional aconseja evitar las políticas de ajuste agresivo**

MADRID.-La comunidad financiera internacional tiene concentradas sus preocupaciones en el difícil equilibrio necesario para que la actual recuperación de la economía mundial no derive en renovadas presiones inflacionarias ni se ahogue con tasas de interés desmesuradas. Pero, al mismo tiempo, procura redoblar sus esfuerzos en la lucha contra la pobreza en el mundo subdesarrollado, impulsando el crecimiento económico y mejorando la asignación de los recursos crediticios disponibles.

Estas son las orientaciones esenciales que se advierten en las jornadas preliminares de la asamblea anual conjunta del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, que comenzaron hoy aquí.

Las apreciaciones de los técnicos de ambos organismos son, en su informe anual, de tono optimista:

- La recesión más profunda de la historia del Fondo y del Banco está quedando atrás.

- Las principales economías mantienen bajas tasas de inflación.

- Los países en desarrollo han superado el problema de la deuda, han tenido éxito en sus procesos de reforma estructural y adaptación a la economía de mercado, y están en condiciones de seguir un camino de crecimiento semejante al de las economías del Sudeste asiático.

- Aun las naciones que pertenecieron al bloque soviético están encarando satisfactoriamente su transición y, aparentemente, sus economías dejaron de contraerse.

Todo esto no minimiza, por supuesto, el problema de la pobreza. En lo que a la América latina se refiere, la prédica del vicepresidente regional del Banco Mundial, Shahid Javed Burki, y del economista jefe del área, Sebastián Edwards, apunta a duplicar la tasa de crecimiento regional, que en los últimos años ha sido de casi el 3,4 por ciento, un nivel apenas suficiente para mantener en su lugar los indí-

cadores de pobreza. El crecimiento afirmó- es el mejor remedio contra la pobreza. Y para sostener un ritmo expansivo más alto será menester aumentar sustancialmente el ahorro interno y convocar al capital privado.

La asistencia de los organismos internacionales para América latina, en efecto, llegó a casi 4800 millones de dólares, de los cuales fueron efectivamente desembolsados unos 2800 millones, sin contar que los pagos de los países de la región sumaron en el mismo lapso 7200 millones por reembolsos e intereses, de modo que hubo una salida neta de recursos por 4400 millones de dólares. Estas cifras, a pesar de su significación, pierden importancia frente a las necesidades para construir una infraestructura adecuada: 60.000 millones de dólares por año -estima el Banco-, durante los próximos diez, tal vez quince años. Esto exige elevar la tasa de ahorro interno del actual 20 por ciento al nivel asiático del 34 por ciento. Eso parece, pues, el principal desafío de los próximos tiempos.

ENTRADO *1*

CRUZADO *1*

*01-01*

*9500554*

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Bró FMI URUGUAY? no cumplirá con metas del programa*

PROCEDENCIA *50483*

FECHA DE PROCEDENCIA *29/9/94*

VINCULACIONES *508501*

*507466*

*me económico*

*Sin embargo destaca logros en política crediticia, salarios públicos e inflación*

## Para el FMI Uruguay no cumpliría con metas del programa por desvíos en materia fiscal

El Fondo Monetario Internacional (FMI) considera que las metas del programa económico uruguayo no cuentan con buenas posibilidades de ser cumplidas, debido a un "desvío" en materia fiscal.

por Oscar Vilas

enviado de El Observador a Madrid



EL ORGANISMO DIFUNDIÓ ayer su informe anual sobre perspectivas económicas mundiales, con un capítulo dedicado al análisis específico de la coyuntura en cada uno de los países con los que ha firmado acuerdos.

En el capítulo referido a Uruguay se efectúa una reseña de los principales indicadores y se destaca los logros del gobierno en el transcurso del año, básicamente en cuanto a la reducción de la inflación, aunque también se advierte sobre un alejamiento de las metas previstas en el plano fiscal.

"En lo que va del año, la política crediticia y salarial pública ha sido implementada tal como se había planificado; la tasa anual de inflación disminuyó de acuerdo a lo proyectado, desde un nivel de 53% a mediados de 1993 a menos de un 42% en agosto de 1994 y los obje-

### PRINCIPALES INDICADORES Y PROYECCIONES DEL FM

	1992	1993	1994
Ratios sobre PBI		Preliminares	Proyecciones
Exportaciones de bienes y servicios	21,9	19,5	18,4
Importaciones de bienes y servicios	21,5	21,5	20,6
Cuenta corriente balanza de pagos	-1	-2,9	-3,1
Ingresos del gobierno central	19,6	19,3	20,2
Egresos del gobierno central	18,8	20,1	21,4
Sector público no financiero	2,1	-0,7	-1,2
Deuda externa pública	40,5	40,3	41,6
Deuda externa total	52,7	53,6	54,4
Ahorro Nacional Bruto	12,8	12,7	12,1
Inversión doméstica bruta	13,8	15,6	15,2
Porcentajes anuales			
PIB real per cápita	7,1	0,9	0,9
PIB real	7,7	1,5	1,5
Precios mayoristas	58,3	33,4	32,2
Precios al consumo	58,9	52,9	44
Balanza de pagos (millones de US\$)			
Exportaciones	1703	1645	1753
Importaciones	2045	2325	2572
Saldo balanza comercial	-342	-680	-819
Cuenta corriente	-115	-384	-467
Variación reservas BCU	261	290	20

tivos del programa en materia de balanza de pagos han sido cumplidos", indica el FMI.

"Sin embargo, las perspectivas de cumplir con las metas del programa en lo que queda del año (incluida una nueva reducción en la tasa de inflación hasta un 35% para fin de 1994) no son favorables, debido a desvíos en la política fiscal y a incertidumbres relacionadas con las elecciones de noviembre", expresa el informe.

Se destaca también que en las últimas semanas se ha verificado un entecimiento en el ingreso de capitales privados desde el exterior y que el tipo de cambio llegó a situarse en el techo de la banda de flotación que fija el Banco Central.

El relevamiento indica que,

mientras en febrero pasado se acordó entre el gobierno y el FMI una meta de déficit fiscal de 0,4% del Producto Bruto Interno, ahora las previsiones se ubican "por encima del 2%".

Entre las causas de esta situación, señala excesos en el gasto de capital y transferencias mayores a las esperadas en la asistencia al sistema de seguridad social.

En cuanto a las reformas estructurales, califica el proceso de "débil" y recuerda que en marzo fue rechazada en el Parlamento una nueva iniciativa de reforma de la seguridad social.

Por otra parte, indica que la reestructura y reducción de personal en la Administración Central se está desarrollando lentamente.

En el punto referido a la situación política, señala que el ex presidente Julio María Sanguinetti es el candidato con mejores chances de ser electo presidente, si bien su liderazgo en las encuestas se ha estrechado.

El informe del FMI también pone su atención en los temas sujetos a referendos.

"En agosto de 1994 los votantes rechazaron por gran mayoría un referéndum sobre reformas electorales que había tenido fuerte apoyo de todos los partidos políticos, siguiendo una oposición popular al liderazgo político. Las encuestas indican que en noviembre, un referéndum que propone un aumento sustancial en los gastos gubernamentales para la educación, sería aprobado, a pesar de contar con la oposición de la mayoría de los partidos", expresa el informe.

En cuanto a otros indicadores, califica como "débil" el crecimiento en el PBI registrado en la primera mitad del año y señala que esa cifra refleja un estancamiento en la producción manufacturera, así como una caída en el nivel de actividad de la construcción. Destaca también el "endurecimiento" en la política salarial del sector público, y le adjudica a ello un importante rol para la baja de la inflación.

Si bien observa un incremento en el déficit de cuenta corriente, señala que ello fue más que compensado por ingresos de capital público y privado; y que las reservas internacionales netas crecieron en 70 millones de dólares durante este período.

La próxima misión de consulta del FMI en el país está programada para enero de 1995.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500555

## DOCUMENTO

TÍTULO *Org ecologistas ~~anexados~~ en MADRID por reunión*PROCEDENCIA *150023*FECHA DE P. EFECT. *28/9/94*VINCULACIONES *508501**50531**11078**507513**11295**anual FMI-BM**(FORO ALTERNATIVO)*

Señalaron ciento diez organizaciones no gubernamentales reunidas en Madrid

**El Fondo Monetario y el Banco Mundial lo que hacen es "fastidiar" a la humanidad**por Alejandro Gourevich,  
corresponsal en España

■ Un total de ciento diez organizaciones ecologistas, sociales, populares, de solidaridad y vecinales inauguraron ayer en Madrid un Encuentro Mundial de Movimientos Sociales y Organizaciones no Gubernamentales "en contestación al 50º aniversario de la creación del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial.

Este Foro Alternativo acusó a estos dos organismos de "hacer la puñeta" (fastidiar) a la humanidad.

Unidos en una plataforma bajo el lema "las otras voces de la humanidad", cerca de tres mil delegados que representan a sesenta organizaciones españolas y cincuenta de los cinco continentes debatirán las alternativas a las políticas monetaristas del FMI y el BM, organismos bajo control de los europeos y los EEUU.

El Foro convocó para el próximo 2 de octubre, día en que el rey Juan Carlos inaugurará la Asamblea del FMI y el BM, a una manifestación "festiva y lúdica" por una céntrica avenida madrileña y que tendrá su centro principal en la plaza Cibeles.

"Es necesario inventar mecanismos que permitan el control democrático de las decisiones del BM", sostuvo la norteamericana Susan George, autora del libro *La religión del crédito: el BM y su imperio secular*.

Por su parte, la hindú Medha Patkar, representante de la coordinadora contra la construcción de la presa Narmada, en India, abogó por "no aprobar ninguna ayuda que no tome

en cuenta los impactos ecológicos y sociales".

**PROYECTOS AGRESORES**

Como primer paso, el Foro Alternativo ha hecho público un documento en el que denuncia que los mayores proyectos hidrológicos financiados por el FMI y el BM son "verdaderas agresiones a las poblaciones de esos lugares" y que generalmente es donde se radican las poblaciones más pobres, quitándole su única fuente de ingresos, la tierra.

Los proyectos denunciados son los siguientes: la construcción de la presa Sardar Sarovar en la India, que desplazará a 240 mil personas para las que no hay ninguna oportunidad de reasentamiento. La presa Pangue, sobre el río Bío Bío, inutilizará las riberas donde está asentada una población autóctona de 1.200 pehuenches. El proyecto Grande Carajas, en Brasil, afecta un área con una superficie que equivale a una vez y media la de España. De allí se exportarán 35 millones de toneladas de hierro, convertirán en carbón vegetal 25 millones de metros cúbicos de madera y se producirán 700 mil toneladas de aluminio. El plan es la mayor agresión a la Amazonia y sus pueblos autóctonos. La mayor presa del mundo, sobre el río Changjiang, de China, costará un billón de pesetas e inundará vastas extensiones de tierra cultivada. Un millón de personas serán desplazadas. La presa de Balbina, en Brasil, inundó 240 mil hectáreas de bosque tropical y provocó la muerte de sus animales.

01-04

9500556

## Para reducir la pobreza, según el Banco Mundial 23/9 Ref La receta: duplicar la tasa de crecimiento en esta década

por AG, desde Madrid

■ Para reducir la pobreza y mejorar la distribución de la riqueza no basta con crecer al 3,5% por año: hay que duplicar ese nivel y éste es un momento adecuado para ello, sostuvo el chileno Sebastián Edwards, economista jefe de la Oficina Regional de América Latina del Banco Mundial (BM), en el primer día de presiones de su 49ª Asamblea Anual conjunta con el Fondo Monetario Internacional (FMI) que se está desarrollando en la capital española.

La actualidad económica y social de la región fue presentada a la prensa internacional por Edwards y el paquistaní Shahid Javed Burki y centraron sus exposiciones iniciales en el tema de la pobreza, de acuerdo a la nueva visión que el BM quiere dar a la opinión pública mundial. Actualmente, dijeron, América Latina tiene una tasa de crecimiento del 3,5% de media, pero "para reducir la pobreza y mejorar la históricamente desigual distribución de la riqueza no basta con ese porcentaje. Hay que duplicar el crecimiento y éste es un momento adecuado para ello".

Burki fue más allá de las expresiones de Edwards y señaló que "no puede haber cambios en la situación de pobreza mientras la tasa de crecimiento no supere en cuatro puntos a la tasa de natalidad".

Los expertos del BM al presentar su informe destacaron los éxitos logrados por la región en materia inflacionaria y aseguraron enfáticamente que con el ingreso a la estabilización de Brasil a través del plan real, en 1995, "la inflación estará derrotada".

### INGREDIENTES DE LA RECETA PARA CRECER

El BM considera que la política futura de los países latinoamericanos debe basarse en hacer lo que hicieron los países del sudeste asiático, citados incesantemente como modelo a imitar y ejemplos de "desarrollo sostenible".

Edwards y Burki no sólo indicaron la receta, sino que también dieron los ingredientes para obtener el sabroso resultado de duplicar el crecimiento: un incremento de las exportaciones (en especial las regionales), aumentar sustancialmente el ahorro interno y fuertes inversiones en infraestructura.

El aumento de las exportaciones debe centrarse en productos de alto valor añadido y buscar nuevos mercados, principalmente a nivel intraregional. El ahorro interno debe aumentarse sustancialmente, ya que actualmente sólo registra un 20% y debería llegar al 33 ó 35%. Y en materia de inversión en infraestructura se debe llegar a unos 60 mil millones anuales.

En 1980 la población pobre era de 62 millones, y luego del ajuste económico recomendado por estos organismos los pobres son 93 millones

## Organización británica critica planes del FMI y el Banco Mundial para los pobres en Latinoamérica

El Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional (FMI) se enfrentan a las duras críticas de una organización de cooperación británica, que los acusa de «fallar a los pobres» de América Latina, reportó IPS desde Madrid.

En un estudio divulgado para coincidir con la asamblea anual conjunta del Banco Mundial y el FMI que se iniciará aquí este fin de semana, Oxfam afirma que la creciente pobreza y desigualdad son algunas de las consecuencias de los programas de ajuste económico promovidos por ambas instituciones en la región.

En 1990, la pobreza afectaba al 32,5 por ciento de la población latinoamericana, lo que representa un aumento significativo respecto al 27,5 por ciento registrado 10 años antes, señala la organización británica.

El documento de Oxfam se titula «Ajuste estructural y desigualdad en América Latina: cómo las políticas del Banco Mundial-FMI le han fallado a los pobres».

La autora del informe, Ruth Mayne, dijo en una entrevista con IPS que «sea los ochenta y noventa el Banco Mundial adoptó un nuevo compromiso hacia los pobres que recibimos con

satisfacción;

pero nosotros acogemos el compromiso, no las políticas».

«Seguimos preocupados porque la estrategia adoptada es esencialmente un reemplazo de las políticas existentes», con el añadido de medidas de seguridad para garantizar que no se recorten las inversiones sociales, precisó.

### EN EL 2000 HABRÁ 192 MILLONES DE POBRES

En términos absolutos, Oxfam considera que el número de personas que viven en la pobreza extrema aumentó entre 1980 y 1990 de 62 millones a 93 millones de latinoamericanos.

El informe destaca que pese a las proyecciones de un crecimiento económico continuo, la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (Cepal) pronosticó que el número de pobres se duplicará en la región hasta 192 millones de personas en una población total de 440 millones para el año 2000.

El estudio contradice la afirmación contenida en el último informe anual del Banco Mundial, según la cual el panorama optimista de muchos países de la

región es en gran medida resultado de las profundas reformas orientadas al mercado, iniciadas en la segunda mitad de los años ochenta».

Oxfam precisa las condiciones que se viven en los países específicos citados como un éxito de las políticas de ajuste estructural auspiciadas por el Banco Mundial y el FMI.

### EL MODELO CHILENO

En Chile, país citado reiteradamente por el Banco Mundial como un ejemplo de cómo sus programas impulsan el crecimiento económico, las desigualdades en el ingreso se ampliaron de forma dramática en la década de 1980, destaca Oxfam.

En 1990 el salario mínimo en ese país sudamericano era 20 por ciento inferior a 10 años antes, mientras el 20 por ciento más pobre de la población había visto reducir su participación en el ingreso nacional en un quinto, añade.

Y aunque el valor de los salarios reales haya aumentado recientemente, para 1992 el salario que obtenían los trabajadores chilenos los situaba por debajo de la línea de pobreza, apunta. Una de las principales consecuencias de los programas de ajuste estructural promovidos por el FMI y el Banco Mundial fue aumentar de manera significativa el desempleo, asevera el estudio.

En Nicaragua, el número de desempleados se duplicó, desde 11 por ciento hasta 22 por ciento entre 1990 y 1993, precisa.

Según Oxfam, la insistencia en la aplicación de los programas de ajuste estructural en la región produjo patrones de crecimiento económico contrarios a la exclusión social, donde los pobres reciben pocos beneficios.

### INCAPACIDAD PARA DISMINUIR DESIGUALDAD

Mayne considera que existen tres defectos principales en

la estrategia del FMI y el Banco Mundial.

El primero es «la incapacidad para solucionar las claras desigualdades o las causas de la pobreza y la desigualdad en América Latina, que están vinculadas a bajos salarios, trabajos precarios, una distribución injusta de la tierra y la falta de acceso eficaz a los sistemas de salud y educación», explicó.

El segundo defecto es que «lo esencial de las políticas de estabilización del FMI —basadas en dejar que sea el mercado

el que regule— siguen sin cambiar y contribuyen al problema. Las políticas que contribuyeron a las recesiones económicas de los ochenta todavía se están aplicando».

El tercer punto es que «la promoción del crecimiento basado en trabajo intensivo se basa en el desmantelamiento de los derechos de los trabajadores y en la erosión de los salarios reales de los trabajadores, lo que aumentará más la pobreza real», dijo Mayne.

Lo que se necesita, aseguró

la autora del estudio, son medidas que estimulen la redistribución del ingreso, salarios decentes, reforma agraria y gastos sociales dirigidos hacia los pobres.

Oxfam, una agencia con 25 años de experiencia en América Latina, no cree que deban buscarse soluciones «ya hechas e indolentes», sino que estima que «los enfoques actuales del Banco Mundial y el FMI están en realidad poniendo en peligro las perspectivas de recuperación económica sostenible y reducción de pobreza».



Mientras crece la campaña de oposición a su Asamblea Anual madrileña

# Histórico: FMI y Banco Mundial aceptaron debatir con las ONGs

Madrid, España  
por Alejandro Gourevitch

Un numeroso grupo de militantes de varias organizaciones no gubernamentales, «armados» de carteles y pancartas, pretendieron ayer acercarse a las instalaciones de la Feria de Madrid y el Palacio Municipal de Congresos, en las que se desarrolla la 49ª Asamblea Anual Conjunta del FMI y del Banco Mundial.

No se sabe si por la «peligrosidad» de las pancartas o la «conferencia» de sus lemas, la policía —que literalmente ocupa toda la zona y sus alrededores— no les dejó acercarse a menos de 400 metros del pabellón de la Feria, en el que se desarrollaba la ceremonia inaugural de la celebración del 50º Aniversario de la creación de ambas instituciones en la Conferencia de Bretton Woods: una serie de conferencias y discursos, inaugurada por sendas alocuciones del primer ministro español Felipe González, de los presidentes de la Junta de Gobernadores del FMI y del Banco Mundial y del director gerente del FMI.

## HABRA DEBATE

La concentración es una más de las numerosas manifestaciones que en esta ciudad se están realizando contra la política de ambos organismos internacionales, bajo el lema «50 años bastan», y que le ha obligado a tomar una decisión histórica: aceptar por primera vez discutir públicamente con las organizaciones que critican su política y sus operaciones.

El debate se realizará el próximo domingo 2 de octubre por la tarde en el salón de actos del Sindicato Unión General de Trabajadores (UGT). Moderado por el periodista José Luis Balboa,



El director-gerente del FMI, Michel Camdessus, rechazó ayer la venta de reservas de la institución para cancelar la deuda de los países pobres.

veterano en estas lides, contará con el vicepresidente para el Desarrollo Sostenible del BM, Ismail Serageldin, y el jefe de la Oficina de Prensa del FMI, Hernán Puentes, como delegados de la Asamblea, y —como representantes del Foro Alternativo— el presidente de la ONG Oxfam en Bélgica, Pierre Garland, y la ecologista y feminista hindú Vandana Shiva.

Tras largas y difíciles discusiones, se establecieron las «reglas de juego» del encuentro: intervención de 15 minutos para uno de los 4 participantes (primero el Foro y luego el FMI-BM), una nueva ronda (esta vez de 30 minutos cada uno y en orden inverso) y una «discusión con la sala», con preguntas presentadas por escrito.

## ACAMPADA: MANIFESTACION Y «CONTRA-CONCIERTO»

Fronte al Ministerio de Economía y Finanzas, en el bello Paseo de la Castellana, un conjunto de carpas y pancartas es

otra de las expresiones de repulsa a la reunión FMI-BM. La acampada es una «repulsa positiva» —según sus organizadores: la «Plataforma 0,7%»— que exige al gobierno español el destinar un 0,7% del Producto Interno Bruto nacional a la ayuda a los países subdesarrollados, según recomendó a sus miembros la ONU hace ya muchos años.

Los acampados y otras muchas organizaciones ecologistas y populares han confirmado la realización —el domingo próximo— de una «manifestación-procesión» en la emblemática Plaza de Cibeles, apoyada por Izquierda Unida y el sindicato Comisiones Obreras. En ella desfilarán carros alegóricos de la deuda externa, la pobreza, la xenofobia, la desigualdad y el robo y destrucción violenta del planeta.

Para el lunes 3 de octubre —coincidiendo con un concierto patrocinado por la Caja de Ahorros de Madrid en el Auditorio Nacional— tendrá lugar en los jardines que rodean a esta sala de conciertos la manifestación mi-

sical «Los otros instrumentos del planeta», organizado por el Foro Alternativo «Las otras voces del planeta».

## 10 PROYECTOS Y 50 PUEBLOS INDÍGENAS DEVASTADOS

En conferencia de prensa, la organización de apoyo a los pueblos indígenas Survival presentó una campaña de denuncia de proyectos del Banco Mundial que afectan a más de 50 pueblos indígenas, con pérdidas de sus tierras, sus medios de vida y destrucción de sus culturas, uniéndose a si a los más de 4 millones de personas (campesinos en su mayoría indígenas) que —de acuerdo a sus propias cifras— el Banco Mundial desplazó de sus tierras hasta este año.

Estos programas-préstamos del BM son los siguientes: 1 y 2 Programa Gran Carretera y subproyecto Amerindio, préstamo a la minera estatal brasileña CVRO, que afecta a los pueblos Ananayá, Anambé, Apinayá, Asurina, Awa-Guajá, Gavito, Guajajara, Kanela, Krikati, Parakará, Gurú, Tembé, Urubu-Kasapor y Xikrin; 3) Polo noroeste y Planifera (puesto en marcha para rectificar el desastre del anterior), en Rondonia, Brasil (construcción de la carretera BR 3640 que perjudica a 38 pueblos indígenas, como los Aikana, Apiaká, Bakari, Camó, Enauené, Jaboiti, Karipuna, Karitiana, Myky y Paiker; 4) la presa Gardar Sarovar sobre el río Narmada, en la India, que afecta a los Bihil, Tedavi, Vasava, Rathwa y Nayak; 5) Programa de Transmigración de indígenas de Papúa Occidental en Indonesia (pueblos Marind, Benyuan, Muja, Moi, Annat, Kuba, Dani, Yali y Hupla); 6) las Presas del Río Chico, en Filipinas, que afectó a 100.000 Kalingas y Bontoca; 7) la presa de Bodghat, en la India, en detrimento de los Muria, Madia, Halba, Dorla, Pargali, Bhatia y Kurak; 8) Proyecto Sobarnarekha, también en la India (2 presas, 2 barreras y 7 canales) que desplazó a 12 mil Ho y Santal; 9) las presas de Pangue, sobre el río Bio-Bio (Chile) que afecta directamente a 1.000 penúchecos e indirectamente a 9.000 y 10) el Proyecto de Gestión de Tierras y Ganadero de Botswana, que dejó sin tierras de caza a los bosquimanos (o basarwa) y arruinó a los ganaderos pobres. En este último, el BM aprobó un tercer préstamo a pesar que una evaluación de los propios técnicos del banco advirtió que se estaba produciendo un desastre.

El mundo reflexiona en Madrid: por 50 años más o 50 años ya bastan

## Bretton Woods: medio siglo de luz y sombra

Los acuerdos de Bretton Woods, la pequeña localidad estadounidense en la que se abrió un nuevo orden económico mundial en 1944, han cumplido 50 años conmemorados en Madrid con una conferencia que revela las luces y las sombras del modelo vigente en el último medio siglo.

Michel Camdessus y Lewis Preston, máximos responsables del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM), dos organismos creados en Bretton Woods, inauguraron este jueves dos días de análisis sobre «el futuro del FMI y del BM». Felipe González, jefe del gobierno español, también estuvo presente, informó AFP.

«El mundo de hoy es mejor gracias al FMI y al BM, y no a pesar de ellos», sostuvo AW Clausen, ex presidente del Grupo del Banco Mundial, aunque esa opinión fuera matizada por el mismo y por otros participantes en los coloquios sobre los 50 años de Bretton Woods.

El elogio de la economía de mercado y del sector privado como motor del desarrollo prevaleció en las intervenciones. «El sector público no puede por sí solo resolver las expectativas y las necesidades de la gente», afirmó Clausen. «El comunismo nos ha enseñado esa lección», apostilló.

«Es una ironía que mientras los países en desarrollo abren sus economías, en el mundo industrializado los defensores del proteccionismo están ganando posiciones», exclamó el ministro indio Manmohan Singh.

## EL ESPÍRITU DE BRETTON WOODS

El mismo Camdessus, durante la sesión de apertura, se había preguntado: «¿Dónde está el espíritu de Bretton Woods?», y qué dicen sus fundadores «al ver cómo los países industrializados dudan en desmantelar sus barreras comerciales, como ya lo han hecho los países en vías de desarrollo».

Gerard Helleiner, profesor de Economía de la Universidad de Toronto (Canadá), inquirió después por qué el G-7 (Grupo de los Siete países más ricos de la tierra) «dirigen y administran acontecimientos mundiales» supuestamente en interés de todo el mundo.

En su intervención en la sesión matutina, Felipe González puso un contrapunto al general elogio de la economía de mercado. Durante la crisis del Sistema Monetario Europeo (SME) de septiembre de 1992 —que provocó después tres devaluaciones de la peseta—, la «especulación» y el «simple juego de mercado» agitaron las reservas de varios países y pusieron en juego la capacidad de defensa de la soberanía (monetaria) de un país», dijo González.

El jefe de gobierno español solicitó que «se haga una reflexión» sobre ello.

Por su parte, Greenpeace, la organización ecologista, acompañó frontalmente contra el Banco Mundial. «Esperar que el BM repare el medio ambiente es como esperar que la Mafia desengañe al crimen», afirmó Greenpeace en una conferencia de prensa, hoy, en el mismo Palacio de Congresos donde se conmemoran los 50 años de Bretton Woods.

Greenpeace acusó al BM de financiar la destrucción de la capa de ozono y de distribuir demasiado lentamente los 92 millones de dólares que el protocolo de Montreal destina a países en vías de desarrollo para que utilicen tecnologías no destructoras.

Según la organización ecologista, el BM ha financiado varios proyectos —con 25 millones de dólares sobre los 20.000 millones en préstamos concedidos en 1994— que afectan a la capa de ozono.

No sólo Greenpeace no se ha unido en Madrid a las conmemoraciones del FMI y el BM. Varias organizaciones ecologistas, no gubernamentales y sindicatos celebran un foro alternativo cuyo lema es «50 años bastan».

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*FM dice se terminó la recesión y que habrá un crecimiento sostenido*

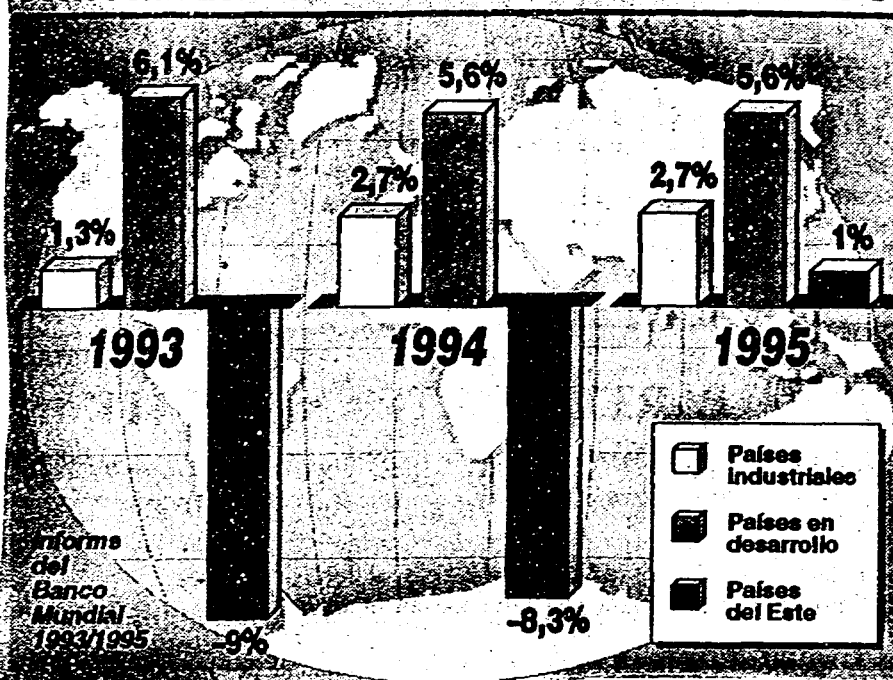
*50024*

*29/9/94*

*508501*

*30049*

## CRECIMIENTO ECONOMICO EN EL MUNDO



## AMERICA LATINA: LA REGION DE MAYOR

# El Fondo receta

## Clarín EN MADRID

*El Fondo Monetario pinta un futuro dorado para el mundo. Dice que se acabó la recesión y que habrá, desde ahora, un crecimiento económico sostenido.*

*Pero insiste en sus recetas: mantener la inflación bajo control y evitar el déficit fiscal. Para el desempleo, recomienda flexibilizar el mercado de trabajo. Y sugiere que algunos países deben rebajar el salario mínimo.*

(Por Juan Carlos Algañaraz, especial para Clarín). — Los expertos del Fondo Monetario Internacional anunciaron ayer que la economía mundial salió de su peor recesión en años y crecerá un promedio del 3% en 1994 y el 3,5 en 1995. El ritmo de aumento duplica el del trienio 1990-93. Las previsiones son todavía más optimistas para los países en desarrollo, entre ellos la Argentina. Se calcula en estos casos una tasa media de crecimiento del 5,5% para este año y el próximo.

El Fondo aconseja mantener bien controlada la inflación, combatir decididamente el déficit público y utilizar recursos para generar empleo y combatir la desocupación que azota a las economías de los países industrializados y en desarrollo. El documento se pronuncia por una decidida flexibilización de los mercados de trabajo.

Estos rosados pronósticos, envueltos en muchas reticencias, fueron dados a conocer en una conferencia de prensa al presentar el informe semestral "Perspectivas de la economía mundial".

En el informe se alude varias veces a la Argentina. Destaca los planes económicos puestos en marcha y los resultados que se han logrado.

Se habla de lo bien que funciona la economía en muchos países de Asia y América latina. De Estados Unidos y Europa occidental dice que andan correctamente y que la crisis en los países del Este tocó fondo. Todas las esperanzas están puestas en que el Japón equilibre su situación este año y comience un aumento de su crecimiento para 1995.

El informe advierte que es necesario no descuidar la inflación. Admite, entonces, que es posible un leve aumento de las tasas de interés en los próximos meses para evitar una presión excesiva de los precios.

• Con grandes márgenes de capacidad sin utilizar, "parece poco probable que la inflación aumente de inmediato en forma generalizada". Aun así, el documento alerta que "en poco tiempo podría justificarse un nuevo ajuste de las condiciones monetarias, sobre todo si la actividad económica es mucho más vigorosa de lo que se proyecta actualmente".

• El peor enemigo del crecimiento es "el grave problema de los déficits fiscales". Según el Fondo, un punto crítico para la política económica es "reducir los grandes de-

ENTRADO

CRUZADO

01-03

9500554

## Dinero para los latinoamericanos

MADRID (Por Juan Carlos Algañaraz, especial para Clarín). - América latina debe duplicar su crecimiento económico del 3,2 por ciento de media actual al 7 por ciento, entre este año y finales de siglo, para combatir el flagelo de la pobreza y lograr una mejor distribución de sus riquezas.

Así lo señalaron los expertos Sebastián Edwards y Shahi Javed Burki del Banco Mundial, anunciando que la entidad colaborará elaborando un programa para que las naciones de la región consigan 60.000 millones de dólares en créditos. Esta suma se invertirá en mejoras de infraestructura desde ahora al año 2000.

Las autoridades de la Oficina Regional de América latina y el Caribe informaron que el propio Banco Mundial respaldará estas líneas de préstamos que tratarán de obtenerse en el mercado financiero internacional. El vicepresidente del Banco Mundial para la América latina, Shahi Javed Burki señaló ante los periodistas que hay 160 millones de pobres, un 20 por ciento de estos seres humanos solo reciben el 4 por ciento de la renta.

Burki insistió en las comparaciones entre Latinoamérica y Asia, señalando su esperanza de que el área bajo su responsabilidad alcance los índices de prosperidad de los asiáticos. Entre 1990 y 1994, América latina fue la segunda región del mundo con mejor crecimiento después de Asia, con el 3,4 por ciento de promedio.

El jefe de los economistas del Banco Mundial para la América latina, Edwards, arremetió contra los países industrializados a los que acusó de obstaculizar el crecimiento de los países en desarrollo. "Esta actitud adopta la forma de protección disfrazada de estándares laborales y medioambientales", señaló. "Latinoamérica ha abierto sus economías al resto del mundo de forma unilateral pero no hay reciprocidad y hace falta que disminuya el proteccionismo en el mundo desarrollado", proclamó.

Sebastián Edwards insistió: "En lugar de reducir el proteccionismo los países ricos lo enmascaran y bajo el pretexto de defender el medio ambiente o a los trabajadores se impide la expansión de las economías pobres como las de la América latina".

Refiriéndose a las posibilidades de ampliar el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (NAFTA), Edwards indicó que no confiaba demasiado en que se produjera esa apertura porque "no está claro que vaya a suceder ni que a los Estados Unidos le interese". El economista elogió con entusiasmo los nuevos planes de privatización de la Argentina y Chile.

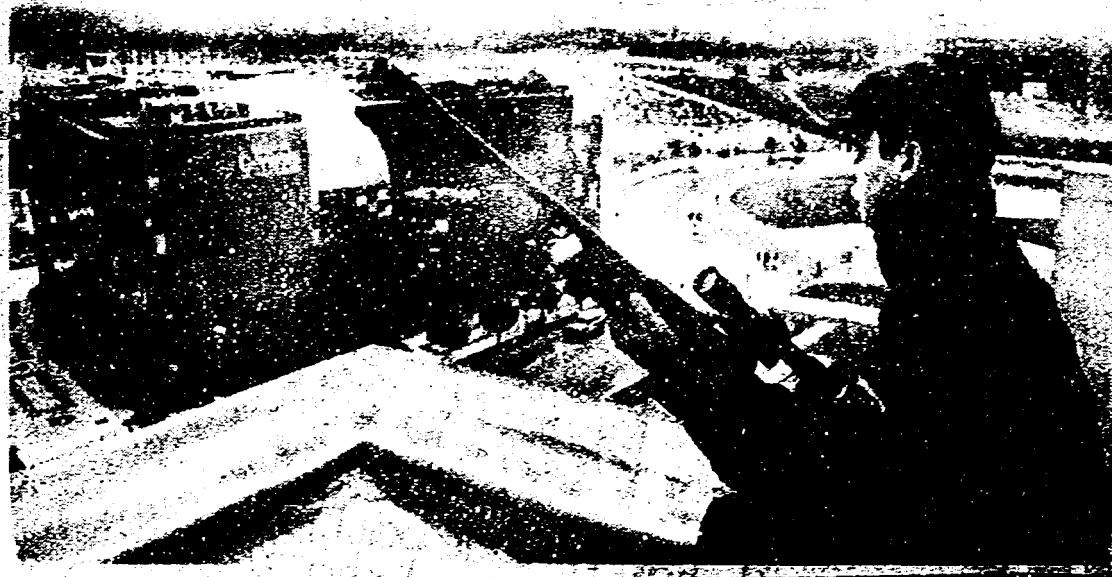
02

9500557

CRECIMIENTO DESPUES DE ASIA

## la flexibilidad laboral

Agencia Reuter



quilíbrios fiscales" que provocaron crecientes niveles de deuda pública.

- Insiste el documento en la necesidad de "intensificar las medidas para reducir la absorción del ahorro privado por el sector público, para aliviar las presiones sobre las tasas de interés reales y permitir el mantenimiento a plazo medio de tasas satisfactorias de crecimiento".

- El informe indica que un problema estructural que tiene absoluta prioridad es el "nivel inaceptablemente elevado de desempleo estructural que se desarrolló en los últimos veinte años, sobre todo en Europa". Los expertos del Fondo insisten en la receta de flexibilizar los mercados laborales para permitir una disminución en los costos del trabajo. Llegan a aconsejar que algunos países rebajen sus salarios mínimos.

## Los mandamás

MADRID (Por Juan Carlos los Algañaraz, especial para Clarín). - Nada enfurece tanto a un funcionario del Fondo Monetario como la acusación de que los Estados Unidos y los países más ricos son los "patrones" de la entidad.

Pero a los presuntos fervores antiimperialistas de los críticos hay que añadir la realidad de un mecanismo de voto. En realidad, es lo más parecido que hay a una aplanadora, que dirige los destinos del Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial.

### El voto de los ricos

La cantidad de sufragios no se distribuye en forma homogénea. Depende de los aportes que efectúa cada

país. De tal suerte, los siete países más ricos, incluidos los Estados Unidos, tienen una capacidad de voto que casi equivale al de los 171 países restantes.

Es que los Estados Unidos, por sí solos, aportan el 17,84% del capital del Fondo Monetario. Y en el Banco Mundial participan con el 17,14%. Sus socios en el "Grupo de los 7" arriman el 27,14% de los recursos del FMI y contribuyen con el 27,18% en el Mundial.

Para aprobar decisiones de gran trascendencia no solo hace falta la mayoría, que los poderosos pueden obtener fácilmente, sino también los dos tercios, totalmente controlados por el club de los que mandan.

03-03

9500557

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *FMI aplaude recuperación mundial y ve más crecimiento en Am. Latina*

PROCEDENCIA *1500.25*

FECHA DE PROCEDENCIA *29/9/94*

VINCULACIONES *5085d*

*30094*

# El FMI aplaude la recuperación mundial y ve más crecimiento en América Latina

POR DAVID WESSEL

REPORTER DE THE WALL STREET JOURNAL

WASHINGTON — La economía mundial se recupera.

El Fondo Monetario Internacional pronosticó ayer que la producción económica mundial se expandirá un 3,1% este año y un 3,5% en 1995, es decir, dos veces el ritmo de crecimiento de los primeros años de esta década y en general el mejor rendimiento desde 1989.

La economía de América Latina, según el FMI, crecerá un 2,7% este año. Las economías más destacadas de la región, Argentina y Brasil, compensarán la debilidad de las economías de Venezuela y México. El FMI proyecta que el mayor crecimiento regional tendrá lugar en Argentina y calcula que será de un 6%.

El Panorama Económico Mundial del FMI, un informe semestral, subraya la "bien encaminada" expansión económica de Estados Unidos y las "claras señales de recuperación de Europa y Japón". Señala además que "no parece existir un riesgo inmediato de un aumento generalizado de la inflación".

## Escasas excepciones

El mismo informe señala que las perspectivas para América Latina en general son positivas debido a las reformas económicas puestas en práctica a principio de los años 90. "Con escasas excepciones, los países de la región han orientado sus políticas fiscales y monetarias hacia la estabilidad macroeconómica y han aumentado su dependencia de las fuerzas

Puntos clave			
Crecimiento económico, ajustado a la inflación			
	1994	1995	1996
Mundo	-1,1%	2,3%	2,8%
EE.UU.	1,3	3,7	2,5
Europa	0,1	0,9	2,5
Países desarrollados	1,3	2,7	2,7
Países en desarrollo	6,1	5,6	5,0
Latinoamérica	2,3	3,1	3,8

del mercado para mejorar la eficiencia económica", indica el informe.

"Como resultado, el crecimiento en general ha mejorado", agrega.

Proyecciones aún más positivas entregó también ayer el Banco Mundial, cuyos economistas calcularon un alza promedio de un 3,5% en el Producto Interno Bruto de América Latina, ajustado según la inflación. La cifra representa una mejoría moderada sobre el crecimiento logrado el año pasado, que fue de un 3,2%.

## Una visión optimista

Michael Mussa, economista jefe del FMI, expresó ayer que "en general, las perspectivas para la economía mundial se ven mejores ahora que en los últimos tres o cuatro años".

Esta positiva visión, la más optimista en años, claramente alterará la agenda de las reuniones de ministros de Finanzas y presidentes de bancos centrales que se inician el sábado en Madrid. Las metas a corto plazo, como las habituales exhortaciones de Estados Unidos a Europa y Japón para que estimulen sus economías, ya acabaron. En su lugar están las metas a largo plazo, como la reestructuración de las instituciones financieras internacionales y la mejor manera de persuadir a Rusia a redoblar los esfuerzos para estabilizar su economía.

"Nuestra estrategia de reducción del déficit, la reducción de las tasas de interés en Europa y el estímulo fiscal en Japón, claramente, funciona", expresó el secretario del Tesoro estadounidense, Lloyd Bentsen.

## Evitar desequilibrios

Otro alto funcionario del Tesoro comentó que "ahora que la recuperación está bien establecida, la prioridad ya no es incrementar la demanda sino asegurar que haya menos desequilibrios y también una respuesta rápida a cualquier posible resurgimiento de la inflación".

Para lograr ese fin, el FMI indicó que las naciones industrializadas deberían aprovechar la recuperación económica para reducir los déficit presupuestarios gubernamentales y asegurar que los bancos centrales restrinjan el crecimiento del crédito, lo suficiente como para frenar cualquier aceleramiento importante de la inflación.

El FMI comentó que Estados Unidos funciona casi a capacidad completa y puntualizó que existe "una necesidad creciente" de que la Reserva Federal suba todavía más las tasas de interés.

La institución cree que el crecimiento económico de Estados Unidos se moderará y bajará del 3,7% proyectado para este año a un 2,5% el próximo, siempre que la Fed aumente las tasas a corto plazo sobre la base de los niveles actuales.

## Control de precios

Aunque el FMI prevé una leve inflación en los precios al consumidor en las naciones industrializadas —de 2,4% este año a un 2,6% en 1995— el organismo proyecta un aumento mayor de los precios en Estados Unidos: el 2,7% proyectado para este año subirá a 3,4% el año próximo.

El FMI también exhortó a Estados Unidos a aumentar los impuestos y a reducir los gastos, para evitar que el déficit fiscal comience a subir, una vez más, en los últimos años de esta década.

Gracias, en parte, a la mayor solidez de su economía, el déficit presupuestario de EE.UU., medido contra el tamaño de su economía, es el más bajo del Grupo de los Siete países más industrializados del mundo, subrayó Bentsen.

"Sobre estos indicadores, puede estar seguro de que en el futuro tomaremos cualquier medida que sea necesaria, en cuanto a acciones concretas y a una mayor disciplina, para reducir [el déficit] todavía más. Pero ahora debemos respirar un poco".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500558



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Informe del FMI sobre el mundo*

PROCEDENCIA *5008*

FECHA DE PROCEDENCIA *29/9/94*

VINCULACIONES *508501*

*30044*

## Informe del FMI: "Soplan vientos de recuperación pero empeora por el este"

Madrid, 28 set. - Los países más industrializados dicen adiós a la recesión. Latinoamérica se sostiene en su línea de crecimiento con una leve caída y es desde el Este europeo de donde vienen las peores perspectivas económicas.

Esta es la radiografía que ha hecho el Fondo Monetario Internacional en su famoso y temida "Perspectiva", un informe que analiza en profundidad las perspectivas de la economía mundial para este año y hasta dibuja, con poco margen de error, el panorama para el próximo.

En vísperas de la Asamblea conjunta del FMI-BM, que se inicia este fin de semana en Madrid, ese "adiós" a la recesión en las llamadas locomotoras económicas -EEUU, Japón y la UE- ha traído una corriente de optimismo.

Las esperanzas se derivan de un mayor crecimiento del PIB y control de los principales indicadores macroeconómicos, sobre todo la inflación, así como de un respaldo a la

actual política monetaria, que suelen dictar el FED norteamericano (Reserva Federal) y el Bundesbank alemán.

El FMI calcula para este año un crecimiento global del 3,1%, y del 3,6% para 1995.

En su presentación del informe, el director del Departamento de Investigaciones del FMI, Michael Mussa, destacó que por primera vez en la última década esta organización revisa al alza los cálculos de sus proyecciones de crecimiento, por lo que las perspectivas son las mejores de los últimos años.

El FMI calcula un crecimiento del 2,7% en los países industrializados este año e igual índice para 1995.

Respecto a Estados Unidos, el FMI prevé un sólido crecimiento del 3,7% este año, superior a lo que espera el propio Gobierno del presidente Bill Clinton, pero para 1995 calcula que habrá una desaceleración, para situarse en un 2,5%. El FMI es más optimista sobre el crecimiento en otros



Michel Camdessus: el organismo por el dirigido dio a conocer las proyecciones más optimistas de los últimos años

países industrializados este año (4,1% para Canadá o un 3,3 para Gran Bretaña).

Para la Unión Europea las previsiones para este año son del 2,1%, y del 2,9 para 1995.

Esta consolidación del crecimiento en las naciones industrializadas supone una buena noticia para los países en desarrollo, cuyo crecimiento, pese a haber sido frenado en los últimos años por la crisis en EEUU, Europa y Japón, ha sostenido en niveles positivos el crecimiento mundial.

El FMI cree que el crecimiento de los países en desarrollo alcanzará este año un 5,6%, e igual cifra en 1995, lo que supone, no obstante, una desaceleración frente al 6,1% logrado el pasado año y el 5,9 de 1992.

Para Latinoamérica y el Caribe, las perspectivas son que este año se frene algo el crecimiento y alcance un 2,8% (3,4% en 1993), pero se recuperará en 1995 con un promedio del 3,3%.

En otro tema espinoso para la economía como es la inflación también hay optimismo: aumentará hasta una media del 2,4% este año en los países industrializados, una tasa menor que el 2,9 de 1993, pero pronostica su control, en términos generales, en torno al 2,4% en 1995.

Para los países en desarrollo, las previsiones de inflación son del 47,5% de media para este año, similar al 46,2

de 1993, pero el FMI calcula que para 1995 se producirá un fuerte descenso al 13,2%.

El Fondo Monetario Internacional (FMI) en su informe respaldó la cautela de las políticas monetarias desarrolladas por Estados Unidos y Alemania, porque "es mejor prevenir la inflación aumentando los tipos de interés que curar luego sus efectos".

El economista jefe del Fondo hizo hincapié en que la recuperación en los países industrializados ha cobrado firmeza y está ahora en fase de consolidación, por lo que es conveniente vigilar las posibles presiones inflacionistas.

Sobre el desempleo, principal caballo de batalla en los países europeos, también el FMI se muestra optimista tal como subrayó, Michael Mussa, al sentenciar "que se ha llegado al punto máximo de desempleo en Europa".

En este sentido, afirmó que una recuperación vigorosa creará un entorno propicio para introducir las reformas fundamentales de los mercados laborales que serán necesarias para reducir significativamente el desempleo estructural en muchos países industriales.

Este panorama optimista se interrumpe a medida que se avanza hacia el Este: "Cuanto más al Este vas, más problemas encuentras", comentó Michael Mussa. El Fondo Monetario Internacional (FMI) de-

talla una importante mancha negra, que tiene su epicentro en Moscú y que debe lavarse a base de una austera política financiera.

Según el informe, los países de la antigua URSS, salvo los tres bálticos, necesitan la aplicación implacable de medidas de austeridad, pasando por la liquidación de las empresas insolventes y el recorte de las pensiones.

Se prevé para ellos la continuación del declive en su Producto Interior Bruto (PIB), que desde el desmoronamiento del muro de Berlín ya ha caído en casi un 45% en el caso de Rusia, en más del 75% en Georgia y en un 55% en Ucrania.

Los países del CEI registrarán este año declives de entre un 25% (Ucrania) y un 2,2% (Moldavia), pasando por Rusia, cuya economía decrecerá nuevamente, en un 12%.

Y los que quedan peor parados en la antigua URSS, son los que han estado o siguen estando en guerra, como es el caso de Georgia, Tayikistán, Armenia y Azerbaiyán.

En el apartado del informe que trata sobre los países recién salidos del comunismo (los "países en transición" al capitalismo), Rusia y sus socios de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) desempeñan el papel de los alumnos rezagados, frente a los más aplicados, como Polonia, la República Checa o Hungría.

Los países bálticos (Estonia, Letonia y Lituania), que pese a su integración en la URSS durante 50 años no han entrado en la CEI, también son ampliamente alabados por el informe del FMI.

Para todos los "países en transición", el FMI prevé la necesidad de importantes préstamos, acompañados, como no, por las exigencias de una mayor austeridad para "asegurar que puedan hacer los pagos" de su creciente deuda exterior.

El Ras 29/9/94 (EFE)

01-01

9500559.

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO Camdessus no quiere vender el oro a los países pobres  
PROCEDENCIA 150023  
FECHA DE PROCEDENCIA 20/9/94  
VINCULACIONES 508501

del fondo.

"Hay otros medios antes que empeñar las joyas de la familia". *le REP 30/SEP/94*

## **Camdessus no quiere vender el oro para los pobres del Fondo**

El director gerente del Fondo Monetario Internacional (FMI), Michel Camdessus, rechazó implícitamente ayer una propuesta británica de vender parte de las reservas de oro del organismo financiero para colaborar en la cancelación de la deuda de los países pobres. Camdessus aseró en conferencia de prensa, inscrita en el marco de los trabajos de la 49ª Asamblea Anual del FMI y el Banco Mundial que tiene lugar en Madrid, que el organismo internacional a su cargo cuenta con otros medios para asistir a los países de menores recursos sin la necesidad de "empeñar las joyas de la familia".

El ministro británico de finanzas, Kenneth Clark, lanzó el martes la idea de vender el 10% de las reservas del FMI —que ascienden a US\$ 102 millones de onzas— para financiar un plan dirigido a reducir la carga de la deuda de los países más pobres.

Por tanto, las propuestas del FMI se dirigieron a los DSC, la moneda especial del organismo, que sirve como acti-

vo de reserva internacional. Para emitirlos se requiere la autorización del 85% del poder de voto, nivel posible de lograr sin el apoyo de Estados Unidos —que tiene el 17,81%— que hasta ahora se ha opuesto. Intentando disipar temores entre los miembros del Fondo, Camdessus explicó que la emisión propuesta

que alcanzaría a US\$ 16 millones, sería sólo para compensar a los socios que no tienen nada porque ingresaron después de la última emisión. US\$ 11 millones irían para los diez países más ricos, "que tienen todos los medios necesarios para estabilizar ese aumento de reservas y evitar efectos inflacionarios".

01-01

9500560



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *FMI celebra que la ec. mundial crezca en 1995.*

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

*Recomendó políticas sólidas y subas de tasas para prevenir inflación*

## Camdessus confiado en que se inicia período de "vacas gordas"

*El director gerente del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, se manifestó confiado en que todos los países miembro de ese organismo manejarán políticas sólidas y que no caerán en errores del pasado, de manera que la economía mundial pueda ingresar en un período de "vacas gordas" tras haber sufrido siete años de "vacas flacas".*

por Oscar Vilas

enviado de El Observador a Madrid



DURANTE LA conferencia de prensa con que tradicionalmente da comienzo la actividad de la asamblea anual del FMI y el Banco Mundial, Camdessus dijo que existen condiciones para un crecimiento global de la economía y advirtió que las grandes potencias deben aprovechar el período de recuperación para atacar sus problemas financieros.

El FMI calcula que la economía mundial crecerá en 1995 un 3,6%, tras el 3,1% registrado en 1994, con un 2,7% para los países desarrollados y un 5,6% para los países en desarrollo.

A pesar de las habituales advertencias sobre la necesidad de mantener la disciplina fiscal, se mostró convencido en que algunas lecciones de los años 70 y 80 han sido efectivamente aprendidas por los países. En lo que respecta a la política monetaria, el organismo calcula que hay una mayor firmeza de

parte de los gobiernos y bancos centrales para frenar la inflación en su origen antes de que se convierta en un problema.

En ese sentido, Camdessus recomendó que las principales potencias económicas deberían realizar un incremento en sus tasas de interés, como prevención contra la inflación.

"Los bancos centrales deben estar listos para reaccionar y para adoptar políticas de restricción monetaria antes de que la inflación... se materialice", expresó.

El jerarca explicó además las propuestas del FMI para revertir los altos índices de desempleo, el proteccionismo comercial y los otros problemas que plantea el futuro inmediato.

Reiteró su propuesta favorita — un polémico plan de inyectar 50.000 millones de dólares en la economía mundial mediante una emisión extraordinaria de Derechos Especiales de Giro — y rechazó las críticas de los países industrializados de que la iniciativa es inflacionaria. ■

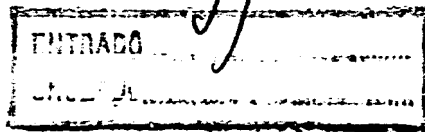
### Enlentecimiento del ritmo de crecimiento

(ENVIADO) - EL FONDO Monetario Internacional prevé que este año se enlentecerá el ritmo de crecimiento en las economías de América Latina pero que en 1995 se producirá una recuperación, según se desprende de su informe sobre perspectivas económicas mundiales.

Las cifras divulgadas ayer calculan para este año un crecimiento del 2,8% en las economías de la región, lo que implica una desaceleración frente al promedio del año pasado, que se ubicó en 3,4%.

Sin embargo, el FMI prevé que en 1995 este crecimiento se recuperará parcialmente y que se llegará a un ritmo regional del 3,3%, una décima menos de lo que había previsto en su informe anterior, de hace seis meses.

Esta evolución coincide con la recuperación que experimentan los países industrializados, que después de sufrir una crisis en los últimos años que ha afectado a las naciones en desarrollo, tanto este año como el próximo crecerán un 2,7% de promedio. ■



9500561

150004

16/6/94

12535

*El PP se va a ir de espaldas a la izquierda. Ellos para P. Europeo tuvieron en us. para tenerlo político.*

## Parlamento europeo: viraje a la derecha pleno de incertidumbres

por Angel V. Ruocco

Roma. Las elecciones para el Parlamento Europeo del domingo pasado causaron en varios países del viejo continente temores políticos de variada intensidad y diferente signo, cuyas consecuencias son todavía difíciles de establecer.

Algunos analistas piensan que la recesión económica y la desocupación, que afecta a 35 millones de personas, con sus secuelas de inseguridad, xenofobia y racismo, son los elementos determinantes de estos imprevistos cambios políticos. Otros expertos afirman, en cambio, que se trata de episodios coyunturales, vinculados a situaciones específicas de cada país.

Aunque los eurodiputados socialdemócratas continúan siendo mayoría, es innegable que han perdido muchos votos capturados por la derecha. El ingreso de nuevos grupos como Forza Italia de Silvio Berlusconi, a lo que debe añadirse la pérdida de votos democristianos, hace temer que el Europarlamento sea prácticamente ingobernable.

El Partido Socialista Europeo (PSE), que agrupa a las formaciones socialdemócratas de varios países, se benefició con el éxito de los laboristas británicos, que derrotaron a los conservadores obteniendo 200 eurodiputados (2 más que en la legislatura anterior, en un parlamento que pasó de 518 a 567 miembros).

En cambio, el Partido Popular Europeo (PPE), que reúne a los democristianos, conservadores británicos y otros grupos políticos de centro derecha, debido a las derrotas de John Major y del Partido Popular Italiano (ex Democracia Cristiana) bajó de 162 a 148 diputados. Sin embargo, es posible que el PPE reciba en su seno a los socialdemócratas portugueses (pese a su nombre son de centro derecha) y a los representantes de Forza Italia, con lo cual alcanzaría también a los 200 eurodiputados.

Si el PPE incorpora además, a los representantes de Giscard d'Estaing y a los "gaullistas" de Jacques Chirac, podría superar numéricamente al PSE, pero el frente sería tan poco homogéneo que pueden adelantarse grandes dificultades a la hora de tomar decisiones concretas.

### ■ Un tablero inestable

La inestabilidad dominará en Estrasburgo en el próximo quinquenio, pronostican todos los observadores políticos. La aparición de sectores políticos nuevos, como los de los franceses Bernard Tapie (centro izquierda) y Philippe De Villiers (extrema derecha), el reforzamiento de los verdes y una creciente fragmentación en todos los sectores, autorizan a imaginar múltiples contradicciones que paralizarían el trabajo y las decisiones del Europarlamento.

Pero más significativo que el futuro de ese gigantesco

cuerpo deliberativo, que en realidad tiene pocas potestades, es su carácter de prueba para próximas contiendas electorales internas en las naciones de la UE.

Los resultados del domingo pasado permitieron efectuar varias comprobaciones:

1) La centroderecha, y en algunos casos la derecha a secas, avanza o se recupera en países como Alemania, España, Bélgica, Italia y Dinamarca. En cambio, sufre una derrota aplastante en Gran Bretaña y pierde ajustadamente en Portugal.

2) La socialdemocracia retrocede en naciones como España, Francia e Italia, pero logra un resultado impresionante en Gran Bretaña, gana en Portugal y se mantiene como primer partido en Grecia.

3) El centro cede vistosa-



Silvio Berlusconi

mente en Italia y registra pobres resultados en Alemania y Francia, aunque vota bien en Holanda e Irlanda.

4) Surgen partidos o movimientos nuevos, en algunos casos "de protesta", que modifican el panorama político en Italia y Francia, se afirman los verdes en Alemania e Irlanda, y logran favorables resultados algunas formaciones de izquierda neta en España e Italia.

Esquemáticamente, pueden preverse las caídas a corto plazo de los gobiernos de Felipe González en España y de John Major en Gran Bretaña, un probable éxito de Helmut Kohl en las próximas elecciones alemanas y un reforzamiento de la posición de Berlusconi en Italia.

### ■ Vencedores y vencidos

La derrota del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) y del "felipismo" a manos del posfranquista José María Aznar, era poco menos que anunciada. Los múltiples casos de corrupción en el seno del gobierno y adyacencias, el fracaso económico, responsable de una desocupación récord en Europa (23,9 por ciento de la población activa), y la falta de coherencia política del PSOE auguraban la victoria del Partido Popular de Aznar, que obtuvo 40,2 por ciento de los votos contra 30,6 de los socialistas.

La victoria de Aznar en las elecciones y el excelente resultado logrado en los comicios regionales de Andalucía, feudo de Felipe, ha-

cen pensar que el PP será el vencedor de las próximas elecciones nacionales, que probablemente se adelantarán para el próximo otoño europeo.

Otro jefe de gobierno que está a punto de perder su cargo es Major. La aplastante victoria de los laboristas ante los conservadores (44 por ciento contra 27 por ciento) el domingo pasado, autoriza a pronosticar que volverán a gobernar a corto plazo.

Cuando toda Europa continental iba hacia la izquierda, en la isla vencía la señora Margaret Thatcher, líder de la entonces nueva derecha europea. Ahora que en casi toda Europa occidental se registra un viraje a la derecha, en Gran Bretaña se retoma, según parece, el camino de la izquierda.

La situación en Alemania también es llamativa. Hasta hace pocos meses se anunciaba que el Partido Socialdemócrata Alemán (SPD), con su nuevo líder, Rudolf Scharping, había sobrepasado en los sondeos de opinión a la Unión Demócrata-cristiana (CDU) del canciller federal Helmut Kohl. Sin embargo, en las últimas semanas, al registrarse un mejoramiento de la situación económica, el corpulento Kohl empezó a recuperar el favor de sus electores, no pocos de los cuales se habían dejado atraer por los cantos de sirena de la extrema derecha.

Italia es otro caso especial. Forza Italia, el movimiento político creado a principios de este año por Berlusconi, se afirmó en el primer lugar con 30,6 por ciento, casi 10 por ciento más que en las recientes elecciones legislativas nacionales y casi 11 por ciento más que el Partido Democrático de la Izquierda (PDS), segundo partido del país.

Forza Italia arrebató votos tanto a las principales fuerzas de oposición, en particular a la ex Democracia Cristiana, ahora Partido Popular Italiano (PPI), como a sus

propios aliados en el llamado Polo de la Libertad, los postfascistas de Alianza Nacional y los federalistas de la Liga Norte.

Los comentaristas políticos señalan que Berlusconi,

a quien algunos definen como un populista parecido a Juan Domingo Perón, reforzó su "una de mí" con el electorado italiano, que quiere creer en sus promesas de "vendedor de ilusio-

nes", pero deberá enfrentar serias dificultades para cumplir con lo prometido.

Con estos resultados, el futuro político de la Europa comunitaria vuelve a ser impredecible.

DOCUMENTO

ILEGIBLE

ENT

CAR

01-d

9500562

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Parl. Europeo reclama a EEUU el levantamiento del embargo a Cuba

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

150023

30/8/94

12535

65890

65671

burgo a euros

## El Parlamento Europeo reclamó a EEUU el levantamiento del embargo a Cuba y la abrogación de la ley Torricelli

También condenó la represión brutal contra la manifestación de ayer de apoyo al presidente Aristide en Puerto Príncipe

Estrasburgo, Francia (AFP)

El Parlamento Europeo pidió a Estados Unidos el levantamiento del embargo norteamericano contra Cuba, la abrogación de la "ley Torricelli" y el restablecimiento integral de las relaciones económicas, comerciales y financieras con la isla.

Estas medidas las debe adoptar Estados Unidos "con el objeto de prevenir una explosión social" en Cuba, señaló la asamblea europea, que solicita en su resolución a las autoridades norteamericanas resolver sin demora la situación de los refugiados detenidos en los campamentos de Panamá y Guantánamo.

El Parlamento Europeo también pidió al gobierno cubano que "introduzca sin tardanza los cambios políticos para profundizar la democracia y aumentar el respeto de los derechos humanos".

El Parlamento de Estrasburgo también pidió que Cuba sea asociada a un

programa de cooperación regional financiada por la Unión Europea en el Caribe y en América Latina. Por otro lado, la asamblea europea también condenó, en otra resolución, "la represión brutal por las fuerzas del orden haitianas de las manifestaciones de apoyo al presidente Aristide", lo que ha dejado varias víctimas. En su resolución, los diputados europeos recordaron su "adhesión de toda resolución pacífica de los conflictos" y pidieron a los países europeos con asiento en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas que obren a favor de las leyes de amnistía y de la protección física del presidente Aristide. Los diputados de Estrasburgo también se pronunciaron por un creciente esfuerzo de la UE a favor de "la ayuda, técnica y financiera, de las instituciones democráticas haitianas y en particular de su Parlamento".

Finalmente, el Parlamento Europeo estimó que "una ayuda económica y técnica importante deberá ser otorgada para arrancar a ese pueblo de la miseria", con el fin de que construya "su propio sistema democrático".

ENTREGA

CRUZ

01/01

9500564

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN

VINCULACIONES

*P. Europeas, adjunto en doc. sobre tráficos de uranio y plutonio.*  
*150023*  
*30/9/94*  
*12535*  
*507294*

### Parlamento Europeo advierte sobre tráfico de uranio y plutonio

Estrasburgo (ANSA)

■ El naciente tráfico internacional de plutonio y uranio, proveniente sobre todo de los inmensos arsenales de la ex URSS, "hace correr serios riesgos a la humanidad", afirmó el Parlamento Europeo en un documento aprobado ayer en Estrasburgo.

La definición se refiere a los numerosos secuestros de materiales nucleares efectuados en las últimas semanas por aduaneros alemanes y la Policía rusa.

El peligro más inmediato, según los diputados, por ahora no reside tanto en la explosión de una bomba atómica sino en "la manipulación, transporte, circulación y tratamiento de esas sustancias altamente tóxicas", puestas en contacto directo con la población civil.

"Uno, sin saberlo, puede pasar en una estación ferroviaria junto a una valija llena de uranio", explicó el alcalde de la ciudad italiana de Palermo, Leoluca Orlando, corredor de la resolución.

Los parlamentarios europeos pidieron a los gobiernos de los Doce que amplíen la lucha contra la nueva "mafia nuclear", dando mandato a la recién creada Agencia de Policía Europea, Europol, por ahora ocupada sólo en actividades antidrogas, y promover un sistema de control internacional de los depósitos de material nuclear.

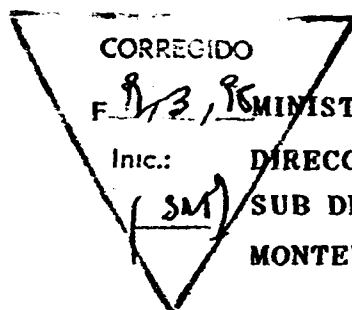
Hablando con los periodistas, al margen de los debates sobre el tema, Orlando afirmó que la "opción del chantaje nuclear" está hoy entre los nuevos objetivos estratégicos de la mafia siciliana, que se proyectó hacia el nuevo "mercado del plutonio".

ENTRADO

GRU2-DU

01-01

9500565.



FECHA 09, 03, 95 INICIAL TE  
Procesado a Sistema DPX  
MINISTERIO DE DEFENSA OBSERVACIONES ENGANCHADO -  
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA  
SUB DIRECCION EXTERIOR  
MONTEVIDEO, 16 DE ENERO DE 1995.-

7/1  
M  
J

T.I. N° 027/B/95.- SEÑOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Se recibió de una agencia amiga la siguiente

información:

ASUNTO: BILAL BARHUMI- INFORMANTE INOPORTUNO-

1- En el último período se han recibido en diversos servicios informes sobre propósitos de cometer un atentado, y entre los que ejecutarán el atentado se mencionaba a NADIA SALMAN, SADALLAH MUHAMAD ALI SHARIF y BILAL BARHUMI.

2- Los mencionados son conocidos como se describe a continuación:

a. Por un informe actualizado a 1990, pertenecen a un grupo de libaneses que partió a FRANCIA para cometer un atentado contra un diplomático saudita. Según ese informe, BILAL BARHUMI fue señalado por diversos factores de inteligencia como un estafador de inteligencia.

b. Según un informe de diciembre de 1994, los citados integran un grupo de terroristas que planean cometer atentados en ESPAÑA y contra un objetivo israelí en GRECIA.

c. En otro informe de diciembre de 1994 fueron mencionados (sin el nombre de BARHUMI) como quienes componen un grupo que planea cometer varios atentados a comienzos de enero de 1995 contra instituciones u organizaciones francesas o israelíes.

3- BILAL BARHUMI se ha ofrecido en el pasado en diversos servicios, habiendo entregado alertas (que no se han concretizado), y que incluían su nombre como uno de los que cometerían los atentados. Fue señalado y definido por distintos servicios como un estafador de inteligencia.

4- Solicitamos presten atención a la posibilidad de que BILAL BARHUMI decidió ofrecerse nuevamente, y vende nuevamente alertas relacionadas con diversas regiones del mundo.

5- Sin embargo, deseamos señalar que el sensible período actual implica la necesidad de estar atentos. Por lo tanto, a pesar de que consideramos que BILAL BARHUMI es un estafador de inteligencia, en nuestra opinión se debe recibir sus informes, y examinar el contenido de los mismos.

Saluda atentamente  
Por el Jefe del Departamento II (Exterior)



MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 17 ENE. 1995  
Pasa a [signature] MIL  
N° de Orden 9500568

[signature]

001/1

9500568

Copia Nro.  
Pagina

de  
de

Ejemplares.  
Paginas

1/3

**RESERVADO**

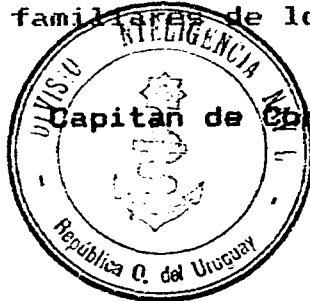
COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL

SOLICITUD DE INFORMACION Nro. 006/95.-

AGENCIA: D I N T E  
FECHA: 16 de ENERO de 1995.-  
ASUNTO: Solicita informacion.  
REFERENCIA: SE OMITE  
ORIGEN: SE OMITE  
AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY  
DIFUSION ANTERIOR: N E G A T I V O  
DISTRIBUCION : D.G.I.D - ARCHIVO.

ANEXOS:

TEXTO: Solicito investigacion de las 4 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son promitentes ingresos a la Armada y familiares de los mismos.-



Oscar DOURRON  
P/S/A/M. Jefe de la Division  
Inteligencia Naval

18/1/95  
013

**RESERVADO**

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRETARIA  
Fecha 16/1/95  
Pasa a SIDI  
Nº de Identificación 9500570

Der. Ants  
001/3

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Direccion General de Informacion de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 17 ENE. 1995  
Pasa a ANTECEDENTES  
Nº. de Orden 9500570



01/14/95

AFELLIDO

NOMBRES

LFDN - EDAD

CEDULA

CRED.CIV. DOMICILIO

ALAYON ESPINOSA	SERGIO ADEMAR		FERREIRA Y ARTIGAS 169
ALAYON RODRIGUEZ	LILIAN ESTELA	010174 MDEO.	1.846.871-9 OGB 899 FERREIRA Y ARTIGAS 169
ASSIMONTTI ARCE	JORGE NELSON	040151 COL.	4.153.452-5 NAB 17873 PATRIA S/N(COLONIA DEL SACRAME
ASSIMONTTI PORTELA	NELSON JAVIER	150571 COL.	3.473.470-6 NAB 18084
AUDIIFRED	CARLOS DARIO	260546 MDEO.	1.087.689-2 BDA 36000 DUNANT 4034 AP.2
AUDIIFRED GARCIA	MARCELO	230573 MDEO.	2.950.982-9 CMA 46260 DUNANT 4034 AP.2
BAZ SOSA	TELMA ELSA	251145 MDEO.	1.610.862-2 BTA 9617 S.CARLOS ROSSI 5078 VIV.54
CANO	NORMA BEATRIZ	SORIANO	BLANES VIANA 375(MERCEDES)
CANO	RICARDO JAVIER	080666 SOR.	2.766.750-6 MAA 59224 BLANES VIANA 375(MERCEDES)
CORDERO	LUIS ALBERTO	210750 SAL.	1.407.928-1 AAA 7145 LOS PLATANOS S.9 MAN.10(S.JOSE
CORDERO LOPEZ	FLAVIO DANIEL	010576 SAL.	4.005.763-5 OGB 1025 LOS PLATANOS S.9 MAN.10(S.JOSE
CRUZ MENDEZ	DOUGLAS FERMIN	061035 MDEO.	.813.478-2 ASA 9144 AZAMBUYA 2590
CRUZ ROSAS	DANIEL GUSTAVO	160771 MDEO.	2.608.076-1 BDB 37188 LASANTILLAS M.5 S.10(DEL.TIGRE
CUBILLA SILVA	JAVIER EDUARDO	240470 MDEO.	2.632.217-1 BYB 30475 RAMON PIEDRA 4890
CURBELO MAZZA	MARIA ALEJANDRA	120668 COL.	3.538.011-2 NLB 12994 ALBERTO MENDEZ 106 (COLONIA)
CUTTI OTAZO	ROBER MICHAEL	261275 ART.	3.859.870-0 ICD 17120 CANELONES 877(B.UNION)
CUTTI RAI	CARMELO	ARTIGAS	CANELONES 877(B.UNION)
DE LA CARRERA RODRIGUEZ	JULIO CESAR	311144 COL.	3.463.660-5 NGA 847 RUTA 21 KM. 178,500(COLONIA)
DE LA CARRERA VITALIS	MIRIAM ESTHER	051273 COL.	3.493.289-3 NAB 18647 RUTA 21 KM. 178,500(COLONIA)
DE LOS SANTOS	YARLIZ MARIA	070275 R.NEGRO	4.154.154-8
DE LOS SANTOS	BLANCA GLORIA	050535 ROCHA	2.994.918-6 ECC 1437 P.BALBOA Y R.ESPANOLA(ROCHA
DI CASTRO FLORES	ELOINA	260948 TBO.	JUAN D.LOPEZ (TRO.)
DOGLIOTTI VACALIUC	MARIA FLORENCIA	160976 BS.AS.ARGEN.	3.354.553-2 2 CNDOS.LLOVERAS Y BRAIDA
ESPOSITO VAZQUEZ	NORA TERESITA	290834 FLORIDA	3.652.569-2 BALTAZAR BRUM S/NRO.(SAN RAMON
FAJARDO GONZALEZ	ARNALDO EZEQUIEL		S.CARLOS ROSSI 4523 C
FAJARDO TORTORA	ARNOLDO JAVIER	250372 MDEO.	2.544.069-7 BTA 21669 S.CARLOS ROSSI 4523 C
FERNANDEZ MAURIN	MIRTA SUSANA	150133 MDEO.	.644.887-6 BBE 7305 GARZON 222 AP.004
FRANCO ESPOSITO	SERGIO GUSTAVO	090970 CAN.	1.104.158-8 AXB 29891 VIGO 4217 BIS
GABARRIN	JORGE ANTONIO	MDEO.49 AÑOS EN 1995	BVB-19672- CALLE 13 NRO.3724 (CASABO)
GABARRIN SILVERA	ALEJANDRO FABIAN	151075 MDEO.	4.207.890-0 RTB 33374 CALLE 13 NRO.3724 (CASABO)
GALVAN	JUAN CARLOS	180749 COL.	.978.684-1 BTA 4881 S.CARLOS ROSSI 5078 VIV.54
GALVAN BAZ	HERNAN DARIO	260476	2.955.137-7 BTA 25191 S.CARLOS ROSSI 5078 VIV.54
GARCIA GONZALEZ	ELSA MABEL	150944 MDEO.	1.043.245-9 BDA 36245 DUNANT 4034 AP.2
GOMEZ DI CASTRO	SANDRA LILIAN	300173 TBO.	2.702.415-2
GOMEZ SILVA	CARMELO MARCELINO	260947 TBO.	JUAN D.LOPEZ (TRO.)
GONZALEZ PAREDES	MARIA IRIS	100950 MDEO.	CNO.CASTRO 603
LOPEZ	SUSANA	050856 RIVERA	1.773.231-3 OGB 552 LOS PLATANOS S.9 MAN.10(S.JOSE
LOPEZ MARTINEZ	VICTOR MANUEL	120372 MDEO.	3.879.785-7 BTA 22034 LA BOYADA 2036
MACHINI PICADO	CARLOS ALBERTO	200776 MDEO.	1.909.265-4 RUB 49741 J.LLUPES 4521 BIS
MARTINEZ CORREA	MODESTIA	MDEO.	LA BOYADA 2036
MAZZA PINO	LIDIA ORIS	120140 S.JOSE	4.360.999-0 NLB 11532 REP.DE MEXICO 519(J.LACAZE)
MENDEZ FERNANDEZ	JORGE CESAR	230273 MDEO.	2.013.868-9 RVB 48350 GARZON 222 AP.004
MENDEZ GRANA	REMIS	151132 MAL.	.678.694-5 AQA 6569 GARZON 222 AP.004
MONTENEGRO GONZALEZ	ITALO MARCELO	031266 MDEO.	1.678.998-2 BZC 1621 CNO.CASTRO 603
MONTENEGRO PAIN	SERGIO	161245	CNO.CASTRO 603
OTAZO	ERNESTINA	ARTIGAS	CANELONES 877(B.UNION)
PICADO GHIRINGHELLI	SONIA GLADYS	050351 MDEO.	1.289.157-9 BVB 25974 J.LLUPES 4521 BIS
PORTELA AYALA	IRMA ISABEL	121249 COL.	4.083.198-2 NAB 11301
RODRIGUEZ CUELLO	ALICIA REBE	190956 MDEO.	061 2880 - RUTA 1 K.28 S.59 S.11(P.PASCUA
ROMAN GONZALEZ	GIOVANA LORENA		RAMON PIEDRA 4890
ROMERO QUINTANA	ROBELIO ALCIDES	100969 COL.	3.806.843-8 NAB 18648 RUTA 21 KM. 178,500(COLONIA)
ROSAS ZIPITRIA	GLADYS JORGELINA	290948 COL.	1.292.985-6 OEI 107 AZAMBUYA 2590

ALAYON, Sergio

PC-4623

DON-T.P. VARELA S/N(LIBERTAD)

C.C. OEA-4172 19 años en 1970-

F. AF- 30/7/70-

002

9500570

GABARRIN-

PC-Nº 30271

C.C. BVB-19672 (20 años)

DON-2ª DEMARCACION 4081-ESMERALDA Y JUAN

Bxx-017

CONSTRUCCION



APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV. DOMICILIO
• SAAVEDRA FERREIRA	VERONICA	230375 ART.		
• SILVA OLIVERA	MARIA EVA	261243 C.LARGO	1.385.135-7 GBA	4228 RAMON PIEDRA 4890
• SILVERA	NANCY	C.L.38 AÑOS EN 1995		CALLE 13 NRO.3724 (CASABO)
• TELIZ GARCIA	SILVIA CRISTINA	091059 MDEO.	1.606.087-0 BMA 27071	R/NEGRO M.24 SOL.34(EL PINAR)
• TELIZ PEREIRA	WALTER	300556 ROCHA		CHUY 3385 AP.2
• TORTORA	ANA MARIA			S.CARLOS ROSSI 4523 C
• VICENTE DE LOS SANTOS	VILMA MABEL	080369 ROCHA	2.927.303-2	P.BALBOA Y R.ESPANOLA(ROCHA
• VITALIS MAIDANA	LUISA ESTHER	100955 COL.	2.828.561-0 NGR	5072 RUTA 21 KM. 178,500(COLONIA)

003/3

9500570

95  
38  
53

Copia Nro.  
Pagina

de  
de

Ejemplares.  
Paginas.

**RESERVADO**

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL

1/2  
TH

SOLICITUD DE INFORMACION Nro. 002/95.-

AGENCIA: D I N T E  
FECHA: 13 de ENERO de 1995.-  
ASUNTO: Solicita informacion.  
REFERENCIA: SE OMITE  
ORIGEN: SE OMITE  
AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY  
DIFUSION ANTERIOR: N E G A T I V O  
DISTRIBUCION : D.G.I.D - ARCHIVO.  
ANEXOS:

TEXTO: Solicito investigacion de las 14 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son promitentes ingresos a la Armada y familiares de los mismos.-



Capitan de Corbeta (CB)

Oscar DOURRON  
P/S/A/M. Jefe de la Division  
Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA  
Fecha: 18/01/95  
Pasa a: SDI  
No de Identificación: 9500571

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
DE DEFENSA  
SECRE  
Fecha: 16/1/95  
Pasa a: SDI  
No de Identificación: 9500571

**RESERVADO**

Der. Ants  
001/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada: 17 ENE. 1995  
Pasa a: ANTECEDENTES  
No. de Orden: 9500571

APELLIDO	NOMBRES	LFDN - EDAD	CEDULA	CRED.CIV. DOMICILIO
ACOSTA ROJA	SUSANA BEATRIZ	140950 CAN.	1.886.293-9 CCA	6919 RUTA 36 K. 42(CERRILLOS)
CAL RODRIGUEZ	EVA ETELVINA	100446 RIVERA	3.189.544-0 HAB	23013 S.FERRER SERRA 2124/11
CAL RODRIGUEZ	LUIS SALVADOR		3.093.855-0 HBD	4284 PTE.VIERA 470(RIVERA)
FERNANDEZ CASSELLA	MARIA GRACIELA	030551 MALDONADO	3.436.834-9 DAA	16323 RINCON 1027(MALDONADO)
FRONTAN SILVA	JOSE ANTONIO	130635	3.289.042-9 CRA	12753 CERRO LARGO 1484/306
MACHADO ACOSTA	ALEN SEBASTIAN	180177 MDEO.NADO	2.963.124-8	RUTA 36 K. 42(CERRILLOS)
MACHADO FERRARI	JOSE CARLOS	130247 MDEO.	1.011.898-6 BMB	17947 RUTA 36 K. 42(CERRILLOS)
MOLINARI	CARLOS RUBEN	040845 COLONIA	4.241.505-5 HAB	23813 GESTIDO 311
MOLINARI CAL	CARLOS DANIEL	101076 RIVERA	3.189.543-4 HAB	23813 S.FERRER SERRA 2124/11
MOLINARI CAL	MARA ROSANA	191066	3.189.542-4 HBA	18779 J.REQUENA 1445 AP.210
RIVAS FERNANDEZ	MAURICIO SEBASTIAN	140378 MALDONADO	3.436.832-7	RINCON 1027(MALDONADO)
VICO ALONSO	WASHINGTON	180151 MDEO.	1.441.586-5	GABOTO 35(LAS PIEDRAS)
VICO MACHADO	EDUARDO MARCEL	MDEO. 271076	2.523.810-3 CDA	85444 GABOTO 35(LAS PIEDRAS)
VICO MACHADO	CLAUDIA	24 AÑOS EN 1995		GABOTO 35(LAS PIEDRAS)

002/2

9500571

*Handwritten notes:*  
 u. civil -  
 201. Ato 30  
 (u. DEN CRIV)

1/1

ARCHIVO

16-GEN-1995 09:12

DNII SECRETARIA PRIVADA

005902910319

P.01/01

P.0111/

Montevideo, enero 16 de 1995

////////////////////////////////////

1)-

INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DE LA SAUD

ASOCIACION DE TRABAJADORES DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas.-

INDUSTRIA QUIMICA

UNION DE TRABAJADORES DE BAO: Se encuentra convocada para el día 19/I/ la Asamblea General Ordinaria del sindicato. La misma se llevará a cabo en el local sindical sito en Avda. Carlos María Ramírez 451 a la hora 14:00. El tema principal del orden del día será la designación de una Comisión Electoral para proceder a la renovación de autoridades.-

COLAGEL S.A.: Se instrumentan un conjunto de medidas tales como la de mostrar a la opinión pública el estado de la planta y de la maquinaria. Se preveen además reuniones en procura de encontrar soluciones al prolongado conflicto y se maneja como medida extrema la realización de una nueva huelga de hambre.-

////////////////////////////////////

2)-

INFORMACION ESTATAL

UNION AUTONOMA DE OBREROS Y EMPLEADOS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. La Asamblea General se encuentra en cuarto intermedio hasta el día martes 17 a la hora 11:00. Por otra parte para el día de la fecha se encuentra convocada una conferencia de prensa en las oficinas centrales sitas en 25 de mayo 706 2do. piso. También en el día de hoy se llevará a cabo una reunión entre UOAGAS y autoridades de GASEBA URUGUAY a las 13:30 horas.

////////////////////////////////////

////////////////////////////////////

////////////////////////////////////

////////////////////////////////////

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	17/1/95
Pasa a	SDI
Nº de Identificación	9500573

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	17 ENE. 1995
Pasa a	ARCHIVO - SOCIAL
Nº. de Orden	9500573

001/1

AGI. — Gremial

34

Nº. DOCUMENTO

9500574

TÍTULO

Problemas de EE.UU. amenazan el éxito de la Cumbre de las Américas.

PROCESO

150025

FECHA DE

31/10/94

VINCULACIONES

65890.

11078

11164

11399

11302.

# Los problemas de EE.UU. amenazan el éxito de la Cumbre de las Américas

POR TIM CARRINGTON

Redactor de THE WALL STREET JOURNAL

WASHINGTON — Las esperanzas puestas en la Cumbre de las Américas se desvanecen.

La reunión que congregará a los jefes de Estado y gobierno del continente dentro de cinco semanas en Miami, se planificó a raíz de la victoria del gobierno de Bill Clinton tras lograr la aprobación del Tratado de Libre Comercio el año pasado. Pero ahora, la cumbre se celebrará en medio de la controvertida temporada política de 1994 en EE.UU. El gobierno estadounidense sufre a causa de una serie de reveses en materia de comercio: el Congreso se empantanó cuando llegó la hora de ratificar el acuerdo de comercio mundial derivado del Acuerdo General de

## PERSPECTIVAS

Aranceles y Comercio (GATT) y es posible que vacile todavía más después de las elecciones; la autoridad para las negociaciones por la llamada vía rápida, crítica para acuerdos comerciales futuros, está sin decidir y pueden escucharse llamados al proteccionismo de parte de aislacionistas de ambos partidos, así como el movimiento de Ross Perot.

Si a esto se agregan las preocupaciones de las crisis en Haití e Irak, el resultado es que "lo mejor que se puede decir es que emerge un sentido de perspectivas poco positivas", expresa Peter Hakim, presidente de la organización Diálogo Interamericano, con sede en Washington.

## Agenda tortuosa

Al fijar los objetivos del libre comercio en las Américas —y programar la cumbre para alentar esas metas— el gobierno propuso inicialmente una tortuosa agenda que cubría desde el narcotráfico hasta cuestiones del ambiente. Las iniciativas a favor de la apertura del comercio se dejaron en términos vagos y prácticamente enterradas bajo otros temas.

Muchos líderes latinoamericanos y caribeños se quedaron perplejos. Washington, expresa Ro-

## UN FRACASO sería un mal negocio

y una oportunidad perdida. Un acuerdo

comercial continental aumentaría las

importaciones de los países latinoamericanos

en unos US\$170.000 millones.

bin Rosenberg, del Centro Norte-Sur de la Universidad de Miami, no ha "formulado una agenda realmente coherente y no ha podido responder al interés principal de los países latinoamericanos y caribeños: la apertura comercial y acceso al mercado estadounidense".

Un fracaso de la cumbre no sería sólo una oportunidad perdida para el hemisferio sur. El Instituto Internacional de Economía calcula que el comercio adicional que generen nuevas políticas de apertura comercial llevaría a un incremento de US\$170.000 millones en las importaciones de países latinoamericanos y un aumento de US\$130.000 millones en las exportaciones para finales de este decenio. Dado el apetito latinoamericano por los bienes provenientes de EE.UU., un alza de esa categoría en materia de importaciones claramente beneficiaría a las compañías estadounidenses.

## Apoyo a la democracia

En términos más amplios, un acuerdo de libre comercio —o por lo menos un plan claro para llegar a un pacto de este tipo— sería un apoyo a las reformas democráticas y económicas. "Es una oportunidad enorme para asegurar los desarrollos políticos favorables en hemisferio y adelantar nuestra integración económica", dice Julius Katz, que negoció el TLC a nombre del gobierno del ex presidente George Bush. "Existe la esperanza de que el gobierno de Clinton tome medidas valientes".

Pero la falta de rumbo es peligrosa. Venezuela retrocede y otros países de la región, incluido México, necesitan mayor estabilidad política y social. Toda la región muestra un preocupante vacío entre los ricos y los pobres donde muchos se benefician muy poco de las reformas que EE.UU. aplaude.

El caos social no es el único peligro. Otro es que EE.UU. reniegue del liderazgo regional y deje a las economías latinoamericanas que han logrado el éxito la tarea de llegar a acuerdos comerciales con países de Europa y Asia. Además, los países latinoamericanos fortalecerían acuerdos comerciales alternativos, como el Mercosur.

## Demasiados acuerdos

A medida que los subgrupos regionales reduzcan las barreras comerciales y no creen otras, parecen ser constructivos. Pero en momentos que los acuerdos comerciales se multiplican entra a jugar un factor de confusión. Richard Bernal, embajador de Jamaica ante Estados Unidos y su representante permanente ante la Organización de los Estados Americanos (OEA), advierte: "La proliferación de acuerdos complica la situación porque los exportadores e importadores nunca están seguros de en qué régimen operan". Y agrega: "Se necesita una simplificación, que provendría de un área hemisférica de libre comercio".

La cumbre debería alentar ese objetivo. Pero una sencilla reafirmación del apoyo de Washington al libre comercio en las Américas

no llevará a cosas más allá de las declaraciones anteriores de los presidentes Bush y Clinton. Lo que se necesita son pasos para recuperar el impulso. Ya hay algunas señales prometedoras. Las sesiones de planificación con líderes regionales se aceleran, y después de varios fracasos en la redacción de la agenda, funcionarios de la Casa Blanca dicen que los temas económicos y comerciales son naturalmente los "puntos centrales" de la cumbre.

Pero no está claro si las sesiones en materia económica irán más allá de la charla vaga sobre la integración, más unos cuantos cambios técnicos como armonizar los procedimientos de inversión. Estados Unidos sencillamente no está seguro de cómo desea proceder.

## Reunión de reuniones

Uno de los temas es el del libre comercio hemisférico mediante una ampliación del TLC o mediante la firma de nuevos acuerdos. Cualquiera dirección que se decida, la Casa Blanca no desea ofrecer iniciativas atrevidas en Miami para que después el Congreso las hunda.

Ante tales dificultades, resulta tentador sacrificar la visión por el proceso y dejar que la cumbre de Miami sea poco más que una reunión para programar nuevos encuentros. Eso sería un error.

A diferencia de las cumbres del G-7 y el nuevo foro de Cooperación Económica del Pacífico, Asiático, la cumbre de las Américas no es una reunión anual.

Un compromiso más específico para liberalizar el comercio es crítico, al igual que un plan para trazar el camino y una fecha de llegada (en términos realistas sería el próximo decenio).

En este sentido, Estados Unidos podría seguir el ejemplo de los europeos, que crearon un mercado único libre de barreras comerciales a finales de 1992, pero primero abrazaron la visión y luego se dedicaron a resolver los numerosos obstáculos técnicos y políticos. El presidente debe encontrar un valor comparable.

(HOJA ROTA)

9500574

# Estados Unidos impulsará la libertad de comercio en la Cumbre de Miami

WASHINGTON/ANSA  
"Creo que van a haber acciones concretas que emanarán de Miami", dijo en rueda de prensa Charles Gillespie, coordinador principal de la Cumbre de las Américas, pese a que no ofreció detalles sobre el planteamiento que llevará el Presidente norteamericano.

Gillespie, que trató de incluir el tema comercial en el marco de una amplia agenda para la reunión, reconoció empero que los latinoamericanos insisten en el comercio como "tema central" en el cónclave de 34 presidentes y primeros ministros a celebrarse entre el 9 y 11 de diciembre.

El Presidente norteamericano, Bill Clinton, convocó a la cita poco después de la aprobación del Tratado Norteamericano de Libre Comercio (TLC o NAFTA) entre su país, México y Canadá, con la idea de impulsar la integración continental.

Sin embargo, la Casa Blanca enfrió aparentemente en los últimos meses su entusiasmo por el rápido acceso de otros países y, señalando que podía entorpecer la ratificación del acuerdo del GATT en el congreso, optó por no pedir al legislativo la prórroga del mecanismo fast-track.

La caducidad del fast-track que permite negociar sin el fantasma de enmiendas o demoras en el congreso a la hora de votar la ratificación, cayó como balde de agua fría en varias capitales latinoamericanas, particularmente en Chile, el primero en la lista de países en condiciones de sumarse al NAFTA. En el Departamento de Estado, el portavoz Mike McCurry dijo hoy que habrá en la cumbre "una importante discusión" de comercio e inversión, pero advirtió que la estructura de un acuerdo de libre comercio puede no ser aplicable en todos los casos.

"Pero como premisa central, la meta de comercio más libre, acuerdos comerciales liberalizados y la oportunidad de las economías de crecer, serán premisa central de esta conferencia y por cierto un objetivo central", agregó McCurry.

Gillespie, por su parte, indicó que la cumbre seguramente emitirá "una firme

declaración colectiva" y un plan de acción sobre el tema comercial.

El diplomático observó que hay en marcha intensas consultas sobre una declaración "clara y concisa de principios básicos" y un plan de acción a ser aprobados en la cumbre, incluyendo los aspectos de comercio.

Indicó además que el gobierno norteamericano "tomará pasos adicionales a principios de 1995 en el área comercial".

Gillespie rechazó asimismo críticas de que la cita puede convertirse en una reunión de carácter casi ceremonial y observó que se prevén pocos discursos públicos para dejar precisamente el mayor tiempo posible a deliberaciones de los jefes de estado.

Cuestiones de corrupción y buen gobierno, pobreza y desarrollo, medio ambiente y desarrollo sostenible, fueron citadas por Gillespie como importantes temas en la agenda.

El alto funcionario no anticipa discusión específica de la situación de Cuba, y minimizó la oposición de todo el continente al embargo comercial que desde hace más de tres décadas implementa Washington contra La Habana.

"Hay acuerdo en el objetivo... puede haber diferencias en los medios de cómo conseguirlo. Pero probablemente (Cuba) no vaya a ser un factor principal de discusión", dijo.

Cuba es el único país del hemisferio que no fue invitado por Clinton, que dijo que la cita es exclusiva para representantes de democracias.

Si bien inmigración se ha convertido en un tema de encendido debate político en Estados Unidos, afectando potencialmente a millones de inmigrantes indocumentados latinoamericanos, Gillespie dijo que ningún país ha pedido su inclusión en la agenda.

El funcionario consideró probable una reunión de representantes de los 34 países, para revisar los borradores de documentos a ser aprobados en Miami, pero opinó que la cita preparatoria puede ser a nivel de expertos, sin necesidad de convocar a los cancilleres.

*Estados Unidos está dispuesto a ofrecer pasos concretos, en favor del libre comercio y la integración económica del continente durante la Cumbre de Miami, aseguró el coordinador de la cita hemisférica de jefes de gobierno.*

9500574



Nº. DOCUMENTO 9500575

TITULO ~~ESTADOS~~ UNIDOS acordó con COREA DEL NORTE congelar programa nuclear.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 2/11/94

VINCULACIONES 65890 - 11921.

507487

11164

11302.

11399

11892.

## Acuerdo nuclear con Corea del Norte

2/11/94.

COREA del Norte acordó con los Estados Unidos congelar su programa nuclear, como desenlace de una discusión que había suscitado un proceso de alternativas contradictorias que hicieron temer, en su momento, por la paz regional.

En Ginebra, donde deliberaron más de un mes las delegaciones de ambos países, mediante un comunicado conjunto las partes dieron a conocer las bases del pacto nuclear suscripto. Corea del Norte se compromete a dismantelar las plantas que pueden producir plutonio con fines bélicos, a permitir el control de sus instalaciones nucleares por la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA), a reanudar relaciones diplomáticas con Corea del Sur y a retornar al Tratado de No Proliferación Nuclear, que había firmado y del cual se había desentendido cuando se le reclamó su cumplimiento.

Por su parte, los Estados Unidos asistirán a Corea del Norte para la construcción de reactores atómicos aptos sólo para fines pacíficos, proveerán petróleo hasta que se concluyan los reactores a fin de que no se produzca un déficit de energía, flexibilizarán las restricciones comerciales y establecerán vínculos diplomáticos más estrechos.

Las condiciones resultan satisfactorias en varios sentidos. En primer lugar, para el área del Pacífico en la cual la península coreana tiene un alto valor estratégico, incluidas las dos Coreas y los países vecinos, como Japón, China y Rusia. En segundo

término, el acuerdo abre paso a una reconciliación entre Seúl y Pyongyang, todavía no sellada después de la guerra de 1950-53.

En tercer lugar, la solución negociada reduce el peligro de proliferación de armas nucleares, una cuestión que preocupa a las naciones que integran el club atómico y a las que no poseen armamento nuclear, pero que buscan igualmente neutralizar la multiplicación de esa amenaza.

Subsisten, no obstante, reparos y recelos, pues Corea del Norte no ha ganado precisamente reputación de confiabilidad con sus actitudes zigzagueantes; tanto prometía acceder a los controles de la AIEA como provocaba una situación de crisis, y tanto se avenía a reanudar relaciones con Seúl como generaba nuevos motivos de ruptura.

A pesar de esto, parece haber llegado la hora de la razón para el hermético gobierno comunista de Pyongyang. La muerte de su antiguo dictador, Kim Il Sung, y el ascenso al poder de su versátil hijo, Kim Jong Il, abren una posibilidad natural de cambios políticos internos, de nuevas relaciones de fuerza y de un *aggiornamento* ideológico que, de cualquier manera, más tarde o más temprano será inevitable. La fuerza de las presiones internacionales habrá permitido, así, dejar atrás un stalinismo anacrónico que ya perduró demasiado, más que en cualquier otro país de lo que fue el vasto imperio comunista.

01-01

9500575



Nº. DOCUMENTO 9500576  
TÍTULO Propuesta 187 en EEUU.  
PROCEDENCIA 150090.  
FECHA DE PUBLICACIÓN 3/11/94  
VINCULACIONES 65890.  
11164  
11302  
11437.

## CALIFORNIA A LA CAZA DE INMIGRANTES

# La pesadilla norteamericana

3/11 P.12.

*El próximo 8 de noviembre se someterá a referéndum una ley que priva de servicios públicos a los inmigrantes en el estado de California y obliga a los docentes y médicos a denunciar a los sospechosos.*

**EL PAÍS**  
de Madrid

(Por Antonio  
Caño, desde  
Washington)

Sólo el condado de Orange, bastión conservador del sur de California, recibe cada año más inmigrantes que toda la ciudad de Miami. Casi la mitad de los inmigrantes que llegan a Estados Unidos escogen ese gran estado del Oeste como destino. Se calcula que alrededor de un millón y medio de los que allí se han establecido han entrado en el país ilegalmente y viven, de hecho, al margen de la ley. Su futuro, sus necesidades, los gastos que originan y los problemas que generan están en el centro del debate que se resolverá con un referéndum el próximo martes para decidir si se les restringen los servicios.

En California se vota el próximo día 8 por el cargo de gobernador y por uno de los dos puestos en el Senado. Pero también la población de ese estado expresará su opinión en las urnas sobre una ley, llamada proposición 187, que intenta eliminar el acceso de los inmigrantes ilegales a las escuelas y a los hospitales públicos. En definitiva, se trata de crear las condiciones para cortar ese tipo de inmigración y echar del país a los que ya están dentro.

La propuesta ha sido presentada por el actual gobernador de California, el republicano Pete Wilson, y está respaldada, según las encuestas, por cerca de un 65 por ciento de la población. Más de un 50 por ciento de los probables votantes mexicanos asentados en ese estado desde hace varias generaciones, los llamados chicanos, apoyan también esa ley. Se oponen a ella la administración de Bill Clinton y las dos principales candidatas demócratas en estas elecciones: Kathleen Brown, para gobernadora, y la actual senadora de ese mismo partido, Dianne Feinstein. Han expresado, asimismo, su desacuerdo algunas destacadas figuras del Partido Republicano.

## Wilson contra el Estado

El gobernador californiano fue también el primero en presentar una demanda contra el gobierno federal para que se reembolsen a las arcas de su Estado los 2400 millones de dólares que dice gastar anualmente para atajar la inmigración ilegal. Otros estados con problemas migratorios, como Florida o Texas, han seguido después la política de California.

Una de las ideas que frecuentemente se mencionan para controlar la inmigración ilegal es la de implantar un documento nacional de identidad. En Estados Unidos no existe ningún documento que especifique cómo cumplir esa función. El permiso de conducir, la tarjeta de la seguridad o el carnet de estudiante son habitualmente utilizados cuando es necesario demostrar la identidad. En muchos estados, la policía no tiene siquiera derecho a demandar esos documentos, a menos que exista una duda razonable de que se ha cometido un delito. La implantación de un carnet de identidad choca con una gran resistencia por parte de la población norteamericana y podría incluso resultar anticonstitucional.

En el caso de que, como se espera, la proposición 187 sea finalmente aprobada en el referéndum del próximo martes, cabe anticipar un largo proceso judicial antes de que pueda entrar en vigor. Los enemigos de esa ley han anunciado ya que recurrirán contra ella ante los tribunales, y es muy probable que la decisión final quedará en manos del Tribunal Supremo de EEUU.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

La proposición 187

(también conocida como SOS, siglas en inglés de Save Our State

(salvar nuestro estado))

representa los valores

condados como el de

Orange, cuna del rea-

lismo, y está capita-

lizada por gente como

Ron Price, dirigente de

la organización Jóve-

nes Republicanos, que

tiene: "Lo que esta-

mos tratando de hacer

es animar a los ilegales

a que se vayan, priván-

doles de servicios pú-

blicos, echándolos de sus trabajos,

privándoles sus beneficios".

El gobernador Wilson, en otros

tiempos un moderado que ahora se ha

movido al tren de la antiinmigración,

convencido de su alta rentabilidad

total, asegura que con la 187 Ca-

lifornia ahorraría cada año los 5000

millones de dólares que gasta en dar

educación a 400.000 niños ilegales y

asistencia sanitaria a sus familias.

El grupo de análisis Urban Institu-

te pone en duda esas cifras. Aunque

reconoce que los inmigrantes ilegales

le cuestan al estado más dinero del

que pagan en impuestos, su trabajo

aporta a la economía californiana un

beneficio de 30.000 millones de dó-

lares al año. Es decir, gran parte de la riqueza acumulada por ese boyante estado en las últimas décadas ha sido construida con el esfuerzo de quienes cruzan ilegalmente la frontera para hacer los trabajos que los norteamericanos no quieren, frecuentemente en labores agrícolas.

El problema radica en que California ya no es tan rico. Hay menos para repartir y los inmigrantes no son tan bien recibidos. En los últimos tres años, el desempleo ha aumentado en ese estado por encima de la media nacional. La recesión que empezó en 1989, especialmente la reducción del presupuesto de la industria militar, ha hecho estragos en la economía de

la región. En 1992, por primera vez en un década, bajó el índice de ingresos que los californianos perciben por familia.

Los ciudadanos buscan un culpable de esa situación. El propio gobernador Wilson lo fue durante un tiempo (su índice de popularidad llegó a estar en torno del 20 por ciento). Pero Wilson desvió la mirada hacia el presidente Clinton y hacia los inmigrantes, y ahora es en ellos donde se concentran las iras de la población.

El argumento es elemental: nosotros pagamos impuestos para que el estado se gaste el dinero en atender a las mexicanas que cruzan la frontera embarazadas con el fin de tener un hijo en Estados Unidos y garantizar con ello su estancia en este país; pagamos impuestos para que se hable español en las escuelas; pagamos impuestos para que los inmigrantes creen pandillas y controlen los barrios. "La oleada latina provocará una creciente influencia de la Iglesia Católica, así como una plaga de tradiciones latinoamericanas, tales como corrupción, apatía política y altas tasas de natalidad", advierte John Tanton, presidente de una organización de defensa del inglés y de las tradiciones anglosajonas.

La senadora Feinstein y la candidata a gobernadora, Brown, liberales ambas, consideran que la SOS es constitucionalmente inadmisible, y han asegurado que, aunque pierdan las elecciones, no la respaldarán.

Tal vez no sería raro en los países de Europa, la del estado del bienestar para los europeos, ver privados de servicios públicos a los marroquíes o argelinos que entren ilegalmente. Pero es inconcebible en Estados Unidos. Al fin y al cabo, muchos de los que hoy defienden la medida no estarían en condiciones de hacerlo si se hubiera aplicado la misma ley contra sus abuelos. En una escuela norteamericana nadie pide un certificado de nacimiento para admitir a un niño. Comenzar a hacerlo a partir de ahora, afirman los contrarios a esa legislación, convertiría los colegios en centros de control de la inmigración.

Casi todos los norteamericanos están de acuerdo en que es necesario hacer algo para regular el flujo de inmigración ilegal. Estados Unidos recibe cada año un millón de personas, legales e ilegales, que buscan instalarse en lo que muchos de ellos contemplan como una tierra de promisión, y el país tiene, al fin y al cabo, derecho a planificar su ritmo de crecimiento para las próximas décadas.

El acuerdo comercial firmado con México puede servir para desarrollar la economía del vecino del sur y reducir el número de inmigrantes, pero sólo a mediano y largo plazo. De momento, el gobernador Pete Wilson, esta vez apoyado por algunos políticos demócratas, ha sugerido el despliegue de la Guardia Nacional y del ejército norteamericano en la frontera con México, pero el Pentágono desechó la idea por inviable en términos militares.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

# Intenso debate sobre los ilegales en California

9/11/92.

FOR FREDERICK B. ROSE  
EDICIÓN DE THE WALL STREET JOURNAL

LOS ANGELES — El debate político en Estados Unidos sobre el plebiscito de California para prohibir que los inmigrantes ilegales asistan a las escuelas públicas y se beneficien de otros servicios alcanza un tono fervoroso ante la inminente votación del martes.

Pero, gane o pierda, la llamada Propuesta 187 ha revivido una vieja cuestión sobre el impacto de la inmigración sobre la economía.

Los que apoyan la medida sostienen que los 125.000 ilegales que entran al Estado cada año imponen una carga anodante sobre el erario público, ya debilitado por una prolongada recesión.

Pero más allá del agujero del presupuesto fiscal, existen interrogantes más amplios sobre el papel de California como un líder en el comercio internacional.

"Envía un mensaje terrible sobre el estado a la comunidad internacional", dice Stephen Levy, director del Centro de Estudios Continuos de la Economía de California, un centro de investigación con sede Palo Alto, California.

## Respuestas iracundas

La Propuesta 187 ya ha provocado respuestas iracundas de México y ha enfriado las relaciones al comienzo de la era del Tratado de Libre Comercio. El mes pasado, funcionarios del gobierno mexicano boicotearon una feria comercial de California que se celebró en la ciudad de México y desairaron a docenas de representantes de las empresas y cámaras de comercio del Estado.

El gobernador del Estado de Washington, Mike Lowry, al enterarse de la ira de los mexicanos hacia California durante una visita a México, se apresuró a sugerir que los mexicanos utilicen los puertos del Estado de Washington, al norte de California, en lugar de despachar sus embarques con destino a Asia desde puertos

## LOS QUE SE OPONEN a la Propuesta 187

señalan que se pasa por alto los beneficios

económicos que aportan los inmigrantes.

californianos. "Si (los californianos) no comprenden la posición de EE.UU. (como país de inmigrantes), estamos listos y dispuestos a hacer negocio con México", se atribuyó haber dicho a Lowry.

En lugar de una tozuda incompreensión, los analistas dicen que la Propuesta 187 refleja una respuesta emotiva a fuerzas económicas complicadas que el estado enfrenta en estos momentos.

Es cierto que la magnitud de los desembolsos del contribuyente son importantes. Los que respaldan la propuesta dicen que este año California gastará una cifra calculada en US\$4.300 millones en los residentes ilegales. Estos gastos se compensan en parte con los US\$780 millones de impuestos estatales que aportan esas personas. Se calcula que sólo educar a los ilegales más jóvenes y a los hijos estadounidenses de éstos costará US\$2.000 millones. Se necesitan casi US\$500 millones más para encarcelar a los 18.000 delincuentes convictos del estado que son ilegales.

## Un auténtico 'colador'

"Nuestra frontera es un colador que resulta una burla para nuestras leyes... y coloca una carga intolerable sobre los contribuyentes del estado", escribió hace poco Pete Wilson, gobernador de California y candidato republicano a reelección, en una carta abierta al presidente Bill Clinton.

Pero los críticos de la Propuesta 187 dicen que todo esto tiene más sentido desde un punto de vista político que contable. El gobernador Wilson "juega con nuestros temores y nuestras frustra-

ciones", se quejó hace poco Kathleen Brown, su contrincante demócrata y actual tesorera del estado.

Otros que se oponen a la Propuesta 187, la mayoría de los cuales no se postulan a cargos políticos, concuerdan. Sostienen que la contabilidad de Wilson infla los costos de manera desmesurada y subestima los aportes fiscales de los ilegales. Además, el analista legislativo independiente de California ha señalado que, desde un punto de vista técnico, la propuesta infringe las leyes federales y arriesga unos US\$15.000 millones que el gobierno federal asigna anualmente al Estado.

Más allá de las querellas técnicas, los opositores de la Propuesta 187 opinan que la inmigración le ha traído al país beneficios económicos enormes desde hace mucho tiempo. "Las ganancias de la inmigración rara vez son evidentes a corto plazo", dice Harry Pachón, presidente del Centro Tomás Rivera, un grupo de estudio político que se centra en temas hispanos.

Gran parte de ese potencial a largo plazo quedaría eliminado si la Propuesta 187 entrara en vigor con toda su fuerza. La medida exigiría la verificación del status migratorio legal de las personas para poder asistir a la escuela y recibir servicios públicos, impondría multas onerosas y abriría la posibilidad de que los niños nacidos en EE.UU. de padres ilegales se usaran para notificar a las autoridades sobre sus padres ilegales.

Por supuesto, los expertos políticos dicen que la constitucionalidad

de la Propuesta 187 es cuestionable. Pero en una atmósfera realzada por la recesión reciente y una tasa de desempleo que persiste por encima del promedio nacional, los californianos han mostrado un fuerte apoyo a la medida, aunque los índices de aprobación han languidecido en las últimas encuestas.

Sea o no legal, la medida ha tenido efecto y promete más.

El aumento de la inmigración legal, e incluso de la inmigración ilegal, hasta hace poco se consideraba una ventaja en California. Los inmigrantes, fuente tradicional de mano de obra básica pero dispuesta, eran bienvenidos tanto por las vastas empresas agrícolas del estado como por su próspera mezcla de industrias de manufactura liviana, desde talleres de maquinado, hasta fábricas de ropa.

Los inmigrantes ilegales con frecuencia tomaban los trabajos que despreciaban los nacidos en Estados Unidos.

## En busca de ahorros

Pero ahora muchas empresas de bajo nivel tecnológico se van de California en busca de ahorros. Al mismo tiempo, el clima empresarial californiano cobra una nueva forma tras una recesión larga y profunda, una demanda cada vez menor para las industrias aeroespacial y de defensa y cambios de las estructuras económicas.

Los inmigrantes ilegales de California ascienden a casi un millón y medio, casi la mitad del total del país. Su "mezcla de habilidades y oficios parece ir en rumbo opuesto a la dirección de California", dice Levy, del Centro de Estudios Continuos.

Existe una rápida acumulación de mano de obra poco calificada en una economía dirigida a los bienes y servicios de tecnología avanzada. De esta forma, muchos inmigrantes que no pueden encontrar trabajo se ven forzados a recurrir al estado en busca de asistencia.

9500576

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEGENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

## Clinton: Proyecto Indocumentados es Inconstitucional <sup>5/11</sup>EP

WASHINGTON, 4 (EFE). — El presidente de EEUU, Bill Clinton, calificó hoy, viernes, de "claramente inconstitucional" la propuesta con la que se pretende prohibir que se presten servicios de educación y sanitarios a los inmigrantes indocumentados en el estado de California, en el suroeste del país.

En una entrevista emitida por una emisora de televisión de San Francisco (California), durante un acto electoral en Duluth, en Minnesota, en el norte de EEUU, Clinton reiteró su oposición a esta propuesta, que se votará en California en las elecciones legislativas que se celebrarán el próximo martes.

Además de elegir a su gobernador, los votantes californianos tendrán que pronunciarse sobre esta propuesta que, de ser aprobada, impediría a los inmigrantes indocumentados el acceso a la mayoría de los servicios estatales, excepto las urgencias médicas.

"Estoy del lado de los californianos, que tienen un problema con la inmigración ilegal, pero no creo que la propuesta 187 (sobre inmigración ilegal) sea el modo de resolverlo", dijo Clinton.

El presidente estadounidense recaló que la propuesta "parece ser claramente inconstitucional y, de ponerse en práctica, su primer impacto parece que lo sufrirán los niños", ya que les impedirá acceder a las escuelas y los servicios de salud.

Sin embargo, Clinton indicó que "el Gobierno debe hacer más para ayudar a detener la inmigración ilegal y asistir a California para sufragar los costos".

**El presidente Clinton discrepa con el proyecto pero opina que se debe detener la emigración <sup>5/11</sup>EP**

## CRECE LA POLEMICA POR LOS EMIGRANTES EN EEUU

El presidente de EEUU, Bill Clinton, calificó ayer viernes, de «claramente inconstitucional» la propuesta con la que se pretende prohibir que se presten servicios de educación y sanitarios a los inmigrantes indocumentados en el estado de California, en el suroeste del país.

En una entrevista emitida por una emisora de televisión de San Francisco (California), durante un acto electoral en Duluth, en Minnesota, en el norte de EEUU, Clinton reiteró su oposición a esta propuesta, que se votará en California en las elecciones legislativas que se celebrarán el próximo martes.

Además de elegir a su gobernador, los votantes californianos tendrán que pronunciarse sobre esta propuesta que, de ser aprobada, impediría a los inmigrantes indocumentados el acceso a la mayoría de los servicios estatales, excepto las urgencias médicas.

«Estoy del lado de los californianos, que tienen un problema con la inmigración ilegal, pero no creo que la propuesta 187 (sobre inmigración ilegal) sea el modo de resolverlo», dijo Clinton.

El presidente estadounidense recaló que la propuesta «parece ser claramente inconstitucional y, de ponerse en práctica, su primer impacto parece que lo sufrirán los niños», ya que les impedirá acceder a las escuelas y los servicios de salud.

Sin embargo, Clinton indicó que «el Gobierno debe hacer más para ayudar a detener la inmigración ilegal y asistir a California para sufragar los costos».

El 21 de octubre, Clinton mostró su oposición a esta propuesta, contra la que hay una fuerte campaña en los medios hispanos californianos y de todo el país.

El hecho de que Clinton haya calificado de «claramente inconstitucional» la medida tiene su peso, ya que antes de ser presidente y, previamente, gobernador de Arkansas, fue profesor de Derecho Constitucional en la Universidad de Arkansas.

La propuesta está promovida por el gobernador de California, el republicano Pete Wilson, como parte de su campaña para la reelección en la que sugiere la creación de un carné de identidad para demostrar la legalidad de la residencia.

## Manifiestan frente a la embajada de Estados Unidos en la capital mexicana contra la nueva ley anti-inmigrantes

### PROTESTAS EN TODO MEXICO CONTRA LA LEY 187

*Diversos sectores de la sociedad mexicana manifestaron su repudio a la propuesta del gobernador de California, Pete Wilson, que pretende dejar al margen de la seguridad social a los hijos de inmigrantes ilegales, informaron ayer sábado fuentes periodísticas.*

Al menos seis partidos políticos y miembros de diversas organizaciones integrantes de la Convención Nacional Democrática se manifestaron frente a la embajada de Estados Unidos en México en contra del proyecto de ley en California a la que han calificado de promover el odio racista y de ser profundamente discriminatoria.

El gobernador de California, Pete Wilson, propuso la iniciativa conocida como 187 que pretende excluir de los servicios de asistencia social a los hijos de inmigrantes indocumentados, como parte de una campaña para endurecer la política migratoria.

Las movilizaciones en contra de la mencionada ley se han efectuado en diversas regiones de México, mediante marchas, mítines, reparto de volantes y bloqueos en algunos puntos de la frontera con los estados de Texas y California.

Las diversas organizaciones mexicanas que han participado en la denominada «operación dignidad», se han manifestado en contra de la iniciativa del gobernador californiano y han despertado un sentimiento de apoyo entre los votantes estadounidenses en ese Estado, señaló la coordinadora del centro contra la violencia en la frontera ciudad de Nogales, María Josefina Guerrero.

Según una encuesta efectuada por participantes de la «operación dignidad» entre la población de varias localidades de California, se ha detectado un sentimiento de rechazo a la propuesta de Wilson, afirmó Guerrero.

En los estados mexicanos de Chihuahua, Aguascalientes, Hidalgo, Sonora, Michoacán, Guerrero y Tamaulipas diversos grupos de trabajadores y miembros de organizaciones políticas efectuaron marchas y mítines de rechazo a la

política antiinmigrantes de las actuales autoridades de ese estado estadounidense.

Frente a la embajada estadounidense en México, los manifestantes de algunas organizaciones de la Convención Democrática Nacional gritaron consignas contra el funcionario republicano y exigieron la suspensión del Tratado de Libre Comercio de Norteamérica.

Diversas organizaciones políticas y sociales han anunciado la continuación de su campaña en contra de la política «racista y xenofóbica» de Wilson.

## Californianos descontentos con los inmigrantes hispanos

La mayoría de los californianos quiere golpear la puerta en la cara de los inmigrantes: dicen que cuestan demasiado, que quitan el trabajo a los norteamericanos y que están haciendo rápidamente de Los Angeles una ciudad de mayoría hispánica.

### LOS ANGELES/ANSA

Para demostrar esas opiniones es que en las elecciones de mañana podrán votar por la llamada Proposición 187, marcada con la consigna «Salvemos a nuestro estado»; y destinada a negar a los inmigrantes ilegales la asistencia médica y social, así como la educación para sus hijos.

Visto que la frontera entre México y California es un verdadero «colador», por el que cada año se filtran 125.000 personas, la idea es hacerles la vida imposible. De nada sirvieron las críticas y acusaciones lanzadas contra la propuesta, defendida por algunos como inhumana, por otros como antinorteamericana (incluidos algunos republicanos conservadores), así como racista e inconstitucional. Los californianos, blancos y negros, orientales y, aunque sea difícil creerlo, también hispanos, identificaron el problema de la inmigración ilegal con todos los males de su estado, afectado desde hace cinco años por la peor recesión desde la época de la gran depresión.

En el cuadro político general poco importa si la medida es finalmente bloqueada

por la Corte Constitucional, o si será prácticamente imposible o por demás costoso aplicarla.

Lo importante es que el electorado californiano lanzará un clarísimo mensaje a Washington y al resto del mundo: en un período de restricciones no hay la menor disposición a «compartir la torta» con los otros, aunque sean niños inocentes.

El resentimiento generalizado por la crisis encontró un chivo expiatorio: en la mente de los californianos es irrelevante que la población norteamericana ya es, de hecho, una suma de inmigrantes de todas las razas, que escaparon a la miseria o a la persecución política, y que contribuyeron muchísimo, por un largo período, a mejorar las condiciones de vida del país. Cuentas en mano, el problema de la inmigración en California es objetivamente grave. Según el Gobernador Pete Wilson, principal impulsor de la cruzada antiinmigración, el estado gasta 4.300 millones de dólares por año para un millón y medio de ilegales.

Aun si las cifras fueran exageradas, es cierto que los gastos son grandes, pero además influyen otros factores, como que si en el pasado los trabajadores mexicanos eran bienvenidos porque trabajaban por salarios reducidos, hoy ya no son necesarios, puesto que no pueden ser incluidos en sectores con tecnología muy desarrollada que constituyen la espina dorsal de la economía californiana de los años '90.



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDEN

FECHA DE

VINCULAC

## Manifiestan frente a la embajada de Estados Unidos en la capital mexicana contra la nueva ley anti-inmigrantes

### PROTESTAS EN TODO MEXICO CONTRA LA LEY 187

6/11/75  
Diversos sectores de la sociedad mexicana manifestaron su repudio a la propuesta del gobernador de California, Pete Wilson, que pretende dejar al margen de la seguridad social a los hijos de inmigrantes ilegales, informaron ayer sábado fuentes periodísticas.

Al menos seis partidos políticos y miembros de diversas organizaciones integrantes de la Convención Nacional Democrática se manifestaron frente a la embajada de Estados Unidos en México en contra del proyecto de ley en California a la que han calificado de promover el odio racista y de ser profundamente discriminatoria.

El gobernador de California, Pete Wilson, propuso la iniciativa conocida como 187 que pretende excluir de los servicios de asistencia social a los hijos de inmigrantes indocumentados, como parte de una campaña para endurecer la política migratoria.

Las movilizaciones en contra de la mencionada ley se han efectuado en diversas regiones de México, mediante marchas, mítines, reparto de volantes y bloqueos en algunos puntos de la frontera con los estados de Texas y California.

Las diversas organizaciones mexicanas que han participado en la denominada «operación dignidad», se han manifestado en contra de la iniciativa del gobernador californiano y han despertado un sentimiento de apoyo entre los votantes estadounidenses en ese Estado; señaló la coordinadora del centro contra la violencia en la frontera ciudad de Nogales, María Josefina Guerrero.

Según una encuesta efectuada por participantes de la «operación dignidad» entre la población de varias localidades de California, se ha detectado un sentimiento de rechazo a la propuesta de Wilson, afirmó Guerrero.

En los estados mexicanos de Chihuahua, Aguascalientes, Hidalgo, Sonora, Michoacán, Guerrero y Tamaulipas diversos grupos de trabajadores y miembros de organizaciones políticas efectuaron marchas y mítines de rechazo a la

política antiinmigrantes de las actuales autoridades de ese estado estadounidense.

Frente a la embajada estadounidense en México, los manifestantes de algunas organizaciones de la Convención Democrática Nacional gritaron consignas contra el funcionario republicano y exigieron la suspensión del Tratado de Libre Comercio de Norteamérica.

Diversas organizaciones políticas y sociales han anunciado la continuación de su campaña en contra de la política «racista y xenofóbica» de Wilson.

## Californianos descontentos con los inmigrantes hispanos

La mayoría de los californianos quiere golpear la puerta en la cara de los inmigrantes; dicen que cuestan demasiado, que quitan el trabajo a los norteamericanos y que están haciendo rápidamente de Los Angeles una ciudad de mayoría hispánica.

### LOS ANGELES/ANSA

Para demostrar esas opiniones es que en las elecciones de mañana podrán votar por la llamada Proposición 187, marcada con la consigna «Salvemos a nuestro estado»; y destinada a negar a los inmigrantes ilegales la asistencia médica y social, así como la educación para sus hijos.

Visto que la frontera entre México y California es un verdadero «colador», por el que cada año se filtran 125.000 personas, la idea es hacerles la vida imposible. De nada sirvieron las críticas y acusaciones lanzadas contra la propuesta, definida por algunos como inhumana, por otros como antinorteamericana (incluidos algunos republicanos conservadores), así como racista e inconstitucional. Los californianos, blancos y negros, orientales y, aunque sea difícil creerlo, también hispanos, identificaron el problema de la inmigración ilegal con todos los males de su estado, afectado desde hace cinco años por la peor recesión desde la época de la gran depresión.

En el cuadro político general poco importa si la medida es finalmente bloqueada

por la Corte Constitucional, o si será prácticamente imposible o por demás costoso aplicarla.

Lo importante es que el electorado californiano lanzará un clarísimo mensaje a Washington y al resto del mundo: en un período de restricciones no hay la menor disposición a «compartir la torta» con los otros, aunque sean niños inocentes.

El resentimiento generalizado por la crisis encontró un chivo expiatorio: en la mente de los californianos es irrelevante que la población norteamericana ya es, de hecho, una suma de inmigrantes de todas las razas, que escaparon a la miseria o a la persecución política, y que contribuyeron muchísimo, por un largo período, a mejorar las condiciones de vida del país. Cuentas en mano; el problema de la inmigración en California es objetivamente grave. Según el Gobernador Pete Wilson, principal impulsor de la cruzada antiinmigración, el estado gasta 4.300 millones de dólares por año para un millón y medio de ilegales.

Aun si las cifras fueran exageradas, es cierto que los gastos son grandes, pero además influyen otros factores; como que si en el pasado los trabajadores mexicanos eran bienvenidos porque trabajaban por salarios reducidos, hoy ya no son necesarios, puesto que no pueden ser incluidos en sectores con tecnología muy desarrollada que constituyen la espina dorsal de la economía californiana de los años '90.

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TÍTULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
FECHA DE PROCESAMIENTO \_\_\_\_\_  
VINCULACIONES \_\_\_\_\_

Diversos actos de protesta en México por la aprobación de la ley que perjudica a los indocumentados residentes en California

## MEXICO RECHAZA LA PROPUESTA QUE AFECTA A UN MILLON DE INMIGRANTES

*La aprobación ayer, martes, de la «Propuesta 187», que podría limitar los derechos de los indocumentados en California (EEUU), ha provocado reacciones geneneralizadas de repudio en sectores políticos, sociales y académicos de México. 10/11 LT*

**A**ltos cargos del Gobierno de México, dirigentes políticos, religiosos, diplomáticos y gobernadores de diversos estados mexicanos condenaron la medida votada ayer en California y exigieron la protección de los derechos humanos de los inmigrantes ilegales.

La normativa, apoyada por el electorado californiano, fue promovida por el gobernador de ese estado de EEUU, Pete Wilson, que ha logrado ser reelegido en el cargo al vencer a su opositora, la demócrata Kathleen Brown, en los comicios del martes.

De implantarse definitivamente esta medida, se negarían servicios educativos y de salud, salvo en caso de urgencia, a los inmigrantes ilegales y sus hijos, aún aquellos nacidos en territorio estadounidense.

La normativa contra los inmigrantes ilegales, de todos modos, no entrará en vigor de inmediato, debido a las numerosas denuncias de inconstitucionalidad anunciadas por organizaciones hispanas y de defensa de los derechos humanos de EEUU.

La Presidencia de la República de México emitió ayer un comunicado tras conocerse la noticia de que la enmienda, que podría afectar a un millón de indocumentados mexicanos, había sido aprobada.

El Gobierno de México reitera su oposición a toda norma o acción que pretenda conculcar o desconocer los derechos establecidos por las Convenciones Universales e Interamericana de derechos humanos, señala el documento.

Igualmente, México cumplirá y seguirá cumpliendo con su obligación de brindar y prestar protección consular a todo mexicano en el extranjero, al tiempo que rechaza toda forma abierta o encubierta de discriminación y cualquier práctica xenófoba. «México se mantiene fiel a su tradicional respeto al principio de no injerencia en asuntos internos, pero igualmente es respetuoso del derecho internacional que ampara los derechos fundamentales de los migrantes», indica el comunicado.

Por su parte, un portavoz de la Conferencia del Episcopa-

do Mexicano, el obispo Abelardo Alvarado, aseguró que el pueblo había esperado una reacción más enérgica del Gobierno mexicano contra esta propuesta discriminatoria para los emigrantes indocumentados.

«El daño ya está hecho, porque ofende la dignidad de los mexicanos, es un antecedente que formará parte de la historia sinuosa, difícil y muchas veces agresiva, entre Estados Unidos y México», señaló el religioso, y agregó que el flujo de emigrantes no cesará con la aprobación de la propuesta de Wilson.

El Secretario de Educación, José Angel Pescador, dijo que la instancia gubernamental estudia el impacto que tendrá para el gobierno de México la aprobación de esta normativa.

Según Pescador, se han adoptado medidas para saber cuantos niños resultarán afectados, cuál es la oferta que deberá dar México, particularmente en los estados fronterizos, y qué mecanismos tendrán que crear. Diversos actos de protesta se han registrado en México debido a la propuesta contra los indocumentados, antes y después de que se conocieran los resultados definitivos de la votación.

Un grupo de unos 40 jóvenes autodenominados «Juventud Antiautoritaria Revolucionaria» causaron destrozos en un restaurante de la cadena estadounidense «McDonald's» ubicado en el barrio de la Zona Rosa, en el centro de la ciudad de México.

Los manifestantes pintaron en los muros consignas contra la normativa contra los indocumentados e hicieron un llamamiento a actuar en solidaridad con los inmigrantes.

Los jóvenes portaban pancartas con lemas como: «Primero nos robaron la tierra y ahora nos llaman ilegales» y «No más racismo xenofóbico, enfermo y genocida».

También hubo protestas por parte de organismos civiles, como la Asamblea de Barrios, la Unión Popular Tenochtitlán y el Consejo Estudiantil Universitario, que protestaron frente a la embajada de Estados Unidos y quemaron la bandera de ese país.



Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO  
PROCEDENCIA  
FECHA DE RECEPCIÓN  
VINCULACIONES

## Detalles de la controvertida Propuesta 187

### \* Ejecución 10/11 E.O.

La mayoría de las medidas cobra vigencia inmediatamente, aquellas que se refieren a las escuelas serán introducidas gradualmente a partir del 1º de enero. Sin embargo, una serie de previsibles desafíos jurídicos amenazan con aplazar la puesta en práctica.

### \* Cumplimiento

El secretario de Justicia de California, Dan Lungren, dijo que su despacho defenderá la medida vigorosamente contra los desafíos judiciales. Sin embargo, señaló que radicará cargos a los maestros que se nieguen a notificarle a las autoridades de inmigración los nombres de estudiantes a quienes creen indocumentados. Los funcionarios federales de inmigración no han dicho cómo responderán a la medida estatal.

### \* Salud

La propuesta prohíbe dar servicio de salud pública alguno a los inmigrantes ilegales, con la excepción de cuidados urgentes y alumbramientos. Los programas locales de atención a indigentes ya no pueden darles atención médica.

### \* Bienestar público

Algunos servicios de beneficencia pública para niños y huérfanos son eliminados.

### \* Requisito de denuncia

La propuesta ordena a las autoridades que prestan servicios de salud, bienestar público, educación pública y defensa jurídica denunciar a los inmigrantes indocumentados.

### \* Documentos falsos

Los nuevos reglamentos estatales imponen mayores penas por la fabricación o uso de falsos documentos de nacionalidad y residencia.

### \* Educación primaria

Los hijos de inmigrantes indocumentados que no sean ciudadanos no pueden asistir a la escuela pública. A partir del 1º de enero, los distritos escolares tendrán que verificar el estatus jurídico de los nuevos estudiantes.

### \* Educación superior

Los inmigrantes indocumentados no pueden asistir a colegios universitarios comunitarios ni a la Universidad Estatal de California o la Universidad de California. (AP)

## Propuesta 187 Aprobada: Temen en California Gran Violencia

LOS ANGELES, 9 (Fuentes ANSA y Reuters). El racismo prevaleció en California y el mayor estado de Norteamérica dio un portazo a los inmigrantes ilegales que "sacan trabajo a los ciudadanos y pesan sobre las finanzas del estado". Las frustraciones y la rabia de los californianos se concentraron en el problema de los inmigrantes clandestinos, pero otros estados eligieron el crimen y a la política. Seis estados pusieron límites a las reelecciones de senadores y diputados, y otra docena aprobó severísimas medidas contra los criminales reincidentes. Pero, sin duda, la "Proposición 187" —que niega a los inmigrantes ilegales los servicios médicos y sociales y la instrucción pública a sus hijos— fue el tema que más polémicas originó, además de numerosas manifestaciones de protesta y hasta una huelga de hambre.

A partir del primero de enero próximo, los hospitales no podrán atender "pacientes sospechosos", que no tengan sus documentos en regla, y los directores de las escuelas tendrán que rechazar a los niños que carezcan de permiso de residencia.

Aunque, probablemente, los tribunales norteamericanos no apuesten la nueva ley por considerarla inconstitucional, el clima político de California ya no será el mismo. La gente está cansada y decidió que la culpa de todos los males es la inmigración ilegal, proveniente sobre todo de México.

También en California se aprobó por gran mayoría la ley de los "tres strikes", es decir, la prisión de por vida para los criminales en su tercer arresto.

Georgia se mostró todavía más despiadada, optando por "dos strikes". En Wisconsin, la gente pidió poder armarse para la defensa personal; en Oregon se solicitaron penas más severas para los criminales violentos; en California se negó la libertad bajo caución a los violadores; en Alaska, Alabama, Maryland, Idaho, Utah y Ohio se permitió que los familiares de las víctimas participen en los juicios contra los victimarios.

Los electores, además, dijeron decididamente "no" a nuevos impuestos, aunque fuesen para financiar necesarios programas sociales. La propuesta de crear una mutua en California fue rechazada en gran escala, y Oklahoma se opuso al pago de cinco centavos más por la entrada de cine, destinada a financiar investigaciones contra el cáncer.

Una avalancha de "no" rechazó también nuevos gastos para los transportes públicos en California, pero el estado "de la salud" negó mayores derechos a los fumadores. Los norteamericanos, amantes del juego de azar, decidieron no aumentar más el ya elevado número de casinos del país. La Florida anunció a construir 47 nuevos casinos y Rhode Island rechazó la creación de otros cinco; Minnesota no legalizó apostar a las carreras en casas específicas para ello; y Colorado no quiso la instalación de "slot machines" en los aeropuertos.

Por último, ni Idaho ni Oregon lograron limitar los derechos de los gays, y Wyoming decidió mantener la legalidad del aborto.

Tal vez el resultado más interesante de toda esa marea de iniciativas populares sea la autorización de la eutanasia en Oregon, por la cual los médicos podrán prescribir dosis fatales de tranquilizantes a los pacientes terminales.

El referéndum más curioso fue el del estado de Washington, donde se autorizó la venta directa de dentaduras al público, necesidad de la intermediación de los dentistas.

Un juez estatal de California prohibió hoy temporalmente la aplicación de una de las disposiciones de la iniciativa contra inmigrantes indocumentados, aprobada en las elecciones pasadas.

El juez Stuart Pollack dio a conocer su decisión en San Francisco mientras opositores de la Propuesta 187 se lanzaron a protestar su aprobación y líderes comunitarios a la calma y a evitar disturbios.

La propuesta, que sus partidarios promovieron bajo el lema "Sí a Nuestro Estado", recibió un 59 por ciento del voto popular, con un 41 por ciento en contra.

Los californianos acudieron al martes a las urnas bajo nuevas medidas de seguridad, ante el despliegue de cientos de policías en las calles por el temor de posibles actos de violencia.

Los adversarios de la propuesta la calificaron de racista y discriminatoria y el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, había llamado a los votantes a rechazarla.

Cientos de educadores y trabajadores de servicios de salud pública han firmado ya peticiones en las que se comprometen a no obedecer la Propuesta 187.

La iniciativa electoral deniega una mayoría de servicios públicos a residentes ilegales en California, incluyendo los de programas de bienestar social, servicios médicos que no sean de emergencia y de educación en las escuelas públicas.

La medida, que propuso al gobernador republicano Pete Wilson a una tranquila marcha hacia la elección el martes, se desahogada casi de inmediato por una diversidad de organizaciones ante los tribunales.

Una coalición de distritos escolares de California calificó la Propuesta 187 de injusta e inconstitucional y presentó la querrela en San Francisco, pidiendo que se impida la aplicación de un elemento clave de la iniciativa.

En Los Angeles, organizaciones de defensa de los derechos humanos y abogados que defienden el respeto a las garantías ciudadanas prepararon tres querrelas similares.

"Hay serios temas legales aquí que deben ser resueltos", dijo Pollack, al aprobar una orden que impide temporalmente la aplicación de la cláusula relativa a la denegación de los beneficios educativos a los indocumentados.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

LOS DOCENTES SE NIEGAN A APLICARLA 11/11 P. 12.

## Catarata de protestas contra la 187

La lucha contra la implementación de la Propuesta 187, que priva a los indocumentados de acceso a las escuelas y servicios médicos, alienta a cada californiano a convertirse en un delator contra aquellos que "parezcan" ilegales, se profundizó ayer en California con marchas de protesta en numerosas ciudades y la negativa de dos jueces y de la directora de escuelas del Estado a ponerla en marcha. Las protestas, en el ámbito internacional, también incluyeron a México y a varios países centroamericanos —especialmente El Salvador— con gran cantidad de ciudadanos residiendo en condiciones ilegales en California. Mientras tanto, la fiscal general Janet Reno dijo que se esperaba a ver cómo se implementa la Propuesta para determinar el curso de acción a tomar por parte del gobierno federal, que antes de las elecciones del martes había denunciado la medida como inconstitucional.

El gobernador republicano Pete Wilson ordenó a los cuerpos estatales que inicien de inmediato la aplicación de la Propuesta —exigiendo especialmente la suspensión de la atención prenatal para los indocumentados "tan pronto como sea posible"— y llegó a enviar al presidente Bill Clinton una carta arrogante reclamándole que la vigencia de la disposición no afecte los fondos federales para el Estado y pidiéndole que nombre a un representante del Servicio de Inmigración y Naturalización para que ayude a las autoridades californianas a identificar a los residentes ilegales. Sin embargo, y en respuesta a una lluvia de demandas por parte de organizaciones de hispanos y de derechos civiles, el juez Stuart Pollack de San Francisco impuso un orden de restricción temporal que impide al Estado expulsar a los inmigrantes ilegales y a sus hijos de los colegios y universidades del Estado, por lo menos hasta el 8 de febrero, cuando debe realizarse otra audien-

cia. Luego, en una corte de Los Angeles, el juez de distrito Matthew Byrne, aunque no emitió una orden formal, dijo a abogados del estado que ninguna cláusula de la 187 debe ponerse en marcha antes de que se realice otra audiencia el miércoles.

Una virtual declaración de rebelión partió entre tanto de Delaine Eastin, recién elegida directora de escuelas de California, quien dijo que no piensa poner en práctica la medida aún si los tribunales no la bloquean. "Creo que no es el trabajo de los maestros o de los directores de escuela de California ser agentes del Servi-

cio de Inmigración y Naturalización. Ellos no están entrenados para este tipo de actividad", afirmó. Asimismo, la Junta Escolar de California insistió en que las familias de indocumentados sigan enviando a las escuelas a sus chicos —que forman dos tercios de la población escolar de 640.000 alumnos—, afirmando que "nadie va a pedir los papeles que prueben la residencia legal de los estudiantes o de sus familiares", y el mismo llamamiento se repitió por parte de los hospitales, que pararon la orden ejecutiva firmada por Wilson.

Sin embargo, el peligro que subrayan los especialistas es que la aprobación de la propuesta se convierta en un ejemplo a seguir por otros estados, y que un Congreso dominado en sus dos cámaras por la ultraderecha más cerrada pueda plantear una versión de la 187 en escala nacional. El próximo paso podría darse en Florida, donde la reelección del gobernador demócrata Lawton Chiles se debió en gran parte a la popularidad de sus ideas anti-inmigrantes, entre ellas la de negar ciudadanía a los niños nacidos de indocumentados en territorio norteamericano.

### La Propuesta 187 un Fantasma Para Centroamericanos

MEXICO, 10 (ANSA). — Un temible fantasma corre desde el Río Bravo hasta Panamá, y acecha las economías nacionales y amenaza la estabilidad social en Centroamérica, luego de la aprobación de la Propuesta 187 en California.

Ese es el sentimiento que prevalece en México y Centroamérica, ancestrales proveedores de mano de obra barata a Estados Unidos, especialmente de California, donde fue aprobado un proyecto de enmienda que impide la prestación de servicios esenciales a los inmigrantes ilegales.

Inmediatas expresiones de repudio provocó la aprobación de la iniciativa anti-inmigrante 187, apoyada por el reelecto gobernador de California, Pete Wilson.

De hecho, todos los gobiernos centroamericanos y de México, exteriorizaron su rechazo a la propuesta votada, con calificativos de "xenofóbica" y "violatoria" de los derechos humanos.

El gobierno de México y el Parlamento Centroamericano fueron los primeros en reaccionar contra la enmienda.

México expresó su oposición a la 187, que en su opinión pretende conculcar o desconocer los derechos establecidos en las convenciones Universal e Interamericana de Derechos Humanos, mientras que el Parlamento advirtió que la Propuesta 187 podría hacer renacer la violencia en la región.

En Costa Rica, el coordinador general de la Comisión de Derechos Humanos de Centroamérica (Codehuca), Daniel Camacho, señaló que la votación "llena de preocupación al mundo entero", ya que es "exponente de un sentimiento xenofóbico exacerbado".

La canciller de Guatemala, Maritza Ruiz de Vielman, exhortó al presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, a mantener su firme oposición contra la propuesta anti-inmigrante, una enmienda que, dijo, tiene el objetivo de "discriminar a quienes han puesto su esperanza de superación en aquella nación".

El Congreso guatemalteco también instó al presidente Clinton a que "defienda las garantías de los ilegales" de acuerdo con su política exterior "en defensa de los derechos humanos".

En Managua, el gobierno de Violeta Chamorro consideró que la medida "viola los derechos humanos de todos los latinoamericanos residentes en California".

El canciller nicaragüense, Ernesto Leal, afirmó que "esa no es la manera de solucionar el problema de los inmigrantes" y dijo que "hay otras maneras, como es el fortalecimiento de las democracias en Latinoamérica".

A su vez, el gobierno de Honduras consideró "lamentable" que Estados Unidos "sea donde se aprueben este tipo de leyes violatorias de los derechos humanos".

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

LOS DOCENTES SE NIEGAN A APLICARLA 11/11 P. 12

## Catarata de protestas contra la 187

La lucha contra la implementación de la Propuesta 187, que priva a los indocumentados de acceso a las escuelas y servicios médicos, allenta a cada californiano a convertirse en un delator contra aquellos que "parezcan" ilegales, se profundizó ayer en California con marchas de protesta en numerosas ciudades y la negativa de dos jueces y de la directora de escuelas del Estado a ponerla en marcha. Las protestas, en el ámbito internacional, también incluyeron a México y a varios países centroamericanos —especialmente El Salvador— con gran cantidad de ciudadanos residiendo en condiciones ilegales en California. Mientras tanto, la fiscal general Janet Reno dijo que se esperaba a ver cómo se implementa la Propuesta para determinar el curso de acción a tomar por parte del gobierno federal, que antes de las elecciones del martes había denunciado la medida como inconstitucional.

El gobernador republicano Pete Wilson ordenó a los cuerpos estatales que inicien de inmediato la aplicación de la Propuesta —exigiendo especialmente la suspensión de la atención prenatal para los indocumentados "tan pronto como sea posible"— y llegó a enviar al presidente Bill Clinton una carta arrogante reclamándole que la vigencia de la disposición no afecte los fondos federales para el Estado y pidiéndole que nombre a un representante del Servicio de Inmigración y Naturalización para que ayude a las autoridades californianas a identificar a los residentes ilegales. Sin embargo, y en respuesta a una lluvia de demandas por parte de organizaciones de hispanos y de derechos civiles, el juez Stuart Pollack de San Francisco impuso un orden de restricción temporal que impide al Estado expulsar a los inmigrantes ilegales y a sus hijos de los colegios y universidades del Estado, por lo menos hasta el 8 de febrero, cuando debe realizarse otra audien-

cia. Luego, en una corte de Los Angeles, el juez de distrito Matthew Byrne, aunque no emitió una orden formal, dijo a abogados del estado que ninguna cláusula de la 187 debe ponerse en marcha antes de que se realice otra audiencia el miércoles.

Una virtual declaración de rebelión partió entre tanto de Delaine Eastin, recién elegida directora de escuelas de California, quien dijo que no piensa poner en práctica la medida aún si los tribunales no la bloquean. "Creo que no es el trabajo de los maestros o de los directores de escuela de California ser agentes del Servi-

cio de Inmigración y Naturalización. Ellos no están entrenados para este tipo de actividad", afirmó. Asimismo, la Junta Escolar de California insistió en que las familias de indocumentados sigan enviando a las escuelas a sus chicos —que forman dos tercios de la población escolar de 640.000 alumnos—, afirmando que "nadie va a pedir los papeles que prueben la residencia legal de los estudiantes o de sus familiares", y el mismo llamamiento se repitió por parte de los hospitales, que pararon la orden ejecutiva firmada por Wilson.

Sin embargo, el peligro que subrayan los especialistas es que la aprobación de la propuesta se convierta en un ejemplo a seguir por otros estados, y que un Congreso dominado en sus dos cámaras por la ultraderecha más cerrada pueda plantear una versión de la 187 en escala nacional. El próximo paso podría darse en Florida, donde la reelección del gobernador demócrata Lawton Chiles se debió en gran parte a la popularidad de sus ideas anti-inmigrantes, entre ellas la de negar ciudadanía a los niños nacidos de indocumentados en territorio norteamericano.

### —La Propuesta 187 un Fantasma Para Centroamericanos

MEXICO, 10 (ANSA). — Un temible fantasma corre desde el Río Bravo hasta Panamá, y acecha las economías nacionales y amenaza la estabilidad social en Centroamérica, luego de la aprobación de la Propuesta 187 en California.

Ese es el sentimiento que prevalece en México y Centroamérica, ancestrales proveedores de mano de obra barata a Estados Unidos, especialmente de California, donde fue aprobado un proyecto de enmienda que impide la prestación de servicios esenciales a los inmigrantes ilegales.

Inmediatas expresiones de repudio provocó la aprobación de la iniciativa anti-inmigrante 187, apoyada por el reelecto gobernador de California, Pete Wilson.

De hecho, todos los gobiernos centroamericanos y de México, exteriorizaron su rechazo a la propuesta votada, con calificativos de "xenofóbica" y "violatoria" de los derechos humanos.

El gobierno de México y el Parlamento Centroamericano fueron los primeros en reaccionar contra la enmienda.

México expresó su oposición a la 187, que en su opinión pretende conculcar o desconocer los derechos establecidos en las convenciones Universal e Interamericana de Derechos Humanos, mientras que el Parlamento advirtió que la Propuesta 187 podría hacer renacer la violencia en la región.

En Costa Rica, el coordinador general de la Comisión de Derechos Humanos de Centroamérica (Codehuca), Daniel Camacho, señaló que la votación "llena de preocupación al mundo entero", ya que es "exponente de un sentimiento xenofóbico exacerbado".

La canciller de Guatemala, Maritza Ruiz de Vielman, exhortó al presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, a mantener su firme oposición contra la propuesta anti-inmigrante, una enmienda que, dijo, tiene el objetivo de "discriminar a quienes han puesto su esperanza de superación en aquella nación".

El Congreso guatemalteco también instó al presidente Clinton a que "defienda las garantías de los ilegales" de acuerdo con su política exterior "en defensa de los derechos humanos".

En Managua, el gobierno de Violeta Chamorro consideró que la medida "viola los derechos humanos de todos los latinoamericanos residentes en California".

El canciller nicaragüense, Ernesto Leal, afirmó que "esa no es la manera de solucionar el problema de los inmigrantes" y dijo que "hay otras maneras, como es el fortalecimiento de las democracias en Latinoamérica".

A su vez, el gobierno de Honduras consideró "lamentable" que Estados Unidos "sea donde se aprueben este tipo de leyes violatorias de los derechos humanos".

CRITICAS A LA INICIATIVA 187, QUE DESAMPARA A INMIGRANTES EN CALIFORNIA

# Fricción entre México y los EE.UU.

12/11EC.

MEXICO, 11 (Reuter). - El presidente electo Ernesto Zedillo criticó fuertemente la nueva iniciativa del estado norteamericano de California contra la inmigración ilegal, calificándola de un ardido electoral ofensivo que podría amenazar los vínculos entre los Estados Unidos y México si no es revocada.

Al hablar sobre el tema por primera vez desde que los californianos votaron el martes a favor de cortar servicios sociales para los inmigrantes ilegales, Zedillo prometió protestar fuertemente ante cualquier abuso a los derechos humanos cometido contra los mexicanos que viven en California.

Destacando que el estado del oeste de los Estados Unidos alguna vez formó parte de México, Zedillo dijo que los promotores de la llamada Iniciativa 187 debían recordar que hay sentimientos profundos respecto a California al sur de la frontera.

Los mexicanos que viven ahí merecen "un trato escrupulosamente delicado en vez de la renovación de tendencias deplorables de segregación que nos ofenden y han sido condenadas por la humanidad", dijo Zedillo al Congreso Nacional de Educación un día después de ser declarado oficialmente presidente electo.

Los comentarios de Zedillo fueron los más recientes en una serie de reacciones de ira de los mexicanos por la medida, que busca eliminar los servicios de educación, asistencia social y cuidados médicos que no sean de emergencia para los cerca de 1,7 millón de inmigrantes ilegales de California, la mayoría procedentes de México.

La llamada iniciativa "Salven nuestro estado" fue respaldada firmemente por el gobernador de California, Pete Wilson, quien logró tanto la aprobación de la iniciativa como la reelección.

Zedillo, sin embargo, lo consideró un truco electoral, señalando que la campaña contra la inmigración ilegal en la contienda electoral de California tuvo el propósito de confundir a los votantes.

California fue cedida en

1848 a los Estados Unidos por un general mexicano

como parte de un trato de 15 millones de dólares. En

California, opositores a la medida dijeron que por lo

menos algunas de sus disposiciones podrían quedar

suspendidas por las cortes durante años.

## Rechazo en México y Centroamérica a la ley 187

México (ANSA)  
por Roberto Hernández

■ Enorme escocor provocó en Centroamérica y México la aprobación, en California, de la Proposición 187, que pone a la región ante el peligro del renacimiento de la violencia, según el Parlamento Centroamericano (Parlacen).

«De instrumentarse una severa política de repatriación en Estados Unidos, se pondría en peligro la paz lograda en El Salvador, o el proceso de pacificación y cese el fuego que se realiza en Guatemala, o podrían registrarse brotes de violencia, como el ocurrido a principios de año en México, con el levantamiento en armas del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)», advirtió el Parlacen.

La Proposición aprobada, según se considera en la región, se

debe a una «nueva oleada» antiinmigrantes desatada por la enmienda Salvemos a Nuestro Estado (SOS, por sus siglas en inglés) que encabezó el triunfante gobernador de California, Pete Wilson.

La Proposición 187 dejará sin asistencia médica y social a millones de inmigrantes indocumentados, y sin educación pública a sus hijos, la mayoría de México y Centroamérica, ancestrales exportadores de mano de obra barata a Estados Unidos.

El Parlacen manifestó su repudio a la política antiinmigrante nacida en California y que, advirtió, podría extenderse a todo el territorio estadounidense como una medida persecutoria y represiva que afectaría no sólo a quienes están ilegalmente en Estados Unidos, sino a toda la comunidad hispana en su conjunto.

El organismo pidió al presi-

dente de Estados Unidos, Bill Clinton, que otorgue «amnistías» a inmigrantes indocumentados de la región, que ingresaron a ese país hasta el 31 de diciembre de 1993, para impedir un resurgimiento de la violencia armada en la zona.

Según fuentes oficialistas de la región, los mandatarios centroamericanos preparan un comunicado conjunto para pedir al presidente de Estados Unidos que «declare inconstitucional» la enmienda 187 aprobada por el 65% de los electores californianos.

«Esa ley es un atropello de los derechos humanos y la Suprema Corte de Estados Unidos debe declararla nula», coinciden en señalar los gobiernos de Centroamérica.

En la región prevalece el sentimiento de que la Propuesta es una agresión en contra de los derechos humanos y de los tra-

13/11CR.  
bajadores que han contribuido a forjar el Estado de California».

Organismos de derechos humanos estiman que el estatus de los indocumentados «no debería ser resuelto de manera unilateral, sino en un foro internacional».

La iniciativa surgió formalmente con el propósito de ahorrar 200 millones de dólares anualmente a California, al dejar desprovistos de servicios de salud y de educación a los inmigrantes indocumentados.

En México se estima que serán hasta 6 millones de mexicanos los que quedarían en «absoluto grado de indefensión», según la Coordinadora Colectiva del Foro México, y dirigentes de organismos de defensa de los mexicanos en Estados Unidos, quienes interpondrán una carta de «enérgica protesta» ante la Embajada de Estados Unidos en México.

El gobierno de México se opuso hoy «a toda norma o acción» que pretenda conculcar o desconocer los derechos establecidos por las convenciones Universal o Interamericana de Derechos Humanos y expresó «su obligación» de brindar protección consular a todos los mexicanos en el extranjero.

El rechazo a la Propuesta 187 se dio también en Cuba, donde el presidente del Instituto Cubano

de Amistad con los Pueblos (ICAP) Sergio Corrieri, consideró que la enmienda aprobada es «xenófoba, discriminatoria y violatoria de los derechos humanos». La propuesta «prueba que para muchos en Estados Unidos sus intereses están por encima de cualquier otro valor humano», dijo Corrieri.



## CRITICAS A LA INICIATIVA 187, QUE DESAMPARA A INMIGRANTES EN CALIFORNIA

# Fricción entre México y los EE.UU.

12/11EC.

MEXICO, 11 (Reuter). - El presidente electo Ernesto Zedillo criticó fuertemente la nueva iniciativa del estado norteamericano de California contra la inmigración ilegal, calificándola de un ardor electoral ofensivo que podría amenazar los vínculos entre los Estados Unidos y México si no es revocada.

Al hablar sobre el tema por primera vez desde que los californianos votaron el martes a favor de cortar servicios sociales para los inmigrantes ilegales, Zedillo prometió protestar fuertemente ante cualquier abuso a los derechos humanos cometido contra los mexicanos que viven en California.

Destacando que el estado del oeste de los Estados Unidos alguna vez formó parte de México, Zedillo dijo que los promotores de la llamada Iniciativa 187 debían recordar que hay sentimientos profundos respecto a California al sur de la frontera.

Los mexicanos que viven ahí merecen "un trato escrupulosamente delicado en vez de la renovación de tendencias deploables de segregación que nos ofenden y han sido condenadas por la humanidad", dijo Zedillo al Congreso Nacional de Educación un día después de ser declarado oficialmente presidente electo.

Los comentarios de Zedillo fueron los más recientes en una serie de reacciones de ira de los mexicanos por la medida, que busca eliminar los servicios de educación, asistencia social y cuidados médicos que no sean de emergencia para los cerca de 1,7 millón de inmigrantes ilegales de California, la mayoría procedentes de México.

La llamada iniciativa "Salven nuestro estado" fue respaldada firmemente por el gobernador de California, Pete Wilson, quien logró tanto la aprobación de la iniciativa como la reelección.

Zedillo, sin embargo, lo consideró un truco electoral, señalando que la campaña contra la inmigración ilegal en la contienda electoral de California tuvo el propósito de confundir a los votantes.

California fue cedida en

1848 a los Estados Unidos por un general mexicano

como parte de un trato de 15 millones de dólares. En

California, opositores a la medida dijeron que por lo

menos algunas de sus disposiciones podrían quedar

suspendidas por las cortes durante años.

## Rechazo en México y Centroamérica a la ley 187

México (ANSA)  
por Roberto Hernández

■ Enorme escorzo provocó en Centroamérica y México la aprobación, en California, de la Proposición 187, que pone a la región ante el peligro del renacimiento de la violencia, según el Parlamento Centroamericano (Parlacen).

«De instrumentarse una severa política de repatriación en Estados Unidos, se pondría en peligro la paz lograda en El Salvador, o el proceso de pacificación y cese del fuego que se realiza en Guatemala, o podrían registrarse brotes de violencia, como el ocurrido a principios de año en México, con el levantamiento en armas del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)», advirtió el Parlacen.

La Proposición aprobada, según se considera en la región, se

debe a una «nueva oleada» antiinmigrantes desatada por la enmienda Salvemos a Nuestro Estado (SOS, por sus siglas en inglés) que en encabezó el triunfante gobernador de California, Pete Wilson.

La Proposición 187 dejará sin asistencia médica y social a millones de inmigrantes indocumentados, y sin educación pública a sus hijos, la mayoría de México y Centroamérica, ancestrales exportadores de mano de obra barata a Estados Unidos.

El Parlacen manifestó su repudio a la política antiinmigrante nacida en California y que, advirtió, podría extenderse a todo el territorio estadounidense como una medida persecutoria y represiva que afectaría no sólo a quienes están ilegalmente en Estados Unidos, sino a toda la comunidad hispana en su conjunto.

El organismo pidió al presi-

dente de Estados Unidos, Bill Clinton, que otorgue «amnistías» a inmigrantes indocumentados de la región, que ingresaron a ese país hasta el 31 de diciembre de 1993, para impedir un resurgimiento de la violencia armada en la zona.

Según fuentes oficialistas de la región, los mandatarios centroamericanos preparan un comunicado conjunto para pedir al presidente de Estados Unidos que «declare inconstitucional» la enmienda 187 aprobada por el 65% de los electores californianos.

«Esa ley es un atropello de los derechos humanos y la Suprema Corte de Estados Unidos debe declararla nula», coinciden en señalar los gobiernos de Centroamérica.

En la región prevalece el sentimiento de que la Propuesta es una agresión en contra de los derechos humanos y de los tra-

bajadores que han contribuido a forjar el Estado de California.

Organismos de derechos humanos estiman que el estatus de los indocumentados «no debería ser resuelto de manera unilateral, sino en el foro internacional».

La iniciativa surgió formalmente con el propósito de ahorrar 200 millones de dólares anualmente a California, al dejar desprovistos de servicios de salud y de educación a los inmigrantes indocumentados.

En México se estima que serían hasta 6 millones de mexicanos los que quedarían en «absoluto grado de indefensión», según la Coordinadora Colectiva del Foro México, y dirigentes de organismos de defensa de los mexicanos en Estados Unidos, quienes interpondrán una carta de «enérgica protesta» ante la Embajada de Estados Unidos en México.

El gobierno de México se opuso hoy «a toda norma o acción» que pretenda conculcar o desco-

nocer los derechos establecidos por las convenciones Universal o Interamericana de Derechos Humanos y expresó «su obligación» de brindar protección consular a todos los mexicanos en el extranjero.

El rechazo a la Propuesta 187 se dio también en Cuba, donde el presidente del Instituto Cubano

de Amistad con los Pueblos (ICAP) Sergio Corrieri, consideró que la enmienda aprobada es «xenófoba, discriminatoria y violatoria de los derechos humanos». La propuesta «prueba que para muchos en Estados Unidos sus intereses están por encima de cualquier otro valor humano», dijo Corrieri.

13/11CR.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Montevideo, Martes 15 de Noviembre de 1994

## LA PROPUESTA 187 <sup>15/11/94</sup>

**H**A causado indignación en México y en todos los países centroamericanos, y estupor en el resto de Occidente, la reciente aprobación plebiscitaria, en California, de la llamada "Propuesta 187".

No es para menos.

En los países citados en primer término, el repudio a esa Propuesta nace, evidentemente, de su condición de afectados directos por la misma.

En efecto, se considera que la iniciativa vulnera los derechos de los inmigrantes de origen hispano que proceden de esa región. En adelante —si el proyecto de enmienda no es declarado inconstitucional— los inmigrantes indocumentados carecerán de derechos esenciales en ese Estado: ni el de asistencia médica estatal, salvo en los casos de emergencia, ni el de educación para sus hijos, por ejemplo.

**L**a medida afecta a miles de latinos que han buscado, por todos los medios, entrar a los Estados Unidos, y que, incluso, son objeto de una burda explotación por parte de las organizaciones cuasi mafiosas que planifican su ingreso y su inserción en el mercado laboral.

Hasta ahora, Estados Unidos se ha caracterizado por su amplísima generosidad en el tratamiento dispensado a cuantos extranjeros llegan a sus playas. ha invertido e invierte —es el caso de California— miles de millones de dólares en atender a esos inmigrantes. Con el tiempo, con las dificultades económicas que empezó a atravesar la nación norteamericana, esa fuerza de trabajo barata se transformó —según quienes se oponen a ella en este momento— en una competidora desleal y en una fuente de gastos que debían ser solventados por el resto de la sociedad. Lo que fue, en un principio, un factor que favoreció a la economía norteamericana, se habría convertido, posteriormente, en peligroso para el movimiento sindical y gravoso para el contribuyente.

Hasta qué punto esta creencia se ajusta a la realidad de los hechos, es algo que el 60% de los votantes californianos decidió en sentido positivo.

**P**ERO obviamente, desde el punto de vista moral —porque también existe la moral colectiva— la decisión mayoritaria del electorado merece enormes reparos. En primer lugar, los procedentes de la propia historia norteamericana, de sus tradiciones más queridas por quienes la protagonizaron, de los principios que de ella surgieron y que fueron —y son— sus legítimas credenciales presentadas, con legítimo orgullo, ante todos los pueblos del mundo.

No es un secreto para nadie que los Estados Unidos fueron, siempre una tierra de promisión, de búsqueda de perspectivas, donde se rindió culto al trabajo duro, a la iniciativa individual, a la competencia, al coraje.

Fue el "Nuevo Mundo" que cantó Dvorak, que poetizó Whitman, que denunció Faulkner, el que se abrió a millones y millones de inmigrantes que lo forjaron con sus grandes virtudes y sus innegables defectos.

Irlandeses e ingleses, alemanes y polacos, italianos y rusos, franceses y escandinavos, protestantes o católicos, judíos o de otras religiones, se fusionaron en su común anhelo de libertad y de

igualdad de oportunidades para crear una gran nación. En ese mismo "camino americano de la vida" se integraron, luego de una cruenta guerra civil, los descendientes de los negros esclavos de los Estados sureños y, más tarde, los contingentes hispanicos procedentes de México, América Central, el Caribe y zonas adyacentes.

**L**a "Propuesta 187" es regresiva, vulnera esa tradición y atenta contra la esencia misma del pasado norteamericano. Es injusta, porque desecha a quienes utilizó abusivamente cuando los requirió.

Pero, por encima de todo, es la prueba de la existencia de un virus harto peligroso en nuestra civilización: el de la xenofobia o, mejor dicho, el del racismo.

Porque esa propuesta es específicamente discriminatoria: va dirigida contra los inmigrantes latinoamericanos, los únicos numéricamente importantes, no contra los asiáticos. Fue votada por el sector anglosajón. Pero también, por la mayoría del electorado californiano negro y la relativamente pequeña comunidad de origen oriental. En ella se basó el republicano Pete Wilson, para obtener su reelección como Gobernador.

Se corresponde perfectamente con la actitud francesa hacia los norteafricanos, con la alemana hacia los eslavos y turcos y con la de la Italia del norte, secesionista, respecto al resto de la península, para no mencionar más que algunas naciones donde el rechazo del "otro" es más notorio.

**D**E lo que no cabe duda alguna es que esta Propuesta puede desestabilizar a la sociedad norteamericana, generar una severa violencia interna y agriar sus relaciones con el área latinoamericana.

Es, también, una forma, por ahora incruenta aunque dolorosa, de efectuar una especie de "limpieza étnica" —de la que Bosnia brinda un repudiable ejemplo— porque, en definitiva, busca expulsar a los indocumentados, privándolos del goce de derechos elementales.

En lugar de conceder plazos para que regularicen su situación —reconociendo la validez de su antigüedad en el país, su trabajo, sus hijos americanos, etc.— y de proceder a su repatriación, si no cumplen con las exigencias que marca la ley, la "Propuesta 187" recurre a una vía tan indirecta como deshumanizada: decreta que los inmigrantes ilegales no son sujetos de la solidaridad social. No los echa, pero les hace insostenible su vida en el país.

**E**L presidente Clinton ha declarado que la "Propuesta 187" es inconstitucional. Desconocemos en qué fundamentos jurídicos se basa su posición. Quizá en la Enmienda décimocuarta, que dice:

... Ningún Estado podrá... negar a cualquier persona que se encuentra dentro de sus límites jurisdiccionales, la protección de las leyes, igual para todos." Como se ve, se habla de personas, no de ciudadanos.

Esperemos, entonces, que el Tribunal Supremo de Justicia se expida sobre este delicado problema.

Para bien de Estados Unidos y del mundo entero, ya que, desgraciadamente, nunca faltan imitadores para las cosas malas.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

## Contra los Indocumentados

San José (AFP)

Los gobiernos centroamericanos repudiaron la denominada "Propuesta 187" del estado de California, mediante la cual se pretende marginar de los servicios sociales a los inmigrantes ilegales, entre los que figurarían decenas de miles de nicaragüenses, salvadoreños y guatemaltecos, principalmente.

Los presidentes de Costa Rica, José María Figueres, y de El Salvador, Armando Calderón Sol, así como el canciller de Nicaragua, Ernesto Leal, indicaron que la nueva ley "atenta contra los derechos humanos".

Asimismo, el Parlamento Centroamericano (Parlacen), con sede en Guatemala, pidió al presidente Bill Clinton que "otorgue una amnistía para todos los indocumentados centroamericanos", que ingresaron a EE.UU. antes del 1.º de enero del presente año.

En ese sentido, el Parlacen advirtió que la repatriación de indocumentados agravaría los serios problemas económicos y sociales que afronta Centroamérica, lo que a su juicio podría provocar explosiones sociales como la ocurrida en el estado de Chiapas, México.

## Una propuesta discriminatoria

La Propuesta 187 del gobernador de California, Pete Wilson, para suspender prestaciones sociales a inmigrantes ilegales de su provincia, ha despertado una honda y comprensible indignación en amplios sectores de la comunidad californiana, especialmente entre los hispanos, como en el pueblo y las autoridades de México. El gobernador Wilson convirtió la propuesta de privar a los ilegales de atención médica, salvo en caso de emergencia, y expulsar a sus hijos de los colegios, en uno de los principales argumentos de su campaña para las recientes elecciones, en las que obtuvo su reelección.

Según diversas interpretaciones, una buena parte de la clase media habría apoyado a Wilson porque considera que los beneficios recibidos por los migrantes ilegales son una de las causas relevantes de la crisis del sistema asistencial de California.

Sin embargo, diversas fuerzas sociales ya hicieron conocer su rechazo por una medida que deberá decidirse en los próximos días, y el presidente Bill Clinton manifestó su oposición a la Propuesta por considerarla inconstitucional. En México, el presidente electo Ernesto Zedillo la consideró un ardid electoral ofensivo que podría dañar los vínculos entre los dos flamantes socios del NAFTA.

Zedillo hizo referencia, además, a una herida que no termina de cerrarse: sostuvo que los migrantes de su país a California deben recibir un tratamiento especial ya que ese estado formó parte de México en el pasado. La Propuesta 187 es uno de los elementos más significativos del crecimiento de las tendencias conservadoras en los EE.UU., documentadas en las recientes elecciones presidenciales, y del cre-

ciente temor que despierta la inmigración. El argumento más común de quienes se oponen a la inmigración o pretenden la exclusión de la seguridad social de los residentes ilegales, es que estos roban puestos de trabajo y beneficios a los norteamericanos.

Si bien el número de inmigrantes está en aumento y, en el caso de California, es elevado, no existen evidencias empíricas que apoyen esa opinión.

Por el contrario, muchos analistas consideran que los inmigrantes ocupan trabajos que difícilmente harían los norteamericanos, venden esfuerzos a bajo precio y su incidencia en los costos del sistema social es mínima. Aun representantes de opiniones conservadoras estiman que el aporte de los inmigrantes a la economía norteamericana es mayor de la carga que, en algunos aspectos, pueda significarle.

El rechazo a la inmigración no tiene, por lo tanto, motivos racionales y parece, más bien, la búsqueda de chivos expiatorios. No es un acto de justicia sino de discriminación y xenofobia. La Propuesta 187 tampoco tiene la virtud de ser eficiente, ya que una vasta experiencia indica que las medidas represivas no frenan la inmigración y que, en todo caso, solo sirven para aumentar la penuria de los sumergidos.

Los Estados Unidos, como nuestro país y otros tantos de Latinoamérica y del mundo, producto de inmigraciones que han forjado su estructura social y su cultura, no pueden aceptar opciones discriminatorias que contrarían sus más nobles tradiciones y deben, por el contrario, buscar soluciones constructivas que contribuyan a la creación de trabajo y bienestar para las poblaciones, independientemente de su procedencia, color o religión.

## Juez Bloquea Propuesta 187 por dos Años

WASHINGTON, 16 (ANSA). — Un juez federal bloqueó esta noche la controvertida Propuesta 187 aprobada por los electores de California para limitar la asistencia sanitaria y el acceso a la instrucción pública para los inmigrantes clandestinos.

Con la decisión, el juez Matthew Byrne bloqueó la actuación de la propuesta, dejando sin embargo sin efecto las cláusulas que prohíben la fabricación, distribución, venta y uso de documentos migratorios falsos.

Byrne decidió exceptuar de su fallo a estas dos últimas cláusulas en cuanto se refieren a actos ya prohibidos por las leyes federales.

Con este fallo, la criticada medida impulsada por el gobernador Pete Wilson quedará "congelada" por dos años.

El estado de California quería que la propuesta referendada el 8 de noviembre se convirtiera en ley el primero de enero.

Son ya ocho las causas presentadas ante los tribunales estadounidenses contra el estado de California para bloquear el referéndum. La expulsión de las escuelas de los niños sin permiso de residencia es el elemento más controvertido y aquel con menos posibilidades de superar un examen constitucional.

Una sentencia de la Corte Suprema de los años setenta estableció el derecho a la instrucción y residencia y no residencia.

9500576



# Nuevo bloqueo durante diez días a la restricción de la propuesta 187

Redacción, ANSA y EFE  
(LOS ANGELES)

El Magistrado Matthew Byrne, escuchó por más de dos horas a las partes en conflicto sobre la puesta en vigencia de la Propuesta 187, aprobada en las urnas el martes de la semana pasada, y convocó a una nueva audiencia para el 14 de diciembre, para determinar si la medida va a juicio.

La sesión respondió a cuatro demandas presentadas la semana pasada, contra la implementación de la 187: "Este fue un gran día y un indicio de que la ley podría no entrar jamás en vigor por su inconstitucionalidad", enfatizó Pete Shey, Director del Centro de Derechos Humanos y Ley Constitucional.

Shey, quien representa a una de las organizaciones de Los Angeles que participaron en las demandas, aseguró hoy que la justicia estadounidense debe estar de parte de aquellos que son víctimas de los deseos políticos, y que "el juez Byrne lo ha reconocido".

*La decisión de un juez de la Corte Federal de Los Angeles de extender durante diez días la restricción de la Propuesta 187, que priva de asistencia social a los indocumentados, fue acogida con optimismo por los demandantes, quienes admitieron que la batalla legal puede ser larga.*

Pero el juez, aunque bloqueó la medida mediante "una orden de restricción temporal", decidió fallar a favor de la implementación inmediata de los incisos de la ley, que considera multas y cárcel para las personas que negocien documentos de identidad falsos.

Sin embargo, los mecanismos para aplicar este reglamento están en estudio, aunque ya es considerado delito federal, traficar con documentos falsos.

La orden de restricción temporal involucra al resto de los incisos para otorgar asistencia médica y educativa a los inmigrantes indocumentados y sus hijos, además de que

no exige a la policía colaborar con el Servicio de Inmigración para detener a aquellos que se sospeche de ser ilegales.

Shey, confiado y optimista, admitió en esta sesión que hay posibilidades de triunfo en las Cortes. Precisamente, Shey fue uno de los abogados que participó en el exitoso caso Plyler vs. Doe, basado en una ley de Texas que fue revocada por la Suprema Corte del país 1982.

En tanto, quienes propusieron la 187 insisten en argumentar que el caso Plyler, fue decidido por un margen muy estrecho, 5-4, y que hoy en día es muy probable que la Corte Suprema cambie de decisión, ya que

sus integrantes son más conservadores que años atrás.

El asambleista del condado de Orange, Ron Prince, uno de los principales simpatizantes de la 187, afirmó, por su parte, que aunque el juez Byrne falló por restringir temporalmente y casi en su totalidad la 187, "esto es aún el comienzo de una larga lucha y cabe recordar, dijo, que contamos con el recurso de las apelaciones, que nos provee la constitución de este país". Prince también recordó que la "SOS" (Salvemos Nuestro Estado) ya está siendo considerada a nivel nacional, tras el éxito obtenido en California, donde obtuvo cerca del 60 por ciento del total de votos. La votación para la propuesta 187, se celebró conjuntamente con los comicios de "medio término" que se celebraron en Estados Unidos el 8 de noviembre y en los que los republicanos obtuvieron una resonante victoria ante los demócratas del Presidente Bill Clinton.

## Planean versiones de la ley 187 en otros estados

\* Arizona, Florida, Texas y Nueva York podrían ser escenario de nuevas batallas para obligar a los inmigrantes a abandonar esos territorios 19/11/87.

Washington (ANSA)

El éxito electoral de la Propuesta 187 en California alienta a fuerzas antiinmigrantes a promover iniciativas similares en algunos otros estados donde reside sustancial número de indocumentados, mientras crece la presión sobre el gobierno federal para controlar el problema.

Arizona, Florida, Texas y Nueva York podrían ser los escenarios de nuevas batallas para asfixiar la vida de los inmigrantes y obligarlos a abandonar esos territorios.

La polémica 187, convertida en ley con el apoyo del 60 por ciento de los californianos, niega prácticamente todo servicio básico —incluyendo atención

médica y educación— a lo que se estima son 1.700.000 indocumentados, en su gran mayoría hispanoamericanos.

Si bien su aplicación está suspendida hasta que los tribunales, y seguramente la Suprema Corte, decidan sobre su legalidad, la ofensiva está en manos de las fuerzas hostiles a los inmigrantes. En Florida y Arizona, los

proponentes de una ley del tipo 187 están resucitando las exitosas organizaciones utilizadas en la década pasada para aprobar propuestas «English Only» (Sólo inglés) que al consagrar al inglés como idioma oficial buscaron erradicar servicios en otros idiomas, especialmente español.

El Servicio de Inmigración calcula que hay 3,5 millones de indocumentados en el país, incluyendo 450.000 en Nueva York, 350.000 en Texas y 320.000 en Florida.

De cualquier manera, el terreno político y económico no es tan fértil en esos estados ya que no sufren el tipo de recesión que viene soportando California y sus gobernadores, a diferencia del reelecto Pete Wilson, son

contrarios a promover medidas como la ley 187.

Pero Wilson, quien posiblemente salvó su elección al ponerse al frente del sentimiento antiinmigrante, quiere utilizar el tema para adquirir proyección a nivel nacional.

El gobernador aseguró esta semana que luchará hasta la última instancia en las cortes para poder implementar la ley 187 y dijo que colaborará con los esfuerzos de copiar la medida en otros estados.

Wilson sostiene que los «ilegales» cuestan más de 2.000 millones de dólares anuales al Tesoro californiano y dice que su estado recibe sólo 70 millones de dólares del gobierno nacional para cubrir los gastos que le ocasionan.

Newt Gingrich, quien será el próximo speaker (presidente) de la Cámara de Representantes,

reconoció que el gobierno federal tiene que reaccionar ante la crisis migratoria.

«Es un deber federal proteger las fronteras, es un deber federal deportar a aquellos que están aquí ilegalmente y es un deber federal asumir los costos provocados por los que están aquí», declaró Gingrich.

Mientras tanto, las organizaciones hispanas en todo el país están en estado de alerta y han comenzado a movilizarse para tratar de frenar la aplicación de la 187 y descarrilar esfuerzos similares en otros estados.

El obispo norteamericano se sumó a la defensa de los inmigrantes emitiendo el jueves una declaración muy crítica de la ley 187 y exhortando a los 58 millones de católicos del país a rechazar la división de la sociedad sobre la base de origen o status migratorio.

POR TEMOR, LOS PADRES DE UN NIÑO DE 11 AÑOS NO RECLAMARON ATENCIÓN MÉDICA

# Primera muerte en EE.UU. por la legislación antiinmigratoria

**Intimidados por la Propuesta 187 contra la inmigración, una pareja de inmigrantes ilegales del estado de California no pidió atención médica para su hijo de once años, quien falleció el sábado.**

LOS ANGELES, 23 (AFP y por Lee Romney de Los Angeles Times, especial para Clarín). - Un niño de 11 años que se enfermó y murió sin atención médica en la localidad de Anaheim, California, se convirtió en la primera víctima de la Propuesta antiinmigratoria 187, aprobada hace dos semanas en un referéndum.

Julio Cano, un niño que cursaba el séptimo grado en la escuela Sycamore Junior High School, murió debido a que sus padres, inmigrantes ilegales, demoraron la búsqueda de atención médica por temor a que los médicos del hospital los denunciaran a las autoridades de inmigración.

"Si no hubiera sido por la Propuesta 187, el primer día que se sintió mal lo habríamos llevado al hospital", dijo su padre, de nombre Constantino, quien pidió que debido a su situación migratoria, no sea difundido su apellido, diferente del de su hijo.

"Según esta ley, no se dará ninguna atención médica ni siquiera a los niños, a no ser que estén en coma o algo así", dijo.

La Propuesta 187, aprobada en un referéndum el 8 de noviembre, permite brindar atención médica de urgencia, pero niega otros servicios a inmigrantes ilegales, además de la educación pública y otros servicios sociales. Por otra parte, según esa ley, los trabajadores de la salud tienen la obligación de denunciar al gobierno a los supuestos inmigrantes ilegales.

La mayoría de los puntos de la ley no rigen aún por impedimento de la Corte Suprema, pero muchos inmigrantes ilegales desconocen esta situación, afirmaron activistas de la comunidad latina.

Julio Cano enfermó de tos convulsa la semana pasada, pero su padre dijo que él y su esposa tenían temor de ir a un hospital público y pospusieron la búsqueda de ayuda hasta obtener los 60 dólares necesarios para llevar al niño a un médico privado.

El sábado por la mañana el niño murió por causas desconocidas.

Aún está pendiente el resultado de la autopsia, y hasta el momento se desconoce si la muerte del joven podría haber sido evitada si la familia hubiera buscado la atención médica gratuita de algún hospital público.

Pero dirigentes de la comunidad latina, dijeron que el caso de Julio muestra el temor y la desinformación que existe en la comunidad de inmigrantes respecto de la nueva legislación.

"Por Dios! ¡Nunca debería haber ocurrido algo así!", dijo Amin David, director de Los Amigos de Orange County, una organización dedicada a cuestiones referidas a la comunidad latina. "Las víctimas de la Propuesta 187 son especialmente niños, y aquí están los resultados", agregó.

Julio era un niño tímido pero brillante, que deseaba ser abogado, había aprendido inglés rápidamente, y apoyaba a otros niños recién llegados que hablaban solo español, dijo la directora Pat Savage.

Constantino y Rosa se mudaron al sur de California desde Acapulco, México, hace cuatro años. Julio y otros dos niños de la pareja, de 13 y 11 años, habían nacido en México y volvieron a juntarse con sus padres hace solo tres años. Constantino dijo que todos ellos eran indocumentados. Los dos hijos menores, de un mes y un año de edad, nacieron en los Estados Unidos.

Incluso antes de la aprobación de la Propuesta 187, la pareja reconoció que tenía temor de buscar atención médica. Los tres niños mayores tenían credenciales de atención médica del estado de California, Medi-Cal, que aseguran únicamente atención de urgencias y cuidados prenatales.

## Polémica norma

El giro a la derecha que significaron las elecciones legislativas norteamericanas del 8 de noviembre, tuvo su máxima expresión en la aprobación de la llamada Propuesta 187, en el estado de California.

La medida, apoyada en un referéndum por casi el 60 por ciento de los votantes californianos, significa la expulsión de unos 300.000 niños y jóvenes inmigrantes ilegales que concurren a escuelas y universidades públicas de ese estado. Además, salvo en urgencias o partos, prohíbe a los servicios de salud pública brindar asistencia médica a los inmigrantes ilegales.

tencia médica a los inmigrantes ilegales.

La mayoría de los países de la región hizo conocer su rechazo a la medida. Los cancilleres de Centroamérica han convocado a una reunión para el próximo jueves y viernes en San Salvador, con el fin de analizar la polémica iniciativa.

Basándose en su tesis contra la inmigración y la criminalidad, el gobernador Pete Wilson logró no solo su reelección, sino que se encuentra ahora entre los probables candidatos del Partido Republicano a la Casa Blanca para 1996.

Nº. DOCUMENTO 9500577

TÍTULO EE.UU.: DEMÓCRATAS GANARON TERRENO EN ELECCIONES A ÚLTIMO MOMENTO

PROCEDENCIA 1500PO.

FECHA DE PUBLICACIÓN 7-11-94

VINCULACIONES -65890

-11164

-11438

*Republicanos esperan asumir el control del Senado*

## EEUU: Demócratas ganaron terreno a último momento

7/11/90.

*Demócratas y republicanos concluyeron ayer sus campañas para las elecciones legislativas estatales y nacionales de mañana en medio de grandes expectativas de cambios.*

Los republicanos o conservadores se sienten entusiasmados por la perspectiva de asumir el control del Senado, luego de ocho años en la minoría, y la Cámara de Representantes por primera vez desde 1954.

También parecen estar seguros de triunfar en la lucha por la gobernación de varios estados importantes.

Si se confirman las tendencias indicadas por las encuestas será la primera vez en que su partido controle ambas cámaras legislativas desde 1954 cuando Dwight Eisenhower era presidente, dijo el jefe de la bancada republicana Bob Dole del estado de Kansas.

Una recuperación de los oficialistas demócratas está conteniendo las esperanzas de la oposición republicana de lograr el control del ejecutivo de los principales estados norteamericanos, pero los números aún los favorecen en California y posiblemente Pennsylvania.

Los republicanos tienen actualmente 20 gobernaciones y los demócratas 29.

Hay en juego 21 gobernaciones en poder de los demócratas y 14 de los republicanos y una más que es independiente.

El partido del presidente Bill

### LO QUE ESTÁ EN JUEGO

- Se eligen 435 miembros para la Cámara de Representantes; 35 para el Senado y 36 de los 50 gobernadores de EE.UU.
- Los demócratas controlan ambas cámaras en 24 estados; los republicanos en 8.
- Los republicanos necesitan 40 nuevos escaños para tomar el control del Congreso.
- Los republicanos tienen actualmente 20 gobernaciones y los demócratas 29. Están en juego 21 gobernaciones en poder de los demócratas y 14 de los republicanos y la independiente que es Connecticut.
- Los republicanos son minoría en la Cámara de Representantes desde 1954.
- De los 35 escaños en juego al Senado, 22 son ocupados por demócratas y 13 por republicanos. Nueve de esas bancas están vacantes y en ese sector también llevan ventaja los republicanos.
- Los estados que podrán dar sorpresas son: Virginia, Pennsylvania y Tennessee.
- La atención estará centrada en estados como Michigan y California debido a su población y poderío industrial.

Clinton encara su principal desafío en el estado de Washington, en el distrito del presidente de la Cámara de Representantes, Tom Foley.

Su rival republicano George Nethercutt exhortó al electorado a que desbanquen el martes al veterano dirigente demócrata, que en su carrera legislativa de 30 años se convirtió en uno de los políticos más poderosos del país.

Las encuestas indican que están empatados. Los demócratas están a la defensiva en otros estados.

De los 52 escaños "abiertos" en que no compete un titular, 31 son de distritos tradicionalmente demócratas: los republicanos podrían

capturar hasta 20 puestos.

Los analistas independientes consideran que los republicanos ganarán mañana unos 35 escaños adicionales en la Cámara Baja, y reducirán así la actual ventaja de los demócratas (258-176).

Los republicanos necesitan 40 nuevos escaños para tomar el control y están casi seguros de que lo harán.

### La mayor atención

La atención general estará centrada en estados de enorme población y poderío industrial como Michigan y California, y en menor grado

Virginia, donde el republicano Oliver North aspira a la banca del demócrata Chuck Robb.

El intento republicano de controlar el Senado por primera vez desde 1987 y quizá obstaculizar el programa del presidente Bill Clinton depende en la misma medida del voto que emitan 220.000 electores en Vermont como el de los 9 millones de California.

Los republicanos intentarán aumentar sus 44 bancas con 7 más.

De los 35 escaños en juego, 22

son ocupados por demócratas y 13 por republicanos.

Nueve de esas bancas son vacantes y en ese sector también están aventajados los republicanos; 6 fueron dejadas por demócratas y 3 por republicanos.

Bancas dejadas por demócratas seguramente serán ocupadas por republicanos en Ohio, Maine, Arizona y Tennessee. (De la redacción de El Observador en base a fuentes de AP, EFE y Reuter)

1. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

## El triunfo republicano

18/11/92.

Aunque era lo esperado por encuestas y pronósticos, no dejó de sorprender — en EEUU y más allá — el vándalo republicano que ha dado al partido opositor la mayoría del Congreso. Así, pues, la ecuación del poder se modifica sustancialmente y desde ahora Clinton y su equipo de la Casa Blanca deberán lidiar con unas cámaras legislativas adversas.

Sin embargo, no es la primera vez que esto ocurre en el régimen político norteamericano. Por el contrario, en las últimas décadas han sido frecuentes las ocasiones en que los mandatarios han debido contemporizar con legislaturas del partido rival. Sin ir más lejos, fue tal la realidad que le tocó enfrentar a Reagan durante su mandato. Ahora la situación se repite y serán los demócratas los que deberán flexibilizar sus propuestas ante un Congreso adverso.

Caben algunas reflexiones de interés ante los resultados. En primer lugar, queda una vez más comprobado que el electorado norteamericano no se siente atraído por la disputa de los partidos parlamentarios. La importante abstención registrada — por demás significativa en tal sentido y si bien faltó el condimento de una elección al más alto nivel presidencial que quizá hubiera alterado esa apatía del ciudadano medio, resulta grave que en la poderosa democracia norteamericana la ausencia en las urnas haya sido de elevada magnitud.

En segundo lugar, también una vez más quedó demostrada la independencia más que significativa del electorado, frente al tradicional bipartidismo norteamericano. Las oscilaciones en las votaciones — de centenas de miles de votos — en favor o en contra de cualquiera de ambas opciones ya se han vuelto tradicionales. Ninguno de los electores podrá sentirse seguro lanzado hacia la conquista de sus adherentes. Las fidelidades partidarias parecen ya cosa del pasado.

En tercer lugar — ingresando ya en conclusiones políticas — las inclinaciones republicanas del electorado, revelan que la sociedad norteamericana sigue siendo esencialmente conservadora.

Con tal afirmación no queremos significar que el Demócrata sea un partido de avanzada y el Republicano sea regresivo. Pero sí, es indudable que Clinton y su equipo ya estaba capitulado como un gobierno liberal "izquierdizante" o, cuando menos, propugnador de reformas o de simples medidas que, por su liberalidad o sus alcances sociales produjeron temor, no solo en las altas capas de la sociedad norteamericana, en su oligarquía financiera, sino también en capas medias de la ciudadanía.

Clinton ya era visto como un "nuevo Kennedy", a quien era necesario frenar y nada mejor que hacerlo con los votos y no con las balas de algún francotirador, complotado o no. Desde el inicio de su administración, Clinton adoptó actitudes que despertaron agudas resistencias de los sectores más conservadores. Recordemos una de sus primeras medidas: la aceptación de los homosexuales en filas del ejército, decisión que levantó una gran polvareda. Y recordemos una de sus últimas, que perdió por un solo voto en un Congreso que aún le era aparentemente fiel: la creación del sistema nacional de salud, de la cual fue abandonada la propia esposa del presidente. Eso pareció demostrar a los círculos más reaccionarios y a los atemorizados "contribuyentes" del "status" americano.

No es previsible aún, a dónde apuntarán las baterías republicanas. Pero desde ya puede preverse que algunas causas norteamericanas se verán en dificultades, que es lo que más nos puede importar. La disposición californiana que convierte a los indocumentados — la mano de obra barata de los plantadores agrícolas y de los industriales del suroeste norteamericano — en parias del sistema, sin derecho a asistencia social, médica o educativa para sus hijos, es buen ejemplo de lo que podrá seguir sucediendo en el futuro.

La causa cubana, sufrirá seguramente nuevas incomprendimientos y atrasos en pos de entendimientos. La decisión de la ONU, adoptada por abrumadora mayoría, condenando el bloqueo norteamericano, había sido recibida con cierta preocupación por la administración Clinton; pero a partir de ahora será seguramente resistida radicalmente por el Congreso y cualquier entendimiento posible con la isla caribiega, se alejará cada vez más. Por esa causa, no parece posible que Clinton y su gente arriesguen un conflicto frontal con el Congreso republicano.

Finalmente, a la apertura comercial seguirán restricciones, que, en todo caso, deberán negociarse arduamente. Aquella apertura, aun a despecho del funcionamiento del pregonado acuerdo de libre comercio con Canadá y México, extendido a otros países americanos, habrá de sufrir alteraciones y entorpecimientos y el cierre de oportunidades comerciales para nuestros países pobres, podrá ser de graves consecuencias.

Un Congreso republicano afectará en definitiva a la más amplia liberalidad de un gobierno demócrata, en el cual hubieran podido depositarse más legítimas esperanzas, en especial en lo referente a su política hacia nuestra América pobre. Aun sin compartir íntegramente su política nacional o internacional, en mal momento llega este fracaso de Clinton. No debe perderse de vista este episodio, aún en medio de nuestra voracidad electoral.



N.º DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

RECOMENDACIONES

## Las recientes elecciones en Estados Unidos

por Juan Bautista Schroeder Otero

25/11/00



EL PRESIDENTE CLINTON debe estar pensando en muchas cosas a la vez en estos momentos.

Las elecciones parlamentarias y estatales le han infringido a su partido, el Demócrata, una de las derrotas más contundentes de las últimas décadas.

Y la derrota le ha sido infringida no solamente por el Partido Republicano, su rival tradicional, sino además y especialmente por los sectores más conservadores del electorado.

La sombra de la reimplantación de la pena de muerte se proyecta sobre más de un estado importante.

Al mismo tiempo los inmigrantes ilegales enfrentan en California la perspectiva de un trato discriminatorio de una dureza casi inconcebible, en un país hecho por inmigrantes.

El poderoso *lobby* interno de los vendedores de armas "domésticas" está detrás del éxito de alguno de sus rivales.

Bill Clinton tiene razones de sobra para estar pensativo y para formularse más de una pregunta de respuesta difícil.

¿No era que los americanos estaban cansados de los conservadores republicanos?

¿No era que los americanos estaban cansados de éxitos internacionales y bélicos, o bélico-internacionales y querían pensar un poco en ellos mismos y en su bienestar?

¿No era que el sistema de salud americano, mayoritariamente en manos privadas, era injusto y no llegaba a todo el mundo?

¿No era que se reclamaba como una de las primeras prioridades la seguridad de los ciudadanos en las calles?

¿No era que Estados Unidos era bastante más "izquierdista" de lo que suponían los republicanos?

Entonces, diría Clinton el ciudadano, ¿para qué me votaron a mí?

Con la característica honestidad intelectual de los gobernantes estadounidenses —una virtud eclipsada en raras ocasiones y que algún día los latinoamericanos terminarán por reconocerle a sus poderosos vecinos del norte— Clinton, el presidente, se ha adelantado a reconocer que una parte importante de la derrota de su partido se debe a él.

¡Hermosa lección de civismo, dada por un presidente electo por el pueblo!

Uno de sus principales oponentes en la contienda, vencedor en la disputa para un cargo clave en el Senado, se ha adelantado a decir que colaborará con el presidente y que no será un obstáculo para su actuación futura.

¡Otra hermosa lección de civismo, dada desde el Parlamento del país más poderoso de la Tierra!

Más de allá de estas reflexiones, importantes sin duda, porque los gobiernos pasan pero la libertad queda, cabe preguntarse sobre las causas del extraordinario éxito de los republicanos en el plano interno y de sus consecuencias en el plano internacional.

Debo reconocer que me resulta difícil dar una respuesta satisfactoria.

En cuanto a lo primero, las causas de la derrota de los demócratas y de la victoria de los republicanos en estas elecciones parciales, creo que toda elección libre, en cualquier país del mundo, es la consecuencia de una

gigantesca "resultante de fuerzas", para usar un término de la Física, derivada de una infinidad de decisiones individuales motivadas por factores racionales y emocionales.

En el caso de Estados Unidos estimo que la resultante "global" de fuerzas que orientó el voto del electorado estuvo determinada por algunos factores fácilmente identificables.

En primer lugar por la "imagen" de un presidente excesivamente inseguro en lo interno y en lo externo, en un país en el que el primer mandatario es visto —quizás como en ningún otro país democrático—, como una especie de "padre" honesto y bueno —intachablemente honesto—, que no se equivoca o se equivoca muy poco y que transmite tranquilidad.

En segundo lugar —y esto ya más en el plano racional— por una elección de "prioridades" que el pueblo no estimó lógica.

A gente angustiada por la inseguridad en las calles, por el desempleo y por el cuidado de la salud, se le puso por delante de las narices, y al día siguiente de las elecciones, el tema de la admisión de los homosexuales en las Fuerzas Armadas (!), un asunto de extrema importancia para los interesados y para algún grupúsculo de Washington o de algún otro estado, pero totalmente ajeno al área de preocupaciones del ciudadano medio y normal.

El plan relativo a la salud no fue elaborado por él (Clinton) sino por su esposa, a la que una gran cantidad de americanos llegó a ver como una mujer ambiciosa, excedida en sus funciones, y no logró la aprobación del Congreso, entre otras cosas porque fue visto como costoso, burocratizante y "socialista" en una medida que provocó el rechazo de la mayoría de la gente.

En lo que tiene que ver con la política exterior de Estados Unidos, un asunto que Clinton había dejado hábilmente "en el cajón" durante la campaña electoral, las responsabilidades ineludibles emergentes del liderazgo mundial de su país lo obligaron a enfrentar decisiones para las que no estaba debidamente preparado.

Paradójicamente fue en este terreno, que él había subestimado como campo para su acción, en el que obtuvo algunos de los éxitos de su gestión.

Pero esos mismos éxitos estuvieron relativizados por aspectos negativos y pusieron también en evidencia una capacidad de decisión discutible junto a una gran falta de experiencia.

Como conclusión final creo que este ejercicio de "cohabitación" a que se ven forzados el presidente Clinton y el Congreso puede resultar altamente positivo si se saben extraer de él los frutos que puede dar.

Entre otros y no en último término, la elaboración de una política exterior permanente que infunda respeto y dé credibilidad, combinando adecuadamente el realismo en la apreciación de las situaciones de poder y el idealismo que se manifiesta en la defensa del Derecho Internacional y de los derechos humanos.

Si esa sabia combinación no se logra, Estados Unidos seguirá siendo visto en lo externo por sus aliados y amigos —entre los que me cuento— como un gran país con mucho poder y poca política, como dirían los romanos con la contundente brevedad de sus juicios. ■

Nº. DOCUMENTO

9500578

EE.UU.

TÍTULO REPUBLICANOS A UN PASO DE CONTROLAR ELECCIONES.

PROCEDENCIA 15.00.15

FECHA DE PROCEDIMIENTO 7-11-94

VINCULACIONES -65890

- 11164

- 11437

## Republicanos a un paso de controlar elecciones

7/11/94

● Esperan la gran victoria en el Senado estadounidense

*A poco del inicio de las elecciones de gobernadores y legisladores en Estados Unidos, mañana martes, los republicanos ya saborean la mayoría en el Senado, por primera vez desde 1986*

Redacción, ANSA y EFE  
(WASHINGTON)

Alentados por esa posibilidad, los líderes republicanos también esperan una victoria en la Cámara de Representantes, lo cual les daría la mayoría en el Congreso por primera vez desde los tiempos de Eisenhower, en 1954.

Para controlar el Senado, los republicanos deberán conquistar siete bancas que ahora ocupan los demócratas, sin perder alguna de las que ya tienen.

Para la Cámara deberán ganar 40 bancas. Mañana estarán en juego 35 lugares en el

Senado y 435 en la Cámara de Representantes.

Todos los analistas concuerdan en que el Partido de Ronald Reagan y George Bush tiene posibilidades de conseguirlo.

El Senado, de mayoría demócrata o republicana, será de una u otra manera más conservador que antes. Es que los candidatos republicanos, en su totalidad, están más a la derecha que sus colegas del Partido saliente.

En cuanto a los demócratas, muchos de ellos se colocaron el sayo conserva-

dor en el frenesí por distanciarse del Presidente Bill Clinton, cuya popularidad continúa en caída libre. Muchos observadores se preguntan si el Congreso poseerá las elecciones conseguirá salir de la parálisis que caracterizó los últimos meses y que causó el hundimiento de muchos programas sociales de la administración Clinton.

La primera prueba llegará pronto; el próximo mes se votará sobre la Ronda Uruguay y el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT).

Para que se apruebe, Clin-

ton precisará del apoyo de los republicanos.

Pero ante la posibilidad de un triunfo opositor, no faltan quienes dicen que un Congreso hostil puede ayudar finalmente a Clinton en 1996: le permitirá emular las tácticas ganadoras de Harry Truman en 1948, apuntando al "Congreso zigzagante". Según los últimos sondeos, los republicanos, que ahora ocupan 44 bancas en el Senado, conquistarán cuatro puestos en Arizona, Maine, Ohio y Tennessee.

Tienen buenas posibilidades también en Michigan, Oklahoma, Pennsylvania, California, Tennessee y Virginia, donde Oliver North, ex protagonista del Irangate, puede inclinar por sí solo la balanza a favor de los republicanos.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA JS0023

FECHA DE FOLIO 11/11/84

VINCULACIONES 658PO.

# Qué elegirán los norteamericanos el martes 8

Washington (ANSA)

La lucha electoral que se librará exactamente dentro de una semana, de mitad de mandato, será decisiva para la suerte que pueda correr el presidente Bill Clinton en su futura repostulación para un segundo término, a partir de 1996. Clinton, cuya popularidad repuntó sólo durante el último mes, de acuerdo con los sondeos de opinión, tuvo decisivas intervenciones que permitieron, por ejemplo, la reelección de los demócratas Mario Cuomo (gobernador de Nueva York) y Edward Kennedy (senador por Massachusetts), pero resulta muy difícil pronosticar las posibilidades de unos y otros en la tradicional disputa entre demócratas y republicanos. Las siguientes son las autoridades que los norteamericanos elegirán, como es tradicional el segundo martes de noviembre, en 50 estados de la Unión:

**Senado:** se renovarán 35 de los 100 escaños de senadores. Los demócratas tienen una mayoría de 56 legisladores en la Cámara Alta sobre los republicanos, quienes controlaron el Senado durante sólo seis de los últimos 40 años, desde 1981 hasta 1987.

Tres de los más importantes cargos senatoriales en cuestión son:

En Massachusetts donde el demócrata Edward Kennedy, un veterano que permanece desde hace 32 años como senador, arriesgará el escaño frente al empresario republicano Mitt Romney. Los sondeos de opinión daban ventaja a Romney a fines de setiembre e inicios de octubre, pero una reciente encuesta le concedió a Kennedy 20 puntos de ventaja.

En Virginia, el senador demócrata Charles Robb entabló carrera tensa y no exenta de golpes bajos con el republica-

no teniente coronel Oliver North, figura clave del caso Irán-Contras.

En California, la senadora demócrata Dianne Feinstein, ex alcaldesa de San Francisco, enfrenta al representante republicano Michael Huffington, quien lleva gastados más de 18 millones de dólares de su propia fortuna en la campaña.

**Cámara:** Se renovará la totalidad de 435 escaños. Los demócratas tienen 256 legisladores en tanto 178 son republicanos, en tanto Bernard Sanders, es un congresista independiente de Vermont. Fue en 1954 cuando los republicanos tuvieron por última vez mayoría en la Cámara de Representantes.

En esta gran carrera electoral de la Cámara, por primera vez desde 1860, el presidente demócrata del cuerpo, Thomas Foley, arriesga su vida política a manos del abogado George Nethercutt.

**Gobernadores:** 36 de los 50 gobernadores pondrán en juego sus puestos. Los demócratas poseen 29 gobernaciones en tanto los republicanos 20. Lowell Weicker es un gobernador independiente de Connecticut.

De las 36 gobernaciones que deben renovarse, 21 están en poder de los demócratas, 14 de los republicanos y una está en poder de Weicker, quien no intentará la reelección.

Las gobernaciones más duramente disputadas son las de:

Nueva York: El gobernador Mario Cuomo (demócrata) lucha por su cuarto mandato contra el senador republicano George Pataki.

Texas: La gobernadora demócrata Ann Richards enfrenta al republicano George Bush, hijo del ex presidente.

Florida: El gobernador demócrata Lawton Chiles se repostula a un nuevo mandato contra otro hijo del ex presi-

dente Bush, Jeb, también republicano.

California: El gobernador republicano Pete Wilson, probable candidato a presidente de 1996, deberá enfrentarse

en la lucha por el más importante estado norteamericano con la tesorera estatal, Kathleen Brown.

En los restantes 46 estados de la

Unión, se elegirán 6.155 cargos legislativos estatales, así como varios miles de puestos comunales y administrativos.

## Clinton conduce la campaña demócrata en 9 estados

Filadelfia (AFP)

En su último esfuerzo en favor de los candidatos demócratas al Congreso, el presidente Bill Clinton inició el lunes una gira electoral que lo conducirá a nueve de los 50 estados norteamericanos en los ocho días previos al escrutinio del 8 de noviembre.

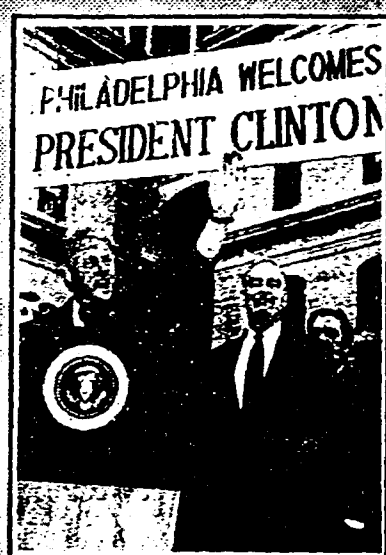
Sus primeras etapas eran el lunes Filadelfia y Pittsburgh, en Pennsylvania, donde el senador Harris Wofford y el candidato al cargo de gobernador Mark Singel, según un sondeo impugnado por los responsables demócratas, son superados por sus adversarios republicanos.

"Este país se halla en mejor situación que hace 21 meses. Tenemos más empleos, un déficit más débil, un gobierno que trabaja para la gente común en un mundo más seguro y próspero", lanzó Clinton en un discurso en la alcaldía de Filadelfia.

"Aún queda mucho por hacer, pero la mejor manera para ello es seguir adelante, y no dar media vuelta para aplicar las fórmulas del pasado", añadió. Si los republicanos toman el control del Congreso, el déficit va a estallar y los empleos van a partir al extranjero.

Este mensaje, Clinton seguramente lo repetirá durante su gira. El martes irá a Detroit (Michigan) y luego a Cleveland (Ohio). Entre el miércoles y domingo, acudirá sucesivamente a Nueva York, Iowa y Minnesota, antes de viajar a la costa pacífica para ayudar a los demócratas en dificultad, en California y en el estado de Washington.

Una semana antes del escrutinio en el que debe renovarse la totalidad de la Cámara de Representantes, un tercio del Senado, y 36 cargos de gobernadores, los demócratas



Clinton en la campaña electoral en favor de los candidatos demócratas en Filadelfia. Obsérvese que había desde una tribuna con el emblema de la presidencia de los EE.UU. (Telefoto de AFP)

el candidato demócrata al Senado, Joel Hyatt, que se había mostrado discreto hace 10 días, en el marco de la visita del presidente, se aprestaba el lunes a aceptarlo. Antes de partir de la Casa Blanca, Clinton, aprovechó de las ventajas de sus funciones, firmó un texto que protege unos tres millones de hectáreas de desierto en California. Se trataba de una de las prioridades de los ecologistas californianos y de Dianne Feinstein, senadora de California cuya reelección el 8 de noviembre es incierta.

parecen —según los últimos sondeos— recuperar un poco de terreno.

"El sol comenzó a brillar sobre estas elecciones", dijo el lunes Clinton. Pero muchas elecciones siguen inciertas y la oposición republicana espera poder conquistar la mayoría en el Senado.

Actualmente, los demócratas son mayoritarios en las dos cámaras del Congreso, con 56 escaños sobre 100 en el Senado, y 256 sobre 435 en la Cámara de Representantes. La pérdida de siete escaños de senadores y de 40 de representantes, podría modificar la mayoría en el Congreso para los dos últimos años del mandato presidencial de Clinton.

Sus recientes triunfos en política extranjera, de Haití al Medio Oriente, donde asistió la semana pasada a la firma histórica del tratado de paz entre Israel y Jordania, le hicieron ganar puntos en los sondeos. Y muchos demócratas que dudaban en recibirlo ahora están contentos de hacerlo.

Tal es el caso, este lunes, en Pittsburgh, de Mark Singel, que el mes pasado, no apareció junto a Clinton en una cena destinada a recoger fondos para su campaña. En el estado de Ohio,



DOCUMENTO  
TÍTULO  
PROCEDENCIA 150014  
FECHA DE 3/11/94  
VINCULACIONES 65890

Las últimas encuestas son favorables para la gestión del presidente norteamericano

## ELECCIONES CRUCIALES PARA EL FUTURO DE BILL CLINTON

*Las elecciones parciales del próximo 8 de noviembre en Estados Unidos no sólo determinarán el futuro político de 35 senadores, 435 representantes y 36 gobernadores, sino también, indirectamente, el del presidente Bill Clinton.*

Clinton vería seriamente mer-  
madas sus posibilidades de  
reelección en 1996 si du-  
rante la segunda mitad de su man-  
dato tuviera que gobernar con un  
Legislativo en manos de la oposi-  
ción republicana, que trataría, sin  
duda, de bloquear sus iniciativas.

Durante sus dos primeros años  
en el poder, aun contando con un  
Senado y una Cámara de Repre-  
sentantes de mayoría demócrata,  
Clinton tuvo dificultades para sa-  
car adelante algunos de sus pro-  
yectos más avanzados.

El ambicioso plan de reforma  
sanitaria, por ejemplo, todavía está  
pendiente, y la ley contra la delin-  
cuencia sólo se aprobó después de  
que el Gobierno hiciera concesio-  
nes a los congresistas republicanos  
y a los demócratas conservadores.

Demócratas y republicanos tie-  
nen conceptos radicalmente opues-  
tos sobre la forma de limitar los  
gastos del Estado -los republica-  
nos quieren recortar prestaciones  
sociales y dedicar más recursos a la  
Defensa-; también sobre la forma  
de luchar contra la delincuencia, el  
derecho al aborto, la venta libre de  
armas o la protección del medio  
ambiente.

Aun si no consiguen la mayoría  
en ninguna de las dos Cámaras, los  
republicanos podrían tratar de for-  
mar alianzas puntuales con los de-  
mócratas más conservadores para  
bloquear uno u otro proyecto del

Gobierno.

Esta táctica puede funcionar,  
pues los congresistas no sólo sue-  
len representar los intereses de su  
formación política, sino los de gru-  
pos de presión diversos.

En política exterior, el presiden-  
te tiene las manos más libres, pero  
incluso ahí, si surgen divergencias  
graves, como ya ha pasado con la  
cuestión del embargo de armas a  
Bosnia, el jefe del Estado tendría  
que imponerse a golpe de veto, lo  
que no resultaría beneficioso para  
su imagen.

La popularidad del presidente,  
muy baja durante el verano, ha  
aumentado sensiblemente en las  
últimas semanas. Por primera vez  
desde hace meses el porcentaje de  
quienes aprueban su gestión supe-  
ra a los descontentos.

Este cambio favorable es debi-  
do, en parte, a sus éxitos en política  
exterior: la buena marcha de la  
intervención en Haití, la rápida y  
decidida reacción frente a la ame-  
naza iraquí en el golfo Pérsico, el  
acuerdo nuclear con Corea del  
Norte o la mediación entre árabes e  
israelíes en Oriente Medio.

Además, el Gobierno ha podido  
presentar en los últimos días de  
campana datos que prueban que la  
recuperación económica está con-  
solidada y que el déficit público  
retrocede.

No obstante, según varias en-  
cuestas, lo que más preocupa a los  
norteamericanos son otros datos:

3/11/95

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEGENCIA

FECHA DE PUBLICACION

VINCULACIONES

FINANCIAL TIMES

4/11/89.

## EE.UU. ELEGIRA ALCALDES Y NUEVOS GOBERNADORES

NUEVA YORK (Servicio exclusivo de "Financial Times").— El próximo mes, los ciudadanos de Estados Unidos concurrirán a los circuitos de votación para participar de unas elecciones legislativas y de renovación de las gobernaciones de los diferentes estados, que tendrán un resultado poco alentador. Todos los indicios apuntan a que, como consecuencia de los recientes éxitos que el presidente Bill Clinton obtuvo en la política exterior, el resultado no tendrá un signo catastrófico para el Partido Demócrata, contrariamente a lo que muchos de sus dirigentes temían.

Pero, el Parlamento que surja de los comicios, seguramente no estará a tono para abordar los grandes desafíos que enfrentará el país en los próximos años.

Hace un mes, muchas voces anticipaban una histórica victoria del Partido Republicano en las elecciones del 8 de noviembre. Los líderes republicanos pronosticaban que no sólo reconquistarían el control del Senado, sino también ponían fin a medio siglo de hegemonía del Partido Demócrata en la Cámara de Representantes. Sostenían que las elecciones serían un verdadero plebiscito sobre la gestión del presidente Clinton y que tanto éste como su partido estaban en pronunciada declinación.

Pero, la actuación del presidente Clinton en el Medio Oriente y en otros hechos de repercusión mundial, parecería haber cambiado el panorama y robustecido las posibilidades del Partido Demócrata y sus candidatos. Sin duda, una muestra

muy clara de las modestas pretensiones que tienen los rivales en esta campaña electoral, está señalada por el hecho de que los demócratas están encantados con la perspectiva de mantener la mayoría sólo en la Cámara de Representantes, aunque pierdan su margen favorable en el Senado. Los demócratas consideran que ello sería una gran victoria.

Resulta difícil interpretar el descontento de los votantes en materia económica. Estados Unidos se encuentra en una situación económica mejor que hace tres años y medio, cuando se inició el lento proceso de recuperación luego de un período recesivo.

Sin embargo, en lugar de premiar a los demócratas por estos resultados, los votantes parecen más decididos a castigarlos, debido a la falta de capacidad del gobierno para dar solución a los problemas sociales más profundos del país como son la alta tasa de delincuencia y el estado deplorable de las zonas de menores ingresos en las grandes ciudades.

Ante esa ola de descontento y resistencia a las políticas del gobierno, el presidente Clinton se inclinó hacia los temas internacionales en los últimos meses. Es el ámbito, en el cual, al gobierno no se le adjudican fracasos. Los candidatos al Senado y a Diputados no tuvieron la opción de Clinton, y deben hablar de los problemas internos del país, diciéndole a los votantes que en Washington D.C. se comparten las dificultades que advierte el resto del país en temas sociales como la criminalidad.

**SOLUCIONES EXTREMAS**  
Varios candidatos del Partido Demócrata que buscan la ree-

lección, tanto en el Senado como en la Cámara de Representantes viven momentos difíciles y deben realizar ingentes esfuerzos para mejorar su posición ante los ciudadanos. En similar dificultad se encuentran los candidatos, ya sean demócratas, republicanos o independientes, que exponen conceptos moderados sobre lo que el gobierno puede lograr con nueva legislación en temas sociales.

En varias zonas del país, los candidatos de derecha son quienes obtienen amplio apoyo, porque rechazan soluciones moderadas.

Esta suerte de polarización quedó en evidencia cuando el Partido Republicano frustró el intento del presidente Clinton de impulsar en el Parlamento el proyecto de reforma del sistema

de asistencia médica. A la luz de la actual campaña electoral, la próxima legislatura tendrá aún menos posibilidades para la formación de coaliciones que permitan la aprobación de leyes en temas de importancia nacional e internacional.

¿Qué significa esta situación para el resto del mundo? A corto plazo, resultaría más ventajoso que la actual legislatura integrara aprobar el acuerdo de la Ronda Uruguay del GATT antes de dejar el lugar a los nuevos legisladores. Todo indica que en el próximo período parlamentario será mucho más difícil reunir los votos para ese acuerdo que ha suscitado polémica.

### UN DEFICIT PELIGROSO

A largo plazo, existe la posibilidad de que el presidente Clinton insista con la reforma del

sistema de asistencia médica. Pero, no hay duda que tiene escasa chance de lograr que el Parlamento apruebe la profunda reforma que prometió en la campaña electoral de 1992. Una reforma, orientada en otro sentido podría suscitar el apoyo del Partido Republicano, así como también sería posible reunir el respaldo de éste para un conjunto de modificaciones en leyes sociales y de apoyo a los sectores de menores ingresos.

Estas elecciones legislativas seguramente darán el golpe de gracia a reformas que regulen una amplia coalición bipartidaria, como es el caso de la manera en que se asignan los recursos: presupuestales y se autorizan gastos. Ni republicanos ni demócratas han realizado propuestas concretas para cambiar esos mecanismos.

9500578

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TÍTULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
FECHA DE PUBLICACIÓN \_\_\_\_\_  
VINCULACIONES \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*El número de postulantes desvinculados de los principales partidos políticos es más elevado que nunca*

## El descontento de votantes norteamericanos <sup>5/11/96.</sup> alienta a los candidatos independientes

*Washington - El descontento de los votantes frente a los dos partidos políticos norteamericanos propicia las candidaturas independientes en la carrera electoral de mediados de período y prepara un realineamiento político para 1996.*

Desde la gran recesión de 1982, el número de candidatos independientes o de un tercer partido para las cámaras del Congreso o las gobernaciones es más elevado que nunca. Aunque pocos de éstos pueden llegar a ganar, algunos organizadores, inspirados por la gran votación presidencial de Ross Perot en 1992, esperan utilizar esa experiencia y apoyo para tratar de lanzar otro independiente para la Casa Blanca en 1996.

Los veteranos de Perot planean



**Para oírte mejor**

Aprovechando la disconformidad de los votantes, Perot busca atraer al electorado que votará un nuevo presidente en 1996

construir una campaña en torno a reformas de procedimientos dirigidas hacia el centro, mientras que otros apuntan a la izquierda del reverendo Jesse Jackson quien habría

dicho estar considerando esa posibilidad debido al fracaso del presidente Clinton de colmar las expectativas despertadas por sus promesas liberales durante la campaña.

Un análisis reciente del Times Mirror Center for the People and the Press indicó que existen mayores posibilidades de apoyo para un nuevo partido entre los liberales que entre los moderados que apoyaron a Perot.

La combinación de dos candidaturas independientes en 1996 —una de centro y otra de izquierda— podría dividir al electorado y transformar el escenario político norteamericano, en un cambio que quienes proponen las candidaturas independientes creen es justo lo que los votantes quieren.

“Si casi un 20 por ciento votó por Perot en 1992, luego de haberse mostrado totalmente incapacitado para ser presidente, si llevamos a alguien realmente calificado, puede irnos mejor”, dijo Nicholas Sabatine, que condujo los intentos de Perot en Pennsylvania y ahora es presidente del Patriot Party, un ala del movimiento de Perot.

### **Objetivo fundamental**

El objetivo es asegurarse que sus candidatos obtengan puntos que los habiliten en los 50 estados para 1996, dijo Sabatine, fiscal de Wind Gap, Passadena. “Estamos sentando las bases para una candidatura presidencial”.

Como ellos mismos reconocen, se enfrentan a enormes obstáculos para crear un candidato creíble para la Casa Blanca. Necesitan organizar las bases, obtener el puntaje necesario para acceder y, tal vez y por sobre todo, encontrar al candidato.

En el otoño el Patriot Party sostiene candidatos a gobernador en Pennsylvania y Alaska. Dos grupos aliados, el American Party de Oregon y el Independence Fusion Party de Nueva York, que medran entre las filas de apoyo a Perot, también proponen candidatos a gobernador en sus estados. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 5/11/84

VINCULACIONES 65890

## Clinton Lucha Para Evitar una Derrota Catastrófica<sup>5/11 EP.</sup>

WASHINGTON, 4 (EFE).- El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, intensificó hoy su campaña en apoyo de los candidatos demócratas a las elecciones del próximo martes, con la esperanza de evitar la pérdida de la mayoría absoluta de su partido en ambas Cámaras del Congreso.

Como parte de una gira por siete estados, Clinton interviene hoy en varios actos electorales en Minnesota y California, después de asistir anoche a una cena de recaudación de fondos en Iowa, lugares todos ellos claves para mantener el control demócrata de la Cámara de Representantes y del Senado.

Los últimos sondeos electorales muestran que el duro y sistemático trabajo de los candidatos demócratas está dando sus frutos y han mejorado posiciones en algunas elecciones claves, como, por ejemplo, Virginia, donde el ex teniente coronel Oliver North parece haber perdido fuerza ante el demócrata Chuck Robb.

La esperanza de los republicanos es lograr al menos 30 nuevos escaños en la Cámara de Representantes, lo que les permitiría pensar en la mayoría por primera vez en 40 años con la ayuda de demócratas conservadores y representaría un cambio de poder de incalculables dimensiones para la Presidencia de Clinton.

En el Senado, de los 35 escaños en juego, 20 están actualmente en manos demócratas y los republicanos necesitan obtener siete para lograr la mayoría. Las elecciones decisivas parecen ser las de Virginia y Pensilvania.

Dos encuestas electorales hechas públicas hoy conceden a Robb una ligera ventaja sobre North en Virginia, pero, teniendo en cuenta el margen de error, los análisis coinciden en que la contienda es tan cerrada que todo es posible de aquí al martes.

La clave, agregan, estará en la abstención, pues los votantes republicanos son, normalmente, más fieles a sus candidatos que los demócratas. Una baja participación dañaría a estos últimos.

En California, otro de los estados claves para los demócratas, Dianne Feinstein recibirá hoy un importante empuje por parte de Clinton para poder superar al millonario Michael Huffington, que se ha gastado ya más de 25 millones de dólares en la campaña.

Hasta hace unas semanas, Huffington parecía el indiscutible ganador pero las revelaciones de que su mujer contrató a una inmigrante ilegal como empleada doméstica le han dañado políticamente hasta el extremo de igualar la elección.

Otro de los sueños republicanos en estos comicios bianuales era jubilar al "león de los demócratas", el senador por Massachusetts Edward Kennedy, quien este año ha tenido una de las campañas más complicadas de su larga carrera política.

Respecto a la Cámara de Representantes, las cosas continúan con muy malas perspectivas para los demócratas y es muy probable que pierdan la mayoría, lo que no ocurría desde 1954, según apuntan las encuestas.

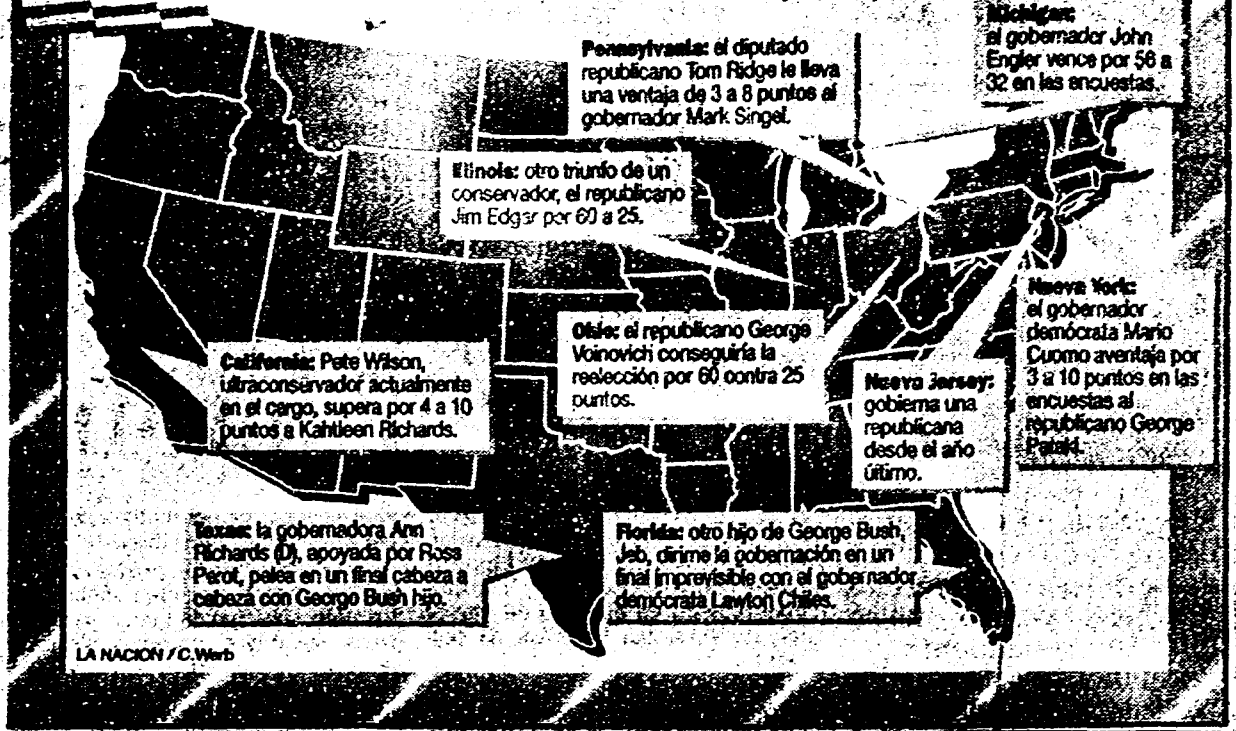
Para asegurar la elección de Newt Gingrich, de Georgia, como nuevo presidente de la Cámara, los republicanos necesitan ganar 40 escaños y su esperanza es "barrar" en el sur, donde la tendencia conservadora se acentúa desde hace varias elecciones.

Clinton es consciente de su baja popularidad en esa zona y, por ello, como ejemplo, no ha incluido ningún estado sureño en su última gira antes de las elecciones, aunque sí ha enviado al vicepresidente, Albert Gore, natural de Tennessee, estado donde se eligen dos senadores.

## Las elecciones de pasado mañana en los Estados Unidos

## La lucha por las gobernaciones

## Panorama en los nueve Estados principales



# Los republicanos ganarían los Estados más importantes

Por Fernán Saguier

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

**En baja:** sólo uno de los principales distritos en juego, el de Nueva York, quedaría en manos de los demócratas; el Sur, tradicional bastión oficialista, se inclinaría esta vez por los conservadores.

WASHINGTON.- Si bien los ojos de la prensa están puestos en la batalla por el control del Congreso, es en la puja por las gobernaciones estatales donde los republicanos podrían hacer historia pasado mañana.

Además de renovar la totalidad de la Cámara de Representantes y treinta y cinco bancas del Senado, los norteamericanos elegirán gobernadores en treinta y seis de los cincuenta Estados del país, veintinueve de los cuales están en manos de los demócratas.

En la actualidad, 29 distritos son controlados por el oficialismo, 19 por los republicanos y dos por independientes.

Si los pronósticos no fallan y varias de estas contiendas se definen en su favor, la oposición conservadora tomaría el control de las riendas de ocho de los nueve Estados más populares del país por primera vez en la historia.

Ello le aportaría no sólo una enorme base política para desafiar las intenciones reelectorales del presidente Bill Clinton en 1996, sino también un ejército de potenciales candidatos al codiciado Salón Oval de la Casa Blanca.

Los distritos en juego son Nueva York, Florida, Texas, California, Illinois, Michigan, Ohio y Pennsylvania. Nueva Jersey eligió gobernadora a la republicana Christine Todd Whitman el año último.

## Sólo Cuomo

En sólo el primero de los Estados mencionados aparece al frente de los sondeos un postulante del oficialismo: Mario Cuomo, quien va en busca de su cuarto mandato ante el senador estatal George Pataki.

Cuomo arrancó rezagado en los sondeos debido a la hábil estrategia desplegada por Pataki al comienzo de la campaña. Este acertó al denunciar su eterno apego por el cargo, martillando una y otra vez la necesidad de oxigenar la función

pública. Nueva York es, además, uno de los Estados con mayor peso impositivo y desempleo.

Pero el demócrata demostró su vigencia al replicar en las semanas finales con un anuncio que habla de la cintura de este viejo zorro de la política: logró el respaldo del alcalde republicano de Nueva York, Rudolph Giuliani.

El hecho conmocionó a la oposición y traspuso las fronteras del Estado. Para la mayoría de los analistas obedece a un acuerdo tácito forjado por la ambición de Giuliani de postularse a gobernador del distrito en 1998, por supuesto, que con la bendición de Cuomo.

## Problemas del Sur

En el Sur, bastión tradicionalmente demócrata, el oficialismo también está en problemas. En Georgia, por ejemplo, donde ningún republicano logró la gobernación en este siglo, la candidata de Clinton, Zell Miller, arriesga su plaza contra Guy Millner.

Lo mismo ocurre en Tennessee, cuna del vicepresidente Al Gore; Connecticut, Rhode Island hasta Hawaii. En todos los casos, los republicanos arrancaron mejor en las encuestas.

"Nuestra dificultad reside en que tenemos más cargos que defender. Y con el sentimiento anti Washington, antipolíticos y anti Congreso que alberga la gente, somos los que más arriesgamos", reconoció el titular del Comité Nacional Demócrata, Donald Sweitzer.

En tres de los ocho grandes en disputa, los postulantes republicanos tienen la victoria asegurada, según los sondeos. El gobernador Jim Edgar, en Illinois; George Voinovich, en Ohio, y John Engler, en Michigan, aventajan a los candidatos demócratas por márgenes sólidos.

California, el principal Estado del país, muestra al gobernador Pete Wilson cómodamente al frente de la contienda con Kathleen Brown.

Pese a algunas predicciones que señalan un declive en sus posibilidades, Wilson ha sabido aprovechar la atmósfera antiinmigratoria de un distrito con cerca de 1.600.000 indocumentados al impulsar la llamada Proposición 187, que negaría educación y atención médica a los ilegales.

Florida y Texas, pretendidas por Jeb y George Bush, hijos del ex presidente, deparan un final apasionante. Y, en Pennsylvania, importante territorio que abarca las populosas ciudades de Filadelfia y Pittsburgh, el republicano Tom Ridge supera por un puñado de votos al demócrata Mark Singel.

9500578

Nº. DOCUMENTO

9500579

TÍTULO EDITORIAL: ELECCIONES EN ESTADOS UNIDOS

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE RECEPCIÓN 8-11-94

VINCULACIONES - 65890

- 11164

- 11437

## Elecciones en los Estados Unidos

B/ILN.

Las encuestas previas a las elecciones legislativas y de gobernadores que se realizarán hoy en los Estados Unidos muestran el predominio de una actitud crítica hacia todos los órganos del gobierno, que tiene como blancos más evidentes al presidente Clinton y al Congreso, en cuyas dos cámaras el partido demócrata tiene mayoría, pero se extiende también hacia los poderes locales y estatales.

Esta disposición de ánimo del electorado no encuentra una explicación clara en hechos concretos. La recuperación de la economía —herencia, en rigor, de la administración Bush— continúa con firmeza, con un crecimiento que para los doce meses anteriores a junio último fue del 4,1 %. Los índices de desempleo siguen cayendo, a medida que aumentan las órdenes de compra. En la escena internacional, Clinton reaccionó con energía frente a una nueva maniobra de Saddam Hussein, y la intervención en Haití le deparó un éxito sin mayores costos. En las últimas semanas, los episodios de violencia en el Medio Oriente no empañaron el significado del tratado de paz jordano-israelí, firmemente respaldado por Washington, ni la repercusión favorable del viaje del presidente a Israel y a cinco países árabes.

Entonces, ¿por qué la reacción adversa? En cierta medida se explica por algunos tropiezos en la gestión presidencial; y en parte, también, por un manejo inexperto de las relaciones de poder dentro de Washington, que llevaron a enfrentamientos entre Clinton y algunos líderes de su propio partido. Los reiterados cuestionamientos personales, que apuntaban tanto a la vida privada como a la transparencia de algunas pasadas operaciones financieras del presidente, pueden haber afectado igualmente la confianza del electorado, a lo cual, sin duda, contribuyó cierto estilo vacilante característico de Clinton. Pero ni el fracaso de la proyectada reforma del sistema de salud, ni la abortada iniciativa de crear estímulos a la economía alcanzan a explicar la pérdida de popularidad del presidente. Tampoco el encono de ciertos ataques de parte de la oposición republicana y del francotirador Ross Perot

parecen causa suficiente para haber debilitado tanto la credibilidad del presidente.

Las explicaciones de este fenómeno, probablemente, tienen menos que ver con las características de un gobierno o de un partido que con procesos más amplios que afectan a toda la sociedad. En primer lugar, es habitual que en las elecciones de medio término el partido que cuenta con la mayoría sufra un retroceso. Ocurrió durante las presidencias de Ronald Reagan y de George Bush, y había ocurrido antes. Pero esta indisposición recurrente del electorado aparece acentuada ahora por otro factor, que se puso en evidencia durante la administración Bush y determinó su derrota en las elecciones de 1992: la creciente inseguridad con respecto al futuro.

Si la inseguridad persiste, aun a pesar del buen desempeño de la economía, es porque nace de la percepción de cambios profundos y todavía impredecibles. Es cierto que el desempleo ha disminuido, pero áreas enteras de actividad y de cierto tipo de especializaciones están destinadas a seguir reduciéndose y, en algunos casos, a desaparecer, junto con las fábricas o las empresas que las utilizaban. Reiteradamente, las encuestas muestran que los norteamericanos van perdiendo la confianza en que sus hijos puedan disfrutar de una vida mejor y mejores oportunidades que las que ellos tuvieron. Esa confianza, que antes parecía un componente esencial del estilo de vida del país más rico del mundo, cede paso a una creciente sensación de inestabilidad.

No se trata exactamente de pesimismo, porque el desarrollo tecnológico promete globalmente un porvenir más rico y seguro, pero sí de incertidumbre individual respecto del lugar que cada uno tendrá en la nueva realidad que empieza a tomar forma. En esa situación, no es raro que la inseguridad se traduzca en disconformismo o resentimiento hacia todos los órganos del gobierno. Ante la derrota de Bush, en 1992, algunos pensaron que tal vez era el comienzo de un período en que sería muy difícil para un presidente obtener la reelección.

Clinton y su partido enfrentan ahora el juicio del público. De los resultados de las elecciones de hoy se podrá comenzar a inferir la posibilidad que tendrá el presidente de aspirar a un segundo período.

9500579

01-01.



Nº. DOCUMENTO 9500580

TITULO ESTADOS UNIDOS considera "prioritaria" creación de CASCOS BLANCOS

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 8/11/84 11921

VINCULACIONES 658PO.

66900

11164

11302.

11911.

## Un apoyo desde los EE.UU.

8/11EC.

El gobierno de los Estados Unidos aseguró ayer que considera "prioritaria" la creación de un cuerpo multinacional de Cascos Blancos como el que propuso el presidente Carlos Menem a la comunidad internacional.

La posición norteamericana fue ratificada a través de una carta que envió a Menem el vicepresidente Al Gore, quien sostuvo que "la idea de los Cascos Blancos es excelente y muy oportuna".

Los Estados Unidos "consideran prioritaria la creación de una organización internacional entrenada específicamente para ofrecer asistencia en emergencias", dice la misiva de Gore,

cuyo texto fue difundido oficialmente anoche.

El mensaje es una respuesta de Gore a la visita que le hizo recientemente en Washington Octavio Frigerio, titular de la Comisión Cascos Blancos, dependiente del Poder Ejecutivo.

Gore señaló que la propuesta argentina para crear un cuerpo dedicado a emprender acciones de lucha contra el hambre y la pobreza será analizada en la próxima Cumbre de las Américas, que se realizará en diciembre en Miami. El vicepresidente norteamericano ponderó también el "magnífico trabajo" realizado por Frigerio.

Sostuvo además que una organización como la de los Cascos Blancos "hubiera resultado de gran ayuda en estos últimos años" para hacer frente a múltiples situaciones de crisis en distintas partes del mundo.

La creación de un cuerpo de Cascos Blancos fue apoyada también por el presidente norteamericano Bill Clinton, quien la respaldó en la reciente asamblea general de las Naciones Unidas.

Está previsto que ese cuerpo de la organización internacional analice en diciembre la iniciativa, que volverá a ser defendida por Menem cuando el 31 de enero exponga ante el Consejo de Seguridad de la ONU.

01-01

9500580



Nº. DOCUMENTO 9500581  
 TITULO Aplastante victoria republicana en EE.U.  
 PROCEDENCIA 150090  
 FECHA DE RECIBO 9/11/94  
 VINCULACIONES 65890  
11164  
11302  
11437

# El presidente Clinton sufrió un duro revés en las elecciones parciales para el Congreso

## EEUU: aplastante victoria republicana

Washington (AFP) El opositor Partido Republicano parecía destinado a lograr el control del Senado y un significativo avance en la Cámara de Representantes, según los primeros resultados de las elecciones legislativas y de gobernadores realizadas este martes en Estados Unidos.

El presidente Bill Clinton, aparentemente resignado a gobernar el resto de su período con un Congreso opositor, señaló por la noche que ha sido la tendencia de los últimos 40 años y «no habrá mucha diferencia».

«La mayor parte de los últimos 40 años hemos tenido un gobierno dividido, con el Congreso en una mano y la presidencia en la otra. El pueblo parece haberse acostumbrado a eso. En ese sentido, no sé si habrá mucha diferencia», dijo Clinton en declaraciones a una cadena nacional de radio.

Entre tanto, los resultados que comenzaban a llegar de todo el país anunciaban una ganancia temprana de seis bancas en el Senado para el Partido Republicano, que necesitaba una ganancia neta de siete bancas para tomar el control de la Cámara Alta.

Navegando en la cresta de una ola de descontento con la situación económica y social, los republicanos desplazaron a varios bahuartes del oficialista Partido Demócrata, entre ellos el senador Jim Sasser, de Tennessee, uno de los candidatos a presidir la Cámara Alta tras el retiro del líder de la actual mayoría demócrata, George Mitchell.

Sin embargo, según las proyecciones, en Virginia los demócratas tendrán el consuelo de impedir la llegada al Senado del controvertido ex teniente coronel Oliver North, villanizado por los liberales a raíz del escándalo Irán-contras.



Edward Kennedy celebra con su familia su aplastante reelección.

Resultados de las elecciones estadounidenses para designar a 35 senadores, 435 representantes y 36 gobernadores, a las 03:00 GMT de este miércoles.

SENADO		
	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
elejidos	12	19
ganancias o pérdidas	-8	+8
Senado saliente (4 escaños siguen en juego)	56	44

CAMARA DE REPRESENTANTES			
	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS	INDEPENDIENTES
elejidos	140	171	1
Cámara saliente (124 escaños siguen pendientes. La mayoría absoluta es de 218 escaños.)	258	178	1

GOBERNADORES			
	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS	INDEPENDIENTES
elejidos	7	20	
ganancias o pérdidas	-9	+10	-1
gubernadores salientes (6 pendientes)	29	19	2

Después de una de las campañas más disputadas, el demócrata Charles Robb logrará retener su banca, gracias en parte a la ayuda de una serie de personalidades republicanas que nunca «trataron» a North, entre ellos el otro senador por Virginia, John Warner, y la ex primera dama Nancy Reagan, quien vino desde California para asegurar a los virginianos que North era «un mentiroso que no merecía ser electo».

Los demócratas controlaban el Congreso con mayorías de 56-44 en el Senado y 256-178 en la Cámara de Representantes.

En las elecciones de este martes estaban en juego 35

bancas del Senado, la totalidad de 435 en la Cámara Baja y 36 de las 50 gobernaciones de Estado.

Si se confirma el control del Senado por los republicanos, el hombre en línea por antigüedad para ser presidente de la influyente Comisión de Relaciones Exteriores es el senador Jesse Helms, de Carolina del Norte, bien conocido en América Latina por su intransigente oposición a toda ayuda para países donde hayan sido confiscadas propiedades estadounidenses, como

Nicaragua.

El control republicano de una o las dos cámaras significará que toda ley propuesta por Clinton, incluyendo desde luego el presupuesto, tendrá que pasar por las horcas caudinas de la oposición.

En sus declaraciones a la radio, Clinton dijo que si perdía la mayoría en el Congreso tendría necesidad de negociar

con bipartidistas más responsables por ambas partes y prometió: «Yo haré mi parte, y rogamos a los otros hacer la suya, espere».

La portavoz de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, dijo también que el presidente está preparado para trabajar con ellos, y pensó cosa de los republicanos la forma de negociar.

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TÍTULO \_\_\_\_\_  
 PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
 FECHA DE RECEPCIÓN \_\_\_\_\_  
 VINCULACIONES \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

*Dijo que su avance "no representa mucha diferencia" en el Parlamento*

## Clinton prometió trabajar más estrechamente con la oposición

*El presidente Bill Clinton, enfrentando anoche la posibilidad de que su partido perdiera el dominio del Congreso, prometió trabajar más estrechamente con la oposición después de las elecciones de ayer.*

Aun así, afirmó que la victoria republicana no "representa mucha diferencia" en referencia a las fuerzas parlamentarias. En el jardín sur de la Casa Blanca mientras aún se desarrollaba el acto electoral, Clinton instó a los demócratas a acudir a las urnas para estas elecciones, que para muchos parecieron convertirse en un referéndum sobre su presidencia.

"En esta elección hay mucho en juego, como siempre hay en las elecciones de mitad de período presidencial, pero especialmente en ésta", dijo Clinton.

El dominio republicano de una o ambas cámaras del Congreso puede significar que los proyectos legislativos de Clinton tendrían que pasar por el "filtro" republicano.

Además, comisiones regidas por republicanos podrían concentrar investigaciones sobre ética en su administración.

Sus planes para la reelección en 1996 serían entorpecidos si los republicanos ganan suficientes contiendas gubernativas.

Al preguntarle radio ABC qué significaría una conquista republicana al resto de su término, Clinton respondió: "Bueno; no sé. Eso le tocará decidirlo al pueblo norteamericano". "Pero durante la mayor parte de los últimos 40 años hemos tenido gobierno dividido. Hemos tenido el Congreso en unas manos y la presidencia en otras. El pueblo norteamericano más bien se ha acostumbrado a eso. De modo que no sé qué representará una gran diferencia en tal sentido", dijo.

Hablando hipotéticamente en tanto los electores acudían aún a las urnas, el presidente dijo que su programa legislativo no sería alterado si los republicanos son mayoría en el Congreso.

"Pero tendré que tener más responsables esfuerzos bipartidistas, de todos los sectores", dijo Clinton.

"Yo pondré de mi parte y veremos a otros poner de la suya, eso espero", señaló el presidente.

### Referendo

El presidente del Partido Republicano, Haley Barbour, declaró que la batalla por el total de los 435 esca-

ños de la Cámara, 35 de los 100 del Senado y 36 de los 50 gobiernos estatales, significan "un referendo sobre la dirección en que Bill Clinton desea llevar al país".

Un asistente de Clinton dijo que el mensaje radiofónico presidencial pretendía alentar la mayor afluencia posible de votantes, en especial entre grupos minoritarios que tradicionalmente apoyan a los demócratas y que pueden significar la diferencia en varias contiendas muy disputadas.

Los encuestadores dicen que la impopularidad de Clinton, aparejada con la percepción de que es un demócrata tradicional que favorece el despilfarro gubernamental, pudo haber sido un factor determinante en el caso de muchos electores.

No obstante la prosperidad económica y recientes éxitos de Clinton en política exterior, el electorado demandó cambios y está azuzado por una perversa y negativa campaña publicitaria republicana.

"Los republicanos obtendrán victorias impresionantes apoyados en unas expectativas y un cinismo alto, un clima que no es el deseado para llegar a un cargo público", dijo el ex estratega republicano Kevin Phillips antes de la elección. ■ (De la redacción de El Observador en base a AP)

## Inmigrantes protestaron aun ayer contra la discriminación



LOS ANGELES - ACTIVISTAS, estudiantes, camioneros y obreros de toda California efectuaron un último día de protestas contra la Propuesta 187, una iniciativa sometida a votación para negar educación, atención médica y otros servicios estatales gratuitos a los inmigrantes indocumentados.

En San Pedro, un suburbio de Los Angeles, unos 60 enormes camiones de remolque participaron en una demostración organizada por la Asociación de Camioneros Latinoamericanos consistente en un convoy que recorrió las autopistas durante el día de ayer.

Una decena de estudiantes secundarios continuó por tercer día

una huelga de hambre en Oxnard, 80 kilómetros al oeste de Los Angeles.

Otros 1.000 estudiantes de una docena de escuelas de Los Angeles efectuaron sentadas y retiradas de las aulas.

La medida, si fuera aprobada en plebiscito y posteriormente convertida en ley, forzaría a profesores, médicos y asistentes sociales a denunciar a los inmigrantes ilegales.

Los dirigentes hispanos sostuvieron que estaba injustamente dirigida contra ellos.

La Policía del sur del estado trazó planes de contingencia para prevenir hechos de violencia, pero no se anticipan problemas en gran escala. ■ (AP)

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TÍTULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
FECHA DE RECIBO \_\_\_\_\_  
VINCULACIONES \_\_\_\_\_

# Obtienen los republicanos un firme respaldo

**En alzas la oposición podría pasar a dominar la Cámara de Representantes, cuyo presidente, el demócrata Tom Foley, perdería su escaño.**

WASHINGTON, 8 (AP).— Los republicanos, con el firme respaldo de votantes descontentos, se encaminaban esta noche a recibir una poderosa representación en la Cámara de Representantes e incluso tomar control del foro por primera vez en décadas.

En esa lucha, el propio presidente cameral, Tom Foley, no estaba seguro de obtener siquiera la reelección.

Foley, que ha representado a la zona oriental de Washington en la Cámara durante 30 años, se convirtió en símbolo de lo que los votantes desistaron: la continuidad en Washington. Tuvo como refador a George Nethercutt, un rival republicano con muy poca experiencia pero respaldado independientemente por grupos de interés como el National Rifle Association (la asociación de tiro) y proponentes de la limitación del período de funciones de los legisladores.

La última vez que los electores destituyeron a un presidente cameral fue antes de la Guerra Civil.

## Tendencia revertida

Encuestas a la salida de centros de votación realizadas por la Associated Press y cuatro cadenas de televisión indicaban una pareja división cuando se les preguntó a los votantes si habían votado por republicanos o demócratas a la Cámara.

Durante décadas, ese índice había favorecido ampliamente a los demócratas; la última vez en que los números estuvieron parejos ocurrió en los 50, cuando los republicanos obtuvieron la mayoría por última vez en la Cámara. La preferencia republicana era fuerte en el sur, un tradicional enclave demócrata, con una división de 50-40.

Los republicanos parecieron haber tenido éxito en hacer de estas elec-

ciones, por lo menos en parte, una especie de referéndum de la labor cumplida por el presidente Bill Clinton. La aprobación popular del presidente antes de estos comicios estaba ligeramente por debajo del 50 por ciento.

Esa campaña, dicen los analistas, tuvo un efecto particularmente evidente en el sur donde se había anticipado una realineación de las preferencias políticas.

Aparte del factor Clinton había una generalizada frustración con la incapacidad del gobierno de resolver los problemas nacionales, que se han estado acumulando durante años. Esa demanda de "cambio" empezó a tomar fuerza hace dos años, cuando los electores pusieron en la Cámara a 110 nuevos representantes, el mayor número de novatos en 44 años.

## Desilusión

"Se suponía que las elecciones de 1992 iban a cambiar las cosas para poner en movimiento el aparato de Washington", dijo Ken Rudin, editor de Hotline, una carta de noticias no partidista. "La percepción es que nada ha cambiado y que la gente está todavía más desilusionada".

Las encuestas preelectorales indicaban un profundo malestar público, pero la percepción era con frecuencia vaga y conflictiva.

Pese a que la economía está en crecimiento, muchos votantes se sentían incómodos sobre su propio futuro: algunos culpaban a Clinton, otros al gobierno en general que se había vuelto sumamente intruso y caro.

Los demócratas asistieron hoy a la votación con una ventaja de 256-178 sobre los republicanos en la Cámara. Hay también un independiente. Los demócratas han sido mayoría desde 1954, y se necesitaba un avance neto en 40 asientos para que los republicanos retomaran el control del foro.

Se esperaba que el aparente heredero de la presidencial cameral, Newt Gingrich, republicano de Georgia, sobreviviera al tenaz desafío que le presentó el ex representante demócrata Ben Jones.

## La lucha por el Senado

WASHINGTON, 8 (AP).— Los republicanos ganaron esta noche bancas demócratas en Ohio, Tennessee, Maine y Oklahoma, prometiendo reducir los impuestos y achicar la burocracia federal para obtener la mayoría en la Cámara alta que detentaron por última vez hace 8 años.

Una victoria republicana en el Senado devolvería esa presidencia al titular de Kansas Bob Dole y privaría al presidente Bill Clinton de la mayoría demócrata que disfrutó en los dos primeros años de su mandato.

El vicegobernador Mike DeWine aplastó al demócrata Joel Hyatt en Ohio, una de las nueve bancas vacantes.

También triunfaron Richard Lugar, por Indiana, y Connie Mack, reelegido en Florida frente al hermano de la primera dama Hillary Rodham Clinton.

Oliver North perdió ante el senador demócrata Chuck Robb en Virginia, y Edward Kennedy superó el reto del republicano Mitt Romney y retuvo su banca por Massachusetts.

## Luminarias en extinción

WASHINGTON, 8 (AP).— Los republicanos buscaron hoy conquistar su mayor número de gobernaciones estatales en varias décadas en un repunte nacional que empujó a luminarias demócratas en Nueva York, Texas y Florida al borde de la extinción política.

En Ohio, el gobernador George Voinovich ganó la reelección en una abrumadora victoria sobre el demócrata Rob Burch, siendo el primero de una serie de mandatarios republicanos en el noreste y el medio oeste que se esperaba ganaran por enormes mayorías.

Los nuevos resultados fueron también victorias de candidatos republicanos: Jim Edgar ganó en Illinois. Bill Graves, en Kansas. William Weld, en Massachusetts. John Engler, en Michigan. Frank Keating, en Oklahoma.

### Refidas contiendas

En Georgia, el gobernador demócrata Zell Miller, cercano colaborador del presidente Bill Clinton, estaba enfrascado en una refida contienda contra Guy Millner, quien buscaba convertirse en el primer gobernador republicano del estado desde el fin de la guerra civil norteamericana.

El gobernador de Florida, Lawton Chiles, luchaba por sobrevivir contra el retador republicano Jeb Bush, uno de dos hijos del ex presidente George Bush que se postularon para gobernaciones este año.

En otra refida contienda en Carolina del Sur, el republicano David Beasley intentaba conservar al estado en la columna de su partido contra el demócrata Nick Theodore.

Las encuestas de electores a la salida de las urnas, que revelaban tales refidas contiendas, fueron realizadas por la firma Voter News Service para The Associated Press y cuatro telecadenas.

### Expectativas crecientes

Las expectativas de los republicanos crecían en medio de oportunidades de ganar la primera mayoría de gobernaciones estatales para su partido desde 1970, cuando tenían 32, y de elevar a una nueva generación de dirigentes republicanos a encumbradas posiciones a través del país.

Algunos de los dignatarios demócratas más connotados corrían el riesgo de perder en las 36 contiendas gubernativas. Entre ellos:

• El tres veces gobernador de Nueva York Mario Cuomo, famoso por su intelecto y destreza como orador, pero también por su renuencia a postularse para presidente, ascender a la Corte Suprema de Justicia o hacer ninguna otra cosa que ser gobernador. El senador estatal George Pataki montó un recio desafío con un programa de reducción contributiva, dejando a Cuomo tenso hasta el final.

"Dios, permíteme comprender el resultado y lidiar con él", dijo Cuomo en una oración luego de emitir su voto.

• Ann Richards, la carismática gobernadora de picante oratoria de Texas, cuyo índice de popularidad permanecía cerca de 80 por ciento pero tuvo dificultades para rechazar un fuerte desafío de George W. Bush, hijo mayor del ex presidente.





Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEGENCIA

FECHA DE FOLIO

VINCULACIONES

Se registró un histórico retroceso demócrata en el Congreso 9/11 E.O.

## Clara disconformidad de los votantes con la gestión de Clinton definió comicios de EEUU

Washington - Los republicanos se encaminaban anoche a tener una poderosa representación en la Cámara Baja e incluso tomar el control de ella por primera vez en décadas. El escaño del propio presidente de la cámara, el demócrata Tom Foley, fue puesto en duda por los primeros cómputos.

A irados, enajenados, los votantes de Estados Unidos están torciendo la dirección del gobierno a la derecha. La última vez que los electores destituyeron a un presidente cameral fue antes de la guerra civil.

El presidente Bill Clinton anunció anoche que hoy en la tarde analizará los resultados electorales en una conferencia de prensa a la tarde. Los resultados demuestran que los republicanos tuvieron éxito en su estrategia de hacer de estas elecciones parciales un plebiscito de la gestión de Clinton.

Los votantes se habían enfurecido, como dice un adagio político estadounidense, y ayer salieron a desquitarse. Desquitarse con el presidente Bill Clinton, el auto-proclamado demócrata moderado a quien escogieron apenas dos años atrás para atenuar su frustración y revivir su economía.

Ahora las cosas van mejor, como Clinton ha dicho, una y otra vez. Sin embargo, al salir de los cen-



Demócrata contento

El veterano senador Edward Kennedy saluda junto a su familia. Logró retener su banca

tros de votación a través del país, muchos electores dijeron que temían al futuro, sin importar quién ganara.

En tempranas encuestas a la salida de los centros de votación realizadas por AP y las cuatro mayores cadenas estadounidenses de TV, al menos la mitad de los votantes

dijo que no estaba mejor económicamente que dos años atrás y casi un cuarto de ellos dijo sentir que estaba peor ahora.

El promedio de popularidad de Clinton en el oeste y el oeste medio del país era alrededor de 44%.

Era mayor en el este por casi la mitad y pésimo en el sur, 36%.

Los votantes también se desquitaban con los demócratas que han dominado el Congreso durante la mayor parte de la historia reciente.

"Los republicanos no han controlado el Congreso de Estados Unidos desde 1952", dijo el senador republicano Bob Dole.

"En aquel entonces (Dwight D.)

Eisenhower fue elegido presidente, los Dodgers seguían en Brooklyn, y un sello de correos costaba 3 centavos".

"Ciento cincuenta y cinco millones de norteamericanos han nacido desde la última vez que los republicanos dominaron el Congreso de Estados Unidos", dijo el líder de los republicanos en el Senado.

Tuvieron el Senado en su poder seis años, hasta 1986; la última vez que dominaron la Cámara fue 1954.

Nacionalmente, la división fue casi pareja cuando se preguntó a los votantes sus preferencias entre republicanos y demócratas para la Cámara de Representantes.

La paridad beneficiaría a los republicanos. El ascenso republicano en el sur fue dramático: 60 a 40%, según tempranas entrevistas a la salida de los centros electorales.

Era una jornada electoral para desquitarse de Washington, de los moradores de la faja capitalina, de protestar contra las campañas electorales negativas y desagradables que se convirtieron en lamentable norma en la contienda de mediados del término presidencial.

Desquitarse significaba castigar a los demócratas, torcer a la derecha, hacia los republicanos, a pesar de que éstos tuvieron su propio tipo de campaña negativa.

El estado de ánimo del pueblo, el malestar nacional, el calendario electoral, los números, las decisiones personales, todo ello se fundió para ahondar las dificultades de los demócratas.

Tenían que defender 22 escaños senatoriales, los republicanos sólo 13. Nueve senadores se retiraron, seis de ellos demócratas, incluso dos que habrían tenido garantizados nuevos períodos de seis años.

Y quien ganara los escaños disponibles, sin ocupantes, dominaría el nuevo Senado. Clinton y sus seguidores estaban preparados para ello. ■ (AP)

# Los Republicanos Logran el Control de Representantes Luego de 40 Años

10/11/EP

WASHINGTON, 9 (AP) - Los republicanos celebraron ayer las victorias que pusieron fin a 40 años de control demócrata en la Cámara de Representantes, y su nuevo líder prometió que buscará la presidencia en la próxima elección.

El representante Newt Gingrich, que asumirá la presidencia de la cámara baja en el próximo congreso. Esperemos hasta 1996 para hacer la campaña presidencial de 1996", dijo el legislador de Georgia.

Su antecesor, Tom Foley, reconoció hoy que perdió ayer ante el representante republicano George Nethercutt. "Felicito a George Nethercutt y le prometo el apoyo total de mi despacho en los dos meses de transición", expresó Foley en rueda de prensa en Spokane, Washington. Foley es el primer presidente de la Cámara de Representantes en funciones que pierde una elección desde 1860.

Los republicanos capturaron ayer al menos 226 escaños, ante al menos 189 de los demócratas. El único independiente de la Cámara Representantes fue reelegido y 9 contiendas no se habían definido todavía.

## MAS JUSTOS

Seremos mucho más justos que lo que los demócratas han sido durante toda su vida", dijo Gingrich a una multitud de simpatizantes tras ganar fácilmente la reelección para un período de dos años.

Los republicanos capturaron 48 escaños previamente en control de los demócratas, 18 de ellos en los estados del sur y fronterizos. A su vez los demócratas lograron arrebatarse a los republicanos apenas tres bancas, en Pennsylvania, Rhode Island y Maine.

La marea arrastró al ex presidente demócrata de la Comisión de Medios y Arbitrios, Dan Rostenkowski, veterano de 36 años en el Congreso que fue encausado en mayo por cargos federales de corrupción. Fue vencido por el republicano Michael Flanagan, un abogado apenas conocido.

Otro derrotado fue el poderoso presidente del comité de

Justicia Jack Brooks, quien había sido reelecto en 21 ocasiones. Brooks era el legislador de mayor permanencia en la Cámara de Representantes, que buscó la reelección.

Encuestas realizadas a la salida de las mesas de votación por la empresa Voter News Service indicaron que los republicanos tomarán control de la cámara por primera vez en 40 años.

Foley, que representó a la zona oriental de Washington en la Cámara durante 30 años, se convirtió en símbolo de lo que los votantes detestaron: la continuidad en Washington. Tuvo como retador a Nethercutt, un rival republicano, con muy poca experiencia pero respaldado independientemente por grupos de interés como el National Rifle Association (la asociación de tiro) y proponentes de la limitación del período de funciones de los legisladores.

## TOM BARLOW

En disputas que fueron observadas de cerca, el representante demócrata Tom Barlow, que buscaba su primera reelección, fue derrotado por el republicano Ed Whifield, un ex representante del estado. Otro demócrata debutante, Leslie Byrne, de Virginia, perdió ante el republicano Tom Davis, un funcionario del condado. El representante demócrata Jill Long de Indiana fue derrotado por el republicano Mark

Souder, y el novato David Mervin perdió en Ohio.

El demócrata Dick Swett de Nueva Hampshire perdió ante el republicano Charles Bass, un ex senador estatal. En Texas, el representante Bill Sarpalius, que fuera implicado en una pesquisa de financiamiento de campaña, perdió ante el republicano Mack Thornberry, un abogado.

El representante republicano Newt Gingrich, de Georgia, considerado el heredero a la dirección de su partido en la Cámara, sobrevivió fácilmente a un desafío del ex representante demócrata Ben Jones.

Durante décadas, las preferencias a la salida de los centros de votación habían favorecido ampliamente a los demócratas; la última vez en que los números estuvieron parejos ocurrió en los 50, cuando los republicanos obtuvieron la mayoría por última vez en la Cámara. La preferencia republicana era fuerte en el sur, un tradicional enclave demócrata, con una división de 60-40.

Los republicanos parecían haber tenido éxito en hacer de estas elecciones, por lo menos en parte, una especie de referéndum de la labor cumplida por el presidente Bill Clinton. La aprobación popular del presidente antes de estos comicios estaba ligeramente por debajo del 50 por ciento.

Esa campaña, dicen los analistas, tuvo un efecto particularmente evidente en el sur donde se había anticipado una reelección de las preferencias por Clinton.

Parte del factor Clinton había sido una generalizada frustración con la incapacidad del gobierno de resolver los problemas nacionales, que se han estado acumulando durante años. Esa demanda de "cambio" empezó a tomar fuerza hace dos años, cuando los electores pusieron en la cámara a 110 nuevos representantes, el mayor número de novatos en 44 años.

Se suponía que las elecciones de 1992 iban a cambiar las cosas para poner en movimiento el aparato de Washington, dijo Ken Rudin, editor de Hotline, una carta de noticias no partidista. "La percepción es que nada ha cambiado y que la gente está todavía más desilusionada".

Las encuestas preelectorales revelaron un profundo malestar público, pero la percepción era con frecuencia vaga y confusa. Pese a que la economía está en crecimiento, muchos votantes se sentían incómodos sobre su propio futuro; algunos culpaban a Clinton, otros al gobierno en general que se había vuelto sumamente intruso y caro.

## Republicanos recuperaron varios estados

ELIE-O.

LOS REPUBLICANOS BUSCARON ayer conquistar su mayor número de gobernaciones estatales en varias décadas en un repunte nacional que empujó a luminarias demócratas en Nueva York, Texas y Florida al borde de la extinción política.

En Ohio, el gobernador George Voinovich ganó la reelección con una abrumadora victoria sobre el demócrata Rob Burch, siendo el primero de una serie de mandatarios republicanos en el nordeste y el medio oeste que se esperaba ganaran por enormes mayorías.

En Georgia, el gobernador demócrata Zell Miller, cercano colaborador del presidente Bill Clinton, estaba enfrascado en una reñida contienda contra Guy Millner, quien buscaba convertirse en el primer gobernador republicano del estado desde el fin de la guerra civil estadounidense.

El gobernador de Florida, Lawton Chiles, luchaba por sobrevivir contra el retador republicano

Jeb Bush, uno de los dos hijos del ex presidente George Bush que se postularon para las gobernaciones este año.

En otra reñida contienda en Carolina del Sur, el republicano David Beasley trataba de conservar al estado en la columna de su partido contra el demócrata Nick Theodore.

El análisis de los resultados de las encuestas hechas a la salida de los centros de votación y los cómputos de sufragios de condados y distritos claves indicaban que estos candidatos libraban apretadas pugnas.

Las encuestas de electores a la salida de las urnas fueron realizadas por la firma Voter News Service para The Associated Press y cuatro telecadenas.

Las expectativas de los republicanos crecían en medio de oportunidades de ganar la primera mayoría de gobernaciones estatales para su partido desde 1970, cuando tenían 32, y de elevar a una nueva

generación de dirigentes republicanos a encumbradas posiciones a través del país.

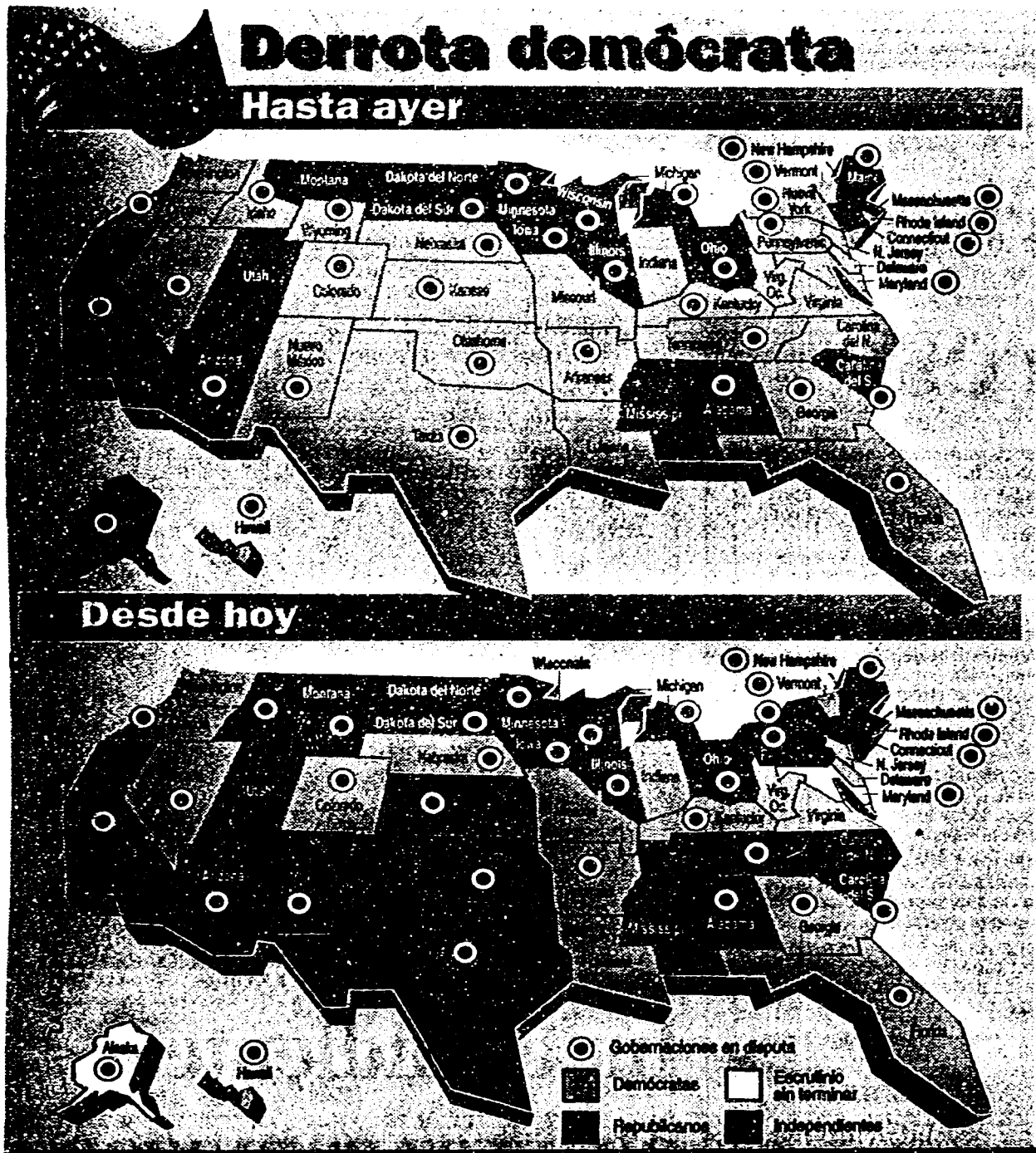
Algunos de los dignatarios demócratas más relevantes corrían el riesgo de perder en las 36 contiendas estatales en juego.

Entre ellos: el tres veces gobernador de Nueva York Mario Cuomo, famoso por su intelecto y destreza como orador pero también por su renuencia a postularse para presidente, ascender a la Corte Suprema de Justicia o hacer ninguna otra cosa que no fuera ser gobernador.

El senador estatal George Pataki montó un recio desafío a Cuomo con un programa de reducción impositiva.

Ann Richards, la carismática gobernadora de picante oratoria de Texas, cuyo índice de popularidad permanecía cerca del 60% tuvo dificultades para rechazar un fuerte desafío de George W. Bush, hijo mayor del ex presidente. ■ (AP)

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TÍTULO \_\_\_\_\_  
 PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
 FECHA DE \_\_\_\_\_  
 VINCULACIONES \_\_\_\_\_



## Cara y ceca de los hermanos Bush

AUSTIN, 9 (AP).— Habrá un solo gobernador Bush. Se trata de George W. Bush, electo en Texas e hijo de George Bush, el ex presidente republicano.

George W. venció por nutrida mayoría a la gobernadora demócrata Ann Richards, mientras que su hermano Jeb perdió por estrecho margen la contienda para gobernador de Florida ante el titular demócrata Lawton Chiles.

George W., de 44 años, acaso condujo la mejor de las dos campañas o sencillamente se postuló contra una titular ligeramente más vulnerable.

Los votantes en ambas elecciones dijeron que el crimen era su mayor preocupación y George W. pareció

responder mejor a dicha inquietud que su hermano.

También se benefició del apoyo de los votantes masculinos en una pugna contra una mujer, algo que no fue factor en la elección de Florida.

### Segundo gobernador

"Creo que la diferencia fue mi deseo de obrar cambios en la educación, la justicia juvenil y los programas de bienestar público —dijo George W. Bush—. Creo que los texanos se percataron de eso."

El hijo mayor del ex presidente será apenas el segundo gobernador republicano de Texas desde la guerra civil norteamericana.

Bush W. tenía el 53 por ciento contra el 46 para Richards.

En Florida, Chiles ganó con el 51 por ciento contra el 49 para Jeb Bush.

### Figuras de monta

Ambos hijos probaron ser figuras políticas de monta.

Aunque Jeb Bush perdió, dio a Chiles la más enconada lucha de la larga carrera política del titular demócrata.

Chiles, que sirvió tres términos en el Senado nacional y fue elegido para un segundo mandato anoche, tuvo nutrido apoyo entre los votantes ancianos, las mujeres y los negros, según una encuesta realizada a la salida de las urnas. Jeb Bush, de 41 años, contó con apoyo notablemente sustancial entre el electorado de ascendencia cubana.



Nº. DOCUMENTO 9500582

TÍTULO ESTADOS UNIDOS: VICTORIA DE LOS REPUBLICANOS EN ELECCIONES

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROCEDENCIA 10/11/94

VINCULACIONES 65880 → 11921

11164

11437

11302

El mandatario queda prácticamente inoperante por su minoría parlamentaria 10/11E.O.

## El fracaso demócrata obligará a Clinton a gobernar con un Congreso hostil hasta 1996

La arrolladora victoria del Partido Republicano en las elecciones celebradas el martes en Estados Unidos suponen un grave revés para el presidente

Bill Clinton, que deberá gobernar con un Congreso hostil los próximos dos años.

La derrota demócrata coloca, además, a Clinton en muy mala posición de cara a las elecciones presidenciales de 1996, y merma sus posibilidades de conseguir la reelección.

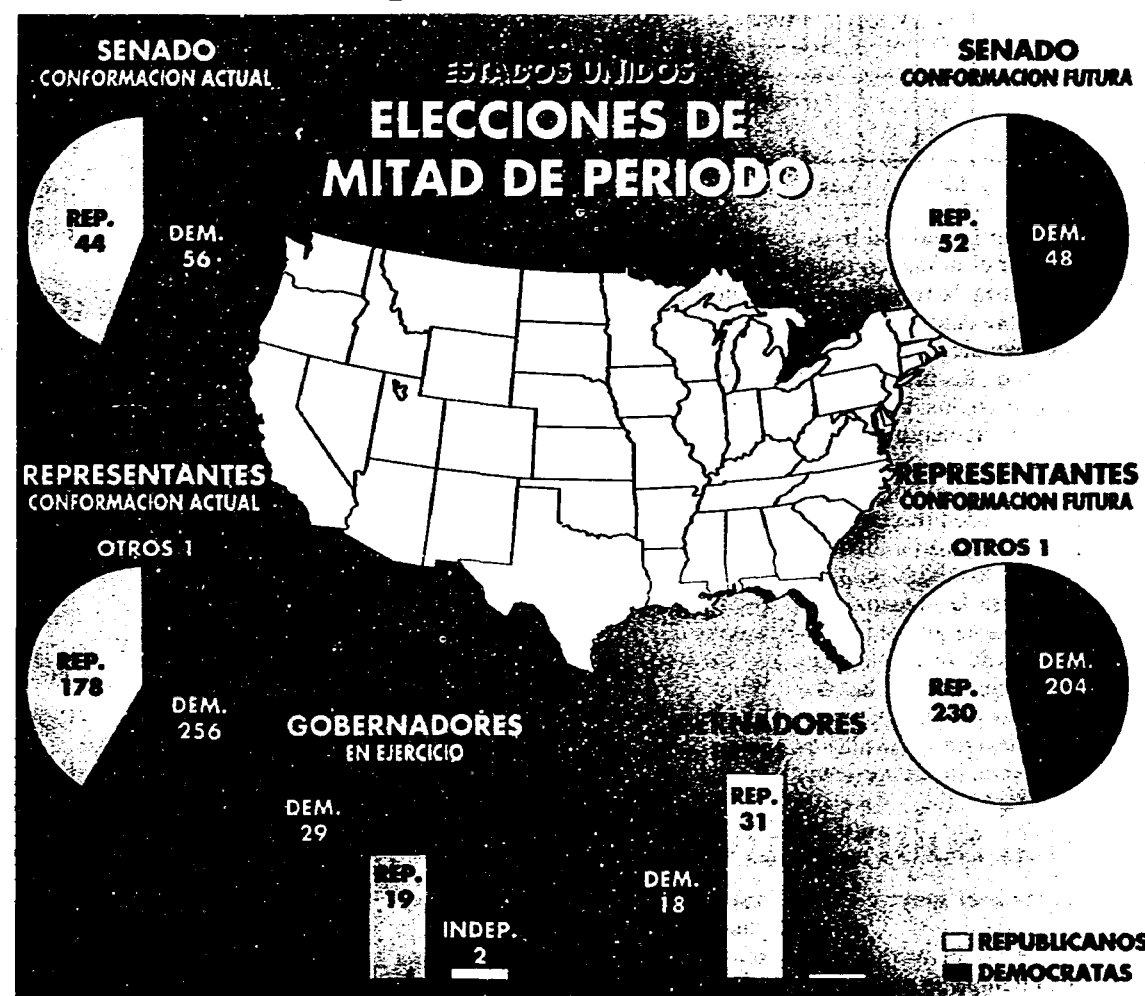
Los republicanos han tomado el control de las dos cámaras del Congreso y de los gobiernos de los principales estados de la Unión, su mejor resultado desde que, en 1946, cuando era presidente el demócrata Harry Truman, ganaron la mayoría en el Senado y en la Cámara de Representantes.

El presidente no se dejó ver la noche de las elecciones.

Se quedó en los apartamentos privados de la Casa Blanca, desde donde siguió los comicios por televisión.

La portavoz de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, adelantó, sin embargo, que lo que ahora querrá Clinton —que “es el presidente de todos los estadounidenses”— es “tender la mano a los republicanos”.

El líder del grupo republicano



en el Senado, Robert Dole, también ha manifestado su disposición a cooperar, y afirmó, hace unos días, que su primera llamada, tras la victoria, sería para el presidente.

Según los analistas, Clinton po-

dría cooperar con los republicanos moderados para sacar adelante algunos proyectos, como una reforma sanitaria más moderada que su ambicioso plan inicial, o algunas reformas del sistema electoral y de la Administración.

No obstante, muchos de los miembros del nuevo Congreso forman parte del ala radical del Partido Republicano, y su máximo exponente, Newt Gingrich, anunció, radiante, en la noche de la victoria republicana que su partido “tiene

un contrato con EEUU” que piensa cumplir.

“Contrato con América” es el nombre de un programa, ideado principalmente por Gingrich, que prevé recortar en 208.000 millones de dólares los impuestos federales cada año y, simultáneamente, equilibrar los presupuestos del Estado de aquí al año 2003, gracias, en parte, a recortes en los programas de asistencia social.

Los republicanos tratarán también de que prospere una nueva versión de la ley anticrimen —uno de los grandes proyectos aprobados durante la primera mitad del mandato de Clinton—, que elimine fondos para los programas sociales de prevención, endurezca las medidas represivas y evite nuevas limitaciones a la venta de armas.

Las encuestas hechas antes de los comicios indicaban que, a pesar de que la economía vuelve a funcionar y de los éxitos de Clinton en política exterior, los estadounidenses estaban irritados por la impotencia de los políticos ante problemas de carácter social, como la delincuencia o el deterioro de la familia.

Ante esta situación, resulta difícil imaginar cómo un Clinton con un poder hipotecado va a conseguir la reelección en 1996 si ahora, a pesar de sus éxitos, su partido ha sufrido una derrota de proporciones casi históricas.

Una de las soluciones —comentan medio en broma los analistas— sería que Clinton recurriera a la táctica utilizada en 1946 por Truman, después de perder doce escaños en el Senado y 55 en la Cámara de Representantes.

Truman, a quien Clinton admira mucho, fue reelegido en 1948 porque convenció al electorado de que los republicanos eran unos obstruccionistas que no le dejaban gobernar. (De la redacción de El Observador, en base a fuentes de EFE)

Nº. DOCUMENTO.....  
TÍTULO.....  
PRECEDENTE.....  
FECHA DE PUBLICACIÓN.....  
VARIABLES.....

## La Cámara de Representantes será una real pesadilla para el gobierno

WASHINGTON- PARA LOS demócratas, su peor pesadilla se ha tornado realidad. Después de pasar la mayor parte de su carrera atacando su institución, el representante republicano Newt Gingrich pasa a comandarla.

El exuberante legislador de Georgia está destinado a presidir la Cámara de Representantes, en reemplazo del demócrata Thomas Foley. Desde que llegó a Washington en 1979, en un discurso tras otro, Gingrich ha sido un duro censor de los demócratas.

Los demócratas han mantenido el control de la Cámara durante cuatro décadas. Ahora los republicanos serán quienes presidan los comités, controlando qué proyectos pasan a debate, en qué forma, y cuándo.

El legislador presidirá la Cámara en busca de su "Contrato con Estados Unidos" que postuló

el mes pasado.

El "Contrato" firmado por 350 republicanos es una promesa de debatir y votar en los primeros 100 días de una cámara dominada por su partido, varias medidas buscadas por los conservadores.

Entre ellas se hallan una enmienda para un presupuesto equilibrado, una legislación contra el delito incluyendo límites para las apelaciones contra la pena de muerte y más dinero para prisiones, límite de los beneficios de bienestar social a dos años, límites de períodos para los legisladores.

Cabe esperar fuertes enfrentamientos entre el Ejecutivo y el Legislativo, pues los signatarios del "Contrato" difieren radicalmente con el presidente sobre cuestiones de presupuesto, sobre la reforma de la sanidad o sobre las ayudas sociales. ■ (AP)

## El más acérrimo crítico del presidente liderará el Senado

EL CONTROL DEL Senado por parte de los republicanos colocó ayer al próximo presidente de la cámara, Robert Dole, en la posición ideal para competir por la primera magistratura estadounidense frente a Bill Clinton en 1996.

Dole, senador por el estado de Kansas, volverá a ocupar el cargo de líder de la mayoría, que entregó cuando los demócratas retomaron el control del Senado en 1986.

Es una perspectiva que de seguro sacudirá a la Casa Blanca, tomando en cuenta el historial de Dole como líder de la minoría republicana durante los dos primeros años de la presidencia de Clinton, cuando se convirtió en el crítico más duro del mandatario.

Sin embargo, pese a que los republicanos ganaron el martes los escaños necesarios para llevar las riendas del Senado, Dole se mostró conciliatorio al señalar que están dispuestos a trabajar

con el presidente Clinton.

"Tenemos el propósito de trabajar con el presidente porque solamente tenemos un presidente a la vez", dijo Dole.

No obstante, los republicanos interpretan los resultados electorales como un rechazo a los programas de Clinton y un voto a favor de una menor injerencia del gobierno en la vida del ciudadano.

Es por ello que promoverán sus propios programas, como una enmienda a la Constitución para equilibrar el presupuesto y modificaciones a la ley contra la delincuencia aprobada en la sesión anterior.

Dole ha asumido la posición de portavoz del Partido Republicano y crítico acérrimo de Clinton en temas como Haití y Bosnia.

Dole, de 71 años, no ha dicho si pretende postularse a la nominación de su partido a la presidencia, pero actúa como alguien que tiene

aspiraciones de llegar a la Casa Blanca.

Robert Dole, nacido el 22 de julio de 1923, fue electo para la asamblea legislativa de Kansas en 1951.

En 1960 logró llegar a la Cámara de Representantes del Congreso de Estados Unidos y en 1968 se convirtió en senador.

Cuando comience la 104 sesión del congreso, Dole tomará el timón del senado por segunda vez en su carrera parlamentaria de 33 años. Lo hará con una cámara de representantes mucho más conservadora, y sin descartar su posible candidatura presidencial para 1996.

Ha tenido cuatro períodos en la cámara de representantes y cinco en el senado pero todavía no ha conquistado a los votantes como para ser presidente. ■ (De la redacción de El Observador, en base a fuentes de Reuter).

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 10/11/84

VINCULACIONES 658 PO.

# "SOY PARTE DE LA CULPA PERO SIGO PRESIDENTE" DICE CLINTON

WASHINGTON, 9 (AP) — El presidente Bill Clinton dijo hoy que está listo para "buscar formas" de cooperación entre su gobierno y la nueva mayoría republicana, pero advirtió que no tolerará intento alguno de paralizar el proceso de recuperación económica de la nación. "No permitiremos el retorno a las políticas que ya fracasaron", dijo un apenado pero desafiante Clinton, al referirse a la espantosa derrota que sufrió su partido ante la oposición republicana, y por la cual admitió también parte de la responsabilidad. "Anoche, los votantes no solo votaron por cambios radicales; también demandaron que un Congreso con más igualdad de fuerzas trabaje junto al presidente", dijo tratando de explicar la pérdida democrática de Cámara y Senado.

Clinton, que habló con un semblante visiblemente afectado por la derrota, dijo que si bien han cambiado las condiciones para la vida política en Washington, "no se deben paralizar" sus reformas, particularmente en el campo económico.

Los republicanos habían presentado esas elecciones como un referéndum a los programas económico y social de la administración demócrata y dijeron que al haber logrado la victoria era el rechazo popular implícito al gobierno de Clinton.

"No lo creo así", dijo Clinton. "Seguiremos trabajando por lo que hemos planteado en nuestro programa de gobierno hace dos años: reforma del sistema de salud, seguridad en las calles y educación".

Los republicanos controlan por primera vez el Congreso en 44 años. Su victoria se produjo dos años después de que Clinton subió al poder con una promesa de cambio.

Como si la derrota demócrata no hubiera sido bastante, el senador Richard Shelby anunció que se pasaba a las filas republicanas, que tienen ahora 53 escaños contra los 47 de sus rivales.

"Estoy cambiando de partidos para unirme al partido de la esperanza para Estados Unidos", dijo Shelby, que fue elegido en 1986.

Ante una pregunta de que si la banda republicana era un repudio a su política, Clinton reiteró que se merece parte de la culpa. "Soy el presidente", dijo.

Interpretó los resultados como un deseo de los electores de lograr "un gobierno más reducido, que les dé más por sus dólares".

Clinton lamentó que sus logros no hayan tenido tiempo de mejorar la vida de los ciudadanos.

"Deploro que algunos de los que perdieron son individuos que contribuyeron a mejorar esta país", dijo el mandatario en un discurso de despedida a correligionarios demócratas.

Clinton dijo que si él hubiera participado en las elecciones hubiera sido un "feroz defensor de lo que hemos hecho". Ello pareció una crítica indirecta hacia los demócratas que desertaron del partido o que criticaron su desempeño en el gobierno en lugar de promover sus logros.

No obstante, Clinton dijo que la voz de los electores se escuchó con claridad. "Ellos son los que están a cargo, todos trabajamos para ellos, y cada uno de nosotros recibió el mensaje. Tenemos que pensarlo, analizarlo, hacer una pausa y seguir adelante", agregó.

Acercó del programa de gobierno esbozado en la campaña republicana, Clinton dijo que estaba de acuerdo con la posibilidad del veto por cláusulas, que podría ayudar a reducir el déficit.

Y agregó que si bien se oponía a otros aspectos del programa, dijo que intentaría alinear sus diferencias con la nueva jefatura republicana.

"Deseo colaborar con ellos", dijo. Agregó que la equidad fiscal era algo que también compartía con los republicanos, la cuestión era buscar la fórmula ideal para pagar por ella.

Uno de los titanes demócratas, Tom Foley, reconoció hoy que perdió ante el debutante político republicano George Nethercutt en su distrito congresional del estado de Washington. Foley es el primer presidente de la Cámara de Representantes que pierde su cargo desde 1860.

El combativo Newt Gingrich, un conservador que seguramente será instalado como presidente de la cámara baja en enero, y Bob Dole, el próximo líder de la bancada mayoritaria en el senado, compartirán el poder con Clinton.

Ambos dijeron hoy estar dispuestos a trabajar junto con la nueva minoría demócrata, que también se hizo extensiva a las

cámaras estatales. Los republicanos tienen mayoría de gobernaciones por primera vez en 24 años.

Se calcula que votaron unos 75 millones de personas, o el 39 por ciento de los electores inscritos, dijo el Centro para el Estudio del Eleccionado, con sede en Washington. En las elecciones bionales de 1990, en la mitad del período presidencial de George Bush, la concurrencia fue del 36 por ciento.

Gingrich dijo que consideraba sus nuevas responsabilidades como "una obligación muy seria y solemne". Pero de todos modos sigue comprometido a aplicar los términos de su "Contrato con Estados Unidos" para reducir tanto los impuestos como el papel del gobierno federal.

Dole consideró la elección como "un voto de censura al programa de Clinton". Hoy, el legislador republicano de Kansas dijo que diría a Clinton que "por cierto estamos dispuestos a trabajar con usted".

En el Senado, los republicanos obtuvieron un avance neto de ocho bancas. En una de las elecciones más disputadas, la senadora demócrata Dianne Feinstein resistió el desafío del novato político y millonario Michael Huffington en California.

Los republicanos capturaron 56 bancas que tenían los demócratas en la cámara de representantes, mientras que los demócratas apenas lograron cuatro escaños de los republicanos. Estas fueron bancas vacantes, y ningún titular republicano perdió.

"Va a ser más difícil gobernar", dijo el senador demócrata Bob Kerry, que sobrevivió pese a que apoyó la prohibición de las armas automáticas.

El gobernador de Nueva York, Mario Cuomo, un símbolo de los liberales, perdió luego de tres períodos en el poder. También perdió en Illinois el representante Dan Rostenkowski, que enfrenta cargos federales por corrupción.

El titular del comité judicial en la cámara, Jack Brooks, de Texas, con 21 períodos el legislador más longevo en busca de reelección, perdió el cargo. Algunos votantes se resistieron de que su comité hubiese aprobado una prohibición a las armas automáticas.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 10/11/94

VINCULACIONES 65890

# El liberalismo extremo, una de las razones de la caída

Por Fernán Saguier

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

**Otro: las medidas del gobierno encontraron fuerte oposición en los Estados sureños, tradicionales bastiones demócratas, los seguidores de Perot y el electorado independiente.**

WASHINGTON.- La histórica derrota sufrida por el oficialismo constituye un franco vuelco del electorado hacia la derecha y representa un serio golpe para las aspiraciones reelectorales del presidente Bill Clinton para 1996.

Lo esperan dos años de gobierno con un Congreso adverso y, lo que es peor aún, se ha ganado el indistinto rencor de las entrañas del partido, que lo responsabiliza por la mayor tragedia electoral de las últimas cuatro décadas.

Contrariando lo que anticipaban las encuestas, los ciudadanos norteamericanos no repartieron el tan previsto voto "antincumbents" (es decir, contra los que buscaban la reelección) por igual.

Lo comprueba el hecho de que ninguno de los diputados, senadores y gobernadores republicanos que arriesgaba su banca la perdió.

En cambio, los demócratas resignaron posiciones a lo largo de todo el territorio, con algunas derrotas impresionantes: Texas y Pensylvania, por ejemplo, y otras escandalosas, como la que sufrieron en Tennessee. Estado del vicepresidente Al Gore.

¿Qué refleja esto? Una virulenta insatisfacción callejera hacia Clinton, sus políticas liberales, el Partido Demócrata y Washington en general.

La gente emitió un claro mensaje hacia sus gobernantes. Les señaló

su disgusto con los aumentos impositivos, pidió un gobierno más pequeño y con menos injerencia en sus asuntos cotidianos y se pronunció en favor de las limitaciones en sus mandatos.

Esa fue precisamente la agenda propuesta por la hábil oposición conservadora, similar a la de las mejores épocas del gobierno del ex presidente Ronald Reagan, la que mediante el llamado "Contrato para América" acertó con la demanda ciudadana.

"La población siente que sus problemas diarios no están siendo resueltos por el gobierno. Percibe que los intereses especiales controlan el poder. Desde Washington se insiste con que la economía hizo un boom, pero la gran mayoría no lo vive así", explicó a LA NACION el analista de la American University James Thurber.

El diario The Washington Post opinó ayer que el brusco aviso golpea al titular de la Casa Blanca con dramática elocuencia: hoy más que nunca Clinton se ve a sí mismo como una interrupción temporal del dominio republicano comenzado en 1978.

## Contra el ultraliberalismo

La victoria de candidatos republicanos en los Estados del Sur parece indicar la antipatía que en esos reductos, tradicionalmente demócratas, generaron ciertas iniciativas ultraliberales tales como el apoyo federal al aborto y la admisión de gays y lesbianas en las fuerzas armadas.

El vuelco hacia la derecha se contagió también a los votantes independientes.

Según las especulaciones de la prensa, el 65 por ciento de los veinte millones de votantes que hace dos años se alinearon detrás

de Ross Perot consideraron excesiva la audacia del oficialismo, inclinándose por la oposición.

Mark Mellman, miembro de la consultora Mellman & Lazarus, explicó que la catástrofe demócrata deja al desnudo tres tipos de crisis: una económica, donde los grandes números no se corresponden con la sensación callejera; otra cultural, expresada a través de la declinación de los valores familiares, el auge del crimen y el deterioro del medio ambiente, y una última, política, donde se impone un nivel de cinismo y enojo hacia los gobernantes que no tiene precedente.

"Asumo mi responsabilidad. La gente no sintió el progreso conquistado", admitió ayer Clinton.

El arkaniano entra debilitado en la segunda mitad de su período, en la que siempre los presidentes evitan iniciativas que signifiquen un desafío a la opinión pública y tratan de juntar fuerzas para preparar el camino de la reelección.

A los republicanos no les aguarda un camino fácil. Una vez que concluyan los brindis por tan resonante éxito, deberán ingeniar sables para recortar el presupuesto sin afectar los beneficios sociales. Cruzada nada sencilla que comprobará si sus propuestas cuentan con respaldo o si fueron un mero producto de la demagogia.

Si algo confirmó esta elección es que aquí tampoco existen los votos cautivos.

Con la responsabilidad que significa asumir las riendas de un Congreso desprestigiado, si la oposición no logra las respuestas que espera la gente, en dos años puede hallarse en el mismo amargo sifio que ocupan hoy los demócratas: sumergidos en café, afónicos, hondos ojeras y pretendiendo encontrar las razones de semejante cachetazo.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 11/11/84

VINCULACIONES 65880

## El drástico giro en los Estados Unidos 11/11 E.C.

**E**l vuelco mayoritario de los norteamericanos hacia la oposición republicana fue más allá de lo esperado en las elecciones de mitad de período presidencial convocadas para renovar legisladores federales y estatales, gobernadores y cargos locales.

Los resultados de estos comicios, a los que se sumaron los pronunciamientos en una amplia gama de referendos convocados simultáneamente en varios estados, ofrecen una multifacética muestra de las mutaciones económicas, socioculturales y demográficas que están ocurriendo en los Estados Unidos y de cómo procesan estos cambios profundos los distintos sectores de la población.

El esperado beneficiario de este voto de protesta destinado a conmover el camino seguido por Bill Clinton es un Partido Republicano radicalizado hacia la derecha, que alcanzará una mayoría en las dos Cámaras por primera vez en cuarenta años y se alza con gran parte de las gobernaciones en juego. Pero el electorado encontró también una oportunidad para traducir un estado de ánimo marcadamente defensivo frente a lo que visualiza como amenazas sociales e inseguridades de diversa índole, y distanciándose críticamente del manejo de los asuntos públicos y el funcionamiento de sus instituciones representativas. Un elevado abstencionismo y una campaña rayana en el cinismo fueron, a la vez, indicadores claros de disconformidad en franjas que no encontraron motivación para acudir a las urnas.

Aun exhibiendo indicadores económicos favorables, Clinton recibe una factura recargada por las promesas que no pudo concretar, como el seguro de salud, y un progresismo en los gestos, actitudes e iniciativas que parece haber encrespado los núcleos más conservadores de la moral media de su país.

La aprobación de la "propuesta 187", que pretende retirar los servicios sociales a los inmigrantes indocumentados en California, es una clara reversión del principio de "acción positiva" del Estado en favor de las minorías que acompañó el ascenso de los demócratas hace dos años. Ahora, la "acción positiva" que se les reclama a los gobernantes y legisladores es el recorte del gasto, el rigor fiscal y policial, y un espíritu moralizante.

Las consecuencias de esta contundente doble protesta —contra los gobernantes demócratas y de descontento hacia la dirigencia política tradicional— pueden resultar paradójicas.

El desplazamiento horizontal en la superficie bipartidista pondrá en movimiento una dinámica característica de sus tradiciones políticas: el equilibrio y contrapeso de los poderes Ejecutivo y Legislativo. Pero esta votación fue expresiva, al mismo tiempo, de una potencial coalición impugnadora de estas tradiciones.

Seguramente deberán hallarse fórmulas políticas imprevistas y de compromiso para resolver este atolladero que tendrá, asimismo, una inevitable repercusión en la política exterior y hemisférica desarrollada hasta el presente desde Washington.

La satisfacción en los medios financieros internacionales y la preocupación en los países centroamericanos y en México reflejan el contraste existente. Si las estrategias de impulso a la integración de mercados y expansión de la democracia marcharon hasta ahora con luces y sombras, se abren algunos interrogantes sobre su futuro, y tanto la aprobación del GATT como la próxima Cumbre de las Américas pueden acusar recibo de una eventual tendencia al aislacionismo.

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TITULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA 150014  
FECHA DE PROCEDENCIA 11/11/84  
VINCULACIONES 65890

La democracia estadounidense no convocó  
a los electores

**EEUU: MAS ABSTENCIONES  
QUE VOTOS EMITIDOS**

*La abstención superó ampliamente a la participación electoral, como es ya tradicional en Estados Unidos, en los comicios del pasado martes, en los que votó el 38,7 por ciento del censo.*

La conmoción causada por la gran victoria republicana en las elecciones fue, por tanto, provocada por cuatro de cada diez estadounidenses con derecho a voto, según los datos sobre participación.

Curtis Grass, director del comité de Estudio del Electorado estadounidense, explicó que la participación fue del 38,7 por ciento, la más alta desde las elecciones de 1982 cuando votó el 40 por ciento.

En las últimas elecciones legislativas parciales estadounidenses, en 1990, la abstención fue del 63,5 por ciento.

Según los cálculos de Grass, este año votaron entre 71 y 75 millones de ciudadanos y otros

100 millones se quedaron en casa.

La disputa electoral que más atrajo a los votantes fue la del escaño para el Senado de Virginia, al que aspiraban el republicano Oliver North y el demócrata Charles Robb, quien finalmente lo obtuvo por el 46 por ciento de los votos.

La participación en Virginia fue del 41 por ciento, 18 puntos más que en las últimas elecciones bianuales.

Sin embargo, en California y Texas, estados donde se gastaron enormes cantidades de dinero en propaganda electoral y los asuntos a decidir eran de gran importancia, la abstención fue muy alta.

Sólo votaron el 34 por ciento de los californianos y el 33 por ciento de los texanos.

Los republicanos consiguieron la mayoría absoluta en ambas cámaras del Congreso y, al menos, 29 de los puestos de gobernador de los 50 estados del país.

06-06

9500582



Nº. DOCUMENTO 9500583

TÍTULO EE.UU: CLINTON deberá gobernar sin poder en el Congreso.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDIMIENTO 10/11/94

VINCULACIONES 65890 - 11921

11164

11302

11437

11837

11304

El mayor desafío del presidente Bill Clinton será a partir de ahora intentar salvar su agenda legislativa, pero en los comicios del martes su partido perdió el control del Senado, de la Cámara de Representantes y la mayoría de las gobernaciones en juego. Quedó así maniatado por el Partido Republicano, cuyas principales figuras bloquearán sin piedad cada uno de sus pasos, para intentar consolidar la carrera presidencial de esa agrupación con vistas a los comicios de 1996. En una rueda de prensa, el abrumado mandatario reconoció su parte de responsabilidad en la derrota, pero advirtió que seguirá aplicando su programa y que no debe entenderse el revés como un voto en contra de su gestión sino para equilibrar el Congreso.

MÁS INFORMACIÓN EN:  
LAS PÁGINAS 4 A 8

HASTA EL FIN DE SU MANDATO TENDRÁ

# Clinton deberá arriba por

Agencia Reuter

## EL NUEVO CONGRESO

### CAMARA DE REPRESENTANTES

	ANTES	AHORA
Partido Republicano	178	230
Partido Demócrata	256	204
Independientes	1	1

### CAMARA DE SENADORES

	ANTES	AHORA
Partido Republicano	44	57
Partido Demócrata	56	43

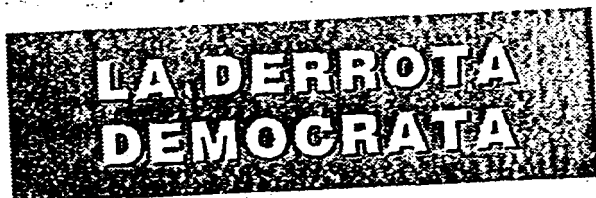
Los norteamericanos dieron la espalda al presidente Bill Clinton y dejaron a los republicanos con el control de la Cámara de Representantes tras 40 años de dominio demócrata y de la Cámara de Senadores tras 8 años de mayoría oficialista.



Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO  
PROCEDENCIA  
FECHA DE PUBLICACIÓN  
VINCULACIONES

AMBAS CAMARAS EN PODER DE LOS REPUBLICANOS

# gobernar cuesta dos duros años



## Clarín EN BOSTON

BOSTON 9 (Enviado especial). - El presidente Bill Clinton inició hoy la marcha forzada, cuesta arriba de los dos años que le restan de gobierno, sin poder en el Congreso y maniatado por la aplastante derrota que le infligió el Partido Republicano en las elecciones de ayer que lo obligarán a una desgastante negociación.

Para los analistas, la capacidad de maniobra de Clinton que perdió el control del Senado, de la Cámara de Representantes y la mayoría de las gobernaciones en juego quedó gravemente limitada.

El nuevo Congreso dominado por los republicanos anuncia malos tiempos para los dos años de gobierno que le quedan a Bill Clinton antes de afrontar nuevas elecciones en noviembre de 1996. Para recuperar la popularidad perdida tiene que tratar de poner en marcha su agenda legislativa que, sin duda, será bloqueada sin piedad por los republicanos.

Lo que es peor, el mandatario que hoy en una rueda de prensa admitió su parte de responsabilidad

en el cataclismo electoral, arrastró a la derrota a figuras centrales y casi simbólicas de los demócratas, entre ellos el gobernador de Nueva York, Mario Cuomo y la de Texas, Ann Richards.

En realidad el electorado norteamericano envió en los comicios de ayer un poderoso mandato de cambio al gobierno de Clinton.

Pero la gran pregunta es hasta qué punto su administración podrá manejar la crisis con alguna cuota cierta de liderazgo.

La debacle electoral la causó una minoría del electorado. El presentismo estuvo por debajo del 40 por ciento, similar al

36,6 por ciento que votó en los comicios de medio término en 1990, durante el gobierno de George Bush.

Algunos datos históricos muestran con claridad el impacto de lo que ocurrió ayer en los Estados Unidos.

Ningún presidente tuvo tan mal resultado en unas elecciones parlamentarias y estatales de medio término desde que Harry Truman perdió 12 senadores y 50 representantes en 1946. Desde hacía cuarenta años los republicanos no controlaban la Cámara de Representantes. Es la primera vez desde 1860 que el presidente de esa cámara, un demócrata, no gana su reelección. Hace 25 años que los republicanos no tenían la mayoría de los gobernadores.

Los resultados catastróficos de ayer indican que los electores se consideran totalmente frustrados por la gestión de Clinton, incapaz de comunicar a su pueblo ni siquiera algunos de sus mejores éxitos.

En efecto, la dura recesión económica que comenzó en 1991 ha quedado atrás según todos los indi-

cios y uno de sus peores problemas, el doble megadéficit comercial y presupuestario, ha sido considerablemente reducido por el gobierno de Clinton. Pero los norteamericanos no se dan por enterados de esta aparente bonanza.

Dos encuestas realizadas recientemente son reveladoras: entre el 52 y el 53 por ciento de los consultados se mostró convencido de que la recesión continuaba. Los electores también se muestran muy afectados por el auge del crimen y creen que el gobierno de Clinton es ineficaz.

La parte más moderada del Partido Republicano, encabezada por el líder de la mayoría en el Senado, Robert Dole, anunció hoy que iba a colaborar con el presidente en aquellos temas en los que hubiera acuerdo. Pero Clinton se va a enfrentar ahora con una nueva camada de parlamentarios de la oposición que están encuadrados dentro de las posiciones de la derecha y son partidarios de dar batallas y no de buscar consenso.

Juan Carlos Algañaraz

9500583

Nº. DOCUMENTO 9500584

TÍTULO E.E.U.U. *exigió el cumplimiento a KUWAIT de las resoluciones impuestas.*

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROCEDENCIA 11/11/94 → 11921.

VINCULACIONES 65890

507596.

11164

11399.

11400.

507609.

## EEUU <sup>11-11-94 oesib</sup>exigió el cumplimiento de todas las resoluciones impuestas

WASHINGTON - EL RECONOCIMIENTO de Kuwait por parte de Irak será positivo si se concreta con hechos, pero Washington cree que Bagdad debe cumplir todas las resoluciones de la ONU antes de que se puedan levantar las sanciones. La Casa Blanca saludó el reconocimiento formal de Kuwait por parte de Irak, pero dijo que el presidente iraquí Saddam Hussein debe hacer más antes de que Estados Unidos apoye el levantamiento de las sanciones contra su país.

La esperanza de Estados Unidos es que las condiciones impuestas resulten imposibles de satisfacer por el régimen actual.

"Si esto es verdad en la práctica, entonces es positivo", indicó ayer la portavoz de la Casa Blanca, Dee Dee Myers, al ser preguntada sobre el anuncio de que el Parlamento iraquí y el gobierno de Saddam Hussein han reconocido las fronteras de Kuwait, en una sesión especial celebrada ayer.

La portavoz agregó que "hay otros elementos de las resoluciones de Naciones Unidas que Irak debe cumplir antes de que se pueda debatiir el levantamiento de las sanciones".

Señaló que Bagdad debe liberar a todos los presos políticos, devolver los bienes de los que se apoderó en Kuwait y dismantelar su programa de armamentos. "Deben cumplir con las demás resoluciones, reconocer las fronteras (de Kuwait) y dejar para siempre de amenazar las fronteras de Kuwait y también deben dejar de calificar a Kuwait de decimonovena provincia (de Irak)".

Impulsado por Rusia, Bagdad ha creado una situación embarazosa para Estados Unidos, en opinión de algunos diplomáticos de Medio Oriente, al eliminar el escollo clave, a la supresión de al menos algunas de las sanciones, pocos días antes de la sesión del Consejo de Seguridad de la ONU convocada para el lunes próximo. "No veo cómo Sadam podrá cumplir con todas las resoluciones de la ONU y seguir en el poder" comentó hace un mes el presidente Clinton, al confirmar su compromiso con un cambio en el régimen de Bagdad.

A principios de octubre, EEUU envió un contingente militar al golfo Pérsico ante la concentración de decenas de miles de soldados iraquíes cerca de la frontera con Kuwait. ■ (EFE)

9500584

01-01

Nº DOCUMENTO 9500585  
TÍTULO Reimplantación pena capital en N.Y.  
PROCEDENCIA 150025  
FECHA DE PROCELENCIA 11/11/84  
VINULACIONES 658PO.  
11164  
11302

El gobierno demócrata, en crisis

## Reimplantarían la pena capital en Nueva York

**Promesas:** George Pataki, el gobernador electo del Estado, aseguró que impulsará el retorno de la silla eléctrica, un recurso que no se emplea desde hace 30 años, para detener la creciente criminalidad.

NUEVA YORK, 10 (ANSA).- El gobernador electo de Nueva York, el republicano George Pataki, anunció hoy que mantendrá su promesa de reimplantar la pena de muerte en el Estado y aseguró que será la primera ley que impulsará apenas reemplace a Mario Cuomo, un demócrata que se opuso a ello durante sus 12 años de gestión.

Hace más de 30 años que la silla eléctrica permanece inactiva en Nueva York. Fue usada por última vez en 1963 para ejecutar a Eddie Lee Mays, condenado a muerte por asesinar a una mujer durante un robo.

"Espero que el Congreso del Estado apruebe una ley en los primeros seis meses del año: yo la firmaré enseguida", dijo Pataki. Cuomo había vetado una ley semejante dos veces.

Ferviente sostenedor de la pena capital, el nuevo "rey" de Albany tomó contacto con el designado secretario de Justicia del Estado, un republicano como él: juntos hallarán un modo para extraditar a Thomas Grasso, un condenado a quien Cuomo había hecho trasladar al Estado de Oklahoma para salvarlo de la pena de muerte.

**Volver para morir**

"Debe volver para someterse a la pena de muerte", declaró el gobernador electo Pataki, respaldado por estadísticas según las cuales el 73 por ciento de los neoyorquinos cree que la silla eléctrica servirá para detener el crimen.

De 49 años, católico, una mujer rubia y "sexy" que se muestra haciendo surf, el vencedor de Cuomo tiene ante sí una misión que no le es indiferente: la de hacerse conocer por los

electores que lo votaron por ser un "don nadie".

Apenas elegido, envió a Rudolph Giuliani, el alcalde republicano de Nueva York que lo había desafiado apoyando a Cuomo, un ramo de olivo. "No busco venganza", proclamó en público.

Sin embargo, en privado evitó hacer notar que Giuliani lo había llamado para felicitarlo. En el Partido Republicano de Nueva York la batalla está abierta y se afilan los cuchillos, dicen los analistas.

Con Pataki se prepara el influente senador Alphonse D'Amato, quien, como opositor a Cuomo, fue su gran apoyo. Con Giuliani se ha enfrentado a muerte y no sólo porque el alcalde "traicionó" al partido. "Si gana la raza de los Pataki y los D'Amato -ha bía dicho Giuliani- será un insulto para la ética".

Los jefes republicanos no se lo perdonaaron. "No le veo ningún futuro entre nosotros", declaró Guy Molinari, un peso pesado de Staten Island.

Para Giuliani, la derrota de Cuomo fue sin dudas un duro golpe: entre los republicanos se afirma que el alcalde había apoyado al gobernador demócrata para quedarse con las riendas dentro de cuatro años, en su carrera a la gubernación, pero todo le salió mal.

En la oficina de Giuliani las previsiones son menos negras y se recuerda que hay antecedentes de reencuentros de relaciones temporales en el pasado, como las del gobernador Nelson Rockefeller con su predecesor John Lindsay.

En coro, Pataki y D'Amato negaron que la ciudad de Nueva York resulte perjudicada por la disputa política. "La ciudad es el motor económico del Estado y además la amo", declaró el gobernador electo, oriundo de Peekskill, una pequeña localidad del "hinterland" neoyorquino.

La rendición de cuentas se verá sin embargo cuando llegue el momento de desembolsar para la administración de Giuliani los fondos necesarios para administrar la ciudad y, en este sentido, el sucesor de Cuomo tuvo por ahora palabras por demás tibias.

Nº. DOCUMENTO 9500586

TÍTULO CLINTON pidió apoyo a los republicanos para fortalecer vínculos con Am. Latino.

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE REC. 11/11/84

VINCULACIONES 65890. 111921.

11677

11164

11302.

11399.

11161.

11392.

Se plantea una amarga lucha por el control de la política económica y la gobernabilidad

## Clinton pidió apoyo a los republicanos para fortalecer los vínculos con América Latina

Washington - El presidente Bill Clinton instó a los republicanos, que dominarán el Congreso el año próximo, a que colaboren con la Casa Blanca para fortalecer los vínculos comerciales con el exterior y a la vez para fortalecer las relaciones con América Latina.

Esto (la gobernabilidad) no debe ser un asunto partidista", dijo Clinton en la Facultad del Servicio Exterior de Georgetown.

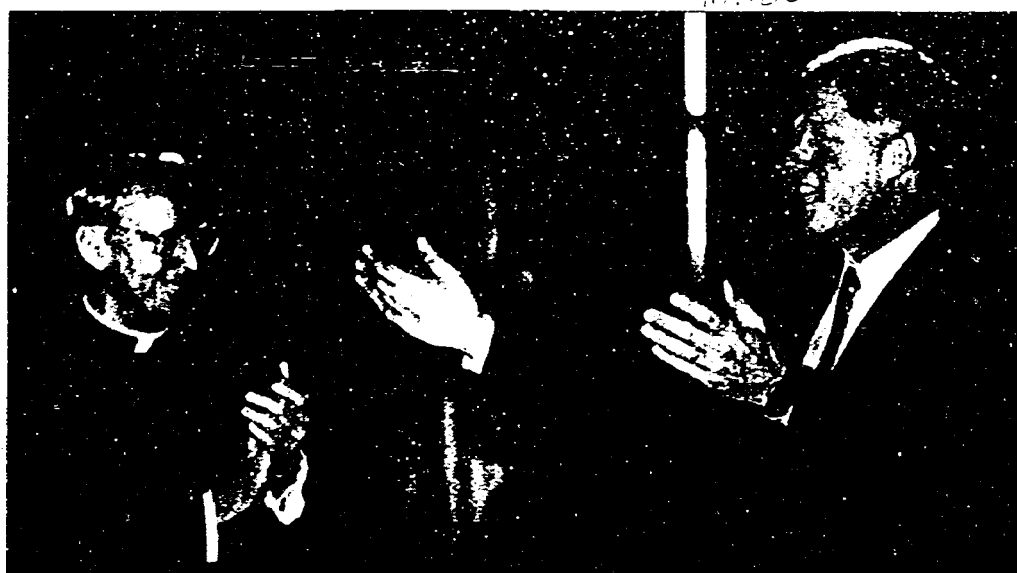
"Si seguimos colaborando con el tema del comercio... hallaremos la manera de ayudar al pueblo a vincularse con la economía global", agregó.

El Partido Demócrata de Clinton perdió en las elecciones del martes el control de la Cámara de Representantes y el Senado, que posiblemente obstaculizarán los proyectos legislativos del presidente en los dos años finales de su mandato.

Clinton manifestó que "en un mes los líderes de Centro y Sudamérica, del Caribe y de América del Norte estaremos en Miami para discutir el futuro de nuestro hemisferio y para acelerar la expansión de la libertad y la democracia.

Allí "podremos colaborar para fortalecer las raíces de esas democracias mediante el desarrollo sostenido y podremos dar pasos cruciales para aumentar el comercio y mantener el crecimiento regional".

El triunfo republicano en las elecciones parlamentarias plantea una amarga lucha por el control de la política económica de Clinton. El control republicano de am-



Aplausos

Clinton recibe el saludo del director de la Universidad de Georgetown

bas cámaras presagia problemas para las varias y ambiciosas propuestas de inversión en las que el presidente basó su campaña presidencial de 1992.

A su vez Clinton puede utilizar todo el poder de su rol ejecutivo en tratar de bloquear los proyectos que forman parte del muy publicitado "Contrato con América": la reforma sobre equilibrio del presupuesto, recortes de impuestos y un gran impulso a los gastos de defensa, que promueven los republicanos.

Según los analistas, el peligro estribará en que no será posible dirigir la economía mientras un presidente activo y las nuevas cruzadas antigubernamentales del Congreso luchan por la dirección.

"La política económica de los próximos dos años está simplemente en manos de la Reserva Federal", dijo Barry Bosworth, economista. "La administración y el Congreso ya no son los principales actores de la economía", agregó.

A raíz de la victoria republicana tanto Clinton, el líder republicano del Senado Robert J. Dole, como

el republicano Newt Gingrich pidieron cooperación. Pero en política económica pasar de la retórica a los hechos no va a resultar fácil.

Los miembros clave del equipo económico de Clinton -el consejero económico Robert Rubin, el secretario del Tesoro Lloyd Bentsen, la presidenta del Consejo de Asesores Económicos Laura

D'Andrea Tyson y la directora de Presupuesto Alice Rivlin- prefieren discutir el acuerdo sobre la base de que los problemas económicos estadounidenses son demasiado importantes como para no tenerlos en cuenta.

Algunos asesores económicos esperan que Clinton retorne a sus raíces de la nueva democracia, concentrándose en un número li-

### Posible choque de poderes en el área de política tributaria

LA CASA BLANCA y el Congreso tendrán graves dificultades para entenderse en materia de impuestos. Algunos analistas piensan que Clinton tratará de calmar a los republicanos proponiendo modestas medidas de alivio de impuestos para familias de medianos recursos.

"Espero que podamos encontrar la manera de continuar mejorando la justeza del Código de Impuestos y ayudar a la clase media trabajadora", dijo Clinton el miércoles. "Pero si lo

hacemos, tendremos que pagar por ello".

Algunos consejeros de Clinton piensan que el gobierno debería permitir que los republicanos propongan recortes de impuestos que, según los analistas, costarían al menos US\$ 50 millones en los próximos cinco años.

"Podríamos decirles a los republicanos, 'está bien, si quieren cortes de impuestos imaginen cómo pagar por ello'", dijo un alto funcionario del gobierno. Si los dos partidos se sumergen en una gue-

mitado de propuestas económicas de medio alcance -talés como reforma de bienestar social, plan de salud de menor escala o recortes de impuestos para las familias de medianos ingresos- y tratar de gobernar desde el centro.

Clinton dijo que apoyaría los esfuerzos republicanos para vetar algunos puntos determinados en proyectos de ley costosos.

Pero muchos de los consejeros políticos de la Casa Blanca consideran ese compromiso una trampa, sospechando que la estrategia republicana será tratar de poner en aprietos al presidente en cada caso, en un intento de desacreditarlo como débil e ineficaz antes de la campaña presidencial de 1996.

El nuevo balance de poder en el Congreso dará aliento a los esfuerzos republicanos por una enmienda constitucional referida a balancear el presupuesto federal, otra medida denunciada por muchos expertos sobre presupuesto.

Pocos esperan que los dos partidos puedan trabajar juntos en programas que benefician al gobierno como la seguridad social, la atención médica, los puntos que más pesan sobre el presupuesto federal.

Una prueba sobre cómo pueden Clinton y los republicanos trabajar juntos en materia económica, se tendrá a fin de mes cuando el Congreso considere el acuerdo del GATT. ■ (De la redacción de El Observador en base a The Washington Post y AP)

rra por los impuestos podrían provocar un aumento del déficit, porque los mercados financieros y la administración federal seguramente subirán las tasas de interés.

Los republicanos probablemente intentarán también cortar las tasas sobre ganancias de capital, tema preferido del republicano Bill Archer, posible presidente del Comité de Medios y Formas de la Cámara. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

Nº. DOCUMENTO 9500587

TÍTULO E.E.U.U.: Inicio en 1995 sorteo de visas para cubanos.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE RECEPCIÓN 12/11/34 11921

VINCULACIONES - 65890

- 11164

- 11302

- 11005

- VISA

## Inician en 1995 sorteo de visas para cubanos

La Habana (ANSA) 12/11/94

Los Estados Unidos efectuarán en el primer bimestre de 1995 la primera de las cuatro "loterías de visas" para emigrantes cubanos, dijeron fuentes de la Sección de Intereses norteamericanos en La Habana.

Unos 6.000 visados serán

concedidos mediante estos cuatro sorteos, a razón de unos 1.500 cada vez, en cumplimiento del acuerdo migratorio bilateral, que suscitó críticas en Cuba por la "lentitud" del sistema estadounidense.

Si bien aún no hay fechas definidas, voceros de esa oficina diplomática confirmaron que los tres restantes sorteos se realizarán entre marzo y setiembre de 1995.

Las demás visas se concederán a través del programa de emigración para familiares (9.000), refugiados (6.000) y aquellos ubicados en listas de espera (5.000).

El acuerdo migratorio, suscrito el 9 de setiembre en Nueva York, estableció el compromiso estadounidense de otorgar un mínimo de 20.000 visas anuales, en medio de un éxodo masivo de "balseros" desde las costas cubanas.

A cambio, La Habana comba- tirá las salidas ilegales, un

punto que ambas partes consideraron "cumplido" durante la última ronda de conversaciones de fines de octubre.

Los voceros dijeron que el primer año de vigencia del acuerdo el gobierno de Estados Unidos concederá más de 25.000 visas a emigrantes cubanos, es decir, unas 5.000 más que las previstas.

El primer sorteo se realizará a más de 4 o 5 meses de la firma del convenio, según la fecha en que se produzca esta "lotería", lo que ha suscitado algunas críticas en el seno del gobierno de La Habana por la "lentitud" de su mecanismo de acción.

"Es una maquinaria difícil de echar a andar. Siempre habrá tiempo para protestar", sostuvo el portavoz de la cancillería, Miguel Alfonso.

Incluso, tanto el canciller, Roberto Robaina, como el negociador cubano en el diálogo migratorio, Ricardo Alarón, criticaron en las últimas semanas esta

"lentitud" del modelo estadounidense.

Alfonso anunció que ambos países reanudarán las conversaciones bilaterales en diciembre o enero próximos, aunque no precisó el lugar de la nueva ronda de contactos.

La sección de Intereses de Estados Unidos comenzó a procesar unas 500 solicitudes de emigrantes por semana a partir de este mes, según anunció el encargado de Asuntos Cubanos del Departamento de Estado, Dennis Hays.

De acuerdo con el programa estadounidense, se concederán unas 6.100 visas "al azar" a aquellos cubanos inscriptos en el sorteo, pero con una escasa "prioridad" migratoria, como lo establece la legislación de ese país.

Los cubanos que se anotaron en la "lotería" deberán tener más de 18 años de edad y reunir al menos dos de los cinco requisitos que han diagramado las autoridades estadounidenses.

Ellos son poseer "tres años de experiencia y una especialidad laboral, familiares en Estados Unidos, educación secundaria superior y haber manifestado antes de octubre último su interés en emigrar".

La "lotería de visas" es un procedimiento común en Estados Unidos, y ya este año, según estadísticas oficiales, se entregaron unos 55.000 visados, entre más de 6 millones de solicitudes llegadas desde todas partes del mundo.

Las inscripciones para el primer sorteo en Cuba se recibirán en la Sección de Intereses estadounidenses en La Habana, entre el martes próximo y el 31 de diciembre.

Todos los aspirantes serán convocados para una entrevista especial, dijeron las fuentes.

Desde el fin de la llamada "crisis de los balseros", la Sección de Intereses comenzó a procesar las solicitudes de unos 18.000 cubanos que se encuentran en lista de espera para emigrar desde hace años.

Unos 5.000, de acuerdo a las mismas fuentes, recibirán un permiso especial, de duración provisional, como familiares directos de emigrados en Estados Unidos.

Cuba y Estados Unidos revisaron a fines de octubre en La Habana el acuerdo migratorio bilateral del 9 de setiembre, y acordaron continuar el análisis del proceso en diciembre o enero próximos.

Todavía están sin solucionar los casos de más de 30.000 "balseros" alojados en la base naval de Guantánamo o en Panamá.

Ambos países ratificaron su negativa a que ingresen directamente a Estados Unidos, y precisaron que deberán retornar a Cuba para cumplir con los requisitos normales de emigración.

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TÍTULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
FECHA DE PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
VINCULACIONES \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## Nuevo programa de visas para emigrados cubanos

17/11/94

La Sección de Intereses de Estados Unidos en La Habana anunció un programa "ampliado" para otorgar un mínimo de 20.000 visas anuales a emigrados cubanos, según establece el acuerdo migratorio suscrito el 9 de septiembre.

LA HABANA/ANSA

El programa fue publicado en el oficialista diario *Granma*, órgano del Partido Comunista de Cuba (PCC), a pedido de la oficina diplomática de Washington.

El plan abarca un programa especial para ex reclusos por delitos contra la seguridad, con un incremento de 3.000 a 6.000 visados anuales y abierto a categorías más amplias, según el comunicado.

La Sección de Intereses anunció también que existe una "oportunidad especial" para los cubanos que se encuentran en lista de espera para viajar a Estados Unidos, alguno de los cuales iniciaron sus trámites hace una década. Otro "programa especial" será el sorteo de 5.000 visas en 1995.

El sorteo se realizará durante el primer bimestre de ese año, según se acordó entre estadounidenses y aspirantes a emigrar a ese país.

Los cubanos que se anoten en la "lotería" deberán tener más de 18 años y cumplir al menos dos de los cinco requisitos que han diagramado las autoridades estadounidenses.

Ellos son poseer "tres años de experiencia y una especialidad laboral, familiares en Estados Unidos, educación secundaria o superior y haber manifestado antes de octubre último su interés en emigrar".

Las demás visas se concederán a través del programa de emigración familiar (9.000), refugiados (6.000) y aquellos ubicados en listas de espera (5.000).

El acuerdo migratorio, suscrito el 9 de septiembre en Nueva York, estableció el compromiso estadounidense de otorgar un mínimo de 20.000 visas anuales, en medio de un éxodo masivo de "balseros" desde Cuba.

Por su parte, La Habana combatirá las salidas ilegales, un punto que las partes consideraron "cumplido" durante la última ronda de conversaciones de fines de octubre.

Los funcionarios de la Sección de Intereses estimaron que en 1995 se otorgarán 25.000 visas, es decir, 5.000 más de las previstas en el acuerdo.

Las inscripciones para el primer sorteo en Cuba se recibirán en la Sección de Intereses estadounidense en La Habana hasta el 31 de octubre.

Al fin de la llamada "crisis de los balseros", la Sección de Intereses comenzó a procesar las solicitudes de unos 18.000 cubanos que se encuentran en lista de espera para emigrar desde hace años.

El gobierno y Estados Unidos revisaron, a fines de octubre en La Habana, el acuerdo migratorio bilateral del 9 de septiembre y acordaron continuar el proceso en diciembre o enero próximos.

Aún están pendiente de solución los casos de más de 30.000 "balseros" alojados en la base naval de Guantánamo o en Panamá. Ambos países ratificaron su negativa a que ingresen directamente a Estados Unidos, y precisaron que deberán retornar a Cuba para cumplir con los requisitos normales de emigración.



Nº. B. 9500588

TÍTULO EE.UU.: JESSE HELMS, próximo Pte. del Comité de Exteriores del Senado

PROCESO 150518

FECHA DE RECEPCIÓN 12/11/84

VINCULACIONES 65890

11164

11302

# La política exterior de EE.UU. promete un giro a la derecha

<sup>12/11 P. 12</sup>  
El ultraderechista Jesse Helms, próximo titular del Comité de Exteriores del Senado, quiere reducir la ayuda externa.

**Página 12**  
**EN EE.UU.**

(Por Mónica Flores Correa, desde Nueva York)

Después del violento cambio que sufrió la correlación de fuerzas en la política de Estados Unidos con la elección del martes, el secretario de Estado Warren Christopher insinuó que no habría modificaciones significativas en el curso de las relaciones exteriores, pero ayer el senador Jesse Helms, próximo presidente del comité de esta área en la Cámara alta, anunció que, entre las primeras medidas, buscará reducir la ayuda exterior. También, y coherente con su ultraderechismo inveterado, Helms comunicó a los periodistas que tiene a la contribución de su país a Naciones Unidas en la mira para impulsar una reducción de fondos a "esa nemesis de millones de norteamericanos", y criticó el actual programa de "gastar cerca de dos millones de dólares de dinero de los contribuyentes para que la mayor parte de esa suma vaya a parar a ratoneras extranjeras". El diario *Washington Post* comentó que la tradición de continuidad de la política exterior, mencionada por el secretario Christopher, no necesariamente tiene que cumplirse esta vez. "La nación se ha movido hacia la derecha y, como resultado, la proyección internacional se moverá hacia la derecha, aunque todavía está por verse cuánto", dijo el matutino. El primer signo de que hay cambios es la decisión de Bill Clinton de ordenar a sus soldados que no cumplan a partir de hoy el embargo de armas contra los musulmanes bosnios (ver aparte), una idea ampliamente respaldada por los republicanos.

En el ítem "política exterior" de la agenda republicana para el nuevo Congreso publicada ayer por el *New York Times* se señala que, de acuerdo con el estilo de Helms, algunos asesores legislativos predican que se oponga a la ratificación de tratados que restringen el uso de armas químicas. Otras de sus iniciativas serán propiciar una menor contribución al Banco Mundial y una reducción de la Agencia para el Desarrollo Internacional. Se prevé también que Helms

no dudará en ejercer su poder de veto en el nombramiento de algunos embajadores.

En materia de fuerzas de paz y de ayuda económica al exterior, los republicanos impulsarán que ambas instancias sean sometidas a la votación del Congreso antes de ejecutarse. En la región latinoamericana, puede esperarse que las fuerzas de ocupación norteamericanas se retiren más rápidamente de Haití de acuerdo con los deseos expresados por el Partido Conservador y Helms dijo ayer que es necesario "elaborar planes para la Cuba posterior a Castro".

Hablando de polarizaciones, difícilmente haya un político que concite tanto odio entre sus opositores y amor en sus seguidores como Jesse Helms. Su discurso apocalíptico siempre parece sugerir que el fin del mundo está cercano, pero que si se aplican medidas conservadoras se puede dilatar un poco más. Hasta que el senador Alphonse D'Amato descubrió la causa Whitewater contra Bill Clinton, Helms fue el senador de las cruzadas por antonomasia. Con fervor se opone al aborto y a financiar la lucha contra el SIDA, así como lo que él considera que es arte pornográfico promovido por el National Endowment for the Arts, una versión norteamericana del Fondo Nacional de las Artes.

Su campaña más resonante fue la que impulsó contra la exhibición del fallecido Robert Mapplethorpe, un fotógrafo homosexual enormemente

talentoso.

El anciano Helms, cuyo vigor ha mermado después de una operación de corazón y el tratamiento de un cáncer de próstata, es famoso en la Comisión de Exteriores por sabotear nombramientos de embajadores y por ejercer presión en las políticas que se adopten en todos los lugares que pue-

de, desde el Líbano hasta Nicaragua. Aun desde su lecho de enfermo, después de la operación, siguió vigilando atentamente los procesos en Nicaragua y en la ex Unión Soviética, intentando impedir un regreso de los sandinistas e insistiendo para que la ayuda a la segunda sea muy modesta.

9500588

01-01



Nº. DOCUMENTO 9500589

TÍTULO EE.UU.: Suspende control del embargo de armas a los bosnios

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 12/11/94

VINCULACIONES 65890 → 11921.

11164

11399

11302

BOHIA.

11911

## EE. UU. no Transgrede el Mandato de la ONU

NACIONES UNIDAS. 11

La decisión estadounidense

de suspender el control

del embargo de armas a los

bosnios, tras no haberlo logrado

el Consejo de Seguridad,

ha desafiado la impotencia

de los aliados eurooccidentales

para resolver una guerra civil de

tres años, ahora orientado ha-

biendo un dramático reclutamiento

en el propio corazón de

Estados Unidos argumentó

en favor del levantamiento del

embargo al gobierno musulmán

de Bosnia-Herzegovina, como

arma de presión para que la

administración serbio-bosnia de

País aceptara el plan de paz

internacional elaborado por el

Grupo de Contacto.

Este acuerdo fue el último

gran esfuerzo diplomático impul-

sado por el Grupo, conformado

por Alemania, Estados Unidos,

Francia, Gran Bretaña y Rusia.

El embargo de armas im-

puesto a la Federación de Yu-

goslavia, a Croacia y a Bosnia-

Herzegovina en 1991, nunca

pudo ser ejercido con efectivi-

dad, según fuentes diplomáti-

cas, por la permeabilidad de sus

fronteras con las de las ex na-

ciones miembros del pacto de

Varsovia, y en particular por el

interés germano de deshacerse,

a precio vil, de las existencias

de armas heredadas de la ex Re-

ública Democrática Alemana.

Pero los aliados europeos, y

en particular Francia y Gran

Bretaña, argumentaron que un

mayor volumen de armas signi-

ficaba mayor lucha, la cual interfe-

ría notablemente en la activi-

dad de asistencia y ayuda

humanitaria prestada por las

Fuerzas de Paz de la ONU

(FORPRONU).

La decisión norteamericana

implica que tres buques esta-

do en aguas de la patrulla de 19

naves de guerra que patrullan el

mar Adriático no interceptarán

más cargamentos con armas des-

tinadas a Bosnia.

La excepción se haría con

barcos descubiertos transpor-

tando armamentos pesados, o

misiles Scud, que son vie-

tos como una amenaza para los

aviones de la OTAN encargados

de vigilar la "zona de prohibición

de vuelo" sobre Bosnia. Tam-

poco hará más Estados Unidos

labores de inteligencia para de-

teccionar armamentos en mano de

los bosnio-musulmanes.

Los nuevos límites sobre la

participación de monitoreo en el

Adriático, según se prevé, sólo

tendrán un efecto menor. La ma-

yor parte de la munición extran-

jera que llega a los bosnios se

crea arriba a través medio cen-

tenar de campos de aterrizaje

en Croacia, que cuenta con am-

plios aeropuertos como los de

Zagreb y Split, a otros más pe-

queños o directamente amplios

o bien asentados caminos inter-

nos.

El vocero de prensa de la

ONU, Joe Sals, subrayó hoy que

el organismo internacional no es

el encargado de vigilar el cum-

plimiento del embargo dictado,

precisamente, por el Consejo de

Seguridad, y que diseñó el es-

quema de fuerzas de paz de la

ONU que garantizan las entre-

gas de ayudas y de alimentos

para las víctimas civiles de la

guerra de casi tres años.

Esa capacidad pertenece a la

OTAN, se informó en medios de

las Naciones Unidas.

Pero una fuente de la OTAN

reveló que la organización mil-

itar occidental carece de autori-

dad para controlar las cargas

fluviales y marítimas entre uno

y otro puerto croata.

Una fuente diplomática pro-

xima a la OTAN reveló que solo

cuatro sobre más de 3.000 bar-

cos inspeccionados o desviados

desde que los patrulleros co-

menzaron en el mar Adriático

en noviembre de 1992, fueron

hallados transportando armas

para Bosnia.

Nº. DOCUMENTO 9500590

TÍTULO CLINTON en visita a FILIPINAS respaldó su democracia

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 14/11/84 11921

VINCULACIONES 65880

65941.

11164

11302

11389.

## Clinton respaldó la democracia filipina

**Logos:** el mandatario norteamericano, en su visita a la nación asiática, ponderó el régimen del presidente Ramos y agregó que su país seguirá comprometido con la región del Pacífico.

MANILA, 13 (EFE).— Bill Clinton respaldó cálidamente la democracia y la Constitución filipinas, en la primera visita de un presidente de los Estados Unidos a este país en los últimos 19 años.

El dirigente norteamericano terminó hoy por la noche una visita de apenas 20 horas a la capital filipina y continuó su viaje hacia Indonesia, donde se celebrará este martes la cumbre de APEC, el foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico, con la presencia de 18 dirigentes de la zona.

Todavía en Manila, Clinton y el presidente filipino, Fidel Ramos, ofrecieron una conferencia de prensa conjunta que se celebró en el palacio de Malacañang, una hermosa mansión construida para sí por un noble español llamado Luis Rocha en 1802.

Al lado de un presidente Ramos obviamente complacido, Clinton insistió varias veces en su "admiración por la democracia en Filipinas, especialmente en los últimos ocho años", refiriéndose al período posterior a la caída del dictador Ferdinand Marcos y la ratificación del nuevo régimen constitucional, en 1987.

### Compromiso

El líder norteamericano también repitió más de una vez que los Estados Unidos seguirán comprometidos con la región del Pacífico.

Clinton y Ramos firmaron hoy un tratado de extradición y, según sus propias palabras, se pusieron de acuerdo en todos los temas que repasaron.

Hablaron, entre otras cosas, de la estabilidad en el área del Pacífico, del avance de la democracia en Haití (adonde Filipinas envió unos 50 policías), y de la necesidad de ratificar la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio).

Al calor de las alabanzas de Clinton, el presidente Ramos subrayó que Filipinas "está en el camino adecuado; esto es, tratando de avanzar en el progreso social y económico en un marco democrático".

Aunque fueron poco concretos, ambos dirigentes reconocieron haber hablado sobre cuestiones comerciales y temas de seguridad, si bien, de éstos, en un tono muy general.

### Pérdidas del pentágono

Por imperativo del Congreso filipino, el Pentágono perdió sus mejores posiciones en el Pacífico: la base Navac de Subic, en 1992, y un año antes, la base aérea de Clark.

Tratándose de una cuestión delicada, el propio Ramos aseguró hace unos días que "todavía es demasiado pronto" para hablar con los Estados Unidos sobre la posibilidad de que el gigante americano vuelva a Filipinas.

Por si acaso, unos 700 manifestantes protestaron hoy, a las puertas de Malacañang, por la presencia de Clinton en la ciudad y por la intervención de los Estados Unidos en la zona.

Clinton aprovechó su presencia en Manila para cubrir un programa cargado de simbolismo. Visitó la isla de Corregidor, donde murieron miles de norteamericanos y filipinos por defender, primero, y liberar, después, este país ocupado por los japoneses desde 1942 a 1945.

El presidente también acudió a un acto emotivo en el Cementerio Americano de Manila, donde están enterrados más de 17.000 de sus compatriotas que cayeron durante la Segunda Guerra Mundial.

9500590

Nº. DOCUMENTO 9500591

EE.UU. TÍTULO La política exterior de republicanos apunta hacia la derecha.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 14/11/94

VINCULACIONES 658B → 11921

11164

11302

11399

## La política exterior de EE.UU. apunta hacia la derecha

POR MICHAEL K. FRISBY  
Redactor de THE WALL STREET JOURNAL

**J**AKARTA, Indonesia — El presidente Bill Clinton no puede escapar del terremoto político de los republicanos. Ni siquiera en el alejado continente asiático. Los desconcertados líderes de la región desean saber si la política exterior de Estados Unidos va a cambiar ahora que los republicanos tienen el control del Congreso.

"No espero que tenga impacto alguno en política exterior", insistió ayer Clinton en una conferencia de prensa en Manila. Añadió que estaba "convencido de que lo que está haciendo es en el interés de todos los estadounidenses, más allá de los partidos".

Peró en realidad los días en que el presidente mandaba solo los asuntos internacionales terminaron. Ahora Clinton tiene nuevos socios, con puntos de vistas totalmente distintos sobre cómo se deben usar la diplomacia y las fuerzas de EE.UU.

Claramente, las discrepancias políticas sobre temas que van desde la intervención hasta la ayuda exterior dejarán perplejos a los aliados. "Cualquier Congreso que es más independiente de la rama ejecutiva aumenta el factor incertidumbre y genera interrogantes sobre nuestra capacidad de terminar lo que comenzamos", dice Richard Haass, un miembro del Carnegie Institute. "La mayoría de los países encuentran que esto es confuso y problemático".

Una de las amenazas que despierta en el horizonte es la disputa sobre el papel de EE.UU. en las Naciones Unidas. Con frecuencia, Clinton ha actuado bajo el patrocinio de la ONU. También ha apoyado la creación de una fuerza política internacional para futuras misiones de paz.

Sin embargo, el senador Jesse Helms, republicano por Carolina del Norte y próximo presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores, califica a Naciones Uni-

das de "la antigua némesis de millones de estadounidenses". Helms dice que el organismo mundial desperdicia millones de dólares de los contribuyentes de EE.UU. "Es imperativa una reevaluación de la relación EE.UU.-ONU", dice.

En pocas palabras, el nuevo orden internacional soñado por el gobierno de Clinton ha sido desechado.

Se esperan reducciones en la ayuda al extranjero, nuevas prioridades en los gastos de defensa e inteligencia y un escrutinio mucho mayor en materia de políticas comerciales, un tema que preocupa a América Latina.

La elección podría indicar una postura comercial más inclinada hacia el proteccionismo, lo que afectaría las expectativas para una expansión del Tratado de Libre Comercio, por ejemplo. En el pasado, los republicanos han apoyado el libre comercio, pero muchos de sus candidatos ganaron las elecciones la semana pasada con una plataforma populista. Marshall dice que el alirado público los "hará más circunspectos" a la hora de impulsar ciegamente los acuerdos de libre comercio. Y agrega que la Organización Mundial de Comercio, que reemplazará al Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio, ya ha sido criticada como "medida que está a un sólo paso de un gobierno mundial, según [afirma] la mente conspiradora de la derecha".

Algunos funcionarios del gobierno esperan que los republicanos impulsen un mayor gasto en el sistema antimisiles estratégico, proyectos como el bombardero B-2 y la lucha contra la droga en países como Colombia, Perú y Bolivia.

Clinton depende mucho de quién presidirá la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Representantes: el representante Ben Gilman, de Nueva York, o Henry Hyde, de Illinois. Por ejemplo, Hyde es mucho más ideologizado y reduciría los gastos de proyectos de planificación familiar. Se espera que si Helms y Hyde trabajan juntos, luchen contra la ayuda al exterior, en especial a Rusia, de manera que los fondos nunca se entreguen.



Bill Clinton

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150518

FECHA DE PROCEDENCIA 10/11/84

VINCULACIONES 65890.

JESSE HELMS Y LA POLÍTICA EXTERIOR 16/11/84

## Clinton en las garras de un halcón

**EL PAÍS**  
de Madrid

(Por Antonio Caño, desde Washington) El ascenso a la presidencia del Comité de Relaciones Exteriores del Senado de

Jesse Helms, un halcón ultraconservador que se hizo famoso por su defensa de la cruzada anticomunista de Ronald Reagan en Centroamérica, se anuncia como un obstáculo en la futura política exterior del presidente Bill Clinton, que tendrá dificultades, sobre todo a la hora de participar en misiones de paz de Naciones Unidas y para conseguir en el Congreso la renovación o la ampliación de ayuda económica para determinados países.

En su actual viaje por Asia, Bill Clinton ha asegurado a los líderes de otros países que la política exterior de Estados Unidos siempre tiene respaldo bipartidista y se mantiene inalterable cualquiera que sea el signo de la mayoría existente en el Parlamento. Constitucionalmente, el poder del presidente en el manejo de la política exterior es casi ilimitado.

Excepto para la declaración formal de guerra pero no para el envío de tropas al exterior por períodos limitados, la Casa Blanca puede desarrollar su propia política exterior sin que el Congreso tenga capacidad de impedirla. Normalmente, la oposición incluso respalda las decisiones más importantes, una vez tomadas, para que Estados Unidos no ofrezca una imagen de debilidad ante sus enemigos.

Un Congreso plenamente dominado por la oposición supone, sin embargo, un obstáculo moral a la política de la Casa Blanca. Recientemente, en relación con Bosnia, el presidente ha tenido que aplicar una demanda parlamentaria de levantar el embargo de armas a los musulmanes bosnios, pese a que la administración consideraba inconveniente hacerlo de forma unilateral.

Casos como éste se pueden presentar en el futuro, so-

bre todo con una figura como Helms, cuya visión es muy diferente de la de Clinton en la mayor parte de los asuntos de política exterior, y que ha prometido emplearse a fondo para defender sus puntos de vista frente a lo que llama "la burocracia progresista que controla el Departamento de Estado".

**Ayuda exterior:** Helms es contrario por principio a que se gaste el dinero del contribuyente en este apartado. Pide retirar inmediatamente toda ayuda a los países que votan diferente de EE.UU. en la ONU.

**Naciones Unidas:** Helms y los líderes republicanos quieren impedir que en el futuro soldados norteamericanos actúen en misiones internacionales bajo mando de un general extranjero, lo que, de hecho, impediría a EE.UU. participar en misiones de Cascos Azules que no estén bajo su absoluto control.

**Cuba:** Las tímidas negociaciones iniciadas con Cuba el pasado verano pierden ahora casi toda posibilidad de éxito. Los republicanos se oponen a cualquier forma de acercamiento a La Habana. Jesse Helms ha dicho en el pasado que, en vez de enviar tropas a Kuwait, Estados Unidos debería haber invadido Cuba.

**Haití:** El nuevo líder republicano en el Senado, Bob Dole, ha pedido la retirada de las tropas de Haití antes de Navidad. Helms se ha referido al presidente Jean-Bertrand Aristide como "un asesino".

**Corea del Norte:** Los republicanos quieren revisar el acuerdo alcanzado este otoño con ese país, que consideran demasiado favorable para el régimen de Pyongyang.

**Medio Oriente:** Jesse Helms se opone rotundamente a todo acercamiento al gobierno de Siria, que considera un enemigo al que hay que destruir, y rechaza la reconciliación entre Washington y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP). Es partidario del apoyo a Israel, pero cree que los 3000 millones de dólares anuales que se conceden a ese país son excesivos.

02-02

9500591

9500592  
TÍTULO EEUU: Clinton descartó cambios en pol. exterior. (YAKARTA)

PROCEDENCIA 150483.

FECHA DE PROCEDENCIA 14/11/84 11921

VINCULACIONES 65890.

INDIA

11164

11399

11302.

11164

11409.

11911.

## Clinton descartó cambios en política exterior y ratificó la posición de EEUU sobre comercio

14/11 E.O.

**Yakarta - El presidente norteamericano Bill Clinton indicó ayer a los dirigentes mundiales que la amplia derrota de su Partido Demócrata no afectará su política exterior, especialmente en temas como el comercio, que tienen un amplio apoyo, tras llegar a Indonesia procedente de Filipinas.**

**C**reo que la posición de Estados Unidos es tan sólida como siempre", dijo Clinton en una conferencia conjunta con su colega filipino Fidel Ramos.

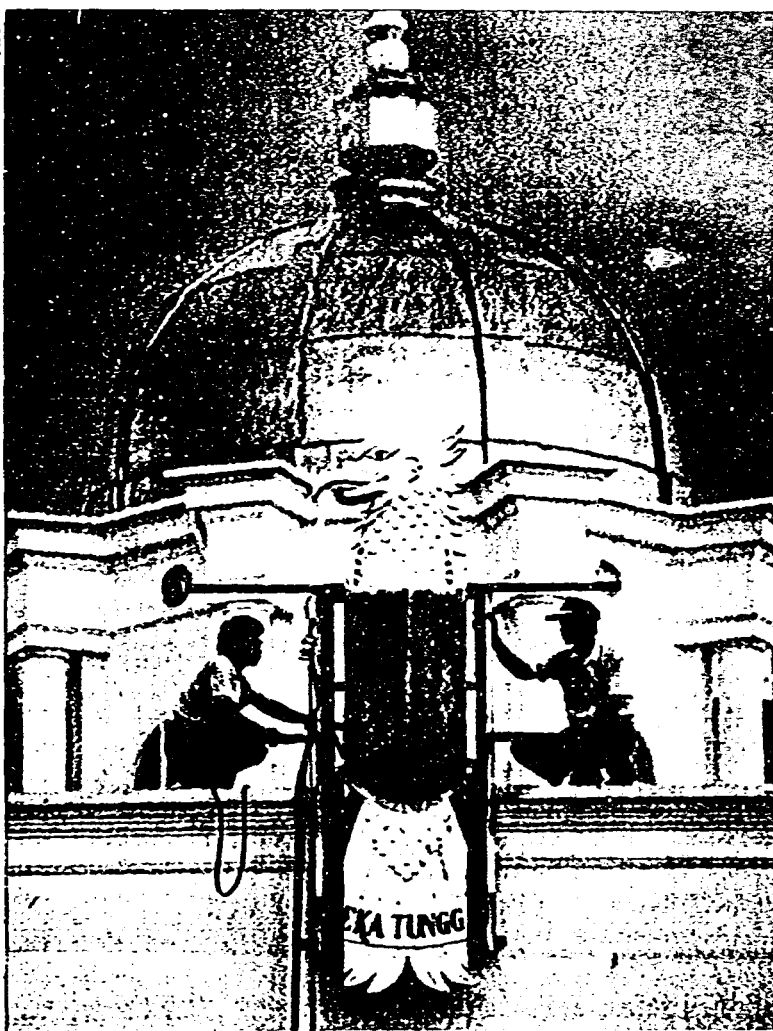
Los participantes de los 18 países del Foro de Cooperación Económica Asia Pacífico, que reúne a dirigentes de Asia y el Pacífico, desean que para el año 2020 los países de la zona creen un área de libre comercio. Sin embargo, China y Malasia se oponen a la propuesta.

En conversaciones previas para la preparación de la conferencia del martes, Clinton se entrevistará hoy por separado con cada uno de los dirigentes de China, Japón, Corea del Sur y Australia.

Las disputas de los derechos humanos y las barreras comerciales dominarán el temario del segundo encuentro en lo que va del año entre Clinton y el presidente chino Jiang Zemin.

Esas fricciones disminuyeron después que Clinton renovó a China la cláusula comercial de nación más favorecida y Beijing acordó varios acuerdos económicos, incluyendo la adquisición de aviones de pasajeros de fabricación norteamericana por US\$ 1.600 millones.

Las conversaciones con Japón y Corea del Sur seguramente estarán centradas en el comercio y el acuerdo norcoreano de congelar y desmantelar un día sus instalaciones nucleares sospechosas de haber producido armas atómicas.



Horas antes Clinton rindió tributo a los soldados norteamericanos y filipinos que murieron defendiendo "el último reducto de la libertad" en la Segunda Guerra Mundial, recorrió las fortificaciones de la isla de Corregidor, en la bahía de Manila, y pronunció un discurso en un cementerio militar norteamericano.

El mandatario destacó además las relaciones económicas con Asia, tema de la conferencia que comenzará hoy en Yakarta con dirigentes asiáticos y la cuenca del Pacífico.

Preguntado si mencionará el tema de los derechos humanos en sus encuentros con los dirigentes de China e Indonesia, dos naciones

acusadas de violarlos, Clinton respondió que "por supuesto".

"Los derechos humanos son demasiado importantes, especialmente ahora, para ser ignorados", indicó.

Cuando los periodistas le preguntaron si las elecciones del martes, en las que el Partido Republicano obtuvo mayoría en ambas cámaras del Congreso por primera vez en 40 años, entorpecerán su política exterior, el mandatario respondió que no.

"La política exterior que he seguido, especialmente la misión que realizo ahora, tuvo un amplio respaldo bipartidista entre los centristas de ambos partidos".

### Símbolo

Dos trabajadores dan los toques finales a la sede donde mañana se realizará la cumbre de 18 países de la APEC

Clinton insistió en que Estados Unidos no cuenta con un sistema parlamentario dirigista y que los poderes constitucionales del presidente para dirigir la política exterior "son bien claros".

### No a la izquierda

Preguntado si podrá gobernar con los republicanos y con el nuevo líder de la mayoría en la Cámara, Newt Gingrich, Clinton dijo que sí, negando al mismo tiempo que su política presidencial sea izquierdista.

Por su parte, Ramos dijo que "desearíamos trabajar estrechamente con Estados Unidos" en temas de defensa mutua y agregó que en este apartado Filipinas "tiene mucho que ganar".

Indicó que su país continuará atendiendo los barcos de guerra norteamericanos que fondeen en el archipiélago, pero en el tema de crear depósitos flotantes para la Armada de Estados Unidos, Ramos dijo que "no hemos visto propuestas concretas a ese respecto".

Clinton negó que Estados Unidos se haya demorado en la limpieza de sus antiguas bases militares, la naval de Subic y la de la Fuerza Aérea de Clark, tras abandonarlas en 1992 después que el gobierno filipino no renovó su contrato de arriendo.

"No creo que pueda destinar en este momento más fondos" para esa limpieza, agregó.

"Estados Unidos considera el Pacífico no un océano que nos separa de Asia sino un océano que nos une con Asia", dijo ayer de mañana Clinton. ■ (AP)



NO. CU

USO

PRECEDENCIA

FECHA DE PRECEDENCIA

INCULACIONES

Clinton a los Dirigentes Mundiales 14/11EP.

## VICTORIA REPUBLICANA NO AFECTA POLITICA EXTERIOR

YAKARTA, 12 (AP). — El presidente norteamericano Bill Clinton indicó hoy a los dirigentes mundiales que la reciente derrota de su Partido Demócrata no afectará su política exterior, especialmente en temas como el comercio, que tienen un amplio apoyo, tras llegar procedente de Filipinas. Creó que la posición de Estados Unidos es tan sólida como siempre, dijo previamente Clinton en una conferencia conjunta con su colega filipino Fidel Ramos. Los organizadores de la conferencia económica de dirigentes de Asia y el Pacífico desean que para el año 2020 los países de la zona creen un área de libre comercio. Sin embargo, China y Malasia se oponen a la propuesta.

En preparación a la conferencia, Clinton se entrevistará mañana por separado con cada uno de los dirigentes de China, Japón, Corea del Sur y Australia.

Las disputas de los derechos humanos y las barreras comerciales dominarán el temario del segundo encuentro en lo que ya de año entre Clinton y el presidente chino Jiang Zemin.

Esas fricciones disminuyeron después que Clinton renovó a China la cláusula comercial de nación más favorecida y Beijing acordó varios acuerdos económicos, incluyendo la adquisición de aviones de pasajeros de fabricación norteamericana por 1.600 millones de dólares.

Las conversaciones con Japón y Corea del Sur seguramente estarán centradas en el comercio y el acuerdo norcoreano de congelar y desmantelar un día sus instalaciones nucleares sospechosas de haber producido armas atómicas.

Horas antes Clinton rindió tributo a los soldados norteamericanos y filipinos que murieron defendiendo "el último reducto de la libertad" en la segunda guerra mundial, recorrió las fortificaciones de la isla de Corregidor, en la bahía de Manila y pronunció un discurso en un

cementerio militar norteamericano.

El mandatario destacó además las relaciones económicas con Asia — tema de la conferencia que comenzará mañana en Yakarta con dirigentes asiáticos y la cumbre del Pacífico.

Preguntado si mencionará el tema de los derechos humanos en sus encuentros con los dirigentes de China e Indonesia, dos naciones acusadas de violar los derechos humanos, Clinton respondió que "por supuesto".

"Los derechos humanos son demasiado importantes, especialmente ahora, para ser ignorados", indicó.

Cuando los periodistas le preguntaron si las elecciones del martes, en las que el Partido Republicano obtuvo mayoría en ambas cámaras del congreso por primera vez en 40 años, entorpecerá su política exterior, el mandatario respondió que no.

"La política exterior que he seguido, especialmente la misión que realizo ahora, tuvo un amplio respaldo bipartidista entre los centristas de ambos par-

tidos", dijo Clinton. Clinton insistió que Estados Unidos no cuenta con un sistema parlamentario y que los poderes constitucionales del presidente para dirigir la política exterior "son bien claros".

Preguntado si podrá gobernar con los republicanos y con el nuevo líder de la mayoría en la cámara Newt Gingrich, Clinton dijo que sí, negando al mismo tiempo que su política presidencial sea izquierdista.

Por su parte, Ramos dijo que "desearíamos trabajar estrechamente con Estados Unidos" en temas de defensa mutua y agregó que en este apartado Filipinas "tiene mucho que ganar".

Indicó que su país continuará atendiendo los barcos de guerra

norteamericanos que fondean en el archipiélago pero en el tema de crear depósitos flotantes para la armada de Estados Unidos, Ramos dijo que "no hemos visto propuestas concretas en ese respecto".

Clinton negó que Estados Unidos se haya demorado en la limpieza de sus antiguas bases militares, la jaula de Subic y la de la fuerza aérea de Clark tras abandonarlas en 1992 después que el gobierno filipino no renovó su contrato de arrendo.

"No creo que pueda destinar en este momento más fondos para esa limpieza, agregó.

"Estados Unidos considera el Pacífico no un océano que nos separa de Asia sino un océano que nos une con Asia", dijo esta mañana Clinton.

## Los republicanos se oponen al envío de tropas al Golán 14/11EO.

HAY TEMAS CRÍTICOS en los que la cooperación con el gobierno democrata es improbable, tales como el prolongado esfuerzo por llegar a un acuerdo de paz entre Siria e Israel.

El secretario de Estado Warren Christopher ha manifestado repetidamente que EEUU está dispuesto

a enviar un pequeño contingente de tropas para formar parte de una fuerza de observación si Israel se retira de las Alturas del Golán, que capturó en 1967, a cambio de un tratado de paz con Siria. Y Clinton reiteró esa promesa en sus recientes conversaciones en Damasco con el

presidente sirio Hafez Assad. Pero existe considerable oposición entre los republicanos a mandar fuerzas para mantener la paz, lo que debilitaría los esfuerzos de la administración por mediar entre Israel y Siria. Los republicanos conservadores, con algún apoyo en Israel, se opo-

nen a la participación norteamericana en esas fuerzas, diciendo que las tropas podrían convertirse en blanco de los terroristas.

La mayoría republicana en el Capitolio también despierta dudas sobre el futuro de la ayuda externa, incluso sobre los US\$ 4 mil millones que EEUU destina a Israel. (The Washington Post, exclusivo para El Observador).

Nº. DOCUMENTO 9500593

TÍTULO DE UU: PERRY VIAJA A BRASIL Y ARGENTINA.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 16/11/94

VINCULACIONES 658PO → 11921.

66960

507482.

11164

11302.

11163

13065

## Secretario de la Defensa viaja a Brasil y Argentina

Washington (AFP)

El secretario de la Defensa de los Estados Unidos, William J. Perry, viajará este miércoles a Brasil y el sábado próximo se trasladará desde Río de Janeiro a Buenos Aires para una visita de tres días a la Argentina, en lo que constituirá su primer viaje a Latinoamérica.

Perry regresará el próximo martes a Washington.

El Pentágono explicó que su viaje tiene por objetivo central incrementar las relaciones militares con ambos países sudamericanos, dejando en claro que no firmará acuerdo alguno con sus interlocutores brasileños y argentinos.

Sin embargo, un alto funcionario del Pentágono precisó que el secretario Perry observará en Brasil y Argentina los aviones de entrenamiento Tucano y Pampa, que compiten en una licitación para proveer hasta 900 unidades a la Fuerza Aérea y la Marina estadounidenses.

En Brasil, Perry se reunirá con el presidente Itamar Franco, así como con los máximos jefes militares y con altos personeros de los ministerios de Defensa y de Relaciones Exteriores. En Argentina, el secretario Perry se entrevistará con el presidente Carlos Menem y con los ministros de Relaciones Exteriores y de la Defensa Nacional, con jefes militares y miembros de los Comités de Defensa de la Cámara de Diputados y del Senado argentino.

El alto personero norteamericano tiene previsto subir a bordo de un barco argentino que tomó parte en las operaciones de restablecimiento de la paz y la

democracia en Haití, acompañado del comandante de la Gendarmería que participa en la Misión Militar de las Naciones Unidas para Haití (Minuba), que deberá reemplazar en el terreno haitiano a las fuerzas norteamericanas.

El objetivo principal del viaje es "comentar las buenas relaciones" que Washington ha construido con ambos países durante los últimos años, y "particularmente agradecer a la Argentina" por sus contribuciones a los esfuerzos de pacificación auspiciados por las Naciones Unidas en el Golfo Pérsico, Croacia y Haití, señalaron las fuentes del Pentágono.

Brasil y Argentina "no sólo son dos de los más importantes países de América Latina", sino que además "son muy activos en la esfera internacional", agregaron.

Perry, que viajará acompañado por una pequeña comitiva, irá primero a Manaus, Brasil, donde visitará a un centro de entrenamiento en la selva amazónica, y luego recorrerá el Centro de Investigaciones Técnicas de las Fuerzas Armadas brasileñas, en São José dos Campos, el más avanzado de América Latina.

Allí observará el Tucano, que ha entrado en la liza con el Pampa argentino y con otros aviones de Estados Unidos, Suiza e Italia, para elegir el avión que reemplazará los Cessna T-38 que forman el grueso de la flota de formación de pilotos de la Fuerza Aérea y la Marina, indicaron los expertos del Pentágono.

Perry seguirá posteriormente a Brasilia, donde será recibido por el presidente Itamar Franco, el ministro de la Defensa y otros altos funcionarios.

## William Perry en Brasil

Brasilia (AFP)

El secretario estadounidense de Defensa, William J. Perry, comenzó este miércoles en Brasilia una visita a Brasil hasta el sábado 19 para desarrollar las buenas relaciones de trabajo entre las fuerzas armadas brasileñas y norteamericanas, informaron fuentes militares.

En su primer viaje a América del Sur desde que asumió la secretaría de Defensa, Perry fue invitado por el gobierno brasileño. Visitará Manaus, Brasilia, San José dos Campos y Río de Janeiro.

En sus conversaciones con las autoridades militares, el viernes en Brasilia, se refirieron

especialmente a asuntos globales de seguridad, a la no proliferación de armamentos nucleares y al mantenimiento de la paz.

También brindará una conferencia sobre asuntos estratégicos.

Durante su permanencia en la capital brasileña, el secretario de Defensa se entrevistará con el presidente Itamar Franco, con el canciller Celso Amorim, con los ministros militares y con el secretario de Asuntos Estratégicos para intercambiar ideas sobre seguridad regional y mundial. En Manaus (estado de Amazonas), Perry se reunirá con autoridades militares. En San José dos Campos (estado de São Paulo), el jueves 17, visitará el Centro Técnico Aeroespacial (CTA) y la Base de Asesores de Asesores (BAA).



Nº. DOCUMENTO 9500594

TÍTULO ESTADOS UNIDOS: Histórico acuerdo comercial con el Pacífico  
(Cumbre YAKARTA)

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE P. C. 16/11/94 11921

VINCULACIONES 65890

INDIC

11164

11302

11187

11161

11409

"Ahora Falta que Funcione"

## CLINTON: "HISTORICO ACUERDO COMERCIAL CON EL PACIFICO"

YAKARTA, 15 (AP) — El presidente norteamericano Bill Clinton dijo hoy que el foro comercial con naciones del Pacífico y Asia produjo un documento "histórico", pero que el desafío mayor será hacer que el pacto funcione. "Este acuerdo es una buena nueva para los países de esta región y especialmente buena para Estados Unidos y sus trabajadores", dijo Clinton aquí en una conferencia de prensa. Los productos y servicios estadounidenses podrán competir mejor en el exterior como resultado de los acuerdos para liberalizar el comercio en Asia, dijo Clinton al cabo de una conferencia de dirigentes de la organización de Cooperación Económica Asia Pacífico, integrada por 18 naciones.

El calendario para cancelar aranceles entre las naciones de la cuenca del Pacífico prescribe que sólo las mayores economías industriales han de eliminar dichas barreras comerciales para el 2010. La mayoría del resto de la región tendrá otros 10 años para hacerlo, hasta el 2020.

Clinton dijo que el acuerdo era un producto natural de la cumbre del Asia y el Pacífico que él organizó hace un año en Seattle, Estados Unidos. Añadió que los dirigentes preparaban ahora un "detallado programa de acción" para un cónclave de seguimiento el próximo año en Osaka, Japón.

El presidente norteamericano tildó de "histórica" la cumbre de Yakarta, pero dijo que aún mayor desafío sería poner en práctica el acuerdo convenido aquí. "Si adoptamos un plan (para bajar aranceles), ello es muy buen indicio", dijo.

Un acuerdo de última hora fue logrado hoy para dar a China y Corea del Sur y otras economías de rápido crecimiento en el Asia hasta el 2020 para reducir las restricciones comerciales, en vez de la fecha anterior. Clinton había insistido en que más países, sobre todo Corea del Sur, tuvieran que eliminar las barreras para el 2010, pero transigió finalmente.

Sólo cinco potencias tendrán que acatar el plan dentro del plazo más corto: Estados Unidos, Japón, Canadá, Australia y Nueva Zelanda.

Si bien la declaración es suficientemente vaga como para satisfacer a las naciones incómodas con el plazo, representa un paso que creará la mayor zona de libre comercio del mundo.

"Voy a hacer todo lo que puedo" para pro-

longar la recuperación económica estadounidense, dijo Clinton en respuesta a una pregunta sobre el valor declinante del dólar en los mercados mundiales.

Dijo que la liberalización de los mercados del Asia y el Pacífico crearía mayor seguridad de empleo para los norteamericanos, sobre todo los obreros de las fábricas de automóviles. La región tiene "clases medias en rápida expansión" y la potencialidad de una mayor demanda de productos estadounidenses.

El comunicado final de la cumbre dijo que los dirigentes acordaron "adoptar la meta a largo plazo de un comercio e inversiones libres y abiertos en Asia Pacífico. Esta meta será perseguida prontamente mediante eficientes reducciones de barreras al comercio y la inversión y mediante la promoción del libre flujo de bienes, servicios y capital entre nuestras economías".

"Desaamos subrayar nuestra fuerte oposición a que se cree un bloque comercial inclinado sobre sí mismo que nos desviaría de la meta del libre comercio global", añadió la declaración.

El comunicado dijo que los distintos plazos para eliminar aranceles reflejan "los diferentes niveles de desarrollo económico entre las economías del CEAP".

Clinton dijo en respuesta a una pregunta sobre los distintos plazos para eliminar barreras comerciales, que China y Corea del Sur tenían hasta el 2020 para alcanzar dicha meta, pero que ello "depende de su propio ritmo de crecimiento. No hay definición de crecimiento industrial que los excluya (de lograr la meta del 2010).

"No hay nada en esos dos acuerdos que ponga en desventaja al Canadá o al Japón, pero no hablar de Estados Unidos", dijo.

Clinton dijo que si bien estaba comprometido a fomentar una mayor libertad comercial a través del mundo, seguiría haciendo hincapié en los derechos humanos en sus conversaciones con otros dirigentes.

El presidente Bill Clinton salió hoy en defensa de su política exterior en momentos en que se le complican los problemas políticos, diciendo que los desafíos globales crecen más aceleradamente que lo que se imaginó aunque vislumbra que redundarán en mayores beneficios para los norteamericanos.

Clinton dijo que la reunión de los 18 líderes de naciones asiáticas y del Pacífico tuvo como resultado una "declaración profundamente histórica" que producirá mayores empleos de exportación y ventas en el exterior.

Nº. DE CUPA: 9500595

TÍTULO: T.E.U. : Republicanos esperan aumento en gastos de Defensa

PRECEDENTE: 150483

FECHA DE: 17/11/94

VINCULACIONES: 65890.

11163

11261

11392

13065

11911

11019

El triunfo republicano revierte la tendencia a recortar gastos en defensa

## El Pentágono se rearma y demanda por 20.000 millones de dólares más

Washington - Con el paso del control del Congreso norteamericano a manos republicanas se espera aumenten los gastos de defensa y se presione al gobierno de Clinton a reducir la participación norteamericana en operaciones de paz a nivel mundial.

Los analistas aseguran que si bien no se realizará una reestructuración mayor en lo militar, los legisladores del GOP intentarán revertir los cortes en el presupuesto de defensa agregando US\$ 20 mil millones a los cofres del Pentágono destinados a lo militar.

También se espera que los republicanos presionen al Departamento de Defensa para que acelere el desarrollo de nuevas armas diseñadas para defender a las tropas norteamericanas contra misiles balísticos en el campo de batalla, dado que hoy existe debilidad en ese sentido.

La defensa ha sido el hueso de la discordia de los republicanos desde que Clinton asumiera el gobierno.

Los parlamentarios del GOP han intentado frenar las propuestas de la administración de reducir los gastos de defensa y han criticado su decisión de desplegar tropas norteamericanas en misiones de paz, incluyendo las realizadas en Ruanda, Macedonia y Haití.

Los republicanos dicen que esas operaciones producen gastos que se necesitan para fondo de operaciones y perjudican la rápida preparación de las tropas.

En su "Compromiso con América", que los legisladores del GOP diseñaron antes de las elecciones, clamaban por la restitución de los recursos de defensa. Un plan similar diseñado por los senadores del GOP a principios de año solicitaba agregar US\$ 20 mil millones al presupuesto de defensa para los próximos cinco años.

Los analistas dicen que es muy pronto para saber hasta dónde piensan llegar los legisladores del GOP ahora que tienen las riendas del Congreso, dadas la amargas realidades presupuestales que éste debe enfrentar independientemente del partido que haya ganado las elecciones.

El presupuesto general ya sufre limitaciones y el GOP prometió reducir los impuestos y el déficit del presupuesto federal por lo que

no habrá dinero suficiente para recomponer sustancialmente el programa de defensa, aseguran los expertos.

No se sabe cómo va a reaccionar el gobierno ante las demandas republicanas. El secretario de Defensa, William J. Perry, dijo a los periodistas el jueves pasado que el Pentágono está preparando su presupuesto fiscal para 1996 a ser presentado en febrero, como si no se hubiera producido ningún cambio.

### Conflictos

Pero Perry también mostró escepticismo sobre la habilidad de los legisladores republicanos para poder hacer compatibles sus demandas, sugiriendo que no será posible aumentar los gastos de defensa y reducir el déficit general del presupuesto al mismo tiempo, como los republicanos prometieron.

"Cuando comiencen a juntar sus proyectos... encontrarán un cierto grado de conflicto entre esos dos objetivos", dijo Perry.

"Mis planes sobre el presupuesto de defensa... se basan en los recursos que sabía que tendría antes de las elecciones". ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

## Los militares esperan cambios: menos operaciones de paz y desarrollo de nuevas armas

LOS CAMBIOS QUE los republicanos propondrán al Congreso, según los analistas son:

- \* Presionar para que se limite la participación de las tropas norteamericanas en operaciones de paz, especialmente cuando el presupuesto militar no cuenta con fondos para financiar esas empresas sin menoscabar los presupuestos de operación de los servicios.

- \* Presionar para que se financie el desarrollo de una nueva arma diseñada para destruir misiles balísticos que amenazan a las tropas norteamericanas en el campo de batalla, un proyecto al que el gobierno de Clinton quitó prioridad.

Algunos republicanos también quieren revivir el programa "Guerra de las Estrellas" de la era Reagan.

- \* Aumentar los fondos para procurar sistemas de armamento más sofisticados como el que está por ser desarrollado por el Ejército, el helicóptero de ataque Comanche o el avión de ataque F-22 propuesto por la Fuerza Aérea; en ambos casos el gobierno sugirió que podrían demorarse o cancelarse.

- \* Presionar para que se acelere la admisión de Polonia, Hungría, la República Checa y otros ex países del Este europeo como miembros plenos de la OTAN. Naciones de la ex Unión Soviética han mostrado preocupación para que se asegure a esos países membresía plena y Clinton, consciente del tema, les garantizó lo que equivale a un status previo, llamado de aprendices.

- \* Intentar restaurar las llamadas "barreras de fuego" en el proceso parlamentario de debate del presupuesto que anteriormente protegían al presupuesto de defensa para que no se inmiscuyeran parlamentarios que querían canalizar recursos de defensa a programas sociales de orden interno.

- \* Bajar la presión de los demócratas sobre el Pentágono para que elimine la duplicación de esfuerzos. El senador Sam Nunn, demócrata y presidente del Comité de Servicios Armados del Senado, junto a otros parlamentarios intentó promover un proyecto de redefinición de las funciones que presta cada servicio. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)

9500595

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500596

TÍTULO: EE.UU.: podría dar ayuda económica a musulmanes de Bosnia

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCESAMIENTO: 19/11/94

VINCULACIONES 658 PD. - 11921

11164

11399

BOSNIA

11161

11911

## EE.UU. podría dar ayuda hasta de 5.000 millones de dólares a los musulmanes

*A pedido del Congreso, el gobierno norteamericano informó a algunos parlamentarios sobre planes "top secret" para dar ayuda militar hasta 5.000 millones de dólares a los musulmanes de Bosnia, si Washington decide levantar el bloqueo internacional de material bélico.*

Redacción, ANSA y EFE (WASHINGTON)

Al mismo tiempo, el Ejecutivo de Estados Unidos advirtió a las Cámaras sobre las "serias consecuencias" de una iniciativa unilateral, sea en las relaciones con los aliados de la OTAN, sea en las operaciones en Bosnia.

Al presentar, días atrás, al Congreso distintas posibilidades para intervenir junto a los musulmanes, como muchos diputados y senadores deseaban, Clinton respetó un compromiso que le impone una ley de aprobación reciente.

Un plazo establecido en esa ley hizo que el gobierno de Washington anunciara, hace unos días, que sus naves no participarían más en los patrullajes del Adriático que intentan hacer cumplir el bloqueo.

El siguiente paso que fija la ley es estudiar las opciones posibles de rearme de las tropas de Bosnia.

Versión de la ABC, que luego confirmó el Pentágono, indican que el abanico de posibilidades es amplio y va de intervenciones "leves" a acciones en gran escala, mucho más "pesadas". Según sea la elección, el gasto para ayudas militares al gobierno de Sarajevo podría ser de 400-500 millones de dólares, o "explotar" hasta 5.000 millones.

La versión "leve" del plan prevé dar armas, minas antitanques y adiestramiento militar por breve término.

La opción "monstruo" permite que Estados Unidos garantice dar a los musulmanes tanques, artillería, medios blindados e instructores dispuestos a permanecer un año en el lugar.

Los expertos del Pentágono y del Departamento de Estado, al encontrarse con los miembros del Congreso, insistieron sobre potenciales repercusiones negativas de una anulación unilateral del bloqueo por parte de Estados Unidos.

En primer lugar, se retirarían de in-

mediato los cascos azules enviados a Bosnia por Francia, Gran Bretaña y Holanda. Como Washington se comprometió a apoyar en caso de evacuación, tendría que enviar sus tropas a Bosnia y disponer una masiva cobertura aérea.

### Plano político

En el plano político —advirtieron fuentes cercanas al Presidente— un alejamiento estadounidense tendría ecos muy graves en el interior de la Alianza Atlántica. Hoy, en Washington, el Secretario General de la OTAN, Willy Claes, trató de aplacar las polémicas entre europeos y norteamericanos. "No quiero minusvalcar el debate en curso —dijo Claes— pero no debemos exagerar: hay otras cosas además del bloqueo de armas a Bosnia".

Paul Simon, Senador demócrata de Illinois que participó en el encuentro con los expertos de la Administración norteamericana, subrayó que el Congreso está dispuesto a apoyar al gobierno de Bosnia, aun con el riesgo de un endurecimiento de las relaciones con los aliados de la OTAN.

"Cuando una de las dos partes beligerantes es claramente el agresor, creo que es justa una intervención de este tipo", dijo. El análisis en el Congreso y el estudio de las posibilidades estratégicas continuará en las semanas venideras. Pero un significativo "alto" fue pronunciado hoy por Newt Gingrich, el líder republicano que a fines de enero será Presidente de la Cámara.

"No logro comprender —observó— cómo un país con problemas de presupuesto como el nuestro puede comprometerse con ayudas militares a Bosnia de 5.000 millones de dólares. Sería muy escéptico ante un plan de ese tipo. Bosnia es ante todo un problema europeo: alemanes, franceses, ingleses e italianos son bastante ricos como para adjudicarse una cuota preponderante de los gastos".

Nº. DOCUMENTO 9500597

TÍTULO EE.UU. no impondrá sanciones sobre DD.HH. o GUATEMALA

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROCEDENCIA 19/11/94

VINCULACIONES 65890

66097

11164

11302

11399

11245

Violaciones a los DD.HH. son corrientes

## EE.UU. no impondrá sanciones a Guatemala

19/11/94

**E**l Gobierno estadounidense no sancionará económicamente a Guatemala por la supuesta violación de los derechos humanos y laborales, aseguró ayer el subsecretario del Departamento de Estado, John Shattuck, que concluyó hoy una visita de dos días a este país.

«No hay necesidad de sanciones económicas», subrayó Shattuck, jefe de la Oficina de Democracia, Derechos Humanos y Trabajo, del Departamento de Estado, al ser preguntado sobre la demanda de sindicalistas estadounidenses para que se retiren las ventajas arancelarias por la violación de los derechos básicos.

Shattuck, que se entrevistó con el presidente Ramiro de León Carpio, destacó que el Gobierno

guatemalteco logró progresos en la consolidación de la democracia tras el fallido golpe de estado perpetrado en mayo de 1993 por el ex presidente Jorge Serrano, asilado en Panamá.

Aseguró que su visita «fue productiva y sumamente útil» porque «hoy comprendo mejor la situación de los derechos humanos y creemos que no vale la pena establecer sanciones económicas». «He tomado nota de los adelantos recientes en el sistema judicial criminal y sobre los problemas de impunidad», comentó. Sin embargo, el subsecretario norteamericano advirtió que el Gobierno guatemalteco debe trabajar contra la violencia y la impunidad, «que es nuestra preocupación».

0601

9500597

Nº. DOCUMENTO 9500598

TITULO Secretario de Defensa PERRY propuso reunión de ministros de Defensa

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 19/11/84

VINCULACIONES 65890. → 11921.

507482.

11164.

11302.

11078.

11163.

13065

## **Perry propuso reunión de los ministros de Defensa**

19/11/84. Brasília (AFP)

■ El secretario estadounidense de Defensa, William Perry, durante una rueda de prensa celebrada este viernes en Brasília, propuso celebrar reuniones multilaterales a nivel regional de ministros de Defensa para coordinar las actividades en los problemas comunes de seguridad.

Pese a que no dio mayores detalles, el secretario norteamericano explicó que esos encuentros, de simple coordinación, no tendrían similitud con la OTAN (Organización del Tratado del Atlántico Norte), alianza europeo-norteamericana de defensa militar.

● Perry definió los principales problemas comunes de seguridad entre los países americanos, y especialmente entre EEUU y Brasil, la conversión de la paz, la proliferación de armamentos, el combate al tráfico de drogas, la lucha contra el terrorismo y la necesidad de ejercicios militares compartidos.

En su primera visita a América del Sur, que comprende Brasil y Argentina, el secretario de Defensa aseguró además que los EEUU "no tienen ni buscan naciones enemigas", sino que sus adversarios son el caos, la violencia, el terrorismo y el narcotráfico.

"Eso justifica el mantenimiento del poder, para el uso o la amenaza del uso de la fuerza, por eso Estados Unidos conserva su poderío militar", argumentó.

También fundamentó el creciente interés de su país en América Latina por el aumento de la interdependencia comercial y económica, hecho que justificaría coordinar distintas actividades, sobre todo de defensa, donde se observan problemas comunes que deben ser encarados a nivel ministerial.

Después de calificar a Brasil como una "potencia mundial", con la cual deben discutirse problemas de seguridad global, aseguró que los aviones brasileños de entrenamiento militar Tucanos competirán en una licitación internacional "abierta y justa", realizada por Estados Unidos, para la compra de 712 aparatos en 1995.

Perry declaró su buena impresión por la alta tecnología de Embraer (Empresa Brasileña de Aeronáutica), que fabrica los Tucanos, durante su visita a la planta de San José de los Campos, estado de Sao Paulo, y admitió la posibilidad de adquirir 500 aviones para las fuerzas armadas estadounidenses.

Durante su permanencia en Brasil mantuvo entrevistas con el presidente Itamar Franco, con el mandatario electo Fernando Henrique Cardoso, con el canciller Celso Amorim y con autoridades militares, para abordar problemas mundiales de seguridad y la no proliferación de armamentos.

9500598

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500599

TÍTULO EE.UU. prometió a ISRAEL

continuar ayuda dentro del proceso de paz.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 22/11/84

VINCULACIONES 65890 → 11921.

507603

11164

11399

11163

## Clinton Continuará la Ayuda a Israel 22/11 EP.

WASHINGTON, 21 (EFE). — El presidente de EE.UU., Bill Clinton, prometió hoy, lunes, al primer ministro israelí, Isaac Rabin, que Washington continuará con la ayuda a su país dentro del proceso de paz de Oriente Medio.

En declaraciones a la prensa, al concluir su reunión con Rabin, el presidente norteamericano

destacó que, a su juicio, es necesario seguir con la ayuda a Israel para que este país pueda llegar a la paz con sus vecinos árabes.

Estados Unidos otorga actualmente unos 3.000 millones de dólares anuales a Israel, pero varios miembros del Congreso se han pronunciado a favor de una reducción del presupuesto de ayuda exterior.

"He reafirmado mi apoyo a la ayuda a Israel así como a cierto tipo de asistencia militar, como el programa de misiles de corto alcance", indicó Clinton.

El presidente norteamericano se declaró asimismo dispuesto a estudiar la idea de una participación norteamericana en una eventual fuerza de mantenimiento de la paz en los altos de Golán, si Israel y Siria llegan a un acuerdo sobre la devolución de la estratégica meseta.

Clinton precisó que Israel y Siria no han hablado aún de la posible participación norteamericana en una fuerza internacional de paz que podría ser enviada al Golán para vigilar un eventual acuerdo entre los dos países.

Pero agregó que, si ambas partes piden a Estados Unidos involucrarse en el futuro, está dispuesto a defender la idea en el Congreso.

El ultraconservador Jesse Helms, que, según se prevé, será el próximo presidente del poderoso Comité de Asuntos Exteriores del Senado de EE.UU., dijo la semana pasada que está en contra de que se envíen tropas norteamericanas al Golán.

Helms, además, calificó de "fraude" el proceso de paz, lo que causó una fuerte reacción de protesta por parte de Damasco.

El primer ministro de Israel, que llegó el domingo a Washington para una visita de tres días, tiene previsto, también, examinar con sus interlocutores norteamericanos las diferentes opciones de ayuda económica a los palestinos.

Según fuentes diplomáticas, Rabin quiere hacerse eco de las quejas de los palestinos, quienes afirman que la comunidad internacional no cumple, o lo hace demasiado lentamente,



Nº. DOCUMENTO 9500600

TÍTULO Estados Unidos y Argentina realizaron operaciones de cooperación en Defensa.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 22/11/84 11921.

VINCULACIONES 65890

66960

11163.

13065

11399

11331.

## Operación cooperativa con Estados Unidos

**Material militar** la Argentina lo alquilará a los Estados Unidos para enfrentar las necesidades de las Fuerzas Armadas.

La Argentina y los Estados Unidos realizarán operaciones de cooperación en el área de Defensa que incluirá el alquiler de equipos militares, la lucha contra el narcotráfico y la participación en misiones de la UN.

El secretario de Defensa norteamericano, William Perry, en una conferencia de prensa ofrecida junto con el ministro de Defensa, Oscar Camillón, realizada ayer en el Círculo Militar, dijo que su país arrendará el gobierno argentino material militar para el reequipamiento de las Fuerzas Armadas. "Vamos a ingresar en un sistema de arrendamiento de equipos para minimizar gastos de fondo", dijo Perry.

A este respecto Camillón dijo que la Argentina tenía una lista de necesidades que incluía "desde camiones para la Armada y el Ejército, hasta material de laboratorio".

El secretario de Defensa norteamericano señaló que su país entregará a la Argentina equipos de defensa excedentes, a raíz del achicamiento de gastos militares en los Estados Unidos, previo reacondicionamiento. Comentó que se trata de acuerdos bilaterales "basados en los

intereses de la Argentina y de los Estados Unidos, y por eso se formará una comisión bilateral.

Advirtió que la mayor amenaza del hemisferio es el narcotráfico y que cuando éste es muy intenso "incluye influencia corrupta que se instala en los gobiernos y sus funcionarios y amenaza las bases mismas del sistema democrático y las instituciones".

Camillón y Perry dieron a conocer un comunicado donde se expone que las negociaciones fueron "sumamente positivas y fructíferas" y destacaron que "hay coincidencia de opiniones y convergencia de políticas entre ambas naciones".

Perry calificó a la Argentina como "un aliado valioso de los Estados Unidos y con objetivos comunes" y agregó que se va a trabajar juntos para combatir la pobreza y promover la paz. Por último dijo que la Argentina "se ganó el respeto del mundo por su contribución a la paz".

Por la mañana Camillón y Perry se reunieron en Defensa y mantuvieron una conversación a solas de poco más de 20 minutos. Luego el secretario de Defensa norteamericano conversó con los jefes del Ejército, la Marina, la Aeronáutica, la Prefectura, y la Gendarmería.

Perry también visitó el Parlamento, donde se reunió con los miembros de las comisiones de Defensa de ambas cámaras.



Nº. DOCUMENTO 9500601

TÍTULO EE.UU. : Republicanos preparan su ofensiva contra leyes sociales

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 23/11/84 11921

VINCULACIONES 658PO.

11164

11302.

11837.

11437.

## Los republicanos preparan su ofensiva contra las leyes sociales

Nueva York (ANSA)

■ La nueva mayoría republicana de la Cámara, elegida el 8 de este mes en Estados Unidos, prepara una verdadera revolución en el régimen asistencial y de subsidios de alimentación para los indigentes, informó hoy el New York Times.

Los republicanos propondrán en enero una ley de reforma que golpea el eje del "welfare state" norteamericano, que es el derecho de toda persona idónea a participar de esos programas y a recibir los beneficios previstos por la ley.

El proyecto de ley que actualmente estudian los líderes republicanos señala que el Congreso establecerá un techo anual global para los gastos de los programas de "welfare", gastos totalmente administrados por los estados.

Si los aportes del Congreso resultan insufi-

cientes, las autoridades de los estados podrán verse obligadas a rechazar la asistencia. Los republicanos sostienen que así el gobierno federal podrá racionalizar y reducir el gasto global del "welfare".

Al mismo tiempo, el Congreso tiene que asumir la responsabilidad del costo anual de esos programas, y no considerarlos como derechos inalienables.

La propuesta es muy controvertida, pues apunta no sólo a las asignaciones — criticadas por el propio presidente Clinton — para las madres jóvenes, sino también a los programas de nutrición, desde los bonos para la compra de alimentos hasta las comidas en las escuelas.

Con la nueva ley, el Congreso eliminaría una serie de medidas sancionadas en la posguerra para ayudar a los indigentes, y en especial a los niños.

9500601

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500602

TÍTULO EE.UU. evacuó de KAZAJISTÁN 6.000 kgs de URANIO

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROCEDENCIA 24/11/89 11921

VINCULACIONES 65890

508358

11164

11399

11912.

## EEUU sacó 600 kilos de uranio de Kazajistán

24/11/89  
WASHINGTON - EN UNA operación secreta, Estados Unidos evacuó de la ex república soviética de Kazajistán casi 600 kilos de uranio altamente enriquecido, con el que se podrían haber fabricado hasta dos docenas de bombas atómicas. La Casa Blanca reveló ayer que el combustible nuclear se encuentra almacenado en Estados Unidos, adonde fue trasladado en aviones de transporte C-5.

La transferencia se hizo en una operación secreta bautizada con el código "Zhafire", que concluyó el lunes pasado con la llegada del último cargamento a EEUU, tras varios meses de negociaciones secretas entre los dos países.

"Esta es otra forma de defensa, y a lo grande", dijo el secretario norteamericano de Defensa, William Perry, al hacer el anuncio oficial en una rueda de prensa en el Pentágono.

"Hemos colocado para siempre este material para la fabricación de bombas atómicas lejos del alcance de potenciales traficantes, terroristas o nuevos regímenes nucleares. Ahora está a salvo", afirmó Perry.

En la rueda de prensa, el jefe del Pentágono estuvo acompañado por el secretario de Estado, Warren Christopher y la secretaria de Energía, Hazel O'Leary, cuyos departamentos también participaron en las negociaciones secretas.

Perry informó que las autoridades kazajas informaron a EEUU a comienzos de este año de la existencia del material nuclear y de su incapacidad para almacenarlo o destruirlo con las mínimas garantías de seguridad. (EFE)

01-01

9500602

Nº. DOCUMENTO 9500603

TÍTULO *Fueron restablecidas las comunicaciones entre EE.UU. y Cuba.*

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 27/11/74 11921

VINCULACIONES 65890.

65671.

11164.

11399.

11411.

## Líneas telefónicas directas entre los EE. UU. y Cuba

WASHINGTON, 26 (EFE).— Las comunicaciones telefónicas directas entre los EE. UU. y Cuba fueron restablecidas por primera vez en 30 años y millares de cubanos pueden a partir de hoy comunicarse con sus familiares en la isla.

La transnacional norteamericana AT&T puso a partir de ayer en la noche un servicio de llamada de discado directo con Cuba que, anteriormente, requería de una operadora.

Esa empresa es una de las seis norteamericanas que logró la autorización de la Comisión Federal de Comunicaciones para restablecer las llamadas de discado directo con Cuba, que se convierte en la primera medida que provocó una fisura en el riguroso embargo comercial que mantienen los EE. UU. sobre la isla.

Desde el huracán Andrés de 1962 el cable submarino que unía West Palm Beach, en Florida, con Cuba quedó dañado por lo que las empresas de comunicaciones norteamericanas se vieron obligadas a utilizar las conexiones de terceros países para mantener el servicio de llamadas telefónicas mediante operadora.

La empresa estatal Emtelcuba será la contraparte de las seis empresas norteamericanas que restablecerán los servicios telefónicos con DDI.

El costo por minuto de las llamadas desde los EE. UU. fue establecido por AT&T en 1,20 dólar, suma de la cual la empresa estatal cubana recibirá la mitad en compensación por las prestaciones.

9500603

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500604

TÍTULO Porten naves de guerra de EE.UU a BOSNIA.

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCEDENCIA 27/11/84 → 11921.

VINCULACIONES 65890  
504697.  
11164  
11399.  
11163.  
11911.  
501889.

Doc. Poco  
LEGIBLE

## Parten naves de guerra de Estados Unidos hacia la crítica zona de Bosnia

Tres naves anfibas norteamericanas con 2.000 infantes de marina a bordo partieron del puerto francés de Tolón, y se están dirigiendo hacia el mar Adriático a raíz de la creciente tensión en Bosnia.

BELGRADO / ANSA

La noticia fue difundida por el Pentágono, cuyo vocero precisó que se trata de una iniciativa "estrictamente precaucional" y que a los infantes de marina se le dio la orden de no desembarcar, sino de permanecer a disposición en el Adriático para estar listos para apoyar eventualmente a las fuerzas de la ONU. La llegada de las tres naves en la zona es prevista para el lunes o martes.

En tanto, la zona protegida de Bihac, capital del homónimo enclave, continúan los combates. Radio Sarajevo habla de incesantes bombardeos anoche y esta mañana, provenientes también de los territorios croatas controlados por los serbios, incluso cuerpo a cuerpo cerca del hospital. Fuentes de la ONU informaron, en cambio, "según" de unas treinta fuertes explosiones durante la noche e incesantes tiros de ametralladora.

### Control militar

La impresión difundida es que los serbios tienen ya el control militar de la situación, pero no queda claro si intentarán la incursión final, es decir la conquista de la ciudad.

Otra hipótesis es que quizás se limitarán a controlarla desde afuera, utilizando a los autonomistas locales (musulmanes pero aliados suyos) cuyos comandos siguen hablando de avanzada hacia el centro de Bihac. La situación en el campo es extremadamente tensa. La continuación de los bombardeos sobre el área protegida podría imponer a la OTAN nuevas acciones, tras la fallida de ayer por las condiciones del tiempo, si bien los serbios insisten en que hubo dos.

El parece cerrado, por otra parte, el camino negociador. Las propuestas de ayer: un alto el fuego de tres meses generalizado a toda Bosnia. Sarajevo la aceptó, los serbio-bosnios también, pero con una fundamental reserva.

### Acuerdo inaceptable

Dicen estar dispuestos a la tregua de armas en el marco de la firma de un acuerdo más amplio: una paz propiamente dicha. Pero este acuerdo tendría lugar antes del relativo a la división territorial de Bosnia, lo que parece inaceptable a los musulmanes y croatas de Bosnia, dado que actualmente los serbios controlan el 70 por ciento del país, y son muy reacios a bajar al 49 por ciento que se les asignó en el plan de paz.

Muy activos entre Zagreb y Belgrado están los copresidentes para la Conferencia de Paz, Lord David Owen y Stoward Stoltenberg; mientras el Ministro de exteriores ruso, Andrei Kozyrev, está hoy en Bonn para conversaciones con su colega alemán Klaus Kinkel, y esta misma noche o mañana viajará a Belgrado para hacer el punto con el Presidente serbio, Slobodan Milosevic.

01-01

9500604

Nº. DOCUMENTO 9500605

TÍTULO EE.UU. aceptó dar incentivos de paz a fuerzas serbias.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 28/11/94 611921.

VINCULACIONES 65890.

507696

11164

11399.

11911

11302.

## EE.UU. Acepta dar Incentivos a las Fuerzas Serbias

LONDRES, nov 28 (Reuter) - Estados Unidos aceptó que se ofrecieran nuevos incentivos de paz a los serbios de Bosnia como parte de un renovado esfuerzo de las grandes potencias para concertar la paz en la ex Yugoslavia, dijeron hoy diplomáticos.

El gobierno de Washington se sometió a las presiones de sus aliados europeos y aceptó con reservas y en carácter preliminar el planteamiento durante un encuentro en París, el domingo, del grupo de contacto de cinco potencias, dijeron las fuentes.

El asentimiento de Washington está sujeto al cumplimiento de ciertas condiciones, agregaron los diplomáticos, al comentar las deliberaciones del grupo liderado por funcionarios de Estados Unidos, Rusia, Alemania, Gran Bretaña y Francia.

Los ministros de relaciones exteriores de las cinco potencias se reunirán en Bruselas el viernes, confiados en que habrá avances en el frente diplomático, en vista de que la amenaza de utilizar el poderío militar de la OTAN no ha conseguido frenar los combates en Bosnia.

Es probable que no habrá el viernes anuncio público de lo que se ofrecerá a los serbios, por cuanto ello constituiría un bochorno para el gobierno del presidente Bill Clinton, que confronta intensas presiones internas para aumentar su apoyo a los musulmanes bosnios.

El plan prevé extender a los serbios bosnios el derecho de integrar una confederación con Serbia, si aceptan el plan de paz formulado a mediados de año, que hasta el momento han rechazado, para dividir a Bosnia en partes iguales entre los serbios y una federación musulmano-croata.

Además, se ofrecería a Serbia un mayor relajamiento de las sanciones impuestas por las Naciones Unidas si contribuye a que los serbios bosnios acepten el plan y acepta una fórmula para aliviar las prolongadas tensiones con Croacia, a través del mutuo reconocimiento diplomático.

Esas ofertas están condicionadas al reconocimiento por Serbia de la integridad territorial e independencia de Bosnia como un estado único, un asunto que Estados Unidos teme pueda deteriorarse por los futuros debates de Serbia con los serbios bosnios.

En Sarajevo, el primer ministro bosnio Haris Silajdzic reaccionó con escepticismo cuando se le preguntó de la posibilidad de que se ofreciera a los serbios bosnios el derecho de integrar una confederación con Serbia.

Recompensarían ellos el acuerdo y entregarían la mitad de Bosnia a una Gran Serbia? La pregunta con que Silajdzic respondió al tema.

El político aseguró también que no hay posibilidad alguna de que el gobierno bosnio acepte el establecimiento de una confederación serbia.

Los diplomáticos dijeron que sólo se ofrecería a los serbios bosnios los incentivos una vez aceptasen el plan de paz y el mapa para la división territorial, así como otras condiciones re-

9500605

01-01

DOCUMENTO 9500606

TÍTULO Negociaciones entre Cuba y EE.UU. intentan resolver crisis migratoria

PROCEDENCIA 150080

FECHA DE PROCEDENCIA 27/10/94 11921

VINCULACIONES - 65671  
- 65890  
- 11164  
- 11302  
- 11399  
- 11325

## Información Internacional

BUSQUEDA ■ Jueves 27 de octubre de 1994 ■ Pág. 55

### Nuevas negociaciones entre Estados Unidos y Cuba intentan resolver la crisis inmigratoria

## Balseros cubanos: buscaban "el paraíso" y hallaron "el infierno"

"Olvídate, chico, de que eres un hombre", dice un cubano de mirada soñolienta antes de señalar el chip electrónico que lleva en la muñeca. Le han dado ese aparato, semejante a un reloj y pequeño reloj, ni bien entró en la base militar de Guantánamo, pero no se trata de un reloj para medir el tiempo. El se ha salido del tiempo, como los 30.000 cubanos que desde mediados de agosto duermen bajo las lonas de las tiendas, juegan a las cartas, riñen o deambulan bajo el sol de mediodía buscando el pedazo de realidad que les corresponde en el inmenso campamento de 100 kilómetros cuadrados.

El chip en la muñeca contiene su nombre, su apellido, la fecha de ingreso y todo lo que los 7.000 soldados norteamericanos necesitan saber sin necesidad siquiera de verle la cara o escuchar la historia de la construcción de su balsa, su viaje por el mar, su victoria sobre los tiburones.

Cada vez que se lo convoca o traslada, un lector similar a los que interpretan los códigos de barras en los supermercados enfoca su chip y averigua quién es sin preguntar ni aguardar respuestas, como en las ficciones que dramatizan los sistemas de control del futuro. Sólo que el hombre no ha visto la mayoría de las películas de Arnold Schwarzenegger, y aun si las hubiera visto tampoco lograría comprender cómo ha hecho su balsa para llevarlo al siglo XXI. Sabe que los 14.000 haitianos que llegaron antes, en mayo y junio, les llevan ventaja porque el piso de sus campamentos está cubierto con una leve capa de asfalto y el de los cubanos es un pastizal, que las letrinas portátiles rebosan de excrementos y que las baterías de duchas y lavaderos no dan abasto.

ques, robos y estafas son juzgados en primera instancia por un consejo de autogobierno y luego por un tribunal de justicia formado por integrantes de cada comunidad.

Sin recibir correspondencia ni noticias de sus familiares, condenados a pasar las

coerción sobre su economía.

El lunes 24 los delegados volvieron a reunirse, esta vez en La Habana, para continuar conversando. Washington aduce demoras coyunturales en los visados y Cuba quiere discutir la posibilidad de levantar el em-

su repatriación, mientras la organización humanitaria Human Rights Watch acusó a Cuba de hostilizar a los activistas de derechos humanos y al gobierno de Clinton de ser cómplice del encierro de cubanos en su propio país, tras la firma del acuerdo que puso fin a la emigración.

#### ■ Las víctimas de un libro abierto

En el marco de la pulseada inmigratoria se perfilan, no obstante, algunos avances. Estados Unidos acaba de suprimir los obstáculos para que cinco compañías de telecomunicaciones establezcan enlaces telefónicos con Cuba, lo que le permitirá al régimen de Fidel Castro recibir entre 60 y 70 millones de dólares anuales en concepto de llamadas de larga distancia. También ha descongelado 48.000 dólares de la cuenta bancaria de un grupo que organiza viajes a Cuba desafiando el embargo estadounidense y otros posibles negocios comienzan a insinuarse en distintas áreas productivas, con independencia del sostenimiento del embargo.

La golpeada economía cubana modifica progresivamente sus controles estatísticos en busca de atraer nuevas inversiones. Entre ellas la que reúne a la empresa cubana Caribbean Nickel y la australiana Western Mining Corporation, para la explotación de las minas de níquel de Holguín, donde se prevé una inversión de 500 millones de dólares. La creación de nuevos impuestos y tasas en la isla, como así también la autorización de mercados agropecuarios libres desde fines de setiembre, son nuevos pasos que se suman al reacomodo de la economía de la isla. En una reciente

entrevista con la televisión francesa, Fidel Castro reconoció que Cuba no está en condiciones de continuar construyendo el socialismo tal como lo hizo hasta ahora y que se ve en la obligación de adaptar sus esfuerzos económicos a la realidad actual. Sus palabras parecen coincidir con el llamado del escritor mexicano Carlos Fuentes, quien exhortó a Castro a "perder a Marx para salvar la revolución cubana", y a Bill Clinton a "perder el estado de Florida para ganar el mundo", a levantar el embargo y "cerrar el libro de la Guerra Fría". Mientras ese libro se mantenga abierto los balseros cubanos seguirán siendo víctimas de su historia. (Redacción de Búsqueda en base a información de agencias AFP, DPA y "El País" de Madrid, edición dominical.)

salvar la revolución cubana", y a Bill Clinton a "perder el estado de Florida para ganar el mundo", a levantar el embargo y "cerrar el libro de la Guerra Fría". Mientras ese libro se mantenga abierto los balseros cubanos seguirán siendo víctimas de su historia. (Redacción de Búsqueda en base a información de agencias AFP, DPA y "El País" de Madrid, edición dominical.)



horas tendidos en sus catres o jugando algún partido de cualquier cosa que les haga olvidar su situación, la mayoría quiere escapar. Quienes intentaron cruzar las alambradas han saltado por los aires y regresado mutilados por las minas que rodean el campamento. Huir es la última idea de una serie de obsesiones superpuestas: "se pasa hambre, no se puede dar de comer a la familia, se protesta, se roba, se llega a la amenaza de ser encarcelado y se huye", dice la mayoría de los cubanos confinados en la base militar.

Algunos cientos han optado en estos días por regresar a su país. Buscaban "el paraíso" de Estados Unidos y encontraron "el infierno". Ahora prefieren afrontar las dificultades del regreso y devolver el chip.

bargo, al que responsabiliza del marasmo económico que produjo la "crisis de los balseros". Pero la agenda norteamericana se limita a los temas inmigratorios, como la repatriación de "1.500 indeseables" del éxodo de Mariel en 1980 y el retorno de los balseros de Guantánamo. Estados Unidos no desea continuar financiando el operativo y Cuba sostiene que no está en condiciones de hacer frente a un retorno masivo. Una coalición de 24 abogados presentó el lunes en Washington una demanda para que se reconozca a los balseros el estatus de refugiados y cese la coerción de

DOCUMENTO

TITULO

PROCEGENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VIOLACIONES

Los conjuntos de carpas se separan en lotes de 3.000 individuos. Los haitianos se reparten una comida tibia, especie de minestrone cerúleo servido en vasos de papel, pero los cubanos sólo reciben arroz seco o lentejas precocinadas en frías bolsas de plástico. La leche es para los niños menores de tres años y la carne y el pescado no han conocido en Guantánamo ninguna boca cubana. "Es una comida aburrida —reconoce el general Michael Williams, quien participó en la operación "Tormenta del Desierto" durante la guerra del Golfo y ahora dirige el campamento—. Y más aburrida porque psicológicamente, para los refugiados, el momento de comer es algo muy importante y esto aumenta su frustración".

"Los cubanos se resignan peor, están más agitados que los haitianos —agrega el sargento Michael Person— no han alcanzado la estabilidad emocional de los otros." Pero unos y otros han comenzado a sufrir las relaciones perversas del confinamiento. Violaciones, ata-

#### ■ Conversaciones en La Habana

Desde que el 9 de setiembre los delegados de Estados Unidos y Cuba se comprometieron en Nueva York a detener la migración masiva, no se han producido otros episodios de violencia que el fracasado intento de siete anticastristas de infiltrarse en la isla (el 16 de setiembre), quienes mataron a un pescador antes de ser capturados por las autoridades cubanas.

El episodio, reivindicado por el Partido de la Unidad Nacional Democrática, constituido en Miami, buscó malograr el entendimiento que trabajosamente tejen los delegados norteamericanos y cubanos en materia de migración. Los controles fronterizos en la isla se han hecho más firmes, a la espera de que los norteamericanos otorguen las 20.000 visas anuales prometidas y flexibilicen las medidas de



Nº. DOCUMENTO  
TITULO  
PROCEDENCIA 150483  
FECHA DE RECEPCIÓN 16/11/94  
VINCULACIONES 65671

*Clinton elabora plan para asilar a un tercio de los exiliados*

## Miles de cubanos procedentes de Guantánamo a punto de ir a EEUU

*Washington - El gobierno de Clinton considera permitir la entrada a EEUU de niños cubanos y sus familias, actualmente detenidos en la base naval norteamericana de Guantánamo, Cuba, aseguraron funcionarios estadounidenses el lunes.*

**E**sa medida implica una marcha atrás en la firme política de Clinton de negar el asilo a los cubanos que escaparon con balsas y botes caseros en el verano boreal pasado.

En las últimas semanas llegó a Miami una cantidad de cubanos al permitir el gobierno calladamente que varias docenas de niños, ancianos y refugiados entraran excepcionalmente a EEUU por razones humanitarias.

Pero la nueva propuesta, a ser adoptada en cuestión de días, permitiría que un tercio de los 23.390 cubanos, actualmente confinados en Guantánamo, ingrese a EEUU.

El planteo es aplicar el beneficio a unos 3.000 niños menores de 17 años, junto a miembros de sus familias que actualmente se encuentran en los campos. La mayoría se asentaría permanentemente en Miami, dijeron los funcionarios.

En agosto, Clinton y la fiscal general Janet Reno anunciaron que los balseros permanecerían indefinidamente detenidos en Guantánamo y que para ellos no habría esperanzas de ingresar legalmente a EEUU. Ese giro en la política de puertas abiertas a los inmigrantes cubanos que siempre caracterizó a EEUU fue la respuesta al éxodo masivo de la isla, luego que el presidente cubano Fidel Castro levantara las restriccio-

nes de salida. Desde entonces Castro reimpuso las limitaciones.

Grupos de cubanos residentes en EEUU rechazaron la política de restricciones y se quejaron de las condiciones inhumanas a que son sometidos los cubanos en los campos, que afectan particularmente a niños y ancianos.

El gobierno también tiene en cuenta la primera cumbre de las Américas, una reunión de todos los líderes americanos que va a celebrarse en Miami entre el 9 y el 11 de diciembre. Existe preocupación de que los exiliados cubanos de Miami puedan realizar grandes protestas en esos días. Manuel Vázquez, un abogado cubano de Miami que ha demandado al gobierno por la política de detenciones, dijo que prácticamente todos los grupos de cubanos que viven en EEUU están de acuerdo en permitir la entrada de refugiados.

Agregó que las condiciones de vida son cada vez peores en los campos y que los cubano-norteamericanos se quejan amargamente de esa política del gobierno y planean protestar airadamente durante la cumbre.

"La cumbre se acerca y el gobierno quiere que sea tranquila y salga bien y no quiere ver a un montón de gente protestando", dijo Vázquez, explicando por qué piensa que el gobierno está decidido a cambiar ahora su política.

16/11 E.O.

Por otra parte, la República Dominicana busca una rápida solución al caso de unos 1.000 cubanos a quienes se le restringe el ingreso a este país por haber obtenido visado de manera "irregular", dijo el canciller Carlos Morales Troncoso.

Cubanos residentes en Miami pagaron hasta 3.500 dólares por una visa para entrar en República Dominicana para sus familiares residentes en La Habana, pero el gobierno dominicano decidió no admitirlos e inició una investigación sobre el irregular proceso.

Desde principios de este año, Dominicana había dado la bienvenida a los cubanos que pasaban por el país y pedían asilo político.

Pero entre 1.000 y 1.500 cubanos comenzaron a causar incidentes con la intención de ser trasladados a EEUU, que incluyeron la ocupación de la embajada de México. La cancillería dominicana busca aclarar la situación antes de la cumbre de las Américas, que se realizará en Miami del 9 al 11 de diciembre con la presencia de todos los gobernantes del continente, con excepción de Fidel Castro. ■ (De la redacción de El Observador, en base a Reuter y The Washington Post)

Nº DOCUMENTO 9500607

TÍTULO CUBA: anuncio apertura al capital extranjero

PROCEDENCIA 150090.

FECHA DE PROCEDENCIA 1/11/94

VINCULACIONES - 65671

- 65890

- 11164

- 11399

- 11461

- 11409

- 11404

## Creciente interés por negocios con Cuba

1/11  
LR La Habana (ANSA)  
por Marcelo Izquierdo

■ La liberalización de todas las áreas productivas a las inversiones extranjeras en Cuba, anunciada por el gobierno, buscará la inyección de nuevos capitales en las "deprimidas" áreas estratégicas de la economía nacional, como la industria azucarera, dijeron hoy observadores locales.

Esta "apertura total" marcará el inicio de una ofensiva económica del gobierno comunista de Fidel Castro, pero sin renunciar a la propiedad de los bienes de producción, ni al sistema de planificación socialista, señaló una alta fuente económica.

El sorpresivo anuncio fue realizado anoche por el vicepresidente Carlos Lage, considerado el "padre" del proceso de reformas económicas de Cuba, ante un auditorio compuesto por decenas de empresarios de más de 45 países.

Lage eligió la tribuna de la XII Feria Internacional de la Habana (Fihav'94), la bolsa comercial más importante de Cuba, para exhortar al empresariado a invertir en todas las ramas de la economía cubana, incluida la vital industria del azúcar.

"Ningún sector productivo estará excluido a la inversión de capitales extranjeros", dijo Lage, quien enseguida aclaró que la educación y la salud estarán fuera de toda iniciativa privada, lo que dejaría al margen a la industria bioquímica y farmacéutica cubana.

Esta nueva apertura al capital extranjero abarcará por primera vez a la industria azucarera, así como al sector de servicios (después de la privatización del 49 por ciento de la compañía telefónica estatal), bienes raíces e inmuebles.

El rubro azucarero, el tradicional cultivo de exportación de Cuba,

atraviesa una de las peores etapas de la historia y ha sufrido un serio revés en las dos últimas zafas, ante la falta de insumos y otros factores internos.

La zafa de este año se ubicó en torno a los 4 millones de toneladas, en comparación con los 4,2 millones de 1993 y los 7 millones de 1992.

"Actualmente se presentan dificultades para satisfacer la demanda" de los mercados de exportación, dijo el ministro de Comercio Exterior, Ricardo Cabrisas, en un reportaje publicado en el semanario Opciones.

Cuba posee una capacidad instalada para producir unos 8 millones de toneladas de azúcar, aunque esta cifra se torna "inalcanzable" sin inversión extranjera, según observadores.

La crisis "nos ha obligado a reducir las exportaciones", admitió Cabrisas.

Rusia desmintió la semana pasada el rompimiento del acuerdo del intercambio de 2,5 millones de toneladas de petróleo por un millón de toneladas de azúcar cada año.

La liberalización del azúcar, unida a una política de "amplia estimulación material" para los cañeros anunciada hoy por el semanario Trabajadores, intentará reactivar un sector que dejó de ganar 1.000 millones de dólares en las dos últimas zafas, según estimaciones del propio Castro.

"También en la producción azucarera están siendo consideradas positivamente diferentes propuestas", dijo Lage, sin precisar las compañías interesadas en invertir en el principal rubro de la economía cubana.

Esta nueva apertura permitirá también una participación mayoritaria de capital extranjero en "algunas áreas" de la economía, dijo Lage.

Hasta hoy las 165 "asociaciones mixtas" existentes en Cuba sólo cedieron al capital extranjero un 49 por ciento del paquete accionario de las compañías estatales. Estas "asociaciones mixtas", pertenecientes a 38 países en 26 ramas de la economía, invirtieron unos 1.500 millones de dólares desde 1989, especialmente en el turismo, dijo el vicepresidente cubano.

Según Lage, otras 200 asociaciones económicas "se encuentran actualmente en etapa de negociación", mientras crece el interés de 69 compañías estadounidenses en invertir en la isla, cuando el embargo sea levantado por Washington.

Estas empresas—14 de ellas "sumamente importantes"—buscan suscribir cartas de intención con el gobierno cubano, luego de varias visitas secretas de sus representantes a La Habana en el primer semestre del año, según dijo.

De esta manera, de acuerdo a los observadores, Cuba intenta "presionar" a Estados Unidos para lograr el levantamiento del embargo económico, a través de la iniciativa privada del empresariado estadounidense.

Lage garantizó además que su gobierno "cumplirá con los compromisos que se asuman con la inversión extranjera", y anunció la elaboración de una nueva ley que otorgue mayores facilidades al acceso de capitales foráneos a Cuba.

La necesidad de mayores garantías a las inversiones extranjeras es, a juicio de diplomáticos occidentales, el obstáculo "a vencer" para lograr un flujo mayor de capital extranjero. La nueva ley estará lista en los "próximos meses", dijo Lage en su discurso inaugural de la Fihav '94. Cuba "no ofrece un tránsito hacia el capitalismo, sino un país ordenado, una política coherente e irreversible y un gobierno honesto e incorruptible", subrayó.

9500607

Nº. DOCUMENTO.....

TÍTULO.....

PROCEDENCIA.....

FECHA DE PROCEDENCIA.....

VINCULACIONES.....

.....

.....

.....

*Preparan nueva ley para inversiones foráneas y liberalizan producción azucarera*

## Cuba anunció apertura al capital extranjero

**La Habana** - Cuba, esforzándose por atraer capital extranjero que le ayude a revivir su decaída economía, abrió el domingo las puertas para la posible inversión extranjera en su estratégico sector de la producción de azúcar, al tiempo que anunció que de ahora en más todos los sectores estarán abiertos a los inversores foráneos.

14 de ellas de gran tamaño, visitaron la isla para estudiar las posibilidades de futuros negocios o inversiones.

el embargo económico impuesto por Washington hace 32 años.

### Nueva ley

Actualmente las compañías de Estados Unidos tienen prohibido comerciar o invertir en la isla por

Anunció que se está elaborando una nueva ley para la inversión

Carlos Lage, un vicepresidente que es considerado como el arquitecto de las reformas económicas en Cuba, dijo en el acto inaugural de la feria comercial anual de La Habana que "en adelante ningún sector estará excluido de la inversión de capitales extranjeros".

"También en la producción azucarera, que ha despertado siempre un gran interés, están siendo consideradas positivamente diferentes propuestas", dijo Lage.

Hasta hace poco, el sector de la caña de azúcar, la principal exportación de la isla caribeña, estaba fuera del alcance de la in-

versión extranjera.

Pero su apertura se produce mientras el país intenta recuperarse de dos cosechas pésimas consecutivas, de 4,2 millones de toneladas en 1992-1993 y de cuatro millones en 1993-1994.

Desde el colapso de la ex Unión Soviética, el antiguo aliado comercial de Cuba, el sector azucarero ha sido golpeado duramente como otras áreas de la economía por una escasez de factores de producción, desde combustible y repuestos hasta fertilizantes y pesticidas.

Lage informó que en el primer semestre de 1994, representantes de 69 empresas estadounidenses,

extranjera que dé mayores facilidades a los inversionistas "tomando en consideración lo mejor de la práctica internacional y las características de nuestro sistema socialista".

"Cuba cumplirá, dijo Lage, todos los compromisos que se asuman con inversionistas extranjeros y en algunas ramas de la economía va a ceder una mayoría a la participación exterior".

Recalcó, sin embargo, que "no estamos ofreciendo un tránsito al capitalismo sino a un país ordenado, una política adecuada, coherente e irreversible y un gobierno honrado e incorrupto".

El valor de las inversiones extranjeras en Cuba hoy es de US\$ 1.500 millones "una cifra modesta pero que crea las bases para seguir adelante".

Hay 3.000 firmas de 28 países que tienen vínculos con Cuba, 400 radicadas en el país y 165 que operan en él a través de asociaciones mixtas.

Concomitantemente, Moscú considera "inconveniente" la posibilidad de suscribir en el futuro contratos como el de intercambio de petróleo ruso por azúcar cubano, que acaba de romper, declaró ayer el ministro de Comercio Exterior, Oleg Dadidov.

El funcionario confirmó que Rusia suspendió sus suministros de crudo a Cuba debido a que este país carece de reservas de azúcar para pagar el petróleo y ni siquiera ha empezado la nueva zafra.

Rusia ya envió a la isla 1,5 millones de toneladas de crudo, de los 2,5 millones de toneladas que incluía el contrato, pero sólo recibió la mitad del millón de toneladas de azúcar cubano acordado y no espera nuevos suministros. ■ (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE y Reuter)

NO DOCUMENTO 9500608

TITULO CUBA: RUSIA DECIDE SUSPENDER LOS ENVÍOS DE PETRÓLEO.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 2/11/84 F 11924

VINCULACIONES - 65621

- 20518

- 11164

- 11399

- 11161

- 11404

- 11409

- 11209

## Rusia decide suspender los envíos de petróleo a Cuba

POR JOSE DE CORDOBA

Redactor de THE WALL STREET JOURNAL

Rusia ha interrumpido el suministro de petróleo a Cuba debido a que la isla no ha podido cumplir su parte del trueque de azúcar por combustible, informó un alto funcionario ruso.

Oleg Davidov, ministro de Relaciones Económicas con el Exterior, expresó a la agencia rusa Business-Tass que La Habana aparentemente no tiene suficiente azúcar para cumplir su contrato con Moscú.

La decisión rusa es una pésima noticia para Cuba, cuya economía depende fundamentalmente del azúcar para recibir petróleo, y en un grado menor, del turismo para recaudar divisas convertibles.

Archibald Ritter, experto en la economía cubana de la Universidad Carleton, Canadá, dijo que si Cuba no puede recuperar el suministro perdido a través de otros canales las consecuencias se sentirían en toda la economía de la isla, lo que afectaría a la agricultura, la producción industrial, el transporte y la generación de electricidad. La pérdida de este suministro acelerará la caída en picada del país, agregó. "Es un círculo vicioso", dijo Ritter.

### La Habana no comenta

La embajada cubana en Moscú declinó comentar sobre el tema y la Sección de Intereses de Cuba en Washington no devolvió llamadas telefónicas.

La Habana había acordado entregar un millón de toneladas de azúcar crudo a cambio de 2,5 millones de toneladas de petróleo ruso este año. Cuando la parte rusa suspendió el acuerdo, piedra angular del comercio exterior cubano, el gobierno de la isla había enviado medio millón de toneladas de azúcar y había recibido 1,5 millones de toneladas de petróleo, agregó la agencia rusa de noticias.

Rusia venderá el millón de toneladas de petróleo que no se envió a La Habana en el mercado abierto y espera ganar US\$120 millones, dijo Davidov, según Business-Tass.

Los analistas indican que un 80% de las fábricas de la isla están clausuradas debido a la falta de

Mesa Lago, autor de un libro sobre la economía cubana de reciente publicación.

La producción azucarera de la isla se desplomó de 7 millones de toneladas en 1992 a 4 millones este año, según varios informes. Algunos analistas del mercado azucarero creen que la zafra de 1994-1995, que generalmente comienza este mes, no llegaría a los 3 millones de toneladas.

### Reformas débiles

Las razones de la mala cosecha incluyen la falta de fertilizantes, combustible y piezas de repuesto, así como la falta de motivación de los trabajadores cubanos, que reciben su paga en pesos sin valor alguno. En un intento por crear incentivos a la producción, Cuba reorganizó el año pasado una buena parte de su industria azucarera y convirtió las granjas estatales en cooperativas. Pero el anuncio de la interrupción del convenio con Rusia es prueba de que estas débiles reformas parecen haber fracasado.

Desde el punto de vista del mercado mundial, la decisión rusa pudiera resultar en un alza en los precios mundiales del azúcar porque confirma las dificultades de la isla, dijo Judith Ganes, analista de productos básicos de Merrill Lynch en Nueva York. Ganes agregó que el hecho de que Cuba no haya podido cumplir su compromiso con Rusia podría significar que la isla tampoco podría cumplir un compromiso contractual con China por medio millón de toneladas de azúcar.

Pero Ganes señaló que el impacto sobre el mercado ha sido ligero porque la mayor producción azucarera en otros países ha compensado las pérdidas de la producción cubana. "No es sorprendente", dijo.

### LA MEDIDA PODRÍA

provocar nuevas dificultades

para el régimen de Castro.

Algunos analistas presagian

agitación social.

combustible, piezas de repuesto y materias primas.

Otros expertos concordaron con Ritter en que la decisión rusa podría provocar nuevas dificultades para el régimen de Fidel Castro. "El petróleo que recibían era lo único que mantenía al país a un paso de la violencia social", expresó Gillian Gunn, director del Proyecto Cuba de Georgetown University.

Por el contrario, el continuo deterioro de la economía podría fortalecer a los reformistas en La Habana.

Quizás no sea una coincidencia que Carlos Lage, a cargo de los asuntos económicos de Cuba, anunció el fin de semana que Cuba permitiría inversiones extranjeras en todos los sectores, incluida la industria azucarera. "Lo único que los reformistas cubanos tienen a su favor es el deterioro de la economía", dijo Carmelo

Nº. DOCUMENTO.....

TÍTULO.....

PROCEDENCIA.....

FECHA DE FLOTACIÓN.....

VINCULACIONES.....

**Continúa suspendida la venta de  
crudo por parte de Rusia al  
gobierno cubano**

## **LA HABANA PRIORIZA LA INVERSION RUSA EN EL AZUCAR** 5/11/95

*Las empresas rusas tendrán prioridad ante otras compañías extranjeras para invertir en la industria azucarera cubana, pese a las tensiones provocadas por la suspensión de los suministros de crudo ruso a esa isla caribeña.*

Rusia y Cuba poseen una experiencia de 30 años de cooperación, recordó el agregado comercial cubano en Moscú, Adalberto Dumenigo, en una entrevista ayer, viernes, con la agencia oficial rusa ITAR-TASS.

Como resultado, en la isla hay gran cantidad de tecnologías rusas en prácticamente todos los ramos de la economía y miles de cubanos cursaron estudios en centros docentes rusos y dominan el ruso, declaró el jefe de la misión económica de Cuba, y estos factores ya suponen «ciertas prioridades y ventajas».

Respecto a la suspensión de los suministros rusos de petróleo a cambio de azúcar, Dumenigo reconoció que se trata de una «situación sin precedentes en la historia de las relaciones ruso-cubanas».

Lo ocurrido, en su opinión, se debe a «una seria alteración del calendario de intercambios» de azúcar por petróleo.

Los primeros cargamentos de petróleo ruso llegaron a Cuba en mayo, y no en enero como estaba previsto, por lo que la «primera etapa» del trueque se llevó a cabo en el período de mayo a septiembre, cuando Cuba recibió 1,5 millones de toneladas de petróleo y envió a Rusia 550.000 toneladas de azúcar.

La «segunda etapa» del acuerdo intergubernamental no se había concretado y todo el azúcar de la última zafra fue vendido por Cuba a otros países, por lo que La Habana propone cumplir sus compromisos después de la próxima zafra.

Rusia, sin embargo, no aceptó esta propuesta y anunció que suspende el envío de petróleo, que será vendido en el mercado mundial.

Según Dumenigo, la parte cubana espera explicaciones oficiales del Gobierno ruso respecto a la situación creada y sigue confiando en una continuación con éxito de las negociaciones.

## **Suspende Rusia su entrega de petróleo a La Habana** 2/11/95

**Medida:** a la decisión de interrumpir su ayuda militar y financiera a Cuba, en 1991, Moscú vuelve a afectar a su ex asociado con esta resolución.

MOSCU, 1º (AFP).— Rusia decidió suspender sus entregas de petróleo a Cuba debido a la incapacidad de La Habana de respetar un acuerdo de trueque concluido a fines de 1993, anunció hoy el ministro ruso de Relaciones Económicas Exteriores, Oleg Davidov, citado por la agencia Itar-Tass.

El acuerdo, firmado en diciembre de 1993, preveía la entrega de 2,5 millones de toneladas de crudo ruso contra un millón de toneladas de azúcar cubano.

Pero el régimen castrista sólo podrá librar 500.000 toneladas de azúcar este año, según Davidov.

Moscú ya envió 1,5 millón de toneladas de crudo a La Habana, precisó el ministro.

La próxima zafra comenzará sólo a principios de 1995 y Moscú estimó que no podía suministrar a Cuba el equivalente de un crédito sin interés para un período de varios meses y optó por vender el millón de toneladas de crudo restante —de un valor de unos 120 millones de dólares— en el mercado internacional, precisó Davidov.

Rusia, principal asociado económico de Cuba en la época de la Unión Soviética, anunció en 1991 la suspensión de su ayuda financiera y militar a La Habana.



Nº. DOCUMENTO 9500609  
 TÍTULO WBA: Capitales norteamericanas quieren ingresar en COBA  
 PROCEDENCIA 150025  
 FECHA DE RECEPCIÓN 3/11/94 511921  
 VINCULACIONES - 65671.  
 - 65890  
 - 11164.  
 - 11399  
 - 11161  
 - 11407.

## Capitales norteamericanas quieren ingresar en Cuba

**Interés:** los empresarios de los EE. UU. presionan para que se permita ingresar en la isla, pese a que el gobierno de Clinton condiciona el levantamiento del embargo a que haya una reforma democrática.

LA HABANA, 2 (AP).— Al cabo de más de tres decenios en que Cuba ha estado casi vedada para las empresas norteamericanas, existe la sensación entre muchas firmas de los Estados Unidos de que pronto podría darse un cambio.

El ex presidente de la firma automotriz Chrysler, Lee Iacocca, estuvo en La Habana recientemente. Igual han hecho ejecutivos de grandes compañías farmacéuticas norteamericanas. Y cuando funcionarios cubanos ofrecieron una recepción en Nueva York para empresas de los EE. UU. el mes último, alrededor de un centenar de compañías hicieron acto de presencia.

Este nuevo ambiente empalma con la esperanza entre funcionarios gubernamentales y el cubano promedio de que las empresas norteamericanas podrían estar por volver a Cuba, ayudando a levantar este atribulado país de su larga depresión.

El gobierno del presidente norteamericano Bill Clinton insiste en que

debe haber una reforma democrática en Cuba antes de que Washington dé paso alguno para levantar el embargo comercial a la isla. Con ese criterio, parece altamente dudoso que haya un cambio ahora porque la represión política ha ido en aumento en Cuba, según los activistas de derechos humanos.

Elizardo Sánchez, líder de la Comisión de Derechos Humanos y Reconciliación Nacional, dice que docenas de disidentes han sido detenidos y recibido severas advertencias en las últimas semanas.

Dice que él mismo recibió amenazas de muerte de agentes de la seguridad del Estado.

El ministro de Defensa, Raúl Castro, hermano del presidente Fidel Castro, dijo recientemente que "nunca permitiremos" que haya otro partido que el Partido Comunista en Cuba porque esa segunda organización sería un "partido imperialista".

Dado que el embargo sigue intacto, muchas de las inversiones más atractivas van a dar a manos de los competidores de Estados Unidos.

Raúl Taladrí, viceministro de inversión exterior y cooperación económica, dice que unos 650 emprendimientos mixtos ya funcionan en Cuba y que hay una cantidad similar en preparación.

Las firmas españolas están a la vanguardia, y han hecho del turismo el sector más dinámico de la econo-

mía cubana. Taladrí dijo en una entrevista, la semana pasada, que Cuba espera la visita de 700.000 turistas este año, y que gasten 700 millones de dólares. El funcionario espera un aumento del 30 por ciento en ambas categorías en 1995.

Peter Carlson, vicepresidente ejecutivo de la Compañía Carlson, conglomerado de hoteles, restaurantes y agencias de viajes, dice que 700.000 turistas es "un número pequeño comparado con la cifra potencial" que visitaría Cuba si no hubiera embargo.

Carlson, al igual que otras firmas están preparadas para entrar al mercado cubano una vez que lo permita la ley norteamericana.

Algunos ejecutivos empresariales están llegando a La Habana para reconocer el terreno por cuenta propia. Iacocca, quien ahora está involucrado en el negocio del entretenimiento, se reunió con el presidente Castro en julio. Ni uno ni otro accede a decir lo que tratarán.

Los inversionistas extranjeros más activos son los de México y Canadá, los dos socios de Estados Unidos en el Tratado Norteamericano de Libre Comercio.

Los canadienses han hecho grandes inversiones en las minas de níquel cubanas, mientras que los mexicanos están invirtiendo en refinerías de petróleo, telecomunicaciones y cemento. La industria de los cítricos está atrayendo a inversionistas israelíes.

9500609

Nº. DOCUMENTO 9500610

TÍTULO *Empresarios europeos invierten en azúcar cubano.*

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCESAMIENTO 5/11/94 511921

VARIABLES - 65671 -  
- EUROPA -  
- 11164 -  
- 11161 -  
- 11409 -  
- 11408 -

## Empresarios europeos invierten en azúcar cubano

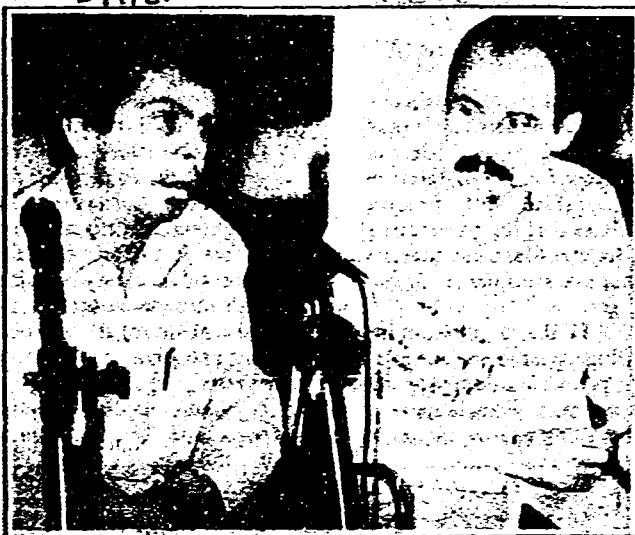
La Habana (ANSA)  
por Marcelo Izquierdo

Un grupo de compañías europeas está interesada en invertir en la estratégica industria azucarera cubana, aunque economistas locales estiman que esta apertura abarcará sólo a una "minoría de las centrales" azucareras de la isla. "No todas las centrales tienen el mismo nivel técnico y hay diferencias de efectividad. La apertura incluirá sólo a los de menor eficiencia", opinó el economista Omar Everleny Pérez, del Centro de Estudios de la Economía Cubana. La apertura azucarera a la inversión extranjera fue anunciada el domingo último por el vicepresidente, Carlos Lage, en la tribuna de la XII Feria Internacional de La Habana (FIHAV'94) ante decenas de hombres de negocios de todo el mundo. Sin brindar mayores detalles ni cifras, las palabras de Lage considerado el "padre" de las reformas económicas en Cuba, abrieron un panorama inversor al estilo de Vietnam y China, según analistas locales. La medida generó una reacción "positiva" entre los empresarios de unas 800 firmas de 46 países que participan en la muestra, la bolsa comercial más importante de Cuba.

"Es un paso adelante. La compañía azucarera británica Tate and Lyle PLC —una de las empresas más importantes del mercado internacional— inició los primeros contactos con Cuba, dijo a ANSA la directora de la firma inglesa Caritag, Sue Monteath.

Fuentes empresariales dijeron que otra de las compañías de pronósticos azucareras internacionales, la también británica EDF Mann, se adelantó en su intención de invertir en la isla en centrales azucareras.

También en la producción azucarera están siendo conside-



El canciller colombiano Rodrigo Pardo reñera en La Habana (junto al embajador de su país en Cuba, Ricardo Santamaría) la oposición de Colombia al embargo norteamericano contra el país caribeño. (Telefoto de AFP)

radas positivamente diferentes propuestas", dijo Lage, al anunciar la "apertura total" de la economía cubana a las inversiones extranjeras. Esta "histórica" liberalización económica, por primera vez desde el triunfo de la Revolución, incluirá a la vital industria azucarera, los servicios y al sector de los bienes raíces e inmuebles. El azúcar generó ingresos por 700 millones de dólares en 1993, el 38 por ciento del total de las exportaciones. Ese ingreso sólo fue superado por el turismo con el 41 por ciento. Sin embargo, la creciente industria turística dejó poco más de 270 millones de dólares en ganancias netas al Estado, de acuerdo a estadísticas del Ministerio de Turismo.

LLAMADO  
DEL NUEVO CARDENAL

La Habana (IPS)

El nuevo cardenal cubano Ja-

me Ortega llamó al gobierno a trabajar en conjunto para resolver los problemas que enfrenta la población del país caribeño.

"Una oración que incluye en primer lugar a los gobernantes del país y a todos los hombres de buena voluntad que desean ayudarnos, una oración para que todos los que, de un modo u otro, servimos a nuestro pueblo cubano, seamos capaces de hallar juntos los caminos que nos lleven a su plena felicidad", dijo Ortega.

Ortega, arzobispo de La Habana, fue nombrado cardenal el domingo por el Papa Juan Pablo II, junto a otros 29 religiosos de 23 países. Los nuevos cardenales recibirán el capelo correspondiente a su rango el próximo 26 de noviembre.

El gobierno cubano no reaccionó aún ante el nombramiento de Ortega como cardenal y sólo el oficialista semanario Trabajadores publicó el anuncio hecho en Roma por el Papa.

9500610

01-01



Nº. DOCUMENTO 9500611  
TÍTULO CUBA: Mejoran las relaciones con Colombia.  
PROCEDENCIA 150019  
FECHA DE RECEPCIÓN 6/11/84 11921  
VINCULACIONES -65671  
-65592  
-11164  
-11399  
-11302

## Cuba

### **MEJORAN LAS RELACIONES CON COLOMBIA** 6/11/84

El ministro de Exteriores de Colombia, Rodrigo Pardo, expresó ayer su satisfacción por la entrevista que sostuvo anoche con el presidente de Cuba, Fidel Castro.

El gobernante cubano asistió a una recepción ofrecida en la embajada de Colombia en La Habana con motivo de la visita que realiza Pardo a esta capital desde el pasado miércoles.

El alto cargo colombiano expresó que la entrevista con el presidente cubano fue «una oportunidad excepcional» para intercambiar criterios sobre las relaciones entre los dos países.

«Coincidimos en que (las relaciones) están en un buen momento y queremos mejorarlas aún más utilizando los instrumentos suscritos por ambos países el año pasado», subrayó.

Vaticinó que en el futuro esos vínculos bilaterales tendrán un incremento y añadió que también habló con Castro sobre las perspectivas del Movimiento de Países No Alineados (NOAL), cuya presidencia ocupará Colombia en año próximo.

«Nos transmitió (Castro) una serie de experiencias muy útiles e importantes sobre ese tema», afirmó el ministro de Exteriores colombiano, quien reiteró sentirse «muy satisfecho» de su visita a Cuba.

A la recepción de anoche asistieron además el vicepresidente cubano Carlos Lage, el canciller cubano Roberto Robaina, y otros integrantes del gobierno cubano y miembros del cuerpo diplomático acreditado en La Habana.

9500611

Nº. DE SUM. 9500612  
 TITULO: CUBA: peso convertible  
 PROCEDENCIA: 150090  
 FECHA DE PUBLICACIÓN: 7/11/94.  
 VARIACIONES: 65671  
 11921  
 11161  
 11404  
 11399  
 11409

## Cuba: peso convertible

7-11-94 sería nueva moneda  
 OESV

LA HABANA - UN nuevo peso convertible que ha estado bajo estudio durante varios meses debería en algún momento del futuro ser la única moneda nacional de Cuba, dijo Héctor Rodríguez Llompart, presidente del Banco Central. Rodríguez declaró en una entrevista publicada ayer por el semanario empresarial Opciones que los objetivos de la propuesta de darle convertibilidad al peso incluyen la restauración de la soberanía de Cuba sobre su moneda y la resolución de varios problemas "de carácter práctico y técnico" relacionados con el uso de divisas fuertes para completar transacciones en la isla.

El tercer objetivo es que "en un futuro no inmediato pero previsible (el peso) sea la única moneda del país para todas las operaciones nacionales e internacionales", dijo Rodríguez.

"En la medida en que se vaya haciendo y fortaleciendo

nuestra economía, el peso convertible irá ganando terreno y ampliando su radio de acción hasta alcanzar el objetivo estratégico de su plena convertibilidad, en el futuro inmediato", agregó.

Rodríguez no precisó cuándo será introducida la nueva moneda y aclaró que su emisión no afectará la tenencia y el uso de otras divisas fuertes en Cuba.

El gobierno cubano liberó este año el uso de dólares estadounidenses y otras divisas fuertes en un reconocimiento tácito de su importancia en el mercado negro. Cuba ha estado tratando de atraer divisas para su empobrecida economía a través del turismo. Sin embargo, la reciente crisis de los balseros ha provocado una merma en el turismo extranjero, mientras que Estados Unidos limitó severamente el envío de dinero a la isla por parte de exiliados cubanos. ■ (Reuter)

# Cuba resolvería abrir sus puertas a la inversión de capitales extranjeros

Un alto funcionario del régimen afirmó que también se debate la posibilidad de permitir la convertibilidad parcial de la divisa.

MADRID, 15 (AP).- Cuba podría permitir que los inversionistas extranjeros adquirieran intereses mayoritarios en diversas empresas y comprar bienes raíces en la isla, y debate la posibilidad de permitir la convertibilidad parcial de su divisa, dijo aquí un alto funcionario cubano.

"Tenemos que dar más ventajas a la inversión extranjera", dijo a la prensa el ministro de Inversiones Extranjeras, Ernesto Meléndez. "Tenemos que aumentar las garantías".

Meléndez, que realiza reuniones con hombres de negocio y representantes del gobierno en la capital española, dijo que una empresa de minería y procesamiento de níquel podría ser la primera en que los inver-

sionistas extranjeros tuvieran un interés mayoritario. Hasta ahora, todas las inversiones extranjeras en la isla tenían carácter minoritario, con el gobierno cubano como principal accionista.

Cuba podría otorgar a la empresa australiana Western Mining Corporation hasta un 65 por ciento de la empresa conjunta en Pinares de Mayarí, en el noreste de Cuba, dependiendo de los resultados de un estudio de viabilidad que deberá completarse en seis meses, dijo Meléndez.

Además de esa empresa, Cuba calcula que las inversiones extranjeras ascenderán a 1500 millones de dólares a fines del presente año, una cifra que incluye fondos ya comprometidos, pero no gastados, e inversiones realizadas previamente desde que Cuba autorizó las empresas conjuntas con firmas extranjeras, hace cuatro años.

Treinta países, que incluyen España, Canadá, Francia, Italia y México han invertido en Cuba a

través de más de 150 empresas conjuntas, según una declaración de la embajada cubana en Madrid.

Más de 60 compañías estadounidenses han enviado representantes a Cuba para explorar las posibilidades de inversión, dijo la embajada.

Meléndez dijo que "muchas" compañías extranjeras han firmado recientemente cartas de intención para invertir en Cuba. El ministro declinó empero entrar en detalles.

El ministro dijo que procuraba aumentar el número de países que han firmado con Cuba acuerdos de protección mutua de las inversiones extranjeras.

España, Colombia, Italia y Rusia los han firmado ya, y Gran Bretaña está a punto de hacerlo, según el ministro.

## Venta de inmuebles

Cuba se propone también vender propiedades inmobiliarias a los inversionistas extranjeros, dijo Meléndez, e indicó que se consideran varios proyectos para su venta a los ex-

tranjeros, entre ellos un centro comercial internacional.

Afirmó que la legislatura cubana ha debatido la posibilidad de emitir un "peso convertible", pero agregó que no se ha tomado decisión alguna al respecto.

Meléndez dijo que Cuba procuraba reinsertarse en la economía regional y mundial, pero no aceptará la "terapia de choque" administrada por diversos gobiernos poscomunistas.

Aunque la liberalización económica continuará su rápido ritmo, según Meléndez, no habrá una apertura política paralela.

"No prevemos tal cosa", dijo. "No es la voluntad de nuestro pueblo".

Varios funcionarios españoles, entre ellos el ex ministro de Economía Carlos Solchaga, han instado al gobierno cubano a liberalizar la economía del país, pero La Habana ha considerado que las propuestas españolas, que incluyen la privatización de varias industrias, van demasiado lejos.

Nº. DOCUMENTO 9500613

TÍTULO CUBA intensifica extracción de crudo ahorrando US\$ 45 millones

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROCE... 3/11/94 1192A

VARIABLES 65631

11161

11408

11410

11208

## Cuba intensifica extracción de crudo ahorrando US\$ 45 millones

LA HABANA - La industria petrolera cubana ha extraído en lo que va del año 1.029.692 toneladas de crudo y de acuerdo a los cálculos de los especialistas de la Empresa Cuba-petróleo al finalizar 1994 la cifra total debe ser de 1.286.000 toneladas de crudo.

El semanario Trabajadores señaló que este año los productores de petróleo de la zona de Varadero consiguieron el récord de extracción de 100.292 toneladas en sólo 30 días de trabajo.

En Cuba se han descubierto en los últimos años más de 20 nuevos yacimientos, siendo el mayor el localizado en el balneario de Varadero (a unos 140 kilómetros de La Habana).

El petróleo cubano es más difícil de manipular, transportar y usar que el petróleo combustible tradicional (fuel oil) por su alta visco-

sidad y densidad, y por su contenido de hidrocarburos ligeros que lo hacen más inflamable. Esas características obligan a manipularlo con mayor cuidado, por lo que las normas de seguridad son más rígidas y ha sido necesario adecuar los sistemas de combustión.

La producción de petróleo de 1993 fue 1,2 millones de toneladas, ahorró US\$ 45 millones a la isla, contribuyó a la generación del 30% de la energía eléctrica y se utilizó en la fabricación de cemento y aceites básicos para la producción de lubricantes principalmente, según fuentes oficiales.

Para la prospección de hidrocarburos, Cuba está dividida en 33 bloques, 11 de los cuales fueron sometidos a licitación en febrero pasado en Calgary (Canadá) y Londres. ■ (EFE)

9500613

Nº. DOCUMENTO 9500614

TÍTULO CUBA: Bloque enviado de la ONU y el Vaticano.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE RECEPCIÓN 13/11/84

VINCULACIONES 65671 - 11921

501889.

VATICANO

11164

11399

11302.

11245.

11020.

## Llegan a Cuba enviados de la ONU y el Vaticano

La Habana (ANSA)

■ El alto comisionado para los Derechos Humanos de las Naciones Unidas, José Ayala Lazo, llegará a La Habana el martes próximo "sin ningún tipo de restricción", para reunirse con grupos disidentes en Cuba, dijeron ayer fuentes de la cancillería.

"No van a ser las autoridades cubanas quienes le prohíban ver a estos grupúsculos. El podrá ver a quien quiera", dijo el portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores, Miguel Alfonso.

La visita de Ayala Lazo, que se extenderá hasta el 19 de este mes, coincidirá con la que realizará el presidente de los Consejos Pontificios de Justicia y Paz de El Vaticano, cardenal Rogel Echeagaray.

La visita de Echeagaray se producirá a menos de quince días del nombramiento como cardenal del arzobispo de La Habana, monseñor Jaime Ortega, por parte del Papa Juan Pablo II.

Ortega recibió una felicitación de la Oficina de Asuntos Religiosos del Comité Central del Partido Comunista de Cuba (PCC) pero no hubo ningún pronunciamiento oficial sobre su nombramiento.

"¿Tendría la cancillería que felicitarle por ello? La cancillería



Alfredo Guevara, director del Instituto de Cine Cubano, informa en conferencia de prensa en La Habana que el XVI Festival de Cine Latinoamericano a celebrarse en diciembre en Cuba, será dedicado a conmemorar el centenario del cine en América. Más de 280 filmes han asegurado su presencia en este evento, catalogado por especialistas como el más prestigioso de Latinoamérica.

ría representa a todo el gobierno", dijo Alfonso, quien precisó que las relaciones Iglesia-Estado "tienen otros parámetros de mayor peso".

Ambos visitantes cumplirán su agenda de trabajo entre el 15 y el 21 de este mes.

Alfonso dijo que Ayala Lazo mantendrá entrevistas con distintos ministros cubanos y el fiscal general, Carlos Escalona.

El vocero denunció un "crí-

rio discriminatorio contra Cuba" en materia de derechos humanos, y dijo que su gobierno "no tolerará que vengan a darnos lecciones" sobre esta cuestión.

Sostuvo que un análisis global debe "comparar" los derechos humanos en Cuba con los que existían "antes" del triunfo de la revolución en 1959, así como con países del Tercer Mundo e incluso con el mundo desarrollado. "No en abstracto y fue-

ra de contexto", aclaró.

El portavoz dijo que "mientras más se hable de Cuba menos se habla de los 14 millones de desocupados de Europa", y señaló que los informes de Amnesty International se realizan con un "estrechísimo marco de trabajo".

El viaje de Ayala Lazo estaba programado inicialmente para mediados de setiembre, pero finalmente se pospuso para este mes.

La Habana, sin embargo, mantiene su negativa a aceptar una inspección del relator especial de las Naciones Unidas para Cuba, Carl Johan Groth.

"El relator nació en un proceso viciado de origen", indicó Alfonso.

El cargo de alto comisionado para los Derechos Humanos de la ONU fue creado en la Conferencia de Viena de 1993, y aprobado ese mismo año en la Asamblea General del organismo mundial.

La Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas condenó este año a Cuba por la "ausencia de libertad de expresión, la persecución de opositores y el no respeto a derechos fundamentales" en la isla.

La resolución fue aprobada con 24 votos a favor, 9 en contra y 20 abstenciones.

Nº. VOLUME

TÍTULO

PRECEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VARIANTES

# Derechos humanos en Cuba: el 21/11 E.C. enviado papal habla con Fidel

LA HABANA, 20 (AFP, Reuter). - El presidente de Cuba, Fidel Castro y un prominente enviado del Vaticano, el cardenal Roger Etchegaray, titular del Consejo pontificio Justicia y Paz, se reunieron en La Habana para analizar las iniciativas del papa Juan Pablo II sobre los problemas sociales, especialmente la ayuda a los pobres, dijo una publicación oficial local.

El semanario, "Juventud Rebelde" consignó hoy que la reunión se celebró el viernes en una atmósfera de cordialidad. La publicación no indicó si se consideró la visita del pontífice a la isla, el único país latinoamericano al que el jefe de la Iglesia Católica no ha viajado.

Pero un funcionario del Partido Comunista presente en la reunión dijo que la idea de una visita papal no fue discutida.

Fuentes diplomáticas vincularon la visita de cuatro días de Etchegaray a Cuba y la reunión con Castro con una intensificación de los esfuerzos por resolver la controversia sobre los derechos humanos en el país caribeño.

En este sentido Etchegaray anunció la creación de una comisión de Justicia y Paz en Cuba, basada en el modelo del consejo pontificio que preside. El objetivo de la comisión será "ver lo que no marcha", pero también "ver lo positivo, lo que puede servir de ejemplo", explicó el prelado francés.

El gobierno cubano, que encara un proceso de apertura económica y política, ha comenzado a mejorar sus relaciones con la Iglesia Católica y otras organizaciones religiosas, pero aún persisten las diferencias entre La Habana y el Vaticano sobre el rol y la voz de las autoridades católicas en la vida política y social del país.

La presencia de Etchegaray coincidió con la visita que realizó al país el alto comisionado de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas José Ayala Lasso, quien también asistió a la reunión con Castro.

El funcionario de la ONU relató a los periodistas que había pedido al gobierno cubano que examine los casos de varios presos de opinión. La respuesta fue que al-

gunos podrían ser liberados "muy próximamente".

Agregó que las autoridades cubanas se mostraron "dispuestas a cooperar con los mecanismos de las Naciones Unidas", pero insistieron en que no colaborarán con el relator especial de la Comisión de Derechos Humanos, Carlos Johan Groth.

Groth fue encargado por la comisión de investigar las supuestas "violaciones sistemáticas, flagrantes y masivas" de

los derechos humanos en Cuba, misión que el gobierno de la isla consideró "discriminataria".

## Telecomunicaciones

En otro aspecto, y como parte de la lenta distensión, Cuba inició una serie de trabajos con media docena de empresas de telecomunicaciones estadounidenses para restaurar líneas telefónicas directas entre ambas naciones en el "menor tiem-

po posible", según un informe oficial difundido aquí.

El Ministerio cubano de Comunicaciones indicó que se estaba instalando el equipo necesario y que la población local pronto sería informada sobre la fecha en que se iniciarán los servicios.

La telefónica estatal cubana, Entel-Cuba, firmó acuerdos de cooperación y conexiones con las empresas estadounidenses AT&T, MCI, IDB y Sprint & Wilt.

Nº. DOCUMENTO 9500615  
 TÍTULO CUBA y Rusia firman un acuerdo de alquiler del Centro de Escuchas Radioelect.  
 PROCEDENCIA 150023  
 FECHA DE PROCEDENCIA 15/11/94 11921.  
 VINCULACIONES - 65671  
- Rusia  
- 11184  
- 11399.  
- 11163  
- 11411  
- 11005.

## Acuerdo ruso-cubano sobre centro radio - electrónico

Moscú (AFP)

■ Rusia y Cuba concluyeron un acuerdo renovable que prevé el alquiler a Moscú hasta finales de 1995 del Centro de Escuchas Radioelectónicas de Lourdes, cerca de La Habana, indicó el jefe de Estado Mayor del Ejército ruso, el general Mijail Kolésnikov, en una entrevista publicada por la agencia de prensa Interfax.

Este acuerdo fue concluido durante el viaje a Cuba del general Kolésnikov, a finales de octubre, y prevé la entrega

por parte rusa de un "pago de compensación" de "menos de U\$S 200 millones por año", para la utilización del centro. Esta "compensación" será pagada en recursos naturales con la entrega de "carbón, madera y piezas para varios equipamientos, incluidos militares", precisó el general.

Con este acuerdo, válido hasta finales de 1995 y que podrá ser prorrogado cada año, La Habana y Moscú están "convencidos de la necesidad" del mantenimiento de esta instalación, utilizada desde hace años por los rusos, añadió el

jefe de Estado Mayor.

Calificando las relaciones actuales entre los dos países como "equitativas y benéficas para ambas partes", el general Kolésnikov señaló que tras la fuerte reducción de la cooperación militar que siguió al fin de la URSS, el Ejército cubano "prefiere aumentar la duración de sus equipamientos militares más que comprar nuevos tipos de armas".

Muy importante en la época de la Guerra Fría, la cooperación militar entre Moscú y La Habana ha disminuido considerablemente o ha desaparecido

completamente en muchos sectores.

El comandante Raúl Castro, ministro de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR), indicó el año pasado que Cuba no había recibido ningún armamento ruso desde 1990, fecha del inicio de la crisis económica que desembocó en una reducción de la mitad del presupuesto de defensa cubano.

Los últimos soldados de la brigada de la ex URSS, estacionados en la isla tras la crisis de los misiles, en octubre de 1962, dejaron La Habana en julio de 1993.

Nº. DOCUMENTO 9500616  
 TÍTULO FFAA de Cuba se revelan como gestoras del cambio económico  
 PROCEDENCIA 150483  
 FECHA DE PROCEDENCIA 16/11/84 11921  
 VIOLACIONES - 65671  
 - 11161  
 - 11163  
 - 13065  
 - 11392.

*La idea del Ejército es perestroika sin glasnost para evitar tener que reprimir el descontento*

## FFAA de Cuba se revelan como las auténticas gestoras del cambio económico en marcha

*Sacudidas por el éxodo de los balseros, los tumultos en la capital y lastimadas por la crisis económica, las Fuerzas Armadas de Cuba son las verdaderas gestoras de las reformas en marcha, para evitar ser las protagonistas de la represión del descontento popular, informaron ayer desde los altos niveles de poder de La Habana.*

**L**a gran noticia no es el anuncio de algunos cambios económicos de parte del gobierno cubano como reabrir el mercado libre para el área rural e ir habilitando la apertura de mercados para otras mercancías. Esos son pasos de bebé en el camino de la reforma.

Las verdaderas noticias se refieren a quién se encuentra detrás de esos cambios y por qué.

Cubanos muy informados y con

conexiones en los altos niveles del poder señalan al poderoso hermano de Fidel, Raúl, como responsable de

las proyectadas reformas y detrás de él a las Fuerzas Armadas cubanas.

Raúl y los líderes militares, sacudidos por la intranquilidad del último verano boreal —el éxodo de los balseros y los tumultos en la capital— y lastimados por la crisis económica que obligó a recortes del 50 por ciento en los salarios militares, quieren solucionar la crisis y salvar el sistema pacíficamente. Las Fuerzas Armadas de Cuba se muestran cada vez más impacientes con la ciega burocracia política del gobierno civil y temen lo peor: una situación en la que el Ejército se vea obligado a reprimir a los civiles.

Los temores son fundados. El Producto Bruto Interno cubano descendió 45 por ciento desde 1989 y hay escasez de productos básicos. "¿Por qué Castro es igual a una

cebolla?", es el chiste de moda. Respuesta: "Porque los dos te hacen llorar en la cocina".

La idea del Ejército es que Cuba adopte un modelo de reformas semejante al de China, o sea la perestroika sin glasnost. Según el Ejército, la combinación de reforma del mercado y aumento de la disciplina política permitiría recuperar el dinamismo de la economía cubana sin amenazar al Partido Comunista y a los hermanos Castro.

Más allá de unos pocos oficiales y tecnócratas, pocos cubanos piensan que pueda tener éxito. El embargo norteamericano es sólo parcialmente responsable. Como muchos economistas cubanos lo saben, ni el mercado cubano es suficientemente grande ni los productores capaces de competir para se-

guir el camino chino al desarrollo.

Aunque las Fuerzas Armadas acepten implementar reformas limitadas, otro grupo de cubanos presiona por cambios más radicales. Ese grupo, compuesto por los "pensadores", ciertos ministros y el pequeño pero importante grupo de organizaciones no gubernamentales y no partidarias, sigue leal a lo que llaman "las metas sociales del proceso revolucionario", pero su visión de la reforma en Cuba se parece más a una socialdemocracia de tipo europeo occidental.

Ese grupo de reformadores —muchos demasiado jóvenes para recordar la revolución castrista— reconoce que Cuba debe adaptarse a la economía internacional capitalista. Pero de una serie de conversaciones con media docena de líderes de esta nueva camada de reformistas surgió un mensaje claro: estos cubanos no se preocupan mucho porque Cuba tenga un futuro capitalista, se preocupan por el tipo de capitalismo que pueda desarrollarse en Cuba.

¿Será un capitalismo de tipo europeo, con una red de seguridad social sólida y en el que el gobierno juegue un papel económico importante? Muchos cubanos, entre ellos conocidos miembros del Partido Comunista, apoyarían esa tendencia.

¿Desarrollará Cuba un capitalismo estilo coreano, con menos libertad individual y menos beneficios sociales que en el modelo europeo, pero con un rápido crecimiento económico? Esa posibilidad es menos atractiva para los intelectuales de ideas democráticas, pero es aceptable.

Lo que realmente nadie quiere en Cuba es regresar a la forma latinoamericana de capitalismo que se experimentó en el pasado. Los cubanos no quieren importar los problemas de droga, violencia y crimen que azotan a tantos países de América Latina; tampoco quieren recrear la inmensa brecha entre ricos y pobres existente en sociedades como la brasileña o en la de la República Dominicana. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)



9500616

01-01



Nº. DOCUMENTO 9500617  
 TÍTULO CUBA y E.E.U.U. restablecen comunicaciones telefónicas.  
 PROCEDENCIA 150023  
 FECHA DE FLOTAR 21/11/84 → 11921  
 VINCULACIONES 65671  
65890  
11164  
11411  
11399  
11005

## Cuba y EEUU restablecen comunicaciones telefónicas

21/11/84

La Habana (ANSA)

Cuba y EEUU restablecerán el servicio telefónico entre los países "a la mayor brevedad" en virtud de los acuerdos firmados por la Empresa de Telecomunicaciones Internacionales de Cuba (Emtel), y seis compañías de EEUU, informó el Ministerio de Comunicaciones.

Los convenios, aprobados por la Comisión Federal de Comunicaciones de EEUU, fueron firmados con las compañías LDDS, MCI, AT&T, IDB, Sprint y Willet.

La parte cubana aceptó una tasa de distribución de US\$ 1,20 por minuto, dividida al 50 %.

Actualmente, Emtel y estas empresas telefónicas de EEUU están "proyectos de instalación de los equipos tecnológicos" para posibilitar el servicio, dijo una nota del Ministerio publicada en el semanario Juventud Rebelde.

Las comunicaciones entre ambos países quedaron interrumpidas en agosto de 1992, a raíz de los daños ocasionados por el

9500617

Nº. DOCUMENTO

9500618

TÍTULO ENCUENTRO DE SOLIDARIDAD CON CUBA.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 21/11/84 11921

VINCULACIONES 65671.

11164

11304

11078

11399.

## Abren hoy el Encuentro de Solidaridad con Cuba

La Habana (ANSA)

El Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba comenzará hoy en La Habana con la participación de más de 2.000 dirigentes políticos y sociales de unos 105 países.

En el evento, el más amplio realizado hasta el momento en la isla, participarán unos 60 parlamentarios de 25 países, 14 de ellos de Europa.

La cita, convocada por 52 organizaciones sociales, incluido el Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos, se extenderá hasta el viernes próximo.

También asistirán el Premio Nobel de la Paz argentino, Adolfo Pérez Esquivel, el ex presidente nicaragüense Daniel Ortega y representantes de organizaciones religiosas de Estados Unidos.

### CARDENAL FRANCES LLAMA A LA RECONCILIACIÓN

La Habana (AFP)

El cardenal francés Roger Etchegaray lanzó un llamado a la reconciliación del pueblo cubano, al término de una visita de cuatro días a La Habana, donde anunció la creación de una Comisión Episcopal Justicia y Paz, encargada de tratar sobre los derechos humanos en Cuba, idéntica al Consejo Ponti-

fical Justicia y Paz, que preside.

El cardenal, que el viernes se reunió con el presidente Fidel Castro, pidió a los cubanos que busquen "soluciones nacionales con la participación activa de cada uno", asegurándole el apoyo activo de la Iglesia Católica. "Sólo soluciones como ésta permitirán salir de la crisis", estimó.

En una declaración en español, poco antes de su partida hacia París, subrayó los sufrimientos actuales del pueblo cubano. "Sus llagas son muy profundas, agravadas por medidas que desde el exterior no cesan de agobiar su vida cotidiana", dijo, en una alusión al embargo económico, financiero y comercial mantenido desde 32 años por Estados Unidos contra Cuba.

El cardenal indicó igualmente que había descubierto en este tercer viaje a Cuba "una comunidad católica en pleno crecimiento, que tiene conciencia de sus responsabilidades pastorales al servicio de todo el país".

La participación creciente de los laicos en la vida de la Iglesia y la creación de la Comisión Justicia y Paz "son signos prometedores de un desarrollo armonioso en todo el país", agregó.

Anunciando la creación de la Comisión durante una con-

ferencia consagrada a "la misión reconciliadora de la Iglesia y su servicio a la justicia y la paz en Cuba", indicó que a pesar de que dicha comisión investigará sobre las injusticias que se cometen en la isla, ella "no será una especie de Amnistía Internacional".

001/03

9500618

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Se inauguró I Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba, con la participación de 2.500 delegados de 108 países

## "Cuba lucha para que el socialismo siga adelante"

22/11 LR

\* En presencia del presidente Fidel Castro, el titular del Parlamento, Ricardo Alarcón, abrió la reunión más amplia efectuada en la isla

La Habana (ANSA)

Cuba tiene "un deber que cumplir con el resto de la humanidad" y "asegurar la marcha hacia adelante" del socialismo, dijo el titular del Parlamento cubano, Ricardo Alarcón, al inaugurar ayer el "I Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba", entre los vivos a Fidel Castro de 2.500 delegados de 108 países.

"Cuba lucha no sólo para que el socialismo no muera, sino también para asegurar su marcha hacia adelante a lo largo de la historia", sostuvo Alarcón.

La inauguración del evento, auspiciado por el Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos (ICAP), fue presidida por el presidente cubano, Fidel Castro, en el Teatro Carlos Marx de La Habana, acompañado por el canciller, Roberto Robaina, el vicepresidente, Carlos Lage, y numerosos funcionarios y diplomáticos acreditados en Cuba.

En la cita, la más amplia realizada hasta el momento en la isla, participan unos 117 par-

lamentarios de 25 países, 14 de ellos de Europa, como los euro-parlamentarios italianos Luciano Pettinari y Lucio Manisco.

En medio de vítores a su persona y cánticos en contra del bloqueo estadounidense, Castro agradeció la presencia de los delegados y los exhortó al "diálogo" y "no a una sucesión de discursos" durante los 4 días de deliberaciones.

El encuentro se clausurará el viernes próximo.

Alarcón, en un fuerte tono de crítica a la "democracia estadounidense", dijo que Cuba "lucha para que siga siendo un punto de referencia en el mundo entero".

"Tenemos la fuerza de la unidad, de la voluntad común de todos los cubanos para defender la Revolución", apuntó.

El también negociador cubano en el diálogo migratorio con Estados Unidos aseguró que "el pueblo cubano tiene la voluntad de salvar su revolución, su socialismo, sus conquistas, pero también la dignidad y la independencia".

Rechazó asimismo el sistema neoliberal que "se quiere

imponer" a Cuba, y precisó que ese modelo "es un mundo de codicia, de individualismo materialista y de lucha del hombre contra el hombre".

Alarcón dijo que la isla enfrenta "una dura batalla por salvar su economía", y añadió que la actual situación de crisis "obligó a tomar medidas que implican sacrificios" para el pueblo. Cuba afronta actualmente una incipiente liberalización de su economía, que in-

cluye elementos de libre mercado, una mayor apertura a las inversiones extranjeras y un programa de reformas y de ajuste gradual. "Es una fase decisiva en la historia de Cuba", concluyó. El encuentro prevé intervenciones especiales del vicepresidente, Carlos Lage, y del canciller, Roberto Robaina, así como la reunión de distintas comisiones, como las de "bloqueo estadounidense" y "campaña difamatoria contra Cuba".

### CUBA

#### Encuentro Mundial de Solidaridad

23/11 LT

El ministro de Relaciones Exteriores cubano, Roberto Robaina, insistió ayer martes, en que la ONU debe democratizarse porque «nos preocupa que no estén tan unidas las naciones como necesitamos, ni sean tan democráticas como realmente el momento y el mundo nos impone». En una intervención sobre las prioridades de la política exterior cubana ante el I Encuentro Mundial de Solidaridad que se celebra en La Habana, Robaina dijo que «los cubanos queremos saber si las naciones están tan unidas en torno a la Carta que las unió y no al gobierno que las manipula». Este encuentro, al que asisten 3.000 personas de todos los continentes y que ha sido convocado por el Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos, tiene entre sus principales objetivos denunciar el embargo decretado por el Gobierno de EEUU hace 32 años.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VIOLACIONES

Fidel Castro denunció que EEUU "tiene planes de guerra sucia y de infiltración de mercenarios armados para matar, sabotear, crear inseguridad y llevar la muerte a cualquier rincón del país"

## "Preferimos perecer a renunciar a la soberanía"

- Hablando en la clausura del primer encuentro mundial de la Solidaridad con Cuba exclamó: "Vamos a defender la revolución, aun a costo de la vida"

El presidente cubano, Fidel Castro, aseguró que Cuba prefiere "perecer a renunciar" a su soberanía, y reiteró que su gobierno no fomentará cambios políticos "ni volverá al capitalismo" vigente en el país hasta 1959.

La Habana (ANSA)

■ "Vamos a defender la Revolución aun al costo de la vida", sostuvo Fidel Castro, al hablar ante más de tres mil delegados de 109 países en la clausura del I Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba.

Castro dijo que "al capitalismo no volveremos; ni al salvajismo, ni al canibal, ni al moderado", antes de concluir un extenso discurso de dos horas con la consigna de "Socialismo o Muerte - Patria o Muerte - Venceremos".

"A ese —el capitalismo— no queremos volver; y no volveremos", repitió Castro en su larga exposición, en la que atacó la política de EEUU hacia el Tercer Mundo y el respeto de los derechos humanos.

Castro ironizó que, a pesar de la "preocupante tendencia al conservadurismo y a la ultraderecha" que vive EEUU, Cuba "no le ha puesto —a Washington— la condición de renunciar a su sistema —político— para normalizar las relaciones" bilaterales.

"Estos locos andan repitiendo que todo el mundo haga igualito que ellos, y lo de ellos no nos gusta", enfatizó.

Además, calificó de "irritante e inaceptable" la posición norteamericana de poner fin al bloqueo a cambio de un modelo político pluripartidista en la isla.

El Primer Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba se clausuró en el Teatro Karl Marx, de La Habana, ante más de tres mil personas que vitorearon a Fidel por largos minutos.

El discurso de Castro fue interrumpido en varias ocasiones por el aplauso del público.

cencia.

El líder cubano dijo que el bloqueo constituye "una guerra económica y universal contra Cuba", y denunció que "organizaciones muy afines al gobierno de EEUU realizan actividades de preparación de atentados contra dirigentes de la Revolución".

"Tienen planes de guerra sucia y de infiltración de mercenarios armados para matar, sabotear, crear inseguridad y llevar la muerte a cualquier rincón del país", indicó.

Calificó luego a EEUU, con un tono de marcada ironía, como "los campeones de los derechos humanos y la democracia" y enumeró las intervenciones militares de ese país en naciones latinoamericanas, así como el apoyo a distintos gobiernos militares en el mundo.

"La más cruel violación a los derechos humanos es la que se comete en el intento de matar y rendir por hambre y enfermedad a once millones de cubanos", sostuvo.

Al respecto, Castro dijo que



Fidel Castro en el teatro Carlos Marx. (Telefoto de AFP)

"Cuba es el país que más ha hecho por el ser humano", y dijo que "estos principios los ha mantenido sin excepción", en los últimos 35 años.

"En Cuba no hay un sólo caso de tortura, asesinato político, o desaparecidos, y no existen los escuadrones de la muerte", enfatizó.

Sobre las presiones de EEUU para que Cuba adopte el pluripartidismo a cambio

del fin del bloqueo, Castro dijo que "nunca hemos negociado un principio".

"A ese precio nunca dejaría de existir el bloqueo", ya que "es un precio que no estamos dispuestos a pagar", sostuvo. Castro dijo que "preferimos perecer a renunciar a nuestra soberanía", y destacó "el derecho a seguir construyendo el socialismo cuando las circunstancias así lo permitan".

tan".

El presidente cubano añadió a una cita bíblica para llamar a "multiplicar los valores —de la solidaridad— como Cristo multiplicó los peces y los panes".

"Hace falta luchar contra el capitalismo, el neoliberalismo y el imperialismo, sin renunciar al gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo", concluyó.

Nº. DOCUMENTO 9500619

TÍTULO *Canciller cubano Robaina llama a EEUU al diálogo migratorio*

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE FICHA 23/11/84 11921

VINCULACIONES  
65691  
65890  
11164  
11399  
11048  
11302

POCO LEGIBLE

## Llamado de Robaina a EEUU para nuevo diálogo

23/11/84

*El Canciller cubano, Roberto Robaina, llamó ayer a Estados Unidos a "ampliar la agenda" del diálogo migratorio para "hallar un camino que conduzca a la normalización de relaciones" con Cuba y a la inversión de capitales estadounidenses en la isla.*

Redacción, ANSA y EFE  
(LA HABANA)

"El balón no está en nuestro terreno", sostuvo el Ministro de Relaciones Exteriores cubano, al hablar en la segunda jornada del Primer Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba que se desarrolla en La Habana.

A la sesión, realizada en el Teatro Carl Marx, asistió el Presidente cubano, Fidel Castro.

Robaina rechazó a quienes "vienen a darnos lecciones de pluripartidismo, recetas de cocina popular y democracia por correspondencia" desde distintos países del mundo, y destacó la solidaridad de los delegados que concurren al evento. "No somos camaleones políticos que cambian de color para protegerse", sostuvo.

El encuentro reúne a más de 2.500 representantes de organizaciones políticas y sociales de 108 países, entre ellos el ex Presidente nicaragüense Daniel Ortega, y los premios Nobel de la Paz Rigoberta Menchú (Guatemala) y Adolfo Pérez Esquivel (Argentina).

El Presidente de Sudáfrica, Nelson Mandela, y el astro argentino Diego Maradona -éste a través de un reportaje difundido en La Habana- manifestaron su solidaridad con el evento.

Robaina dijo que "la revolución no cayó ni caerá, como ningún otro muro", y aseguró que Cuba "continuará abra-



A la sesión realizada en el Teatro Carl Marx, asistió el Presidente cubano, Fidel Castro.

zando las ideas de Marx y Lenin".

Añadió que Estados Unidos, a través del bloqueo a la isla, "quiere matarnos de hambre y de enfermedad, y pretende apagar nuestra voz en el mundo".

En su discurso, Robaina dijo que un estudio conocido en Estados Unidos afirma que si no existiera el bloqueo ese país ganaría en sólo un año "entre 1.200 y 1.300 millones de dólares" en transacciones comerciales con Cuba. "Se lo están perdiendo y a sólo 90

millas de sus costas", indicó.

Sobre Naciones Unidas, Robaina dijo que "nada nos tiene más inseguros en este mundo que cuando se reúne el Consejo de Seguridad de la ONU". "No sabemos a quién van a bombardear", apuntó.

El Encuentro de Solidaridad con Cuba es auspiciado por el Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos (ICAP) y otras 52 organizaciones nacionales e internacionales.

9500619

01-01.

Nº. DOCUMENTO 9500621  
 TÍTULO *Apertura económica en Cuba*  
 PROCEDENCIA 150023  
 FECHA DE RECEPCIÓN 25/11/94  
 VINCULACIONES - 65671  
 - 11161  
 - 11392  
 - 11409  
 - 11404

## Mejora de la economía cubana

La Habana (AFP)

■ La reducción del déficit fiscal y del excedente de la masa monetaria, junto a un ligero aumento de las exportaciones y de las inversiones extranjeras, constituyen para las autoridades cubanas los primeros signos de recuperación de una economía que ha sufrido un auténtico desastre.

Sin embargo, esos signos alentadores no provocan un verdadero optimismo de los responsables económicos, preocupados por las negativas perspectivas de la próxima cosecha de azúcar, principal fuente de ingresos de Cuba.

«No es posible decir que la economía en su conjunto haya comenzado a recuperarse, pero la caída, que prosiguió hasta el verano (boreal), ha sido detenida. Eso es aún insuficiente, pero refleja una tendencia favorable que debemos consolidar para que sea irreversible», declaró el ministro de Finanzas, José Luis Rodríguez, en una entrevista publicada en *Graha*, el diario oficial del Partido Comunista Cubano (PCC).

Según el ministro Rodríguez, los resultados más tangibles fueron logrados en los últimos meses en los planos financiero y monetario, gracias a la adopción de un programa de saneamiento, marcado por el término de la política artificial de precios y la instauración progresiva de un sistema de impuestos. Superior a cinco mil millones de pesos (la misma cantidad en dólares al cambio oficial) en 1993, el déficit fiscal sólo debería sumar 3.200 millones a finales de este año y 1.600 millones a finales de 1995, según las previsiones oficiales.

La reducción del déficit debe ser obtenida principalmente por la disminución en 1995 de 40% de las subvenciones gubernamentales a las empresas estatales, y su supresión en 1996, en aplicación del nuevo credo económico según el cual las empresas deben ser «rentables o cerradas».

La masa monetaria, que normalmente debe acercarse a los 3.500 millones de pesos, según el ministro de Finanzas, debería descender por debajo de los 10.000 millones a finales de este año, contra cerca de doce mil millones en mayo pasado.

A pesar de la mala cosecha azucarera 1993-94, las exportaciones cubanas aumentaron en valor de 3,5% en los primeros nueve meses de 1994 con respecto al mismo período de 1993, gracias a la evolución de los precios del mercado y al crecimiento registrado en otros sectores, especialmente el turismo, cuyos ingresos se han duplicado en tres años.



Una trabajadora de una fábrica de cigarrillos cubana coloca cuidadosamente habanos Montecristo en una caja. Los cigarrillos son una de las principales fuentes de divisas de Cuba. (Telefoto de AFP)

La próxima safra 1994-95 será inferior, según los expertos a la de 1993, la peor registrada bajo el régimen castrista con 3,8 millones de toneladas, pues no debería alcanzar los 3,5 millones de toneladas. La cosecha precedente 1993-94 fue de 4 millones, muy por debajo de los 7 millones de la safra 1991-92.

En un esfuerzo por modificar esta situación, las autoridades cubanas decidieron recientemente abrir la industria azucarera a las inversiones extranjeras, como han hecho progresivamente en otros sectores. Según las cifras oficiales, las inversiones extranjeras efectuadas en el marco de las 165 empresas mixtas, actualmente existentes, se elevan a

1.500 millones de dólares.

No obstante, incluso de concretarse el mejoramiento de la situación económica, a mediano plazo no existe ninguna posibilidad de que los niveles de vida en Cuba se aproximen a los que prevalecían antes de la desaparición de la Unión Soviética y los regímenes comunistas de Europa oriental. En efecto, algunas estadísticas permiten evaluar la amplitud del derrumbe de la economía cubana: de 1989 a 1993, el Producto Interno Bruto (PIB) se redujo en un 50 por ciento (10 mil millones de pesos contra 19.300 millones) en tanto los intercambios comerciales disminuyeron un 73 por ciento (3.700 millones contra 13.500 millones).

### CUBA: MEDIDAS ECONOMICAS

24/11/95

Una considerable baja del déficit presupuestario y cierta reducción del exceso monetario en 1994, así como la puesta en marcha en 1995 de un gradual pero estricto programa de impuestos en Cuba, fueron anunciados por el ministro de Finanzas y Precios, José Luis Rodríguez.

En una entrevista publicada por el periódico *Graha*, el titular de la más importante cartera económica del gabinete cubano explicó que ciertas tasas tributarias ya están siendo cobradas «para ir introduciendo gradualmente el principio de que a más ingresos, más impuestos».

«Hasta ahora el estado asumió solo todos los gastos de salud, de educación, subsidios a productos y servicios (algunos gratuitos) para mantener los bajos precios, así como la seguridad social», dijo Rodríguez.

«En estos momentos eso no es posible y cada ciudadano está en el deber de contribuir», agregó. Anunció que a partir del primero de enero de 1995 se cobrarán 11 impuestos, tres tasas y una contribución tributaria, entre las cuales estará el pago de peaje en ciertas carreteras vinculadas al turismo.



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA \_\_\_\_\_

FECHA DE RECEPCIÓN \_\_\_\_\_

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

## Aperturas económicas en Cuba

**M**IENTRAS Washington afirma que el bloqueo comercial a Cuba se mantendrá hasta que en la isla amanezan cambios institucionales que por el momento no se avizoran, capitales norteamericanos muestran interés en que las restricciones desaparezcan aunque Castro no se digne tomar medidas democratizantes.

Este requerimiento de importantes empresarios puede ser visto como una cierta abdicación cívica en cuanto al vigor con que los Estados Unidos —y no sólo su gobierno— condenaron siempre al régimen castrista; pero también como signo de la eliminación de las fronteras económicas, aun las de origen ideológico, y de una previsible ruptura en la rigidez de las viejas reglas del comunismo, que abrirían ahora los brazos al capital privado extranjero.

Cuba se queja del bloqueo impuesto hace décadas por Washington y acentuado, más recientemente, por la Ley Torricelli, achacándole la postración de la economía isleña; y para exculpar a la incapacidad del propio régimen como factor de atraso y depresión, pasa por alto que Cuba comercia tan regularmente como su pobreza lo permite con el resto del mundo.

De todos modos, razones económicas —la posibilidad de buenos negocios— explican que empresas norteamericanas promuevan el levantamiento de las sanciones, de origen político; y Castro coincide, aunque con la intención confesa de que puedan

permanecer inmutables él y su sistema: nada de libertad individual, pero sí apertura económica, en una suerte de adaptación del modelo que tiene éxito en China.

Capitales españoles hace ya tiempo han tomado a su cargo la actividad hotelera de mejor nivel y se ocupan, por lo tanto, de impulsar el turismo. La industrialización de cítricos atrae a empresas de Israel. Pero las mayores inversiones provienen de los dos socios de los Estados Unidos en el Nafta, Canadá y México: capitales canadienses han ido a las minas de níquel cubanas, y mexicanos a refinerías de petróleo, a las telecomunicaciones y a la industria cementera, bajo sistemas mixtos, con *management* privado, receta que ahora se aplicaría también a la más tradicional y emblemática explotación azucarera.

Si Cuba elige alguna libertad económica —así sea en dosis homeopáticas— ¿puede ignorar las libertades civiles? ¿Cabe imaginar que se le muestre a un pueblo el bienestar, desde lejos y para los otros, e impedir que nazca en él el deseo de alcanzarlo? ¿El totalitarismo es compatible con las ganancias particulares?

Para estos interrogantes, la experiencia universal tiene respuestas negativas: parece difícil, entonces, que Castro vaya a obtener de su apuesta los réditos que anhela, aunque tal vez le permita a Cuba comenzar a romper el círculo de atraso en que está atrapada.



Nº. DOCUMENTO 9500622  
 TÍTULO CUBA: Viaje de DANIEL ORTEGA (NICARAGUA)  
 PROCEDENCIA 160023  
 FECHA DE PROBLEMA 25/11/94 11921.  
 VIOLACIONES 65671  
66603  
71164  
11304  
11078  
11437

## **Daniel Ortega en La Habana**

La Habana (ANSA)

■ El ex presidente nicaragüense Daniel Ortega dijo que el sandinismo «ya no tiene que recurrir a las armas» para llegar al gobierno en Nicaragua, «sino a los votos» en las próximas elecciones previstas para 1996.

«En las actuales condiciones no hay razón alguna para tomar las armas», dijo Ortega, en el marco del I Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba, que concluirá mañana en La Habana. Sin embargo, el ex mandatario reivindicó «el derecho a la

autodefensa armada» de los sandinistas «ahí donde la policía y el ejército no pueden resguardar la vida» de la población.

Ortega denunció que en los últimos cuatro años murieron 400 sandinistas en manos de «recontras» que actúan en zonas de Nicaragua.

«Los sandinistas tomaron las armas para autodefensa en estos teatros de guerra», indicó.

En conferencia de prensa, Ortega dijo que la renuncia al Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) del ex vicepresidente Sergio Ramírez y del

ex canciller y poeta Ernesto Cardenal «no afecta a la unidad de la base» del partido.

«No hay división en el FSLN, sino divergencias en la cúpula, que no afectan a la base», sostuvo.

Ortega denunció además que el 80 por ciento de la población nicaragüense vive en la pobreza, y aseguró que el gobierno de Violeta Chamorro «niega los derechos humanos» a su pueblo en materia de salud.

«Hay un atentado a los derechos humanos» en Nicaragua, aseguró.

Nº. DOCUMENTO 9500623  
TITULO 1995 será el año mundial contra bloqueos a Cuba  
PROCEDENCIA 150023  
FECHA DE RECEPCIÓN 26/11/94  
VINULACIONES 65671. 11921  
11164  
11399.  
11161.  
11078.  
65890  
65709.

## 1995 será el año mundial contra el bloqueo a Cuba

\* El próximo jueves se reúnen en México los presidentes Eduardo Frei y Fidel Castro

La Habana (ANSA)

El "Primer Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba" resolvió declarar a 1995 como "Año Internacional de Lucha contra un Bloqueo" estadounidense a la isla, al concluir ayer cinco días de deliberaciones en La Habana.

Las distintas comisiones creadas durante el encuentro, el más importante realizado en el país, establecieron el 19 de mayo próximo como el "Día de Apoyo a Cuba", con "acciones" concretas de solidaridad con el pueblo cubano.

El encuentro concluyó con la participación de unos 3.000 representantes de organizaciones políticas y sociales de 108 países.

Participaron, entre otros, dos premios Nobel de la Paz de América Latina, la guatemalteca Rigoberta Menchú y el argentino Adolfo Pérez Esquivel, el ex presidente nicaragüense Daniel Ortega y el pintor ecuatoriano Oswaldo Guayasamín.

Los acuerdos establecen, además, "mantener y perfeccionar relaciones de solidaridad internacionales" con Cuba y "protestar" por la exclusión del gobierno de La Habana de la llamada Cumbre de Miami, Estados Unidos.

También llamó a "coordinar el apoyo material" a la isla, incrementar encuentros de solidaridad y promover el comercio y el turismo a la isla.

El 10 de octubre de 1995 se declaró "Día de la Solidaridad Mundial con Cuba" por los delegados presentes en el evento, auspiciado por el Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos (ICAP). Distintos delegados hicieron enérgicas declaraciones de la importancia de la reunión y de la necesidad de acabar el bloqueo estadounidense a la isla, un reconocimiento en esta materia de la importancia de la participación de los países.

Otros resaltaron "el apoyo moral de las fuerzas progresistas del mundo entero" al gobierno y al pueblo de Cuba, "ante la desinformación y las campañas difamatorias" en el extranjero.

El encuentro de solidaridad con Cuba tuvo una gran cobertura en la prensa oficialista, e incluso el diario Granma, Órgano del Partido Comunista de Cuba (PCC), tituló en su portada la palabra "Gracias".

Como contrapartida, el periódico dijo que el evento mereció en la prensa extranjera "ni la décima parte de los cientos de despachos cablegráficos, reportajes, comentarios y entrevistas que el tema Cuba motivó en agosto" durante la llamada crisis de los "balseros".

EN LA ASUNCIÓN DE ZEDILLO

Santiago (AFP)

El presidente chileno Eduardo Frei adelantó el viernes que "seguramente" se reunirá la próxima semana con el presidente cubano Fidel Castro, para analizar las relaciones entre ambos países, afectadas por una ruptura diplomática desde hace 21 años.

"Seguramente vamos a estar con Fidel Castro la próxima semana", dijo Frei, al referirse a la presencia de varios gobernantes latinoamericanos en Ciudad de México, cuando el próximo jueves asuma la presidencia de ese país el mandatario electo Ernesto Zedillo.

"Seguramente vamos a conversar, como lo hicimos en Cartagena, y vamos a seguir analizando el estado de nuestras relaciones", agregó Frei, hablando en rueda de prensa.

Frei y Castro tuvieron una primera entrevista durante la cumbre iberoamericana de jefes de Estado que se realizó a mediados de junio, en el balneario

colombiano de Cartagena de Indias.

Chile y Cuba rompieron relaciones en setiembre de 1973, cuando se instaló el régimen del general Augusto Pinochet, que derrocó al extinto presidente socialista chileno Salvador Allende y se mantuvo en el poder hasta marzo de 1990. Un año después, los dos países restablecieron sus vínculos comerciales y consulares y, en agosto pasado, visitó Santiago el canciller cubano Roberto Robaina.

LOS NIÑOS "BALSEROS"

La Habana (ANSA)

Cuba y Estados Unidos reanudarán el diálogo migratorio en enero próximo, en Nueva York, mientras crecen los contactos bilaterales para analizar los casos de miles de niños "balseros" alojados en la base naval de Guantánamo y Panamá. "Hablamos de eso con alguna gente del Departamento de Estado" durante su reciente visita a Washington, sostuvo el negociador cubano en el tema migratorio, Ricardo Alarcón.

Alarcón dijo que la disposición estadounidense de recibir a los niños alojados en Guantánamo y Panamá "no viola



Los presidentes de Chile y Cuba, Eduardo Frei (h) y Fidel Castro, se reunirán el 1º de diciembre en Ciudad de México, en ocasión de la toma de posesión de Ernesto Zedillo Ponce de León, y abordarán el tema de la reanudación cabal de relaciones entre ambos países. (Fotos de archivo de AFP)

necesariamente" el acuerdo migratorio suscrito el 9 de setiembre entre ambos países.

Si se aprueba el proyecto, unos 3.000 niños podrían viajar a Estados Unidos junto a sus padres, lo que igualaría unos 8.000 "balseros", según cifras estadounidenses.

Sin embargo, Alarcón dijo que "el problema está en cómo hacerlo para que no se estimule a otras personas a viajar

ilegalmente" a Estados Unidos.

El funcionario formuló esas declaraciones durante la última jornada del Primer Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba, que concluyó ayer en La Habana. La próxima ronda de contactos migratorios —adelantó el negociador cubano— se trasladará en enero próximo a Nueva York, luego del diálogo de fines de octubre realizado en La Habana.

9500623

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500624

TÍTULO: Homenaje a la ARGENTINA por la democratización de Cuba

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCEDENCIA 28/11/84

VINCULACIONES 65671 11921

66960

11165

11399

11078

11164

# Un emotivo homenaje a la Argentina por la democratización de Cuba

Luis Rodríguez Rodríguez, cubano disidente liberado luego de 27 años de prisión en las cárceles del régimen de Fidel Castro, promoverá próximamente un homenaje a la figura del Libertador José de San Martín, al Gobierno y pueblo argentino, por su permanente lucha por la liberación de la isla caribeña.

El acto de reconocimiento al vecino país, que se celebrará según fue anunciado el 11 de diciembre próximo en Miami, contará con la presencia del Presidente de la República

Argentina, Dr. Carlos Saúl Menem y una nutrida comitiva.

Cabe consignar que Luis Rodríguez Rodríguez, de profesión periodista, fue condenado por Fidel Castro a 30 años de prisión por ser uno de los más importantes dirigentes de la resistencia al régimen cubano.

En 1988, el preso político fue liberado gracias a las gestiones emprendidas por el Cardenal de Nueva York, John O'Connor, de la Sociedad Interamericana de Prensa

(SIP) y de la Confederación Masónica Interamericana (CMT).

El exiliado cubano es actualmente presidente del "Presidio Político Histórico Cubano" y de la "Cumbre Patriótica", entidad que nuclea a 17 organizaciones de refugiados y ex presos políticos cubanos.

También es miembro del "Frente Nacional Presidio Político Cubano", organización que agrupa a nada menos que catorce entidades de base formadas por hombres y mujeres que han soportado largas condenas y reclusión por motivos políticos.

La iniciativa de Rodríguez Rodríguez de rendir homenaje a una figura de la talla histórica del General José de San Martín, así como al pueblo y Gobierno argentino por su apoyo a la democratización de Cuba, fue aceptada por unanimidad en todas las organizaciones de exiliados cubanos.

En la casa del ex preso político, sita en el 1140 S.W. 13 th. Avenue, Miami, Florida, se realizará la emotiva ceremonia presidida por el Dr. Carlos Saúl Menem.

Las placas que se colocarán en ese lugar tienen las siguientes inscripciones:

"Al General José de San Martín, adalid de la liberación y fuente de inspiración para la independencia de América".

"Al Presidente, Carlos Saúl Menem y al pueblo argentino, por su constante apoyo a la causa justa de la libertad, la democracia y el progreso de los pueblos".

Según se anunció, el Presidente Menem, a su arribo al lugar del homenaje, tendrá una guardia de honor durante tres cuerdas, integrada por una doble fila de ex presos políticos que han cumplido diez y veinte años de condena.

Nº. DOCUMENTO 9500625  
TÍTULO CUBA: Presupuesto militar en reducción  
PROCEDENCIA 150015  
FECHA DE RECEPCIÓN 30/11/94 11924  
VINCULACIONES 65671  
11163  
13065  
11161  
11392

### Cuba: presupuesto militar en reducción

El presupuesto militar para 1995 mantendrá la "línea de reducción" de los gastos de defensa de Cuba, en los últimos cuatro años, escribió ayer, el oficialista diario Granma.

LA HABANA/ANSA

Este recorte alcanza el 52 por ciento del promedio ejecutado en el quinquenio 1986-90, según datos brindados por el Consejo Militar del Ministerio de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR). El Consejo Militar se reunió para debatir las líneas de acción para 1995, presidido por el Ministro de Defensa,

general Raúl Castro, hermano del jefe de gobierno, Fidel Castro. El 29 por ciento de presupuesto militar del año próximo, será cubierto con fondos aportados por las propias FAR, dijo Granma. El periódico explicó que esta reducción presupuestaria "es el resultado de las medidas de perfeccionamiento, ahorro, racionalidad e iniciativas aplicadas, sin lesionar la capacidad y disposición combativas" de las Fuerzas Armadas. Entanto, el domingo próximo se celebrará en Cuba el Día Nacional de la Defensa, con ejercicios tácticos y de tiro y entrenamientos militares en toda la isla.

9500625

Nº. DOCUMENTO 9500626

TÍTULO VENEZUELA: Informe militar edifica al ~~gobierno~~ gob. de cuerpos para abordar crisis

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PRODUCCIÓN 1/11/84

VINCULACIONES 67390 11921

11164

11163

11302

13065

La Dirección de Inteligencia del Ejército venezolano considera incapaz al gobierno para resolver la crisis del país

B

## LOS MILITARES PRONOSTICAN MAS PROBLEMAS PARA CALDERA

*Un informe militar califica a la dirigencia venezolana de incapaz para abordar la crisis que atraviesa el país y exhorta al Gobierno de Rafael Caldera a utilizar mecanismos tangibles y reales para solucionarla.*

1/11/85

**E**l informe de la Dirección de Inteligencia del Ejército, divulgado ayer lunes, por el diario «El Universal», señala que si el Gobierno no obtiene los resultados esperados con su plan de rehabilitación de la economía, «podríamos pronosticar hechos sin precedentes en la historia democrática de nuestro país».

Entre esos hechos, el informe, que fue elaborado en agosto pasado, menciona un estallido social, sublevación popular, golpe de Estado y hasta resurgimiento de movimientos subversivos con el suficiente poder para lograr «alterar el orden constitucional vigente».

«La situación del país es bastante delicada, nuestra imagen cada vez se agrava en el exterior y las posibilidades de salir de la crisis se reducen considerablemente», dice el departamento de Inteligencia militar.

«Existen momentos en que se tiene la impresión de estar en manos de dirigentes incapacitados para solucionar la inmensa problemática que nos aqueja», agrega.

Los venezolanos han visto como su poder adquisitivo retrocede a los niveles de hace 15 años, y el

desempleo ha llegado al 13 por ciento, según cifras oficiales.

En el análisis sobre la situación venezolana, menciona la crisis interna de los partidos políticos, que cataloga como de «un sistema estructural en decadencia».

Asimismo, destaca los resultados de una encuesta divulgados recientemente, según los cuales el 52 por ciento de los encuestados califica la labor de Caldera, quien asumió en febrero último, de regular, y el 67 por ciento señala la situación del país como mala.

«La poca credibilidad y desconfianza de la población hacia la intención gubernamental, así como la ineficiencia e incapacidad de nuestros mandatarios para enfrentar los problemas reflejados a nivel externo, colocan al país en una situación difícilmente solucionable», agrega el informe.

El informe atribuye a pasadas administraciones los errores actuales, pero urge al Gobierno a que se esfuerce en rehabilitar al país con mecanismos tangibles y reales «y no bajo especulaciones y suposiciones mal basadas, que a la larga perjudicarán aún más el modo de vida de los venezolanos».

9500626

CI-01

Nº. DOCUMENTO 9500627  
 TÍTULO VENEZUELA: Inflación aumentó un 58,2% hasta 11/84.  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE PROCESAMIENTO 3/11/84  
 VINCULACIONES 65671 → 11921  
11161  
11300  
67390

Poco  
 Legible

La inflación aumentó un 58,2 en lo que va del año

## LA ECONOMIA VENEZOLANA HACE AGUA 3/11/84

El índice de precios al consumo en Venezuela subió un 5,1 por ciento en octubre, lo que situó el nivel de inflación de lo que va de año en un 58,2 por ciento, indicó ayer miércoles, el Banco Central de Venezuela (BCV).

El BCV, instituto emisor del país, señaló que el mayor aumento se registró en el rubro de alimentos, bebidas y tabaco con un 6,7 por ciento, seguido por gastos diversos, vestido y calzado con un 5,5 por ciento.

El BCV atribuye la subida a factores de carácter estacional, asociados al período de lluvias, que afectaron a algunos productos agrícolas, y al inicio del año escolar, que impulsa los precios de los artículos y servicios vinculados al mismo.

También reconoce que se ha producido un aumento de la demanda de bienes duraderos «impulsada por la mayor liquidez existente en la economía como resultado del control de cambios y de la disminución de los tipos de interés».

Además, el BCV señala que «persisten las expectativas inflacionarias, habida cuenta del desequilibrio fiscal» y recomienda poner en práctica, «lo antes posible», el Plan de Estabilización y Recuperación Económica (PERE).

Las cifras registradas hasta el 31 de octubre indican que la inflación en 1984 se acercará a los 70 puntos, la segunda más alta de los últimos 50 años después de la registrada en 1989, que fue de 81 puntos.

61-01.

9500627

Nº. DOCUMENTO 9500628

TÍTULO VENEZUELA: Desalojo 16 personas de Embaj. PERU por "políticos domésticos"

PROCEDENCIA 1500/4.

FECHA DE PROTESTA 4/11/84 → 11921.

VINCULACIONES 65671

11163

66817.

11338

11164

6 F390

### Venezuela

### **DESALOJAN EMBAJADA PERUANA**

4/11/84

La policía venezolana desalojó anoche a las dieciséis personas que habían ocupado la sede de la Embajada de Perú en Caracas para reivindicar asuntos de «política doméstica», informó ayer jueves, la Cancillería. Una nota de ese ministerio señala que la actuación de la

policía, que no intervino violentamente sino que «persuadió» a los ocupantes, respondió a una solicitud que en tal sentido hizo la Embajada peruana. El comunicado indica que «esta noche fue ocupada la Embajada de Perú en Venezuela por dieciséis ciudadanos venezolanos, que

pretendieron justificar su acción con razones de política doméstica regional, irrelevantes a los efectos de los instrumentos jurídicos internacionales en materia de Derecho de Asilo».

01-01  
9500628



Nº. DOCUMENTO 9500629  
 TÍTULO *Presidente privatiza empresas para mejorar el país.*  
 PROCEDENCIA 1500/4.  
 FECHA DE RECEPCIÓN 4/11/84.  
 VINCULACIONES 66718  
 11164  
 11302  
 11161  
 11312

D. - VENEZUELA

EL FACTOR POLÍTICO

GOBIERNO ADOPTA NUEVAS MEDIDAS ECONÓMICAS

El presidente RAFAEL CALDERA en el pasado mes de junio más de la suspensión de la con orden judicial, as (derecho a dedicarse y derecho de propiedad y lo que fue necesario la los medios idóneos para los ingresos procedentes de la venta de empresas hasta ahora administradas por el Estado panameño puedan ser utilizados para inversiones en programas sociales.

**La onda privatizadora llega también al país del canal**

**BALLADARES VENDE TODO PARA «MEJORAR» EL PAÍS**

El presidente de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, espera que los ingresos procedentes de la venta de empresas hasta ahora administradas por el Estado panameño puedan ser utilizados para inversiones en programas sociales.

En una entrevista que publicó ayer el diario «The New York Times», Balladares indica que, «mediante la venta de las empresas, esperamos generar una suma sustancial de fondos que nos permitirán hacer inversiones en cuestiones sociales».

El Gobierno panameño, en un intento de reactivar la economía, ha presentado un plan que incluye la venta de acciones de empresas hasta ahora propiedad del Estado, la reducción de los impuestos a la importación y una revisión de las leyes laborales.

En sus declaraciones al periódico, Balladares se niega a precisar cuánto dinero se espera conseguir con la venta de las empresas nacionales, aunque sí señaló que se prevé dedicar los fondos a programas destinados a mejorar la salud pública y la educación, así como en proyectos para reconstruir servicios básicos.

Según los expertos, el mayor reto para lograr la reactivación de la economía panameña, mediante la inversión extranjera, puede ser la competitividad de otros países latinoamericanos.

«Quiero asegurarme de que tengamos las leyes adecuadas para que Panamá pueda competir como cualquier otro país», expresa Balladares.

La privatización y el cierre a mediados de junio de otras ocho instituciones bancarias, que se encuentran virtualmente en manos del gobierno, aumentan las probabilidades de estatización de estos bancos.

EL FACTOR POLÍTICO

01-01

9500629

Nº. DOCUMENTO 9500630  
 TITULO *Canciller venezolano M.A. BURELLI VIOJE A PARAGUAY Y URUGUAY.*  
 PROCEDENCIA 150090.  
 FECHA DE P 7/11/94. 11921.  
 VINCULACIONES 67390.  
 66723  
 507466  
 11164.  
 11005  
 11399.

## Canciller Venezolano

El Canciller venezolano, Miguel Angel Burelli Rivas, viajó hacia el sur del continente para visitar oficialmente las Repúblicas de Paraguay y Uruguay a partir de hoy, informaron fuentes oficiales, según consigna un cable de la agencia EFE.  
 El Canciller venezolano llegará a nuestro país a las cuatro de la tarde del mismo miércoles, donde será recibido por su colega Sergio Abreu Bonilla.  
 El jueves será recibido por el presidente Luis Alberto Lacalle en el Palacio Estéves y visitará la sede de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI).  
 El viernes, Burelli Rivas y Abreu Bonilla suscribirán un convenio fitosanitario, un memorandum de entendimiento y una declaración conjunta en el Palacio Santos, sede de la Cancillería Uruguaya.  
 El Canciller venezolano retornará a Caracas en la tarde del mismo viernes.

# Mecanismos de consulta establecen con Venezuela

(2/11/94)

El Canciller de Venezuela, Miguel Angel Burelli Rivas, concluyó ayer viernes, una visita oficial a Montevideo que ha dado como resultado cuatro acuerdos bilaterales y abonado el terreno para que Uruguay pueda ser el distribuidor de los derivados del crudo de Venezuela en el Cono Sur.

Burelli y su colega uruguayo, Sergio Abreu Bonilla, firmaron un acuerdo para el establecimiento de un mecanismo de coordinación y consulta y otro de cooperación entre las instituciones que se encargan de la formación de diplomáticos en Venezuela y Uruguay.

Ambos Ministros emitieron una declaración conjunta en la que resaltan la identidad de criterios de sus gobiernos respecto

a una serie de asuntos como son la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo, el apoyo a la integración latinoamericana o el fortalecimiento de la Organización de Estados Americanos (OEA).

Además el Canciller venezolano y el Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca de Uruguay, Gonzalo Cibils Dutra, dejaron listos para su pertinente ratificación por el Parlamento de Venezuela dos acuerdos en materia de sanidad animal y vegetal, que, según Burelli, van a franquear la entrada de carne de corral uruguayo en su país.

Burelli, que llegó a Montevideo el pasado miércoles, se despidió del Uruguay con una rueda de prensa en la que reveló que había tratado en Montevideo de la posibilidad de que la petrolera estatal uruguaya ANCAP se encargue de refinar el crudo venezolano y de distribuirlo en el Cono Sur americano.

"Tan solo es una idea que está germinando, pero hoy las ideas germinan muy deprisa", señaló a los periodistas que le inquirieron más detalles sobre esta posible forma de cooperación energética entre Uruguay y Venezuela.

El Ministro venezolano recordó que el Presidente de su país, Rafael Caldera, ha propuesto una integración energética del continente a través de Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), la Asociación Latinoamericana de Energía (OLADE) y la Asociación de Asistencia Recíproca Petrolera Empresarial Latinoamericana (ARPEL).

Esa propuesta, que probablemente se planteará a la Cumbre de Miami, parte, según explicó Burelli, del hecho de que Venezuela está en condiciones de proveer energía a todo el continente, que no tendría así que depender de fuentes lejanas y poco seguras.

El Ministro venezolano, que invitó a su colega uruguayo a visitar su país, recaló que se ha despejado el peligro de que haya nuevos estallidos sociales o intentos de golpe militar, porque el Gobierno ha colocado un "piso ético" y ello está permitiendo reconstruir la confianza en Venezuela.

"Venezuela está saliendo de sus dificultades, a pesar de que el Gobierno actual es el que heredó el mayor cúmulo de problemas de toda la historia del país", subrayó.

9500630

01-01

Nº. GCUV 9500631  
 TITULO Inseguridad y especulación, principales preocupaciones de venezolanos.  
 PROCEDENCIA 150015  
 FECHA DE RECEPCIÓN 7/11/84  
 VINCULACIONES 67890 11921  
 11165  
 11323  
 11325  
 11169

ABUC - B

1- FACTOR POLITICO

# Caldera: "El país está agobiado por la inseguridad"

El Presidente venezolano, Rafael Caldera, admitió ayer que "el país está angustiado por la inseguridad personal" y enfatizó que es urgente "ponerle coto a la especulación reinante en el país".

CARACAS/ANSA

Según una encuesta de opinión difundida esta semana, la inseguridad y la especulación constituyen las principales preocupaciones de los venezolanos, seguida por la corrupción. "Frente al costo de la vida tenemos que tomar posiciones definidas, pero razonables y concretas, tenemos que buscar una armonía difícil entre la necesidad de estimular la producción y la necesidad de ponerle coto a los brotes especulativos que, sin justicia alguna, está repercutiendo sobre las condiciones de vida", subrayó Rafael Caldera.

Según cifras oficiales del Banco Central, de enero a octubre, el índice de precios al consumidor se ubicó en 58,2 por ciento. "Estamos enfrentando problemas muy graves, tengo conciencia de que el país se siente agobiado



El Presidente venezolano Rafael Caldera, admitió que "el país está angustiado por la inseguridad personal".

por la inseguridad personal, pero tenemos problemas de recursos y de infiltración de cuerpos policiales para cometer abusos intolerables, que están llenando de inquietud, zozobra y angustia los hogares venezolanos", puntualizó el Primer Mandatario.

Este fin de semana fue herido a tiros por delincuentes el ex Comisario General

de la Policía Técnica Judicial (PTJ), Alexis Bolívar, para despojarlo de su auto móvil.

Según estadísticas policiales, cada fin de semana hay un promedio de 40 muertes violentas, producto de robos y asaltos a mano armada, que convierten a Caracas en una de las capitales más inseguras de América Latina.

RESERVADO

01-01

9500631

Nº. DOCUMENTO

9500632

TÍTULO VENEZUELA:

Guardia Nacional comenzó a patrullar para frenar violencia.

PROCEDENCIA

150014.

FECHA DE

8/11/74

11921.

VINCULACIONES

63390

11163

13065

11338.

Venezuela

## LA GUARDIA NACIONAL SALIO A LA CALLE: 8/11/74

La Guardia Nacional (GN) de Venezuela empezó ayer, lunes, a patrullar las principales ciudades del país, para frenar el clima de violencia que provoca 12 asesinatos y 90 heridos al día.

El ministro de la Defensa, general Rafael Montero, indicó que no se trata de una «militarización» sino de una acción pensada para garantizar la seguridad de los ciudadanos en una época, como la navideña, en la que hay una mayor circulación de dinero y de bienes.

El patrullaje de la GN, un cuerpo de vigilancia militarizado, complementará la labor de las otras policías del país, desbordadas e impotentes para contener la acción de los malhechores.

El presidente de la República, Rafael Caldera, reconoció el domingo que la inseguridad «abruma» a los venezolanos y atribuyó la gravedad del problema a la insuficiente dotación de las policías y a que en esos cuerpos se han infiltrado los delincuentes.

Como reflejo de esa situación, los diarios caraqueños reseñaron ayer que durante este fin de semana murieron de manera violenta en la capital venezolana 27 personas, entre ellas cinco menores de 18 años.

En los nueve primeros meses del año la PTJ registró 3.457 homicidios, 2.813 violaciones, 136.249 delitos contra la propiedad, 33.095 delitos contra personas, 27.444 robos y 1.879 robos con lesiones.

Además, 24.235 personas han resultado heridas en estos hechos delictivos que, aunque tienen como escenario recurrente los barrios marginales, se producen cada vez con mayor frecuencia en las zonas residenciales de la ciudad.

9500632

Nº. DOCUMENTO 9500633  
TITULO VENEZUELA PAGARÁ LA DEUDA EXTERNA CON PETROLEO.  
PROCEDENCIA 150014  
FECHA DE PROCEDENCIA 9/11/84  
VINCULACIONES 673PO 11921  
11161  
11314  
11209  
11409

Diez mil millones de dólares resultado de la venta de crudo para amortizar la deuda

## VENEZUELA PAGA 9/11/85 LA DEUDA EXTERNA CON PETROLEO

*Venezuela está decidida a utilizar una parte de las reservas de petróleo superpesado de la Faja del Orinoco para aliviar la presión que la deuda exterior ejerce sobre la economía, dijo ayer martes el ministro de Energía y Minas, Edwin Arrieta.*

**E**l portavoz del Gobierno advirtieron sobre la posibilidad de que, si no hay un correcto manejo del problema, habrá que dedicarle el 50 por ciento del presupuesto nacional de 1995.

Esa dependencia impide contar con los recursos necesarios para atender necesidades primarias de la población en las áreas de la salud, la educación, el transporte, la vivienda y otros, lo cual ha deteriorado la calidad de estos servicios y los ha retrotraído al nivel de hace treinta años.

Arrieta manifestó que la utilización de ese petróleo no debe crear mala conciencia en los venezolanos de hoy, ya que no hipoteca las perspectivas de vida de las futuras generaciones ni representa un volumen significativo de las reservas.

La disponibilidad de crudos superpesados es tan grande que «nunca van a poder explotarse totalmente, por eso al hablar de utilizar una mínima parte de las reservas nos referimos a desperdicios, a una cantidad que no repercute en el desarrollo futuro del sector petrolero, ni afecta a la soberanía nacional», agregó el ministro.

Arrieta añadió que, independientemente de las características de los crudos superpesados, con menos demanda y más difíciles de colocar que los ligeros, su explotación puede prolongarse por unos 600 años.

Las reservas probadas de la Faja del Orinoco están en torno a los 300.000 millones de barriles, pero la cifra se dispara por encima de los 600.000 si se consideran las reservas probables, cantidad que no igno-

la ningún país.

El enfoque del ministro de Energía y Minas fue compartido el lunes por, Luis Giusti, presidente del grupo estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), quien destacó que «no hay peor pérdida de la soberanía que la pobreza de un pueblo».

El planteamiento más reciente para que se utilice el petróleo de la Faja como instrumento de pago fue hecho por el ex ministro de Energía y Minas Humberto Calderón, quien propuso utilizar 5.000 millones de barriles para reducir la deuda y minimizar su perversa influencia sobre la economía.

Calderón calculó que cada barril podría dejar un beneficio de 2 dólares, lo que permitiría destinar unos 10.000 millones de dólares a amortizar parte de los 27.000 millones de dólares que, según el ministerio de Hacienda, adeuda el país a los bancos del exterior.

Tras la exposición de Calderón, que fue recibida con simpatía por el Gobierno, surgieron otras de diferente naturaleza, pero dirigidas también a romper las limitaciones que los compromisos exteriores imponen al presupuesto nacional, en especial a las partidas destinadas a los gastos sociales.

El ex presidente de PDVSA Andrés Sosa Pietri presentó la tesis de privatizar el 49 por ciento de ese grupo estatal por su facilidad para encontrar compradores y porque se obtendrían recursos con los que cubrir sus planes de expansión, y hacer frente a las obligaciones del exterior.

Según Sosa, los activos de

PDVSA ascienden a 45.000 millones de dólares, y llegan a 150.000 si se incluye el valor de las reservas probadas, lo cual significaría que el Estado podría disponer, en un periodo relativamente breve de tiempo, de unos 75.000 millones de dólares.

PDVSA ha anunciado que necesita invertir 48.000 millones de dólares en los próximos 10 años, de los que 18.000 deberán ser aportados por los inversores privados, nacionales o internacionales.

Los principales opositores a estas iniciativas argumentan que su aplicación exigiría la reforma de

importantes leyes, e incluso de la Constitución, y que, en todo caso, sería un duro golpe a la soberanía nacional, apuntalada en 1976 con la nacionalización del hierro y el petróleo. Pero las principales reticencias vienen de la amarga experiencia vivida en años recientes, cuando las crisis en Oriente Medio infló los precios del barril, e inundó de dólares las arcas del ministerio de Hacienda.

Desde la nacionalización en 1976, Venezuela ha vendido petróleo por 225.000 millones de dólares, de los que 150.000 millones entraron al Fisco.

9500633

Nº. DOCUMENTO 9500634

TÍTULO Estallan nuevos disturbios y aumento el descontento en VENEZUELA.

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE RECIBO 10/11/84 11921

VINCULACIONES 67390

11164

11449

11165

BOMBAS EN CARACAS Y GRAVES CHOQUES ENTRE ESTUDIANTES Y POLICIAS EN VALENCIA

# Estallan nuevos disturbios y aumenta el descontento social en Venezuela

10/11 E.C.

*Por segundo día consecutivo se registraron ayer violentos incidentes entre estudiantes universitarios y la policía en Valencia, a pocos kilómetros de Caracas, la capital venezolana, en la que además estallaron varias bombas sin que se produjeran víctimas. Los incidentes enrarecen aún más el clima político y social del país, que atraviesa una profunda crisis económica que hace temer mayores convulsiones en el futuro.*

CARACAS, 9 (AFP, EFE y Reuter). - La situación social volvió a agitarse hoy en Venezuela con el estallido de varias bombas en esta capital y de disturbios estudiantiles en Valencia, a 80 kilómetros de Caracas.

Los graves problemas económicos que aquejan al país, que se acentuaron en los últimos meses, multiplicaron los conflictos sociales y políticos. Hasta ahora el presidente Rafael Caldera (que asumió en febrero) no pudo descomprimir esa gran olla a presión en la que se convirtió la sociedad venezolana.

Casi un centenar de estudiantes universitarios se enfrentaron hoy con la policía e incendiaron parte del rectorado de la Universidad de Carabobo, en Valencia, la capital de ese estado. En los disturbios resultaron heridos una docena de estudiantes y cinco agentes y hubo gran cantidad de detenidos.

El origen de los incidentes fue la protesta estudiantil por la decisión oficial de allanar anoche la Universidad de Carabobo, luego que en horas de la tarde se produjo una masiva y violenta marcha de universitarios en contra del alza del transporte.

El presidente de la Federación de Centros Universitarios de la región, Francisco Jiménez, anunció que la

ofensiva estudiantil proseguirá en las próximas jornadas.

El aumento de los pasajes detonó en setiembre con violentos disturbios en Caracas, la propia Valencia y las ciudades de Barquisimeto y Maracaibo.

Por otra parte en la capital venezolana estallaron también hoy varios explosivos, de fabricación casera, en diferentes puntos de la ciudad, aunque no causaron víctimas ni daños materiales de envergadura.

Una de las bombas explotó en la llamada Torre de la Prensa, en la que funcionan los diarios "Últimas Noticias" y "El Mundo". El ataque habría sido reivindicado por miembros de "grupos de izquierda y revolucionarios".

Los demás estallidos se produjeron cerca del Panteón Nacional, donde se encuentra sepultado Simón Bolívar, y en las salidas de dos estaciones de subterráneo. En estos últimos atentados la policía informó que encontró varios panfletos con la leyenda "Con hambre no dura la paz".

Los problemas económicos y la insatisfacción generalizada están a la orden del día en Venezuela, un país altamente sensible ante cualquier agitación luego de la convulsión social que produjo el "Caracazo" (una violentísima revuelta popular en la que murieron cerca de mil perso-

nas en 1989) y dos frustrados intentos golpistas en 1992.

El presidente Caldera no ha podido revertir la espiral de crisis que se vive en el país, que amenaza con un estallido de incalculables dimensiones en febrero si se hace realidad la promesa oficial de aumentar el precio del combustible, el "valor testigo" de la economía venezolana.

9500634

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500635  
 TITULO VENEZUELA EN LA CUMBRE HEMISFÉRICA DE MIAMI  
 PROCEDENCIA 150007  
 FECHA DE ELABORACIÓN 11/11/84 > 11921  
 VINCULACIONES 67840  
 11164  
 11187  
 12795  
 65890

## Burelli: Cumbre Hemisférica Debería Decidir Convergencia en Integración

Venezuela quería que la Cumbre Hemisférica en Miami tome una decisión sobre la convergencia entre los distintos procesos de integración afirmó en la víspera el Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, Dr. Miguel Ángel Burelli, durante una sesión extraordinaria de Representantes en la Asociación Latinoamericana de Integración.

"Estamos muy empeñados en que la ALADI sea reforzada" añadió seguidamente. "Creemos que todo lo que viene pasa por esta Casa, que es el instrumento apto para todas las actividades futuras".

Más tarde, el Canciller venezolano sostuvo "pronto empezaremos a hablar de ese 'corredor aéreo' donde se van a combinar los distintos esquemas que existen sobre el tapete, que de una u otra manera están acercándose y tendrán que coincidir en un enorme mercado".

"Para ello" dijo a continuación "debemos estudiar aceleradamente un marco normativo co-

mún sobre la base de la Ronda Uruguay y prevenir nuevas formas de proteccionismo que ya aparecen en el horizonte, distrajadas de Derechos Humanos y principios ecológicos".

En otro momento de su alocución, Burelli presentó la iniciativa del Presidente Rafael Caldera, de crear -a través de los Organismos Regionales- un compromiso enérgico que asegure la provisión de petróleo a todo el hemisferio por parte de Venezuela, eliminando así el inconveniente de fuentes lejanas y conflictivas.

Igualmente, hizo hincapié en la necesidad de atender "los dramáticos problemas sociales del continente. La integración debe garantizar a nuestras multitudes, crecientes en su número y en su pobreza, el acceso al bienestar, al multiplicar los bienes y rebajar los costos".

"Debemos crear intereses humanos a la integración" reafirmó "hacer que cada niño sienta que es el punto de referencia, la

nueva Humanidad, lo cual solamente podremos lograr a través de los medios de comunicación y de educación bien aprovechados".

Para finalizar, el jefe de la diplomacia venezolana exhortó a "juntarse para crecer juntos, producir más para vender más barato, y conocernos más para que los próximos seamos próximos. No hemos logrado aún esa proximidad".

**IMPECABLE CONGRUENCIA**  
 Por su parte, el Presidente del Comité de Representantes, Emb. Ignacio Villaseñor, al brindar la bienvenida al Canciller

destacó "la impecable congruencia de Venezuela, manifestada en su activa participación en el Grupo Andino, su profunda interacción económica con Colombia, el papel que desempeña en el Grupo de los Tres, y la multitud de Acuerdos Multilaterales con sus socios en la ALADI".

"Como precursora de la integración latinoamericana" agregó "su nación ha venido planteando para beneficio general la urgencia de convertir en realidad, a través de la articulación y convergencia, una zona de libre comercio como preludio del

mercado común latinoamericano".

Mientras tanto, el Secretario General de la ALADI, Ing. Antonio J. C. Antunes, expresó su reconocimiento al apoyo brindado por Burelli al organismo y enfatizó "Venezuela viene desempeñando un importantísimo papel en la creación de lo que Darcy Ribeiro llamó 'un nuevo hombre, una nueva sociedad', pero además está preocupada por la integración energética, el aprovechamiento de los recursos humanos, y la transformación competitiva de su país y de América Latina".

9500635



Nº. DOCUMENTO 9500636  
 TITULO VENEZUELA: PROPUESTA DE PENA DE MUERTE  
 PROCEDENCIA 150015  
 FECHA DE RECIBO 13/11/84 11921  
 VINCULACIONES 67390  
11164  
11302

## Venezuela: pena de muerte causa conmoción entre la población <sup>BIII</sup><sub>LM</sub>

El Fiscal General venezolano, Iván Badell, propuso al Gobierno la creación de una comisión contra el crimen para frenar la ola delictiva que azota al país y que cada día ocasiona la muerte a 13 ciudadanos.

### CARACAS/ (ANSA)

"Preocupa muchísimo el auge de la delincuencia que se vive a lo largo y ancho del país. Si no tomamos medidas para frenar la ola de inseguridad, nuestra democracia puede colapsar", dijo Badell.

La comisión estaría integrada por representantes de los poderes públicos, las Fuerzas Armadas, los gremios profesionales, la Iglesia, los partidos políticos, las asociaciones de vecinos y los medios de comunicación.

Es necesario encarar el problema de la inseguridad en forma conjunta, porque es un problema que nos afecta a todos", dijo Badell.

Según estadísticas de la Policía Técnica Judicial (PTJ), en lo que va de año la acción delictiva ha ocasionado la muerte a 3.457 personas, mientras que 24.235 han resultado lesionadas en casi 200.000 atracos o asaltos a individuos o a la propiedad privada. Por su parte, el Presidente del Instituto Interamericano de Derechos Humanos y miembro de la Comisión Andina de Juristas, Pedro Nikken, entró a decir en la polémica surgida ante

la propuesta de la Senadora socialcristiana Haydee Castillo de introducir la pena de muerte para castigar la delincuencia.

### Pena de muerte causa división entre la población

"Es insólito que esta propuesta venga de una parlamentaria socialcristiana, para quien Dios, y no el hombre, es el que decide el futuro de nuestras vidas", dijo Nikken.

El especialista indicó que si Venezuela adopta la pena de muerte, estaría violando una norma supraconstitucional como lo es la Convención Americana sobre Derechos Humanos, de la cual es signataria.

Nikken admitió que Venezuela podría renunciar a esa Convención, pero entonces tendría el "dudoso honor de ser el primer país que denuncia una Convención en la que se aprobaron derechos tan trascendentales y universales". El historiador Manuel Caballero se preguntó, en un artículo publicado hoy en El Diario de Caracas, si no es peor el desprestigio del que goza Venezuela por su ineficiente sistema judicial.

Caballero recordó que Venezuela fue el primer país del mundo cuya Constitución abolió la pena de muerte, en 1864. Pero si se vuelve a adoptar "abandonaríamos ese honorable primer lugar para entrar a formar parte del montón de países cuya Constitución permite o impone la pena capital", opinó.

9500636

Nº. DOCUMENTO 9500637  
TITULO VENEZUELA notiziò de tercer banco: BANCO ANDINO.  
PROCEDENCIA 150015  
FECHA DE PUBLICACIÓN 14/11/84  
VINCULACIONES 67380 → 11921  
11161  
11164  
11302  
11312

## Venezuela: estatizó otro Banco privado

El Gobierno venezolano decidió la estatización del Banco Andino, el tercero nacionalizado en el país en lo que va del año.

El Gobierno adquirió el 73 por ciento de las acciones del Banco Andino al precio simbólico de un bolívar cada una, al igual que lo hizo cuando estatizó los Bancos Venezuela y Consolidado.

La decisión fue adoptada al resultar infructuosas las gestiones, incluso de inversionistas extranjeros, para recapitalizar el banco por un monto de 30 millones de dólares.

Con el Andino, suman ya 11 las instituciones estatizadas o intervenidas por el gobierno ante la crisis de liquidez que presentó el sistema financiero venezolano a principios de año, lo que obligó al Ejecutivo a otorgar auxilios bancarios por el orden de los 4.000 millones de dólares.

En ese sentido, el diario local *El Universal* informó que el Fondo Monetario Internacional (FMI) asesorará a la Superintendencia de Bancos de Venezuela en la implantación de un sistema para el control y detección de problemas de la banca comercial.

Una misión del FMI, coordinada por el ex presidente del Banco Central de Argentina, Ernesto Fellman, permanece

rá en Caracas durante dos semanas, período en el cual elaborará también un informe sobre la crisis financiera venezolana.

### Descartan privatización de empresa petrolera

El Ministro venezolano de Energía y Minas, Erwin Arrieta, afirmó que el Gobierno de Rafael Caldera no se ha planteado ni ha considerado la privatización de Petróleos de Venezuela, (PDVSA), ni sus filiales.

Arrieta habló en la sesión de clausura del V Congreso Venezolano del Petróleo, que reunió esta semana a más de 600 expertos del área de los hidrocarburos, para decir que está planteada de manera formal la apertura de la industria al capital privado nacional y extranjero en todas las actividades de la industria.

"El esquema de apertura en el área de exploración y producción de crudos livianos y medianos, bajo la modalidad de contratos de compartimiento de ganancias, ha sido aprobado por el Ejecutivo y será sometido a consideración del Congreso antes de finalizar 1994", subrayó el Ministro.

Destacó que esta apertura permitirá inyectar recursos financieros y técnicos que aceleren el proceso de generación de reservas y potencial de crudos livianos y medianos, y permitirá también a PDVSA reducir la carga financiera para aprovechar esos recursos en otras oportunidades de negocios.

Arrieta aseguró que la OPEP en los últimos 10 años ha sido el elemento moderador en el mercado petrolero y comentó sobre las "caóticas consecuencias" si no existiera el cártel, por lo que la conclusión sería que "si no existiera la OPEP habría que inventarla".

"El Gobierno debe reiterar que la participación de la OPEP es piedra angular de nuestra política petrolera y lo será en el futuro previsible", puntualizó.

### Actualizar política energética

El titular de Energía y Minas de Venezuela admitió la imperiosa necesidad de actualizar la política energética venezolana y propiciar el crecimiento armónico del sector en el mercado interno.

"Estamos trabajando aceleradamente en la formulación de un documento de política energética integral, que esperamos concretar en el segundo trimestre de 1995, introduciendo correcciones importantes en las normativas vigentes y en las tarifas y precios", anticipó Erwin Arrieta.

Por su parte, Alberto Quiros Corradi, presidente del V Congreso Venezolano del Petróleo, comentó en la sesión de clausura que "el ambiente general del sector petrolero es avanzar en una apertura gradual y selectiva en la participación de capital privado nacional y extranjero en la industria nacional de hidrocarburos".

9500637

Nº. DOCUMENTO 9500638  
TITULO En Venezuela el Estado será propietario de los medios de comunicación  
PROCEDENCIA 150015  
FECHA DE PUBLICACIÓN 16/11/84 11921  
VINCULACIONES 67390.  
11164  
11302.  
11411.  
11312.

## **En Venezuela el Estado será propietario de los medios de comunicación masivos**

El Estado venezolano se convertirá "en un corto plazo" en propietario de una buena parte de los medios de comunicación masivos del país, porque rescató bancos que eran acreedores de las empresas, informaron dueños de diarios locales.

CARACAS/ANSA

"La gran incógnita es qué hará el Estado cuando se adue-

ñe de estos medios", dijo Andrés Mata, Presidente del diario El Universal.

Grupos económicos ofrecieron sus medios de comunicación como garantía para recibir préstamos de bancos que fueron intervenidos o estatizados por el gobierno, a raíz de la crisis del sistema financiero venezolano que estalló a principios de año.

"La crisis bancaria puso de relieve la dependencia de una serie de medios respecto a bancos que fueron intervenidos, por lo que algunos de ellos han tenido que ceder y el Estado ha tenido que asumirlos casi sin querer", dijo Mata. Según el editor de El Universal, aún no se sabe si el Estado tiene la intención de reprivatizar los medios que pasarán a sus manos o si los "usará como plataforma de información oficial para aumentar su poder".

Esta situación creará una gran "incertidumbre sobre el futuro de esa industria en el país", dijo por su parte Marcel Granier, del grupo IBC, propietario de El Diario de Caracas, Radio Caracas Televisión y Radio Caracas Radio.

Granier precisó que al menos 100 de las 300 emisoras de radio que existen en el país pasarán a manos del Estado. La situación de los medios de comunicación en Venezuela fue analizada por editores, intelectuales y dirigentes gremiales del país en un foro organizado por The Freedom Forum. El escritor e intelectual Arturo Uslar Pietri expresó que en Venezuela existe un "grado bastante apreciable de libertad de expresión", pero advirtió que los medios de comunicación no han podido escapar de la crisis económica que sufre el país. "Hay una situación particularmente grave para muchos diarios, y estaciones de radio y televisión que, en este momento, están viviendo una crisis muy seria, de la cual va a surgir otra composición distinta de la que tenemos actualmente", dijo Uslar.

Nº. DOCUMENTO 9500639  
TITULO VENEZUELA : planificación operaciones antiguerrilla.  
PROCEDENCIA 150014  
FECHA DE PROCEDENCIA 20/11/84  
VINCULACIONES 67380 → 11921  
65592.  
11164  
11399  
13065

**VENEZUELA**  
**Planifican**  
**operaciones antiguerrilla** 20/11  
LT

Santafé de Bogotá. El ministro colombiano de Defensa, Fernando Botero anunció ayer, sábado, que los gobiernos de Colombia y Venezuela realizarán operaciones militares conjuntas contra las guerrillas que actúan a ambos lados de la frontera binacional. Botero confirmó que tales operaciones «son una prioridad», sin que signifiquen el cruce de fronteras por las tropas de un país al otro.

La Segunda cumbre de Seguridad Fronteriza se llevó a cabo ayer en la ciudad venezolana de Puerto Ayacucho para hacer un seguimiento de los compromisos contraídos por las dos naciones en la declaración de Miraflores, firmada en Caracas en octubre pasado por los presidentes Rafael Caldera de Venezuela y Ernesto Samper de Colombia.

Las conclusiones se desarrollaron en esta ciudad para pacificar en el menor tiempo posible la frontera de 2.200 kilómetros entre los dos países.

En el comunicado conjunto emitido al término de la reunión, los representantes del Gobierno colombiano reconocieron «los efectos dañinos que las acciones de los guerrilleros colombianos y otros factores de violencia tienen sobre Venezuela».

Los representantes de los dos países aceptaron «las consecuencias negativas que tal efecto tiene sobre las perspectivas de la integración económica en marcha, la cual es objetivo prioritario de los dos gobiernos».

9500639

Nº. DOCUMENTO 9500640  
 VENEZUELA  
 TÍTULO Comenzó el juicio al ex Pte Carlos A. Pérez.  
 PROCEDENCIA 150015.  
 FECHA DE PROCEDENCIA 23/11/89  
 VINCULACIONES 63380. 11921.  
 11164  
 11302.  
 11426.

## Comenzó el juicio al ex Presidente Carlos A. Pérez

23/11/89.

El ex Presidente de Venezuela Carlos Andrés Pérez, compareció hoy en la primera audiencia pública del juicio civil y penal que se le sigue por "malversación agravada y peculado" de fondos públicos, que se celebró en la Corte Suprema de Justicia de la Nación.

CARACAS/ANSA

Pérez y otros cuatro ex colaboradores, también acusados, se presentaron en el recinto, así como 150 periodistas nacionales y extranjeros, para la etapa más importante de un juicio sin precedentes en 36 años ininterrumpidos de sistema democrático en Venezuela.

Fuentes de la Corte señalaron a ANSA que el juicio durará al menos un año hasta que se conozca la sentencia. El ex Mandatario venezolano, que fue destituido en 1993 a raíz de este juicio civil y penal, dispuso en febrero de 1989 de 250 millones de bolívares, 17 millones de dólares al cambio de entonces, de la partida reservada a gastos de seguridad y defensa con otros propósitos, entre ellos, protección policial para la Presidenta de Nicaragua, Violeta Chamorro.

La pena por los delitos de "malversación agravada y peculado", contempla de 7 a 10 años de prisión. La Corte Suprema, en la primera etapa del proceso, dictó pena de reclusión contra Carlos Andrés Pérez, el ex Ministro del Interior, Alejandro Izaguirre y el ex Ministro de la Secretaría de la Presidencia y ex Canciller, Reinaldo Figueredo Planchart. Luego de permanecer tres meses en la cárcel de "El Junquito", en el oeste de Caracas, Pérez e Izaguirre le solicitaron a la Corte Suprema cumplir arresto domiciliario, beneficio que otorga la ley para quien tiene más de 70 años. Figueredo salió del país antes de que se dictara el auto de

detención y denunció persecución política en el exterior. Empero, a los efectos de ley en Venezuela, figura como un prófugo de la justicia y el fiscal solicitará su extradición una vez que se determine su paradero en el extranjero. Se presume que el ex Canciller venezolano vive en Suiza. La reciente semana, el Fiscal General de la república, Iván Darío Vadell, además de presentar cargos contra Pérez y los otros implicados en este caso de corrupción, sumó una demanda civil aceptada por la Corte Suprema, que obligaría al ex Presidente a resarcir al estado en 37 millones de dólares por daño al patrimonio público.

Carlos Andrés Pérez declaró que su patrimonio alcanza apenas a ocho millones de bolívares, unos 47.000 dólares. El abogado defensor del ex Presidente venezolano, Alberto Arteaga, dijo hoy que la "audiencia pública al reo" ofrece a los acusados la oportunidad de defenderse por primera vez y reiteró que en derecho, los cargos de malversación y peculado conjuntamente son improcedentes.

El Ministro del Interior, Ramón Escovar Salóm, que presentó la acusación inicial contra Pérez como Fiscal General de la República, aseguró que el gobierno venezolano está dispuesto a recibir a observadores internacionales y a representantes de organizaciones no gubernamentales que deseen verificar que el proceso contra el ex Presidente se está efectuando dentro de lo establecido por la ley.

"El control democrático es indispensable en la lucha contra la corrupción. El caso de Venezuela es patente: un país con grandes recursos económicos y financieros que no pudo manejarlos por incapacidad de gestión y por exceso de corrupción", subrayó Escovar Salóm.

### VENEZUELA La Suprema Corte admite cargos contra Carlos Andrés 19/11/89

La Corte Suprema de Justicia de Venezuela aceptó ayer jueves, los cargos presentados por la Fiscalía General contra el ex presidente Carlos Andrés Pérez, con lo que queda virtualmente abierto un proceso por malversación agravada y peculado. La sala en pleno también designó al magistrado Rafael Alfonzo Guzmán como ponente del caso. El fiscal Iván Badell presentó el martes pasado cargos por malversación agravada y peculado contra el ex presidente y dos de sus ex ministros ante el pleno de la Corte Suprema de Justicia. Asimismo, pidió que se penalice a los implicados con 600 millones de bolívares (3,5 millones de dólares) por los daños patrimoniales causados a la República, y solicitó el aseguramiento de bienes propiedad de los demandados, como prevé la Ley Orgánica de Salvaguarda del Patrimonio Público.

Nº. DOCUMENTO 9500641  
 TITULO MANRIQUE CARREÑO, el más grande estafador peruano estero  
 PROCEDENCIA 150023  
 FECHA DE PUBLICACIÓN 1/11/94  
 VINCULACIONES 66817  
67390  
11164  
11163  
11426

## Manrique Carreño, el más grande estafador peruano, en Venezuela

Lima (ANSA) ■ Carlos Manrique Carreño, considerado por las autoridades como el más grande estafador peruano por un monto superior a los 400 millones de dólares, se encontraría oculto en Caracas, Venezuela, informó ayer a

ANSA fuentes de crédito.

Manrique, que fue detectado y hasta arrestado preventivamente en Nueva York, hace dos semanas, habría fugado desde los Estados Unidos hacia la capital venezolana con pasaporte paraguayo, según las informaciones conocidas inclusive por fuentes diplomáticas.

Las mismas fuentes dijeron que Manrique estaría hospedado en uno de los hoteles al este de Caracas.

Un vocero de la Interpol de Lima, que pidió no ser identificado, dijo a ANSA que la orden de captura contra Carlos Manrique fue comunicada a todos los países y que en los Estados Unidos su captura tiene prioridad.

Esta fuente tampoco confirmó o desmintió la información sobre el nuevo paradero de Manrique, pero dejó entrever que ya

se habría movilizó la Interpol de Caracas para ubicar al prófugo de la justicia peruana.

Manrique fue ubicado en Nueva York junto con su esposa, Violeta Mori Chávez, pero la demora de la orden de captura permitió su fuga hace dos semanas.

Manrique Carreño, de 57 años, fugó del Perú con ayuda de policías y ex militares, en momentos que las autoridades judiciales lo buscaban para que respondiera por el delito de estafa a más de 160 mil personas, por un monto superior a los 400 millones de dólares.

Según versiones conocidas en Lima, Manrique habría ingresado a Venezuela con apoyo de un ex parlamentario de ese país, identificado por un semanario local como Bruno Homero Peña.

Nº. DOCUMENTO 9500642

TÍTULO Gobierno peruano acentúa la lucha antisubversiva.

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 2/11/84 11921

VINCULACIONES 66817

11164

11302

11830

11140

## Acentúa Perú la lucha antisubversiva

2/11/84

LIMA, 1º (Reuter).- El gobierno peruano comenzó hoy a aplicar mano dura contra la insurgencia tras expirar a la medianoche del lunes una ley de arrepentimiento que llevó al desdibujamiento de las principales organizaciones extremistas.

El ministro de Defensa, Víctor Malca, dijo que los subversivos que no optaron por arrepentirse sufrirán los efectos de las leyes de la guerra.

"Esto es una guerra y aquel el que no se acoge a la Ley de arrepentimiento se le aplicarán las leyes de la guerra", dijo Malca.

Fuentes militares informaron que un número no determinado de insurgentes se entregó a las autoridades en la noche del lunes, pocas horas antes de expirar la ley, especialmente en

las localidades de Tarapototo, Tingo María, Huánuco y Cajamarca.

Hasta ahora el gobierno no ha dado a conocer en qué forma aplicará sus nuevos planes para luchar contra la subversión, al no contar ahora con la ley de arrepentimiento.

### Vivos o muertos

Al rechazar la posibilidad de extender esa ley, el presidente Alberto Fujimori, promotor de un programa de pacificación que busca aniquilar totalmente a Sendero Luminoso en julio de 1995, dijo que las fuerzas del orden están autorizadas ahora para actuar con energía en la captura, vivos o muertos, de los subversivos.

Promulgada en mayo de 1992 la ley fue el instrumento jurídico que

animó a los subversivos a deponer las armas a cambio de información que permitió el arresto de los cabecillas de las principales organizaciones insurgentes.

Según estadísticas militares, unos 3.800 guerrilleros de Sendero y 660 militantes del MRTA se han acogido a los beneficios de la ley durante sus 29 meses de vigencia.

Malca dijo que el gobierno está brindando un tratamiento adecuado a los insurgentes arrepentidos que decidieron reintegrarse a la sociedad.

"Es un trabajo integral que viene desplegando el gobierno porque entiende que no sólo debe existir el criterio de la represión sino de la readaptación social", dijo Malca.



Nº. DOCUMENTO 9500643  
 TITULO PERU E ITALIA *firmacion acuerdo de cooperacion bilateral con*  
 PROCEDENCIA 150014 *tra a corrupcion.*  
 FECHA DE PROCELE 8/11/94 *11921.*  
 VINCULACIONES 66817  
507604  
11164  
11302  
11399  
11005  
11426

Los fondos provenientes de los «negocios»  
en Italia, fomentan los acuerdos firmados  
con el gobierno de Fujimori

## ITALIA Y PERU COORDINAN Luchar CONTRA LA CORRUPCION 8/11/94

*Italia y Perú firmaron ayer lunes, en la capital peruana un acuerdo de cooperación bilateral para combatir la corrupción en ambos países.*

*El acuerdo fue suscrito por el presidente del Tribunal de Cuentas de Italia, Giuseppe Cardone, y el titular de la Contraloría General de la República de Perú, Enrique Caso Lay, en una ceremonia celebrada en la sede de ese organismo peruano.*

*Cardone declaró que el convenio establece nuevos mecanismos de cooperación «modernos y ágiles» dirigidos a establecer un estricto sistema de control administrativo y financiero en las burocracias públicas italiana y peruana.*

*Caso Lay señaló que la cooperación italiana será importante gracias a la «rica experiencia» que ha*

*adquirido el Tribunal de Cuentas italiano, «al participar de manera eficiente en el proceso de moralización italiano conocido como Manos Limpias».*

*Recordó, asimismo, que la colaboración entre ambas entidades se remonta a unos años atrás, cuando comenzó a investigarse en Italia y Perú diversos casos de corrupción con fondos destinados por Italia para apoyar el desarrollo de Perú, en particular el del proyecto del Tren Eléctrico de Lima.*

*En el escándalo del tren han sido involucradas personalidades el ex presidente peruano Alan García y el anterior primer ministro italiano Bettino Craxi, quienes al parecer recibieron comisiones ilegales a cambio de entregar la obra a determinadas empresas privadas italianas.*

Nº. DOCUMENTO 9500644  
TITULO PERU : Visita al Pte MENEM.  
PROCEDENCIA 150014.  
FECHA DE PROCEDIMIENTO 10/11/84 11921.  
VINCOLACIONES 66817  
66960.  
11164.  
11302  
11399  
11005.

Perú 10/11/84  
**VISITA DE MENEM**

El presidente de Argentina, Carlos Menem, llegó ayer a Lima para cumplir una visita oficial de dos días, en la que firmará cuatro convenios e iniciará una nueva etapa en las relaciones entre su país y Perú. Menem arribó a las 10,22 hora local al aeropuerto militar Grupo 8 de Lima, donde fue recibido con honores por su colega peruano, Alberto Fujimori; el ministro de Relaciones Exteriores de Perú, Efraín Goldemberg; y otros miembros del Gobierno. Los acuerdos que firmarán Menem y Fujimori son uno de promoción y protección de las inversiones privadas y otros de cooperación en Turismo, Cultura e Investigación Científica en la Antártida.

9500644

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500645

TITULO PERU: PEREZ DE CUELLAR CONTRA MILITARES EN CAMPAÑA ELECTORAL

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE RECIBO 13/11/84 11921

INVOLOCACIONES 66817

11164

11437

11163

13065

AMERICA DEL NORTE

MEXICO

EL FACTOR POLITICO

EL REGIONES PRESIDENCIALES

El 21 de agosto se reunieron los comités para la presidencia de la

# PEREZ DE CUELLAR CONTRA MILITARES EN LA CAMPAÑA

LIMA, 12 (EFE).— Doce candidatos a la presidencia de Perú demandaron el dictado de una ley de amnistía para los militares que participaron en el intento de golpe de Estado del 13 de noviembre de 1992 contra el presidente Alberto Fujimori, actualmente recluso, a los que consideran presos políticos.

En una declaración conjunta suscrita por dichos candidatos que difunde hoy, sábado, la prensa local, se argumenta que "no deben realizarse elecciones libres con presos políticos, como son los nueve oficiales que se encuentran encarcelados".

Las elecciones generales peruanas para las que se han inscrito quince candidatos a la presidencia, entre ellos el presidente Alberto Fujimori, que aspira a la reelección y que no figura entre los doce firmantes, se celebrarán el 9 de abril de 1995.

El documento dice que "no puede hablarse de respeto a los derechos humanos mientras no se promulgue una ley de amnistía que restituya los derechos de los militares y civiles que fueron sometidos a un

arbitrario proceso reservado o que sin haber sido juzgados se encuentran en condición de perseguidos y o exiliados".

Añade que no puede haberse de libertad y democracia en Perú mientras permanezcan encarcelados "los oficiales constitucionales" que participaron en la intentona golpista de la que mañana se cumplen dos años.

Veinticuatro militares entre retirados y en activo, de los 33 que fueron procesados en estricto privado por un tribunal castrense, acusados de participar en el intento de golpe de Estado, fueron condenados a penas de entre tres meses y ocho años de prisión el 18 de febrero de 1993.

La pena mayor de ocho años le fue impuesta al general retirado Jaime Salinas Sedó, que encabezó la intentona, y que con otros ocho de los involucrados cumplen su condena en el cuartel militar "Real Felipe" del vecino puerto El Callao.

Los otros señalados durante el juicio que fue

considerado ilegal por la oposición política y por sectores de junistas, que fundamentaron que los involucrados "no cometieron ningún delito porque sólo trataron de restablecer la Constitución", fueron indultados unos meses después del proceso por el presidente Fujimori.

Los participantes en el frustrado intento argumentaron que su intención era restablecer la democracia quebrada por el golpe de Estado dado por Fujimori el 5 de abril de 1992, por el cual el gobierno asumió todos los poderes tras disolver el Parlamento y dismantelar el Poder Judicial.

Entre los firmantes se encuentran el ex secretario general de las Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, el alcalde de Lima Ricardo Belmont, Mercedes Cabanillas, de la centroderechista Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), Lourdes Flores, del conservador Partido Popular Cristiano (PPC), el ex alcalde de la capital peruana, Alfonso Barrantes, de Izquierda Unida.

Respecto a la Cámara de Diputados, el oficialismo tendrá 228 bancas.

La derecha obtendrá 149 escaños y la izquierda progresista 44.

2.- CONCLUSIONES

El 21 de agosto se reunieron los comités para la presidencia de la República. El resultado de la votación fue el siguiente: por un hecho sin precedentes en la historia política peruana; por primera vez desde su creación el partido gobernante logró superar el 50% de los votos.

RECEIVED

01-01

9500645

Nº. DOCUMENTO 9500646

TÍTULO *Financiero peruano pedirá asilo político en E.E.U.U.*

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 15/11/84

VINCULACIONES 65890. — 11921.

11164

66817

11426.

11784

## Fugitivo financiero peruano anuncia que pedirá asilo político en EEUU <sup>15/11</sup> <sub>LR.</sub>

Miami (AFP)

■ El financiero Carlos Manrique, quien huyó del Perú al ser acusado de fraude por más de 300 millones de dólares, nombró nuevos abogados y anunció el lunes que pedirá asilo político para evitar la extradición buscada por el gobierno del presidente Alberto Fujimori.

Manrique, quien era dueño de una entidad financiera y está acusado de haber estafado unos 350 millones de dólares en perjuicio de más de 160.000 ahorristas, fue detenido en Miami el 30 de octubre a raíz de una requisitoria lanzada por Perú a través de la Interpol.

Este lunes acudió a una audiencia judicial acompañado por

dos abogados distintos a los que lo asistieron en sus dos primeras citas con los jueces que estudian el pedido de extradición.

Los nuevos abogados, John Mattes y David Tucker, dijeron que pedirán asilo político para su cliente porque la persecución contra él "es una venganza política orquestada por el régimen del presidente Alberto Fujimori", según un comunicado que entregaron a la prensa.

El documento afirma que Manrique "es un oponente político y potencial candidato presidencial", y que desde el punto de vista de los derechos humanos "la vida de Manrique corre peligro si regresa a su país bajo el actual régimen".

Durante la audiencia, la jueza

Lipner Johnson determinó que el próximo dos de diciembre Manrique deberá confirmar formalmente quiénes serán sus abogados, y el juicio de extradición se iniciará el 30 de diciembre.

Los cargos contra Manrique son por fraude financiero y bancario, además de obstrucción a la justicia por haber huido del país.

Sus defensores pidieron hoy nuevamente copias fotostáticas de los documentos contenidos en un maletín que las autoridades le incautaron cuando fue detenido, pero la jueza negó la petición.

La fiscal Alicia Valle dijo que el tribunal podría decidir sobre la extradición de Manrique el mismo día 30 de diciembre, si determina que las evidencias son contundentes.

01-01

9500646

Nº. DOCUMENTO 9500647

TÍTULO PERU: PEREZ DE CUELLAR alerta sobre posible fraude electoral en 1995

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PUBLICACIÓN 18/11/94 11921

VINCULACIONES 66817

11164

11437

501889

Javier Pérez de Cuellar alerta sobre posible fraude electoral en 1995

## El ex secretario general de la ONU afirma que el fraude se cometerá un día antes de las elecciones.

Una tormenta política se ha desatado en Perú a raíz de las declaraciones efectuadas en España por el ex secretario general de la ONU y candidato presidencial Javier Pérez de Cuéllar sobre un posible fraude en los comicios peruanos de 1995.

La versión de Pérez de Cuéllar dio lugar incluso a una sesión secreta del Congreso, que acordó respaldar al Jurado Nacional de Elecciones (JNE), cuya autoridad fue puesta en entredicho en las declaraciones hechas este martes por el candidato.

El Jurado rechazó también el posible fraude, tras indicar que en la elección se usarán sistemas electrónicos modernos, en presencia de observadores de la Organización de Estados Americanos (OEA) y de otros organismos internacionales.

Pérez de Cuéllar había declarado en España que existe el riesgo de un «gran fraude» en el proceso electoral peruano y que éste se ejecutaría antes del día de la votación para favorecer la reelección del presidente Alberto Fujimori.

El congresista gubernamental Víctor Joy Way afirmó que Pérez de Cuéllar «sufre al

parecer de esquizofrenia», tras recordar que el pasado día 3 el diplomático expresó su «confianza total en la imparcialidad y el rigor legal» al visitar ese organismo.

El congresista independiente Rafael Rey dijo que el ex secretario general de la ONU «debería salir al extranjero para promover la imagen del Perú y lograr la ayuda que necesitamos, y no para hacer todo lo contrario».

Guido Penanno, dirigente del movimiento Unión Por el Perú (UPP), que lidera Pérez de

Cuéllar, afirmó que esas declaraciones tuvieron como único objeto «llamar la atención de la comunidad internacional sobre las tretas montadas para favorecer la candidatura de Fujimori».

La mayoría de los medios de prensa destacó, sin embargo, el «efecto negativo» de las declaraciones del diplomático y el temor a que las mismas «pueden servir de base, posteriormente, para desconocer la legitimidad del gobierno que sea elegido en 1995».

Para el diario limeño

«Expreso», «es imposible que haya fraude» no sólo por los mecanismos electrónicos que se utilizarán, «sino principalmente por la vigencia de la cédula única de sufragio y del escrutinio en mesa, implantados en 1963».

Agrega que la reelección presidencial «es sinónimo de fraude cuando las libertades no imperan», y recuerda que en Perú existen todas las libertades, principalmente la de prensa, sin restricciones de ninguna clase.

Otros medios de prensa han atribuido a Pérez de Cuéllar un «derrotismo oculto» tras sus

afirmaciones de fraude, y mantienen que éstas tendrían por objeto justificar su «inminente derrota», en alusión a las encuestas, que le dan el 21 por ciento de las preferencias frente al 47 por ciento de Fujimori.

Algunos medios le han comparado también con el escritor Mario Vargas Llosa, uno de los personajes más impopulares en Perú por sus constantes críticas a la política peruana en el exterior, y advierten que «esa imagen le puede restar más votos».

## Perú: obispos reclaman limpieza de autoridades

Los obispos peruanos exhortaron ayer a las autoridades encargadas de dirigir y vigilar las elecciones presidenciales de abril de 1995, a ser «imparciales con todos los candidatos» y asegurar «la limpie-

za del proceso electoral».

LIMA/ANSA

El mensaje de los obispos se produce en momentos que la mayoría de los candidatos presidenciales de oposición reclaman que el Presidente Alberto

Fujimori, postulante a la reelección, no utilice el poder y los recursos del Estado para afianzar su campaña electoral.

«La igualdad básica de condiciones para todos los candidatos» es una condición elemental

en la campaña, dijeron los obispos a través de un extenso pronunciamiento que incluye, inclusive, a los medios de comunicación social.

«En el proceso electoral los medios de comunicación social tienen una influencia decisiva. Por eso mismo su labor debe ajustarse a serias exigencias éticas para que sus servicios no dejen de ser una orientación honesta y eficaz del electorado», señalan los obispos.

Respecto a los candidatos, quince en total, los obispos peruanos los invitaron a que presenten «con honestidad y responsabilidad sus propuestas, y sepan confrontar, desde el respeto mutuo, las distintas posiciones».

Esas propuestas «indican deben ofrecer soluciones a los grandes problemas que aquejan al pueblo peruano como son «la injusticia, la pobreza, el hambre, el desempleo, el terrorismo, el narcotráfico, la corrupción, la marginación». Exhortan a los electores a juzgar la calidad humana de los candidatos a partir de su trayectoria y de sus actitudes fundamentales, «más que por los efectos retóricos de su mensaje». También plantean el diálogo de todos los grupos políticos para que se logre un consenso necesario sobre temas esenciales que garanticen «el normal desarrollo de la vida política, económica y social y promueva el progreso, la justicia y la paz».

Nº. DOCUMENTO 9500648  
TITULO PERU: Militares apoyan reelección de Fujimori.  
PROCEDENCIA 150015  
FECHA DE PUBLICACIÓN 20/11/84  
VINCULACIONES 66817  
11164  
11437  
11163  
13065  
11323

## Militares apoyan a Fujimori según la opinión pública

LIMA/ANSA  
Al menos 6 de cada 10 peruanos consideran que las fuerzas armadas están parcializadas con el gobierno del Presidente Alberto Fujimori y, en consecuencia, apoyan su reelección, reveló una encuesta de la empresa privada IMASEN que publicó ayer el diario La República.

Asimismo, 4 de cada 10 peruanos creen que se utilizan indebidamente los recursos del Estado en favor de la campaña por la reelección de Fujimori en los comicios del 9 de abril próximo.

La encuesta de IMASEN, realizada a 3.899 personas en todo el país, indica que el 62,2 por ciento de los entrevistados dijo que las fuerzas armadas están a favor del gobierno, el 2 por ciento respondió que están en contra, el 26,7 señaló que son imparciales, y el 9,1 por

ciento se abstuvo de responder.

La oposición y un sector de la prensa han criticado severamente a algunos jefes del Ejército por manifestar un supuesto apoyo al Presidente, cuyo mandato de cinco años culminará el 28 de julio de 1995.

Cuestionaron, por ejemplo, al General Howard Rodríguez por haber distribuido calendarios con la fotografía de Fujimori durante un mitin presidencial en el norte del país.

Las críticas más duras las formuló el candidato presidencial Javier Pérez de Cuéllar, ex Secretario General de Naciones Unidas, para quien hay "indicios" de que se pretende cometer un fraude a favor de Fujimori.

En recientes declaraciones a la prensa española, Pérez de Cuéllar, candidato del movimiento independiente "Unión por el Perú", calificó al Presidente Fujimori de "dictador" y dijo que el sistema político

en su país era "un remedo de democracia".

Para el ex Secretario General de la ONU y para la oposición, las fuerzas armadas están comprometidas políticamente con Fujimori desde que éste ejecutó en abril de 1992 un "autogolpe" de Estado con su apoyo incondicional.

### Flexibilizan política antiterrorista

El gobierno del Presidente Alberto Fujimori dispuso que a partir de hoy no se utilice el traje a rayas blancas y negras para vestir a los acusados de terrorismo que son presentados a la prensa.

La medida forma parte de la flexibilización en la política antiterrorista del régimen de Fujimori, quien en los últimos años aplicó una estrategia de mano dura, denunciada varias veces por organismos defensores de los derechos humanos.

En estos dos últimos años

20/11/84.  
fueron presentados centenares de acusados de terrorismo con el traje a rayas, pero luego de los procesos judiciales se demostró que muchos de los acusados eran inocentes de los cargos de terrorismo.

"Esa indumentaria atenta contra el principio de presunción de inocencia", declaró el Ministro de Justicia, Fernando Vega Santa Gadea, quien recientemente participó en Ginebra en una reunión sobre derechos humanos.

El Ministro también anunció que en los próximos días el gobierno dictará leyes para eliminar los tribunales de jueces sin rostro, en los cuales se han procesado y condenado a cientos de personas, muchas de las cuales —según denuncias de abogados y familiares— son inocentes.

BOGOTÁ

El momento no es propicio para manifestaciones populares.

Hasta el momento no se han registrado manifestaciones populares.

3- CORRESPONDIENTE

Informa que los militares que gobiernan el país.

El gobierno, significativamente, citó a los militares y a la policía de la problemática

RESERVADO

8

01-01

9500648

Nº. DOCUMENTO 9500649

TITULO PERU: Congreso aprueba informe acusando de corrupción a

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE P 21/11/84 11921

VINCULACIONES 66817

11164.

11302.

11426.

ALAN GARCIA.

## Alan García será acusado de corrupción

El ex Presidente Alan García Pérez, actualmente asilado en Colombia, será acusado nuevamente por su presunta participación en actos de corrupción, en la ejecución del tren eléctrico de Lima, que se construye con fondos de la cooperación económica italiana.

LIMA/ANSA

El congresista Fernando Olivera informó ayer que la comisión investigadora del Congreso Constituyente Democrático dará a conocer, en las próximas horas, el dictamen con la acusación contra Alan García y otros funcionarios peruanos e italianos. También dijo que entre los acusados figura el ex Canciller peruano Luis González Posadas, actualmente residente en Caracas, Venezuela.

El tren eléctrico es una obra que aún está en ejecución y que se inició durante el Gobierno de García.

Durante las primeras pesquisas se informó que García habría recibido un soborno de un millón 40 mil dólares de manos del ex asesor financiero del Consorcio Tralima, Sergio Siragusa, a cambio de continuar con las obras de ingeniería. El pago del soborno, según Siragusa, se habría efectuado a través de depósitos en cuentas cifradas en la isla Gran Cayman, en donde las autoridades confirmaron los números de cuentas que ANSA dio a conocer en enero de 1994. La comisión investigadora responsabiliza a García Pérez de haber creado las condiciones para una red de corrupción que compromete, además, al ex Primer Ministro socialista italiano, Bettino Craxi.

## Congreso de Perú Aprueba Informe Sobre Alan García

LIMA, 25 nov (EFE).- El Congreso de Perú aprobó por unanimidad un informe que acusa nuevamente de corrupción al ex presidente Alan García, asilado en Colombia, y dio así el primer paso para someterlo a juicio constitucional y ponerle en manos de la justicia ordinaria.

El informe, elaborado por una comisión parlamentaria que investigó durante un año un presunto soborno pagado a García en 1989 y 1990, concluyó que hay "indicios razonables" que confirman que se produjo el dolo y que el ex presidente debe ser procesado.

Los cargos formulados contra el ex gobernante, que ejerció el poder de 1985 a 1990, son cuatro: cohecho propio, colusión ilegal, negociación incompatible y enriquecimiento ilegal.

El supuesto cohecho se sustentó en testimonios y documentos que indican que García recibió al parecer 1.040.000 dólares del consorcio italiano Tralima a cambio de adjudicarle a éste la construcción del tren eléctrico de superficie de Lima, en 1989.

García negó la acusación, pero las investigaciones establecieron que el dinero fue depositado en una cuenta secreta del Barclays Bank de Gran Caimán en las mismas fechas y montos que había indicado el funcionario de Tralima que confesó el pago, Sergio Siragusa.

Se estableció asimismo que el dueño de la cuenta es el

empresario peruano Alfredo Zanetti, un conocido amigo de García, y que ambos son aparentemente socios en la propiedad de un avión y un canal de televisión comprados con el dinero del cohecho.

El informe aprobado por el Congreso propone someter también a juicio constitucional a tres ministros de García implicados en los hechos: Luis González, de Relaciones Exteriores; Camilo Carrillo, de Transportes y Comunicaciones; y Javier Tantaleán, jefe del Instituto Nacional de Planificación (INP), de rango ministerial.

La comisión parlamentaria pidió además demandar ante la justicia a Zanetti, Siragusa, el presidente de Tralima, Luciano Scipione; el ex asesor del gobierno italiano Antonio Badini y los abogados de Zanetti, Bernardo Fernández y José Lázaga, éste último cubano-estadounidense.

9500649



Nº. DOCUMENTO 9500650

TÍTULO PERU: Por corrupción destituyen a 15 generales.

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE RECEPCIÓN 28/11/94 11921

VINCULACIONES 66817

11164

11038

11163

13065

11328

→ 11426

## Por corrupción destituyen a 15 generales en Perú

28/11/94

LIMA - QUINCE GENERALES peruanos serán separados del Ejército en diciembre próximo, entre ellos uno involucrado en narcotráfico y otro en violaciones de los derechos humanos, informó ayer la prensa limeña.

Una fuente militar se negó a comentar la versión periodística, pero confirmó que habrá "cambio de mandos" en el Ejército en diciembre, los cuales son evaluados actualmente por el jefe de esa arma y de las Fuerzas Armadas, general Nicolás Hermoza.

El diario Expreso informó ayer que el primero en la lista de los destituidos, bajo la forma de "invitación al retiro", es el general Jaime Ríos Araico, procesado por la Justicia civil por el presunto delito de narcotráfico.

Ríos Araico es acusado de haber encubierto y protegido con sus tropas los embarques de cocaína enviados a Colombia por el mafioso peruano Demetrio Chávez Peña Herrera, alias "Vaticano", cuando fue jefe del Frente Huallaga de lucha contra el terrorismo.

El segundo destituido, según el rotativo, es el general Juan Rivero Lazo, condenado a cinco años de cárcel por negligencia tras probarse que un grupo de sus hombres secuestró y asesinó a nueve estudiantes y un profesor sospechosos de ser terroristas.

Otras destituciones polémicas mencionadas por el Expreso son las de los generales Willy Chirinos, José Martínez Aloja, Pezónio Fernández Dávila y Jorge Hoyos Rubio, quien deberá dimitir "por renovación de cuadros" pese a no tener edad para ser jubilado.

A Chirinos, actual director de la Escuela Superior de Guerra del Ejército, se le atribuye una supuesta "negligencia" en la intentona golpista del 13 de noviembre de 1992, indica el diario.

Martínez Aloja y Fernández Dávila son señalados como hombres de confianza del ex jefe de la Casa Militar del Palacio de Gobierno, general Víctor Raúl Silva, presunto autor de un plan de "autogolpe" de Estado en favor del ex presidente Alan García. (EFE)

9500650

Nº DOCUMENTO.....  
TÍTULO.....  
PROCEDENCIA.....  
FECHA DE PUBLICACIÓN.....  
VINCULACIONES.....

# Escándalos de corrupción estremecen al ejército peruano

Redacción, ANSA y EFE  
(LIMA)

Las denuncias, formuladas por oficiales de menor jerarquía y periodistas, parecen multiplicar el grado de responsabilidad de generales y altos oficiales por su relación con conocidos narcotraficantes, nacionales y extranjeros.

Los medios periodísticos siguen publicando informes que involucran al General de ejército Eduardo Bellido Mora, actual agregado militar del Perú en Israel, sindicado por subalternos como el principal responsable del uso de helicópteros militares para el transporte de miles de kilos de cocaína.

El General Bellido fue varias veces defendido por el Comandante General del Ejército, General de división Nicolás de Bari Hermoza

*Los escándalos sobre corrupción continúan remeciendo a las fuerzas armadas del Perú, principalmente por las denuncias sobre presunta complicidad de oficiales del Ejército en el tráfico ilícito de cocaína.*

Ríos, quien rechazó las imputaciones formuladas contra su camarada de armas.

Sin embargo, la mayor parte de la prensa nacional publicó hoy nuevos testimonios que involucran al General Bellido, a quien una jueza local no incluyó en un proceso penal por narcotráfico, en el que están acusados un general y varios oficiales. "Nuevas acusaciones recaen sobre el General Eduardo Bellido Mora", "Estos son los militares narcos", "Narcotráfico, la clave del 5 de abril", son algunos de los titulares que publican hoy los diarios y revistas de Lima en torno a

las supuestas vinculaciones de militares con narcotraficantes. En los informes se menciona que el más famoso narcotraficante peruano, Demetrio Limonier Chávez Peñaherrera, alias "vaticano", condenado en un proceso sumario militar a 30 años de cárcel y aislado totalmente de la prensa, mantenía relaciones con el General Bellido.

Testigos de cargo fueron presentados anoche en programas de televisión, pero las acusaciones más graves contra Bellido fueron formuladas por capitanes y mayores del Ejército, obligados ahora a

permanecer en la clandestinidad o en el exilio.

Los acusadores señalan a Bellido Mora como el principal responsable de la expansión del narcotráfico en Perú cuando ocupaba el cargo de jefe político militar del Alto Hualaga, considerada como la región de más alta producción de cocaína en el mundo.

Una larga lista de oficiales comprometidos con el narcotráfico fueron publicadas por medios periodísticos, que citaron a la justicia militar como fuente.

El Mayor del ejército Evaristo Castillo, refugiado en España, el Capitán Gilmar Valdivieso, en la clandestinidad, el Capitán Ricardo Falconí, el Teniente Werner Huamán, son algunos de los oficiales del Ejército que han decidido formular cargos contra Bellido y otros altos oficiales, a quienes se les atribuye alianza mercantil con los principales mafiosos de la cocaína en Perú.

Nº. DOCUMENTO 9500651

TITULO Panamá discrepa con EE.UU sobre tratados canaleros.

PROCEDENCIA 150023.

FECHA DE RECIBO 22/11/84 11921

VINCULACIONES 66718.

65890

11164

11399.

11161.

## Panamá discrepa con EEUU sobre los tratados canaleros

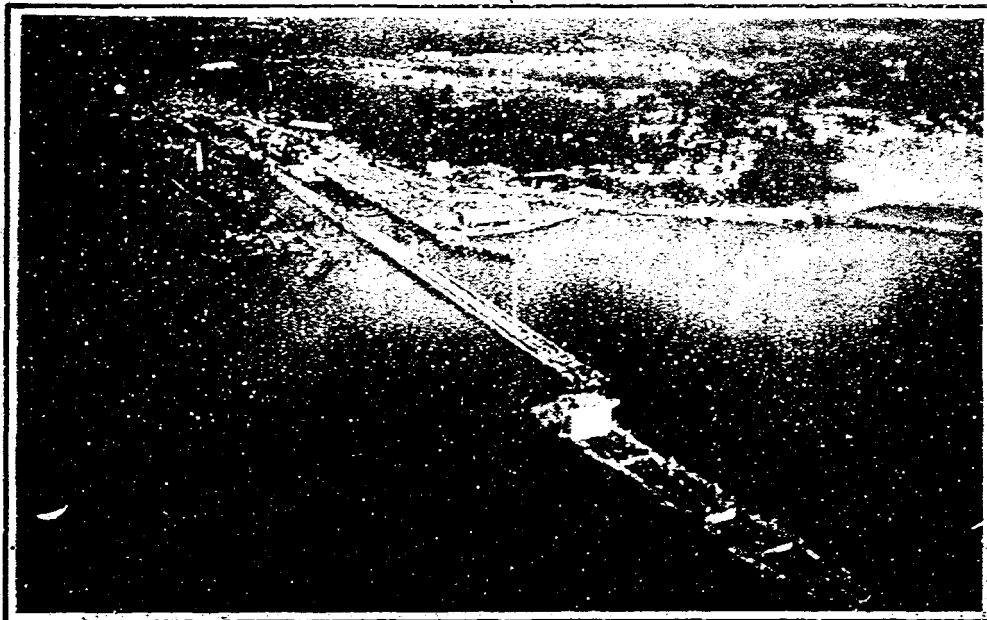
\* La presidenta del Parlamento, Balbina Herrera, denunció intentos del Senado estadounidense de violar los términos de los acuerdos Torrijos-Carter de 1977

22/11/84

Panamá (ANSA)

El gobierno de Panamá, comenzó a mostrar una actitud discrepante con Estados Unidos en dos frentes clave de su relación bilateral, el comercial, con motivo del ingreso de este país al GATT, y el político, con relación a los Tratados para la devolución del Canal al finalizar 1999.

La "batalla" más fragorosa se libra en el terreno comercial, en virtud del desacuerdo del régimen panameño en las negociaciones con Estados Unidos para la entrada del país al Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT). La rebaja arancelaria se ha convertido en la "manzana de la discordia" provocando el enfrentamiento entre industriales, comerciantes y el gobierno panameño y luego de tres años de negociaciones internas no se ha logrado unificar criterios. Estados Unidos tiene técnicos especializados en negociaciones, cuyo único objetivo es lograr las mejores condiciones para mantener la hegemonía y el control del comercio mundial, se dice en los medios políticos panameños. En cambio, se hace notar que la comisión panameña está compuesta por algunos técnicos y un grupo de viceministros, estos últimos en su mayoría funcionarios designados por su afinidad a la política económica del actual gobierno, pero sin la experiencia suficiente para sacar adelante una



El Canal de Panamá es otra vez motivo de controversia con Estados Unidos por parte de la nación interoceánica, que el último día de 1999 debe reasumir el completo control soberano de la vía marítima. (Telefoto de archivo de AP)

búsqueda negociadora. Las partes iniciaron una reunión crucial de dos días hoy en Washington para dirimir las diferencias e intentar un acuerdo. El presidente Ernesto Pérez Balladares manifestó que es imperativo el ingreso de Panamá al GATT. Respecto a los Tratados Torrijos-Carter para la devolución del Canal de Panamá, Balbina Herrera, presidenta del Parlamento nacional, sacó

ayer a relucir intentos estadounidenses por violar los términos de lo pactado. La jefa del órgano legislativo se refirió concretamente a "reformas de transición" de la denominada Ley 96-70 relativa al Canal de Panamá en el Senado norteamericano, que a su juicio pudieran ser "lesivas" para los intereses panameños. El Ministerio de Relaciones Exteriores y el órga-

no ejecutivo, como responsables de la política exterior panameña, deben presentar "su más enérgica protesta ante los organismos respectivos por tal acción", señaló la legisladora. Una de las modificaciones a la Ley 96-70 faculta a la administración del canal a vender, alquilar o arrendar terrenos, acciones que, según los tratados canaleros, están prohibidos.

Nº DE CUESTIONARIO 9500652

TÍTULO Panamá denuncia ante ONU pobreza y sist. político elitista.

PRECEDENCIA 1500/4.

FECHA DE RECEPCIÓN 25/11/84.

VINCULACIONES 66718. 11921.

11165

11245

11325

504889

## Panamá denuncia ante la ONU pobreza y sistema político elitista <sup>25/11</sup>

■ Panamá, país ocupado por ejércitos extranjeros, violación de derecho de soberanía ■ Cientos de familias desalojadas a causa de la invasión norteamericana en 1989.

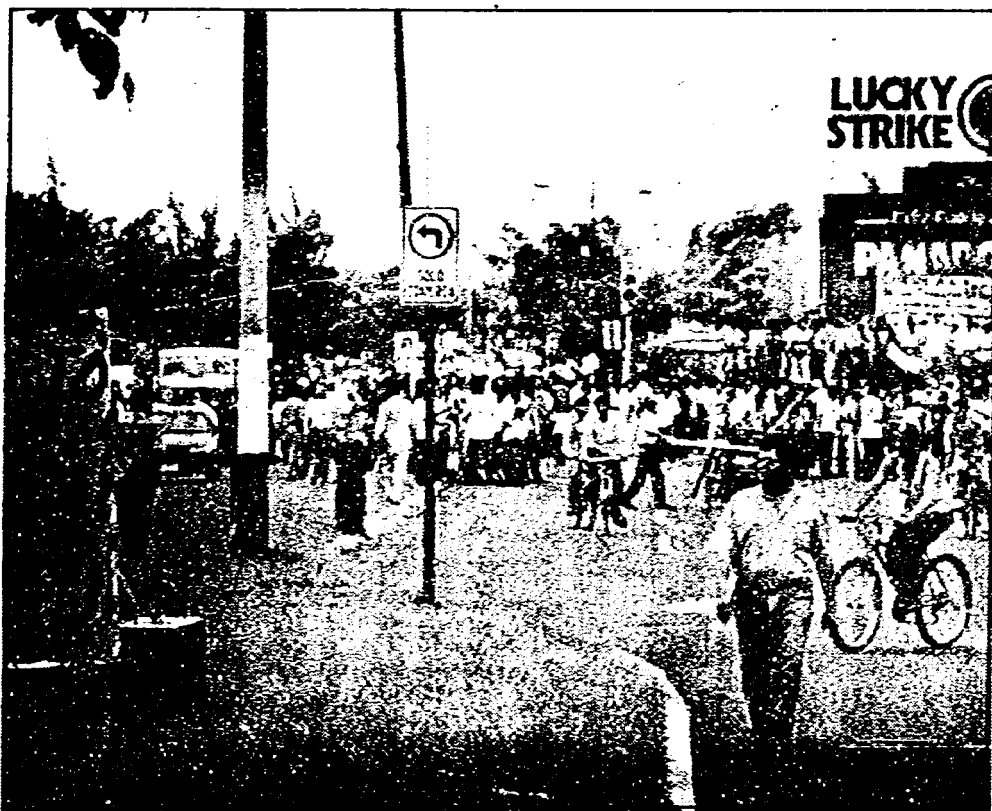
La mitad de los panameños viven en la pobreza y el 34 por ciento en la pobreza extrema, y la mayoría están marginados «por un sistema político elitista que se acuerda de ellos solamente en elecciones», denunció ayer jueves, la Comisión Nacional de Derechos Humanos de Panamá (CONADEHUPA).

«Panamá es un país ocupado por un Ejército extranjero, lo que viola el derecho de soberanía, con una inseguridad social en aumento y un sistema judicial caracterizado por el tráfico de influencias y por la ausencia de una Justicia

expedita e imparcial», afirmó el presidente de la CONADEHUPA, Melanio Valdés, ante el Comité de Derechos Económicos y Sociales de la ONU, reunido en Ginebra.

La carencia de 240.000 viviendas y de electricidad, agua potable e instalaciones sanitarias, el resurgimiento de enfermedades como el cólera, dengue, tuberculosis o malaria y el atraso del sistema educativo, creado en la década de los años sesenta, suponen una violación de los derechos económicos, sociales y culturales de la población, añadió.

La CONADEHUPA fue creada en 1986



y en 1989 solicitó a los sucesivos gobiernos su legalización como persona jurídica, para lo que presentó toda la documentación, sin recibir respuesta.

Valdés destacó que «se necesitan medidas urgentes sobre las que la población tiene una gran expectativa, pero desde mayo, en que se celebraron las elecciones, y una vez acabado el período transitorio, no se ven».

El presidente de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, anunció la concertación social, hasta ahora limitada a partidos políticos y organizaciones empresariales, marginando a las populares, aunque anunció que

tiene buena voluntad para solucionar los problemas», agregó.

La CONADEHUPA denunció muchos casos de desalojo de familias que se quedaron sin hogar a causa de la invasión militar de EEUU, que en diciembre de 1989 destruyó parcialmente el barrio capitalino de El Chorrillo y dejó a más de 18.000 personas sin vivienda.

La Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de Estados Americanos (OEA) aceptó ya 285 demandas por daños, de las gestionadas por la CONADEHUPA ante el Centro Constitucional por los Derechos Humanos, con

sede en Nueva York, que recibió otras mil denuncias documentadas por agresiones de funcionarios del Estado que permanecen impunes.

El hecho de haberlas admitido supone ya el reconocimiento de que hubo una invasión militar de EEUU en Panamá, algo que oficialmente se negaba», recaló Valdés.

Nº. DOCUMENTO 9500653

TÍTULO GUATEMALA: HUELGA DEL TRANSPORTE.

PROCEDENCIA 150090.

FECHA DE 4/11/84 11921.

VINCULACIONES 66097

11164

11165

11413.

11411.

El aumento no autorizado del precio del boleto, lleva a los estudiantes guatemaltecos a protestar en las calles 4/11/84

## GUATEMALA SACUDIDA POR PROTESTAS ESTUDIANTILES

*La capital de Guatemala amaneció ayer semiparalizada, ante la creciente escasez de autobuses del servicio urbano, veinte de los cuales fueron incendiados la víspera durante las protestas estudiantiles por los aumentos no autorizados del precio de los pasajes, en las que hubo un muerto.*

Fuertes aglomeraciones se producían ayer en las estaciones del servicio público de transporte en la periferia de la ciudad, cuyos habitantes optaron por trasladarse a pie hasta sus centros de trabajo o en vehículos particulares que cubren la emergencia.

Los dirigentes de la Coordinadora Nacional del Transporte (CNT), que aumentaron el miércoles un 53,8 por ciento el precio del transporte normal y un 38,8 por ciento el del llamado preferencial, aseguran que no darán marcha atrás y no descartaron un paro total del servicio.

Un portavoz de los transportistas agrupados en la CNT, Rafael Chinchilla, amenazó con suspender totalmente el servicio para «no exponer» a los conductores y autobuses a «los delincuentes» que protagonizaron disturbios en al menos nueve puntos de la capital, en uno de los cuales resultó muerto un joven.

En los desórdenes, que tuvieron su principal foco en la Universidad estatal de San Carlos (USAC), también fue incendiado un autobús de la Policía Nacional y otras 20 unidades privadas de transporte resultaron seriamente dañadas, según los bomberos.

Las informaciones indican que hubo varios heridos y que un joven murió en un tumulto ocurrido en

una barriada en el occidente de la ciudad, pero las causas de este hecho aún no han sido establecidas.

La protesta en la USAC estuvo dirigida por la Asociación de Estudiantes Universitarios (AEU), cuyos dirigentes y activistas se cubrían el rostro con improvisadas gorras y estaban armados de piedras, garrotes y bombas incendiarias.

Un pelotón de la policía antimotines que acudió al lugar en un intento por sofocar la revuelta se limitó a observar de lejos y a lanzar bombas de gas lacrimógeno, que eran devueltas por los estudiantes.

Algunos autobuses y microbuses circulaban ayer cobrando el nuevo precio, aunque, debido a la escasez, el público decidió abordar los transportes de carga de todo tipo que salieron a las calles.

El presidente de la República, Ramiro de León, repudió los «actos vandálicos» que, según él, «no resuelven nada» y sólo «afectan a la población».

En tanto, la Policía Nacional mantiene en alerta a parte de los 2.400 efectivos con que cuenta en todo el país y, según el ministro del Interior, Danilo Parrinello, «lo ideal» es que actúen en calidad de «prevención».

La Asociación de Estudiantes Universitarios anunció que continúa con las protestas, que serán

apoyadas por la mayor central obrera, la Unidad de Acción Sindical y Popular (UASP), manifestaron sus dirigentes.

La CNT había mantenido desde

principios de año conversaciones con la Municipalidad para lograr una exención de impuestos a la ciudad, que representan unos 4,3 millones de dólares al año.

Nº DOCUMENTO .....

TÍTULO .....

PROCEDENCIA .....

FECHA DE .....

VINCULACIONES .....

## Violentos disturbios por alza de transporte en Guatemala

Guatemala (AFP)

Un plan de emergencia del transporte urbano entró en vigor este viernes para impedir la paralización de la capital de Guatemala, de donde han sido retirados todos los autobuses tras dos jornadas de violentas protestas contra el alza en las tarifas de ese servicio público, confirmaron autoridades municipa-

les. Cientos de miles de capitalinos tuvieron que trasladarse en camiones o buses estatales que prestaban el servicio sin cobrar, al retirar los empresarios cerca de 2.700 unidades de transporte colectivo, por los ataques que han sufrido desde el miércoles cuando aumentaron el precio del pasaje entre un 25% y un 50%.

Un incendio, un número inde-

terminado de heridos, y poco más de una veintena de buses destruidos es el saldo de los disturbios que han protagonizado en la capital estudiantes universitarios, bandas juveniles y usuarios del transporte colectivo.

El improvisado servicio de emergencia, que ha puesto a circular unas 350 unidades de transporte, cubrió la mañana de este

viernes nueve rutas, pero en algunas colonias de la periferia se observaba a cientos de personas caminando hacia sus lugares de trabajo.

Tras nuevos disturbios el jueves que provocaron el retiro total de la flota del transporte urbano, anoche se vivió un caos cuando miles de trabajadores no contaban con medios para retornar a sus hogares.

Según estimaciones de la municipalidad, más de un millón de usuarios se han visto afectados por la decisión de los transportistas, por lo que el Ministerio Público pedirá hoy que se giren órdenes de captura contra los empresarios.

"Un 95% de los transportistas aumentó el precio del pasaje", precisó Jorge Palacios, director de transporte público de la municipalidad, encargado de coordinar el plan de emergencia.

Los hechos más violentos se han reportado en las zonas periféricas de la capital, en las colonias marginales, donde residen las familias más pobres entre los cerca de tres millones de habitantes de la capital, la más grande de Centroamérica.

Según un estudio de la Comisión Económica para América Latina (Cepal) el precio del transporte en la ciudad de Guatemala —entre 0,11 y 0,17 dólares, sin el aumento— es muy elevado para el nivel salarial de la mayoría de usuarios.

Una comisión multisectorial recomendó en marzo pasado que no se incrementara el precio del pasaje por la situación socioeconómica y que se buscaran medidas alternativas para mejorar la situación financiera de los empresarios.

El alcalde capitalino Oscar Berger fijó un plazo de 48 horas para que los transportistas den marcha atrás en la aplicación del incremento en las tarifas, mientras representantes de los empresarios han anunciado que

hoy devolverán todas las concesiones a la municipalidad, en un abierto desafío y muestra de que mantienen una posición firme.

La municipalidad y el gobierno central esperan mejorar el plan de emergencia durante el fin de semana, cuando disminuye la demanda del servicio público, aunque las autoridades temen que una prolongación del conflicto anime nuevos brotes de violencia.



Continúan las protestas en Guatemala por el aumento del precio del transporte

## MAS DE DOS MILLONES DE PERSONAS SIN TRANSPORTE COLECTIVO

*Los habitantes de la capital guatemalteca, unos 2,5 millones, pasarán por primera vez un fin de semana sin el servicio del transporte colectivo tras la crisis originada por los empresarios, que retiraron sus unidades al negarse la Municipalidad a autorizar una subida de tarifas.*

Los efectos de la falta de camionetas se comenzaron a sentir desde el pasado jueves, lo que ha causado un verdadero caos en la ciudad y violentos disturbios callejeros en protesta por el pretendido aumento de entre un 38 y 53 por ciento, que aplicaron durante un día los transportistas.

Los disturbios causaron la muerte de dos personas y heridas a otras treinta.

La medida «unilateral» les ocasionó a los empresarios, según sus versiones, pérdidas de unos dos

millones de dólares, al haber sido incendiadas hasta ahora unas 22 unidades.

Hasta ahora, ni el Gobierno de Ramiro de León Carpio ni el alcalde capitalino, Oscar Berger, han decidido intervenir ese servicio público, a pesar de que el problema ha sido constante en la última década.

Durante el régimen de Oscar Mejía Víctores (1983-1986) y durante el primer Gobierno democrático de Vinicio Cerezo (1986-1991), también se registraron violentos disturbios e incendio de autobuses en pleno centro de la capital tras el paro de los transportistas en demanda de un reajuste de tarifas.

Los empresarios, sin embargo, han logrado por medio de esas medidas que la Municipalidad les conceda incrementos al precio del pasaje, y en la última época han

logrado ajustes que alcanzan ya el 700 por ciento.

Entre los argumentos de los transportistas para exigir un alza al pasaje figuran las pérdidas por operaciones debido al pago de unos 7,8 millones de dólares anuales por el arbitrio municipal, las constantes modificaciones de las tarifas del diesel y la gasolina, y lo elevado de los respuestas.

Al contrario que en los anteriores paros, ahora los propietarios de los más de 1.500 buses que prestaban el servicio a medio millón de usuarios cada día no sólo decidieron retirar al transporte de sus rutas, sino también devolver las concesiones al Ayuntamiento, lo que pone en tela de juicio una pronta solución del problema.

La ministra de Finanzas, Ana de Molina, anunció que el Gobierno estudia la posibilidad de subsidiar a ese sector porque el servicio que

6/11/95 presta es público y está en manos de empresas no gubernamentales.

El Gobierno se ha limitado ahora a ratificar su apoyo a la Municipalidad, que ha decidido no aceptar las demandas de los transportistas y ha anunciado la venta, en licitación, de las rutas para la próxima semana.

Las protestas no han cesado, y a diario las organizaciones populares y sindicalistas del Estado salen a las calles a quemar neumáticos en señal de rechazo a un posible aumento del transporte urbano.

El Ministerio Público ha emprendido acciones legales contra unos 38 empresarios a los que acusan de «estafa» por el aumento «ilegal» de tarifas, pero hay reservas sobre posibles juicios contra los estudiantes de la Universidad de San Carlos que virtualmente secuestraron 20 autobuses y los quemaron el pasado miércoles.

El presidente De León Carpio mediaría en el conflicto de los transportistas públicos

## GUATEMALA : SEXTO DIA DE HUELGA EN EL TRANSPORTE

*La capital guatemalteca, donde se concentra la mayor actividad económica del país, continúa semiparalizada por sexto día consecutivo debido a la huelga del transporte público durante la cual han muerto cinco personas.*

Ante la escasez de autobuses, cientos de miles de usuarios se ven obligados a utilizar vehículos particulares, mientras otros prefieren trasladarse a pie a sus puestos de trabajo.

Según informes preliminares, cinco personas murieron al caer de los camiones y vehículos particulares que prestan el servicio público a petición del Ayuntamiento.

La Municipalidad y un tribunal de justicia pidieron ayer a los empresarios que reanuden el servicio que suspendieron el pasado jueves, pero los transportistas argumentan que ya no son propietarios de las concesiones porque las devolvieron al Ayuntamiento y el alcalde, Oscar Berger, las canceló.

Ante la crisis que vive la capital, el presidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio, ha anunciado que iniciará un diálogo con los transportistas para poner fin al conflicto.

Rafael Chinchilla, de la Asociación del Transporte Urbano, dijo que de prosperar las negociaciones con el jefe de Estado esta semana podrían suspender la medida de protesta, que afecta

8/11/95 a más de medio millón de usuarios cada día.

Según el empresario, se mantienen sus demandas, que se les exonere del pago del arbitrio municipal, que asciende a unos 7,8 millones de dólares anuales, y también que se les autorice un aumento de las tarifas.

«El pago del arbitrio es injusto porque la Municipalidad no lo utiliza para mejorar el transporte», declaró el dirigente de la Coordinadora de Autobuses y Microbuses Urbanos, Anselmo Dávila.

Los empresarios aumentaron de forma ilegal el pasado miércoles entre un 38 y un 53 por ciento el valor del pasaje para el servicio preferencial y común, lo que causó airadas protestas de universitarios en las que una veintena de vehículos fueron quemados.

Tras el rechazo, los transportistas propusieron ayer un alza de entre un 27,7 y un 38,4 por ciento, respectivamente, como una salida a la crisis.

El Gobierno estudia la posibilidad de establecer un impuesto mínimo al galón de gasolina para subsidiar el transporte urbano, anunció la ministra de Finanzas, Ana Ordóñez.

La huelga de los transportistas ha causado un caos en la ciudad debido a la concentración de vehículos particulares en las principales arterias de acceso al centro de la capital.



# Paros en el transporte en Guatemala y Ecuador

**\* También detienen actividades trabajadores de la salud en Quito y maestros en el Perú, que reclaman se cumpla disposición constitucional de otorgar 25% del presupuesto a la educación**

Lima (AFP)

El dictado de clases en los colegios y escuelas públicas del Perú, estuvieron fuertemente afectados el martes por un paro nacional de brazos caídos, dispuesto por el Sindicato Unitario de Trabajadores de la Educación Peruana (Sutep), que repetirá la medida este jueves, indicaron sus representantes.

La medida de fuerza busca que el gobierno mejore el salario de los profesores, que en promedio no supera los 400 soles al mes —alrededor de 180 dólares—, y también el nombramiento de los profesionales del ramo que están bajo contrato, dijo Soledad Lozano, secretaria general del Sutep.

El sindicato no descarta, tras evaluar esta paralización de brazos caídos y la respuesta del gobierno, la consulta a una huelga indefinida, dijo Lozano.

La dirigente se quejó, además, por la asignación de 6% del presupuesto nacional a la educación, contraviniendo la disposición constitucional de asignarle no menos del 25%.

Otro conflicto laboral no resuelto es la huelga indefinida de los profesores de las universidades nacionales, que desde el 19 de setiembre reclaman la homologación de sus haberes —como lo señala también la carta política— al nivel de los magistrados del Poder Judicial.

## SIN MINISTRO NI ATENCION A LA SALUD

Quito (AFP)

Más de 30 mil trabajadores de la ciudad de Quito entraron el lunes a la cuarta semana de paro indefinido en demanda del aumento de sueldos y mejoramiento de los centros hospitalarios, afectando gravemente a las personas pobres que no pueden acceder a las clínicas particulares.

La propia cartera de Salud se encuentra sin titular, ante la renuncia del



Un manifestante, enmascarado y con un neumático en la mano, prepara una barricada frente al primer cuerpo de la policía nacional, en medio de la ola de protestas que conmociona la capital de Guatemala desde hace una semana por la suba del transporte urbano. (Telefoto de AFP)

ex ministro Patricio Abad, el viernes último, y se espera el retorno del presidente Sixto Durán Ballén, para que designe a su sucesor.

Los trabajadores de la salud pidieron este lunes que el unicameral Congreso nacional apruebe un presupuesto del 10% del monto total de la proforma presupuestaria para 1995 que está en estudio.

En el presupuesto de 1994, de seis billones de sucres (2.600 millones de dólares) se aprobó inicialmente apenas el 2% para la salud.

Entre tanto, los hospitales y centros de salud del país sólo atienden casos de emergencia, pero previo a un diagnóstico médico, lo que ha sido criticado por la opinión pública.

“Es vergonzoso atender a los pacientes en condiciones antihigiénicas, porque los hospitales no cuentan con instrumentos nuevos, ni con suficientes camas y sábanas”, denunció Manuel Lema, dirigente de los trabajadores de la salud.

Por otro lado, está vacante el cargo de ministro de Salud, pues su titular Patricio Abad, renunció porque dijo que no tenía el apoyo económico del gobierno para atender las demandas del sector.

La situación se agrava, por cuanto el potencial nuevo ministro Jorge Bracho, se excusó este lunes de aceptar esa función, porque considera que el ministerio de Salud afronta una grave crisis económica y el gobierno no está dispuesto a entregar recursos financieros “para levantar este muerto”, como sostuvo Bracho.

El presidente Durán Ballén que regresa de Washington, a donde viajó la semana anterior para hacerse un tratamiento a un problema de la columna vertebral, tendrá que buscar inmediatamente un ministro de Salud.

## UNA SEMANA DE CRISIS DEL TRANSPORTE

Guatemala (ANSA)

La crisis del transporte urbano en Guatemala entró ayer en su séptimo día sin que la municipalidad de la capital logre solucionar la falta del servicio, que afecta a miles de usuarios, luego de que los empresarios elevaron ilegalmente las tarifas un 38 por ciento y entregaron sus concesiones.

Hasta el momento se registraron cinco muertos durante la evolución del conflicto, originado por la decisión de la Coordinadora Nacional del Transporte (CNT) de incrementar las tarifas del pasaje sin la autorización de la municipalidad. Según la CNT, los empresarios ya no pueden seguir operando sus unidades por el alza en los costos, lo cual los llevó a proponer hace un año que se les liberara de varios impuestos y se les otorgara un subsidio, lo cual fue rechazado. El alcalde metropolitano, Oscar Berger Perdomo, reiteró que no se autorizarán nuevas tarifas y que a partir de esta semana iniciará sus operaciones la empresa municipal de transporte, con lo que se espera superar en gran parte la falta de autobuses.

En estos momentos los usuarios del servicio utilizan camiones y pequeños transportes de carga, lo cual pone en riesgo su integridad física. En tanto, presta servicio, menos del cinco por ciento de los 3.000 autobuses que componen el parque de transporte.

## PRIVATIZACION DE LAS CARRETERAS

Quito (AFP)

Los transportistas pesados del Ecuador iniciaron el lunes un paro de dos

días para rechazar el reciente incremento del diesel en un 62% y la pretendida privatización de las principales carreteras del país, llegando al bloqueo de importantes carreteras.

Nelson Chávez, presidente de la Federación, dijo que los transportistas exigen al gobierno la derogatoria de esa medida, la suspensión del proyecto de privatización de las carreteras que implica el establecimiento de peajes, la revisión de ordenanzas municipales en Quito y Guayaquil que complican la cotidiana labor de los camioneros.

Los camioneros llegaron a bloquear varias carreteras del país, quemando neumáticos, colocando barricadas y hasta sus propios camiones a los que desafilan sus ruedas.

El comandante de la policía, general Miguel Rosero, indicó que todo estaba bajo control y que sus efectivos lograron restablecer la circulación vehicular en la mayoría de carreteras. En otras se utilizaron vías alternas.

Por otro lado, los pesqueros artesanales comenzaron el martes un paro de actividades igualmente en rechazo del alza del precio del diesel, considerando que han sido afectados por una brusca subida de sus costos de producción.

El gobierno decretó el alza del precio del galón del diesel de 1.624 sucres (0,71 centavos de dólar) a 2.704 (1,17 dólar), que generará 120 mil millones de sucres (52 millones de dólares) anuales.

El gobierno dijo que este drástico ajuste tiene el propósito de sanear las finanzas públicas y garantizar la estabilidad antinflacionaria, mientras la oposición afirma que esos ingresos serán destinados al pago de la deuda externa.

Analistas locales sostienen que el gobierno busca recabar suaves para la compra de divisas al Banco Central para cumplir los acuerdos que implicó la reciente renegociación de la deuda externa. Desde las islas Galápagos, a 960 kilómetros del continente, autoridades y dirigentes exteriorizaron su preocupación por la medida que a ellos les afecta con mayor incidencia, teniendo en cuenta que todos los productos e insumos que ellos utilizan deben ser transportados en embarcaciones que consumen diesel, lo que elevó sustancialmente el ya alto costo de vida en las islas encantadas.

Chávez, quien la víspera sostuvo que la huelga era indefinida, dijo que para el miércoles los transportistas pesados analizarán una eventual respecta del régimen para determinar si prosiguen con la medida de hecho, la primera que realiza su Federación como tal y que agrupa a 101 filiales que suman más de 5.000 unidades. También criticó las amenazas del subsecretario del Interior y presidente del Consejo Nacional de Tránsito, Roberto Passalagua, en el sentido de que si no renuncaban sus labores, el gobierno recurriría a la controvertida Ley de Seguridad Nacional —implementada por las dictaduras latinoamericanas—, que permite la intervención legal de los militares para obligar a los transportistas a trabajar.

9500653

**Las protestas por el aumento en el transporte urbano cobramas víctimas 11/11/5**

## DUROS ENFRENTAMIENTOS EN LA CAPITAL DE GUATEMALA

Al menos cinco personas resultaron heridas a balazos ayer en confusos incidentes al sur de la capital de Guatemala, donde se realizaba una protesta contra alzas ilegales al transporte urbano, según reportes preliminares de los cuerpos de socorro.

Decenas de manifestantes levantaron barricadas incendiarias en el llamado «Puente del Trébol», a unos ocho kilómetros del centro de la ciudad, pero fueron dispersados por policías antidisturbios que acudieron al lugar, indican los informes.

Sin embargo, ni la policía ni los bomberos han podido aclarar de dónde provinieron los disparos.

Socorristas trasladaron a los heridos a hospitales públicos y se desconoce el estado en que se encuentran.

Una tensa jornada se vivió ayer en esta capital, que se convirtió en nuevo escenario de violentas protestas convocadas por sindicalistas y apoyadas por estudiantes, pequeños comerciantes de mercados populares y empleados públicos.

Los manifestantes rechazan un pretendido aumento a la tarifa del pasaje del transporte público, acordada la víspera en forma ilegal por los propietarios de autobuses que prestan el servicio.

## Guatemala: Tratan frenar el Cruento Vandalismo

GUATEMALA 11 (EFE).— El presidente de Guatemala, Ramiro de León, desplegó hoy viernes el Ejército en la capital de la República para garantizar el transporte público, en huelga desde hace diez días, y evitar los actos vandálicos en los que ya han muerto doce personas y numerosas han resultado heridas.

Patrullas conjuntas del Ejército y de la Policía Nacional vigilan los estacionamientos en los que los empresarios del transporte han «aparcado» sus autobuses, cuya confiscación ha sido decretada por un tribunal al subir, sin autorización, hasta un 53 por ciento el precio del billete.

Para eludir la orden judicial, muchos transportistas han escondido sus vehículos fuera de las cocheras habituales, mientras que otros han decidido reanudar el servicio, con el precio del billete establecido por el ayuntamiento.

Al menos dos empresarios han sido detenidos y unos 60 de los 1.500 autobuses que funcionan en la capital del país han sido confiscados por las autoridades judiciales y trasladados a instalaciones militares.

La portavoz del Ejército, la mayor Edith Vargas, dijo a EFE que se prepara «una compleja logística» para movilizar a las tropas, que se dará a conocer en las próximas horas.

El alcalde de la ciudad, Oscar Berger, declaró a los periodistas que helicópteros militares rastrean lugares «secretos» fuera de la capital para localizar los autobuses que fueron escondidos para evadir la intervención judicial.

Los enfrentamientos, los más violentos de los últimos años, según la prensa, causaron cuatro muertos, medio centenar de heridos, entre ellos catorce policías y unos 10 estudiantes, además de 139 detenidos.

## Finalizó crisis del transporte urbano en capital

### guatemalteca

Guatemala (AFP)  
11/12/12

■ El transporte urbano de la ciudad de Guatemala se normalizó este viernes, al lograr las autoridades que los empresarios restablecieran el servicio sin incrementar el pasaje, poniendo fin a diez días de paralización y violentos disturbios.

Los militares salieron a las calles esta noche para mantener el orden, informó el gobierno, después que en horas de la mañana el alcalde Oscar Berger hizo cumplir la intervención del servicio decretada por un tribunal, para poner fin a la paralización de los empresarios.

Durante los diez días que duró la crisis, cinco personas fallecieron, 27 buses fueron quemados durante las protestas callejeras, que dejaron decenas de heridos, destrucción de numerosos vehículos particulares y daños no cuantificados en comercios saqueados, según fuentes de la policía.

Los últimos tres muertos se reportaron en hospitales y eran jóvenes que resultaron heridos la tarde del jueves, durante el

caos que se vivió por las protestas callejeras y acciones vandálicas, que motivaron la intervención de la policía.

La crisis del transporte estalló el 2 de noviembre, cuando los empresarios aumentaron inconsultamente el precio del pasaje entre un 25 y un 50 por ciento —según el tipo de vehículos—, lo que provocó los disturbios callejeros.

Los empresarios agrupados en la Coordinadora Nacional del Transporte (CNT) explicaron que el incremento del 38 por ciento aplicado a las tarifas era una consecuencia de los altos costos de operación que enfrentan y que no les dejan ninguna utilidad.

Los guatemaltecos han tenido que soportar ya 10 días sin el servicio urbano de transporte, debiéndose trasladar en camiones y vehículos de carga.

El miércoles pasado los empresarios anunciaron que reiniciarían sus operaciones, pero, aplicando un 30 por ciento de incremento en el valor del pasaje, lo que fue rechazado tanto por la municipalidad como por

los sectores populares y sindicales.

La reacción de los empresarios fue retirar los 2.700 autobuses que prestan servicio diario a cerca de un millón de usuarios en la metrópoli, de casi cuatro millones de habitantes.

Este viernes el alcalde Berger logró que los empresarios aceptaran no incrementar el precio del pasaje y se comprometió a liberar las tarifas en enero próximo, cuando entre a operar plenamente una empresa municipal de buses, que cobrará más barato de lo que se hace actualmente.

Berger anunció que en vez de los 11 centavos de dólar por pasaje se cobrará entre 6 y 8 centavos.

Nº. DOCUMENTO 9500654

TÍTULO Pte de GUATEMALA suspendió viaje a Europa por crisis del transporte

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PUBLICACIÓN 13/11/94

VINCULACIONES 66057 11921

11164

11302

11413

11411

# Estallido social en Guatemala obligó a suspender gira del Presidente

13/11/94.  
● Ramiro de León Carpio viajaba el martes a Europa a hablar sobre la paz en su país

El clima de crisis social que vive el país, agudizado por una reciente huelga del transporte urbano, obligó al Presidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio, a suspender un viaje a Europa durante el cual debía ser recibido por el Parlamento Europeo en Estrasburgo.

## GUATEMALA/ (ANSA)-

"Los problemas directos y cotidianos de los guatemaltecos son prioritarios sobre cualquier actividad en el campo de las relaciones internacionales", explicó el Presidente de León en un mensaje a la Nación.

La decisión de suspender el viaje fue tomada tras enfrentamientos entre la Policía Nacional y estudiantes de la Universidad de San Carlos de Guatemala (USAC), en los que anoche 11 personas resultaron heridas y 20 fueron detenidas. El jueves pasado hubo también violentos disturbios provocados por usuarios y pandilleros juveniles, con un muerto, 93 heridos y cien arrestados.

## El martes tenía cita con el parlamento europeo

Ramiro de León Carpio debía hablar el martes próximo ante el Parlamento Europeo sobre el proceso de paz en Guatemala y la situación de los derechos

humanos, motivo de diversas denuncias a nivel nacional e internacional.

Durante su viaje debía también firmar con Manuel Marín, responsable de las relaciones con América Latina, seis convenios por 40 millones de dólares para ayudar al proceso de paz de Guatemala.

De hecho, la visita del Presidente tenía el objetivo de "analizar con los parlamentarios europeos la situación política de Guatemala".

La suspensión del viaje se decidió aunque la crisis del transporte fue solucionada con un acuerdo entre la municipalidad y los empresarios.

El Jefe de Estado guatemalteco señaló que es totalmente "inconveniente que se ausente del país", y lamentó no poder asistir el próximo martes a una sesión del Parlamento Europeo. De acuerdo con el programa que realizaría de León Carpio en Europa, el Presidente -además de visitar Francia- debía ser recibido



El Presidente ordenó al Ejército mantener el orden en el país, medida que, dijo, se "mantendrá durante el tiempo que sea necesario". Afirmó que, como ex procurador de los derechos humanos y como abogado, "sé donde termina el derecho de alguien y comienza el de los demás".

en audiencia especial por el Papa Juan Pablo II.

## Ejército estará en las calles todo el tiempo que sea necesario

El Presidente ordenó al Ejército mantener el orden en el país, medida que, dijo, se "mantendrá

durante el tiempo que sea necesario".

Afirmó que, como ex procurador de los derechos humanos y como abogado, "sé donde termina el derecho de alguien y comienza el de los demás".

Por ello, dijo, "no permitiré que cualquier persona viole la

ley y destruya la propiedad privada".

La crisis del transporte urbano que fue solucionada ayer se inició el 2 de este mes cuando los empresarios incrementaron ilegalmente sus tarifas en un 38%, lo que provocó protestas y disturbios que dejaron seis muertos, más de 150 heridos, y pérdidas económicas.



Nº. DOCUMENTO 9500655

TÍTULO GUATEMALA no cumplió con recomendaciones de ONU por DD.HH.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PRESENTACIÓN 24/11/84

VIOULACIONES 66097 11162 11163 11245 13065

INTERO ACUERDO - III

ALAMBAHO - A

# Guatemala no cumplió con las recomendaciones de la ONU por DDHH

24/11/84

La experta independiente de derechos humanos de las Naciones Unidas para Guatemala, la argentina Mónica Pinto, afirmó ayer que las recomendaciones que dio para salvaguardar las garantías fundamentales no se han cumplido en el país centroamericano.

Pinto investigó con altos jefes militares sobre la política del Ejército en esa materia y el cumplimiento de sus sugerencias y aunque señaló en rueda de prensa que éstas no se han cumplido, prefirió no dar más detalles.

La enviada de la ONU se entrevistó en privado con el ministro de Defensa, general Mario Enriquez, y otros militares del alto mando, como parte de su visita oficial para

conocer la situación de los derechos humanos en este país.

La diplomática informó de que el jefe castrense le entregó el do-

cumento «Avances del Ministerio de la Defensa en el cumplimiento del plan nacional para el respeto de los derechos humanos», pero aclaró que aún no lo analiza como para dar una evaluación.

No obstante, Pinto señaló que en el texto aparecen asuntos que ella no recomendó y ello demuestra que «alguien tuvo tinta necesaria para hacer esto».

Dijo que el ministro de la Defensa le hizo ver determinados logros respecto a la paz, el reclutamiento militar y sobre el tratamiento a las Comunidades de Población en Resistencia (CPR) y hacia los repatriados.

La experta agregó que pidió información sobre la política del Gobierno y del Ejército sobre los derechos humanos y le explicaron que la persistencia del conflicto armado interno es lo que todavía justifica la militarización del país.

Según Pinto, los militares le anunciaron la posibilidad de fusionar en el futuro a la Policía Nacional, Militar y Guardia de Hacienda, aunque aclaró que ello todavía está en estudio.

La diplomática argentina ya ha sostenido reuniones con el pre-

sidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio, con funcionarios del

Congreso y la Corte, y también con representantes de organizaciones populares.

Pinto evaluará la situación del país antes de presentar un informe a la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, que se reunirá a principios de 1995.

Guatemala es el único país de América Central en el que pervive una guerra civil, iniciada en 1960, y que se ha cobrado más de 150.000 vidas, según organismos humanitarios.



## LAS FFAA RECHAZAN ACUSACIONES

El comandante en jefe de las Fuerzas Armadas de Honduras, general de División, Luis Alonso Discua Elvir, aseguró que es un «libelo internacional» el informe de un Comité de Abogados de Nueva York, que comparó a los militares hondureños con un «grupo mafioso».

Discua, en tono molesto, calificó el informe del Comité de Abogados de los Derechos Humanos como «una falacia» que daña la institución militar de este país centroamericano.

Agregó que el informe «está lleno de ponzoña y trata de desviar la realidad de las cosas».

En los mismos términos hablaron otros militares de alto rango que negaron que las Fuerzas Armadas sean una «monstruosa mafia de corruptos» que está «socavando políticamente el Estado Civil».

Para el comandante de la 105 Brigada de Infantería, coronel José Martínez

Amador, es lamentable que se den a conocer ese tipo de informes que «se alejan de la realidad».

Los militares hondureños niegan que las empresas que manejan a través del Instituto de Previsión Militar (IPM) obtenga ganancias por unos 290.8 millones de lempiras (40 millones de dólares) cada año.

El informe cita además que los militares tienen ventajas como empresarios de las mismas Coca Cola y Sony, con el control de la Empresa Hondureña de Telecomunicaciones (HONDUTEL) y uso de fondos del presupuesto estatal.

Los militares reconocen que su instituto de previsión es dueño de la segunda empresa cementera en importancia del país, de un banco, una aseguradora, una industria camaronera, así como de una emisora de radio y de una funeraria, entre otros negocios.

RESEÑA

10-10

9500655



Nº 3 MIN 9500656

TÍTULO HAITÍ: ARISTIDE VOLVIÓ A SU RESIDENCIA PRESIDENCIAL EN

PROCEDENCIA 150483

PUERTO PRÍNCIPE

FECHA DE PUBLICACIÓN 3/11/84

VINCULACIONES - 66123 - 11921

- 11164

- 11302

Es la primera vez desde su regreso del exilio, el 14 de octubre, que deja el palacio nacional

## Luego de dos semanas Aristide logró volver a su residencia presidencial en Puerto Príncipe

*Puerto Príncipe, Haití - Luego de una intensa batalla de dos semanas para vencer a sus enemigos, consolidar la relación con sus aliados y comenzar a reconstruir la nación en crisis, el presidente Jean-Bertrand Aristide el fin de semana logró volver realmente a casa.*

Fuentes del gobierno dijeron que en una compleja y secreta operación militar estadounidense, Aristide, por primera vez desde que regresara del exilio el 14 de octubre, había dejado el palacio nacional en el centro de la capital, fuertemente custodiado.

Con gran preocupación por la seguridad del presidente, un helicóptero norteamericano voló al palacio presidencial una hora más tarde que hubiera arribado una limusina a prueba de balas custodiada por una guardia de motocicletas. Pero la limusina estaba vacía; todo había sido una maniobra. Fue el helicóptero, escoltado por otro helicóptero de ataque, el que llevó a Aristide a su casa.

Pero cuando Aristide llegó a su residencia rodeada por soldados con ametralladoras, para lo que los funcionarios dicen que serán cinco días de trabajo en casa, fue evidente que lo más difícil estaba aún por venir.

Haití no tiene todavía gobierno ni gabinete para comenzar el largo

proceso de administrar justicia y adjudicar las decenas de millones de dólares de ayuda externa destinadas a la reconstrucción nacional.

El nombramiento del empresario Smarck Michel como primer ministro despertó críticas en el Parlamento haitiano y hasta que éste no lo apruebe no pueden nombrarse otros ministros en el gabinete. Los observadores políticos esperan que esto se haga antes de la próxima semana, después que Haití celebre sus feriados del Día de Todos los Santos y del Día de los Muertos.

Los analistas políticos y los diplomáticos se muestran satisfechos por la cautela demostrada por Aristide al nombrar a Michel y por su política de reconciliación, que incluyó reuniones tanto con sus

aliados como con sus enemigos políticos durante sus primeras dos semanas en el cargo.

"Hay esperanza, pero no hay tiempo", dijo un veterano activista de los derechos humanos, Jean-Claude Bajeux, dirigente de una de las facciones de apoyo a Aristide. El problema más delicado ahora es no provocar más divisiones en el grupo de apoyo a Aristide, que ya está dividido en cuatro facciones. Existe el peligro de que se desvíen en peleas internas y se destruyan mutuamente.

En una acción destinada a reunir los cuatro grupos que ayudaron a ganar el sufragio con un 67 por ciento del electorado en las elecciones presidenciales hace cuatro años, Aristide reunió a todos los sectores prodemocráticos en una gran concentración en el palacio de gobierno la semana pasada. Aristide incluyó deliberadamente a sus enemigos políticos.

Entre los 15 partidos que estaban representados se encontraban los de extrema derecha, quienes apoyaron el golpe militar que lo

derrocó y lo forzó a exiliarse, siete meses después que asumiera la presidencia.

"Necesitamos una oposición para construir una democracia", dijo un partidario de Aristide. "Pero el gran problema de Aristide en este momento es conseguir que todas las tendencias que lo apoyan se congreguen en un grupo que Aristide denominó Lavalas. Y debe lograr esto antes de las elecciones parlamentarias de diciembre".

Mientras tanto, Gladys Lauture, amiga cercana de Aristide, dijo que ella y un equipo de carpinteros, plomeros y decoradores, pasaron 18 días haciendo habitable otra vez la casa de Aristide. Tras el golpe, los militares la habían saqueado y destruido dejando solo las paredes.

Ahora, está completamente reconstruida y es mucho más cómoda que el Palacio Nacional, de donde los militares salientes también se llevaron todo lo que pudieron: muebles, la porcelana china, los cuadros y hasta los baños. ■ (The Washington Post, exclusivo para El Observador)



Celebración

Dos mujeres haitianas invocan al "Barón Samedi", el dios de la muerte del vudú durante la evocación del Día de los Difuntos

Nº. DOCUMENTO 9500657

TÍTULO HAITÍ: "Comisión de la Verdad" investigará violaciones a los DD.HH.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCESO 3/11/84

VIOLACIONES - 66123 - 11821

- 11164

- 11302

- 11245

## Aristide homenajeó a víctimas de la dictadura

### \* Una comisión internacional investigará las violaciones a los derechos humanos en Haití

Puerto Príncipe (ANSA)

El presidente haitiano, Jean-Bertrand Aristide, rindió homenaje a algunos de sus colaboradores y simpatizantes asesinados durante la dictadura militar posterior al golpe de Estado que lo derrocó en septiembre de 1991.

El mandatario aprovechó la celebración del Día de los Muertos para realizar un recorrido por algunas zonas de Puerto Príncipe, acompañado por sus colaboradores.

Saludado por nutridos grupos de personas, Aristide depositó una ofrenda floral en la iglesia del Sagrado Corazón, fuera de la cual uno de los simpatizantes, el comerciante y militante político Antoine Izmerly y su ex ministro de Justicia, Guy Malary, fueron asesinados el 11 de septiembre y el 14 de octubre de 1993, respectivamente.

También llevó flores al gran cementerio de Puerto Príncipe y encabezó otro acto frente a la residencia de los Padres Montfortains, donde fue asesinado el sacerdote Jean Marie Vin-

cent, uno de sus seguidores, a fines de agosto pasado.

Entanto, se esperaba el arribo de Anthony Lake, responsable del Consejo de Seguridad Nacional de Estados Unidos, que realizará una visita breve al país.

Según fuentes allegadas a la embajada norteamericana en Puerto Príncipe, Lake tenía previsto entrevistarse con el presidente Aristide.

En su agenda de actividades, el alto funcionario norteamericano tiene programadas conversaciones con parlamentarios, hombres de negocios, y representantes de la clase política haitiana, para pasar revista sobre la situación de país, seis semanas después del arribo de las tropas estadounidenses.

COMISION DE LA VERDAD

Montreal (ANSA)

Las violaciones de los derechos humanos en Haití durante el exilio del presidente Jean-Bertrand Aristide serán investigadas en enero por una

"Comisión de la Verdad", anunció el Centro Internacional para los Derechos Humanos y el Crecimiento de la Democracia.

Ed Broadbent, presidente del centro con sede en Montreal, explicó a la prensa que dicha comisión fue solicitada por el propio Aristide, cuando visitó esta ciudad en enero pasado.

"La Comisión escuchará los testimonios de las víctimas", dijo Broadbent, y "solicitará y recibirá información sobre las graves violaciones de los derechos humanos y crímenes contra la humanidad cometidos por el Estado y sus agentes".

Broadbent dijo que la comisión trabajará en forma independiente del gobierno, y no tomará parte del proceso judicial.

"Mientras investigue los crímenes de acuerdo con las leyes internacionales y haitianas, la Comisión de la Verdad no perseguirá a individuos ni pronunciará sentencias", dijo.

"El resultado será un informe con recomendaciones al gobierno haitiano", subrayó Broadbent.

Sostuvo que la comisión estaría conformada por seis miembros, tres internacionales que los nombrará el secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali y tres haitianos que los designará el gobierno de ese país.

Broadbent dijo que la experiencia del pasado sobre las "comisiones de la verdad" será importante para el diseño de la que trabajará en el caso haitiano, incluida la de las Naciones Unidas de 1993, que formó un grupo selecto al que encargó un informe sobre los hechos sangrientos cometidos durante los 12 años de guerra en El Salvador.

Ese año, los líderes militares salvadoreños interrumpieron la programación de un teletexto para denunciar el informe de esa comisión como "insolente" y criticar el intervencionismo extranjero.

9500657

Nº. DOCUMENTO 9500658  
TITULO HAITI: Ex Coronel del Ejército detenido por tropas de EE.UU  
PROCEDENCIA 150014.  
FECHA DE PROCEDENCIA 4/11/84  
VINULACIONES 66123 11921  
11164  
11262.  
11163.  
13065  
65890.

**Haití** 4/11/84

### **DETENIDO POR TROPAS DE EEUU**

Un ex coronel del Ejército haitiano fue detenido junto a otras tres personas en la zona de Fontamara, en el sur de Puerto Príncipe, por soldados estadounidenses destacados en Haití, según informes de radio.

El ex coronel Claudel Josephat, que fue comandante de Cabo Haitiano, fue detenido junto a su hermano Pierre Richard Josephat y otras dos personas no identificadas. El comandante de las tropas de EEUU en Cabo Haitiano había expresado su temor a una posible acción de Josephat porque tiene formación en la lucha de guerra de guerrillas, y desde que retornó a Puerto Príncipe tras su dimisión, cuando llegaron las fuerzas de intervención a mediados de septiembre, se desconocían sus actividades.



Nº. DOCUMENTO 9500659  
 TÍTULO HAITI: Aristide se reunió con dirigentes de varios partidos  
 PROCEDENCIA 150483  
 FECHA DE PROCEDENCIA 4/11/84  
 VINCULACIONES 66123. 11921.  
11164  
11302.  
11304.  
11437.

**Aristide y compañía**  
**4/11/84.**  
 Puerto Príncipe - El presidente de Haití, Jean-Bertrand Aristide, se reunió ayer con dirigentes de varios partidos, en tanto el hombre que eligió como primer ministro se presenta ante la Cámara de Diputados, en otro paso más hacia la normalización política de Haití. El principal tema fueron las próximas elecciones convocadas para diciembre. El empresario Smarck Michel habló ayer ante el Parlamento acerca de su nominación para reemplazar al primer ministro Robert Malval. (AP)

Nº. DOCUMENTO 9500660

TÍTULO *Haití: Cámara aprobó proyecto de ley por el que se creó nuevo policía*

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE RECEPCIÓN 5/11/84

VINCULACIONES 66123 11921

11164

11302

11163

11338

#### Haití

### LEY PARA *slus* NUEVA POLICIA

La Cámara de Diputados de Haití aprobó, por partes, el proyecto de ley por el que se crearía una nueva Policía, y a partir de ahora deberá ratificarlo en su totalidad, se informó ayer. La nueva Policía estaría desvinculada del Ejército haitiano y adscrita al Ministerio de Justicia, y sus principales operaciones se desarrollarían en Puerto Príncipe, aunque podrá tener directivos a nivel regional. Los diputados descartaron, sin embargo, crear policías municipales, de modo que los ayuntamientos del país deberán solicitar el servicio a la Policía estatal. El presidente de Haití, Jean-Bertrand Aristide, ha pedido a los antiguos jefes de secciones de la Policía que entreguen sus armas.

Nº. DOCUMENTO 9500661

TITULO HAITÍ: SMARCK MICHEL, nuevo Primer Ministro

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE RECEPCIÓN 5/11/84

VINCULACIONES 66123

11164

11302

11458

Buscan confirmar al primer ministro haitiano

## El presidente Aristide pidió a diputados y senadores respaldar la designación de Smarck Michel S/11164

Puerto Príncipe (ANSA)

El presidente de Haití, Jean-Bertrand Aristide, recibió hoy en el Palacio Nacional a una delegación parlamentaria compuesta de 45 diputados y 13 senadores de todas las tendencias, que limpiaría el camino para la ratificación de Smarck Michel como primer ministro.

En la reunión, el presidente Aristide destacó la importancia de la tarea parlamentaria dentro de todos los sistemas democráticos.

"La democracia es una necesidad de todas las instituciones fuertes", dijo el mandatario a los parlamentarios haitianos, a quienes expresó su "voluntad real" de instaurar la democracia en el país.

Jean-Bertrand Aristide comentó el "clima de tolerancia" que debe prevalecer dentro del respeto a las normas constitucionales y destacó que todo indica que las elecciones legislativas y municipales del próximo mes serán "una victoria" de toda la nación.

Por su parte, la diputada Rita Frederick, del Partido duvalierista Unión para la Reconstrucción Nacional (URN), felicitó al presidente de Haití por su iniciativa de acercamiento con todas las fuerzas vivas de la nación.

La diputada Frederick, que en el pasado se oponía al retorno de Aristide a Haití, hoy se declaró dispuesta a trabajar con el mandatario.

Mientras tanto, el presidente de la Asamblea Nacional, el senador Firmin Jean-Louis, indicó que el país tendrá en los próximos días un nuevo gobierno.

Se refería a la eventual ratificación de Smarck Michel como primer ministro, quien antes deberá rendir un informe al Congreso sobre su política general, para que las dos cámaras emitan su voto de confianza.

Smarck Michel obtuvo ayer el descargo de la Corte Superior de Cuentas sobre su gestión como ministro de Comercio durante el gobierno de René Preval.

## Haití: En Violento Clima Designan Primer Ministro S/11164

PUERTO PRÍNCIPE, 5 (AP) - La restauración del gobierno civil haitiano ha dado un paso adelante con la aprobación parlamentaria al primer ministro propuesto por el presidente Jean-Bertrand Aristide.

Espero la policía de que tur-

bas atacaron a agentes policiales en una población del sur del país enfatizan las dificultades existentes para la restauración de la autoridad regional.

Smarck Michel, hombre de negocios de 57 años, fue con-

firmado primer ministro por ambas cámaras del parlamento hoy. Antes de asumir debe ven-

cer otro obstáculo: lograr la aprobación de sus políticas mediante un voto de confianza de ambas cámaras. Pero se descuenta obtendrá dicho voto.

La selección de Michel ha sido vista como un gesto de Aristide para calmar a la clase empresarial local y de Estados Unidos, dadas las orientaciones izquierdistas y populistas de Aristide, sacerdote católico muy popular entre la gente humilde del país.

La Agencia Noticiosa Haitiana informó que una turba rodeó ayer a un vehículo policial en el que iban varios agentes de la policía. La turba acusó a los agentes de abusos de los derechos humanos durante el régimen militar de gobierno recién concluido. Tropas estadounidenses debieron escoltar a los policías a lugar seguro, y no hubo heridos o lesionados en el episodio.

En otro incidente, un suboficial mayor del ejército haitiano fue apuñalado esta semana por dos hombres en Grand Goave, a unos 72 kilómetros al oeste de la capital. El ataque habría sido políticamente motivado, dijo la radio haitiana.

Aristide proseguía supervisando la transición del gobierno militar, pero resultaba difícil que pueda ver plasmado su deseo de realizar elecciones parlamentarias el mes entrante.

A fin de celebrar elecciones supervisadas internacionalmente, el gobierno haitiano necesita organizar un consejo electoral, registrar a sus votantes y dar tiempo a sus campañas. Funcionarios norteamericanos creen que tales medidas no podrán ser cumplidas hasta principios del año entrante.

Pero Aristide dijo ante un centenar de legisladores reunidos en el Palacio Nacional que "si las elecciones pudiesen realizarse en diciembre, me sentiría feliz".

Al parecer, Aristide confía en que sus candidatos se beneficien de la euforia que ha suscitado en el país la caída del gobierno militar si las elecciones se celebran pronto.

Dos tercios de los 27 escaños del Senado y las 81 bancas de la Cámara de Diputados serán sometidos a votación.

01-02

9500661

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA \_\_\_\_\_

FORMA DE PROCEDER \_\_\_\_\_

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Smarck Michel y su gabinete asumen en Haití

Puerto Príncipe (ANSA)  
9/11/92

■ El presidente constitucional de Haití, Jean Bertrand Aristide, tomó juramento ayer al empresario Smarck Michel como nuevo primer ministro de esta empobrecida nación caribeña, así como al resto de su flamante gabinete.

En una ceremonia protocolar de asunción realizada en el Palacio Nacional, Aristide consideró el hecho como "un paso hacia la paz y el progreso" y sostuvo que la composición de su gabinete refleja el espíritu de reconciliación que enarbolaba.

El lunes los diputados otorgaron su voto de confianza a Michel. El Senado hizo lo mismo el domingo anterior.

Smarck Michel, un empresario de 57 años, fue designado el 24 de octubre por el presidente Aristide como primer ministro de Haití, después de ocupar la cartera de Comercio durante la primera parte de la gestión del mandatario constitucional haitiano, que culminó con el golpe de Estado de septiembre de 1991. Smarck Michel es el tercer primer ministro de Aristide, después de René Preval y de Malval.

### VINCULOS CON NARCOS

Miami (ANSA)

El testimonio de un primo

del general haitiano Philippe Biamby, detenido en Miami, podría poner al descubierto los vínculos entre los ex dictadores militares de Haití, ahora en el exilio, con narcotraficantes colombianos, estimaron las autoridades estadounidenses.

Acusado de intentar introducir a Estados Unidos 107 kilos de cocaína, Frantz Biamby, de 48 años, permanece recluido en la cárcel del condado de Dade desde julio. En la misma cárcel purga sentencia por cargos de narcotráfico el general panameño Manuel Noriega.

Los agentes federales estadounidenses sospechan que el primo del general Biamby posee información que puede involucrar al depuesto "hombre fuerte" de Haití, Raoul Cedras, con el tráfico de drogas.

Un agente federal citado hoy por el diario Miami Herald aseguró que la agencia antidrogas norteamericana (DEA) sospecha que los jefes militares de Haití comenzaron a cooperar con los grupos de la cocaína colombianos desde los años ochenta.

Algunos líderes de esos grupos aseguraron tener evidencias de que Cedras, quien encabezó el golpe militar contra el ahora repuesto presidente constitucional Jean Bertrand Aristide, en 1992, sabía de las vinculaciones de altos oficia-

les del Ejército haitiano con el tráfico de cocaína.

### MISION DE COPPPAL

Puerto Príncipe (AFP)

Cinco responsables de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de Améri-

ca Latina (Coppal) llegaron a Puerto Príncipe para una visita de 24 horas a Haití.

Los responsables son Agustín Basave Benítez (México), secretario ejecutivo de la Coppal, Harvey Des Camps, presidente del Partido Revolucionario Dominicano (PRD), el comandante Tomás Borge, del Frente Sandinista de Libera-

ción Nacional (FSLN) nicaragüense, y los senadores Rubén Berrios y Fernando Martín, del Partido Independentista de Puerto Rico.

Esta delegación será recibida por el presidente Jean Bertrand Aristide, el primer ministro Smarck Michel y la ministra de Relaciones Exteriores, Claudette Werleigh.

Nº. DOCUMENTO 9500662

TÍTULO Grupos armados crean clima hostil en interior de Haití.

PRECEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 6/11/84 → 11921.

VINCULACIONES 65890  
11164  
11163  
11830  
65890.

## GRUPOS ARMADOS CREAN CLIMA HOSTIL EN INTERIOR DE HAITÍ 6/11 EP.

PUERTO PRINCEPE, Haití—Con tiroteos en el interior y funcionarios hostiles al presidente Jean-Bertrand Aristide todavía ejerciendo el poder en muchas áreas rurales, la presión está creciendo sobre las fuerzas militares de Estados Unidos aquí para que actúen más agresivamente con objeto de desarmar a los peligrosos remanentes del aparato paramilitar del gobierno anterior.

En una serie de declaraciones públicas y privadas en el curso de la semana pasada, tanto el gobierno de Aristide como las Naciones Unidas, que autorizó la acción norteamericana en Haití que comenzó el 19 de septiembre, han expresado su desaliento por la falta de seguridad a través del país.

Pero funcionarios estadounidenses preocupados de ser arrastrados en una operación limitada a largo plazo sin garantías de éxito, parecen resistirse a la sugerencia para que intensifiquen sus esfuerzos.

"No podemos fijar como un objetivo el desarme de Haití", dijo el asesor de seguridad nacional del Presidente Clinton, Anthony Lake, a periodistas norteamericanos y haitianos al final de una visita de dos días durante la cual se reunió tres veces con Aristide. Hay una gran cantidad de armas allí afuera.

El asunto del desarme ha adquirido gran importancia debido en parte a que afecta la capacidad de Aristide para gobernar al país, pero también porque es uno de los factores principales que determinará el calendario de la retirada de los más de 15,000 soldados norteamericanos destacados en Haití.

Bajo las condiciones de las resoluciones de la ONU sobre Haití, las tropas de combate estadounidenses que están aquí serán eventualmente reemplazadas por una fuerza pacificadora multinacional de aproximadamente 6,000 miembros.

Pero la situación que prevalece por el momento, dijo un diplomático aquí, es una en la que "Estados Unidos es rehuente a permanecer y las Naciones Unidas es renuente a venir".

Asesores de Aristide dijeron que el Secretario General de la ONU, Butros Ghali, ha dicho a Estados Unidos que no está dispuesto a activar la fuerza pacificadora hasta que esté satisfecho de que el proceso de desarme ha sido realizado adecuadamente.

Después de una visita de una semana aquí, el nuevo enviado especial de la ONU a Haití, Lakhdar Brahimi, dijo en rueda de prensa en Nueva York el jueves que él y los comandantes militares

norteamericanos aquí "están disgustados porque hay una gran cantidad de armas sueltas en el país". Dijo también que no podía predecir cuándo se volvería "seguro" el ambiente local.

En el transcurso de la semana pasada, Aristide también expresó una creciente preocupación acerca del asunto del desarme. En una conferencia de prensa en su hogar el pasado fin de semana, reconoció que algunos refugiados haitianos que están todavía en la Base Naval de Guantánamo tienen miedo de regresar a su país porque han estado en contacto con amigos y familiares en áreas rurales que les han informado de ataques perpetrados por "adjuntos" armados, como son conocidos los suboficiales paramilitares del anterior gobierno militar del general Raul Cedras.

El Presidente haitiano dijo que en general, "estoy contento al ver lo que está sucediendo aquí". Pero en referencia al más numeroso y temido de los grupos de adjuntos, el Frente para el Avance y Progreso de Haití, o FRAPH, dijo que "miembros de este grupo que tienen armas quieren ocultar dichas armas y esperar para que el FRAPH regrese y cree violencia".

El miércoles, el Presidente haitiano ordenó que los 565 jefes de sección del país entreguen todas sus armas; son los magistrados rurales altamente armados que son frecuentemente los únicos representantes del gobierno en el interior y tienen fama de brutalidad y corrupción que excede incluso la del ejército y la policía haitianos.

Pero los asesores del Presidente reconocen que el gobierno no cuenta con los medios para hacer cumplir ese decreto a menos que las tropas estadounidenses, concentradas en las dos principales ciudades de Haití, estén dispuestas a salir y hacer el trabajo.

En otra señal de lo precaria que se ha vuelto la situación de la seguridad, las fuerzas armadas haitianas emitieron una declaración el viernes diciendo que 400 prisioneros, algunos de ellos notorios pistoleros contrarios a Aristide, escaparon de las cárceles y prisiones del país entre el 15 y el 30 de octubre.

La declaración pide a los ciudadanos que se mantengan alertas y ayuden a recapturar a los fugitivos, pero no indicó qué medidas, si es el caso, están adoptando el ejército y la policía para aprehenderlos.

LARRY ROTHER (The New York Times)

01-01

9500662

Nº. DOCUMENTO 9500663  
TITULO Haiti: Nuevo comandante en jefe: GRAL. BERNARDIN POISSON.  
PROCEDENCIA 150025  
FECHA DE PROCEDENCIA 13/11/84  
VINCULACIONES 66123 → 11921  
11163  
13065  
11458

## Jefe militar haitiano

13/11/84.  
PUERTO PRINCIPE, 18 (AP).— El brigadier general Bernardin Poisson, nuevo comandante en jefe de Haití, asumió su cargo con la difícil misión de subordinar el papel militar, tradicionalmente dominante en el país, al poder civil.  
Poisson, quien realizó cursos de entrenamiento en Francia y los Estados Unidos, fue designado por el presidente Jean Bertrand Aristide.  
Al igual que Raoul Cedras, que lo antecedió en el cargo, es considerado un tecnócrata, cuenta con el apoyo de la comunidad internacional y se lo nombra pese a no ser el candidato más experimentado.

Nº. DOCUMENTO 9500664  
 TITULO HAITI: GED. CEDRAS residirá en PANAMA.  
 PROCEDENCIA 180015  
 FECHA DE PROTECCIÓN 17/11/94  
 VIOLACIONES 66123 41921  
66718  
11164  
11163

## Ex hombre fuerte haitiano residirá en capital panameña

El general Raoul Cedras, ex hombre fuerte de Haití, decidió que pasará su "exilio dorado" en la capital panameña, donde también se encuentra asilado el ex Presidente guatemalteco Jorge Serrano Elías.  
 PANAMA/ANSA



Cedras dejó el hotel de mediana categoría cercano al aeropuerto de la capital donde estaba alojado desde su llegada al país en octubre pasado, y se instaló junto a su familia en un exclusivo barrio de la capital panameña.

Un allegado al general golpista dijo que el militar escribe actualmente sus memorias, pero no precisó cuándo las hará públicas.

Cedras y su familia se trasladaron al elegante sector de Punta Paitilla, sobre la bahía de Panamá, donde las malas lenguas señalan que radican los más poderosos narcotraficantes colombianos.

El general haitiano, junto a su esposa, sus tres hijos y varios de sus más cercanos colaboradores, se encuentra asilado en Panamá desde mediados del pasado mes de octubre, cuando retornó al poder el presidente Jean Bertrand Aristide, al cual había derrocado en un sangriento golpe militar en septiembre de 1991.

9500664



Nº. DOCUMENTO 9500665

TITULO COLOMBIA: ANTANAS MOCKUS, FUE ELEGIDO ALCALDE DE BOGOTÁ.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE 1/11/84

VINCULACIONES -65582 -11164 -11437

## Colombia: Nueva cultura política 1/11/84

El triunfo de los candidatos cívicos, independientes y religiosos, en las elecciones del domingo en Colombia puso al descubierto una nueva cultura política y una derrota de los partidos tradicionales del país, dijeron hoy analistas. Pese a que el gobernante Partido Liberal ganó las elecciones y obtuvo la mayoría en las alcaldías y gobernaciones, los movimientos cívicos e independientes y coaliciones emergieron como un nuevo fenómeno político colombiano.

El analista de la universidad de los Andes, Pedro Medellín, dijo que "la evidencia del poder local está dando cuenta de un proceso de consolidación del cambio político en Colombia". Explicó que los partidos políticos tradicionales, liberal y conservador, y sus dirigentes han sido desplazados por nuevos movimientos de carácter cívico, religioso y urbano.

Cuatro sacerdotes ganaron las alcaldías de las ciudades de Cúcuta, Sogamoso, La Dorada y Montería, considerados fortines políticos de liberales y conservadores. Candidatos cívicos e independientes ganaron 10 alcaldías de las 32 ciudades capitales y dos gobernaciones.

El hecho más destacable en esta nueva corriente política fue el triunfo en la alcaldía de Bogotá del excentrico filósofo y matemático de origen lituano Antanas Mockus. El alcalde electo de Bogotá superó en la votación en forma amplia al candidato oficial del gobernante Parti-

do Liberal Enrique Peñalosa, pese a que llevó a cabo una modesta campaña publicitaria.

El analista Medellín dijo que las elecciones del domingo revelaron el surgimiento "de una nueva cultura política que está reconstruyendo los partidos por las bases, desde las regiones y las localidades. Está reconstruyendo los partidos tradicionales, que son los grandes derrotados de las elecciones". Indicó que en Colombia hay un cambio en las prácticas políticas al pasar del jerarquismo partidista a la democracia por contacto.

### Colombia: campanas de advertencia

## Un profesor universitario independiente fue electo alcalde de Bogotá

1/MCR

Bogotá (ANSA)  
por Alberto Rojas Morales

■ Un excéntrico profesor universitario, cuatro sacerdotes católicos y otros dirigentes cívicos dieron un campanazo de advertencia a los tradicionales partidos políticos colombianos, Liberal y Conservador, que mantuvieron su hegemonía nacional en las elecciones de ayer, pero perdieron el poder en varias ciudades importantes, según los últimos resultados divulgados. Los apáticos electores colombianos mantuvieron a los liberales en la mayoría de las 32 gobernaciones, las 1.043 alcaldías y en las asambleas y concejos municipales.

Los conservadores se mantienen como segunda fuerza, mientras que, por primera vez en la historia, la alcaldía de Santa Fe de Bogotá fue para un candidato que no es miembro de ninguna de las dos agrupaciones más importantes. Para gobernaciones, los liberales alcanzaron el 67 %, los conservadores el 22 %, y el 3,2 % fue para los movimientos cívicos e independientes. Los liberales, del partido del presidente Ernesto Samper Pizano, se quedaron con 22 de las 32 gobernaciones, los conservadores mantuvieron 8 y las coaliciones separtidistas ganaron las 2 restantes.

El Partido Liberal cuenta con el 53 % de los votos frente al 33 % del Partido Conservador, escrutadas 325 alcaldías.

El ex rector de la Universidad Nacional, Antanas Mockus, que fue elegido alcalde de Santa Fe de Bogotá, se convirtió en el primer representante del llamado "voto protesta" hacia la clase política, que se extendió a las ciudades donde sacerdotes, médicos o dirigentes cívicos vencieron a los candidatos del Partido Liberal o del Partido Conservador, que han gobernado a esta nación sudamericana de 36 millones de habitantes.

Pero, al igual que en otras ocasiones, la abstención siguió siendo el principal fenómeno político y alcanzó el 75 % del padrón electoral en estas elecciones, las quintas del año.

Difícilmente se podrá establecer, por ahora, cuántos alcaldes, diputados o concejales apoyados por las fuerzas guerrilleras de izquierda o poderosos narcotraficantes pudieron haber ganado las elecciones. Sus acuerdos han sido secretos, pero los organismos de seguridad del Estado sostienen que por lo menos en 143 de los 1.043 municipios se ejercieron presiones ilegales para que se retiraran algunos candidatos que no eran de la simpatía de los alzados en armas.

Sin embargo, quedó claro que muchos colombianos creen ahora más en los sacerdotes católicos como alcaldes que en los políticos.

Así fue como ganaron las alcaldías en La Dorada, pequeña ciudad de unos 45.000 habitantes, donde fue elegido Nicolás Gómez, en Cúcuta, capital de estado en la frontera con Venezuela, Pámelino Camargo Parada, en Sogamoso, Gustavo Suárez Niño, y en Montería, Alfonso León Pereira. Pero en Barranquilla, donde el sacerdote Bernardo Hoyos no podía optar por la reelección a la Alcaldía, su sucesor será el médico Edgar George, a quien apoyó públicamente.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE

VINCULACIÓN

## Triunfo de los "desconocidos" en Colombia

UN NUEVO PODER regional surgió de las elecciones municipales del domingo en Colombia y, al mismo tiempo se produjo un debilitamiento de las tradicionales maquinarias políticas.

Los movimientos independientes, conducidos por dirigentes políticos, cívicos o religiosos, asumieron el control de diez de las principales ciudades de Colombia, con la capital Bogotá a la cabeza, en donde ganó la alcaldía por mayoría abrumadora el filósofo y matemático Antanas Mokus, sin realizar la tradicional campaña electoral.

El gobierno del presidente Ernesto Samper quedó "condenado" a cuatro años de soledad con el poder regional y local en manos de mandatarios cívicos y coaliciones.

El gobierno dijo en un comunicado que "los resultados contribuyen en forma muy importante al fortalecimiento de la democracia colombiana". Agregó que las elecciones municipales "abrieron nuevos espacios de participación en la nación y los colombianos demostraron gran madurez al momento de elegir a sus gobernantes".

El vicepresidente Humberto de la Calle Lombana dijo que el resultado de las elecciones constituye una señal de alerta para los partidos políticos. Cuatro sacerdotes que se presentaron como candidatos ganaron sus respectivas alcaldías, a pesar de no contar con la autorización de la Iglesia Católica.

"Generalmente los sacerdotes son la última esperanza de la comunidad", dijo el arzobispo Pedro Rubiano, presidente de la Conferencia Episcopal Colombiana. ■ (AP)

## Colombia sorprende

EL mapa político de Colombia sufrió un fuerte cimbrón en las elecciones del domingo con el triunfo de candidatos independientes —algunos de ellos excéntricos— en las principales ciudades del país.

Movimientos cívicos independientes, coaliciones electorales apartidarias y candidaturas extrapartidarias de sacerdotes, médicos, empresarios y dirigentes deportivos ocuparon un espacio inédito haciendo tambalear el bipartidismo característico de la historia colombiana.

La victoria en Bogotá del filósofo y matemático de origen lituano y ex rector de la Universidad Central, Antanas Moku es el hecho más resonante pero no aislado de estos comicios que toman al presidente Ernesto Samper a escasos tres meses de gestión. Cabe interpretar estos resultados como la emergencia de una nueva cultura política en la que se mezcla la disconformidad hacia la dirigencia de los partidos tradicionales con una participación social en los asuntos públicos que golpea las puertas institucionales en busca de nuevas expresiones y cauces para las inquietudes ciudadanas.

Nítidamente, la gente buscó otros caminos a la hora de elegir representantes en el nivel más cercano de la democracia.

Si la dimensión nacional sigue dominada por el Partido Liberal en el gobierno y la oposición conservadora, estas elecciones municipales en las que un total de cien mil colombianos se disputaron mil alcaldías, una treintena de gobernaciones, once mil concejales y 500 diputaciones, abrieron las compuertas a un nuevo poder regional y local, estimulado en cuotas parecidas por la reforma constitucional de 1991 y por los problemas sociales irresueltos.

Un 70 por ciento de abstencionismo es la contracara de la multiplicación de ofertas electorales tan dispares. Y la sospecha de ramificaciones del narcotráfico y los grupos paramilitares o guerrilleros en las candidaturas triunfantes discrimina la evolución positiva hacia una mayor descentralización con una eventual feudalización del poder político-territorial.

De este modo, se instala en Colombia con rasgos propios un fenómeno de alcance mundial que domina la política de este fin de siglo. De cómo lo elaboren los partidos políticos en el terreno de las ideas y los programas y de cómo se refleje en la gestión concreta de gobierno dependerá que su sentido sea el de un indicador más de la crisis o el de una genuina recuperación.

POR FALTA DE TIEMPO, NO SE CAMBIARON LAS PAPELETAS DE VOTACION

3/11 EC.

# En un municipio colombiano fue electo alcalde un candidato muerto

BOGOTÁ, 2 (AFP, EFE y ANSA). - Un ex funcionario policial, asesinado por los guerrilleros seis días antes de los comicios municipales y legislativos celebrados el domingo en Colombia, fue elegido insólitamente como alcalde en una ciudad del sudoeste del país. Tras las elecciones los insurgentes lanzaron una nueva ofensiva y, en una emboscada tendida a una patru-

lla de las fuerzas de seguridad, dieron muerte a once policías.

El sargento de policía retirado José Antonio Palomino, candidato conservador a la intendencia de Trujillo, se impuso en los comicios municipales seis días después de haber sido asesinado por un grupo guerrillero cuando regresaba con su chofer de una gira proselitista.

La dirección del Partido Conservador resolvió remplazar como candidato al difunto Palomino por el padre de su chofer, el sargento del ejército Carlos Granada Zapata.

Pero la Registraduría, organismo encargado del control de los comicios, ya había confeccionado las boletas con la fotografía de Palomino.

Los vecinos de Trujillo, gran parte de los cuales desconocían la muerte del candidato, lo votaron y Palomino obtuvo 2.990 votos de los 5.084 depositados en la población.

Las autoridades comiciales resolvieron computar los votos del postulante fallecido a favor de Granada Zapata, quien asumirá el cargo el 1° de enero junto con los 1.043 alcaldes elegidos en todo el país.

No se sabe con certeza cuál fue la organización guerrillera que asesinó a Palomino. Pero Trujillo se encuentra en una zona donde generalmente opera el Ejército de Liberación Nacional (ELN), organización que hoy emboscó dos ómnibus en los que viajaban varias decenas de policías. El episodio ocurrió en Puracé, en la región montañosa del sudoeste.

El ataque del ELN ocasionó la muerte de once policías. Un estudiante de 16 años que viajaba en un tercer vehículo de transporte público que seguía los ómnibus de los policías también murió al ser alcanzado por las balas de los rebeldes.

Un vocero de las fuerzas de seguridad de Popayán, población de la provincia de

Cauca, explicó que los agentes se dirigían a revelar a quienes prestaban servicio en varios puestos de comunicaciones de los alrededores de Puracé. Uno de los caídos fue el comandante de los uniformados, capitán John Augusto Torres.

Otros ocho estudiantes y siete policías que resultaron heridos, algunos de gravedad, fueron trasladados a hospitales de la zona.

El joven muerto viajaba con sus compañeros de estudios en el colegio Don Bosco a visitar el volcán nevado de Puracé, en cuyas estribaciones se produjo el ataque guerrillero.

Tropas del ejército y de las fuerzas de seguridad con el apoyo de helicópteros y de vehículos blindados fueron movilizados de inmediato para emprender la persecución de los rebeldes.

Desde el fin de semana, el ELN incrementó significativamente el número de sus acciones contra las fuerzas públicas y el sábado abatió a siete uniformados y seis civiles.

Durante las elecciones municipales del domingo un camión del ejército fue ametrallado por los guerrilleros, que hirieron gravemente a un soldado.

El recrudecimiento de la ofensiva del Ejército de Liberación Nacional se registra en el momento en que la otra gran agrupación guerrillera que se mantiene en actividad, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), manifestó su disposición a negociar la paz con el gobierno liberal del presidente Ernesto Samper.

## Filósofo, matemático y alcalde de Bogotá



Bogotá  
María Isabel García

■ Con la elección como alcalde de Bogotá de Antanas Mockus Sivickas, filósofo y matemático de 42 años, hijo de emigrantes lituanos, los bogotanos dieron el domingo una patada en el trasero a los políticos tradicionales. Era casi desconocido cuando hace un año, siendo rector de la Universidad Nacional, saltó a las primeras páginas de los diarios por bajarse los pantalones frente a una asamblea de estudiantes que no le querían dejar hablar. Sin proponérselo, este hombre con cierto aire de monje medieval se convirtió en candidato para el segundo puesto de poder en Colombia.

La irreverencia del académico fue celebrada con manifestaciones de apoyo al rector, que fue sacrificado en aras de la moralidad pública, pero dejó al descubierto la fisura entre la retórica y las promesas de los políticos tradicionales y el despertar angustioso de la vida cotidiana.

Los editorialistas de la gran prensa lo calificaron hasta el último momento de loco, inestable y desequilibrado, y se inclinaron por el cúmulo de datos y cifras impactantes con que el tecnócrata liberal Enrique Peñalosa defendía su candidatura a la alcaldía. Resultado: 492.033 votos para Mockus y 229.798 para Peñalosa.

Muchos no habían reparado en los estudios oficiales según los cuales en Bogotá, con seis millones de habitantes, el des-

empleo y la pobreza dejan un preocupante saldo de 1.244.000 depresivos, 631.000 psicóticos, medio millón de ansiosos y otros tantos que durante el mes de agosto confesaron haber tenido ganas de quitarse la vida.

Por eso, cuando Mockus se presentó como candidato independiente de todos los partidos de izquierda y de derecha, y se lanzó sin sede política, sin propaganda en la radio ni vallas, la gente empezó a decir que «con Antanas sí dan ganas».

Cuatro mil dólares fue todo lo que invirtió Mockus en su «anticampaña», frente a 125.000 de Peñalosa; los gastó en peonías en las que encontró un mensaje lúdico y didáctico al mismo tiempo de su propuesta: todos piensan, todos ganan. Habrá que pagar impuestos para revertirlos en calidad de vida, advirtió.

Recorriendo la ciudad en bicicleta, participando en foros en colegios y universidades en los que con juegos colectivos puso a prueba la imaginación de los concurrentes, Mockus extremó su posición: «Lo importante no es que voten por mí, sino que me acompañen luego».

Al proclamar su triunfo, y poco antes de que en la Asociación Cristiana de Jóvenes se sirviera un plato de arroz con pollo con el que el nuevo alcalde, su madre, la escultora Nijole Sivickas, y su hija adolescente, Andra, celebraron la victoria, dijo: «Tal vez no soy un ciudadano ejemplar, pero quiero mejorar. Nos hemos lanzado juntos, seducidos por la esperanza hacia tres años de reforma cultural». Después decretó para sí mismo dos semanas de silencio para reflexionar.

Copyright 1991  
El País News Service Inc.  
All rights reserved

9500665

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACION

VINCULACIONES

## Sorpresa política en Colombia

4/11/67.

**L**AS elecciones del domingo último en Colombia mostraron un sorprendente avance de candidatos *cívicos*, independientes y religiosos, que hace pensar en el comienzo de un ciclo político marcado por el retroceso de los partidos tradicionales hasta ahora dominantes y el decaimiento del viejo bipartidismo.

Si bien el partido liberal del presidente Ernesto Samper Pizano triunfó y obtuvo la mayoría de las alcaldías y gobernaciones, fue superado en distritos importantes. La derrota más relevante del oficialismo tuvo lugar en la capital, Bogotá, donde por una abrumadora mayoría triunfó el independiente Atanas Mockus, matemático y filósofo, hijo de inmigrantes lituanos, que consiguió imponerse a pesar de contar con recursos muy limitados para financiar su campaña. Divickas, que hasta hace un año fue rector de la universidad nacional, tiene un perfil insólito como candidato. Para ganar votos recorrió la ciudad en bicicleta y desarrolló gran parte de su proselitismo en universidades y otros centros educativos. Tras su

victoria anunció un retiro de dos semanas para reflexionar.

En el interior, cuatro sacerdotes aventajaron a candidatos liberales o conservadores, y otras diez alcaldías, más dos gobernaciones, quedaron en manos de *cívicos* o independientes.

Esta diversificación de votos, habitualmente captados por los dos partidos tradicionales, ha llevado a interpretaciones sobre el surgimiento de una *nueva cultura política* en Colombia.

Probablemente, ese cambio refleje otro más amplio en toda la sociedad. Durante décadas, los colombianos estuvieron sometidos a los extremos de una implacable violencia provocada por el banditismo social, la salvaje competencia por el poder y el narcotráfico. Al votar por candidatos al margen de los grandes partidos tal vez estén expresando una voluntad de renovación profunda en todos los órdenes. Prefieren, así, dar su apoyo a figuras nuevas, menos comprometidas con lealtades partidarias y que ofrecen responder directamente ante sus electores.

### Colombia

## PROPONEN 25 MILLONES PARA CULTURA

8/11/67

El alcalde electo de Santafé de Bogotá, Atanas Mockus, ha pedido ayer lunes al actual titular de ese despacho, Jaime Castro, que se añada una partida de 20.000 millones de pesos (25 millones de dólares) destinado a la cultura en los presupuestos para 1995 de la capital de Colombia.

El secretario de Hacienda del Distrito, José Roberto Piza, informó de que Mockus solicitó a la Administración reforzar la partida para la cultura, que este año fue de 3.000 millones de pesos (3,7 millones de dólares), y pase en 1995 a 20.000 millones de pesos.

El filósofo y matemático Mockus fue elegido alcalde de Santafé de Bogotá el pasado 30 de octubre en los comicios municipales y departamentales que se celebraron en el país.

Nº. DOCUMENTO 9500666

RECEIVED

TITULO Colombia tiene dependencias económicas del narcotráfico.

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE RECEPCIÓN 3/11/94

VINCULACIONES 65542

11161, 11134, 11392. INFORMACION EN CUANTO QUE HAYO LUTIVO EN DISTRITO

que en caso de que el gobierno de no sea reconocido...  
y en caso de que el gobierno de no sea reconocido...  
y en caso de que el gobierno de no sea reconocido...

## Colombia tiene dependencias económicas del narcotráfico

Redacción, ANSA y EFE (BOGOTÁ)

3/11/94

EEUU

El estudio, realizado por la Sección de Inteligencia Estratégica de la DEA y publicado por el diario *El Espectador*, sostiene que "los recursos generados por el influjo de la droga en la economía han proveído al Gobierno colombiano de los fondos para pagar la deuda y desarrollar la infraestructura nacional".

La DEA estudió el "impacto del dinero del narcotráfico en la economía colombiana" después de haberse liberalizado el control al ingreso de las monedas extranjeras y al abrirse el mercado a los productos extranjeros durante el Gobierno del anterior presidente, César Gaviria Trujillo.

Toda la economía colombiana ha comenzado a ser vulnerable a los volátiles cambios de la industria de las drogas", dice el informe al que tuvo acceso el diario.

También advierte que la privatización de los bancos que eran estatales, lo mismo que de algunos servicios, zonas francas, puertos y aeropuertos, pueden haber facilitado la legalización de dólares provenientes del narcotráfico.

"Las reformas económicas han estimulado el crecimiento de la industria de servicios financieros en Colombia, siendo utilizados por los 'capos' de la droga para legitimar sus ilícitas ganancias", dice el informe que ha sido distribuido con un prólogo del director de la DEA, Thomas A. Constantine.

GOBIERNO FEDERAL RELATOS MEDIDAS ECONOMICAS

INTELIGENCIA POLITICA

C- ZARZUELA

RECEIVED

8

01-01

9500666

Nº. DOCUMENTO 9500667  
 TITULO COLOMBIA: militares acusados por tortura y asesinato  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE RECIBO 11/11/84  
 VINCULACIONES 65582  
11164

COPIA 11163  
 COPIA 113065  
 COPIA 111245

VALIÓRSE A VALIÓRSE, entre otras cosas, los siguientes:  
 corporaciones como la Costa Atlántica, el Centro Productor Cafetero de Alto Cauca,  
 el Banco Presidente que participaban y representantes de todas las regiones  
 POR COLOMBIA: Colombia  
 ministerios y en

**MILITARES ACUSADOS POR  
 TORTURA Y ASESINATO**

Un coronel, un teniente, tres sargentos y un cabo de la  
 III Brigada del Ejército colombiano con sede en Cali,  
 oeste del país, deberán explicar ante la Procuraduría su  
 presunta participación en la retención ilegal,  
 tortura y posterior asesinato de tres personas.  
 Las acusaciones son contra el comandante del Batallón  
 III, teniente coronel Alvaro Luis Yayuro; el teniente  
 Jorge Luis Niño Flórez, los sargentos Eliceo Cáceres,  
 Hair Santoyo y Henry Bermúdez y el cabo primero Edgar  
 Hernando.  
 El Ministerio Público formuló cargos a los seis inte-  
 grantes del Batallón III de Cali tras encontrar indicios  
 sobre sus responsabilidad en los hechos registrados la  
 primera semana de abril de 1992 en la capital del departa-  
 mento del Valle del Cauca.  
 La investigación se inició tras conocer la retención de  
 Eulises Salomón Bolaños, Ricardo Antonio Parra y John  
 Faber Ardila quienes aparecieron muertos y con señales  
 de tortura.  
 El domingo 1 de agosto pasado asumió la presidencia de COLOMBIA el

GOBIERNO PRESIDENTIAL DE ERNESTO SAMPER

F- FACTOR POLITICO

C- COLOMBIA

RECEIVED

8

01-01

9500667



Nº. DOCUMENTO 9500668  
TITULO Te SAMPER negocia con guerrilla.

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE RECEPCIÓN 12/11/84 11921

VINCULACIONES 65592

11864  
11830  
11302  
11338

S- EXCERPTO

de 120 palabras.  
representa 34% de **Samper negociará con rebeldes** 12/11 E.O.  
a 84,3% palabras. El **Cali - El presidente colombiano, Ernesto Samper, anunció ayer en esta ciudad que la próxima semana se pronunciará sobre el inicio del proceso de negociación para alcanzar la paz con la guerrilla, tras 100 días de tanteos entre ambas partes.**  
T- DEZ **"Estoy esperando el informe que me pasará el Alto Comisionado para la Paz, Carlos Holmes y a partir de este documento haré un pronunciamiento sobre el estado del proceso de paz y las perspectivas", indicó Samper. (EFP)**

durante el mes de marzo, llegando a convertirse a 200 por ciento en junio.  
sumadas al 3 de febrero, el índice se convirtió casi el 20% de su valor (20% inflación) y una acumulación de la devaluación, porque que el presidente CALDERA los indicadores inflacionarios de 1983, durante ese año se notó también un aumento de efectos negativos ocasionados por la devaluación situación política resultante de las durante 1983 la economía colombiana vino sufriendo una serie

C- DEAFIRMACION E RELACION

de 120 palabras.  
tañeres sobre la posibilidad de que otros países también sufran el mismo problema

B E C E B A T O

9500668

01-01



Nº. DOCUMENTO 9500669

TITULO *Colombia: Cámara de Representantes aprobó proyecto de ley pro narcos.*

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCESAMIENTO 24/11/84 11921

VINCULACIONES 65582

11164

11302

11134

**CORRUPCION  
EN EL MUNDO**

Seis miembros de una familia colombiana dedicada a la exportación en gran escala de pulpa de fruta fueron acusados de importar y distribuir cocaína en los Estados Unidos. Los acusados, dueños del consorcio Agro-Industrial Grajales, podrían ser sentenciados a cadena perpetua y a una multa de dos millones de dólares. Una comisión de la Cámara de Representantes de Colombia aprobó ayer un proyecto de ley que favorece a los narcotraficantes. La polémica iniciativa aguarda ahora el visto bueno de la Cámara baja para convertirse en ley.

# Colombia: una ley pro narcos

BOGOTÁ y MIAMI, 23 (Reuter y AP).— La Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Representantes de Colombia aprobó hoy un controvertido proyecto de ley que favorece a los narcotraficantes, desechando las advertencias del gobierno de Ernesto Samper, partidario de una fuerte política antidrogas.

La iniciativa, conocida popularmente como "Ley narco", fue aprobada al tiempo que seis miembros de una conocida familia colombiana eran acusados de conspirar para importar y distribuir cocaína en los Estados Unidos.

La fiscales norteamericanos informaron que los seis presuntos traficantes per-

tenecen a la familia Grajales, que dirige el consorcio Agro-Industrial Grajales, uno de los principales productores mundiales de pulpa de fruta.

Una investigación de cuatro años reveló que los acusados —vinculados, según las autoridades norteamericanas, con el cartel de Cali— son responsables de volu-

minosos envíos de cocaína a los Estados Unidos, Europa y la ex Unión Soviética.

De ser culpables, los Grajales podrían ser sentenciados a cadena perpetua y al pago de una multa de 2 millones de dólares.

El polémico proyecto de "Ley narco" aprobado hoy establece que ninguna persona podrá ser condenada por enriquecimiento ilícito, sin que previamente se le compruebe otro delito.

Actualmente, el enriquecimiento ilícito es el delito por el que son declarados culpables la mayoría de quienes comercializan la droga, lavan dinero o reciben sobornos en Colombia.

La iniciativa también busca acabar con los "jueces sin rostro", figuras claves de la Justicia colombiana en la lucha contra el narcotráfico y la corrupción.

"Hay algunos claros beneficiarios de esta ley, y entre ellos están los narcotraficantes", dijo el fiscal general de Colombia, Alfonso Valdiveco, después que la Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Representantes aprobó el proyecto.

El resultado de la votación "constituye una vergüenza nacional porque ganaron las fuerzas oscuras", sentenció el ministro de Justicia, Néstor Humberto Martínez.

El ministro del Interior, Horacio Serpa, admitió, al concluir la sesión, que la aprobación del proyecto implica "una derrota para el gobierno".

El "narcoproyecto" aguarda ahora el visto bueno de toda la Cámara de Representantes para convertirse en ley.

A lo largo de varias semanas de debate, la prensa colombiana denunció que el proyecto de ley fue diseñado y promovido por sectores del narcotráfico que incluso ofrecieron millonarias sumas de dinero a los legisladores para que votaran a favor.

01-01

9500669

Nº. DOCUMENTO 9500670  
 TITULO COLOMBIA anunció ambicioso proyecto de privatizaciones  
 PROCEDENCIA 150483  
 FECHA DE PROCEDIMIENTO 25/11/84  
 VINCULACIONES 65582  
 AS 11164  
 11161  
 11302  
 11312

8ATLIM ROTAP -S

Esperan recaudar unos US\$ 3.500 millones en cuatro años

# Colombia anunció ayer un ambicioso proyecto de privatizaciones para financiar desarrollo

Bogotá - El gobierno colombiano anunció ayer un ambicioso programa de privatizaciones con el que busca obtener al menos US\$ 3.500 millones entre 1995 y 1998 para financiar parte de su plan de desarrollo.

El programa incluye tres grandes bancos, al menos ocho electrificadores, diez empresas manufactureras, participaciones en tres hoteles, plantas de distribución de gas y el servicio de telefonía internacional.

"Aunque a la hora de vender se deberán revisar algunos de los avalúos, sí puedo confirmar que esas empresas se van a privatizar", dijo el ministro de Hacienda, Guillermo Perry, en una entrevista. "Las cifras son estimadas y le dan soporte al plan de desarrollo", agregó.

Perry no especificó el mecanismo de privatización de las empresas. En el pasado, las ofertas públicas se han realizado a través de las Bolsas de Valores.

Con las privatizaciones, el gobierno del presidente Ernesto Samper espera obtener ingresos adicionales equivalentes al 1% del PIB durante los próximos cuatro años, que financiarán parte de un amplio plan de desarrollo que demandará al menos US\$ 15.000 millones por año.

El plan busca mantener índices de crecimiento de mínimo 5,6% anual y llevar subsidios y ayuda estatal a los colombianos que viven en condiciones de pobreza, la tercera parte de la población.



## Impulso al desarrollo

El gobierno del presidente Ernesto Samper espera obtener ingresos adicionales equivalentes al 1% del PIB durante los próximos cuatro años

En los primeros siete meses de este año, durante el gobierno de César Gaviria, se realizaron privatizaciones que reportaron ingresos por US\$ 1.500 millones, con la venta de los bancos de Colombia y Central Hipotecario, y la conce-

sión de los derechos para la prestación del servicio de telefonía móvil celular.

Si se suman las cifras, los ingresos globales se acercan a US\$ 5.000 millones entre 1994 y 1998.

"Para llevar a cabo el programa

de privatizaciones estamos preparando un proyecto de ley que será presentado ante el Congreso próximamente para hacer más democrática la participación en las empresas", dijo Perry.

El gobierno busca hacer más transparente el proceso, que fue objeto de severas críticas durante la gestión de Gaviria.

Un documento del estatal Consejo Nacional de Política Fiscal indica que en 1997 el gobierno espera llevar a cabo la mayor parte de las privatizaciones y concesiones al sector privado.

El cronograma de privatizaciones incluye ingresos de US\$ 847,4 millones en 1995; US\$ 771 millones en 1996; US\$ 1.052 millones en 1997 y US\$ 552 millones en 1998 según una fuente del Ministerio de Hacienda.

La mayor cantidad de privatizaciones se realizará en el sector industrial y en el minero-energético.

Las privatizaciones en el sector financiero incluyen el Banco del Estado y el Banco Popular. (Reuters)

GOA 7 2 2 8

01-01

9500670

Nº. DOCUMENTO 9500671

TÍTULO MEXICO. CARLOS SALINAS presenta informe final de su sexenio

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 1/11/94

VINCULACIONES 507623 → 11921

11164

11302

11304

11161

## Ultimo informe de Salinas

\* Se prevén violentos debates en la Cámara de Diputados, que debe calificar la elección que dio ganador a Ernesto Zedillo, quien asumirá dentro de un mes

México (IPS)  
por María Amparo Lasso

■ Todos los preparativos para el ritual de fin de sexenio presidencial en México fueron concluidos ayer y este martes el mandatario saliente Carlos Salinas presentará su último informe a un país sumido en turbulencias políticas. Los resultados de las elecciones presidenciales del 21 de agosto también serán confirmados este martes, y todo indica que pese a las profecías de la oposición, que denunció la existencia de fraudes, será proclamado nuevo presidente el candidato oficialista Ernesto Zedillo.

La Cámara de Diputados recibirá el informe de Salinas y luego se reunirá en colegio electoral, para calificar los comicios, que, según los datos oficiales, dieron el triunfo al partido gobernante con 48 por ciento de los votos.

La victoria del Partido Revolucionario Institucional (PRI) en el poder desde 1929 —fue impugnada por los dos principales partidos opositores, el derechista Partido de Acción Nacional (PAN) y el centro izquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD).

Pero la lista de irregularidades, algunas comprobadas —uso de fondos públicos, control de medios, parcialidad de las autoridades electorales, represión contra activistas opositores— no lograron armar "un buen caso" para pedir la nulidad de la elección.

El "fraude descomunal" denunciado por el PRD y las "inequidades y desventajas" señaladas por el PAN quedarán como meros enunciados retóricos cuando la mayoría oficialista en la cámara —300 de 500 diputados— declare presidente electo a Zedillo. Aún están frescas las imágenes de 1988, cuando en el proceso de calificación de Salinas, la Cámara se convirtió en un campo de batalla con golpes, gritos, lluvia de papeletas quemadas y hasta el paro cardíaco de un diputado.

Los comicios de 1988 fueron los más cuestionados de la historia del país. El opositor Cuauhtémoc Cárdenas se atribuyó el triunfo y tuvo que calmar a sus seguidores para impedir lo que para muchos hubiera sido el inicio de una "verdadera guerra civil".

Ahora, la bancada del PRI en la Cámara ha intentado negociar con el resto de fuerzas políticas para evitar los escándalos y llevar "con decoro" y sobre todo con prontitud tanto la presentación del informe como el proceso de calificación.

Pero sectores de la oposición centroizquierdista, la más radical, no tienen interés alguno en "guardar las formas" y han amenazado con interpelar a Salinas "si adopta actitudes triunfalistas" y votar por la nulidad de la elección de Zedillo.

El ambiente puede tomarse más conflictivo hacia el 7 de noviembre, cuando, luego de la glosa del informe presidencial, los diputados inicien el examen de los resultados electorales.

Como un síntoma del clima turbio del fin del sexenio, las distintas fuerzas políticas representadas en el Instituto Federal Electoral (IFE) no lograron ponerse de acuerdo sobre un informe único en torno a los comicios —que servirá de base para la calificación— y decidieron enviar a la Cámara varios documentos.

Los diputados tendrán así que trabajar sobre un abanico de puntos de vista contradictorios. Un complejo rompecabezas que contraría los deseos de la oposición de evitar que la calificación sea un "mero trámite".

"Tenemos que propiciar una revisión a fondo del proceso electoral para ubicar los temas centrales de una futura reforma política", dijo Antonio Lozano, coordinador parlamentario del PAN que se ubicó en segundo lugar en los comicios con 27 por ciento de los votos. Sin embargo se da por descomptado que el PAN —importante aliado del salinismo durante el sexenio— vote a favor de la calificación de Zedillo.

El Partido del Trabajo, surgido en círculos próximos al ala izquierda del gobierno y que por primera vez participará en el Colegio, también votará a favor.

Sólo el PRI, en un acto más bien simbólico, dará su voto en contra. El partido de Cuauhtémoc Cárdenas ha insistido en que no será posible la "transición democrática" en México si no se limpian los procesos electorales y se dota de legitimidad a las autoridades surgidas de ellos.

Desde su primer informe a la nación de 1989, Salinas dedicó un apartado especial a la reforma política y a la limpieza de los comicios e instrumentó tres cambios en la legislación electoral durante su sexenio.

Pero múltiples sectores socia-

les y políticos consideran insuficientes las reformas y sostienen que "el fin del sistema de partido de Estado" sigue siendo un asunto pendiente para la próxima administración.

Aunque las anomalías no cambian los resultados de la elección, pesan fuertemente en el escenario político, sobre todo en el sureño estado de Chiapas, donde sectores opositores afines a la guerrilla insisten en impedir la asunción de Robledo Rincón, del PRI, a la gubernatura, prevista para el 8 de diciembre. El irresuelto conflicto poselectoral en Chiapas quita el

sueño a Salinas, tank, que sostuvo una sorpresiva reunión de última hora este domingo con el obispo mediador Samuel Ruiz y el comisionado para La Paz, Jorge Madrazo.

Con fisuras en su grupo de poder tras el asesinato de dos de los principales dirigentes del PRI —Luis Donald Colosio y Francisco Ruiz Massieu— y un movimiento armado con el que ha sido incapaz de negociar, Salinas probablemente no repetirá este martes la frase que dijo en 1991 en su tercer informe a la nación: "el país ha vivido en paz".

01-04.

9500671

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

El alzamiento en Chiapas, el asesinato de dos primeras figuras del PRI y el aumento de la indigencia en el país, marcan la realidad mexicana

## EN UN AÑO DRAMATICO SALINAS PRESENTA SU INFORME FINAL

*El presidente de México, Carlos Salinas, presenta hoy, martes, el informe final de su mandato, coincidiendo con uno de los años más dramáticos en la reciente historia del país.*

Salinas acudirá al Congreso de la Unión, que comenzará una nueva legislatura, para leer el informe sobre el estado de la Nación correspondiente al último año de su gobierno, que comenzó en 1988, en medio de una inusual situación política y económica.

El último año de Salinas en la Presidencia comenzó con la entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio (TLC) con Estados Unidos y Canadá, y un levantamiento armado en el estado sureño de Chiapas, que actualmente está en tregua.

Además, el problema de la indigencia en México ha aumentado y actualmente hay 40 millones de personas que viven en niveles de pobreza, lo que contrasta con las grandes fortunas del país, ya que hay 25 millones que tienen más de mil millones de dólares.

Los grupos empresariales y políticos esperan que Salinas haga un balance de lo logrado en los seis años de gobierno, y todos coinciden en que no pueden esperarse anuncios espectaculares.

El presidente del Consejo Coordinador Empresarial, Luis Germán Cárcoba, dijo que los mexicanos están involucrados en el proyecto económico «correcto» y que la pobreza y el desempleo en México son resultado de los planes económicos anteriores a los de Salinas.

Por su parte, el presidente del Partido de la Revolución Democrática, Porfirio Muñoz Ledo, criticó el modelo económico que siguió el gobierno de Salinas porque llevó a los mexicanos al «caos», y afirmó que «una de las más grandes mentiras sería decir que la economía marcha bien».

Los analistas políticos esperan que Salinas se pronuncie en su informe sobre los principales sucesos de su gobierno y las causas que los motivaron, entre ellos el conflicto de Chiapas, las elecciones del 21 de agosto, los asesinatos de

dos políticos muy cercanos al presidente y los espectaculares logros económicos.

En Chiapas, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional se levantó en armas el pasado 1 de enero y entre sus demandas políticas exigían que Salinas renunciara a su cargo.

Actualmente el citado conflicto vive una tregua, aunque la guerrilla rompió el diálogo el 8 de octubre pasado. El mediador entre los dos bandos, Samuel Ruiz, obispo de San Cristóbal de las Casas, Chiapas, y el Comisionado Presidencial para la Paz, Jorge Madrazo, buscan la manera de que los zapatistas vuelvan a la mesa de negociaciones.

Un capítulo aparte del informe, y que se espera genere más reacciones, será el relativo a los comicios presidenciales del 21 de agosto, pues mientras el Gobierno considera que fueron limpios y ejemplares, la oposición los calificó de injustos desde su origen.

Las elecciones fueron ganadas por el candidato oficial Ernesto Zedillo, y la Cámara de Diputados se dedicará, a partir de mañana, a analizar los comicios para declarar a Zedillo presidente electo.

Además, el panorama electoral, con la variante de los posibles cambios políticos, se complicó en marzo pasado cuando fue asesinado el candidato oficial a la presidencia, Luis Donaldo Colosio, y seis meses después, en septiembre, fue acorralado el secretario general del Partido Revolucionario Institucional, Francisco Ruiz Massieu.

En especial, el asesinato de Ruiz Massieu dejó al descubierto que dentro del partido gobernante hay grupos que se oponen a reformas políticas con el argumento de que éstas pueden restar poder a su partido, que gobierna México desde 1929.

La policía ha anunciado con ocasión del informe de Salinas un amplio dispositivo de seguridad alrededor del Legislativo, con sobrevuelos de helicóptero, equipos contra incendios y la acostumbrada «valla» de militares en la ruta que el presidente acostumbra a recorrer en un automóvil descubierto desde el Palacio Nacional hasta el Congreso, separados por menos de un kilómetro.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

## Anunció Salinas que México comenzó su expansión económica

**En muletas: sostuvo que esta vez no se apoya en una deuda excesiva ni en el incremento artificial de la demanda.**

MEXICO, 1º (ANSA).— El presidente Carlos Salinas afirmó hoy que, por primera vez en un cuarto de siglo, México comienza una fase de "expansión económica" no apoyada en la deuda excesiva ni en el incremento artificial de la demanda.

Salinas admitió, sin embargo, que "persisten aún rigideces e inequidades" que deben "enmendarse", sin mencionar explícitamente a los 40 millones de mexicanos en estado de pobreza ni a las 17 millones en situación de miseria absoluta.

En el capítulo económico del sexto y último informe anual de actividades que rindió hoy ante el Congreso nacional, a sólo un mes de abandonar el poder, Salinas dio cuenta de un aumento del uno por ciento en el índice de bienestar de la población en 1993, señalando que desde que asumió su cargo, en 1988, se había registrado un deterioro promedio anual del 0,6 por ciento, entre 1989 y 1992.

### Salarios

Los sueldos de los asalariados se incrementaron en proporción al producto interno, llegando en 1993 a la cifra más elevada desde 1988, indicó Salinas, pero no dio estadísticas detalladas.

Fuentes oficiales citadas por la prensa local indican que el desempleo afecta a 13,5 millones de personas (40 por ciento de la población económicamente activa) y que el salario mínimo registró en los últimos 6 años una pérdida del 32 por ciento.

En el amplio balance de su gestión, que en materia económica es motivo de grandes elogios de la comunidad financiera internacional, pero que es motivo de fuertes críticas en materia social por la opo-

sición, Salinas señaló que el gasto en educación se duplicó en términos reales durante los 6 años de su administración y que en el renglón de salud creció en 81 por ciento.

Al dar algunos ejemplos de los resultados del Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (TLC), que entró en vigencia a principios de año, el mandatario señaló que en los primeros 8 meses del año las ventas a Estados Unidos aumentaron un 22 por ciento comparadas con el año precedente. Hacia Canadá, las exportaciones repuntaron a su vez en un 36 por ciento sólo durante la primera mitad del año. La inversión extranjera, de enero a setiembre de 1994, se incrementó en 10,000 millones de dólares.

### La macroeconomía

En el ámbito macroeconómico, Salinas dijo que México cuenta con reservas internacionales por 17,000 millones de dólares y que desde que inició su mandato, en diciembre de 1988 hasta julio de este año, la inversión extranjera total sumó unos 50,000 millones de dólares.

En el recuento de los logros de su administración se refirió a la caída en los pagos de la deuda externa y señaló que de representar casi la mitad del producto en 1988, pasó a significar apenas el 17 por ciento en la actualidad.

A pesar de la incertidumbre política reinante en el país desde principios de año, cuando estalló una rebelión en el sur, Salinas dijo que la economía mexicana crecerá en el segundo semestre de este año a una tasa cercana al 4 por ciento.

"Más importante que las cifras en sí mismas, lo distintivo de la actual reactivación es su solidez y permanencia", afirmó entre los aplausos de sus partidarios en el Congreso y la rechifla y el griterío de sus adversarios, que alzaron pancartas con frases críticas a su gestión.



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TÍTULO \_\_\_\_\_  
PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
FECHA DE PROCEDENCIA \_\_\_\_\_  
VIOLACIONES \_\_\_\_\_

## Apoyos y críticas al informe presidencial

México (ANSA)

Diversas y encontradas reacciones suscitó el sexto y último informe de gobierno que en la víspera rindió a la nación el presidente saliente de México, Carlos Salinas de Gortari.

La cúpula de la iniciativa privada mexicana saludó el informe presidencial con la convicción de que en México «se avanza en la modernización», y de que el sexenio salinista fue «de grandes transformaciones con avances innegables».

Pero la clase política opositora calificó al documento de «finito, triunfalista y sin autocrítica real».

Se trató de un mensaje presidencial «dirigido a los 24 supermillonarios mexicanos, pero nunca a los 40 millones de mexicanos que viven en condiciones de pobreza», consideró el opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD).

Legisladores del gubernamental Partido Revolucionario Institucional (PRI), expresaron que el informe ofrecido por Salinas «no se trincó ningún aspecto», y para representantes de micro y pequeñas empresas la administración de Salinas «fue de pesadilla».

Para la Iglesia Católica se trató de un informe «profundo y veraz», según consideró Girolamo Prigione, embajador de el Vaticano en esta nación.

Sin embargo, el prelado sostuvo que en materia social «faltó combatir la pobreza» en la administración de Carlos Salinas, quien el 1º de diciembre deberá entregar la banda presidencial a su correligionario Ernesto Zedillo, ganador de las elecciones generales del 21 de agosto con el 48 por ciento de los votos.

Ayer el presidente Salinas dijo a la nación que durante su administración, iniciada en 1988, siempre trabajó para los mexicanos. «A ellos me debo, en ellos deposité mi plena confianza y de ellos espero el veredicto», sostuvo ante el Congreso de la Unión.

Hoy, dirigentes del Consejo Empresarial, de la Confederación de Cámaras Nacionales de Comercio y de la Confederación Patronal de la República Mexicana, resaltaron el exitoso combate a la inflación, la disciplina fiscal y el saneamiento de las finanzas públicas.

«Son hechos que tienen que ponderarse por sus efectos positivos para el país y para la evolución económica en particular», señalaron los dirigentes empresariales mexicanos.

Sin embargo, para los dirigentes de las micro y pequeñas empresas «nunca como ahora» sus agremiados «han sufrido tanto en período sexenal, ante condiciones tan adversas».

Mencionaron las presiones a las que han estado sujetas estas



En el curso de la demostración, organizada por el opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD) como «contrainforme» al pronunciado por el presidente Carlos Salinas de Gortari, chocan manifestantes contra la policía montada, en el centro de México. (Telefoto de AFP)

empresas para enfrentar la competencia extranjera con motivo del Tratado de Libre Comercio (TLC) que México firmó con Estados Unidos y Canadá, que entró en vigencia el 1º de enero de 1994.

Ante el optimismo expresado por los legisladores oficialistas, Jesús González Schmal, del opositor Foro Democrático, sostuvo que el virtual gobierno del oficialista Ernesto Zedillo está obligado a reflexionar, sobre el cambio en la conducta económica, o de lo contrario «estaremos a punto del colapso».

Su pronóstico fue basado en el cierre masivo de empresas, de comercios, restaurantes y micro y pequeñas industrias, así como el «casí quiebre» de miles de giros de diversas índoles que, en su opinión, provocó el modelo neoliberal impuesto por Salinas.

La gestión del mandatario Salinas «dejó muchas cosas pendientes y ni siquiera se acercó a las metas que él mismo trazó» en diciembre de 1988, cuando asumió el poder, dijo el presidente nacional del derechista Partido Acción Nacional (PAN), Carlos Castillo Peraza.

Sin embargo, el dirigente nacional del PAN matizó sus críticas a la administración salinista al expresar que se trató de un período de «luces y sombras».

9500671

04-04

Nº. DOCUMENTO

9500672

TÍTULO MEXICO: ERNESTO ZEDILLO de gira por CENTROAMERICA.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROCEDENCIA 4/11/84

VINCULACIONES 507623-11921.

11164

11399

11302

65549

11164

11409

El presidente electo de México estrecha los  
vínculos de su país con la región

## ERNESTO ZEDILLO DE GIRA POR 4/11/85 CENTROAMERICA

Ernesto Zedillo, presidente electo de México, hará una gira a Centroamérica de dos días, entre el 18 al 19 de noviembre, confirmó Carlos Samayoa, portavoz del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI).

«Lo que falta por definir es qué países visitará Zedillo» y eso se definirá después del 15 de noviembre, explicó Samayoa.

Según algunos analistas, la agenda de Zedillo, no confirmada ni desmentida por el PRI, partido que gobierna México desde 1929, comenzará el 18 de noviembre en Belice, Honduras, El Salvador y Costa Rica y continuará al día siguiente en Nicaragua, Panamá y Guatemala.

Zedillo es el ganador oficial de

los comicios presidenciales del 21 de agosto pasado y su elección debe ser calificada a más tardar el 14 de noviembre en la Cámara de Diputados, que se eregirá en Colegio electoral.

La visita de Zedillo a América Central ocurrirá cuando haya tomado posesión como presidente electo y su objetivo es fortalecer los lazos de amistad entre México y los países de esa región, dijeron fuentes oficiales citadas por «Notimex».

México mantiene un creciente intercambio comercial con Centroamérica y recientemente firmó un Acuerdo de Libre Comercio con Costa Rica, y actualmente negocia convenios similares con Guatemala, El Salvador, Honduras y Nicaragua.



Nº. DOCUMENTO 9500673

TÍTULO Mexico: Datos revelan seis manifestaciones a diario en la capital.

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE RECIBO 7/11/94

IDENTIFICACIONES 507623 → 11921.

11165

11323

11103

11413

## Seis manifestaciones a diario en la capital de México

● Representan unos 40 millones de dólares por jornada

De enero a octubre de 1994, se realizaron en la capital de México un promedio de seis manifestaciones por día, que representan una pérdida diaria de 300 a 500.000 horas hombre y unos 40 millones de dólares por jornada laboral.

Redacción, ANSA y EFE (MEXICO)

Así lo publicó ayer el diario Excelsior, al señalar que de acuerdo a datos de la Secretaría General de Protección y Vialidad (SGPV) en el transcurso de los primeros 10 meses de este año, se realizaron 861 concentraciones, 378 marchas, 151 peregrinaciones, 133 plantones, 130 asambleas, 55 mítines y 35 huelgas de hambre, por citar los principales actos de este tipo, en los que participaron unas 3.152.366 personas.

Datos de la SGPV detallan que murieron 51 policías y 673 resultaron heridos por proyecti-

les que lanzaron manifestantes.

Según estimaciones de la Confederación Patronal de la República Mexicana (COPARMEX), las manifestaciones significan una pérdida diaria de 300 a 500.000 horas-Hombre. El Director del Instituto Interdisciplinario de Planeación Urbano Regional (INPLUR), Carlos Reyes Navarro, consideró que el costo social diario por manifestación es de aproximadamente unos 40 millones de dólares por jornada laboral.

Reyes Navarro calificó como responsables del caos ciudadano a las autoridades municipales

y gobernadores al no resolver las demandas de sus habitantes, convirtiendo a la ciudad de México en una caja de resonancia de todos los problemas que surgen en el país.

Los meses que registraron mayor número de actos masivos fueron febrero, con 283 manifestaciones, motivadas en gran parte por los acontecimientos armados de Chiapas y agosto, con 204, en el contexto de las campañas políticas para las elecciones federales y locales. En estos dos meses participaron 744.768 personas. Las manifestaciones incluyen una amplia variedad de demandas y motivos: políticos, obreros, agrarios, cívicos, religiosos, e incluso concentraciones por cuestiones deportivas. El zócalo, centro político del país, se destaca por ser escenario típico de manifestaciones y sede del Ministerio de Gobernación, el Monumento a la Revolución, la Embajada de Estados Unidos y recientemente la Comisión Nacional de Derechos Humanos. Entre otros.

Nº. DOCUMENTO 9500674  
 TÍTULO Mexico: Combatirá "en todos los foros" la Propuesta 187  
 PROCEDENCIA 150015  
 FECHA DE PROCESAMIENTO 14/11/84 → 11921  
 VINCULACIONES 507623.  
 65890  
 11164  
 11302  
 11399.  
 11395.

*El Gobierno mexicano enfrentará "con todos sus recursos", en los foros internacionales y regionales, así como en el propio sistema estadounidense, la Propuesta 187 contra la inmigración, aprobada el martes por los electores de California, dijo el Vicecanciller Andrés Rozental.*

19/11 CM.

## México combatirá "en todos los foros" la Propuesta 187

Redacción, ANSA y EFE (MEXICO)

Aseguró que el próximo Gobierno del oficialista Ernesto Zedillo, quien asumirá como Presidente el primero de diciembre próximo, pondrá en marcha programas nacionales de empleo para detener la emigración hacia Estados Unidos.

"México estará presente para asegurar que cualquier caso de violación a los derechos humanos hacia mexicanos sea denunciado y atendido conforme al derecho",

expresó el Vicecanciller Rozental.

El sábado, el Presidente saliente, Carlos Salinas de Gortari, rechazó rotundamente la Propuesta 187 en un discurso pronunciado en la nortea ciudad de Tijuana, Baja California, el paso fronterizo hacia Estados Unidos más activo de toda la frontera.

"Rechazamos toda forma abierta o encubierta de discriminación o xenofobia. Respetamos el principio de no injerencia en asuntos internos de otras naciones, pero exigimos el respeto a los derechos

humanos y laborales de los trabajadores inmigrantes, que se seguirán defendiendo por la vía consular y diplomática", sostuvo Salinas.

"No puede olvidarse que los mexicanos que van allá (a Estados Unidos) de manera temporal, no buscan servicios, salud o educación, sino empleos", dijo el Presidente en un discurso pronunciado en Lomas Taurina, la populosa colonia de Tijuana, donde hace 7 meses fue asesinado de dos tiros Luis Donaldo Colosio, candidato presidencial del oficialismo en ese

momento. Carlos Salinas aprovechó para asegurar que la investigación sobre el crimen de Colosio "no está cerrada".

En su alocución, el Jefe de Estado mexicano señaló que al país le interesa "exportar productos y no personas", aunque señaló que quienes emigran "contribuyen a la grandeza de esa nación, en beneficio de ese país", Estados Unidos.

Sostuvo que mientras haya mexicanos en Estados Unidos, "México cumplirá con su obligación de ofrecer protección consular".

Nº. DOCUMENTO 9500675

TÍTULO Mexico: Preparación de sucesión de Zedillo.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 9/11/94 11921

VARIABLES 507623

11164

11302

11304

11437

## México prepara la asunción de Zedillo

9/11/94

El Colegio Electoral mexicano, integrado por el Congreso de la Unión (Parlamento), inició ayer la discusión para aprobar el dictamen que declara Presidente constitucional al oficialista Ernesto Zedillo, ganador de las elecciones del 21 de agosto pasado con el 48 por ciento de los sufragios. MEXICO/ANSA

En la sesión, que se cree terminará recién mañana a la madrugada, se anotaron 32 oradores, quienes comenzaron hoy a fijar la posición de sus partidos sobre el dictamen elaborado por la fracción parlamentaria del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI), y que fue aprobado anoche por la Comisión de Gobernación y Puntos Constitucionales.

Ayer los ex candidatos presidenciales de la oposición, Diego Fernández de Cevallos, del derechista Partido Acción Nacional (PAN), y Cuauhtémoc Cárdenas, del izquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD), descalificaron el dictamen.

El derechista Fernández consideró como "un procedimiento tramposo y ladino" el dictamen de la calificación presidencial de Zedillo emitido por la bancada oficialista.

En su opinión, esa decisión puede "estar negociando un camino de violencia y anarquía, que México no puede aceptar como solución de sus problemas".

Cárdenas, el más acérrimo enemigo político del saliente Presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, reclamó la anulación del proceso electoral del 21 de agosto, y exigió nombrar un Presidente interino y convocar a nuevos comicios presidenciales, "con lo que se estarían abriendo las vías para restituir con plenitud el orden constitucional".

Mientras tanto, según especulaciones que circulan en San Cristóbal de las Cuscas, Chiapas, el rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) se aprestaba a difundir un mensaje para influir en la decisión del Colegio Electoral.

El EZLN, alzado en armas desde el 1 de enero con demandas sociales, políticas, económicas y religiosas, descalificó el proceso electoral, rechazó el triunfo de Zedillo, y pidió la instalación de un gobierno interino y la redacción de una nueva Constitución.

Anoche, la Comisión de Gobernación y Puntos Constitucionales, aprobó el dictamen que declara a Zedillo como Presidente constitucional de México sólo con la votación de la bancada oficialista, tras una sola modificación de fondo: no se establece el porcentaje de votos que obtuvo el candidato oficialista.

## Creciente desigualdad en México, principal desafío de nuevo gobierno

La profundización de la brecha entre pobres y ricos en México, que se refleja en la existencia de 2,6 millones de indigentes y 24 "supermillonarios", según denuncias de la oposición, se perfila como uno de los más fuertes desafíos del gobierno de Ernesto Zedillo, que habrá de hacer su debut dentro de 20 días.

MEXICO/ANSA

Zedillo, que el miércoles fue proclamado como Presidente electo por el Colegio Electoral de la Cámara de Diputados, recibirá una compleja herencia.

De una parte, la herencia que habrá de dejar el Presidente Carlos Salinas a su sucesor incluye unas finanzas saneadas, un superávit fiscal y una inflación que no rebasará el 7 por ciento al finalizar este año.

Pero en el otro lado de la moneda, Salinas deja un país fuertemente dividido entre una minoría de "super-ricos" que acumula fortunas por 44,000 millones de dólares, según ilustró hoy el Diputado del minoritario Partido del Trabajo (PT, centro) Marcos Carlos Cruz, y una mayoría de 40 millones de pobres, de los cuales 17 millones viven en condiciones de miseria extrema, según cifras oficiales.

El legislador indicó que, como fruto de las reformas económicas de los últimos 12 años, se generó una poderosa élite financiera que detenta el 14 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB), es decir, el ingreso nacional de 35 millones de mexicanos.

El programa antipobreza del gobierno, llamado Solidaridad, fue "inadecuado", a juicio del legislador del PT, un partido de reciente creación, porque el gasto diario por persona se limitó a 34 centavos (10 centavos de dólar) por cada mexicano pobre. Este dinero se usó para construir banquetas, redes de

drenaje, instalaciones de agua y edificaciones escolares, pero no se empleó en una "política sólida" para generar "unidades productivas y empleos", señaló Cruz.

La Central Independiente de Obreros y Campesinos (Cioac), una agrupación de tendencia izquierdista, hizo también su balance de la situación imperante entre los agricultores pobres, como resultado de la política económica del actual régimen. La Cioac señaló que unos 3 millones de trabajadores agrícolas se encuentran subempleados o desempleados, cuyas familias sufren de desnutrición grave y son analfabetas.

En su reciente informe anual de actividades ante el Congreso, leído hace 10 días, el Presidente Salinas dio a conocer que el desarrollo en la economía nacional "fue menor" a lo proyectado, pero expuso que se trata de "un crecimiento firme y sano, y con buenas perspectivas para los próximos años". El gobierno se propuso un crecimiento del PIB del 6 por ciento para el fin de su mandato, iniciado en diciembre de 1988, pero se espera que el aumento del producto apenas sea del 3 por ciento al concluir el mandato.

Salinas atribuyó la desaceleración de la economía en parte a un "entorno internacional" desfavorable.

La oposición en el Parlamento manifestó su desacuerdo con las cifras del mandatario, a las que calificó de "triumfalistas". El centroizquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD, segundo de la oposición), estimó en 10 millones el número de mexicanos en la "economía subterránea", un tercio de la población económicamente activa. Otros tres millones conforman el denominado "desempleo abierto" y son 24 millones las personas empleadas en la economía formal, de acuerdo con las estadísticas del PRD.

## Proclaman a Zedillo

México (ANSA)

El oficialista Ernesto Zedillo Ponce de León fue proclamado presidente electo de México, en una controvertida y maratoniana sesión de la Cámara de Diputados, erigida en Colegio

Electoral, donde la oposición cuestionó la legalidad, la legitimidad y la equidad de los comicios generales del 21 de agosto.

Zedillo, de 42 años y economista de profesión, militante del gubernamental Partido Revolucionario Institucional (PRI), asumirá el 1º de diciembre próximo para el 13er. período presidencial de su partido, en el poder desde hace 65 años.

De acuerdo con voceros cercanos a Zedillo, su política exterior se basará en "la continuación de la independencia económica mexicana" respecto de EEUU y Canadá, sus socios en el Tratado de Libre Comercio (TLC) que entró en vigencia el 1 de enero de 1994.

Además, se propone alcanzar un papel de liderazgo en América Latina, reforzar lazos con Europa y definir un papel apropiado como miembro de la Comunidad de la Cuenca del Pacífico.

Durante su gestión —dicen las mismas fuentes— Zedillo tratará de consolidar la presencia de México en numerosos foros internacionales, y durante la próxima Cumbre de las Américas, que se realizará en Miami, intentará jugar "un papel activo y constructivo", en una reunión de la cual espera "acción, no sólo palabras".

9500675

01-03

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE RECEPCIÓN 26/11/94

VINCULACIONES 507623

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Inestabilidad en vísperas de la asunción de Zedillo

San Cristóbal de las Casas, México (AFP) — El obispo de esta ciudad, Samuel Ruiz, aseguró que la si-

tuación en el estado mexicano de Chiapas es "angustiosa y tensa" y denunció que ni el Ejecutivo saliente ni el entrante toman una decisión de fondo para "una salida política negociada". Ruiz, que fue mediador en el diálogo entre el gobierno y la guerrilla, se lamentó ante estudiantes que los días pasan y no "se da salida a las quejas ciudadanas, con lo cual no se resuelve el asunto de fondo, sino que simplemente estamos sosteniendo la legalidad: ya no es un problema de votos sino de una salida política negociada".

El pasado 21 de agosto fue elegido presidente Ernesto Zedillo, que asumirá el próximo 1 de diciembre, y en el estado triunfó como gobernador Eduardo Robledo, del Partido Revolucionario Institucional (PRI, 65 años en el poder), que deberá asumir el próximo 8 de diciembre.

Sin embargo, la guerrilla y numerosas organizaciones sociales acusaron al gobierno de fraude y reclaman el triunfo para Amado Avendaño, del PRD.

El obispo hizo mención también de las manifestaciones del pasado 20 de noviembre —en las que una veintena de personas resultaron heridas—, donde hubo una orquestación de pe-

netración de grupos de provocación que en ningún momento recibieron el apoyo de los manifestantes y se desplazaron con bastante evidente torpeza, no al margen de cierto consentimiento de las autoridades.

### TOMA DE POSESION EL JUEVES PROXIMO

México (ANSA) por Marcos Romero

Actos de resistencia civil opositora en el sur del país, incertidumbre en los mercados financieros y un escándalo político creciente, marcan un panorama altamente volátil en vísperas de la asunción del presidente electo Ernesto Zedillo, que inicia su gestión el próximo primero de diciembre.

El período de Salinas "termina, para usar el lenguaje del sexenio, en un gran 'halloween', o en español, en una espectacular noche de brujas", dijo el articulista y diputado de izquierda Adolfo Aguilar Zinser.

Zedillo asumirá una "presidencia acosada por los demonios, los brujos y los fantasmas", agregó.

Los últimos días de la gestión de Carlos Salinas no se dife-

rencian mucho del mismo período de las cuatro administraciones anteriores, como no sea por que nunca se habían combinado tantos factores para dar lugar a un ambiente tan inestable, consideran algunos observadores.

Todo iba bien hasta que inició 1994, el "año horrible" del joven mandatario.

De pronto, el panorama se descompuso: en el empobrecido estado meridional de Chiapas estalló el mismo primero de enero, una insurrección armada. En marzo fue asesinado el candidato presidencial del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI) Luis Donaldo Colosio y fue secuestrado por más de 100 días el magnate de las finanzas Alfredo Harp. En septiembre fue acorralado el número dos del partido gobernante Francisco Ruiz Massieu.

Como espejo de la situación política, la economía comenzó a fallar, con una desaceleración rondante en la recesión, una importante fuga de capitales, que en las últimas dos semanas calcula en 2.000 millones de pesos, una fuerte demanda de dólares que cada día crece, rumores de una próxima depreciación mayor del peso y una caída persistente de la Bolsa de Valores.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE RECEPCIÓN 24/11/84

VINCULACIONES 507623

# Prosigue la violencia en el estado de Chiapas antes de que asuma el nuevo gobernador

■ La realidad está mostrando un México indómito. ■ Los insurgentes del EZLN aseguran que no aceptarán al nuevo gobernador. ■ Ingentes esfuerzos para detener el probable estallido violentista.

**R**eligiosos, políticos, funcionarios y hasta el presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, y su gabinete de «seguridad nacional» intentan hallar una fórmula de solución a la tensa situación social en el estado de Chiapas, donde el pasado 1 de enero hubo un alzamiento guerrillero y los choques entre campesinos y hacendados y grupos políticos opuestos se suceden cada vez con mayor violencia.

El pasado domingo esos choques produjeron al menos 20 heridos en varias ciudades chiapanecas, además de que se ocuparon alcaldías y los grupos opositores anunciaron que pasaban «de la resistencia a la insurgencia civil», para impedir la instauración del nuevo gobernador el próximo 8 de diciembre.

En los comicios del 21 de agosto las cifras oficiales dieron el triunfo a Eduardo Robledo, del Partido Revolucionario Institucional (PRI, con 65 años en la administración), aunque la

oposición afirma que hubo fraude y que quien ganó fue Amado Avendaño del centroizquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD).

La reunión del presidente Carlos Salinas de Gortari con su gabinete de seguridad fue secreta, sin información oficial y al finalizar, el ministro de Gobernación (Interior) Jorge Carpizo, se dirigió a otra con el Comisionado para la paz, Jorge Madrazo y miembros de la Comisión Nacional de

La CONAI manifestó en un comunicado emitido el pasado lunes su «preocupación por la

polarización y el deterioro» que se vive en Chiapas y que «solo una propuesta de conjunto, que se caracterice por la convergencia y respaldo de todas las iniciativas, ofrece la posibilidad de encauzar política y pacíficamente la oportunidad

mediador en el diálogo - hoy inexistente - entre el gobierno y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) y está integrado por personalidades de la vida civil mexicana.

El EZLN y las organizaciones

Robledo, que deberá ser 8 días después de que asuma el nuevo presidente mexicano, Ernesto Zedillo.

Una de las propuestas que podrían manejarse, trascendió, es que Robledo efectivamente

asuma, pero integre su gabinete estatal con hombres del opositor PRD, lo que daría vida a un gobierno «plural».

El ambiente político de Chiapas está enrarecido, más allá de los choques, porque muchos



Chiapas, un estado sureño en el cual acechan las contradicciones

de paz con justicia y dignidad».

La CONAI fue creada por el obispo Samuel Ruiz, que fue

campesinas opuestas al gobierno anunciaron que impedirán «como sea» la instauración de

especulan con que Robledo no asumirá y habrá un gobernador interino

Nº. DOCUMENTO 9500676  
MEXICO  
TITULO CASO RUIZ MASSIEU  
PROCEDENCIA 150024  
FECHA DE FICHA 23/11/84  
VIOLACIONES 507623 11921  
11164  
11302.  
11426.

## Aumenta la tensión en México entre el subprocurador y el PRI

23/11/84  
Se reanudó ayer en México el enfrentamiento entre el subprocurador general, Mario Ruiz Massieu, y la dirigencia del oficialista Partido Revolucionario Institucional (PRI). El funcionario dijo que hoy, miércoles, presentará pruebas de que el PRI pretende encubrir a los "criminales y cómplices" que militan en esa agrupación política.

MEXICO, 22 (EFE y Reuter). - El subprocurador general de México, Mario Ruiz Massieu, anunció que mañana, miércoles, presentará las pruebas de que el oficialista Partido Revolucionario Institucional (PRI) quiere encubrir a los "criminales y cómplices" que hay en su seno.

Las reiteradas acusaciones del subprocurador mexicano están referidas a la investigación del asesinato de su hermano y secretario general del PRI, Francisco Ruiz Massieu, y a las presuntas trabas puestas por altos dirigentes del partido para que se profundicen las indagaciones.

Uno de los detenidos por el crimen del ex "número dos" priista, cometido el 28 de setiembre, es afiliado al PRI, mientras que un ex diputado oficialista -que está prófugo- es sindicado como el autor intelectual del homicidio.

Ruiz Massieu dijo hoy que el presidente del PRI, Ignacio Pichardo Pagaza, y su secretaria general, María de los Angeles Moreno, "son responsables ante la sociedad y ante la militancia" por "el comportamiento que asumieron" y "deberán responder ante las instancias correspondientes".

En sus explosivas declaraciones, que alcanzaron niveles inéditos en la historia política reciente del país, Ruiz Massieu anunció que mañana presentará las pruebas sobre el encubrimiento que él mismo había denunciado la semana anterior.

El subprocurador y Pichardo debieron pactar días después una tregua a su "guerra verbal", por expreso pedido del presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari. Sin embargo, el enfrentamiento se reanudó.

El domingo, Pichardo atribuyó al "estado anímico" del subprocurador sus acusaciones sobre obstrucción de las pesquisas.

Ahora el funcionario dijo que las imputaciones "no tienen relación alguna" con su estado de ánimo.

Ruiz Massieu denunció además que "hay presuntos criminales, encubridores y cómplices en el PRI y que se les acusa por estas razones y no por ser priistas".

La senadora Moreno, designada secretaria general del PRI luego del asesinato de Ruiz Massieu, rechazó hoy las acusaciones

del subprocurador. Moreno dijo que esas afirmaciones "son difamatorias, temerarias y calumniosas, y que en lugar de propiciar la solución del asesinato de su hermano, obstruyen la investigación".

El escándalo político se torna más álgido a sólo unos días de que el presidente Salinas de Gortari concluya una exitosa gestión a nivel macroeconómico, pero con resultados cuestionados en el terreno político y social.

9500676



Nº. DOCUMENTO.....  
TÍTULO.....  
PROCEDENCIA.....  
FECHA DE FICHA.....  
VINCULACIONES.....  
.....  
.....  
.....

*El partido expulsó a los presuntos ideólogos del asesinato de Ruiz Massieu*

## Salinas debió intervenir en el PRI para poner fin a la pugna política

*El presidente mexicano, Carlos Salinas, intervino para imponer la paz entre la dirección del partido gobernante y el subprocurador, Mario Ruiz Massieu y acabar con la pugna política que protagonizaron en los últimos días.*

**E**l conflicto surgió cuando Ruiz Massieu acusó a los líderes del Partido Revolucionario Institucional (PRI) de "proteger" a los inductores del asesinato el 28 de setiembre de su hermano y secretario general del PRI, José Francisco Ruiz Massieu, para evitar el desprestigio político.

El PRI decidió finalmente expulsar de sus filas a los dos presuntos autores intelectuales del crimen. En un comunicado divulgado antenоче se transmitió el hecho pero no se precisó cuándo serán despedidos del partido oficialista.

El ex diputado del PRI, Manuel Muñoz Roch, confesó ser uno de los instigadores del crimen, pero el subprocurador, que coordina las investigaciones sobre el atentado, cree que por encima de él hay otras personas involucradas.

### *Reunión de última hora*

Salinas, quien llegó el miércoles a México después de una visita a Indonesia en la que participó de una cumbre presidencial de países del Asia y del Pacífico, se reunió en las últimas horas de ayer con las dos partes enfrentadas.

Al final de esas entrevistas, realizadas por separado, el PRI difundió un comunicado en el que anuncia que el partido y el subprocurador acordaron "no hacer expresiones públicas que enarezcan el curso de las investigaciones" sobre el asesi-

nato de Ruiz Massieu, cometido el pasado 28 de setiembre.

"Cualquier diferencia de criterios que surja será tratada directamente en reuniones periódicas de información, con el objeto de que ambas partes estén bien informadas y se resuelvan las dudas que puedan ir surgiendo" agrega el comunicado.

La nota del PRI, partido que gobierna México desde 1929, fija que cualquier información que "involucre la opinión del PRI y la Subprocuraduría será avalada por ambos". El PRI acuerda "llevar adelante una amplia colaboración" con las investigaciones y el subprocurador "reconoció la cooperación de los miembros de ese partido que han ido a

presentar declaración para contribuir al esclarecimiento" del asesinato. Además, el PRI confirma que su Comisión de Honor y Justicia ha propuesto la expulsión del partido de Muñoz Rocha, y que lo mismo se hará con Fernando Rodríguez González, asistente del ex diputado y que supuestamente fue el encargado de contratar al sicario.

Muñoz Rocha está con paradero desconocido, pero Rodríguez González fue detenido y está recluso en una cárcel de máxima seguridad, junto con otra decena de personas presuntamente involucradas en el atentado, entre ellos el autor material del crimen. ■ (De la redacción de El Observador en base a EFE y Reuter)

18/11/60.



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE FOLIO

VINCULACIONES

# México: subprocurador acusa a líder del PRI de obstruir investigación

Redacción, ANSA y EFE  
(MEXICO)

Las explosivas declaraciones fueron formuladas el lunes de noche por Ruiz Massieu a través de la poderosa cadena privada Televisa, provocando una reacción inmediata de Pichardo, quien exigió no hacer imputaciones sin pruebas porque, de lo contrario, se dañaría "el prestigio de personas e instituciones".

Mario Ruiz Massieu, encargado de la investigación sobre el asesinato de su hermano Francisco, acribillado con un arma automática el pasado 28 de setiembre, sorprendió a la clase política al señalar también a la sucesora del fallecido, María de los Angeles Moreno, ex jefa de la bancada oficialista en la Cámara de Diputados, de obstaculizar las pesquisas. En la inusual entrevista, Ruiz Massieu, también principal responsable de la campaña antidrogas del gobierno, dijo que Pichardo, Moreno y algunos de sus colaboradores cercanos, "se preocuparon más por defender criminales" que por facilitar la indagación.

Se refería Ruiz Massieu a versiones sobre una supuesta "protección" otorgada al Diputado priísta Manuel Muñoz Rocha, señalado como uno de los principales autores intelectua-

*El subprocurador general de México, Mario Ruiz Massieu, reavivó el escándalo sobre el asesinato de su hermano, el ex número dos del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI), al acusar al máximo líder de la agrupación, Ignacio Pichardo Pagaza, de obstruir las investigaciones.*

les del asesinato, quien se encuentra prófugo.

El funcionario aludió a una solicitud enviada desde la clandestinidad por Muñoz Rocha para obtener "licencia" de su cargo legislativo —a fin de evitar un "juicio político" orientado a privarlo de su inmunidad parlamentaria— a la cual se le dio curso en la Cámara de Diputados. A juicio de Ruiz Massieu, el documento "no reúne ningún requisito de autenticidad".

El subprocurador también acusó a María de los Angeles Moreno de haber entrado "en contubernio con un funcionario mayor de la Procuraduría General de la República" para hacer válida la solicitud de licencia.

## Varios detenidos en relación al asesinato

Actualmente hay varios detenidos en rela-

ción al asesinato de Ruiz Massieu, entre ellos Fernando Rodríguez, principal asistente de Muñoz Rocha; Daniel Aguilar Treviño, el autor material y otros colaboradores en el asesinato, pero el propio subprocurador señaló su presunción de que el homicidio fue planeado desde niveles más altos del PRI.

Al rechazar las acusaciones que se le formularon, también a través del principal noticiario de la cadena televisiva mexicana, el máximo líder del PRI señaló que la dirigencia de su partido "exige que el asesinato sea aclarado y se vaya al fondo del asunto" porque sus miembros son "los agraviados" por este homicidio.

Los miembros del liderazgo priísta y los legisladores de la bancada de este partido en la Cámara baja "han estado, en todo momento,

dispuestos a contribuir y apoyar el avance de las investigaciones", subrayó Pichardo.

El líder del partido gobernante mexicano dijo que "carece totalmente de fundamento" la afirmación de Ruiz Massieu sobre una presunta protección de miembros del PRI en las investigaciones sobre el caso.

Pero Ruiz Massieu se declaró extrañado de que, a pesar de estar vinculado con el asesinato, el fugitivo ex Diputado priísta Manuel Muñoz Rocha no haya sido expulsado del partido en el poder.

"El PRI reaccionó equivocadamente y presionó para que yo me apartara" del rumbo que había seguido la investigación porque sintió que "tanto el partido como la Cámara de Diputados sufrían un deterioro importante si se les vinculaba con el homicidio", dijo el subprocurador.

Tanto Pichardo, como Moreno y otros dos Diputados del PRI —Miguel González Avelar y Gustavo Carvajal— "hicieron declaraciones torpes sobre las líneas de investigación que, en todo momento, apuntaron hacia un móvil político", señaló el subprocurador Ruiz Massieu.

16/11/77.

Nº. DOCUMENTO.....

TÍTULO.....

PROCEDENCIA.....

FECHA DE RECEPCIÓN.....

VINCULACIONES.....

## Renuncia del subprocurador engendra escándalo político

**\* Mario Ruiz Massieu, hermano del asesinado secretario general del partido oficialista mexicano, se alejó de su cargo y de su militancia en el PRI formulando graves acusaciones 25/11/R.**

México (ANSA)

El terremoto político provocado por la renuncia del subprocurador general, Mario Ruiz Massieu, a una semana de la transmisión de poderes, hizo temer a la oposición sobre el riesgo de que se amplíe la "inestabilidad" en el país.

El caso "refleja que los acuerdos familiares ya no funcionan y evidencia la descomposición" en el Partido Revolucionario Institucional (PRI, en el poder), con lo cual "se corre el riesgo de que se genere más inestabilidad", seña-

ló el gobernador del céntrico estado de Guanajuato, Carlos Medina, que es miembro del Partido Acción Nacional (PAN, principal de la oposición).

El centroizquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD, segunda fuerza de oposición), a través del senador Félix Salgado y del diputado Ramón Sosamontes, exigió que Mario Ruiz continúe al frente de la Subprocuraduría General.

Otro senador perredista, Cristóbal Arias, elogió el "valor" y la "decisión" de Ruiz Massieu, cualidades que tam-

bién fueron destacadas por el secretario general del PAN, Felipe Calderón, quien calificó al PRI como "la gran vergüenza del siglo".

La oposición también reclamó al sucesor de Carlos Salinas, Ernesto Zedillo, que habrá de recibir la banda presidencial el primero de diciembre, que no "le tiemble el pulso" para castigar a los responsables del asesinato.

Otra demanda general de la oposición fue la renuncia del procurador general Humberto Benítez, a quien Mario Ruiz Massieu acusa de haber entrado en "contubernio" con Moreno para dar validez a la carta de licencia del "cerebro" de la conspiración para matar a Francisco Ruiz Massieu, el fugitivo ex diputado Manuel Muñoz Rocha.

El hasta ayer subprocurador Ruiz Massieu renunció también al PRI y acusó a sus dos principales dirigentes, Ignacio Pichardo Pagaza y María de los Angeles Moreno, y al procurador general de encubrimiento de los asesinatos de su hermano Francisco acerbado en setiembre pasado.

Los tres personajes, según el renunciante, impidieron la captura del ex diputado Manuel Muñoz Rocha, sindicado como el autor intelectual del asesinato de su hermano, ex secretario general del PRI, ocurrido el 28 de setiembre pasado en pleno centro de la capital. Muñoz Rocha, cuando aún era legislador, envió por correo privado una carta solicitando licencia a su cargo, pero el documento fue juzgado apócrifo según el subprocurador, apoyado en un peritaje grafoscópico, no obstante lo cual se le dio curso en la Cámara de Diputados, para evitar que se le enjuiciara políticamente y se le privara de su inmunidad.

Pichardo anunció que demandará judicialmente "por difamación y calumnia" a Mario Ruiz Massieu por no haber aportado pruebas de sus afirmaciones.

Sin embargo, Mario Ruiz dijo hoy en una entrevista a través de la radio que las pruebas se encuentran en la "Visita-duría de la Procuraduría General", a unos pasos de la oficina del titular de este organismo, Humberto Benítez.

Se trata del peor escándalo político de la agónica administración del presi-

dente Carlos Salinas, que en su último año de gobierno, cuando ya había logrado llevar adelante un exitoso programa de reformas económicas, vio descomponerse la situación política.

En 1994 se dio, en efecto, el surgimiento de una rebelión armada en el sur del país y los asesinatos, en marzo, del candidato del PRI a la presidencia, Luis Donaldo Colosio, y en setiembre del número dos de este partido, Francisco Ruiz Massieu.

Es temprano todavía para saber si las fracturas en el PRI por este escándalo habrán de generar un cisma, pero ya la hermana de Mario y Francisco, Maricela Ruiz Massieu, diputada provincial del sureño estado de Guerrero, anunció que renunciará a la agrupación, lo mismo que el ex subsecretario general del partido hasta hace dos meses, René González de la Vega.

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TÍTULO \_\_\_\_\_  
 PROCEDENCIA 150024  
 FECHA DE RECEPCIÓN 26/11/84  
 VINCULACIONES 507623  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## Piden juicio político en México

26/11  
 EC

MEXICO, 25 (EFE, AFP y AP). - El Partido de la Revolución Democrática (PRD), el de más dura oposición al gobierno mexicano, pidió hoy un juicio político contra el procurador general Humberto Benítez Treviño, al que acusó de obstaculizar las investigaciones del asesinato de Francisco Ruiz Massieu, ex secretario general del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI).

A menos de una semana de la asunción del nuevo presidente, Ernesto Zedillo, el país sigue sacudido por la grave crisis del régimen de virtual unipartidismo que el PRI sostiene desde hace 65 años. Las denuncias pusieron en la superficie lo que sospechan y comentan en voz baja todos los mexicanos: la

existencia de un grupo de interés dentro del oficialismo, profundamente opuesto a las reformas democráticas y hasta capaz de ordenar el asesinato político para garantizar su perpetuidad en el poder.

El PRD que lidera Cuauhtémoc Cárdenas acusó al procurador Treviño de haber tenido una participación decisiva en las "maquinaciones y artificios" con que se entorpecieron las investigaciones sobre el homicidio de Ruiz Massieu cometido el 28 de setiembre último.

El pedido de juicio político del PRD se suma a las revelaciones y acusaciones presentadas contra el PRI hace unos días por el hermano de la víctima, Mario Ruiz Massieu, que hasta el

miércoles pasado era subprocurador general de la República.

Por primera vez en forma pública, el denunciante Ruiz Massieu vinculó implícitamente el asesinato de su hermano con el del ex candidato presidencial oficialista Luis Donaldo Colosio, muerto a balazos en un acto proselitista en marzo pasado.

El PRI rechazó las denuncias por "calumniosas, ligeras y falaces", pero Ruiz Massieu sigue adelante con su ofensiva: el jueves dijo que sólo declaró "el 20%" de lo que sabe sobre el asesinato de su hermano y que -en razón de que teme por su vida- guardó las pruebas que asegura poseer en una caja fuerte a la que "al menos cinco personas tienen acceso".

05

9500676

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

150015

FECHA DE PUBLICACIÓN

25/11/84

VINCULACIONES

50623

# México: oposición alerta sobre inestabilidad por escándalo

Redacción, ANSA y EFE  
(MEXICO)

El caso "refleja que los acuerdos familiares ya no funcionan y evidencia la descomposición" en el Partido Revolucionario Institucional (PRI, en el poder), con lo cual "se corre el riesgo de que se genere más inestabilidad", señaló el gobernador del céntrico estado de Guanajuato, Carlos Medina, que es miembro del Partido Acción Nacional (PAN, principal de la oposición). El centroizquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD, segunda fuerza de oposición), a través del Senador Félix Salgado y del Diputado Ramón Sosamontes, exigió que Mario Ruiz continúe al frente de la Subprocuraduría General. Otro Senador perredista, Cristóbal Arias, elogió el "valor" y la "decisión" de Ruiz Massieu, cualidades que también fueron destacadas por el secretario general del PAN, Felipe Calderón, quien calificó al PRI como "la gran vergüenza del siglo". La oposición también reclamó al sucesor de Carlos Salinas, Ernesto Zedillo, que habrá de recibir la banda presidencial el prime-

**El terremoto político provocado por la renuncia del Subprocurador General, Mario Ruiz Massieu, a una semana de la transmisión de poderes, hizo temer a la oposición sobre el riesgo de que se amplíe la "inestabilidad" en el país.**

ro de diciembre, que no "le tiemble el pulso" para castigar a los responsables del asesinato.

Otra demanda general de la oposición fue la renuncia del Procurador General Humberto Benítez, a quien Mario Ruiz Massieu acusa de haber entrado en "contubernio" con Moreno para dar validez a la carta de licencia del "cerebro" de la conspiración para matar a Francisco Ruiz Massieu, el fugitivo ex Diputado Manuel Muñoz Rocha. El hasta ayer Subprocurador Ruiz Massieu renunció también al PRI y acusó a sus dos principales dirigentes, Ignacio Pichardo Pagaza y María de los Angeles Moreno, y al Procurador General de encubrimiento de los asesinatos de su hermano Francisco, acrobillado en setiembre pasado.

Los tres personajes, según el renunciante, impidieron la captura

del ex Diputado Manuel Muñoz Rocha, sindicado como el autor intelectual del asesinato de su hermano, ex secretario general del PRI, ocurrido el 28 de setiembre pasado en pleno centro de la capital. Muñoz Rocha, cuando aún era legislador, envió por correo privado una carta solicitando licencia a su cargo, pero el documento fue juzgado apócrifo según el Subprocurador, apoyado en un peritaje grafoscópico, no obstante lo cual se le dio curso en la Cámara de Diputados, para evitar que se le enjuiciara políticamente y se le privara de su inmunidad.

Pichardo anunció que demandará judicialmente "por difamación y calumnia" a Mario Ruiz Massieu por no haber aportado pruebas de sus afirmaciones.

Sin embargo, Mario Ruiz dijo hoy en una entrevista a través de

la radio que las pruebas se encuentran en la "Visitaduría de la Procuraduría General", a unos pasos de la oficina del titular de este organismo, Humberto Benítez.

Se trata del peor escándalo político de la agónica administración del Presidente Carlos Salinas, que en su último año de gobierno, cuando ya había logrado llevar adelante un exitoso programa de reformas económicas, vio descomponerse la situación política.

En 1994 se dio, en efecto, el surgimiento de una rebelión armada en el sur del país y los asesinatos en marzo del candidato del PRI a la presidencia, Luis Donaldo Colosio, y en setiembre del número dos de este partido, Francisco Ruiz Massieu.

Es temprano todavía para saber si las fracturas en el PRI por este escándalo habrán de generar un cisma, pero ya la hermana de Mario y Francisco, Maricela Ruiz Massieu, diputada provincial del sureño estado de Guerrero, anunció que renunciará a la agrupación, lo mismo que el ex Subsecretario General del partido hasta hace dos meses, René González de la Vega.

06-06

9500676

Nº. DOCUMENTO 9500677

TÍTULO MEXICO: ZEDILLO prepara gabinete con personas del régimen saliente

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCE 29/11/84 11921

VINCULACIONES 507623

11164

11302

11458

# Ernesto Zedillo prepara gabinete con personas del régimen saliente

*El Presidente electo de México, Ernesto Zedillo, se prepara para designar un gabinete en el cual figurarán algunos de los arquitectos de la apertura económica del régimen saliente, pero también "sangre nueva", con escasos antecedentes, a cargo de las carteras políticas.*

Esta es la primera impresión que resulta de los nombres que comenzaron a barajar los comentaristas políticos, quienes descartan desde ahora la posibilidad de que Zedillo, que asumirá su cargo el jueves próximo, integre un "gabinete de coalición" donde por primera vez estén incluidos miembros de partidos opositores.

Para dos Ministerios estratégicos, el de Gobernación, y el de Desarrollo Social, se menciona a Esteban Moctezuma Barragán, un "outsider" que es considerado el "brazo derecho" de Zedillo, y Mario Luis Fuentes, otro desconocido en los medios políticos. En cambio, para Educación Pública, un Ministerio clave, se señala que continuará el actual responsable, José Ángel Pescador, con un vasto historial en tareas vinculadas a este sector.

La presencia de tres personajes no vinculados con los grupos políticos tradicionales -sea conservadores o reformistas- en Ministerios de relevancia, demuestra el interés de Zedillo, un doctor en economía de 42 años, graduado en la universidad norteamericana de Yale, en evitar quedar atrapado entre ambos sectores, como ocurrió con el Presidente Carlos Salinas, sostienen los observadores.

Ese sería lo que llamó un diario local "un gabinete laico", al margen de la lucha de facciones que afectó particularmente al aparato del poder en el último año, aún cuando la presencia de novatos al frente de poderosos Ministerios represente precisamente lo contrario, subrayan los analistas. Desde que fue proclamado Presidente electo, a principios de noviembre, Zedillo ofreció integrar un gabinete "con los mejores" hombres.

Ello explica por qué se están mencionando insistentemente algunos nombres de personajes destacados que jugaron roles fundamentales en la política aperturista del Presidente Salinas, lo que de paso, simbolizaría el propósito del gobierno de dar continuidad a la política de apertura.

Es el caso del actual Ministro de

Comercio, Jaime Serra Puche, artífice del Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (TLC), suscrito con Estados Unidos y Canadá, a quien se menciona para el Ministerio de Comunicaciones y Transportes.

Para este cargo también se señala a Pedro Aspe, actual Ministro de Hacienda y máximo responsable de la vasta reforma fiscal en curso.

Otra figura con similares credenciales es Luis Téllez, ex Viceministro de agricultura, a quien se le atribuye la autoría de la política de privatización agrícola, que puso prácticamente fin al "ejido", una forma de propiedad colectiva de la tierra. A Téllez se le coloca como posible Ministro de agricultura. José Ángel Gurriá, otro ex Viceministro de hacienda y ex Director del Banco Nacional de Comercio Exterior, a quien se le llegó a conocer irónicamente como el "ángel de la dependencia", y que ejecutó exitosamente el plan de reestructuración de la deuda externa mexicana, es considerado el futuro Canciller. Guillermo Ortíz, Viceministro de hacienda y pilar de la aplaudida reforma fiscal del gobierno, es mencionado asimismo para ocupar esa cartera.

El único desconocido del gabinete económico es Antonio Argüelles, que se haría cargo del Ministerio de Comercio. Para otras carteras menores -Turismo, Contraloría General o Trabajo, por ejemplo- todavía no se dan nombres, pero estos cargos se consideran poco relevantes dentro del equilibrio general del poder.

Aunque la oposición no participará en el nuevo gabinete, bajo el argumento de Zedillo de que en México no rige un régimen parlamentario, se espera una menor presencia del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI) en la Cámara de Diputados.

En días pasados, por primera vez se eligió a opositores para encabezar importantes comités parlamentarios, como el de Vigilancia de la Contaduría Mayor de Hacienda, a cargo del conservador Partido Acción Nacional (PAN, principal de oposición) o los de Desarrollo Social

y de Energéticos, a cargo ahora del izquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD, segundo de la oposición).

## Comisionado para la paz en Chiapas entregó propuesta a Zedillo

Jorge Madrazo Cuelia, saliente comisionado para la paz y la reconciliación en Chiapas, entregó hoy al Presidente electo de México, Ernesto Zedillo, una propuesta para la pacificación de ese convulsionado estado mexicano. La solución al conflicto armado entre la insurgencia zapatista y el gobierno federal mexicano, "se dará con una profunda acción democrática que quede en manos de los propios chiapanecos", dijo Madrazo, quien hasta hoy fue el comisionado para la paz de Chiapas.

Explicó que este ideal, considerado por algunos como una utopía, "tendrá que ser estudiado por el próximo régimen y, en su caso, considerarlo".

Zedillo asumirá como Presidente de México el primero de diciembre entrante, fecha en que deberá nombrar al nuevo comisionado para la paz.

En conferencia de prensa, Madrazo Cuéllar explicó que envió 12 comunicados al subcomandante Marcos, el jefe rebelde más conocido del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), para solicitarle un diálogo directo en el proceso de paz. "Nunca fueron respondidos y sólo constituyeron un diálogo por medio de epistolario", lamentó Madrazo.

Mientras tanto, el Vicecanciller mexicano Andrés Rozenal aseguró que el conflicto de Chiapas, "es un asunto interno de México". Sostuvo que nunca se ha manejado como uno de carácter internacional, que requiera la intervención de la Organización de las Naciones Unidas.

"De ninguna manera se requiere la intervención de la ONU, porque no es comparable la situación que se vive en el sureste mexicano con la de otros países", subrayó el Vicecanciller.

**La solución entre chiapas y el gobierno se dará con una acción democrática**

9500677

Nº. DOCUMENTO 9500678

TÍTULO Mexico: Retiro voluntario del título de Agricultor

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PUBLICACIÓN 29/11/84 11921

VINCULACIONES 507623

11164

11302

11304

## Se retira un dinosaurio

29/11/84

México (AFP)

Considerado uno de los grandes «dinosaurios» del oficial PRI, el ministro mexicano de Agricultura, Carlos Hank González, se retira voluntariamente de la política en medio de un escándalo que involucra a miembros del Grupo de Atlacomulco, del que se dice que él es el jefe.

En una entrevista concedida al semanario Epoca, Hank González, quien fue un simple profesor rural pasó a ser un próspero empresario y un alto miembro del Partido Revolucionario Institucional (PRI, en poder en México desde 1929), admitió ser «un dinosaurio político».

En México son calificados como «dinosaurios» a los viejos políticos que se oponen a la democratización del país.

En un informe reciente, la revista estadounidense Forbes calculó la fortuna de la familia Hank González en 1.300 millones de dólares.

El profesor, como se le conoce en México a Hank González, rechazó ser el autor de una gran fortuna y atribuyó esa creencia popular a que siempre «pasó vivir bien».

No obstante admitió haber prestado dinero a José López Portillo, quien fue presidente de México de 1976-1982, para construir sus casas: «Sí, lo hice, pero jamás pretendí ni aceptar que me pagara».

Hank González, quien nació «en medio de una milpa» en el pueblo de Atlacomulco, aseguró que primero resolvió su problema económico y después ingresó a la política, donde ocupó los puestos de gobernador del Estado de México, alcalde de la capital mexicana y ministro de Turismo y de Agricultura, el último de los cuales abandonará el miércoles, cuando culmina la administración del presidente Carlos Salinas.

Hank González rechazó la existencia del Grupo Atlacomulco, aunque en medios de prensa se asegura que él existe y que forman parte de él, el actual presidente del PRI, Ignacio Pichardo, y el procurador de Justicia, Humberto Benítez, ambos acusados de haber frenado la investigación del crimen de Francisco Rufz Massieu, quien era el número dos del PRI.

A Rufz Massieu, asesinado el pasado 28 de septiembre, se le mencionaba como el político que llevaría a cabo los planes de democratizar al PRI.

El hermano de la víctima, Mario, —quien llevó a cabo las averiguaciones del crimen—, renunció el miércoles pasado a la subprocuraduría y a la Secretaría de Justicia, Pichardo y María de los Angeles Moreno, secretaria del PRI, destruyeron las investigaciones.

Hank González dijo a Epoca que fue amigo de Francisco y que lo es de Mario, del que dijo que «resintió profundamente, como todo ser humano, el que a su hermano lo hubieran asesinado. Debe producir un dolor que puede generar reacciones muy difíciles, violentas tal vez».

Rechazó que el PRI haya obstruido la investigación y negó haber conocido al ex diputado Manuel Muñoz, prófugo y presunto autor intelectual del asesinato de Francisco Rufz Massieu.

Muñoz era presidente de la Comisión de Recursos Hídricos en la Cámara de Diputados, una de las áreas que tienen que ver con el Ministerio de Agricultura. Pero Hank González argumentó que el tema hídrico lo maneja directamente la Comisión Nacional del Agua, institución desconectada de su Ministerio.

El controvertido ex subprocurador dijo en días pasados a la prensa que Hank González «podría haber influido para que no se cumpliera la decisión presidencial de esclarecer el crimen».

Cuando Rufz Massieu renunció al cargo aseguró que «la clase política nunca pudo más que la voluntad del Presidente».

9500678

01-01



Nº. DOCUMENTO 9500679

TÍTULO CHILE *no lo resuelto o acceder al TLC con o sin "via rápida"*

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PUBLICACIÓN 11/11/84

VINCULACIONES -65709 -11161 -507623

-65890

-65456

-TLC.

## Chile está resuelto a acceder al TLC con o sin 'via rápida'

POR MATT MOFFETT

Redactor de THE WALL STREET JOURNAL

SANTIAGO — El gobierno de Chile pretende abrir negociaciones comerciales por separado con México y Canadá si Estados Unidos insiste en postergar su entrada al Tratado de Libre Comercio.

El plan negociador de Chile llega justo en momentos en que muchos políticos y observadores han puesto en duda la voluntad real del presidente Bill Clinton a la hora de ampliar el TLC. En septiembre, Clinton fracasó en su intento de lograr el pase de la llamada vía rápida. La vía rápida es una fórmula que autoriza al ejecutivo estadounidense a negociar los detalles de los acuerdos comerciales sin tener que recurrir a las cámaras legislativas; al final, el Congreso sólo podría votar sobre la totalidad de un nuevo acuerdo comercial, no cada parte del mismo. La vía rápida se considera un arma esencial en la expansión del TLC.

Dos gobiernos chilenos consecutivos han puesto una buena parte de su prestigio en lograr la entrada del país al TLC. Chile no está dispuesto a sacrificar la iniciativa por los caprichos de la política electoral de EE.UU.

"Nuestro objetivo ahora es decir: 'Olvidemos la vía rápida. Comencemos conversaciones exploratorias con Canadá y México sobre la expansión del TLC'", dice Juan Salazar, director general de Relaciones Económicas Internacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores. "Vamos a invitar a EE.UU. y va a tener que decidir si puede participar sin la vía rápida. En lugar de usar la vía rápida y EE.UU. como punto de partida, estamos comenzando con el TLC".

### 'Acuerdo incompleto'

Chile ya tiene un acuerdo comercial con México. Pero el ministro de Hacienda, Eduardo Aninat, se refiere al mismo como "un acuerdo parcial e incompleto" lleno de excepciones en áreas como las inversiones. "Si EE.UU. retrasa [el acuerdo], podríamos tratar de avanzar en los tratados bilaterales con los otros involucrados", dice Aninat. "La meta a largo plazo tiene que ser una integración de las Américas, desde Alaska hasta Tierra del Fuego. La ruta hacia ese fin no es crucial para nosotros".

Tanto México como Canadá han expresado su apoyo a la incorporación de Chile al TLC, aunque ninguno ha expresado si comenzaría a negociar sin la participación de Washington. Por su parte, Washington no ha especifi-

cado si negociaría con Chile un acuerdo según el marco del TLC o si buscaría un acuerdo bilateral separado.

Aunque reafirma la disposición de Chile a iniciar conversaciones en nuevos frentes, Aninat subraya que "el factor fundamental del acuerdo es obviamente EE.UU., por su peso económico y geopolítico".

Los chilenos esperan que el presidente Clinton clarifique el escenario del TLC en las semanas que faltan para la Cumbre de las Américas en diciembre, la reunión de los presidentes de la re-

EE.UU. de cumplir", dice Foxley. "Chile necesita una decisión política clara de parte de la administración y del Congreso de EE.UU."

Chile ocupa el lugar 35 entre los socios comerciales de EE.UU. pero su ingreso al TLC serviría como un importante muestra de la voluntad de Washington de recompensar a los países latinoamericanos que adelantan reformas económicas y políticas. "Chile abrió el camino del libre mercado en América Latina, y la inclusión de Chile en el acuerdo le daría esperanza a los países que están en las etapas más tempranas del proceso de que algún día puedan entrar al TLC", dice Salazar, del Ministerio de Relaciones Exteriores.

### Eliminar barreras

Para Chile, el TLC sería importante tanto por su poder para atraer nuevas inversiones como por sus efectos en la apertura de mercados. "El TLC serviría como una especie de sello de legitimidad por nuestra larga política de inversión", dice Aninat. "En el área comercial, los estudios no muestran un efecto considerable. Es significativo en algunas áreas, pero no a nivel general".

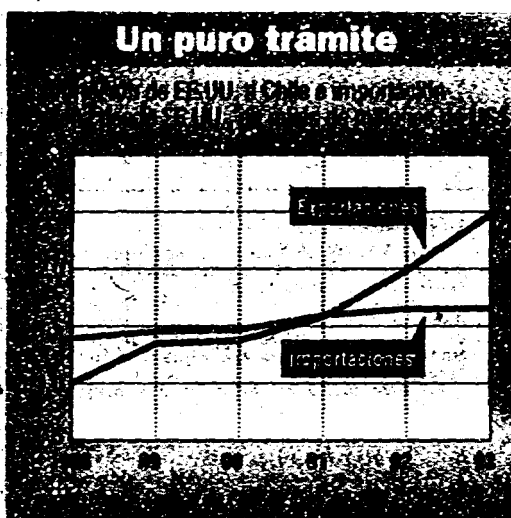
Un acuerdo con EE.UU. sería importante para eliminar barreras no arancelarias que ponen trabas a las compañías chilenas de recursos naturales, como Forestal San José S.A. El Servicio Forestal de EE.UU. ha prohibido la importación de las astillas de maderas de pino de la compañía, a menos que sean fumigadas contra plagas cuando todavía están en las bodegas de los barcos de carga.

Eduardo Hartwig, gerente general de Forestal San José S.A., dice que ese proceso no sólo es técnicamente imposible sino también innecesario, ya que las plagas de las que se preocupa el Servicio Forestal no existen en Chile.

"Creemos que en un acuerdo comercial con EE.UU. las diferencias de este tipo se resolverían", dice Hartwig. "Se crearían los procedimientos".

Hartwig dice que Chile no debería dudar en negociar bilateralmente con EE.UU., aunque tendría menos fuerza en las negociaciones individuales que a través del TLC. "Puede ser más exigente, pero personalmente creo que el público estadounidense está mucho más dispuesto a las negociaciones bilaterales", señala Hartwig. "Es un paso intermedio para unirse al TLC".

### Un puro trámite



gión en Miami. "Creemos que [EE.UU.] nos dará alguna señal en algún momento cercano a la conferencia de diciembre", dice Aninat. "Esperamos que sí. Si no lo hace, eso también sería una señal, una señal muy fuerte".

Varios miembros del gobierno chileno opinan que la próxima cumbre será un flasco a menos que Washington reafirme con fuerza su apoyo al libre comercio. "Hay un alto riesgo de que la reunión se vuelva pura retórica, buenos vecinos, etc.", dice Alejandro Foxley, presidente del partido de la Democracia Cristiana, que inició a Chile en el camino hacia el TLC cuando era ministro de Hacienda del gobierno anterior a Eduardo Frei. "Si no se logran avances concretos en materia de libre comercio sería un terrible revés para las relaciones regionales".

### Posibilidades de retraso

A los chilenos les preocupa que si las conversaciones no comienzan en la primera mitad del próximo año, se corre el riesgo que el acuerdo se postergue hasta 1996, cuando el tema sería politizado aún más por las elecciones presidenciales de EE.UU. "Se está acabando el tiempo y crece el escepticismo sobre la capacidad de



Nº. DOCUMENTO 9500680

TÍTULO CHILE: lineamientos de la actual política económica.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE RECEPCIÓN 9/11/94

VINCULACIONES 65709 → 11921.

11164.

11392.

11311.

11300

CHILE: SITUACION Y PERSPECTIVAS DE LA ECONOMIA (II)

## Los lineamientos de la actual política económica

4/11/94

**LAS ESTIMACIONES** del Banco Central de Chile para 1994 pronostican un crecimiento del PBI del orden del 4% y una tasa de inflación del 11%. Para 1995, las autoridades del instituto emisor chileno estiman que el incremento del producto será superior al 5% y que la inflación alcanzará niveles de un dígito, en torno al 9%.

El crecimiento de la economía, de acuerdo al Banco Central, estará liderado por las exportaciones, en contraste a lo que ocurrió en 1993, cuando la expansión se asentó en el fuerte dinamismo de los sectores productores de bienes no transables. A su vez, se estima que el proceso de ajuste que están llevando a cabo las autoridades económicas, procurando reducir las altas tasas de aumento del gasto agregado registradas en años anteriores, permitirá continuar con el proceso gradual de reducción de la inflación.

Para cumplir con estos objetivos de crecimiento sostenido de la economía y de reducción gradual de la inflación, el Banco Central ha establecido lineamientos de política monetaria y de política cambiaria. Estos requieren ser acompañados, por parte del gobierno, con una política fiscal austera y consistente con las metas previstas. Desde mediados de los 80, la política monetaria del Banco Central se basa en la fijación y el control de las tasas de interés de los instrumentos financieros de corto plazo (a 30 y 90 días) que ofrece la autoridad monetaria. De este modo, la cantidad de dinero en la economía depende de la demanda de los agentes económicos, quienes determinan los saldos reales que desean mantener. Las tasas de interés de estos instrumentos de corto plazo tienen fuerte

influencia sobre las tasas de interés reales del mercado y éstas, a su vez, sobre la tasa de expansión del gasto. El Banco Central chileno ha optado por el control de las tasas (precio) y no de los saldos (cantidad), procurando evitar que la inestabilidad observada en la demanda de dinero se traslade a las tasas de interés reales y, a través de ellas, al nivel de actividad. En 1992, se elevaron las tasas de interés de estos instrumentos, intentando desacelerar el rápido crecimiento del gasto agregado. En 1993 y 1994, la tasa de interés de los documentos ofrecidos por la autoridad monetaria a 60 días ha permanecido estable, en el 6,5% anual.

A pesar de que en los últimos dos años la política cambiaria no ha sufrido cambios, en los años anteriores fue objeto de modificaciones significativas. En 1983, el Banco Central adoptó una política de paridad móvil, fijando un precio de referencia para el dólar. Este precio de referencia se devaluaba diariamente, de acuerdo a la evolución de las tasas de inflación interna y externa. El precio de mercado de la divisa fluctuaba dentro de una banda, que en 1989 tenía una amplitud de +/- 5% respecto del precio de referencia establecido. A partir de 1990, la fuerte entrada de capitales, unida a una fuerte expansión de las exportaciones de bienes y servicios y a la reducción del servicio de la deuda externa, situaron el tipo de cambio en el límite inferior de la banda de flotación. El Banco Central realizó cuantiosas compras de dólares intentando evitar la revaluación del peso chileno. No obstante algunas medidas adoptadas (revaluación del 2% en 1991 y del 5% en 1992 y reducción del arancel del 15% al 11%), el mercado continuó presionando hacia

una mayor revaluación del peso. Considerando que varios de los factores que presionaban al tipo de cambio hacia su apreciación eran de carácter transitorio, el Banco Central implementó una serie de disposiciones, procurando limitar la variabilidad cambiaria. Entre ellas, se fijaron encajes sin intereses para los créditos externos de corto plazo, se amplió y se decidió intervenir dentro de la banda de flotación y, en julio de 1992, se ligó el tipo de cambio de referencia a una canasta de monedas.

En la actualidad, la política cambiaria aplicada consiste en un régimen de flotación "sucia" y en la que las autoridades monetarias intervienen dentro de la banda de flotación. Esta banda tiene una amplitud de un 20% respecto del valor del denominado tipo de cambio "acuerdo". El valor del tipo de cambio "acuerdo" se fija en base a una canasta de monedas integrada en un 50% por dólares, un 30% por marcos alemanes y un 20% por yenes. Esta proporción de monedas representa en forma aproximada la participación de las diversas áreas monetarias en el comercio exterior chileno. A su vez, el valor de esta canasta en pesos se ajusta en forma diaria, tomando en cuenta la inflación doméstica pasada y la inflación externa.

De esta manera, el Banco Central ha procurado mantener el tipo de cambio real en línea con los equilibrios externos de mediano plazo, sin alterar su tendencia y sin utilizar la intervención cambiaria con fines antiinflacionarios.

En este contexto, las autoridades monetarias entienden viable que en 1995 vuelva a registrarse nuevamente un descenso de la tasa de inflación y un crecimiento del PBI superior al de 1994. ■

Nº. DOCUMENTO 9500681

TÍTULO *Canciller chileno INSULZA de gira en ESTADOS UNIDOS.*

PROCEDENCIA 1500/4

FECHA DE PROCEDENCIA 4/11/84 → 11921

VINCULACIONES 65890

65809

11164.

11302.

11399

11161.

10

### Estados Unidos

### CANCILLER 4/11/85 CHILENO DE GIRA

El canciller chileno, José Miguel Insulza, llegó ayer, jueves, a Washington, para una visita de dos días en la que intentará desbloquear los contactos con el gobierno de Estados Unidos para un acuerdo comercial. A las pocas horas de su llegada a Washington, Insulza se reunió con el secretario estadounidense del Tesoro, Lloyd Bentsen. El canciller se reunirá también con el director ejecutivo para América Latina de la AFL-CIO, William Doherty; el Consejero del presidente Clinton, Thomas McLarty; el secretario de Comercio, Ronald Brown; el secretario general de la Organización de Estados Americanos, César Gaviria, y el representante comercial de EEUU, Mickey Kantor. Después de una pausa de casi dos meses, Chile vuelve a llamar a las puertas de Washington en busca de una definición del Gobierno estadounidense sobre la probable extensión del Tratado de Libre Comercio (EEUU, Canadá y México) o, alternativamente, un acuerdo bilateral de libre comercio.

9500681

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500682  
 TÍTULO El Senado chileno protestará por fallo de "Laguna del desierto".  
 PROCEDENCIA 150024  
 FECHA DE RECIBO 4/11/84 - 11921.  
 VINCULACIONES 65708.  
 66960  
 11164.  
 11400  
 11399.

## "No" del Senado chileno a Laguna del Desierto

4/11 E.C.

SANTIAGO, Chile, 3 (ANSA y AP). - El Senado chileno calificó hoy al territorio de Laguna del Desierto como "nuestro" y acordó "protestar" por el fallo del tribunal arbitral que otorgó a Argentina la soberanía sobre la zona. La Cámara alta, dominada por la oposición de derecha, pidió al gobierno "examinar el fallo a objeto de determinar las acciones legales que correspondiere deducir al respecto". La decisión fue ácatada por el gobierno del presidente Eduardo Frei.

La protesta del Senado fue aprobada hoy, después de un tenso debate, por 19 votos a favor (sufragaron en este sentido los senadores derechistas y los que fueron designados por la dictadura militar, excepto uno), 16 en contra (el oficialismo) y una abstención.

En el documento se acuerda "protestar ante la decisión de la mayoría del tribunal que priva a Chile de un territorio que legítimamente consideramos nuestro".

"Esta decisión, sin la debida justificación, desestima las argumentaciones hechas valer por Chile y desconoce el laudo del año 1902, incluyendo el informe arbitral, el mapa del árbitro y el trazado del demarcador, así como elementos de juicio presentados", dice el texto.

El respeto a las sentencias internacionales que caracterizó siempre a Chile "no puede significar renuncia alguna a ejercer legítimamente todos los recursos y acciones que ellos confieren para la defensa eficaz del interés nacional", agrega.

La semana pasada, la Cámara de Diputados -dominada por el oficialismo- aprobó respaldar al Ejecutivo en su decisión de acatar el fallo. También lo hizo el Consejo de Seguridad Nacional, conformado por el presidente, el titular del Senado, la Corte Suprema, los representantes de las Fuerzas Armadas y la policía, y el Controlador General de la República.

Nº. DE CU: 9500683  
TÍTULO CHILE: la producción de cobre seguirá siendo propiedad estatal.  
PROCEDIMIENTO: 1500/4  
FECHA DE: 6/11/84  
VINCULACIONES: - 65709 - 11921  
- 11169  
- 11406

La Concertación decidió el apoyo a la empresa estatal CODELCO  
luego de intensos debates

## LA PRODUCCION DEL COBRE SEGUIRA SIENDO CHILENA

*Los partidos de la gobernante coalición Concertación de Partidos por la Democracia expresaron ayer sábado, su pleno apoyo al plan estratégico de inversiones anunciado por la Corporación Estatal del Cobre (CODELCO) que se basa en mantener la propiedad estatal de los yacimientos. 6/11/85*

**L**os ministros de Hacienda, Eduardo Aninat, de Minería, Benjamín Teplizky, y el vicepresidente ejecutivo de CODELCO, Juan Villarzú, dieron a conocer ayer, viernes, los detalles del Plan que se espera transforme a CODELCO en la «primera transnacional minera en Latinoamérica».

Despejando dudas y poniendo fin a una larga controversia, las autoridades anunciaron que los actuales yacimientos de la empresa y los calificados de reposición continuarán siendo explotados como empresas «ciento por ciento de propiedad estatal».

CODELCO, que es el primer productor mundial de cobre con una producción anual de 1,2 millones de toneladas, es propietaria de los yacimientos de Chuquibambilla, El Teniente, Andina y el Salvador, y de las nuevas minas, llamadas de reposición, La Mansa y Radomiro Tomic.

El Plan que el Gobierno diseñó para fortalecer CODELCO incluye un amplio programa de inversiones, condicionado a un compromiso de reducción de costos de 10 centavos de dólar por libra de cobre producida y vigente hasta 1999, y al traspaso al Fisco del cien por ciento de los beneficios previstos para cada año.

Los presidentes de la Democracia Cristiana, Alejandro Foxley; del Partido Socialista, Camilo Escalona; del Partido por la Democracia, Jorge Schaulsohn; y del Partido Radical-Socialdemócrata, Anselmo Sule, expresaron ayer su respaldo unánime a la iniciativa.

Foxley señaló que la Concertación entrega su pleno respaldo político al programa y aseguró que el camino trazado une nuevamente, en un proyecto común sobre el pilar de las exportaciones chilenas, al Gobierno, a los partidos y a los trabajadores.

Los dirigentes políticos coincidieron en que el nuevo programa da tranquilidad al sector laboral, acérrimo opositor a la privatización de CODELCO, que reaccionó con euforia ante la medida.

La Federación Nacional de Trabajadores del Cobre, en una declaración entregada hoy, calificó la no privatización de la minería del cobre como «un hito histórico y una derrota muy dolorosa para las transnacionales y los privatizadores locales».

«Creo que esta decisión es un gran desafío para los trabajadores del cobre, que tenemos que demostrar que esta empresa puede ser altamente competitiva y eficiente, pero también con sensibilidad social», dijo el presidente de la Federación, Raimundo Espinoza.

Problemas en su gestión, que han redundado en costos crecientes de producción y grandes pérdidas, colocaron en los últimos años a CODELCO en el centro de las críticas, procedentes sobre todo de sectores de la oposición de derecha, fervientes partidarios de su privatización y a los que se han unido algunas voces desde la propia Concertación.

Con una producción total de 2,1 millones de toneladas en 1993, Chile se mantiene como el primer productor mundial de cobre desde hace una década.

Los planes de CODELCO, que no excluyen la participación de privados en nuevos proyectos conjuntos, incluyen inversiones mineras en Argentina y Perú, y la búsqueda de socios privados en Canadá.

Los recursos para estos proyectos de expansión y modernización los proveerá la propia empresa desde sus flujos de ahorro y de disponibilidades de caja que no estén asociadas a beneficios.

Esto significa que anualmente la empresa destinará unos 400 millones de dólares propios a estos programas, siempre que cumpla con los requisitos que le impuso Hacienda.

Paralelamente a estas medidas, el Gobierno decidió impulsar con urgencia simple el trámite del proyecto de ley sobre modernización de la empresa que está en el Parlamento y que transforma a CODELCO en un «holding» con cuatro filiales.

Nº. DOCUMENTO 9500684  
TITULO CHILE: Aumentó deuda externa.  
PROCEDENCIA 150015  
FECHA DE FICHA 8/11/94 11921.  
VINULACIONES 6570P  
1116A.  
11314.

## Sube deuda externa chilena

**SANTIAGO DE CHILE** - La deuda externa chilena aumentó en 1.495 millones de dólares, situándose en 20.681 millones de dólares al 30 de setiembre de este año, informó hoy el Banco Central.

Por otro lado, las reservas internacionales alcanzaron al 31 de octubre pasado a 11.832 millones de dólares, lo que significa un aumento de 306,3 millones en el último mes, precisó el instituto emisor, autónomo el gobierno.

En cuanto a la balanza comercial, al 15 de octubre pasado llegaron a 394,3 millones de dólares de superávit, como resultado de exportaciones por 8.753,6 millones e importaciones por 8.359,3 millones de dólares.

9500684

N.º DE CURR. 9500685

TÍTULO CHILE: EDUARDO FREI EN INDONESIA Proponen a Chile como  
PROCEDIMIENTO 150090. *Nexo Sud América y Asia.*

FECHA DE 3/11/84 11921.

VINCULACIONES - 6570P.

- 50x595

- 11164

- 11161

- 11399.

## Proponen a Chile Como Nexo Sud América y Asia

YAKARTA, 14 (Reuter) — El presidente chileno, Eduardo Frei, ofreció hoy a Chile como puente comercial entre Asia y América del Sur, al señalar que el futuro desarrollo está íntimamente vinculado a una integración profunda con otras economías de la región Asia-Pacífico.

"Queremos participar activamente en la construcción de la nueva era de cooperación transpacífica, ser actores importantes en las transformaciones que se dan en la región y ayudar en la creación de una verdadera Comunidad del Pacífico", dijo.

Posteriormente el mandatario chileno dijo que las negociaciones de su país para ingresar al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC) deberán seguir adelante ahora que han terminado las elecciones legislativas de Estados Unidos.

"Claramente estamos interesados en iniciar conversaciones lo antes posible, ya sea directamente con Estados Unidos o a través del TLC", declaró en su rueda de prensa en Yakarta.

Frei dijo que tocará en el tema durante una reunión el martes con el presidente esta-

dounidense Bill Clinton en la cercana ciudad de Bogor, donde ambos líderes participarán en el foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico (APEC).

En reuniones con empresarios indonesios Frei dijo que Chile está sumamente comprometido con el sistema de comercio multilateral.

"Esa es nuestra voluntad política y actuaremos en consecuencia", dijo.

Chile, convertido en miembro de APEC de pleno derecho la semana pasada, abriga la esperanza de aprender de las experiencias de las naciones importantes de la región, agregó.

"Con apertura y sin prejuicios, queremos conocer y ser enriquecidos por otras experiencias, otras culturas, otras formas de abordar los desafíos del desarrollo", señaló.

El mandatario chileno dijo que las 18 naciones de APEC ya absorben el 57 por ciento de las exportaciones de Chile y que el comercio con Indonesia ha aumentado a un ritmo bastante rápido.

"En la reunión de la APEC en Yakarta, nos hemos dedicado a trazar los lineamientos a fin de convertir a (la región de) Asia Pacífico en uno de los principales ejes para dinamizar la economía mundial mediante la liberalización comercial", dijo.

de las inversiones y la transferencia tecnológica", dijo.

Frei indicó que Chile está a la vanguardia de América Latina y en quinto lugar entre las naciones en vías de desarrollo, según el informe más reciente sobre competitividad global preparado por el Foro Económico Davos, colocándolo por encima de países industrializados como Italia y España.

Chile completó más de 10 años de crecimiento ininterrumpido, con una tasa promedio de crecimiento anual de 6,3 por ciento en los últimos cuatro años. La inflación debería ser este año de un solo dígito y las tasas de inversión fueron equivalentes al 27 por ciento del PIB.

Frei subrayó que su gobierno tiene como meta un aumento anual de producción del 3,5 por ciento para los próximos 6 años, mayores fondos destinados a la educación y mejoras considerables en infraestructuras.

"La obtención de las metas que nos proponemos está necesariamente vinculada a una inserción más profunda de nuestra economía en los mercados internacionales", dijo.

Frei dijo que Chile espera que después de la conclusión de la Ronda Uruguay, el comercio mundial opere de manera más fluida y eficiente.

## El Presidente Frei inicia amplia gira

El Presidente de Chile, Eduardo Frei, iniciará el jueves un viaje, que se prolongará hasta el día 24, a Indonesia, (donde asistirá al ingreso de su país a APEC, -Cooperación Económica Asia-Pacífico-), Corea, (visita oficial), Australia y Japón, (reuniones de trabajo).

SANTIAGO DE CHILE / ANSA  
Frei dijo, en conferencia con los corresponsales extranjeros, que iniciaba este viaje: "con mucho optimismo porque integran el grupo chileno una delegación empresarial, tal vez la más grande de Chile, sectores políticos, universitarios y parlamentarios".

Ante una pregunta de ANSA sobre el porqué de la ausencia de sectores sindicales, Frei puntualizó que "la estructura de las reuniones no incluye a los trabajadores. Nosotros, lo hemos probado más de una vez; no discriminamos al sector sindical, por el contrario, pero en esta oportunidad, por la mecánica, ese grupo no está considerado en las deliberaciones que efectuaremos en Indonesia, Australia, Japón y Corea".

Frei parte el jueves próximo con destino a Sydney donde se reunirá con el Primer Ministro australiano, Paul Keating. Al día siguiente irá a Indonesia.

En Yakarta, será orador principal en la Cámara de Comercio e Industria y cenará con el Presidente Suharto.

El martes asistirá, en Bogor, a la ceremonia en que Chile ingresará oficialmente como 18o. país miembro de la APEC (Cooperación Económica Asia-Pacífico).

El miércoles se iniciará su visita a Japón, la que se prolongará hasta el domingo 20, día en que llegará a Corea, donde permanecerá hasta el martes para retomar a Chile, donde arribará el jueves 24 al mediodía local.

Nº. DOCUMENTO 9500686  
 TITULO Notorio crecimiento de la inversión extranjera en Chile.  
 PROCEDENCIA 150015  
 FECHA DE RECEPCIÓN 15/11/84  
 VOLUMENES 6570P. 1116A. 11409  
11921.

## Notorio crecimiento de la inversión extranjera se destacó en Chile <sup>15/11</sup> <sub>CH.</sub>

**SANTIAGO DE CHILE** - En un 69,3 por ciento aumentó la inversión extranjera en Chile durante los primeros nueve meses de 1994, en relación al mismo período del año anterior, informó Eduardo Moyano, Vicepresidente ejecutivo del Comité de Inversiones Extranjeras.

Hasta setiembre, la in-

versión extranjera totalizó 3.066,6 millones de dólares, y se espera llegar a 3.500 millones de dólares en 1994, lo que representará entre un 7 y 8 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB).

Moyano destacó que la inversión autorizada, en el período enero-setiembre, llegó a 4.568,6 mi-

llones de dólares, lo que constituye un récord absoluto.

El comité anunció una serie de actividades en Sudáfrica, España y Australia, "destinadas a promover las inversiones extranjeras en Chile, fundamentalmente en minería, turismo, sector forestal y obras públicas", finalizó Moyano.



Nº. DOCUMENTO 9500687

TÍTULO *Renovación casi total del alto mando de la Policía civil*

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE RECIBO 21/11/84

VINCULACIONES 65709 11921

11163

11338

11458

S. FACTOR 2102021

VIOLENTOS INCIDENTES ENTRE CIVILES Y POLICIAS

## Profunda renovación, casi total, de mandos de la Policía chilena

El Gobierno chileno aprobó la renovación casi total del alto mando de la Policía de Investigaciones -Policía civil- con el retiro de uno de los dos subdirectores y de seis de los siete prefectos inspectores, que conforman la plana mayor de la institución.

SANTIAGO DE CHILE/ANSA

El cambio es el segundo en importancia en dicha institución en los últimos veinte años y sólo comparable a la polémica configuración del alto mando que ejecutó el ex director de Investigaciones, Horacio Toro, cuando en 1990 removió a 200 oficiales de la institución, incluyendo el mando superior. En esta ocasión, la reestructuración habría sido menos traumática que hace cuatro años, según se dijo, al describirla como una consolidación de cambios acordes al desarrollo del sistema democrático en el país.

La proposición del director de la Policía civil, Nelson Mey, aprobada por el Ejecutivo, es calificada como una renovación "histórica dentro de la entidad policial", indicaron fuentes de la misma.

La reestructuración de mandos en el grupo policial, que conforman 2.500 oficiales, contempló la salida de 87 efectivos, lo que constituye un 3,2 por ciento de la planta, originando así el ascenso de 247 oficiales en los distintos cargos (un 10 por ciento de la oficialidad).

Del alto mando, formado por dos subdirectores y siete inspectores generales, salió a retiro el 85 por ciento, y en el escalafón de 26 prefectos, se produjo el cambio en 20 prefecturas (un 74 por ciento).

En el nivel de comisarios la configuración de mandos se modificó en un 50 por ciento, y en el de subcomisarios se produjeron 62 cambios.

"Este cambio tiene que ver con la consolidación de un proceso de modernización policial, basado en la eficiencia, la que necesita de jefes que estén convencidos de eso", declaró una fuente policial.

Por otra parte, se realizaron varios mítines de "revolucionaria" en distintos puntos de LA HABANA, en tanto que la JUVENTUD COMUNISTA movilizó a miles de manifestantes en apoyo al gobierno en distintas zonas de EL MALECON.

MEJORA DE LA POLICIA MEXICANA

Al incrementarse notablemente el éxodo de cubanos por vía marítima a ESTADOS UNIDOS, la Cancillería cubana anunció la aplicación de varias medidas

RESERVADO

10-01

9500687

Nº. DOCUMENTO 9500688

TITULO Armamento chileno buses presencia en Antártida.

PROCEDENCIA 050015

FECHA DE RECIBO 23/11/94 11921.

VINCULACIONES 6570P

11163

11329

12757.

### Armada chilena busca presencia en Antártida

23/11/94  
"La Armada busca una mayor penetración en el territorio chileno de la Antártida", dijo el Comandante en jefe de esa institución, Almirante Jorge Martínez Busch, al despedir a la dotación naval que permanecerá durante un año en la base chilena Arturo Prat.

SANTIAGO DE CHILE/ANSA

"La Marina colabora con el Ejército y la Fuerza Aérea para contar a la brevedad con una nueva base conjunta que quedará más allá de las actuales. Sin embargo, el Almirante evitó adelantar fechas respecto a cuándo podría contarse con dicha instalación. Para lograr este fin, la Marina busca el perfeccionamiento de materiales, de sus sistemas de comunicaciones y en la operación de helicópteros, manifestó el Almirante.

El Comandante en Jefe contó que la Armada ha tenido presencia en el continente helado desde 1947, y calificó de extraordinaria la experiencia ganada por primera vez en el pasado invierno, vividas en las peores condiciones climatológicas soportadas en muchos años. Con lo cual -agregó- se puso a prueba la capacidad de los materiales y de su personal. Dicha experiencia "nos indica que ahora tenemos que dar otros pasos adelante". De este modo, Jorge Martínez espera que en 1995 la expedición de invierno llegue mucho más al sur de lo logrado este año, operando siempre en condiciones extremas de frío y clima. "Los esfuerzos -afirmó el Almirante- estarán encaminados a recopilar antecedentes que puedan emplearse especialmente en la predicción del tiempo y en su influencia en las condiciones meteorológicas del territorio continental".

Nº. DOCUMENTO 9500689  
 TÍTULO Juez chileno ordenó detención del GRAL. CONTRERAS.  
 PROCEDENCIA 150023  
 FECHA DE RECIBO 26/11/84  
 VINCULACIONES 6.570P. 11921.  
 11164  
 11165  
 11245  
 11262

## Cárcel para el asesino de Letelier

Santiago de Chile  
 26/11/84 (ANSA)

■ Una jueza chilena ordenó la detención del general en retiro Manuel Contreras, quien fuera el máximo jefe de la DINA (disuelta policía represiva del régimen militar), por su presunta participación en la desaparición de un militante de izquierda y un ex conscripto, ocurrida en 1974.

Contreras, quien está procesado y condenado a siete años como autor del asesinato del ex canciller Orlando Letelier, ocurrido en Washington en 1976, enfrenta además un proceso por el atentado en Roma contra el ex vicepresidente de Chile, Bernardo Leighton y su esposa Anita Fresno, cometido en 1975.

El militar fue citado a declarar, en la capital italiana, el próximo 7 de febrero.

Además de Contreras, la magistrada Lidia Medina ordenó a la Policía que detenga al coronel de Ejército Miguel Krassnoff, el oficial (r) Marcelo Morén y el mayor de Carabineros Ricardo Lawrence.

Los cuatro oficiales requeridos se encuentran implicados en muchos otros procesos por violaciones a los derechos humanos.

Pero, además, figuran como los hombres más temidos por las víctimas que sobrevivieron a la represión en Chile, tras el golpe militar de 1973.

01-01.

9500689

DOCUMENTO 9500690  
 TÍTULO Tribunal Supremo de BRASIL suspendió entrega de GARCIA MEZA.  
 PROCEDENCIA 150090.  
 FECHA DE RECEPCIÓN 1/11/84.  
 VINCULACIONES -507480. 11921  
 -11164  
 -507482.

## Investigan a los colaboradores de García Meza

LA PAZ - El gobierno de Colombia dispuso la investigación de varios allegados al ex dictador Luis García Meza, que será entregado a la Justicia boliviana en cuanto las autoridades brasileñas autoricen su extradición.

La investigación fue ordenada tras un frustrado atentado del sábado contra el periodista televisivo Carlos Mesa.

Un sobre que contenía una bomba fue enviado a Mesa por correo, pero fue detectada y desarticulada por la policía.

En Brasilia, el gobierno indultó el fin de semana a García Meza, que estuvo acusado en ese país de falsificación de documentos, y dejó expedito el camino para llevar a cabo la extradición concedida por el Tribunal Supremo brasileño hace varios días.

García Meza, según fuentes diplomáticas, será llevado a su país en los próximos días, en un avión especial sin escala hacia La Paz.

Serán adoptadas medidas de seguridad adicionales para proteger a García Meza.

Grupos no identificados podrían intentar liberarlo, o bien asesinarlo para que no revele los nombres de algunos de los financiadores de su régimen.

García Meza amenazó con delatar a sus colaboradores que no han sido procesados.

"Yo no goberné solo, sino que contaba con la ayuda de varias personas, además de grupos empresariales que financiaron el golpe de Estado", dijo en un programa televisivo. (AP)

## Bolivia: tensión por llegada de García Meza

La inminente llegada del ex dictador Luis García Meza, extraditado del Brasil, está generando un clima de creciente tensión en Bolivia.

LA PAZ/ANSA

El desconocimiento de la fecha en que ello ocurrirá, por otra parte, ha obligado a un ejército de periodistas a pasar día y noche en los alrededores de la cárcel de máxima seguridad de Chonchochoro - a unos 35 kilómetros al oeste de aquí, en pleno altiplano andino - donde purgará su pena de 30 años de prisión.

El Gobierno, argumentando "razones de seguridad", se ha negado hasta ahora a dar a conocer la fecha del traslado a Bolivia de García Meza, detenido desde principios de año en Brasil.

El clima de tensión y expectativa que vive el país se agudizó en las últimas horas al persistir las amenazas anónimas contra jueces de la Corte Suprema, que al cabo de un juicio que duró más de siete años condenó al ex dictador.

García Meza fue encontrado culpable el año pasado por la Corte Suprema de Justicia de una serie de delitos que van desde atentados contra la Constitución y la economía del Estado hasta violación a los derechos humanos y crímenes políticos. La pena que le fue impuesta, sin derecho a indulto, es la máxima que se aplica en el país.

García Meza encabezó un régimen tenebroso entre julio de 1980 y agosto de 1981, recordado por los bolivianos por las violaciones y la deshonestidad del Gobierno.

Los miembros de ese Gobierno hicieron del tráfico de drogas su principal fuente de ingresos, al punto que el ex Ministro del Interior, ex coronel Luis Arce Gómez, fue extraditado a Estados Unidos, en una de cuyas prisiones purga una larga condena.

9500690

• TITULO


## PROCEDENCIA

FECHA DE FOLIO

## VINCULACIONES

# SUSPENDEN LA ENTREGA DE GARCIA MEZA

## García Meza alegó, por medio de



Nº. DOCUMENTO 9500691  
 TÍTULO Partidos bolivianos de oposición piden retorno de sus líderes en retiro.  
 PROCEDENCIA 150015  
 FECHA DE RECIBO 26/11/84 → 11921  
 VINCULACIONES 507480  
11164  
11304  
11837

## **Opositores piden en Bolivia retorno de sus líderes en retiro**

26/11/84.  
 Inmersos en severas crisis internas, los dos principales partidos bolivianos de oposición se rindieron ante la evidencia de que su futuro sólo puede ser garantizado por la presencia de sus líderes históricos y de presencia nacional.

### **LA PAZ/ANSA**

Dirigentes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y de la Acción Democrática Nacionalista (ADN) —que cogobernaron entre 1989 y 1993 sufriendo un profundo desgaste político— han empezado a "suplicar" a sus líderes históricos, los ex Presidentes Jaime Paz Zamora y Hugo Banzer Suárez, que retomen el mando de sus respectivos partidos.

En el horizonte de los partidos se encuentran las elecciones presidenciales y parlamentarias de 1997, para las que esos dos partidos parecen no tener candidatos de peso, lo que refleja la escasa capacidad de renovación de los partidos bolivianos. Varios dirigentes de una corriente renovadora del MIR, anunciaron su deseo de que su ex líder, Paz Zamora, vuelva a la conducción del partido, porque reconocen en él "un factor de unidad. Le pediremos que vuelva al partido", sostuvieron los dirigentes.

Por su parte, la bancada parlamentaria de ADN aprobó un documento de consenso en el que solicita a su fundador y también ex Presidente Banzer Suárez (1971-1978) que retome la conducción de su partido, y que se presente como candidato presidencial en 1997.

El pedido pone en entredicho el proceso de democratización interno que vive ADN, que debería elegir en febrero a sus máximos dirigentes. Si Banzer retoma la jefatura, los pre candidatos a las elecciones internas retirarían sus nombres, debido a su escaso peso político con respecto a éste.

Paz Zamora, que gobernó el país entre 1989 y 1993, anunció su retiro de la vida política en abril de este año, luego de que él y varios altos dirigentes del MIR se vieran involucrados con el narcotráfico, en un escándalo que conmovió al país. Una comisión congresal que investigó el caso de los presuntos "narcovínculos del MIR" nunca llegó a una conclusión de la investigación, por lo que su tratamiento en la Cámara de Diputados debe continuar.

Banzer Suárez se retiró de la vida política en setiembre del año pasado, tras su derrota en las elecciones presidenciales de 1989.

Nº. DOCUMENTO 9500692  
TITULO El Cónsul de Bolivia en Haití fue destituido por la  
PROCEDENCIA 150518 Cancillería Boliviana  
FECHA DE PUBLICACIÓN 28/11/94  
VINCULACIONES 507480  
11164  
11388  
66123

## <sup>BOLIVIA</sup> Haití: destituyen a cónsul

LA PAZ y WASHINGTON, 27 (AFP). - El cónsul de Bolivia en Haití, Louis Lamothe, fue destituido por la Cancillería boliviana "por haberse encontrado en su domicilio un arsenal supuestamente destinado a enemigos del régimen del presidente Jean-Bertrand Aristide", informó hoy la agencia de noticias Fides.

Fides, que cita "fuentes fidedignas de Puerto Príncipe", asegura que Lamothe, de nacionalidad haitiana, estaría fuertemente vinculado a los grupos paramilitares que resistieron la invasión militar norteamericana, y que en el pasado habría apoyado al ex hombre fuerte haitiano Raoul Cedras.

La agencia cita además un informe del comandante de la policía boliviana, general Luis Rocha Martínez, quien afirmó haber recibido los datos de manos del coronel Roberto Pérez Tellería, encar-

gado del batallón de 106 oficiales bolivianos que trabajan para la ONU en Haití desde octubre.

El temor creado por el poder que aún conservan las bandas paramilitares en Haití resurgió hoy, cuando el secretario de Defensa norteamericano, William Perry, sostuvo que es complicada la tarea de dismantelar esos grupos.

"Lo que se nos pide es muy difícil", declaró Perry en referencia a la solicitud formulada por Aristide para que Estados Unidos colabore más activamente en el desmembramiento total de los peligrosos paramilitares.

"No es evidente que queden muchas armas por incautar y debemos dejar que la policía haitiana cumpla con su misión", dijo el secretario de Defensa norteamericano en una entrevista con la cadena de televisión NBC.



Nº. 1 NTO 9500693  
 TIT: BARRAGUA: Periodistas despedidos demandan al diario BARRICADA  
 PRO: CIA 150023  
 FECH: DE PROC: 12/11/84 D 11921  
 VINCULACIONES 66603  
 11165  
 11413

de la propaganda interna de la FSLN que calificó de "una guerra"  
 contrainformación a los organismos gubernamentales. CHAZEN se negó a pagar  
 de ejemplo pero no se barricada en Barricada la información de las Barricadas  
 las medidas económicas del gobierno CHAZEN en cuanto al control de precios a

# Periodistas despedidos demandan a Barricada

12/11/84 Managua (AFP)

Los 17 periodistas nicaragüenses del diario Barricada que fueron despedidos tras oponerse al control del periódico por el sector ortodoxo del sandinismo, demandarán judicialmente al medio de comunicación, para exigir el pago de sus derechos laborales, informaron los afectados.

El diario Barricada, propiedad del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), despidió anoche a 14 periodistas y a 3 empleados administrativos, lo que vino a incrementar la crisis en el medio de comunicación, que hace una semana había despedido a otros tres redactores.

Los 17 periodistas fueron despedidos luego de que se opusieron a los cambios en la línea editorial del medio, que se empezaba a aplicar hace dos semanas tras asumir el control del periódico el sector radical del FSLN, la principal fuerza de oposición de Nicaragua.

Al anunciar el despido, el recién nombrado subdirector de Barricada, Julio López, aseguró que ahora "no habrá ninguna situación de inestabilidad" y que las pretensiones de los periodistas eran absolutamente "exorbitantes y fuera de lugar".

El ex editor de la página de sucesos de Barricada, Juan José Lacayo, confirmó que abrirá una "demanda judicial" para exigir el pago de los derechos laborales por los años de trabajo en el diario.

Los comunicadores exigen el pago de una indemnización correspondiente de tres a seis meses de salario por años laborados, lo que a juicio de la empresa es "a todas luces desproporcionado", de acuerdo con sus posibilidades económicas.

Mientras, los periodistas despedidos pidieron la solidaridad gremial y de la ciudadanía, para enfrentar la acción patronal y su situación de desempleo.

Los redactores pidieron que se les apoye con dinero, papelería u otros aportes, a fin de afrontar en una querrela judicial a la empresa, precisó Lacayo.

El conflicto en el diario Barricada, que cumplió 17 días, forma parte de la crisis interna que afecta al opositor FSLN, por la pugna entre radicales, liderados por el veterano comandante Tomás Borge, y el ex presidente Daniel Ortega, y el sector moderado, encabezado por el ex vicepresidente Sergio Ramírez.

El Frente Sandinista de Liberación Nacional destituyó el 25 de octubre como director del diario a Carlos Fernando Chamorro, afín al ala moderada del partido y en tanto que la presidencia de la Junta Directiva la asumió Borge.

no se barricada en Barricada la información de las Barricadas  
 las medidas económicas del gobierno CHAZEN en cuanto al control de precios a  
 la FSLN, la principal fuerza de oposición de Nicaragua.  
 la acción patronal y su situación de desempleo.  
 la querrela judicial a la empresa, precisó Lacayo.  
 la pugna entre radicales, liderados por el veterano comandante Tomás Borge,  
 la presidencia de la Junta Directiva la asumió Borge.

9500693

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500694  
 TITULO NICARAGUA: Proponen reforma constitucional  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE PREL. A 24/11/94  
 VINCULACIONES 66603  
11164  
11302

**NICARAGUA**  
**Proponen reforma**  
**constitucional**

El ministro de la Presidencia de Nicaragua, Antonio Lacayo, propuso este martes que se abra un diálogo nacional, para acordar una estrategia de desarrollo que se posponga la aprobación de un proyecto de reformas constitucionales que debate el parlamento. El llamado hombre fuerte del gobierno de Violeta Chamorro, dijo que en el paquete de 70 reformas hay que hacer una diferencia entre los temas de fondo, referidos a la estabilidad económica y social, y los de mecánica política. El proyecto, que deberá ser aprobado en una primera lectura este año y ratificado en la próxima legislatura antes de su entrada en vigencia, supone un equilibrio entre los poderes del Estado y la modernización de sus instituciones.

sobre los tipos de reformas  
 que el gobierno de ex presidente  
 establecido democrático.

- El proyecto

reforma proporcional a la  
 representación pero las de

- El proyecto

proyecto de reforma

mantendrá en primera instancia un enfoque sobre la población y la gestión del  
 recursos en relación a las nuevas medidas propuestas por el gobierno y la gestión  
 - para el momento de la reforma democrática popular

3- CONCLUSIONES

RECEBADO

11

01-01

9500694

Nº. DOCUMENTO 9500695

TITULO Nicaragua: Nuevo

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROCEDENCIA 24/11/84

VINCULACIONES 66603

11161

11314

# **NICARAGUA** **Estrategia para** **acabar con la deuda**

Nicaragua emprenderá el próximo año una estrategia destinada a

lograr la reducción de su deuda exterior de

10.900 a 2.700 millones

de dólares, con lo que

espera resolver el grave

desequilibrio

macroeconómico que

impide el desarrollo en

esta nación centroameri-

cana.

El ministro nicaraguense

de Cooperación Externa,

Erwin Kruger, declaró a

la prensa que la estrate-

gia de negociación

denominada «por tracks

(pistas)» ha sido la

respuesta que el Gobier-

no de Managua dió al

Club de París cuando en

este foro preguntaron

qué hará Nicaragua con

el problema de la deuda.

Nicaragua debe a los

países industrializados

organizados en el Club

de París 1.400 millones

de dólares, de los cuales

ha negociado 500.

9500695

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500696

TITULO PUERTO RICO: REFERENDUM POR CONSTITUCION FUE RECHAZADO

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE REC 6/11/94

VINCULACIONES 66899

11164

11438

C - COLOMBIA

1 - FACTOR POLITICO

ASUNCIÓN PRESIDENCIAL DE ERNESTO SAMPER

### Puerto Rico

## REFERENDUM POR CONSTITU- CION 6/11/94

Decenas de miles de puertorriqueños participarán hoy, domingo, en un referéndum para decidir si se elimina o se mantiene el derecho absoluto a la fianza, asegurado en la Constitución del país caribeño. Al mismo tiempo, los electores deberán determinar en la consulta si se aumenta de siete a nueve el número de jueces del Tribunal Supremo de la isla.

La Comisión Estatal de Elecciones (CEE) informó que 2.126.248 personas figuran como electores autorizados para participar en la consulta, que se iniciará a las 8:00 de la mañana (12:00 GMT), cuando abrirán los 6.766 centros de votación situados en todo el país. El referéndum fue propuesto por el gubernamental Partido Nuevo Progresista (PNP), que presenta las propuestas de enmiendas constitucionales como una forma de que «el pueblo» tenga «más poder».

### Puerto Rico

## CONTINUA EL ESTADO LIBRE ASOCIADO 8/11/94

El electorado puertorriqueño ha rechazado por tercera consulta consecutiva cualquier cambio que implique sus relaciones políticas con EEUU o enmiendas a su Constitución. El domingo, el pueblo rechazó enmendar la Constitución del Estado Libre Asociado (ELA) para eliminar su derecho absoluto a la fianza e incrementar a nueve el número de jueces del Tribunal Supremo, con diferencias del 54 por ciento al 45 por ciento en ambos casos. En 1991, los ciudadanos dijeron «No» en un referéndum en el que el pasado gobierno del Partido Popular Democrático (PPD), que defiende el ELA, pedía al país que se expresara a favor de llevar un mensaje a EEUU sobre las condiciones de su actual estatus que no son negociables en su relación política con Gobierno estadounidense. El 14 de noviembre de 1993, la actual fórmula de gobierno, el ELA, prevaleció sobre la pluralidad de votos (48.6 por ciento) frente a las propuestas de convertir el país en el estado 51 de

EEUU (46.3 por ciento) o en una república independiente (4.4 por

ciento).

R E S E R V A D O

9500696

01-01

Nº. DOCUMENTO 9500697  
 TÍTULO HONDURAS: Fiscalía pierde credibilidad en tema de derechos humanos  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE PROCESO 14/11/84 11921  
 VINCULACIONES 66153  
11164  
11165  
11245  
13065

**HONDURAS**  
**La Fiscalía pierde**  
**(credibilidad en tema**  
**DDHH**

Los organismos de derechos humanos de Honduras desconfían de la Fiscalía General del Estado por el «extraño silencio» que guarda sobre un informe judicial que involucra a altos oficiales militares en el «secuestro y tortura» de varias personas en la década pasada. La duda entre los dirigentes de instituciones que defienden los derechos humanos obedece al silencio de la Fiscalía, que conoció la denuncia desde junio pasado, dijo la coordinadora del Comité de Familiares de Detenidos Desaparecidos en Honduras (COFADEH), Bertha Oliva. El informe implica al actual ministro de Defensa, general de brigada Reynaldo Andino Flores; al ex director de la clausurada Dirección Nacional de Investigaciones (DNI), el coronel Juan Blas Salazar, y a otros oficiales de alta graduación algunos de ellos ya retirados....

Nº. DOCUMENTO 9500698

TITULO ECUADOR: Convulsión social por paros de maestros y transporte

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE FEEL 8/11/84

IVINCULACIONES 65838.081192424 11103

11164

11165

11443

S - FACTOR SIGOSOCIAL

ECUADOR

Convulsión social por paros. 24/11/84

Una escalada de agita-

ción social que se

registra en Ecuador se

recrudesció el martes por

paros de los maestros

estatales y de los

transportadores urba-

nos, mientras por

segundo día continua-

ban cerradas las

puertas de los hospita-

les públicos en todo el

pais. El gobierno anun-

ció que tomará medidas

para mantener el orden

y garantizó la paz y la

tranquilidad para los

ecuatorianos, quienes

en las últimas semanas

han vivido huelgas de

diversos sectores que

protestan contra un

acelerado incremento

del costo de vida.

La economía de los

ecuatorianos se vio

afectada por una eleva-

ción del 62% en el

precio del diesel

Ecuador

CIERRAN FRONTERAS CON COLOMBIA

La frontera con Colombia y nu-

merosas carreteras ecuatorianas

permanecen hoy martes bloquea-

das por la huelga convocada por la

Federación de Transportistas Pe-

sados de Ecuador, en protesta por

el aumento del precio del diesel en

un 63 por ciento. El puente inter-

nacional de Rumichaca, entre la

ciudad ecuatoriana de Tulcán y la

colombiana de Ipiales, fue blo-

queado con camiones que impiden

el paso de todo tipo de vehículos

desde que comenzó el lunes la huel-

ga de 48 horas. Un funcionario de

la Policía de Migración en

Rumichaca aseguró ayer que «hay

trailers atravesados en el puente,

que además está obstaculizado con

llantas».

denunció "la existencia de una estrategia para fomentar el descontento en la población".

Por otra parte, se realizaron varios mítines de "reafirmación revolucionaria" en distintos puntos de LA HABANA, en tanto que la JUVENTUD COMUNISTA movilizó a miles de manifestantes en apoyo al gobierno en distintas zonas de EL MALECON.

MEASURAS DE AJUSTE EN POLITICA MIGRATORIA

Al incrementarse notablemente el éxodo de cubanos por vía marítima a ESTADOS UNIDOS, la Cancillería cubana anunció la aplicación de varias medidas

R E V I S T A

10-10

9500698

1/8

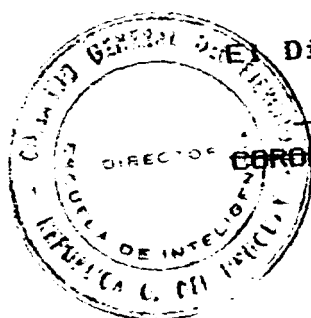
E. I. E.  
131000ENE995

Señor Director General de la D.G.I.D.:

Adjunto al presente remito a Usted, el Resumen Semanal correspondiente al periodo 06 al 12 de enero de 1994.

Sin otro particular, saluda a Ud. atentamente.

Director de la E.I.E. y Jefe de la Ca.C/Inf.E.



CORONEL

LEONARDO GARCIA.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE E.I.E.	
SECRETARIA	
Fecha	17/I/95
Pasa a	JDI
Nº de Identificación	9500699

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Inteligencia de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Emisión	27 FNE 1995
Pasa a	ARCHIVO
Nº. de Orden	9500699

001/8



RESUMEN SEMANAL DEL 06 AL 12 DE ENERO DE 1995.

I.- EXTERIOR.

A.- MUNDIAL.

1.- ISRAEL.

- El Ministro de Salud Pública, Efraín SNE, admitió que el Ejército israelí creó una unidad especial "Sansón" con la finalidad de liquidar células terroristas palestinas.

2.- IRAN.

- El Secretario de Defensa de los EE.UU., William PERRY, declaró que Irán podría fabricar armas atómicas en menos de cinco años si logran comprar plutonio pesado. Por su parte funcionarios del gobierno israelí manifestaron que si el programa nuclear iraní no es interrumpido, se verán forzados a considerar un ataque a sus reactores nucleares como lo hicieron en 1991 contra Irak.

3.- RUSIA.

- El Parlamento ruso dió su apoyo a las tácticas del Kremlin para restaurar el orden constitucional en Chechenia, por su parte el Presidente Boris Yeltsin decidió poner bajo sus órdenes, como Comandante en Jefe de las FF.AA., al Estado Mayor del Ejército, separándolo del Ministerio de Defensa.

4.- ITALIA.

- El fiscal Antonio DI PRIETO, fundó el Movimiento político Manos Limpias, el que la servirá como trampolín hacia la Presidencia del gobierno, aunque la mayoría de los italianos lo prefieren como Primer Ministro.

5.- ESPAÑA.

- Empresarios de Euzkadi (País Vasco) y de Navarra, en el norte de España, son presionados por la organización independentista vasca ETA para que paguen un impuesto revolucionario entre U\$S 60 mil y 75 mil, para evitar ser blanco de atentados.

**B.- CONTINENTAL.**

**1.- ESTADOS UNIDOS.**

- Al inaugurar la sesión 104 del Congreso Nacional, los republicanos asumieron el control de ambas Cámaras, las que quedaron integradas de la siguiente manera:

. Cámara de Senadores: 230 Republicanos  
204 Demócratas  
1 Independiente.

. Cámara de Diputados: 53 Republicanos  
47 Demócratas.

**2.- MEXICO.**

- Para sostener el plan de ajuste económico e ingresar capitales extranjeros, influyentes medios económicos de los EE.UU. presionan al gobierno de Ernesto ZEDILLO para que privatice las principales empresas, entre ellas la poderosa PEMEX (Petróleos Mexicanos).

- Varios políticos han acusado al Ejército de intimidar a los aldeanos y violar sus derechos constitucionales en la localidad de Amparo Agua Tinta, estado de Chiapas, aumentando el clima de tensión y posibilitando un enfrentamiento armado.

- El Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), a través de un comunicado, ordenó a sus fuerzas suspender temporalmente toda acción armada y reiteró su disposición de entablar un diálogo con el gobierno federal.

La crisis económica comienza a sentirse con fuerza en los hogares mexicanos, la inversión extranjera está abandonando poco a poco la Bolsa de Valores.

La caída de la Bolsa en los últimos días se debió a la huida de inversores del mercado de valores y a que están colocando su capital en el mercado de dinero tras el incremento de intereses.

**3.- COLOMBIA.**

- Aproximadamente 60 guerrilleros pertenecientes a las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), luego de reducir a la guardia de seguridad, tomaron la Cárcel de Mocoa, capital del Departamento de Putumayo, liberaron a 93 presos, se apoderaron de armas y municiones y fugaron.

#### 4.- CHILE.

- La decisión del gobierno de construir una cárcel especial para militares acusados de violaciones a los DD.HH. provocó:

- . Una inesperada crisis ministerial que se superó luego que el Ministro de Obras Públicas, Ricardo LAGOS retirara su renuncia al cargo, por estar en desacuerdo con tal medida.
- . Varios dirigentes del Partido Comunista fueron detenidos cuando realizaban una protesta frente al Palacio Presidencial de la Moneda.

- Dando inicio a su campaña de Soberanía en la Antártida, la Fuerza Aérea de Chile (FACH), destinará dos aviones Twin Otter y dos Hercules C-130, los que tendrán como objetivos principales, sobrevolar el Polo Sur y asentar una base de abastecimientos en Patriot Hills (Pista natural sobre un lago congelado), a 3.000 kms. de la ciudad austral de Punta Arenas.

- A pedido de los abogados acusadores, Fabiola LETELLIER y Juan BUSTOS, el proceso judicial que enfrenta el ex-General Manuel CONTRERAS, podría ser aplazado hasta marzo por ser enero y febrero meses de vacaciones, lo que atenta contra la "máxima publicidad" de este fallo. Según fuentes judiciales la solicitud de aplazamiento se debe a que el quinto de jueces es favorable a la tesis de que la pena de CONTRERAS quede fijada en cinco años. Dicha sentencia le permitirá al Gral. CONTRERAS continuar en libertad. Los defensores del Gral. CONTRERAS, Sergio MIRANDA y Miguel RETAMAL, exigieron que el trámite se cumpla cuanto antes.

- El General Augusto PINOCHET, podría ser citado a comparecer ante la Justicia española si prospera un pedido del abogado de la familia del diplomático español Carmelo SORIA, muerto en 1976, en Santiago, por miembros de la Policía Secreta chilena.

- La Bolsa de Valores de Santiago, registró un derrumbe "histórico" del 3.7% en el Índice General atribuido a los sucesos de México y Argentina.

#### C.- REGIONAL.

##### 1.- PARAGUAY.

- Un autodenominado Comando de Operaciones de Oficiales Subalternos de las Fuerzas Armadas, remitió a una agencia de prensa un comunicado dirigido "a

nuestros camaradas y a la ciudadanía" solicitando el pase a retiro del Gral. Lino César OVIEDO.

## 2.- BRASIL.

- El BNDES (Banco Nacional de Desarrollo Económico), será transformado en un "superbanco" capaz de solicitar préstamos al exterior por U\$S 40 mil millones, sin contar con el aval del Banco de Brasil. Este Banco aumentaría su patrimonio con 25 mil millones de reales provenientes de los recursos del Fondo de Amparo de los Trabajadores (FAT), que dejaría de funcionar por la reforma tributaria.

- La crisis económica mexicana afectó la Bolsa de Valores de San Pablo produciendo una baja de 9,86%. El gobierno cree que el nivel de reservas y superávit comercial del país impedirá una crisis económica.

- La transferencia de fondos provenientes de fraudes en la Previsión Social, que llegaría a U\$S 30 millones y en el que estarían involucrados varios abogados y funcionarios del INPS (Instituto Nacional de Previsión Social), está siendo investigado por la Justicia Suiza.

- El EMFA (Estado Mayor de las FF.AA.) presentará al Presidente F.H. CARDOSO, el presupuesto necesario para la creación del Ministerio de Defensa. Dicho Ministerio estaría dirigido por un civil.

- En la primera reunión del Consejo de Gobierno, Fernando H. CARDOSO, indicó que el Ministro Jefe de Casa Civil, Clovis CARVALHO, el Mtro. de Planeamiento, José SERRA y el de Hacienda, Pedro MALAN, tendrán poderes de superministros y que las acciones de gobierno serán coordinadas por el Ministro Clovis CARVALHO.

Para unificar las acciones del gobierno, Fernando H. CARDOSO creó las Cámaras del Consejo de Ministros, presididas por Clovis CARVALHO, con la presencia obligatoria de los Ministros de Hacienda y Planeamiento y dependiendo del tema a tratar con los Ministros correspondientes. Su función será formular políticas sectoriales que abarquen más de un Ministerio.

Fernando Henrique CARDOSO, indicó a sus Ministros que la principal tarea del gobierno será mantener el equilibrio económico e incentivar el aumento del poder adquisitivo de la población. El gobierno deberá equilibrar su presupuesto para evitar el déficit fiscal y privatizar algunas empresas estatales. Para facilitar las reformas propuestas por el

gobierno, el vicepresidente, Marco MACIEL, propuso la realización de varios encuentros con senadores y diputados electos de los Partidos que apoyaron a CARDOSO y los Ministros en cuyas áreas se planean reformas constitucionales.

- La PM2 (Servicio Reservado de la Brigada Militar) será la encargada de investigar delitos cometidos por policías, y auxiliar en la búsqueda de información sobre criminales profesionales; estará subordinada a la Corregiduría de la Brigada Militar.

### 3.- ARGENTINA

- La agrupación estudiantil Franja Morada (UCR) regional Buenos Aires, eligió sus autoridades para el período 1994-1995, la que fijó entre otros objetivos: apoyar desde la universidad la fórmula presidencial MASSACESI-HERNANDEZ.

- La Embajada Argentina en Asunción (Paraguay) reforzará la seguridad ante la amenaza de un atentado por parte del grupo fundamentalista islámico HAMAS.

- El Presidente Carlos MENEM puso en funciones a Carlos CORACH al frente del Ministerio del Interior luego que Carlos RUCKAF dejara ese Ministerio para integrar la fórmula presidencial del Justicialismo.

- En la localidad de Pilar (Prov. de Bs.As.) efectivos de la Policía Federal encontraron varios panes de Trotyl en el interior de una casa de fin de semana que iba a ser visitada por el Presidente de la Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas (DAIA), Dr. Ruben BERAJA.

- Continúa el malestar social en el norte del país, en las provincias de Salta, La Rioja, Chaco, Formosa, Corrientes y Córdoba. Distintos gremios llevan a cabo medidas de fuerza reclamando: estabilidad laboral, pago de salarios y aguinaldos atrasados, así como necesidades propias de sus sectores.

- La Confederación General de Trabajadores de Israel (HISTADRUT), decidió cerrar su representación en América Latina con sede en Bs.As. debido a la situación financiera que atraviesa el organismo.

- Debido a la superpoblación penitenciaria bonaerense, el gobierno de la Provincia, realiza gestiones ante los Ministerios del Interior y Defensa, para que el actual penal de las FF.AA. en Magdalena, se pueda convertir en una cárcel de extrema seguridad; de prosperar esta iniciativa el ex coronel

SEINELDIN y 22 carapintadas allí alojados serían derivados a Campo de Mayo.

- La tasa de desempleo para 1994, se ubicó en el 12%, batiendo un record histórico, lo que significa que más de 3 millones de personas están sin trabajo; se prevé que en 1995 el desempleo llegará al 14%.

- En el mercado financiero las acciones cayeron casi 3%, básicamente por la falta de negocios, no hay compradores y los precios caen sin volumen. Los títulos públicos y los bonos de deuda se derrumbaron lo que afectó las inversiones de bancos mayoristas que se vieron impedidos de cubrir las pérdidas.

#### **D.- NARCOTRAFICO.**

##### **1.- BOLIVIA.**

- La hermana del ex Presidente Rosario PAZ ZAMORA, es investigada por la Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (FELCN), por su posible vinculación con el narcotráfico.

##### **2.- COLOMBIA.**

- Un helicóptero de la Policía Antinarcótico fue derribado por presuntos guerrilleros, en el Municipio de San José del Guaviare (300 km. al suroeste de Bogotá) cuando escoltaba un avión fumigador.

##### **3.- PERU.**

- En un depósito en la ciudad de Piura (850 km. al noroeste de Lima) fueron descubiertas dos toneladas de clorohidrato de cocaína)valuadas en U\$S 50 millones, por la policía peruana e integrantes de la DEA.

##### **4.- PARAGUAY.**

- La Secretaría Nacional Antidroga (SENAD), despidió a 19 agentes especiales como parte de su reorganización luego del asesinato del Gral. Ramón ROSA RODRIGUEZ.

##### **5.- BRASIL.**

- En un operativo de la Infantería de Marina de la favela Parada de Luca (norte de Río de Janeiro), se incautaron 91 ks. de cocaína, 292 ks. de marihuana y 200 grs. de hachís; además se incautaron 6.780 proyectiles de diverso calibre y revólveres calibre

007

9500699

38.

Asimismo la policía calcula que 4.400 personas armadas participan del tráfico de drogas de la cual se venden semanalmente 1.300 kgs. de cocaína.

- En el morro San Bernardino, en Niteroi, un operativo conjunto del Ejército y la Policía Militar, detuvo a 6 personas e incautaron 400 "ravioles" de cocaína y dos pistolas.

- El traficante de drogas más buscado de Río de Janeiro, Aldair CABRAL MANGANO, llamado también Nem Maluco, fue muerto durante un enfrentamiento entre grupos rivales en el Complejo del Alemán al norte de Río.

6.- ARGENTINA.

- Fue detenida por la División de Narcotráfico de Quilmes, una persona que tenía en su domicilio un cultivo de 15 a 20 plantas de marihuana.

- La División de Toxicomanía y Narcotráfico (DINOTAR) de Tucumán, detuvo a José Ricargo CONSUMANO, e incautó en su domicilio un laboratorio para fraccionar cocaína, 8 kgs. de la droga y U\$S 50 mil.

008/8

9500699



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIÓN

Jorge STAINFELD electo Vice Pte. de la B'NAI B'RITH.  
1500/5  
3/10/94  
11612  
12514  
507466

## Distinción a un dirigente uruguayo

### • Jorge Stainfeld fue electo vicepresidente senior de la B'nai B'rith

Jorge Stainfeld, destacado dirigente de la comunidad judía uruguaya, fue electo como uno de los cinco vicepresidentes de la B'nai B'rith Internacional durante la Convención Mundial de dicha organización celebrada a fines de agosto en Chicago. Durante su mandato de dos años, Stainfeld tendrá Latinoamérica como área geográfica de su actividad.

El evento que congregó a miembros del B'nai B'rith de todo el mundo contó durante su desarrollo con distinguidos oradores: el ex Ministro de Relaciones Exteriores de Israel, Abba Eban, el actual Embajador de Israel en EE.UU., Itamar Rabinovich, y una comunicación directa por satélite con el Presidente Bill Clinton. También funcionaron miniseminarios con destacados panelistas, en los que se abordaron los temas de mayor preocupación en la agenda mundial: Ruanda, embate del terrorismo, progresión de la xenofobia y el racismo, proceso de paz en Medio Oriente.

En la oportunidad se eligió presidente de la organización al Dr. Tommy Baer, abogado de 55 años de edad, de destacada trayectoria por treinta y cinco años como dirigente de la comunidad judía de EE.UU. y reconocido profesional en Richmond, Virginia, donde llegó con parte de su familia desde Alemania en 1938, luego de los actos nazis de La Noche de los Cristales, un año antes del estallido de la Segunda Guerra Mundial.

Una de las cinco vicepresidencias senior de B'nai B'rith Internacional recayó sobre el destacado dirigente uruguayo Jorge Stainfeld, quien fue electo por una importante mayoría de los delegados presentes, pasando a ocupar de esa manera una posición de dirección en la institución, que enorgullece y dignifica el trabajo de los dirigentes comunitarios uruguayos en general.

Jorge Stainfeld ha tenido una intensa actividad en la B'nai B'rith desde hace 25 años, de la cual fue secretario de la

B'nai B'rith uruguayo, presidente de su Comisión de Relaciones Humanas; representante ante los organismos internacionales de B'nai B'rith (Consejo de Gobernadores y Consejo Internacional, respectivamente); presidente de la Sección Latinoamericana del Consejo Internacional de la Organización; y antes de ser electo para el cargo mencionado, era vicepresidente internacional en representación del Distrito que componen Uruguay y Paraguay.

Jorge Stainfeld también fue distinguido con la Medalla al Mérito por el Distrito 28 (Uruguay y Paraguay) en 1993; formó parte de la delegación de B'nai B'rith internacional que fue invitada a visitar Marruecos por parte del Rey Hassán II en enero del corriente año; y como presidente de la Sección Latinoamericana, creó, junto a otros delegados de América Latina, la filial de la B'nai B'rith en la entonces Leningrado, en 1988. Miembro activo desde su juventud de la Nueva Congregación Israelita también ejerció la presidencia

de esta organización. En su actividad privada es un industrial que ha acompañado a dos Presidentes uruguayos en diferentes misiones: al Dr. Julio María Sanguinetti a China e Israel; y al Dr. Luis Alberto Lacalle a Israel.

Stainfeld, casado y con 3 hijos, se ha manifestado orgulloso por la distinción que la Convención Mundial de B'nai B'rith le ha hecho objeto al elegirlo para tan elevado cargo; al mismo tiempo ha aceptado el desafío que significa ocupar un cargo de conducción en la mayor y más antigua Organización Judía de Servicios, que cumple su misión en 51 lugares del planeta, y que encara con pleno dinamismo y con un sentido profundo de misión, la proyección hacia el nuevo siglo.

Entró en funciones en la Convención cuando al final de la misma fue solemnemente elevado al cargo. Su actividad se extenderá hasta la Convención de 1996, en la cual por disposición reglamentaria puede ser electo por otro período.



Jorge Stainfeld, nuevo vicepresidente senior de la B'nai B'rith

01-01

9500702

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO **B'NAI B'RITH cumple 151 años**

PROCEDE: **150023**

FECHA DE PROCEDE: **14/10/94**

VINCULACIONES **11612**

**12514**

**507466**

## B'nai B'rith cumplió 151 años

La organización B'nai B'rith festejó ayer sus 151 años de vida en nuestro país. Con tal motivo, en horas del mediodía las autoridades de la institución recibieron a la prensa para compartir un brindis en su sede central de la calle Canelones 1222. En la oportunidad, su presidente, contador Mauricio Zolkwer, destacó la labor de los medios de comunicación en la difusión de la tarea encarada en todos estos años por la B'nai B'rith. Se mostró complacido por los acuerdos de paz en Medio Oriente, a la vez que condenó el atentado que sufrió la sede de la AMIA en Buenos Aires.



ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500703

Nº 100

TÍTULO

PREVISTO

FECHA

VOLUMEN

*Avance de los sectas es un fenómeno mundial*  
 150007  
 8/10/94  
 12773  
 30044

Una Historia Signada por Tragedia y Muerte

# LAS SECTAS Y SUICIDIO COLECTIVO COMO TERRITORIOS DE ALUCINACION

El avance de las sectas es un fenómeno mundial que periódicamente presenta un caso trágico. "El Templo del Pueblo", liderada por Jim Jones que derivó en una masacre en Guyana, el grupo encabezado por David Koresh, que terminó en tragedia y estremeció no sólo a Texas, donde estaba su sede, sino a todo el mundo, y en los últimos días, las muertes en "La Orden del Templo Solar", cuyos miembros optaron por el suicidio para anticiparse a lo que consideraron sería el inminente fin del mundo. En este informe especial, EL PAÍS recorre el fenómeno de las sectas y recuerda los hechos trágicos ocurridos, con su punto central en el suicidio colectivo en Suiza.

El sitio menos pensado. El país de los relojes y las bóvedas bancarias, industrial y aséptico, salta al cabezal de las noticias por el suicidio masivo de los fieles de una secta clandestina asentada en aldeas de la Suiza francesa. Al fin y al cabo respetuosos de la puntualidad, como buenos helvéticos, esos supersticiosos se eliminaron al unísono en dos pueblos separados por 80 kilómetros y extendieron la coordinación al otro lado del Atlántico: poco antes de la explosión se incendió en Canadá el apartamento donde vivía el fundador de la secta —La Orden del Templo Solar— un médico homeópata llamado Luc Jouret. Convencidos de la proximidad del Apocalipsis, los miembros de la orden optaron por el suicidio colectivo luego de brindar con champagne, ganándose de mano al fin del mundo.

guidores en las capas desvalidas de la sociedad por razones de instrucción, de edad o de condición solitaria que son también las más permeables al mensaje de quienes operan como mediadores entre su descon-suelo y los poderes superiores invocados por el oficiante. A partir de esa seducción, similar en todo caso a la ejercida históricamente por las iglesias tradicionales, se desarrolla el apego del creyente y se logra consolidar el rebaño, cuya fidelidad a las normas impartidas puede ser admisible en la medida en que los responsables de la secta trabajen por la salud espiritual ajena y no por la recaudación propia. El riesgo de que alguna secta se convierta en un negocio mucho más terrenal de lo que sospechan sus fieles, es apenas una de las trampas que pueden abrirse ante la crédula comunidad.

En todas las variantes sectarias son muy hábiles, proponiendo un punto de partida que facilita al destinatario un veloz reconocimiento y hasta la familiaridad inicial con que ingresa al recinto del culto. Son, además, llamativas.

*[Handwritten signature]*

01-04

9500704

El avance de las sectas es un fenómeno mundial que por lo visto incluye a Suiza, pero también al Uruguay. Amparadas en una libertad de cultos característica de las sociedades liberales de esta época, las sectas cumplen una función de amparo alternativo frente a grandes religiones en crisis: debilitado el vínculo entre las iglesias y su feligresía, reducida la actividad y la presencia de tales iglesias en la esfera social, disminuida la práctica regular de los creyentes y su concurrencia a los templos, va generándose un vacío en la relación del hombre con sus audios sobrenaturales, un espacio disponible en su dependencia de lo divino y lo trascendente. El alejamiento entre la masa y el viejo respaldo religioso provoca un nuevo desamparo: el del hombre enfrentado al silencio de una fuente de garantías y recompensas que antes era elocuente y claro la que ha perdido el diálogo.

#### EL RECLUTAMIENTO

Las sectas han sabido llenar aceleradamente ese vacío en un curioso arco de variedades que comprenden desde la expansión del sincrismo afro-cristiano emanado de Brasil hasta el discurso espectacular de los predicadores de raíz protestante que han crecido a partir de su auge en Estados Unidos. Casi todas las variantes sectarias son muy hábiles, proponiendo un punto de partida (la Biblia, Jesús, la Virgen) que facilita al destinatario un veloz reconocimiento y hasta la familiaridad inicial con que ingresa al recinto del culto. Son además llamativas, ofreciendo un ritual de carácter a menudo festivo y a veces teatral, lo cual agrega atractivos adicionales a la promesa de relacionarse con el misterio y obtener servicios de las fuerzas tutelares que mueven el mundo. La respuesta suele ser primaria —el pedido de favores sobre salud, amor, economía— pero es además copiosa: una nueva apuesta a nuevas fuentes de iluminación.

Claro que las sectas reclutan habitualmente a sus se-

#### LA ENAJENACION

La trampa peor, sin embargo, es la del fanatismo, la alucinación y la locura que comienza en la febril mentalidad de un conductor pero se transmite fácilmente a la hueste de incondicionales. Así se alzan cultos fraudulentos detrás de cuya fachada corren la intolerancia, el racismo, la violencia, el antisemitismo y la obsesión política, divulgando principios despóticos o criminales cuya norma central es el odio, ya que no disponen del número, los recursos ni la fuerza para intentar el exterminio de quienes aparecen rotulados como enemigos. Esos grupos albergan una corrupción mucho mayor de la que denuncian en otros, una intransigencia que sólo deriva en la enfermedad colectiva, unos terrores que sólo podrán espantarse a través de la práctica mágica y su esotérica liturgia. En este umbral del tercer milenio (como ocurrió en la cercanía del segundo) se encabitan los pánicos ante un apocalipsis que algunos pastores hacen coincidir con el giro del calendario, anunciando el Gran Final desencadenado por las perversiones humanas.

No hace falta más que un poco de vehemencia y cierta capacidad de convicción para esparcir el contagio y conquistar a un atemorizado batallón, como el de doscientos suizos, canadienses y franceses que catequizó el doctor Luc Joutet, cuarenta y ocho de los cuales resolvieron adelantar su propio holocausto. Ante la llegada del año 1000, otros predicadores lograron arrastrar multitudes hacia las montañas para esperar allí el descenso de una divinidad que debía ser puntual, atenta al número redondo de aquella fecha. Pero eso ocurría en la Alta Edad Media, una época propicia a la sugestión y el miedo ante las dictaduras celestiales. En esta Era Nuclear las condiciones han variado poco cuando se observa la fascinación ante lo oculto y la docilidad del hombre ante quienes se proclaman intérpretes de la palabra superior, lo cual convierte la inminencia del año 2000 en otro reencuentro con la hechicería.

#### EL ESOTERISMO

Porque de eso trataba la Orden del Templo Solar, desvinculada por Joutet de la más amplia y famosa Orden del Templo Oriental, que tiene adeptos en varios países de Europa. El establecimiento agrícola donde fueron hallados 23 de los 48 cadáveres, disponía de una casa con puertas disimuladas, pasillos secretos y habitaciones ocultas donde se

practicó la magia negra y donde los muertos aparecieron reunidos en círculo, cubiertos por capas negras, rojas y blancas en las que había extrañas inscripciones. Esa finca está ubicada cerca de la aldea de Chaux, en el cantón de Friburgo, a

**No hace falta más que un poco de vehemencia y cierta capacidad de convicción para esparcir el contagio y conquistar a un atemorizado batallón, como el de doscientos suizos, canadienses y franceses como los que catequizó Luc Joutet.**

treinta kilómetros de Lausana y a setenta de Ginebra. Los otros 25 cuerpos fueron encontrados en el pueblo de Granges-sur-Salvan, a veinte kilómetros del lago Lemán. Ambos datos demuestran lo delgada que es la membrana de una civilización cosmopolita, dominante en las ciudades suizas como en cualquier otro centro urbano de Europa, porque esa capa de evolucionada cultura se evapora cuando la realidad se interna en un

medio rural donde perduran las escalas mágicas de la Edad Media.

No lo hacen por fuera, en comunidades campesinas que viven confortablemente, disponen de medios electrónicos para estar en el mundo y viajan en vehículos flamantes. Esas escalas sobreviven por dentro, en una mentalidad cuyo baño de dos milenios de cristianismo y cuya proximidad a centros de poderosa irradiación espiritual y cultural no han determinado variaciones sustanciales desde los períodos de oscurantismo. Por debajo de la ufana modernidad de ese Primer Mundo, se mueve otra realidad que nunca llegó a ser dominada por la razón y ha seguido anclada en el atavismo, una realidad cuya turbia naturaleza suele despojar ocasionales reflejos cuando se delata una red de brujería en provincias de Inglaterra, cuando prospera en Alemania una ideología extremista que el sano juicio no puede explicar, cuando trascienden ciertos hábitos de iniciación sexual para las muchachas de zonas rurales francesas, cuando se denuncia el asesinato ritual de una niña a manos de familiares en un

(Continúa en la página 16)



# SANGRE Y MUERTE EN GUYANA, SUIZA Y ESTADOS UNIDOS

(Viene de página 17)

pueblo de España, intentando ejecutar un exorcismo.

## LA PREOCUPACION

El suicidio voluntario de los 48 idólatras de Suiza agrega un dato más a ese cuadro subterráneo, demostrando el vigor con que una mentalidad regresiva yace debajo del manto civilizado, la obstinación con que la magia resiste en ese subsuelo de la cultura oficial, los alevosos ataques que puede descargar sobre una realidad visible que casi siempre la enmascara. A veces ese mundo cerrado estalla con las 912 víctimas que se inmolaron hace dieciséis años en Guyana junto a su conductor Jim Jones, con los niños envenenados en torno de un altar de la Virgen en el "Templo del Mediodía" de la ciudad mexicana de Tijuana hace cuatro años, con las 81 personas carbonizadas durante el asalto a la sede de los adventistas de David Koresh en Texas, hace un año y medio.

Por eso hay razones para inquietarse cuando la gente es atraída hacia prácticas rituales que invocan una comunicación sobrehumana mien-

tras sacrifican animales o inducen estados de trance.

Por eso también es perturbador el avance de grupos seudo-religiosos que adiestran a la juventud en un régimen de virtual secuestro, empleando nociones enajenantes para apropiarse del ánimo y la devoción del prójimo. Por eso el apogeo y multiplicación de las sectas justifica la alarma de los profanos: no es fácil medir la distancia entre una doctrina de apariencia inofensiva y un desenlace brutal como el de las aldeas suizas; no es fácil predecir dónde terminan la buena fe o el ardor inocuo y dónde comienza el esoterismo criminal. En nombre de la exaltación espiritual o de la convocatoria a lo desconocido, puede cometerse la desintegración de ese espíritu y estafarse a los crédulos, por no hablar de una conspiración suicida o de la muerte física.

Esta vez el rayo se descargó en Suiza, pero puede repetirse en cualquier otro lado, eventualidad que demuestra hasta qué punto el hombre de hoy camina por rumbos inciertos y confía su perplejidad a los proveedores de embrujos, espera curarse con la receta de los milagros y canjea un mundo sin Dios por un submundo con guardianes aniquiladores. Las puertas invisibles que daban acceso al templo escondido en la granja suiza, revelan con qué cuidado ciertos grupos borran sus huellas al renegar de la vida, renunciar a la cordura y despedirse de la realidad. Pero lo temible es que siguen estando detrás de esas puertas y es imprevisible la fuerza que pueden cobrar o la forma que asumirá su próximo estallido.

J.A.

## David Koresh Preside Masacre en Tierra Texana

Como el mundo es chico y electrónico, puede contemplar en vivo y en directo lo que ocurre en cualquier latitud y a cualquier hora, privilegio que en 1993 permitió que ese mundo se asomara al balcón de una masacre: la del rancho de Texas donde David Koresh y sus feligreses se habían atrincherado contra la policía, el FBI y el ejército para aguardar en ese encierro el Juicio Final. El show fue universal y también macabro: durante varios días, los teleobjetivos debieron limitarse a enfocar la lejanía de esa sede religiosa, en cuyo exterior no había signos de vida. Pero después vino el asalto de los hombres armados, el colosal incendio de los edificios, el allanamiento y la comprobación de que en ese holocausto habían sucumbido 81 personas, grupo que por cierto comprendía a hombres, mujeres, niños y ancianos completamente convencidos de que el enardecido Koresh era un profeta y la congregación que funcionaba en torno de él aseguraba la salvación.



El episodio fue una demostración más de los estados de hipnosis (colectivos y suicidas) a que puede llevar el fanatizado adoctrinamiento de las sectas. Lo grave es que Koresh no fue el primero ni el último. El reciente desastre de dos aldeas suizas enseña que los hombres acompañan sugerencias a menudo fatídicas.



## El Truculento Sermón Tuvo Lóbrego Final

Jim Jones era un desconocido para la opinión pública hasta que logró la hazaña criminal de arrastrar a un suicidio masivo a novecientos doce seguidores de su secta religiosa, hecatombe en la cual también él pasó a mejor vida. El hecho ocurrió en Guyana, en el año 1978, y permitió que un mundo estupefacto calibrara los riesgos de una fanatización idólatra que no empieza ni termina en el reverendo Jones, mestizo norteamericano y cincuentón que supo atraer hasta ese enclave caribeño a sus incondicionales, formular proclamas agresivas, enseñar tiro al blanco a los fieles, inducir al asesinato de un diputado californiano que se proponía examinar el fenómeno sectario y por fin decretar la caída simultánea de aquellos novecientos doce crédulos, despachados al otro mundo con auxilio de un veneno infalible. El caso de Guyana y la terrible figura de Jones demostraron la posibilidad de que ciertas comunidades sean atrapadas en el resbaloso discurso de conductores iluminados, detrás de cuya guta suele deslizar una intolerancia y una vocación violenta por lo menos alarmantes.

Las cifras logradas por Jones para su holocausto no se han repetido. Lo que en cambio se ha dado son nuevos casos en menor escala de idéntico fanatismo e igual coordinación suicida impulsada por un sueño de predestinación.

## CRONOLOGIA DE SUICIDIOS MASIVOS

**G**uyana, 19 de noviembre de 1978:  
912 miembros de la secta "Templo del Pueblo", fundada por Jim Jones.

**F**ilipinas, isla de Mindanao, 11 de julio de 1986: unos 300 seguidores de la secta "Cristianos benevolentes de Filipinas" asaltaron, armados de cuchillos y blandiendo amuletos, el poblado de San Antonio, destruyeron el municipio, un centro social y un consultorio. Al darse cuenta que sus amuletos no les servían para defenderse de los proyectiles disparados por los militares huyeron, quedando al menos 15 muertos.

**C**orea del Sur, 29 de agosto de 1987: en una pequeña empresa de artesanía,

se encontraron 32 personas estranguladas, todas con un hilo de nylon después de haber ingerido veneno.

**T**juana, México, 14 de diciembre de 1990: fueron hallados 12 cadáveres por en su mayoría niños, dispuestos en círculo alrededor de un pequeño altar. Murieron por una mezcla de alcohol industrial.

**E**stados Unidos, Waco, Texas, 19 de abril de 1993: 81 personas pertenecientes a una secta, murieron carbonizadas supuestamente provocado por los propios integrantes.

**11** de octubre de 1993, Ta He, Vietnam: 53 personas, entre ellos 19 niños, se suicidaron con disparos para alcanzar el paraíso. Ca Van Liem, líder de la secta se proclamó rey.



N.º DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIONES

Secta "Templo del Sol" en Suiza

150073

8/10/94

12723

67228

Todos los miembros de la secta tenían buena posición económica y vendieron sus bienes para financiar la organización

## Plata diabólica

"Nos decían: den y serán recompensados; el único objetivo de los rituales era la recolección de dinero", afirma una ex integrante  
Lanzan orden de captura contra los jefes de "Templo del Sol"

La justicia suiza emitió ayer órdenes de arresto contra Luc Joret y Joseph de Membro, jefes de la secta «Templo del Sol», sospechosos de haber organizado el homicidio de 48 miembros de la Orden el martes pasado, afirmó el vocero de la policía del cantón de Vaud, Maurice Gehri.

Ginebra (ANSA)

Un doble mandato internacional de captura fue emitido, se dijo por Interpol, contra los dos líderes espirituales, por homicidios e incendios voluntarios.

La doble matanza cometida en Suiza el martes pasado fue un

homicidio organizado por el jefe espiritual de la secta del «Templo del Sol», Luc Joret, para eliminar a sus opositores por divergencias económicas, declaró asimismo a la radio una ex miembro de la Orden.

«Los disensos eran gravísimos entre los miembros de la

organización, entre Canadá y Europa, pero sólo por motivos de dinero», agregó.

Este fue el testimonio acusador de una ex miembro de la secta, de la cual 48 integrantes fueron encontrados muertos el martes en dos pequeñas aldeas suizas: Cheiry, en el cantón de Friburgo, y Granges-sur-Salvan, en Valais.

La hipótesis formulada por la ex miembro es que Joret, guía espiritual de la secta, convocó a sus propios opositores para eliminarlos junto a otros miembros, invitados con el engaño de participar en Cheiry y en Granges-

sur-Salvan, en ceremonias de promoción de la jerarquía de la organización. Tras drogarnos y matarlos, Joret habría simulado un suicidio colectivo.

«Estamos frente a un homicidio organizado por Luc Joret. Creo que aún está vivo. No tenía moral, podría muy bien haber organizado las matanzas. Los responsables de la secta, relató la mujer, administraban sumas increíbles, miles de millones de francos suizos y por este motivo peleaban entre ellos. Existían gravísimos disensos entre los canadienses y Joret y por esto no creo en un suicidio colectivo».

«Conocía bien a Robert Falardeau (47 años, empleado del Ministerio de Finanzas de Quebec, identificado entre los cadáveres de Cheiry, NDR) y Alberto Giacobino (ginebrino de 70 años; también identificado entre las víctimas de Cheiry) y excluyo que se hayan quitado la vida por su espontánea voluntad», explicó la ex miembro de la secta.

«Los disensos enfrentaban a los miembros de Quebec y a los europeos de la secta. Falardeau y Jean Pierre Ostiguy (alcalde del municipio canadiense de Richelieu) eran los grandes jefes de la secta en Quebec y fueron encontrados entre los cadáveres de la matanza de Cheiry. Estaban en conflicto con Joret por cuestiones de dinero».

Todos los miembros de la secta, reveló la ex integrante, eran personas de buena posición



Trabajadores suizos cargan los féretros de los miembros de la secta muertos en el pueblo de Cheiry. (Telefoto de AFP)

económica que vendieron sus tenencias para financiar la organización: «Nos decían den y serán recompensados; el único objetivo de los rituales era la recolección del dinero».

«Pienso que las víctimas no sabían que debían morir. Joret predicaba el fin del mundo, pero nosotros éramos los elegidos, los que debíamos salvarnos. La secta organizaba frecuentemente reuniones en el exterior para las ceremonias de promoción, y por ello la gente no tuvo sospechas. Creo que antes de morir casi todas las víctimas fueron drogadas. No es la primera vez. Casi siempre en las bebidas que consumíamos durante los encuentros eran disueltas sustancias estupefacientes», concluyó.

Así, la pista de la ejecución en masa de los 48 miembros de la secta «Templo del Sol», más otros cinco en Canadá, cobró ayer mayor fuerza mientras la policía helvética identificó el cadáver de Joyceline di Membro, esposa de Joseph, uno de los jefes de la Orden.

Joyceline di Membro era la propietaria de dos de los tres chalets de Granges-sur-Salvan (uno de los escenarios de la tra-

gedia) y participaba junto a su marido y a Joret en las reuniones del hotel Bonivard en Montreux.

En particular, la señora había participado en una reunión que tuvo lugar el viernes pasado y durante la cual, según los administradores del hotel, se habría decidido la doble matanza.

En tanto, Elie di Membro, de 25 años, hijo de Joseph y Joyceline di Membro, desapareció el viernes pasado de su domicilio de Courvet, en Val-de-Travers, en el cantón suizo de Neuchâtel.

A algunos colegas de trabajo había indicado su intención de partir de viaje a Italia junto al padre, según publicó la agencia ATS.

La policía de Neuchâtel allanó ayer el departamento de Elie di Membro, que no figura entre las víctimas de la matanza de Cheiry.

Elie era contador en una empresa local y se había presentado el viernes 30 de septiembre a su lugar de trabajo con un automóvil alquilado, con chapa del cantón de Vaud y luego encontrado intacto en Salvan. En cambio, desapareció el resto de su familia.

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500705



N.º DOCUMENTO  
TÍTULO  
PRUEBA  
FECHA  
VINCULACIÓN

Sectas en Suiza y CANADÁ

150025

8/10/94

12413 - 67228 - 65456

Las masacres en Suiza y en Canadá

ENTRADO

CRUZ-DO

# El enigma apunta más a una logia que a una secta

Por Graciela Iglesias

(Corresponsal de LA NACION)

**Hallazgo:** descubren en Canadá tres cadáveres más, entre ellos un bebé de tres meses; piden la captura de Jouret y su socio; "fraternidad" y lavado de dinero.

ESTRASBURGO.- La Orden del Templo Solar, centro del enigma causado por la misteriosa muerte de 48 personas en Suiza y cinco en Canadá, funcionó más sobre los pasos de una logia, tipo P2, que por los delirios de un culto a la "davidiana".

A esta conclusión han llegado las autoridades de los dos países luego del hallazgo, esta mañana, de tres cadáveres más en Canadá, esta vez con claros signos de violencia.

Un papel también decisivo fue el análisis de textos y grabaciones de su fundador, Luc Jouret, que evidencian su interés por reclutar personas en altas esferas y así como conocer su membresía a un grupo denominado Q-37 ("Q" por Quebec, "37" por el número de "padres fundadores") conocido por haber planeado asesinar al ministro de Seguridad de Quebec hace seis años.

Con esto como telón de fondo, los jueces a cargo de las investigaciones en las dos villas donde se encontraron 48 cadáveres, de Cheiry, André Piller, y, de Granges-sur-Salvan, Jean-Pascal Jaquemont, pidieron hoy la captura tanto de Jouret como de su socio financiero Joseph Di Mambro (también conocido como Joseph "Demambraux").

Ahora se sabe también que el líder de la orden estuvo en Suiza el día de la masacre. La dueña de un almacén en Granges-sur-Salvan, que lo conocía como un cliente regular, recuerda haberle vendido ese día dos paquetes de bolsas de nylon. Lo había visto "sonriente y simpático como siempre, sin el menor rastro de gesto macabro".

## En Canadá

Pero del otro lado del Atlántico, el último descubrimiento forense eleva a un grado más escalofriante el caso por cuanto envuelve el asesinato de un bebé de tres meses, de nombre Christopher (sufocado con una bolsa de nylon) y de sus padres, Nicky Robinson (británica) y Antonio De Point (suizo).

Sus cuerpos, bañados en sangre y con numerosas heridas efectuadas con un cuchillo abandonado en la escena surgieron de entre los escombros del departamento de Jouret y Di Mambro en Morin Heights (cerca de Montreal) y cuyo incendio ya había dejado dos muertos.

La Sureté canadiense no descarta la posibilidad de hallar más cadáveres en las próximas horas, por

cuanto su labor de auscultamiento se ha visto entorpecida por temor a toparse con explosivos de retardo similares a los empleados en el siniestro original.

## "Vacío las arcas"

Con estos y otros datos la policía pudo trazar un perfil más definido del "gran sacerdote" y "gran maestro".

Jouret nació el 18 de octubre de 1947 en Kikwit (ex Congo Belga) y llevó a cabo estudios en la Universidad Libre de Bruselas. Allí, la vocero del Ministerio de Justicia confirmaba ayer que Jouret cuenta con nacionalidad y pasaporte belga.

En 1974, con diploma médico bajo el brazo, y tras "filtrar" con un grupo comunista prochino, se dirigió a Filipinas.

Fue en ese país donde dijo haber entrado en contacto con el gurú indio Krishna Macharia, quien le habría enseñado secretos para mejorar sus conocimientos homeopáticos.

Tan pronto regresó a Europa, no obstante, se puso en contacto con grupos masónicos y rosacruces hasta alistarse en la "Orden Renovada del Templo" (ORT), una asociación que reivindicaba ser sucesora de la Orden de los Templarios, desaparecida en 1314 cuando su gran maestro, Jacques de Molay, fue quemado vivo por órdenes del rey de España.

La viuda del fundador de la ORT, Julien Ortigas, lo recuerda con claridad porque en 1984 fue expulsado "por vaciar las arcas de la agrupación". Para entonces el homeópata ya había establecido una red de clubes "Amanta" (base de la organización dedicada a conferencias) y "Archidia, ciencia y tradición" (segundo nivel encargado de la difusión de los principios y de la venta de cassettes y libros) en Annemasse (la ciudad francesa fronteriza con Ginebra), Lausana y Quebec.

Tras la ruptura con la ORT, Jouret sacó de la galera la última fase: la "Orden Internacional de Hidalgos de Tradición Solar" (*Ordre International Chevaleresque Tradition Solaire*) y puso al frente de sus finanzas al suizo Joseph Di Mambro.

Los contactos influyentes se acrecientan. Trabaron relación con Jean Pierre Vinet, gerente de la compañía pública Hydro-Quebec y con el Jouret se vio involucrado en un juicio por contrabando de armas. Tras ser penados en forma simbólica por 1000 dólares, "a ser donados en caridad", quedaron libres y sus antecedentes fueron borrados del dossier judicial.

El número de reclutas aumentó, especialmente en Hydro-Quebec,

donde se estima que 500 personas del nivel gerencial habrían participado alguna vez en encuentros de la orden. Hace seis años, la organización recibió de las arcas de esa compañía 5400 dólares. Se estima que sumas similares fueron aportadas por parte de empresas europeas. La cuota mínima mensual en Canadá era de 40 dólares.

En tanto, Jouret se encargaba de criticar en público "los fracasos de la medicina tradicional" tanto como la aparición de sectas. "El individuo dispuesto a creer no importa qué, a someterse a algo en forma ciega, debe ser clasificado en un contexto patológico", señalaba hace sólo un año en Ginebra.

Por eso Bernard Ovellet, del Centro de Información sobre Nuevas Religiones, quien estudió durante diez años diferentes tipos de cultos apocalípticos, fue el primero en sostener que la Orden del Templo Solar no es una secta religiosa autodestructiva sino una logia en busca de poder.

"Sus miembros se veían a sí mismos como un grupo humano selecto capaz de ayudar al resto a superar el cataclismo. Esta gente no quería dejar el mundo sino transformarlo", asegura. Similar parecer tienen los familiares de varias de las víctimas, como el alcalde de la ciudad canadiense de Richelieu, Robert Ostiguy, su esposa Françoise y la reportera del Journal de Quebec Jocelyne Grand Maison, quien había prometido a su marido llamarlo por teléfono la noche de su muerte.

En 1991, algo obligó al grupo a cambiar su nombre en Suiza. A partir de entonces se llamó la "Organización Tradición Solar Científica" o "La Cruz y la Rosa".

Hoy se sabe, por lo pronto, que varios de sus miembros, entre ellos el propietario de la granja en Cheiry, Antonio Giacobino, de 72 años, habían comenzado a pedir al dúo Jouret-Di Mambro justificaciones por extrañas transferencias bancarias realizadas a partir de la tesorería de la logia.

Dos son las hipótesis sobre las cuales trabaja ahora la policía. Una, que la rama de Giacobino haya pedido el retorno del dinero, tras conocer que sería empleado, con fines ilegales y hayan sido asesinados para impedirlo y esconderlo a quienes pensaban seguirlos.

La segunda, y quizá más probable, que la logia había comenzado a operar como un centro de lavado de dinero y, quizá por una falsa pista de ser perseguidos, Jouret y Di Mambro hayan decidido limitar el secreto a unos pocos.

Lo que ya nadie duda es que lo que estaba en juego no era una "fe" sino simple papel moneda.

01-01

9500706

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESADO

FECHA

VINCULACIONES

*Arreglo de cuentas y no fanatismo en los miembros de secta suiza.*

150007

9/10/94

12773

67228

Religión y Dinero Unidos en Tráfico Internacional de Armas

# ARREGLO DE CUENTAS Y NO FANATISMO EN LA MATANZA DE MIEMBROS DE LA SECTA SUIZA

GINEBRA, 8 (ANSA)- Toma cada vez mayor consistencia la hipótesis de un arreglo de cuentas entre traficantes de armas que recibían dinero, suizo en la investigación sobre la matanza cometida el martes por la noche de 48 personas en Chelny y en Granges-sur-Salvan, Suiza y de otras 5 en la provincia canadiense de Quebec, miembros de la fanática secta del "Templo del Sol".

La muerte de 48 personas en la granja del cantón de Friburgo y en dos chalets del Valais ya no se presenta más a los investigadores como un "suicidio colectivo" de los miembros de la Orden. En algunos casos el asesinato es claro.

El juez suizo encargado de la investigación anunció hoy "descubrimientos muy sorprendentes", refiriéndose a los aspectos financieros relativos a la secta. El juez Andrei Piller precisó que no se encontraron hasta ahora en los allanamientos y en los controles bancarios documentos que prueben el "tráfico de armas". Confirmó sin embargo que la justicia helvética opera en estrecha colaboración con su par de Canadá, donde el mismo día murieron en circunstancias semejantes cinco personas miembros de la secta.

Efectivamente, la policía canadiense está indagando sobre operaciones de reciclaje de dinero suizo administrado por algunos miembros de la Orden. Lo confirmó la misma policía sin identificar a los miembros que están siendo investigados.

Fuentes canadienses hablaron también de tráfico de armas vinculándolo con la matanza suiza y con el contemporáneo incendio de una villa en la provincia canadiense de Quebec, pero la policía no confirmó la implicación de la secta en un tráfico internacional de armas.

Según Radio Canadá, el líder de la secta Luc Jolivet y el hombre de negocios Joseph di Mambro son jefes de una red que entrega importantes cantidades de armas al mercado negro internacional.

La misma fuente agregó que millones de dólares de utilidades de tales operaciones son recicladas a través del Royal Bank of Canada y las filiales de Ottawa del Banco de Crédito y Comercio.

Por su parte, el juez suizo confirmó las órdenes de captura internacionales emanadas contra di Mambro y Jolivet, presuntos jefes de la secta, pero no respondió a las preguntas si análoga medida fue decidida contra Camille Pilet, el suizo que habría ocupado un cargo de relieve en la Orden.

Según el magistrado, la autopsia demostró que en algunos casos se trató claramente de asesinato y no de suicidio.

Respecto a la granja de Chelny, 13 cuerpos fueron identificados, de otras seis personas se presume la identidad pero parece imposible dar un nombre a los otros cuatro.

En cambio, ninguna novedad respecto a la matanza de los dos chalets de Granges-sur-Salvan. En el incendio los cadáveres quedaron prácticamente carbonizados y será una empresa muy difícil identificarlos.

Parece confirmado que entre los restos se encuentre el de Joyceline, la esposa de di Mambro. Según algunas fuentes habría sido ella la que realizó las transferencias bancarias o reciclaje de centenares de miles de dólares, proveniente de un afirmado tráfico de armas entre Austria y países africanos.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500707

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE PUBLICACIÓN

VOLUMEN

Tráfico de armas detrás de secta suiza

50023

9/10/94

12773

67227

ARREGLO DE CUENTAS

Sorprendentes descubrimientos sobre las finanzas de los "Templarios del Sol", aunque aún no se encontró documentación probatoria

169-9/10

# Tráfico de armas detrás de la secta

\* Las ganancias producidas llegan a cientos de millones de dólares

Toma cada vez mayor consistencia la hipótesis de un arreglo de cuentas entre traficantes de armas que reciclaban dinero sucio en la investigación sobre la matanza cometida el martes por la noche de 48 personas en Cheiry y en Granges-sur-Salvan, Suiza y de otras 5 en la provincia canadiense de Quebec, miembros de la fanática secta del "Templo del Sol".

Ginebra (ANSA)  
por Mario Martelli

La muerte de 48 personas en la granja del caudán de Friburgo y en dos chalets del Valais ya se presenta más a los investigadores como un "suicidio colectivo" de los miembros de la Orden. En algunos casos el asesinato es claro.

El juez suizo encargado de la investigación anunció "descubrimientos muy sorprendentes", refiriéndose a los aspectos financieros relativos a la secta. El juez André Pilet precisó que no

se encontraron hasta ahora en los allanamientos y en los controles bancarios documentos que prueban el "tráfico de armas". Confirmó sin embargo que la justicia helvética opera en estrecha colaboración con su par de Canadá, donde el mismo día murieron en circunstancias semejantes cinco personas miembros de la secta.

Efectivamente, la policía canadiense está indagando sobre operaciones de reciclaje de dinero sucio administrado por algunos miembros de la Orden. Lo confirmó la misma policía sin

identificar a los miembros que están siendo investigados.

Fuentes canadienses hablaron también de tráfico de armas vinculándolo con la matanza suiza y con el contemporáneo incendio de una villa en la provincia canadiense de Quebec, pero la policía no confirmó la implicación de la secta en un tráfico internacional de armas.

Según Radio Canadá, el líder de la secta Luc Joruet y el hombre de negocios Joseph di Mambro son jefes de una red que entrega importantes cantidades de armas al mercado negro internacional.

La misma fuente agregó que millones de dólares de utilidades de tales operaciones son recicladas a través del Royal Bank of Canada y las filiales de Ottawa del Banco de Crédito y Comercio.

Por su parte, el juez suizo confirmó las órdenes de captura internacionales emanadas contra Di Mambro y Joruet, presuntos jefes de la secta, pero no respondió a las preguntas si alguna medida fue decidida contra Camille Pilet, el suizo que habría ocupado un cargo de relieve en la Orden.

Según el magistrado, la autopsia demostró que en algunos casos se trató claramente de asesinato y no de suicidio.

Respecto a la granja de Cheiry, 13 cuerpos fueron identificados, de otras seis personas se presume la identidad pero parece imposible dar un nombre a los otros cuatro.

En cambio, ninguna novedad respecto a la matanza de los dos chalets de Granges-sur-Salvan.



Así quedó una de las habitaciones donde los miembros de la secta llevaban a cabo sus "encuentros" (Telefoto de AFP)

en el incendio los cadáveres quedaron prácticamente carbonizados y será una empresa muy difícil identificarlos.

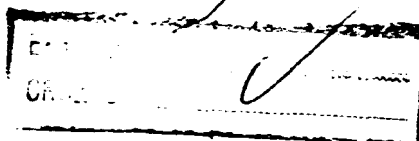
Parece confirmado que entre los restos se encuentre el de Jocelyne, la esposa de Di Mambro. Según algunas fuentes habría sido ella la que realizó las transferencias bancarias o reciclaje de centenares de miles de dólares, proveniente de un afirmado tráfico de armas entre Austria y países africanos.

Ayer en tanto, algunas versiones dijeron que entre los cadáveres se habría encontrado el de Di Mambro, pero la policía no lo confirmó.

También se busca al hijo del jefe de la secta, Elie, desaparecido desde el viernes pasado cuando a algunos conocidos habría comentado la intención de hacer un viaje a Italia, con el padre.

Una familia que pasaba por respetable y riquísima, con casas lujosas, también en Ginebra y automóviles Ferrari y Lamborghini.

hí. Ahora es buscada entre los cadáveres extraídos de las ruinas quemadas de los chalets en Granges-sur-Salvan.



01-02

9500708

## Cronología de las matanzas

Friburgo, Suiza (AFP)

El juez de instrucción de Friburgo, Suiza, André Piller, afirmó ayer sábado que en los dramas de Suiza sobre la Orden del Templo Solari, hubo asesinatos.

La cronología de la triple matanza relacionada con los miembros de esa orden es la siguiente:

— Viernes 30 de septiembre:

Reunión cerca de Montreux, Suiza, de miembros de la secta primero en un restaurante y después en una sala de reuniones, en presencia de Luc Jouret y de Joseph Di Mambro.

Elie Di Mambro, contador e hijo de Di Mambro, anuncia a su oficina que se va a Italia con su padre. Su auto fue encontrado cerca de los chalets de Salvan tras los incendios de los mismos.

— Martes 4 de octubre:

Se descubren dos cadáveres en Quebec.

16 horas: Luc Jouret y Di Mambro hacen abrir uno de los chalets de Salvan por un cerrajero. Luc Jouret compra a la tarde bolsas de basura en una tienda del pueblo.

— Miércoles 5 de octubre:

01.00: El juez André Piller viaja a Cheiry, cantón de Friburgo, «por un incendio». Descubrirá 23 cadáveres, algunos de los cuales con marcas de bala.

03.30: La Policía forense de Valais señala un incendio en las alturas de Salvan. Los bomberos locales encuentran en realidad tres focos de incendio y al avanzar descubren 25 cadáveres en dos de los tres chalets.

— Jueves 6 de octubre:

Los cadáveres de un suizo y de su esposa británica son encontrados en Canadá, en una casa de Morn Heights.

El juez de Friburgo André Piller lanza una orden de detención internacional contra Luc Jouret y Joseph Di Mambro por «incendios y homicidios».

— Viernes 7 de octubre:

Se descubre un bebé asesinado en Quebec, Canadá, cerca de los cadáveres de sus padres, descubiertos la víspera.

Se identifican formalmente cinco cadáveres. Se trata de un francés y de una familia de Ginebra. Entre esos muertos hay dos niños.

— Sábado 8:

«Quizás hubo suicidio colectivo en algunos grupos, pero hubo crímenes, en algunos otros», afirmó el juez de instrucción de Friburgo, André Piller.

Llegada a Suiza de tres policías canadienses para trabajar con los investigadores.

02-02

9500708

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIÓN

Lider de Secta LUC JOURET cayó en masacre con seguidores

150024

14/10/94

12773

67228

## CULTOS SECRETOS

# Un paraíso sin preguntas

CHEIRY, Suiza (Por Scott Kraft, de "Los Angeles Times", especial para Clarín). - En esta pequeña aldea suiza el granjero Claude Torche personifica la idiosincrasia nacional. Claro, dice, vio a algunas de las personas que vivían en la granja sobre la colina. Pero él se ocupa de sus cosas. Y dice que no tenía noción de que se trataba de un culto hasta que los bomberos hallaron allí 23 cuerpos acribillados a balazos.

Cheiry, con 240 habitantes, "es un lugar tranquilo", explicaba Torche al día siguiente mientras ordeñaba las vacas. "Y una cosa así es muy rara en Suiza." Sin embargo, unos pocos días después Torche admitía que su relación con la granja era más cercana. Su cuñada y su sobrino habían vivido allí, y probablemente estuvieran entre los muertos.

Mientras los investigadores siguen su búsqueda mundial de claves para explicar las muertes de 53 personas que participaban de la Orden del Templo Solar de Luc Jouret, algo se hizo evidente: esta secta encontró que Suiza era un país ideal para las operaciones de cultos secretos.

Esta pequeña y montañosa nación de 7 millones de habitantes tiene una imagen bien fundada de paz y prosperidad. Pero según los expertos en ella proliferan 600 sectas religiosas, la mayor cantidad en un país europeo, y que representa una cuadruplicación en los últimos 30 años.

Estos grupos, muchos de los cuales se remontan a sectas paganas y del primer cristianismo, "encuentran en Suiza un sitio seguro", dice Massimo Introvigne, director del Centro de Estudios de las Nuevas Religiones, una organización internacional de especialistas con sede en los Alpes, en Turín, Italia.

Las 600 sectas, que cuentan con alrededor de 200 mil miembros en Suiza, se encuentran cómodas con las famosas leyes sobre privacidad bancaria de este país y su sabor internacional, así como con sus tres lenguas oficiales: francés, alemán e italiano.

Además los suizos son orgullosamente independientes y celosos de la privacidad; no es de extrañar que un culto pueda prosperar en la más pequeña de las aldeas sin ser advertido.

## IDENTIFICARON EL CADAVER DE LUC JOURET

# El líder de la secta cayó en la masacre con sus seguidores

GINEBRA (EFE, AP, DPA y Reuter). - El líder de la secta de la Orden del Templo del Sol, Luc Jouret (47), murió junto con sus seguidores. Su cadáver y el del hijo del tesorero de la secta fueron identificados ayer entre los 25 hallados en los dos chalés incendiados en la aldea alpina de Grand-salvan.

Un forense del Instituto de Medicina Legal de Lausana reconoció el cuerpo de Jouret gracias a una radiografía de su dentadura, aunque no pudo determinar aún la causa de su muerte. Junto a él también fue identificado Elie Di Mambro (26), hijo del cerebro financiero de la secta, Joseph Di Mambro (70).

Archivo Clarín



Más de doscientos policías buscaban a Jouret en todo el mundo. Ayer identificaron su cadáver por la dentadura. Todavía no saben cómo murió.

También la muerte del joven está rodeada de misterio, ya que el 3 de octubre, dos días antes de la masacre, una voz femenina había llamado a la empresa donde trabajaba, para avisar que Elie no acudiría ese día porque había sufrido un accidente en Italia. Además, las personas que lo conocían coincidieron en que no era el tipo de persona que se suicida.

La confirmación de que Jouret se encuentra entre las víctimas supone que ningún cabecilla masculino de la secta está vivo. El cadáver de la tesorera, Camille Pilet, había sido hallado en el sótano de una granja en Cheiry, junto con otros 22 cuerpos. Resta saber si también murió en los incendios la mujer de Di Mambro, Jocelyne Duplessis, quien manejaba las cuentas bancarias en Canadá. Y se desconoce todavía el paradero de otra figura importante del grupo, el empresario canadiense Jean-Pierre Vinet, quien el año pasado había sido arrestado por intentar adquirir tres armas semiautomáticas.

### ¿Quién está detrás?

Hasta ayer se ignoraba si el líder estaba vivo o muerto, y más de 200 policías lo buscaban por varios países. El reconocimiento de su cadáver echa por tierra la presunción de que había escapado con el dinero de sus seguidores, y ha desatado las conjeturas de los investigadores quienes, por ahora, descartan la tesis del suicidio colectivo como única explicación a lo ocurrido.

La policía y los expertos se preguntan si pudo ser un ajuste de cuentas entre bandas de traficantes de armas, si hay conexiones con la mafia, y si el culto era una pantalla para ocultar operaciones de lavado de dinero. Por otra parte, la policía federal australiana confirmó ayer que Jouret y Di Mambro tenían varias cuentas bancarias por cientos de miles de dólares en ese país, al que habían viajado once veces en los últimos ocho años.

La incógnita de quién está detrás de estas muertes podría comenzar a aclararse a partir de la detención de Patrick Vuarnet, hijo del ex campeón de esquí de Francia Jean Vuarnet. Al día siguiente de la masacre, el joven, de 28 años, despachó las cartas en las que se hacía referencia al "suicidio colectivo", que llegaron a los medios de difusión de Suiza y Francia, y al ministro de Justicia francés, Jacques Pasqua.

Tanto Patrick como su madre, Edith, pertenecieron a la secta. El abogado del joven, Dominique Warluzel, reveló que fue Di Mambro quien le entregó los sobres -sin que Patrick supiera qué había en su interior-, y le pidió que las enviara al día siguiente.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500709



Nº. DOCUMENTO **COLOMBIA**  
 TÍTULO **Surgen en Colombia sectas satánicas**  
 PROCEDE **150023**  
 FECHA DE OCURRENIA **31/10/94**  
 VINCULACIONES **12443**  
**65592**

Los satanistas, que tienen entre 11 y 17 años, suelen cometer acciones vandálicas y hasta asesinatos

## Surgen en Colombia sectas satánicas

Bogotá  
por Gabriel Pérez

■ Apegada por tradición a prácticas mágicas relativamente inocuas, Colombia en los últimos meses la aparición de sectas satánicas, según investigaciones adelantadas por el Cuerpo Técnico de la Fiscalía General de la Nación.

La coordinadora de ese organismo en Bogotá, Clara Giner, reveló recientemente al diario El Espectador el auge creciente entre la juventud de tales prácticas, que a la postre constituyen un nuevo estilo delictivo contra el que previno a este país católico de 36 millones de habitantes.

Giner dijo que su unidad ha recibido una veintena de

denuncias de suicidios y asesinatos entre miembros de esas sectas, que operan sobre todo en la capital colombiana.

Según ella, los satanistas tienen 11 y 17 años y en su mayoría fueron reclutados por extranjeros ávidos de poder y amparados por la libertad de cultos consagrada en la Constitución Nacional.

De acuerdo a las averiguaciones de la Fiscalía, las sectas colombianas no cuentan con una base filosófica clara, aunque al comienzo se fundamentan en idearios importados, y suelen desembocar en acciones delictivas o por lo menos vandálicas.

La investigadora sostuvo que, a través de la propuesta de adoración a Satanás, los reclutadores inducen a los jó-

venes a robar comercios, atracar vehículos repartidores de alimentos y consumir estupefacientes, factor característico de esta clase de sectas. A veces hasta les exigen matar a un amigo o una persona querida so pena de ser considerados enemigos.

También explicó que los muchachos reclutados proceden de hogares deshechos o con problemas, lo que los hace más permeables a los halagos de las sectas.

El proselitismo se realiza sobre todo en colegios y en locales de juegos electrónicos o de video, en tanto que, en los planteles, se extiende la consulta a la tabla Huija como aparente requisito para entrar en la secta.

Entre tanto, los colombianos siguen apelando a echadores de cartas, curanderos, parasicólogos y videntes que mezclan los ritos de origen autóctono con los de origen africano de la minoría negra de Colombia.

Los diarios no dejan de publicar avisos en que se ofrecen talismanes, sahumerios, rezos y elixires que curan todas las enfermedades, revelan el futuro, localizan los objetos extraviados, atraen irresistiblemente al ser amado y proporcionan fortunas sin cuento.

Particularmente solicitados son los «elegués», curanderos botánicos que se comprometen a curar a los enfermos desahuciados y restaurar la virginidad o la virilidad perdidas.

Muchos de estos «profesionales» ganan más en un día que un médico en una semana,

pues no desprecian el pago en joyas, electrodomésticos, aves de corral o cualquier otro género. En cuanto al culto a los muertos, los cementerios se ven superpoblados cada lunes, día de las Animas del Purgatorio y en torno al fenómeno florece un negocio de expendio de cirios, flores, novenas, camándulas. Incluso algunos religiosos rezan entre las tumbas responses cuyo valor varía con la categoría del difunto.

Pese a las advertencias de las autoridades civiles y religiosas, también proliferan los consultorios donde se bendice la mata desfilada (aloe vera), que, según la creencia popular, trae buena suerte y salva de peligros, mientras se editan cada vez más libros de magia, ocultismo, espiritismo, astrología...

Entre los más vendidos están «El libro supremo de todas las magias», «El libro de San Cipriano», «La clarividencia»...

del rey Salomón, «La Corona mágica», «La Cruz de Caravaca» y el aún más enigmático «Enchiridion, Pantáculos y Grimosos».

Cabe concluir que, a las puertas del segundo milenio, y a pesar del avance de la tecnología, la educación y la medicina, los colombianos, aunque no lo confiesan, siguen haciendo honor al viejo refrán: «No hay que creer en las brujas, pero que las hay».

01-01

9500710

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	PPSA inauguró SÍNODO para estudiar problemas de vocaciones y vida religiosos
PROCEDENCIA	150023
FECHA DE RECIBO	3/10/94
VINCULACIONES	500777 507689

## Sínodo sobre vocación sacerdotal

**Juan Pablo II: con un llamado a la unidad y a mantener los votos de castidad y obediencia, el encuentro fue inaugurado ayer por el papa.**

CIUDAD DEL VATICANO, 2 (AP).— El papa Juan Pablo II inauguró hoy un sínodo para estudiar los problemas de las vocaciones y vidas religiosas con un llamamiento a la unidad y una invitación a mantener los votos de castidad y obediencia.

A principios de año, Juan Pablo II reafirmó la doctrina de la Iglesia Católica que prohíbe la ordenación sacerdotal de las mujeres, aunque seguramente el sector liberal de la curia se hará sentir en el sínodo, que durará un mes.

Otro problema de la Iglesia es el celibato entre los llamados a las vocaciones religiosas, especialmente en zonas como África donde la propagación de la fe es intensa. Los escán-

dalos de abusos sexuales de menores por parte de sacerdotes avergonzaron a Roma en los últimos años.

Al sínodo asisten obispos de todo el mundo, pero las voces del clero disidentes seguramente serán escuchadas en este debate, que continuará hasta el 29 de octubre.

En su homilía en la misa que ofició en la Basílica de San Pedro, el Papa dejó en claro que las monjas, cuyo número suma más del 70 por ciento del clero, desempeñan un importante papel dentro del cometido de la Iglesia.

Entre los asistentes a la misa figuró la Madre Teresa de Calcuta.

Juan Pablo II no mencionó el tema del celibato o la disminución de las vocaciones religiosas, pero dijo que el sínodo es una ocasión para promover la unidad y pidió a los miembros del clero que "se comprometan con renovado vigor a ser solamente un solo corazón y alma".

El Papa les recordó además sus votos de castidad, pobreza y obediencia,

clero, y dijo que el sínodo "ciertamente impulsará la vida consagrada, profundizando su identidad y misión a la luz del designio de Dios, en estos años que conducen al tercer milenio del cristianismo".

### La salud del Papa

CIUDAD DEL VATICANO, 2 (ANSA).— Con poco crédito y un poco de hilaridad por las fuentes competentes de la Santa Sede fue recibida la versión del semanario Vida Nueva, de Madrid, según la cual el Papa portaría un aparato electrónico que controlaría los latidos de su corazón.

Las fuentes consultadas dijeron que "es mejor no correr detrás de tantas versiones con tantas desmentidas oficiales" acerca de la salud de Juan Pablo II.

El vocero de la Santa Sede, Joaquín Navarro Valls, tampoco dio respuesta alguna a las preguntas que acerca del tema le formularon los periodistas.

ENTRADO

CRUZADO

01-03

9500711



## El Papa alentó al sínodo de obispos a buscar respuesta eficaz

CIUDAD DEL VATICANO - Juan Pablo II expresó en el Vaticano su confianza de que el sínodo de obispos, reunido desde ayer en Roma, dé una respuesta "eficaz" a los problemas que tiene planteada la vida consagrada, institutos seculares y asociaciones de vida apostólica, en la

Iglesia. Con una misa concelebrada el domingo en la basílica de San Pedro del Vaticano, con 7 patriarcas de iglesias orientales católicas, 39 cardenales, 60 arzobispos, 118 obispos y 90 presbíteros, el Papa abrió oficialmente los trabajos del sínodo de obispos dedicado a la

vida consagrada en la Iglesia y el mundo.

El Pontífice, que subió las gradas hasta el altar mayor apoyándose sólo en el báculo, permaneció la mayor parte de la misa, que duró casi dos horas, de pie, salvo la lectura de la homilía, aunque no bajó,

como era habitual hasta antes del percance del pasado abril, los escalones para administrar la comunión.

"La vida consagrada y su misión en la Iglesia y el mundo" es el lema en torno al cual girarán los trabajos de este sínodo ordinario, que se prolongará hasta el 29 de octubre y que

estudiará los más acuciantes problemas que gravan sobre un colectivo eclesial de 1.116.332 personas, de los cuales 916.012 son religiosos y religiosas; en la proporción de un hombre por cada tres mujeres, según datos de 1991.

Uno de los problemas que deberán analizarse es la caída de las vocaciones a la vida consagrada, que disminuyeron, de 1966 a 1991, en 301.554 religiosos y religiosas.

En el sínodo se entrecruzarán otros problemas en la vida de la Iglesia: el puesto de la mujer, que pide más espacio y mayores responsabilidades, en la comunidad eclesial, y de la familia, institución de la que este año se hace una conmemoración mundial, y cuya crisis es una de las claves para entender la caída de las vocaciones religiosas.

Destacadas figuras de la Iglesia, sin embargo, entre ellas el general de los Jesuitas, Peter Hans Kolvenbach, han advertido que la atención a la mujer, y en concreto a la religiosa, no tiene nada que ver con el feminismo, pues su problemática en la Iglesia data de siglos, mucho antes de que despertara en Occidente la conciencia sobre los derechos y la igualdad de la mujer y el hombre en la sociedad.

Como es habitual en las misas de aperturas de sínodo, el Papa no ha querido condicionar, con su discurso, los trabajos de los obispos, y se ha limitado a unas consideraciones genéricas sobre la importancia de la vida consagrada en la Iglesia, plasmada en los votos de pobreza, castidad y obediencia, y en la vida comunitaria. ■ (EFE)

## Sínodo: "Mayor papel a la mujer"

14/29/10

El Sínodo de obispos dedicado a la vida consagrada que se celebró este mes en el Vaticano, relanzó en el documento final la propuesta de otorgar un papel más importante a las mujeres en la vida de la Iglesia, y subrayó la importancia de la vocación religiosa en un mundo en que hay tantas señales que "parecen indicar una vuelta dolorosa a la barbarie".

### CIUDAD DEL VATICANO/ANSA

Los 350 participantes a los trabajos de la novena asamblea general del Sínodo, que concluirá mañana con una misa solemne que oficiará el Papa, incluyeron en el documento, llamado "Nuntius" o "mensaje a todos los fieles católicos", todos los temas que debatieron durante este mes de reflexión y estudio. El "Nuntius" comienza agradeciendo a las "mujeres consagradas" su servicio al "pueblo de Dios" y a la sociedad. "Las mujeres consagradas -escriben los obispos- tienen que participar más en las consultas y en la elaboración de decisiones de la Iglesia".

Ante los nuevos desafíos de la sociedad contemporánea, los obispos admiten la necesidad de que se produzca una renovación de la vida religiosa, pero dicha "revisión" no tiene que ser "una fuente de tensión entre la jerarquía eclesial y las personas consagradas".

En ese sentido, el Sínodo advierte a monjas y sacerdotes que no sigan el camino de una autonomía excesiva, pues puede provocar conflictos con sus jefes de diócesis.

Los prelados subrayan además que "en la cultura contemporánea, junto a los progresos maravillosos de la ciencia y de la técnica y a nobles conquistas en favor de la dignidad humana, se encuentran también "excesos lamentables que parecen querer indicar un retorno doloroso a la barbarie".

Por ello, los hombres y mujeres consagrados son junto a la Iglesia la respuesta profética para presentar a los demás hombres su testimonio de los valores evangélicos, ignorados o rechazados por el mundo.

El documento resalta el significado de las varias formas de vida religiosa, desde la vida contemplativa de los monasterios al compromiso evangelizador de los misioneros. Sin su fuerza y su amor desinteresado, la Iglesia Católica "perdería una gran parte de su capacidad evangelizadora".

Los obispos invitan a conservar la experiencia monástica de las Iglesias orientales católicas que demostraron la caridad de la Iglesia a todas las personas que acudieron a ellos en momentos difíciles.

Por eso, el documento invita ar-

tientemente a los religiosos y religiosas que intensifiquen el diálogo interreligioso. Los obispos tampoco se olvidaron de los jóvenes y en el "Nuntius" lanzan un llamado en vísperas del tercer milenio, invitándoles a ser buenos cristianos y a consagrarse a la vida religiosa. El "mensaje al pueblo de Dios" fue aprobado por unanimidad, después de que se llevaran a cabo varias modificaciones, después de las críticas que recibió el primer proyecto de documento final.

Más tarde, la asamblea de obispos tendrá que aprobar también las "proposiciones". Se trata de 55 propuestas operativas en la vida religiosa, cuyo contenido no se dará a conocer sino que se someterá a la aprobación del Papa, para que las utilice en su exhortación apostólica.

Sin embargo, trascendió que en las "proposiciones" los obispos vuelven a tratar pero de una manera más detallada la aportación que "el genio femenino" puede dar a la vida de la Iglesia. Los prelados pidieron además que los religiosos se conviertan en una "frontera avanzada" en la Evangelización y reiteraron el valor de la clausura.

Asimismo, en las "proposiciones" se permiten algunas "aperturas", como la venta de objetos que permitirá la supervivencia económica de las comunidades pequeñas.

No. 1  
 PAPA influir en elección de su sucesor  
 150007  
 4/10/94  
 500774  
 507689

EP.  
 4/10  
**El Papa Influirá en la Elección de su Sucesor**

CIUDAD DEL VATICANO, 3 (AP).— Pese a las dudas de su salud, el papa Juan Pablo II sigue ejerciendo pleno control sobre la marcha y dirección de la Iglesia Católica.  
 El Papa tiene la oportunidad de designar más de 20 cardenales, que con los existentes elegirán a su sucesor. El asunto de la sucesión a pasado a primer plano debido a los indicios surgidos recientemente acerca del débil estado de salud de Juan Pablo II, que tiene 74 años.  
 Durante sus 16 años de papado, Juan Pablo designó 79 de

los 98 cardenales que en conclave eligen al nuevo papa, aunque es imposible pronosticar el resultado de la votación una vez que son encerrados en la Capilla Sixtina.  
 Sin embargo, los estudiosos de temas vaticanos están convencidos de que el papa nombrará otro grupo de cardenales para fines de año, con lo que se extenderá su influencia en la selección del próximo ordinario de Roma, que guiará a los 850 millones de católicos en todo el mundo.  
 Juan Pablo puede designar hasta 22 nuevos cardenales. Conforme a las normas establecidas por el papa Pablo VI, los

cardenales de más de 80 años no pueden votar en conclave y sólo puede haber 120 cardenales.  
 El Papa, que otrora gozara de una salud de hierro, sufrió varias dolencias en los últimos dos años y tuvo que reducir sus viajes por el exterior, al seño de su papado.  
 Hubo indicios de que los prelados italianos están ganando más influencia dentro del Vaticano y buscan mayor reconocimiento de la prensa, al parecer ansiosos de recuperar el papado que monopolizaron por 455 años consecutivos hasta la designación del cardenal de Cracovia, Karol Wojtyla, que

tomó el nombre de Juan Pablo II en 1978.  
 Los italianos siguen siendo el bloque dominante en el colegio cardenalicio y el arzobispo de Milán, Carlo Maria Martini, es mencionado con frecuencia posible sucesor del Santo Padre pontífice.  
 Sin embargo, los cardenales podrían inclinarse por un cardenal del Tercer Mundo. El arzobispo brasileño Lucas Moreira Neves es uno de los favoritos.  
 Otro es el africano Bernardin Gantiri, de Benin, pero que desde hace años trabaja en el Vaticano. La Iglesia Católica crece rápidamente en África y ello podría favorecerle.

01-01

9500712

Nº 1001

TÍTULO

PROV.

FE

VOL.

*JUSTICIA NO cede a tentación de Sectas.*

150483

7/10/94

500477

507684

12773

### *El Vaticano advierte y recuerda no ceder a tentación de sectas*

CIUDAD DEL VATICANO - El supuesto suicidio en masa de 48 miembros de una secta apocalíptica en Suiza debería servir para recordar a los cristianos que no deben ceder a la tentación de sectas religiosas "desviadas", advirtió ayer el Vaticano.

"El baño de sangre en Suiza es una razón más para verificar la firmeza de la fe de cada persona, pero también refleja las consecuencias mortales a las que llevan las desviaciones religiosas", dijo un editorial del diario L' Osservatore Romano.

El editorial fue escrito por Gino Concetti, un teólogo moral cuya

posición es muy similar a la del papa Juan Pablo II.

La Iglesia Católica ha advertido frecuentemente sobre el peligro de seguir sectas extrañas, a las que Concetti califica como "campos fértiles para personas de poca fe, psicológicamente frágiles, y creyentes que nunca o casi nunca leyeron o meditaron sobre la Biblia".

Concetti dijo que los objetivos de la secta y su líder envuelto en el caso suizo fueron "blasfemas y execrables", y que las muertes no ocurrieron por azar. "Ellos murieron juntos porque así lo escogieron". ■ (Reuter)

01-01

9500713

Nº. DOCUMENTO

TITULO *Encuentro Mundial con las Familias*

PROCEDENCIA *160090*

FECHA DE RECIBO *9/10/94*

VINCULACIONES *500777*  
*507684*

*en el Vaticano.*

Encuentro Mundial en el Vaticano

*EX-9/10*

# LA FAMILIA ESTA SERIAMENTE AMENAZADA AFIRMA EL PAPA

CIUDAD DEL VATICANO, 8 (EFE).- El Papa Juan Pablo II mostró hoy, sábado, ante más de 100.000 personas congregadas en la plaza de San Pedro del Vaticano, la honda preocupación de la Iglesia porque la familia "está seriamente amenazada".

En el curso del mismo acto, que culminó el programa de la Iglesia dedicado a la familia en el Año Mundial instituido por la ONU y presentado como el Encuentro Mundial de las Familias con el Papa, el Pontífice ha anunciado que a finales de año se publicará la anunciada encíclica sobre la vida.

El Encuentro ha tenido un carácter festivo-musical, muy internacional (participaron familias de 103 países, entre ellos Irak y Cuba), con testimonios de matrimonios de diversos países, entre ellos uno de España, con quince hijos y a la espera de otro.

Durante las casi tres horas que duró esta jornada familiar destilaron ante la mirada atenta del Papa polaco, alejado, sobre un sillón, en medio del podio que destacaba en lo alto de la escalinata de acceso central a la basílica, un cuarteto ruso, una orquesta israelí de Turín, un dúo israelí, que interpretó el "Ave María" de Gounod-Bach, y otras orquestas y coros.

Numerosos matrimonios, acompañados de sus hijos, de los abuelos, llenaron a rebosar la mitad de la plaza con asientos, mientras que apareció parcialmente ocupada la otra mitad, en la que muchas personas recorrieron a laberinto de canchales

contenidos en una mochila para sentarse, y las romanas fecundaron a sillas plegables de madera.

Las mochilas, vendidas a 7,5 dólares, contenían, además, una vela para la manifestación final de las antorchas, un programa de la ceremonia, en cinco idiomas, y un plano de Roma con publicidad de una de las firmas que han apoyado financieramente los gastos de la jornada.

**EL ROSTRO ESCONDIDO DE DIOS**

Dos pantallas gigantes proyectaban a los peregrinos más alejados las actuaciones que se producían en el escenario, sobre todo la figura del Papa en primer plano, quien hoy ha recuperado su capacidad de improvisación inventándose todo un prólogo al texto que debía leer, y que casi dejó de lado.

Jóvenes llegadas de países africanos portaban las multicolores túnicas que se confeccionan para jornadas de especial relieve, entre ellas las visitas de Juan Pablo II a sus naciones.

Un joven había aprovechado el tejido para confeccionarse una vistosa chaqueta de corte occidental.

Entre uno y otro número musical, matrimonios de diversos países ofrecieron ante los más de 100.000 personas, los testimonios de sus vidas de casados y de padres de familia, algunos estremecedores.

Rafael y Paloma Benítez, un joven matrimonio español, con quince hijos y otro en puertas, relataron los avatares que le llevaron desde el desierto y la

incredulidad, cuando ya esperaban un hijo antes de casarse, hasta la fe y la confianza en Dios y en sí mismos, gracias al apoyo de una comunidad del Camino Neocatecumenal, "que nos ayudó a redescubrir la fe".

El testimonio más conmovedor, sin embargo, no pudo ser dado sus principales protagonistas: un matrimonio ruandés, Cipriano y Daphrose Rugamba, asesinados, junto con seis de sus hijos, durante los sangrientos sucesos registrados en su país, poco después de haber recibido la Comunión, en su casa.

Desde las gradas escuchó este testimonio Olivier, hijo, y único superviviente de la familia Rugamba.

La Madre Teresa de Calcuta pronunció una oración "para que los hombres descubramos en la pobreza el rostro escondido de Dios".

Juan Pablo II comenzó a hablar cuando daban las 18:00 hora local (17:00 GMT) en el reloj del arco de la Campana, se encendían las antorchas y la plaza lucía el alumbrado impresionante que sólo luce la noche de Navidad.

**"HASTA AHORA VIVO"**

Los periodistas han debido hacer grandes equilibrios con los papeles para recoger una lluvia de ideas, que el Papa fue improvisando al comienzo de su intervención, mostrándose como en sus momentos más lúcidos, y recuperando una capacidad de improvisación que parecía perdida en los últimos meses.

Sus palabras, diría al final, "le salieron del corazón" y "se las inventó estos últimos días, con la gracia".

Dejando a un lado los papeles, su alocución se alejó del carácter más político y social del discurso para adquirir caracteres de una profunda meditación teológica, que comenzó preguntándose: "Familia, ¿qué dices de ti misma?", para trazar un paralelismo entre Iglesia y Familia: Familia que es Iglesia doméstica, Iglesia que es Familia, pueblo de Dios.

De la Familia dijo que encarna, en la sucesión de sus generaciones, de los tatarabuelos hasta los tataranietos, la peregrinación terrestre de la humanidad hasta su consumación en Dios.

Evocó lo que la Iglesia ha dado a la Familia, y jugando con la palabra que dio título a una de los más importantes documentos del Vaticano II, la "Gaudium et Spes", a la pregunta "Familia ¿qué dices de ti misma?"

El Papa respondió: "Soy Gaudium et Spes, Alegría y Esperanza".

Juan Pablo II se tomó breves minutos para saludar a grupos de españoles que llegaban con "Viva el Papa", pero respondió: "Hasta ahora vivo".

Finalmente, poco antes de acabar, dijo: "Me han dado 25 minutos y no sé si ya he rebasado el tiempo, o aún no, ved cómo el Papa está sometido a diversos rigores".

Seguía meditando en voz alta sobre la familia cuando dos niños corrieron hacia su regazo, para abrazarlo, entre ellos una niña española que dijo llamarse María: "¡Bravísimo!" exclamó el Papa, enternecido.

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

01-02

9500714

EN EL CIERRE DE UN ENCUENTRO MUNDIAL

Clarín 10/10

## El Papa volvió a defender la institución familiar

CIUDAD DEL VATICANO, (ANSA, AP, AFP Y EFE). - Con aspecto saludable, el papa, Juan Pablo II cerró ayer en la plaza San Pedro, colmada por 150.000 personas, los actos del Encuentro Mundial con las Familias con un llamado a la fe en la Iglesia y en la institución familiar.

El Papa reafirmó que "la Iglesia cuenta con la familia, porque su misión es importante en la vida eclesial y en la sociedad".

Al comienzo de la ceremonia eucarística, realizada por el Pontífice y medio centenar de cardenales, arzobispos, obispos y presbíteros, el cardenal Alfonso López Trujillo, de Puerto Rico, anunció la creación de tres ciudades de los muchachos en San Salvador de Bahía (Brasil), Manila (Filipinas) y en Ruanda.

El acto de ayer puso cierre a una serie de celebraciones con las que la Santa Sede se adhirió al Año Mundial de la Familia decretado por las Naciones Unidas.

Durante su homilía, de acentuado contenido teológico, el papa Wojtyla fue desgajando los contenidos dogmáticos del credo cristiano. Refiriéndose a la Creación, afirmó que Dios "construyó la familia humana sobre un matrimonio indisoluble".

Juan Pablo II recordó a los padres su deber no solo de engendrar en el sentido biológico sino espiritual, mediante la educación, y pidió a todas las familias cristianas del mundo construir su existencia "sobre el fundamento de aquel sacramento apostólico que el apóstol Pablo llamó grande", el matrimonio.

"La Iglesia es la familia de las familias, y la fe en la Iglesia vivifica nuestra fe en las familias", dijo también, y recordó que el cumplimiento por parte de los esposos de sus compromisos matrimoniales es posible "solo gracias a la fuerza del Espíritu Santo", invocado por la Iglesia cada vez que los fieles se comprometen en la alianza conyugal.

Después de este encuentro mundial, se espera la palabra del Papa sobre el aborto, la eutanasia, la paternidad responsable, el respeto a la vida, el control de la natalidad y otros temas, que se recogerán en su undécima encíclica, que se llamará "Evangelium vitae" (El Evangelio de la vida) y será publicada antes de fin de año.

Nº. DOCUMENTO  
TITULO *Nueva encíclica papal de llamado "Evangelio de la vida"*  
PROCESADO *150023*  
FECHA DE PROCESADO *10/10/94*  
VINULACIONES *500447*  
*507629*

## Nueva encíclica papal: "Evangelio de la vida"

Rep. Ciudad del Vaticano  
10/10 (ANSA)

■ La undécima encíclica de Juan Pablo II se llamará "Evangelium vitae" (El Evangelio de la vida), cuya publicación fue anunciada por el Papa para "antes de fin de año".

Las precedentes encíclicas de Juan Pablo II son: "Redemptor hominis" (El redentor del hombre) del 4 de marzo de 1979; "Dives in misericordia" (Ricos en misericordia) del 30 de noviembre de 1980; "Laborem exercens" (Ejercitando el trabajo), del 14 de septiembre de 1981; "Slavorum apostoli" (Los apóstoles de los eslavos), del 2 de julio de 1985; "Dominum et vivificantem" (Señor que da la vida), del 18 de mayo de 1987; "Redemptoris mater" (La madre del redentor), del 25 de marzo de 1987; "Sollicitudo rei socialis" (La preocupación de las cosas sociales), del 30 de diciembre de 1987; "Redemptoris missio" (La misión del redentor) del 7 de diciembre 1990; "Centesimus annus" (En el centésimo aniversario) del 1 de mayo de 1991 y "Veritatis splendor" (El esplendor de la verdad) del 6 de agosto de 1993.

El Papa, con aspecto saludable, reafirmó ayer que la Iglesia "cuenta con la familia, porque su misión es importante en la vida eclesial y en la sociedad", en una plaza San Pedro colmada por más de 150.000 personas.

La multitud asistió a la solemne misa que



El papa Juan Pablo II habla a una familia latinoamericana en el curso de una ceremonia en la Plaza de San Pedro, en la que anunció una nueva encíclica sobre la familia. (Telefoto de AFP)

celebró Juan Pablo II al concluir el Año Internacional para la Familia, que fue transmitida por Mundovisión a 32 países de cuatro continentes.

Antes de comenzar la ceremonia, el cardenal colombiano Alfonso López Trujillo anunció la intención de crear tres ciudades de los niños en Bahía (Brasil), Manila (Filipinas) y Ruanda. El cardenal pidió también al pontífice "dar continuidad" a las reuniones mundiales de la familia con el "Papa de la familia".

Además de los fieles presenciaban el rito religioso el ministro italiano para la Familia, Antonio Guidi, el alcalde de Roma, Francesco Rutelli, junto con su familia, la Premio Nobel, Madre Teresa de Calcuta, y numerosos líderes de movimientos religiosos.

Junto al Papa estaban los representantes del cuerpo diplomático acreditado ante el Vaticano, 50 cardenales y un centenar de obispos.

"Familias — dijo el Pontífice — sepan siempre reconocer su vocación, su grande vocación en la Iglesia y en el mundo".

"Queridas familias italianas, sean protagonistas del destino de su país, sepan que la Iglesia cuenta con ustedes, porque su misión es importante en la vida eclesial y en la sociedad", agregó.

Durante la misa el Papa habló de la misión de la familia, describiéndola con reflexiones sobre el "Credo".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500715



N. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDE

FECHA DE PROCEDER

VINCULACIONES

EL MIÉRCOLES SE LANZA LA PRIMERA EDICION DE 20 MILLONES DE EJEMPLARES EN EL MUNDO

# Cómo es el libro en el que el papa Juan Pablo II cuenta su vida

El libro "Atravesar el umbral de la esperanza", en el que el Papa responde las 35 preguntas que le formuló el periodista Vittorio Messori, será lanzado esta semana en todo el mundo. Juan Pablo II respondió 180 carrillas por escrito y en polaco a las preguntas que le formularon. Allí recuerda su vida y plantea los peligros del futuro si la sociedad creyera que el hombre puede separarse de Dios.

ROMA (Especial para Clarín). - "¿El Papa cree en Dios? ¿Y como prueba su existencia?" Esta menuda pregunta es una de las 35 que el periodista-entrevistador católico Vittorio Messori dirigió a Juan Pablo II y que el Pontífice contestó en polaco, escrito de su puño y letra, en 180 carrillas. El resultado se llama Atravesar el umbral de la esperanza, traducción del título del libro en italiano, cuyo anticipo fue difundido ayer.

El libro será presentado oficialmente el miércoles en Milán y su éxito como best seller mundial está asegurado. Se estima que en los 36 países en los que será lanzada esta primera edición se venderán veinte millones de ejemplares.

La presentación del libro la harán: el propio Messori, junto al cardenal Joseph Ratzinger (prefecto de la Congregación para la Doctrina de la Fe), el portavoz del Papa, Joaquín Navarro Valls, y la presidenta de la Cámara de Diputados italiana, Irene Pivetti.

Interrogado y a veces provocado por Messori, el Papa responde libremente sobre los grandes temas religiosos que interesan a las gentes contemporáneas. Como es su estilo, no hace concesiones al espíritu secular de nuestro tiempo. Leonardo Mondadori, presidente de la editorial que lanza el libro en Italia, es uno de los pocos que leyeron todas las pruebas y señala que el material es "como tener la posibilidad de dialogar con el Santo Padre en una especialísima audiencia privada, exponiéndole todas las demandas que cualquier hombre, incluso un no creyente, le haría al jefe de la Iglesia de Roma, al representante de Cristo en la Tierra".

Las preguntas son siempre filosóficas: ¿Cómo explica el misterio de Cristo? ¿Qué es la oración? ¿Es necesaria la Iglesia para poder llamarse cristiano? ¿Existe el infierno? ¿Que piensa de las otras religiones, pueden ser puestas todas en el mismo plano?

En sus respuestas, el Papa mantiene la firmeza de siempre para ratificar los principios de la fe católica frente al "vacío moral" de la sociedad. Varias veces invita a no tener miedo, por ejemplo, "de ser testigos de la dignidad de cada persona, desde el momento de la concepción hasta su muerte".

Juan Pablo II no enarbola el pesimismo hostil a la sociedad contemporánea que la Iglesia lucía antes del Concilio Vaticano II, pero toma la distancia de lo que numerosas veces ha considerado un mundo hedonista, secularizado, sobre todo en las sociedades más ricas. Un cierto escepticismo que lo lleva a criticar a los me-

dios de comunicación "que han acostumbrado a los distintos grupos sociales a escuchar lo que les acaricia las orejas".

El Papa denuncia una tendencia contemporánea a la deseducación y sentencia: "La situación no podrá sino empeorar si teólogos y moralistas se hacen cómplices de los 'mass media' en lugar de testimoniar la sólida enseñanza cristiana".

Cuando la verdadera doctrina es impopular, agrega Juan Pablo II, "la Iglesia no debe buscar la popularidad al precio de acomodamientos ruinosos".

La idea del libro nació en forma casual. Hace un año, el Papa Karol Wojtyla aceptó dar una entrevista a la primera red nacional de la RAI, el servicio público de televisión italiano. Messori debía conducir el reportaje con la dirección del "regista" cinematográfico Pupi Avati. No se sabe bien por qué, Juan Pablo II decidió cancelar la entrevista televisiva, prefiriendo contestar a las preguntas de Messori por escrito. Tras varios meses de trabajo consignó 180 carrillas manuscritas en polaco, que una monja del Vaticano tradujo al italiano y Messori revisó.

El escritor y periodista sostiene que se trata de una entrevista "cargada de optimismo". El Papa recibirá alrededor de 15 millones de dólares por sus derechos de autor, que ha donado a varias obras de beneficencia.

El Papa afronta en el día, logo temas como el Bien y el Mal. Destaca que la Buena Nueva abre un camino menos pesimista anunciando el "liberarnos del Mal". Pero recuerda que la historia -incluso la suya personal- devuelve cada día la humanidad al dolor.

Es evidente cuánto la tragedia de la Segunda Guerra Mundial y los horrores del nazifascismo han marcado al polaco Wojtyla. Cuando se refiere a "la esperanza que sobrevive a tantas tragedias humanas", cita concretamente el Holocausto (la Shoah) de los judíos. Se muestra inquieto "porque los jóvenes de hoy no han sufrido los estigmas de la Segunda Guerra, viven en la libertad conquistada por otros y ceden con frecuencia a los halagos de la sociedad consumista". Sin darse cuenta, dice, que "el único amigo es Jesús".

Con nostalgia dice que "quisiera volver a la sinagoga de Wadowice (su ciudad natal) destruida por los alemanes". Cuenta que "cuando iba a la escuela primaria, un cuarto de los alumnos eran judíos y mantengo viva la imagen frente a mis ojos de los israelitas que cada sábado se apresuraban a ir a la sinagoga. Católicos y

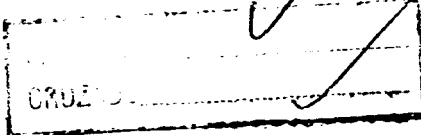
hebreos estaban unidos, supongo, por la conciencia de rezarle al mismo Dios".

Messori lo estimula con la pregunta: "¿Es usted el misterioso testimonio viviente del Creador del Universo... o el protagonista más ilustre de una ilusión milenaria?" Juan Pablo II responde: "Usted tiene razón al afirmar que el Papa es un misterio, un signo de la contradicción, una provocación". Pero tras recordar que las opciones no fueron fáciles ni para Pedro ni para sus 264 sucesores, destaca que "elegir implica siempre una iniciativa del hombre, pero de acuerdo a la acción divina". Por eso invita a no tener miedo.

A lo que ni el Papa tiene derecho, concluye Juan Pablo II, es a abandonar ni a modificar la sólida enseñanza cristiana. "El deber del magisterio de la Iglesia es transmitir esa enseñanza en su integridad. Hoy como ayer es necesario repetir el Creo en la Iglesia".

¿Cuál es el peligro en el horizonte?, le pregunta finalmente Messori. "Es el retorno a la herejía de Pelagio y de sus tesis seductoras, según la cual la Gracia no es indispensable, que el hombre puede conducir una existencia honesta y feliz aun en su ausencia. Palabra de Papa que esto es falso".

Julio A. Aranas



01-02

9500716

# Karol Wojtyla cumple 16 años como Sumo Pontífice

CIUDAD DEL VATICANO (Especial para Clarín). - Lleva 16 años pontificando, desde aquel 16 de octubre de 1978, cuando 99 cardenales lo votaron en el octavo escrutinio (otros 12 le negaron su apoyo hasta la fumata blanca), en el Cónclave de la Capilla Sixtina, eligiéndolo como Juan Pablo II, el Papa "que viene de lejos", el primer obispo de Roma no italiano en casi cuatro siglos.

Karol Wojtyla, arzobispo de Cracovia, polaco de los pies a la cabeza (algunos dicen que sobre todo dentro de la cabeza), el "atleta de Dios", de físico robusto, mente lucidísima, cultura filosófica y teológica refinada, era toda una promesa en aquel año difícil, tras la muerte de Pablo VI y de Juan Pablo I, el Patriarca de Venecia Albino Luciani, que duró solo 33 días debido a la fragilidad de su corazón. Wojtyla tenía 58 años y para la multitud que se quedó muda cuando escuchó su nombre incomprendible era un misterio. El enigma duró poco porque Juan Pablo II es un hombre de certidumbres, que construyó un pontificado histórico capaz de dejar hondas huellas en este final del segundo milenio del cristianismo.

El actual, ardiente, deseo del Papa es llegar al Jubileo del año 2000, celebrar en Jerusalén y en el Monte Sión encuentros con las tres grandes religio-

giones monoteístas (judíos y musulmanes) de los hijos de Abraham, y con las otras religiones cristianas. En su concepción mística (desde joven ha sido un estudioso seguidor de San Juan de la Cruz y Santa Teresa de Ávila, los grandes místicos españoles), la fe y la esperanza se combinan con las angustias que el Papa vive por el futuro del hombre y la sociedad contemporáneos.

Juan Pablo II es el noveno pontífice del siglo y, si llega al 2000, también será el último del Segundo Milenio y el primero del Tercer Milenio cristiano.

¿Llegará? Este decimosexto año de pontificado que va de octubre a octubre ha sido marcado por una visible decadencia física de Wojtyla. Dos accidentes le han dañado, sobre todo el segundo. En noviembre de 1993, mientras recibía a los ministros que habían participado de la asamblea de la FAO, tropezó al bajar de la tarima donde estaba el sillón pontificio. Se luxó un hombro, debió ser internado y operado.

El 28 de abril de este año se cayó al salir de la ducha y se fracturó el cuello del fémur derecho. Volvió a ser internado en el hospital Gemelli y operado. La versión oficial indica que desde entonces atraviesa una larga e inevitable convalecencia para recuperar el uso pleno de la pierna. Pero después de los dos accidentes Juan Pablo II no es el

mismo. Se cansa con mucha más facilidad. Tal vez es el envejecimiento, combinado con los sufrimientos y un temperamento blindado que le hace trabajar quince horas diarias.

Los rumores han arreciado como nunca en los últimos meses, denunciando primero un presunto mal de Parkinson y después cánceres de distinto tipo. Su portavoz, Joaquín Navarro Valls, dice que está harto de hacer desmentidas, pero se sabe que, como es tradición, el Papa goza de una excelente salud hasta el día de su muerte.

Este ha sido también el año de las renuncias. Los odios de la guerra civil le impidieron viajar al Líbano en mayo y a Sarajevo, en setiembre. También debió renunciar a la visita que debía hacer este mes a las Naciones Unidas en Nueva York. Pero esta vez no fue la guerra sino la salud el motivo de la renuncia.

El Papa no renunció, en cambio, a visitar en setiembre Zagreb, la capital de Croacia, y sigue adelante con sus viajes dentro de Italia. Pronto irá a Sicilia.

Hoy estará de pie más de dos horas durante la beatificación de cinco Siervos de Dios. Entre ellos, el jesuita chileno, padre Alberto Hurtado, el fundador del Hogar de Cristo, muerto en 1952 a solo 51 años. Ocho mil fieles han llegado desde Chile, encabezados por el presidente Eduardo Frei.

Nº. 150483  
TITULO 17/10/94  
PROD. 500717  
FE. 507684  
VIA. 507684

Iglesia no dará comunión a quienes se casen  
tras divorciarse.

Reafirmación del Vaticano en carta a los obispos del mundo

## La Iglesia no dará la comunión a quienes se casen tras divorciarse

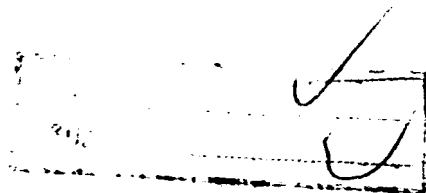
Ciudad del Vaticano - No puede haber indulto para los católicos divorciados y casados en segundas nupcias, dijo el viernes el Vaticano a los obispos del mundo.

**R**eafirmando con firmeza las doctrinas tradicionales que no son tomadas en cuenta por millones de personas, el Vaticano dijo que los católicos que quiebran sus votos matrimoniales permanecerán dentro de la iglesia pero no pueden recibir la comunión aun si ellos sienten que pueden hacerlo con la conciencia limpia.

El cardenal Joseph Ratzinger, el presidente de la Congregación de la Doctrina de la Fe, firmó la carta a los obispos el viernes, y agregaba que la doctrina había sido aprobada por el papa Juan Pablo II, quien ordenó su publicación.

Fuentes del Vaticano dijeron que la carta fue una respuesta a tres obispos liberales alemanes que habían anunciado el año pasado que los católicos casados en segundas nupcias podían tener sus conciencias en paz y decidir si querían tomar la comunión.

Eso no está permitido, dice Rat-



01-02

9500717

zinger, deplorando "la errónea convicción" de que los católicos casados en segundas nupcias pueden decidir sobre si tomar o no la comunión.

"Ese punto de vista es inadmisiblemente", dice la carta de Ratzinger. Las excepciones contemplan el caso en que el primer casamiento fue anulado canónicamente o si los divorciados y vueltos a casar se arrepintieron y se abstienen de tener relaciones sexuales con el nuevo cónyuge, según la carta.

La carta circuló durante un sínodo sobre vida religiosa en el Vaticano y marca las agudas diferencias entre el Vaticano y los católicos en Estados Unidos y otros países del tercer mundo. Así como muchos católicos casados por segunda vez toman la comunión, también muchos estadounidenses dicen que no toman en cuenta la prohibición del Vaticano sobre el uso de los anti-conceptivos.

La carta no debería alinear a los católicos divorciados, según el presidente de la Conferencia Nacional de Obispos Católicos de Estados Unidos. En cambio, la carta refleja "una doctrina constante" de la Iglesia. No es "un castigo o una discriminación contra los que están divorciados y casados en segundas nupcias", dice la declaración emitida por el arzobispo William Keeler, de Baltimore.

Los católicos aprenden que fue Cristo quien proclamó que el casamiento por la Iglesia es indivisible. Ese precepto ofrece una razón fuerte para prohibir la comunión de los católicos casados en segundas nupcias, dice la carta.

#### **Aniversario**

Juan Pablo II celebró ayer sus 16 años en el papado con la beatificación de cinco monjas y sacerdotes, y pidiendo la bendición de los fieles.

"Orad por mí", dijo el pontífice, de 74 años, ante la multitud de 40.000 personas que acudió a la Plaza de San Pedro.

El Papa se veía descansado y en buen estado de salud, aun cuando ha estado usando un bastón desde la operación a que se sometió en abril para el reemplazo de una cadera.

En los últimos meses a menudo parecía fatigado, lo que provocó conjeturas de que podría hallarse gravemente enfermo.

Juan Pablo II celebró misa ante un altar de campaña, bajo grandes retratos de las tres monjas y los dos sacerdotes que fueron beatificados, en el proceso que representa el último paso antes de la declaración de santidad.

Los beatificados eran un sacerdote nacido en Chile y otro en Francia, así como dos monjas españolas y una italiana.

El presidente chileno Eduardo Frei asistió al acto.

El sacerdote jesuita chileno Alberto Hurtado Cruchaga, fallecido en 1952, pasó su vida ayudando a los pobres y fundó un movimiento para ayudar a trabajadores explotados.

02-02

9500717

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO *Presentaron a prensa mundial el libro del PPD*  
PROCEDIMIENTO *150007*  
FECHA DE PRESENTACIÓN *20/10/94*  
VINCULACIONES *500777*  
*50 7684*

# PRESENTARON A PRENSA MUNDIAL EL LIBRO ESCRITO POR EL PAPA

CIUDAD DEL VATICANO (Por Miguel Castellvi del ABC de Madrid). — Para el cardenal Joseph Ratzinger, la cuestión de Dios es el tema fundamental del libro del Papa "Cruzar el umbral de la esperanza", mientras que según el portavoz del Papa, Joaquín Navarro-Valls, no se trata de un testamento de Juan Pablo II, "sino de un manifiesto programático lleno de optimismo". El libro fue presentado hoy miércoles en Milán por el prefecto de la Doctrina de la Fe, cardenal Ratzinger, y por la presidenta de la Cámara de los Diputados, Irene Pivetti.

En la conferencia de Prensa que precedió al acto intervinieron Navarro-Valls, portavoz del Papa, el escritor Vittorio Messori, autor de las preguntas que dieron pie a Juan Pablo II para escribir el volumen.

Según Navarro-Valls, el libro responde a la lógica del pontificado de Juan Pablo II: "El Papa que dialoga, que va al encuentro de los periodistas, que se reúne con la gente: este espíritu lo ha llevado hasta exponer el magisterio de la Iglesia en una forma de entrevista totalmente inédita".

Para el portavoz del Papa, la razón que convenció al Pontífice es que el libro es una nueva ocasión pastoral. "No conozco el estado de ánimo de Karol Wojtyła cuando escribió los otros libros de su vida, como Persona y acto y Amor y responsabilidad. Pero sé que su intención, cuando aceptó enfrentarse con las preguntas de Vittorio Messori, que eran preguntas que se hacen hombres y mujeres de nuestra época, era aprovechar una nueva ocasión pastoral."

Lo que más llama la atención del libro, añadió el portavoz del Vaticano, es el optimismo: "Demuestra un optimismo radical, y nos presenta un Papa lanzado hacia el futuro. Llama la atención su optimismo el tenemos en cuenta el difuso pesimismo, la

## ABC

psicología depresiva de este cambio de época".

También el cardenal Ratzinger, en su presentación, destacó el carácter insólito del libro: "Es una obra muy personal del Papa, con una gran cantidad de rasgos autobiográficos, pero al mismo tiempo es un diálogo de la fe con las preguntas que el hombre moderno pone al cristianismo".

Ratzinger se centró en el tema de Dios, "la cuestión fundamental". "Para el Papa, el tema de Dios es el más personal, la fuerza que configura su misma vida, pero al mismo tiempo es el más universal, el que más interesa a todo hombre". Según el prefecto del ex Santo Oficio, la fe en Dios de este Papa se resume "en el grito programático que hizo escuchar el día del inicio de su ministerio a la gente reunida en la plaza de San Pedro y al mundo entero: No tengáis miedo".

## "EL PAIS" Primero Siempre

El libro escrito por Juan Pablo II, cuyo compendio fuera publicado por EL PAIS, será hoy presentado oficialmente en nuestro país, en un acto a realizarse en el Club Católico el cual contará con la presencia del Presidente de la República, Dr. Luis A. Lacalle; del Arzobispo de Montevideo, Mons. José Gottardi y del Decano de la Facultad de Ciencias Sociales, Dr. Claudio Wilman, quienes harán una breve exposición sobre la Vida y Obras del sumo Pontífice.

ENTRADO  
CRUZADO

9500718

01-71

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDE

FEE

VINCULO

El 20/10 se presentó en URUGUAY el libro del PAPA.

150483

21/10/94

500777

507687

507466

## Se presentó ayer en Uruguay el libro del papa Juan Pablo II

*"Estoy ante un hombre vestido de blanco, con una cruz sobre el pecho. No quiero dejar de señalar que este hombre (...) es en sí mismo un misterio, un signo de contradicción, e incluso una provocación, un 'escándalo' según lo que para muchos es el sentido común".*

**A** sí preparó su primera pregunta el periodista Vittorio Messori, cuyas interrogantes originaron el libro de Juan Pablo II *Cruzando el umbral de la esperanza* que se presentó ayer en el Club Católico. En el estrado estuvieron el nuncio apostólico Francesco Di Nittis, el arzobispo de Montevideo José Gottardi y el decano de la Facultad de Ciencias Sociales, Claudio Williman.

Entre el público estaba presente el ministro del Interior, Angel María Gianola, el subsecretario de Relaciones Exteriores José Gamio y el diputado Francisco Rodríguez Camusso. A través de una carta el presidente Luis Alberto Lacalle se excusó de no participar por otros compromisos imprevistos.

El libro responde a preguntas del periodista italiano Vittorio Messori que estaban planificadas para una entrevista televisiva. Sin embargo, por compromisos previos la misma no pudo concretarse y Juan Pablo II las respondió por escrito.

Gottardi dijo que las preguntas abarcan una pluralidad de temas "que van desde la cuestión de la fe en nuestro tiempo, la misión de la Iglesia, la vida del Santo Padre y los desafíos del mundo contemporáneo" que invitan a la reflexión.

Por su parte, el decano e historiador Williman reseñó la biografía de Juan Pablo II, desde su nacimiento en un hogar católico de Polonia hasta ahora. Destacó su carácter de Papa peregrino que "concorre a todas las fronteras para predicar a las naciones desde su propia tierra" y su preocupación por el acercamiento a las iglesias de los países del Este de Europa.

Además consideró que Juan Pablo II tuvo un papel importante en la caída del régimen socialista en la ex Unión Soviética. "La caída del régimen soviético y del socialismo real han reducido la magnitud de un gran problema para la Iglesia: el materialismo ateo", dijo Williman. Y agregó que uno de los nuevos desafíos a los que se enfrenta ahora es la defensa de la vida desde su concepción.

Acotó que en la Conferencia de Población y Desarrollo que se realizó en El Cairo, la actuación del Papa "fue fundamental para evitar que un documento de las Naciones Unidas contribuyera a formar a la opinión pública a favor del aborto".

El libro salió a la venta en 35 países, traducido en 21 idiomas y en castellano fue editado por Plaza y Janés. Los derechos por la venta serán destinados a obras de caridad. ■



**Cruzando el umbral de la esperanza**

El Papa reflexiona sobre la Iglesia y los desafíos del mundo actual

ENTRADO.....  
CRUZADO.....

01-01

9500719

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Algunos curas romanos están en desacuerdo con el Papa - Aborto - Divorcio.*

PROCEDENCIA *150023*

FECHA DE PROCEDENCIA *22/10/94*

VINCULACIONES *500771*  
*507684*  
*507604*

## Algunos curas romanos están en desacuerdo con el Papa

*16p. 22/10* Roma (ANSA)

Entre los sacerdotes de la diócesis de Roma existe una minoría que no comparte las enseñanzas del Papa y de la doctrina de la Iglesia en materia de aborto, divorcio, anticonceptivos, sacerdocio femenino y celibato sacerdotal. Esto es el resultado de una encuesta realizada en el otoño de 1992 a 1.000 sacerdotes romanos y religiosos, sobre un total de 4.322 sacerdotes.

Pese a que el vicariato de Roma les pidió a responder, sólo restituyeron el cuestionario 432 sacerdotes, es decir el 39 por ciento.

La investigación fue realizada con la colaboración del Consejo Nacional de Investigaciones y fue publicada en el libro "El presbítero frente a la Iglesia de Dios".

En cuanto a la "moral de la familia", el 20 por ciento de los entrevistados considera el divorcio como un "medio resolutivo" cuando "la unión entre los cónyuges es insostenible".

Para el 38 por ciento de los curas encuestados, el uso de los anticonceptivos "debe depender de la responsabilidad social y económica de los cónyuges".

Un 30 por ciento se declara "poco" (un 14 por ciento) o "para nada" (un 16 por ciento) de acuerdo con que los anticonceptivos sean incompatibles con los principios del catolicismo.

Para el 90 por ciento de los entrevistados, el aborto es condenable como un "delito contra la vida", aunque existe un 10 por ciento que no lo considera un delito "cuando sirve para eliminar anomalías".

En cuanto al papel de las mujeres en la Iglesia y en la sociedad, el 17 por ciento desea "mucho" o "bastante" que las mujeres sean admitidas al sacerdocio. El 41 por ciento estaría incluso dispuesto a "confesarle" con una mujer, si ésta pudiera impartir el sacramento.



Algunos sacerdotes no comparten algunas ideas que propone el Papa. Aprobado en materia de aborto, divorcio y anticonceptivos. (Fotografía de AFP)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500720



Nº. DOCUMENTO  
 TÍTULO *USA 714510*  
 PROCEDE *150007*  
 FECHA DE FOLIO *24/10/94*  
 VINCULACIONES *500777*  
*507629*

*Monjas piden por sacerdocio femenino.*

## Vaticano: Monjas Piden por Sacerdocio Femenino

CIUDAD DEL VATICANO, 23 (ANSA). — Un grupo de setenta religiosas norteamericanas de Chicago se manifestó por primera vez contra la voluntad del Papa, en la plaza de San Pedro, para reclamar el acceso al sacerdocio. Las monjas que hicieron la manifestación forman parte de la "Coalición de las monjas norteamericanas", presente también en otros estados del continente.

Después de la manifestación de ayer en la Plaza San Pedro, la madre Michelle Olley, dirigente de la Coalición, dijo que hay muchos obispos propensos a plantear el problema del sacerdocio femenino, pero que "callan para no desobedecer al Papa".

En mayo del año pasado — continuó la superiora — el Papa declaró en un documento que si alguna vez hay que hablar de la cuestión, el gesto silenció a los obispos y sacerdotes. En privado hay quienes simpatizan con nosotros, pero después callan frente al "no" papal.

Con respecto a los obispos norteamericanos — dice la monja — no hablan en público para no desobedecer. El hecho es que se encuentran en una extraña posición: durante siete años se dedicaron a escribir una carta pastoral sobre la mujer y después decidieron no hacer nada.

Esta manifestación fue organizada para solicitar al Sínodo de los obispos sobre la vida de las monjas y los religiosos que se está realizando en el Vaticano, a establecer una verda-

dera paridad entre hombres y mujeres, dentro de la Iglesia.

Una vez atravesado el umbral de mármol que señala el confín entre Italia y la Santa Sede, las monjas se colocaron bajo las ventanas del estudio papal, que da sobre la plaza, a las 10:30 de la mañana de un día de sol,

pero fueron interceptadas por la policía italiana, que las obligó a retirarse.

Los agentes de policía italianos, que según el Concordato entre Italia y el Vaticano son delegados para el orden público en la plaza (que sin embargo forma parte del Estado papal)

ENTRADA  
 CRUZ-55

01-01

9500721

Nº. DOCUMENTO  
TITULO *PDLA pds a*  
PROCEDENCIA *150007*  
FECHA DE RECIBO *26/10/94*  
VINCULACIONES *500777*  
*507684*  
*507466*

*uruguayos difundir la fe en la Fe.*

## El Papa Pidió a Uruguayos Difundir la Fe en la Familia

El Papa Juan Pablo II envió en la víspera un telegrama a los uruguayos, en oportunidad de la entronización de la imagen de la Virgen de los Treinta y Tres Orientales. El Pontífice, alentó a la grey compatriota a, "hacer de este acto un momento propicio de renovación en la Fe; que les aliente en la misión de difundirla en la familia y la sociedad, testimoniando los valores del Evangelio".

El telegrama está firmado, en nombre del Papa, por el Cardenal Secretario de Estado, Angelo Sodano, y fue leído en la Misa de entronización por el Cardenal Agostino Casaroli. "Los héroes de la epopeya patria le dieron su propio nombre, uniendo así el amor a la Virgen y a la Patria", dijo Casaroli, quien además recordó las palabras del Papa cuando visitó Uruguay en 1988, al decir que la Virgen de los Treinta y Tres, "es un memorial de la historia del Uruguay", y de pedir a Dios que, se mantenga esta armonía entre el amor a la Virgen y a la Patria, y "conservar al pueblo uruguayo en la Fe, esperanza y caridad, en un futuro marcado por la fidelidad a la Fe cristiana".

El presidente Lacalle, remitió a su vez un telegrama a Juan Pablo II en el que indica que "la Virgen de los Treinta y Tres, rodeada de los pabellones de la Patria, será un signo permanente de la presencia de la Virgen en Roma y también punto de convergencia para quienes visiten ese centro de cultura y fe".



El Papa Juan Pablo II alienta a los católicos uruguayos a testimoniar los valores del Evangelio.

La imagen de la Virgen patrona de nuestro país, réplica exacta del original que el indio Antonio Díaz, de Santo Domingo de Soriano, entregó para su veneración, fue instalada en un altar de la cripta de la Basílica romana de los Doce Apóstoles, frente al arca en que están depositadas las reliquias de los Santos Apóstoles Felipe y Santiago el Menor, patronos de Montevideo.

Más de doscientas personas, entre ellos numerosos uruguayos residentes en Roma, así como el cuerpo diplomático compatriota acreditado en la nación italiana, asistieron a la Misa de entronización, cumplida en la Basílica barroca dirigida por franciscanos conventuales.

ENTRADO  
CRUZ=00

01-01

9500722

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENTE

FECHA DE P

VINCULACIONES

Relaciones diplomáticas del Vaticano y la OLP

150094

26/10/94

500724

507684

500868

ROMA DECIDIO DAR A LOS VINCULOS EXISTENTES UN CARACTER "OFICIAL Y PERMANENTE"

# Virtual establecimiento de relaciones diplomáticas del Vaticano y la OLP

En un claro respaldo a Yasser Arafat, el portavoz del papa Juan Pablo II, Joaquín Navarro Valls, afirmó ayer que "este es el momento de apoyar a los palestinos que mantienen actitudes moderadas". La Santa Sede y la OLP anunciaron el establecimiento de relaciones oficiales. No se trata de vínculos diplomáticos ya que no existe aún el Estado palestino.

Foto de archivo del papa Juan Pablo II y Yasser Arafat, líder de la OLP, durante su encuentro en Roma, en abril de 1990.



Agencia AP

CIUDAD DEL VATICANO, 25 (Especial para Clarín). - Un día antes de la firma del Tratado de Paz entre Israel y Jordania, la Santa Sede dió hoy otro paso histórico en su proceso de inserción diplomático-religioso en el difícil cuadro mediorientista, al anunciar el establecimiento de "relaciones oficiales" con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Dos veces el portavoz del papa Juan Pablo II, Joaquín Navarro Valls, insistió en afirmar que "en este momento muy delicado" para el proceso de paz, la Santa Sede advierte la necesidad de apoyar a los palestinos que "mantienen actitudes moderadas".

La OLP abrirá una oficina de representación ante la Santa Sede, en tanto el nuncio apostólico en Túnez se encargará de los contactos con los dirigentes palestinos.

El Vaticano brinda así un nuevo escudo diplomático al proceso de paz y, en particular, a la OLP de Yasser Arafat, en serias dificultades en los últimos días por la ofensiva terrorista de los integristas islámicos de Hamas pero también bajo presión por el acuerdo de paz entre Israel y Jordania.

Arafat no asistirá mañana a la histórica firma del Tratado de Paz entre Israel y Jordania, con la protectora presencia del presidente norteamericano Bill Clinton, para exaltar su oposición al papel que el gobierno de Jerusalén ha concedido al rey Hussein de Jordania como protector de los Lugares Santos musulmanes en "Al Qus" (La Santa), como llaman los discípulos del profeta Mahoma a Jerusalén.

De allí la importancia estratégica del momento elegido por la Santa Sede para anunciar el establecimiento de "relaciones estables y oficiales", como dijo Navarro, con la OLP de Arafat. La fórmula deja

bien claro que no se trata de relaciones diplomáticas desde el momento que no existe aún el Estado palestino.

Pero la Santa Sede reconoce a la entidad palestina un status intermedio que equivale a un auspicio en favor de la futura creación de Palestina como ente jurídico estatal a todos los efectos. El documento empeña a las partes a contribuir conjuntamente a la búsqueda de "la paz y la justicia" en Oriente Medio y se afirma que las relaciones oficiales serán "un elemento de aliento a la esperanza en el delicado y complejo momento histórico que el pueblo palestino está atravesando en sus esfuerzos para alcanzar, en libertad e independencia, sus inalienables derechos".

El comunicado fue suscrito por el "canciller" pontificio, monseñor Jean-Louis Taurán, y el dirigente palestino Abdul Lateef Abu Hileh.

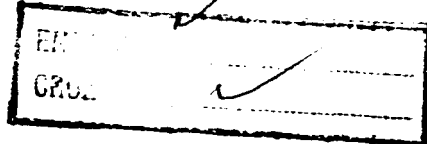
El representante de la OLP en Italia, Nemer Hammad, destacó que la nota conjunta se refiere a las resoluciones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas que, según explicó, no reconocen la anexión de la zona este de Jerusalén por parte de Israel.

La Santa Sede se limita a pedir "garantías internacionales para la Ciudad Santa" mientras que Arafat reivindica a Jerusalén como capital del futuro Estado palestino. La ciudad actualmente es la capital de Israel.

En el Vaticano no se oculta la preocupación por la ofensiva terrorista de Hamas, destinada a hacer saltar el proceso de paz.

La Santa Sede estableció en los últimos meses relaciones diplomáticas oficiales con Israel y Jordania, que se agregaron a las que ya mantiene con Egipto, Siria y el Líbano. Con el acuerdo de hoy con la OLP se cierra el círculo.

Julio A. Arana



01-01

9500723

Al documento SINODO OBISPOS conciliar: *mujeres de San Juan + responsas.*  
*El Sinodo sobre el papel de las religiosas.*  
 450067  
 30/10/94  
 500747  
 507684  
 11078

# El Papel de las Religiosas

CIUDAD DEL VATICANO, 29 (Reuter). — El papa Juan Pablo II clausuró hoy un sínodo de obispos sobre la vida de los religiosos, en el que los obispos coincidieron en que las mujeres debían tener más responsabilidades y mayor poder de decisión en la Iglesia Católica.

Sin embargo, en su homilía en la misa solemne en la basílica de San Pedro, el pontífice no mencionó la posibilidad de expandir el papel de las mujeres en la Iglesia.

El sínodo discutió la vida de los "miembros consagrados": sacerdotes, monjes, frailes y otros miembros de órdenes religiosos que toman votos como pobreza, obediencia y castidad.

En su sermón, el Papa citó a algunos de los sacerdotes y monjes que dejaron su marca en la historia durante los siglos, como San Francisco de Asís, Santa Catalina de Siena y Santa Benedita.

"Podríamos pensar en la cultura y la civilización europea sin ellos?" preguntó el Papa.

Aunque el sínodo trató acerca de muchos aspectos de la vida religiosa en la sociedad y en la Iglesia — cómo deben propagar el Evangelio, cómo deben vestirse y el tipo de vida que deben llevar — el tema de las mujeres atrajo la mayor atención.

✓  
 9500724

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	Obispos pidieron mayor poder x mujeres dentro de Iglesia
PROCESAMIENTO	500724
FECHA DE P...	30/10/94
VINCULACIONES	500777 507689

# Los obispos pidieron mayor poder para las mujeres dentro de la Iglesia



El papa Juan Pablo II en el cierre del sínodo de obispos en el Vaticano.

**CIUDAD DEL VATICANO** (Reuter).- El papa Juan Pablo II clausuró ayer un sínodo de un mes sobre la vida de los religiosos, en el que los obispos coincidieron en que las mujeres deben tener más responsabilidades y mayor poder de decisión en la Iglesia Católica.

Sin embargo, en su homilía en la misa solemne en la basílica de San Pedro, el Pontífice no mencionó la posibilidad de expandir el papel de las mujeres en la Iglesia.

El sínodo discutió la vida de los "miembros consagrados" (sacerdotes, monjas, frailes y otros miembros de órdenes religiosas que toman votos como pobreza, obediencia y castidad).

## ♦ Marca en la historia

La misa contó con la asistencia de unos 40 cardenales, 250 obispos y 10.000 feligreses de la Iglesia Católica. En su sermón, el Papa citó a algunos de los sacerdotes y monjas que dejaron su marca en la historia durante los siglos, como San Francisco de Asís, Santa Catalina de Sena y Santa Benedita. "Podríamos pensar en la cultura y la civilización europea sin ellos?", preguntó el Papa.

El Papa debe estudiar ahora 55 propuestas planteadas por los par-

ticipantes del sínodo y escribir una "exhortación apostólica", un documento sobre cómo deben ser aplicadas las deliberaciones de los obispos. Estas propuestas son usualmente publicadas un año después de la clausura del sínodo.

## ♦ Más poder

El viernes, el mensaje final emitido por los obispos consideró que las religiosas debían tener más poder, pero no pareció responder a las demandas de que tuvieran acceso a altos cargos en la Curia, la administración central de la Iglesia. "Las mujeres consagradas deben participar más en las consultas de la Iglesia y en la toma de decisiones, como lo requiere la situación", dijo el mensaje.

El cardenal Eduardo Martínez Somalo señaló que, por regla y tradición, ciertas posiciones en la Curia solo eran para los sacerdotes y, por consiguiente, solo para hombres.

La Iglesia Católica dice que no tiene autoridad para ordenar mujeres; porque Cristo solo escogió a hombres como sus apóstoles. Los grupos de mujeres han rechazado este argumento al alegar que Cristo simplemente siguió las normas de sus tiempos.

ENTRADA	✓
CRUZ	✓

01-01

9500725

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

PIDPA designa 30 nuevos cardenales, prepara su sucesión

150025

31/10/94

500747

507624

## Juan Pablo II prepara el terreno para su sucesión

CIUDAD DEL VATICANO, 30 (AP) - El papa Juan Pablo II designó hoy a 30 nuevos cardenales, entre ellos a arzobispos de cinco países latinoamericanos y de los EE. UU., y a varios de Europa oriental.

Con el anuncio de hoy, el Papa dio un paso importante para asegurar que alguien de su misma línea sea el próximo líder de la Iglesia Católica, de 950 millones de fieles en el mundo.

El nombramiento de los cardenales es una de las tareas que el Pontífice guarda con mayor reserva.

De los 30 cardenales, 24 tienen menos de 80 años, el máximo para que un cardenal pueda participar en la elección de un papa. Con las designaciones anunciadas hoy fueron ocupadas todas las vacantes del Colegio de Cardenales, a tiempo para una ceremonia en que recibirán el nombramiento oficial, el 26 de noviembre.

Juan Pablo II ha designado a 103 de los 120 miembros del Colegio de Cardenales en los 16 años de su papado.

(Más en la P. 4)

CRUZ

01-02

9500726



Thomas Winnig, tercer cardenal escocés desde la Reforma, y Jaime Lucas Ortega, primer cubano en ascender a ese puesto bajo el régimen castrista (AP)

## Nombró el Papa a treinta cardenales de su línea

**Mayoría:** 100 de los 120 electores fueron nombrados por Juan Pablo II, que, según analistas, modeló el colegio cardenalicio para que su sucesor sea fiel a su pontificado.

**CIUDAD DEL VATICANO, 30 (ANSA).** El sexto consistorio del pontificado de Juan Pablo II, que tendrá lugar el 26 del mes próximo y durante el cual serán nombrados 30 nuevos cardenales, será el más "prolífico" de los celebrados por el Papa reinante.

De hecho, Juan Pablo II nombró 14 cardenales en el consistorio de 1979, 18 en el de 1983, 28 en el de 1985, 24 en el de 1988 y 23 en el de 1991, por un total de 197. Su predecesor Paulo VI creó, en cambio, 144 cardenales en 15 años de pontificado.

Con los próximos nombramientos, el número de los cardenales de la Iglesia pasará a 167 (de los que el Papa actual habrá nombrado globalmente 137). Aún con ello, sólo 120 serían electores en caso de muerte del Sumo Pontífice por ser menores de 80 años, edad máxima para que un cardenal pueda elegir a un papa.

"Considero oportuno -dijo Juan Pablo II- atenerme al límite fijado por mi predecesor, Paulo VI."

De hecho, cuando se celebre el consistorio, el colegio cardenalicio contará con 96 cardenales de menos de 80 años, a quienes se añadirán 24 de los 30 nuevos con menos de aquella edad.

Después del consistorio de noviembre, Europa seguirá siendo el continente con un mayor número de cardenales (de 70 pasará a 85),

seguida por América (de 37 a 46), África (de 15 a 17), Asia (de 12 a 16) y Oceanía (eran 3 y tales seguirán siendo).

### Cantidad de electores

En cuanto a los electores, 55 son europeos (45,8 por ciento), 33 americanos (27,5 por ciento), 15 africanos (12,5 por ciento), 14 asiáticos (11,7 por ciento) y 3 de Oceanía (2,5 por ciento).

América latina, con 22 de los 33 cardenales americanos, representa el 18,3 por ciento de los electores.

De todos estos electores 20 fueron nombrados por Paulo VI y 100 por Juan Pablo II.

Según algunos comentaristas, las cifras referentes a los cardenales electores indican que Juan Pablo II modeló el colegio cardenalicio de modo tal que su sucesor sea hombre que se mantenga fiel a los grandes principios de su pontificado, entre ellos la prohibición de los anticonceptivos y del sacerdocio femenino.

### Las designaciones

Fueron designados dos arzobispos de México, y de Cuba, Chile, Ecuador y Perú, uno de cada uno.

La designación de Vinko Puljic como cardenal de Sarajevo, el primero de Bosnia, refleja el apoyo moral brindado por el papa a la asediada capital bosnia. Juan Pablo tenía planes para visitar esa ciudad el 8 de septiembre, pero canceló el viaje debido a los problemas de seguridad.

En reconocimiento de los cambios habidos en Europa oriental, el Pontífice polaco también designó cardenales a religiosos de la República Checa, Bielorrusia y Albania, que tiene una pequeña minoría ca-

tólica. También designó cardenal a un arzobispo de Vietnam.

### Primero de la época castrista

El arzobispo Jaime Lucas Ortega y Alamino, de La Habana, es el primer cardenal cubano desde que Fidel Castro tomó el poder en esa isla.

Los otros nuevos cardenales latinoamericanos son los arzobispos Carlos Oviedo Cavada, de Santiago de Chile; Augusto Vargas Alzamora, de Lima; Bernardino Echeverría Ruiz, arzobispo emérito de Guayaquil; Adolfo Antonio Suárez Rivera, de Monterrey y Juan Sandoval Iñiguez, de Guadalajara. El antecesor de Iñiguez, Juan Jesús Posadas Ocampo, murió asesinado en mayo del año pasado en un tiroteo que involucró a narcotraficantes.

Los arzobispos norteamericanos que fueron designados cardenales son William Keeler, de Baltimore y Adam Maida, de Detroit. El cardenal vietnamita es el arzobispo de Hanoi, Paul Joseph Pham Dinh Tung.

Puljic, de 46 años, es el más joven de los nuevos cardenales.

Juan Pablo II también designó al patriarca maronita libanés Nasrallah Pierre Sfeir, al arzobispo de Tokio, Peter Seitchi Shirayanagi, al de Praga, Miloslav Vlk, y al sacerdote Mikael Kolliq, de Escutari, Albania.

Asimismo, a los obispos Yves Congar, de Francia, y Alois Grillmeier, de Alemania; Thomas Winnig, arzobispo de Glasgow; Julius Riyadi Darmaatmadja, arzobispo de Semarang, Indonesia; Pierre Eyt, arzobispo de Burdeos, Francia; Jean-Claude Turcotte, arzobispo de Montreal, y Kazimierz Swiatek, arzobispo de Minsk, Bielorrusia.



Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

P. Ejecutivo autorizó a Z.F. Mdeo, S. A. a instalar un telepuerto

150483

1/10/94

11856

507966

## Telepuerto a <sup>sta</sup> Z F Montevideo <sup>1/10</sup>

El PODER EJECUTIVO autorizó a Zona Franca Montevideo SA a instalar un telepuerto y constituirse en carrier de los usuarios del exclave en las condiciones pactadas con Antel.

En los considerandos de la resolución se indica que es conveniente autorizar los servicios de telefonía internacional, IBS y teleconferencias a las empresas usuarias de la Zona Franca Montevideo, a través del telepuerto "prohibiéndose la conexión de dichos servicios con la red de comunicaciones de Antel, lo que ampara los derechos monopólicos de ésta". ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500727

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
 TÍTULO PERU, BOLIVIA y PARAGUAY  
 PROCEDENCIA 150483  
 FECHA DE RECEPCIÓN 4/10/94  
 VINCULACIONES 11856  
507480  
66817  
96723

*resolver fortalecer las zonas francas de región*

La carretera Trans Chaco favorecerá la integración de esa zona

4/10

## Perú, Bolivia y Paraguay fortalecen sus exclaves para incrementar el comercio

*La relación fluida entre los bloques económicos regionales, e incluso entre países que integran marcos diferentes, viene siendo la característica más nítida del desarrollo comercial de América Latina. En ese escenario las zonas francas cumplen un importante papel, sobre todo si las mismas están ubicadas en lugares de fácil interconexión.*

Con un llamado a la firme integración regional y a las empresas privadas concluyeron una serie de encuentros los presidentes de Bolivia (Gonzalo Sánchez de Losada), de Paraguay (Juan Carlos Wasmosy) y de Perú (Alberto Fujimori), que reunidos en Bolivia resolvieron dinamizar el comercio y fortalecer las zonas francas de la región.

En la última semana de setiembre, en Santa Cruz de la Sierra, los tres gobernantes firmaron una declaración de 20 puntos, lo que constituye un detallado informe de todos los proyectos en ejecución que las tres naciones llevan adelante para hacer realidad en el corto plazo la integración física a través de un sistema multiforme.



Alberto Fujimori, Gonzalo Sánchez de Losada y Juan Carlos Wasmosy

Zonas francas integradas para favorecer el comercio de Este a Oeste a partir del encuentro de Santa Cruz de la Sierra

Este programa incluye la hidrografía, las carreteras y la vía férrea, las zonas francas, promoviendo las actividades productivas en los tres países generando corrientes intrarregionales y extralatinamericanas.

La voluntad política de poner en marcha este proyecto físico de integración se expresó en la creación de una coordinadora trinacional, encargada de "promover y facilitar las acciones necesarias para completar la interconexión física y la operación de un sistema amplio de

transporte entre los tres países".

### El comercio articulado

Los presidentes Fujimori, Wasmosy y Sánchez de Losada convinieron también en consolidar los puertos y las zonas francas, como una forma de alentar el intercambio comercial.

"Esto es parte de la vocación de Bolivia de ser país de tránsito y un país de encuentro", dijo el presidente boliviano, quien agregó que el objetivo es "que vengan grandes

cargas de Paraguay y Brasil hacia los puertos peruanos del Pacífico".

Sánchez de Losada señaló que el "gran corredor interoceánico con hidrografía, carreteras, vías férreas y zonas francas es ya una realidad en crecimiento, no sólo es discurso".

Los tres países cuentan ya con mutuas concesiones, con zonas francas en cada uno de sus territorios y los gobiernos adelantaron las gestiones para la financiación de la carretera Trans Chaco que los unirá y favorecerá el comercio. ■

ENTRADO ☒  
 CRUZADO ☒

01-01

9500728

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Z.F. Colonia creció un 26% entre marzo y octubre de este año

150483

11/10/94

81856

515934

En marzo asumió la administración el Grupo Continental

OBS. EC.

11/09/94

## Zona Franca Colonia creció un 26 por ciento entre marzo y octubre de este año

*Centro de controversias y polémicas, la Zona Franca Colonia mejoró su funcionamiento, brinda un mejor servicio y promete ofrecer una moderna oferta a quienes desean instalarse en ella. Según varios usuarios consultados, el Grupo Continental —la empresa que administra esta zona— está haciendo sostenidos esfuerzos para profesionalizar el funcionamiento de la misma.*

Ahora hasta se ve la profundidad del desagüe y las vías del tren", comentó un usuario mientras miraba hacia el fondo de la zona, en la parte que se recuesta sobre la red ferroviaria y la playa. El comentario podría

multiplicarse por varios. Nada está igual a la anterior visita de *El Observador* registrada a pocos días de haber asumido este grupo la administración de la zona.

No hay auto que no sea rigurosamente revisado cuando ingresa o sale de la zona y ese —quizás un dato menor— ubica en qué términos se está trabajando.

### Nacieron aquí

La Zona Franca Colonia es hoy "la madre de todas las zonas francas del país", a juicio de la gente del Grupo Continental. En efecto, todas las demás zonas francas privadas surgen de propuestas elaboradas por viejos usuarios de la de Colonia.

"Aquí aprendieron el negocio y crecieron como empresarios", dijo una fuente de la empresa que administra la zona.

La vieja ley de zonas francas de

1923 tuvo que esperar 10 años para ver que efectivamente podía habilitar negocios desde el estratégico punto de la ciudad de Colonia, junto al puerto departamental. En 1933 se colocó la piedra fundamental de este emprendimiento (ver nota aparte) y en los inicios de la década del 60 se comenzó a vivir el primer boom. Allí surgen, por ejemplo, los Seré, los Trombotti, los Agra, los Barbieri, y los Mautone. Se trata de algunos de los más experimentados empresarios que creyeron en esta zona y que hoy —en varios casos— valiéndose de esa capacidad adquirida con el tiempo, apuestan a sus propias zonas francas; aunque no se alejan de la que los vio nacer.

### Vida actual

Bajo la vigilancia de la empresa Juncadella —que presta sus servi-

cios de seguridad durante las 24 horas, con recorridos permanentes en las 22 hectáreas y con presencia en las cabinas de vigilancia ubicadas en los extremos del terreno— la zona adquirió un gran movimiento en los últimos días.

Según datos a los que accedió *El Observador*, el pasado jueves 6 de octubre se transformó en el día récord de entrada de camiones: 108.

Por otra parte se aseguró que en marzo —cuando asumió el Grupo Continental— se registraban 143 usuarios y hoy están registrados 181, lo que revela un crecimiento del orden del 26 por ciento.

Por otra parte se construyeron dos galpones en otros tantos usuarios, se prevé la construcción de otros dos y Pepsi sigue adelante con su proyecto ya que concluyeron los trabajos de los 6 silos que funcionarán para la planta de fabricación de preforma. ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500729

Nº. DOCUMENTO

TITULO *PIDEN p.e. Z.F. Colonia y de N. Palmira según siendo.*

PROCEDENCIA *150008*

FECHA DE PROCESAMIENTO *13/10/94*

VINCULACIONES *118 56*

*515 934*

*515 935*

*administradas x Edo.*

Colonia: Solicitud de la Junta Departamental

*EP- 13/10*

## **ZONAS FRANCAS: PIDEN CONTINUIDAD ESTATAL**

COLONIA (Por Pedro Ramón Clavijo, corresponsal).  
— La Junta Departamental de Colonia, declaró su apoyo para que las Zonas Francas de Colonia y de Nueva Palmira sigan siendo administradas por el Estado.

Atento al tratamiento por parte de la Asamblea General del Parlamento Nacional, de Proyecto de Ley modificativo del artículo 44 de la Ley de Zonas Francas, el deliberativo colonense, se expidió.

La resolución, se basa considerando que la Junta es representante de la voluntad popular en el Departamento y que por tanto es lógico trate los grandes temas que competen a su desarrollo.

Que el caso puntual de modificación del artículo aludido ha sido estudiado en profundidad por el cuerpo y ha existido una decisión reiterada al respecto.

Que las Zonas Francas de Colonia significan un tema de prioritaria atención, y que esta declaración no implica juicio sobre el manejo de las Empresas Públicas, sino una posición clara de velar por los intereses de todos los colonenses.

Por las razones expuestas, la Junta Departamental de Colonia, declara: 1º) Manifestar una vez más que acompaña la idea que las Zonas Francas de Colonia y de Nueva Palmira sigan siendo administradas por el Estado.

2º) Como en las tres oportunidades anteriores que se trató el tema, solicita a los señores parlamentarios la aprobación del Proyecto de Ley modificativo del Artículo 44 de la Ley 15.921, para que la Zona Franca de Colonia, vuelva a ser administrada por el Estado, como los controles eficientes que se necesitan para ello.

ENTRADO

CRUZADO

*01-01*

*9500730*

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Según estudio de F. Colina sobre instalación fuera de centros poblados.

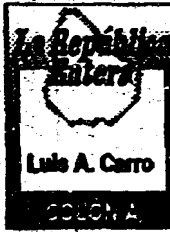
## Ante las inminentes transformaciones en el departamento <sup>Rep</sup> **Zonas francas de Colonia deberán instalarse** **fuera de los centros poblados, según estudio**

■ La Intendencia Municipal de Colonia deberá encarar, ante las inminentes transformaciones que experimentará este departamento en los próximos años por las distintas obras de integración regional,

diversas (y muy concretas) medidas de protección y fomento de la actividad industrial en esta zona del país.

Así lo plantea un reciente estudio conjunto sobre desarrollo y ordenamiento territorial de Colonia, elaborado en forma conjunta por técnicos del Mvotma y del municipio colonense.

El documento oficial destaca que "fuera del área metropolitana de



Montevideo, Colonia es el principal departamento industrializado en cuanto a la participación en el total de las unidades económicas industriales manufactureras, con un fuerte aumento en la última década (4,6 por ciento en 1978 a 6,3 por ciento en 1987), y en cuanto a la participación en el total del personal ocupado por la industria manufacturera (2,9 por ciento en 1978 al 4,9 por ciento en 1987), llegando a la mejor posición de su historia a fin de la década de los 80".

No obstante, advierte que en los últimos años el departamento asiste al "cierre de importan-

tes instalaciones tradicionales que acarream crisis urbanas importantes, en tanto han sido enclaves productivos generadores de desarrollo urbano" y al "desarrollo de zonas francas de depósito y no de producción, lo cual no incorpora mano de obra, y no parece favorecer a la población local o departamental".

Se prevé, también, el "ingreso de inversiones industriales extranjeras, particularmente provenientes de Buenos Aires, lo cual puede generar concentraciones o corredores industriales metropolitanos de difícil ordenamiento".

### CREAR POLOS TECNOLÓGICOS

Ante este panorama, los técnicos del Mvotma y la IMC plan-

tean en su estudio, como objetivos básicos, el "incremento de la dinámica de la industria manufacturera endógena"; un afianzamiento "de la distribución espacial equilibrada en el departamento, apoyando una presencia importante de la mediana y pequeña empresa manufacturera, en particular en áreas rurales y centros poblados menores", y la "implantación de polos tecnológicos que vinculen fuertemente las empresas productivas con unidades de investigación tecnológica".

Se aspira también a "la reapertura de fuentes de trabajo" y al "cambio de perfil de las zonas francas, pasando de su modalidad de depósito hacia una real faz productiva", exceptuando a "la zona franca de Colonia en su ubicación actual".

En ese marco, la comuna colonense deberá crear —de acuerdo a estos estudios— "un programa permanente de desarrollo industrial departamental para empresarios radicados" y tendrá que "enfrentar y orientar las inversiones extranjeras, incluyendo la instrumentación de una fuerte capacidad de negociación municipal".

"Los planes directores y las ordenanzas de usos del suelo" —añade el documento—

"identificarán claramente las áreas industriales, y la localización de micropolígonos industriales urbanos, zonas francas y parques industriales fuera de los centros poblados".

### NUEVA PALMIRA EN EL CENTRO DE LOS PLANES

Los responsables de esta investigación señalan en sus recomendaciones que "la Comisión Nacional de Zonas Francas deberá compatibilizar las localizaciones y características de las mismas con los intereses locales y departamentales, en cuanto a repercusiones socioeconómicas y ambientales".

En cuanto al proyectado "polo tecnológico" a crearse en el departamento, se indica que para la puesta en marcha del mismo deberán conjuntar esfuerzos organismos tales como las Juntas Locales, la OPP, la Universidad de la República, el LATU y los propios productores industriales, entre otros, y como área prioritaria para su ubicación se propone la localidad de Nueva Palmira.

También hay claras advertencias respecto a la protección del medio ambiente, subrayando el documento que "las infraestructuras de tratamiento de desechos contaminantes, así como el tratamiento de los espacios exteriores (de establecimientos industriales de futura instalación) deberán terminarse antes de la autorización de funcionamiento de los establecimientos".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500731

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

150483

18/10/94

507466

11256

estudio proyecto de complementación con ZF.  
Libre de Colón.

Por año esta zona de Panamá maneja 10 mil millones de dólares

## ZF Montevideo explora varios proyectos de complementación con Zona Libre de Colón

*Zona Franca Montevideo continúa con su tarea de expansión. En la búsqueda de nuevos horizontes, una misión comercial de esta empresa mantuvo contactos con la Zona Libre de Colón en Panamá. Así surgen diversas posibilidades no solamente para esta zona franca.*

**M**anejan 10 mil millones de dólares por año, tienen 1.600 compañías trabajando y las empresas asiáticas de mayor renombre están instaladas allí.

Con estas afirmaciones el contador Orlando Dovat —presidente de Zona Franca Montevideo— describió la importancia de la Zona Libre de Colón, en Panamá, tras la visita que realizara a ese país junto a otras autoridades de ZF Montevideo.

Dovat entiende necesario explorar todos los caminos posibles para

**Contador  
Dovat**

Nuevas  
posibilidades  
para el  
desarrollo de las  
zonas francas  
uruguayas



consolidar a Uruguay como un subcentro de distribución de todos los productos que están en Panamá.

"Para ellos es un tema de costos; daríamos un paso muy importante

si logramos convencer que trabajando con Uruguay se puede expandir el comercio, agregó.

Las empresas asiáticas tienen en Panamá su centro estratégico de

distribución hacia los países americanos. La idea es ofrecer a las empresas instaladas en la ZLC un espacio en ZFM sin constituir a ésta en competencia de la de Colón, sino

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500732

que por el contrario esta modalidad permitirá abrir nuevos canales a las empresas allí instaladas.

Dovat se muestra entusiasmado con la idea, porque entiende además que el negocio no es exclusivamente para su zona franca, sino que a esta iniciativa se le pueden sumar otras, porque Uruguay es una cabecera de puente importante en la región.

Panamá cuenta con tres modalidades básicas de operaciones. Una consiste en lo que se denomina como régimen general de importación a Panamá; la segunda tiene relación con el tránsito físico de mercadería por la ZLC, sobre cuya ganancia se debe abonar el 8 por ciento; y la tercera consiste en simples operaciones off-shore totalmente exoneradas de impuesto. El régimen de las zonas francas uruguayas permite complementar en forma muy eficaz al régimen panameño permitiendo disminuir el peso del sistema impositivo.

### Por ahí pasa el mundo

El canal de Panamá, base de la economía de este país, está situado en una angosta llanura donde se asientan las ciudades de Panamá, Colón y La Chorrera.

En unas 300 hectáreas ubicadas sobre el Atlántico, los militares norteamericanos habían construido su asentamiento. Hacia 1948 el gobierno de Estados Unidos resuelve alejarse de Colón —aunque no del canal— allí quedaron todas las instalaciones militares. El gobierno panameño de la época resolvió crear en esas 300 hectáreas —junto al importante canal de agua que vincula a los dos océanos— la Zona Libre de Colón.

A partir de ese momento, la ZLC adquiere un mayor protagonismo en el comercio mundial.

“En la nueva realidad —con caída arancelaria en todo el mundo— el comercio global se ve dinamizado provocando una generación de empleo muy importante y abriendo nuevas posibilidades para el desarrollo de las zonas francas uruguayas”, apunta Dovat.

Estos puntos fueron analizados junto a la gerente general de la ZFC, licenciada Victoria Figge. “Pensamos que el comercio entre los países asiáticos y el Mercosur se verá potenciado a través del eficiente apoyo de las zonas francas de Panamá y Uruguay. Para ello debemos establecer fuertes vínculos de cooperación técnica y comercial”, agregó el empresario.

Dovat adelantó que ZFM colaborará con la ZFC en la implementación de los sistemas de seguridad y control de inventarios, que ZFM ya posee.

Asimismo se pretende desarrollar a través del telepuerto comunicaciones directas en ZFM y ZLC que viabilizarán el control de los inventarios y permitirán conocer a los usuarios de ambas zonas las oportunidades de negocios, saldos de stocks, etcétera que se dispongan.

Dovat estuvo en Panamá acompañado del gerente comercial de ZFM Carlos Mari y del despachante de Aduana Carlos M. Lacava. ■

## La boca atlántica de Panamá

# Colón y la zona libre del canal

*En importancia, Colón es la segunda ciudad de Panamá pero por su comercio bien podría ufanarse de ser la capital del hemisferio.*

Situada a la entrada del canal en el Atlántico, y a solo 55 minutos de carretera del Pacífico es el principal puerto para el tráfico de casi toda la mercadería de importación y reexportación de la nación.

El puerto de Cristóbal es una de las principales áreas que ha revertido a Panamá tan pronto se inició la implementación de los nuevos tratados. Por él transitan no menos de 15.000 buques bajo las banderas de más o menos 60 países, al hacer la travesía por el canal.

La Zona Libre de Colón es una de las más importantes del mundo

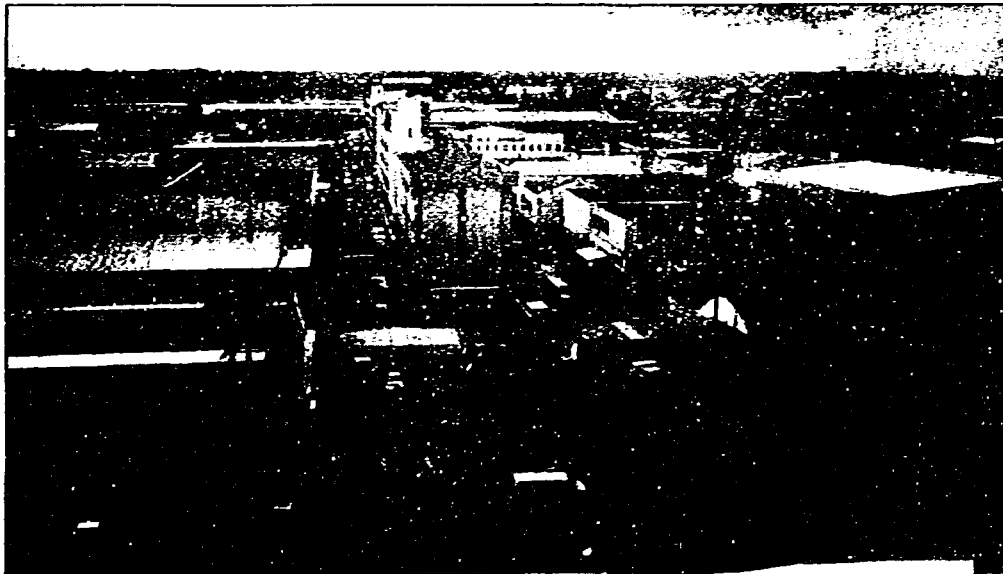
occidental. Los fletes de entrada y salida facturados aquí, totalizan más de 4 mil millones de dólares al año. Otras áreas de libre comercio dependen de la Zona Libre de Colón en gran parte para abastecerse, y ello se debe no solo a la privilegiada posición geográfica de Panamá sino a las facilidades que la Zona Libre ofrece.

También hay un creciente aumento en el comercio por vía terrestre con el resto de los países de Centro América el mismo se desarrolla a través de la carretera Panamericana, por donde circulan vehículos con grandes volúmenes de carga para los 19,2 millones de consumidores de mercado centroamericano.

La Zona Libre consiste en dos áreas: el sector de la ciudad de Colón (a pesar de que está separado de la gran ciudad por un gran muro)

que es generalmente conocido como el sector comercial, que inició sus operaciones en 1952 con 10 compañías en 5 hectáreas y actualmente ocupa aproximadamente 8 veces más, y una nueva área construida en el viejo France Field, la cual se revirtió a la República de Panamá mediante los Tratados Torrijos-Carter, que negocian sobre el canal y sus contornos. El sector de France Field (ubicado a 350 metros del sector comercial) está dedicado exclusivamente a depósitos y cubre 53 hectáreas aproximadamente.

La Zona Libre de Colón también administra un Parque Industrial llamado Coco Solo y otro de nombre Coco Solito, de esta manera se prepara a la Zona Libre de Colón para ser uno de los centros de distribución más importantes del mundo.



Zona Libre  
Colón

Entrada principal  
al gran centro  
comercial

## Se inician nuevas obras en ZFM

EL PARQUE INDUSTRIAL, comercial y de servicios de Zona Franca Montevideo ofrecerá dos nuevas opciones a sus usuarios directos e indirectos, a partir de la colocación de 8 millones de dólares en commercial paper.

Ya se iniciaron los trabajos para el Edificio B, una construcción de 17.640 m<sup>2</sup> techados. Por su ubicación, construcción y diseño, el Edificio B es el apropiado para el establecimiento de centros regionales de distribución, industria liviana y ensamblado o simplemente como depósito. Contendrá 22 locales de estructura metálica, con superficies que van desde los 346 m<sup>2</sup> hasta un local central de 5.342 m<sup>2</sup>. Tendrá calles internas techadas de 9 metros de ancho, 12 andenes de carga y descarga, una cafetería de primer nivel y servicios higiénicos que serán mantenidos permanentemente en perfectas condiciones. Al mismo tiempo se construirá otro edificio de oficinas en donde podrán establecerse empresas off shore, trading y software. ■

02-02

9500732



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN

VINCULACIONES

Usuarios preocupados por decisiones que podrían "desnaturalizar" ley de zonas francas

15483

18/10/94

11856

507466

## Los usuarios están preocupados por decisiones que podrían "desnaturalizar" ley de zonas francas

EL DESARROLLO DE las zonas francas en el Uruguay trae consigo una serie de contradicciones que los propios operadores intentan resolver, aunque en rigor las soluciones no pasan por la entidad que agrupa a los usuarios.

En reunión celebrada el pasado lunes, los usuarios resolvieron iniciar una serie de gestiones para aclarar diversos temas. En primer lugar entienden necesario brindar todo su apoyo a las industrias instaladas en zonas francas que se vieron afectadas por las decisiones adoptadas en Buenos Aires, en agosto pasado, cuando se firmaron diversos docu-

mentos del Mercosur.

Allí se definió que los productos elaborados en las zonas francas del país deberían pagar el Arancel Externo Común cuando fueron exportados a países integrantes del Acuerdo de Asunción. Esto provocó gran preocupación entre los industriales instalados y la certeza, en algún caso, que los inversores se irían del país.

El gobierno tomó nota de esta preocupación y en diferentes contactos trazó algunas soluciones frente a los interesados. Así parece haberse arribado a una solución: se trataría de mantener a la industria dentro del perímetro de la zona fran-

ca, pero desafectarla del sistema. "Nadie quiere que se vayan, pero queremos conversar soluciones que no afecten el sistema", dijo a *El Observador* el presidente de la Asociación de Usuarios del Uruguay, Walter Papantonakis.

"Nosotros entendemos que una solución así afecta la seriedad del sistema, le resta confiabilidad. Nosotros queremos colaborar", comentó el empresario.

Ayer al cierre de esta sección, se cumplía una importante reunión entre la entidad que preside Papantonakis y la Asociación de Industriales de Zonas Francas para ana-

lizar los temas planteados.

### Alerta por bancos, playas de contenedores y depósitos

También es motivo de preocupación para los usuarios la insistente versión de que se habilitaría la instalación de bancos en las zonas francas, pero no en calidad de usuarios. "Para nosotros existe una franca omisión del Banco Central que no reglamenta el funcionamiento de estas instituciones en las zonas francas, pero además está la Ley 15.921 que establece claramente que los empresas que operan fuera de la zona no pue-

den operar dentro de la misma", explica Papantonakis. "No queremos que con argumentos débiles se desvirtúe la ley", añadió. Sobre este punto la Asociación de Usuarios prepara un informe que va a ser elevado a la Dirección de Zonas Francas para su consideración. Otro punto de interés está en el funcionamiento "irregular" de playas de contenedores y depósitos particulares. En ambos casos funcionan como extensión del puerto, por lo que de hecho se está afectando al sistema de zonas francas.

"En estos dos temas lo que hay que hacer es cumplir con la legislación y no permitir el funcionamiento irregular", dijo Papantonakis.

La entidad que preside este empresario ya mantuvo reuniones con el director de Aduanas para analizar el tema y se está a la espera de la toma de decisiones. ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

95007 33

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. OFICINA

VINCULACIONES

Quorum de Z.F. contra depósitos aduaneros

15000

21/10/94

507466

11856

## USUARIOS DE ZONAS FRANCAS CONTRA DEPOSITOS ADUANEROS

La Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay observa con preocupación la proliferación de depósitos particulares y playitas de contenedores, entendiendo que "es poco serio para el país autorizar zonas francas con instalaciones

multimillonarias y paralelamente permitir la coexistencia de estos depósitos que desvirtúan el funcionamiento del sector al realizar operaciones que son de incumbencia exclusiva de aquélla".

El presidente de la institución,

Walter Papantonakis, señaló que la situación fue motivo de análisis durante una asamblea convocada a tales efectos, donde hubo opinión generalizada de que se está propiciando "una competencia desleal" que no puede dejarse pasar por

Papantonakis observó que al respecto que han sufrido las instalaciones de zona franca durante las negociaciones del MERCOSUR se suma ahora lo que se están creando a la actividad comercial y de servicios mediante la instalación de estos mecanismos.

"Creemos que no es justo para los inversores que han creído en nuestro país; en el sistema de zona franca se han invertido muchísimos millones de dólares al amparo de determinadas reglas de juego, actualmente se está permitiendo que funcionen irregularmente playitas de contenedores y depósitos fiscales en lo que no es otra cosa que una competencia desleal de las zonas francas".

Señaló que en muchos de estos depósitos se pueden realizar prácticamente todas las operaciones que se hacen en zonas francas, sin ningún tipo de aduana ni control, informando que han mantenido contactos con los directores de Aduanas y de Zonas Francas y

que a su vez ellos se han reunido con el Ministro de Economía y Finanzas para analizar el tema.

"Ellos son conscientes de que estas irregularidades existen, que estos depósitos no están cumpliendo las reglamentaciones vigentes y aspiramos a que las autoridades instauren los mecanismos necesarios para que las reglamentaciones se cumplan y que el Ministerio de Economía vele también por esta situación, ya que por un lado se exigen requisitos de una inversión mínima de diez millones de dólares para la redacción de una zona franca, requisitos de localización geográfica y control de inventarios, pero, por otro lado, nada se exige para estos depósitos particulares que han comenzado a proliferar".

Destacó que en Montevideo, donde también hay zona franca, ya hay varios depósitos particulares funcionando y lo mismo se piensa que comenzará a suceder en el interior del país.

"Tenemos entendido que se ha revisado la adjudicación de depósitos particulares y que no se están otorgando en estos momentos, pero lo que sí es cierto es que ya hay muchos que han sido otorgados y que si funcionarán de acuerdo con las reglamentaciones que rigen no serían un problema. Concretamente hay muchos depósitos que operan brindando sus servicios a terceros y no para uso propio. Por otra parte, las operaciones de fraccionamiento de mercadería que se hace en estos depósitos tampoco están contempladas en las reglamentaciones y no debería estar permitida por la Dirección de Aduanas, que es quien debe ejercer el control correspondiente".

Papantonakis reconoció que la Asociación de Usuarios está preocupada por este tema y que hay muchos intereses en juego



Walter Papantonakis

que están haciendo presión, lo que hace que hasta el momento no se haya podido modificar esta situación.

"Esta situación está causando daño al país, ya que el descreimiento del inversor con respecto a las irregularidades que se cometen es muy grande. Es poco serio que se autoricen zonas francas, donde se hacen inversiones millonarias, y que desvirtúan la operativa al realizar operaciones que son de incumbencia exclusiva de zonas francas".

"Tanto con el Director de Zonas Francas como con el Director de Aduanas hemos encontrado un eco total ya que ambas coinciden en que estas operaciones son resorte de las zonas francas y por lo tanto esperamos que se implementen los mecanismos necesarios para que estas irregularidades no se sigan multiplicando".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500734

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN

VINCULACIONES

Lanzan hoy en Bs As. la Asoc. Federal de Z.F. de ARG.

150483

25/10/94

11856

66860.

Viajó José Luis Vera, director de Zonas Francas

25/10/94

## Lanzan hoy en Buenos Aires la Asociación Federal de Zonas Francas de Argentina

Cuando faltan 67 días para la puesta en vigencia de varios acuerdos del Mercosur, los responsables de zonas francas, zonas de procesamiento de exportaciones y regímenes aduaneros especiales de la región, fortalecen sus vínculos. Presienten que tienen por delante desafíos comunes y por tal motivo ambientan este tipo de reuniones. El pretexto de hoy es el lanzamiento en Buenos Aires de la Asociación Federal de Zonas Francas de Argentina.

**A** iniciativa de la Zona Franca de La Plata —cuya titularidad es ejercida por Mario Cafiero— se inicia hoy en la capital argentina un proceso de vinculación entre los exclaves de la región.

En una primera instancia las autoridades oficiales de la vecina nación se plantearon la constitución de una entidad que agrupará los distintos emprendimientos que se desarrollan en Argentina a partir de la ley aprobada en el transcurso de este año.

Pero en forma paralela —según pudo saber *El Observador*— se intenta el fortalecimiento de vínculos entre los responsables oficiales de

los países que integran el Mercosur para seguir de cerca el proceso integracionista y todo lo relacionado con el sector.

De acuerdo a lo expresado por fuentes confiables, este tema fue motivo de conversación entre el propio Cafiero y el doctor José Luis Vera, director de Zonas Francas de Uruguay que participará hoy en Buenos Aires del inicio de actividades de la citada asociación federal.

No se descarta que impulse de común acuerdo la instalación de una comisión sectorial, aunque resta saber qué opina Brasil.

Ha sido invitado a participar de este encuentro Elson Cavalcante



Braga, secretario ejecutivo de las zonas de Procesamiento de Exportaciones de Brasil, quien luego de este evento visitará Montevideo.

No se descarta que aquí en Uruguay se habilite la concreción de una comisión sectorial con participación del sector privado.

### Las zonas de la región

Tanto Brasil como Argentina están en una etapa de lanzamiento de sus propios regímenes especiales. En Argentina este año se aprobó una ley que habilita la instalación de zonas francas en diferentes provincias.

La ley argentina tiene sustanciales diferencias con la de Uruguay. En Brasil se aprobó hace algunos años una ley para la instalación de Zonas de Procesamiento de Exportaciones (ZPE) y de 14 proyectos presentados se autorizaron tan sólo dos, que la semana pasada comenzaron a concretarse.

Con el advenimiento del Mercosur, estos regímenes deberán ajustarse y para ello Uruguay buscaría una fluida relación para evitar sorpresas. Por lo menos es lo que se piensa desde el sector privado, según supo *El Observador*.

José Luis Vera

Importantes contactos tendrá en Buenos Aires con sus pares de la región

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500735

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEGENIA

VINCULACIONES

ZF Florida construye urbanización con módulos de  
ptos. y pádel.

## ZF Florida construirá urbanización con módulos de apartamentos y pádel

UNA PEQUEÑA URBANIZACIÓN de 4 hectáreas —ubicada fuera de la Zona Franca Florida— será levantada en las próximas semanas con el objetivo de servir de soporte a los clientes de este exclave.

Según explicó Luis Calachi, presidente de ZF Florida, este espacio —que contará con apartamentos, canchas de pádel y servicio de cafetería y restaurante— facilitará la relación entre clientes, potenciando y generando mayor mano de obra en el departamento.

La urbanización se levantará en una pequeña colina ubicada en el kilómetro 93.500, junto a la nueva

entrada que tiene la Zona Franca Florida.

El proyecto está a cargo del arquitecto Angel Spinelli y se prevé su inauguración hacia marzo del año próximo.

Se trata de una inversión inicial de 50 mil dólares pero costó el terreno más 150 mil dólares en las instalaciones.

Los apartamentos serán módulos prefabricados de alta calidad, a los que se sumarán edificaciones para los diferentes servicios que se prestarán a precios competitivos.

Se crearán mas fuentes de trabajo en la zona, dijo Calachi.

“Con este servicio de apoyo al cliente consolidamos el sistema integral de la Zona Franca Florida. A la flota propia de camiones se suma el show room y la urbanización”, comentó Calachi.

El empresario reveló además que en el transcurso del año próximo abrirá oficinas en Brasil y Argentina, completando así el circuito de soporte integral del exclave aduanero y fiscal.

“El volumen que ha adquirido la zona habilita este tipo de inversiones”, dijo Calachi.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500736

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Acuerdo inaugurando la Z. Franca Colonia Suiza.*

PROCEDENCIA

*150483*

FECHA DE PROMULGACIÓN

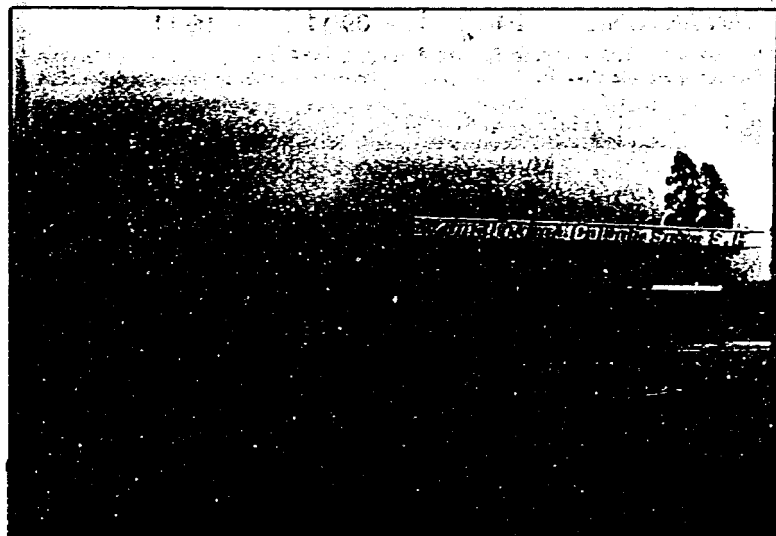
*25/10/94*

VINCULACIONES

*11856*

*507466*

## ***Lacalle inaugurará el domingo la Zona Franca Colonia Suiza***



### **Zona Franca Colonia Suiza**

la tercera en Colonia, en un lugar más cercano a Montevideo.

CON LA PRESENCIA del presidente de la República, del intendente de Colonia, altas autoridades nacionales y departamentales será inaugurada el domingo próximo la Zona Franca Colonia Suiza.

Andrés Nemer, presidente de esta empresa, dijo a *El Observador* que se llega a esta inauguración tras un gran esfuerzo.

Luego de la suelta de globos y diversas actividades relacionadas

con la tradición de la zona, hablarán el director de Zonas Francas, José Luis Vera, el intendente de Colonia, Mario Gayol y el propio Nemer. Colonia es el departamento que posee más zonas francas. A la de la capital departamental —que es estatal pero administrada ahora por una empresa privada— y a la de Nueva Palmira —de propiedad estatal— se suma ahora esta de Colonia Suiza. ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500737

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Presentan este semana proyecto final de ZF. Libertad*

PROCEDENCIA

*150483*

FECHA DE PROCEDEN

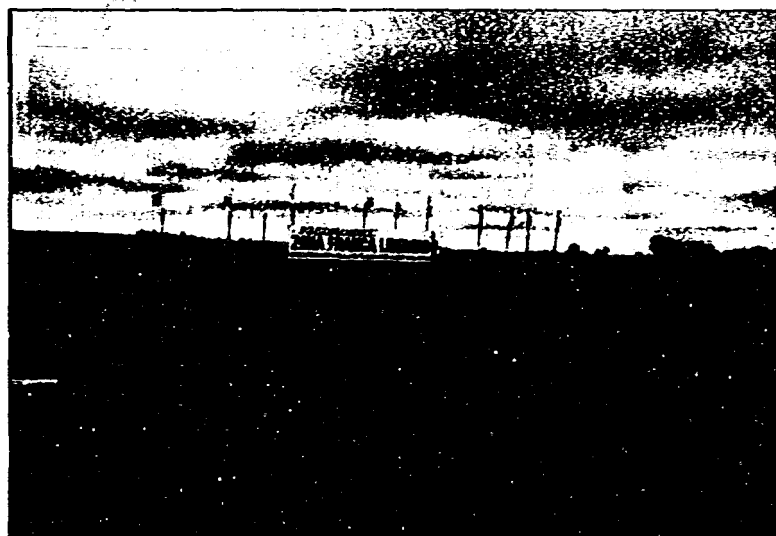
*25/10/74*

VINCULACIONES

*11856*

*507906*

## Presentan esta semana proyecto final de la Zona Franca Libertad



Zona Franca Libertad

Hacia finales del mes próximo comienzan los movimientos de tierra

LA DIRECCIÓN DE Zonas Francas recibirá en el transcurso de esta semana el proyecto final de la Zona Franca Libertad, varios días antes que concluya el plazo final para su entrega.

Laureano Agra dijo a *El Observador* que después de varios meses de trabajos de agrimensores y arquitectos el proyecto quedó concluido y hacia finales de noviembre ya se estaría trabajando sobre todo

en el movimiento de tierra para el trazado de las calles interiores.

Según las normas vigentes, tras la entrega del proyecto final, la empresa tiene un año y medio para terminar las obras. Agra indicó además que ya se adquirieron 8 contenedores que oficiarán de obrador cuando comiencen los trabajos en este trozo de tierra cercano a la ciudad de Libertad, en el departamento de San José. ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500738

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDIMIENTO

FECH. DE

VINCUL. CLON.

Salinas de Gortari (aspirante a Pcia OMC) abogó por  
ratificac. R. Uruguay.

150023  
2/10/91

510821-507623-

El presidente mexicano y aspirante a ocupar la presidencia del órgano que reemplazará al GATT abogó por la pronta ratificación del Acta Final de la Ronda Uruguay.

## La estabilidad del comercio mundial aún está en riesgo, según Salinas de Gortari

\* "La imposibilidad de completar la Ronda habría hecho añicos la confianza de todo el sistema", sostuvo

\* Salinas previó complejidades para la Organización Mundial de Comercio

El presidente mexicano y uno de los firmes candidatos a ocupar la titularidad de la Organización Mundial del Comercio (OMC) —órgano que sustituirá al GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio) desde el próximo año—, Carlos Salinas de Gortari, abogó por una pronta ratificación del acta final de la Ronda Uruguay, de modo de asegurar la salud del comercio mundial. Para Salinas, quien recibirá el respaldo de los países del Mercosur en su postulación a la presidencia de la OMC ante el retiro de Rubens Ricúpero en la carrera hacia dicho cargo, aún está en juego lo que se ha convertido en el motor del crecimiento mundial desde la posguerra. Hablando a nombre de su país desde las páginas del diario británico Financial Times, en su edición del pasado lunes, el presidente azteca afirmó estar dispuesto a contribuir al buen comienzo de los próximos cincuenta años del sistema de comercio internacional.

Con una sensación de alivio y de logro, ministros y funcionarios de comercio de todo el mundo suscribieron los acuerdos de la Ronda de Uruguay en Marrakech hace cinco meses. Siete años de negociaciones difíciles y a menudo tensas fueron recompensadas con un compromiso global para proteger y construir cerca de cincuenta años de fructífera política comercial multilateral.

Lo que estaba en juego era y sigue siendo enorme. El comercio ha sido el motor de crecimiento económico más poderoso desde la Segunda Guerra Mundial, impulsando un aumento global de la producción y los ingresos. La prosperidad sin precedente que produjo —aunque aún no llega a muchos países en desarrollo— ha sido crucial para mantener el período de paz más largo que ha conocido gran parte del mundo.

El comercio es una fuerza fundamental para incrementar la actividad económica, el empleo y el bienestar. Es la piedra angular en las interacciones económicas de los países industriales, cada vez más complejas y entre esos países y otros.

Los Estados de Europa Oriental y de la ex Unión Soviética han mostrado valor al emprender la transición económica. Para apoyar su compromiso con los principios del mercado, esos países necesitan mercados seguros y crecientes para sus productos. Necesitan, además, inversión extranjera que sólo se materializará si hay —y en la medida en que haya— oportunidades de exportación. En América Latina, África y partes de Asia y el Pacífico, los países que con determinación se han empeñado en abrir sus economías saben que el progreso ulterior y su potencial como mercados prósperos, dependen del desarrollo más amplio de un sistema de comercio abierto y basado en reglas.

Los Estados más pobres de la comunidad internacional, los países subsaharianos, también requieren con apremio oportunidades para expandir su comercio. El desarrollo en esta región es una prioridad para la comunidad internacional.

Todos los países necesitan el sistema comercial abierto y basado en reglas que el GATT ha representado en su medio siglo de existencia. La imposibilidad de completar la Ronda de Uruguay

no sólo habría significado una incapacidad para avanzar en ciertas cuestiones comerciales, habría hecho añicos la confianza en todo el sistema.

Con la exitosa conclusión de las negociaciones de la Ronda de Uruguay hay dos tareas importantes ante nosotros. Primero, los participantes que se esforzaron tanto para llegar a un acuerdo deben asegurar que éste se materialice ratificándolo antes de que termine el año.

El proceso de ratificación debe ser tratado con la misma determinación que las negociaciones. Hasta la fecha, la mayor parte de los países participantes —cerca de cien— no han completado los procesos internos necesarios para la ratificación. Aunque faltan tres meses para que se cumpla el plazo fijado, es inquietante que el paso sea lento en algunas capitales. Los esfuerzos para resolver cualesquiera problemas pendientes que tengan deben intensificarse.

### HACIA EL NUEVO GATT

Segundo, los signatarios de la Ronda de Uruguay deben comenzar un examen minucioso de las necesidades del nuevo sistema para asegurar que la Organización Mundial de Comercio (OMC) funcione eficazmente desde su inicio. La experiencia demuestra que la eficacia del sistema comercial internacional no se puede dar por sentada.

A este respecto, la OMC debe satisfacer tres condiciones fundamentales: ha de ser representativa, confiable y debe tener capacidad de respuesta.

En primer lugar, la composición de la nueva organización debe ser representativa del comercio mundial. La creación del GATT en 1948 con sólo 23 participantes fue apropiada, considerando los flujos comerciales relativamente limitados de aquella época. Pero hoy, el principio rector debe ser la universalidad, durante mucho tiempo el ideal del GATT en el que hoy participan 123 países de todas las regiones y en todas las fases de desarrollo. Más de 20 países, incluyendo a Rusia y Ucrania, buscan adherirse al sistema comercial multilateral. Sus productores, comerciantes y socios comerciales necesitan la claridad, la posibilidad de pronóstico y la protección que el GATT les ofrece. Todos debemos cooperar para

ENTRADA  
CRUZADO

9500739

0.02



asegurar que esos países sean admitidos rápida y satisfactoriamente.

En segundo lugar, una Organización Mundial de Comercio debe ser un instrumento y un foro confiables. En años recientes, graves tensiones comerciales han amenazado con socavar la confiabilidad—y, por ende, la credibilidad—del GATT. La mayor claridad de las reglas del GATT, la ampliación de su mandato y la reforma de sus procedimientos para dirimir controversias, aumentarían la confiabilidad del sistema de comercio multilateral y contribuirían a sentar unos cimientos firmes de la OMC. Algunas veces, los gobiernos nacionales pueden verse tentados a obrar en consecuencia. Esta tentación sólo puede ser vencida si los países están comprometidos con el sistema y comprenden que tienen un interés común en mantener un régimen basado en reglas.

#### COMERCIO Y MEDIO AMBIENTE

En tercer lugar, para conservar el apoyo político, el sistema comercial mundial debe responder a las necesidades y los diversos retos que la economía internacional siempre planteará.

En esto no hay nada nuevo: es precisamente gracias a su capacidad de adaptación que el GATT ha demostrado su elasticidad. Me refiero al importante fortalecimiento de sus reglas (en cuestiones tales como el control de los subsidios) mediante los reglamentos de la Ronda Tokio; a las disposiciones especiales para los países en desarrollo que se adoptaron en los decenios de 1960 y 1970; y a los acuerdos en las esferas de la agricultura y los productos textiles que fueron cuestiones determinantes en la economía mundial integrada de los decenios de 1980 y 1990, pero que no parecían ni remotamente posibles tan sólo unos años antes.

Viendo hacia adelante, es imposible predecir los retos futuros para el comercio mundial pero algunas cuestiones son claras. Sin duda, la relación entre medio ambiente y comercio es una prioridad. Los gobiernos, individual y colectivamente, deben esforzarse por aumentar la protección del medio ambiente

sin poner en peligro el carácter abierto y basado en reglas de la futura Organización Mundial de Comercio. Exponer cada vez más nuestras economías a la fuerza de los vientos del comercio internacional requiere una formulación gradual de reglas y mecanismos de cooperación entre las naciones en las políticas de regulación y competencia.

Las soluciones en esta y en otras esferas políticamente delicadas dependerán de los conocimientos técnicos y el compromiso político. La creación de consenso será un elemento crucial en este proceso.

Las relaciones entre los miembros de la nueva Organización Mundial de Comercio se-

rán cada vez más complejas, a medida que nuevos países se adhieran a ella y que los miembros con los que ya cuenta se conviertan en participantes de pleno derecho. Por consiguiente, es imperativo que la propia OMC sea eficaz, tanto técnicamente como en las relaciones con sus miembros. Deberá dedicarse no a ofrecer soluciones—pues esto atañe a los gobiernos miembros—sino a identificar opciones, a apoyar los esfuerzos de interconexión con el competente y dedicado personal del GATT y con el legado que Peter Sutherland nos deja.

Faltan solamente tres meses para que nazca la Organización Mundial de Comercio. La ratifi-

cación de la Ronda de Uruguay es un proceso político complejo y delicado que requerirá habilidad y compromiso de todos los participantes. Sin embargo, la ratificación—y yo pido la ratificación ahora—es una condición necesaria mas no suficiente para el éxito de la nueva organización. Todos los países deben dedicar el más alto grado posible de participación y apoyo para asegurar que la Organización Mundial de Comercio funcione con eficacia y con éxito desde el principio. Hablando por mi país, México, estamos dispuestos a contribuir con todo nuestro esfuerzo al buen comienzo de los próximos cincuenta años del sistema de comercio internacional.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIONES

*Comisión de Industrias discrepa con acuerdos de R. U. del GATT.*

## Industriales hicieron sus planteos al Parlamento **La CIU discrepó con acuerdos de la Ronda Uruguay del GATT**

*L. Rep. 6/10/94*  
■ La Cámara de Industrias (CIU) planteó sus discrepancias acerca de los acuerdos suscritos por el gobierno de nuestro país en el marco de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio), que deberán ser ratificados por el Parlamento nacional en el transcurso del presente período legislativo. Las observaciones realizadas ayer por los directivos de la central manufacturera en el seno de la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Senadores, radican esencialmente en la competencia del gobierno en materia de definición de las políticas comerciales y la incidencia que tendrán los pactos multilaterales sobre éstas, explicó a LA REPUBLICA un miembro de la citada comisión senatorial.

Los delegados de los ministerios de Economía y Finanzas y de Relaciones Exteriores y los representantes de la CIU -encabezados por su principal asesor económico, José Manuel Quijano- fueron recibidos por la comisión, donde quedaron de manifiesto las posiciones encontradas. Empero, "las diferencias son más de dichos que de hechos" sostuvo el informante, a la vez que señaló que los matices se irán minimizando hasta coincidir en un en-

tendimiento entre una y otra parte. El acta final de la Ronda Uruguay del GATT fue firmada el 15 de abril último en Marruecos, por 108 países miembros del orga-

nismo internacional, y constituye el respaldo a la liberalización comercial más ambiciosa de la historia, en el desenlace de casi ocho años de negociaciones.

ENTRADO	/
CRUZADO	/

01-01

9500740

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA

VINCULACIONES

U 6 ATT de VOA DICIEMBRE.

150528

7/10/94

510821

65890

APLAZADO EN EL CONGRESO DE EE.UU.

## El GATT se va a diciembre

(Por Antonio Caño, desde Washington/El País) Un puñado de congresistas norteamericanos preocupados por su suerte en las elecciones del próximo 8 de noviembre ha conseguido definitivamente retrasar hasta diciembre por lo menos la ratificación del GATT, un acuerdo comercial del que están pendiente 123 naciones. Al bloqueo del Senado, se unió ayer el de la Cámara de Representantes, donde el presidente no encontró suficientes votos para la aprobación.

La votación en ambas Cámaras ha sido retrasada, en principio, para después de las elecciones, pero los cambios que pueden experimentar como consecuencia de esos cambios en los que se espera una aplastante victoria de la oposición republicana crean incertidumbres sobre el destino final del GATT en el Congreso norteamericano. La Casa Blanca creía contar con respaldo suficiente para la aprobación del histórico acuerdo comercial. Sin embargo, la fuerte campaña desatada por los enemigos del GATT, entre ellos los ex candidatos presidenciales Ross Perot y Pat Buchanan,

ha asustado a algunos congresistas republicanos, que temen el impacto del tema en sus campañas electorales, y eso ha impedido formar la mayoría necesaria.

El presidente de la Cámara de Representantes, Thomas Foley, informó el miércoles por la noche al presidente Bill Clinton que había sido imposible conseguir un compromiso bipartidista para sacar adelante la votación. El líder de los republicanos, Robert Michel, dijo que el retraso de la votación en la Cámara baja no es tan grave, puesto que el GATT había sido ya bloqueado por el Senado.

El Congreso, que concluye hoy sus sesiones, no volverá a reunirse formalmente hasta el próximo mes de enero. Eso significa que la ratificación del GATT no podría producirse este año y, por tanto, el acuerdo comercial trabajosamente negociado durante siete años no podría entrar en vigor, como está previsto, en 1995. Consciente de la responsabilidad que Estados Unidos asume con eso, el presidente Bill Clinton ha obligado al Congreso a celebrar sesiones extraordinarias

después de las elecciones para votar el GATT. En principio, la votación de la Cámara se llevará a cabo el 29 de noviembre, y la del Senado, el 1º de diciembre. La mayoría de los observadores cuentan con que, una vez superados los aprietos electorales, el GATT será aprobado, pero nada puede darse por hecho todavía.

Gingrich, quien, como mínimo, será el jefe del grupo parlamentario republicano después del 8 de noviembre, encuentra que el GATT contiene algunos aspectos relacionados con el comercio de telecomunicaciones que podría perjudicar a la industria norteamericana. Otros congresistas se han quejado de los daños a la industria textil, otros del excesivo poder que se otorga a la Organización Mundial de Comercio. En definitiva, nadie quiere presentarse ante sus electores después de haber dado el visto bueno a un acuerdo que le podrían echar en cara sus rivales políticos. Indudablemente, otro de los objetivos de retrasar las votaciones es dejar al presidente Clinton con las menos cartas posibles de cara a la inminente y trascendental cita electoral.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500747

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

HONG KONG *solicitó* noe. asiáticos apoyen candidato.

PROCEDENCIA

150024

FECHA DE PROCEDENCIA

13/10/94

VINCULACIONES

50821

507593

*para Ate OMC.*

## Otro candidato *13/10* para la OMC

La pulseada para presidir la Organización Mundial del Comercio (OMC), que vendrá a remplazar al GATT a partir del 1ro. de enero del '95, sigue en juego. A la sucesión de Peter Sutherland, el irlandés que ahora dirige el Acuerdo General de Aranceles y Comercio, se le siguen sumando nuevos candidatos.

Ahora le tocó el turno a Hong Kong para hacer su pedido: solicitó a las naciones asiáticas que apoyen al candidato de este continente, Kim Chul Su, actual ministro de Comercio, In-

dustria y Energía de Corea del Sur.

El apoyo al nuevo director de la OMC parece estar dividiéndose geográficamente: los países iberoamericanos apoyan al presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, y los europeos al ex ministro de Comercio italiano, Renato Ruggiero. Los asiáticos no se podían quedar atrás.

La elección se celebrará en las próximas semanas. Solo falta una definición oficial del gobierno de los Estados Unidos sobre su candidato, para que las listas queden cerradas.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500742

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO Brasil apoya a Salinas para la OMC.  
PROCESO 150483  
FECHA DE 13/10/94  
VINCULACIONES 510021  
507482  
507623

### Brasil apoya a Salinas <sup>del 13/10</sup> para la OMC

EL GOBIERNO BRASILEÑO respalda la candidatura del presidente saliente de México, Carlos Salinas de Gortari, para ocupar la dirección general de la futura Organización Mundial del Comercio (OMC), que sustituirá el próximo año al GATT.

El canciller de Brasil, Celso Amorim, comunicó este apoyo a su colega mexicano, Manuel Tello, informó el diario O Estado

de Sao Paulo.

Brasil, coordinador anual del Grupo de Río, principal foro de concertación de Latinoamérica, pretende que las naciones de la región respalden en bloque al mexicano Carlos Salinas de Gortari.

El ex ministro italiano Renato Ruggiero, candidato de la Unión Europea, había realizado campaña ante la delegación brasileña del GATT. ■

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500743

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCESO

FECHA

VINCULACION

URUBUN 7 respaldare' junto a socios del MERCOSUR.  
150023  
19/10/94  
510821  
507466.

a Salas de Gortari ya OMC.

## Salinas de Gortari es el candidato de la región para Organización de Comercio

■ El gobierno uruguayo respaldará junto a sus socios en el Mercosur, la figura del presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, en su postulación hacia la titularidad de la Organización Mundial de Comercio (OMC), aseguró ayer el canciller Sergio Abreu. Este organismo reemplazará al Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT) desde el año próximo y una vez que los parlamentos de los cerca de 110 países que firmaron el Acta Final de la Ronda Uruguay en abril

último ratifique estos pactos. Tal como informara LA REPUBLICA en ediciones anteriores, la posición de Uruguay sobre el respaldo a Salinas de Gortari ingresó a estudio, una vez que Brasil decidió retirar la postulación de su ex ministro de Hacienda, Rúbens Ricápero. El gobierno de Itamar Franco desistió de candidatear a Ricápero a la presidencia de la OMC ante el escándalo político que determinó la renuncia del sustituto de Fernando Henrique Cardoso.

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500744

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA

VINCULACIONES

Abreu aceptó reservas planteadas por los senadores de R.U. del GATT

La Cámara de Diputados cerrará el capítulo la próxima semana

## Abreu aceptó las reservas planteadas a los acuerdos de Ronda Uruguay del GATT

El Poder Ejecutivo a través del ministro de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, respaldó lo aprobado por la Cámara de Senadores en cuanto a reconocer oficialmente los acuerdos de la Ronda Uruguay del GATT, en Marrakech y al aditivo de recomendar al gobierno de utilizar todas las cláusulas de salvaguardia, principalmente aquella que nos confiere la calidad de país de menor grado de desarrollo.

A través de este funcionario de Estado el gobierno pidió a la Cámara de Diputados la agilización del trámite, que ya cuenta con media sanción legislativa, para que a más tardar quede aprobado en forma definitiva en la primera semana de noviembre.

La intención uruguaya es ratificar el acuerdo del GATT en campo internacional antes del 1º de enero de 1995, indicó el canciller uruguayo.

El jerarca señaló, que la cláusula agregada por los senadores recomienda al Poder Ejecutivo para que efectúe las reservas necesarias de aquellos puntos que pueden afectar el interés nacional, pero aclaró, "que no son reservas al derecho internacional".

Por otra parte aclaró, que las reservas "no están especificadas



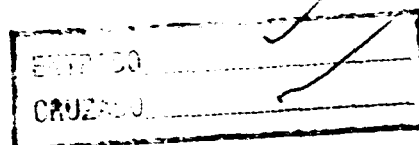
El canciller Abreu aceptó los reclamos de los industriales en el GATT.

e inclusive algunos problemas planteados por sectores empresariales están contemplados dentro de los acuerdos internos". También está considerada en las reservas "la condición de país en vías de desarrollo para Uruguay", aclaró el funcionario.

PITA: POLITICA DE DEFENSA

El diputado del Frente Amplio, Carlos Pita, explicó que la recomendación expresada al gobierno por parte del Poder Legislativo para que utilice todas las salvaguardias establecidas en el propio tratado obedece a la necesidad de proteger a nuestro país como nación más favorecida y de esa manera, extremar todos los cuidados en defensa del interés nacional.

El legislador reconoció, que la medida adoptada por los senadores, y que será ratificada por los diputados, permitirá a Uruguay "cubrirse en caso de algunas medidas proteccionistas adoptadas por otros países y principalmente de los subsidios encubiertos". La Cámara de Diputados recibirá el próximo jueves a los representantes de la Cámara de Industrias y al día siguiente el plenario de la Cámara será convocado para definir el tema y aprobar el proyecto proveniente de senadores.



01-01

9500745



Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	<i>Procuran que la OMC comience a funcionar</i>
PROCESO	<i>150483</i>
FECHA	<i>26/10/94</i>
VINCULACIÓN	<i>510821</i>

*en 1995.*

### *Procuran que la OMC comience a funcionar efectivamente en 1995*

*26/10*

GINEBRA.- ALTOS FUNCIONARIOS de los países miembros del GATT se reunirán el próximo 8 de diciembre a fin de concretar los acuerdos necesarios para poner en funcionamiento la nueva Organización Mundial de Comercio, que iniciará sus actividades a comienzos del año próximo.

La OMC, que está llamada a sustituir al GATT en el papel de organismo rector del comercio internacional, tendrá mayores facultades que éste para vigilar y poner en vigor acuerdos de liberalización comercial.

La fecha de la sesión fue aprobada ayer en una reunión del GATT, cuyos miembros expresaron confianza en que la OMC pueda comenzar sus actividades, tal como está proyectado, el 1º de enero próximo.

No obstante, hasta el momento sólo 29 países han ratificado el acuerdo del GATT que dispone

la creación del nuevo organismo. Unas 125 naciones habían firmado el acuerdo en la reunión de Marrakesh en abril pasado.

Estados Unidos, Japón y la Unión Europea (que en conjunto abarcan más de la mitad del comercio mundial) no han ratificado aún el nuevo acuerdo. Tampoco lo han hecho importantes países del mundo en desarrollo, como India y Brasil.

"Necesitamos asegurar obviamente que la OMC comience sus actividades desde el primer día con el mayor número posible de gobiernos participantes como miembros plenos", dijo el director general del GATT, Peter Sutherland.

"Esevidente, empero, que ello se hará cada vez más difícil de conseguir si los gobiernos no aseguran su ratificación a tiempo", agregó ante los delegados del GATT. (AP)

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

*9500746*

*01-01*

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

150518

FECHA DE PROCEDENCIA

6-10-34

VINCULACIONES

501889

### Naciones Unidas se renueva

El secretario general de las Naciones Unidas designó a Angel Escudero de Paz como nuevo director del Centro de Información de las Naciones Unidas para Argentina y Uruguay. Escudero de Paz, español, es doctor en Filosofía y Literatura y hasta ahora se desempeñaba como responsable de comunicaciones para la red de Centros de Información de Naciones Unidas en Nueva York, en especial para la región iberoamericana.

01-01

9500747

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

150483

FECHA DE PROCEDENCIA

27-10-94

VINCULACIONES

501889

*Future conformance' del Cons. de Seg. o Sstembly reforme  
de ONU dice*

*Consu*

**Reforma en ONU**

*Ob. 23/10*  
Londres - La futura conformación del Consejo de Seguridad está obstaculizando los planes para reestructurar a la ONU, dijo ayer su secretario general, Butros Ghali. El debate se centra en los países que ejercen el control en la ONU, que ahora está involucrada en casi todas las crisis mundiales y ejerce una mayor responsabilidad en áreas como el mantenimiento de la paz. Ghali dijo que esperaba que el tema sobre la inclusión de nuevos miembros en el consejo se resolviera a tiempo para el 50º aniversario del organismo mundial, el año próximo. (Reuter)

*X*

9500748

01 - 01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 24-10-94

VINCULACIONES 501889

## DIA DE LAS NACIONES UNIDAS

El 24 de octubre de 1945 quedaron cumplidas todas las formalidades para que entrara en vigencia la Carta de San Francisco que dio origen a la Organización de las Naciones Unidas, y en 1947 la Asamblea General de este organismo instituyó esa fecha como Día de las Naciones Unidas, para ser recordada y exaltada en todo el mundo como instrumento jurídico-internacional para preservar y fortalecer la amistad, la cooperación y la seguridad entre las naciones de la comunidad universal.

En el preámbulo del histórico y solemne documento —suscrito en principio por 51 países, entre ellos 20 latinoamericanos— se estableció en cuanto a los fines y cometidos fundamentales del organismo creado: "Las Naciones Unidas surgen para preservar a las generaciones futuras del flagelo de la guerra, para reafirmar la fe en los derechos fundamentales del hombre, en la dignidad y el valor de la persona humana, en la igualdad de derechos de hombres y mujeres y de las naciones grandes y pequeñas, para crear condiciones bajo las cuales puedan mantenerse la justicia y el respeto a las obligaciones emanadas de los tratados y de otras fuentes del derecho internacional, para promover el progreso social y para elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de libertad". Sin duda, nobles y elevados los propósitos enun-

ciados, por más que en la realidad no siempre se hayan cumplido con los beneficios más deseables. Pero al margen de consideraciones o reflexiones que puedan formularse sobre la actuación y los logros de dicho Organismo, es de justicia reconocer que en el seno de la Asamblea tuvieron eco y encontraron soluciones muchos de los arduos asuntos que hubo de tratar y resolver. Problemas concernientes a la libertad, la paz, la democracia, los derechos humanos, así como no puede soslayarse o subestimarse los aportes efectivos al progreso y al desarrollo de los pueblos de los órganos que actúan bajo su órbita: UNESCO, FAO, UNICEF, Corte de la Haya, Organización Mundial de la Salud...

Mucho más cabe esperar de la aplicación de la Carta, para hacerla cada vez más apta en el marco de sus competencias para un cumplimiento fecundo de sus postulados y mandatos. Ello es, obviamente, compromiso y responsabilidad de los Estados miembros. Se cumplen 49 años de la creación de las Naciones Unidas, y como expresará en otra ocasión conmemorativa el ex secretario general, Javier Pérez de Cuéllar, "este instrumento sigue siendo indispensable para la supervivencia, en el orden y el progreso, del género humano en todo el mundo". Es un objetivo y un ideal supremos, que convocan y obligan a toda la organización civilizada.

01-01

9500749

Nº. DOCUMENTO

TITULO

*Desarrollo de la Dora de UNIFEM (Fondo de Desarrollo de N.U. la la mujer).*

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROMEDIO 9-10-94

VINCULACIONES 501889

Directora de UNIFEM

## Reto financiero a los gobiernos

**L**a mayor apuesta para los estados miembros de la ONU hasta fin de siglo consiste en financiar las actividades de mujeres, dijo Marjorie Thorpe, directora interina del Fondo de Desarrollo de Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM).

*"Es una pena que una organización como UNIFEM tenga un presupuesto anual de 14 millones de dólares, que puede variar de a uno a otro porque descansa únicamente sobre contribuciones voluntarias",* dijo Thorpe.

Con la serie de conferencias globales relacionadas con el desarrollo, los gobiernos reconocen cada vez más el papel central de las mujeres en este proceso, por lo tanto, no deben denegar la confianza que pretenden poner en las mujeres para mejorar el destino de sus naciones, subrayó Thorpe.

Agregó que "se está esbozando un consenso sobre cuestiones como la urgencia de mitigar la pobreza, dar mayor

acceso a las mujeres a la toma de decisión y erradicar la violencia".

*"Antes y después de la conferencia de Beijing hay que poner el acento sobre los mecanismos de implementación",* enfatizó.

La funcionaria comunicó su optimismo sobre las perspectivas que abre el nombramiento de la nueva directora de este fondo, Noeleen Heyzer, nativa de Singapur.

Heyzer, quien fue nombrada recientemente directora de UNIFEM por el administrador del programa de Naciones Unidas Para el Desarrollo (PNUD) y entrará en función a mediados de octubre, dirige el centro de desarrollo para Asia y el Pacífico en Koala Lumpur, Malasia.

*"La nueva directora es altamente calificada, construirá sobre la sólida base existente ya y supongo que llegará con ideas frescas para la Comunidad Internacional",* opinó Thorpe.

01-01

9500750

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 13-10-94

VINCULACIONES 501889

30044.

de la deuda externa de los países  
de la ONU.

## Entre ellos no figura Uruguay, pero sí nuestros socios Argentina y Brasil **Persiste la crisis de deuda externa en varios países, advierte la ONU**

La crisis de la deuda externa afecta todavía seriamente a más de 65 países en desarrollo o de economía en transición, pese a las complejas estrategias aplicadas durante más de una década para aliviarla, advirtió la Organización de Naciones Unidas (ONU).

La deuda externa total alcanzó en 1993 a 1.5 billones de dólares y la solución a la crisis aún está lejos de alcanzarse, destacó en un informe el secretario general de la ONU, Boutros Boutros-Ghali, recogido por IPS en las Naciones Unidas.

Como en la década de 1980, muchos países están en situación frágil o difícil, señaló Boutros-Ghali en el informe, de 21 páginas y titulado "Crisis de la deuda externa y desarrollo".

Según Boutros-Ghali, la crisis es común a países con diferencias acusadas en cuanto a número de habitantes, nivel de endeudamiento y capacidad de pago.

Las dificultades están presentes tanto en países en desarrollo como en economías en transición, y de todos los grupos de ingreso", agregó.

El secretario general mencionó la lista del Banco Mundial de países severamente endeudados, que se incrementó de 45 a 48 entre 1989-1990 y 1993-1994, los dos periodos comparados en esa publicación.

De acuerdo con la "tabla de la deuda mundial", del banco, 12 países lograron superar el grupo de severamente endeudados entre un periodo y otro, pero hubo 15 incorporaciones.

### EN LA LISTA ESTAN BRASIL Y ARGENTINA

Boutros-Ghali subrayó que la crisis de la deuda no se limita a las Naciones Unidas de menores ingresos, como se cree corrientemente, sino que 19 de los países severamente endeudados escapan a esa última categoría económica, y la mayoría de ellos no están en África.

Ocho de esos 19 países pertenecen al área de América Latina y El Caribe: Argentina, Bolivia, Brasil, Ecuador, Jamaica, México, Panamá y Perú.

También figuran Argelia, Angola, Camerún, Congo, Costa de Marfil y Marruecos, de África, y Jordania y Siria, de Medio Oriente.

La lista se completa con Albania, Bulgaria y Polonia, tres países de Europa oriental.

El registro de las naciones altamente endeudadas basado en las estadísticas del Banco Mundial debe completarse con la clasificación del Fondo Monetario Internacional (FMI) de "países con dificultades para el servicio de la deuda".

La categoría comprende a 72 naciones que incursionaron en atrasos o solicitaron acuerdos de refinanciación de deudas ante organismos oficiales o bancos privados en el periodo 1986-1990.

Boutros-Ghali informó que 90 por ciento de los 72 países en desarrollo que según el FMI tuvieron dificultades para cumplir sus pagos en la segunda mitad de la década de 1980 manifestaron todavía problemas de la misma índole.

01-01

9500751

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Fondo de Población de Naciones Unidas (FNUAP) celebra 25 años

PROCEDENCIA 150045

FECHA DE PROCEDENCIA 20-10-84

VINCULACIONES

501889

65890

de sustitución

# El Fondo para Población celebra su 25º aniversario

## • Instrumentan las resoluciones de El Cairo

En medio del compromiso de aplicar el Programa de Acción aprobado en El Cairo, Egipto, el Fondo de Población de Naciones Unidas (FNUAP) celebra hoy sus 25 años de existencia. 20-10-84

En Nueva York, Estados Unidos, la Asamblea General de las Naciones Unidas dedicará la sesión de hoy a conmemorar el aniversario de este importante fondo de ayuda social.

"Las actitudes en materia de población y los programas de población son ahora muy diferentes a cuando el FNUAP inició sus actividades de cooperación internacional en 1969", señala en su mensaje la Dra. Nafis Sadik, Directora Ejecutiva de este organismo.

"Podemos mirar hacia atrás en estos 25 años de trabajo y comprobar los cambios alcanzados en esta área", agregó.

Y los cambios tienen que ver con prioridades. A través de los años, el Fondo ha priorizado un número de áreas,

entre las que se pueden destacar el estado y la salud de la mujer a través de exitosos programas de población y desarrollo, la relación de la población con el desarrollo social y económico y la importancia de la población como elemento clave del desarrollo sostenible.

Para los próximos meses el Fondo se plantea el desafío de encarar, junto a los Gobiernos, el Programa de Acción adoptado en la Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, realizada en El Cairo dos meses atrás. El mensaje central de El Cairo se centra en la importancia de consultar los intereses y necesidades de los hombres y mujeres para mejorar su calidad de vida y enfatiza que la libre

## La Prof. Celina Burmester, Presidenta Asamblea General

En el día de hoy, la Presidenta de la Delegación Uruguaya a la Asamblea General de Naciones Unidas, Prof. Celina Burmester de Maynard, preside la sesión general luego de haber hecho uso de la palabra, ayer, con gran repercusión entre las delegaciones presentes.

Las palabras de Burmester estuvieron vinculadas a las políticas que el gobierno uruguayo viene aplicando e implementando a nivel del Instituto Nacional de la Familia y de la Mujer, dirigido por quien hacía uso de la palabra y la Comisión Nacional de la Familia, presidida por la Sra. María Julia Pou de Lacalle.

Hoy, jueves, hará uso de la palabra el maestro Juan Pedro Bertrán, sobre el tema Desarrollo Social en la tercera comisión de la Asamblea de Naciones Unidas.

determinación debe ser la base de las acciones sobre población y desarrollo.

La implementación del Programa de Acción requerirá no sólo el apoyo del FNUAP, sino también el compromiso de los gobiernos, organizaciones no gubernamentales y sector privado, afirma Sadik en el mensaje recibido a través del Dr. Paul van Hanswijck de Jonge,

representante del Fondo de Población de Naciones Unidas en Uruguay.

"Teniendo en cuenta la manera cómo ha respondido la comunidad mundial en estos últimos 25 años frente al desafío sobre población y desarrollo, estoy segura del éxito del FNUAP en los próximos 20 años", señaló la jefa de Naciones Unidas.

01-01

9500752



Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 3-10-94

VINCULACIONES 501889

## Los 50 años de la ONU

3-10-94 ELARIN

**L**a Organización de las Naciones Unidas ingresa en su medio siglo de existencia con la celebración de una de las Asambleas Generales más sustanciosas en cuanto a las definiciones esbozadas por sus participantes, la representatividad de las inquietudes expresadas por los mandatarios de los 184 Estados miembros y el reflejo de las incertidumbres que involucran, sin distinciones, a todas las regiones del planeta.

Dos mensajes, el del presidente norteamericano Bill Clinton y el del canciller libanés Fares Bueiz, sintetizaron las tendencias contradictorias de globalización y fragmentación que se cruzan en un escenario turbulento y cómo se perciben tales tendencias en una y otra parte del mundo.

Mientras Clinton describió la vigencia de una "era de esperanza", en la que la ONU está en inmejorable posición para lograr los objetivos de sus fundadores, el representante del Líbano se interrogó sobre aquel "sueño maravilloso" de las Naciones Unidas, cincuenta años después: "¿Dónde está esa paz en este mundo hundido en la guerra? ¿Dónde está la solución de los conflictos en momentos en que se amplifican, en que se exacerba la violencia, en que se pisotean los derechos, la soberanía de los pueblos y los Estados?"

La perspectiva esperanzada de Clinton no deslindó los peligros -"más difusos y enormes"- que suceden a los vividos durante la guerra fría, pero al señalar que los Estados Unidos no aspiran a transformarse en el "gendarme del mundo" dio cuenta de las limitaciones que encuentra la realidad internacional constreñida entre la emergencia de un nuevo intervencionismo y la diseminación incontrolada de conflictos.

Durante los últimos cinco años las Naciones Unidas emprendieron más operaciones de paz que en sus primeras cuatro décadas, alrededor de 100 mil soldados de más de 70 Estados miembros, entre ellos nuestro país, integraron este ejército de bandera multinacional en los cinco continentes.

Pero la naturaleza de estas operaciones, preparadas para apuntalar la resolución de litigios entre Estados, debió enfrentarse a una magnitud y complejidad de conflictos jamás vistos: guerras étnicas, migraciones en masa, genoci-

dios, catástrofes ecológicas y poblacionales enteras diezmadas por el hambre y las enfermedades.

El holocausto de Africa Central, luego de las frustraciones en Somalia, Georgia y los Balcanes respecto del poder de policía efectivo con que cuenta el organismo mundial, terminó de etchar por tierra el optimismo.

El primer dilema de la transición actual en el orden mundial es determinar si serán los Estados Unidos los que concentrarán ese poder de policía con el aval del Consejo de Seguridad o si logrará la ONU conformar una fuerza efectiva con respaldo de la principal potencia militar. Pero ni una ni otra alternativa, "cascos azules o cascos verdes", garantizan un nuevo equilibrio global en un contexto de fragmentación que cuestiona los conceptos ordenadores prevaletentes durante gran parte de este siglo: Estado, nación, soberanía, no injerencia y autodeterminación.

La fuerza de los hechos consumados dicta actualmente el primero de los escenarios, y Haití ha sido una aleccionadora muestra de ello. Corresponde a la ONU actuar como contrapeso de esta fuerza potenciando sus órganos deliberativos y ejecutivos para articular objetivos con recursos y acercar el esfuerzo multilateral a las metas de paz mundial y desarrollo que justificaron su alumbramiento hace 50 años.

Las políticas exteriores de los Estados deberán incorporar, a su vez, los ingredientes de creatividad y contribución propia para adaptarse a una realidad inconstable: es claro que no existe una sola y exclusiva vía de inserción en este orden mundial cambiante e incierto. Las tendencias contradictorias que se están observando pueden derivar en la atenuación o en la exacerbación de las disparidades y cada conjunto de países puede apostar a uno u otro rumbo, más allá de las gestualidades de la diplomacia y de la mera enunciación de principios.

El margen de maniobra con que cuenten los países dependerá precisamente de su capacidad para ampliar las opciones y participar con coherencia en las decisiones, no en alineamientos incondicionales ni en esquematismos anacrónicos, estereotipos, ambos, de un orden global que ya es parte del pasado.

01-01

9500753

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *ONU reclama al Lacalle respuesta sobre explotación infantil*

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 3-10-94

VINCULACIONES 501889  
507466

El ex diputado Hugo Cores dio a conocer un documento del Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales del máximo organismo internacional

## La ONU reclamó al gobierno de Lacalle respuestas escritas sobre la explotación del trabajo infantil

El dirigente del Partido Por la Victoria del Pueblo, Hugo Cores denunció que el Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales de la Organización de Naciones Unidas (ONU), reclamó a Uruguay "respuestas por escrito sobre salario mínimo, restricciones sobre el derecho de huelga, la explotación del trabajo infantil, derecho a la vivienda, y nivel de vida de las personas en áreas rurales", entre otros temas.

El documento dado a conocer por el ex parlamentario expresa que la información dada por el gobierno herrerista "no es suficientemente precisa, y es incompleto en cuanto a proporcio-

nar una profunda descripción de esos esfuerzos".

Paralelamente indica que dicha información complementaria debía ser transmitida al "Centro de Derechos Humanos del organismo, antes del 30 de septiembre de 1994."

Cores recordó el cumplimiento que el gobierno nacional ha tenido en otros aspectos, "como dijo en la extradición de los ciudadanos vascos", mientras que en este tema se han vencido los plazos sin, que se tenga conocimiento si la información requerida ha sido enviada.

Luego de reconocer "las dificultades económicas encontradas por el Estado parte, en espe-

cial la alta tasa de inflación", el documento destaca que el "Comité está preocupado por la aparente falta de medidas que permitan la participación de las organizaciones de trabajadores y patronos, en las discusiones del salario mínimo para empleados públicos y trabajadores rurales para el período 1990-1994".

Agrega "que el Comité recibirá con beneplácito las aclaraciones respecto de las restricciones del derecho de huelga", así como sobre las medidas tomadas tendientes a "aumentar la edad mínima para trabajar y combatir la explotación del trabajo infantil".

También subraya la escasez

de viviendas en relación a la demanda, destacando además la preocupación por "el nivel de vida de las personas en áreas rurales".

Más adelante bajo el numeral

"sugerencias y recomendaciones", el documento entiende que "Uruguay está realizando esfuerzos apreciables para cumplir con el Pacto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Sin

embargo, el informe remitido por el Estado parte no es suficientemente preciso y es incompleto en cuanto a proporcionar una profunda descripción de esos esfuerzos".

01-01

9500754

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA: 15-10-94

VINCULACIONES

501 089

12576

11078

En la Asamblea General de la Organización de Naciones Unidas

## Debaten aumento de miembros del Consejo de Seguridad

Naciones Unidas (IPS)

Lo Ro 15-10-94

La creación de nuevos puestos de miembros permanentes en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas (ONU) suscitó debates no sólo entre las potencias que lo integran sino también entre los países del Tercer Mundo que aspiran a pertenecer al organismo.

Este es el segundo año consecutivo que la Asamblea General de la ONU discute la reforma del Consejo, que desde el fin de la guerra fría ha extendido sus funciones, cobrando una importancia sin precedentes.

Aunque parece existir un consenso general sobre la necesidad de ampliar el organismo, las divisiones son profundas a la hora

de definir cómo se implementa la reforma, sobre todo entre los países en desarrollo que aspiran a una representación estable.

Brasil, por ejemplo, ha manifestado públicamente su ambición de representar en forma permanente a América Latina, lo que no es visto con agrado por numerosos países del área, como Argentina, México y Colombia.

Esta situación quedó en evidencia cuando el embajador de México, Víctor Flores Olea, indicó que su país "considera que no se justifica incluir a nuevos miembros permanentes" en el Consejo de Seguridad.

"Si bien no puede desconocerse el peso específico de ciertos países en la Comunidad Internacional, tampoco debe con-

cluirse que esta situación los hace acreedores de un privilegio excepcional, como sería pertenecer indefinidamente al Consejo de Seguridad", dijo.

México, al igual que Argentina, favorece la idea de que existan miembros no permanentes con un mandato ampliado, que puedan ser elegidos por un período de varios años, con la posibilidad de ocupar un asiento por más de un período.

Este pronunciamiento generó preocupación a la Cancillería Brasileña, que hasta el momento sólo consiguió en América Latina el apoyo de Venezuela para sus planes, además de la simpatía de países lusoparlantes de África.

El embajador brasileño, Ro-

naldo Mota Sardenberg, señaló que "debe haber una adecuada participación, tanto de los países industrializados como de los países en vías de desarrollo, en la futura expansión de los miembros permanentes".

Francia, que junto a EEUU, Gran Bretaña, Rusia y China ocupa un asiento permanente en el Consejo de Seguridad, se pronunció a favor de la inclusión de miembros estables de países importantes del sur, como podrían ser Brasil o India.

El representante de India, Shri Bhuvnesh Chaturvedi, dijo que su país "merece ser un miembro permanente del Consejo de Seguridad" debido a su peso demográfico y económico así como por su contribución a las operaciones de paz.

Pero en Asia, Indonesia y Japón tienen las mismas aspiraciones, mientras que en África se disputan la representación regional Nigeria y Sudáfrica, que tras la abolición del sistema del Apartheid, ha reavivado su papel en la ONU.

Japón y Alemania cuentan con el apoyo general de occidente para incorporarse como miembros permanentes, lo que no es visto necesariamente con simpatía por países del Tercer Mundo, que piden la abolición total de esa categoría.

"La categoría de miembros permanentes debe congelarse y eliminarse gradualmente por ser resultado de una negociación del pasado", dijo el representante de Colombia, Julio Londoño.

Pero Alemania, junto con pre-

sentar su candidatura, apoyó la inclusión de miembros estables de América Latina, Asia y África.

Italia también reclama un asiento permanente, aduciendo que tiene derecho al ser una de las siete naciones más industrializadas del planeta.

Roma propuso la ampliación del Consejo a 10 miembros no permanentes, que se rotarían de acuerdo a las regiones, una posición que fue apoyada por Turquía en las discusiones del Plenario.

"La cuestión de la ampliación del Consejo fue discutida durante todo el año en un grupo de trabajo especial, que no pudo llegar a ninguna conclusión, por lo que se espera que en el futuro no se repita la misma situación."

01-01

9500755

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PPOCEDENCIA

VINCULACIONES

concluyó debate de Asamblea General de la ONU.

15008

13-10-94

501889

12576

## Concluyó debate de Asamblea General de la ONU

por Mariana Glibert  
Naciones Unidas (IPS)

La Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), que concluyó hoy aquí, fue un escenario privilegiado para la redefinición de políticas entre estados, la confrontación de estrategias, y también para las curiosidades.

Durante tres semanas desfilaron por el podio de mármol de la asamblea 147 oradores, entre ellos 31 jefes de Estado, 14 primeros ministros, 100 cabillos, así como 20 ministros de distinto rango y 11 representantes permanentes ante la ONU.

Brasil, como todos los años, abrió el período de debates, ante una sala llena y expectante. La ocasión no fue desperdiciada por el cabillo Celso Amorim, que anunció la disposición de su país a ocupar "un asiento permanente" en el Consejo de Seguridad.

Esta afirmación provocó escalofríos a más de un representante latinoamericano, a pesar de que son conocidas las aspiraciones de Brasil por representar a la región en el organismo de seguridad de la ONU, que cada vez cobra mayor importancia.

Pero, en América Latina, nadie parece estar de acuerdo sobre cómo debe realizarse la reforma del Consejo.

Cuando todavía el anuncio de Amorim resonaba en los corrillos, el presidente de Venezuela, Rafael Caldera, se precipitó en prestar su apoyo a la candidatura de Brasil, dejando helados a varios delegados, incluyendo a los de su comitiva.

Pero Caldera no dio explicaciones sobre el origen de su compromiso con Brasil, y prosiguió su intervención ante la ONU, como si no se hubiera percatado de la bomba política que colocó entre los expectantes delegados latinoamericanos.

Dijo entonces: "El telefax ha reemplazado al correo y superado al telegrama y al telex", enumerando así los prodigios de este infatigable siglo XX, en el que "la ciencia y la tecnología hicieron avances increíbles".

Pero Caldera no fue el único en efectuar declaraciones curiosas.

Por ejemplo, el mandatario de Colombia, Ernesto Samper, se quejó de que en Washington vaya a ser reelegido como alcalde Marion Barry, que fue atrapado "in fraganti" por el FBI (la Oficina Federal de Investigaciones de Estados Unidos) consumiendo drogas junto a su amante en un hotel. "Nos sentimos muy solos cuando

venimos refrendados popularmente alcaldes declarados consumidores crónicos de drogas", dijo el presidente.

Tampoco pasó desapercibida la alegría del cabillo de Bolivia, Antonio Arancibia, por la celebración en 1998 del Año Internacional de los Océanos, a pesar de que su país hace más de un siglo que no puede acceder al Pacífico.

Uno de los temas que dominó las intervenciones de los representantes de países latinoamericanos fue la necesidad de reintegrar a Cuba a la Comunidad de las Naciones, poniendo fin al bloqueo implantado hace más de 30 años.

Sin embargo, todas las posiciones no fueron coincidentes. Por ejemplo, el presidente de El Salvador, Armando Calderón Sol, dijo que para que el bloqueo sea levantado deben registrarse cambios políticos en el régimen cubano.

Otros países, como México y Brasil, se pronunciaron contra el embargo, respetando la autonomía política de los cubanos para decidir cuál es el régimen que consideran más conveniente.

El cabillo de La Habana, Roberto Robaina, fue posiblemente el dignatario acreditado ante la Asamblea General de la ONU que más tiempo pasó en Nueva York, efectuando contactos bilaterales y también con los medios de negocios estadounidenses.

Un presidente que no pudo pasar inadvertido fue el de Argentina, Carlos Menem, quien llegó acompañado de su hija Zulemita, a quien sentó junto a él durante una conferencia de prensa en la que no paraban de sonar los teléfonos celulares.

Menem fue el primero en pronunciarse contra el aborto en la Asamblea General. Una semana más tarde, el representante de Ecuador, Jaime Marchán, se manifestó en el mismo sentido, exaltando el papel del Vaticano como gran rector moral del mundo.

Sin duda, la cuestión de Haití se convirtió en otro de los grandes temas del debate, aunque no se escucharon grandes críticas por parte de los delegados latinoamericanos hacia la intervención militar de Estados Unidos en el país caribeño.

La intervención del presidente legítimo de Haití, el sacerdote Jean-Bertrand Aristide, fue una de las más esperadas, ante la inminencia de su regreso al poder, que anunció precisamente ante el foro de la Asamblea General.

Como es su costumbre, Aristide realizó un discurso lleno de metáforas, que tuvo la estructura de un sermón dominical.

01-01

9500756

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Tras concluir 49 Asamb. de ONU se analizan juve del*

PROCEDENCIA *150014*

FECHA DE PROCEDENCIA *14-10-94*

VINCULACIONES *501 889*

*12574*

*Consejo*

#### Naciones Unidas

### SE ANALIZAN <sup>*Jue*</sup> <sup>*14/10*</sup> FUNCIONES DEL CONSEJO

Tras concluir el debate general de la 49 Asamblea General de la ONU, comenzó ayer la discusión sobre su tema principal: la puesta al día del Consejo de Seguridad para que sea más representativo de la realidad actual sin alterar el equilibrio. En vísperas del cincuentenario de la ONU predomina el consenso de que el mundo de finales del siglo XX no es el que existía a mediados del mismo, específicamente en 1945, cuando finalizó la Segunda Guerra Mundial y los aliados victoriosos excluyeron a los derrotados, sobre todo a Alemania y Japón, que hoy son superpotencias mundiales.

01-01

*x*  
9500757

Nº DOCUMENTO *ONU solicitó cascos azules y recursos a dist.*  
TÍTULO *Envío de cascos azules a Haití*  
PRECEDENCIA *150025*  
FECHA DE PROCEDEN. *30-10-24*  
VINCULACIONES *501889*  
*66123*  
*países x a HAITI*

## Enviarán cascos azules a Haití

30/10/24

PUERTO PRINCIPE, 29 (Reuter).— Un alto oficial militar de UN dijo hoy que la organización empezará a solicitar la semana próxima soldados y recursos a distintos países para una fuerza internacional de paz en Haití.

El jefe del Estado Mayor de las fuerzas de la UN, coronel Bill Fulton, dijo que la el organismo pedirá contribuciones a aproximadamente una decena de países para una fuerza de 6000 efectivos que reemplazará a las tropas norteamericanas en Haití una vez que se establezca un ambiente de seguridad.

"Hemos identificado lo que necesitamos. Está ahora en manos de la UN empezar a pedirselo a los países.

El coronel no indicó cuándo las tropas estarían listas para sustituir a los 15.000 efectivos principal-

mente norteamericanos que supervisan una transición pacífica hacia la democracia en Haití.

Fulton formuló los comentarios tras una rueda de prensa convocada por el enviado especial de la UN a Haití, Lakhdar Brahimi, que también rehusó hacer conjeturas sobre la fecha en que la fuerza de la UN podría asumir el papel de las tropas norteamericanas.

Fulton declaró que probablemente un 50 % de la fuerza sea integrada por norteamericanos, pero que la mayoría de los soldados provendrán de países como Djibouti, Argentina y Canadá.

Brahimi realizó una visita de seis días a Haití, donde se reunió con Aristide y funcionarios de su gobierno, y también con dirigentes políticos, eclesiásticos, empresariales, sindicales y diplomáticos.

El enviado, que planeaba regresar hoy a Nueva York, dijo que era probable que viajara nuevamente al país caribeño en noviembre para reuniones adicionales.

El ex canciller de Argelia agregó que aún existen zonas en Haití donde hacen falta más medidas a crear un ambiente seguro.

01-01

9500758

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PRESENTACIÓN 24-10-94

VINCULACIONES 501889

## Nuevo aniversario de Naciones Unidas

El Coordinador Residente de Naciones Unidas y Representante del PNUD en el Uruguay, Dr. Paul van Hanswijck de Jonge, hace llegar el mensaje del Secretario General de Naciones Unidas, Dr. Boutros Boutros Ghali, con motivo de celebrarse hoy el último aniversario en vísperas del cincuentenario de la fundación de las Naciones Unidas en 1995.

El Día de Naciones Unidas se ha convertido en una oportunidad universalmente reconocida para celebrar y reflexionar sobre la comunidad internacional.

Hoy todos vivimos en un contexto global. Las sociedades que en una época se sentían capaces de mantenerse aisladas, ahora se encuentran interrelacionadas con otras. Los grandes logros sobre paz, desarrollo y democracia cada vez requieren más de esfuerzos multilaterales.

Sin paz, nada es posible. Sin desarrollo, las sociedades no pueden mirar hacia el futuro. Sin democracia, el progreso no

se asentará seguro sobre una base de participación y compromiso popular.

El próximo año, las Naciones Unidas convocan a los pueblos y a los gobiernos

Medioambiente y Desarrollo, que se realizó en Río de Janeiro en 1992. También debemos continuar implementando las decisiones acordadas en la Conferencia Mundial de

para las crisis de desarrollo que enfrentan todas las naciones, tanto las ricas como las pobres. En la Cuarta Conferencia Internacional sobre la Mujer, a realizarse en Beijing en setiembre 1995, se discutirá el rol especial de la mujer en el desarrollo.

Este año, mientras nos preparamos para el 50 Aniversario de las Naciones Unidas, recordemos las palabras iniciales de la Carta: "Nosotros, los pueblos de las Naciones Unidas". Nosotros todos nosotros- somos las Naciones Unidas. Las Naciones Unidas son y serán, lo que nosotros determinemos hacer de ellas.

Conocer las Naciones Unidas es, por lo tanto lo más importante para los pueblos del mundo. Con el compromiso activo de los pueblos, las Naciones Unidas pueden continuar jugando su rol único de paz y seguridad, progreso social y económico, y desarrollo humano global.

Hagamos que este día sea el punto de partida para llevar a "nuestras" Naciones Unidas por el camino hacia el futuro.



Paul van Hanswijck de Jonge, Coordinador residente de Naciones Unidas en el Uruguay.

del mundo a hacerse cargo de los esfuerzos de desarrollo. Este año, debemos revisar los progresos logrados en los acuerdos de la Conferencia de Naciones Unidas sobre

Derechos Humanos, realizada en Viena en 1993.

En la Cumbre Mundial para el Desarrollo Social, a realizarse en Copenhague en 1995, esperamos encontrar soluciones

01-01

9500760



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *En E. de Casos Blancos en enero*

PROCEDENCIA 150518

FECHA DE PROCEDENCIA 28-10-84

VINCULACIONES 501827

66860

11187

*se notará iniciativa de  
casos blancos.*

### Casos Blancos en la ONU

El presidente Carlos Menem presidirá en enero en Nueva York la cumbre del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, reveló ayer el embajador argentino ante la ONU, Emilio Cárdenas. El funcionario adelantó además que en ese encuentro "se dará particular tratamiento a la iniciativa presentada por el gobierno argentino para la creación de los Casos Blancos", un cuerpo que atenderá cuestiones humanitarias (lucha contra el hambre y la pobreza). El anuncio fue formulado por Cárdenas durante una exposición que realizó ante el auditorio de empresarios que participan del coloquio organizado por el Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA) y que se desarrolla en el Hotel Liao Liao.

01-01

9500762

Nº. DOCUMENTO

TITULO

186 inversión 30 mill. de \$ en proximo operativo de

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDEN

14-10-94

VINCULACIONES

501889

66860

507480

Casos blancos.

## Cascos blancos, a la frontera con Bolivia

**Presupuesto:** en el Senado, Di Tella reveló que se invertirán 30 millones de dólares en combatir la pobreza en esa área.

14-10-94 CIAA/RJ  
La Argentina, invertirá 30 millones de pesos en el próximo operativo de los denominados Cascos Blancos, en la zona fronteriza con Bolivia. Ese país aportará 12 millones de pesos y las Naciones Unidas otros 27 millones, para completar casi setenta millones de pesos en esa misión de paz.

El dato surgió ayer, cuando el canciller Guido Di Tella, el vicedecano Fernando Petrella y el secretario de Lucha contra el Hambre y la Pobreza, Octavio Frigerio, informaron al Senado acerca de todos los problemas de la política internacional que incumben a la Argentina.

Ese próximo operativo no será el único de los Cascos Blancos, creados para luchar contra la po-

breza, porque también se hará otro, "de tipo doméstico", por efectuarse en la zona norte del Gran Buenos Aires.

Eso supone un acuerdo también con el gobernador bonaerense, Eduardo Duhalde. Esa administración habría reforzado la partida asignada inicialmente, que Octavio Frigerio definió como "modesta".

El senador liberal correntino Juan Ramón Aguirre Lanari afirmó a LA NACION sentirse satisfecho por las respuestas que le otorgaron respecto de la defensa del patrimonio citrícola del noreste argentino.

Di Tella señaló que, además, los senadores (entre ellos Eduardo Menem, Aguirre Lanari, Bordón, Solari Yrigoyen y León) le preguntaron sobre Malvinas (cree que, aunque demorará un poco, habrá acuerdo con Gran Bretaña sobre el petróleo) y el futuro de Raúl Cerdas ("Agradecemos a Panamá que le haya otorgado asilo", dijo).

Jorge Rodríguez Duval

01-01

9500763

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDENCIA 2-10-94

VINCULACIONES 501 889

66 960

*casos blancos de tener ser sometidos a una prueba piloto en el Gran Bs As.*

# Los "cascos blancos" de Menem debutarán en territorio de Duhalde

2-10-94 CLARIN

Frente a las sugerencias internacionales de ensayar primero la idea en territorio argentino, los "cascos blancos" de Carlos Menem tendrán una prueba piloto en el Gran Buenos Aires. Los "cascos blancos" es una iniciativa del Presidente para tratar de que la ONU cree un cuerpo especial para luchar contra la pobreza en el mundo. El presidente Bill Clinton apoyó esta semana esa idea ante la Asamblea de la ONU. Luego del debut en la provincia de Eduardo Duhalde, los "cascos blancos" irán a la frontera argentino-boliviana.

El proyecto del presidente Carlos Menem de crear un cuerpo de "cascos blancos" para combatir la pobreza en el mundo -que está semana recibió el espadazo de su colega norteamericano Bill Clinton en las Naciones Unidas (véase aparte)- será sometido en los próximos meses a una prueba piloto en alguna zona paupérrima del Gran Buenos Aires y luego, a un bautismo de fuego internacional en la frontera con Bolivia.

El orden de las pruebas no es caprichoso. El Gobierno decidió, luego de una serie de sutiles sugerencias de otros países y de la ONU, ensayar la idea primero en territorio nacional y después tratar de saltar al escenario internacional.

Lanzada por el ex secretario de Medios de Comunicación Raúl Burzaco el año pasado, sin el visto bueno previo de la Cancillería, la iniciativa con la que Menem quiere ganar reconocimiento internacional enfrenta ahora para su concreción una serie de obstáculos internos y externos.

Desde hace 60 días el tema quedó a cargo de Octavio Frigerio, a quien, con el rango de secretario de Estado y embajador, se lo nombró titular de la Comisión Nacional de Lucha contra el Hambre (el nombre oficial de los "cascos blancos").

## Sin oficinas

Frigerio, acompañado por Burzaco, el ingeniero Luis Novik, los ex cancilleres Jesús Hipólito Paz y Carlos Florit y el ex ministro de Educación y embajador Jorge Taiana, lucha, por ejem-

plo, por conseguir un espacio físico donde asentar sus oficinas. Y para que el ministro de Economía Domingo Cavallo y el Congreso le aprueben un presupuesto anual de unos cinco millones de pesos para 1995.

En declaraciones telefónicas a Clarín Frigerio, quien se encuentra en Washington haciendo gestiones por este proyecto, adelantó que después del plebiscito de hoy se reunirá con el gobernador bonaerense Eduardo Duhalde en busca de una bandera verde para la prueba piloto en el Gran Buenos Aires.

La idea es que un grupo de 40 profesionales comiencen a formar "cascos blancos" para que, después, ayuden en planes de nutrición infantil o mejoramiento de infraestructura hospitalaria.

La dimensión que tendrá el operativo, a concretarse en los próximos meses, dependerá -dijo- de "las contribuciones privadas" que se consigan para financiarlo.

Si esa experiencia funciona, Frigerio apostará a llevar, con el acuerdo del gobierno de La Paz, los primeros equipos de "cascos blancos" a la frontera argentino-boliviana.

Se trata de mejorar las condiciones del sistema de salud del vecino país, como una forma de tratar de frenar el flujo migratorio a la Argentina. Para este proyecto hay un fondo de 30 millones de pesos que Menem se comprometió a invertir en Bolivia en los próximos años.

## En la ONU

Paralelamente a este intento de demostración de ca-

pacidad casera, Menem espera que en diciembre la cumbre de presidentes americanos de Miami, convocada por Clinton, bendiga su idea de crear "cascos blancos" como paso previo a someterla a la actual Asamblea General de la ONU. En principio, el Gobierno quiere que la Asamblea pida al secretario general de la ONU, Butros Ghali que estudie la propuesta, y el año que viene informe sobre su viabilidad. Hasta ahora Ghali fue muy cuidadoso: "Quiero más detalles para ver cómo podría integrarse con otros programas internacionales", contestó elegantemente pero sin asumir ningún compromiso en un reportaje a Clarín brindado hace dos meses atrás.

Concedor de que ya existe un cuerpo de paz civil de la ONU con sede en Ginebra (además de un sinnúmero de organizaciones no gubernamentales), el canciller Guido Di Tella se desvela ahora pensando la forma en que se podría encauzar la idea en la ONU para que no termine durmiendo el sueño de los justos.

Los operadores del proyecto de los "cascos blancos", que Menem ya puso a consideración del papa Juan Pablo II y otros líderes mundiales, afirman tener el apoyo de más de una veintena de países. Pero en realidad, se trata de expresiones de circunstancias y no de compromisos de voto favorable en la ONU, y menos de financiamiento por una razón elemental: no se acepta lo que no se conoce y el proyecto argentino carece aún de límites concretos.

Esta semana con las palabras de Clinton ganó "viento a favor", como dicen los diplomáticos, pero el interrogante es, si frente a ciertas indefiniciones del proyecto,

la corriente de opiniones favorables se seguirá manteniendo en el tiempo.

01-01

9500764

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Argentina en ONU pidió a Asens. Gen. se reformen los  
estatutos del C. de Seg.

## El Gobierno quiere la reelección también en la ONU

El embajador argentino ante la ONU pidió ayer a la Asamblea General que se reformen los estatutos que rigen el Consejo de Seguridad.

19-10-94 P-12  
El ímpetu reeleccionista del presidente Carlos Menem no terminó el día que la reforma de la Constitución lo habilitó para gobernar durante dos mandatos consecutivos sino que se extendió al ámbito internacional donde el Gobierno plantea reformar la Carta Orgánica de las Naciones Unidas de forma tal que le permita a la Argentina disputar su reelección como miembro no permanente del Consejo de Seguridad de la ONU. Así lo anunció ayer en Nueva York el embajador argentino ante la ONU, Emilio Cárdenas.

Durante su discurso ante la Asamblea de las Naciones Unidas, Cárdenas dijo que la Argentina auspicia el aumento limitado de los miembros no permanentes del Consejo de Seguridad y la eliminación de la cláusula que impide su reelección.

El Consejo de Seguridad es el organismo clave de la ONU. Está compuesto por cinco miembros permanentes que tienen derecho a veto (Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Rusia y China) y un grupo de miembros no permanentes que ocupan un asiento durante dos años sin derecho a la reelección inmediata.

La discusión sobre la reforma en el Consejo de Seguridad empezó después de la caída del Muro de Berlín. Cuando se produjo la reunificación alemana, en la ONU se instaló el debate sobre la composición del Consejo de Seguridad, que había sido estructurado según la relación de fuerzas mundiales que emergió después de la Segunda Guerra Mundial.

Hoy por hoy, los miembros estables admiten que el mapa de la posguerra fría exige que dos países como Alemania y Japón tengan su lugar en el Consejo de Seguridad, aunque no todos coinciden sobre si deben o no tener derecho a veto, una prerrogativa que también ha sido cuestionada a la luz del Nuevo Orden Mundial.

En ese contexto, países como Cuba, México y Brasil resolvieron presionar por un lugar para América latina. La Argentina, en cambio, apoya una ampliación "prudente y mesurada" del Consejo, según dijo ayer Cárdenas. El canciller Guido Di Tella ya anunció que la Argentina está de acuerdo con el ingreso de Alemania y de Japón, pero respondió con

una evasiva cuando lo consultaron sobre el Brasil.

El embajador Cárdenas reveló ayer en la Asamblea General de la ONU cuál es la estrategia argentina en su competencia con Brasil por ganar un lugar donde se toman todas las decisiones claves, como la autorización para la invasión multilateral a Haití y la que detonó la guerra del Golfo.

Según Cárdenas, el aumento del número de miembros del Consejo debe hacerse de acuerdo con los criterios fijados en el artículo 23 de la Carta Orgánica de la ONU. Es decir, que habría que privilegiar a los países que participan de las operaciones de mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas.

La Argentina, casualmente, es el país latinoamericano que más casos azules tiene desperdigados por el mundo y se destacó en el Consejo de Seguridad por haber votado a favor de todas las iniciativas impulsadas por Estados Unidos. Brasil, en cambio, se abstuvo en la votación que autorizó el uso de la fuerza en Haití y no mandó naves al Golfo Pérsico.

01-01

9500765

Nº DOCUMENTO

TITULO Escudero de Paz nuevo dir de los N.U. en SR6 y URUBU

PROCEDENC: 150025

FECHA DE P D E I N I 4-10-84

VINCULACIONES SDI 889

66860

507466

## Director <sup>14</sup> de la UN en <sup>4/10</sup> la Argentina

El secretario general de las Naciones Unidas designó a Angel Escudero de Paz como nuevo director del Centro de Información de las Naciones Unidas para la Argentina y Uruguay.

Escudero de Paz asumió ayer esa función después de haber ocupado el mismo cargo en Bogotá, Colombia.

Previamente, el nuevo director fue responsable de comunicaciones para la red de Centros de Información de la UN en Nueva York, en especial para la región iberoamericana.

Entre otras actividades relacionadas con las comunicaciones, Escudero de Paz cubrió la Conferencia Mundial sobre Población que tuvo lugar en México en 1984.

El nuevo director es de nacionalidad española y ha sido docente en varias universidades de ese país.

01-01

9500766

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

AR 6 podrá ser sede de un Centro Regional de la Unesco.

PROCEDENCIA

150625

FECHA DE P. DEGENCI

3-10-94

VINCULACIONES

SD 889

66960

SD 889

## La Argentina podrá ser sede de un Centro Regional de la Unesco

**Descentralización:** ante esa decisión del organismo internacional, el director del Centro para la Preservación del Patrimonio Mundial se reunió con el ministro de Educación para analizar dicha decisión.

3-10-94 Lollo

En una reunión entre el ministro de Cultura y Educación, Jorge Rodríguez, y el director del Centro para la Preservación del Patrimonio Mundial de la Unesco, Bernd Von Droste, se estudió la posibilidad de que la Argentina sea sede de un centro regional del organismo.

El objetivo de la visita del funcionario internacional fue explorar la receptividad del país para que se instale en Buenos Aires el centro regional del Sur.

La Unesco ha adoptado en los últimos años una política de descentralización de su actividad -que tiene epicentro en París- y ha decidido designar dos centros regionales. Ya la instalado la la sede del Norte, en el Caribe. Por eso, si se decide por la Argentina, éste sería el primer organismo de la Unesco que se instala en

Buenos Aires, mientras que Chile es desde hace tiempo sede de la representación regional de la Unesco en América latina.

En la gestión Rodríguez se había logrado que se designara, en la cartera educativa, una representante especial para nuestro país, Madeleine Bri-gaud Robert, que tiene oficina en el palacio Sarmiento. El ofrecimiento de Von Droste sería un segundo paso para que la Argentina recupere la primacía cultural que siempre tuvo en el ámbito regional.

### Qué es el organismo

El Centro del Patrimonio Mundial se dedica a identificar en el planeta sitios, naturales o culturales, que por su importancia son considerados patrimonio de la humanidad. En la Argentina hay tres ya inscriptos en esa lista: las Cataratas del Iguazú, las Misiones Jesuíticas y los Glaciares del Parque Perito Moreno.

La Argentina, en caso de ser elegida, tendrá la responsabilidad de trabajar por la preservación de los lugares que promovió para que sean considerados Patrimonio de la Humanidad. Para ello contará con el apoyo y, si fuere necesario, con la ayuda económica de la Unesco.

01-01

9500767

N. DOCUMENTO presidencia

TITULO MENEM ~~aperturó~~ al 31/ene a reunión de apertura del C de Seg

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE P. C. E. 2-10-94

VINCULACIONES 501 889

66960

12574

## Menem, sí o sí, deberá presidir una reunión de jefes de Estado

**UN:** el Presidente encabezará la sesión en la que la Argentina asumirá la titularidad del Consejo de Seguridad.

Con Menem serán 15 los jefes de Estado y de Gobierno que asistirán el 31 de enero de 1995 a la reunión de apertura del Consejo de Seguridad de la UN, compuesto por 5 miembros permanentes que tienen derecho a veto (China, Estados Unidos, Francia, Reino Unido y Rusia) y 10, a razón de dos por cada región geográfica, que duran dos años, entre los que se cuenta la Argentina desde 1994.

No se trata de una asistencia voluntaria. Menem deberá presidir la apertura del organismo porque el primer período del año le corresponde a la Argentina.

La presidencia es rotativa, a razón de uno de sus miembros por mes, o sea que nuestro país volverá a la titularidad 15 meses después, pero ya sin cumbre, porque no coincidirá con el comienzo del año.

Además de Li Peng, Clinton, Mitterrand, John Major y Yeltsin -conductores de las cinco potencias-, participarán Kohl y Berlusconi dado que Alemania e Italia se incorporarán al organismo en calidad de miembros rotativos por Europa, en esa fecha.

Una ocasión significativa para la Argentina, y para el Presidente, que según uno de sus allegados ya estaría buscando el lugar para colgar en su despacho la foto "oportunista".

01-01

9500768



Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENC

FECHA DE P. O. C. E. L. E. N. I

VINCULACIONES

2 millones arg. para Comandantes de cascos azules

## Militares argentinos seran comandantes de cascos azules

21-10-94 LON

**Responsabilidades:** el coronel mayor, propuesto para ascender a general, Carlos Matalón, actuará en Croacia, en tanto que el general Víctor Peralta pasará a desempeñarse próximamente en Kuwait.

Dos militares argentinos han sido distinguidos con altas responsabilidades dentro de la estructura de las Organizaciones Militares de Paz de las Naciones Unidas.

Ante un pedido del organismo internacional, el Ejército dispuso que el coronel mayor, propuesto para ascender a general, Carlos Roberto Matalón asuma como comandante del sector oeste en Croacia.

### Tres batallones

Para el cumplimiento de su misión tendrá bajo sus órdenes tres bata-

llones de infantería, uno de Nepal, otro de Jordania y un tercero argentino.

En Croacia la UN ha desplegado la misión denominada Unprofor (United Nations Protection Force) que dividió el terreno en cuatro sectores para poner fin a la violencia étnica y desmilitarizar cada una de esas áreas.

El coronel mayor Matalón egresó del Colegio Militar en 1963 y entre otros destinos se desempeñó en el Batallón de Ingenieros de Construcciones 601, Escuela Superior de Guerra; participó en la recuperación de las islas Malvinas y se desempeña como comandante de la Brigada Motorizada V.

### En Kuwait

En Kuwait la UN constituyó la misión llamada Unikom (United Nations Iraq-Kuwait Observer Mission) con el objetivo de controlar una zona desmilitarizada a lo largo de la frontera entre ambos países.

Ahora la UN solicitó la designación de un general argentino para que

ocupe el cargo de segundo comandante y jefe del Estado Mayor de la Unikom.

El Ejército designó para esa tarea al general de brigada Víctor Demetrio Peralta, quien se venía desempeñando como jefe de Operaciones del Estado Mayor General del Ejército.

### Un nepalés

El comandante de la Unikom es el general nepalés Krishna Thapa y está constituida por un batallón bengalí de 791 efectivos, 253 observadores militares de distintas nacionalidades, una compañía de ingenieros argentinos de 50 hombres, un destacamento logístico danés y un grupo de médicos austriacos.

El general Peralta pertenece al arma de Artillería, fue observador militar en el canal de Suez y tiene las aptitudes de oficial de montaña y paracaidista militar.

Alfredo Vega

P-10

9500769

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENC

FECHA DE P. G. ELEN

VINCULACIONES

2 milloos arg. serai Comandantes de cascos azules

## Militares argentinos seran comandantes de cascos azules

21-10-94 LON

**Responsabilidades:** el coronel mayor, propuesto para ascender a general, Carlos Matalón, actuará en Croacia, en tanto que el general Víctor Peralta pasará a desempeñarse próximamente en Kuwait.

Dos militares argentinos han sido distinguidos con altas responsabilidades dentro de la estructura de las Organizaciones Militares de Paz de las Naciones Unidas.

Ante un pedido del organismo internacional, el Ejército dispuso que el coronel mayor, propuesto para ascender a general, Carlos Roberto Matalón asuma como comandante del sector oeste en Croacia.

### Tres batallones

Para el cumplimiento de su misión tendrá bajo sus órdenes tres bata-

llones de infantería, uno de Nepal, otro de Jordania y un tercero argentino.

En Croacia la UN ha desplegado la misión denominada Unprofor (United Nations Protection Force) que dividió el terreno en cuatro sectores para poner fin a la violencia étnica y desmilitarizar cada una de esas áreas.

El coronel mayor Matalón egresó del Colegio Militar en 1963 y entre otros destinos se desempeñó en el Batallón de Ingenieros de Construcciones 601, Escuela Superior de Guerra, participó en la recuperación de las islas Malvinas y se desempeña como comandante de la Brigada Motorizada V.

### En Kuwait

En Kuwait la UN constituyó la misión llamada Unikom (United Nations Irak-Kuwait Observer Mission) con el objetivo de controlar una zona desmilitarizada a lo largo de la frontera entre ambos países.

Ahora la UN solicitó la designación de un general argentino para que

ocupe el cargo de segundo comandante y jefe del Estado Mayor de la Unikom.

El Ejército designó para esa tarea al general de brigada Víctor Demetrio Peralta, quien se venía desempeñando como jefe de Operaciones del Estado Mayor General del Ejército.

### Un nepalés

El comandante de la Unikom es el general nepalés Krishna Thapa y está constituida por un batallón bengalí de 791 efectivos, 253 observadores militares de distintas nacionalidades, una compañía de ingenieros argentinos de 50 hombres, un destacamento logístico danés y un grupo de médicos austriacos.

El general Peralta pertenece al arma de Artillería, fue observador militar en el canal de Suez y tiene las aptitudes de oficial de montaña y paracaidista militar.

Alfredo Vera

01-2

9500769

Nº DOCUMENTO

TÍTULO Di Tella - preside en Plaza San Martín un acto x el

PROCEDENCIA 150026

FECHA DE PROCEDENCIA 25-10-94

99º anivers. de UN.

VINCULACIONES SDI 889  
66860  
11078

## La UN, de festejo

14 25/10

Con motivo de cumplirse el 49º aniversario de la creación de las Naciones Unidas (UN), ayer se realizó un acto en la Plaza San Martín presidido por el canciller Guido Di Tella.

De la celebración participaron, entre otros, el director del Centro de Información de las Naciones Unidas para la Argentina y Uruguay, Angel Escudero Paz; el vicescanciller Fernando Pefrella, y el intendente metropolitano, Jorge Domínguez, además de jefes de misiones diplomáticas acreditados en nuestro país e invitados especiales.

Escudero Paz leyó un mensaje del secretario general del organismo, Boutros Ghali -lo propio se hizo en las principales capitales del mundo-, con sus reflexiones sobre el actual panorama internacional y la importancia que en casi medio siglo de existencia ha tenido la entidad en orden a procurar la paz, la seguridad y el desarrollo económico y social de los pueblos.

### Di Tella y las nuevas áreas operativas

Posteriormente, Di Tella subrayó la incorporación de nuevas áreas operativas de la UN, como la ecología, los derechos humanos, la situación de la mujer y el niño y la paz, "punto en el que se ha mostrado muy activa últimamente, con los recientes casos de Haití, Ruanda y Yugoslavia".

Al término de la recordación, el canciller -acompañado por el coordinador residente de la UN en la Argentina, Arturo Hein, y el intendente Domínguez- procedió a depositar una ofrenda floral al pie del monumento al general José de San Martín.

01-01

9500770

Nº DOCUMENTO AI EP

TÍTULO ONU cuestiona puntos del pacto nuclear con Norcorea

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROCEDEN: 25-10-94

VINCULACIONES 501 889

507 487

12577

## ONU cuestiona puntos del pacto nuclear con Norcorea <sup>del 25/10</sup>

VIENA - LA AGENCIA Internacional de la Energía Atómica (AIEA), dependiente de ONU, estima que el acuerdo alcanzado entre Estados Unidos y Corea del Norte contiene un "retraso en un elemento clave" para investigar el presunto programa nuclear militar norcoreano, dijo ayer en Viena su portavoz, David Kyd.

Ese "elemento clave", como lo calificó Kyd es el posible retraso hasta dentro de cinco o seis años en la inspección de dos instalaciones no declaradas como nucleares por el gobierno de Pyongyang y donde se sospecha la existencia de residuos atómicos relacionados con un presunto programa militar.

"Los estados miembros decidirán qué hacer" explicó el portavoz a propósito de la reunión en la que hoy el director general de la AIEA, Hans Blix, presentará el contenido del acuerdo alcanzado en Ginebra entre Estados Unidos y Corea del Norte.

El acceso a esas instalaciones no se producirá de inmediato, según el

contenido del acuerdo, ya que la AIEA deberá esperar a que sean suministrados los elementos principales de dos reactores de agua ligera sobre cuya construcción llegaron a un compromiso Washington y Pyongyang.

El pacto al que llegaron norteamericanos y norcoreanos pretende evitar que Pyongyang pueda fabricar armas nucleares, ya que los reactores de agua ligera producen menos plutonio susceptible de utilización en un programa militar.

Según lo acordado en Ginebra, Corea del Norte se compromete a desmantelar sus reactores existentes, así como otros dos en construcción y a cerrar su instalación nuclear en la que se extrae plutonio de las barras de combustible.

Por su parte, Estados Unidos y un consorcio de países suministrarán a Corea del Norte los dos reactores nucleares de agua ligera. Washington se comprometió a suministrar a los norcoreanos petróleo para generar la energía que ne-

cesite mientras están en construcción los dos reactores mencionados.

### Cautela

A pesar del optimismo inicial por la firma del acuerdo entre Washington y Pyongyang para la reestructuración de la industria nuclear norcoreana, la prensa y miembros del partido gubernamental de Corea del Sur han recomendado cautela.

El ministro de Asuntos Exteriores surcoreano, Han Sung-joo, dijo que el acuerdo no satisface por completo las aspiraciones del gobierno, aunque al menos cubre el mínimo esperado y sobre esta base se puede avanzar.

En su comparecencia ante la Asamblea Nacional, el sábado, para informar sobre el acuerdo, los diputados mostraron inquietud por su contenido, en especial la cláusula que Washington y Pyongyang se han comprometido en mantener secreta, aunque con el beneplácito de Seúl. ■(EFE)

01-01

9500771

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROCEDENCIA 19-10-94

VINCULACIONES 501 889

507487.

Corea del Norte aceptó inspección de ONU a sus instalaciones nucleares.

EEUU ofreció a cambio establecer relaciones diplomáticas con Pyongyang

## Norcorea aceptó inspección de la ONU a sus instalaciones nucleares

Corea del Norte aceptó atenerse cabalmente a los términos del Tratado de No Proliferación Nuclear y que expertos de las Naciones Unidas inspeccionen sus instalaciones atómicas, incluso en lugares que se sospechaba era el sitio de desarrollo de bombas atómicas.

El acuerdo amplía otro alcanzado en agosto y que había despertado intensas críticas, entre otros, del gobierno de Seúl. Ninguna de las partes quiso brindar pormenores del entendimiento alcanzado ayer en Ginebra con Estados Unidos.

A cambio de estas concesiones, Estados Unidos ofreció establecer relaciones diplomáticas con Pyongyang y Corea del Norte recibiría dos reactores modernos de agua liviana en reemplazo de los antiguos que tiene con moderadores de grafito.

El delegado de Corea del Norte, Kang Sok Ju, dijo que el acuerdo pondrá fin a las tensiones y sospechas nucleares "de una vez por to-

das" y dijo confiar en que el liderazgo de su país aprobará el tratado.

El delegado norteamericano Robert Gallucci regresó a Washington para informar al presidente Bill Clinton y al Congreso de los detalles. El Departamento de Estado se apresta a inscribir este texto, que sería firmado el viernes en Ginebra, como un nuevo éxito de la política internacional de Clinton tras los logros en Haití e Irak este mes.

Gallucci consideró el acuerdo "ampliamente aceptable y positivo" para EEUU, ambas Coreas y Japón, en tanto disipa los temores creados por el programa nuclear de Corea del Norte, tanto en el pasado como en el presente, así como el destino

de "las instalaciones en construcción".

Estados Unidos y Corea del Norte pactarían congelamiento del programa de armas nucleares.

Principales puntos del acuerdo entre Estados Unidos y Corea del Norte:

- Corea del Norte accede a detener su actual programa nuclear y acepta inspecciones internacionales de todas sus instalaciones nucleares.

La Agencia Internacional de Energía Atómica certificará el cumplimiento de este punto del acuerdo.

- EEUU y Norcorea se comprometen a disminuir las restricciones comerciales e iniciar el camino hacia el establecimiento de oficinas de enlace en las capitales de los dos países.

- Washington encabezará un consorcio internacional para financiar la construcción de una central nuclear con un reactor de 2.000 megawattios o dos de 1.000. ■

01-01

9500772

Nº. DOCUMENTO

TITULO

Asamblea de ORO contra el embargo de EUBA.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 27-10-94

VINCULACIONES

50889

12576

65679

11078

## Asamblea de EP. ONU Contra el<sup>27/10</sup> Embargo de Cuba

NACIONES UNIDAS, 26 oct (EFE). — La Asamblea General de la ONU aprobó hoy, miércoles, de nuevo por mayoría una resolución presentada por Cuba que rechaza el embargo económico impuesto por Estados Unidos a la isla caribeña desde hace 32 años.

La resolución fue aprobada por 101 votos a favor, dos en contra y 48 abstenciones, lo que refleja un incremento del apoyo a la postura cubana en la Asamblea General en los últimos tres años.

El texto adoptado hoy es fundamentalmente el mismo que fue debatido y aprobado el 3 de noviembre de 1993 y que obtuvo 89 votos a favor, cuatro en contra y 57 abstenciones.

La Asamblea General ya había aprobado en 1992 otra resolución contra la medida de presión unilateral estadounidense impuesta sobre Cuba.

Los únicos cambios introducidos en la nueva resolución en relación con la de 1993 es la referencia al llamamiento para el levantamiento del embargo en el Consejo del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), de junio pasado en México, y las declaraciones en el mismo sentido en las Cumbres Iberoamericanas de Brasil (1993) y Colombia (1994).

Antes de votarse la resolución, el embajador de Cuba ante la ONU, Fernando Ramírez de Estenoz, expuso los perjuicios ocasionados por el embargo a la economía y al pueblo de su país, y reafirmó la disposición de su gobierno a "trabajar en la búsqueda de soluciones políticas y negociadas para superar las diferencias con cualquier país".

Tras recordar el éxito del reciente acuerdo migratorio entre EEUU y Cuba, el embajador cubano subrayó que "la única solución de fondo posible para la eliminación de todas las diferencias existentes continúa siendo el desmantelamiento de la política agresiva contra Cuba, de la cual el bloqueo económico, comercial y financiero es el principal exponente".

Ramírez de Estenoz acusó a Washington de intentar "boicotear, con acciones políticas, diplomáticas y otras de forma encubierta", las relaciones económicas de Cuba con otros países en "una flagrante violación de normas internacionales reconocidas, incluso por el propio gobierno de EEUU".

X

9500773

01-02

# Pidió la UN por tercera vez que se levante el embargo contra Cuba

**Votación:** la resolución es no vinculante y contó con la aprobación de 101 países; se abstuvieron 48, entre ellos la Argentina, y EE. UU. e Israel votaron en contra.

NAACIONES UNIDAS, 26 (AP). Por tercer año consecutivo, la Asamblea General de las Naciones Unidas aprobó hoy una resolución no vinculante que pide el cese del embargo comercial norteamericano contra Cuba.

El margen de la victoria cubana aumentó igualmente por tercer año consecutivo, 101 países son partidarios de concluir de inmediato el embargo impuesto hace tres décadas, 48 se abstuvieron -entre ellos la Argentina- y solamente Estados Unidos e Israel votaron por la continuidad del embargo.

Los delegados cubanos sonrieron y estrecharon las manos de otros al concluir la votación. El año pasado 88 naciones votaron a favor de Cuba, cuatro se alinearon con Estados Unidos y 57 se abstuvieron.

Cuba sostiene que el embargo es una grave interferencia de Estados Unidos en los asuntos de la isla, situada a 150 kilómetros de la Florida. El gobierno del presidente Bill Clinton y los de sus predecesores mantuvieron la posición norteamericana desde 1962.

El objetivo de Estados Unidos es, mediante la cuidadosa aplicación de las sanciones dirigidas contra el régimen cubano, promover la transición

pacífica hacia la democracia", dijo a la Asamblea General el delegado norteamericano Víctor Marrero.

"Dejamos en claro que, en muchas ocasiones, la revisión de nuestro embargo depende de si el régimen cubano (del presidente Fidel Castro) avanza hacia la democracia y observa las normas internacionales de los derechos humanos. Nuestra respuesta será calibrada a las reformas de Cuba", dijo Marrero.

Los norteamericanos, recalcó el embajador, "se oponen a la represión de sus amigos cubanos por un régimen dictatorial, el último del hemisferio".

China dijo que los norteamericanos interfieren en los asuntos domésticos de Cuba; Rusia votó a favor de la resolución porque, indicó, Estados Unidos impone una acción unilateral que afecta la libertad de comercio.

Aunque la votación de hoy no fue vinculante, Cuba seguramente mencionará el respaldo del organismo mundial al criticar el embargo, causante según La Habana, de carestías de alimentos, medicinas y combustible.

## Desregulación

LA HABANA, 26 (Reuter). Cuba dio hoy otro paso hacia el levantamiento del monopolio estatal en el comercio interno al anunciar un nuevo sistema de ventas de bienes de consumo con precios desregulados.

Un decreto gubernamental publicado en el diario Granma del gobernante Partido Comunista, dijo que la acción era necesaria para aumentar la producción de bienes industriales y artesanías.

La venta de la producción excedente de las empresas industriales estatales y de bienes hechos por artesanos con licencia se realizará a través de nuevas tiendas minoristas y de ferias especiales, indicó el decreto.

Las orden gubernamental también señaló que los precios serán acordados entre el vendedor y el comprador, lo que significa que efectivamente liberarán las fuerzas del mercado.

La decisión se produjo menos de un mes después de que Cuba, atacada en una crisis económica, levantó parcialmente el monopolio estatal sobre el comercio interno de productos agrícolas y estableció mercados donde sus precios no están regulados.

Al igual que en los mercados agrícolas, donde los agricultores pueden vender después de cumplir con las cuotas estatales de producción, la venta minorista de bienes de consumo por parte de empresas estatales sólo será permitida después de que las firmas cumplan sus obligaciones con el Estado, dijo el decreto.

Hasta ahora, los precios de virtualmente todos los bienes en Cuba habían sido fijados por el Estado. La única excepción eran los bienes elaborados por individuos licenciados para producir artesanías, que podían ser vendidos al precio fijado por sus fabricantes.

El mercado negro, alimentado en gran parte por objetos robados, también es una fuente de artículos, desde repuestos de bicicletas hasta vestidos.



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Se debate en ONU levantamiento del emb. ec y comer-  
cial a CUBA.*

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROMEDIO 5-10-94

VINCULACIONES

501889

65671

12576

### DEBATE EN LA ONU

*Jur. 5/10*  
Cuba someterá a la Asamblea General de la ONU un nuevo proyecto de resolución en el que pide el levantamiento del embargo económico y comercial impuesto por Estados Unidos contra la isla desde hace 32 años.

La misión de Cuba ante la ONU ha empezado a distribuir a los países miembros de la organización su proyecto de resolución, en el que se denuncia también el reciente refuerzo del embargo estadounidense.

Está previsto que la Asamblea General de la ONU someta a votación el citado proyecto el próximo día 26, y Cuba espera conseguir en ella un mayor respaldo que en los dos años anteriores, cuando se aprobó por mayoría una resolución similar.

Entre los pocos cambios del proyecto de resolución de este año, con relación al aprobado en 1993 por las mismas fechas, destaca la referencia a las declaraciones de las dos últimas Cumbres Iberoamericanas sobre «la necesidad de eliminar la aplicación unilateral de medidas económicas y comerciales de un Estado contra otro, afectando al flujo libre del comercio internacional».

Asimismo, el documento hace alusión al llamamiento del vigésimo Consejo del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), celebrado en México en junio pasado, a favor del levantamiento del embargo impuesto por Estados Unidos a Cuba.

01-01

*X*  
9500774

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Segun ACNUR. conflicto de LIBERIA puede degenerar en una nueva SOMALIA.*

150014

22-10-94

501889

503528

507612

#### Liberia

Lima  
29/10

#### UNA NUEVA SOMALIA

La Alta Comisaría de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) advirtió ayer que el conflicto civil de Liberia puede degenerar en una nueva Somalia.

La portavoz de ACNUR, Christiane Berthiaume, mostró la preocupación de este organismo humanitario por la grave situación en que se hallan los 120.000 refugiados liberianos que están bloqueados en Sierra Leona.

Estos refugiados están en la región de Upperlofa y Bomi, al noroeste de Liberia, en condiciones «dramáticas» pues carecen de alimentos y las ayudas de las agencias humanitarias fueron suspendidas en diciembre por la falta de seguridad.

Berthiane indicó también que durante el último mes 90.000 refugiados han cruzado la frontera hacia Costa de Marfil. Cerca de 800.000 liberianos se encuentran fuera de su país repartidos entre Gineya, Sierra Leona y Costa de Marfil.

X

01-01

9500775

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Rusia pide el levantamiento del embargo contra Irak*

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROVENIR 18-10-94

VINCULACIONES 501889  
507294  
507586

## Rusia pidió a la ONU el levantamiento del embargo contra Irak

18-10-94 ELARIN

NACIONES UNIDAS, EL CAIRO y WASHINGTON, 17 (ANSA, EFE y Reuter). - Rusia propuso ante el Consejo de Seguridad de la ONU el levantamiento, dentro de siete meses, de las sanciones económicas contra Irak debido a que Bagdad está dispuesto a reconocer la soberanía de Kuwait, dijo el ministro de Relaciones Exteriores ruso, Andrei Kozyrev.

Pero la embajadora norteamericana ante la ONU, Madeline Albright, sostuvo que ese reconocimiento no alcanza para abolir las sanciones. "Las palabras son fáciles. Queremos hechos", dijo la diplomática.

El vicepremier iraquí, Tarek Aziz, afirmó ante el Consejo que su país estaba dispuesto a reconocer incondicionalmente las fronteras de Kuwait, pero a la salida de la reunión relativizó esa posición ante los periodistas: "Eso está bajo consideración", declaró.

La agencia de noticias de Irak, INA, informó hoy que el Parlamento iraquí "reiteró su apoyo a todos los pasos dados por el presidente Saddam Hussein para garantizar la seguridad del país y lograr que se levanten las sanciones". El líder iraquí dijo el jueves a Kozyrev, durante una reunión en Bagdad, que estaba dispuesto a reconocer a Kuwait.

Al informar al Consejo, Kozyrev afirmó que "Irak no tenía ninguna intención

de atacar a Kuwait" y pidió evitar "una escalada militar que nadie desea".

El ministro ruso se entrevistó también hoy, en Nueva York, con el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, para buscar acercar las posiciones de los Estados Unidos y Rusia.

Pero la pauta de la fría reacción de Washington a la propuesta de Moscú pareció dar una declaración de Christopher: "La próxima vez pasaremos de inmediato a la acción, una acción pesada, en relación a Saddam Hussein", dijo.

El jefe de la diplomacia rusa afirmó que Irak aceptó poner por escrito su reconocimiento a las actuales fronteras de Kuwait y propuso dar un "incentivo" a Bagdad, para que "pueda inspirar a sus líderes y a la población a respetar en el modo más estricto todas las resoluciones de la ONU".

Kozyrev afirmó que, dentro de un mes, la ONU podría poner en marcha un control formal sobre la eliminación de las armas de destrucción masiva por parte de Bagdad y, seis meses después (si Irak cumplió con lo estipulado por las resoluciones del Consejo), suspender las sanciones económicas.

Rusia tiene particular interés en la abolición del embargo que pesa sobre el intercambio petrolero, que impidió que Moscú cobrara una serie de operaciones que había realizado a Bagdad.

01-01

9500776

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN

VINCULACIONES

GUATEMALA: Misión de ONU puede conseguir la paz

150007

28-10-94

501889

66097

## Guatemala: Misión de ONU Puede Conseguir la Paz

GUATEMALA, 27 (EFE). — La verificación del cumplimiento de los derechos humanos en Guatemala por una misión permanente de la ONU puede allanar a partir del mes próximo el camino para el fin del conflicto armado en este país centroamericano.

Fuentes del Gobierno y de organizaciones no gubernamentales (ONG) coincidieron en declarar a EFE que la presencia de los observadores internacionales también puede coadyuvar a minimizar la violencia y las violaciones de los derechos fundamentales de las personas.

Uno de los "comandantes" de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), Gaspar Ilom (Rodrigo Asturias), expresó en Mérida su satisfacción por la decisión de la ONU de enviar a los componentes de la misión porque "es una necesidad y requerimiento de la sociedad" y, además, facilita las negociaciones.

Las conversaciones entre la URNG y el Gobierno quedaron suspendidas durante cuatro meses (de junio a septiembre) por el incumplimiento del Acuerdo Global sobre Derechos Humanos suscrito por las partes en marzo pasado.

El despliegue de la Misión de Observadores de las Naciones Unidas para Guatemala (MINUGUA) el 10 o el 11 de noviembre próximo lo anunció en la capital mexicana el español Fernando Castañón, encargado del equipo técnico, que está en este país desde el 20 de septiembre para preparar el acuerdo de verificación.

Antonio Arenales Forno, miembro de la Comisión de Paz (COPAZ), gubernamental, declaró a EFE que el Gobierno del presidente Ramiro de León Carpio está a favor de la MINUGUA y no rehúye la verificación.

"Para nosotros, la verificación internacional nos garantiza objetividad porque será un mecanismo de carácter permanente en Guatemala", subrayó Arenales.

Matizó que con la presencia de los observadores internacionales se "terminarán las especulaciones basadas en denuncias que no se comprueban" sobre las violaciones de los derechos humanos.

Arenales, que coordina el despliegue de la MINUGUA, insistió en que la misión la integrarán "gente profesional y experta, lo que nos garantiza una verificación objetiva".

Aunque la lucha contra la violencia corresponde a los organismos del Estado, el miembro de la Comisión gubernamental dijo que la presencia de los enviados de la ONU podrá coadyuvar a combatir la criminalidad.

Entre los objetivos de la MINUGUA, según Arenales, figuran el fortalecimiento de las instituciones del Estado y ayudar al Gobierno a detectar las deficiencias en los organismos de seguridad para canalizar la asistencia.

"En ese sentido es favorable la instalación de la misión para mejorar nuestra capacidad de combatir la violencia y la criminalidad", subrayó.

01-01

9500777

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDEN: 15-10-94

VINCULACIONES

501889

65280

66123

## Levantam sanciones

Rp 15/10 Naciones Unidas (IPS)

Las sanciones contra Haití quedarán levantadas automáticamente cuando Estados Unidos comunique a la ONU que se ha producido el regreso del presidente Jean-Bertrand Aristide, dijo ayer el presidente del Consejo de Seguridad, David Hannay. El diplomático agregó que no será necesaria la aprobación de una nueva resolución para eximir a Haití de las medidas punitivas que fueron adoptadas por el Consejo de Seguridad para forzar la partida de los militares golpistas del poder.

El Consejo de Seguridad consideraba este viernes la adopción de una declaración para saldar la recuperación de la democracia en Haití, pero la inesperada oposición de Brasil puede hacer fracasar esta iniciativa.

Brasil se abstuvo en la votación de la resolución 940 del Consejo de Seguridad, que autorizó a Estados Unidos a encabezar una fuerza multinacional para invadir el país caribeño, por considerarla contraria al principio de no intervención.

Fuentes diplomáticas confían que Brasil no puede apoyar una declaración que contiene referencias a la resolución 940, puesto que está en contra de la filosofía política de la cancillería carioca.

Un borrador de la declaración señala que la fuerza multinacional está "creando las condiciones necesarias para el retorno de la democracia en Haití".

Además, expresa "pleno apoyo a los esfuerzos del presidente Aristide, los líderes democráticos y los órganos legítimos del gobierno restaurado para sacar al país de la crisis y regresar a la comunidad de naciones".

Aristide regresará este sábado a Puerto Príncipe, luego de más de tres años en el exilio.

01-01

9500778

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 16-10-84

VINCULACIONES 501889

66923

## La ONU celebró la nueva etapa que se abre en Haití

Naciones Unidas

La O (ANSA)

16-10-84

El secretario general de la ONU, Boutros Ghali, y el Consejo de Seguridad celebraron el regreso a Haití del depuesto presidente Jean-Bertrand Aristide, y se ratificó el levantamiento de las sanciones económicas contra la nación haitiana.

El secretario general como el Consejo manifestaron la esperanza de que el pueblo haitiano "pueda ahora empezar a reconstruir con dignidad su país".

El Consejo adoptó la resolución 948 por 14 votos a favor y la abstención de Brasil, que manifestó su desacuerdo con el precedente de la ocupación militar de la isla caribeña.

El organismo también efectivizó los términos de la resolución 944, de fines de setiembre, para el levantamiento de todas las sanciones a la salida de los militares y una vez restaurado en el poder Aristide.

Boutros-Ghali dio la bienvenida al "largamente esperado retorno del presidente Aristide a Haití y la reanudación del proceso democrático en ese país".

"Comenzó una nueva era para el pueblo haitiano el cual, con la asistencia de la comunidad internacional, será ca-

940", celebra el regreso a Haití de Aristide.

Pero "celebra especialmente", subraya la resolución del Consejo, "el hecho de que, con la convocatoria del Parlamento de Haití y la partida de los dirigentes militares, está bien encaminado el proceso de aplicación del Acuerdo de Govenors Island, del Pacto

de Nueva York, y de los objetivos expuestos en las resoluciones de las Naciones Unidas".

También apoya "el despliegue del equipo de avanzada de la ONU en Haití (Unmih) y los esfuerzos ininterrumpidos del Secretario General por completar la composición de la Unmih", la cual aprobada

con una dotación de hasta 6.000 hombres, sólo ha podido reunir hasta ahora a 3.000 militares, para propuesta fuerza de paz.

Unmih, dice la resolución, reemplazará a la Fuerza Multinacional actualmente encabezada por Estados Unidos cuando el Consejo de Seguridad determine que "se ha establecido un entorno seguro

y estable".

El Consejo de Seguridad "acogió con satisfacción el nombramiento del nuevo representante especial del secretario general (Lakhdar Brahmi) y da las gracias al ex enviado especial del secretario general de la ONU (Dante Caputo) y del secretario general de la OEA (César Gaviria), por sus esfuerzos".

También insta el Consejo a Boutros-Ghali y a Gaviria para que "sigan cooperando, especialmente para lograr el pronto regreso a Haití de los miembros de la Misión Civil Internacional (Micivih)", encargada de vigilar, denunciar violaciones y de vigilar la vigencia de los derechos humanos, echada por los militares el 15 de julio pasado.

paz ahora de reconstruir su país sobre la sólida base de la reconciliación, la libertad y los derechos humanos", sostuvo el secretario general según su vocero.

El Consejo de Seguridad, seriamente empeñado en la confrontación ruso-norteamericana por la propuesta condena estadounidense de Irak en el seno del organismo, también aprobó un proyecto de resolución impulsado por Argentina, Canadá, Djibouti, Estados Unidos, Francia y Pakistán.

El documento, "tras esperar con interés la terminación de la misión de la fuerza multinacional y el despliegue de la Misión de la ONU en Haití tan pronto como se establezca un entorno estable y seguro, de conformidad con lo previsto en la resolución

01-01

9500779

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Unidad militar japonesa cumple misión en zaire  
& ayuda a ruandeses*

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 3-10-84

VINCULACIONES

501889

66224

507639



**Debut.** Por primera vez desde la Segunda Guerra Mundial una unidad militar japonesa cumple una misión en el exterior, en este caso, los soldados se unirán a la fuerza de paz de la UN en Zaire para ayudar a los refugiados ruandeses. (AP)

X

01-01

9500780



Nº. DOCUMENTO

TITULO

*ONU demanda retiro de Irak de KUWAIT.*

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDEN: 16-10-94

VINCULACIONES

501889

12574

507596

507609

## ONU DEMANDA RETIRO DE IRAK

EP.

16/10

NACIONES UNIDAS, 15 (AP) - Luego de un enfrentamiento entre Estados Unidos y Rusia, el Consejo de Seguridad demandó esta noche el retiro inmediato por Irak de sus fuerzas especiales emplazadas cerca de la frontera con Kuwait.

El consejo dijo, por votación unánime, que una vez realizado el retiro, Irak no debe usar el área otra vez para similares operaciones.

La votación, realizada a las 11.30 p.m. (0330 GMT del domingo), fue el epílogo de un día de negociaciones en las cuales Estados Unidos trató de evitar el veto ruso y obtener el mayor respaldo posible para la resolución.

En una concesión a Rusia, la resolución acogió "todos los esfuerzos diplomáticos y de otra naturaleza para resolver la crisis". También exhorta a Irak a "comprometerse en forma inequívoca a un procedimiento formal de respetar la soberanía de Kuwait, su integridad territorial y sus fronteras".

Temprano, el embajador suplente ruso Vasily Sidorov dijo que Moscú apoyaría la resolución solo si la misma consideraba

la última oferta de Irak pde reconocer a Kuwait a cambio de un futuro ablandamiento del embargo del crudo dispuesto por el organismo mundial contra Bagdad. La oferta iraquí fue hecha en un comunicado conjunto ruso-iraquí durante una visita a Bagdad del canciller ruso Andrei Kozyrev.

Un funcionario norteamericano calificó la vinculación de la resolución al levantamiento de las sanciones como asuntos desligados, pero Washington dijo que iba a considerar las enmiendas.

Irak debe miles de millones a Rusia y Moscú ha estado presionando fuertemente para que se le ablanden las sanciones al gobierno de Bagdad.

La resolución fue auspiciada por Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Oman, Argentina, Ruanda e Irlanda del Norte.

La misma demanda que Irak transfiera todas sus unidades recientemente emplazadas en el sur de Irak a sus posiciones originales y que Irak "no emprenda ninguna otra acción para mejorar su capacidad militar en el sur de Irak".

01-01

9500789

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *IRAK condena resolución 949 de ONU q restringe activ. en su*

PROCEDENCIA *150483*

FECHA DE PROCEDEN: *19-10-84*

VINCULACIONES *501889*

*502586*

*tensuras.*

*La prensa de Bagdad calificó la medida de "flagrante interferencia" en sus asuntos internos*

## Irak condenó la resolución 949 de la ONU que restringe actividades en su territorio

*Bagdad - Irak criticó ayer la resolución de la ONU que restringe el movimiento de sus tropas en el sur del país y calificó la medida de "flagrante interferencia" en sus asuntos internos.*

*19-10-84 OBSV.*

**T**res el tono conciliatorio de las declaraciones del lunes, los diarios gubernamentales denunciaron ayer la resolución 949 y la calificaron de ser una violación de la soberanía de Irak.

"La resolución es una flagrante interferencia en los asuntos internos de Irak", dijo el diario oficial

Al-Jumhuriya. La resolución establece que Irak no puede reforzar sus contingentes militares en el sur si quiere evitar una respuesta militar occidental.

La misma siguió a una semana de tensión en el golfo Pérsico luego de que las tropas iraquíes permanecieran en el sur del país, cerca de la

frontera con Kuwait, en lo que Washington y sus aliados interpretaron como un gesto amenazador hacia el emirato.

El diario había descrito la resolución como "positiva" el lunes y explicó ayer su cambio de opinión diciendo que respondía al intento de Irak por lograr el levantamiento o aligeramiento de las sanciones comerciales de la ONU.

También es difícil de determinar qué tan dispuesto está Irak a reconocer a Kuwait, una de las principales exigencias de la ONU para le-

vantar las sanciones impuestas en 1990.

El lunes se reunió el Parlamento iraquí inesperadamente y se especulaba que la cámara podría reconocer al emirato. Se desconoce cuáles fueron las decisiones adoptadas.

El ministro de Relaciones Exteriores ruso Andrei Kozyrev logró la semana pasada garantías de Irak de que reconocería el emirato a cambio de un levantamiento de las sanciones. Esto había sido afirmado por Irak en un comunicado el 13 de octubre.

Kozyrev parece haber anunciado el reconocimiento por parte de Irak con demasiada anticipación. El diplomático ruso afirmó que Irak ya había reconocido a Kuwait y sus fronteras sin condiciones adicionales.

Kuwait exigió al conocer esto un reconocimiento formal y escrito que fuera presentado ante la ONU, no solo una promesa verbal.

Rusia propuso a la ONU el lunes que el Consejo de Seguridad considere el levantamiento de las sanciones sobre las exportaciones de crudo iraquíes después de un período de seis o siete meses de vigilancia sobre la industria bélica del país, a lo que Estados Unidos y Gran Bretaña se opusieron rotundamente.

El viceprimer ministro iraquí Tareq Aziz reiteró la posición de su país ante la ONU, pero no clarificó cuándo o cómo se producirá el reconocimiento de Kuwait. ■ *(De la redacción de El Observador en Bagdad. Reuters)*

01-01

9500782

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA: 150483

FECHA DE PROCEDENCIA: 17-10-94

VINCULACIONES

501889

65880

507596

Discrepancia de Francia y Rusia con esa lectura de lo resuelto por el Consejo de Seguridad

# EEUU se considera autorizado por la ONU para hacer un ataque militar a Irak

Naciones Unidas - Tras un reñido regateo entre Estados Unidos y Rusia, el Consejo de Seguridad exigió el sábado de noche a Irak que retire de inmediato sus tropas de élite del sur del país y que nunca vuelva a amenazar a Kuwait y a otros vecinos con acciones "hostiles o provocadoras".

**P**ero el frente unido conseguido a duras penas, y que permitió la adopción de la resolución 949 por unanimidad de los 15 países del Consejo, se resquebrajó en seguida, al surgir una disputa entre Estados Unidos, Rusia y Francia sobre el uso de la fuerza.

La embajadora de Estados Unidos, Madeleine Albright, advirtió que su gobierno tomará "todas las acciones apropiadas" si Irak incumple lo exigido, y sostuvo que la resolución 949 "naturalmente" autoriza el uso de la fuerza.

La advertencia de Albright, quien acusó al líder iraquí Saddam Hussein de violar todas sus promesas, se produjo a pesar de que la reciente crisis se ha desactivado con la casi completa retirada de las unidades de la Guardia Republicana iraquí, cuya concentración en el sur la semana pasada hizo temer una repetición de la agresión de 1990 a Kuwait.

Rusia, que inicialmente quiso aplazar la votación hasta que su ministro de Asuntos Exteriores, Andrei Kozyrev, informe hoy al Consejo de su acuerdo con Bagdad para el reconocimiento de Kuwait, afirmó que la resolución no autoriza el uso de la fuerza.

Lo mismo indicó Francia, que discrepa del ensañamiento de Washington contra Saddam y dijo que correspondería al Consejo reaccionar si Irak violara la resolución.

Aun así, el embajador francés,



Embargo comercial

Mujeres iraquíes hacen cola en un hospital de Bagdad. El gobierno responsabiliza de la falta de medicinas al embargo

Jean Bernard Mérimée, recordó que Bagdad sabe a qué "graves consecuencias" mencionadas en el preámbulo de la resolución se expondría si desafiara al Consejo.

La resolución "no da ninguna base para el uso de la fuerza", dijo el "número dos" ruso ante la ONU, Vasili Sidorov, quien en una clara alusión a Washington expresó la esperanza de que nadie use la 949 para respaldar una acción militar contra Irak.

Las discrepancias con EEUU, dijo, "se tendrán que resolver" en consultas del Consejo.

Kozyrev, quien se reunirá en Nueva York hoy lunes con su colega norteamericano, Warren Christopher, expondrá luego al Consejo el acuerdo que negoció con Bagdad el pasado jueves.

Un acuerdo que ayudó a resolver la crisis pero que molestó mucho a EEUU y volvió a poner sobre el tapete el explosivo tema del eventual cese del embargo petrolero, impuesto a Bagdad en 1990 en re-

presalia por su invasión de Kuwait.

Kozyrev arrancó al gobierno de Saddam Hussein la promesa de reconocer a Kuwait y la frontera demarcada por la ONU, tal como le exigió hace tiempo el Consejo.

El ministro ruso dijo que, tras ese reconocimiento, Moscú peleará por el levantamiento del embargo petrolero en seis meses.

Un tiempo suficiente, dice Rusia, para verificar el funcionamiento del sistema de vigilancia de la ONU destinado a asegurar que Bagdad nunca vuelva a tener armas nucleares, químicas, biológicas o ciertos misiles balísticos.

En la resolución 687 sobre el alto el fuego tras la derrota iraquí en 1991 a manos de la coalición liderada por EEUU que liberó Kuwait, el Consejo condicionó el levantamiento del embargo al cumplimiento de las obligaciones iraquíes de desarme, incluida la aplicación del sistema de vigilancia.

El Consejo también exige a Irak el reconocimiento inequívoco y for-

mal de Kuwait, y se prevé que el viceprimer ministro iraquí de Asuntos Exteriores, Tarik Aziz, concretará la promesa dada a Moscú cuando llegue aquí hoy.

Francia no habló el sábado del eventual cese del embargo petrolero, pero antes de la reciente crisis se distanció claramente de Washington en este punto.

EEUU exige que Irak cumpla todas las resoluciones del Consejo, no sólo el desarme no convencional y el reconocimiento formal e inequívoco de Kuwait, antes de considerar el cese del embargo petrolero.

En la resolución votada en la noche del sábado, el Consejo condenó el reciente despliegue militar iraquí hacia Kuwait.

Exigió a Irak que complete "de inmediato" la retirada a sus posiciones originales de todas las unidades militares desplegadas la semana pasada en el sur, y que no vuelva a usar de nuevo estas u otras fuerzas en una forma "hostil o provocadora". ■ (EFE)

01-01

9500783

Nº. DOCUMENTO

TITULO EE.UU advierte a Irak.

PROCEDEM 150015

FECHA DE P O E EN 11-10-94

VINCULACIONES 507889

65890

507596

## Estados Unidos advierte a Iraq: "Un error que puede ser fatal"

(NUEVA YORK).- Mientras el primer contingente de la "Tormenta del Desierto" de Bill Clinton llegaba a Kuwait, Hamdoun, tras dialogar con el presidente del Consejo, el británico David Hannah, dijo que "decidimos continuar las maniobras en una localidad más al norte".

Los servicios de inteligencia norteamericanos estiman que habría unos 80 mil soldados de Saddam Hussein en la frontera con Kuwait.

El Consejo de Seguridad, en tanto, volvió a ocuparse hoy de la crisis iraquí en una reunión a puertas cerradas, durante la cual la embajadora norteamericana, Madeline Albright, mostró nuevas fotos "top-secret" tomadas por satélites que apuntan al Golfo.

"Queremos hechos --dijo-- no palabras", evidenciando el escepticismo de Estados Unidos sobre las intenciones de Bagdad.

Por su parte, la CNN citó a un alto funcionario quien señaló que "por lo observado, el esquema general de movimiento de las tropas iraquíes es el mismo, es decir, hacia el sur".

Washington considera que la situación es "fluida", y el Presidente Bill Clinton, que ayer analizó con su consejo de guerra el desarrollo de la crisis, canceló una gira electoral a New Jersey y Detroit.

### Un error fatal

La Casa Blanca informó ayer a Saddam que una agresión contra Kuwait le sería fatal. "No equivoque sus cálculos", advirtió la embajadora Albright. El anuncio del desplazamiento de una poderosa "armada" de soldados norteamericanos (28.000, que llegarían a 70.000 si se estima necesario) se completó con un durísimo mensaje del jefe del Pentágono, William Pe-

*El enviado iraquí ante el Consejo de Seguridad de la ONU, Nizar Hamdoun, anunció ayer el retiro de Kuwait de las tropas de su país, aunque Estados Unidos desconfía sobre las reales intenciones de Bagdad.*

*11-10-94 Loko*

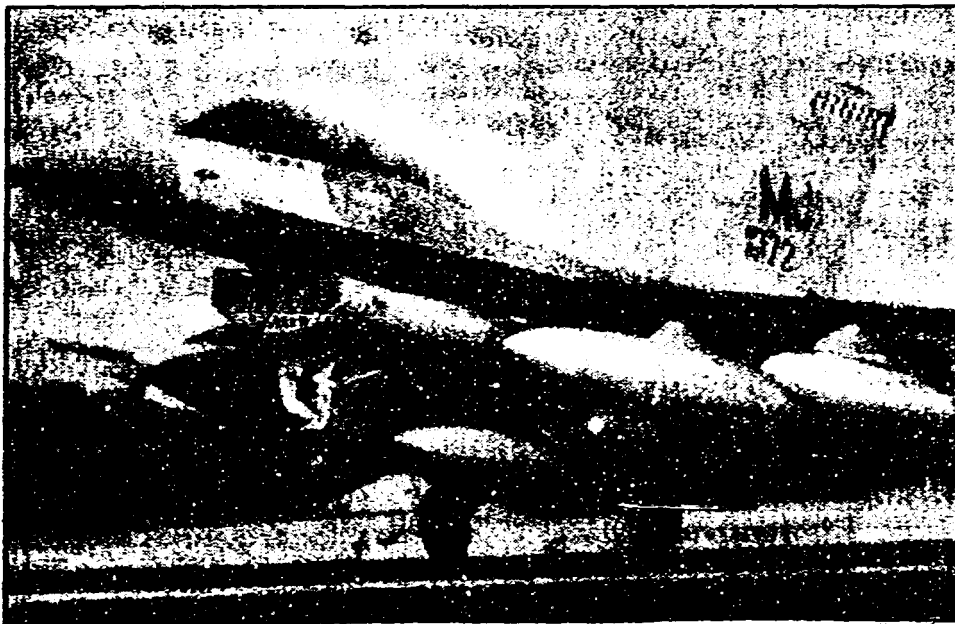
rry, quien no excluyó "raid preventivos" en relación a Bagdad.

El anuncio iraquí del retiro de sus tropas coincidió con el desembarco en Kuwait City del primer contingente de 300 hombres de bandera norteamericana. "El desplazamiento continuará como habíamos previsto", dijo una fuente del Pentágono.

Desde la Casa Blanca, el Presidente Clinton se comunicó telefónicamente con los líderes de la ex coalición anti-Saddam.

El Presidente norteamericano, que ayer obtuvo el apoyo del Rey Fahd de Arabia Saudita, habló ayer con los jefes de estado y de gobierno de Egipto, Francia y Gran Bretaña.

También se contactó con el Presidente ruso,



Boris Yeltsin. Moscú, favorable a reducir el bloqueo que desde hace cuatro años estrangula la economía iraquí, apoyó ayer una solución negociada de la crisis. "Aún hay margen de maniobra política y diplomática", comentó el Ministro de Relaciones Exteriores, Andrei Kozyrev.

### ONU espera informe

La ONU, en tanto, espera el informe que Ralf Ekeus, jefe de los inspectores de ese organismo encargados de controlar el desmantelamiento del arsenal iraquí, tiene que presentar ante el Consejo de Seguridad, probablemente mañana.

Fuentes diplomáticas del Palacio de Vidrio anticiparon que Ekeus informará que Irak, tras meses de negociaciones, aprobó finalmente el sofisticado sistema de monitoreo a largo plazo propuesto por la ONU, factor que se considera crucial para reducir las sanciones.

También sugerirá que toda decisión sobre el bloqueo se subordine al funcionamiento positivo del sistema en "seis meses de prueba".

"Un plazo demasiado extenso para Saddam", comentó Laurie Mylroie, una experta en Irak del Foreign Policy Research Institute de Filadelfia.

Las sanciones contra Bagdad se impusieron tras la invasión de Kuwait, en 1990, y jamás se modificaron. En las últimas reuniones del Consejo de Seguridad para renovar el bloqueo, la causa de Irak tenía algunos simpatizantes. Tres de los cinco miembros permanentes --además de Rusia, Francia y China-- se pronunciaron a favor de reducir las medidas, teniendo en cuenta los esfuerzos de cooperación con la ONU realizados por Saddam.

01-01

9500784

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENC

150015

FECHA DE P OI EGEN

10-10-84

VINCULACIONES

501889

12574

507586

*Irak espera q' Consejo de Seguridad reduzca sanciones impuestas, luego deadio'*

# Irak decidirá hoy, tras la reunión del Consejo de Seguridad de la ONU

*Irak espera que hoy el Consejo de Seguridad de la ONU reduzca las sanciones impuestas a Bagdad, porque de lo contrario reaccionará "en consecuencia", advirtió ayer el encargado de negocios iraquí en Teherán, en referencia a la movilización militar hacia la frontera con Kuwait.*

## De lo contrario reaccionará "en consecuencia"

Redacción, ANSA y EFE  
(TEHERAN)

"Esperaremos hasta hoy -dijo el encargado de negocios iraquí- y si en la reunión del Consejo de Seguridad de la ONU de hoy no se reduce el embargo impuesto a nuestro país, concretaremos importantes reacciones ya decididas y asumiremos plenamente la responsabilidad de sus consecuencias". A un periodista que le preguntó si el hecho de provocar tensiones en la frontera con Kuwait no da pie a los estadounidenses a legitimar su presencia en el Golfo, el diplomático iraquí respondió que "los estadounidenses han dado prueba de no necesitar ningún pretexto para injerirse en los asuntos internos de los pueblos".

Añadió que su presencia en el Golfo "no es para defender a Kuwait, sino para saquear la riqueza de los pueblos de la zona".

**Se espera a 20.000 beduinos en la frontera**

Asimismo se informó que son

por lo menos 20.000 los beduinos iraquíes que podrían agruparse en las próximas horas ante la franja desmilitarizada que separa las fronteras de Irak y Kuwait.

Lo comunicó Beaselin Kostov, vocero de la misión de observadores de la ONU que vigila la frontera entre los dos países -que Irak no reconoce- y precisó que "siguen llegando a bordo de camiones o taxis".

"Un oficial de conexión iraquí -dijo- nos informó que su número podría alcanzar los 20.000".

Según la fuente, el régimen de Bagdad, además de los 60.000 soldados desplegados días pasados cerca de la frontera con el emirato, agrupó ahora a los beduinos para intensificar la presión sobre la frontera.

"No parecen armados", dijo Kostov, y agregó que de todos modos los observadores de la Unikom intensificaron los patrullajes para tener la situación bajo control.

Los beduinos son apátridas originarios de Kuwait a los cua-

les el emirato les impide regresar. Con la actitud asumida aparentemente intentan sensibilizar a la opinión pública sobre su situación, para que se les reconozca el derecho de regresar a Kuwait.

Los apátridas son masas de poblaciones beduinas que desde la península arábiga, Irak o Irán, llegaron a Kuwait en los años '50. Una serie de estrictas normas para la obtención de la nacionalidad en Kuwait les impide ser reconocidos oficialmente como kuwaitíes.

Alrededor de unos 250.000 vivían en Kuwait antes de la Guerra del Golfo, pero su número disminuyó a la mitad después de la reconquista del país.

Una gran parte de ellos partió después de la invasión del país. Muchos de ellos no pudieron regresar después de la liberación y otros fueron expulsados a Irak por las autoridades, acusados de haber colaborado con las autoridades de ocupación.

La semana pasada crearon una asociación en Bagdad para defender sus derechos.

01-01

9500785

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Cronología del ataque de IRAK a KUWAIT desde 1990*

PROCEDENCIA

*150483*

FECHA DE PROCEDEN

*8-10-94*

VINCULACIONES

*501 889*

*507 596*

*507 609*

### La vieja crisis <sup>da</sup><sub>qto</sub>

IRAK ATACÓ E invadió Kuwait el 2 de agosto de 1990, desatando una crisis internacional. El 6 de agosto, la ONU impuso un embargo a todo comercio con Irak y comenzó una guerra de nervios con creciente intervención del Consejo de Seguridad y de Washington que culminó con el ataque aéreo y con misiles a Irak de una coalición encabezada por EEUU el 16 de enero de 1991, luego que expirara el plazo dado por la ONU para su retiro de Kuwait.

La coalición inició un ataque el 23 de febrero y cuatro días después le habían infligido "la madre de todas las derrotas", según EEUU.

Como parte del acuerdo de cese el fuego, Irak se comprometió a deshacerse de todas sus armas químicas y bioquímicas y a permitir la inspección de la ONU a sus plantas de fabricación. Las sanciones de la ONU deben permanecer en pie hasta que Irak cumpla con esto. ■

01-01

9500786

ARCHIVO

17-GEN-1995 08:42

DNII SECRETARIA PRIVADA

005982910319

P.01/01

P.012.4

11/1

Montevideo, enero 17 de 1995

////////////////////////////////////

1)-

INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DE LA SALUD

ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE URUGUAY-ESPAÑA: En conflicto por irregularidades en el pago de salarios y demás haberes al personal. Se realizan paros diarios de 06:00 a 22:00 horas.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SINDICATO UNICO DE AUTOMOVILES CON TAXIMETRO: Continúan trabajando a reglamento por reclamos en materia de seguridad laboral. En el día de la fecha se llevará a cabo un paro a partir de la hora 11:00 con posterior convocatoria a una Asamblea a partir de las 13:00 horas en el local de UNTMRA, sito en L.A. de Herrera N° 3972. Los temas a tratar son:  
1-Reglamentar el uso de elementos de seguridad.  
2-Fijar fecha de elecciones de autoridades.  
3-Formación de la Comisión Electoral.

////////////////////////////////////

2)-

INFORMACION ESTATAL

UNION AUTONOMA DE OBREROS Y EMPLEADOS DEL GAS: En conflicto desde el 6/VII/94 contra la privatización de la empresa. Se logró establecer que en la víspera se realizaron conversaciones entre los representantes del Sindicato y de GASEBA URUGUAY, las que se continuarán el día de hoy a la hora 09:00. Posteriormente, se realizará un paro con convocatoria a Asamblea a las 11:00 horas en el local sindical sito en Convención N° 1131.-

MESA SINDICAL COORDINADORA DE ENTES AUTONOMOS: A la hora 11:00 se realizará una Asamblea en el local sindical de SUTEL, sito en Sarandí N° 283. Los temas a tratar serán la situación en PLUNA y en la Cía. del Gas y la futura entrevista con el futuro Director de fila OPP.-

////////////////////////////////////

////////////////////////////////////

////////////////////////////////////

////////////////////////////////////

8185 - Graniel

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	18-1-95
Pasa a	SDI
Nº de Identificación	9500789

001/1

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	19 ENE. 1995
Pasa a	Archivo - Decalco
Nº. de Orden	9500789



Hojas de Votación  
Elecciones Nacionales  
Año 1994.

R.E.N°:

9500790 - Partido Colorado

9500791 - Partido Nacional

9500792 - Partido **F.A.**

9500793 - Otros Partidos

Ver rollo **1396**

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
 Dirección General de Información de Defensa  
 DEPARTAMENTO I  
 Fecha de entrada 19 ENE 1995  
 Posee ARCHIVO  
 N.º de Orden 9500794

ORIGINAL  
 DESA CESTANE

1/7  
 76

**RESUMEN QUINCENAL DEL 05/ENE AL 17/ENE/95**

**I.- CAMPO POLITICO**

**A.- PARTIDO NACIONAL**

- Los distintos sectores del Partido Nacional acordaron estudiar por separado la propuesta del electo presidente Julio MA SANGUINETTI y posteriormente se reunirán para acordar una respuesta en común de todo el partido.

- El ex-senador Manuel SINGLET reveló que votó en el lema Partido Nacional debido a que "las opciones fuera del mismo no las reconocía como atractivas y viables".

- La diputada Matilde RODRIGUEZ se desvinculó del MNR anunciando que su agrupación nucleada en la lista 1971 permanecerá actuando independientemente dentro del Partido Nacional.

**B.- PARTIDO COLORADO**

- El Presidente electo Dr. Julio Maria SANGUINETTI anunció que el Cr. Ariel DAVRIEUX será el futuro Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto para su gobierno.

- El Dr. J.M. SANGUINETTI presentó al Dr. J. BATLLE y a J. PACHECO ARECO el documento que será las bases de negociación con la oposición para obtener la gobernabilidad en el futuro gobierno.

**C.- ENCUENTRO PROGRESISTA**

- El Dr. Tabaré VAZQUEZ presentó a la Comisión Política del E.P. la base de un documento que presentará al Presidente electo Dr. J.M. SANGUINETTI para negociar la participación de dicho grupo en el gobierno.

- El Dr. VAZQUEZ apoya la iniciativa de que el E.P. integre Entes Autónomos y Organos de Contralor en el próximo gobierno.

**1.- Intendencia Municipal de Montevideo.**

- El Intendente electo Mariano ARANA dejó pronta la reestructura municipal que se llevará a cabo a partir del 15/FEB/95. En dicha reestructura se fusionan el Departamento de Cultura y el Departamento de Turismo, se suprime el Departamento de Actividades Productivas, Casinos pasa al sector de Recursos Financieros y Hoteles del Estado se privatizan, Obras y Servicios pierde las Divisiones de

001/7

9500794

Limpieza y Saneamiento que pasa a la Unidad Central de Planificación.

- Alverto ROSELLI fue nombrado por el Arquitecto Mariano ARANA como director de Descentralización para el próximo gobierno municipal.

#### D.- GUBERNAMENTALES

- El presidente Luis A. LACALLE tras un accidentado vuelo llegó a la Base Gral. Artigas en la Antártida en la última visita en su carácter de presidente. Su comitiva estaba integrada por el Cte. en Jefe del Ejército Tte. Gral. Daniel GARCIA, el Ministro Antonio MERCADER, el Intendente de Paysandú Jorge LARRANAGA, el Embajador de EE.UU. en Uruguay Thomas DODD, entre otras autoridades.

A su regreso, se reunió con el canciller de Israel Shimon PERES que se encontraba en nuestro país de visita Oficial en el marco de una gira que abarcó Venezuela, Argentina y Uruguay. En el breve contacto mantenido con la personalidad visitante el Presidente reafirmó el "fuerte compromiso nacional y personal con la causa de ese país" y "con la colectividad judía"

#### E.- ESCRUTINO

- Terminado el segundo escrutinio de los votos de las elecciones nacionales de todo el país, el Partido Colorado triunfó por 22.799 votos sobre el Partido Nacional. El cómputo de los "votos observados" amplió la ventaja del Partido Colorado en 554 votos sobre el Partido Nacional y éste en 6.502 sobre la ventaja obtenida ante el Encuentro Progresista en el escrutinio primario.

- La Junta Electoral de Montevideo proclamó 42 diputados de los 45, 3 de los cuales deberán esperar a que los proclame la Corte Electoral en el tercer escrutinio, así como también los Ediles, Intendente y los integrantes de la Junta Electoral del Departamento.

De los 42 Diputados proclamados por la Junta Electoral

19 pertenecen al E.P., 11 al P.C., 9 al P.N. y 3 al N.E..

También se proclamó el Arq. Mariano ARANA como Intendente Municipal y a los 31 miembros de la Junta Departamental de Montevideo de los cuales 16 son del E.P., 7 del P.C., 6 del P.N. y 2 del N.E..

La Junta Electoral de Montevideo quedó compuesta por 3 integrantes del E.P., 1 del P.C. y 1 del P.N.

- Las Juntas Electorales de los restantes Departamentos también proclamaron a sus representantes Departamentales en todo el país. En algunos Departamentos se espera el tercer escrutinio para saber si la Corte Electoral le

adjudica por coeficiente alguna banca más a la Cámara de Diputados.

## II.- CAMPO SICOSOCIAL

### A.- SECTOR GREMIAL

#### 1.- Central Obrera (PIT CNT)

- El 12/ENE la central entregó al gobierno electo, un documento conteniendo el diagnóstico sobre la situación del país y las bases para un futuro diálogo. Plantea la preocupación por la política salarial, cuestiona la crisis existente en el mutualismo, la situación en materia de vivienda donde manifiesta la existencia de una importante carencia habitacional, se exige la regularización del mercado de alquileres, plantea el tema de reforma del estado y las privatizaciones.

La intención de entregar este documento "es que cuando se produzca la entrevista con el Dr. Julio María SANGUINETTI, este ya esté en conocimiento de las aspiraciones del movimiento sindical".

#### 2.- Compañía del Gas (UAOEGAS)

- El 09/ENE/95 el Ministerio de Industria Energía y Minería, otorgó en arrendamiento la Compañía del Gas a la Empresa GASEBA por el lapso de 30 años.

Ante esta situación los trabajadores resolvieron en asamblea mantener en todos sus términos el conflicto que habían comenzando en el año 1992, no permitir el despido de los trabajadores, rechazar el plazo de 5 días para firmar el documento que se les está entregando por parte del directorio, para el traspaso a la Empresa GASEBA de su contrato laboral. La gremial presentó a GASEBA, un documento de once puntos, en el cual exige el cumplimiento de los derechos adquiridos por los trabajadores en cuanto a las libertades sindicales y garantías para los usuarios.

La empresa entregó en respuesta al sindicato otro documento, donde ratifica el compromiso de incorporación a su planilla a todos aquellos empleados que se encuentran con contrato vigente, y que el mismo será mantenido respetando antigüedad, categoría, beneficios, etc.; asegurando el pleno respeto de la libertad sindical.

El gremio junto al PIT CNT exige se ponga a conocimiento público el Contrato de Arrendamiento.

Si bien el conflicto continúa en todos sus términos, el diálogo entre las partes se mantiene buscando zanjar las diferencias planteadas.

### 3.- Asociación de Maestros del Uruguay (ADEMU)

- La Presidenta de Primaria, Rosa MARQUEZ, señaló la posibilidad de sanciones a los docentes de Montevideo que no acataron la resolución del CODICEN de postergar el fin de curso en 1994 por una semana. ADEMU, a través de la dirigente, Daysi IGLESIAS calificó de "disparatadas" las afirmaciones, y aseguró que si esto ocurre se verá afectado el comienzo de los cursos en 1995, como rechazo a esta medida. Los maestros afectados por esta resolución serían entre 300 y 400.

### 4.- Organización de funcionarios de PLUNA (OFPLUNA)

- Dentro del conflicto que mantiene el gremio, los trabajadores del ente estarían dispuestos a aceptar una reestructura de la compañía estatal que suponga la creación de una empresa mixta y en ese sentido profundizar los contactos políticos tendientes a lograr el consenso necesario.

## III.- CAMPO ECONOMICO

- La crisis financiera mejicana que surgió en la primera quincena de enero, amenazó con expandirse a todo el continente con repercusiones en la bolsa de valores de la mayoría de los países latinoamericanos ante la desconfianza generada en los inversores. En nuestro país el mercado bursátil se mantuvo en calma, aunque afectó el flujo de turistas provenientes de Argentina que presentó signos de inestabilidad económica ante la situación planteada.

- Técnicos del FMI y asesores del gobierno electo mantendrán el 17/ENE/95 la primera reunión oficial. La misión recogerá las primeras proyecciones de la economía uruguaya para 1995, trazada por los técnicos entrantes. Un segundo grupo vendrá tras el cambio de administración.

- Chile y Bolivia ratificaron el 02/ENE su intención de asociarse al MERCOSUR negociando las respectivas zonas de libre comercio. El planteo fue formalizado en la cumbre presidencial que se cumplió en Brasilia en oportunidad de la asunción de Fernando H. CARDOZO a la presidencia de Brasil.

- Durante la primera semana de 1995 se produjo una reducción del 1.8% en el ingreso de turistas al Uruguay. Entre el 1º y el 8/ENE ingresaron al país 90.300 pasajeros, en tanto en igual período de 1994 lo hicieron 98.000. Las estadísticas muestran un incremento de 21.4% en ingresos de pasajeros provenientes del Brasil y un descenso de 4,2% de Argentina. Se destaca el aumento de 16,8% en el ingreso de viajeros

originarios de otros países.

- La inflación del año 1994 se ubicó en 44,1%. Esta cifra representa una disminución respecto al 1993 que fue de 52,86% y es el guarismo mas bajo de la última década. Sin embargo no se logró la meta inflacionaria del 35% que se había proyectado para el presente año y la tendencia del presente mes del 4% indicaría un rebrote inflacionario en los próximos meses.

- La tasa de desempleo descendió al 9,3% en el trimestre móvil SET/NOV del pasado año (en el trimestre anterior fue 10,4%), aunque la desocupación aumentó respecto de igual lapso de 1993 cuando la tasa se situaba en 7,9%.

- La devaluación del ejercicio 1994 ascendió a 26,82% cumpliéndose las metas que el equipo económico se había fijado para el presente ejercicio.

- Las Reservas Internacionales netas del BCU volvieron a aumentar el pasado mes de diciembre; como consecuencia de ello, el año 1994 cerró con un nivel de U\$S 1.438 millones. Este comportamiento refleja que la situación en el balance de pagos se mantiene en términos positivos pese al déficit de la balanza comercial de bienes.

- El Poder Ejecutivo fijó el nuevo salario mínimo nacional en \$U 525 así como el monto de la Asignación Familiar en \$U 42 a partir de 01/ENE.

#### IV.- CAMPO MILITAR

##### A.- MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR

- El Senador electo por el MPP Helios SARTHOU, se opone a que la coalición de izquierda integre los directorios de los entes autónomos y servicios descentralizados; para ello dijo que "es necesario coincidir enteramente con la política general del país".

- En declaraciones a la prensa, SARTHOU manifestó con respecto a la tradicional alternativa de hacer la revolución mediante la lucha armada, que "hay una tercera vía que es la de actuar en el marco de la legalidad institucional, de manera revolucionaria". Asimismo consideró que dentro de la izquierda "hay dirigentes que colaboran con proyectos de la derecha, ayudando a silenciar a la fuerza popular".

005

9500794

## B.- U N I R

### 1.- Movimiento 26 de Marzo

- "Sin Comités de Base actuando, no hay Frente Amplio", fueron palabras del dirigente Eduardo RUBIO al ser consultado sobre el papel que entiende deben cumplir los Organismos de Base frenteamplistas en las etapas futuras. Asimismo señaló que "faltó un definido papel de las militancias del FA en sus Comités de Base, en lo que tiene que ver con el impulso en el Programa de Gobierno".

## C.- OTROS

### Frente Obrero Popular (FOP)

- En artículo de prensa el FOP emitió una declaración en la cual manifiesta su desacuerdo con el presidente electo Julio M. SANGUINETTI, considerando que "los trabajadores y el pueblo oriental enfrentarán una nueva etapa de lucha".

## D.- INSTITUTO POLICIAL

- Dos personas, una de ellas con Jerarquía Policial, fueron procesadas por el delito de "extorsión", como consecuencia de una maniobra abortada por la Policía, que impidió la transferencia a territorio brasileño de "cruzeiros reales" adulterados, por una suma equivalente al millón de dólares.

- Fuentes policiales manifiestan cierto malestar en la "familia policial", lo cual podría determinar un nuevo conflicto. Según dichas fuentes el personal policial reclamaría un aumento salarial del 200% sobre lo percibido a partir de MAR/95 y la restitución de todos los policías dados de baja en el conflicto de 1992.

- El Mtro. GIANOLA desestimó las versiones de una movilización policial, admitiendo que la situación salarial es "insostenible", manifestando también que en su opinión una de las prioridades del Gobierno electo debe ser un presupuesto que contemple la situación del personal policial.

- El Inspector Principal (r) Luis Alberto LOBATI (ex Jefe de Policía de Dpto. de San José), quien integra la Lista 904 del Partido Nacional y uno de los ocho redactores de la Ley Orgánica Policial actualmente vigente, realizó un Informe en el cual analiza pormenorizadamente la situación de "inseguridad" que "en cierto modo vive la población". Asimismo enfatizó en la necesidad de una legislación actualizada que "aporte armas legales a la Policía".

006

9500794<sup>6</sup>



- Fue procesado por la Justicia Penal (06/ENE) el Sgto. (PA) Juan C. LUCAS ACOSTA, ex Encargado de la Cárcel de Lavalleja, por abuso de autoridad y lesiones contra un recluso, luego de un intento de amotinamiento. La resolución judicial fue dictada por el Juez de FERIA Dr. ALEJANDRO RECAREY.

El Mtro. del Interior Angel M. GIANOLA viajó expresamente a dicha Ciudad para brindar su apoyo al procesado.

- El Juez Letrado Departamental de Soriano, Dr. José SANTA ROSA, se encuentra investigando distintos ilícitos económicos, que se vienen denunciando en la Ciudad de Cardona (a consecuencia de juegos clandestinos) y que van desde extorsión, usura y estafa hasta el delito de homicidio. Como consecuencia de las investigaciones fueron procesadas hasta el momento ocho personas, entre las que se encuentran el Director de Investigaciones de la Jefatura de Policía de Soriano y dos funcionarios policiales.

A solicitud del Juez interviniente, el Mtro. del Interior nombró una Comisión de la División Homicidios para concurrir a la citada Ciudad, encabezada por el Subcomisario RODRIGUEZ TITO, para apoyar las actuaciones judiciales que puedan determinar nuevos procesamientos.

#### E.- FF.AA.

- El Tte. Cnel. (r) José Nino GAVAZZO, fue procesado por el delito de "extorsión", con relación a falsificación de moneda brasileña.

- Con respecto al recientemente publicado "Manual de Operaciones del Ejército", que define como objetivo principal del arma "asegurar la conservación del orden y la tranquilidad interna, la paz, la integridad del territorio; defender la Constitución y las Leyes, cuando sean amenazadas o afectadas por un movimiento subversivo"; el Gral. (r) Víctor LICANDRO sostuvo que le "extraña que el mismo haya sido aprobado por el Cte. en Jefe, cuando lo normal es que sea presentado y avalado por el Poder Ejecutivo".

- En un discurso pronunciado en La Habana (Cuba) ante Fidel CASTRO, el Tte. Cnel. (r) Hugo CHAVEZ (quien encabezara dos rebeliones militares en Venezuela en 1992), reveló que durante su estadía en Uruguay en Octubre de 1994, mantuvo contactos con un "emisario secreto" de Oficiales activos del Ejército que se llaman "Los Soldados Artiguistas". Asimismo aseguró que trabaja en un Proyecto "estratégico de largo plazo", para el cual ya ha entrado en contacto con centros de estudio de Uruguay y otros países latinoamericanos.

007/7

95007947

Nº DOCUMENTO

TÍTULO *ONU levanta bloqueo a la ex-Yugoslavia el 5/10/94*

PROCEDENCIA *150483*

FECHA DE PROMEDIACIÓN *6-10-94*

VINCULACIONES *SD1889*  
*SD7685*

*Júbilo en Belgrado ante la apertura del aeropuerto tras 845 días de aislamiento*

## ONU levantó el bloqueo a la ex Yugoslavia

*Belgrado. Ante la apertura del aeropuerto, todos los diarios belgradenses aplaudieron ayer el levantamiento del telón al bloqueo internacional que, por su responsabilidad en la guerra de Bosnia, había interpuesto la ONU entre Serbia y Montenegro y el resto del mundo y que entró en vigor hace 845 días.*

**D**el avión de la aerolínea rusa Aeroflot, que debía ser el primero en tomar tierra en el aeropuerto de Surcin-Belgrado ayer, descendería el viceministro de Asuntos Exteriores de Rusia, Vitali Churkin.

Entre tanto júbilo resalta el tono oscuro del diario independiente Borba que advierte que si Serbia viola sus promesas de aislar y bloquear a los rebeldes serbobosnios, las sanciones se restablecerán en cinco días.

### Opinión de observadores

Los observadores comentan que la información de radar y los radiotelefonos militares siguen funcionando entre el alto mando serbobosnio de Han Pijesak, 40 kilómetros al norte de Sarajevo, y el estado mayor de Belgrado, pero el presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, ha cumplido su promesa de cortar las líneas civiles.

No se ha prestado mucha atención a la revista belgradense Nova Nada, que asegura de "fuentes excelentes" que el jefe del estado mayor de Yugoslavia (Serbia y Montenegro), general Momcilo Perisic, habría dimitido, en desacuerdo con el presupuesto. ●

que no ha logrado sobre el decisivo tapete verde de las conferencias de Londres, La Haya, Ginebra y Nueva York, las mismas victorias que obtuvo en el campo de batalla con su enorme superioridad militar sobre croatas y bosnios musulmanes. Empieza a dispararse en Belgrado

el humo de ese bloqueo que un comentarista calificaba de "bombardeo estratégico con sordina" que ha destrozado la economía serbia, paralizado el 80 por ciento de la industria y lanzado al paro real a más del 50 por ciento de la población.

También ha habido un impresionante alza de la mortandad infantil y de ancianos, por falta de medicamentos que el gobierno no importó por escasez de dinero destinado a la causa militar serbobosnia.

La población serbia creyó en 1991 y 1992 que sería muy fácil

doblegar a los secesionistas croatas y bosnios y crear lo que irónicamente se llamaba una "serbioeslavis" en vez de la Yugoslavia federal de seis repúblicas.

Pronto entendería que los croatas y los musulmanes bosnios estaban dispuestos a defenderse y que más habría valido pactar una confederación que entrar en una guerra de secesión que ha extenuado a serbios croatas y musulmanes y diezmado a estos últimos. ■ *(De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE)*

● Tampoco ha ensombrecido la "fiesta del aeropuerto" la noticia confirmada de que han sido destituidos el comandante de la Marina, contralmirante Doycilo Isakovic, y el general jefe de la primera región militar, Yevrem Cokic, "por reunir las condiciones necesarias para su paso a la situación de reserva".

Este jueves, un avión serbio saldrá para Moscú a devolverle la visita a la "madre Rusia", que según declaró hace un tiempo el ministro de Exteriores serbio-yugoslavo, Vladislav Jovanovic, "unas veces nos ha dejado en la estacada y otras muchas nos ha ayudado".

En su declaración por radio, Jovanovic declaró ayer que el principio del fin del bloqueo constituye una victoria de "la línea pacificadora de la política serbia".

El ministro aseguró que la apertura del aeropuerto desencadena la cuesta abajo del fin global de las sanciones económicas contra Yugoslavia, y que pronto se levantará el bloqueo petrolero y comercial.

Eso implica que Serbia estaría dispuesta a reconocer la integridad territorial de Croacia y Bosnia, y aceptar la necesidad de que los rebeldes serbios de esas repúblicas depongan las armas y pacten un estatuto de autonomía con Zagreb y Sarajevo.

Belgrado trata de vestir de euforia los tonos tristes del fracaso de la teoría mesiánica de la Gran Serbia,

01-01

9500796

TÍTULO: *Disputa ONU y OTAN por el uso de la fuerza en Bosnia*

PROCEDIMIENTO: 150014

FECHA DE PROMEDIO: 18-10-94

VINCULACIONES: 501989

508062

507685

507697

# *Jur 18/10* **DIFERENCIAS POR EL USO DE LA FUERZA EN BOSNIA**

*Las Naciones Unidas (ONU) y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) no resolvieron ayer, lunes, todas sus diferencias sobre el uso más agresivo de la fuerza aérea en Bosnia-Herzegovina, reclamado por la Alianza Atlántica.*

**S**e limaron algunas diferencias y se clarificaron las posiciones respectivas, dijeron fuentes de la ONU, al comentar la reunión ayer entre una delegación de la OTAN y altos cargos de la ONU y de su fuerza de paz en la región (UNPROFOR).

El grupo de la OTAN, encabezado por Anthony Cragg, secretario general adjunto para planificación de defensa, se reunió dos horas para un «intercambio de puntos de vista» con Kofi Annan, jefe de operaciones de paz de la ONU, y dos jefes de UNPROFOR, incluido su comandante, el general francés Bertrand de Lapresle.

La delegación de la OTAN se fue la misma tarde de ayer e informó de lo discutido al nuevo secretario general de la Alianza, Willy Claes. Habrá más contactos en el futuro, dijeron las fuentes.

El Consejo Atlántico de la OTAN, cuya credibilidad ha sido socavada por el simbolismo y escasez de sus acciones en Bosnia, decidió hace poco una serie de cambios para un uso más agresivo y creíble de la fuerza aérea contra los combatientes que violen las zonas de exclusión u otros acuerdos en la región.

La OTAN quiere que no haya aviso previo a los combatientes antes de un ataque aéreo y que estos ataques tengan lugar lo más rápido posible tras las violaciones.

También propuso que junto con UNPROFOR se autoricen un mínimo de cuatro objetivos a atacar y que sean los pilotos o comandantes de la Alianza Atlántica los que decidan cuál de ellos atacar «en base a consideraciones tácticas».

Ciertos «aspectos» de las propuestas de la OTAN «me crea problemas», dijo el secretario general de la ONU, Butros Gali, en una carta a la Alianza Atlántica, a la que invitó a enviar una delegación a Nueva York para discutirlo.

Antes de la sesión, funcionarios de la ONU habían expresado sus objeciones a la selección de cuatro objetivos, y les resultaba también muy problemática la propuesta de no dar preaviso a los combatientes, si bien dijeron que en ese punto quizás se podría llegar a una fórmula de compromiso.

Estas posiciones fueron expresadas ayer a los representantes de la OTAN, dijeron fuentes de la ONU, que no quisieron decir en qué puntos pudo haber un acercamiento de

puntos de vista.

La ONU está «muy limitada en lo que puede hacer militarmente sin hacer peligrar su neutralidad», subrayaron las fuentes.

El gran temor de la ONU y UNPROFOR son las represalias de los

combatientes, sobre todo de los serbobosnios, contra los cascos azules desplegados en Bosnia.

El embajador bosnio musulmán ante la ONU, Mohamed Sacirbey, acusó hoy a UNPROFOR de no hacer nada que pueda ocasionar

represalias de los serbobosnios y de tolerar de éstos una serie de violaciones en las zonas de exclusión y seguras.

Los serbobosnios, aislados por las nuevas sanciones de la ONU y

el bloqueo que les impuso su antiguo protector, el presidente serbio Slobodan Milosevic, por rechazar el plan de paz y el mapa del reparto territorial de Bosnia, han amenazado con pedir la salida de los cascos azules de las zonas controladas por sus fuerzas, o sea, del 70 por ciento del país, y eso acabaría con UNPROFOR.

Cómo salir del punto muerto al que se ha llegado por el rechazo de los serbobosnios al plan de paz, se discute aquí esta semana.

Los expertos del Grupo de Contacto (EEUU, Rusia, Francia, Reino

Unido y Alemania) iban a explorar hoy «arreglos institucionales» del plan de paz que permitan más vínculos entre los serbios de Bosnia y de Croacia con Belgrado, dijeron fuentes diplomáticas.

El Grupo de Contacto se reunirá el próximo miércoles aquí a

nivel de directores políticos para hablar también del conflictivo asunto del cese del embargo de armas a los musulmanes bosnios.

Según un acuerdo con el Congreso estadounidense, el presidente

de EEUU, Bill Clinton, tiene hasta fin de mes para proponer al Consejo de Seguridad de la ONU una resolución sobre el cese del embargo de armas a los musulmanes bosnios.

Rusia y los europeos se oponen a eso y dicen que, de producirse, UNPROFOR tendría

que irse, con lo que se reanudaría la guerra a plena escala en Bosnia.

En un acuerdo de principio, el mes pasado se decidió posponer

seis meses el eventual cese del embargo, pero EEUU sigue queriendo

una resolución «que deje claro» que si en seis meses los

serbobosnios no han aceptado el plan de paz, la ONU «levantaría inmediatamente el embargo», dijeron hoy fuentes del Departa-

mento

de Estado.

El secretario de Estado, Warren Christopher, dijo a la prensa

que tuvo una «buena discusión» sobre Bosnia con el ministro de Asuntos Exteriores ruso, Andrei Kozyrev, y prometió «cooperar» en

el Grupo de Contacto para buscar una solución «a esta situación muy difícil» en Bosnia, aunque no dio más precisiones.

01-01

9500797

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROVENIENCIA 9-10-94

VINCULACIONES

501889

507625

## Se Reanuda Puente Aéreo a Sarajevo

GINEBRA y BELGRADO, 8 (ANSA y AP). - Mañana se reanuda el puente aéreo humanitario hacia Sarajevo, interrumpido hoy luego de los ataques cometidos ayer contra dos aparatos de la UNPROFOR anunció en Ginebra un vocero de la ACNUR, el Alto Comisariado de las Naciones Unidas para los refugiados.

El vocero precisó que mañana se prevén unos veinte vuelos con ayudas alimenticias y medicinas para la población de la capital bosnia, donde los depósitos de mercaderías están prácticamente vacíos.

El puente aéreo con Sarajevo se había reanudado ayer tras dos semanas de interrupción. Cuando sobre dos de sus aviones fueron disparados agujeros de proyectiles disparados por armas livianas, la UNPROFOR dispuso una nueva interrupción. El portavoz precisó que no fue posible verificar quién disparó contra los aviones.

En tanto, el alcalde de Sarajevo pedirá a las Naciones Unidas una escolta armada para los aviones de la ciudad, tres de los cuales fueron alcanzados por los francotiradores serbio-bosnios que provocaron un muerto y once heridos entre los pasajeros.

Un vocero de la Unprofor declaró que proveyó de una zona controlada por los serbios, al fuego de franco tiradores que en pleno centro de Sarajevo provocaron hoy al menos un muerto y 11 heridos entre los pasajeros de tres aviones.

Los tiros provenían de la zona del cementerio judío de la ciudad, que está en manos a los serbios, dijo el oficial de la UNPROFOR Hervé Lampron. El portavoz agregó que los responsables del contingente ONU están tratando de

acabar hasta sus últimas consecuencias las responsabilidades del ataque.

El tiroteo fue duramente condenado por Yasushi Akashi, el emisario especial de las Naciones Unidas, que en una nota hecha difundir en Sarajevo deploró "este ataque flagrantemente e intencionalmente contra civiles".

Akashi había condenado también la matanza de cuatro enfermeros y 16 milicianos serbio-bosnios, cometida el miércoles por la noche en una operación llevada a cabo por las fuerzas musulmanas.

Hoy, en tanto se realizaron los funerales de algunos de los 20 serbio-bosnios muertos.

Por otra parte, para el millón de habitantes de la autoproclamada república serbio-bosnia la vida cada día es más difícil, sobre todo desde que el pasado 4 de agosto también Serbia les abandonó y decretó el embargo contra ellos por no querer aceptar el plan de paz internacional.

El "gobierno" de Pale, la ciudad los serbio-bosnios consideran su capital, decidió lanzar algunas iniciativas de emergencia. En muchas ciudades, por ejemplo, se distribuyen cupones que tienen el valor de moneda y con los cuales los ciudadanos pueden adquirir bienes en algunos mercados.

Los cupones sin embargo no sirven para pagar nada más y hacer frente a los gastos cotidianos es cada vez más difícil. El último sueldo que los organismos públicos distribuyeron fue el de julio.

Además el "parlamento" decidió hace dos días aprobar una ley que prohíbe llevar o enviar cualquier tipo de comida, productos higiénicos, tabaco y cigarrillos fuera del país. Todo debe servir para el consumo interno.

OSAD JEUO.

01-01

9500798

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENC 150024

FECHA DE P. F. EN 10-10-94

VINCULACIONES

501889

65709

66860

## Llegan militares de Chile, por la paz

Militares de la Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos de Chile arribarán hoy a la Argentina para participar de un seminario sobre Fuerzas de Mantenimiento de Paz.

La delegación trasandina estará encabezada por el director del instituto, brigadier general Javier Salazar Torres, a quien acompañarán oficiales superiores y docentes, según fuentes castrenses.

El Estado Mayor Conjunto argentino subrayó que esta visita constituye un paso más en el continuo acercamiento que han experimentado últimamente las relaciones militares entre ambas naciones.

El ministro de Defensa, Oscar Camilión, y el jefe del Estado Mayor Conjunto, general Mario Cándido Díaz, mantendrán un encuentro con los jefes militares chilenos para conversar sobre convenios de cooperación.

El seminario sobre Fuerzas de Mantenimiento de Paz es organizado por las Naciones Unidas, y además de los militares chilenos participarán miembros del Curso Superior de las Fuerzas Armadas argentinas.

Los visitantes regresarán a Chile el viernes, y durante su permanencia en Buenos Aires recorrerán unidades militares y organismos castrenses con asiento en esta Capital y el conurbano.

01-01

9500799

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

*Reclamo de Venezuela por un puesto permanente en Brasil en Cons.  
de Seg. en A. Grol.*

PROCEDENCIA 150093

FECHA DE PROCEDENCIA 1-10-94

VINCULACIONES

*507889*

*67380*

*507482*

*12576*

## Brasil al Consejo de Seguridad

Naciones Unidas (IPS)

El presidente de Venezuela, Rafael Caldera, reclamó ayer un puesto permanente para Brasil en el Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), al hablar ante la Asamblea General.

«Esperamos modificaciones como la ampliación de la representación permanente, dándole un puesto seguro al Brasil, en el Consejo de Seguridad. Latinoamérica tiene derecho a esta posición por su fortaleza espiritual y su actitud constante en pro de la libertad y amistad

entre los pueblos», dijo.

Caldera fue el único mandatario, hasta el momento, que se expresó tan explícitamente en favor de la candidatura de Brasil que fue anunciada formalmente por el canciller Celso Amorim, al abrir las sesiones de la Asamblea General el lunes pasado.

El presidente de Argentina, Carlos Menem, dijo que la representación latinoamericana ante el Consejo debía discutirse, dejando una puerta abierta para que su país pueda presentar su candidatura, cuando se concrete, la reforma del organismo.

Por su parte, el mandatario

mexicano, Carlos Salinas, indicó que correspondía a la administración del presidente electo Ernesto Zedillo determinar si México aspirará a un puesto permanente en el Consejo.

Caldera afirmó que la política exterior de su país estaba orientada a la promoción de la paz, por lo cual «Venezuela no dio su apoyo a la intervención militar en Haití, aún reconociendo que la ONU le invistió un soporte multilateral e institucional».

60 REP. 11 OCT 94

01-01

9500800

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Libro uruguayos viajeros a Argelia*

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PRESENTACIÓN 3-10-84

VINCULACIONES 501889

507466

507422

## Militares uruguayos viajarán a Argelia

3-10-84 *halla*

### ● Integrarán el batallón de Naciones

Una vez que se produzca el retorno de los efectivos militares uruguayos que integran el contingente de Naciones Unidas apostado en Mozambique, se integrará el batallón que se trasladará a Argelia.

Sin duda que en los últimos años y tras las primeras misiones efectuadas por efectivos ur-

guayos estos se han ganado un lugar de consideración en el concierto internacional, al punto que continúan recibiendo en nuestro país proposiciones para integrarse a misiones de paz de las Naciones Unidas.

Ahora las posibilidades son sobre la base de un pedido de integrar un batallón el que se trasladará a Argelia.

La unidad sería integrada una vez que se produzca el retorno al país de los efectivos que están en Mozambique, y tras los trámites de rigor ante el Poder Ejecutivo y el Poder Legislativo, los militares compatriotas estarían en condiciones de trasladarse a Argelia.

Esta sería la tercer misión de paz con esta cantidad tan importante de efectivos uruguayos, tras las realizadas a Camboya y Mozambique.

A pesar de lo controvertido del tema, pues ya se han alzado diversas voces, fundamentalmente en el ámbito parlamentario, que se oponen a este

tipo de misiones para nuestros militares en razón de las muertes que se han producido, se estima que los efectivos castrenses uruguayos continuarán participando de este tipo de actividades, por dos tipos de razones.

Primero que ofrecen una experiencia que de otra forma no tendrían los militares uruguayos, y por el otro les permite a sus participantes al término de la misión hacerse de una importante cantidad de dólares, lo cual sin duda interesa a los efectivos que últimamente han visto decrecer en forma importante sus retribuciones.

01-01

9500809



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROMULGACIÓN 14-10-94

VINCULACIONES

501889

507466

507470

## Mil efectivos del Ejército irían a Angola

El EJÉRCITO URUGUAYO contribuirá a comienzos del año próximo con un batallón de mil hombres a la misión de paz que la Organización de las Naciones Unidas (ONU) llevará adelante en Angola, de culminar exitosamente la negociación de los acuerdos de paz en curso, dijeron a *El Observador* fuentes castrenses.

El tema fue analizado días atrás por oficiales uruguayos y funcionarios del organismo internacional y, de no alterarse el proceso por la obtención de la paz en curso, los efectivos uruguayos partirían hacia el país africano en enero o febrero de 1995.

De concretarse será la tercera vez que Uruguay envía un batallón a una misión de paz de la ONU y el contingente de mayor cantidad de efectivos afectado a una tarea de ese tipo. El batallón que concurriría a Angola tendría 1.000 efectivos, según lo conversado con el organismo internacional, mientras que los remitidos a Camboya y Mozambique tuvieron, como promedio, 850 hombres.

Paralelamente, el Ejército aceptó enviar observadores a la República ex soviética de Tadjikistán, lo que concretará en los próximos días. El envío de observadores a la República de Georgia fracasó, al haberse hecho cargo Rusia de la misión, dijeron las fuentes consultadas.

01-01

9500802

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Misión de Paz en MOZAMBIQUE*

PROCEDENCIA

150007

FECHA DE PROCEDEN

11/10/94

VINCULACIONES

501889

507466

507625

*al 18/10/94.*

*mayor tres oficiales  
policia*

### A Misión de Paz en Mozambique: Viajan Tres Altos Policías



Insp. Pnel. Wilson Gíñares

Tres altos oficiales del Ministerio del Interior permanecerán en Mozambique durante tres semanas en calidad de observadores.

Los inspectores Principales Wilson Gíñares y Roberto Zorrino (este en situación de retiro) y el Mayor Artigas Lema (secretario personal del Jefe de Policía de Montevideo) partirán hacia la castigada nación africana el próximo martes 18 y de inmediato se integrarán a la Misión de Paz dirigida por las Naciones Unidas, de la que participa, como se sabe, un importante contingente de soldados uruguayos.

*X*

01-01

9500803

Nº. DOCUMENTO

TITULO

*Un mayor y 2 Capitanes ucranianos portados a*

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDEN

*19-10-94*

VINCULACIONES

*507887*

*507466*

*15885*

*507357*

*GEORGIA*

### Militares a Georgia

Un Mayor y dos Capitanes del Ejército nacional partieron a la República de Georgia para integrarse al grupo de observadores militares desplegados en la mencionada ex República soviética.

El mes pasado un Capitán compatriota fue transferido a esta nación desde la República de Liberia, por lo que ahora son cuatro los observadores militares de nuestro país en ese escenario.

El actual despliegue de nuestro ejército en operaciones de mantenimiento de la paz comprende a 108 integrantes personal superior y 794 personal subalterno los que se encuentran desplegados por el Sahara Occidental, Mozambique, Siria, Irak, Kuwait, India, Pakistán, Liberia, Ruanda y Georgia.

#### LLEGA MILITAR ESPAÑOL

En otro orden cabe consignar que mañana arribará a nuestro país el Jefe del Estado Mayor del Ejército Español, Tte. Gral. José Faura Marín, quien viene acompañado por un Oficial General, un Oficial Superior y dos Jefes, los que visitarán oficialmente nuestro país y en particular reparticiones del Ejército Nacional.

01-01

9500804

N. DOCUMENTO

TÍTULO *Consultor permanente de UNICEF sobre el futuro de la niñez*

PROCEDENCIA 150518

FECHA DE PROCEDENCIA 5-10-94

VINCULACIONES 501889  
501890  
66860

Por Claudia Selser

Ahora que el mundo, en general, ha reducido la mortalidad infantil, es hora de preguntarse qué vida les espera a los niños que logran cumplir el primer año. Norteamericano, residente en la ciudad de México, Robert Myers es experto en desarrollo infantil y consultor permanente de UNICEF. De paso por Argentina para participar en el seminario-taller organizado por el Ministerio de Educación, dialogó con *Página/12* sobre el futuro de la infancia en el fin de siglo.

¿Por qué tituló su libro "Los 12 que sobreviven"?

Es un juego con el indicador de mortalidad infantil. En 1990 en todo el mundo 1 de cada 13 niños que nacieron moría antes de cumplir un año. Las proyecciones para el año 2000 indican que 19 de 20 niños nacidos (95 por ciento) sobrevivirán hasta el primer año de vida. Sin embargo, en su programación para la infancia, muchas organizaciones internacionales y algunos gobiernos siguen haciendo hincapié casi exclusivamente en reducir aún más la mortalidad

blemas de nutrición, que afectan la atención y concentración del niño en la escuela. Pero, al mismo tiempo, la escuela tiene que prepararse para el niño que llega y, en este sentido, hoy no están todavía a la altura de las circunstancias: tenemos un modelo que es rígido e igual para todo el país; no toma en cuenta problemas de segundo idioma ni problemas nutricionales, ni trabaja con los padres de familia para que apoyen más a los niños. El área de articulación entre niño que entra y escuela que recibe es un área en la que hay que trabajar.

¿Qué incidencia tiene la televisión en los problemas actuales de aprendizaje?

Se dice que la tele tiene una influencia negativa porque el niño está clavado a la máquina en lugar de hacer su tarea. Yo creo que es una definición un poco limitada porque el niño aprende mucho de la tele, también, es cierto; la violencia. Mi impresión es que si tiene efectos es en los dos sentidos: por un lado, puede ser más difícil cumplir con las tareas definidas en forma muy estrecha por la escuela, pero, por otro lado, da más oportunidad de información. Lo que no hacemos es ayudar al niño y su familia a interpretar y matizar los efectos negativos de la televisión, y también

a aprovechar sus aspectos positivos. La escuela aún no aprovecha suficientemente la televisión como una fuente de información y conocimiento que puede aplicar a la enseñanza. La tele es una realidad en nuestras vidas, ¿por qué, entonces, no aprovechar lo positivo y darles herramientas al niño y a su familia para capitalizar su influencia?

¿Cuál es el lugar de los padres?

Si bien se sigue considerando que los padres son los principales responsables para la vida de los niños, cada vez hay más conciencia de que se requieren instituciones sociales para asumir parte del rol de los padres, como por ejemplo en el caso es que ambos trabajen o que las madres sean jefas de hogar. Esto no quiere decir suprimir el rol de ellos o darles una excusa para no asumir su responsabilidad, porque la casa es un ambiente de aprendizaje importante y una fuente de socialización distinta de la escuela oficial. Por eso tenemos que buscar la colaboración entre la escuela y la comunidad, específicamente la familia, y no sólo en exigir que los padres pinten las paredes de la escuela, sino más bien que participen del sistema educativo.

¿Los programas se dirigen sólo a los ni-

ños más carenciados?

Existe la sensación, también en la Argentina, de que lo que importan son los niños de la calle, como algo para mostrar en los medios y denunciar. Pero hay muchas cosas que no se han hecho antes y que producen la salida de los chicos de la casa. No tenemos sólo que atacar el síntoma. La Convención de los Derechos del Niño, ratificada por unos 650 países de todo el mundo entre los cuales está la Argentina, afirma que el niño tiene derecho a sobrevivir y a desarrollarse, y que a estos derechos corresponden deberes de los padres o, en el caso en que éstos no puedan, a los Estados.

¿Los Estados cumplen con esto?

Hay esfuerzos, pero mucho de lo que hacen queda a nivel de discursos. Si bien hay programas, muchas veces no tocan el problema a fondo, porque no se corresponden con condiciones sociales más amplias, en parte por nuestras propias tendencias burocráticas y también porque los gobiernos quieren mostrar números grandes y realizan grandes campañas que terminan quedándose ahí: sólo campañas. Estas dificultades tienen muchas razones, incluso las relacionadas con una justificación económico-política neoliberal que no deja presupuesto para programas justamente en el sector social donde los niños resultan más afectados. Pero, fundamentalmente, hay que decir que hay también una tendencia a ir hacia la emergencia y lo más visible, sin comprender que la emergencia pasa y seguimos en lo mismo. En este sentido, los niños de la calle, que son muy visibles y captan las primeras planas de los diarios, son en verdad un número muy bajo comparado con toda la población de niños en situación de pobreza que sí viven en sus casas.

¿Qué deben hacer los gobiernos al respecto?

En primer lugar, no exagerar el problema, porque las cifras sobre niños de la calle en América latina están infladas, incluso en los casos dramáticos de Brasil y Colombia. Hay un artículo de Fulvio Rosenberg, de Brasil, que muestra cómo se sacan las cifras del aire para jalar presupuestos o por razones políticas para demostrar que se hace algo por un problema visible. Es verdad que existe el problema, aunque sea muy reducido en escala, y la forma de atacarlo es diferenciar entre los niños que tienen de los que no tienen familias, y tratar de lograr la reintegración o su asistencia en programas asistenciales, respectivamente. El espíritu de nuestro trabajo está reflejado inmejorablemente en un poema chino adjudicado a Lao Tse en el 700 antes de Cristo: "Anda con la gente, vive con ella/ Aprende de ella. Ama/ Empieza con lo que ella sabe/ Construye con lo que la gente tiene/ Pero de los mejores líderes, cuando el trabajo esté terminado, la tarea cumplida/ la gente va a decir/ lo hemos hecho nosotros mismos".

α-02

9500805

# "Qué vida les espera a los que sobreviven"

5-10-84 P.12

y prestan poca atención al desarrollo sano y al bienestar general de los sobrevivientes. Yo prefiero hablar de aquellos que sobreviven al primer año y ver cuál es la vida que les espera a esos niños. Ellos han pasado el riesgo de morir, pero ahora viven ¿para qué? Muchas de las condiciones de pobreza y estrés que antes ponían a los niños en riesgo de morir los exponen ahora al riesgo de dañar su desarrollo físico, mental, social y emocional en los primeros meses y años de vida. Y el desarrollo retardado o debilitado en estos primeros años puede afectar toda su vida posterior.

—¿No se trata entonces de problemas de salud?

—Hasta hace unos años, la mayoría de los gobiernos asistidos por los programas de las agencias internacionales pusieron el acento en los aspectos de salud —vacunas, remedios— para los niños. Hoy se piensa más en un enfoque integral de atención de la primera infancia, porque poco a poco la situación tradicional se ha ido modificando por el aumento de la supervivencia de los niños vulnerables, la mayor participación de la mujer en la fuerza de trabajo, los cambios en la estructura familiar, el aumento de las mujeres jefas de hogar y la migración del campo a las ciudades que altera las pautas de crianza. En este sentido, es frecuente ver niños que pasaron sus primeros años corriendo en el campo, en contacto con los animales, y con numerosas actividades que los estimulan, llegar a las ciudades donde su madre pasa todo el día trabajando y quedarse en una casa sin espacio y sin estímulos. Por todo esto hay que poner más énfasis en los 12 que sobreviven, en la calidad de la vida que les espera y no en los que mueren, tanto en la Argentina —donde sobreviven 39 de cada 40 niños (24 por mil)— como en la mayoría de los países del mundo.

—Hablando de estadísticas de Argentina, el Ministerio de Educación llegó a la conclusión el año pasado, luego de tomar examen a 20 mil alumnos de todo el país, que el 70 por ciento de los alumnos de 7° grado y de 5° año no sabe interpretar lo que lee y casi el 80 por ciento de los secundarios no resuelve correctamente las ecuaciones. ¿Cómo pueden leerse estos resultados?

—El problema, obviamente, empieza mucho antes de la escuela. Los niños que no ingresan preparados en la forma en que la escuela piensa que debe prepararse están, desde el inicio, en desventaja. Tampoco la escuela se ajusta, por lo general, a las necesidades de estos niños. En primer lugar, hay que pensar en la preparación del niño para la escuela, esto es la capacitación de habilidades conceptuales, tales como el tiempo y el espacio, necesarias para aprender a leer y escribir y, de ser posible, mejorar el nivel de los mismos padres de familia y la cantidad y calidad del apoyo que dan al niño. En algunos casos, estos déficit pueden deberse a pro-

Experto en desarrollo infantil, consultor permanente de UNICEF, Robert Myers es autor de un libro titulado "Los 12 que sobreviven". Jugó, dice, con un indicador de mortalidad infantil cuando 1 de cada 13 niños moría antes de llegar a cumplir un año de vida. "Cuando han pasado el riesgo de morir, ¿cuál es la calidad de vida que les espera?", se pregunta.

02-02

9500805

Nº. DOCUMENTO

TITULO

UNICEF solicita fondos para HAITI.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROMEDIO 15-10-94

VINCULACIONES

501889

501890

66123

### Unicef solicita fondos para Haití

Puerto Príncipe (IPS)

15-10-94. La Organización de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef) hizo un llamado a la solidaridad internacional con Haití, para que promuevan materiales de estudio, capacitación docente y equipos, alarmado por el ausentismo escolar en la primera semana de clases.

Tras calificar a la educación como "la víctima olvidada" de la crisis política de tres años en el país caribeño, Elizabeth Gibbons, representante de Unicef en Haití, solicitó tres millones de dólares de ayuda de emergencia para iniciar la recuperación del sistema de educación pública en los próximos seis meses.

Unicef atribuyó la baja asistencia a clases a la crisis económica y a la todavía frágil situación política en Haití. Muchos padres no pueden pagar matrículas, materiales y uniformes. La crisis de esta semana es sólo una de las últimas: en nueve años, no hubo en Haití un solo año escolar normal, y desde 1985 se perdieron 28 meses de clases debido a la represión política, indicó Gibbons.

El Estado haitiano no se responsabiliza de la educación de la gente, y 89 por ciento de las matrículas en la escuela primaria se registran en instituciones privadas.

01-01

9500806

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

UNICEF y Supremo

PROCEDENCIA

150029

FECHA DE PROCEDENCIA

18-10-84

VINCULACIONES

507889

507880

507466

11072

Corte de Justicia organiza evento x niñez uruguaya.

## Unicef y Suprema Corte de Justicia organizan evento por niñez uruguaya

Un seminario sobre "La administración de justicia de la infancia y la adolescencia, y los derechos del niño" se realizará en Montevideo los días 28, 29 y 30 de octubre.

Estas jornadas de análisis teórico-prácticas de la normativa nacional e internacional, tienen por objetivo profundizar el conocimiento sobre los instrumentos internacionales relativos a los Derechos del Niño, entre otros temas.

La apertura del evento estará a cargo del representante de la Unicef y del presidente de la Suprema Corte de Justicia de Uruguay, el doctor Luis Torello.

Los especialistas realizarán a lo largo de los tres días diferentes exposiciones. La Doctrina de la Protección Integral del Niño de las Naciones Unidas, estará a cargo del doctor Emilio García Méndez.

Sobre la Experiencia de la Adecuación de la Legislación Nacional a la Convención Internacional en Brasil —Proceso de Reforma Función del juez y Funcionamiento de la Justicia—, hablarán los doctores Antonio Fernando Amaral y Marcel Hoppe.

Asimismo, los doctores Jorge Marabotto y Ricardo Pérez Marique expondrán el desarrollo de todos estos temas en nuestro país.

Temas como la Doctrina de la Protección Integral del Niño de las Naciones Unidas como encuadre general de la Justicia de Menores, la Convención sobre los Derechos del Niño, las Reglas de Beijing, de Tokio y las directrices de Riad, así como el Pacto de San José estarán en el centro de los debates y análisis de los especialistas nacionales e internacionales que se darán cita en nuestro país.

01-01

9500807



N. DOCUMENTO

TITULO *ONU retarda retirada de SOMALIA ya darle protección*

PROCEDENCIA 150483

FECHA DE PROVENIENCIA 17-10-84

VINCULACIONES 501829  
507661

*9 sus tropas.*

### *ONU retarda su retirada de Somalia para darle protección a sus tropas*

NACIONES UNIDAS - El proceso de retirada "ordenada y en condiciones de seguridad" de las 15.000 tropas de la ONU en Somalia tardaría entre 60 y 120 días y requeriría un extenso apoyo aéreo y marítimo para protegerlas contra posibles amenazas, según el secretario general de la ONU, Butros Ghali.

El Consejo de Seguridad propuso que se prorrogue el mandato de la fuerza de paz en Somalia (Onusom) hasta fina-

les de marzo próximo, que era la fecha previamente decidida por el Consejo para poner fin a esa costosa y controvertida misión.

La prórroga propuesta por Ghali tropezará con las oposición de varios países del Consejo de Seguridad y en primer lugar con la posición de Estados Unidos que hace tiempo pidió la retirada de todos los cascos azules de Somalia para finales de este año a más tardar. ■ (EFE)

*X*

*α-01*

*9500808*

DOCUMENTO

El Comité de DDHH de ONU preocupado x desaparición de pers detenidos

PROCEDENCIA 150014

en SAHARA OCC.

FECHA DE PROCEDENCIA 23-10-94

VINCULACIONES 501889

515804

11245

**El Comité de DHH de Naciones Unidas  
preocupado por la desaparición de detenidos  
en el Sahara occidental**

Juv  
23/10

**LAS AUTORIDADES MARROQUIES  
VIOLAN LOS DDHH**

*El Comité de Derechos Humanos de la ONU expresó ayer, sábado, su preocupación por la desaparición de personas detenidas por las autoridades marroquíes en el Sahara occidental.*

A pesar de este problema, en las observaciones generales sobre la situación de los derechos humanos en Marruecos, varios miembros del Comité señalaron con satisfacción haber constatado «signos de apertura y de franqueza» por parte del país magrebí.

Entre estos, destacaron la creación de un Ministerio para los Derechos Humanos y algunas reformas legislativas.

Según el Comité, la reciente amnistía anunciada en Marruecos «abre una nueva página» y representa un paso positivo, «pero queda mucho por hacer» para conseguir una protección suficiente de los derechos humanos y armonizar

la legislación marroquí con el Pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos.

«Las garantías para las libertades públicas son insuficientes», subrayó este organismo, para el que también resulta preocupante que la separación de los poderes legislativo y ejecutivo sea sólo «teórica».

Otro temor expresado por el Comité, compuesto por 18 expertos, es la ausencia de independencia del Poder Judicial respecto al Ejecutivo.

El Comité señaló que «los casos de desapariciones continúan suscitando graves inquietudes y parecen indicar cierta responsabilidad del Estado».

Agregó que los agentes policiales y del orden «actúan a menudo al margen de la ley» y que todavía parecen darse casos de tortura en el interior de las prisiones.

01-01

9500809

DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Se prolonga presencia de ONU en LIBERIA*

*150014*

*21-10-94*

*501889*

*507672*

*12574*

## SE PROLONGA LA PRESENCIA DE ONU EN LIBERIA

*Jun 21/10*  
El Consejo de Seguridad prorrogó ayer unánimemente por dos meses, hasta el 13 de enero de 1995, la Misión de la ONU para Liberia (ONUMIL), y autorizó al secretario general, Butros Gali, a enviar una misión de alto nivel para que examine la situación en el ámbito regional.

En su informe al Consejo, Gali dijo que la situación en Liberia se ha deteriorado hasta el punto de que los países de la Comunidad Económica de Estados del África Occidental (CEDEAO) han retirado o se disponen a retirar sus contingentes de la misión de paz regional (ECOMOG) por carecer de fondos y de esperanzas.

La resolución del Consejo encomió los esfuerzos de la CEDEAO a

través de la ECOMOG para restablecer la paz, la seguridad y la estabilidad en Liberia, en particular su contribución para sofocar el intento de golpe de Estado contra el Gobierno Nacional de Transición en Monrovia, al que pidió fortalecer.

Pero el Consejo manifestó que está «gravemente preocupado por el quebrantamiento del alto el fuego, el grave deterioro de la situación de seguridad y las consecuen-

cias que ello tiene para la población civil de Liberia, especialmente en las zonas rurales, así como para la capacidad de los organismos humanitarios de prestar socorro de emergencia».

La resolución aprobada «insta a todas las facciones de Liberia a que pongan término de inmediato a las hostilidades y a que convengan en un calendario para la separación de fuerzas, el desarme y la desmovilización».

01-01

9500810.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PREC

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

Informe anual del BM destaca crecimiento del comercio en MERCOSUR

150483  
310/94  
30044  
501531  
12781  
11078  
507513

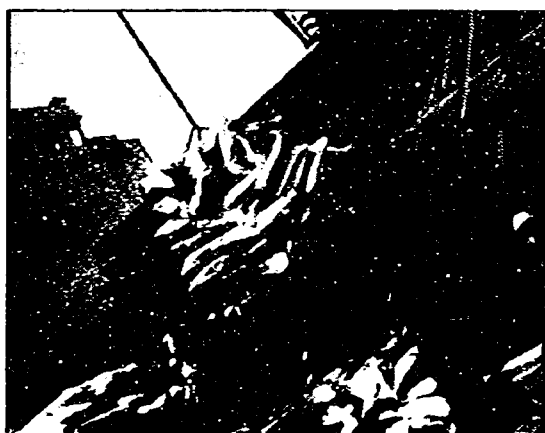
De Posadas se reunió ayer con vicepresidente para Latinoamérica del organismo

## Informe anual del Banco Mundial destaca crecimiento del comercio en el Mercosur

El informe que el Banco Mundial presentó en su Asamblea Anual de Gobernadores que se celebra en Madrid destaca que el Mercosur permitió alcanzar "el incremento más notable de comercio que se produjo en la región entre 1987 y 1993".

por Oscar Vilas

enviado de El Observador a Madrid



### Comercio

El Banco Mundial recomendó a los países del Mercosur aumentar su productividad

SEGÚN EL ORGANISMO, entre 1987 y 1993 la proporción del intercambio entre los países participantes de la iniciativa aumentó de casi 30% a cerca de 48% en el caso de Uruguay, del entorno del 22% a casi 40% en Argentina y de 13% a 23% en Brasil.

El Banco Mundial asegura que el Mercosur "también ha cambiado el sistema de comercio de sus participantes" y para ejemplificarlo cita el caso protagonizado entre Brasil y Argentina, en el que ésta ha logrado disminuir sensiblemente su déficit comercial con su principal socio en el pacto de integración subregional.

El organismo atribuye a la profundización de los acuerdos regionales "el extraordinario aumento de comercio entre los países de la región" y estima "probable" que esta actividad "se multiplique gra-

cias al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC) y otros acuerdos bilaterales".

Sin embargo, el organismo sostiene que "para que la región mantenga su ventaja comparativa es esencial que aumente la productividad". Para ello recomienda "aumentar la desreglamentación de los mercados internos (especialmente en el mercado laboral) y perfeccionar la fiscalización del proceso".

Finalmente el documento señala que "la mayor liberalización del comercio redundaría en un aumento de la productividad a medida que los países asignen sus recursos a esferas que ofrecen ventajas comparativas y que la región aproveche los últimos adelantos tecnológicos".

### Reunión con Burki

La delegación uruguaya presente en la Asamblea Anual del Fondo

Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM) encabezada por el ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas, se reunió ayer con el vicepresidente para América Latina y el Caribe del Banco Mundial, Sahid Burki, con quien repasó la marcha de las relaciones entre Uruguay y el organismo multilateral, confiaron a *El Observador* fuentes que participaron del encuentro.

La reunión mantenida por De Posadas y el resto de la representación del gobierno de Luis Alberto Lacalle con Burki y otros ejecutivos del BM fue catalogada de "protocolar" por los informantes, los que explicaron que "a poco menos de 60 días de las elecciones sólo podemos repasar los planes en curso".

En el encuentro se analizó la marcha y ejecución de una serie de proyectos financiados con recursos

del Banco Mundial, pero no se consideró el otorgamiento de nuevos préstamos.

Sin embargo, los informantes recordaron que es intención del gobierno nacionalista dejar preparadas las bases que permitan al gobierno electo en noviembre hacer uso de recursos del organismo multilateral para la reconversión de empleados públicos y modernización del Estado. "Nosotros dejaremos las bases sentadas y el próximo gobierno decidirá si utiliza o no los fondos", explicaron los informantes.

El programa a estudio prevé la reorganización administrativa de la

administración central mediante la eliminación de trámites, reorganización y eventual supresión de diversas unidades, así como la recapacitación de los empleados públicos y la instrumentación de un plan de reconversión de los mismos en agentes privados que presten servicios al Estado. Una primera etapa del proyecto comenzará a ser llevada adelante en breve con recursos del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

En estos momentos el país dispone de tres nuevas líneas de financiamiento del Banco Mundial que serán destinadas a un programa de riego, otro para la reconversión productiva de empresas viables y el tercero para el mejoramiento de la calidad de la educación primaria en el país.

Los programas para educación y riego comenzarán a ser ejecutados en los próximos meses, mientras que los recursos que se destinarán al sector financiero se espera que sean desembolsados en las próximas semanas, dijeron las fuentes.

### Quinto en el ranking regional según producto per cápita

(ENVIADO) - EL BANCO Mundial asigna a Uruguay el quinto puesto en el ranking del Producto Bruto Interno (PBI) per cápita de la región, situándolo por encima de naciones como Chile y Colombia, según se desprende del informe anual que el organismo presentó en Madrid.

Según el documento los habitantes de Uruguay producen anualmente unos 3.340 dólares en 1992, últimos datos confirmados de los que dispone el Banco Mundial.

El ranking es liderado por Barbados con un producto anual

por persona de 6.540 dólares y por encima de Uruguay se ubican Argentina (US\$ 6.050), Trinidad y Tobago (US\$ 3.940) y México (US\$ 3.470).

La población estimada para Uruguay por el Banco Mundial era de 3,1 millones de personas en 1992.

A Chile se le asigna un PBI per cápita de US\$ 2.730 dólares, a Brasil de US\$ 2.770 y a Colombia de US\$ 1.330.

El último puesto del ranking es ocupado por Bolivia con el PBI por persona de tan solo US\$ 680.

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500817

Nº. DOCUMENTO  
TITULO  
PRCC. DE...  
FECHA DE PROCEDENCIA  
VINCULACIONES

En 1994 BM operó préstamos a Uruguay x algo +

de US\$ 110 mill.

## Préstamos a Uruguay por US\$ 110 millones este año

(ENVIADO) - EN EL ejercicio 1994 el Banco Mundial aprobó préstamos a Uruguay por algo más de 110 millones de dólares, los que serán destinados a financiar programas en los sectores social y financiero, según se desprende del informe anual que el organismo dio a conocer en el mercado de su Asamblea Anual de Gobernadores.

El préstamo destinado al sector financiero, 35 millones de dólares, forma parte del programa multisectorial de inversiones que es cofinanciado con el Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Su propósito es financiar la inversión privada, el capital permanente de trabajo y las operaciones de arrendamiento financiero (excluida la compra de vivienda y tierras) de empresas viables que tengan mayoría de ingresos en dólares a Estados Unidos. Incluye asistencia técnica y el cofinanciamiento del BID asciende a 90 millones de dólares.

Otra de las líneas de crédito aprobadas corresponde al sector educación y asciende a 31,5 millones de dólares. Mediante los recursos aportados por el Banco Mundial se pretende mejorar la calidad, equidad y la eficacia de la educación pública. Apuntará, además, a promover la educación preescolar y se la extenderá a zonas con necesidades básicas insatisfechas. Incluye también medidas para el fortaleci-

miento institucional de los organismos vinculados al tema y consta de una contrapartida nacional de 13,5 millones de dólares.

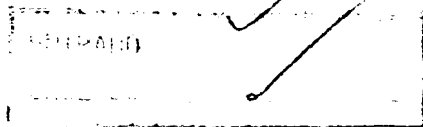
Abastecimiento de agua y alcantarillado es el tercero de los

sectores que se beneficiará de la asistencia del banco.

Mediante el crédito se formulará y ejecutará un programa de ordenamiento del suelo y las aguas del país, que rige en torno a la

rehabilitación y desarrollo de planes de riego y drenaje y la infraestructura de los servicios conexos, el aprovechamiento más eficiente de las aguas superficiales y subterráneas, el establecimiento de una

política bien equilibrada de operación, mantenimiento y recuperación de los costos de inversión, y al sostén de la ordenación y conservación de las aguas y el suelo. El programa tendrá un costo de 74 millones de dólares de los que 41 millones serán aportados por el organismo multilateral.



01-01

9500812

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENC

FE H

VINCU

Comité de Desarrollo del BM se reunió el 3/10 en (MADRID).

150024

4/10/94

11078 - 501531 - 507513

AHORA CRECEN LOS PAISES DESARROLLADOS

# Se achicó el ingreso de capitales en Latinoamérica

MADRID (Por Juan Carlos Algañaraz, especial para Clarín). - "Las transferencias de capitales hacia los países latinoamericanos sufrieron un descenso en los primeros seis meses de este año". La aseveración, confirmando el achicamiento de negocios que registra la región, salió de la boca de Lewis Preston, el presidente del Banco Mundial. La información fue divulgada en el Comité de Desarrollo del BM, que se reunió ayer en Madrid para aconsejar sobre las transferencias de recursos internacionales hacia los países en desarrollo.

Con todo, Preston indicó que "no habrá ninguna vuelta atrás en las fuertes tendencias inversoras hacia esa región del mundo". En su informe, el titular del BM identifica el aumento de los tipos de interés en los Estados Unidos y la actual etapa expansiva en los países desarrollados como las causas más importantes de la disminución del fuerte ritmo de inversiones hacia la América latina.

Pese a ello, Preston se mostró confiado en que la corriente inversora continuará debido a las grandes expectativas de crecimiento de la región y a que los inversores darán una respuesta positiva a las reformas económicas en América latina y el este de Asia, las dos regiones identificadas como las de mayor auge en la economía mundial.

## ♦ Sin precedentes

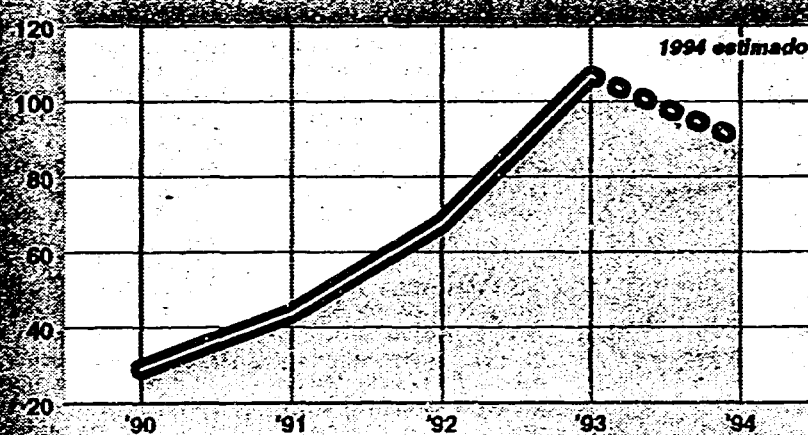
El informe señaló que las reformas económicas de ambas regiones apuntan hacia las estructuras y no tienen carácter cíclico, por lo que el flujo de capitales (entrada y salida) hacia Latinoamérica sumó 215.000 millones de dólares en 1993, 35.000 millones más que el año anterior. El alto funcionario dijo que no tenía precedentes el hecho de que de esas cantidades 155.000 millones correspondieran a capitales privados.

La desaceleración en esa corriente inversora a la que alude Lewis Preston también fue analizada por un documento del grupo de los treinta, integrado por directores y ex directores

## INGRESO DE CAPITALES PRIVADOS EN LOS MERCADOS EMERGENTES\*

Cambian vientos en 1994

En miles de millones de us\$



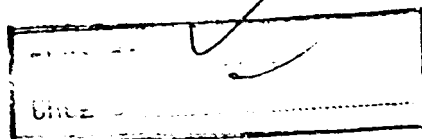
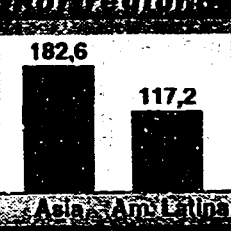
## Los que más recibieron

1990-1993. En miles de millones de us\$

	Inversiones financieras	Inversiones directas
México		52,8
China		49,2
Argentina	24,5	
Corea del Sur	22,9	
Indonesia	22,3	
Malasia	19,2	
Turquía	19,0	
Singapur	18,2	

\* Fuente: FMI. (b) Incluye créditos, bonos, acciones, fondos e inversiones directas.

## Por regiones



01-02

9500813

de bancos centrales y ministros de Economía, entre ellos el argentino Domingo Cavallo. El ex presidente de la reserva federal norteamericana, Paul Volker, presentó el informe señalando que "muchas de las fuerzas que impulsaron los flujos de capital hacia la América latina, han cambiado abruptamente este año. La Argentina, Chile, Colombia y México son los países que elogió Volker por sus reformas económicas e insistió en que si esas políticas correctas continúan aplicándose, el flujo de capitales volverá a retomar su buena marcha inversora en el segundo semestre de este año.

Al mismo tiempo, ano-

che dio a conocer su informe el Comité de Desarrollo del Banco Mundial. El mensaje a los países en desarrollo y en especial a los de "economías en transición", o sea los que integran la Unión Soviética y Europa del Este es claro: las ayudas se multiplicarán pero también se reforzará el control del dinero que reciben y tendrán que poner en marcha estrictos programas de ajuste que "eviten luego medidas más dolorosas".

#### ♦ Liberalización

Los miembros del Comité de Desarrollo entienden que la liberalización del comercio mundial ten-

drá efectos mucho más favorables para los países pobres que para los más industrializados. Sin embargo, reconocen que esta apertura puede crear serios problemas a los sectores agrícola-ganaderos de algunos países.

El documento invita a los países en desarrollo a crear un clima favorable a un crecimiento sano del sector privado. También subraya la importancia de la corriente inversora hacia los países menos desarrollados, pero advirtió que existe un grado importante de versatilidad y de exceso de concentración en un pequeño número de grandes países en desarrollo de la América latina y Asia.

## Piden más esfuerzo a los países más pobres

MADRID (AFP). - El Comité de Desarrollo del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM) instó a los países en vías de desarrollo (PVD) (los más pobres) a que redoblen sus esfuerzos por crear un clima favorable a las inversiones privadas, estimando que ello los ayudará a retomar la vía del crecimiento.

Mourad Cherif, presidente del comité y ministro de Finanzas de Marruecos, subrayó que son muchos los PVD que no están recibiendo flujos de capitales privados, y ellos son precisamente los que reciben más ayuda oficial para el desarrollo (AOD).

Esos países "necesitan hacer más para mejorar las condiciones favorables a las inversiones", dijo el ministro marroquí.

El Comité de Desarrollo, que supervisa y orienta las políticas del FMI y del BM para la transferencia de recursos hacia los PVD, se reunió en Madrid en el marco de la asamblea anual de ambas instituciones.

Un comunicado emitido al fin de sus deliberaciones subraya la importancia creciente de los flujos de capital privado hacia los PVD, pero también advierte sobre su importante grado de versatilidad y su concentración en una quincena de grandes países en desarrollo de Asia y América latina.

En consecuencia, insta a los países que no se benefician a mejorar su crédito mediante reformas macroeconómicas, y a crear un clima favorable al desarrollo del sector privado.



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *B. M. recomendación de reformas de seg. soc. mediante el*

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

*150007*

*5/10/94*

*501531 - 11078 - 507513*

*mixto*

# BANCO MUNDIAL RECOMIENDA REFORMA DE LA SEGURIDAD SOCIAL MEDIANTE SISTEMA MIXTO

MADRID (Por Carlos Pauletti).— El Banco Mundial propone que para cumplir mejor los objetivos de proveer seguridad económica en la vejez y fomentar el crecimiento económico, los países podrían establecer tres sistemas o "pilares" de seguridad económica para la tercera edad: "un sistema de administración pública, de participación obligatoria, con el objetivo limitado de reducir la pobreza entre los ancianos, un sistema de ahorro obligatorio de administración privada, y el ahorro voluntario".

La propuesta está contenida en un informe especial del organismo sobre los sistemas de seguridad social —Uruguay incluido— que fue dado a conocer anoche en esta capital bajo el título "Envejecimiento sin crisis".

El estudio, fruto de una investigación de dos años, establece que el primero de los sistemas mencionados "cubre la redistribución, el segundo y el tercero cubren el ahorro y los tres, conjuntamente, aseguran contra los numerosos riesgos de la vejez".

"Al separar la función redistributiva de la función de ahorro" expresa el prólogo signado por el economista Michael Bruno, autor de profundas reformas en varios países y especialmente Israel, "es posible mantener el pilar público —así como el impuesto sobre los trabajadores que se necesita para

financiarlo— relativamente pequeño y evitar en consecuencia muchos de los problemas de los pilares públicos dominantes que obstaculizan el crecimiento, la distribución de la función de seguro entre los tres pilares ofrece mayor seguridad económica a los ancianos que un sistema de un solo pilar".

La investigación arrojó que "en todo el mundo, los sistemas que se emplean para dar seguridad económica a los ancianos se encuentran en una situación cada vez más difícil. Debido a la rápida transición demográfica causada por el aumento de la esperanza de vida y la disminución de la fecundidad, la proporción de ancianos en la población está aumentando aceleradamente".

"Las familias numerosas y otros medios tradicionales de mantener a las personas de la tercera edad se están debilitando, y los sistemas formales —como las jubilaciones respaldadas por los Gobiernos— han resultado insostenibles y muy difíciles de reformar".

Como consecuencia, "en algunos países en desarrollo estos sistemas están próximos al colapso. En otros, los Gobiernos que se están preparando para establecer sistemas formales corren el riesgo de repetir errores costosos. El resultado de todo esto es una crisis que se cierra sobre los ancianos y

constituye una amenaza no sólo para éstos sino también para sus hijos y sus nietos que, directa o indirectamente, deben asumir la carga cada vez más pesada de mantener a los ancianos".

Según el documento, "muchos economistas y rectores de las políticas están indagando y procurando obtener asesoramiento en materia de sistemas para proveer seguridad económica a los ancianos. Pero todavía son muy pocos los que tienen conciencia de las diversas repercusiones de estos sistemas en lo que respecta a la pobreza, el empleo, la inflación y el crecimiento".

Posteriormente, identifica tres funciones de los sistemas de seguridad económica en la vejez —redistribución, ahorro y seguro— y sostiene que "las distintas políticas que permiten cumplir esas funciones se evalúan de acuerdo con dos criterios: consecuencias para los ancianos y consecuencias para la economía en general".

"La conclusión" asegura "es que la mayoría de los sistemas existentes ofrecen protección insuficiente a los ancianos (por que los beneficios rara vez están indexados) y que la redistribución a menudo es nociva, por ejemplo, de las familias pobres jóvenes a los jubilados de situación económica más holgada".

"Además, a medida que los sistemas maduran, es posible

que de hecho obstaculicen el crecimiento, a través de los impuestos más altos sobre los salarios que causan evasión e inducen a los trabajadores a incorporarse al sector informal, que es menos eficiente, a través de los crecientes déficits fiscales, que estimulan la inflación, a través de la reducción o eliminación de gastos públicos que promueven el crecimiento, como los de educación o los correspondientes a servicios de salud para los jóvenes, o a través de una combinación de estas tres cosas".

Teniendo en cuenta estos factores, el informe plantea la situación basándose en cinco tipos de interrogantes fundamentales: a) ¿Debería el sistema ser voluntario u obligatorio? ¿A qué nivel?; b) ¿Cuál debería ser el énfasis relativo en el ahorro frente a la redistribución? ¿Habría que combinar estas funciones o establecer sistemas separados para su financiamiento y administración?; c) ¿Sobre quién debería recaer el riesgo de los resultados imprevistos? ¿Sobre los jubilados o sobre otros miembros de la sociedad?; d) ¿Debe establecerse un sistema totalmente financiado o un sistema de pagos con ingresos corrientes?; y, e) ¿Debe el sistema tener una administración central, o ser descentralizado y competitivo?

La respuesta ofrecida es que "hay muchas combinaciones que responden a estas interrogantes pero desde el punto de vista del financiamiento y la administración, en la práctica hay tres tipos de planes relativos a la seguridad económica de los ancianos que son los más comunes: los planes públicos de pagos con ingresos corrientes o de reparto, los planes auspiciados por los empleadores y los planes de ahorro personal y las rentas vitalicias".

De esa forma, "el que prevalezcan los mecanismos de uno u otro tipo depende, en gran medida, de las políticas del Gobierno que obligan, estimulan o regulan. La eficacia de estos mecanismos depende mucho de las reacciones individuales, como la evasión o el cumplimiento de las obligaciones, y de la posibilidad de tomar medidas que contrarresten o reduzcan otros ahorros, las trans-

ferencias y el trabajo. Debido a estas reacciones individuales, cada sistema repercute ampliamente en los mercados de trabajo y de capital, en el equilibrio fiscal y en la distribución del ingreso en la sociedad".

"Los programas de seguridad económica en la vejez" prosigue dos párrafos después "deben ser un instrumento del crecimiento (económico) y una red de seguridad social".

En términos concretos, el informe analiza la situación dividiendo los países en grupos a saber: países jóvenes de ingreso bajo, países jóvenes con una población que envejece rápidamente, y países con población de más edad y pilar público de gran tamaño (en éste entra Uruguay).

Estos últimos son aquéllos que tienen una población de edad mediana, que envejece rápidamente, y programas públicos de pensiones de gran envergadura, con cobertura muy amplia, cuyos costos y coeficientes de dependencia se elevarán enormemente durante los próximos 30 años.

"El grado de urgencia varía" sostiene el Banco Mundial "pero todos ellos deben afrontar problemas inmediatos de sus sistemas de seguridad económica en la vejez. Ha llegado el momento de que esos países, en vez de emplear un pilar público cada vez más costoso, con tasas impositivas altas que frenan el crecimiento y se traducen en una baja rentabilidad para los trabajadores, adopten un sistema obligatorio de pilares múltiples".

Aquí plantea, entonces, las acciones a seguir y aconseja "una" de las primeras medidas consiste en reformar el pilar público mediante el aumento de la edad de jubilación, la eliminación de las recompensas para quienes se jubilan anticipadamente y las sanciones para quienes se jubilan tardíamente, la reducción de los beneficios en los casos frecuentes en que son

excesivos para comenzar, y el establecimiento de una estructura más uniforme para los beneficios a fin de hacer hincapié en la reducción de la pobreza, una tasa impositiva más baja y una base tributaria más amplia".

El paso siguiente "es comenzar a concretar el segundo pilar (sistema de ahorro obligatorio de administración privada), determinando la estructura regulatoria y el nivel adecuado de aportes".

La transformación, según el informe, podría obtenerse "reduciendo gradualmente el aporte público y reasignando los aportes al segundo pilar obligatorio, o, manteniendo relativamente constante el beneficio del pilar público (en los casos en que éste es demasiado bajo para comenzar) pero elevando la tasa de los aportes y asignando éstos al segundo pilar, o, reconociendo los derechos adquiridos con el sistema antiguo y pagándolos, pero iniciando de inmediato un sistema totalmente nuevo. Esto implica formular el nuevo sistema, calcular la deuda implícita de la seguridad social del sistema antiguo y encontrar la forma de financiar todo esto de una manera política y económicamente aceptable".

Un elemento fundamental que la investigación arrojó consiste en la constatación que "la combinación acertada de pilares no es la misma en todo tiempo y lugar, sino que depende de los objetivos, historia y circunstancias de cada país —especialmente del énfasis que se ponga en la redistribución por oposición al ahorro— de sus mercados financieros y de su capacidad en materia de recaudación de impuestos y reglamentación".

Y concluye "el tipo de reforma necesario y el ritmo al cual haya de introducirse el sistema de pilares múltiples también variará: rápido en los países de ingreso mediano y alto que ya



El ministro de Economía, Dr. Ignacio de Posadas, conversa con el Secretario del Tesoro de EE.UU., Lloyd Bentson, en la reunión anual del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial. (Laserfoto de Router).

tienen graves dificultades y muy lento en los países de ingreso bajo, los cuales deben evitar los errores cometidos por los prime-

ros. No obstante, la siguiente recomendación sencilla es muy clara: todos los países deben comenzar a planificar desde ya".

*9500814*  
*01-01*

ENTRADO  
CRUZADO

Nº. D. 100

TÍTULO

PROCESO

FECH

VINCUL

BM. Amcot necesita duplicar tasa de crecimiento

150007

27/10/94

501531

11677

## América Latina necesita duplicar tasa de crecimiento

EP.

27/10

Miami, oct 26 - América Latina necesita duplicar su tasa de crecimiento para reducir sustancialmente la pobreza, lo que requiere 60.000 millones de dólares anuales para mejorar su infraestructura, dijo hoy un funcionario del Banco Mundial.

"La tasa de crecimiento de Latinoamérica es sólida, de 3,5 por ciento. Pero según cálculos aproximados debe duplicarse al seis o siete por ciento para lograr un avance significativo en la lucha contra la pobreza", dijo Rainer Steckhan, director de operaciones especiales del Banco para América Latina y el Caribe.

Este aumento en la producción debe apoyarse en una importante mejoría en la infraestructura productiva, una mayor cobertura de salud y educación y una profunda reforma del estado, agregó en una reunión con periodistas.

"La infraestructura fue descuidada en los últimos años y calculamos que harán falta 60.000 millones de dólares anuales en el futuro próximo", indicó Steckhan.

"Esta cifra no podrá cubrirse con recursos presupuestarios solamente, y allí es donde aparece el papel del Banco Mundial y las otras instituciones multilaterales", añadió.

También dijo que es fundamental repartir la riqueza que se genere entre toda la población, al destacar que América Latina es una de las regiones con mayor disparidad en la distribución de sus ingresos.

### BAJO NIVEL DE AHORRO

"La tasa de ahorro de América Latina ronda el 20 por ciento del Producto Bruto Interno en promedio, mientras que los países del sudeste asiático ahorran casi la tercera parte de PBI", señaló Steckhan. "La única excepción es Chile, con

tasas del 25 ó 26 por ciento".

Sin embargo, el funcionario destacó que América Latina ha avanzado mucho en los últimos años, especialmente en la lucha contra la inflación, la apertura económica con un aumento sostenido de las exportaciones y una mayor cooperación intrarregional.

"Si me preguntan si América Latina ya ha entrado en una etapa de desarrollo sostenido, diría que al menos ha sentado las bases para ello", dijo Steckhan.

"No veo ningún motivo por el cual la década del 90 no pueda ser la década de América Latina". (Reuter)

ENTRADA	✓
CRUZADO	✓

01-01

9500815

NO. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P

VINCULACIONES

Asamblea Conjunta del FMI y del B.M. en Español  
del 4 al 6/10.  
1500901  
11078  
508501 - 501531  
507513

Estados Unidos, Reino Unido y Alemania se oponen a esta medida

## Nueva emisión de moneda del FMI será clave en la Asamblea Anual

El director gerente del Fondo Monetario Internacional (FMI), el francés Michel Camdessus, deberá echar mano a sus más sutiles habilidades diplomáticas para obtener la anuencia de los países desarrollados, si quiere cumplir su objetivo de realizar una nueva emisión de Derechos Especiales de Giro (DEG), la moneda del Fondo, para financiar el crecimiento de las naciones en vías de desarrollo.

por Oscar Vilas

enviado de El Observador a Madrid

La iniciativa de Camdessus (la emisión de DEGs por valor de unos 50.000 millones de dólares) cuenta con el firme respaldo de las economías en desarrollo, pero Estados Unidos, el Reino Unido y Alemania se le oponen tenazmente.

La emisión de la moneda fondo-monetarista y la definición de un nuevo rol para las instituciones financieras surgidas en Bretton Woods concentrarán la mayoría de los debates que se celebrarán hasta el jueves 6 de octubre en Madrid.

Aunque la 49ª Asamblea Anual de Gobernadores del FMI y del Banco Mundial (BM) tendrá en su haber el mérito de ser el evento en el que se anunció el final de una recesión a nivel mundial que ya llevaba siete años, todo parece presagiar que será una reunión difícil.

Es que la posible ampliación de los recursos del FMI enfrentará por un lado a Camdessus y las naciones en desarrollo y por otro a algunos de los principales países industriales.

El presidente del Bundesbank alemán, Hans Tietmayer, declaró en conferencia de prensa que la emisión "general" propuesta por Camdessus no es necesaria, y propuso en cambio una emisión "especial".

Según su opinión, "en el futuro inmediato no hay posibilidades de que se establezca un banco central mundial, ni de que el FMI pase a ocupar ese puesto", si bien reconoció que el "papel supervisor" de la estabilidad monetaria internacional corresponde al FMI.

Poco antes de iniciar su viaje hacia Madrid, el secretario del Tesoro estadounidense, Lloyd Bentsen, declaró en Washington que Estados Unidos no apoya una emisión generalizada porque los prin-

cipales beneficiarios serían los países industrializados, ya que su acceso a los Derechos Especiales de Giro está en función de la cuota de cada Estado miembro. A juicio del gobierno de Bill Clinton, las economías avanzadas no tienen necesidad de aumentar su liquidez. Estados Unidos y el Reino Unido proponen limitar la emisión a 16.000 millones de dólares y Alemania propone que trepe hasta los 20.000 millones de la divisa norteamericana y las tres naciones coinciden en dedicarla íntegramente a los 37 países que han ingresado al FMI después de 1981, en que se hizo la última emisión.

De esta forma, Rusia y las otras economías del Este serían los principales destinatarios de la nueva ayuda.

Tanto Camdessus como los países en desarrollo se oponen a esa fórmula que implicaría un complicado trámite.

La resolución del conflicto dependerá en buena medida de la actitud que adopten las otras naciones industriales.

### Nuevos rumbos para los hijos de Bretton Woods

El otro gran tema de la Asamblea es definir las funciones que el FMI y el Banco Mundial deben cumplir a la luz de los cambios ocurridos desde que sus roles fueron establecidos en la lejana conferencia de Bretton Woods en 1944.

La reorientación del papel de ambas instituciones surgió del denominado Informe Wapenhans elaborado en 1992, que reveló el deterioro en la calidad de su cartera de créditos y sugería cambios en la cultura institucional para conceder menos préstamos y aumentar la supervisión.

Ya se han adoptado medidas como revisiones periódicas de los proyectos de cada país deudor, búsqueda de una mayor participación de las personas con intereses en el resultado de los mismos y mayor dedicación del personal.

También ha cambiado el tipo de proyectos que logran aprobación y los que la obtienen deben probar que contribuyen a mejorar la capacidad del país deudor para arreglárselas solo. ■

DOCUMENTO  
FLEWILE

ENTRADO

CRUZADO

## Parte delegación de Uruguay

EL MINISTRO DE Economía, Ignacio de Posadas, y el director de Planeamiento y Presupuesto, Javier de Haedo, parten hoy hacia Madrid para participar, a partir del domingo próximo, en las actividades de la 49ª Asamblea Anual Conjunta de Gobernadores del Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. Durante su estadía en la capital española, De Posadas mantendrá encuentros privados con jefes de organismos internacionales y con empresarios, a quienes explicará los avances logrados en el Mercosur y las posibilidades de inversión en el país. ■

01-08

9500816



REUNION DE MINISTROS DEL GRUPO DE LOS 7

# La guerra entre EE.UU. y Japón se traslada al Fondo

*El ultimátum que los Estados Unidos impusieron al Japón para que reviera su política comercial podría teñir las deliberaciones de los ministros de Economía de las siete principales economías del mundo, que hoy se reúnen en Madrid. Los países del G7 tienen otros desacuerdos, sobre todo en el tema de la estabilidad cambiaria.*

## Clarín EN MADRID

MADRID (Por Juan Carlos Alguilar, especial para Clarín). - Las siete naciones industrializadas se reúnen hoy para decidir cómo se gestionará el flamante aumento de la economía internacional y asegurar un nuevo orden económico mundial que consolide un desarrollo sostenido. No han conseguido, sin embargo, superar importantes disidencias que bloquean una estrategia común. Tampoco hay acuerdo sobre la emisión por parte del Fondo Monetario de recursos que garanticen una mayor liquidez capaz de financiar la nueva era de "vacas gordas" que prometen las autoridades de la institución.

Pero lo más grave es que estos acontecimientos quedarán en un segundo plano porque la reunión de los ministros de Economía del G-7 coincide con la posible apertura de una peligrosa guerra comercial entre el Japón y los Estados Unidos. La negociación de ambas potencias sobre sus conflictivas relaciones comerciales continúa sin llegar a un acuerdo, por lo que Washington podría concretar su amenaza de imponer sanciones a Japón si no garantiza un mayor acceso a su mercado de los productos norteamericanos.

El plazo del ultimátum del presidente Bill Clinton, vence hoy, y casi al mismo tiempo debe comenzar la reunión del grupo de los siete países más ricos (G-7), integrado

por los Estados Unidos, el Japón, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia y el Canadá.

Al conflicto entre el Japón y los Estados Unidos se añade la falta de acuerdo sobre las políticas contra el déficit público, la mejor estrategia para vencer la desocupación, cómo mantener en bajo nivel la inflación y el espinoso tema de las tasas de interés, que algunos quieren aumentar y otros mantener en baja para asegurar el crecimiento de sus economías.

Después del optimismo, matizado por muchas precauciones y alertas, de las autoridades del Banco Mundial y el Fondo Monetario que declararon finalizada la larga recesión de la economía internacional, la cumbre del dinero que se reúne en Madrid se sumerge en sus dos jornadas más dramáticas y decisivas. A la reunión de hoy del G-7 le sigue mañana la del Comité Interno del Fondo Monetario, que debe decidir sobre la propuesta de las autoridades de la entidad para emitir 36.000 millones en Derechos Especiales de Giro (DEG), que equivalen a 52.000 millones de dólares. Son necesarios para repartir recursos a 38 países, entre ellos todo el ex mundo socialista, que ingresaron con posterioridad a 1981, cuando se realizó la última emisión de DEG.

Pero, además, el Fondo quiere realizar una fuerte inyección de liquidez para financiar un desarrollo sostenido de la economía internacional, que necesita consolidar su buena salud amenazada por presiones inflacionarias en los Estados Unidos, las al-



Hans Tietmeyer, titular del Bundesbank, solista a Jacques de Larosiere, del FMI, junto a ellos Leo von Houtyen, funcionario del Fondo.

tas tasas de interés y un elevadísimo déficit público de los estados miembros.

Los Estados Unidos, Alemania y Gran Bretaña se oponían a esta propuesta del Fondo Monetario, aunque el presidente del Banco Central alemán, Hans Tietmeyer, se mostró más flexible en un agitado encuentro con la prensa.

El director gerente del FMI, Michel Camdessus, anunció que defenderá a capa y espada su propuesta, que será apoyada en la reunión del Comité Interino por el ministro de Economía argentino, Domingo Cavallo, y sus colegas de España, Pedro Solbes, y el Brasil, Ciro Gomes, elegidos como sus voceros por los países que apoyan la iniciativa.

Pero se espera que puedan sucederse acontecimientos muy conflictivos. Los periodistas interrogaron al secretario del Tesoro norteamericano, Lloyd Bentsen, sobre

la posibilidad de una ruptura entre el Japón y los Estados Unidos si vence sin acuerdo el ultimátum. "Bueno, esta situación hará mucho más vivas las discusiones", explicó Bentsen con una sonrisa helada. "Nosotros ya hemos cedido bastante y ahora le toca al Japón tomar decisiones", explicó a Clarín un diplomático norteamericano.

Otra preocupación de los especialistas reunidos en Madrid es la agitación constante de los mercados de cambio y la debilidad del dólar. Pero cualquier posibilidad de llegar a acuerdos para promover la estabilidad cambiaria quedó descartada tajantemente por el presidente del Bundesbank, Hans Tietmeyer. "Seamos realistas. Acuerdos formales sobre cotizaciones de cambio entre las principales divisas del mundo no son un camino viable a seguir", concluyó el titular del "Buba".

## Madrid, a pleno

- En medio de la baránda los asistentes a la gran asamblea del dinero están de acuerdo en una cosa: la organización del evento por la Sociedad Estatal "Madrid 94" ha sido perfecta. Tres flamantes y gigantescos edificios albergan a la tribu de la asamblea en el Campo de las Naciones, un vasto complejo de jardines, instalaciones feriales, hoteles y oficinas situado cerca del aeropuerto de Barajas, en Madrid.

- Las estadísticas son monumentales: son cien mil metros cuadrados que albergan a 179 delegaciones, 2.700 funcionarios, 3.000 visitantes y 1.800 periodistas, diez por cada delegado. Los visitantes han contratado 50.000 noches de hotel durante la asamblea.

- A los trescientos automóviles oficiales se suman largas filas de taxis. Hoteles y restaurantes atienden casi cuatro mil comidas diarias.

- Al final de las jornadas, las cuentas habrán sido todo un éxito para Enrique Alejo, el presidente de "Madrid 94" porque los gastos han sumado unos 2.140 millones de pesetas pero los visitantes habrán dejado en las arcas españolas casi 3.400 millones de pesetas.

OL

9500816

## Un argentino llegó a un puesto clave

**Ascenso:** Claudio Loser quedará tercero en la jerarquía del FMI, al frente de la dirección del Hemisferio Occidental y en reemplazo de Ted Beza.

MADRID (Telam).— El argentino Claudio Loser se convertirá el 1° de diciembre próximo en el director del Hemisferio Occidental del Fondo Monetario Internacional, en reemplazo de Ted Beza.

El anuncio será oficializado en los próximos días, pero fue anticipado por el propio Beza durante un almuerzo con periodistas de América latina.

Loser, un mendocino de 51 años, radicado en Estados Unidos desde hace 22 años, estuvo presente en el agasajo, que se constituyó en una suerte de despedida para Beza, que trabajó durante 33 años en el FMI.

El cargo de director del Hemisferio está por debajo del de subdirector y director-gerente, es decir que es el tercer escalón en la jerarquía.

Sólo dos latinoamericanos —un chileno y un colombiano— habían ocupado puestos de tal relevancia en la estructura del organismo multilateral en sus 50 años de existencia.

Loser, que estudió en Mendoza y luego en la Universidad de Chicago, ingresó en 1972 al FMI, y desde 1991 se venía desempeñando como adjunto de Beza.

En su discurso de despedida, Beza trazó un panorama optimista para América latina, debido a los cambios operados en el último lustro.

"Mi visión de la región es muy positiva: se puede esperar un futuro de crecimiento sostenido y bien alto", dijo.

Como ejemplos de crecimiento, el funcionario citó a Chile como el líder y a Colombia, pero dijo que "ahora vemos que se sumaron otros como la Argentina y Perú".



Piden cambios al FMI y al BM

# EL AJUSTE EMPIEZA POR CASA

(Por Daniel Víctor Sosa) El Banco Mundial debe mejorar su eficiencia general, racionalizar actividades y reducir considerablemente su personal y a la vez mudar su papel de financista a consejero estudiando la posibilidad de cobrar por sus servicios. En tanto, el Fondo Monetario Internacional tiene que concentrarse en la administración del sistema monetario global. Esas son algunas de las recomendaciones realizadas en el caso del BM por su presidente, Lewis Preston, y en el del FMI por una comisión encabezada por Paul Volcker, el jefe de la Reserva Federal de Estados Unidos en los tiempos de Ronald Reagan. Los consejos críticos hacia ambas instituciones son parte de las revisiones formuladas con motivo del 50° aniversario de Bretton Woods y serán debatidas esta semana en Madrid durante la asamblea conjunta correspondiente al otoño boreal.

Los cuestionamientos crecientes a la tarea de ambos organismos dieron lugar en la última reunión del Grupo de los Siete a un pedido de reorientación del rumbo para adaptarse a las nuevas necesidades internacionales. Pero también reflejaron los resquemores por la falta de ajuste en las propias usinas de las políticas restrictivas, promovidas con ahínco particularmente en el Tercer Mundo.

En lo que respecta al BM, por ejemplo, la expansión fue acelerada en los últimos años. Existen hoy cerca de 11 mil personas en la nómina, comparadas con las 8 mil de 1989 y las 7 mil de 1984. Los profesionales de nivel más elevado son ahora 6039, incluidos 1291 consultores, una suba de un tercio en cinco años y más del 50 por ciento en una década. Desde 1991, cuando asumió Preston tras 40 años en el neoyorquino J. P. Morgan, el presupuesto administrativo del banco creció en 44 por ciento; a 1400 millones de dólares, y los costos de personal se incrementaron en 43 por ciento (a 876 millones).

Los burócratas de la institución se defienden con dos sólidos argumentos: 1) la necesidad de enfrentar el desafío histórico presentado por la transición al capitalismo en Europa Oriental y la ex Unión Soviética, sin hacer cortas en otras áreas para no di-

luir la asistencia al resto del mundo en desarrollo; y 2) la creación de nuevas vicepresidencias para cubrir áreas en las que se busca un mayor desempeño futuro, como el medio ambiente, el desarrollo del sector privado y de recursos humanos en salud y educación. Por cierto, el banco emplea ahora a 200 peritos en temas ecológicos frente a un puñado a fines de los ochenta, mientras el financiamiento para desarrollar profesionales representa ahora el 17 por ciento del total de los préstamos; comparados con 5 por ciento un decenio atrás.

En cuanto a las operaciones crediticias del BM, Preston admitió que en el futuro habrá que intervenir con criterios más selectivos y tornarse más eficientes. Sería errado —dijo recientemente— continuar prestando a países que podrían fácilmente obtener capital de fuentes privadas. Desde 1989 los flujos de los bancos comerciales a los países en desarrollo se cuadruplicaron hasta totalizar 120 mil millones de dólares, frente a 20 mil del Banco Mundial. Y si bien la mayor parte del capital está siendo absorbida por cerca de 20 países con las mejores perspectivas, Preston cifró esperanzas en que ocurra un número expresivo de "graduaciones" en América latina. Es decir, que varios prestatarios se tornen suficientemente ricos como para dejar de demandar ayuda.

Queda luego la presión por incrementar las operaciones de respaldo al sector privado, particularmente a través de la Corporación Financiera Internacional (CFI). En este sentido los problemas surgen porque el BM no puede transferir recursos directamente porque tiene accionistas diferentes. De cualquier modo, la CFI posee capital suficiente para ampliar sus inversiones en 12 por ciento cada año hasta el 2005. Una expansión más acelerada sería imprudente, dice Preston.

En cuanto al Fondo Monetario la comisión liderada por Volcker consideró que debería desempeñar su papel principal en la coordinación de estrategias macroeconómicas y en el desarrollo e implementación del nuevo sistema propuesto de franjas de cambio flexibles. En contrapartida a la ampliación de sus funciones de administrador monetario global, el organismo manejado por Michel Camdessus abandonaría gran parte de su actuación en los países en desarrollo y en las economías antes planificadas centralmente. De ese modo evitaría una duplicación de funciones con el BM.

En un análisis del personal de am-

Esta semana en Madrid, durante la asamblea conjunta del Fondo Monetario y el Banco Mundial, se debatirán los reclamos de reorientación de ambas instituciones. Los cuestionamientos responden a las nuevas condiciones financieras globales pero también apuntan al exceso de personal y la duplicación de funciones.



# Comienza la asamblea del Fondo Monetario

**Planteo:** el tema que más debates ha suscitado, el de una emisión de Derechos Especiales de Giro, quedó postergado y difícilmente se consiga un acuerdo antes de abril.

MADRID.- Los reyes Juan Carlos I y Sofía abrirán hoy las deliberaciones formales de esta asamblea anual conjunta del Fondo Monetario Internacional, la del cincuentenario de Bretton Woods, después de una semana de discusiones previas que poco de positivo han dejado.

El tema que más debates ha suscitado, el de una nueva emisión de Derechos Especiales de Giro, ha quedado postergado para mejor oportunidad: a medianoche del domingo, cuando las discusiones se habían prolongado seis horas más que lo previsto, el Comité Interino del FMI decidió posponer la decisión para cuando resulte posible conseguir un acuerdo. Difícilmente antes de abril.

Pero esta falta de acuerdo adquiere un sentido muy particular: por primera vez, los países pobres, los integrantes del Grupo de los 24, han podido bloquear una decisión en que las naciones industriales habían concordado: disponer una emisión limitada de DEG, no más de 16.000 millones (algo más de 23.000 millones de dólares) y distribuirla entre 37 países miembros que no habían participado en anteriores repartos de DEG.

El mundo en desarrollo aspira, como se ha explicado, a una emisión de 30.000 a 36.000 millones de DEG, distribuida entre todos los países miembros.

Como la cuestión requiere una reforma estatutaria, los países en desarrollo, con el 24 % del poder de

voto, pueden impedir que la propuesta del grupo de los 7, las principales naciones industriales, alcance el 85 % de votos necesarios.

## Preocupaciones

Las principales preocupaciones de ministros, funcionarios, banqueros y empresarios presentes, reflejadas claramente en las discusiones de estos días y en los esfuerzos por conciliar objetivos que pueden aparecer como contradictorios, son la necesidad de consolidar y asegurar la prolongación de la recuperación económica, el mejoramiento de los niveles de empleo, mantener sin sobresaltos los bajos niveles de inflación existentes, restablecer en lo que fue la Unión Soviética condiciones económicas que permitan una consistente estabilidad política y reducir los niveles de pobreza en el mundo en desarrollo.

Como se advierte, las posibilidades de poner de acuerdo a los representantes de 180 naciones sobre el orden de prioridad de estas cuestiones y sobre la forma de alcanzar cada objetivo sin alejar los demás no pueden ser muchas.

Estos días de largas deliberaciones y complejos entendimientos o desentendimientos han dejado a la vista, además, otras tensiones que no por focalizadas o relativamente controlables dejan de generar inquietud.

Es el caso, por ejemplo, de la disputa comercial entre los Estados Unidos y Japón, o los fuertes desequilibrios fiscales de las grandes naciones industriales, que constituyen una amenaza potencialmente formidable para la economía mundial, o las cambiantes circunstancias que pueden interrumpir los flujos de fondos hacia los países de desarrollo intermedio en los que han aparecido

## Amenazas

Además de los planteos de los ecologistas, hay otras amenazas para la reunión: para hoy y mañana se anunció una huelga hotelera, que puede resentir los servicios.

La medida podría extenderse hasta el centro de convenciones que lleva el nombre de Juan Carlos I, donde concurren los millares de visitantes que concurren a la asamblea del FMI.

mercados emergentes de capital, o las pretensiones de algunos gobiernos de países industriales que como lo expresó el ministro de Finanzas del Paraguay, Crispiniano Sandoval, en el Comité de Desarrollo del Banco Mundial, en nombre de América latina, tratan de inducir la idea de un *dumping social*, o un *dumping ecológico* para justificar medidas resarcitorias en el comercio internacional, en perjuicio del mundo en desarrollo.

## Movilizaciones

La asamblea tiene, también, otros contratiempos.

Organizaciones no gubernamentales están movilizándose y promoviendo corrientes de opinión contrarias a la acción del Fondo y del Banco Mundial, bajo el lema "50 años es suficiente" y con críticas, que en muchos casos recuerdan la prédica izquierdista de hace veinte años, sobre la relación entre programas de ajuste y crecimiento de la pobreza, y, con un tono más moderno, sobre la alegada desatención de las cuestiones ecológicas en los programas y proyectos del Banco Mundial, a pesar de que la institución tiene todo un departamento de desarrollo ambiental sostenible, que interviene en todos los proyectos.



## Hong Kong sede de la reunión del 97

(ENVIADO) - SE FIRMÓ esta semana en Madrid el acuerdo por el cual Hong Kong recibirá la Asamblea conjunta del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM) en 1997.

Con la firma de un protocolo entre las dos instituciones creadas hace cincuenta años en la conferencia de Bretton Woods y las autoridades de la colonia inglesa, se hizo

oficial que Hong Kong tomará el relevo de Madrid como sede de la asamblea.

Las reuniones anuales del FMI y el Banco Mundial salen de Washington una vez cada tres años. Berlín en 1988 y Bangkok en 1991 precedieron a la capital española como ciudades anfitrionas de la máxima autoridad de ambos organismos multilaterales. ■ 089 5/10/94

/ España realiza gestiones para el reingreso de Cuba al organismo crediticio según su presidente, Michel Camdessus

## EL DIRECTOR DEL FMI CONFIRMA ACERCAMIENTO CON CUBA

*Michel Camdessus, director gerente del Fondo Monetario Internacional (FMI) confirmó ayer el acercamiento entre esta institución y Cuba bajo el patrocinio español.*

**T**ras la ceremonia de clausura de la 49 Asamblea Anual del FMI y el Banco Mundial (BM), Camdessus ofreció un almuerzo a los medios informativos, en el que EFE preguntó por ese acercamiento revelado ayer por dos altos funcionarios, uno español y otro del propio Fondo.

El director gerente del Fondo reconoció la existencia de contactos para el reingreso de Cuba en el FMI, del que fue socio fundador y abandonó tras la revolución castrista por considerar que la institución internacional era «el templo del capitalismo».

El abandono de Cuba del FMI se produjo por razones ideológicas y sin que este país caribeño mantuviera deudas con el Fondo, lo que a juicio de un alto funcionario de la institución facilitaría su reingreso.

Camdessus subrayó el papel que el ex ministro de Economía español Carlos Solchaga está desempeñando en el acercamiento del país caribeño al Fondo Monetario Internacional.

Desde que abandonó la cartera de Economía, Carlos Solchaga ha realizado varios viajes a Cuba por encargo del presidente del Gobierno español, Felipe Gonzalez, con objeto de asesorar al régimen de Castro sobre las reformas estructurales que la economía cubana debe afrontar para acercarse a un sistema de libre mercado.

El reingreso de Cuba en el FMI y en sus «instituciones hermanas», como el Banco Mundial, podrían permitir el acceso del país caribeño a los fondos que estas instituciones destinan al desarrollo.

No obstante, Camdessus eludió pronunciarse sobre la posibilidad de que Cuba esté representada en la próxima asamblea anual del Fondo, prevista para otoño de 1995 en Washington.

En el caso de Rusia, que se incorporó al Fondo en 1992, las negociaciones para su ingreso se prolongaron durante cuatro años, desde que en 1988 se produjeran los primeros contactos.

Si se produce la petición formal de ingreso de Cuba en el FMI, el patrocinio de España será fundamental para acercar a las dos partes, como paso previo al envío de misiones de estudio al país para informar sobre su situación económica.

Estos informes tienen que ser estudiados por el Comité de Asociación del FMI, integrado por seis o siete países, que elevan sus recomendaciones al Directorio Ejecutivo ejecutivo, para designar la cuota del nuevo asociado en función de su economía.

El Directorio, integrado por 24 países miembros, estudia los informes del Comité de Asociación y se encarga de negociar la cuota del candidato, que determina el acceso a la financiación de la institución y su nivel de voto, antes de que se someta a la aprobación por mayoría de los Estados miembros.

El último país en acceder al Fondo Monetario Internacional ha sido Eritrea, después de que lo hicieron China, Vietnam y Rusia.

# Camdessus: "El misterio de imponer austeridad"

● Lo afirmó en cierre de Asamblea del FMI

MADRID.- Si no se repiten "las tonterías del pasado", como las altas deudas públicas, en 1995 el mundo logrará alcanzar un fuerte crecimiento, dijo hoy el director gerente del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, en el cierre de la asamblea anual de ese organismo financiero.

"Salimos de la época de las vacas flacas, pero es necesario aplicar las medidas necesarias para entrar en la época de las vacas gordas y hacerla durar siete años", declaró Camdessus en una referencia bíblica de su discurso.

El jefe del FMI dijo que respecto de los últimos 20 años, el 1995 registrará un fuerte crecimiento, del orden del 3,5 por ciento, pese a que existen numerosos riesgos: que se persevere con las "tonterías del pasado", como una fuerte deuda pública fi-

nanciable con altos tipos de interés, que a su vez estrangulan la expansión de la economía.

Camdessus destacó que en su opinión era un "misterio" la razón por la que muchos países ricos imponen, por medio del FMI, drásticos planes de austeridad a los países en desarrollo, y luego no aplican la misma dureza con sus economías internas.

Camdessus trató de apagar las polémicas que surgieron en los últimos días sobre la validez de la acción del FMI y las propuestas de la emisión de liquidez por parte de la organización financiera.

## SON PROBLEMAS DE TODOS

Retomando el discurso con el que el rey Juan Carlos había acogido a los representantes del FMI, Camdessus dijo que "hoy día todos los problemas son problemas de todos".

Respecto de la estrategia futura, declaró que es necesario "seguir el camino del rigor y de la solidaridad".

Al abordar el tema más conflictivo de los coloquios madrileños de estos días, Camdessus declaró que el problema de la emisión de la liquidez del FMI será resuelto en las próximas semanas.

El director gerente del Fondo Monetario Internacional había propuesto una emisión de 36.000 millones de derechos especiales de giro (los "degs"), cifra equivalente a unos 50.000 millones de dólares, proyecto apoyado por los países en desarrollo.

Sin embargo, la propuesta de Camdessus naufragó a raíz de la firme oposición del Grupo de los Siete países más industrializados (Estados Unidos, Alemania, Gran Bretaña, Francia, Italia, Canadá y Japón). Los alemanes, los norteamericanos y los británicos son los que se

mostraron más firmes en la negativa a Camdessus.

Este planteo generó un duro choque entre los países ricos y las naciones en desarrollo.

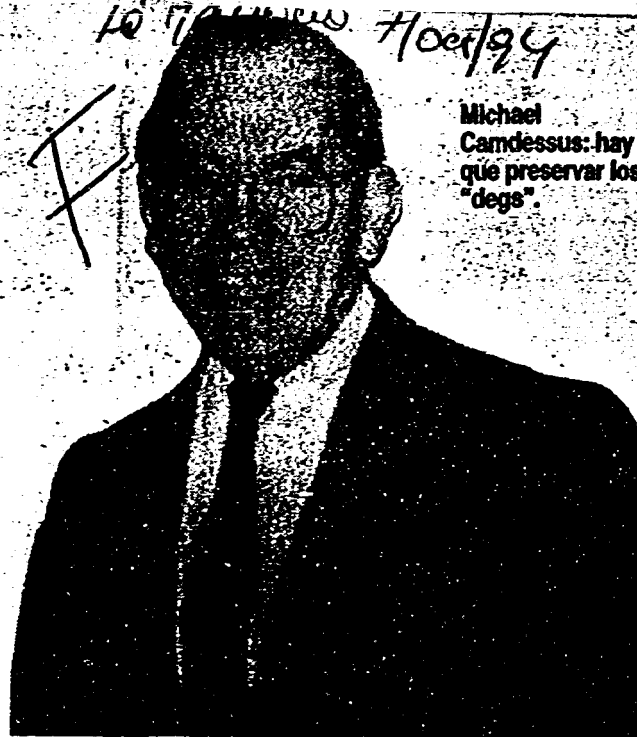
## PRESERVAR EL PAPEL DEL DEGS

Camdessus destacó que todos los países reconocen la necesidad de preservar el papel de los "degs", una especie de moneda del FMI.

Pero, añadió, todavía hay que decidir el monto y las modalidades de los nuevos créditos, con soluciones que sean aceptadas por todos y poniendo mucha atención en los riesgos inflacionarios generados por la emisión.

"Mi propuesta, subrayó, queda en la mesa. Hay otros planes por montos menores, llegaremos a una media-ción".

El jefe del FMI dijo que este candente tema podrá re-



Michael Camdessus: hay que preservar los "degs".

solverse antes de la sesión del comité interno programada para abril, "sin necesidad de pasar a través de una reunión del comité, pese a que estamos listos también a esto".

Camdessus resaltó que los 36.000 millones de "degs" de su propuesta no son una cifra arbitraria, "puesto que depende de la necesidad de mantener las reservas en el nivel real de los últimos veinte años".

El director gerente de la

institución fundada hace medio siglo retomó su discurso de recortar las jubilaciones y facilitar los despidos, posición por la que el FMI se enfrentó a una ola de críticas.

"Es un problema a largo plazo, pero es mejor enfrentarlo cuanto antes", subrayó, tras destacar que los despidos y el recorte de los salarios mínimos son medidas necesarias porque permitirán aumentar los empleos.

(ANSA)

Ayer terminó la 49ª reunión anual sin acuerdo en nueva emisión de recursos

# Países en desarrollo demostraron mayor fuerza negociadora en Asamblea del FMI

Una de las más discutidas reuniones anuales del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial fue clausurada ayer sin que se llegara a un acuerdo sobre una nueva asignación de reservas de la institución y evidenciando la fuerza que han adquirido los países en vías de desarrollo frente a las grandes potencias industriales.

por Oscar Vilas -  
enviado de El Observador a Madrid

EN LA SESIÓN de clausura de la 49ª Asamblea Anual, el director gerente del FMI, Michel Camdessus, se manifestó confiado en que los países ricos y pobres podrán superar su desacuerdo respecto a una nueva emisión de Derechos Especiales de Giro (DEG), la moneda artificial en que el organismo realiza sus préstamos. Camdessus destacó que, pese a la disputa en torno al monto, existe un consenso general entre los 179 estados miembros del FMI sobre la necesidad de una nueva asignación de DEG.

La base de la discrepancia está

## Acercamiento entre Cuba y el Fondo

(ENVIADO) - MICHEL Camdessus, director gerente del FMI, confirmó ayer el acercamiento entre el organismo y el gobierno cubano, bajo el patrocinio de España.

Tras la ceremonia de clausura de la 49ª Asamblea Anual del FMI y el Banco Mundial, Camdessus reconoció la existencia de contactos para el reingreso de Cuba en el organismo, del que fue socio fundador y al cual abandonó tras la revolución de Fidel Castro por considerar que la institución era "el templo del capitalismo".

El abandono de Cuba del FMI se produjo por razones ideológicas y sin que este país mantuviera deudas con la institución, lo que a juicio de un alto funcionario facilitaría su reingreso.

Cuba, que perdió mercados y asistencia financiera desde el colapso del bloque comunista y sufre un bloqueo comercial, atraviesa una profunda crisis económica, que ha obligado al gobierno a apelar a medidas extremas, antes descartadas por motivos ideológicos.

Un eventual reingreso de Cuba al FMI y sus "instituciones hermanas", como el Banco Mundial, podrían permitir el acceso del país caribeño a los créditos que estas instituciones destinan al desarrollo.

El último país cuyo ingreso fue aprobado por el FMI fue Eritrea, después de haberse producido el ingreso de China, Vietnam y Rusia.



Clausura

Camdessus, Preston y Saifur Rahman se saludan al final de la Asamblea del FMI y el Banco Mundial

en una iniciativa de Camdessus para aprobar una nueva asignación de DEG por 50.000 millones de dólares y a repartir entre todos los países. La propuesta es apoyada por los países en desarrollo pero es criticada por los industrializados, que consideran demasiado elevado el monto de la emisión y le adjudican eventuales efectos inflacionarios.

La contrapropuesta de los países industrializados fue la de aprobar una emisión por 24.000 millones de dólares con el objetivo de apoyar exclusivamente a las naciones del antiguo bloque comunista, que recién se integran al FMI. No prevén la inclusión de los demás países en desarrollo.

La iniciativa de Camdessus, por el contrario, suponía la asignación de recursos para varias naciones pobres con elevados niveles de endeudamiento. Sin embargo,

Camdessus se declaró optimista a pesar de las discrepancias y dijo que en las próximas semanas se podría llegar a un acuerdo. Basó su confianza en que "todos reconocen la necesidad de una nueva asignación de DEG".

### Los pobres con más fuerza

Los siete países más industrializados del mundo, reunidos en el llamado Grupo de los Siete, ya habían coordinado una posición común, en el sentido de plantearle a las demás naciones que su oferta era la única posible y que podían tomarla o dejarla, pero que no habría lugar para negociaciones.

Sin embargo, en una inusitada muestra de unidad, el bloque de países en desarrollo dijo que el monto era insuficiente y rechazó la propuesta.

"Ha sido refrescante que por primera vez el Grupo de los Siete no lo haya decidido todo de antemano", declaró el presidente del Comité Interino del FMI, el belga Philippe Maystadt, luego de que el debate hiciera fracasar la postura de las potencias industriales.

Si bien los países en desarrollo tampoco lograron imponer sus posturas en varios temas, mostraron mayor fuerza negociadora que en anteriores ocasiones, y denunciaron posturas ambivalentes de las potencias.

En ese sentido, criticaron las barreras proteccionistas a las importaciones agrícolas, y reclamaron que los países desarrollados apliquen también las políticas de ajuste fiscal e incremento del ahorro interno que siempre recomiendan a las naciones pobres.

08-08

9500216

Nº. DOCUMENTO

TITULO *FMI quinquenio*

PROCEDENCIA *150483*

FECHA DE P... *4/10/94*

VINCULACIONES *508507*

*507466*

*El aumento del gasto se debe al incremento de la inversión, explicó De Posadas*

## Pese a desvíos del programa, FMI consideró buena la evolución económica de Uruguay

Tras reunirse con el director del Departamento para el Hemisferio Occidental del Fondo Monetario Internacional (FMI), Sterie Beza, el ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas, aseguró que el organismo percibe que "la evolución económica de Uruguay en 1994, para ser un año electoral, es formidable".

por Oscar Vilas

enviado de El Observador a Madrid

LA DELEGACIÓN URUGUAYA que asiste a la Asamblea Conjunta de Gobernadores del FMI y el Banco Mundial, se reunió con Beza por espacio de algo más de una hora, oportunidad en la que se analizó la marcha del programa económico pactado en setiembre de 1993 en Washington.

De Posadas sostuvo que aunque las autoridades fondomonetaristas hicieron hincapié en el desvío que sufrió el programa, reconocieron que "el 94 va mucho mejor de lo que se podía prever".

El ministro recalcó que el aumento del gasto público se debe a un incremento de la inversión, subrayando que no se trata de "plata tirada a la calle".

En este sentido, el director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP), Javier De Haedo, aseguró que son gastos "de calidad superior" porque se destinan a la "inversión social".

Ambos descartaron que el FMI haya sugerido a las autoridades uruguayas la implementación de correctivos para disminuir el incremento del gasto público.

Durante el transcurso del encuentro, Beza se mostró muy interesado en el proceso electoral uruguayo y en conocer si la eventual "composición del futuro gobierno permitirá implementar las



Camdessus y Preston

El director gerente del FMI y el presidente del Banco Mundial junto al ministro de Economía de Marruecos, en Madrid

reformas que el país necesita", explicó el ministro.

### Ecuación inmejorable

Tanto De Posadas como De Haedo coincidieron en destacar que "la base económica del país es mucho mejor de lo que era" y el ministro aseguró que "el panorama que Uruguay presenta por delante es inme-

jorable siempre y cuando se efectúen las reformas estructurales necesarias". A su juicio, dichas reformas deberán ser encaradas a nivel de "seguridad social, Estado y educación".

Preguntado sobre qué tipo de reforma debe sufrir la educación, aseguró que "debemos salir de aquella idea de m'hijo el doctor" y, para hacerlo, recomendó introducir

"mayor flexibilidad de adaptación a la realidad del sistema", mediante la transformación de los "métodos de estudios, estructura de las carreras y el énfasis de los programas".

"La ecuación para crecer es inmejorable", reiteró el ministro, agregando que "si la gente vota por los cambios y éstos se llevan adelante, Uruguay no es un país que presente potenciales sorpresas en materia institucional, social o política".

De Haedo aportó varias cifras para sustentar los dichos del ministro y entre ellas destacó que durante el actual gobierno el 20% de los hogares más pobres vieron crecer sus ingresos en un 25%, mientras que el 20% de aquellos más ricos lo vio crecer 17%. "Se está produciendo una redistribución progresiva de los ingresos", aseguró.

Ambos funcionarios subrayaron que Uruguay "es ajeno" al fenómeno de volatilidad de los capitales externos que registra América Latina. Para ejemplificarlo, De Haedo dijo que el resultado positivo de la cuenta capital del sector privado en el año móvil terminado en junio pasado es 100 millones de dólares mayor que el del mismo período finalizado en junio de 1993. ■

### Banco Mundial con asesores económicos de presidenciables

(ENVIADO) - LA SEMANA pasada funcionarios del Banco Mundial se reunieron en Montevideo con los principales asesores en materia económica de los candidatos presidenciales del Foro Batllista y del Herrerismo, confiaron a *El Observador* fuentes del organismo.

Si bien el objetivo central de la misión que viajó a Uruguay fue supervisar la ejecución de algunos programas que se llevan adelante con financiamiento del organismo multilateral, sus integrantes aprovecharon el viaje para conocer la opinión en materia económica de los candidatos que aparecen con mayor chance de ganar las elecciones del 28 de noviembre.

Además de entrevistarse con

integrantes del equipo económico del gobierno, los técnicos del Banco Mundial mantuvieron contactos con los principales asesores en la materia de Julio María Sanguinetti, Juan Andrés Ramírez y Alberto Volonté.

Por otra parte, se encuentran en Madrid participando de actividades que enmarcan la Asamblea conjunta del FMI y el Banco Mundial, los integrantes del equipo de asesores económicos del Foro Batllista, Ricardo Pascale —éste en calidad de invitado— y Juan Berchesi, y el voluntarista Carlos Corti, ex funcionario del Banco Mundial.

Fuentes serias reconocieron a *El Observador* que aprovechando la estadía de los técnicos en Madrid, funcionarios del FMI y del Banco

Mundial se reunieron con ellos para conocer cuáles serían los principales lineamientos de política económica que instrumentaría un eventual gobierno de los sectores políticos que integran.

El ex presidente del Banco Central, Ricardo Pascale, durante la administración colorada fue invitado a participar del habitual almuerzo que el director para el Hemisferio Occidental del FMI, Sterie Beza, brinda a los gobernadores de esa región en el Fondo.

La reunión de este año tuvo un carácter especial ya que en diciembre Beza se acogerá a la jubilación tras 33 años de actividad en el organismo. Será sustituido en el cargo por Claudio Loset. ■

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500817

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE

VINCULO

Sección del Greenpeace en Buenos Aires de PM1-13M.

150008  
6/10/94

508501  
501531  
501846  
11028

En la Cumbre Económica

## Espectacular Acción de los Ecologistas de Greenpace

EL PAÍS en MADRID  
por DANIEL BELTRAN ROHR

Doscientos cincuenta Ministros de Hacienda, Gobernadores de Bancos Centrales, delegaciones, embajadores y periodistas, totalizando más de cuatro mil personas, abarrotaron el recinto de IFEMA (Instituto Ferial de Madrid) para presenciar la ceremonia inaugural de la asamblea del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM). Desde casi una hora antes comenzó a llegar la gente por temor a quedarse sin lugar para presenciar el acto. Pero la nota fue la espectacular acción del grupo ecologista Greenpeace, dos de cuyos representantes se encaramaron a los tubos que ocultan de vigas del recinto, avanzando por entre ellos de manera temeraria hacia el centro mientras arrojaban lo que parecían octavillas. Cuando finalizó el Rey Juan Carlos su alocución, desplegaron una gran pancarta en la que se leía "Banco Mundial no más dólares para la destrucción de la capa de ozono", los activistas fueron posteriormente detenidos.

Largas colas se formaron para entrar al recinto, motivadas por la necesidad de pasar una vez más por el detector de metales, algo que a lo largo del día termina por aburrir.

A medida que ingresaba el público diligentes azafatas indicaban, según la función que desempeñara la persona, periodistas, integrante de delegación, etc., el lugar asignado para ubicarse.

En la puerta iban estacionando lujosas limusinas, coches último modelo de las más destacadas marcas, de los que iban descendiendo diversas autoridades, tras lo cual eran dirigidos a los aparcamientos especiales que tenían designados.

Algunas delegaciones, como la hindú, lucían sus atuendos típicos, lo que daba aún más color a la ceremonia y hacía acordar un poco a las Naciones Unidas, donde cada uno asiste a las comisiones con la ropa característica del país que representa.

El estrado estaba montado sobre una tarima para permitir su contemplación desde todos los puntos, detrás colgaban los distintivos de los distintos organismos que integran las Instituciones de Bretton Woods.

A la izquierda y derecha dos gigantescas pantallas, divididas en 36 más pequeñas, servían para una mejor apreciación del orador, ya que el atril estaba a un nivel más bajo que el estrado y era difícil contemplarlo desde los asientos, al estar todos situados en un suelo totalmente plano.

Con el fondo de un gran cortinado azul, a un lado y otro de las citadas pantallas, lucían las banderas de los 179 países miembros, el

exterior también embanderado, daba aún más esplendor al evento.

Los integrantes de la mesa, Sr. M. Saifur Rahman, Gobernador del Fondo y del Banco en Bangladesh, Michel Camdessus, Director Gerente del FMI y Lewis T. Preston, presidente del Banco Mundial, anunciaron que salía a recibir al Rey a las 10 y 30 horas, horas para el inicio de la inauguración.

Sin embargo, tuvieron que aguardar en el exterior veinte minutos, mientras en el interior comenzaba a palparse cierta inquietud por el atraso del Monarca, dada su estricta puntualidad.

A través de las pantallas se presenció al arribo de sus Majestades, quienes ingresaron en medio de ruidos aplausos proporcionados por el público puesto de pie.

**ACCIÓN DE GREENPEACE**  
Acababa de comenzar de hablar Michel Camdessus, cuando, veloces como rayos, dos personas pasaron entre las cámaras situadas al fondo del recinto pero frente al estrado y comenzaron a trepar con gran agilidad hacia el techo sin que nadie pudiera impedirlo.

Con rapidez, guardas se colocaron en la zona por donde habían ascendido para evitar la posibilidad de que alguien los siguiera en el intento.

Los dos individuos comenzaron, con evidente riesgo físico, a deslizarse por los tubos hacia el centro del amplio edificio, la atención del público se centró en ellos, porque además lanzaban lo que parecían cuartillas y no eran otra cosa que billetes que decían de un lado Banco Mundial y en el reverso "no más dólares para la destrucción de la capa de ozono".

Miles de flashes bombardearon a los intrépidos "alpinistas". Preston parecía ajeno a cuanto ocurría, en cambio los ecologistas continuaron avanzando hasta situarse un poco más adelante del centro, vale decir, más cerca del estrado.

A todo esto había comenzado a hablar el Rey Juan Carlos, cuando éste finalizó su discurso, los miembros de Greenpeace extendieron una pancarta que rezaba lo mismo que los billetes que lanzaron nuevamente en grandes cantidades.

Debajo les aguardaban numerosos guardias que procedieron a su arresto no más descendir, la pregunta que quedó en el aire después del suceso era ¿cómo pudieron burlar las estrictas medidas de seguridad, detectores de metal incluidos, para llevar a cabo su acción?, es obvio que en este caso fallaron las precauciones adoptadas, el nerviosismo de los guardias era notorio.

ENTRADO  
CRUZ DO

01-01

9500818



N.º DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEGENCIA

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

*Sin resultados trascendentes en clausura del FMI*  
*150075*  
*7/10/94*  
*508509*  
*11078*  
*FMI*  
*(EDIMOL)*

## Sin resultados trascendentes en la clausura del FMI

Por Eduardo Bonelli  
 (Enviado especial de LA NACION)

*11/7/10*

**La Argentina: nuestro país está bien considerado por la comunidad financiera y alejado de las actuales preocupaciones.**

MADRID. Al cabo de tres días de sesiones regulares y otros diez de agitados reuniones preparatorias, más de seis mil ministros, funcionarios, banqueros, empresarios y periodistas llegados aquí desde todas partes dieron por terminada la asamblea conjunta del Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento y del Fondo Monetario Internacional sin haber adoptado decisiones trascendentes, pero con ideas e iniciativas llamadas a gravitar sobre la evolución de la economía y las finanzas internacionales.

Para la Argentina, la reunión no tuvo la importancia dramática de otros momentos en que circunstancias difíciles generaban expectativas acerca de medidas y negociaciones, o cuando políticas correctivas promovían resultados encorajables que la comunidad financiera saludaba complacida.

Esta vez, por lo que aquí se ha advertido, la Argentina forma parte de un grupo de países que han hecho esfuerzos considerables por poner en orden sus economías, han obtenido avances notorios, y, como derivación, registran indicadores globales positivos pero que, por su perduración y por la creencia de que su evolución no corre riesgos mayores, ya no llama la atención.

La Argentina ha sido aquí un país bien considerado, a cuyas autoridades económicas y a cuyos banqueros se arriman ofertas de

negocios, pero bastante alejado del centro de las preocupaciones de la comunidad financiera.

El tema más inquietante, permanentemente presente a lo largo de la asamblea, ha sido la necesidad de asistir financiera, técnica y gerencialmente (e, inclusive, hasta políticamente) a los "clones" que durante cuarenta y cinco o cincuenta años de vida de las instituciones de Bretton Woods permanecieron al margen y organizaron su economía en el abandonado molde del socialismo.

Hoy, el objetivo primero de la comunidad internacional no ya de los intereses económicos o financieros es incorporar a esa vasta porción del mundo a las prácticas de las llamadas democracias capitalistas.

Nadie ignora que este proceso tiene un costo, y ese fue el tema central de la reunión de Madrid. El sistema de cooperación económica internacional está tratando de asignar a ese propósito la mayor cantidad posible de recursos, considerando que la estabilidad política y cierto grado de progreso y de equilibrio económico en ese grupo de países es vital para sostener la armonía de las relaciones internacionales.

### Criterio dominante

El criterio dominante en la comunidad internacional (el FMI y el Banco Mundial se ocupan de economía y finanzas, pero están conducidos por representantes de los gobiernos) es hoy que países como la Argentina, que están haciendo los deberes y poniendo la casa en orden, pueden financiar por los meca-

nismos del mercado su crecimiento económico.

Han de obtener apoyo todavía para contribuir a la solución de sus problemas sociales y eliminar focos de pobreza, sobre todo, en áreas de la salud y la educación y también para la preservación ambiental y la superación de un grave déficit de infraestructura; aunque, en este caso, el instrumento fundamental será la inversión privada.

Por eso los organismos financieros internacionales están reclamando la creación de liquidez por la creación de DEG y presionando vigorosamente para que las principales economías industriales equilibren los presupuestos fiscales, que son el principal factor de demanda para los mercados de capital.

En este aspecto, la Argentina se muestra más bien como un caso de excepción: su endeudamiento no llega al 25 por ciento; mantiene su equilibrio fiscal y sólo toma crédito para reembolsar capital, de modo que el aumento de su deuda tiende a cero.

En estas condiciones, haber renunciado a los dos tramos finales del crédito de facilidades extendidas acordado con el FMI en 1992 no debería suscitar recelos y sería una contribución que liberaría recursos para ponerlos a disposición de la comunidad internacional.

Que en un largo año electoral vayan a mantenerse los compromisos y objetivos en su momento convenidos con el Fondo o que un cierto ablandamiento del monitoreo pueda ser aprovechado para permitir deslices e incumplimientos es algo que habrá que ver en los hechos.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500819

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO *Representante de FMI en UROB. permanecerá*

PROCEDENCIA *150483*

FECHA DE PUBLICACIÓN *8/10/94*

VINCULACIONES *508501*  
*507466*

*hasta junio '95.*

### *Representante del FMI en Uruguay permanecerá hasta junio de 1995*

EL DIRECTORIO DEL Fondo Monetario Internacional comunicó al gobierno uruguayo que el representante del organismo en Montevideo, Andrew Wolfe, permanecerá en su cargo hasta junio de 1995, de manera de facilitar las relaciones durante el período de cambio de gobierno, dijeron a *El Observador* funcionarios oficiales.

El gobierno de Luis Alberto Lacalle ya había solicitado al FMI que mantuviera a Wolfe al frente de la representación del organismo hasta noviembre de 1995, un año más del plazo previsto inicialmente.

Si bien no es habitual que el FMI extienda el período de per-

manencia de sus representantes en el exterior, en esta oportunidad se accedió en atención a la petición del gobierno uruguayo y a la conveniencia de facilitar el relacionamiento con el organismo durante el cambio de gobierno que se producirá en marzo de 1995.

Por otra parte, el Directorio del organismo dejará las manos libres al gobierno entrante para aprobar la designación de un nuevo representante.

Doctorado en Economía, Wolfe ingresó al FMI en febrero de 1987. Desde entonces ha trabajado en programas del organismo para varios países de América Latina. ■

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZ-DO	<input checked="" type="checkbox"/>

01-01

9500820



IN. 00000000

TÍTULO

*FMI decidió aumentar el límite de endeudo-*

PROCESADORA

*150483*

FECHA DE P. OF.

*26/10/94*

ANULACIÓN

*508301*

*miento de países  
miembros*

## FMI decidió aumentar el límite de endeudamiento de países miembros

WASHINGTON- EL FONDO Monetario Internacional (FMI) decidió ayer aumentar el límite de endeudamiento anual de los países miembros, desde el 68% hasta el 100% de su cuota por un período de tres años, informó ayer la institución financiera.

El límite acumulativo, sin embargo, no fue modificado y continúa siendo del 300% de la cuota.

El nuevo límite está sujeto a una revisión anual por parte del Comité de Administración del FMI que lo decidirá en base a "factores relevantes como la magnitud de sus miembros, el equilibrio de pagos y deudas y su liquidez", dijo la institución en un comunicado de prensa.

El director del FMI, el francés Michel Camdessus, declaró que recibía "muy satisfecho" la decisión del Consejo de Administración de aumentar el límite de endeudamiento de los países, ya que ello demuestra, según dijo, "un espíritu de cooperación".

"El aumento del límite de

endeudamiento será muy útil y permitirá al FMI continuar con programas de apoyo y ajuste para sus miembros durante los próximos tres años", agregó Camdessus.

El incremento de la capacidad máxima de endeudamiento busca, dice el FMI, "conceder confianza" a los países miembros que requieran más financiación y permitirá al organismo internacional "responder de manera más rápida y apropiada" cuando sea necesario.

"El límite —agrega el comunicado del FMI— no es un objetivo y el acceso a la financiación del Fondo dentro de ese límite será determinado caso por caso en relación con cada programa".

La decisión de incrementar el límite de endeudamiento es la continuación de la recomendación realizada por el Comité Interino que en su reunión del 2 de octubre en Madrid aconsejó al Comité de Administración del FMI que considerara un incremento temporal no menor del 85% de la cuota. (EFE)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500821

Nº DOCUMENTO

*Mostrar Survival Int. analiza en ref. consejo de proyectos aprobados X el BM.*

PROCESO 150007

FECHA DE PRESENTACIÓN 1-oct-84.

VOLUMENES 501946.

501531

507513

## ACUSAN AL BANCO MUNDIAL DE MAS DE CINCUENTA PUEBLOS

## HABER DEVASTADO CON SUS PROYECTOS

EL PAÍS en MADRID.  
por DANIEL BELTRAN ROHR

El País 11/08/84

Survival Internacional, movimiento mundial de apoyo a los pueblos indígenas denuncia que más de 50 pueblos han sido devastados por las decisiones de las principales instituciones financieras del mundo, cuya asamblea se celebra en Madrid. En los últimos cincuenta años —según dicho movimiento—, el Banco Mundial ha aprobado proyectos que han tenido resultados catastróficos para los pueblos indígenas en todos los lugares del mundo y para el año en curso habrán desplazado de sus tierras a cuatro millones de personas.

En su informe sobre los proyectos del Banco Mundial, Survival analiza sus consecuencias, a través de un informe titulado "Más de 50 pueblos indígenas devastados".

Comienza por el programa de Gran Carajás en Brasil que afecta a 14 pueblos, cuyas tierras fueron invadidas por la construcción de carreteras y vías férreas, provocando el saqueo de sus recursos, la deforestación y los más altos índices de violencia en Brasil contra este tipo de pueblo.

Otro capítulo se refiere al "Programa de Desarrollo Integrado de la Región Noroeste 1981-1988" también en la tierra de la samba y Panatara (Proyecto de Gestión de Recursos Naturales de Rondônia, afectando a 36 pueblos).

Esto produjo asentamientos incontrolados, deforestación, la invasión de rancheros, colonos y madereros y la llegada de enfermedades que diezmaron a los habitantes del lugar, a los que robaron muchas tierras. El proyecto de la presa Sardar Sarovar, en India al que también se opone Greenpeace, que perjudica a cuatro pueblos y sus consecuencias.

Ubicada sobre el río Namada, más del 60% de la gente que deberá desplazarse es indígena, sin embargo por la presión nacional el Banco se retiró del proyecto y aunque no lo financia es todavía legalmente responsable de asegurar que se cumplan los términos y condiciones del préstamo.

Pero las cosas no paran allí, en Indonesia se puso en marcha el "Programa de Transmigración" que afecta a Papúa Occidental y otros muchos pueblos.

Este proyecto supone uno de los mayores casos de colonización de la historia, con la ocupación de grandes extensiones de tierras indígenas.

Survival denuncia también las Presas del Chico en Filipinas, de Bodghat en India al igual que el Proyecto de Subamarekha, las presas de Pangue en el río Bio-Bio y la Gestión de la Tierra Nacional y Proyectos Ganaderos 1, 2, y 3 como otros que causarán daños irreparables a pueblos indígenas, el medio ambiente, la deforestación, gracias al apoyo del Banco Mundial.

### GREENPEACE TAMBIÉN ACUSA

Para la organización ecologista, muy preocupada también por el impacto de las represas en la India, el Banco Mundial ha actuado con estrechez de miras, centrando la generación de crecimiento económico ignorando a menudo el impacto social y medioambiental de sus proyectos.

Greenpeace entiende que los programas de ajuste estructural del Banco Mundial causan estragos en el medio ambiente: "a través de ellos ha incrementado el flujo neto de recursos desde los países endeudados del Tercer Mundo hacia los bancos comerciales acreedores, ha aumentado la concentración de ingresos y riqueza, ha desplazado a pequeños granjeros, ha sobreexplotado los recursos naturales y ha socavado gobiernos democráticos.

Por todo ello los ecologistas solicitan que los países donantes retiren su contribución al Banco Mundial hasta que éste no lleve a cabo una política más abierta y democrática y financie proyectos medioambientalmente sostenibles.

Para Greenpeace el Banco Mundial debe: respetar los principios acordados en la Cumbre de la Tierra y las Convenciones internacionales sobre cambio climático, protección de la capa de ozono y biodiversidad y conceder sus préstamos a proyectos de desarrollo a menor escala y más participativos.

Debe paralizar los proyectos ecológicamente destructivos, para reajustar la financiación, el papel y el poder del Banco y redirigir los fondos hacia diferentes alternativas de desarrollo.

α-01

9500822

Nº. DOCUMENTO  
 TITULO FMI - invitado con protestas de Greenpeace.  
 PROCEDENCIA 150014  
 FECHA DE RECEPCIÓN 5-10-84  
 VOUCHER 508501  
501946

Las ayudas del Banco Mundial y  
del FMI no admiten protestas

**EL FONDO MONETARIO IRRITADO  
CON PROTESTAS DE GREENPACE**

El Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial respondieron con irritación a la «protesta teatral» que ayer protagonizaron militantes de Greenpeace en la inauguración de su Asamblea, pero dijeron seguir abiertos a un «diálogo responsable» con las organizaciones no gubernamentales (ONG).

Armeane Choksi, vicepresidente para el Desarrollo de Recursos Humanos del Banco Mundial (BM), sin poder ocultar su enfado, dijo que el incidente de ayer, llevado a cabo cuando hablaba el Rey Juan Carlos I de España, fue una descortesía con la que a Greenpeace le salió el tiro por la culata.

«Son unos farsantes», dijo tajantemente Mark Malloch-Brown, director de Comunicaciones del BM, y agregó que esta organización les ha proporcionado «todas las facilidades para el diálogo y el acceso a los actos, y han abusado de ello».

Dos militantes de Greenpeace, acreditados como participantes, burlaron las medidas de seguridad para trepar hasta el techo del pabellón donde se inauguraba la 49 Asamblea Anual del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el BM, desde donde desplegaron una pancarta y arrojaron pasquines encima de los asistentes.

Una portavoz de Greenpeace posteriormente afirmó que de ninguna manera era el monarca español el blanco de la protesta, en la que se acusó al Banco Mundial de fomentar la destrucción del medio ambiente en general y la capa de ozono en particular.

«La reacción incendiaria que nuestra presentación de los hechos (relativos al capa de ozono) parece haber provocado, sólo consigue esquivar una discusión sustancial relativa al asunto», afirmó Malloch Brown.

la 200. 5100194

4

01-01

9500823

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Informe reunión de FMI y BM, gasepoco Senderos, medidas de*

PROCEDENCIA *ISO 161 (Reute)*

FECHA DE PROCEDENCIA *5-10-94*

VINCULACIONES *508501*

*501531*

*11078*

*501946*

*507513*

*Documento  
POCO LEEBLE  
EN SU TOTALIDAD.*

01-08.

9500824

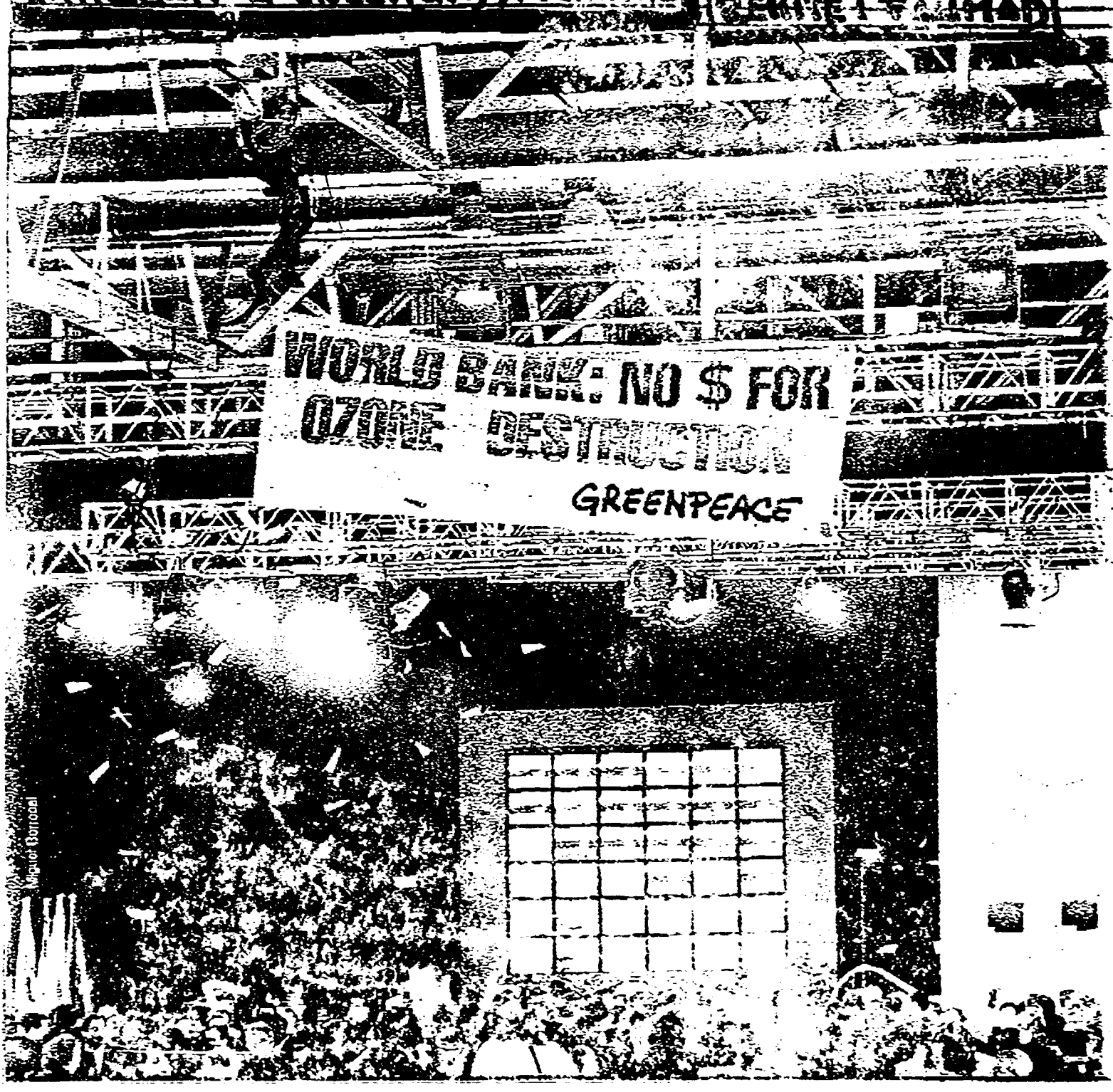
15 10 '94 11:15 85428177

# ABC

MADRID, MIÉRCOLES 5 DE OCTUBRE DE 1994

ENTREGAR A CUEL (AV) Y CANACHOS

## LA INAUGURACION DEL FMI PLANTEA EL GRAN PROBLEMA DE INSEGURIDAD QUE SUFRE ESPAÑA



Dos miembros de Greenpeace protestaron ayer las medidas de seguridad y acreditación. La inauguración del edificio donde se celebraba, bajo la presidencia de Su Majestad el Rey, la inauguración de la Asamblea del FMI y el Banco Mundial. En la misma ocasión, en manos de una semana en la que miembros de Greenpeace criticaron al FMI, consiguieron romper los cristales de la fachada, lo que pone en evidencia el gran problema de inseguridad que sufre España. En medios políticos y sociales se subraya que el hecho de que las fuerzas de seguridad de España no consiguieran detener a los manifestantes de Felipe

González se ha traducido en un alarmante incremento de la inseguridad y la inseguridad ciudadana, a lo que hay que sumar además la incapacidad manifiesta para luchar con garantías contra los incendios y otros siniestros. De la misma manera, los dos miembros de Greenpeace consiguieron sin ningún problema entrar en el Auditorio y colocarse sin oposición frente a la columna de humo que se eleva por las pancartas y la gran multitud de manifestantes. Podría haber sembrado muerte ante el mundo entero, con grave descrédito para España. (Editorial e información en páginas interiores)

56/ABC

ABC DIARIO DE ECONOMIA

MIÉRCOLES 5-10-94

2/7

# DOS ECOLOGISTAS BURLAN LOS

Madrid, D.E.

Dos militantes de Greenpeace pusieron ayer en evidencia a los responsables del impresionante dispositivo de seguridad montado en torno a la Asamblea del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial que se desarrolla en Madrid. Tras eludir los numerosos «filtros» policiales montados al efecto, los dos manifestantes se encaramaron a la estructura metálica del pabellón donde,

Los dos militantes de Greenpeace son de nacionalidad británica y pasaron los filtros de seguridad con acreditaciones de reporteros, informaron fuentes policiales.

En concreto se trata de Anthony Morris y John Desmond, quienes fueron detenidos cuando descendieron por el mismo de la estructura metálica a la que se subieron para realizar la protesta, siendo trasladados inmediatamente por la policía a la comisaría madrileña del distrito de Chamartín.

Fuentes policiales indicaron que los dos detenidos serán puestos hoy a disposición del juez de guardia de Madrid, acusados de un delito de desórdenes públicos. Una vez que sean interrogados, la autoridad judicial decidirá sobre su situación.

Ambos accedieron al pabellón tras con acreditaciones de Prensa concedidas por la organización del Fondo Monetario Internacional en las que se les identificaba como reporteros de un medio de comunicación denominado «On The Americas», según las mismas fuentes policiales.

Los dos ecologistas pasaron el arco detector de metales y todos los filtros de seguridad previstos para controlar el acceso de los informadores. En ninguno de estos controles fue detectada una cuerda que uno de ellos llevaba enrollada en la cintura ya que, al igual que el resto de los periodistas, no fueron cacheados.

Tras acceder al pabellón, se dirigieron a la tribuna donde estaban instaladas las cámaras de televisión y desde allí escalaron por una viga hasta llegar a la estructura metálica del techo del edificio. Por ella, ayudados por la cuerda, se encaramaron hacia la mesa presidencial, sin que la policía pudiera evitarlo, a pesar de que un agente de paisano trazo, sin éxito, de trepar tras ellos.

## Billetes de un dólar

Cuando el presidente del Banco Mundial, Lewis Preston, pronun-

ciaba su discurso inaugural, los ecologistas lanzaron reproducciones de billetes de un dólar con la frase «50 años de destrucción», en alusión al hecho de que la Asamblea actual se celebra coincidiendo con el 50 aniversario de la creación del Banco Mundial y del FMI. Posteriormente, y tras esperar a que Su Majestad el Rey terminase su discurso, desplegaron una pancarta en la que se leía «Banco Mundial: No más dinero para la destrucción del ozono».

La Policía no considera que esta

deja la presidencia de Sus Majestades los Reyes y con asistencia de numerosas personalidades, se celebraba en ese momento la ceremonia inaugural de la reunión anual del FMI. Ante la atónita mirada de las fuerzas de seguridad y de los casi 4.000 asistentes, los miembros de Greenpeace lanzaron desde el techo panfletos y desplegaron una pancarta con críticas al Banco Mundial.

del Fondo Monetario Internacional ha sido diseñado expresamente por el Ministerio de Justicia e Interior, según reconoció ayer a ABC un portavoz de dicho departamento, independientemente de que empresas de seguridad privadas hayan colaborado en todo el proceso. Así, aparte de los efectivos destinados por la Policía Nacional y la Policía Municipal (cerca de 2.000 agentes), el centro de convenciones en el que se desarrollan los actos está protegido durante las 24 horas del día por 120

Banco Mundial. Así, en dos ocasiones anteriores, varios manifestantes, pertenecientes a Organizaciones no Gubernamentales, lograron burlar las medidas de seguridad e interrumpir con sus protestas el desarrollo de diversos actos.

El Ministerio de Justicia e Interior abrirá una investigación para determinar cuál fue el fallo de seguridad que permitió que se produjera el incidente. Así lo confirmó por la tarde en los pasillos del Senado el titular del departamento, Juan Alberto Beloch, quien no quiso hacer más comentarios al respecto.

Por su parte, el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial calificaron el incidente de «protesta teatral». Armande Cholevi, vicepresidente para el Desarrollo de Recursos Humanos del Banco Mundial, dijo, notablemente irritado, que el incidente fue una desatención hacia Don Juan Carlos, «con la que a Greenpeace le ha salido el tiro por la culata».



Los manifestantes desplegaron una pancarta frente a la mesa presidencial

espectacular protesta haya sido un fallo de los sistemas de seguridad previstos para esta asamblea anual del Fondo Monetario Internacional ya que, a su juicio, las medidas «han funcionado perfectamente». El problema, a lo mejor, ha estado en la concesión de esas acreditaciones de Prensa», señalaron fuentes de la Dirección General de la Policía.

En cualquier caso, el plan general de seguridad de la asamblea

de agentes de una empresa privada de seguridad.

Diversas fuentes señalaron que, de esta manera, la responsabilidad política final de este incidente, que pone en duda la eficacia de los sistemas de seguridad españoles, corresponde a la Secretaría de Estado de Interior, Margarita Robles.

Además, el incidente de ayer no es el primero que se produce durante el desarrollo de la asamblea que celebran en Madrid el FMI y el

Miembros de Greenpeace, tras eludir todos los controles policiales, treparon al techo del pabellón, desde el que lanzaron panfletos y desplegaron una pancarta en contra de la política del Banco Mundial



Un policía intenta, sin éxito,

03

9500824

59812181118

DGID SEC GPRAL

10-05-94 07:21

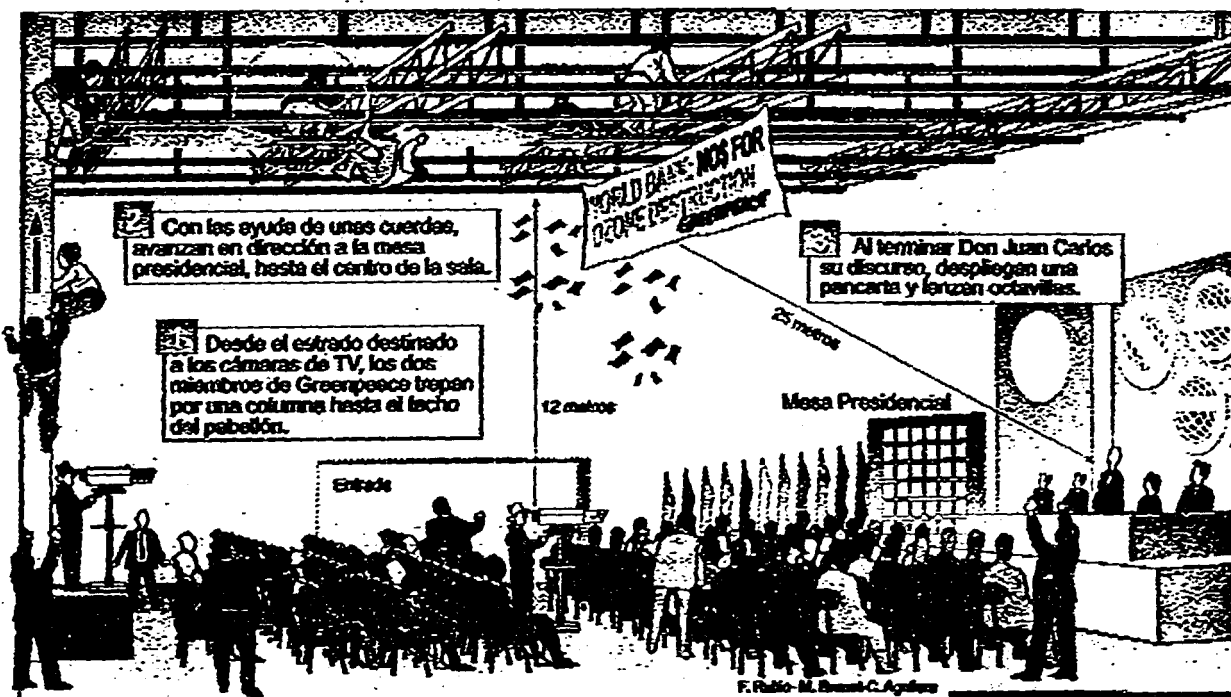
3/7

MIÉRCOLES 5-10-94

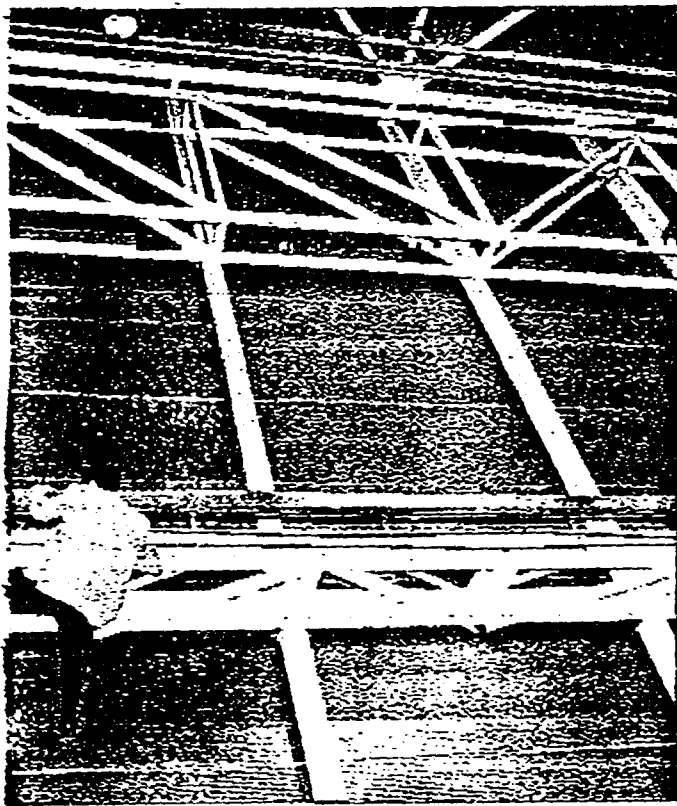
ABC DIARIO DE ECONOMÍA

ABC/57

# SERVICIOS DE SEGURIDAD DEL ESTADO



Distribución del pabellón y camino que siguieron los miembros de Greenpeace



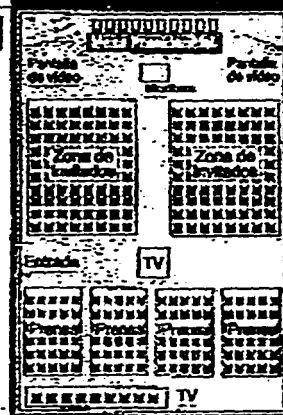
alcanzar a uno de los protagonistas de la protesta

**Margarita Robles, secretaria de Estado de Interior, es la responsable del plan general de seguridad de la asamblea del FMI**

El director de comunicaciones del Banco Mundial, Mark Malloch-Brown, añadió por su parte que los miembros de Greenpeace «son unos farsantes» y agregó que el Banco les ha proporcionado «todas las facilidades para el diálogo y el acceso a los ecos, y han abusado de ello».

Mientras, Greenpeace emitió por la tarde un comunicado en el que señala que el Rey no era, de ninguna manera, el blanco de sus protestas, sino el Banco Mundial, a quien la organización ecologista hace responsable del fracaso en la concesión de dinero para eliminar los compuestos químicos que destruyen el ozono.

Según Greenpeace, después de tres años el Banco Mundial sólo ha concedido el 8,2 por 100 de los 82 millones de dólares que se había



comprometido a aportar para este concepto.

A pesar de este incidente, fuentes del Banco Mundial aseguran que esta institución está comprometida a potenciar el diálogo con las ONG.

En este sentido, Armeane Chokel señaló que casi el 50 por 100 de los proyectos que desarrolla ahora el Banco Mundial admiten la participación de sectores fuera del ámbito gubernamental, incluidas las ONG.

Chokel contrastó la estrecha colaboración que el Banco Mundial mantiene con las ONG locales con «las grandes organizaciones occidentales a las que no se les ocurre otra cosa que vagabundear trivialmente por el mundo entero, voceando la animadversión que les produce el Banco Mundial».

550-3-817118

DGID SEC GPHL

10-05-94 07:2

9500824



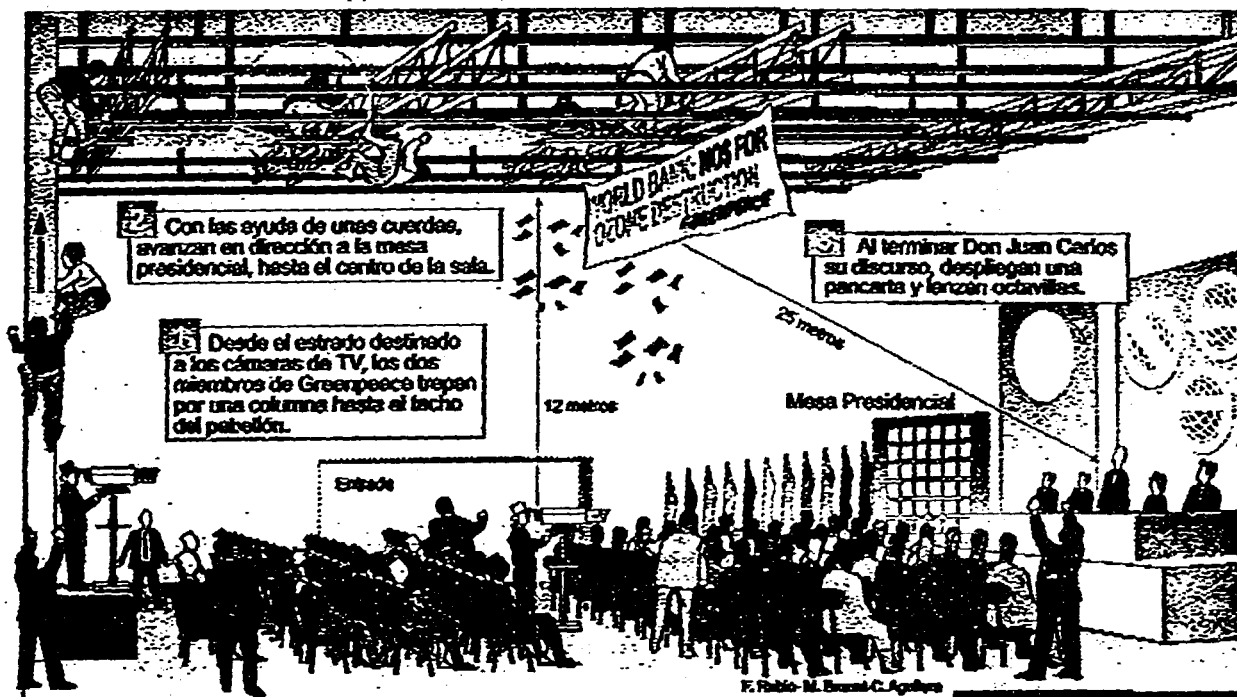
3/7

MIÉRCOLES 5-10-94

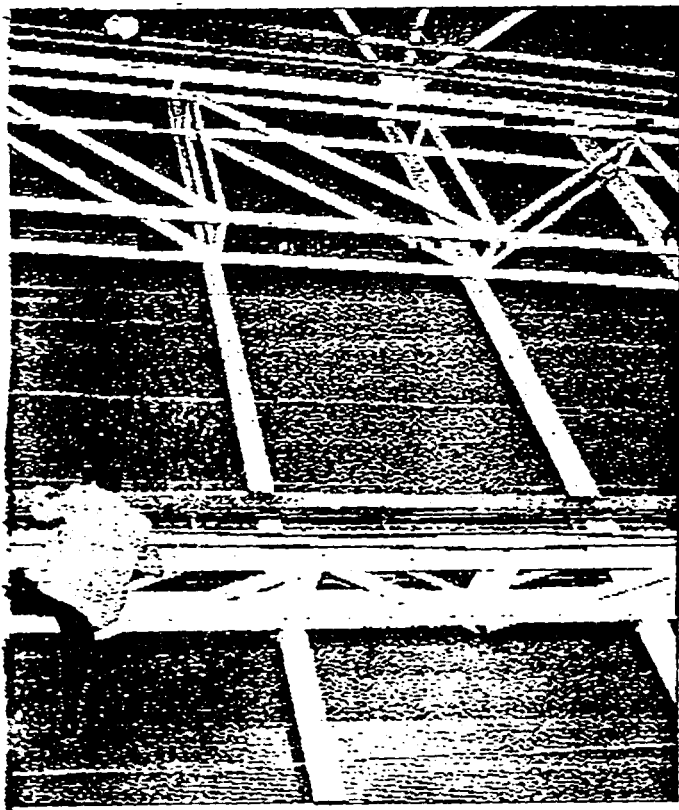
ABC DIARIO DE ECONOMÍA

ABC/57

# SERVICIOS DE SEGURIDAD DEL ESTADO



Distribución del pabellón y camino que siguieron los miembros de Greenpeace



alcanzar a uno de los protagonistas de la protesta

**Margarita Robles, secretaria de Estado de Interior, es la responsable del plan general de seguridad de la asamblea del FMI**

El director de comunicaciones del Banco Mundial, Mark Malloch-Brown, añadió por su parte que los miembros de Greenpeace «son unos forasistas» y agregó que el Banco les ha proporcionado «todas las facilidades para el diálogo y el acceso a los actos, y han abusado de ello».

Mientras, Greenpeace emitió por la tarde un comunicado en el que señala que el Rey no era, de ninguna manera, el blanco de sus protestas, sino el Banco Mundial, a quien la organización ecologista hace responsable del fracaso en la concesión de dinero para eliminar los compuestos químicos que destruyen el ozono.

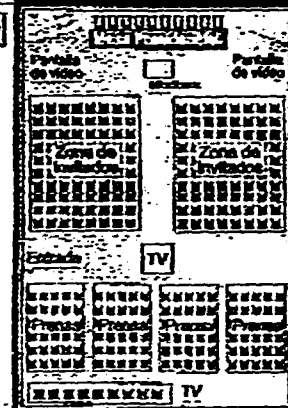
Según Greenpeace, después de tres años el Banco Mundial sólo ha concedido el 6,2 por 100 de los 82 millones de dólares que se había

comprometido a aportar para este concepto.

A pesar de este incidente, fuentes del Banco Mundial aseguraron que esta institución está comprometida a potenciar el diálogo con las ONG.

En este sentido, Armeane Chokel señaló que casi el 50 por 100 de los proyectos que desarrolla ahora el Banco Mundial admiten la participación de sectores fuera del ámbito gubernamental, incluidas las ONG.

Chokel contrastó la estrecha colaboración que el Banco Mundial mantiene con las ONG locales con «las grandes organizaciones occidentales a las que no se les ocurre otra cosa que vagabundear trivialmente por el mundo entero, vociferando la animadversión que les produce el Banco Mundial».



04

550-2-817118

DGID SEC GRAL

9500824

10-05-94 07:2



## Ramón FERNÁNDEZ DURAN

Coordinador del Foro Alternativo a la Asamblea del FMI y del Banco Mundial

«La cumbre financiera de Madrid es una gran muestra de ostentuosidad». «Estos organismos impulsan la globalización de la economía, el predominio de la producción y las multinacionales». «Hay que apretar el acelerador de la economía local»

## «Tenemos que abolir el FMI, el Banco Mundial y el GATT»

MARCELA TORRES

MADRID.— Ramón Fernández Durán, miembro de Aelcruz, coordina el Foro Alternativo a la Asamblea General del FMI y el Banco Mundial (BM) que se celebra estos días. Reitera una y otra vez que esta cumbre de «las otras voces del planeta» es producto del trabajo de muchas organizaciones internacionales y nacionales preocupadas por las condiciones de vida de la humanidad y no por el mundo del dinero y la riqueza.

Pregunta.—¿Qué representa el Foro Alternativo?

Respuesta.—El Foro Alternativo pretende recoger, como nuestro eslogan indica, «las otras voces del planeta». Debido al gran descontento que existe frente a las actuaciones del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, unidades de organizaciones internacionales y nacionales decidieron unir sus esfuerzos en esta cumbre para oponer a la población sobre lo que son y lo que representan estas instituciones.

P.—¿A qué representan?

R.—El Foro aglutina las voces de más de 200 organizaciones nacionales, así como medio centenar de instituciones internacionales de todo tipo.

Me gustaría resaltar que esta cumbre pareciera ha sido posible gracias a la colaboración desinteresada de unidades de organizaciones, que han cubierto con sus aportaciones nuestro modesto presupuesto de 10 millones de pesetas.

P.—¿Ustedes cuestionan la existencia del FMI y del Banco Mundial o simplemente critican sus actuaciones?

R.—Nuestra postura respecto a estas instituciones es abolicionista. Hay que acabar con ellas porque no creemos que sean reformables. Esto ya se empezó a plantear en Berlín, en 1988, durante la Asamblea Conjunta del FMI y del Banco Mundial, donde la cumbre fue muy contestada. A partir de ese momento, las organizaciones internacionales comenzaron a plantearse la imposibilidad de reformar estas instituciones. Se constata que se basa en que sea pronto como un problema se califica como global se dice que tienen que existir instituciones globales para manejarlo.

P.—¿No reconocen como positiva ninguna actuación del FMI o del Banco Mundial?

R.—Los grandes proyectos financiados por el Banco Mundial (presas en China y Brasil,



MARCELA TORRES

centrales térmicas en la India) han provocado desplazamientos masivos de población, el aumento de la desigualdad social y económica y grandes desigualdades medioambientales.

P.—Pero incluso esos proyectos han resuelto problemas.

R.—Nosotros pensamos que los problemas hay que resolverlos a escala local y que denca

que ser las propias poblaciones las que lo resuelvan.

Además, no existe un único modelo económico que haya que aplicar de manera igual en todo el mundo.

El planeta es enormemente diverso, las culturas muy diferentes, también los territorios y los recursos y, por tanto, cada población, en cada sitio, tendrá que ver, como lo ha visto a lo largo de toda la historia, cómo se debe evolucionar. No debe existir un único modelo que se imponga sobre todo el planeta y que beneficie a una minoría.

P.—¿Qué denuncian ustedes en esta «cumbre»?

R.—La Asamblea del FMI y

del Banco Mundial es una gran muestra de ostentuosidad. Lo que está detrás del FMI, del Banco Mundial y del GATT es impulsar los procesos de mundialización económica, de predominio de la gran producción y distribución, las grandes multinacionales, que son las que intentan implantar ese único modelo económico, cultural y político, y que son las que están detrás de los procesos de un libre mercado mundial que provoca cada vez más pobreza y marginación.

P.—¿No cree que la apertura de las fronteras es más favorable para la economía mundial que el proteccionismo?

R.—El proceso de globalización no sólo tiene serios impactos sociales sino también graves desequilibrios económicos y medioambientales. Por ello, pedimos que en vez de aplicar el acelerador de la globalización, que es lo que hacen estas instituciones siguiendo los intereses de las grandes multinacionales, lo que hay que hacer es empujar

a apretar el acelerador de la economía local. Hay que responder a la problemática local y solamente desde abajo es posible hacer frente a estos problemas. Además este crecimiento desigualitario y desigualdad económica y social está generando un mercado inseguro.

P.—¿No cree que el FMI y el Banco Mundial han introducido un poco de orden y ayudado al desarrollo de muchas zonas deprimidas?

R.—La actuación del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial han producido, lo que nosotros denominamos, la explosión del desorden. El Norte se está protegiendo a cualquier precio —con el racismo— de las corrientes migratorias del Sur, corrientes que han sido provocadas por el destrono que sobre los países subdesarrollados han protagonizado las potencias industrializadas.

P.—¿Cuáles van a ser sus acciones más inmediatas?

R.—Tras la manifestación de ayer, tenemos previsto llevar a cabo más concentraciones paralelas en aquellos lugares donde se están celebrando eventos del FMI y del Banco Mundial. Es muy fuerte que hayan alquilado locales públicos, como museos, cuando al ciudadano se le exige el pago de una entrada.

### No nos salven, por favor

JUAN FRANCISCO MARTÍN SECO

Puede ser los liberales consecuentes. Atacan con dureza cualquier interferencia en los mercados. Estos «demonios» deben ser libres, sin normas ni reglas. Una única ley: la de la oferta y la demanda. Libertad en especial en el mercado laboral, nada de regulación pero sus convenciones laborales se han balanceado tan pronto como se entra en el ámbito monetario. Parece ser que el dinero es una cosa demasiado seria para dejarla al arbitrio del mercado. La estabilidad en el empleo, el derecho de importación, la estabilidad monetaria plantean un problema de máxima prioridad.

Quizá en esto Freedman sea una excepción y por eso, con legitimidad, se opone por la desampliación del FMI. Porque si el FMI fuese consecuente con sus mensajes y sus consignas tendría que autodestruirse. Pero no, no hay miedo. Los responsables reclaman más competencias y más dinero —sin dinero no hay competencias—, lo que resulta más gracioso es eso de que se apunten en su haber, como éxito del Fondo, el importante crecimiento económico producido en los países desarrollados a partir de la Segunda Guerra Mundial.

Si alguna teoría económica fue la hegemonía en el período de bienestar de que ha gozado el mundo occidental a partir de los años 40 esa ha sido la keynesiana y, más bien, las dificultades hicieron su aparición tan pronto como se pusieron en práctica las recetas liberales que el FMI viene propagando desde siempre.

Como posturas de una nueva religión, los probadores del FMI nos amonestan a que en este período de bonanza que comienza no se olviden los mismos disparates que en los años 80, olvidados curiosamente que el gran disparate de los 80 fue haber aplicado políticas neoliberales, políticas de ajuste, las mismas que, ahora y antes, el FMI aconseja. Las políticas de Reagan y Thatcher y los famosos planes de convergencia tuvieron mucho que ver en el corrimiento del crecimiento y la expansión.

Están muy preocupados por el desempleo y, tan acierto, afirman que éste tiene causas estructurales pero como únicas medidas recomiendan controlar la inflación y el déficit público por supuesto, recordando los gastos sociales. Es decir, lo mismo de siempre.

En su obsesión paranoica por la estabilidad de los precios exhiben a aplicar ya restricciones monetarias, elevan los tipos de interés antes incluso de que aparezcan tensiones inflacionistas. Buena forma de consolidar el crecimiento y potenciar el empleo. Y eso el tiempo que reconocen que las actuales tasas de inflación son las más bajas de los 30 últimos años. ¿No será en parte esa manía enfermiza por reducir la inflación a cualquier precio la causante de los años malos de paro?

Si queremos consolidar el crecimiento y reducir el desempleo lo mejor que podemos hacer es decirle al Fondo Monetario Internacional: «No nos ayuden, por favor, gracias».

**«FMI y BM han traído la explosión del desorden, desequilibrios sociales, económicos y ambientales»**

05

599-2-817118

DGIO SEC GRAL

9500824

10-05-94 07:27

5/7

68/ EL MUNDO  
ECONOMIA

LUNES 3 DE OCTUBRE DE 1994

ASAMBLEA DEL FMI

50

Y DEL BANCO MUNDIAL

Decenas de organizaciones mostraron sus críticas a la «dictadura económica» de estas instituciones

**¡Que se vayan, no les queremos aquí!***Miles de personas se manifestaron ayer en tono festivo contra el FMI y el BM*

ANSELMO RUBIO

MADRID.— Porque son los responsables del hambre de millones de seres humanos. Porque son los patrocinadores de las políticas de ajuste que, como la que aplica el Gobierno español, están generando precariedad y desempleo. Porque están destruyendo los recursos del planeta. ¡Que se vayan, no les queremos aquí!

El ambiente festivo y carnavalesco de la «cibernetización» promovida por el «Foro Alternativo» no restó imaginación al irónico y a la vez amargo mensaje que decenas de organizaciones de diversa naturaleza lanzaron ayer contra la «dictadura económica» del FMI y del Banco Mundial.

Con la música y el buen humor que caracteriza a los ciudadanos de este país, con disfraces, carrozas, charangas y una banda de música para que no decaiga la fiesta, desde La Cibeles hasta la Plaza Mayor, bajo un mismo estropajo: «50 años bastan».

Respaldados por los viejos y solennos edificios que albergan las sedes de las grandes entidades financieras españolas, desde el Banco de España hasta la casita del Banco, y dejando a la derecha las oficinas del Ministerio de Economía, se movían a ritmo de carnaval miles de personas procedentes de toda la geografía española, sin olvidar la presencia de algunas movilizaciones europeas.

«También que desmantelamos la hipocresía de estos falsos profetas», gritaba un megáfono enarbolado. Junto a ellos, un grupo de «canta-canta» que casi no despegaban del suelo medio ciego, disfrazados para la ocasión, saltaban y chillaban al unísono: «Solidaridad, 0,7 por ciento, 0,7 por ciento». Tan sólo unos metros más allá, una gigantesca bola del mundo mostraba los resultados devastadores del «gran mundo» que ha dado el FMI al medio ambiente.

Una manifestación, mezclada con botín negro y adornada con todo tipo de arropes, corrió delante de una gran masa, ofreciendo a los manifestantes un montaje cinematográfico: «Movidos más deprisa que una está comiendo la cenicienta», gritaban que la deuda me va a pisar».



Miles de personas se dieron cita en la Plaza Mayor de Madrid, lugar donde se celebró la manifestación. CARMEN BARRAL



Un grupo de feministas reclama un cambio en la política de natalidad. CA

Otros no se molestaron en preparar una cámara filmadora o buscar un mensaje sutil. Fue el caso de los miembros del movimiento ecologista Aedeus, que directamente lanzaron «chocitos» a los

responsables de estas dos instituciones. Los más radicales mostraban su indignación vociferando una solución rápida para curar la enfermedad por lo sano: «El Banco Mundial lo vamos a quemar».

Y entre toda esta fauna, varios miembros del Partido Socialista, Francisco Saezillo, Ledvina García y Manuel de la Rocha: «Ambas instituciones aplican una política monetarista a ultranza que obliga a los países miembros a apretarse el cinturón. Es necesario volver a los principios que los inspiraron. Por desgracia, el socialismo europeo se ha visto influido por corrientes neoliberales, y en especial el socialismo español».

Y una vez todos en la Plaza Mayor, los actores y Moncho Alpuente como maestro de ceremonias, dejaron a los presentes con un ácido mensaje: «Somos las otras voces del planeta». Esperemos que no les tapen la boca.

**El Comité Interino del FMI estudia vender su oro**

El Comité Interino que trata los asuntos concernientes al Fondo Monetario Internacional (FMI), reunido ayer en Madrid, estudia la propuesta británica de vender parte de las reservas de oro de esta institución para aliviar la deuda a las naciones más empobrecidas.

Según fuentes oficiales británicas que piden mantenerse en el anonimato, la cuestión de la venta del oro se trató en la sesión de la mañana del Comité Interino, sin que surgiera «ninguna oposición clara» a esta iniciativa por parte de ningún miembro de la organización internacional multilateral.

El ministro de Finanzas británico, Kenneth Clarke, ha propuesto que el FMI venda parte de los 40.000 millones de dólares que tiene en reservas de oro para reducir la deuda de los países más pobres, iniciativa que ha sido respaldada por las naciones en desarrollo y las de la Commonwealth.

Esta propuesta, sin embargo, fue rechazada el pasado jueves por el propio director gerente del FMI, el francés Michel Camdessus, por considerar que la fidelidad de las reservas de oro de este organismo, es servir de garantía última sobre el uso de sus recursos.

**Ucrania amenaza con superar a Rusia en el FMI**

El nuevo Gobierno de Ucrania, al dejar claro su compromiso con la adopción de reformas radicales, amenaza con superar a Rusia en su nueva rivalidad por la aprobación —y quién ayuda— de los países ricos, iniciaron ayer en Madrid algunas de ellas.

En una sesión preparatoria a la Asamblea Anual Conjunta del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM), el ministro alemán de Finanzas, Theo Waigel, hizo una advertencia directa a Rusia porque «no debe alargar en sus esfuerzos de ajuste, sino más bien los debe reforzar».

Weigel dio la bienvenida a las recientes señales en Ucrania de un compromiso más fuerte con las reformas.

+

=

**PC AUTODEFINIDOS**

LA PRIMERA REVISTA DE PASATIEMPOS PARA ORDENADOR

**YA LA TIENES EN EL QUIOSCO POR 350 Pts.**

Compra este mes y entra en el sorteo de 9 lotes de juegos Arcadia

9500824

06

FCS

598124817118

DGID SEC GRAL

10-05-94 07:24

VIERNES 30-9-94

ABC DIARIO DE ECONOMIA

ABC / 43

Madrid, capital económica del mundo

## Japón buscará compromisos del G-7 para estabilizar el cambio del yen

El Gobierno alemán preocupado por la subida de los tipos de interés

Tokio / Bonn  
Japón buscará la estabilidad de los cambios monetarios en la reunión del Grupo de los Siete (G-7) países más industrializados, que tendrá lugar mañana en la capital española. Analistas económicos han resaltado que Tokio intentará conseguir el respaldo de los otros miembros del G-7 (Canadá, Alemania, EE.UU., Francia, Reino Unido e Italia) para poner fin a la constante carrera alcista de su moneda, el yen, frente al dólar americano.

La apreciación de la divisa nipona, que desde comienzos del año anterior ha pasado de costar 125 yenes por dólar a 98,70 yenes, ha hecho un considerable daño a las empresas japonesas, que han visto cómo se encarecían automáticamente sus exportaciones con la consiguiente pérdida de competitividad frente a los productos de otros países, informa Efe.

Apoyarán su solicitud los nubarrones que se ciernen sobre el futuro inmediato de la economía nipona debido al desacuerdo en las negociaciones de comercio entre Japón y Estados Unidos, un día antes de cumplirse el plazo que impuso Washington para arreglar el contencioso bajo amenaza de imponer sanciones.

En un último intento de conciliar ambas partes al no producirse avances en las reuniones del miércoles en Washington, el ministro de Comercio Internacional e Industria, Ryutaro Hashimoto, suspendió las negociaciones en Washington y regresó a Tokio ayer

para volver nuevamente a EE.UU. hoy participará en la sesión de apertura de la Dieta (Parlamento).

Las mismas fuentes dudaron de que Hashimoto vuelva a Washington con alguna oferta de última hora sobre las tres áreas de automóviles, seguros y contratos oficiales de telecomunicaciones que causan la actual fricción.

Los expertos de Tokio consideran que si no hay acuerdo y Estados Unidos decide castigar la cerrazón del mercado japonés, se repetirá un nuevo «ataque» monetario de apreciación del yen, táctica que utilizó EE.UU. para depreciar el dólar y reducir así su déficit comercial con Japón, de 60.000 millones de dólares el pasado año.

Por su parte, el gobierno de Alemania está preocupado por la subida de los tipos de interés a largo plazo y por la creciente escasez de capitales en todo el mundo, y desea que ese problema sea abordado en la próxima asamblea del Fondo Monetario Internacional y Banco Mundial de Madrid.

## El Banco Mundial concede préstamos a México por un total de 700 millones de dólares

Madrid, D.E.

El Banco Mundial ha concedido a México dos préstamos por un monto total de 700 millones de dólares para apoyar programas de desarrollo regional y eliminación de residuos sólidos en ciudades medianas, informó ayer este organismo internacional.

El primero de los préstamos asciende a 500 millones de dólares y se destinará a financiar el proyecto de descentralización y desarrollo regional en ocho de los estados más pobres del país.

Además del préstamo del Banco Mundial, que se desembolsará en un período de cua-

tro años, el gobierno federal y los gobiernos de los estados comprendidos en el proyecto proporcionarán 443 millones de dólares.

El otro préstamo de 200 millones servirá para apoyar las obras de modernización de los servicios de eliminación de residuos sólidos en ciudades medianas. Las comunidades beneficiarias aportarán 152 millones.

Por otro lado, el director general del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, lamentó el atentado que le costó la vida al secretario general del PRI de México, José Francisco Ruiz Massieu y lo calificó de «inmensa desgracia».

## La dirección del Fondo autoriza la ayuda de 360 millones de dólares a Ucrania

Madrid, M.L.

El Fondo Monetario Internacional (FMI) llevará a cabo un importante proyecto de ayuda a Ucrania, que de entrada comprende la concesión de 360 millones de dólares en créditos de aquí al fin de año, según anunció ayer el director gerente de este organismo, Michel Camdessus.

Camdessus confirmó que ya ha autorizado el paquete de ayudas que el Fondo ha negociado en los últimos meses con las autoridades ucranianas y señaló que este programa es «un hito esperado desde hace mucho tiempo».

Según el director gerente del Fondo, este programa de ayuda financiera deberá animar

a los países más industrializados a contribuir por su cuenta con Ucrania, ya que «las necesidades de este país superan los recursos del Fondo».

El propósito del proyecto es «acelerar las reformas estructurales y la privatización de la industria» estatal, así como reducir la inflación en este país de la antigua URSS, con 52 millones de habitantes y el tercer arsenal nuclear del mundo.

Subrayó que el primer paquete de ayuda estará disponible en su integridad antes del final de este año y que, en función de los avances observados en el ajuste de la política económica ucraniana, en 1995 se incrementaría esta cantidad.

## La CIOSL expresará a Felipe González su postura ante el FMI

Enzo Friso, secretario general de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL), tiene previsto reunirse hoy con el presidente del Gobierno, Felipe González. Friso quiere que Felipe González haga llegar a la Asamblea del FMI y el Banco Mundial las preocupaciones de la CIOSL respecto a las políticas que llevan a cabo estas instituciones. La CIOSL agrupa a 174 sindicatos de 124 países en todo el mundo, que suman unos 140 millones de trabajadores.

## Foro alternativo: Fracaso del FMI

Representantes de las organizaciones que participan en estos días en el denominado «Foro alternativo», que se reúne en Madrid para mostrar su oposición al FMI, señalaron ayer que esta institución ha fracasado y piden una profunda reestructuración productiva y financiera de la economía mundial.

## Greenpeace contra el Banco Mundial

La organización ecologista Greenpeace realizó ayer un llamamiento al Banco Mundial para que revise su política de financiación de proyectos referentes a la conservación de la capa de ozono, que Greenpeace considera totalmente ineficaces. En opinión de esta organización, el Banco Mundial está favoreciendo los intereses de las grandes multinacionales de la actividad química, por lo que asegura que «esperar que el Banco Mundial proteja el medio ambiente es como esperar que la mafia detenga el crimen».

## Manifestantes piden condonar deuda

Un centenar de manifestantes intentaron ayer acercarse al recinto en el que se celebran las reuniones preparatorias de la Asamblea del FMI y el Banco Mundial con pancartas en las que se pedía la condonación de la deuda que mantienen los países del Tercer Mundo, pero no lograron su objetivo al ser dispersados por la Policía. Permanecieron en la entrada del Campo de las Naciones durante dos horas, sin que se produjeran incidentes de importancia.

## Llamamiento crítico contra el FMI

Un grupo de políticos, científicos y representantes del mundo de la comunicación hicieron público ayer un «llamamiento mundial contra las directrices de las instituciones de Bretton Woods». En opinión de los firmantes, el FMI y el Banco Mundial nacieron para combatir la pobreza, pero en realidad «colaboran en el desmantelamiento de los servicios de sanidad y educación».

## Calendario para hoy

- 9,30: Reunión de adjuntos del G-24.
- 10,00: Conferencia Aniversario de Bretton Woods.
- 10,00: Seminario de la Agencia Multilateral de Garantía de Inversiones (MIGA), en el ministerio de Comercio.
- 18,20: Clausura de la Conferencia Aniversario de Bretton Woods. Intervienen el ministro de Economía, Pedro Solbes, el director gerente del FMI, Michel Camdessus, y el presidente del Banco Mundial, Lewis Preston.

54/ABC

ABC DIARIO DE ECONOMIA

DOMINGO 2-10-94

7/7

## El Foro Alternativo defiende la diversidad cultural y económica

Madrid

El derecho a defender una diversidad cultural y económica frente a las políticas uniformes representadas por el BM y el FMI, son las principales conclusiones del Foro Alternativo, «las otras voces del planeta», que se ha reunido en Madrid como réplica a la celebración del 50 aniversario de la Bretton Woods, según informa Efe.

Los alternativos, que con un presupuesto de diez millones de pesetas y la asistencia de unas 2.000 personas, muchas de ellas procedentes de países del tercer mundo, han organizado desde el pasado día 26 de octubre debates, ruedas de prensa, manifestaciones, y reuniones.

Los asistentes elaboraron ayer una declaración en la que responsabilizan a la política del BM y del FMI de la pobreza y destrucción ambiental de muchas zonas del planeta.

En la declaración se ahoga también por la autonomía y la libertad de las mujeres, por conseguir un modelo de crecimiento equitativo que no beneficie únicamente a los sectores privilegiados, por anular la deuda externa, replantear la ayuda internacional y democratizar las instituciones económicas internacionales.

Paralelamente, la coordinadora de las Organizaciones No Gubernamentales para el desarrollo comenzó hoy las sesiones del Tribunal Permanente de los Pueblos.

En este tribunal, expertos en economía, sociología y derecho debatirán las actuaciones de las instituciones de Bretton Woods (FMI, BM y GATT) desde 1988, año en que se reunieron por primera vez en Berlín. José Luis Sampedro será mañana el veredicto final.

El foro Alternativo se une también a la campaña internacional «50 años bastan» y ha convocado para hoy una manifestación en Madrid, que terminará en la Plaza Mayor, con el lema «que se vayan», en alusión a los participantes en las reuniones del BM y del FMI.

Miembros del Foro Alternativo se reunirán esta tarde por primera vez con representantes del BM y del FMI en los locales de UGT de Madrid.

## Solbes analiza con su homólogo chino las relaciones bilaterales

Madrid. D. E.

El ministro de Economía y Hacienda, Pedro Solbes, se entrevistó hoy con su colega chino, con quien abordó las relaciones bilaterales y los intercambios comerciales entre China y España, informaron fuentes del Ministerio de Economía.

Este encuentro forma parte de los cerca de 2.000 contactos bilaterales que se calcula se producirán coincidiendo con los actos que estos días se celebran en Madrid con motivo de la asamblea anual conjunta del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial.

China es el país al que España concede mayor número de ayudas económicas a través de los créditos FAD (Fondo de Ayuda al Desarrollo).

En febrero de 1993, durante una visita del presidente del Gobierno español, Felipe González, a ese país, España y China firmaron un protocolo financiero por importe de 60.000 millones de pesetas, desembolsables en 1993 y 1994, para financiar la compra de bienes y servicios a empresas españolas.

Madrid, capital económica del mundo

## Guerra comercial EE.UU.-Japón: El acuerdo parcial no evita la amenaza de sanciones

Tokio abre sus mercados a las telecomunicaciones pero no a automóviles

Washington. Afp, Ap, Efe, Reuter

EE.UU. y Japón lograron ayer un principio de acuerdo para evitar una nueva «guerra comercial». Tokio aceptó la apertura de su mercado a determinados productos estadounidenses en telecomunicaciones y medicinas, lo que significa que falta por negociar los sectores de automóviles y repuestos, que representan el 60 por 100 del déficit comercial de EE.UU. con Japón. Washington sigue amenazando con la imposición de sanciones.

El responsable de Comercio Exterior de Estados Unidos, Mickey Kantor, aseguró horas después de hacerse público este principio de acuerdo que la Administración Clinton todavía no ha descartado la utilización de sanciones, ante las reticencias de Tokio a incluir en el acuerdo a los sectores de automóviles y repuestos. Las afirmaciones de Kantor significan que continuarán las negociaciones entre ambos países, para intentar llegar a un acuerdo más completo. El Gobierno de Clinton dispone del capítulo 301 de la ley de comercio estadounidense para imponer sanciones a Japón a través del reajuste arancelario, pero su aplicación según los cálculos de algunos altos funcionarios, como el secretario del Tesoro, Lloyd Bentsen, podría haber tenido fuertes consecuencias económicas y políticas.

Por su parte, y ante la inminencia de las sanciones de EE.UU., el Gobierno japonés ha dicho que Japón apelaría al Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT) para intentar resolver a través de este organismo multilateral la que sería su octava confrontación comercial de envergadura con EE.UU. desde 1986.

No obstante el principio de acuerdo logrado ayer es el primero alcanzado entre los dos países tras 15 meses de duras negociaciones por la reiterada negativa de Japón a abrir sus mercados, lo que llegó a provocar un ultimátum de Clinton.

El acuerdo fue alcanzado en Washington por el ministro de Comercio del Japón, Ryutaro Hashimoto, tras reuniones de más de 20 horas con el responsable del Comercio Exterior de EE.UU., Mickey Kantor. Sin embargo, un portavoz japonés dijo a la prensa al acabar las sesiones, que no hubo acuerdo sobre los automóviles y sus repuestos, un sector considerado crucial y que representa el 60 por 100 del déficit comercial de Estados Unidos con Japón.

Estados Unidos, desde hace 15 meses, había exigido a Japón la apertura de su mercado para los automóviles, repuestos, vino, piano, seguros y compras gubernamentales, que en su conjunto suponen cerca del 70 por 100 del déficit en la balanza comercial que favorece a los fabricantes japoneses en 60.000 millones de dólares.

Pese a que el pasado viernes expiró el plazo dado por Clinton a Tokio, los negociadores continuaron trabajando para llegar a este principio de acuerdo.



Bill Clinton

## Argentina: Inquietud por el fin del acuerdo con el Fondo Monetario Internacional

Buenos Aires. José Olmo y Losada

Coincidiendo con la asamblea del Fondo Monetario Internacional, el ambiente económico argentino se ha sentido conmovido por el anuncio del ministro de Economía, Domingo Cavallo, que pone fin al acuerdo con el FMI. Se especula que la decisión pueda ser por la imposibilidad del Gobierno argentino de cumplir con las metas fiscales comprometidas.

Se llega a decir que Cavallo rechaza el dinero del Fondo Monetario Internacional «para que no le miren las cuentas». En declaraciones a los corresponsales extranjeros acreditados en Buenos Aires, el ministro de Economía asegura que su país va a seguir manteniendo la supervisión del FMI, aun cuando «la decisión sobre el manejo de la economía argentina ya no la tenemos que discutir nosotros, y es una decisión nuestra». Domingo Cavallo, con una cierta altanería, ha venido a decir que como ya estamos a flote no necesitamos el salvavidas del organismo internacional.

«Hemos estabilizado la Argentina (el 1 de abril de 1991 entró en funcionamiento el Plan de Convertibilidad) habiendo recuperado el crecimiento, porque aplicamos nuestras políticas, no las del Fondo, aunque el Fondo nos apoyó», manifestó el ministro.

El problema actual de la economía argentina es el aumento del gasto en el Presupuesto para el año 1995 y una recaudación

estancada, que obliga a buscar financiación como sea. Según los expertos, el anuncio del fin del acuerdo con el FMI se explica por la imposibilidad del Gobierno de cumplir con las metas fiscales comprometidas con la entidad internacional. El estancamiento de la recaudación fiscal y el aumento del gasto público ponen a la Argentina en una disyuntiva difícil.

Para algunos funcionarios del Departamento de Economía, las relaciones con el FMI han llegado a ponerse tensas y se piensa que el verdadero motivo del cese del Crédito de Facilidades Exteridas, firmado en 1992 y que sirvió para que este país ingresase en el Plan Brady, para reestructurar una parte de la deuda externa, sería para permitir a Cavallo continuar con su propia política económica.

En definitiva, el Ministerio de Economía no quiere que el FMI objete las cuentas fiscales y rechaza esos 410 millones de dólares para que no haya más controles de Washington.

08-08

9500824

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIÓN

Rep del BID Señala que go. de Lacalle enfrenta año  
difícil en '94.  
150483  
15/10/94  
500187  
507466

Oficialmente será dado a conocer en dos semanas en Washington

## Informe del BID señala que el gobierno de Lacalle enfrenta un año "difícil" en 1994

El documento, en inglés, parcialmente divulgado en la víspera por Canal 10, establece en algunos de sus párrafos las siguientes afirmaciones: la administración Lacalle enfrenta un difícil 1994. Para todo el año, la economía se enlentece aún más.

La actividad económica reflejará el deterioro de la demanda externa de Argentina y la baja de la demanda interna, ya que las autoridades continuarán aplicando los objetivos de estabilización bajo la supervisión del FMI. La economía se volverá vulnerable al desarrollo externo, especialmente de los países vecinos. En particu-

lar, la demanda argentina continuará mientras el tipo de cambio bilateral no cambie sustancialmente. Desde el punto de vista de la oferta, se espera que el crecimiento esté inducido por la actividad comercial, siempre que continúe en los niveles alcanzados durante el año pasado.

Por otra parte, aunque se espera

que la refinera de petróleo reanude su producción hacia mediados del 94, el índice de actividad industrial aparentemente seguirá contrayéndose, afectado por la depreciación real de la moneda nacional y una creciente competencia externa.

Se estima que la construcción tendrá un crecimiento menor como resultado de una menor inversión particularmente en el sector privado.

Aunque las autoridades uruguayas esperan revertir la tendencia al deterioro en las finanzas públicas y así hacerlas nuevamente consistentes con el programa global de estabilización, el déficit del sector pú-

blico consolidado aparentemente alcanzará entre el 2 y 2.5% del PBI.

### Enlentecimiento

Los ingresos del gobierno central aparentemente sufrirán un deterioro debido al enlentecimiento de la economía y a menores niveles de importación, al tiempo que la presión por aumentos salariales en el contexto del año electoral, incentivos fiscales para los exportadores afectados por la depreciación de la moneda nacional y mayores requerimientos del sistema de seguridad social determinarán un aumento de los gastos.

Además, la deuda del Banco Central podría crecer debido a mayores tasas de interés internacionales. No hay perspectivas de modificaciones en la política cambiaria, con respecto a su objetivo prioritario que es el enlentecimiento de las presiones inflacionarias.

Mientras la inflación actual supera la inflación programada, la moneda nacional seguirá depreciándose y la competitividad del sector exportador se verá aún más erosionada.

No obstante, el renovado crecimiento del déficit en el sector público sumado a fuertes presiones para un incremento del salario real en el sector público hace que la meta oficial de inflación del 36% para final de año sea difícil de alcanzar.

La reducción de la inflación requerirá políticas sostenibles particularmente en el área fiscal.

Una solución de largo plazo para el persistente déficit depende de una reforma del sector público especialmente en el sistema de seguridad social que ocupa un significativo obstáculo para la economía.

Las autoridades han introducido propuestas de reforma en el Parlamento para mejorar la eficiencia y generar ahorro en el largo plazo; pero la mayoría de estos esfuerzos han sido poco exitosos, por lo que no hay expectativas de nuevas medidas de reformas estructurales durante 1994.

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500825



### **Análisis de 1993**

Respecto al año pasado, el informe establece que las finanzas públicas empeoraron desde el segundo semestre y en adelante. Este resultado se explica mayormente por un aflojamiento en la disciplina fiscal de parte del gobierno central y, en menor medida, por una inversión mayor a la programada en las empresas de telecomunicaciones y electricidad. El gasto del gobierno central aumentó sustancialmente debido a crecientes requerimientos del sistema de seguridad social, a considerables aumentos en los salarios y jubilaciones del personal militar y policial y a ajustes salariales para maestros y trabajadores de la salud pública.

Además, la inversión también tuvo una expansión, de manera que el gobierno llegó a un pequeño déficit en 1993 en contraste con el superávit de 1992.

En las empresas del Estado, frecuentes incrementos en las tarifas y la contención de gastos corrientes llevaron a un superávit operativo similar al logrado el año anterior.

En consecuencia el déficit global del sector público no financiero llegó a un 0,6% del PBI en 1993. El déficit parafiscal, mayoritariamente del BCU cayó a menos de 1,0% debido a la transferencia de algunas deudas de la Administración Central y a las bajas tasas de interés internacionales en la deuda externa. Incluyendo las pérdidas del BCU el déficit del sector público creció a un 1,5% del PBI en 1993.

El déficit comercial se amplió sustancialmente por segundo año consecutivo.

El volumen de exportaciones cayó, ya que la caída del 16% en las ventas de productos tradicionales sobrepasó largamente el pequeño crecimiento de las exportaciones no tradicionales. Las exportaciones tradicionales, lanas, tops de lana y carne se contrajeron, principalmente debido a la caída de los precios internacionales y a una menor producción de lana y recortes en la demanda de carnes. ■

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROC. DE

FECHA DE

VINCULACIONES

Por problemas internos, el BID dará menos préstamos.

150024

28/10/94

500184

DESORDEN POR UNA REESTRUCTURACION

## Por problemas internos, el BID dará menos préstamos

WASHINGTON (AFP). - El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) no cumplirá este año sus metas de préstamos. Una de las razones ha sido un proceso de reorganización que ha generado desorientación y malestar, reubicando a centenares de especialistas en funciones todavía no definidas y dejando a otros en el limbo, dijeron fuentes de esa entidad.

El presidente del BID, Enrique Iglesias, reconoció las dificultades y admitió que "todas las reorganizaciones son traumáticas", pero opinó que "las cosas están saliendo razonablemente bien".

El origen del problema es que los países miembros -inmersos en severos programas de austeridad- examinan con ojos cada vez más críticos la administración y los costos del banco, al tiempo que le encargan nuevas responsabilidades y le exigen más y mejores servicios, explicó Iglesias recientemente al personal.

En cambio, para los empleados, el problema es que la reorganización se quiso hacer siguiendo a la que se hizo en el Banco Mundial en 1987, pero sin definir previa y claramente funciones y responsabilidades ni preparar manuales para facilitar el ajuste de los funcionarios.

El retraso en la preparación y aprobación de proyectos es una de las razones por las cuales el banco se quedará corto, probablemente en más de mil millones de dólares, respecto de la meta de 7.500 millones en préstamos que se había fijado para 1994, estimaron las fuentes.

Otros factores inciden, sin embargo, en esa estimación, entre ellos cambios de gobiernos que han llevado a revisar ciertos proyectos, el creciente flujo de capitales privados hacia la región, y el hecho de que algunos países han decidido frenar su endeudamiento con el banco.

La reorganización ha sido dirigida por la vicepresidenta ejecutiva del BID, la norteamericana Nancy Bird-sall, quien anteriormente fue directora de investigaciones en el Banco Mundial.

Los cambios incluyeron la eliminación de tres departamentos y la creación de tres divisiones regionales y de una oficina del "economista principal", todo calcado del Banco Mundial.

La turbulencia generada por los cambios quedó en evidencia hace poco durante un acto de agasajo a los empleados más antiguos.

Noel Belt, primer vicepresidente de la Asociación de Personal -quien cumplía 30 años de servicios- denunció en su discurso que en el BID no impera un "estado de derecho", porque los principios y políticas que son la ley interna de la institución "no se aplican, o se aplican desigual y arbitrariamente".

Y agregó que "en esas circunstancias, resulta bien difícil confiar que el banco pueda colaborar con sus países prestatarios en fortalecer la aplicación de los conceptos sanos que deben guiar a toda sociedad civil".

ENTRADO

CRUZADO

9-9

9500826



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

BID apoyo modernización de Bolsa de Valores de 4 países caribeños.

150483

28/10/94

500107

### BID apoya la modernización de las Bolsas de Valores de cuatro países caribeños

El PROGRAMA DE modernización de las Bolsas de Valores de la República Dominicana, Barbados, Jamaica y Trinidad Tobago logró ayer el apoyo financiero del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Una donación de 1,6 millones de dólares del Fondo Multilateral de Inversiones que administra el BID y un crédito de corto plazo sin intereses de 620.000 dólares fueron aprobados en favor de esas cuatro naciones caribeñas.

El programa fue diseñado para aumentar significativamente las corrientes de capital hacia esas cuatro naciones y ofrecer a los inversores renovadas seguridades y estandarización, mediante la creación de reglas de compensación y liquidación que les proteja de posibles fraudes o quiebras de las firmas de corretaje.

Las transacciones combinadas de las cuatro Bolsas caribeñas no superan los 500 millones de dólares anuales, y la meta del plan es duplicar ese volumen de inversiones. ■ (EFE)

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500827

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROMULGACIÓN

VINCULACIONES

Proyecto de ley para disolver la SIDE no tuvo trascendencia

150518

6/10/94

515045

66960

11337

## LA DISOLUCION DE LA SIDE

# Anzorreguy no se inmuta

Un calificado vocero del Gobierno, vinculado a los servicios de inteligencia, aseguró a *Página/12* que el proyecto de ley presentado por Carlos "Chacho" Álvarez para disolver a la SIDE "sólo provocó una carcajada y nadie le dio mayor trascendencia". Una iniciativa del líder del Frente Grande, que ingresó en la Cámara baja hace pocos días, propone la eliminación de la secretaría manejada por Hago Anzorreguy y en su reemplazo piensa una estructura de "no más de veinte miembros de alta calificación personal". El vo-

cero de la inteligencia del Estado relativizó la propuesta de Álvarez y opinó que "ningún gobierno puede funcionar sin un aparato que recoja información y mantenga informado al Presidente".

La iniciativa del Frente Grande establece el reemplazo de la SIDE por "una estructura más pequeña, ágil y coherente con los objetivos del estado de derecho". Asimismo, en los fundamentos, Álvarez sostiene que "nuestro proyecto propone una clara distinción entre seguridad interior y defensa nacional".

La principal preocupación del bloque opositor consiste en evitar que los organismos de inteligencia se dediquen a investigar la vida privada de las personas y a pagar operaciones de acción psicológica en algunos medios de comunicación. Para eliminar estos procedimientos en la SIDE, que se hicieron con Raúl Guglielminetti durante la gestión de Raúl Alfonsín y permanecieron vigentes en la actual administración, Álvarez propuso disolver el organismo que encabeza Anzorreguy.

En el Parlamento existe una comi-

sión bicameral de seguimiento de los servicios de inteligencia, pero en la práctica poco puede frente a las intervenciones clandestinas de teléfonos y a lo que se ha dado en llamar "la cadena de la felicidad", una presunta entente de ex funcionarios, mano de obra desocupada y periodistas en actividad que recibirían un respaldo de la inteligencia estatal a cambio de determinados favores personales.

La SIDE maneja muchos millones de dólares fijados en su presupuesto oficial y también fondos reservados que, por su naturaleza jurídica, no están bajo ningún control de los organismos públicos. En este contexto, el Frente Grande asegura que la SIDE debe desaparecer y crearse en su lugar un organismo de apenas veinte personas.

ENTRADO  
CRUZADO

9500828

01-01

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDIMIENTO

VINCULACIONES

Discusión por los fondos de la SIDE

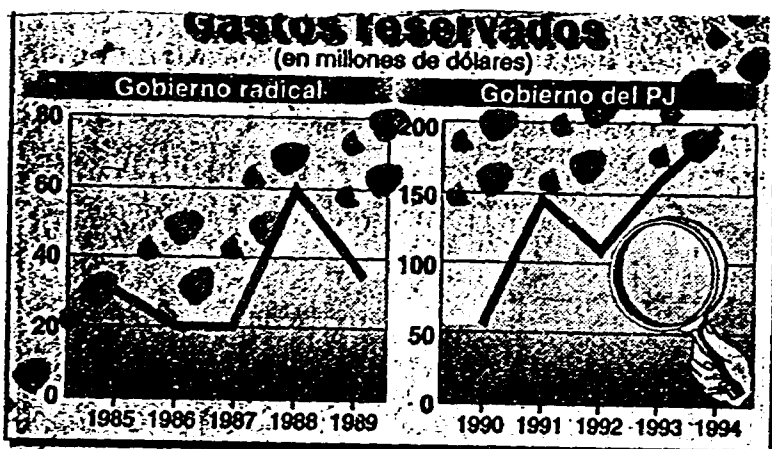
150095

22/10/94

315045

66960

11337



## Discusión por los fondos de la SIDE

Un crecimiento de casi el 20 % en los fondos reservados de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE) con respecto a 1993 provocó un profundo malestar entre diputados opositores de la Comisión de Presupuesto y Hacienda.

Curiosamente, la inquietud surgió con los gastos para el año próximo, cuando el aumento considerable se produjo en los recursos previstos para 1994.

El principal reclamo de los legisladores opositores, principalmente de partidos provinciales, está relacionado con la falta de eficacia que demostró la secretaría que conduce Hugo Anzorreguy en la prevención de atentados, a pesar del considerable incremento en sus fondos reservados.

(Más inf. en la Pág. 5)

ENTRADO

CRUZADO

01-02

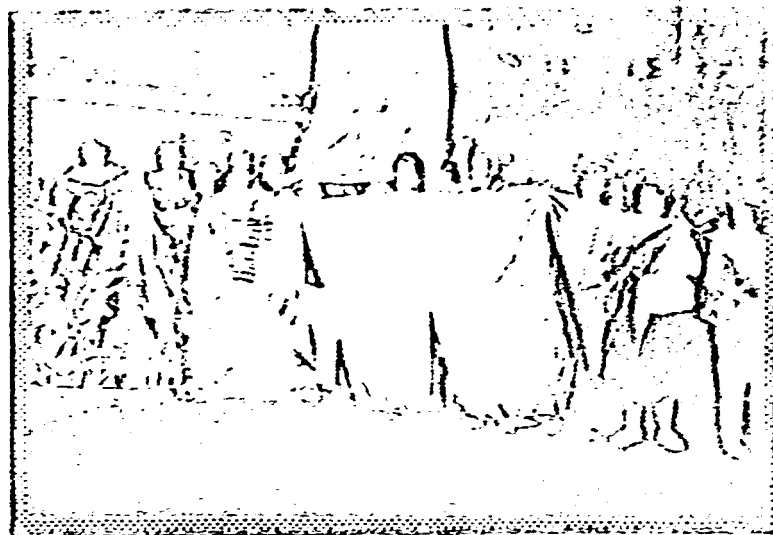
9500829

quierda renovadora". Esta concepción forma parte de una estrategia que comenzó a ser desarrollada hace más de dos años, y que hoy asume la responsabilidad de romper la unidad popular forjada a lo largo de muchos años de luchas. En nombre de una "izquierda" pragmática y flexible, se levantaron, en realidad, viejas ideas que siempre apuntaron a mediatizar los cambios en las injustas estructuras del país. Argumentando que no era viable la aplicación del programa democrático, popular y nacional del FA, se buscó rebajarlo y se logró que la mayoría de las fuerzas frentistas, para "contener la hemorragia" aceptaran eliminar algunas medidas que enfrentan profundamente la estructura de dominio que padece el país. Esta concepción, en los hechos, expresa el renunciamento al objetivo político de ganar el gobierno -cualquier gobierno- para el FA, apostando más a ser o actuar como complemento de los partidos tradicionales, como "bisagra", que permitiera integrar mayorías parlamentarias conducidas por aquellos. El debate con la orientación rupturista se caracterizó por la falta de claridad, por la marginación de las bases frentistas, por las dilaciones permanentes y las concesiones a planteos de rebaja programática. Se creó una polarización que no reflejaba la calidad del FA, que trabó una discusión amplia y participativa alimentando la crisis del FA.

9) Al momento de su nacimiento, el FA expresó su voluntad de "construir" una sociedad justa con sentido nacional y progresista, atribuyéndole al pueblo el papel protagonista en ese proceso. Como consecuencia se crearon

los Comités de Base, verdaderos sustentos del FA y su más innovadora propuesta en la política nacional. Hasta allí llegó el corrosivo intento centrozquierdista, apuntando el concepto de coalición y renegando del movimiento, para lo cual procuraron eliminar el papel participativo que deberán tener los Comités. En la reestructura del FA de 1986, y luego de trabajosas negociaciones, se le reconoció a los C.de Base el derecho a incidir en las decisiones de los órganos políticos. Sin embargo, en los hechos, no se alcanzó ese objetivo por la falta de voluntad política y equivocada práctica aparatistas de ciertos sectores del FA, reduciendo el peso que los comités pudieron alcanzar en el camino democrático. Ello derribó en que los militantes y los adherentes han terminado entre angustiados y doloridos, siendo meros espectadores de las disputas y los errores de las cúpulas partidarias. Por otra parte, esa concepción aparatista creó asimismo condiciones favorables para los planteos rupturistas, que la utilizaron como pretexto para su política.

10) Cabe también recordar que en el Documento Constitutivo del FA, su vera oera acta de nacimiento se hace un expreso llamamiento para incorporar a las "fuerzas políticas que alientan su misma concepción nacional, progresista y democrática avanzada". No obstante, durante todo este período, distintas fuerzas políticas se fueron oponiendo o condicionando al ingreso de organizaciones políticas de la izquierda, pese a que expresaron reiteradamente su vocación frente-amplista y la aceptación de sus documentos fundamentales.



#### EL MPP Y SU PROPUESTA POLÍTICA. (EL FA QUE QUEREMOS)

1) El MPP surge como opción política para responder a un conjunto de desafíos que tiene planteado el movimiento popular, el FA y la izquierda revolucionaria. Es preciso definir las tareas principales que debe emprender el movimiento popular en el actual período para enfrentar, contener y en perspectiva hacer retroceder el proyecto conservador. Debemos ofrecer una respuesta a la crisis del FA, al retroceso que éste ha evidenciado como opción programática y de masas, como marco político de unidad de la izquierda y del movimiento popular y como alternativa de gobierno al bipartidismo.

Por último, es necesario crear el marco político para responder y superar la crisis y atomización de la izquierda revolucionaria, que en este período no ha logrado construirse como una referencia de masas. Para ello deberá romper el cerco que le ha tratado de imponer el sistema y el aislamiento -división sostenido por las organizaciones mayoritarias dentro del FA.

2) El FA es el espacio político en el que el MPP ha definido responder a dichos desafíos, en tanto marco de alianzas y expresión política unitaria del movimiento popular, necesario para emprender la lucha contra el actual proyecto conservador y por las transformaciones democráticas anti-imperialistas.

## Fondos reservados

(En dólares)

Gobierno radical	1985	1986	1987	1988	1989
Presidencia de la Nación	940.975	833.805	979.798	831.050	430.630
Secretaría de Inteligencia	28.099.515	19.207.697	19.452.745	61.280.939	35.687.542
Ministerio de Rel. Exteriores	0	0	136.936	36.407	24.663
Ministerio de Defensa	0	27.771.175	17.659.372	24.824.883	11.584.183
<b>Total</b>	<b>29.040.490</b>	<b>47.812.677</b>	<b>38.228.912</b>	<b>86.973.280</b>	<b>47.727.018</b>
Gobierno del P.L.	1990	1991	1992	1993	1994
Presidencia de la Nación	590.221	451.900	452.000	432.000	452.000
Secretaría de Inteligencia	55.560.147	141.426.400	115.726.000	159.922.000	191.800.000
Ministerio de Rel. Exteriores	30.278	20.400	20.000	25.000	21.500.000
Ministerio de Defensa	12.860.270	30.362.000	32.000.000	36.991.000	3.640.000
<b>Total</b>	<b>69.040.917</b>	<b>172.260.700</b>	<b>148.198.000</b>	<b>197.370.000</b>	<b>217.392.000</b>

1995: Secretaría de Inteligencia, 191.813.005 dólares. El Congreso no cuenta aún con información sobre las restantes partidas para ese año.

Fuente: Informes presupuestarios.

Elaboración: Miguel Pesce - Eduardo Estévez

# La oposición considera que la SIDE gasta mucha plata

**Fondos reservados: los casi 200 millones de pesos destinados a ese rubro motivaron la protesta de legisladores provinciales y de integrantes de la bancada radical.**

Los fondos reservados de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE) ascienden a 191.813.005 pesos para 1995, lo que representa un incremento de casi el 20 por ciento respecto de la misma partida asignada para 1993 y un 345 por ciento respecto de la de 1990.

Los recursos para el año próximo son casi iguales a los del año actual y esos gastos son los que actualmente se discuten en la Comisión de Presupuesto y Hacienda de la Cámara baja, organismo parlamentario encargado de analizar y producir el dictamen correspondiente.

Existe malestar entre los diputados de la oposición porque consideran excesivos esos gastos previstos para la SIDE. Carlos Balter (Partido Demócrata de Mendoza) se atrevió, inclusive, a gastarle una broma al secretario de Hacienda, Ricardo Gutiérrez, quien informó anteayer en la Comisión.

"Vea Gutiérrez -le dijo Balter-; la del 95 es una cifra similar a la del 94. Al margen de que parece excesiva, hay que tomar en cuenta que entre ambas cifras sucedió el atentado a la AMIA y a la DAIA y la persecución a periodistas, para no mencionar el atentado a la embajada de Israel. De todo esto, la SIDE nada pudo anticipar ni descubrir, por lo tanto propongo que se cambie el nombre de esta partida y se ponga bajo el rubro de PTT MOD."

Ante la curiosidad del funcionario y de otros diputados que oyeron el diálogo, Balter explicó: "La sigla significa Programa Intensivo de Trabajo para la Mano de Obra Desocupada".

Al margen de las bromas, la comparación de cifras sobre fondos reservados de distintas reparticiones estatales puede deparar sorpresas.

Un estudio realizado sobre la base de informes presupuestarios por los analistas Miguel Pesce y Eduardo Estévez, vinculados a la UCR, indica que en el período 1990-1995, el Gobierno presupuestó recursos que superan los mil millones de dólares en gastos reservados.

Las cifras están tomadas de los respectivos presupuestos y, en el caso de 1995, se realizó una estimación puesto que sólo se conoce el decreto distributivo de la SIDE.

El decreto distributivo es el mecanismo mediante el que se hace operativo la asignación que figura en el presupuesto.

Se presume que pueden existir modificaciones en el presupuesto 1994, actualmente en ejecución, al tener en cuenta el anuncio de Domingo Cavallo en el sentido de que pedirá una ampliación de esos gastos y recursos.

Para el diputado Jesús Rodríguez (UCR), vicepresidente de la Comisión Bicameral de Fiscalización de los órganos y actividades de Seguridad Interior e Inteligencia, el Congreso no puede estar ajeno a ese debate.

Por esa razón, Rodríguez envió una carta a Oscar Lambertini (PJ), titular de la Comisión de Presupuesto, para que incorpore en el debate sobre el presupuesto de 1995 un proyecto que cofirma con el ex diputado Raúl Baglini sobre el tratamiento legislativo de los gastos reservados.

### La SIDE

Durante el período 1985-89, los gastos de la SIDE fueron aproximadamente de 193 millones de dólares.

En el período 90-95, esa suma trepa a algo más de 852 millones de dólares.

Según los presupuestos, en 1994 los gastos de la SIDE fueron de

191.800.000 y para 1995 se estiman en 191.813.005.

El trámite parlamentario 100 publicado en septiembre último, que especifica las asignaciones del presupuesto del año en curso, informa en la página 494 que los recursos humanos de la SIDE son cuatro personas. Dos páginas más adelante, se especifica que el organismo se compone de un secretario y tres subsecretarios.

El secretario, es decir Hugo Anzorreguy, cobra como retribución salarial 62.400 pesos, en tanto que los tres subsecretarios cobran en total por igual concepto 180.000 pesos. El total es de 242.400 pesos.

Lo curioso es que en la página 494 se informa que los gastos en personal son de 186.746.005 pesos.

"Nadie duda que el Gobierno tiene necesidad de realizar tareas de información e inteligencia, pero hay algo que no funciona en esas cifras", expresó Rodríguez al señalar que faltan datos sobre las asignaciones de esa repartición.

### Curiosidades

Así como existe un aumento notable en las asignaciones para la SIDE entre 1990 y 1995, hay en el tema de fondos reservados una curiosidad destacable.

En 1993, los fondos reservados para el Ministerio de Relaciones Exteriores es de 25.000 dólares. En 1994, esa suma crece a la velocidad de la luz: 21.500.000 de la misma moneda.

En sentido inverso, en 1993 los fondos asignados al Ministerio de Defensa son de 36.991.000 dólares. En 1994, para la misma repartición, la cifra decrece con una intensidad inusitada: 3.640.000 dólares.

Analistas políticos y económicos de la oposición no se explican qué razones existen para que esas cifras experimenten cambios tan violentos.

Sergio Levit

te de partidos y movimientos.

Tal Organismo no estaba estatuido, no fue resuelto orgánicamente y no rendía cuentas ante ninguna instancia frentista.

Esta tendencia procuró mantener los debates, exclusivamente en el marco de la discusión de direcciones, además de concentrar las decisiones.

En ese sentido, su responsabilidad fue global, sin embargo, por un lado, la incidencia del PC en la estructura frentista y su pose dentro del movimiento de trabajadores organizados y por otro lado, la presencia parlamentaria de la 99 y sus espacios

insuficiencias y nuestros errores. En primer lugar tenemos que autocriticarnos la atomización, la dispersión de este sector de la izquierda.

Esta división debilitó las posibilidades de construir una alternativa distinta a nivel de la gente. Existieron diferencias políticas objetivas que no tuvieron ni se hicieron los esfuerzos suficientes para crear un ámbito, para discutir y procesarlas.

También se dieron sectarismos que contribuyeron a aislarnos así como pesaron los efectos negativos de la frustración del proyecto inicial de la IDI.

trados a una dinámica de enfrentamiento con el gobierno. Las consecuencias de esta actitud para una fuerza política como el F.A., tan relacionada con los intereses de los trabajadores y de los sectores más oprimidos de nuestra sociedad, fueron su debilitamiento y desmovilización, sumados al desconcierto y la sensación de abandono que sintieron muchos miles de compatriotas que debieron soportar las consecuencias de la política oficial sobre salarios, jubilaciones, alquileres, vivienda, salud sin poder contar con su apoyo organizativo y solidario.

ladamente sin coordinación, parecieron estar en el camino de la búsqueda de apoyo del P.Nacional o del P.Colorado para evitar vetos.

7) En torno a la lucha por la Verdad y la Justicia, debemos señalar que la sensibilidad de la militancia frentista, el eco público de las denuncias realizadas, la labor de los familiares y organizaciones de los DDHH, así como de las fuerzas políticas comprometidas con un planteo democrático intransigente y el peso moral innegable que el propio tema tenía, lograron que todo el F.A. se alineara en una posición firme sobre el tema.

Superando vacilaciones iniciales, entonces, el FA se comprometió en la lucha por el referéndum. Pero lo hizo más sobre las espaldas de su militancia (que junto a la de otros sectores dieron la gran batalla por las firmas y por el Plebiscito) que por el accionar cauteloso de algunos de sus dirigentes políticos. El planteo de "soluciones políticas" al tema de la impunidad (relacionado con la visión particular de la relación FA-FFAA) provocó una gran confusión que fue hábilmente aprovechada por los sectores más conservadores y reaccionarios de la sociedad. No fueron menos desalentadoras las declaraciones sobre la confianza que les merecían, tanto Medina como la Corte Electoral efectuadas por parte de los connotados dirigentes del PGP.

8) En este contexto de desmovilización y castración del potencial de lucha y esperanza en los cambios que representa el FA, es que surgen en el debate interno y público las concepciones llamadas de centro-izquierda o "iz-



en la prensa, determinaron que ambos jugaran un papel decisivo en el desarrollo de dicha concepción.

4) Ante esta situación de F.A. y el movimiento popular, quienes hoy integramos el MPP e impulsamos orientaciones distintas, no fuimos capaces de incidir para revertir la situación.

Si como criticamos lo que entendemos orientaciones equivocadas que prevalecen en la izquierda en este período, debemos señalar también con claridad y franqueza nuestras

La propia situación de exclusión de algunas fuerzas en relación al F.A., dificultó una visión común de determinados problemas y su encare en forma conjunta.

No logramos desarrollar una propuesta política de masas que aglutinara esfuerzos y que se enraizara en la gente, creando una opción distinta.

5) La actitud de la dirección mayoritaria del F.A. fue de pasividad y de distanciamiento ante los conflictos sociales y sindicales. En varios sectores pesó el temor a ser arras-

6) Simultáneamente el F.A. fue derivando, cada vez más, hacia la actividad parlamentaria, incluso sin librar grandes batallas en ese plano. La amenaza permanente de vetos, y en algunas oportunidades los amagos de disolución de las Cámaras, aunado a la complicidad de mayorías del P.Nacional, consolidó el predominio del Ejecutivo sobre el Parlamento. Desvinculado el F.A. de la movilización social, su actitud parlamentaria tendió a parecerse demasiado a la de los partidos tradicionales, que adjudican a la gente el mero rol político de espectadores y cuya única actividad política admitida consiste en participar en las elecciones cada 5 años.

La falta de proyectos de Ley sobre los problemas que afectan a las grandes mayorías, tales como las jubilaciones, los salarios, la protección para los inquilinos, la salud, así como la inacción ante el creciente autoritarismo en la Enseñanza, no quedó disimulada por los aciertos en la actitud de la bancada del F.A. sobre la deuda interna, la ley de impunidad y las Zonas Francas. Muchos de los proyectos presentados, ais-



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Como se administran los gastos de la SIDE*

PROCESO

*15058*

FECHA DE PRESENTACIÓN

*25/10/94*

VINCULACIONES

*515045*

*66860*

*N 337*

Hugo Anzorreguy, jefe de la SIDE, a cargo de 200 millones de gastos reservados en ascenso.

La Comisión de Presupuesto y Hacienda recibió una carta del diputado radical Jesús Rodríguez para que discuta un proyecto destinado a controlar los gastos reservados de la SIDE que ascienden a casi 200 millones de pesos. El legislador afirma que esa cifra implica un aumento del 20 por ciento con respecto a 1993 y del 345 por ciento con respecto a 1990.

# **Ni Jesús sabe cómo se administran los gastos reservados**

El diputado radical Jesús Rodríguez volvió a cargar contra la "falta de control" parlamentario sobre los fondos reservados que maneja la Secretaría de Inteligencia del Estado. El tema se discute actualmente en la Comisión de Presupuesto y Hacienda, que preside el justicialista Oscar Lambert y a cuyo despacho llegó una carta del legislador radical para que incorpore al debate sobre el Presupuesto de 1995 un proyecto que firma junto con el ex diputado Raúl Baglini, sobre el tratamiento legislativo de los gastos reservados. El Presupuesto 1995 asigna 191.813.005 pesos en concepto de gastos reservados para la SIDE, lo que representa casi un 20 por ciento de incremento sobre la partida asignada por el mismo concepto en 1993 y un 345 por ciento si se toma como referencia el monto de 1990.

"El presupuesto de la SIDE para el año que viene es de casi 200 millones de dólares, pero la cifra es más escalofriante si se tiene en cuenta que durante la administración del presidente Menem se han patinado 1026, sobre los cuales no se da ningún tipo de cuenta y sobre los que no existe ningún tipo de control porque son fondos secretos", señaló Jesús Rodríguez en declaraciones radiales. "Por eso -agregó-, hemos presentado un proyecto, hace ya más de un año, por el cual pretendemos que la Argentina tenga un organismo de control de naturaleza política, a través del Congreso, como lo tienen todos los países serios y modernos del mundo".

"Lo que no puede ser es que no haya ningún tipo de control -remarcó-. Porque acá lo que hay que cuestionar o impugnar es, por un lado, la magnitud, el volumen inadmisible de estos fondos reservados que representan el dinero que falta para los jubilados."

El incremento que se nota año a año en los fondos reservados que maneja la SIDE ha provocado un malestar generalizado en la oposición. Algunos, incluso, adelantaron a modo de chicana parte de la argumentación que más tarde o más temprano se escuchará en el recinto: "Aunque entre los gastos reservados del '94 y los que se presupuestan para el '95 no hay mayores diferencias, hay que tener en cuenta que en el medio sucedió el atentado a la

AMIA y a la DAIA, y la persecución a periodistas".

Según un estudio realizado sobre la base de informes presupuestarios realizado por los especialistas Eduardo Estévez y Miguel Pesce, y difundidos por Jesús Rodríguez, las cuatro áreas del Poder Ejecutivo facultadas para realizar gastos reservados por la Ley 18.302 "S" tuvieron la siguiente evolución:

Presidencia de la Nación: 940.975 dólares en 1985, 430.630 en 1989 y 452.000 en 1994.

Ministerio de Relaciones Exteriores: 136.996 en 1987 -cuando fue habilitado para tener gastos reservados-, 24.663 en 1989 y 21.500.000 en 1994.

Ministerio de Defensa: 27.771.175 dólares en 1986 -año a partir del cual se incorporó a la Ley 18.302 "S"-, 11.584.183 en 1989 y 3.640.000 en 1994.

SIDE: 28.099.515 dólares en 1985, 35.687.542 en 1989, 191.800.000 en 1994 y tiene presupuestados 191.813.005 para el año que viene.

"Lo que nosotros estamos planteando es la necesidad imperiosa de un programa de actividades y un programa de acción respecto de las opciones estratégicas en término de Investigación e Inteligencia. Pero aquí chocamos frente al tema de cómo concibe el Gobierno a estos temas cuando termina poniendo al brigadier Antonietti porque es el razonamiento autoritario de todo lo que tiene que ver con la represión y la autoridad, y de ninguna manera con la inteligencia en el sentido más científico de la palabra", puntualizó el legislador radical.

ENTRADO  
CRUZ-00

*9500830*

*01-01*



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDE

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

Hugo Anzorreguy, jefe de la SIDE, a cargo de 200 millones de gastos reservados en ascenso.

La Comisión de Presupuesto y Hacienda recibió una carta del diputado radical Jesús Rodríguez para que discuta un proyecto destinado a controlar los gastos reservados de la SIDE que ascienden a casi 200 millones de pesos. El legislador afirma que esa cifra implica un aumento del 20 por ciento con respecto a 1993 y del 345 por ciento con respecto a 1990.

## **Ni Jesús sabe cómo se administran los gastos reservados de la SIDE**

El diputado radical Jesús Rodríguez volvió a cargar contra la "falta de control" parlamentario sobre los fondos reservados que maneja la Secretaría de Inteligencia del Estado. El tema se discute actualmente en la Comisión de Presupuesto y Hacienda, que preside el justicialista Oscar Lamberto y a cuyo despacho llegó una carta del legislador radical para que incorpore al debate sobre el Presupuesto de 1995 un proyecto que firma junto con el ex diputado Raúl Boglietti, sobre el tratamiento legislativo de los gastos reservados. El Presupuesto 1995 asigna 191.813.005 pesos en concepto de gastos reservados para la SIDE, lo que representa casi un 20 por ciento de incremento sobre la partida asignada por el mismo concepto en 1993 y un 345 por ciento si se toma como referencia el monto de 1990.

"El presupuesto de la SIDE para el año que viene es de casi 200 millones de dólares, pero la cifra es más escalofriante si se tiene en cuenta que durante la administración del presidente Menem se han patinado 1026, sobre los cuales no se da ningún tipo de cuenta y sobre los que no existe ningún tipo de control porque son fondos secretos", señaló Jesús Rodríguez en declaraciones radiales. "Por eso -agregó-, hemos presentado un proyecto, hace ya más de un año, por el cual pretendemos que la Argentina tenga un organismo de control de naturaleza política, a través del Congreso, como lo tienen todos los países serios y modernos del mundo".

"Lo que no puede ser es que no haya ningún tipo de control -remarcó-. Porque acá lo que hay que cuestionar o impugnar es, por un lado, la magnitud, el volumen inadmisibles de estos fondos reservados que representan el dinero que falta para los jubilados."

El incremento que se nota año a año en los fondos reservados que maneja la SIDE ha provocado un malestar generalizado en la oposición. Algunos, incluso, adelantaron a modo de chisna parte de la argumentación que más tarde o más temprano se escuchará en el recinto: "Aunque entre los gastos reservados del '94 y los que se presupuestan para el '95 no hay mayores diferencias, hay que tener en cuenta que

AMIA y a la DAIA, y la persecución a periodistas".

Según un estudio realizado sobre la base de informes presupuestarios realizado por los especialistas Eduardo Estévez y Miguel Pesce, y difundidos por Jesús Rodríguez, las cuatro áreas del Poder Ejecutivo facultadas para realizar gastos reservados por la Ley 18.302 "S" tuvieron la siguiente evolución:

Presidencia de la Nación: 940.975 dólares en 1985, 430.630 en 1989 y 452.000 en 1994.

Ministerio de Relaciones Exteriores: 136.996 en 1987 -cuando fue habilitado para tener gastos reservados-, 24.663 en 1989 y 21.500.000 en 1994.

Ministerio de Defensa: 27.771.175 dólares en 1986 -año a partir del cual se incorporó a la Ley 18.302 "S"-, 11.584.183 en 1989 y 3.640.000 en 1994.

SIDE: 28.099.515 dólares en 1985, 35.687.542 en 1989, 191.800.000 en 1994 y tiene presupuestados 191.813.005 para el año que viene.

"Lo que nosotros estamos planteando es la necesidad imperiosa de un programa de actividades y un programa de acción respecto de las opciones estratégicas en término de Investigación e Inteligencia. Pero aquí chocamos frente al tema de cómo concibe el Gobierno a estos temas cuando termina poniendo al brigadier Antonietti porque es el razonamiento autoritario de todo lo que tiene que ver con la represión y la autoridad, y de ninguna manera con la inteligencia en el sentido más científico de la palabra", puntualizó el legislador radical.

ENTRADO

CRUZ -DJ

01-01

9500830

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

Hugo Anzorreguy, jefe de la SIDE, a cargo de 200 millones de gastos reservados en ascenso.

La Comisión de Presupuesto y Hacienda recibió una carta del diputado radical Jesús Rodríguez para que discuta un proyecto destinado a controlar los gastos reservados de la SIDE que ascienden a casi 200 millones de pesos. El legislador afirma que esa cifra implica un aumento del 20 por ciento con respecto a 1993 y del 345 por ciento con respecto a 1990.

# **Ni Jesús sabe cómo se administran los gastos reservados de la SIDE**

El diputado radical Jesús Rodríguez volvió a cargar contra la "falta de control" parlamentario sobre los fondos reservados que maneja la Secretaría de Inteligencia del Estado. El tema se discute actualmente en la Comisión de Presupuesto y Hacienda, que preside el justicialista Oscar Lambert y a cuyo despacho llegó una carta del legislador radical para que incorpore al debate sobre el Presupuesto de 1995 un proyecto que firma junto con el ex diputado Raúl Baglini, sobre el tratamiento legislativo de los gastos reservados. El Presupuesto 1995 asigna 191.813.005 pesos en concepto de gastos reservados para la SIDE, lo que representa casi un 20 por ciento de incremento sobre la partida asignada por el mismo concepto en 1993 y un 345 por ciento si se toma como referencia el monto de 1990.

"El presupuesto de la SIDE para el año que viene es de casi 200 millones de dólares, pero la cifra es más escalofriante si se tiene en cuenta que durante la administración del presidente Menem se han patinado 1026, sobre los cuales no se da ningún tipo de cuenta y sobre los que no existe ningún tipo de control porque son fondos secretos", señaló Jesús Rodríguez en declaraciones radiales. "Por eso -agregó-, hemos presentado un proyecto, hace ya más de un año, por el cual pretendemos que la Argentina tenga un organismo de control de naturaleza política, a través del Congreso, como lo tienen todos los países serios y modernos del mundo".

"Lo que no puede ser es que no haya ningún tipo de control -remarcó-. Porque acá lo que hay que cuestionar o impugnar es, por un lado, la magnitud, el volumen inadmisible de estos fondos reservados que representan el dinero que falta para los jubilados."

El incremento que se nota año a año en los fondos reservados que maneja la SIDE ha provocado un malestar generalizado en la oposición. Algunos, incluso, adelantaron a modo de chicana parte de la argumentación que más tarde o más temprano se escuchará en el recinto: "Aunque entre los gastos reservados del '94 y los que se presupuestan para el '95 no hay mayores diferencias, hay que tener en cuenta que en el medio sucedió el atentado a la

AMIA y a la DAIA, y la persecución a periodistas".

Según un estudio realizado sobre la base de informes presupuestarios realizado por los especialistas Eduardo Estévez y Miguel Pesce, y difundidos por Jesús Rodríguez, las cuatro áreas del Poder Ejecutivo facultadas para realizar gastos reservados por la Ley 18.302 "S" tuvieron la siguiente evolución:

Presidencia de la Nación: 940.975 dólares en 1985, 430.630 en 1989 y 452.000 en 1994.

Ministerio de Relaciones Exteriores: 136.996 en 1987 -cuando fue habilitado para tener gastos reservados-, 24.663 en 1989 y 21.500.000 en 1994.

Ministerio de Defensa: 27.771.175 dólares en 1986 -año a partir del cual se incorporó a la Ley 18.302 "S"-, 11.584.183 en 1989 y 3.640.000 en 1994.

SIDE: 28.099.515 dólares en 1985, 35.687.542 en 1989, 191.800.000 en 1994 y tiene presupuestados 191.813.005 para el año que viene.

"Lo que nosotros estamos planteando es la necesidad imperiosa de un programa de actividades y un programa de acción respecto de las opciones estratégicas en término de Investigación e Inteligencia. Pero aquí chocamos frente al tema de cómo concibe el Gobierno a estos temas cuando termina poniendo al brigadier Antonietti porque es el razonamiento autoritario de todo lo que tiene que ver con la represión y la autoridad, y de ninguna manera con la inteligencia en el sentido más científico de la palabra", puntualizó el legislador radical.

ENTRADO  
CRUZ-DO

9500830

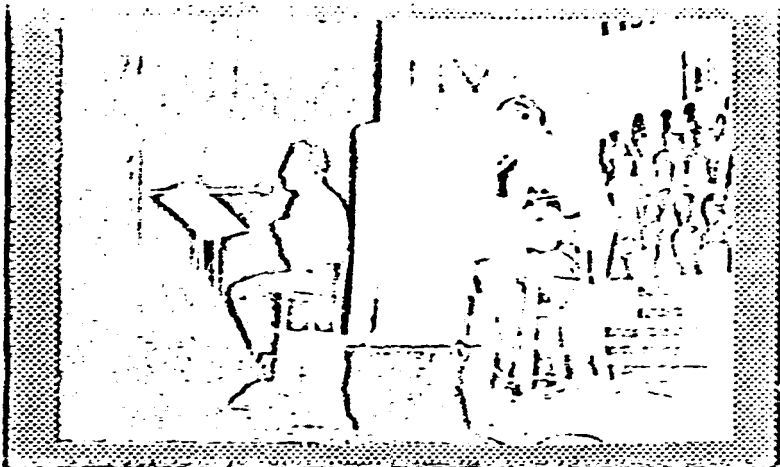
01-01

listos, y anti-oligárquicos que nuestro país requiere.

Desde una posición crítica y autocrítica debemos responder a un conjunto de cuestiones: qué tareas políticas priorizar; qué concepción sostenemos respecto al FA y en la construcción del MPP; cómo noificar la correlación actual de fuerzas, para poner a la orden del día las transformaciones de signo racional, popular y democrática que las bases programáticas del FA expresan. En definitiva, definir qué FA queremos y qué movimiento vamos a construir.

3) De ello se desprende un conjunto de tareas a ser abordadas por el FA que son punto de partida para enfrentar el proyecto conservador: la lucha contra la tutela militar por el no pago de la deuda externa, soluciones efectivas para la salud, enseñanza y vivienda popular; recuperación salarial; alcanzar los niveles de la canasta familiar; defensa del patrimonio nacional y creación de fuentes de trabajo para detener la emigración y ocupar amplios sectores hoy ligados a la economía "informal". Se trata de una propuesta global, que no eluda el enfrentamiento, que no puede quedar subordinada y postergada a la posibilidad futura de un gobierno popular del FA o obtener una relación de fuerzas mejor a nivel institucional.

Es preciso que el FA, no sólo en el Parlamento, sino a partir de la movilización de masas, promueva esta lucha. Esta política, a su vez se constituye en un importantísimo resorte para que el FA continúe avanzando en términos institucionales y construyendo las bases sociales para un gobierno popular y para las grandes transformaciones.



4) La democracia tutelada como régimen de nuevo tipo que busca ajustar el sistema político, el marco jurídico-institucional y el aparato del Estado a las exigencias de la dominación en el cuadro de la crisis, constituye un obstáculo poderosísimo para emprender la defensa de los intereses populares, salvaguardar los derechos y libertades democráticas y proyectar una alternativa de gobierno popular a los partidos tradicionales. Para las perspectivas de un gobierno del FA (nacional o municipal) dar una respuesta en este terreno determina las posibilidades de sortear los límites que el actual régimen impone.

5) Es preciso responder a la ofensiva ideológica de las clases dominantes. Una ofensiva que apunta, en primer lugar, a destruir cualquier opción radical, y que ha logrado imponer la lógica del posibilismo, del pseudo-realismo de la moderación y que paralelamente impulsa la resignación, el criterio de que la lucha no paga etc. El FA ha sido fuertemente penetrado por esta ideología y su crisis así como el alejamiento del PGP-PDC también debe ser analizada tomando en cuenta este factor.

6) El MPP nace afirmando su vocación frenteamplista y defendiendo el ins-

trumento político de unidad de la izquierda y de expresión de los anhelos de cambios del movimiento popular. Surge en momento en que el FA atraviesa una profunda crisis, para abrir un debate franco que el conjunto de la base frenteamplista reclama y para unir fuerzas en la lucha por hacer retroceder el proyecto conservador y hacer viables los cambios profundos. Repudiando las recientes rupturas y reafirmando la necesidad de un instrumento político unitario de toda la izquierda uruguaya.

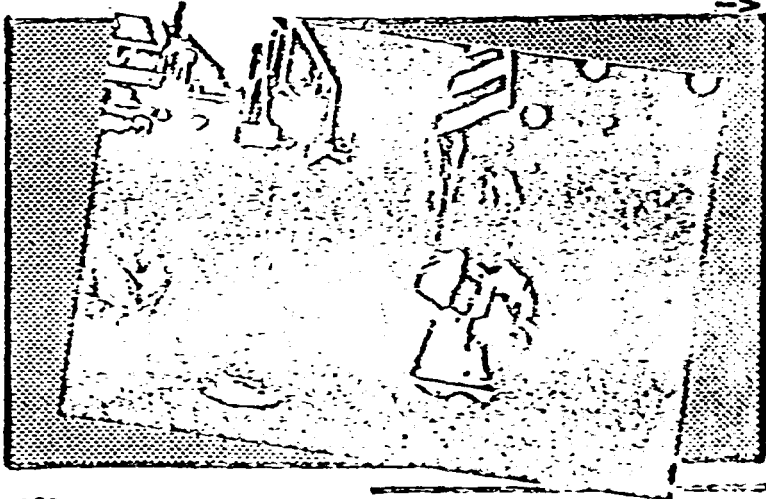
7) Es preciso reafirmar al FA como oposición programática y de masas. Esto equivale a construirlo como la principal herramienta política de lucha contra el proyecto conservador y contra toda iniciativa antinacional, antipopular y antidemocrática. Significa poner en acción toda su capacidad de convocatoria y movili-

ción en defensa de los intereses populares, con propuestas claras y terminantes para enfrentar la tutela militar, la creciente dependencia del imperialismo y toda forma de injusticia social. Desterrando la conciliación con los partidos tradicionales como concepción del quehacer político y haciendo de la movilización popular el eje de la política.

Además de actuar en las instituciones democrático-representativas, el FA debe promover todos los posibles mecanismos de democracia directa (como formas de auto-organización de las masas) de carácter extra-institucional. Combinando ambas cuestiones, en tanto componentes indispensables de una política dirigida a modificar la actual correlación de fuerzas y a concretar los cambios.

Sólo cambiando la política de la resignación por una de lucha que no se amolde a la realidad, sino que procure transformarla mediante formas participativas de la política y con la gente ingresando directamente a los niveles de decisión, podrá ponerse en marcha, con resultados reales, el proyecto de cambio.

8) Lo anterior exige de un FA sólidamente afirmado sobre la democracia interna como afirmación del respeto y reconocimiento a la diversidad de



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Se instalarán en TÚNEZ, EGIPTO y TURQUÍA in-  
vestig. de SIDE.

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

150095  
24/10/94  
515075  
66960  
11337

## Se instalarán en Túnez, Egipto y Turquía investigadores de la SIDE

14 27/10

**KGB:** dos ex jefes rusos de esa disuelta organización llegaron para intercambiar información sobre terrorismo islámico.

Tras el atentado contra la sede de la AMIA, la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE) dispuso extender sus tareas a Túnez, Turquía y Egipto, según acuerdos que acaba de lograr el titular de ese organismo, Hugo Anzorreguy, en una gira cuyos detalles se mantienen en reserva.

Por otra parte, dos ex jefes de lo que fue la KGB soviética están en Buenos Aires para intercambiar información con los agentes locales de la SIDE sobre terrorismo y fundamentalismo islámico.

Se trata de Leonid Shebarshin, último jefe de la KGB y reconocido como el máximo experto ruso en cuestiones de fundamentalismo islámico, y Nicolai Leonov, quien se desempeñó como jefe del área occidental, responsable del acopio de información sobre el mundo capitalista.

(Más información en la página 12)



Leonid Shebarshin, ex jefe de la KGB.

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500831

M.D.N.  
D.G.I.D.  
DIV. COMUNICACION  
RED. ADMINISTRATI  
260700NOV994

## NOVEDADES DIARIAS

G.F.H.	MEDIO	ORIGEN	TEXTO	DESTINO
251315NOV94	F. 010400	C.G.FAU		D.G.I.D.
.- Habiendo recibido esta división a través del Comandante del Comando Aereo de Personal denuncias de los usuarios de viviendas en cuanto a la inconveniencia molestias y ataques ocasionados por perros, propiedad de SS.OO y Personal Subalterno. Se solicita a los usuarios de viviendas de los complejos Habitacionales de la F.A. se sirvan informar antes del día 8 de diciembre de 1994 a la División Bienestar Social, la tenencia en su vivienda de perros, adjuntando el certificado de vacunación Antirrabica.-				

El Comandante de la Guardia  
Cbo. la.

  
Alejo Araujo

El Jefe de Servicio  
May (Av)

  
Gabriel Correa Luna

# Dos ex jerarcas de la KGB asisten a los espías argentinos

**En Buenos Aires:** los ex agentes soviéticos colaborarán con informes sobre fundamentalismo islámico y terrorismo.

Dos ex jerarcas de lo que fue la KGB soviética están en Buenos Aires para intercambiar información con la Secretaría de Informaciones del Estado (SIDE), sobre el espionaje y el terrorismo y del fundamentalismo islámico.

Uno de esos agentes fue el último jefe de la KGB, Leonid Shebarshin, quien ocupó el sillón del fundador Félix Dzerzhinsky, un hombre que trabajó para Lenin y sobrevivió a Stalin. Shebarshin comandó la KGB un día y medio (sí, como lee) y dejó el lugar tras el fallido golpe de Estado contra Mikhail Gorbachov.

Es el mayor experto ruso en fundamentalismo islámico, tanto que por un tiempo de los 30 años que trabajó para la KGB fue el jefe del departamento Paquistán e Irán, país en el que se presume llegó la asistencia a los terroristas que destruyeron la embajada de Israel, en marzo de 1992, y recientemente, el edificio de la AMIA, en el barrio de Once.

El otro hombre es Nicolai Leonov, quien fue jefe del área occidental de la KGB, responsable del acopio de información en el mundo capitalista y que aprobaba las acciones especiales, que tanta literatura y buenas

películas han dado a la humanidad del siglo XX.

Ellos transmitirán su experiencia a los espías argentinos, desorientados aún frente al trabajo terrorista de la Hezbollah, grupo sindicado como el autor de ambos atentados, que cuenta con la asistencia financiera del régimen de los ayatollahs iraníes y la protección siria cuando actúa en territorio libanés.

Ambos llegaron a esta capital traídos por Facundo Suárez, quien fuera jefe de la SIDE de Alfonsín.

**¿Nostálgico?**

Shebarshin niega que tenga nostalgia de la época en que todo lo que ocurría en la URSS y, aun, en el mundo, pasaba por sus manos. Nada de lo humano le era ajeno, acepta.

Cuando habla es un ser apacible, cuesta imaginario hoy al frente del que fuera el organismo más odiado por los disidentes soviéticos. Sin embargo, su voz cambia de tono al responder por otro que fue el último: Mikhail Gorbachov.

"Tengo la impresión de que Gorbachov no entendió qué es lo que él hacía. No era capaz de captar los procesos, ni entendía hacia dónde se dirigía. Este hombre muy creído de sí mismo, por desgracia, estaba muy mal informado sobre la historia de su pueblo. El puesto de secretario general del Partido Comunista (PCUS) le quedó grande".

Ahora podría presentarse como candidato a presidente.

Cada uno sueña con sus cosas. No tiene chance. Tiene sólo su propio ego y la incapacidad completa para entender qué pasó.

**La guerra de espías sigue**

Leonov sigue pensando que los norteamericanos son el enemigo principal, máxima que guió su labor durante 32 años de KGB.

Para él no había otro interés superior que captar agentes norteamericanos para la KGB. No importaba dónde se producía el encuentro, si en Quito, Malí o Tanganika, lo que interesaba, dice, era la posibilidad de volver a penetrar en el mundo de los servicios norteamericanos.

¿Que acción de espionaje nos puede contar, en que le haya atrapado algún secreto importante a los norteamericanos?

Darle algún ejemplo sería ahorrarle el trabajo a la contrainteligencia norteamericana. Aunque los norteamericanos afirman, gritan a los cuatro vientos, que todos los agentes de la Unión Soviética ya están atrapados. Y de pronto viene el escándalo sobre el caso de Aldrich Ames (un norteamericano que trabajaba para la KGB y fue descubierto hace poco por la CIA). No le vamos a aliviar la vida a ellos.

Sugiere que sigue vigente la red de espionaje en EE.UU. creada en los años de la URSS.

Para eso han estado trabajando varias generaciones.

Eduardo Barcelona

## La SIDE, en países musulmanes

La SIDE prevé abrir delegaciones en tres países de religión musulmana: Túnez, Turquía y Egipto, como parte de la reformulación estratégica que el organismo encaró tras el atentado contra la AMIA.

La iniciativa del titular de la SIDE, Hugo Anzorreguy, apunta a profundizar las conexiones con los servicios de inteligencia de esos países para cubrir un flanco informativo que se considera imprescindible.

"Ante las nuevas realidades que muestra el mundo, tenemos que replantearnos algunos objetivos", reflexionó ante LA NACIÓN una calificada fuente de ese organismo.

La tarea de los agentes argentinos estará orientada prioritariamente a la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo internacional.

Anzorreguy acaba de mantener en el exterior reuniones reservadas y acordó la instalación de esas delegaciones. También llegarán a nuestro país agentes de las naciones mencionadas. La primera en habilitarse podría ser la de Túnez, donde residió Yasser Arafat en los últimos doce años hasta julio último, cuando decidió trasladarse al territorio autónomo de Gaza.

En Túnez todavía funcionan oficinas de la OLP y fue allí donde Arafat

recibió al canciller Guido Di Tella en febrero de este año.

La actitud argentina para con el líder de la OLP ha ido acompañando la tendencia internacional que ha depuesto muchas de sus prevenciones luego del tratado de paz que Arafat firmó con Israel.

A la inteligencia argentina también le interesa Egipto desde que ese país, en lucha con el terrorismo, se incautó de documentación muy valiosa sobre la cual autoridades egipcias dijeron que "permitirá tener la iniciativa de enfrentar cualquier operación terrorista antes de su desencadenamiento".

Alfredo Vega







Nº. DOCUMENTO *con España*  
 TÍTULO *SIDE colabora para buscar al ex-Dtor de la Guardia*  
 PROCEDENCIA *150025*  
 FECHA DE PRESENTACIÓN *28/10/94*  
 VINCULACIONES *515085*  
*66960*  
*507513*  
*11337*  
*Civil - ROLDAN.*

## Espías españoles buscan en la frontera con Paraguay al fugitivo Roldán

**Colaboración:** agentes de la SIDE y efectivos de la Policía Federal de nuestro país colaboran con la pesquisa; el ex director de la Guardia Civil también es rastreado con intensidad en Chile.

Seis miembros de los servicios de inteligencia de España, con apoyo de policías y de espías argentinos, buscan con intensidad en la frontera entre Argentina y Paraguay y en Chile al ex director general de la Guardia Civil Luis Roldán, acusado de enriquecimiento ilícito durante el desempeño de sus funciones en esa fuerza y escapado de territorio español tras el requerimiento de la justicia de ese país, en abril último.

La pesquisa, que, según revelaron fuentes gubernamentales a LA NACION comenzó hace diez días, se está desarrollando por estas horas con mayor intensidad en Chile, en virtud de que la mujer de Roldán, que permanece en España, es de esa nacionalidad.

"Descartamos que este hombre haya estado en la Argentina más que circunstancialmente, mediante el traspaso de la frontera con Paraguay o con Brasil, pero no ha estado alojado en nuestro país, me atrevería a decir que ni una sola noche", dijo a este diario un funcionario del Gobierno cercano a la investigación.

### Múltiples acusaciones

Roldán está acusado en España de fraude fiscal, de cobro de comisiones ilegales y de apropiación indebida de fondos públicos, delitos que habría cometido mientras estuvo al frente de la Guardia Civil entre 1986 y 1993.

"Hubo un pedido oficial de la Moncloa para que prestemos colaboración a estos agentes españoles, y en ese sentido estamos actuando", dijo el funcionario.

### Por el mundo

La búsqueda de Roldán, de quien se dijo ayer en medios de prensa españoles que estaría en territorio argentino, comenzó hace seis meses y recorrió Angola, Siria, Venezuela y Portugal.

Pero firmes pistas de la última quincena guiaron a los investiga-

dores hasta la zona de triple frontera entre la Argentina-Paraguay-Brasil.

La mujer de Roldán, Blanca Rodríguez, también acusada junto a su marido, permanece, según las noticias internacionales, en Orense, desde donde se habría comunicado telefónicamente con su marido a Chile, su país natal, donde el ex guardia civil estaría en compañía de familiares políticos.

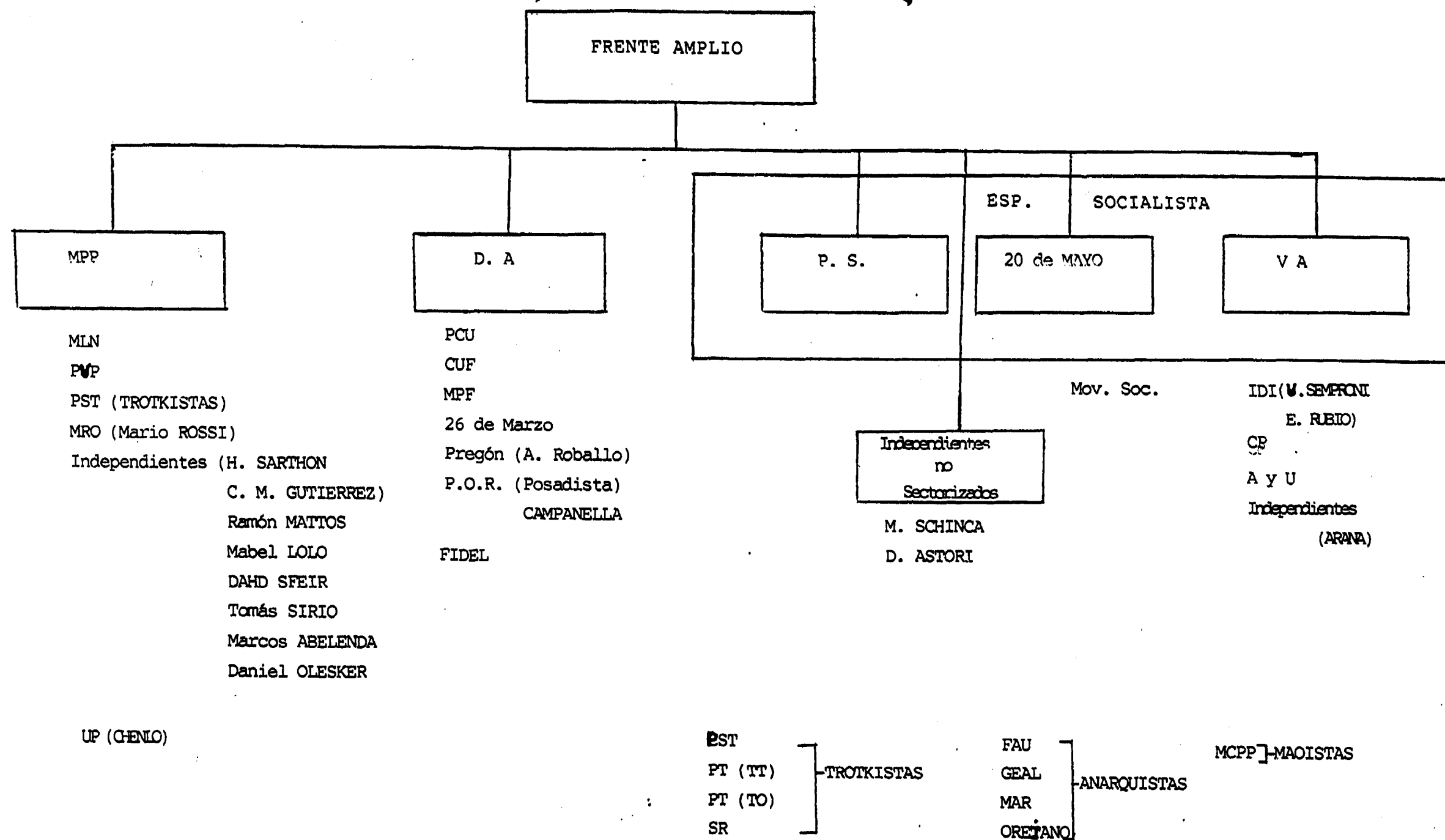
La colaboración que están prestando los espías y la Policía Federal argentinos no se limita a cuestiones de apoyo logístico, sino que hay una tarea conjunta especialmente en la zona de la frontera paraguaya, que tiene muchos pasos sin identificar.

De todos modos, según pudo saber anoche LA NACION, se habría rastreado el itinerario de Roldán de los últimos días y las conclusiones apuntan en el sentido de que, tras buscar despistar con cruces simultáneos de un país a otro, estaría ahora en territorio chileno.

Anoche, en medios oficiales, se aseguró que los agentes españoles serían muy optimistas sobre la posibilidad de localizar a Roldán en los próximos días.

Amílcar Antognoni

ENTRADO ☒  
 CRUZADO ☒



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE ENTREGA

VINCULACIONES

entrevista a 2 jefes de la KGB que dictan cursos a la Lutebo  
arg.

150023

30/10/94

515078

66860

507293

294

11337

Página/12 entrevista a los dos jefes Se producirá  
soviético que hoy dictan cursos a la particularmen

## El relato de los esp El último de Moscú: el fin de

\* Expectativa en e

La Paz (ANS)

Las autoridades bolivianas es  
man que más de 6.000 personas

### \*Nikolai Leonov: "Teníamos pocos agentes"

Invitados a la Argentina por el ex jefe de la SIDE Facundo Suárez a través de la Fundación Rusa de Política Económica Exterior, Leonid Shebarshin, titular del KGB después del fallido golpe contra Mijail Gorbachov y hasta la disolución de la URSS, y su colega Nikolai Leonov, jefe del espionaje soviético en las Américas, dictaron una serie de conferencias para hombres de negocios y agentes de inteligencia argentinos. Shebarshin y Leonov son socios en una empresa consultora de seguridad y no tienen problemas para sentarse a la misma mesa que sus antiguos enemigos de la CIA.

por W.G.

■ "Mucha gente piensa que con la descomposición de la Unión Soviética el mundo se ha convertido en un lugar más seguro, mi mensaje —desgraciadamente— es el contrario", afirma el general retirado Nikolai Leonov, quien fue durante 10 años jefe de Información y Análisis del Departamento de Inteligencia de la KGB. Leonov es un

personaje de leyenda en la inteligencia soviética. Ha trabajado durante 33 años en la KGB y entre 1983 y 1991 se desempeñó como subjefe del servicio de inteligencia para el área de las Américas por lo cual habla el castellano con notable fluidez. Afirma que la KGB no tuvo relaciones con el ERP o con los Montoneros y tenía un escaso número de agentes en la Argentina porque la actividad se limitaba a una

tarea de observación sobre la actitud y la actividad de los norteamericanos en el país. Perteneciente a la vieja camada de agentes de la Guerra Fría, Leonov considera que la inteligencia debe nutrirse de ideología. "Si uno trabaja en esto por dinero, mañana mismo el enemigo te paga el doble o el triple".

—¿Cuántos agentes tenía la KGB en la Argentina en su época de mayor esplendor?

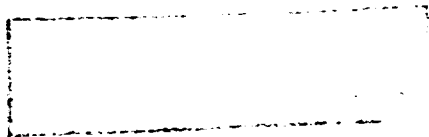
ENTRADO

CRUZ DO

01-02

9500833

Curación relativa a ciertas restricciones en cuanto  
al ejercicio de derecho de captura en la guerra ma-  
ritima. La Haya, 18/X/1907.



—No podían ser muchos. Cuatro o cinco, porque la Argentina nunca era el objetivo del trabajo de la inteligencia. Nos limitábamos a una tarea de observación sobre la actitud y la actividad de los norteamericanos, básicamente.

—¿Pero durante la época en que la junta militar violó el embargo cerealero impuesto por EEUU o durante la guerra de Malvinas esa actividad se debe haber potenciado?

—En aquella época la Argentina tenía una actitud de cierto recelo. Sobre todo los militares, por razones ideológicas. Por eso no considerábamos a la Argentina como un aliado serio.

—Usted va a dar cursos a los agentes de la inteligencia argentina. ¿En qué áreas cree que podrá aportar conocimientos a sus colegas?

—Yo les voy a hablar sobre el trabajo de análisis de la información internacional. Trataré de hacer un esbozo sobre los peligros del mundo actual. Mucha gente piensa que con la descomposición de la Unión Soviética el mundo se ha convertido en un lugar más seguro, mi mensaje — desgraciadamente — es el contrario. El mundo es ahora más peligroso que nunca. Los conflictos que antes agobiaban la conciencia humana — la amenaza nuclear, la tercera guerra mundial — eran amenazas teóricas en las que ningún país pensaba seriamente porque equivalían al suicidio. Ahora, en cambio, están abiertas las posibilidades para que cualquier conflicto regional, de fronteras o nacionalista se transforme en una amenaza global.

—A sus antiguos oponentes de la CIA se les ha reprochado que pese a todos sus recursos no pudieron anticipar el desmoronamiento de la Unión Soviética, pero está menos claro hasta qué punto la KGB la previó.

—Nosotros, aunque no hicimos de nuestro conocimiento patrimonio público la previmos y conservamos la lealtad hacia el gobierno. Nosotros informamos al gobierno de los fenómenos que estaban destruyendo al régimen soviético. Por razones disciplinarias no siempre era posible decirlo abiertamente, pero teníamos otros medios para hacerles llegar la información a los oídos de los gobernantes. Nosotros recibíamos documentos de Estados Unidos, de los centros de sovietología y de la CIA, donde se analizaban bastante concienzudamente nuestros defectos, pero la información no tuvo el efecto necesario. La relación entre las autoridades políticas que toman las decisiones con los profesionales que trabajan en inteligencia es un gran problema filosófico.

—Visto ahora en perspectiva, ¿qué falló o qué podía haber sido distinto?

—Sobre este punto puede haber tantas opiniones como gente

a la que usted pregunta, pero creo que la historia ya está contestando a esa pregunta. La experiencia de reformas que tomó China, que también era un país socialista, unipartidista es muy distinto al que tomó Gorbachov y luego Yeltsin. Por eso los resultados distan como la tierra y el cielo. A mi juicio, no se puede convertir de golpe un país que era una dictadura férrea stalinista en un mar de democracia ilimitada. La democracia tiene que madurar y se necesita tiempo. Todas las reformas, sobre todo en el ámbito económico deberían haber sido realizadas conservando el poder del Estado y relajando el control poco a poco, para dar a la opinión pública el necesario tiempo de maduración de los instrumentos democráticos.

—Usted atribuye los errores a la perestroika, pero otros soviétólogos sostienen que los errores del stalinismo fueron tan grandes que la perestroika no los pudo reparar.

—No es que no pudo. Gorbachov no tenía un plan claro y concreto ni la voluntad de un estadista. Creo que en la historia de mi país le aguarda un lugar poco privilegiado. Ya está olvidado por el 90 por ciento de la población y el 10 por ciento restante todavía lo odia. La actitud de cada figura política se mide por los resultados. No hay otro criterio.

—En algunos libros recientes se habla sobre los contactos entre la KGB y las organizaciones guerrilleras como Montoneros y ERP durante las dos décadas pasadas. ¿Hubo algún tipo de relación orgánica?

—No he leído esas publicaciones, pero le digo con absoluta seguridad que nuestra inteligencia no tuvo ningún contacto con ningún grupo clandestino. Seguíamos las noticias, pero había una decisión firme del gobierno soviético de no tener contactos con ese tipo de organizaciones.

—Sin embargo, en Chile la KGB participó en la entrega de armas al Frente Patriótico Manuel Rodríguez.

—Tengo muchas dudas de que participara la Unión Soviética o alguna organización de la Unión Soviética.

—¿Y el Partido Comunista?

—Hay que buscar otras fuentes para esas armas. La política oficial ha negado esa actividad. El armamento ruso que se encontró en esos depósitos no prueba nada, porque ese armamento se podía encontrar en todo el mundo.

—Usted eligió la actividad de inteligencia por razones ideológicas. ¿Cree que ha cambiado la ética o la moral de los agentes de inteligencia con el fin de la Guerra Fría?

—La inteligencia siempre debe nacer de ideología. Puede ser ideología social como el comunismo, puede ser el ideal nacionalista — como en el caso de la inteligencia israelí o china —, puede ser la ideología de gran potencia o el espíritu imperial — como la inteligencia estadounidense o británica —, pero siempre debe ser ideologizada.

El hombre que elige esta carrera debe tener en su cabeza algo más que la idea de un trabajo que le dé dinero. Si uno trabaja en esto por dinero, mañana mismo el enemigo te paga el doble o el triple.

La inteligencia no es una mercancía que puede venderse, debe ser ideológica.

①

ANEXO "A"

DERECHO DE LA HAYA

- Convención relativa al rompimiento de hostilidades. La Haya, 18/x/1907.
- Convención relativa a las leyes y costumbres de la guerra terrestre. La Haya, 18/x/1907.
- Convenio sobre la protección de las instituciones artísticas y científicas y de los monumentos históricos. (Pacto Roerich). Washington, 15/iv/1935.
- Convención para la protección de los bienes culturales en caso de conflicto armado. La Haya, 14/v/1954.
- Convención relativa al régimen de los navíos de comercio enemigos al principio de las hostilidades. La Haya, 18/x/1907.
- Convención relativa a la transformación de buques de comercio en barcos de guerra. La Haya, 18/x/1907.
- Convención relativa al bombardeo por las fuerzas navales en tiempo de guerra. La Haya, 18/x/1907.
- Convención relativa a ciertas restricciones en cuanto al ejercicio de derechos de captura en la guerra marítima. La Haya, 18/x/1907.
- Declaración relativa al derecho de la guerra marítima. Londres, 26/ii/1909.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE

VINCULACIONES

150023  
26/10/94  
11337  
515075  
507293  
11294

X SIDE

EXCLUSIVO

Dos ex integrantes del KGB visitan la Argentina invitados por la SIDE

## Espías piden asesoramiento a ex comunistas

\* Darán cursos sobre fundamentalismo islámico

ESPECIAL PARA  
LA REPUBLICA



De nuestro corresponsal  
en ARGENTINA  
Isidoro Gilbert

■ Dos míticos "cuadros" del viejo KGB (masculino sí, porque es la sigla del Comité de Seguridad del Estado o, si se prefiere, del Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti), están en este

país invitados por la Secretaría de Informaciones del Estado (SIDE), un hecho inverosímil años atrás, habida cuenta de que el primero debía defender los principios del comunismo (ninguno de sus integrantes podía no ser afiliado al Partido) y el servicio local surgió en 1956 como instrumento de lucha contra el comunismo y la influencia que podía alcanzar la entonces URSS en la Argentina.

Se trata de dos "retirados", pero expertos en sus temas. Uno es el último jefe del KGB cuando la URSS aún era un estado multinacional, Leonid Shebarshin, que es el mayor experto de esos lugares en temas de fundamentalismo. Su curriculum lo revela subdelegado del servicio de inteligencia en la India; delegado del Servicio de Inteligencia en Irán, jefe del Departamento Oriental del Servicio de Inteligencia (oriental, por mundo árabe), subjefe del Departamento de análisis de Inteligencia del Servicio Exterior, director del Servicio de Inteligencia Exterior, jefe del KGB.

El otro es el general (r) Nicolai Leonov que hizo toda su carrera en México y América Central (en aquel país fue el "resident" del KGB). Entre otros cargos merece recordarse que fue director del Servicio de Análisis del KGB y jefe de Operaciones para el Hemisferio Occidental. Es decir que tuvo en sus manos, la red de espías de su país y/o reclutados "ya sea por adhesión ideológica, simpatías o por dinero", como le dijo a un aborrido dúo de periodistas argentinos que lo entrevistaron la noche del lunes por el Canal 2, apenas descendieron del vuelo normal de Aeroflot.

Los periodistas desconocían hechos claves de los visitantes y por qué están en la Argentina. Leonov, por caso, fue un amigo del Che, y el mítico guerrillero lo contó en más de una ocasión. Lo conoció en México donde el ruso se relacionó con el incipiente movimiento "26 de Junio", especialmente con Raúl Castro. Años más tarde el mismísimo Fidel le pidió que cuidara de su hijo, Fidelito quien se graduó en la URSS de

ingeniero atómico. Hasta hace poco, Fidelito, dirigió la notoriamente central nucleoelectrónica de Cienfuegos, una gran inversión que el derrumbe del bloque socialista y el bloqueo norteamericano, impiden terminar, con lo que acabarían las dietas eléctricas a la que hoy día está sometida la isla.

Leonov, que habla un español impecable, defendió en el programa de televisión de matras a Fidel Castro, y afirmó que Cuba vivió, en pocos años, dos graves cataclismos económicos: el bloqueo impulsado por los EEUU y el otro, creado por el derrumbe del espacio socialista europeo.

### LA SOMBRA DE LOS ATENTADOS

Aparentemente el plato fuerte para la SIDE es Shebarshin, porque es considerado uno de los mayores expertos internacionales en fundamentalismo. Habla a la perfección el farsi, lo que le permitió conocer a fondo las diversas organizaciones que puján en el mundo islámico, llamado a ocupar el lugar del "enemigo" en la estrategia de confrontación de la Argentina con el mundo exterior, así como lo es en cierto modo, la nueva doctrina del Pentágono y de los servicios secretos norteamericanos. Un análisis del asesor de Carlos Menem, Mario Bazán, ex subsecretario de la SIDE, previendo la confrontación "civilización vs fundamentalismo", es hoy casi un trabajo obligado para los cuadros políticos del gobierno menemista.

Va de suyo que la nueva doctrina se amasa bajo las estampidas de las bombas que en marzo de 1992 hicieron volar la sede de la Embajada de Israel aquí y la que el 18 de julio hizo estallar las oficinas de la mutual israelita, AMIA.

Los expertos no creen que Shebarshin aporte información clasificada respecto a estos dos hechos que conmocionaron a la Argentina. El ruso (ex soviético) dictará varias conferencias a nivel de secretarios de la SIDE, para ampliar el débil conocimiento que aquí se tiene sobre el Medio Oriente y la posible evolución de la política en esa región. Es probable que ponga el acento en el papel del narcotráfico en esos convulsionados lugares. A uno de ellos, Siria, irá el propio Menem el próximo mes. Difícilmente el visitante avale la

doctrina que el ex periodista Bazán ha delineado. Un fino analista como el ex jefe del KGB debe conocer bastante la filosofía y la psicología de los fundamentalistas, para entender que si la Argentina fue (o es) escenario del conflicto en el Medio Oriente, se debe, en gran parte, a la militancia de la actual administración menemista en esa región.

La SIDE y el KGB firmaron un convenio de cooperación en octubre de 1989, en ocasión de la visita que Menem hiciera a la URSS que entonces dirigía Mijail Gorbachov. El jefe de los espías argentinos, Hugo Anzorreguy, fue el primero en entrar en la famosa Dom Dva, es decir la sede del KGB en la famosa calle de Lubianka.

Leonov y Shebarshin no comulgan con el gobierno de Boris Yeltsin. Renunciantes y renunciados de la central de inteligencia soviética, los dos hoy son socios de una empresa privada (sic) especializada en servicios de seguridad. Son como una radiografía de los cambios que ocurrieron en lo que fuera la URSS, fraccionada en 15 repúblicas, en su mayoría emprendiendo el camino del mercado (salvaje) y algunos viviendo abiertamente del tráfico de estupefacientes, Shebarshin dixit. Los dos afirman que estos rumbos, han traído más desgracias que soluciones a los problemas de su pueblo.

Leonov también hablará ante los cuadros de la SIDE. Los que lo conocen, no creen que pueda convencerlos sobre la equivocada política oficial en relación a Cuba. Y menos, dicen, podrían esperar de él, un juicio apocalíptico sobre el futuro del gobierno de Castro.

De todos modos, el ex jefe de Operaciones del hemisferio Occidental tiene un conocimiento profundo sobre los vaivenes de la política en este lugar del planeta y quiénes son sus personas (públicas y secretas) más importantes. "América Latina era para nosotros un espacio geográfico pero no de operaciones de desestabilización", expresó ante la TV. No dijo que por estos lugares los residentes iban y venían de los EEUU, donde muchos de esos espías, tenían misiones asignadas en caso de estallar la Tercera Guerra Mundial. ¿Qué habrá quedado de todo eso? ¿Se lo preguntarán a Leonov sus insólitos anfitriones?

ENTRADA

CRUZ

01-05

9500834



Ya desde ese entonces el PCU visualizó que el gran objetivo era la "sintetización de las firmas" que significaba captar como adherentes o militantes del F.A. todos aquellos firmantes que no pertenecían a la coalición lo que marcaría un crecimiento. En definitiva era el verdadero logro a obtener de la coyuntura del referéndum. En ese sentido son esclarecedoras las palabras de Jaime PEREZ en agosto de 1988 (Congreso de PP.CC. de Sudamérica) al afirmar que "perder por 20 o 50 mil votos" el referendun constituía un verdadero triunfo y que luego la gran tarea eran las elecciones nacionales.

La realización del referendun, en si misma, constituyó un éxito de sus propulsores. Además del triunfo que representó alcanzar las firmas, que por sí solo justificó la campaña, dió aliento por cuatro meses más - ya con una perspectiva exitista - a toda la organización montada, lo que permitió una verdadera militancia de sus bases con el solo motivo de ese tema. Se estaba, por otra parte, soslayando el principal problema vivido en la izquierda desde 1971. El conflicto trasladado a la opinión pública a comienzos de 1988 entre la llamada "izquierda renovadora" (PGP y PDC) y el resto de la izquierda a raíz de la trascendida candidatura de Hugo BATALLA a la presidencia, alcanzó a fines de ese año un rumbo irreversible hacia el alejamiento de esos grupos políticos de la coalición durante el plenario de ésta (dic/88), lo que en marzo de 1989 fue corroborado cuando ambos partidos adoptaron la decisión de abandonar al F.A.. El impacto de esta fractura que daba por tierra con la tan mentada "unidad de la izquierda" mantenida durante 18 años, quedó sin embargo fuertemente atenuado porque a un mes del referendun, éste era sin duda el foco de la atención pública y según expresas declaraciones - el centro de los esfuerzos de todos los sectores que lo propulsaron.

En lo que tiene que ver específicamente con los resultados del referendun resulta un razonamiento demasiado simplista considerarlos sólo en términos del éxito que representaron las cifras absolutas finales. Por encima de la consolidación de la ley de caducidad, democráticamente inapelable, se entiende necesario valorar, objetivamente, el significado de los 800.000 votos verdes. Ellos representan, a nuestro criterio, una concreción del crecimiento procurado por el PCU. Si bien el aglutinante fue el tema de los derechos humanos, presentado desde un punto de vista éti-

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TITULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA \_\_\_\_\_

FECHA DE \_\_\_\_\_

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

150518  
27/10/94

# ESPIAS

NIKOLAI LEONOV, SOBRE

## "Teníamos pocos

(Por W.G.) "Mucha gente piensa que con la descomposición de la Unión Soviética el mundo se ha convertido en un lugar más seguro, en un mensaje -desgraciadamente- es el contrario", afirma el general retirado Nikolai Leonov, quien fue durante 10 años jefe de Información y Análisis del Departamento de Inteligencia de la KGB. Leonov es un personaje de leyenda en la inteligencia soviética. Ha trabajado durante 3 años en la KGB y entre 1983 y 1991 se desempeñó como jefe del servicio de inteligencia para el área de las Américas por lo cual habla el castellano con notable fluidez. Afirma que la KGB no tuvo relaciones con el ERP o con los Montoneros y que un escaso número de agentes en la Argentina porque la actividad se limitaba a una tarea de observación sobre la actitud y la actividad de los norteamericanos en el país. Perteneciente a la vieja camada de agentes de la Guerra Fría, Leonov considera que la inteligencia debe nutrirse de ideología. "Si uno trabaja en esto por dinero, mañana mismo el enemigo te paga el doble o el triple."

—¿Cuántos agentes tenía la KGB en la Argentina en su época de mayor esplendor?

—No podían ser muchos. Cuatro o cinco, porque la Argentina nunca era el objetivo del trabajo de la inteligencia. Nos limitábamos a una tarea de observación sobre la actitud y la actividad de los norteamericanos, básicamente.

—¿Pero durante la época en que la junta militar violó el embargo cerealero impuesto por EE.UU. o durante la guerra de Malvinas esa actividad se debe haber potenciado?

—En aquella época la Argentina tenía una actitud de cierto recelo. Sobre todo los militares, por razones ideológicas. Por eso no considerábamos a la Argentina como un aliado serio.

ENTRADO \_\_\_\_\_

CRUZ-00 \_\_\_\_\_

92

9500834

- Como se salió del referendun. (El referendun y sus resultados).
- Qual es y ha sido la situación socio-económica en el período que media entre el referendun y las elecciones, considerada fundamentalmente en base a los conflictos (conflictividad) que pautan las situaciones extremas y los sectores en donde ocurren. (La conflictividad social).
- Cuales son las perspectivas de las elecciones en función de las fuerzas políticas actuantes y sus acciones. (Las elecciones del 26 de noviembre).
- Que variantes se presentan como perspectivas después del acto electoral atendiendo a los resultados más probables. (Perspectivas pos-electorales).

Es de destacar que para los aspectos prospectivos no se han considerado los factores de influencia externos que en mayor o menor medida pueden alterar las conclusiones emitidas.

formamos al gobierno de los fenómenos que estaban destruyendo al régimen soviético. Por razones disciplinarias no siempre era posible decirlo abiertamente, pero teníamos otros medios para hacerles llegar la información a los oídos de los gobernantes. Nosotros recibíamos documentos de Es-

Fernando Dvoskin



Nikolai Leonov, jefe de la KGB para las Américas.

*"La relación entre las autoridades políticas y los agentes es un gran problema filosófico."*

—Usted va a dar cursos a los agentes de la inteligencia argentina. ¿En qué áreas cree que podrá aportar conocimientos a sus colegas?

—Yo les voy a hablar sobre el trabajo de análisis de la información internacional. Trataré de hacer un esbozo sobre los peligros del mundo actual. Mucha gente piensa que con la descomposición de la Unión Soviética el mundo se ha convertido en un lugar más seguro, mi mensaje —desgraciadamente— es el contrario. El mundo es ahora más peligroso que nunca. Los conflictos que antes agobiaban la conciencia humana —la amenaza nuclear, la tercera guerra mundial— eran amenazas teóricas en las que ningún país pensaba seriamente porque equivalían al suicidio. Ahora, en cambio, están abiertas las posibilidades para que cualquier conflicto regional, de fronteras o nacionalista se transforme en una amenaza global.

—A sus antiguos oponentes de la CIA se le ha reprochado que pese a todos sus recursos no pudieron anticipar el desmoronamiento de la Unión Soviética, pero está menos claro hasta qué punto la KGB la previó.

—Nosotros, aunque no hicimos de nuestro conocimiento patrimonio público la previmos y conservamos la lealtad hacia el gobierno. Nosotros in-

tados Unidos, de los centros de sociología y de la CIA, donde se analizaban bastante concienzudamente nuestros defectos, pero la información no tuvo el efecto necesario. La relación entre las autoridades políticas que toman las decisiones con los profesionales que trabajan en inteligencia es un gran problema filosófico.

—Visto ahora en perspectiva, ¿qué falló o qué podía haber sido distinto?

—Sobre este punto puede haber tantas opiniones como gente a la que usted pregunte, pero creo que la historia ya está contestando a esa pregunta. La experiencia de reformas que tomó China, que también era un país socialista, unipartidista es muy distinto al que tomó Gorbachov y luego Yeltsin. Por eso los resultados distan como la tierra y el cielo. A mi juicio, no se puede convertir de golpe un país que era una dictadura férrea stalinista en un mar de democracia ilimitada. La democracia tiene que madurar y se necesita tiempo. Todas las reformas, sobre todo en el ámbito económico deberían haber sido realizadas conservando el poder del Estado y relajando el control poco a poco, para dar a la opinión pública el necesario tiempo de maduración de los instrumentos democráticos.

—Usted atribuye los errores a la perestroika, pero otros soviólogos sostienen que los errores del stalinismo fueron tan grandes que la perestroika no los pudo reparar.

—No es que no pudo. Gorbachov no tenía un plan claro y concreto ni la vo-

## INTRODUCCION

Todo análisis de la situación nacional, reciente o presente está pautado por dos referencias ineludibles: el referendum del 16 de abril pasado y las elecciones nacionales del próximo 26 de noviembre. Ambas coyunturas tienen relación directa con un valor esencial que la población nacional ha reconocido como baluarte de su propia identidad y precisamente la primera de ellas ha confirmado: la DEMOCRACIA.

Este concepto, tan variadamente interpretado, se visualiza en la conciencia colectiva fundamentalmente según la posibilidad que cada ciudadano tiene - por derecho - de expresar su opinión para una decisión soberana, - sea confirmar o anular una ley como en el caso del referendum, sea para elegir los gobernantes. Como consecuencia, la validez del sufragio ciudadano no se discute, es reconocida internacionalmente y su resultado constituye un fallo inapelable. Así, la elección de noviembre es un hecho político futuro condicionante del momento actual tanto - o más - como lo fue el referendum y su período de gestación previo hasta abril. Frente a él todo otro elemento de la situación pierde relevancia. Eso es lo que la realidad cotidiana actual demuestra inequívocamente y por eso dichas coyunturas son hechos condicionantes.

Pero en definitiva el resultado de un acto eleccionario, como la propia realización de un referendum, dependen de la voluntad de la mayoría de la población, que a su vez es consecuencia de variadas situaciones que en su conjunto conforman lo que se podría llamar la problemática social.

En efecto, las fuerzas políticas manejan los problemas socio económicos proponiendo soluciones para ellos y apuntando cada una a la situación ideal o modelo que concibe para la nación. La voluntad de cada ciudadano de satisfacer sus necesidades y aspiraciones se canaliza a través de una fuerza política en la coyuntura electoral, pero está presente en todo momento y sobre ella ejercen influencia también variadas fuerzas sociales. Consideramos entonces como el elemento principal del estudio, la situación de la sociedad, que es quien enfrenta las coyunturas, las sobrevive y puede aún crearlas.

En concordancia con lo antes expuesto el análisis de la situación será presentado según la siguiente secuencia:

HABLAN DOS JEFES DE LA ANTIGUA KGB

# QUE VIENEN DEL FRIO

ARGENTINA

## agentes'

humbad de un estadista. Creo que en la historia de mi país le aguarda un lugar poco privilegiado. Ya está olvidado por el 90 por ciento de la población y el 10 por ciento restante todavía lo odia. La actitud de cada figura política se mide por los resultados. No hay otro criterio.

—En algunos libros recientes se habla sobre los contactos entre la KGB y las organizaciones guerrilleras como Montoneros y ERP durante las dos décadas pasadas. ¿Hubo algún tipo de relación orgánica?

—No he leído esas publicaciones, pero le digo con absoluta seguridad que nuestra inteligencia no tuvo ningún contacto con ningún grupo clandestino. Seguíamos las noticias, pero había una decisión firme del gobierno soviético de no tener contactos con ese tipo de organizaciones.

—Sin embargo, en Chile la KGB participó en la entrega de armas al Frente Patriótico Manuel Rodríguez.

—Tengo muchas dudas de que participara la Unión Soviética o alguna organización de la Unión Soviética...

—¿Y el Partido Comunista?

—Hay que buscar otras fuentes para esas armas. La política oficial ha negado esta actividad. El armamento ruso que se encontró en esos depósitos no prueba nada, porque ese armamento se podía encontrar en todo el mundo.

—Usted eligió la actividad de inteligencia por razones ideológicas. ¿Cree que ha cambiado la ética o la moral de los agentes de inteligencia con el fin de la Guerra Fría?

—La inteligencia siempre debe nutrirse de ideología. Puede ser ideología social como el comunismo, puede ser el ideal nacionalista —como en el caso de la inteligencia israelí o china—, puede ser la ideología de gran potencia o el espíritu imperial —como la inteligencia estadounidense o británica—, pero siempre debe ser ideologizada. El hombre que elige esta carrera debe tener en su cabeza algo más que la idea de un trabajo que le dé dinero. Si uno trabaja en esto por dinero, mañana mismo el enemigo te paga el doble o el triple. La inteligencia no es una mercancía que puede venderse, debe ser ideológica.

Invitados a la Argentina por el ex jefe de la SIDE Facundo Suárez a través de la Fundación Rusa de Política Económica Exterior, Leonid Shebarshin, titular de la KGB después del fallido golpe contra Mijail Gorbachov y hasta la disolución de la URSS, y su colega Nicolai Leonov, jefe del espionaje soviético en las Américas, dictarán una serie de conferencias para hombres de negocios y agentes de inteligencia argentinos. Shebarshin y Leonov son socios en una empresa consultora de seguridad y no tienen problemas para sentarse a la misma mesa que sus antiguos enemigos de la CIA. Leonov afirma que la KGB nunca tuvo muchos agentes en la Argentina, ni siquiera durante la dictadura militar que fue la época de esplendor de las relaciones argentino-soviéticas. "La Argentina —dice— tenía una actitud de cierto recelo. Sobre todo los militares, por razones ideológicas. Por eso no considerábamos a la Argentina como un aliado serio."

LEONID SHEBARSHIN

# "La CIA tuvo más dinero"

(Por Walter Goobar) Asumió la dirección del servicio de inteligencia soviético -KGB- después del fallido golpe de Estado contra Mijail Gorbachov en el que estuvo involucrado su superior, el entonces jefe del espionaje, Vladimir Kriuchkov. Leonid Shebarshin, el último jefe de la KGB, afirma que "todavía es un misterio, si verdaderamente fue un golpe contra Gorbachov... o si fue un golpe a favor...". Aunque el ex titular de la inteligencia soviética no lo admite directamente, uno de los motivos del fracaso putchista fue que una unidad encargada de operaciones especiales tras las líneas enemigas -la Spetsnaz- se negó a acatar la orden de Kriuchkov de ocupar el Parlamento ruso porque ésta no había sido ratificada por Shebarshin, que en ese momento era su segundo y se desempeñaba como jefe de Inteligencia Exterior.

A sus antiguos oponentes de la CIA se les ha reprochado que pese a todos sus recursos no pudieron anticipar el desmoronamiento de la Unión Soviética, pero hasta qué punto lo hizo la KGB.

No de manera formal, pero sí de manera informal. Especialmente en los informes de la inteligencia exterior -de la que yo estaba a cargo- quedaba clara la idea de que había una amenaza para la existencia del Estado soviético y que se registraba un desmoronamiento creciente. Estas conclusiones, que por otra parte eran muy evidentes, fueron motivo de muchos informes y alertas por nuestra parte.

Pero esas conclusiones apuntaban a los errores de la perestroika o a los errores del stalinismo?

Fue una combinación de factores. No se puede apuntar a uno de los dos y decir que debido a ello se destruyó la Unión Soviética. Está claro que los defectos de nuestro sistema se acumularon durante años y es correcto mencionar al stalinismo en este contexto, aunque también es necesario decir que el stalinismo fue el producto de una época y de unas circunstancias que lo hicieron necesario. Después vino la perestroika, que indudablemente era necesaria, pero la manera en que fue implementada produjo mucho daño. Poco tiempo después de que se inició este proceso la dirigencia perdió el control, no había estrategia y no había táctica. Sólo un diseño general y nebuloso. El mayor error de la dirigencia -si es que se lo puede llamar error- fue no prever los resultados de sus decisiones, no estimar correctamente el crecimiento de las tensiones

nacionales dentro de la URSS y las ambiciones de las elites regionales.

¿Qué papel jugó la KGB en la guerra que libraron los sectores ortodoxos y los reformistas en el PCUS?

La mayoría de los oficiales de la KGB éramos miembros del PCUS y

derivación los sentimientos de la gente, particularmente de los jóvenes, y dieron por sentado que el estado de emergencia sería bienvenido por la población. Cuando 20.000 o 30.000 personas rodearon el Parlamento, la situación se tornó completamente desfavorable.

¿Por qué los golpistas en lugar de sacar los tanques a la calle no tomaron el Parlamento antes, con unidades especiales?

En todas las cuestiones humanas hay un 80 por ciento de estupidez, un diez por ciento de cálculo y otro diez por ciento de suerte. Pienso que enviar tanques a Moscú fue una estupidez. Creo que alguna vez se va a saber que había un acuerdo secreto con los golpistas que algunos líderes democráticos posteriormente violaron. Un par de días después del aplastamiento del golpe, el presidente Yeltsin admitió haber "sido más listo que los golpistas", dando a entender que hubo un doble juego.

¿Quién gobierna hoy en Rusia, el Kremlin o la mafia?

Yeltsin es el presidente y Chernomyrdin es el primer ministro, tenemos un Parlamento, medio centenar de ministerios, y no hay ninguna duda de que el gobierno está en el Kremlin, pero el crimen organizado ha cobrado un poder creciente gracias a los funcionarios corruptos y a los empresarios deshonestos.

Rusia se ha convertido también en un campo de reclutamiento para diversos servicios de inteligencia extranjeros...

No me caben dudas de que muchos políticos están en las listas de pago de servicios de inteligencia extranjeros. No tengo pruebas de ello, pero mi experiencia de 30 años en la KGB me basta.

¿La CIA fue más eficiente que la KGB?

La inteligencia es una cuestión de suerte, de persistencia, de dinero. Ellos tuvieron más dinero pero no más suerte ni más persistencia que nosotros. No fueron ni son más eficientes de lo que fuimos nosotros.

¿Cómo se siente usted ahora haciendo negocios con sus antiguos enemigos de la CIA?

Junto con mi colega Leonov y un grupo de oficiales de la KGB hemos puesto en marcha una empresa de seguridad y muchos ex colegas norteamericanos están en el mismo negocio, por lo tanto es lógico que tengamos contactos con ellos. Somos o fuimos profesionales que hacíamos un trabajo determinado. Ese trabajo concluyó y con ello las razones para nuestra animosidad.



Leonid Shebarshin, ex jefe de la Inteligencia soviética.

simpatizábamos más con el partido que con Gorbachov. Cuando la brecha entre ambos se ensanchó, y nosotros comenzamos a comprender la situación, creo que Gorbachov perdió todo el apoyo de los oficiales de la KGB. Su falta de coherencia política, sus constantes vacilaciones y cambios de puntos de vista sobre temas decisivos hicieron que le perdiéramos el respeto.

Usted sostiene que la KGB no jugó ningún papel en la lucha entre el PCUS y Gorbachov, sin embargo, el jefe máximo de la KGB Vladimir Kriuchkov fue uno de los principales implicados en el intento de golpe de Estado contra Gorbachov.

Todavía es un misterio, si verdaderamente fue un golpe contra Gorbachov... o si fue un golpe a favor...

¿Desde su punto de vista, cuál fue el papel de Gorbachov en el golpe?

Creo que Gorbachov simpatizaba con aquellos que querían imponer el estado de emergencia, pero al mismo tiempo no quería verse involucrado en ninguna maniobra riesgosa. Por eso les dio vía libre a los llamados golpistas pensando que de una manera o de otra saldría ganando. Si triunfaban los putchistas lo iban a necesitar, y si perdían también.

¿Por qué fracasó el golpe?

Conocía bien a Kriuchkov, al general Baklanov, al general Ajromeiev y todos eran hombres honestos que no perseguían ambiciones personales... Ellos servían a una causa y a un país que era la Unión Soviética que se estaba deslizando por un precipicio y trataron de detenerlo. Ellos no tomaron en consi-

05-05

9500834



#3

## S U M A R I O

I - INTRODUCCION

II - LA PERESTROIKA

A - QUE ES LA PERESTROIKA

B - PRINCIPALES CAMBIOS APROBADOS

C - INFLUENCIA EN EL MOVIMIENTO COMUNISTA:

INTERNACIONAL (M.C.I.) Y EN EL  
PROCESO LIBERADOR INTERNACIONAL

III - LA ACTITUD CUBANA FRENTE A LA POSICION DEL P.C.U.S.  
Y A LOS HECHOS DE EUROPA ORIENTAL

IV - LA POSTURA DEL PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY (P.C.U.)

A - ANTECEDENTES

B - POSICIONES RECIENTES DEL PARTIDO  
ACERCA DEL PROCESO EN LA URSS

C - POSTURAS ADOPTADAS CON RESPECTO  
A LA LINEA DEL PROPIO P.C.U.

V - CONCLUSIONES Y PERSPECTIVAS

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. EDEB

VINCULACIONES

Relevancia de (LEONID) SHEBARSHIN de

150023

30/10/94

Unión en M6

KGB

4337

66960

## Leonid Shebarshin: "La CIA tuvo más dinero"

por Walter Goobar

■ Asumió la dirección del servicio de inteligencia soviético —KGB— después del fallido golpe de Estado contra Mijail Gorbachov en el que estuvo involucrado su superior, el entonces jefe del espionaje, Vladimir Kriuchkov. Leonid Shebarshin, el último jefe de la KGB, afirma que "todavía es un misterio; si verdaderamente fue un golpe contra Gorbachov... o si fue un golpe a favor...". Aunque el ex titular de la inteligencia soviética no lo admite directamente, uno de los motivos del fracaso putschista fue que una unidad encargada de operaciones especiales tras las líneas enemigas —la Spetsnaz— se negó a acatar la orden de Kriuchkov de ocupar el Parlamento ruso porque ésta no había sido ratificada por Shebarshin, que en ese momento era su segundo y se desempeñaba como jefe de Inteligencia Exterior.

—A sus antiguos oponentes de la CIA se les ha reprochado que pese a todos sus recursos no pudieron anticipar el desmoronamiento de la Unión Soviética, pero hasta qué punto lo hizo la KGB.

—No de manera formal, pero sí de manera informal. Especialmente los informes de la inteligencia exterior —de la que yo estaba a cargo— quedaba clara la idea de que había una amenaza para la existencia del Estado soviético y que se registraba un desmoronamiento creciente. Estas conclusiones, que por otra parte eran muy evidentes, fueron motivo de muchos informes y alertas por nuestra parte.

—Pero esas conclusiones ¿apuntaban a los errores de la perestroika o a los errores del stalinismo?

—Fue una combinación de factores. No se puede apuntar a uno de los dos y decir que debido a ello se destruyó la Unión Soviética. Está claro que los defectos de nuestro sistema se acumularon durante años y es correcto mencionar al stalinismo en este contexto, aunque también es necesario decir que el stalinismo fue el producto de una época y de unas circunstancias que lo hicieron necesario. Después vino la perestroika, que indudablemente era necesaria, pero la manera en que fue implementada produjo mucho daño. Poco tiempo después de que se inició este proceso la dirigencia perdió el control, no había estrategia y no había táctica, sólo un diseño general y nebuloso. El mayor error de la dirigencia —si es que se lo puede llamar error— fue no prever los resultados de sus decisiones, no estimar correctamente el crecimiento de las tensiones nacionales dentro de la URSS y las ambiciones de las elites regionales.

—¿Qué papel jugó la KGB en la guerra que libraron los sectores ortodoxos y los reformistas en el PCUS?

—La mayoría de los oficiales de la KGB éramos miembros del PCUS y simpatizábamos más con el partido que con Gorbachov. Cuando la brecha entre ambos se ensan-

chó, y nosotros comenzamos a comprender la situación, creo que Gorbachov perdió todo el apoyo de los oficiales de la KGB. Su falta de coherencia política, sus constantes vacilaciones y cambios de puntos de vista sobre temas decisivos hicieron que le perdiéramos el respeto.

—Usted sostiene que la KGB no jugó ningún papel en la lucha entre el PCUS y Gorbachov, sin embargo, el jefe máximo de la KGB Vladimir Kriuchkov fue uno de los principales implicados en el intento de golpe de Estado contra Gorbachov.

—Todavía es un misterio, si verdaderamente fue un golpe contra Gorbachov... o si fue un golpe a favor...

—¿Desde el punto de vista, cuál fue el papel de Gorbachov en el golpe?

—Creo que Gorbachov simpatizaba con aquellos que querían imponer el estado de emergencia, pero al mismo tiempo no quería verse involucrado en ninguna maniobra riesgosa. Por eso les dio vía libre a los llamados golpistas pensando que de una manera o de otra saldría ganando. Si triunfaban los putschistas lo iban a necesitar y si perdían también.

—¿Por qué fracasó el golpe?

—Conocía bien a Kriuchkov, al general Baklanov, al general Ajromiev y todos eran hombres honestos que no perseguían ambiciones personales... Ellos servían a una causa y a un país que era la Unión Soviética que se estaba deslizando por un precipicio y trataron de detenerlo. Ellos no tomaron en consideración los sentimientos de la gente, particularmente de los jóvenes, y dieron por sentado que el estado de emergencia sería bienvenido por la población. Cuando 20.000 o 30.000 personas rodearon el Parlamento, la situación se tornó completamente desfavorable.

—¿Por qué los golpistas en lugar de sacar los tanques a la calle no tomaron el Parlamento antes, con unidades especiales?

—En todas las cuestiones humanas hay un 80 por ciento de estupidez, un diez por ciento de cálculo y otro diez por ciento de suerte. Pienso que enviar tanques a Moscú fue una estupidez. Creo que alguna vez se va a saber que había un acuerdo secreto con los golpistas que algunos líderes democráticos posteriormente violaron. Un par de días después del aplastamiento del golpe, el presidente Yeltsin admitió haber "sido más listo que los golpistas", dando a entender que hubo un doble juego.

—¿Quién gobierna hoy en Rusia, el Kremlin o la mafia?

—Yeltsin es el presidente y Chernomyrdin es el primer ministro, tenemos un Parlamento, medio centenar de ministros, y no hay ninguna duda de que el gobierno está en el Kremlin, pero el crimen organizado ha cobrado un poder creciente gracias a los funcionarios corruptos y a los empresarios deshonestos.



Leonid Shebarshin, ahora cerebro de la inteligencia soviética. "Somos o fuimos profesionales que hacíamos un trabajo determinado... Hemos puesto una empresa de seguridad y muchos ex colegas norteamericanos están en el mismo negocio".

—Rusia se ha convertido también en un campo de reclutamiento para diversos servicios de inteligencia extranjeros...

—No me caben dudas de que muchos políticos están en las listas de pago de servicios de inteligencia extranjeros. No tengo pruebas de ello, pero mi experiencia de 30 años en la KGB me basta.

—¿La CIA fue más eficiente que la KGB?

—La inteligencia es una cuestión de suerte, de persistencia, de dinero. Ellos tuvieron más dinero pero no más suerte ni más persistencia que nosotros. No fueron ni son más eficientes de lo que fuimos nosotros.

—¿Cómo se siente usted ahora haciendo negocios con sus amigos de la CIA?

—Junto con mi colega Leonov y un grupo de oficiales de la KGB hemos puesto en marcha una empresa de seguridad y muchos ex colegas norteamericanos están en el mismo negocio, por lo tanto es lógico que tengamos contactos con ellos. Somos o fuimos profesionales que hacíamos un trabajo determinado. Ese trabajo concluyó y con ello las razones para nuestra animosidad.

ENTRADO

CRUZ DU

01-01

9500835

- EL REFERENDUM Y SUS RESULTADOS

Innumerables han sido los análisis que se han efectuado antes y después del referendum, mucho de ellos enfocados a las conclusiones estadísticas relativas a los porcentajes por estratos sociales, por grupos de edades, niveles educacionales o por comportamientos también porcentuales de colectividades políticas, sectores de actividad, etc., con respecto al tema en cuestión. Son en apariencia ascéticos políticamente.

A su vez, los juicios emitidos provenientes de las propias colectividades políticas están sin duda influídos por las posturas que cada una de ellas adoptó previamente. Son subjetivos y están dirigidos a sacar el mayor rédito político futuro de lo que fue el resultado final en relación con cada una de sus posturas. Así, los propulsores del voto verde resaltaron lo positivo de haber ganado en Montevideo y haber avanzado en el interior, además de la exaltación de la obtención del 41% de los votos emitidos, cifra que da pie según su criterio, para deducir una tendencia hacia la constitución de 2 grandes frentes. Los defensores del voto amarillo - por su parte destacaron el triunfo en cifras absolutas totales, que permitió - por la legitimidad que tiene la voluntad de la mayoría - cerrar un episodio conflictivo, en el que por encima de la razón ética cada sector trató que su posición le significara el menor costo político.

Creemos que para medir lo más objetivamente posible la realización y los resultados del referendum el enfoque debe hacerse a la luz de las circunstancias que determinaron la campaña de recolección de firmas y de la situación de la izquierda durante todo el proceso de más de 2 años que culminó el 16 de abril.

Es oportuno recordar que la iniciativa partió del MLN(Tupamaros) y que el resto de la izquierda - particularmente el PCU - debió embarcarse obligadamente en la empresa a comienzos de 1987 organizando una estructura de apariencia apolítica encabezada por la Comisión Nacional Pro-Referendum. Al poco tiempo, frente a los magros resultados obtenidos en la recolección de firmas, el PCU debió hacerse cargo de la conducción de la campaña imponiéndola en todos sus ámbitos de actuación como un objetivo prioritario.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE F

VINCULACIONES

*Negocios que CIA haya ayudado a formar fuerza paramilitar haitiano*

150025

7/10/94

506546

66123

11337

## Niegan que la CIA haya armado a los paramilitares haitianos

**Denuncian** el informe de una revista asegura que la Fraph fue creada por la central de inteligencia norteamericana para hacer de contrapeso al gobierno populista de Aristide.

PUERTO PRINCIPE, 6 (AP).- Estados Unidos emitió hoy una negativa limitada en respuesta a un informe de que la Agencia Central de Inteligencia (CIA) ayudó a formar la fuerza paramilitar haitiana Fraph, que asesinó a partidarios del presidente exiliado Jean Bertrand Aristide.

La revista The Nation dice en su edición de mañana que el líder del Fraph, Emmanuel Constant, dijo que funcionarios norteamericanos querían crear una fuerza que "fuera un contrapeso" del movimiento popular de Aristide.

The Nation indica que Constant incluso trabajó para la CIA.

El vocero de la embajada de Estados Unidos en esta capital, Stanley Schrager, dijo hoy que "Estados Unidos no participó de ninguna manera en la formación del Fraph". Fraph son las siglas del Frente para el Adelanto y el Progreso de Haití.

Miembros de ese grupo han torturado y asesinado a decenas de activistas pro democráticos desde que se fundó hace un año.

La CIA ha sido hostil desde hace tiempo a Aristide, que en su condición de cura párroco izquierdista en la década de los años 80 fustigó a la organización y al gobierno del entonces presidente George Bush por el respaldo que prestaba a los gobernantes militares de entonces.

**Amnistía**  
PUERTO PRINCIPE, 6 (EFE).- El Parlamento haitiano aprobó esta noche la ley de amnistía para los militares presentada a la Cámara por el gobierno constitucional del depuesto presidente Jean Bertrand Aristide. El proyecto legal aprobado había sido consensuado y prevé que la amnistía incluya "todos los crímenes y actos conexos" cometidos por los militares que derrocaron a Aristide hace tres años.

El año pasado la CIA intentó desacreditar a Aristide, haciendo circular un informe según el cual era un enfermo mental.

El lunes, tropas norteamericanas que fueron enviadas a Haití el 19 de septiembre para preparar el retorno de Aristide allanaron la sede del Fraph en Puerto Príncipe y arrestaron a más de 20 de sus afiliados.

Pero Constant, uno de los hombres más temidos de Haití, no estuvo entre los detenidos.

### Éxito escaso

PUERTO PRINCIPE, 6 (AP).- El programa norteamericano para desarmar a las facciones paramilitares haitianas y asegurar un pacífico retorno del presidente Jean-Bertrand Aristide está comenzando a perder fuerza.

Hasta ahora hay apenas unas 4000 armas que fueron confiscadas por las fuerzas de ocupación.

En cuanto a un programa para comprar armas a los civiles, redituó unas 300 armas, con precios que iban de 50 a 300 dólares.

El desarme de facciones paramilitares es un elemento clave para estabilizar Haití en preparación del retorno de Aristide el 15 de octubre.

El abogado de Aristide, Ira Kurzban, dijo que "las dos cosas más importantes durante este período de transición son desarmar a los terroristas y lograr el control de los militares por parte de los civiles".

"Sin esas dos cosas, es imposible la democracia", agregó.

### No al asilo

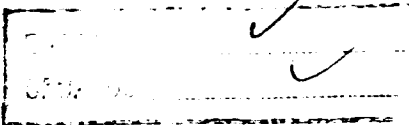
SANTO DOMINGO, 6 (AP).- El canciller Carlos Morales Troncoso dijo hoy que la República Dominicana no dará asilo político a otros jefes militares golpistas haitianos, descartando así que el teniente general Raoul Cedras y el general Philippe Biamby puedan optar por salir a esta vecina nación.

"El gobierno no le concederá asilo político a ningún otro jefe militar haitiano", dijo Morales Troncoso hoy en su oficina en la Cancillería.

"Con Michel François es suficiente el aporte que hace la República Dominicana", dijo el funcionario al indicar que Cedras, Biamby y los demás jefes golpistas debían ir buscando otros países.

Dijo que la República Dominicana le concedió un permiso de entrada temporal al jefe de la policía haitiana Joseph Michel François, por razones humanitarias y a pedido de las Naciones Unidas.

Explicó, sin embargo, que "la presencia aquí de otros jefes militares podría convertir al país en una fuente de conflictos que no ayudaría a la democratización de Haití", dijo.



01-02

9500836

co y apolítico así como la estructura formada se presentó con la vestimenta de una organización social, las cifras muestran una polarización sensiblemente equilibrada (diferencia sólo de 280.000). Si bien la mayoría - todavía respondió (a grandes rasgos) al llamado de las colectividades políticas, y es razonable considerar en ambos sentidos traslados de votos propios de conceptos personales sobre un tema ético, hubo una masa restante - que algunos estudios estadísticos situaron en el orden de los - 150.000 - que no respondió a la orientación de los partidos políticos traditionales en favor del voto amarillo. El próximo paso de la izquierda es entonces transformar esos votos éticos en votos políticos en la elección nacional.

El referendum demostró entonces que era posible aglutinar un frente opositor (opositor porque enfrentaba la posición del gobierno), en torno a un tema aparentemente apolítico (derechos humanos), pero que en definitiva se corresponde con una polarización en dos frentes que obedecen a dos concepciones distintas del país (el modelo progresista y el modelo conservador) que indudablemente son políticas. Así fue presentado el tema a la opinión pública por la propaganda verde y así se continúa con vistas a noviembre próximo.

#### - LA CONFLICTIVIDAD SOCIAL.

\* Durante décadas la conflictividad de nuestra sociedad estuvo casi totalmente vinculada con la actividad sindical que bajo la conducción comunista ortodoxa, constituía el tentáculo mayor del llamado "movimiento popular".

El ámbito estudiantil representó a su vez una segunda fuerza en la que el PCU a través de la UJC ejerció una hegemonía prácticamente contínua.

El desemboque del actual período de gobierno encontró a esos 2 campos en una situación diferente, consecuencia de la relevante participa-ción de otros sectores de izquierda, principalmente radicales, en los últimos años de gobierno militar, a través del PIT en lo sindical y ASCEEP en lo estudiantil.



Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

150023  
8/10/94  
506546

## La CIA creó los grupos paramilitares

14. 8/10 Washington (ANSA)

Según el diario norteamericano The Nation, habría sido la Agencia Central de Inteligencia (CIA), la que creó el movimiento Fraph, la más temida organización paramilitar de Haití.

Según esa publicación, el Fraph habría nacido del deseo de Washington de poder contar con una fuerza "en condiciones de contrarrestar" el movimiento prodemocrático de Jean-Bertrand Aristide, como habría admitido el líder del movimiento Emmanuel Constant, en declaraciones al diario norteamericano de tendencia liberal.

El mismo Constant habría sido un asalariado de la CIA, con estrecho contacto con Donald Terry, el responsable de la agencia en Haití en el período en el que los militares derrocaron al régimen democrático de Aristide, afirma el diario.

La CIA fue durante mucho tiempo hostil a Aristide, a quien veía como un peligroso izquierdista. También el año pasado la



Integrante de un grupo paramilitar, de los denominados "attachés", es capturado por partidarios de Aristide en Puerto Príncipe. Estos grupos, que asesinaron a miles de personas contrarias al golpe de Estado, fueron creados por la CIA, según denunció un diario norteamericano. (Telefoto de AFP)

CIA había puesto en problemas al presidente Bill Clinton, difundiendo un informe en el cual se ponía en duda la estabilidad mental de Aristide.

El diario, citando a Constant, sostiene que el jefe local de la CIA, Donald Terry, se hallaba

en el cuartel general del ejército haitiano cuando los militares tomaron el poder despojando a Aristide.

El vuelco de la política estadounidense sobre Haití habría creado entonces la curiosa situación —añota el diario— de los soldados norteamericanos obligados a ocupar y desmantelar el cuartel general del Fraph, la organización creada a su tiempo con la ayuda de la agencia norteamericana.

Los soldados norteamericanos arrestaron a varios dirigentes del Fraph, considerados responsables de numerosos homicidios e intimidaciones de los partidarios de Aristide, sin capturar, sin embargo, al líder del movimiento Constant, no obstante los pedidos en tal sentido de los colaboradores de Aristide.

The Nation sostiene que Evans François, hermano del jefe de la policía de Puerto Príncipe, Michel François (el hombre más temido de Haití), fue por mucho tiempo un asalariado de la CIA.

0202

9500836



Dentro del Partido Nacional la unidad de un programa común sólo tiene un alcance formal ya que ha sido suficientemente declarada la afinidad del MNR con el Nuevo Espacio y en última instancia con algunos sectores del F.A., en tanto que el Herrerismo de Luis A. Lacalle se muestra particularmente coincidente con el Batllismo Unido y en segundo lugar con la UCB encarnando ambas respectivamente las derechas de los partidos tradicionales. La opción de Por la Patria, a estar por las encuestas de opinión pública, va perdiendo entidad descartándose en el presente su posibilidad de acceso al gobierno.

#### PERSPECTIVAS POS-ELECTORALES

La nueva estructura política del país (cuatro colectividades electorales) determinará probablemente la necesidad de alianzas, en cualquier caso, para que la fracción ganadora tenga posibilidades de gobernar.

En ese sentido los grupos principales del Nuevo Espacio ya insinúan una tendencia primordialmente afín con el MNR y en segunda instancia con el F.A., lo cual hace aparecer como improbable el acuerdo con cualquiera de los sectores que denominan como conservadores (UCB-P.COL.) o neo liberales (Batllismo Unido [P.COL.] - Herrerismo [P.NAL.] que son los que aparecen con mayores probabilidades de éxito.

Ello replantearía nuevamente la constitución de un frente opositor del tipo "Frente Verde" que alentara la opción verde en el referendum del 16 de abril. Este es el planteamiento que el F.A. realiza en el marco de su campaña electoral y que el MLN(T) por su parte preconizó en el campo social. El mismo indudablemente tendrá efecto político luego de la elección en base a la actuación parlamentaria, además de la previsible repercusión en la conflictividad dentro del campo social, que como hemos visto presenta varios focos de tensión potenciales.

En este aspecto, además del endurecimiento en el plano sindical-estudiantil, se abre una interrogante en cuanto a los alcances del movimiento barrial, apareciendo la posibilidad de una movilización social de marginados particularmente al influjo de la acción del MLN(T) y otros movimientos combativos, agitando la bandera de una causa justa en apariencia, como el techo o el hambre, que puede adquirir cierta importancia.

Todo esto refuerza por otra parte el planteamiento estratégico ya anunciado por el PCU, en el sentido de considerar a 1994 como la oportuni-

Nº. DOCUMENTO  
 TÍTULO  
 PROCEDENCIA  
 FECHA DE PRESENTACIÓN  
 VINCULACIONES

Esplonaje satelital en WASHINGTON; señaló sig  
 de la CIA.

## Esplonaje satelital

Rp 7/10

Washington (ANSA)

Los faraónicos proyectos del nuevo cuartel general en Washington del National Reconnaissance (NRO), estructura de espionaje satelital supersecreta hasta hace dos años, superaban las necesidades de ese organismo, informó ayer el Washington Post.

La sede central del NRO consta de cuatro edificios ubicados en 28 hectáreas en una localidad llamada Westfield, en los alrededores de Washington, señaló un informe presentado el martes por la comisión investigadora conjunta de la Central Intelligence Agency (CIA) -coordinadora de las actividades de numerosos servicios secretos norteamericanos- y de la Comisión Parlamentaria de Servicios Secretos.

La sede, con casi cien mil metros cuadrados de superficie destinados a oficinas, supera en un 30 por ciento las exigencias de los 2.900 dependientes del NRO. Por esa razón, una parte de esas oficinas se destinará a los empleados de otras agencias gubernamentales de espionaje.

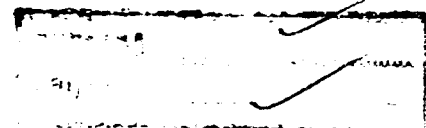
Los dirigentes del NRO aceptaron redimensionar el proyecto de las oficinas, para sumar de 500 a 750 empleados oficiales de otras áreas a sus propios dependientes.

El nuevo proyecto quita al NRO sólo uno de los cuatro edificios, y le deja los otros tres para desarrollar con comodidad sus funciones institucionales de proyectar, hacer cumplir y controlar las actividades de los satélites espías norteamericanos.

La falta de controles externos de las tareas de la NRO en el área cercana al aeropuerto internacional de Dulles y de Langley, determinó un aumento de los costos, que en el balance figuran con 300 millones de dólares, sostiene el informe de la Comisión CIA-Congreso.

Agrega el Washington Post que la sobredimensión del proyecto se debió a que los dirigentes del NRO se sintieron libres para avanzar según sus propias evaluaciones. Por eso, de dos edificios inicialmente previstos, pasaron primero a tres y luego a cuatro torres para oficinas, sin tener en cuenta el fin de la guerra fría.

El NRO es financiado con fondos de la CIA y del Pentágono, y hasta hace dos años su existencia era secretísima, a tal punto que la construcción del nuevo cuartel general sólo se conoció después de haber circulado dudas sobre la propiedad y el destino de las cuatro torres para las oficinas.



01-01

9500837

mostrando una voluntad expresa de oposición a la conducción comunista del PIT-CNT, lo que determinaría que previo a cualquier acción futura de consideración, la central deberá resolver sus problemas internos y consolidar su dominio.

\* En el campo estudiantil, durante el presente período democrático el grado de conflictividad ha sido de poca intensidad comparado con el período anterior a 1973.

En efecto, en los últimos tiempos sólo se han destacado el conflicto del IPA y algunas movilizaciones por el boleto estudiantil.

Esta situación se estima es consecuencia fundamentalmente de la siguientes causas :

- Existe una menor disposición de la juventud a la militancia política.

- El movimiento estudiantil, tanto a nivel universitario (FEUU) como en los demás niveles (FES-CGEUTU-FEI-CEIPA) está dirigido por el PCU (UJC), el que ha adoptado una política "conciliadora" similar a la adoptada en el plano sindical, fiel a su estrategia de consolidar y avanzar en democracia.

- La principal tarea de la izquierda ha sido recuperar las posibilidades perdidas en todos los órdenes de la enseñanza. Como se ha visto tanto a nivel directriz, como en el docente y en el gremial estudiantil, la izquierda marxista ha logrado establecer una férrea hegemonía similar a la de los años '70.

La conducción "pacífica" del "movimiento estudiantil" le ha valido a la UJC las críticas de ciertos sectores, permitiendo el fortalecimiento de agrupaciones más combativas.

A nivel de la FEUU quedó demostrado, en ocasión de la elección de la lista única en mayo, que ha habido un crecimiento de los sectores no comunistas (JSU-IDI-MLN) que puede comprometer el futuro dominio de la UJC en la Federación. En Secundaria se destaca el surgimiento del FI 20E (Frente Independiente 20 de Enero) dirigido por el MLN, que en cierto modo constituye la continuación histórica del Frente Estudiantil Revolucionario (FER-68) que surgió en 1968 en una actitud crítica a la CESU, organización comunista. Por otra parte, a nivel universitario, adquiere especial significación la reafirmación de la CGU, lo que en cierto modo ha quebrado el monopolio marxista.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDE

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

50024

8/10/94

506546

11337

66123

Líder del ~~FRAPH~~ Grupo paramilitar haitiano fue un  
formante de CIA.

8/10

## La CIA y un grupo paramilitar

### Clarín en PUERTO PRINCIPE

PUERTO PRINCIPE, 7 (Enviado especial). - Fuentes de inteligencia norteamericana afirmaron que Emmanuel Constant, líder del Frente para el Avance y el Progreso del Pueblo Haitiano (FRAPH) -brazo político armado del gobierno militar- fue informante de la Central de Inteligencia Norteamericana (CIA) durante los últimos dos años.

Tras conocerse esas denuncias, recogidas por el diario "The Washington Post", surgieron aquí nuevos testimonios sobre los probables vínculos entre el gobierno norteamericano y el régimen haitiano desde el golpe de Estado de setiembre de 1981.

Un informe confidencial realizado por la Embajada estadounidense para el Departamento de Estado, con fecha 12 de abril de este año, al que tuvo acceso Cla-

rin, afirma que "es la izquierda haitiana la que manipula y fabrica las violaciones de los derechos humanos para transformarlas en medio de propaganda". Más adelante, el mismo informe indica que "la continuación del apoyo (norteamericano) a Aristide contribuyó al deterioro de la presente situación de los derechos humanos y la explotación de esta tragedia por parte de Aristide y de su aparato de presión en Washington".

El viernes pasado, al cumplirse el tercer aniversario del golpe de estado, miembros del FRAPH asesinaron a cinco manifestantes de una marcha antigubernamental cuando esta pasó frente a la sede de la organización.

Tres días más tarde, las fuerzas norteamericanas allanaron esa sede, donde sequestraron armas cortas y largas y detuvieron a unas 25 personas.

Ese lunes, la embajadora norteamericana ante las Naciones Unidas, Madeleine Albright, tuvo en Nueva York un lapsus imperdonable cuando dijo que "Estados Unidos colaboró activamente con el FRAPH".

El portavoz de la Embajada norteamer-

icana en Haití, Stan Schrager, intentó disimular luego los dichos de la funcionaria afirmando que "a veces los miembros del Departamento de Estado pueden confundir algunos nombres".

Las mismas fuerzas norteamericanas, que el lunes allanaron la sede del FRAPH y detuvieron a sus militantes, brindaron el martes una amplia protección a Constant en su discurso pronunciado en el Champ de Mars, frente al Palacio Nacional. Los alambrados de púas desplegados por los soldados estadounidenses impidieron que cientos de manifestantes pro Aristide molestaran a Constant. Además, el líder del FRAPH pudo hablar a los periodistas en un estrado y micrófonos provistos por la Embajada norteamericana.

El propio Schrager siguió la conferencia de prensa desde un costado. Luego afirmó que "las declaraciones de Constant son alentadoras en tanto promete realizar una oposición democrática y constructiva al presidente Aristide. Por esto creo que no hay motivos para ordenar su detención."

Rubén Guillami  
Copyright Clarín 1994

01-01

9500838

dad histórica para alcanzar el gobierno por la vía electoral. Previamente deberá manejar el problema del liderazgo de un eventual opositor para cuya solución se reiterarán los conflictos ya sucedidos en el pasado reciente, tanto con el ahora Nuevo Espacio como con el MLN (T) ahora dentro del FA. Pero una vez consolidada su hegemonía o las alianzas sobre bases firmes es de esperar que impulse la mayor conflictividad social para sustentar el crecimiento político que habilite el triunfo electoral en 1994. En su defecto puede verse arrastrado a acompañar una aceleración de la confrontación a impulsos del MLN (T) y sus aliados mas radicales.

Sin perjuicio de lo anterior y concurrente con ello, siempre estará presente la posibilidad de la subversión en su expresión armada, aunque ahora no aisladamente sino como complemento del trabajo de masas y a posteriori de éste, camino hacia el que están orientadas todas las organizaciones revolucionarias en nuestro país. Varios episodios sucedidos en el presente período de gobierno, algunos de ellos violentos, abren interrogantes sobre la existencia de actividades clandestinas no detectadas y habilitan el planteamiento de algunas hipótesis basadas, entre otros, en la documentación incautada a un integrante del Movimiento 26 de Marzo, en el asesinato de 4 policías por un grupo que manifiesta poseer ideas y fines revolucionarios, actividades ilegales de una imprenta perteneciente a un ex-sedicioso y por último el atentado con explosivos contra un funcionario de UTE cuyas motivaciones aún no han sido aclaradas.

Independientemente del resultado electoral hay, en síntesis, una confrontación planteada por toda la izquierda marxista-leninista cuya definición ésta espera concretar en el próximo período de gobierno. Una parte de ella (particularmente el PCU) prioriza la vía electoral, mientras que otra realiza un esfuerzo para la creación de un doble poder en todos los campos (particularmente el MLN (T)) utilizando para ello organizaciones aliadas afines a sus objetivos, con la finalidad de la toma del poder por ese camino. En definitiva toda la izquierda marxista-leninista es coincidente a la instauración del socialismo en el Uruguay como objetivo final y para ello cuenta con aliados potenciales conscientes o inconscientes.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

*Ex jefe de Policía haitiano figure en listas pagas de la CIA.*

*150093*

*10/10/94*

*56546*

*11337*

*66123*

## El general François, pago por la CIA

Nueva York (ANSA)

■ El ex jefe de la Policía haitiana, Michel François, también figura en las listas pagas de la CIA, según la edición de hoy del semanario Newsweek.

François, quien la semana pasada llegó hacia la República Dominicana, acusando al general Raoul Cédras de traición por

haber puesto al país en manos de los norteamericanos, era un hombre de la CIA. Y su hermano Evans François también figuró en las listas pagas por años", publica el semanario en base a fuentes haitianas.

Días atrás fuentes oficiales de Washington confirmaron que otro miembro del antiguo régimen haitiano, el líder de la desarticu-

lada fuerza paramilitar Fraph, Emmanuel "Toto" Constant, fue informante de los servicios secretos norteamericanos durante años.

"Le pagaron por años, desde 1987 a la primavera pasada, a pesar de que fue un conocido traficante de drogas", hicieron mea culpa fuentes de la inteligencia norteamericana.

01-01

9500839

ta en la conducción de los estudiantes.

Por todo esto puede deducirse que en el futuro inmediato-dentro del actual período de gobierno - la actual dirigencia tendrá grandes dificultades en llevar unificadamente al Movimiento Estudiantil a un grado de movilización y agitación comparable a la de los años 68 al 73.

Esta situación puede, sin embargo, revertirse rápidamente, ante alguna coyuntura que obre como aglutinante y desencadenante o evolucionar naturalmente al influjo de la actitud de la izquierda. En este sentido un cambio en la postura del PCU(UJC) referente a la conducción del movimiento estudiantil (concurrente con la intensificación de la movilización sindical) o bien una disminución sensible del dominio comunista sobre las bases en favor de las tendencias combativas pueden determinar una aceleración en la capacidad de movilización potencial y consecuentemente en la conflictividad estudiantil.

\* Un párrafo especial merece, dentro de un cuadro de conflictividad social, el caso del llamado movimiento barrial al que por extensión, englobando otros aspectos de la vida familiar, podemos llamarle "movimiento social" propiamente dicho.

Ya en los últimos años del gobierno militar apareció una extraña telaraña de organizaciones sociales, que sin apariencia política visible trabajaban cubriendo los aspectos de la vida familiar no incluidos dentro de la actividad sindical-gremial y estudiantil : las ollas populares, las comisiones barriales, las policlínicas barriales, las cooperativas de vivienda, etc.. En la actual administración la actividad de esas organizaciones tuvo altibajos pero no han sido pocos los actos de violencia callejera para conseguir reivindicaciones barriales (quema de cubiertas, barricadas, peajes).

La presencia del MLN(T) y otras organizaciones en las zonas de canchales y barrios periféricos está definiendo un nuevo campo de acción: los marginados. Estimados en unos 100.000 habitantes, éstos conforman un campo fértil para el trabajo de masas de los grupos revolucionarios. Los ejemplos actuales de desalojados y la ocupación organizada de terrenos configuran una suerte de "estallido social", expresión adoptada para denominar los sucesos de Rosario en la Rep. Argentina, en ese caso con la



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

La CIA financió x años a la derecha japonesa

50025

10/10/94

506546

11337

66224

## La CIA financió por años a la derecha japonesa

**Revelación:** una investigación sobre los "fondos negros" enviados por el servicio de inteligencia norteamericano al Partido Liberal nipón descubrió los pagos para instituir un baluarte anticomunista.

NUEVA YORK, 9 (ANSA).— Los servicios secretos norteamericanos financiaron con miles de millones de dólares, en los años cincuenta y sesenta, a toda una generación de la derecha japonesa que dominó la política nipona, publicó hoy The New York Times.

Una investigación sobre los "fondos negros" enviados por la CIA al partido Liberal Democrático de Japón reveló las operaciones clandestinas de la agencia de Langley en la posguerra.

En el caso japonés, los fondos secretos tenían dos objetivos.

Uno era recoger datos de inteligencia sobre el Japón de posguerra; el otro, hacer de ese país un baluarte contra la avanzada del comunismo en Asia.

"Fue una operación similar a la realizada en Italia a favor de la Democracia Cristiana", publica el diario neoyorquino.

### Corrupción política

Según John Dower, experto en historia japonesa del Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), las revelaciones son una bomba.

Dijo que "ponen en evidencia el papel de algunos norteamericanos en el nivel privado y también oficial para la promoción de la corrupción política y una democracia monopartidaria".

El informe del Times fue elaborado mediante el estudio de documentos "apenas liberados" y entrevistando a decenas de protagonistas.

"Los financiamos -evocó candidamente Alfred Ulmer, responsable de la CIA para el lejano Oriente de 1955 a 1958- porque dependíamos de ellos para las informaciones".

### Principio justo

En los años sesenta los pagos eran "rutinarios", dijo Roger Hilsman, jefe de inteligencia del Departamento de Estado en los años de Kennedy.

Alexis Johnson, embajador en Tokio desde 1966 a 1969 no mostró arrepentimiento.

"El principio era justo -dijo-. Financiábamos a quien estaba de nuestro lado."

Además de los fondos, agentes de la CIA se infiltraron en las asociaciones juveniles y los sindicatos japoneses.

Esta era una manera astuta de neutralizar al Partido Socialista de Japón, sospechado de recibir dinero de la otrora Unión Soviética.

"No podía hacer otra cosa -explicó Douglas MacArthur, nieto del general y embajador en los años cincuenta-, ya que en ese momento eran un satélite de Moscú".

El diario neoyorquino también publica que los contactos de los hombres de la CIA eran "prácticamente todos los parlamentarios" y "algunos miembros del gobierno".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500840

(tradicional) y el Movimiento de Participación Popular (MPP) con el MLN(T) a la cabeza (izquierda combativa o radical). En el medio existe un espacio heterogéneo y no definido con respecto a los dos polos considerados integrado por el PS, el Movimiento Socialista, la Vertiente Artiguista (que componen Artiguismo y Unidad [ex PDC], la IDI y la CP), el Movimiento 20 de mayo (ex PGP) y un par de grupos menores.

Dentro de la etapa de acumulación de fuerzas que el PCU identifica con el momento actual (enfoque con el que el MLN(T) coincide), en su proceso revolucionario y en el marco de la gran estrategia de "avanzar en democracia", su línea política actual está caracterizada por dos nuevos elementos :

- La ampliación del espectro de alianzas hacia el resto de la izquierda (radical o combativa y los indefinidos);
- el oportunismo táctico hacia la derecha.

Según el primer elemento, el PCU busca la integración de todas las fuerzas revolucionarias que tengan el objetivo socialista como vanguardia. Esta es una posición común a todos los PP.CC. de América Latina que contó con el auspicio de Cuba y se inspira en la experiencia exitosa de Nicaragua.

En cuanto al segundo elemento, tiene que ver con la revisión de conceptos doctrinarios como el de la "dictadura del proletariado". Esta expresión cuya negación emitió fortuitamente J. PEREZ dio lugar hasta una consulta a la URSS, por lo que no aparece claro que haya sido deliberada o consecuencia de un error que después debió subsanarse. No obstante, en el discurso de hoy pretende demostrar un ablandamiento de la tradicional rigidez doctrinaria que adecuándose a la tónica general del Movimiento Comunista Internacional (perestroika) permita una mayor captación de adherentes en el plano nacional con una apariencia de amplitud y tolerancia.

El MPP por su parte, no ha resuelto aún la contradicción interna que se centra fundamentalmente en la negativa del MLN(T) a postular como candidatos a sus militantes. Esta actitud, reiteradamente criticada por el PVP, parece esconder una autoreconocida incapacidad para desenvolverse en el ámbito parlamentario a la vez que pretende, supuestamente, mantener una postura principista de encarar la lucha en otros campos que consideran tan importantes como el parlamentario.

De los grupos que situamos en el centro del F.A. es indudablemente el PS quien cuenta con mayores posibilidades. Las demás colectividades es-

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DEL 2º

VINCULACIONES

*fuereu Soferle la cortina y la CIA*  
*150008*  
*30/10/94*  
*506586*  
*11337*

## EE.UU.: QUIEREN BAJARLE

## LA CORTINA A LA CIA

Nadie le envidiaría la suerte a James R. Woolsey, nombrado el año pasado por Bill Clinton como nuevo director de la Agencia Central de Inteligencia (CIA), estadounidense. La agencia está sacudida por las revelaciones de burocratización y "anti-querido" a raíz del caso de Aldrich Ames, funcionario de la casa que espía durante diez años para el KGB sin que nadie en la CIA se diera por enterado, a pesar de las torpezas, descuidos y excesos en que incurrió el infiltrado. Hoy en el Congreso norteamericano hay quienes quieren, sin más, bajar la cortina de la CIA, que además de ineficiente es muy cara (presupuesto anual: 3.000 millones de dólares) y, dicen, superflua en la era poscomunista, sobre todo considerando que en Estados Unidos hay otras once reparticiones encargadas de recabar información e inteligencia. Woolsey no está en buenas relaciones con los comités del Congreso que supervisan la agencia —lo acusan de ser demasiado blando con los responsables del caso Ames— pero eso tampoco le ha servido para ganarse el favor de los funcionarios de carrera de la propia CIA, quienes consideran que el director —un hombre ajeno a la peculiar "hermandad" de los servicios secretos— llegó para cortar cabezas. Woolsey no cortó ninguna cabeza ni parece muy dispuesto a hacerlo, pero ahora la que corre riesgo es la suya: hay versiones firmes de que la Casa Blanca se apresta a pedirle la renuncia.

ENTRADO

CRUZ-03

01-01

9500841

Nº. DOCUMENTO

TITULO

EEUU: *Quiere bajar la cortina a la CIA*

PROCEDENCIA

*150007*

FECHA

*30/10/94*

VINCULACIONES

*506586*  
*11337*

## EE.UU.: QUIEREN BAJARLE

## LA CORTINA A LA CIA

Nadie le envidiaría la suerte a James R. Woolsey, nombrado el año pasado por Bill Clinton como nuevo director de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) estadounidense. La agencia está sacudida por las revelaciones de burocratización y "amiguismo" a raíz del caso de Aldrich Ames, funcionario de la casa que espío durante diez años para el KGB sin que nadie en la CIA se diera por enterado, a pesar de las torpezas, descuidos y excesos en que incurrió el infiltrado. Hoy en el Congreso norteamericano hay quienes quieren, sin más, bajar la cortina de la CIA, que además de ineficiente es muy cara (presupuesto anual: 3.000 millones de dólares) y, dicen, superflua en la era poscomunista, sobre todo considerando que en Estados Unidos hay otras once reparticiones encargadas de recabar información e inteligencia. Woolsey no está en buenas relaciones con los comités del Congreso que supervisan la agencia —lo acusan de ser demasiado blando con los responsables del caso Ames— pero eso tampoco le ha servido para ganarse el favor de los funcionarios de carrera de la propia CIA, quienes consideran que el director —un hombre ajeno a la peculiar "hermandad" de los servicios secretos— llegó para cortar cabezas. Woolsey no cortó ninguna cabeza ni parece muy dispuesto a hacerlo, pero ahora la que corre riesgo es la suya: hay versiones firmes de que la Casa Blanca se apresta a pedirle la renuncia.

ENTRADO

CRUZ-00

01-01

9500841

Pero en poco tiempo la línea marxista-leninista tradicional retomó la conducción sindical luego del Congreso Extraordinario del ya consolidado PIT-CNT. Lo mismo sucedió en el campo estudiantil en donde las ya integradas ASCEPP-FEUU, ASCEEP-FES y CGE-UTU, fueron siendo dominadas por mayorías de línea pro-comunista.

\* Es indudable que la expectativa democrática llevó en los primeros años de gobierno (85-86-87) a mantener la tranquilidad social en los gremios contando con una tregua tácita que fue interpretada de distinta manera por la opinión pública según la óptica popular. Los contados conflictos de relativa envergadura que surgieron a instancias de una línea de izquierda no comunista terminaron en un fracaso sindical y como consecuencia en la siguiente elección de autoridades triunfaron las tendencias pro PCU.

Ya en el año 1988 los conflictos de ALPARGATAS y CUTSA, principalmente éste último, dieron lugar a la aparición de una línea sindical, de izquierda radical, de perfil similar a la antigua tendencia combativa, ahora bajo el rótulo de "Encuentro de Militantes Sindicales" (EMS). Los fracasos reivindicativos en ambos casos fueron considerados por el EMS como victorias políticas pero sin embargo esta línea no ha evolucionado considerablemente hasta la fecha.

cativo de la conflictividad gremial ya sobre la fecha de las elecciones nacionales. Esto se insinuó en los conflictos del Puerto de Montevideo y la Intendencia Municipal, y se ha confirmado en el aún no resuelto conflicto de los maestros con repercusiones en toda la enseñanza y en el latente conflicto de los bancarios; todo lo cual abre una perspectiva incierta sobre las verdaderas intenciones sindicales. De cualquier forma, tanto el ya mencionado polo combativo (EMS), como la aparición del recientemente anunciado polo que responde a los PP.TT. y al Nuevo Espacio y el caso Cáceres (del SUA) están

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*Menem firmó la Sme de Seg. y Protec' a la Comu-*  
*dad.*

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN-

VINCULACIONES

*150024*

*14/10/94*

*11337*

*66960*

*14to. Clase*  
**Antoniotti, con decreto**

Finalmente, el presidente Carlos Menem puso la firma y la Secretaría de Seguridad y Protección a la Comunidad, comandada por el brigadier Andrés Antoniotti, ya tiene estructura propia. El decreto, sin pretensiones de ser original, define que habrá dos subsecretarías: una de Seguridad y otra de Protección a la Comunidad. Los gastos del organismo saldrán del presupuesto de la Presidencia, con lo que el brigadier eludió cualquier posible dependencia de los ministerios de Interior o Defensa. Para que no queden dudas de que es una decisión con toda la pompa, al decreto también le pusieron la firma -junto al Presidente- los ocho ministros del gabinete nacional.



Andrés  
Antoniotti.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500842

## DOCUMENTO 5

### CARACTERIZACION DE LA ETAPA Y LA COYUNTURA

#### LA DEMOCRACIA TUTELADA

1) Frente a la crisis que padecía América Latina en los años 60 resultaba necesario, para los intereses imperialistas, una reestructuración económica, social y política. A esos efectos las dictaduras militares cumplieron un objetivo fundamental: aplastar los movimientos de resistencia popular, desarticulando por un largo período a las organizaciones sociales, a las fuerzas de izquierda y, en particular, a las revolucionarias opuestas a dicha reestructuración.

2) Las graves consecuencias económicas, sociales y políticas que las dictaduras produjeron en los sectores populares llevaron, sobre fines de los 70, a una estrategia continental del imperialismo que apuntó a prevenir que las acciones de resistencia desbordaran el sistema de dominación. En este contexto la Revolución Nicaragüense introdujo un llamado de alarma adicional.

El imperialismo y sus aliados internos de cada país fueron, así, obligados a readecuar el sistema de dominación sobre la base del mayor consenso posible, y de una recomposición del marco ideológico y político que trabaría la posibilidad de que la lucha democrática pusiera en peligro dicho sistema. La variante estratégica fue la salida democrática negociada, manejada por grupos políticos, representantes de los intereses de los sectores principales de la economía asocia-

dos al imperialismo.

3) En nuestro país, la dictadura comenzó a manifestar síntomas de desgaste a fines de la década del 70. Intentó entonces institucionalizarse por medio de una reforma constitucional plebiscitada, que estableciera una fachada democrática de cobertura al sistema de coerción. La derrota del proyecto de reforma en 1980 aceleró la crisis de dominación y alentó la reorganización del movimiento popular.

4) El Partido Colorado, con su experiencia de conducir el Estado durante un siglo, contribuyó decisivamente a organizar esta salida. Las consecuencias de la derrota del movimiento popular, las tradiciones, ilusiones y aspiraciones democráticas existentes en la población, el papel colaborador del reformismo político para este tipo de salida, la debilidad de la izquierda revolucionaria, ayudaron a que el proceso abierto por la resistencia a la dictadura desembocara en la apertura política hacia un gobierno constitucional civil basado en un régimen de nuevo tipo: una democracia tutelada por los militares.

5) El carácter negociado de la salida se concretó en el Pacto del Club Naval, con un retiro militar en orden, que no tocaba orgánicamente a las FFAA ni eliminaba su presencia en la dirección de Organismos públicos como la Dirección de Aeronáuti-

ca Civil, Comunicaciones y otros; con elecciones proscriptivas y presos políticos. Por ellas se instaló en el gobierno el sector más conservador y comprometido con los militares y el imperialismo: el Partido Colorado. Este Partido planificó y llevó adelante una apertura política que, sin contar con un acuerdo concreto de los dos partidos tradicionales, consiguió sin embargo consenso a partir de la participación del Frente Amplio en el Pacto. Esto y la habilidad del Partido Colorado para mantener siempre dividido al Frente democrático opositor y debilitar a cual-

tes, fueron quitando efectividad al movimiento sindical. Los Consejos de Salarios y los convenios a largo plazo operaron como mecanismos debilitadores de su capacidad de respuesta.

7) Paralelamente el gobierno recompuso sus relaciones con la mayoría del partido Nacional y logró que compartiera su doctrina de gobernabilidad. De este modo la comprometió a respaldar la impunidad y la política hacia las fuerzas armadas, además de afirmar los ejes de la orientación económica: deuda externa, deuda interna, salvataje de ban-

DOCUMENTO SUJETO  
A MODIFICACIONES  
EN COMISION POR  
APORTES DEL  
PLENARIO COORDINADOR

quier variante intransigente de la apertura, constituyeron una primera victoria para la estrategia colorada-imperialista, imprimiendo una dinámica de centro-derecha al proceso subsiguiente.

6) Para asegurar la gobernabilidad del país, según el proyecto del partido Colorado, era necesario desmantelar la conflictividad social del movimiento obrero y popular, que estaba dispuesto a recuperar lo perdido durante la dictadura. La atomización y aislamiento de las luchas y las derrotas sucesivas de los conflictos laborales más trascenden-

cos, contención salarial. La mayoría blanca fue un sostén fundamental del gobierno y pieza importante en la aplicación del proyecto conservador de las clases dominantes. Para ello debió renunciar a los postulados democráticos de la campaña electoral y avalar esta política antipopular.

8) La democracia tutelada establecida implica: a) Reestructuración de la división clásica de los Poderes del Estado, pero con un Ejecutivo donde se concentra casi exclusivamente la toma de decisiones; un Parlamento supeditado permanentemente al veto



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN.

VINCULACIONES

*de decretos y Supersio. originó reacción de 2 Diputados.*

DECRETO PARA LA SUPERSECRETARIA

## Más grande que un ministerio

La aprobación por decreto de la estructura organizativa de la supersecretaría de Seguridad originó ayer la inmediata reacción de dos diputados radicales miembros de la Comisión de Defensa del Senado. A través de sendos proyectos de declaración presentados ante la Cámara, Jesús Rodríguez y Antonio Berhongaray cuestionaron el decreto por que "profundiza la violación a la Ley 24.059 de Seguridad Interior y la desnaturalización del sistema creado por dicha norma". Berhongaray reclamó lisa y llanamente la derogación de la norma.

Según lo publicado en el Boletín Oficial, la dependencia a cargo del brigadier (R) Andrés Antonietti consolidará su poder al quedar a cargo de un aparato compuesto por dos subsecretarías y cinco direcciones. El brigadier, amigo personal del Presidente a cargo del área desde que Carlos Menem pudo darse el gusto de crear la supersecretaría apenas un día después del atentado contra la AMIA, tendrá además la posibilidad de designar sin concurso previo a 122 agentes. "Se crea así una estructura elefanteásica, que de hecho duplica la de un ministerio", opinó un asesor de Rodríguez después de explicar que ésta es una más de las consecuencias de haber sacado de la esfera de la cartera política los temas de seguridad interior. "La Ley 24.059 creaba en cambio apenas dos direcciones, la de Inteligencia Interior, que dirigía y planificaba el control policial, y la de Planeamiento y Control de Inteligencia, que descansaban en la estructura administrativa del Ministerio del Interior."

En su proyecto de declaración, el diputado radical porteño manifestó su "desagrado por la reiterada utilización de la vía del decreto por parte del presidente de la Nación para la violación de lo dispuesto por la Ley 24.059" y manifestó su "convencimiento de que

la sustracción de la función de seguridad interior del Ministerio del Interior supone una seria afectación a la efectiva capacidad del Estado para resguardar la libertad, la vida y el patrimonio de los habitantes, sus derechos y garantías y la plena vigencia de las instituciones del sistema representativo, republicano y federal que establece la Constitución nacional".

A su turno, Berhongaray -en un texto que suscribieron también los diputados Héctor Di Tulio, Gastón Ortiz Maldonado y Carlos Fabrisin- su-

mó otro cuestionamiento al plantear que el decreto de creación de la estructura de la supersecretaría permite "la creación de una frondosa y costosa burocracia de 122 agentes contradiciéndose así con las políticas oficiales de contención del gasto público". El diputado pampeano destacó al mismo tiempo que "para las designaciones se ha eximido a Antonietti de aplicar el régimen de concursos vigente, facilitándose así la conformación del organismo con gente de confianza y amigos".

9500843

a-01

Nº. DOCUMENTO

TITULO

IRAN utiliza subapodo en BONN como sede ya sus  
secretos.

PROCEDENCIA

150008

FECHA DE PROCEDENCIA

9/10/94

VINCULACIONES

11/332

507597

500175

## Sede Iraní en Bonn: Central Europea de Servicios Secretos

BONN, 8 oct (EFE).- Durante años Irán ha estado utilizando su embajada en Bonn como central en Europa para los servicios secretos de Teherán, indica la Oficina Federal para la Protección de la Constitución (BfS), según Der Spiegel.

Según publicará en su edición del próximo lunes la revista alemana "Der Spiegel", que basa su información en un informe del BfS -los funcionarios de seguridad alemanes-, la embajada en Bonn es sospechosa de ser el centro de coordinación de diversos atentados perpetrados contra varios críticos del actual régimen iraní.

La existencia de este informe, que data del 29 de junio de 1993, y al que ha tenido acceso "Der Spiegel" contradice declaraciones realizadas en el pasado por el coordinador de los servicios secretos alemanes, Bernd Schmidbauer, según las cuales tal análisis y sospecha sobre la embajada no existía.

En el estudio del BfS, que consta de trece páginas, se asegura que el asesinato de cuatro críticos del régimen iraní en el restaurante Mykonos de Berlín, en septiembre de 1992, fue preparado desde Bonn bajo el nombre codificado de "Bozorg Alavi".

Los funcionarios de BfS explican con todo detalle en el citado análisis -titulado "Grupo de trabajo Irán"-, que los servicios secretos iraníes controlan, mediante la embajada, a los cerca de 100.000 iraníes residentes en Alemania, y cómo buscan infiltrarse en diversas organizaciones turcas.

La embajada también ha colocado a agentes para que logren hacerse con informaciones destinadas a la producción de armas nucleares, químicas y biológicas.

ENTRADO

CRUZ 400

01-01

9500844

ción financiera (compra de títulos, bonos, moneda extranjera, etc.).-

5) Esta línea se vio ayudada por una situación internacional favorable al Uruguay, en 1986. Pero ese crecimiento no benefició a los trabajadores.- Se trata de un buen ejemplo del grado de dependencia del país, con sus negativas consecuencias sobre los sectores populares, aún en el caso de que el Uruguay sea auxiliado por la situación internacional. En el mejor de los casos, los salarios apenas aumentaron en algún sector exportador, en la medida en que creció la llamada "productividad" del trabajo (que significa en realidad, aumentar el esfuerzo de los trabajadores para que los empresarios dispongan de más productos a colocar en el exterior a igual o menor costo salarial y, a ese modo, aumentar sus ganancias).-

6) Pero jugar a la tómbola de la situación internacional para el crecimiento de un país subdesarrollado y dependiente como el nuestro, no sólo es riesgoso; muestra que las pocas veces que se acierta, las ganancias no duran mucho. Así, cuando las condiciones favorables desaparecieron, el crecimiento fue bajando a tal grado que en 1988 fue nulo. Y si con crecimiento, los sectores que viven de un salario o de un ingreso limitado pueden, a lo sumo, apenas mantener o hacer crecer en algo su entrada real, al no existir crecimiento, su nivel de vida tiende otra vez a descender.-

7) El salario mínimo nacional, percibido por aproximadamente cien mil trabajadores rurales y casi otro tanto de trabajadores urbanos y que sirve además, para fijar el monto de las asignaciones fa-

miliares, hogar constituido e incluso los ingresos mínimos de parte muy importante de los pasivos, disminuyó entre abril de 1985 y octubre de 1988 en más de un 21%. Los casi 600.000 jubilados y pensionistas reciben, alrededor de su mitad, ingresos inferiores a ese mínimo nacional.- O sea: 750.000 compatriotas (la cuarta parte de la población; están por debajo de la línea de pobreza, como lo reconoció recientemente

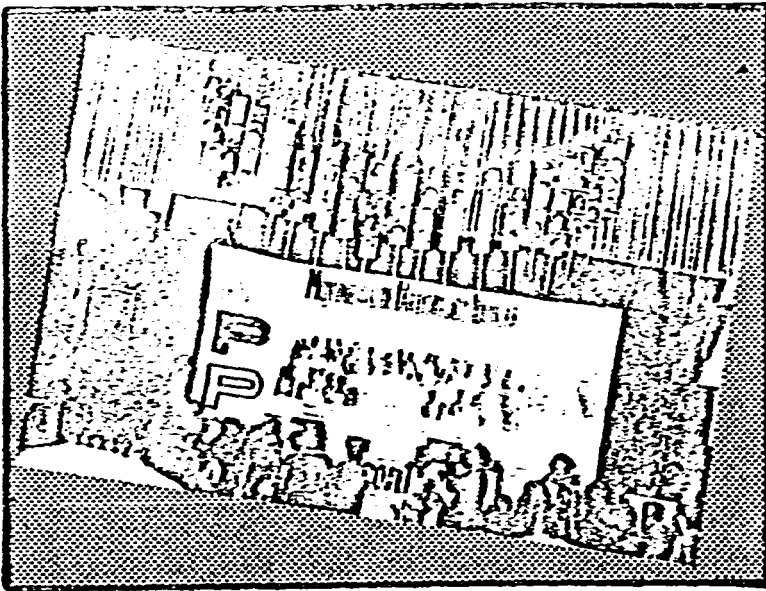
que le permitan ejercer su vocación, sus deseos de participación y trabajo, su poder de creatividad. La juventud es, así uno de los sectores más reprimidos del país, incluso por la violencia, cuando intentan manifestar como protesta social, cultural o política.-

A todo lo anterior se suman el permanente aumento de los servicios públicos, como efecto directo del pago de la deuda externa y sus intereses, la

ferencias por el pago de servicios.-

9) Otra sería la situación actual si esos recursos se hubiesen aplicado a la inversión productiva y al mejoramiento de la calidad de vida de la gente.- Aún teniendo en cuenta lo dificultoso, para un país como Uruguay, de salir de tales condiciones, una asignación de recursos diametralmente opuesta a la que se practica podría conducir a la reversión de la ruina y miseria de nuestros hospitales, a la construcción de nuevos liceos y escuelas al establecimiento de programas de investigación para lograr una tecnología propia y liberadora que sienta las bases de un desarrollo nacional.-

10) Esta política y su intento de inducir a la resignación ante el continuismo de la línea económica, conduce sin duda a catalogarla como antinacional, antipopular y antidemocrática.-



el propio Ministro de Trabajo y Seguridad Social.-

8) A esta situación debe agregarse el problema de los alquileres absolutamente prohibitivos, causa inmediata del constante crecimiento de los cantegriles y el crecimiento de los trabajadores por cuenta propia (cuentapropistas), que vienen consolidando la existencia del llamado sector informal de la economía. El sector informal no es otra cosa que un resultado de la desocupación estructural sufrida por la economía y la continuación de la emigración de muchos uruguayos, especialmente gran cantidad de jóvenes, que no tienen más remedio que irse del país, al no encontrar en él los lugares

aplicación de una política impositiva y fiscal centrada en los ingresos indirectos (IVA, IMESI) que descarga su mayor peso relativo en la población de menores ingresos y asfixia a pequeños y medianos productores, favoreciendo la concentración de la riqueza entre muy pocos; la política presupuestal, antigua de más de veinte años, que consiste en comprimir gradualmente los recursos destinados a la represión como forma de asegurarse el dominio del sistema.-

Mientras tanto la deuda externa, creció durante la dictadura a razón de un millón de dólares por día ha continuado su expansión a partir de este gobierno, en proporción similar, sin contar las trans-

#### EL PROYECTO CONSERVADOR

1) Es preciso examinar el proyecto conservador en su conjunto, para elaborar una propuesta global. El mismo combina todo lo que significa la democracia tutelada, el continuismo económico y las pautas ideológicas predominantes, analizadas anteriormente. Este proyecto se ha ido aplicando a partir de una correlación de fuerzas políticas y sociales que se terminan -y a la vez es determinada- por las luchas que han desarrollado en su interior: la lucha antidictatorial y la forma particular (pactada) en que se salió de la dictadura, punto de arranque de la democracia tutelada. El carácter que asumen las luchas políticas, parlamentarias y fundamentalmente sindicales, en el contexto de la política

->

Nº. DOCUMENTO 150007

TITULO Serv. Secreto M-15

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROC. ENVI 31/10/94

VINCULACIONES 11337  
507529  
20000000

*esta' tratando de reclutar mujeres como espías.*

LONDRES, 30 (Reuters) - El servicio secreto británico MI5 secret está tratando de reclutar mujeres profesionales como espías, dijo hoy el diario The Independent.

El ingreso de mujeres como espías fue una decisión de su directora general Stella Rimington, quien, con su nombramiento, acabó en 1992 con una tradición de 85 años de jefes hombres.

La decisión refleja el hecho de que las mujeres son consideradas buenas espías, en algunos casos mejores que los hombres, afirmó el diario.

ENTRADO ☒

CRUZADO ☒

01-01

9500845

de concertación.-

La lucha democrática contra la impunidad y la tutela militar, único terreno en el que se verificó un enfrentamiento colectivo con el sistema y se llegó al enorme hecho político de triunfo en la batalla de las firmas.-

Tendremos que examinar, al mismo tiempo la supremacía del voto amarillo, como indicador de un cuadro político y electoral desfavorable para las finalidades del cambio.-

Las consecuencias profundas de la campaña del referéndum sobre la situación política del país serán analizadas en otros materiales.-

2) El proceso vivido durante la dictadura militar, regido por la Doctrina de la Seguridad Nacional y por la imposición de un nuevo modelo económico ha dejado una estructura de poder por la que ya es imposible la vuelta a la antigua democracia liberal uruguaya. La participación de las FF.AA. en ella no puede ser soslayada. La lucha contra la Ley de impunidad ha demostrado a las claras el peso político de los militares, aunque hoy no estén en el gobierno directo del país, como en los tiempos de la dictadura.-

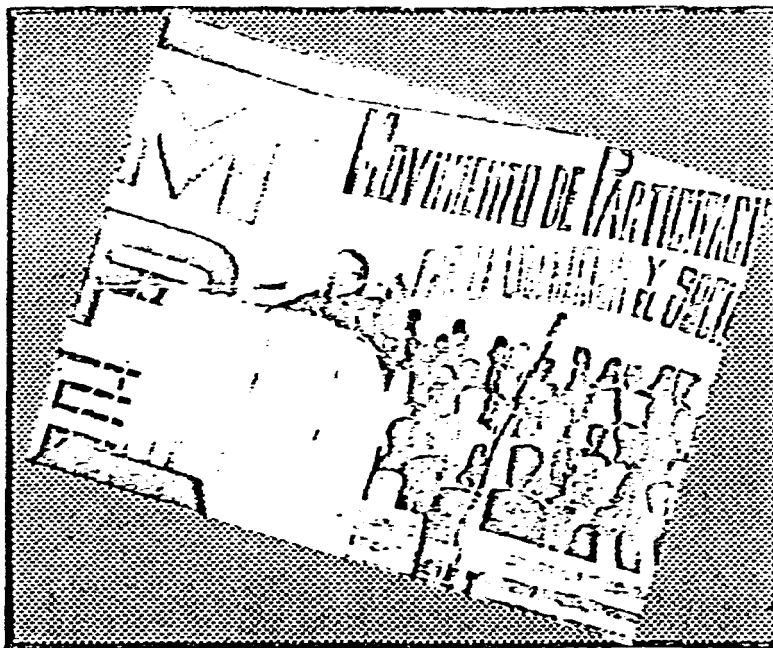
3) En el Uruguay el proyecto conservador impuesto restringe aún más la participación al conjunto de los sectores populares. Las actuales características de la situación económica, política y social del país impiden la vigencia plena de los derechos democráticos.-

4) Puede afirmarse que, mientras la situación aquí definida venía produciéndose en perjuicio de la gente, de su calidad de vida, presente y de su futuro, no ha habido una oposición política que

coordinara una propuesta diferente y eficaz para enfrentar al proyecto conservador.-

5) Esa oposición política conformada fundamentalmente por el Partido Nacional y el Frente Amplio no tuvo capacidad para aunar una respuesta alternativa

frente amplista de grandes sectores de nuestro pueblo, tras superar los intentos del régimen por desarticular y aislar a la izquierda. Ese arraigo popular y la vigencia de su programa transformador, crearon temor e incertidumbre en los sostenedores del proyecto conserva-



a ese modelo conservador, y al creciente autoritarismo del Poder Ejecutivo. El Partido Nacional con su mayoría alineada en ese modelo a través de la gobernabilidad y su deseo de "pasar factura" por el Pacto del Club Naval, derivó en socio cómplice del gobierno, con la salvedad del Movimiento de Rocha, que en su propósito de marcar un perfil diferente, se aproximó al campo popular. Sólo el F.A. en la medida que recupere su potencialidad transformadora podrá ser la base de la propuesta popular, nacional y democrática que haga por fin realidad que "los más infelices sean los más privilegiados".-

#### LA SITUACION DEL F.A.-

1) A la salida de la dictadura, el F.A. recupera el empuje y el entusiasmo popular, mostrando la persistencia del sentimiento

dor al tiempo que alento la esperanza de cambio real en un sector importante de la población.-

2) Las concepciones que durante este período prevalecieron en la conducción del F.A. no permitieron el desarrollo de ese potencial transformador, sino que diluyeron y desdibujaron la línea política y el perfil opositor que lo habían caracterizado antes de la dictadura. Pesaron en este sentido las ilusiones en torno a acuerdos efectivos políticos y programáticos con el Partido Colorado, el miedo al aislamiento con respecto a los partidos tradicionales, la falta de confianza en las masas y su movilización. Una línea política que manifestó la voluntad de ocupar todos los espacios y que desde los acuerdos del Club Naval pasó por las etapas de la concerta-

ción, de la participación en las convocatorias de Sanguinetti para "Acuerdos Nacionales", de participación en viajes que afirmaron la imagen del Presidente en el exterior. Se llegó también a coincidir públicamente con el conjunto de la política exterior del gobierno.-

Frente a la táctica gubernamental de imponer su política antipopular mientras recurría a un discurso de diálogo y concertación, el F.A. no desechó esa maniobra ni convocó a la movilización popular para enfrentarla.- Esa falta de claridad opositora generó confusiones y le permitió al gobierno actuar con las manos libres, distrayendo el descontento de la gente, y entorpeciendo la lucha por las reivindicaciones populares.-

En los hechos, esta orientación debilitó al F.A. como alternativa de gobierno y de poder, a pesar de proclamar este objetivo.-

3) Esta concepción, cuya responsabilidad comparten los sectores predominantes del F.A., creó la "mesa chica", integrada por PC, PS, PDC, 99 y Seregni, como forma de ampararse en su trabajo-cupular. De este modo marginaron y desmovilizaron a las bases frentistas y excluyeron a un sector importante.-

Informe sobre la guerra de las triadas. MAFIA CHINA.

150007

29/10/94

11846

China - 507638



# RITOS, DROGAS Y SANGRE: GUERRA DE LAS TRIADAS ESTREMECE AL SUBMUNDO ASIATICO

LEXPRESS

**HONG KONG.** Una noche de noviembre del año pasado en Macao Andy Chan y su lugarteniente Tse Chun Fung fueron ametrallados en el automóvil donde viajaban por sicarios, hasta hoy no identificados, que emboscaron el vehículo. Chan era conocido como "El Tigre de Wanchai", el barrio bravo de Hong Kong, donde sembraba el terror en nombre de la más poderosa de las asociaciones delictivas del mundo chino: la triada Sun Yee On.

El doble asesinato dejó estupefactos por unanimidad a políticos, pandilleros y policías. ¿Quién había osado desafiar a la todopoderosa triada? Sólo en Hong Kong, la Sun Yee On tiene 45.000 miembros y 1.700 cuadros de acción. Sus efectivos superan las 80.000 personas en el mundo chino y su imperio se extiende por toda la China meridional, con complicidades que llegan hasta las altas esferas de Beijing. Después de haberse ramificado en filiales por la cuenca del Pacífico, desde Macao a Australia, la Sun Yee On aborda Estados Unidos y se implanta también en Gran Bretaña y los Países Bajos. Rápidamente, la 14 K y la Wo Hop To (Federación Wo), principales rivales de la Sun en Hong Kong, hicieron saber que no eran responsables del asesinato. Las triadas se encontraron de pronto donde menos les gusta estar: la primera plana de las noticias.

La Guerra de las Triadas se ha desatado en Asia y estremece al submundo de esa región. El asesinato de uno de los capos de la principal **mafia china** reveló aspectos insospechados de un fenómeno delictivo, de extrema ferocidad, que tiene su epicentro en Hong Kong. La denominación "triada" surgió como consecuencia de los emblemas y símbolos de forma triangular que identifican a estas organizaciones de mafiosos.

¿Quiénes las controlan? ¿Qué buscan? ¿Cuáles son sus vínculos con las altas esferas de China Comunista? Estas son algunas de las interrogantes que se están planteando.

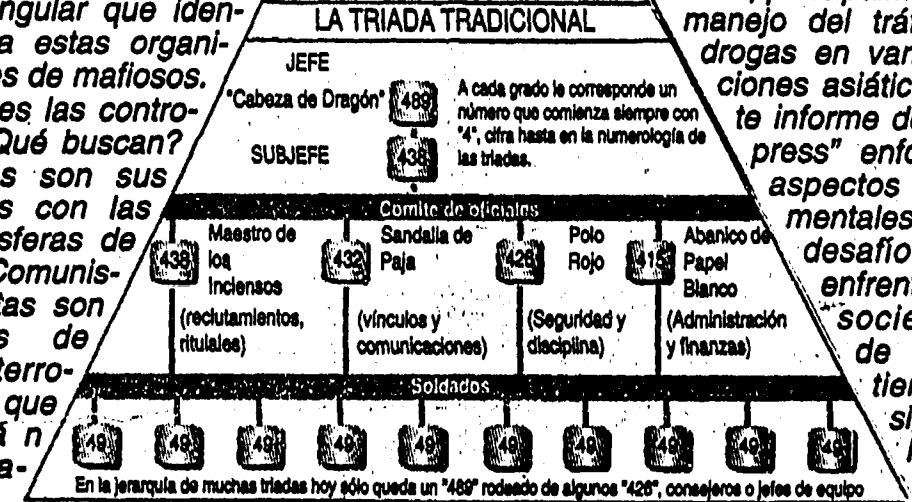
**RITOS, DISCIPLINA, DROGAS**

En realidad, están en la noticia desde el pasado fin de siglo. Fue en esa época que la policía de Hong Kong forjó la denominación "triada" para denotar al conjunto de sociedades iniciáticas chinas que utilizan símbolos y emblemas de forma triangular. Hay triadas de todo tipo,

para las cuales sólo hay respuestas parciales. Las autoridades policiales de Hong Kong han establecido la existencia de contactos entre miembros de las mafias y dirigentes del Partido Comunista de China, lo que otorga un nuevo alcance al problema. Las triadas dominan diversos negocios y en los últimos tiempos están dedicados, principalmente, al manejo del tráfico de drogas en varias naciones asiáticas. Este informe de "L'Express" enfoca los aspectos fundamentales de un desafío que enfrentan las sociedades de Asia y tiene el signo de la violencia.



El símbolo tradicional que ha dado su nombre a las triadas representa la armonía entre el hombre, el cielo y la tierra.



A cada grado le corresponde un número que comienza siempre con "4", cifra hasta en la numerología de las triadas.

emprendimientos conjuntos con otras bandas, administra y asigna recursos que otros ponen en manos de legisladores y policías corruptos.

Hoy el principal negocio de las triadas es la droga. Es notorio que son chinos los "químicos industriales" del Triángulo de Oro (Birmania-China-Thailandia), que producen desde hace más de cuarenta años la famosa heroína N. 4, conocida como China White, que es 99% pura y por ello la más valiosa. Las redes van del Triángulo a Hong Kong y de allí a Nueva York, San Francisco, Toronto y Vancouver. Las triadas producen además las mejores cartas de crédito falsificadas que circulan en el mundo y se dedican a la lucrativa piratería de audio y video, además de las actividades tradicionales (juego ilegal, prostitución, "protección").

Una nueva actividad que depara fortunas a las triadas es el tráfico de emigrantes chinos ilegales destinados a Europa y América del Norte, variante siglo XX del tráfico de esclavos. La Sun Yee On prefiere la vía europea hacia Estados Unidos y Canadá; la 14 K la vía latinoamericana, que pasa por Guatemala, Honduras, México, Puerto Rico, la Dominicana y El Salvador. Estas mafias chinas disponen de una red de autoridades corruptas que diligencian trámites de paso. Una "carga" de 400 clandestinos puede dejar beneficios de millones de dólares.

## LA CAPITAL DE LAS TRIADAS

Hay una cincuentena de triadas activas en Hong Kong de las cuales 15 son importantes asociaciones

para delinquir. En este terreno, nada se les escapa: negocios inmobiliarios, centros comerciales, grandes conjuntos habitacionales, galerías comerciales, grandes conjuntos habitacionales, galerías comerciales, hoteles, restaurantes, clubes nocturnos de karaoke, billares. Los iniciados están en todas partes. En los barrios "calientes" el patrullaje de los "soldados" es permanente. Las triadas controlan todo el tráfico, altamente rentable, de videos —pornográficos y comunes— entre Hong Kong y la China continental. Ofrecen beneficios especiales a los policías que compran —frecuentemente en grupo, para facilitar las cosas— incluyendo participación en negocios, juegos clandestinos y prostitución. Las triadas recurren a estos policías para la lucha contra bandas enemigas: los investigadores no tienen más que seguir instrucciones para

(Continúa en página 11)



Informe sobre la guerra de los triados. MAFIA  
150007  
29/10/94  
11846  
China - 507638

CHINA



L'EXPRESS

**HONG KONG.** Una noche de noviembre del año pasado en Macao Andy Chan y su lugarteniente Tse Chun fung fueron ametrallados en el automóvil donde viajaban por sicarios, hasta hoy no identificados, que empujaron el vehículo. Chan era conocido como "El Tigre de Wanchai", el barrio bravo de Hong Kong, donde sembraba el terror en nombre de la más poderosa de las asociaciones delictivas del mundo chino: la triada Sun Yee On.

El doble asesinato dejó stupefactos por unanimidad a políticos, pandilleros y policías. ¿Quién había osado desafiar a la todopoderosa triada? Sólo en Hong Kong, la Sun Yee On tiene 45.000 miembros y 1.700 cuadros de acción. Sus efectivos superan las 60.000 personas en el mundo chino y su imperio se extiende por toda la China meridional, con complicidades que llegan hasta las altas esferas de Beijing. Después de haberse ramificado en filiales por la cuenca del Pacífico, desde Macao a Australia, la Sun Yee On aborda Estados Unidos y se implanta también en Gran Bretaña y los Países Bajos. Rápidamente, la 14 K y la Wo Hop To (Federación Wo), principales rivales de la Sun en Hong Kong, hicieron saber que no eran responsables del asesinato. Las triadas se encontraron de pronto donde menos les gusta estar: la primera plana de las noticias.

La Guerra de las Triadas se ha desatado en Asia y estremece al submundo de esa región. El asesinato de uno de los capos de la principal **mafia china** reveló aspectos insospechados de un fenómeno delictivo, de extrema ferocidad, que tiene su epicentro en Hong Kong. La denominación "triada" surgió como consecuencia de los emblemas y símbolos de forma triangular que identifican a estas organizaciones de mafiosos. ¿Quiénes las controlan? ¿Qué buscan? ¿Cuáles son sus vínculos con las altas esferas de China Comunista? Estas son algunas de las interrogantes que se están planteando.

**RITOS, DISCIPLINA, DROGAS**  
En realidad, están en la noticia desde el pasado fin de siglo. Fue en esa época que la policía de Hong Kong forjó la denominación "triadas" para denotar al conjunto de sociedades iniciáticas chinas que utilizan símbolos y emblemas de forma triangular. Hay triadas de todo ti-

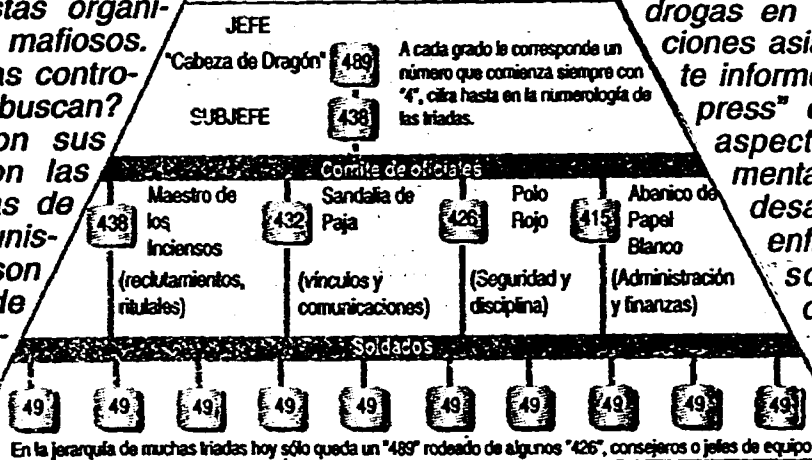
po, desde las absolutamente honorables —sociedades de ayuda mutua o filosóficas— hasta asociaciones delictivas. Las mejores estructuradas tiene una jerarquía y una dirección que controla adhesiones y promociones de acuerdo con la disciplina más brutal. La triada es, por definición, secreta: hay rituales complejos, ceremonias de inicia-

ción y un conjunto, que puede llegar a 36, de juramentos a cumplir por parte del iniciado. Los pocos arrepentidos que han hablado de esto alguna vez describen ceremonias de ingreso que culminan con la decapitación de un gallo blanco, advertencia clara del futuro que espera a eventuales traidores. La dirección superior ja-

das y para las cuales sólo hay respuestas parciales. Las autoridades policiales de Hong Kong han establecido la existencia de contactos entre miembros de las mafias y dirigentes del Partido Comunista de China, lo que otorga un nuevo alcance al problema. Las triadas dominan diversos negocios y en los últimos tiempos están dedicados, principalmente, al manejo del tráfico de drogas en varias naciones asiáticas. Este informe de "L'Express" enfoca los aspectos fundamentales de un desafío que enfrentan las sociedades de Asia y tiene el signo de la violencia.

El símbolo tradicional que ha dado su nombre a las triadas representa la armonía entre el hombre, el cielo y la tierra.

#### LA TRIADA TRADICIONAL



empresarios conjuntos con otras bandas, administra y asigna recursos que otros ponen en manos de legisladores y policías corruptos.

Hoy el principal negocio de las triadas es la droga. Es notorio que son chinos los "químicos industriales" del Triángulo de Oro (Birmania-China-Tailandia); que producen desde hace más de cuarenta años la famosa heroína N. 4, conocida como China White, que es 99% pura y por ello la más valiosa. Las redes van del Triángulo a Hong Kong y de allí a Nueva York, San Francisco, Toronto y Vancouver. Las triadas producen además las mejores cartas de crédito falsificadas que circulan en el mundo y se dedican a la lucrativa piratería de audio y video, además de las actividades tradicionales (juego ilegal, prostitución, "protección").

Una nueva actividad que depara fortunas a las triadas es el tráfico de emigrantes chinos ilegales destinados a Europa y América del Norte, variante siglo XX del tráfico de esclavos. La Sun Yee On prefiere la vía europea hacia Estados Unidos y Canadá; la 14 K la vía latinoamericana, que pasa por Guatemala, Honduras, México, Puerto Rico, la Dominicana y El Salvador. Estas mafias chinas disponen de una red de autoridades corruptas que diligencian trámites de paso. Una "carga" de 400 clandestinos puede dejar beneficios de millones de dólares.

#### LA CAPITAL DE LAS TRIADAS

Hay una cincuenta de triadas activas en Hong Kong de las cuales 15 son importantes asociaciones.

para delinquir. En este terreno, nada se les escapa: negocios inmobiliarios, centros comerciales, grandes conjuntos habitacionales, galerías comerciales, grandes hoteles, restaurantes, clubes nocturnos de karaoke, billares. Los iniciados están en todas partes. En los barrios "calientes" el patrullaje de los "soldados" es permanente. Las triadas controlan todo el tráfico, altamente ren-

table, de videos —pomográficos y comunes— entre Hong Kong y la China continental. Ofrecen beneficios especiales a los policías que compran —frecuentemente en grupo, para facilitar las cosas— incluyendo participación en negocios, juegos clandestinos y prostitución. Las triadas recurren a estos policías para la lucha contra bandas enemigas: los investigadores no tienen más que seguir instrucciones para

(Continúa en página 11)



será secreto.

5. FINANZAS.

Las tareas correspondientes estarán controladas por la Comisión de Finanzas. Pese a no tenerse confirmación de las actividades, se sabe que la Comisión propuso la confección de "bonos fundacionales" de diferentes valores los que serían vendidos entre los adherentes al Movimiento. Asimismo se planteó la realización de festivales de canto popular y de rifas de objetos de arte (cuadrós) donados por pintores afines al MPP.

6. VINCULACIONES NACIONALES.

Independientemente de las vinculaciones establecidas previamente a la formación del MPP ya desarrolladas, hasta el momento se han producido dos adhesiones explícitas al Movimiento. Una es la del recientemente fundado MCPP, grupo de orientación maoísta cuyos portavoces son ex integrantes del PCR, y la otra de CS, grupo trotskysta afiliado a la Liga Internacional de Trabajadores - Cuarta Internacional (LIT-IV Internacional). Ambas organizaciones manifestaron su apoyo solamente en algunas propuestas del MPP (deuda externa, tema militar, etc.) ya que discrepan con la táctica de actuar políticamente dentro del F.A..

7. VINCULACIONES INTERNACIONALES.

Las únicas vinculaciones internacionales constatadas hasta el presente se reducen a las registradas en la reunión "Por un Espacio Popular Revolucionario" del 16 de diciembre de 1988, donde concurrieron un representante del PT de Brasil y otro del Partido Comunista de Colombia Marxista Leninista.



Las Ramificaciones se Extienden por el Tráfico de Drogas

## CONTACTOS SECRETOS CON DIRIGENTES COMUNISTAS



México, noviembre de 1993. Dos oficiales de policía perdieron la vida en la lucha contra las mafias asiáticas. Las triadas continúan con su terrible ofensiva en todo el continente.

(Véase de la página 17)

quedar frente a la opinión como "luchadores contra el crimen", ganando ascensos y distinciones mientras en realidad están trabajando por cuenta de otros delincuentes.

Según los expertos, la Sun Yee On es hoy por hoy la mafia mayor y mejor estructurada del mundo. Según estimaciones, consta ya de 60.000 miembros, que serán más de cien mil en el 2000. Es una triada tradicional en materia de reglas, disciplina y controles. La presidencia dirige estrechamente los ascensos. El jefe, poéticamente denominado "ocupante del trono en la sala ceremonial", se rodea de un consejo superior de cuatro personas. Luego viene un directorio de doce miembros. Por debajo están los comandantes de distrito, que cubren todo Hong Kong, luego los jefes de equipo, y por debajo de los cuales está la moralla de los llamados "49", soldados que cumplen órdenes ignorando cuáles están más allá de sus jefes directos.

### EL NEGOCIO DEL ESPECTACULO

La policía local está convencida de que la familia

Heung sigue controlando, como desde su fundación en 1919, la Sun Yee On. Multimillonarios, los descendientes de Heung Chin controlan una gran empresa de producciones cinematográficas, otro rubro altamente rentador en el mundo asiático. Entre los dirigentes de la triada hay empresarios, estrellas del cine chino y personalidades del show business local, que poseen además considerables intereses en negocios de exportación e importación, la industria del espectáculo, el video y el cine. La triada dispone de batallones de abogados de alto poder y asigna recursos para pagar hasta las mayores fianzas cuando alguno de sus miembros tiene la desgracia de comparecer ante la justicia. Se dice que los 1.700 principales cuadros de la Sun se benefician de jubilación con fondo de retiro, servicio de asistencia médica y un sistema de seguros y asignaciones familiares.

En Hong Kong la Sun Yee On está en todos lados: la isla misma, Kowloon y los Nuevos Territorios. Se ha infiltrado en los consejos municipales, la bolsa, la banca, los partidos políticos, el turf, el transporte y la industria

editorial. Utiliza uno de sus fuertes —la industria cinematográfica y el show business, donde es omnipresente— para encubrir el tráfico de drogas entre Asia y la América del Norte. En un avión repleto de equipos de filmación, técnicos y actores, ¿cómo identificar al mafioso que lleva la carga de heroína?

### INVERSIONES EN CHINA

La triada supo anticiparse

a la apertura económica de la China continental. Depuró su consejo de administración para incluir únicamente a miembros políticamente neutros, es decir sin vínculos que pudieran ofender a las autoridades de Beijing. Más tarde, invirtió gruesas sumas en cines, tiendas de discos y video, restaurantes y bares en la "Zona Económica Especial" china de Shenzhen, vecina de Hong Kong, donde también em-

#### IV. CONCLUSIONES Y PERSPECTIVAS

1. El MPP constituye una expresión política actual de la línea de pensamiento y acción surgida a comienzos de la década del 60 en el seno de la izquierda en Latino-América y particularmente en nuestro país, al influjo de la revolución cubana y de otras variantes del marxismo leninismo - caso Mao - aparecidas en el mundo en oposición a la línea ortodoxa del MCI liderado por la Unión Soviética. Dicha línea que estuvo caracterizada por el foquismo corto placista y la lucha armada, se presenta hoy transformada a la luz de las experiencias vividas, tanto negativas, como fueron las de la casi totalidad de los movimientos guerrilleros, como positivas, caso de la revolución sandinista. De esta forma prioriza la acción de masas, sin descartar ninguna de las formas de lucha.

La Unión Popular (1962), el llamado "coordinador", el "Acuerdo de Epoca" (1967), la denominada "corriente" surgida en el seno del F.A. en 1971, la Unión Artiguista de Liberación (Buenos Aires) y la IDI en sus comienzos (1984), pueden considerarse los antecesores del MPP y la integración de éste así lo indica. Se materializa así un nuevo intento aglutinante entre los grupos de la izquierda denominada ultra, radical (sin entrar en la diferenciación teórica que entre éstos dos términos hoy día intenta la URSS), combativa, de intención revolucionaria o - simplemente - revolucionaria según su última auto denominación.

2. El MPP aparece como una propuesta de proyección integral, no restringida a un solo campo de acción (político, social, militar) ni a un sector dentro de ellos (sindical, estudiantil, barrial, por ejemplo dentro del Campo Social), como fueron las de los antecesores mencionados.

Asimismo, como planteo estratégico, pretende sobrevivir a la elección nacional, por lo que su participación en ella se considera meramente coyuntural y secundaria, subordinada a su "concepción política global de movilización y participación". La acción legisla-

ling. Una nota oficial de Hong Kong que L' Express preocupante que delin-  
cuentes chinos invierten  
cientos de millones de dó-  
lares en China. Desde ha-  
ce meses, delegaciones  
oficiales chinas de nivel  
provincial, comunal y re-  
gional viajan a Estados  
Unidos para entrar en con-  
tacto allí con representa-  
tes de organizaciones de-  
lictivas de exiliados solici-  
tando inversiones. Esto se  
comprueba sobre todo  
con respecto a las provin-  
cias de Fujian y de Guang-  
dong. Así es como se ha-  
brían financiado el com-  
plejo de carga del aero-  
puerto de Fuzhou, el com-  
plejo de contenedores de  
la isla de Shain y el com-  
plejo de fiestas aéreas y  
marítimas de Shenzhen. Fá-  
cil es advertir el peligro  
que significan los delin-  
cuentes controlando ins-  
talaciones ideales para  
sus operaciones clandes-  
tinas.

#### COMPETENCIA FEROZ

Siempre de acuerdo con  
los policías de Hong Kong,  
en el otoño de 1993 habría  
tenido lugar en Beijing un  
encuentro secreto entre di-  
rigentes de la Sun y del Parti-  
do Comunista Chino, entre  
ellos Tao Sijiu, Ministro de  
Seguridad Pública.

El único problema grave  
para la Sun es el asesinato  
de Andy Chan. Para la bri-

gada antirráfagas el asunto  
está vinculado a una lucha  
feroz, aunque hasta ese mo-  
mento encubierta, por el  
control de la industria cine-  
matográfica local, mercado  
multimillonario porque los fi-  
mes y las series televisivas  
de Hong Kong inundan el  
mundo chino, mil millones  
de potenciales consumi-  
dores. Inmediatamente des-  
pués del asesinato de Chan,  
treinta estrellas y personali-  
dades del cine solicitaron  
protección policial. Esto no  
tiene nada de paranoico: en  
mayo de 1992 el productor  
Wong Longwai había sido  
asesinado por órdenes de  
Andy Chan por haber sa-

bado en público a una can-  
tante protegida de Chan.

En cuanto al propio Chan,  
habría sido muerto por una  
tríada rival establecida en la  
China comunista, el muy fe-  
roz y misterioso Gran Cícu-  
lo, lanzado a la conquista  
del show business de Hong  
Kong. No hay que olvidarse  
tampoco que en 1997 la co-  
lonia británica pasa a manos  
chinas. Pero los asesinos  
del Gran Cículo apuntarían  
más alto, a los propios  
miembros de la familia  
Heung. Es, sin duda, un li-  
bro formidable, pero de-  
masiado sangriento, árido y  
verdadero como para jamás  
ser filmado.

prendió joint ventures de  
clubes y burdeles con fun-  
cionarios locales corruptos.  
También supo atraerse los  
favores de dignatarios regio-  
nales del Partido Comunista  
Chino del sur del enorme  
país. Es que el cine es real-  
mente milagroso. El rodeo  
de un film en China conti-  
nental es una gran fuente de  
ingresos para la población:  
meses de extras por moned-  
as. Las autoridades agra-  
decidas por la fuente de tra-  
bajo (y por las jugosas "co-  
misiones").

Pero la Sun Yee On tam-  
bién ha invertido centenares  
de millones de dólares en  
instalaciones estratégicas  
en Cantón y hasta en Bei-

prendió joint ventures de clubes y burdeles con funcionarios locales corruptos. También supo atraerse los favores de dignatarios regionales del Partido Comunista Chino del sur del enorme país. Es que el cine es realmente milagroso. El rodaje de un film en China continental es una gran fuente de ingresos para la población; miles de extras por moneditas. Las autoridades agradecidas por la fuente de trabajo (y por las jugosas "comisiones").

Pero la Sun Yee On también ha invertido centenares de millones de dólares en instalaciones estratégicas en Cantón y hasta en Bei-

ling. Una nota oficial de Hong Kong que L' Express preocupante que delincuentes chinos inviertan cientos de millones de dólares en China. Desde hace meses, delegaciones oficiales chinas de nivel provincial, comunal y regional viajan a Estados Unidos para entrar en contacto allí con representantes de organizaciones delictivas de exiliados solicitando inversiones. Esto se comprueba sobre todo con respecto a las provincias de Fujian y de Guangdong. Así es como se habrían financiado el complejo de carga del aeropuerto de Fuzhou, el complejo de contenedores de la isla de Shain y el complejo de fletes aéreos y marítimos de Shenzhen. Fácil es advertir el peligro que significan los delincuentes controlando instalaciones ideales para sus operaciones clandestinas...

#### COMPETENCIA FERROZ

Siempre de acuerdo con los policías de Hong Kong, en el otoño de 1993 habría tenido lugar en Beijing un encuentro secreto entre dirigentes de la Sun y del Partido Comunista Chino, entre ellos Tao Sju, Ministro de Seguridad Pública.

El único problema grave para la Sun es el asesinato de Andy Chan. Para la bri-

gada antitráfica el asunto está vinculado a una lucha feroz, aunque hasta ese momento encubierta, por el control de la industria cinematográfica local, mercado multimillonario porque los filmes y las series televisivas de Hong Kong inundan el mundo chino, mil millones de potenciales consumidores. Inmediatamente después del asesinato de Chan, treinta estrellas y personalidades del cine solicitaron protección policial. Esto no tiene nada de paranoico: en mayo de 1992 el productor Wong Longwai había sido asesinado por órdenes de Andy Chan por haber sa-

bado en público a una cantante protegida de Chan.

En cuanto al propio Chan, habría sido muerto por una triada rival establecida en la China comunista, el muy feroz y misterioso Gran Círculo, lanzado a la conquista del show business de Hong Kong. No hay que olvidarse tampoco que en 1997 la colonia británica pasa a manos chinas. Pero los asesinos del Gran Círculo apuntarían más alto, a los propios miembros de la familia Heung. Es, sin duda, un libreto formidable, pero demasiado sangriento, azor y verdadero como para jamás ser filmado.

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
DOCENTE	<u>Autonomía</u> <u>Pluralismo</u> <u>Transformación</u>	P. Nacional P. Colorado	
	201 (AGC)		Roberto SCARSI, Elbio PEREYRA, Jorge BALTAR
	202 (AC)		Roberto KREMER, Abel PESQUERA, Angela RISTA
	203 (CF)		Carlos QUINONES, Luis BARROS, Ricardo SIENRA
	<u>ADUR-FDUU</u>	Gremial	
	264 (AGC)		Oscar FERNANDEZ, Mariana CARBALLO, Clara LAROCCA
	265 (AC)		Washington BATTRO, Perla A. CABRERA, Clara LAROCCA
	266 (CF)		César CORENGIA, Edgardo RODAS, Justino MARTINEZ
EGRESADOS	<u>Por una Forma- ción Univ. Com- prometida con la realidad</u>	Izquierdistas PLP - MNR	
	443 (AGC)		Juan J. MARI SASSI, Alberto CASTILLO Francisco MUZIO
	444 (AC)		Juan J. MARI, Julio GARCIA LAGOS, Luis CUENCA
	445 (CF)		Julio GARCIA LAGOS, Juan Fco. GARCIA, Walter FALIVENI
	<u>Pluralismo</u> <u>Participación</u> <u>Cambio</u>	P.Nacional P.Colorado	
	455 (AGC)		Alejandro ESPIGA, Arturo ECHEVERRIA, Ruben ARISMENDI
	456 (AC)		Luis I. OLIU, Alberto CIBILS, Ronald TRENCHI
	457 (CF)		Felipe ORTIZ DE TARANCO, Javier FALCO, Mario ARDOINO

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VIRGILIO

*Comenzó proceso contra RIINA*

*50623*

*4/10/94*

*11846*

*504604*

## Comenzó proceso contra Riina

*Rep 4/10*

Palermo (ANSA)

El Salvatore Totò Riina, el "padrino" de la mafia siciliana, estuvo ayer presente en la apertura del proceso por el asesinato, en 1992, del parlamentario democristiano Salvo Lima, uno de los hombres más poderosos de Sicilia.

Además de Riina, en la jaula de los detenidos del tribunal se encontraban casi todos los otros 26 acusados de haber ordenado el asesinato de Lima, el brazo derecho en Sicilia del ex premier Giulio Andreotti.

Lima fue asesinado a balazos en Palermo el 12 de marzo de 1992.

Las acusaciones contra los imputados están fundamentadas sobre todo en las declaraciones de otros ex mafiosos que pasaron a colaborar con la justicia.

Entre estos "supuestados" figuran los ex "boss" Tommaso Buscetta y Salvatore Cancemi, dos de los colaboradores más importantes para la magistratura italiana.

En sus confesiones a los magistrados, Buscetta declaró entre otras cosas, que Lima era el

trámite entre la Cosa Nostra siciliana y el poder político central de Roma para "arreglar" los procesos contra la mafia.

Riina, el principal imputado en este proceso, es considerado como el "capo" absoluto de la Cosa Nostra.

El jefe de la mafia siciliana fue arrestado en enero de 1993, tras estar prófugo de la Justicia por más de 20 años.

La audiencia por el asesinato de Lima es la primera de una serie de procesos judiciales por delitos de mafia, que se abrirán en los próximos días.

En Reggio Calabria comenzó ayer un proceso por el asesinato, en agosto de 1989, del ex presidente de los ferrocarriles italianos, Ludovico Ligato.

Por otra parte, hoy se inicia en Caltanissetta (Sicilia) el proceso contra algunos de los presuntos responsables de la matanza, en julio de 1992, en la que fue muerto el juez antimafia Paolo Borsellino.

Riina figura como imputado también en este último caso.

ENTRADO	/
CRUZADO	/

01-01

9500847



tiva , por otra parte , es subestimada por algunos de sus grupos integrantes, los que la visualizan sólo como una ventaja a usufructuar por la inmunidad que proporciona el carácter de parlamentario. Esta postura no está exenta de problemas internos ya que es visible la confrontación entre la posición principista de algunos líderes que postulan los independientes para los cargos electorales rechazando toda participación personal y la de otros que mantienen aspiraciones de figuración electoral.

3. Considerando al F.A. como el "espacio político" en que actuará, en tanto "marco de alianzas y expresión política materia del movimiento popular conservador y por las transformaciones democráticas antiimperialistas y antioligárquicas ...", el MPP prioriza la intención de darle un "nítido perfil opositor" lo que es un vaticinio de la actitud crítica y agresiva a adoptar dentro de la coalición. Esta posición conduce obviamente al enfrentamiento con el PCU y sus satélites lo que replantea el conflicto de éste con el MLN(T), pero ahora en el plano político válido de la coalición marxista-leninista en cuyo seno ya están cobijadas, y por tanto legitimadas a los ojos de la izquierda, las principales organizaciones revolucionarias radicales.

En efecto, si bien todos los grupos integrantes del MPP fundamentan su presencia en definiciones propias anteriores, la concreción del movimiento es mayormente resultado de la política de alianzas ya planteada por el MLN(T) con vistas a su IV Convención la que establecía que "... el MLN no debe cejar en sus esfuerzos por aglutinar un polo revolucionario entre las fuerzas que integran o no el FA ..." . Y por obvias razones el MLN(T) es el único grupo con capacidad organizativa, financiera, experiencia, conexiones internacionales y demás aptitudes como para liderar el MPP siendo su principal soporte.

La oportunidad de actuar dentro del F.A. como polo aglutinante de la izquierda combativa en torno del MPP, con apoyo de fuera de la coalición tanto expreso (CS, MCP) como tácito (FAU, PT-TO), au

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FETRA

VINCULACIONES

Capo jefe de la mafia en  
150025  
20/10/94  
11846  
507604

CRUSCIA, VITTORIO  
PROCOPIO

## Cayó un jefe de la mafia en Calabria

MILAN, 29 (Reuter).— La policía italiana informó hoy que capturó en Milán a un capo de la mafia de Calabria que estuvo prófugo durante 20 años.

Vittorio Procopio, de 46 años, alto jefe de la mafia calabresa o N'drangheta, había sido sentenciado a un total de 26 años de prisión por delitos que incluyen el asesinato de su esposa y la extorsión.

La policía dijo que Procopio y sus asociados operaban en una zona rural de la costa oriental de Calabria, en cercanías de la población de Sovrano.

"La gente de la zona estaba atemorizada por él, y nosotros lo considerábamos una gran presa", expresó un agente de policía.

Propcio, que se especializaba en la extorsión de empresarios, se trasladó a Milán este mes en un intento por eludir a los investigadores, agregó la policía.

ENTRADO

CRUZADO

9500848

01-01

menta cualitativamente la capacidad del MLN(T) para dirimir su conflicto con el PCU, el que a su vez ve disminuída la suya con el alejamiento del PGP y PDC de la coalición frenteamplista. Si bien es lógico pensar en una puja inmediata ante la coyuntura electoral, posiblemente a resolver por las alianzas con los espacios indefinidos (PS, MS, Vertiente Artiguista [IDI, AU, CP], 20 de Mayo, No sectorizados), la verdadera decisión del conflicto PCU-MLN(T) se jugará después de las elecciones, ya que es en esencia un conflicto de liderazgo en términos de capacidad de convocatoria y movilización de masas.

4. Las posibilidades de evolución del MPP como frente político hacia una mayor dimensión (impulsando todo el FA si predomina sobre el PCU o lo obliga a precipitarse) y trascendiendo el propio FA conformando un prototipo de "frente grande" al estilo MLN(T) en torno a una coyuntura determinada con otras fuerzas políticas (a expensas de los PP.TT.) y sociales (barriales), están abiertas desde el momento de su constitución dentro de la colición marxista-leninista.

Las probabilidades de éxito serán función de la capacidad de sus líderes y cuadros para decidir el conflicto interno de la izquierda en su favor asumiendo el liderazgo de la etapa de acumulación de fuerzas, en desarrollo actual. Ello será producto en buena medida del trabajo de masas hacia el cual también intenta proyectarse el MPP y que correrá paralelo con la lucha política, que al influjo del MLN(T) pondrá énfasis en la confrontación con el gobierno y sus aliados (modelo llamado "conservador" que los resultados probables de las elecciones no cambiarán) creando gérmenes de poder popular y propiciando el doble poder.

5. Si bien la lucha armada no ha sido propuesta a texto expreso por el MPP como tal, varios de sus militanes la han reivindicado tácitamente al no descartar ninguna forma de lucha. Al respecto y a modo de ejemplo, es altamente ilustrativo lo dicho por Mario ROSSI GARRETANO (Secretario General del MRO) el 28 de abril p/pdo. en ocasión del 28° Aniversario de su organización, en cuanto a que el MPP es "la gestación de la unidad de los revolucionarios, de todos aquellos que pensamos que son válidos todos los métodos de lucha para enfrentar al

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO: *Simposio de la Paz por la Paz y para analizar los fundamentos de un N.O. Mundial.*

PROCESO: 150015  
18/10/94

VINCULACIONES: 501013  
507482 11078

## LA UNIDAD EN LA DIVERSIDAD ES UNA NECESIDAD DEL MOMENTO

# Desafío para los nuevos gobernantes de Latinoamérica

*Cuando entramos al último quinquenio del siglo XX el mundo se encuentra en una confusión tumultuosa y al mismo tiempo, en un tiempo lleno de promesas de nuevos desafíos y oportunidades. Con los cambios tremendos que se generaron a partir del nuevo relacionamiento generado por la caída del socialismo y del soviético, se produjo un vacío entre los cambios socio-políticos mundiales y los pensamientos teórico-académicos y surgieron nuevas necesidades para el análisis.*

**Los países no deberían buscar tan sólo una modernización por imitación a los demás**

**En momento de transformación y conmociones se debe alertar a las tendencias del mundo.**

**Con el fin del siglo no termina la historia, sino que es el inicio de grandes hitos**

**P**ARALELAMENTE los movimientos financieros concurren a sostener los mercados del mundo que había sido proclamado autosuficiente y como el paradigma del futuro. Y eso afectó y afecta a la vida de millones de personas en forma concreta y especialmente en la América Latina y en todo el resto del mundo.

Ha sido en este marco que se cumplió recientemente en el Brasil un "Simposio por la Paz y para analizar los Fundamentos de un Nuevo Orden Mundial".

El Presidente de la Sociedad Brasileña de Médicos Dr. Farhad Shayaní, expuso los puntos principales de los cuales extrajimos la sustancia de la desafiante propuesta que invita a la reflexión a todos los gobernantes y a quienes, como es el caso de nuestro país, aspiran a serlo.

### Neoliberalismo

En el estudio del Dr. Shayaní se afirma que existen a nivel latinoamericano y mundial tres visiones y comprensiones distintas de esas transformaciones cruciales.

La primera es una perspectiva conservadora, característica ideológica, a veces, denominada neoliberal o "moderna", que proclama la victoria de un sistema económico basado en la prosperidad general provocada por el avance tecnológico, por el mecanismo de "mercado" y la soberanía nacional.

Otra actitud comentada en el análisis avanza sobre las "reformas del pensamiento"

y del "relacionamiento entre las naciones", pero no de un modo fundamental, sino y apenas como una proclama que, hasta ahora, a nadie ha conmovido.

Habría una nueva adaptación y un acomodamiento con la formación de bloques de naciones todavía soberanas, caso del Nafta, Comunidad Europea de Naciones (CEE), Aladi, Mercado Común Centroamericano y ahora el Mercosur, así como el conglomerado de Asia que avanza silenciosamente y hacia el cual apunta China Popular. Estos grupos mantienen la visión de competir con otros mercados en lugar de crear nuevos. Y con ello marcha de la mano el problema de solventar las deudas externas que gravitan negativamente y los cada día más graves problemas del medioambiente y la producción agrícola.

Una tercera y naturalmente más profunda visión que analizaron en el Seminario en cuestión, es la que se compromete con "una transformación planetaria" que abarca: nuevos valores humanos, nuevos valores sociales, nuevas instituciones, nuevas relaciones entre los individuos y las naciones (reorganización), o sea "la Creación de un Nuevo Orden Mundial", comentario que fue lanzado por el ex Presidente de los EE.UU., George Bush ante el Congreso de su país y reiterado acá en Montevideo en oportunidad de su visita.

La visión conservadora o neoliberal, además de mostrar falta de creatividad, demuestra ahora una "debilidad" que se denota en "la lucha por los mercados", el regreso "al micro-nacionalismo" con las

consiguientes demostraciones de xenofobia y de un etnocentrismo tribal", la defensa corporativista de pequeños grupos y los sectarismos más variados.

### Papel de la Comunicación

El tema de la comunicación, que nos toca muy de cerca a todos quienes cumplimos esta diaria tarea de poner al público en contacto con la realidad cotidiana del mundo y de tratar de hacerlo con claridad para que se produzcan los cambios actitudinales necesarios al bien común, fue uno de los más importantes asuntos.

El doctor Shayaní señaló que a nivel de la sociedad de masas y de la comunicación de masas, esta visión no prevé nada más que "la difusión de los valores destructivos, los antivalores del consumismo, el individualismo y el libertinaje; la apatía social y el inmediateísmo para la obtención de los bienes materiales y placeres, y la profundización de la miseria".

Se entendió que las reformas "superficiales" no son más que paliativos a corto plazo y no atienden a la raíz de los problemas "aunque demuestran una inquietud y una necesidad de cambios".

Es preciso que se haga conocer que la necesidad no pasa por estos parámetros, sino que es necesario dejar de lado las "mentalidades individualistas", y las mentadas "soberanías nacionales" y dar "al hombre y a la sociedad, a mediano plazo" una mayor participación para "evitar graves conflictos, ya que siempre se produce más de lo que se

consume debido a las situaciones carenciadas de una gran parte de la población mundial".

El "Nuevo Orden Mundial" se basa en la comprensión del concepto de "la unidad del género humano", porque sin ese concepto que viene a revolucionar porque deja de lado el nacionalismo que en muchos países toca la xenofobia, "El bienestar de la humanidad, su paz y seguridad, no se lograrán a menos y hasta que su unidad sea firmemente establecida".

A través de los medios de comunicación masiva al tomar un rol protagónico, se podrán difundir los conceptos para la unidad del género humano "que es el destino histórico de la humanidad", afirman los médicos reunidos en aquel simposio.

América Latina, en este momento de sufrimiento y desencanto, debe estar alerta, dicen los expertos, a las reales tendencias del mundo. "No buscar apenas una occidentalización mal asimilada, ni sólo la formación de bloques regionales, ni una modernización por imitación. Ni el nacionalismo, ni las violencias ideológicas que marcaron su historia".

Terminaron haciendo un llamado para que el mundo avance "hacia la unidad y la diversidad", porque a través de ella se logrará "la paz que no es sólo posible, sino inevitable", y pidieron que "de esta parte del mundo surja una nueva estrategia, una nueva y verdadera visión de futuro que imponga el Nuevo Orden Mundial".

Los médicos latinoamericanos lanzaron un llamado para atender el futuro previsible en base a las reales tendencias hacia las que está marchando el mundo moderno.

16. M.S. - MOVIMIENTO SOCIALISTA.

- IDEOLOGIA: Marxista (Revisionista).
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 Participa en las Elecciones Nacionales en el Sub-Lema Partido por el Gobierno del Pueblo.
- FIGURAS PRINCIPALES: Walter MORODO, Eduardo JAURENA, Germán D'ELIA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: No posee.
- SEDE: Yaro 1212.
- Integra el Frente Amplio.
- OBSERVACIONES: Se ha distanciado del P.G.P. últimamente y participa de la creación del "Espacio Socialista".

17. M. F.(NS) - MOVIMIENTO FRENTEAMPLISTAS( NO SECTORIZADOS).

- IDEOLOGIA: Marxista (Frenteampelistas no alineados).
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984- No participa como Movimiento en el Sub-Lema. Si lo hicieron algunas de sus figuras en algunos Sub-Lemas del F.A.
- FIGURAS PRINCIPALES: Ramón GUADALUPE, IRUM CANET, Milton SCHINCA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Quincenario "Movimiento".
- SEDE: Avda. Italia 2701 casi Garibaldi
- Pertenecen al F.A. pero no son reconocidos como Sector Político del mismo.
- OBSERVACIONES: Aceptan los postulados de la cúpula frentista.

18. A.U. - ARTIGUISMO Y UNIDAD.

- IDEOLOGIA: Social-Cristiana (Revolucionaria - Sector del P.D.C.)
- ANTECEDENTE ELECTORAL: Participa dentro del Sub-Lema P.D.C.
- FIGURAS PRINCIPALES; Saturnino BURGOS, Francisco ARTOLA, Carlos ZUBILLAGA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: No posee,
- SEDE: Se reúnen en la sede de la C.P.
- Integra el F.A. pero no en forma sectorizada.
- OBSERVACIONES: Recientemente escindidos del P.D.C. se han acercado al "Espacio Socialista".

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO *Se gesta el nuevo desorden mundial (genero-  
doles)*  
PROCEDENCIA *150483*  
FECHA DE RECEPCIÓN *22/10/94*  
VINCULACIONES *501013*  
*30044*

*Los hechos de hace mil días se proyectan hasta hoy*

# Se gesta el nuevo desorden mundial

*Los diarios no escriben la historia pero destacan los hechos que pasan a integrarla. En su primer número de hace tres años, El Observador daba noticia de hechos cuyas consecuencias y alternativas se proyectan claramente hasta hoy.*

**A**llí estaban consignados el forcejeo de posiciones entre Israel y los palestinos para una en ese momento hipotética cumbre de Medio Oriente y que para sorpresa de muchos luego se efectivizó en Madrid.

En Moscú, Gorbachov luchaba contra la dispersión del poder que implicaba la formación de ejércitos separados en cinco repúblicas bajo su mando formal; era el prólogo del fin

del imperio, el orden nuevo que se gestaba antes aun de la implosión de la URSS.

Desde Roma, el entonces secretario de Defensa Dick Cheney advertía que el proyectado ejército europeo no debía socavar el papel de la OTAN, que se demostraría clave.

Y desde Río de Janeiro se informaba de la segunda visita a Brasil del Papa Juan Pablo II y de sus advertencias al entonces presidente Fernando Collor de Mello: "Se le está acabando el tiempo -decía con clarividencia- para arreglar los problemas del país." También llamó a "un fuerte despertar de la conciencia moral de todos los hombres de este país para sensibilizarlos a las necesidades de justicia social. Dios creó los bienes de este mundo para todos", dijo en una homilía.

Hoy, el tiempo de Collor se acabó pues la conciencia moral

fue despertada y el flamante presidente Fernando Henrique Cardoso se compromete con la justicia social.

El nuevo aniversario llama a recordar tres años de acontecimientos internacionales que inundan diariamente la redacción y que deben ser seleccionados fundamentalmente por el peso que pueden tener en lo que eventualmente pase. Aunque no lo parezca, es menos un ejercicio de premonición que una gimnasia desconfiada y en el mejor de los casos perspicaz entre montañas de papeles, fotos, libros, mapas y bytes.

Toda selección de hechos es arbitraria, pero la verdad es que entre las informaciones internacionales cubiertas en la primerísima etapa de *El Observador* estaban las semillas de lo que hoy son realidades importantes, decisivas, en el mundo. Estos son los hechos. ■

01-04

9500850

13. P.V.P. - PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO.

- IDEOLOGIA: Marxista-leninista libertario.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: Participa dentro de la Agrupación Electoral I.D.I.
- FIGURAS PRINCIPALES: Hugo CORES, Carlos COITÍO, Gerónimo DE SIERRA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Publicación "El Compañero".
- SEDE: Fernández CRESPO 2242
- Integra el Frente Amplio.
- OBSERVACIONES: Participa en conversaciones para la formación de un Espacio Popular Revolucionario.

14. P.S.U. - PARTIDO SOCIALISTA URUGUAYO

- IDEOLOGIA: Marxista-Leninista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984- Interviene en las Elecciones Nacionales dentro del F.A. Sub Lema Partido Socialista. 41.417 votos.
- FIGURAS PRINCIPALES: Reynaldo GARGANO, José DIAZ, Guillermo ALVAREZ.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Semanario "Alternativa Socialista".
- SEDE: Casa del Pueblo. Soriano 1218.
- Integra el Frente Amplio.
- OBSERVACIONES: Impulsa la creación desde el XX Congreso Extraordinario de un Espacio Socialista dentro del F.A., contando como aliados principales a la C.P., el M.S. y figuras independientes.

15. C.P. - CORRIENTE POPULAR.

- IDEOLOGIA: Nacionalismo Popular Revolucionario.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - Interviene en las Elecciones Nacionales en el lema Partido Nacional formando parte de la CORRIENTE POPULAR NACIONALISTA.
- FIGURAS PRINCIPALES: Carlos PITA, Hugo UBILLA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Mensuario "Corriente Continua".
- SEDE: Colonia 919.
- Integra el F.A.. Desvinculado del Partido Nacional.
- OBSERVACIONES: Se ha vinculado al "Espacio Socialista" promocionado por el Partido Socialista.

8901653 !



## Armas atómicas para demasiados



Entre abril y julio de 1994 más de un millón de personas en su mayoría tutsi fueron asesinadas en Ruanda, en una guerra tribal con ardenas que se convirtió en uno de los tres genocidios de este siglo, luego del de los armenios en 1915 y el holocausto judío en 1940

El 24 de octubre de 1992, la agencia de ONU de contralor de energía atómica (AIEA) expresaba su preocupación por poder cumplir su función en un mundo cambiante. Dos hechos militares fundamentales se habían producido en 1991, marcando los años por venir, entre otros muchos aspectos, con intensos trabajos para conservar el control sobre la capacidad bélica nuclear.

El primer hecho militar fue la brillante victoria de la coalición aliada sobre las fuerzas del dictador Saddam Hussein en la Operación Tormenta del Desierto, entre el 17 de enero y el 28 de febrero, con sólo unas pocas bajas aliadas.

El segundo fue la disolución de la URSS como resultado del abortado golpe de Estado de comunistas de la línea dura contra el gobierno de Mijaíl Gorbachov el 19 de agosto de 1991.

En la nueva problemática que ambos hechos proyectarían sobre la nueva realidad internacional sigue estando hoy en primer plano el de la proliferación de armamento nuclear entre países del Tercer Mundo.

La derrota de Irak demostró que su programa de capacitación nuclear estaba mucho más avanzado de lo que habían estimado las evaluaciones de inteligencia de EEUU y que cuando invadió Kuwait el 2 de agosto de 1990, Bagdad estaba

a entre 12 y 18 meses de tener armas atómicas en condiciones de ser disparadas.

Paro también India, Pakistán y Corea del Norte estaban cerca de tenerlas. El último de los casos llevó a tratativas que culminaron hace sólo dos meses con un acuerdo de control entre Washington y Pyongyang, aparentemente perfeccionado por un nuevo entendimiento la semana pasada.

La ruptura del imperio soviético planteó de inmediato la ampliación del club de países poseedores de armas nucleares a las repúblicas no rusas con armas atómicas instaladas, lo que obligó a una serie de negociaciones fundamentalmente discretas conducidas a través de la OTAN y de su fallecido secretario general Manfred Woerner, y que culminaron en un acuerdo aparentemente satisfactorio.

A esto se suma la venta ilegal de material radioactivo para la fabricación de armas nucleares, aparentemente de procedencia rusa, como reflejo de la disgregación social en las ex repúblicas soviéticas. Varios contrabandos de distinta entidad fueron interceptados en el curso de este año, a raíz de lo cual se reveló que muchos científicos nucleares de la ex URSS están hoy a sueldo de los países occidentales para evitar que la crisis económica los lleve a vender sus servicios al mejor postor. ■

10. M.L.N. (T) - MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL (TUPAMAROS).

- IDEOLOGIA: Marxista-Leninista (Socialismo Nacional).
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las Elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO, Raúl SENDIC, Julio MARENALES.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Quincenario "Mate Amargo" y CX 44 Radio Panamericana.
- SEDE: Tristán Narvaja 1578 entre Colonia y Mercedes.
- Solicita ingreso al F.A. Participa del E.A.M.S.
- OBSERVACIONES: Encabeza la formación de un "Espacio Popular Revolucionario" que agrupe a sectores revolucionarios del F.A. y fuera del F.A.

11. I.D.I. - IZQUIERDA DEMOCRATICA INDEPENDIENTE.

- IDEOLOGIA: Marxista-Leninista (Socialismo Nacional).
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 Participa de esas Elecciones conjuntamente con los actuales P.V.P., Pregón y U.P. 21.341 votos
- FIGURAS PRINCIPALES: Enrique RUBIO, Víctor SEMPRONI, Héctor RODRIGUEZ.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Semanalmente publica un Boletín Interno.
- SEDE: Río Negro 1512
- Integra el Frente Amplio. Negó participar en el E.A.M.S.
- OBSERVACIONES: Resolvió su último Congreso la creación de una "Nueva Opción Frenteamplista" que agrupe a sectores del y fuera del F.A.

12. U.P. - UNION POPULAR.

- IDEOLOGIA: Marxista-Leninista (Socialismo Nacional).
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - Participa dentro de la Agrupación Electoral I.D.I.
- FIGURAS PRINCIPALES: Enrique Erro (h), Nelson Lorenzo Rovira, BERTOLAZZI.
- MEDIOS DE COMUNICACION: No posee.
- SEDE: Casa Enrique Erro - Canelones 1255.
- Integra el Frente Amplio.
- OBSERVACIONES: Participa en conversaciones para la creación de un Espacio Popular Revolucionario

8901653

## La ideología tiene sus vueltas

LA POBLACIÓN MUNDIAL era de aproximadamente 5.384.000.000 personas a la fecha de aparición del diario, según el cálculo en base a cifras del Population Reference Bureau.

Se replanteaba en ese momento una inquietud que había signado la actividad de Robert Mc Namara en favor del control de la natalidad al frente del Banco Mundial a fines de los 60 y que llevaría en setiembre de 1994 a la Conferencia sobre Población de El Cairo, cuando la población era de 5.660.000.000.

Las posiciones en favor del control de la natalidad de aquel entonces estaban en manos de lo que se entendía por la derecha ideológica y tres décadas y media después sus banderas fueron levantadas en El Cairo por la izquierda, ante la eficaz oposición del Vaticano.

El enfrentamiento dialéctico en setiembre en El Cairo mostró por primera vez una ofensiva organizada ante los postulados de la llamada izquierda bien pensante y progresista, señalando alternativas claras y prioridades de índole moral, y por lo tanto irrenunciables.

Como suele suceder en estos casos, se llegó a una solución de compromiso, pero sus términos, que influenciarán los criterios de trabajo de los organismos internacionales en el próximo tiempo, estarán signados por la principal definición que salió de las deliberaciones, cabildos y negociaciones: el aborto no es aceptable como método de control de la natalidad.



La Conferencia Internacional sobre Población de la ONU en setiembre de 1994 en El Cairo fue sede de un formidable enfrentamiento dialéctico alrededor de temas morales sobre la familia y la concepción. Para sorpresa hasta de sus organizadores, terminó rechazando el aborto como método para controlar la natalidad.

7. P.T.(T.O.)- PARTIDO DE LOS TRABAJADORES - TRIBUNA OBRERA

- IDEOLOGIA: Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1981 - Participó antes de escindirse en la lista 1917.
- FIGURAS PRINCIPALES: Rafael FERNANDEZ, Juan Carlos ASENCIO, Omar TORENA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Publicación "Tribuna Obrera".
- SEDE: Santa Fe 1097 (Tribuna Obrera)
- No integra el F.A.. Participa en el E.M.S.
- OBSERVACIONES: Es una escisión en el Partido de los Trabajadores.  
No está afiliado a la IV Internacional.

8. P.T.(T.T.)- PARTIDO DE LOS TRABAJADORES - TRIBUNA DE LOS TRABAJADORES

- IDEOLOGIA: Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - Participa en la lista 1917. 188 votos.
- FIGURAS PRINCIPALES: Juan V. ANDRADA, Ignacio SILVA, Sebastián AIRALDI.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Mensuario "Tribuna de los Trabajadores"
- SEDE: Canelones 902.
- No integra el F.A. ni el E.M.S. por ser más radical.
- OBSERVACIONES: No está afiliado a la IV Internacional.

9. F.A.U. - FEDERACION ANARQUISTA DEL URUGUAY

- IDEOLOGIA: Anarquista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Juan C. MECHOSO, Roberto LARRASCO, José IMAZ.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Mensuario "Solidaridad".
- SEDE: Magallanes 1764
- Integra el E.M.S.
- OBSERVACIONES: No aceptan la participación en política electoral.

8901653

# Naciones Unidas se va a la guerra

El 21 de noviembre de 1991, los 15 miembros del Consejo de Seguridad enfrentaron y resolvieron la necesidad de designar un reemplazante del peruano Javier Pérez de Cuéllar en la secretaría general de la ONU en un mundo que había dejado de ser bipolar.

El acuerdo implicaba un importante cambio en el rumbo de la ONU y principalmente en el de su Consejo de Seguridad, que debía tomar a su cargo crecientes funciones militares.

Ese día se designó al egipcio Boutros Boutros Ghali como sexto secretario general de la ONU y primero del continente africano. Con 69 años, estaba desempeñándose en ese momento como viceprimer ministro de su país y tuvieron su influencia en su designación la experiencia internacional de Egipto y de su presidente desde 1981 Hosni Mubarak en la combinación de la diplomacia con el elemento militar.

En lo que inicialmente se llamó "el nuevo orden mundial" y que rápidamente demostró ser mucho más desordenado que el anterior, las fuerzas multinacionales empezaron su lucha por ser un instrumento de paz.

Las evaluaciones parciales de la gestión de los cascos azules -a falta de una definitiva- es sin embargo insatisfactoria. La ex Yugoslavia fue su primer escenario y ahora se disponen a abandonar un conflicto que evidentemente continuará con más fracasos que logros.

## Los escenarios

Otro escenario importante fue el de Camboya. El 23 de octubre de 1991, las cuatro partes en disputa firmaron un acuerdo de paz en París por el que se compartiría el poder a través de un Consejo Supremo Nacional de 12 miembros en una transición hasta mediados de 1993, cuando se efectuarían elecciones.

El proceso estuvo bajo supervisión de los cascos azules -con participación de tropas uruguayas- y formalmente se cumplió. Pero subsiste el hecho de que sin injerencia de su vecino vietnamita, la fuerza militar dominante en ese esce-

nario sigue siendo el Khmer Rouge, que durante el régimen del Pol Pot en los años 70 fue responsable de la muerte de más de un millón de camboyanos.

Las fuerzas de ONU tuvieron muchas participaciones en África, todas motivadas por el común denominador de intentar evitar los estragos del hambre y de enfrentamientos tribales con armas modernas. La más notoria de estas participaciones se produjo en Somalia, a raíz de la caída tras 21 años del régimen del general Muhammad Siyad Barre en enero de 1991. La lucha entre facciones causó 40.000 muertos ese año y para el mes de julio de 1992, la guerra civil, el banditaje y la sequía condenaron a la inanición a 1,5 millones de somalíes.

El flamante secretario general de ONU, Boutros Ghali, declaró al país sin gobierno en julio y en diciembre EEUU aceptó enviar una misión militar para garantizar la distribución de alimentos. Las tropas estadounidenses se enredaron sin embargo en enfrentamientos y las imágenes de cadáveres de soldados norteamericanos arrastrados por turbas somalíes y la ineficacia militar para poner orden a la situación, llevaron a que Washington decidiera retirarse de la escena africana.

Sólo tras muchos esfuerzos logró el secretario general de ONU suplantarse a las tropas norteamericanas con una fuerza multinacional el 4 de mayo de 1993. Desde entonces intentó auspiciar conversaciones de paz entre las facciones rivales pero ha fracasado. Ahora busca al menos una tregua para poder retirarse de la operación somalí en marzo del año próximo y para diciembre de éste si fuera posible.

La excepción hasta ahora en materia de operaciones internacionales es la de Haití, donde en tres semanas a partir del 19 de setiembre de 1994 se lograron los objetivos de pacificación, salida del país de la cúpula golpista, retorno del gobierno electo y de los refugiados. Esto, sin ninguna baja propia y un mínimo de daño a los civiles. Iniciando la segunda etapa, se dio paso a la fuerza policial multinacional que debe suplantarse a la fuerza militar de choque de EEUU. ■

4. S.R. - SOCIALISMO REVOLUCIONARIO

- IDEOLOGIA: Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones con ese nombre.
- FIGURAS PRINCIPALES: Leonardo DONORY, Pablo E. GONZALEZ POMBO, Walter T. BALDA.
- MEDIO DE COMUNICACION: Publicación "Causa Obrera".
- SEDE: No posee.
- No integra el F.A. Contrario al E.M.S. por ser más radical.
- OBSERVACIONES: Es un desprendimiento del Partido de los Trabajadores.

5. C.S. - CONVERGENCIA SOCIALISTA

- IDEOLOGIA: Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: Participa en elecciones 1984. 153 Votos.
- FIGURAS PRINCIPALES: Nancy ESPASANDIN, Héctor CIRIO y Fernando GRECO.
- MEDIO DE COMUNICACION: Quincenario "Palabra Socialista".
- SEDE: Fernández Crespo Nº 2125.
- Integra el E.M.S.
- OBSERVACIONES : Es partidario de la creación del "Espacio Popular Revolucionario".  
Integra la IV Internacional.  
Está en contra del F.A.

6. P.S.T. - PARTIDO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES

- IDEOLOGIA: Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: No participa en elecciones de 1984, votó su apoyo a la I.D.I.
- FIGURAS PRINCIPALES: Luis SANGUINETT, Juan BERTIERRETTE, Mario PARODI.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Publicación "La Unidad".
- SEDE: Guayaño 1710.
- Solicita ingreso al F.A. a principios de 1984. Con fecha 22/AGO/88 da a conocer un comunicado de prensa reafirmando dicha intención.  
Forma parte del E.M.S.
- OBSERVACIONES: Está afiliado a la IV Internacional.

8901653

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Según OIT unos 7,3 mill. de niños (10 y 14 años) trabajan*

PROCESO *1500/4*

FECH. DE REC. *23/10/94*

VINCULACIONES *5049/3*

*11677*

*30049*

*trabajan en S. L. O. I.*

La realidad político social de nuestro continente desnuda la injusticia reinante

## MILLONES DE NIÑOS TRABAJADORES EN AMERICA LATINA

*Jue 23/10*

*Unos 7,3 millones de niños, con edades entre los 10 y 14 años, forman parte de la fuerza laboral de América Latina, según estadísticas oficiales divulgadas en Costa Rica por la Organización Internacional del Trabajo (OIT).*

**S**in embargo, la misma fuente indica que por diversas razones, el trabajo infantil es «relativamente opaco para la sociedad y las estadísticas oficiales generalmente calculan un número bastante menor de niños trabajadores que el que en realidad existe».

Tales cifras tampoco consideran a los niños que empiezan a trabajar antes de los diez años por lo que muy probablemente existan unos doce millones de menores incorporados a la fuerza laboral, según un balance de esta situación dado a conocer esta semana en San José durante una reunión de ministros de trabajo del área.

La distribución de esa fuerza laboral entre las diferentes categorías ocupacionales varía según la edad y los países, pero en términos generales, la proporción de trabajadores no remunerados (TFNR) es mayor entre los menores de 12 años, mientras que la remuneración aumenta cuanto más años tiene el niño.

Según los estudios, alrededor de la mitad de los niños económicamente activos entre los diez y catorce años son TFNR, un 35 por ciento asalariados y un 15 por ciento trabajadores independientes.

En Ecuador, por ejemplo, dice la OIT, el 63,3 por ciento de los niños entre diez y 14 años de edad son TFNR, un 24,3 asalariados y un 5,6 por ciento son independientes.

En Brasil, mientras tanto, las proporciones son del 50,5, 42,8 y 6,6 por ciento, respectivamente, y se calcula que estos parámetros son muy similares en el resto de la América Latina.

La información disponible muestra que una elevada proporción de niños realizan jornadas bastante prolongadas, no están protegidos socialmente y con frecuencia están expuestos a riesgos de accidente o enfermedad profesional.

En Brasil, por ejemplo, un 50,2 por ciento de los niños entre diez y 14 años de edad que trabajan, realizan jornadas de 40 o más horas semanales. Asimismo, solo un 5,3 por ciento de ellos están afiliados a la seguridad social.

En un intento por evitar que el trabajo infantil continúe en expansión, la OIT está ampliando sus actividades en América Latina

y el Caribe, mediante nuevos programas de asistencia técnica.

En este sentido, promueve la inclusión del asunto del trabajo infantil en los programas de cooperación que ese organismo lleva a cabo en estos países, por intermedio de «Equipos

Técnicos Multidisciplinarios (ETM)».

Estos esfuerzos, según la OIT,



*La situación de la niñez es un buen indicador de las políticas aplicadas en América Latina*

forman parte de una estrategia global cuyos principales objetivos son «el progreso hacia una mayor democracia, la lucha sin tregua contra la pobreza, la mejora de las condiciones de trabajo y la protección de los trabajadores».

Este plan estará a cargo del Pro-

grama Internacional sobre Abolición del Trabajo Infantil (IPEC), y será ejecutado, en la subregión de que se trate, con la ayuda del respectivo ETM.

Con este propósito se han establecido ya cuatro Equipos Técnicos son sedes en Lima (Perú), Puer-

to España (Trinidad y Tobago), San José (Costa Rica) y Santiago (Chile).

Cada equipo es responsable de prestar asistencia técnica, respectivamente, en los países del Pacífico Andino; a los del Caribe de lengua inglesa; a los de lengua española del Caribe y América Central; y a los del Mercosur, respectivamente.

El diagnóstico de la OIT establece, por otra parte, que en América Latina se llevan a cabo numerosas actividades en materia de trabajo infantil; sin embargo, a pesar de sus méritos, la mayoría de las veces son esfuerzos parciales que no responden a políticas claras y permanentes.

A raíz de esa situación, la OIT presta asistencia técnica para el establecimiento de programas nacionales de acción, que recuperen y valoren las experiencias llevadas a cabo, y establezcan consensos y compromisos en la materia.

Esas bases han sido establecidas en Argentina, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá y Venezuela, donde se han desarrollado diagnósticos de la situación, sus tendencias y características del trabajo infantil.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500851



I N D I C E   D E   M A P A S.

M A P A	Nº 1	Piriápolis y sus adyacencias.
M A P A	Nº 2	Caminata al Cerro Pan de Azucar. Fotocopia del adhesivo dejado en la escalinata del Cerro Pan de Azucar.
M A P A	Nº 3	Caminata a Punta Negra.
M A P A	Nº 4	Caminata a Piriápolis (Volanteada)
M A P A	Nº 5	Tareas de suministro - Agua y Leña.
M A P A	Nº 6	Relevamiento de Punta Colorada a Punta Negra con referencias.
M A P A	Nº 7	Relevamiento del Campanento "Arti- guista".

\*\*\*\*\*

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCESAMIENTO

VINCULACIONES

del. present x 6-7 : en Cumbre de FIM - BM : ADIOS A CD  
150015  
2/10/94  
12866  
11187  
RECESION.

# El G-7 se despide de la recesión con parcial fracaso entre EE.UU. y Japón

*Los siete países más industrializados decretaron ayer, entre bombos y platillos, el fin de la recesión, pero los festejos quedaron opacados por el parcial fracaso, en Washington, de las negociaciones comerciales entre Estados Unidos y Japón*

Redacción,  
ANSA y EFE (MADRID)

El adiós a la recesión fue proclamado en un documento presentado por el Grupo de los Siete (Estados Unidos, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia, Canadá y Japón), en ocasión de la cumbre del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial.

Los Ministros de Finanzas y Presidentes de los Bancos Centrales que se reunieron en el hotel Villa Magna discutieron no sólo la recuperación, sino también la tendencia al alza en los tipos de interés, la eterna amenaza de la inflación, además de la situación en Rusia y Ucrania.

Los representantes del G-7 tomaron, por otra parte, una importante decisión, de la que se hablaba desde hace tiempo: la emisión de 24.000 millones de dólares en la liquidez internacional, bajo forma de derechos especiales de giro, los "degs", una especie de moneda del FMI.

Uno de los párrafos principales del texto afirmó que "el crecimiento de los países industrializados ayudará a aumentar la prosperidad en el mundo en desarrollo".

Entre los puntos clave para el futuro, se destaca que Esta-

dos Unidos y los países de Europa deben recortar sus déficit públicos, mientras que Japón tiene que impulsar la expansión de su poderosa economía.

El documento del exclusivo club de los países más ricos del planeta fue muy claro: "Todas las naciones del Grupo están en el sendero de la expansión, la inflación está bajando, el desempleo parece haber llegado a su pico máximo".

El texto también solicitó a Rusia y Ucrania la aplicación de políticas rigurosas para recibir las ayudas occidentales.

Al término de la larga reunión (seis horas de coloquios), el Secretario norteamericano de Finanzas, Lloyd Bentsen, dijo que el G-7 estaba satisfecho por el "excelente" estado de la economía mundial.

Bentsen subrayó que el Grupo también se comprometía a impulsar estrategias de crecimiento no inflacionarias, además de la reducción de los déficit presupuestarios y políticas monetarias que contengan preventivamente el aumento de los precios.

Tras destacar que "la situación no era tan rosada desde hace mucho tiempo", Bentsen dijo que "las perspectivas de

crecimiento están aumentando y la inflación está bajo control, mientras que el comercio está destinado a crecer a un ritmo cada vez más rápido a lo largo de los próximos cinco años". El Secretario de Finanzas de Estados Unidos dijo que los responsables del G-7 estaban preocupados por la tendencia al alza de los tipos de interés a largo plazo, provocada por la brecha surgida entre la creciente demanda de capitales en el mundo y una oferta que no logra cubrir esa demanda.

La principal decisión de esta reunión madrileña del G-7 es, sin duda alguna, la emisión de 24.000 millones de dólares por parte del FMI, cuyo presiden-

te, Michel Camdessus, pedía una emisión por un monto superior.

Pero, finalmente, el G-7 terminó aceptando la propuesta de Estados Unidos y Gran Bretaña, que temían el impacto inflacionista de la emisión propuesta por Camdessus.

Muchos de los ministros y delegados presentes en Madrid estuvieron pendientes de las noticias provenientes de Washington, donde los representantes de Estados Unidos y Japón se reunieron en el intento de evitar una guerra comercial.

Por la tarde llegó la noticia de que, al cabo de 20 horas ininterrumpidas de coloquios, las dos partes habían logrado cerrar las negociaciones con un acuerdo parcial para reducir el gigantesco superávit comercial que Japón tiene con Estados Unidos.

La administración norteamericana decidió abrir un procedimiento que podría des-

embocar en la aplicación de potenciales sanciones contra la importación de los automóviles japoneses.

El largo conflicto entre las

dos superpotencias comerciales del mundo será, sin duda alguna, uno de los temas económicos principales de los próximos meses.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500852

Nº. DOCUMENTO

TITULO

del present x 6-7 : en Cumbre de FIM - BMI : ADIOS A CD

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

RECESION

# El G-7 se despide de la recesión con parcial fracaso entre EE.UU. y Japón

*Los siete países más industrializados decretaron ayer, entre bombos y platillos, el fin de la recesión, pero los festejos quedaron opacados por el parcial fracaso, en Washington, de las negociaciones comerciales entre Estados Unidos y Japón*

Redacción,  
ANSA y EFE (MADRID)

El adiós a la recesión fue proclamado en un documento presentado por el Grupo de los Siete (Estados Unidos, Alemania, Francia, Gran Bretaña, Italia, Canadá y Japón), en ocasión de la cumbre del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial.

Los Ministros de Finanzas y Presidentes de los Bancos Centrales que se reunieron en el hotel Villa Magna discutieron no sólo la recuperación, sino también la tendencia al alza en los tipos de interés, la eterna amenaza de la inflación, además de la situación en Rusia y Ucrania.

Los representantes del G-7 tomaron por otra parte, una importante decisión, de la que se hablaba desde hace tiempo: la emisión de 24.000 millones de dólares en la liquidez internacional, bajo forma de derechos especiales de giro, los "degs", una especie de moneda del FMI.

Uno de los párrafos principales del texto afirmó que "el crecimiento de los países industrializados ayudará a aumentar la prosperidad en el mundo en desarrollo".

Entre los puntos clave para el futuro, se destaca que Esta-

dos Unidos y los países de Europa deben recortar sus déficit públicos, mientras que Japón tiene que impulsar la expansión de su poderosa economía.

El documento del exclusivo club de los países más ricos del planeta fue muy claro: "Todas las naciones del Grupo están en el sendero de la expansión, la inflación está bajando, el desempleo parece haber llegado a su pico máximo".

El texto también solicitó a Rusia y Ucrania la aplicación de políticas rigurosas para recibir las ayudas occidentales.

Al término de la larga reunión (seis horas de coloquios), el Secretario norteamericano de Finanzas, Lloyd Bentsen, dijo que el G-7 estaba satisfecho por el "excelente" estado de la economía mundial.

Bentsen subrayó que el Grupo también se comprometía a impulsar estrategias de crecimiento no inflacionarias, además de la reducción de los déficit presupuestarios y políticas monetarias que contengan preventivamente el aumento de los precios.

Tras destacar que "la situación no era tan rosada desde hace mucho tiempo", Bentsen dijo que "las perspectivas de

te, Michel Camdessus, pedía una emisión por un monto superior.

Pero, finalmente, el G-7 terminó aceptando la propuesta de Estados Unidos y Gran Bretaña, que temían el impacto inflacionista de la emisión propuesta por Camdessus.

Muchos de los ministros y delegados presentes en Madrid estuvieron pendientes de las noticias provenientes de Washington, donde los representantes de Estados Unidos y Japón se reunieron en el intento de evitar una guerra comercial.

Por la tarde llegó la noticia de que, al cabo de 20 horas ininterrumpidas de coloquios, las dos partes habían logrado cerrar las negociaciones con un acuerdo parcial para reducir el gigantesco superávit comercial que Japón tiene con Estados Unidos.

La administración norteamericana decidió abrir un procedimiento que podría des-

embocar en la aplicación de potenciales sanciones contra la importación de los automóviles japoneses.

El largo conflicto entre las

dos superpotencias comerciales del mundo será, sin duda alguna, uno de los temas económicos principales de los próximos meses.

ENTRADO

CRUZADO

9500852

01-01

**RAZONES QUE JUSTIFICAN LA INTRODUCCION DE LA MATERIA**  
**"DERECHO DE LOS CONFLICTOS ARMADOS" O "DERECHO DE LA GUERRA"**  
**EN EL PLAN DE ESTUDIO DEL INSTITUTO MILITAR DE ESTUDIOS SUPERIORES (IMES)**

**1. Introducción**

**a. Definición**

Técnicamente, el Derecho de la Guerra es "derecho internacional aplicable en situaciones de conflictos armados" y se define como "un cuerpo de normas internacionales, de origen convencional y consuetudinario, específicamente destinado a ser aplicado en los conflictos armados, internacionales o no internacionales, y que limita el derecho de las Partes en conflicto a elegir libremente los métodos y los medios utilizados en la guerra, o que protege a las personas y a los bienes afectados".

Se compone esencialmente de dos tipos de normas: el Derecho tipo La Haya y el Derecho tipo Ginebra.

**b. Derecho tipo La Haya**

Es el destinado fundamentalmente a los métodos y medios de combate, aunque incluye aspectos relativos a personas y bienes protegidos. Hasta el presente está integrado por (ver detalle en Anexo "A"):

- (1) los principales Convenios de La Haya de 1899, reemplazados y completados en su mayoría, por las Convenciones de La Haya de 1907;
- (2) las Reglas de la Guerra Aérea redactadas, en proyecto, en el año 1923, en La Haya;
- (3) diversos Tratados relativos a armas específicas;
- (4) la Convención de La Haya para la protección de los bienes culturales en caso de conflicto armado, de 1954.

**c. Derecho tipo Ginebra**

Es el destinado fundamentalmente a la protección de personas y bienes afectados, aunque incluye aspectos relativos a métodos y medios de combate. Hasta el presente está integrado por:

- (1) los Convenios de Ginebra de 1864, 1906 y 1929, reemplazados y/o completados desde entonces por:

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Desigualdades Norte-sur en día Mundial de la Alimentación

PROCESO

150023

FECHA DE PRODUCCIÓN

15/10/94

VINCULACIONES

12601

Destacan en la celebración del Día Mundial de la Alimentación, en la FAO

## Aumento de las desigualdades norte-sur

Roma (IPS)

Una denuncia sobre las desigualdades entre el norte y el sur hizo el presidente chileno, Eduardo Frei Ruiz Tagle, al intervenir ayer en una ceremonia de la FAO, en celebración del Día Mundial de la Alimentación, en esta capital.

Frei, quien fue el principal orador de la actividad, llamó la atención sobre el problema de la pobreza, que "mole a gran parte de la humanidad", ante los representantes diplomáticos de los 169 países miembros de la FAO, cuya sede central está en Roma.

Subrayó que las diferencias entre el norte y el sur se han incrementado, indicando que "el 20 por ciento de la población mundial, que concentra la mayor riqueza, aumentó su participación en el ingreso global desde un 70 por ciento a un 83 por ciento en los últimos 30 años".

Más de 140 países celebraron el Día Mundial de la Alimentación, cuyo tema para este año fue "el agua, germen de la vida", con el fin de fomentar la utilización racional del agua, en especial en la agricultura.

Frei, primer mandatario latinoamericano que interviene en esta ceremonia con que la FAO celebra cada año el día de su fundación en 1945, subrayó las diferencias en el consumo de agua a escala global.

"Muchos hogares de los países desarrollados llegan a consumir diariamente cerca de 3.000 litros de agua de buena calidad, mientras existen alrededor de 230 millones de personas que escasamente pueden acceder a este elemento", manifestó.

Añadió que muchas de estas personas deben caminar largas horas para obtener un mínimo de agua o deben dejar sus tierras, mientras otros habitantes del planeta se ven obligados a consumir aguas contaminadas y a vivir en condiciones sanitarias de alto riesgo.

Todo esto, dijo Frei, reduce la extensión de sus vidas o bien los limita a sobrevivir en condiciones precarias.

El mandatario chileno dijo que las dos tareas mayores con que la humanidad se enfrenta ahora son garantizar suficientes alimentos y agua para las generaciones actuales y futuras y, al mismo tiempo, asegurar la protección del medio ambiente.

El director general de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), Jacques Diouf, denunció por su parte que "en un mundo con más de 800 millones de personas que padecen hambre, enfrentamos el desafío de dar alimentos a los pobres, los

hambrientos y desnutridos del mundo".

El senegalés Diouf sostuvo que se necesita una "segunda revolución verde que ayude a los países de bajos ingresos y con déficit de alimentos a alcanzar la seguridad alimentaria, la igualdad social y la sostenibilidad ambiental".

"La seguridad de la producción alimentaria y el aumento de la productividad agrícola dependen en gran medida de un suministro garantizado de agua", puntualizó.

Destacó el potencial de aguas sin explotar que existe en África, señalando que "no está escrita en ningún sitio que la mayoría de los grandes ríos del continente africano deban verter sus aguas al océano sin ser utilizadas, mientras la población africana padece sed y sus cultivos se marchitan".

El uso sostenible de los recursos de agua dulce "debe ser la piedra angular de todo programa de seguridad alimentaria", afirmó.

La ministra italiana de Agricultura, Adriana Poli Bertone, destacó el hecho de que el volumen de agua efectivamente disponible para la población humana es muy inferior al de los recursos, pero "podría ser suficiente si se utilizara y distribuyera mejor".

Añadió que en Italia misma queda mucho por hacer en este campo, donde se pierde aproximadamente el 25 por ciento de los recursos acuíferos del país.

El Papa Juan Pablo II envió un mensaje a los participantes en la actividad, señalando que esta "celebración anual representa un recuerdo oportuno de la responsabilidad que tiene la Comunidad Internacional de garantizar que se respete y fomente el derecho fundamental a la nutrición".

"El mismo futuro de la humanidad exige que las personas y los pueblos trabajen unidos para superar el exagerado interés por los propios asuntos, que impide compartir auténticamente los recursos de la tierra", expresó el pontífice.

El Día Mundial de la Alimentación se ha celebrado este año en todo el mundo con variados actos conmemorativos, como una teleconferencia en la que 1.200 ciudades de América del Norte se conectaron con otras 90 de 16 países de América Latina y el Caribe.

El lunes, en la sede de la ONU en Nueva York, el secretario general de la Organización Mundial, Boutros Boutros-Ghali, participará en la celebración de la actividad.

Estas ceremonias tienen por objeto fomentar la conciencia pública acerca de los problemas del hambre, desnutrición y pobreza y promover la aplicación de medidas para dar alimentos suficientes a todos los habitantes del planeta.

ENTRADA

CRUZADO

01-02

9500853

25. A.P. - AGRUPACION PREGON.

- IDEOLOGIA: Marxista-Leninista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984- Participa en el Sub-Lema I.D.I.
- FIGURAS PRINCIPALES: Alba ROBALLO, Sergio PREVITTALI.
- MEDIOS DE COMUNICACION: No posee.
- SEDE: Jackson 1430
- Integra el Frente Amplio.
- OBSERVACIONES: Alba ROBALLO en el XXI Congreso del P.C.U. aceptó integrar Democracia Avanzada.

26. P.O.R. - PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO.

- IDEOLOGIA: Trotskista-Posadista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: Apoyó al Sub-Lema Democracia Avanzada.
- FIGURAS PRINCIPALES: Raúl CAMPANELLA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Publicación "Frente Obrero".
- SEDE: Daniel Muñoz 2287.
- Integra el Frente Amplio.
- OBSERVACIONES: Ultimamente declaró su total apoyo a D.A.

27. P.G.P. - PARTIDO POR EL GOBIERNO DEL PUEBLO.

- IDEOLOGIA: Socialista Democrático.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984- Participa en las Elecciones bajo el Sub-Lema Movimiento Por el Gobierno del Pueblo. 128.805 votos.
- FIGURAS PRINCIPALES: Hugo BATALLA, Yamandú FAU, Carlos CASSINA.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Revista mensual "Zeta".
- SEDE: Ejido 1480/82.
- Integra el F.A.
- OBSERVACIONES: Actualmente sufre una crisis interna entre partidarios de candidatura de SEREGNI y partidarios de candidatura de Hugo BATALLA.

8901653

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDE

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

150023

16/10/94

12601

UNO MUCHOS  
Y OTROS POCOS

Plantean revertir la situación en el Día Mundial de la Alimentación, y Juan Pablo II está de acuerdo

## El 20% más rico de la población concentra el 83% del ingreso mundial y su potencial va en aumento

- \* Lacalle celebra hoy junto a Cibils, en Libertad, con inauguración de programas de riego
- \* Hogares desarrollados consumen 3.000 litros de agua diarios, y 230 millones de personas no la tienen para vivir
- \* Superar flagelos "oligárquicos, clientelismos" proponen para revertir la "iniquidad"

Hoy se realizará la celebración del Día Mundial de la Alimentación, con la presencia del presidente de la República, doctor Luis Alberto Lacalle, el ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca y otras autoridades nacionales en Libertad, departamento de San José. En la oportunidad se clausurará el Programa de Perforaciones para Riego y se iniciará el de Manejo de Recursos Naturales y Desarrollo de Riego. (Prenader) En Roma, mientras tanto, más de 140 países celebraron en la FAO el Día Mundial de la Alimentación, dedicado al tema "El agua, germen de la vida". Allí se habló de las grandes "inequidades" en el acceso a los recursos naturales y de la concentración de la riqueza en el mundo, que se agudiza cada vez más.

Con grandes obras de riego, hoy las autoridades nacionales celebran el Día Mundial de la Alimentación en Libertad, con la presencia del presidente Lacalle y el ministro Cibils entre otras autoridades.

Desde Roma, nos llegan informaciones acerca de la conmemoración central de la FAO del Día Mundial de la Alimentación.

Más de 140 países celebraron el Día Mundial de la Alimentación, cuyo tema para este año es "El agua, germen de la vida", con el fin de fomentar la utilización racional del agua, en especial en la agricultura.

En los actos celebrados en la FAO, en Roma, intervinieron el presidente de Chile, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, la ministra italiana de Recursos Agrícolas, Adriana

Poli Bortone, y el director general de la FAO, Jacques Diouf, y se recibió un mensaje del Papa Juan Pablo II.

Frei, primer presidente de América Latina en participar en la sede de la FAO en la celebración del Día Mundial de la Alimentación, dijo que "colocar los problemas del agua en el centro de la discusión nos remite seriamente al quiebre del hombre con la naturaleza, a la pobreza que asola a gran parte de la humanidad y a las crecientes inequidades del orden internacional, ya que el 20 por ciento de la población mundial que concentra la mayor riqueza aumentó su participación en el ingreso global desde un 70 a un 83 por ciento en los últimos 30 años.

Añadió que "ciertamente esta realidad se refleja en el agua.

Muchos hogares de los países desarrollados llegan a consumir diariamente cerca de 3.000 litros de agua de buena calidad. Al mismo tiempo, existen alrededor de 230 millones de personas que escasamente pueden acceder a este elemento.

Muchos de ellos deben caminar largas horas para obtener un mínimo de agua o aún dejar su tierra y migrar. Muchos otros están obligados a consumir aguas contaminadas y a vivir en condiciones sanitarias de alto riesgo, lo cual reduce la extensión de sus vidas o bien los limita a sobrevivir en precarias condiciones.

El presidente de Chile señaló que las dos tareas mayores con que la humanidad se haya enfrentado jamás son garantizar alimentos suficientes y agua suficiente para las generaciones actuales y futuras y, al mismo tiempo, garantizar la protección del medio ambiente.

"La distribución —afirmó— en el caso del agua requiere de la mediación política, social y política adecuada; sociedades robustas donde se superen los flagelos oligárquicos, clientelismos y fraccionalismos".

El doctor Diouf, dijo en su alocución que, "en un mundo en que hay más de 800 millones de personas que padecen hambre,

nos enfrentamos con el desafío de dar alimentos a los pobres, a los hambrientos y a los malnutridos de esta tierra.

Lo que necesitamos ahora es una segunda revolución verde que ayude a los países de bajos ingresos y con déficit de alimentos a alcanzar la seguridad alimentaria, la equidad social y la sostenibilidad ambiental".

El doctor Diouf aludió a la función decisiva que desempeña el riego tanto para incrementar la producción de alimentos como para alcanzar la seguridad alimentaria, y añadió que "actualmente hay en el mundo alrededor de 241,5 millones de hectáreas de regadío, que representan un 17 por ciento de las tierras arables del mundo, pero suministran un 35 por ciento del total de las cosechas de productos alimenticios.

El director general de la FAO destacó el potencial de aguas sin explotar existente en África y dijo: "no está escrito en ningún sitio que la mayoría de los grandes ríos del continente africano deban verter sus aguas al océano sin que sean utilizadas, mientras la población de África padece sed y sus cultivos se marchitan". En un mensaje leído por Alois Wagner, Observador



El Presidente de la República, junto al ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, inaugurará hoy obras de riego con motivo del Día Mundial de la Alimentación que este año tiene el lema "El agua, germen de la vida".



Permanente de la Santa Sede ante la FAO, el secretario de Estado del Vaticano, el cardenal Angelo Sodano, escribió en nombre del Papa Juan Pablo II, que "Su Santidad considera esta celebración anual un recuerdo oportuno de la responsabilidad que tiene la comunidad internacional de garantizar que se respete y fomente el derecho fundamental a la nutrición. El mismo futuro de la humanidad exige que las personas y los que-

blo trabajen unidos para superar el exagerado interés por los propios asuntos, que impide compartir auténticamente los recursos de la tierra".

El Día Mundial de la Alimentación se ha celebrado este año en todo el mundo con muchos actos conmemorativos, tales como la teleconferencia en la que 1.200 ciudades de América del Norte se han conectado con 90 ciudades de 16 países de América Latina y el Caribe.

ENTRADA

0902 00

9500853

202



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*precio de OPEP descendió a 16,02 u/s el barril en 2do*

PROCEDENCIA

*150015*

FECHA DE

*18/10/74*

VINCULACIONES

*12636*

*semestre del mes.*

## Petróleo: Nueva caída del precio

VIENA - El precio del petróleo de la OPEP (Organización de los Países Productores de Petróleo), descendió a 16,02 dólares el barril en la segunda semana del mes, respecto de los 16,48 dólares que había registrado durante la primera semana de octubre.

El secretario de la organización informó en Viena que la media anual (hasta octubre) del precio del petróleo de la OPEP fue de 15,33 dólares por barril. La media de septiembre había sido de 15,71 dólares, mientras que en agosto alcanzaba los 15,60 dólares promedio por barril.

Además que la media para el trimestre del '94 fue de 16,68 dólares (en el segundo trimestre había sido de 15,60 dólares). El promedio total del año había alcanzado los 16,33 dólares, mientras que en el '92 llegaba a los 16,02 dólares el barril.

El precio de referencia de la OPEP fue de 16,02 dólares el barril.

ENTRADO

CRUZADO

9500854

01-01

### 3.4. CAMPO SICOSOCIAL

En la medida que la gran estrategia de las fuerzas de izquierda marxista-leninista, es coincidente en cuanto a priorizar el trabajo de masas en esta etapa actual de acumulación de fuerzas, es en el campo social donde se librará la batalla principal en el futuro inmediato y por tanto donde la determinación de las vulnerabilidades propias adquiere fundamental importancia. En ése sentido la situación referida presedentemente, resume la conflictividad vivida, y cuyos focos de tensión continúan latentes a la espera de las medidas anunciadas por el gobierno en lo que respecta a la reforma de la ley de educación, la reglamentación del derecho de huelga y las privatizaciones anunciadas en la órbita del Estado, fundamentalmente.

En términos generales la opinión pública ha evidenciado algunos indicadores de descontento, producto de carencias varias que hacen a los niveles de vida de importantes sectores de la población (calificación de la crisis como grave y muy grave, 94% GALLUP-OP399-SET89). Esas carencias, consecuencia de salarios insuficientes, tienen relación con necesidades básicas como la alimentación (canasta familiar), la salud (atención insuficiente), la vivienda (déficit y elevados costos de los alquileres), seguridad social y con aspiraciones legítimas como la educación (sistema inadecuado), oportunidades de empleo (ocupación), etc. Por otra parte algunas actitudes colectivas como la relativa apatía popular frente a la campaña electoral y algunas conductas de la juventud ya mencionadas, son interpretadas como síntomas de falta de confianza en la capacidad de realización de los Partidos políticos y en el futuro del país, lo que ha movido entre otras cosas a la emigración.

Ante esa situación, en todos los ámbitos sociales (gremial, estudiantil, barrial, etc.) la acción reivindicativa de justicia social está en manos de las organizaciones a que se ha hecho referencia (sindicatos, comisiones barriales, etc.), orientadas mayormente por la izquierda, lo que constituye la vulnerabilidad mayor ante la falta de presencia ya anotada de los PPTT. A esto se debe agregar el accionar futuro de los Centros Comunales de Montevideo que podrán ser el verdadero motor que canalice

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO *Int. denuncias venganzas en RUANDAS*  
PROCEDENCIA *150023*  
FECHA DE RECIBO *23/10/94*  
VINCULACIONES *500546*  
*507639*

## Amnistía Internacional denuncia sangrientas venganzas en Ruanda

Nairobi (IPS)  
por Horace Awori

■ Exiliados hutu en Kenia destacaron un informe de Amnistía Internacional que acusa al Frente Patriótico Ruandés (FPR), dominado por la etnia tutsi, de la matanza de miles de prisioneros y civiles desarmados.

Amnistía Internacional, que tiene sede en Londres, responsabilizó al ahora gobernante FPR de asesinatos cometidos paralelamente a la guerra civil que se libró en Ruanda entre abril y julio.

Un ex diplomático ruandés dijo a IPS que "la campaña de mentiras" promovida por el FPR desde el comienzo de la masacre de Ruanda determinó a las agencias occidentales a ignorar denuncias que el informe de Amnistía confirmaría.

"El mundo occidental, y los medios de comunicación han presentado a los hutu como los villanos de la película y a los tutsi como sus inocentes víctimas", señaló el diplomático, que

pidió reserva de identidad.

"Pero la historia de Ruanda ha sido de persistente persecución y opresión" de la mayoría étnica hutu por parte de la minoría tutsi, agregó.

Los exiliados hutu acusaron a algunas agencias de Naciones Unidas, a organizaciones no gubernamentales y a medios de prensa occidentales de parcialidad en favor de los tutsi y el gobierno del FPR.

Al respecto, señalaron que esas organizaciones rechazaron o ignoraron la denuncia de asesinatos que habrían cometido los tutsi en represalia por la matanza de 500.000 civiles durante la guerra.

Antes de la masacre, los hutu representaban 85 por ciento y los tutsi 14 por ciento de los casi ocho millones de Ruanda.

El ruandés John Nziramakenga, quien huyó a Kenia cuando estalló la guerra civil, dijo a IPS que "los intelectuales hutu fueron masacrados por los tutsi en 1959, pero nadie quiere recordar aquello, la liqui-

dación de la hegemonía tutsi, en 1962, acabó también con siglos de opresión".

El alto comisionado de Naciones Unidas para los refugiados (ACNUR) informó el mes último que dispone de evidencia de una campaña de venganza de los tutsi sobre los hutu, lanzada luego de la guerra. "Tenemos informes detallados y verosímiles acerca de matanzas en diferentes partes de Ruanda", aseguró Sylvia For, portavoz del ACNUR.

"Hemos llegado a establecer en forma totalmente clara que en setiembre se perpetraron matanzas, detenciones casa por casa y se tendieron emboscadas a personas que intentaban huir", manifestó For. El informe de Am-

nistía Internacional destaca la investigación del ACNUR y que los asesinatos "confirmados" tuvieron lugar "cuando las fuerzas del FPR lograron el control de las posiciones que conservaba el gobierno derrocado".

Amnistía afirmó que los sangrientos hechos atribuidos al FPR comenzaron en el noreste de Ruanda a mediados de abril, y se extendieron hacia áreas del sur, oeste y sudoeste en los meses siguientes.

Un sobreviviente de 56 años manifestó haber concurrido a una reunión pública el 13 de abril en la comunidad nororiental de Gishara, porque el FPR le habían prometido comida, en demostración de buenas intenciones.

ENTR-DO ☒  
CRUZ-DO ☒

01-01

9500855

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROYECTO

FECHA

VINCULACIÓN

Conf. Regional de la Mujer en Mar del Plata.  
150024  
2/10/94  
11046  
66960

## La Conferencia de la Mujer

**E**l agitado desarrollo que tuvo la Conferencia Regional sobre Integración de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social de América Latina y el Caribe, realizada en Mar del Plata, fue demostrativo de las dificultades que encuentra la perspectiva de género como un elemento enriquecedor de las relaciones sociales y la participación política.

El documento final que coronó esta reunión preparatoria de la Cuarta Conferencia Mundial, que se celebrará el año próximo en China, destacó los avances logrados en los años noventa en el mejoramiento de las condiciones y posiciones logradas por las mujeres, en conjunción con la reconstrucción de la democracia, la formulación de nuevas agendas sociales, las revisiones y resultados de los impactos de la crisis económica y los procesos de reforma estructural.

Dichos avances, se señala con buen criterio, se ven enfrentados al desafío de lograr una progresiva igualdad entre mujeres y hombres en la toma de decisiones y una mayor inserción femenina en los espacios de poder.

Existen por delante, por cierto, objetivos que unifican esta lucha cívica de las mujeres más allá de sus diversas

identidades, adscripciones y proveniencias: la eliminación de las prácticas discriminatorias, la problemática laboral y familiar, la violencia y el sometimiento que sufren aún las mujeres en vastas regiones del planeta, la relación entre atraso económico, autoritarismo político y cultural y exclusión de las mujeres.

Sin embargo, la reunión de Mar del Plata resultó opacada por discusiones más vinculadas a la disputa política interna que al abordaje de las cuestiones de fondo. Por otra parte, la intervención presidencial al inaugurar el encuentro, sirvió para una demostración que fue visualizada como un escenario de proselitismo bastante alejado de lo que los documentos definen como una perspectiva "de género" propia de la mujer.

Estos hechos deslucieron la trascendencia del tema en un país en el que los derechos de la mujer y su participación activa han cobrado un desarrollo notable en los últimos años, y reflejaron lo mucho que queda por recorrer para derribar prejuicios y barreras culturales en el tratamiento de la igualdad de condiciones entre hombres y mujeres.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500856

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
DOCENTE	<u>ADUR-FDUU</u>	Gremial	
	252 (AGC)		Carlos REVERDITO VIANO; Angel M. NOGUEIRA; Conrado PETIT RUCKER
	253* (AC)		Ruben C. OTERO MARQUEZ; San Carlos LATCHINIAN; Conrado PETIT
	254 (CF)		Juan E. FOLCO; Mariano ARANA; José L. PARODI
EGRESADOS	<u>Autonomía y Cogobierno</u>	Izquierdistas PLP y MNR	
	437 (AGC)		Amanda TIZZE LAVAGNA; José L. CANEL; Héctor SARAVIA LACURCIA
	438 (AC)		Gonzalo RODRIGUEZ OROZCO; Carlos HAREAU; José L. CANEL RODRIGUEZ
	439 (CF)		Elena SVIRSKY; Mirna SIERRA; Norberto CUBRIA MIGUEL
	<u>U.N.I.D.</u>	Herreristas y Colorados	
	467 (AGC)		Carlos MAUTONE; César LOUSTAU; Horacio RODRIGUEZ PARDIÑO
	468 (AC)		Julio C. ABELLA TRIAS; Juan CASAL; Humberto BELLORA
	469 (CF)		Luis GARCIA; Waldemar LOPEZ José M. MIERES MURO

FACULTAD DE CIENCIAS ECONOMICAS

ESTUDIANTEL	<u>Universidad Nueva</u>	PGP-PDC	
	97 (AGC)		Carolina GERVAS; Mario PINTOS; Aaron HOJMAN
	98 (AC)		Ricardo BARREIX; Mario PINTOS; Aaron HOJMAN
	99 (CF)		Aaron HOJMAN; Carolina GERVAS; Mario PINTOS
	<u>C.G.U.</u>	P.Nacional	
	25 (AGC)		Rafael CABRERA; Luis A. RODRIGUEZ; Carlos VASSALLO
	26 (AC)		Gabriela MORENO; Alfredo VARELA; Marianela GUILLEN
	27 (CF)		Pedro HELGUERA; Gabriela MORENO; Ricardo RODRIGUEZ SOTTO
	<u>P.U.E.</u>	Colorados	
	61 (AGC)		Pedro ARAMENDIA; Milton DUSIO; Ma. Luisa CANO
	62 (AC)		Ma. Silvia VAZQUEZ; Mónica TAMBUCHO PEREZ; Pablo CAYAFFA
	63 (CF)		Daniel TORTORA GRACIANO; Mónica TAMBUCHO; Milton DUSIO CAVIGLIA

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDEN.

VINCULACIONES

14<sup>ta</sup> Conf Regional Americana de Coord. de Org. Indígenas de la Cuenca Amazónica.

160023

9/6/94

11046

507480

Conocimientos y recursos autóctonos

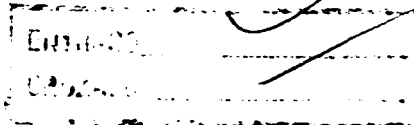
## En defensa de la propiedad intelectual

Organizada por la Coordinación de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA) se realizó en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, la primera conferencia regional americana sobre propiedad intelectual de los pueblos indígenas.

Delegados indígenas de Colombia, Venezuela, Ecuador, Perú, Bolivia, Surinam, Guayana Francesa, Guyana, Panamá, Guatemala, Argentina y Chile debatieron durante tres días un diagnóstico de la situación y los mecanismos de protección de los derechos de propiedad sobre los conocimientos tradicionales y los recursos de los pueblos originarios de América.

Actualmente esos derechos no son reco-

nocidos en las legislaciones nacionales e internacionales, y muchas grandes empresas en particular laboratorios farmacéuticos se aprovechan y explotan este milenario conocimiento sin dejar ningún beneficio a los pueblos que lo desarrollaron. Esto sucede con métodos de cultivo, danza y música, aplicaciones medicinales de plantas nativas, artesanías, desarrollo de especies animales y vegetales, etc., lo que ha ido provocando no solo la degradación y pérdida de los recursos tradicionales, sino también una creciente dependencia de quienes aprovechando esos conocimientos explotan en forma inmisericorde a los pueblos que acumularon y desarrollaron esta sabiduría a lo largo de cientos de generaciones.



01-01

9500857

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

Mujeres indígenas presentaron doc. en el primer congreso  
su marginación

PROCEDENCIA

FECHA DE PRESENTACIÓN

VINCULACIONES

Día Internacional para renovar la memoria

# Mujeres, indígenas y pobres

**M**ujeres indígenas de Ecuador, Bolivia, México, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Chile, Argentina, Paraguay y Panamá, que participaron en el Foro de organizaciones no gubernamentales preparatorio de la Conferencia Mundial de la Mujer, presentaron un documento en el que remarcaban su triple marginación: como mujeres, como indígenas y como pobres.

Las aymaras, quechuas, mapuche, guaraníes, muxes, kuna y miskitas aprobaron una serie de propuestas, entre ellas la integración de una Red de Mujeres Indígenas del continente con el fin de trabajar en conjunto para que sean reconocidos sus derechos e identidad.

Se estima que actualmente existen cerca de 40 millones de indígenas, desde México hasta el Cono Sur. Un 59 por ciento de ellos -23 millones 600 mil personas- son mujeres.

La situación de los pueblos indígenas en general es muy crítica, pero la de las mujeres es triplemente despreciada, en sus capacidades, habilidades y destrezas, quedando relegadas de toda acción de desarrollo, lo que en muchos países se transformó en crónico.

Las mujeres indígenas protagonizaron luchas junto con las campesinas, que enfrentan las mismas estrategias de sobrevivencia y problemas de subordinación socioeconómica, política y cultural. Si se examinan las diferentes legislaciones de los países de América Latina, se observa que son excepcionales aquellos que contemplan en su Constitución a los pueblos indígenas y menos todavía a las mujeres. En los casos donde aparece alguna norma son referencias paternalistas respecto al patrimonio cultural, donde los pueblos indígenas aparecen como un objeto y no como sujetos. El resultado de esta actitud es que no disfrutan de los mismos derechos que el resto de los ciudadanos, lo que los hace diferentes en el país donde viven. Las tradiciones y leyes ancestrales han sufrido y siguen sufriendo la agresión de una política asimilacionista y de integración por parte de los gobiernos. En muchos casos la ley no reconoce el derecho a heredar la tierra que perteneció a varias generaciones.

## UN CAMINO DE ORTIGAS

Los servicios de salud comunitarios no se coordinan con todos los restantes del país, o en el caso de hacerse corresponden a esquemas occidentales que no respetan las características propias. La población que tiene menos acceso a los servicios de salud es la rural y dentro de esta franja, la mujer indígena es la más discriminada. No se toman en cuenta las condiciones geográficas, económicas, sociales y culturales ni tampoco los métodos usados por generaciones para la prevención ni las prácticas curativas y medicamentos tradicionales. Las mujeres indígenas denuncian a su vez las esterilizaciones masivas inconsultas que han sido encubiertas como métodos de planificación familiar.

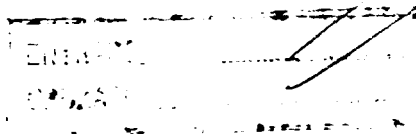
En el plano de la educación, las mujeres indígenas manifiestan que «durante estos últimos 500 años hemos sido no sólo las reproductoras de nuestros pueblos sino también de nuestras costumbres y tradiciones en compañía de nuestros mayores».

La salvaguarda de los idiomas nativos, las tradiciones, la identidad de culturas milenarias ha estado en manos de ellas.

Tradicionalmente las mujeres son excluidas de los programas educativos y el porcentaje de analfabetismo es muy alto. El hecho de estar sumergidas en una pobreza extrema hace imposible el acceso a la educación en cualquiera de sus formas. Hay muy pocas experiencias de educación bilingüe, pero incluso en esos casos no se toman en cuenta los conocimientos de las mujeres respecto de su propia lengua. No existe cobertura de seguridad social y, a pesar de que la mujer indígena trabaja mucho, durante toda su vida, no se considera el suyo un trabajo productivo.

## LA VIOLENCIA

La violencia contra la mujer indígena es múltiple. Por un lado un recrudecimiento de la violencia doméstica: más del 50 por ciento sufre violencia en sus hogares, de parte de sus conyuges o sus padres. Por otro, la explotación en el trabajo, la sobrecarga de responsabilidades domésticas y económicas. Además en los últimos años se agrega otra violencia: los conflictos armados (los indígenas quedan en el medio y



01-02

9500858





En el V Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, realizado en Argentina en 1990, se instituyó el 11 de octubre como Día Internacional de la Mujer India. A partir del próximo 10 de diciembre comenzaremos a transitar el Decenio Internacional de las Poblaciones Indígenas del Mundo, establecido por Naciones Unidas. Todo esto contribuye a visibilizar un problema que en muchos lugares de nuestro continente se ha convertido en crónico: la pobreza, discriminación y aculturación de los pueblos autóctonos, situación que se agrava para las mujeres. En el Foro de Organizaciones no Gubernamentales que con el carácter de actividad preparatoria de la cumbre mundial de la mujer concluyó recientemente en Mar del Plata, un grupo de indígenas formuló denuncias y presentó propuestas. Entre las primeras, se incluyó la queja de que son discriminadas por las propias mujeres organizadas. Entre alrededor de 1.200 mujeres que participaban en el foro, las indígenas apenas eran 30, aunque en el continente suman más de 23 millones. Pero su voz fue oída, y sus iniciativas incorporadas al documento final respetando su especificidad.

siempre bajo sospecha de cualquiera de los bandos), la migración masiva, (tratando de huir de la pobreza absoluta), el desarraigo, el exilio y la total inseguridad que implica este tipo de vida. Todo esto lleva a un incremento de la violación y los abusos sexuales, el maltrato psíquico y físico,

y cada vez mayor cantidad de muertes maternas.

Las migraciones económicas afectan a una mayoría de gente muy joven, y muchas veces son producto de represión de parte de los gobiernos latinoamericanos contra la población civil. Aumenta el número de mujeres solas y niños huérfanos y la solución de los estados es ubicarlos en campos de refugiados.

El desarraigo del lugar de origen, de las costumbres, la ruptura de lazos familiares, el no poder usar la vestimenta típica pone en grave peligro de pérdida de la identidad. Agrega el documento que «considerables grupos de mujeres de las poblaciones indígenas han sufrido por estas causas problemas de salud mental y física y la pérdida de todas sus pertenencias y de sus pequeñas parcelas. El daño sufrido por los huérfanos de guerra, entre los que también hay niñas, es incalculable».

En los países donde hubo o hay conflictos armados las mujeres indígenas son las principales víctimas. Se cuentan por miles las indígenas torturadas, asesinadas o presas. Por otra parte los ejércitos usan como método de amedrentamiento y tortura contra ellas la violación sexual, y muchas veces el resultado es un embarazo que es la continuación de esa tortura.

A pesar de los discursos los conflictos armados continúan y los derechos humanos mínimos de las poblaciones indígenas y sus mujeres y niños no son siquiera considerados. «La impunidad y las medidas de emergencia se han convertido en costumbre casi permanente. La mujer indígena frente a esto, tiene el doble rol de sujeto que sufre el mayor grado de impacto de los conflictos armados, y el de salvaguarda de la estructura social indígena que la mantiene como una vivencia cultural permanente, incluso en las condiciones más extremas».

#### UNA POBREZA QUE YA ES CONGENITA

La degradación del medio ambiente, la pérdida de las tierras comunarias, y la sobreexplotación hacen que la situación económica de la mujer indígena se caracterice por la más extrema pobreza. Los ajustes económicos, el desempleo y el no tener entrada en los planes de desarrollo programados por los estados, empeoran todavía más la situación. El problema de la tierra y la propiedad y usufructo de ésta es fundamental para las naciones indígenas. Su vínculo con la tierra es muy arraigado, cultural y económicamente, y el dejarlos sin ella impulsa la emigración.

A su vez pierden la única fuente de trabajo que tienen. La mujer indígena, desarraigada de su entorno natural, se ve obligada a emigrar a las zonas urbanas, para vivir en un entorno marginal que le es desconocido y ajeno. El abandono de parte de sus esposos en estos casos aumenta y se cuentan por miles las mujeres indígenas que mantienen el hogar.

Hablando del trabajo dice el documento: «Es conocido por todos que las artesanías que las mujeres indígenas producimos es de gran belleza y en algunos países muy cotizadas. Sin embargo desafortunadamente no somos nosotras mismas, en la mayoría de los casos, las más favorecidas por su venta ya que son los intermediarios los que reciben las ganancias. Actualmente estamos luchando para organizarnos en cooperativas de producción y venta, pero en casi todos los países aún los bancos no nos consideran como sujetos de crédito, pese a que se han efectuado estudios de organizaciones internacionales que han demostrado que las mujeres somos clientes responsables cuando incurrimos en préstamos».

La política general es considerar a los pueblos indígenas como ciudadanos de segunda clase, por lo que no se les otorgan los mismos derechos. En muchos países los analfabetos no pueden votar y participar en los cargos públicos. Un alto porcentaje de mujeres indígenas no saben leer ni escribir, por lo tanto sus derechos políticos no existen. Esto incide en el desinterés político y en la falta de conciencia de género. Para los partidos políticos la mujer indígena es simplemente «una frase de campaña».

Sin embargo, las mujeres indígenas se están organizando y enfrentan con optimismo la lucha para que se respete su identidad, no ser más víctimas de discriminación y poder tener acceso a una vida más digna y humana.

SECCION COMUNICACIONES

MESA DE RADIO

PROCEDENCIA N° H O R A Obs. F E C H A

MONTEVIDEO.- 3 8 2.- 18.00.- REC. TELEX.- 07 - 12 - 93.-

DESTINATARIO: PARA CONOCIMIENTO DE SRES. OFES. DE LA ARMADA EN LA D. G. I. D.-

M O N T E V I D E O.-

RADIO. NRO. 3 8 2.-

TEXTO: ASUNTO: SE DISPONE LA SIGUIENTE MODIFICACION DE CARACTER EXPERIMENTAL DEL

REGLAMENTO DE UNIFORMES PARA OFES. DE LA ARMADA APROBADO POR DECRETO NRO. 618/991.- SE CREA

EL UNIFORME NRO. 13N. QUE LLEVARA LAS SIGUIENTES PRENDAS BASICAS: CAMISA BLANCA MANGA CORTA,

GORRA FUNDA BLANCA, HOMBRERAS, MEDIAS NEGRAS, PANTALON NEGRO CON FRANJA NEGRA, ZAPATOS NEGROS.-

PRENDAS COMPLEMENTARIAS DE USO CIRCUNSTANCIAL: BUSO T MANGA CORTA BLANCO, IMPERMEABLE LIVIANO

NEGRO, GORRO NEGRO, CAMPERA DE ABRIGO NEGRA, PARAGUAS NEGRO.- PRENDAS OPCIONALES: NO LLEVA.-

PRENDAS ESPECIALES: BASTON DE MANDO ALMIRANTE, CORDONES DE SERVICIO.- "COMAR".-

RECIBIDO DE: H O R A: O P E R A D O R E S

ARMADA.- 18.00.- SDO.L.R.///OP/// FAX.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SECCION COMUNICACIONES

MESA DE RADIO

PROCEDENCIA H O R A Obs. F E C H A

MONTEVIDEO.- 3 8 5.- 18.00.- REC. TELEX.- 07 - 12 - 93.-

DESTINATARIO: PARA CONOCIMIENTO DE SRES. OFES. DE LA ARMADA EN D. G. I. D.-

M O N T E V I D E O.-

RADIO. NRO. 3 8 5.-

TEXTO: ASUNTO: TRASLADO DE CREDENCIALES CIVICAS ANTES DEL 31/03/94.- TODO EL

PERSONAL SUPERIOR Y SUBALTERNADO DEBERA TRASLADAR SU CREDENCIAL CIVICA AL DEPARTAMENTO DONDE

ESTA SITUADA LA UNIDAD DONDE PRESTA SERVICIOS.- DEBIENDO POSTERIORMENTE INFORMAR A RECUR, SERIE

Y NUMERO DEL TRASLADO A FIN DE ACTUALIZAR LEGAJOS PERSONALES.-

COMAR.-

RECIBIDO DE: H O R A: O P E R A D O R E S:

ARMADA.- 18.00.- SDO.L.R. //OP/// TELEX.-

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Dr. Williman deleg. uruguaya, condena Conf. de El Cairo  
150015  
9/10/94  
11046  
507466  
65841

## El Dr. Williman condena conferencia de El Cairo

"Hubiera sido horroroso que un organismo internacional recomendase el aborto como instrumento de planificación familiar", afirmó el Dr. José Claudio Williman (h), al regresar de la Conferencia de Población y Desarrollo, realizada recientemente en El Cairo.

El Dr. Williman, que integró la delegación uruguaya para dicha Conferencia, se refirió al alcance del documento aprobado asegurando que "una declaración así no obliga a ningún país, pero permite que cualquiera la invoque como elemento de opinión internacional, y eso es grave. Y yo creo que eso se evitó en El Cairo".

Lo que hubo que hacer en El Cairo fue "suprimir del documento una serie de términos de contenido confuso, que el Vaticano tuvo a bien denunciar, y agregar que el término 'planificación familiar' no supone en forma alguna el aborto", agregó.

Explicó también que hasta último momento se estuvo insistiendo en que el documento previo que había llegado a El Cairo, en forma alguna hacía referencia al aborto. "Por ejemplo, hablaba de 'regulación de la fertilidad', de 'salud reproductiva', y el Vaticano dijo: 'Estos términos no tienen definición en documentos de las Naciones Unidas, por lo tanto no se pueden usar sin aclarar qué quieren decir'".

### Comprueban advertencias del Vaticano

"Los informes del Vaticano fueron excelentes - subrayó Williman - a mi personalmente me aclararon y me advirtieron muchas cosas. Curiosamente, cuando estábamos en El Cairo, nos informamos que la Organización Mundial de la Salud consideraba que 'regulación de la fertilidad', que está varias veces en el documento, incluye todos los factores primarios y determinantes de la tasa de fertilidad, es decir que para la OMS, esto incluye el aborto. Entonces, a pesar de que en el documento no decía: *es necesario incluir el aborto como instrumento de limitación del crecimiento de la población*, tenía figuras literarias que lo incluían".

Finalmente se logró una redacción con un amplio consenso, con un texto que comienza: "En ningún caso el aborto deberá ser promovido como método de planificación familiar".

Con respecto a la postura de la Santa Sede, Williman explicó que "al Vaticano no le basta que el texto diga que el problema del aborto es un problema de la legislación de cada país, porque eso es trasladar el problema a un terreno político-jurídico, y ese no puede ser el enfoque del Vaticano. El Vaticano se movía de acuerdo a principios, e hizo muy bien en ser riguroso y enérgico en el planteo, ya que no puede ser flexible cuando están en juego principios como el de la vida desde la concepción".



Dr. José Claudio Williman

"Se luchó contra el extremismo planteado"

Hay diferentes posiciones posibles sobre cómo influye el crecimiento de la población en el desarrollo de un país. En un extremo se afirmaría que la población no afecta en absoluto el desarrollo. La otra tesis es que la responsabilidad única de las dificultades de crecimiento y desarrollo la tiene el crecimiento de la población. Este extremismo es el planteado en todo el documento de El Cairo, y es el que ha llevado al Banco Mundial a impulsar el recurso de la esterilización no voluntaria sino oculta. En Pakistán se logró esterilizar un 70 u 80% de las mujeres en edad fértil, pero con los años se registra que hay una baja en las tasas de fecundidad, pero no influyó para nada en los niveles de vida. Contra este extremismo fue necesario luchar en El Cairo".

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500859

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
	<u>Pluralismo Participativo</u>	Herreristas y colorados	
	452 (AGC)		Samuel BREGMAN; Oscar MONTALDO; Beatriz MIGLIARO
	453 (AC)		César RODRIGUEZ BATLLE; Haydée PEREZ; Domingo ROS UNZAGA
	454 (CF)		Daniel MATHO ONETO; Conrado HUGHES ALVAREZ; Angel W. FORTUNATI
	<u>FACULTAD DE DERECHO Y C. SOCIALES</u>		
ESTUDIANTEL	<u>AVE-CBI</u>	P. Colorado	
	70 (AGC)		Daniela MENONI SOCA; Alvaro MARTINS Gustavo TROCKI
	71 (AC)		Jorge BARRERA; Anamaria MATA; Leonardo DELBONO
	72 (CF)		Alejandro MONTESDEOCA; Ernesto CASTELLANO; Eduardo SANGUINETTI
	<u>C.G.U.</u>	P. Nacional	
	10 (AGC)		Alvaro LORENZO; Alfredo CABRERA; Abayubá GALEANO
	11 (AC)		Ma. Laura MINETTI; Gonzalo LORENZO Fernando VELAZQUEZ
	12 (CF)		Elis CABALLERO; Leandro GOMEZ; Alvaro VIVIANO
	<u>FREZEIMI-DCU</u>	PGP-PDC	
	73 (AGC)		Alberto CAMPELO; Juan J. CANCLINI Germán BEYRUTI
	74 (AC)		Pablo YELPO; Pablo GUERRA; Ricardo AMORIN
	75 (CF)		Alejandro UMPIERREZ; Rodrigo GOÑI Alberto CAMPELO
	<u>14 de Agosto Carlos Quijano Ibero Gutierrez</u>	<u>UJC-PS-IDI</u>	
	79 (AGC)		Juan J. ETORENA; Segio LIJTENSTEIN; Patricia MARQUISA HORGALLES
	80 (AC)		Ma. Virginia COLLAZO; Graciela SILVESTRI; Shirley Y. PEREIRA
	81 (CF)		Patricia MARQUISA; Jorge DIAZ ALMEIDA; Sergio ARAUJO GAMBARO
DOCENTE	<u>ADUR-FDUU</u>	Gremial	
	255 (AGC)		Juan P. CAJARVILLE; John Alan LEAMAN Héctor L. ABELLA
	256 (AC)		Enrique VESCOVI; Elida HUELMO José A. FERRO ASTRAY
	257 (CF)		Ramón VALDES COSTA; Edmundo THEVENET; América PLA RODRIGUEZ

Nº. DOCUMENTO

TITULO

*Violencia en Nicaragua contra Cumbre Ecológica*

PROCESO

*150014*

FECHA DE PROTECCIÓN

*9/10/94*

VINCULACIONES

*1107*

*66603*

Nicaragua

**VIOLENCIA**  
**CONTRA CUMBRE**  
**ECOLOGICA**

Un intercambio de disparos, sin consecuencias, tuvo lugar en el Centro de Interpretación Ambiental del parque nacional volcán Masaya, donde el próximo día 13 se reunirán los presidentes del área que asistirán a la «Cumbre Ecológica Centroamericana», informó hoy, sábado, la prensa local. El tiroteo tuvo lugar en la madrugada del jueves entre el guardia de seguridad de ese centro, situado a 23 kilómetros al sureste de Managua, y dos presuntos miembros de una banda de delincuentes.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500860

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
ESTUDIANTEL	<u>ASCEEP/FEUU</u>	F.A.	
	64 (AGC)		Juan BURGUEÑO; Marcelo ARDOQUEIN; José BECEIRO
	65 (AC)		Alfonso ARCOS; Facundo PONCE DE LEON; Daniel IBARRA
	66 (CF)		Marcelo ARDOQUEIN; Alfonso ARCOS; Daniel IBARRA
	<u>Proagro-Univer- sidad Abierta</u>	Batllista	
	76 (AGC)		Carlos BENTANCOOR; Enzo DE NICOLA; Carlos F. GRAUERT
	77 (AC)		Gastón COLOMINAS; Enzo DE NICOLA; Renato SAMBUCETTI
	78 (CF)		Renato SAMBUCETTI; Gastón COLOMINAS Marcos BRUM
	<u>Por una Univer- sidad Nueva</u>	PGP-PDC	
	115 (AGC)		Santiago DOGLIOTTI; Ricardo FERNANDEZ Jorge MARZAROLI
	116 (AC)		Jorge MARZAROLI; Ricardo FERNANDEZ; Pablo DUTTO
	117 (CF)		Pablo DUTTO; Ricardo FERNANDEZ; Jorge MAZAROLI
	<u>C.G.U.</u>	P. Nacional	
	19 (AGC)		Eduardo BLASINA; Walter HILL; Alberto MAJO
	20 (AC)		Juan José BOLOGNA; Esteban CARRIQUIRY Patrick LONG
	21 (CF)		Oscar ABELLA; Ernesto MAJO; María Inés IRIGOYEN
DOCENTE	<u>ADUR-FDUU</u>	Gremial	
	249 (AGC)		Enrique ESTRAMIL GONZALEZ; Ignacio PORZECANSKI; Artigas R. DURAN CAMPOMAR
	250 (AC)		Fernanda Ma. GAMBA FUICA; Enrique ESTRA- MIL; Esteban GRAFF MULLER
	251 (CF)		Agustín PERNAS BACCINO; Lilián FRIONI MODUGNO; Jorge BOSSI SCORZA
EGRESADOS	<u>Pluralismo y Renovación</u>	PGP-PDC	
	434 (AGC)		Ing. Agr. Miguel Lázaro RODRIGUEZ; Ing. Agr. Juan P. CURBELO; Ing. Agr. Eduardo PIETRA
	435 (AC)		Ing. Agr. Carlos MAS TEJERA; Ing. Agr. Gustavo FERREIRA; Ing. Agr. Aelita MOREIRA VÍÑAS
	436 (CF)		Ing. Agr. Ricardo CLAPAMUNT; Ing. Agr. Alberto ROULLIER; Ing. Agr. Guillermo ARROSPIDE

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECH. DE P

VINCULACIONES

Cumbre de los Americanos (Editorial)

1500/4

9/10/94

11046 65880

América Latina en la mira de la Casa Blanca

## DE LA «INICIATIVA» A «LA CUMBRE DE LAS AMERICAS»

Jue 9/10

*La Casa Blanca ha divulgado los grandes lineamientos que conforman la agenda del Presidente Clinton para la «Cumbre de las Américas», convocada del 7 al 11 de diciembre en Miami, en lo que será la más amplia reunión de mandatarios del hemisferio de toda la historia. Libre comercio, hegemonía norteamericana y democracia tutelada son los objetivos con que Washington reunirá a 33 gobernantes de esta región; zona de influencia exclusiva de EEUU.*

El proyecto hegemónico global de los EEUU, lanzado con tanto optimismo bajo los auspicios de la victoria lograda en Guerra del Golfo y potenciado por la debacle del denominado socialismo real, enfrenta graves dificultades en el terreno económico y profundos problemas en el campo militar, pese a la impresionante hegemonía que en ese terreno exhibe el Pentágono.

Ninguna fuerza organizada y con capacidad real para enfrentar a EEUU cuestiona el proyecto del Nuevo Orden Mundial proclamado triunfalmente por el ex-Presidente George Bush en los albores de 1991.

Sin embargo, la implementación de esta estrategia se choca con limitaciones que generan preocupación en la Casa Blanca.

Es en ese marco que debe comprenderse la Cumbre convocada para los primeros días de diciembre en Miami por el Presidente Bill Clinton.

Son 33 los Jefes de Estado y de gobierno que han sido invitados a participar en la «Cumbre de las Américas». En la convocatoria sólo ha sido excluidos Cuba y, por el momento, Haití.

Los expertos señalan que la reunión no posee antecedentes desde el punto de vista de su amplitud.

En 1956, se registró un histórico cónclave, bautizado como la «Cumbre de Panamá» y, posteriormente, en 1967, la OEA convocó lo que se conoció como «Conferencia de Punta del Este».

Ambos acontecimientos, enmarcados en la doctrina del panamericanismo que sustenta EEUU como fundamento de su secular hegemonismo hemisférico, con ser sus más importantes antecedentes, no llegaron sin embargo a reunir un número tan importante de mandatarios de la región como el que, previsiblemente, congregará en Miami la denominada «Cumbre de las Américas» convocada por Clinton.

### LA VERDADERA IMPORTANCIA DE AMERICA LATINA PARA EEUU

La significación que «las Américas» poseen para Washington deben ubicarse en el plano económico, tanto como en el político y

entenderse en sus inevitables interacciones.

En la esfera económica, América Latina ha ido reasumiendo protagonismo en el Nuevo Orden Mundial, a despecho de las oscuras perspectivas que parecieron plantearse con la caída del socialismo en Europa del Este y la URSS y a partir de las apresuradas expectativas de que en esa región del mundo se verificaría un milagroso «boom», gracias a la implementación de la economía de mercado y al establecimiento de democracias al estilo occidental.

A despecho de aquellas predicciones Latinoamérica se perfila, incluso, como un fuerte competidor para las economías asiáticas; la región del que muestra los mayores indicadores de crecimiento económico y constituye la «vedette» mundial en ese terreno.

Durante estos últimos años, el flujo de capital hacia nuestros países, con México como gran polo de atracción, han vuelto a poner a América Latina en la mira de Europa y EEUU, superando los récords previos a la explosión de la «crisis de la deuda externa» de 1982-1983.

De hecho, las exportaciones de mercancías y servicios de EEUU hacia nuestro continente se han cuadruplicado, pasando de 30 millones de dólares en el año 1985 y llegando a 79 mil millones de dólares en 1993.

De acuerdo a las cifras de las oficinas especializadas del propio gobierno norteamericano, esta corriente exportadora explica la creación de 900 mil nuevos puestos de trabajo en EEUU.

Buena parte de este fenómeno debe explicarse por el proceso de creación del TLC: Tratado de Libre Comercio entre EEUU, Canadá y México. En ese mismo sentido contribuyen las diversas iniciativas regionales de «integración», surgidas como hongos al llamado de EEUU y que postulan todas sus candidaturas para sumarse al TLC.

### «CUMBRE DE LAS AMERICAS»: EL PANAMERICANISMO EN ACCION

La perspectiva de aceleramiento del ya iniciado proceso de implementación de una Zona de Libre Comercio hemisférica - desde Alaska hasta Tierra del Fuego - anunciado por el ex-Presidente Bush en su «Iniciativa para las Américas» de 1991, representa un objetivo histórico que EEUU ve hoy al alcance de su mano.

En efecto, dicho proyecto, que fuera planteado ya a fines del siglo pasado, es hoy además una urgente necesidad de EEUU para enfrentar las dificultades que soporta su economía y los problemas políticos que traban la implementación del Nuevo Orden Mundial.

En ese sentido, será histórico el paso que intentará concretar el Presidente Clinton, a través de la firma de un compromiso por parte de los 33 mandatarios invitados, conteniendo los principios básicos que orientan la estrategia norteamericana para América Latina.

Libre comercio hemisférico, unificación y desregulación del mercado de capitales, amplias garantías para la inversión extranjera, universalización de la democracia en la región, combate a la corrupción y el narcotráfico; tales los grandes objetivos de Washington para América Latina.

Clinton propondrá a sus «invitados» un conjunto de instrumentos. Entre ellos deben citarse: la rejerarquización del papel de la OEA para convertirla en el «policiá hemisférico» y la repotenciación del BID como instrumento fundamental en la difícil tarea de «disciplinar» a las organizaciones sociales y las ONG's, en cuyas manos deberá depositarse la ejecución de las políticas sociales una vez sustraídas del control de los gobiernos.

### CLINTON: POCO PARA OFRECER A CAMBIO DE «MAS DE LO MISMO»

Si la Conferencia de Punta del Este consagró la exclusión de Cuba de la OEA y se constituyó en la plataforma de lanzamiento de la «Alianza para el Progreso», la «Cumbre de las Américas» de Miami mostrará a EEUU intentando revertir la creciente tendencia a cuestionar las bondades de los planes de «reestructura» económica que gana adeptos entre muchos gobiernos de América Latina y sin mucha cosa que ofrecer a cambio.

En efecto, la doctrina política de los EEUU es archiconocida por los latinoamericanos quienes, para colmo de males, también conocemos de sobra sus consecuencias.

No es necesario hurgar en los informes que han comenzado a liberar los funcionarios del Departamento de Estado en el marco de la preparación de la «Cumbre de las Américas».

En marzo de 1994, el Jefe del Estado Mayor Conjunto del Pentágono General John Shalikavili explicó, en el marco de un discurso pronunciado en la Universidad Nacional de Defensa de Washington, lo que él mismo caracterizó como «la doctrina que es núcleo y motivación» de la estrategia estadounidense.

«La democracia y los mercados libres crean prosperidad y satisfacción y éstas llevan a la paz».

El pragmatismo de los dirigentes norteamericanos es proverbial. Cuando se refieren a prosperidad y satisfacción sólo hacen referencia a los intereses nacionales de EEUU.

01-01

9500267



3 - AVE - CIU

- a - Integración de la Universidad al país, a su aparato productivo y al Estado mediante convenios que ayuden a capacitar a los propios estudiantes y a obtener logros concretos.
- b - Combatir el burocratismo en los órganos de cogobierno, la incorrecta formación pedagógica de los docentes y las carencias de investigación en diversas áreas.
- c - Reformar la ley orgánica sin que por ello se alteren los principios esenciales de la misma.

4 - P.U.N.

- a - No aceptar una ASCEEP/FEUU fragmentada, identificada solamente con una parte de la izquierda, por lo tanto minoritaria en el Orden Estudiantil
- b - Proponer una Universidad del país, no alineada con el Movimiento popular ni con el gobierno
- c - Reformar la Ley Orgánica, ya que sino la iniciativa llegará del Parlamento y eso sería perjudicial

B - ORDEN DOCENTE

1 - A.D.U.R.

- a - Autonomía y Cogobierno
- b - Plena Vigencia de la Ley Orgánica de 1958
- c - Por un gremio unido
- d - Alcanzar el nivel de docencia que otrora tuviera la Universidad

2 - Opciones demócratas

- a - Pluralismo y participación universitaria
- b - Contra todo dogmatismo en el cogobierno de la Universidad
- c - Buscar el desarrollo y elevar el nivel de la docencia

C - ORDEN EGRESADOS

1 - Listas marxistas

- a - Autonomía y Cogobierno
- b - Por mayores recursos económicos y autonomía financiera
- c - Apoyar el incremento de la investigación científica y tecnológica en apoyo de la enseñanza y el desarrollo nacional

2 - Listas demócratas

- a - Pluralismo, laicidad y no partidización de la actividad universitaria

Cardoso representará a Brasil en la Cumbre de las Américas

150483

24/10/94

11046

507482

Itamar Franco cede parte de su poder sin haber terminado su mandato

## Cardoso representará a Brasil en la Cumbre de las Américas 20 días antes de asumir

El presidente de Brasil, Itamar Franco, invitó a su sucesor electo Fernando Henrique Cardoso a representar al país en la Cumbre de las Américas, que se realizará en Miami del 9 al 11 de diciembre, anunció el gobierno.

La iniciativa fue planteada por Franco en una conversación telefónica que mantuvo con Cardoso, quien se encuentra en Budapest en el marco de una visita privada, dijo el mandatario saliente en una nota difundida en la noche del domingo.

Según Franco la cumbre será muy cercana a la asunción de Cardoso que será el 1° de enero y no tendría sentido que el mandatario saliente represente a Brasil. Esto implica una clara concesión de Franco que inicialmente se negó siquiera a discutir el tema de ser reemplazado en ninguna de sus funciones antes del 1° de enero.

El anuncio fue un desmentido a informaciones difundidas el sábado de que Franco, quien había expresado malestar la semana pasada por un contacto telefónico entre el



Franco se despide

Considera que es mejor que Cardoso asista a la Cumbre de las Américas para que informe de los planes de su futuro gobierno

presidente estadounidense Bill Clinton y Cardoso, había retirado la invitación para que su sucesor lo acompañara a la cumbre.

Sobre la posibilidad de que am-

bos concurren a la cumbre, Franco dijo que "el asunto quedó para ser resuelto más tarde, después de la evaluación política de ambos".

Franco dijo que corresponde a

Cardoso hablar en nombre de Brasil en la reunión de Miami, dada la proximidad de su asunción, a la que asistirán todos los mandatarios de las Américas con excepción del cubano Fidel Castro.

Durante una exposición de automóviles en San Pablo, Franco respondió con irritación al ser consultado por periodistas sobre la llamada de Clinton a Cardoso invitándolo aparentemente a concurrir a la cumbre de Miami.

"La transición tiene que ser hecha aquí, Brasil tiene gobierno", dijo Franco en la oportunidad.

Pero en su nota del domingo buscó alejar cualquier indicio de fricción con Cardoso, su ministro de Hacienda hasta marzo y con quien mantiene una relación de amistad.

Indicó que sus declaraciones fueron en el sentido de que la transición del poder es un asunto de estricta soberanía de Brasil y debe hacerse entre "el presidente que finaliza su mandato y el presidente que asume".

"Cabe al presidente que termina su misión posibilitar al presidente electo todas las informaciones pertinentes".

"En nuestro caso, dadas las relaciones personales y políticas entre el actual jefe de Estado y su sucesor, esas informaciones vienen siendo naturalmente excelentes, sin necesidad de formalidades protocolares", dijo Franco.

### Podrían ir ambos

En una llamada telefónica que el presidente estadounidense le hizo el martes pasado a Cardoso, quien se encontraba en Moscú, Clinton aseguró que su gobierno estaba negociando con Itamaraty, sede de la Cancillería brasileña, la posible participación de los dos presidentes, el actual y el electo. ■ (De la redacción de El Observador en base a fuentes de EFE y Reuter)

01-01

9500862

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO I (INT)

201200JUN89

MEMORANDUM

ASUNTO: ELECCIONES UNIVERSITARIAS

TEXTO : I - INTRODUCCION

El 15 de Junio se realizaron las elecciones universitarias en las que se eligieron los integrantes de la Asamblea General del Claustro (3 docentes; 2 egresados y 2 estudiantes por cada Facultad), las Asambleas del Claustro de cada Facultad (15 docentes; 10 egresados y 10 estudiantes) y los Consejos de cada Facultad (5 docentes; 3 estudiantes y 3 egresados), lo que significa un total de 583 cargos.

A su vez, en lo que constituye una elección a 2do. grado, los Claustros de Facultad eligen a los Decanos. La Asamblea General del Claustro elige a los 3 representantes de cada Orden y al Rector, que junto con los Decanos integran el Consejo Directivo Central que constituye el máximo órgano jerárquico de la Universidad.

Los mandatos de los claustros son de 2 años en tanto que los Consejos tienen 4 años de duración. El Rector y los Decanos también ejercen sus funciones durante 4 años.

El voto tuvo carácter de obligatorio, estando habilitados para sufragar los estudiantes que rindieron examen en los dos últimos años (59.380), los egresados que figuran en el Registro de Títulos (40.411) y los docentes con un año de antigüedad (4.116).

II - PARTICIPANTES

A - ORDEN ESTUDIANTEL

En este Orden participaron 4 grandes grupos, que se alinearon según las corrientes de los Partidos Políticos, a pesar de que se manifiesten como agrupaciones gremiales no políticas.

Estos grupos son:

- 1 - ASCEEP/FEUU: (Lista gremial) Frente Amplio
- 2 - Corriente Gremial universitaria (CGU): Partido Nacional
- 3 - Avanzar Estudiantil (AVE) y Corriente Independiente Universitaria (CBI): Batllismo
- 4 - Por una Universidad Nueva (PUN): PGP-PDC

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIONES

Problemas de EE.UU. amenazan éxito de C. de las A.  
150025  
31/10/94  
11046  
65890

## Los problemas de EE.UU. amenazan el éxito de la Cumbre de las Américas

POR TIM CARRINGTON  
Redactor de THE WALL STREET JOURNAL  
WASHINGTON — Las esperanzas puestas en la Cumbre de las Américas se desvanecen.

La reunión que congregará a los jefes de Estado y gobierno del continente dentro de cinco semanas en Miami, se planificó a raíz de la victoria del gobierno de Bill Clinton tras lograr la aprobación del Tratado de Libre Comercio el año pasado. Pero ahora, la cumbre se celebrará en medio de la controvertida temporada política de 1994 en EE.UU. El gobierno estadounidense sufre a causa de una serie de reveses en materia de comercio: el Congreso se empantanó cuando llegó la hora de ratificar el acuerdo de comercio mundial derivado del Acuerdo General de

### PERSPECTIVAS

Aranceles y Comercio (GATT) y es posible que vacile todavía más después de las elecciones; la autoridad para las negociaciones por la llamada vía rápida, crítica para acuerdos comerciales futuros, está sin decidir y pueden escucharse llamados al proteccionismo de parte de aislacionistas de ambos partidos, así como el movimiento de Ross Perot.

Si a esto se agregan las preocupaciones de las crisis en Haití e Irak, el resultado es que "lo mejor que se puede decir es que emerge un sentido de perspectivas poco positivas", expresa Peter Hakim, presidente de la organización Diálogo Interamericano, con sede en Washington.

### Agenda tortuosa

Al fijar los objetivos del libre comercio en las Américas —y programar la cumbre para alentar esas metas— el gobierno propuso inicialmente una tortuosa agenda que cubría desde el narcotráfico hasta cuestiones del ambiente. Las iniciativas a favor de la apertura del comercio se dejaron en términos vagos y prácticamente enterradas bajo otros temas.

Muchos líderes latinoamericanos y caribeños se quedaron perplejos. Washington, expresa Ro-

**UN FRACASO sería un mal negocio y una oportunidad perdida. Un acuerdo comercial continental aumentaría las importaciones de los países latinoamericanos en unos US\$170.000 millones.**

bin Rosenberg, del Centro Norte-Sur de la Universidad de Miami, no ha formulado una agenda realmente coherente y no ha podido responder al interés principal de los países latinoamericanos y caribeños: la apertura comercial y acceso al mercado estadounidense.

Un fracaso de la cumbre no sería sólo una oportunidad perdida para el hemisferio sur. El Instituto Internacional de Economía calcula que el comercio adicional que generen nuevas políticas de apertura comercial llevaría a un incremento de US\$170.000 millones en las importaciones de países latinoamericanos y un aumento de US\$130.000 millones en las exportaciones para finales de este decenio. Dado el apetito latinoamericano por los bienes provenientes de EE.UU., un alza de esa categoría en materia de importaciones claramente beneficiaría a las compañías estadounidenses.

### Apoyó a la democracia

En términos más amplios, un acuerdo de libre comercio —o por lo menos un plan claro para llegar a un pacto de este tipo— sería un apoyo a las reformas democráticas y económicas. "Es una oportunidad enorme para asegurar los desarrollos políticos favorables en hemisferio y adelantar nuestra integración económica", dice Julius Katz, que negoció el TLC a nombre del gobierno del ex presidente George Bush. "Existe la esperanza de que el gobierno de Clinton tome medidas valientes".

Pero la falta de rumbo es peligrosa. Venezuela retrocede y otros países de la región, incluido México, necesitan mayor estabilidad política y social. Toda la región muestra un preocupante vacío entre los ricos y los pobres donde muchos se benefician muy poco de las reformas que EE.UU. aplaude.

El caos social no es el único peligro. Otro es que EE.UU. reniegue del liderazgo regional y deje a las economías latinoamericanas que han logrado el éxito la tarea de llegar a acuerdos comerciales con países de Europa y Asia. Además, los países latinoamericanos fortalecerían acuerdos comerciales alternativos, como el Mercosur.

### Demasiados acuerdos

A medida que los subgrupos regionales reduzcan las barreras comerciales y no creen otras, parecen ser constructivos. Pero en momentos que los acuerdos comerciales se multiplican entra a jugar un factor de confusión. Richard Bernal, embajador de Jamaica ante Estados Unidos y su representante permanente ante la Organización de los Estados Americanos (OEA), advierte: "La proliferación de acuerdos complica la situación porque los exportadores e importadores nunca están seguros de en qué régimen operan". Y agrega: "Se necesita una simplificación, que provendría de un área hemisférica de libre comercio".

La cumbre debería alentar ese objetivo. Pero una sencilla reafirmación del apoyo de Washington al libre comercio en las Américas

no llevará las cosas más allá de las declaraciones anteriores de los presidentes Bush y Clinton. Lo que se necesita son pasos para recuperar el impulso. Ya hay algunas señales prometedoras. Las sesiones de planificación con líderes regionales se aceleran, y después de varios fracasos en la redacción de la agenda, funcionarios de la Casa Blanca dicen que los temas económicos y comerciales son nuevamente los "puntos centrales" de la cumbre.

Pero no está claro si las sesiones en materia económica irán más allá de la charla vaga sobre la integración, más unos cuantos cambios técnicos como armonizar los procedimientos de inversión. Estados Unidos sencillamente no está seguro de cómo de sea proceder.

### Reunión de reuniones

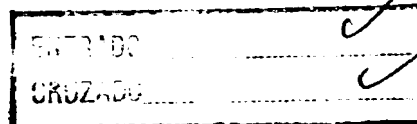
Uno de los temas es si alentar el libre comercio hemisférico mediante una ampliación del TLC o mediante la firma de nuevos acuerdos. Cualquier dirección que se decida, la Casa Blanca no desea ofrecer iniciativas atrevidas en Miami para que después el Congreso las hunda.

Ante tales dificultades, resulta tentador sacrificar la visión por el proceso y dejar que la cumbre de Miami sea poco más que una reunión para programar nuevos encuentros. Eso sería un error.

A diferencia de las cumbres del G-7 y el nuevo foro de Cooperación Económica del Pacífico Asiático, la cumbre de las Américas no es una reunión anual.

Un compromiso más específico para liberalizar el comercio es crítico, al igual que un plan para trazar el camino y una fecha de llegada (en términos realistas sería el próximo decenio).

En este sentido, Estados Unidos podría seguir el ejemplo de los europeos, que crearon un mercado único libre de barreras comerciales a finales de 1992, pero primero abrazaron la visión y luego se dedicaron a resolver los numerosos obstáculos técnicos y políticos. El presidente debe encontrar un valor comparable.



01-01

9500863

1 - La ASCEEP/FEUU está integrada por los sectores marxistas del estudiantado y presentó listas en todas las Facultades con el lema: "Por todo lo que nos une". En Ingeniería los estudiantes socialistas (JSU) presentaron lista por separado de la lista "gremial".

2 - La C.G.U. presentó listas en todas las Facultades con excepción de Odontología en donde conformó una "coalición" no marxista con otros grupos estudiantiles, denominada "Por una Universidad Popular y Participativa"

3 - El AVE-CIU presentó listas como tal en Derecho, apoyando listas coloradas en Agronomía (Pro-Agro); Ciencias Económicas (Pluralismo Universitario Estudiantil y Acción Universitaria) y Medicina (AVE, Corriente Pluralista, Universitaria y Cambio) mientras que en las restantes Facultades apoyó a la C.G.U.

4 - El P.U.N. presentó listas en todas las Facultades con excepción de Ingeniería, Química y Odontología. En esta última conformó la coalición con la CGU y colorados.

#### B - ORDEN DOCENTE

En este Orden participaron:

1 - "Asociación de Docentes de la Universidad de la República" (ADUR) denominada lista gremial, dirigida en general por marxistas. Presentó lista en todas las Facultades y constituyó la única lista en las Facultades de Agronomía, Arquitectura, Humanidades, Odontología, Psicología y Química.

2 - "Docentes Independientes" (Ciencias Económicas), ADUR-FDUU y "Participación Universitaria" (Derecho), "Por un Orden docente laico e independiente" (Ingeniería), UNID, Propuesta y Pluralismo y Responsabilidad (Medicina) y Autonomía, Pluralismo y Transformación (Veterinaria), los cuales llevaron como candidatos a docentes no frentistas de las respectivas Facultades.

#### C - ORDEN EGRESADOS

1 - Los profesionales marxistas estuvieron representados en todas las Facultades con excepción de Agronomía siendo sus listas las siguientes: "Autonomía y Cogobierno" (Arquitectura y Medicina), "Por el Derecho y la Autonomía Universitaria" (Derecho), "Por una Universidad democrática, participativa y solidaria" (Ciencias Económicas), Colegio de Licenciados (lista única en Humanidades), "Por la plena vigencia de la ley orgánica" (Ingeniería), "Asociación Odontológica del Uruguay" (lista única en Odontología), "Coordinadora de Psicólogos del Uruguay" (lista única en Psicología), "Asociación de Ing. Químicos" y "Asociación de Química y Farmacia" (Química), "Sociedad de Medicina Veterinaria" (Veterinaria) y FEMI 14 de Mayo (Medicina)

Nº. DOCUMENTO

TITULO ONU celebra 13/10/84 Día Int. x la Erradicación de la Pobreza.

PROCEDENCIA Res. Pres. 150090

FECHA DE F. O. E. 18-10-84

VINCULACION 501889

1107P.

## Día Mundial Erradicación de Pobreza

EX. 13/10

GINEBRA, 16 oct (EFE).- La ONU celebrará mañana, lunes, el Día Internacional para la Erradicación de la Pobreza, cuyo objetivo es recordar a la comunidad internacional que existen 1.500 millones de personas en el mundo que viven en la miseria.

En un comunicado difundido con motivo de la celebración de este día, la ONU llama la atención sobre el artículo 45 de la Carta de Naciones Unidas que tiene como objetivo implícito la reducción y eliminación de la pobreza en el mundo.

La ONU también destaca que este objetivo será uno de los principales asuntos a los que deberá hacer frente la Conferencia sobre Desarrollo Social, que se celebrará en 1985 en Copenhague.

La nota asegura que a pesar de la mejora en las condiciones de vida en todo el mundo, la pobreza y la desigualdad permanecen y parece que están empeorando.

La ONU también ha hecho público un informe, preparatorio de la Conferencia de Copenhague, en el que se recogen los datos facilitados por el Banco Mundial, que calcula que 1.100 millones de personas, de las que el 70 por ciento son mujeres, viven en estado de absoluta pobreza.

La cifra de los que no tienen acceso a agua potable y sanidad asciende a 1.500 millones y la de los que están hambrientos cuando llega la noche es de 550 millones.

La gran mayoría de estas personas vive en África y Asia, concretamente en las naciones subsaharianas y el sur del continente asiático.

Pero la ONU recuerda también que existen grandes núcleos de pobreza en las zonas rurales y grandes urbes de los países desarrollados.

En Estados Unidos y Europa occidental casi un

15 por ciento de la población vive por debajo de la línea de pobreza.

La ONU advierte que la tendencia es que estas cifras aumenten y esto "no sólo por incapacidades individuales sino también por las estructuras y procesos que determinan la distribución de ingresos".

Entre estas estructuras y procesos, la ONU destaca la distribución de los salarios, el impacto de los impuestos y otras rentas públicas en los diferentes niveles de ingresos, la distribución de la tierra, el acceso a la propiedad privada y el control de las fuentes productivas, y las estructuras del mercado.

Las medidas generales para la erradicación de la pobreza propuestas por la ONU son la solidaridad entre naciones, el fin de las discriminaciones y el racismo, el poner al ser humano como centro de preocupación para un verdadero desarrollo sostenido, y la creación de puestos de trabajo.

Naciones Unidas

Jane 18/10

### LA POBREZA PLAGA UNIVERSAL

El secretario general de la ONU, Butros Gali, afirmó ayer que, pese a los esfuerzos de la organización, la extrema pobreza constituye actualmente una plaga universal que afecta a todos los continentes y todos los países.

En un acto con motivo del Día Internacional para la Erradicación de la Pobreza, que se efectuó en la ONU, Gali destacó que centenares de millones de hombres, mujeres y niños, no sólo en los países en vías de desarrollo, sino también en los industrializados se enfrentan a una realidad que amenaza la existencia y la dignidad humana.

Gali señaló que el próximo marzo se celebrará en Copenhague la Cumbre Mundial para el Desarrollo Social, entre cuyos propósitos estará la formulación de medidas para reducir la pobreza, incrementar el empleo productivo y propiciar la integración social.

01-01

9500864

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROYECTO

FECHA DE P

VINCULACIONES

2do Encuentro de la Vida de los Niños de América Latina y el Caribe en Uruguay

150086

18/10/94

11078

50746p

## Expertos del continente analizan la legislación en defensa del niño

### • Encuentro se inicia hoy en la Cancillería

Desde mañana, miércoles 19, y hasta el viernes 21, tendrá lugar en el Instituto Artigas del Servicio Exterior, en la sede de la Cancillería, el Segundo Encuentro Por la Vida de los Niños de América Latina y el Caribe, organizado por el Ministerio de Relaciones Exteriores y la Comisión Permanente que integran personalidades de Argentina, Brasil, Colombia, Chile, México, Paraguay, Perú y Uruguay, con el auspicio de la Organización de Estados Americanos (OEA).

La reunión será inaugurada por el Ministro de Relaciones Exteriores, Dr. Sergio Abreu.

El encuentro, convocado como seguimiento de la primera reunión celebrada en Buenos Aires en 1993, procurará realizar una contribución a los Estados para la adecuación de las legislaciones nacionales a la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño, reforzar el papel del Instituto Interamericano del Niño, organismo especializado de la OEA, y establecer Bancos de Datos Genéricos.

La reunión tendrá un eje de acción de nivel diplomático, donde partirán las dele-

gaciones acreditadas oficialmente por los países intervinientes y también en forma paralela e independiente congregará a un selecto grupo de académicos e intelectuales latinoamericanos que expondrán y discutirán sobre los distintos temas de la agenda. La delegación oficial uruguaya será encabezada por el Presidente del Instituto Nacional del Menor, Lic. Juan Pablo Robaina, actuando como alterno el Ministro del Servicio Exterior Carlos Orlando, Director de Organismos Internacionales de la Cancillería, quien asimismo tiene a su cargo la coordinación del evento.

Entre los invitados figura

el gran escritor paraguayo Augusto Roa Bastos, autor de "Yo y el Supremo", publicado hace 20 años, que es considerada la obra capital de una notable producción que también integran "El Ruiseñor de la Aurora", "El Naranjal Ardiente", "El Trueno entre las Hojas" e "Hijo de Hombre".

También ha sido invitado el filósofo mexicano Leopoldo Zea, ganador, entre otras importantes distinciones en su proficua carrera, del Premio Interamericano de Cultura "Gabriela Mistral", que otorga anualmente la OEA a las más destacadas figuras de las letras de las Américas y distinguido por

varias Universidades del mundo por su rica trayectoria en el campo de la filosofía y las letras.

Asimismo, participará una nutrida delegación argentina, que integran, entre otros, el jurista Oscar Fappiano, Presidente de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA, el afamado cirujano cardiovascular René Favalaro, quien tiene también una destacada participación en la vía política de su país en el campo de los Derechos Humanos, la abogada Alicia Pierini, especializada en Derechos Humanos y Derecho Penal, miembro de la Comisión Permanente del Encuentro, el humanista y experto en temas de niñez Gustavo Mariani, la psicóloga Eva Giberti y la criminóloga especializada en niñez, Mirta Liliana Guarino.

Ha anunciado su concurrencia y participación como expositor el Ministro de Trabajo y Bienestar Social de Panamá, Dr. Mitchell Doens. Integrando la delegación brasileña llegará el antropólogo e historiador Mercio Gómez,



Los niños saben disfrutar, aunque muchos sufran condiciones alarmantes de vida

Subsecretario de Cultura y Programas Especiales del Estado de Río de Janeiro. También se hará presente la ex Diputada colombiana por el departamento de Santander y Concejal por el Municipio de Concepción, Esperanza Delgado Suárez, activista en Derechos Humanos, con énfasis en temas de mujer y niñez. Asimismo, ha sido invitado el jurista chileno y Consultor del Unicef, Dr. Miguel Sillero. También participará como expositora la filósofa e historiadora mexicana María Elena Rodríguez Ozan, quien dirige el Departamento de Relaciones Internacionales de la Universidad Autónoma.

Entre los expositores destaca también el historiador uruguayo Alberto Methol Ferré, integrante de la Comisión Permanente del En-

cuentro por la Vida de los Niños de América Latina y el Caribe. Methol es considerado como uno de los grandes inspiradores del fenómeno de apertura y reflexión de la historiografía uruguaya. Autor de "La crisis del Uruguay y el Imperio Británico", es actualmente Asesor Técnico de la Cancillería Uruguaya y mantiene estrecha vinculación con el Vaticano, del cual es Consultor, habiendo sido promotor, junto con teólogos chilenos y argentinos, de la corriente teológica que culminó en la Tercera Conferencia del Episcopado Latinoamericano de Puebla. Integra también la nómina de expositores el abogado uruguayo Marcelo Cantón Pombo, Asesor en Derecho Humanitario del Ministerio de Relaciones Exteriores.

01-03

9500865



#### V - COMPARACION CON LAS ULTIMAS ELECCIONES

Al hacer la comparación con el último acto eleccionario debemos tener en cuenta que en esta oportunidad se incorporó a la Universidad el Instituto de Psicología por lo que aumentó el número de cargos en disputa.

En el orden estudiantil la ASCEEP-FEUU, a pesar de las escisiones sufridas, aumentó el número de cargos obtenidos pasando de 11 a 14 en la Asamblea General del Claustro, de 54 a 63 en las Asambleas de los Claustros de Facultad y de 17 a 21 en los Consejos de Facultad.

La CGU mantuvo sus 8 cargos en la Asamblea General del Claustro así como sus 12 cargos en los Consejos de Facultad, aumentando de 33 a 41 cargos en las Asambleas de los Claustros de Facultad.

Por su parte AVE-CIU perdió posiciones, bajando de 10 cargos en las Asambleas de los Claustros de la Facultad a tan solo 3.

El PUN representó una opción nueva ya que anteriormente había votado dentro de la FEUU formando parte de la lista 98.

En los órdenes docente y egresados se ha mantenido la superioridad de las listas gremiales, alcanzando respectivamente, en términos globales, el 80% y el 60% de los cargos en disputa.

#### VI - CONCLUSIONES

En estas elecciones universitarias se pudo apreciar un mayor número de opciones electorales que en oportunidades anteriores, principalmente en el orden estudiantil, las que en general acompañaron las propuestas existentes en el panorama político nacional.

En el orden estudiantil la ASCEEP-FEUU, a pesar de haber sufrido la separación de algunos sectores, triunfó en 8 facultades y obtuvo la mayoría de los cargos en el cogobierno de la Universidad. Se deduce, por lo tanto que mantendrá su papel directriz en el movimiento estudiantil aunque en forma más limitada ya que en términos numéricos obtuvo menos de la mitad de los votos (48%).

Por su parte la CGU, triunfante en 3 facultades, se erige en la principal corriente de oposición a la gremial universitaria.

En el orden docente se registró una significativa superioridad gremial, mientras que en el orden de egresados también se impusieron las listas gremiales.

La consecuencia de estos resultados será que no habrá mayores variantes en el cogobierno de la Universidad, manteniéndose en sus Asambleas y Consejos una mayoría marxista.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROYECTO

FECHA DE PUBLICACIÓN

VINCULACIÓN

150015  
20/10/94  
11048

## Los niños de América Latina y el Caribe: foco de preocupación

Decenas de informes internacionales confirman el peligro que acecha a los niños en nuestro continente. Nadie duda ya que hay niños durmiendo en las calles, niños que mueren por malnutrición, niños que se ven obligados a trabajar, niños que no reciben formación educativa alguna. Para cambiar el rumbo de esta realidad y para descubrir dónde ha quedado el legado de los Derechos Humanos, es que se está organizando un encuentro que busca nada más y nada menos que por nuestros niños.

Comenzó ayer, en Montevideo, el "Segundo Encuentro por la Vida de los Niños de América Latina y el Caribe", el que se extenderá hasta mañana.

El encuentro tiene lugar en el Anfiteatro del Instituto Artigas del Ministerio de Relaciones Exteriores y fue inaugurado en la víspera por el Ministro de esta Cartera, Dr. Sergio Abreu.

Entre sus asistentes se cuenta con delegaciones diplomáticas e intelectuales de los 34 países que integran la Organización de los Estados Americanos (OEA), delegados de organizaciones internacionales, invitados especiales y organizaciones no gubernamentales.

Niños de la calle, pobreza extrema, explotación y violencia, víctimas de sucesivas guerras, despojo de identidad. Estos temas configuran un panorama no muy alentador de nuestra sociedad mundial y son, por lo tanto, algunos de los temas que orientan la creación de un Foro permanente de análisis. En tal sentido, se procura despertar la conciencia de América Latina y el Caribe, reforzando la acción de los organismos internacionales especializados, tales como el Instituto Interamericano del Niño, para el cumplimiento de las disposiciones de la Convención Internacional de los Derechos del Niño.

02

9500865

FACULTAD	LISTAS	%	AGC	AC	CF
Medicina	A.yC.(Gremial)	30,5%	1	3	1
	14/5 (Gremial)	1,6%	-	-	-
	Propuesta	16,6%	-	2	-
	U.N.I.D.	40,1%	1	4	2
	P. Y R.	11,2%	-	1	-
Odontología	As.Od.(Gremial)	100%	2	10	3
Psicología	Coord.Ps.(Gremial)	100%	2	10	3
Química	Int.(Gremial)	81,9%	2	8	3
	As.I.Q.(Gremial)	18,1%	-	2	-
Veterinaria	Soc.Med.Vet. (Gremial)	53,0%	1	5	2
	P.P.C.	47,0%	1	5	1

De acuerdo a estos resultados los cargos obtenidos en los distintos órganos fueron los siguientes:

LISTAS	AGC	AC	CF
Gremiales	14	66	20
UNID	4	18	7
P.P.A. (Agr.)	1	4	1
P.yR. (Agr.)	1	3	1
N.U. (Agr.)	-	1	-
P.P.(C.E.)	1	5	2
P.U. (C.E.)	-	2	-
Int.Univ.(Ing.)	-	2	1
Ing.Quím. (Ing)	-	1	-
Propuesta (Med.)	-	2	-
P. y R. (Med)	-	1	-
P.P.C. (Vet)	1	5	1
TOTALES	22	110	33

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	
PROCEDENCIA	1500/5
FECHA DE P. C. L. I. I.	22/10/94
VINCULACIONES	11078

# Gobiernos latinoamericanos asumieron un compromiso de protección al niño

## ● La Declaración de Montevideo reafirma derechos

La protección y desarrollo del niño en todas las facetas de su vida es el compromiso general y particular adoptado por gobiernos y en el Encuentro por la Vida de los niños de América Latina y el Caribe que acaba de concluir aquí en nuestro país.

La llamada declaración de Montevideo convoca a "realizar los máximos esfuerzos para brindar soluciones a problemas como los de los niños de la calle, la prostitución y pornografía infantil, la explotación y tráfico de niños y los niños afectados por conflictos armados".

El documento fue emitido a modo de recomendación a los Gobiernos de los Estados Miembros de la Organización de Estados Americanos (OEA), para que otorguen máxima prioridad al mejoramiento de las condiciones de vida de los niños de la región. El Encuentro, organizado por el Ministerio de Relaciones Exteriores y la Comisión Permanente tuvo el auspicio de la OEA y fue clausurado ayer.

La Declaración contiene exhortaciones como la que se refiere a "la oportuna aplicación de Programas de Desarrollo Integral de Niños y Jóvenes, de manera de alcanzar la próxima década en condiciones significativamente superiores de salud, nutrición, saneamiento ambiental, educación, recreación y participación, poniendo especial énfasis en el mejoramiento de las condiciones de vida de niños y jóvenes en circunstancias especialmente difíciles".

Otra exhortación está dirigida a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y tiene que ver con la realización de estudios para encontrar mecanismos que propongan a los gobiernos soluciones jurídicas y políticas para el fiel cumplimiento de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño.

Los Estados firmantes coinciden en recomendar que se refuercen los mecanismos existentes a nivel regional y subregional y que se fortalezca "la función del Instituto Interamericano del Niño, dotándolo de los recursos necesarios como instrumento de coordinación y estudio de las iniciativas regionales sobre la temática de la infancia".

Este Segundo Encuentro consideró esencial la reafirmación de los compromisos adquiridos por los Estados en la Declaración Interamericana de los Derechos de la Familia de 1984, en la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño de 1989, en la Cumbre Mundial de 1990, en el Compromiso de Nariño de 1994 y en la Declaración de Tlatelolco de 1992.

La declaración tuvo en cuenta la Declaración Mundial sobre la supervivencia, la Protección y el Desarrollo del Niño y el Plan de Acción de la Cumbre Mundial en favor de la Infancia aprobados por la ONU en Nueva York en 1990, así como resoluciones de la Asamblea General de la OEA en Bahamas de 1992 y del 17º Congreso Panamericano del Niño de 1993, celebrado en Costa Rica. Otros documentos de encuentros y congresos celebrados en distintos países se tuvieron en cuenta

a la hora de elaborar el documento final.

En el evento participaron personalidades invitadas tales como el filósofo mexicano Leopoldo Zea, el jurista argentino Oscar Fappiano, quien también preside la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA, el cirujano cardiovascular argentino René Favalaro, la ex Diputada colombiana Esperanza Delgado Suárez, el jurista chileno y consultor de UNICEF, Dr. Miguel Cillero y el historiador uruguayo Alberto Methol Ferré.



Haciendo el análisis de la integración de la Asamblea General del Claustro y de las Asambleas de los Claustros de Facultad, puede deducirse que el Rector y los Decanos elegidos por las mismas responderán a la izquierda marxista, con excepción de Derecho y Veterinaria.

VII - ANEXO Nº 1: TRES PRIMEROS CANDIDATOS DE CADA UNA DE LAS LISTAS.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PREMIOS

FECHA

VINCULACION

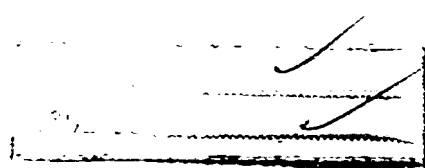
24 y 25/oct. en Tegucigalpa celebración Pts de A. Central. Conf.  
de Paz y Desarrollo.

150090  
21/10/94  
11046  
66/53

Centroamérica Jm

## **CUMBRE PRESIDENCIAL**

Los presidentes de América Central, que los próximos 24 y 25 de octubre celebrarán en Tegucigalpa la Conferencia Internacional de Paz y Desarrollo en la región, pondrán énfasis en combatir la violencia y la corrupción. Una fuente diplomática hondureña indicó hoy a EFE que en la cita no sólo se tratará del desarrollo humano sostenible, sino también de la importancia que tiene para las naciones del istmo el combate de la corrupción pública y la violencia. «De nada nos serviría cualquier ayuda internacional si no es bien administrada, o si los recursos no llegan a los sectores que lo necesitan, sino que van a parar al bolsillo de funcionarios», señaló el informante.



01-04

9500866

LISTAS	AGC	AC	CF
ADUR	26	132	45
Doc Ind (C.E.)	1	4	1
ADUR - FDUU(Der.)	2	8	3
Part.Univ. (Der.)	-	2	-
UNID (Med.)	-	2	1
P y R (Med)	1	3	1
Propuesta (Med)	-	2	-
A.P.T. (Vet)	2	8	3
P.O.D.L.I. (Ing)	1	4	1
TOTALES	33	165	55

C - ORDEN EGRESADOS

La votación registrada por cada una de las listas y los cargos obtenidos para el cogobierno de la Universidad son los siguientes:

FACULTAD	LISTAS	%	AGC	AC	CF
Agronomía	P.P.A.	38,1%	1	4	1
	P. y R.	26,9%	1	3	1
	N.U.	15,8%	-	1	-
	UNID	19,2%	-	2	1
Arquitectura	A.y C.(Gremial)	61,3%	1	6	2
	UNID	38,7%	1	4	1
Ciencias Económicas	PUDPS(Gremial)	25,8%	1	3	1
	P.P.	45,5%	1	5	2
	P.U.	18,8%	-	2	-
Derecho	P.D.A.U.(Gremial)	48,4%	1	5	1
	U.N.I.D.	51,6%	1	5	2
Humanidades	Col.Lic.(Gremial)	100%	2	10	3
Ingeniería	PPVLO (Gremial)	36,0%	1	4	1
	UNID	25,0%	1	3	1
	Int.Univ.	24,7%	-	2	1
	Ing.Quim.	14,3%	-	1	-



# CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE PAZ Y DESARROLLO EN COSTA RICA

*El Presidente de Honduras, Carlos Roberto Reina, inauguró ayer la Conferencia Internacional de Paz y Desarrollo en Centroamérica solidificando la ayuda externa para "completar el tránsito de la confrontación a la concertación" en el área.*

**L**a reunión comenzó a las 11:50 hora local (17:50 GMT), con casi una hora de retraso, debido a que los ministros de Relaciones Exteriores afinaban la agenda y la declaración final que será aprobada por los jefes de gobierno de la región el martes.

A la conferencia asisten más de un centenar de delegados de 37 países y unos 70 organismos de financiamiento y cooperación, tanto regionales como extrarregionales.

La cita la encabezan los presidentes Ramiro de León Carpio (Guatemala), Armando Calderón Sol (El Salvador), Violeta Chamorro (Nicaragua), Ernesto Pérez Balladares (Panamá), el primer ministro de Belice, Manuel Esquivel, y la vicepresidenta de Costa Rica, Rebeca Griespan.

Los gobernantes, con la inesperada ausencia del presidente costarricense, José María Figueres, hicieron su ingreso al salón, adornado con símbolos de la cultura maya, mientras en el ambiente se escuchaban cantos gregorianos.

En círculos diplomáticos y políticos se lamentó que no estuviera presente Figueres debido a que la región buscaba proyectar una imagen sin fisuras ante los delegados de la comunidad internacional.

"No se en realidad la razón de su ausencia", dijo el gobernante salvadoreño, Armando Calderón Sol, luego de enterarse que su colega no estaba presente.

El ministro costarricense de Relaciones Exteriores, Fernando Naranjo, excusó a Figueres señalando que se incorporará hoy martes a la cumbre luego de cumplir compromisos oficiales en su país.

Al margen de ese punto, el presidente Reina enfatizó a los delegados internacionales y representantes de la "sociedad civil" centroamericana que la conferencia es "histórica" y que en ella la región busca mostrar un rostro de paz diferente a la violencia de los tiempos de la "guerra fría".

El gobernante, hablando a nombre de sus colegas, señaló que la actual prioridad del istmo es "la construcción de una paz que sea consensuada" y en la que imperen "la democracia y el respeto a los derechos humanos".

Reina, de tendencia liberal, no habló de cifras de cooperación en su discurso, sino que pidió "la democratización de los mercados y las oportunidades mundiales para que Centroamérica tenga acceso a ellas".

"Demandamos justicia en la movilidad global de la economía; justicia en el acceso de nuestras exportaciones a los mercados y justicia en el respeto al medio ambiente", subrayó el anfitrión de la conferencia.

Sus criterios coincidieron con los expuestos también en la inauguración por Jorge Arturo Reina, hermano del gobernante y coordinador general de la conferencia, quien destacó que la cita confirma que en Centroamérica "la agenda de la guerra fue sustituida por una de paz y desarrollo".

Reina dijo que esta conferencia se distingue de las cumbres regionales anteriores porque instaura "el diálogo de los gobiernos con la sociedad civil, y de ambos con la comunidad internacional".

En la reunión de dos días están previstas conferencias de cada uno de los gobernantes y la presentación de una propuesta común a la comunidad internacional.

Ese documento, resume y fija plazos para el cumplimiento de los principales acuerdos de tipo social, económicos, integracionistas y ecológicos de las dos últimas cumbres, celebradas en Guácimo (Costa Rica) en agosto, y Masaya (Nicaragua) en octubre.

Las delegaciones gubernamentales no presentarán proyectos particulares a los participantes, pero si hay algunos organismos regionales que aprovecharán el foro para exponer algunas de sus propuestas específicas.

El único aspecto fuera de programa en la conferencia fue una manifestación de un comité de mujeres hondureñas que demandó que los gobernantes "adopten una posición firme, digna y soberana frente a la deuda externa".

La manifestación transcurrió de manera pacífica pese a que los organizadores de la conferencia aclararon que el tema de la deuda externa no formaba parte de la agenda oficial.

Por su parte el rector de la Universidad para la Paz, con sede en Costa Rica sostuvo que la pobreza, la concentración de la riqueza y los gastos innecesarios en militarismo

vuelven "frágil" la paz de Centroamérica.

El rector de la Universidad de la Paz propondrá en la conferencia la aprobación de un Programa Centroamericano de Cultura de Paz y Democracia, a ejecutar en los siete países de la región como un intento de "consolidar la democracia".

Barahona sostiene que la búsqueda del desarrollo debe completarse "con un equilibrio en lo económico, político y cultural".

"La paz debe construirse sobre una gobernabilidad que tenga como base la justicia social y el respeto a los derechos humanos en el sentido general puesto que no hay mejor caldo de cultivo para la guerra que la pobreza", indicó.

9500866

LISTAS	AGC	AC	CF
P.U.E.		1	
TOTALES	22	110	33

#### B - ORDEN DOCENTE

La votación registrada por cada una de las listas docentes y los cargos obtenidos para el cogobierno de la Universidad son los siguientes:

FACULTAD	LISTAS	%	AGC	AC	CF
Agronomía	A.D.U.R.	100%	3	15	5
Arquitectura	A.D.U.R.	100%	3	15	5
C.Económicas	A.D.U.R.	73,7%	2	11	4
	Doc. Ind.	26,3%	1	4	1
Derecho	ADUR(AUT)	30,9%	1	5	2
	ADUR FDUU	55,5%	2	8	3
	Part.Univ.	13,6%	-	2	-
Humanidades	A.D.U.R.	100%	3	15	5
Ingeniería	A.D.U.R.	72,8%	2	11	4
	P.O.D.L.I.	27,2%	1	4	1
Medicina	ADUR	48,6%	2	8	3
	UNID	15,7%	-	2	1
	P. y R.	20,8%	1	3	1
	Propuesta	14,9%	-	2	-
Odontología	A.D.U.R.	100%	3	15	5
Psicología	A.D.U.R.	100%	3	15	5
Química	A.D.U.R.	100%	3	15	5
Veterinaria	A.D.U.R.	45,0%	1	7	2
	A.P.T.	55,0%	2	8	3

De acuerdo a estos resultados los cargos obtenidos en los distintos órganos fueron los siguientes:

Consolidar la paz tiene un costo de 10.000 millones de dólares que no tienen los países del área centromericana, dijo el canciller hondureño

## LA REGION ES ESTABLE EXPRESARON LOS PRESIDENTES EN HONDURAS

*La Conferencia de Paz y Desarrollo en Centroamérica concluyó en Tegucigalpa con la firma de una declaración de los presidentes del istmo, que, olvidada la etapa de la guerra, hacen hincapié en las necesidades que exige la paz*

**L**os gobernantes de los países centroamericanos coincidieron en señalar, en sus diferentes intervenciones, que los turbulentos años 80 quedaron atrás y que se busca consolidar los incipientes logros democráticos de los años 90.

«La región es mucho más estable ahora que en años pasados», comentó el secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), César Gaviria, quien agregó que «los centroamericanos formularon en esta conferencia su agenda para el futuro».

Un criterio similar expresó otro testigo de excepción en el conflicto centroamericano, el ex canciller colombiano Augusto Ramírez Ocampo, quien asistió a la conferencia como enviado especial de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO).

Ramírez Ocampo fue titular de Relaciones Exteriores de su país entre 1983 y 1986, período en el cual formó parte del llamado «Grupo de Contadora», un activo negociador de la paz en la región y que integraban Colombia, México, Venezuela y Panamá.

«Centroamérica está abocada hoy a una tarea distinta, a consolidar mejores condiciones de vida para la población y una cultura para la paz», dijo el ex ministro de Relaciones Exteriores de Colombia.

La misma impresión tienen otros delegados, como Francisco Barahona, rector de la Universidad de la Paz, con sede en Costa Rica, y para quien «la transición marca un rumbo firme hacia la democracia».

Sin embargo, de acuerdo con las exposiciones de los propios gobernantes la ruta hacia la paz y democracia aún está por empezar y conlleva un listado de necesidades que demandan tanto o más recursos que los exigidos por la guerra de la década anterior.

Barahona enumeró como los principales enemigos de la paz la constante expansión de la pobreza, la desigual distribución de la riqueza y los gastos innecesarios en militarismo.

Ante los retos, el canciller hondureño, Ernesto Paz Aguilar, calculó que consolidar la paz requiere una inversión mínima de 10.000 millones de dólares; suma ~~que está fuera del bolsillo actual~~ de los centroamericanos.

La principal demanda de recursos se orienta a saldar parte de la enorme deuda social que arrastra la región, con 20 de sus 30 millones de habitantes viviendo bajo

condiciones de pobreza.

Tomando en cuenta esa situación el presidente panameño, Ernesto Pérez Balladares, dio la nota de excepción al advertir a sus colegas que los pueblos pueden desencantarse de las democracias «formales» si no le satisfacen sus necesidades y no les respetan su derecho a participar en las decisiones nacionales.

El consenso que existe entre los participantes en la conferencia es que consolidar la democracia exige recursos externos, pero sobre todo la decisión interna de los centroamericanos para superar el retraso social y la debilidad productiva que arrastra desde hace muchas décadas.



FACULTAD	LISTAS	%	AGC	AC	CF
Humanidades	FEUU	71,6%	2	8	3
	OGU	19,5%	-	2	-
	PUN	8,9%	-	-	-
Ingenieria	FEUU-CEUN	48,6%	1	5	2
	OGU	36,3%	1	4	1
	PUN	15,1%	-	1	-
Medicina	FEUU	54,7%	1	6	2
	OGU	32,5%	1	4	1
	PUN	5,2%	-	-	-
	AVE	2,2%	-	-	-
	C.P.U.-Cambio	5,4%	-	-	-
Odontología	FEUU	53,7%	1	5	2
	P.U.P.P.	46,3%	1	5	1
Psicología	FEUU	77,4%	2	9	3
	OGU	14,8%	-	1	-
	P.U.N.	7,8%	-	-	-
Química	FEUU	65,9%	1	7	2
	OGU	34,1%	1	3	1
Veterinaria	FEUU	45,8%	1	5	1
	OGU	47,8%	1	5	2
	P.U.N.	6,4%	-	-	-

De acuerdo a estos resultados los cargos obtenidos en los distintos órganos son los siguientes:

LISTAS	AGC	AC	CF
FEUU	14	63	21
OGU	8	41	12
P.U.N.	-	3	-
AVE - CIU	-	2	-

Más de 25 000 millones de dólares de deuda marcan  
la realidad de nuestros países

## **DEUDA EXTERNA :LASTRE DE LAS ECONOMIAS**

*Los procesos de apertura económica, modernización y planes sociales de Centroamérica arrastran el grave lastre de una deuda exterior de más de 25.000 millones de dólares, se advirtió en la Conferencia Internacional de Paz y Desarrollo que finalizó ayer martes, en Honduras.*

La cuestión de la deuda exterior no estaba en la agenda original de la conferencia, pero se convirtió en un asunto recurrente en los contactos extraoficiales de los altos cargos del istmo que asistieron a la reunión.

En la conferencia participaron los gobernantes de la región, así como delegados de 37 países, de unos 70 organismos de financiación y cooperación, y de la llamada «sociedad civil».

La declaración final de la reunión, subraya el «enorme peso» que representa el servicio de la deuda exterior para la disponibilidad de recursos que apoyen los programas de desarrollo sostenible.

Por esa razón, en el documento se establece el compromiso de los gobiernos de la zona para «apoyarnos mutuamente en las negociaciones que sobre la misma hemos emprendido».

La resolución insta a «actuar conjuntamente, en los casos que proceda, para alcanzar objetivos comunes respecto de esta materia».

El texto propuesto en la declaración no recoge, en opinión de participantes en la conferencia, las expectativas que existen para que los gobiernos definan una estrategia común frente a la deuda

exterior.

«En el caso de Nicaragua tenemos la deuda per cápita más grande del mundo», dijo su canciller, Ernesto Leal.

El diplomático enfatizó que cumplir con el servicio de esa deuda «nos causa muchas dificultades e impide invertir mayores recursos en el desarrollo humano y productivo interno».

Un criterio similar priva en el resto de las delegaciones y sobre todo entre los representantes de la llamada «sociedad civil», que incluye a organizaciones de trabajadores, campesinos, gremios profesionales, de mujeres y de pequeños y medianos empresarios.

La cuestión incluso motivó la única manifestación de protesta que hubo en el transcurso de la conferencia, protagonizada por un numeroso grupo de mujeres que exigían una «posición digna de los gobiernos ante el problema de la deuda exterior».

Gladys Lanza, una de las principales dirigentes del Comité Hondureño de Mujeres por la Paz, dijo que «el pago de la deuda externa está íntimamente ligado a la existencia de 14 millones de pobres en Centroamérica».

Centroamérica destina al menos

el 40 por ciento de sus ingresos por exportaciones al cumplimiento de sus compromisos con la banca internacional.

Los expertos que asistieron a la Conferencia de Paz y Desarrollo comentaron que los planes de recuperación económica y social del istmo demandan de la comunidad internacional una ayuda aproximada de 10.000 millones de dólares, menos de la mitad del monto total de la deuda.

Pese a que en los últimos años la región ha sido favorecida con importantes condonaciones, la deuda que persiste es abultada y crece cada año con los nuevos préstamos concedidos.

«En el caso hondureño estamos llegando a un límite de riesgo», comentó el presidente del Banco Central, Hugo Noé Pino, en referencia a los 3.600 millones de dólares que debe a los organismos de financiación.

Sin embargo, la falta de recursos internos suficientes en la mayoría de los países de la zona obliga a éstos a pagar con puntualidad la deuda para evitar caer en la lista de las naciones no merecedoras de créditos, en el clásico círculo vicioso de pedir prestado para pagar los saldos vencidos.

- b - Búsqueda permanente de la excelencia académica a través de la capacitación, investigación y extensión.
- c - Integrar la Universidad a la realidad nacional, manteniendo su autonomía pero en una acción al servicio del país.
- d - Aceptar la necesidad de la adaptación de la Ley Orgánica a los nuevos tiempos

En general todos los sectores, en todos los órdenes, proponen cambios en los planes de estudio de cada Facultad, de manera de adecuarlos a los tiempos modernos.

#### IV - RESULTADOS

##### A - ORDEN ESTUDIANTIL

La votación registrada por cada una de las listas estudiantiles y los cargos obtenidos para el cogobierno de la Universidad son los siguientes:

FACULTAD	LISTAS	%	AGC	AC	CF
Agronomía	FEJU	39%	1	4	1
	CGU	48,8%	1	6	2
	PUN	4,7%	-	-	-
	PROAGRO	7,5%	-	-	-
Arquitectura	FEJU	63,4%	2	7	2
	CGU	31,2%	-	3	1
	PUN	5,4%	-	-	-
C.Económicas	FEJU	41,1%	1	4	2
	CGU	33,9%	1	4	1
	PUN	11,9%	-	1	-
	P.U.E.	9,8%	-	1	-
	A.U.	3,4%	-	-	-
Derecho	14-I-58	30,8%	1	3	1
	CGU	37,0%	1	4	2
	AVE-CIU	16,3%	-	2	-
	P.U.N.	15,9%	-	1	-

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. O. F. EN I.

VINCULACIONES

U 30/10/94 & realiza en Marruecos Cumbre Económica.

150087

29-10-94.

507619

11187

## Casablanca, sede de una cumbre político-empresaria

el 29/10/94

CASABLANCA, Marruecos, 28 (EFE, AFP y AP). - Con el objetivo de crear en el futuro una zona económica que abarque Oriente Medio y África del Norte, el próximo domingo se reunirán en Casablanca, Marruecos, unos 200 líderes políticos -incluyendo varios jefes de Estado y de gobierno- y 1.100 empresarios de la región.

El Foro Económico sobre Oriente Medio y África del Norte, que comenzará la tarde del domingo y concluirá el mediodía del martes, está patrocinado por los presidentes de Estados Unidos, Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin, y contará con la participación del primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, y del presidente de la Autoridad Nacional Palestina, Yasser Arafat.

Además participarán delegaciones de los países árabes (excepto Siria, Libia, Irak y el Líbano), Japón, Europa y América.

En una conferencia de prensa realizada hoy en Casablanca, los organizadores recalcaron que la reunión no será "una conferencia de países donantes ni forma parte del proceso de paz", sino que será un encuentro del mundo político y de los negocios "a fin de ofrecer una vida mejor" a los pueblos de la región.

Los participantes considerarán en sus reuniones 21 temas, que

van desde los recursos hidráulicos a las nuevas técnicas de información, pasando por el turismo, el medio ambiente, las inversiones y los mecanismos de crédito. A ese respecto, figura en el programa la creación de un Banco de Desarrollo de la región, con un capital inicial de 2.000 millones de dólares.

Egipto, Israel, Jordania, Marruecos y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), entre otros, organizarán almuerzos "regionales" en los que explicarán a sus interlocutores sus problemas específicos. Además habrá numerosas reuniones privadas.

Junto con el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, unas 200 personas llegarán desde Estados Unidos, incluyendo a numerosos miembros de la comunidad judía norteamericana y de la diáspora palestina.

Entre las personalidades europeas figurarán el presidente de la Comisión Europea, Jacques Delors, el presidente del gobierno español, Felipe González, y el primer ministro portugués, Antonio Cavaco Silva.

A una pregunta sobre la viabilidad de los proyectos que surjan del foro, cuando importantes países de la región han boicoteado el encuentro, los organizadores afirmaron que "los paí-

ses ausentes, que aún no han firmado la paz con Israel, encontrarán en esta conferencia motivos para hacerlo".

"La mejor garantía de que los proyectos que aparezcan en este foro se llevarán a la práctica, es que no solo estarán presentes los políticos, sino también los hombres de negocios, que buscan ante todo hacer dinero a través de proyectos reales", agregaron.

Fuentes de la Cancillería israelí en Jerusalén informaron hoy que Rabin y Arafat se reunirán en Casablanca para examinar los medios de acelerar la extensión de la autonomía palestina.

Arafat espera obtener una aceleración de la transferencia de poderes a los palestinos en los sectores de sanidad, asuntos fiscales, turismo y asuntos sociales, después de haber tomado el control de la educación, en agosto pasado. También pedirán que se levante el cierre de las fronteras con Gaza y Cisjordania, que está privando de trabajo a 70.000 palestinos empleados en Israel.

4

9500867

01-03



C - Unión de Juventudes Comunistas - U.J.C.

La U.J.C. despliega una incansable actividad de captación y reclutamiento con el fin de nutrir sus cuadros de base y cimentar en forma sólida el Partido. Es una verdadera "escuela" donde se forma al militante comunista.

Su actividad está controlada por los ideólogos del Partido, los que no permiten ninguna desviación ideológica, la que de producirse, como en el pasado, realizan las purgas correspondientes (caso Julio ARIZAGA en el año 1962, que luego funda el MIR, hoy PCR).

Actúa principalmente en el ámbito estudiantil, donde ha conseguido bases firmes, consiguiendo dominar la F.E.U.U. en la década del 60, para luego hacer otro tanto en el CESU. De esta manera por intermedio de la U.J.C. el Partido domina al estudiantado, en enseñanza media y superior.

El Partido concede importancia a la Agrupación Universitaria, dirigida por la U.J.C., de donde surgen los futuros dirigentes.

Las direcciones de trabajo que hemos reseñado para el Partido, también son válidas para la U.J.C. Su organización cuenta con un Comité Central, un Comité Ejecutivo y un Secretariado.

Por norma, sus secretarios son elegidos por organismos superiores lo que permite un mejor funcionamiento de la verticalidad.

León LEV, Esteban VALENTI, Enrique BARONI y Alberto GRILLE, surgidos en los últimos tiempos de la U.J.C., son el fiel reflejo de la capacidad que tiene ésta de forjar dirigentes para el Partido.

Hoy en día se encuentra en una etapa de reorganización, que a no dudarlo, en poco tiempo, estará en condiciones de funcionar a satisfacción de sus máximos dirigentes.

1.- Actividades

De las actividades desarrolladas, se destaca la realización de la Feria de la Juventud, los días 19 y 20/ABR, la que se realizara en una vasta zona del Parque Batlle, contando con la participación de delegaciones extranjeras y del interior del país.

Asimismo, participó activamente en el acto del 15 de marzo, en el Estadio Franzini.

En el mes de mayo, más exactamente los días 17 y 18/MAY, se llevó a cabo la reunión del Comité Central de la UJC, contando con la participación de 70 integrantes de la capital e interior.

# Comienza hoy la cumbre de Casablanca

CASABLANCA, Marruecos, 29 (AP y EFE). - Líderes gubernamentales y empresarios de 80 países se reunirán aquí desde mañana, domingo, con miras a brindar incentivos económicos a la paz en Oriente Medio, una región de 300 millones de consumidores potenciales.

El Foro Económico sobre Oriente Medio y África del Norte se reunirá durante tres días, con una asistencia prevista de más de 1.200 participantes, y buscará consolidar la paz regional a través de la cooperación y el desarrollo económico.

En el marco de esta cumbre regional, el primer ministro israelí, Yitzhak Rabin y su ministro de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, se reunirán con el dirigente palestino Yasser Arafat, para considerar formas de agilizar la autonomía palestina.

Esa reunión tendrá lugar poco antes del comienzo oficial de la cumbre, prevista para mañana al atardecer, en un acto que será presidido por el rey Hassan II.

Se espera que alrededor de 80 empresarios israelíes asistan a la conferencia, que será el primer encuentro entre funcionarios e inversionistas árabes e israelíes destinado a formular proyectos específicos sobre inversiones y cooperación.

Israel propondrá más de cien proyectos conjuntos por valor de alrededor de 25.000 millones de dólares, aproximadamente la mitad de los cuales serán para sistemas de suministros de agua, dijo hoy Radio Israel.

La región de Oriente Medio es la más rica del mundo en reservas de petróleo y gas natural, pero sus permanentes conflictos bélicos durante las últimas décadas, han elevado los gastos de la región en armamentos a 700.000 millones de dólares anuales.

De fundamental importancia para el futuro de los proyectos será la actitud que adoptará en la conferencia la Liga Árabe, que mantiene un boicot contra Israel desde hace 43 años, aunque las prohibiciones al comercio se están aliviando.

El Consejo de Cooperación del Golfo, integrado por estados monárquicos de la región del golfo Pérsico, levantó en setiembre su boicot contra las empresas que mantienen relaciones con Israel. Pero la Liga Árabe ha insistido en exigir un completo retiro israelí de los territorios ocupados antes que se levante totalmente esa prohibición.

A la reunión cumbre asistirán principalmente autoridades de Oriente Medio, pero también gobernantes y altos funcionarios de Europa Occidental, Estados Unidos, Rusia y Asia.

el pueblo hacia el socialismo.

En la actualidad se ha constatado el funcionamiento de 7 regionales, 33 Seccionales y 143 Agrupaciones.

#### 7 - Aparato Armado

Teniendo en cuenta la 6a. Dirección de Trabajo del P.C.U. que encara la conformación del aparato armado con base en su aparato de autodefensa, el partido está en condiciones de participar en acciones militares si la coyuntura lo requiere.

Actualmente se conoce el funcionamiento del aparato de autodefensa que cumple misiones de seguridad en los actos políticos.

Sus tres principales integrantes son: Tomás RIVERO, Juan ACUNA y Leopoldo CLIMENT, todos viejos integrantes del aparato armado que cayese en 1976.

Se destacan los dos primeros, quienes tienen curso en el KOMSMOL (U.R.S.S.) y Pinar del Río (CUBA).

Se desconoce en la actualidad el número de integrantes.

El P.C.U. cuenta además para actual en acciones militares con el refuerzo de los militantes que han enviado al exterior, integrando las Brigadas Internacionales de cooperación: en Angola desde 1977 y Nicaragua desde 1980 por lo menos.

Además, el P.C.U. ha realizado trabajos de infiltración y reclutamiento sobre otras organizaciones subversivas, caso típico, el M.L.N.(T).

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	
PROCEDENCIA	150483
FECHA DE RECEPCIÓN	31/10/94
VINCULACIONES	11187

## Cumbre económica para consolidar acuerdo de paz

Más de 2.500 dirigentes políticos y empresarios de 65 países abrieron ayer una conferencia económica de Oriente Medio, que según el rey Hassan II de Marruecos habrá de apuntalar el proceso de paz.

"La paz está en nuestras manos", dijo el monarca en su discurso de apertura.

"Nuestra conferencia va dirigida precisamente a consolidarla y darnos los medios para que sea duradera".

Durante la conferencia de tres días, Israel y sus vecinos árabes tratan formas de desarrollar sus economías, que reúnen a 300 millones de consumidores.

Hassan señaló que comprendía y respetaba la ausencia de Siria a la conferencia, pero dijo esperar "que se nos unirá tan pronto sea posible".

La disputa entre Israel y Siria sobre el estratégico punto fronterizo sirio de las Alturas de Golán, ocupado por Israel desde la guerra de los seis días de 1967, sigue siendo un obstáculo en el proceso de paz.

Poco antes de asistir a la conferencia, el primer ministro israelí Yitzhak Rabin y su ministro de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, se reunieron con el presidente de la OLP, Yasser Arafat, para discutir medios de atenuar los conflictos y acelerar la autonomía palestina.

La conferencia económica es el primer cónclave en que funcionarios árabes e israelíes se reúnen para formular proyectos específicos de inversión y cooperación.

La delegación israelí dijo que tiene 150 propuestas para emprendimientos en el sector privado y se calcula que las obras sometidas en la cumbre sumen US\$ 25.000 millones. ■ (AP)

ENTRADO

CRUZADO

08-08

9500867

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
	<u>Nueva Universidad</u>	P. Colorado	
	449 (AGC)		Roberto VAZQUEZ PLATERO; Jorge PANIZZA; Delmiro GONZALEZ CASAL
	450 (AC)		Ricardo LARROBLA; Juan J. DIAZ MAGGI; Gonzalo ARROYO
	451 (CF)		José J. DIAZ MAGGI; Ricardo LARROBLA; Emilio FALCONE
	<u>Por la Profesión Agronómica</u>	MNR-PLP	
	461 (AGC)		José Miguel OTEGUI; Walter HILL; Ricardo LAWLOR.
	462 (AC)		Alberto FOSSATI; Roberto CLARAMUNT; Humberto COSTA
	463 (CF)		Pablo M. FUREST; Heber RIMOLDI; Roberto CLARAMUNT
	<u>U.N.I.D.</u>	Herreristas y colorados	
	464 (AGC)		Washington BABUGLIA; Julio LEZAMA; Stella BERTULLO
	465 (AC)		Rodolfo SERVETTI; Nicolás LLANEZA ALVAREZ; Mario BOROUKHOVITCH
	466 (CF)		Mario BOROUKHOVITCH; Aquiles SILVEIRA; Dante GIOSA DOMINGUEZ

#### FACULTAD DE ARQUITECTURA

ESTUDIANTEL	<u>Universidad Nueva</u>	PGP/PDC	
	88 (AGC)		Baltasar BRUM; Gonzalo NARIO; Sergio CORREDERA
	89 (AC)		Sergio CORREDERA; Gonzalo NARIO; Juan ARELLANO
	90 (CF)		Baltasar BRUM; Sergio CORREDERA; Marcel HERNANDEZ.
	<u>ASCEEP/FEJU</u>	F.A.	
	43 (AGC)		Fernando LENS; Ernesto DOMINGUEZ; Pablo VALENZUELA
	44 (AC)		Silvia MENENDEZ; Enrique PEREIRA; Mariana PEREIRA
	45 (CF)		Ernesto DOMINGUEZ; José Ma. SORRONDEGUI Carla FEDER
	<u>Cambio-CGU</u>	P. Nacional	
	31 (AGC)		Alvaro PASCALE; Alejandro SECCO; Gonzalo MOREL
	32 (AC)		Guillermo REY; Fernando OLIVERA; María CALDEYRO
	33 (CF)		Alejandro SECCO; Ariel AMEN; José Andrés SILVA

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECH

VINCUL

URUBUD7 duplicó su aporte financiero a la Aladi

150483

1/10/94

513643

507466

## Uruguay duplicará su aporte financiero a la Aladi <sup>da 1/10</sup>

URUGUAY AUMENTARÁ UN 100% su contribución anual a la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) en términos nominales, con un aporte aproximado de 250.000 dólares por año, y será el país con el mayor incremento porcentual en su cuota luego de la aprobación del nuevo presupuesto, confirmaron a *El Observador* funcionarios del ámbito diplomático.

En las próximas semanas queda-

ría oficialmente aprobado el aumento del presupuesto de la institución, que comenzará a regir en 1995, junto con un nuevo sistema de contribuciones por países socios.

El incremento en el monto total a manejar por la Aladi había sido encomendado en febrero pasado, durante la reunión de cancilleres de los 11 países miembros, y estaba fundamentado en la necesidad de que la institución pudiera hacer

frente en forma adecuada a las nuevas obligaciones que le plantean los recientes procesos de integración en la economía regional.

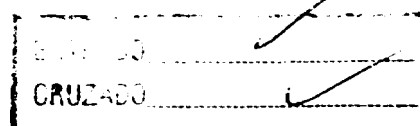
El presupuesto actual es de unos 4.200.000 dólares y, según dijeron los informantes, podría llegar a 5.300.000 dólares.

Además del aumento presupuestal, se ha negociado también un cambio en el sistema de aportes, ya que varios países socios conside-

raron que las nuevas condiciones económicas de la región ameritan una revisión en el porcentaje con que contribuye cada país.

Si bien se mantendrá el criterio de que los socios "grandes" y con mayor desarrollo relativo (Brasil, Argentina y México) hagan un aporte mayor que los demás socios, habrá un acercamiento en las diferencias de cuotas.

Uruguay ha venido aportando unos 130.000 dólares, que representaban un 3% del presupuesto total de la institución. ■



01-01

9500868

diciones.

Si el gobierno nacional no logra controlar y mantener dentro de guarismos aceptables algunos indicadores importantes tales como la inflación, mantenimiento del salario real, nivel de desempleo, etc., podría ser explotado por la izquierda para la realización de "estallidos sociales" por influencia de lo ocurrido en Brasil y Argentina.

### 3.3. CAMPO MILITAR

3.3.1. El PCU es una organización marxista-leninista que ajusta su accionar a la concepción estratégica-táctica desarrollada en 1955 y aprobada en el XVII Congreso en 1958.

En ocasión de la Conferencia Nacional de 1985, el PCU estableció la tarea de "avanzar en democracia", como forma mas barata y segura de hacer la Revolución".

En virtud de ello el partido adoptó una conducta electoralista volcando sus máximos esfuerzos a su crecimiento en los comicios nacionales recientemente realizados.

La crisis de los regímenes socialistas de Europa Oriental, la reciente desaparición de Rodney ARISMENDI (máximo impulsor de la perestroika en el PCU) y los rencores aún no olvidados entre los militantes que vivieron cómodos en el exilio y los que afrontaron la cárcel, abrió un gran debate público que se centra en la renovación del Partido y que será ampliamente analizado en el próximo XXII Congreso.

No obstante el rotundo éxito electoral alcanzado, la responsabilidad en el gobierno de la IMM (inherente a su condición de líder del F.A.) y la perspectiva de alcanzar el gobierno nacional en 1994; son factores que se mancomunan para demostrar lo justo y acertado de la táctica y estrategia realizada hasta el presente ( que con pequeñas modificaciones se seguirá realizando) y disipar cualquier atisbo de fractura significativa.

3.3.2. El M26M ha realizado un intenso trabajo social (fundamentalmente a través de AMULP con sus guarderías y policlínicas) el cual pese a no haberse correspondido con el resultado electoral alcanzado, ha servido como aporte y aval para obtener nombramientos (que fueron facilitados por su alianza con el PCU y su



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE P. Q. L.

VINCULACIONES

Greenpeace comenzó acción en cuenca del río Amazonas.

150015

23/10/94

11295

## Greenpeace comenzó acción en cuenca del río Amazonas

Greenpeace ataca por primera vez en el corazón de la Amazonia, río que recorre con una nave del movimiento ecologista internacional.

La embarcación arribó a un enorme depósito flotante de madera, en un lago lateral al río Amazonas, donde activistas de Greenpeace diseñaron, entre los troncos que flotan en el lugar, eslóganes contra el desmonte industrial en la región. Todo se desarrolló sin incidentes.

La motonave de Greenpeace había salido por el río Amazonas hacia Manaus, alcanzando el lago Quele, a unos 250 kilómetros de la capital de la Amazonia brasileña, donde dos multinacionales de la ma-

dera tienen una gigantesco depósito flotante.

Según Greenpeace, en el lago hay no menos de 100.000 metros cúbicos de troncos de caoba, listos para el transporte hacia mercados europeos de la preciada madera.

Un comando de once ecologistas, nueve brasileños y dos argentinos, logró entrar al lago a través de un estrecho pasaje, navegando en tres embarcaciones.

Los hombres de Greenpeace lanzaron en el sitio un globo aerostático con forma de mapamundi, al que fijaron un cartel con una moto-sierra dibujada y la leyenda: "Terminen con la tala predatoria de los árboles".

La tala clandestina de caoba

amenaza extinguir esta especie en el curso de pocos años.

Según varias denuncias, parece que también algunas tribus de indios, particularmente en el sur de la región, comercian maderas raras taladas en la misma reserva indígena y natural de la Amazonia brasileña.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500869.

mos que volver a publicar el mismo libro con el nombre de las

cos, pinturas, piezas de automovil, seguros, loza sanitaria,

En este periodo han entrado en ese país 33.000 millones

res de riquezas por año. (EFE)

#### SE AMPLIA LA COOPERACION

## Acuerdo con el BID permitirá a ALIDE actuar en marco flexible y dinámico

Se suscribió, en la sede de ALIDE en Lima, Perú, el Acuerdo de Cooperación BID/ALIDE, que tiene como propósito establecer un marco general, flexible y dinámico de cooperación entre ambas instituciones, con base en el mandato particular establecido por las autoridades de cada institución, los planes estratégicos de mediano plazo, los planes operativos anuales y los programas especiales de carácter geográfico o sectorial.

Dentro del marco del plan de trabajo conjunto, ALIDE podrá actuar en programas y proyectos: (I) en calidad de agente ejecutor de programas del BID; (II) como asesor del BID en áreas específicas en las que ALIDE cuente con calificación y experiencia; (III) en cofinanciamiento de operaciones con el BID; (IV) en

programas propios, con la asistencia técnica del BID; o (V) en otras modalidades que se acuerden entre ambas instituciones.

Las áreas prioritarias inicialmente identificadas para la cooperación entre el BIS y ALIDE son las siguientes:

1. Integración Económica y Financiera: (a) papel de las instituciones financieras de desarrollo en los esquemas de integración (proyectos de inversión conjunta, armonización de las políticas y servicios financieros, reglamentación bancaria, acuerdos de Basilea; (b) promoción y financiación del comercio exterior; (c) nuevos instrumentos de desarrollo e integración de mercados de capital; (d) la pequeña y mediana empresa en los procesos de integración; y (e) la calidad de la gestión

de las instituciones financieras de desarrollo.

2. Mujer en el Desarrollo: (a) promoción y difusión del acceso de la mujer al crédito; y (b) promoción y financiamiento de la mujer empresaria urbana y rural.

3. Medio Ambiente: (a) formulación, evaluación y seguimiento de proyectos de desarrollo que incorporen la variable ambiental; (b) saneamiento y medio ambiente; y, (c) políticas e instrumentos de la gestión local del medio ambiente.

4. Financiamiento del Sector Privado: (a) desarrollo empresarial de la micro y pequeña empresa; (b) políticas y modalidades de financiamiento de la inversión en infraestructura básica; (c) políticas de crédito para el pequeño productor rural; y, (d)

ingeniería financiera, cofinanciación, fondos de pensiones y mercado de capitales.

5. Reforma del Estado e Institucionales: (a) modernización del sector financiero y el papel de nueva banca de desarrollo; (b) preinversión; (c) desarrollo de recursos humanos; y, (d) fortalecimiento institucional de ALIDE como mecanismo de coordinación y de apoyo al BID.

Con este acuerdo, el BID y ALIDE reconocen el importante rol de la banca de desarrollo y, por lo tanto, desean fortalecer su colaboración, complementando los esfuerzos de otras organizaciones y de los propios países, para la mejor utilización de los recursos (humanos, técnicos y financieros) y de la capacidad institucional existente en los países de la región.

#### PRINCIPALES COMPAÑIAS PODRIAN VENDERSE EN 1995

## Brasil acelerará privatizaciones para cerrar el déficit fiscal

San Pablo, oct 31 - El gobierno brasileño tendrá que dinamizar el proceso de privatizaciones para financiar el déficit fiscal, calculado para 1995 en unos 10.000 millones de reales (11.850 millones de dólares), dijeron analistas.

"El gobierno tendrá que acelerar el ritmo de este programa de privatización para usar esos fondos para disminuir su déficit de 1995... Y el dinero previsto de las ventas se considera como suficiente para hacer el trabajo", dijo Antonio Madeira, analista económico de la firma consultora MCM.

#### EMPRESAS PUBLICAS

El jefe del programa de privatización de Brasil Andre Franco Montoro Filho ha dicho que confía que las ventas de las compañías estatales to-

pús de que el presidente electo Fernando Henrique Cardoso se juramente en su cargo el 1 de enero.

Montoro Filho cree que las mayores compañías, como la gigante minera Vale do Rio Doce y empresas del sector eléctrico brasileño, podrán ser vendidas en 1995.

El funcionario también expresó que Cardoso desea concluir el traspaso a manos privadas del sector petroquímico brasileño y flexibilizar los monopolios estatales en petróleo y telecomunicaciones.

#### INCLUIRAN EMPRESAS

"El programa (de privatización) ganará nuevo impulso con la inclusión de nuevas compañías estatales y la apertura del monopolio petroquímico", declaró Montoro Filho al O Estado de Sao Paulo.

có que "la sola venta de Vale do Rio Doce es considerada como suficiente para estrechar la brecha del presupuesto de 1995 al menos un 50 por ciento".

Madeira dijo que la venta de dos importantes firmas eléctricas —Rio de Janeiro Utility Light y Espirito Santo Centrais Elétricas— podrán llevar unos 3.450 millones de dólares más a las arcas del gobierno.

"Todas estas son evaluaciones iniciales. Si la competencia en las subastas de privatización es dura, podremos ver subir aún más los precios de esas compañías", agregó.

Analistas dijeron que el gobierno también prevé recaudar unos 250 millones con la venta de su participación en dos importantes empresas petroquímicas: Petroquímica do Nordeste y Salgema Industrias

## Nueva York destino de la inversión extranjera

Nueva York, 31 oct. - Nueva York es el estado de EEUU que más inversiones extranjeras atrajo durante 1993, seguido del de Texas, que figura en en segundo lugar, y California, que es el tercero, según un estudio publicado hoy, lunes. Del total de 26.200 millones de dólares en inversiones extranjeras en EEUU durante 1993, 7.020 millones fueron colocados en Nueva York, 4.100 millones en Texas y 2.800 millones en California, según un estudio realizado por la firma Arthur Andersen y la revista International Business. Nueva York desplazó del primer puesto a California, que en 1992 concentró un total de 6.100 millones de dólares en inversiones extranjeras, según el estudio. Por otra parte, la reciente firma del NAFTA es el principal responsable del aumento de las inversiones

#### Día-Mes

03/10
04/10
05/10
06/10
07/10
08/10
09/10
10/10
11/10
12/10
13/10
14/10
15/10
16/10
17/10
18/10
19/10
20/10
21/10
22/10
23/10
24/10
25/10
26/10
27/10
28/10
29/10
30/10
31/10

Promedio:

#### EN URUGUA

## La pa

#### EL TRANSPORTE

nal de pasajeros pacidad ociosa superior ciento durante cifra que prácticamente los guarismos en años anteriores.

Este resultado consecuencia de metro recorrido fidos 3495 millones por parte de la totalidad de las empresas del sector que la demanda de solamente 19 de asientos.

Este resultado, cierto modo de imposibilidad de para funcionar en de máxima eficiencia una de las razones explica la importación que en los últimos se ha operado en omnibuses interdependientes.

#### DISMINUYE FLO DE TRANSPORTE

Como se observo adjunto, pese a último año se mantuvo inmodific

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROMULGACIÓN

VINCULACIONES

Ecologistas de México crean Comité para vigilar Acuerdo sobre

1500/4

27/10/94

11295

507623

MX-AMB

## ECOLOGISTAS CREAN COMITE PARA VIGILAR ACUERDO MEDIO AMBIENTE

Una decena de organismos ecologistas de México acordaron hoy la creación de un comité consultivo para vigilar la aplicación del acuerdo paralelo sobre medio ambiente del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC).

Hilda Salazar, representante de la Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio, anunció que este comité, que se espera comience a operar en 1995, fue creado con base en el artículo 17 del acuerdo paralelo del TLC que negociaron en agosto de 1993 México, Estados Unidos y Canadá.

Este organismo, explicó Salazar, buscará la participación de todos los sectores de la sociedad, como son empresarios, grupos ecologistas y organismos no gubernamentales preocupados por la protección del entorno ambiental.

Los ecologistas decidieron crear el comité durante un foro público de Organismos No Gubernamentales, ecologistas y académicos, celebrado en la ciudad de México la semana pasada.

Salazar dijo que la creación de este comité debía ser impulsada por los gobiernos de los tres países firmantes del TLC, pero en México no se ha convocado a la sociedad civil para su creación.

«Es necesario que sea un consejo representativo de toda la sociedad y de todas las regiones del país, ya que no sólo debe estar orientado a la atención de zonas problemáticas como la Ciudad de México, o la franja fronteriza con Estados Unidos», dijeron los ecologistas.

Su principal objetivo será la de dar prioridad en la promoción, evaluación y vigilancia de las

obligaciones y compromisos adquiridos por los gobiernos de los tres países.

Entre sus funciones destaca el análisis de los impactos de la instrumentación del acuerdo comercial, realizando una vigilancia por región, rama y sector y la consulta a expertos sobre alternativas tecnológicas y áreas de estudio.

«Hemos enfatizado que para prevenir o mitigar los impactos del TLC, es necesario un trabajo de cooperación y prevención, en vez de sanciones comerciales aplicadas de manera trinacional,

ya que estos lesionan la soberanía», dijo Salazar.

La existencia de un comité local permitiría que los problemas ambientales, o de incumplimiento en la legislación se «filtren» en una instancia interna antes de llegar a la Comisión Norteamericana.

Esto ayudaría a evitar la aplicación de sanciones comerciales tal como estipula el acuerdo paralelo, ya que el tema ambiental ha sido utilizado en muchas ocasiones como un «proteccionismo verde» para defender intereses económicos y no ambientales, puntualizó.

ENTRADO

CRUZ-DO

9500870

01-01

tes estará a  
ilitar del Este  
ndería Fran-  
63 años, de-  
general de  
ue en Brasil  
rán emplea-  
contra el  
sa tarea co-  
Federal y a

co y Batista  
lidad en  
Janeiro, con  
s de bandi-  
no al tráfico  
te armados,  
guridad e  
oblación y  
lamentales

UNICAP.

Debido a que Brasil es una república federativa, los estados cuentan con autonomía, de manera especial en las áreas de seguridad pública, por lo que la intervención de las tropas federales en Río de Janeiro ha reavivado un polémico debate sobre los límites de la competencia del Estado.

Franco rechazó propuestas preliminares, defendidas por varios sectores, de imponer el estado de defensa o una intervención unilateral para reprimir el narcotráfico de manera especial en las «favelas» (barrios populares) cariocas, sin embargo optó por una acción coordinada con el Gobierno estatal.

El estado de defensa y la intervención, descritas en la Constitu-

### cuenta nueva la justicia mexicana l caso del candidato del PRI asesinado

## SINO DE COLOSI NADO A 42 AÑOS DE CARGEL

r a Mario  
pena de  
el homi-  
Colosio,  
cia de  
le la

Aburto Martínez fue notificado este mismo día de la decisión del juez en el interior del penal de alta seguridad de Almoloya de Juárez, estado de México, en donde se encuentra recluso desde hace siete meses.

Finalmente apuntó que la Subprocuraduría Especial continuará con las investigaciones que viene realizando para lograr el pleno esclarecimiento del asesinato de Colosio, ocurrido el 23 de marzo pasado, en un barrio popular de la ciudad de Tijuana -fronteriza con Estados Unidos- cuando se encontraba en plena campaña política.

Colosio era apoyado por el Partido Revolucionario Institucional (PRI), en el poder desde 1929, que a finales de marzo postuló a Ernesto Zedillo, quien ganó los comicios celebrados el 21 de agosto pasado.

El primero de diciembre próximo, Zedillo asumirá el poder, en sustitución del actual mandatario, Carlos Salinas de Gortari, para un período constitucional de seis años.



Itamar Franco dió participación al ejército.

ción de 1988, prevén la restricción de las libertades individuales, y los agentes están autorizados a realizar detenciones sin la debida orden judicial.

Después de la suscripción del acuerdo, Batista elogió el «coraje moral» de Franco de emprender una operación de esa magnitud cuando le faltan solamente dos meses de Gobierno, ya que el primero de enero próximo entregará el poder a su amigo y aliado Fernando Henrique Cardoso, de 63 años y quien resultó elegido en los comicios del pasado 3 de octubre.

La agrupación de Batista, el Partido Democrático de los Trabajadores (PDT, socialdemócrata), liderado por el veterano político Leonel Brizola, de 72 años, ha repudiado la futura intervención de las Fuerzas Armadas en la repre-

sión de la criminalidad de Río de Janeiro.

El PDT y específicamente Brizola, antecesor de Batista, son acusados por sus adversarios de haber contribuido con el crecimiento de la violencia, debido a la falta de competencia para hacer frente al flagelo.

Brizola ha afirmado que la campaña antiviolencia pretende perjudicar a su candidato a gobernador, Anthony Garotinho, para las elecciones del próximo 15 de noviembre, y favorecer a su contendiente Marcello Alencar, aliado del presidente electo.

Además de la acción conjunta, el Estado se comprometió a intensificar la vigilancia en las vías de acceso al estado de Río de Janeiro para contener el contrabando de armas y el tráfico de drogas.

### La situación de los DDHH en El Salvador preocupación de Butros Gali

## LA ONU PIDE INVESTIGAR LOS ESCUADRONES DE LA MUERTE

La ONU considera que deben proseguir las actividades encaminadas a investigar y eliminar los grupos armados ilegales en El Salvador, como requisito indispensable para la consolidación de la paz y de la democracia.

Esta opinión fue expresada por el secretario general de la organización, Butros Gali, en una carta al Consejo de Seguridad divulgada ayer, al publicarse el extenso y detallado informe presentado en El Salvador el 28 de julio por el Grupo Conjunto para la investigación de grupos armados ilegales.

Gali recuerda que en noviembre de 1993, preocupado por varios asesinatos políticos, encargó a la división de Derechos Humanos de la Misión de Observadores de la ONU en El Salvador (ONUSAL) que ayudara al Gobierno a aplicar las recomendaciones de la Comisión de la Verdad sobre la investi-

gación de los llamados «escuadrones de la muerte».

«El Grupo Conjunto, integrado por el procurador nacional para la defensa de los derechos humanos, el director de la división de Derechos Humanos de la ONUSAL y dos representantes del Gobierno de El Salvador designados por su presidente, fue establecido el 8 de diciembre de 1993», señala Gali en su carta.

Recuerda que el Consejo de Seguridad aprobó el establecimiento del Grupo Conjunto, al que pidió que le mantuviera informado de la evolución de los acontecimientos.

«En el informe figuran las conclusiones del Grupo Conjunto con respecto a la violencia con motivación política en El Salvador y sus recomendaciones de que se fortalezcan las estructuras de investigación de la nueva Policía Nacional Civil y se lleven a cabo reformas adecuadas en el sistema judicial», señala Gali.

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESOS

FECHA DE P

VINCULACIONES

Agenda para la Cumbre de Miami según OCDE.

150518

8/10/94

12718

6

## La agenda de los países ricos

La agenda de la Casa Blanca para la Cumbre de América ubica en primer lugar a la lucha contra la corrupción y remite a un documento emitido en mayo por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). A continuación se transcriben los párrafos fundamentales del texto que, según Estados Unidos, debería servir como una guía para los países del continente americano:

- Los países de la OCDE (20 europeos, Estados Unidos, Canadá, Japón, México y Nueva Zelanda) reconocen la necesidad de tomar medidas concertadas para combatir al soborno de funcionarios públicos extranjeros en las transacciones internacionales de las empresas. La mayoría de los países tiene leyes que penan al soborno de sus funcionarios, pero casi ninguna contempla sanciones para las empresas de su país que le pagan una coima a un funcionario en el extranjero.

- Los sobornos, además de constituir un desafío moral y político, afectan al desarrollo del comercio mundial y de las inversiones, porque eleva los costos económicos y produce distorsiones en la práctica del libre mercado. Producen además un efecto especialmente dañino en los países en vías de desarrollo, porque desvía los fondos destinados a una necesaria asistencia social y eleva a su vez el costo de esa asistencia.

- La iniciativa de la OCDE podría actuar como un catalizador mundial para una acción global y podría ayudar a que las compañías no participen de esas prácticas en los países anfitriones al limitarse con las pautas de

conductas establecidas por el organismo. Con su aplicación a los países que no son miembros de la OCDE, la recomendación puede ayudar a promover políticas de buen gobierno en los países en vías de desarrollo.

- El combate contra el soborno a través de una acción firme y concertada de los miembros de la OCDE también puede fortalecer al sistema multilateral de comercio e inversiones si logra asegurar condiciones equitativas para la competencia. Para este objetivo, es importante conseguir el apoyo de los países que no son miembros de la organización, porque las compañías basadas en sus países comparten los beneficios de una economía mundial abierta y compiten con las que tienen origen en los países miembros de la OCDE.

Entre los antecedentes, el documento titulado "Informe sobre las recomendaciones de la OCDE sobre el soborno en las transacciones internacionales" menciona una frustrada iniciativa para establecer una convención mundial sobre el tema que se barajó a fines del '70 en las Naciones Unidas.

En el apartado de las recomendaciones, el texto propone la creación de un comité que debería ocuparse del seguimiento internacional de las pautas establecidas por el organismo. Los países no miembros de la OCDE que decidan incorporar esa política serán invitados a formar parte del comité.

Como primer paso, la OCDE propone organizar el año que viene un simposio internacional con los países que no forman parte de la organización y aumentar así los decibeles de la conciencia mundial sobre la importancia que el tema reviste para la economía global.

ENTRADO

CRUZADO

9500871

01-01

2 - Los profesionales demócratas estuvieron representados por la lista UNID (Universitarios Independientes) en Agronomía, Arquitectura, Derecho, Ciencias Económicas e Ingeniería, y por las siguientes listas: "Pluralismo y Renovación" y "Por la profesión agronómica" (Agronomía), "Pluralismo Universitario" (Ciencias Económicas), "Integración Universitaria" (Ingeniería), "Pluralismo y Responsabilidad (Medicina) y Pluralismo Participación y Cambio (Veterinaria).

c - Los profesionales del PGP y PDC estuvieron representados por las listas "Nueva Universidad" (Agronomía) y "Propuesta" (Medicina)

### III - PROPUESTAS

#### A - ORDEN ESTUDIANTIL

##### 1 - ASCEEP/FEUU

- a - Plena vigencia de la Ley Orgánica de 1958
- b - Autonomía y Cogobierno
- c - Rechazo a toda forma de limitación en el ingreso a la Universidad
- d - Extensión universitaria mediante convenios con Instituciones oficiales, nacionales, municipales y privadas
- e - Reestructurar la Universidad de manera de repartir la enseñanza en 6 grandes Facultades con un curso previo que sirva para orientar a los estudiantes

##### 2 - C.G.U.

- a - Reformar la Ley Orgánica en los siguientes puntos:
  - Reducción del número en los organismos de decisión haciéndolos más ejecutivos
  - Creación de 2 Vicerrectores: Uno académico y otro administrativo
  - Igualar el número de docentes de cada órgano al número de estudiantes y egresados
  - No alterar la autonomía y el cogobierno
  - Elección directa de Rector y Decanos
- b - Reformar el sistema administrativo para combatir la burocracia en que está sumida la Universidad
- c - Impulsar a la Regional Norte de la Universidad concediéndole una estructura equiparada a las Facultades
- d - Por una Universidad Nacional, Popular y Participativa

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO *Mejoran perspectivas de crecimiento de países industrializados*  
PROCEDENCIA *150483*  
FECHA DE RECEPCIÓN *19/10/94*  
VINCULACIONES *12138*  
*1 oct. xa 1995*

*Debido a una mayor apertura comercial y a la disminución de las tensiones cambiarias*

## Mejoran las perspectivas de crecimiento de los países industrializados para 1995

*Madrid - Las perspectivas de crecimiento de la economía de los países industrializados para 1995 han mejorado en los últimos meses, según se desprende de las previsiones de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), ratificadas por las del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM).*

La OCDE ha elevado sus previsiones de crecimiento industrializado del 2,7% que había calculado en diciembre del año pasado, hasta el 2,9%.

Dicho aumento, de acuerdo con el informe, se debe a una mayor apertura comercial, a la disminución de las tensiones cambiarias en el Sistema Monetario Europeo (SME), a una mayor liberalización, a situaciones empresariales más saneadas y al anuncio de programas de reducción del déficit presupuestario.

Asimismo, el FMI y el BM indican durante la celebración a principios

de este mes en Madrid de su asamblea anual conjunta, que en 1995 se experimentará un crecimiento económico global del 3,6% y del 2,7% para los países industrializados.

Las optimistas previsiones del FMI y del BM se derivan de un mayor crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB) y control de los principales indicadores macroeconómicos,

sobre todo la inflación, así como de un respaldo a la actual política monetaria que dicta la Reserva Federal estadounidense y el Bundesbank alemán.

La OCDE pronostica para Estados Unidos que, tras mantener un alto ritmo de actividad en 1994, durante 1995 puede haber una desaceleración, debido a una políti-

ca económica restrictiva.

El FMI espera un sólido crecimiento del 3,7% este año, porcentaje superior al del gobierno estadounidense, pero para 1995 calcula que caerá hasta el 2,5%.

Mientras tanto, en la Unión Europea se consolidará el proceso de recuperación económica, favorecido, según la OCDE, por la reactivación de la demanda interna, la fortaleza de las exportaciones y la flexibilización de los mercados de trabajo.

Los cálculos del FMI indican que la UE crecerá durante el próximo año un 2,9%, cifra superior al 2,1% estimado para 1994.

Para Japón, la OCDE espera una cierta mejora en los niveles de actividad en 1995, aunque la recuperación será difícil y lenta, debido a la baja inversión de las empresas y a la fortaleza del yen.

El desempleo podría bajar ligeramente el próximo año, según la OCDE, aunque casi exclusivamente en Estados Unidos donde puede ser suficiente el crecimiento económico para disminuir el índice.

En Europa, la persistencia de los niveles de desempleo estructural no permitirán mayores descensos en 1995.

Tampoco se espera que disminuya en Japón, ya que las empresas pueden recurrir a las reducciones de plantilla en sus esfuerzos de reestructuración. (EFE)

### Ex países socialistas se quejan por trabas para sus exportaciones

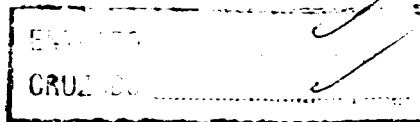
VIENA - LOS PAÍSES europeos del antiguo bloque socialista se quejan de que no se hayan eliminado buena parte de las restricciones impuestas a sus exportaciones a occidente, sobre todo en sectores importantes para ellos como el agrícola y el siderúrgico.

Por otro lado, se lamentan de que productos de los países de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE) cuenten a veces con condiciones más favorables en sus mercados que las propias mercancías del Este, según se refleja en el último estudio de esa organización.

El informe de la OCDE con-

firma que las tarifas de aduana para ciertos productos de interés siguen siendo elevadas y que los países occidentales continúan protegiendo la agricultura, el hierro y acero, productos químicos, textiles y la maquinaria frente a las importaciones más baratas de la Europa del Este.

A los subsidios pagados por los países de la OCDE para proteger a sus propios productos se añaden las restricciones de exportación "voluntarias" que se imponen a los países del Este así como los acuerdos sobre precios, por ejemplo, para los productos siderometalúrgicos. (EFE)



01-01

9500872



y potencie estas aspiraciones.

#### 4. PERSPECTIVAS

4.1. En el Campo político se logró concretar un acuerdo lo suficientemente estable que permita la normalidad inicial de la gestión del nuevo gobierno, llamado acuerdo de "coincidencia nacional".

Se presume que el alcance de este acuerdo será limitado en cuanto a los temas que lo integran (educación, reforma tributaria, privatizaciones de empresas del estado, reglamentación del derecho de huelga, etc.), así como también en el tiempo, pues es lógico suponer que el partido colorado, a medida que se aproxime el nuevo acto electoral, irá tomando distancia con el gobierno.

4.2. El frente Amplio instrumentará una política de confrontación a nivel político y sindical con el propósito de responsabilizar al Gobierno Central de los posibles fracasos en el cumplimiento de las promesas realizadas para su gestión municipal, todo lo cual irá polarizando la opinión pública. En lo que refiere a la presencia del Frente Amplio en la Intendencia Municipal de Montevideo, se prevé que la coalición a través de su gestión en la misma, intentará ampliar su campo de acción, máxime teniendo en cuenta que la instrumentación de políticas de descentralización anunciadas por el intendente electo, permitirá un mayor contacto político de los dirigentes y militantes frenteamplistas con la ciudadanía.

4.3. La situación del Nuevo Espacio, así como la política que éste ha venido realizando, conduce a pensar que sus decisiones estarán más próximas a las del F.A. que a las de los PP.TT., constituyéndose en un aliado de hecho por su finalidad política con la referida coalición.

4.4. Se presume que paulatinamente se llegará a la formación de dos frentes, el formado por la fracción de gobierno y sus aliados parlamentarios por un lado y el frente opositor, integrado inicialmente por los grupos de izquierda, pero que de acuerdo al resultado de las políticas económicas y sociales puede verse ampliado a aquellos sectores que acompañaron el "voto verde" por lo que podríamos asistir a la consolidación del "Frente Verde", en un principio alrededor de temas "éticos" y/o de "Justicia

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIONES

150483

13/10/94

18524

516372

legislación acerca del "blanqueo" de dinero

Parlatino estudia una legislación  
acerca del "blanqueo" de dinero

EL PARLAMENTO LATINOAMERICANO (Parlatino) presentará una legislación modelo sobre "blanqueo" de dinero y extradición, a fin de que las autoridades de todos los países puedan usarla como referencia para eventuales reformas de sus leyes.

La incongruencia de las legislaciones entre países de la región no permite un "eficaz control" del "lavado" de dinero y "los trámites para las extradiciones suelen prolongarse o frustrarse por la burocracia", según declaró

a la agencia de noticias española EFE, el boliviano Guido Camacho.

Camacho, que preside la IV reunión de la comisión en la sede del Parlatino, en San Pablo, añadió que "también se procura buscar un mecanismo para el intercambio de información entre los parlamentos nacionales".

El Parlatino inició en la víspera una nueva ronda de debates para concretar propuestas sobre narcotráfico, derechos humanos y defensa del consumidor.

ENTRADO

CRUZ DU

9500873

01-01

NO. DOCUMENTO

TÍTULO

PROYECTO

FECHA

VINCULACIÓN

OTAN freno intento de Alemania de ampliar la alianza

150483

1/10/94

508062

500145

### OTAN frenó intento de Alemania de ampliar la alianza

SEVILLA - Los países de la OTAN frenaron ayer el intento de Alemania para definir a Polonia, Hungría, Eslovaquia y la República Checa como los candidatos favoritos para ingresar como miembros de la alianza.

EEUU, que teme inquietar a Rusia y Ucrania con una eventual expansión aliada, y los países más

alejados de la región volvieron a contener a Alemania, que capitanea desde hace un año el debate sobre la entrada de sus vecinos en la alianza atlántica. El ministro alemán de Defensa, Volker Ruhe, citó ante sus colegas a los cuatro países del grupo de Visegrado, Polonia, Hungría, Eslovaquia y la República Checa como los primeros candidatos natu-

rales a ingresar en la OTAN.

El ingreso de estos países en la alianza debería ser paralelo a su integración en el resto de las estructuras europeas como la Unión Europea, con la que tienen acuerdos de asociación, y en la Unión Europea Occidental (UEO), de la que ya son miembros asociados, dijo el ministro alemán. (EFE)

a-01

9500874

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
DOCENTE	<u>U.N.I.D.</u>	Herreristas y colorados	
	207 (AGC)		Pedro DUHAGON, Hugo DELGADO, Augusto SOIZA LARROSA
	208 (AC)		Pablo MATTEUCCI RINALDI, Sergio FLEGINSKY, Mario SCHIMCHAK
	209 (CF)		Roberto DE BELLIS, Mario SCHIMCHAK, Raúl PRADERI
	<u>ADUR-FDUU</u>	Gremial	
	219 (AGC)		Ma. Julia MUNOZ MELO, Tabaré ARBIZA Miguel A. MARTINEZ ASUAGA
	220 (AC)		Néstor MACEDO, Jorge O. VERCELLI, Angel M. GINES ALVAREZ
	221 (CF)		Lucas A. ACOSTA, Tabaré GONZALEZ, Ricardo A. ROCA ROFFO
	<u>Pluralismo y Responsabilidad</u>	Blancos PGP - PDC	
	225 (AGC)		Carlos GOMEZ FOSSATI, Victor SORIA, José L. DIAZ
	226 (AC)		Fernando MAÑE GARZON; Pablo AMBROSONI; Gloria MENDOZA
	227 (CF)		Luis CARRIQUIRY; Gonzalo ESTAPE; Nelson MAZZUCHI
	<u>Propuesta</u>	PGP - PDC	
	270 (AGC)		Mariana VARELA BASOVICH; Luis FARAL José L. PEÑA FERNANDEZ
EGRESADOS	271 (AC)		Luis FARAL COLLA; Gonzalo GIAMBRUNO Carlos DUFRECHOU POGGI
	272 (CF)		Glória RUOCO NICOTERA; José L. PEÑA; Carlos DUFRECHOU POGGI
	<u>U.N.I.D.</u>	Herreristas y colorados	
	404 (AGC)		Luis PRADERI; Miguel DICANDRO; José PIÑEYRO
	405 (AC)		Artigas PIANI; Susana PELENUR; Valentin ALVAREZ
	406 (CF)		Rafael GRASSO; Luis F. ALGORTA P. DE LEON; Héctor PUPPO TOURIZ
	<u>Pluralismo y Responsabilidad</u>	MNR - PLP	
	428 (AGC)		Homero BAGNULO; José ARIAS; Jorge CHAPPER PEREZ
	429 (AC)		Alberto DEL CAMPO; Carlos CAGNO; Dante D'OTTONE
	430 (CF)		Efraín MARGOLIS; Fernando MUXI; Antonio CALVO
	<u>Autonomía y Cogobierno</u>	F.A.	
	440 (AGC)		Atilio F. MORQUIO YEREGUI; Roberto AVELLANAL, Ramón C. NEGRO ADAMI

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *Lo OTAN prevé contar con una delegación diplomática en Rusia.*

PROCEDENCIA *150024*

FECHA DE RECEPCIÓN *13/10/94*

VINCULACIONES *508062*  
*507294*  
*507293*

## La OTAN, <sup>(Clas)</sup> en Moscú <sup>13/10</sup>

BRUSELAS, 12 (ANSA y EFE). - La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) prevé contar con una delegación diplomática en el corazón de Rusia para fines de este año, según anunciaron hoy fuentes de la Alianza en Bruselas.

Una pequeña delegación de la OTAN se ubicará en la Embajada de Francia en Moscú con el fin de estrechar los lazos entre la organización y la Federación Rusa.

Las fuentes agregaron que existe un amplio consenso entre los miembros de la Alianza Atlántica, quienes deben formalizar la decisión en el corto plazo.

Una de las primeras tareas de la oficina de representación, dirigida por un diplomático y un militar de la Embajada francesa en Moscú, será cuidar las "relaciones públicas" de la OTAN en Rusia.

El primer equipo de la organización comenzará a funcionar "dentro de un mes aproximadamente" y, "si funciona bien, se abrirá más adelante una sede aliada", aseguraron.

"Nuestra gente podrá seguir de cerca la evolución de las fuerzas armadas en Rusia, la política de defensa y la situación en las antiguas repúblicas soviéticas", indicó un diplomático de la OTAN.

Desde hace varios meses, en la sede Atlántica de Bruselas se han construido oficinas para todos los países que firmaron la Asociación para la Paz.

ENTRADA ☒

CRUZADO ☒

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
<u>INSTITUTO DE PSICOLOGIA</u>			
ESTUDIANTEL	<u>ASCEEP/FEUU</u>	F.A.	
	46 (AGC)		Diego GOMEZ, Michel DIBARBOURE, Fernando BERRIEL
	47 (AC)		Marcello LEGGIADRO, Gustavo PIERRI, Mónica LLADO
	48 (CF)		Fernando BERRIEL, Laura SCARLATTA, Enrico IRRAZABAL
	<u>C.G.U.</u>	P. Nacional	
	16 (AGC)		Marcelo INNELLA RUIZ, Laura LORENZO PERERA, Janina GRIGA SZOSTAK
	17 (AC)		Alejandro PEREIRA, Susana BLANCO, Silvia GARCIA PIEGAS
	18 (CF)		Pamela LAVIÑA, Alejandro PEREIRA, Rosario BARBAGELATA SAIBENE
	<u>Universidad Nueva</u>	PGP-PDC	
	109 (AGC)		Jorge NARDACIONI, Pablo HABERKORN, Gustavo PEREIRA
	110 (AC)		Edgardo PERDOMO, Sandra ANCEL, Silvia SOTO
	111 (CF)		Silvia SOTO, Sandra ARCEL, Edgardo PERDOMO
DOCENTE	<u>ADUR</u>	Gremial	
	234 (AGC)		Juan C. CARRASCO, Carlos KACHINOVSKY, Sandra FILIPPINI
	235 (AC)		Juan C. CARRASCO, Nadal VALLESPER, Doris HAJER
	236 (CF)		Juan C. CARRASCO, Sara BENEDETTI, José ASSANDRI
EGRESADOS	<u>Coordinadora de Psicólogos</u>	Izquierdistas PLP - MNR	
	458 (AGC)		Sylvia ARRAMBIDE, Amelia MASSE ROCCO, Teresita GONZALEZ ARCELUS
	459 (AC)		Amelia MASSE ROCCO, Sylvia ARRAMBIDE, Esperanza Raquel MARTINEZ
	460 (CF)		Sylvia ARRAMBIDE, Alvaro D. RICCARDI, Teresita GONZALEZ ARCELUS
<u>FACULTAD DE QUIMICA</u>			
ESTUDIANTEL	<u>C.G.U.</u>	P. Nacional	
	58 (AGC)		Raúl ZUSPARREGUY, José A. SILVERA, Carlos GARAT
	59 (AC)		Raúl ZUSPARREGUY, Horacio TODESCHINI, Marcia PERCOCO
	60 (CF)		José A. SILVERA, Horacio TODESCHINI, Hugo VALENCIA
	<u>ASCEEP/FEUU</u>	F.A.	
	37 (AGC)		Raúl CHIOZZONE, Alejandra RODRIGUEZ, Mónica GALAN

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE

VINCULACIÓN

Nuevo Sec. Gen. de la OTAN Willy Claes. asumió  
el 19/10 sus funciones.  
150015  
18/10/94  
508062  
65280

## La OTAN en pos de la cooperación europea

El nuevo Secretario General de la OTAN, el belga Willy Claes, asumió ayer sus funciones en el cuartel general de la Alianza Atlántica en Bruselas, y anunció que el objetivo principal de la organización en los próximos años será "desarrollar la cooperación con Europa del Este", en función de una única comunidad de seguridad en Europa.

### BRUSELAS / ANSA

Asimismo, se apuntará a garantizar la seguridad de los países de Europa central y oriental, mantener abierto el diálogo con Rusia, controlar crisis y misiones para el mantenimiento de la paz y consolidar la identidad de seguridad y defensa europea con la Unión Europea Occidental (UEO), basamento de la OTAN.

"No podemos aceptar -añadió Claes- zonas con seguridad diferente ni el aislamiento de algún país".

Claes aclaró que la UEO debe ser un basamento de la alianza atlántica

manteniendo los sólidos vínculos entre Europa y América del Norte.

Claes, de 56 años, un socialista flamenco, dejó el cargo de Canciller belga tras ser designado Secretario General de la OTAN hace tres semanas, por los cancilleres de los 16 países miembro de la alianza.

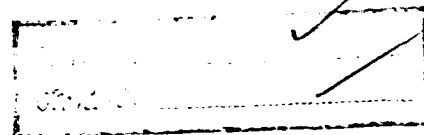
Claes sucede a Manfred Woerner, quien murió en Bruselas por un tumor en agosto pasado.

El nuevo secretario es el octavo desde que surgió la OTAN y el segundo de nacionalidad belga luego de Paul-Henry Spaak, quien ejerció el cargo desde 1957 a 1961.

El Secretario General de la OTAN es el funcionario de más alto rango en la organización y tiene un mandato inamovible de cuatro años.

Preside las reuniones de Ministros del Exterior y de Defensa de la OTAN y del Consejo de Cooperación del Atlántico Norte.

Claes tiene un rango equiparable al de un Primer Ministro.



01-01

9500876



ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
	441 (AC)		Luis A. CASTILLO MALMIERCA, Juan P. SEVERINO, Aquiles H. DELFINO JORAJURIA
	442 (CF)		Julio C. VIOLA PELUFFO, Juan de D. GOMEZ, Margarita M. BURGHÍ MUNAR
	<u>14 de Mayo</u> <u>Interior-FEMI</u>	Izquierdistas PLP-MNR	
	482 (AGC)		Roberto LONG (Soriano), Juan GOMEZ (Artigas), Carlos CUCULIC (Salto)
	483 (AC)		Silvio RIOS (Artigas), Miguel COCCO (Soriano), Italo RUSSI (La Paz)
	484 (CF)		Pedro LOSANTOS (Florida), Jorge BURGEL (Paysandú), Juan PERTUSSO (Rocha)
	<u>Propuesta</u>	PGP-PDC	
	485 (AGC)		Gustavo A. GIUSSI, Antonio PAEZ, Enrique ALBA SUAREZ
	486 (AC)		Mario SALICE, Alvaro HARETCHE LOPEZ, Federico A. y LARA ESPINOLA
	487 (CF)		Hugo SENRA; Federico A. y LARA, Valentín CUESTA ARAMBURU
		<u>FACULTAD DE ODONTOLOGIA</u>	
ESTUDIANTEL	<u>ASCEEP/FEUU</u>	F.A.	
	52 (AGC)		Claudio FERNANDEZ LUZARDO, Viviana MISURRACO, Juan BARRIOS
	53 (AC)		Sandra GOSS, Marcelo ROCCA, Claudio FERNANDEZ
	54 (CF)		Leonardo SALVADOR, Jorge DE GIOBBI, Claudio FERNANDEZ
	<u>Universidad Nueva</u>	PGP-PDC	
	82 (AGC)		Miguel A. CROSA REALE, Ana L. GODOY Ana Cecilia NUÑEZ TEXEIRA
	83 (AC)		Ana L. GODOY MARINAS, Ma. Alejandra BARAC, Carlos M. GONZALEZ COTELO
	84 (CF)		Marcelo CANDEAU, Andrea MASINI, Carlos M. GONZALEZ COTELO
DOCENTE	<u>ADUR-FDUU</u>	Gremial	
	237 (AGC)		Rudemar BLANCO, Eduardo SEGUI, Pablo J. PEBE PEREYRA
	238 (AC)		Juan SASSI, Deli GAGO CAIRELLI, Rudemar BLANCO
	239 (CF)		Delia GAGO CAIRELLI, Rudemar BLANCO, Edwin RABELLINO ZABALEGUI
EGRESADOS	<u>Asociación Odontológica Uruguay</u>	Izquierdistas PLP-MNR	
	425 (AGC)		Luis LAUKO VARELA, Faustino PEREDA
	426 (AC)		Manuel SAA FERNANDEZ, Raúl CASAMAYOU Claude GIBERT FORLANI
	427 (CF)		Ramón VAZQUEZ CARABALLO, Ma.del Huerto MARTIRENA, Gustavo AMORIN SOLSONA

Nº DOCUMENTO  
 TÍTULO *Brigada especial de OTAN se entrena en DINAMARCA*  
 PROCEDENCIA *150014*  
 FECHA DE PUBLICACIÓN *26/10/94*  
 VINCULACIONES *500062*  
*65805*

*Se ajustan los detalles de la nueva estructura defensiva europea*  
**BRIGADA ESPECIAL DE OTAN SE ENTRENA EN DINAMARCA**

*Soldados de doce países, que forman parte de la Brigada de Acción Rápida de la OTAN, realizaron ayer martes, en Dinamarca su último entrenamiento antes de que el grupo esté preparado para entrar en operaciones el próximo año.*

*Es la primera vez que este cuerpo especial móvil realiza maniobras fuera de Alemania, donde tiene su cuartel general desde que decidieron crearlo en 1991 los 16 países miembros de la OTAN, para realizar acciones pacificadoras, disuasorias o bélicas dentro de Europa.*

*Una de las primeras misiones de la Brigada podría ser evacuar de la antigua Yugoslavia a los «cascos azules» de Naciones Unidas, aunque «aún no se nos ha pedido nada», dijo el general de división británico Jeremy Mackenzie, jefe del grupo.*

*La brigada es consecuencia de la nueva estructura de seguridad en Europa y está compuesta de un total de 400.000 hombres, y «aunque nunca podrá ser cien por cien perfecta, dispondremos de un*

*equipo que funciona», añadió Mackenzie.*

*La brigada móvil podrá intervenir en cualquier país europeo, desde Turquía a Noruega, con sólo dos semanas de preaviso, y su misión será prevenir conflictos, actuar como elemento disuasorio ante posibles ataques, o combatir directamente.*

*Las maniobras se iniciaron en la península danesa de Jutlandia el sábado pasado bajo el nombre de «Chinese Eye» (Ojo chino), y finalizarán el 8 de noviembre, manifestó el jefe de la comandancia de la OTAN en Dinamarca, teniente general K.G.H. Hillingsoe.*

*Los 7.000 soldados que participan en el ejercicio militar simulan la defensa de una nación hasta que es capaz por sí misma de movilizar y administrar sus efectivos propios contra el enemigo.*

*Dinamarca acoge el ejercicio porque tiene una «visión más liberal» sobre el asunto, y además los ciudadanos de «más al sur» de Europa han tenido que «soportar grandes maniobras» en el pasado, agregó Hillingsoe.*

ENTREGADO  
 CRUZADO

01-01

9500877

N.º DOCUMENTO  
 TITULO *Brigada especial de OTAN se entrena en DINAMARCA*  
 PROCEDENCIA *1300/4*  
 FECHA DE F.º DE E.º *26/10/94*  
 VINCULACIONES *500062*  
*65805*

*Se ajustan los detalles de la nueva estructura defensiva europea*  
**BRIGADA ESPECIAL DE OTAN SE ENTRENA EN DINAMARCA**

*Soldados de doce países, que forman parte de la Brigada de Acción Rápida de la OTAN, realizaron ayer martes, en Dinamarca su último entrenamiento antes de que el grupo esté preparado para entrar en operaciones el próximo año.*

*Es la primera vez que este cuerpo especial móvil realiza maniobras fuera de Alemania, donde tiene su cuartel general desde que decidieron crearlo en 1991 los 16 países miembros de la OTAN, para realizar acciones pacificadoras, disuasorias o bélicas dentro de Europa.*

*Una de las primeras misiones de la Brigada podría ser evacuar de la antigua Yugoslavia a los «cascos azules» de Naciones Unidas, aunque «aún no se nos ha pedido nada», dijo el general de división británico Jeremy Mackenzie, jefe del grupo.*

*La brigada es consecuencia de la «nueva estructura de seguridad» en Europa y está compuesta de un total de 400.000 hombres, y «aunque nunca podrá ser cien por cien perfecta, dispondremos de un*

*equipo que funciona», añadió Mackenzie.*

*La brigada móvil podrá intervenir en cualquier país europeo, desde Turquía a Noruega, con sólo dos semanas de preaviso, y su misión será prevenir conflictos, actuar como elemento disuasorio ante posibles ataques, o combatir directamente.*

*Las maniobras se iniciaron en la península danesa de Jutlandia el sábado pasado bajo el nombre de «Chinese Eye» (Ojo chino), y finalizarán el 8 de noviembre, manifestó el jefe de la comandancia de la OTAN en Dinamarca, teniente general K.G.H. Hillingsoe.*

*Los 7.000 soldados que participan en el ejercicio militar simulan la defensa de una nación hasta que es capaz por sí misma de movilizar y administrar sus efectivos propios contra el enemigo.*

*Dinamarca acoge el ejercicio porque tiene una «visión más liberal» sobre el asunto, y además los ciudadanos de «más al sur» de Europa han tenido que «soportar grandes maniobras» en el pasado, agregó Hillingsoe.*

ENTREGADO  
 CRUZADO

01-01

9500877

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
DOCENTE	38 (AC)	Gremial	Raúl CHIZZONE, Gianna CECETTO, Daniel MOLINARI
	39 (CF)		Alvaro DIAZ, Gabriel AMARAL, Juan P. GONZALEZ
	A.D.U.R.		
	261 (AGC)		Ma. Antonia GROMPONE, Cayetano R. CANO, José A. FUENTES PEREZ
	262 (AC)		Josefa VILLAR, Laura ZUNINO, Wáshington F. DIANO
EGRESADOS	263 (CF)	Gremial	Dora E. CAMPOS, Ma. Antonio GROMPONE Alberto NIETO CADENAZZI
	Integración		
	401 (AGC)		Jorge ARES PONS, Synda SCASSO DABOVE, Héctor SOTO GALAGORRI
	402 (AC)		Yolanda SARDI, Pablo OLIVER, Rosa Eiraldi SAN MARTIN
	403 (CF)		Ricardo HERNANDEZ LORENZO, Eduardo SAVIO QUEVEDO, Carlos VOLONTERIO ROLANDO
	As. de Ingenieros Químicos		
	476 (AGC)		Carlos F. SALCHI RIGOLI, Juan C. PESOK Joaquín MAS URIOSTE
	477 (AC)		Gonzalo VILLAVEDRA, Luis E. EIREA Antonia GELABERT
	478 (CF)		Andrés LALANNE, Herlado J. BIANCHI, Juan J. CARRRIQUIRY MUJICA
	FACULTAD DE VETERINARIA		
ESTUDIANTEL	Universidad Nueva	PGP-PDC	
	85 (AGC)		Sara BRAGUNDE, Marcela TERZAGHI, Bernardo OTERO
	86 (AC)		Andrea UGOLINI, Mauricio MARTINEZ, Martín APECECH
	87 (CF)	F.A.	Rafaél DIAZ, Claudio CARDOZO, Martín APECECH
	ASCEEP/FEUU		
	34 (AGC)		Marcelo RODRIGUEZ, Rodolfo UNGERFELD, Aldo CALLIARI
	35 (AC)	P. Nacional	Cecilia CAJARVILLE, Alvaro TURA, Gabriela RUIBAL
	36 (CF)		Diego IBARRA, Daniel LABORDE, J. Manuel ZAPATA
	C.G.U.		
	40 (AGC)		Julio RODRIGUEZ, Alvaro DELGADO, Omar ARTOLA
	41 (AC)		Nicolás NEGRIN, Flavio IRURUETA, Carlos DEFEO
	42 (CF)		Julio RODRIGUEZ, José C. NINA, Diego IRAZOQUI

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

OTAN y ONU discuten los bombardeos a Bosnia

150014

28/10/94

508062

501889

507685

507697

Nueva ronda de negociaciones en Nueva York en torno a una nueva agresión

## LA OTAN Y LA ONU DISCUTEN SOBRE BOMBARDEOS A BOSNIA

La OTAN y la ONU no han logrado resolver las dificultades en sus negociaciones para «robustecer» los ataques aéreos en Bosnia, admitió ayer, jueves, la Alianza Atlántica, que «no quiere un acuerdo diplomático», sino algo que realmente cambie las cosas sobre el terreno.

Los negociadores aliados y los representantes de la OTAN van a celebrar hoy una tercera ronda, en Nueva York, confirmaron las fuentes en Bruselas, pese a que tras la reunión del miércoles se dieron por terminadas las negociaciones, sin avances sustanciales.

«Queremos estar absolutamente seguros y convencidos de que el acuerdo al que lleguemos cambiará las cosas», dijeron las fuentes, que reiteraron el deseo de los aliados de que «no haya ninguna ambigüedad» en el momento de aplicar el resultado.

Pese a las dificultades, el clima de diálogo es «bueno» comenta-

ron.

La delegación de la OTAN está encabezada por el secretario general adjunto para asuntos defensivos, Anthony Cragg, mientras que el responsable de la ONU para misiones de mantenimiento de la paz, Kofi Annan, está al frente de la otra.

El principal punto de discrepancia es la multiplicidad de blancos, al menos cuatro, que la OTAN reclama para que la represalia contra las violaciones en Bosnia pueda ser más efectiva.

La ONU está dispuesta a aceptar que haya más de un blanco preseleccionado pero quiere mantener el control sobre cuál de los cuatro blancos se va a atacar.

Los aliados consideran que una vez preseleccionados los objetivos, los pilotos deben tener flexibilidad y libertad para que, según las condiciones atmosféricas o la situación sobre el terreno, puedan atacar a uno u otro, a su discreción.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500278

ORDEN	LISTA	TENDENCIA	CANDIDATOS
	<u>ASCEEP/FEUU</u>	F.A.	
	49 (AGC)		Amílcar DAVYT; Aramis LATCHINIAN; Enrique VELAZQUEZ
	50 (AC)		Arturo MARTI; Ma. Noel CORTINAS; Nelson VILLAREAL
	51 (CF)		Jaime SAAVEDRA; Marina ARMENDARIZ; Graciela MOREIRA
DOCENTE	<u>ADUR-FDUU</u>	Gremial	
	204 (AGC)		Francisco SANGUINEDO; Miguel ANDREOLI; Eduardo HORJALES
	205 (AC)		German D'ELIA; Alvaro LOPEZ; Blanca PARIS
	206 (CF)		Mario OTERO; Carlos ZUBILLAGA; Luis DE LEON
EGRESADOS	<u>Col. de Licenciados en Humanidades y C. del Uruguay</u>	Izquierdistas PLP-MNR	
	422 (AGC)		Pedro CARRAU; Margarita LARRIERA; Eduardo PIAZZA
	423 (AC)		Eduardo PIAZZA; Maricy CAETANO; Cristina CONTERA
	424 (CF)		Rosana CAMPODONICO; Alberto MOSQUERA; Angel CARDOZO
<u>FACULTAD DE INGENIERIA</u>			
ESTUDIANTEL	<u>Universidad Nueva</u>	PGP - PDC	
	91 (AGC)		Fernando PAGANINI; José F. SERRENTINO; Andrés FERIS
	92 (AC)		Pablo ESCALANTE; Gabriel COSTA; Pablo MORAES
	93 (CF)		Alejandro ROSSI; Guillermo MINUTTI; Pablo DELPRATO
	<u>C.G.U.</u>	P. Nacional	
	22 (AGC)		Diego SOSA COSTA; Paula PIVEL; Daniel BOTTI
	23 (AC)		Gabriel UBILLA; Francisco SOMMARUGA; Daniel MARTINEZ
	24 (CF)		Wylfo CAETANO; Gabriel UBILLA; Dionel REMEDIOS
	<u>ASCEEP/FEUU</u>	F.A.	
	4 (AGC)		Fernando TRIAS; Marcelo RICHLY; Rodolfo CHAO
	5 (AC)		Mariela MUTTI; Enrique KATZENSTEIN; Gonzalo CORREA
	6 (CF)		Pablo VALENTI; Luis CATALDO; Gonzalo PONCE DE LEON
DOCENTE	<u>ADUR</u>	Gremial	
	231 (AGC)		Roberto MARKARIAN; Omar DE LEON BOCCIA; Heber ALBINO FREIRIA

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO VI

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCELENCIA

VINCULACIONES

# Argentina volvió a ser más papista que el Papa

La Sexta Conferencia Regional sobre la Integración de la Mujer latinoamericana finalizó con una objeción de Argentina sobre el tema de los derechos reproductivos.

(Por Claudia Selser, desde Mar del Plata) Argentina volvió a dar la nota discordante en el plano internacional al cierre de la VI Conferencia Regional de la CEPAL sobre la Integración de la Mujer. Tras cinco días de debates y en medio de un duro enfrentamiento interno —entre la embajadora Zelmira Regazzoli y la presidenta del Consejo Nacional de la Mujer, Virginia Franganillo—, la delegación firmó la Resolución Final haciendo reservas, como en la Cumbre de Población de El Cairo, en el punto de los derechos reproductivos. En esta objeción, aplaudida con entusiasmo por los grupos Pro Vida y el Opus Dei, Argentina sólo estuvo acompañada por Ecuador.

Los gobiernos de la región debatieron para trazar objetivos estratégicos y planes de acción 1996-2001 para presentar el año próximo en Pekín, China, cuando se celebre la IV Conferencia Mundial de Naciones Unidas sobre la Mujer. Pese a que hubo acuerdo en el diagnóstico, faltó el tiempo para lograr, por consenso, una estrategia global de acción, que será discutida a puertas cerradas en los próximos meses, en Santiago de Chile, por un grupo restringido de delegadas gubernamentales.

El tema de los derechos reproductivos fue uno de los puntos calientes. El jueves por la tarde, cuando las delegaciones oficiales de América latina y el Caribe se aprestaban a poner la firma en el Informe Final, Ecuador y Argentina marcaron reservas, lo que significa que sus países no se comprometen a llevar adelante lo dispuesto globalmente por el conjunto.

Pero, mientras que Ecuador puso entre paréntesis el párrafo que pide el "reconocimiento internacional de los derechos reproductivos de las mujeres", la Argentina terminó objetando, incomprensiblemente, un punto que promovía "la realización de investigaciones que permitan determinar la necesidad de las mujeres en el campo de la salud, especialmente en lo que respecta a salud reproductiva, embarazo precoz, fecundación por área de residencia, nivel educativo y nivel de ingreso; el aborto y su relación con la mortalidad materna; enfermedades específicas, y salud de las niñas y las mujeres de la tercera edad". Con el mismo envión, la delegación argentina puso también entre paréntesis la recomendación de

impulsar "la adopción de medidas de protección de los derechos reproductivos".

Para María José Lubertino, presidenta del Instituto Social y Político de la Mujer, el saldo de esta conferencia es positivo porque por primera vez se van a fijar acciones estratégicas para todos los gobiernos de Latinoamérica en relación con políticas públicas para las mujeres. "Sin embargo —explicó—, lamentamos la imprevista reserva del gobierno argentino en materia de derechos reproductivos porque implica desconocer el concepto universalmente reconocido por la OMS —que contempla la posibilidad de interrupción voluntaria del embarazo— y porque, aun cuando el gobierno argentino no quisiera despenalizar esta práctica, la reserva fue mal formulada: se hizo en un punto que promueve la realización de investigaciones."

Cecilia Lipsyc, que fue convencional nacional por el Frente Grande, opinó que nuevamente el gobierno argentino —como en El Cairo— se coloca de espaldas al verdadero sentir, pensar y hacer de la población. "Nos oponemos firmemente a esta postura que responde a los intereses y presiones del Opus Dei y de los sectores más retrógrados de la jerarquía eclesiástica, que se hicieron sentir en esta conferencia. Recordamos que las encuestas de opinión demostraron que el 54 por ciento de la población argentina está de acuerdo con la despenalización del aborto en los casos de violación y de que peligre la salud de la madre. Nuevamente exigimos que este debate esté en manos de la sociedad argentina porque no le corresponde decidirlo al presidente de la Nación."

En diálogo con Página/12, Virginia Franganillo adjudicó lo ocurrido a una exitosa ofensiva de Cancillería que tuvo en sus manos la coordinación del evento. "Esta reserva está de más, porque la acción promovía la investigación, pero a última hora la embajadora Regazzoli me exigió que la hiciera. El Consejo no participó en la conformación de la delegación oficial, que fue decidida exclusivamente por la Cancillería."

"Nosotras habíamos propuesto que se incluyera a los partidos políticos y a las organizaciones no gubernamentales —se justificó Franganillo— pero no pudimos hacer nada porque recién se confirmó mi nombramiento como jefa de la delegación un día antes de que termi-

nara la conferencia."

El golpe de la Cancillería no fue cosa de último momento. En su carácter de país anfitrión, Argentina logró desplazar a muchas funcionarias especializadas de la región invitando a las primeras damas. Cubrió además con representantes del Opus Dei las plazas reservadas a las agrupaciones argentinas de mujeres.

ENTRADO

CRUZ DO

01-05

9500879



- OBSERVACIONES : Esta afiliado a la IV Internacional.

7. P.T.(T.O.) - PARTIDO DE LOS TRABAJADORES - TRIBUNA OBRERA

- IDEOLOGIA : Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL : 1984 - Participó antes de escindirse en la lista 1917.
- FIGURAS PRINCIPALES : Rafael FERNANDEZ, Juan Carlos ASENSIO, Omar Torena.
- MEDIOS DE COMUNICACION : Publicación "Tribuna Obrera".
- SEDE : Santa Fe 1097 (Tribuna Obrera).
- Participa en el E.M.S..
- OBSERVACIONES : Es una escisión del Partido de los Trabajadores.  
No está afiliado a la IV Internacional. Aparece como vinculado a la FOI (Fracción de Oposición de Izquierda) escindida del P.O. argentino.

8. P.T. (T.T.) - PARTIDO DE LOS TRABAJADORES - TRIBUNA DE LOS TRABAJADORES

- IDEOLOGIA : Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL : 1984 - Participa como lista 1917 obteniendo 488 votos.
- FIGURAS PRINCIPALES : Juan V. ANDRADA, Ignacio SILVA, Sebastián AIRALDI.
- MEDIOS DE COMUNICACION : Mensuario "Tribuna de los Trabajadores".
- SEDE : Canelones 902.
- No integra el E.M.S. por ser más radical.
- OBSERVACIONES : No está afiliado a la IV Internacional. Manifiesta adhesión al P.O. argentino.

9. F.A.U. - FEDERACION ANARQUISTA DEL URUGUAY

- IDEOLOGIA : Anarquista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL : 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES : Juan C. MECIOSO, Roberto LAURASO, José IMAZ.
- MEDIOS DE COMUNICACION : Mensuario "Solidaridad".
- SEDE : Magallanes 1764.
- Integra el E.M.S..
- OBSERVACIONES : acepta la participación en política general.

MARINA SUBIRATS

## "Me pone triste la postura oficial"

(Por C.S., desde Mar del Plata)

"Me ha sorprendido y me ha puesto triste que un país como la Argentina, pionera en muchas cosas en América latina y con un movimiento de mujeres tan fuerte, se alinee con posiciones tan conservadoras como las de la Iglesia" dijo, a título personal, la catalana Marina Subirats, que encabezó la delegación española a la VI Conferencia de la CEPAL. En diálogo con *Página/12*, la directora del Instituto de la Mujer de España habló de los avances legislativos logrados en torno de la despenalización del aborto en su país y cuestionó la posición vaticana sobre derechos reproductivos. "Si tuviéramos que librar todo a la voluntad divina—dijo—no deberíamos curar nuestras enfermedades con medicamentos."

—El tema de los derechos reproductivos volvió a ser un punto de fricción en esta conferencia. ¿Qué pasa en España con la despenalización del aborto?

—Hay una ley de 1986 que permite el aborto en tres supuestos: malformación del feto, peligro para la salud física y psíquica de la madre y violación. Pero consideramos que no es suficiente y por eso hoy se discute un cuarto supuesto, que es la autorización de abortar por la sola voluntad de las mujeres, siempre y cuando no hayan pasado de las doce semanas desde el momento de la concepción. Este proyecto, impulsado por el Instituto de la Mujer y los ministerios de Justicia, Asuntos Sociales y Sanidad, es rechazado por algunos sectores de la población. Sin embargo, fue enviado para su discusión al Parlamento, que es el que debe decidir, y creemos que será aprobado.

—¿Qué opina de la posición argentina en la Cumbre de Población de El Cairo sobre derechos reproductivos, que vuelve ahora a ser enunciada en esta conferencia de gobiernos latinoamericanos y del Caribe?

—Puedo opinar sólo a título personal: me ha sorprendido y me ha parecido triste que un país como la Argentina, pionera en muchas cosas en América latina y con un movimiento de mujeres tan fuerte, se alinee con posiciones tan conservadoras como las de la Iglesia. Creo que hoy la Iglesia está teniendo miedo de que si vamos hacia una sociedad más avanzada, las personas abandonen las creencias y, por lo tanto, intenta frenar los cambios sociales sometiendo a las mujeres a unas leyes contradictorias: si tuviéramos que librar todo a la voluntad divina, la humanidad no debería curar sus enfermedades con medicamentos.

—Durante la conferencia usted hizo hincapié en la necesidad de que



Directora del Instituto de la Mujer de España.

"No es posible librar todo a la voluntad divina."

los gobiernos trabajen para cambiar la imagen social de la mujer. ¿Cómo piensan lograrlo en España?

—Trabajamos con las escuelas en un plan piloto con maestros y también con los medios de comunicación. Los medios, y en especial la publicidad, siguen tratando a las mujeres como si viviéramos aún en una sociedad dividida en roles—el hombre gana el salario y la mujer cuida de la prole—cuando en realidad en las generaciones jóvenes tenemos ya en las ciudades un 80 por ciento de mujeres con trabajo asalariado. Las mujeres también estamos prisioneras de esta imagen que tenemos que revertir para poder exigir nuestros derechos.

—¿Cómo van a hacer para cambiarles la cabeza a los publicistas?

—El Plan de Igualdad de Oportunidades facultó al Instituto de la Mujer para hacer juicio—mediante un abogado del Estado— a las empresas que tengan campañas publicitarias que denigren la imagen de la mujer mostrándolas como putas o como santas obsesionadas por lavar más blanco. Tenemos un teléfono donde la gente

denuncia estos avisos, que son luego analizados a través de un Consejo de Imagen integrado por 11 miembros, entre los que hay organizaciones de mujeres y de consumidores. Si dos tercios de este Consejo está de acuerdo, iniciamos la causa judicial. En teoría vamos a juicio y, si ganamos, la empresa debe retirar su campaña. Pero en los hechos, nunca hasta ahora llegamos ante un juez. Las agencias responsables de los quince avisos cuestionados en un año de trabajo prefirieron negociar antes y los sacaron de sus campañas. Lo que pasa es que el sexismo está escrito en nuestra cultura y no tenemos conciencia de ello. Incluso aquí, las mismas feministas, hablan todo el tiempo en masculino. Justamente por esta ambigüedad hemos reunido en España a un grupo de mujeres lingüistas para elaborar un documento que vamos a discutir con la Real Academia Española y luego, a través de la UNESCO, con los lingüistas de América latina, porque no se puede dar la batalla por separado. No es posible que cada mujer tenga todavía que estar dudando de si es juez o jueza.

OL

9500879

4. S.R. - SOCIALISMO REVOLUCIONARIO

- IDEOLOGIA : Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL : 1984 - No participa en las elecciones con ese nombre.
- FIGURAS PRINCIPALES : Leonardo LONORY, Pablo E. CONZALEZ PONJO, Walter T. BALDA
- MEDIOS DE COMUNICACION : Publicación "Causa Obrera".
- SEDE : No posee.
- Contrario al E.M.S. por ser más radical.
- OBSERVACIONES : Es un desprendimiento del Partido de los Trabajadores. Ha manifestado su apoyo al P.O.R. argentino, desprendido del Partido Obrero (P.O.), que a su vez se conecta con el P.O.R. boliviano.

5. C.S. - CONVERGENCIA SOCIALISTA

- IDEOLOGIA : Trotskista
- ANTECEDENTE ELECTORAL : Participa en elecciones 1984, 163 votos.
- FIGURAS PRINCIPALES : Nancy ESPASANDIN, Héctor CIRIO y Fernando GRECO.
- MEDIOS DE COMUNICACION : Quincenario "Palabra Socialista".
- SEDE : Fernández Crespo No.2125'
- Apoya al M.P.P. aunque se manifiesta contra el F.A..
- Integra el E.M.S..
- OBSERVACIONES : Es partidario de la creación de un Frente de los Trabajadores.  
Integra la LIT-IV Internacional. Vinculado al MAS argentino y CS de Brasil (integrante del PT).

6. P.S.T. - PARTIDO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES

- IDEOLOGIA : Trotskista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL : No participa en elecciones de 1984, volcó su apoyo a la I.D.I..
- FIGURAS PRINCIPALES : Luis SANGUINETT, Juan BERTERRECHE, Mario PARODI.
- MEDIOS DE COMUNICACION : Publicación "La Unidad".
- SEDE : Guayabo 1710
- Ingresó al F.A. en mayo de 1989, como sector departamental.
- Integra el M.P.P.
- Forma parte del E.M.S.

## Informe final de la CEPAL

El Documento de la CEPAL, que firmaron las mujeres de 43 Estados, acordó 11 estrategias principales:

- Incorporar la perspectiva de género en los más altos niveles de planificación del desarrollo, en las políticas y decisiones sociales y económicas para superar la desigualdad en las relaciones entre hombres y mujeres.
- Asegurar la equitativa participación de las mujeres en las decisiones, las responsabilidades y los beneficios del desarrollo.
- Asegurar la provisión constante de los recursos financieros necesarios a las oficinas gubernamentales de la mujer.
- Difundir a través de los medios de comunicación la información detallada sobre los derechos jurídicos de las mujeres y su ejercicio efectivo.
- Promover la participación igualitaria de las mujeres en la toma de decisiones.
- Diseñar indicadores del aporte económico del trabajo doméstico a la sociedad.
- Eliminar el sexismo del sistema educativo formal y no formal.
- Establecer estrategias de comunicación para superar la difusión de imágenes estereotipadas de las mujeres y los hombres.
- Apoyar la causa de los grupos indígenas con el fin de que ellos mismos definan sus metas de desarrollo.
- Asegurar el acceso a todos los servicios de salud integral y la calidad de su prestación.
- Impartir a las mujeres y a los hombres educación sexual desde temprana edad.

ANEXO Nº 1: CARACTERISTICAS DE LAS ORGANIZACIONES MARXISTAS.-

1. M.R.O. - MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO ORIENTAL

- IDEOLOGIA: Marxista-Leninista (Socialismo Nacional)
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Mario ROSSI, Sergio NAPOLI, Oscar ONETTO.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Mensuario "Los Orientales".
- SEDE: Maldonado 1259, esquina Yi.
- Integra el F.A. (sector político departamental)
- Integra el M.P.P. (Movimiento de Participación Popular)
- Integra el E.M.S. (Encuentro de Militantes Sindicales)

2. M.C.P.P. - MOVIMIENTO POR LA CONSTRUCCION DEL PARTIDO DEL PROLETARIADO

- IDEOLOGIA: Marxista - Leninista - Maoista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Julio ARIZAGA (OSE), Cohen PAPPO, José M. GUZMAN.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Periódico "La Verdad", anteriormente "Prensa Sindical".
- SEDE: Se desconoce.
- Apoya al M.P.P.
- Integra el E.M.S.
- OBSERVACIONES: Lo integran ex-P.C.R. (antes M.I.R.) (Movimiento de Izquierda Revolucionaria)

3. A.P.M. AGRUPACION PROPUESTA MARXISTA

- IDEOLOGIA: Marxista - Leninista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Julio LOUIS, Fernando MOYANO.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Publicó tres folletos "Propuesta Marxista".
- SEDE: No posee.
- Apoya al F.A. como medio de llegar al Frente Grande.
- Integra el E.M.S.
- OBSERVACIONES: Actualmente dice estar fuera de funcionamiento y se maneja en forma independiente como grupo de discusión. Lo integran ex-M.I.R. (Movimiento Unificado Socialista Proletariado). Trabaja principalmente en el sector docente.

# Mucho ruido y pocas nueces

En clima de frustración concluyó el último día de setiembre en Mar del Plata, balneario argentino situado a 400 kilómetros de Buenos Aires, la VI Conferencia Regional para la Integración de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social, que convocada por la CEPAL (Comisión Económica para América Latina) integra las actividades preparatorias de la Conferencia Mundial de la Mujer que se llevará a cabo en Pekín el año próximo. Participaron de la reunión delegaciones oficiales de 43 países del continente, que durante cinco días discutieron un plan de acción regional para abordar los principales problemas de las mujeres hasta el año 2000. Se obtuvo un documento de consenso, pero las acciones concretas quedaron sin identificar, con gran disgusto de las organizaciones no gubernamentales, que exigen garantías de incidencia en las próximas instancias de definición.

**L**a VI Conferencia Regional para la Integración de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social de América Latina, celebrada en Mar del Plata, Argentina, durante la última semana de setiembre, registró un extraordinario nivel de participación: intervinieron delegaciones de 43 países de la región, sobre un total de 47 miembros de la convocante Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

Krawczyk destacó que este foro fue "distinto a los anteriores, por la movilización que hubo en todos los países participantes para efectuar el diagnóstico de la situación de la mujer en el continente", del cual surge entre otras cosas, que la pobreza se ha incrementado notoriamente en la región. "Lamentablemente, tenemos 200 millones de personas que viven en estado de pobreza y un 46% de hogares pobres", informó la funcionaria.

La representante de la CEPAL señaló, entre las conclusiones alcanzadas, que "en educación, hemos comprobado que se amplió el abanico de carreras que eligen las mujeres hacia profesiones consideradas tradicionalmente como masculinas". "En términos de salarios —agregó— también hay un aumento de mujeres en los sectores informales, es decir, los que tienen peores salarios. Lo llamativo es que no son los países más pobres los que reflejan este estado de situación sino aquellos más desarrollados".

## EL DIAGNOSTICO ESTA CLARO PERO...

El programa de acción regional aprobado al fin de las deliberaciones tiene como objetivo acelerar el logro de la equidad de género y la cabal integración de las mujeres al proceso de desarrollo, así como el ejercicio pleno de la ciudadanía en el marco de un desarrollo sustentable con justicia social y democracia. Este plan debe servir como instrumento regional de avance de la mujer y como aporte para la Plataforma Mundial que surgirá de la Cuarta Conferencia Mundial de la Mujer que tendrá lugar en Pekín en 1995.

El documento final de la CEPAL expresa que existe "un aumento de la pobreza extrema que afecta proporcionalmente más a las mujeres, y del deterioro de la calidad de vida". También informa sobre "el aumento del desempleo, la pobreza y desigualdad como consecuencia de la crisis de la deuda externa y la adopción de políticas de ajuste y de reestructuración".

Entre los avances, el programa consigna "El interés creciente en la ejecución de programas y proyectos orientados a las mujeres pobres, especialmente las desarraigadas". También puntualiza "el aumento de la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales y no gubernamentales, especialmente de mujeres, en la atención de problemas de la población en condiciones de pobreza".

En cuanto al desarrollo económico y social con perspectivas de género, el diagnóstico final indica como obstáculo "la falta de equidad en el acceso al empleo, el trabajo productivo, la capacitación, las condiciones de trabajo y una persistencia de discriminación étnica y cultural que agrava la posición de mujeres indígenas y negras".

Liber Arce).

Varios episodios sucedidos en 1989 (documentación incautada a un integrante del M26M, el asesinato de 4 policías por un grupo que manifestó poseer ideas y fines revolucionarios) abren interrogantes sobre la existencia de actividades clandestinas no detectadas.

ANEXOS

Nº1 - CARACTERISTICAS DE LAS ORGANIZACIONES MARXISTAS

Nº 2 - NUCLEAMIENTO DE LA IZQUIERDA MARXISTA-LENINISTA



### ... FALTA DEFINIR RESPONSABILIDA- DES

Entre las estrategias para mejorar la situación de las mujeres en el desarrollo, menciona *"asegurar a la población en general, y en especial a las niñas, el acceso a una educación formal e informal que las prepare para el ejercicio de sus derechos y de la ciudadanía plena"*, y *mejorar las condiciones de trabajo de las mujeres mediante la flexibilización del horario de trabajo, la eliminación de la discriminación salarial, el respeto de sus derechos laborales, la provisión de acceso a los sistemas de previsión y seguridad social"*.

El Programa de Acción Regional para las Mujeres de América Latina y el Caribe 1995-2001 fue adoptado por consenso. Sin embargo, el documento que fue distribuido una hora antes de la última plenaria, es vago en cuanto a las acciones concretas que tomarán los gobiernos para atacar de manera continua una serie de problemas que afectan a la región y tienen incidencias negativas en la vida de las mujeres.

El documento se articula en torno a seis áreas cruciales: equidad de género, desarrollo económico y social, eliminación de la pobreza, participación equitativa de la mujer en la vida privada y pública, derechos humanos, paz y violencia y responsabilidades familiares compartidas. A éstas se añadió el reconocimiento de la pluralidad cultural de la región, área que no había sido considerada en el documento inicial de trabajo "para no imponer un esquema cultural precisamente. Es un tema muy difícil de tratar, sobre todo en una comisión económica", explicó Krawczyk.

### PROXIMA CITA: NOVIEMBRE EN CHILE

El principal tema de polémica durante la semana de debates fue el de la salud, en particular los derechos reproductivos. La Conferencia finalizó con reservas de Argentina y Ecuador sobre esta sección del documento, incluyendo la adopción de medidas de protección de los derechos reproductivos de las mujeres.

A pesar de un amplio consenso entre las delegaciones sobre la necesidad de llegar a Pekín con un plan de acción, no se lograron definir de manera estructurada mecanismos, esquemas y medios financieros sólidos para mejorar la situación de la mujer de aquí a fin de siglo.

De hecho, las acciones estratégicas fueron aprobadas de manera provisional. La mesa directiva ampliada de CEPAL, integrada por ocho miembros y presidida por Argentina, se reunirá en noviembre en Santiago de Chile a fin de incorporar las propuestas de los delegados. El secretario del organismo alegó que esto sucedió básicamente por falta de tiempo y por la necesidad de estudiar las acciones con mayor detenimiento.

Esta situación levantó una ola de protestas por parte de las organizaciones no gubernamentales, que temen ser excluidas del proceso final de aprobación del plan de acción, e instaron a la oficialización por los gobiernos de un proceso de consultas nacionales que incluya a las organizaciones de mujeres que participaron en la conferencia.

toría ha oficiado incluso de moderador, por lo que es de prever que la conducción de los conflictos que se generen podrían llegar a ser de mayor profundidad, ante la falta de liderazgo asentado firmemente y las presiones de los grupos radicales.

d. La oposición ya declarada del PIT-CNT a la política económica del nuevo gobierno, a la reglamentación del derecho de huelga, a la modificación de la ley de educación, a la privatización de organismos del estado, y en forma general a toda su política social.

4.8. Un capítulo aparte, lo representa el hecho de la rebaja del boleto capitalino, pues de tener que aumentarse a partir del 01 de junio por la no eliminación de los impuestos nacionales, como pretende el F.A., traerá aparejado un conflicto que puede llegar a ser de importancia, pues al decir de la I.M.L. radical, la rebaja debe ser defendida con el "pueblo en la calle".

4.9. Como resumen se puede concluir que el año 1990 será un año de una agudización de los conflictos sindicales y de profundización de la acción de la I.M.L. a nivel social, a través de los "frentes" ya existentes y particularmente de los centros comunales zonales de la I.M.M. No debe descartarse, así mismo, algún conflicto de importancia cuando a partir del 31 de mayo la I.M.M. no subsidie más el boleto capitalino, previendo responsabilizar por esta situación al gobierno nacional. Así mismo, la población se verá sometida a una movilización constante (recolección de firmas por parte de la enseñanza por un mejor presupuesto, por la eliminación de los impuestos nacionales para mantener el precio del boleto, etc.) lo cual permitirá a la I.M.L. mantener una presencia y presión permanente.

4.10. Sin perjuicio de lo anteriormente anotado y consecuente con ello, siempre estará presente la posibilidad de la subversión en su expresión armada, por parte de elementos desencuadrados de los grupos de la Izquierda Marxista Leninista radical, sea como una acción aislada que podría provocar una reacción descontrolada de impredecibles consecuencias o sea como complemento del trabajo sobre las "masas", en el caso de que por un accidente en la posible acción represiva, surgiese un nuevo mártir (caso

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO *CEPAL: Políticas*

PROCESO

FECH. DE F.

VINCULACION

*mejorar inserción en la e. mundial.*

*150007*

*6/10/94*

*50027*

*30044*

AMERICA LATINA

## CEPAL: sus propuestas para la región

A PRINCIPIOS de este año, la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) publicó un estudio titulado "Políticas para mejorar la inserción en la economía mundial". Según la CEPAL, los países de la región tienen aún mucho por hacer en el ámbito de sus políticas internas para obtener mejores posiciones en la economía internacional.

En la presentación del estudio, la CEPAL señala que el documento no pretende ofrecer recetas universalmente válidas. Su intención es promover un debate sobre aspectos que son, en su opinión, de particular importancia para los países de la región. Esta observación es importante y debería prevenir al lector sobre la tentación de pensar que estas propuestas, aún cuando puedan compartirse, pueden ser aplicadas desconociendo las diferentes condiciones existentes en cada país. No obstante, resulta interesante conocer la posición de este organismo, muchas veces polémico en sus enfoques, sobre este tema y las orientaciones de carácter general que propone.

Como señala la CEPAL, en los años 90 la situación económica de la región ha cambiado de manera considerable si se la compara con el panorama existente en la década anterior. La transferencia neta de recursos financieros al exterior se ha transformado en una masiva entrada de capitales externos. Los grandes desequilibrios económicos se han reducido y se implementaron o se profundizaron reformas en las políticas comerciales en casi todos los países.

Hoy existe un conjunto de elementos favorables que podrían impulsar el desarrollo sostenido de la región y que debe-

rían ser aprovechados por los países de América Latina. Para ello, señala el documento, se requiere que un conjunto de áreas de política, entre ellas la política comercial, la cambiaria, la de desarrollo productivo y la financiera, avancen en forma simultánea y coherente. Según este enfoque, "reducir el fomento exportador a reformas comerciales y a la preservación del equilibrio macroeconómico puede asegurar estabilidad, pero no crecimiento, y menos aún la gestación de procesos endógenos de productividad y competitividad".

Para la CEPAL, "ante importaciones que se expanden más que las exportaciones, y ante un creciente déficit de la cuenta corriente regional, el incremento del quantum exportado aparece cada vez más como una exigencia macroeconómica para sostener la recuperación del crecimiento". Entre las propuestas de la CEPAL en este sentido, evitar el atraso cambiario aparece como una condición "sine qua non" para el éxito de una reforma comercial. Los países de la región deberían mantener un tipo de cambio real favorable y estable en el tiempo. Ese tipo de cambio sería aquel que refleje la canasta de monedas de los socios comerciales del país y se mueva en torno a sus variables de largo plazo, con independencia relativa de condiciones económicas pasajeras y no muy vinculadas a la entrada o salida de capitales de corto plazo. Para mantener un nivel competitivo del tipo de cambio real se debería regular el ingreso de capitales externos y procurar fomentar el ahorro interno, expresa la CEPAL en el estudio.

A su vez deben perfeccionarse los mecanismos contra el comercio desleal

(dumping, subsidios) y las cláusulas de salvaguardia de acuerdo a las normativas del GATT. Asimismo, sería deseable que los países tengan una política activa de promoción de exportaciones, a través del financiamiento, la formación gerencial, la difusión de información comercial, el seguro de exportación, entre otros elementos. Para ser efectivo, el sistema de promoción debería tener cierto grado de selectividad.

En materia de políticas de desarrollo productivo, el estudio de la CEPAL plantea una serie de propuestas en tres áreas: la innovación y difusión tecnológica, la capacitación de la mano de obra y el perfeccionamiento de un mercado de capital de largo plazo.

Por último, el documento analiza los mercados financieros y los efectos de los movimientos de capital sobre las economías de la región, en particular sobre el tipo de cambio y la tasa de interés. En este sentido, sugiere los medios para resolver los conflictos que surgen entre el objetivo de reducir la inflación y los desequilibrios que se generan en el sector externo (déficit en la cuenta corriente). La CEPAL plantea la conveniencia de que los gobiernos cuenten con instrumentos para intervenir directamente en la regulación del ingreso de capitales, desalentando la entrada de aquellos de corto plazo de carácter especulativo.

Más allá del acuerdo o la discrepancia con el enfoque y las orientaciones de política propuestas, el documento de la CEPAL pone sobre la mesa un conjunto de temas relevantes para los países de la región.

ENTRADA

CRUZADO

01-01

9500880

de capitales públicos y extranjeros, en el emprendimiento de proyectos de inversión de gran magnitud y de interés nacional.

\* Sistema financiero:

Asegurar la nacionalización del sistema financiero, manteniendo la propiedad pública mayoritaria de las instituciones adquiridas y dotándolas del estatuto jurídico del cual hoy carecen.

Limitar la actuación de la banca extranjera a una participación minoritaria en el mercado de intermediación del ahorro nacional, subordinando su actuación a las orientaciones del programa financiero nacional.

\* El Estado :

"No puede ser un ente centralizado e ineficiente que uniformice la necesidad, ahogando de esa forma, la potencialidad creadora de las expresiones particulares de sus distintos sectores".

Es necesaria la racionalización de la Administración Pública para ordenar y simplificar el trámite administrativo.

Enfatizar el papel protagónico del Estado como ámbito de compatibilización de los recursos y de definición, orientación y coordinación de las políticas.

\* Reforma Constitucional:

Modificación de las normas de contenido electoral, de tal forma de ofrecer la mayor libertad de elección al ciudadano.

Acentuar los rasgos parlamentarios del régimen de gobierno.

\* Funcionarios Públicos:

Revisión del estatuto de función pública y su aplicación, a efectos de asegurar los incentivos y sanciones adecuadas a su ejercicio eficiente y de consagrar el principio de concurso para el ingreso a la función pública y el cumplimiento de la carrera administrativa.

\* Fuerzas Armadas:

En el punto de programática, titulado "Consolidación Democrática y la Participación Popular", se señala textualmente en uno de sus párrafos : "la concreción de una política militar que tienda a la reformulación de la función, al redimensionamiento y a la integración de

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO *Jóvenes uruguayos según CEPAL prefieren un*  
PROCEDENCIA *1500(5)*  
FECHA DE PUBLICACIÓN *18/10/94*  
VINCULACIONES *510827*  
*507466*

*autoritario*

## Hay jóvenes que prefieren un gobierno autoritario

● Así fue difundido por un informe de la CEPAL

Un alto porcentaje de jóvenes uruguayos preferiría, en algunas circunstancias, un gobierno autoritario a uno democrático, según un informe de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre bachilleres de nuestro país.

Estos fueron los resultados vertidos, luego de un trabajo

basado en una serie de pruebas de evaluación y encuestas a casi 1.800 estudiantes provenientes del Bachillerato Diversificado.

El ex Director de CEPAL para nuestro país, prof. Germán Rama dijo que esa alarmante respuesta tiene que ver con la impaciencia de los jóvenes uruguayos ante el desa-

rollo y ante una modernización real que tardan en concretarse. Los estudios explican que el tipo de demandas de los jóvenes han cambiado y además existe una brecha generacional que los afecta.

"A grandes rasgos, los jóvenes de nuestro país buscan oportunidades para su desarrollo en la órbita laboral, en

la capacitación. Esas son sus preocupaciones prioritarias. Y se encuentran con un mundo paralizado", dijo Rama.

Agregó que esto no quiere decir que los mismos jóvenes tengan un espíritu autoritario ni que lo autoritario sea lo ideal, "sino una impaciencia sobre la lentitud con que se instrumentan los cambios en nuestro país.

"Los resultados de la encuesta indican que estos jóvenes tienen un estado de insatisfacción hacia el sistema político, que no se sienten representados como jóvenes".

El informe de la CEPAL dice también que un tercio de los jóvenes encuestados expresó no sentirse representado por nadie en Uruguay. Sólo un 7,7% manifestó que lo representaba un partido político.

"Lo que pasa es que los muchachos jóvenes ya no creen en los políticos, olfatean los discursos políticos de la modernización, no se sienten identificados ni representados por nadie. Es normal que esto ocurra", concluyó Rama.

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500887

Nº. DOCUMENTO  
TÍTULO *Jóvenes uruguayos según CEPAL prefieren un*  
PROCEDENCIA *1500(5)*  
FECHA DE RECEPCIÓN *18/10/94*  
VINCULACIONES *510827*  
*507466*

*autoritario*

## Hay jóvenes que prefieren un gobierno autoritario

● Así fue difundido por un informe de la CEPAL

Un alto porcentaje de jóvenes uruguayos preferiría, en algunas circunstancias, un gobierno autoritario a uno democrático, según un informe de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre bachilleres de nuestro país.

Estos fueron los resultados vertidos, luego de un trabajo

basado en una serie de pruebas de evaluación y encuestas a casi 1.800 estudiantes provenientes del Bachillerato Diversificado.

El ex Director de CEPAL para nuestro país, prof. Germán Rama dijo que esa alarmante respuesta tiene que ver con la impaciencia de los jóvenes uruguayos ante el desa-

rollo y ante una modernización real que tardan en concretarse. Los estudios explican que el tipo de demandas de los jóvenes han cambiado y además existe una brecha generacional que los afecta.

"A grandes rasgos, los jóvenes de nuestro país buscan oportunidades para su desarrollo en la órbita laboral, en

la capacitación. Esas son sus preocupaciones prioritarias. Y se encuentran con un mundo paralizado", dijo Rama.

Agregó que esto no quiere decir que los mismos jóvenes tengan un espíritu autoritario ni que lo autoritario sea lo ideal, "sino una impaciencia sobre la lentitud con que se instrumentan los cambios en nuestro país.

"Los resultados de la encuesta indican que estos jóvenes tienen un estado de insatisfacción hacia el sistema político, que no se sienten representados como jóvenes".

El informe de la CEPAL dice también que un tercio de los jóvenes encuestados expresó no sentirse representado por nadie en Uruguay. Sólo un 7,7% manifestó que lo representaba un partido político.

"Lo que pasa es que los muchachos jóvenes ya no creen en los políticos, olfatean los discursos políticos de la modernización, no se sienten identificados ni representados por nadie. Es normal que esto ocurra", concluyó Rama.

ENTRADO  
CRUZADO

01-01

9500887

Cabe destacar que el P.G.P. ha perdido, luego de la ruptura con el F.A., dirigentes del Frente Sindical de primera línea como ser Mabel PIZARRO (FUM) y Manuel NEGRO (AEBU), que fundaron el "Movimiento 20 de Mayo" en el Frente Amplio.

Es significativo también resaltar que integrantes del P.G.P. que pertenecen a distintos sindicatos emitieron una declaración señalando que la Secretaría Nacional Sindical pegepista no se ha planteado realizar alianza alguna para crear otro polo de opinión en el PIT-CNT. Esta declaración cuenta con las firmas de Carlos CASTALDI (AEBU/Banca Privada), Henio PALOMERA (AEBU/Banca Oficial), Carlos MARTINEZ (Centro de Maquinistas Navales), José GEROLAMI (Federación ANCAP), Andrés DOMINGUEZ (FOICA), Haydeé BENTANCOR (ADEOM), Carlos CHIAPARELLI, Roberto TEALDI, Ana PERDOMO y Zelmar PLAZZA (ATSS).

En el ámbito estudiantil, la lista 98 que uniera el P.G.P. - P.D.C.- P.S., se dividió, uniéndose las dos primeras agrupaciones bajo la denominación "Por una Universidad Nueva".

En las elecciones universitarias (15/JUL/89), la lista "Por una Universidad Nueva" se presentó en nueve facultades, obteniendo únicamente dos representantes en las Asambleas del Claustro de las Facultades de Derecho e Ingeniería.

## 2.5. Vinculaciones Internacionales.

### 2.5.1. Partido Por el Gobierno del Pueblo.

El P.G.P. mantiene vinculaciones con la Fundación alemana Friedrich Ebert, de tendencia social-democrática y vinculada a la Internacional Socialista (I.S.)

Según fuentes confiables el P.G.P. recibió U\$S100.000 de la I.S. y se estima que esa ayuda se incrementaría tras su alejamiento del F.A..

Es significativo resaltar que este partido solicitó ingreso a la I.S. en octubre de 1984 durante la realización de una reunión del BUREAU de la organización llevada a cabo en Río de Janeiro. Desde ese momento el P.G.P. ha sido invitado a todos los eventos de la I.S. en carácter de observador.



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_  
TITULO Reseña a CEPAL 4.º. de ciencia y tecnología en  
PROCEDENCIA 150093  
FECHA DE 19/10/94  
VINCULACIONES 510824  
30044

4.º. de ciencia y tecnología en  
continente

### Preocupa a CEPAL situación de la ciencia y tecnología en continente

19/10

El secretario de la Comisión Económica Para América Latina y el Caribe (CEPAL), Ernesto Ottone, sostuvo que se observa un enorme vacío en Latinoamérica, en el área de la ciencia y la tecnología, por lo cual "hay un amplísimo campo por desarrollar".

Ottone, de nacionalidad chilena, mencionó que la región representa el 8,5 por ciento de la población mundial, pero sólo produce el 1,5 por ciento de las ideas. "En este campo -dijo- hay una relación muy negativa que nos impide ser los protagonistas del siglo XXI. América Latina tiene que superar una situación muy seria en este campo".

Entrevistado por la revista Cooperación, dependiente de la Corporación de Cooperación Internacional, Ottone propició el intercambio de conocimientos y experiencias entre los países. "Hay, por ejemplo -dijo- capacidad gerencial acumulada en determinados países. En la medida en que los conductos del comercio sean más fluidos, más abiertos y se desarrollen, ya a producirse una mayor capacidad de los países de interrelacionarse en la cooperación".

Sostuvo que no es tan importante que los científicos emigren, como que haya un contacto fuerte con los centros de investigación, de manera que "los científicos puedan irse pero a la vez seguir investigando. Que no haya un patrimonio que pierda, sino que esté allí, que se intercomunique".

Ottone expresó que no hay que mirar este fenómeno con los ojos de ayer, como una fuga de cerebros, "sino pensar en sistemas que se integran mucho más fluidamente".

A nivel regional, opinó, "la mayor interconexión entre los científicos puede aumentar la masa crítica de la ciencia y la tecnología, en proyectos de excelencia, con mayor relevancia que si los tuviera un solo país en particular".

ENTR. DE \_\_\_\_\_  
CRUZADO \_\_\_\_\_

01-01

950088/2

Este hecho ha generado una larga polémica con el senador Manuel FLORES SILVA, líder de la C.B.I. que también intenta afiliarse a la I.S..

2.5.2. Partido Demócrata Cristiano.

Respecto a sus vinculaciones internacionales, el P.D.C. pertenece a la Internacional Demócrata Cristiana y a la Organización Demócrata Cristiana de América (O.D.C.A.).

En la última reunión de la O.D.C.A. en Buenos Aires (ABR/89), se juzgó que el alejamiento del P.D.C. del F.A. constituyó un hecho positivo en relación a los lineamientos generales que dicha organización impulsa, sobre la base de excluir a las fuerzas marxistas de to dos los proyectos en los cuales participa la democracia cristiana.

Asimismo, el P.D.C. mantiene vinculaciones con la Fundación alemana Konrad Adenauer. Es presumible que como consecuencia de su ruptura con el F.A., la Democracia Cristiana uruguaya logre nuevamente el apoyo económico de esta organización ya que el mismo había sido suspendido presumiblemente por sus vinculaciones con sectores marxis tas-leninistas dentro del F.A..

Este partido recibe también apoyo de la Central Mundial de Trabajadores (filiación Demócrata Cristiana) a través de A.S.U., cuyo nexo es el dirigente Mitil FERREIRA, ya mencionado.-

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIÓN

Informe de CEPAL sobre educación  
1500/5  
23/10/94  
510827  
527466

## Informe de C. Entregaron e

**MERCEDES** (por Daniel Rondán).- Alto porcentaje de alumnos que no saben siquiera resolver una regla de tres simple; uso lingüístico muy pobre; faltas ortográficas alarmantes, incapacidad para estudiar y desinterés, pautan un inquietante estado de la educación uruguaya.

Coincidiendo con que las perspectivas son tremendamente alarmantes y exigen un cambio a fondo, los docentes de Mercedes se muestran tan preocupados como los padres por una realidad educativa que ha llegado a límites intolerables.

Un informe difundido por la CEPAL sobre la formación de los alumnos de sexto de Secundaria complementó un informe emitido tiempo atrás estableciendo que el 30% de los encuestados no saben ni siquiera resolver regla de tres simples.

En cuanto a idioma español, las pruebas demuestran que los estudiantes uruguayos tienen un bajísimo uso de las palabras, con un 30% que presenta grandes limitaciones, con faltas ortográficas en ocho palabras contenidas en una sola línea y, además, problemas de sintaxis y puntuación. El desinterés y la inasistencia de estudiantes y docentes figuraron también en el extenso informe sobre el sistema educativo uruguayo y ha originado un pedido de informes a la Administración Nacional de Educación Pública.

### Preocupación docente

Roque Edison Arregui, conocido docente y dirigente gremial en el magisterio de Soriano, sostuvo que, independientemente de las materias básicas como matemáticas e idioma español, no se llega a

En la enseñanza media concretamente -dijo Arregui- solamente el 30% de los docentes ha egresado del IPA y un 50% de los docentes no cuenta con la necesaria preparación. La escasez de libros es alarmante, dado que lo repartido últimamente es insuficiente de modo total.

Por lo demás, la situación interna de los centros de estu-

dio se exterioriza motivando económicamente incidentes cambiantes en los resultados. Dijo que tres grabaciones estu-

**EN TV 10 UD. QUEDA  
SABIENDO TODO LO  
QUE SUCEDE EN  
NUESTRA  
FRONTERA**

TEL: 5246-5247  
COLONIA  
TEL: 4887-3398  
RIVERA

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500883

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIÓN

Informe de CEPAL sobre educación  
1500/5  
23/10/94  
510827  
527466

# Informe de CEPAL sobre educación

**MERCEDES** (por Daniel Rondán).- Alto porcentaje de alumnos que no saben siquiera resolver una regla de tres simple; uso lingüístico muy pobre; faltas ortográficas alarmantes, incapacidad para estudiar y desinterés, pautan un inquietante estado de la educación uruguaya.

Coincidiendo con que las perspectivas son tremendamente alarmantes y exigen un cambio a fondo, los docentes de Mercedes se muestran tan preocupados como los padres por una realidad educativa que ha llegado a límites intolerables.

Un informe difundido por la CEPAL sobre la formación de los alumnos de sexto de Secundaria complementó un informe emitido tiempo atrás estableciendo que el 30% de los encuestados no saben ni siquiera resolver regla de tres simples.

En cuanto a idioma español, las pruebas demuestran que los estudiantes uruguayos tienen un bajísimo uso de las palabras, con un 30% que presenta grandes limitaciones, con faltas ortográficas en ocho palabras contenidas en una sola línea y, además, problemas de sintaxis y puntuación. El desinterés y la inasistencia de estudiantes y docentes figuraron también en el extenso informe sobre el sistema educativo uruguayo y ha originado un pedido de informes a la Administración Nacional de Educación Pública.

## Preocupación docente

Roque Edison Arregui, conocido docente y dirigente gremial en el magisterio de Soriano, sostuvo que, independientemente de las materias básicas como matemáticas e idioma español, no se llega a cumplir con los objetivos del programa, por lo que todos están de acuerdo con que la realidad es muy grave.

Al analizar las causas del deterioro, Arregui opinó que en primer lugar el tiempo pedagógico es poco, la capacitación docente necesita un fuerte incremento y los materiales didácticos son insuficientes.

En cuanto al tiempo de estudio, los intentos de extender a los sábados las horas de clase no se reflejaron como resultados apreciables en las mediciones realizadas, ya que no disminuyeron los índices de repetición.

La propuesta es una jornada más extensa que, por ende, necesita más recursos y mayor número de docentes.

En la enseñanza media concretamente -dijo Arregui- solamente el 30% de los docentes ha egresado del IPA y un 50% de los docentes no cuenta con la necesaria preparación. La escasez de libros es alarmante, dado que lo repartido últimamente es insuficiente de modo total.

Por lo demás, la situación interna de los centros de estudio se agrava por el entorno exterior, donde la falta de motivación, los problemas económicos y familiares, y la incidencia de la televisión, han cambiado radicalmente los resultados formativos de los jóvenes.

Dijo Arregui que en Montevideo, CEPAL dividió en tres grandes zonas la población estudiantil, conviniendo que en la de nivel más alto (Carrasco, Pocitos y Malvín) había un reflejo de rendimiento entre bueno y muy bueno. En la zona media los resultados eran bajos y en la periferia, donde existen niveles muy altos de población, los rendimientos eran excepcionalmente bajos.

Imposibilidad de revertir

Al no poderse revertir esta realidad por la falta de una política agresiva de educación, los resultados seguirán estancados; en opinión de Arregui. Sin recursos y sin dedicación no puede esperarse otra cosa, añadió. Las Asambleas Técnico Docentes que tomaron

con entusiasmo la posibilidad de sugerir algunas soluciones consideradas urgentes, han llegado a la conclusión de que no hay receptividad alguna para sus opiniones, al punto que los docentes han comenzado a preguntarse para qué sirven si de antemano se sabe que no serán escuchadas.

ENTRADO

CRUZADO

01-01

9500883

Por su parte el senador Carlos Julio PEREYRA ratificó su decisión de comparecer a las elecciones con su compañero de fórmula -- Uruguay TOURNE, bajo el lema Partido Nacional.

2.3.5. Con posterioridad a la separación del P.G.P. del F.A. y ya consumada la formación del "Nuevo Espacio", declaraciones de Hugo BATALLA a una emisora radial del interior recogidas por el diario "La República" del 30 de julio trajeron el tema nuevamente al primer plano de la atención pública. Al recordar que le había dicho "a 11 mil metros de altura" a C.J. PEREYRA que si fuera posible la fórmula él no tendría inconvenientes en ser su vice, BATALLA justificó las especulaciones hechas oportunamente, lo que motivó una dura reacción de las fuerzas del F.A., particularmente del P.C.U., que acusaron al líder de la 99 de haber usado un doble discurso estando todavía dentro de esa coalición.

2.3.6. El P.D.C. ha manifestado con mucho menor asiduidad sus afinidades, no obstante recientemente LEZCANO ha ratificado las coincidencias que tuvo con el M.N.R., con muchas propuestas de P.L.P. y con el propio F.A.. Como perspectiva de futuro señaló : "no creo que el Nuevo Espacio pueda hacer alianzas de gobierno con los proyectos neoliberales que expresan tanto Jorge BATLLE como LACALLE ..." (AQUI, 15/ AGO/89).

#### 2.4. Actuación en el campo sicosocial.

En este ámbito, los grupos principales - P.G.P., P.D.C. - que integran el "Nuevo Espacio" tienen variada presencia en las organizaciones sindicales, tanto laborales como estudiantiles.

En el área laboral se encuentran en algunos casos actuando en forma conjunta bajo la denominación de "Lista 98" con el P.S.U., en otros casos actuando en listas diferentes o inclusive integrando con otros partidos o agrupaciones, acorde a la realidad particular de cada grupo.

Según fuentes confiables se puede establecer que el P.D.C. recibe apoyo económico de la Central Mundial de Trabajadores - de filiación Demócrata Cristiana - a través de A.S.U. (Acción Sindical Uruguaya) cuyo nexo es el dirigente sindical Mitil FERREIRA.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROCESO

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

La asamblea de la SIP en Toronto

## Hay libertad de prensa en la

**Violencia:** la reunión debatió los problemas para el ejercicio del periodismo en el hemisferio y llamó a que se ponga freno a la impunidad que se observa en varios casos de agresión a los hombres de prensa.

TORONTO, 17 (AP).— La Sociedad Interamericana de Prensa inició hoy su 50ª asamblea general con un llamado a que se ponga freno a la impunidad que se está dando en casos de actos de violencia contra periodistas y periódicos.

El director de LA NACION y vicepresidente para la Argentina de la Comisión de Libertad de Expresión, Bartolomé Mitre, dijo que cuando se inició el proceso de reforma de la Constitución surgieron "profundas dudas" sobre cómo podría afectar la libertad de prensa en la Argentina, pero que "gracias a la prédica constante de los medios" se evitó que se recortasen las garantías constitucionales en vigor.

Eduardo Ulibarri, director del diario La Nación, de San José, y presidente de la Comisión de Libertad de Prensa e Información, recordó en el discurso inaugural que aun cuando "la democracia se sigue consolidando" en el continente, se sigue produciendo "la agresión más brutal" contra esa libertad: "el asesinato de periodistas".

Ulibarri dijo que la situación se daba en momentos, también, en que la Declaración de Chapultepec recibía mayor impulso. El documento fue formulado en la capital mexicana en marzo último por líderes políticos, escritores, académicos, abogados constitucionalistas y directores de periódicos de las Américas.

El objetivo de la declaración es sentar los principios necesarios para el cumplimiento del papel esencial de la prensa.

### Víctimas de la violencia

Ulibarri señaló que en casi un año, desde la asamblea de 1993, en noviembre, en Bariloche, Argentina, 19 periodistas han muerto violentamente en el continente. La cifra total para los últimos seis años —agregó— es de 145.

"Es indignante ver cómo se aplazan los crímenes de periodistas mientras sus responsables permanecen inaccesibles a la Justicia. Y es alarmante que una de las primeras secuelas de esta impunidad sea la frustración ciudadana y, con ella, la desconfianza generalizada en las autoridades, el imperio de la ley y los tribunales."

Indicó que esa situación es más dramática en Colombia, Guatemala y México, donde se ha producido el mayor grado de criminalidad contra periodistas. En esos países, añadió, son casi inexistentes los casos que llegan a juicio.

Ulibarri dijo que aun cuando el freno de esa impunidad debe ser foco constante de atención de la SIP, tampoco se debe olvidar "la permanencia en Cuba de un régimen despótico y anacrónico" y las "tendencias hacia las regulaciones excesivas y los controles sobre la prensa" que no han cesado en varios países democráticos del continente.

La asamblea se extiende hasta el jueves, cuando se redactará el informe final sobre la libertad de prensa.

### Amenaza del narcotráfico

Raúl Kraiselburd, presidente de la SIP y director del diario El Día, de La Plata, dijo que narcotraficantes también amenazan a los periodistas, convirtiéndose en un nuevo elemento que afecta la libertad de expresión.

"La muerte de muchos periodistas puede responder a ese narcotráfico y como sus muertes están impunes pueden responder a ese efecto aunque no podemos afirmarlo rotundamente", expresó en declaraciones al diario El Popular, de Toronto.

Kraiselburd dijo que en estos momentos la SIP estudia la posibilidad de crear comisiones de periodistas que estarán encargados de llevar a cabo investigaciones sobre las muertes de sus colegas.

"Creemos que eso puede ser un mecanismo, ya que hoy han mejorado las condiciones políticas en algunos países."

### Asesinatos en Colombia

Luis Fernando Santos, de El Tiempo, de Bogotá, relató el asesinato de siete periodistas radiales y de prensa escrita, aunque aclaró

que esta situación se produce como parte de la situación general del país. "Se vive hoy —agregó— una mejor situación."

Santos detalló atentados de bombas contra emisoras de radio y televisión y sus plantas generadoras o instalaciones de antenas y el asesinato de locutores, periodistas y empresarios de los medios de prensa.

La situación de violencia general en el país "afecta forzosamente a los periodistas".

### El discurso del Dr. Mitre

Las palabras del director de LA NACION, doctor Bartolomé Mitre, fueron las siguientes:

"La reforma de la Constitución nacional acordada por los dos principales partidos políticos de la Argentina, el justicialista en el Gobierno y el radical, de la oposición, hizo despertar profundas dudas sobre cómo se podría afectar la libertad de prensa existente en el país."

"Sin embargo, al concluir las sesiones de la Asamblea Reformadora, en agosto último, pudimos decir que, gracias a la prédica constante de los medios de prensa, se impidió que se recortasen peligrosamente las garantías constitucionales en vigor."

"Tal como ocurre en otros países, hay políticos y funcionarios que desean manipular a los medios de comunicación y de esa manera buscan fórmulas legales, aunque a veces procuren sus objetivos inclusive con la violación de los preceptos constitucionales. Es la constante batalla en que nos vemos involucrados en todo el continente y que ha llenado la historia de la SIP."

"En nuestro país, los partidarios del mal denominado derecho de réplica trataron de hacerlo entrar en la Constitución en virtud de una disposición por la cual se dio jerarquía constitucional a diez tratados internacionales, entre ellos el Pacto de San José de Costa Rica, sobre derechos humanos."

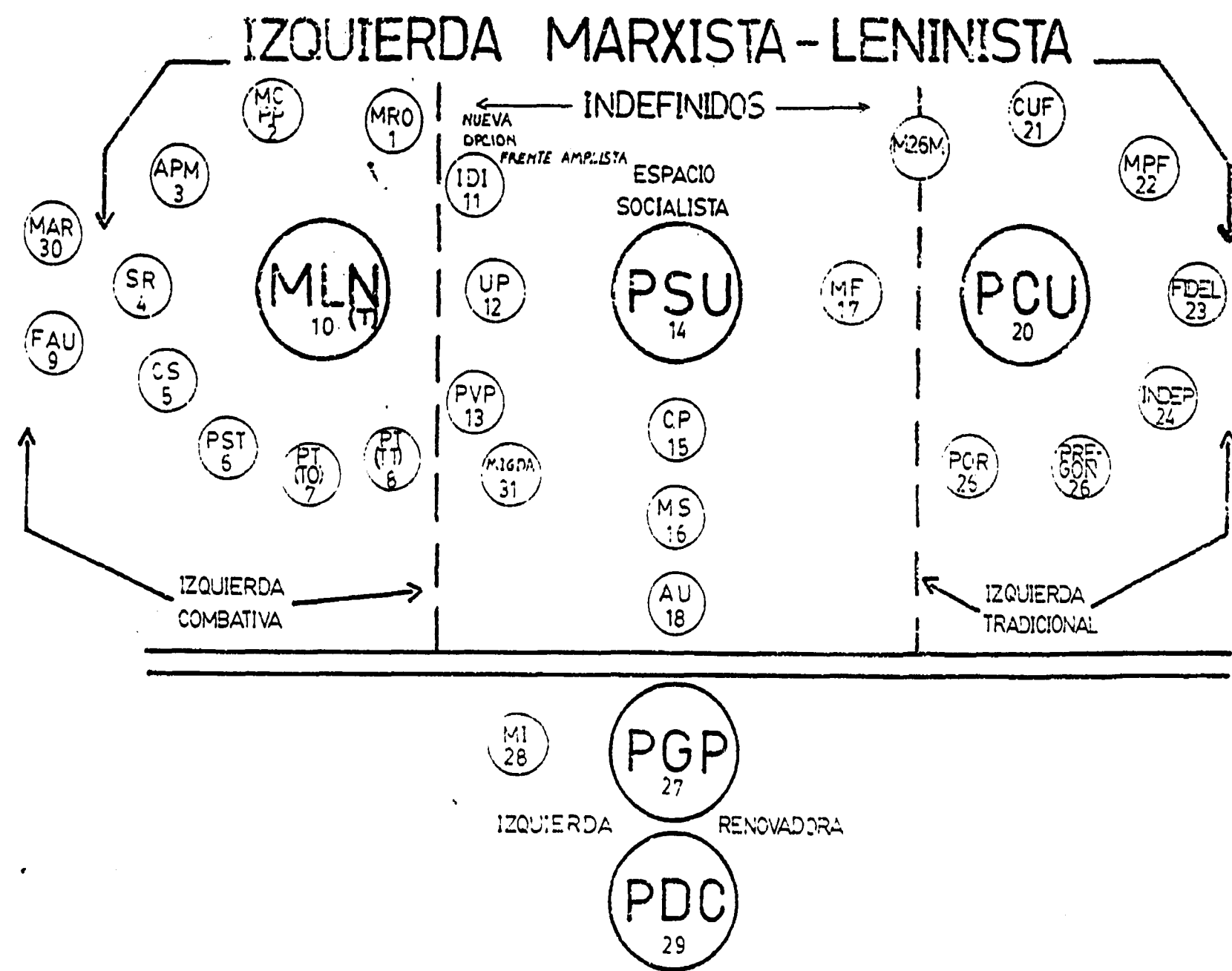
"Al arrebatar la acción de la prensa en contra de esa medida, el presidente de la República, Carlos Menem, volvió a pronunciarse en contra del derecho de réplica, pero algunos convencionales tanto del oficialismo como de la oposición no parecían dispuestos a seguir esa línea de pensamiento, mientras que

ENTRADO

CRUZADO

01-02

9500884



NOTA - Los números sólo indican una referencia para el detalle que se desarrolla en las páginas siguientes.

8901653



# Argentina, dijo el Dr. Mitre

otros compartían nuestra preocupación.

## Derecho de réplica

Sólo persistentes campañas de esclarecimiento público y de largas conversaciones con los convencionales reunidos en la ciudad de Santa Fe dieron como fruto que se limitaran los alcances del Pacto de San José, al disponerse finalmente que no se derogara ningún artículo de la primera parte de la Constitución nacional, que entre otros derechos intangibles prohíbe toda forma de censura y la sanción de leyes restrictivas para la libertad de prensa (artículos 14 y 32).

Se evitó así que se apliquen en la Argentina las disposiciones del Pacto de San José de Costa Rica sobre derecho de réplica y censura previa, en este último caso para los espectáculos públicos. Es bueno reiterar constantemente, como lo hicimos en la Argentina en esta batalla ganada, que la réplica compulsiva es un acto de censura y generador, voluntario o no, de autocensura. Es así porque obliga a un medio de prensa a expresar algo contra su voluntad, lo que equivale a impedirle la manifestación de lo que piensa, y es censura tanto prohibir a alguien decir lo que quiere decir, como obligarlo compulsivamente a poner gratuitamente al servicio de otra persona o institución sus páginas, sus recursos periodísticos y empresarios y el trabajo de sus periodistas y empleados.

El Pacto de San José sólo autoriza la aplicación del derecho de réplica cuando se trata de medios de difusión legalmente reglamentados, situación no abierta en la Argentina porque no existe reglamento alguno sobre la forma de difusión de las informaciones en la prensa. Cabría, sí, la aplicación lógica de ese derecho en un medio de propiedad estatal, al cual debe suponerse que deben tener acceso razonable todos los ciudadanos ya que es sostenido económicamente por todos.

## Confidencial

La Asamblea Reformadora aprobó el artículo 43 sobre hábeas data, pero a continuación se dispuso que no podrá afectarse el secreto de las fuentes de información periodística. Este hábeas data esta-

blece que toda persona podrá interponer acción expeditiva y rápida de amparo para tomar conocimiento de los datos referidos a ella, y de su finalidad, que consten en registros o bancos de datos públicos y privados destinados a proveer informes, y en caso de falsedad o discriminación, para exigir su suspensión, rectificación, confidencialidad o actualización de aquellos. Como decimos, esto no alcanza al secreto de las fuentes de información periodística. Más aún: el secreto profesional de los periodistas, que hasta aquí carecía de reconocimiento legal alguno, tiene ahora en la Argentina jerarquía constitucional.

La Constitución de Buenos Aires, la provincia más importante del país —también reformada en su contenido—, incorporó claras disposiciones con la garantía, no solamente de que el periodista no podrá ser obligado a revelar las fuentes informativas, sino de que los medios no serán obligados a rectificar los datos que publiquen.

Existen algunos temas de preocupación.

En el Congreso está pendiente de consideración un proyecto de ley enviado por el Gobierno por el cual se aumentan desmesuradamente las penas por los delitos de injurias y calumnias, evidentemente dirigidas a intimidar a la prensa. Se proponen para el periodismo sanciones más severas que las correspondientes a funcionarios que se enriquezcan ilícitamente.

En la Comisión de Asuntos Constitucionales del Senado Nacional se aprobó una modificación reglamentaria por la cual esa Cámara se adjudica poderes para arrestar hasta 10 días a la persona que esa rama parlamentaria considere que afectó los fueros de un senador. En un pasado no muy distante, responsables de medios periodísticos fueron detenidos por expresar críticas o discrepancias con la opinión de parlamentarios. Este proyecto es una grave amenaza para la libertad de expresión y de prensa y afecta la independencia de los poderes.

## Amenazas

En la provincia de Jujuy el periodista Ricardo Martínez, de El Tribuno, recibió amenazas anónimas cuando investigaba las

graves quemaduras que sufrió en un atentado el joven Héctor Pérez.

Una situación de acoso judicial se ha denunciado en la ciudad de Resistencia, provincia del Chaco, donde el director de El Diario, Jorge Alejo Farizano, ha tenido que soportar 15 querrelas de origen oficial y ahora la policía se ha negado a suministrar información que hace llegar a otros medios.

El diario Hoy en la Noticia, de la ciudad de La Plata, provincia de Buenos Aires, ha reclamado administrativamente, y también ante la Justicia, contra la medida de un inspector del Ministerio de Trabajo. Por la misma se le comisionó a distribuir sus ejemplares por la Cooperativa de Vendedores de Diarios, Revistas y Afines de La Plata. Hoy en la Noticia, por entender que esa cooperativa no atendía sus mejores intereses, había decidido entregar la distribución y venta a otras organizaciones.

El diario La Arena, de Santa Rosa, provincia de La Pampa, denunció discriminación en la publicidad oficial. Demostró que mientras reúne el 43 por ciento de la publicidad de origen privado, sólo tiene el 9 por ciento de la publicidad oficial.

Lothar Draeger, corresponsal de La Arena en la ciudad de Toay, fue amenazado de muerte por un concejal municipal y el padre de éste, después de informar, sin dar nombre, que el edil había sufrido el embargo de sus remuneraciones por pedido del Banco de La Pampa.

## Imputaciones

Hace dos semanas el ex presidente Raúl Alfonsín entregó una declaración pública con críticas llamativas al diario LA NACION y a su columnista político Atilio Borón, por entender que ese medio hace campaña de desprestigio en su contra. El diario respaldó a su comentarista, ratificó el contenido de sus páginas editoriales y señaló que «las absurdas imputaciones del presidente del comité nacional de la Unión Cívica Radical en contra de LA NACION revelan un preocupante grado de autoritarismo e intemperancia».

El balance general es que la Argentina está atravesando el más prolongado período de libertad de prensa de sus últimos 50 años de vida, y en 1995 se elegirá democráticamente presidente por un tercer período constitucional, sin que el proceso legal haya sido interrumpido.

MEMORANDUM

ASUNTO : SITUACION GENERAL DE LA IZQUIERDA

12/1/89

REF. - Conflicto MLN(T) - PCU del 11/1/88

- La Izquierda Combativa del 31/11/88
- La Izquierda Renovadora del 08/11/88

8901653

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Lo Libertad de Prensa en AMERICA (EDITORIAL)

150095

24/10/94

12608

## La libertad de prensa en América

**A**UNQUE la democracia se sigue consolidando en el continente y la mayoría de los gobiernos han ratificado su compromiso con la libertad de expresión, la situación del periodismo sigue presentando aspectos sombríos o preocupantes en algunos países de América. Esa es la visión que ha dejado, como saldo, la quincuagésima asamblea general de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), celebrada en Toronto.

La entidad señaló que el asesinato de periodistas se ha convertido en la peor amenaza para la libertad de prensa en la región y censuró la pasividad de los sistemas judiciales, que en general no han acertado a dar respuestas categóricas ante ese mal. Desde la última asamblea de la SIP, efectuada en San Carlos de Bariloche, Argentina, 18 hombres de prensa perdieron la vida como consecuencia de atentados criminales: diez en Colombia, cuatro en México, tres en Guatemala y uno en Brasil.

En el comunicado que contiene las conclusiones de la asamblea de Toronto se afirma que el periodismo está obligado a vivir, en ocasiones, "temiendo más a la bala asesina que a la pluma y a las tijeras de la censura". A los crímenes ya enumerados, hay que sumar los casos de secuestros, golpizas, amenazas y hostilidades contra profesionales de la prensa, perpetrados, a menudo, al abrigo de una incomprensible impunidad o de la tolerancia cómplice de los tribunales de justicia.

La SIP expresó su preocupación, asimismo, por las restricciones a la libertad de prensa emanadas de las propias organizaciones y colegios profesionales, que en ciertos países -Venezuela, Chile y Nicaragua, entre otros- siguen insistiendo en su pretensión de que se limite el derecho a ejercer el periodismo mediante la exigencia de un título o de una habilitación previa. Al mismo tiempo, reiteró su oposición al llamado "derecho de réplica", que se procura imponer -o ya se ha impuesto- en Costa Rica, Nicaragua, Ecuador y Uruguay.

En cuanto a Cuba, se refirió que sigue siendo "el enemigo número uno de la prensa libre en América" y se subrayó que en ninguna otra nación del hemisferio el ataque a la prensa libre ha sido "tan triste y ruin".

En lo que concierne a nuestro país, la asamblea de Toronto aprobó íntegramente el informe presentado por el director de LA NACIÓN, Bartolomé Mitre, en su condición de vicepresidente para la Argentina de la Comisión de Libertad de Expresión. Tras

señalar que la reciente reforma de la Constitución nacional "hizo despertar profundas dudas sobre cómo se podría afectar la libertad de prensa existente en el país", el informe advierte que, al concluir las sesiones de la asamblea reformadora, se pudo apreciar que gracias a la prédica constante de los medios de prensa las garantías constitucionales en vigor no habían sido afectadas.

El doctor Mitre subrayó también que en la Argentina, como en otros países, "hay políticos y funcionarios que desean manipular a los medios de comunicación" y que muchas veces procuran alcanzar ese objetivo con la violación de los preceptos constitucionales. "Es la constante batalla -dijo el director de LA NACIÓN- en que nos vemos involucrados en todo el continente, y que ha llenado la historia de la SIP."

Respecto del derecho de réplica, el informe sobre la Argentina señala que se pretendió hacerlo entrar en la Constitución en virtud de la disposición que otorga jerarquía constitucional al Pacto de San José de Costa Rica. "Sólo persistentes campañas de esclarecimiento público y largas conversaciones con los convencionales reunidos en la ciudad de Santa Fe -refiere el informante- dieron como fruto que se limitaran los alcances del Pacto de San José, al disponerse que no se derogaría ningún artículo de la primera parte de la Constitución nacional, que entre otros derechos intangibles prohíbe toda forma de censura y la sanción de leyes restrictivas para la libertad de prensa (artículos 14 y 32)."

Tras enumerar otros episodios lesivos para la libertad de expresión registrados en el país en estos últimos doce meses, el doctor Mitre concluyó su relación con esta observación: "El balance general es que la Argentina está atravesando el más prolongado período de libertad de prensa de sus últimos 50 años de vida, y en 1995 se elegirá democráticamente presidente por un tercer período constitucional sin que el proceso legal haya sido interrumpido".

Más allá de los hechos concretos que concentraron la atención de los participantes de la asamblea de Toronto y de su diagnóstico sobre la situación general de la prensa en el continente, corresponde destacar, una vez más, el saludable papel de la SIP como foro permanente para la reafirmación de los ideales históricos de libertad y democracia que acompañaron el nacimiento de los pueblos americanos a la vida independiente.

1. M.R.O. - MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO ORIENTAL

- IDEOLOGIA: Marxista - Leninista. (Socialismo Nacional)
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Mario ROSSI, Sergio NAPOLI, Oscar ONETTO.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Mensuario "Los Orientales".
- SEDE: Maldonado 1259, esquina Yi.
- Integra el F.A. (sector político departamental) y el E.M.S.
- OBSERVACIONES: Principales propulsores de la creación "Espacio Popular Revolucionario".

2. M.C.P.P. - MOVIMIENTO POR LA CONSTRUCCION DEL PARTIDO DEL PROLETARIADO

- IDEOLOGIA: Marxista - Leninista - Maoista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Julio ARIZAGA (OSE), Cohen PAPPO, José M. GUZMAN.
- MEDIOS DE COMUNICACION: Anteriormente "Prensa Sindical".
- SEDE: Se desconoce
- Integran el E.M.S.
- OBSERVACIONES: Lo integran ex-P.C.R.

3. A.P.M. - AGRUPACION PROPUESTA MARXISTA

- IDEOLOGIA: Marxista - Leninista.
- ANTECEDENTE ELECTORAL: 1984 - No participa en las elecciones.
- FIGURAS PRINCIPALES: Julio LOUIS, Fernando MOYANO.
- MEDIOS DE COMUNICACION: No posee.
- SEDE: No posee.
- Apoya al F.A. como medio para llegar al Frente Grande.
- Integra el E.M.S.
- OBSERVACIONES: Actualmente dicen estar fuera de funcionamiento y se manejan en forma independiente como grupo de discusión.  
Publicó tres folletos "Propuesta Marxista".  
Trabaja principalmente en el sector docente.

8901653

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDE

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

JAUREGUI designado como Pte. de la Comisión de la OEA  
1500/50  
4/10/94  
500889  
507466  
11078

# Abreu se reunió en Washington con César Gaviria y Enrique Iglesias

## ● Jauregui designado Presidente de Comisión de la OEA

*El Canciller Sergio Abreu resaltó desde Washington para LA MAÑANA la labor que desarrolló la diplomacia uruguaya en esa capital y la designación del Embajador Julio César Jauregui, como Presidente de la Comisión para la Democracia de la O.E.A.*

El Ministro de Relaciones Exteriores se reunió ayer en Washington con el fla-

mate Secretario General de la OEA César Gaviria y con el Presidente del BID Enrique Iglesias.

Prosiguiendo la serie de contactos que mantuvo en Nueva York la semana pasada, el Ministro de Relaciones Exteriores Sergio

Abreu, se reunió ayer en Washington con el recientemente electo, Secretario General de la OEA, César Gaviria con quien abordó temas de interés de nuestro país en el ámbito de la organización regional.

Particularmente fueron analizados los problemas de

Cuba y Haití, según lo confirmó el Canciller uruguayo en diálogo con LA MAÑANA desde el hotel Bristol donde se aloja. Destacó la importancia que ha merecido la tarea desarrollada por nuestros funcionarios diplomáticos, al punto que el Embajador Julio César Jauregui

fue designado como Presidente de la Comisión para la Democracia de la Organización de Estados Americanos.

El Canciller se reunió también con el Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Cr. Enrique Iglesias.

Ayer Abreu dictó una conferencia en la Universidad de Georgetown sobre el tema: nuevos caminos en la integración económica en América del Sur, en tanto hoy mantiene una reunión con autoridades de la asociación "Interamerican Dialogue", vinculada a la política internacional de los Estados Unidos y con enorme gravitación en su análisis y aplicación, principalmente en cuanto refiere a la América Latina.

Mañana viajará a Boston donde se encontrará con autoridades de la Universidad de Harvard y los responsables del "Center for the Study of Religions" del Divinity School de Harvard y del "Center for International Affairs", profesores Lawrence Sullivan y Robert Putnam, respectivamente.

En Harvard Abreu dictará una conferencia sobre nuevas orientaciones en el comercio internacional, el Gatt, Nafta y el Mercosur.

Participa de la mesa de alto nivel el célebre economista Jeffrey Sachs que ha sido quien planteó en fecha reciente, en nuevo enfoque sobre el relacionamiento del comercio mundial y las relaciones con los países en desarrollo. Abreu ha tenido una muy particular participación en actividades oficiales y privadas, en las que siempre recogió expresiones de apoyo para el Uruguay y para su política.

01-02

9500886

- Se destaca que el Instituto Nacional del Menor no habría presentado reclamo alguno para regularizar la situación del terreno y que los elementos agitadores que en un principio existieron, luego fueron rechazados por la mayoría de los ocupantes, permaneciendo en el lugar personas de escasos recursos, mayormente afines con los partidos tradicionales.

2 - El 01/JUL/89 un grupo estimado en 50 familias ocuparon un terreno ubicado en las calles Luis de la Peña, Tellier, Muñoz y Vidal (La Teja). Los mismos manifestaron que pertenecían a una cooperativa de viviendas formada en 1983 con el nombre Cooperativa de Viviendas La Teja-Ancap (COVITEA) y que han gestionado su personería jurídica junto con FUCVAM desde esa fecha.

Dicho terreno pertenecería a una persona de apellido MANFREDY que a su vez lo había cedido en préstamo al Club Progreso como cancha alternativa y de práctica de las divisiones inferiores.

Las acciones se habrían planificado en la Parroquia de La Teja (Carlos Ma. Ramírez 677) siendo sus principales promotores, militantes del MLN y de la FAU (el Semanario Mate Amargo y CX44 han promocionado el hecho y uno de los ocupantes más notorios es integrante del Zonal 5 del MLN).

Por su parte el Dr. Helios Sarthou habría jugado un papel preponderante al haber asesorado que el mejor momento para tal acción era inmediatamente antes de la feria judicial que se extiende del 12 al 15/JUL.

En el lugar se instalaron previamente construcciones precarias observándose posteriormente una construcción de bloques de tres piezas de aproximadamente 3 mts. por 3 mts. que sería un "Salón Comunal".

- En el quincenario Mate Amargo esta cooperativa hace público un comunicado donde se establece la decisión de ocupar el terreno para que el gobierno busque una solución que les permite acceder a la personería jurídica y a los préstamos del BHU. Asimismo manifiesta que se habían comunicado con el dueño y éste estaría dispuesto a vender la propiedad a la cooperativa.

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCESO 150015

FECHA 6/10/94

VINCULACIÓN 500888

# Uruguay instó en la OEA a defender la democracia

• Julio C. Jaureguy señaló esa tarea como prioritaria

*Ayer en Washington al asumir la presidencia del "Grupo de Trabajo sobre Democracia Representativa" de la OEA, el Embajador uruguayo Julio César Jaureguy instó a que la organización panamericana establezca como prioridad de su acción la defensa de la democracia en el continente.*

El Embajador de Uruguay Julio César Jaureguy llamó ayer en Washington a la Organización de los Estados Americanos (OEA), a insistir en sus esfuerzos de apuntalar la democracia en el continente, lo que consideró el problema clave de los países latinoamericanos, a la vez que enfatizó en las mejores condiciones que

tiene hoy la organización interamericana, para cumplir esa tarea.

"La Organización tiene cada día una gravitación mayor dentro del continente y en el mundo, y dudo que otro tema revista mayor importancia", dijo Julio César Jaureguy, Embajador de Uruguay en la OEA, al iniciar la presidencia de un

Grupo de Trabajo sobre Democracia Representativa.

La agenda del panel incluye el estudio y aprobación de una ponencia sobre democracia en el hemisferio, para ser presentada en la Cumbre de las Américas, convocada para diciembre próximo en Miami.

El Embajador chileno en la OEA, Edmundo Vargas Ca-

reño, elogió la designación de Jaureguy en la presidencia del grupo, que, dijo, refleja su capacidad profesional y el aporte uruguayo a la democracia continental.

Vargas Carreño recordó que, en 1945, el entonces Canciller uruguayo, Eduardo Rodríguez Larreta, propuso la "intervención colectiva para la democracia".

"Lo cierto es que lo que Rodríguez Larreta propuso en 1945 es fundamentalmente lo que 45 años después o más, hemos llegado con el Compromiso de Santiago y el Protocolo de Washington (1991 y 1992), y esa trayectoria del Uruguay, salvo un paréntesis que también lo tuvimos en otros países del Cono Sur, ha sido realmente ejemplar", señaló el diplomático chileno.

ENTR. 00 \_\_\_\_\_

CRUZ. 00 \_\_\_\_\_



local decidieron mantener una guardia de 20 a 30 personas bloqueando la entrada.

El 29 de Mayo la Juez de Paz libró nuevamente la orden judicial de desalojo, haciéndose presente la Alguacil a la H0815 apoyada por personal de la seccional la., Coraceros, Policía Femenina y un grupo de rescate del Cuerpo de Bomberos. La policía ocupó el edificio, cortó el tránsito e impidió la circulación de peatones.

En ese momento la mayor parte de los ocupantes estaba realizando una Asamblea en el local del Sindicato de la Estiba, analizando junto al diputado TORIANI la posibilidad de obtener una prórroga de 10 días que sería presentada al medio día a la Juez de Paz, acorde a lo presuntamente acordado entre las partes, el 26 de Mayo.

Aproximadamente a la H1900 llegaron el diputado TORIANI, el edil CHOCHO y luego ocupantes de los ex-hoteles Alhambra y Colón, junto a una delegación del Complejo Verdysol a los que se les interrumpió el paso con un cordón policial, comenzando a desplegar pancartas y gritar consignas.

A continuación se hicieron presentes el diputado Lucas PITTALUGA (M20M), el edil GARCIA PINTOS y el abogado defensor de los desalojados, Dr. ARAMBURU.

Aproximadamente a la H1000 los trabajadores de una empresa de mudanzas contratada para retirar las pertenencias de los desalojados con destino a un depósito municipal se negaron a hacerlo y se retiraron del lugar.

A la H1330 concurrió la Juez de Paz, permaneciendo allí hasta el final del procedimiento. Luego arribó al lugar un camión con zorra contratado por la Intendencia para cumplir con el traslado de las pertenencias a un depósito municipal, lo que motivó un altercado entre los desalojados y las fuerzas policiales. Finalmente se accedió a llevar los objetos al ex-hotel Colón en forma personal, siendo ayudados por los manifestantes allí presentes.

Esta acción motivó declaraciones de apoyo del Frente de Inquilinos - Casa del Inquilino (PCU), del PIT-CNT (mayoría PCU) y de varios legisladores de todas las tendencias, dándole gran trascendencia a los hechos.

Nº. DOCUMENTO.....

TÍTULO *OEA aceptó denuncia de la Sr. de Fujimori*

PROCESO *150007*

FECHA DE PROMEDIO *9/10/94*

VINCULACIONES *500887*  
*66817*

## Denuncia de la Señora Fujimori Acepto la O.E.A.

EP-9/10

LIMA, 8 (EFE).- La Comisión Interamericana de Derechos Humanos aceptó la denuncia hecha por la esposa del presidente de Perú, Susana Higuchi, contra la norma legal que le prohíbe ser candidata a la presidencia del país, informó hoy, sábado, el diario limeño "La República".

Dicha Comisión de la Organización de Estados Americanos (OEA) dictó medidas precautelares destinadas a que se le permita a Higuchi, ejercer su derecho a participar en los comicios generales peruanos que se celebrarán el 9 de abril de 1995.

Higuchi, que fue separada de su función de primera dama por el presidente, Alberto Fujimori, en agosto pasado, tras serias desavenencias políticas y conyugales entre ambos, presentó el mes pasado un recurso a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos para que ésta intervenga en el caso, tras haber rechazado el Congreso peruano revisar la norma que le impide la candidatura.

El dispositivo legal contra la que procedió la ex primera dama, por considerarla inconstitucional, en lo que un sector de la oposición política la respalda, prohíbe presentarse como candidato a la presidencia o al Congreso, a la cónyuge y a los familiares cercanos del presidente en ejercicio.

El diario precisa que el organismo de la OEA envió el jueves pasado un comunicado al Gobierno peruano en el que le exhorta a garantizar la inscripción de Higuchi como candidata a la presidencia ante el Jurado Nacional de Elecciones (JNE).

El comunicado señala -añade- que si no le fuera aceptada su inscripción por el JNE recomienda que "se le conceda acceso a un procedimiento judicial o administrativo rápido ante el cual ella pueda someter su reclamo".

Dice asimismo que la nota está firmada por Domingo E. Acevedo, asesor especial encargado de la Secretaría Ejecutiva de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, y que la denuncia de la esposa de Fujimori fue examinada durante el 87 período de sesiones de la OEA, celebrado en Washington entre el 18 y 30 de septiembre pasado.

El plazo final de inscripción de candidaturas presidenciales ante el JNE se vence el 11 de octubre, dentro de tres días.

Susana de Fujimori figura en el tercer lugar de los sondeos de intención de voto, entre los aspirantes a la presidencia del país, con un seis por ciento, detrás de su marido, que obtiene más de 40 por ciento, y del ex secretario general de las Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, que está segundo con más del veinte por ciento.

.....

.....

9500887

01-01

### III - OCUPACION DE TERRENOS

#### A - ANTECEDENTES: CONFLICTO FUCVAM-BHU

- FUCVAM comienza a funcionar en 1970 cuando se le reconoce su personería jurídica, participando en su fundación militantes del M.L.N., P.S.U. y de lo que sería el actual P.T.

- En 1971 se promulgó la ley Nº 14.105 por la cual se fijaba el tope para los reajustes de las cuotas a verter en el B.H.U. acorde al ingreso familiar.

- En 1975 el B.H.U. dispuso el cese del otorgamiento de Personerías Jurídicas a las Cooperativas en Formación, ya que si alguno de los cooperativistas no cumplía con sus pagos, afectaba a todo el grupo. A partir de 1977, el B.H.U. otorgó líneas de crédito en condiciones económicas más duras (mayor interés, exigencia de ahorro previo, etc.).

- FUCVAM por su parte reivindicó el otorgamiento de las personerías jurídicas solicitadas en 1975 y el posterior cobro de las cuotas acorde a los ingresos familiares, para lo cual adoptaron medidas de lucha que fueron desde la suspensión del pago de los reajustes del banco hasta el no pago total.

- En 1983 el gobierno promulgó el Decreto Ley Nº 15.501 por el que se dispuso el pasaje del Sistema de Ayuda Mutua al de Propiedad Horizontal, eludiendo así las medidas de la Federación al quedar cada cooperativista no como usuario sino como propietario eliminando al "deudor cooperativa" como persona jurídica.

- Posteriormente en 1984 los partidos políticos, en el marco de la Concertación Nacional Programática se comprometieron a derogar ese Decreto Ley. En 1986 la Suprema Corte de Justicia declara inconstitucional el mencionado Decreto Ley Nº 15.501 y se promulga la Ley Nº 15.853 que además de derogar al anterior modifica la mayoría necesaria para reformar los estatutos de las cooperativas, facilitando su pasaje a propiedad horizontal, con las consecuencias ya referidas.

FUCVAM por su parte mantiene sus medidas de lucha considerando la nueva ley como "anticooperativista" al tiempo que

Nº. DOCUMENTO	
TITULO	oes amicus fin
PROCEDENCIA	150025
FECHA DE PROTELENCIA	12/10/94
VINCULACIONES	500889
	66123

de prohibir de vuelos com. a  
Haiti.

**Pardón**  
WASHINGTON, 11  
(EFE). - La OEA anunció  
el fin de la prohibi-  
ción de vuelos comer-  
ciales a Haití así como a  
la suspensión de las tran-  
sacciones financieras  
con ese país, impuesta  
por el organismo hace  
cuatro meses.  
No obstante, los bienes  
del régimen que derrocó  
el presidente Aristide si-  
guen congelados.

ENTRADO	
CRUZADO	

exhorta a enfrentar al B.H.U. no pagando los reajustes. El B.H.U. resuelve iniciar las acciones necesarias para cobrar a FUCVAM y mantiene la suspensión de la línea de préstamos para cooperativas de usuarios.

En este marco algunas cooperativas resolvieron no acatar la resolución de FUCAM y efectuaron sus pagos al B.H.U. sin otro inconveniente.

- En 1987 se acuerda una fórmula de solución en la que ambas partes ceden parte de sus posiciones, quedando FUCVAM "en estado de alerta" vigilando el cumplimiento de préstamos acordados, otorgamiento de personerías jurídicas y regularización de pagos a grupos que se encontraban construyendo.

#### B - HECHOS RECIENTES

1 - El 06/JUN un grupo estimado en 94 familias ocuparon un terreno perteneciente al Instituto del Menor, ubicado en continuación Burdeos, estados Unidos y Calle 10 (Cerro).

En el lugar se instaló una "Comisión de Fomento" en una carpa y comunicó a los ocupantes que había iniciado trámites en la Intendencia Municipal de Montevideo para obtener luz y agua, delimitándose los terrenos bajo la supervisión de la misma. Asimismo contó con la colaboración de una "Comisión de los Sin Techo" en la organización del loteo y reparto del terreno y se estableció enlace con el "Movimiento por la Tierra" para obtener bloques y otros materiales para comenzar las construcciones. Un integrante de esta "Comisión de los Sin Techo" manifestó a los presentes que si actuaban las fuerzas del orden para desalojarlos, debían resistir y "aguantar" "en los terrenos hasta el final".

- Se destaca que muchas de estas familias tienen vivienda en barrios cercanos (Santa Catalina y Casabó) y concurren a ocupar este terreno por estar ubicado en mejor lugar y con mejores posibilidades de locomoción.

- Desde la ocupación hasta el 23/JUN realizaron construcciones y cimentaciones con materiales "durables" observándose en el lugar una estiba de bloques, un depósito de bolsas de portland y zonas con arena y pedregullo. Además existen 15 carpas, 15 construcciones de bloques con chapa y aproximadamente 20 construcciones precarias de madera.

Nº. DOCUMENTO	
TITULO	OEA pidió al go. panameño que reciba a CEDRAS
PROCEDENCIA	150483
FECH DE P. O. E. N. I.	13/10/94
VINCULACIONES	500889 66123

### Pedido de OEA al gobierno panameño

El SECRETARIO GENERAL de la OEA, César Gaviria, pidió a Panamá que reciba al líder militar haitiano Raoul Cedras.

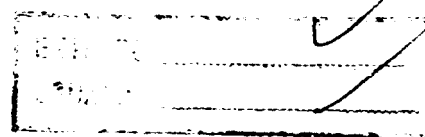
Gaviria dirigió ayer una carta al gobierno panameño, presidido por Ernesto Pérez Balladares, en la que subrayó "el gran servicio que la república de Panamá prestaría a la democracia del hemisferio si accediera a recibir al general Raoul Cedras".

El ex presidente colombiano añadió que "se trataría de una generosa contribución" por parte de la nación panameña al esfuerzo de los países del hemisferio por conseguir el retorno de la normalidad democrática a Haití.

El pedido de Gaviria se dio a conocer mientras voceros estadounidenses informaban en Puerto Príncipe que estaban listos los aviones para sacar del país a Cedras, sus familiares y allegados.

Fuentes de la Organización de los Estados Americanos (OEA) dijeron que es posible que Gaviria acompañe el sábado a Aristide en su retorno a Puerto Príncipe desde Washington, donde reside.

Agregaron que una decisión al respecto se tomará después del retorno del secretario general de la OEA de Managua donde participará en una reunión de países centroamericanos sobre el medio ambiente. (Kedre)



01-01

9500889

- Se destaca que luego de la ocupación se hizo presente en el lugar una delegación de FUCVAM manifestando que no estaban de acuerdo con la medida ya que lo que se pretendería era la ocupación masiva de terrenos y no en forma aislada.

- Actualmente en el lugar permanecen 6 u 8 personas que se van rotando, no existiendo habitantes permanentes.

3 - En la segunda quincena de julio, la Dirección de Hacienda citó a representantes del BHU, de FUCVAM y de diferentes Cooperativas a fin de entregarles un borrador de Estatutos de Cooperativas de Propietarios con el fin de tramitar las Personerías Jurídicas. Posteriormente, el Secretario General de FUCVAM, Gustavo González (PSU-exPT) organizó una reunión con los representantes de las Cooperativas de Vivienda proponiendo las siguientes medidas:

- que se realizara un relevamiento de terrenos vacíos en Montevideo, ya fueran fiscales o particulares.
- a través de FUCVAM coordinar las acciones tendientes a que las Cooperativas en Formación de la zona correspondiente a los terrenos mencionados realicen su ocupación, dándole prioridad a los estatales, pero sin descartar los particulares que servirían como forma de presión indirecta sobre el gobierno.
- como última etapa prever la ocupación de locales del BHU y de la Dirección de Hacienda.

Esta propuesta fue rechazada por los cooperativistas vinculados al PCU, mientras que fue apoyada por militantes del MLN y PT.

4 - El 23/JUL/89 FUCVAM realizó una Asamblea Nacional con una concurrencia de 110 cooperativas, de las cuales 105 estuvieron de acuerdo en impulsar la ocupación de tierras por parte de las cooperativas en formación, como forma de presionar al gobierno y al BHU para que arbitren soluciones tendientes a otorgar las personerías jurídicas que se encontrarían en trámite.

El 29/JUL siguiente se realizaron las siguientes



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCESO

FECHA

VINCULACIONES

Culminó 2º Encuentro por la Vida de los Niños de  
A. Lat. y el Caribe.

1500089

22/10/94

500809

11078

507466

Culminó Segundo Encuentro

E.P.

## MAXIMA PRIORIDAD: MEJORAR CALIDAD DE VIDA DE NIÑOS

Con una recomendación a los Gobiernos de los Estados Miembros de la OEA para que otorguen máxima prioridad al mejoramiento de las condiciones de vida de los niños de la región, se cerraron hoy los trabajos del Segundo Encuentro por la Vida de los Niños de América Latina y el Caribe, organizado por el Ministerio de Relaciones Exteriores y la Comisión Permanente, con el auspicio de la Organización de los Estados Americanos.

La citada recomendación integra la parte resolutive de la Declaración de Montevideo, que fuera aprobada por consenso este mediodía por los representantes gubernamentales. La Declaración contiene otras recomendaciones concretas como la que refiere a "la oportuna aplicación de Programas de Desarrollo Integral de Niños y Jóvenes, de manera de alcanzar la próxima década en condiciones significativamente superiores de salud, nutrición, saneamiento ambiental, educación, recreación y participación, poniendo especial énfasis en el mejoramiento de las condiciones de vida de niños y jóvenes en circunstancias especialmente difíciles".

También se recomienda realizar "los máximos esfuerzos para brindar soluciones a problemas como los de los niños de la calle, la prostitución y pornografía infantil, la explotación y tráfico de niños y los niños afectados por conflictos armados".

Asimismo la Declaración de Montevideo exhorta a la OEA, y particularmente a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, a "realizar estudios para encontrar mecanismos que propongan a los gobiernos soluciones jurídicas y políticas para el fiel cumplimiento de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño".

Los Estados firmantes de la Declaración de Montevideo coincidieron también en recomendar que se refuerzan los mecanismos existentes a nivel regional y subregional y que se fortalezca "la función del Instituto Interamericano del Niño, dotándolo de los recursos necesarios como instrumento de coordinación y estudio de las iniciativas regionales sobre la temática de la infancia".

La Declaración tuvo en cuenta, dentro de los considerandos, la Declaración Mundial sobre la Supervivencia, la Protección y el Desarrollo del Niño y el Plan de Acción de la Cumbre Mundial en



favor de la infancia aprobados por la ONU en Nueva York en 1990, así como Resoluciones de la Asamblea General de la OEA en Bahamas en 1992 y del 17º Congreso Panamericano del Niño de 1993, celebrado en Costa Rica.

También se contemplaron las recomendaciones del Primer Encuentro por la Vida de los Niños de Buenos Aires, celebrado en 1993, las Resoluciones de la Asamblea General de la OEA sobre Cooperación para el Desarrollo reunida en México en 1994, el llamado "Compromiso de Nariño" resultando de la 2a. Reunión Americana sobre Infancia y Política Social, de Santafé de Bogotá en 1994, así como resoluciones de la ONU sobre "La Situación de los niños en la calle", "Necesidad de adoptar medidas internacionales eficaces para prevenir la venta de niños, la prostitución infantil y la utilización de niños en la pornografía" y "Protección de los niños afectados por los conflictos armados" y la convocatoria para 1995 en Dinamarca de la Cumbre Mundial para el Desarrollo Social.

Una vista de los participantes del Segundo Encuentro por la Vida de los Niños de América Latina y el Caribe que finalizó ayer.

Enviado a:	✓
Copia:	✓

01-02

9500890

ron de pagar al dueño, provocando que cortaran la luz y el agua, y posteriormente se iniciaron los trámites de desalojo.

3 - Ex-hotel Alhambra: Sus habitantes lo ocupan desde 1987. Pertenece a la empresa ANAPO S.A. y uno de sus dueños de apellido Sasson es el que está tramitando el desalojo.

4 - Ex-pensión Guaraní: Los ocupantes de la calle Guaraní 1470 subarrendaron a una persona que alquiló el inmueble para usarlo como depósito. La acción del demandante (ACSA) apunta a desalojar al inquilino especulador por violación de las cláusulas contractuales.

5 - Ex-hotel Normandie: Sus habitantes lo ocupan desde 1985 en calidad de inquilinos de una persona que hace un año y medio atrás se retiró no volviendo más. Sus dueños reales, por lo tanto, iniciaron los trámites de desalojo.

#### B - HECHOS RECIENTES

1 - Ex-hotel Juncal: El 16/MAY se iba a efectuar el desalojo, para lo cual concurrieron al lugar un funcionario del Juzgado, dos policías, uno de los dueños, el abogado de la empresa y dos empleados. Cuando llegaron mantuvieron una charla con integrantes de una Comisión de Habitantes del hotel, logrando aplazar la medida para el martes 23 siguiente. Ese día presentaron un escrito y obtuvieron una nueva prórroga hasta el día 26. Este día la Juez de Paz de 2do. Turno, Dra Maria del Carmen PINO de VEGA envió a su Alguacil Virginia BONIFACIO de SUAREZ a ejecutar la orden de lanzamiento, constituyéndose en el lugar a las 1450 hs. con custodia policial. En ese momento el edificio era custodiado por unas 50 personas, mientras que el resto de los ocupantes caceroleaban y coreaban consignas reivindicando el derecho a la vivienda. Minutos después llegó el Dr. ORDOQUI, abogado de BAKIRGIAN y Cía., quien mantuvo una reunión con los políticos presentes (GARCIA Y TORIANI - PCU) sin llegar a un acuerdo. El cerco formado frente a la puerta incluía integrantes del complejo habitacional Verdysol que resistieron los cuatro intentos de desalojo del personal policial. A las 1900 hs. el diputado TORIANI comunicó la postergación del lanzamiento hasta el lunes 29 de Mayo y solicitó a la policía que se retirara, al tiempo que los ocupantes del

Exhortaron a respetar los derechos de la infancia

dos. 24/10/94

## Encuentro continental demandó que se mejoren condiciones de la niñez

Con una recomendación a los gobiernos de los estados miembros de la OEA para que otorguen máxima prioridad al mejoramiento de las condiciones de vida de los niños de la región, se cerró el Segundo Encuentro por la Vida de los Niños de América Latina y el Caribe.

EL MISMO FUE organizado por el Ministerio de Relaciones Exteriores con el auspicio de la OEA.

La declaración exhorta además a "los máximos esfuerzos para brindar soluciones a problemas como los de los niños de la calle, la prostitución y pornografía infantil, la explotación y tráfico de niños y los niños afectados por conflictos armados".

También se recomienda la "oportuna aplicación de

programas de desarrollo integral de niños y jóvenes, de manera de alcanzar la próxima década en condiciones significativamente superiores de salud, nutrición, saneamiento ambiental, educación, recreación y participación, poniendo especial énfasis en el mejoramiento de las condiciones de vida de niños y jóvenes en circunstancias especialmente difíciles".

Por otra parte exhorta a la OEA y particularmente a



### Desprotegidos

Los expertos pidieron condiciones para el desarrollo integral de los niños de la calle

la Comisión Interamericana de Derechos Humanos a "realizar estudios para encontrar mecanismos que propongan a los gobiernos

soluciones jurídicas y políticas para el fiel cumplimiento de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño". ■

MINISTRO	
FECHA	13/8/89
ASUNTO	
DE	
PARA	
REVISADO	11/13/89

Montevideo, 14 de agosto de 1989

MEMORANDUM

ASUNTO: DESALOJOS Y OCUPACION DE TERRENOS

TEXTO: I - INTRODUCCION

- El fenómeno de la ocupación de terrenos del Estado es de vieja data, como lo demuestra la ley 14.006 de agosto de 1971, por la que se regulariza esta situación en padrones de la zona del Cerro. No obstante en esta oportunidad, lejos de ser una acción individual de personas de escasos recursos, se afirma que son supuestas cooperativas que no obtuvieron la personería jurídica necesaria para acceder a la línea de créditos del B.H.U.. Esta situación no es aislada sino que está íntimamente relacionada con el desalojo y lanzamiento de varias familias de la Ciudad Vieja que se encuentran en situación de "ocupantes precarios".

- A los efectos de apreciar más claramente el desarrollo de los acontecimientos y la vinculación entre ambas situaciones, se ha dividido el temario considerando separadamente el desalojo de viviendas y la ocupación de terrenos.

II - DESALOJO DE VIVIENDAS

A - ANTECEDENTES

1 - Ex-hotel Juncal: Sus habitaciones se alquilaron hasta 1985. A partir de ese año los dueños (Bakirgian S.A.) permitieron la permanencia de 2 familias que luego arrendaron las piezas por su cuenta. Posteriormente, el propietario inició los trámites de desalojo que se materializaron en varios cedulones judiciales que no causaron consecuencias presuntamente por problemas administrativos. Finalmente los intermediarios mencionados se fueron llevando toda la documentación probatoria de los pagos recibidos.

2 - Ex-hotel Colón: En 1985 funcionaba como inquilinato que era administrado por los verdaderos inquilinos del propietario (Jorge Gandós). Al año siguiente estos intermediarios le deja-

Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE RECEPCIÓN

VINCULACIONES

Observadores expulsados volvieron a Haití

150025

24/10/94

500889

66723

## Observadores expulsados regresaron a Haití

**Derechos humanos:** la misión conjunta de la UN y la OEA comenzará a investigar dentro de 10 días los atropellos cometidos durante el régimen militar; Aristide está preocupado por la recuperación del país.

PUERTO PRINCIPE, 23 (Reuter). Observadores internacionales de derechos humanos que fueron expulsados de Haití por el gobierno militar en julio regresaron ayer para investigar atropellos en todo el país.

En un esfuerzo por promover la reconciliación, el debilitado ejército de Haití indicó que, a partir de la próxima semana, serán allanados los hogares de sospechosos de tener armas y advirtió que las entreguen o podrán ser arrestados. El ejército norteamericano había intentado comprar las armas a los pobladores.

Unos trece observadores y cuatro funcionarios administrativos de la misión llegaron ayer a la capital haitiana en un automóvil procedente de la República Dominicana, declaró el jefe de la delegación, Tiebele Drame.

Agregó que se espera que el número de observadores en Haití aumente progresivamente hasta alcanzar los 300.

Drame añadió que la misión conjunta de las Naciones Unidas y la Organización de Estados Americanos comenzará a investigar las violaciones a los derechos humanos dentro de 10 días.

Unos 100 observadores y personal administrativo de la misión escaparon a la República Dominicana en julio, tras ser expulsados por el entonces régimen militar.

### Mucho trabajo

Entretanto, el presidente Jean-Bertrand Aristide incrementó ayer el ritmo de sus conversaciones con políticos y empresarios del país en el Palacio Nacional para evaluar los sucesos de la semana y prepararse para la próxima.

Fuentes del palacio indicaron que al cumplirse la primera semana del retorno de Aristide, el presidente haitiano concentró sus tareas en la recuperación del país, después de tres años de gobierno militar.

Expertos políticos han indicado que para demostrar que es capaz de tomar decisiones importantes, la prioridad de Aristide debe ser designar a un nuevo primer ministro que sustituya a Robert Malval, nombrado provisionalmente.

Desde su regreso, Aristide estuvo virtualmente preso en la sede de gobierno debido a los problemas de seguridad en Puerto Príncipe, donde se han registrado enfrentamientos entre la población y ex funcionarios del régimen militar.

ENTRADO

CRUZ-DO

01-01

9500891

- El 14|SEF el Diputado Ruben Díaz propone a su partido que solicite a la Corte Electoral el cumplimiento del inciso 4º, Art.77 de la Constitución de la República que establece limitaciones políticas para determinados jerarcas, salvo el voto.-
- El 18|SEF la CNPR hizo público haber alcanzado las 554.873 firmas .-
- El 10|DIC se publica un artículo de encuestas realizadas por "Equipos Consultores" en Febrero|87 y en Noviembre|87 donde se demostraría que los indecisos no se volcaron a firmar, por lo que estiman que la ley, en definitiva, no sería derogada.
- El 12|DIC finalizó la campaña de recolección de firmas.
- El 17|DIC funcionarios de una empresa de seguridad se hicieron cargo de trasladar los 80 paquetes conteniendo las papeletas con 634.702 firmas desde las bóvedas del Banco República hasta la Corte Electoral donde se labró el acta correspondiente.  
Posteriormente la CNPR y sus seguidores depositaron una ofrenda floral en la Plaza Independencia.-
- Todo el período de recolección de firmas estuvo acompañado de movilizaciones en todo el país, jornadas "puerta a puerta", jornadas especiales, propaganda televisiva, rifas, exhibición de las películas "Cuando sea grande", "Los ojos de los pájaros" y "La noche de los lápices", así como ventas de balconeras, escarapelas, llaveros, adhesivos e insignias.-
- El 11|ENE|88 se inició oficialmente la tarea de verificación de las 634.702 firmas entregadas por la CNPR. El mismo día el Delegado del Partido Colorado, Diputado Ruben Díaz, entre otras cosas, solicitó la fotocopia de todas las papeletas presentadas a fin de facilitar su tarea de control. La primera fase de la verificación iniciada consiste en el numerado de las firmas presentadas y en un descarte primario de aquellas con tachaduras o que no tienen la serie y el número de credencial.-
- El 02|MAR el Partido Colorado hizo público que la Corte Electoral aprobó el fotocopiado de las firmas presentadas, pero con cargo a ese Partido. Por su parte la CNPR rechazó públicamente este planteo y acusó a la Corte de estar perdiendo imparcialidad.-  
En otro orden de cosas el vicepresidente Farigo manifestó que "no sería del todo malo que se realice el referendo".-

N. DOCUMENTO	
TITULO	Com. de la OEA quiere investigar violaciones a DDHH en Haití.
PROCESO	150483
FECHA DE RECEPCIÓN	29/10/94
VINCULACIONES	500889 66123

*Comisión de la OEA quiere investigar violaciones a los derechos humanos*

## Plantean investigar transgresiones en Haití

**Puerto Príncipe** - La Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA planteó ayer la creación de una "comisión de la verdad" para investigar los crímenes y las violaciones de derechos humanos en los últimos tres años en Haití.

RECOMENDARON QUE SE realice una encuesta para que revele la veracidad de las violaciones a los derechos humanos y el número de muertos en los tres años del régimen militar, que según la ONU es de 3.000 y seguido-

res de Aristide estiman en 7.000.

Los miembros de la Comisión de los Derechos Humanos, que concluyeron ayer una visita de cuatro días a Haití, señalaron en conferencia de prensa que pudieron comprobar que

en el país se reiniciaron las actividades políticas existiendo un clima de confianza y que la gente puede expresarse libremente.

La comisión expresó que es necesario investigar las violaciones a los derechos humanos y publicar sus resultados.

Cuando se establezca la "comisión de la verdad", se debe crear otra haitiana para compensar a las víctimas de la represión del régimen militar que encabezó el general Raoul Cedras, exiliado ahora en Panamá. (EFE)

EN	✓
OR	✓

01-01

950089 2.



- El 13/JUN se constituyó una Coordinadora contra los Desalojos, con representantes de las fincas que tienen fecha de lanzamiento y delegados del complejo Verdysol. En una asamblea realizada decidieron no aceptar ninguna solución provisoria que no incluya medidas de fondo (concesión de terrenos y préstamo para viviendas del BHU), así como resistir los lanzamientos que se pretendan llevar a cabo.

- Por su parte, se reunieron representantes del MOVEMO, CO-PENCO, PIT-CNT, Centro de Estudiantes de Arquitectura, Unidad Permanente de Vivienda de la Facultad de Arquitectura y de Verdysol, resolviendo realizar entrevistas con legisladores, solicitando suspender los desalojos, concurrir a las fincas afectadas a demostrar su solidaridad, denunciar ante organismos internacionales la situación de la vivienda en el país y afirmar que defienden el derecho "de quienes" "quedan en la calle a procurarse un refugio mediante la invasión de" "viviendas desocupadas, edificios sin terminar, etc., ya que no son" "éstos los culpables" ... "sino quienes desde esferas gubernamentales los han empujado a ello".

## 2 - Ocupación de la ex-Casa Mojana

- El 03/JUL por la noche las 22 familias que fueran desalojadas del ex-hotel Juncal y que se encontraban en el ex-hotel Colón, ocuparon un edificio a su frente que está destinado a Fiscalías de la Corte. Este edificio está siendo refaccionado por el Ministerio de Transporte y Obras Públicas y el pasado 26/JUN se habrían retirado los obreros "dejando sin candado la entrada, con la puerta principal abierta", lo que habría propiciado su ocupación sin "violencia", según manifestaron sus ocupantes.

Alfredo Pineda, como vocero de los intrusos, manifestó que la decisión fue tomada como solución transitoria a su problema de vivienda, por lo que realizaron un inventario de lo que se encontraba en el lugar y están decididos a pagar un recibo de luz eléctrica que fue entregado en esa dirección.

Por su parte funcionarios policiales se presentaron en el lugar el viernes 07/JUL para tomar los datos de las familias que allí se encontraban.

- El 23/JUL/89 la Seccional 1a. de Policía citó a los jefes de familia de los ocupantes de la ex-Casa Mojana a concurrir a la Seccional al día siguiente para ser conducidos al Juzgado Penal de 7º Turno.

Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO *SELA propone armonizar pol. comercial de los países latinoam.*

PROCEDENCIA *150023*

FECHA DE RECEPCIÓN *11/10/94*

VINCULACIONES *12639*  
*11078*  
*65838*

## SELA propone armonizar política comercial de los países latinoamericanos

*11/10* Venezuela, SELA

■ El Sistema Económico Latinoamericano (SELA), con sede en la capital venezolana, propuso una serie de pautas para armonizar las diferentes normas e instrumentos de la política comercial aplicados en los actuales esquemas de integración, en una reunión gubernamental que se viene realizando en Ecuador, reportó ANSA desde Caracas.

Las propuestas del SELA surgieron del análisis comparativo que efectuó el organismo sobre las normas e instrumentos de política comercial de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi), el Mercado Común del Cono Sur (Mercosur), el Grupo Andino, el Mercado Común Centroamericano y la Comunidad del Caribe (Caricom).

El documento se presentó en la reunión de responsables gubernamentales de política comercial de América Latina y el Caribe que se lleva a cabo en Ecuador en estos días.

El informe del SELA observa que "existen elementos comunes pero también muchas disparidades" en las normas e instrumentos de política comercial puestas en marcha por los diferentes procesos de integración, por lo cual recomienda su progresiva armonización.

Advierte el documento que los resultados de la Ronda Uru-

guay y otros acuerdos existentes en el marco del GATT "configuran implícitamente un piso para la armonización, en la medida que casi la totalidad de los países de la región son miembros de este acuerdo".

El SELA sugiere adoptar un régimen de origen basado en principios comunes aplicados en los diferentes acuerdos de integración, relativo a normas destinadas a regular la calificación, declaración y certificación y comprobación del origen.

El documento propone también aplicar un régimen de cláusulas de salvaguarda que establezca las medidas correctivas que se aplicarán a las importaciones originarias de la región y de terceros países que causen o amenacen causar un perjuicio grave a las producciones nacionales o conjuntas.

Adoptar una nomenclatura arancelaria común, basada en el Sistema Armonizado y una normativa común sobre valoración aduanera, con base en el Código del GATT. Aplicar un formulario único en materia de tránsito aduanero internacional, a la par que se incorporan modalidades de transporte aéreo, acuático y ferroviario con el objeto de favorecer el transporte multimodal. El segundo tema de la agenda comprende la evolución y perspectivas del comercio de bienes y servicios de América Latina y el Caribe.

ENTRADA \_\_\_\_\_

CRUZADA \_\_\_\_\_

01-01

9500893

b - Aproximadamente 80 familias integrantes de las cooperativas COVIPASO, COVI 6 de Mayo y COVICEVI ocuparon el terreno ubicado en las calles Felipe Cardozo y Pitágoras (Parque Rivera), perteneciente al BHU y que ya había sido adjudicado a una cooperativa de propietarios. En el lugar establecieron un campamento precario, colocaron cartelones, delimitaron la zona y organizaron una olla popular.

c - Aproximadamente 50 familias integrantes de la cooperativa "Tacuabé" ocuparon un predio perteneciente a la IMM ubicado en las calles Clemenceau y Cayetano Silva (Barrio Lavalleja - Cementerio del Norte).

Esta cooperativa se habría iniciado hace 5 años y eligieron este terreno por estar dividido en dos. La otra parte es utilizada para la construcción de viviendas, lo que a juicio de los precarios, los favorecería.

d - El 06/AGO cooperativistas afiliados a FUCVAM ocuparon simbólicamente un terreno en C. Paysandú, realizando canto popular, juegos para niños, etc. como medida solidaria.

5 - El Secretario General de FUCVAM, Gustavo González, declaró que si bien no están dispuestos a discutir con el Cr. Kneit en "un año sumamente delicado", si están dispuestos a exigir que el Poder Ejecutivo cumpla con los acuerdos firmados en 1987, otorgando personerías jurídicas en 30 días, agregando que si se llevan adelante acciones penales contra las ocupaciones, ellos harán instancias penales contra el Presidente de la República por no cumplir la ley que fija el plazo de 30 días mencionado.

6 - El Directorio del BHU resolvió:

- solicitar la verificación de la Inspección de Hacienda de la veracidad de la ocupación de terrenos a nivel nacional y si estaban respaldadas en una decisión de Asambleas Departamentales de FUCVAM.

- en caso afirmativo, encomendar al Ministerio de Economía y Finanzas la adopción de las medidas legales correspondientes (retiro de la personería jurídica).

- si la información anterior es verificada, suspender todos los trámites de FUCVAM y de las cooperativas que ocuparan tierras ilegalmente.

Nº. DOCUMENTO	
TÍTULO	SEIS niveles de comercio entre países latinoam. crece
PROCEDENCIA	150023
FECHA DE RECEPCIÓN	17/10/94
VINCULACIONES	126391 11677 30044

un 25% al año.

## Comercio entre los países de América Latina crece un 25 por ciento al año

■ Un crecimiento del 25 por ciento anual registró el comercio entre los países de América Latina en los últimos tres años, reveló el Sistema Económico Latinoamericano (SELA).

La cifra es aún más significativa si se toma en cuenta que las exportaciones totales de los once países de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi), crecieron apenas a una tasa promedio del 3 por ciento anual entre 1990 y 1993.

Las importaciones y las exportaciones entre los países latinoamericanos prácticamente se duplicaron en el mismo período, al pasar de 24 mil 600 millones de dólares en 1990 a 46 mil millones en 1993.

El informe señala que en los casos de Chile, Ecuador y Uruguay el aumento de las exportaciones intrarregionales compensó parcialmente la caída de sus exportaciones al resto del mundo. Pero en los casos de Argentina, Brasil, Colombia y Venezuela las exportaciones a la región crecieron entre tres y cinco veces más rápido que las exportaciones totales, subraya el informe. Según el Selu, este crecimiento comercial intralatinamericano se debe en mucho a la proliferación de acuerdos de libre comercio suscritos por los países de la región, los cuales han permitido una "reducción significativa de las barreras no arancelarias aplicadas en fronteras".

ENTRADO	<input checked="" type="checkbox"/>
CRUZADO	<input checked="" type="checkbox"/>

9500894

01-01

*Comisión de la OEA quiere investigar violaciones a los derechos humanos*

## Plantean investigar transgresiones en Haití

*Puerto Príncipe - La Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA planteó ayer la creación de una "comisión de la verdad" para investigar los crímenes y las violaciones de derechos humanos en los últimos tres años en Haití.*

RECOMENDARON QUE SE realice una encuesta para que revele la veracidad de las violaciones a los derechos humanos y el número de muertos en los tres años del régimen militar, que según la ONU es de 3.000 y seguido-

res de Aristide estiman en 7.000.

Los miembros de la Comisión de los Derechos Humanos, que concluyeron ayer una visita de cuatro días a Haití, señalaron en conferencia de prensa que pudieron comprobar que

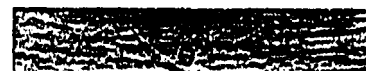
en el país se reiniciaron las actividades políticas existiendo un clima de confianza y que la gente puede expresarse libremente.

La comisión expresó que es necesario investigar las violaciones a los derechos humanos y publicar sus resultados.

Cuando se establezca la "comisión de la verdad", se debe crear otra haitiana para compensar a las víctimas de la represión del régimen militar que encabezó el general Raoul Cedras, exiliado ahora en Panamá. (EFE)

### Convicción política

Las próximas elecciones de EEUU están produciendo un terremoto en las posiciones tradicionales de los partidos. Los demócratas terminaron mandando tropas a Haití para no aceptar los refugiados, tras haber sostenido exactamente lo contrario en la campaña de 1992. Y ahora, los republicanos están a favor del derecho al asilo de los balseros cubanos, en contra de la opinión del grupo fuertemente conservador de los cubano-norteamericanos, que pasaron a sumar votos con los demócratas.



la represión de la intifada y el extremismo palestino y ven perderse en un recoveco de la negociación sus aspiraciones sobre Jerusalén.

"A lo único que el rey (de Jordania, Hussein) tiene derecho en Jerusalén es a los huesos de su abuelo, que está enterrado aquí", Jibril Rajoub, un asesor cercano a Arafat y jefe de seguridad de la zona de Jericó con gobierno autónomo. "Y le vamos a mandar los huesos a través de Federal Express".

"Nuestra relación con Jerusalén continuará siendo más grande que la imaginada por quienes no conocen nuestra his-

### SIETE DIAS EN EL MUNDO



debe entender también que es parte de la nación palestina y que no puede poner en riesgo los beneficios de todos", Sufian Abu Zaideh, alto funcionario de la autoridad palestina.



gente sino a nuestras esperanzas de vivir en paz con nuestros vecinos. No lo permitiremos y tomaremos cualquier medida, repito, cualquiera, para eliminar la amenaza que Hamas constituye", Yitzhak Rabin.

"Si la paz no hace otra cosa que traer más terror, el proceso de reconciliación fracasará", Warren Christopher.

"Hamas es una organización que utiliza el terror más cruel. Pero dentro de él hay algunos que no son tan radicales y si ellos desean tener discusiones relevantes no estoy seguro de que nuestra propuesta tenga que ser

contra Cuba volvió a ser cuestionado por la Asamblea General de la ONU por tercer año consecutivo y por una mayoría destinada a causarle el síndrome del aislamiento a Washington: 101 a 2 —EEUU e Israel—, con 48 abstenciones. Hubo coincidencia en que era una rémora de la guerra fría y hasta la Haití de Aristide dejó de lado la gratitud y votó en contra.



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO SELA adiunkto p. 1206. p el país de mejor condic' de

PROCESO DEL OIA 150023

FECHA DE RECEPCIÓN 18/10/94

VINCULACIONES 12639  
10027  
30044

El SELA advirtió a través de su nuevo indicador regional que la inversión en el área social es alta, pero "se gasta mal"

## El Uruguay es el país de mejor condición de vida en Sudamérica, pero el cuarto en progreso social

■ Uruguay es el país de América Latina con mejores condiciones de vida, mientras que Chile es el que hizo más rápidos progresos en materia social desde 1970 y Bolivia en la última década, según un nuevo indicador regional dado a conocer ayer en Caracas.

El nuevo indicador social fue instituido por el Sistema Económico Latinoamericano (SELA), a pedido de sus 27 países miembros, y busca impulsar una mayor eficiencia en el gasto social y generar un debate público respecto al problema.

El Índice de Desarrollo Humano (IDH) simplificado del SELA midió en forma experimental la situación comparativa de 18 países en 1991, con base en cuatro parámetros.

Se trata de esperanza de vida, nivel de alfabetismo adulto, grado educativo máximo alcanzado por al menos la mitad de la población y el ingreso por habitante en dólares de 1988, según detalló ayer el autor del indicador, el economista argentino Gustavo Márquez, experto en temas sociales.

En forma separada, también midió la velocidad de progreso alcanzado en los indicadores sociales, utilizando una innovadora Tasa de Reducción de Dis-

paridad (TRD).

Uruguay era el país en mejor posición en 1991 en el IDH, seguido de Argentina, Chile, Costa Rica, Venezuela, Panamá, México, Paraguay, Colombia, Brasil, Ecuador, Perú, República Dominicana, Nicaragua, El Salvador, Honduras, Bolivia y Guatemala.

### CUARTOS EN PROGRESO SOCIAL

Pero si se analiza la TRD entre 1970 y 1990, la ubicación cambia, y aparecen como los países de progreso social más rápido Chile, México, Costa Rica, Uruguay, Honduras y Brasil.

Entre los países de progreso medio se ubican en orden descendente Panamá, Ecuador, Colombia, Venezuela, Bolivia y Nicaragua, mientras que en el progreso lento están Paraguay, Perú, Argentina, El Salvador, República Dominicana y Guatemala.

Y aún se producen más cambios si se ordenan los países según el progreso social observado en el período 1980-1990. En esa década, el país que más redujo su disparidad fue Bolivia, aunque se mantenga en el nivel 17, entre 18, por su IDH.

A Bolivia siguieron en la TRD la pasada década, entre los de progreso rápido, Chile, Colombia, México, Honduras y El Salvador.

El progreso medio en su TRD incluyó a Perú, Paraguay, República Dominicana, Brasil, Ecuador y Venezuela, mientras los que tuvieron un progreso más lento fueron, en orden descendente, Panamá, Argentina, Costa Rica, Nicaragua, Uruguay y Guatemala.

El nuevo indicador compuesto fue presentado ayer ante medio centenar de expertos de la región y representantes de organismos internacionales que se ocupan de los temas sociales, en el inicio de una reunión de dos días en la sede del SELA.

El indicador podría ser un aporte concreto de la región a la Cumbre Social de Naciones Unidas, que se realizará en abril de 1995 en Copenhague, si lo aprueban los gobiernos del área, cuyos responsables sociales se reunirán dentro de un mes, también en Caracas, para elaborar una posición latinoamericana común.

### GASTO MAL DIRIGIDO

El secretario permanente del SELA,

el mexicano Salvador Arriola, indicó que hay conciencia en la región de que se gasta mucho en aspectos sociales, pero se gasta mal, según reporte de IPS desde la capital venezolana.

Márquez puntualizó que, en promedio, los latinoamericanos gastan 10 por ciento del Producto Interno Bruto en salud, educación y sectores de vivienda, mientras que en la mayoría de los países esas áreas no han hecho sino empeorar.

Arriola indicó que resulta erróneo considerar lo social como un gasto, cuando debe ser concebido como una inversión en capital humano, mientras que

otra premisa equivocada es medir la eficiencia en lo social por criterios economicistas.

Añadió que la política social debe ser concebida como una labor de Estado y por tanto, de mediano y largo plazo y con continuidad, y no de gobiernos, y tiene también que buscar su eficiencia con más atención a los sectores más vulnerables. Márquez puntualizó que el Indicador sobre Desarrollo Humano se basa en la misma tasa que puso en vigencia la década pasada el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, pero sumándole elementos y adaptándolo a la realidad regional.

01-01

9500895

ocupaciones:

a - Aproximadamente 23 familias integrantes de una Cooperativa de Viviendas de los Diques del Estado (COVIDE) ocuparon el terreno ubicado en las calles Inglaterra y Polonia (Parque Vaz Ferreira - Cerro), instalando un cartel de FUCVAM, tres carpas grandes y delimitando la zona con un alambrado manifestando que "pelearían hasta lo último"... "aunque vengan con la mayor de las fuerzas de represión". Esta cooperativa habría iniciado los trámites de personería jurídica hace 14 años no teniendo respuesta hasta el presente.

El mismo 29/JUL, el edil García Pintos comunicó el hecho a la Directora de la División Arquitectura y Urbanismo de la IMM, Arq. Ana María Ruggia quien a su vez se enlazó con el cuidador del Parque y éste se presentó en la Seccional Policial Nº 24 y en el Juzgado de 11º Turno realizando las denuncias correspondientes. El Juez falló otorgando 48 horas a los precarios para que abandonaran el parque, comunicando su decisión a los cinco integrantes de la "Comisión de Fomento" que se abrogó la representación del resto de los cooperativistas. Se destaca que tres de ellos integran COVIDE mientras que los otros dos integran la directiva de FUCVAM (Gustavo González Srio.Gral. y Walter Russo, Vocal).

El 02/AGO se realizó una Asamblea General en el predio a la que concurrieron unas 150 personas entre las que se reconoció al edil Ramón Cabrera (PCU), diputado Lucas Pittaluga (M20M), diputado Guillermo Alvarez (PSU) y el edil Artigas Melgarejo (PSU). En esa oportunidad se comunicó a los presentes que el día anterior se había emplazado a los cinco integrantes de la Comisión de Fomento conminándolos a desalojar el predio, por lo que estaban a la espera de la fuerza pública.

La orden judicial fue oportunamente dada al Comisario de la Seccional 24ª, pero éste solicitó la presencia del Juez para hacerlo efectivo. Este no concurrió pasando las actuaciones al fiscal, por lo tanto el desalojo no se efectuó.



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

*SELA analiza perspectivas de industrias de la región*

PROCESO

*150023*

FECHA

*26/10/94*

VINCULACIONES

*12639*

*30099*

## Este sector en América Latina cayó dos puntos porcentuales en 10 años **SELA analiza perspectivas de industrias de la región**

Los países de América Latina y el Caribe necesitarán inversiones anuales superiores a los 70.000 millones de dólares para desarrollar el sector industrial, advirtió ayer el secretario permanente del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), el mexicano Salvador Arriola, según reporta de ANSA desde Caracas.

El organismo económico regional, con la colaboración del gobierno de Costa Rica y los auspicios de la Organización de Naciones Unidas para el Desarrollo (Onudi), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), y la Comisión Económica para América Latina (Cepal), convocó para el 27 y 28 de octubre a un foro regional sobre política industrial que tendrá lugar en San José, la capital costarricense.

Arriola advirtió que la industria latinoamericana y caribeña tiene que prepararse para enfrentar el cambio de paradigma tecnológico, y pasar de un contexto protegido por subsidios a la competencia en los mercados abiertos.

A juicio del secretario del SELA la política de la región deberían orientarse a generar una capacidad tecnológica endógena, tanto en el país como todas sus instituciones, es decir, abarcar también las agencias públicas, universidades y empresas.

Observó que los países industrializados del Grupo de los 7 gastaban 346 dólares por habitante en investigación y desarrollo, mientras que en América Latina apenas se invertirían 12 dólares por habitante.

Entre 1983 y 1992, los países industrializados dedicaron un promedio del 22% del PIB a inversiones, mientras que las inversiones brutas de América Latina y el Caribe en el sector industrial representaron apenas un promedio anual del 19% del PIB.

El grado de industrialización de América Latina bajó del 26% del producto total, a principios de los años 80, al 24% al iniciarse la década de los 90, según estudios de la Comisión Económica para América Latina (Cepal), citados por Arriola.

ENTRADO

CRUZADO

*9500896*

01-01

9500897

SECRET

ORIGINAL

1/1

MEMORANDUM No. 950008'...ReI/Fecha: 18/01/95

I: ASUNTO: MOVIMIENTO 26 DE MARZO

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Entrada	19 ENE. 1995
Pase a	Archivo N.L.
Nº. de Orden	9500897

- Se concurrió al local MELCHORA CUENCA, el cual comenzó a funcionar esta semana, pero la concurrencia fue escasa, apenas tres integrantes.

- La única tarea que se encomendó fue la de vender el diario "LA JUVENTUD" los días domingos, en la zona de acción del local, a los efectos que la gente lo conozca más.-

001/1

9500897

18.1.95

9500897

SECRET

ORIGINAL

1/1

MEMORANDUM No. 9500087...FeI/Fecha: 18/01/95

I: ASUNTO: MOVIMIENTO 26 DE MARZO

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: TEXTO:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
Dirección General de Información de Defensa  
DEPARTAMENTO I  
Fecha de Entrada 19 ENE 1995  
Pase a ARCHIVO FIL.  
Nº. de Orden 9500897

- Se concurreó al local MELCHORA CUENCA, el cual comenzó a funcionar esta semana, pero la concurrencia fue escasa, apenas tres integrantes.
- La única tarea que se encomendó fue la de vender el diario "LA JUVENTUD" los días domingos, en la zona de acción del local, a los efectos que la gente lo conozca más.-

001/1

9500897

SECRET

18.1.95  
950028

ARCHIVO

P.013.4

MONTEVIDEO, enero 18 de 1995

1)-

INFORMACION GRENIALORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SINDICATO UNICO DE AUTOMOVILES CON TAXIMETRO: En la Asamblea realizada en la víspera se resolvió no aceptar la renuncia de la cúpula del gremio aunque sí la de su presidente. Además se establecieron pautas con respecto a normas complementarias al uso de la mampara de seguridad.-

ORGANIZACIONES SOCIALES-GREMIALES

PIT-CNT: En el día de la fecha se reúne el Secretariado Ejecutivo, en horario a confirmar, para analizar detalles de la entrevista que mantendrán la semana entrante con el futuro Presidente de la República.-

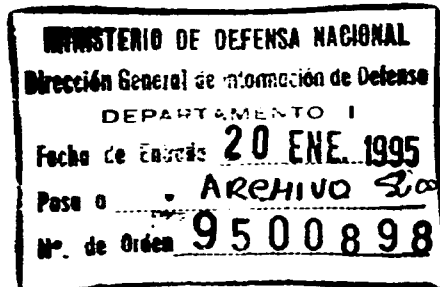
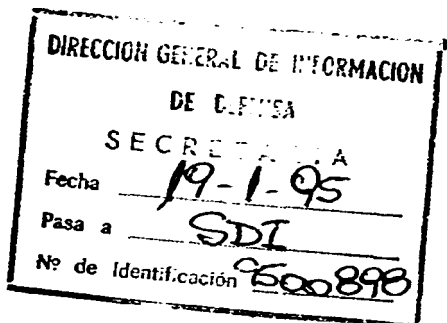
2)-

INFORMACION ESTATAL

MESA SINDICAL COORDINADORA DE ENTES AUTONOMOS: En la reunión realizada en la víspera se resolvió solicitar nuevamente que sea revocado el recurso presentado por el Fluriconsorcio que desea adquirir FLUNA y plantear que dicha empresa pase a ser de economía mixta con participación de los funcionarios. Dicha propuesta será planteada por OFFIUNA en una reunión que se llevará a cabo el día de hoy a la hora 11:00 con el Director de Trabajo del MTSS.-

UNION AUTONOMA DE OBREROS Y EMPLEADOS DEL GAS: En el día de ayer a partir de la hora 10:00 se realizó la reunión prevista entre autoridades de GASEBA URUGUAY del gremio. Posteriormente a esta reunión a partir de la hora 11:30 el sindicato realizó su asamblea general con una asistencia de 65 obreros aprox. En la misma se declaró la insuficiencia de lo conversado con GASEBA y se resolvió mantener en conflicto en todos sus términos.-

CONSTANCIA: La empresa GASEBA comunicó al Ministerio de Industria y Energía que el día jueves 19 del corriente se hará cargo de la Cía. del Gas.-



185. Grenial

001/1

9500898

1/18

**COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION DE INTELIGENCIA NAVAL**

**RESUMEN SEMANAL**

**Nro. 03/95**

**RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA**

**PERIODO DEL 11 DE ENERO AL 17 DE ENERO DE 1995.-**

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha	19-1-95
Pasa a	SDI
Nº de Identificación	95000

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
DEPARTAMENTO I	
Fecha de Emisión	20 ENE. 1995
Pasa a	ARCHIVO
Nº. de Orden	9500900

*[Handwritten signature]*

001/18

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL  
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 03/95

170800P ENE 95

SITUACION

INTERIOR

1.- COMPONENTE POLITICO

a.- MPP - Alternativa a la lucha armada.-

El senador electo del MPP Helios SARTOUH consideró que "frente a la tradicional alternativa de hacer la revolución mediante la lucha armada o integrarse al sistema capitalista renunciando a grandes líneas de trabajo social y política, hay una tercera vía que es la de actuar en el marco de la legalidad institucional de manera revolucionaria".

Para el legislador emepista hay tres principios para ser revolucionarios, que se deben respetar:

a) mantener las grandes líneas de transformación profunda que son patrimonio de la izquierda (Reforma Agraria y no pago de la Deuda Externa),

b) mantener y profundizar la participación popular,

c) reafirmación del compromiso con la verdad.

(LA REPUBLICA - 13/I/95).-

2.- COMPONENTE MILITAR

a.- SANGUINETTI - Comandantes en Jefe.-

El presidente electo Julio SANGUINETTI le transmitió en diciembre al presidente de la República, Luis LACALLE, que su intención es comenzar la nueva gestión el 12 de marzo con tres nuevos comandantes al frente de las FF.AA.

Fuentes del Foro Batllista informaron que SANGUINETTI ya tiene definido que el Comandante en Jefe del Ejército, Teniente General Daniel GARCIA, será sustituido por el Jefe de la División II, General Juan Carlos CRUTCHET, y que el Comandante en Jefe de la Armada, James COATES, lo será por el Prefecto Nacional Naval, Contralmirante Raúl RISSO. Aún no está resuelto quien será el sustituto del Jefe de la Fuerza Aérea, Brigadier General (Av.) Raúl SAMPEDRO.  
(BUSQUEDA - 12/I/95).-

El Presidente Luis Alberto LACALLE no tomará la iniciativa de relevar a los tres Comandantes de las FF.AA. y dejará liberada esa decisión a cada uno de los jefes militares revelaron fuentes cercanas al actual mandatario.  
(EL OBSERVADOR 13/I/95).-

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA  
DIVISION INTELIGENCIA NAVAL  
RESUMEN DE HECHOS SIGNIFICATIVOS EN AREAS  
DE RESPONSABILIDAD O INTERES DE LA ARMADA

RESUMEN Nº 03/95

170800P ENE 95

SITUACION

INTERIOR

1.- COMPONENTE POLITICO

a.- MPP - Alternativa a la lucha armada.-

El senador electo del MPP Helios SARTOUH consideró que "frente a la tradicional alternativa de hacer la revolución mediante la lucha armada o integrarse al sistema capitalista renunciando a grandes líneas de trabajo social y política, hay una tercera vía que es la de actuar en el marco de la legalidad institucional de manera revolucionaria".

Para el legislador emepepista hay tres principios para ser revolucionarios, que se deben respetar:

a) mantener las grandes líneas de transformación profunda que son patrimonio de la izquierda (Reforma Agraria y no pago de la Deuda Externa),

b) mantener y profundizar la participación popular,

c) reafirmación del compromiso con la verdad,

(LA REPUBLICA - 13/I/95).-

2.- COMPONENTE MILITAR

a.- SANGUINETTI - Comandantes en Jefe.-

El presidente electo Julio SANGUINETTI le transmitió en diciembre al presidente de la República, Luis LACALLE, que su intención es comenzar la nueva gestión el 12 de marzo con tres nuevos comandantes al frente de las FF.AA.

Fuentes del Foro Batllista informaron que SANGUINETTI ya tiene definido que el Comandante en Jefe del Ejército, Teniente General Daniel GARCIA, será sustituido por el Jefe de la División II, General Juan Carlos CRUTCHET, y que el Comandante en Jefe de la Armada, James COATES, lo será por el Prefecto Nacional Naval, Contralmirante Raúl RIBSO. Aún no está resuelto quien será el sustituto del Jefe de la Fuerza Aérea, Brigadier General (Av.) Raúl SAMPEIRO.  
(BUSQUEDA - 12/I/95).-

El Presidente Luis Alberto LACALLE no tomará la iniciativa de relevar a los tres Comandantes de las FF.AA. y dejará liberada esa decisión a cada uno de los jefes militares revelaron fuentes cercanas al actual mandatario.  
(EL OBSERVADOR 13/I/95).-



b.- Nuevo Agregado Naval en la Argentina.-

El Presidente Luis Alberto LACALLE designó ayer al Capitán de Navío Alex LEBEL como agregado naval en la Embajada Uruguay en la Argentina.

LEBEL sustituirá al C/A Gualberto RUIZ.  
(EL OBSERVADOR - 11/I/95).-

c.- Aumento del número de ahogados.-

La imprudencia es un factor constante en los casos de ahogamiento, que fueron 57 en 1993 y crecieron a 87 en 1994 (53%) y en altísima proporción las víctimas fueron "lamentablemente, niños o adolescentes", según explicó el C/A Raúl RISSO. Por otra parte, los hurtos aumentaron en un 41%.  
(EL OBSERVADOR - 11/I/95).-

d.- Prefectura - Seguridad en la costa.-

Equilibrar seguridad y esparcimiento en la costa es el desafío veraniego de Prefectura, confirmó el Contralmirante Raúl RISSO. (Ver Anexo "ALFA")

e.- Declaraciones del asesor civil del Comandante en Jefe del Ejército.-

El licenciado Mario MARENCO, asesor civil del Comandante en Jefe del Ejército, declaró "Hoy los ejércitos no pueden ser ajenos a los procesos de integración política regional".- (Ver Anexo "BRAVO")

f.- Malestar policial.-

Los síntomas de malestar creciente en la Policía ha motivado que el Ministro del Interior se refiriera al tema en entrevista de prensa y admitiera que la situación salarial es insostenible. Desestimando las versiones de una movilización, inscribió las actuales penurias policiales en el conjunto de los salarios que perciben los funcionarios públicos. "Los salarios de la administración pública, en especial los de la Policía, son bajos, no son los suficientemente remunerativos".

Manifestó que una de las prioridades del gobierno de Julio Ma. Sanguinetti debe ser un presupuesto que contemple la situación del personal policial.

Las reivindicaciones planteadas por la policía quedarían fuera de la actual Administración, cuando le otorgan casi seis meses de plazo a la "clase política" para que resuelva el tema y evite un conflicto que se podría desencadenar durante el desarrollo de la "Copa América" en el mes próximo de junio. (LA JUVENTUD - 12/I/95).-

g.- Desazón militar por proceso de GAVAZZO.-

Oficiales del Ejército dijeron estar decepcionados por la conducta del It. Cnel. José Nino GAVAZZO.

"Todos lo defendimos en su momento y ahora el nos deja mal parados", comentó un oficial de alta graduación.

El Cnel. (R) Oscar MACIA, Vicepresidente del Centro Militar, dijo que la directiva se reunirá en marzo para analizar si se toman medidas con GAVAZZO.

En las últimas elecciones del Centro Militar, GAVAZZO integró la lista que encabezó el Cnel. (R) Regino BURGUEÑO y que resultó derrotada por la del Gral. (R) Nelson RODRIGUEZ. (BUSQUEDA - 12/I/95).-

#### h.- Guardia de ARTIGAS.-

En un discurso pronunciado en la Universidad de la Habana ante Fidel CASTRO, el Tte. Cnel. (R) Hugo CHAVEZ, que encabezara dos rebeliones militares durante 1992 en Venezuela, reveló que durante su estadía en Uruguay en el mes de Octubre pasado, mantuvo contactos con un "emisario secreto" de oficiales activos del Ejército que se llaman "soldados Artiguistas". (EL OBSERVADOR - 14/I/95).-

### 3.- COMPONENTE MARITIMO

#### a.- Veda para la pesca de la merluza.-

Argentina y Uruguay establecieron un área de veda para la conservación de la merluza la que se iniciará el próximo domingo 15 y se mantendrá en vigencia hasta el 30 de marzo de este año. La comisión técnico mixta del Frente Marítimo, un organismo binacional Argentino - Uruguayo ha establecido un área de veda para la protección de las concentraciones de juveniles de merluza, ejemplares con tallas por debajo de los 35 cm. (EL PAIS 12/I/95).-

#### b.- Cierre de Astillero.-

El astillero Orogan, que fuera inaugurado para los festejos del 175º aniversario de la ciudad de Carmelo por el Intendente Juan Carlos CURBELO, ha enviado a su personal al seguro de paro.

La empresa, única que construye embarcaciones deportivas en el país, ha tenido dificultades financieras y de funcionamiento, las que obligaron a sus responsables a adoptar tal medida.

Los responsables de la firma Guillermo y Ricardo DE LEON indicaron que vieron comprometido su funcionamiento "a causa del recorte que el gobierno, a través del propio Presidente Luis A. LACALLE, realizó a la ley de Promoción Industrial en el año 1991", el cual "hizo mella en el proyecto original de la empresa".

Tal actitud gubernamental determinó que de las ochenta embarcaciones anuales planificadas solo dos se hallan armado hasta ahora. (LA REPUBLICA - 12/I/95).-

c.- ADES - Puerto de Carmelo.-

Comenzó a operar en Carmelo la cuarta base del país de ADES (Asociación Honoraria de Salvamentos Marítimos y Fluviales), merced a la iniciativa y movilización de gran parte de las fuerzas vivas de esta ciudad.

La misma cuenta con una embarcación traída de Montevideo, "que tiene las condiciones adecuadas para realizar tareas de rescate", indicaron los integrantes de la Comisión de ADES de Carmelo. (LA REPUBLICA 15/I/95).-

d.- Obras en la Hidrovía Paraguay - Paraná.-

"El proyecto de la Hidrovía Paraguay - Paraná se debe sustentar sobre bases reales, no sobredimensionadas, atendiendo los tráficos con planteos concretos y no con gestos u obras faraónicas que modifiquen hasta límites imprecisos o desconocidos la verdadera sustancia del plan. La modernidad y el desarrollo no tienen porque ser sinónimos de erogaciones excesivas, pudiéndose con los medios ya existentes y planes coherentes sacar el mejor provecho de una vía que es un polo de desarrollo para toda la región", afirmó el Capitán de Ultramar de la Marina Mercante Juan José MAZZEO. (Ver Anexo "CHARLIE").-

El próximo mes de febrero entrará en vigor el acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovía Paraguay - Paraná y sus seis Protocolos Adicionales, al haberse completado ayer, ante la Secretaría General de la ALADI, los trámites por parte de Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay. (LA REPUBLICA - 14/I/95).-

e.- Habilitación de navegación de embarcaciones deportivas en los puertos.-

El Poder Ejecutivo aprobó el 4 de enero el Decreto N° 1/95 por el cual se instrumentan medidas para la libre navegación y permanencia de naves con bandera extranjera.

El Decreto gubernamental aclara que Uruguay ha respetado el principio de la libre navegación de buques con bandera extranjera, al amparo de principios de Derecho Internacional, pudiendo las naves deportivas o de recreo que arriban al país por sus propios medios, entrar, permanecer y salir de aguas jurisdiccionales y puertos de la República amparadas por su bandera, sin otro requisito que presentar el rol respectivo de la tripulación y la matrícula, sin cumplir con las exigencias aplicables a los buques mercantes. (BUSQUEDA - 12/I/95).-

f.- Puerto de Yates en Colonia.-

Tres empresas acudieron al llamado a concurso de ideas para la futura construcción del Puerto de Yates de este capital.

Las mismas, son del Grupo del Arq. Samuel FLORES FLORES y Plácido S.A., que presenta con proyecto e inversión de capitales Uruguayos, la Mito Handelsgesellschaft MBH, con sede en Viena y la Argentina Browlii S.A.

El acto, se realizó en el Palacio Municipal con la presencia del Intendente Dr. Mario GAYOL, el Dir. Nacional de Hidrografía Cap. Reymundo GALLINO, en representante del MTOP, Dr. Paul DEUS y uno de los principales impulsores de la obra en esta ciudad el C/F. Andrés DURAN, Prefecto de Colonia.  
(EL PAIS - 14/I/95).-

g.- Puerto de Fray Bentos - Primer embarque a Europa

Se concretó el embarque de madera desde el puerto de Fray Bentos, lo cual constituye un hito en la evolución de ese terminal fluvial del litoral del país.

La empresa Las Pleyades subsidiaria de la Empresa Nacional de Celulosa de España, embarcó 8.000 toneladas de rolos descortezados. El embarque se efectuó en el buque "Sprig Pedcock" y la madera tendrá como destino España.  
(EL OBSERVADOR - 17/I/95).-

h.- Sector pesquero uruguayo

La situación actual del sector pesquero es grave y requiere la elaboración de un pacto sectorial con todos los agentes involucrados: autoridades públicas, Banco República, asociaciones industriales, sindicatos de tripulantes, Instituto Nacional de Pesca y armadores, sostiene el Análisis del Sector Pesquero, elaborado por la Comisión Sectorial para el Mercosur (Comisec).- (EL OBSERVADOR - 17/I/95).-

4.- COMPONENTE ECONOMICO

a.- Análisis de la Comisión Sectorial del Mercosur.-

Ventajas y desventajas para el Uruguay en el Mercosur analizó la Comisión Sectorial del Mercosur (COMISEC); sugirió 14 puntos para mejorar la competitividad general de la economía Uruguaya. (Ver Anexo "DELTA").-

b.- SANGUINETTI: la crisis económica repercutirá en nuestro país

Mientras en el ámbito del gobierno actual se considera que la crisis financiera de México no afectará a Uruguay, especialmente porque Argentina y Brasil mantienen estabilidad, el presidente electo Dr. Julio Ma. SANGUINETTI, hizo ayer una evaluación diferente y señaló que inevitablemente los problemas mexicanos repercutirán en nuestro país. Subrayó que los efectos serán económicos y no en la bolsa ni en el mercado comunitario. (EL PAIS - 13/I/95).-

## EXTERIOR

### 1.- ARGENTINA.-

#### a.- Cargueros navegan a ciegas.-

Los timoneles de yates y veleros que cruzaron a Punta del Este tendrán problemas para regresar a Buenos Aires debido al recorte presupuestario decidido en Economía, que comenzó a sentirse en el Río de la Plata y el Paraná: por falta de recursos, la Dirección de Construcciones Portuarias y Vías Navegables no pudo emitir en los dos últimos meses el "Boletín Fluvial", una publicación imprescindible para conocer la profundidad de los canales y la ubicación de las boyas de balizamiento. Para los buques mercantes es un drama: sin el boletín, no saben cómo están los canales. Y tienen que extremar las precauciones, reducir velocidades de navegación y llevar menos carga en sus bodegas.

No es éste el único problema que enfrentarán los navegantes. CAVALLO le dio a la Subsecretaría de Puertos y Vías Navegables una asignación especial de 11 millones de pesos para mejorar las condiciones de los ríos. Pero el organismo no logró juntarse con el dinero. El recorte de gastos y un "cortocircuito" entre los hombres del Transporte y el Subsecretario del Área Administrativa provocaron la evaporación de esos recursos. Las consecuencias:

- 1.- Se paralizaron casi todas las dragas y se redujo la profundidad de los canales de navegación.
- 2.- No se actualizaron los datos correspondientes a los niveles de calado y al estado de balizamiento de las distintas vías navegables.

Los barcos cubren la ausencia del "Boletín Fluvial" con informes de la Prefectura. La Cámara Naviera Argentina le pidió al Gobierno que resuelva en forma "urgente" el problema. Varias empresas marítimas remitieron cartas-documentos a Transporte: lo responsabilizan por eventuales accidentes y daños económicos originados por la ausencia de información sobre el estado de las vías navegables.

Para complicar más el panorama naviero, hay dos licitaciones para privatizar el dragado y balizamiento que están varadas por reclamos judiciales: la del Canal Martín García y la del corredor Paraná-Canal Mitre-Río de la Plata. (CLARÍN 14/I/95).-

#### b.- Servicio Militar Voluntario.-

La Ley que establece el Servicio Militar Voluntario

entró en vigencia el 10/I luego de su publicación en el Boletín Oficial. Establece en su Artículo 1º que "el Servicio Militar Voluntario es la prestación que efectúan por propia decisión los argentinos varones y mujeres, por opción o ciudadanos naturalizados". "La cantidad de soldados voluntarios que se requiera incorporar y el cupo para cada una de las Fuerzas Armadas será anualmente fijada por el Presidente de la Nación a propuesta del Ministerio de Defensa". Sancionada por el Congreso de la Nación el 14 de diciembre del año pasado, la Ley lleva el número 24.429 y fue promulgada el 05 de enero. (CLARÍN 11/I/95).-

El Ministro de Defensa señaló que la incorporación de los soldados profesionales se hará en forma gradual, a partir de marzo y "a medida que se produzca la baja de la clase 1975". CAMILION aclaró que deberán pasar "al menos dos años" para completar la transición entre el viejo y el nuevo sistema. El Ministro admitió que aún no se cumplieron las expectativas de reclutamiento de los voluntarios necesarios para el normal desenvolvimiento de las Fuerzas Armadas, y reconoció que los interesados solo representan hasta ahora "casi el ochenta por ciento de lo que hace falta como cifra óptima". La inscripción se extenderá hasta fines de febrero y aspira llegar al número ideal de 26.500 vacantes. Al apuntar las razones que motivaron la inscripción de los futuros soldados, CAMILION precisó que a "más de la mitad" de los anotados "les interesa la actividad", otro 15% espera "aprender un oficio" y cerca del 20% decidió ser voluntario "por razones de empleo". (CLARÍN 12/I/95).-

c.- La Tropa Voluntaria no fracasó.-

"Hay algunas voces que en las últimas semanas han señalado que la sustitución del Servicio Militar Obligatorio por el Voluntario no ha sido organizada de manera eficaz". (Ver Anexo "ECHO").-

d.- Rechazan indemnizar a Kelpers.-

El 77% de los porteños y de los habitantes del Gran Buenos Aires se opone al proyecto del Gobierno de indemnizar a los Kelpers para conseguir la soberanía argentina en las Islas Malvinas. Según el estudio de opinión sólo un 10% de los consultados está de acuerdo con el pago de una indemnización a los pobladores de las Malvinas; un 9% se mostró desinteresado en la cuestión y un 4% aseguró no tener una posición tomada sobre el tema. El desacuerdo con el proyecto del Gobierno predomina en todos los sectores de preferencia política incluso entre quienes dicen que votarán a MENEM.

El resultado de otra encuesta realizada el mes pasado en las islas indicó que uno de cada diez Keipers aceptaría la soberanía argentina a cambio de recibir 1.5 millón de dólares. "Estoy eufórico con el resultado en las islas", confesó el Canciller Guido DI TELLA. (CLARÍN 14/I/95).-

e.- Entrevista al Jefe del Ejército.-

Los tres primeros balnearios de Punta Mogotes (Mar del Plata) pertenecen al Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea. En el mismo balneario que está el Jefe del Ejército también pasan su veraneo otros generales en actividad y retirados. Están el Jefe del Estado Mayor Conjunto, Tte. Gral. Mario Cándido DÍAZ, el Jefe de Inteligencia, Gral. Jorge MINA, y el Jefe del Ejército durante parte del gobierno radical Gral. Jorge ARGUINDEGUI.

El Jefe del Ejército, Tte. Gral. Martín BALZA dijo: "El señor Ministro de Economía comprende nuestra situación y es consciente de la postergación presupuestaria. Creo sin lugar a dudas, que valora el respaldo del Ejército y, obviamente, de las otras Fuerzas Armadas, en todo lo relacionado con la contención del gasto público. Descarto totalmente que estemos marginados, como a veces se ha dicho que algún funcionario de Economía margine a las Fuerzas Armadas. Respecto a la postergación presupuestaria no pierdo las esperanzas de que se produzca un cambio en el futuro".

"Tanto el señor Presidente como el señor Ministro de Defensa aseguraron que se otorgarán los recursos para cumplir con los objetivos que se nos han impuesto, para llevar adelante el Voluntariado".

"Soy una especie de gerente general de una empresa en la cual trabajan 50.000 personas. Una empresa de capital totalmente nacional, con sucursales en todo el país, hasta en la Antártida, con importantes representaciones en el exterior. Un patrimonio material superior, en términos generales, a los 5.000 millones de pesos. Pero aparte de esto, independientemente de lo que uno gane, que es conocido por todos, yo me honro de ser un soldado".

"No concibo un país, en la sociedad actual, en el mundo actual, de las características del nuestro, sin Ejército. Nadie sueña con dejar la Defensa de la soberanía en manos de organismos internacionales".

"Yo no creo que tenga que ser materia de debate dentro del Ejército que se participe en la lucha contra el narcotráfico pero debemos estar con la mente preparada para captar con claridad meridiana los cambios en la situación internacional y en el contexto regional".

"El pasado gobierno militar hay que analizarlo con una profunda sinceridad, sin voluntarismo y con autocrítica. De eso estoy convencido. Hay que decir



que cosas buenas hubo para capitalizarlas y perfeccionarlas. Y también cuáles fueron los errores. Pero con autocrítica, una rigurosa autocrítica. Creo rotundamente que esos errores no se repetirán. Incluso en la organización de golpes de Estado. Fue importante la autocrítica que se hizo en el Ejército. Pero conociendo nuestro pasado, muchas de las cosas que queremos que no se repitan incluyeron a toda la sociedad argentina, en su conjunto. El historiador norteamericano Robert POTASH, en todos sus libros, habla de golpes cívico-militares. Es decir, las intervenciones militares en el pasado fueron producto de una sociedad que permitió esos golpes y de un Ejército que también se prestó; las dos cosas".

"Yo me recibí de Subteniente en 1955, así que viví todo lo que pasó desde esa época hasta ahora. Por eso soy muy optimista. Creo que estamos en un camino de la consolidación democrática definitiva y de respeto irrestricto a las instituciones de la república. Pero el Ejército no puede asumir la culpa total de los golpes. El Ejército asume su parte de haber participado en eso. Pero fue la sociedad argentina la que participó, la que permitió que sucediera. No se hubiera materializado, no hubiera tenido éxito, ningún golpe militar si no hubiera contado con una participación activa de la sociedad de esa época. El Ejército ha hecho su autocrítica: fue un error la participación en política, no nos hizo bien prestarnos a eso. Pero la sociedad también se prestó a eso. Y quiera Dios, yo estoy seguro, el Ejército no se va meter nunca más. Y quiera Dios, yo también estoy seguro, que nuestra sociedad tampoco se va a prestar más. Hemos consolidado una sociedad madura en cuanto a eso".

"Mi principal objetivo como Jefe del Ejército es no defraudar al que me nombró y no defraudar a la sociedad y además llevarme el afecto de los hombres que comandé".

"Instrumentar el Voluntariado no parece nada fácil sin lugar a dudas. Podría ser el desafío más difícil, comparable a la participación en las organizaciones militares de paz y el cambio en el sistema educativo del Ejército".

"Yo he sido Jefe de Estado Mayor y voy a ser Jefe de Estado Mayor de un solo presidente. No entro a considerar qué va a suceder el 14 de mayo si es reelecto MENEM ". (CLARÍN 16/I/95).-

## 2.- BRASIL.-

### a.- Acuerdo Marítimo muy peleado.-

CARDOSO ratificó la política marítima nacional y alejó la posibilidad de un acuerdo con Argentina sobre las reglas de juego en el transporte de cargas

por agua dentro del Mercosur, al asegurar la continuidad de la postura proteccionista que viene defendiendo desde 1992, Brasil volvió a distanciarse de la posición del Gobierno argentino que alienta una apertura y desregulación total del transporte marítimo regional.

Al tiempo que las autoridades económicas argentinas salían a reclamar el libre acceso a las cargas para buques de cualquier bandera y la eliminación de las restricciones legales brasileñas que favorecen a su Marina Mercante, el Gobierno de CARDOSO confirmó la vigencia del Decreto 1265/94 que establece la Política Marítima Nacional (PMN).

Para Brasil, el objetivo fundamental "es orientar el desenvolvimiento de las actividades marítimas del país, procurando la utilización plena del mar y de las hidrovías interiores, de acuerdo con los intereses nacionales". La estrategia brasileña apunta al pleno empleo del poder marítimo del país en el exterior. Pero también busca incentivar la construcción de buques en los Astilleros nacionales y promover las obras fluviales y portuarias necesarias para mejorar las condiciones de la navegación interna.

Para mediados de febrero, se hará una reunión especial del Grupo Mercado Común (GMC). Y el tema figura en la agenda. El escaso optimismo que existía hace unas semanas sobre un posible acuerdo entre los dos principales socios del Mercosur virtualmente desapareció. Los negociadores brasileños advirtieron que existen dos condiciones intocables:

- 1.- La reserva de todos los fletes internacionales y dentro de la región para las empresas navieras asentadas en cualquiera de los cuatro países.
- 2.- Una participación limitada de los barcos extranjeros en los fletes del Mercosur, sólo cuando las compañías de la región no tengan buques disponibles o cuando las tarifas locales de determinadas cargas resulten superiores a las cobradas en el mercado internacional.

(CLARÍN 14/I/95).-

### 3.- INTERNACIONALES.-

#### a.- Retiro de las Tropas de la ONU.-

El Presidente de Croacia, Franjo TUDJMAN, solicitó a las Naciones Unidas la retirada de su fuerza de 12.000 hombres, creando la posibilidad de una extensión del conflicto en los Balcanes. Los cascos azules, entre ellos un millar de argentinos, tendrán tiempo hasta junio para dejar la Misión. La ONU reaccionó con preocupación al pedido de TUDJMAN, que en sus campañas ultranacionalistas de los últimos

meses había amenazado con poner fin a la Misión internacional. El Secretario General de la ONU, Boutros GHALI, indicó que aumenta el "riesgo de renovadas hostilidades" en la región. El Gobierno croata asegura a la ONU que la retirada de UNPROFOR no constituirá el reinicio de la guerra, aunque nadie confía demasiado en esta promesa. Funcionarios de la ONU dijeron que TUDJMAN no dejó "ningún espacio para negociar la permanencia de UNPROFOR", aunque, por supuesto, la organización hará todo lo posible para no abandonar la zona. UNPROFOR tiene sus cuarteles generales en Zagreb, desde donde se organiza la misión de 23.000 hombres en Bosnia-Herzegovina. El papel de UNPROFOR quedó seriamente cuestionado, luego que los serbios de la región de Krajina, en territorio croata, intervinieron activamente en el conflicto de Bosnia, infligiendo a las fuerzas musulmanas una de sus principales derrotas militares. La ONU no podrá permanecer en Croacia si el Gobierno no lo autoriza. TUDJMAN, como señal de buena voluntad, dijo que el cuartel general de Zagreb podrá seguir funcionando, pero que los 12.000 cascos azules que cuidan Krajina y otras zonas serbias deberán salir del país. (CLARÍN 13/I/95).-

b.- Definen proceso en Chile.-

La Corte Suprema de Chile inició el 10/I la parte final del juicio a dos ex altos Jefes de los Servicios de Inteligencia de PINOCHET, el General (R) Manuel CONTRERAS y el Coronel Pedro ESPINOZA, quienes fueron condenados en primera instancia por el asesinato del ex Canciller chileno Orlando LETELIER, ocurrido en Washington en 1976. CONTRERAS y ESPINOZA fueron condenados en primera instancia a siete y seis años de prisión, respectivamente. El primero dirigió la ya disuelta Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) y ESPINOZA era el encargado de las operaciones secretas que ese organismo llevaba a cabo en el exterior. Los dos oficiales apelaron las sentencias dictadas en noviembre de 1993 por el Juez Adolfo BARADOS. Si la Corte Suprema confirma las condenas, ambos deberían ser encarcelados. Si logran una rebaja en las penas, CONTRERAS y ESPINOZA podrían acogerse a la llamada "remisión de pena", que les permitiría seguir en libertad y sólo acudir periódicamente a una tribunal para firmar un libro de control. Este proceso, que comenzó hace más de 14 años, provocó una tempestad política en Chile. (CLARÍN 11/I/95).-

La decisión del Gobierno chileno de iniciar la construcción de una cárcel especial para militares desató, en la última semana, una crisis en la

coalición oficialista que puso a Ricardo LAGOS, líder del polo progresista de la Concertación, en abierta pugna con el Presidente Eduardo FREI y con la Democracia Cristiana.

Ricardo LAGOS no renunció y el proyecto de la cárcel especial para militares fue derivado al Congreso, en una decisión complicada que evitó una crisis mayor. Pero en la discusión en el Congreso quedó en claro que el tema de la justicia para los crímenes cometidos durante la dictadura del Gral. PINOCHET sigue amenazando el terreno democrático.

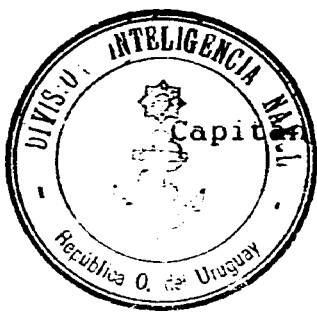
Al discutirse en detalle el proyecto de ley que además, busca terminar con la actual legislación que establece que los militares procesados y encarcelados sean reclusos en recintos militares, la derecha votó en bloque en contra. No son pocos los que ven en ello el reflejo del peso de las amenazas que han anunciado los hombres del equipo duro de los cuerpos de seguridad bajo la dictadura.

Ya adelantaron que no permitirán que CONTRERAS ni ninguno de los altos mandos de la DINA sea encarcelado y para eso recurrirán a movimientos de armas, revelación de antecedentes que involucran a otros militares y a la entrega de archivos secretos que (según ha dejado trascender Manuel CONTRERAS) afectan a muchas personalidades políticas. (CLARÍN 14/I/95).-

c.- Relaciones Perú - Ecuador.-

El Ministro de Defensa de Ecuador, el General retirado José GALLARDO ROMAN, dijo el 13/I que las Fuerzas Armadas están preparadas para defender el país, tras divulgarse informaciones de un presunto choque armado en la frontera común con efectivos militares del Perú.

La Cancillería informó que instruyó a su Embajador en Lima para que presente su "más enérgica protesta" por la presunta incursión de militares peruanos en territorio de Ecuador y deploró los incidentes, "en momentos en que ambos países han venido realizando acciones que permitan fortalecer las relaciones." (CLARÍN 14/I/95).-



Capitán de Corbeta (CG).

*Oscar Dourron*

Oscar DOURRON

P/S/A/M JEFE DE LA DIVISIÓN  
INTELIGENCIA NAVAL

9500900

Deportes náuticos "aumentan riesgos pero son una evolución lógica", afirmó el prefecto

## Equilibrar seguridad y esparcimiento en la costa es el desafío veraniego de Prefectura

El delicado equilibrio que implica mantener la seguridad en un área costera superpoblada sin resentir el derecho al esparcimiento que reclaman los veraneantes es un desafío que se agrega en temporada a las responsabilidades de la Prefectura Nacional Naval (PNN).

por **Andrés Rappolini**  
de la redacción de El Observador

En ese sentido, el prefecto nacional naval Raúl Rizzo, en diálogo con *El Observador*, analizó que el verano implica un cambio "muy importante" en su trabajo, "porque no solo tenemos gran afluencia de turistas desde el exterior sino también la aglomeración de decenas de miles de uruguayos".

La competencia terrestre de la PNN —que cuenta con unos 2.000 efectivos— se extiende hasta la rambla costanera cuando la hay o, de lo contrario, hasta 150 metros de la línea de ribera, es decir donde el río o mar deja su resaca.

"En esta época aumenta el peso de la responsabilidad de nuestro trabajo", dijo Rizzo y recordó que, además del turismo externo, los montevideanos se vuelcan los fines de semana hacia puntos de la Costa de Oro, haciendo muy difícil controlar un área "con 250 o 300 personas".

Sin embargo reconoció que ha recibido "un gran aporte" de organismos oficiales afines como las intendencias, el Ministerio de Turismo y el Ministerio de Salud Pública "a través de profesionales y elementos, pues nosotros le servimos de base para montar dispensarios que dan apoyo inmediato en zonas donde hay posibilidad de accidentes". También mencionó al Ministerio del Interior, "con el cual la relación es de todo el año en la prevención de delitos".

Rizzo resaltó además la colaboración de organizaciones privadas, que "recientemente se materializó, por ejemplo, en el aporte muy importante de material como botes zodiacos, motores y vehículos todo terreno".

Precisamente destacó que estos botes neumáticos (también conocidos como "gomones"), que constituyen la flota básica de Prefectura, son ideales "y dan muy buen resultado por su capacidad para actuar en condiciones de mar adversas", además de ser "vectores de fácil y rápido traslado hacia las



Contralmirante Raúl Rizzo

El prefecto nacional naval redimió una actitud responsable de los veraneantes, para evitar accidentes

áreas donde son necesarios".

Explicó sin embargo que "esto va directamente enganchado con la capacidad de comunicación que tengamos para un rápido alerta", y en ese sentido resaltó "el valiosísimo aporte de Antel en la Costa de Oro facilitándonos teléfonos celu-

lares que nos permiten multiplicar la capacidad de cobertura de cada hombre en su área de acción".

En ese marco se están estableciendo bases con técnicos de salud pública, ambulancias y hasta la posibilidad de apoyo de helicópteros tanto de la propia Armada, co-

mo de la Fuerza Aérea o sus propios helicópteros.

### Aguas saturadas

La llegada durante el verano de gran cantidad de embarcaciones deportivas, la práctica de deportes náuticos como el surf, windsurf, moto acuática (jet ski) y otros, crean a la Prefectura el problema de tratar de controlar y velar por la seguridad de todos los usuarios de las aguas costeras.

### La mayor preocupación

El prefecto nacional naval resalta dos años como "críticos" en el control de nuestra zona costera: 1993 y 1994. En esos años aumentó la preocupación por la seguridad de los usuarios de las aguas costeras, pero también por la evolución lógica de los deportes náuticos y la creciente demanda de servicios de emergencia y rescate.

### Indicó que "tenemos que trabajar"

Indicó que "tenemos que trabajar" en esas áreas de alto riesgo, estimó que desarrollen dentro de un plan de seguridad con las de mayor consecuencia. Dijo que esas áreas son: Montevideo, Punta del Este, y en el litoral, Las Cañas, Colonia y Carmelo.

### Por último Rizzo expresó a los

bañistas, límites mínimos de responsabilidad para su salvamento, para que los usuarios de las aguas costeras sepan que Prefectura no es un servicio de emergencia, sino un servicio de prevención.

### De esta forma se busca evitar

colisiones, atropellamientos y otros accidentes que puedan ocurrir en las aguas costeras.

### Cuando estas actividades se desarrollan

en lagos u otros cuerpos de agua, fuera de la jurisdicción de Prefectura, se han buscado coordinaciones con las autoridades correspondientes.



Zodiaco

Los botes neumáticos son la herramienta básica de la Prefectura Nacional Naval

nos con las intendencias, la Policía y aun con organismos dedicados a velar por el medio ambiente, ya que por ejemplo el uso de vehículos anfibios puede generar daños en el sistema ecológico".

La Prefectura debe manejar en este delicado equilibrio entre turismo y seguridad, dijo Rizzo, pero recordó que "entre las responsabilidades de la Ley Orgánica de la Armada que nos rige está desarrollar y controlar todos los deportes náuticos. No olvidar el interés nacional al que no debemos estar ajenos", siempre "dentro de un esquema que garantice la seguridad".

### Navegar con seguridad

Uno de los problemas frecuentes en el verano es la salida de embarcaciones deportivas sin documentación, se dice en la Prefectura. La Prefectura que controla la habilitación del bote, la licencia de quien va a bordo, quienes son los tripulantes, la zona donde pueden navegar y el tiempo de navegación.

### Se puede cumplir con esta re-

quisito, absolutamente gratuito, con la dependencia más próxima a Prefectura que son algunos clubes deportivos que han sido delegados a estos efectos.

### Va creciendo la conciencia al

respecto, dijo Rizzo, pero también hay que recordarle, ya que va en juego la propia seguridad del usuario pues con el despacho de la embarcación para salir a navegar se controla el tiempo de navegación y se asegura la seguridad de los usuarios.

### El contralmirante recordó la

clase por error por tragedia. El contralmirante recordó la tragedia de la Playa de la Plata, célebre crean a la Prefectura el problema de tratar de controlar y velar por la seguridad de todos los usuarios de las aguas costeras.

### La mayor preocupación

El prefecto nacional naval resalta dos años como "críticos" en el control de nuestra zona costera: 1993 y 1994. En esos años aumentó la preocupación por la seguridad de los usuarios de las aguas costeras, pero también por la evolución lógica de los deportes náuticos y la creciente demanda de servicios de emergencia y rescate.

### Indicó que "tenemos que trabajar"

Indicó que "tenemos que trabajar" en esas áreas de alto riesgo, estimó que desarrollen dentro de un plan de seguridad con las de mayor consecuencia. Dijo que esas áreas son: Montevideo, Punta del Este, y en el litoral, Las Cañas, Colonia y Carmelo.

### Por último Rizzo expresó a los

bañistas, límites mínimos de responsabilidad para su salvamento, para que los usuarios de las aguas costeras sepan que Prefectura no es un servicio de emergencia, sino un servicio de prevención.

### De esta forma se busca evitar

colisiones, atropellamientos y otros accidentes que puedan ocurrir en las aguas costeras.

### Cuando estas actividades se desarrollan

en lagos u otros cuerpos de agua, fuera de la jurisdicción de Prefectura, se han buscado coordinaciones con las autoridades correspondientes.

Fs. 14 4 18  
SON FOTOCOPIAS  
OSCURAS.

***Marengo: "Hoy los ejércitos no pueden ser ajenos a los procesos de integración política regional"***

■ "En momentos de crisis de valores, principios o creencias conviene buscar el lugar exacto y las nuevas responsabilidades que les competen a los ejércitos", sostuvo el licenciado Enrique Marenco, especialista en estrategia y temas internacionales. "acial en los países europeos, africanos y asiáticos; el rechazo integracionista entre palestinos e israelíes; la perdurabilidad guerrillera en Colombia, Perú, México y otros actos terroristas comprueban la irracionalidad humana y la peligrosidad de las ame-

Marengo, analista en asuntos políticos y militares y miembro del Instituto de Estudios Estratégicos Internacionales, rechazó la idea que "el fin de los conflictos ideológicos signifique el comienzo de una nueva era de paz y armonía, sino que se reemplazan viejos conflictos por nuevos."  
"Las amenazas a la paz y a la democracia," y "nos señalan que el mundo no ha consolidado una adecuada estabilidad política, económica y social".  
Prueba irrefutable de ello es que "el mundo entre 1945 y nuestros días ha vivido solamente tres semanas de paz real". Ac-

Sobrevivir en el alba del siglo XXI exigirá algo más que instinto; requerirá de todos nosotros un entendimiento profundo del vínculo nuevo entre el saber y la voluntad, la riqueza y la guerra. **Sobrevivir**

do, con guerras civiles en la ex URSS, en Bosnia, en varios estados africanos, la agresión ra-

Con todo, Marengo explicó que "la integración geopolítica mejoró los lazos bilaterales" en la región y que "las Fuerzas Armadas no son ajenas a estos procesos, en los que han acompañado en forma coherente a las políticas de gobierno en la consecución de la paz y la seguridad".

El especialista militar sostuvo que la integración será una "gran oportunidad para desarrollar no solamente la consolidación democrática y la preservación de la paz, sino frente a la realidad que viven los pueblos de posibilidades de un mejor

científico y tecnológico, en el apoyo a la lucha contra el narcotráfico, enfrentamiento de desastres y catástrofes naturales, como forma de contribuir al progreso y bienestar de los pueblos.

En cuanto a la participación de militares uruguayos en misiones de paz, Marengo entendió que "la

creciente aparición de conflictos ha determinado que por voluntad política nuestros hombres estén allí por dos razones: una, el distinguido papel que vienen cumpliendo; la otra, la profesionalidad y contribución al mantenimiento de la paz, en una actitud de autosacrificio".

Las tropas deben movilizarse por zonas plagadas de minas y si bien existen ya cerca de dos mil limpiadores de minas, la mayor parte en tierras cultivables, las mismas estarán limpias para 1997.

En Angola, donde próxima-mente Nialata un contingente

El analista pregona la necesidad de un mejor relacionamiento de las fuerzas armadas con los medios de comunicación, que "deben concurrir a presenciar y

dar testimonio de lo que hacen nuestros soldados", ya que "si un ciudadano observa cómo su Ejército participa en las misiones de ayuda humanitaria, protección de los débiles o evitando violaciones de mujeres o mortandades de familias enteras, la imagen que percibirá será más noble, más generosa y más cercana a su comportamiento".

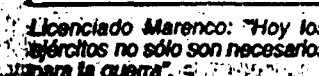
## EJERCITOS DEBERAN DEFENDER INTERESES DE LA HUMANIDAD

Recordo también que hoy, los ejércitos son necesarios únicamente para la guerra, tie-

en clarificar algunos de estos procesos de interdependencia mundial, donde los límites exactos de separación entre el significado de los términos "crisis" y "guerra" son tan difíciles de definir.

Alcanzar la actuación por  
Eléctrico como desprendido y  
sensible, al llevar paz y con-  
fianza a los pueblos en crisis  
mediante la música y el medi-

...razón de ser de los Ejércitos de la  
...no se podría considerar como  
...razón de los intereses de la  
Humanidad en cualquier lugar



que se pongan en cuestión, ac

cuando en la desarmación, la defensa, en el desarme y en la defensa, siempre dentro de los intereses de la Humanidad. De ahí que cobran importancia los princi-

...éticos, la forma de vida, los  
...humanos y el bien  
...general"

En cuanto al Plan de Operaciones del Ejército, el reciente aparición, en el que se reafirma la doctrina de la seguridad nacional y se define el derecho constitucional de la nucle-

como "gelga subvertida". Mar-  
reco recordó que en todos los  
teléfonos existía un manual de  
operación, y a sus formas  
de utilización, como y la

las bases de la firma que debe emitir un juicio sobre el contenido del mismo. ¿Sería que leerla cosa que un no he hecho?

## Ventajas y desventajas para el Uruguay en el Mercosur analizó la COMISEC; sugirió 14 puntos para mejorar la competitividad

Transcurrida la negociación inicial del Mercosur entre los cuatro socios, ya en vigencia las reglas comunitarias, la Comisión Sectorial del Mercosur (COMISEC) puso énfasis esta semana en subrayar la necesidad de evaluar la competitividad general de la economía uruguaya en el nuevo marco y propuso discutir 14 puntos que estimó prioritarios para mejorarla.

Jorge Sierra, director de la COMISEC, detalló el martes 10 el análisis realizado y sus conclusiones en el Consejo de Ministros. Ayer miércoles difundió la evaluación de ventajas y desventajas y las propuestas.

● **Ventajas.** Un documento titulado "Bases para la discusión de una agenda nacional por la competitividad", difundido por Sierra en la ocasión, mencionó entre las ventajas que identificaron los técnicos, que Uruguay y sus empresas buscaron en el exterior alternativas a su mercado interno y encontraron "nichos a través de una mayor especialización".

Estimó positiva la existencia de recursos pesqueros, agrícolas y ganaderos abundantes y con relativa buena calidad. Señaló la disponibilidad de "equipos industriales aceptables a nivel regional" que permite a las empresas partir de una posición tecnológica similar a la de sus principales mercados de Argentina y Brasil. No así respecto a los grandes centros consumidores.

● **Desventajas.** Entre las desventajas se indicaron "los costos de producción elevados", influidos fundamentalmente por la energía, el aumento de los salarios y las cargas sociales.

Los analistas calificaron al atraso cambiario como un "obstáculo importante" para la exportación y la falta de una política industrial como una "incertidumbre".

La falta de adecuación y capacitación del personal, sin programas específicos para cada sector, es otro de los aspectos negativos para la competitividad.

Hubo otros factores desfavorables enumerados en el documento: "La escasez de empresas multinacionales propias, en tanto las que estaban implantadas en Uruguay, con mayor peso en otros

países de la región se retiran de su actividad industrial, para convertirse en representantes o distribuidores", reubicándose industrialmente en sus casas matrices.

—Las condiciones macroeconómicas actuales "no estimulan ni a la inversión, ni a la producción".

—Las empresas uruguayas presentan "una orientación más productiva que de mercado".

—La falta de mecanismos de financiación en el sistema bancario para proyectos de reestructuración o adecuación de nuevas tecnologías que obliga a las empresas al autofinanciamiento.

—El costo elevado del capital con tasas reales muy superiores a las preferenciales que ofrecen otros países.

—El carácter familiar de las empresas poco profesionalizadas en su gestión.

—Falta de sistemas que aseguren la calidad y escaso reconocimiento de la marca de las empresas y los productos uruguayos.

● **Factores de incidencia.** El estudio de COMISEC indica que hay factores que inciden sobre la competitividad y considera que habrá

que trabajar sobre ellos. Entre ellos: —Falta una visión compartida sobre el futuro del país y una "definición de ese punto de llegada" por parte de los responsables políticos e institucionales.

para "basar su evaluación que se sitúa al día de hoy". Michael Foster, a cargo de la preges de algunas empresas con las que trabajan y de las negociaciones.

—Una vez concluido el primer período de negociación que las naciones deben ir de consensuando la visión competitiva sobre la que están "no hay inversiones, inversiones buenas a medias".

—La COMISEC sugiere que el modelo debe ser complementado con la "responsabilidad de Uruguay", a incorporar como elemento a tener en cuenta.

—La recuperación de la conciencia de la interdependencia entre la libertad individual y la responsabilidad.

—Un fortalecimiento de la competitividad del país que no puede incorporar la transformación de la estructura cognitiva, mental y actitudinal de los individuos y que, al mismo tiempo, no reduce en ninguna forma de bienestar social por el "lado" será "conjunto" y no garantizará el desarrollo económico de la sociedad uruguaya.

—La "sociedad" debe adquirir conciencia de que cada uno de los ciudadanos debe asumir una responsabilidad en su actividad profesional.

—El papel que corresponde al gobierno en la promoción de un consenso institucional y social en el que cada una de las instituciones pueda desarrollar su propio esquema competitivo favoreciendo la colaboración y el intercambio.

—La dimensión del país configuró una estructura empresarial con un peso muy importante de las pequeñas empresas; "existe un número insuficiente de empresarios" y con "escasa preocupación por el aprendizaje".

—No existe una cultura de cooperación en las empresas, que les permita acuerdos con proveedores, distribuidores, clientes, etcétera.

● **La competitividad.** Los técnicos de COMISEC adoptaron un esquema conceptual de la competitividad

que se sitúa al día de hoy". Michael Foster, a cargo de la preges de algunas empresas con las que trabajan y de las negociaciones.

—Una vez concluido el primer período de negociación que las naciones deben ir de consensuando la visión competitiva sobre la que están "no hay inversiones, inversiones buenas a medias".

—La COMISEC sugiere que el modelo debe ser complementado con la "responsabilidad de Uruguay", a incorporar como elemento a tener en cuenta.

—La recuperación de la conciencia de la interdependencia entre la libertad individual y la responsabilidad.

—Un fortalecimiento de la competitividad del país que no puede incorporar la transformación de la estructura cognitiva, mental y actitudinal de los individuos y que, al mismo tiempo, no reduce en ninguna forma de bienestar social por el "lado" será "conjunto" y no garantizará el desarrollo económico de la sociedad uruguaya.

—La "sociedad" debe adquirir conciencia de que cada uno de los ciudadanos debe asumir una responsabilidad en su actividad profesional.

—El papel que corresponde al gobierno en la promoción de un consenso institucional y social en el que cada una de las instituciones pueda desarrollar su propio esquema competitivo favoreciendo la colaboración y el intercambio.

—La dimensión del país configuró una estructura empresarial con un peso muy importante de las pequeñas empresas; "existe un número insuficiente de empresarios" y con "escasa preocupación por el aprendizaje".

—No existe una cultura de cooperación en las empresas, que les permita acuerdos con proveedores, distribuidores, clientes, etcétera.

● **La competitividad.** Los técnicos de COMISEC adoptaron un esquema conceptual de la competitividad

que se sitúa al día de hoy". Michael Foster, a cargo de la preges de algunas empresas con las que trabajan y de las negociaciones.

—Una vez concluido el primer período de negociación que las naciones deben ir de consensuando la visión competitiva sobre la que están "no hay inversiones, inversiones buenas a medias".

—La COMISEC sugiere que el modelo debe ser complementado con la "responsabilidad de Uruguay", a incorporar como elemento a tener en cuenta.

—La recuperación de la conciencia de la interdependencia entre la libertad individual y la responsabilidad.

—Un fortalecimiento de la competitividad del país que no puede incorporar la transformación de la estructura cognitiva, mental y actitudinal de los individuos y que, al mismo tiempo, no reduce en ninguna forma de bienestar social por el "lado" será "conjunto" y no garantizará el desarrollo económico de la sociedad uruguaya.

—La "sociedad" debe adquirir conciencia de que cada uno de los ciudadanos debe asumir una responsabilidad en su actividad profesional.

—El papel que corresponde al gobierno en la promoción de un consenso institucional y social en el que cada una de las instituciones pueda desarrollar su propio esquema competitivo favoreciendo la colaboración y el intercambio.

—La dimensión del país configuró una estructura empresarial con un peso muy importante de las pequeñas empresas; "existe un número insuficiente de empresarios" y con "escasa preocupación por el aprendizaje".

—No existe una cultura de cooperación en las empresas, que les permita acuerdos con proveedores, distribuidores, clientes, etcétera.

● **La competitividad.** Los técnicos de COMISEC adoptaron un esquema conceptual de la competitividad



Jorge Sierra

BUSQUEDA 12/I/95.-



## Mazzeo advirtió sobre "planteos innecesarios" de inversión para el desarrollo de obras en la Hidrovía Paraguay-Paraná

"El proyecto de la Hidrovía Paraguay-Paraná se debe sustentar sobre bases reales, no sobredimensionadas, atendiendo los tráficlos con planteos concretos y no con gastos u obras faraónicas que modifiquen hasta límites imprevisibles o desconocidos la verdadera sustancia del plan. La modernidad y el desarrollo no tienen por qué ser sinónimos de erogaciones excesivas, pudiéndose con los medios ya existentes y planes coherentes sacar el mejor provecho de una vía que es un polo de desarrollo para toda la región." La afirmación fue realizada a Búsqueda por el capitán de ultramar de la Marina Mercante y gerente general de la agencia marítima Chadwick, Walker, Navegación S.A., Juan José Mazzeo, basado en un trabajo publicado en la revista uruguaya "Zonas Francas: Mercosur e Hidrovías", en el cual explica los alcances del proyecto y detalles de los trabajos que deberían efectuarse para lograr un mayor rendimiento de la obra afectando lo menos posible el marco natural.

A continuación transcribimos los planteamientos sustanciales de la propuesta de Mazzeo.

La Cuenca del Plata está servida por numerosas hidroviás, destacándose la ubicada en los ríos Paraná y Paraguay, pero aún se podría hablar de dos hidroviás, no confluyentes sino una continuación de la otra.

La primera se extiende desde el área del Pantanal y sus puertos bolivianos y brasileños inmediatos, hasta la ciudad de Asunción; la segunda se ubica desde la capital paraguaya aguas abajo, hasta la boca del Plata.

La diferencia está dada por el ancho del espejo de aguas, por la traslación estacional o irregular de los canales, por la diferente ca-

lidad del señalamiento y, básicamente, por la diferencia notoria de profundidades, puesto que es precisamente muy cerca de Asunción, aguas arriba de esa "madre de ciudades", donde se ubica el cuello de botella del tramo primero de la hidrovía Paraguay-Paraná, o "primera hidrovía".

La necesidad de establecer un tráfico, respetando la realidad operativa, indica que junto a los trabajos de mejoramiento, dragados y cambio del curso —cada uno regulado por sus costos y prioridades—, deben incorporarse embarcaciones que formen flotillas para operar separadas en cada una de las hidroviás.

La bajada de mercaderías del Mato Grosso y el oriente boliviano se practica en trenes de barcazas con calado adecuado a las profundidades existentes hasta Asunción.

Si se compara el volumen transportado con los costos para mover cada tonelada, es un verdadero desperdicio continuar navegando con los calados existentes cuando ingresa en la "segunda hidrovía"—Asunción-Río de la Plata—. Además, el empleo de barcazas de bajo bordo para las dos porciones de la Hidrovía, restringe la elección de los puertos de trasbordo con los buques de ultramar, ya que no soportan la navegación hasta las terminales del Río de la Plata inferior, fundamentalmente Montevideo.

En consecuencia, debería establecerse una zona de trasbordo en las inmediaciones de Asunción, que permitiera transferir la carga de bajada desde las barcazas hacia buques fluviales de mayor porte, y al contrario para las cargas de subida. El área de trasbordo no es sólo necesaria para adecuar a su máximo provecho los medios de transporte con las áreas a navegar, sino para crear un pul-

món regular que, operando sobre las cargas, acople y reembarque cuando los volúmenes lo justifiquen, disminuyendo la ociosidad de bodegas.

Si bien es cierto que las cargas de subidas compuestas básicamente de artículos manufacturados de alto valor que ingresan como importación a Paraguay y en un futuro a Bolivia, estarían en condiciones de absorber el recargo en los fletes por el trasbordo en Asunción, no sucede lo mismo con las de bajada. Las producciones del corazón de América son materias primas y productos agrícolas poco beneficiados, para los que el flete directo hasta los puertos platenses exteriores y sus trasbordos a los buques oceánicos ya supone un costo que las coloca en el límite de la incompetencia en el mercado mundial.

Para que el costo de manipulación sea aceptable, las instalaciones de trasbordo deberían transformarse en un parque industrial, donde las mercaderías bolivianas, brasileñas y paraguayas, reciban valor agregado por su procesamiento. Ello supondría un cuádruple beneficio: aprovechar los cursos de agua de acuerdo a las profundidades; capacidad de escoger el puerto de trasbordo oceánico de acuerdo a las opciones del comercio exterior; racionalización del tráfico fluvial evitando la ociosidad de bodegas; y el enriquecimiento de mercaderías de exportación de la región mediterránea sudamericana.

La discusión entonces estará en la dificultad que tendrán los exportadores para colocar en el exterior los productos con mayor valor agregado, que hoy otorgan trabajo y ganancia en instalaciones industriales de ultramar, algo similar a lo ocurrido con las lanas uruguayas en la década del

cincuenta, pero esa dificultad es el incentivo para la diplomacia y las gestiones particulares, aunque quizás una fórmula de solución sea que los importadores y procesadores extranjeros, instalen plantas de procesamiento en Paraguay.

La experiencia nacional, junto con la diversidad de origen de las mercaderías a trasladarse—procesarse en el enclave asunceno, así como la necesidad de incentivar la inversión, muy probablemente extranjera, sugiere que el sistema de zonas francas es el más aplicable. Esta posibilidad, que atiende al enriquecimiento de la mercadería y la capacidad de absorción de los costos de trasbordo y de los fletes fluviales y oceánicos, supone también la aparición beneficiada de las cargas en el mercado mundial, habilitando en poco tiempo lo que creemos que sería un tráfico posible en unos ríos tal cual son hoy y lo serán por mucho tiempo.

### Navegar a toda hora

Un largo tramo del Río Paraguay es navegable sólo en horas diurnas, vale decir, que se pierde medio día, es lo mismo que transitar el día, con la mitad de la carga. Por el contrario, si la noche se hace navegable, aunque sin aumentar el volumen transportado, la embarcación podrá cubrir el doble de la distancia actual, resultando como si hoy, sin aumentar los calados, se pudiese llevar el doble en un tiempo dado. Este cálculo peca de grosero, pero no de irreal.

El mejoramiento luminoso que permite navegar de noche no afecta el ambiente. Se puede lograr plantando las señales en tierra para que se navegue por entelequias (facilitado por la escasa separación de los márgenes del río y por su sinuosidad), y es económico.

Basta con que los organismos a cargo de los sistemas de señalización no actúen en función de mandos manijeados por los Estados (como ocurrió con el mejoramiento propuesto de Martín García), y se secaten los fondos para apoyar la navegación mientras se gasta en aumentar las hiperinflables burocráticas.

La hidrovía, en segundo lugar, debe ser navegable todo el año, porque los estajes no interrumpen el tráfico. Si bien esto es deseable, no se consigue sólo por el aumento de las profundidades por medios mecánicos, ya que las embarcaciones aumentarían sus calados para aprovechar la profundidad en épocas de crecida y el problema de estaje se repetiría.

La necesidad de dragar en algunos puntos puede ser innecesaria, cuando sólo por el ruido de las barcazas el tráfico se interrumpe, existen lugares donde el dragado y sus desperdicios resultan gratuitos. A la vez, por ejemplo, las salidas bolivianas sobre el río Paraguay, una a través de los cuernos de la Laguna Cáceres, que necesita fuertemente el dragado del canal de navegación, con sus posibles consecuencias indeseables, y la otra en queda Busch, directamente sobre el canal principal del río. Desde nuestra perspectiva la opción de dragar el canal y no el río, de desconectar al río de la laguna, se hace una opción de un costo elevado y negativo.

de conciencia para las autoridades de Bolivia afirmar la salida en el punto natural, es decir Busch, desechando el lugar que sirve dragado.

Otro aspecto de la realidad física de la Hidrovía que ocasiona inconvenientes a la navegación en su porción aguas arriba, son sus me-

Los trenes de barcazas, imposibilitados por la navegación para pasar algunas curvas de la Hidrovía, son el origen de los desperdicios de barcazas a la deriva e ir pesadísimas de a poco hacia el otro lado de la curva.

Algunos de estos meandros son casi imposibles de modificar por estar anclados entre altas barreras, casos en que el intento de modificación se haría tan drástico que puede llegar a modificar el régimen del río.

La mayor parte de las curvas, cuando pueden, en cambio, ser tratadas sin agresión, integrando con la naturaleza, mediante sistemas "pasivos", que son simplemente troncos de árboles o estacas similares colocados perpendicularmente a la corriente, dando la costa que retienen los sedimentos sobre la margen externa de la curva mientras la propia corriente socava la otra interior.

El método es lento y los resultados se observan luego de un tiempo prudencial, pero es económico, eficaz y probado, además de permitir la marcha libre en caso de un posible efecto negativo.

BUSQUEDA 12/I/95--

9500900

Opinión/Política

# EL RECLUTAMIENTO ES NUTRIDO, SEGUN UN ESPECIALISTA, AUNQUE FALTA DEFINIR EL FUTURO LABORAL DE CADA SOLDADO

Hay algunas voces que en las últimas semanas han señalado que la sustitución del servicio militar obligatorio por el voluntario no ha sido organizada de manera eficaz. No lo cree así el autor de la nota, especialista en temas militares, que piensa que es importante la cantidad de jóvenes que están siendo reclutados en todo el país. Sin embargo, Fraga opina que todavía hay que afinar el sistema, en lo que concierne sobre todo al horizonte laboral de los voluntarios, dentro de las mismas Fuerzas Armadas.



## La tropa voluntaria no fracasó

Por Rosendo Fraga

**E**n las últimas semanas, se han difundido diversas y contradictorias informaciones sobre el éxito o fracaso de la marcha de la sustitución del servicio militar obligatorio por la tropa voluntaria.

Al respecto, cabe señalar que en la mayoría de las jurisdicciones se están cubriendo los requerimientos, aun en regiones que enfrentan situaciones particulares, como en la provincia de Neuquén, donde se produjo el caso Carrasco, el que obró como un precipitante de esta transformación.

El balance es positivo, pese a que el reclutamiento se está realizando sin contemplar algunas medidas que lo hacen más eficaz, como son:

Establecer un sistema nacional de reclutamiento. Hasta el momento, cada unidad debe obtener sus voluntarios en su zona de influencia, con la misión adicional de reclutar para otras zonas determinadas, cercanas a su jurisdicción. Si el sistema de reclutamiento fuera nacional, a través de los distritos militares -si esta estructura no participa en el reclutamiento- va a perder gran parte de su sentido -habría mayor capacidad para reasignar los recursos humanos. Al no contar con un sistema nacional, se puede dar que en una jurisdicción en la cual se presentan gran cantidad de aspirantes, queden excedentes que podrían mejorar la calidad de la tropa reclutada en otras con menos aspirantes.

### Desocupación y campañas

Definir claramente el horizonte laboral del soldado voluntario. Esto resulta fundamental para determinar la decisión de un joven a incorporarse como voluntario, sobre todo en momentos en que la desocupación es récord. De acuerdo con ello, sería conveniente especificar que quienes tengan vocación y condiciones podrán después de un año pasar a ser suboficiales de las Fuerzas Armadas, aprobando un curso corto, como sucede en los países desarrollados que cuentan con el sistema de voluntariado. Para quienes no quieren continuar la carrera militar, debería asegurarse su inclusión en el Programa Joven que administran los Ministerios de Economía y de Trabajo con financiamiento de organismos internacionales, el que prevé capacitar a un cuarto de millón de jóvenes en los próximos años, con cursos cortos, viajes y pasantías en empresas.

Asumir que la campaña publicitaria es un instrumento menor de la campaña de reclutamiento. En este sentido, la decisión de un joven de incorporarse a las Fuerzas Armadas no se producirá por una campaña publicitaria, que a la vez puede despertar cierto interés o curiosidad por el tema. Resulta clave para el éxito del reclutamiento que intendentes, párrocos y dirigentes de asociaciones de fomento y vecinales se transformen en los verdaderos reclutadores del sistema. El joven se incorporará ante todo porque alguien en quien confía le aconseja que lo haga o porque las dudas que se le presentan se le van quitando por un aviso.

### Los mejores hombres

Destinar a la tarea del reclutamiento a los mejores oficiales y suboficiales de las Fuerzas Armadas. El primer contacto del joven con el personal militar ya sea en acción de propaganda, en el acompañamiento a las unidades militares o en la primera fase de la instrucción, resultará decisivo para generar su confianza. Para ello es necesario que las Fuerzas Armadas destinen sus mejores hombres a esta tarea, dado que la primera impresión será decisiva para que el joven se incorpore. Esto también implica asumir que el voluntario ya no es un conscripto que presta servicio en forma obligatoria, sino un ciudadano que ha tomado libremente la decisión de incorporarse a las Fuerzas Armadas, en consecuencia, debe ser tratado como un cuadro y no como un conscripto.

Exigir, por la naturaleza de la primera etapa, el examen médico para ser soldado y no para ser suboficial. El voluntario debe reunir las condiciones médicas y físicas para ser soldado y no las más exigentes requeridas para ser suboficial. Ya que en este caso, se requiere mucho personal, que puede ser apto para la tropa voluntaria en esta etapa. Recién una vez cubiertas las necesidades mínimas del reclutamiento, pueden aumentarse los requisitos para ser suboficial.

Desde ya que una transformación como la que implica un sistema militar que pasa de la conscripción obligatoria al voluntariado, no se logra de un día para otro. Además, siempre los primeros resultados serán positivos, participando los procedimientos de reclutamiento a medida que el mismo se desarrolla. Pero la transformación es definitiva que lleva a los resultados que se plantean. En consecuencia está en perfeccionar los mecanismos, así como en plantear un futuro que, además, en los hechos se va generando.

Rosendo Fraga es Director del Centro de Estudios de la Defensa y la Paz.

Nº. DOCUMENTO

TITULO 50ª Asamblea de la SIP eligió a KRAISELBURD como

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE PROCEDER 20/10/94

VINCULACIONES 12688  
65956  
11078

nuevo PK.

# Kraiselburd es el nuevo presidente de la SIP

En un ambiente de cauto optimismo con relación a las perspectivas que tiene la libertad de prensa en el continente americano, finalizó en la ciudad canadiense de Toronto la 50 Asamblea General de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), que se había iniciado el lunes con la presencia de más de 400 representantes de diarios, revistas y periódicos de América. La Asamblea eligió como nuevo presidente de la SIP al director del diario "El Día" de La Plata, Raúl Kraiselburd.

Según se consigna en un exhaustivo informe, el asesinato de periodistas se ha convertido en la principal amenaza para la libertad de expresión en América: desde noviembre del año pasado -cuando la entidad celebró en Bariloche su 49 Asamblea-, fueron muertos 19, lo cual elevó a 145 el número de periodistas asesinados.

"Los casos más dramáticos se han registrado en Guatemala, México y Colombia", denunció Eduardo Ulibarri, presidente de la Comisión de Libertad de Prensa de la SIP. Por su parte, el director de "El Tiempo", de Bogotá, Luis Santos, afirmó que "los impresionantes niveles de violencia e inseguridad que padece Colombia afectan brutalmente a los periodistas".

Un ex editor cubano, exiliado en Miami, manifestó que "en mi país no existe libertad de prensa". El periodista cubano difundió, además, el resultado de una encuesta realizada entre 600 presos políticos alojados en cárceles cubanas: el 43 por ciento de los detenidos fueron condenados por divulgar "propaganda del enemigo".

La SIP denunció que en dos países latinoamericanos, Venezuela y Paraguay, subsisten amenazas contra la libertad de expresión. En Pa-

raguay, han recrudecido las querrelas contra periodistas que denuncian actos de corrupción, y en Venezuela "se halla amenazado el libre derecho de información".

Respecto de la libertad de prensa en la Argentina, el vicepresidente de la Comisión de Libertad de Expresión, Bartolomé Mitre, dijo que "gracias a la prédica de los medios" se impidió que en la reciente reforma constitucional, "se recortasen peligrosamente las garantías constitucionales en vigor".

Sin embargo, Mitre mencionó como "temas preocupantes" dos proyectos legislativos actualmente en trámite en el Congreso Nacional: el que aumenta "desmesuradamente" las penas por los delitos de calumnia e injurias y el que permite el arresto de hasta diez días a quien afecte los fueros de un senador.

ENTRADO ☒

CRUZADO ☐

01-01

9500901

bativa de la que esporádicamente da muestras.

-La IZQUIERDA RENOVADORA conformada fundamentalmente por las mayorías del PGP (socialismo democrático) y del PDC (modelo socialcristiano) que ha abierto una brecha con todo el resto de la izquierda en torno al tema de las candidaturas presidenciales del FA, conflicto que en realidad está originado en el rechazo al verticalismo que impone el PCU dentro de la coalición y que no refleja la realidad electoral de-1984.

Es del caso reiterar que el esquema que se presenta tiene un - carácter esencialmente político, no obstante mucho de los grupos que se incluyen tienen actuación en otros campos, como el sicosocial (sindical, estudiantil, barrial), en los cuales la alineación de fuerzas no se corresponde - en muchos casos - con la que aquí aparece.

8901653

Nº. DOCUMENTO 9500902

TITULO Enfrentamiento entre senderistas y fuerzas gubernamentales en

PROCEDENCIA Asesoría

FECHA DE PROCEDENCIA 11-11-84

VINCULACIONES 10740

66817

101173

ENTRADO 12

CRUZADO NE

## VIOLENTO ENFRENTAMIENTO EN EL PERU

# 30 guerrilleros y 3 soldados muertos

LIMA, 10 (AFP y EFE). - Por lo menos 30 miembros del grupo guerrillero Sendero Luminoso y tres efectivos militares murieron hoy durante un sangriento enfrentamiento en la región de Ayacucho, en el sudeste peruano.

Al mismo tiempo, durante la madrugada de hoy, un vehículo cargado de explosivos estalló en Lima, frente a un club de oficiales y muy cerca de la sede de la Embajada chilena en esta capital, aunque sin producir víctimas.

Un breve comunicado castrense explicó que el choque armado entre militares y rebeldes senderistas -uno de los más serios de los últimos meses- se produjo en el marco de las "operaciones por la pacificación que realizan las fuerzas del orden en el ámbito de la zona de seguridad de Ayacucho", 575 kilómetros al sudeste de Lima.

El ejército mantiene una gran ofensiva en la zona de Ayacucho (el lugar donde nació públicamente Sendero Luminoso hace casi tres lustros), donde aún actúan varias columnas senderistas que se negaron a rendirse al amparo de la Ley de Arrepentimiento establecida por el gobierno de Alberto Fujimori, cuya vigencia concluyó el 31 de octubre.

Según las informaciones en poder del

ejército peruano, en esa región selvática del sudeste del país se hallaría -enfermo- el actual jefe de la guerrilla maoísta, Oscar Ramírez Durand, alias "Feliciano".

Sendero Luminoso volvió además a recurrir en la madrugada de hoy a los atentados explosivos en Lima, con el estallido de una bomba dentro de un automóvil estacionado frente a un club de oficiales de la fuerza aérea y muy cerca de la Embajada de Chile.

La detonación produjo varios daños pero no víctimas y la policía dijo que fueron utilizados 10 kilogramos de dinamita.

Iniciada su lucha armada el 17 de mayo de 1980, con la toma de una aldea campesina en Ayacucho, Sendero Luminoso recurrió habitualmente a los atentados dinamiteros en la capital peruana.

El primero fue en junio de 1985 y solo entre abril y julio de 1992 los terroristas detonaron en Lima una treintena de vehículos.

Desde que en setiembre de 1992 el gobierno logró capturar y encarcelar al histórico líder senderista, Abimael Guzmán, la acción guerrillera decreció, después que la violencia insurgente provocó cerca de unos 30.000 muertos y daños por 22.000 millones de dólares, de acuerdo con las cifras oficiales.



9500902

secret

-5-

K U W A I T

Shiite demonstration

13. At the conclusion of the "Ashura" celebrations (28 October), Shiites and Iranians living in Kuwait staged a pro-Khomeini demonstration. The police dispersed the demonstrators with tear gas and arrested some of them. The Kuwaiti deputy foreign minister submitted an official complaint to the Iranian ambassador about the religious holidays being exploited for political ends, adding that any recurrence of such incidents would harm the relations between the two countries. The Iranian ambassador, who protested against the arrests, pointed out in an interview to the media that agents provocateurs, whose aim was to stir up riots in the area, had been involved, thus apparently trying to eliminate the possibility of any Iranian involvement. However, the demonstration was probably instigated by the Iranians as part of the propaganda activity for the export of the Islamic revolution to the Gulf. The efficiency with which the Kuwaiti security forces suppressed the demonstration is an indication that they apparently had prior knowledge of it, as a result of the stricter surveillance over Shiites and Iranians in the emirate.

O M A N—P D R Y

Normalization agreement

14. On 27 October the foreign ministers of Oman and PDRY signed an agreement for the normalization of relations between the two countries. It was announced that details of the agreement would be published in mid-November during the summit conference of the GCC states which sponsored the agreements.

O A U

Convening of summit

15. The Polisario announced on 30 October that it was prepared not to participate in the 13th OAU summit conference in Tripoli in order to make its convening possible. It will be recalled that the disputes over Polisario's participation in the summit and its standing in the OAU were the main reason for not convening the summit on its original date (August of this year), and it seems that the Polisario's announcement will now make it possible to convene the summit, maybe already on 23 November.

secret

Nº. DOCUMENTO 9500903

TITULO Abogan por la reanudación del diálogo de paz en México.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROCESAMIENTO 12-11-94

VINCULACIONES 11140

505945

507623

**Antes de la asunción del presidente Zedillo  
el EZLN y el Gobierno retomarían las  
conversaciones**

## **ABOGAN EN MEXICO POR LA REANUDACION DEL DIALOGO DE PAZ**

*El mediador en el conflicto armado en Chiapas, el obispo Samuel Ruiz, abogó para que las negociaciones de paz entre el Gobierno de México y la guerrilla zapatista puedan ser reanudadas antes del próximo 1 de diciembre.*

En esa fecha debe asumir la presidencia mexicana Ernesto Zedillo, en sustitución de Carlos Salinas de Gortari, que gobierna desde 1988.

Ruiz, obispo de la diócesis de San Cristóbal de las Casas, señaló el jueves en la ciudad central de León que se han iniciado contactos con las principales fuerzas políticas y sociales que están involucradas para buscar la paz.

Estas acciones, dijo, tienen como objetivo intercambiar opiniones que se traduzcan en una suma de voluntades y propuestas para la construcción de la concordia en Chiapas.

Señaló que la búsqueda inmediata de fórmulas y propuestas de conjunto requiere de la participación activa de los distintos actores y grupos que conforman la sociedad chiapaneca.

El obispo Ruiz anunció hace dos semanas que ya estaba listo un plan para reanudar las conversaciones de paz en Chiapas, pero todavía no ha sido hecho público.

Mientras tanto, el Gobierno y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) están envueltos en una guerra de comunicados sobre detalles irrelevantes que bloquean de momento cualquier reanudación del diálogo.

Por su parte, el comisionado gubernamental para la paz, Jorge

Madrazo, reiteró que el Gobierno mexicano no quiere la guerra ni tampoco forzar una rendición incondicional del EZLN «disfrazada de diálogo», ni llevar la situación al «límite de su explosividad» y, en cambio, desea la paz y la realización de un diálogo respetuoso.

El conflicto armado en Chiapas, el estado más pobre de México, estalló el 1 de enero pasado cuando el EZLN se levantó en armas contra el Gobierno en demanda de justicia social para los pueblos indígenas.

Durante los primeros días del conflicto, se suscitaron violentos enfrentamientos entre el Ejército mexicano y los rebeldes, que dejaron al menos 150 muertos, más de 500 heridos y unos 20.000 desplazados.

Aunque se mantiene el alto al fuego desde el pasado 12 de enero, persisten los enfrentamientos aislados entre indígenas y las llamadas «guardias blancas», grupos armados por caciques de la región, así como asesinatos de civiles, líderes políticos y campesinos.

La situación se agravó desde el 21 de agosto pasado, cuando se celebraron los comicios presidenciales y en los que obtuvo el triunfo el candidato del partido gobernante, el cual ha sido impugnado por el EZLN y por el opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD).

Amado Avendaño, ex candidato del PRD a la presidencia, ha amenazado con tomar la sede del gobierno local el 8 de diciembre, fecha prevista para el cambio de poder.



ENTRADO *NE*  
CRUZADO *NE*

9500903.

07-07



Protagonista: BOLIVIA

FECHA	TIPO DE VIOLENCIA	ACTO REALIZADO	RESULTADO OBTENIDO	OBSERVACIONES
MAR77	Subversión	MIR - POR - Plan subversivo en gestación.		El Gobierno desbarató el plan efectuando numerosas detenciones de miembros del MIR y POR.
14ABR77	Subversión	S/Ident. - Incitación a la huelga en ORURO y distribución de panfletos.		Las Fuerzas de Seguridad detuvieron a 4 trabajadores mineros en ORURO por imprimir panfletos incitando a la huelga de trabajadores.

3-78

Nº. DOCUMENTO 9500904

TÍTULO Enfrentamientos entre el gobierno y la guerrilla en Colombia.

PROCEDENCIA 150014

FECHA DE PROCEDENCIA 14-11-94

VINCULACIONES 11140 -

65512 -

514593 -

514370 -

# La guerrilla Colombiana acciona en la zona de San Pedro de Uraba

Veinte muertos en los enfrentamientos entre policías, paramilitares y la Coordinadora Guerrillera. Amplio despliegue técnico de los insurgentes que jaquearon a las fuerzas del gobierno.

14-11-94 20:50



ENTRADO 12  
CRUZADO 12

Al menos veinte personas murieron durante la incursión guerrillera a la localidad colombiana de San Pedro de Urabá (noroeste del país) cuando la policía e integrantes de grupos de autodefensa trataron de impedir la acción rebelde, confirmaron ayer fuentes oficiales.

La ocupación se registró en la madrugada del sábado, cuando insurgentes de las comunis-  
tas Fuerzas Armadas Revolu-  
cionarias de Colombia (FARC) intentaron asaltar en ese pue-  
blo del departamento de  
Antioquia, la alcaldía, el cuar-  
tel policial y una sede banca-  
ria.

Previamente los guerrilleros cortaron las comunicaciones y la electricidad y levantaron al-  
gunos retenes en las vías de  
acceso al pueblo.

Los insurgentes lanzaron ben-

galas para iluminar las calles y los alrededores de la alcaldía municipal, la sede policial y la Caja Agraria (banco de fomen-

Un portavoz oficial dijo que los rebeldes, sin embargo, fue-  
ron rechazados inicialmente por  
la policía y poco más tarde por

enfrentarles. Según establecieron el do-  
mingo las autoridades, los gue-  
rrilleros estaban comandados



to campesino), y luego arroja-  
ron granadas y cohetes.

grupos de autodefensas que se  
unieron a las autoridades para

por Israel Velásquez, alias  
«Bombillos», dos mujeres iden-

tificadas solamente como  
«Karina» y «Erika», y también  
por Efraín Guzmán, alias «El  
Cucho».

Tras frustrar la ocupación y los asaltos, se registraron fuer-  
tes combates que se prolonga-  
ron el sábado todo el día, en la  
noche y en la madrugada del  
domingo, dijeron fuentes ofi-  
ciales.

En Medellín, capital depar-  
tamental de Antioquia, la po-  
licía dijo que el comandante  
del cuartel de San Pedro, el  
teniente Néstor Damiel  
Veloza Cortés, es una de las  
cinco o seis víctimas mortales  
de la institución.

Varios de los integrantes del  
grupo de autodefensa y una  
cifra no precisada de guerri-  
llos también perdieron la  
vida, dijo la misma fuente que  
calculó en unas veinte vícti-  
mas el resultado de la fallida  
incursión.

9500904.

01-01

secret

054

3rd November, 1982

Report No.:        /5607

Subject:-        Weekly Review

Attached please find the Weekly Review for the period  
26 October - 2 November 1982.

Attachment

secret

9500905  
 HUBO: *secuestro a presentador televisivo.*  
 PROCE: *150680.*  
 FECH: *15-11-84*  
 VINC: *14140*  
*65512*  
*514593*

15-11



ENTRADO	<i>12</i>
CRUZADO	<i>12</i>

## Colombia: buscan a locutor secuestrado

BOGOTÁ, 14 (AP y EFE). - Fuerzas policiales y militares intensificaron hoy en Colombia la búsqueda de un popular animador de la televisión secuestrado ayer por presuntos guerrilleros junto con otras dos personas en el marco de la violencia que en los últimos meses se ha agravado en este país.

Alfonso Lizarazo, quien llegó el sábado en una gira artística a la localidad de Florida, en el departamento de Valle, 450 kilómetros al sur de Bogotá, fue retenido por un grupo de hombres armados.

Fuentes policiales opinaron que los captores del animador -secuestrado junto con el contralor municipal de Florida, Miguel Carabali, y con el presidente del Club de Leones local, Manuel Sandoval- fueron guerrilleros pertenecientes a las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), la mayor y más antigua de las organizaciones extremistas que actúan en el país.

El subdirector de la Policía Nacional, general León Dietes, manifestó que "los tres hombres cayeron en una em-

boscada montada por rebeldes fuertemente armados cuando viajaban en un automóvil desde Florida hasta el aeropuerto internacional de Cali con el propósito de tomar un avión con destino a Bogotá".

Dietes, entrevistado por la cadena de radio RCN, precisó que los guerrilleros huyeron con sus rehenes en dos vehículos hacia una región montañosa en donde desde hace varios años opera el Sexto Frente de las FARC.

Integrantes del equipo de producción del programa que se trasladaban en un ómnibus que seguía a cierta distancia el automóvil de Lizarazo, debido a la velocidad con que actuaron los activistas de las FARC no llegaron a advertir la desaparición de éste hasta que arribaron al aeropuerto de Cali.

Lizarazo, que presenta su programa de entretenimientos *Sábados Felices* desde hace más de 20 años en la televisión colombiana y cuenta con uno de los ratings más elevados del país, habría sido secuestrado por los insurgentes por motivos propagandísticos, según consideraron fuentes policiales.

9500905.

01-02

S E C R E T O

29 DE DICIEMBRE 1983

INFORME : U /6989

ASUNTO: LA CRISIS EN LA OLP - ACTUALIZADA AL DIA  
27 DE DICIEMBRE, 1983

EVACUACION DE TRIPOLI

1. LOS 5 BARCOS-FERRY GRIEGOS FLETADOS PARA ESTA OPERACION, CON 4,000 PARTIDARIOS DE ARAFAT A BORDO, ZARPARON DE TRIPOLI EL DIA 20 DE DICIEMBRE. 600 DE LOS EVACUADOS DESEMBARCARON EN CHIPRE, DE DONDE FUERON LLEVAODS EN AVION A IRAQ. OTROS 400 LLEGARON A TUNEZ EL DIA 24. 500 TERRORISTAS LLEGARON A ARGELIA EL DIA 26 Y ENTRE ELLOS JALIL WAZIR (ABU-DJIHAD). JUNTO CON ARAFAT LLEGARON 2,600 TERRORISTAS AL PUERTO DE HUDEIDA EN LA RAY, DE LOS CUALES 400 FUERON TRASLADADOS A IRAQ. OTROS ESTAN POR TRSLADARSE A LA RPDY Y A SUDAN. EL DIA DE SU LLEGADA A LA RAY, SE ENCONTRO ARAFAT CON EL PRESIDENTE DE AQUEL PAIS, LUEGO CONVOCANDO EN LA CAPITAL SANA'A UNA REUNION DEL "CONSEJO MILITAR SUPREMO" DE LA OLP.

EL ENCUENTRO ARAFAT-MUBARAQ

GENERALIDADES

2. EL DIA 22 DE DICIEMBRE, 1983, SE ENCONTRO YASSER ARAFAT EN EL CAIRO CON EL PRESIDENTE DE EGIPTO, HUSNI MUBARAQ. ES ESTE EL PRIMER ENCUENTRO ENTRE LOS DOS, DESDE NOVIEMBRE DE 1977.

3. SEGUN LAS DECLARACIONES HECHAS EL DIA 25 DE DICIEMBRE POR EL MINISTRO DE ESTADO EGIPCIO, BUTROS GHALI, HABIAN RESUELTO LOS DOS DIRIGENTES SEGUIR CON LAS CONSULTAS ENTRE ELLOS CON EL FIN DE "SACAR EL PROBLEMA DEL ESTADO DE ESTANCAMIENTO EN EL QUE SE ENCUENTRA HOY DIA". EL DIA 23 MANIFESTO EL CANCELLER EGIPCIO, QAMAL HASSAN ALI, LA ESPERANZA DE QUE SEGUIRA ARAFAT EL DIALOGO CON JORDANIA. EN CUANTO A ARAFAT, DESPUES DEL ENCUENTRO CON MUBARAQ SE LE CITO DICIENDO QUE EN ESTOS MOMENTOS NO HABIA QUE EXIGIR DE EGIPTO LA CANCELACION DE LOS ACUERDOS DE CAMPO DAVID.

4. AL TERMINO DE LA CONVERSACION DECLARO ARAFAT QUE SEGUN EL HABIA LLEGADO EL MOMENTO PARA LA CREACION DE UN "GOBIERNO PALESTINO EN EL EXILIO" Y QUE LA CUESTION SERIA TRATADA EN LA PROXIMA SESION DEL CNP, A REUNIRSE EN ARGELIA EN FEBRERO DE 1984. RECORDEMOS QUE LA IDEA DE UN "GOBIERNO EN EL EXILIO" HABIA SIDO ORIGINALMENTE UNA IDEA DE EGIPTO. DE VEZ EN CUANDO VUELVE ESTA IDEA A CONSIDERACION, EN LOS FOROS DE LA OLP, COMO UNA FORMA DE ESQUIVAR LA OPOSICION DE LOS EE.UU. A LA PARTICIPACION DE LA OLP EN EL PROCESO POLITICO. HASTA LA FECHA HA SIDO SIEMPRE VETADA LA IDEA, PRINCIPALMENTE POR PARTE DE LOS ELEMENTOS RADICLLIZADOS. EN CUANTO A LA CONVOCACION DEL CNP, LA

2/..

2277

El presidente Samper envía una delegación para evaluar la situación y conocer el estado de los secuestrados

## La guerrilla colombiana secuestró a Alfonso Lizarazo, un conocido presentador de la televisión

**E**l presidente de Colombia, Ernesto Samper, anunció ayer en la capital del país el envío de un delegado del Alto Comisionado para la Paz para que evalúe la situación creada por el secuestro del presentador de televisión Alfonso Lizarazo y dos personas más en poder de la guerrilla.

Samper expresó su más enérgica condena al secuestro, que se realizó como un mecanismo de presión del grupo guerrillero «Jaime Bateman» que se atribuyó el

hecho para buscar un diálogo de paz.

El pasado domingo fueron secuestrados por los rebeldes en la localidad de la Florida, situada a unos 450 kilómetros de Bogotá, Lizarazo, el contralor municipal Diego Carabali, el secretario del Club deportivo de «Los Leones» de ese municipio, Miguel Angel Sandoval y otro ciudadano identificado como Rosenberg Montaño.

Las cuatro personas fueron secuestradas por los guerrilleros cuando viajaban en un vehículo por esa región situada en el departamento del Valle.

«Este secuestro va en contra de la paz misma» asegura el presidente colombiano en un comunicado, difundido a través del Alto Comisionado para la Paz, Carlos Holmes Trujillo.

El documento indica que el delegado viajará a la localidad de

Florida, departamento del Valle, este del país, para que evalúe la situación con el fin de estudiar las posibilidades más seguras de obtener la liberación del director del programa «Sábados Felices», de Diego Carabali y de Rosenberg Montaño. La guerrilla liberó ayer en Florida a Miguel Angel Sandoval con un mensaje para intentar conseguir la paz donde se solicita la formación de una comisión de varios organismos, entre

ellos, El Alto Comisionado para la Paz, la Iglesia y la Cruz Roja Internacional para negociar la liberación de los secuestrados.

Samper reiteró la disposición del Gobierno de reconciliación con los grupos que tengan una real voluntad de paz y recordó que el próximo jueves en Popayán, sur del país, hará públicos los planteamientos en relación con este tema que interesa a todos los colombianos.

9500905

02-02

SECRET O

- 3 -

- a. Fortificación de posiciones en la región de Tripoli, aprovechando los lazos que mantienen con diversos factores locales en esta ciudad. Posiblemente considera Arafat que de aliarse con la población local evitaría una acción militar de los sirios, quienes hesitarían en perjudicar la población civil libanesa.
- b. Intentos de mediación para obtener una moderación de la posición siria. Sobresale en estos intentos la actuación de Arabia Saudita, de Argelia, de Kuwait, y también de la URSS. Entre otras cosas, lograron dichos intentos, impulsados por Ryadh, llevar a la reanudación del diálogo directo entre el representante personal de Arafat, Jaled Al-Hassan, y el Presidente Assad. Arafat atribuye gran importancia a las gestiones de la URSS, pero sus partidarios parecen estar nada conformes con la posición soviética que elude toda confrontación con Damasco.
- c. Convocación de conclave de Al-Fataj. La convocación de todos los jefes de área de Al-Fataj, los mismos siendo a su vez los directores de oficinas de la OLP. La reunión tendría lugar a mediados de noviembre, como etapa preparatoria previa a la convocación de un congreso general en enero de 1984.

EVALUACION

7. La crisis en Al-Fataj, que se inició a principios del mes de mayo del año en curso, se está aproximando rápidamente a su punto de desenlace. En los últimos días han extremado los rebeldes aún mas sus posiciones, pasando de la etapa de "movimiento de reforma" que presenta reclamaciones, a una nueva etapa donde pretenden ya representar el "Al-Fataj legítimo" y exigen la destitución de Arafat. Las demás agrupaciones de la OLP (FPLP, FPDLP, etc.), que hasta ahora se habían mantenido "neutrales", se han visto obligadas de acceder a este nuevo status de los rebeldes, por depender estas agrupaciones casi totalmente de Siria. Los partidarios de Arafat, que hasta la fecha se habían abstenido de todo acto que podría ser interpretado como una oficialización de la escisión en Al-Fataj, vienen perdiendo paulatinamente toda esperanza de que obtengan las gestiones de mediación un resultado, favorable, por lo cual se les nota ahora mas dispuestos a reconocer lo inevitable de esta escisión.

8. Según parece, tanto los partidarios de Arafat como los rebeldes, se vienen preparando para la etapa siguiente y tal vez definitiva, en la pugna que tiene por objetivo determinar quien sería el representante legítimo de Al-Fataj. De prosperar la causa de los rebeldes, sería alejado Arafat de la conducción, con el consentimiento de todos los factores en la OLP. De poder mantener Arafat sus posiciones y la unidad de sus fuerzas, se vería institucionalizada la escisión en Al-Fataj y la unidad de la propia OLP sería puesta en tela de juicio.

SECRET O



Nº. DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

Presidente colombiano presenta plan de paz.

150518.

12-11-84

11140 -

65592 -

514730 -

## COLOMBIA Y LA GUERRILLA

# Samper presenta el plan de paz

(Por María Isabel García, desde Bogotá/El País) Popayán, capital del sureño departamento del Cauca, donde confluyen frentes insurgentes de todas las corrientes que conforman la Coordinadora Nacional Guerrillera de Colombia y disidencias armadas, es el escenario escogido por el presidente, Ernesto Samper, para anunciar hoy las condiciones de su gobierno a un "diálogo útil" con la insurgencia.

En los primeros 100 días del gobierno liberal, el Alto comisionado para la Paz, Carlos Hollmes Trujillo, ha estado explorando las condiciones para que, al menos un grupo significativo de los 15.000 alzados en armas que se calcula operan en todo el país, se reinserten a la vida civil. "Se ha hecho expresa voluntad del gobierno de construir las bases de una eventual negociación y de definir su agenda con los grupos que estén interesados realmente en un proceso formal de reconciliación", ha afirmado Hollmes, quien se caracteriza por su habilidad en el muñequero o tira y afloje del pulso político.

Todo parece indicar que, pese al fraccionamiento de la cúpula guerrillera y a que hay frentes que se salieron del control centralizado de la organización armada, en poco tiempo se echará a andar un diálogo. México, Costa Rica y Holanda han manifestado su disposición de cooperar.

Ayer trascendió que el gobierno ha evaluado como "favorable" la situación y que la guerrilla estima como gesto positivo el traslado desde guarniciones militares a cárceles civiles de los comandantes Francisco Galán, del Ejército de Liberación

Nacional (ELN), y Francisco Caraballo, del disidente Ejército Popular de Liberación (EPL), cuyo grueso, con 2000 hombres, dejó las armas y se legalizó en 1991.

Pronunciamientos del ex sacerdote español Manuel Pérez, y de Alfonso Cano, portavoces respectivamente de las alas proclives al diálogo en el ELN y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), las mayoritarias, son otros síntomas a fa-

vor de la iniciación de conversaciones.

El gobierno estimaría útil la mediación de la Iglesia católica en el proceso y marcaría una diferencia decisiva con anteriores negociaciones; no imponer como prerequisite el alto el fuego ni la liberación de secuestrados por parte de la guerrilla; se calcula que la mitad de los 988 secuestrados registrados este año fueron ejecutados por frentes insurgentes.

PA 12/11

ENTRADO

N2

CRUZADO

N2



9500906.

01-01

Protagonista: BRASIL

FECHA	TIPO DE VIOLENCIA	ACTO REALIZADO	RESULTADO OBTENIDO	OBSERVACIONES
1973 a 1975	Subversión	Fuerzas Guerrilleras de ARAGUAIA. Intento de creación de "Zona liberada en ARAGUAIA".	Alteración del orden en una vasta zona de la ruta transamazónica.	Despliegue de numerosas fuerzas hasta lograr el aniquilamiento.
AGO76	Subversión	Organización sin Identificar (S/Ident.) - Asalto a un vehículo blindado; explosión de una bomba en el centro brasileño de Análisis y Planeamiento en SAN PABLO.	Daños materiales	Estos hechos fueron coincidentes con el regreso del Presidente GAISSA de su viaje a JAPON.
	Subversión	S/Ident. - Secuestro y torturas al Obispo Adriano HIPOLITO y explosión de una bomba en su coche	Daños personales y materiales.	
	Terrorismo	S/Ident. - Explosión de una bomba en el domicilio del periodista Roberto MARINHO, propietario del diario O'GLOBO.	Daños materiales	
NOV76	Terrorismo	S/Ident. - Atentado con bombas y amenazas de muerte a periodistas y al Director del semanario "OPINIAO" (Opinión).		
28MAY77	Terrorismo	S/Ident. - Explosión de una bomba de regular poder en Villa Militar de RIO DE JANEIRO.	Daños materiales y heridas de un empleado civil.	

Nº DOCUMENTO P500907  
 TITULO Ex senderistas huyen al Amazonas  
 PROCEDENCIA 150015  
 FECHA DE PRESENCIA 24-11-84  
 VINCULACIONES 11140 -  
66817 -  
502492 -  
501173 -

## Ex guerrilleros de sendero<sup>24</sup> luminoso huyen al Amazonas

Un grupo de once ex guerrilleros de Sendero Luminoso huyeron a la amazonia brasileña para esconderse entre los "garimpeiros" (buscadores de oro), luego de fugar de Perú y pasar por Ecuador, Colombia, Argentina y Paraguay.

RIO DE JANEIRO/ANSA

Así escribió ayer el diario Folha de Londrina, que afirma haber descubierto el escondite de los ex senderistas en las afueras de la ciudad de Cascavel, en el norte del estado brasileño de Paraná.

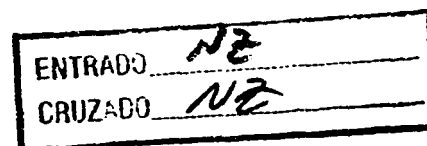
El periódico paranaense publicó el lunes un reportaje con las declaraciones de los ex senderistas que ingresaron ilegalmente al Brasil a través de Paraguay, y huyeron hacia la amazonia brasileña para refugiarse junto a amigos que trabajan como "garimpeiros" en ríos de la selva amazónica.

El grupo de ex senderistas -siete hombres y cuatro mujeres- permaneció algunas horas escondido en las afueras de Cascavel, y en estos días viajará hacia el interior de la amazonia, afirmó Folha de Londrina.

"No tenemos armas y no queremos problemas. Estamos con hambre y queremos llegar a la amazonia donde algunos compañeros viven en los 'garimpos'. Allí estaremos protegidos", dijo al diario de Londrina uno de los ex guerrilleros apenas identificado como Díaz.

El líder del grupo afirmó al periódico que sus compañeros se afiliaron a Sendero Luminoso después de que el ejército peruano asesinara a varios de sus familiares.

"Salimos de la guerrilla porque vimos que no tenía nada que ofrecer", dijo Díaz, que agregó que están huyendo tanto del ejército peruano como del propio Sendero Luminoso por haber desertado. Díaz señaló que la Ley de Arrepentimiento promulgada por el Presidente Alberto Fujimori no da las garantías de vida necesarias a los guerrilleros desertores, "y muchos son muertos después que se presentan a las autoridades".



9500907

01 - 01

secret

-6-

16. Morocco, it will be recalled, made her agreement to the convening of the summit conditional upon the cancellation of Polisario's membership in the OAU. From her point of view, then, the Polisario's staying away from the summit cannot justify its convening. If the summit is held, Morocco will be facing a dilemma: on the one hand, she will find it difficult to participate in it, and on the other, she will find it more difficult than in the past to rally African support for boycotting it.

LIBYA—CHINA

Qadhafi's visit to China

17. The Libyan ruler paid an official visit to China on 25-29 October, apparently in an attempt to diminish his international isolation. As for China, she is interested in stepping up her activity on the international scene, especially among Third World countries. At this stage nothing is known of a joint statement, and it appears that there were differences of opinion with regard to the Soviet Union and the Arab world. At the end of the visit Qadhafi left for North Korea and from there went to Yugoslavia (2 November).

secret

Nº. DOCUMENTO 9500908  
 TÍTULO Ameaça guerrilheiro-terrorista no Peru  
 PROCEDENCIA SAE  
 FECHA DE PROCEDENCIA 25-10-94  
 VINCULACIONES 11142 - Subcom  
501177 - SL  
66817 - Peru  
516442 - S. 2075  
514679 - MRTA

INUR Nº 0464/2201/25 OUT 94

ENTRADO 12  
 CRUZADO NE

**A ameaça guerrilheiro-terrorista no PERU. Situação atual.**

(25 Out 94)



Os sucessos obtidos na repressão às organizações guerrilheiro-terroristas, que culminaram com a captura de ABIMAEEL GUZMÁN e VICTOR POLAY CAMPOS, em 92 — combinados com a adoção de procedimentos judiciais mais rápidos e efetivos e a edição da **"Lei de Arrependimento"** e de um programa de reintegração social de desertores das fileiras subversivas —, vêm contribuindo para diminuir consideravelmente o peso relativo das questões relacionadas com a insurgência no conjunto dos problemas nacionais.

Às sucessivas prisões e rendições de dirigentes do **"Partido Comunista Del Perú/Sendero Luminoso"** (PCP/SL), pós-92, adicionam-se os cismas no interior de suas fileiras, decorrentes das diferentes concepções políticas. As **"cartas de ABIMAEEL GUZMÁN"** ("Presidente GONZALO"), redigidas do cárcere, oferecendo a possibilidade de diálogo político com o Governo FUJIMORI e sugerindo uma **"nova orientação para a revolução peruana"**, abriram profunda brecha na Organização, ensejando o surgimento de uma liderança alternativa. Tal dissidência é encabeçada por OSCAR RAMIREZ DURAND, também chamado de **"Presidente Feliciano"** ou **"Hermano Mayor"** (HM), membro do **"Bureau"** Político e dirigente do Comitê Regional Principal, que envolve os Departamentos andinos de AYACHUCHO, APURÍMAC e HUANCABELICA.

A facção dirigida por **"Feliciano"** e PEDRO QUINTEROS (**"LUIS"**), também conhecida por **"Sendero Rojo"**, vem procurando demonstrar **"capacidade militar"** e **"coerência política"** mediante o prosseguimento de atentados a bomba e a destruição de torres de retransmissão de energia elétrica. Para **"Feliciano"**, é inaceitável a proposta de paz de GUZMÁN, baseada em onze pontos, entre os quais a autodissolução do **"Ejército Guerrillero Popular"** e dos comitês populares, em troca da liberação de presos e anistia.

Minoritária, a facção vem enfrentando dificuldades estruturais e políticas, entre as quais a repressão policial e as constantes detenções de militantes, a desmoralização, a indisciplina e o baixo nível teórico dos **"quadros"** restantes, bem como as deserções em função dos benefícios da **"Lei de Arrependimento"** — cujo prazo expira em 31 Out — e da própria atividade desagregadora efetuada pelos partidários de ABIMAEEL GUZMÁN em favor da paz e deposição das armas.

Ideologicamente, a corrente de **"Feliciano"** também enfrenta grandes dificuldades, porquanto se baseia em princípios e dogmas formulados pelo próprio ABIMAEEL GUZMÁN quando em liberdade, contidos no chamado **"Pensamento GONZALO"**, que são hoje contrariados pelo dirigente preso. Não há, em paralelo, teóricos harmonizados com

01-02

9500908

SECRET O

29 de mayo de 1987

Informe N°: U 2679

Asunto : Resultados de la reunión del Comité Ejecutivo de la OLP  
Conclusiones iniciales

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
G. n. n. Información de Defensa  
X ERIOSI  
F. h. d. d. d.  
F. h. d. d. d.  
N.º de identificación 0928/87

1. Entre el 13 y el 16 de mayo, el nuevo Comité Ejecutivo de la OLP llevó a cabo en TUNEZ su primera reunión oficial después del 18º Consejo Nacional Palestino (efectuado en ARGELIA a fines de abril). Al concluir la reunión se publicó un comunicado político detallado que se refería, entre otras cosas, a los siguientes puntos (sin atenernos al orden en que aparecen en el comunicado):

- a. Relaciones OLP - EGIPTO. El Comité Ejecutivo de la OLP destacó su aprecio por EGIPTO y su Presidente, por los esfuerzos y sacrificios que realizaran en favor de los palestinos y de su causa. Se informó que se había creado un comité, encabezado por ARAFAT, que debe seguir de cerca y atender las relaciones con EGIPTO, a partir de una posición de cuidar los derechos nacionales de los palestinos.
- b. Relaciones OLP - SIRIA. El comunicado señala que el Comité Ejecutivo cree que han sido retirados "todos los obstáculos" que impedían el desarrollo normal de las relaciones entre ambas partes, sobre una base de "mutuo respeto", y exhorta a SIRIA a iniciar una nueva hoja dejando de lado los resentimientos del pasado. Llama la atención que al igual como en las resoluciones del 18º Consejo Nacional Palestino, y a diferencia de lo que sucediera poco tiempo atrás, en el capítulo libanés la OLP se abstiene de censurar a los sirios. Se informó que la organización creó también un comité que seguirá de cerca las relaciones con DAMASCO.
- c. El proceso político. El Comité Ejecutivo volvió a aclarar que la organización considera a una Conferencia Internacional efectiva, en la cual participe la OLP en pie de igualdad, como el ámbito preferible para solucionar el conflicto. También señaló su apoyo a la idea de una Comisión Preparatoria. La OLP expresó su adhesión a sus objetivos conocidos (retorno, autodeterminación y creación de un Estado independiente con JERUSALEN como su capital), y volvió a rechazar todas las soluciones parciales y separadas de inspiración norteamericana e israelí, "en

.. /2

8704708

**"Feliciano"** capazes de reformar o **"Pensamento GONZALO"** de modo coerente com as necessidades políticas e ideológicas da nova realidade da **"Revolução Peruana"**. De fato, os principais ideólogos do PCP/SL — EDMUNDO COX BEUZEVILLE, MARIA PANTOJA, OSMAN MOROTE BARRIONUEVO, ANGELICA SALAS, MARTA HUATAY e ELENA IPARRAGUIRRE REVOREDO — estão presos e são ligados à chamada **"linha oportunista de direita"**, de GUZMÁN.

A militância do PCP/SL, acostumada ao **"culto à personalidade"** de GUZMÁN e a aceitar como postulados as suas orientações, sente-se hoje perplexa ante a posição conciliatória do líder preso e sua proposta de capitulação.

Nesse contexto, verifica-se que as duas alas do PCP/SL encontram-se bastante frágeis politicamente. A corrente favorável a ABIMAEEL GUZMAN, majoritária entre os militantes presos, não vem executando ações **"militares"**, em coerência com a orientação emanada dos presídios. O grupo ligado a **"Feliciano"** — que teoricamente tem pouquíssimos militantes presos, porquanto a orientação aos detidos é a de apresentar-se como simpatizante da corrente de GUZMÁN para obter melhor tratamento — é o único segmento senderista a conduzir a luta armada revolucionária no país. Além dos três Departamentos andinos — HUANCAVÉLICA, AYACUCHO e APURÍMAC —, os seguidores de **"Feliciano"** têm presença ativa nos arredores de LIMA, especialmente nos **"barrios nuevos"**, e na chamada Selva Alta, isto é, nos Departamentos de SAN MARTÍN e HUANUCO, onde mantêm conveniente relação de interesses com produtores de coca locais e narcotraficantes limenhos e colombianos.

O **"Movimiento Revolucionário Túpac Amaru"** (MRTA) é a organização guerrilheiro-terrorista peruana mais atingida pela repressão. De suas estruturas político-militares, a única que ainda tem certo grau de coesão é a chamada Frente Norte-Oriental, atuante no Alto HUALLAGA, mesmo assim bastante debilitada pelas deserções provocadas pelos efeitos da **"Lei do Arrependimento"** e pelas baixas produzidas por confrontos com as forças policiais e militares e com o PCP/SL. À exceção dos **"comandantes"** NÉSTOR SERPA CARTOLINI (**"Comandante Evaristo"**) e MIGUEL RINCÓN, a direção do MRTA está presa ou morreu nos últimos onze anos de luta armada. Restrito à Selva Alta e não mais executando o vital **"trabalho de massa"**, o MRTA parece confirmar o vaticínio do Presidente FUJIMORI quanto à sua destruição como ameaça às instituições e à sociedade peruanas até as eleições de 95.

Como a anulação da ameaça guerrilheiro-terrorista se converte em importante fator eleitoral, é previsível que o Governo FUJIMORI, empenhado na reeleição, conceda prioridade ainda maior à ação repressiva. Apesar do esforço dispendido pelo Governo e os constantes reveses do PCP/SL, é pouco provável, entretanto, que a curto ou médio prazos a ameaça senderista seja banida definitivamente do quadro peruano.

9500908.



S E C R E T O

- 2 -

connivencia con otras partes" (clara alusión a JORDANIA).

- d. La lucha armada. En su comunicado, el Comité Ejecutivo subraya la firme determinación de la OLP a continuar y escalar la lucha por todos los medios dentro de la "Patria ocupada". Al mismo tiempo, se declaraba que la organización "condena todas las formas del terror, particularmente el que se dirige contra ciudadanos indefensos". Esta fórmula repite el enunciado de la Declaración de EL CAIRO (nov. 85) y puede ser interpretada como una insinuación a ESTADOS UNIDOS e ISRAEL -acusados en el comunicado del Comité Ejecutivo de llevar a cabo terror oficial- y también como la continuación del compromiso tácito a no realizar operaciones terroristas en el exterior.

2. Otros elementos destacados en el comunicado se refieren a la necesidad de ocuparse de promover la unión árabe, asegurando las condiciones para reunir una Conferencia Cumbre; de poner punto final a la guerra del Golfo; de apoyar a los palestinos en los territorios y en EL LIBANO; de promover las relaciones de la OLP con LIBIA, que recientemente permitió la reapertura de las oficinas de la organización en su territorio; y de condenar el propósito de miembros del Congreso norteamericano, de presentar una propuesta de ley relativa al cierre de las oficinas de la OLP dentro de ESTADOS UNIDOS, citada por la organización como una muestra de que continúa la conspiración norteamericana en su contra. Otras informaciones daban cuenta de lo siguiente:

- a. Como es habitual, fueron distribuidas las carteras entre los integrantes del Comité Ejecutivo. En estos cargos no hubo cambios importantes, fuera de la transferencia o el agregado de carteras a los miembros nuevos. (Véase el apéndice).
- b. Debido a problemas "de reglamento" se decidió aumentar el número de miembros del Consejo Central de la OLP (organismo intermedio entre el Consejo Nacional Palestino y el Comité Ejecutivo) de 75 a 93 ó 95.

3. De la publicación del comunicado final se desprende que en el seno de la OLP no existe consenso en lo que se refiere al "tema egipcio":

- a. Un representante conspicuo del Fatah/ARAFAT en EGIPTO, SAID KAMAL, se apresuró a declarar que el comunicado del Comité Ejecutivo puede poner término a la lesión sufrida por las relaciones bilaterales de la OLP y EGIPTO, dado que el mismo manifestaba expresamente el aprecio de la organización por las

.. /3

8704708

Nº. DOCUMENTO 9500909  
 TITULO Captura a 20 senderistas en Perú.  
 PROCEDENCIA 150025  
 FECHA DE PROCEDENCIA 26-11-79  
 VINCULACIONES 11190 -  
66817 -  
101173 -  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



### Senderistas

ICA, Perú, 26 (AFP). - Un duro golpe dio la policía nacional al capturar a 20 subversivos integrantes de Sendero Luminoso. Siete de los detenidos son mandos militares, acusados de asesinatos de autoridades civiles y militares desde 1984, informó hoy la policía.

La detención de los siete mandos de Sendero Luminoso, que se ejecutó tras varios meses de seguimiento y de minuciosa investigación, ha sido una de las más importantes realizadas por la policía regional de Ica, 325 kilómetros al sur de Lima.

26 LN

ENTRADO NE  
 CRUZADO NE

9500909

secret

-4-

Israel in order to stop her military growth. He refrained from levelling sharp criticism at the United States, in contrast to previous statements and Syrian propaganda.

- d) The Iraq-Iran war: Assad expressed full support for Iran, while criticizing the Saddam Hussein regime and blaming it for the outbreak of the war.

### E G Y P T

#### Arab delegations attend Airforce Day display

11. For the first time since the signing of the Camp David agreements, Arab delegations whose countries do not have diplomatic relations with Egypt participated in an official event in Egypt. Representatives of the armies of Iraq, Jordan, UAE and Morocco attended (alongside Sudan, Oman and Somalia) an air display marking Egyptian Airforce Day on 1 November 1982. This development illustrates the broadening of practical ties between Egypt and other Arab countries despite the fact that there has been no change in the diplomatic relations between them.

### I R A N—I R A Q   W A R

#### Mediation efforts and renewed offensive

12. Iraq declared on 26 October that, unlike Iran, she accepted the proposals of the Islamic mediation committee for ending the war, and even published them. According to one of the clauses, both sides will withdraw to the international border as determined in the 1975 Algiers agreement. Thus Iraq has in fact retracted her abrogation of the agreement, which was one of the causes of the war, and is once again demonstrating her willingness to make concessions in order to bring about an end to the war. Iran, on the other hand, on the night of 1-2 November, mounted, as expected, a new offensive in the area of the river Duwayrij, north of the Basra sector. Iraq claims to have repulsed the Iranian forces, but this has not yet been confirmed and there are no further details about the offensive.

secret

Nº. DOCUMENTO 9500910

TITULO Las FARC proponen el diálogo con el gobierno.

PROCEDENCIA 1500/4

FECHA DE PROCEDENCIA 22-11-89

VINCULACIONES 44440 -

65512 -

514513 -



ENTRADO 112  
CRUZADO 112

# Las FARC realizan propuesta de diálogo al gobierno colombiano

■ Guerrilleros destacan que es esencial abordar la realidad de los derechos humanos en Colombia ■ El presidente Samper catalogó el ofrecimiento como "un paso firme" hacia la paz

Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) recomendaron al Gobierno del presidente Ernesto Samper la celebración del primer diálogo en el país y que sea prioritario «un acuerdo sobre cese de fuegos».

La recomendación fue hecha en las deliberaciones de una Cumbre Nacional por la Paz celebrado en Cali, suroeste colombiano, el pasado viernes en la Universidad Libre.

Un reinserido de las guerrillas leyó el comunicado de las FARC en el que se urge el alto el fuego y se destaca el ofrecimiento gubernamental de garantías para iniciar un proceso de cara a la firma de un acuerdo definitivo de paz.

El pasado 17 de noviembre el presidente colombiano, Ernesto Samper, lanzó en Popayán, suroeste del país, una propuesta para la iniciación de un diálogo, que busque el camino de un proceso reconciliador.

En la misma propuesta el presidente dijo que sería «preferible» que el proceso se iniciase en territorio extranjero.

El documento de las FARC, firmado por el secretariado del Bloque Occidental de ese grupo alzado en armas, insiste en que es esencial «abordar la realidad de los derechos humanos» en el país.

Igualmente pide «alcanzar un tratado de paz acordado en conjunto por la sociedad para fortalecer la democracia ciudadana, los derechos, la justicia social y la soberanía».

Las FARC, la guerrilla más antigua y numerosa de Colombia, con más de 40 años de lucha y unos 5.000 hombres alzados en armas, anunciaron una respuesta afirmativa a la propuesta de Samper el viernes 18 en Ciudad de México, pero sólo hasta ahora concretaron su acogida a la iniciativa. En tanto, el presidente de Colombia, Ernesto Samper, destacó que la respuesta a su propuesta de paz, es «un paso firme y por eso no podemos equivocarnos».

El presidente colombiano pidió que si hay una voluntad de paz, «debe bajar la intensidad de la guerra, que sería una manera de una tregua no declarada».



Presidente colombiano Ernesto Samper

Samper formuló estas declaraciones a un grupo de periodistas en Tumaco, suroeste de Colombia, donde ayer lanzó un ambicioso programa social para ese puerto sobre el océano Pacífico y otras localidades vecinas.

9500910

secret

Weekly Review

(26 October - 2 November 1982)

LEBANON

Negotiations over withdrawal of foreign forces

1. The handling of the issue of the withdrawal of the foreign forces from Lebanon was renewed upon the return to the region of the United States special envoy, Morris Draper. As far as is known, President Amin Jemayel is prepared to hold negotiations with Israel with the active participation of the United States, so as to arrive at security arrangements with Israel. On behalf of Lebanon, the negotiations are to be conducted by a committee including army officers, representatives of government offices and legal advisers. The Lebanese government is apparently supposed to approve the setting up of the committee after it has won a parliamentary vote of confidence. At the same time, Amin Jemayel intends to hold separate negotiations with the PLO and with Syria.

Phalangist delegation in Syria

2. A Phalangist delegation of unknown composition apparently visited Damascus at the end of October. According to Radio Monte Carlo, the delegation was headed by Pierre Jemayel and it discussed with President Assad the withdrawal of the foreign forces from Lebanon and relations between the Phalangists and Syria. Pierre Jemayel denied this report.

Amin Jemayel's visit to Morocco

3. On 1 November, Amin Jemayel left for a one-day visit to Morocco and conferred with King Hassan. According to overt sources, Jemayel intended to ask Morocco to send soldiers to the multi-national force in Lebanon.

Relations with Egypt

4. Amin Jemayel's meetings with the Egyptian foreign minister in Rome and with the Egyptian ambassador to the UN indicate a trend towards closer ties between the two countries. From the point of view of Egypt, this is another step towards shattering her political isolation

secret

Nº. DOCUMENTO 9500911

TITULO 100.000 dólares por 3 jefes senderistas

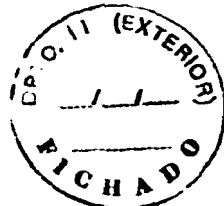
PROCEDENCIA 15044

FECHA DE PPOCEDENCIA 22-11-94

VINCULACIONES 11790

66812

50173



ENTRADO Nº  
CRUZ DO 118

**Fujimori prometió una «persecución implacable»**

## 100 mil dólares por tres jefes senderistas

27

**E**l presidente de Perú, Alberto Fujimori, anunció ayer que su Gobierno someterá a una «persecución implacable» a Sendero Rojo, y ofreció 100.000 dólares de recompensa por los tres jefes de esa organización.

El gobernante dijo que se perseguirá «con todos los medios» a los subversivos y pidió la colaboración ciudadana para aprehender a Alberto Ramírez Durand, «camarada Feliciano», Teresa Durand Araujo y a la terrorista conocida como «cañiarada Rita».

Fujimori señaló que ellos y otros miembros de Sendero Rojo «serán castigados con todo el peso de la ley» porque se negaron a acogerse a la Ley de Arrepentimiento, que expiró el pasado día uno, y persisten en continuar sus acciones armadas.

En los próximos días todos los medios de información peruanos comenzarán a publicar los rostros de los tres cabecillas y los anuncios en los que se ofrecerá la recompensa de 100.000 dólares, a quien facilite información que permita detenerlos.

Sendero Rojo, liderado por Ramírez Durand, se escindió de Sendero Luminoso a finales de 1993, en rechazo a la decisión del máximo jefe senderista, Abimael Guzmán, que pidió firmar la paz con el Gobierno tras reconocer la derrota de su movimiento.

El «camarada Feliciano» y sus seguidores rechazan el «acuerdo de paz» propuesto por Guzmán y han manifestado su decisión de continuar la «guerra popular» desatada por su antiguo líder en 1980, pero su actuación ha sido muy débil hasta ahora.

Fujimori ha dicho que descabezará Sendero Rojo en los próximos meses y que cumplirá su promesa de acabar con el terrorismo antes de concluir el mandato del Gobierno, en julio del próximo año.



Abimael Guzmán, jefe del Sendero Luminoso en prisión

Protagonista: CHILE

FECHA	TIPO DE VIOLENCIA	ACTO REALIZADO	RESULTADO OBTENIDO	OBSERVACIONES
01NOV75	Subversión	MIR - Plan Boomerang Rojo - contra miembros del gobierno y el Estado.		Detención Dra. CASSIDY, padre WHEELAN, sacerdotes y religiosas.
NOV75	Subversión	MIR - Enfrentamiento contra las Fuerzas Armadas.		Detención de 16 miembros del MIR.
18NOV75	Subversión	MIR - Enfrentamiento con una patrulla militar.	Muerte de 1 soldado	La acción de las Fuerzas Armadas produjo la muerte de un terrorista y la huida de los subversivos.
20NOV75	Subversión	MIR - Enfrentamiento con fuerzas de la DINA al efectuar un asalto al Batallón de Intendencia del Ejército.		6 subversivos muertos.
NOV75	Subversión	Setiembre Rojo - Enfrentamiento con Fuerzas de Seguridad.		Detención de 5 miembros del movimiento denominado Setiembre Rojo.
18DIO75	Subversión	PCCH - Enfrentamiento con carabineros.		En la acción fue muerto un guerrillero y el resto huyó a una región boscosa.
14ENE76	Subversión	Comando Rafael Ramírez - Asalto a mano armada a la Sucursal de la Caja de Empleados Particulares.	Robo \$ 35.000	Las investigaciones practicadas señalan que la forma del atraco es desconocida en Chile y muy usada por los extremistas argentinos.



Nº. DOCUMENTO 9500912

TITULO Atentados del ELN en Bogotá.

PROCEDENCIA 1500/4

FECHA DE PROCEDENCIA 28-11-74

VINCULACIONES 11140 -

65512 -

501792 -



ENTRADO 12  
CRUZADO 18

La policía atribuye al ELN los atentados en Bogotá

## Detienen a siete presuntos integrantes de los Comandos Urbanos del ELN en Colombia

Los siete atentados con bomba que ayer domingo, destruyeron otras tantas farmacias en Santafé de Bogotá, fueron atribuidos por la policía a los «comandos urbanos» del Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Las siete bombas, que solamente causaron daños materiales pero no víctimas mortales ni heridos, estallaron frente a sucursales de las droguerías «Electra» y «Granada» en distintos sectores bogotanos.

El general Luis Eduardo Montenegro Rinco afirmó que tras los atentados fueron capturados siete presuntos terroristas, integrantes de los «comandos urbanos del ELN». El oficial dijo que los actos terroristas fueron en venganza de los insurgentes al negarse los dueños de las droguerías a pagar millonarias extorsiones exigidas por



los rebeldes. Los propietarios de «Droguerías Electra», una cadena de farmacias con 50 años de

antigüedad, señalaron en un comunicado que varias de sus sucursales sufrieron graves destrozos y

daños materiales, seguramente por haber impedido y evitado asaltos.

Los artefactos destruyeron, además de los locales de venta de medicinas, cristales, ventanas, puertas y canales de edificaciones aledañas en sectores como Teusaquillo y Palermo, de Santafé de Bogotá. La policía dijo que un fiscal interroga a los siete supuestos terroristas, dos de ellos capturados gracias a la denuncia de un taxista.

9500912

secret

-2-

in the Arab world. Amin Jemayel, for his part, is interested in closer ties with Egypt apparently because of her relations with the United States and Israel. According to the Egyptian foreign minister (25 October), Egypt will work for the withdrawal of all the foreign forces in Lebanon and for the rehabilitation of the country. He expressed support for security measures that will guarantee the sovereignty of both Israel and Lebanon.

Situation in the field

5. The Palestinian terrorists stepped up their activity against the Israeli forces in Lebanon. On 28 October an Israeli officer was wounded by terrorist fire in Sidon, a soldier was killed in an ambush in the Aley area, and an Israeli army bus was fired at north of the Litani. On 29 October a grenade was thrown at an Israeli army roadblock south of Beirut, and on 31 October an Israeli car was shot at in the Aley area.

6. The tension in the Aley area between the "Lebanese Forces" and Druze supporters of the Progressive Socialist Party flared up again on 27 October. On 29 October there was a clash between the two sides, involving the use of heavy weapons. Lebanese army units were rushed to the area in order to contain the incidents.

7. On 27 October three soldiers from the Irish UNIFIL battalion were murdered at a roadblock north of Tibnin. It is possible that members of Al-Amal carried out the attack on the roadblock.

8. On 31 October the Syrians fired two SA missiles from Syrian territory at an Israeli aircraft.

9. The Lebanese army continued the searches, the demolition of buildings and the arrest of suspects in western Beirut. On 1 November, Lebanese army units were supposed to start deploying also in eastern Beirut, but at the time of writing this deployment had not started yet, apparently because of the Lebanese army's involvement in the clashes in the Aley area.

secret

secret

-2-

in the Arab world. Amin Jemayel, for his part, is interested in closer ties with Egypt apparently because of her relations with the United States and Israel. According to the Egyptian foreign minister (25 October), Egypt will work for the withdrawal of all the foreign forces in Lebanon and for the rehabilitation of the country. He expressed support for security measures that will guarantee the sovereignty of both Israel and Lebanon.

Situation in the field

5. The Palestinian terrorists stepped up their activity against the Israeli forces in Lebanon. On 28 October an Israeli officer was wounded by terrorist fire in Sidon, a soldier was killed in an ambush in the Aley area, and an Israeli army bus was fired at north of the Litani. On 29 October a grenade was thrown at an Israeli army roadblock south of Beirut, and on 31 October an Israeli car was shot at in the Aley area.

6. The tension in the Aley area between the "Lebanese Forces" and Druze supporters of the Progressive Socialist Party flared up again on 27 October. On 29 October there was a clash between the two sides, involving the use of heavy weapons. Lebanese army units were rushed to the area in order to contain the incidents.

7. On 27 October three soldiers from the Irish UNIFIL battalion were murdered at a roadblock north of Tibnin. It is possible that members of Al-Amal carried out the attack on the roadblock.

8. On 31 October the Syrians fired two SA missiles from Syrian territory at an Israeli aircraft.

9. The Lebanese army continued the searches, the demolition of buildings and the arrest of suspects in western Beirut. On 1 November, Lebanese army units were supposed to start deploying also in eastern Beirut, but at the time of writing this deployment had not started yet, apparently because of the Lebanese army's involvement in the clashes in the Aley area.

secret

Nº. DOCUMENTO 9500913

TITULO Propuesta legalizar los grupos paramilitares en Colombia

PROCEDENCIA 15-08-88

FECHA DE PROCEDENCIA 30-11-84

VINCULACIONES 11140 -

65512 -



ENTRADO 22  
CRUZADO 22

# Colombia planea legalizar los grupos paramilitares

Una iniciativa gubernamental propone crear grupos privados de autodefensa para proteger al sector ganadero según el principio con el que se gestaron más de 150 grupos paramilitares.

El esfuerzo y el tiempo de que tuvieran que disponer los sucesivos gobiernos colombianos para coronar el diseño de un plan de paz con los grupos guerrilleros del país podría, en poco tiempo, caer en saco roto en caso de que prospere una iniciativa del Ministerio de Defensa que insiste en la militarización de ciertos sectores de la población. La creación de grupos privados de autodefensa para proteger, en principio, al sector ganadero choca directamente con los planes pacificadores del presidente Ernesto Samper, quien hace sólo una semana aseguró que la base de su programa de paz consiste en el desarme total de la población civil. El proyecto, que inmediatamente fue replicado por el titular de la cartera de Interior, podría pasar casi desapercibido si no fuera porque, a fines de los 80, más de 150 grupos paramilitares que en principio también habían sido gestados por el gobierno convirtieron a Colombia en el país más violento de Sudamérica.

La iniciativa del ministro de Defensa, Fernando Botero, es clara y pensada para el largo plazo. Pretende la paulatina creación de grupos privados de seguridad para, como paso inicial, defender a los sectores ganaderos de los ataques de grupos guerrilleros y de delincuentes comunes. Mediante su plan, Botero propicia la creación de estas co-

operativas que, de acuerdo con su "acta fundacional" serán grupos armados directamente por el Estado.

El hecho de que el comienzo de las tareas de estos grupos se produzca en sectores dominados por la producción ganadera tiene su fundamento, aunque no oficial, en cifras de la Federación Nacional de ese sector: en lo que va del año fueron secuestrados 437 hacendados y un número sin precisar —pero importante— habría sido extorsionado.

La contradicción con la intención pacificadora del gobierno de Samper obligó a Botero a dar explicaciones y precisiones. Primero, intentó dejar en claro que estos grupos no serán de ninguna manera de autodefensa. Después, insistió en que habrá una reglamentación gubernamental muy estricta para que no se salgan del camino. Por último, destacó que "el gobierno propone el desarme de la población civil, pero también reconoce que la gente tiene derecho a defenderse".

De inmediato surgieron las voces críticas de los que aún recuerdan que de una manera similar a la impulsada por Botero surgieron en el país los grupos que se desbandaron en escuadrones de la muerte de izquierda y derecha. El que más objeciones presentó fue su par de Interior, Horacio Serpa, quien consideró que la creación de las cooperativas de seguridad ayuda poco a la pacificación del país.

Durante los últimos años de la dé-

cada pasada, bandas de parapoliciales como Los Magníficos, Denis, Los Extraditables, Los Pájaros, la Alianza Anticomunista Americana o el Comando Revolucionario de Colombia llegaron a catapultar el número de asesinatos por mes a 1500. Y en los recuerdos de su accionar reside el temor de los críticos.

Los principales analistas políticos del país coinciden con esta postura, ya que, sostienen, se puede convertir en una piedra en el camino, en un momento en que los principales grupos guerrilleros aceptaron la idea de negociar la paz con el gobierno. El propio Samper salió a mediar en el tema al declarar que la propuesta está siendo evaluada, en el marco de la "prioridad" que el tema de la seguridad representa para su gobierno.

Durante el mismo día, a Samper le salió otra cana en otro de los temas que serán fundamentales durante su recién iniciado período de gobierno. De acuerdo con un informe de la DEA, publicado por la revista *Semana*, Colombia podría transformarse en el primer país dependiente de la industria del narcotráfico. Según esa información, la combinación de las reformas que abrieron la economía colombiana creó más oportunidades y facilidades para que los narcos puedan lavar los 7000 millones de dólares que se estima que hacen ingresar anualmente al país.

9500913

01-01

secret

-3-

S Y R I A

Assad on Syrian foreign policy

10. In an interview with a Lebanese newspaper (as quoted by Radio Damascus on 30 October), President Assad repeated Syria's known positions on the following issues:-

- a) Lebanon: The Syrian forces will not leave Lebanon before the Israeli forces depart. Syria is prepared to negotiate with Lebanon to settle any outstanding problems between the two countries. In this connection, a security treaty with Lebanon is not a Syrian condition, and diplomatic relations between the two countries will be set up at a suitable time and under suitable circumstances. At present, attention should be directed at the Israeli withdrawal; later the other problems can be solved, including the issue of the evacuation of the Palestinian terrorists. The handling of the Lebanese problem must be removed from the issue of the solution of the Arab-Israel conflict. Israel did not win any strategic victory in the fighting with the Syrian forces in Lebanon.
- b) The Arab-Israeli conflict: At the present time Syria must strive for a strategic balance with Israel, since this is the only option she has, whether she chooses war or peace. Assad evaded giving a clear answer as to the path Syria would choose once the strategic balance was achieved. He said that a just peace was inconceivable in the shadow of Israel's proven military superiority. Syria is aware of the fact that this balance cannot be achieved overnight, but she is certain of her victory because the affairs of nations are measured in the very long range; there are more Arabs, and their cause is just. Commenting on the idea of a federation between Jordan and a Palestinian state, Assad refrained from adopting a clear stand, merely stating that Syria supports Arab unity. He denied that there were differences of opinion between Syria and the PLO.
- c) Relations with the powers: Syria is on friendly terms with the Soviet Union, who provides her with military and political backing. Syria's relations with the United States depend on the extent of the latter's support for Israel; Assad called on the American administration to cease sending arms to

secret

Nº. DOCUMENTO 9500914

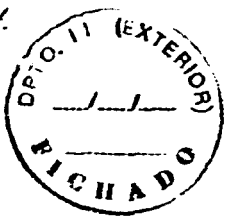
TITULO Amenaza del Terrorismo Nuclear, Biológico y Químico.

PROCEDENCIA Señor Jorgel

FECHA DE PROCEDENCIA 01-11-94

VINCULACIONES 11213 - Gen. Just.

11895



ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

94/M/99

1 November 1994

**CURRENT ASSESSMENT: THE THREAT OF NBC TERRORISM**

*La amenaza del Terrorismo NBC*

Attached is Report Number 94/0982.

01-06.

9500914.

S E C R E T O

- 5 -

nes y de SIRIA, y la necesidad de un país que consienta en albergar una reunión cismática del CNP- los dirigentes de la organización deberán tomar en cuenta las graves consecuencias políticas de una división oficial en la OLP.

7. La presente actividad del Fatah para convocar al CNP para la segunda mitad de setiembre está orientada por ahora a una reunión con la participación de la Alianza Democrática. Cuando pase el tiempo y se vea que la misma no está dispuesta a participar en una reunión cismática del CNP, surgirá nuevamente la tercera posibilidad. ARAFAT y parte de sus allegados podrían apoyar esta opción, mas estimamos que cuando traten de llevarla a la práctica saldrían a flote las divergencias básicas en el seno del Fatah. El ala radical de la organización (ABU AYAD, KADUMI, ABU MAHER) y también los mediadores (ARGELIA y el YEMEN DEL SUR) podrían preferir postergar la decisión y conceder un nuevo plazo a los esfuerzos de mediación. De cualquier manera, las dificultades que deberá enfrentar ARAFAT al tratar de reunir un CNP con la participación del Fatah solamente, conducirán por sí mismas a una nueva postergación.



**CURRENT ASSESSMENT****THE THREAT OF NBC TERRORISM****Summary**

- There is no evidence for the intended use by terrorist groups of nuclear materials, or biological and chemical agents, and very little for the use of toxic chemicals. The present threat is low.
  - Though recent leakages of fissile material from Russia and the FSU are worrying, it is highly unlikely that a terrorist group could construct a nuclear device.
  - Radioactive, chemical and biological materials have been fairly easily accessible for some time: their virtual neglect by terrorist groups seems to reflect a preference for simpler, cheaper methods which are sufficient for their purposes.
  - But terrorist plans for the use, or threat of use, of such materials at some point in the future may not be detected. In view of their increasing availability, such a threat would now command greater credibility than in the past.
1. Recent seizures have highlighted concerns about the leakage of nuclear materials from the Former Soviet Union (FSU) and some Central and Eastern European countries. But the leakages do not appear to be part of a serious trade in such materials and, in particular, there is no evidence that

S E C R E T O

- 4 -

a la Alianza Nacional, naturalmente, sólo después de lograr un entendimiento entre SIRIA y el Fatah. Esta posibilidad está condicionada a una concesión substancial de una de las partes -SIRIA o el Fatah- en la cuestión de la continuación de ARAFAT al frente de la OLP. Estimamos que no cabe esperar que DAMASCO o sus protegidos moderen su posición en este asunto, en tanto que el Fatah -después de haber hecho importantes concesiones a la Alianza Democrática en el marco del Acuerdo de ADEN- difícilmente podrá efectuar nuevas concesiones, en especial la concesión principal que se le exige: la destitución de ARAFAT, o comprometerse a no reelegirlo.

- b. Una reunión del CNP en la participen sólo el Fatah y la Alianza Democrática, sin las organizaciones de la Alianza Nacional. La Alianza Democrática persiste todavía en su posición que preconiza la reunión del CNP sólo en el marco de un consenso general y con la participación de la Alianza Nacional. Dadas las dificultades internas en el Frente Popular/HABBASH y las consideraciones políticas de peso señaladas más arriba, parecerían escasas las posibilidades de que la Alianza Democrática llegue al CNP como un bloque. Tampoco se estima plausible que este marco se disuelva y que el Frente Democrático asista al CNP junto al Fatah: un paso de esta clase sólo conferiría legitimidad parcial al CNP, en tanto que el Frente Democrático perdería su patrimonio en SIRIA, su lugar en la Alianza Democrática y tampoco podría asegurarse que el Fatah respetaría el Acuerdo de ADEN después de la reunión.
- c. Una reunión del CNP a la que asista sólo el Fatah, sin la participación de la Alianza Democrática. Aun en caso de que el Fatah lograra superar las dificultades que implica un paso de esta clase -la no participación de miembros del CNP por miedo del resto de las organizacio-

terrorist groups have shown an interest in them. Nuclear, chemical and biological materials have for some time been more readily available closer to home if such organisations had wished to obtain them. This paper looks at the availability of Nuclear Biological and Chemical (NBC) materials and assesses the threat of their use by terrorists.

#### **NBC MATERIALS AND HOW THEY MIGHT BE USED**

2. Despite the possibility which now exists of obtaining fissile material, it is extremely unlikely that a terrorist group could produce even a crude nuclear device; nor is there any evidence that any group has contemplated the use of nuclear weapons. A more plausible scenario might be the dispersal of radioactive materials by conventional explosives or other means to achieve radiological contamination. The actual danger to the public from radioactivity would probably be small - smaller in some cases than to the terrorists. But such an attack (or its threat) could be highly effective in causing panic and public concern.

3. With access to some degree of expertise and a starter stock of the agent, terrorists would be able to produce biological agents. But the possible difficulties of production and delivery might persuade terrorist groups not to use them. Some chemical agents can also be produced without the need for particularly specialised equipment or expertise; information on how to produce them is also readily available. But production and use is still complicated by comparison with conventional weapons: if terrorists did consider the idea of

3  
28-1-67

9500914.

S E C R E T O

- 3 -

dilema: o someterse al veto sirio después que el Fatah hiciera concesiones considerables, o ir a un CNP en el cual el Fatah constituiría mayoría, la OLP se dividiría definitivamente y sería difícil asegurar la materialización de los logros políticos y organizacionales del Acuerdo de ADEN. Si bien se observan diferencias en la táctica de los componentes de la Alianza Democrática (HABBASH se perfila como sumamente rígido y en su organización todavía lo critican por no serlo bastante; HAWATMA por su parte, es acusado por las organizaciones prosirias de ir en pos de ARAFAT), no parecería que las mismas puedan afectar la asociación entre los componentes de esta Alianza.

5. Pese a presiones y solicitudes por parte de la UNION SOVIETICA, ARABIA SAUDITA, el YEMEN DEL SUR y ARGELIA, SIRIA continúa aferrada a una posición extremadamente inflexible en contra de la reunión del CNP en las condiciones actuales y opuesta a que ARAFAT continúe al frente de la OLP; DAMASCO alienta a las organizaciones bajo su patrocinio para que también ellas adopten una posición rígida. En este sentido, los principales esfuerzos sirios se orientan hacia las organizaciones de la Alianza Democrática, a las cuales aclaró que su participación en las gestiones del Fatah para reunir el CNP puede repercutir gravemente en sus relaciones con DAMASCO, llegando incluso a su expulsión de territorio sirio. Entre otras cosas, los sirios insinuaron la posibilidad de una reunión contraria del CNP en DAMASCO. Paralelamente, la dirección siria terció ante ARGELIA (incluso en las visitas de ASSAD y KHADDAM) para que no albergue a un CNP cismático.

Evaluación

6. En este momento, ninguna de las tres posibilidades aparentes de un reunión del CNP parecería plausible:

- a. La reunión de un CNP unido, en la que participen todas las organizaciones de la OLP, incluso las que pertenecen

../4

chemical attacks they would be more likely to use commercially available poisons or other substances which would be equally suitable for their purposes. Such precedents as exist for the threat or execution of chemical attacks have involved toxic chemicals rather than agents: for example, Palestinians contaminated Israeli fruit with mercury in 1978. As with nuclear materials, an attack would not need to cause large numbers of casualties in order to fulfil its purpose as a weapon of terror: even the threat could be an effective means of obtaining publicity.

#### POSSIBLE SOURCES OF NBC MATERIALS

4. While it is not possible to be certain that all such attempts would be detected, there is no evidence that terrorist groups have sought to acquire fissile or other radioactive materials, either for blackmail or an actual attack. It is judged that nuclear weapons stockpiles are secure and that states possessing them would not give terrorists access to them. Fissile material has probably not yet leaked out in sufficient quantities for the manufacture of a nuclear device, even if terrorists had access to the necessary expertise. Recent seizures have shown that radioactive material is available on the black market. But, if terrorists were to contemplate attacks designed to achieve radiological contamination, radioactive material would in any case be more readily available from hospitals or laboratories, or from nuclear power stations.

5. In theory, terrorists might obtain biological or chemical

4  
04  
9500914.

S E C R E T O

- 2 -

Como las organizaciones de la Alianza Nacional (los rebeldes del Fatah, el Saika, JIBRIL y el Frente de Lucha Arabe) se negaran al diálogo en base al Acuerdo de ADEN y suspendieran las conversaciones con la Alianza Democrática, las negociaciones basadas en dicho Acuerdo llegaron a un callejón sin salida, que coloca nuevamente a todo el sistema de la OLP ante una etapa crítica.

3. Dada la proximidad de la fecha fijada para la reunión del CNP, el Fatah inició una actividad demostrativa e independiente entre los miembros del CNP que lo apoyan en la diáspora palestina a fin de reclutar apoyo a dicha reunión en la fecha estipulada por el Acuerdo de ADEN. Asimismo, el Fatah actúa enérgicamente para convencer a la Alianza Democrática a que participe en la reunión, aun cuando las organizaciones de la Alianza Nacional la boicoteen y no asistan, y también para persuadir a ARGELIA a que acepte un CNP en el que no participen todas las fracciones. Públicamente, los jefes del Fatah no condicionan la reunión del mismo al consentimiento de estos factores, y estudian la posibilidad de llevarla a cabo en otros países si es que ARGELIA se niega a albergarla. En este momento, los jefes del Fatah consideran la realización de la reunión como una prueba de confiabilidad para la organización; esta razón ocupa un importante lugar en el conjunto de consideraciones en favor y en contra de una reunión cismática.

4. Desde que comenzara la crisis, la Alianza Democrática se había puesto como objetivo conservar la unidad de la OLP e impedir una reunión del CNP del que estuviera ausente alguna de las partes. Esta Alianza confiaba en que podría convencer a la Alianza Nacional a incorporarse al diálogo en base al Acuerdo de ADEN o a un acuerdo parecido entre ambas Alianzas, mas dado el empecinamiento del Fatah en reunir al CNP por una parte, y la negativa de la Alianza Nacional a sumarse al proceso del diálogo por la otra, la Alianza Democrática se encuentra ahora en un

../3

agents from governments, rather than attempt to produce them themselves. Many states with a record of sponsoring terrorism - such as Iraq, Iran, Libya, and Syria - have chemical and/or biological capabilities. But there is no evidence that any of these states has supplied terrorist groups with Chemical/Biological agents in the past. It is unlikely that they would do so in the future, principally for fear of the retaliation that would follow should their involvement become known, but also because of the risks of losing control of such dangerous substances. There are chemical weapons stockpiles in a number of countries, including the FSU. It is assessed that FSU stockpiles are currently well guarded; although it is not known for certain if this applies in the other countries, it is judged that it probably does. There is no knowledge of any attempts to smuggle or sell chemical agents. Equally, there is no knowledge of any attempts by terrorist groups to obtain them.

#### ASSESSMENT

6. It is believed that terrorists would not be able to acquire or deploy a nuclear weapon; radiological attacks are possible but unlikely. Attacks involving chemical or biological agents are also unlikely, though use of toxic chemical substances (for which there are some limited precedents) remains a possibility. The complications in using any NBC materials are likely to be one reason why - despite the theoretical possibilities well explored by fiction writers - their use does not seem to be particularly attractive to terrorist groups; concern about alienating support may be

5  
1000000

05

9500914



S E C R E T O

062

*Oficio  
OLP*

Informe N°:     ✓     /6479  
Fecha         : 19 de Setiembre de 1984  
Asunto        : OLP - El Consejo Nacional Palestino / Nueva  
                  postergación?

Generalidades

1. Ante la proximidad de la fecha (segunda mitad de setiembre de 1984) fijada en el Acuerdo de ADEN suscripto por el Fatah y la Alianza Democrática para la reunión del Consejo Nacional Palestino, vuelve a recrudecer el dilema ante el que se encuentra la OLP desde el estallido de la rebelión y parecería que la organización se encuentra nuevamente ante una encrucijada: por una parte, la reunión del CNP -tal como fuera interpretado también por factores dentro de la OLP- podría conducir a una división oficial de la organización, a una ruptura total entre los asistentes a la reunión y SIRIA, y podría tener graves consecuencias políticas en el escenario árabe y en el terreno del conflicto árabe-israelí. Por otra parte, de abstenerse de ramir al CNP se vería afectada la confiabilidad de los jefes del Fatah, se agravaría la crisis en el seno de la organización y se contri buiría a la mengua de la posición de ARAFAT y de la OLP en general.

Antecedentes

2. Según el Acuerdo de ADEN firmado por el Fatah y las organizaciones de la Alianza Democrática, se estipulaba que el Consejo Nacional Palestino se reuniría en ARGELIA hasta el 25 de setiembre. Según dicho acuerdo, la fecha exacta de la reunión sería fijada en un encuentro de todos los jefes de la OLP -los miembros del Comité Ejecutivo, la Presidencia del CNP y los Secretarios Generales de las organizaciones- en cuyo marco también se amplia ría y aclararía el Acuerdo de ADEN para convertirlo en un documento de un nuevo consenso organizacional y político.

SECRET

another factor. For the moment, terrorists seem inclined to stick with conventional methods which are simpler and cheaper but still offer a sufficient means of achieving their ends.

7. The present threat of NBC terrorism therefore appears to be low. But it is not possible to be sure that terrorist plans for the use of NBC materials at some point in the future would be detected. The threat of such use for the purposes of extortion (a more likely scenario than a calculated attempt to inflict mass casualties) could be expected to cause public panic and attract extensive media attention. In this context, it would not be necessary for the terrorists to acquire large quantities of materials (or perhaps any at all); the increasing availability of such materials would make a blackmail threat or hoax impossible to dismiss and lend it considerable coercive power. One successful episode of this kind could perhaps encourage other groups to revise their intentions, thereby leading to a considerably increased risk of similar action.

06-06

9500914.

SECRET

072

Informe N° 47825

12 de noviembre de 1984

Asunto : O . L . P . / Informe semanal

(30 de octubre - 6 de noviembre de 1984)


JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LA EF AA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de entrada 28/12/84
Fecha de salida
Pasa a Pol Int.
N° de identificación 9003/84

1.. Tampoco durante la última semana se registró un progreso en los contactos entre los diversos factores de la OLP en lo referente a la reunión del Consejo Nacional Palestino. La presencia en ARGELIA de representantes de todas las corrientes (Fatah, Alianza Democrática y Alianza Nacional), con motivo de los festejos del aniversario de la independencia de ese país, y las conversaciones que se desarrollaron entre el Fatah y la Alianza Democrática, y entre ésta y la Alianza Nacional, no condujeron a ningún cambio. Sin embargo, parecería que en esta oportunidad ARGELIA le aclaró nuevamente al Fatah que no estaba dispuesta a albergar en su territorio una reunión del CNP en la que no participaran todas las organizaciones, con lo cual puso punto final a la "opción argelina" para la reunión del CNP. Ante esta situación, portavoces del bando de ARAFAT continúan mencionando a IRAK y JORDANIA como lugares potenciales para realizar la reunión y van en aumento las informaciones que citan a AMMAN como el lugar preferido. Al parecer, la cuestión fue discutida en la sesión del Comité Central del Fatah realizada en TUNEZ (4 de noviembre), mas no se adoptó ninguna resolución. Parecería también que una delegación del Fatah está por viajar a JORDANIA durante la semana próxima, para discutir el asunto con las autoridades de ese país.

2. La posición de JORDANIA con respecto a la reunión del CNP en su territorio no es suficientemente clara aún. A través de manifestaciones de personalidades jordanas, se deduce que JORDANIA está dispuesta a albergar el CNP si no se encuentra otro lugar para la reunión, a fin de conservar la "independencia de decisión" de la organización. Según ellas, los jordanos no hablan explícitamente de poner condiciones políticas previas a la reunión, mas estimamos que cuando se vea que JORDANIA quedó como única opción para la reunión del CNP, va a exigir alguna retribución política.

3. Dada la actividad del Fatah tocante a JORDANIA, el Frente Democrático publicó una declaración exhortando a un diálogo de todos los integrantes de la OLP en ARGELIA y rechazando intentos de cualquiera de las partes para fijar fecha y lugar de la reunión del CNP sin tomar en cuenta la opinión de las otras partes que suscribieran el Acuerdo de ADEN. Al respecto, parecería que no tuvo éxito el intento de la Alianza Democrática, de convocar a las instituciones de la OLP -el Comité Ejecutivo y el Consejo Central-, que fue rechazado por el Fatah y quizás también por la Alianza Nacional.

Nº. DOCUMENTO	9500915
TITULO	El IRA amenaza con no dejar las armas
PROCEDENCIA	150024
FECHA DE PROCEDENCIA	01-11-84
VINCULACIONES	11213 502528 66196 514711



**"SI NO AVANZAN LAS NEGOCIACIONES DE PAZ, VOLVERA LA VIOLENCIA A IRLANDA"**

# El IRA amenaza con no dejar las armas

LONDRES, 31 (Por María Laura Avignolo, especial para Clarín). - Gerry Adams, líder del "Sinn Fein" -brazo político del "Ejército Republicano Irlandés"-, advirtió que "el IRA no se desarmará unilateralmente antes que avancen las conversaciones", la última exigencia del premier John Major para sentarse en la mesa de las negociaciones.

Adams sostuvo que el IRA no destruirá las armas si los paramilitares protestantes no hacen lo mismo.

"Todas las armas de todos los grupos deberán ser decomisadas. Pero no será unilateral", sostuvo.

La tensión entre Londres y el gobierno de Dublín se ha incrementado después que el gabinete conservador puso este nuevo obstáculo antes de avanzar en la marcha hacia la paz, después del alto al fuego unilateral que declaró el IRA.

Ninguno de los dos gobiernos quiere admitir públicamente que el desarme del

IRA es la condición para el nuevo paso. Con los ojos puestos en su frente interno que resiste cualquier cambio brusco, el premier John Major dijo públicamente que quiere asegurarse que los detonadores y el stock del explosivo "Semtex" usado por el IRA "están fuera de circulación".

La estrategia del desarme unilateral del IRA es la herramienta que está usando Gran Bretaña, después de ser forzada a aceptar una alta velocidad en el proceso de paz en Irlanda del Norte por las presiones de la administración Clinton, el gobierno irlandés de Albert Reynolds y el aplauso de la comunidad internacional a la aceleración pacificadora.

Las precondiciones de Major son la respuesta a las presiones de los unionistas protestantes de Irlanda del Norte, que exigen ser cautelosos y no permitir que el gobierno de Irlanda imponga su "timing" en el proceso de paz.

Martin McGuinness, jefe del IRA y nú-

mero dos del "Sinn Fein", advirtió en su primera visita a Gran Bretaña en 20 años la semana pasada que "volvería la violencia" si Major "sigue demorando las negociaciones por la paz y no se discute el status de Irlanda del Norte". Los republicanos irlandeses exigen una Irlanda unida y separada del Reino Unido. Una posibilidad que los protestantes rechazan y que, formalmente, el gobierno británico comparte.

El más que determinado McGuinness advirtió que su partido conversará con el gobierno británico "en dos o tres semanas".

Con humor, McGuinness rechazó las acusaciones del "Royal Ulster Constabulary" (la policía de Irlanda del Norte) que enmascarados armados del IRA cortaban las calles del barrio católico en Londonderry.

"Deben ser disfrazados yendo a la fiesta de Halloween" dijo.

El gobierno irlandés está decidido a apremiar a los británicos. Está listo para liberar a la mitad de los prisioneros políticos del "Ejército Republicano Irlandés" (IRA), detenidos en cárceles de su país, como respuesta al alto al fuego.

El "Sinn Fein", que reclama la liberación de todos los prisioneros, dijo que 54 hombres y una mujer están alojados en cárceles irlandesas. Diez de ellos cumplirán sus condenas el año próximo y 24 en 1986.

La ministra de Justicia irlandesa, Maire Geoghegan, aseguró que algunos prisioneros del IRA no cumplirán en su totalidad las condenas. Pero la oposición irlandesa cree que no es tiempo oportuno de hablar de la liberación de presos.

"No puede hablarse de liberación cuando aún no han entregado ni las armas ni el Semtex", sostuvo Gay Mitchell, en el opositor Fine Gael.

01-07

9500915.

Protagonista: PARAGUAY

FECHA	TIPO DE VIOLENCIA	ACTO REALIZADO	RESULTADO OBTENIDO	OBSERVACIONES
AME73	Subversión	Misión de la Amistad - realización de un congreso donde se adopta una postura revolucionaria.		La Misión, es una organización religiosa jesuita y se halla involucrada en la lucha campesina paraguaya.
MAR73	Subversión	Misión de la Amistad - plan para la toma del poder con entrenamiento y financiación del ERP.		El Gobierno desbarató el plan y expulsó del país a 3 sacerdotes Jesuitas por regular actividades ilícitas y detuvo a otros 3. Con fecha 07ABR73 se difundió un comunicado relacionando con una organización terrorista cuyo líder era el padre SAN MARTIN, jesuita que había abandonado el país.
24NOV74	Subversión	S/Ident. Plan terrorista para atacar contra la vida del Presidente SROSENBER y otros altos funcionarios del Estado.		
19MAR76	Subversión	S/Ident. Un soldado de la escolta presidencial es acusado de intentar eliminar al Presidente.		Las Fuerzas Armadas procedieron a su detención.
31MAR76 30JUN76	Subversión	Comunismo Internacional y la Junta Coordinadora Revolucionaria (JCR) con elementos subversivos		El movimiento tenía relaciones con sacerdotes jesuitas españoles y franceses de ideología marxista

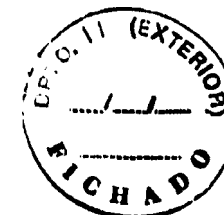
11-78

94

Nº. DOCUMENTO 9500916  
TITULO Atentado con bomba en BAGDAD.  
PROCEDENCIA 10-10  
FECHA DE RECEPCIÓN 04-11-74  
VINCULACIONES 17213  
505596

ENTRADO NZ  
CRUZADO NZ

# Irak: otro atentado con bomba



NICOSIA, 3 (ANSA).- Una bomba estalló esta mañana en el centro de Bagdad destruyendo una estación de servicio en la zona del mercado central de la capital iraquí.

Lo informó en un comunicado transmitido hoy vía fax a la oficina de la agencia noticiosa ANSA, de Nicosia, la Iraqi Broadcasting Corporation (IBC), uno de los varios grupos de la oposición al régimen de Saddam Hussein.

Según el comunicado, el artefacto estalló a las 8.30, hora local, y provocó el incendio del combustible de la estación de servicio de al-Mansur.

Inicialmente no se tenían noticias de víctimas o heridos, pero según la IBC unidades del servicio de seguridad del gobierno bloquearon todas las calles de acceso a la zona e iniciaron la búsqueda de los responsables del atentado.

El domingo pasado una bomba estalló en una iglesia católica de rito caldeo, matando al sacristán -que la había encontrado y llevado fuera del edificio- y a tres policías que estaban tratando de desactivarla.

Los atentados con explosivos se han convertido en un hecho casi habitual en Irak, especialmente en la

capital y en las provincias del norte, donde la minoría kurda procura su independencia. El gobierno de

Hussein no brinda habitualmente información sobre estos hechos, que han provocado en el país un

inocultable clima de tensión. La mayor parte de los atentados han provocado

víctimas, estimándose que solo este año han muerto a raíz de ellos más de cien personas.

## Explosiones en Bagdad

BAGDAD, 12 (AFP).- Un hombre murió y tres escolares resultaron heridos hoy en Bagdad al estallar dos bombas, indicaron medios de prensa oficiales.

Un artefacto compuesto por entre dos y tres kilos de material explosivo estalló cerca del hotel Bagdad, dejando un muerto, probablemente el autor del atentado.

Tres escolares resultaron heridos en el barrio de Ur al explotar otra bomba, señaló la agencia INA sin más precisiones.

El 30 de octubre último, cuatro personas murieron al estallar una bomba que la policía intentaba desactivar a la entrada de una iglesia católica de la capital iraquí.

Un día después de esa explosión, el diario oficial Al Qadisiyah acusó a los servicios secretos israelíes, Mossad, de haber colocado la bomba.

9500916.

01-07

S E C R E T O

- 2 -

el Plan REAGAN, la normalización, el Plan de Desarrollo y la designación de Concejos Municipales y Rurales en los Territorios.

- e. En el plano organizacional - Todavía no hay detalles completos sobre la composición de las instituciones de la OLP. Al parecer, el nuevo Comité Ejecutivo tendrá 15 miembros e incluirá a tres representantes del Fatah, siete independientes y también un representante de cada una de las siguientes organizaciones: Frente Popular, Frente Democrático, Partido Comunista Palestino, Frente de Liberación Palestina/ABU ABBAS y el Frente de Liberación Árabe. Además, se informó sobre la formación de una Conducción Colectiva de cuatro miembros, que atenderá la actividad cotidiana de la organización. Su composición no está clara, y tampoco se sabe con certeza si fue creada prácticamente. Fue designado un nuevo Consejo Central (unos 75 miembros), que fue facultado para supervisar la actividad del Comité Ejecutivo y para suspender hasta un tercio de sus miembros que se desvíen de las resoluciones del CNP.

2. Las resoluciones del Consejo Nacional Palestino son el resultado de una transacción entre la conducción del Fatah y las organizaciones palestinas de izquierda, auspiciadas por la UNION SOVIETICA. El significado de las mismas es una reducción del dominio personal y del espacio de maniobras políticas de ARAFAT, mediante enmiendas organizacionales y resoluciones políticas claras, a cambio de una unificación parcial con las organizaciones de izquierda, un nuevo reconocimiento de su liderazgo por parte de éstas y de la URSS, así como un esfuerzo de ésta última para reconciliar a SIRIA con la OLP. Las concesiones hechas por ARAFAT provocaron también una crisis en sus relaciones con EGIPTO y se prevé que ocasionarán un examen egipcio-jordano de la cuestión de su intervención en el proceso político. El acercamiento de ARAFAT a las organizaciones de izquierda en el bando palestino, así como los contactos que mantuviera en vísperas del CNP con la organización de ABU NIHAL y durante el Consejo mismo con ABU EL-ABBAS, atentan contra su imagen en el escenario internacional como factor palestino relativamente moderado. También resultaron dañadas las relaciones del Fatah con MARRUECOS (véase más adelante), como consecuencia de la participación del Polisario en el CNP.

3. Los cambios organizacionales en la OLP, incluso la participación del Frente Popular y el Frente Democrático en la Secretaría General, debilitan aparentemente el dominio de ARAFAT en la organización. También los miembros del Comité Central del Fatah tienen interés en limitar las atribuciones de ARAFAT para que dependa más de ellos. Sin embargo, todavía no se ve claramente cómo habrán de afianzarse y aplicarse las facultades de la Conducción

8704518.<sup>/3</sup>



Nº. DOCUMENTO 9500917  
 TITULO Salvando libertades para el ira.  
 PROCEDENCIA 50014  
 FECHA DE RECEPCIÓN 08-11-84  
 VINCULACIONES 11213-  
502529-  
66196-  
514211-

# **IRLANDA LIBERA PRESOS DEL IRA**

El Gobierno irlandés tiene previsto poner en libertad a un número no especificado de presos del Ejército Republicano Irlandés (IRA) que cumplen condena en ese país, según anunció ayer lunes, la ministra de Justicia, Maire Geoghegan-Quinn. La puesta en libertad de dichos presos podría llevarse a cabo la próxima Navidad, aunque el número concreto no fue determinado por Geoghegan-Quinn, quien afirmó que «todavía no he tomado una decisión final». Alrededor de 50 presos del IRA cumplen condena en cárceles irlandesas en la actualidad y su puesta en libertad es una de las principales solicitudes formuladas por esa organización terrorista, que declaró un alto el fuego el pasado 31 de agosto.

El Gobierno irlandés no difundió ningún comunicado al respecto y esta ministra efectuó dicho anuncio al responder a una pregunta formulada por un periodista, indicaron fuentes oficiales de Dublín. 8-11-84 foto



ENTRADO 12  
 CRUZADO 42

9500917.

secret

-5-

K U W A I T

Shiite demonstration

13. At the conclusion of the "Ashura" celebrations (28 October), Shiites and Iranians living in Kuwait staged a pro-Khomeini demonstration. The police dispersed the demonstrators with tear gas and arrested some of them. The Kuwaiti deputy foreign minister submitted an official complaint to the Iranian ambassador about the religious holidays being exploited for political ends, adding that any recurrence of such incidents would harm the relations between the two countries. The Iranian ambassador, who protested against the arrests, pointed out in an interview to the media that agents provocateurs, whose aim was to stir up riots in the area, had been involved, thus apparently trying to eliminate the possibility of any Iranian involvement. However, the demonstration was probably instigated by the Iranians as part of the propaganda activity for the export of the Islamic revolution to the Gulf. The efficiency with which the Kuwaiti security forces suppressed the demonstration is an indication that they apparently had prior knowledge of it, as a result of the stricter surveillance over Shiites and Iranians in the emirate.

O M A N—P D R Y

Normalization agreement

14. On 27 October the foreign ministers of Oman and PDRY signed an agreement for the normalization of relations between the two countries. It was announced that details of the agreement would be published in mid-November during the summit conference of the GCC states which sponsored the agreements.

O A U

Convening of summit

15. The Polisario announced on 30 October that it was prepared not to participate in the 13th OAU summit conference in Tripoli in order to make its convening possible. It will be recalled that the disputes over Polisario's participation in the summit and its standing in the OAU were the main reason for not convening the summit on its original date (August of this year), and it seems that the Polisario's announcement will now make it possible to convene the summit, maybe already on 23 November.

secret

Nº. DOCUMENTO *9500918*  
TÍTULO *Explosión en Teherán.*  
PROCESO *150487*  
FECHA DE *09-11-94*  
VINCULACIÓN *MP47*  
*507596*  
*507597*

ENTRADO *NZ*  
CRUZADO *NZ*



#### ***Explosiones en Teherán***

Nicosia - Tres personas murieron y varias resultaron heridas al estallar dos bombas en concurridos barrios sureños de la capital iraní. El gobierno y el grupo rebelde pro iraquí Mujadín Jalk se culparon mutuamente dijo la agencia oficial iraní IRNA. Las explosiones representan el tercer ataque dinamitero callejero en Teherán en lo que va del año. (AP)

9500918.

01-01

S E C R E T O

052

Informe N°: 5650

Fecha : 12 de agosto de 1984

Asunto : O . L . P .

*FICHAR*

1. Los esfuerzos para solucionar la crisis interna en la OLP se encuentran en un callejón sin salida, y cada una de las partes se aferra a sus posiciones: la "Alianza Nacional" exige la destitución de ARAFAT como condición para la reunión del Consejo Nacional Palestino, y la "Alianza Democrática" insiste en que el status de ARAFAT sea determinado en una reunión de las instituciones legales de la OLP, es decir, del Consejo Nacional Palestino. La reunión de la plana mayor de la OLP y los Secretarios Generales de las organizaciones que debía llevarse a cabo como etapa previa a la convocación del CNP, no se realizó porque la "Alianza Democrática" y la "Alianza Nacional" no llegaron a un entendimiento.

2. En este momento, el que promueve la principal actividad es el Fatah, que trata de arribar a un diálogo con SIRIA. El Comité Central del Fatah se reunió en TUNEZ (con interrupciones, desde el 29 de julio hasta el 5 de agosto; parte de las sesiones fueron presididas por ARAFAT) y anunció su adhesión a todos los temas políticos y organizacionales del Acuerdo de ADEN. El diálogo con JORDANIA fue descrito por el Comité Central como un esfuerzo para estrechar las relaciones bilaterales, respondiendo a quienes lo critican -principalmente a SIRIA- que las manifestaciones de ARAFAT sobre el tema de la confederación con JORDANIA no constituyen una desviación del Acuerdo de ADEN. Además, portavoces del Fatah (ABU AYAD, KADUMI y KHALED EL-HASSAN) exhortaron a reforzar los vínculos con SIRIA e incluso a crear un eje jordano-OLP-sirio. El Comité Ejecutivo de la OLP, que se reuniera en TUNEZ (31 de julio) presidido por ARAFAT y en ausencia de los representantes de la "Alianza Nacional", incluso designó una delegación para mantener contactos con SIRIA y con las organizaciones de la "Alianza Nacional". La delegación está integrada por KHALED EL-FAHUM, AHMED SIDKI EL-DAJANI y HAMED ABU-SATA, que son representantes independientes en el Comité Ejecutivo (los dos últimos se cuentan entre los partidarios de ARAFAT).

3. Paralelamente (1º de agosto) en ARGELIA se realizó por primera vez un encuentro de dirigentes del Comité Central del Fatah con NAIF HAWATMA y GEORGE HABBASH. Los resultados de esta reunión no son claros y es posible que haya influido sobre ellos la presión que ejerce SIRIA sobre la "Alianza Democrática" para que modifique su actitud con respecto a ARAFAT. Sea como fuere, se fijó un nuevo encuentro entre el Fatah y la "Alianza Democrática", a realizarse el 15 de agosto (entretanto HAWATMA viajó a DAMASCO y el 4 de agosto se entrevistó con KHADDAM, junto con ABU ALI MUSTAFA, segundo de HABBASH).

Nº DOCUMENTO 9500919  
 TÍTULO Atentado en Sri Lanka  
 PROCEDENCIA 150023  
 FECHA DE RECEPCIÓN 10-11-84  
 VINCULACIONES 17213  
502662  
525532  
17900



ENTRADO 12  
 CRUZADO 18

## Elecciones en medio de la violencia **Dos viudas se disputan un sillón presidencial**

Colombo (AFP)

■ Los separatistas tameses golpearon nuevamente este miércoles en Sri Lanka, en ocasión de las elecciones presidenciales, disputadas por dos viudas y marcadas por una serie de incidentes que costaron la vida a cinco personas. Los guerrilleros separa-

tistas de los Tigres de Liberación del Eelam Tamul (LTTE) atacaron con mortero un campo militar en el norte del país, matando a cuatro soldados, entre ellos un oficial. El martes intentaron en vano hacer estallar un barco srilankés, en la misma región. Las autoridades decretaron un toque de queda sobre el

conjunto del país, desde las 23.00 locales, para prevenir las violencias poselectorales. Al término del voto a finales de la tarde, la policía indicó que se habían reportado unos cien incidentes entre partidarios del gobierno y de la oposición, que dejaron al menos cinco muertos. "El toque de queda busca impedir que los incidentes degeneren en combates de calle", declaró un vocero militar. La primera ministra, Chandrika Kumaratunga, líder de la Alianza del Pueblo (PA, izquierda), que venció en las elecciones legislativas de agosto pasado y la candidata con mayores posibilidades de conquistar la presidencia, llamó a la población a mantener la calma, en una intervención por la radio. Se enfrenta a otra viuda, Srma Dissanayake, que retomó la bandera de su marido, Gamini Dissanayake, muerto en el sangriento atentado del 24 de octubre pasado, que causó la muerte de 58 personas. Una nueva víctima sucumbió a sus heridas este miércoles. El esposo de Chandrika Kumaratunga cayó bajo las balas de asesinos en 1988. Los



Un integrante de los organismos electorales lleva una urna en las elecciones de Sri Lanka, bajo estrictas medidas de seguridad. (Telafoto de AFP)

ataques de los Tigres no facilitan la tarea de Chandrika Kumaratunga, que había iniciado negociaciones de paz con los separatistas, para intentar poner fin a la violencia política que agita esta isla del Océano Índico desde hace 16 años. Kumaratunga había suspendido las negociaciones, tras el atentado del 24 de octubre, que fue atribuido a los Tigres. Según los analistas, la victoria

de Chandrika, como la llaman los habitantes de la isla, sobre su adversaria en la elección del miércoles, no será aplastante, debido justamente a las nubes que pesan sobre el proceso de paz. Srma Dissanayake, una abogada de 51 años que hasta ahora no había ocupado funciones políticas de primer plano, ha criticado las iniciativas de paz del gobierno, y llamó a los elec-

tores a que conviertan la consulta en un referéndum sobre las negociaciones con los Tigres. Con excepción de algunos puntos controlados por el ejército, no se votó en la península de Jaffna, bajo control del LTTE. La mayor parte de la minoría tamil, que cuenta unas 2 millones de personas, de los 17 millones de srilankeses, vive en esta región.



01-07

9500919.

S E C R E T O

- 2 -

RPDY.

EL "FRENTE DE LIBERACION DE PALESTINA" ( FLP )

4. DURANTE LA SEMANA PASADA LLEGO A LA RPDY EL SECRETARIO-GENERAL DEL FLP, TALA'AT YA'AQUB. RECORDEMOS QUE DESDE MESES ATRAS EXISTE EN EL FLP UNA TRIPLE DIVISION ENTRE UNA FACCIÓN ENCABEZADA POR ABU-ABBASS Y QUE APOYA A ARAFAT, OTRA FACCIÓN LIDERADA POR ABDUL-FATAH GHANEM QUE GOZA DEL RESPALDO DE SIRIA Y DE LOS REBELDES DE AL-FATAH, Y UNA TERCERA FACCIÓN, CON YA'AQUB AL FRENTE, QUE SE APOYA EN FPLP Y EL FPDLP. LA LLEGADA DE YA'AQUB A LA RPDY PARECE ESTAR LIGADA CON LA VISITA DE HABASH Y HAWATME A ESTE PAIS Y CON LOS INTENTOS DE YA'AQUB DE LLEGAR A UN ENTENDIMIENTO CON LA FACCIÓN DE ABU-ABBASS. DE LOGRARSE ESTE ENTENDIMIENTO ES DE SUPONER QUE EL FLP SE ALINEARIA CON EL FPLP, EL FPDLP Y EL PARTIDO COMUNISTA PALESTINO, CONTRA ARAFAT.

SE POSTERGA CONFERENCIA DE APOYO AL PUEBLO PALESTINO

5. POR PEDIDO DE ARAFAT, RESOLVIO LA ' COMISION EGIPCIA PRO AFRICA Y ASIA' APLAZAR LA CONVOCACION DE 'LA CONFERENCIA DE APOYO AL PUEBLO PALESTINO', QUE DEBIA INAUGURARSE EN EL CAIRO EL DIA 30 DE MARZO SEGUN LO INFORMADO SE REUNIRIA ESTA CONFERENCIA "DESPUES DEL CNP", PARA PERMITIR A LAS DIFERENTES FACCIÓNES DE LA OLP PARTICIPAR EN LA CONFERENCIA EN FORMA UNIFICADA. ESTE PEDIDO DE POSTERGACION DE ARAFAT PARECE ESTAR MOTIVADO POR LAS DIFICULTADES INTERNAS QUE ENCUENTRA, Y POR LA OPOSICION QUE MANIFIESTAN SUS PARTIDARIOS A UNA NUEVA VISITA A EGIPTO.

Nº. DOCUMENTO

9500920

TÍTULO

Tensión en la frontera entre Irán e Irak

PROCEDENCIA

15-223

FECHA DE PROCEDENCIA

10-11-84

VINCULACIONES

11213 -

507596 -

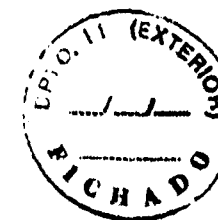
502592 -

ENTRADO

CRUZADO

12

18



Incursiones aéreas iraníes contra bases opositoras a su régimen, instaladas en territorio iraquí, provocan una situación alarmante 10-11-84 10 Ro

## Sube la tensión en la frontera entre Irán e Irak

● El presidente iraní Akbar Hashemi Rafsanjani comenzó una inspección en la zona de Kermanshah

La tensión volvió subir en la frontera noroccidental de Irak con Irán a raíz de ataques con misiles e incursiones aéreas iraníes contra bases de opositores a su régimen instalados en territorio iraquí

Nicosia (ANSA)

■ La situación en la región se complicó apenas un mes después de la crisis que habían provocado los movimientos militares iraquíes en la frontera, esta vez, con Kuwait y que se superó con el envío de tropas estadounidenses al Golfo.

Ayer cuatro aviones caza iraníes bombardearon por la mañana local una base del Partido Democrático del Kurdistán Iraní (KDPI) en Koi Sankaq (norte de Irak), dentro de la zona de exclusión aérea creada después del fin de la Guerra del Golfo por la alianza militar occidental para proteger a los kurdos de

las incursiones aéreas iraquíes.

Según fuentes del KDPI, en el bombardeo -el primero desde julio de 1993- murió una mujer residente en las cercanías de la base y resultaron heridos tres guerrilleros.

Otras fuentes de la oposición al régimen de Teherán confirmaron sólo que desde la mañana -como dijo también la agencia oficial IRNA recibida en Chipre- el presidente iraní, Akbar Hashemi Rafsanjani, comenzó una inspección de cinco días en la zona de Kermanshah, en la frontera con Irak.

El objetivo de la visita de Rafsanjani, según IRNA, es examinar la obra de

reconstrucción en el área después de los graves daños causados por la guerra con Irak (1980-1988).

En cambio, según los opositores Rafsanjani se encuentra en Kermanshah «para verificar el estado de las fuerzas militares del régimen en esta región de confín donde se está preparando una serie de operaciones bélicas a lo largo de toda la frontera entre Irán e Irak», las dos potencias regionales.

IRNA había informado en un primer momento que el ataque se lanzó contra una base de los Mujaidines del Pueblo, el principal grupo de oposición al régimen de Teherán, en respuesta a sus «recientes acciones terroristas» en Irán.

El mismo argumento ofreció la agencia oficial después de que -en la noche del sábado- tres misiles Scud B lanzados desde igual número de posiciones

en Irán habían caído en el campo de Ashraf, la mayor base de los Mujaidines en Irak, a 80 kilómetros de la frontera iraní y a sólo 64 kilómetros al norte de Bagdad.

Después el ataque misilístico, el gobierno iraquí había presentado una «viva protesta» ante la ONU afirmando que se «reservaba el derecho de defenderse de esta agresión iraní con los medios adecuados y en el momento oportuno».

Sucesivamente IRNA -sin citar por nombre el grupo de los «contrarrevolucionarios» atacados por los aviones iraníes- dijo que los aviones caza, después de atacar «el cuartel general, un depósito de municiones y un centro de reunión» habían vuelto indemnes a sus bases. Un vocero de los Mujaidines -en un llamado a la oficina ANSA de Nicosia- condenó el ataque contra el cuartel

general del KDPI afirmando que los cazas iraníes lo han bombardeado después de haber tratado de atacar una base, cuyas baterías antiaéreas ya estaban en estado de alerta.

El régimen iraní acusó además a los Mujaidines de haber hecho estallar dos bombas en Teherán que casaron dos muertos. Los opositores negaron toda responsabilidad y afirmaron que las bombas habían sido colocadas por agentes del régimen para desacreditar a los Mujaidines y justificar nuevos ataques contra ellos.

«El silencio del Consejo de Seguridad de la ONU, y en particular de Estados Unidos y de Europa -dijo a ANSA el vocero de los Mujaidines- después del ataque lanzado contra nosotros con los misiles Scud-B, que son armas para la destrucción masiva que Irán no usaba desde los tiempos de la guerra con Irak, ha dado al régimen de los mullah amplia libertad de llevar a cabo todo tipo de agresiones y operaciones de guerra».

01-01

9500920.



SECRET O

- 4 -

9. EN EL MARCO DE LA AYUDA DE BAGDAD, DURANTE 1979-1983 LA OLP RECIBIO MAS DE 100 MILLONES DE DOLARES, EN TANTO QUE LOS COMPROMISOS IRAQUIES CON LA OLP PARA 1981 TOTALIZARON ALREDEDOR DE 37 MILLONES DE DOLARES. ADEMÁS, IRAK ENTREGA A LAS DIVERSAS ORGANIZACIONES DE RECHAZO UNA AYUDA DE 15-20 MILLONES DE DOLARES POR AÑO.

ADJ.

SECRET O

Nº. DOCUMENTO 9500921  
 TITULO El ira mata a un cartero  
 PROCEDENCIA 150023  
 FECHA DE RECEPCIÓN 11-11-84  
 VINCULACIONES 11217 -  
502529 -  
66146 -  
519211 -

ENTRADO Nº  
 CRUZ DO Nº

## Dudas sobre proceso de paz en Ulster IRA mata a un cartero

L. R. 11/11

Dublin (ANSA)

■ El asesinato de un funcionario postal durante un asalto, atribuido a militantes del Ejército Republicano Irlandés (IRA), arrojó una sombra de duda sobre el futuro del proceso de paz en Ulster, la región del noreste de Irlanda aún bajo control del Reino Unido.

El episodio de violencia —el primero de ese calibre desde que el IRA decretó una tregua unilateral el pasado 1 de setiembre— llevó al gobierno de Dublín a suspender la liberación de nueve militantes republicanos, prevista para ayer.

El asesinato tuvo lugar en Newry, localidad de Ulster a unos 40 kilómetros al sur de Belfast, cerca de la frontera con Eire, durante una tentativa de atraco, siendo la víctima un trabajador del ministerio de Correos.

En relación con el asesinato, la policía arrestó a dos hombres y busca a otro. Según fuentes policiales, los dos detenidos pertenecen a familias vinculadas con sectores republicanos extremistas.

Pero Pat Doherty, vicepresidente del Sinn Féin, el partido considerado el brazo político del IRA, dijo por su parte que "la muerte del funcionario postal en Newry es una tragedia, que se vuelve aún más intensa teniendo en cuenta el momento en que ocurrió, pero insistimos en que no hay que sacar conclusiones apresuradas a partir de los hechos".

Aún así, el ministro irlandés de Justicia, Maire Geoghegan-Quinn, de acuerdo con el premier Albert Reynolds, anunció esta mañana que la liberación de 9 de los 56 militantes del IRA encarcelados en Eire, prevista para antes de la Navidad, fue aplazada hasta nuevo aviso.

Entre los nueve militantes del IRA que debían ser liberados no figura Thomas McMahon, condenado a cadena perpetua por el asesinato del conde de Mountbatten, tío del príncipe Carlos, que murió al estallar el buque en aguas irlandesas en 1979.

Días atrás se habló de la liberación de McMahon, lo que causó nerviosismo en los círculos gubernamentales británicos.

Siete de los nueve detenidos en cuestión cumplen penas oscilantes entre los tres y los nueve años de prisión por varios delitos, entre ellos la posesión ilegal de armas y el atraco a mano armada.

Sólo dos cometieron delitos de sangre, pero prácticamente ya terminaron de pagar la pena.

Aunque no pusiera en causa el mando central del IRA, el asalto a la oficina postal de Newry demuestra los límites inevitables de las mutuas treguas proclamadas desde setiembre por los paramilitares republicanos y sus adversarios unionistas (favorables al mantenimiento de Ulster en el Reino Unido).

Los respectivos ceses del fuego fueron proclamados en respuesta a un plan de paz para el futuro de los seis condados de Irlanda del Norte, lanzado por el premier Reynolds y su homólogo británico, John Major, en diciembre del año pasado en Downing Street, que prevé negociaciones en las que podrá participar toda facción que renuncie a la violencia.

Aunque la tregua hasta ahora parece haber sido respetada por todos, los acontecimientos de hoy demuestran la existencia de dos cuestiones que siguen provocando divergencias de peso y que podrían crear nuevos riesgos para la paz en el futuro.

Una es la cuestión de los presos del IRA (de los que hay unos 1.000 en Gran Bretaña), que según el Sinn Féin es "el problema prioritario".

La otra es el arsenal del IRA y de los grupos protestantes unionistas, armas que —una vez terminada la guerra civil— podrían ser utilizadas para simples ataques criminales.



9500921.

ADUNTO: Delegación argelina en VENEZUELA.

Una delegación argelina, bajo la cobertura de un equipo de televisión se encuentra en VENEZUELA y se dirigirá a otros países de América Latina, para tomar contacto con los movimientos de liberación locales. Esta delegación se halla compuesta por las siguientes personas:

- Kamel BENDJOURI
- Osman HAMID
- Hassan BOUALLEM

08 ABR 78

Nº. DOCUMENTO 9500922  
 TÍTULO El IRA prohíbe el uso de las armas  
 PROCEDENCIA 150090  
 FECHA DE PROCEDENCIA 12-11-74  
 VINCULACIONES 17217  
50529  
66196  
514711

ENTRADO 112  
 CRUZADO 12



## IRA prohibió uso de armas

Belfast (AFP)

■ El Ejército Republicano Irlandés (IRA) anunció este sábado que había prohibido a todos sus miembros el uso de armas desde el pasado 31 de agosto, fecha en que anunció un alto el fuego, y ordenó una investigación sobre las circunstancias de un atraco sangriento perpetrado hace dos días en el Ulster.

"El cese de las operaciones militares es total", lo que implica la prohibición de usar armas de todo tipo, indica el IRA en un comunicado. "La dirección del IRA no dio jamás permiso de utilizar un arma desde el 31 de agosto", añade el texto que recuerda "el compromiso" de la organización en "el proceso de paz".

Esta puntualización del IRA tiene lugar 48 horas después del asesinato de un cartero de 54 años durante un asalto en Newry, ciudad del sur del Ulster, por tres hombres que la policía sospecha que pertenecen a la organización republicana.

## Afirmó el IRA que respetará el cese del fuego

**Primer incidente:** a pesar de que presuntos guerrilleros mataron a una persona, la agrupación dijo que mantiene intacto el acuerdo de paz.

DUBLIN, 11 (Reuter).— El experimento de paz de Irlanda del Norte enfrenta hoy su primera gran prueba luego de que presuntos pistoleros del IRA mataron a balazos a un empleado postal en el primer incidente fatal desde que el grupo anunció un cese del fuego hace 10 semanas.

El Ejército Republicano Irlandés rápidamente se distanció del tiroteo y dijo que su cese del fuego del 1º de septiembre permanecía intacto, luego de que algunos políticos acusaron a sus guerrilleros de estar involucrados en el asesinato.

"Fue una operación del IRA, haya sido aprobada o no por aquellos que se dicen sus líderes", dijo Seamus Mallon, del moderado Partido Social Democrático y Laborista.

Mallon respondió así a especulaciones de que el asesinato pudo haber sido efectuado por pistoleros disidentes del IRA.

El empleado postal, Frank Kerr, pereció en el hospital poco después de recibir disparos en la cabeza y en el cuello por parte de tres hombres que intentaron entrar en la Oficina de Correos de Newry y robar dinero en efectivo y bonos.

### Postura del gobierno irlandés

El gobierno irlandés dijo que el asesinato en Newry, a unos 60 kilómetros al sur de Belfast, no descarrilaría un intento angloirlandés por poner fin a los 25 años de conflicto.

"Todos nosotros, el gobierno irlandés, el británico, los ciudadanos ordinarios, hemos invertido demasiado en ello para permitir que un incidente como éste arruine el cese del fuego o el proceso de paz", dijo tras una reunión de gabinete la ministra de Justicia Maire Geoghegan-Quinn.

Pero indicó que rescindió una orden de liberar a nueve prisioneros del IRA debido a que recibió información de que dos de los hombres involucrados en el asesinato último eran miembros del IRA.

El primero de los prisioneros debió ser liberado hoy para recompensar a Sinn Féin por buscar negociaciones para poner fin a la campaña violenta de los rebeldes, que desean terminar con el dominio británico en Irlanda del Norte y fusionar esa provincia con la República de Irlanda.

La policía de Irlanda del Norte dijo que había arrestado a dos hombres y estaba en busca de un tercero.

Fuentes de seguridad señalaron que ambos detenidos eran miembros conocidos del IRA.

01-01

9500922

S E C R E T O

- 4 -

A ARAFAT TODAS SUS PREROGATIVAS HASTA LA PROXIMA SESION DEL CNP QUE TIENE LA AUTORIDAD COMO PARA DESTITUIRLE Y SANCIONARLE.

11. DE HECHO, EL ACTO DE ARAFAT VIENE HACIENDOLE EL JUEGO DE SIRIA YA QUE VA AGILIZANDO TANTO EN AL-FATAJ COMO EN LA OLP, PROCESOS INTERNOS QUE PODRIAN CULMINAR CON EL ALEJAMIENTO DEL MISMO. DESDE QUE SE INICIO LA REBELION EN AL-FATAJ HA BRINCADO SIRIA PARA DESHARCERSE DE ARAFAT MEDIANTE MOVIDAS INTERNAS, PERO SIN QUE ELLO OCASIONE ESCISIONES U OBLIGUE A UNA INTERVENCION DIRECTA DE SU PARTE. AL ADOPTAR AHORA LOS MIEMBROS DEL COMITE CENTRAL DE AL-FATAJ UNA POSICION NEGATIVA CON RESPECTO A LA GESTION DE ARAFAT, PODRIA SIRIA CONSIDERAR ALGUNOS GESTOS CONCILIATORIOS HACIA LOS LEALISTAS, ESPECIALMENTE SI ACEPTAN Oponerse a ARAFAT SIN TERGIVERSACIONES.

12. JORDANIA - LA PRIMERA REFERENCIA ABIERTA HECHA EN JORDANIA AL ENCUENTRO DE EL CAIRO, FUE LA DEL PRIMER MINISTRO, MUDAR BADRAN, EL DIA 26 DE DICIEMBRE. EN LA MISMA SE NOTO CIERTA CAUTELA, AFIRMANDO BADRAN QUE LA EVALUACION DE LA VISITA LE INCUMBE A ARAFAT YA QUE LA RESPONSABILIDAD ES TODA SUYA. AGREGO QUE SOBRE JORDANIA NO INFLUIAN AL RESPECTO LAS OPINIONES DE OTROS. EN LOS MEDIOS DE COMUNICACION JORDANOS SE NOTA UN APOYO ALGO CAUTELOSO, CON EXPRESIONES DE ESPERANZA DE QUE EL ACONTECIMIENTO TENDRIA CONTINUACION EN DIRECCION DE UN PROCESO POLITICO.

13. ARABIA SAUDITA - ACTO SEGUIDO AL ENCUENTRO ARAFAT-MUBARAQ, Y MIENTRAS A LO LARGO DEL PUERTO SAUDITA DE DJEDDA, SOBRE EL MAR ROJO, PASABA EL BAACO GRIEGO QUE LLEVABA A BORDO A ARAFAT, RUMBO A LA RAY, PUBLICABA EL GOBIERNO DE RYADH UNA DECLARACION SEMI-OFICIAL EL DIA 24 DE DICIEMBRE, DONDE AFIRMABA DE QUE LA OLP, REPRESENTANTE DEL LIDERAZGO PALESTINO, TENIA PLENA LIBERTAD DE TOMAR TODAS LAS DECISIONES QUE SE IMPONIAN PARA ASEGURAR "LA DEVOLUCION DE LOS DERECHOS DEL PUEBLO PALESTINO, LA CREACION DE SU ESTADO INDEPENDIENTE Y SU AUTO-DETERMINACION". AGREGABA LA DECLARACION QUE ARABIA SAUDITA ACEPTABA DE ANTEMANO TODA DECISION QUE SERIA TOMADA POR LA CONDUCCION DE LA OLP, SIGUIENDO CON SU AYUDA AL PUEBLO PALESTINO.

14. FALTA EN ESTA DECLARACION BIEN AMBIGUA UNA REFERENCIA DIRECTA AL ENCUANTRO ARAFAT-MUBARAQ, PERO EN LA MISMA SE PERFILO UNA INSINUACION DE CRITICA AL ACTO UN TANTO UNILATERAL DE ARAFAT. CON ESTA DECLARACION PARECE ESTAR RYADH ACLARANDO QUE NO APOYARIA ESTA ACCION DE ARAFAT MIENTRAS LA CONDUCCION DE LA OLP NO HAYA DADO SU VISTO BUENO A LA MISMA. TAMPOCO ES DE DESCARTAR LA POSIBILIDAD QUE LOS SAUDITAS SE HAYAN APRESURADO EN PUBLICAR LA DECLARACION PARA OBIVAR POSIBLES PRESIONES DE PARTE DE ARAFAT, EXIGIENDO SE CONCRETE UN ENCUENTRO CON EL REY FAHD, MIENTRAS VA NAVEGANDO SU BARCO A LO LARGO DE LA COSTA SAUDITA.

REACCION DE LA URSS

15. HASTA EL MOMENTO SE HAN CONFORMADO LOS MEDIOS DE COMUNICACION SOVIETICOS CON IMPARTIR LA INFORMACION SOBRE EL ENCUENTRO ARAFAT-MUBARAQ, CITANDO GENERALMENTE AGENCIAS NOTICIOSAS EXTRANJERAS. EN LOS INFORMES SE MENCIONAN EXPLICITAMENTE EL NOMBRE DE ARAFAT Y SU

NO. OCURRENTO 9500923  
 TITULO Tregua en Sri Lanka  
 PROCEDENDO 150023  
 FECHA DE P. O. 14-11-84  
 VINCULACIONES - 11213 -  
- 502662 -  
- 525532 -  
- 11900 -



ENTRADA NZ  
 CRUZADO NZ

## Rebeldes tamiles decretan tregua de una semana

LA 14-11

Colombo (AFP)

■ Los Tigres de Liberación del Estado Tamil (LTTE), separatistas del noreste de la isla, decretaron ayer domingo un alto el fuego unilateral de una semana con motivo de la investidura de la presidenta Chandrika Kumaratunga, anunciaron fuentes militares en Colombo.

Los rebeldes tamiles dieron a conocer esta decisión el sábado de noche por las ondas de su radio clandestina.

Kumaratunga, entonces primer ministro y candidata a la elección presidencial, había suspendido las discusiones de paz con los LTTE a causa de la presunta implicación de separatistas tamiles en el asesinato el mes pasado del jefe de la oposición, Gamini Dissanayake.

La marina captó una emisión de los rebeldes en la que indicaban que no atacarían las fuerzas del orden pero se reservaban el derecho de efectuar operaciones defensivas, precisaron las fuentes militares. El ministerio de Defensa no comentó esta información.

Kumaratunga, de 49 años, obtuvo una amplia victoria en la elección presidencial del pasado 9 de noviembre tras haber hecho campaña prometiendo concluir un acuerdo de paz con los rebeldes. Tras prestar juramento, se comprometió a poner fin a la violencia, estimando que los dos millones de votos que obtuvo constituirían un "mandato decisivo" de la mayoría cingalesa, como de la minoría tamil, para unir la nación dividida y poner fin a la lucha separatista que causó más de 30.000 víctimas desde 1972.

9500923

01 - 01

S E C R E T O

29 DE MARZO DE 1984

INFORME: U /2414

ASUNTO: LA CRISIS EN LA OLP - ACTUALIZADA  
AL DIA 27 DE MARZO, 1984

1. LA SESION DEL COMITE CENTRAL DE AL-FATAH, QUE DEBIA HABERSE REALIZADO EN TUNEZ EL DIA 24 DE MARZO, FUE APLAZADA POR EL MOMENTO HASTA PRINCIPIOS DE ABRIL: YA QUE PARTE DE LOS INTEGRANTES DEL COMITE SE ENCUENTRAN EN ESTOS MOMENTOS FUERA DE TUNEZ. EN LA SESION SE CONSIDERARIAN UNA SERIE DE CUESTIONES DE ORDEN ORGANIZACIONAL: LOS PORMENORES DE LA PROXIMA CONVOCACION DE LA 'QUINTA CONFERENCIA ECONOMICA' DE AL-FATAH; LA COMPOSICION DEL COMITE CENTRAL DE AL-FATAH Y LAS PREROGATIVAS DE SUS MIEMBROS; LOS INTENTOS DE AL-FATAH DE REORGANIZAR LAS "ASOCIACIONES POPULARES" Y COLOCAR A SUS ADEPTOS EN LAS CABECERAS DE LAS MISMAS, SI Y CUANDO SE EFECTUE LA SESION, HABRA, AL PARECER, UN ENFRENTAMIENTO ENTRE ARAFAT Y ABU-AYAD, A RAIZ DE LAS GESTIONES QUE TUVO ESTE ULTIMO CON SIRIA Y CON LOS FPLP Y FPDLP.

2. EN EL TRASCURSO DE LA SEMANA SE REUNIO ABU-AYAD EN TUNEZ CON DOS REPRESENTANTES DEL FPLP Y DEL FPDLP, Y DISCUTIO DEL 'PLAN DE TRABAJO' QUE PREPARO AL-FATAH COMO BASE PARA UN DIALOGO CON ESTAS DOS AGRUPACIONES. LOS ELEMENTOS FUNDAMENTALES DE ESTE PLAN SON EL APEGUE A "LAS RESOLUCIONES DE FEZ" Y LAS DECISIONES DEL CONSEJO NACIONAL PALESTINO (CNP); ACEPTACION DE LA DECLARACION CONJUNTA JORDANO-PALESTINA (PUBLICADA DESPUES DE LA ULTIMA VISITA DE ARAFAT A JORDANIA) COMO BASE PARA LOS NEXOS ENTRE LOS DOS FACTORES; REESTABLECIMIENTO DE LOS VINCULOS CON SIRIA, BASADOS EN LA NO-INTERVENCION DE SIRIA EN ASUNTOS DE LA OLP Y EN EL MANTENIMIENTO DE LA LIBERTAD DE LOS PALESTINOS EN LA TOMA DE DECISIONES; EL ACERCAMIENTO A EGIPTO EN MEDIDA QUE SE VAYA DISTANCIANDO ESTE PAIS DE SU POLITICA DE "CAMPO DAVID"; LA DISPOSICION A ACEPTAR A LOS REBELDES DE AL-FATAH COMO AGRUPACION INDEPENDIENTE EN EL MARCO DEL CNP. AHORA SE PROPONE CONVOCAR AL CNP HASTA MEDIADIOS DE ABRIL, 1984.

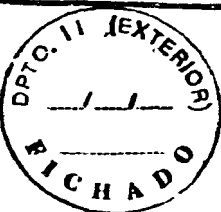
3. ACTO SEGUIDO A LOS CONTACTOS CON AL-FATAH, PUBLICO EL FPLP UNA DECLARACION RECHAZANDO DICHO "PLAN DE TRABAJO" COMO BASE PARA UN DIALOGO, POR CONSIDERAR QUE NO ASUME UNA POSICION CLARA CON RESPECTO A LA VISITA DE ARAFAT A EGIPTO Y QUE REFLEJA UNA "TENDENCIA DERECHISTA" TANTO EN EL ORDEN POLITICO (LAS RELACIONES CON JORDANIA Y EGIPTO) COMO EN LOS ASPECTOS ORGANIZACIONALES (CONVOCACION DEL CNP QUE CONDUCE A UNA ESCISION). EL DIA 24 DE MARZO SALIERON GEORGE HABASH Y NAYEF HAWATME RUMBO A LA RPDY, AL FRENTE DE DELEGACIONES DE SUS AGRUPACIONES RESPECTIVAS, CON EL PROPOSITO DE ENTABLAR ENTRE ELLOS UN DIALOGO CONDUCTENTE A LA FORMULACION DE UNA POSTURA COMUN EN LAS NEGOCIACIONES CON EL COMITE CENTRAL DE AL-FATAH. POR EL MOMENTO NO QUEDA CLARO SI HABRA DE REALIZARSE LA REUNION ENTRE HABASH, HAWATME Y ABU-AYAD, PROGRAMADA PARA EL 31 DE MARZO, EN LA

2272 2/..



Nº. DOCUMENTO 9500924  
TITULO Ataque Embajada de EE.UU. en Alemania  
PROCEDENCIA BND 20760  
FECHA DE PROCEDENCIA 17-10-74  
VINCULACIONES 11213 - Zent. Int.  
514426 - R A F  
500145 - Alemania

ENTRADO NZ  
CRUZADO NZ



PARA: Cap. AMBROSONI / Cap. HERRERA

Asunto: Ataque contra la Embajada de EE.UU. en BONN/ALEMANIA

Reseña:

El 13 de febrero del año 1991 dispararon desde la orilla oriental del Rio RHIN contra el edificio de la Embajada de EE.UU., ubicado en la orilla occidental del mencionado rio en BONN/Bad Godesberg. Hubo varios impactos de balas en el edificio; ningun daño a personas.

En el lugar de donde dispararon los atacantes fueron encontrados varios cartuchos mediante los cuales se pudo determinar que los delincuentes habian usado por lo menos tres armas automaticas. Ademias fue encontrada una carta sellada en lamina de plastico en la cual la RAF se adjudico el ataque a mano armada. Mas precisamente se lo adjudico un comando VICENZO SPANO.

La Fiscalia General creia en la autenticidad de la carta.

Fueron mencionados en la carta los siguientes puntos centrales:

- La Embajada fue elegida como blanco en su calidad de representar a la Nacion Lider en la Guerra contra el IRAQ
- La posibilidad para EE.UU. de afirmar a traves de la Guerra del Golfo su posicion lider en el mundo occidental en cuanto a poderio militar
- La intencion del Gobierno de la Rep. Fed. de ALEMANIA de participar en la supeditacion y explotacion de los "pueblos"
- La intencion de ISRAEL y de TURQUIA de usar esta guerra para solucionar sus respectivos problemas con los palestinos y kurdos
- El llamado a la solidaridad con el pueblo iraquí contra el imperialismo por una vida de libre autodeterminacion, sin explotacion y supeditacion
- El aviso de que se trato de no peligrar la vida de los guardias de la Embajada de EE.UU.

Segun testigos participaron del ataque cuatro personas. Tres dispararon mientras el cuarto esperaba en el vehiculo de fuga.

Unos dias despues fueron recibidos escritos identicos por varios agencias de noticias.

El 27 de febrero se recibio otro escrito en lo cual la RAF se adjudico nuevamente el ataque y donde indicaron que se equivocaron con el nombre del comando VICENZO SPANO.

En principio querian actuar bajo el nombre CIRO RIZATTO quien fue dado a muerte por la policia francesa al ser interceptado en el momento de asaltar un banco.

01-02

9500924

S E C R E T O

- 3 -

posiciones y el Presidente de ese país. El Consejo Revolucionario del Fatah/ARAFAT (organismo intermedio entre el Comité Central y la Asamblea de la organización), que se reuniera en TUNEZ el 18 de mayo, notificó su apoyo al comunicado del Comité Ejecutivo e informó que el Fatah/ARAFAT perseveraba en el cultivo de sus relaciones con EL CAIRO. El jefe de la OLP incluso le envió a MUBARAK una nota en este sentido, a través de la representación egipcia en TUNEZ.

- b. Por el contrario, los nuevos socios del Fatah/ARAFAT en la OLP se opusieron a este punto, que difiere de la resolución adoptada en el 18º Consejo Nacional Palestino en lo referente a las relaciones de la OLP con EGIPTO. El Frente/HABBASH ya publicó una aclaración diciendo que el párrafo dedicado a EGIPTO contradice las resoluciones del CNP, que según él destacan la ruptura de las relaciones con el "régimen de CAMP DAVID". Dicha aclaración sostenía igualmente que el representante del Frente en el Comité Ejecutivo, ABU ALI MUSTAFA, y varios otros miembros de ese organismo habían anotado su oposición a este párrafo.

4. En la primera referencia pública oficial al comunicado del Comité Ejecutivo, el Asesor Político de MUBARAK, OSAMA EL-BAZ, decía que el comunicado constituye un primer paso en dirección a la restauración de las relaciones entre ambas partes, pero no es suficiente para que EGIPTO anule las medidas tomadas contra la organización (18 mayo). Una fuente diplomática egipcia distinguida -citada por un diario de los EMIRATOS ARABES UNIDOS- decía también que como consecuencia del comunicado es posible que se produzcan encuentros entre factores conspicuos de ambas partes.

5. Entretanto, se informó que delegaciones del Comité Ejecutivo visitarían próximamente varios países árabes, a fin de discutir con ellos el mejoramiento y desarrollo de las relaciones bilaterales y de preparar el terreno para la reunión de una Conferencia Cumbre árabe. Una delegación de esta clase, encabezada por FARUK KADUMI, ya estuvo en LIBIA.

Evaluación

6. La reunión del Comité Ejecutivo de la OLP estuvo signada principalmente por la crisis en sus relaciones con EGIPTO, después que este país resolviera cerrar las oficinas políticas de la organización como consecuencia de las resoluciones del 18º CNP, y pusiera como condición para la normalización de las mismas que el Comité Ejecutivo adopte una

8704708 ..../4

En base de una informacion confidencial fueron allanados tres departamentos en COLONIA donde fueron secuestradas varias prendas (entre ellas de MENKE) que posiblemente hayan sido usadas en el ataque.

9500924

C2 - 02

S E C R E T O

- 4 -

decisión distinta y positiva (las resoluciones del 18º CNP sostenían que las relaciones debían basarse principalmente en las resoluciones de las Conferencias Cumbre Arabes y en las del 16º CNP, que estipulaban que deben mantenerse relaciones con las fuerzas "nacionales y populares" de EGIPTO, y que las relaciones con el régimen dependerían del grado en que éste se retirara de la política de CAMP DAVID). En vísperas de la reunión, los jefes de la OLP y sus allegados en la organización abundaron en declaraciones moderadas y conciliatorias con respecto a EGIPTO, destinadas a aplacar la atmósfera de crisis con ese país. Esto provocó reacciones egipcias de tono simpatizante, pero por otra parte despertó objeciones por parte de los Frentes que se habían incorporado recientemente a una OLP unificada, algunos de los cuales -como se recordará- exigían la anulación total de las relaciones con EL CAIRO.

7. Sobre este trasfondo, el comunicado del Comité Ejecutivo debe ser considerado como un anuncio breve y conciso que consiste principalmente en elogios del papel desempeñado por EGIPTO en la defensa y el progreso de los derechos palestinos, y en el cual brillan por su ausencia los elementos que habían originado la presente desavenencia en las relaciones de la OLP con EL CAIRO. Por lo tanto, el comunicado refleja el éxito de ARAFAT en la cristalización de una resolución "positiva" que, al parecer en su opinión puede mejorar la atmósfera de las relaciones entre las partes y aliviar la tensión que surgiera entre ellas.

8. Pese a esta evolución en la posición de la OLP, no parecería que los egipcios estén por anular próximamente las medidas adoptadas contra la presencia palestina en el país. Estimamos que las resoluciones del Comité Ejecutivo no son suficientes para justificar un paso egipcio de esta clase, porque no contradicen explícitamente las resoluciones del 16º Consejo Nacional Palestino mencionadas en las del último CNP, como así también debido a consideraciones de prestigio egipcias. Sin embargo, parecería que tras el comunicado del Comité Ejecutivo se intensificará la tendencia a la reconciliación entre las partes y sus relaciones mejorarán gradualmente.

9. Además, tal como fue publicada, la resolución demuestra que:

- a. Aun con la nueva composición de la OLP, ARAFAT y sus allegados no han renunciado al propósito de mantener la afinidad con el bando pragmático árabe. Suponemos que para el jefe de la OLP era importante hacer notar claramente esta tendencia.

8704708

Nº. DOCUMENTO

9500925

TÍTULO *Ex militante de la RAF a un paso de la libertad.*

PROCEDENCIA 150023.

FECHA DE PROCEDENCIA 18-11-94

VINCULACIONES 11213 -

500145 -

514426 -

## Ex terrorista Moeller a un paso de la libertad

18-11-94 Berlín (ANSA)  
LoRo

■ Ingmar Moeller, figura histórica del terrorismo de izquierda alemán y que a sus 47 años pasó más de 22 en prisión, está a un paso de la libertad condicional.

Un tribunal dio ayer su parecer favorable a la petición de libertad anticipada para la ex militante de la RAF (Rote Armee Fraktion, Fracción del Ejército Rojo), que fue protagonista de los "años de plomo" de la posguerra alemana.

La ex terrorista, tal como la ley lo permite aquí ya descontó 15 años de cárcel, solicitó hace tiempo poder gozar de la libertad condicional.

El último obstáculo que queda ahora por superar es el veredicto de la fiscalía de la república que podría oponerse. La decisión se tomará con toda la probabilidad la semana próxima y, en caso de ser favorable, Moeller podrá dejar la prisión a principios de diciembre.

La decisión de hoy del tribunal alemán representa un paso más hacia la "reconciliación entre el Estado y la RAF", que en enero de 1992 auspició el entonces ministro de Justicia y hoy ministro de Exteriores, Klaus Kinkel.

Durante ese tiempo, unos veinte ex militantes se beneficiaron de la clemencia y muchos de ellos se declararon incluso arrepentidos.

Moeller no siguió su ejemplo y para algunos la ex terrorista sigue siendo un símbolo. Fue una de las fundadoras de la banda Baader-Meinhof, que luego se convirtió en la RAF, y una de sus militantes activas.

En 1979, Moeller fue condenada a cadena perpetua acusada

de haber participado en varios atentados, uno de los cuales se perpetró en Heidelberg en 1972, causando la muerte de tres personas en el cuartel general norteamericano.

Con los años, Moeller se convirtió en la detenida por delitos de terrorismo con más tiempo de prisión a sus espaldas. Durante sus largos años de encarcamiento, sobrevivió al suicidio colectivo, con el cual, en 1977, los jefes de la banda Baader-Meinhof pusieron fin a su existencia en la prisión de Stammheim, así como a una decena de huelgas de hambre.

Hace tiempo que se hacen continuos llamados en su favor y este verano (boreal) algunos detenidos de la RAF hicieron una huelga de hambre para lograr su libertad.

Sin embargo, el jefe de Estado alemán, Roman Herzog, afirmó recientemente que los ex terroristas de izquierda "no tienen que ser tratados ni mejor ni peor que otros criminales".

El "caso Moeller" quedó durante tiempo en suspenso, también porque la directa interesada no se decidió a pedir la petición de libertad anticipada hasta noviembre de 1992, cuando ya habían transcurrido 20 años desde el día de su arresto.

Moeller estaba convencida que su petición no sería acogida por "la especial gravedad de la culpa". También hubo problemas a raíz de un examen psiquiátrico, previsto por la ley, al que Ingmar Moeller no quería someterse. Por fin cedió y el experto certificó que la ex terrorista "ya no representaba ningún peligro para la sociedad". Además de Moeller, en las cárceles alemanas están aún detenidos otros 17 ex miembros de la RAF.



ENTRADO *NE*

CRUZ DO *NE*

9500925.

01-07

ASUNTO: Reunión de elementos subversivos en COLOMBIA.

En la primera quincena del mes de febrero ppda., se habría realizado en SABANA (100 km. de CALI) - COLOMBIA, una reunión de carácter mundial netamente subversiva, a la que habrían asistido los líderes de todos los movimientos de AMERICA LATINA y AFRICA.

El objeto de esta reunión sería planificar distintos cursos de acción en acciones próximamente a realizar.

No estaría ajeno a dichos objetivos, el MUNDIAL 78, que entre los concurrentes figurarían especialmente invitados dirigentes MONTONEROS.

Se buscaría perturbar el citado evento, con acción psicológica y con medios de fuerzas altamente tecnificados.

31 ENE 78

DOCUMENTO

9500926

TITULO

Detenimiento o jefe etarra en Francia, "MORBUTO".

ENCUENTRO

15-00-94

FOLIO

18-11-94

VOLUMEN

14213 -

504511 -

65963 -

501410 -

ENTRADO

NZ

CRUZADO

NZ



La detención de dos de los principales líderes de la ETA constituyó otro duro golpe para los terroristas, particularmente al producirse poco después de que las autoridades francesas lo-  
graran ubicar — en la villa de Mouguerre, cerca de Bayona — uno de los principales arsenales de reserva de la organización vasca.

En un subterráneo de sesenta metros cuadrados la policía judicial francesa, acompañada por elementos de la guardia fronteriza, incautaron decenas de paños de explosivos de alto poder (disimulados en cartones de cajas de leche), materia prima para fabricar toalla, amoníaco y amoníaco, los explosivos habituales de la ETA, equipos electrónicos para montar dispositivos de disparo por control remoto y alguna cantidad de armas largas y cortas, además de municiones: en resumen, un verdadero servicio de material y armamento de los clandestinos.

Las autoridades francesas venían intentando ubicar este arsenal desde hacía dos años, cuando surgieron

las primeras pistas curiosamente en la región de Bretaña — donde la ETA había organizado una red de protección de "comandos ilegales" — que más tarde condujeron hacia el propietario de un restaurante en Bayona, habitante de Mouguerre. En la fatucera depósito había suficiente material como para volar toda la villa.

DOCUMENTO con  
PARTES ILEGIBLES

9500926

01-74  
ENCUENTRO



056

S E C R E T O

BOLETIN INFORMATIVO SEMANAL

Informe : /5686

2 - 9 de noviembre de 1982

14 de noviembre de 1982

OLP

Reunión de sus organismos directivos

1. El 3 de noviembre finalizó en TUNEZ la reunión del Comité Ejecutivo de la OLP encabezado por YASSER ARAFAT y con la participación del Presidente del Consejo Nacional Palestino, KHALED EL-FAHUM. Al término de la conferencia se informó que el Comité Ejecutivo había resuelto:

- a. Convocar al Consejo Central de la OLP en DAMASCO para dentro de 15 días, en el marco de los preparativos para la reunión del Consejo Nacional Palestino.
- b. Elevar el número de miembros del Consejo Nacional Palestino mediante la incorporación de 40 integrantes de sindicatos y organizaciones sociales de la OLP, así como habitantes de los territorios.

○ El Comité Ejecutivo trató también acerca del Congreso Popular Palestino que debe reunirse antes que el Consejo Nacional Palestino, y deliberó sobre la situación de la población palestina en EL LIBANO y los territorios, y sobre la visita de ARAFAT a países árabes. HASSAN ABDEL RAHMAN, encargado de la propaganda palestina, informó que la dirección de la OLP considera la posibilidad de convocar al Consejo Nacional Palestino en ARGELIA, en una fecha aun no fijada.

2. Precedió a la reunión del Comité Ejecutivo una sesión del Consejo Central de las Organizaciones Populares Palestinas, que tuvo lugar en TUNEZ y fue presidida por ARAFAT (31 oct.). En la misma se consideraron los acontecimientos vinculados con la cuestión palestina y tópicos relacionados con las organizaciones sindicales y populares.

○ 3. Paralelamente a la reunión de los organismos de la OLP, se realizó en TUNEZ una conferencia del Comité Central del Fatah (5-6 nov.), que discutió el plan de acción palestino y examinó la actividad política palestina. Al término de los debates del Comité Central se iniciaron las deliberaciones (7 nov.) del Consejo Revolucionario, organismo supremo del Fatah. En el orden del día del Consejo figuraban: un debate sobre los resultados de la Conferencia de FEZ, la visita de ARAFAT y otras personalidades a países árabes y europeos, así como la situación de las fuerzas palestinas en EL LIBANO y en los diversos países donde fueran distribuidas tras la evacuación de BEIRUT. Al parecer, ARAFAT procura plasmar la posición del Fatah en temas centrales que figuran en el orden del día palestino, en vista de la conferencia del Consejo Central y la posible reunión del Consejo Nacional Palestino.

Relaciones con EGIPTO

4. El 6 de noviembre, el Canciller egipcio KAMAL HASSAN ALI se reunió en PARIS con una delegación de alto nivel de la OLP. La

# COMANDO DE LA ETA DESTRUIDO EN TOLON

BILBAO, Madrid (Redacción de "La Vanguardia"). — Félix Alberto López de la Calle Gauna, 'Mobutu', miembro de la ejecutiva de ETA y responsable directo de los comandos ilegales o de liberados —etarras fichados por la policía que viven fuera de la ley—, fue detenido ayer en las inmediaciones de la ciudad francesa de Tolón, en el curso de una operación policial en la que fueron arrestados otros cuatro supuestos terroristas: Jesús María Zabala Muguiro, 'Smerl', Pilar Mondragon Zabala, Jesús María Altale Etxarte y Garbine Gómez Gorrotxategi.

En la vivienda donde se ocultaban los etarras se localizaron cinco pistolas y diez sacos, de unos cincuenta kilos cada uno, que contenían documentación cuya importancia todavía no ha sido determinada. También se han incautado veinte sobres con grandes cantidades de dinero, destinado al parecer al pago de comandos ilegales.

La detención de Mobutu y sus acompañantes fue la culminación de una investigación desarrollada por la Policía Judicial de Bayona y la VI División de P.J. de París, a partir de pistas facilitadas desde España por la Guardia Civil.

Félix Alberto López de la Calle ejercía un papel clave en la dirección de ETA, ya que, junto con Ignacio Gracia Arregui, representa el máximo nivel de decisión del grupo terrorista. Aunque se sitúa a Iñaki de Rentería como el número uno de la organización, el papel de Mobutu es, en la práctica, tan relevante o más que el de su compañero, ya que es él quien organiza y dirige los comandos ilegales existentes.

Mobutu, junto con Ignacio Gracia Arregui, 'Iñaki de Rentería', y Mikel Albizu Iriarte, 'Mikel Antza', jefe del aparato político, forma parte de la cúpula que dirige ETA desde mediados de 1992, en sustitución de la ejecutiva etarra que fue capturada en Bidart en marzo de aquel año. También José Luis Michelena Berasarte, estaría vinculado a ellos.

Estos datos fueron confirmados en Madrid por el ministro de Justicia e Interior, Juan Alberto Belloch, quien puso de relieve que esta acción policial es la expresión de la colaboración entre los cuerpos de seguridad franceses y españoles.

Belloch dijo que la policía cree que el piso de Toulon estaba siendo utilizado para impartir un curso y que se trataba de un centro de entrenamiento dirigido por Mobutu.

Según los datos facilitados por el ministro, Mobutu tiene pendientes en la Audiencia Nacional tres reclamaciones judiciales por asesinato, robo, estragos, colaboración con banda armada y terrorismo. De Zabala Muguiro no constan reclamaciones judiciales, contra él en España. Jesús María Altale Etxarte tiene tres reclamaciones judiciales por asesinato, atentado y estragos. Pilar

Mondragon Zabala tiene una orden de busca y captura por un atentado.

La primera de las detenciones se produjo alrededor de las 10 de la mañana en una calle de Saint Jean de Var, situada en las inmediaciones de Toulon. Los agentes de la policía francesa capturaron a Garbine Gómez Gorrotxategi poco después de que ésta hubiera salido de la vivienda donde se ocultaban sus compañeros. Una hora más tarde, aproximadamente, agentes de los Raid, el grupo de intervención de la Policía Nacional, penetraron en el piso donde estaban López de la Calle y los otros tres.

La orden de detención fue dictada por la juez de París Laurence La Vert, que habitualmente se encarga de los asuntos de ETA. Fuentes policiales barajan la posibilidad de que el dirigente etarra estuviera preparando un nuevo comando, con la finalidad de enviarlo próximamente a España para iniciar una campaña de atentados. Sin embargo, se está a la espera del examen de los documentos incautados para corroborar esta hipótesis.

En Madrid, el ministro de Justicia e Interior, Juan Alberto Belloch, dijo que la detención del número dos de ETA es la operación más importante después de Bidart y resaltó el importante papel que la Guardia Civil ha tenido en esta detención, ya que la información trasladada por este cuerpo a las autoridades francesas ha permitido el éxito de la operación.



## Muere Otro Etarra en País Vasco

BILBAO, España, nov. 18 (Reuter) - Un presunto miembro de la banda armada separatista ETA murió hoy y un policía resultó herido en un tiroteo que ocurrió después de que la policía interceptó un automóvil robado cerca de Galdakao, en el País Vasco español.

Un portavoz de la policía dijo que tres personas viajaban en el automóvil Ford Fiesta que fue robado a punta de pistola tras un infructuoso intento de asesinato.

Dos de los ocupantes del vehículo, Angel Irazabalbeitia y su esposa Lourdes Churrua, resultaron heridos y el hospital confirmó más tarde la muerte del hombre. Churrua continúa bajo observación.

La policía dijo que detuvo al tercer hombre, Koldo Martín Cammona, presunto jefe del comando Vizcaya de ETA y responsable de 11 asesinatos en los últimos cinco años.

Las tres personas escapaban tras un atentado en el que intentaron asesinar a un sargento del ejército que se dirigía en automóvil al trabajo en la localidad bilbaína de Larrabezúa, a las 0700 GMT.

El sargento, que se detuvo en un semáforo en rojo, sospechó de las intenciones de los tres peatones que se dirigieron hacia él y poco después le apuntaron con fusiles. Cinco balas alcanzaron el automóvil del militar, una de ellas le alcanzó en el codo.

Los atacantes huyeron en un Ford Escort pero chocaron contra un camión. Rápidamente se apropiaron de otro automóvil y continuaron su huida.

Una patrulla de policía que dirigía el tráfico presenció el accidente y dio la alerta. A continuación los atacantes dispararon contra los agentes en una carretera de Lujua donde tuvo lugar el tiroteo.

Jesús Marzán, de la policía vasca, Ertzaintza, resultó alcanzado por tres balas y fue intervenido quirúrgicamente.

La policía sospecha que Martín Cammona asesinó al sargento de la Ertzaintza, Joseba Golkoetxea, en noviembre del año pasado, a dos guardias civiles este año y que participó en dos tiroteos en agosto.

La policía francesa detuvo el jueves a cinco presuntos miembros de ETA en Toulon, incluido Félix Alberto López de la Calle, apodado "Mobutu" quien está acusado de seis asesinatos.

El ministro español del Interior, Juan Alberto Belloch, dijo que "Mobutu" es el nuevo número dos de ETA y que los arrestos son los más importantes desde que en 1992 se detuvo a los tres principales líderes militares de la organización en Bidart, al suroeste de Francia.

9500926

Protagonista: COLOMBIA

FECHA	TIPO DE VIOLENCIA	ACTO REALIZADO	RESULTADO OBTENIDO	OBSERVACIONES
08MAY76	Subversión	S/Ident. - Copamiento de Santa Rosa, Municipio de Simiti.	Incendio cuartel de Policía. Muerte de 2 policías y secuestro de 3 policías y 1 cura párroco.	
13MAY76	Subversión	FARC - Enfrentamiento contra efectivos de la policía en el Municipio de Yacopi (Cundinamarca).	Muerte de 1 Subteniente y 1 agente de policía.	
20MAY76	Terrorismo	FARC - Asalto guerrillero en San Fernando (Municipio de Comitarra).	Muerte de 3 campesinos.	
20MAY76 24JUL76	Subversión	Disturbios provocados por trabajadores en huelga por el alza del transporte urbano. Fueron localizados en Popoyán (Cauca), Bucaramanga (Santander) y en Tunja (Boyaca).		Detenciones de manifestantes.
20MAY76	Terrorismo	S/Ident. - Asalto a 4 juzgados en Barranquilla (Atlántico).		
24MAY76	Terrorismo	S/Ident. - Asalto a las Oficinas de la empresa petrolera "CAIMAN".	Robo de medio millón de pesos.	
04JUN76	Subversión	EPL - Ataque a un helicóptero del Ejército.	Daños y 2 soldados heridos.	Las tropas que transportaban el helicóptero respondieron el ataque.

FELIX LOPEZ DE LA CALLE, ATRAPADO EN TOULON, CON DOCUMENTACION CLAVE

# Devastador golpe contra ETA: Francia detuvo a su jefe militar

*En un espectacular operativo de las policías francesa y española, fue arrestado ayer en Toulon, Francia, el principal comandante militar de la organización terrorista vasca ETA. Félix López de la Calle Gauna, alias "Mobutu", es el número dos del grupo armado, que recibió un golpe devastador.*

MADRID, 17 (Especial para Clarín). - La organización terrorista vasca ETA recibió hoy un golpe devastador al ser detenido en Toulon, Francia, Félix López de la Calle Gauna, alias "Mobutu", principal comandante del aparato militar del grupo armado. El jefe de ETA arrestado es el número dos de la organización, después de Ignacio García Arregui, alias "Iñaki de Rentería", su jefe político.

Algunos especialistas consultados por Clarín señalaron que "Mobutu" es el más importante de todos por su importancia militar y porque sabe todo sobre el aparato logístico, los depósitos de armamentos y explosivos y los sistemas de actuación de ETA. Tanto en el gobierno de Felipe González como en la dirección de las fuerzas de seguridad reinaba esta noche un clima de verdadera euforia porque están convencidos de que "este es el golpe más fuerte contra ETA desde que cayó toda su dirección en Bidart, Francia, el 29 de marzo de 1982", según afirmó el ministro del Interior Juan María Beloch.

Los investigadores franceses se han apoderado en el operativo de una documentación muy relevante que permitirá

Es por eso que varios expertos en la lucha contra ETA interpretan que la organización está abandonando el país vasco-francés para desplegarse en una amplia zona centrada en el puerto de Marsella, la gran ciudad del sur de Francia. El 25 de agosto pasado se detuvo a uno de los más feroces pistoleros de ETA, Ydoia López Raño, apodada "La Tigresa", responsable de 23 asesinatos. El arresto tuvo lugar en Aix-en-Provence, ubicada a 77 kilómetros de Toulon, la ciudad donde hoy se arrestó a "Mobutu" y María Nagore Múgica.

Juan Carlos Aigüeraz



9500926

012  
S E C R E T O

18 DE ENERO DE 1984

INFORME NO.: U /449

ASUNTO: LA CRISIS EN LA OLP - ACTUALIZADA  
AL DIA 17 DE ENERO, 1984

1. DURANTE LA SEMANA PROSIGUIO EN TUNEZ LA ACTIVIDAD DE LA FACCION DE ARAFAT, EN VISPERAS DE UNA POSIBLE CONVOCACION DEL CONGRESO GENERAL DE AL-FATAJ Y DEL CONSEJO NACIONAL PALESTINO. POR VEZ SEGUNDA EN ESTOS ULTIMOS DIAS SE REUNIO EL "COMITE CENTRAL" DE AL-FATAJ, CON UN BREVE CUARTO INTERMEDIO QUE PERMITIO A ARAFAT REALIZAR UNA VISITA-RELAMPAGO A ARGEL, EL DIA 14 DE ENERO. TAMBIEN ESTUVO REUNIDO EL "CONSEJO REVOLUCIONARIO" DE AL-FATAJ, QUE AL TERMINO DE SUS DELIBERACIONES EL DIA 11 DE ENERO, PUBLICO UNA DECLARACION QUE CONTIENE LO SIGUIENTE:

A. UNA DECISION DE "ESCALAR LA LUCHA ARMADA".

B. REPUDIO A SIRIA, LIBIA Y LOS REBELDES.

C. RATIFICACION DE LA DECISION TOMADA POR EL "COMITE CENTRAL" DE ALEJAR DE AL-FATAJ A 10 DE LOS JEFES REBELDES.

D. AFIRMACION DEL APEGUE A LA PLATAFORMA POLITICA DE AL-FATAJ, A LAS RESOLUCIONES DEL CNP Y A LAS DECISIONES DE LA CONFERENCIA-CUMBRE DE FEZ.

E. APROBACION DE LA DECLARACION HECHA POR EL "COMITE CENTRAL" CON RESPECTO A LA VISITA DE ARAFAT A EGIPTO.

F. REITERACION DE LAS POSICIONES TRADICIONALES DE AL-FATAJ CON RESPECTO AL DIALOGO CON JORDANIA, CON LA EXPRESION DE "ESPERANZA" DE QUE LA CONVOCACION DEL PARLAMENTO JORDANO NO HAYA SIDO MAS QUE UNA MEDIDA INTERNA.

2. LAS DECISIONES DEL "CONSEJO REVOLUCIONARIO" CONSTITUYEN DE HECHO UN AVAL FORMAL A LAS RESOLUCIONES ADOPTADAS POR EL "COMITE CENTRAL" DE AL-FATAJ. ESTE AVAL ABARCA TAMBIEN LAS DISPOSICIONES TOMADAS POR EL "COMITE" PARA RESTRINGIR A ARAFAT Y SUBORDENAR SU ACTIVIDAD POLITICA FRENTE A JORDANIA Y EGIPTO, AL VISTO BUENO DE DOS COMISIONES CUYA CREACION HABIA DISPUESTO EL "COMITE CENTRAL". A SU VEZ DISPUSO EL "CONSEJO REVOLUCIONARIO" LA CREACION DE UNA SUB-COMISION QUE PREPARE LA CONVOCACION DEL "CONGRESO GENERAL" DE AL-FATAJ. EN LA CONDUCCION DE LA FACCION DE ARAFAT EXISTEN DIFERENCIAS DE OPINION SOBRE COMO Y CUANDO REUNIR AL CONGRESO, CON LA POSIBILIDAD DE QUE SEA LA FECHA APLAZADA POR VARIOS MESES. DIFERENCIAS DE OPINION EXISTEN TAMBIEN CON RESPECTO A LA CONVOCACION DEL CNP.

21..

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
(DEPARTAMENTO DE DEFENSA)
Forma de Entrada: 1-19/12-84
Fecha de Salida: 20.01.85
Pasa a: Dr. C. J. F.
Nº. de Identificación: 222/84

# Pistolero y estratega

Los investigadores franceses se han apoderado en el operativo de una documentación muy relevante que permitirá conocer detalles sobre la nueva estructura y actual funcionamiento de ETA. "Lo que hemos encontrado es casi tan importante como la detención de 'Mobutu'", dijo un miembro del equipo investigador. Los documentos estaban en 20 bolsas que pesaban 500 kilos.

## Un gran operativo

Una idea de la importancia extraordinaria que se concedía a la operación lo da el hecho de que a primeras horas de esta mañana se movilizaron hacia el barrio de San Juan, en las afueras de la ciudad francesa de Toulon, miembros de la dirección central de la Policía Judicial de París, apoyados por policías de la Brigada Criminal de Marsella, de la policía judicial de Bayona (País Vasco Francés) y un gran despliegue de soporte técnico del Grupo de Intervención de la Policía Nacional (GIPN).

Después de rodcar una amplia zona, los investigadores detuvieron a una mujer que salía de un edificio de departamentos y que, al registrarla, se comprobó que portaba una pistola. Un comando especial alcanzó el piso superior donde después de forzar la puerta de acceso se detuvo a otra mujer y tres hombres. Los arrestados son, además de "Mobutu", Maria Nagore Múgica Alvarez, Pilar Zabala Mondragón Zavaleta, Jesús María Altzagüe Etxarte y Jesús María Zabala Mújica.

También se espera que del interrogatorio de los cinco detenidos surjan informaciones que permitan realizar nuevas acciones contra la organización armada.

## Cooperación

Tanto las autoridades del Ministerio del Interior español como del francés destacaron que el gran éxito de la operación evidencia la excelente cooperación entre ambos países. El titular francés de Interior, Charles Pascua, es un decidido partidario de lograr la destrucción de la infraestructura de ETA en el país galo. En lo que va del año ya se han detenido más de una veintena de activistas de gran importancia de ETA que se añaden a otros duros golpes realizados con anterioridad. A la organización armada se le ha terminado el "santuario" que tenía en Francia para actuar contra la democracia española.

MADRID, 17 (Especial para Clarín). - Félix "Mobutu" López de la Calle Gauna, de 34 años, es, desde 1993, el jefe del aparato militar de ETA, el organizador de la infraestructura de depósitos secretos ("zulos") de armas y explosivos, instructor de los comandos de acción y un dirigente principal de la organización que conoce todos sus grandes secretos.

Entre 1978 y 1981, "Mobutu" se hizo famoso como uno de los grandes pistoleros de ETA. Está acusado de dar muerte a un industrial, un teniente coronel y tres guardias civiles. También provocaron víctimas mortales sus ataques con explosivos.

"Mobutu" se fugó hacia Francia en 1981, y desde entonces se dedicó a organizar y controlar la estructura militar de ETA. Varias veces estuvo a punto de ser detenido, pero consiguió escapar a último momento. En marzo de 1992 cayó la dirección de ETA en Bidart, Francia, y también fueron arrestados quienes los remplazaron. Fue entonces cuando se creó un triunvirato para dirigir la organización integrado por "Iñaki de Rentería", principal responsable político, "Mobutu" como comandante militar y Mikel Alsizu Iriarte.

Pero también ha sido muy importante la detención de

Maria Nagore Múgica Alvarez, una de las militantes violentas más buscadas en Francia y España, responsable de numerosos atentados y miembro, en distintas oportunidades, de los comandos "Txalaparta", "Levante", "Barcelona" y "Madrid". Su compañero murió en 1991 al estallar en las manos una bomba que manipulaba en Barcelona. Nagore Múgica se refugió entonces en México y volvió dos años después para actuar en importantes acciones de ETA.

Muchos se preguntan aquí si este nuevo golpe a ETA robustecerá a los sectores que quieren declarar una tregua (como en Irlanda del Norte) y negociar en el País Vasco o, como ha sucedido muchas veces, impulsará a los grupos más radicales a protagonizar sangrientos atentados.

Desde el 22 de agosto del año pasado, ETA no protagoniza ningún atentado importante. La nueva dirección de ETA, el triunvirato del que formaba parte "Mobutu", emprendió una línea ultraviolenta que culminó en una serie de atentados espectaculares contra altos jefes militares. Los resultados fueron, sin embargo, políticamente desastrosos para ETA, que vio hundirse el caudal electoral de su brazo político, Herri Batasuna, en las elecciones generales de junio de 1993.

9500926.

SECRET O

- 3 -

B) SE PERMITE A LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS MENCIONADAS MANTENER COMPARTIMENTOS, OFICINAS E INSTALACIONES EN TERRITORIO IRAQUI, ASI COMO REALIZAR EN ELLOS ACTIVIDAD PREPARATORIA DE ATENTADOS EN EL EXTERIOR.

C) EMPLEO DE DOCUMENTACION IRAQUI POR PARTE DE MIEMBROS DE ESAS ORGANIZACIONES EN SUS VIAJES AL EXTERIOR (INCLUSO, P.EJ., PARA EL ATENTADO EN LA SINAGOGA DE VIENA).

D) ASIGNACION DE GRANDES SUMAS DE DINERO PARA FINANCIAR ACTIVIDADES TERRORISTAS EN EL EXTERIOR.

E) CONTRABANDO DE MEDIOS DE COMBATE POR INTERMEDIO DEL CORREO DIPLOMATICO IRAQUI Y SU ALMACENAMIENTO EN LAS EMBAJADAS, EN PARTE PARA LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS PALESTINAS. P.EJ., EN JUNIO DE 1981 SE PRODUJO UNA EXPLOSION EN LA AZOTEA DE LA EMBAJADA IRAQUI EN LONDRES. LOS IRAQUIES NO PERMITIERON QUE FACTORES DE SEGURIDAD INGLESES INVESTIGARAN EL CASO, Y AL PARECER EL ESTALLIDO SE REGISTRO MIENTRAS SE PREPARABA EN ESE LUGAR UNA CARGA EXPLOSIVA PARA SER EMPLEADA CONTRA ISRAEL.

F) COMPILACION DE INFORMACION SOBRE OBJETIVOS POTENCIALES PARA ATENTADOS EN EL EXTERIOR, Y SU TRANSMISION A ORGANIZACIONES PALESTINAS. EN ESTA MATERIA EXISTE UN SISTEMA DE RELACIONES INSTITUCIONALIZADAS ENTRE EL SERVICIO DE INTELIGENCIA IRAQUI Y LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS, INCLUSO AL FATAH

G) EN ALGUNOS CASOS (COMO EN EL DEL ATENTADO CONTRA LA SINAGOGA DE VIENA EN AGOSTO DE 1981 Y EL ATAQUE CONTRA LA OFICINA DE NAVEGACION ISRAELI "SHOHAN" EN CHIPRE, UN MES MAS TARDE), IRAK SIRVE COMO BASE DE PARTIDA/TRANSITO PARA LOS AUTORES DE LOS ATENTADOS.

H) ESCAPE Y REFUGIO DE TERRORISTAS EN IRAK TRAS LA REALIZACION DE ATENTADOS.

I) LAS EMBAJADAS DE IRAK EN EL EXTERIOR DESEMPEÑAN UN PAPEL IMPORTANTE EN LA AYUDA OPERACIONAL PRESTADA AL TERRORISMO. EN PARTE DE LAS EMBAJADAS ACTUAN OFICIALES DE INTELIGENCIA IRAQUIES QUE DESARROLLAN UNA ACTIVIDAD SUBVERSIVA Y TERRORISTA.

EN EL TERPENO DE FINANZAS

8. IRAK CONSTITUYE UNA IMPORTANTE FUENTE DE FINANCIACION PARA LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS PALESTINAS. DESDE LA CONFERENCIA CUMBRE DE BAGDAD (NOVIEMBRE DE 1973), IRAK ENTREGA LA PARTE PRINCIPAL DE SU AYUDA EN EL MARCO DE LOS COMPROMISOS FINANCIEROS ESTIPULADOS EN ESA REUNION, MAS CONCEDE SUMAS DE DINERO ADICIONALES EN FORMA DIRECTA A LAS ORGANIZACIONES PEQUEÑAS VINCULADAS CON EL. ASIMISMO, IRAK FINANCIA EL SUMINISTRO DE MEDIOS DE COMBATE PARA LA OLP: ASI POR EJEMPLO, ARAFAT DECLARO QUE LOS TANQUES ADQUIRIDOS EN HUNGRIA POR LOS TERRORISTAS EN 1980, FUERON FINANCIADOS POR IRAK.

../. .

SECRET O



Nº. DOCUMENTO \_\_\_\_\_

TÍTULO \_\_\_\_\_

PROCEDENCIA ABC-

FECHA DE PROCEDENCIA 8-11-84

VINCULACIONES \_\_\_\_\_

ENTRADO \_\_\_\_\_  
CRUZADO \_\_\_\_\_



**ABC**

MADRID VIERNES 10 DE NOVIEMBRE DE 1984

## CAE «MOBUTU», EL NÚMERO DOS DE ETA

La Policía Judicial de Bayona detuvo el miércoles en la localidad francesa de Tolón al jefe del «aparato» para de la banda mañosa ETA, Félix López, «mobutu», considerado como el «número dos» de la organización criminal. La operación antiterrorista, en la que han sido arrestados otros cuatro pistoleros, ha sido posible gracias a los datos conseguidos por los agentes del Servicio de Información de la 5ª Comandancia de la Guardia Civil, al frente de la cual se encuentra el coronel Enrique Rodríguez Gallardo (en la imagen), quien, de esta forma, se apunta otro importante éxito en la lucha contra la banda de ultrazquierda, como reconoció ayer el ministro de Justicia e Interior, Juan Alberto Belloch. (Edición de información en páginas interiores)



05

9500926

S E C R E T O

- 5 -

el futuro inmediato un cambio rotundo de la situación y la actividad en la OLP habrá de concentrarse en dos cauces de diálogo principales:

- a. Entre la "Alianza Democrática" y la "Alianza Nacional", en cuyo marco la primera tratará de ablandar en algo la posición de su interlocutora, o incluso de arribar a un "acuerdo provisional" paralelo al concertado con el Fatah. La "Alianza Nacional" por su parte, tratará de inducir a la "Alianza Democrática" a socavar las posiciones del Fatah.
- b. Entre el Fatah y SIRIA. Estimamos que DAMASCO seguirá obstinándose en su oposición a ARAFAT y que habrá de crecer la presión sobre los jefes del Fatah para que consientan en su destitución.

7. Las posibilidades de que se produzca un cambio en el estancamiento actual en la situación de la OLP son las siguientes:

- a. La renuncia de SIRIA -y en consecuencia de las organizaciones bajo su patrocinio- a la exigencia de la destitución previa de ARAFAT, y su aceptación del Acuerdo. En nuestra opinión, hasta ahora no se ha producido ningún cambio en la posición de DAMASCO y tampoco se divisa nada que pueda compeler a ASSAD a cambiar de parecer. Por lo tanto, estimamos que las perspectivas de una evolución de esta clase son escasas.
- b. Una nueva concesión de los dirigentes del Fatah, que consentirían en la destitución de ARAFAT como lo exige SIRIA, y de esta manera abrirían el camino para remediar la división en la OLP. Consideramos que los jefes del Fatah están todavía muy lejos de una actitud así, aunque perseveran en socavar las atribuciones de ARAFAT y aspiran a dialogar con DAMASCO ignorándolo. Medidas independientes por parte de ARAFAT, contrarias a la posición de los jefes del Fatah y al Acuerdo de

../6

## EL ACIERTO DE BALLADUR

La afirmación por el primer ministro francés, Edouard Balladur, de la conveniencia de reducir a cinco años el período de mandato presidencial, es algo más que un argumento brillante a la hora de formular las propias posiciones y aspiraciones ante las elecciones presidenciales de Francia. Puede decirse que Balladur no se ha limitado a entrar convencionalmente en campaña. Apunta en un sentido de renovación y define una de las principales cuestiones en que se pueden resumir las claves de la continuidad en la política francesa.

Frente a lo que pudiera parecer en una primera apreciación, esa iniciativa intelectual del primer ministro sobre la duración de los mandatos presidenciales, lejos de constituir un acto o un reflejo de «desaliat» hacia la V República, hay que identificarla como una aportación de gran valor a la permanencia del orden institucional con que el general De Gaulle corrigió los excesos indudables en que había incurrido el parlamentarismo de los dos anteriores órdenes republicanos. El septenato por cuya remoción se pronuncia Balladur es un dato imputable en mayor medida a la monarquía de Charles de Gaulle que a la intrínseca racionalidad institucional de la V República, con su potenciación de las condiciones de gobernabilidad y su definición de los límites en los que debe desenvolverse cada uno de los Poderes de un Estado avanzado de Derecho.

Posiblemente en el período fundacional de aquel nuevo régimen cupo explicar tan singular duración de los mandatos presidenciales, ya que se necesitaban unos presupuestos muy definidos y muy estables para la consolidación de las instituciones nuevas. Pero una vez que éstas no sólo se han consolidado sino que también han acreditado solida estabilidad, parece llegada la hora de los reajustes, de la reducción temporal de ese mandato. Abunda en la oportunidad de pasar la duración del período de siete a cinco años el propio hecho de que, además de estar consolidadas las instituciones, hace ya mucho que desapareció el personaje que las forjó, con todas las singulares características y los peculiarísimos énfasis de autoridad que le definían.

Para el sucesor de la propuesta de Edouard Balladur tiene alcances y lecturas que rebasan y exceden el limitado y estricto interés de los franceses. Presenta una iniciativa interés general, válido en cualquier otro ámbito político que el único de nuestros vecinos transpirenaicos. La continuidad, la estabilidad y la permanencia, en efecto, se deben procurar mucho antes para las instituciones que para las personas. La personalización del poder, a la que psicológicamente se puede llegar por prolongación excesiva o por repetición indefinida y constante de los mandatos, es una circunstancia que no conviene ni a la buena salud ni al mejor estilo de funcionamiento de los sistemas democráticos y de los Estados de Derecho. Por muchas y variadas razones, sobre las que la experiencia política e histórica aporta incontables ejemplos, conviene que el agua del poder corra para que no se coque ni se encoque.

## EL CORONEL GALINDO

Ayer hubo excelentes noticias en el ámbito de la lucha antiterrorista. En Tolón eran detenidos cinco presuntos etarras. Entre ellos, Purificación Gómez Gorrochategui y Jesús Zabala, próximos a los comandos «Vizcaya» y «Nafarroa», respectivamente. A Jesús Altaba y a Pilar Zabala la Policía les atribuye la participación al menos en tres asesinatos.

Pero hay que otorgar la mayor relevancia a la captura de Félix Alberto López, «Mobutu», según los servicios antiterroristas «número 2» de la banda y responsable de su principal responsabilidad actual. Gracia Arregui, López parecía ser jefe del «aparato militar» y responsable directo de los comandos operativos. Su veterana ejecutoria compone el perfil idóneo para haber accedido a las más altas responsabilidades de la banda.

A reserva, pues, de la explotación de la información intervenida —y sin ceder a la

imprudente tentación del triunfalismo— podríamos suponer que la batida de Tolón es el golpe más sustantivo asestado a ETA, desde la redada de Bidart, con la consiguiente desarticulación de «Artapalo» y la detención de «Paquito». Desde aquel 29 de marzo de 1992, ETA, con el aliento de las policías española y francesa en la nuca, viene intentando recomponer sus cuadros y recuperar sus capacidades operativas. El elenco de atentados aéreos después de Bidart —treinta y tres muertos— no disipa la convicción del debilitamiento de la banda. La detención de «Mobutu» puede significar un revés decisivo para aquellos esfuerzos reorganizativos.

Junto a su intrínseca importancia, la acción policial de Tolón tiene la oportuna virtud de despejar especulaciones sobre cualquier clandestina tentación «negociadora», precedida por una inscción policial como respuesta a la «tregua» de ETA. Si el futuro reserva cualquier posibilidad para la erradicación dialógica de la violencia, aquella no podría construirse sobre la impunidad, sino sobre la justicia, aunque ésta pudiera ser atemperada por la indulgencia. La llamada «respuesta policial» no es una opción entre otras posibles. Es la única que un Estado de Derecho digno de ese nombre tiene a su alcance para afrontar el desafío terrorista. La neutralización efectiva de los terroristas y la entrega de sus arsenales son el presupuesto lógico de la consideración de otras hipótesis, tras un período suficientemente dilatado sin violencia.

Sólo la excelente cooperación francesa ha hecho posible el golpe de Tolón. Pero el lector tiene derecho a saber que las detenciones no son sino la culminación de un tenacísimo servicio de los agentes de la 513 Comandancia de la Guardia Civil, mandada por el coronel Rodríguez Galindo.

Se comprenden perfectamente las mil y una añagazas utilizadas por los brazos políticos del terror para maquinizar contra Rodríguez Galindo, las más infames campañas de desprestigio. Por idénticos y contrapuestos motivos, todos los defensores de la ley y el orden democrático tenemos la obligación moral de reconocer su abnegado trabajo.

## LA MODERACIÓN CATALANA

El servicio prestaron a la Universidad y a Cataluña los «comandos» independentistas que, cuidadosamente prevenidos al efecto, sabotearon hasta lograr su suspensión, el desarrollo de un acto académico en la Universidad de Lérida, en el que José María Aznar iba a disertar sobre «España y Europa: un futuro común». En la más depurada técnica fascista, estos anacrónicos retóricas de las juventudes hitlerianas lograron imponer su intolerancia a golpe de gritos, intimidación y amenazas a la pacífica voluntad de los más de mil quinientos asistentes al acto. Nada menos representativo del ser y el sentir profundo de tal cortés civil catalana que el atentado a la libertad de expresión de tan furibundos «patriotas». Pero no agigantemos la dimensión del incidente. Por fortuna en democracia valen las urnas y no los gritos y reconocen la dimensión de éstos a su escueto respaldo real. Quienes silenciaron a Aznar bajo el epíteto pretendidamente injurioso de «español» dieron la mejor medida totalitaria de su paranoia nacionalista.

## ABC

Presidente-Editor  
GUILLERMO LUCA DE TENA

Director  
LUIS MARIA ANSON

Director de ABC de Sevilla

Francisco GARCÍA-ALENZÁN

Subdirectores: M. RIVERA, J. L. LÓPEZ

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

José de Pineda: A. A. GARCÍA, R. GARCÍA, V. A. PÉREZ, J. GARCÍA

Prrensa Española, S. A.

9500926.

06

S E C R E T O

- 6 -

ADEN, podrían servir más adelante como pretexto para que sus camaradas lo suspendan y lo destituyan, mas también el temor de empujarlo a un paso de esta clase podría impedirles adoptar medidas en contra de ARAFAT.

- c. Si la "Alianza Democrática" consiente en convocar al Consejo Nacional Palestino sin la "Alianza Nacional", se correría el riesgo de un cisma en la OLP y el hecho constituiría un desafío a SIRIA. Estimamos que las organizaciones de la "Alianza Democrática" no se proponen actuar de esta manera, por varias razones: el cisma en la OLP las convertiría en una minoría junto al Fatah y en "hoja de parra" de la política tradicional de ARAFAT, la oposición de la UNION SOVIETICA a cualquier clase de división en la OLP, y el daño que una acción de esta clase causaría a las relaciones de los integrantes de la "Alianza Democrática" con SIRIA, así como el temor de su consecuente expulsión de DAMASCO y del LIBANO.

8. Un factor principal que habrá de influir sobre la continuación de la actividad para subsanar las divergencias, sería la preparación con miras a la posibilidad de que tras las elecciones en ISRAEL y en ESTADOS UNIDOS se reanude el proceso político bajo los auspicios norteamericanos y con la participación de JORDANIA, en un momento en que la OLP se encuentra dividida y su capacidad de influencia se ha debilitado. Una evolución de esta clase podría acelerar la búsqueda de un arreglo y aumentar la disposición de las partes a una componenda, o a la inversa, producir un desmoronamiento total.

MADRID, VIERNES  
18 NOVIEMBRE 1994  
NÚMERO 28.868  
CIENTO DIEZ PESETAS

ABC

CON «BLANCO Y NEGRO»: 250 PESETAS

REDACCIÓN  
Y TALLERES  
J. I. LUCA DE TENA, 7  
28027 - MADRID

## Interior destaca la importancia del nuevo golpe de la Guardia Civil a ETA

Detenido «Mobutu» al que se han ocupado 500 kilos de documentos

San Sebastián (Madrid)

La Policía Judicial francesa, en estrecha colaboración con agentes de la Guardia Civil, el mando del coronel Enrique Rodríguez Gallardo, detuvo el miércoles, en Tolón, al jefe del «aparato militar» de ETA, Félix López, «Mobutu», a quien acompañaban otros cuatro pistoleros que también fueron arrestados. El ministro del Interior, Juan Alberto Belloch, dijo que era «obligado y necesario» destacar el papel desempeñado por la Benemérita.

Los otros etarras detenidos son Jesús María Zabala Muguruza, «Esmerik» y «Txankete», responsable de los «batidos de reserva» y de los «comandos legales»; Pilar Zabala Mondragón, del «aparato de falsificación»; Jesús Altaba Echarte, «Josu», integrado en los «batidos de reserva»; y Purificación Gómez Gorrochategui, alias «Nicolasa», que en un principio se creyó que podría ser Nagore Múgica Álvarez, quien desde 1983, según reveló ayer el ministro Belloch, formaba parte del actual «comando Madrid».

En el piso donde fueron detenidos se ha encontrado una gran cantidad de dinero en veinte sobres que, al parecer, iban destinados al pago a los «comandos de legales», cinco pistolas y diez sacos de cincuenta kilos cada uno con documentación. Las Fuerzas de Seguridad sospechan que en el piso ocupado por los terroristas se estaban realizando cursos de entrenamiento que eran impartidos por «Mobutu» que, junto con «Hakel de Ramería», actual máximo cabecilla de la banda, era el responsable del «aparato militar» de ETA.

El ministro Belloch, que subrayó que esta operación era la más importante después de la caída de Sidart, afirmó que «las cosas van bien respecto a ETA» pero matizó que «no podemos dar un mensaje totalmente optimista porque ETA puede seguir mutando». Destacó también la colaboración francesa que se ha puesto de relieve en esta operación así como en anteriores.

Estas detenciones, que suponen un nuevo revés para la dirección de ETA, son fruto de las laboriosas investigaciones que desde hace tiempo venían realizando los agentes que trabajan a las órdenes del coronel Enrique Rodríguez Gallardo, en colaboración con la Policía Judicial de Bayona, como ocurriera en la operación de Sidart.

De la importancia que en el Ministerio de Justicia e Interior se ha dado a esta operación da fe el hecho de que el titular del departamento, Juan Alberto Belloch, convocara, a última hora de la tarde de ayer, una rueda de prensa para ofrecer información sobre el asunto. El propio Belloch, telefonó personalmente al coronel Gallardo y le expresó, a través de la Benemérita, su alegría «por la detención de estos cinco terroristas en Tolón».

La detención de estos cinco terroristas en Tolón viene a confirmar que ETA ha ampliado su infraestructura a diversas regiones de Francia, tras el incremento del acoso policial en el Departamento de los Pirineos Atlánticos. Cada vez es menor la presencia de los cabecillas de ETA en el País Vasco francés, lo que va en detrimento de la capacidad ope-

rativa de la banda. Sobre este asunto, el ministro Belloch se negó a facilitar datos en la rueda de Prensa.

Por su parte, la secretaria de Estado de Interior afirmó ayer que «no ha existido ninguna oferta de tregua por parte de ETA» al ser preguntada sobre los rumores que apuntan a la posibilidad de que la banda criminal abandone un cese de sus actos terroristas.

(Página 23)

## El FMI insiste en pedir un despido más fácil y recortes de las pensiones

Madrid

El Fondo Monetario Internacional ha recomendado al Gobierno la adopción de nuevas medidas para que el despido sea más sencillo y barato, así como la reforma urgente de las pensiones.

En su informe anual sobre la economía española, el FMI insta también al Banco de España a ser firme para que no dude en elevar los tipos de interés a corto plazo si se dispara la inflación, por ejemplo, con subidas salariales excesivas en los convenios colectivos.

El informe ha sido elaborado por una delegación de expertos del FMI que visitó España la semana pasada. Este trabajo es el primero sobre España tras la reciente Asamblea de Madrid y sigue las recomendaciones de la Cumbre, algunas de ellas muy polémicas como las relativas a las pensiones y el mercado de trabajo.

Por lo que se refiere a las pensiones, el informe del Fondo no deja lugar a dudas y señala que si España quiere reducir su déficit para facilitar la inversión, tiene que recortar más el gasto público. En este sentido y a juicio del Fondo, el área en la que los ahorros podrían ser sustanciales es el de la Seguridad Social.

El FMI aconseja separar la Sanidad del régimen de pensiones y alerta que, por razones demográficas, dentro de 30 años habrá menos empleados por pensionista. Ante esta situación, asegura el FMI, el tipo de cotización que habrá que pagar para mantener las pensiones en su nivel actual sería «extremadamente alto».

Eso obliga, según el Fondo, a adoptar ya decisiones, porque «esperar sólo llevaría a medidas más drásticas, bien con fuertes recortes de las pensiones, bien con fuertes aumentos en el tipo de cotización». En cambio, si las medidas se aplican ya, asegura el Fondo, los ahorros que se obtendrían permitirían más inversión y por lo tanto mayor nivel de producción para atender las pensiones.

Como medidas concretas, el FMI propone ir a un sistema de capitalización parcial (que cada uno reciba en función de lo cotizado y no como el sistema actual en el que se reparte entre todos el dinero que hay en cada momento) tanto en el tipo de cotización como en el cálculo de las pensiones.

El Fondo también reclama profundizar en la reforma laboral porque, a su juicio, no se han conseguido los efectos deseados para generar empleo.

En ese sentido, considera que pueden ser necesarias nuevas medidas para hacer el despido más sencillo y menos costoso. Mientras tanto, el FMI cree que hay que ampliar los contratos temporales. Nada más conocer el informe, el secretario general de CC.OO., Antonio Gutiérrez, acusó al FMI de practicar el «insulto permanente» con «recetas que suponen un desprecio absoluto a la realidad de nuestro país».

(«ABC, Diario de Economía»)

### CGU pide al Gobierno representantes en las empresas públicas nacionales

Madrid

CGU retró ayer en el pleno del Congreso dos enmiendas al proyecto de Ley Eléctrica tras obtener el compromiso del Grupo Socialista de que antes del final de año el Ejecutivo enviará a las Cortes los criterios para que las Comunidades Autónomas se incorporen a los consejos de administración de empresas públicas.

(Página 43, «ABC, Diario de Economía»)

Desde 1851  
MADRID  
**CASA MIRA**  
es  
el Turrón  
Abierto todos los días  
CARRERA DE SAN JERÓNIMO, 33  
TEL: 429 67 94

9500926

051

SECRET O

Fatah.

Informe N°:    u   /5298  
Fecha        : 7th August 1984  
Asunto       : La OLP tras el Acuerdo de ADEN - Perspectivas  
                  : de superar el cisma?

Cuadro de situaciónEl Acuerdo de ADEN

1. El Acuerdo de ADEN entre el Fatah y la "Alianza Democrática" se firmó en ARGEL (13 de junio) en presencia de los Secretarios Generales de las organizaciones participantes, y el mismo debe servir de base para un diálogo nacional integral con miras a la reunión del Consejo Nacional Palestino. El Acuerdo refleja la disposición de los representantes del Fatah en las negociaciones, a hacer concesiones substanciales tanto en cuestiones políticas como organizacionales, para llegar a un arreglo con el bloque izquierdista:

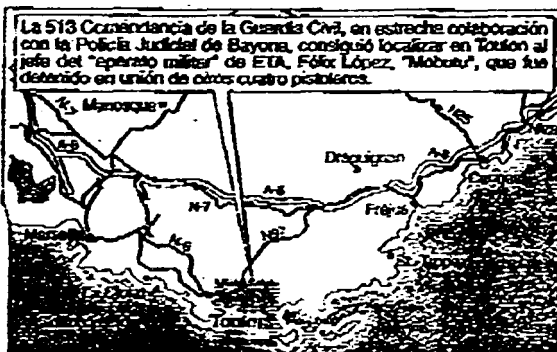
- a. En el terreno político - De hecho, se han adoptado la mayor parte de las posiciones de las organizaciones de izquierda: la visita de ARAFAT al CAIRO fue presentada como una desviación de las resoluciones del Consejo Nacional Palestino, que debe ser justificada ante las instituciones de la organización; adhesión a las resoluciones de la Conferencia de BAGDAD referentes al corte de todo vínculo con EGIPTO hasta la anulación de los Acuerdos de CAMP DAVID; censura de la reanudación de la actividad del Parlamento jordano; cultivo de relaciones "estratégicas" con SIRIA; en cuanto al proceso político, se destaca la adhesión a las resoluciones del 16º Consejo Nacional Palestino, aceptadas por ambas partes.
- b. En el terreno organizacional - Se acordó adoptar el principio de la "dirección colectiva", afianzándolo en

## La mafia etarra sufre otro durísimo golpe con la captura del cabecilla del «aparato militar»

Brillante operación francesa tras la investigación de la Guardia Civil

San Sebastián/Alejo J. Pagola/J.M. Zuloaga. La banda mafiosa ETA sufrió ayer un nuevo golpe en Francia con la detención del máximo cabecilla del «aparato militar» y de los «comandos» operativos, Félix López, «Mobiuta», y otros cuatro terroristas de su confianza, gracias a las

investigaciones que venían realizando desde hace tiempo los agentes de la 513 Comandancia de la Guardia Civil de Guipúzcoa, a cuyo frente se encuentra el coronel Enrique Rodríguez Galindo, que de esta manera se apunta otro importante éxito en la lucha contra la banda criminal.



La 513 Comandancia de la Guardia Civil, en estrecha colaboración con la Policía Judicial de Bayona, consiguió localizar en Tolón al jefe del «aparato militar» de ETA, Félix López, «Mobiuta», que fue detenido en unión de otros cuatro pistoleros.



Entre los detenidos en la operación se encuentra Purificación Gómez Gorrochategui, «Nicolasa».

Los otros etarras detenidos son Jesús María Zabala Muguruza, «Esmen», y «Txenket»; Purificación Gómez Gorrochategui, «Nicolasa»; Pilar Zabala Mondragón y Jesús Añabale Echeñe, «Jesu», todos ellos con importantes responsabilidades en la banda criminal. La policía gala analiza la documentación interna hallada en poder de los terroristas.

### Nuevo revés

Estas detenciones, que suponen un nuevo revés para la dirección de ETA, son fruto de las laboriosas investigaciones que desde hace tiempo venían realizando los agentes que trabajan a las órdenes del coronel Enrique Rodríguez Galindo, en colaboración con la Policía Judicial de Bayona, como ocurriera en la operación de Ekiart. Las informaciones obtenidas permitieron averiguar que en el inmueble número uno de la calle Aketa, en la periferia de Tolón, iba a tener lugar una reunión de importantes miembros de ETA.

La operación comenzó a las diez y media de la mañana del miércoles, y no se dio por concluida hasta las seis de la mañana de ayer jueves. Participaron efectivos de los grupos de intervención, apoyados por agentes de la Policía Judicial de Bayona, Merseña, al ser esta su demarcación, así como de la sexta división de París, a petición expresa de la jueza Laurence Le Vert. Los etarras no opusieron resistencia armada.

En un primer momento, los agentes detuvieron a Purificación

Gómez Gorrochategui, que portaba una pistola, cuando transitaba por una calle de la periferia de Tolón. Inmediatamente después, los policías irrumpieron en una vivienda próxima, en la que se ocultaban los otros cuatro etarras: el propio Félix López, «Mobiuta»; su «lugarteniente», Jesús María Zabala Muguruza, «Esmen»; Pilar Mondragón y Jesús Añabale. En esta vivienda, la policía encontró otras cuatro pistolas, munición, así como documentos de identidad falsos que utilizaban los terroristas para moverse por territorio francés.

Asimismo, fueron hallados documentos internos de la banda, que están siendo analizados. Su contenido puede resultar de gran importancia para conocer el actual «modus operandi» de la banda, así como su estructura interna actual.

### «Cierta y precisa»

La operación ha sido calificada por expertos de la lucha antiterrorista como «certa y precisa», ya que se ha conseguido la captura de Félix López, actual «número dos» de ETA, después de Ignacio Gracia Arregui, «Iraki de Rentería», y la de otros cuatro etarras muy próximos a la cúpula, la mayoría de ellos reclamados por asesinatos, por lo que la Audiencia nacional prepara ya los trámites para solicitar su extradición.

El propio ministro de Justicia e Interior, Juan Alberto Belloch, telefonó, según fuentes de la Guardia Civil, al coronel Galindo para mostrarle su alegría «por us- ted, por la Guardia Civil y por Es-

paña». Estas afirmaciones del ministro han sido acogidas muy favorablemente sobre todo después de que, según las mismas fuentes, Belloch hubiera comentado en la reunión que celebró con altos cargos del departamento en El Escorial que no sabía como «quitarse de encima» a Galindo.

«Mobiuta» pudo eludir la acción policial el 31 de mayo de 1992, ya que estaba citado en la localidad de Ignacia Bilbao de la provincia de Vizcaya, y Rosendo Fierbas Ugarte, que si fueron detenidos.

### Logística

En la actualidad se ocupaba también de funciones de «logística» por lo que se encargó del «desmantelamiento» de los pistoleros, y de hecho, se cree que utilizó la «estructura de terroristas» desmantelada en septiembre del pasado año en la localidad francesa de Arcasonne.

La policía gala investiga los motivos de la reunión de estos terroristas, y no se descarta que estuvieran planeando la formación de un nuevo «comando» criminal.

La detención de estos cinco terroristas en Tolón viene a confirmar que ETA ha ampliado su infraestructura en diversas regiones de Francia, tras el incremento del apoyo policial en el Departamento de los Pirineos Atlánticos.

De hecho, cada vez es menor la presencia de los cabecillas de la banda terrorista ETA en el País Vasco francés, lo que va en detrimento de la capacidad operativa de la banda.

## Los terroristas capturados cometieron al menos nueve asesinatos

San Sebastián. J.P.

El ingreso de Félix López en ETA coincide en el tiempo con la amnistía general aprobada por el Congreso de los Diputados. Entre 1978 y 1979 formó parte del «comando Arabe» hasta que se desplazó a Bélgica y a continuación a Yemen del Sur, donde, en compañía de otros etarras, recibió un curso sobre manejo de armas y explosivos. En 1980 regresó a España y se reincorporó al «comando Arabe», y un año después huyó a Francia a raíz de la muerte de su compañero de grupo, José Arístimuño Mendizábal, «Pana», en el transcurso de un enfrentamiento con la Policía. Las Fuerzas de Seguridad le atribuyen su participación en seis asesinatos, entre ellos los del teniente coronel Emilio Patzsch y del industrial Saturno Sota. Se le vincula también con el robo de 6.000 kilogramos de goma de polvón de Soto de la Marina (Cantabria).

Purificación Gómez Gorrochategui, «Nicolasa», natural de Guernica, de 24 años de edad, perteneció a un grupo de apoyo al «comando Vizcaya» entre 1989 y 1990, al igual que José Luis Marín Cernomora, al que se atribuyen treinta asesinatos con el saldo de seis personas muertas. Huyó a Francia en agosto de 1991, a raíz de la desertización del «comando Vizcaya», en cuya operación resultó muerto «Turco».

Médicos antiterroristas situaron el pasado verano a «Nicolasa» en el nuevo «comando Vizcaya», junto al propio Marín Cernomora y Benzoas Arrech. Este grupo es autor, entre otros atentados, del asesinato del sargento mayor de la «Ertzaintza», Joseba Goicoechea.

Jesús Añabale Echeñe, «Jesu», perteneció a un grupo «delegado» que actuaba en Navarra, y se le atribuye el asesinato de un guardia civil cometido en 1984. Posteriormente huyó a Francia y en su día formó parte de los «talas de reserva».

Jesús Zabala Muguruza, «Esmen», no tiene causas pendientes por delitos de sangre, aunque llegó a formar parte del «comando Nafarroa». Se le considera un «correo» y un secundario desde hace años, pero siempre a la sombra de los máximos dirigentes. En una carta intervenida por la Policía, «Esmen» preguntaba: «¿Quién es Esmen?». Ahora podría ser un hombre de confianza de «Mobiuta».

A Pilar Zabala Mondragón, por su parte, se le atribuye su participación en dos asesinatos.

9500926

08



S E C R E T O

- 2 -

la estructura organizacional de la OLP por los siguientes medios: se nombrarán dos o tres Vicepresidentes del Comité Ejecutivo; se creará una Secretaría General integrada por miembros del Comité Ejecutivo, que manejará los asuntos cotidianos de la organización, y Comisiones de miembros del Comité Ejecutivo que se encargarán de los temas principales (finanzas, ejército, política); el Consejo Central será elegido directamente por el Consejo Nacional Palestino y se convertirá en un organismo ejecutivo con facultades para suspender en sus funciones hasta a un tercio de los miembros del Comité Ejecutivo. Asimismo, los representantes del Fatah han aceptado la anulación de hecho de la hegemonía de que disfrutaba el movimiento en las instituciones de la OLP desde 1969 al haber dado su consentimiento para que todas las organizaciones estén representadas en el Comité Ejecutivo (a expensas de los representantes independientes, en su mayoría allegados al Fatah) y en los diversos organismos ejecutivos (el Departamento Político, el de Finanzas), cargos que hasta ahora habían sido desempeñados exclusivamente por partidarios del Fatah.

2. Pese a la conformidad con respecto al texto del Acuerdo de ADEN, parecería que el Fatah y la "Alianza Democrática" disienten en cuanto a su significado y a las condiciones para su puesta en práctica:

- a. Los representantes del Fatah que participaron en las negociaciones lo consideran como un medio para la convocación del Consejo Nacional Palestino a la brevedad, aunque no asistan al mismo las organizaciones proirias, suponiendo que las mismas no aceptarán tomar parte en el diálogo. Los mismos estiman que con las concesiones que han hecho no se los podrá acusar de

../3

En el dispositivo intervinieron efectivos de la Guardia Civil — Durante una etapa, «Mobutu» fue el máximo responsable de la organización terrorista — El Ministerio del Interior califica de «muy importante» esta operación

**Interior proyecta extraditar a los etarras detenidos**

En total se detuvo a 5 personas y se incautaron 500 kilos de documentación

**FERNANDO LAZARO**

A la tercera no faltaron. La Policía vigilaba el número 1 del bulevar Abta de Tolstoi (costa meridional de Francia) desde el momento por la tarde. Es un inmueble de ladrillo rojo, un poco vetusto, es el barrio de San Juan, en la periferia de Tolón.

**ARMON POLICIAL.** - La presencia de «Nifotras» en el apartamento fue controlada la noche del martes. La acción policial se desarrolló a primeras horas de la mañana de ayer, jueves. Una de las mujeres, inicialmente identificada con María Negrón Miquela, abandonó el piso y fue detenida. Según fuentes policiales, esta presunta activista llevaba un arma que no era. La Policía francesa esperó hasta las 11 de la mañana y realizó el periplo apartamento de tres habitaciones, situado en el tercer piso.



## Un etarra escurridizo

El presunto responsable de los atentados armados de ETA, Félix López de la Cella, «el butro», detenido ayer, había escapado en varias ocasiones de la Policía francesa, indicaron fuentes cercanas a la investigación. Las autoridades tuvieron constancia de la presencia en Francia de López de la Cella debido a un incidente de automóvil ocurrido el 20 de septiembre de 1993 cerca de Arzac-sur-Garonne (sur-oeste de Francia). A raíz de ese accidente, la Policía

decuró a otro presunto militante de FIA, Javier Macgregor Urdinola, mientras que «ellobot» consiguió darse a la fuga. El pasado julio, un hombre que respondió a la descripción de «ellobot» logró huir después de una persecución por los Pícaros Atlantes. Igualmente, se había señalado su presencia en la región de las Llanas, donde, en julio de 1992, pudo haber organizado una reunión para reorganizar la dirección de la banda armada.

inventario de cinco papeletas, así como de documentos falsificados. Concretamente, siempre según esas fuentes, la Policía se habría incautado de 10 sacos, de 50 kilos cada uno, con documentación. La Policía también halló 20 sobres con importantes cantidades de dinero.

**RELACION FRANCESA.**—La cosecha del 94 de la Francia francesa está siendo grandemente abundante. A las detecciones de ayer hoy que están la de Lógica López Riano, el Siguro, a finales de agosto. Esta fue detenida en Aix-en-Provence, otra localidad del sur de Francia, no lejos de Tolón. Esta coincidencia nos prueba de nuevo que ayer en Francia, donde se combata que el ejército francés podía ser la nueva zona de conflicto entre, después de que las acciones de la Policía local hicieron "irreversibles" los tradicionales "cuantros" de la organización: el País Vasco-francés y Bretona.

Los responsables de Interior españoles se han deshecho reiteradamente en elogios sobre la colectividad francesa. Por citar los últimos, durante los viajes a París de Margarita Robles —secretaria de Estado de Interior—, así como en la visita a Madrid de Charles Fagou, ministro del Interior francés.

Fuertes policiales se celebran a última hora de la tarde de ayer que la operación continuaba abierta y que pudieran realizarse nuevas detenciones.

Interior indicó ayer que ha sido la Guerra Civil la que ha facilitado la información a Francia para poder proceder a estas capturas.

MADRID.— Tres tener noticia de estas detenciones, fuentes de la Familia de la Audiencia Nacional afirman ayer que están en condiciones de poder a Francia con toda rapidez la extradición de los etarras detenidos en el curso de la operación Ikeria a sólo por la Policía francesa en Tolón, localidad portuaria de la Costa Azul francesa.

La entrega de Félix López de la Calle, «Mobettus», parece reunir alguna dificultad ya que si haber sido encontrado en posesión de armas y de documentación íntima, tendrá que responder primero ante la Justicia francesa.

El presunto «miembro dos» de ETA está implicado en un suceso muy sangre, relativo al asesinato en diciembre de 1978 del industrial Sebastián Sosa Argiz, perpetrado en Vitoria. También está relacionado por robos y extorsiones y por pertenencia a «célula armada».

Albiste nació en el 55 en Pamplona y se le acusa de formar parte del comando «X-1». Huyó de España en el 81 y fue detenido en abril del 87 en Marsella y ha permanecido largo tiempo en esta zona de Francia, que, al parecer, conoce bien.

Jesús María Zabala, nacido en Lekeitio (Vizcaya), en 1958, se ha visto las caras varias veces con la Policía Francesa sin que los cargos contra él se hayan demostrado consistentes. Fuertes políticos franceses le consideran el enlace entre la dirección de ETA y los milicianos replegados en Francia.

No se haya reclamado en España aunque se le considere responsable de los tallos de reserva y de los «grupos» (así señalados por la Policía).

Garbiche Gómez, a la que se confundió con María Nagore Múgica, nació en Roma, en barrio de Genoa (Vaticano). Hijo a Francis tiene 3 años tras un tiempo en el que estuvieron «Turcos» y un cirujano. Se le consideraba miembro de un grupo «nuevo» del comando.

Pilar Mondragón Zebala nació en 1950 en Mondragón (Gipuzkoa). Se la considera experta en falsificación de documentos y hay una orden de búsqueda española contra ella por asesinato y dos asesinatos frustrados.

9500926.

S E C R E T O

- 3 -

causar divisiones y comprometen a las organizaciones de izquierda a cumplir con el Acuerdo.

- b. Las organizaciones de la "Alianza Democrática" por su parte, persisten en su posición que descarta cualquier medida institucionalizada de división, como ser la reunión del Consejo Nacional Palestino cuando todavía no se dan las condiciones de una conciliación total. Por lo tanto, para ellas el Acuerdo sirve como base de negociaciones con las organizaciones prosirias, y la mera aceptación de esta plataforma por parte del Fatah lo obliga y le impide adoptar medidas políticas u organizacionales anómalas.

3. Las organizaciones prosirias (la "Alianza Nacional") rechazaron el Acuerdo rotundamente. Las mismas no aceptan las explicaciones de las organizaciones izquierdistas, según las cuales las condiciones fijadas en el Acuerdo permiten destituir a ARAFAT en el Consejo Nacional Palestino, y vuelven a exigir (como lo hace también DAMASCO) que ARAFAT sea destituido como condición previa a toda conciliación. Al parecer, pese a esta posición, las organizaciones de la "Alianza Nacional" están dispuestas a continuar el diálogo con la "Alianza Democrática" sobre la base de las diversas propuestas de reforma presentadas por ambas partes en el pasado y de la exigencia de destituir a ARAFAT. Es posible que la "Alianza Nacional" esté dispuesta a conversar también con el Fatah sobre la misma base.

4. SIRIA saludó al Acuerdo como un triunfo sobre ARAFAT y su política, pero manifestó sus dudas en cuanto al cumplimiento del mismo por parte del Fatah y estableció que la garantía que asegure la materialización del Acuerdo debe ser la destitución de ARAFAT. Parecería que la actitud de DAMASCO con respecto al Acuerdo es ambivalente:

## Capturados en Francia el 'número dos' de ETA y cuatro miembros del 'aparato' militar

de la organización, a cuyo frente se halla Ignacio de García Arregui, *field* de Rentería. La viceministra de Interior, Margarita Robles, insistió en que "no puede existir ningún tipo de negociación con ETA hasta que no abandone las armas".

Una policía vigila la puerta del edificio donde fueron detenidos Mobutu y otros cuatro integrantes del ejército millar de  
ETA. Abajo: Mobutu Mukenzi

entre Madrid y París. Tras los

agencias de cooperación entre los Gobiernos español y francés, éste "ha dado todo tipo de facilidades" para que agentes españoles puedan trabajar en Francia, siempre que "no actúen por sí solos", sino acompañados de "franceses", según explicaron a los periodistas.

La operación ha sido coordinada por el personal de la que desde hace años es el organismo decisorio de la zona.

Calle y a sus subordinados en el chalet de la calle de Aliste, en Tolón. Esta ciudad de la Costa Azul es la capital de la región del Var, conocida como el Var West, por la presencia de millones de mafiosos.

policias municipales de Madrid, por lo que se supone que acababa de integrarse en el comando y durante que estaba en este caso, junto con otro grupo conocido de terroristas.

En numerosos documentos e informes intervenidos por la policía en los últimos años y a raíz de los talleres legales y los de memoria en espera de entrar en acción, a Jesús María Altshuler se le impuso el asesinato de un capitán de la Guardia Civil en 1934, se le encuentra en los talleres. A María Pilar Montaña, que está acusada de dos asesinatos frustrados, se le encuentra en el terreno de falsificaciones.

**11. Madrid**  
Rafael Riera, jefe de la Secretaría  
del Gobierno, Felipe González, y  
el ex. de Generalísimo, Jordi Pujol,  
son inductos de impulsar una re-  
generación democrática en Cata-  
uña y el resto de España. El pre-  
sidente de la Unión Europea, Jac-  
ques Delors, también se declara  
favorable a la autonomía catala-  
na. Los representantes de la  
Comisión Europea, el jefe de la  
Comisión de Asuntos Regionales,  
Joaquín Almunia, y el jefe de la  
Comisión de Asuntos Jurídicos,  
Francisco Rodríguez Domínguez,  
se declaran partidarios de la au-  
tonomía catalana. El jefe de la  
Comisión de Asuntos Jurídicos,  
Francisco Rodríguez Domínguez,  
se declara partidario de la au-  
tonomía catalana. El jefe de la  
Comisión de Asuntos Jurídicos,  
Francisco Rodríguez Domínguez,  
se declara partidario de la au-  
tonomía catalana.

S E C R E T O

- 4 -

- a. Por una parte, el Acuerdo y el diálogo sirven a sus intereses, dado que constriñen al Fatah a posiciones políticas radicales explícitas, disminuyen el peligro de una escisión oficial, reducen el espacio de manobra personal de ARAFAT y contribuyen a indisponerlo con sus partidarios. Debe agregarse a ello el hecho que DAMASCO no desea objetar de entrada una medida que disfruta de un respaldo soviético abierto.
- b. Por otra parte, SIRIA teme que el bando de ARAFAT logre aprovechar el Acuerdo para conferir al líder una renovada legitimidad, así sea parcial y transitoria (hasta el Consejo Nacional Palestino).

5. Esta ambivalencia se manifiesta en la continuación del diálogo de SIRIA con miembros del Comité Central del Fatah allegados a ella, que se viene desarrollando con intermitencias desde el comienzo de la crisis. Estimamos que el objetivo de DAMASCO en este diálogo sigue siendo el mismo: sembrar cizaña entre ARAFAT y sus partidarios, llevando a estos últimos a reconocer que para ellos no existe más que la "opción siria" y que es necesario pagar el precio de su renovación.

Evaluación

6. Los últimos movimientos en el escenario de la OLP significan la detención, provisoria al menos, del proceso de institucionalización del cisma; no debe verse en ellos un cambio drástico en dirección a la finalización de la crisis. Si bien en el marco del Acuerdo con las organizaciones de izquierda el Fatah hizo concesiones substanciales: en el plano organizacional renunció al boicot de las organizaciones prosirias, a la amenaza de reunir un CNP cismático y a su hegemonía dentro de la OLP; en el plano político renunció a la concepción de la libertad de maniobra política implícita en relaciones con JORDANIA y EGIPTO, estimamos que pese a todas estas concesiones no cabe esperar en

Nº. DOCUMENTO

TITULO *Captura de cabecilla etarra en Francia.*

PROCEDENCIA *ABC (diario)*

FECHA DE PROCEDENCIA *24-11-94*

VINCULACIONES *11213*

*502517*

*65963*

*501410*

ENTRADO

CRUZADO



## «Mobutu» planeaba montar un sofisticado sistema de comunicación dentro de ETA

La operación revela problemas económicos y de captación en la banda

Madrid/San Sebastián. J.M. Zuloaga/J. Pagola

«Pero, ¿qué pasa?». Poco más acertaba a articular «Mobutu» cuando el pasado día 17 policías galos irrumpían en una casa de Tolón. La detención del cabecilla etarra y otros cuatro terroristas, gracias a la información aportada por la Guardia Civil, ha permitido, entre otros muchos resultados, neutralizar los planes de la mafia etarra para crear una red de comunicación interna a través de fax, lo que les evitaba el peligro de las citas.

La detención del cabecilla Félix López y de los otros cuatro terroristas ha sido fruto de una callada y laboriosa investigación llevada a cabo por agentes de la 513 Comandancia de la Guardia Civil de Guipúzcoa, a cuyo frente se encuentra el Coronel Enrique Rodríguez Galindo.

El origen de la operación está en informaciones muy fidedignas, procedentes del País Vasco francés, que llegaron a Rodríguez Galindo y que tras el correspondiente análisis, permitieron seguir la pista de «Mobutu». Las investigaciones apuntaron a que el día 17 el cabecilla López y otros destacados etarras iban a celebrar una reunión en un piso de Tolón, y así se hizo saber a la Policía francesa.

Lo fidedigno de las informaciones quedó comprobado con los resultados finales. Las distintas fuentes antiterroristas consultadas por ABC destacan que si la operación de Bidart fue importante porque permitió la captura de los tres máximos cabecillas, esta última adquiere gran trascendencia por las vías de investigación que se pueden abrir para seguir acosando a la banda hasta su desarticulación definitiva. Los expertos antiterroristas confían en que las investigaciones abiertas permitan un «Bidart 3», en alusión a la posible detención del actual máximo cabecilla, Ignacio Gracia Arregui, «Itzi de Rentería».

Lo cierto es que, la operación de Tolón tiene un claro carácter preventivo, ya que la caída del máximo responsable de los «comandos» operativos, «Mobutu», ha servido para que se eviten atentados que tenía planeados la banda. Entre la amplia documentación encontrada figuran informaciones sobre víctimas potenciales. Las más precisas son las informaciones referentes a miembros de la Guardia Civil, Cuerpo Nacional de Policía y «Ertzaintza». En menor medida, de miembros de las Fuerzas Armadas. Hay también datos sobre empresarios, financieros y políticos, pero mucho más imprecisos, y basados fundamentalmente en recortes de periódicos y revistas especializadas.

De los primeros análisis realizados sobre el amplio material incautado se deduce que la dirección de la banda se encontraba actualmente en una situación buena, y así, se ha confirmado, tal y como adelantó el pasado verano ABC, que los cabecillas habían conseguido ya reforzar sus diferentes «aparatos» con dos responsables, con lo cual, en el caso de ser detenido uno de ellos, estaba garantizada la continuidad de su funcionamiento. Tiende así el organigrama de ETA a su estructura tradicional. Por el contrario, se ha constatado que a nivel de activistas de base ETA se encuentra en una situación precaria, ya que muestran desmoralización y desconcierto.

Se han confirmado también las actuales dificultades económicas de la banda mafiosa. Durante la reunión interrumpida por la Policía, los

licitados con un alias. Se supone que iban a ser destinados a otros tantos activistas encuadrados en los «falanges de reserva».

Gracias a las investigaciones desarrolladas hasta la fecha, los expertos antiterroristas han podido saber que ETA estaba reforzando su infraestructura con unos sistemas de comunicación interna bastante sofisticados y novedosos en el entramado de la banda criminal, utilizando aparatos de fax. De esta forma pueden comunicarse permanentemente, sin necesidad de las clásicas citas, o instalación de «buzones», cada vez menos seguros para los activistas.

Precisamente una de las consecuencias que había provocado el mayor acoso policial era las crecientes dificultades que afrontan los terroristas para comunicarse entre ellos. Asimismo, no pocas operaciones policiales se han llevado a cabo tras realizarse los correspondientes seguimientos a algún «correo» de la banda.

Con estos elementos tecnológicos ETA gana en seguridad, mientras que las Fuerzas de Seguridad del Estado encuentran mayores dificultades para detectar a los terroristas, pero la operación desarrollada en Tolón ha permitido de momento neutralizar estos intentos del cabecilla etarra.

La detención del responsable de información y captación, José María Olabarrieta, que en un principio fue confundido con Jesús Zabala Muguruza, «Esmeril», ha servido también para conocer los desesperados intentos de la banda terrorista ETA por captar nuevos adeptos.

## ETA, al igual que HB y KAS, amenaza a la «Ertzaintza» en un comunicado en «Egin»

San Sebastián

En estrecha sintonía con los cabecillas de Henri Batasuna, la banda mafiosa ETA amenazó ayer, a través del diario «Egin», a todos los miembros de la Policía autónoma vasca, a la que acusa de ser defensora del ordenamiento español. El comunicado de la banda criminal supone un paso más en la campaña de amenazas contra la «Ertzaintza», ya que si antes aseguraba que se centraba en aquellos agentes implicados directamente en la lucha antiterrorista, ahora la extiende al conjunto del Cuerpo.

«Todos los «ertzainas» ya saben en qué están y dónde están», afirma el brazo armado de Henri Batasuna. «Desde el primero hasta el último «ertzaina» añade ETA copiando casi literalmente las declaraciones del cabecilla de KAS, Javier Alegria: «son miembros de un Ejército español que ayuda a oprimir a un pueblo».

ETA se refiere en su nota a la advertencia lanzada por el PNV tras el atentado cometido

ha mostrado cuáles eran las intenciones de esa advertencia con los sucesos ocurridos el pasado viernes en la desarticulación del «comando Vizcaya». La Policía autónoma está siendo utilizada, añaden, para «reprimir» a quienes «estamos sumergidos en el proyecto por la reconstrucción de Euskal Herria».

Los sindicatos de la «Ertzaintza» han denunciado las amenazas de ETA, al tiempo que se comprometen a seguir apoyando a los agentes en su trabajo a favor de la sociedad vasca.

Por su parte, el vicepresidente primero del Parlamento vasco y miembro de la Ejecutiva del PSE-EE, Manuel Huertas, declaró ayer a este respecto que la banda terrorista «ha perdido por completo el sentido de la realidad de este país y parece que habla desde la estratosfera».

Asimismo, el portavoz de IU Javier Madrazo indicó que «las acusaciones vertidas por dirigentes de HB y KAS contra la «Ertzaintza» son la munición con la que los activistas de ETA

*11*

9500926

029

JUNTA DE COMANDO EN JEFE	
SECRETARIA DE DEFENSA	
DEPARTAMENTO DE DEFENSA	
Fecha de Entrada	31-MAY-84
Fecha de Salida	
Pase a	Pol. Ext.
Nº. de Identificación	4546/84

S E C R E T O

26 DE ABRIL DE 1984

INFORME NO.: W /3052

ASUNTO: LA CRISIS EN LA OLP - ACTUALIZADA  
AL DIA 24 DE ABRIL, 1984

1. ENTRE EL 20 Y EL 23 DE ABRIL TUVIERON LUGAR EN ARGELIA CONVERSACIONES ENTRE UNA DELEGACION DE AL-FATAH, ENCABEZADA POR ABU-DJIHAD, Y REPRESENTANTES DEL FPLP Y DEL FPDLP (ABU-ALI MUSTAFA Y YASSER ABED RABBO, RESPECTIVAMENTE LUGARTENIENTES DE HABASH Y DE HAWATMA). AL INICIO DEL DIALOGO INTENTARON LOS DOS "FRENTE" INCORPORAR A LAS CONVERSACIONES A REPRESENTANTES DEL PCP Y DE LA FRACCION DE TALA'AT YA'AQUB EN EL FRENTE DE LIBERACION DE PALESTINA (FLP). AL-FATAH REACCIONO PROPONIENDO DE SU PARTE LA INTEGRACION A LAS CONVERSACIONES DE AQUELLOS MIEMBROS DEL COMITE EJECUTIVO DE LA OLP QUE FAVORECEN A ARAFAT, COMO TAMBIEN DE REPRESENTANTES DEL FRENTE DE LIBERACION ARABE (FLA) PRO-IRAQUI Y DE LA FRACCION DE ABU-ABBASS EN EL FLP. AL FINAL SE DESARROLLARON LAS DELIBERACIONES CON LA PARTICIPACION DE AL-FATAH Y DE LOS DOS "FRENTE" GRANDES UNICAMENTE. SE DESCONOCE SI HA PARTICIPADO TAMBIEN EL FLP. ADEMAS DE LOS INTERLOCUTORES DIRECTOS TOMARON PARTE EN LAS CONVERSACIONES ALGUNOS ELEMENTOS DE MEDIACION DE LA RPDY Y DE ARGELIA (ABDUL-QADER ABDUL-GHANI Y MUHAMMAD SHARIF MASSAIDA RESPECTIVAMENTE).
2. EN NADA ADELANTO ESTE ENCUENTRO LA ELABORACION DE SOLUCIONES A LAS DIVERGENCIAS QUE SEPARAN ENTRE LOS INTERLOCUTORES. SIN EMBARGO, EL COMUNICADO DE CLAUSURA MENCIONA LA INTENCION DE REUNIR A ESTE MISMO FORO EL DIA 10 DE MAYO, PARA SEGUIR CON LAS DELIBERACIONES. TAMBIEN AFIRMA EL COMUNICADO QUE EL "CONSEJO NACIONAL PALESTINO" (CNP) SERIA CONVOCADO UNICAMENTE "DE CONCRETARSE UN CONSENSO NACIONAL TOTAL SOBRE TODOS LOS PROBLEMAS DE POLITICA NACIONAL", CUMPLIENDO RIGUROSAMENTE CON LAS RESOLUCIONES DEL CNP. DE DECLARACIONES HECHAS POR PARTICIPANTES EN LAS CONVERSACIONES DE ARGEL, SURGE DE QUE AL-FATAH HA RENUNCIADO A LA IDEA DE CONVOCAR UN "CONGRESO POPULAR". A PESAR DE ESTAS CONCESIONES POR PARTE DE AL-FATAH, NO PARECEN LAS AGRUPACIONES IZQUIERDISTAS ESTAR DISPUESTAS A CUALQUIER MODIFICACION EN SUS ACTITUDES INFLEXIBLES CON RESPECTO A LA PERSONA DE ARAFAT.
3. POR EL MOMENTO NO QUEDA CLARO SI HA ARAFAT DADO SU VISTO BUENO, A PRIORI O A POSTERIORI, A LAS CONCESIONES HECHAS POR SUS PARTIDARIOS EN ESTAS CONVERSACIONES. DE TODOS MODOS, EL HABER AL-FATAH OFRECIDO ESTAS CONCECIONES, ELIMINA LA AMENAZA DE ESTA ORGANIZACION DE DIVIDIR A LA OLP. ESTA AMENAZA DE ESCISION, QUE DESAPARECE AHORA, HABIA SIDO PARA ARAFAT UN FACTOR IMPORTANTE DE NEGOCIACION EN LA LUCHA PARA MANTENERSE EN SU POSICION.



## La captura de «Mobutu» descubre la creación de la red «Sarea» para la reestructuración interna de la banda

Incluiría un «estado mayor» y una importante trama de comunicaciones, con «bases» en países de Iberoamérica

Estos planes se encontraban en poder de los cabecillas detenidos en la operación policial «Estrella-queso»

Texto del documento que describe la nueva organización secreta de los etarras

La banda criminal ETA, al igual que otras organizaciones terroristas como el IRA, está tratando de crear una especie de «estado mayor» que esté conectado con todos los «apartados» con el fin, entre otros objetivos, de garantizar la seguridad interna. Fuentes antiterroristas consultadas por este periódico han ex-

presado su preocupación por el hecho de que ETA esté introduciendo en su organigrama «innovaciones» como ésta, que pueden contribuir a garantizar de una manera más efectiva su clandestinidad y, por lo tanto, aumentar las dificultades de las Fuerzas de Seguridad del Estado a la hora de detener a los pistoleros.

Bayona. J.M. Zuloaga/J.P. Pagola

A este respecto, la operación de la Guardia Civil y de la Policía Judicial francesa, denominada «Estrella-queso», ha sido calificada por las citadas fuentes como «importantísima» ya que se trata de la primera ocasión en que agentes antiterroristas consiguen llegar hasta una reunión de «alta seguridad» de ETA. En este aspecto, se considera que esta operación es más importante aún que la de Bidart.

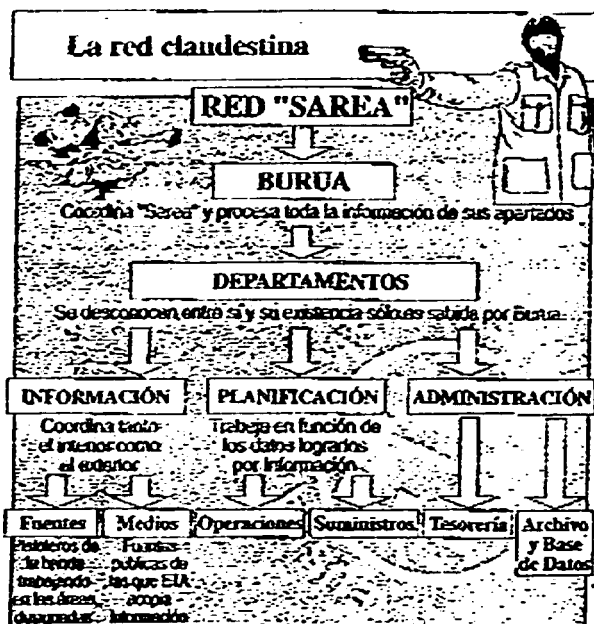
Aunque las mismas fuentes reconocen que no se tienen todavía todos los datos de ese «estado mayor» que trata de formar ETA, si se sabe que incluiría una importante red de comunicaciones, incluso «bases» etarras en Iberoamérica, con el fin de que en pocos minutos toda la organización pudiera conocer que se ha producido una operación antiterrorista. Asimismo, los cabecillas pretenden contar con una importante red de escuchas de las emisoras policíacas, «intervenciones» telefónicas, etcétera.

### «Red Sarea»

Las fuentes informantes han señalado, no obstante, que el documento titulado «Red Sarea», que ha sido encontrado en manos de los cabecillas, aporta una serie de indicios de cómo pretende ETA articular parte de ese «estado mayor».

Por su interés antiterrorista, ABC, que ha tenido acceso a este documento, lo ofrece en su totalidad.

Desde los tiempos del chino Surtzu, todo movimiento, ejército o grupo político con pretensiones de victoria ha contado con su propia red de informadores. Las características de estas redes siempre han estado ligadas a las circunstancias respectivas de cada proceso. No ha habido un manual que haya definido cada red, puesto que los terranos, los enemigos o, en todo caso, el espacio en el que se desarrollaba el enfrentamiento marcaba de manera fundamental el tipo y los usos de los informadores. Por lo general, la pauta común era la infiltración de elementos propios o ajenos en las líneas del contrario.



De ahí en adelante, la imaginación completaba el marco.

«A partir de la I Guerra Mundial y, fundamentalmente de la II, las condiciones cambiaron sobrem-

nera y lo que hasta entonces había sido un esbozo más o menos improvisado o planificado, según las necesidades, cambió de forma radical. Los estados europeos,

## Las cartas, en castellano y en vascuence

Bayona

Las cartas que el «aparato de captación» envía a militantes de la izquierda «abertzale» para intentar que ingresaran en la banda terrorista ETA estaban escritas en castellano, por un lado, y en vascuence, por el otro. Estas mismas bitáculas están motivadas por el desconocimiento que la mayoría de los futuros pistoleros tienen de la lengua vasca.

Según las fuentes antiterroristas consultadas por este periódico, la mayoría de los futuros etarras no contestaban a la petición de ingreso que les hacía la dirección de la banda pese a que las mismas eran remitidas sólo a personas que por sus antecedentes «abertzales» se les creía dis-

puestas a ingresar en la organización criminal. Normalmente, los cabecillas establecían una serie de sistemas para que el futuro pistolero pudiera ponerse en contacto con ellos, y lo cierto es que la mayoría de los destinatarios contestaban con el silencio a las pretensiones etarras.

El hecho de que las cartas estuvieran redactadas en castellano y vascuence está siendo muy comentado en medios antiterroristas franceses y españoles, donde se recuerda que algunos de los pistoleros más sanguinarios de la banda criminal procedían de zonas españolas tan poco «euskaldunes», como Palencia (hermanos Troiano), Extremadura, Andalucía, y Cataluña.

que vieron desarrollarse en su suelo hasta tres guerras consecutivas en un plazo relativamente corto de tiempo, así como las potencias mundiales que pugaban por el control económico de sus áreas de influencia, pusieron en marcha una maquinaria sólida. De estas contiendas surgieron los modernos servicios secretos.

«La filosofía de todas estas nuevas organizaciones no tenía complicación alguna. Se trataba de defender los intereses específicos de cada Estado y, para ello, qué mejor que contar con el mayor acopio de información. De esta primera idea surgieron los grupos operativos de cada servicio, destinados a estar, en base a la información acumulada, los movimientos del contrario respectivo.

«En Euzkai Herria, estos servicios se desarrollaron con una inusitada celeridad sobre todo en coyunturas en las que el campo de movimientos trascendía a su entorno geográfico. Los franceses ya llegaron a introducir un topo en el mismo equipo de asesores del lehendakari Aguirre, así como la famosa quinta columna trabajó en Bilbao para las tropas de Franco, meses antes de la caída del Gobierno Vasco.

«Después de la Guerra Civil, los servicios del Eje, con la complicidad del nuevo ejército de Madrid, desplegaron sus mejores peones en suelo vasco (tanto en Iparralde como en Hegoalde), lo que como contrapartida originó una efervescencia paralela de los aliados.

«En los años siguientes durante el resurgimiento del abertzalismo en Euzkai Herria, el marco vasco se convirtió en un campo anónimo para el despliegue en la sombra de la estratagemática occidente. En 1970, y según informaciones que jamás han visto la luz, la red Gladio había preparado una retaguardia en Hegoalde para el caso de que las tropas del Pacto de Varsovia iniciaran una invasión de Europa. Para ello, obviamente, contaban con varias iniciativas y largos años de trabajo con distintos sectores del Estado, entre los

(Pasa a la página siguiente)

9500926

SECRET

- 3 -

- b) Because of the above-mentioned factors, it can be expected that acts of terrorism in Israel, and across the world will be renewed.

DATE OF INFO: 1984-04-16

SOURCE : C

SECRET

## Los planes secretos de ETA

**Las Fuerzas de Seguridad atribuyen más importancia a la detención de «Mobutu» que a la operación de Bidart, pese a que en esta última se detuvo a la cúpula etarra**

**Los documentos incautados en Francia indican que ETA no sólo quiere crear una estructura similar a un servicio secreto sino además lograr una trama que actúe en varios frentes**

que se encontraron, sin duda, el propio PNV. «La implicación del PNV en las consignas de occidente viene precisamente de la II Guerra Mundial. Su primera red, que logró penetrar incluso en el ejército español, fue desmantelada de forma que dio lugar a muchas conjeturas en base a los archivos que los nazis obtuvieron de su sede parisiense. Con estos argumentos los jeltzales (dirigentes del PNV) se lanzaron a trabajar para EE.UU. e Inglaterra de manera abierta, hasta que finalmente la elección inevitable en medio de la guerra fría les llevó a decantarse por los norteamericanos. Hoy es el día en que algunos militantes del PNV cobran la jubilación de la agencia norteamericana.

«La muerte de Franco y la recomposición del riape político en el Estado español, originó una hegemonía electoral del PNV en Hegoalde que le llevó a mejorar su propia red y colaboraciones. A principios de los ochenta, a la relación fluida con los norteamericanos le siguió una no menos intensa conexión con el BND (servicios secretos alemanes) y el Mossad (israelitas). De los primeros consiguieron la puesta en marcha de la Ertzaintza y de los segundos una colaboración en temas operativos. Hoy las tres vías (norteamericanas, alemanas e israelitas) están en función, principalmente, del gran margen de actuación que les ofrece el control completo de la actividad de la Ertzaintza.

### El CESID

«En el lado español y francés, la actividad de la disidencia vasca ha originado la modernización y adecuación de los servicios respectivos. El CESID español cuenta en la actualidad con una sección informativa y operativa en relación con Hegoalde así como la DGSE francesa (antes SDECE).

«Ambos servicios, así como el del PNV, han participado en diversas iniciativas destinadas a desmantelar y a atajar la actividad de la iz-

quierda abertzale. En esta situación el mismo movimiento del enemigo exige, por nuestra parte, la apertura de una estructura organizativa capaz no sólo de contrarrestar la determinación de nuestros adversarios sino de lograr una red capaz de acaparar la misma información y elementos para poder disponer de ellos en la medida que lo exija nuestro proceso.

«No se trata de diseñar una estructura similar a la de cualquier servicio secreto de un Estado -sería engañoso pensar en ello-, sino de montar un entramado susceptible de utilizarse en diversos frentes todos ellos seleccionados

**La captura de Félix López significó que por primera vez se llegara a una reunión de «alta seguridad» de la banda mafiosa**

por nuestra práctica cotidiana. Esta nueva estructura debería tener una existencia desconocida dentro del Movimiento. Sus bases tendrían que permanecer en el anonimato, diseminadas en su actividad y trabajando en las áreas en las que hasta ahora lo han hecho, algo nada extraño por otro lado atendiendo a la idiosincrasia del país y la propia exhibición de fuerzas.

«Este red recibiría el nombre de "S", en relación a su nombre "Sarea". Necesitaría en su

cúpula de un par de dinamizadores que pudiesen en marcha todo el entramado. De este vértice superior de la pirámide, el resto no tendría conocimiento de la existencia de este, y sólo conocería aspectos siempre parciales de su trabajo, que no de su presencia.

«Las razones de esta difusión son obvias. Por un lado preservar al máximo su clandestinidad y por otro negar su existencia porque sólo el mero indicio de que esta haya sido construida pondría en marcha a los respectivos servicios del enemigo para su desmantelación.

«La primera y más sencilla de las tareas es la de la información. Para ello es necesario una acopio exhaustivo de datos a partir de fuentes públicas (prensa escrita, radio, televisión, libros, etcétera). Los servicios secretos de todo el mundo se nutren de estas fuentes en porcentajes que van desde el 60 por 100 hasta el 90 por 100 del total de su información acumulada. Aunque a priori esta labor parece ya desarrollada, con menor o mayor fortuna, su no sistematización o informatización la hacen inútil. Para llevar un buen proyecto adelante es necesario acumular una sólida base de datos o acceder a los existentes lo que nos va a permitir contar con márgenes en otras áreas y abrir nuevas vías.

### Tomar contacto

«En el aspecto formal, aunque como tal "S" sea inaugurado en un futuro cercano, su inicio no es desde cero. En un segundo plano tras delimitar funciones y objetivos, es decir caracterizar su diseño, habría que ir tomando contacto con militantes, simpatizantes o informadores habituales de la Ertzaintza, partidos y movimientos políticos o sociales, udelangkos (policía municipal, etcétera...). Una red de estas características nos permitirá, con el tiempo, tejer una auténtica tela de araña que, sumada a la informativa de las fuentes públicas, nos va a ofrecer un conjunto completo.

### Los etarras leen ABC

Bayona. Los cabeceles de la banda terrorista ETA hacen un seguimiento puntual de las informaciones antiteroristas que publica ABC. En poder de Félix López han sido encontrados numerosos recortes: cuidadosamente archivados, de noticias que sobre la banda criminal publica nuestro periódico, así como de otros medios informativos.

Fuentes solventes han señalado que, asimismo, en poder de Pedro Picabea Ugarte fueron encontrados numerosos recortes de ABC que hacían referencia a informaciones sobre la organización criminal.

Cuando fue detenido por la Policía el pistolero de HBI, Felipe San Epifanio, «Pipe», que formaba parte del «comando Barcelona», los agentes le preguntaron si lea habitualmente el diario «Egin» mientras permanecía en el interior de España, dentro del citado grupo terrorista. El etarra contestó que el diario que leía habitualmente era ABC, porque era el que ofrecía una información más ajustada a la realidad sobre la banda.

Los pistoleros, cuando se encuentran integrados en un «comando» reciben muy espaciadamente, a través de los «correos» de la banda, los «boletines» en los que se les dan noticias de lo que ocurre dentro de la organización criminal. Esto hace obligada la lectura de la Prensa.

9500926

73

SECRET

- 2 -

- b) The Democratic Front for the Liberation of Palestine - General Command.

The leader of this organisation is Abu JIBRIL. He is a controversial leader and an ardent supporter of the principles of the Syrian Ba'ath party. He is considered to be a Syrian agent and Libyan lackey by ARAFAT. JIBRIL would attack ARAFAT and his supporters at any place in the world.

- c) The Abu NIDAL group

The leader, Abu NIDAL is used by Syria to attack Jordanian targets. He has concentrated on Jordanian ambassadors and security personnel outside of Jordania, and on targets in Amman. He was also responsible for the attempt to assassinate the Israeli Ambassador in London in June 1982.

- d) The FATAH rebels of Abu MUSSA

Abu MUSSA is the leader of the rebels against ARAFAT. presently the group experiences financial problems. This is used by Syria, who would like to move the group to its border with Jordania, thus discouraging any rapprochement between Jordania and ARAFAT.

3. COMMENT

- a) At present there are two factors which may influence the terrorist organisations:

- The poor health of the Syrian leader, ASSAD, which has a limiting influence on his ability to exert influence on these terrorist groups. A struggle for the leadership in Syria is also developing.
- The inability of the factions inside the PLO to solve their problems.

2/...

SECRET

Los planes secretos de ETA

«Nuestra intervención debe ir encaminada a preparar topes tanto "dormidos", a utilizar en ocasiones, como "activos", cuyas diligencias sean diseñadas a corto y medio plazo»

«El acopio de información y la tela tejida nos pondrá en disposición de crear grupos operativos destinados a intervenir y distorsionar situaciones políticas»

«Con esta base el siguiente paso sería que aspirar a subir un peldaño importante en la información. Se trata de la preparación de nombres virgenes para introducirlos en campos específicos en los que el enemigo se mueva con relativa tranquilidad. Los objetivos deben ser desde partidos hasta instituciones pasando por cualquier estructura que nuestros adversarios utilicen en su estrategia.

«En este aspecto, nuestra intervención debe ir encaminada a preparar topes tanto "dormidos" a utilizar en contadas ocasiones, como "activos" cuyas diligencias sean diseñadas a corto y medio plazo.

Grupos operativos

«Finalmente, el acopio de información y la tela tejida nos pondrá en disposición de crear grupos operativos destinados a intervenir y distorsionar situaciones políticas determinadas. La amplitud de este campo y la coyuntura política dan unas posibilidades inimaginables a este último apartado, que inien desde el sabotaje informativo por poner un ejemplo en una esquina hasta la filtración interesada a un me-

do cualquiera de una noticia o dato que por hacerlo nos reporte una rentabilidad determinada.

«Este sería en dos palabras, el diseño global de "S". En medio, arriba y abajo, quedan multitud de ideas y flecos cuya transcripción no pueda ser definida en este boceto por razones obvias.

La nueva estructura etarra

«Estos trazos se definirán en una estructura caracterizada de la siguiente manera:

1.- BURUA: coordina "S" y procesa la información de sus apartados. Esta información debe ser pasada, en consecuencia, por el tamaño del ANALISIS, para desde ahí enviarse a los sectores del MLNV susceptibles de utilizarla. El medio de hecho debe contar con tres niveles (X: secreto, XX: muy secreto, XXX: supersecreto) en función de sus intereses y trascendencia. Si la red se asienta, los mensajes deberán verse encriptados, entre quienes conozcan la existencia de "S", es decir, codificada, en clave únicamente conocida por ellos.

2.- DEPARTAMENTOS:

2.1.- INFORMACION: Coordina tanto el Interior como el Exterior y en ambos casos debe definirse en función de FUENTES y MEDIOS. Las FUENTES son nuestros agentes trabajando en cualquiera de las áreas designadas. Los MEDIOS son, en realidad, las fuentes públicas de las que acopiamos información. FUENTES, es decir, información activa, y MEDIOS, es decir, información pasiva. Ambas, coordinadas, nos dan el conjunto. Por ejemplo, a través de un agente en un partido (FUENTE) y la información desbrozada en prensa (MEDIOS) excedemos a un diagnóstico de la estrategia de este grupo para una determinada campaña.

2.2.- PLANIFICACION: Este departamento trabajará en función de los datos que ha ido logrando el anterior y cuando las circunstancias lo exijan. Su actividad siempre conlleva un determinado riesgo político, por lo que su dependencia de BURUA debe ser total. Se divide en: 2.2.1 OPERACIONES; 2.2.2 SUMINISTROS.

2.3.- ADMINISTRACION: Su labor se centra en dos áreas, una de ellas relacionada con su nombre, en la que se encuadran los aspectos tales como la tesorería y la otra en la puesta en marcha de un archivo y base de datos.

No intercambiar información

«Estos tres departamentos se desconocen entre sí y su existencia sólo es sabida por BURUA. La relación entre ellos, puesto que "S" no existe, jamás puede ser posible. Si ésta se da por alguna circunstancia entonces es cuando se pueden producir indicios de "S". Por tanto, no cabe ningún tipo de intercambio que no pase por arriba.

«Este boceto se trata únicamente de un primer esbozo de la estructura que debemos construir. La construcción debe tomarse su tiempo y asentándose siempre sobre bases muy sólidas para que un golpe de viento no sea capaz de desmoronarla. Evidentemente, en este trabajo, queda todo sin azar, cuestiones realmente importantes tales como los gri-

los que nos interesan, la preparación de los agentes, la captación de nuestras fuentes ya existentes, el tipo de intervención y prioridades, la articulación de todo ello y, desde luego, las necesidades económicas que toda esta estructura va a generar.

«Con este trabajo sólo se pretende lograr la luz verde para comenzar a entrar en el verdadero diseño de "S". Por eso sólo han sido apuntadas las ideas centrales».

El documento, quizá para que su autor pueda ser conocido por el resto de la banda, está fechado en octubre de 1948, lo que sin duda es una clave.

Un boceto muy avanzado

Las fuentes antiterroristas que informan a este periódico subrayan que en la operación en la que fue detenido el cabecilla de la banda Félix López, «Mobotu», se han encontrado una serie de indicios que hacen sospechar que este primer «boceto» de la «red Sarea» está, aunque sin definir completamente, bastante avanzado.

74/14

9500926

SECRET

(DLP)

032

UNITE DE COMANDO EN JEFE
SECRET
Fecha de Emisión 26 JUL 84
Fecha de Caducidad
Pasa a Pol. Int.
Nº. de Identificación 5752/84

FIELD REPORT

REFERENCE : 5488

DATE : 14 MAY 1984

THE MIDDLE EAST : TERRORIST ORGANISATIONS

1. Recent incidents in Israel and Lebanon indicate that terrorist organisations have resumed the "armed struggle" against these countries. Terrorist activities can also increasingly be expected in Jordania and other target countries.
2. The most important terrorist organisations, with headquarters in the Syrian Capital, are :
  - a) The Democratic Popular Front for the Liberation of Palestine.

This is an amalgamation of the organisations of Naif HAWATMEH and George HABASH. It is the largest terrorist organisation in the PLO.

HAWATMEH is the leader of the Democratic Front for the Liberation of Palestine. The organisation was founded in 1969 by a far left faction of the PLO. They are convinced that the Palestinian Revolution can not reach its objectives unless there is an onslaught of all Arabian countries against Israel. Since 1971 the members of the organisation have been armed and trained by Russia. When FATAH rebels and other elements supported by Syria and Libya took action against ARAFAT in Tripoli, HAWATMEH did not take part, and his forces were then united with those of HABASH.

George HABASH is the leader of the Popular Front for the Liberation of Palestine. He enjoys a fair amount of support from Christians in Judea and Samaria, especially in the Rumallah area.

SECRET

2/...

N.º DOCUMENTO 9500927  
 TITULO Atentado en Jaisankara.  
 PROCEDENCIA 150090.  
 FECHA DE PROCEDENCIA 24-10-74  
 VINCULACIONES 11213 -  
502662 -  
525532 -  
11900 -

N2  
N3

#### Violencia en Sri Lanka

### **"Bomba Humana" Mató a Líder Opositor y a Otras 50 Personas**

COLOMBO, 23 (ANSA). — Un terrorista suicida hizo explotar una bomba de alto poder en un mitin electoral esta noche en Colombo, matando al candidato presidencial de la oposición para los comicios del 9 de noviembre, Gamini Dissanayake, y a otras 50 personas e hiriendo a unas 300, informaron fuentes militares de Sri Lanka.

El gobierno, reunido de urgencia, decretó inmediatamente el estado de sitio en toda la isla y decidió postergar hasta nuevo aviso la segunda sesión de conversaciones de paz con los rebeldes tamiles que debía comenzar mañana.

Según la policía, son precisamente los guerrilleros tamiles los principales sospechosos de la matanza de hoy. Un portavoz del gobierno señaló que también las elecciones presidenciales serían postergadas.

En el atentado, según fuentes de la policía, murieron también Gamini Wijesekera, secretario general del Partido Nacional Unido (PNU, el principal de la oposición), al que pertenecía Dissanayake, y dos ex ministros.

Un oficial de las fuerzas armadas dijo que el atentado fue perpetrado por una "bomba-humana".

Según la fuente, "había una persona en la multitud con el explosivo adosado a su cuerpo".

Los rebeldes tamiles son señalados como responsables de los atentados en los que fueron asesinados, el año pasado, el presidente cingalés, Ranasinghe Premadasa, en mayo, y otro importante líder de la oposición, Lalith Athulathmudali, en abril.



1048

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE	
SERVICIO DE INTELIGENCIA DE DEFENSA	
DEPARTAMENTO DE EXTENSION	
Fecha de Entrada	1-ABR-84
Fecha de Salida	
Pasa a	O.B.F.
Nº. de Identificación	2284/84

S E C R E T O

5 DE FEBRERO DE 1984

INFORME NO. V /864

ASUNTO: LA CRISIS EN LA OLP - ACTUALIZADA  
AL DIA 31 DE ENERO, 1984

#### ACTIVIDADES INTERNAS

1. LOS PROTAGONISTAS DE LA CRISIS EN LA OLP SIGUIERON EN EL TRASCURSO DE ESTA ULTIMA SEMANA, TRATANDO DE MOVILIZAR APOYO HACIA EL FUTURO - TANTO DENTRO COMO FUERA DE LA ORGANIZACION. ARAFAT SALIO DE GIRA POR VARIOS PAISES DE AFRICA: SENEGAL (23 DE ENERO), GAMBIA Y GUINEA (25 DE ENERO). LUEGO SALIO RUMBO A RUMANIA DONDE SE ENTREVISTO CON EL PRESIDENTE NICOLAE CEAUDESCU (28 DE ENERO). ESTA ULTIMA VISITA PARECE HABER SIDO POR INICIATIVA DE ARAFAT CON EL FIN DE MOVILIZAR LOS BUENOS OFICIOS DE RUMANIA EN CONSEGUIR LA APROBACION DE LA URSS A LA FUTURA ACCION POLITICA DEL PRESIDENTE DE LA OLP Y EN OBTENER EL AUXILIO DE LOS PAISES DE EUROPA ORIENTAL PARA LOS INTENTOS DE MODERAR LAS ACTITUDES DEL BLOQUE IZQUIERDISTA RADICAL EN LA OLP. DEL TEXTO DEL COMUNICADO CONJUNTO PUBLICADO AL FINALIZAR LA VISITA A BUCAREST SURGE DE QUE LOGRO ARAFAT EL RESPALDO DE RUMANIA A SU GESTION AL FRENTE DE UNA OLP UNIDA.

2. AL TERMINO DE LA VISITA A RUMANIA REGRESO ARAFAT A TUNEZ Y EL DIA 30 DE ENERO REUNIO AL "COMITE CENTRAL" DE AL-FATAJ. EL COMITE DISCUTIO EL RESULTADO DE LAS CONVERSACIONES QUE HABIA SOSTENIDO ABU-DJIHAD EN JORDANIA, CON RESPECTO, ENTRE OTRAS COSAS, A LA VISITA DE ARAFAT A AMMAN, PREVISTA PARA MEDIADOS DE FEBRERO. LA REUNION DEBATIO TAMBIEN LA POSIBLE CONVOCACION DEL "CONGRESO GENERAL" DE AL-FATAJ, Y TAL VEZ TAMBIEN LA CONVOCACION DEL CNP. LAS FECHAS PARA DICHOS CONCLAVES NO HAN SIDO DETERMINADAS TODAVIA, PERO SEGUN ABU-DJIHAD, SE REUNIRIA EL CNP DENTRO DE DOS MESES Y MEDIO A TRES MESES. MIENTRAS TANTO SIGUEN LAS TENTATIVAS DE LA FACCION DE ARAFAT, DE ENTABLAR UN DIALOGO CON EL FPLP Y CON EL FPDLP, PARA LLEGAR A UN ACUERDO CON RESPECTO A LA CONVOCACION DEL CNP. HASTA LA FECHA NO HAN DADO RESULTADO ESTAS TENTATIVAS.

3. LOS Oponentes de ARAFAT - LA CONDUCCION REBELDE ENCABEZADA POR ABU-MUSA Y ABU-SALEH, Y EL REPRESENTANTE DEL FPLP-CG, TALAL NADJI, SOSTUVIERON CONVERSACIONES CON EL PRESIDENTE JADDAFI EN LIBIA, ENTRE EL 26 Y EL 29 DE ENERO. EN LAS MISMAS PARTICIPARON EL DIRIGENTE NO. 2 DE LIBIA, ABDUL-SALAM DJALUD, Y EL COMANDANTE EN JEFE DE LAS FF.AA. LIBIAS, BAQR YUNIS. EL TEMA CENTRAL HABRA SIDO LA AYUDA DE LIBIA A LOS REBELDES. SEÑALEMOS QUE ULTIMAMENTE VIENE LIBIA INTENTANDO RECLUTAR VOLUNTARIOS PALESTINOS PARA LAS FILAS REBELDES. ESTOS SON INVITADOS A REGISTRARSE EN LAS OFICINAS DE LAS AGRUPACIONES

Al menos 57 personas murieron en el sangriento atentado explosivo contra Gamini Disanayake, principal candidato a la presidencia de Sri Lanka

## Golpe fatal a las esperanzas de paz

\* La acción fue atribuida a los terroristas separatistas tamiles del norte del país

El sangriento atentado perpetrado el domingo en Colombo, atribuido a los terroristas separatistas tamiles del norte del país, pone en peligro la solución de un conflicto que dura ya más de 10 años en Sri Lanka.

Nueva Delhi (ANSA)

El atentado causó la muerte de por lo menos 57 personas, entre ellas el principal candidato a la Presidencia, Gamini Disanayake.

El presidente de Sri Lanka, Dingri Banda Wijetunge, pro-

clamó el estado de emergencia y puso en estado de máxima alerta a las Fuerzas Armadas.

Por su parte, la Comisión Electoral Nacional dijo que no serán aplazados los comicios presidenciales del próximo 9 de noviembre, e invitó al Partido Nacional Unitario (PNU) de Dis-

sanayake a presentar un nuevo candidato en un plazo de tres días.

La policía sospecha que el sangriento ataque —llevado a cabo en Grandpass, suburbio de la capital Colombo— fue perpetrado por uno o varios "kamikazes" del grupo separatista tamil, los Tigres de Liberación de la Eelam Tamil (LTTE).

Fuentes oficiales indicaron que la bomba, que estalló en las primeras filas del público que asistía a un mitin electoral de Disanayake, habría sido hecha

explotar por una mujer.

En el lugar de la explosión, cadáveres, miembros destrozados y trozos de vestidos se hallaban desparrramados en un perímetro de varias decenas de metros. La modalidad del atentado recuerda otro ataque suicida llevado a cabo en el pasado mes de setiembre, en el que murieron 25 personas, también atribuido al LTTE.

La premier cingalesa, Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, anunció la suspensión inmediata de las negociaciones entabladas con el LTTE la semana pasada para intentar hallar una solución pacífica a la guerra civil que en los últimos 11 años ha causado más de 30 mil muertes.

La Alianza del Pueblo (AP), el partido de Kumaratunga, triunfó en las elecciones políticas del pasado mes de agosto, marcando el fin de 17 años de poder del PNU, y uno de los primeros gestos del nuevo gobierno fue lanzar negociaciones con los responsables rebeldes que controlan la península de Jaffna, en el nordeste del país.

El atentado, además de provocar la interrupción de las negociaciones de paz, decapitó virtualmente al PNU: además de Disanayake, resultaron muertos el secretario nacional del partido, Gamini Wijesekera, y dos ex ministros, G.M. Premachandra y Weerasinghe Mallimarachchi.

Disanayake, de 52 años, es el tercer líder político cingalés asesinado en los últimos 18 meses: luego de Lalith Athulathumudali (abril de 1993), líder de la oposición en ese entonces, y el presidente Ranasinghe Premadasa (mayo de 1993), que perecieron en ataques atribuidos al LTTE.

El candidato asesinado había sido ministro de 1977 a 1988, pero se había alejado del PNU por divergencias con Premadasa, luego de cuya muerte regresó al partido, convirtiéndose rápidamente en su líder.

En cuanto a la premier Kumaratunga, tanto su padre, Solomon Bandaranaike, como su marido, Vijaya Kumaratunga, murieron en sendos atentados

terroristas.

En 10 años de guerrilla los terroristas del LTTE han virtualmente doblegado al ejército de Sri Lanka y asesinado a dos de los más potentes líderes políticos de la región, el premier indio Rajiv Gandhi y el presidente Premadasa.

Sulíder, Villupilai Prabhakaran, un autodidacta de 40 años, y

su vocero Anton Balasingham, viven en la jungla de Jaffna, la "patria Tamil" en el norte de Sri Lanka, donde ejercen un poder absoluto.

Hace diez años, los "pogrom" contra los tamiles de Colombo dieron el comienzo de la guerra de secesión que sufre Sri Lanka y el LTTE se transformó en un potente ejército, muy difícil de vencer por parte de las fuerzas armadas oficiales de Sri Lanka.

9500927

02-02

S E C R E T O  
- 2 -

LOS AUSPICIOS DE LA FACCION DE ARAFAT.

4. NO OBSTANTE LAS DECLARACIONES QUE VIENEN HACIENDO ALGUNOS DIRIGENTES PALESTINOS, TALES COMO GEORGE HABASH, DE QUE EN LA OLP SE CREARIA UN 'FRENTE NACIONAL' PARA COMBATIR CONTRA LOS 'DESVIOS' DE ARAFAT, NO SE HA REALIZADO HASTA LA FECHA ACCION PRACTICA ALGUNA PARA CONCRETAR LO DICHO. LOS REBELDES PARECEN ESTAR ESPERANDO MOVIDAS ADICIONALES POR PARTE DE ARAFAT, PARA JUSTIFICAR UNA ACCION COMO LAQUE PROPONE HABASH.

DOCUMENTO 9500928  
 TITULO Detenidos neonazis en Alemania  
 PROCEDENCIA 150493  
 FECHA DE EMISIÓN 02-11-84  
 VINCULACIONES 11209  
500145  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



#### Neonazis detenidos 7

Stuttgart, Alemania - La policía alemana detuvo ayer a 197 personas tras una jornada de protestas cerca de Stuttgart, en la que ocho oficiales resultaron heridos luego que extremistas de derecha lanzaran botellas de cerveza y vasos. Un oficial fue acuchillado en la mano por el hombre de 47 años que dirigía el grupo de neonazis reunidos en la tarde del sábado en el poblado de Weilimdorf, donde tenían planeado fundar una asociación extremista. (Reuter)

ENTRADO N2  
 CRUZADO N2

9500928

ASUNTO: Actividades del terrorista venezolano CARLOS XLLITCH RAMIREZ en COSTA RICA.

El famoso terrorista internacional, CARLOS XLLITCH RAMIREZ, de discutida nacionalidad y posiblemente venezolana, según informaciones difundidas en MANAGUA, se encuentra en la REPUBLICA DE COSTA RICA y ha entrado en contacto con la Jefatura del "Frente Sandinista de Liberación Nacional" en dicho país.

XLLITCH RAMIREZ, bautizado como "El Chocón", por la prensa europea, presuntamente ha llegado a COSTA RICA con una misión específica subversiva y, según informes recogidos, su misión es buscar al Presidente SCHAZA DEBAYLE para asesinarlo.

31 MAR 78

# Redes-Amigos de la Tierra realiza concurso de Periodismo de Investigación

Ecofondo, que administra Redes-Amigos de la Tierra, llama a Concurso de Investigaciones Periódicas sobre cuatro temas: agroquímicos, aguas, alimentación y alternativas ecológicas al actual sistema de transporte y construcción de viviendas. Las investigaciones seleccionadas (con un claro carácter periodístico y divulgativo) serán publicadas en la revista Tierra Amiga en forma de dossier para que puedan llegar a un público más amplio que el de los círculos académicos o institucionales.

El jurado que dictaminará sobre la calidad de los trabajos está integrado por el ingeniero agrónomo Daniel Panario, Silvia Ribeiro, coordinadora de actividades de Redes, y Jorge Barreiro, redactor responsable de Tierra Amiga.

## SUGERENCIAS SOBRE LOS TEMAS Y SUS CONTENIDOS

**Agroquímicos:** panorama sobre la dimensión socioambiental del uso de agroquímicos en el Uruguay. Aspectos económicos: producción, importación, uso, supuesto impacto beneficioso desde el punto de vista económico.

**Aspectos legales:** legislación local e internacional (contraste entre leyes), control administrativo, uso de agroquímicos prohibidos en otros países, etcétera.

**Aspectos sanitarios:** riesgos para la salud tanto de los trabajadores como de los consumidores (residuos en alimentos, etcétera). Aspectos ambientales: impacto del uso de agroquímicos en los recursos naturales (suelos, aguas, etcétera). Alternativas al uso de agroquímicos (agricultura orgánica).

**Aguas:** Informe sobre el estado de aguas marítimas y fluviales de nuestro país. Causas del deterioro del recurso. Diversos usos del recurso agua: agua potable, saneamiento, riego, etcétera.

**Uso y abuso del recurso en las ciudades y el campo.** Aproximación crítica a la actual gestión del recurso (OSE, Dirección de Hidrografía, etcétera), así como el marco legal (código de aguas, etcétera).

**Alimentación:** Hasta ahora el tema ha sido enfocado exclusivamente desde el punto de vista de los déficits en materia de alimentación y el hambre que padecen amplios sectores de la población.

Sin descuidar este aspecto, la idea es incluir una temática más amplia. Indicadores generales sobre la autosuficiencia alimentaria en el Uruguay. Qué se produce, qué se importa, producción agrícola, industria alimentaria, etcétera. Satisfacción o insatisfacción de las necesidades alimentarias de la población uruguaya (desnutrición infantil, subalimentación, planes del gobierno y alternativas al respecto). Cultura alimenticia. ¿Se alimentan bien los uruguayos? Diferencias entre estar saciado y estar correctamente alimentado. Impacto del desarrollo notorio de la industria alimentaria (fast food, McDonald's, productos envasados). Uso de conservantes, aditivos, etcétera. Impacto del Mercosur sobre los hábitos y cultura alimenticia de los uruguayos. Alternativas ecológicas al actual sistema de transporte y de construcción de viviendas. Descripción de los problemas ambientales, urbanos y económicos derivados del actual sistema de transporte y

construcción de viviendas (incluido particularmente el despilfarro de recursos energéticos). Propuestas alternativas y estudios existentes en el Uruguay en la materia. Experiencias concretas que hayan tenido lugar tanto en Montevideo como en el interior.

## BASES DEL CONCURSO

El plazo de presentación de los trabajos vence el 31 de enero de 1995. Serán retribuidas con US\$ 400 cada una de las cuatro investigaciones periodísticas premiadas en cada uno de los temas, pudiendo el jurado recomendar la publicación de otras con una retribución de US\$ 100. El jurado podrá declarar desierto el premio en cualquiera de los temas. El resultado de la investigación periodística se publicará en forma de dossier (distintos aspectos y enfoques de un mismo tema) de modo que podrá constar de uno o varios artículos que no podrán tener, en su



conjunto, una extensión inferior a los 50.000 caracteres de computadora ni superior a los 65.000. El original deberá ser enviado en forma impresa (a doble espacio antes de la fecha indicada a Redes-AT

Concurso "Periodismo de investigación" Millán 4113, 12.900 Montevideo, Fax 381640. El trabajo deberá venir firmado con pseudónimo y en sobre aparte y cerrado, los datos personales del autor.

ESTE DIARIO  
09/XI/94

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
DIRECCIÓN GENERAL DE DEFENSA DE LA PAZ  
DEFENSA DE LA PAZ  
Fecha de entrega: 20 ENE. 1995  
Fase: BIOGRÁFICO  
Nº de orden: 9500929

FECHA 15/5/95 INICIAL LP  
Procesado a Sistema DPX  
OBSERVACIONES


CORREGIDO  
16/5/95  
Inic: 84

9500929

BIOGRÁFICO

RECEIVADO

1/2

M. D. NACIONAL N. DEPARTAMENTO II 18ENE95		HOJA:
DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. PEDIDO DE INFORMES: 04/95		
I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: URGENTE		
II.-INFORMACION CONOCIDA:	A.-EVALUACION:	
	B.-T E X T O	
<p>Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.</p>		
<div data-bbox="642 917 1366 1270" data-label="Text"> <p>FECHA <u>5/4/95</u> INICIAL <u>61</u>          Procesado a Sistema DPX          OBSERVACIONES _____</p> </div>		
<div data-bbox="1238 1337 1621 1552" data-label="Text"> <p>MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL          Dirección General de Investigación de Defensa          DEPARTAMENTO I          Fecha de Entrada <u>23/1/95</u>          N. <u>020/95</u></p> </div>		
III.-INFORMACION SOLICITADA:		
IV.-ACCION TOMADA:		
V.-DISTRIBUCION: .D.G.I.D. D.E.I		
FIRMA El Jefe del Dpto. II (Inf.) E.M.C. D.N.S.FF.AA.  Coronel Franklin W. Fernández.		

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL  
 Dirección General de Investigación de Defensa  
 DEPARTAMENTO I  
 Fecha de Entrada 23 ENE. 1995  
 Pasa a ANTECEDENTES  
 N. de Orden 9500931

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION  
 E. I. D.  
 SECCION A  
 Fecha 20-1-95  
 Pasa a SDI  
 N. de Identificación 9500931

RECEIVADO

001/2

9500931



RESERVADO  
Montevideo, 17 de enero de 1995.

ASPIRANTE A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.

1.- CASTRO BERRUTI María Mercedes. - LAB. ANAL. CLINICOS.

Fecha y lugar de nacimiento - 2/3/69 Montevideo.

C.I. 1.943.149-0

C.C. B.Q.A. 19.471

Domicilio actual - Millán 3589

Domicilio anterior -

Nombre del padre - Alberto Miguel CASTRO BARATTELLI

C.I. 655.791-8

C.C. B.Z.B. 24.073

Nombre de la madre - Susana Elida BERRUTI CROVETTO

C.I. 608.335-3

C.C. B.Q.A. 7431

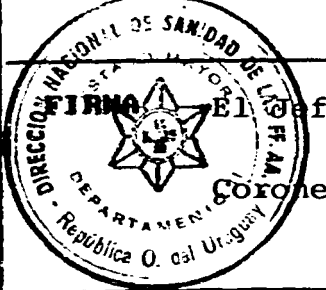
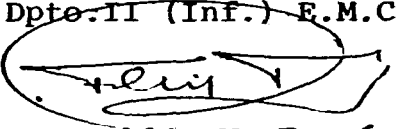
002/2

9500931

FECHA <u>5/4/95</u>	INICIAL <u>CH</u>
Procesado a Sistema DPX	
OBSERVACIONES _____	
_____	

RESERVADO

1/5

<b>DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.</b>	<b>DEPARTAMENTO II</b> 18ENE95	<b>HOJA:</b> 1/5
<b>PEDIDO DE INFORMES:</b> 03/95		
<b>I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION:</b> 24ENE95		
<b>II.-INFORMACION CONOCIDA:</b>	<b>A.-EVALUACION:</b>  <b>B.-T E X T O</b>	
<p>Se solicitan antecedentes de las personas especificadas en relación adjunta.</p>		
<div style="border: 1px solid black; padding: 10px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> <p><b>FECHA</b> <u>5/9/95</u>    <b>INICIAL</b> <u>(64)</u></p> <p>Procesado a Sistema DPX</p> <p><b>OBSERVACIONES</b> _____</p> </div>		
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content;"> <b>MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL</b>          Dirección General de Información de Defensa          DEPARTAMENTO I          Fecha de Entrada <u>23/1/95</u>          N.º <u>019/95</u> </div>		
<b>III.-INFORMACION SOLICITADA:</b>		
<b>IV.-ACCION TOMADA:</b>		
<b>V.-DISTRIBUCION:</b>		
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p><b>FIRMA</b> El Jefe del Dpto. II (Inf.) E.M.C. D.N.S.FF.AA. Coronel</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Franklin W. Fernández.</p> </div> </div>		

**MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL**  
 Dirección General de Información de Defensa  
 DEPARTAMENTO I  
 Fecha de Entrada 23 ENE. 1995  
 Pasa a ANTECEDENTES  
 N.º de Orden 9500932

**DIRECCION GENERAL DE INFORMACION**  
 LE I  
**SECRETARIA**  
 Fecha 20-1-95  
 Pasa a SDI  
 N.º de Orden 9500932

**RESERVADO**

001/5

9500932

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

A. G. I. I.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1439 (ET)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 22 de agosto de 1995

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1995.

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro. 9500738 Ref a: P.D. de fecha 18 de enero de 1995. Fs. 1/5/

OPERARIO/S: Sdo.lra. S.Mello. Sdo.lra.C.Pose.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

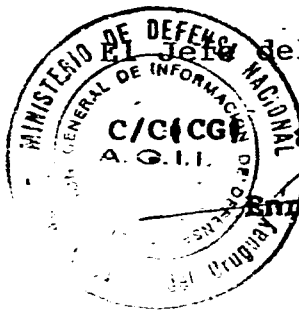
ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-


El Encargado de la División Microfilmación

Sgto.

  
Agustín Barboza.-



del AGII de la D.G.I.D.

  
Enrique Dupont.

**FIN  
ROLLO**

**1439**